X CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

sociedades desiguais
e paradigmas em confronto

Volume VII

Desigualdades, Estado e sistemas políticos:
Classes e movimentos sociais, migrações e etnicidades

Manuel Carlos Silva et al. (orgs)
Centro de Investigação em Ciências Sociais (ed)
Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho

Desigualdades, Estado e sistemas políticos:

Classes e movimentos sociais, migrações e etnicidades

Índice

Sindicalismo, movimentos sociais e cidadania 1

Práxis educativa e libertação do ser humano: as CEBs como movimento social 1

Movimentos Sociais na Amazônia Brasileira: vinte anos sem Chico Mendes 9

Caso Chico Mendes: as fontes que contam a história 19

Identidade e Modernização como modelos de políticas culturais 27

Os movimentos das mulheres quebradeiras de coco babaçu no Maranhão 37

Desagregação do sistema coletivo de trabalho e produção no assentamento Carlos Mariguela-RS: um estudo de caso 47

Mulheres negras brasileiras, que militância é essa? 54

História política dos trabalhadores em educação do Estado de Minas Gerais/ Brasil narrada por líderes sindicais: 30 anos através das vozes do sindicato 65

A nova "Internacional Operária": rumo a uma "sociedade laboral global"? 73

A Centralidade do Trabalho no Processo de Construção da Identidade: Um Estudo com Membros do Movimento dos Trabalhadores Desempregados 79

Discursos de político(a)s e não-político(a)s sobre o défice de género na política e as medidas de acção positiva 89

O empoderamento de mulheres através da inclusão digital 98

Cidadania e cultura política no Brasil 108

Entre o movimento e o sindicato: mobilização, socialização e representação política das mulheres trabalhadoras rurais no nordeste do Brasil 113

Movimentos Sociais: continuidades e rupturas na construção epistemológica do passado 121

Política de gênero: Um dispositivo da atividade sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT)/ Brasil 126

Memória sindical rural brasileira 138

Inserção profissional de mulheres negras no trabalho do setor financeiro: possibilidades de resistência em tempos de crise do sindicalismo 143

A emergência dos "agricultores familiares" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo 148

Conflitos Sociais Ameaçam as Extrativistas da Mangaba no Nordeste e Norte do Brasil 158

Movimentos sociais no campo: novos sujeitos, novas manifestações 165

Estado, Educação e Movimentos sociais do campo: Luta social pela educação do campo no Brasil 171

Filiação partidária/rebeldia/fermentação biológica: pistas para análises sobre a participação dos estudantes na política estudantil. 179

A missão divina na formação da resistência: a participação da Igreja Católica na criação e atuação do MST e a mística do Movimento como elemento agregador identitário. 182

Continuidades e descontinuidades nas políticas de saúde: atuação e estratégias das instituições jurídicas no Brasil 189

Estruturas de Oportunidades, Processos Políticos e Engajamento Individual no Movimento Ambientalista 200

Associativismo e auto-realização: um estudo de caso sobre uma associação de moradoras da Vila Pinto de Porto Alegre (Brasil) 210

Relações comerciais numa economia globalizada: notas de uma organização de Comércio Justo 214

A Exclusão Social Expressa no Cotidiano do Movimento Social 223

Quando os movimentos sociais e os coletivos diversos indagam a educação 228

O Ministério Público como mediador no processo de desinstitucionalização da saúde mental 232

Democracia direta e cidadania: Um estudo de caso sobre o orçamento participativo em Guarulhos* 236

Globalização e relações laborais em Portugal: Uma intervenção sociológica nos sectores têxtil, automóvel, bancário, telecomunicações e hotelaria e restauração 250

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP): o discurso dessas centrais sobre a precarização do trabalho em 2007, diante do processo de globalização 265

Tempo de trabalho e ação sindical no Brasil: a Central Única dos Trabalhadores e a expansão do tempo de trabalho na escala do ciclo de vida 276

A Crise do Sindicalismo Brasileiro: o desmonte das lutas sindicais. 282

Estratificação, classes e desigualdades sociais 288

Desigualdade sócioespacial e violência urbana na Região Metropolitana da Grande Vitória- Espírito Santo /Brasil 288

Repensando a pobreza, a segragação e a constituição de hierarquias sociais a partir da análise dos processos sócio-políticos e espaciais que marcam uma área periférica da cidade do Rio de Janeiro 298

Comparando estruturas sociais em duas metrópoles brasileiras 310

Homens duros, vidas frágeis. Uma etnografia da experiência do trabalho migrante na construção civil em Espanha ... 322
Um objecto em vias de extinção. O resgate teórico-etnográfico da cultura e do trajecto sócio-histórico do operariado agrícola alentejano (1926-1974) ... 329
Desigualdades sociais frente ao sucesso escolar ... 341
"Doutores", porém "não-cidadãos": trajetórias de estudantes favelizados inseridos no ensino superior ... 349
La Reproducción de la desigualdad intergeneracional y nuevas formas de exclusión social producto del Diseño Político del Sistema Educacional Chileno ... 364
Os contornos da desigualdade social desde as representações da desigualdade educacional: impactos das políticas públicas nos modos de representação ... 375
As políticas sociais de reconhecimento: possibilidades e limites no enfrentamento das desigualdades sociais ... 382
O Estigma na doença mental: A construção de estereótipos através do cinema ... 387
A Diferença e a Desigualdade: reflexões teóricas sobre o estranhamento social ... 397
Urbanização desigual e desigualdade nacional: um descaminho no processo do desenvolvimento brasileiro ... 404
A (im)possivel convergência entre desigualdades diferentes ... 411
Política previdenciária no Brasil - desigualdade de benefícios no regime geral - seleção pela pobreza ... 421
Novas Formas De Pensar a Pobreza Na América Latina: O Modelo AVEO ... 426
Política de cotas e o Programa Bolsa Família: análise dos impactos na desigualdade social brasileira e efeitos adversos: uma perspectiva comparada ... 431
Rendimento mínimo universal: uma via para a emancipação? ... 439
Caracterização dos assentamentos rurais da região de Andradina, São Paulo, Brasil. ... 445
O aumento da mobilidade individual e o agravamento da exclusão social nos territórios periféricos da cidade de braga ... 456
Trabalho e educacão de jovens e adultos no Brasil ... 464
A interpretação ideológica de um jornal impresso brasileiro sobre a categoria "meninos de rua" ... 471
Gilberto Freyre e Florestan Fernandes; um debate sobre a democracia racial ... 484
Novas Perspectivas sobre as Identidades de Classe ... 490
Gênero, família e pobreza: questionando os estereótipos sobre as famílias monoparentais femininas no Brasil ... 497
Gap de renda de gênero no Brasil e a mulher no mercado de trabalho: mudanças e continuidades ... 505
Acesso a Internet: Os lugares de género na família ... 516
Identidade, etnicidade e racismo ... 525
Emergir para existir: novas práticas políticas e pedagógicas do Movimento Negro brasileiro em prol da diversidade étnico-racial ... 525
Conflitos Étnicos Que Influenciam A Auto-Estima do Aluno Negro ... 531
A Metamorfose de militantes negros em negros intelectuais ... 533
Etnicidades e Estado nacional ... 547
Arrogância e isolamento: a política colonial de Carl Peters ... 551
Identidades, etnicidade e racismo entre imigrantes. ... 559
Os apontamentos teóricos da diversidade e a vivência da diversidade étnica, linguistica, cultural e racial no Brasil a partir da presença angolana ... 564
Jogos de memória e performance entre os Maracatus-Nação em Recife ... 569
Black Group Identity and Vote Choice in Brazil ... 575
"Portugal é agora um país multicultural": diversidade etno-racial e educação ... 583
Corrida de obstáculos: trajetórias de estudantes negros em uma universidade brasileira ... 589
Identidade étnico-racial em contexto lúdico: um jogo de cartas marcadas? ... 594
A experiência do núcleo de estudos afro-brasileiros da UFES: construindo possiveis no campo do trabalho educativo anti-racismo ... 605
A Aprendizagem dialógica e suas contribuições para a construção das identidades das crianças negras ... 614
Roger Bastide: vertigem e abismo ... 617
Racismo e Ciências Sociais em Portugal; um balanço da última década. ... 629
Os Conceitos de identidade e de diversidade em diferentes perspectivas ... 634
"O valoroso colono italiano": representações sobre a positividade«l étnica e a superioridade racial nas comemorações dos cinqüenta anos da imigração italiana no sul do Brasil ... 643
Viagem pela África através da arte: ressignificando as relações étnico-raciais na escola ... 651
Mulheres imigrantes brasileiras em Portugal - trajectórias e projectos de vida ... 659

Imigrantes africanos dos PALOP e negros brasileiros: a identidade étnica construída na imprensa de Portugal e do Brasil ... 667
Produção social da etnicidade no processo de inserção social: o caso dos africanos dos PALOP no Distrito de Braga ... 673
Identidade cigana: impacto de trajectos de mobilidade social ... 680
Reconfigurações identitárias de Imigrantes em Portugal ... 692
Construindo projectos de cidadania activa: uma análise às trajectórias associativas de descendentes de imigrantes em Portugal ... 699
Multiculturalismo, Globalización y fenómeno migratorio ... 705
Os jogos de futebol “preto vs branco” e os dilemas do início da república: construindo a “civilização brasileira”, afirmando as “identidades raciais” ... 713
Identidades Plurais evidenciadas nos espaços das feiras livres luso-afro-brasileiras ... 718
Identidades e diferenças transnacionais: reflexões sobre a esgrima japonesa no Brasil ... 720
Iemanjá é da elite? ... 728
A Pequena África de Tia Ciata: etnia e território no Rio de janeiro 1870/1945 ... 731
Contexto escolar e processos de discriminação racial: um estudo a partir das aulas de educação física ... 737
Portugal, a Europa e o império: contorções identitárias ... 744
Consciência histórica: um diálogo entre países ... 750
Ideias de alunos cabo-verdianos e portugueses sobre identidade e interculturalidade – estudos em significância histórica ... 758
Construindo identidades: ideias de jovens no contexto de actividades educativas relacionadas com o património histórico ... 769
As crianças quilombolas de Mato Grosso do Sul/Brasil e suas vivências lúdicas: relatos orais e imagens ... 778
Reconhecimento étnico da comunidade de Bastiões: rumores e conflitos ... 790
Identidade, reconhecimento e auto-estima: As experiências dos remanescentes do quilombo de Tijuaçu- BA – Brasil ... 798
Visibilidade da Tradição: uma análise da comunidade negra remanescente do quilombo de São José da Serra (1997-2007) ... 806
Afro-Brasileiro, natureza e a luta fundiária das comunidades quilombolas ... 809
Diversidade e esfera pública: conexões possíveis ... 815
Prática docente de professoras negras acerca da questão étnico-racial: a "visão" de ex-alunos ... 825
Desigualdades Étnico-Raciais, Processos de Mediação e Dinâmicas Identiárias ... 837
A construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa portuguesa ... 848
Exotismos e tropicalização: a identidade brasileira em Portugal ... 857
As representações do imigrante brasileiro no jornalismo impresso local: estudo de caso entre Braga (Portugal) e Trento (Itália) ... 862
"Nós" e "eles": percepções e representações entre portugueses (não)ciganos e ciganos: estudo de caso em três bairros (peri)urbanos de Braga ... 879
Delinquência juvenil e comunicação intergrupal ... 889
Memoria e construção de identidade em uma comunidade de descendentes de escravos no Pará, Brasil ... 894
A população negra em Londrina: invisibilidade, cultura e resistência ... 904
Dois Olhares, duas Perspectivas Históricas: como se viam os Índios no Séc. XVI e como se veem de fnais do Séc. XX aos nosso dias ... 910
O Padre Gama ... 910
Devir negro: uma proposta anti-racista no Brasil ... 919
Contextualizando os Territórios Negros e a Segregação Racial em São Paulo: ... 921
o pós abolição, o mundo urbano industrial e a globalização ... 921
Movimento Negro e suas Pedagogias Multirracionais ... 929
Direitos humanos e a experiência do observatório dos direitos indígenas no Ceará, Brasil ... 940
Imigrantes africanos dos PALOP e negros brasileiros: identidade étnica contruída na imprensa de Portugal e do Brasil ... 950
Expressar, classificar, publicar: a escrita como forma de resistência e expressão cultural entre descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (Brasil) ... 956
O polonês no Paraná (Brasil): revisitando um preconceito ... 961
“Lugar de negro é na cozinha do RU”.Cientistas sociais, questão racial, ações afirmativas e terror acadêmico ... 972

Políticas sociais (afirmativas) e universidade: a reserva de vagas na Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES ... 986
Programa de ações afirmativas no ensino superior, acesso e permanência com reserva de vagas social e étnico-racial. ... 999
Reconhecimento, capital social e ação afirmativa no Brasil ... 1002
O discurso de mulheres afro-descendentes sobre o sistema de cotas no Brasil ... 1009
Programa de reflexões e debates para a consciência negra: uma expriência da Lei 10.639/03 ... 1014
Racismo, infância e espaço escolar ... 1024
Trajetórias escolares de jovens negros brasileiros entre as desigualdades e o racismo ... 1029
Discursos e representações sobre relações étnico-raciais nos manuais escolares em países de língua portuguesa ... 1036
A presença de jovens negros na educação de jovens e adultos: herança de desigualdades educacionais e raciais no Brasil contemporâneo e/ou conquista de um direito? ... 1046
Relações étnico-raciais no Brasil e formação académica – uma experiência de debate ... 1054
Novos regimes de cidadania e reconhecimento de direitos culturais: será a política de educação intercultural uma ameaça? ... 1062
Raça, classe, políticas de ação afirmativa e cotas na educação superior brasileira ... 1068
As cotas universitárias para negros no Brasil e o caso de Londrina ... 1077
Desafio das demandas por direitos étnicos-raciais no contexto das políticas governamentais amazônidas: o caso do estado do Pará/Brasil ... 1084
Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu: ação coletiva e identidade negra em comunidades tradicionais ... 1094
Jongo, Patrimônio Imaterial e Identidade Negra ... 1101
Organização Comunitária em Territórios Jongueiros ... 1110
O sentido hegemônico das políticas culturais identitárias na Amazônia contemporânea ... 1118
Territórios e Territorialidade: Os Clubes Negros em Santa Catarina e a Formação das Cidades na Região Carbonífera no Sul do Estado ... 1125
O processo da denúncia e não-denúncia: mulheres negras em vivência de violência doméstica ... 1128
Mulheres Negras nas Ruas de Salvador no Século XIX ... 1134
Raça e identidade nacional em Os sertões de Euclides da Cunha ... 1140
Uma reflexão sobre a construção cultural das identidades coletivas - gênero, etnia e classe ... 1144
Migrações, exílios e diásporas ... 1151
Para a construção do perfil e trajecto dos Músicos Imigrantes Cabo-Verdianos na Área Metropolitana de Lisboa ... 1151
Sonoridades de afirmação: os filhos de cabo-verdianos em Portugal ... 1172
Sociopatias Migratórias- Banzo da Pós- Modernidade? Mitos e Realidades ... 1181
Acesso formal aos espaços políticos no contexto local: eleitores e eleitos nos municípios e freguesias portugueses ... 1191
Os Desafios da paz: Processo de Integração Social de Mulheres que Participaram na Guerra Civil de Angola ... 1200
Procurando entrar na fortaleza da terra prometida: translocalização da intimidade e mobilidade migratória do nordeste brasileiro para a Europa ... 1209
Uso de los Medios de Comunicación y Práticas Culturales de los Magrebies en Catalunya ... 1217
e Resiliência: dos usos e consumos mediáticos entre imigrantes dos países africanos de língua portuguesa (PALOP) e seus descendentes em Portugal ... 1230
Os meios de comunicação e a construção da União Européia e do Mercosul como espaços de integração: percepções de migrantes latino-americanos e europeus ... 1244
Deslocamentos e vivências familiares de portugueses e luso-africanos ... 1253
O retorno nas migrações forçadas: factos e mitos ... 1259
Experiência do exílio de órfãos camponeses; cotidiano, resistência e retorno a terra da tradição ... 1271
As Dimensões Territoriais dos Nordestinos na Amazônia ... 1278
Diálogo e Urbanidade Intercultural - O Imigrante, os Outros e o Espaço ... 1292
Lendo nas entrelinhas: grupos indígenas e negros no sertão baiano (Séc. XVII ao XIX) ... 1299
Cidades da cidade.Migração e desigualdades sócio-espaciais em São Luís do Maranhão ... 1307
Nas fronteiras do pertencimento: da Quinta do Silêncio à Brasilândia. A constituição de um espaço brasileiro em Portugal ... 1314
A dimensão política do refúgio. Uma análise dos ativistas políticos da Casa do Povo (1940-1960) ... 1320
A imigração síria e libanesa no sul da Bahia/ Brasil ... 1329
Transmigrantes ... 1338
Cidadania transnacional entre imigrantes sul-americanos em São Paulo ... 1344

Aproximações Teóricas e Empíricas. As Redes de capoeira em Madrid (Espanha) 1350
Migrações científicas: experiências de partida e retorno dos investigadores portugueses..... 1362
O brain drain associado aos migrantes universitários cabo-verdianos 1369
Do colono imigrante ao emigrante colonizador: o caso dos poloneses no Paraná (Brasil), 1870-1920..... 1382
Histórias de migração - imaginando a capital 1388
Raízes italianas na Amazônia Brasileira: fluxos migratórios do final do século XIX ao início do século XX..... 1401
Vidas em Português: Luso-tropicalismo, Lusofonia e poder no contexto imigratório em Portugal 1412
'América' e seus conceitos: formações, mudanças e perspectivas 1423
A imagem do sujeito diaspórico em "Árido Movie"e "Essa Terra". 1430
O sonho de voltar rápido do Japão para viver no Brasil agora é uma utopia: os nikkeis do Brasil no 1434
Bandeirantes do Oriente ou Perigo Amarelo: os imigrantes japoneses e a DOPS..... 1442
Imigração retorno e retorno do reprimido 1453
Migrações temporárias do Nordeste para o Sudeste do Brasil: Trabalhadore/as do Piauí para a agroindústria canavieira de São Paulo 1459
Estudo de caracterização da população estrangeira, com estatuto legal, residente na freguesia de Almancil 1473
Redes sociais e acesso ao Mercado de trabalho dos jovens originários dos PALOP em Portugal 1481
Imigrantes, Minorias Étnicas e Autarquias - A (in)visibilidade institucional das políticas de integração social..... 1489
Estrangeiros na Metrópole de São Paulo: vínculos e rupturas..... 1500
Imigrantes cristãos ortodoxos sírio-libaneses na cidade de São Paulo – religião e identidade..... 1514
Usos e imginários e imaginários mediáticos transnacionais nos processos de cidadania de migrantes em Porto Alegre e Barcelona..... 1521
Saberes e fazeres africanos e da diáspora..... 1534
Nação, Estado e sistemas políticos..... 1539
Intelectuais ibgeanos: quesito raça/ cor e o projeto de nação e modernização brasileira (1936-1960)..... 1539
A desvinculação religiosa na instauração do Estado moderno e as suas metamorfoses na contemporaneidade..... 1548
A República brasileira também desterra: legislação, ordem e suas práticas – o caso de 1892. 1553
ProTagonismo Feminino nas Eleições Multipartidárias Cabo-Verdianas 1561
Institucionalização dos Sistemas Partidiários na África Lusófona. O caso Cabo-Verdiano..... 1568
Francisco Campos e os fundamentos do constitucionalismo antiliberal no Brasil 1580
Poder Local, Política e Cidadania* 1593
Mudar para não mudar: políticas públicas e pobreza no sertão semi-árido do Ceará - Brasil 1600
Corporativismo e família:tradição luso-brasileira no marco da Representação Complexa 1612
Gisele Silva Araújo 1612
Senhores e escravos na justiça do Brasil imperial..... 1620
O espelho fraterno e o paradigma do republicanismo: Portugal-Brasil, 1889-1910 1632

Sindicalismo, movimentos sociais e cidadania

Práxis educativa e libertação do ser humano: as CEBs como movimento social

Claudemiro Godoy do Nascimento Claudemiro
Universidade Federal do Tocantins - UFT
claugnas@uft.edu.br

Resumo: Pretende-se com este artigo refletir as CEBs como movimento social inserido num dado momento histórico da realidade brasileira (1968-1992). Além disso, apresentar determinadas práxis educativas de libertação do ser humano promovidas pelas CEBs ao longo desses anos. Sabe-se que as CEBs foram protagonistas em suas ações ao realizar articulações formativas de agentes de pastoral, religiosos ou leigos, e que passaram a exercer um papel fundamental na sociedade, como intelectuais orgânicos de uma proposta transformadora. Por fim, faz-se necessário dizer que a reflexão realizada se encontra ainda em fase de construção, pois compreendemos que os estudos até o momento realizados são introdutórios e preliminares.
Palavras-chave: CEBs, movimentos sociais, educação, práxis, libertação, teologia.

Introdução

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) constituíram-se na história brasileira como um amplo movimento social a partir do final da década de 60 e início da década de 70 até fins dos anos 80, entrando em refluxo a partir dos anos 90 devido o avanço de tendências neoconservadoras ligadas a movimentos pentecostalistas como a Renovação Carismática Católica, Opus Dei, Comunhão e Libertação, entre outros (COMBLIN, 1996).

Como movimento social, as CEBs foram interpeladas a assumir um papel de iracúndia na sociedade brasileira que sofria com as mazelas do Regime Militar, bem como com o mito do desenvolvimento e do progresso. De certa forma, as CEBs tornaram-se uma resposta de uma Igreja popular que surgia diante de uma Igreja Oficial e hierárquica omissa. "*Uma Igreja dos pobres*" foi como ficou conhecido este movimento que, sem dúvida, provocou situações de conflito dentro da sociedade e no interior da própria Igreja Institucional.

A organização em pequenas comunidades promoveu a "*irrupção dos pobres*" que tinham, em suas comunidades, espaços de formação e de conscientização popular. Uma conscientização não isolada e individual, muito menos, uma conscientização de transmissão de um sujeito que sabe para outro que não sabe, mas, uma conscientização em comunhão como bem afirmava Paulo Freire (1987) em sua Pedagogia do Oprimido. Assim, com o surgimento das CEBs e sua irrupção dos pobres dois problemas poderiam ser resolvidos, naquele momento histórico específico, a saber: a transformação da sociedade e a transformação da Igreja.

Nas periferias das cidades às comunidades rurais, das lutas pela moradia e por creches nas grandes cidades ao processo de luta pela terra promovida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) junto às comunidades cristãs da roça, da busca incondicional pelos direitos humanos dentro do Regime Militar aos processos de formação dos agentes de pastorais, em nosso entender, constituíram-se como espaços de formação de uma nova cultura política alicerçadas na lógica da resistência e da luta social. Lutas sociais de resistência que possibilitaram o direito aos excluídos em interpretar o mundo.

De Norte a Sul, nasceram CEBs que buscavam unir fé e ação numa única relação que consideramos dialética. A fé dos peões, dos bóias-frias, dos sem-teto, dos sem-terra, dos operários, dos seringueiros, dos desempregados, dos moradores de rua, dos presos, dos analfabetos, dos ribeirinhos, dos pescadores, dos favelados, dos acampados, dos ameaçados de morte, entre outros. Uma fé que se unia a uma ação política, comprometida e utópica que pretendia transformar a sociedade capitalista desumana em uma nova sociedade humanizada, emancipada e liberta de todas as correntes da escravidão promovida pela lógica racionalista do capital que mantinha "*os pobres cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos*".

Daí compreendermos também que as CEBs foram um movimento organizado da sociedade civil no interior da Igreja que proporcionou o surgimento de novas lideranças sociais, de novos intelectuais orgânicos e de novos atores políticos que, pela formação em comunhão, pôde-se criar um novo conceito de cultura política. Houve uma substituição do velho conceito de cultura política despótica, coronelista, caciquista, oligárquica (TOURAINE, 1989) por uma nova cultura política de participação popular e com uma dimensão cidadã diferente do cidadão liberal-burguês defendido amplamente pelo capitalismo.

Neste sentido, afirma Freire (1995: p. 74) acerca da cidadania:

> Não dá pra dizer que a educação crie a cidadania de quem quer que seja. Mas sem a educação é difícil construir a cidadania. A cidadania se cria como uma presença ativa, crítica, decidida, de todos nós com relação à coisa pública. Isso é dificílimo, mas é possível. A educação não é a chave para a transformação, mas é indispensável. A educação sozinha não faz, mas sem ela também não é feita a cidadania.

Gohn (1999: p. 43) explica bem o papel desses novos atores orgânicos que, nas CEBs, foram muito comuns nas décadas de 70 e 80, a saber;

> (...) resgatar sua cultura, porque ela é também força sociopolítica, mas esta tarefa deve ser feita por um agente mediador, diferente do intelectual orgânico tradicional, oriundo das vanguardas dos partidos políticos de esquerda, que levaria uma

"**verdade esclarecida**". O novo intelectual, assessor/mediador deveria ouvir o povo e sistematizar seu conhecimento. Ele deveria educar a sensibilidade desse povo.

Dessa forma, queremos refletir sobre as CEBs a partir de três ângulos principais, a saber: as CEBs como movimento social, suas bases epistemológicas na Teologia da Libertação e sobre as práxis educativas das CEBs a partir de dois eixos: os encontros intereclesiais e as Campanhas da Fraternidade realizadas durante o período histórico proposto para esta reflexão.

As CEBs como movimento social

As Comunidades Eclesiais de Base podem ser definidas como uma reunião de pessoas ao redor da mesma fé. Contudo, numa perspectiva sócio-política as CEBs podem ser definidas como um grupo de pessoas que se reuniam (ou em alguns lugares se reúnem ainda) para refletir os problemas da comunidade à luz de fé e de uma hermenêutica libertadora que fazem da Bíblia. Talvez esteja generalizando, mas, em nossa compreensão, as CEBs foram um dos poucos movimentos que utilizaram a Bíblia como instrumento de libertação e emancipação do ser humano, ao contrário do que historicamente foi realizado, ou seja, utilização da Bíblia como instrumento de coerção, inculcação, domesticação e escravidão.

Frei Betto (1981) relata que as CEBs não são homogêneas, ao contrário, são heterogêneas devido a grande diversidade cultural onde estão inseridas.

No século XX, os movimentos sociais ganharam visibilidade no cenário mundial e nas sociedades enquanto fenômenos históricos concretos, ou seja, "*os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais*" (GOHN, 2000: p. 19-20). Por isso, a categoria movimento social foi objeto de debate em diversas áreas do conhecimento como sociologia, educação, antropologia e a política o que permitiu várias linhas de conceituação sobre o assunto. Além disso, Gohn (2000: p. 62) revela que os "*movimentos sociais são, em larga escala, esforços coletivos em busca de mudanças ou para resistir a elas. Eles alteram a vida das pessoas*".

Coincidentemente, as CEBs se tornaram nas décadas de 70 e 80 do século passado, fenômenos históricos de compromisso com as lutas sociais focalizadas em cada região da América Latina. Um movimento social que nasce dentro da Igreja que se transformava diante da abertura promovida pelo Concílio Vaticano II e pela secularização. Os esforços das CEBs foram para realizar mudanças na vida das pessoas, no cotidiano das comunidades que estavam sob a égide de uma profunda barbárie provocada pelas inúmeras formas de desigualdade social. Daí concordarmos com Gohn (2000: p. 63) quando afirma que os "*movimentos sociais não surgem como resultado de acontecimentos abruptos ou dramáticos, mas devido ao aumento de experiências tidas como injustas e desiguais*".

Assim, podemos entender as CEBs como movimento social na perspectiva de que suas ações permitiram, no recorte histórico específico (1968-1992), promover seres humanos inseridos na realidade de marginalização à "*sujeitos da história, atores, agentes dinâmicos, produtores de reivindicações e demandas, e não como simples representantes de papéis atribuídos de antemão pelo lugar que ocupariam no sistema de produção*" (GOHN, 2000: p. 143).

Segundo a cientista política Maria da Glória Gohn ao analisar as características e especificidades dos movimentos latino-americanos destaca o importante papel dos movimentos populares ligados à Igreja, em nossa concepção, ligados às Comunidades Eclesiais de Base.

Os movimentos populares que se destacaram e se tornaram conhecidos internacionalmente foram os que estavam sob o manto protetor da Igreja católica em sua ala progressista, da Teologia da Libertação, conforme já assinalado e de amplo conhecimento público. A religião é de modo geral um valor muito importante na vida do homem pobre latino-americano. O passado colonial moldou uma cultura em que religião é sinônimo de esperança. As camadas populares sempre buscam a religião: a católica, as de origem africana ou as modernas seitas contemporâneas. A Igreja católica sempre teve uma presença marcante na América Latina, dentro da correlação das forças sociopolíticas existentes (GOHN, 2000: p. 229-230).

Mas, como poderíamos definir movimentos sociais para que possamos entender as CEBs enquanto tal? A partir da visão de Gohn (2000), mesmo com a possibilidade de equívocos, sentimos que as definições dadas por Touraine (1965, 1973, 1989 e 1994) contemplam nossas intencionalidades.

> Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam. (GOHN, 2000: p. 251-252).

Dessa forma, compreendemos as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) como um movimento social fortemente presente e atuante em outros movimentos sociais e populares da sociedade civil, bem como presente e atuante nos sindicatos, nos partidos políticos e nas ONGs. Suas ações, sem dúvida, foram sócio-políticas determinadas por um conjunto de atores coletivos inseridos em vários eixos de ação-participação da sociedade brasileira e latino-americana.

Bases Epistemológicas das CEBs

A teologia da libertação enquanto fonte epistemológica das CEBs interrogava: Como tornar-se cristão num mundo repleto de miseráveis e injustiçados? Trata-se de uma chave para se compreender a teologia da libertação e seu referencial teórico, os quais se destacam: Assman (1973), Boff (1975), Galilea (1977), Gutiérrez (1971), Richard (1984) e Segundo (1975).

Daí a urgência necessidade da com-paixão – *compaixão* – com os pobres a paixão - origem do ato de libertação, para com as pessoas que se encontram presentes e inseridas em realidades escandalosas espalhadas pelo mundo todo, principalmente, na África, Ásia e América Latina. Por isso, a práxis educativa das CEBs se enche de iracúndia, aquilo que Freire (2000) chama apaixonadamente de pedagogia da indignação diante de infernos sociais e humanos causados pelo racionalismo do capital e pelo endeusamento à lógica do mercado.

Assim, não se pode negar que teologia da libertação e pedagogia da indignação encontravam-se dialeticamente intrínsecas e presentes nas ações das CEBs nos anos 70 e 80 do século XX. Segundo Boff e Boff (2001: p. 14) "*por detrás da Teologia da Libertação existe a opção profética e solidária com a vida, a causa e as lutas destes milhões de humilhados e ofendidos em vista da superação desta iniqüidade histórico-social*". Trata-se da fé que se encontrava com as injustiças feita aos pobres. Mas quem eram os pobres na visão de Boff e Boff (2001: p. 15):

> (...) são os operários explorados dentro do sistema capitalista; são os subempregados, os marginalizados do sistema produtivo – exército de reserva sempre à mão para substituir os empregados – são os peões e posseiros do campo, os bóias-frias como mão-de-obra sazonal. Todo este bloco social e histórico dos oprimidos constitui o pobre como fenômeno social.

Com isso, a urgência da libertação urge na história daqueles que se encontram expostos a uma realidade de exclusão. Libertação significa literalmente *ação que liberta* que deve superar os riscos de entrarmos em duas atitudes perigosas, a saber: o assistencialismo e o reformismo, situações comuns quando se quer fazer "**remendos**" com as pessoas que se encontram nos porões da vida.

No assistencialismo há comoções em relação ao quadro de miserabilidade coletiva, daí que, procuram-se ajudar os carentes, os despossuídos. Essa ajuda torna o pobre em objeto de caridade o que determina a não-libertação da pessoa enquanto sujeito da história. Segundo Boff e Boff (2001: p. 17) "*o assistencialismo gera sempre dependência dos pobres, atrelados às ajudas e decisões dos outros, não podendo ser sujeitos de sua própria libertação*".

No reformismo, amplia-se a manutenção das relações sociais e da estrutura da sociedade capitalista. Aparentemente, as reformas apresentam processos de desenvolvimento social e econômico, mas, por detrás das aparências, o desenvolvimento é realizado à custa dos pobres, dos excluídos da sociedade. Trata-se de um desenvolvimento elitista, explorador e excludente que necessita manter tais equações para legitimar e perpetuar o bem-estar das classes dominantes.

Para a teologia da libertação se faz necessário a promoção de um Estado de libertação da pessoa humana e da própria sociedade.

> Na libertação, os oprimidos se unem, entram num processo de conscientização, descobrem as causas de sua opressão, organizam seus movimentos e agem de forma desarticulada. Inicialmente reivindicam tudo o que o sistema imperante pode dar (melhores salários, condições de trabalho, saúde, educação, moradia etc.; em seguida, agem visando uma transformação da sociedade atual na direção de uma sociedade nova marcada pela participação ampla, por relações sociais mais equilibradas e justas e por formas de vida mais dignas. (BOFF e BOFF, 2001: p. 18).

Percebemos que os autores acima destacam determinadas categorias possuídas de práxis pedagógica, a saber: união, processo de conscientização, descobertas, organização e ação. Contudo, para que a práxis pedagógica da teologia da libertação entrasse em vigor tornava-se necessário e conclamava-se a "*emergência de uma nova consciência libertária*" que tivesse como finalidade "*libertar a liberdade cativa*".

> (...) emerge a libertação como estratégia dos próprios pobres que confiam em si mesmos e em seus instrumentos de luta com os sindicatos independentes, organizações camponesas, associações de bairros, grupos de ação e reflexão, partidos populares, comunidades eclesiais de base. A eles se associam grupos e pessoas de outras classes sociais que optaram pela mudança da sociedade e se incorporam em suas lutas. (BOFF e BOFF, 2001: p. 19).

Com a teologia da libertação a religião deixava de ser ópio do povo e passava a ser caracterizada como projeto de emancipação das pessoas que visava fazer do *não-homem* um homem pleno, um novo homem, conseqüentemente, daí surgiria uma nova humanidade.

Enquanto epistemologia das CEBs, a teologia da libertação apresenta um método a partir de três momentos assim determinados historicamente, a saber: ver, julgar e agir. O método ver-julgar-agir apresenta três medições que permeiam o processo de laboração da teologia da libertação: mediação sócio-analítica, mediação hermenêutica e mediação prática. A mediação sócio-analítica do método da teologia da libertação é a que mais nos interessa nesta reflexão, pois procurar entender o fenômeno da opressão a partir de três respostas possíveis: a empirista, a funcionalista e a dialética.

MÉTODO DO "VER-JULGAR-AGIR"

FONTE: IRIARTE (1992: p. 31).

A explicação empirista vê a pobreza e a miséria como vício com causas na indolência, na ignorância ou na maldade humana. Trata-se de uma concepção vulgar de miséria social muito utilizada pelas ações assistencialistas, pois a pobreza não é atacada pelo fato do pobre ser visto como "**coitado**".

A explicação funcionalista percebe a pobreza como atraso econômico e social onde a saída são as reformas promovidas pelo Estado e seus governos. Por um lado, os funcionalistas reconhecem a pobreza como fenômeno coletivo, mas, por outro lado, negam a existência de conflititividade nas ações que buscam sua superação.

Por fim, a explicação dialética que vê na pobreza um fenômeno coletivo e conflitivo presente na sociedade de classes e exige sua superação para que se crie a alternativa possível. A superação se dá pela revolução ou transformação da sociedade e não por reformas e, muito menos, por práticas de caridade de cunho assistencialistas. Daí que o pobre surge como sujeito para superar sua própria pobreza econômica e social. Contudo, não podemos delimitar o conceito de pobreza do pobre somente ao âmbito social e econômico. O conceito de pobreza é muito maior do que a sociedade e a economia para a teologia da libertação.

Há que se entender que a teologia da libertação tornou-se a bandeira para uma nova sociedade. Não mais bandeira de pura *con-testação* e, muito menos, de *con-servação*, mas, de **construção** que permitisse uma "*sociedade alternativa ao capitalismo e alternativa ao socialismo – sociedade mais plena e mais humana, sociedade livre e libertada numa palavra, sociedade de libertos*" (BOFF e BOFF, 2001: p. 149).

Para compreendermos o que foi a CEBs nos anos 70 e 80 do século passado, pretendemos dizer, a priori, o que não se caracteriza como sendo CEBs. Para isso, contamos com a discussão que Iriarte (1992) realiza acerca do que não é CEBs. O autor relata que as CEBs não se tratam de um grupo de oração, de uma irmandade ou de uma associação religiosa. Além disso, as CEBs não podem ser fragmentadas como sendo um grupo de estudos, de reflexão e de discussão, muito menos, um grupo somente de base e um grupo de protesto que se isola do restante da sociedade.

Por isso, nesta reflexão pretendemos perceber as CEBs para além de *um novo jeito de ser Igreja*. Mas reconhecer que as CEBs foram dentro da estrutura da sociedade latino-americana e, principalmente, brasileira um movimento social em ação, ou seja, um meio para se atingir a libertação. Daí que, as CEBs ao produzirem espaços de ação libertadora e emancipadora do ser humano, produziram, também, práxis educativas que formaram e informaram as pessoas que, em comunhão, passaram a lutar por dignidade e justiça social.

CEBs e práxis educativa: a libertação do ser humano

Nesta terceira parte queremos apresentar as CEBs que fomentou práxis educativas na sociedade brasileira, tendo em vista a libertação integral do ser humano. Dois espaços de práxis educativa se constituíram ao longo da história das CEBs no período que nos propomos a refletir, ou seja, de 1968 a 1992, a saber: os Encontros Intereclesiais de CEBs e as Campanhas da Fraternidade que, embora institucionalizadas pela Igreja Oficial, são realmente refletidas nas pequenas comunidades já que os movimentos conservadores da Igreja Católica nunca viram com bons olhos a aproximação da instituição com temáticas sociais que questionam o ***status quo*** do liberalismo burguês.

Os intereclesiais de CEBs: espaços de práxis educativa

Apresentamos abaixo um quadro demonstrativo dos 11 Encontros Intereclesiais de CEBs realizados até os dias atuais, a saber:

INTERECLESIAIS DE CEBs

Encontro	Tema	Local	Número de Participantes	Ano
1º Intereclesial	*Uma Igreja que nasce do povo pelo Espírito de Deus*	Vitória – ES	80	1975
2º Intereclesial	*Igreja, Povo que caminha*	Vitória – ES	100	1976
3º Intereclesial	*Igreja, povo que se liberta*	João Pessoa – PB	150	1978

4º Intereclesial	*Igreja, povo oprimido que se organiza para a libertação*	Itaici – SP	300	1981
5º Intereclesial	*CEBs, povo unido, semente de uma nova sociedade*	Canindé – CE	489	1983
6º Intereclesial	*CEBs, povo de Deus em busca da terra prometida*	Trindade – GO	1.647	1986
7º Intereclesial	*Povo de Deus na América Latina a caminho da libertação*	Duque de Caxias – RJ	2.550	1989
8º Intereclesial	*Povo de Deus renascendo das culturas oprimidas*	Santa Maria – RS	2.432	1992
9º Intereclesial	*Cebs, vida esperança nas massas*	São Luís – MA	2.798	1997
10º Intereclesial	*Cebs, povo de Deus, 2000 anos de caminhada*	Ilhéus – BA	3.063	2000
11º Intereclesial	*Cebs, espiritualidade libertadora*	Ipatinga – MG	3.806	2005
12º Intereclesial	*CEBs: Ecologia e Missão*	Porto Velho – RO	-	2009

Fonte: CNBB (2008).

Conforme podemos observar, os temas dos encontros intereclesiais das CEBs são provocativos. Provoca-se, de um lado, a sociedade brasileira a pensar uma nova práxis de libertação do ser humano e, de outro lado, a própria Igreja com seus muros conservadores que se destina a viver no mofo e nas teias de aranha.

Com a realização dos encontros intereclesiais, as CEBs passaram a ter uma grande visibilidade nacional conforme é destacado na citação abaixo:

> Do Amazonas ao Rio Grande do Sul vêm sendo criadas as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base). De uma região para outra elas variam muito em suas fórmulas, aspectos, condições. Mas todas estruturam-se dentro de um mesmo princípio filosófico: inspiradas no Concílio Vaticano II, defendem a libertação do homem por seu próprio esforço. Acusadas de comunistas ou subversivas, as Comunidades de Base têm como uma de suas principais funções o desenvolvimento da consciência política – apartidária e não ideológica – e o despertar do povo para os seus direitos. Com isso desencadeiam um processo de reflexão crítica sobre a realidade dos problemas locais e as causas dessas realidades (Jornal do Brasil, 14 de maio de 1978, citado por PERANI, 1978: p. 36).

Os encontros intereclesiais foram (ou ainda são?) uma tentativa de articular as experiências das comunidades do Brasil em momentos comuns, de partilha, de celebração da vida, de análises da conjuntura política, econômica e social. Os intereclesiais foram um forte momento de animar e fortalecer as comunidades na caminhada, na continuidade de suas lutas sociais e na comunhão de ações que integram o bojo das esperanças e utopias de uma nova sociedade, mais justa e solidária. Os delegados dos Intereclesiais tinham o compromisso de levar as discussões realizadas durante o encontro para suas comunidades de origem e ali "***inculturar***" pedagogicamente o refletido na realidade social e nas lutas promovidas no cotidiano.

O papel dos assessores/mediadores é imprescíndivel nos encontros intereclesiais, já que são eles que dão a tonalidade da caminhada e da animação de todos os participantes. Por isso, os intereclesiais se tornaram espaços de formação popular, de educação não-formal, intencional, de formação para uma outra cidadania que rompesse com as velhas praticas de cidadania liberal-burguesa. Dessa forma, defendemos a idéia histórica de que a partir de 1968 com a realização da Conferência Episcopal de Medellín até 1992 com a realização da Conferência Episcopal de Santo Domingo, as CEBs tiveram espaços de acolhida em determinados setores da Igreja-Instituição. Após 1992, as CEBs entraram em refluxo dentro da Igreja e da própria sociedade. Os motivos desse refluxo ainda são incertos, mas apontamos duas hipóteses que no futuro pretendemos observar, a saber: o avanço do pentecostalismo e do neo-pentecostalismo, dentro e fora da Igreja Católica e, também, o fluxo de setores conservadores da Igreja junto à hierarquia da Igreja como a Opus Dei que vê as CEBs como um braço direito do marxismo que penetrou na Igreja-Instituição.

Evidentemente que os encontros intereclesiais passaram a ser vistos como encontros de marxistas, de subversivos e de socialistas travestidos de padres. O clima sempre foi tenso e piorou quando as CEBs, por exemplo, por meio do compositor Zé Vicente de Cratéus – Ceará, compôs o canto popular que, em sua letra, traz elementos do sentido e da luta social das comunidades, a saber: "Pai-Nosso dos Mártires". Comparar Deus com os pobres era demais para os conservadores e para as elites católicas liberais-burguesas.

> Pai Nosso, dos pobres marginalizados! Pai Nosso, dos mártires, dos torturados!

> Teu nome é santificado naqueles que morrem defendendo a vida. Teu nome é glorificado quando a justiça é a nossa medida. Teu reino é de liberdade, de fraternidade, paz e comunhão. Maldita toda violência que devora a vida pela opressão. Ô, ô, ô, ô ...
>
> Queremos fazer tua vontade, és o verdadeiro Deus Libertador. Não vamos seguir as doutrinas corrompidas pelo poder opressor. Pedimos-te o pão da vida, o pão da segurança, o pão das multidões, O pão que traz humanidade, que constrói o homem em vez de canhões. Ô, ô, ô, ô ...
>
> Perdoa-nos quando por medo, ficamos calados diante da morte. Perdoa, e destrói o reino, em que a corrupção é a lei mais forte. Protege-se nos da crueldade, do esquadrão da morte, dos prevalecidos. (ZÉ VICENTE)

Campanhas da Fraternidade: o compromisso de "educar" toda sociedade

O surgimento da Campanha da Fraternidade (CF) aconteceu a partir de uma campanha local criada em Natal – RN no ano de 1961 com o objetivo de arrecadar fundos para a Cáritas Brasileira. A partir de 1962, a campanha recebeu novas adesões diocesanas e, com isso, foi crescendo a cada ano. A partir de 1964, a CNBB adota a CF como instrumento das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral.

Precisa ser destacado que o momento histórico era propício. O Concílio Vaticano II encontrava-se em plena atividade o que daria novos rumos para a Igreja Católica no mundo. Um novo sentido que buscaria fazer da Igreja descer do pedestal medieval e inserir-se num novo tempo, de compromisso com os pobres e de co-responsabilidade pela transformação do mundo, das sociedades humanas e das pessoas, escravizados pelo sistema capitalista e pelas experiências mal-sucedidas do socialismo.

No Brasil, a CF tornou-se um processo, um instrumental, uma referência de análise da realidade brasileira. Podemos definir como objetivos permanentes da CF como sendo:

> (...) despertar o espírito comunitário e cristão no povo de Deus, comprometendo, particularmente, os cristãos na busca do bem comum; educar para a vida em fraternidade, a partir da justiça e do amor, exigência central do Evangelho; renovar a consciência da responsabilidade de todos pela ação da Igreja na Evangelização, na promoção humana, em vista de uma sociedade justa e solidária (todos devem evangelizar e todos devem sustentar a ação evangelizadora e libertadora da Igreja). (CNBB, 1998: p. 21).

A Campanha da Fraternidade (CF) é uma campanha de reflexão realizada anualmente pelas comunidades, principalmente por aquelas que, direta ou indiretamente, são ligadas pelas CEBs. Evidentemente que trata-se de uma campanha promovida pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), logo, é uma atividade institucional da Igreja Católica. Contudo, nem todos os grupos ligados à Igreja adotam a CF como proposição já que discordam dos eixos temáticos.

A CF é refletida com mais regularidade nas CEBs, hoje, com uma menor ênfase do que nos anos de 1968 a 1992. O principal objetivo das campanhas da fraternidade é o despertar da sociedade para questões que afetam a vida de alguma forma. Trata-se de reflexões concretas da realidade brasileira com estudos cientificamernte elaborados sobre a questão abordada.

Abaixo, apresentamos a tabela que demonstra o caminho das Campanhas da Fraternidade realizadas, suas fases, períodos, anos, temas e lemas.

Campanhas da Fraternidade realizadas e a realizar

FASES	**Períodos**	**Ano**	**Tema**	**Lema**
1ªFase: Renovação Interna da Igreja	Renovação da Igreja	1964	Igreja em Renovação	Lembre-se você também é Igreja
		1965	Paróquia em Renovação	Faça de sua paróquia uma comunidade de fé, culto e amor
	Renovação do Cristão	1966	Fraternidade	Somos responsáveis uns pelos outros
		1967	Co-responsabilidade	Somos todos iguais, somos todos irmãos
		1968	Doação	Crer com as mãos
		1969	Descoberta	Para o outro, o próximo é você
		1970	Participação	Participar
		1971	Reconciliação	Reconciliar
		1972	Serviço e Vocação	Descubra a felicidade de servir
2ª Fase: A Igreja preocupa-se com a realidade social do povo	Denúncia do pecado social e promoção da justiça	1973	Fraternidade e Libertação	O egoísmo escraviza, o amor liberta
		1974	Reconstruir a vida	Onde está teu irmão?
		1975	Fraternidade é Repartir	Repartir o Pão

		1976	Fraternidade e Comunidade	Caminhar juntos
		1977	Fraternidade na Família	Comece em sua casa
		1978	Fraternidade no Mundo do Trabalho	Trabalho e justiça para todos
		1979	Por um mundo mais humano	Preserve o que é de todos
		1980	Fraternidade no mundo das migrações: exigência da Eucaristia	Para onde vais?
		1981	Saúde e Fraternidade	Saúde para todos
		1982	Educação e Fraternidade	A verdade vos libertará
		1983	Fraternidade e Violência	Fraternidade Sim, Violência Não
		1984	Fraternidade e Vida	Para que todos tenham Vida
		1985	Fraternidade e Fome	Pão para quem tem fome
		1986	Fraternidade e Terra	Terra de Deus, Terra de Irmãos
		1987	A Fraternidade e o Menor	Quem acolhe o menor, a mim acolhe
		1988	A Fraternidade e o Negro	Ouvi o clamor deste povo
3ª Fase: A Igreja volta-se para situações existenciais do povo brasileiro	Temas sociais, políticos, econômicos e culturais	1989	A Fraternidade e a Comunicação	Comunicação para a verdade e a paz
		1990	A Fraternidade e a Mulher	Mulher e homem: imagem de Deus
		1991	A Fraternidade e o Mundo do Trabalho	Solidários na dignidade do trabalho
		1992	Fraternidade e Juventude	Juventude: caminho aberto
		1993	Fraternidade e Moradia	Onde moras?
		1994	A Fraternidade e a Família	A família, como vai?
		1995	A Fraternidade e os excluídos	Eras tu, Senhor?
		1996	A Fraternidade e a Política	Justiça e Paz se abraçarão
		1997	A Fraternidade e os encarcerados	Cristo liberta de todas as prisões
		1998	Fraternidade e Educação	A serviço da vida e da esperança
		1999	Fraternidade e os desempregados	Sem trabalho... Por quê?
		2000	Dignidade Humana e Paz	Novo Milênio sem Exclusões
		2001	Fraternidade e Drogas	Vida Sim, Drogas Não
		2002	Fraternidade e Povos Indígenas	Por uma terra sem males
		2003	Fraternidade e as Pessoas Idosas	Dignidade, Vida e Esperança
		2004	Fraternidade e Água	Água: Fonte de vida
		2005	Solidariedade e Paz	Felizes os que promovem a paz
		2006	Fraternidade e Pessoas com deficiência	Levanta-te, vem para o meio!
		2007	Fraternidade e Amazônia	Vida e Missão neste chão
		2008	Fraternidade e Defesa da Vida	Escolhe, pois, a vida
		2009	Fraternidade e Segurança Pública	A paz é fruto da justiça

Fonte: CNBB (2008).

Sem a intencionalidade epistemológica de analisar os temas da CF, queremos destacar que nas CEBs, tais temas eram refletidos com metodologias estratégias de inserir as reflexões nas ações das pessoas e da luta social. De 1968 a 1992, alguns temas chamam a atenção pela sua história e por seus efeitos nas CEBs do Brasil, entre as quais destacamos três:

Participar (1970) onde se refletiu a importância do agente cristão participar das discussões políticas, econômicas, culturais, eclesiais e sociais, já que a participação é o ponto chave para se ter a luta social.

Fraternidade é Repartir (1975) que apontou os males da sociedade do consumo, do individualismo, do egoísmo narcisista e social. Esta campanha possibilitou com que muitas comunidades pudessem ser co-responsáveis por outras. Repartir significa também assumir, em comunhão, os compromissos de luta contra as injustiças e contra as causas que leva a termos uma sociedade desigual.

Fraternidade e Terra (1996) geraram um grande debate na sociedade brasileira acerca da reforma agrária. Estávamos no momento histórico onde a UDR e as forças reacionárias do campo buscavam se organizar para derrotar as lutas

implementadas pelos movimentos sociais do campo como o MST e a CPT. A Igreja e a questão da terra são palcos de reflexões e debates, pois com a CF, as comunidades puderam compreender da importância de se repartir a terra que é de todos e não dos latifundiários.

Acreditamos que as Campanhas da Fraternidade puderam realizar uma real práxis educativa, subjetiva e coletiva, nas várias CEBs espalhadas pelo Brasil, principalmente, dos anos de 1968 a 1992, que consideramos o auge das experiências das CEBs no Brasil. Práxis educativas que possibilitaram a luta social na comunidade, na família, no trabalho, nos migrantes, nos sem-terras, nos negros, na mulher, na comunicação, nos sem-comida, nos desempregados, enfim, em todas as situações existenciais de risco.

Considerações finais

Não se pretende concluir a reflexão. Consideramos que seria um dogma racionalista tentar concluir algo acerca das CEBs e das experiências educativas apontadas nesta reflexão.

No entanto, faz-se necessário destacar que as CEBs tiveram um papel fundamental na sociedade brasileira. Foram, sem dúvida, celeiro de formação de novas lideranças, novos atores e sujeitos políticos que surgiram com uma postura ético-cristã dentro da sociedade e no mundo.

Concordamos com Dom Pedro Casaldáliga, hoje bispo emérito de São Félix do Araguaia/MT, que aponta os desafios das CEBs para este século XXI, a saber:

> - **O século XXI ou será místico ou não será humano**. Por que a mística é esse sentido profundo da vida, essa abertura ao horizonte de Deus, em busca da resposta última.
>
> - **O século XXI cristão optará pelos excluídos ou não será cristão**. À medida que cresce a criminosa desigualdade no mundo, excluídas da vida e da dignidade as minorias humanas, a opção pelos pobres aparece cada vez mais como constitutivo essencial da Igreja de Jesus.
>
> - **O século XXI cristão, ou será ecumênico ou não será eclesial**. Poderá ser uma berrante eclosão de minicristianismos sem consistência evangélica e sem comunhão testemunhante, mas não a Igreja de Jesus, testemunha da Páscoa, enviada para que o mundo creia;
>
> - **O século XXI, ou será ecológico ou simplesmente 'não será'**. Não que eu creia que esteja chegando o fim do mundo nesse cacarejado ano 2000; mas segundo as ciências e as esperanças, parece, sim, que estamos empenhados todos em acabar com o ar, com a água, com a floresta, com a vida. A ecologia é a grande política pendente, e deve ir sendo, cada vez mais, ética, teologia, espiritualidade. (A Escada de Jacó – Circular Fraterna, 1999).

Como afirmamos na introdução desta reflexão, a cidadania das CEBs se difere da cidadania liberal-burguesa. Diferenças substanciais, já que o conceito de cidadania nas CEBs não se resume ao cidadão isolado, ser individual. Ao contrário, trata-se de uma cidadania coletiva e comunitária que são elaboradas especificamente pelos movimentos sociais organizados. É diante dessa cidadanização coletiva que apontamos as CEBs como movimento social que buscou, de 1968 a 1992, uma práxis educativa que libertasse o ser humano da longa escuridão perpétua do capitalismo e suas conseqüências desastrosas para toda a humanidade. Neste sentido, afirma a cientista política dos movimentos sociais Maria da Glória Gohn:

> O desenvolvimento explorador e espoliativo do capitalismo, a massificação das relações sociais, o descompasso entre o alto desenvolvimento tecnológico e a miséria social de milhões de pessoas, as frustrações com os resultados do consumo insaciável de bens e produtos, o desrespeito à dignidade humana de categorias sociais tratadas como peças ou engrenagens de uma máquina, o desencanto com a destruição gerada pela febre do lucro capitalista etc., são todos elementos de um cenário que cria um novo ator histórico enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais: os movimentos sociais. (GOHN, 1992: p. 15-16).

Com essas palavras, acreditamos que as CEBs como movimento social foi um novo ator histórico e um agente coletivo de mobilização e pressão devido, principalmente, a sua dimensão de organização sócio-política e a sua dimensão de cultura política que rompeu com as velhas práticas de cultura política alicerçadas na lógica do patrimonialismo oligárquico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Leonardo (1975). *Teologia do Cativeiro e da Libertação*. Petrópolis: Vozes.

BOFF, L., & BOFF, C. (2001). *Como fazer teologia da libertação*. 8ª. Edição. Petrópolis: Vozes.

CASALDÁLIGA, Pedro (1999). *A escada de Jacó*. São Félix do Araguaia: Circular Fraterna.

CNBB (1998). *Fraternidade e Educação: a serviço da vida e da esperança*. São Paulo: Editora Salesiana de Dom Bosco.

_____. *Campanhas da Fraternidade; CEBs*. Disponível em: <www.cnbb.org.br>. Acesso em 05 de abril de 2008.

COMBLIN, José (1996). *Cristãos rumo ao século XXI*. 3ª edição. São Paulo: Paulus.

FREI BETTO (1981). *O que é Comunidade Eclesial de Base*. 2a edição. São Paulo: Editora Brasiliense.

_____ (1983). *CEBs: rumo à nova sociedade*. São Paulo: Paulinas.

FREIRE, Paulo (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 26ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____ (1995). *A constituição de uma nova cultura política*. In.: VILLAS-BOAS, R., & TELLES, V. S. *Poder local, participação popular, construção da cidadania*. São Paulo: Instituto Cajamar/Instituto Polis, FASE e IBASE.

_____ (2000). *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora da UNESP.

GALILEA, Segundo (1977). *Teología de la liberación*. Santiago: Ensayo de Síntesis.

GOHN, Maria da Glória (2000). *Teoria dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola.

_____ (1999). *Educação não-formal e cultura política*. 2ª. Edição. São Paulo: Cortez.
_____ (1992). *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez.
GUTIÉRREZ, Gustavo (1971). *Teología de la liberación*. Lima: Perspectivas.
IRIARTE, Gregório (1992). *CEB: um novo jeito de ser Igreja*. São Paulo: Paulinas.
PERANI, Claudio. *Comunidades eclesiais de base: alguns questionamentos*. Cadernos do CEAS 56, Salvador: CEAS, julho-agosto de 1978, p. 36-48.
RICHARD, Pablo (1984). *Morte das cristandades e nascimento da Igreja na América Latina*. São Paulo: Paulinas.
SEGUNDO, Jose Luis (1975). *Liberácion de la Teología*. Buenos Aires.
TOURAINE, Alain (1965). *Sociologie de l'action*. Paris: Seuil.
_____ (1973). *Production de la societé*. Paris: Seuil.
_____ (1989). *Palavra e Sangue*. Campinas: Unicamp.
_____ (1994). *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes.

Movimentos Sociais na Amazônia Brasileira: vinte anos sem Chico Mendes

Elder Andrade de Paula
Universidade Federal do Acre
elderpaula@uol.com.br
Silvio Simione da Silva
Universidade Federal do Acre
ssimione@terra.com.br

Resumo: Governo do Estado do Acre, instituições do governo federal, Comitê Chico Mendes, representantes do sindicalismo rural e Rede Globo tomaram a iniciativa em 2008, de marcar através de uma série de eventos, os "vinte anos sem Chico Mendes". As diversas encenações anunciadas procuram coroar em "alto estilo" uma monumental transmutação do legado revolucionário de uma das principais lideranças do sindicalismo rural na Amazônia brasileira, convertido em pacato "ambientalista". O objetivo desta Comunicação é mostrar que essa transmutação foi habilmente articulada pelo Estado (no sentido ampliado) na tentativa de re-significar a natureza e a cultura para fins de legitimação da ideologia do "desenvolvimento sustentável" e assim, facilitar o processo de espoliação em curso na Amazônia. Nas conclusões, procura-se mostrar que apesar de bem sucedida no decorrer dessas duas décadas, essa estratégia começa a mostrar sinais de esgotamento, existem evidências de retomada da "voz" por parte de alguns movimentos sociais na região, como é o caso da Via Campesina. A abordagem está referenciada no método histórico comparativo e na análise de processos e fenômenos sociais vinculados ao ambientalismo internacional.
Palavras-chave: Chico Mendes; Amazônia/ambientalismo; movimentos sociais.

Introdução

O filme "Adeus Lênin" (Alemanha, 2003), dirigido por Wolfgang Becker, mostra de forma magnífica e com refinado humor, a manipulação de imagens com o intuito de esconder as transformações na antiga Alemanha Oriental após a queda do muro de Berlim e fazer crer a uma simpática sexagenária recém saída de um estado de coma, que nada havia mudado no país. Ao olharmos a manipulação da imagem de Chico Mendes nessas duas décadas pós assassinato parece que assistimos ao referido filme, porém, com intenções opostas. Isto é, neste caso, todos os esforços voltam-se para convencer não a uma simpática senhora apaixonada pelo socialismo, mas sim a grandes multidões, de que tudo está mudando, quando na realidade, **essencialmente** (grifo dos autores) nada mudou. Embora esse "espetáculo" seja encenado num palco permeado pelas fumaças da devastação da exuberante floresta e contaminado pela insalubridade do odor da degradação social produzida nesse processo e, ainda assim, prevalece a imagem do seu oposto. Como explicar esse fenômeno? Obviamente, se tomarmos como referência a proeminência da imagem naquilo que Debbord (1997) denominou como "sociedade do espetáculo", parece não haver grandes novidades no exame da questão proposta. Contudo, se o analisarmos por outros ângulos, tanto no que diz respeito ao lugar da encenação quanto ao elenco de "atores" nela envolvidos, acreditamos na possibilidade de escaparmos de desnecessários exercícios tautológicos.

Assim, nesta comunicação, procuramos analisar as singularidades dos usos e manipulações da imagem de Chico Mendes e as suas repercussões nos movimentos sociais atuantes na Amazônia brasileira. Para tanto, a subdividimos em três partes. Na primeira, "Chico Mendes em movimento", procuramos situar a trajetória dessa liderança; na segunda, "Movimentos sociais com Chico Mendes", colocamos em relevo o conteúdo inovador das alternativas apontadas pelos movimentos sociais no curso da luta de resistência pela terra; por fim, na terceira parte, "Vinte anos sem Chico Mendes", situamos o processo de apropriação e manipulação da imagem para fins de legitimação da ideologia do "desenvolvimento sustentável", bem como, os sinais de reação a ela por parte de alguns movimentos sociais, como é o caso da Via campesina.

A base de dados aqui mobilizadas é resultante de um conjunto de pesquisas relacionadas com os movimentos sociais e sua interface com o processo de "modernização" capitalista na Amazônia Ocidental,desenvolvidas desde os anos de 1990 pelos autores, bem como de um envolvimento militante do primeiro autor nesses movimentos desde meados dos anos de 1980, quando Chico Mendes ainda vivia.

Chico Mendes em movimento

Em uma de suas últimas entrevistas[1], concedida no final de novembro de 1988 a Pedro V. Costa Sobrinho, então professor da Universidade Federal do Acre, Chico Mendes parecia antever o final próximo e trágico de sua existência. Nesse rico e apaixonado depoimento, ele registra de forma articulada e coerente os momentos que considerava mais marcantes na sua trajetória política, do contato inicial de um jovem morador das matas amazônicas, destituído do "conhecimento letrado", com as idéias de um militante comunista originário do Nordeste brasileiro, até suas andanças no circuito ambientalista internacional três décadas depois. Como bem sugere Gabriel Garcia Márquez em "Viver para contar" (2003), "a vida não é a que a gente viveu, e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la". Se é assim, poderíamos intuir que as recordações de Chico Mendes e a maneira como ele as transmite no seu relato podem, quando confrontadas com as proposições políticas materializadas no escopo das reivindicações do movimento dos seringueiros, servir como base de referência razoavelmente sólida para uma compreensão do legado deste personagem.

Chico Mendes nasceu em 15 de dezembro de 1944 na "colocação Bom Futuro"[2] no Seringal Porto Rico, localizado no então município de Xapuri, no estado do Acre. A migração ocorria e ocorre ainda com freqüência nos seringais e com a família de Chico Mendes não foi diferente. Quando acontece um encontro que seria decisivo na sua trajetória, ele já estava morando na "Colocação Pontão" no Seringal Cachoeira, também localizado no município de Xapuri. Foi nesta localidade que Chico Mendes relatou ter conhecido, aos dezoito anos de idade, Euclides Fernandes Távora (COSTA SOBRINHO, 2006, p. 25), um velho militante do Partido Comunista Brasileiro refugiado nas matas amazônicas. Depois de participar de diversos movimentos insurgentes no Brasil e na Bolívia, Euclides fazia-se passar por seringueiro vivendo numa "colocação" no Seringal Cachoeira.

Tanto nas conversas informais com Chico Mendes quanto na leitura de suas entrevistas transparece a idéia de um virtuoso encontro entre ele e Euclides, marcado por uma simpatia mútua. O jovem seringueiro demonstrava curiosidade sobre "as coisas do mundo" e vontade de aprender a ler, dado que não havia escolas nos seringais e a esmagadora maioria da população era desprovida do conhecimento letrado. O velho militante comunista, ao perceber o interesse que deve ter se sobressaído em relação aos demais com que mantinha contato, possivelmente intuiu que valeria a pena "investir politicamente" naquele trabalhador interessado e interessante. Assim, com o consentimento do pai de Chico Mendes, Euclides iniciou o processo de sua alfabetização. O método utilizado envolvia desde o uso de recortes de velhos jornais que Euclides guardava consigo, até os noticiários internacionais transmitidos pelo rádio, como os veiculados pela Central de Moscou e Voz da América. À medida em que ia aumentando sua confiança no "aprendiz", Euclides revelava o que ocultara dos demais seringueiros: a sua trajetória de militância política no Partido Comunista e sua dedicação apaixonada à causa revolucionária.

Caberia aqui um breve parêntese para refletirmos sobre as "peripécias" que os olhares de dois Euclides produziram na História. No início do Século XX, Euclides da Cunha, informado pelo pensamento positivista, lança um olhar sobre a dramática situação de exploração a que estão submetidos os seringueiros e os interpela como pobres coitados condenados a viverem à "margem da História". Esse tipo de olhar influenciou de forma decisiva a construção de uma historiografia predominantemente caudatária dessa idéia de "ausência de sujeitos". Meio século depois, Euclides Távora, com as lentes do pensamento marxista enxerga naquele mundo de exploração os sujeitos capazes de realizarem sua própria emancipação. Com as ferramentas ofertadas por Euclides Távora, Chico Mendes não só aprendeu a ler e escrever. Apreendeu, sobretudo, a paixão pelas idéias revolucionárias de seu "velho amigo e instrutor" (forma respeitosa com que se referia a Euclides) e ao seu modo, um método de análise da realidade que orientou sua trajetória política e o projetou para reescrever a História da luta de resistência de uma parcela dos segmentos sociais subalternos na Amazônia brasileira. Ainda há uma enorme lacuna no que diz respeito ao estudo dessa questão, isto é, como os ideais socialistas são apropriados por um morador das matas e reinterpretados de forma articulada com um "mundo estranho" à sua base de referência?

A rigor, essa apropriação/reinterpretação em contexto latino-americano não expressa nenhuma novidade, como evidencia, entre outras, as obras do revolucionário peruano José Carlos Mariátegui e do argentino Che Guevara. O que há de efetivamente singular é o tipo de intelectual que a catalisa, um camponês que não teve acesso à escola. É nas palavras do próprio Chico Mendes que podemos dimensionar o modo como ele interpretava esse fenômeno:

> Sempre me perguntaram como é que cheguei a me tornar uma liderança importante no movimento dos trabalhadores. Será que eu sou o melhor de todos? De repente eu tinha uma cabeça melhor do que a de todos os outros companheiros. Essa pergunta até bem pouco tempo me recusava a responder. Agora posso explicar e aí é que está o âmago da história.

Ao explicar em detalhes o "âmago da história", ele vai relatando o contato e a formação proporcionada por Euclides Távora, enfatizando o papel crucial do protagonismo dos trabalhadores na luta pela emancipação política. Para tanto, tornava-se imprescindível organizar associações, sindicatos, partidos políticos para levar adiante esse processo. Diz Chico Mendes (COSTA SOBRINHO, 2006, p. 28-29),

> Os últimos contatos com Euclides foram no ano de 1965. Nesse, suas conversas foram reveladoras. Dizia ele: Chico nós temos pela frente duros anos de repressão, de ditadura, de linha dura, mas fique certo de que o movimento de libertação

1 A referida entrevista foi compilada e publicada em dois formatos distintos: 1) "O Testamento do Homem da Floresta, Chico Mendes por ele mesmo", organizado por Cândido Grzybowski editado pela FASE (1989); 2) "Chico Mendes: trajetória de uma liderança", Costa Sobrinho (2006).

2 "Colocação" é a denominação atribuída às unidades individuais de produção de borracha natural nos seringais nativos da Amazônia.

> nesse país e de qualquer lugar do mundo nunca se acabará. Eu ficava emocionado quando ele colocava aquilo. Falava que o ideal de liberdade iria continuar vivo. A ditadura podia continuar, 15, 18 anos, mas não duraria todo o tempo. O movimento de resistência iria se fortalecer, abrindo brechas para criação de novas associações e sindicatos. Apesar do controle das organizações trabalhistas pelo governo é lá que você tem que atuar. Euclides, meu velho amigo e instrutor, queixava-se de se encontrar muito doente. Nesse mesmo ano, saiu de sua colocação para Xapuri. Não voltei a encontrá-lo.

Depois do misterioso desaparecimento de Euclides Távora3, continua Chico Mendes, "fiquei isolado **com as idéias na cabeça**. Sem rumo, feito uma cortiça no meio do mar. E daí, o que fazer?" (grifo nosso). Acreditamos que essa "confissão" sintetiza de forma monumental a centralidade da figura de Euclides na formação de Chico Mendes, bem como o modo como este apreendeu a dialética: ele havia procurado no "amigo e instrutor" as ferramentas para compreender o mundo, de posse delas, ficou "sem rumo, feito cortiça no meio do mar" e entendeu que se "acharia" na ação, foi o que fez a partir de então. Colocou as idéias em ação e, no cotidiano dos embates políticos, teve a rara sensibilidade de buscar nos "ensinamentos do amigo e mestre" as certezas e incertezas que permeiam a ação dos sujeitos em particular e os eventos da História em geral.

Logo depois da partida de seu "amigo e instrutor", Chico Mendes relata que começou a luta organizando atos de desobediência dos seringueiros em relação aos patrões. Tais atos consistiam basicamente em burlar a vigilância interna nos seringais e vender parte da produção para os intermediários, que pagavam um preço melhor. Em meados da década de 1970, mais precisamente em 1975, participou da fundação e da primeira direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Brasiléia e, em 1977, da fundação do STR de Xapuri, assumindo neste o cargo de presidente, de 1982 até o dia em que foi assassinado, 22 de dezembro de 1988. Nesse período participou ainda da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), participando da Direção Nacional e da CUT estadual no Acre como primeiro presidente eleito. Liderou as articulações que resultaram na criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), em 1985. Atuou também ativamente na política partidária, elegendo-se vereador em 1976 pelo então MDB, partido de oposição à ditadura militar. Ao perceber que o MDB "fazia o jogo dos patrões", assumiu junto com outros sindicalistas a tarefa de construir o Partido dos Trabalhadores (PT) no Acre, a partir de 1980. Por esse partido, concorreu nas eleições de 1982 e de 1986 a uma vaga de deputado na Assembléia Legislativa Estadual. Militante de uma corrente clandestina organizada nos moldes do marxismo-leninismo, que atuava no interior do PT, denominada a partir de 1984 Partido Revolucionário Comunista (PRC), Chico Mendes enfrentou severas perseguições também no interior do PT, tendo sido derrotado nas eleições de 1982 em razão da campanha anticomunista desencadeada contra ele por uma parte da hierarquia e da militância "petista" da Igreja católica.

Essa rica, tensa e intensa trajetória política aqui sumariada, nos possibilita dimensionar razoavelmente a magnitude dos desafios enfrentados por Chico Mendes no sentido de mover-se em tantos "campos minados": o sindicalismo rural e urbano, a militância clandestina e a política partidária com todo o universo de conflitos inerentes a cada um desses espaços de ação política. Como se ainda não bastasse, após a criação do CNS, Chico Mendes se defrontou com interlocutores ligados ao ambientalismo internacional, com toda a complexidade da sua linguagem e tendências internas. Sobre essa novidade, o "amigo e instrutor" Euclides, obviamente por não ter vivenciado a emergência da "onda verde", não o havia advertido. As propostas inovadoras ensejadas na luta de resistência dos seringueiros, seja na forma de organização política (CNS), seja de reforma agrária (Reservas Extrativistas) não podem ser compreendidas fora desse contexto. Dito de outro modo, se é verdade, como queria o próprio Chico Mendes, que ele não poderia ser analisado "individualmente", à revelia do movimento do qual era integrante, também não é possível analisar com profundidade o referido movimento sem levar em conta as singularidades de sua liderança mais expressiva, dado o seu papel crucial na mediação com interlocutores diversos , tanto na sociedade civil quanto na sociedade política, no sentido atribuído por Gramsci (1979).

Movimentos sociais com Chico Mendes

No começo dos anos de 1980, tornavam-se mais visíveis as imagens da produção destrutiva resultante da expansão capitalista para a Amazônia. O conjunto de políticas implementadas pela ditadura militar no sentido de "integrar" a Amazônia ao "desenvolvimento" do país, mormente àquelas voltadas para implementação de grandes projetos na área de mineração e siderurgia, pecuária extensiva de corte, exploração florestal madeireira e toda implantação de infra-estrutura a eles associados, como energia, transporte e comunicação, produziu, em pouco mais de uma década, impactos brutais sobre a vida das populações locais e o meio ambiente em geral.

Na esteira dessa marcha destrutiva rumo à Amazônia, vão se re-configurando as inúmeras formas de resistência que marcam a trajetória das populações dessa região desde a chegada do colonizador europeu em fins do século XVI. Diante de uma monumental escala de intervenção territorial que atinge simultaneamente populações indígenas e camponesas diversas, estas passam a buscar formas de enfrentamento correspondentes às necessidades de sobrevivência. A percepção endógena dessa situação acaba se confluindo, ainda que provisoriamente, com os influxos externos de diferentes sujeitos e atores sociais que passam a se fazer presentes para "organizar" as diferentes lutas de resistência. No caso do campesinato, o sindicalismo rural liderado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) passam a ter um papel crucial, tanto na parte oriental quanto na ocidental, em especial no Pará e Acre, respectivamente. O sindicato como forma de organização política e o Estatuto da Terra como referência jurídica legal para

3Ainda não foi esclarecido até o presente (2008), o destino desse grande revolucionário brasileiro.

resolução dos conflitos fundiários, acabariam "forçando por baixo" a contra-face da homogeneização impulsionada "de cima" pelo capital.

Dito de outro modo, ao desconsiderar ou desconhecer as formas existentes de organização dos diferentes segmentos desse campesinato – tais como ribeirinhos, seringueiros, comunidades quilombolas, quebradeiras de coco babaçu – e enquadrá-los no modelo distributivista de reforma agrária previsto no Estatuto da Terra, tanto CONTAG quanto CPT concorrem efetivamente para padronizar formas de organização política e de reprodução social dessas populações camponesas. Deve-se lembrar que a sua complexidade e diversidade foi consideravelmente acentuada com o fluxo de migração dirigida pelo Estado brasileiro no pós 1970, via criação de projetos de colonização na região amazônica, que atraiu uma grande quantidade de famílias de migrantes expropriados da terra no Centro-Sul. É nessa perspectiva que se deve problematizar a trajetória do sindicalismo rural na Amazônia brasileira, um dos movimentos mais expressivos e emblemáticos da luta de resistência pela terra entre os anos de 1970/80. Sem essa problematização, não se consegue perceber com "todas as cores" a importância de Chico Mendes nesse movimento.

Ao analisarmos em outro lugar (PAULA & SIMIONE, 2008) a trajetória desse sindicalismo na Amazônia Ocidental, procuramos mostrar as nuances que concorreram para fazer com que, no Acre, uma parcela desse sindicalismo vislumbrasse uma dupla ruptura: com a homogeneização imposta de "cima" pelo capital e com aquela "forçada por baixo" pelo sindicalismo da CONTAG. Aqui reproduzimos com algumas modificações um trecho síntese da referida análise. No Acre, dada a forte resistência do campesinato e populações indígenas ao processo de expropriação capitalista na sua fase inicial, a destruição acabou sendo um pouco mais contida, diferentemente do que ocorreu em Rondônia. No decorrer de apenas uma década, praticou-se um desmatamento em larga escala, para fins de implantação de uma agropecuária "moderna", deixando um rastro de destruição ambiental agravado pelo massacre sistemático dos povos indígenas que viviam/vivem habitam o território rondoniense.

Esse fato passou a ser largamente denunciado por organizações e movimentos ambientalistas internacionais. Dado que o Banco Mundial teve um papel ativo nesse processo, via financiamento de obras de infra-estrutura – como a pavimentação da BR 364 no trecho Cuiabá-Porto Velho – a instituição passou a constituir-se num dos principais focos de pressão desses movimentos. O caso de Rondônia anunciava o futuro reservado às terras acreanas nesse processo intenso de expansão da fronteira.

Diferentemente do momento de fundação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) no Acre (a partir de 1975), em que havia uma forte unidade em torno da matriz do Estatuto da Terra como marco de referência legal para encaminhamento das reivindicações do campesinato no que diz respeito à regularização da posse e uso da terra, nos anos de 1980 essa unidade seria rompida. Seja em razão das diferentes leituras da chamada "redemocratização do país", interpretada em chave liberal como o retorno dos civis ao governo, seja daquelas estritamente voltadas para a resolução dos problemas fundiários. Enquanto o grupo majoritário de lideranças do MSTR ligadas à CONTAG passa a privilegiar sua ação política na esfera institucional, ocupando espaços abertos no âmbito do governo estadual4 a fim de viabilizar a "reforma agrária possível", os dirigentes do STR de Xapuri e aqueles ligados às oposições sindicais vinculados à CPT decidem manter-se numa posição de independência e apostar na intensificação das mobilizações coletivas como principal forma de luta pela terra.

Não havia, contudo, consenso nessa dissidência do MSTR no Acre em termos do "modelo" de reforma agrária a ser seguido. Os sindicalistas ligados à CPT não rompem com o modelo distributivista e produtivista que inspirava o Estatuto da Terra, mantendo-o, a exemplo da CONTAG, como referência de atuação no enfrentamento dos conflitos fundiários. As lideranças do STR de Xapuri, preocupadas em atender as demandas de sua principal base social, os seringueiros, começam a defender a idéia de que a resolução efetiva dos conflitos passava necessariamente pelo reconhecimento de seus direitos sobre a área total de suas colocações. A avaliação de Chico Mendes, que foi presidente do STR de Xapuri entre 1982 e 1988, é muito precisa nesse sentido. De acordo com ele, além de legitimar a usurpação da terra – ao reconhecer os latifundiários como proprietários, seja na forma de desapropriação pelo INCRA para criar projetos de colonização, seja nas negociações diretas – a saída dos seringueiros para os loteamentos havia resultado em grande fracasso (LINHARES, 1992).

A importância da liderança de Chico Mendes nesse movimento nucleado em Xapuri deve-se, sobretudo, à sua formidável capacidade de fazer as conexões entre o particular e o geral. Nesse processo, tão importante quanto o seu resultado imediato – a crítica ao modelo de modernização pautado na destruição da floresta e a elaboração da proposta de Reservas Extrativistas como alternativa a ele – foi a difícil construção de diálogos entre atores sociais e interlocutores diversos. Ao contrário do que se afirma correntemente, o encontro entre a luta de resistência dos seringueiros com organizações e movimentos ambientalistas não se deu de forma tão "harmônica".

Apesar da concordância entre esses diversos atores sociais em torno de um objetivo comum – impedir a devastação da floresta amazônica – existiam (existem) enormes polêmicas quanto ao destino que deveria ser dado à região. Para aquelas organizações e movimentos ambientalistas inspiradas no antropocentrismo, dever-se-ia pensar formas de uso compatíveis com a conservação do meio ambiente; para as de inspiração ortodoxa5, o fundamental era preservar o ambiente natural.

4 A exemplo do que ocorreu na maioria das unidades federativas, a oposição liderada pelo MDB venceu no Acre as eleições para o governo estadual em 1982, acenando com a promessa de atender diversas demandas sociais reprimidas.

5 Para o antropocentrismo a relação com a natureza é percebida a partir de critérios utilitaristas, definidos a partir das necessidades humanas; entre os ortodoxos a percepção é inversa, isto é, a humanidade deve submeter-se aos imperativos da ordem cósmica (VINCENT, 1995).

Logo, não há uma aproximação automática com os "ambientalistas" quando se trata de pensar as alternativas. Imaginemos, portanto, Chico Mendes buscando aliados nesse "ambiente político"! Do mesmo modo, transitar no interior do sindicalismo e de organizações partidárias de esquerda, como fazia Chico Mendes, com idéias consideradas "ambientalistas", também não era fácil.

A formação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) ocorre nesse contexto. Abordada por diversos autores ─ Grzybowsky (1987; 1989); Almeida (1989); Paula (1991; 2005); Aymone (1996); Gonçalves (1998); Silva (2001); Silva (2005) ─ é interpretada em linhas gerais como fenômeno social mais amplo que marca a emergência de outros movimentos sociais no campo, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Assim, percebem a origem do CNS como uma organização de novo tipo. Valendo-se da experiência de Xapuri6, o CNS teria como objetivo constituir no território amazônico vínculos identitários políticos entre os seringueiros e outras categorias de trabalhadores extrativistas e alargar suas alianças políticas com outros segmentos emergentes da sociedade civil em nível nacional e internacional. A rigor, as intenções iniciais que nortearam sua formação pareciam bem mais modestas. Somente a partir do II Encontro Nacional, em 1989, que passa a ter a amplitude supra referida. Chico Mendes afirma que o surgimento do CNS resultava principalmente das limitações do sindicalismo rural em incorporar bandeiras de lutas de categorias minoritárias. Ao analisar as relações dessas "unidades de mobilização" com o sindicalismo rural, Almeida (1989, p.13) afirma que elas "apresentam-se, pelo menos, sob dois aspectos: suplantaram-nas na sua condução e orientação das lutas, onde elas se mostram frágeis e subordinaram-se ou têm sido conduzidos por elas onde se mostraram eficazes nas mobilizações". Afinal, continua o referido autor, "também nas estruturas sindicais são detectados níveis de contradição que podem inibir ou não a capacidade mobilizatória".

As estratégias adotadas pelo CNS para legitimar-se como representação política na região amazônica confirmam as observações acima. Tanto na Amazônia-acreana, quanto no Sudeste do Pará e Maranhão, o CNS apoiou-se no sindicalismo mais mobilizado. Em alguns municípios, articulou-se com as oposições sindicais e estabeleceu como meta conquistar as direções dos respectivos sindicatos. Onde não havia organização sindical, como Rondônia, ou a sua presença era pouco expressiva, procurou estruturar outras formas organizativas como associações de seringueiros e as comissões municipais e regionais do CNS.

Ao olharmos a trajetória do CNS nessas duas décadas de sua existência, podemos ter uma idéia das ambigüidades e indefinições que a caracterizam. Num primeiro momento – compreendido entre o I e II Encontro – os esforços da direção provisória concentram-se na ampliação de sua base de apoio interna e externa. Enquanto no âmbito interno a estrutura sindical representou principal ponto de apoio, externamente, diversas Organizações Não-Governamentais (ONGs) e movimentos ambientalistas cuidaram de fazer a "ponte" com a sociedade civil nacional e internacional, divulgando a luta dos seringueiros. A idéia de alternativas àquele modelo de produção destrutiva na Amazônia contida no escopo da proposta de Reserva Extrativista (RESEX)7, cumpriu papel decisivo, atraindo simpatias em segmentos diversos. Em linhas gerais, propunha-se com as RESEXs uma transformação radical na lógica de apropriação dos recursos naturais e dos resultados do trabalho. Isto é, ao invés de ser apropriada para fins de acumulação por parte dos capitais privados, a terra passaria a ser incorporada ao patrimônio nacional como um bem público, assegurando-se os direitos das populações nela residentes de definirem coletivamente as forma de gestão e uso social, mediante estabelecimento de contratos de Concessão Real de Uso. Aí residiram formas de conquista de territórios por populações que há anos já estavam a produzir nestes espaços. Em linhas gerais, esses são os pressupostos que deram suporte teórico à proposta que levou à territorialização das Reservas Extrativistas8.

Para viabilizar as RESEXs, atribuía-se ao Estado um papel decisivo na dotação de meios necessários para o uso sustentável dos recursos naturais. Tal sustentabilidade requeria, necessariamente, a valorização das práticas e saberes acumulados por essas populações na sua interação com a natureza. Ou seja, dado que a biodiversidade era – e continua sendo – largamente desconhecida na Amazônia, dever-se-ia, a médio e longo prazo, desenvolver pesquisas com intuito de apropriar-se da ciência para gerar novas tecnologias voltadas para a utilização dos diversos recursos naturais. No curto prazo, priorizar-se-ia a adoção de incentivos (na forma de subsídios) àqueles produtos como borracha e castanha, habitualmente explorados pelas populações extrativistas. Cabe ressalvar que a exploração de madeira para fins comerciais é absolutamente descartada nesse esboço inicial da proposta de Reserva Extrativista. Compõe ainda esse conjunto de proposições iniciais, o incentivo às populações dessas áreas para criarem ou fortalecerem organizações destinadas a assegurar a autonomia e autogestão. Tais objetivos traduzem-se em iniciativas do tipo cooperativista voltadas para eliminar as práticas de exploração do trabalho engendradas sob o contexto das relações mercantis, bem como naquelas de cunho mais político direcionadas para coordenar a gestão nas RESEXs, visando assegurar o máximo possível de autonomia. Ou seja, pretendia-se construir "por baixo" a sustentabilidade econômica sociocultural e política da RESEX. Deve-se lembrar que não se trata de um fenômeno isolado. Iniciativas similares ocorrem em diversos países da América Latina, conferindo novos significados "às lutas dos

6 Os inúmeros "empates" realizados na década de 1980 em Xapuri, produziram como um de seus resultados a formação de uma identidade política dos seringueiros. Em síntese, ela expressa a oposição aos fazendeiros e afirmação de direitos e valoração do seringueiro como "protetor" da floresta. Maiores informações ver Paula (1991).

7 Apesar de ter sido elaborada formalmente em meados de 1985, com contribuições de intelectuais diversos, as RESEX foram gestadas no processo de resistência secular dos seringueiros. A esse respeito ver entre outros (PAULA, 1991).

8 As RESEX foram instituídas através do Decreto-Lei Presidencial n.º 98.987/90. No essencial, elas foram pensadas inicialmente como alternativa para a regularização jurídica das áreas ocupadas tradicionalmente pelos seringueiros e outros trabalhadores extrativistas.

grupos indígenas e camponeses pela socialização da natureza, pela re-apropriação democrática de seu patrimônio de recursos naturais e culturais e pela autogestão de suas potencialidades ambientais" (LEFF, 2000, p.345). É nessa direção que o movimento dos seringueiros marchou no "tempo de Chico Mendes".

Vinte anos sem Chico Mendes

O episódio do assassinato de Chico Mendes em 22 de dezembro de 1988 produziu inimagináveis repercussões de alcance mundial. Vinte anos depois, ainda não fica inteiramente compreensível porque esse, entre centenas de crimes similares contra lideranças camponesas e indígenas na Amazônia, teria sido o "eleito" pela mídia internacional para emblematizar, a seu modo, a "questão ambiental" na região. Esses crimes continuaram e continuam acontecendo, às vezes envolvendo grandes massacres, como foram os casos ocorridos na década de 1990, de Corumbiara em Rondônia e Eldorado dos Carajás no Pará, que juntos somaram cerca de cinqüenta assassinados e cuja repercussão nem de longe se aproximou ao "caso Chico Mendes". O Único crime que teve repercussão internacional comparável foi o assassinato da irmã Doroth Stang (natural dos Estados Unidos da América) em Anapu, Pará, no ano de 2005.

Depois de passadas duas décadas, é possível percebermos a partir dos usos e abusos da imagem de Chico Mendes, inclusive por parte de seus algozes, que este pode ter sido tudo, menos um evento aleatório, espontâneo. É possível admitirmos a hipótese de que o chamado ambientalismo internacional, nas suas diversas tendências ideológicas e interesses que as consubstanciam, teria sido o principal agente de indução desse fenômeno em escala mundial. Apesar do espaço nessa comunicação ser insuficiente para apresentar a bases de sustentação dessa hipótese, esperamos apontar, no seu conjunto, evidências razoavelmente substanciais nessa direção.

Dados esses esclarecimentos preliminares, podemos seguir adiante. A monumental repercussão mundial do assassinato de Chico Mendes interferiria de maneira significativa não só na trajetória do CNS, como também, do sindicalismo rural, movimento indígena e demais movimentos sociais emergentes na Amazônia brasileira. Repentinamente, o CNS passou a ocupar um lugar de destaque no cenário político regional e grande visibilidade internacional, particularmente na Europa Ocidental e EUA. O II Encontro dos Seringueiros e I Encontro dos Povos da Floresta, que reuniu seringueiros e índios em Rio Branco, Acre, em fevereiro de 1989, foi financiado por Agências Não-Governamentais (ANGs) internacionais através da intermediação de ONGs que exerceram forte influência na condução do Encontro, inclusive na modificação do Estatuto do CNS (PAULA, 1991).

Ao analisar a aproximação de organizações ambientalistas com movimentos indígenas na América Latina, Leff (2000) afirma que elas teriam contribuído para difundir uma cultura democrática no continente. Neste caso analisado aqui, parece não se confirmar essa suposta afirmação de valores democráticos por parte da maioria dessas organizações. Ao contrário, elas estiveram – e estão – mais empenhadas em impor uma visão sobre a questão ambiental mais conveniente a re-configuração do domínio de tipo neocolonial na Amazônia, conforme mostra Paula (1991; 2005; 2006; 2008). As encenações que marcaram o II Encontro Nacional dos Seringueiros e I Encontro dos Povos da Floresta em Rio Banco (1989) parecem bastante reveladoras nesse sentido. Além de uma exploração exaustiva de imagens do exotismo dos "povos da floresta", diversas ONGs e movimentos ambientalistas procuraram dar a "direção" para o evento. As mudanças operadas no Estatuto do CNS nesse Encontro, atribuindo maior ênfase à sua face ambientalista, bem como a formalização da "Aliança dos Povos da Floresta", que pretendia unificar os movimentos de seringueiros e índios, resultou em grande medida da interferência dessas organizações.

Entre o II e o III Encontros, um grupo de lideranças sindicais e assessores diretos do CNS ligados à CUT pela Base`9 procuravam imprimir uma reorientação política ao CNS, apoiada em três eixos fundamentais: 1) afirmação da autonomia do CNS frente a "tutela" das ONGs ligadas ao ambientalismo internacional; 2) priorização de uma política de alianças com organizações e movimentos envolvidos na luta pela reforma agrária, tal com queria Chico Mendes; 3) fortalecimento da organização sindical de base. No III Encontro (1992) houve a consagração dessa estratégia política. Diferentemente dos Encontros anteriores, em que a participação nos debates era livre, com a palavra franqueada a todos os participantes, neste só o faziam os delegados eleitos; e a sua condução foi centralizada pelas principais lideranças do movimento, a exemplo do que ocorre nos congressos da CUT e Contag. Foi uma espécie de recado dirigido aos representantes de diversas ONGs e outros observadores presentes, isto é, a partir daquele momento a direção do CNS pretendia afirmar a autonomia do movimento e assumir o controle do processo de mediação, seja com instituições governamentais ou com as não-governamentais e multilaterais, diretamente, sem intermediações.

Essa atitude, somada ao perfil da "nova aliança" entre seringueiros e trabalhadores agroextrativistas da Amazônia Oriental, teve repercussões profundas nas relações externas do CNS. Muitas ONGs afastaram-se e algumas agências começaram a fazer restrições a seus projetos de financiamento. Enfim, houve uma reconfiguração das relações instituídas até então. Procurou-se estabelecer uma aproximação maior com movimentos ambientalistas como o Greenpeace, que participou ativamente da mobilização coletiva mais expressiva da História do CNS: o "Empate Amazônico Contra a Fome e a Devastação da Floresta Amazônica", realizado em meados de 199310.

9 Trata-se de uma corrente sindical formada por sindicalistas ligados a organizações de esquerda marxista e de extração católica.

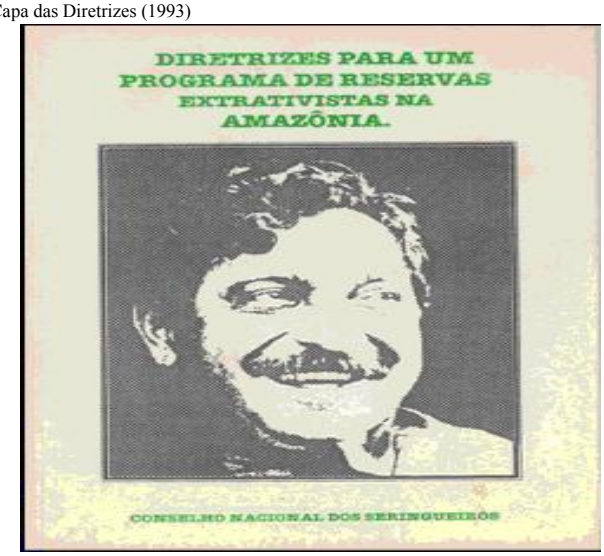
10 Teve como objetivo pressionar o governo federal para elevar os preços da borracha natural e criar subsídios. As manifestações ocorreram em diversas capitais. Em Brasília, a caravana de extrativistas bloqueou a entrada do Ministério da Fazenda, que acabou atendendo parcialmente as reivindicações.

Em face do aumento das pressões internacionais sobre o governo brasileiro e da criação das primeiras RESEXs, em 1990, o CNS passou a defrontar-se com a necessidade de apresentar propostas de desenvolvimento "mais concretas". No caso especifico do Acre, "terra de Chico Mendes", o CNS transformou-se em um dos principais catalisadores dos debates sobre desenvolvimento na região – sua presença tornou-se obrigatória em todos os eventos dessa natureza – e possibilitou a participação das mais variadas correntes de pensamento, que passaram a opinar sobre as "alternativas de desenvolvimento".

A reivindicação de políticas públicas específicas para seus representados, articuladas com incentivos à adoção de "alternativas de desenvolvimento" apoiadas em financiamentos externos provenientes de diversas ANGs11, constitui-se na marca fundamental das estratégias adotadas nessa fase pelo CNS. No plano institucional, as "Diretrizes para um Programa de Reservas Extrativistas na Amazônia" (1993) sintetizam em quatro eixos as demandas de sua base social: 1) Resolução dos conflitos fundiários e criação de novas RESEXs; 2) Dotação de infra-estrutura social e produtiva nas áreas reformadas; 3) Desenvolvimento de pesquisas e tecnologias apropriadas para as RESEXs; 4) Subsídios e garantia de mercado para borracha natural oriunda dos seringais nativos. Pode-se afirmar que o referido Programa, que estampa a fotografia de Chico Mendes na capa, representou nesses últimos vinte anos a única iniciativa de maior envergadura desse movimento no sentido de associar o conteúdo da luta dessa liderança à sua imagem, tanto é que foi reproduzido também em língua inglesa.

Figura 1:

Imagem da Capa das Diretrizes (1993)



Obviamente, o "hegemon" do ambientalismo internacional além de ignorar de forma solene as "Diretrizes", intensificou a sua ofensiva no sentido de impor o seu receituário. Na esteira da "Eco 92" realizada no Rio de Janeiro e sob os auspícios do Banco Mundial – via "Programa Piloto para a proteção das Florestas Tropicais do Brasil" (PPG7)12 – promove um conjunto de ações articuladas e bem sucedidas no sentido de desarticular a resistência das populações camponesas e indígenas na Amazônia. A criação na cúpula gerencial do PPG7 em Brasília de uma rede de organizações atuantes na Amazônia denominada "Grupo de Trabalho Amazônia" (GTA), que agrega atualmente cerca de 600 organizações dos mais variados tipos, inclusive ONGs, cumpriu eficazmente o seu papel de difusão na esfera da sociedade civil, da ideologia do "desenvolvimento sustentável" preconizada pelo Banco Mundial. Assim, diferentemente do início dos anos de 1990, caracterizado pela tentativa de reconquistar uma "autonomia relativa" desse movimento, a partir do IV Encontro Nacional do CNS, realizado em Brasília no ano de 1995, a política de aproximação de forma subordinada da direção do CNS a esse ambientalismo internacional se intensifica. Havia chegado a hora, diziam as principais lideranças do CNS, de mudar as estratégias e apostar nos grandes projetos, como o Projeto Reservas Extrativistas, instituído no âmbito do PPG7.

Esse movimento de cooptação ganha maior fôlego com a vitória da "Frente Popular" no estado do Acre nas eleições para o executivo estadual em 1998. Liderada pelo Partido dos Trabalhadores, essa coalizão de 13 partidos, a maioria de centro-direita, na figura de seus principais dirigentes, Jorge Viana (governador) e Marina Silva (senadora), aprofunda em nível a adoção das diretrizes do modelo de "desenvolvimento sustentável" imposta pelo Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. A imagem de Chico Mendes, que já vinha sendo "destilada" de seu conteúdo passa a ser

11 As Agências Não-Governamentais (ANGs) repassam esses financiamentos (via de regra, a fundo perdido) através de complexos circuitos transnacionais de intermediações que envolvem as ONGs, os movimentos sociais e/ou "comunidades locais". Maiores informações sobre a atuação delas no Acre, ver Paula (2005).

12 Programa financiado pelo "Grupo dos oito países ricos", por intermédio do Banco Mundial, teve como objetivo implícito, impor o re-ordenamento do uso do território amazônico segundo o doutrinário neoliberal consubstanciado no modelo de "desenvolvimento sustentável" por ele difundido. A legitimação do saque dos recursos naturais, nessa nova fase de espoliação, passava necessariamente pelo "amansamento" das chamadas "populações tradicionais", usando, sobretudo a cooptação das lideranças dos movimentos sociais reativos, um velho artifício usado há séculos pela colonização euro-estadunidense.

re-significada de forma mais ousada para fins de legitimação do grupo governante e, obviamente, abre passagem para um tipo de espoliação13 consentida pelos "de baixo" e aplaudida pelos de "cima".

Sob a insígnia do "desenvolvimento sustentável" foram tomadas diversas iniciativas – envolvendo empresas, governo, ONGs e organizações comunitárias – voltadas para a satisfação dos interesses das grandes corporações, do agronegócio, especialmente da madeira e pecuária. Instrumentos como a concessão de florestas públicas para exploração de madeiras por empresas privadas, instituídas através de legislação estadual e federal (Lei estadual 1427, aprovada na Assembléia Legislativa do Acre em 2001, lei 11284, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula em março de 2006), desregulamentação do uso das unidades de conservação como as Resex, para fins de exploração madeireira, legalização da grilagem de terras (MP 422/2008) linhas de crédito para a expansão da pecuária, denotam uma pequena amostra dessa monumental ofensiva nessa nova escalada da mercantilização da natureza em território amazônico. As imagens reproduzidas a seguir (figuras 2, 3 e 4) mostram por si a magnitude dessa operação.

Figura 2:

Matéria publicada na Revista Referência VIII(54), abril de 2006.

Figura 3

Capa da Revista Referência, VIII(54), abril 2006

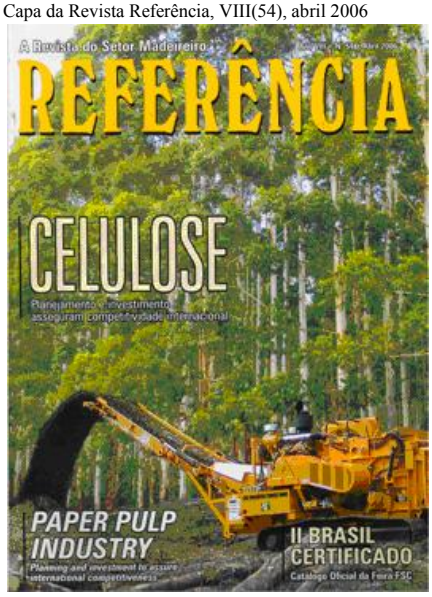


Figura 4

Fotografia de Chico Mendes na Expoacre, 2008 (Fotografia: Paula Ramila de Freitas)

13 Ao nos referirmos a 'espoliação" o fazemos no sentido atribuído por Harvey (2004). De acordo com ele, a "acumulação via espoliação" é caracterizada de uma maneira geral como uma forma de recrudescimento da "acumulação primitiva", expressa entre outros, nas privatizações, agravamento da destruição ambiental, supressão de direitos e intensificação da mercantilização da natureza.

Na figura 2, gostaríamos de chamar a atenção para quatro aspectos essenciais: 1) a matéria está publicada numa revista de "referência" do agronegócio da madeira, cuja capa aparece na figura 3; 2) a articulação entre empresa (a revista e o Sebrae), governo (símbolo do "governo da floresta"), "organizações comunitárias" (Cooperacre), ONGs (CTA) e ambientalismo internacional (WWF e FSC) aparece de forma cristalina; 3) a imagem de Chico Mendes é usada sem "cerimônias" por uma das expressões máximas do capitalismo predatório na Amazônia e no mundo, por essa razão, combatido intransigentemente pelo movimento liderado por esse personagem que empenhou sua vida nessa luta. É exatamente essa radicalidade do legado de Chico Mendes que a referida imagem procura ocultar; 4) além de usar fotografias descontextualizadas de "gentes da floresta" para criar uma falsa sensação de aprovação do "manejo sustentável" da "exploração comunitária" de madeira, a organização que supostamente os representaria, a Cooperacre, na realidade representa os interesses empresarias, e é para isso que ela foi criada por iniciativa do governo estadual do Acre.

Na figura 4, a manipulação e re-significação da imagem de Chico Mendes alcança uma grau ainda mais sofisticado e inimaginável para os que acompanharam de perto a trajetória das lutas de resistência na Amazônia e não se converteram em "mercadores da natureza"14. Ela tem dois componentes interessantes. O primeiro busca reforçar a versão oficial do "governo da floresta" pautada numa reinvenção da História da conquista do Acre. Ela passa a ser interpretada como uma sucessão de episódios marcados pela presença de heróis que atuaram de forma decisiva na afirmação dessa conquista. A fotografia situada no lado esquerdo da de Chico Mendes é a do patrão seringalista Plácido de Castro, herói da chamada "Revolução Acreana", denominação atribuída aos conflitos fronteiriços que resultaram na anexação ao território do Estado brasileiro no início do século XX de uma porção territorial então pertencente à Bolívia e ao Peru. Com esse tipo de associação de imagens, procura-se apagar por completo a violência da conquista do território que envolveu não só as escaramuças com os países vizinhos, mas também e sobretudo, a brutal exploração da força de trabalho praticada pela empresa seringalista. Além da dizimação e escravização de povos indígenas, a empresa seringalista submeteu a um regime de semi-escravidão os migrantes pobres do Nordeste brasileiro deslocados para as matas amazônicas. É dessa linhagem de gentes exploradas que surge o seringueiro Chico Mendes, cuja vida foi dedicada à luta pela emancipação dessas populações e da classe trabalhadora em geral. Portanto, não existe a linha de continuidade em relação ao gaúcho e seringalista Plácido de Castro. Ao contrário, o legado de Chico Mendes aponta para uma ruptura. O segundo componente diz respeito ao lugar em que foram estampadas as imagens, a "Feira agropecuária do Acre", uma espécie de "templo" do agronegócio da pecuária e madeira na região. O disparo que ceifou, prematuramente, a vida de Chico Mendes, foi feito por um fazendeiro pecuarista. O planejamento e financiamento do crime teriam envolvido, segundo os noticiários, organizações representativas deste segmento, como a União Democrática Ruralista (UDR). Enfim, como num ato mágico, as imagens vão adquirindo vida e, neste caso, servindo para negar a existência da vida do revolucionário Chico Mendes, na forma de espetáculo. Lembrando Debord (1997, p. 18):

> Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico. O espetáculo como tendência a fazer ver (por diferentes mediações especializadas) o mundo que já não se pode tocar diretamente, serve-se da visão como o sentido privilegiado da pessoa humana – o que em outras épocas fora o tato; o sentido mais abstrato, e mais sujeito à mistificação, corresponde à abstração generalizada da sociedade atual. Mas o espetáculo não pode ser identificado pelo simples olhar, mesmo que este esteja acoplado à escuta. Ele escapa a atividade do homem, à reconsideração e à correção de sua obra. É o contrário do diálogo. Sempre que haja representação independente, o espetáculo se reconstitui.

Assim, valendo-nos ainda de Debord, diríamos que um dos maiores desafios dos movimentos sociais hoje na Amazônia é o de escapar das imagens, do espetáculo que encobre esse monumental aparato de espoliação capitalista em marcha batida também na Amazônia. Trata-se de um período nitidamente diferenciado daquele em que viveu Chico Mendes, marcado pelo triunfo avassalador da hegemonia neoliberal, cujos efeitos sobre as lutas de resistência camponesa e indígena

14 Expressão utilizada por Paula (2005), para designar um vasto segmento de lideranças sindicais, comunitárias, partidárias, intelectuais orgânicos, entre outros, vinculados outrora às lutas de resistência e que passam na virada do século XX a aderir a ideologia do "desenvolvimento sustentável" difundida pelo imperialismo.

na Amazônia ainda não foram suficientemente analisados. Dito de outro modo, deslindar as imagens que compõem o espetáculo na sua forma contemporânea pode nos auxiliar a compreender as razões que levaram a maioria dos movimentos sociais a aderir de forma ativa a um projeto que na sua essência expressa a negação das bandeiras de lutas empunhadas anteriormente. Estamos nos referindo explicitamente à adesão desses movimentos à ideologia do "desenvolvimento sustentável" preconizada pelo Banco Mundial e demais agencias multilaterais, ANGs e ONGs.

No decorrer de uma década, naturalizou-se a idéia de que a conservação dos bens naturais estaria sujeita às supostas "determinações de mercado". Difundiu-se, ainda, a idéia de que não fazia mais sentido pensar em projetos "totalizantes", dever-se-ia concentrar esforços em iniciativas de cunho local. Todo o arcabouço ideológico do "desenvolvimento sustentável" imposto pelo imperialismo está ancorado nesses fundamentos que acabam de ruir com a recente crise financeira. O mais incrível de tudo isso, é que até o momento (13 de novembro de 2008) os "mercadores da natureza", tão convictos das virtudes do "mercado" como "benfeitor" da natureza, parecem manter inalteradas suas ladainhas. É como se uma coisa não tivesse nada a ver com outra, isto é, a crise do sistema financeiro com a ideologia neoliberal.

Finalmente, ao sucumbirem no turbilhão produzido pelo espetáculo, parte substancial de importantes movimentos sociais de outrora, como o sindicalismo rural e CNS, saíram da condição de protagonistas da luta de resistência e passaram a constituir-se em meros objetos do capital. Em decorrência dessa subordinação e dos efeitos dela resultantes, tornaram-se "peças decorativas na região" e atravessam uma grave crise de representação. É nesse sentido mais subjetivo, e não em face do assassinato, que eles estão "sem Chico Mendes". Contudo, é possível vislumbrar as lutas de resistência que notabilizaram a trajetória de Chico Mendes em outros movimentos emergentes, como é o caso da Via Campesina, que podem sinalizar uma nova fase de lutas. Nela vislumbram-se, a exemplo do que vem ocorrendo em vários países da América Latina, como Bolívia, Peru, Equador, Paraguai, Colômbia e México, tentativas de responder à ofensiva da internacionalização do capital na região com estratégias de resistências que se projetam para além das fronteiras nacionais, ancoradas em lutas concretas nessa escala. As ações protagonizadas pelo MAB/Rondônia contra as hidrelétricas do rio Madeira, os encontros de povos indígenas da fronteira tri-nacional (Brasil, Peru, Bolívia) indicam algumas dessas evidências.

Referências

ALMEIDA, A. W. (1989). Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. *Revista da ABRA, 19*(1).

AYMONE, T. (1996). *I popoli della foresta*. Torino: Bollati Boringhiere Ed.

BORON, A. (1994). *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra.

CASTELLS, Manuel. (1999). *O poder da identidade*. V.2. São Paulo: Paz e Terra.

BENTES, R. (2006). A intervenção do ambientalismo internacional na Amazônia. *Estudos Avançados*, 19(54).

COSTA SOBRINHO, P. V. (2006). Chico Mendes: trajetória de uma liderança. In PAULA, E. A. de & SILVA, S. S. da (Org) *Trajetórias da luta camponesa na Amazônia Acreana*. Rio Branco: Edufac.

DEBORD, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997

GONÇALVES, C. W. (1998). *Geografando nos Varadouros do Mundo da territorialidade seringalista à territorialidade seringueira*: do seringal à Reserva Extrativista. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ.

GRAMSCI, A. (1978). *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes.

GRYBOWSKY, C. (1989). *O testamento do homem da floresta*: Chico Mendes por ele mesmo. Rio de Janeiro: FASE.

HARVEY, D. (2004). *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola.

LEFF, E. (2000). *Ecologia, Capital e Cultura*: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Ed. da FURB. 95-141.

PAULA, E. A. de. (1991). *Seringueiros e sindicatos*: um povo da floresta em busca de liberdade. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA.

_____. (2005). (*Des)Envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental*: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio Branco, Edufac.

_____. (1999). A conquista da floresta nas terras do Acre. In MEDEIROS & LEITE (Org) *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil*. Ed. Universidade/UFRGS/CPDA.

_____. (2006). Movimento Sindical e Luta pela Terra: do romantismo da voz ao pragmatismo do silêncio. In PAULA, E. A. de & SILVA, S. S. da (Org) *Trajetórias da luta camponesa na Amazônia Acreana*. Rio Branco: Edufac.

_____. (2006a). Conselho Nacional dos Seringueiros e o novo colonialismo na Amazônia. *Revista da ALASRU*, Nueva Época n.2. Analisis latinoamericano del médio rural.Chapingo-México. 177-201.

_____. (2006b). O conto da Floresta Pública e o canto da sereia: Lei 11284/2006. In CANUTO *et all, Conflitos no Campo Brasil 2005*. Goiânia: CPT Nacional.

_____, Sociedade civil internacional e meio ambiente na Amazônia: um estudo do MAP na fronteira trinacional Peru/Brasil/Bolívia. Observatório Latinoamericano de Geopolítica http://www.geopolitica.ws/home.php

QUINJANO, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, E. *A Colonialidade do Saber*: Eurocentrismo e Ciências Sociais perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO.

SILVA, M. R. (2001). *Sindicato em Movimento*: Representação Política e os interesses do STR de Xapuri. Dissertação (Mestrado). CPDA/UFRRJ.

SILVA, S. S. da. (1999). *A Fronteira Agropecuária Acreana*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP.
_____. (2005). *Desenvolvimento agrário e resistência camponesa na Amazônia-acreana*. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista – FCT/UNESP.
THOMPSON, E. P. (2002). *Costumes em Comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras.

Caso Chico Mendes: as fontes que contam a história

Fernanda Birolo
Universidade do Minho
fernandabirolo@gmail.com

Resumo: Esta comunicação constitui-se em um mapeamento geral das fontes de informação utilizadas pelo jornalismo na apuração do assassinato do sindicalista brasileiro Chico Mendes e dos acontecimentos que se sucederam. Adotamos como *corpus* de análise um diário impresso de circulação nacional e dois locais, permitindo-nos traçar uma comparação entre os mesmos. Esta abordagem se constitui em um dos aspectos tratados no desenvolvimento de uma investigação maior realizada como dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho.

Introdução

No momento em que se completam vinte anos desde a morte do sindicalista Chico Mendes, permanecem ainda muitas dúvidas sobre os personagens e as circunstâncias que envolveram este assassinato. Em meio aos debates que ora surgem sobre seu legado e os frutos da luta por ele plantada, relembramos a questão nunca completamente esclarecida sobre quem foi de fato responsável pelo crime ocorrido na cidade de Xapuri (Acre, Brasil) em 22 de dezembro de 1988. Embora juridicamente o caso tenha sido encerrado com a condenação de autor e mandante, existem diversas versões sobre esta trama.

Em meio a tantos outros assassinatos que ocorriam à época no Brasil em função de conflitos de terra, o caso Chico Mendes em especial tomou grandes proporções devido ao reconhecimento mundial que o seringueiro havia obtido com sua luta. Como presidente do Sindicato dos Trabalhores Rurais de Xapuri, sua liderança provocava reações distintas e até mesmo antagônicas: por um lado o crescente debate global sobre as questões ambientais fazia dele um personagem admirado pela comunidade internacional e, por outro, em nível local, a luta pela preservação da floresta amazônica despertava o interesse em sua aniquilação, especialmente por parte dos fazendeiros que se instalavam na região.

Tendo em vista a diversidade – e disparidade – de personagens que fizeram parte deste cenário, adotamos como objetivo traçar um mapa geral das fontes de informação que tiveram espaço no jornalismo para contar esta história. Pretendemos verificar ainda se as fontes revelam características do tratamento dado ao caso pelos periódicos. Como amostra deste estudo selecionamos um diário impresso de alcance nacional – *Jornal do Brasil* (do Rio de Janeiro) – e dois locais – *O Rio Branco* e *A Gazeta* (de Rio Branco, Acre). Realizamos neste trabalho uma análise quantitativa das informações recolhidas como parte de uma pesquisa maior desenvolvida no âmbito do Mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho, na área de especialização em Informação e Jornalismo.

A trajetória de um líder

Filho da floresta amazônica, Chico Mendes tem sua trajetória intimamente ligada aos acontecimentos políticos e econômicos que marcavam a história de sua região. Nasceu filho de seringueiros, em uma época em que o extrativismo do látex se constituia na principal atividade econômica de seu Estado, o Acre. Como era o processo natural, também ele, assim que atingiu idade suficiente, começou a trabalhar no corte da seringa. Entretanto, ainda que seguisse a tradição de continuar o trabalho de seu pai, desde cedo tomou rumos diferentes de seus companheiros, o que viria a torná-lo um grande e reconhecido líder.

Chico Mendes iniciou sua formação política ainda na mata. Entre os seringueiros o analfabetismo era regra, mas ele aprendeu a ler por volta dos 18 anos, com a ajuda de um homem desconhecido que apareceu no seringal onde vivia, em Xapuri. Tratava-se do revolucionário comunista Euclides Távora, um ex militar que havia participado da Coluna Prestes, em favor de reformas políticas e sociais no país. Com ele, Chico passou a ter aulas todos os sábados, nas quais além da leitura, recebia ensinamentos também sobre a revolução socialista, entre outros temas voltados para a organização dos trabalhadores. Foi Távora o responsável por incutir neste seringueiro a necessidade da organização de movimentos de resistência, através da criação de associações e sindicatos.

Anos mais tarde – e após Chico ter já tomado frente em alguns movimentos isolados de resistência ao sistema de exploração vigente nos seringais –, a própria conjuntura que se estabelecia localmente fomentava a necessidade de uma resistência organizada por parte dos seringueiros. Com a desestruturação da economia da borracha, na década de 1970, a empresa extrativista começa a ser definitivamente suprimida, entrando em cena uma nova organização econômica na Amazônia, fortemente marcada pela chegada da pecuária. Esta atividade, no entanto, requeria a ocupação de grandes áreas desmatadas, o que fazia dos seringueiros e posseiros presença incômoda para os novos proprietários.

Esta mudança, conforme analisa Silva (1982: 1), trouxe como consequências mais palpáveis "a emergência de conflitos pela posse de terra e a formação de um intenso fluxo migratório na direção campo-cidade". Expulsos das terras pelos novos proprietários, restavam aos seringueiros poucas alternativas: muitos deles adotavam como destino os seringais na Bolívia, e a maior parte dirigia-se para as cidades. Este êxodo acarretou o surgimento das grandes periferias nas cidades, gerando uma série de novos problemas sociais, como a intensificação da marginalidade urbana e o repentino aparecimento de um grande contingente de mão-de-obra desqualificada, condenada ao subemprego ou à instabilidade das atividades temporárias (*Ibidem*: 56).

Com todo o prejuízo que a introdução da pecuária estava causando aos seringueiros, começam a surgir timidamente as primeiras movimentações de resistência, inicialmente com forte apoio da Igreja Católica. A formação dos sindicatos propriamente se deu com a chegada da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) no Acre, em 1975. Um curso sobre formação sindical e legislação agrária ministrado a algumas lideranças rurais locais abriu caminho para a criação, neste mesmo ano, do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) no município de Brasiléia.

Chico Mendes começou aí sua atuação sindical, fazendo parte da primeira diretoria eleita do STR de Brasiléia, como secretário. Foi no âmbito dos trabalhos deste sindicato que surgiram as atuações mais autênticas e de maior eficácia na luta dos seringueiros: os *empates*. Esta alternativa de resistência estabelecia uma nova forma de luta em defesa da floresta e de seus modos tradicionais de vida. Grupos de trabalhadores, por vezes com suas mulheres e filhos, postavam-se em frente à área a ser desmatada e conversavam com os trabalhadores contratados para a derrubada na tentativa de convencê-los a paralisarem o serviço.

Esta forma de luta teve início no ano seguinte à fundação do Sindicato de Brasiléia. Mesmo não tendo grande êxito nos primeiros momentos, vários outros *empates* passaram a ser realizados, consolidando esta forma de resistência dos seringueiros. Entretanto, a organização destes trabalhadores não estava ainda bem estruturada, pois não tinham até então uma alternativa possível e viável para propor nas negociações. Desta forma, os seringueiros acabavam por deixar suas terras, recebendo em troca lotes menores, nos quais praticariam outras atividades que não o extrativismo. Chico Mendes (*in* Costa Sobrinho, 2006: 39-40) observa que, mesmo quando se conseguia assegurar a permanência destes trabalhadores com base no *Estatuto da Terra*, a Justiça considerava como posse somente a área de cultivo, o barraco e outras benfeitorias, não sendo incluídas as estradas de seringa. Como a garantia deste lote não impedia o desmatamento das demais áreas, era inevitável a derrubada das seringueiras e castanheiras, tirando do trabalhador sua fonte de sobrevivência.

De acordo com Costa Sobrinho (2006: 21), a partir do surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, em abril de 1977, as orientações começaram a apontar para um diferente posicionamento. Sob a liderança de Chico Mendes, a organização assumiu uma postura mais combativa, aconselhando os seringueiros a não abandonarem as colocações e não fazerem acordos, assegurando sua posse. Foi também em função da atuação de Chico que a organização passou a receber importantes apoios vindos de fora. Os contatos que aos poucos ia estabelecendo com personagens influentes, especialmente de fora do Estado, contribuíram para a ascenção da luta dos seringueiros a um patamar de reconhecimento nacional e internacional.

Os primeiros passos no sentido da expansão do movimento tiveram a decisiva colaboração da paranaense Mary Allegretti, antropóloga que iniciou sua ligação com o Acre no final da década de 70, realizando ali sua pesquisa de mestrado e se envolvendo com a causa dos seringueiros. Conforme relata em sua tese de doutorado, Allegretti (2002: 399-400) deu-se conta da inexistência de propostas governamentais para solucionar a questão das terras na região. Diante disto, Allegretti propôs a Chico Mendes a realização de um encontro nacional, com a intenção de dar visibilidade à luta destes trabalhadores.

Em Outubro de 1985 acontece, então, o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, em Brasília, com a presença de 130 trabalhadores de diversos lugares da Amazônia. Entre diversos resultados dos debates, a proposta de criação das Reservas Extrativistas foi responsável por uma mudança definitiva nos rumos da luta dos seringueiros. Até o momento estes se opunham ao modelo de reforma agrária adotado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mas não apresentavam uma alternativa para substituí-lo. A partir de então passaram a ter uma proposta viável, legitimada tanto dentro do próprio movimento quanto pelas personalidades e organismos que apoiavam a causa, pois, além de apontar para uma solução dos conflitos de terras, era também um meio de proteção da floresta.

As Reservas Extrativistas eram terras pertencentes à União, porém com direito de usufruto para aqueles que nelas viviam e trabalhavam. Como explica Chico Mendes (*in* Costa Sobrinho, 2006: 43), era "uma alternativa de preservação sem tornar a Amazônia um santuário intocável, mas garantindo a sobrevivência com dignidade dos que vivem na floresta". Em nível internacional, especialmente, as reservas consistiram em uma nova e eficaz arma para as organizações de defesa do meio ambiente.

Uma luta em proporções mundiais

Com esta nova perspectiva de luta, Chico Mendes e os seringueiros foram ganhando importantes apoios. Uma aliança formada após o Encontro Nacional, em que participavam Mary Allegretti, o antropólogo americano Steve Schwartzman e o cineasta britânico Adrian Cowell, foi responsável por dar ao movimento destaque e proporções internacionais. Foi deste trio que surgiu a proposta de levar uma representação dos seringueiros aos Estados Unidos, em 1987, onde ocorreria a reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com os representantes dos países membros.

Esta instituição firmou acordo com o governo brasileiro, em 1985, para financiar o asfaltamento da estrada de ligação ao Acre, a BR-364, no trecho Porto Velho-Rio Branco. Entretanto, com os desastres ambientais e impactos negativos sobre as sociedades indígenas resultantes das obras do trecho Cuiabá-Porto Velho, financiadas anteriormente pelo Banco Mundial, o BID teve que agir com cautela neste novo empréstimo, para que uma possível repetição do cenário não o colocasse no centro das críticas internacionais, como acontecia com o Banco Mundial (Allegretti, 2002: 472 e 569).

Diante desta situação, o BID estabeleceu, como condição para o empréstimo, medidas de proteção da floresta e das populações tradicionais que corriam o risco de serem atingidas pelas obras. Com o tempo, no entanto, a estrada ia sendo concluída e as exigências ambientais e sociais planejadas não eram concretizadas. E foi por esta razão que Chico Mendes aceitou a proposta de fazer denúncias junto ao Banco – mesmo ciente de que era arriscado para o movimento manifestar-se contra a estrada, pois o asfaltamento era visto como um progresso para a região, e esta atitude poderia não ser compreendida pela opinião pública e pelas próprias bases (Allegretti, 2002: 567-571).

De fato Chico Mendes foi fortemente criticado por ter exposto, diante da comunidade internacional, em Miami, o impacto provocado pelo asfaltamento da rodovia. O resultado das denúncias foi o quadro assim descrito por Allegretti (2002: 576-577): "De um lado, o Congresso Norte-Americano cobrando do BID o atendimento às cláusulas ambientais, pelo governo brasileiro, ou a suspensão dos desembolsos; de outro, o BID repassando essa pressão para o governo brasileiro; ao mesmo tempo, os seringueiros, associados aos ambientalistas, pressionando pela demarcação das terras indígenas e pela inclusão das Reservas Extrativistas como medida mitigadora; e os fazendeiros e parlamentares acreanos acusando os seringueiros de serem contra o progresso do Acre".

As denúncias feitas por Chico Mendes nos Estados Unidos culminaram com a suspensão do financiamento do BID para o asfaltamento da estrada. Ainda que a intenção não fosse impedir o prosseguimento das obras – mas sim assegurar que fossem respeitados os acordos –, Chico Mendes foi alvo de duras críticas no Brasil e particularmente no Acre. Internacionalmente, porém, sua atuação tornou-se notável a ponto de receber importantes prêmios, como o Global 500, da Organização das Nações Unidas, e a Medalha da Better World Society, ambos em 1987.

À medida que crescia sua projeção mundial, Chico também se tornava mais odiado por aqueles ditos "favoráveis ao progresso". Além da suspensão do desembolso do BID e da inserção das Reservas Extrativistas na Reforma Agrária, em 1987, o movimento continuava alcançando importantes conquistas com a realização dos *empates*. Um dos maiores empresários instalados no Acre já havia decidido vender suas terras e ir embora de Xapuri, depois de uma longa luta com os seringueiros. A retirada da Bordon do Acre representava para os fazendeiros uma perigosa ameaça, pois era a prova de que os seringueiros tinham forças para vencer esta "batalha". Conforme explica Allegretti (2002: 588), "exatamente pela rapidez das conquistas e pela ousadia com que o movimento era apresentado, do final de 1987 ao final de 1988, todos os elementos desta história se aglutinaram como se um cerco estivesse se formando em torno de Chico Mendes. A cada conquista, uma revanche maior se organizava e se lançava contra ele".

A morte anunciada

O ano de 1988 foi de muita tensão em Xapuri, tendo sido os conflitos no seringal Cachoeira os de maior repercussão. O "empate do Cachoeira", realizado no mês de março, é inclusive citado como principal motivação para o assassinato de Chico Mendes, ocorrido em dezembro seguinte (Rodrigues, s/d: 95). Foi nesta disputa pelas terras onde vivia parte de sua família que Chico entrou em confronto direto com o fazendeiro Darly Alves da Silva, posteriormente acusado como mandante da sua morte.

Uma das versões da história reza que Darly teria comprado uma parte do seringal Cachoeira. No entanto, o próprio juiz Adair Longuini, responsável pelo julgamento do caso Chico Mendes, admitiu, em entrevista a José Carlos Laitano (2002: 254), que em sua concepção pessoal Darly não comprou aquelas terras. Por ser uma área com grande concentração de seringueiros, Longuini acredita que Darly tomou a iniciativa de desocupar o seringal atendendo a outros interesses que não os próprios.

O impasse do Cachoeira terminou com a desapropriação da área, que foi transformada em Reserva Extrativista. Depois desta vitória alcançada, Chico investiu uma vez mais contra seu rival Darly: em levantamento sobre o passado da família Alves, descobriu-se um histórico de crimes deixado entre Ipanema, em Minas Gerais e Umuarama, no Paraná – havendo nesta última cidade, inclusive, ordem de prisão datada de 1973 contra Darly e seu irmão Alvarino, nunca cumpridas devido ao desaparecimento dos mesmos da cidade. Com a ajuda do advogado do Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), Genésio Natividade, Chico conseguiu uma Carta Precatória da Justiça de Umuarama solicitando a prisão dos dois

Em decisão tomada entre Chico Mendes, Genésio Natividade e o bispo da Prelazia do Acre e Purus, Dom Moacyr Grecchi, a carta foi entregue ao superintendente da Polícia Federal, Mauro Spósito, no dia 27 de setembro de 1988. Spósito estranhamente reteve a carta por cerca de 15 dias até que, procurado pelo juiz da Comarca de Xapuri, Adair Longuini, enviou a este o documento. Longuini imediatamente emitiu mandado de prisão e determinou que a Polícia cumprisse logo, mas a esta altura Darly e Alvarino já haviam desaparecido, possivelmente avisados a respeito da Carta. O episódio teve grande repercussão na imprensa, resultando em uma intensa troca de acusações entre Chico e Spósito.

Chico viu-se então em uma situação ainda mais complicada: "Tendo os Alves, os fazendeiros, as autoridades do judiciário e da segurança pública contra ele, foi muito fácil preparar e executar o seu assassinato" (Allegretti, 2002: 589). O crime aconteceu em 22 de dezembro de 1988: Chico Mendes foi morto na porta traseira de sua casa, em Xapuri. Os tiros partiram de uma tocaia dentro do próprio quintal. Poucos dias depois Darci Alves, filho de Darly, entregou-se à polícia

assumindo a autoria do disparo. O pai era então apontado pela imprensa como o mandante do crime. Ambos foram julgados, dois anos mais tarde, e condenados pelo assassinato.

Na opinião de Rodrigues (s/d: 95), pai e filho são apenas "o ´rabo da cobra` de um esquema que, na época, estava vivo e atuante e que tinha, como tem até hoje, importantes personalidades, nunca descobertas e/ou responsabilizadas pelo assassinato de Chico Mendes como deveriam, por serem verdadeiros co-autores, como financiadores diretos ou indiretos desse crime". O contexto que envolve o assassinato é, na verdade, uma grande trama nunca inteiramente esclarecida. Não pretendemos, neste trabalho, realizar uma investigação criminal e nem apontar os responsáveis pelo assassinato. Apenas levantamos algumas informações já tornadas públicas e que podem dar uma idéia do complexo cenário em que se passa esta história e da multiplicidade de personagens que dela fazem parte.

Muitas acusações surgiram sem, no entanto, serem confirmadas – especialmente em virtude da dificuldade de se apresentarem provas concretas. O juiz Adair Longuini (*in* Laitano, 2002: 283) observa que a União Democrática Ruralista (UDR) era um dos maiores acusados à época, porém sem provas. Segundo ele, é inegável que a organização tinha por finalidade defender os interesses dos fazendeiros, e que a maioria deles era contra a atuação de Chico Mendes. No entanto, nada foi apurado contra a UDR.

Nestas circunstâncias surgiam também acusações contra diversos pecuaristas que faziam parte desta organização, entre eles o próprio presidente, João Branco. Além de fazendeiro e advogado, ele era também um dos sócios do jornal *O Rio Branco* – periódico que deu um suspeito furo de reportagem no dia do assassinato. Como relata Ventura (2003: 25), a equipe de reportagem deste jornal teria feito em apenas uma hora e meia, com carro pequeno e em período chuvoso, o mesmo trajeto que a equipe do próprio autor fez em duas horas e quinze minutos, em um dia de sol e desenvolvendo até 120 km/h no asfalto. Isto significa, segundo Ventura, que "alguém bem informado poderia ter avisado aos repórteres do jornal do advogado João Branco que o crime mais anunciado do ano seria finalmente naquele dia".

Existe também a suspeita de que uma reunião tenha sido realizada cinco dias antes do crime, em que teria sido discutida a morte de Chico Mendes. Conforme relata Revkin (1990: 303-304), um médico boliviano chamado Efrain Mendoza teria ouvido uma conversa, durante um jogo de cartas na sede do Rio Branco Futebol Clube, na capital, que indicava serem concretos os planos do assassinato. Estariam presentes Adalberto Aragão, ex-prefeito de Rio Branco e adversário político de Chico Mendes, e o ex-seringalista Gaston Mota. Teria sido comentado nesta noite que Chico estaria morto ainda antes do Natal.

Outros encontros entre fazendeiros podem ter sido palco de debate sobre o mesmo assunto. Segundo Genésio Ferreira (*in* Ventura, 2003:28-30), menino que morava na fazenda Paraná, a propriedade de Darly Alves era visitada por pessoas como João Branco, Benedito Rosa, Gaston Mota, o delegado Enock, Aragão, entre outros. Ele afirma ter ouvido Darly perguntar a João Branco o que ele achava de matar Chico Mendes, e a resposta teria sido que se fosse "igual às outras mortes que o senhor faz e *num* dá nada, pode matar que se der rolo e eu puder ajudar, eu ajudo."

O próprio Chico Mendes havia anunciado a sua morte, apontado a todas as autoridades possíveis, através de cartas, artigos e entrevistas, os suspeitos de seu assassinato – que sabia não tardar a acontecer. O delegado que tratou do caso, Nilson Alves de Oliveira, admitiu em entrevista ao jornalista Zuenir Ventura (2003: 35) o envolvimento de pessoas influentes no crime, mesmo evitando citar nomes, já que não tinha provas para apresentar diante da Justiça. Conforme observou Ventura, o delegado sabia que "o fato de ter entre as grades Darci Alves, autor confesso da morte, e seu pai Darly, inimigo de Chico, não respondia à pergunta que o Brasil e o mundo continuavam fazendo: quem matou Chico Mendes?"

O papel das fontes de informação

Em função da disparidade de personagens e versões desta trama, despertamos o interesse em identificar quem foram as fontes de informação que tiveram espaço para contar esta história nos jornais da época. Consideramos ser esta uma questão de grande relevância pois vemos o jornalismo como importante meio de que a sociedade dispõe para tomar conhecimento da realidade que não vivencia diretamente. Da mesma forma são as fontes de informação elementos essenciais neste processo, pois é a partir delas que os jornalistas tomam conhecimento das "estórias" a serem relatadas. Visto ser impossível que estes profissionais observem pessoalmente todos os acontecimentos que noticiam, eles realizam seu trabalho recolhendo os testemunhos de pessoas que presenciaram os acontecimentos ou de entidades que disponham de dados. E mesmo quando o profissional pode presenciar os fatos, as fontes são ainda importantes, pois permitem contrastar os pontos de vista e, assim, oferecer informações verazes e que se apoximem ao máximo da realidade (López e Túñez, s/d: 73).

Remetendo às idéias de Sigal, Santos (s/d: 25-26) mostra a relevância deste elemento na produção noticiosa, considerando que a notícia não é aquilo que os jornalistas pensam, mas o que as fontes dizem, mediado pelas organizações noticiosas, rotinas jornalísticas e convenções. Sua atuação é, portanto, essencial e determinante para a qualidade da informação produzida pelos *mass media*.

A interação entre os jornalistas e as fontes de informação é permeada por diversos interesses, de ambos os lados. Daí, na concepção de Gans (2004: 116), esta relação ser comparada a uma "dança", em que as fontes tentam ter acesso aos jornalistas, e estes tentam aproximar-se daquelas. De acordo com o autor, neste "tango" ambas as partes podem conduzir a dança, mas são normalmente as fontes que o fazem. Referindo-se a Gomis, Manuel Pinto (2000: 278-280) mostra que estas fontes – "que remetem para posições e relações sociais, para interesses e pontos de vista, para quadros espácio-temporalmente situados" – são entidades interessadas, ou seja, desenvolvem estrategicamente sua atividade, com táticas bem determinadas.

As atividades destes dois atores são conflituais mas complementares. Eles precisam um do outro, ainda que nem sempre os objetivos de ambos apontem para uma mesma direção. Seus interesses, como observa Santos (s/d: 194), tanto podem ser comuns como distintos, "o que pressupõe um esforço sempre permanente de diálogo, luta, relação simbiótica ou negócio". Neste processo, a confiança surge como elemento fundamental para que se estabeleça uma boa relação jornalista-fonte.

Este sentimento, como afirma Marinho (2000: 352-353), é uma condição "que evolui ao longo do relacionamento: a confiança pode ser gerada, cultivada, mantida, reforçada, por vezes quebrada e, muito dificilmente, revitalizada". De acordo com a autora, a forma como esta condição é gerida na relação é que vai definir quem pode fazer parte deste conjunto de relações, em que situações poderá ser afastado, como consequência do "contrato pré-estabelecido", e como poderá ser readmitido no sistema.

A interação entre os atores é, portanto, permeada por uma constante conquista de espaços, que é complexa e pode ser também perigosa. Constrangimentos na produção das notícias podem ser causados pela dependência que o profissional está sujeito a adquirir frente aos seus informadores. Isto ocorre comumente no caso dos jornalistas especializados que, como afirma Wolf (1992: 201), "estabelecem relações estreitas e continuadas com as próprias fontes", criando "uma relação quase simbiótica de obrigações recíprocas".

Esta relação, por um lado, pode simplificar o trabalho do jornalista, que será mantido sempre atualizado, mas por outro pode também dificultar, pois é alto o custo da perda deste tipo de fonte, e portanto o jornalista pode se ver obrigado a condicionar as informações que publica aos interesses de suas fontes (Wolf, 1992: 201). Assim, como observa Traquina (2002: 121), os jornalistas que ficam dependentes das fontes acabam por ceder à tentação de escrever para a fonte e não para o público.

De maneira geral, os jornalistas estabelecem, conscientemente ou não, critérios a partir dos quais determinam as fontes de informação que devem ser consultadas para a produção das notícias. Em um dos clássicos estudos sobre o tema, Herbert Gans (2004: 128-131) afirma que estas considerações são feitas a partir de um objetivo global dos jornalistas: a eficiência. Neste sentido, o autor lista uma série de características das fontes que as tornam eficazes na ótica destes profissionais. As exigências são as seguintes: antecedentes provados, que se referem às boas informações já proporcionadas pela fonte em ocasiões anteriores, o que a torna apta a ser escolhida novamente; a produtividade, que diz respeito à habilidade da fonte em fornecer informação suficiente para a produção da notícia sem exigir muito tempo ou esforço do jornalista; que sejam fidedignas, para que o jornalista não precise confirmar as informações; que sejam verídicas, honradas, já que a fiabilidade de uma fonte nem sempre pode ser constatada com rapidez; autoridade oficial, pois as fontes em posição oficial de autoridade e responsabilidade são consideradas mais verídicas; e articuladas, para que se expressem bem, sobretudo quando se trata dos *media* radiofônicos ou audiovisuais (Gans, 2004: 128-131).

Ainda que consideremos todos estes pontos importantes para um estudo das fontes de informação, concedemos um especial destaque à questão da credibilidade. Tendo em conta que os jornalistas sabem que as fontes não são desinteressadas, este fator é fundamental para que eles acreditem nas mesmas (cf. Traquina, 1993a: 172). De igual forma, a credibilidade do jornalista também depende da confiabilidade de suas fontes (Chaparro, 2001: 51). É, portanto, visando a credibilidade das informações que poderá fornecer que o jornalista escolhe suas fontes.

O acesso ao jornalistas, porém, não é igual para todas as fontes. Baseando-se em Becker, os estudos de Hall *et al*. (1993: 229) indicam a existência de uma "hierarquia de credibilidade", em que os mais poderosos ou com estatuto social mais elevado terão seus posicionamentos melhor aceites, pois considera-se que eles têm acesso a informações mais precisas e especializadas que a maior parte da população. Para os autores, os meios de comunicação tendem a reproduzir, do ponto de vista simbólico, a mesma estrutura do poder que há na ordem institucional da sociedade. Assim sendo, observam uma preferência dada pelos meios de comunicação às opiniões do poder, ou seja, aos "porta-vozes" oficiais.

Também Traquina se refere a esta convenção do campo jornalístico de acordo com a qual considera-se que quanto mais elevado for o estatuto social do informador melhor é a fonte de informação. A situação de autoridade, nesta lógica, confere credibilidade à fonte. No mesmo sentido apontado por Hall *et al*., Traquina confirma a existência da idéia de que "algumas pessoas, pela posição que ocupam, sabem mais que outras pessoas; daí devem ter acesso a mais factos e, então, a sua informação deve ser, em princípio, mais correcta" (1993a: 172-173).

Este quadro pode ser confirmado através de vários estudos que não só mostram o acesso privilegiado que as fontes "conhecidas" têm aos jornalistas, mas também o espaço que os desconhecidos (não) têm nos *media* (*cf*. Santos, s/d: 28). Em estudo recente realizado em Portugal, observando os programas de informação semanal da televisão nacional, Lopes (2007: 279-280) percebeu que os cidadãos comuns eram convidados somente na intenção de dar testemunho. "Não eram as idéias que os jornalistas procuravam junto deste tipo de interlocutores, mas, acima de tudo, vivências pessoais concretas. Sendo apenas autorizado a falar daquilo que se cruzava com o seu espaço privado, o cidadão comum nunca pôde exercer o seu direito de dizer o que pensava acerca daquilo que circulava na esfera pública."

Em seu estudo, Lopes (2007: 282-283) mostra que a diferença no acesso aos *media* atinge também a questão de gênero. Segundo a autora, nos programas de grande entrevista e de debate participavam predominantemente os homens, ao passo que os *talk shows*, mais voltados para o espetáculo e para temáticas do domínio privado, davam preferência às mulheres, de quem se esperavam "estórias de vida". "Os homens apareciam habilitados para discutir idéias e as mulheres para falar de emoções". Para Lopes, observa-se aí um reflexo da própria estrutura da sociedade, em que os homens dominam a esfera pública do poder e as mulheres permanecem circunscritas ao domínio privado. "Este *glass ceiling* (tecto de vidro)

que bloqueia o acesso das mulheres a lugares de topo está dentro da TV, mas estará, acima de tudo, na estrutura social" (2007: 285).

Desta forma, notamos que, tratando-se de gênero ou de estatuto social, os meios de comunicação acabam por dar continuidade aos mesmos jogos de poder existentes na sociedade. Neste sentido Gans (2004: 119) nota que, ainda que teoricamente qualquer pessoa possa se tornar uma fonte de informação, na prática o acesso aos jornalistas reflete a hierarquia da nação e da sociedade.

Metodologia de pesquisa

Tendo por base estes conceitos gerais sobre o papel das fontes de informação, estabelecemos uma metodologia de pesquisa com vistas a atingir o objetivo proposto de mapear as fontes do Caso Chico Mendes. Para isto, optamos por uma análise quantitativa dos dados recolhidos através de uma grelha de análise, criada com base em outros estudos realizados em Portugal na área de comunicação – mais precisamente os trabalhos de Cristina Ponte (2005) e de Felisbela Lopes (1999).

Em nossa grelha de análise sobre as fontes definimos variáveis como a origem, o gênero e o estatuto. Nesta última classificamos as fontes como oficial, quando se trata de entidades ou porta-vozes que falem em nome de um grupo ou instituição; não oficial, quando a fonte fala em seu próprio nome; documental; outro meio de comunicação tradicional; e outro. Dentro das fontes oficiais elaboramos uma sub-categoria que especifica a quem a fonte representa, em que temos as seguintes variáveis: governamental; policial; empresa privada ou mista; associação, sindicato ou órgão de classe; organização não governamental; partido político; igreja; e outro. Já as fontes não oficiais são classificadas em: cidadão comum; familiar de Chico Mendes; companheiro de luta ou amigo pessoal de Chico Mendes; fazendeiro ou gerente de fazenda; empregado ou pessoa diretamente ligada a fazenda (pistoleiros, familiares dos fazendeiros); celebridade ou personalidade pública; político; advogado; comunicador ou jornalista; testemunha de acontecimentos ligados ao crime; e outro. Note-se que, para esta classificação, baseamo-nos na descrição que o jornal faz das fontes.

Temos ainda uma variável menos objetiva, que consiste no envolvimento da fonte com a causa de Chico Mendes. Neste item as opções são: a favor da causa; contra a mesma; investigador, para aqueles que estão envolvidos com o caso somente em função dos trabalhos de investigação; misto, para personagens com posicionamentos dúbios diante do caso; e outro para aqueles que não têm envolvimento com o caso. Para responder a esta classificação adotamos aqui uma diferente estratégia: listamos todas as fontes citadas no *corpus* e, através do conhecimento da história adquirido durante a fase exploratória e juntamente com dois peritos no caso – cujos nomes não serão aqui divulgados – enquadramos cada uma delas nas categorias que consideramos cabíveis.

Nosso *corpus* de análise é composto por três jornais impressos brasileiros. Em nível nacional optamos pelo *Jornal do Brasil,* levando em consideração a grande cobertura que fez do caso, contando inclusive com enviado especial ao Acre tanto no período posterior à morte quanto no julgamento dos acusados. Em nível local elegemos os dois maiores jornais de circulação à época – *O Rio Branco* e *A Gazeta*. Analisamos um período de 60 dias, 30 deles na época do assassinato e outros 30 na do julgamento: de 23 de dezembro de 1988 a 21 de janeiro de 1989 e de 29 de novembro a 28 de dezembro de 1990.

As fontes do Caso Chico Mendes

Para um mapeamento das fontes de informação do Caso Chico Mendes traçamos uma comparação entre os dados quantitativos recolhidos em cada um dos jornais. Em todo o período analisado foram mencionadas mais de 1.500 fontes, sendo a maioria delas no jornal *A Gazeta* (N=819), seguido do *Jornal do Brasil* (N=439) e de *O Rio Branco* (N=261). É importante salientar que esta grande diferença na quantidade de fontes é reflexo também do número de matérias publicadas em cada periódico, tendo em consideração que *A Gazeta* teve uma cobertura bastante maior que os demais: de um total de 852 textos analisados, mais da metade foram publicados por *A Gazeta* (N=469). Em seguida veio o *Jornal do Brasil*, com 211 matérias, e por último *O Rio Branco*, com 172.

Estes números apontam já para um quadro interessante: por um lado um jornal local (*O Rio Branco*) dando pouca relevância ao caso, e por outro um nacional (*Jornal do Brasil*) com um elevado número de matérias, tendo em consideração a quantidade de outros temas de interesse nacional. Devido a esta disparidade na quantidade geral de matérias e fontes, consideraremos nesta análise a frequência relativa dos dados em função do número de fontes de cada jornal.

Em relação à origem das fontes de informação citadas nos jornais, os dados recolhidos nos mostram que elas são majoritariamente locais, numa média de 73,8% do total de cada jornal. As fontes nacionais aparecem com percentagem semelhante nos três diários, variando de 19,5% a 21,4%. Aquelas de origem internacional são as menos citadas em todos os periódicos. No entanto, é no *Jornal do Brasil* em que elas aparecem com maior frequência relativa (9,6%). Este quadro pode ser justificado pela distância geográfica que este periódico mantém do acontecimento, o que o faz também recorrer menos às fontes locais, em comparação com os demais periódicos.

Durante o mês seguinte ao assassinato de Chico Mendes (período analisado neste trabalho), o *Jornal do Brasil* não teve enviado especial para a cobertura do caso, o que só veio a acontecer alguns meses depois. Já no período analisado à altura do julgamento, havia correspondente do periódico no Acre, o que tornou o jornal espacialmente mais próximo das fontes locais. Por esta razão, a percentagem de fontes locais, que no período da morte foi de 58,5%, passou para 85,3% na época do julgamento, aproximando-se da média geral dos jornais, que foi de 86,3%.

Quando tratamos do envolvimento das fontes com a causa de Chico Mendes, notamos que a maior parte delas, nos três jornais analisados, são favoravelmente envolvidas. *O Rio Branco* e *A Gazeta* são os que apresentam maior percentagem

de fontes favoráveis, ambos em torno de 36% do total, enquanto que no *Jornal do Brasil* esta percentagem é de 26,6%. Esta situação, especialmente no periódico nacional, pode ser vista como consequência do grande reconhecimento que tinha Chico Mendes e sua luta. Em nível local, o quadro pode apontar ainda para uma preocupação dos periódicos em manter uma imagem positiva frente à grande pressão que havia no momento, visto que, na busca de possíveis envolvidos com o assassinato, tornava-se arriscado qualquer posicionamento contrário.

Quanto ao estatuto das fontes, os jornais analisados apresentaram um predomínio das oficiais, correspondendo a pouco mais da metade do total dos três periódicos (50,9%). Este quadro é habitual nos meios de comunicação de massa, que tendem a dar maior parcela de espaço às fontes de informação dominantes. As fontes oficiais são geralmente preferidas pelos jornalistas pois, como vimos anteriormente, existe uma predisposição a considerar que suas informações são mais verídicas (*cf.* Bezunartea, s/d; Traquina, 1993a).

Embora no caso em análise o predomínio das fontes oficiais não tenha sido tão elevado em relação às não oficiais, há ainda uma diferença significativa. *O Rio Branco* e *A Gazeta* apresentam percentagens semelhantes, ficando em torno de 53% de fontes oficiais e 42% de não oficiais. Esta variação de percentagem é menor no *Jornal do Brasil*, que teve 45,6% de fontes oficiais e 43,8% de não oficiais. Além de ter apresentado a menor frequência relativa de fontes oficiais, este periódico também teve um outro ponto de diferenciação em relação aos demais, pois recorreu mais a fontes documentais e a outros meios de comunicação tradicional.

Esta maior quantidade de outros meios de comunicação mencionados não se deve, entretanto, à distância geográfica que o *Jornal do Brasil* tinha do acontecimento. Das 23 fontes mencionadas, 15 delas foram no período do assassinato, quando este diário não tinha ainda um enviado especial ao Acre. Entretanto todas estas eram de origem internacional, ou seja, o objetivo na busca de outros meios de comunicação não era obter informações mais próximas. O principal fator para que o jornal recorresse a estas fontes foi para abordar a repercussão internacional do caso. Entre os meios de comunicação citados pelo *Jornal do Brasil* estão o português *Diário de Notícias*, o francês *Libération*, o norte-americano *The New York Times* e o britânico *The Independent,* entre outros.

No período do julgamento, ainda prevaleceram os meios de comunicação internacionais no *Jornal do Brasil*, correspondendo a 5, de um total de 8. Os outros três foram jornais locais do Acre: *Folha do Acre*, *O Rio Branco e A Gazeta*, todos eles em uma mesma matéria, intitulada "Crônica da morte anunciada", em que se fez uma retrospectiva dos acontecimentos que antecederam o assassinato.

Entre as fontes oficiais, as que prevalecem nos três periódicos analisados são as policiais. No jornal *A Gazeta* a frequência relativa das policiais (26,4%) é seguida de perto pelos membros de associações ou sindicatos (24,1%), e depois pelas fontes governamentais (15,3%). Em *O Rio Branco* a percentagem de fontes policiais é maior que em *A Gazeta* (31,4%), e vem seguida pelas fontes de associações e sindicatos e governamentais (18,6% cada). Já o *Jornal do Brasil* apresenta a maior percentagem de policiais entre os três periódicos (38,9%), seguido das fontes governamentais (14,3%) e de associações e sindicatos (13,1%).

A presença predominante das fontes policiais é facilmente compreensível visto tratar-se da cobertura jornalística de um crime, em que este órgão tem atuação direta. Tal participação ocorre especialmente no período do assassinato, quando tem início o inquérito policial e a busca pelos suspeitos. Em média 86% das fontes policiais citadas nos três jornais apareceram no período da morte. O mesmo ocorre com as fontes governamentais, que incluem entre outros órgãos, a Secretaria Estadual de Segurança Pública e o Ministério da Justiça. Por serem as polícias ligadas a estes órgãos, também eles são responsáveis pelas informações relativas às providências tomadas frente ao caso. Isto pode justificar o fato de cerca de 93% das fontes governamentais dos jornais, em média, aparecerem no período da morte.

No caso das fontes não oficiais, os fazendeiros são maioria nos jornais *O Rio Branco* e *Jornal do Brasil*, com uma percentagem em torno de 21% em ambos. Em *A Gazeta* os cidadãos comuns prevaleceram dentre as fontes não oficiais, representando 18,5% do total. Na sequência vieram os advogados (15,6%) e em terceiro lugar os fazendeiros (13,3%), priorizados nos demais jornais. Em *O Rio Branco*, próximo dos fazendeiros vieram os políticos (19,3%) e os advogados (14,5%). Já no *Jornal do Brasil* os advogados vieram em segundo lugar (20,8%), bem próximo dos fazendeiros, seguidos das pessoas diretamente ligadas aos fazendeiros (14,9%).

Os fazendeiros, que foram maioria entre as fontes não oficiais do *Jornal do Brasil* e *O Rio Branco*, apareceram neste último com mais frequência no período da morte (66,7%). O *Jornal do Brasil* apresentou equilíbrio entre os dois momentos analisados, estando 50% dos fazendeiros em cada período. Já em *A Gazeta*, quase 90% das fontes proprietárias de fazenda apareceram na época da morte. No caso dos advogados, a maior parte deles apareceu como fonte no período do julgamento, o que é natural visto que é nesta fase que as partes já têm os advogados definidos e atuantes diante da Justiça. No caso de *O Rio Branco*, 91% dos advogados foram referidos no período do julgamento. Em *A Gazeta* este percentual foi de 69% e no *Jornal do Brasil* foi de 94,3%.

Quanto ao gênero das fontes, notamos que a grande maioria em todos os jornais é do sexo masculino, uma tendência geral do jornalismo quando se trata de assuntos ditos "sérios" (*cf.* Lopes, 2007). A média dos três periódicos gira em torno de 75% de homens. As mulheres são apenas 10,3% das fontes de *O Rio Branco*, 17,1% de A Gazeta e 14,1% do *Jornal do Brasil*.

Quando as mulheres aparecem como fontes de informação, vêm em geral sob o estatuto não oficial. As oficiais correspondem a somente 10% das fontes femininas de *O Rio Bran*co e 20,4% do *Jornal do Brasil*. É em *A Gazeta* que elas têm a maior percentagem de estatuto oficial, correspondendo a cerca de 30% do total de fontes femininas do jornal. Já no

caso das fontes masculinas, ao contrário, a maior parte é de estatuto oficial. No jornal *A Gazeta* as oficiais correspondem a 62,1% do total de fontes masculinas. A percentagem em *O Rio Branco* é de 59,7%, e de 55,5% no *Jornal do Brasil*.

Os periódicos analisados apresentam diferentes quadros quando se trata das fontes femininas não oficiais. No Jornal *do Brasil* as que mais aparecem são pessoas ligadas à fazenda, nomeadamente as esposas ou mães dos fazendeiros e pistoleiros, correspondendo a 44,2% do total de fontes femininas. Em segundo plano vêm as familiares de Chico Mendes, com 32,6%. Este quadro está em consonância com a perspectiva de Lopes (2007: 282-286) de que as mulheres têm voz para falar de emoções e de temas do domínio privado. No entanto, é preciso ressaltar que, neste caso especificamente, a probabilidade de haver mulheres falando em nome dos movimentos, sindicatos ou como políticas ou fazendeiras é muito pequena, visto que a estrutura social vigente neste momento da história raramente permitia que elas assumissem tais posições.

É interessante observar que no jornal *O Rio Branco*, além das fontes familiares, que são as de maior frequência neste periódico (27,8% das fontes femininas), aparecem com a mesma percentagem as cidadãs comuns, celebridades e advogadas (16,7% cada). Isto pode ser explicado pelo fato de Chico Mendes, naquela época, ter como amiga pessoal uma famosa atriz brasileira, Lucélia Santos, e também por ter uma advogada atuando como assistente de acusação no julgamento. Ainda assim, quando se trata de ouvir os advogados como fonte, são priorizados os dois homens que também tinham a mesma função. Dos advogados referenciados em *O Rio Branco* 66,7% eram do gênero masculino. Nos diários *A Gazeta* e *Jornal do Brasil* esta percentagem foi de aproximadamente 95%.

Nos dois jornais locais, quando as fontes não oficiais são masculinas, aparecem majoritariamente como fazendeiros, políticos ou advogados. Em *A Gazeta* a maior parte das fontes masculinas são advogados, seguidos de fazendeiros e políticos. Em *O Rio Branco* esta ordem muda, tendo os fazendeiros como maioria, seguidos de políticos e advogados. No *Jornal do Brasil* também os fazendeiros aparecem em maioria, tendo em seguida os advogados, testemunhas e políticos.

Esta maior participação das testemunhas no quadro das fontes citadas no *Jornal do Brasil* em comparação com os demais pode ser explicada pela grande proximidade que este periódico teve de Genésio Ferreira, apontado pelos jornais da época como principal testemunha do processo. Genésio sofria sérias ameaças por se mostrar disposto a denunciar o que testemunhara durante o período em que viveu na fazenda Paraná, de propriedade de Darly Alves, condenado como mandante do assassinato. Por esta razão Genésio foi afastado do Estado do Acre durante o período em que correu o processo, tendo ficado sob a tutela de Zuenir Ventura, então repórter do *Jornal do Brasil*, enviado especial deste diário ao Acre para fazer a cobertura do caso.

Quando se trata de estatuto oficial, entre as fontes femininas prevalecem no *Jornal do Brasil* e em *A Gazeta* as que falam em nome de organizações não governamentais. No *Jornal do Brasil* em seguida vêm as fontes judiciais e membros de associações ou sindicatos. Já em *A Gazeta* aparecem com a mesma frequência relativa as fontes de associações e sindicatos e as judiciais. O jornal *O Rio Branco*, neste aspecto, apresenta dados pouco significativos, devido à baixa frequência de fontes femininas.

Quanto às fontes masculinas oficiais constatamos que os três jornais analisados recorrem aos mesmos órgãos, ainda que em proporções diferentes. As fontes mais citadas em todos eles são as governamentais, policiais, e membros de associação ou sindicatos. Este é o mesmo resultado observado quando analisamos o quadro geral das fontes oficiais, sem distinção de gênero. Como os homens constituem a maior parte das fontes oficiais os resultados parciais relativos ao gênero masculino acabam por ser determinantes no resultado geral.

Neste mapeamento aqui realizado sobre as fontes referenciadas nos jornais nos períodos da morte de Chico Mendes e do julgamento dos acusados não encontramos dados significativos que apontem para uma diferenciação entre os periódicos no que se refere ao tratamento do tema ou a uma maior ou menor importância dada ao caso por cada um deles. Esta pesquisa nos permite, no entanto, confirmar a tendência generalizada do jornalismo em recorrer às fontes oficiais e masculinas, tratando-se de um caso que exige seriedade.

Considerações finais

Mesmo depois de passados tantos anos, tratar do Caso Chico Mendes ainda se constitui em uma tarefa delicada. As muitas dúvidas não esclarecidas e acusações até hoje sem provas impõem alguns limites a este tipo de pesquisa. Ainda que não se trate de uma investigação criminal, e muito menos se tenha a pretensão de fazer julgamentos, falamos aqui das fontes que forneceram informações aos jornalistas, o que engloba desde as pessoas mais alheias até as mais diretamente envolvidas com o crime. Portanto, mesmo que tenhamos tomado conhecimento de outras versões da história, apoiamo-nos nas informações já tornadas públicas, especialmente através de livros sobre o tema.

Com base nos dados recolhidos na fase exploratória, partimos de algumas hipóteses que, em sua maioria, corroboraram os resultados da pesquisa, em conformidade também com grande parte dos estudos realizados sobre as fontes do jornalismo. De maneira geral, ainda que tratemos do assassinato do líder de um movimento popular, verificamos em todos os jornais um predomínio de fontes de estatuto oficial. Os próprios companheiros de luta de Chico Mendes, quando tiveram voz no jornalismo, foram citados em sua maioria enquanto representantes das entidades às quais pertenciam, restando pouco espaço àqueles que não exerciam posição de liderança dentro das organizações. Além disso, observamos também que a maior parte das fontes responsáveis pelo fornecimento de informações sobre assuntos sérios são do gênero masculino, refletindo o espectro que se encontra já na estrutura da sociedade (*cf*. Lopes, 2007).

No entanto, esta análise das fontes de informação referenciadas nos jornais da época não nos permitiu traçar uma diferenciação entre os periódicos em questão. De forma geral tanto os locais *A Gazeta* e *O Rio Branco* quanto o nacional *Jornal do Brasil* apresentaram um quadro semelhante, com pequenas diferenças que não necessariamente indicam níveis de importância dados por cada um deles ao caso. Este nível pode ser indicado, isto sim, através da quantidade de matérias publicadas por cada jornal, um importante aspecto para começar a perceber as distintas coberturas.

Neste ponto, apesar de não ser central nesta investigação, esperávamos encontrar uma menor importância dada ao caso pelo jornal nacional, por se tratar de um crime ocorrido em um Estado periférico no cenário do país e pelo fato de um periódico de circulação nacional tratar de inúmeros outros temas referentes a todo o território brasileiro. Entretanto, verificamos no *Jornal do Brasil* uma grande atenção dada ao tema, com um número de matérias maior que o local *O Rio Branco*. A cobertura daquele periódico só não foi maior que a do jornal *A Gazeta*, que abriu grande espaço para o assunto em suas edições, enquanto que *O Rio Branco* não dispensou muita importância aos desdobramentos do crime.

Neste sentido, destacamos a necessidade ainda de uma análise dos contextos em que se inseriam as empresas jornalísticas. A proximidade – ou distanciamento – dos jornais e seus membros com os acontecimentos e personagens envolvidos na história, além das políticas organizacionais adotadas por cada meio de comunicação, podem ajudar na percepção das características das coberturas que realizaram. Consideramos também importante, portanto, um estudo que vá além das fontes de informação, analisando o quadro geral que envolve a produção das notícias e como os jornais são politicamente posicionados neste ambiente.

Referências bibliográficas

Allegretti, M. H. (2002). *A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. Tese de Doutorado. Brasília: Universidade de Brasília.

Chaparro, M. C. (2001). *Linguagem dos conflitos*. Coimbra: MinervaCoimbra.

Costa Sobrinho, P. V. (2006). Chico Mendes: a trajetória de uma liderança. In Paula, E. A.; Silva, S. S. (org). *Trajetórias da luta camponesa na Amazônia Acreana*. Rio Branco: Edufac.

Gans, H. J. (2004). *Deciding what`s news*: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, *and* Time. Illinois: Northwestern University Press.

Hall, S. et al. (1993). A Produção Social das Notícias: O `Mugging´ nos *Media*. In: Traquina, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega.

Laitano, J. C. (2002*). Essa coisa chamada justiça*. Petrópolis: Vozes.

Lopes, F. (2007). *A TV das Elites: estudo dos programas de informação semanal dos canais generalistas (1993-2005)*. Porto: Campo das Letras.

Lopes, F. (1999). *O telejornal e o serviço público*. Coimbra: Minerva.

López, X. & Túñez, M. (s/d). *Redacción en prensa: la noticia*. Santiago: Ediciones LEA.

Marinho, S. (2000). O Valor da Confiança nas Relações entre Jornalistas e Fontes de Informação. http://repositorium.sdum.uminho.pt (consultado na Internet em Julho de 2008).

Pinto, M. (2000). Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. http://repositorium.sdum.uminho.pt (consultado na Internet em Julho de 2008).

Ponte, C. (2005). *Crianças em notícia: a construção da infância pelo discurso jornalístico (1970-2000)*. Lisboa: ICS.

Revkin, A. (1990). *Tempo de queimada, tempo de morte: o assassinato de Chico Mendes e a luta pela floresta amazônica*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora.

Rodrigues, G. (s/d). *Caminhando na Floresta*. Rio Branco: Gráfica e Editora Floresta.

Santos, R. (s/d). *A negociação entre jornalistas e fontes*. Coimbra: Minerva.

Silva, A. P. (1982). *Ocupação recente das terras do Acre: transferência de capitais e disputa pela terra*. Belo Horizonte: UFMG.

Traquina, N. (1993a). As notícias. In: Traquina, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega.

Traquina, N. (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.

Ventura, Z. (2003). *Chico Mendes – Crime e Castigo: quinze anos depois, o autor volta ao Acre para concluir a mais premiada reportagem sobre o herói dos povos da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras.

Wolf, M. (1992). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

Identidade e Modernização como modelos de políticas culturais

Paulo Marcondes Ferreira Soares
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
CFCH – UFPE
pmarcondes@yahoo.com.br

Resumo: A presente comunicação tem como ponto central problematizar questões relativas às políticas culturais na contemporaneidade, tendo como elemento norteador a distinção, apresentada por Alberto Moreiras, a respeito da tendência a dois posicionamentos principais da ação política da cultura (no nosso caso, especificamente o cinema e a literatura), e que diz respeito ao que ele denomina de "Paradigma da Identidade" e o "Paradigma da Modernização". Nos termos que aqui referimos, tais questões se voltam, particularmente, para certos posicionamentos culturais manifestos por artistas e intelectuais brasileiros, relativamente ao diálogo, por eles estabelecidos, junto à produção artístico-cultural de países de língua portuguesa. Os sentidos atribuídos aos posicionamentos da identidade e da modernização relativamente à ação política da arte são, respectivamente, como se seguem: para os que tomam para si o primado da identidade, o conteúdo diz a forma; para os que os que reivindica um um sentido de atualização/modernização, a forma diz o conteúdo. Reflexões recentes sobre as repercussões subseqüentes dessas idéias, sob o influxo da globalização e do debate do pós-colonial, têm levantado questões a propósito das possibilidades de mobilização de recursos e trajetórias diversas como meio alternativo à persistência de nossa condição de marginalização e submissão ao modelo dos países hegemônicos. Nesse sentido, o cinema produzido nessas regiões periféricas se apresenta como uma expressão privilegiada para se pensar a tensão atual entre o lugar e o não-lugar global.

Introdução

O que vou apresentar aqui está ainda num plano embrionário. São notas coligidas com vistas a uma reflexão sobre o debate em torno do cinema em contexto global periférico. Assim, se tivesse que classificar o presente trabalho, poderia situá-lo num contexto mais amplo do que se pode chamar de estudos de cinema e cultura, no âmbito do que pretendo classificar de uma política cultural das artes, envolvida no mote geral de arte e política: em vistas não tanto de questões ligadas a gestões de governo, mas de como artistas pensam e elaboram teorias sobre suas atividades artísticas – no caso deste ensaio, particularmente, a questão da opção ético-estética de uma cinematografia anti-colonialista.

Nesse sentido, tocarei talvez mais em pressupostos de como refletir um quebra-cabeças diante da realidade de um cinema periférico, do que propriamente apontar para questões mais palpáveis sobre o problema em si. O roteiro de estudos a ser desenvolvido na pesquisa, seguirá duas etapas especificamente.

A primeira, que apenas se inicia, volta-se para a discussão, por críticos e cineastas, em torno da idéia de um cinema autóctone ou, ao menos, da idéia de um cinema com características estéticas próprias vis-à-vis o cinema europeu e americano: este seria o caso das posições estéticas tais como se encontram incutidas em projetos cinematográficos como, por exemplo, o Terceiro Cinema, a tricontinental glauberiana ou a discussão atual em torno dos cinemas nacionais periféricos e o processo de co-produções cinematográficas em contexto global – particularmente, com ênfase direta à produção de filmes em países de língua portuguesa e da América Latina. A segunda etapa, que ficará para um momento subseqüente, será o cotejamento entre o discurso produzido nesse campo e a análise de filmes (saliento que não há ainda qualquer seleção previamente definida nesse sentido).

A questão central de que parti para nessa discussão encontra-se numa assertiva levantada por Alberto Moreiras a propósito de duas tendências específicas do pensamento latino-americano desde o pós-guerra, em particular a partir dos anos 50: o "Paradigma da Identidade" vs. o "Paradigma da Modernização" – que seriam dois grandes eixos articuladores de ações e produções culturais desde um momento de reflexão sobre os contextos nacionais de nossa produção cultural (Moreiras, 1995).

Evidentemente, uma tipologia com tal grau de abrangência tem contra si seu alto nível de generalização, decorrendo daí a tendência a reduzir drasticamente experiências múltiplas e complexas quanto à criação cultural, sobretudo, no sentido de como foram vivenciadas e experimentadas pelos agentes em suas circunstâncias históricas específicas.

Isto posto vê-se que se trata de uma proposta que requer certa cautela, visto que pode induzir a uma percepção ossificada das coisas, ao aprisionar a dinâmica da vida cultural numa dicotomia que, no limite, esvaziaria essa própria vida cultural de seus significados mais profundos.

No limite, as posições em torno da questão da identidade versus modernização diz respeito ao modo como, predominantemente, debates se polarizaram em torno ora da afirmação de uma realidade autóctone, capaz de revelar o caráter singular de um povo ou nação, ora como projeto atualizador que logre integrar realidades periféricas ao modelo hegemônico ocidental de desenvolvimento, como estratégia para se sair do atraso crônico em que se encontram, de modo a escapar da condição de subdesenvolvimento.

Numa política cultural das artes, tal como se manifestam em concepções estéticas no próprio mundo da arte, o paralelo àquelas expressões paradigmáticas se faz em termos de realismo político versos esteticismo. Corresponde isso a dizer que, no primeiro caso, o conteúdo diz a forma; ao passo que, no segundo, a forma diz o conteúdo. Há, contudo, uma terceira orientação, em que conteúdo e forma se processam numa dimensão tensa, em que a dinâmica ético-estética aí configurada torna impossível a separação entre fatores internalistas e externalistas à arte, mas sem abrir mão do reconhecimento de que arte se define como linguagem específica, socialmente legitimada. No Brasil, a antropofagia cultural oswaldiana e experiências como as de Glauber Rocha (1939-1981), de Hélio Oiticica (1937-1980) e do tropicalismo na música, referendadas como uma neoantropofagia se dão na esfera dessa orientação.

Feita essa ressalva, gostaria de frisar que a referência ao modelo de Moreiras serve mais para situar possíveis tendências mais expressivas no tocante ao debate em torno da cultural nacional e, como substrato disso, nos desdobramentos de projetos de anticolonialismo e de configurações mais atuais em vista do pós-colonial.

E, de novo, ainda que com o risco de cair em generalizações, gostaria de tipificar algumas características que parecem incidir no perfil de artistas e cineastas em contexto periférico, e que diz respeito ao fato de a arte por eles produzidas ter como fundamento específico a indissociabilidade entre teoria e prática.

Dentre essas características, pode-se identificar a procura por uma nova estética e um modelo produtivo alternativo levado a efeito por artistas-teóricos. A criação de novos circuitos e novos meios de produção leva à criação de novas reflexões críticas fora dos meios tradicionais. Nesse sentido, criam sua teoria-prática na dialética entre fatores artísticos, no campo específico da linguagem, e fatores extra-artísticos, no campo mais amplo da identidade, violência, miséria material e sócio-política (Núñez, 2006: 61).

Com efeito, pode-se afirmar que a natureza específica e contra-tendente da matéria teórica e prática da obra artística levada adiante por esses artistas resulta num processo de desmapeamento ou descentramento do próprio campo artístico, no sentido bourdiano. Claro, isso pode ser historicamente localizado nos experimentos das vanguardas artísticas, como é fácil de perceber, mas, aqui, nos termos que nos interessa investigar, ele tem suas próprias configurações. Algo em comum, contudo, deve ser reconhecido: num e noutro, o caráter de novidade e de reescritura, de ruptura com matizes tradicionais, leva à necessidade de se produzir não só artisticamente, mas, inclusive, teoricamente.

No que pese o risco das generalizações, como já mencionei, sobretudo com referência a máxima dos paradigmas já indicados, por apontar tendências polarizadas, cabe considerar, entretanto, o papel político que tais tendências podem implicar, em particular, do ponto de vista dos agentes envolvidos nessas supostas bandeiras. Ou seja, nos discursos teórico-práticos da produção dos artistas em torno de um movimento específico (por exemplo, Cinema Novo nos anos 60 ou, atualmente, no que toca a questão das co-produções cinematográficas nos cinemas periféricos, como nos debates surgidos em espaços como os do CINEPORT.

Muito dessas manifestações se encontram na tendência a se discutir as condições de um cinema pós-colonial, bem como, no debate do passado de um cinema anticolonial. O desafio elstá em reconhecer as distinções, sem desconsiderar o caráter político das tendências: o pós-colonial e o lugar da produção como lugar da fala.

Cabe, pois, elaborar questões que apontem pontos de distinções e de convergência entre um pensamento anticolonial e o pós-colonial no debate sobre o cinema periférico e sobre uma agenda capaz de, nele, sinalizar o propósito de matizes configuradores de um projeto de cinema (teoria e prática) que estabeleça o lugar da fala como expressão da ação política de uma unidade de produção e criação de linguagens fílmicas próprias àquelas regiões periféricas (considerando-se, evidentemente, as especificidades ou diversidade dessas produções/criações).

Há que se perceber que, nesse debate, sobretudo no que toca aos Estudos Culturais e a questão do pós-colonial, a referência a intelectuais anticolonialistas e nacionalistas se configura ainda hoje como implicações do que se encontra caracterizado como paradigma da identidade, embora essa construção nem sempre se faça pela prefiguração de um modelo absoluto ou de uma origem imaginariamente singular ou pura. A questão central aqui gira em torno da idéia da descolonização econômica, política e da mente. A título de ilustração, cabe a referência à releitura de Fanon (1925-1961) por Bhabha (1949)

No âmbito do cinema, há um particular interesse neste estudo no sentido de investigar algumas instâncias e circunstâncias envolvidas no modo como cineastas ou grupos de cineastas traçam uma dada orientação estética e política para seus filmes. Tem-se, claro, um quadro bastante amplo de situações, para o qual gostaria de apenas indicar algumas características mais expressivas. Os modelos apontam ora para uma perspectiva direta, de um realismo radical, que parece não encontrar problema algum em estabelecer homologias claras entre a estrutura fílmica e a estrutura social: uma espécie de cinema sociológico como na experiência de Fernando Solanas. Ora a opção se dá por formas de mediações alegóricas, transversais e transitórias, que levam a identificar procedimentos específicos da narração fílmica, suas ambivalências, seus elementos de natureza distinta do expressivamente político e econômico-social (em que procedimentos homológicos são reconhecidos como válidos, mas problemáticos). Neste caso, dá-se ênfase aqui à questão da análise dos procedimentos específicos à fatura fílmica: é o que se pode extrair da filmografia de Glauber Rocha.

Com relação ao cinema africano, Bamba (2008) traça um rápido panorama de três gerações de cineastas desde os anos 60 aos dias atuais. A categoria dos "independentes", entre as décadas de 60 e 80, e que se compõe de cineastas que viveram o processo de transição do colonialismo para a independência, cuja narrativa fílmica assumia forte conotação nacionalista. A dos cineastas do desencantamento pós-independência, em que frustrações com os desdobramentos pós-transição os levaram a abordagens mais intimistas e autorais. A geração de cineastas da diáspora, que vive "o duplo paradoxo de residir na Europa e pretender fazer um cinema africano" (idem, p.221-3). Para ele, são cineastas que não tem sentimento de culpa quanto a afirmar uma dupla identidade, além de aspirarem a uma forma de cinema que de caráter universal.

Em seu diagnóstico, Bamba indica que algumas das questões centrais ao cinema africano são a ausência de políticas culturais cinematográficas e da própria da crítica. Esses fatores, por certo, contribuem para a persistência do público como "'colonizados' e cativos dos filmes estrangeiros" (idem, p.216). Para ele, a realidade do cinema africano ainda se deve a individualidades, existentes no plural. Uma pluralidade temática e estético-estilística, particularmente pela emergência de novas gerações de cineastas. Assim, a re-escritura histórica do cinema africano exige que se considere duas lógicas antagônicas do contexto cultural mundial: defesa da soberania cultural e da exceção cultural pela França e pela União Européia e a liberação do comércio mundial (idem, ibdem).

Os problemas de estruturas de produção e, em certos casos, de ausência de políticas culturais levam, entre outros fatores, ao fenômeno das co-produções como necessidade vital, e um forte desafio, à produção de filmes com um propósito ético-estético novo, a fim de não resvalar para o mero jogo do mercado. O lado substantivo desse esquema de produção, oriundo do processo de globalização, traduz-se na possibilidade da ampliar as condições efetivas de produção de filmes, sobretudo em se tratando do cinema periférico. Por outro lado, a ausência de políticas públicas de cultura voltadas para a

produção cinematográfica nessas regiões, tem levado ao duro diagnóstico que muitos cineastas têm feito a propósito da situação vivida em seus países de origem. Num e noutro caso, das co-produções e do incremento de políticas públicas, há que se reconhecer que o caráter autônomo dos filmes dependerão da efetiva liberdade, econômica e política, para que o cineasta possa experimentar. A referência aos novos modos do dizer o não-dito, de assumir o lugar da fala pós-colonial depende disso. Vencer o dirigismo econômico empresarial ou político estatal torna-se um grande desafio para o cinema periférico em contexto global.

Um Cinema à Margem

Num conhecido ensaio sobre as condições de subdesenvolvimento no cinema, Gomes (1916-1977) atesta que, sob esse aspecto, tal situação não pode ser identificada apenas como "uma etapa, um estágio, mas um estado" (1980: 85). Essa assertiva, evidentemente, nos remete de imediato a uma reflexão a propósito da própria natureza da produção cinematográfica. Para o crítico, há uma clara diferença na produção dos cinemas norte-americano, europeu e japonês vis-à-vis os cinemas hindu, árabe ou brasileiro, por exemplo.

Em sua argumentação, há um claro paralelo entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento no cinema e o desenvolvimento e o subdesenvolvimento de seus países de origem. Veja-se, nesse sentido, a comparação que o autor estabelece entre os cinemas hindu e japonês. Para ele, no que pese o fato de a Índia ter uma das maiores produções cinematográficas do mundo ou de as nações hindus possuírem o que ele caracteriza como "culturas próprias", ainda assim, sua realidade é a de um estado de subdesenvolvimento. Mesmo que se considere o fato de o cinema estrangeiro ter apresentado alguma dificuldade na atração do público hindu, o que significou um importante estímulo à produção local, que "não cessou de aumentar e em função da qual teceu-se a rede comercial da exibição". Diz o autor:

> "Tudo isso ocorria, porém, num país subdesenvolvido, colonizado, e essa atividade cultural aparentemente tão estimulante, na realidade refletia e aprofundava um estado cruel de subdesenvolvimento" (idem, ibdem).

No caso do Japão, por não ter vivido "o tipo de relacionamento exterior que define o subdesenvolvimento", a produção cinematográfica parece se dá em outras bases. Apesar de, ao contrário da Índia, o cinema estrangeiro ter conquistado imediatamente audiência em grandes proporções, ponto fundamental para a formação do mercado cinematográfico japonês, isso não se deu sem o processo de japonização desses filmes. Como acentua Gomes:

> "Essa produção de fora era no entanto, por assim, dizer, japonizada pelo 'benshis' – os artistas que comentavam oralmente o desenrolar dos filmes mudos – que logo se transformaram no principal atrativo do espetáculo cinematográfico. Na verdade, o público japonês também nunca aceitou o produto cultural estrangeiro tal qual, isto é, os filmes mudos apenas com os letreiros traduzidos. A produção nacional, ao se desenvolver, não encontrou dificuldades em predominar, principalmente depois da chegada do cinema falado que dispensou a atuação dos 'benshis'" (idem, p. 86).

Ao fim e ao cabo, o elemento diferencial, no modo de ver de Gomes, deve-se ao fato de o cinema japonês ter sua produção vinculada a "capitais nacionais", além de ter sua narrativa inspirada "na tradição, popularizada mas direta, do teatro e da literatura do país" (idem, ibdem). Pode-se notar que, ao argumentar em favor das tradições teatrais e literárias, o autor escapa à mera explicação economicista. Tanto que, ao falar da Índia, ele afirma sua opção por discutir o significado cultural do cinema aí produzido, abstraindo-se da análise "do papel do capital metropolitano inglês na florescência do cinema hindu" (idem, p.85). Aqui, o elemento central de sua argumentação é que embora o filme hindu se mantenha fiel às suas "tradições artísticas", seus fundamentos estão constituídos "por idéias, imagens e estilo já fabricados pelos ocupantes para o consumo dos ocupados" (idem, p.86).

Gomes nos dá ainda a indicação das condições de subdesenvolvimento vividas pelo cinema árabe, particularmente no países do norte da África e do "Oriente Próximo" regidas pelo Corão. Para ele, a "tradição antiicônica" dessas culturas foi o principal obstáculo à penetração cinematográfica ocidental na região, que só passou a ter a experiência de cinema a partir do cinema falado – dado que seria o som "o eixo do espetáculo corânico" (idem, p86-7). E nos diz:

> "O pouco interesse pelo filme ocidental não foi acompanhado no mundo árabe pelo florescimento da produção local. A penetração imperial tendeu naturalmente a fornecer ao habitante dessas regiões uma idéia de si próprio adequada aos interesses do ocupante (...) A indústria cultural do Ocidente encontrou escassa imagem original para servir de matéria-prima na produção de ersats destinados aos próprios árabes. A fabricação de imagem árabe foi intensa, mas destinada ao consumo ocidental: o modelo nunca se reconheceu (...) como suas matrizes não são as oleogravuras exóticas de fabricação européia, mas a técnica fotográfica do Ocidente – através da qual os árabes acabaram por aceitar a imagem como componente de sua autovisão – os filmes egípcios e dos outros países árabes tomaram diretamente como modelo a produção ocidental" (idem, p.87)

Comparado ao cinema hindu, o árabe aparentemente seria mais subdesenvolvido, porém, de economia mais independente. Em todo caso, o autor afirma uma natureza comum no vínculo desses cinemas com o espectador, que tanto estaria regido por ambigüidades e "impregnação imperial", quanto asseguraria "a fidelidade do público por refletirem, mesmo palidamente, a sua cultural original" (idem, ibdem).

Toda essa discussão sobre o subdesenvolvimento no cinema de várias regiões serve para que Gomes introduza uma reflexão sobre a nossa situação cinematográfica. Basicamente, seu estudo sobre o cinema brasileiro nesse ensaio tem como alvo principal a produção do Cinema Novo no Brasil. A rigor, o autor traz à baila uma reflexão sobre questões de identidade cultural e de condições de produção local dos filmes. Assim, teríamos uma realidade com pontos em comum e aspectos distintos em relação às demais referências de subdesenvolvimento por ele estudadas. Se, supostamente compartilhamos a

condição de sub, nos distinguiríamos por não termos um "terreno de cultura diverso do ocidental", ao contrário do que ocorre em países árabes e nações hindus:

> "Somos um prolongamento do Ocidente, não há entre ele e nós a barreira natural de uma personalidade hindu ou árabe que precise ser constantemente sufocada, contornada e violada. Nunca fomos propriamente ocupados. Quando o ocupante chegou o ocupado existente não lhe pareceu adequado e foi necessário criar outro (...) A peculiaridade do processo, o fato de o ocupante ter criado o ocupado aproximadamente à sua imagem e semelhança, fez deste último, até certo ponto, o seu semelhante. Psicologicamente, ocupado e ocupante não se sentem como tais: de fato, o segundo também é nosso e seria sociologicamente absurdo imaginar a sua expulsão como os franceses foram expulsos da Argélia. Nosso acontecimentos históricos (...) são querelas de ocupantes nas quais o ocupado não tem vez " (idem, p. 87-8).

Ponto central nessa discussão, as categorias de ocupado e ocupante tal como apresentadas por Gomes nos levam a reconhecer uma dada matriz de pensamento a partir da qual ele reflete. Trata-se, no fundo, do debate nacional-popular sobre a identidade cultural, provavelmente influenciado pelas idéias anti-colonialistas tal como travadas a partir dos anos 50, sobretudo na França, e notadamente a partir das lutas de libertação nacional na África. O dualismo incutido nessas categorias faz nítido paralelo com as de colonizador/colonizado, bem como, com o debate sobre a alienação: de inspiração hegeliana, com base na metáfora do senhor e do escravo. No Brasil, esse modelo teve sua versão mais sistemática no pensamento do ISEB (Ortiz, 1985: 49).

Em seu estudo, Ortiz (1947) traça um paralelo entre o ISEB e Frantz Fanon, embora deixe claro que não pretende estabelecer uma "filiação direta entre o pensamento de Fanon e dos intelectuais do ISEB" (idem, p.50). Na verdade, o autor afirma existir uma independência entre essas duas linhas de orientação. Característica esta que o motiva, justamente, a discutir o paralelo e, mesmo, percebê-lo como modo influente sobre o conjunto de intelectuais e artistas da época. Tanto que, para ele, na área do cinema, os documentos "Uma Situação Colonial", de Paulo Emílio Salles Gomes, e "Uma Estética da Fome", de Glauber Rocha são ambos exemplares dessa marca isebiana (idem, p.49).

Ortiz aponta a vertente especificamente francesa da leitura hegeliana e marxista sobre as idéias de Fanon e do ISEB. Para ele,

> "O que chama a atenção nos escritos de Fanon e do ISEB é que ambos se estruturam a partir dos mesmos conceitos fundamentais: o de alienação e o de situação colonial. As fontes originárias são também, nos dois casos, idênticas: Hegel, o jovem Marx, Sartre e Balandier. A categoria de alienação, de origem hegeliana, se reveste nos textos de uma acentuada interpretação francesa do idealismo alemão (...) A dialética do senhor e do escravro torna-se assim clássica nas discussões sobre a dominação social, econômica e cultural. Paralelamente, é neste período que é traduzido para o francês Manuscritos de 44, onde Marx retorma o pensamento hegeliano sobre a alienação para aplicá-lo à compreensão da luta de classes. Sua análise profundamente humanista irá reforçar a interpretação de Hegel proposta pelos exegetas franceses" (idem, p.50).

Por outro lado, esse dualismo de argumentação está longe de se assumir por uma modalidade puramente mecânica. Ao contrário, o modelo dialético aí incutido, indica tanto o processo pelo qual o ocupado apreende o mundo pelas lentes do ocupante, como, também, é capaz de se reinventar, inclusive, pela impossibilidade de assumir a natureza própria do ocupante. O ponto alto dessa imagem se encontra na seguinte passagem:

> "Não somos europeus nem americanos do norte, mas destituídos de cultura original, nada nos é estrangeiro, pois tudo o é. A penosa construção de nós mesmos se desenvolve na dialética rarefeita entre o não ser e o ser outro. O filome brasileiro participa do mecanismo e o altera através de nossa incompetência criativa em copiar. O fenômeno cinematográfico no Brasil testemunha e delineia muita vicissitude nacional" (idem, p.88).

Após discutir o panorama da formação do cinema no Brasil, o autor foca o debate sobre ocupado e ocupante no grupo de cineastas em torno do Cinema Novo. Para ele, o caráter político desse cinema tem sua configuração na posição assumida por esses cineastas: a de serem ocupantes que tomam a posição do ocupado. Diz ele:

> "Os quadros de realização e, em boa parte, de absorção do Cinema Novo foram fornecidos pela juventude que tendeu a se dessolidarizar da sua origem ocupante em nome de um destino mais alto para o qual se sentia chamada. A aspiração dessa juventude foi a de ser ao esmo tempo alavanca de deslocamento e um dos novos eixos em torno do qual passaria a girar a nossa história. Ela sentia-se representante dos interesses do ocupado e encarregada de função mediadora no alcance do equilíbrio social. Na realidade esposou pouco o corpo brasileiro, permaneceu substancialmente ela própria, falando e agindo para si mesma. Essa delimitação ficou bem marcada no fenômeno do Cinema Novo. A homogeneidade social entre os responsáveis pelos filmes e o seu público nunca foi quebrada. O espectador da antiga chanchada ou o do cangaço quase não foram atingidos e nenhum novo público potencial de ocupados chegou a se constituir. Apesar de ter escada tão pouco ao seu círculo, a significação do Cinema Novo foi imensa: refletiu e criou uma imagem visual e sonora, contínua e coerente, da maioria absoluta do povo brasileiro disseminada nas reservas e quilombos, e por outro lado ignorou a fronteira entre o ocupado dos trinta e dos setenta por cento. Tomado em conjunto o Cinema Novo monta um universo uno e mítico integrado por sertão, favela, subúrbio, vilarejos do interior ou da praia, gafieira e estádio de futebol. Esse universo tendia a se expandir, a se complementar, a se organizar em modelo para a realidade, mas o processo foi interrompido em 1964. O Cinema Novo não morreu logo e em sua última fase – que se prolongou até o golpe de estado que ocorreu no bojo do pronunciamento militar – voltou-se para si próprio, isto é, para seus realizadores e seu público, como que procurando entender a raiz de uma debilidade subitamente revelada, reflexão perplexa sobre o malogro acompanhada de fantasias guerrilheiras e anotações sobre o terror da tortura. Nunca alcançou a identificação desejada com o organismo social brasileiro, mas foi até o fim o termômetro fiel da juventude que aspirava ser a intérprete do ocupado" (idem, p.95-6).

De fato, muito da discussão em torno cinema periférico aponta para a influência de questões de identidade nacional-popular, alienação cultural e colonialismo (Galvão e Bernardet, 1983; Bernardet, 1985; Prysthon, 2002; Núñez,

2006; Shohat e Stam, 2006). Essa foi uma tendência presente em experiências cinematográficas manifestas em movimentos independentes ou por cineastas que tomaram a si a missão de produzirem um modelo alternativo e anti-colonialista de filmes.

Num debate recente, a propósito do cinema terceiro-mundista em contexto global, Shohat e Stam (op. cit), indicam que sob o influxo do chamado pós-modernismo, se a Europa esgotou seu "repertório estratégico de histórias", a população terceiro-mundista apenas começou a "contá-las e a desconstruí-las". Dizem os autores:

> "Para o Terceiro Mundo, esta 'contranarração' cinematográfica basicamente começou com o colapso dos impérios europeus no pós-guerra e a emergência dos Estados nacionais independentes do Terceiro Mundo" (idem, p.355).

Para eles, a tessitura desse processo se dá a partir de alguns acontecimentos importantes no pós-guerra. Os autores dão destaque especificamente à vitória dos vietnamitas sobre a França, o advento da Revolução Cubana e a independência argelina. Tais acontecimentos foram fundamentais para "a ideologia do cinema terceiro-mundista", manifesta em "ensaios militantes" escritos por cineastas latino-americanos. Muito dessa novidade do cinema terceiro-mundista tinha uma influência importante do cinema vanguardista europeu do início dos anos 60. Em todo caso, como acentuam Shohat e Stam, os fundamentos da tendência terceiro-mundista assumiam uma conotação muito mais esquerdista politicamente do que o caso europeu.

A importância desse debate se dá em termos justamente da possibilidade de que esse cinema terceiro-mundista seja capaz de elaborar verdades e narrativas anticolonialistas como contraposição ao discurso dominante europeu. Em referência a uma passagem de Condenados da Terra de Fanon, sobre o colonialismo, os autores afirmam que:

> "Diante do historicismo eurocêntrico, os diretores do Terceiro Mundo e das minorias reescreveram suas próprias histórias, tomando o controle das próprias imagens e falando com suas próprias vozes. Não que tais filmes substituam as 'mentiras' européias com uma verdade pura e inquestionável, mas propões 'contraverdades' e 'contranarrativas' informadas por uma perspectiva anticolonialista, recuperando e reforçando os eventos do passado em um amplo projeto de remapeamento e renomeação" (idem, p.358).

Identidades Dialógicas

Pensar um quadro de teoria cultural, hoje em dia, deverá implicar necessariamente numa reflexão sobre as condições presentes de construção de identidades culturais. De acordo com Hall (1997), cabe refletir sobre a existência de uma identidade em crise, seu sentido e sua atual direção numa era da globalização. Para ele, a idéia de "crise" deve se encontrar diretamente voltada para uma investigação dos problemas relacionados à construção de identidades na modernidade: assim, se existe crise ela é fundamentalmente "crise de identidade" do sujeito cultural no mundo moderno (p.07-23).

O autor se apresenta como simpatizante da idéia do descentramento e fragmentação das "identidades modernas". Para ele, as sociedades modernas deste século estão sofrendo um modo distinto de mudança, capaz de fragmentar "as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais" (p.09). Segundo pensa Hall, tais mudanças têm tido incidência sobre nossas identidades pessoais: "abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados", ou seja, partidários de um centramento sobre si mesmo (idem). A ameaça dessa condição auto-identitária do sujeito, o autor vai caracterizar como efeito de "deslocamento" ou "descentração". Diz Hall: "Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo" (idem).

Para Hall, esse quadro de mudança nos impõe uma séria reflexão sobre se não é a própria modernidade o alvo cultural dessas transformações. E acrescenta que, em relação ao que hoje se tem caracterizado como cultura pós-moderna, nós próprios "somos também 'pós' relativamente a qualquer concepção essencialista ou fixa de identidade" (p.10); visto que, como deixa claro, a construção de identidades, hoje, tem se constituído na diversidade de um hibridismo cultural, ou seja, do entrecruzamento, consensual ou conflitivo, de narrativas descentradas – em oposição a identidades essencialistas: que tanto se inspira na busca absolutista da pureza e da tradição, quanto das metanarrativas, tal como se fez na modernidade triunfante, sob a hegemonia do capitalismo, que serviu de paradigma ao liberalismo, mas, também, ao marxismo. Em outras palavras, a construção de identidades no mundo contemporâneo tem assumido, mais e mais, a configuração de um hibridismo cultural, de uma diversidade dialógica e de uma diferenciação tal, que tende a nos orientar para uma perspectiva mais assentada numa visão construtivista, que se dá em oposição e tensão com uma outra, ainda fortemente arraigada, de um tipo culturalmente essencialista ou fundamentalista, e que se encontra pautada em identificações fixas e em mitos de origem e pureza cultural.

Nesse aspecto, Hall segue os passos do que Bhabha (1998) assinala quando avalia o nosso fim de século como "momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão" (idem, p. 19). Como diz Bhabha:

> "O afastamento das singularidades de 'classe' ou ' gênero' como categorias conceituais e organizacionais básicas resultou em uma consciência das posições do sujeito – de raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual – que habitam qualquer pretensão à identidade no mundo moderno" (idem; ibidem).

Assim:

> "O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses 'entre-lugares' fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva –

> que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade" (idem, p. 20).

Ainda segundo Bhabha, tais questões se apoiam nas histórias recentes de crises sociais pautadas pela diferença cultural. E diz, mais uma vez, o autor:

> "os termos do embate cultural, seja através de antagonismo ou afiliação, são produzidos performativamente. A representação da diferença não deve ser lida apressadamente como o reflexo de traços culturais ou étnicos preestabelecidos, inscritos na lápide fixa da tradição. A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica" (idem, p. 20-1).

Nesse sentido, Bhabha está convencido de que o espaço de negociação ocupado pela "periferia" em seu modo de expressão e narratividade não é dependente da "persistência da tradição", mas "alimentado pelo poder da tradição de se reinscrever através das condições de contingência e contraditoriedade que presidem sobre as vidas dos que estão 'na minoria'" (idem, p. 21). Como sintetiza o autor:

> "Ao reencenar o passado, este introduz outras temporalidades culturais incomensuráveis na invenção da tradição. Esse processo afasta qualquer acesso imediato a uma identidade original ou a uma tradição 'recebida'. Os embates de fronteira acerca da diferença cultural têm tanta possibilidade de serem consensuais quanto conflituosos; podem confundir nossas definições de tradição e modernidade, realinhar as fronteiras habituais entre o público e o privado, o alto e o baixo, assim como desafiar as expectativas normativas de desenvolvimento e progresso" (idem; ibidem).

Para Hall, é possível falar de três concepções de identidade componentes da crise do mundo moderno, a saber: as identidades dos sujeitos "do Iluminismo", "sociológico" e "pós-moderno".

A concepção de sujeito do Iluminismo via o indivíduo como ser autocentrado, em que "razão", "consciência" e "ação" compunham a sua própria unidade interior: "O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa" (p.11). Tratava-se, pois, de uma concepção cuja matriz estava particularmente assentada no individualismo moderno ("do sujeito e de sua identidade"). É o tipo cartesiano de sujeito que emerge no bojo de importantes mudanças no pensamento e na cultura do ocidente, tais como: Reforma Protestante, Humanismo Renascentista, revoluções científicas e o Iluminismo (Hall, idem, p. 28). A rigor, uma idéia de sujeito moderno encontra-se configurada nas práticas e discursos da própria modernidade, como exemplifica Williams: "A emergência de noções de individualidade, no sentido moderno, pode ser relacionada ao colapso da ordem social, econômica e religiosa medieval" (*Apud* Hall, idem, p. 31).

A concepção de sujeito sociológico se firma numa noção de base interacionista sobre a "complexidade do mundo moderno", tendente a deslocar a consciência afirmativa de um caráter "autônomo" e "auto-suficiente" do "núcleo interior do sujeito" para o reconhecimento do outro e da alteridade das culturas: suas práticas e representações – aqui, "a identidade é formada na 'interação' entre o eu e a sociedade" (p.12). Nesta segunda concepção, a identidade é percebida a partir de uma estreita relação entre campo subjetivo e esfera pública. Diz Hall a respeito:

> "O fato de que projetamos a 'nós próprios' nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os 'parte de nós', contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (...) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis" (p.12).

Com isso, a sociologia vai orientar uma nova configuração crítica do sujeito enquanto contraposição ao tipo cartesiano e seu individualismo exacerbado. Trata-se, pois, de reconhecimento do indivíduo enquanto participante de um processo de interação social básica: identificando-se, aí, elementos de escolha e volição, mas, também, de processos estruturais e normativos centrais à elaboração do discurso sobre o sujeito sociológico – prisma analítico da idéia relacional de ação e estrutura.

Por fim, a concepção de sujeito pós-moderno vincula-se essencialmente à idéia de fragmentação da unidade e estabilidade do sentido de identidade do sujeito, que agora é posta em questão. Aqui, o indivíduo não mais se encontra dotado de uma força identitária única ou unificada; mas povoado de uma grande variedade de elementos sinalizadores de identidades: elementos esses de ordem "contraditória", "não-resolvida" (p.12-13). Conforme assinala Hall, "mudanças estruturais e institucionais" ocorridas no mundo moderno, como é o caso mais especificamente do fenômeno de globalização, não apenas exerceram forte impacto sobre o processo de construção de identidades culturais, como também, levaram mesmo ao "colapso" aquelas identidades que, componentes das "paisagens sociais" de fora, "asseguravam nossa conformidade subjetiva com as 'necessidades' objetivas da cultura" (p.13). Diz o autor: "O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático" (ibidem).

Assim, a concepção de sujeito pós-moderno pressupõe um campo altamente vulnerável de construção de identidades que, longe de apresentar qualquer princípio de unidade mais ou menos fixa e essencialista, mostra-se continuamente mutável "em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam"; e conclui o autor:

> "O sujeito assume identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora 'narrativa do eu'" (p.13-14).

E sentencia:

> "à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente" (p.14).

Uma tal fragmentação das identidades e o conseqüente descentramento do sujeito moderno se deveu a uma espécie de "deslocamento" resultante de "rupturas nos discursos do conhecimento moderno": o marxismo e o deslocamento da agência individual na perspectiva estruturalista althusseriana (p. 37-9); deslocamento do "sujeito cognoscente e racional provido de uma identidade fixa e unificada" na descoberta do inconsciente na teoria freudiana (p. 39-43); o deslocamento lingüístico em Saussure, que apresenta a língua como sistema social e não individual, onde: "falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais" (p. 43-5); o poder disciplinar e suas técnicas de saber/poder como meio de regulação dos sujeitos através de instituições específicas é um outro modo de deslocamento identificado por Foucault (p. 45-8); o movimento feminista e outros movimentos sociais surgidos desde os anos 60 (com sua oposição ao liberalismo e ao estalinismo; a defesa dos aspectos subjetivos e não só objetivos da política; seu apelo ao voluntarismo e à espontaneidade, contra o burocratismo; sua recusa da política tradicional e a procura de construção de identidades políticas e sociais consoantes seus campos de referência mais imediatos: mulheres, gays e lésbicas, negros, meio-ambiente) (p. 48-50).

Com efeito, não se pode falar de identidades culturais, atualmente, sem que haja uma referência específica a esse sujeito descentrado e fragmentado. Hall ressalta a identidade nacional como o tipo específico de identidade cultural que ele está interessado. Sua opção particular por essa forma de identidade está relacionada ao reconhecimento do autor de que a identidade nacional, no mundo moderno, talvez seja a principal fonte de identidade cultural de que dispomos. Entretanto, é bom que se diga, identidades nacionais são representações "formadas e transformadas" no âmbito de um "sistema de representação cultural" (e de uma esfera política) que nós caracterizamos como nação. Aliás, o próprio sentido em que a nação deve ser reconhecida é aquele que a caracteriza como uma "comunidade simbólica" e como uma "comunidade imaginada". Nesse sentido, pode-se afirmar que o que compõe as culturas nacionais são as instituições culturais, os símbolos e as representações. Diz Hall:

> "Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influenciam e organizam tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (...) As culturas nacionais, ao produzirem sentidos sobre 'a nação', sentidos com os quais podemos nos identificar, constróem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas" (idem, p. 55).

Se, como quer Bhabha, "as nações, tais como as narrativas, perdem suas origens nos mitos do tempo e efetivam plenamente seus horizontes apenas nos olhos da mente" (Apud Hall, idem, p. 56), Hall vai identificar cinco elementos principais da narrativa da cultural nacional. Esses elementos seriam: narrativa da nação (mitos, símbolos, ritos que representam experiências compartilhadas), narrativa sobre as origens, continuidade, tradição, intemporalidade (elementos imutáveis, essenciais, contínuos, unificados), narrativa da invenção da tradição (práticas rituais ou simbólicas inculcadoras e reprodutoras de valores e normas comportamentais), narrativa do mito fundacional (versa sobre as origens remotas da nação, do povo, do caráter nacional), narrativa da "idéia de um povo ou folk puro, original" (idem, p. 56-60).

Com efeito, o discurso da cultura nacional é ambíguo, num movimento que se desloca entre o passado e o futuro, entre a busca de um passado glorioso e a marcha para a modernidade. Entre tendências regressivas e anacrônicas, buscas de uma identidade pura etc. (idem, p. 60-1). Na verdade, uma cultura nacional não pode ser pensada sem que se considere a questão da "estrutura de poder cultural". Em sua maioria, a homogeneidade da cultura nacional é forjada por tendências hegemônicas de dominação cultural (idem, p. 65). Como acentua Hall, culturas nacionais são dispositivos discursivos que representam "a diferença como unidade ou identidade"; sendo sua unificação resultante de diferentes formas de poder cultural (idem, p. 67). Diz o autor:

> "as sociedades da periferia têm estado sempre abertas às influências culturais ocidentais e, agora, mais do que nunca (...) A idéia de que esses são lugares 'fechados' (...) é uma fantasia ocidental sobre a 'alteridade' (...) as evidências sugerem que a globalização está tendo efeitos em toda parte, incluindo o Ocidente, e a 'periferia' também está vivendo seu efeito pluralizador, embora num ritmo mais lento e desigual" (idem, p. 86).

A globalização, em sua forma recente, vai implicar num processo que se poderia caracterizar de "compressão espaço-tempo", que é a aceleração dos processos globais, a dar a impressão de uma simultaneidade e de um encurtamento das distâncias no mundo (idem, p. 72-3). Se, como quer Wallerstein, é algo próprio da modernidade as tendências conflitivas à autonomização e à globalização (Apud Hall, idem, p. 72), é possível verificar que "o ritmo da integração global" cresce acentuadamente dos anos 70 para cá, "acelerando os fluxos e os laços entre as nações" e, consequentemente, uma maior interdependência. Disso resultaria "três possíveis conseqüências", que Hall apresenta como: 1) desintegração das identidades nacionais resultantes da "homogeneização cultural e do 'pós-moderno global'"; 2) reforço das "identidades 'locais' ou particularistas"; 3) conseqüente hibridização cultural, em que novas identidades adquirem a força e o lugar das antigas identidades nacionais (idem, p. 73).

Contrariamente ao que se muitas vezes se afirma em relação ao processo de globalização, como o de um exclusivo processo de homogeneização, "pode-se considerar, no mínimo, três qualificações ou contratendências principais": 1) "ao lado

da tendência em direção à homogeneização global, há também uma fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da 'alteridade'- havendo, pois, um "interesse pelo 'local'" e sua diferenciação junto ao "impacto 'global'", na "lógica da compressão espaço-tempo". O que se dá não é uma substituição do local pelo global, mas um novo tipo de articulação global-local; 2) há uma desigualdade na distribuição da globalização "entre regiões e entre diferentes estratos da população dentro das regiões" – há o que pode chamar de "geometria do poder"; 3) a globalização é predominantemente um "fenômeno ocidental", o que pode levar a reconhecer que o seu processo afeta mais a periferia do que os centros, visto que "a direção do fluxo é desequilibrada, e que continuam a existir relações desiguais de poder cultural" entre Ocidente e periferia – "mas as identidades culturais estão, em toda parte, sendo relativizadas pelo impacto da compressão espaço-tempo" (idem, p. 83-4).

Há, aqui, um outro aspecto a considerar: o embate entre o que se pode caracterizar por Tradição, de um lado, e Tradução, por outro. Com efeito, a Tradição vincula-se à tentativa de recuperação de um passado puro e mitificado, fixo e intemporal; ao passo que, por Tradução, identifique-se processos de hibridização cultural, em que identidades são concebidas no "plano da história, da política, da representação e da diferença", sendo muito pouco provável o reconhecimento de sua pureza e de sua unidade (idem, p. 94-5).

Em sua análise do capitalismo mundial integrado (CMI), Guattari faz referência a existência de "um processo geral de desterritorialização": que existiria por um duplo movimento – de "extensão geográfica" e de "expansão sobre si próprio" (1981: 211). Para o autor, o CMI não se caracteriza hoje por uma forma centrada de poder de decisão, mas, sim, policentrada. Sua tendência, por certo, é a de submeter todo processo de produção político-econômica, bem como, sócio-cultural, às suas "estruturas de produção" e "formações de poder", que o leva a integrar "numerosos sistemas maquínicos e semióticos ao trabalho humano" (IDEM: 212). Procurando estabelecer uma constante e tensa relação entre o que denomina de molar e molecular (ou seja, entre as semióticas globais e seus agenciamentos maquínicos e a produção da subjetividade e agenciamentos do desejo), o autor empenha-se em demonstrar que a "multicentragem" e as "técnicas de integração" presentes no processo de desterritorialização da atual "segmentação do socius", não diz respeito exclusivamente aos aspectos econômicos, mas, inclusive, àqueles de caráter individual e "mais inconscientes da vida social, sem que seja possível estabelecer uma ordem de causalidade unívoca entre os níveis planetários e os níveis moleculares" (p.216).

Atualmente, sob o fenômeno da desterritorialização, seria inócuo refletir as questões de segmentarização sob a ótica exclusiva das dicotomias "primeiro mundo" vs. "terceiro mundo" ou capitalismo vs. socialismo. Para Guattari, a fim de "manter a consistência da força coletiva de trabalho em escala mundial", coexistem hoje áreas de primeiro mundo em regiões de subdesenvolvimento, assim como, áreas de terceiro mundo em lugares altamente desenvolvidos (idem). E se esse processo de segmentarização deve ser buscado agora no interior do espaço; é, com efeito, nesse contexto desterritorializado de uma cidade com característica mundial (a cidade-mundo a que se refere Guattari), que vai se dar todo processo de produção da subjetividade. Ainda uma vez, isto não implica num processo de homogeneização que leve à liquidação do conflito e da diversidade; releva apenas o fato de que, na "cidade-mundo", as peculiaridades e singularidades se encontram fortemente perpetradas pelas semióticas globais do CMI (1992: 169-78).

Todavia, é bom não esquecer, Guattari não tende a afirmar um sentido necessariamente emancipador da produção da subjetividade. Para ele, ela pode ser trabalhada tanto na direção de processos revolucionários, quanto no sentido de uma conservadora "reterritorialização" da subjetividade (IDEM: 13). E, mesmo no caso de minorias progressistas, se não houver, em suas lutas, a implicação de uma constante tensão entre o molar e o molecular, sua tendência é a de se configurar como gueto, dificultando os processos de uma mudança social emancipadora (1981: 222).

Uma outra consideração que gostaria de fazer, aqui, a propósito de um quadro atual de teoria cultural, a partir do qual se possa mais adequadamente investigar a crise do mundo contemporâneo, diz respeito ao que, em Huyssen (1991), se delineia como a característica essencial de uma teoria crítica nos termos de uma cultura pós-moderna. Para Huyssen, a teoria crítica do pós-modernismo se apresentaria, particularmente, pela manifestação de formas radicais de reconhecimento da alteridade: em termos étnicos, de gênero, ético-estéticos, ecológicos.

Nesse sentido, o pós-modernismo seria uma ruptura com a modernidade por criticar nela a presença do mesmo ideário contido no pensamento relacionado à noção de modernização social e industrial, ideologicamente marcante no positivismo, no evolucionismo clássico e em muitas das subsequentes teorias do desenvolvimento econômico. Para Huyssen, o abandono do telos, como primado do que Lyotard chamou de "grandes narrativas", não significa assumir uma orientação irracional do nosso processo histórico: muito menos afirmar a condição de uma atual configuração de tempo e espaço em termos de uma pós-história. Ao contrário, significa orientar a história para o tempo e espaço da memória no cotidiano: é aí que vamos encontrar em aberto um novo leque de possibilidades criativas atuais (idem).

Para Huyssen, aliás, pode-se falar de quatro fenômenos constitutivos da pós-modernidade crítica: 1) crítica ao viés imperialista da cultura modernista, marcada pelo ideário de uma modernização desenfreada; 2) existência de mudanças nas atitudes culturais e da estrutura social a partir do movimento feminista e dos diversos movimentos de minorias; 3) surgimento das preocupações com as questões de meio-ambiente, como ampla crítica da modernidade e da sua ideologia da modernização, atingindo desde as "subculturas" político-regionais até chegar às várias formas de arte; 4) o despertar de uma consciência de outras culturas, não-ocidentais, e conseqüente retorno ao étnico (p.77-78).

Aliás, Huyssen chama atenção para o fato de que, para além do estardalhaço a propósito de uma possível amnésia social induzida pela mídia, numa época de provável enfraquecimento da história, tem-se assistido, ao contrário, ao crescimento de inúmeros debates sobre a questão da memória: em termos "culturais, sociais e naturais" (1997:15). Para o autor, o crescimento de tal interesse vai "além da esfera oficial da política e da cultura". Diz o autor:

> "As lutas pelos direitos das minorias estão cada vez mais organizadas em torno de questões sobre memória cultural, suas exclusões e zonas-tabu. Outras memórias e outras histórias ocuparam o primeiro plano nos furibundos debates sobre identidade dos anos 80 e início dos 90 a respeito de gênero, sexualidade e raça. Migrações e transformações demográficas estão pressionando amplamente a memória cultural e social de todas as sociedades ocidentais, e este tipo de debate público é intensamente político. Noções monolíticas de identidade, freqüentemente formadas a partir de uma paranóia conservadora ou de uma vitimologia de esquerda, se chocam com a convicção de que as identidades, nacionais ou outras, são sempre heterogêneas e precisam desta heterogeneidade para continuar viáveis" (idem: 15-16).

Ainda para Huyssen, a verdadeira obsessão pela memória nos dias de hoje, ao invés de visões esperançosas sobre o futuro, se deve em muito ao colapso das ideologias do progresso e da modernização, bem como, de toda uma tradição de filosofias de pensamento teológico "sobre a história" (p.16). Para o autor,

> "o boom da memória (...) é um sinal potencialmente saudável de contestação: uma contestação do hiperespaço informacional e uma expressão da necessidade humana básica de viver em estruturas de temporalidade de maior duração, por mais que elas possam ser organizadas. É também uma formação reativa de corpos mortais que querem manter sua temporalidade contra um mundo de mídia que esparge sementes de uma claustrofobia sem tempo e engendra fantasmas e simulações. Nesta visão distópica de um futuro high-tech, a amnésia não seria mais parte da dialética entre memória e esquecimento. Ela seria seu "outro" radical, decretando o verdadeiro esquecimento da própria memória: nada para lembrar, nada para esquecer" (p.20-21).

Com efeito, creio ser tais considerações algo de fundamental importância para se pensar um quadro de teoria cultural razoavelmente consistente em termos de uma efetiva orientação de modelos de investigação dos possíveis fatores da chamada crise de identidade no mundo contemporâneo: isto numa perspectiva teórico-crítica e de síntese, mas, também, do que veio a ser caracterizado como os estudos culturais.

Muito se tem discutido a propósito de um possível deslocamento da discussão de valores em esferas públicas para a perspectiva das práticas culturais que parecem surgir no mercado e dele se nutrir. Uma resposta possível, talvez, seja a de se considerar, diante do que ficou exposto aqui, o que Yúdice (1999) caracteriza como a condição de possibilidade de uma refuncionalização dos processos culturais, pela entabulação do intercâmbio cultural dialógico num contexto pós-moderno (p. 306). Tal raciocínio segue a orientação dada por Canclini ao reconhecer o valor como campo de conflito e negociação de interpretações, sendo a reconversão dos valores a possibilidade de desconstrução das instituições que administram e hierarquizam valores (idem, p. 310). Com isso, Canclini quer acentuar o caráter de descentralização, segmentação e deslocamento de comunidades e dos seus meios tradicionais de comunicação, para o reconhecimento da diversidade das culturas populares e de sua relação com os novos meios audiovisuais: nessa direção, o popular da etapa nacional-popular na A. L. cede lugar à sociedade civil e aos novos movimentos sociais. Sendo assim, a sociedade civil passa a ser o paradigma atual da luta ideológica: só que, agora, fundada em causas particulares e não globais, além de se apresentarem como mobilizações quase autônomas. Suas características principais seriam: prioridade à diferença e não à identidade nacional totalizante; relativa perda de significação dos discursos que legitimam identidades nacionais e busca de legitimação das causas próprias aos grupos sociais. Esse processo em que coincidem a dissolução de monoidentidades e a emergência de políticas multisetorias para a cidadania, leva Canclini a fazer a seguinte afirmação:

> "As políticas culturais mais democráticas e mais populares não são necessariamente as que oferecem espetáculos e mensagens que chegem à maioria, mas as que levam em conta a variedade de necessidades e demandas da população" (1995, p.114)

Desse quadro parece resultar um multiculturalismo que se expressa como contravalor do esteticismo das camadas médias e das elites e a favor dos subalternos (Yúdice, idem, p. 318). Por outro lado, Yúdice critica o forte culturalismo dos estudos culturais e do multiculturalismo quando estes exigem uma estética que reflita e reproduza exclusivamente a matriz cultural do grupo de referência – o que nos levaria a cair na tendência a uma estética de gueto, com a ilusão de que o desempenho da identidade cultural necessariamente subverte o status quo (idem, ibidem). Contudo, o que fica de significativo para nossas reflexões do processo vivido do multiculturalismo, é o reconhecimento de que o que aí se tem processado são lógicas locais de produção de conhecimento, em que os estudos culturais se apresentam como áreas contextualizadas do saber (Hollanda, 1999, p. 347).

O caminho para se pensar o cinema em contexto periférico deve seguir alguma orientação que remonte a uma reflexão sobre um debate que assuma uma conotação menos dualista e que seja capaz como um modelo dialógico capaz de perceber os modos a partir dos quais os discursos configuram práticas fundamentais para se pensar o tipo de orientação a ser dado em termos de uma identidade de entre-mundos, para usar a expressão de Bamba (op. cit), em termos da condição global no cenário histórico do mundo atual.

Bibliografia

BHABHA, Homi K. *O Local da cultura*. Belo Horizonte, UFMG, 1998.

BERNARDET, Jean-Claude (1985). *Cineastas e Imagens do Povo*. São Paulo, Brasiliense.

CANCLINI, Néstor García. Consumidores e Cidadãos. *Conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1995.

_____. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo,
EDUSP, 1997.

_____. Noticias recientes sobre la hibridación. acd.ufrj.br/pacc

GALVÃO, Maria Rita e BERNARDET, Jean-Claude (1983). Cinema: repercussões em caixa de eco ideológica (as idéias de "nacional" e "popular" no pensamento cinematográfico brasileiro). São Paulo, Brasiliense. (Caps. "Os irmãos inimigos. A década de 50" e "Nacional-popular. Nacional-popular? A década de 60"). [O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira]
GUATTARI, F. (1992), *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro, Ed. 34.
_____. (1981), *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo, Brasiliense.
GIDDENS, A. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo, UNESP, 1991.
GOMES, Paulo Emílio Salles (1980). *Cinema: Trajetória no Subdesenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
HALL, S. *Identidades Culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
HELLER, A. "A sociologia como desfetichização da modernidade". *Novos Estudos*, *Número 30, jun/91*. São Paulo: CEBRAP.
HOLLANDA, Heloísa B. (Org.). *Pós-Modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
_____. "Políticas da produção de conhecimento em tempos globalizados". In: Miranda, W. M. (Org.) op. cit.
HUYSSEN, A. "Mapeando o pós-moderno". In: Hollanda, H.B. (Org.) op. cit.
_____. Memórias do Modernismo. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
MIRANDA, Wander M. (Org.) *Narrativas da Modernidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.
MOREIRAS, Alberto (1995). "Epistemología tênue (sobre El latinoamericanismo)". *Revista de Crítica Cultural*, Chile, n. 10 (48-54).
NÚÑEZ, Fabián (2006). "O pensamento de Frantz Fanon no cinema latino-americano". *Estudos de Cinema*. São Paulo, Annablume; Socine. (Estudos de Cinema – Socine, VII).
ORTIZ, Renato (1985). *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo, Brasiliense.
PRYSTHON, Angela (2002). "A Terra em Transe: o cosmopolitismo às avessas do cinema novo*". Galáxia, n. 4* (159-175). PDF
SHOHAT, Ella e STAM, Robert (2006). *Crítica da Imagem Eurocêntrica*. São Paulo, Cosac Naify.
SOARES, Paulo Marcondes F. "Tópicos de uma teoria social crítica da comunicação de massa". *Estudos de Sociologia. Vol. 4*, no 1, jan./jun. 1998. Revista do Programa de Pós-Graduação em sociologia, UFPE.
YÚDICE, George. "Pós-modernidade e valores". In: Miranda, W. M. (Org.) op. cit.
_____. "O multiculturalismo e novos critérios de valorização cultural". *Revista Sociedade e Estado, vol. IX*, nos ½, jan-dez. 1994. Brasília, UNB/Rio de Janeiro, Relume-Dumará.

Os movimentos das mulheres quebradeiras de coco babaçu no Maranhão

Terezinha Moreira Lima Lima
Universidade Estadual do Maranhão
tmlima@elo.com.br

Resumo: As lutas dos trabalhadores e a movimentação da sociedade em geral são a forma de expressão das tensões e contradições da atual determinação estrutural do capitalismo, da explosiva divisão hierárquica do trabalho que garante a reprodução dos processos de dominação e de subordinação. De modo geral, estes segmentos nem sempre têm clara a referência do mundo do trabalho, das constantes crises sob o capitalismo e de sua situação dividido, fragmentado e à mercê da classe dominante. Nesse aprendizado contra os processos de exploração, no Brasil, vimos triunfarem movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; de algumas categorias de trabalhadores organizados em sindicatos em processo de renovação, incorporando novas causas e funções junto às políticas públicas; das mulheres, feminismos, dos negros, da defesa dos direitos de crianças, de idosos, dos povos indígenas e outros. Pode-se considerá-los sujeitos sociais e políticos embora defendam interesses específicos, agrupados numa heterogeneidade de movimentos ou outras formas organizativas, com graus diferentes na capacidade de questionamento da ordem instituída. Neste trabalho, destaca-se o movimento das mulheres quebradeiras de coco babaçu no Maranhão, que se dá em razão das lutas pelo direito ao trabalho e pela manutenção do seu objeto e campo de trabalho, as áreas das reservas extrativistas das palmeiras de babaçu sempre vulneráveis à devastação ambiental devido à busca pelo lucro por parte dos proprietários das terras, à lógica do capitalismo cada vez mais entranhada no campo maranhense.
Palavras-chave: Movimentos sociais, Trabalhadoras rurais, Cidadania

INTRODUÇÃO

Sobre as lutas sociais no mundo contemporâneo, verifica-se que o capitalismo recria e redefine estratégias capazes de rearticular alianças e antigas fórmulas para a reprodução dos mecanismos de dominação ideológica e exploração econômica. Desta forma, aprofundam-se problemáticas como a degradação e falta de conservação do meio ambiente e outras questões relacionadas com a sobrevivência de grupos sociais, onde surgem e se rearticulam lutas sociais tendo como horizonte uma sociedade democrática, solidária e a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável.

É neste contexto, que as mulheres trabalhadoras agroextrativistas, inseridas na cadeia produtiva do babaçu no Maranhão, lutam para garantir o direito de ir e vir, de trabalhar nos babaçuais, ao mesmo tempo constroem estratégias contra a devastação ambiental, como o reconhecimento da Lei do Babaçu Livre que já se encontra regulamentada em vários municípios.

Nas lutas sociais se desenvolvem modos peculiares de ação social, que podem vir a se constituir em formas de solidariedades complexas, cujas dimensões podem suscitar mudanças circunscritas ao puro reformismo ou de longo alcance evoluindo para processos revolucionários. Conforme Engels, Marx descobriu a grande lei da marcha da história, a lei segundo a qual,

> Todas as lutas históricas quer se processem no domínio político, religioso, filosófico ou qualquer outro campo ideológico são, na realidade, apenas a expressão mais ou menos clara de lutas entre classes sociais, e que a existência e, portanto, também os conflitos entre essas classes são, por seu turno, condicionados pelo grau de desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e pelo seu modo de troca, este determinado pelo precedente. (ENGELS, s/d).

Ou seja, todas as lutas sociais surgem das contradições e antagonismos gerados pelo grau de desenvolvimento do modo de produção de uma determinada sociedade. As lutas estão profundamente imbricadas com os modelos de desenvolvimento que, historicamente, têm dado prioridade ao crescimento econômico em detrimento da valorização dos interesses sociais e coletivos. Por isso, afirma Marx, que os homens não fazem sua própria história como querem, "*não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado*" (Marx, s/d).

Portanto, a idéia de desenvolvimento e de crescimento econômico nas sociedades está profundamente imbricada com a forma como homens e mulheres, em todo o mundo, trabalham e se organizam no enfrentamento dos processos destrutivos produzidos pelo modo de produção capitalista. Neste sentido, os movimentos sociais resultam essencialmente da divisão social do trabalho que, na sua origem, fomentou a divisão da sociedade em classes.

Uma mudança substantiva nas relações de desigualdade constitui-se ainda um horizonte distante se considerarmos que o desenvolvimento desigual do capitalismo do atual milênio, mesmo diante das crises recorrentes, se aperfeiçoa e cria mecanismos para a perpetuação da exploração do trabalho e conseqüente fruição dos seus resultados. Trata-se de um cenário onde o grau de desenvolvimento do capitalismo mundializado, com sua lógica destrutiva e voraz é que continua determinando as formas de confronto social produzido a partir das reações dos movimentos dos trabalhadores, em todo o mundo, contra o desemprego e a fragmentação da classe assalariada. Desta forma, as lutas de classes fundamentadas na complexa diferenciação e desigualdade social continuam norteando as diferentes expressões dos movimentos sociais.

Às lutas sociais, portanto, são associados fatores complexos e diversificados, que vão desde a criação de condições para a realização de profundas mudanças no âmbito do Estado, se possível, inaugurando outro Estado; a exercer o controle social fazendo valer o atendimento das demandas coletivas; a garantia dos direitos constitucionais em um Estado democrático; a garantia da identidade de grupos denominados minoritários, como: homossexuais, prostitutas e outros.

Neste sentido as lutas dos trabalhadores, especialmente das mulheres e a movimentação da sociedade em geral são a forma de expressão das tensões e contradições da atual determinação estrutural do capitalismo, da explosiva divisão hierárquica do trabalho que continua garantindo a reprodução dos processos de dominação e de subordinação. Nem sempre têm clara a referência central do mundo do trabalho, fonte de preocupação e angústia, dividido, fragmentado, flexibilizado e à mercê da classe dominante.

Nesse aprendizado contra os processos de exploração, no Brasil, vimos triunfarem movimentos do porte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; de algumas categorias de trabalhadores organizados em sindicatos – em processo de renovação, incorporando novas causas e funções junto às políticas públicas; das mulheres, feminismos, dos negros, da defesa dos direitos de crianças, de idosos, dos povos indígenas e outros. Pode-se considerá-los sujeitos sociais e políticos embora defendam interesses específicos, agrupados numa heterogeneidade de movimentos ou outras formas organizativas, com graus diferentes na capacidade de questionamento da ordem instituída.

Trata-se de problemas sociais novos que expressam contradições próprias das sociedades capitalistas e já não se explicam somente pelo ângulo da oposição entre capital e trabalho. Representam também efeitos das distorções e das desigualdades resultantes das políticas neoliberais e de estabilização econômica, onde predominam dados de desigualdade social, de concentração da renda, da terra e da riqueza. Inclusive grupos ecologistas e grupos de promoção da consciência negra e das raízes africanas são vistos como parte da tendência de formação de novas identidades, com ênfase nas dimensões subjetivas e culturais que mobilizam pessoas buscando uma alternativa pessoal de vida. Estes novos sujeitos com destaque para as mulheres rurais atravessam todos os limites de classes sociais.

TRABALHO, GÊNERO E LUTAS SOCIAIS NO CAMPO

Destacam-se duas grandes questões importantes para entendermos a organização das mulheres e suas lutas voltadas para a emancipação: a forma como homens e mulheres estão inseridos no mundo do trabalho e as novas confrontações das lutas de classes. Em análise mais contemporânea sobre as crises do capitalismo, Mészàros, (2002), destaca a divisão internacional do trabalho como uma das três questões fundamentais "*do antagonismo estrutural inconciliável entre o capital global – irrestritamente transnacional em sua tendência objetiva – e os Estados nacionais necessariamente repressores*". De acordo com o autor:

> Grandes questões se fundem em torno da exigência elementar e politicamente irrefreável da liberação das mulheres – à guisa de permanente lembrete de promessas não cumpridas e não cumpríveis do sistema do capital – e transformam a grandiosa causa de sua emancipação numa dificuldade não-integrável ao domínio do capital. Não pode haver nenhum modo de satisfazer a exigência da emancipação feminina – que veio à tona há muito tempo, mas adquiriu urgência num

> período da história que coincidiu com a crise estrutural do capital – sem uma mudança substantiva nas relações de desigualdade social estabelecidas. (MÉSZAROS, 2002, p. 223).

Para o autor, o movimento feminista que questiona o sistema dominante de reprodução metabólica ao se concentrar na defesa da emancipação das mulheres assombra a ordem burguesa com seu próprio passado, trazendo à baila a traição da ética original, sobre a qual se baseou a ascendência dessa ordem. As lutas pela emancipação feminina lembram que liberdade, igualdade e fraternidade não podem ser palavras vazias, vez que se constituíram, historicamente, em objetivos perseguidos com paixão pela classe burguesa progressista que,

> Agora tem de enfrentar não apenas a exigência de emancipação feminina, mas também suas associações inerentes relativas à necessária emancipação dos seres humanos em geral – tanto em termos estritos de classes nos países de capitalismo avançado como nas perversas relações destes com as massas ultra-exploradas do chamado "Terceiro Mundo" – do domínio do capital. (...). Assim, de forma paradoxal e inesperada (pois a classe das mulheres atravessa todos os limites de classes sociais), a emancipação feminina comprova ser o 'calcanhar de Aquiles' do capital: ao demonstrar a total incompatibilidade de uma verdadeira igualdade com o sistema do capital nas situações históricas em que essa questão não desaparece, não pode ser reprimida com violência (ao contrário do que acontecia com a militância de classes no passado) nem esvaziada de seu conteúdo e 'realizada' na forma de critérios formais vazios. (MÉSZÀROS, op. Cit., p. 224).

Ainda conforme o autor, a questão do desemprego crônico traz à tona as contradições e antagonismos do sistema global do capital na forma potencialmente explosiva. A permanência do domínio do capital sobre o trabalho, mais do que nunca se faz acompanhar "*da mais cínica mistificação ideológica da única forma viável de reprodução socioeconômica: a idealizada 'sociedade de mercado' e as 'oportunidades iguais' que supostamente uma sociedade desse tipo oferece a todos os indivíduos*" (op.cit., p. 223).

De acordo com Ricardo Antunes:

> A crise experimentada pelo capital bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas conseqüências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho (...) enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital (ANTUNES, 2002, p. 15)

O autor recoloca e dá concretude à tese da centralidade da categoria trabalho na sociedade contemporânea e concordando com ele em vários aspectos, é importante e imprescindível demonstrar qual o entendimento que se tem sobre a categoria trabalho até mesmo para entender as metamorfoses em curso face às transformações do capitalismo mundial para, depois, então, refletir sobre as repercussões dessas mudanças na divisão social e sexual do trabalho.

Conforme Antunes, apesar da heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho e pelo trabalho. Essa rebeldia e contestação não excluem nem suprimem outras, igualmente importantes. Mas, vivendo numa sociedade que produz mercadorias, valores de troca, as revoltas do trabalho acabam tendo estatuto de centralidade. Para o autor,

> Do mesmo modo, a luta ecológica, o movimento feminista e tantos outros novos movimentos sociais têm maior vitalidade quando conseguem articular suas reivindicações singulares e autênticas com a denúncia à lógica destrutiva do capital (no caso do movimento ecologista) e ao caráter fetichizado, estranhado e des-realizador do gênero humano gerado pela lógica societal do capital (no caso do movimento feminista). (op.cit., p. 216).

Ainda de acordo com Antunes, (op.cit., p. 216), as profundas transformações no mundo do trabalho, (fato evidenciado especialmente na década de 1980, onde se deu um grande salto tecnológico, a automação e mutações organizacionais) invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. O fordismo e o taylorismo já não são os únicos e mesclam-se com outros processos produtivos, sendo em alguns casos até substituídos, como a experiência japonesa do "toyotismo". Portanto, novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série são substituídos pela flexibilização da produção, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção á lógica do mercado. Apesar da heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana ainda podem encontrar concretude e viabilidade social a partir das revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho e pelo trabalho.

> Do mesmo modo, a luta ecológica, o movimento feminista e tantos outros novos movimentos sociais têm maior vitalidade quando conseguem articular suas reivindicações singulares e autênticas com a denúncia à lógica destrutiva do capital (no caso do movimento ecologista) e ao caráter fetichizado, estranhado e des-realizador do gênero humano gerado pela lógica societal do capital (no caso do movimento feminista). (op.cit., p. 216).

Tradicionalmente desenvolvendo uma prática de resistência, muitas vezes atomizada, porque circunscrita ao povoado, à localidade onde vivem e à tradicional atividade realizada, as mulheres quebradeiras de coco babaçu no Maranhão lideram o movimento de mobilização no meio rural abrangendo reivindicações singulares e autênticas em relação à lógica destrutiva do capital organizando-se e tentando mobilizar toda a sociedade contra a devastação dos babaçuais, as queimadas, derrubadas e envenenamento das palmeiras, indo além do movimento ecologista uma vez que se trata de lutas que, historicamente, já se incorporaram ao seu cotidiano.

O protagonismo das mulheres quebradeiras de coco babaçu

A propósito dos discursos, práticas e agendas feministas Alvarez analisa a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (QCMM), realizada em Huairou, China, em 1995, como um dos encontros mundiais onde se realizou a celebração das diferenças e das diversidades. Concomitantemente, na cidade de Beijing, um grupo altamente qualificado de mulheres latino-americanas concentrava seus esforços para influenciar a Plataforma de Ação, que seria redigida pelas delegações oficiais, de todo o mundo, à QCMM, e ajudava a articular o "lobby global das mulheres" para incorporar demandas feministas ao processo da ONU, (2000). Ressalta a autora que na última década, dos anos noventa, multiplicaram-se os espaços de lutas feministas propiciando,

> Rápida apropriação ou absorção de algumas idéias feministas novas e históricas pelos Estados e sociedades latino-americanos (...) praticamente todos os governos latino-americanos criaram órgãos especializados, ministérios e secretarias encarregados de melhorar a situação das mulheres e "incorporá-las" ao "desenvolvimento". Muitas das novas constituições "democráticas" da região contêm cláusulas que proclamam a igualdade da mulher na família, no trabalho e na sociedade. Criaram-se delegacias da mulher no Brasil e na Nicarágua, no Peru e em vários outros países para cuidar dos crimes contra as mulheres (...). (ALVAREZ, 2000, p.396).

Alvarez prossegue enumerando as conquistas das mulheres latino-americanas, como a inserção político-partidária e sindical, as cotas de representação, etc., a freqüência de antigas reivindicações não sexistas à participação mais eqüitativa na vida pública e familiar e aos direitos reprodutivos, tornando-se freqüente na linguagem dos numerosos documentos oficiais da ONU, da CEALC e de governos nacionais produzidos para avaliar o progresso no sentido da 'igualdade de gênero' no decorrer da década de 1990.

Entretanto, os avanços também geram desafios e novas tensões em um movimento social tão diversificado e complexo, que agora inclui redes formalizadas e transnacionalizadas, Ongs profissionalizadas, o Estado e aparatos de desenvolvimento internacional, sendo bastante controvertida a institucionalização das Ongs, representando os movimentos quando conveniente às autoridades, gestores e formuladores de políticas, assim como aos representantes desses movimentos que se vêem contemplados com o atendimento de interesses e demandas específicas. Alvarez destaca que:

> A Onguização e transnacionalização do campo feminista latino-americano levou um número crescente de feministas a privilegiar alguns espaços da política feminista, tais como o Estado e as arenas políticas internacionais, em relação aos esforços de transformar as representações predominantes de gênero, enfatizar as mudanças de consciência e promover a transformação cultural por meio de atividades de organização e mobilização das bases locais. (idem, p.396- 414).

Neste sentido, as Ongs passam a exercer um papel preponderante como mediadoras em instâncias locais de gestão das políticas públicas, na captação de recursos e na tarefa de mobilizar a sociedade em torno de problemas e temáticas importantes relacionadas aos diversos movimentos. Apesar de uma grande parcela de Ongs serem alvos de críticas por se transformarem em "instrumento do neoliberalismo" ressalta-se organizações que tentam desenvolver ações mais efetivas no sentido de apoiar as classes sociais subalternizadas, identificando-se com suas lutas, discursos e reivindicações.

Estas organizações estão presentes junto aos movimentos sociais que assumem como objetivo a luta por transformação das formas de produção, distribuição dos serviços e da riqueza social; das causas ecológicas e políticas; propõem alternativas de desenvolvimento; fiscalizam o governo, exercendo o controle sobre os gastos públicos; denunciam práticas de tortura e de escravidão em pleno século XXI; desenvolvem projetos voltados para a defesa e garantia de direitos; contribuem, enfim, para desideologizar os discursos e práticas que constroem a subalternidade dos trabalhadores e das classes sociais mais vulneráveis sob o capitalismo. (LIMA, 2003).

> Elas vinculam projetos locais a movimentos sócio-políticos nacionais, ocupando grandes latifúndios, defendendo a propriedade pública e a propriedade nacional (...) oferecem solidariedade política aos movimentos sociais envolvidos nas lutas pela expropriação da terra. Elas apóiam as lutas feministas vinculadas às perspectivas de classes (...). (PETRAS, 1999, p. 51).

As lutas sociais contribuem para desconstruir o caráter fetichizado e estranhado do gênero humano gerado pela lógica do capital, como afirma Antunes (2002). Além da preservação dos babaçuais, as mulheres quebradeiras de coco no Maranhão lutam pela liberdade de exercer a sua profissão, coletando e comercializando o seu produto sem atravessadores. Portanto, o surgimento do movimento das quebradeiras de coco se dá em razão das lutas pelo direito ao trabalho, e também pela manutenção do seu objeto e campo de trabalho, as áreas das reservas extrativistas das palmeiras de babaçu sempre vulneráveis à devastação ambiental devido à busca pelo lucro por parte dos proprietários das terras, à lógica do capitalismo cada vez mais entranhada no campo maranhense. Aos poucos, vai se desvendando para o conjunto dessas mulheres as contradições entre os seus interesses e suas necessidades e aqueles defendidos pelos fazendeiros, empresários e os defendidos pelo Estado.

A cadeia produtiva do babaçu

O babaçu, (Attalea speciosa), espécie nativa se espalha por toda a Amazônia brasileira e por parte da Bolívia, No Maranhão destacam-se as maiores concentrações com os solos mais férteis e com cerca de 10.300.000 hectares de áreas de ocorrência de babaçu, das quais 4.720.000 efetivamente cobertos (ALMEIDA, 1995). Representa 70% de toda a área dos babaçuais existentes no Piauí, Pará e Tocantins. Além da comercialização as famílias utilizam o babaçu em sua alimentação, como fonte de energia, alimento para os animais, na confecção de utensílios domésticos e de trabalho, na construção de casas e cercas, na fabricação de artigos de artesanato local tendo grande relevância econômica para a cultura regional.

Os babaçuais são próprios de baixadas quentes e úmidas que se localizam no Maranhão, Pará, Piauí, Tocantins, Goiás e Mato Grosso, totalizando seis Estados. O extrativismo do babaçu é uma prática secular utilizada pelos índios, depois os colonos e escravos e que se amplia atualmente com a cadeia produtiva abrangendo desde a coleta, produção do azeite, óleo, sabonetes, carvão vegetal, mesocarpo e outros derivados suprindo o mercado brasileiro e expandindo-se internacionalmente.

Mapeamento das organizações de trabalhadores (as) na cadeia produtiva do babaçu no Maranhão, por região e município

1. MIQCB: Movimento Interestadual das mulheres quebradeiras de coco babaçu abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí. No Maranhão está presente nas regiões de Imperatriz, região do oeste maranhense; em Penalva na Baixada maranhense; no povoado de São José dos Mouras em Lima Campos, nos povoados de São Manuel e Lodovico em Lago do Junco, em Pedreiras na sede da cidade (Médio Mearim), além do escritório central em São Luís.
2. ASSEMA: Associação de em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão surgiu para assessoria o MIQCB atua incentivando o desenvolvimento de sistemas cooperativistas e associativistas e de assessoria técnica, jurídica e política, abrangendo lideranças sindicais de Esperantinópolis, Lima Campos, São Luís Gonzaga, Lago do Junco e de outros municípios. Fazem parte da ASSEMA 16 associações, cooperativas, associações comunitárias de áreas de assentamento, grupos informais, associações de mulheres, sindicatos de trabalhadores (as) rurais e uma escola agrícola. Todas as associadas recebem consultoria permanente em temas como produção agroextrativista, comercialização, organização de mulheres, desenvolvimento local e políticas públicas, comunicação e mobilização de recursos.

A organização está presente nos municípios acima citados, além de Lago dos Rodrigues e Peritoró e com a sede em Pedreiras. Atualmente, a ASSEMA garantiu mais um posto avançado em São Luís, onde funciona a Embaixada do Babaçu Livre, que se trata de um espaço de divulgação, comunicação e venda de produtos, além da articulação com instituições em termos da captação de recursos. A organização tem apoio das agências de cooperação internacional Christian Aid, Action Aid, Pão para o Mundo, Misereor, Coar-Unité, Terre dês Homme e Grãs Roots. Possui um grupo permanente de doadores individuais chamado de Amigo da ASSEMA, além de voluntários, estudantes universitários e pesquisadores.

A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) articula movimentos, cooperativas e associações. Nessa rede de organizações destaca-se a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR); a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ), a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis (COOPAESP), a Comissão de Mulheres de São Luís Gonzaga. Há ainda grupos de mulheres, clubes de mães, grupos de estudos, associações e sindicatos que têm se destacado pela luta em defesa dos babaçuais. O MIQCB faz parte dessa rede e todas essas organizações são suas parceiras.

Com atuação em 17 de assentamentos no Médio Mearim, nos municípios de Esperantinópolis, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, São Luis Rodrigues, Lima Campos, Peritoró. Sua linha de atuação é no cooperativismo e associativismo; crédito e políticas públicas; conservação do meio de ambiente; projeto produtivo e geração de renda; agricultura familiar e extrativismo; e valorização do papel da mulher.

Como o MIQCB, a ASSEMA também se enquadra nesse tipo de organização, dela fazem parte associações e cooperativas na Região do Médio Mearim, especialmente nos municípios de Lago do Junco, Lago do Rodrigues, Esperantinópolis, São Luís Gonzaga, Lima Campos e Peritoró, onde se dá a maior concentração dos babaçuais do Estado do Maranhão. Mantêm escritórios em São Luís (Embaixada Babaçu Livre) e municípios como Pedreiras. O movimento das quebradeiras de coco se destaca em todo o processo de organização da ASSEMA, com a forte presença das mulheres nos Sindicatos, nas Associações e nas Cooperativas. Em outros municípios é o MIQCB que marca sua presença tanto como movimento como organização.

Na década de 1990 foi relevante o surgimento da ASSEMA, de acordo com as pessoas entrevistadas, uma organização que envolve 8 associações, congrega sócios coletivos, cooperativas, sindicatos, formais ou informais, a concepção de assentamento estabelecida pela ASSEMA é diferente do INCRA, pois prioriza áreas não pela demarcação, mais pela luta das famílias que estão inseridas, ajudando na representatividade das mulheres e trabalhadores do Médio Mearim por meio de assessoria política e técnica, políticas públicas, comercialização e produção, tem como objetivo principal trabalhar a qualidade de vida das mulheres, usando alternativas de produção, já que quando as famílias tiveram acesso às terras, havia uma grande quantidade de degradação, por isso a necessidade de se criar uma sustentabilidade.

De acordo com S, assessora da ASSEMA, "essa política se faz necessária para se preservar o babaçu, pois quem não tem roça, terra para plantar, utiliza este coco como principal renda". É importante destacar que grande parte do babaçu estava sob domínio dos atravessadores, na tentativa de reverter essa situação, criou-se as cooperativas, no Médio Mearim há a COOPALJ (Lago do junco) e a COOPAESP (Esperantinópolis), Ong's internacionais apóiam essas iniciativas como a Actionaid,Cristianaid . A nível nacional o INCRA, PRONERA, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente investem na extração e na quebra do coco para a extração do óleo, aliando à idéia de preservação ambiental.

A ASSEMA atua no melhoramento da produção das quebradeiras, pois já faz parte da cultura delas a produção do sabão, a ASSEMA cria mecanismos para o melhor aproveitamento para exportá-lo sem transformar o produto em industrial, essa organização faz intercambio entre as mulheres e o mercado, sendo que a produção e a gerência têm todo domínio das quebradeiras. Contudo, grandes problemas são enfrentados no que diz respeito à comercialização, o sabonete ainda não é

competitivo no mercado, tem-se vários produtos do mesmo preço ou mais baratos, porém o que diferencia a produção de sabonete é a idéia de desenvolvimento sustentável e a geração de trabalho e renda às mulheres.

O Médio Mearim classificado pelo IBGE como região dos cocais, considerando a maior área de babaçuais do Estado do Maranhão, sua extensão corresponde a 2.970.000 hectares, sendo a área efetivamente coberta com babaçu correspondente a 1.841.450 ha. É uma das regiões onde mais se dá o avanço do processo de devastação promovido por pecuaristas e por indústrias de ferro gusa, de óleo vegetal, sabão e cerâmicas, além do uso indiscriminado da casca do coco e do coco para a produção de carvão em larga escala para abastecer as siderúrgicas Pacífico de Paula e Companhia Siderúrgica do Maranhão (COSIMA), com sede em Bacabal e Santa Inês, respectivamente. A COSIMA, por exemplo, é abastecida com cascas do babaçu dos municípios de Lago dos Rodrigues, Igarapé Grande, Cariri e Bernardo do Mearim. No Mearim há baterias de fornos terceirizadas pela COSIMA nos municípios de Lago da Pedra, Governador Archer, Presidente Dutra, Coroatá, Chapadinha e Monção.

O processo de devastação envolve várias situações identificadas pelo MIQCB. Os fornos são improvisados, feitos de tonéis de óleo, com o fundo retirado de forma a permitir a queima do coco inteiro e das cascas. Quando o coco de uma área esgota o fornecedor arrenda outra área de coleta. As baterias de produção de carvão são áreas terceirizadas pela COSIMA e se localizam no Mearim nos municípios de Lago da Pedra e Coroatá.

Os barracões de coco foram identificados nos municípios de Olho D'água das Cunhãs e Igarapé Grande são barracões construídos para mulheres contratadas para quebrar coco em áreas arrendadas de fazendas. Nestas, o fornecedor arrenda uma área de fazenda e contrata homens, mulheres e crianças para catar coco que, depois de quebrado, será vendido para as siderúrgicas.

De modo geral esse processo de devastação acontece em todos os municípios das demais regiões onde existe o babaçu. No Médio Mearim ocorrem outras formas de controle por parte dos fazendeiros, como em Capinzal do Norte onde o fazendeiro providenciou carteirinhas e credenciou as mulheres que poderiam fazer a coleta do coco, restringindo a entrada das quebradeiras que não possuem a carteirinha. Em Peritoró e Lago dos Rodrigues ainda persiste a relação de quebra de meia que consiste divisão das amêndoas quebradas com o proprietário das terras. Na Baixada Ocidental já existe o uso das cercas elétricas que impedem o acesso das quebradeiras de coco, além da colocação de pregos nas porteiras das fazendas.

Na região do Médio Mearim há uma grande participação das mulheres no movimento, sindicatos e associações. Abaixo destacamos algumas dessas organizações.

Como a COOPPAV (Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Viana), a COOPPAV estabelece unidades chamadas de cantinas para a troca por mercadorias e venda de amêndoas. As populações encontradas nessa região são remanescentes de quilombos e foram expulsas de suas áreas próximas aos babaçuais e hoje residem na periferia dos municípios da Baixada Maranhense. Em Viana, foi fundada em 28 de Outubro de 1993 a Cooperativa que congrega cerca de sessenta trabalhadoras. As quebradeiras de coco desempenham uma relação de cooperação e solidariedade umas com as outras, e isso pode ser constatado até mesmo na forma como coletam e quebram o coco, sempre em grupos, o que facilita a organização.

O Grupo do Azeite de São José dos Mouras – Lima Campos - A comunidade de São José dos Mouras em Lima Campos, é descendente de quilombos e conseguiu a propriedade da terra a partir de anos seguidos de lutas. O grupo de mulheres e suas famílias conseguiram na justiça a posse das terras, compraram máquinas, fizeram fornos para produzir o azeite. O MIQCB apóia os projetos da comunidade. Através da ASSEMA tem o projeto de desidratação de frutas.

T, (quebradeira de coco), diretora da ASSEMA e coordenadora do MIQCB, explica que no começo foi muito difícil conscientizar todos para se associar já que com o recebimento das terras, houve muita gente que se contentou, começou a levar a vida sem pensar na organização, porém, mesmo com dificuldades, conseguiram se organizar e já receberam muitas políticas como escolas na comunidade, antigamente não existiam na comunidade, as crianças estudavam na BR, também conseguiram a implementação de estrada, eletrificação, casas de tijolos e telhas.

As quebradeiras, de São José dos Mouras relataram os avanços que conseguiram. Atualmente, participam de vários sindicatos, associações, clubes, grupos que as organizações acabam se misturando e os objetivos são comuns.

> Não bastava mais só a terra. A gente queria mais, a gente sair da situação de miséria que a gente ficou e ter uma vida mais digna, ter mais qualidade de vida, melhor renda, melhor tudo (...) A gente caiu no mundo, onde tinha um seminário, onde tinha curso, onde tinha uma oficina, onde tinha uma conferência à gente tava lá. (T.)

Sobre a atuação do MIQCB as mulheres destacaram que o mesmo tem ajudado na produção do azeite para a geração de renda às mulheres, ser um complemento familiar, é importante destacar que esse projeto de produzir azeite ainda está em fase de implementação, por enquanto as mulheres já possuem máquinas e infra-estrutura, pretendem exportar e fundar uma cooperativa.

T. fala sobre como surgiu o MIQCB desse movimento. "As mulheres da região do Mearim começaram a se encontrar com as mulheres da região do Piauí, Pará, Tocantins e aí surgiu MIQCB, desse intercâmbio de mulheres" (Toinha, quebradeira).

A COOPALJ (Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco) – fotos 11 e 12 abaixo. Desempenha a função de recolher amêndoas e fornece bens essenciais, tais como: açúcar, óleo de coco, café, entre outros, possui uma rede de onze cantinas montadas nos seguintes povoados: Matinha, Centrino, Centro dos Aguiar, Ludovico, Bertolino, Morada nova, pau Santo, São Manoel, São Sebastião, Cajazeiras e Passarinhos. Trata-se de uma cooperativa

localizada em Lago do Junco e que surgiu da necessidade de se desenvolver ações úteis aos pequenos (as) produtores (as) com o apoio da ASSEMA.

Em Ludovico fica a fabrica de sabonetes de babaçu, que exporta para empresas estrangeiras, como a Body Shop. Elas fabricam em torno de 30.000 sabonetes por mês. Têm dificuldades com a vigilância sanitária, pois ainda não tem o registro do Ministério da Saúde. Contam, ainda, com a iniciativa dos jovens com artesanato de babaçu feito pela Associação de Jovens (AJR-Associação de Jovens Rurais), que fabricam colares, pulseiras, brincos, projeto financiado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Um fato que repeliu a defesa dos babaçuais e o livre acesso a eles por meio dos trabalhadores rurais, foi à ampliação das pastagens que foram formadas por empresas agropecuárias. Os trabalhadores por sua vez organizaram um processo de comercialização de amêndoas do coco babaçu tornando-se rivais dos circuitos de compra que eram montados pelos usineiros e patrões, devido a esta iniciativa a partir de 1990, resultou na formação de quatro cooperativas de plantio e coleta, localizadas no Mearim.

A Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistasde Esperantinópolis (COOPAESP) fica em São Luiz Gonzaga tem dez cantinas, a de Esperantinópolis quatro, a de lima Campos cinco e a única que possui prensa para a produção de óleo a de Lago do Junco. Em meio ao avanço técnico, há também a ampliação da capacidade política. Em 1989 no Lago do Junco organizou-se a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais, já São Luiz Gonzaga foi criada a Secretaria da mulher e em Lima Campos e as quebradeiras assumem uma oposição sindical.

Já em Esperantinópolis possuem grupos vinculados ao STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) e à cooperativa, e devido a uma multiplicidade de cooperativas e associações de trabalhadores, envolvem diferentes projetos como confecção de sabonetes e a comercialização autônoma da amêndoa do babaçu em cantinas, pertencentes aos próprios povoados.

Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (AMTR), responsável pela Fábrica de Sabonetes em Ludovico, onde os resultados são ainda modestos, dominam toda a cadeia produtiva, só tem um químico que faz os testes, as mulheres gerenciam a fábrica e produzem o sabonete. O sabonete ainda não é competitivo, do ponto de vista de mercado.

Nesse mesmo núcleo da AMTR tem outros núcleos, de geração de renda entre eles o papel reciclado, que são mulheres que coletam papel na cidade e recebem também a coleta, misturam com fibra do babaçu e produzem peças: pastas, cadernetas, porta-jóias, porta-sabonete, várias peças que são vendidas a organizações, em feiras.

Dona I, no Povoado São Manoel, em Lago do Junco, presidente da COOPALJ, fala da importância da organização, antes as mulheres não eram reconhecidas nem como gente, hoje elas já são, elas estão associadas em diversos movimentos de reivindicação, antes elas tinham até medo de sair e o máximo que ocupavam nos sindicatos era o papel de secretária, já que tinha a letra bonita, Dona R. também reconhece que aumentaram as responsabilidades da mulher, hoje ela trabalha tanto em casa como *chefia* movimentos.

Em São Manoel, também em Lago do Junco, D. relatou que fica difícil delimitar onde o MIQCB atua, ele se encontra inserido juntamente com as mulheres em diversos movimentos, associações em que todos tem os mesmos objetivos de luta e elas próprias se misturam, não há uma fronteira entre um movimento e outro. Nesse sentido, há uma união de metas a alcançar, seja na questão de gênero, de conscientizar as pessoas quanto aos seus direitos e deveres, todas as mulheres se acham comprometidas com a organização e parecem estar convictas da grande responsabilidade que assumem.

As populações encontradas na Baixada Maranhense são remanescentes de quilombo, contudo foram expulsas de suas áreas próximas aos babaçuais passando a morar nas periferias dos municípios, como por exemplo no Bairro Novo, Bacural, Piçarreira, Reeiro, Anil e Campo de Pouso em Penalva; e na Vila Zili em Viana. Na referida região há a COOPPAV (Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Viana), localizada em Viana, com o objetivo maior de dar uma alternativa econômica às famílias e eliminar a presença de atravessadores que dificultam a comercialização das quebradeiras. Como a COOPALJ, a COOPPAV estabelece unidades chamadas de cantinas para a troca por mercadorias e venda de amêndoas.

Em Penalva as mulheres aprenderam tirar o óleo e fizeram um curso de capacitação com um químico para aprender a fazer sabonete. Conheceram a fábrica de Lago do Junco e trocaram experiências. Receberam recursos da Action Aid Brasil para o projeto da fábrica de sabonetes que está sendo construída. Participam do movimento das mulheres quebradeiras de coco babaçu em Penalva cerca de 6.866 mulheres distribuídas em diversas associações, algumas trabalham em outros municípios, como Cajari, Monção, Pedro do Rosário, Viana, Matinha somando o equivalente a 77.000 mulheres da Baixada Maranhense.

As mulheres enfrentam uma grande luta contra a devastação de juçarais, palmeiras de tucum, além das palmeiras de babaçu, pois, segundo elas, faltam políticas públicas voltadas pra isso, pra garantir essa discussão, questão fundiária, utilização do solo. Tudo o que elas conseguiram foi através de lutas. As pessoas do movimento sempre tiveram cursos de capacitação voltados para as seguintes temáticas, dentre outras: proteção do meio ambiente, como trabalhar com roça orgânica, como não ser usado o veneno, proteção da devastação das palmeiras. A liderança do movimento em Penalva é exercida por uma quebradeira de coco que é vereadora, já no segundo mandato.

O projeto da fábrica de sabonete teve como principal objetivo fortalecer a economia familiar, garantindo às mulheres a permanência em suas comunidades, assim elas podem estabelecer sua produção, não dependem de falsos assistencialismos e ajuda do prefeito, e organizam-se de forma independente sempre aliadas à agricultura familiar e ao extrativismo sem degradar ao meio ambiente.

Utilizam a melhor forma do babaçu, para isso há uma formação continuada com novas técnicas de manejo para a fabricação do sabonete. As quebradeiras vêem nessa economia uma fonte de renda. Nesse sentido, N. relata a evolução dessa prática:

> A gente se organizou, as comunidades de fazer um projeto maior de uma fábrica de sabonete (...) Daqui a quatro anos atrás veio uma pessoa da Action Aid e a gente começou a colocar a proposta e fizemos um projeto com propostas de assinaturas de 350 mulheres não só de Bairro Novo, mas de outras comunidades também e o projeto aprovou (...) Nós temos uma área chamada de Estrada da Mata que ta em processamento de se criar uma reserva e só na Estrada de Mata por mês nós tiramos 120 toneladas de babaçu, sem falar na região do Capivari, Jacaré, São Brás.Então com essas pesquisas ajudou a contribuir para o projeto (N, quebradeira de coco e Vereadora de Penalva).

Existe a preocupação em estabelecer que os projetos sejam demandados e estabelecidos pelas próprias mulheres, assim evitam que suas necessidades sejam esquecidas ou adiadas. Ao todo são 4016 registradas em associações no município de Penalva e de forma indireta, ou seja, ainda não se encontram associadas e nem em processo de assentamento, são 2850. As mulheres se uniram e promoveram um intercâmbio entre os vários municípios da Baixada Maranhense, como: Cajari, Matinha, Monção, Pedro do Rosário, Viana, havendo um trabalho em parceria, num total de 77000 quebradeiras na região da Baixada que lutam por melhores condições de vida e fazem da sua prática de vida uma fonte de geração de renda.

Já possuem os equipamentos que ajudam ter uma produção do sabonete, como a forrageira, e já estão lutando para que tenham a prensa, ajudando em uma maior produção e extração do óleo do babaçu, essas medidas tem como objetivo principal fortalecer o coco para que não saia do município e venha enriquecer os comerciantes:

> Gerar renda aqui mesmo para as quebradeiras (.) porque são pobres por isso porque a renda nossa, nós enriquece é o outro, em babaçu que vai para lá vai pagar a conta de todos os comerciantes, fazer tudo e nós empobrecida.Na hora que a gente vê o produto aqui, a gente sabe que há o melhoramento da vida da gente produtiva em primeiro lugar (N).

> A maioria da população não é assentada e está na militância pela desapropriação e conquista da terra. Um dos grandes empecilhos que encontram é a concentração fundiária onde há a presença muito evidente de latifúndios, "Nós já tivemos mais de 5000 famílias despejadas da zona rural para cá, então isso para nós foi um dos grandes problemas" (N).

Também ocorre a devastação das palmeiras, colocam cerca elétrica veneno nas pindobas, búfalos que ocupam tanto os campos naturais como os palmeirais. Não existe, portanto, uma preocupação com o meio ambiente e as quebradeiras tentam reverter essa situação, mas não encontram apoio jurídico e político, pois não há políticas publicas que ajudem na preservação dos babaçuais.

De acordo com D., isso acontece porque os grandes fazendeiros também são juizes e exercem algum cargo político o que acaba prejudicando-as.Mas nem por isso elas se sentem desmotivadas, recebem a ajuda de Ong's, fazem parte do CNS (Conselho Nacional de Seringueiros), CONERUQ (Comunidade Negra Quilombola), além da Associação da Agricultura Familiar e as várias associações existentes nos bairros. "Nós aqui em Penalva, 90% nós é movimento, então com todos esses problemas ainda, mas nós se sentimos mais organizadas. Nós nunca corremos na frente de ninguém, nós encara mesmo. O que nós tem hoje foi com luta através de organização, então nós aqui somos forte" (N).

O MIQCB tem ajudado as quebradeiras de coco babaçu a conquistarem uma melhor qualidade de vida. Em Penalva, atua principalmente no registro dessas mulheres, a maioria não tinha documentação, além de sensibilizá-las quanto à infinidade de organizações que poderiam se filiar para estar participando da elaboração de projetos que demandavam suas próprias necessidades. É importante destacar que as mulheres também encontram-se filiadas em sindicatos, AMTR, Clubes, Associações,etc.

O movimento de mulheres quebradeiras de coco no município de Itapecuru-Mirim, de acordo com o resgate feito pelas entrevistadas, começou em meados da década de 1980 quando passaram a fundar clube de mães com vistas a conquistar espaços dentro da comunidade então com predominância do "machismo". Em 1997 já somavam 15 organizações, então fundaram a União dos Clubes para que pudessem congregar os direitos de todas. Em 2000, elegeram a primeira mulhere para participar da diretoria executiva do Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Itapecuru, a senhora Maria Domingas Marques Pinto que tinha sido a primeira presidente da União dos Clubes.

As mulheres conseguiram com o governo estadual, na época com a secretaria Conceição Andrade, a construção da fábrica de sabonetes. Atualmente, as mulheres da União de Clubes estão assim distribuídas por atividade: 25 na Água Indústria do Babaçu extraindo óleo, 10 na compra local, 13 na fábrica de Sabonete, 24 no Projeto do Mesocarpo para Merenda Escolar do Município, 15 no Grupo de Artesanato em palha do babaçu e 10 no Grupo de bijuterias do babaçu.

Associação das quebradeiras de coco de Pirapemas foi criada em março de 2004. Trabalham com a extração da amêndoa e do mesocarpo e com a produção do artesanato de palha, fabricação de chapéus.

A União dos Clubes de Itapecuru-Mirim congrega as associações e clubes de mães de quebradeiras de coco de toda a região, dentre elas a Associação das quebradeiras de coco "Mulher na Luta" criada no dia 5 de abril de 2002 em Presidente Vargas, que, no período da pesquisa informou ter dois projetos funcionando: a mini-padaria e uma forrageira conseguidos com recursos do MDA através da CIAT – Comissão de Implantação das Ações Territoriais do Vale do Itapecuru. E as associações de Pirapemas, Vargem Grande, Miranda do Norte e de outras localidades vizinhas.

No município de Itapecuru-Mirim as quebradeiras não são associadas ao Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, (MIQCB). Estão organizadas através dos Clubes de Mães, que ao todo são 32 divididos em diversos bairros, povoados e mesmo municípios da região, todos vinculados à União de Clubes de Mães de Itapecuru-Mirim

que é a instância maior. A presidente do Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais de Itapecuru, foi entrevistada e falou sobre a falta de intercambio com o MIQCB: "Nós não fomos procurar por eles e nem eles vieram nos procurar". Encontram algumas resistências em conseqüência da falta de associação com o MIQCB, por parte de alguns órgãos públicos, quando vão pedir recursos. Apesar disso, não sentem a necessidade de fazer parte do MIQCB.

A líder da União de Clubes de Mães estima que, dessa organização, constituída em 1987, façam parte cerca de 8.000 a 10.000 quebradeiras de coco babaçu, que, segundo a mesma, contam com grande ajuda governamental para se desenvolverem, principalmente a municipal, além da federal, através do Ministério de Desenvolvimento Agrário, da SDT (Secretaria do Desenvolvimento Territorial) com o intuito de aproximar sociedade e poder público nas discussões de projetos, no sentido de levar as discussões da comunidade ao governo. Com essa parceria conseguiram um caminhão e a casa de comida rural.

A sede da União de Clubes de Mães é própria, seus equipamentos foram adquiridos com a ajuda do governo e funciona vinculando três projetos: gosto caipira, criação de galinhas e comercialização de seus derivados, horticultura e fabricação de sabonetes a partir do óleo de babaçu, abaixo (foto 1) destaca-se uma das máquinas utilizadas na fabricação do sabonete. É importante destacar que a economia deste coco constitui uma forma complementar de renda às mulheres que tentam enriquecer suas rendas, e paralelamente à quebra do coco se desenvolvem outras atividades, tais como horticultura, roça, plantação e colheita do arroz, corte e costura, dentre outras.

Em Itapecuru-Mirim a União já contou com o apoio de duas organizações: o Instituto do Homem que atua na formação das mulheres, realizando cursos e seminários. O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, o SEBRAE e o SENAI no desenvolvimento de projetos de capacitação e o SEBRAE prestam assessoria e consultoria ao projeto incubadora.

A sede surgiu a partir de lutas das mulheres, que conseguiram o dinheiro e compraram o terreno e tiveram também o apoio do Banco Mundial e do Prodim, Secretaria Estadual de Agricultura, além de parceiros como a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil no financiamento de projetos de desenvolvimento rural sustentável como granjas, hortas, cultivo de peixes, agricultura do arroz, dentre outros. A organização recebe o apoio de ONGS como a Pastoral da Criança e da Associação de Comunidades negras.

A cadeia produtiva do babaçu abrange cerca de 500 mil famílias na Amazônia e pré-Amazônia, sendo 300.000 do Maranhão, sobressaindo-se o trabalho das mulheres na economia familiar e regional. Historicamente, são as mulheres que trabalham na coleta, extração, beneficiamento, comercialização dos produtos do babaçu. Esta divisão do trabalho parece ter surgido de forma espontânea cabendo aos homens as atividades nas roças e cuidado com os animais e às mulheres a coleta, quebra do babaçu, produção do carvão a partir das cascas, fabricação do óleo e outras formas de aproveitamento. No período da entressafra que vai de julho a setembro o coco diminui e então as mulheres auxiliam no trabalho da lavoura. Entretanto, na economia familiar o babaçu destaca-se como a principal fonte de renda da família.

Para desenvolver a atividade extrativista do babaçu as mulheres têm enfrentado problemas com os proprietários das terras. Sobretudo antes do movimento de organização das quebradeiras alguns cobravam o foro que correspondia a uma parcela da produção agrícola obtida na terra, outros impunham aos ocupantes da terra o monopólio na compra das amêndoas e sobre a venda de produtos como gêneros de consumo, ferramentas, etc. nos entrepostos ou bodegas em condições desfavoráveis para as quebradeiras.

Desta forma, a entrada das trabalhadoras nas áreas dos babaçuais ficava condicionada ao trabalho de "quebra de meia", na condição da produção ser repassada ao proprietário das terras configurando-se o controle e a exploração das mulheres. As fábricas de produção de óleo e de produção de sabão contribuem também para a existência dos atravessadores que adquirem as amêndoas por um preço irrisório. Muitos pecuaristas recorrem a medidas radicais como a erradicação das palmeiras para evitar conflitos sobre a posse da terra.

Com o agravamento da situação fundiária no Maranhão e, na década de 1960, com a política de concessões de incentivos do governo federal para a ocupação da região amazônica, principalmente por meio de grandes fazendas de gado, iniciou o crescente bloqueio do acesso das quebradeiras de coco aos babaçuais. Outros fatores vão concorrer para a devastação dos babaçuais como a expansão agrícola, os projetos pecuários visando a implantação das pastagens e, por conseguinte, a abertura e pavimentação de estradas valorizando as propriedades. As ameaças de extinção das palmeiras são concretizadas pelos grandes projetos agrícolas e florestais voltados para a produção de cana de açúcar, papel, celulose e carvão atingido não só o Maranhão, mas também os estados do Piauí, Pará e Tocantins.

As ameaças são muitas, desde a interdição do acesso às palmeiras, a queima, o envenenamento das palmeiras e seus frutos, até a concorrência com a indústria e as siderúrgicas. Cada região onde existem os babaçuais sofre com um tipo de devastação diferente. O avanço da pecuária bovina e bubalina, das indústrias de ferro gusa, do óleo vegetal e das olarias tem como efeitos imediatos a derrubada das palmeiras para dar lugar ao pasto e produzir o carvão. As trabalhadoras sofrem diversas formas de exploração e constrangimentos. Entre as situações mais recorrentes está a interdição do acesso aos babaçuais, a cobrança por metade dos cocos coletados e a compra das amêndoas por atravessadores que revendem para as indústrias de sabão e óleo, além de ameaças de morte e castigos físicos.

As quebradeiras de coco babaçu revelam-se sujeitos políticos importantes, já que lutam por um projeto coletivo como a conquista da terra, a autonomia do processo produtivo, o livre acesso aos babaçuais e a capacidade mobilizatória permanente como pré-requisito para o êxito das iniciativas cooperativistas. Desde há muito tempo reivindicam, junto com os trabalhadores rurais de modo geral, por uma reforma agrária, evidenciando-se lutas para a criação das primeiras associações

de defesa de seus interesses em 1955, que contribuíram para que no ano seguinte fosse criada uma entidade que os representassem a nível Estadual, a Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM).

Fora as mulheres e os homens trabalhadores rurais outros agentes estão presentes nas áreas dos babaçuais, tais como os fazendeiros, donos das terras que contratam os catadores, arrendam áreas das fazendas e vendem as amêndoas para as indústrias e o carvão para as siderúrgicas; os catadores de coco, em geral mulheres e crianças que, também, quebram o coco, produzem o óleo para a própria sobrevivência e vendem as amêndoas tanto para os intermediários quanto para as cooperativas que se organizam cada vez mais e articulam as mulheres em diversas organizações vinculadas especialmente ao MIQCB e ao Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR's)

CONCLUSÃO

O reconhecimento das mulheres se dá especialmente a partir de sua organização como Movimento Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) que surge após intensa mobilização e luta pela garantia do acesso à exploração dos recursos naturais nas áreas dos babaçuais nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. Nestes estados as áreas dos babaçuais correspondem a 18 milhões de hectares e sofrem os impactos ambientais e sociais causados pela ação das guzeiras, pelo cultivo da soja, eucalipto e cana de açúcar e pela atividade pecuária.

O MIQCB se organiza a partir da articulação de grupos de mulheres, sindicatos e cooperativas para garantir o acesso à terra, às políticas governamentais voltadas para o extrativismo, o livre acesso aos babaçuais e a preservação destes recursos. Uma das grandes lutas do movimento, a Lei do Babaçu Livre, no âmbito federal, estadual e municipal tem como um dos seus objetivos o livre acesso e o uso comum das palmeiras de coco babaçu às quebradeiras de coco e suas famílias mesmo em área de fazendas, além da preservação das palmeiras.

Em 2005 lançou uma Campanha Nacional de preservação das áreas de coco babaçu em Teresina com a participação de 273 quebradeiras de coco dos estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará objetivando denunciar a situação enfrentada pelas quebradeiras de coco e o processo de devastação dos babaçuais.

O MIQCB reivindica a participação no controle dos recursos naturais, a exploração de forma sustentável contra a devastação e a favor da preservação. Desta forma a constituição desses novos sujeitos políticos amplia a arena do conflito social envolvendo o Estado e atraindo a atenção e apoio popular e político. O movimento toma conta das cidades, cria novos espaços de organização, garante a representação das mulheres nos sindicatos, lidera a criação de cooperativas e associações e, no parlamento maranhense luta pela regulamentação da Lei do Babaçu Livre em todos os municípios e demais estados envolvidos. O enfrentamento político inclui ações sobre os governos nas diversas instâncias, parcerias com órgãos governamentais e não governamentais e através da inserção das mulheres no parlamento municipal, como exemplifica o caso de Lago do Junco, onde o movimento conta com uma vereadora que elaborou o projeto de Lei do Babaçu Livre, seguido de Penalva na Baixada maranhense onde o movimento elegeu outra vereadora.

Como ONG o MIQCB passa a exercer um papel preponderante como mediador em instâncias de gestão das políticas públicas, na captação de recursos e na tarefa de mobilizar a sociedade em torno de problemas e temáticas importantes relacionadas às suas demandas e interesses. Estas organizações estão presentes junto aos movimentos sociais que assumem como objetivo a luta por transformação das formas de produção, distribuição dos serviços e da riqueza social; das causas ecológicas e políticas; propõem alternativas de desenvolvimento; fiscalizam o governo, exercendo o controle sobre os gastos públicos; denunciam práticas de tortura e de escravidão em pleno século XXI; desenvolvem projetos voltados para a defesa e garantia de direitos; contribuem, enfim, para desideologizar os discursos e práticas que constroem a subalternidade dos trabalhadores e das classes sociais mais vulneráveis sob o capitalismo.

O surgimento do movimento das mulheres quebradeiras de coco se dá em razão das lutas pelo direito a terra e ao trabalho e pela manutenção do seu objeto e campo de trabalho, os babaçuais, vulneráveis à devastação ambiental devido à busca pelo lucro por parte dos ocupantes ou proprietários das terras. O movimento das quebradeiras de coco surge a partir da década de 1980 contra os processos de apropriação das terras, por fazendeiros e empresas agropecuárias, onde predomina os babaçuais, fonte do seu trabalho e subsistência.

Ao transcenderem seu cotidiano doméstico as mulheres ressurgem como múltiplas e reivindicativas, ganhando mais importância social e política, criando e recriando formas de identidade e de solidariedades, reivindicando espaço próprio, participando das Comissões de Trabalho e, finalmente, integrando os sindicatos, associações e cooperativas em relação de igualdade com os homens.

Nessa nova configuração, onde se constata uma nova divisão social e sexual do trabalho, as mulheres se destacam entre os segmentos sociais mais excluídos, trabalhadores precários, parciais, temporários, etc., juntamente com o enorme contingente de desempregados. Apesar das responsabilidades crescentes assumidas pelas mulheres no campo profissional, as desigualdades salariais, das condições de trabalho e da saúde não se reduziram de forma significativa como apontam várias pesquisas.

As mulheres introduziram no terreno das relações sociais no campo e na cidade uma visão complexa e heterogênea trazendo questões novas como a discriminação no trabalho, de gênero e etnia, sexualidade, reprodução, trabalho doméstico, papéis sexuais na família, cotidiano, e a questão da identidade, dentre outras. Coletivos de mulheres levam para o espaço rígido da luta sindical e corporativa as questões do mundo privado e da subjetividade, transformam estes temas em questões políticas, subvertem a concepção fragmentada do público e do privado, onde o Estado e o interesse geral estão submetidos a particularismos de grupos enraizados nas estruturas de dominação sob relações patrimoniais e clientelistas.

As mulheres conseguem imprimir sua marca, impondo sua presença e se fazendo respeitar nas principais decisões. As práticas criadas e recriadas pelo movimento desse coletivo de mulheres que, há muito labutam na terra, na colheita e quebra do babaçu, lutando pelo seu reconhecimento como trabalhadoras, demonstram que elas conquistaram o direito à sindicalização e à posse e título da terra, a competência na gestão das cooperativas, mostrando sua expressividade como sujeitos sociais nos espaços constituídos das cooperativas, sindicatos, associações e demais espaços públicos onde assumem com orgulho sua identidade. Tais experiências têm revelado aspectos positivos como a construção de identidade e de maior autonomia das mulheres e entre mulheres e a construção de espaços de sociabilidade e novas práticas coletivas. De acordo com as falas das mulheres conclui-se que o trabalho é a atividade de transformação do real pelo qual elas constroem, concomitantemente, a si mesmas como sujeitos e a totalidade da qual participam.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, S.E. (2000). A "Globalização" dos feminismos latino-americanos. Tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, S.E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, A. Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos. Novas leituras, Belo Horizonte: Editora UFMG.

ANTUNES, R. (2002). Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial.

BOAVENTURA, S. S. de (org). (2002). *Produzir para viver:os caminhos da produção capitalista*.Rio de Janeiro:Civilização brasileira.

ENGELS, F. (2005). *A origem da família, da propriedade e do Estado*. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Bertrand. 17ª ed., Brasil.

LIMA, T. M. (2003). As novas configurações da sociedade e a questão da solidariedade. In: COSTA, Cândida da; LIMA, Terezinha M. (Org.). *Políticas Públicas, Trabalho e Movimentos Sociais no Maranhão*. São Luís: EDUFMA.

MARX, K. (s/d). *O Capital (Crítica da Economia Política). Livro 1. O Processo de produção capitalista*. Tradução de Reginaldo Sant' Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MARX, K; ENGELS, F. (s/d). Obras escolhidas. São Paulo: Editora Alfa-ômega, vol.1.

MÉSZÀROS, I. (2002). *Para Além do Capital. Rumo a uma teoria da transição*. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Editora da UNICAMP, Boitempo Editorial.

PETRAS, J. (1999). *Neoliberalismo*; América Latina, Estados Unidos e Europa. Tradução de Ana Maria R. Naumann, Celso Tumolo, Joseph M. Rega e Mônica de B. V. Weirich. Blumenau: Editora da FURB.

Desagregação do sistema coletivo de trabalho e produção no assentamento Carlos Mariguela-RS: um estudo de caso

Sérgio Botton Barcellos Barcellos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
sergiobbarcellos@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar algumas características do processo de mudança e conseqüente desagregação do sistema coletivo de trabalho e produção no assentamento Carlos Mariguela, localizado no município de Santa Maria, Rio Grande Sul - Brasil. Investigou-se quais foram possíveis causas e conflitos cotidianos que levaram ao processo de desagregação do sistema de produção e organização coletiva, bem como, procurou-se trazer à tona a discussão dos assentamentos do MST enquanto campo social e apontar alternativas de (re) organização social e produção. A análise considera os processos sociais para além da dinâmica econômica, em que fatores como a trajetória social e demais sociabilidades desenvolvidas no âmbito do assentamento são consideradas fundamentais para a elucidação das questões trazidas.

1 Introdução

O presente artigo trata do processo de desintegração de um assentamento organizado de forma coletiva, nos aspectos relativos à gestão do trabalho e da terra, que foi considerado "modelo" pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na Região Central do Rio Grande do Sul (RS) - Brasil, o assentamento Carlos Marighela. Localizado no município de Santa Maria, trata-se de um assentamento implantado oficialmente no ano de 2000 por um conjunto de 25 famílias provenientes de variados locais do referido estado.

Desde o seu início, esse assentamento foi pensado como experiência de organização do trabalho de forma coletiva e uso coletivo da terra, em um formato de cooperativa de produção agropecuária (CPA) e sendo as atividades produtivas baseadas nos princípios da agroecologia. Além disso, vale destacar que a área onde foi instalado o assentamento se localiza na periferia da cidade de Santa Maria e que, em função desta localização "privilegiada" (devido à proximidade com o centro urbano), houve certa disputa entre grupos de "sem-terras" do estado para serem assentados nessa área.

A direção estadual do MST interferiu nesse processo, optando por direcionar para esta área um grupo de acampados que poderiam construir ali um "assentamento modelo". Como nesse período já existiam avaliações críticas às experiências anteriores1 de assentamentos coletivos (aos moldes de CPA's) e um dos elementos que era identificado na época como causador de desagregação destas cooperativas era o "baixo" nível de consciência dos assentados em relação a necessidade de ação coletiva, optou-se por um grupo de acampados que eram considerados de "consciência" mais elevada. Com isso, acreditou-se que essa área reformada poderia desenvolver-se de fato como um assentamento "modelo" no RS.

Porém, mesmo que esse assentamento tenha tido certo sucesso em seus primeiros anos2, no ano de 2006, depois de ter passado por algum tempo de crise, o assentamento passou por uma reestruturação profunda, onde, inclusive, foi desintegrado o sistema de produção e gestão coletiva.

Este artigo não tem como proposta esgotar a análise dos aspectos que desencadearam o processo de implantação e desagregação do assentamento Carlos Marighela em Santa Maria-RS, pois faz parte de um estudo em curso, mas procura elucidar questões fundamentais nesse processo e traçar relações com outros casos semelhantes já tratados pela literatura acadêmica.

O tema abordado desdobra-se em algumas questões que serão problematizadas no decorrer do artigo: a) O MST e assentamentos enquanto espaços de interação social; b) Caracterização do Assentamento Carlos Marighela; c) Apontar algumas causas já conhecidas que contribuíram no processo de desagregação do sistema de produção e organização coletiva.

A análise do caso específico foi feita a partir da observação participante e anotações de campo, no período de 2005 a 2006, o que permitiu levantar algumas questões comuns a outras experiências com assentamentos na região (Becker, 1999). Da mesma forma, nesse artigo, o que norteou essa pesquisa, foi uma análise qualitativa e descritiva, em virtude do objeto de pesquisa ser histórico, contraditório e marcado por conflitos sociais (Demo, 1995), buscando compreender como se deu a constituição e desagregação social e da produção coletiva no assentamento Carlos Marighela.

2 A Tensão na Implantação dos Assentamentos de Reforma Agrária: Gestão Coletiva x Individual

Os assentamentos rurais no Brasil, em sua grande maioria, são constituídos por lotes individuais. Conforme a Cooperativa Central de Assentamentos de Reforma Agrária – COCEARGS, ligada ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o Estado gaúcho apresenta cerca de 6 assentamentos onde houve uma opção das famílias assentadas de trabalhar a terra coletivamente em uma mesma área, com estabelecimento de Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs)3 (Santa Lucia, 2006).

Segundo Fernandes e Stédile (1999), a discussão sobre as formas de organização da produção em assentamentos rurais do MST teve início a partir de 1986, devido ao aumento do número de assentamentos e a necessidade de viabilizá-los econômica e socialmente. Assim, a organização da produção nos assentamentos de reforma agrária no Brasil, surge como um fator determinante para a permanência do trabalhador assentado na terra. O MST entendia que desenvolvendo uma proposta alternativa de (re) organização da produção, a partir da cooperação e, posteriormente, da consolidação da cooperativa como forma específica de formação política, favoreceria a viabilização socioeconômica dos assentamentos.

Esse modelo de coletivização, baseado nas Cooperativas de Produção Agropecuárias tem enfrentado, com o passar dos anos, variados conflitos e problemas, muitas destas CPAs se extinguindo ou se desestruturando, resultando em uma diminuição no quadro de associados originais com uma parcela considerável preferindo "começar do zero" e explorar um lote de forma individual.

No entanto, a organização coletiva da produção continua sendo uma alternativa acionada na organização de grupos de assentados ou em assentamentos, tanto do ponto de vista econômico como por razões político-ideológicas. Do ponto de vista da sustentabilidade econômica, a gestão coletiva por meio das CPA's permite "juntar ou somar esforços de cada agricultor individual para fazer coisas em conjunto" (Scariot, 2003:58), revelando uma profunda crença na divisão social do trabalho como princípio organizacional da produção nos assentamentos.

Para o MST, o processo de formação de CPAs foi difundido como forma de superar o modelo tradicional de produzir do camponês (o trabalho individual familiar), já que esta forma de pensar e agir constituir-se-ia em obstáculo para a consolidação dos assentamentos como espaço diferenciado de produção e vivência, objetivando a superação da lógica do sistema capitalista. A produção e a organização social coletiva nos assentamentos foi proposta como ideal pelo MST no final dos anos 1980, pois se acreditava ser possível construir um gérmen "socialista" no campo, uma outra forma de organizar a produção primária, utilizando para isso atividades e rituais como: místicas, debates políticos, buscando mudar o comportamento do tipo "individualista" para uma consciência organizativa coletiva.

A pretensão final da coletivização era a ressocialização das pessoas para a construção do chamado "homem novo," de inspiração socialista, expressa pelos novos valores que a prática social coletiva iria desenvolver e consolidar, superando os

1 Entretanto, ainda na década de 1990, esse modelo começa ser questionado pelo próprio MST por esgotar os recursos naturais (erosão, compactação do solo, desmatamento, contaminação de riachos), desorganizar os laços de solidariedade entre os assentados e causar um forte endividamento dos mesmos, além desses agricultores deixarem de produzir na propriedade gêneros alimentícios básicos, como: manteiga, pão, feijão, arroz, etc. (Martins, 2004), comprometendo ainda mais a renda dos assentados.

2 Destaca-se que o Assentamento Agroecológico Carlos Marighela foi reconhecido inclusive em nível internacional onde recebeu visitas de grupos de estudantes de vários locais do Brasil, Argentina, Uruguai e até visitantes do Canadá, durante edições da Feira Nacional do Cooperativismo e Economia Solidária em Santa Maria.

3 Hoje são seis assentamentos, pois o Carlos Marighela, aqui analisado, constava nesta lista e não apresenta mais organização coletiva.

valores hegemônicos na ordem capitalista. Deveria, portanto, ocorrer uma revolução nas práticas sociais e na concepção das pessoas envolvidas naquela nova experiência social (Carvalho, 1999).

Segundo Melgarejo (2000), esta perspectiva de organização coletiva da terra nos assentamentos se apoiaria em argumentos de ordem tecnológica, econômica, social e moral. No campo tecnológico, o esforço contemplaria equacionar as necessidades e meio disponíveis para viabilizar as unidades produtivas, em função da inadequação do modelo preconizado pela chamada "modernização conservadora da agricultura." Em termos econômicos, a organização coletiva permitiria acumulação de capital, superação das limitações de escala e redução dos custos de investimentos e também maior acesso a serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) externos.

Do ponto de vista ético e social, os grupos coletivos se justificariam por serem mais ajustados a argumentos de ordem moral, vinculados a aspectos de solidariedade cristã, voltados à construção de um "projeto de sociedade alternativa" em que a busca do "lucro como lógica de funcionamento da economia" deveria ser substituída pela "lógica da geração do excedente econômico apropriada socialmente, dentro do espírito cooperativista" (CNBB, apud Melgarejo, 2000).

A concepção coletivista que foi preconizada pelo MST chocou-se com o desejo de "ser colono", que significa primordialmente "ter sob seu controle a organização e os resultados da produção". Indo mais além, "ser colono" significa: "a faculdade de saber prover a sobrevivência da família, de plantar o alimento sadio, de ter a "galinha crioula, o pasto, o milho"... é não precisar comprar o que vai comer e dessa forma se sentir colono mesmo nas relações de trabalho insatisfatórias que muitos vivenciaram" (Zimermann, 1994:208). Este conflito se agudiza em momentos de dificuldade econômica, no qual se põe em questionamento todos os princípios coletivistas assimilados na formação durante o acampamento e toda vivência na luta pela terra.

3 Assentamentos enquanto espaços de interação social e contradições

Dependendo dos agentes sociais que interagem nos assentamentos, esse espaço em si, pode passar a ter vários significados e formas de vivência. Neste sentido, Carvalho (1999) aponta que para as famílias assentadas tende a ser um espaço em que se abrem possibilidades para a objetivação de seus projetos de vida. Para as instâncias governamentais tende a ser um conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural adquirido pelo Estado (pelo expediente da compra ou desapropriação), com a finalidade de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária.

Os assentamentos também podem ser compreendidos como um espaço social onde se enfrentam diversos interesses específicos em jogo, constituindo um campo de forças, onde a posição dos agentes e grupos é definida pelas suas capacidades de organização social, econômica e política, determinando disputas e hierarquias internas. Dessa forma o campo social passa a ser definido pelas posições que os agentes ocupam no espaço social, segundo os diferenciais de poder entre os agentes sociais aí presentes (Bourdieu, 1989, p. 133 – 135).

Sob esse aspecto, cabe considerar, que a organização do trabalho e da produção nos assentamentos de reforma agrária tem se mostrado um desafio para as famílias assentadas e também para os mediadores envolvidos neste processo, marcado por uma grande complexidade de fatores. Sob esse foco de análise, parte-se do princípio de que o estudo da organização da produção nos assentamentos, além de considerar a dimensão e viabilização econômica, deve assinalar as relações sócio-políticas entre os agentes sociais envolvidos e suas trajetórias sociais.

Nesse contexto, Zimmermann (1994, p. 205) considera o assentamento rural como:

> "(...) um espaço de relações sociais onde as características heterogêneas individuais, homogeneizadas no processo de luta pela terra, ressurgem em novas bases. No cotidiano do assentamento, diferentes formas organizativas para a produção são criadas e recriadas, numa dinâmica rica de situações, impasses e enfrentamentos".

Ainda sob essa perspectiva, Ferrante (1994, p. 143) parece identificar processos parecidos, quando afirma que no processo de luta pela terra "todos os demandantes" se põem como iguais, mas isso não implicaria em "ver na terra o mesmo projeto". Ainda considera que, "para levar adiante tal decisão, enfrentam-se outros agentes presentes nesse campo de lutas".

É também devido a estas complexas dinâmicas que várias propostas de viabilização econômica dos assentamentos são elaboradas, principalmente pelos mediadores, como no caso, pelo MST. No entanto, a própria dinâmica interna dos assentamentos é, em si mesmo, um desafio para a materialização de propostas coletivizadoras, considerando se tratar de um espaço social onde os agentes e grupos são definidos pelas suas posições relativas, sendo que os interesses que daí resultam podem ser contraditórios e conflituosos (Bourdieu, 1989, p. 134). Sendo assim, compreende-se por que as relações e interações sociais mantidas em um assentamento, constituído para ser modelo de produção e organização social da produção, podem acabar por se desenvolver no sentido de afirmação das perspectivas da produção familiar e individual.

Alguns estudos de Scopinho e Martins (2003) apontam que uma das formas de organização produtiva bastante difundida nos assentamentos de Reforma Agrária organizados pelo MST, as CPA's, enfrentam duas ordens de dificuldades: de um lado, dificuldades econômicas relacionadas a políticas de crédito insuficientes, de subsídios e de comercialização para a pequena produção agropecuária e, de outro, estariam às dificuldades de relacionamento interpessoal entre os cooperados, relacionadas, segundo os autores, à "falta de formação cultural" para organizar o trabalho e a vida cotidiana com base nos princípios cooperativistas preconizados pelo MST.

Fica evidente que, ao mesmo tempo, constata-se que a organização de cooperativas, associações, entre outras formas organizativas, é reconhecido como importante para viabilização dos assentamentos de reforma agrária, mas, por outro lado, percebe-se a grande dificuldade que as experiências de assentamentos coletivos tiveram/têm para prosperar. Observa-se

com isso, segundo Thompson (1987), que contradições são inerentes ao movimento social, sendo permeado por avanços e recuos, gerados não apenas pelas condições objetivas, materiais, mas também pelas condições subjetivas, pelas possibilidades históricas já construídas pelos trabalhadores, pelas suas tradições em um contexto mobilizado politicamente pelo discurso da luta de classes. Deve ser considerado que é a partir da experiência que os agentes aqui analisados trazem em sua trajetória como parte de uma história de conflitos, que constituen-se como agentes de lutas (Thompson, 1987).

Ao longo da história do MST é possível perceber e analisar, segundo Vendramini (2007), que as ações do MST, se movem e são produzidas num emaranhado de relações sociais contraditórias. Pois constituiu-se num contexto em que predominam relações de produção conflituosas e com dificuldade de viabilização sócio-econômicas mas, ao mesmo tempo, discursa, defende e busca implementar novas formas de organização sociais e produtivas, num movimento dinâmico sendo possível de compreensão a partir da percepção das contradições sociais inerentes ao seu processo de constituição (Vendramini, 2007).

4 Caracterização do Assentamento Carlos Marighela

O Assentamento Agroecológico Carlos Marighela foi formado no ano de 2000 durante a implementação da política de Assentamentos do Governo do estado do Rio Grande do Sul, – gestão 1998-2002. O Assentamento se localiza na cidade de Santa Maria - RS, a aproximadamente 12 km do centro urbano. No período de pesquisa, estavam assentadas aproximadamente 15 famílias em sistema de produção e organização coletiva. A área total do Assentamento é de 298 ha. Uma característica fundamental, no período anterior a desagregação, era o uso de práticas agroecológicas em todas as atividades produtivas, com destaque para a produção de hortifrutigranjeiros e leite (GRAC, 2007).

Neste sentido, o desenvolvimento das atividades produtivas eram fortemente realizadas dentro de uma concepção "alternativa", tendo nos princípios da agroecologia e nas orientações coletivistas do MST, seus fundamentos organizativos. Nesta direção, os trabalhos empreendidos nas atividades agrícolas (como na lavoura de arroz e hortas) e na pecuária (com a produção de leite e galinhas poedeiras) eram estruturados de forma coletiva, no qual as atividades cotidianas do assentamento eram realizadas por meio do rodízio de tarefas entre os assentados. A organização espacial das moradias era concebida dentro do modelo de uma agrovila com a construção de casas baseadas em alguns princípios da permacultura, e a realização das principais refeições dava-se também em um refeitório coletivo, localizado no centro da agrovila.

Como meio de escoamento da produção e geração de renda, os assentados encarregados das tarefas de comercialização, participavam aos sábados da feira de Produtos Coloniais no Terminal de Comercialização do Projeto Esperança/Cooesperança4, bem como em espaços esporádicos organizados por este mesmo projeto. Outra forma adotada para viabilização econômica do coletivo era a manutenção de um ponto de venda de produtos no próprio assentamento e o comércio do arroz junto a comerciantes da cidade.

Vale à pena destacar que eram constantes as visitas de estudantes e pesquisadores de diversas universidades, até mesmo de outros países como Argentina, Uruguai, Paraguai e Canadá, devido ao relativo sucesso que o assentamento experimentava, por estar desenvolvendo um modelo de produção agroecológica e organização social coletivizada. Durante o ano de 2005 e 2006, os autores deste artigo acompanharam a trajetória do assentamento, seja na participação em eventos e mobilizações comunitárias em comum, em atividades de extensão universitária na UFSM. Assim, no Programa de Residência Agrária5, que desenvolveu ações no assentamento, pode-se perceber que uma das dificuldades enfrentadas, inicialmente, pelos produtores, foi o desconhecimento das potencialidades do agroecossistema e pelas características do solo que se apresentava muito degradado (trata-se de solo altamente arenoso em estado avançado de arenificação e erosão) (RODRIGUES, 2007). Essas condições frustraram as primeiras safras agrícolas e pecuárias.

No entanto, mesmo com o relativo sucesso que o assentamento conseguiu, a partir de 2006, houve diversos tensionamentos e desentendimentos entre os assentados, seja em questões relativas ao coletivo ou mesmo conflitos pessoais. Como conseqüência deste processo, os assentados optaram por mudar a estrutura organizativa, passando a adotar a divisão do assentamento em lotes individuais por família. A este processo denominamos de desagregação do sistema de produção e organização coletiva.

Para os principais assessores e dirigentes do MST (MST, 1986; Göergen e Stédile, 1991; Carvalho, 1999; Caldart, 2001), o desenvolvimento de formas de cooperação agrícola nos assentamentos dependeria de condições objetivas (aspectos relacionados à qualidade da terra, mercado, maquinários) e subjetivas (grau de consciência, nível cultural, conhecimento técnico em relação à agricultura, à mecanização e a métodos administrativos) presentes na comunidade. Os autores citados, assim como diversos documentos oficiais do MST, argumentam que a experiência do processo de organização nos assentamentos seria fruto tanto do amadurecimento político das direções do MST, quanto da própria experiência e amadurecimento com pontos positivos e negativos de cada grupo de famílias assentadas.

Nesse sentido, quando houve a liberação da área para a vinda das famílias para o assentamento Carlos Marighela, a direção do MST selecionou indivíduos que já haviam realizado cursos de formação política ou que estavam desempenhando

4 Projeto fundado em 1987, pela Diocese de Santa Maria-RS, que fomenta e estimula até hoje, o associativismo, a economia solidária e agroecologia na agricultura familiar na região centro do RS.

5 Neste programa, dedicado a egressos das ciências agrárias, buscava-se formar agentes para atuação em assistência técnica e extensão rural em assentamentos de reforma agrária. A principal autora deste artigo participou deste programa, elaborando a monografia "Implantação e Acompanhamento de uma pastagem de capim elefante manejada sob princípios agroecológicos: Um estudo de caso em assentamento de reforma agrária".

alguma tarefa política de direção no âmbito do acampamento, todos com participação em ações coletivas. A expectativa era de formar uma coletividade de "consciência elevada", que entendesse a necessidade da organização social coletiva e que pudesse desenvolver um assentamento modelo no país. A agroecologia e a coletivização seriam, assim, princípios orientadores do assentamento com um público beneficiário composto, supostamente, por sujeitos com "compreensão política superior" do que o restante dos agricultores sem-terra.

Com isso surge a questão: Quais teriam sido os principais motivos para a desagregação desse assentamento coletivo?

5 Elementos para Compreensão da Desagregação Coletiva no Assentamento Carlos Marighela

Em conversas realizadas com assentados e em visitas, eram corriqueiras manifestações demonstrando um sentimento de desmotivação e descrédito em relação à viabilização das atividades coletivas no assentamento. Alguns dos principais fatores alegados para explicar este "desânimo" eram relativos às dificuldades do coletivo em: saldar dívidas referentes a financiamentos obtidos para compra de equipamentos e construção de benfeitorias; baixa rentabilidade financeira por família; pouca mão-de-obra para realização de atividades cotidianas de organização, trabalho na produção agropecuária e construção de instalações; exposição midiática de forma "negativa" do assentamento nos meios de comunicação do município e divergências na forma como eram administradas, em especial, as finanças do assentamento.

Nesse sentido, Oliveira (1994), analisando as propostas das cooperativas agrícolas, vê dificuldades para os assentados. Aponta que a especialização produtiva e do trabalho que estaria implícita nesta proposta, inclusive nas CPAs, pode significar a entrada nas conturbações monetárias da estrutura bancária para adquirir tecnologias e instrumentos a fim de competir e viabilizar a produção e comercialização de seus produtos.

Segundo Borges (2007), é importante considerar, nesse contexto, que o estado brasileiro teve participação ativa nessa crise, como agente financiador do sistema de produção realizado nos assentamentos. As políticas governamentais de crédito foram estruturantes na implantação das cooperativas almejadas pelo MST. Ainda segundo o autor, o modelo de organização do trabalho coletivo inerente a proposta cooperativa, também encontrou resistência e gerou crises junto às famílias acampadas e assentadas em relação aos seus costumes e tradições (ser dono de pedaço de terra e se "governar").

Nesse aspecto, era questionado pelos assentados a forma de organização efetivada no assentamento, evidenciado pela insatisfação de algumas famílias com a baixa renda familiar, ou seja, com a divisão das vendas referentes aos produtos excedentes da produção coletiva entre os núcleos familiares assentados. Isso ficava mais evidente entre os assentados quando comentavam que tinham parentes vivendo em outros assentamentos onde a produção era organizada em lotes com trabalho familiar, e que esses viviam em melhores condições, ou seja, quitando dívidas, adquirindo bens de consumo e que "realmente ganhavam o dinheiro merecido por seu trabalho".

Percebe-se aqui a incompreensão de que tais resultados menores têm relação direta com o estado de erosão do solo (sua baixa fertilidade e elevado nível de desestruturação física pelo excesso de areia), as dificuldades enfrentadas em qualquer processo de transição agro-ecológica e o contexto de implantação de um assentamento. Sendo assim, parte-se de algo ainda não existente para se construir lentamente uma estrutura de produção e comercialização. Tudo isto em um cenário adverso a agricultores de "baixa escala de produção", preteridos pelo modelo de agricultura empresarial hoje praticado.

Sob esse aspecto, segundo Scariot (2003), as trajetórias sociais dos trabalhadores rurais, anterior ao assentamento, seria marcada por um valor/cultura gerado no âmbito da unidade familiar de produção, calcada na propriedade privada da terra e nas decisões tomadas familiarmente, o que implicaria sérias dificuldades de adaptação às organizações coletivas, como aquelas pensadas pela direção do MST. Portanto, para Souza (2000), desenvolver a cooperação agrícola nos assentamentos rurais constitui, então, um desafio, pois, histórico-culturalmente os trabalhadores rurais estiveram subordinados à forma de trabalho decidida, a priori, pelo patrão ou pela família agricultora, no tocante ao que e como produzir/comercializar. Então, torna-se compreensível os assentados almejarem, no momento imediato da conquista da terra, terem poder de decisão e almejarem o sucesso econômico nos moldes capitalistas, mesmo que isso seja contraditório com os princípios políticos e ideológicos do MST.

Outro obstáculo insurgente para a coletividade do Assentamento Carlos Marighela, seria a falta de mão-de-obra na realização e execução dos trabalhos coletivos de produção, onerando poucos trabalhadores com sobrecarga de serviços, dessa forma, ficavam pendentes muitas tarefas e a produtividade agropecuária já era insuficiente para geração de renda e subsistência necessária das famílias. Como salienta Scariot (2003), por influência da igreja católica no início, as experiências de organização coletiva do trabalho tinham como critério "a cada um segundo a sua necessidade" e, posteriormente, adota-se "a cada um segundo as horas trabalhadas", já por influência da concepção marxista de trabalho. Esse critério de horas trabalhadas foi adotado no assentamento aqui analisado. E surgiram conflitos relativos à equivalência entre as diferentes tarefas, o que pretendeu-se superar com a rotatividade entre os setores.

Agravando ainda mais o quadro da falta de força de trabalho, conforme relatavam alguns membros da direção do assentamento, a proposta coletiva de organização e produção era pouco atrativa junto aos acampados do MST, sendo assim, as poucas famílias que aceitavam vir a assentar-se no local tinham dificuldades de adaptação e a maioria solicitou mudança para outros assentamentos do estado. Conforme Brenneisen (2004) em uma de suas publicações, a introdução da divisão do trabalho e especialização de funções (conversão para uma forma de organização do trabalho industrial) como fundamento da gestão coletiva dos assentamentos, buscando criar coesão entre os assentados. Ainda com a implementação do modelo

comunitário e/ou organização coletiva nos assentamentos, além das fortes resistências, vem gerando frustrações tanto para a base social do MST como para seus dirigentes.

Também cabe relatar, nesse caso, que até meados do ano de 2004, alguns dirigentes do MST que residiam no assentamento, foram chamados/liberados para cumprir tarefas em outros municípios do RS e outros estados, sendo assim, colaborando de alguma forma na diminuição do número de famílias assentadas.

Somado aos fatos acima descritos, devido o assentamento não estar com 25 famílias na época, conseqüentemente, haviam casas com ausência de habitantes na agrovila. Essa situação foi objeto de forte especulação por parte dos meios de comunicação municipais no período, sendo amplamente noticiado o caso, causando desgaste da imagem do assentamento perante a opinião pública, bem como, preocupação e abalo da auto-estima dos assentados.

Integrando este conjunto de circunstâncias apresentadas, observou-se também, comentários, reclamações e declarações em reuniões, acerca da possível falta de confiança do conjunto de assentados em alguns dirigentes do assentamento. Os assentados alegavam falta de transparência administrativa e financeira na cooperação estabelecida no assentamento. Mais tarde devido a esse fator e uma série de conflitos pessoais entre alguns assentados e ex-integrantes da direção, ocorreu a saída de duas famílias da área comunitária interna da agrovila, sendo que estes instalaram-se em barracos em um pedaço de terra do próprio assentamento.

Segundo Carvalho (1999), casos como o relatado no parágrafo anterior, são muitas vezes gerados por falta de organicidade dos assentados nas atividades relacionadas às associações e/ou CPA's do MST havendo poucos rodízios em suas tarefas administrativas, por criar-se uma crença de que supostamente as lideranças ali estabelecidas têm "mais" esclarecimento e conhecimento administrativo. A cadeia de problemas que advém com isso é enorme, segundo o autor, pois pode ocasionar: ruptura da solidariedade interna; fragmentação e debilidade das ações produtivas e da inserção nos mercados de produtos e serviços, inclusive de crédito; assimetria de informação entre assentados; centralização das decisões administrativas e assim por diante.

Esse conjunto de tensões, disputas e desentendimentos entre os assentados, chega ao ápice no ano de 2006, com a desagregação do sistema de produção coletiva do assentamento e da área comunitária do Assentamento Carlos Marighela, ocasionando a divisão dos lotes em unidades familiares e a opção pelo trabalho familiar-individual. Esse pode ser um indicador de que as propostas de associativismo do MST, não contemplam muitas vezes as necessidades individuais e coletivas da base social do movimento.

Estudando processos de desagregação semelhantes Scariot (2003) e Zimmermann (1994) argumentam que a diversidade e complexidade que acompanham as formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nos assentamentos é notória e marcada por conflitos. Tem sido também apontado como dificuldades e entraves nesse processo na comunicação e na condução do processo decisório, crise de representatividade e falhas no papel da coordenação. Somadas, esse conjunto de questões criam um contexto organizacional propício para a fragmentação dos projetos de organização dos assentados em CPAs e /ou formas comunitárias e coletivas (Scopinho; Martins, 2003).

Nesse caminho Scariot (2003, p. 71) aponta que "os assentamentos seguem sua trajetória histórica marcada pelas constantes inovações e re-direcionamento nas estratégias de organização da produção, o que torna os espaços dinâmicos e ricos em possibilidades." Portanto, a desagregação aqui retratada, não significou a inviabilidade do assentamento em questão, apenas relata e problematiza acontecimentos comuns a muitos assentamentos, apontando as especificidades inerentes ao caso. Cabe ressaltar que esse momento de crise, na história desse assentamento, aponta para a constituição de um possível rearranjo das formas de produção e organização sócio-culturais, políticas e econômica das famílias que ali optaram em permanecer e que ali poderão viver.

6 Outros caminhos em vista: Agroecologia como alternativa de (re) organização?

Em contra partida, para a superação das experiências não exitosas na organização do sistema de CPA's, é preponderante para Martins (2004), o surgimento da agroecologia como alternativa, na perspectiva de restabelecer autonomia (mesmo que relativa) e outras formas de (re) organização no processo produtivo dos assentamentos. Possibilidade semelhante tem sido apontada enquanto alternativa viável também por mediadores internos do MST, como Carvalho (2007), que além de definir a agroecologia como uma nova "matriz tecnológica", também a define como uma "relação homem-natureza" mais harmoniosa na produção agropecuária e florestal, como uma síntese "mais desenvolvida" das iniciativas de geração e implementação de tecnologias sustentáveis tanto do ponto de vista social, quanto agroecológico.

Outro fato que explicita essa alternativa foi que o MST no seu quinto Congresso Nacional (realizado em 2007) assumiu como um de seus compromissos: "Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno" (MST, 2007, sn). Nessa indicação o movimento busca se comprometer em defender as sementes "crioulas" e a biodiversidade e incentivar as "práticas de agroecologia" nos assentamentos, porém também fica claro nessa indicação que é um processo em construção, e que o MST tenta se colocar como um ator que irá interagir nesse campo social. Nesse sentido, a agroecologia tem sido apresentada para os assentamentos como uma possibilidade a ser acionada (Piccin; Picolotto, 2007).

O assentamento Carlos Mariguela em Santa Maria-RS, remete e instiga também essa questão, pois a agroecologia sempre foi um dos temas que sempre foi marcante no reconhecimento e legitimação social do assentamento na região, juntamente com a agrovila e a produção e organização coletiva. Cabe questionar e analisar se a agroecologia seria uma forma

de organização e produção que aponte alternativas na tentativa de (re) organização e prosseguimento de vida dos assentados, nesse caso. Esse questionamento nos remete para o aprofundamento do estudo que está sendo desenvolvido, como trabalho de pesquisa e dissertação em nível de mestrado junto ao CPDA/UFRRJ.

7 Considerações Finais

Após a análise acima, pode-se afirmar que a desagregação da forma coletiva de gestão no assentamento Carlos Marighela foi influenciada fortemente pelas decepções com os resultados econômicos obtidos, os quais fragilizaram o coletivo. Mas, torna-se importante perceber como elementos decisivos na maximização dos conflitos que levaram a ruptura da forma coletiva de gestão, a dificuldade de administrar a distribuição de tarefas e a retribuição por elas obtidas, pois horas-trabalhadas é um critério insuficiente diante das diferenças de natureza das diversas atividades desenvolvidas e pelo envolvimento diferente de cada assentado(a) no decorrer do ano agrícola.

Observa-se, também que tal dificuldade de controle do trabalho e rendas obtidas, relacionam-se às características do trabalho agrícola, sendo que as vantagens da divisão clássica do trabalho adotadas no regime fordista não resultam em maior eficácia produtiva. Tal questão ainda é agravada pela tentativa de rotação entre os setores, que leva a perda das habilidades e procedimentos adotados com bom resultado em determinado setor. As preferências e habilidades diferentes, quando desrespeitadas, geram novos conflitos.

Tal reconhecimento das dificuldades, exaustivamente relatadas em experiências de coletivização agrícola no mundo inteiro e no próprio Rio Grande do Sul nos anos 1980, pode dar origem a perspectivas teóricas mais ricas que adotem noção de "projeto" dos assentados como elemento crucial para compreender as vicissitudes e limitantes em relação à ação coletiva. A partir desse ponto de vista, acredita-se na necessidade de analisar os fatos buscando elucidar a complexidade das contradições entre o projeto político de organização coletiva e as expectativas de melhoria de vida que são acalentadas pelos assentados durante o processo de luta pela terra.

Outra questão fundamental refere-se à ausência de mediadores que auxiliem na administração dos conflitos inerentes a todo processo de construção coletiva. Tanto as entidades governamentais (EMATER e INCRA, por exemplo), que atuam junto ao assentamento estudado, quanto o MST-RS não conseguiram administrar a situação de conflito e desagregação do coletivo, frente a esse caso.

Cabe salientar que a situação objetiva vivenciada no assentamento em relação aos aspectos materiais e os aspectos subjetivos ligados a trajetória de cada indivíduo não propiciaram o prosseguimento do ideal coletivista. Podería-se dizer que as vontades, desejos e valores cultivados por cada um não sucumbem facilmente aos interesses comuns que constituem a identidade política forjada na luta pela terra.

Por fim, acredito que a desagregação da organização coletiva no assentamento Carlos Marighela não significa o fracasso de uma experiência inovadora que pretendia efetivar a gestão coletiva e a aplicação dos princípios da agroecologia como eixos balizadores de um novo e radical modelo de assentamento que se contrapusesse totalmente ao modelo de agricultura capitalista. Apenas, significa que não houveram condições políticas objetivas capazes de administrar os desafios impostos à gestão coletiva. Acredita-se que esse processo constituiu-se em um espaço de aprendizagem não só para os assentados que o vivenciaram, mas para todo um movimento social (MST). Pois essa experiência teve reflexo sobre suas direções, que depositavam nesse assentamento organizado coletivamente, bem como, muita expectativa por parte dos mediadores sociais, especialmente, os serviços de ATER, e para a academia que tem se debruçado sobre o assentamento Carlos Marighela.

E quanto ao MST, que lhe é imputado, por um lado, responsabilidade pelo processo de desagregação aqui analisado, pois a direção do movimento defendia a gestão coletiva como forma ideal e necessária para viabilizar os assentamentos. Por outro lado é necessário reconhecer que apesar do resultado aparentemente não exitoso dessa experiência de organização social e produtiva, o MST tem sido vitorioso no sentido de fornecer esperança, dignidade e a possibilidade de acesso a bens básicos para uma sobrevivência digna (moradia, infra-estrutura básica, educação, saúde, segurança e lazer) aos participantes da luta pela terra.

Referências Bibliográficas

Becker, Howard, S.(1999). *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. Trad.: Marco Estevão, Renato Aguiar. 4o ed. São Paulo: Hucitec.

Brenneisen, E. (2004). O MST e os assentamentos rurais no Oeste do Paraná: encontros e desencontros na luta pela terra. *Estudos Sociedade e Agricultura, vol.12 n.1*, p.128-163. ISSN 1413-0580.

Borges, Juliano Luis. (2007). *A transição do MST para a agroecologia*. 2007. 183f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

Bourdieu, P.(1989). *O Poder Simbólico*. Trad.: Tomas, Fernando. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Caldart, R. S.(2001) O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados 15* (43).

Carvalho, H. M. (1999). *A interação social e as possibilidades de coesão e de identidades sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil*. Curitiba: MEFP/NEAD/IICA, mímeo. 63 p.

_____. (2007). *Desafios para o agroecologista: como portador de uma nova matriz tecnológica para o campesinato*. Curitiba. (Digitado).

Costa Neto, Canrobert. Canavesi & Flaviane. (2002). Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil? In: Alimonda, H.(org.). *Ecologia política: natureza, sociedad y utopia*. México: Clacso.
Demo, Pedro. (1995). *Metodologia em Ciências Sociais*. 30 ed. São Paulo: Atlas.
Fao/Incra (1998). Principais Fatores que Afetam o Desenvolvimento dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil. Coordenadores: Gilson Alceu Bittencourt et al.
Fernandes, B. M. & Stedile, J. P. (1999). *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
Ferrante, Vera Lúcia B. (1994). Diretrizes Políticas dos Mediadores: Reflexões de Pesquisas. In: Medeiros, L. S. et al. (org.) Assentamentos Rurais: *Uma visão Multidisciplinar*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista.
GRAC – Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo-RS.(2007). Carlos Marighela. http://www.grac.rs.gov.br/principal.php?inc=ref_assent. (consultando na internet em 21 de agosto de 2007).
Melgarejo, L. (2000). *Desempenho, eficiência multidimensional e previsão de possibilidade de sucesso em Assentamento de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul. Florianópolis*: UFSC. (Tese de Doutorado).
MST. (1986). *Caderno de formação n.º 11*. Elementos sobre a teoria da organização no campo. São Paulo.
____. (2007). Carta do 5º Congresso Nacional do MST. Carta Maior. <www.cartamaior.com.br>. (consultado na internet em 18 de junho de 2007).
Oliveira, A. U. (1994). *Geografia e território*: *desenvolvimento e contradições na agricultura*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12.º, [19--], Águas de São Pedro, SP. Mesas Redondas. Rio Claro: IGCE.
Piccin, Marcos B & Picolotto, Everton L. (2007). A luta e o processo de gestação de novos conhecimentos: agricultores sem-terra e agroecologia. In: XIII *Congresso Brasileiro de Sociologia*, Recife, SBS.
Santalucia, M. (2006). Cooperativismo e assentamento rural na percepção do uso coletivo e individual da terá mediante Metodologia Q: *O caso de Charqueadas* – RS. Santa Maria, RS: UFSM. (Dissertação de Mestrado).
Scariot, A. (2003). *Identidade, coesão e desagregação social na trajetória da Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata – COOPTAR*. Santa Maria, RS: UFSM. (Dissertação de Mestrado).
Schwendler, S.F. (1995). *Da utopia do Acampamento à Recriação Social no Assentamento*. Santa Maria, RS: UFSM. (Dissertação de Mestrado).
Scopinho, R. A. & MARTINS, A. F. G.(2003). Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária: reflexão sobre o método. *Psicologia & Sociedade; 15 (2)*: 124-143; jul./dez.
Souza, M. A.(2000). FORMAS COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS DO MST (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA): DIMENSÕES EDUCATIVAS. Rev. online Bibl. Prof. Joel Martins - v.1, n.2, ISSN: 1517-3992.
Stédile, J.P & Goergen, S. (1991). *Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária*. Petrópolis, SP: Vozes.
Thompson, E. P. (1987). A formação da classe operária inglesa. Vol. III *A força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
Vendramini, C. R. (2007). PESQUISA E MOVIMENTOS SOCIAIS. *Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 101*, p. 1395-1409, set./dez.
Zimmermann, N. C. (1994). *Os Desafios da Organização Interna de um Assentamento Rural*. In: Medeiros, L. [et al.] (org). *Assentamentos Rurais: Uma visão Multidisciplinar*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista.

Mulheres negras brasileiras, que militância é essa?

Caroline Fernanda Santos da Silva
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC RIO
carolfrs@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho procura refletir acerca dos fatores que levam as mulheres negras a se engajarem na militância dos movimentos sociais de corte racial no Brasil e busca encontrar respostas à questão em falas de mulheres negras vivenciadoras "Batuque", religião de matriz cultural *yoruba* desenvolvida no Sul do Brasil. Objetiva também contribuir para com a discussão acerca do enfrentamento ao racismo na sociedade brasileira e suas interfaces com o exercício da cidadania da população negra, especialmente a partir da promulgação da dita "Constituição Cidadã", que comemora vinte anos (1988 – 2008). Da mesma forma, salienta a importância do fortalecimento das organizações coletivas negras, particularmente as de mulheres, a partir da década de 1980, o que ocasiona sua constituição enquanto "novos" sujeitos políticos. Essas questões se inserem em um contexto social de desvalorização do papel do Estado enquanto entidade soberana, a partir da crise política e econômica decorrentes do processo de globalização financeira, o que sede espaço para o surgimento de outros sujeitos sociais na defesa de seus interesses e valores, como é o caso das mulheres negras. A partir de tais questões, buscamos com essa abordagem também propor a ampliação do debate sobre as relações estabelecidas entre Estado e sociedade, visto que é a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que as relações de gênero e as questões raciais conquistam relevância oficial no Estado brasileiro.
Palavras-chave: mulheres negras, identidade racial, movimentos sociais de corte racial.

1. Considerações Iniciais

Nesse ano de 2008 a Constituição da República do Brasil completa vinte anos. Tendo em vista que representou em 1988, ano de sua promulgação, grande avanço com relação à incorporação de conteúdos de cidadania, cabe refletirmos acerca dos impactos causados por ela no exercício de direitos da população brasileira como um todo, e das mulheres negras em particular.

Tamanha sua inovação, é possível identificar que a Constituição Federal esboçou certo desejo de contrariar tendências, no contexto de um país recém saído de um período de exceção extrema. Para Pereira (2002) a extensão da cidadania legal foi sua principal conquista, tendo em vista que prometeu incorporar à cidadania uma maioria que sempre esteve à margem do "Brasil legal" (Telles, 2001, p. 144).

Ainda hoje, no entanto, num olhar atento sobre a realidade social brasileira, nos deparamos com a realidade de que os conteúdos de cidadania constantes na Constituição Federal ainda não foram plenamente incorporados às práticas sociais. Com isso, mesmo abarcando novos direitos sociais e incorporando novas garantias, novos titulares e novos sujeitos sociais, a Constituição por si só não deu conta de assegurar o exercício da cidadania de considerável parcela da população brasileira.

Apesar disso é possível perceber, a partir do marco histórico que representou sua promulgação, que se modificaram as relações estabelecidas entre Estado e sociedade, tendo em vista que aconteceram importantes deslocamentos nos meios e recursos destinados à gestão social (Silva, 2004). A sociedade civil, onde se localizam os movimentos sociais em geral, volta, portanto, ao centro do debate, compreendendo os diversos entendimentos a seu respeito – desde definições abrangentes, segundo as quais ela é composta por tudo aquilo que não é Estado nem mercado, até as mais restritivas, que a identificam nas expressões de interesse da sociedade (Alvarez, 2000).

Com relação a isso, dois grandes blocos de opiniões se desenvolveram nas últimas décadas: de um lado os que reconhecem aí, especialmente através da prática cada vez mais consolidada dos Conselhos de Direitos; e de outro lado os que consideram que nesse processo o Estado se encolhe e a sociedade civil é obrigada a assumir suas responsabilidades. Em qualquer desses entendimentos, observa-se que os movimentos sociais permanecem no centro dos grandes dilemas que afetam a sociedade brasileira, que embora tenha iniciado a década de 1990 com sua democracia consolidada, convive aberta e continuadamente com a violação aos direitos humanos, em diversas esferas.

Assim, nesse momento histórico em que a Constituição completa vinte anos, compreendemos importante nos lançarmos ao desafio de buscar entender quais os fatores que levam as mulheres negras a se engajarem na militância dos movimentos sociais de corte racial. Sem dúvidas esse processo faz parte da mobilização social que atingiu seu ápice no processo da Constituinte.

Nesse sentido, presenciamos nas duas últimas décadas uma modificação de postura com relação à forma como a sociedade brasileira vê as questões envolvendo a população negra, em diversos aspectos. Essa modificação se associa, sobremaneira, ao processo deflagrado pela promulgação da Constituição Federal de 1988, quando aumentou a visibilidade acerca das desigualdades sociais entre negros e brancos. Inúmeros fatores contribuíram para isso e segundo Silvério (2002) se podem destacar, dentre outros:

> ... o aumento e a divulgação de pesquisas empíricas; o surgimento de vários conselhos de desenvolvimento e participação da comunidade negra (...) e o reconhecimento oficial (...) no plano federal da existência da discriminação racial e do racismo com a implantação (...) do Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, com a função de estimular e formular políticas de valorização da população negra (Silvério, 2002, p. 227).

Decorre daí que o enfrentamento ao racismo tenha atingido, ainda que timidamente, maior espaço na agenda política do país e nas discussões acadêmicas, tendo em vista que os estudiosos constataram a necessidade de ampliação dos estudos sobre o negro no pós-abolição (Silvério, 2002). Assim, evidencia-se certo avanço nas negociações entre alguns segmentos do movimento negro e as esferas governamentais, ainda que tal relação permaneça permeada por conflitos.

No contexto social brasileiro, onde houve um tardio reconhecimento oficial acerca da existência de discriminação racial e de que a escravidão a qual foi submetida a população negra configura crime à humanidade1, tais ações tem especial relevância, sendo resultado de ações sistemáticas dos movimentos negros organizados.

Os documentos produzidos em ambas as oportunidades serviram de base para a construção de grande parte das legislações voltadas ao enfrentamento à discriminação racial e à implementação de políticas públicas específicas para a população negra hoje existentes no país. Além disso, serviram também para ratificar a força das organizações internacionais, bem como de seus acordos e tratados, o que faz com que os avanços com relação ao tema sejam mais notáveis no campo jurídico.

Apesar disso, diversas outras áreas de conhecimento foram influenciadas por tais avanços, embora seus resultados estejam ainda por vir. Nesse sentido é que se apresenta esta proposta, que apresenta parte da pesquisa desenvolvida para obtenção do título de Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC Rio. Nossa pesquisa está em andamento e apresentamos nessa oportunidade alguns de seus resultados parciais. Optamos pela pesquisa quanti-qualitativa e, nesse momento, trabalharemos com o depoimento de uma das mulheres entrevistadas, tendo em vista que os dados ainda estão sendo tratados.

1 O que ocorreu na ocasião da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em 2001.

A reflexão acerca dos fatores que levam as mulheres negras a se engajarem na militância dos movimentos sociais de corte racial no Brasil não pode ocorrer fora do contexto social de desvalorização do papel do Estado enquanto entidade soberana e da crise política e econômica pela qual passa o mundo nessa transição de milênios. Nesse sentido, estão inseridos nas análises dos autores contemporâneos, preocupados em traçar tendências de uma (con)vivência possível para o futuro. Assim, realizaremos nesse momento uma breve aproximação de alguns dos considerados mais relevantes para a presente discussão.

Milton Santos (2008) não recorta a globalização temporalmente, e em vez disso a identifica como um processo social em curso, deflagrado pelo avanço da técnica e da informação. Para ele, a globalização atual se configura como uma fábula, já que difunde a fluidez como se fosse um bem comum, quando na verdade só alguns podem usá-la. Nesse cenário, a ideologia desempenha papel de destaque em sua produção e manutenção. Especialmente pelas possibilidades vislumbradas acerca da reversão de seus efeitos e pelo reconhecimento de atores sociais locais como seus construtores, a globalização, para Santos (2008), é vista mais como possibilidade do que como irreversibilidade.

Ao refletir sobre os efeitos da globalização e das finanças na reestruturação do espaço geográfico, o autor sinaliza que a globalização ocasiona para o território uma nova realidade, impondo-lhe novas lógicas. Assim, seus novos recortes são frutos da nova construção do espaço e de seu novo funcionamento, o que ocasiona uma espécie de alienação territorial, donde decorrem também outras formas de alienação.

As mudanças provocadas pela globalização afetaram, sobretudo, o papel do Estado e sua auto-suficiência econômica, política e cultural. Em tempos de globalização, a realidade da população negra não se distancia em muito da de outros segmentos populacionais vulnerabilizados, inscrevendo a questão racial, enquanto parte do processo histórico brasileiro, como uma das expressões da questão social (Costa, 2005).

Iamamoto (2001) entende que a questão social se configura como o conjunto das expressões das desigualdades que resultam das contradições da sociedade capitalista. Assim, ela tem se agravado ante a difusão da globalização, que se impõe enquanto realidade universal, aumentando os níveis de pauperização e se fazendo perceber nas diversas esferas da vida cotidiana. Então, refletir acerca da questão social possibilita, conforme Telles (2001, p. 27), "... uma problematização das sociedades em sua história, dilemas e perspectivas de futuro".

Seguindo a análise acerca da globalização, Castells (1999; 2002) sinaliza que as novas tecnologias de informação e comunicação interferem nas estruturas sociais, especialmente a partir do papel ocupado por elas no processo de reestruturação do capitalismo, que ao assumir a fase informacional, caracteriza a sociedade em redes. À luz dessa teoria o autor analisa duas tendências conflitantes que moldam a sociedade do século XXI: a globalização e a identidade, ressaltando o surgimento de uma onda de identidade coletiva pautada na singularidade cultural, que desafia a tendência homogeneizadora imposta pela globalização.

Sua análise fundamenta-se nas interações entre a globalização, o poder da identidade e as instituições do Estado. Essas últimas, ao perderem o papel de entidades soberanas, presenciam a emergência de outros atores que surgem para defender seus interesses e valores: vive-se um processo de construção de identidades autônomas. Assim, a afirmação de identidades vem demarcando espaços de resistência (Nascimento, 2003) e construindo novos comportamentos e instituições.

Nesse sentido, interessante é refletir acerca dos rumos tomados pela produção de conhecimentos nos dias atuais. Escobar (2004), refletindo sobre os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências deflagrada a partir dos anos 1980, indica, nos caminhos de Santos (1987), que o paradigma científico dominante na modernidade – o cartesiano – perdeu sua "confiança epistemológica" (Escobar, 2004, p. 639), ocasionando uma crise paradigmática.

Essa crise foi utilizada para articulação de um novo modelo para produção de conhecimentos, construído na ação e elaborado por novos atores sociais, privilegiadamente vinculados aos movimentos sociais. Houve um novo entendimento sobre o papel ocupado pela ciência na sociedade, levando à compreensão de que o conhecimento científico deve voltar-se à mudança social. Para o autor:

> Se o paradigma científico dominante havia oposto as 'verdadeiras ciências' tanto ao senso comum como às humanidades, no novo modelo seria atribuído a estes últimos um lugar proeminente. Uma vez abandonados, necessariamente, os critérios convencionais de racionalidade e objetividade e reposto em cena o sujeito, teria então lugar uma revalorização das humanidades e um apelo à pluralidade metodológica e uma defesa do senso comum como crucial para todo o conhecimento. Duas outras questões se seguiram a re-subjetivação das ciências: o caráter necessariamente situado de todo o conhecimento e, concomitantemente, o facto de o conhecimento ser libertado, por assim dizer, do colete de forças da objetividade e da racionalidade e lhe permitir abordar a questão crucial de como viver vidas éticas num mundo crescentemente complexo e ambíguo (Escobar, 2004, p. 640).

Esse "novo" conhecimento, portanto, se constrói a partir de uma identidade e de uma história, que revalorizam a humanidade e conduzem à re-subjetivação das ciências sociais. Apesar das mudanças ocasionadas pela transição paradigmática, a discussão acerca do lugar ocupado pelos valores do pesquisador no processo de pesquisa permanece ocupando lugar central nos estudos que envolvem o tema.

Nesse sentido, May (2004) sinaliza que os valores do pesquisador sempre estarão presentes, desde a formulação do problema até a análise dos dados. Dessa forma, defende que talvez seja preferível, ao invés de buscar desligá-los, "... entender o seu lugar e as suas experiências na pesquisa social como uma parte central do processo e do produto" (May, 2004, p. 74), mantendo assim o pesquisador no centro do processo.

Goldmann (1980) já alertava que as diferenças entre as ciências históricas e as físico-químicas não se restringem a uma questão de objeto, mas sim de perspectiva. Isso se dá na medida em que as ciências físico-químicas procuram leis gerais, enquanto as ciências históricas constroem "... seu objeto por uma escolha que guarda o essencial e elimina o acessório" (Goldmann, 1980, p. 34). Portanto, nas ciências humanas os juízos de valor fazem parte de todo o processo de construção do conhecimento e para o autor, o mais importante não seria: "... suprimir toda pré-noção e todo juízo de valor mas, ao contrário, integrá-los conscientemente na ciência e fazer deles instrumentos úteis na investigação da verdade objetiva" (Goldmann, 1980, p. 34).

2. Discutindo sobre as noções de raça e racismo na sociedade brasileira atual

A questão racial foi a pouco incorporada na agenda política do país e se encontra ainda cercada de tabus que impedem sua ampla discussão. Assim, ainda é corrente no imaginário de considerável parte da população brasileira a idéia de que **racista** é quem "insiste" em mencionar as iniqüidades raciais presentes em nossa sociedade.

A discussão acerca do racismo tem como pano de fundo a imprecisão e falta de consenso, inclusive no meio acadêmico, que envolve a terminologia **raça**. Considerando tal questão, buscaremos apontar alguns aspectos que nos aproximem da compreensão que entendemos ser a mais apropriada para esse momento.

Acreditamos que já não restem dúvidas de que **raças**, em sua acepção biológica, não existem. Há, entretanto, várias explicações históricas e científicas em torno do que motivou sua aplicação entre seres humanos, a partir de meados dos séculos XVIII e XIX2.

Borges (2002) sinaliza que as teorias sobre a classificação do gênero humano baseada em raças preconizavam juízos de valor vantajosos para os europeus, levando à hierarquização dos grupos humanos. Essas teorias teriam como pano de fundo a necessidade de justificar o poder de uns sobre outros como resultado de um processo que se poderia explicar por meio da ciência. O mesmo autor sinaliza ainda que tais fatores fizeram com que o racismo se inscrevesse, ao longo do século XIX e início do século XX, enquanto doutrina, sendo amplamente difundido pelos meios científicos (Borges, 2002).

Referência importante nesse debate, Munanga (1998) aponta que o racismo é um fenômeno estritamente ligado à história da ciência e da cultura ocidental, aparecendo sempre inter-relacionado com a discriminação e o preconceito racial, embora estes sejam três elementos distintos, numa relação em que o primeiro origina os demais:

> ... por um lado nós temos uma ideologia racista, que é uma doutrina, uma concepção de mundo (...) O mesmo fenômeno se decompõe também em preconceito racial, que é simplesmente uma disposição afetiva imaginária (...) uma atitude, uma opinião, que pode ser verbalizada ou não (...)Finalmente, há a discriminação racial, que é um fenômeno coletivo observável (Munanga, 1998, p. 49).

Nesse sentido, Guimarães (2006) aponta que o racismo se configura como um fenômeno carregado de ideologia, sendo um construto social e histórico que se faz presente no imaginário social. Pauta-se, dessa forma, em "raças fictícias" (Munanga, 2004 citado em Guimarães, 2006, p. 39) construídas a partir de diferenças no fenótipo, como o tom da pele, a textura do cabelo, dentre outros – para o autor, essas diferenças são as responsáveis pela manutenção contemporânea do racismo.

Cabe destacar, portanto, que utilizamos a categoria **raça** no mesmo sentido em que os autores por hora apontados a abordam: como categoria socialmente construída e não biológica, e fazemos isso por não encontrarmos outra terminologia que se aplique tão bem ao cotidiano da população brasileira.

Com relação à denominação, em geral as terminologias **negro** e afrodescendente/afro-brasileiro disputam vez nos estudos acerca do tema. Nascimento (2003) pontua sua preferência pela utilização do segundo termo, visto que acredita que a terminologia negro refere-se somente à cor da pele, não contendo as referências históricas e culturais da origem africana. Acredita que os termos afrodescendente/afro-brasileiro preservam essas referências históricas e culturais e ainda "... indicam os laços de identidade entre os descendentes de africanos em todo o mundo" (Nascimento, 2003, p. 27).

Já Piza & Rosemberg (2002), ao trazerem à reflexão a compreensão acerca da terminologia negro no Brasil sinalizam que ela compreende vários significados, dependendo de quem o emprega. Dessa forma, destaca uma abordagem corrente nos movimentos negros, que o tem empregado dos seguintes modos:

> ... para definir a população brasileira composta de descentes de africanos (pretos e pardos); para designar esta mesma população como aquela que possui traços culturais capazes de identificar (...) os que descendem de um grupo cultural diferenciado e coeso, tanto quanto, por exemplo, os amarelos; para reportar a condição de minoria política desta população (Piza & Rosemberg, 2002, p. 109).

Sendo assim optamos pela utilização da terminologia negro, por compreendermos a re-significação que sofreu em sua aplicação no contexto social brasileiro, especialmente pela ação dos movimentos negros. Destaca-se que ela sempre se relacionará àqueles que se auto identificam como pretos e pardos na sociedade brasileira.

Acreditamos válido ainda destacar que percebemos algumas tendências nas abordagens atuais no campo das relações raciais brasileiras: as análises envolvendo o papel do branco e da branquitude nas relações raciais3 e as críticas às

2 Segundo Borges (2002), François Bernier foi um dos primeiros a publicizar a idéia de adoção de características somáticas como a cor da pele para dividir os seres humanos em raças, em artigo publicado no Journal des Savantes, em 1684. Nessa classificação utilizava abertamente termos depreciativos para classificar asiáticos, negros e lapões. Suas idéias tiveram continuação no Século XVIII através de naturalistas e filósofos como Lineu, Buffon, Herder, Kant, entre outros.
3 Realizadas especialmente por Carone & Bento (2002).

abordagens universalistas e "neutras" racialmente, que consideram possível fazer leituras "desracializadas" acerca da realidade social brasileira. Na contramão dessa tendência alguns autores4 sinalizam a importância da valorização da abordagem "afrocentrada" como ponto de partida em tais estudos, já que a abordagem eurocentrada teve predominância por longo período e ainda se apresenta com tons racistas nas abordagens sociais (Nascimento, 2003).

3. A atuação dos movimentos negros brasileiros

A militância política de corte racial no Brasil tem longa data, podendo ser identificada desde o início do tráfico de negros africanos para o Brasil. Se naquela ocasião a busca era pelo reconhecimento da condição humana de sua existência, com o passar dos anos essa mobilização assumiu formas e objetivos diversos, sendo possível identificar que, contemporaneamente, o exercício da cidadania tem sido a principal meta da atuação dos movimentos negros5.

Em uma passagem pelos estudos a respeito da militância dos movimentos sociais de corte racial verificamos que há, grosso modo, pelo menos quatro grandes fases da organização coletiva da população negra no Brasil República, acompanhando o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira. Pereira (1999) e Moura (1988) sinalizam que é nas primeiras décadas do século XX que surgem as expressões mais organizadas da militância negra, que se manifestam tanto pela via cultural quanto intelectual. As religiões de matrizes africanas, embora não estejam nitidamente pontuadas nessas fases, sempre estiveram nos bastidores dessa militância, apoiando e possibilitando seu desenvolvimento.

Clóvis Moura (1988), ao estudar a sociologia do negro no Brasil, vê na existência da Imprensa Negra a reprodução de determinadas etapas da evolução política da sociedade brasileira e da organização da população negra. Essa Imprensa, concentrada majoritariamente em São Paulo, mas com expressões em diversas regiões do país, teve importante função social e política, embora consideráveis diferenças de enfoque fossem vislumbradas em suas publicações, sua existência compreendeu o período de 1915 à 19636.

Moura (1988) situa uma primeira fase de sua existência no período que vai de 1915 a 1923, "... quando a abolição da pequena burguesia radical e militar desemboca na Coluna Prestes" (Moura, 1988, p. 209). Aí a principal preocupação da população negra organizada girava em torno da integração do negro à sociedade, sendo a educação e o bom comportamento vislumbrados como formas de "subir na vida" e aproximar-se do nível dos brancos (Moura, 1988; Pereira, 1999; Valente, 1997). Com o passar do tempo, essa preocupação vai sendo substituída por reivindicações sociais e raciais.

A segunda fase da Imprensa Negra se estende até 1937 e "... abrange o período que passa pela revolução de 1930 até a implantação do Estado Novo" (Moura, 1988, p. 209). Segundo Santos (1980), é no início da década de 1930 que expressões como preconceito, discriminação e segregação racial começam a circular na Imprensa Negra, demarcando uma tomada de posição ideológica que reivindica uma posição para o negro na sociedade.

Assim como outros movimentos sociais e políticos, o movimento negro foi duramente atingido pela censura imposta pela Ditadura de Vargas, embora algumas organizações negras tenham conseguido se manter ativas durante o período. Com seu término algumas delas se reorganizaram, como foi o caso da Imprensa Negra (Silva, 2003), e outras foram criadas. Segundo Moura (1988, p. 209) essa terceira fase "... vai da redemocratização do país, após o fim da Segunda Guerra Mundial, às vésperas do golpe militar de 1964". De acordo com George Andrews (citado em D'Adesky, 2005), a relativa ausência da luta contra o racismo no período 1946-1964 deve-se:

> ... ao rápido crescimento da indústria durante a Segunda República, que proporcionou, de um lado, o ingresso de trabalhadores negros no setor industrial, diminuindo o ressentimento entre a população de origem africana, e, de outro, sua integração ao sistema político do país, levando os partidos populistas a lhes darem maior atenção (D'Adesky, 2005, p. 165-166).

A quarta fase da atuação dos movimentos negros compreenderia o período final da ditadura militar até a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando a Imprensa Negra já não mais figurava no cenário nacional. Segundo Nascimento (2006), é nos anos 1970 que o movimento negro inaugura uma perspectiva diferencialista em sua atuação, adotando discursos e práticas que iam além da denúncia ao racismo, valorizando a identidade e a cultura negras. Nesse período diversas mobilizações ocorriam em nível internacional, especialmente as lutas armadas em prol da independência nas nações africanas e o movimento pelos direitos civis dos negros norte-americanos, influenciando o cenário nacional (Pereira, 1999).

Para D'Adesky (2005), o movimento negro contemporâneo surge nos anos 70 e estrutura-se partindo de premissas diferentes das demais épocas. Agora assume nitidamente o objetivo de subverter a ideologia do branqueamento que impera na sociedade brasileira e para isso realiza um verdadeiro "... corte epistemológico" (D'Adesky 2005, p. 153) com relação às atuações anti-racistas anteriores.

Com a redemocratização, diversos movimentos sociais, dentre os quais se situava o movimento negro, começaram a exigir uma postura mais ativa do Poder Público, ocupando lugar de protagonismo no processo da Constituinte. Essa

4 Nesse sentido destaca-se especialmente Nascimento, 2003.

5 Utilizamos a expressão no plural tendo em vista que não nos referimos a um grupo em particular, e sim à diversidade de atores que se mobiliza em torno dos movimentos sociais ligados à causa negra.

6 Além dela, a Frente Negra Brasileira também expressou as inquietações negras do período. Criada em São Paulo, em 1931, buscou reunir a totalidade dos ativistas e da coletividade negra, chegando a atingir repercussão nacional, com núcleos em diversas regiões do país (Moura, 1988).

participação ativa da população negra fez com que fosse possível incorporar ao texto constitucional questões importantes para a efetivação de algumas de suas reivindicações históricas7.

No campo religioso a liberdade de consciência e de crença é assegurada quando a Constituição Federal declara, no artigo 5°, inciso sexto, que é inviolável o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.

A promulgação da Constituição da República de 1988 inaugura uma nova fase da atuação dos movimentos negros, visto que ao mesmo tempo em que procurava romper com as marcas deixadas pela Ditadura Militar de 1964, elevou à categoria de sujeitos de direitos grupos secularmente marginalizados na sociedade brasileira, como é o caso da população negra e das mulheres, por exemplo. Tais questões sinalizam a existência de uma quinta fase na evolução da organização da população negra brasileira, que sem dúvidas ainda precisa ser desvendada – o que buscamos com a presente proposta.

A partir desse marco – a promulgação da Constituição da República de 1988 – se modificam as relações estabelecidas entre Estado e sociedade, já que acontecem importantes deslocamentos nos meios e recursos destinados à gestão social (Silva, 2004), possibilitando que uma diversidade de atores se mobilize em torno do que alguns autores vêm denominando novos movimentos sociais8. Nesse momento, ampliam-se os mecanismos de diálogo entre o Estado e alguns setores do Movimento Negro9, especialmente com a criação de organismos oficiais de promoção e proteção da comunidade negra em nível nacional.

Nesse momento, muitas organizações negras surgem e outras tantas se modificam, tomando formas de Organizações Não Governamentais (ONGs) e ocupando grande espaço político (Nascimento, 2006). Analisando a histórica atuação do movimento negro brasileiro, D'Adesky (2005) aponta para seus resultados positivos no que tange ao caráter qualitativo dos ganhos coletivos e políticos:

> ... a multiplicação, nestes últimos dez anos, de novas instituições do Movimento Negro é, com certeza, um resultado comprobatório da vitalidade da luta contra o racismo, mostrando que o Movimento não se acomodou com o correr do tempo. Demonstra também a capacidade deste em recrutar novos militantes, bem como em ampliar seu campo de ação para as atividades sociais e de pesquisa (D'Adesky, 2005, p. 154/155).

4. Aspectos Metodológicos

Para dar conta dos objetivos propostos, a presente pesquisa terá caráter quanti-qualitativo. Com a parte quantitativa da pesquisa objetivamos identificar um entendimento geral da população pesquisada acerca de determinados temas e com a parte qualitativa procuramos aprofundar alguns desses entendimentos.

Buscando a valorização de aspectos subjetivos emergentes no discurso das entrevistadas, optamos nesse momento por destacar a perspectiva qualitativa do processo de pesquisa. Segundo Minayo (2007, p. 21) a pesquisa qualitativa: "... trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes" e sendo assim, o presente estudo prioriza a narrativa de uma das mulheres entrevistadas, que será identificada pelo nome fictício de *Joana*, mulher negra de 31 anos de idade.

No processo de pesquisa foram utilizados questionários com questões abertas e fechadas e entrevistas semi-estruturadas, sendo que em ambas as abordagens privilegiam as dimensões família, comunidade e relações com o Estado, tendo em vista que estas são consideradas esferas importantes no processo de construção da identidade racial das mulheres negras.

As atividades de pesquisa em campo iniciaram em outubro de 2008. Após o contato com o líder religioso e a liberação deste para que tivéssemos acesso aos registros acerca das famílias beneficiárias, iniciamos a seleção e contato para a realização das entrevistas.

Após selecionadas as mulheres, as entrevistas foram previamente agendadas via telefone com aquelas que apresentaram disponibilidade, sendo que foram explicitados na ocasião do contato os objetivos da pesquisa e a intenção em entrevistá-las, ressaltando-se a não-obrigatoriedade de sua participação. Todas as entrevistas foram realizadas individualmente, em sala reservada, sendo que as entrevistas semi-estruturadas foram gravadas, tendo a duração média de quarenta minutos. Ao início de cada entrevista, realizamos a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Informado – TCLI. O estudo foi norteado pelo principio ético de respeito à integridade das mulheres envolvidas, sem discriminação de qualquer natureza.

Das selecionadas e contatadas, quatro mulheres não compareceram, fazendo com que nosso universo de entrevistadas tenha sido, dessa forma, 21% das mulheres beneficiárias, ou seja 21 mulheres, dezoito responderam ao questionário fechado e três participaram da entrevista semi-estruturada. Após as entrevistas iniciamos o tratamento dos dados, fase ainda não concluída. A partir das questões pontuadas esperamos realizar possíveis articulações entre os temas de que tratam o presente projeto.

5. Resultados parciais

7 Como por exemplo, a Lei n. 7. 716, a Lei Caó e o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

8 A esse respeito recomendamos a leitura de Santos, 1997.

9 Considera-se importante destacar o relativismo das relações dos Movimentos Negros com o Estado tendo em vista, de acordo com as considerações de D'Adesky (2005), as correntes antagônicas no interior do Movimento Negro – a moderada, formada por intelectuais e militantes próximos dos poderes públicos – e a radical, que recusa qualquer diálogo e negociação com as instituições governamentais.

5.1 Uma comunidade-terreiro de matriz cultural yoruba em Porto Alegre

As diversas expressões que as religiões de matrizes africanas assumiram no Brasil vêm demonstrar a capacidade de re-criação desse povo, que buscou contemplar nessa re-criação o máximo dos hábitos e valores culturais das várias etnias negras vindas de África. Isso faz com que de Norte a Sul do país a religião tenha assumido características diversificadas, sendo o Candomblé a expressão mais popularizada, predominando principalmente nas Regiões Nordeste e Sudeste do Brasil.

Ao Sul, especificamente no Rio Grande do Sul, o Batuque Jêje-Ijexá, comumente conhecido como "Nação" ou "Batuque", é a expressão mais conhecida das religiões de matrizes africanas, resguardando peculiaridades no seu desenvolvimento e no culto aos Ancestrais Divinizados. Segundo Braga (1998), uma de suas maiores especificidades está no toque do tambor e nos ritmos, passando pelas características diversificadas dos negros escravizados que foram enviados ao estado do Rio Grande do Sul, visto que eles entravam no Brasil através dos principais portos da época, localizados em Recife, São Luís, Salvador, Rio de Janeiro e São Vicente (Braga, 1998), sendo redistribuídos para as províncias.

Segundo Corrêa (1998) com o declínio das charqueadas10, principal local onde se concentrava o trabalho dos negros escravizados, em meados de 1850, houve o fim forçado da migração negra ao Estado, chegando a entrada de negros vindos diretamente de África a ser proibida por lei11. Com isso, somado ao crescimento das economias cafeeiras na Região Sudeste, há uma crescente venda de escravos para essa região, fazendo com que os negros que estavam no Rio Grande do Sul ficassem isolados, conservando a herança cultural dos negros vindos de África, especialmente no que tange à religião.

Segundo o mesmo autor, os negros levados ao Rio Grande do Sul pertenciam, grosso modo, a dois grandes grupos que também se distribuíram pelo restante Brasil: os bantos (classificação lingüística) e os sudaneses (classificação geográfica). Contudo, uma das especificidades do "Batuque" está na presença quase única de elementos das culturas sudanesas Jeje-Nagô (Corrêa, 1998), sendo que atualmente o Ijexá é a modalidade ritual predominante:

> Embora (...) se auto denominem (...) Ijexá, a associação com os elementos culturais provindos da tradição Jêje ocasionaram uma fusão que hoje se expressa no binômio Batuque Jêje-Ijexá (Corrêa, 1998, p. 41).

Demonstrando aproximações com o processo que se desenvolveu nas demais regiões do Brasil, as "casas de religião" do Rio Grande do Sul localizam-se principalmente nos espaços periféricos da cidade e são freqüentadas, majoritariamente, por pessoas de baixa renda, moradores de periferias e negros (Corrêa, 1998, p. 42). A Comunidade *Ile Ase Yemonja Omi* Olodo não se diferencia desse perfil. Historicamente situada no seio de uma comunidade popular de Porto Alegre, a Vila São José, representa à população vizinha e freqüentadora da casa um caminho que se constitui como alternativa de enfrentamento às discriminações e como espaço de re-criação de uma identidade negra, coletiva, "Batuqueira".

5.2 As mulheres negras vivenciadoras do Batuque: principais categorias de análise

Nesse item privilegiaremos algumas das narrativas de *Joana* acerca dos temas de que tratam a presente pesquisa. A partir dessa tematização buscaremos apresentar uma discussão entre as falas da entrevistada e os teóricos que se debruçam sobre os assuntos.

5.2.1 Identidade racial

Na atualidade, a temática da identidade tem merecido diversas abordagens, ganhando novos contornos com a globalização e assumindo considerável importância frente à tendência de dissolução de identidades compartilhadas. Dessa forma, a questão da identidade é essencial na medida em que a ordem dominante não reconhece a diferença ou não lhe atribui importância, o que é nitidamente vislumbrado com relação à população negra brasileira.

No que tange à construção da identidade da população negra no Brasil, diversos aspectos devem ser considerados e nesse item buscaremos nos aproximar de alguns deles. Frente à tendência de dissolução de identidades compartilhadas posta em ação pela globalização hegemônica (Nascimento, 2003), a temática da identidade tem conquistado considerável importância, especialmente para as populações excluídas.

Nesse sentido, entendemos ser primordial a compreensão acerca da ideologia do branqueamento, enquanto importante aparato ideológico que mina a construção da identidade da população negra brasileira. Carone & Bento (2002) e Munanga (2004) sinalizam que essa ideologia foi forjada pelas elites intelectuais brancas em meados do século XIX e início do século XX, sendo evidenciada nas ciências, nas artes, nas pesquisas e na imprensa, demonstrando a expectativa dessas elites de que o Brasil se tornasse um país branco, nas palavras de *Joana: "(...) o nosso país é negro, disfarçaram, mas o nosso país é negro, não adianta. Colocaram aí umas colonizações, mas ele é negro (...)".*

Ainda segundo os autores, essa ideologia sofreu alterações no imaginário social com o passar do tempo, especialmente quanto a suas funções e sentidos. Entretanto, apesar de o branqueamento físico da sociedade ter fracassado, visto que não se eliminou a presença negra no país, "... seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro" (Munanga, 2004, p. 16), o que se evidencia neste outro trecho da entrevista: "*(...) antes era aquela coisa muito... aquela doutrina da TV Globo, né. O cabelo liso era mais bonito, a pele... ah eu sou morena, não sou negra, aquela doutrina que eles colocam na gente (...)".*

10 Estabelecimentos de beneficiamento da carne bovina nos moldes do charque (Corrêa, 1998).
11 Lei n.º 183 de 18 de outubro de 1850 (Corrêa, 1998).

A partir dessas questões, Rodrigues (2006) vislumbra o candomblé, enquanto manifestação religiosa e cultural afro-brasileira, como um meio que pode orientar o processo de construção da identidade negra, visto que apresenta dados relativos à ancestralidade africana (Rodrigues, 2006), possuindo particularidades raciais e culturais que recriam conteúdos que remetem a um modo de ser negro.

Na narrativa de nossa entrevistada tal questão se explicita*:"(...) E depois entrando pra religião (...) eu acabei tendo mais contato (...) com a cultura, (...) eu digo mais com a consciência mesmo, né, de que o negro é bonito mesmo, de o cabelo do negro não é ruim, ele é outro tipo de cabelo (...) a trança dred, que agente fica com aquela coisa: "Ah, esse cabelo sujo" (...) Eu realmente, sinceramente aprendi (...)"*.

Na discussão acerca da afirmação de novas identidades, Fonseca (2003, p. 108) apresenta a estreita ligação entre certa concepção de identidade e certo "... sentido de pertencimento", a partir do qual se forjam "... redes sociais de solidariedade". Através dessas, se faz possível a re-significação de valores e práticas culturais, buscando a construção de identidades pautadas em aspectos positivos e para D'Adesky (2005):

> Ante a ideologia do branqueamento, a negritude se apresenta como uma tentativa de passar do negativo ao positivo, valorizando as heranças culturais de origem africana e a imagem do grupo como elemento substancial na ordem de resistência étnica (D'Adesky, 2005, p. 139).

Tais questões indicam a aproximação de tal processo ao que Castells (1999; 2002) denomina como identidade de projeto, possível quando os atores sociais buscam construir novas identidades afim de redefinir sua posição social, buscando ao mesmo tempo uma transformação interna e externa, visto que quer também transformar a sociedade.

5.2.2 Mulher negra no Batuque e na sociedade: o lugar da ancestralidade

O discurso feminista brasileiro dos anos 80 do século XX foi marcado pelo ideal de sororidade ou irmandade enquanto categoria que remetia a uma unidade das mulheres pautada em última instância no mito da maternidade (Costa, 2002). Contudo, sofre críticas no debate acadêmico internacional porque não é capaz de apreender as desigualdades de raça/etnia, classe e geração existentes entre as mulheres.

Ou seja, contribui para a invisibilidade de mulheres às quais historicamente foi atribuída uma posição de subalternidade na sociedade brasileira, principalmente as mulheres negras. Assim, a partir da construção teórica de militantes e intelectuais negras, com mais intensidade nos anos 80, no momento político em que ocorre uma resistência almejando o fim da ditadura militar pós-64, é que se delineia uma ruptura com este ideal.

As percepções hegemônicas sobre as mulheres negras na sociedade brasileira estão associadas à inferioridade e subordinação, o que influencia suas relações em todos os níveis da vida (Costa, 2005). No que se refere à situação ocupacional e nível de escolaridade, por exemplo, a situação das mulheres entrevistadas é a seguinte:

TABELA 1

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DAS ENTREVISTADAS

Escolaridade	**Número**	**% das entrevistadas**
Não Alfabetizada	01	4,76
Ensino Fundamental Incompleto	07	33,33
Ensino Fundamental Completo	03	14,29
Ensino Médio Incompleto	03	14,29
Ensino Médio Completo	04	19,05
Ensino Superior Completo	01	4,76
Ensino Superior Incompleto	01	4,76
Não Informado	01	4,76
Total	21	100

A maior parte dessas mulheres, conforme demonstram os dados constantes na Tabela 1, possui o Ensino Fundamental Incompleto (33,33%), seguido por aquelas que possuem Ensino Médio Completo (19,05%). Destaca-se, contudo a existência da mestra distribuição percentual entre as não-alfabetizadas e as que possuem Ensino Superior Incompleto (4,76%). Com relação à sua situação ocupacional, temos o seguinte:

TABELA 2

SITUAÇÃO OCUPACIONAL DAS ENTREVISTADAS

Situação Ocupacional	**Número**	**% das entrevistadas**
Desempregada	12	57,14
Empregada	05	23,81
Recebendo Auxílio-Doença	02	9,53
Pensionista	01	4,76
Autônoma	01	4,76
Total	21	100

Esse dado demonstra a fragilidade da inserção dessas mulheres no mercado formal de trabalho, uma vez que sua maioria (51,14%) está desempregada e outro grande grupo (19,05%) distribui-se entre pensionistas, autônomas e afastadas do trabalho por questões de saúde. Com relação a isso, destaca-se outro trecho da entrevista de *Joana*, que nos surpreende ao revelar que: *"(...) no trabalho agente é recomendada a dizer que é espírita ou católico, no trabalho tu não pode dizer que é batuqueira, que (...) terminou teu contrato, tu tá na rua (...) já me aconteceu (...)"*.

Somado a isso, o imaginário social a respeito da mulher negra é ainda contaminado pelos papéis conferidos a elas durante o período da escravização dos negros12. Já nas culturas africanas em geral, as mulheres ocupam lugar central na reprodução social e familiar, tendo em vista que exercem poder fundamental na organização social.

O próprio mito da criação do mundo na cultura *yoruba*13 ressalta a importância da conjugação entre os princípios feminino e masculino no processo de construção do *aiye*, a terra. *Oduduwa* – a beleza negra, princípio feminino, é considerada *Ya Mi*, a mãe da terra, visto que foi a primeira divindade a pisá-la. Vislumbra-se que a mulher negra desempenhou papel primordial na reinvenção dos cultos às divindades africanas no Brasil, se constituindo enquanto principal agente de re-criação das diversas expressões das religiões de matrizes africanas (Vinagre Silva, 2008).

Nesse sentido, Fonseca & Lima (2007) destacam a capacidade de re-criação da população negra, expressa, sobretudo na persistência dessa diversidade, para Theodoro (2003):

> Entender o processo civilizatório africano como um sistema religioso e político, complementar ao europeu, é fundamental para a compreensão da permanência dos cultos de base africana no Brasil, já que o fortalecimento da identidade e dos laços comunitários possibilitaram maior coesão grupal pela aceitação da diversidade e ampliação do axé ou força de vida (Theodoro, 2003, p. 03).

Ao mencionar sua entrada e trajetória no Batuque, Joana nos descreve a seguinte situação: *"(...) eu já tinha uma queda pela religião (...) [o que] eu considero hoje uma ancestralidade, uma herança da minha vó (...) eu morei nos fundos da casa da minha vó até os cinco anos, daí eu me lembro que tinha alguma coisa que acontecia (...) agora que eu entendo mais eu tô sabendo que o meu bisavô tinha os santos em casa (...)"*. Nessa passagem nossa entrevistada revela que seu bisavô era "pronto", ou seja, tinha "*os santos em casa*" e possuía as condições para ser um *babalorisa*, mas ainda assim as referências religiosas de sua família foram parcialmente perdidas.

Aí se destaca a ligação da entrevistada com sua ancestralidade, uma vez que evidencia sua busca pelo resgate de uma identidade compartilhada com seus ancestrais: *" (...) porque (...) a parte dos mais velhos, a geração da minha vó, dos meus tios, eles eram todos umbandistas, aí o meu bisavô era de nação (...) Daí (...) na minha geração, a maioria ta se identificando, então nós estamos buscando as raízes, a ancestralidade (...)"*. Para Vinagre Silva (2008):

> Através da repetição da oralidade e de práticas vivas que habitam a memória dessas mulheres, as várias expressões do exercício do poder feminino, ressignificadas cotidianamente nos territórios dos Ilês, constituem elos entre o presente e o passado, elos entre o mundo contemporâneo real e o mundo mítico, elos entre o território religioso dos terreiros e a vida social (Vinagre Silva, 2008, p. 05).

Esses fatores nos levam a entender que a proposição de um estudo acerca da construção da identidade racial de mulheres negras vivenciadoras das religiões de matrizes africanas se faz interessante, sobretudo quando considerados os significados sociais que envolvem as falas das mulheres em geral e das mulheres negras em particular. Fonseca (2005) sinaliza que a fala da mulher remete ao coletivo, se constituindo enquanto documento histórico, na medida em que, através da fala, vislumbra-se o rompimento com a invisibilidade histórica que demarca sua existência.

Isso também se faz presente na narrativa de nossa entrevistada, que ao comentar sobre a contribuição do batuque para sua afirmação como mulher e como negra na sociedade atual, relata: *"A personalidade da mulher (...) agora se auto-afirmando mais (...) acaba te levando, te direcionando. E agora com essa situação de conhecer esse outro lado, da raça, da cultura, de agente ver as coisas que (...) acontecem, né, mulher no governo, mulher motorista de ônibus, mulher que sustenta a família, mulher que morreu o pai e a mãe e assume os irmãos, então são várias situações (...)"*.

5.2.3 O Batuque e o movimento negro: aproximações possíveis

Com relação às possíveis aproximações entre o Batuque e o movimento negro, a fala de Joana nos revela o quanto seu entendimento aproxima essas duas esferas de atuação: *"Antes eu não tinha nenhum conhecimento mesmo assim, só ouvia falar assim e não entendia o que era. Depois que eu comecei a vir aqui no Ile que eu comecei a realmente ter noção de que tudo se encaixa pra conscientização (...) ensinando (...) na cultura, ensinando as coisas da religião, a conscientização negra, né, então eu acho que é um complemento (...)"*.

Tendo em vista que o processo de construção da identidade negra passa, para Munanga (2004), pela recuperação física e cultural da negritude, destaca-se na fala da entrevistada a ênfase conferida a esse processo pelos movimentos negros organizados. Sem dúvidas tal questão impulsiona a concretização da cidadania da população negra, extremamente vinculada que está à construção de novos parâmetros sociais a seu respeito.

Uma conseqüência visível dessa atuação dos movimentos negros organizados é também expressa por *Joana*, quanto identifica certa ambigüidade ao refletir sobre a situação do negro na sociedade atual: *"(...) ouvi dizer que (...) ser negro agora*

12 A esse respeito, recomenda-se a leitura de: Giacomini, 1988 e Mott, 1988.

13 Conforme adaptação livre do mito extraído de Santos, 1997.

tá na moda, então entre aspas isso é bom e é ruim, né. Porque é uma ironia (...) dizer que ser negro tá na moda (...)". Nessa passagem nossa entrevistada reflete sobre as conseqüências de uma auto-afirmação negra, que ocasiona um "modismo" em torno da questão.

Nesse sentido Rodrigues (2006), ao estudar o processo de constituição da identidade negra a partir da análise do discurso de lideranças religiosas de terreiros de candomblé em Belo Horizonte, chama atenção para as alternativas coletivas de enfrentamento ao racismo, que devem articular o campo cultural ao da militância política. Nas palavras de Alvarez (2000):

> A cultura é política porque os significados são constitutivos de processos que, implícita ou explicitamente, buscam redefinir o poder social. Isto é, quando apresentam concepções alternativas de mulher, natureza, raça, economia, democracia ou cidadania, que desestabilizam os significados culturais dominantes, os movimentos põem em ação uma política cultural (Alvarez, 2000, p. 25).

Assim, compreendemos que a possível aproximação entre o Batuque e o movimento negro aponta para possibilidades de mudanças na cultura brasileira, tendo em vista que novos sujeitos se pronunciam – as mulheres, as negras, as religiosas – reelaborando suas condições de existência, a partir de suas necessidades, valores e tradições. Os movimentos negros contemporâneos enfatizam a importância da construção de uma identidade negra positiva enquanto caminho para a conquista da plena cidadania (Munanga, 2004). Para Paoli e Telles (2000):

> Ao se fazerem reconhecer como sujeitos capazes de interlocução publica, a presença desses atores coletivos na cena política teve o efeito de desestabilizar ou mesmo subverter hierarquias simbólicas que os fixavam em lugares subalternizados por entre uma trama densa de discriminações e exclusões, ao impor critérios igualitários de reconhecimento e princípios democráticos de legitimidade (Paoli e Telles, 2000, p. 106).

Frente a esse quadro, segundo Munanga (2004), os movimentos negros brasileiros contemporâneos têm desenvolvido uma versão liberal e democrática do pluriculturalismo e substituíram o anti-racismo universalista pelo diferencialista e se esforçam para redefinir o negro e suscitar o desenvolvimento de uma consciência política e identidade racial mobilizadora (2004).

A respeito do assunto, Munanga (2004a), sinaliza que se desenvolveu no Brasil um modelo racista **universalista**, diferente do modelo racista **diferencialista**, desenvolvido nos EUA e na África do Sul, por exemplo. Desses dois modelos de racismo, decorrem também dois modelos de anti-racismos que pautam as práticas dos movimentos negros contemporâneos. O primeiro, segundo o autor, se caracteriza por buscar assimilar e negar as diferenças cultuais, prezando a integração na sociedade nacional, contribuindo para a desconstrução da identidade étnica; já o segundo defende a absolutização das diferenças, defendendo a coexistência de sociedades e culturas diferentes no mesmo espaço geopolítico e em pé de igualdade de direitos.

Nesse sentido, Larkin Nascimento (2003) aproxima-se da compreensão de Castells (1999) acerca das categorias de identidade (legitimadora, resistência e de projeto) e a partir disso, sinaliza que a militância dos movimentos sociais cria, em processos de evolução constante, novos parâmetros de identidade. Assim, a partir da lição de Telles (2001) compreende-se a cidadania como um horizonte igualitário de fato, que preza pelo respeito à diversidade e, dessa forma, modifica o quadro social brasileiro. Na medida em que os direitos inscritos no texto constitucional não se concretizam, a população negra que está imersa no âmbito da não cidadania necessita construir uma identidade a partir da qual possa se reconhecer a partir de novos parâmetros, que valorizem seu pertencimento racial, para, a partir daí, reivindicar seus direitos.

6. Considerações Finais

Diante do exposto, entendemos que a reflexão acerca dos fatores que levam as mulheres negras a se engajarem na militância dos movimentos sociais de corte racial no Brasil evidencia a importância da vinculação entre raça/racismo, gênero e identidade, enquanto fenômenos historicamente determinados. A partir das contribuições dos autores trabalhados, compreende-se que o "Batuque" se constitui enquanto *lócus* privilegiado para a constituição das mulheres negras enquanto sujeitos políticos, vinculado que está à reelaboração de sua existência.

Acreditamos que a análise acerca das falas de *Joana* nos demonstrou, especialmente em suas interfaces com as categorias identidade racial, ancestralidade e movimento negro, o caráter político contido nessa inserção religiosa, através da qual essas mulheres buscam, em última instância, a implementação de uma nova política cultural. A partir de um processo de introspecção que deflagra a tomada de consciência enquanto mulher negra é adotada uma posição de combatividade (Silva, 2007), através da qual ela critica as atuais configurações das relações sociais e propõe-se a transformá-las.

Contribui para esse processo a concepção de que as mulheres negras são as fontes mais genuínas de conhecimento sobre elas mesmas, necessitando que os estudos sobre a temática adotem seu ponto de vista como principal fonte de análise. Da mesma forma, o lugar das diversas expressões religiosas de matrizes africanas na construção da identidade racial da população brasileira como um todo está ainda por ser desvelado, uma vez que é necessário que outros estudos se debrucem sobre a temática, enriquecendo e ampliando esse campo do conhecimento.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, S. E.; DAGNINI. E; ESCOBAR, A. (orgs.). (2000) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos – novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

BORGES, E.; MEDEIROS, C. A. e D'ADESKY, J. (2002) *Racismo, preconceito e intolerância*. São Paulo; Atual.

CARONE, I.; BENTO, M. A. (orgs.). (2002) *Psicologia social do racismo*: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes.
CASTELLS, M. (1999) *A sociedade em redes. A era da informação*: economia, sociedade e cultura. Vol I. São Paulo; Paz e Terra.
_____ (2002) *O poder da identidade, A era da informação*: economia, sociedade e cultura. Vol II. São Paulo; Paz e Terra, 3.ed.
COSTA, A. S. (2005) Questão étnico-racial: um desafio para o serviço social. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Serviço Social, PUC RS.
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS 10ª Região. (2005) *Coletânea de Leis Revista e Ampliada*. Porto Alegre.
COSTA, S. G. (2002) Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. *Estudos feministas*, nº 2, pp. 301-323.
ESCOBAR, A. (2003) "Atores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências". In: SANTOS, B. (org). *Conhecimento prudente para uma vida descente:* um discurso sobre a ciência revisitado. São Paulo: Cortez, pp. 639-666.
D'ADESKY, J. (2005) *Pluralismo étnico e multi-culturalismo*: racismos e anti-racismo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.
FONSECA, D. P. "O feminino, pelo feminino, em nome do coletivo: gênero, raça e testemunho literário". In: LIMA, T. M. & MONTEIRO, M. C. (orgs.). (2005) *Figurações do feminino nas manifestações literárias*. Rio de Janeiro, Caetés, 2005.
_____. (2003) Conversando sobre o conceito de "identidade cultural": questões sociais e percepções políticas, pp. 107-122. In: Monteiro, M. Conceição e Lima, Tereza M. O. *Dialogando com culturas*: Questões de memória e identidade. Rio de Janeiro: Vício de Leitura.
_____ & LIMA, Tereza M. O. (orgs.). (2007) *Caminhos de luz*: Apostolados afro-descendentes no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. PUC - Rio.
GIACOMINI, S. M. (1998) *Mulher e escrava*. Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes.
GOLDMANN, L. (1980*) Ciências Humanas e Filosofia*: o que é a sociologia? 8. ed. Tradução de Lupe Cotrim Garaude e José Arthur Giannotti. São Paulo: Ed. Difel.
GUIMARÃES, R. (2006) "Considerações sobre um passado recente: o racismo no Brasil". In: *Revista Debates Sociais*, v. 10, n. 15, jan., pp. 28-44.
IAMAMOTO, M. V. (2001) *O Serviço Social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001. 4. ed.
MAY, T. (2004) *Pesquisa Social*: questões, métodos e processos. 3. ed. Trad. Carlos A. S. Netto Soares. Porto Alegre: Artmed.
MINAYO, M. C.S. (org). (2007) *Pesquisa social*: teoria, método e criatividade. 25.ed. Petrópolis,: Vozes, 2007.
MOURA, C. (1988) *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática.
MOEHLECKE, Sabrina. (2002) "Ação afirmativa: história e debates no Brasil". *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, novembro/ p. 197-217.
MOTT, M. L. B. (1988) *Submissão e resistência*: a mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1988.
MUNANGA, K. (1998) "Teorias sobre o racismo". In: HASENBALG, C. A. (org.). Estudos *e Pesquisas. Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira*. Niterói/RJ, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998.
_____. (2004) *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*: identidade nacional *versus* identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica.
_____, HASENBALG, C. e SCHWARCZ, L. (1998*) Estudos e Pesquisas - Racismo*: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. EDUFF: Niterói.
NASCIMENTO, E. L. (2003) *O Sortilégio da Cor*: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus.
NASCIMENTO, A. (2006) *Ação afirmativa*: da luta do movimento negro às políticas concretas. Rio de Janeiro: CEAP.
PAOLI, M. C. e TELLES, V. S. (2000) Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, S. E.; DAGNINI. E; ESCOBAR, A. (orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos – novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG
PEREIRA, P. (2002) "Política social, cidadania e neoliberalismo: reflexão sobre a experiência brasileira". In: CARVALHO, D. B. B. (org.). *Novos paradigmas da política social*. Brasília: UNB.
PEREIRA, A. (1999) *Emergência e ruptura*: uma abordagem do movimento negro na sociedade brasileira. Palestra realizada no Seminário História do Movimento Negro no Brasil – Pós Graduação em Sociologia – Universidade Federal Fluminense – UFF Niterói, nov.
PIZA, E. & ROSEMBERG. (2002) "Cor nos censos brasileiros". In: *Psicologia social do racismo*: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, pp. 91-120.
RODRIGUES, R. S. (2006) "Identidade Negra em terreiros de candomblé de Belo Horizonte: um estudo psicossocial a partir do discurso de lideranças religiosas". Belo Horizonte: *Dissertação de Mestrado*. FAFICH – UFMG. 160 p.

SANTOS, Milton. (2008) *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. 15. ed. Rio de Janeiro: Record.
SANTOS, J. E. (1997) *Os Nagô e a Morte*. São Paulo: Vozes.
SANTOS, B. (1987) *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo, Cortez.
_____. (1997) *Pela mão de Alice*: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez Editora.
SILVA, A. (2004) *A gestão da seguridade social brasileira* – entre a política publica e o mercado. Cap. 4 – As relações entre estado e sociedade: novas formas de gestão social no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, .
SILVA, J. (2003) "A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50". In: *Estudos Afro-Asiáticos*. Vol. 25 n.º 2. RIO DE Janeiro, 2003.
SILVA, C. F. S. (2007) Violência e cidadania: aspectos relacionados às mulheres negras. *Em Debate* n. 6, 2007. Revista eletrônica do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Disponível em www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br. (Consultado na internet em 06 de março de 2008).
SILVÉRIO, Valter Roberto. (2002) "Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil". *Cadernos de Pesquisa* nº. 117, novembro, p. 219-246.
TELLES, V. (2001) *Pobreza e cidadania*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34.
THEODORO, H. (2003) "Racismo, Sexismo e Subjetividade das Mulheres Negras". In: *Pensando com o Gênero*, Núcleo de Estudos Contemporâneos. Universidade Federal Fluminense, Nierói.
Disponível em: http://www.historia.uff.br/nec/boletim01.html. (Consultado na internet em 10 de setembro de 2008).
VINAGRE SILVA, M. (2008) "O exercício do poder feminino na tradição étnico-religiosa Iorubá no Brasil: uma estratégia para concretizar direitos em uma sociedade globalizada e desigual". Trabalho apresentado na *19ª Conferência Mundial de Serviço Social.* O desafio de concretizar direitos numa sociedade globalizada e desigual. Conselho Federal de Serviço Social, Conselho Regional de Serviço Social 5ª Região, *International Federation of Social Workers* IFSW. Salvador. CD-rom. 10 p.

História política dos trabalhadores em educação do Estado de Minas Gerais/ Brasil narrada por líderes sindicais: 30 anos através das vozes do sindicato

Cynthia Rúbia Braga Gontijo
Faculdade de Políticas Públicas da Universidade do Estado de Minas Gerais
cynthia.gontijo@uemg.br
Antônio Carlos Hilário
Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
hilario@sindutemg.org.br

Resumo: A luta de trabalhadores para se organizarem por condições de trabalho e de vida condizentes com direitos sociais, ainda, não garantidos pelo Estado brasileiro, impulsionou a constituição do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais-SIND-UTE/MG. Em 2008, dos 240.453 mil trabalhadores em educação do Estado, 64.779 mil são sindicalizados, fazendo com que o SIND-UTE seja o maior sindicato de Minas Gerais e um dos maiores do País. Esse universo, representado por milhares de professores, supervisores de ensino, coordenadores pedagógicos, secretários escolares, entre outros, tem muito a dizer sobre processos históricos, muitas vezes, encobertos por discursos hegemônicos. Entende-se que os discursos se configuram no interior de prática sociais determinadas por questões que envolvem tensões e forças em cenários marcados por relações de poder desiguais no interior das relações entre classes, grupos, sujeitos. Neste Estudo, a aproximação do seu objeto histórico compromete-se com a memória dos próprios trabalhadores. Compreende-se a memória como orientadora/mediadora da história presente, portando, uma dialética em constituição. Busca-se, assim, através de relatos orais de seus diretores (1979-2009), uma aproximação do acontecer histórico a partir de suas vozes. Os relatos serão âncoras para a elaboração de uma série histórica da luta dos trabalhadores em educação no Estado, em termos de suas demandas e conquistas nos últimos 30 anos, contada por líderes sindicais dessa entidade.
Palavras-chave: trabalhadores em educação; profissão docente; lutas políticas; novo sindicalismo.

1 Situando o Estudo

> A história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise. [...] Em muitos aspectos, isso era intrigante. Por que deveria a economia mundial ter-se tornado menos estável? [...] talvez tenhamos de esperar alguns anos até que os economistas possam usar a arma última dos historiadores, a visão retrospectiva, para encontrar uma explicação convincente (HOBSBAWM, 1995, p. 394).

Sabe-se que as transformações históricas ocorridas ao longo do século XX se expressaram e se aprofundaram em diversos âmbitos societários, tais como o do trabalho e da produção, do comércio e do consumo, do entretenimento, da socialização e da transmissão de saberes; enfim, da organização das empresas, dos Estados e das sociedades, a partir da década de 70 desse século, dimensionando as dialéticas da modernidade. Em países da América Latina, as dialéticas em configuração assumem contornos diferenciados em cenários regionais e locais, em sintonia com as suas características econômicas, políticas, culturais, geográficas, entre outras. Sob tais condições, campos de lutas sobre dimensões de

inclusão/exclusão sociais emergem e se dissolvem; condicionando a constituição de círculos de tensão histórica, ora na Argentina, ora no México, ora na Colômbia, ora no Brasil.

Conforme expressa Santos (2006), os contratos sociais tornam-se categorias fundantes das racionalidades sociais e políticas da modernidade ocidental. Nesse contexto, reconhece-se que "a economia capitalista não era apenas constituída por capital, factores de produção e mercado, mas também por trabalhadores, pessoas e classes" (SANTOS, 2006, p. 321); os trabalhadores também se (re)descobrem. Se "a materialidade normativa e institucional em que se traduziu a socialização da economia esteve a cargo do Estado, regulando a economia, mediando os conflitos, reprimindo os trabalhadores até ao ponto de lhes extorquir consensos repressivos", nesse percurso, "os sindicatos tiveram um papel decisivo, o de reduzir a concorrência entre trabalhadores, fonte primacial da sobre exploração a que estavam inicialmente sujeitos" (SANTOS, 2006, p. 321-322).

No Brasil, do ponto de vista da organização sindical, as décadas de 70 e 80 foram longas. O fortalecimento dos movimentos sociais nessas décadas impulsionou o delineamento de, pelos menos, três diferentes propostas de concepção sindical: (i) a manutenção do sindicato corporativista, que agrupa os dirigentes sindicais mais tradicionais, ligados aos aparelhos burocráticos e assistencialistas do Estado; (ii) o reformista, que agrupa parte do movimento sindical e defende a unicidade sindical e sua sustentação através do imposto sindical, tendo como objetivo principal a defesa dos interesses econômicos e das condições de trabalho da classe trabalhadora assalariada; e (iii) o novo sindicalismo, concebido como classista, livre e autônomo, de massa e organizado a partir das bases, combativo na defesa dos interesses econômicos e políticos imediatos e históricos dos trabalhadores.

O novo sindicalismo brasileiro é concebido no interior de pelo menos três fenômenos que se refletem e se articulam: as greves de 78 e as instituições do Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 10 de fevereiro de 1980, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundada em 28 de agosto de 1983.

O ano de 1978 é lembrado no País pela intensa organização grevista; insatisfeitos com a macro estrutura político-econômica brasileira e global, trabalhadores oriundos de diversas centrais sindicais realizam um *boom* grevista. Para se ter uma noção, o movimento iniciou-se em maio de 78 com 100 operários da SAAB-SCANIA, em São Bernardo do Campo, município partícipe da Grande São Paulo, e após nove semanas já reunia 500.000 trabalhadores (metalúrgicos, portuários, têxteis, químicos, bancários, professores, entre outros). Iniciava-se um novo período da história do movimento operário no Brasil.

As mobilizações não ficaram restritas aos metalúrgicos da Grande São Paulo. Assim, em 18 de maio de 1979 eclodiu, em Minas Gerais/Brasil1, uma greve de professores, culminando em uma organização tal, que resultou na fundação, em 09 de julho de 1979, da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (UTE/MG). Salienta-se que a denominação do Sindicato tornou-se uma polêmica e objeto de disputa durante o congresso de sua fundação; nesse, três propostas de nome foram apresentadas e postas em votação: *União dos Professores*, *União dos Educadores* e *União dos Trabalhadores do Ensino*. De acordo com Oliveira (2006):

> na disputa pelo nome da nova entidade, Luiz Dulci em depoimento concedido ao professor João Pinto Furtado em 19 de maio de 1993 afirma que essa opção pelo nome decorre mais por uma questão prática, ou seja, se o movimento não congregasse todos aqueles que direta ou indiretamente estivessem envolvidos na educação estaria fadado ao fracasso. Por outro lado se a prioridade de alianças do movimento apontava no sentido de encontrar com os objetivos da classe trabalhadora, no nome da entidade era importante constar essa opção. [...] Dulci argumenta que os professores tinham resistência em assumir a terminologia de trabalhador por identificá-la com os trabalhadores fabris [...].

A política de se assumir uma nova concepção sobre a categoria estava colocada. Nesse contexto, a UTE/MG torna-se o primeiro sindicato brasileiro a utilizar em seu nome a denominação trabalhadores, indo ao encontro dos preceitos máximos do novo sindicalismo no País.

A luta de trabalhadores em educação para se organizarem por condições de trabalho e de vida condizentes com direitos sociais, ainda, não garantidos pelo Estado brasileiro, impulsionou a criação da UTE/MG. Esse movimento assumiu um papel histórico importante, e muitas vezes decisivo, na História política dos trabalhadores em educação do Estado de Minas Gerais, e do movimento sindical brasileiro. Em 1990, a UTE/MG, por meio de lutas dos agentes envolvidos na história pela unificação de entidades relacionadas à educação no Estado, torna-se Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG)2. Em 2007, dos 240.453 mil trabalhadores em educação em atividade no Estado, 64.779 mil são sindicalizados, fazendo com que o Sind-UTE/MG seja o maior sindicato de Minas Gerais e o terceiro maior do País.

Este texto apresenta dados preliminares de um estudo em desenvolvimento que objetiva contribuir com a compreensão da história política dos trabalhadores em educação do Estado de Minas Gerais/Brasil a partir de narrativas de líderes sindicais da UTE/MG (1979-1990) e do Sind-UTE/MG (1990-2008). Busca-se a aproximação de seu objeto de estudo

1 O Estado de Minas Gerais, localizado na região sudeste do território brasileiro, possui uma área total de 586.528,293km2, que corresponde a 7% do território nacional. Com cerca de 19 milhões de habitantes, é o estado brasileiro que tem o maior número de municípios: são 853 agrupados em doze mesorregiões. Devido à diversidade geográfica e aos processos históricos diferenciados, entre outros, seu povoamento resultou em regiões culturalmente também distintas. Assim, do ponto de vista cultural, o Estado é reconhecido internacionalmente por sua diversidade. Destacam-se, entre outros aspectos, o fato de Minas ser a terceira maior economia do Brasil, com um PIB (produto interno bruto) de cerca de R$ 192,6 bilhões, em 2007, e ser o segundo maior colégio eleitoral, com 13.772.743 milhões de eleitores em um total de cerca de 126 milhões de eleitores no Brasil. Para detalhamentos sobre a matéria, consultar: <http://www.descubraminas.com.br>.

2 Importa registrar que somente após a Constituição de 1988 é permitido aos servidores públicos brasileiros a organização de sindicatos.

– as demandas e conquistas dos trabalhadores em educação de MG – pelo comprometimento com a memória dos próprios protagonistas dessa história. Pois, compreende-se a memória como orientadora/mediadora da história presente, na medida em que as narrativas orais tornam-se nexos entre passado e presente.

2 Processos e procedimentos

> Para a adequada compreensão do significado histórico desta conjuntura é necessário ir além da analise de formações partidárias e políticas governamentais, examinando o modo como às transformações vividas pelas sociedades latino-americanas nas últimas décadas se articularam para produzir este cenário político. Esse exercício exige um olhar atento para a complexa relação entre a dimensão institucional da política e o multifacetado quadro dos movimentos sociais na região, uma tarefa para a qual os depoimentos de militantes se constituem em instrumentos preciosos, em muitos casos até mesmo insubstituíveis (FORTES, 2007, p. 14).

Este estudo, ora relatado, insere-se em um projeto de elaboração de uma série histórica da luta dos trabalhadores em educação no Estado de Minas Gerais/Brasil, através da metodologia da história oral. Pretende-se que esse projeto resulte na composição de um livro, a ser lançado em julho de 2009, ano em que o Sind-UTE/MG completará 30 anos de existência.

Para a realização do estudo, desenvolvem-se pesquisa bibliográfico-documental e histórico-oral. Assume-se aqui:

> que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade – e a da história oral como um todo – decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (ALBERTI, 2005, p.23).

Privilegiou-se no desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, a revisão da produção intelectual nas áreas Movimentos *Sociais e Educação* e *História da Educação* em que se realizou um mapeamento de textos sobre a(o) UTE/MG e Sind-UTE/MG no Banco de Teses do portal virtual da *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior* (CAPES), sistema que reúne informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação stricto senso do país, no período de 1987 a 2006. Ao lado disso, consultou-se o *Google Acadêmico*, sistema de busca de textos científicos divulgados na Internet3.

No conjunto dos textos identificados4, foram encontradas 27.341 teses (T) e dissertações (D) sobre educação, sendo que 256 tratam da temática sindicato na educação; entre essas, duas teses e três dissertações abordam a UTE/MG e o Sind-UTE/MG, conforme demonstra a tabela 1.

Tabela 1

Teses e dissertações sobre a UTE/MG e o Sind-UTE/MG-1987-06

Área/temática	D(n)	T(n)	Total (n)
Educação	22.636	4.705	27.341
Sindicato na Educação	220	36	256
UTE; Sind-UTE	3	2	5

Fonte: Dados do Estudo, 2008.

Quadro 1

Síntese das teses e dissertações sobre a UTE/MG e o Sind-UTE/MG-1987-06

Tipo	Instituição	Ano	Foco
T	UNICAMP	1999	Gestão e organização do trabalho na escola pública em MG, de 1983 a 1994.
T	UFMG	2006	Comportamento dos trabalhadores do movimento sindical em educação de MG, de 1970 a 2006.
D	UFMG	1993	Estruturação do movimento dos trabalhadores do ensino em MG, nas décadas de 80 e 90.
D	UFMG	1995	Relações sociais nas greves de 1979 e 1993 dos trabalhadores em educação de MG.
D	UFF	2006	Mudanças na concepção de sindicato, de educação, de política sindical e suas implicações para a organização do Sind-UTE/MG, entre 1990 e 2006.

Fonte: Dados do Estudo, 2008.

Em relação à pesquisa documental, levantou-se junto ao Sindicato documentos, tais como pautas e atas de reuniões, estatutos, regimentos, boletins, notícias em jornais, textos produzidos para congressos sindicais, fotografias, vídeos, entre outros, produzidos desde a sua fundação em 1979.

Ao lado disso, realizou-se entrevistas temáticas com presidentes/coordenadores5 do Sindicato de 1979 a 2008, somando-se um total de seis entrevistas.

Quadro 2

3 Ver <http://www.capes.gov.br>; <http://www.scholar.google.com.br>.

4 Também será realizado um mapeamento sobre a matéria em anais de eventos e em periódicos científicos considerados referências nessas áreas.

5 Até 1995 a UTE/Sind-UTE adotava a estrutura presidencialista em seu modelo de gestão; após essa data organiza-se em departamentos coordenados.

Presidentes/coordenadores da UTE/MG, SindUTE/MG-1979-2008

Entrevistado(a)	Período da gestão
Luiz Soares Dulci	1979-1982
Fernando Cabral	1983-1987
Rosaura Magalhães	1988-1991
Antônio Lambertucci	1992-1995
Antônio Carlos Hilário	1996-2003
Inês Camargos	2004-atual

Fonte: Dados do Estudo, 2008.

Esclarece-se que as entrevistas temáticas "versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido" (ALBERTI, 2005, p.37). Para a realização das entrevistas foram elaborados roteiros gerais, e individuais, considerando-se a biografia do entrevistado no interior do processo investigativo em pauta.

As entrevistas, com duração média de uma hora e quarenta e cinco minutos cada, foram gravadas em vídeo e áudio digitais e, por isso, se apresentou ao entrevistado uma carta de cessão de direitos sobre depoimento oral e, solicitou-lhe que a assinasse, com o intuito de assumir com ele a responsabilidade dos pesquisadores em relação à preservação e respeito às suas falas.

A escolha dos pesquisadores em iniciar o estudo empírico com os presidentes/coordenadores do Sindicato se deve ao fato de entender que esses são "bons entrevistados":

> aquele que, por sua percepção aguda de sua própria experiência, ou pela importância das funções que exerceu, pode oferecer mais do que o simples relato de acontecimentos, estendendo-se sob impressões de época, comportamento de pessoas ou grupos, funcionamento de instituições e, num sentido mais abstrato, sobre dogmas, conflitos, formas de cooperação e solidariedade grupal, de transação, situações de impacto, etc. Tais relatos transcendem o âmbito da experiência individual, e expressam a cultura de um povo, país ou Nação, chegando, a partir de categorias cada vez mais abrangentes – por que não? – ao denominador comum à espécie humana (CAMARGO, 1977, p. 4-5).

O material bibliográfico-documental e os depoimentos estão sendo processados e tratados, pautando-se por categorias de análise (cenários, atores, acontecimentos, relações de força) consideradas por Souza (1984) ferramentas necessárias para a análise de conjunturas, especialmente de movimentos sociais.

Neste texto será dada prioridade aos depoimentos dos entrevistados, conforme se passa a relatar.

3 Com a palavra: os atores dessa história

Libertas quæ será tamem.

A militância política de Luiz Soares Dulci6, um dos protagonistas da criação da UTE/MG e seu primeiro presidente, iniciou-se concomitantemente à emergência do movimento dos trabalhadores da educação em Minas Gerais/Brasil.

> Embora eu tivesse em 79, apenas 23 anos, [...] eu já tinha seis ou sete anos de magistério quando se iniciou aquela greve que resultou na criação da UTE. [...]. A minha participação se deu porque eu era professor, era uma pessoa com idéias de esquerda, [...]. O que eu quero dizer é que eu não fui escalado por uma militância [...]. A minha participação inicial no movimento dos professores se deu por interesse pessoal (Luiz Soares Dulci, 2008).

No entanto, ele foi um dos agentes que organizou as primeiras reuniões/assembléias que se configuraram como espaços públicos de compartilhamento de visões e vozes acerca das necessidades e dos desejos históricos em pauta naquele momento. Assim ele nos conta:

> Já se passarem quase trinta anos, [..] eu me lembro que fiz amizades com alguns professores devido ao trabalho, e alguns de nós decidimos juntos convocar uma primeira reunião de professores, que no inicio era mista, professores da rede pública e particular, [...] eram professores, pessoas que estavam acompanhando a situação no País, a ebulição das greves operárias, essa retomada do movimento sindical [...]. Essa reunião acabou contando com 15 ou 20 pessoas. Ali nós trocamos idéias, vimos que havia um clima favorável, que algo poderia ser feito em BH; então resolvemos convocar uma reunião mais aberta. Nós iríamos visitar algumas escolas; fizemos uma lista com nomes de pessoas que poderiam estar interessadas, que poderiam convidar colegas que também estivessem interessados em suas respectivas escolas. Nós imaginávamos que se poderia fazer uma reunião com umas 40 ou 50 pessoas e não mais, porque na época havia muito temor. [...].E acabaram aparecendo seiscentas (Luiz Soares Dulci, 2008).

Em seu depoimento, Dulci chama à atenção para o fato de que nessa, assim como em outras reuniões/assembléias ocorridas no período, floresceu diversos *corpus* sufocados com a situação do País. E ele ainda acrescenta que a concretude do florescimento das diversas visões e vozes nesses espaços condicionou a gênese da UTE, ou seja, um movimento em que todos têm o direito a voz e a vez.

> E já na primeira assembléia, um dado novo que condicionaria a UTE e o movimento sindical de educação no Brasil com base na experiência da UTE, foi a presença de trabalhadores braçais das escolas. [...] as primeiras assembléias tinham um caráter de depoimento [...] a gente ia chamando alguns, que representassem diferentes seguimentos, para dar o seu testemunho; eu me lembro dessa expressão, que vem muito da tradição cristã. Eu me lembro de uma professora primária,

6 Atualmente Luiz Soares Dulci é Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

> Dona Lourdes Paraíso, que depois veio a se tornar uma figura forte dentro do movimento, que vivia falando: "eu não sei de esquerda, não quero saber, não gosto, mas eu vim aqui pra defender o magistério, eu vim aqui pra defender a educação" [...] (Luiz Soares Dulci, 2008).

Ao lado disso, Dulci registra em sua fala que para além de conquistas materiais específicas, a possibilidade da conquista por meio de lutas é, naquele momento, o sentimento que une essas pessoas.

> Eu gosto de contar um episódio: uma vez eu estava na sede do comando de greve [...], e eu atendi ao telefone de alguém do interior [...] uma professora virou para mim e falou: "oh, já entramos em greve, quais são as reivindicações?". Isso é revelador, porque havia motivo suficiente para entrar em greve, havia insatisfação [...]. Na maioria das cidades de Minas, a greve de professores foi a primeira greve que aquela cidade conheceu em toda a sua história. O que é uma coisa fantástica (Luiz Soares Dulci, 2008).

A greve de 79 atingiu cerca de 420 municípios do Estado, tendo tido a participação direta de mais de duzentas mil pessoas; foi à tradução de inconformações sociais as quais milhares de mineiros estavam, historicamente, submetidos, em instrumento de luta política; foi o gérmen da fundação, no mesmo ano, da UTE/MG.

Legenda: 1º Assembléia Estadual da UTE-1980.

Fonte: Arquivo Sind-UTE/MG.

Fonte: Arquivo Sind-UTE/MG.

A greve se encerrou, a UTE/MG foi fundada, e aí? Em seu depoimento,FernandoCabral7,primeiro vice-presidente da UTE e seu segundo presidente, nos diz:

> A UTE foi criada num negócio meio anárquico, no primeiro estatuto eles criaram uma diretoria que não tinha responsável, mas quando você vai registrar um estatuto você tem que colocar o responsável. [...] Foi o primeiro choque de realidade: você tinha que alugar um local para funcionar a instituição. Eu me lembro que tudo aquilo que eu me preocupava, os ditos intelectuais colocavam que isso era tarefa. Sem entrar no mérito se é ser tarefeiro ou não, a questão é que você para alugar uma sede, fundar uma instituição, ela necessita de alguns pré-requisitos básicos, se você alugou alguma coisa, você tem que pagar aluguel, tem que pagar água; se você quer uma linha telefônica, você tem que pagar o telefone; você tinha que ter um empregado para fazer limpeza, para isso é preciso de dinheiro. Pressupunha-se que estava fundando alguma coisa que tinha que ter associado, você tinha que ter uma organização, inclusive, para o pessoal contribuir. Então, essa preocupação com a carteirinha, com o recibo, com o recebimento, isso tudo era encarado como coisa de tarefeiro. [...] Então, na realidade, a UTE, a partir do momento que os militantes, os não tarefeiros, se desinteressaram completamente pela UTE, foram se dedicar à militância política (Fernando Cabral, 2008).

Cabral, assim como Dulci, inicia sua militância política neste movimento. Em sua fala, registra que apesar de uma evasão por parte de determinados quadros de militantes partidários, o movimento se estrutura; algo não sem dificuldades...

7 Atualmente Fernando Cabral é Secretário de Administração Regional Municipal Centro-Sul de Belo Horizonte/MG; município organizado em sete regionais administrativas.

> Eu me lembro que, na época, os locais que a gente tinha mais dificuldade de recrutar para o movimento era, notadamente, nas cidades onde o machismo era maior. Então, nós tínhamos grandes dificuldades em João Monlevade, Caeté8... o que eu quero dizer com isso? A escola é um dos lugares de maior opressão que vocês podem imaginar. Na década de 70, nós tínhamos em Esmeraldas9, escolas onde as diretoras punham as professoras de castigo. [...] A truculência era algo medieval (Fernando Cabral, 2008).

Ao lado disso:

> [...] havia uma prepotência dos diretores de escola, que praticavam as coisas mais loucas. Teve uma diretora aqui mesmo em BH que transferiu o quarto dela para a escola; ela morava na escola, uma no Barão de Macaúbas e outra na no bairro Carlos Prates. Quando o Tancredo Neves assumiu o governo do estado, entrou outra diretora, mas aquela não saiu. Então, você chegava lá e tinha duas diretoras. E a antiga ficou lá até morrer. A escola era considerada como uma extensão da casa da diretora. A servente não limpeza só a cantina não, limpava a casa das diretoras também (Fernando Cabral, 2008).

Os entrevistados registram em suas falas que diante de um cenário marcado por interesses diversos, a UTE cria e recria instrumentos de luta diversos e diferenciados, visando garantir a sua gênese, conforme sinalizam as seguintes falas:

> [...] uma vez cercamos o prédio da secretaria de educação para tentar negociar com o secretário, [...] e ele chegou e me procurou, Paulinho Cícero Vasconcelos, e falou: "oh professor, vocês estão reivindicando negociação, e a negociação será lá dentro, e se eu não entrar como é que eu vou receber vocês lá dentro para negociar...". Então, eu procurei a dona Lourdes, e outras pessoas, [...] e aí a dona Lourdes não queria:"eu não vou deixar ele entrar, nós não vamos deixar ele entrar". [...] E eu insistindo, aquele negócio, [...] daí chegou uma hora que ela disse: "ta bom, tá bom, [...] então vamos fazer o seguinte:'pessoal vamos abrir um espaço para entrar o secretario de educação, mas do tamanho da consciência de quem vai entrar'...". Aí ele teve que entrar de lado... um corredor polonês... ele entrou todo esprimido... (risos) (Luiz Soares Dulci, 2008).

> [..] tínhamos várias formas de luta... Teve uma época em que nós fizemos as viúvas do governador Hélio Garcia, mulheres vestidas de preto andando o dia inteiro na frente do Palácio do governador [...] (risos) (Rousara Magalhães, 2008).

> É claro que já tinha pessoas com experiência em organização política dentro do movimento, mas eu aprendi ali, fazendo junto com as pessoas que estavam nessa coordenação. Por exemplo, na primeira diretoria, eu era diretora de imprensa. A gente fazia o boletim, digitava na máquina, o Luiz Dulci corrigia o texto, porque ele é professor de Português, [...] Para sair um boletim do sindicato, era uma coisa totalmente artesanal (Rousara Magalhães, 2008).

Rosaura Magalhães10, enquanto professora do magistério da educação básica participou diretamente das atividades da UTE desde a sua fundação em 79, e tornou-se a sua terceira presidente. Destaca-se o fato de ela ter sido a primeira mulher a assumir esse lugar em um sindicato que, apesar de predominantemente feminino, tinha até este momento sido gerenciado por homens. Em relação a esse processo, ela nos conta:

> O pessoal da diretoria estava querendo me colocar na direção do sindicato, mas queria que eu me preparasse já para ser candidata a presidente na próxima eleição, porque a perspectiva era à saída do Cabral. Eu falei: olha, não me sinto segura para isso não, mas vamos ver o que vai dar. Então, já tinha um grupo de pessoas que achavam que eu tinha um certo carisma frente à categoria, eu me expressava bem nas assembléias, as pessoas me ouviam, a minha representatividade estava, de certa forma, aumentando. [...] E tinha um grupo de mulheres também me cutucando, eu muito insegura, mas muitas colegas achavam que eu devia me candidatar, que a categoria era essencialmente feminina, que era importante ter à frente do sindicato uma pessoa, uma mulher. Tinha muitas militantes, mas a direção era masculina. [...] eu comecei a assumir coordenação de manifestações junto com Cabral, falando nas assembléias, tendo um lugar de maior visibilidade nas manifestações que aconteceram. Na manifestação com 30 mil pessoas em 86, eu estava na coordenação junto com Cabral; na manifestação de 60 mil pessoas em 87, naquela manifestação de quase 80 mil pessoas na praça da Rodoviária, eu estava na coordenação junto com Fernando Cabral (Rousara Magalhães, 2008).

Um importante fato na história do Sindicato ocorre em sua gestão: a unificação. Ela relembra:

> [...] existia a UTE, existia a APPMG11, que não tinha caráter sindical, mas que tentava fazer a disputa com a UTE, apesar de não se colocar muito como sindicato, tinha a associação das orientadoras, tinha a associação dos supervisores educacionais, tinha o sindicato da rede municipal... a Associação dos Professores da Rede Municipal de Belo Horizonte, tinha a associação de professores do interior e a idéia que a gente tinha, o projeto político que a gente tinha era a de criar uma entidade única dos trabalhadores em educação. [...] a UTE foi se afirmando como representação da rede pública, tanto estadual como municipal. Então, essa idéia de unificação está na origem, ela foi sofrendo determinadas alterações ao longo do processo e teve o seu auge na minha gestão. Tanto que nós realizamos em 89 o congresso de unificação. [...] Aí, nós conseguimos a troco de muitas reuniões, de muitas negociações, de muitas concessões, e tudo o mais, realizar o congresso de unificação que reuniu no estádio Mineirinho cerca de 3 mil delegados no congresso de unificação. Aí, juntou UTE, APPMG, AOEMIG12, as inspetoras saíram do processo e a associação da rede municipal de BH participou desse processo de unificação. Conseguimos fazer o congresso que definiu a unificação, o congresso elegeu uma diretoria provisória por dois anos, na qual eu fui presidente (Rousara Magalhães, 2008).

8 Municípios mineiros.

9 Idem.

10 Atualmente Rosaura Magalhães atua como professora da educação básica da rede pública estadual de Minas Gerais.

11 Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais.

12 Associação das Orientadoras Educacionais de Minas Gerais.

Legenda: Congresso de Unificação-1990.

Fonte: Arquivo Sind-UTE/MG.

Legenda: Congresso de Unificação-1990

Fonte: Arquivo Sind-UTE/MG

Antônio Lambertucci13 no período em que assumiu a presidência da UTE já tinha uma longa trajetória de militância sócio-sindical, no interior da própria UTE desde 79 e em outros movimentos sociais. Ele assumiu a coordenação em um período de transformações radicais na estrutura econômico-social do País, marcada pela intensificação da reestruturação do modo capitalista de produção, onde

> as greves perderam sua capacidade de mobilização, pois perdeu-se a crença de que a greve poderia promover mudanças significativas na sociedade [...] (Antônio Lambertucci, 2008).

Ele registra em sua fala que nesse período, sentiram-se imensas dificuldades em se organizar greves no País, e quando a pauta de reivindicação não era salarial, mais ainda; algo que se difere bastante dos períodos anteriores. Diante desse processo, perguntamos-lhe: o Sindicato já não era mais o mesmo? Lambertucci responde:

> É difícil manter a mobilização permanente, especialmente em uma conjuntura de capitalismo acirrado [...] mas sempre houve um reconhecimento muito grande da categoria do sindicato, tanto é que na minha gestão chegou-se a 50 mil filiados14, não sei como está isso hoje, [...]. Só isso já credencia o Sind-UTE/MG a ser um dos mais legítimos sindicatos do País, ainda hoje ... (Antônio Lambertucci, 2008)15.

Legenda: Greve-1991.

Fonte: Arquivo Sind-UTE/MG

13 Atualmente Antônio Lambertucci é Secretario Executivo do Ministério da Secretaria Geral da Presidência da República do governo Luiz Inácio Lula da Silva.
14 Diferentemente da maioria dos sindicatos brasileiros, os recursos obtidos pelo Sind-UTE não advém de imposto sindical (taxa compulsaria cobrada de todos os trabalhadores de determinada categoria, independentemente de sua filiação ao seu sindicato; taxa essa correspondente a um dia de trabalho anual do trabalhador). A filiação dos trabalhadores em educação ao Sind-UTE, e, portanto a contribuição mensal relativa a 1% de seu salário, é espontânea.
15 Desde 1988, o Sindicato mantém a média de 30% de filiados no Estado de Minas Gerais.

Em suas palavras, Antônio Carlos Hilário16, primeiro coordenador geral do Sind-UTE/MG após a gestão de Lambertucci, ratifica as dificuldades apontadas por esse e acrescenta:

> Desde a década de 90, tivemos que atentar para o fato de que estávamos vivendo um novo mundo, e que as nossas formas de luta por mais interessantes que tivessem sido em outras conjunturas históricas teriam quer ser repensadas, e repensar modelo não é coisa muito fácil. [...] já estava ficando cada vez mais difícil obter conquistas desde o inicio dos anos 90 [...] e fazer frente a isso. Você tem problemas para iniciar uma greve [...] problemas para terminar uma greve [...], porque vamos contando com um quantitativo menor e portanto mais agarrido que acha que todas as reivindicações devem ser atendidas. Ainda não demos conta de criar instrumentos capazes de fazer frente a isso. Precisamos repensar nossas formas de luta [...] precisamos de novas formas de luta [...] Ainda não conseguimos um veio capaz de fragilizar nosso opositor: o governo. Novos modos de se fazer sindicalismo hoje é a questão que está colocada; é o grande desafio do sindicato em geral hoje (Antônio Carlos Hilário, 2008).

Inês Camargos, coordenadora geral do Sind-UTE/MG desde 2004 e, atualmente, em sua segunda gestão, se emociona ao falar do trabalho do Sindicato na atualidade.

> A partir dos anos 90 tudo vem sendo dificultado em termos de lutas, especialmente no contexto desses governos neoliberais [...], nós fizemos várias greves já para manter aquilo que a gente lutou para conquistar. Então, isso... (lágrimas) é claro que o trabalhador quer fazer greve para avançar e nós sabemos disso, nós queremos avançar... [...] especialmente desde 2000, nós temos feito as greves, [...] para não perder aquilo que a gente conquistou. Esse que é o cenário difícil, que a categoria, muitas vezes, não conhece essa luta, a gente tem que ficar resgatando (lágrimas). (Inês Camargos, 2008).

Ao lado disso:

> [..] apesar de toda dificuldade de enfrentamento, esses 28 anos mostraram que as coisas são difíceis, mas a gente tem procurado fazer um enfrentamento e esse enfrentamento é coletivo. Por isso, o Sind-UTE/MG é o que ele é: uma missão de luta (Inês Camargos, 2008).

Legenda: Marcha pela Educação-Brasília, 25/04/2007

Fonte: Arquivo Sind-UTE/MG

O conjunto das falas sugere que há que se ter um olhar antropológico sobre o lugar e o papel do Sindicato no interior das variadas conjunturas históricas nas quais ele esteve e está situado. Adentra-se o século XXI situado concretamente em um contexto histórico determinado e cujas alterações afetaram o conjunto do mundo do trabalho, o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos, as negociações coletivas e a própria sociabilidade de um sistema baseado no trabalho. Nesse cenário, o sindicalismo brasileiro está enfrentando o desafio de se (re)configurar, o que implica para o próprio sindicato à resposta para no mínimo quatro questões básicas: (i) que sindicalismo se prática hoje no Brasil? (ii) Que sindicalismo se quer para o Brasil? (iii) Qual sindicalismo é possível atualmente no País? (iv) Que tipo de sociedade se quer construir com esse sindicalismo?

Aposta-se aqui que os trabalhadores em educação têm muito a dizer sobre essas questões:

> [...] eu me lembro de uma crônica feita por Carlos Drummond de Andrade nesse período17 dizendo de [...] que as professoras de Minas falam por nós (Luiz Soares Dulci, 2008).

4 Finalmente

Buscou-se apresentar aqui um esboço do *layout* do trabalho que se está empreendendo; algo que se tornou um desafio para os autores do estudo ora apresentado, na medida em que o universo das vizões e vozes que se expressam durante as entrevistas se revela como *lócus* permanente e necessário para um olhar antropológico daqueles que se comprometem com a leitura do depoimento. Assim, questiona-se sobre qual texto do depoimento em pauta selecionar para este trabalho; quais as implicações dessa escolha para a tentativa de promoção da legimitidade das variadas vizões, vozes e historicidades?

Continuemos...

16 Antônio Carlos Hilário após três gestões consecutivas do Sind-UTE é atualmente seu diretor administrativo-financeiro.

17 O período a que ele se refere é o da década de 80, mas parece que ainda sim: as professoras mineiras falam por nós...

Referências

ALBERTI, V. (2005). *Manual de História Oral. 3* ed. Rio de Janeiro: FGV.
CAMARGO, A. (1977*). História oral e história*. Rio de Janeiro: Cpdoc.
FORTES, A. (2007). O partido dos trabalhadores na voz de seus fundadores: história oral, memória coletiva e institucionalização. Perseu: história, memória e política. 1(1). São Paulo: Fundação *Perseu* Abramo.
HOBSBAWM, E. (1995). *Era dos Extremos*. O breve século XX (1914-1991). 2 ed. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras.
OLIVEIRA, W. (2006). *A trajetória histórica do movimento docente de Minas Gerais*: da UTE ao Sind-UTE. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais.
SANTOS, B. S. (2006). *A gramática do tempo*. São Paulo: Cortez.
SOUZA, H. S. (1984). *Análise de conjuntura*. 23 ed. Rio de Janeiro: VozeS.

A nova "Internacional Operária": rumo a uma "sociedade laboral global"?

Hermes Augusto Costa
Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
hermes@fe.uc.pt

Resumo: O movimento sindical consagrou-se historicamente como o movimento social que mais lutou para que as sociedades fossem menos desiguais e para que o grande conflito da sociedade capitalista industrial do século XIX – o conflito capital/trabalho – não constituísse a afirmação mas sim a negação de assimetrias de classe. Mesmo que tal conflito possa ter sido objecto de regulação ao longo do século passado e que nesta primeira década do século XXI possa já não ser visto sob o signo de uma luta de classes, é um facto que estruturas sindicais internacionais continuam a perseguir uma "sociedade laboral global", mais justa e democrática. Neste texto discutem-se os contributos/desafios suscitados pela constituição, em Novembro de 2006, da Confederação Sindical Internacional (CSI), por sinal o principal actor sindical mundial da actualidade. Uma vez que a edificação de um movimento sindical internacional mais homogéneo está no centro das suas preocupações e é vista como uma estratégia para combater os "patrões globais", olha-se para a CSI e questiona-se de que modo a "Nova Internacional Operária" está efectivamente a reunir diferentes organizações sindicais no seu seio e a dar testemunho efectivo de compromisso(s) com sociedades laborais menos desiguais.
Palavras-chave: sindicalismo internacional; Confederação Sindical Internacional

Introdução

Numa reflexão recente sobre as respostas dos sindicatos à globalização, Ronaldo Munck (2008: 12), ao reportar-se à nova Confederação Sindical Internacional (CSI), constituída em Novembro de 2006, refere que a ambição deste actor sindical mundial passa, em boa medida, pela necessidade de promover a articulação de interesses laborais ao nível das instituições financeiras internacionais e das multinacionais. Mas ao mesmo tempo, porém, constata que em tempos de globalização neoliberal sobra pouco espaço para um compromisso de classe durável entre aquelas organizações representantes dos interesses do trabalho e do capital. Neste contexto, sustenta que o principal dilema para as organizações laborais internacionais reside em saber se continuam a operar como se aquele compromisso de classe fosse possível ou se se juntam de forma convicta (como defende o autor) ao movimento de justiça social global protagonizado por outras organizações da sociedade civil.

Na constituição da CSI poderá vislumbra-se sobretudo um propósito de "junção de esforços" no seio do universo sindical. Tendo resultado de uma criação *top-down*, a CSI significou, na verdade, uma remoção de obstáculos à cooperação sindical nos níveis nacional e internacional, trazendo oportunidades para o movimento sindical perseguir novas ideias em novas direcções (Gumbrell-McCormick, 2006). Mas o que está em causa, ainda na opinião de Munck (2008: 14), é a adaptação a uma nova ordem global de contornos paradoxais: por um lado, há mais pessoas a auferir um salário do que nunca (estima-se em 3 biliões) mas, por outro lado, a globalização trouxe também mais proletarização e o movimento sindical ficou mais enfraquecido pelas políticas neoliberais. Está visto, pois, que é num contexto de adversidades que se delineiam as estratégias da CSI rumo a uma "sociedade laboral global". Sendo de alcance global, essas estratégias não constituem, todavia, uma *via de única*, pois não existe certamente apenas um *modo singular correcto* de praticar o internacionalismo sindical, mas sim uma multiplicidade de escalas de actuação transnacional nas quais se vertem as aspirações da CSI (enquanto organização de topo) e das mais de três centenas de organizações que a compõem.

Assim sendo, este texto começa precisamente por situar os planos de organização sindical/laboral transnacional, a partir dos quais se podem organizar respostas à globalização. Em segundo lugar, identificam-se alguns dos vícios do passado internacionalismo sindical com que a CSI tem hoje de lidar. De seguida, sistematizam-se os objectivos e campanhas da CSI. Por fim, alinham-se alguns dos desafios cruciais para o futuro da CSI e para a construção de um sindicalismo global.

A multidimensionalidade dos espaços sindicais transnacionais

Do ponto de vista da sua organização transnacional, os actores sindicais preenchem vários planos de actuação: mundial, regional, sectorial e de empresa (Caire, 2000: 22-24). No plano confederal *mundial*, o destaque vai, nos últimos 50 anos, para a Federação Sindical Mundial (FSM), criada em 1945, e para a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres

(CISL), criada em 1949. A FSM construiu a sua identidade em torno: da defesa das realizações económicas e sociais dos países socialistas, do apoio às lutas dos trabalhadores dos países colonizados e em vias de desenvolvimento, e da luta pela paz e contra o imperialismo. Por seu lado, a CISL reunia a maior parte dos sindicatos não alinhados com o Bloco de Leste: desde formas de sindicalismo reformista (de tipo socialista, social-democrata e trabalhista) a formas de sindicalismo corporativo gompersista (ligadas a Samuel Gompers, dirigente da *American Federation of Labor*), estreitamente associadas ao departamento de Estado americano. Em bom rigor, FSM e CISL foram protagonistas formais da Guerra Fria no universo sindical. O esvaziamento progressivo da FSM em resultado do fim da Guerra Fria reforçaria o peso da CISL enquanto maior estrutura sindical mundial. Entretanto, a dissolução CISL e da Confederação Mundial do Trabalho (de orientação católica e durante décadas "terceira via" entre a FSM e a CISL) levaram (em Novembro de 2006) à constituição da CSI. Em Dezembro de 2007, esta confederação sindical mundial reunia perto de 168 milhões de trabalhadores, 311 organizações filiadas provenientes de 155 países e territórios (ITUC, 2007a: 10).

No plano *regional*, embora existam organizações por continente, o maior realce vai para a Confederação Europeia de Sindicatos (CES). Criada em 1973 como corolário do processo de construção europeia, é a maior organização europeia com cerca de 60 milhões de trabalhadores filiados, repartidos por 82 confederações sindicais nacionais e 12 federações sindicais europeias, provenientes de 36 países da Europa ocidental, central e de leste (ETUC, 2008). Nas duas últimas décadas, a CES ampliou e diversificou a sua composição interna. Com a queda do Bloco de Leste, passou a acolher no seu seio organizações sindicais de tradição comunista. Por outro lado, e como corolário quer do processo anterior, quer do alargamento da UE, a CES passou a contar com mais organizações sindicais de novos países membros. Trata-se, por certo, da única organização sindical transnacional que abarca as várias correntes ideológicas de sindicalismo: socialistas "livres", cristãos e ex-comunistas. Mas é claro que para além da CES, importa assinalar as organizações regionais da CSI: desde logo, na Europa, o Conselho Regional Pan-Europeu (*Pan European Regional Council*, PERC); em África, a CSI-África (*ITUC Regional Organisation for Africa*); nas Américas, a CSI-Americas (*ITUC Regional Organisation for the Americas*); na Ásia-Pacífico, a CSI-Ásia-Pacífico (*ITUC Regional Organisation for Asia-Pacific*). Mas não se esgota aqui o leque das organizações transnacionais de âmbito regional, pois no Cone Sul, por exemplo, a Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul desempenha também papel de destaque ao nível do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL),

O plano *sectorial* é animado pelas Federações Sindicais Globais, FSGs (ex-Secretariados Profissionais Internacionais). Trata-se de organizações sindicais que representam mundialmente trabalhadores por sector de actividade e que, no quadro da CSI, ocupam um lugar no seu Conselho Geral1 (ITUC, 2007b: 16; 2008: 7). A *International Transportworkers Federation* (ITF), constituída em 1896, é uma das FSGs de maior dinamismo nos dias de hoje, manifestando solidariedade para com sindicatos e federações sindicais de âmbito local, nacional e internacional. Registe-se, além disso, o importante papel que as FSGs podem desempenhar na negociação de acordos com as empresas multinacionais (Acordos-Quadro Globais) com o propósito de fazer respeitar os direitos laborais nessas empresas.

Por fim, para o plano *empresarial* muito contribuem os Conselhos de Empresa Europeus. Constituídos em resultado da Directiva 94/45/CE (de 22.09.1994), visam melhorar o direito à informação e consulta dos trabalhadores nas empresas/grupos de empresas de dimensão comunitária. Entretanto, em empresas mais receptivas a uma cultura de "parceria social" (como a Danone, a Volkswagen, a SKF, a DaimlerCrhrysler ou a Renault) foram mesmo constituídos Conselhos de Empresa Mundiais.

Importa dizer que estes planos se complementam mutuamente e, além disso, se relacionam inevitavelmente com outros níveis de análise situado abaixo do nível de organização transnacional. Por exemplo, uma Federação Sindical Global (FSG), actua tanto no plano sectorial como no plano internacional (em sintonia com a CSI), mas ao mesmo tempo fá-lo tentando resolver problemas denunciados a partir de sindicatos nacionais e locais. Ou seja, parece sem dúvida defensável que a afirmação da CSI vai depender igualmente da capacidade para lidar com diferentes escalas de intervenção sindical. Afinal, não é suposto também que as organizações globais devam ou possam substituir as regionais ou nacionais, até porque do mesmo modo que os sindicatos nacionais foram levados a criar coligações nacionais de modo a resolver processos de governação nacional, também os processos de governação global vão requer sindicatos globais mais fortes (Stevis e Boswell, 2008: 77) ainda que em articulação com outras escalas de intervenção.

Na mesma linha de raciocínio, pode então defender-se que o *novo internacionalismo operário* não acontece apenas globalmente, mas também regional, nacional e localmente (Santos e Costa, 2004; Costa, 2006b; 2008b), pelo que movimento operário deve ser capaz de articular as diferentes escalas em que ocorrem as suas lutas de resistência. Não havendo um *locus* de afirmação exclusivo do novo internacionalismo operário, as iniciativas operárias internacionais podem depender, por exemplo, de uma boa troca de informações entre as organizações sindicais locais e nacionais vítimas de discriminações e ilegalidades e as federações sindicais globais (FSGs). Estas, pela sua capacidade de actuação internacional, ajudam a denunciar as mais variadas formas de opressão que emergem a partir do local de trabalho, da empresa ou do país. A CSI poderá e deverá certamente beneficiar desta intertextualidade entre escalas.

O requisito da ruptura com as "velhas" práticas

1 O Conselho Geral é a autoridade suprema entre congressos, dirige as actividades da CSI e faz aplicar as decisões e recomendações do Congresso.

Como foi referido acima, a CSI viu a luz do dia em Viena de Áustria, de 1 a 3 de Novembro de 2006. Sendo a maior organização sindical internacional, composta por quase 167.880.375 milhões de trabalhadores, provenientes de 311 organizações filiadas e de 153 países e territórios (ITUC, 2007a: 10). Na linha de outras organizações nacionais e internacionais que a precederam, a "Nova Internacional Operária" afirma-se como defensora de condições de trabalho dignas, direitos sociais, igualdade de oportunidades ou, tão simplesmente, paz, liberdade e democracia. O propósito legítimo da sua actuação passa por tentar suster o desmesurado avanço da globalização económica.

Mas embora a constituição da CSI tenha implicado uma dissolução prévia das principais organizações que viriam a fundá-la – a CISL e a CMT –, criando, assim, condições para a edificação de um projecto novo, de raiz, há quem defenda que se tratou, na verdade, de uma fusão e não propriamente de uma criação totalmente nova. Esse é o entendimento de Peter Waterman (2006: 20), para quem a CSI representa a continuidade com um passado internacionalista de tradição social-reformista conduzido pela CISL e CMT. Por um lado, a CISL (que agrupou durante décadas a maior parte dos sindicatos não alinhados com o Bloco de Leste) rivalizou historicamente com a Federação Sindical Mundial (FSM, cuja consolidação se fizera em torno da defesa das realizações económicas e sociais dos países socialistas), contrapondo a esta formas de sindicalismo reformista de tipo socialista, social-democrata, trabalhista ou mesmo corporativo (associadas ao departamento de Estado norte-americano). Por outro lado, a CMT, descendente da Federação Internacional dos Sindicatos Cristãos, consagrou-se pela sua orientação católica e foi produto de um projecto de democracia cristã originado a partir da Europa Ocidental.

Mas quer se trate de um projecto novo ou de um apelo *déjà vu* do sindicalismo internacional, não será desajustado falar de uma junção de esforços em resultado de um propósito amplo partilhado: a mobilização de uma solidariedade internacional para como todos/as os/as trabalhadores/as, independentemente do local onde trabalhem e das condições em que o façam (ITUC, 2007b: 5). Mas para a concretização de um projecto sindical renovado, capaz de promover uma ruptura com o passado, é importante que *a priori* a CSI se consiga distanciar de alguns dos vícios que perpassaram historicamente as principais estruturas sindicais internacionais. Por exemplo, se a *Primeira Internacional* (1864) foi atravessada por enormes divergências internas entre marxistas, proudhonistas e bakuninistas, na *Segunda Internacional* (1889) imperou o fervor colectivo e na *Terceira Internacional* (1919) o dogma partidário. Na segunda metade do século XX, também as principais confederações sindicais mundiais (CISL, CMT e FSM) promoveram o distanciamento entre lideranças e bases sindicais, ficaram demasiado amarradas aos princípios de um sindicalismo do "Norte", inspiraram-se em estratégias e ideologias europeias e norte-americanas vindas do século XIX e da primeira metade do século XX (social democracia, comunismo, sindicalismo de negócios e cristianismo social), reforçaram discursos e práticas sindicais do "centro" (brancos, anglo-saxónicos e homens), privilegiaram o debate entre as elites sindicais em vez do debate amplo com o grosso do movimento sindical, etc. Assim, a grande expectativa depositada com o nascimento da CSI passou a residir na necessidade de superação desse conjunto de vícios históricos inerentes ao próprio movimento sindical (dos quais, por sinal, as organizações fundadoras da CSI tomaram parte).

Os objectivos e campanhas da CSI

Tal como estão consagrados estatutariamente (ITUC, 2007b: 6-8), os objectivos gerais da CSI passam por: i) defender e promover os interesses e direitos de toda a classe trabalhadora, sem distinção, de modo a obter uma compensação justa pelo seu trabalho em condições de dignidade, justiça e segurança (ex: combate ao trabalho infantil, ao trabalho forçado e a todas formas de discriminação no trabalho baseadas no sexo, religião, côr, nacionalidade, orientação sexual, opinião política, etc.); ii) promover o crescimento e o reforço do sindicalismo independente e democrático (ex: reforço do recrutamento sindical não só no sector formal, mas também no sector informal da economia, etc.); iii) contrabalançar o peso da economia global, comprometendo-se com: uma distribuição justa da riqueza dentro e entre países, a protecção ambiental, o acesso universal a bens e serviços públicos, uma protecção social completa, uma aprendizagem ao longo da vida e oportunidades de trabalho decente para todos/as (ex: reforçar o papel da OIT, no estabelecimento e aplicação de padrões internacionais de trabalho; coordenar as actividades sindicais no seio das multinacionais, etc.); iv) tornar o movimento sindical mais inclusivo, capaz de responder aos pontos de vista e às necessidades de todos os sectores de uma mão-de-obra global (ex: defesa dos direitos da mulher e igualdade de género; combate ao racismo e xenofobia, defendendo os direitos dos trabalhadores migrantes; integração de jovens no movimento sindical, etc.); v) mobilizar a força, a energia, os recursos, o compromisso e o talento das suas organizações filiadas na consecução dos objectivos anteriores, de molde a converter o internacionalismo sindical numa prática quotidiana (ex: multiplicar campanhas e acções de solidariedade global; sensibilizar outras associações da sociedade para os objectivos da CSI, etc.).

Tais objectivos consolidam-se, na prática, por meio da participação em campanhas sindicais internacionais2. Aliás, como pode ler-se na página de abertura do site oficial da CSI (http://www.ituc-csi.org/), a missão primordial da CSI é a promoção e defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, mediante a cooperação internacional entre sindicatos, a

2 A noção de "campanha" deve aqui ser entendida de forma ampla, pois na verdade é sob o signo da diversidade que as campanhas têm lugar, podendo distinguir-se genericamente quatro tipos de campanhas sindicais internacionais: campanhas relativas à salvaguarda dos direitos sindicais; campanhas direccionadas para o combate à actividade das empresas; campanhas de sindicalização; e campanhas generalistas (como, por exemplo, a campanha a favor da inclusão de direitos laborais nos acordos de comércio internacional) (ICFTU, 2004: 110-126). Para uma análise de várias campanhas sindicais transnacionais passadas e em curso, cf. o nº especial da revista International Union Rigths, 15 (3), 2008; Costa, 2008a; ou os sítios www.global-unions.org/ e http://www.ituc-csi.org/spip.php?rubrique7.

realização de campanhas mundiais e a realização de acções militantes no seio das principais instituições internacionais. Em dois anos de vida, a CSI tem estado envolvida em várias campanhas, sendo que em Novembro de 2008 três delas mereciam uma chamada de atenção no site oficial da CSI:

▪ *Trabalho decente para uma vida decente* (www.decentwork.org/): é uma campanha que procura assegurar que o processo de globalização possa beneficiar todas as pessoas por igual. Trata-se de uma campanha conjunta com o *Global Progressive Forum* (www.globalprogressiveforum.org), a *Social Alert* (*www.socialalert.org/k/*) e a *Solidar* (www.solidar.org). Os objectivos principais desta campanha passam por: sensibilizar cidadãos, representantes políticos e instituições para o tema do trabalho decente; mostrar que o trabalho decente constitui a única estratégia sustentável para sair da pobreza; colocar o trabalho decente no centro das políticas económicas, comerciais, financeiras e sociais de nível europeu e internacional. Nesta sequência, em 7 de Outubro de 2008 foi mesmo organizado um dia mundial pelo trabalho decente, que constituiu uma oportunidade para sindicatos e demais organizações da sociedade defensoras de um trabalho decente se juntarem numa manifestação global (www.wddw.org e www.ituc-csi.org/IMG/pdf/WDDW_brochure_Enligsh.pdf).

▪ *Playfair 2008*: é uma campanha que teve o seu ponto alto em 2008, ano de Jogos Olímpicos. Esta campanha – cujo lema é, sugestivamente, "jogo limpo" (www.ituc-csi.org/IMG/pdf/playfair_2008.EN.pdf) – concretizou-se no apelo de adeptos do desporto, activistas e consumidores mundiais para que eventos como os Jogos Olímpicos fossem sinónimo de respeito pelos direitos laborais. Além da CSI, nesta campanha estão conjuntamente envolvidas a Federação Internacional dos Sindicatos Têxteis, Vestuário e Peles (www.itglwf.org/Default.aspx?langue=2) e com a "Campanha Roupas Limpas" (www.cleanclothes.org/) (aliança internacional de ONGs e sindicatos que trabalham em prol da melhoria dos direitos e condições de trabalho nessa indústria). Objectivos: comprometer o Comité Olímpico Internacional e as principais marcas de artigos desportivos a respeitar os direitos dos trabalhadores da indústria que produz os respectivos artigos; criar mecanismos de recepção da informação e das queixas sobre os casos de exploração.

▪ *Chamada global para a acção contra a pobreza*: é uma campanha que procura cumprir os objectivos do Desenvolvimento do Milénio estabelecidos pelas Nações Unidas, no sentido de libertar biliões de pessoas da pobreza. Configura-se, na verdade, como o maior movimento da sociedade civil do mundo que clama pelo fim da pobreza e da desigualdade (www.whiteband.org/)3.

Os desafios da CSI

O sucesso dos propósitos da CSI e do envolvimento em várias campanhas internacionais vai depender do modo como esta conseguir reforçar o projecto de contra-poder laboral global a caminho do "efectivo internacionalismo" que apregoa. A fim de garantir uma coesa unidade transnacional entre trabalhadores, a CSI não deve, a meu ver, deixar de levar em conta os seguintes desafios4:

1.***Desafio um: organização***. Este desafio que, por sinal, se encontra previsto no *Programa* da CSI (ainda que, curiosamente, não apareça à cabeça) é talvez o que melhor se encontra vertido nos objectivos da CSI. A este respeito, destaco cinco (sub)desafios organizacionais:

i) a "vigilância" sobre o cumprimento das normas da OIT. Para Kuczkiewicz e Hammerton (2006: 19), o maior desafio da CSI prende-se com a utilização dos mecanismos da OIT. Uma vez que tanto a CISL como a CMT se haviam empenhado nos últimos anos numa melhoria quantitativa e qualitativa dos comentários submetidos pelas organizações sindicais ao Comité de Peritos da OIT sobre a aplicação das convenções e recomendações da OIT por parte dos Estados que as ratificaram, a CSI deve dar continuidade a esse trabalho;

ii) o reforço do número de aderentes ao "projecto CSI"5, ou não estivesse em causa o reforço da representatividade do movimento sindical internacional;

iii) a promoção de uma articulação entre escalas de luta sindical, de modo a que não só se divulguem local e nacionalmente as lutas transnacionais, como também se divulguem transnacionalmente as lutas sindicais nacionais e locais. Neste sentido, dir-se-ia, pois (como sugeri acima) que o papel das campanha sindicais internacionais carece, em cada momento, de apoios, informações e solidariedades simultaneamente internacionais, mas também regionais, nacionais, locais e sectoriais;

iv) uma pressão sobre as multinacionais de modo a ver celebrados Acordos-Quadro Globais (A-QG) com as Federações Sindicais Globais, destinados à aplicação de padrões de trabalho aceitáveis. Do ponto de vista sindical, e ao contrário dos códigos de conduta (que envolvem tão-só uma decisão unilateral de uma multinacional), assinar um A-QG com a administração de uma multinacional6 significa, entre outros pontos: o reconhecimento de uma parceria social a nível

3 A par destas campanhas, a CSI encontra-se envolvida, entre outras, em acções relacionadas com a SIDA (programas de prevenção e de combate à discriminação), com o trabalho infantil (no sentido de garantir que cada criança possa ter educação a tempo inteiro em vez de trabalho forçado), com as instituições económicas internacionais (Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, a fim de que estas persigam estratégias de governação global em favor dos trabalhadores e dos pobres), com os jovens e as mulheres (para que os seus direitos sejam respeitados) (www.ituc-csi.org/spip.php?rubrique7)

4 Sobre os desafios para um "sindicalismo global", cf. também Costa (2008b: 295-300).

5 Não deixa de ser curioso, todavia, que entre Novembro de 2006 e Novembro de 2007 a CSI tenha diminuído o nº de filiados (de 168.169.402, em 2006, para 167.880.375, em 2007), ainda que o nº de organizações filiadas e o nº de países e territórios tenha aumentado: as organizações filiadas passaram de 304 (em 2006) para 311 (em 2007), ao passo que os países em territórios passaram de 153 (em 2006) para 155 (em 2006) (ITUC, 2006a; 2007a).

6 Em Maio de 2007, 52 A-QG haviam sido assinados, ao passo que em Dezembro 2007 havia um registo de 65 acordos (Schömann et al., 2008).

global; o fornecimento de um enquadramento global para a protecção dos direitos sindicais; o encorajamento ao diálogo social e à negociação colectiva; uma ajuda na adaptação de boas estruturas domésticas de diálogo social ao nível das multinacionais; o reforço da luta contra as violações dos padrões laborais mínimos tanto internamente quanto externamente; ou uma maior harmonização das boas condições de trabalho (Schömann *et al*., 2008).

v) uma atenção *de facto* à massa mundial de "desorganizados" que preenchem as modalidades mais dispersas do sector informal. Como referi noutro lugar (Costa, 2008b: 27), parafraseando Dan Gallin (2001), a organização dos trabalhadores no emprego informal deve ser uma prioridade para o sindicalismo tanto internacional como nacional por quatro motivos: porque o sector informal está para ficar; porque o sector informal está a crescer, ao passo que o sector formal está a ver cada vez mais reduzida a sua capacidade organizativa; porque estas duas tendências estão articuladas entre si e são irreversíveis no curto e médio prazo; e porque, consequentemente, a estabilização do sector formal e a avaliação da força internacional do sindicalismo vão depender cada vez mais da capacidade de organização em redor do sector informal. Um olhar sobre os imigrantes indocumentados certamente desafiará igualmente as preocupações da CSI no futuro.

2. ***Desafio dois: democratização***. Este desafio da *democratização* é, pelo menos em teoria, o que mais terá justificado a constituição da CSI e o que mais instigará a uma (auto)vigilância das suas práticas futuras. Justifica, pois, também uma maior problematização. A meu ver, este desafio produz implicações sobre a hierarquia e sobre a ideologia sindicais. Sobre a hierarquia, desde logo, porque compromete não só a CSI mas cada organização nela filiada a fazer o seu próprio "trabalho de casa", i.e., a descentralizar a discussão dos temas internacionais pela hierarquia organizacional, junto das bases, dos activistas, dos delegados nas empresas e não apenas em diplomacias de gabinete. Trata-se, no fundo, como sugeria acima, de romper com práticas sindicais internacionais do passado. Neste ponto a CSI, enquanto organização de topo, deveria ela própria pugnar por uma gestão equilibrada das intervenções/contributos dos diferentes actores (organizações) membros da CSI.

Por outro lado, é inevitável equacionar o papel da CSI perante os actores sindicais regionais. Isto e, quando olhamos para também o maior actor sindical europeu – a CES – constatamos que, não estando filiada na CSI (ainda que reúna uma grande maioria de organizações sindicais nacionais filiadas na CSI), se viu na contingência de ter de conservar a sua autonomia e excepcionalidade europeias. O facto de a União Europeia ser uma instância de decisão política e de a CES participar em actividades formais a nível europeu coloca-a formalmente fora da CSI (Stevis e Boswell, 2008: 73). Daí que a participação da CES na "Nova Internacional Operária" tenha suscitado a criação de um Conselho Regional Pan-Europeu (PERC) composto por organizações sindicais nacionais que, pertencendo à CES, estavam até aqui igualmente filiadas na CISL e aceitaram passar também a figurar na CSI.7 O futuro dirá, no entanto, até que ponto esse novo PERC (enquanto estrutura europeia da CSI) evitará a criação, dentro da própria CES, de *rankings* entre organizações sindicais na Europa, colocando na "primeira divisão" as organizações filiadas na CSI e na "segunda divisão" as não filiadas.

O tipo de participação das federações sindicais internacionais sectoriais (FSGs) e das confederações sindicais nacionais deve também ser ponderado de forma cautelosa (harmoniosa e não tensa) e, sobretudo, a gestão de uma herança de culturas sindicais diferenciadas entre a CISL e a CMT merece cuidado especial (Gumbrell-McCormick, 2006).

O ponto anterior já anuncia impactos do ponto de vista ideológico. Na verdade, a este nível as responsabilidades da CSI parecem aumentar. Por um lado, porque a CSI surgiu para aprofundar o diálogo entre o "Norte" e o "Sul" sindicais, na linha do que a CISL se propusera (com pouco sucesso) realizar. Com efeito, no caso da CISL, apesar de quase metade dos seus filiados ao longo da década passada ser proveniente dos países em desenvolvimento, acabaram por ser essencialmente os representantes do Norte a ocuparem os lugares de liderança nas suas estruturas directivas. Tem por isso razão Kjeld Jakobsen (2005: 66) quando afirma que uma central sindical jamais será mundial se apenas for dirigida por homens brancos dos países industrializados. A composição do Conselho Geral da CSI parece confirmar, no entanto, uma distribuição assimétrica de lugares entre o Norte e o Sul.8

Por outro lado, se a CSI veio para unir e não para dividir, é imperativo que rompa com a unipolaridade ideológica que, após a queda do Bloco de Leste, se acentuou em redor daquela que viria a ser a principal organização sindical internacional e, por sinal, a principal fundadora da CSI – a CISL –, mesmo que, como assinala Rebecca Gumbrell-McCormick (2006), a CSI tenha significado sobretudo uma superação de obstáculos entre duas das três mais importantes correntes ideológicas do movimento sindical internacional (a socialista/social-reformista e a católica). Daí que um reforço dos sinais de abertura ideológica possa constituir um meio de captar mais actores nacionais de referência para a CSI. E aqui vale a pena questionarmo-nos sobre o que sucederá com as organizações de tradicional orientação comunista (mais identificadas com a FSM) que não dispõem de filiação sindical internacional, embora estejam filiadas na maior estrutura sindical europeia – a CES – como é o caso da CGTP. Afinal, a proximidade ideológica desta central sindical com a FSM sempre a distanciou historicamente da CISL e, agora, da CSI. Para a maioria dos responsáveis da CGTP a CSI ainda funcionará mesmo como uma espécie de reencarnação do sindicalismo "pró-imperialista" da CISL, facto que tem suscitado

7 Criado em 19 de Março de 2007, de um Conselho Regional Pan-Europeu (PERC), é composto por 87 organizações filiadas na CSI, representando 85 milhões de membros.

8 O Conselho Geral da CSI é composto por 70 membros (11 de África, 18 das Américas, 15 da Ásia-Pacífico, 24 da Europa, 2 em aberto), estando reservados 8 lugares adicionais (6 para um Comité de Mulheres e 2 para um Comité de Jovens) (ITUC, 2007b: 15-18).

críticas por parte dos sectores minoritários da CGTP9. Assim, no que ao sindicalismo português diz respeito, a CSI não produziu ainda grandes alterações, antes confirmando uma postura dual perante os desafios transnacionais (Costa, 2006a). Como tal, também não surpreendeu a imediata integração da UGT na CSI, com a eleição de João Proença para o Conselho Geral da CSI (órgão de direcção entre congressos).

O "caso chinês" merece aqui também ser equacionado. Como advertem Stevis e Boswell (2008: 73-74), os sindicatos chineses continuam a fazer parte da estrutura chinesa de Estado-partido-sindicato e uma vez que a China é o principal receptor de investimento directo estrangeiro em direcção ao Sul, dificilmente qualquer sindicato não é afectado por esse processo. Na verdade, persistem discordâncias no seio da CSI e das FSGs na forma com lidar com os sindicatos chineses. Se, por um lado, os sindicatos japoneses desenvolvem relações com eles, por outro lado, os sindicatos americanos são hostis para com os sindicatos chineses, ao passo que as FSGs apresentam posições mistas de aproximação e de distanciamento. Mas em geral a CSI tem conservado uma posição hostil para com os sindicatos chineses e o modelo chinês.

3. ***Desafio três: re-politização***. Este desafio equaciona a possibilidade de construção de alianças com organizações da sociedade civil que, tal como os sindicatos, combatam a globalização ou proponham versões diferentes (i.e., sociais) desta. Segundo Ronaldo Munck (2008: 15), existem hoje sinais de um olhar mais positivo dos sindicatos para como outras organizações da sociedade civil. Um olhar sobre o *Programa* da CSI (ITUC, 2006b) parece indicar, com efeito, que essa abertura à sociedade civil não é esquecida (cf. pontos 27 e 54). Ainda assim, essa abertura parece afigura-se algo temerária, como de resto se atesta no facto de o compromisso final com um "novo internacionalismo sindical" visar sobretudo beneficiar toda a classe trabalhadora. Este esforço de construção de alianças sociais globais obriga, com efeito, a uma nova "arte de governar" do sindicalismo, i.e., a um repensar dos seus objectivos e orientações centrados exclusivamente no papel e nas funções do sindicato. Assim como é desejável que o movimento sindical transnacional se organize e democratize "para dentro" (como de certo modo sugerem os dois primeiros desafios), o desafio da re-politização reclama igualmente uma urgente (re)orientação da acção colectiva "para fora" do movimento sindical. O sucesso do combate ao projecto de integração regional hemisférica nas Américas (a Área de Livre Comércio das Américas), que reuniu organizações sindicais, movimentos sociais e ONGs constitui, a este respeito, uma referência útil que também a CSI deverá ter presente nas suas iniciativas quotidianas. Como o foram (são), de resto, campanhas como a "play-fair Olimpics" (referida acima), onde essa colaboração com ONGs parece ser uma inevitabilidade que deve ser assumida de forma natural e não forçada.

Conclusão

Como afirmei noutro lugar (Costa, 2008b: 42), um dos factores que tolhe a afirmação transnacional do sindicalismo reside na fraqueza das instituições de governação política global, pois enquanto os interesses laborais têm constituído uma prerrogativa da OIT, nomeadamente através da produção de convenções, as questões comerciais têm estado adstritas à OMC, observando-se uma dispersão das diferentes facetas das políticas económicas e de desenvolvimento por uma série de instituições como o FMI, a OCDE, o Banco Mundial, o G-8, etc. Num registo próximo, poderia reconhecer-se que a crescente globalização não conduz necessariamente a uma maior unidade entre sindicatos (Stevis e Boswell, 2008: 75). Ainda que, desde Janeiro de 2007, se tenha vindo a assistir a um reforço da cooperação entre a CSI e as FSGs – através da criação de um Conselho de Sindicatos Globais –, não existem propriamente provas de que a autoridade da CSI vá crescer. O facto de sindicatos do Sul não disporem de recursos financeiros suficientes para apoiar a estrutura da organização sindical global, ou de importantes sindicatos da África do Sul e do Brasil, por exemplo, terem enfrentado desafios de mudança em resultado de terem passado da oposição aos governos dos seus países para parceiros no poder (Stevis e Boswell, 2008: 72-73) constituem factores adversos ao sindicalismo global proposto pela CSI.

Apesar do reconhecimento do longo caminho a percorrer, será errado não reconhecer, todavia, que a CSI constitui um peça-chave da governação sindical global, desde logo porque (como sugeri acima) foi possível erigir uma unificação de forças sindicais e orientações ideológicas historicamente separadas ao longo de décadas. Esse facto foi, por si só, meritório. Por outro lado, quando recordamos os objectivos estratégicos da CSI – mudar a globalização; proceder a uma outra regulação das empresas multinacionais; defender e promover os direitos sindicais; combater a discriminação, rumo à igualdade; pôr fim ao trabalho infantil; assegurar um futuro decente para os jovens trabalhadores; defender locais de trabalho saudáveis e seguros; ter a OIT como ponto de referência global; lutar pela paz, segurança e reforço do papel da ONU; organizar campanhas de sindicalização; concretizar um novo internacionalismo para a classe trabalhadora – dificilmente podemos deixar de ver neles a procura de caminhos para que um mercado de trabalho global mais unificado seja reforçado e não permaneça como criatura mítica!

Referências Bibliográficas

Caire, Guy (2000), "Syndicalisme ouvrier et mondialisation", *in* A. Fouquet, U. Rehfeldt e S. Le Roux (orgs.), *Le syndicalisme dans la mondialisation*. Paris: Éditions de l'Atelier, 21-30.

Costa, Hermes Augusto (2006a), "Portuguese Trade Unions and European Integration:

9 "Não esquecemos que da CSI fazem parte organizações que não assumem as posições ideológicas que nos orientam. Mas elas são, de facto, representantes dos trabalhadores dos seus países, sendo que a unidade dos trabalhadores se mostra cada vez mais necessária face à falência da globalização económica neoliberal. O isolamento internacional da CGTP-IN – ou pelo menos a sua não participação de corpo inteiro na CSI – não ajuda os trabalhadores portugueses nem ajuda a construção de uma resposta social e laboral global aos ataques do capital" (Trindade e Garrido, 2008).

lessons from a dual vision", *Revue Lusotopie*, XIII (1), 7-35.
Costa, Hermes Augusto (2006b), "The old and the new in the new labor internationalism", *in* B. S. Santos (org.), *Another production is possible: beyond the capitalist canon*. London: Verso, 243-278.
Costa, Hermes Augusto (2008a), "A internacionalização dos sindicatos: os actores e as prática", *Janus 2008*, 188-189.
Costa, Hermes Augusto (2008b), *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Porto: Afrontamento.
ETUC (2008), "Our members". Brussels: ETUC. http://www.etuc.org/r/13 (consultado em 29 de Novembro de 2008).
Gallin, Dan (2001), "Propositions on trade unions and informal employment in times of globalisation", *in* P. Waterman e J. Wills (orgs.), *Place, space and the new labour internationalisms*. Oxford: Blackwell, 227-245.
Gumbrell-McCormick, Rebecca (2006), "From the Old Trade Union Internationals to the New" http://www.labourstart.org/docs/en/000382.html (consultado em 30 de Novembro de 2008).
ICFTU (2004), *A trade union guide to globalisation*. Brussels: ICFTU. http://www.icftu.org/pubs/globalisation/globguide.html (consultado em 25 de Maio de 2007).
International Union Rigths (2008), *Focus on strategic corporate campaigns*, 15 (3). London: ICTUR.
ITUC (2006a), *List of affiliated organisations*. Bruxelas. ITUC. http://www.ituc-csi.org/spip.php?rubrique180 (consultado em 25 de Maio de 2007).
ITUC (2006b), *Programme of the ITUC. Bruxelas*. ITUC. http://www.ituc-csi.org./spip.php?rubrique58 (consultado em 25 de Maio de 2007).
ITUC (2007a), *List of affiliated organisations*. Bruxelas. ITUC. http://www.ituc-csi.org/spip.php?rubrique180 (consultado em 24 de Novembro de 2008).
ITUC (2007b), *Constitution & Standing Orders: Congress, General Council, Executive Bureau*. Bruxelas: ITUC. http://www.ituc-csi.org/spip.php?rubrique58 (consultado em 24 de Novembro de 2008).
ITUC (2007c), *Governing Bodies*. Brussels: ITUC. http://www.ituc-csi.org/spip.php?rubrique58 (24 de Novembro de 2008).
ITUC (2008), *Constitutional bodies*. Brussels: ITUC. http://www.ituc-csi.org/spip.php?rubrique58 (29 de Novembro de 2008).
Jakobsen, Kjeld (2005), "La nueva central mundial. Pan y rosas?", *Cuadernos de Integración Andina*, 14, 64-69. http://www.ccla.org.pe/publicaciones/cuadernos-integracion/index.php (consultado em 25 de Maio de 2007).
Kuczkiewicz, Janek; Hammerton, Sara (2006), "Challenges for the new international", *International Union Rights*, 13 (3), 18-19.
Munck, Ronaldo (2008), "Globalisation and trade unions: towards a multi-level strategy?", *Work Organisation, Labour & Globalisation*, 2 (1), 11-21.
Santos, Boaventura de Sousa; Costa, Hermes Augusto (2004), "Introdução: para ampliar o cânone do internacionalismo operário", *in* B. S. Santos (org.), *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Porto: Afrontamento: 17-61.
Schömann, I.; Sobzack, A.; Voss, E.; Wilke, P. (2008), "International framework agreements: new paths to workers' participation in multinationals' governance?", *Transfer – European Review of Labour and Research*, 14 (1), 111-126.
Stevis, D.; Boswell, T. (2008), *Globalization and labor: democratizing global governance*. Lanham: Rowman & Littlefield Pubishers.
Trindade, Carlos; Garrido, Ulisses (2008), "Do «sindicalismo unitário» à unidade no sindicalismo", *Público*, 27 de Novembro,
Waterman, Peter (2006), "Virtually invisible: the international union merger", *International Union Rights*, 13 (3), 20-21.

A Centralidade do Trabalho no Processo de Construção da Identidade: Um Estudo com Membros do Movimento dos Trabalhadores Desempregados

Deise Luiza da Silva Ferraz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
deiseluiza@yahoo.com.br
Lívia Donida Biasotto
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
liviabias@yahoo.com.br
Leonardo Tonon
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
leotonon@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é compreender o processo de construção da identidade dos membros do Movimento dos Trabalhadores Desempregados - MTD. As reflexões são efetuadas a partir da discussão acerca do caráter ontológico do trabalho (MARX, 1996; ENGELS,

2004) e do tema identidade (CIAMPA, 1994). O uso do método de história de vida possibilitou reconstruir a trajetória de vida de duas mulheres integrantes do MTD, observando o movimento de constituição da identidade: da negação do *eu-trabalhadoras-desempregadas* a re-posição do *ser-trabalhadoras-autogeridas*. Essa reposição é causa e efeito da luta pela autonomia e reconhecimento social, cuja possibilidade de transformação potencializa a concretização das condições necessárias para o devir da identidade de *produtor-associado*, concebida ideal e conjuntamente pelos integrantes do Movimento.

Introdução

É na e pela produção e reprodução da vida – mediatizado pelo trabalho - em que se estabelecem relações sociais que condicionam tanto o lugar que o indivíduo ocupa na sociedade de classe, como a forma que ele se reconhece e como é reconhecido nela e por ela; assim, historicamente, a divisão social do trabalho propõe, aos seres humanos, distintas identidades.

O ser humano, ao estabelecer relações sociais, adquire um caráter identitário que revela uma posição concreta de igualdade ou diferenciação na estruturação social, estas relações são, portanto, significativas para a compreensão do processo de transformação e metamorfose1 da identidade.

É por intermédio do trabalho – trabalho como condição mediadora homem-natureza e atividade transformadora homem e natureza – que as relações entre os seres humanos se estabelecem. E disso decorre a centralidade do trabalho, que não pode ser desconsiderada enquanto reprodutora da existência humana e como condição necessária para a formação da identidade de seres humanos. Ciampa (1994, p. 202) refletindo sobre a concretude da constituição da identidade afirma que esta se "desenvolve pelo desejo e pelo trabalho", de modo que é impossível não reconhecer, nesse processo dialético-identitário, a historicidade e a sociabilidade.

Sob o capital, o trabalho é mercadoria e possui um duplo caráter, qual seja: satisfazer as necessidades sociais (valor de uso) e satisfazer as múltiplas necessidades de seus produtores, à medida que o produto de seu trabalho é permutável por outra espécie de trabalho (valor de troca). As relações sociais mediadas por essa forma de trabalho impõem ao homem uma diversidade de identidades intra-classe, dentre elas, destacamos a identidade de trabalhador-empregado e trabalhador-desempregado. A essas identidades estão associadas diferentes possibilidades de ação humana. Na condição de trabalhadores-desempregados, é negada, ao ser humano, a possibilidade de re-pôr a identidade, imposta pelo capitalismo, de trabalhadores-empregados; e, por via de conseqüência, desencadeia-se um processo que pode ser pela busca de re-posição desta identidade ou pela superação da mesma.

Os membros do Movimento dos Trabalhadores Desempregados instituem ações que desejam a superação da re-posição da identidade tanto de trabalhadores-empregados quanto de trabalhadores desempregados; e, no campo prático-inerte dessas ações é estabelecido esse movimento de constituição do novo ser, de uma nova identidade. Em si, este vir-a-ser identitário não é nem reformista nem revolucionário, mas, como destaca Iasi (2006, p.70) o "ser em movimento expressa com clareza cada um destes momentos". Com o objetivo de compreender esse movimento de constituição da identidade dos integrantes do MTD, elaboramos esta pesquisa. Nela, colocamos em discussão vários temas pertinentes às ciências administrativas – entendidas enquanto ciência que estuda organizações – sejam estas as que perpetuam o *status quo* da sociedade ou as que se propõem à práxis revolucionária. Dentre os temas, destacamos a questão da centralidade do trabalho enquanto categoria estruturante para a compreensão da sociedade.

Para concretizarmos o objetivo deste trabalho, utilizamos o método história de vida. Realizamos nossas reflexões partindo das situações concretas vivenciadas pelas desempregadas do MTD. Ancoramo-nos nas contribuições teóricas de autores marxistas. A seguir, no item um, elucidaremos quais são os conceitos que embasaram este estudo, bem como algumas discussões pertinentes ao tema realizadas por autores que defendem a tese do fim do trabalho. O método de coleta de dados – história de vida – será apresentado na seqüência, item dois. Neste item, também serão apresentados: o Movimento dos Trabalhadores Desempregados e as próprias entrevistadas, assegurando que as mesmas não sejam identificadas, pois, de suas trajetórias de vida, não são as singularidades que nos interessam, mas sim como constituíram suas identidades mediadas pelo trabalho e pelas relações sociais estabelecidas neste e por meio deste. A análise dos dados coletados será realizada no item três, dividida em subitens. Estas subdivisões não são estanques, apenas didáticas. Por fim, faremos algumas considerações sobre o processo de constituição da identidade do *vir-a-ser-produtor-associado*, tais considerações não se pretendem finais, pois tanto o processo identitário em estudo quanto o próprio estudo permanecem em construção.

1 A centralidade do trabalho na transformação do bicho-homem em ser humano: reflexões teóricas a respeito das transformações identitárias do trabalhador

Neste estudo, consideramos essenciais dois temas, quais sejam: trabalho e identidade. Adiantamos que o trabalho é entendido, por nós, em sua concepção ontológica, pois, mediado por ele, o homem superou sua condição de espécie e tornou-se ser humano. Entretanto, no capitalismo o trabalho é mercadoria, força de trabalho, e condiciona as possibilidades de constituição identitária do ser humano. A seguir, explicitaremos as diferentes concepções acerca do trabalho, bem como o processo dialético da constituição identitária apresentada por Ciampa (1994).

1 Optamos pela utilização da categoria metamorfose seguindo as considerações de Ciampa. Mas, consideramos relevante advertir que essa metamorfose não pode ser entendida como um processo de mudança de forma, de estrutura ou de hábitos que ocorra de forma natural ao longo da vida, nem que as novas formas identitárias assumidas já estejam pré-determinadas, como ocorre, por exemplo, com a metamorfose da lagarta em borboleta.

1.1 Trabalho – concepção ontológica

Kovács (2002), ao se opor às teses sobre o fim do trabalho defendidas por autores como Gorz (1982;1997), Offe (1989;1995), Habermas (1994) e Rifkin (2005), menciona que o trabalho, por ser mediador das relações entre os homens, não pode ser deslocado da sua centralidade enquanto reprodutor da existência humana. O trabalho se torna mediador em virtude de algumas determinações ontológicas. Antunes (2006) descreve tais determinações explicitadas por Mészáros (1995), conforme transcrito a seguir:

1. os seres humanos são parte da natureza, devendo realizar suas necessidades elementares por meio do constante intercâmbio com a própria natureza;
2. eles [os seres humanos] são constituídos de tal modo que não podem sobreviver como indivíduos da espécie à qual pertencem [...] baseados em um intercâmbio sem mediação com a natureza (como fazem os animais), regulados por um comportamento instintivo determinado diretamente pela natureza, por mais completo que esse comportamento instintivo possa ser.

Em virtude dessas características do seres humanos, o trabalho se torna uma ontologia singularmente humana. Engels (2004) afirma que o trabalho foi o criador do homem. Segundo este autor, o homem foi se constituindo historicamente enquanto *homo sapiens* e se distinguindo dos demais animais em virtude do trabalho. O trabalho realizado pelos nossos ancestrais permitiu, primeiro, que o homem interviesse na natureza, depois, realizasse ajudas mútuas que "ao mostrar assim as vantagens dessa atividade conjunta para cada indivíduo, tinha que contribuir forçosamente para agrupar ainda mais os membros da sociedade" (ENGELS, 2004, p. 18). Essa formação societal proporcionada pelo trabalho permitiu o desenvolvimento da fala e, assim, o homem em sua relação com a natureza e com outros homens, sempre mediado pelo trabalho, transforma a natureza e a si mesmo, enquanto espécie e enquanto ser.

> Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1996, p. 207).

O trabalho em Marx, portanto, é concebido enquanto criador de valor de uso. Ademais, o trabalho é um processo de materialização de algo previamente concebido acerca de algo que ainda será concretizado. É sobre esse aspecto que fala Marx quando compara o ato de arquitetar edifícios e de construir colméias. É do trabalho concebido e operacionalizado. Nas palavras de Marx: "No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente" (MARX, 1996, p. 208).

Entretanto, como destaca Engels (2004, p. 25), "a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela", produzindo uma dissociação do sujeito e objeto na objetivação da produção da vida, na qual o sujeito, como ser social, não reconhece a objetivação de sua vida, esta se apresenta como uma força estranha a sua existência. Nesse sentido, o trabalho torna-se alienante.

Ademais, além de não conceber o produto do trabalho que executará, o homem, no capitalismo, passa a não ter o controle do resultado de seu trabalho – subsunção real –, pois agora o trabalho, sob o capitalismo, é força de trabalho vendida na forma de mercadoria. É no capitalismo que o trabalhador livre tem apenas sua força de trabalho para vender. O capitalista, após comprar a força de trabalho, aplica o uso desta força fazendo o homem/mulher trabalhar e, quando já não necessita mais do valor de uso desta mercadoria comprada, desfaz-se dela, despede-o.

Deste modo, os escritos de Marx demonstram como o trabalho passa, no capitalismo, de mediador da reprodução da existência humana a força de trabalho, uma mercadoria (que tem valor de uso, valor de troca e ainda produz a mais valia). E, ao assim ser, aliena o homem. Tal alienação ocorre tanto por não poder mais conceber o produto do trabalho (divisão social do trabalho em intelectual e manual) quanto pela perda do controle do resultado da execução do mesmo (o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, mas ao capitalista que comprou a força de trabalho).

Salientamos, entretanto, que o desenvolvimento das forças produtivas tem reduzido a necessidade de força de trabalho em alguns setores avançados da economia, lançando "milhares" de seres humanos tanto para setores onde o trabalho a ser realizado é precário, quanto para o desemprego efetivo. Ou seja, não há o fim do trabalho como defende os autores citados anteriormente, mas sim uma transformação quantitativa e qualitativa nas formas de relação de compra e venda da força de trabalho. Isso tem inchado o exército de reserva. Na materialidade do desemprego, é negado aos trabalhadores a re-posição de identidade de trabalhador-empregado, ou seja, os vendedores livres da força de trabalho, mesmo ao tentarem manter a mesmice de si – conceito explicitado no próximo item – não encontram possibilidades concretas para isso. Tenciona-se, portanto, o processo identitário dos membros do exército de reserva. No item a seguir, explicitaremos como é o processo de constituição da identidade segundo Ciampa, para, *a posteriori*, elaborarmos nossas reflexões.

1.2 Identidade: a materialidade do processo de metamorfose

Ciampa (1994, p. 127) destaca: "Cada individuo encara as relações sociais configurando uma identidade pessoal. [...]. No seu conjunto, as identidades constituem a sociedade, ao mesmo tempo em que são constituídas, cada uma por ela". Portanto, a identidade humana pressupõe a concretização das relações sociais, que por sua vez, fornecem suporte a efetivação dos significados da identidade.

Jacques (2006) relata que a etimologia da palavra é originada de *idem*, que no latim denota "o mesmo", levando nesse caso, ao entendimento de identidade como algo imutável. Aponta ainda que a tradição teórica envolvendo a identidade origina-se no campo da filosofia socrático-platônica, que a definia como algo essencial, fixo, que mesmo sofrendo modificações, permanecia sempre a mesma. Por outro lado, os estudos contemporâneos envolvendo o tema passaram a ser permeados pelos elementos que constituem as relações sociais, contextualizando a identidade a partir das formas sociais existentes em um dado momento histórico.

A identidade humana pressupõe a concretização das relações sociais, estas fornecem suporte à efetivação dos significados da identidade. Para Ciampa (1994, p. 86), "[...] Só se é alguém através das relações sociais. O indivíduo isolado é uma abstração. A identidade se concretiza na atividade social. (...) Uma identidade que não se realiza na relação com o próximo é fictícia, é abstrata, é falsa". É pertinente mencionar que as identidades elaboradas no conjunto de tais relações sociais, refletem a estrutura social, caracterizando-a, ou seja, conservado-a e/ou transformando-a (CIAMPA, 1994).

É importante esclarecer que o conceito de identidade utilizado como linha mestra para as reflexões desse artigo, é a desenvolvida por Ciampa (1994) no livro "A estória de Severino e a História da Severina: um ensaio de psicologia social". O autor faz uma a respeito do processo de formação da identidade a partir do estudo de um caso fictício, o poema de João Cabral de Melo Neto e da história de vida de Severina, uma mulher de carne e osso igual a tantas outras.

Na apresentação do livro, Lane (1994, p. 10) afirma que Ciampa relaciona a identidade a uma questão política.

> Nesse sentido a Identidade passa a ser também uma questão política, pois ela está imbricada tanto na atividade produtiva de cada indivíduo quanto nas condições sociais e institucionais onde esta atividade ocorre. É política porque a partir da análise aqui feita somos levados a questionar que espaços, que possibilidades nós nos permitimos – a nós e aos outros – de, sendo nós mesmos, nos transformarmos, nos re-criarmos.

Ciampa (1994) trata a identidade como política em virtude dos entrelaçamentos das atividades produtivas, sociais e institucionais as quais os indivíduos se re-produzem e significam suas existências. Isto é, a identidade não é considerada política por ser o tema da moda nos projetos sociais e nas políticas públicas. Quando a identidade assim figura, é devido a alguma contenção social necessária à manutenção do *status quo*, à não superação das contradições.

Em Ciampa (1994, p. 35) a transformação e recriação da identidade são analisadas enquanto um processo dialético. "[...] uma identidade humana é sempre a negação do que a nega". Segundo o autor, se as condições objetivamente dadas na qual a pessoa vive forem desumanas, ou seja, não permitirem que o projeto de vida se concretize, a identidade dela será formada pela negação do que a nega.

Desenvolvendo um pouco mais o tema, Ciampa (1994) menciona que, em um primeiro momento, a tendência é considerar que a identidade é algo estanque, pois encarnamos aquilo que os outros nos atribuem. Pondo e repondo uma identidade pré-posta. Entretanto ele alerta para o fato da manifestação do ser ocorrer por meio da atividade, no desempenho "emaranhado das relações sociais" (CIAMPA, 1994, p. 127).

> Por isso, quando representamos a identidade, usamos com muita freqüência proposições substantivas (Severino é lavrador), em vez de proposições verbais (Severino lavra a terra). Pelo fato já mencionado de internalizarmos o que é predicado, a atividade coisifica-se sob forma de uma *personagem* que subsiste independentemente da atividade que a engendrou e que deveria sustentar (Severino é lavrador mas já não lavra) (CIAMPA, 1994, p. 133).

Tomar a identidade pela sua substancialidade, oculta o processo de constituição da mesma que ocorre pela atividade – pela predicação. A identidade, mais do que predicar, permite diferenciar, distinguir: "ora confunde, une, assimila. Diferente e igual" (CIAMPA, 1994, p. 137).

A substantivação da identidade, permite que o Ser apareça determinado por um traço da mesma. Nas relações sociais, o que se estabelece são partes de uma identidade que representam tanto o traço estático, a substancialidade, quanto à predicação, sendo essa o resultado de um pensar. De modo que: "Pode-se entender a identidade como a mesmice de pensar e ser" (CIAMPA, 1994, p. 142).

Assim, o estudo da identidade está vinculado a outras duas categorias, a consciência (pensar) e a materialidade (ser). Além disso "a identidade humana é vida" onde "tudo que impede a vida, impede que tenhamos uma identidade humana" (CIAMPA, 1994, p. 36). Dessa forma, os seres humanos, dotado de consciência e materialidade, buscarão uma constante concretização de sua identidade. Nesse sentido, Ciampa (1994) afirma que a materialidade da identidade não é negar seu contínuo processo de devir, onde tal materialidade não entra em conflito com as questões de metamorfose. Ao relacionar a materialidade da identidade com o seu devir, assume-se também a historicidade da identidade. "Identidade é história. Isto nos permite afirmar que não há personagens fora de uma história, assim como não há história (ao menos história humana) sem personagens" (CIAMPA, 1994, p. 157).

A relação materialidade/devir/historicidade leva os estudos da identidade a superar o entendimento da identidade apenas sob o aspecto representacional (na substancialidade – no dado) e abre a possibilidade de entendê-la em seus aspectos constitutivos, bem como nas "implicações recíprocas desses dois momentos" (CIAMPA, 1994).

Enquanto aspecto representacional, a identidade já está posta - pressuposta. Para exemplificar:

> Antes de nascer, o nascituro já é representado como filho de alguém e essa representação prévia o constitui efetivamente, objetivamente, como filho. [...] posteriormente, essa representação é interiorizada pelo indivíduo, de tal forma que seu processo de representação é incorporado na sua objetividade social, como *filho* daquela família (CIAMPA, 1994, p. 161).

A liberdade do sujeito e o processo de constituição da identidade estão na re-posição do pressuposto – ser filho daquela família – ou não. Todavia, Ciampa (1994) alerta para a relação entre o grau de liberdade e o poder a que o sujeito tem acesso. Dado as discussões sobre materialidade, consideramos que essa liberdade está vinculada sobretudo às condições materiais do indivíduo.

Cabe salientas que a liberdade no processo de re-posição do pressuposto não tem a mesma conotação da afirmação de Bauman2 (2006) de que o indivíduo pode escolher suas identidades nas lojas da modernidade líquida. Pois, no processo apresentado por Ciampa (1994), a não re-posição do previamente posto ocorre na e pela negação.

O processo de re-pôr o posto acarreta a mesmice de mim. Conforme Ciampa (1994, p. 165): os seres humanos "tentam de alguma forma continuar sendo o que chegaram a ser em um momento de sua vida". Por sua vez, as mesmices das identidades são normatizadas, "tendo em vista manter a estrutura social, vale dizer, conservar as identidades produzidas, paralisando o processo de identificação pela re-posição de identidades pressuposta, que um dia foram postas". (CIAMPA, 1994, p. 171). Nesse sentido, o conjunto das identidades reflete a estrutura social e é refletida na mesma, como mencionado anteriormente.

A constituição da identidade dos membros do MTD está em um processo de negação dessas estruturas sociais já postas, pois o seu ser-aqui é a imposição da identidade de vendedores da força de trabalho impossibilitados de vendê-la: *trabalhadores-desempregados*. Entretanto, ao negar tal identidade, contestam sua posição na estrutura social e potencializam o processo de pôr o novo, o vir-a-ser-produtor-associado. Para compreender esse processo de constituição da identidade, ouvimos histórias de vida de membros do movimento. A seguir, explicitamos algumas questões teóricas quanto ao método utilizado nesse estudo – a história de vida – bem como descrevemos como foi o processo de coleta de dados.

2 História de vida: reflexões teóricas e a prática da coleta dos dados

A história de vida integra o campo da metodologia qualitativa. É considerada por alguns autores como uma modalidade de história oral, pois enfoca a trajetória total ou parcial de uma pessoa, a partir do relato sobre a sua existência através do tempo, buscando reconstituir os acontecimentos vivenciados e a transmissão da experiência adquirida (SILVA, 1998). O relato ocorre através das lembranças dos entrevistados, onde se fazem presente: a identidade, a subjetividade e a memória. Dessa forma, o depoimento oral pode ser apresentando como fonte histórica de análise para o pesquisador.

Nas palavras de Maluf (1999), *o sentido de uma experiência só pode existir na duração, na sua incorporação em um itinerário pessoal*, através da narrativa de vida portadora de uma dimensão de desvendamento ou de revelação da pessoa, atribuindo sentido a sua experiência. Tais experiências estão imbricadas às relações sociais. Quanto a isso, Kofes (1994) salienta que as histórias de vida são instrumentos fundamentais para a análise de relações que ocorrem pela imbricação entre sujeitos singulares e experiências sociais, de modo que o singular materializa o universal.

O estudo do processo de constituição da identidade proposto neste trabalho considera que a identidade é produzida nas relações sociais, é nesse sentido que justificamos o uso da história de vida para compreender o processo de constituição do *vir-a-ser-produtor-associado*, permitindo, portanto, mostrar a complexidade da metamorfose identitária vivida por mulheres que têm em comum a condição de trabalhadoras desempregadas e que se organizaram em um movimento social radical, lócus de negação da re-posição de uma identidade imposta pelas relações sociais mediadas pelo trabalho enquanto mercadoria. Antes da discussão das análises referentes ao tema aqui proposto, pensamos ser fundamental explicitar, mesmo que resumidamente, o MTD.

2.1 O Movimento – MTD

Os desempregados que ocuparam parte das terras destinadas à General Motors (GM) no dia 22 de maio de 2000 não reivindicavam empregos, mas sim condições de criarem estruturas produtivas próprias.

> No dia 22 de maio de 2000, aproximadamente 200 famílias, em situação de desemprego, oriundas em grande maioria da região metropolitana de Porto Alegre, [...] ocuparam um terreno de 21 hectares3 na cidade de Gravataí. O objetivo principal do acampamento era o de mostrar para a sociedade a situação em que as famílias desempregadas se encontravam. Essa ocupação foi a primeira atividade pública organizada pelo MTD enquanto movimento, considerada, assim, a data de surgimento do MTD (ZERBIELLI, 2005, p.27-8).

Essa reivindicação concreta que pontuou o nascimento do MTD enquanto um instrumento de classe é parte do processo de mobilização/conscientização do exército industrial de reserva que já vinha ocorrendo desde 1995.

---

2 Sobre as considerações de Baumann (2005, p. 47) é relevante ainda mencionar que: "[...] A longo prazo, contudo, tornou-se evidente que uma dimensão mais espetacular, e talvez ainda mais influente expansão do ocidente em escala mundial foi a lenta mais implacável globalização da produção de lixo humano, ou, para ser mais preciso, "pessoas rejeitadas" – pessoas não mais necessárias ao perfeito funcionamento do ciclo econômico e portanto de acomodação impossível numa estrutura social compatível com a economia capitalista. [...] É essa exclusão, mais do que a exploração apontada por Marx um século e meio atrás, que hoje está na base dos casos mais evidentes de polarização social, de aprofundamento da desigualdade e de aumento do volume de pobreza, miséria e humilhação".
Diferente do que ele alega, mencionamos que o lixo humano é sim necessário ao funcionamento do ciclo econômico. É esse lixo que incha o exército de reserva, impossibilitando aos que estão no mercado de trabalho qualquer tipo de resistência coletiva contra as políticas de flexibilização aplicadas no mundo laboral. Ademais, esse lixo humano movimenta as economias informais, que, se realmente prejudicassem a considerada economia formal, já teria sido abolida.

3 Este terreno fazia parte do total da área destinada para a construção da montadora de automóveis General Motors. Como a empresa não utilizou essa área, o local foi definido para apontar à sociedade a situação do desemprego. Hodiernamente, tal lócus pertence ao MTD, onde cerca de 20 famílias encontram-se assentadas.

Um processo de cadastramento de desempregados, realizado pelas pastorais sociais e setores sindicais, deu início, em 1995, a congregação do exército industrial de reserva em lutas pontuais e em núcleos de base4. Em 1999, um grupo de desempregados oriundos de diversos núcleos de base pautou a necessidade de formar um instrumento efetivo para organizar os desempregados que superasse as limitações dos núcleos. Concretizou-se, portanto, a necessidade de um movimento social urbano que aglutinasse as reivindicações de uma parcela da sociedade que não pára de crescer, os desempregados.

Assim, o MTD é um instrumento de classe que está sendo construído coletivamente em cinco estados brasileiros – e não uma insurreição espontânea – e tem como objetivo a construção de um Projeto Popular para o Brasil, colocando-se como alternativa ao projeto do capital. Assim, o MTD propõem um projeto de sociedade que se construa no e pelo trabalho não submetido ao capital.

No ano de 2005, uma ação conjunta em nível nacional organizada pelo MTD ocupou 9 delegacias regionais do trabalho. Foram 2340 desempregados reivindicando Trabalho, Terra, Teto e Educação – os quatro eixos do movimento definidos no primeiro Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Desempregados e Desempregadas realizado em 2004. Esta foi a primeira de várias ações que têm sido organizadas pelo MTD em pareceria com outros setores organizados da classe-que-vive-do-trabalho, e que questionam o sistema vigente. Essas ações concretas possibilitam compreender que uma parcela do exército industrial de reserva está se reconhecendo enquanto sujeito histórico.

Como menciona Marx e Engels (2006, p. 53)

> [...] todos os homens devem estar em condições de viver para poder "fazer história". Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter moradia, vestir-se e algumas coisas a mais. O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam que haja a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e é de fato esse um ato histórico, uma exigência fundamental de toda a história, que tanto hoje, como há milênios deve ser cumprido cotidianamente e a toda hora, para manter os homens com vida.

A forma de produção da vida material no capitalismo tem negado a muitos homens e mulheres a satisfação dessas necessidades. Os trabalhadores desempregados que se organizam no MTD são exemplo desse fenômeno. A materialidade dessa negação imposta pelo sistema possibilitou as condições para que eles desenvolvessem duas reivindicações específicas, quais sejam: os assentamentos rururbanos e as frentes emergenciais de trabalho.

A proposta dos assentamentos rururbanos visa construir uma forma de garantir Trabalho, Terra, Teto e Educação. Ela é amparada pela legislação em nível nacional e estadual. A proposta do movimento, portanto, é garantir que os trabalhadores desempregados residam num espaço onde possam, coletivamente, desenvolver atividades produtivas agrícolas e industriais. As atividades agrícolas seguem os princípios agroecológicos e as atividades industriais podem ser realizadas tanto no assentamento quanto na cidade, conforme o conceito de pluriatividade5.

As Frentes Emergenciais de Trabalho (FET), que em alguns estados e municípios são regulamentadas por lei, garantem aos desempregados, por intermédio de um trabalho ainda nos moldes do capitalismo, a satisfação de suas necessidades básicas. A proposta do MTD é que as FET's não sejam mais a contratação temporária do desempregado para a prestação de serviços públicos, os chamados serviços eventuais (como lavar os colégios, reflorestar margens de arroios, etc.), mas, sim, um apoio financeiro dado aos grupos de produção para iniciarem suas atividades. Portanto, alterando o caráter de trabalho precário, submetido à lógica do capital pela possibilidade de organizar uma produção coletiva que venha a criar condições para um possível rompimento com o duplo caráter do trabalho enquanto mercadoria. Essa proposta é, via de regra, acolhida e construída principalmente por mulheres desempregadas.

A compra da força de trabalho feminina colabora com a multiplicação do capital. O ingresso da mulher no exército produtivo ocorre, em geral, nos setores mais precários da economia. Nota-se que a remuneração da força de trabalho feminina é inferior a auferida pela capacidade de trabalho masculina (NOGUEIRA, 2006). O capital beneficia-se da histórica divisão sexual do trabalho e a reproduz em nome do acréscimo da exploração da taxa da mais valia. Ademais, como destacam Márquez et al (2004) o desemprego afeta de modo diferente a homens e mulheres. Segundo estudos realizados pelos autores, "o desemprego feminino praticamente duplicou (92,8%), enquanto o contingente desempregado masculino cresceu bem menos (52,2%)" (MARQUEZ et al, 2004, p. 15). Essa realidade reflete na constituição do movimento, cuja maioria dos membros são mulheres.

Historicamente, a mobilização e a organização do MTD advêm da condição de exploração ou desvalorização da força de trabalho feminina, e o engajamento das mulheres desempregadas é que impulsionou a consolidação dessa luta de classe. Utilizando o método de história de vida, foram realizadas entrevistas com três mulheres integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados para fins da concretização do objetivo deste trabalho. As mulheres que se dispuseram para as entrevistas participam em frentes de trabalho dentro do movimento. Duas das entrevistadas trabalham em um galpão de

4 São as células de organização do MTD, local onde acontecem discussões políticas. Composto de 15 a 20 pessoas, busca-se separar os membros das famílias em núcleos diferentes para que todos e todas participem das instâncias (ZERBIELII, 2005, p. 24).

5 "[...] o termo procura focalizar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e das famílias que vivem na unidade produtiva. Preocupa- se tanto com a reprodução social e a participação no mercado de trabalho rural, como com a terra e as questões agrícolas. A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico que sempre inclui o trabalho agrícola, o que não quer dizer que esta atividade seja exclusiva ou mesmo a mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, ou ainda serem motivadas por considerações não relacionadas à agricultura. A pluriatividade permite-nos questionar o pressuposto de que a full-time farming seja tanto a norma, e, portanto, algo positivo, quanto um estado temporário, ou um mal necessário, no desenvolvimento econômico das unidades produtivas, das famílias ou das áreas rurais. Esse conceito, entretanto, no plano ideal, não é facilmente mensurável por estatísticas oficiais disponíveis (Fuller e Brun, 1988, p. 150, apud SCHNEIDER, 2003, p. 103).

reciclagem em São Leopoldo e a terceira na escola do assentamento em Gravataí. Foram estes locais de atividade produtivas, escolhidos por elas, como lócus para a realização da entrevista, o que confirma a importância do trabalho na vida dessas mulheres.

A análise da constituição da identidade das mulheres membros do MTD foi baseada em apenas duas dessas entrevistas, devido ao alto grau de representatividade nelas encontrado. As histórias das duas entrevistadas expressam muito da realidade de nossa sociedade, falando delas mesmas elas nos contaram muito de nós, ficando o singular como forma de materializar o universal. Apresentamos, a seguir, como tem se constituindo o processo identitário dos membros do movimento, nas histórias representativas de Maria e Joana.

3 Passando a palavra para Maria e para Joana: o processo de constituição da identidade dos membros do MTD

Maria e Joana foi como denominamos as mulheres que nos relataram suas vidas. Seguindo as considerações de Ciampa (1994, p. 126-7) podemos afirmar que elas são típicas brasileiras, pois, parafraseando o autor: "típicos como brasileiros que são violentados, como seres humanos que são explorados em nossa sociedade capitalista [...] em nossa sociedade de classe somos todos explorados e violentados, uns mais outros menos". A violência e exploração assumem várias formas, mas se fazem presente tanto na vida de Maria como na de Joana, tais formas são narradas por elas sempre em seus embricamentos com o trabalho.

Maria e Joana desenvolvem diferentes trabalhos ao longo da vida, a seguir apresentamos as atividades centrais que refletem significativamente na constituição da possibilidade do *vir-a-ser-proutor-associado*.

3.1 As re-posições da identidade desencadeando o processo de construção do vir-a-ser-trabalhadora

As diferentes formas de organização familiar têm como condição para sua historicidade as relações sociais efetivadas na produção material social, são as relações de trabalho presentes na família de um nascituro que condicionarão as posteriores relações sociais estabelecidas por este. Assim, pensamos ser indispensável apresentarmos as relações sócio-familiares condicionantes do processo de construção da identidade da Joana e da Maria.

3.1.1 Joana a trabalhadora-negra-filha-de-ninguem

Ciampa (1994) menciona que antes de nascer, a identidade do filho já está sendo posta enquanto expectativa, seja pela sociedade, seja pelos pais. Mas, independente dessa expectativa, o nascimento – ato natural – põe a identidade de *filho de alguém*, tal possibilidade de identidade, por vezes também é negada. Esse foi o caso de Joana, menina negra adotada por uma família de alemãs, trabalhadores rurais e donos de um pequeno estabelecimento comercial. À Joana foi lhe impossibilitado a oportunidade de ser identificada como filha de sua mãe natural e, a ela, coube a tarefa de re-pôr a identidade de *filha adotiva*. A sociedade impõe a ela essa identidade e Joana vive em sua infância e adolescência o dilema de repô-la e negá-la concomitantemente.

A reposição da identidade de filha adotiva é possível em virtude da relação estabelecida com o pai, a negação da mesma ocorre devido aos inúmeros conflitos com a mãe, que a tratava com discriminação, favorecendo seus filhos biológicos. Desde tenra idade, Joana acompanhava a mãe nos trabalhos da propriedade rural e no estabelecimento comercial, assim, observava como ocorria a atividade produtiva e como eram as condições de trabalho dos empregados informais que prestavam serviços aos seus pais. Ela revolta-se com a maneira austera que seus pais tratavam os últimos, principalmente as mulheres que, mesmo após uma manhã de trabalho, não possuíam dinheiro suficiente para comprar a alimentação de seus filhos. Na narrativa de Joana: "[...] as pessoas que capinavam e colhiam soja, as mulheres capinaram a manhã toda e ao meio-dia iam ao armazém onde eu estava cuidando para buscar alimentos e levar para casa, mas minha mãe não dava porque tinha que terminar todo o serviço primeiro". Nas relações sociais estabelecidas com esses trabalhadores, Joana é a *filha-dos-patrões*, mas para ela, é um sacrifício re-pôr tal identidade em virtude da identidade de *filha-adotiva*.

A negação de ambas identidades metamorfoseia-se na identidade de *trabalhadora-filha-de-ninguém*. Essa metamorfose é possibilitada pela discriminação que sofre por parte de sua família adotiva, pois ao negar a ela à parte da terra que lhe cabia como herança, a mãe negou-lhe a re-posição da identidade de *filha adotiva* e a possibilidade do *vir-a-ser trabalhadora-rural* impondo-lhe a mesmice de ser atendente no comércio da família que a nega. Assim, ela decidiu sair de casa, deixando para trás a imposição dessa identidade e indo morar com uma das famílias dos peões explorados por seus pais. Vendendo sua força de trabalho passa a pôr e re-pôr a identidade de *trabalhadora-remunerada*. Iguala-se aos peões e diferencia-se da sua família. Revela-se, portanto, o caráter dialético da identidade re-posta, com processo de significação de igualdade e diferenciação. Essa mulher não se identificava simplesmente pelo que ela era (filha de patrões) e sim pelo que ela viria a ser: *trabalhadora-filha-de ninguém*, invertendo os papéis de subordinação. A identidade futura da criança adotada, ser exploradora do trabalho alheio, não é concretizada. Ao negar sua condição de filha adotiva - que tem sua força de trabalho explorada por seus pais – assume a condição de mulher trabalhadora-livre, mas nem por isso, menos explorada.

Uma pausa na Joana, para explicitar a construção da identidade de trabalhadora de Maria.

3.1.2 Maria: a trabalhadora-negra-assalariada

Maria, como tantas outras, terceira filha de um total de dez. Assim como o nascituro do poema de João Cabral de Melo Neto analisado por Ciampa, Maria possuía a inesgotável plasticidade do humano em sua tenra idade, plasticidade que permite pressupor infinitas possibilidades para a futura identidade da Maria criança. Todavia, a concretização dessas

identidades é condicionada pelas condições objetivamente dadas. A condição de Maria: filha de trabalhadores pobres da periferia de uma metrópole. A identidade suposta, posta e re-posta para e por Maria se concretiza como sendo a *criança-irmã-cuidadora*. Maria não nega sua identidade e, no processo de mesmice de si, continua cuidadora até mesmo depois de vir-a-ser *jovem-trabalhadora-remunerada*. A identidade de *irmã-cuidadora* possibilitou o *vir-a-ser-babá*. Ao re-pôr essa identidade – que já era socialmente posta para ela –, Maria passa a cuidar também de sua mãe e a ser mantenedora de toda a família. A manutenção da identidade de cuidadora de sua família foi possibilitada pela venda de sua força de trabalho. A negação da identidade de cuidadora surge pela impossibilidade de poder libertar a mãe da violência doméstica. A submissão de sua mãe a constantes agressões físicas efetuadas por seu pai, são as condições concretas que negam a Maria a possibilidade da re-posição da identidade. O sentimento de impotencia em face dessa situação tenciona a identidade de cuidadora de Maria que procura estabelecer outras relações sociais – no trabalho – com o objetivo de não pôr a identidade de mulher-violenta que a condição familiar lhe impunha. A materialidade das relações sociais que negaram a re-posição de cuidadora possibilitaram que Maria negasse seu vir-a-ser *mulher-violentada,* pela re-posição da identidade de *jovem-trabalhadora-assalariada-da-industria*.

A jovem-trabalhadora casa-se e com isso, concomitantemente, lhe é imposto a identidade de *mãe-adotiva* e lhe é negado *a identidade de ser-nora*. Ser esposa, ser mãe e ser renegada pela família do esposo, é condição comum a Maria e a Joana.

A ambas foi negada a possibilidade de ser da família do esposo. À Maria, por ser *mulher-negra-trabalhadora-assalariada*, que não deixou de re-pôr sua identidade devido ao medo da imposição do vir-a-ser *mulher violentada*; à Joana, por ser *mulher-negra-filha-de-níguém*. Evidencia-se que identidades já metamorfoseadas em outras podem ser novamente impostas em virtude de novas relações sociais.

A identidade de *filha-de-ninguém* tencionou o vir-a-ser-mãe e, Joana, passa a re-pôr uma das identidades suposta para as mulheres, a de *mãe-esposa-cuidadora-do-lar*. Por outro lado, Maria nega-se a re-pôr a identidade de cuidadora, mas não deixa de re-pôr a identidade de *mãe-esposa-trabalhadora*.

Aqui cabe um parênteses na história de Maria para falar em Joana: ser *mãe-esposa-cuidadora-do-lar* não significou para Joana não ser *mãe-esposa-trabalhadora*, pois essa mulher, depois de casada, passou a re-pôr a identidade de mulher trabalhadora que garante a subsistência familiar. Em sua pequena moradia na zona rural de uma cidade da região metropolitana – obtida pela ocupação de uma área pública – ela plantava, colhia e garantia o alimento de seus filhos. Após ser abandonada pelo marido, sua nova condição não lhe possibilitava re-pôr a identidade de *mãe-esposa-cuidadora-do-lar* e, a ela, foi imposta a necessidade de vir-a-ser *trabalhadora-remunerada*. Todavia, a demanda do capital não necessita de uma *mulher-negra-filha-de-niguém-abandonada-pelo-marido-mãe-de-quatro-filhos-semi-analfabeta*. Assim, a identidade de *mulher-trabalhadora-remunerada* lhe foi negada, restando-lhe a imposição da identidade de *mulher-desempregada*.

Voltando a Maria. No processo de re-posição de *trabalhadora-assalariada*, Maria cria as condições concretas para não repetir a sina de mulher violentada vivenciada por sua mãe. Entretanto, a violência vivida por ela não foi a doméstica, mas a de trabalhadora livre submetida ao capital. Durante quase vinte anos, Maria vende sua força de trabalho para os mais diversos capitalistas. Trabalhou em indústria de calçado, em Usinas de Reciclagem e também, como diarista, prestando serviços domésticos em casas de família.

O trabalho na indústria possibilitava a Maria a seguridade social, mas também a submetia a precárias condições de trabalho, exigindo da mesma, horas seguidas de esforço físico repetitivo. Via de regra, são essas as condições que todo vendedor de sua força de trabalho encontra. Com o nascimento de seus filhos e a vinda de seu enteado para sua casa, o mercado formal de trabalho nega a Maria a possibilidade de continuar sendo trabalhadora-remunerada, pois não há como conciliar a carga horária e os cuidados com os filhos. Assim, essa mulher passa a re-pôr uma identidade de cuidadora, agora, das casas alheias. O trabalho informal lança Maria à margem do mercado de trabalho, ela vive a constante ameaça de ora ser trabalhadora-remunerada ora ser parte do exército industrial de reserva. Tão à margem quanto ela, estão seus filhos, que encontram na calçada o espaço da brincadeira, do descanso e da refeição. Entre o desempenho de uma tarefa e outra, a *mulher-cuidadora-trabalhadora* zela pelos seus filhos que, observam por cima dos muros, a força de trabalho da mãe ser utilizada.

Maria, apesar de ver seu corpo ser desgastado pelo trabalho árduo e sua saúde física e psíquica ficar debilitada em virtude das precárias condições de trabalho, nunca deixo de exercer alguma atividade remunerada, seja formal ou informalmente. Entretanto, há um momento em que o ritmo e as condições de trabalho não permitem mais a reprodução individual da força de trabalho: não há mais mercadoria a ser consumida daquele vendedor individual – "é a depressão, é o coração que já não funciona bem, é a pressão arterial que não a deixa trabalhar" (Maria). Com isso, o empregador descarta Maria e passa a comprar força de trabalho de um outro vendedor. Assim, a *trabalhadora-remunerada* vem-a-ser *desempregada-doente*.

Ser *desempregada-doente*, condição que negou a Maria a possibilidades de voltar a re-pôr a identidade de *trabalhadora-remunerada*. Todavia, são as condições necessárias para que ela repensasse seu *vir-a-ser*. O convite para participar de um núcleo de base do Movimento dos Trabalhadores Desempregados foi a possibilidade que essa mulher teve de potencializar o seu *vir-a-ser-produtora-associada*.

Refletindo a condição de Maria e a condição de Joana, o que se evidencia é que o capitalismo, em seu atual estágio de desenvolvimento, negou a ambas, a possibilidade da continuidade de re-posição de *trabalhadora-remunerada.*

Ciampa (1994, p. 165) menciona que os indivíduos podem, com muito esforço, tentar evitar a transformação de suas identidades por um processo de mesmice de si. Maria e Joana tentam essa mesmice de si. Elas pensavam-se *trabalhadoras-remuneradas*. Elas sentiam-se o que sabiam ser, mas as condições concretas lhes negavam a atividade e com isso a re-posição não passa de uma mesmice de tentar vir-a-ser o que já não se é. Nessa mesmice, elas negam a realidade de desemprego para potencializar o *vir-a-ser-produtor-associado*. Concretiza-se, assim, o ingresso no MTD.

3.2 As relações de produção no movimento: a possibilidade de vir-a-ser-produtor-associado

Como mencionado no item 2.1, as propostas de transformação da sociedade apresentadas pelo MTD negam o trabalho enquanto mercadoria e privilegiam a organização das atividades produtivas de forma coletiva, criando uma realidade potencial para o *vir-a-ser-produtor-associado*.

Na nova organização social concretizada no Movimento, a identidade das mulheres "se transforma, vai se concretizando nas e pelas novas relações sociais em que está[ão] se enredando. A materialidade dessas relações sociais faz com que a nova identidade não seja uma ficção, uma abstração imaginária" (CIAMPA, 1994, p.109).

Maria e Joana ao aceitarem o convite para juntarem-se aos membros desse Movimento negam a mesmice de permanecer na condição de trabalhadoras desempregadas, negam a situação que impõe a re-posição de uma identidade rejeitada por elas.

Maria ingressa no MTD no ano de 2003. Ela, juntamente com outras mulheres e homens que residem na mesma região periférica de uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre reivindicaram por incentivo público para a organização de uma Usina de Triagem. Foram alguns meses de movimentação pública, de fechamento de ruas e protestos em frente à prefeitura da cidade até a assinatura de uma Frente Emergencial de Trabalho que disponibilizou aquele grupo um capital inicial para a realização das atividades, além da concessão de alguns equipamentos necessários à atividade produtiva.

Depois desse apoio inicial, conquistados pelos desempregados, estes se organizarem em dois grupos para o desempenho das atividades. Um grupo, denominado catadores, responsabilizaram-se por realizar a coleta do lixo pelas ruas das cidades, outro por ficar no Galpão executando a separação do material: segundo suas categorias, metal, papel, plástico, etc.

Maria foi às ruas. Puxava diariamente, sob sol ou chuva, seu carrinho carregado de material reciclável. As 15 horas retornava ao galpão, descarregava o material e auxiliava na separação do mesmo. Algum tempo depois das atividades de coleta e separação serem efetuada sistematicamente, os membros dessa associação discutiram a necessidade de esclarecer os moradores da cidade acerca da forma correta de separar e acondicionar o lixo. Em assembléia, os integrantes do Movimento envolvidos com essa frente de trabalho decidiram que algumas pessoas assumiriam tal tarefa. Maria foi uma das mulheres que passou a realizar a conscientização da população quanto à questão do lixo, mas nunca deixou de participar da coleta ou da triagem dos resíduos sólidos. As atividades desenvolvidas por essa mulher permitiram que voltasse a ter condições concretas de re-posição da identidade de trabalhadora, todavia não mais como *trabalhadora-remunerada*, mas como *trabalhadora-autogerida*.

No MTD, tanto os assentamentos rururbanos quanto os grupos envolvidos nas frentes de trabalho privilegiam a autogestão. Pensar, discutir e efetuar o trabalho possibilitaram a Maria a cura de suas doenças. Hodiernamente, a mulher que negou a imposição de uma identidade de *desempregada-doente* encontra-se em uma situação concreta de *saudável-trabalhadora-autogerida* que tem lutado para concretizar a possibilidade de *vir-a-ser-produtora-associada*. Luta também efetuada por Joana.

Joana ingressa no Movimento no mesmo ano que Maria, mas com uma pauta de reivindicação diferente. Enquanto Maria envolveu-se apenas com as atividades produtivas do movimento via frentes de trabalho, Joana passou a residir em um espaço ocupado pelos integrantes do MTD. A reivindicação realizada pelo grupo de pessoas ao qual Joana participava incluía, além de possibilidades de desenvolver trabalhos coletivos, a obtenção de residências. Esse grupo ocupou um prédio situado na cidade de Porto Alegre e lá permaneceu por dois anos, até que as pessoas fossem remanejadas para um conjunto habitacional com infra-estrutura básica – energia elétrica e saneamento básico.

Durante os dois anos de ocupação, os integrantes do Movimento desenvolveram grupos de produção. Joana participava do grupo da horta e do de material de limpeza. Ela auxiliava na produção de legumes e hortaliças e na comercialização de alvejante, sabão, etc pelas ruas da cidade. Todo valor auferido com a venda do produto era dividido entre os membros do grupo e permitia a subsistência dos mesmos. Com o atendimento da reivindicação da moradia, grande parte dos participantes da ocupação foi transferida para um bairro popular da cidade, mas algumas pessoas optaram por residir em um assentamento rururbano do MTD. Joana mudou-se, portanto, para um espaço onde pode conjugar atividades de plantio de hortifrutigranjeiros, produção de comida caseira e a volta aos estudos.

O estudo surge, para Joana, como possibilidade de materializar a identidade de *trabalhadora-autogerida*. A construção de um conhecimento coletivo viabilizado pela reflexão e ação no e pelo trabalho coletivo realizado no Movimento potencializou a consciência da identidade que lhe era imposta – que, em sua unidade pode ser denominada de *trabalhadora-explorada* – e ao negar tal imposição, ela na prática de ser lutadora militante, no espaço coletivo do movimento, se reconhece e é reconhecida como mulher *trabalhadora-autogerida*, cuja potencialidade é de vivenciar o *vir-a-ser-produtora-associada*. Ocorre então a concretização da metamorfose da identidade, com a unidade do ser: identidade, consciência e atividade (CIAMPA, 1994).

4 Considerações Finais: o vir-a-ser revelador da possibilidade de metamorfose sustentada pela centralidade do trabalho

Projetos fazem parte da vida de qualquer ser humano. Após vivenciar condições ruins, reveladoras e/ou revoltantes, os seres humanos projetam em "seus sonhos" seu *vir-a-ser*. As relações sociais que estabelecem, sob determinadas condições concretas, condicionam suas possibilidades de re-pôr identidades impostas ou re-pôr o novo, dando outro rumo a suas vidas. Maria e Joana são exemplos representativos de que nossas histórias apresentam singularidades que refletem as condições de vida de "milhares" de pessoas que, mesmo parecendo diferentes, estão submetidas às iguais condições de exploração. Deste modo, é possível ponderar que os relatos de violência sofridos por essas duas mulheres fazem parte de uma realidade compartilhada pela classe social a qual pertencem.

O trabalho é o mediador das relações entre homem e natureza e entre aquele e outros homens, possibilitando a constituição da metamorfose de *bicho-homem* a *ser-humano*. O trabalho, enquanto mercadoria, condiciona o homem a estabelecer, entre si, relações alienantes e de exploração. Tais condicionamentos ultrapassam a esfera do mundo produtivo e interfere nas relações pessoais – familiares ou de amizade.

A identidade não é a justaposição de várias identidades, mas a unidade construída no processo das relações sociais. De um modo geral, é possível considerar que o sistema impôs, a Joana e a Maria, a unicidade da identidade de *trabalhadoras-exploradas* e, posteriormente, de *mulheres-desempregadas*. Entretanto, é com o ingresso no Movimento dos Trabalhadores Desempregados que elas negam a identidade que antes era condicionada pelo trabalho individual e não-compartilhado, e passam a pôr o novo, por meio do trabalho coletivo. A transformação da identidade implica abandonar a realidade, negá-la (CIAMPA, 1994, p.57). Fez-se necessário, portanto, abandonar a realidade de subemprego e participar das atividades de reivindicação do Movimento, abrindo a possibilidade de pôr a identidade de mulher, trabalhadora e militante. É na práxis do trabalho coletivo que elas constroem as possibilidades de *virem-a-ser-seres-humano-autônomos*.

O Movimento dos Trabalhadores Desempregados oportunizou a Maria e a Joana a possibilidade de negar as condições de sobrevivência a qual elas e "milhares" de homens e mulheres estão submetidos. Tal negação permitiu que ambas se reconhecessem em sua humanidade. Portanto, salientamos que, é justamente uma forma organizativa rechaçada pela sociedade que permitiu o resgate da dignidade humana de mulheres que viviam em condição de mercadoria descartada, sem valor de uso.

A condição de desemprego revela que a força de trabalho virou mercadoria rejeitada. A negação dessa condição tenciona as relações sociais que podem vir a criar a possibilidade de transformação social construída a partir da identidade no e pelo trabalho, demonstrando que, o trabalho, não perdeu a centralidade na vida do ser humano. A reposição da nova identidade é causa e efeito da luta pela autonomia e reconhecimento social, cuja possibilidade de transformação social potencializa a concretização das condições necessárias para a construção da identidade de *produtor-associado*, concebida ideal e conjuntamente pelos integrantes do MTD.

Portanto, destacamos que, o processo de constituição de uma nova sociedade passa, dentre ouras coisas, pela construção de novas relações sociais que os indivíduos estabelecem na práxis dos movimentos. Relações sociais que priorizem o coletivo em detrimento do indivíduo, em que a base será a solidariedade, a cooperação e a participação efetiva, onde o trabalho não será mais entendido como a exploração da mais-valia. Uma sociedade em que se terão homens e mulheres como sujeitos da história.

Essas mulheres refletem a consolidação da prática de constituição da identidade de *trabalhadores-autogeridos*, e constroem as condições necessárias para dar continuidade ao processo de metamorfose da identidade, cujo propósito, concebido ideal e coletivamente, é o *vir-a-ser-produtor-associado*. Esta se concretizará com a efetivação de uma nova sociedade (MÉSZÁROS, 2006), cujo tripé capital/trabalho/Estado seja superado.

Em uma sociedade que conseguir eliminar este tripé, o exercício do trabalho será sinônimo de auto-atividade e estará voltado para suprir as necessidades humanas efetivas e não para geração de valor de troca. Sendo assim, em outras formas de sociedade, o trabalho será entendido como fruição, como criador da vida humana, e não como seu destruidor (MÉSZÁROS, 2006). O que terá fim será a destruição causada pelo trabalho enquanto força de trabalho, e não aquele.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R. (2006). *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorail, 8 º reimpressão.

BAUMAN, Z. (2006). *Identidade*. RJ: Jorge Zahar editor.

CIAMPA, A. da C. (1994). A *estória do Severino e a história da Severina: um ensaio da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.

ENGELS, F. (2004). Sobre o Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem. In: ANTUNES, R. (org). *A dialética do Trabalho: Escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão popular.

FARIA, J. H. de. (2004a). *Economia Política do Poder: fundamentos*. Curitiba: Juruá. vol. 1.

_____. (2004b). *Economia Política do Poder: Crítica da Teoria Geral da Administração*. Curitiba: Juruá. vol. 3.

GOHN, M. da G. (2006). *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola.

GORZ, A. (1997). *Metamorfosis del trabajo*. Busqueda del sentido. Crítica de la Razón Económica. Madrid. Editorial Sistema.

_____. (1982). *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

HABERMAS, J. (1994). *A Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
IASI, M. L. (2006). *As Metamorfoses da Consciência de Classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular.
JACQUES, M. da G. C. (2006). Identidade e trabalho. In: CATTANI, D. & HOLZMANN, L. (orgs). *Dicionário de trabalho e tecnologia*. Porto Alegre: UFRGS Editora.
KOFES, S. (1994). Experiências sociais, interpretações individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites. *Cadernos Pagu* (3) (pp. 117-141).
KOVÁCS, I. (2002). Cómo hacer visible el trabajo que el discurso dominante oculta. In: *Sociología del Trabajo*, nueva época (45) (pp.25-51).
LANE, S. T. M. (1994). Prefácio. In: CIAMPA, A. da C. *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.
MALUF, S. W. (1999). Antropologia, narrativas e busca do sentido. Horizontes antropológicos, Porto Alegre, ano 5, n.12, (pp.69-82).
MARQUES, E. K.; et al. (2004). Conjunturas desfavoráveis consolidam o perfil feminino do desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: *Mulher e Trabalho*. FEE, FGTAS/SINE-RS; DIESES; SEADE-SP; FAT/TEM; PMPA: (4).
MARX, K. (1996). *O Capital Crítica da Economia Política*. Volume I, Tomo 2. São Paulo: Editora Nova Cultural.
_____. (1996). *Para a Crítica da Economia Política*. In: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultura.
MENELEU NETO, J. (1998). Desemprego e Luta de Classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, F. J. S. & OLIVEIRA, M. A. (Org.). *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. 2 ed. São Paulo: Cortez. (1), (pp. 7-252).
MÉSZÁROS, I. (2006). *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo.
NOGUEIRA, C. M. (2007). As trabalhadoras do telemarketing: uma nova dimensão sexual do trabalho? In: *V Congreso Latinoamericano de Sociología del Trabajo (ALAST)*, 2007, Montevideo. Anais do V Congreso Latinoamericano de Sociología del Trabajo (ALAST). Montevideo.
OFFE, C. (1989). *Trabalho e Sociedade. Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da "Sociedade do Trabalho"*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, (I).
_____. (1995). *Capitalismo Desorganizado. Transformações Contemporâneas do Trabalho e da Política*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.
RIFKIN, J. (1995). *O Fim dos Empregos*. São Paulo: McGraw-Hill Ltda.
SILVA, M. K. (1998). Uma introdução à História Oral. In: *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, (9).
SCHNEIDER, S. (2003). Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade - *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, (18), n. 51.
ZERBIELLI, M. A. (2005). *A Concepção de Desenvolvimento e Metodologia do Trabalho Popular do MTD: da Experiência do Belo Monte aos Novos Assentamentos Rururbanos*. Monografia de Conclusão de Curso Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial apresentado à Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Discursos de político(a)s e não-político(a)s sobre o défice de género na política e as medidas de acção positiva[1]

Maria Helena Santos
CIS (Centro de Investigação e Intervenção Social) / ISCTE
Helena.Santos@iscte.pt

Resumo: Apesar da evolução, em termos de cidadania política, continua a verificar-se um défice de género ao nível da decisão política (Inter-parliamentary Union, 2008), em todo o mundo, persistindo uma sub-representação das mulheres (e.g., Lisboa, Frias, Roque & Cerejo, 2006; Vianello & Moore, 2004). Para procurar combater as diferenças de género existentes no acesso às oportunidades (Crosby & Clayton, 2001), por exemplo, na política (Santos, 2004), vários países têm adoptado medidas, como é o caso da "Lei da Paridade", em Portugal. Contudo, há bastante controvérsia em torno deste tipo de medidas, como já vimos no caso das quotas na política (e.g., Santos & Amâncio, 2006), em que há um maior sentimento de injustiça relativamente à medida do que à própria situação de desigualdade.
No âmbito de um projecto mais amplo, que tem como objectivo geral fornecer um conhecimento aprofundado sobre os factores explicativos do défice de género que existe na política, bem como sobre as medidas que se destinam a reduzi-lo, realizámos dois estudos:
um estudo com nove entrevistas de grupo a não-político(a)s/estudantes universitários
(II) um estudo com 20 entrevistas biográficas a político(a)os/deputado(a)s de todos os partidos políticos com assento parlamentar;
(III) e uma terceira análise que confronta os dados, que estão relacionados com esta temática, dos dois estudos.
Nesta Comunicação apresentaremos os resultados desta última análise comparativa, que realizámos recorrendo ao software Alceste, e discutiremos os resultados.

1 Tese de doutoramento financiada pela FCT (refª 21628/2005) e sob a orientação da professora Lígia Amâncio (ISCTE/CIS).

Apesar da evolução mundial, em termos de cidadania política, continua a verificar-se um défice de género ao nível da decisão política (*Inter-parliamentary Union*, 2008), persistindo uma sub-representação das mulheres (e.g., Espírito-Santo, 2006; Lisboa, Frias, Roque & Cerejo, 2006; Martins & Teixeira, 2005; Vianello & Moore, 2004).

Para procurar extinguir as diferenças existentes no acesso às oportunidades (Crosby & Clayton, 2001), designadamente, entre homens e mulheres na política (ver Santos, 2004), vários países têm adoptado medidas de acção positiva, como é o caso do Sistema de Quotas, ou da "Lei da Paridade", em Portugal (Lei Orgânica nº 3/2006, 21 de Agosto)2. Desta forma, procura-se diminuir o efeito das categorias de pertença (neste caso, o sexo) nos processos de selecção e repor, efectivamente, o critério do mérito, criando-se uma sociedade mais igualitária e democrática (ver *Global Database of Quotas for Women*, 2006).

No entanto, a implementação deste tipo de medidas, tem gerado bastante controvérsia em todo o mundo, dividindo as opiniões (Crosby & VanDeVeer, 2000), independentemente do sexo, como já vimos no caso da política (e.g., Santos, 2004; Santos & Amâncio, 2007), em que, na generalidade, parece haver um maior sentimento de injustiça relativamente às quotas do que à própria situação de desigualdade.

A literatura tem apontado vários factores de "expulsão" das mulheres da política (Bettencourt & Pereira, 1995, p.11), ou obstáculos que podem contribuir para o défice de género, desde factores socioeconómicos, culturais e institucionais (Norris & Inglehart, 2001) a factores ideológicos (Espírito-Santo, 2006), neste caso, concretamente ligados à ideologia política.

A Psicologia Social tem salientado factores de ordem ideológica e psicológica.

A associação da esfera pública aos homens e da esfera privada às mulheres (e.g., Amâncio, 1994), que, apesar de tudo, continua a existir, resulta, neste caso, no facto da política continuar a ser percebida como um mundo de homens (Thébaut, 2003) e no baixo estatuto ocupacional das mulheres nas profissões a que acedem (Avelar, 2001), persistindo obstáculos informais invisíveis tanto a nível vertical, como horizontal; uma espécie de *glass ceiling*, ou *glass wall*, que impede que as mulheres alcancem os lugares de decisão (e.g., ver Powell & Butterfield, 1994; Sanchez-Mazas & Casini, 2005), como a política.

A *ideologia de género* influencia a Opinião Pública e o comportamento político, constituindo também uma barreira invisível que dificulta a entrada das mulheres (Fitoussi, 2007; Henig & Henig, 2001; Huddy & Terkildsen, 1993a;b; Vianello & Moore, 2004; Zweigenhaft & Domhoff, 1998). Existe bastante evidência em como os eleitores detêm estereótipos de género relativamente aos políticos, e o seu uso tem implicações quer na avaliação dos candidatos, quer na escolha do voto, ou na participação política (Sanbonmatsu & Dolan, 2007), tendo os *estereótipos de género* implicações potencialmente negativas para as mulheres políticas (Huddy & Terkildsen, 1993a).

Os estereótipos de género colocam as mulheres numa *situação duplamente condicionada*, uma vez que são criticadas quer adoptem estilos de liderança estereotipadamente masculinos, quer estilos de liderança estereotipadamente femininos (ver Gardiner & Tiggermann, 1999), sendo, muitas vezes, percebidas ainda mais negativamente pelas próprias mulheres (Mathison, 2001). Esta reacção pode dever-se ao *síndroma da abelha rainha* (Kanter, 1977b), que descreve os discursos individualistas e de negação da discriminação baseada no sexo adoptados, muitas vezes, pelas mulheres que têm sucesso em âmbitos tradicionalmente masculinos, como são disso exemplo as poucas mulheres (*tokens*) que chegam a cargos de direcção (e.g., Nogueira, 1996). Parece que, por interiorizarem de tal forma o estereótipo de género, se acomodam ao sistema, não o questionando (e.g., Jost, Burgess & Mosso, 2001) ou até mesmo reforçando a sua situação de submissão. Este tipo de discursos das mulheres de sucesso constitui, assim, um obstáculo à mobilidade das mulheres, em geral, ao salientar o individualismo e a negação da discriminação. De facto, se este paradoxo, designado por alguns autores (e.g., Crosby, 1982) de *efeito de negação da discriminação pessoal*, tem sido identificado como uma *estratégia de coping*, ligada ao controlo pessoal e à defesa da auto-estima (cf., Crosby & Clayton, 2001), também constitui um obstáculo à mudança social (Taylor & McKirnan, 1984), visto que se os membros dos grupos potencialmente discriminados percebem uma maior discriminação dirigida ao seu grupo do que a eles próprios, podem não agir para melhorar a situação (Olson & Hafer, 2001).

Neste contexto, também é importante considerar os factores externos (Palacios, 2004), como é o caso do contexto, designado por alguns autores de *tokenism* (e.g., Kanter, 1977a, b) e que tem a ver com a elevada restrição do contexto inter-grupal. De acordo com esta Teoria, os indivíduos tornam-se *tokens* quando são uma minoria pequena, sendo mais percebidos como símbolos/modelos da sua categoria do que indivíduos. Trata-se de um contexto ambíguo, porque, na realidade, é vedado aos membros dos grupos desfavorecidos, que, por vezes, acreditam ter poucas oportunidades, porque (des)merecem e não por serem discriminados. E, por outro lado, a sua (escassa) presença vai ajudando a legitimar o sistema (Zweigenhaft & Domhoff, 1998) e a manter o *status quo*, sendo utilizados como prova justificativa da não existência de discriminação, reforçando e legitimando a ideologia dominante, segundo a qual o mérito é o único critério para o êxito (Taylor & McKirnan, 1984).

Assim, outro factor que é importante considerar, prende-se com o *mito do mérito*, ou seja, a *ideologia meritocrática*, fundamental na democracia Ocidental (Crosby & Blanchard, 1989). O mérito está sempre presente tanto nos debates públicos sobre as medidas de acção positiva (e.g., o sistema de quotas), como nas percepções de justiça relativamente

2A Lei impõe a representação mínima de 33,3% de cada um dos sexos nas listas candidatas às eleições legislativas, autárquicas e europeias. Será estabelecido um sistema de multas para os que não cumprirem as quotas, podendo perder parte do subsídio estatal.

às mesmas. Contudo, como mostrámos num estudo experimental (Santos, 2004; Santos & Amâncio, 2007), a avaliação do mérito também é influenciada pela *ideologia de género*, que, no contexto político, é percebido como um atributo masculino (Santos, 2004; Santos & Amâncio, 2007), sobretudo pelas mulheres. Além disso, num estudo qualitativo (Santos, 2004; Santos & Amâncio, 2004), mostrámos que as competências ideais, para se exercer um cargo político, resumem-se, praticamente, a traços de personalidade (Santos & Amâncio, 2004), geralmente, associados ao masculino, do ponto de vista dos estereótipos de género (Amâncio, 1994).

De entre a *ideologia de género*, as novas formas de sexismo, como o *Sexismo Ambivalente* (Glick & Fiske, 1996) ou o *Sexismo Moderno* (Swim, Ainkin, Hall, & Hunter, 1995), que negam a discriminação contra as mulheres, responsabilizando-as da situação de desvantagem social em que se encontram (Palacios, 2004), baseando-se, assim, na *ideologia meritocrática*, também constituem um enorme obstáculo, porque individualizam os processos de discriminação grupal (Amâncio, 2004). Para Sidanius e Pratto (1999), a maior parte das formas de conflitos grupais e de opressão (e.g., sexismo e racismo), são diferentes manifestações da mesma predisposição humana básica para formar hierarquias sociais baseadas nos grupos. O *sexismo* pode, portanto, ser visto como uma ideologia, ou um elemento estruturador e legitimador do sistema (e.g., Jost & Banaji, 1994, Siddanius & Pratto, 1999), que mantém as diferenças entre homens e mulheres, favorecendo a superioridade dos homens.

Assim, tendo em conta que tanto os membros dos grupos desfavorecidos, como os membros dos grupos favorecidos assimilam as ideologias (Morales, 2005), torna-se importante procurarmos perceber quer as opiniões dos membros dos grupos desfavorecidos, quer as opiniões dos membros dos grupos favorecidos.

O *objectivo geral* deste trabalho, para além de procurar mostrar a *genderização* da profissão de político/a, através da sua associação ao masculino (Santos, 2004), pretende fornecer um conhecimento aprofundado sobre os factores explicativos do *défice de género* na política, bem como sobre as medidas de acção positiva que se destinam a reduzi-lo.

Para tal, foram realizados dois estudos qualitativos: (I) um estudo com entrevistas biográficas a polític@s; (II) e outro estudo com entrevistas de grupo a não-polític@s.

Nesta Comunicação apresentamos uma análise em que comparamos as questões que são comuns aos dois guiões das entrevistas, relativamente ao *défice de género* existente na política, bem como às medidas que procuram diminui-lo. Pensamos que esse confronto nos permitirá identificar a partilha de dimensões representacionais sobre a esfera política, as novas formas de sexismo e a ideologia meritocrática. São as seguintes as questões qu orientaram a nossa pesquisa:

(I) Se os Significados de género estão associados aos atributos e competências exigidos aos polític@s (Santos, 2004);

(II) Perceber se a sub-representação das mulheres na política constitui um problema de ordem social (se as pessoas percebem que há discriminação) e/ou política (se questionam a qualidade da democracia representativa),

(III) Qual a origem dessa situação, de modo a analisar se as atribuições usadas salientam atributos internos às mulheres, de acordo com as atitudes de sexismo moderno que tendem a responsabilizar as mulheres pela sua própria condição (Palacios, 2004), ou se salientam atributos externos, de ordem social;

(IV) Que tipo de soluções são propostas (caso considerem a questão como um problema);

(V) E, finalmente, o que pensam de medidas, como o Sistema de Quotas ou da Lei da Paridade.

Estudo com entrevistas biográficas a polític@s

Neste estudo foram realizadas 20 entrevistas biográficas a 11 deputadas e nove deputados em actividade nos partidos políticos portugueses com representação parlamentar (BE, PEV, PCP, PS, PSD ECDS/PP). As suas idades situam-se entre os 28 e os 62 anos (*M*=45,95; *DP*=11,52), sendo a média de idades das deputadas superior (*M*=47,7) à dos deputados (*M*=43,8).

Trata-se de uma população onde não é muito fácil chegar, por isso, foi utilizada a técnica, geralmente, designada "*bola de neve*", ou seja, à medida que se faziam as entrevistas, pediam-se mais alguns contactos, de modo a assegurar entrevistas dos deputados e deputadas de todos os partidos políticos com assento parlamentar.

As entrevistas foram todas realizadas por mim própria, na Assembleia da República, entre Dezembro de 2006 e Junho de 2007, e demoraram entre 40 minutos a 3:45 horas. O número de entrevistados é, aproximadamente, proporcional aos partidos3, à excepção do CDS/PP, porque, apesar dos esforços nesse sentido, não conseguimos realizar mais entrevistas.

Estudo com entrevistas de grupo a não-polític@s

Foram realizadas nove entrevistas de grupo em que participaram 51 estudantes de uma Universidade de Lisboa, dos quais seis são também trabalhadores (26 do sexo feminino e 25 do sexo masculino), com a seguinte configuração: *três grupos homogéneos* femininos (constituídos por participantes do sexo feminino), *três grupos homogéneos masculinos* (constituídos por participantes do sexo masculino), e *três grupos heterogéneos* (constituídos por três participantes do sexo feminino e três do sexo masculino). Estiveram sempre presentes seis pessoas à excepção de três grupos homogéneos, onde participaram apenas cinco pessoas. As suas idades variam entre 18 e 41 anos (*M*geral = 21,4 anos; *M*homens = 21,5 anos; *M*mulheres = 21,4 anos).

3 http://www.parlamento.pt/deputados/deputados_gp.aspx

Em termos políticos, posicionam-se, em média, entre o Centro e o Centro Esquerda4 (*M*= 4,5). Trata-se de uma amostra não probabilística de conveniência.

Para realizarmos a entrevistas de grupo, criámos um anúncio, com a informação relativa ao estudo, que distribuímos pela Universidade e, além disso, enviámos o mesmo anúncio por *e-mail* a todos os alunos inscritos no Centro de Informática. As sessões foram realizadas por mim própria e um assistente na mesma sala do Laboratório de Psicologia Social e Organizacional, tendo demorado entre 45 minutos a duas horas. As sessões foram gravadas em áudio e transcritas.

No final de cada sessão, preencheram um pequeno questionário, com informação relativa a algumas variáveis de carácter sócio-demográfico, como o sexo, a idade, a ocupação e a posição política.

Análise comparativa entre os discursos d@s polític@s e não-polític@s

Variáveis independentes e questões comuns aos dois guiões

Procedemos, em seguida, à descrição das variáveis independentes e questões nesta análise comparativa. Os conceitos a negrito e entre aspas dizem respeito aos "códigos" usados no *software Alceste*:

Em relação aos polític@s, tivemos em conta a variável sexo (*feminino*/"**f**" e *masculino*/"**m**") e a variável de contexto, sendo as repostas, neste caso, individuais - "**inds**".

No caso d@s não polític@s, para além de considerarmos o sexo *feminino* ("**mulheres**") e *masculino* ("**homens**"), também consideramos um grupo heterogéneo ("**misto**"). Quanto à variável de contexto, as respostas foram dadas em grupo/ "**grupos**".

As **questões** são as mesmas, existindo apenas uma pequena alteração na 1ª e 5ª questões, sendo as questões sublinhadas relativas aos polític@s:

Quais as competências necessárias que um/a político/a deve ter? / O que consideram ser o/a política/o ideal, ou bom/boa político/a - **comp_política**

O que acham da situação? - **avaliacao_sit**

Por que acham que a situação acontece? - **justifica_sit**

Trata-se de uma situação que se deve manter, ou há um problema, do ponto de vista da democracia ou da sociedade? - **mant_problema**

Como é que acham que se pode resolver a situação? O que fariam, caso tivessem poder para alterar a situação? / Que outras medidas considera importantes ou necessárias para diminuir o *défice de género*? **- resolucao_sit**

O que acha(m) de medidas de acção positiva, como o Sistema de Quotas ou da Lei Paridade? - **avaliacao_ap**

Procedimento de análise de dados

Os dados foram analisados recorrendo ao *software* Alceste, versão 4.7 (IMAGE, 2005), uma técnica computorizada e uma metodologia de análise de dados qualitativos, que incide na composição lexical e estruturação temática do material da entrevista. Ou seja, realiza uma análise lexical de segmentos de texto, com vista a identificar a organização interna do discurso (Reinert, 1998), neste caso, dos grupos de estudantes (não-polític@s) e d@ deputad@s (polític@s). A partir das técnicas estatísticas utilizadas, permite isolar *classes lexicais*5, de acordo com o tipo de vocabulário, a dispersão, a ocorrência e co-ocorrência de palavras nos contextos discursivos produzidos pelos participantes. Assim, é possível obter categorias de vocabulário que remetem para determinadas representações, tornando possível a sua explicitação. Além disso, a especificidade do vocabulário dos contextos lexicais expressa revela as dimensões de significado que são pertinentes para a interpretação dos discursos (e.g., ver Soares, 2005; Soares & Jesuino, 2004).

Para se usar esta metodologia é necessário, antes de mais, preparar um *corpus* de análise, que, neste caso, foi constituído pelas respostas dos 51 estudantes universitários e 20 deputados de ambos os sexos às questões que colocámos acima.

O ALCESTE organiza esse material tendo em conta duas unidades básicas: as *unidades de contexto iniciais* (UCI's, relativas à primeira divisão do material) e as *unidades de contexto elementar* (UCE's), relativas aos fragmentos de texto do *corpus* organizados pelo ALCESTE, de acordo com critérios de pontuação e tamanho do texto. A partir da identificação das UCE's, o programa realiza uma *classificação descendente hierárquica* (CDH) do conjunto de unidades contextuais, criando um *dendograma* que perminte verificar a análise estatística efectuada, com a frequência das palavras representativas para cada uma das classes, a força de ligação entre elas, bem como a percentagem de cada uma (Bonomo, Trindade, Souza & Coutinho, 2008).

Embora o ALCESTE também realize uma *análise factorial de correspondências* (AFC), nesta comunicação centramo-nos apenas na CDH.

Resta realçar que a natureza estatística desta metodologia levou à redução da variabilidade do *corpus* de material resultante das entrevistas, ou seja, o material com menor representatividade foi eliminado da análise, resultando, deste processo, uma análise efectuada com 72.31% do *corpus* de dados inicial.

4 A escala variava entre 1 e 7: Extrema direita, direita, centro direita, centro, centro esquerda, esquerda, extrema esquerda.

5 Estas constituem classes de palavras retidas a partir dos discursos.

Resultados

Da análise ALCESTE resultou uma estrutura temática, com a seguinte distribuição de classes lexicais, nomeadas de acordo com o vocabulário que melhor as caracteriza (ver Figura 1).

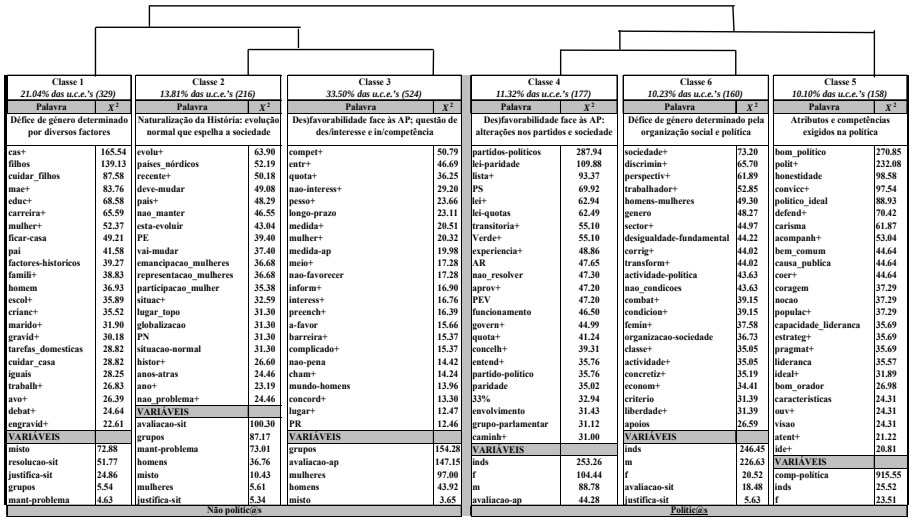
A distribuição das seis classes permite distinguir uma estrutura global dos discursos sobre o *défice de género* na política e as medidas de acção positiva, de acordo com quatro momentos:

Um primeiro momento traduz a proximidade e associação temática entre as *classes 2* e *3*, remetendo para justificações de natureza histórica, sobretudo por parte d@s não-polític@s, que consideram que a situação não se deve manter, mas que deve evoluir "normalmente" para a igualdade, com base nas competências. A *classe 1* agrega-se à estrutura temática anterior, sobretudo com base nas justificações dest@s jovens para a existência do *défice de género*, onde se salientam factores históricos, culturais, económicos, ideológicos e biológicos.

Há uma proximidade e associação temática entre as *classes 4* e *6*, remetendo para justificações do *défice de género*, ou seja, mais uma das desigualdades fruto da forma como a sociedade está organizada, e para as opiniões sobre as medidas, sugerindo alterações ao nível do funcionamento dos partidos e da sociedade. Aqui, associa-se a *classe 5*, que remete para os atributos e competências necessárias às/aos polític@s.

Figura 1.

Distribuição das classes temática



Classe 1 *21.04% das u.c.e.'s (329)*		Classe 2 *13.81% das u.c.e.'s (216)*		Classe 3 *33.50% das u.c.e.'s (524)*		Classe 4 *11.32% das u.c.e.'s (177)*		Classe 6 *10.23% das u.c.e.'s (160)*		Classe 5 *10.10% das u.c.e.'s (158)*	
Palavra	χ^2	Palavra	χ^2	Palavra	χ^2	Palavra	χ^2	Palavra	χ^2	Palavra	χ^2
Défice de género determinado por diversos factores		Naturalização da História: evolução normal que espelha a sociedade		Des)favorabilidade face às AP; questão de des/interesse e in/competência		Des)favorabilidade face às AP: alterações nos partidos e sociedade		Défice de género determinado pela organização social e política		Atributos e competências exigidos na política	
cas+	165.54	evolu+	63.90	compet+	50.79	partidos-politicos	287.94	sociedade+	73.20	bom_politico	270.85
filhos	139.13	países_nórdicos	52.19	entr+	46.69	lei-paridade	109.88	discrimin+	65.70	polit+	232.08
cuidar_filhos	87.58	recente+	50.18	quota+	36.25	lista+	93.37	perspectiv+	61.89	honestidade	98.58
mae+	83.76	deve-mudar	49.08	nao-interess+	29.20	PS	69.92	trabalhador+	52.85	convicc+	97.54
educ+	68.58	país+	48.29	pesso+	23.66	lei+	62.94	homens-mulheres	49.30	politico_ideal	88.93
carreira+	65.59	nao_manter	46.55	longo-prazo	23.11	lei-quotas	62.49	genero	48.27	defend+	70.42
mulher+	52.37	esta-evoluir	43.04	medida+	20.51	transitoria+	55.10	sector+	44.97	carisma	61.87
ficar-casa	49.21	PE	39.40	mulher+	20.32	Verde+	55.10	desigualdade-fundamental	44.22	acompanh+	53.04
pai	41.58	vai-mudar	37.40	medida-ap	19.98	experiencia+	48.86	corrig+	44.02	bem_comum	44.64
factores-historicos	39.27	emancipacao_mulheres	36.68	meio+	17.28	AR	47.65	transform+	44.02	causa_publica	44.64
famili+	38.83	representacao_mulheres	36.68	nao-favorecer	17.28	nao_resolver	47.30	actividade-politica	43.63	coer+	44.64
homem	36.93	participacao_mulher	35.38	inform+	16.90	aprov+	47.20	nao_condicoes	43.63	coragem	37.29
escol+	35.89	situac+	32.59	interess+	16.76	PEV	47.20	combat+	39.15	nocao	37.29
crianc+	35.52	lugar_topo	31.30	preench+	16.39	funcionamento	46.50	condicion+	39.15	populac+	37.29
marido+	31.90	globalizacao	31.30	a-favor	15.66	govern+	44.99	femin+	37.58	capacidade_lideranca	35.69
gravid+	30.18	PN	31.30	barreira+	15.37	quota+	41.24	organizacao-sociedade	36.73	estrateg+	35.69
tarefas_domesticas	28.82	situacao-normal	31.30	complicado+	15.37	concelh+	39.31	classe+	35.05	pragmat+	35.69
cuidar_casa	28.82	histor+	26.60	nao-pena	14.42	entend+	35.76	actividade+	35.05	lideranca	35.57
iguais	28.25	anos-atras	24.46	cham+	14.24	partido-politico	35.76	concretiz+	35.19	ideal+	31.89
trabalh+	26.83	ano+	23.19	mundo-homens	13.96	paridade	35.02	econom+	34.41	bom_orador	26.98
avo+	26.39	nao_problema+	24.46	concord+	13.30	33%	32.94	criterio	31.39	caracteristicas	24.31
debat+	24.64	VARIÁVEIS		lugar+	12.47	envolvimento	31.43	liberdade+	31.39	ouv+	24.31
engravid+	22.61	avaliacao-sit	100.30	PR	12.46	grupo-parlamentar	31.12	apoios	26.59	visao	24.31
VARIÁVEIS		grupos	87.17	VARIÁVEIS		caminh+	31.00	VARIÁVEIS		atent+	21.22
misto	72.88	mant-problema	73.01	grupos	154.28	VARIÁVEIS		inds	246.45	ide+	20.81
resolucao-sit	51.77	homens	36.76	avaliacao-ap	147.15	inds	253.26	m	226.63	VARIÁVEIS	
justifica-sit	24.86	misto	10.43	mulheres	97.00	f	104.44	f	20.52	comp-politica	915.55
grupos	5.54	mulheres	5.61	homens	43.92	m	88.78	avaliacao-sit	18.48	inds	25.52
mant-problema	4.63	justifica-sit	5.34	misto	3.65	avaliacao-ap	44.28	justifica-sit	5.63	f	23.51
Não polític@s						Polític@s					

Assim, a ***Classe 2***, que designámos "**Naturalização da História: evolução normal que espelha a sociedade**", representa 13.81% das UCE's em análise, focando-se, sobretudo na origem do *défice de género*. Ao procurarem avaliar o *défice de género* existente na política, emergem várias dimensões. Partindo da comparação, em termos da evolução existente nos países da UE, a maior parte considera que existe um *défice de género* e que é "natural" que nos países desenvolvidos haja uma maior igualdade, porque se prende com as mentalidades e a evolução histórica "normal" de cada país; é "o espelho da sociedade". Acreditam que vai haver uma evolução, no sentido de uma maior igualdade, como exemplifica a seguinte UCE:

> "basicamente, é um espelho da sociedade. Na sociedade também havia a desigualdade, nas empresas, nos lugares de topo. Havia sempre mais homens do que mulheres nesses cargos. E, na política, reflecte-se e o mesmo acontece, porque, antigamente, a mulher nem de casa saía para trabalhar. E, agora, a mulher tem vindo a ganhar espaço e a conquistar esses cargos, como na política."

Apesar de existirem discursos em como a situação pode não representar uma discriminação (e.g., se for determinada pela cultura), os discursos centrais consideram que é uma situação que não se deve manter, mas que a evolução para a igualdade deve continuar a fazer-se "naturalmente", como ilustram as seguintes UCE's:

> "... se for porque não é dada a oportunidades às mulheres de entrar para a política, eu acho que não se deve manter. Agora, se for um problema a nível cultural, não acho que esteja errado. Se eu vivesse naquele país, acho que não devia ser assim, mas acho que tem um pouco a ver com as pessoas, com a forma como a própria Nação encara as coisas."

> "...acho que não se deve manter, mas que devemos deixar ver como é que as coisas vão correr. Que é uma situação que vai mudar normalmente, portanto."

A Classe 3 – Des/favorabilidade face às acções positiva

questão de des/interesse e in/competência - concentra 33.50% das UCE's e as dimensões e conteúdos remetem para a avaliação das medidas de acção positiva. Independentemente da opinião ser positiva, ou negativa, emerge o discurso do des/interesse e da in/competência das mulheres, havendo a ideia de que, através deste tipo de medidas, a sua entrada irá diminuir a qualidade da política como vemos pelas seguintes UCE's:

> "é uma questão de democracia, haver, então, os 50/50. Agora, se não houver interesse por parte das mulheres, ou se não houver competências, também, só para encher, não. Só para fazer número, acho que não vale a pena. Mas, se, realmente,

houver igualdade de competências, acho que sim. Se não houver competências, se for só encher, só para dizer 'olha, então, sim, está aqui mais uma mulher'..."

Existem discursos favoráveis à entrada das mulheres, através das medidas de acção positiva, como forma de acelerar o processo, visto que, desta forma, pode despertar o interesse das outras mulheres:

"Eu concordo, porque, acho que é uma medida de acção positiva, porque vai tentar dar uma percentagem mínima que poderá ser representativa, ou não, de um grupo que esteja sub-representado, ou seja, será dar voz a quem não tem, ou a quem esta mal ouvido, por exemplo."

E existem discursos desfavoráveis, considerando que, se tiverem interesse, as mulheres é que devem lutar para ultrapassar os obstáculos:

"eu acho que as mulheres, se querem, se têm interesse, devem concorrer e devem lutar e ir para política. Mas se não querem, não devem, porque eu acho que não têm perfil, digamos. Por exemplo, 50/50, ou 60/40, acho que não há. Acho que as pessoas que lá estão, devem estar lá por interesse e não deve haver barreiras à entrada a ninguém."

Outra dimensão que ilustra os discursos ambivalentes face às medidas (ver a UCE seguinte), porque, por um lado, acreditam que pode haver um desinteresse das mulheres pela política e, nesse caso, não se deve obrigá-las e, por outro, se há, de facto, obstáculos, as medidas não vão conseguir apagá-las, podendo continuar a haver represálias e formas de expulsão das mulheres de várias outras formas:

"Eu acho que é uma maneira de mudar. Agora, se é, realmente, porque as mulheres não querem e têm todas as oportunidades para isso, assim não vale a pena mudar!"

A Classe 1 – Défice de género determinado por diversos factores

representa 21.04% das UCE's. As dimensões e conteúdos que salientes nesta classe, que se agrega à temática anterior, remetem para a justificação do *défice de género* e para as sugestões de resolução dessa situação, salientando como grandes obstáculos factores históricos, culturais, económicos e ideológicos (e.g., papéis de género) e biológicos, que influenciam as pessoas, independentemente do sexos, devendo, por isso, haver uma alteração, como reflectem as seguintes UCE's:

"...lá está, está tudo relacionado com factores históricos, com o facto de as mulheres terem que cuidar dos filhos, porque entre um casal, em que os dois querem seguir carreira, chegam a uma altura em que tem decidir."

"... há sempre modelos que nós nos habituamos a ver, quer dizer, até nos avós. Por exemplo, o facto das tarefas domésticas estarem sempre associadas às mulheres, o cuidar dos filhos, embora, aí, até possa haver um fundamento biológico, por ser a mulher que transporta o filho no ventre durante nove meses e a seguir amamenta."

"o nível de vida conta muito, porque conta muito chegar a casa e ter, por exemplo, não sei quantos electrodomésticos, ou ter serviços e lavandarias, que estão abertos até tarde, isto e aquilo, para os filhos, as creches, e tudo".

Outros "culpam" as mulheres pela sua própria situação de sub-representação, embora seja também consequência dos mesmos factores/obstáculos:

"muitas vezes, não há iniciativa das mulheres, porque elas próprias se põem de parte, devido à mentalidade. Muitas vezes, é a própria mulher que se estigmatiza um pouco, no sentido de que ainda absorve certas ideias culturalmente aceites."

Outra dimensão ilustra os que fazem sugestões para se procurar resolver a situação, sendo, sobretudo, feitas em torno dos papéis de género e ao nível privado:

"isso não acontece, se houver uma complementaridade entre homens e mulheres. Essa coisa da reprodução acaba por não influenciar. Enquanto não houver a mudança dessa ideologia. Eu acho que, a nível geral, toda a gente acha, as mulheres engravidam, elas é que têm que andar com aquela criança dentro da barriga durante nove meses, depois, a criança nasce, e...

"acho que já começámos esse processo de evolução. Eu acho que sim. É continuar a incentivar mais. Em casa, por exemplo, tentar minimizar a estrutura matricial, que cada vez, há menos, em que há a mulher e o pai em cima, a mãe e os filhos..."

A Classe 4 – Des/favorabilidade face às acções positivas: alterações nos partidos e na sociedade

concentra 11.32% das UCE's e prende-se, sobretudo, com os discursos dos polític@s. As dimensões e conteúdos têm a ver com a avaliação das acções positiva, *sendo os discursos bastante heterogéneos*, em que alguns são desfavoráveis (e.g., membros de alguns partidos da esquerda parlamentar) sugerindo antes, como forma de resolução, alterações ao nível do funcionamento dos partidos e da sociedade:

Sempre houve uma grande participação das mulheres. Aliás, nos últimos 10 anos foram mais as mulheres que assumiram dianteira do partido, em termos de iniciativas partidárias. Acho que o que é importante é introduzir alterações na sociedade para que as mulheres, de facto, participem de uma forma igual e que, essa igualdade, aconteça dentro dos partidos políticos e dentro das listas eleitorais."

"depois, esta tónica, também é importante, termos sempre presente que a Lei das quotas é importante, mas que, se os partidos políticos não mudarem, eles próprios, não vamos passar dos 33% (...)"

Existem discurso desfavoráveis que ora questionam a viabilidade das medidas, ora defendem antes um maior empenho por parte das mulheres, como ilustram am seguintes UCE:

"quantas de vocês já lutaram, já se envolveram em listas das vossas secções, distritais, que intervieram directamente, com coragem, para afrontar o mal que existe dentro do partido?"

"e mais, pode ser inviável. Há sítios onde esta Lei é completamente inaplicável. Em determinadas autarquias de pequena dimensão, por exemplo, é completamente inaplicável. Nas estruturas partidárias, nas secções dos partidos políticos."

Também existem discursos favoráveis, nomeadamente, porque acreditam que a democracia só é plena se for igualitária, como vemos pela seguinte UCE;

"a democracia só é plena se for igualitária. E, portanto, para aí, demos um contributo, que é o contributo essencial, que é termos aprovado uma Lei, concepções adequadas que obriga a que, na Assembleia da República, autarquias, haja aquilo que é considerado, um mínimo para garantir a paridade..."

A Classe 6 - Défice de género determinado pela organização social e política

abarca 10.23% das UCE's e as dimensões e conteúdos remetem para a avaliação e justificação da situação. É bastante saliente o discurso em como esta desigualdade é, apenas, mais uma das desigualdades existentes na sociedade, fruto da forma como esta está organizada (e.g., em termos económicos), como exemplificam as seguintes UCE's:

"tem a ver com razões que se prendem com a organização da sociedade. Não é uma questão de homens ou mulheres, não tem que ver com uma questão de perspectiva machista, ou menos feminista, tem a ver com uma questão da organização da sociedade."

"e, portanto, se temos uma sociedade marcada pela discriminação de género, obviamente que a actividade política vai reflectir isso. A actividade política não é uma ilha na sociedade e, portanto, reflecte a sociedade que está à volta. Nós não podemos desligar uma determinada realidade seja ela profissional, organizacional, de tudo o resto que a envolve

"nós temos uma sociedade economicamente organizada na base da desigualdade. Essa desigualdade há-de repercutir-se em tudo o resto. Quando temos aqueles que vivem do seu trabalho e o outros que vivem do trabalho dos outros, à partida, temos criada a desigualdade fundamental."

É sugerido que, para além da mudança das mentalidades, as alterações devem fazer-se, ao nível do funcionamento dos partidos, da organização da sociedade e através da exigência por parte de todos, independentemente dos sexos, de uma aplicação efectiva das leis já existentes:

"só com a transformação desta sociedade e com a construção de uma outra sociedade, em que a discriminação não seja, de facto, o ponto de partida, é que se consegue que, em tudo o resto, que é reflexo da organização da sociedade, não haja discriminação."

"é desta forma. De uma integração de cidadania e de exigência, por parte de todos e da sociedade, e, particularmente, das mulheres. O caminho não é o caminho das quotas. É com dois traços fundamentais. Por um lado, a mudança de mentalidade e, por outro, a concretização das medidas legislativas produzidas pós 25 Abril, garantes da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres."

E não através do recurso às medidas de acção positiva, até porque também é uma forma de cercear a liberdade dos partidos:

"... nessa medida, a estandardização é uma coisa terrível, extrapolar a estandardização para a organização, numa perspectiva da igualdade no resultado, é subverter esta lógica, porque isto também pode significar cercear a liberdade."

"ou seja, aquilo que se pretende obter é exactamente o contrário daquilo que se faz. Aquilo que devia ser uma perspectiva de definição de critérios, que não são critérios de género, vai, agora, ser condicionada por critérios de género, sem que isso corresponda a uma perspectiva correctiva da situação."

Finalmente, a Classe 5 - Atributos e competências exigidos na política

engloba 10.10% das UCE's e as suas dimensões e conteúdos remetem para a designação de atributos e competências considerados importantes no bom exercício da política, baseiando-se, sobretudo, em traços de personalidade, como: a honestidade e o carisma, como ilustram as seguintes UCE's:

"um bom político, tem que ter carisma, capacidade de liderança, tem que ter reconhecimento social, ser competente, e tem que fazer passar a mensagem. Tem que ser, para além de um bom crítico e de um homem com uma capacidade de sustentar a ideia que defende"

"idealmente, seria a honestidade, seria a seriedade."

"...coragem, objectivos muito simples e perceptíveis pelas população. E objectivos que, regra geral, são galvanizadores de causas. Sim, coragem, é indispensável, coragem, visão de futuro, galvanizador de causas e estratégia de futuro. Fazem um bom político."

Síntese dos resultados

Procurando sinteticamente responder às 5 questões iniciais, e começando pelos últimos resultados:

(I) - há uma *genderização* da profissão de político/a entre polític@s e não polític@s), referindo sobretudo, traços de personalidade, muito associados ao simbólico masculino, como já tínhamos mostrado anteriormente (Santos, 2004);

(II e III) - @s não polític@s justificam o *défice de género* recorrendo a diversos factores que, na sua opinião, influenciam todas as pessoas. Por essa razão, também "culpam" as mulheres da sua situação de sub-representação -

atribuições internas. Concluem que a situação espelha a sociedade, sendo, por isso, "natural" que nos países desenvolvidos haja uma maior igualdade, visto reflectir a evolução histórica "normal" de cada país. Acreditam que em Portugal também vai haver uma evolução nesse sentido, mas preferem que esta seja feita "naturalmente". Assim, nesta perspectiva, trata-se sobretudo de um problema social. Por seu lado, para @s polític@s, o *défice de género* na política, fruto de vários factores, é apenas mais uma das desigualdades existentes na sociedade, reflectindo a forma como esta está organizada. Partilhando a mesma mentalidade, a política acaba por reflectir o mesmo desequilíbrio, traduzindo-se no funcionamento dos partidos. Nesta perspectiva, trata-se de um problema social e político.

(IV) - Embora sejam dadas algumas sugestões para alterar a situação (sobretudo, em termos dos papéis de género, ao nível privado), @s não polític@s consideram que a evolução deve continuar a fazer-se "*naturalmente*". Por outro lado, @s polític@s consideram que as alterações devem fazer-se, sobretudo, ao nível do funcionamento dos partidos, da organização da sociedade, através da exigência de todos de uma aplicação efectiva das leis.

(V) - Os discursos sobre as medidas de acção positiva são bastante heterogéneos quer entre os não polític@s, quer entre os polític@s: independentemente da opinião d@s não polític@s, há a dúvida latente quanto à competência e interesse das mulheres pela política, considerando que a sua entrada, através das medidas de acção positiva, irá diminuir a qualidade da política. A perspectiva d@s polític@s parece reflectir a sua experiência no partido. Ora são favoráveis, como medida provisória (e.g., membros de partidos de esquerda), ora são desfavoráveis (e.g., membros de partidos de esquerda), ora sugerem alterações no funcionamento dos partidos e na sociedade, ora consideram que as mulheres é que devem empenhar-se mais para combater os obstáculos que possam existir. São contra as medidas de acção positiva, até porque é uma forma de tirar a liberdade aos partidos.

Em conclusão, os obstáculos que parecem aqui centrais são do foro institucional e ideológico, isto é, a organização política e a persistência de uma visão social que considera que a política é um mundo masculino, nas competências que exige e na sua forma de organização interna.

Esta questão não parece, assim, dividir a esquerda da direita partidária que apenas se distinguem no tipo de justificação adoptadas, nem dividir polític@s de não polític@s que apenas se distinguem pela maior preocupação dos primeiros com o respeito pela legislação vigente e a sua postura mais crítica em relação aos partidos.

Referências Bibliográficas

Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino: construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.

Amâncio, L. (2004). Percepção da discriminação e da justiça. Novos desafios na pesquisa psicossociológica. In A. Cova, N. Ramos & T. Joaquim (Orgs.). *Desafios da Comparação: Família, Mulheres e Género em Portugal e no Brasil* (pp. 333-342). Oeiras: Celta.

Avelar, L. (2001). *Mulheres na elite política brasileira.* São Paulo: Editora UNESP.

Bettencourt, A.M., & Pereira, M.M.S. (1995). *Mulheres Políticas: as Suas Causas*. Lisboa: Quetzal Editores.

Crosby, F.J. (1982). *Relative deprivation and working women*. Oxford: Oxford University Press.

Crosby, F.J., & Clayton, S.D. (2001). Affirmative action: Psychological contributions to policy. *Analyses of Social Issues and Public Policy, 1*, 71-87.

Crosby, F.J. & VanDeVeer, C. (2000). *Sex, race and merit: Debating affirmative action in education and employment* (Edas.). Ann Arbor: The University of Michigan Press.

Espírito-Santo, A. (2006). "Para além das cerejas.... As mulheres nos principais partidos políticos portugueses". Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Manuscrito não publicado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

Fitoussi, M. (2007). *Femmes au pouvoir femmes de pouvoir*. Paris: Hugo Doc.

Gardiner, M., & Tiggermann, M. (1999). Gender differences in leadership style, job stress and mental health in male- and female-dominated industries. *Journal of Occupational and Organisational Psychology*, 72, 301-15.

Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 491-521.

Global Database of Quotas for Women (2006). A joint project of the International Institute for Democracy and Electoral Assistance, and Stockholm University. Retirado em 8 de Janeiro de 2007 de: http://www.quotaproject.org/

Henig, R., & Henig, S. (2001). *Women and political power: Europe since 1945*. Routledge: London & New York.

Huddy, L. & Terkildsen, N. (1993a). The consequences of gender stereotypes for women candidates at different levels and types of office. Political Research Quarterly, 46, 503-525.

Huddy, L. & Terkildsen, N. (1993b). Gender stereotypes and the perception of male and female candidates. *American Journal of Political Science*, 37, 119-47.

Inter-Parliamentary Union (2008). Les femmes dans le parlements nationaux: Etat de la situation 29 février 2008. Retirado em 9 de Abril de 2008 de: http://www.ipu.org/wmn-f/world.htm

Jost. J.T., & Banaji, M. R. (l994). The role of stereotyping in system-justification and the productios of false consciousness. *British Journal of Social Psychology, 33,* 1-27.

Jost, J.T., Burgess, D., & Mosso, C. (2001). Conflits Conflicts of legitimation among self, group, and system: The integrative potential of system justification theory. In J.T. Jost and B. Major (Eds.), *The psychology of legitimacy: Emerging perspectives on ideology, justice, and intergroup relations* (pp. 363-388). New York: Cambridge University Press.

Kanter, M. (1977a). *Men and women of the corporation*. New York: Basic Books.
Kanter, M. (1977b). Some Effects of Proportions on Group Life: Skewed Sex Ratios and Responses to Token Women. *The American Journal of Sociology, 82*, 965-990.
Lisboa, M., Frias, G., Roque, A., & Cerejo, D. (2006), Participação das Mulheres nas Elites Políticas e Económicas no Portugal democrático (25 de Abril de 1974 a 2004). *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 18*, 155-179.
Martins, M.M., & Teixeira, C. P. (2005). O funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal. Lisboa: CIDM.
Mathison, D. L. (2001). Sex differences in the perception of assertiveness among female managers. *The Journal of Social Psychology, 126*, 599-606.
Morales, E.M. (2005). Análisis psicosocial del poder en las relaciones de género. Tesis doctoral en psicología social y metodología de las ciencias del comportamiento. Universidad de Granada, Granada.
Nogueira, C. (1996). Um novo olhar sobre as relações sociais de género: perspectiva feminista crítica na psicologia social. Dissertação de doutoramento em Psicologia. Braga: Universidade do Minho.
Norris, P., & Inglehart, R. (2001). Women and Democracy: Cultural obstacles to equal representation. *Journal of Democracy, 12*, 126-140.
Palacios, M.S.G. (2004). Consecuencias de la discriminación en función de la movilidad social y el género. Tesis doctoral. Manuscrito no publicado. Granada: Universidad de Granada.
Powell, G.N., & Butterfield, D.A. (1994). investigating the "glass ceiling" phenomenon: An empirical study of actual promotions to top management. *Academy of Management Journal, 37*, 68-86.
Reinert, M. (1998). Quel objet pour une analyse statistique de discours? Quelques réflexions à propos de la réponse Alceste. In S. Mellet (Ed.), *JADT 1998* (p.p.557-569). 4èmes Journées Internationales d'Analyse Statistique des Données Textuelles. Nice: Université de Nice-Sophia-Antipolis.
Sanbonmatsu, K., & Dolan, K. (2007). Gender Stereotypes and Gender Preferences on the 2006 ANES Pilot Study. A report to the ANES Board of Overseers. Retirado a 05 de Dezembro de 2006 de www.electionstudies.org/resources/papers/Pilot2006/nes011883.pdf
Sanchez-Mazas, M., & Casini, A. (2005). Egalité formelle et obstacles informels à l'ascension professionnelle: les femmes et l'effet "plafond de verre". *Social Science Information/ Sur les science sociales, 44*, 141-173.
Santos, M.H. (2004). Género e Política: Uma análise psicossociológica das reacções às acções positivas. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Organizacional. Diploma de Estudos Europeus Avançados de Psicologia Social. Manuscrito não publicado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
Santos, M.H., & Amâncio, L. (Maio, 2004). Uma perspectiva psicossociológica da controvérsia em torno das acções positivas: o género em contexto político. Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. *Sociedades contemporâneas: Reflexividade e Acção*. Ateliers: Género. Braga: Universidade do Minho. www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628d49175321_1.pdf
Santos, M.H., & Amâncio, L. (2007). Reacções às acções positivas: o olhar da psicologia social do género. In M.B. Monteiro, M. Calheiros, R. Jerónimo, C. Mouro & P. Duarte (Orgs.), *Percursos da investigação em Psicologia social e organizacional* (Vol.II, pp.57-74). Lisboa Edições Colibri.
Sidanius, I., & Pratto, F. (l999). *Social dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression*. New York: Cambridge University Press.
Soares, C. (2005). Em torno do pensamento social e do conhecimento do senso comum. A aplicação da metodologia Alceste em contextos discursivos distintos. In A.S.P. Moreira, B.V. Camargo, J.C. Jesuino, S.M. Nóbrega (Orgs.), *Perspectivas Teórico-Metodológicas em Representações Sociais* (pp.541–571). João Pessoa, Brasil: Editora Universitária – UFPB.
Soares, C., & Jesuino, J. C. (2004). Memória Social e Representações sobre o Descobrimento do Brasil. Análise dos Manuais Portugueses de História. *Psicologia, XVII(2)*, 321-334.
Swim, J.K., Aikin, K.J., Hall, W.S., & Hunter, B.A. (1995). Sexism and racism: Old-fashioned and modern prejudices. *Journal of Personality and Social Psychology, 68*, 199-214.
Taylor, D.M., McKirnan, D.J. (1984). A five-stage model of intergroup relations. *British Journal of Social Psychology, 23*, 291-300.
Thébaut, F. (Maio, 2003). Du suffrage des femmes à la parité politique, le genre de la démocratie en France. Comunicação apresentada na Universidade Aberta, Lisboa.
Vianello, M., & Moore, G. (2004). *Women & Men in Political & Business Elites. A Comparative Study in the Industrialized World* (Org.). London: SAGE, Studies in International Sociology, 53.
Zweigenhaft, R.L., & Domhoff, G.W. (1998). *Diversity in the Power Elite: Have Women and Minorities Reached the Top?* New Haven, CT: Yale University Press.

O empoderamento de mulheres através da inclusão digital

Tânia Maria Wolf
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
tania_wolf@sicredi.com.br
Vinícius Coelho Lima
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
coelhovinicius@hotmail.com
Rosinha da Silva Machado Carrion
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
rsmcarrion@ea.ufrgs.br
João Luiz Becker
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
jlbecker@ea.ufrgs.br

Resumo: O presente artigo, realizado em uma cooperativa de costureiras, estruturada em moldes solidários, apresenta o relato de projeto desenvolvido com o objetivo de promover, através da inclusão digital, o empoderamento de mulheres que trabalham no setor de corte dessa organização. A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação, a qual implica uma interação do pesquisador com seus sujeitos de investigação para a análise da realidade encontrada e para a construção de conhecimento. A intervenção, propriamente dita, ocorreu através da tecnologia social de residência solidária, a qual consiste na identificação, junto à comunidade em questão, de situação problema, a partir do que é elaborado um projeto com objetivo de contribuir para sua solução. Entre as principais constatações, verificou-se a dificuldade de o gestor social contar com a abertura da organização e a complexidade em envolver todas as cooperadas no projeto. Além disso, pelas características dessa ação, as respostas dos participantes nem sempre seguiram o previsto ou os prazos planejados, cabendo ao gestor realizar as adaptações necessárias ao longo do tempo. Por fim, a inclusão digital mostrou-se capaz de gerar o empoderamento necessário para se obter maior participação das pessoas em seu trabalho e para o desenvolvimento da cooperativa como um todo.
Palavras-chave: Residência solidária; Empoderamento; Inclusão digital.

1. Introdução

A Residência Solidária é a prática de uma ação social traduzida em projeto. Assim sendo, este trabalho teve a intenção de realizar um projeto em uma cooperativa de costureiras, estruturada em moldes solidários, a qual será identificada pelo nome Cooperax. Esta organização foi fundada em 1996 e, localizada em uma vila na cidade de Porto Alegre, reúne um grupo de mulheres que protagoniza seu desenvolvimento através da geração de renda. Inseridas na economia solidária, elas têm ampla história de lutas pela conquista de direitos e moradia, sustento de suas famílias, enfim, o cenário comum em muitas vilas. Seu produto final são as confecções sob encomenda: camisetas, jalecos, abrigos, entre outros, e também uma marca de roupas que ajudaram a constituir dentro de uma rede nacional de cooperativas.

Apesar do aparentemente sucesso da organização, várias questões foram percebidas como possibilidades de melhoria, dentre elas a do empoderamento de algumas cooperadas através da inclusão digital.

Para o desenvolvimento deste trabalho, primeiramente contextualiza-se a trajetória das mulheres que trabalham na organização e os problemas que enfrentam no dia-a-dia e que afetam o andamento da cooperativa. Em um segundo momento, aborda-se a metodologia utilizada para promover a ampla participação das cooperadas nas aulas de informática. Na terceira seção, discorre-se sobre a equipe e as parcerias que foram envolvidas na execução e acompanhamento do projeto, além do cronograma das ações, orçamento e viabilidade financeira. A quarta seção traz a prática da residência solidária, onde é relatado o primeiro contato com as cooperadas, a realidade que se apresenta a partir daí, a maturação do projeto, a realização das aulas de informática e, conseqüentemente, os resultados que surgiram durante todo esse processo, além de um comparativo entre o planejado e realizado. Por último, na quinta seção, são feitas as considerações finais sobre a realização da residência e sua importância para a formação de gestores sociais.

1.1. Contexto

A constituição da vila onde se encontra a Cooperax é um exemplo de perseverança. Em 1979, os moradores ocuparam uma área de terra da prefeitura e se estabeleceram com suas famílias. Após 10 anos de lutas, a situação foi regularizada quando a prefeitura vendeu os terrenos para os moradores. As 2.000 famílias que moram no local, em torno de 5.000 pessoas, contam, hoje, com uma infra-estrutura como asfalto e saneamento básico. Isso graças a sua participação nas reuniões do Orçamento Participativo (OP), forma de participação/decisão na qual a população elege as prioridades para investimentos públicos, juntamente com a prefeitura.

Na Vila, alguns moradores chegaram a planejar ações para geração de renda e trabalho, mas foram três mulheres que iniciaram a atividade de costura de roupas. Primeiramente, elas buscaram alternativas de clientes como hospitais e postos de saúde da capital gaúcha, onde poderiam confeccionar uniformes, roupa de cama, etc. Mas, conforme relato da presidente da Cooperax, "[...] nada deu muito certo". Deram-se conta que precisavam se organizar para atender as demandas em escala e com a qualidade exigida. Fizeram reuniões para constituir uma cooperativa de produção, sendo que, na primeira, vieram 19 mulheres e, na segunda, 35. A primeira entrega foi para o sindicato dos metalúrgicos – 500 camisetas.

E esse foi o momento da virada! A partir daí optaram por participar em todos os eventos da cidade para serem conhecidas.

No início trabalhavam em suas casas, pois não tinham um espaço coletivo. Chegaram a fazer produtos na área alimentícia, como multimistura e salgadinhos, mas isso não perdurou. Em 1998, foi inaugurada a primeira incubadora de economia popular da Prefeitura de Porto Alegre onde o grupo se instalou. E, em 2005, mudaram-se para uma sede própria adquirida com o apoio de uma ONG Espanhola, onde estão até hoje. Outras iniciativas estão em andamento na Vila, com o auxílio da Unisol – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidárias de Porto Alegre: uma cooperativa de papel que confecciona embalagens e também a Cooperativa Nova Geração – escola que atende 49 crianças.

Com a constituição da cooperativa, as mulheres tiveram a oportunidade de participar economicamente da sociedade, contribuindo para a renda familiar. Fazer parte de uma empresa como dono e não somente na relação patrão/empregado, quebra a lógica capitalista, onde poucos ganham muito, e muitos ganham pouco. Na cooperativa, todos têm a oportunidade de participar das decisões e comungar dos resultados.

É o exercício da democracia, do diálogo, da participação em algo que é coletivo e ao mesmo tempo individual, já que cada um tem de dar sua contribuição (na forma de trabalho) para o sucesso do coletivo (no caso, a geração de renda através da cooperativa). Essa é a prática da economia solidária. Segundo Singer (2002, p. 4):

> A economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão "desregulamentada" das máquinas ferramenta e do motor a vapor, no início do século XIX. O capital da empresa solidária é possuído por aqueles que nela trabalham, e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela.

Inseridas na economia solidária, as cooperadas realizam o sonho da geração de renda através da cooperativa, empreendimento coletivo, do qual elas são donas. Uma vez por mês, pela manhã, realizam uma reunião, chamada de assembléia, onde discutem o futuro da cooperativa. É um espaço para o desenvolvimento do coletivo, da fortificação dos laços entre as pessoas que fazem o dia-a-dia do negócio.

A geração de renda através da constituição da cooperativa se efetivou nos seus 12 anos de existência, com uma média de salário mensal de R$ 500,00 a R$ 1.000,00, dependendo do mês. O fato é que estão longe da realidade em que viviam antes, quando algumas sequer tinham renda. O certo é que nenhuma delas ganhava mais em empregos anteriores.

A carga horária de trabalho diário é de 9 horas, com produção de 12.000 peças mês. O turno da manhã é das 7h às 11h, quando todas vão para suas casas preparar o almoço da família. É a realidade de muitas mulheres, que mantêm uma jornada extra para conciliar o trabalho com a família. À tarde, trabalham das 13h às 18h. É comum fazerem hora-extra ou até mesmo trabalharem aos sábados para dar conta dos pedidos.

A cooperativa é composta por 24 mulheres e 1 homem, que trabalha na serigrafia (considerando que a maioria são mulheres, elas serão designadas, neste trabalho, como *associadas* e *cooperadas*). A faixa etária varia de 24 a 63 anos de idade. Outro dado interessante é que 6 cooperadas trabalham em casa para que possam ficar próximas a seus filhos, que demandam cuidados especiais. A Cooperax sempre está aberta para novas sócias, contanto que elas morem na mesma vila onde a cooperativa funciona.

Os pedidos são recebidos pelas cinco cooperadas que fazem o corte das peças. São elas, de certa forma, que decidem o que será produzido na semana. Estimam a compra da matéria-prima, fazem a entrega das peças prontas, enfim, mantêm contato com os clientes. As demais trabalham na costura e serigrafia, um trabalho mais interno. Os pedidos são recebidos por e-mail, telefone e, na maioria das vezes, diretamente na própria cooperativa. Não possuem alguém específico para a recepção: à medida que as pessoas vão chegando, as cooperadas do corte se revezam no atendimento. De qualquer forma, existe uma pequena recepção, local onde está o computador e também o fichário que é preenchido com dados dos clientes.

A trajetória da Cooperax tem sido objeto de estudo de muitas entidades e pessoas; algumas interessadas em conhecer o andamento desse empreendimento de economia solidária, para tentar implementar na sua comunidade; outras, com interesse de aprendizado, como, por exemplo, universidades. Através dessa troca de experiências, ela tem impulsionado outras iniciativas no Brasil e no mundo, quando prova que a geração de renda é possível através de um grupo de mulheres, reunidas em cooperativa.

1.2. Problematização

Gestores sociais buscam, através de um projeto social, oportunizar o desenvolvimento para um grupo de pessoas, mantendo, contudo, uma preocupação em respeitar os limites da comunidade e das pessoas envolvidas nesse processo. Conforme coloca Stephanou, Muller e Carvalho (2003, p. 11) "[...] os projetos sociais nascem do desejo de mudar a realidade. Os projetos são pontes entre o desejo e a realidade". Ou seja, o projeto trata de tornar realidade o sonho, o desejo de um grupo de pessoas, mas isso tudo, de uma forma estruturada. Segundo Armani (2006, p. 18) "um projeto é basicamente, uma ação social planejada, estruturada em objetivos, resultados e atividades baseados em uma quantidade limitada de recursos (humanos, materiais e financeiros) e de tempo".

Então, no contexto da Cooperax, percebeu-se um terreno fértil para o desenvolvimento da residência solidária através de um projeto. Seguindo os ensinamentos de Armani (2006), o passo inicial foi identificar o que fazer (objetivo).

Como qualquer instituição coletiva, a Cooperax também enfrenta o desafio de empoderamento. A grande visibilidade que adquiriu como caso de sucesso na economia solidária, acabou tomando o tempo de algumas cooperadas, sobrecarregando as demais. Se por um lado isso traz vantagens na forma de alianças estratégicas, ou mesmo recursos para a cooperativa, por outro, as oportunidades de crescimento pessoal e de desenvolvimento do capital social, não são eqüitativamente distribuídas. Conforme foi possível observar, algumas cooperadas se sentem desconfortáveis com essa situação, e não gostam de falar do assunto. De certa forma protegem o empreendimento solidário que as uniu, mas percebem que precisam agir. Para dar conta da situação, há um revezamento entre as cooperadas, de modo que algumas assumem a posição de outras, liberando-as a participar de atividades externas, sem comprometer o funcionamento da cooperativa.

As cooperadas mais afetadas são as que trabalham no corte (4 mulheres), pois precisam cobrir, constantemente, a falta da presidente, muito demandada por compromissos externos e de representação política. As ausências da presidente – até então a única que sabia utilizar o recurso de e-mail – criava um problema para a produção, na medida que vários pedidos são realizados por meio eletrônico.

Além disso, o preenchimento das fichas com dados dos clientes e respectivos pedidos é feito à mão, sem regras prévias de como fazê-lo. Isso afeta a relação de trabalho das mulheres, que se sentem sobrecarregadas e excluídas, pois dependem de uma pessoa, a presidente, para poderem realizar seu trabalho.

A vontade de aprender é grande, mas ao mesmo tempo não têm condições para fazê-lo durante a jornada diária, já que a atividade na cooperativa é muito intensa. Além disso, a separação em áreas distintas (corte, costura e serigrafia) amplia a segregação de conhecimento e participação nas questões do dia-a-dia, uma vez que a área de corte é privilegiada pelo contato com os clientes e pela tomada de decisão sobre que será produzido na semana.

Em artigo publicado na revista Psicologia e Sociedade em 2006, cujo campo empírico foi também uma cooperativa solidária, os pesquisadores constataram a insatisfação entre as cooperadas quanto ao reduzido espaço que têm para a participação em atividades externas a sua organização:

> [...] na fala dos trabalhadores, são expressas críticas sobre a necessidade de valorização igualitária de todos os entrevistados, a dificuldade de compreender o envolvimento da coordenadora no movimento estadual e nacional de economia solidária e, ao mesmo tempo, reconhecer o seu papel na inserção bem-sucedida da UNIVENS no mercado: "Todo grupo grande precisa de líder, a nossa tem garra, batalha, todos sabem que ela é líder, não devemos trocar. Mas outras devem ser valorizadas". (Barfknecht, Merlo, & Nardi, 2006, p. 8).

No caso da Cooperax, assim como na revelação trazida pelos autores acima, também foi constatado que determinadas posições no campo eram reservadas apenas à presidente da cooperativa. Oakley e Clayton (2003, p. 9) ao discorrerem discorrem sobre o poder, informam:

> O poder – formal, tradicional ou informal – está no coração de qualquer processo de transformação e é a dinâmica fundamental que determina as relações sociais e econômicas. Falar de empoderamento equivale a sugerir que há grupos que estão totalmente à margem do poder e que necessitam de apoio para "empoderar-se".

Mesmo que o poder, no caso da Cooperax, seja informal, no sentido de não ser regido por regras regulamentadas, e ainda que formalmente não existam hierarquias, como é comum nas empresas capitalistas (patrão X empregado), o fato é que o desequilíbrio na participação, entre as cooperadas, acaba por favorecer a formação de núcleos de poder.

Assim sendo, para o caso deste projeto, visou-se, através da capacitação para o uso da linguagem digital, viabilizar que as cooperadas da costura tivessem, pelo menos, autonomia produtiva, isto é, que rompessem a situação de extrema dependência para com a presidente, única até então suficientemente familiarizada com o uso do computador. Em outras palavras, essas mulheres passariam a ter um maior controle de suas vidas, o qual lhes era negado pela falta de conhecimento.

Empoderar corresponde ao ato de viabilizar que a pessoa em questão conquiste autonomia. Não se trata, pois, de *dar poder*, mas sim de criar – através da ação concreta – as condições para que o próprio sujeito se torne protagonista da mudança desejada.

Segundo Oakley e Clayton (2003, p. 12), de forma concreta, o empoderamento para o desenvolvimento pode se manifestar em três grandes áreas:

a) o poder como maior confiança na capacidade pessoal para levar adiante algumas formas de *ação*;
b) o poder como aumento das *relações* efetivas que as pessoas desprovidas de poder podem estabelecer com outras organizações;
c) o poder como resultado da ampliação do *acesso* aos recursos econômicos, tais como crédito e insumos.

Na discussão sobre o surgimento do conceito empoderamento dentro do movimento das mulheres

> [...] o conceito de empoderamento aparece como uma estratégia conquistada por mulheres do Terceiro Mundo para mudar suas próprias vidas, ao mesmo tempo em que isto gera um processo de transformação social, o principal objetivo do movimento das mulheres. O empoderamento é visto como a base para gerar visões alternativas por parte da mulher, assim como o processo pelo qual estas visões se tornarão realidades, à medida que as relações sociais mudaram. Dentre as condições prévias para o empoderamento da mulher, estão espaços democráticos e participativos, assim como a organização das mulheres. (Deere, & Leon, 2002, p. 53).

Dessa maneira, as mulheres da Cooperax, à medida que conseguem estabelecer sua cooperativa em uma vila, mostram estar caminhando no sentido do empoderamento. É nesse cenário que as cooperadas demonstram desejo de aprender, para buscar a igualdade entre elas e chances de maior participação com vistas ao desenvolvimento pessoal e

coletivo. Com isso, a Cooperax reúne todas as condições para trabalhar o empoderamento das suas cooperadas, pois estão organizadas, tendo criado um campo de confiança e espaços democráticos e participativos.

O projeto da residência, então, encaminhou-se, primeiramente, para que as mulheres da área do corte aprendessem a usar o computador. Isso as apoiaria nas atividades diárias da cooperativa, promovendo, dessa forma, o empoderamento. Como segundo passo, buscou implementar o cadastro e os pedidos em um sistema no computador, a fim de agilizar e garantir a guarda dos registros.

Segundo Gonçalves e Oliveira (2007), a inclusão digital muitas vezes é vista como um processo de alfabetização digital, ou seja, é a aprendizagem necessária ao indivíduo para circular e interagir no mundo das mídias digitais como consumidor e como produtor de seus conteúdos e processos. Outras vezes é associado ao acesso ao mundo virtual. O certo é que a inclusão digital não pode ser entendida apenas como oferecer o computador, mas sim ensinar a utilizá-lo.

Segundo relato da presidente, sobre as cooperadas e o uso do computador: "Qualquer coisa no computador é vista como forma de exclusão. Percebem que podem mexer, mas não sabem". Ou seja, o aprendizado para essas cooperadas é muito importante!

Adultos são motivados a aprender quando esse aprendizado faz sentido para eles, quando percebem as vantagens e benefícios, assim como as conseqüências negativas desse desconhecimento. A aprendizagem de adultos ocorre de maneira diferente das crianças. Cavalcanti (1999, p. 2) compara o aprendizado de crianças (pedagogia) e de adultos (andragogia), e destaca as seguintes diferenças:

Quadro 1

A Aprendizagem de Adultos

Características da Aprendizagem	**Pedagogia**	**Andragogia**
Relação Professor/Aluno	Professor é o centro das ações, decide o que ensinar, como ensinar e avalia a aprendizagem.	A aprendizagem adquire uma característica mais centrada no aluno, na independência e na auto-gestão da aprendizagem.
Razões da Aprendizagem	Crianças (ou adultos) devem aprender o que a sociedade espera que saibam (seguindo um currículo padronizado).	Pessoas aprendem o que realmente precisam saber (aprendizagem para a aplicação prática na vida diária).
Experiência do Aluno	O ensino é didático, padronizado e a experiência do aluno tem pouco valor.	A experiência é rica fonte de aprendizagem, através da discussão e da solução de problemas em grupo.
Orientação da Aprendizagem	Aprendizagem por assunto ou matéria.	Aprendizagem baseada em problemas, exigindo ampla gama de conhecimentos para se chegar à solução.

Fonte: Cavalcanti (1999)

Para as cooperadas da Cooperax, a inclusão digital e a metodologia utilizada, uma vez que todas são adultas, eram importantes. Dessa forma, descobriu-se, através de conversas e reuniões, e levou-se em conta o que elas de fato precisavam e queriam aprender. Promover a inclusão digital era, neste caso, permitir o acesso à informação da Internet e também disponibilizar conhecimento para acessar as facilidades de um computador, como, por exemplo, digitar textos, gravar fotografias, entre outros. A cooperativa já dispunha de um computador que todas tinham, teoricamente, acesso, mas não o faziam pela falta de conhecimento, medo do novo e/ou pela própria falta de tempo

1.3. Objetivos

Os objetivos deste projeto foram subdivididos em Geral e Específicos, conforme a seqüência abaixo.

1.3.1. Objetivo Geral

Promover o empoderamento das mulheres da cooperativa Cooperax, através da inclusão digital.

1.3.2. Objetivos Específicos

a) oferecer conhecimento na área de informática através de um curso;

b) substituir os controles manuais da gestão administrativa da cooperativa por controles informatizados, a ser feito pelas próprias cooperadas.

1.4. Público-alvo

O público-alvo do projeto são as quatro mulheres que trabalham na área do corte, que possuem pouco conhecimento no uso do computador. A escolaridade média se restringe ao ensino fundamental e com pouca profissionalização formal. A maioria das habilidades foi adquirida com a troca de experiências entre as cooperadas.

A divisão de trabalho instituída na cooperativa é por áreas: corte, costura e serigrafia. A área do corte acaba sendo primordial para as demais atividades, pois nela as cooperadas recebem os pedidos e dão entrada na cooperativa, sendo e-mail uma das formas de entrada.

Neste trabalho, as cooperadas que participaram das aulas serão denominadas como *cooperada 1*, *2*, *3* e *4*; ou ainda, *cooperadas da área do corte*, quando a referência for ao grupo. A faixa etária delas vai de 34 a 49 anos. Uma quinta pessoa que integra a área do corte, a presidente, já detém o conhecimento para uso do computador e, dessa forma, participará como apoiadora do projeto.

1.5. Quadro de Metas

No quadro de metas podemos observar os objetivos específicos e o conjunto de ações para atingir cada um deles. Ambos, com o propósito de atingir o objetivo geral proposto.

Quadro 2

Quadro de metas da Residência

Quadro de Metas **Objetivo Geral:** Promover o empoderamento das mulheres da cooperativa Cooperax, através da inclusão digital.			
Objetivos Específicos	Ações	Meios de acompanhamento	Riscos
1.Oferecer conhecimento na área de informática através de um curso.	1.1. Identificar no grupo as mulheres que têm interesse e potencialidade em participar do curso. 1.2. Identificar quais os temas a serem abordados no curso, a partir da demanda das cooperadas. 1.3.Captar empresa/profissional para realização do curso. 1.4. Agendar horários e dias para realização do curso, além de buscar o espaço apropriado. 1.5. Realizar o curso.	Fazer levantamento sobre os conhecimentos na área, quais os temas em que têm interesse e o melhor local e horários para realização do curso. Periodicidade de participação no curso.	Não ter acesso às cooperadas.
2. Substituir os controles manuais da gestão administrativa da cooperativa por controles informatizados, a ser feito pelas próprias cooperadas.	2.1. Identificar quais os controles manuais atuais. 2.2. Identificar quais os controles necessários e possíveis, a partir do conhecimento adquirido com o curso. 2.3. Promover a utilização do computador para pelo menos um controle.	Levantamento através de entrevista coletiva com o grupo de cooperadas. Entrevista individual sobre as possibilidades das cooperadas que melhor se saíram no curso. Inserir cronograma de implantação de um controle com: prazo/data/resultados esperados. Número de controles em desenvolvimento efetivo.	As cooperadas não terem participado do curso de informática.

Fonte: Adaptação de Armani (2006)

2. Metodologia

O método de investigação utilizado neste trabalho foi a pesquisa-ação que, segundo Roesch (2006), é uma estratégia que possibilita ao pesquisador obter conhecimento de primeira mão sobre a realidade social empírica, construindo, através disso, a teoria para a prática. Essa construção é obtida quando o pesquisador interpreta o mundo real a partir da perspectiva dos sujeitos de sua investigação, o que é conseguido por meio do desenvolvimento de um nível de confiança entre os participantes. Conforme coloca Thiollent (1997, p. 14), a pesquisa-ação

> Consiste, essencialmente, em acoplar pesquisa e ação em um processo no qual os atores implicados participam, junto com os pesquisadores, para chegarem interativamente a elucidar a realidade em que estão inseridos, identificando problemas coletivos, buscando e experimentando soluções em situação real. Simultaneamente, há produção e uso do conhecimento.

A intervenção ocorreu por meio da tecnologia social de residência solidária, a qual

> [...] implica que uma parte da formação ou capacitação do residente se realize no próprio ambiente em que se desenvolve o projeto social, propiciando um mergulho profundo no contexto socioeconômico, cultural e ético-político que o envolve, além do manejo cotidiano das tecnologias sociais nele implementadas. (Carrion, Valentim & Hellwig, 2006, p. 38).

Este projeto, assim, buscou potencializar a participação das cooperadas da área do corte no dia-a-dia da Cooperax, através da inclusão digital. As estratégias metodológicas utilizadas foram participação em reuniões, observação e a andragogia.

Inicialmente foi realizada uma reunião com a presidente e vice-presidente, a fim de identificar as necessidades da cooperativa. Na seqüência, houve reunião com o grupo de cooperadas da área do corte, para definir quais os interesses, conhecimentos prévios, periodicidade das aulas e temas a serem trabalhados. Baseado na andragogia, educação de adultos, as

próprias cooperadas nortearam o que queriam aprender, sendo essa a linha seguida nas aulas, contando com o gestor social para orientar o aprendizado.

O tempo foi um condicionante importante na realização das aulas. As cooperadas optaram por fazê-las durante seu trabalho. Dessa forma, dividiram-se entre as aulas e o corte das peças, além do recebimento e entrega de pedidos. A opção por fazer aulas mais curtas foi necessária, para que não ficassem muito tempo fora do trabalho. Até porque, a prática mostrou o quanto seria difícil fazer mais do que isso, conforme relato da experiência. Segundo Cavalcanti (1999, p. 2):

> Kelvin Miller afirma que estudantes adultos retêm apenas 10% do que ouvem, após 72 horas. Entretanto serão capazes de lembrar de 85% do que ouvem, vêem e fazem, após o mesmo prazo. Ele observou ainda que as informações mais lembradas são aquelas recebidas nos primeiros 15 minutos de uma aula ou palestra.

Dessa forma, o foco principal, para garantir um mínimo de aprendizado em meio às condições adversas, foi aproveitar ao máximo os primeiros momentos da aula. As aulas ocorriam no turno da tarde, com média de 30 minutos para cada aluna.

Na fase final do projeto, ainda foi instituído um exercício de educação à distância para poder promover o uso do e-mail. Complementar às reuniões e ao ensino, as observações foram sendo registradas em diário que serviu de norteador para muitas decisões.

3. Equipe e Parcerias

Para realização de um projeto social, o sugerido é que se congreguem várias pessoas:

> Um bom projeto necessariamente agrega mais pessoas, grupos ou instituições em torno de si. É este esforço de articulação que permite o fortalecimento contra as crises e o avanço em direção a novos projetos. (Stephanou *et al*., 2003, p. 69).

No caso deste trabalho, a etapa da residência foi realizada de forma individual, mas contou, juntamente com as demais fases, com o apoio, monitoramento e a orientação de outros agentes e profissionais. Durante esse processo, também houve interação com outro residente que realizava um trabalho na mesma cooperativa, com o qual se teve importante troca de experiências.

3.1. Cronograma – Linha do Tempo

As ações previstas foram distribuídas no tempo, conforme quadros a seguir:

Objetivo Específico 1 Oferecer conhecimento na área de informática através de um curso.							
Ação	**Ano 2007**			**Ano 2008**			
	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
Definição do escopo do trabalho							
Identificação de quem tem interesse e potencialidades em participar do curso							
Captar empresa/profissional para realização do curso							
Identificar quais temas abordar no curso							
Agendar horários e dias para realização do curso e buscar local apropriado							
Realização do curso							

Quadro 3 – Cronograma 1

Objetivo Específico 2 Substituir os controles manuais da gestão administrativa da coorporativa por controles informatizados, a ser feito pelas próprias cooperadas.							
Ação	**Ano 2007**			**Ano 2008**			
	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
Identificar os controles manuais atuais							
Identificar quais os controles necessários e possíveis, a partir das aulas							
Promover a utilização do computador para um controle pelo menos							

Quadro 4 – Cronograma 2

3.2. Orçamento e viabilidade financeira

Para realização da residência solidária foram utilizados recursos da cooperativa e da gestora social, conforme quadro:

Tipo de Investimento	**Valor Estimado**	**Valor Realizado**
Infra-estrutura para realização do curso: sala, computador, cadeiras, canetas e acesso a Internet	R$ 1.500,00	R$ 0,00 (cedido pela cooperativa)

Trabalho do gestor social: horas despendidas, deslocamento e material para a realização	R$ 1.000,00	R$ 0,00 (cedido pelo gestor social residente)
Total	**R$ 2.500,00**	**R$ 0,00**

Quadro 5 – Orçamento

4. A Prática da Residência Solidária

4.1. O primeiro contato e a realidade

A residência solidária é uma oportunidade de o gestor social entrar em contato e se envolver com comunidades que possam estar em situação de risco, apresentando baixa renda, drogadição, entre outros problemas sociais. Nesse sentido, diferentemente do ato de apenas doar dinheiro, o gestor mergulha no cerce na questão e busca ser agente propulsor do desenvolvimento de um projeto, com vistas a melhorar, de alguma forma, a vida dessas pessoas.

Diante desse cenário, a definição da instituição a ser trabalhada foi o começo de tudo. Foi quando muitos medos tiveram de ser enfrentados e vários preconceitos quebrados: medo do desconhecido, dos perigos de se entrar nas vilas, de como se portar, de que roupa usar para não chamar a atenção, de que meio de transporte usar – ônibus ou carro –, de como lidar com a frustração de não poder fazer, e da vontade de ajudar sem saber se as pessoas querem a sua ajuda. No início deste projeto, essas perguntas ainda não tinham resposta, mas o aprimoramento das habilidades como gestor social, por meio da troca de experiências com vários agentes e profissionais já ligados à área, possibilitaram esse desenvolvimento.

O primeiro contato com a Cooperax partiu de um encontro com a presidente da cooperativa na universidade, onde ela apresentou a história e os produtos da organização. Na ocasião, ela também se dispôs a abrir as portas do empreendimento para o desenvolvimento de projetos.

Ao ser indagada sobre o tipo de projeto que gostaria de desenvolver, a presidente comentou duas necessidades: produzir um vídeo sobre a instituição e encontrar um fixador natural para tingir as peças de uma linha que é ecologicamente fabricada. A primeira opção foi bastante atrativa, tendo sido, a princípio, a selecionada. Era preciso, ainda, conhecer a cooperativa, e as expectativas eram grandes. Parecia que tudo daria certo!

Em um segundo momento, foi feita a visita ao local, já se pensando em como seria produzido o vídeo. Para a ocasião, calça jeans, tênis e camiseta pareceram ser trajes ideais para entrar na Vila, até então desconhecida. Ao chegar à cooperativa, a presidente mostrou as dependências do estabelecimento, comentando para as demais cooperadas, que não paravam o que estavam fazendo, sua alegria em poder contar com os residentes para realização de trabalho na organização. Houve uma pequena reunião em uma sala ao lado da recepção que continha estoque de peças, cadeiras empilhadas, um computador que haviam ganhado e que não era usado, e algumas coisas mais que faziam lembrar um ambiente desorganizado e empoeirado.

Conversou-se sobre o projeto que poderia ser desenvolvido. Havia a preocupação dos residentes em fazer algo que respeitasse a vontade das pessoas que iriam desenvolvê-lo, no caso, as cooperadas. A necessidade do fixador natural foi novamente colocada pela presidente, mas não foi percebida como uma oportunidade de trabalho social de fato pelos residentes, pois envolveria mais uma pesquisa de fornecedores. Ela também comentou a necessidade de fazer oficinas para ensinar a usar o e-mail, pois as cooperadas não sabiam utilizar os dois computadores que a organização dispunha; exceção feita à própria presidente. Falou-se também em fazer algo para os jovens que moram na Vila, alguns filhos das próprias cooperadas, como um curso de criação para site ou mesmo para produtos, algo na linha do teatro, da cultura, oficina de fotografias, ou mesmo de costura.

A idéia do vídeo ainda persistia, mas percebeu-se que através dele não se trabalharia o envolvimento das cooperadas. O vídeo era um pedido de um produto e não de um projeto. Identificar um possível projeto no meio de tantas possibilidades ficou difícil. Além disso, existia a dificuldade de conciliar a residência solidária com as atividades profissionais dos residentes. O projeto teria de ser desenvolvido durante a semana, pois aos sábados as cooperadas não trabalham normalmente.

Para o gestor social, uma regra importante é ter conhecimento sobre o que será desenvolvido e, das possibilidades até então levantadas, poucas alternativas restavam. Dessa forma, os residentes se reuniram e pensaram em todas as idéias debatidas na reunião, tendo sido, o vídeo, praticamente descartado. Pensou-se em fazer uma reunião com todas as cooperadas para identificar um projeto coletivo, mas não houve muita abertura para isso. As sugestões foram passadas à presidente, que consultava a opinião das demais cooperadas. O campo de confiança entre o gestor social e os atores é algo muito importante e deve ser criado, mantido e estreitado a cada dia. Talvez por isso ainda fosse cedo para darem maior abertura à participação dos residentes.

Percebeu-se, assim, que o ideal de construir algo coletivo, que fosse a vontade da maioria do grupo – algo que tivesse significado para cooperadas – não seria fácil de colocar em prática. Aquela expectativa inicial, portanto, de fazer um projeto com todas as cooperadas era equivocada. Obter a participação de parte delas já seria um grande resultado enquanto projeto social.

A impressão naquela visita era de que a vida na cooperativa era agitada. E de fato era! Ao final da reunião com a presidente, buscou-se conhecer algumas peças da marca ecologicamente fabricada, que estavam em uma prateleira naquela mesma sala. O atendimento foi dado por outra cooperada, que teve dificuldade em encontrar numeração, dizer os modelos

que tinham e os preços. Isso denunciava o quanto estavam carentes de alguns tipos de controles básicos. Não existia tabela de preços, nem marcação das peças na prateleira ou mesmo uma lista para consulta.

4.2. A maturação

De agosto a dezembro, o contato com a cooperativa foi retomado várias vezes e, aos poucos, foi ficando mais clara uma idéia de projeto. O dia-a-dia de trabalho era intenso, e as máquinas de costura tornavam o ambiente um tanto insalubre. O telefone não parava de tocar, com pessoas querendo fazer pedidos, reclamações ou conversar, às vezes longamente, sobre o funcionamento da instituição com a presidente. Esta parecia estar sempre sobrecarregada, ora no telefone, ora cortando alguma peça ou dando orientações. Algumas vezes, ocorria de o setor de serigrafia reclamar de não ter recebido determinado desenho, o que exigia da presidente que verificasse o e-mail para ver se já havia chegado.

Assim, o contato com a presidente, para saber como tinham sido as reuniões com as cooperadas, era difícil, com respostas evasivas e por vezes demonstração de desinteresse. Tentar agendar visitas não era uma boa estratégia, pois quando se ligava novamente para confirmar o encontro, este era sempre desmarcado com a alegação: "estamos com muito serviço, prefiro que venhas na semana seguinte".

Percebendo que a consulta a todas as cooperadas não seria possível, optou-se por sugerir um projeto baseado no que já havia sido observado nas visitas até então. Mudou-se a estratégia: as visitas à cooperativa passaram a ocorrer sem aviso, e as conversas se realizavam de maneira bastante informal.

Foi dada a sugestão de fazer melhorias nos controles administrativos, uma vez que os pedidos eram anotados em fichas, sem critérios prévios e com poucas informações. Elas não possuíam uma relação dos clientes, nem mesmo do histórico de pedidos deles. Também não havia um controle formal do estoque de tecidos. Os pedidos eram recebidos até a sexta-feira de uma semana, quando era feito um levantamento do que seria preciso comprar para produzir as peças da semana seguinte, com um prazo de entrega de 10 dias. "Às vezes não dá certo, então avisamos o cliente que irá demorar um pouco" segundo relato da *cooperada 2*. Também inexiste um modelo de pedido, o que traria maior agilidade e menor margem de erro, já que, por vezes, as anotações são mal feitas e o pedido fica incompleto.

A sugestão de melhorias administrativas, no entanto, não foi aceita pelas cooperadas, pois não representava uma prioridade para elas. Isso acabou abalando a confiança do gestor com os atores e foi preciso uma conversa direta com a presidente, esclarecendo que sua ajuda era necessária. Nesse sentido, destacam-se os apontamentos de Stephanou *et al*. (2003), que discorreram sobre a importância de o gestor social saber motivar as pessoas, articular as ações e gerenciar o trabalho das equipes, algo que faltava até aquele momento. Foi perguntado mais uma vez às cooperadas sobre o que gostariam de fazer e o assunto "[...] saber mexer no computador" surgiu novamente.

Decidiu-se apostar, então, nessa demanda. Não havia se percebido, até aquela ocasião, o quanto saber usar o computador seria importante para as cooperadas do corte e para a presidente. Na semana seguinte, houve, como até então não havia acontecido, uma reunião com as cooperadas do corte, e não simplesmente uma conversa rápida com a presidente. Parecia que o caminho estava aberto novamente.

Perguntou-se às cooperadas o que gostariam de fazer no computador, mas nenhuma delas soube responder. A presidente já sugeria que, nas aulas, se ensinasse a passar dados de fichas para arquivos digitais. Depois de algum tempo de conversa, a *cooperada 2* disse que "seria legal" se pudessem ler e-mails. Percebia-se, no entanto, certa desmotivação por parte daquelas mulheres, que pareciam não querer realmente fazer aquilo; mas, com a decisão da presidente, elas teriam de começar. Optaram, então, por fazer o curso durante o trabalho, usando o próprio computador da cooperativa e a estrutura local. As aulas seriam de trinta minutos por semana para cada cooperada, de forma a não impactar tanto na rotina de trabalho. Isso não seria nada fácil!

4.3. As aulas

De janeiro a abril ocorreram as aulas. Na primeira, a *cooperada 3* já estava de férias; o que se repetiu com todas as demais no decorrer do projeto. Esse fator influenciou bastante no andamento das aulas, pela não participação das que saíam de férias e pela conseqüente sobrecarga de trabalho que gerava sobre as que permaneciam.

Na primeira aula, era visível o desconforto delas no contato com o computador. Justificavam que não sabiam sequer ligá-lo. Cada uma, individualmente, sentava-se em frente ao computador, com o gestor sentado ao seu lado. Explicou-se que aquilo fazia parte do aprendizado e que teriam a oportunidade de aprender cada uma do seu jeito. O fato é que somente a *cooperada 1* tinha alguns conhecimentos. A *cooperada 2* já havia feito um curso de datilografia e, por isso, tinha mais familiaridade com o teclado; nenhuma, porém, com o *mouse*. Além de ensinar-lhes o básico, para promover a inclusão digital, era preciso também atender ao pedido de inserir as fichas de cadastro dos clientes, fazendo com que conseguissem mantê-las atualizadas no computador.

Assim, as aulas foram direcionadas para que elas abrissem arquivos em um editor de texto, digitassem dados de algumas fichas de clientes e recebessem uma tarefa para fazer até a próxima aula. Cada uma criou uma pasta com seu nome, onde gravou um arquivo com dados próprios. A tarefa consistia apenas em completar os dados, mas nenhuma das cooperadas chegou a realizá-la efetivamente. Alegavam, de forma constrangida, não ter tido tempo.

Conhecer o teclado, saber ligar e desligar o computador, encontrar os arquivos já existentes na cooperativa e saber ler e-mails fizeram parte das aulas. Esse aprendizado foi norteado pelas cooperadas, utilizando-se como base a andragogia,

isto é, buscando ensinar o que elas tinham curiosidade em conhecer, aproveitando ao máximo o pouco tempo disponível. Isso funcionou muito bem.

A cada aula elas vinham com novas curiosidades. "Como posso achar fotografias? Como posso achar os arquivos de pedidos que já recebemos?", foram perguntas da *cooperada 1*. Isso fazia muito sentido para elas, pois quando um cliente chegava e dizia que queria repetir o desenho usado em uma peça no mês ou ano anterior, elas não tinham como procurar o arquivo no computador, mas sabiam que estava lá. Muitas vezes a presidente, que estava ao telefone, ou no corte, ou em uma reunião, interrompia o que estava fazendo para atender essa demanda. Isso, ao mesmo tempo em que atrapalhava o dia-a-dia da cooperativa, instituía uma relação de poder, já que todas ficavam dependentes dela para essa ação. Nos dias que ela não estava, a situação piorava, pois não havia outra pessoa que conseguisse acessar o e-mail e localizar arquivos. Aprender essas atividades, enfrentando o medo do computador, era fundamental para que o trabalho e as relações dentro da cooperativa não fossem afetadas.

As aulas aconteciam durante o trabalho delas e, por isso, várias interrupções ocorriam para, por exemplo, atender clientes. Também, enquanto uma cooperada estivesse em aula, as demais faziam certa cobrança para que não demorasse. Perguntas como "[...] vocês vão demorar aí?", referindo-se ao gestor e a cooperada, impactavam muito nas aulas, pois tiravam a concentração na atividade. Combinou-se, então, que elas iriam se revezar nas aulas, à medida que fossem concluindo o trabalho que estavam fazendo. Isso funcionou para a *cooperada 1, 2* e *3*; a *cooperada 4*, entretanto, deixou de participar, sempre alegando "agora não posso".

Com relação à vestimenta, percebeu-se, a essa altura, que não preciso colocar calça jeans e camiseta para ir à cooperativa. No início, acreditava-se que isso faria com que o gestor fosse aceito mais facilmente naquele ambiente, ajudando no desenvolvimento do projeto. Mas, na prática, constatou-se não haver tal interferência.

4.4. Os Resultados

À medida que as aulas aconteciam, os resultados foram gradativamente aparecendo. Foi pedido que as cooperadas fizessem suas próprias anotações durante a aula para que pudessem usar o computador na falta do gestor. Elas perderam o medo do computador! Frases como "[...] eu achei que nunca chegaria nem perto", da *cooperada 1*; e "[...] uma vez saí de noite e o computador estava ligado. Agora eu já sei onde desligar se isso acontecer de novo", da *cooperada* 3; demonstram o quanto elas foram inseridas no mundo digital.

A *cooperada 1* foi a que mais se destacou no curso, passando a utilizar o computador no dia-a-dia. Também foi a que demonstrou maior interesse no aprendizado. Dito por ela: "[...] agora eu consigo abrir os e-mails, ficou tão fácil". Além disso, também comentou: "[...] minha filha me pediu ajuda para achar umas letrinhas no computador. Eu achei isso o máximo". A filha tem 12 anos e a mãe sentiu-se orgulhosa por poder ajudá-la. Embora todas tivessem computador em casa, não o usavam.

Em outra ocasião, a *cooperada 3* comentou que o filho ficou sabendo que ela estava tendo aulas na cooperativa e se ofereceu para ensiná-la também. Abriu-se aí um campo de relação entre mãe e filho que antes não existia, pois a exclusão provocada pelo analfabetismo digital não permitia. O empoderamento dessas mulheres estava indo além do espaço da cooperativa. Como mães, elas estavam estabelecendo relações com seus filhos que antes não eram possíveis.

Dentro da cooperativa, outras cooperadas também passaram a mostrar interesse. Algumas vinham olhar com curiosidade o que as colegas estavam fazendo, e uma chegou a pedir para também aprender a usar o computador, mas, no dia combinado, acabou não comparecendo por estar muito atarefada.

A linha entre o querer e o fazer é muito tênue. Foi preciso dedicação por parte das cooperadas para aprender, deixando de lado um trabalho que às esperava. Conforme a *cooperada 2*: "[...] quando chego à noite estou tão cansada que nem penso em estudar".

Uma ocasião especial aconteceu na véspera do carnaval, quando a cooperativa recebia vários pedidos de última hora. Um cliente, integrante de escola de samba, queria que fosse produzida uma camiseta igual a do ano anterior, mas não possuía uma peça para mostrar. Várias pessoas foram chamadas, mas nenhuma tinha certeza de como deveria ser aquela peça. Naquele momento, por coincidência, o gestor se encontrava no local e pôde ensinar à *cooperada 1* a tentar encontrar o desenho. Após uma procura rápida, o arquivo foi encontrado para a felicidade de todos. A *cooperada 1* percebeu que podia fazer isso no dia-a-dia da cooperativa, e, de fato, começou a ler e receber os pedidos por e-mail. Foi feito ainda um exercício à distância para incentivar o aprendizado, com envio de e-mails com arquivos anexados.

Embora com respostas diferentes, todas as cooperadas evoluíram durante o curso, conseguindo compartilhar um campo que antes era exclusivo da presidente. A *cooperada 4* teve uma participação mais acanhada nas aulas, tanto que as duas últimas preferiu não fazer. Sua vontade foi respeitada e percebia-se que ela estava feliz pelo que já havia evoluído: saber ligar e desligar o computador e usar o mouse, por exemplo.

Posteriormente, em um encontro com a presidente, esta revelou o seguinte: "Fiquei surpresa com a *cooperada 1* que está abrindo os e-mails. Eu deixo os e-mails marcados como não lidos, para que ela possa ler quando liga o computador. Elas (cooperadas do corte) tinham pavor de mexer no computador". Essa constatação foi importante, pois demonstrou que a inclusão digital havia conseguido proporcionar o empoderamento desse grupo de mulheres, que queriam participar mais da cooperativa.

4.5. O Planejado e o Realizado

Muitos eventos se mostraram diferentes do planejado no quadro de ações quando o projeto iniciou, conforme já relatado na experiência. O objetivo geral foi atingido: promover o empoderamento das mulheres da cooperativa Cooperax, através da inclusão digital. No entanto, com uma análise dos objetivos específicos, é possível tornar mais claro o que se conseguiu desenvolver por completo ou não neste projeto.

Objetivos Específicos e Ações - análise posterior planejado X realizado:

a) objetivo específico 1: oferecer conhecimento na área de informática através de um curso. Objetivo atingido plenamente já que as 4 cooperadas participaram de aulas e tiveram ganhos sobre o uso do computador;
   - - identificar no grupo as que tem interesse e potencialidade em participar do curso: objetivo atingido, pois a indicação partiu de uma integrante do grupo, a presidente;
   - - identificar quais os temas a serem abordados no curso a partir da demanda das cooperadas: plenamente atingido, já que as cooperadas disseram o que queriam aprender;
   - - captar empresa/profissional para realização do curso: objetivo atingido. Pelo fato de não existir um telecentro na Vila e, mesmo através de conversas com as cooperadas, não ter sido possível identificar uma pessoa que pudesse oferecer o curso, o próprio residente o realizou. A idéia de identificar alguém da Vila para realizá-lo poderia dar continuidade ao projeto após o término da residência;
   - - agendar horários e dias para realização do curso, além de buscar o espaço apropriado: o agendamento de dia e horário, conforme relato da experiência, foi um dos problemas enfrentados. Já o espaço dentro da cooperativa, embora pequeno, foi ideal e suficiente, considerando que as cooperadas não sairiam do local de trabalho para a realização do curso;
   - - realizar o curso: objetivo atingido parcialmente pela dificuldade de conciliação da agenda de férias das cooperadas com a atividade profissional do gestor residente, o que diminuiu a quantidade de aulas que cada uma pôde participar. Foram realizadas seis aulas, enquanto a estimativa era de uma por semana, o que totalizaria doze.

b) objetivo específico 2: substituir os controles manuais da gestão administrativa da cooperativa por controles informatizados, a ser feito pelas próprias cooperadas. Esse objetivo não foi atingido plenamente por vários motivos, conforme segue:
   - - identificar quais os controles manuais atuais: somente parte das deficiências foi mapeada devido à dificuldade de acesso a esse tipo de informação na cooperativa;
   - - identificar quais os controles necessários e possíveis a partir do conhecimento adquirido com o curso: essa etapa foi concluída, porém não teve receptividade por parte da cooperativa. Embora as cooperadas soubessem a importância de melhorar o controle do estoque e ter um formulário para anotação de pedidos, não estavam dispostas a fazê-los no momento;
   - - promover a utilização do computador para pelo menos um controle: o aprendizado de uso do computador foi atingido, no entanto, a seqüência de inserção das fichas dos clientes não.

Analisando o planejado e o realizado se percebe o quanto um projeto social é orgânico, e deve se ajustar à realidade. O despertar dos participantes acontece paulatinamente, nem sempre seguindo os prazos estimados no planejamento. Nesse cenário, o trabalho do gestor social é importante, readequando os prazos e as ações de forma que os resultados que emergem sejam valorizados.

5. Considerações Finais

O emprego da tecnologia social de residência é muito importante para formação do gestor social (Carrion *et al*., 2006). Colocar em prática os conhecimentos teóricos é a melhor forma de aprendizado, como foi plenamente comprovado no caso desta residência. Através dela foi possível, ao longo do tempo, e do desenvolvimento de um nível de confiança entre os participantes, estreitar as relações com a organização, obtendo, gradativamente, maior abertura e incentivo para a aplicação do projeto. Ao mesmo tempo, as incertezas e questionamentos iniciais e os desafios quanto à execução das ações planejadas foram, na medida do possível, sendo resolvidos.

De forma substancial, a aula de computação – inclusão digital – apresentou-se como um caminho adequado para proporcionar o empoderamento das mulheres da área do corte. Até então extremamente dependentes da presidente para realização de atividades simples e importantes, como o acesso a pedidos por e-mail, ampliaram sua participação no dia-a-dia da cooperativa a partir do conhecimento adquirido em informática.

A andragogia, desse modo, foi fundamental, pois envolveu as cooperadas na elaboração do curso. Com isso, puderam dizer o que queriam aprender e de que forma, fazendo com que todo esse processo tivesse sentido para elas.

Conforme destacam Oakley e Clayton (2003), o empoderamento pode se manifestar em três grandes áreas: maior confiança na capacidade pessoal, aumento das relações efetivas e ampliação do acesso a recursos. Neste caso, a maior contribuição foi para que essas mulheres pudessem confiar na sua capacidade de levar adiante as ações. É o poder como maior confiança, não traduzido somente pela força externa da presidente, mas por forças internas que elas tinham de romper, como o medo e o desestímulo.

Nesse sentido, a insatisfação das cooperadas quanto à situação de dependência, juntamente com a iniciativa, compromisso e empenho do gestor em motivá-las para o projeto, constituiu condição importante para solução de um problema que afetava, sob vários aspectos, o negócio da organização. Essa mudança foi claramente percebida pelas cooperadas do corte, que, em depoimentos, disseram se sentir diferentes por conseguir utilizar adequadamente o computador.

Com o projeto de residência tendo chegado ao fim, cabe salientar as palavras de Armani (2006, p. 31) quando diz que

> "a elaboração de um projeto nunca cessa, uma vez que a reflexão sistemática durante o processo de implementação (monitoramento & avaliação + sistematização) leva sempre a reformulações significativas de objetivos, estratégias, resultados e atividades".

Ao olhar a prática desta residência, esse é o sentimento exato que fica! Muitas questões foram organizadas durante o transcorrer do trabalho e que trouxeram ganhos significativos, a exemplo, a própria definição por realizar a atividade de inclusão digital que, mesmo parecendo superficial em um primeiro momento, acabou-se mostrando uma questão central para promover o empoderamento. As mulheres que participaram do projeto mostraram-se protagonistas, cada uma da sua maneira; algumas mais profundamente que outras.

Embora o realizado tenha divergido do planejado, essa não é a equação que conta em um projeto social, onde as questões não são rígidas. A perspectiva muda durante a realização da intervenção, sendo esta a nova realidade para a qual se deve olhar. Este foi um ponto importante neste trabalho: fazer a análise comparada do que foi planejado, submetendo à realidade que se apresentava, para então orientar o rumo novamente. Não se trata de uma fórmula para elaboração de projetos sociais, mas sim de uma prática com a qual cada gestor social deve aprender a lidar.

REFERÊNCIAS

Armani, D. (2006). *Como elaborar Projetos – Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

Barfknecht, K. S., Merlo, A. R. C., & Nardi, H. C. (2006). Saúde Mental e Economia Solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre. *Psicologia & Sociedade, 18*(2). Recuperado em 14 maio, 2008, de http://www6.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs/viewarticle.php?id=10&layout=html

Carrion, R. M., Valentim, I. V. L., & Hellwig, B. C. (Org.). (2006). *Residência Solidária UFRGS: vivência de universitários com o desenvolvimento de uma tecnologia social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Cavalcanti, R. de A. (1999). Andragogia: a aprendizagem nos adultos. *Revista de Clínica Cirúrgica da Paraíba, 4*(6). Recuperado em 14 maio, 2008, de http://www.rau-tu.unicamp.br/nou-rau/ead/document/?view=2

Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL). *Unisol Brasil – O que é?* Recuperado em 14 maio, 2008, de http://www.unisolbrasil.org.br/unisol/oque.php

Deere, C. D., & Leon, M. (2002). *Empoderamento da Mulher: diretos à terra e direitos de propriedade na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Gonçalves, E. C. F., & Oliveira, G. R. (2007). Inclusão Digital: a importância do uso da tecnologia e ferramentas da web no processo de aprendizagem e inclusão social para pessoas da terceira idade. *ICECE 2007 – International Conference on Engineering and Computer Education*, Santos, SP, Brasil. Recuperado em 14 maio, 2008, de http://www.nesdaher.eti.br/downloads/groberta/diversos/artigo_beth.pdf

Oakley, P., & Clayton, A. (2003). *Monitoramento e Avaliação do Empoderamento*. (2a ed). Londres: INTRAC. Recuperado em 14 maio, 2008, de http://www.polis.org.br/obras/arquivo_153.pdf

Roesch, S. M. A. (2006). *Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso* (3a ed.). São Paulo, Atlas.

Santos, A. M. dos. (2005). *UNIVENS: nove anos de história concretizando uma outra economia*. Recuperado em 14 maio, 2008, de http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/Trabalho_Aline_Public.pdf

Singer, P. (2002). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. *Economia Solidária, 2*. Recuperado em 14 maio, 2008, de http://www.uff.br/incubadoraecosol/docs/ecosolv2.pdf#page=4

Stephanou, L., Muller, L. H., & Carvalho, I. C. de M. (2003). *Guia para Elaboração de Projetos Sociais*. São Leopoldo: Sinodal.

Thiollent, M. J. (1997). *Pesquisa-ação nas organizações*. São Paulo, Atlas.

Cidadania e cultura política no Brasil

Orlandil de Lima Moreira Moreira
Universidade Federal da Paraiba
dillmoreira@hotmail.com

Resumo: A história política brasileira apresenta traços marcantes de uma cultura política de não - participação que atinge em especial uma parcela majoritária da população, os empobrecidos. A nossa história republicana tem como característica a ausência e espaços públicos que possibilitassem a participação dos cidadãos e cidadãs nas decisões públicas. A política sempre foi uma atividade que se constituiu em

privilégio de uma elite. Os processos políticos desenvolvidos pela sociedade civil nas últimas décadas do século XX, com forte presença dos movimentos sociais populares, desencadearam mudanças no campo da participação social, fazendo emergir atitudes e ações que contribuem para a emergência de uma nova cultura política de participação cidadã nos espaços públicos decisórios. O presente artigo tem como objetivo analisar os novos formatos e arquitetura da participação recente no Brasil, pretendendo desvelar nesse processo de construção de espaços públicos institucional e não-institucional, mudanças e continuidades nas ações políticas e sua dimensão educativa na conformação de uma nova cultura política.

Introdução

A luta pela democracia no Brasil esteve presente no cenário político em vários momentos de sua história. Um dos seus eixos centrais era a democratização do Estado, buscando romper com uma tradição da política que sempre deixou à margem a preocupação com a construção de instituições democráticas que possibilitassem a participação da população nos espaços públicos de decisão. Ao longo da história política brasileira predominou a presença das elites, que sempre tiveram o privilégio de influenciar nos rumos do Estado, fortalecendo assim, o caráter privado do Estado brasileiro e fazendo que vivenciássemos, ao longo de nossa trajetória política, a ausência de uma dimensão pública. Assim, a ordem pública não se constituiu ao longo desse tempo em uma realidade consolidada, havendo sempre uma contradição entre o público e o privado (Wanderley, 1996, p. 96).

A presença do poder patrimonial foi sempre uma marca significativa em nossa cultura política. Mesmo com a modernização da sociedade, o tradicional permaneceu, e o moderno foi mesclado com o tradicional. Na visão de Raichelis, "as oligarquias políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo ao seu controle todo o aparelho do Estado" (Raichelis, 1998, p. 68). Como conseqüência desse processo, tivemos por todo esse tempo a não efetivação de uma participação ampliada da sociedade civil nas ações do Estado, colocando em questão a Cidadania, elemento fundamental para a construção de uma sociedade democrática.

Dessa forma, este trabalho pretende abordar uma questão presente em nossa história política, a qual estou denominando de impermeabilidade do Estado para a participação da população nos processos políticos decisórios. Ao longo do texto, procuro demonstrar, de forma suscinta, o debate sobre os novos formatos e arquitetura da participação no Brasil, procurando evidenciar a ausência de esferas públicas onde os diversos atores sociais possam exercer a sua cidadania através da participação em espaços públicos institucionais e não-institucionais, e quais as implicações para a construção de uma nova cultura política.

A dimensão do público e do privado na cultura política brasileira.

Nas reflexões sobre a democracia no Brasil, um tema recorrente em várias análises tem sido o da esfera pública. Isso porque, ao longo de nossa história política, a dimensão pública não se constituiu de forma efetiva, dando lugar a uma forte influência da dimensão privada na nossa sociedade. Assim, o estatal e o privado mesclam-se, desenvolvendo-se em nossa sociedade um processo de simbiose entre o público e o privado, impedindo o surgimento de uma esfera pública. Os interesses particulares assumem precedência sobre o interesse público, configurando a falta de uma dimensão efetivamente pública, como sugere a análise do grupo de estudos sobre a construção democrática da UNICAMP.

> A indistinção entre o público e privado, subjacente a uma concepção oligárquica da política, onde os interesses privados assumem prevalência sobre o interesse público, está no centro de uma matriz básica que continua presidindo a configuração da sociedade brasileira, e em relação a qual as instituições políticas da democracia representativa liberal se acomodaram sem rupturas significativas (IDÉIAS, 1988/89, p.47).

Essa situação de indistinção entre a esfera pública e a esfera privada na sociedade brasileira tem sido estudada por vários autores, os quais analisam momentos históricos anteriores, e apontam a influência do domínio rural presente em nossa formação social como elemento fundamental para o entendimento de nossa sociabilidade política.

Um estudo significativo para se compreender essa realidade é o de Sérgio Buarque de Holanda1. Nesse estudo, o autor desenvolve uma reflexão na qual apresenta a família do meio rural como definidora das relações políticas engendradas em nossa sociedade. A influência da família rural colonial era tão forte, que perseguia os indivíduos fora de casa, na vida pública, política e social, "... Havia uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família" (Reis, 1999, p. 128).

Em sua análise, Buarque enfatiza o peso e a importância das relações familiares na constituição das relações políticas e sociais, e a ausência de espaços públicos para as decisões públicas. O estudo realizado pelo grupo de estudo da UNICAMP também observa essa realidade.

> Os homens que detinham funções públicas não construíram parâmetros diferenciados para suas ações no âmbito público, simplesmente transferiram para ele os parâmetros do domínio privado (IDÉIAS, 1988/89, p.46).

A afirmação de Reis (1999), também ilustra bem esse modelo de imbricamento entre o público e o privado, característico da sociedade brasileira em momentos históricos passados:

> A família é mais forte do que o Estado e o controla. A família é obstáculo à constituição do Estado moderno. Aqui, não há separação entre a esfera pública e a privada. No Estado patrimonial neoportuguês a gestão pública é assunto de interesse privado das famílias (REIS, 1999, p. 133).

1 HOLANDA, Sérgio Buarque (1983). Raízes do Brasil.

Outro estudo que retrata bem essa realidade é o de Victor Nunes Leal2, onde ele analisa o coronelismo presente na Primeira República. Ele apresenta a influência que teve o poder privado nos processos políticos nesse período histórico, através da figura do Coronel, o qual representava a privatização da política. Nesse sentido, o chefe político - o coronel - tinha todos os poderes para interferir em vários aspectos da vida social e política, desde resolver as desavenças pessoais entre seus moradores até intervir nas decisões públicas do município. Ou seja, através de seu domínio e influência no meio rural, exercia o controle dos votos dos trabalhadores rurais, como garantia do seu prestígio e continuidade da influência do poder privado nos processos políticos, expressando, assim, a completa falta de separação entre a esfera pública e privada (Leal 1975).

A conseqüência desse processo, do ponto de vista político, é a falta de desenvolvimento da democracia e do caráter público nos processos decisórios, onde os interesses privados ganham prioridade sobre o interesse público. As decisões públicas têm como referência as demandas privadas, de forma a favorecer aqueles que controlam o poder político. A não separação entre essas duas esferas e, conseqüentemente, a ausência de uma esfera pública podem ser apontadas como dois aspectos fundamentais para o não aprofundamento do processo democrático, assim como a publicização das decisões políticas que afetam a coletividade.

Em outros termos, a nossa tradição política foi marcada pela ausência de regras e procedimentos democráticos na gestão da coisa pública. O caráter excludente e centralizador do Estado, presente nos vários momentos políticos, inibiu a participação social, a sociedade civil organizada, representada pelos movimentos sociais populares sempre esteve a margem no cenário político. Este fato dificultou que fosse construído espaço público para o "diálogo político decisório", o qual pudesse ser palco das decisões do Estado e envolvesse os diversos interlocutores presentes na sociedade.

Consequentemente, a cultura política brasileira caracterizou-se ao longo de nossa história por uma ausência de espaços de participação, onde os vários atores sociais pudessem expressar sua opinião e intervir nos processos decisórios. O Estado brasileiro foi sempre sustentado por um pacto conservador que não incluiu em sua prática política a participação democrática. Esse pacto traz como conseqüência para a nossa sociabilidade a não ampliação da cidadania política e social da maioria da população (Fiori, 1995, p. 145), colocando, assim, a falta de uma dimensão pública como obstáculo ao avanço democrático.

A análise de Francisco de Oliveira é significativa para explicitar a problemática em debate, quando indica a inexistência de uma esfera pública para a definição e repartição dos gastos públicos, aspecto fundamental para a construção de políticas públicas. Na sua visão, a falta de um espaço para a tomada de decisão referente aos fundos públicos facilita a manipulação desses recursos pelas elites econômicas e políticas. Nas palavras de Oliveira, a existência de uma esfera pública "nega à burguesia a propriedade do Estado e sua dominação exclusiva". O referido autor afirma que existe uma imbricação entre a construção de uma esfera pública e a consolidação de um processo democrático (Oliveira, 1998, p.40).

A impermeabilidade do Estado para a participação social

A prática política incorporada em nossa sociedade ao longo dos anos apresenta como resultado uma cultura de tutela que impediu, e ainda impede, a ampliação da participação social e política e, conseqüentemente, um bloqueio para a construção da cidadania. Na visão de Martins, a existência de uma cultura de tutela e dominação aparece como um dos traços fundamentais de nossa sociedade, sendo o controle do voto um aspecto importante dentro desse processo. Nesse campo, o clientelismo apresenta-se com bastante vigor e não se realiza apenas através da compra de votos dos pobres pelos ricos; essa relação ocorre em outras escalas e espaços da vida social, como sugere o autor citado:

> De fato, as indicações sugerem que o clientelismo político sempre foi e é, antes de tudo, preferencialmente uma relação de troca de **favores políticos** por **benefícios econômicos**, não importa em que escala. Portanto, é essencialmente uma **relação entre os poderosos e os ricos** e não principalmente uma relação entre ricos e pobres (MARTINS, 1994, p. 29) grifo do autor.

A concepção predominante por muito tempo na política foi de cunho oligárquico, apresentando como principal característica a exclusão dos setores subalternos dos processos políticos. Apesar das mudanças que vivenciamos ao longo de nossa história, a política continua sendo percebida pela maioria da população como um espaço privilegiado das elites, dos "doutores" e dos profissionais da política. Não se constituiu em nossa sociedade uma visão de política com valores democráticos, em que a participação se configurasse como elemento fundamental para o seu desenvolvimento. Prevaleceu, portanto, uma visão privatista da política, que vem nos acompanhando ao longo de nossa história social e política (IDÉIAS, 1998/1999).

A depender do momento histórico, o controle e a tutela do Estado sobre a sociedade civil assumem uma configuração. Dentro dessa perspectiva, a cidadania no Brasil não se construiu de forma autônoma, foi desenvolvida sob o controle do Estado, tendo como marca desse processo a ambigüidade dos direitos, pois, ao mesmo tempo em que o Estado reconhecia determinados direitos, exercia o controle sobre os trabalhadores, constituindo o que Santos denominou de "cidadania regulada". Ou seja, são cidadãos aqueles indivíduos que ocupam profissões "*reconhecidas e definidas* em lei" (Santos, 1987, p. 68).

Diante dessa realidade de centralização e autoritarismo do Estado, não se constituiu um espaço público de participação e decisão pública, no qual os diversos atores presentes na sociedade pudessem opinar e interferir nos processos

2 LEAL, Victor Nunes (1975). Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.

decisórios. Ou seja, ”a esfera pública foi incorporada pelo Estado, de modo que passou a ser confundida como um espaço estatal, dando margem para que prevalecesse nesse processo uma visão estatista da política”. (Idéias, 1998/1999, p. 49).

O que se presenciou com essa experiência foi uma prática política que inibiu o desenvolvimento da cidadania. A participação da população nos processos políticos sempre foi muito aquém do que deve ser numa sociedade democrática, resultando na não construção de uma ordem pública capaz de romper com a privatização da política.

Os movimentos sociais e a construção de uma esfera pública

Nos anos 70, após um período de forte dominação e tutela das organizações e movimentos sociais, assiste-se a um novo comportamento político desses atores sociais coletivos. A luta pela cidadania ganha uma nova configuração: emerge no cenário político uma noção de cidadania, a qual não é uma concessão do Estado, e sim uma conquista da sociedade civil. A cidadania passa a ser entendida como sendo um direito de todos os indivíduos, ou seja, uma “cidadania coletiva”, que não se constrói por decreto, e sim através de um acúmulo de experiências de lutas sociais engendradas no cotidiano (Gohn, 1992, p. 17).

A partir desse novo entendimento que se construiu a respeito da cidadania, principalmente pelos movimentos sociais, a participação política e social ganha outro significado, configurando-se no que Benevides (1991) denomina de “cidadania ativa”. Entretanto, para o exercício e a efetivação dessa nova concepção de cidadania é fundamental que se constituam novos espaços de participação que sejam capazes de assegurar a conquista de novos direitos que vão sendo conquistados. Nesse contexto, a construção de espaços públicos institucionais ou não-instiucionais são fundamentais para a interlocução e diálogo entre os atores sociais populares e o Estado, em especial no âmbito local.

Dentro dessa perspectiva da construção dos direitos, a visão de Telles (1994) sobre a conquista de novos direitos é fundamental para entendermos essa nova realidade que vai se formando nesse período, em que os direitos não significam apenas o que está garantido do ponto de vista legal, ou seja, do que rezam as leis. 3 Trata-se de entender os direitos pela “dinâmica societária”, como sugere a autora:

> (...) os direitos não dizem respeito apenas às garantias inscritas na lei e instituições. Não se trata aqui, é preciso esclarecer, de negar a importância da ordem legal e da armadura institucional garantidora da cidadania e da democracia. A questão é outra. O que se está propondo é pensar a questão dos direitos em um outro registro. Pois, pelo ângulo da dinâmica societária, os direitos dizem respeito antes de tudo ao modo como as relações sociais se estruturam (TELLES, 1994, p. 91).

Para a concretização dessa perspectiva, a construção de espaços públicos ganha relevância política visto que, sem estes, os direitos não se tornam efetivos e legítimos. Trata-se, portanto, de uma nova ordem pública democrática em que as diferenças se expressam para resultar em negociações possíveis, como afirma Telles.

> (...) espaços nos quais valores circulam, argumentos se articulam e opiniões se formam; e nos quais, sobretudo, a dimensão ética da vida social pode se constituir em uma moralidade pública através da convivência democrática (...) (TELLES, 1994, P. 92).

De acordo com essa leitura, a presença dos movimentos sociais no cenário político dos anos 80, enquanto sujeito político ativo foi fundamental, no sentido de possibilitar a abertura de canais de interlocução entre a sociedade e o Estado. Esses canais tinham sido fechados com o regime militar entre os anos de 1964 a 1985, quando foram desenvolvido pelo Estado brasileiro mecanismos políticos e jurídicos autoritários que impossibilitavam qualquer forma de mobilização e reivindicação por parte das camadas populares.

O fim do regime militar representou a possibilidade de construção de uma sociedade democrática, tendo como marco importante a elaboração de uma nova Constituição, foi promulgada em outubro de 1988. A partir dessa mudança institucional, marcada por conquistas importantes para os movimentos sociais, destacam-se, nesse novo contexto político, a possibilidade de rompimento e a quebra da cultura de dominação e tutela presentes na sociedade brasileira.

A institucionalização de um Estado democrático de direito, assegurado pela nova Constituição, representa uma importante conquista para a sociedade brasileira, quando expressa em seu parágrafo único do art. 1º.: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. A aprovação desse parágrafo representou do ponto de vista político a ampliação da democracia, na medida em que aponta para a combinação da democracia representativa e a democracia participativa, sugerindo, portanto, a possibilidade de uma nova arquitetura da participação política, que vai se concretizar a partir a constituição dos espaços de participação institucionais destinados ao planejamento de controle social das políticas públicas.

Para a sociedade civil organizada, em especial os movimentos sociais, criaram-se as condições institucionais e políticas para a construção de espaços públicos autônomos. Esse novo processo, reivindicado e vivenciado pelos movimentos sociais, foi muito importante para a construção de sua identidade, enquanto sujeito capaz de negociar com o Estado as demandas da sociedade de forma pública, rompendo assim os vínculos privados presentes entre os atores sociais e o poder público. Nesse sentido, indica Jacobi:

> A possibilidade de alterar a institucionalidade pública está associada às demandas que se estruturam na sociedade, e a esfera pública representa a construção da viabilidade do exercício da influência da sociedade nas decisões públicas, além de suscitar uma demanda de publicização do Estado (JACOBI, 2000, p. 16).

3 É importante dizer que não se trata de negar a legalidade, como bem salientou Telles, trata-se de entender os direitos a partir de uma outra ótica.

A partir dessa prática, percebem-se sinais de mudança na postura política desses novos atores no processo político. A recusa dos movimentos sociais no período de regime militar em relação ao Estado e às instituições, a exemplo dos partidos políticos, deve ser entendida como uma recusa a uma determinada configuração da relação política que dominou ao longo dos anos, principalmente durante o período do populismo, momento em que as organizações sindicais e populares vivenciaram uma relação de tutela por parte do Estado.

A construção dos novos canais de interlocução da sociedade com o Estado - a exemplo dos conselhos gestores de políticas públicas e as conferências nacionais, regionais e locais, criados a partir da década de 90 após a promulgação de leis complementares, (Estatuto da criança e adolescente, Lei de Assistência social, etc). que regulamenta tais mecanismos4 - foi fundamental para a ampliação da democracia participativa. A participação de representantes da sociedade civil nesses espaços públicos, em certo sentido representa a possibilidade de desprivatização do Estado, de forma a ir eliminando o acesso privilegiado dos interesses privados na esfera política. As decisões passam a ser tomadas com a participação de representantes da sociedade civil, o que tenderia a eliminar os interesses privados, visto que passa a haver uma publicização das decisões do Estado.

Com a efetivação desses espaços, vêm a público questões antes presentes apenas nos espaços privados. A partir desse processo, tais questões ganham visibilidade social e passam a fazer parte da esfera pública. As arenas públicas que se constituíram ao longo desse tempo vão ganhando significado, passando a ser vistas como espaço de negociação e democratização do Estado, tendo papel relevante nesse contexto os movimentos sociais populares.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho pretendeu-se abordar e compreender o processo de mobilização dos movimentos sociais enquanto ator coletivo importante para a construção da cidadania e da democracia no Brasil, tendo como principal aspecto desse processo a possibilidade de ampliação da participação social e política.

Destacou-se também, o debate sobre os novos formatos da participação social no Brasil, a partir das mudanças institucionais decorrentes da promulgação da constituição de 1988, evidenciando nesse período a contribuição da sociedade civil organizada nessa nova arquitetura da participação.

A ausência de uma esfera pública no cenário político brasileiro, onde os diversos atores sociais pudessem exercer sua cidadania, foi evidenciado, apontando-se como uma das principais características da história política do Brasil. E, por fim, destacamos como potencial importante o papel dos movimentos sociais na construção da cidadania e de uma nova cultura política, tendo como elemento relevante a participação nos espaços públicos institucionais decorrentes das mudanças políticas institucionais, assim como a criação de novos espaços não-instiucionais, resultante da ação dos movimentos sociais, que também se constitui numa esfera pública importante para o aprofundamento da democracia.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita (1991). A cidadania ativa: referendo plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ed. Ática.

CARVALHO, Maria do Carmo A (1998). A participação social no Brasil hoje. *Papers nº. 02*, São Paulo: Pólis, 1998.

DAGNINO, Evelina (1994). Os movimentos sociais e a emergência de uma nova cidadania. In *DAGNINO* (Orgª). Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense.

FIORI, Luis José (1995)*Em busca do dissenso perdido*: ensaios críticos sobre a festeja crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight.

GOHN, Maria da Glória M (1992). *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Editora Cortez.

HOLANDA, Sérgio Buarque (1983). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Olympio.

JACOBI, Pedro Roberto (2000) *Políticas sociais e ampliação da cidadania*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV.

LEAL, Victor Nunes. (1975). *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.

MARTINS, José de Sousa (1994). *O poder do atraso*: ensaio de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec.

MOREIRA, Orlandil de Lima (2002). *Gestão pública local e participação social nos conselhos municipais da região do brejo da Paraíba: mudanças e continuidades*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OLIVEIRA, Francisco de (1998). *Os direitos do antivalor*: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Ed. Vozes.

RAICHELIS, Raquel (1998). *Esfera pública e Conselhos de Assistência social: caminhos da construção democrática*. São Paulo: Editora Cortez, 1998.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil*: de Varnhagem a FHC. São Paulo: Ed. Da FGV, 1999.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos (1987). *Cidadania e Justiça*: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus.

TELLES, Vera Silva (1994). Sociedade civil e construção de espaços públicos. In *DAGNINO* (Orgª). Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense.

UNICAMP.(1994) Idéias – *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, nº 52*(2)6(1).

4 MOREIRA, Orlandil de Lima (2002). Gestão pública local e participação social nos conselhos municipais da região do brejo da Paraíba: mudanças e continuidades.

WANDERLEY, Luís Eduardo W (1996). Rumos da Ordem Pública no Brasil: a construção do público. *São Paulo em Perspectiva, vol. 10*, nº. 04.

Entre o movimento e o sindicato: mobilização, socialização e representação política das mulheres trabalhadoras rurais no nordeste do Brasil

Caroline Bordalo
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
caroline_tato@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho analisa a partir de uma perspectiva histórica o surgimento dos movimentos de mulheres rurais no Brasil no início da década de 1980. De forma genérica, estes movimentos legitimaram sua atuação política por meio da afirmação de sua 'autonomia' ante outros espaços de organização dos trabalhadores rurais tais como os sindicatos e os movimentos de luta pela terra como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Entretanto, abdicando de uma perspectiva abstrata e demasiadamente genérica, esse estudo aponta para a necessidade de se considerar os processos sociais e políticos empíricos que possibilitaram seu surgimento e os caminhos tomados por estes movimentos 'autônomos de mulheres rurais' desde então. Nesse sentido, o resgate histórico desse processo de dimensão nacional de organização das mulheres do campo é aqui abordado por meio do estudo de caso de dois movimentos, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste. Articulando processos macro-sociais às possibilidades locais de mobilização e organização dos trabalhadores rurais, o estudo tem apontado para a estreita relação entre o sindicalismo rural levado à cabo no nordeste do Brasil e esses movimentos desde as primeiras iniciativas de organização das mulheres rurais até os dias atuais. A pesquisa se debruça sobre as mais de duas décadas de relação entre estas organizações buscando compreender os caminhos da socialização política das mulheres rurais no nordeste do Brasil e da conformação de uma determinada concepção de representação política fortemente baseada na política sindical.

1. Introdução

> "Somos gente, somos força, temos que ter igualdade/ E do lado dos homens, transformar a sociedade/ Vamos conquistar o espaço que tem no mundo pra nós/ Chefiar os sindicatos e na política ter voz." (música, MMTR-Ne, 1990)

Começar a compreender os caminhos que levam à mobilização e à organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais exige que se considere quais foram as condições sociais que favoreceram a emergência dessas ações. No caso brasileiro, em determinados contextos históricos, podemos perceber o surgimento de movimentos políticos e organizações concomitantemente em diversos pontos do país. (MARTINS, 1981; MEDEIROS, 1989) E se podemos dizer que esses conflitos possuem uma multiplicidade de dimensões, um verdadeiro mosaico, acredito também que uma perspectiva rica de análise deve buscar articular essas dimensões, identificando que fio liga os principais caminhos tomados pelos movimentos, entidades e organização no campo.

No caso das mulheres rurais, a participação nos "espaços da política"1 tem a década de 1980 como principal marco2. (DEERE, 2004; STEPHEN, 1997; NAVARRO, 1996) Ainda que não seja sociologicamente possível descolar esse período das lutas históricas dos trabalhadores rurais desde pelo menos a década de 19503, sem dúvida, a década de 1980 é uma referência quando olhamos para os diversos movimentos de mulheres que despontaram em vários estados, todos formados por mulheres membros de sindicatos filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) ou à Central Única dos Trabalhadores, dado que as principais estruturas organizacionais em áreas rurais eram os sindicatos, ou ainda de outros movimentos como, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)4.

Embora cada movimento organizado possua características próprias em relação às condições sócio-históricas que tornaram possível o seu surgimento, podemos identificar a partir da análise da forma como estes movimentos se inserem na dinâmica política das organizações já existentes (como os sindicatos e os movimentos) a relevância de pensá-los a partir da

1 O termo está em destaque por demonstrar que se trata de uma concepção bem específica de "política". Logo, o "fazer política" e "participar politicamente" remete necessariamente à construção do significado do termo política. Neste artigo, essa questão não será aprofundada. Porém, é imprescindível que se tenha clareza do caráter arbitrário de se definir o que é e o que não é política. Norbert Elias (1995) coloca que "a palavra política, meramente, desvitaliza a experiência" e em acordo com a perspectiva de Borges (2004), entendo que "a política se distingue da moral por ser necessariamente temporal, e que, portanto, trata de fenômenos empíricos e múltiplos por princípio". (BORGES, 14)

2 É importante observar também que a produção acadêmica sobre o tema desponta nesse mesmo período. Assim, do mesmo modo que se coloca criticamente a questão de que nos movimentos e entidades a homogeneização presente no conceito de classe acabava por não considerar outras relações como, por exemplo, a questão da diferenciação de gênero, a produção acadêmica anterior à década de 80 tampouco problematizava essa questão. A análise dessa questão extrapola os objetivos deste artigo, porém evidencia uma relação entre produção acadêmica e organizações que merece uma maior atenção.

3 Obviamente não tenho a pretensão de datar o início das lutas sociais no campo tampouco de eleger momentos mais significativos, apenas refiro-me à casos emblemáticos como, por exemplo, as Ligas Camponesas.

4 É nesse contexto que surgem o Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC) em 1984, o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP) em 1985, o Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP) em 1983, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS) em 1985, Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia (CEM/ FETAGRO) em 1985, Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES) em 1986, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste do Sertão Central de Pernambuco em 1986, o Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA) em 1987, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sergipe (MMTR-SE), a articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu em 1989 (AMQCM e atual Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu- MIQCB), e finalmente a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CUT (CNMTR/CUT) e (CNMTR/CONTAG) em 1990.

articulação de uma situação local com os movimentos mais gerais da luta pela representação política dos trabalhadores rurais, uma vez que estamos tratando de uma forma muito específica de "política" . Assim, a questão da participação da mulher e, sobretudo, a forma como essa participação é posta por cada movimento diz muito a respeito das questões colocadas para organizações como, por exemplo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e a sua relação com o crescimento das oposições sindicais iniciado na década de 1980 bem como acerca do surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), em 1984. 5 Como observa Navarro (1996) foram os sindicatos e os movimentos sociais recém-surgidos os principais canais que conferiram visibilidade política a iniciativa de organização das mulheres.

Esse contexto mais amplo não será abordado nesse artigo. No entanto, compreender o aparecimento desses movimentos compostos apenas por mulheres rurais não é possível sem considerar esses aspectos mais gerais. Interessa-nos, aqui, compreender o modo como essas mudanças no cenário político nacional se configuram no caso de Pernambuco, onde a questão da participação política das mulheres surge a partir de mobilizações no sertão do estado. Nessa região, uma conjugação de circunstâncias e aspectos relacionados às atuações da Fetape, de lideranças sindicais ligadas aos movimentos de oposição sindical, do Estado e a um período marcado por uma forte seca, acabam por formar a base social do engajamento de mulheres tanto nos movimentos independentes6 quanto no movimento sindical. Trata-se, portanto, de compreender a emergência dos movimentos de mulheres a partir da sua relação com forte tradição sindical do estado.

Nesse sentido, ao nos afastarmos de qualquer concepção naturalista do surgimento destes movimentos, identificamos uma rede de interdependência (ELIAS, 2002) entre determinados grupos num contexto onde a disputa em torno da representação política dos trabalhadores acaba por impor a dinâmica da organização nos anos seguintes. Assim, a despeito de uma perspectiva que busque uma causa única para a mobilização e organização das mulheres rurais, o que este artigo pretende abordar é a multiplicidade de dimensões sociais e políticas presentes na conformação de formas específicas de participação e do "fazer política" das mulheres rurais em Pernambuco focando na relação dos aspectos supracitados.

Parto aqui, portanto, de uma *démarche* sociológica de acordo com a qual o surgimento de organizações políticas e, sobretudo, dos movimentos de mulheres rurais devem ser entendidos não como uma espécie de resposta ou reação à uma determinada situação dada à priori ou ainda de um "desmascaramento" de uma situação de opressão e injustiça social. O que de alguma forma nos levaria à conceitos como o de "consciência política", por exemplo. Trata-se, portanto, de compreender como a tradição sindical de Pernambuco imprime nas organizações de mulheres determinadas características que, sem esvaziar o sentido do surgimento destes movimentos, aponta para um princípio de explicação sociológica para a legitimação de uma concepção específica de política.

2. Quando começa a participação: as formas e o lugar da política

"Pra ir votar, eu sou mulher
Pra não ter voz eu sou mulher
Pra não ter vez eu sou mulher
E no sindicato, por que é que
eu não sou mulher?"
Música "Sou Mulher", MMTR-NE)

As transformações políticas que marcaram a década de 1980 foram intensamente sentidas pelo sindicalismo rural. (MEDEIROS, 1989) A reorganização das instituições e entidades políticas no início de um tímido processo de redemocratização acabam por ter grandes momentos de mobilização dos trabalhadores tanto rurais quanto urbanos. No caso do sindicalismo rural em Pernambuco, essas mudanças podem ser melhor compreendidas se analisarmos a atuação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco nas diferentes regiões do estado posto que os conflitos em cada região possuem características bem específicas e que se refletem na política da federação.

Se partimos da premissa de que é fundamental aliarmos um contexto mais amplo de transformações sociais com possibilidades locais de organização, o caso de Pernambuco nos parece exemplar nesse sentido, uma vez que podemos nos perguntar porque as primeiras iniciativas de organização de mulheres acontecem no Sertão do estado e não na Zona da Mata, onde a forte atuação da federação nos períodos das greves dos canavieiros em 1979 e no início da década de 1980 fizeram da Fetape uma vitrine de ação política para muitos outros estados. (MEDEIROS, 1989, SIGAUD, 1980, 1979)

Autoras como Cordeiro (2004) e Abreu e Lima (2003) apontam que uma forte seca entre os anos de 1979 à 1984, teria impulsionado a organização das mulheres, pois muitas tornaram-se, nesse período, "chefes de família" condição assumida pela ausência dos maridos que, sem trabalho, migravam para outras regiões do estado e do país. Assim, a visibilidade da organização dessas mulheres teria se dado a partir da luta pelo direito de se alistar nas Frentes de Emergência7

5 À esse respeito ver Medeiros (1989).

6 Em contraposição às organizações e movimentos mistos tais como os sindicatos rurais e movimentos sociais rurais, os movimentos independentes constituíram-se como espaços à parte, formados somente por mulheres e centrados principalmente em torno do cotidiano das mulheres.

7 As Frentes de Emergência eram programas executados nos períodos mais críticos das secas e consistiam em obras de pequeno e médio portes em grandes propriedades. Vale destacar que em anos anteriores, as frentes se destinavam, sobretudo, à realização de grandes obras públicas. Assim, as frentes de emergência desse período teria ficado conhecida como a "frente dos patrões" (ALMEIDA, 1999)

no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS)8. Entretanto, uma questão se coloca: porque em outros períodos de seca (sem dúvida este não foi o primeiro) essa mobilização não aconteceu?

Parte de um processo lento de retorno dos trabalhadores rurais à cena política, o início da organização de mulheres rurais neste estado comunga de características que estão além das secas. Nesses termos, e a partir da análise dos relatórios dos primeiros encontros e reuniões com mulheres no sertão de Pernambuco o que se percebe, a princípio, é a "necessidade da organização". Porém, não aparece nesses primeiros momentos um objetivo claro e impulsionador da organização. O que nos mostra os arquivos da Fetape, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sindical Sertão Central e os depoimentos de Vanete Almeida9, uma importante assessora da federação no Pólo Sindical do Sertão Central em Serra Talhada, é a necessidade de se "fazer um trabalho com as mulheres" com o objetivo de identificar questões comuns às mulheres daquela região evidenciando uma iniciativa da Fetape nesse sentido. É a partir de uma segunda reunião de base entre os anos de 1982 e 1984 que a mobilização em torno da questão da seca surge como uma demanda objetiva e, naquele contexto, com questão específica das mulheres, uma vez que estas eram excluídas da participação nas Frentes de Emergência.

A inclusão nas frentes (que alistavam apenas homens) se tornou uma bandeira concreta e, articulada aos sindicatos, impulsionaria o processo em curso de crescente oposição à algumas lideranças que começavam a distinguir os sindicatos em "combativos" e "pelegos". Parte da dinâmica política que daria o tom da década de 1980, tal distinção por dentro da estrutura sindical acabaria por encontrar na organização das mulheres do sertão pernambucano um importante aliado político. Na concepção desses movimentos, "sindicatos combativos" seriam aqueles que se mostram parceiros, e que apóiam concretamente a efetivação das demandas das mulheres, na medida em que, baseados numa proposta menos hierarquizada de estrutura sindical, contribuiriam para a inserção política das mulheres ainda que por meio de mecanismo como as cotas. Neste ponto, cabe caracterizar o sindicalismo levado à cabo no sertão pernambucano afim de compreender alguns aspectos relevantes para o surgimento e desenvolvimento das organizações de mulheres.

Segundo Maria do Socorro de Abreu e Lima (2003) a grande atividade levada no Agreste e no Sertão foi a fundação ou reorganização dos sindicatos, a partir, principalmente, "da criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, em 1971, cujo financiamento vinha do Fundo de Assistência e Previdência ao Trabalhador Rural, FUNRURAL", estabelecendo convênios. Desse modo, o Estado passou a estabelecer convênios com os sindicatos para atividades de previdência social. De acordo com a autora,

> O FUNRURAL incentivou a formação de sindicatos, principalmente no Sertão, muitos dos quais agiam como se fossem repartições públicas. Se, de um lado, aumentou o número de sindicalizados que, de certa forma, saíram da total dependência em relação aos patrões; de outro levou muitas entidades a ficarem cada vez mais distantes do seu papel de organizadoras das lutas de sua categoria, limitando-se a ações burocráticas e assistenciais. Mas eram também encaminhadas reivindicações em torno da questão do crédito, de uma política agrícola justa para o pequeno produtor, da comercialização, além do direito à previdência social para o trabalhador do campo em alguns sindicatos.(ABREU E LIMA, 2003: 159)

Diferente de outras regiões do estado, os membros dos sindicatos eram basicamente pequenos proprietários e pequenos produtores, geralmente sem terra própria e trabalhando no sistema de parceria uma vez que o número de assalariados era reduzido. Estes sindicatos lidavam com uma variedade de questões que iam desde a luta pela terra e defesa de uma política de preços mínimos, a problemas de grilagem, má administração de projetos de irrigação, e mesmo questões salariais, embora este último em menor número (ABREU E LIMA, 2003). Segundo a autora, no caso específico das Frentes, eram comuns irregularidades nos contratos como, por exemplo, o alistamento de trabalhadores que não tinham real necessidade e que dividiam o salário com grandes fazendeiros da região. Essas questões também eram levadas à frente pelos sindicatos encaminhando reclamações dos trabalhadores que, por vezes acabavam demitidos. (ABREU E LIMA, 2003)

Se as Frentes de Emergência e outros programas criados não só pelo DNOCS, mas também por órgãos como a SUDENE, já eram palcos de muitos conflitos entre trabalhadores e proprietários rurais, esse novo contexto situaria essa característica local na política mais ampla onde a Fetape começava também a encontrar oposições internas, contribuindo para o surgimento de novas lideranças no Estado, entre elas, Manoel Santos10. De acordo com Cappelin (1987), esse contexto de reorganização do movimento sindical teria fomentado a demanda de um maior espaço de expressão político institucional que, por conseqüência, acabava por questionar a legitimidade de antigas lideranças.

---

8 Essa denominação data de 1945. Entretanto, existia desde 1909 a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), que também teve outras denominações até chegar à DNOCS.

9 Vanete Almeida não era trabalhadora rural e não começa seu envolvimento com o movimento sindical por conta de questões específicas de mulheres. No fim da década de 70 e início da década de 80, Vanete atuava junto a setores da Igreja Católica, e conhecida como uma liderança local, acaba sendo convidada por Euclides Almeida Nascimento, ex-presidente e na época diretor da Fetape, para realizar um trabalho de organização sindical na região tornando-se assessora da Fetape no Pólo Sertão Central. Vanete Almeida pertencia ao grupo de oposição sindical que começava a tomar fôlego no início dos 80 e que encontrava entradas políticas importantes nessa região do sertão. Nessa época, Manoel Santos, atual presidente da CONTAG, era presidente do sindicato de Serra Talhada e compartilhava de um crescente movimento que pautava a necessidade de se democratizar a estrutura do movimento sindical. De acordo com Vanete Almeida e com as entrevistas realizadas com lideranças do MMTR-NE que na época compunham o MMTR-Sertão Central, Manoel Santos teria sido um dos principais apoiadores da organização das mulheres.

10 De acordo com Abreu e Lima "As lutas organizadas no Sertão tiveram um caráter muito amplo e contaram com a direção dos sindicatos e da FETAPE. Apesar da efetiva participação de antigos dirigentes, como no caso de Afogados da Ingazeira, os novos tiveram bastante destaque. Sob o título "CUT quer fazer o Sertão virar Marx", um jornal afirmava ser o sindicalismo rural dessa região mais aguerrido que o da zona da Mata, pois essas novas lideranças eram ligadas à CUT e ao PT. Suas principais bases eram nos municípios de Serra Talhada, Itacuruba, Petrolândia, Tabira, Triunfo, Floresta e São José do Belmonte". (2003)

Um outro aspecto fundamental se impunha nesse momento e que aliado à demanda pelas Frentes de Emergência, viria a definir o caráter da participação política das mulheres até os dias atuais. A impossibilidade das mulheres se associarem nos sindicatos viria, ainda que com alguma resistência, ser uma das pautas colocadas por essa nova proposta política presente nas oposições sindicais. É importante ressaltar que a participação efetiva e legítima da mulher no movimento sindical torna-se uma "questão" muito lentamente. Entretanto, desde os primeiros momentos, ainda durante as reuniões de base, fica evidente a importância dos sindicatos como espaço de representação política. Assim, as lutas nas frentes de emergência acabam por impor duas demandas correlatas. Em primeiro lugar uma reconfiguração nas tarefas assumidas por mulheres, ou seja, a participação efetiva nas frentes acabaria também por alterar papéis tradicionalmente diferenciados e hierarquizados entre homens e mulheres. A idéia corrente do trabalho invisível da mulher ou ainda desse trabalho ser visto como "ajuda" ou complementar ao trabalho do marido se torna um obstáculo para dar sentido tanto à sindicalização da mulher quanto a sua identificação como trabalhadora rural. Dessa forma, busca-se também reforçar a identidade de *trabalhadora rural*,11 categoria ampla que buscava abarcar as diferentes formas de inserção das mulheres na força de trabalho.

Em segundo lugar, a luta pelo direito à sindicalização acabou por dar contornos específicos não só em relação às demandas tidas como específicas das mulheres rurais, mas também de uma certa concepção de política que via no sindicato um instrumento fundamental da classe trabalhadora. Se essa questão não se colocava nos primeiros passos dos MMTRs em Pernambuco e nos demais estados, onde ao longo da década de 1980 algumas definições, diferenciações e posicionamentos acabam trazendo à tona as distinções fundamentais entre as questões colocadas para a estrutura sindical rural como um todo. É sintomático perceber nos relatórios dos encontros do MMTR-NE e do MMTR-Sertão Central como nos primeiros anos a tentativa de se articular com outras regiões ou nacionalmente aparecia como uma esperança de unificação das bandeiras de luta das mulheres. Em meados da década de 1980 essa proposta de uma articulação maior já não mais aparece e sérias divergências com outros MMTRs, especialmente o MMTR-RS, apontam para uma bifurcação nos caminhos tomados por um e outro.

Enquanto que em Pernambuco e nos demais estados do nordeste, a campanha por uma maior e mais qualificada participação das mulheres na estrutura sindical permanece ao longo desses 23 anos de formação do MMTR- Sertão Central e 21 do MMTR-NE como uma questão fundamental, os movimentos da região Sul percorrem o caminho oposto buscando fortalecer politicamente o próprio movimento como representante das mulheres trabalhadoras rurais em relação ao Estado.12 De acordo com Capellin (1987) a partir de 1985 institucionalizam-se nos grupos de assessoria sindical13, equipes que apoiaram e fomentaram o intercâmbio de experiências de educação popular específicas para mulheres trabalhadoras e certamente esse é um aspecto importante quando observamos a transformação de algumas das bandeiras de luta das mulheres ou mesmo quando o termo "gênero" começa a aparecer como constituinte dos discursos e das práticas desses movimentos14. Entretanto, essa apropriação se dá de modos distintos em cada MMTR dos estados do nordeste. Em especial no caso de Pernambuco, a interpretação dada se dirige diretamente como uma exigência de igualdade de oportunidades políticas dentro da estrutura sindical ao mesmo tempo em que legitima socialmente um espaço à parte, destinado apenas às mulheres. Nesses mais de vinte anos de movimento, um dos aspectos mais ressaltados pelas lideranças é justamente o êxito logrado pelas mulheres em termo de participação e atuação no movimento sindical.

Nesse sentido, é significativo perceber a conformação de um determinado *habitus* político. Se pensarmos a partir da perspectiva eliasiana, é o conceito de *figuração* que nos auxilia na compreensão desse *habitus*, uma vez que nos permite a articulação de relações sociais para além de uma história linear e de relações meramente causais. Elias nos instiga a colocar os indivíduos no centro de uma teoria da sociedade, uma vez que "as sociedades são redes de seres humanos e não um emaranhado de ações incorpóreas" (ELIAS, 2002). Assim, as formas e as possibilidades concretas de organização de mulheres rurais nesse contexto, esteve diretamente relacionada à legitimidade dos sindicatos, não apenas por realizar atividades "assistencialistas e meramente burocráticas" mas de, naquela situação figurar como um importante interlocutor para a mobilização de mulheres pautada, pelo questionamento de antigas lideranças e da forte hierarquia da estrutura sindical e pela habilidade em conduzir essa relação nos anos seguintes.

3. O MMTR- Pólo Sertão Central- um movimento dentro do movimento sindical

> "Nossa luta e nosso Movimento por dentro do Movimento Sindical é para romper com esta situação de exploração e opressão, de desigualdade e injustiça e construir um novo momento no Movimento Sindical (...) Queremos participar da vida sindical, queremos, inclusive chegar às direções mas trazendo novas qualidades à luta sindical" (MMTR- Sertão Central)

11 Note-se que o reconhecimento da mulher como trabalhadora traria, como conseqüência, sua inclusão no sistema previdenciário. Esse aspecto não será aqui desenvolvido dados os limites de um artigo. Entretanto, é significativo o uso e a luta pelo reconhecimento de uma terminologia que ocupou uma página histórica da luta dos trabalhadores rurais no Brasil.

12 Carmen Diana Deere (2002) já apontava para essa diferenciação entre as experiências organizativas de trabalhadores rurais no nordeste e no sul do país e de como essas distinções se refletem nas iniciativas de organização independentes de mulheres rurais.

13 De acordo com a autora, essas equipes muitas vezes se apoiavam em grupos do chamado Movimento Feminista.

14 Com base nos documentos dos movimentos de mulheres analisados nesse artigo, é no início da década de 1990 que o termo "gênero" ganha um sentido mais amplo e profundo, transpassando outras questões pautadas pelos movimentos como, por exemplo, direitos previdenciários ou reforma agrária. Ao mesmo tempo em que se aprofunda a discussão acerca das relações de gênero, esse discurso acaba por assumir um caráter transversal.

A primeira reunião de base com as mulheres de Serra Talhada foi conduzida por Vanete Almeida, assessora da Fetape no Pólo. De acordo com Vanete, nas reuniões dos sindicatos não havia uma única mulher num grupo de oitenta, cem pessoas. Aos poucos, teria começado um trabalho, ainda que isolado, de conversar informalmente com as mulheres, formando pequenos grupos com quatro ou cinco. Nessas primeiras reuniões com o propósito de se conhecer quais eram as questões e dificuldades comuns à elas, algumas tímidas aberturas pelo sindicato de Serra Talhada começam à conferir uma outra conotação às reuniões, que passam então a se realizar nos sindicatos e não mais nas casas das mulheres. O que antes eram relatos pessoais e depoimentos tomam-se nesse momento o caráter de reivindicação legítima, e o que se buscava nos sindicatos era o respaldo político de encaminhamento dessas questões. Será o início de uma relação que se estende até hoje.

No entanto, e se a formação de um grupo de mulheres foi uma iniciativa da Fetape, surge uma outra questão "inesperada". Como vimos anteriormente, a luta das mulheres pelo direito ao alistamento nas frentes de emergência, agregaria uma outra luta: o direito de sindicalizar-se. Entretanto, se mesmo ser sócia dos sindicatos não era uma prática comum e se constituía como uma luta "das mulheres", nesse momento, busca-se, ainda que de modo incipiente, estimular a participação da mulher nas direções sindicais, ocupando cargos importantes como a tesouraria ou a presidência dos sindicatos.

É o início de uma relação de muitos conflitos, mas que começa a encontrar eco nos dirigentes dos sindicais em Serra Talhada e em municípios vizinhos. Por outro lado, a participação nas frentes de emergência teria criado uma situação inusitada, mas que acabara por contribuir com a proposta de uma organização mais estruturada. As frentes criavam a oportunidade de cerca de quinhentas mulheres se encontrarem em um ambiente novo, diferente de formas tradicionais como reuniões de igreja ou clubes de mães, o que "facilitava", em certo sentido, o trabalho de organização:

> "a gente encontrava 400, 500 mulheres juntas e, rapidamente, conseguíamos perceber as que tinham mais coragem, as que não aceitavam qualquer coisa, as que tinham maior espírito de liderança"
>
> (ALMEIDA, 1995)

Em 1983, já a partir de uma relação mais estreita entre os grupos de mulheres e os sindicatos da região, é elaborado um documento chamado "Mulher excluída do plano de emergência" pelo Pólo Sindical Sertão Central. A Seca e a participação das mulheres passa a ser manchete no estado e a fiscalização dos contratos, uma tarefa levada à cabo pelo sindicatos "combativos". De acordo com Almeida (1995), essas seriam as primeiras conquistas concretas: i) participação da mulher ii) sensibilização da opinião pública iii) pagamentos sem atraso iv) mudanças na administração do programa de alistamento. Assim, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Pólo Sertão Central (MMTR-Sertão Central) surge oficialmente em 1984 como um espaço "autônomo" de discussão, debates e formação política composto apenas por mulheres rurais de Serra Talhada e de municípios próximos. Ao mesmo tempo em que o discurso da necessidade de se ter mais mulheres na luta sindical se legitima, é evidente o lugar de pouco destaque que ele ocupa dentre outras pautas como política salarial, greves, política agrícola, reforma agrária, etc.

A formação do MMTR-Sertão Central se deu nas vésperas do IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais que aconteceu em 1985. Neste ano, as mulheres organizadas no MMTR- Sertão Central e no Pólo Sindical da Fetape em Serra Talhada formularam uma tese a ser apresentada no congresso como uma contribuição de Pernambuco à Comissão de Sindicalismo intitulada "*Proposta para aumentar a participação de nós mulheres trabalhadoras rurais no nosso Movimento Sindical*"15 que tinha como um dos principais pontos a exigência de uma cota mínima de 30% de mulheres em cada instância do movimento sindical. Entretanto, o Congresso no Estado de Pernambuco teria encerrado as discussões, o que adiaria para o próximo V Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais a possibilidade de se apresentar nacionalmente a tese. Isto é, o que teria que ser discutido no Congresso estadual pelos representantes de cada Pólo Sindical, aprovado e encaminhado para o IV Congresso Nacional acabou sendo encaminhado como uma proposta de um Pólo, o Pólo Sertão Central. Caso contrário, a tese acerca da participação das mulheres nos sindicatos seria apresentada somente no próximo congresso da CONTAG.

Conforme uma comunicação oficial da Fetape "o peso político da representação do Pólo Sindical e a força do conteúdo da tese se impuseram" e milhares de cópias da tese foram impressas e distribuídas aos congressistas. (FETAPE, 1987a). A tese, defendida por Maria Lima Ferreira de Souza (Dona Lia), única mulher presidente de sindicato em Pernambuco naquela época, foi aprovada por unanimidade. Tinha como objetivo criar um mecanismo de pressão para com os STRs e federações, uma vez que a tese constava agora nos anais do IV Congresso Nacional. De forma sucinta, podemos observar que desde então, a aplicação efetiva da cota se tornou uma das principais bandeiras do MMTR-Sertão Central. Campanhas para a associação das mulheres e, sobretudo, pela qualificação da sua participação nos sindicatos, uma vez que muitas vezes elas ocupam cargos de suplência ou de secretárias, tornaram-se o foco da atuação do movimento16. Entretanto, esse contexto de meados da década de 1980 foi marcado pelo acirramento da disputa pela representação política dos trabalhadores rurais entre o sindicalismo rural contaguiano e as novas formas de mobilização no campo, expressas em movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nestes termos, tensões permanentes nesse

15 Entre outras reivindicações, o documento propunha: incentivar as mulheres a serem delegadas de base e assumirem cargos de direção; incentivar encontros específicos de mulheres rurais; promover o treinamento de lideranças femininas.

16 De acordo com Capellin, "inicialmente aprende-se a lealdade de base que fomenta o sentido de pertença do indivíduo ao grupo de referência; sucessivamente constroem-se as concepções fundamentais das relações sociais adquirindo os primeiros rudimentos dos mecanismos políticos. São assim incorporados os instrumentos cognitivos e as expressões da ação política. Finalmente graças à acumulação destas orientações já adquiridas pode-se agir diretamente no contexto político". (1994: 3)

campo de disputas fariam com que temas como reforma agrária se mantivesse como prioridade de pauta, em detrimento das demandas apresentadas pelas mulheres. O que certamente refletiu na política local das federações. (PALMEIRA, 1997)

Ainda assim, algumas mudanças já são perceptíveis na Fetape e mesmo na Contag. Cabe colocar também que, ao mesmo tempo em que essa relação entre Fetape de um lado e MMTR-Sertão Central se estreitam cada vez mais ao longo dessas duas décadas, de modo algum trata-se de uma relação harmônica. A criação em 1991 de uma Comissão Estadual de Mulheres Rurais traria à tona o desconforto de muitos dirigentes da federação pela existência do MMTR-Sertão Central. De acordo com Cícera Nunes17, alguns pontos são, em geral, pouco claros dentro do sindicalismo no estado em relação ao movimento. Como por exemplo, o fato de ser um "movimento" gera outras interpretações e segundo Cícera, não raro é necessário explicar "que o movimento não tem CNPJ, que as reuniões acontecem na sede da Fetape em Serra Talhada e que, portanto não se trata de competir, mas de somar forças"18.

Contudo, a forte tradição sindical de Pernambuco se entrelaça com o histórico do MMTR- Sertão Central ao ponto de ser praticamente impossível tratar do movimento sem considerar os vínculos estabelecidos nas últimas décadas. Essa relação é perceptível nas entrevistas em relação à entrada nos sindicatos, no perfil, na trajetória política das principais lideranças bem como nas diretrizes mais gerais do MMTR-Sertão Central, da Comissão Estadual de Mulheres Rurais da Fetape e da própria federação.

4. Ampliando as bases: o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste

> "Ocupamos o espaço no campo sindical e hoje temos mulheres sindicalizadas, delegadas de base, dirigentes em sindicatos, federações e confederação fortalecendo assim a organização das mulheres no sindicalismo" (grifo meu, MMTR-NE, 1996)

Para compreender o surgimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste em 1987 é preciso compreender a gama de possibilidades postas para os movimentos independentes de mulheres rurais na década de 1980. Dada a formação de diversos movimentos de mulheres rurais tenta-se, nesse período, criar possibilidades de uma articulação mais ampla, que viabilize ação concreta para além do contexto e das demandas locais de cada estado. Assim, em 1986 é realizado o primeiro encontro nacional de mulheres em Barueri, São Paulo, apoiado pela CUT e pelo MST, com o objetivo de criar uma organização nacional das trabalhadoras rurais. A proposta de participação dos estados do nordeste teria surgido após a viagem de uma liderança do Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo da Paraíba para o Rio Grande do Sul que tinha como objetivo estreitar as relações entre a experiência organizativa que se consolidava nesse estado e às iniciativas de mobilização e organização do brejo paraibano e do sertão de Pernambuco.

Contudo, ao final do encontro, a formação de uma articulação nacional de movimentos de mulheres rurais foi considerada prematura pelo conjunto de movimentos que lá estavam, limitando-se à resolução de que os movimentos deveriam concentrar esforços para a criação de redes regionais. De acordo com as considerações de Deere (2004), esse encontro foi seminal para o surgimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – Nordeste em 1986, e da Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais – Sul (AIMTR – Sul), em 1988.19Ainda que não se tenha levado à cabo a proposta de uma articulação nacional, no 1º Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, Alice Falcão, representante do MST faz um relato da luta pela reforma agrária no Rio Grande Sul. Nos anais desse 1º Encontro, em vários momentos, há referências à necessidade de uma maior articulação entre os estados do Nordeste e do Brasil para o encaminhamento de lutas e unificação de demandas. De onde podemos inferir que, em certo sentido, esse fato indicava uma possibilidade de articulação futura.

Ao observamos as questões presentes nos anais dos encontros do MMTR-NE, nota-se a referência constante à necessidade de sindicalização das mulheres e de formação para uma "atuação qualificada" nos sindicatos desde o primeiro encontro. Como questões principais aparecem: "campanha para esclarecer a importância de se associar, dos direitos, papel da mulher na sociedade; se capacitar politicamente para assumir cargos/ coordenações; incentivar participação e associação, troca de experiências com companheiras que já conquistaram o espaço (dirigentes sindicais); troca de experiências de lutas de sindicalização, etc." (MMTR-NE) Entretanto, a visão sobre a importância de se associar e dos sindicatos como forma legítima de representação viria a se tornar um divisor de águas entre as articulações regionais, MMTR-NE e AIMTR-SUL, e que tem ao longo desses anos aprofundado as divergências de concepção política.

Desde o início, o MMTR-NE contou com as mesmas lideranças do MMTR-Sertão Central e não por acaso sua sede foi por de vinte anos em Serra Talhada. A formação de uma articulação regional teria dado fôlego à continuidade às atividades, ampliando as bandeiras e demandas que por dois anos foi pautada pelo MMTR-Sertão Central. As dificuldades de mobilização, organização e, sobretudo, de articulação nos e entre os estados, delegaria à Pernambuco uma espécie de direção do movimento. O fato de ter nascido do estado uma organização mais sólida, (dada a relação com a Fetape) teria contribuído para que grande parte da dinâmica do movimento seja pautada pelo cenário político de Pernambuco. Desde os primeiros momentos da formação até os dias de hoje a alternância entre MMTR-Sertão Central, MMTR-NE e Fetape é comum à

17 Cícera começou a participar do movimento sindical à partir do MMTR- Sertão Central, foi dirigente sindical em Serra Talhada, dirigente do Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Nordeste e atualmente ocupa a Comissão de Juventude Rural da Fetape.

18 Em entrevista concedida a mim em julho de 2007.

19 Em 1995, foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) e, mais recentemente em 2004, o Movimento de Mulheres Camponesas. Dados recentes da pesquisa mostram que a ANMTR (que não existe mais) tinha pouca representatividade nos estados do nordeste. Sua "base" eram os MMTRs dos Estados do Sul e que atualmente compõe o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

trajetória de muitas lideranças como, por exemplo, Vanete, Cícera, Auxiliadora Cabral20, Lúcia Lira21 e Margarida Pereira22. Assim como é significativo que uma cópia da tese apresentada no IV Congresso da Contag componha os anais do 1º Encontro do Movimento.

Com atuação nos nove estados do nordeste, o MMTR-NE possui atualmente uma capilaridade significativa de trabalhos com mulheres rurais, contando com cerca de 450 grupos de base. Cabe aqui pontuar que, mesmo nos grupos de base, não há mulheres que pertençam a outros movimentos de mulheres que não aos MMTRs de cada estado ou aos sindicatos ligados às respectivas federações. Na própria estrutura organizativa do movimento é possível identificar a influência da relação com os sindicatos seja pelo fato de que todas as dezoito dirigentes ocupam cargos nos sindicatos, ou ainda na própria estrutura do movimento que possui, além duas dirigentes e cerca de 20 sócias em cada estado. Em julho deste ano, foi realizada na Câmara de Vereadores de Caruaru uma oficina do Fórum Itinerante e Paralelo da Previdência Social, com a participação de 85 mulheres rurais do sertão do estado, todas filiadas à sindicatos. Após a oficina, foi realizado um ato público no centro de Caruaru reivindicando a garantia de direitos garantidos às trabalhadoras rurais e que, com a Reforma da Previdência, estariam ameaçados.

Todo esse entrelaçamento presente na composição do MMTR-NE nos aponta para a impossibilidade de compreender qualquer "movimento" fora de um campo de relações que fazem parte tanto do seu histórico como corresponde à uma determinada experiência social. Se atualmente podemos falar de duas grandes articulações de mulheres trabalhadoras rurais no Brasil, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste e o Movimento de Mulheres Camponesas, devemos nos perguntar quais são suas interseções e quais distinções mais profundas inviabilizam uma iniciativa que, em meados da década de 80, esboçou a proposta de uma articulação nacional de mulheres rurais. Quando em 1995 surge a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, alguns momentos pontuais uniram o MMTR-NE e a AIMTR- Sul como, por exemplo, numa massiva campanha de documentação da mulher trabalhadora rural. Entretanto, cada articulação regional possuía uma dinâmica própria de atuação e não uma mínima diretriz conjunta que retomasse o projeto anterior. Entretanto, desde o início da década de 1990 a proposta de uma única articulação sequer aparece na pauta dos movimentos e por volta de 1995 a oposição à AIMTR-Sul torna-se clara nos relatórios do MMTR-NE.

No caso específico do MMTR-NE uma questão é fundamental. Ao colocar o sindicato como espaço por excelência de representação do trabalhador rural, o trabalho desenvolvido durante esses vinte anos em nenhum momento disputou essa representação. Por mais que conflitos fossem constituintes desta relação, estes eram de outra ordem e se relacionavam sobretudo às disputas internas à estrutura sindical, uma vez que podemos dizer que ao mesmo tempo em que o peso da demanda pela inserção das mulheres nos sindicatos sofreu variações em cada período do movimento, ela é uma presença constante até os dias atuais. Desse modo, conclui-se que o fato de se constituir como um movimento independente, não fez com que fosse possível uma articulação com a AIMTR-Sul, tampouco com o MMC. Não é o fato de considerar importante ter um espaço composto somente por mulheres para se tratar das "questões específicas das mulheres rurais" que torna possível a articulação entre os diferentes movimentos.

Nesses termos, o que a análise do MMTR-NE vem demonstrar é que é na relação com o sindicalismo rural (sobretudo a partir das influências de uma federação como a Fetape) que sua ação política é dotada de sentido. Desse modo, é compreensível a realização conjunta de eventos como o 8 de março ou ainda a Marcha das Margaridas pela CONTAG e pelo MMTR-NE e a ausência do Movimento de Mulheres Camponesas, do MST e da Via Campesina. Ou seja, o MMTR-NE constitui-se cotidianamente como parte de um campo de relações que não apenas não compartilha posições políticas com outros movimentos mas que consolida os sindicatos como representação política legítima dos trabalhadores rurais.

5. Considerações finais ou Saudações sindicais23

> "Acreditamos nos sindicatos como lugares importantes e estratégicos da luta pelas transformações da sociedade (...) A participação das mulheres no movimento sindical rural sempre se destacou como uma prioridade, o Movimento tem contribuído no fortalecimento das secretarias e coordenações de mulheres na Fetape e na Contag"
>
> (MMTR- Pólo Sertão Central, 2004)
>
> "Nosso objetivo é o mesmo que o do Sertão Central, só que em nível de nordeste"
>
> (Margarida Pereira do MMTR-NE, 2007)

A literatura acadêmica que se debruça sobre as ações coletivas e movimentos sociais contemporâneos apontam para os movimentos de mulheres como protagonistas de uma das mais significativas transformações sociais na redefinição de relações entre homens e mulheres. Sem dúvida, esta é uma dimensão fundamental e parte de um processo longo e de intensas mudanças das sociedades. Entretanto, as questões que subjazem este artigo foram: "como pensar teórico-metodologicamente

20 Auxiliadora Cabral, 58 anos, foi secretária do STR de São José do Belmonte desde 73. Foi liderança do MMTR-Sertão Central e atualmente é assessora do MMTR-NE.

21 Lúcia Lira, 53 anos, é sócia desde os 18 anos e funcionária da Fetape desde 1973. Em 1999, pede licença à Fetape para poder atuar no MMTR-NE. Volta em 2004 como assessora da Comissão Estadual de Mulheres da Fetape.

22 Margarida, 58 anos, se associa ao sindicato em 73. Em 1988, torna-se dirigente sindical e no VI Congresso da Contag foi eleita a primeira coordenadora da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

23 Refiro-me aqui à expressão usada em diversos documentos dos movimentos e da Fetape.

tais transformações no meio rural brasileiro? Como pensar estas mudanças sem reificar a dinâmica deste mesmo processo ou ainda sem cair no fetichismo da categoria "movimento" como se fosse possível localizar uma espécie de "epicentro" da mudança social?

O caso de Pernambuco traz um desafio que nos parece exemplar: a existência de dois "movimentos" que por mais de vinte anos se fortaleceram a partir de uma relação intensa com o sindicalismo de uma das federações mais atuantes do país, a Fetape. Ressalte-se, portanto, que neste caso, pensar em termos dicotômicos nos ajudaria pouco a compreender em que cenário essa relação se estabelece e como se nutre pelo cotidiano da vida sindical. A partir do que foi exposto até agora podemos dizer que o "fazer política" das mulheres pernambucanas estão pautadas por uma concepção de política onde o sindicato se constitui como um espaço privilegiado. Obviamente, não se trata aqui de subsumir tanto o MMTR-Sertão Central quanto MMTR-NE à história do sindicalismo em Pernambuco. Ao contrário, trata-se de chamar atenção para um determinado tipo de socialização política que de acordo com Capellin, "diz respeito às influências e aos processos que fazem com que um indivíduo se torne um sujeito político". De acordo com a autora:

> "A ação política e a não ação não responde somente a posição das pessoas no sistema de interesses na sociedade, nem tampouco há uma perfeita coincidência entre posição de classe e consciência política. É neste ponto que se insere a problemática da socialização política, considerada como conjunto diversificado de processos, influências e de fatores que entram a compor a adesão dos indivíduos à um sistema de regras político-sociais"
>
> (CAPELLIN, 1994:3)

Essa relação de sentido entre movimentos de mulheres e sindicatos no caso de Pernambuco, foi aqui compreendida à partir das proposições de Norbert Elias. Atento à dinâmicas das relações sociais, Elias vai de encontro a qualquer abordagem teleológica dos processos de onde estas emergem. Portanto, podemos apontar para duas colocações. Em primeiro lugar, as experiências das mobilizações de mulheres no sertão de Pernambuco não estavam de modo algum apartadas de uma dinâmica política mais ampla onde tanto a atuação da Fetape como a da Contag passavam por um momento de crescente instabilidade e questionamento por outros setores que surgiram com força no meio rural brasileiro. Se por um lado o discurso da "necessidade de organização da mulher no campo" extrapola fronteiras com o aparecimento de diversos grupos e organizações sob a denominação de "mulher trabalhadora rural" em quase todos os estados do país, é a disputa pela representação política dos trabalhadores rurais que acaba por imputar conotações específicas a esses movimentos em regiões como o Sul e o Nordeste do Brasil.

A análise, ainda que breve, de um movimento que atua a nível estadual e outro que busca ampliar suas bases para os demais estados da região são significativos quando o situamos no contexto político de surgimento dos movimentos no início da década de 1980 bem como nas propostas de uma nacionalização do movimento em meados dessa década e, ao mesmo tempo, da não viabilidade dessa proposta dados os encaminhamentos mais gerais da política agrária e do posicionamento de outros grupos, entidades e movimentos sociais nos anos que se seguiram.

Em segundo lugar, ainda que autoras como Deere (2002) apontem com razão que o tema da participação das mulheres permaneça um dentre vários outros tanto no movimento sindical como nos movimentos de luta pela terra, alterações significativas vêm ocorrendo e o caso de Pernambuco demonstra vitalidade nesse sentido, apesar dos muitos obstáculos. O que em geral pode obscurecer alguns processos é a procura pela articulação coerente entre classe e gênero, preocupação que pauta alguns estudos dedicados ao tema e que, pautados pela noção de "movimentos sociais" (e da sua suposta maleabilidade e capacidade de construir "novas" relações sociais), tendem a enxergar nos sindicatos uma estrutura rígida e pouco capaz de operar grandes transformações sociais. Portanto, não se trata de apontar os "reais protagonistas da mudança" mas de colocar que os movimentos de mulheres em Pernambuco trazem uma novidade significativa na medida em que, ao mesmo tempo em que se voltam para a atuação sindical, ao longo desses anos acabaram por alterar o modo de inserção das mulheres nos sindicatos.

Assim, a atuação tanto do MMTR-Sertão Central quanto do MMTR-Ne tem ao mesmo tempo em que cria um espaço político para as mulheres rurais acabam também por fortalecer os sindicatos como via de representação política dos trabalhadores no campo, direcionando suas reivindicações por dentro e para a democratização da estrutura sindical. Portanto, essa breve reflexão buscou não lançar mão de classificações à priori apontando para as possíveis permanências tais como a forte hierarquia ou ainda o machismo presente no cotidiano sindical, como uma espécie de "mais do mesmo". Mesmo porque o sindicalismo rural não possui nenhum privilégio nesse sentido se comparado a outros espaços da sociedade.

Bibliografia

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. (2006) *As mulheres no sindicalismo rural*. In: SCOTT, Parry e CORDEIRO, Rosineide. *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

_____. (2003) *Revisitando o campo: lutas, organização, contradições 1962-1987*. Tese de Doutorado em História, UFPE. Recife.

BORGES, Antonádia. (2005) *Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Nuap/UFRJ.

CAPPELIN, Paola. (1994) *Atrás das Práticas: o perfil das sindicalistas*. Paper apresentado no XVIII Encontro da ANPOCS. Caxambu.

_____. (1987) *Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical do Nordeste 1976-1986*. UFPB: Fundação Carlos Chagas.
CORDEIRO, Rosineide. (2006) *Empoderamento e mudança das relações de gênero: as lutas das trabalhadoras rurais no Sertão Central de Pernambuco*. In: SCOTT, Parry e CORDEIRO, Rosineide. *Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
_____. (2004) *Além das secas e das chuvas: os usos da nomeação mulher trabalhadora rural no Sertão de Pernambuco*. Tese de Doutorado em Psicologia Social, PUC-SP. São Paulo.
ELIAS, Norbert. (2002) *Escritos e Ensaios: Estado, Processo e Opinião Pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
_____. (1995) *Mi trayectoria intelectual*. Barcelona: Ediciones La península.
DEERE, Carmen Diana. (2004) *Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na Reforma Agrária brasileira*. Florianópolis: Revista Estudos Feministas.
MARTINS, José de Souza. (1981) *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes. MEDEIROS, Leonilde. (1989) *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: FASE.
NAVARRO, Zander. (1997) *Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Su*l. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. (1997) Debates Econômicos, Processos Sociais e Lutas Políticas: reflexão sobre a questão agrária, Debates CPDA Nº 1. Rio de Janeiro.
PANDOLFI, Maria Lia. (1986) *Na margem do lago: um estudo sobre o sindicalismo rural*. Dissertação de mestrado, UFPE. Recife.
SIGAUD, Lygia. (1980) *Greve nos engenhos*. São Paulo: Paz e Terra.
_____. (1979) *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades.
STEPHEN, Lynn. (1997) *Woman and Social Movements in Latin America: Power from Below*. Austin: University of Texas Press.

Movimentos Sociais: continuidades e rupturas na construção epistemológica do passado

Sónia Ferreira
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; CRIA - Centro em Rede de Investigação em Antropologia
sonia.ferreira@fcsh.unl.pt

Resumo: Como afirmam Fentress e Wickham (1992) "uma memória nacional de oposição com uma base de classe mais evidente é a que em cada país é originada pelo movimento operário (…) como ponto de referência alternativo à memória social da burguesia" (1992: 165, 166). Partindo desta afirmação, procurar-se-á nesta comunicação discutir, no seio de uma conjuntura que vive um renovado interesse relativamente aos movimentos sociais, um contexto histórico clássico e um objecto de investigação com grande tradição nos estudos da acção colectiva. Ou seja, formas de resistência operária, neste caso femininas, que decorrem no período de construção e consolidação do Estado Novo e do regime corporativo, procurando-se recensear a forma como se accionam diferentes gramáticas de acção reivindicativa em diferentes momentos de protesto assim como a inscrição das mesmas numa "cultura de resistência" mais lata.
Apresentar-se-á a construção de um modelo de análise e de uma abordagem metodológica que tendo como referência as perspectivas "clássicas" não exclui, antes potencia, a inclusão das novas propostas teóricas de reformulação e crítica no âmbito da teorização sobre Movimentos Sociais. Esta abordagem, fortemente transdisciplinar, integra tantos os paradigmas explicativos anteriormente hegemónicos como as suas reconfigurações contemporâneas, partindo da análise de um grupo que vive uma situação de dupla subordinação estrutural, de género e de classe, detectável tanto no âmbito de construção da história como da memória oficial da Nação.

1-Introduçao

Nas palavras de Crane: *"(...) history is not only the past or pasts that "happened" or continue to happen, it is also what is written or produced about those pasts both then and now.*" Crane (1997: 1372)

A afirmação de Crane remete para uma discussão crucial sobre o que é o passado, como se constrói, circunscreve ou delineia. Não sendo objectivo desta comunicação discutir de forma exaustiva a questão da relação da História e da Antropologia com a Memória e o Passado, a temática que pretendo aqui abordar, que cruza as noções de acção colectiva e memórias operárias tem subjacente muitos dos pressupostos teóricos da questão acima enunciada, já que pretendo discutir a definição e utilização destes conceitos num tempo pretérito, retrospectivo, ou seja, numa investigação sobre resistência operária na cidade de Almada, nas décadas de 30 e 40 do século XX1.

No delinear dessa investigação, senti necessidade de fazer não só uma etnografia de carácter retrospectivo, como propõe Almeida (2007), mas igualmente de analisar e integrar propostas teóricas produzidas em diferentes tempos. Assim, tanto na construção do meu modelo de análise como na selecção da minha abordagem metodológica, retomei as perspectivas "clássicas" mas integrei igualmente as posteriores propostas teóricas de reformulação e crítica, procurando integrar tantos os paradigmas explicativos anteriormente hegemónicos como as suas reconfigurações contemporâneas.

1 Esta temática tem sido desenvolvida no âmbito da minha investigação de doutoramento, intitulada "Mulheres e Fabricantas. Resistência Operária em Almada".

Procurei igualmente discutir, relativamente ao objecto de estudo em causa, não só a problemática de construção do passado, como do presente a partir deste, aferindo sobre a possibilidade de, através da operacionalização de novas abordagens teóricas e metodológicas, apreender senão um "novo passado" pelo menos uma versão mais complexa e densa deste, trazendo para a luz, sujeitos e/ou acções que se encontravam obscurecidos que eram, como refere Blok (1992), história de que não estamos conscientes ainda. Pois o passado consiste não numa construção mas em múltiplas e diferentes construções epistemológicas que integram o edifício da História e da Memória.

De forma a sistematizar a discussão e torná-la mais compreensível, utilizarei três conceitos, o de movimento social, o de classe e o de identidade para expor o meu argumento em torno das potencialidades analíticas de uma análise teórica retrospectiva, mais precisamente das releituras possíveis de um contexto clássico de luta de classes, no sentido marxista.

Começarei pela definição de movimento social. Esta actividade cruza necessariamente conceitos como o de conflito, rede social, opositor, recursos e acção. Mais recentemente tem-se colocado a questão da identidade também neste eixo, pois considera-se que os movimentos sociais mais recentes têm um carácter sócio-cultural mais vincado do que os seus antecessores, que eram essencialmente fenómenos sociopolíticos. Os movimentos sociais são cada vez mais entendidos como redes sociais pluri-funcionais de interacção entre indivíduos, grupos informais e organizações formais. A diferença que estas redes terão de outras, no entender de Diani (1992), é o facto de colocarem grande ênfase na construção de significados e na criação de identidades. Embora estas não tenham de existir previamente, sendo aliás uma das funções vitais dos movimentos precisamente a construção e manutenção duma identidade colectiva que se constitui não como um pré-requisito mas como uma exigência *a posteriori*.

O papel que o conflito detém na definição de um movimento social é também fonte de questionamento. Alguns autores consideram o conflito colectivo enquanto acção a base dos movimentos sociais. Este conflito não é no entanto entendido como a única e exclusiva forma de acção, mas como constituindo frequentemente o único recurso contra oponentes mais fortes. É através dele que se dá visibilidade às reivindicações, se afronta directamente o poder instituído e se criam laços de solidariedade que extravasam frequentemente a fronteira do próprio movimento, envolvendo simbólica e materialmente outros indivíduos.

Não podemos contudo, precipitadamente, assumir que todos os movimentos ou acções lidam e se estruturam em torno de momentos de conflito aberto pois, como se analisou nesta investigação, existem formas de actuação dentro dos movimentos sociais que se caracterizam pela dissimulação e débil organização formal. Mesmo o facto de Tarrow (1998) colocar grande ênfase na questão da manutenção sustentada de acções colectivas contra opositores, levanta a questão da definição das mesmas: como destrinçá-las se não possuírem uma visibilidade pública, ou se alternarem esses períodos de visibilidade com outros de maior dissimulação ou latência? O conflito pode manter-se, não tendo sempre a mesma forma ou grau de incidência.

Estas questões adquirem contornos mais nítidos quando na Europa surge a designada teoria dos "novos movimentos sociais" que pretende problematizar sobre as sociedades pós-industrais ou contemporâneas. As questões identitárias e simbólicas ganham uma nova dimensão, são colocadas no centro da análise, por oposição a uma orientação de âmbito estratégico como a da "teoria da mobilização de recursos" (Diani e Eyerman, 1992: 6-7). Esta nova corrente teórica avança com uma crítica ao modelo marxista de interpretação do conflito social que imperava até essa altura, por se considerar que este se tinha tornado de certa forma obsoleto na capacidade de absorver os desenvolvimentos recentes. Não era colocada em causa a continuação da existência da classe trabalhadora enquanto tal mas sim a inoperância do modelo explicativo marxista.

Assim rejeita-se, por um lado, o elemento determinante da tradição marxista de que a evolução dos conflitos sociais e políticos é condicionada fortemente pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas e pela dinâmica das relações de classe. E por outro, as tendências mais ortodoxas que negam a multiplicidade de preocupações e conflitos dentro dos movimentos e a construção de imagens irreais de movimentos homogéneos com uma grande capacidade estratégica, como refere Touraine (1977, 1978).

Estas preocupações e críticas não surgem, no entanto, apenas da parte dos autores que defendem a perspectiva dos "novos movimentos sociais", muitas já tinham sido levantadas pelos teóricos que abordavam as questões de classe de um ponto de vista não estritamente económico. E, alguns autores mais recentes como Tarrow (1998), della Porta (1992), McAdam (1988) e Melucci (1995) questionam mesmo o carácter de novidade destes movimentos.

Apresentando, este último autor, um contributo fundamental ao chamar a atenção para a problemática da unidade dos actores colectivos, ou seja, dos participantes em movimentos sociais, procurando uma posição intermédia na integração de algumas das correntes anteriores, pretendendo estudar não o produto final mas os processos de interacção, negociação, conflito e compromisso que se estabelecem entre os diferentes actores, que podem vir a falhar ou a ter sucesso na produção da unidade do grupo e da sua identidade colectiva.

Não esquecendo as diferentes conjunturas históricas e sociais, o mesmo princípio de olhar a pretensa unidade interrogando-a com vista a descobrir a diversidade e fragmentação que encerra parece ser importante em qualquer contexto. Pois, se por um lado cumpre, uma regra óbvia do método científico de olhar para além das aparências, rompendo com percepções de senso comum; no caso particular da análise de movimentos sociais permite também compreender de forma mais profunda o que constitui e dá origem ao movimento para além da sua apresentação pública.

Melucci (1988) advoga ainda a não exclusividade da relação entre acção e evento, já que esta pode conduzir, como no caso das abordagens de carácter quantitativo, a uma exclusiva preocupação com os efeitos da acção menosprezando o

processo através do qual esta se produz. Nesse sentido, é necessário que o investigador esteja consciente das limitações da sua abordagem, pois a concentração na acção colectiva como "facto" e não como "processo" tende a privilegiar o domínio público e a confrontação com as autoridades políticas, preterindo a análise das redes sociais que constituem a realidade submersa dos movimentos antes, durante e depois dos eventos. Também Snow e Benford (1988: 214) evidenciam igualmente esta duplicidade analítica, entre o lado mais visível (greves, marchas, boicotes) e o mais invisível (organização, construção de sentidos, motivações, negociações e disputas) dos movimentos sociais. Para romper com esta dualidade rígida procurei integrar na minha investigação tanto os momentos públicos de revolta como a resistência mais fluida, caótica e desorganizada do quotidiano.

A discussão acima apresentada sobre a definição de movimento social encontra-se intimamente associada à definição de classe e às suas diferentes concepções. A partir dos anos 70 as interpretações marxistas de carácter mais clássico entram em declínio, embora autores como Touraine (1978) ou Eder (1995), façam propostas teóricas suas defensoras. Para o caso aqui em análise interessam sobretudo as propostas de reformulação do conceito de classe que tenham uma amplitude mais vasta do que a simples aplicação ao presente.

Nesse sentido são importantes os debates que, ao longo dos anos 80, se estabelecem e que implicaram uma revisão fundamental de algumas ideias básicas do pensamento político de Marx. No âmbito das Ciências Sociais, algumas das teorizações que adquirem notoriedade científica questionando o primado do conceito de classe, surgem essencialmente no seio das teorias pós-modernas, como por exemplo no caso do pós-marxismo francês. Outros contributos de relevo encontram-se nas abordagens feministas, pois estas ao introduzirem um novo objecto de análise que se apoia em concepções da identidade assentes na ideia de género, complementam assim como competem com algumas das antigas interpretações, destabilizando a soberania da classe no âmbito da teoria social.

Estas questões, segundo Joyce (1995), produzem uma agenda diferente dos entendimentos mais ortodoxos da classe, reconduzindo a investigação para os sentidos historicamente produzidos pelas relações de poder, em vez de por "estruturas" de classe "externas" e "objectivas". Em termos gerais, não se considera por isso que o conceito de classe deva ser abandonado pois contínua a oferecer uma visão importante e pertinente da realidade social. A questão de fundo prende-se essencialmente com o repensar de um conceito que é originalmente rígido e fechado e conferir-lhe complexidade analítica, tornando-o, à luz das teorias contemporâneas, mais flexível e culturalmente integrado, assim como historicamente apropriável.

Por fim, o conceito de identidade surge como estruturante para a discussão dos "novos movimentos sociais", ocupando um lugar central na definição dos objectivos e na construção das redes sociais essenciais aos processos de mobilização. Na investigação limitou-se a sua discussão às potencialidades de análise retrospectiva que este encerra, ou seja, que releituras poderão ser feitas de um contexto clássico de luta de classes, no sentido marxista, introduzindo o factor identidade como mais um eixo da problemática em análise.

As teorias clássicas não estabeleceram uma ligação entre descontentamento e identidade na formação dos movimentos sociais, não significando essa ausência que a ligação não existisse, não fizesse sentido e não merecesse ser analisada. Segundo Johnston, Laraña e Gusfield (1994), para os trabalhadores, camponeses e militantes anarquistas esta ligação encontrava-se embebida nas tramas do quotidiano como mostra claramente no seu trabalho E. P. Thompson (1963) relativamente à classe trabalhadora inglesa. Nesse sentido, apesar de nos estarmos a referir a duas instâncias diferentes, deparamos com uma ligação estreita entre ambas já que a forma como os participantes nos movimentos se pensam a si próprios advém em grande parte da experiência de injustiça, tanto individual como colectiva, que os motiva para a acção.

Por outro lado, a importante mudança que se prende com a relevância que a análise dos factores microestruturais que antecedem a mobilização passa a adquirir, é fundamental. A moldura de análise é transportada para trás no tempo e passamos a poder ter em conta as fases de pré-mobilização como factor parcial de explicação para a forma e o desenvolvimento do movimento social em análise. A inclusão entusiasta da identidade na análise dos movimentos sociais não conduz, no entanto, a uma maior acessibilidade à investigação dos mesmos, já que esta é uma dimensão profundamente complexa de aferir empiricamente, embora, introduza potencialidades de análise vastas.

Em primeiro lugar, contudo, é preciso distinguir para além do conceito de identidade individual e do de identidade colectiva, uma terceira dimensão que consiste na identidade no seu carácter exógeno e ao mesmo tempo centrípeto já que trata das influências que as identidades grupais sofrem a partir de caracterizações de ordem externa. Ou seja, para além do indivíduo e do colectivo, os grupos possuem identidades públicas que espelham a visão que os "outros" têm de si mas que igualmente moldam a própria imagem que os indivíduos do grupo constroem acerca de si mesmos. A história dos movimentos sociais é também a história de como os seus membros conseguem ou não impor imagens de si e conter as tentativas dos grupos dominantes de denegrir as suas aspirações, pois a capacidade de impor definições negativas e estigmatizadas da identidade dos "outros", constitui efectivamente um mecanismo fundamental de dominação social que pode acabar por bloquear o desenvolvimento de uma identidade forte e autónoma, limitando as possibilidades da acção colectiva.

As imagens que o actor desenvolve acerca de si mesmo são continuamente confrontadas com as imagens que os outros actores e instituições sociais produzem sobre ele. Nesse sentido, a acção colectiva, tal como a construção identitária, não pode existir sem a consciência de um "Nós" e a identificação de um "Outro" contra o qual se dá a mobilização.

Em resumo, um dos factores que nos permite distinguir um movimento social é o facto de encontrarmos entre os seus participantes uma visão do mundo e uma identidade colectivamente partilhadas que permitem aos indivíduos situar a sua

acção numa perspectiva mais alargada, como referem della Porta e Diani (1999: 19-20). Para se falar de um movimento social é preciso então que episódios singulares de acção colectiva sejam entendidos como fazendo parte de uma acção mais duradoura e não apenas como casos isolados. Os seus participantes também devem sentir-se ligados por laços de solidariedade e de comunhão, tanto entre si como em relação aos participantes em actos análogos.

A presença desta identidade comum irá proporcionar uma sensação de pertença colectiva mesmo depois de uma iniciativa específica ou de um conjunto particular de acções chegar ao fim. A identidade colectiva garante assim continuidade às experiências colectivas ao longo do tempo. Nas alturas menos visíveis, esta solidariedade colectiva assim como o sentimento de pertença a uma causa não são tão óbvios como durante os períodos de mobilização intensa. No entanto, um conjunto de actividades permanentes possibilita a manutenção desta identidade.

Estas actividades podem variar entre acções clandestinas de um número limitado de actores, a outras actividades mais abrangentes e visíveis, aparentemente menos subversivas, mas que possibilitam a manutenção de um conjunto de valores e crenças que, quando activados, permitem que a mobilização para um novo ciclo de conflitos públicos se faça com êxito e celeridade (della Porta e Diani, 1999: 89). No ambiente fabril estudado, existiram sempre actividades como as atrás descritas que permitiam manter quotidianamente o sentimento de identidade comum, onde se partilhava não só as condições materiais de existência mas a própria definição do grupo, "nós", por oposição ao "eles" que marca indelevelmente a construção identitária enquanto processo.

Em suma, na actualidade, o paradigma vigente inclina-se para uma perspectiva de carácter construcionista, onde a identidade se constrói na acção e se mantém através de mecanismos, mais ou menos rituais, de consolidação e reprodução, sendo negligenciados os aspectos mais formalmente estruturais do processo. O que é comummente designado por identidade de um movimento mais não é que o produto de negociações sobre imagens colectivas produzidas por diferentes actores e organizações, onde as tensões têm a ver, em primeiro lugar, com a relação entre os aderentes individuais e a imagem "oficial", expressa pelos líderes. Nesse sentido, uma abordagem marcadamente etnográfica é essencial para a percepção destes processos o que se considera válido para o presente mas igualmente na análise de movimentos sociais e de acção colectiva anteriores, onde a questão da construção da identidade detinha um papel igualmente relevante na construção e manutenção destes.

II.

As questões teóricas até agora enunciadas foram essenciais na construção do meu objecto de análise, pois permitiram-me ler o passado de forma mais densa, questionando os comportamentos de resistência das operárias por mim estudadas à luz de um conceito de classe, de movimento social e de identidade mais flexíveis e capazes de abarcar a complexidade da realidade social em causa. Como refere Farge (2002), o repensar das grandes categorias de análise tem de ser conduzido ao "minúsculo" (Farge, 2002) e construído a partir das lógicas referenciais internas da comunidade em estudo, ela própria constituída por múltiplas temporalidades, frequentemente não coincidentes, tanto em termos pessoais, como grupais. Nesse sentido, fui por exemplo procurar para além das greves e momentos públicos de acção colectiva, as acções intermédias, ou *in beetween* como enunciam Fox e Starn (1997), as gramáticas de resistência quotidiana e o discurso oculto, como propõe Scott (1985; 1990) assim como uma série de outras proposições que permitiram reler aquele tempo histórico.

Assim, pude, por um lado, através da análise dos quotidianos de trabalho e do ambiente fabril perceber as formas densas e imperceptíveis de uma gramática reivindicativa que se tece nos seus interstícios. Descortinando práticas, por um lado desvalorizadas e por outro, caracterizadas pelo encobrimento e dissimulação, assim como as quotidianas relações de poder. A análise destas práticas permitiu detectar as manifestações a montante e a jusante dos momentos públicos, conferindo uma perspectiva globalizante aos diferentes momentos de resistência, pois frequentemente no quotidiano se encontravam as condições que produziam insatisfação e conduziam à reacção, desencadeando os momentos mais violentos.

As greves, ou momentos públicos, igualmente analisados, nomeadamente o 18 de Janeiro de 1934, as "greves da fome" dos anos 40 e os festejos e reivindicações relativos ao final da II Guerra Mundial, constituem então uma parte deste todo e não o seu sentido final ou a sua acção de relevo. Estes momentos correspondem essencialmente à ideia de acontecimento, tal como enunciado por Farge (2002), pois constituem, em termos locais, momentos significativos, circunscritos no tempo sobre os quais se construíram sentidos e partilharam significados. A sua delimitação não se contém no entanto ao momento, eles extravasam a sua própria circunscrição temporal imediata, ao serem constantemente evocados e reactualizados noutros tempos.

A sua análise não deve também apenas ater-se aos registos públicos ou institucionais, como a imprensa ou o material de arquivo. Como adverte Farge o historiador do "acontecimento" deve integrar os seus elementos mais ínfimos como os silêncios, as emoções ou a linguagem, introduzindo a dimensão singular dos fabricantes do "acontecimento", articulando a singularidade das suas atitudes e motivações individuais com o novo tempo colectivo que surge (Farge, 2002: 13, 14). Devendo-se procurar, tal como enuncia Melucci, acerca da fragmentação do actor colectivo, a polifonia do grupo mesmo que uma imagem colectiva e estável seja oferecida. Pois o "acontecimento" ao constituir uma realidade socialmente fabricada não possui em si qualquer tipo de neutralidade, sendo nesse sentido apropriado de forma diferente pelos diversos grupos sociais. Sendo a sua apropriação frequentemente conflituosa já que estão em jogo hierarquias sociais e conjunturas políticas, económicas e sociais próprias.

Por outro lado, quando a memória elabora activamente sobre o acontecimento, destacando-o ou anulando-o enquanto erupção de sentido, contribui para a sua inscrição num tempo longo conferindo-lhe simultaneamente um papel a

desempenhar na construção do presente, já que este se edifica a partir dele. Um mesmo acontecimento permite contudo edificações memorabilísticas diferenciadas e portanto dá origem a repercussões que são específicas e conjunturais.

A forma como as greves operárias são recordadas e caracterizadas em Almada não constitui um momento inalterável, pois independentemente dos factos ocorridos o que cada um individualmente ou os diferentes grupos isoladamente e/ou em colectivo farão será sempre um processo de *bricolage* identitária que exalta, anula ou exclui os traços representativos do grupo, do seu passado, da sua história, do seu património. Não se pode anular o que ocorreu mas pode-se colocá-lo ou retirá-lo do campo de produção discursiva.

No domínio das memórias de colectivos operários, os registos dos momentos de greve tendem a ser construídos de forma edificante, sendo necessário proceder a uma leitura que inclua mas igualmente extravase essa perspectiva. Por outro lado, o mesmo tratamento tem de ser feito relativamente às fontes escritas, tanto as de carácter pessoal como as produzidas de forma pública e/ou institucional. Para além do processo de crítica aos conteúdos produzidos, deve-se acima de tudo procurar perceber de que forma estes contribuem para a construção de uma "história da comunidade" e de uma "memória colectiva", a partir da selecção dos "acontecimentos" e dos "personagens" a evocar.

É necessário ler, a partir dos registos locais, orais ou escritos, como a memória se constitui enquanto metáfora social de entendimento (Confino, 1997) e análise do passado, revelando tanto os seus "notáveis" (Halbwachs, 1950) como as diferentes "constelações de poder" (Blok, 1992). Em Almada, existe uma memória colectiva de pendor operário que remete para a afirmação de Fentress e Wickham (1992) quando referem: *uma memória nacional de oposição com uma base de classe mais evidente é a que em cada país é originada pelo movimento operário (...) como ponto de referência alternativo à memória social da burguesia* (1992: 165, 166). Em Almada, esta memória ainda possui um lugar de relevo na construção identitária local, sendo por vezes marcadamente patrimonializada a favor de um passado ideológico que se quer presente e legitimamente evocado.

III.

A questão principal passa contudo não apenas pelo detectar dos traços memorabilísticos mais óbvios e pelas suas construções mais visíveis mas igualmente pela capacidade de interrogar os traços mais imperceptíveis ou obnubilados tanto dessa história como dessa memória evocada no presente. Considero que na minha investigação, o exercício teórico retrospectivo efectuado, do qual apresentei aqui uma parte, permitiu, de forma teórica e metodológica, aferir estas dimensões. No entanto, estou consciente de que esta questão não é inócua. Como indica Joyce, *the new conceptual tool-kits (...) are themselves a historical product of their own day, with all the limitations for understanding the past* (Joyce, 1995: 71), no entanto considero que isso pode ser minimizado se a mudança não ocorrer apenas ao nível dos conceitos a utilizar ou destruir, mas igualmente a um nível epistemológico mais profundo que se prende com o ponto de vista a privilegiar na análise e construção da realidade social. Nesse sentido, acredito que de forma geral as rupturas de paradigma são importantes para pensar o Presente mas também o Passado, duas realidades que não constituem contudo entidades disjuntas e fraccionadas mas um processo em constante laboração e permanente reformulação. Como refere Wolf (1990) *knowledge and insights gained in the past can generate new questions, and (...) new departures can incorporate the accomplishments of the past*. (1990: 587).

Referências Bibliográficas

Almeida, S. (2007b). *A Ruralidade no Processo de Transição para a Democracia em Portugal. Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do Movimento das Forças Armadas (1974-1975)*. tese para a obtenção do grau de Doutor, ISCTE: Lisboa (policopiado).

Blok, A. (1992). Reflections on 'making history'. In K. Hastrup (ed.), *Other Histories*. London/New York: Routledge, (pp. 121-127).

Confino, A. (1997). Collective Memory and Cultural History: Problems of Method. *The American Historical Review*, 102 (5), 1386-1403.

Crane, S. (1997). Writing the Individual Back into Collective Memory. *The American Historical Association Review*, 102, (5), 1372-1385.

della Porta, D. (1992). Life Histories in the Analysis of Social Movement Activists. In M. Diani & R. Eyerman (ed). *Studying Collective Action*. London/Newbury/New Delhi: SAGE, (pp. 168-193).

della Porta, D. & Diani, M. (1999). *Social Movements: an introduction*. UK: Blackwell.

Diani, M. & Eyerman, R. (1992) The Study of Collective Action: introductory remarks. In M. Diani & R. Eyerman (ed). *Studying Collective Action*. London/Newbury/New Delhi: SAGE, (pp. 1-21).

Eder, K. (1995). Does Social Class Matter in the Study of Social Movements? A Theory of Middle-class Radicalism. In Louis Maheu (ed). *Social Movements and Social Classes*. London/Thousand Oaks: Sage, (pp. 21-54).

Farge, A. (2002). Penser et définir l'événement en histoire. Approche des situations et des acteurs sociaux. *Terrain*. 38, Mars, 69-78 (http//terrain.revues.org/ document 1929.html).

Fentress, J.; Wickham, C. (1992). Memória Social. Lisboa: Teorema.

Fox, R. & Starn, O. (eds.) (1997). *Between Resistance and Revolution. Cultural Politics and Social Protest*. New Brunswick/New Jersey/London: Rutgers University Press.

Halbwachs, M. (1950) (1997). *La Mémoire Collective*. Paris: Albin Michel.

Johnston, H.; Laraña, E. & Gusfield, J. (1994). Identities, Grievances, and New Social Movements. In (eds) E. Laraña, H. Johnston & J. Gusfield. *New Social Movements. From Ideology to Identity*. Philadelphia: Temple University Press, (pp. 3-35).
Joyce, P. (ed) (1995). *Class*, Oxford/New York: Oxford University Press.
McAdam, D. (1988). Micromobilization Contexts and Recruitment to Activism. In B. Klandermans, H. Kriesi & S. Tarrow (eds). *From Structure to Action*. Greenwich, CT: JAI Press, (pp. 125-154).
Melucci, A. (1988). Getting Involved: Identity and Mobilization in Social Movements. In B. Klandermans, H. Kriesi & S. Tarrow (eds). *From Structure to Action*. Greenwich, CT: JAI Press, (pp 329-348).
Melucci, A. (1995). The New Social Movements Revisited: Reflections on a Sociological Misunderstanding. In L. Maheu (ed). *Social Movements and Social Classes*, London/Thousand Oaks: Sage, (pp. 107-119).
Snow, D. & Benford, R. (1988). Ideology, Frame Resonance, and Participant Mobilization. In B. Klandermans, H. Kriesi & S. Tarrow (eds). *From Structure to Action*, Greenwich, CT: JAI Press, (pp. 197-217).
Tarrow, S. (1998). *Power in Movement: social movements and contentious politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
Thompson, E. P. (1963) (1991). *The Making of the English Working Class*. London: Penguin. Books.
Touraine, A. (1977). *The Self Production of Society*. Chicago: University of Chicago Press.
Touraine, A. (1978). *La Voix et le Regard*. Paris: Éditions du Seuil.
Wolf, E. (1990). "Distinguished Lecture : Facing Power – Old Insights, New Questions". *American Anthropologist*, New Series, 92 (3), 586-596.

Política de gênero: Um dispositivo da atividade sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT)/ Brasil

Shirley Aparecida de Miranda
UFMG
shapmiranda@uol.com.br

Resumo: O presente texto resulta de pesquisa desenvolvida no doutorado em educação que teve por objeto de análise trajetórias de mulheres dirigentes sindicais. No conjunto do movimento sindical brasileiro focaliza-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e sua performance a partir da intercorrência da década de 1980. A partir da utilização do aporte foucaultiano, o trabalho é orientado pela hipótese de que a atividade sindical opera uma prática discursiva que funciona como um campo no qual se fabricam discursos que definem a verdade sobre o sujeito e se estabelecem práticas de regulação de comportamentos para mediar relações conflitivas. Nesse campo destaca-se a política de gênero por sua inflexão em organizar estratégias de poder, formas de saber e contínuos convites para que o sujeito entre em relações de força consigo mesmo. Considera-se a *política de gênero* como um dispositivo da atividade sindical e toma-se como objeto as estratégias que o materializam. Por meio da análise de documentos e publicações da secretaria da mulher trabalhadora problematizam-se as regulamentações que compõem a reestruturação dos espaços de poder; a presença feminina na redefinição dos mecanismos de negociação coletiva e a formação como estratégia de enunciação de verdades. Conclui-se que ocorre no interior do dispositivo política de gênero uma positivação do feminino que concorre para a problematização não só das relações de poder na sociedade, mas as formas de viver o trabalho, o corpo, a sexualidade.

Introdução

Entendo que a atividade sindical opera uma prática discursiva à medida que coloca em funcionamento um conjunto de enunciados estrategicamente constituídos a estabelecer jogos de verdade que "ganham corpo em conjuntos técnicos, instituições, esquemas de comportamento, em tipos de transmissão e de difusão, em formas pedagógicas, que ao mesmo tempo as impõem e mantêm" (FOUCAULT, 1997: 11). Na atividade sindical desenvolvida pela Central Única dos Trabalhadores, sobretudo a partir de 1982, a política de gênero passou a organizar estratégias de poder, formas de saber e contínuos convites para que o sujeito entre em relações de força consigo mesmo. Tratar da constituição de um saber na atividade sindical é admitir que formulações, conceitos, opções teóricas são investidos institucionalmente em relações de poder. Esse conjunto se manifesta por meio de estratégias de ação, de regulamentos, documentos, reflexões políticas, programas e cláusulas de negociação. Que mecanismos conduzem e sedimentam o dispositivo política de gênero na prática discursiva instaurada pelo movimento sindical da CUT? Como se conjuga, nesses mecanismos, a dinâmica saber-poder? A análise das regulamentações e das reflexões produzidas na política de gênero pode esclarecer essas operações.

A interconexão saber-poder e gênero

A articulação saber-poder e gênero remete à teoria feminista como matriz política e epistêmica, como prática discursiva1 que demarca um campo de estudos no qual o problema colocado é do acesso das mulheres a uma posição de poder.

1"Na denominação estabelecida por Michel Foucault no livro As palavras e as coisas, o conjunto de enunciados que apresentam uma certa unidade por obedecerem aos mesmos princípios ou às mesmas regras de formação" SILVA (2000: 61). Nessa utilização Foucault procurava contornar unidades tradicionais como "teoria", "ideologia", "ciência", referindo-se a conjuntos ou articulações específicas de elementos sociais ou culturais.

A reflexão feminista, principalmente a partir do segundo pós-guerra, foi profundamente marcada pela teorização de Simone de Beauvoir. Contrapondo-se à posição de vítima atribuída às mulheres, tanto na teoria democrática – vítimas de uma discriminação ilegítima –, quanto na teoria marxista – vítimas da estrutura econômica da sociedade –, Beauvoir propõe a denúncia das raízes culturais da desigualdade sexual. De acordo com Beauvoir, a diferença sexual é o substrato da opressão da mulher. Sua teorização concentrou-se em mostrar que essa diferença é situacional e não essencial, afirmando uma igualdade universal. Essas reflexões tiveram por pressuposto a assertiva "não se nasce mulher, torna-se mulher", cuja divulgação teve o mérito de combater as teorias que pressuponham a limitação feminina pela diferença biológica.

A análise de Simone de Beauvoir adquire seus contornos na situação cultural na qual os homens são associados com o aspecto transcendente da existência humana. Esse "desencarnamento" masculino só se tornou possível sob a condição de que as mulheres ocupassem seus corpos como identidades essenciais. A condição feminina de "outro" circunscrito ao corpo – símbolo de efemeridade, decadência, limitação – deixa livre a alma incorpórea, pensante e produtiva, numa palavra: masculina. A condição feminina estaria fadada a uma vida de imanência, confinada a uma interminável repetição das funções femininas que a teoria de Simone de Beauvoir pretendeu elucidar:

> Educadas por mulheres, no seio de um mundo feminino, seu destino normal é o casamento que ainda as subordina praticamente ao homem; o prestígio viril está longe de ser apagado: assenta ainda em sólidas bases econômicas e sociais. É pois necessário estudar com cuidado o destino tradicional da mulher. Como a mulher faz o aprendizado de sua condição, como a sente, em que universo se acha encerrada, que evasões lhe são permitidas, eis o que procurarei descrever. Só então poderemos compreender que problemas se apresentam às mulheres que, herdeiras de um pesado passado, se esforçam para forjar um futuro novo (BEAUVOIR, 1980b, p. 7).

A partir daí, o feminismo deslocou-se das reivindicações exclusivamente concentradas na desigualdade em relação ao exercício dos direitos – políticos, trabalhistas, civis – para o questionamento das raízes culturais destas desigualdades, isto é, para a desnaturalização da condição feminina, tratando dos fundamentos da assimetria sexual, analisando a produção, a internalização e a reprodução da ideologia de discriminação. Perseguindo o *tornar-se mulher* tentou instaurar uma posição para o feminino.

De acordo com Judith Butler (1987, p. 145), Beauvoir sugere uma alternativa para a condição feminina: o corpo como situação, "lugar de interpretações culturais", realidade material num contexto social, "campo de possibilidades interpretativas". Desse modo, o gênero foi desalojado do sexo, ou seja, "a interpretação dos atributos sexuais é distinguida da facticidade ou simples existência desses atributos". Contudo, Butler (1987, p. 137) afirma que, se a perspectiva de Beauvoir nos coloca diante da desnaturalização da chamada condição feminina, instaura, ao mesmo tempo, um paradoxo. Tornar-se mulher é um conjunto de atos propositais, a aquisição gradual de uma postura, um "projeto" nos termos do existencialismo sartriano, no qual Beauvoir se referencia. Nesse sentido, o gênero seria uma escolha. Butler (1987, p. 139) assinala aí uma contradição que evidencia a persistência de uma tônica essencialista contida na formulação de Beauvoir: "como pode o gênero ser ao mesmo tempo escolha e construção cultural? Como devemos encontrar o corpo que preexiste à sua interpretação cultural"?

Esse é o sentido das críticas que apontaram a insuficiência da argumentação de Simone de Beauvoir porque essa focalizaria uma diferença situacional e não essencial sob uma igualdade universal, ou seja, uma metafísica da substância. Nessa direção, ainda que a expressão *tornar-se mulher* signifique a transição do sexo (biológico) para o gênero (caráter social das diferenças de sexo), segue-se uma progressão linear que busca traçar a origem do gênero num certo momento do tempo, depois do qual adquire uma forma fixa. Essa pretensão a uma base universal para o feminismo a ser encontrada numa identidade supostamente existente em todas as culturas foi sustentada pela noção de patriarcado2. Essa concepção predominante no feminismo dos anos 60 passou a ser questionada a partir do interior do próprio discurso feminista, por seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais em que ela persiste. Lembra-nos Butler (1987, p.153) que a proposição *tornar-se mulher*, de Simone de Beauvoir, reinstaurou um paradoxo que convida a especulações que promovam a desnaturalização da condição feminina, ou de uma posição de gênero. É a partir daí que a idéia de uma base universal para o feminismo, acompanhada da formulação de que a opressão das mulheres possui uma forma singular discernível na estrutura hegemônica da dominação patriarcal ou masculina, pôde ser destituída.

Butler (1998, p. 14) assinala que o abalo da premissa política moderna, referenciada numa definição de sujeito estável e presumível, é especialmente importante para as preocupações feministas na medida em que denuncia que as bases da política – universalidade, igualdade, sujeito de direitos – foram construídas mediante exclusões raciais e de gênero. Ou seja, a definição estável de sujeito é feita por exclusão e silenciamento. No âmbito do feminismo, as conseqüências dessa destituição foram o questionamento da categoria *mulher* como sujeito único do feminismo e o deslocamento da categoria gênero de uma estrutura binária para um ponto de vista relacional.

No Brasil, nos anos 70, já despontavam na produção acadêmica os estudos sobre *mulher* que tinham por referência a teoria feminista. Esses estudos pretendiam identificar os signos da opressão masculina e capitalista sobre as mulheres, desvendando as estratégias e resistências criadas no cotidiano, analisando a estrutura ocupacional feminina no meio urbano

2 A noção de patriarcado refere-se à dominação das mulheres pelos homens percebida numa constante universal em todos os sistemas políticos e econômicos. "Em antropologia, 'patriarca' tem um referencial rigoroso absolutamente não congruente com o uso pelas feministas radicais: um sistema de organização social historicamente específico, nômade, pastoril, tribal e caracterizado por uma grande família chefiada por um patriarca masculino. No feminismo radical transformou-se num conjunto de instituições que legitimam e perpetuam o poder e a agressão masculinos" (NYE, 1995, p. 139).

através do exercício de papéis improvisados. Esses trabalhos desenvolveram-se na tentativa de superar as imagens da mulher como vítima, passiva e ociosa. Tratava-se de um fazer científico marcado por um caráter político: retirar as mulheres da invisibilidade, sair das notas de rodapé para o corpo do texto. Margareth Rago (1998, p. 91) indica que a entrada das mulheres nos círculos universitários imprimiu novos contornos ao círculo acadêmico:

> Histórias da vida privada, da maternidade, do aborto, do amor, da prostituição, da infância, da família, das bruxas e loucas, das fazendeiras, empresárias, enfermeiras ou empregadas domésticas, fogões e panelas invadiram a sala e o campo de observação ampliou-se consideravelmente.

A compreensão do masculino e feminino não se colocava no mesmo campo semântico das distinções sexuais culturalmente construídas. Outro limite, conforme Lia Machado (1998, p. 107), refere-se ao fato de que os estudos sobre a condição e a posição das mulheres não pareciam capazes de responder aos desafios das teorias feministas, pois tendiam a ser descritivos e reiterativos, "reificando a situação das mulheres".

O seminário multidisciplinar *Estudos sobre a mulher no Brasil: avaliação e perspectivas3,* realizado em 1990, ao propor uma avaliação da produção científica e brasileira até aquela época, pode ser considerado um marco que apontaria para uma segunda fase de pesquisas a partir da categoria gênero. Discorrendo sobre sua trajetória de pesquisa no campo, Machado (1998, p. 114) relembra que a pergunta que emergia das discussões desse seminário era sobre "os efeitos dos estudos de gênero nos saberes disciplinares e sobre o efeito dos saberes disciplinares no campo de estudos de gênero". Ao que parece, o encontro de pesquisadoras de diversas áreas apontou para uma perspectiva distinta para o campo de estudos, incluindo novas temáticas mas, sobretudo, problematizando o conceito de gênero e sua utilização. Segundo a narrativa de Albertina Costa e Cristina Bruschini (1992), a adoção ou não do conceito de gênero colocou-se no centro dos debates no momento do seminário

> (...) na medida em que a passagem do conceito de sexo para o de gênero poderia levar a um maior realce do poder explicativo da dimensão simbólica, em detrimento da estrutural, bem como a obscurecer uma perspectiva politicamente transformadora, que sempre foi a marca dos estudos de mulher (COSTA e BRUSCHINI, 1992, p. 7).

Pode-se depreender dos relatos e análises que o campo de estudos de gênero no Brasil sempre foi marcado por controvérsias e por uma interpretação contextualizada dos referenciais europeus e norte-americanos. O temor de enfraquecer o alcance político da teoria pelo realce excessivo da dimensão simbólica como componente da categoria gênero ainda demonstrava, naquele momento, uma leitura parcial dos fundamentos dessa categoria.

Mais do que a escolha do objeto empírico *mulher*, a categoria *gênero* designa a perspectiva culturalista em que as diferenças de sexo não implicam no reconhecimento de uma essência feminina ou masculina universal, o que nos afasta da perspectiva da naturalização. Trata-se de enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, incorporando a dimensão das relações de poder. As relações de gênero são, portanto, elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos. Essa compreensão foi se solidificando principalmente a partir da publicação do artigo de Joan Scott – *Gênero uma categoria útil de análise histórica* – que constituiu uma referência fundamental para as pesquisadoras brasileiras. De acordo com essa autora, a categoria "gênero" faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas de "sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre mulheres e homens" (SCOTT, 1996, p. 85). Os elementos que entram em cena na formulação de Scott evidenciam que o desafio epistemológico proposto pela utilização da categoria gênero consiste em fazer explodir a noção de fixidez e descobrir a natureza da representação que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero (SCOTT, 1996, p. 87). A categoria gênero faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para "reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre mulheres e homens" (SCOTT, 1996, p. 85). Portanto, quebrar a oposição binária não significa perder de vista os fundamentos de um poder masculino, mas abrir caminhos para compreender as instabilidades e tensões que sustentam os dispositivos de poder.

A teorização de Judith Butler aproxima-se desse registro e participa da inauguração de um campo denominado pós-feminismo. Recusando a pressuposição de uma noção estável de sujeito, a autora interroga sobre sua construção, ao invés de tomá-la como dado inexorável (BUTLER, 1998, p. 15). Nessa *démarche*, contrapõe-se aos fundamentos que estabeleceram a política moderna, principalmente sua exigência de um sujeito presumível como referente para a definição do campo da política, que dessa forma é naturalizado, emergindo como um produtor de um exterior não-político, ou mesmo pré-político: impõem fronteiras do domínio do político de tal forma que essa imposição fique protegida do exame político. Nas palavras de Butler

> Para que o sujeito seja um ponto de partida prévio da política é necessário adiar a questão da construção e regulação política do próprio sujeito, pois é importante lembrar que os sujeitos se constituem mediante exclusão, isto é, mediante a criação de um domínio de sujeitos desautorizados, pré-sujeitos, representações de degradação, populações apagadas da vista (BUTLER 1998, p. 32).

O ponto de partida de outro estatuto político seria remontar às origens das operações de construção e apagamento das fronteiras e da referencialidade da política. A construção binária de humano dimorfo é uma operação de diferenciação

3 Os artigos apresentados nesse evento foram publicados no livro Uma questão de gênero, sob a organização de Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini (1992).

que produz o mais e o menos humano, o inumano e o humanamente impensável. A questão proposta por Butler diz respeito a como subverter e deslocar as noções naturalizadas e reificadas de gênero, que dão suporte à hegemonia masculina e ao poder heterossexista, para criar problemas de gênero (BUTLER, 2003, p. 60). A autora formula uma concepção em que gênero não denota um ser substantivo. O gênero não tem uma origem e depois uma forma definitiva, como defendem as teorias do patriarcado; o gênero é uma atividade original sem cessar. O gênero também não é produto de antigas relações culturais e psíquicas; é um modo contemporâneo de organizar normas passadas e futuras, de situar-se através dessas normas, um estilo ativo de viver nosso corpo. Admite, porém, que existam diferenças que são binárias, materiais e distintas. O que contesta é a prática social de se valorizar certas características anatômicas como definidoras não só de um sexo anatômico, mas de uma identidade sexual. O sexo está normativamente construído a partir de códigos culturais que o qualificam binariamente. Se a categoria de sexo pertence a um modelo jurídico de força que presume uma oposição binária, sua subversão – Butler se baseia em Foucault – não resulta de sua transcendência, mas de sua proliferação a um ponto em que as oposições binárias tornem-se sem sentido, em um contexto em que as diferenças múltiplas possam se manifestar em abundância. Daí sua formulação da categoria gênero:

> O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembléia que permita múltiplas convergências, sem obediência a um telos normativo e definidor (BUTLER, 2003, p. 29).

Com essa definição a autora propõe uma genealogia crítica da naturalização do sexo e dos corpos em geral. Sua proposição visa a estabelecer como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada. Isto é, formular, no interior da estrutura constituída, uma crítica às categorias de identidade que as estrutura jurídicas engendraram, naturalizaram e imobilizaram, de modo a desinstalar essa ficção que estabelece a coerência de uma essência fabricada, manufaturada e sustentada por meio de signos corpóreos e outros meios discursivos.

A partir do diálogo com essas referências, pressuponho a existência de uma prática discursiva no movimento sindical. Isso diz respeito à instauração de formas específicas de produção, transmissão e difusão de saberes e às estratégias que as impõem e as mantêm. A categoria gênero, como indiquei, estabelece um campo em que essa prática discursiva ganha corpo porque se refere a um conjunto bastante complexo a indicar formas de produção, de relações sociais e de organização de instituições políticas. A conjunção saber-poder e gênero coloca-se como um descritor importante porque promove o deslocamento da objetivação do conhecimento e a ampliação dos domínios do saber – nos quais se incluem a prática sindical. A articulação saber-poder e gênero possibilita dar visibilidade aos conflitos e paradoxos em jogo na operação de transbordamento dos limites reguladores da identidade de gênero que se operam na atividade sindical a partir do dispositivo política de gênero.

Na conjunção saber-poder instauram-se dispositivos que permitem organizar, produzir e incitar um conjunto de saberes. Os dispositivos de poder se sustentam por meio de determinada prática discursiva, caracterizada pela fixação de normas, elaboração de conceitos e teorias, que "ganham corpo em conjuntos técnicos, instituições, esquemas de comportamento, em tipos de transmissão e de difusão, em formas pedagógicas, que ao mesmo tempo as impõem e mantêm" (FOUCAULT, 1997, p. 11). Sendo assim, a conjugação saber-poder não será tratada do ponto de vista da relação entre teoria e prática na atividade sindical – o quanto a teoria sustenta a prática ou se distancia dela, ou ainda a contradiz. A prática discursiva fornece as bases para apreender a existência de "um conjunto enunciativo, simultaneamente teórico e prático, descritivo e institucional, analítico e prescritivo, composto tanto de inferências como de decisões, tanto de afirmações como de decretos" (FOUCAULT, 2000, p. 109). Portanto, qualquer forma de oposição entre teoria e prática não seria pertinente. Tratar da constituição de um saber na atividade sindical é admitir que formulações, conceitos, opções teóricas são investidos institucionalmente em relações de poder. Destaco nessa prática discursiva as técnicas utilizadas na *política para mulher trabalhadora*, nomeada *política de gênero* a partir de 2003. Considero essa política como um dispositivo da prática discursiva articulada na atividade sindical à medida que organiza, produz e incita um conjunto de saberes. Esse conjunto se manifesta por meio de estratégias de ação, de regulamentos, documentos, reflexões políticas, programas e cláusulas de negociação, que conjugam uma unidade complexa constituída por peças heterogêneas. A institucionalização de tal política põe em questão as definições acerca do sujeito reconhecido como válido pelo movimento sindical, qual seja, "classe trabalhadora". Que mecanismos conduzem e sedimentam o dispositivo política de gênero na prática discursiva instaurada pelo movimento sindical cutista? Como se conjuga, nesses mecanismos, a dinâmica saber-poder? A análise das regulamentações e das reflexões produzidas na política de gênero pode esclarecer essas operações.

Atividade sindical e prática discursiva: o dispositivo "política de gênero"

a) Regulamentações e reestruturação dos espaços de poder

Um dos primeiros desdobramentos da política de gênero da CUT refere-se ao questionamento das relações de poder internas à própria central sindical. Isso repercute imediatamente na constituição de um espaço que dá consistência à essa problemática na dinâmica sindical: a Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT (CNMT)4. Naquele contexto,

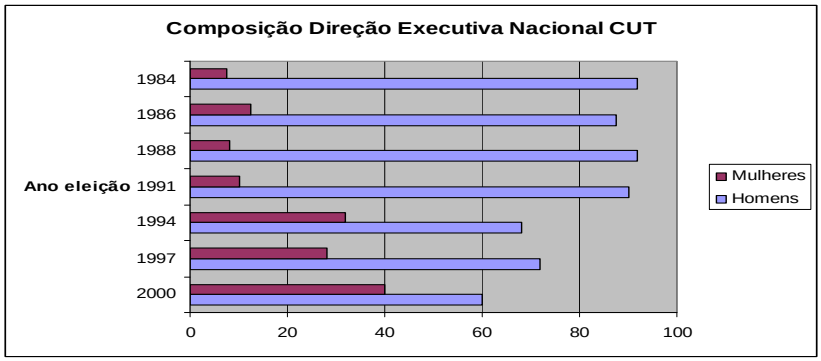
4 O trabalho de DELGADO (1998) sobre a organização das mulheres na Central Única dos Trabalhadores (CUT) aponta a criação da CNMT, no 2º Congresso Nacional, em 1986, como marco de uma reconfiguração do espaço sindical. No mesmo Congresso, "a CUT reconhecia a existência da discriminação das

Esta nota continua na página seguinte

observa-se a lógica da bipolarização na abordagem das relações de poder entre homens e mulheres. É esse o enfoque dos enunciados que abordam o quadro de composição das direções sindicais, predominantemente a Executiva Nacional da CUT, para evidenciar a disparidade entre homens e mulheres nos espaços de poder na central sindical. Um dado que passa a ser auferido nos processos congressuais e eleitorais: quantos são os homens e as mulheres na composição dos espaços de deliberação?

GRÁFICO 1

Composição da Direção Executiva Nacional da CUT por sexo



Fonte: CUT Nacional

A análise desse quadro reforça o argumento de que a criação da CNMT não fora suficiente para promover, no curto prazo, o equilíbrio entre homens e mulheres na composição da Direção Executiva da CUT. Dois anos após a criação da CNMT, em 1988, a presença de mulheres na direção executiva nacional da CUT diminuiu: de 87,5% em 1986 a presença masculina passou a 91,95% em 1988, enquanto a presença feminina decresceu de 12,5% para 8,05% no mesmo período. Essa situação só se alterou significativamente com a aprovação da cota mínima de 30% de participação de mulheres nas instâncias de direção da CUT, ocorrida na plenária nacional da CUT, em 1993. Em 2000, a definição passou a ser de 30% para um dos sexos.

Sartori (2001, p. 226) destaca que na história dos Congressos e encontros deliberativos da CUT a presença masculina gira em torno de 75%, o que leva o autor a deduzir terem sido os homens que majoritariamente decidiram em favor da política de cotas. Conforme os dados auferidos por esse autor em sua pesquisa, os homens teriam votado favoravelmente porque isso "provocaria menos polêmica e menos discussão". Entretanto, argumenta o autor, se a votação fosse secreta, o resultado teria sido diferente. A análise de Sartori no que se refere ao posicionamento de homens e mulheres sobre a questão não é conclusiva, pois indica também a existência de homens que lutaram para alterar o problema das relações de poder, bem como de mulheres dirigentes contrárias à implantação da política de cotas.

A complexidade das formas de representação política não se esgota na composição das direções sindicais. Não há um consenso entre as diversas forças políticas que compõem a central sindical em relação ao mecanismo de cotas na solução da problemática enunciada. Se há o reconhecimento da existência de avanços no que diz respeito à estrutura sindical, percebe-se também a denúncia dos limites de uma política restrita à ação de "alguns e algumas sindicalistas, mas não do conjunto da estrutura e das instâncias políticas"5. A regulamentação da participação das mulheres nas instâncias cutistas para a condução das políticas de gênero foi a opção: "liberação de uma dirigente da CUT nos seus níveis nacional, estaduais e regionais, responsável pela condução das políticas e da ação sindical de gênero aprovadas pela Central". Provavelmente, um dos limites das medidas adotadas é a instauração da polarização que confere, nas relações de poder, papéis que novamente vão se fixando para atribuir lugares de fala. As regulamentações conjugam a dispersão de posições políticas e abrem espaço para a emergência de problemas que, até então, não eram enunciados.

As definições do 5º Congresso se mantiveram nos posteriores e corroboram uma constatação apontada pelos estudos sobre a participação das mulheres no espaço público a partir da década de 1980: transcendendo o cotidiano doméstico, as mulheres trouxeram novos temas, práticas e problemas para a política e novas configurações para as relações de poder. Para Giulani (1997, p. 652), as trabalhadoras organizadas em sindicatos impulsionaram modificações complexas que atingiram arraigadas dimensões culturais e introduziram na política temas de reflexão "no qual o cotidiano doméstico e do trabalho são ponto de partida para rever a divisão sexual no trabalho e a relação de poder na representação sindical". Conforme a análise de Delgado (1998, p. 214) a organização das mulheres dirigentes sindicais, ao extrapolar o local de trabalho *strictu sensu* e incluir a casa e as relações familiares, permitiu compreender melhor "os tipos de trabalho desenvolvidos pelas mulheres, a maneira como vivem e interpretam seu cotidiano, as expectativas em relação à profissão e à vida profissional". Ao lado dessa politização do espaço privado podemos vislumbrar a capacidade de tornar pública a intimidade, enfocando questões relativas à sexualidade e temas considerados tabus, como assédio sexual e gravidez indesejada. No Congresso de 1994, a definição da campanha "Cidadania: igualdade de oportunidades na vida, no movimento

---

mulheres na sociedade, assumia o compromisso de lutar por sua eliminação". Essa autora situa o feminismo como matriz dessa reconfiguração dos mecanismos de poder no espaço sindical.

5Cf. Resoluções do 5º Congresso Nacional da CUT, realizado em 1994, encontram-se disponíveis no sítio da CUT: www.cut.org.br.

sindical e no trabalho" teve como conseqüência o posicionamento favorável da CUT em relação à legalização do aborto. No Congresso de 1997 foi aprovada uma moção de apoio às reivindicações do Movimento de Gays, Lésbicas e Travestis – o direito à união civil entre pessoas do mesmo sexo e combate à homofobia nos sindicatos e locais de trabalho. Esses dois acontecimentos discursivos indicam a forma como polêmicas ganham a cena e se expressam na configuração de uma prática discursiva.

Em 2003, no 8ºCongresso Nacional da CUT, foi criada a Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora. Essa redefinição operada na estrutura organizativa insere, na institucionalidade da Central, as relações de gênero não como temática, mas como problema para a ação sindical. A emergência de problemas de gênero abala a premissa política referenciada numa definição de sujeito estável e presumível da prática sindical traduzida pelo dístico *classe trabalhadora*. A regulamentação e reestruturação dos espaços institucionais evidenciam dois níveis da conjunção saber-poder. De um lado, o reconhecimento e legitimidade do sujeito que expressa diferença em relação ao modelo abstrato classe trabalhadora, redefinindo o estatuto daqueles/as que têm o poder de pronunciar verdades. De outro, o pronunciamento de verdades, ou jogos de verdade, discursos que são acolhidos e funcionam como verdades e instauram mecanismos e instâncias – como a Secretaria – que permitem distinguir e sancionar enunciados verdadeiros e falsos.

b) Negociação coletiva: a presença feminina redefinindo espaços

A progressiva incorporação de mulheres nas comissões de negociação das categorias profissionais pode ser interpretada como um mecanismo que amplia o leque da atividade sindical visando à inclusão, no plano de lutas, de itens que dizem respeito às demandas da mulher trabalhadora. Além dos temas clássicos relacionados à salário e condições de trabalho, passam a integrar as pautas de reivindicação os seguintes itens: salário igual para trabalho de igual valor, igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nas empresas. Itens sobre direitos reprodutivos, que incluem campanha contra esterilização de mulheres, denúncia e luta pela punição de empresas que exigem atestados de laqueadura e teste de gravidez para admissão ao emprego, passam a ser objeto de uma agenda intersindical. No plano macro-político, cláusulas referentes à violência contra a mulher fornecem proposições para iniciativas de política pública em prol da criação de abrigos e casas de apoio para mulheres vítimas de violência, bem como para a punição dos praticantes dessa forma de violência e das empresas em que ocorrem as práticas de assédio sexual.

As cláusulas específicas para trabalhadoras rurais – regulamentação do salário-maternidade e garantia dos direitos previdenciários – e as definições que configuram políticas da CUT para mulher negra expressam um deslocamento significativo: se sob a discussão das cotas tratava-se de denunciar uma assimetria no exercício de poderes no interior das entidades sindicais, concentrada na polarização homem/mulher, a reconfiguração do plano de lutas, com a introdução de cláusulas que reconhecem especificidades no leque "mulher trabalhadora", confere visibilidade política a outros segmentos. Com isso, produz-se um deslocamento entre distintos graus de generalidade: passa-se da "classe trabalhadora" para "a mulher trabalhadora", e dessa para "as mulheres trabalhadoras", num reconhecimento de identidades segmentadas.

A configuração social presente nos anos 90 reorienta os padrões organizacionais internos e o foco das tensões na atuação do movimento sindical cutista. Para Paoli e Telles (2000), operou-se a passagem dos modelos de confrontação para uma postura de negociação. Os momentos de negociação e acordos coletivos normalmente se destacam pelo acirramento de conflitos, que abrange a definição da pauta de reivindicações, a configuração do plano de lutas, a elaboração das estratégias de pressão. Essa prática é sedimenta pela recorrência a relações de saber pautadas pela reflexão sobre as alterações na conjuntura das relações de trabalho e pela elaboração de saberes que possam fazer frente à reestruturação produtiva e às políticas de ajuste neoliberais.

A pesquisa desenvolvida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) em 2003 – *Eqüidade de gênero nas negociações coletivas: cláusulas relativas ao trabalho da mulher no Brasil* – apresenta indícios das repercussões da produção de saberes sobre a atividade sindical. As garantias negociadas referem-se à gestação, maternidade e responsabilidades familiares, condições de trabalho, exercício do trabalho, saúde e eqüidade de gênero. Outro indicativo interessante é a cláusula que prevê o fornecimento de absorventes às trabalhadoras, acordada por aproximadamente 20% das categorias pesquisadas. Consta na pesquisa que essa cláusula não veio acompanhada da determinação de obrigatoriedade das empresas em manterem local adequado para higiene pessoal, nem de proporcionarem intervalos durante a jornada que a viabilizem. Contudo, depoimentos das dirigentes sindicais recolhidos durante um dos percursos formativos do Programa Relações de Gênero e Fortalecimento da Organização de Mulheres sobre essa questão acentuam a conquista de seu reconhecimento dentro das empresas – "a fábrica é lugar de homens e mulheres, ainda que sejamos minoria".

c) A formação como estratégia: reflexões produzidas, verdades proferidas

Desde sua criação, a CNMT colocou em prática a realização de pesquisas sobre a situação da mulher no mercado de trabalho. Essas pesquisas normalmente são realizadas em parceria com setores de universidades e com o DIEESE. Essa ação teria como decorrência a realização de cursos e seminários visando ao estudo desses trabalhos e à apropriação dos resultados de pesquisa na atividade sindical. A implementação de uma estratégia sistemática de formação exerceu-se na produção e divulgação de saberes.

No que concerne às configurações gênero e trabalho, é recorrente, na atividade sindical, a desagregação de dados sobre o mercado de trabalho que indicam a situação de homens e mulheres, de modo a ressaltar a posição desvantajosa dessas últimas em relação a vários critérios analisados. Nesse aspecto, além das pesquisas do DIEESE, há também a utilização de

informações produzidas por núcleos acadêmicos e organizações feministas que se dedicam a compreender as relações gênero e trabalho, gênero e políticas sociais. São saberes elaborados fora do âmbito sindical, mas no mesmo domínio de saber, e incorporados em publicações coletivas.

Nessa análise tratarei dos enunciados dos *Cadernos do Núcleo Temático Relações de Gênero* produzidos pela Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora – CNMT – e pela Secretaria Nacional de Formação da Central Única dos Trabalhadores (SNF). Os dois Cadernos que compõem essa análise foram elaborados no interregno de 1997 a 2001 a partir da seguinte metodologia: oficina de discussão, com a participação de formadores e formadoras, dirigentes e assessores (as) sindicais representantes das instâncias estaduais; debates com pesquisadoras acadêmicas convidadas; publicação de uma síntese contendo as exposições das pesquisadoras, indicações bibliográficas e, no caso do Caderno publicado em 2001, indicações para o trabalho com a temática nos variados programas de formação desenvolvidos pela SNF.

Trata-se de um material que alcançou todos os pontos da estrutura organizativa da central sindical, com tiragem de três mil exemplares e distribuição nas sete escolas sindicais, nas confederações ligadas à CUT e nos maiores sindicatos do país, revelando-se, pelas condições de produção e pelas táticas de divulgação e utilização, um acontecimento discursivo. Seus enunciados consolidam uma determinada prática discursiva.

Caderno 1 – Gênero: construindo as relações sociais

Esse material é resultado da oficina *O que são relações de gênero?* realizada em 1997. A abordagem introdutória destaca o "momento conjuntural perverso" no contexto da reestruturação produtiva que atinge homens e mulheres, enfatizando a incidência mais nefasta sobre essas. Indica ainda o que se poderia considerar um plano de lutas para o movimento sindical: garantia de condições igualitárias de acesso e permanência no mercado de trabalho formal; superação das desigualdades salariais entre homens e mulheres e a valorização e requalificação profissional das trabalhadoras, e por fim, a eliminação das situações de discriminação referentes à educação, saúde e violência que atingem diretamente as mulheres. (Caderno do Núcleo Temático Relações de Gênero, 1998, p. 9)

A definição do conceito de gênero e de seus significados na atividade sindical é o tema do primeiro artigo do Caderno, intitulado *Relações de gênero: significados e desafios*. A desnaturalização dos papéis sociais é abordada a partir da distinção sexo / gênero e da articulação gênero-classe-raça. A discussão privilegia a denúncia da permanência desfavorável da mulher nos locais de trabalho e na sociedade, enfatizando a necessidade da organização de mulheres para combater as desigualdades. Essa formulação reitera as dificuldades de se ultrapassar os limites da categoria mulher e considerar o aspecto relacional da categoria gênero na ação política. A interrogação colocada ao final do artigo pretende acenar com possibilidades de extrapolar os âmbitos de uma oposição binária: "como se expressa o ser homem e o ser mulher em nosso meio?" (RIBEIRO, 1998, p. 16). Levada às últimas conseqüências essa interrogação revela, em lugar do "ser", formas distintas de existir.

O segundo artigo, *Gênero, saúde e trabalho*, reitera aspectos conceituais da categoria "gênero" com base na clássica definição formulada por Joan Scott (1996) e amplamente adotada nos estudos produzidos no Brasil. O aspecto relacional da categoria "gênero" é aplicado nesse artigo para a compreensão das situações de trabalho e adoecimento. A análise do lugar de homens e mulheres no mercado de trabalho considera aspectos desfavoráveis para ambos, enquanto o que em geral circulava nos documentos da CUT sobre o adoecimento no trabalho, predominantemente sobre as Lesões por Esforço Repetitivo (LER) –, enfatiza sua incidência em postos de concentração da presença feminina:

> Os homens são colocados nos postos mais perigosos e que requerem maior esforço físico, porém têm maior acesso à dinâmica de promoção formal (ligada à capacitação) ou informal; ao contrário, as mulheres são destinadas a postos de menor risco, porém realizando tarefas de atenção pessoal e com menos possibilidades de promoção (BARRETO, 1998: 24).

Nesse artigo, enuncia-se uma problematização que dispersa o discurso tradicional: "as lesões por esforço repetitivo invadem o universo masculino naquelas funções onde a atividade é repetitiva e associada a ritmo intenso". A autora observa ainda que "em conseqüência da construção social quanto aos valores masculinos" na maioria das vezes o homem procura o tratamento em estágio avançado da doença (BARRETO, 1998, p. 26).

A apresentação de dados da pesquisa efetuada no setor químico indica a ação nociva de determinados agentes sobre homens e mulheres. Chama atenção a demarcação dos efeitos quanto à saúde reprodutiva por indicarem malefícios causados em homens e mulheres. Nesse caso, considera-se a reprodução para além da maternidade e do corpo feminino, num enfoque que rompe a perspectiva biologizante para enfatizar que a saúde reprodutiva não é só das mulheres.

Um conjunto de indicações bibliográficas comentadas, seguido de um quadro sinóptico sobre a conceitualização de gênero, dão contornos finais à escrita do Caderno 1.

Caderno 2 – Reestruturação produtiva, formação profissional e gênero.

O segundo caderno se organiza tendo como eixo a problemática que, naquela conjuntura, incidia sobre a atividade sindical: a reestruturação produtiva e uma de suas conseqüências, o desemprego formal. Nessa associação, a diminuição da capacidade organizativa e ativa dos sindicatos cutistas decorre da perda significativa de suas bases – redução do número de trabalhadores e trabalhadoras filiados – e da retração de sua capacidade de negociação em face do desemprego.

O conjunto de três oficinas que serviu de base para a elaboração desse material discutiu a experiência de alguns ramos de atividade – Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM); Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG); Confederação Nacional dos Bancários (CNB) e dos projetos nacionais de formação profissional

da CUT. Vale destacar que a diminuição da capacidade organizativa da Central, associada às conseqüências da reestruturação produtiva no debate sobre qualificação profissional, operaram um deslocamento da formação político-sindical para o desenvolvimento de projetos no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) – com enfoque na educação escolar (Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores) e profissional.

A abordagem introdutória dessa publicação utiliza o conceito de divisão sexual do trabalho, reiterando os aspectos que definem o lugar das mulheres: postos de trabalho menos qualificados, periféricos e com menores salários; crescimento da presença feminina no setor de serviços; maior incidência entre as mulheres do desemprego, informalidade e pobreza. Ressalta-se a qualificação como estratégia visando à reversão desse quadro, embora se reconheça que não implicaria necessariamente em "ascensão profissional ou em empregabilidade, seja para homens ou mulheres". Nesse sentido, a estratégia anunciada é "oferecer instrumentos para que não se reproduza, nos programas de qualificação, a divisão sexual do trabalho" (CADERNO DO NÚCLEO TEMÁTICO RELAÇÕES DE GÊNERO, 2001, p. 4).

O primeiro texto do caderno*, Relações de gênero e sindicatos no contexto da reestruturação produtiva*, traça um histórico que atesta a ampliação da presença feminina no espaço sindical. Destaca a atuação da CNMT, que de acordo com a avaliação, impulsionou o processo de mudança de valores e atitudes dos homens no interior dos sindicatos:

> A discussão sobre as questões de gênero obrigou os dirigentes sindicais a pensarem sobre si mesmos, sobre suas relações pessoais e sobre sua relação com o movimento sindical, o que potencializa uma reavaliação de suas próprias identidades de militantes e de homens (ARAÚJO e FERREIRA, 2001, p. 15).

No que se refere à reestruturação produtiva, a análise apresentada recorre a dados do mercado de trabalho que corroboram a tese de que a atual ampliação da presença feminina é verificada em segmentos precarizados de inserção, diminuindo sua presença na organização sindical. O quadro dos anos noventa, nessa proposição, caracteriza-se pela perda de espaço da mulher no plano simbólico e concreto da ação sindical.

O segundo texto, *Reestruturação produtiva, qualificação profissional e gênero*, adota o mesmo plano analítico, qual seja, a divisão sexual do trabalho. Ao crescimento da presença feminina no mercado de trabalho opõe as formas de segmentação por gênero, "com a concentração feminina em determinados guetos ocupacionais e em postos de trabalho mais instáveis e piores remunerados (sic)" (NEVES, 2001, p. 40). Sobre a formação profissional, indica-se que a qualificação atribuída às mulheres é definida pela educação informal, pela experiência em tarefas domésticas, que não lograram o reconhecimento e formalização, situando-se no enquadre de "aptidões". A permanência das mulheres em postos de atividades repetitivas sujeitos à intensificação do ritmo de trabalho e distanciado das inovações tecnológicas agrava o quadro de adoecimento no trabalho.

A caracterização das relações de gênero apresentada no segundo caderno reconstitui elementos do discurso das relações "gênero e trabalho" desenvolvido em diversos âmbitos da organização sindical e das pesquisas acadêmicas. Trago aqui as elaborações produzidas em outros campos e que integram o mesmo domínio de saber. A intenção é ampliar a trama dessa tessitura para compreender os enunciados que circulam e sustentam a prática discursiva. Utilizo-me da produção do DIEESE, que desde 1999 elabora um Boletim Especial sobre a situação das mulheres no mercado de trabalho6. Entendo que não se trata de uma análise de gênero e sim de uma análise da situação das mulheres conforme os títulos das publicações indicam. Entre os fios dessa trama cotejei trabalhos de pesquisa acadêmica que interligam gênero e mercado de trabalho por meio do conceito de divisão social do trabalho.

Divisão sexual do trabalho: a situação das mulheres nos mundos do trabalho

Um primeiro descritor da situação das mulheres é a intensidade e constância do crescimento de sua participação no mercado de trabalho nas últimas quatro décadas. No Boletim de 1997 indicava-se que, entre 1989 e 1996, a taxa de participação feminina crescera 8,9%, enquanto a masculina caíra 3,6%. Esse dado não poderia ser lido isoladamente, pois não se deveria ignorar o fato de que os homens ainda têm uma participação bem mais expressiva. Em 1996, 74,5% dos homens faziam parte da força de trabalho. De todo modo, a evidência do crescimento da participação feminina suscitou intensos debates com o fim de justificar que não significaria uma transformação das desigualdades entre homens e mulheres.

A explicação para o fenômeno da ampliação da taxa de participação feminina envolve o conjunto de alterações verificadas nos mundos do trabalho. Uma das modificações decorrentes da precarização dos contratos de trabalho, que se intensificou a partir da década de 1990, foi a elevação das taxas de trabalho a domicílio. Essa forma de ocupação traz conseqüências para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, já que esse é um dos nichos de ocupação feminina7. Contudo, a ampliação do trabalho a domicílio explica apenas parcialmente a elevação da presença feminina no mercado de trabalho, e não tem como conseqüência necessária a alteração da forma de inserção. Assumido como possibilidade de conciliação da atividade profissional com a atividade doméstica, principalmente para as mulheres casadas e mães, o trabalho a domicílio implica em dupla jornada, uma de remuneração precarizada e outra, sem remuneração.

---

6 O referido boletim é elaborado com base nos dados coletados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego realizada em Regiões Metropolitanas brasileiras selecionadas, sendo divulgado por ocasião das comemorações do Dia Internacional da Mulher, no mês de março.

7 Sobre o trabalho a domicílio, é importante consultar as conclusões de Abreu e Sorj (1993). Ao considerar as diferenças no trabalho a domicílio de homens e mulheres, Abreu e Sorj assinalam que não somente o significado que cada um dos gêneros atribui à sua atividade a domicílio é diferente, como também suas práticas cotidianas estão marcadas pela construção de identidades sociais e sexuais que se encontram mais além do mundo específico do trabalho.

Outros fatores de ordem conjuntural explicam melhor a ampliação dessa presença feminina no mercado de trabalho, tais como: as elevadas taxas de desemprego no setor industrial, onde a presença feminina é pequena, e a ampliação do conceito de trabalho adotado pelo IBGE, que passou a incluir, a partir de 1992, as atividades para autoconsumo e produção familiar, historicamente realizadas por mulheres. Cristina Bruschinni (2000, p. 17) considera também o contexto das alterações demográficas, sociais, políticas e econômicas. Para essa autora, o estado conjugal e a presença de filhos, associados à idade e à escolaridade da trabalhadora, assim como a característica do grupo familiar e a posição da mulher na família, são fatores que afetam a participação feminina, mas não a masculina, no mercado de trabalho.

Em relação à renda, as mulheres estão em pior situação que os homens em todas as regiões metropolitanas pesquisadas. A análise elaborada pelo DIEESE (2005), tomou como referência o valor da hora trabalhada, uma vez que a jornada feminina tende sistematicamente a ser inferior à masculina. Em comparação com 1998, em 2004 houve redução da desigualdade entre rendimento de homens e mulheres, em favor destas, no conjunto das regiões analisadas8. No Distrito Federal e São Paulo, localidades onde se registraram os maiores níveis para o rendimento médio hora, "as mulheres recebem, em média, 77,9% do que ganham os homens em 2004" (DIEESE, 2005, p. 7). No conjunto, a proporção do rendimento feminino alcançou uma variação entre 85,8% e 74,8%. Esse quadro se mostra ainda mais grave quando são consideradas outras variáveis. No cenário brasileiro, a presença da discriminação racial se acumula à desigualdade de gênero, colocando as mulheres negras na pior situação relativa aos demais grupos populacionais – homens não-negros e negros e mulheres não-negras. Os dados apresentados pelo Boletim DIEESE (2003) indicam que os ganhos das mulheres negras, entre os assalariados, alcançam em média 57,8% dos apresentados pelos homens não-negros. Em relação às mulheres não-negras, o salário médio das mulheres negras chega, em média, a 63%.

A despeito do ligeiro aumento da taxa de participação feminina, as mulheres enfrentam, em sua busca por ocupação, maiores dificuldades de inserção que os homens, o que resulta em taxas de desemprego sistematicamente mais elevadas. A sobreposição discriminatória – de gênero e racial –, em um ambiente de crise econômica, atinge preponderantemente as mulheres negras, que mostram os mais elevados índices de desemprego em todos os níveis (DIEESE, 2003: 9).

Com relação às mudanças no perfil do emprego da mão-de-obra feminina, estudos divulgados no início da década demonstram que, em certa medida, o trabalho industrial tem convocado habilidades desenvolvidas no trabalho doméstico. Helena Hirata (2000, p. 52) constata que "destreza, paciência, capacidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo, são qualificações aproveitadas pela indústria". A autora analisa o caso da indústria japonesa (eletrônica, têxtil e de confecção) que requer as habilidades da confecção de ikebana no processo produtivo, ou de costureiras para o controle de qualidade de capacitores eletrônicos. Se por um lado essa qualificação, definida pela educação informal por meio da experiência doméstica, permite o ingresso das mulheres no trabalho industrial, de outro lado, em decorrência da introdução de inovações tecnológicas, o lugar ocupado por essas mulheres é em postos secundários, executando tarefas repetitivas e monótonas.

Ao lado dos descritores acima, a concentração em atividades do setor de serviços e no segmento informal, no trabalho doméstico não registrado, na atividade familiar não remunerada ou domiciliar, em setores de baixo *status*, empregos *part-time* ou em postos menos qualificados mesmo quando possuem grau de escolaridade acima do requerido para a função e a predominância das trabalhadoras mais qualificadas em nichos tradicionais femininos (magistério, enfermagem e serviço social), demonstram a persistência da desigualdade. Mudanças e continuidades caracterizam o perfil da mão-de-obra feminina após os anos 90.

Um fator conjugado ao aumento consistente da presença da mulher no mercado de trabalho é o incremento expressivo da proporção de domicílios chefiados por mulheres. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1992 a chefia feminina estava presente em 19,3% dos domicílios. Em 2002 passou a ocorrer em 25,5% dos lares, perfazendo um crescimento da ordem de 32,1% nesses dez anos9. Não se trata de estabelecer uma causalidade direta entre o fenômeno da entrada da mulher no mercado de trabalho e o aumento da chefia feminina. Contudo, é possível observar relações entre os dois movimentos e a mais evidente delas consta no Boletim DIEESE (2004, p. 1): os domicílios com chefia feminina apresentam constantemente renda inferior àqueles chefiados por homens.

A origem dessa menor renda estaria associada ao próprio perfil da chefe de domicílio, geralmente sem cônjuge, com baixa escolaridade e com maior idade, bem como às dificuldades de inserção feminina no mercado de trabalho, que usualmente expressam maior taxa de desemprego, vulnerabilidade e menores rendimentos.

Se a denominação *chefe de família* indica a pessoa responsável, inclusive economicamente, pela manutenção da unidade domiciliar, outros dados desse perfil, de acordo com Elza Berquó (2002, p. 246), nos levam a perceber que a chefia feminina possui vários significados:

> (...) uma mulher solteira, separada ou viúva, com filhos, tendo ou não parentes e/ou agregados em casa; mulher solteira, separada ou viúva, sem filhos morando em casa, ou porque não os teve, ou porque, adultos, já saíram de casa ou faleceram,

8 A pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE é desenvolvida nas seguintes regiões metropolitanas: Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo. Entre 1999 e 2004 o DIEESE produziu os chamados Boletim Especial – 08 de março dia internacional da mulher. Em 2003, além do encarte especial no Boletim, realizou-se o Estudo Especial, com o título Mulheres Trabalhadoras – discriminação e desigualdade no mercado de trabalho. Em 2005 a pesquisa passou a ser divulgada na publicação Estudos & Pesquisas, cujo nº. 6, de março de 2005 recebeu o título Trabalho e Renda da Mulher na Família.

9 Esses dados foram extraídos do Boletim DIEESE, Edição especial. Março 2004 p. 1.

tendo ou não parentes e/ou agregados vivendo no domicílio; mulher solteira, separada ou viúva, morando sozinha, ou mulher casada chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro em casa.

A pesquisa de Márcia dos Santos Macêdo (2001) focalizou um grupo diversificado de mulheres nessa situação e constatou a diversidade de trajetórias e experiências reunidas sob o dístico "mulheres chefes de família". Com a ressalva de não ser possível definir uma identidade coletiva para as mulheres, a autora constata, entretanto, que "as mulheres vão construindo uma nova imagem de si mesmas e vão deixando de se enxergar como vítimas das circunstâncias, assumindo cada vez mais o papel de protagonistas de suas histórias e donas de si" (MACÊDO, 2001, p. 77).

A abordagem da situação das mulheres chefes de família possibilita a visualização de uma nova tipologia para os arranjos familiares. No Boletim DIEESE de 2004 há um enfoque específico dessa temática. Em 2005, esse tema ganhou a centralidade na pesquisa intitulada *Trabalho e renda da mulher na família*. Essa pesquisa considerou quatro tipos de organização familiar: família nuclear, que possui a presença do/a chefe e seu/a cônjuge; família monoparental, que tem a presença do/a chefe, sem cônjuge, com ou sem filhos/as, ainda que contem com outros membros, como pais, irmãos etc.; família unipessoal, constituída pelo/a chefe, sem cônjuge e sem filhos/as. Os indicadores extraídos da PNAD10 demonstram que o número global de famílias no Brasil cresceu 33,5%, entre 1993 e 2003. Nesse período, o número total de lares chefiados por mulheres apresentou um aumento maior (72,6%), fazendo com que, em 2003, 28,8% das famílias fossem chefiadas por mulheres. O maior índice de crescimento da chefia feminina é observado no arranjo nuclear com e sem filhos – 367,7% e 385,5%, respectivamente. Embora do ponto de vista geral esses dados percam em significância (representam 2,3% e 8%, respectivamente) e apesar da maior concentração da chefia feminina localizar-se no arranjo monoparental, esse crescimento demonstra um desarranjo do modelo familiar estabelecido. Na verdade, esses dados podem ser confrontados com a indicação de que, "apesar da chefia masculina de família nuclear com filhos ser a mais presente, essa foi a única forma de organização a perder peso no período analisado". Na Região Metropolitana de Belo Horizonte registrou-se nessa situação o índice de 55,3% no triênio 1998 – 2000 contra 51,3% no triênio 2002-2004. É possível, então, depreender desses dados a multiplicação de poros que questionam o modelo familiar estabelecido. Tanto a lógica dos tipos de relações familiares, quanto o discurso performático que afirma o lugar da mulher-esposa-mãe vão cedendo espaço para outras possibilidades.

Mesmo que os dados corroborem um lugar desfavorável para as mulheres no mercado de trabalho, não se pode desconsiderar que indicam a emergência de outra posição. Não me refiro aqui a eventos isolados, quase exóticos, como, por exemplo, a presença de mulheres em funções de mando e de poder (executivas de alto escalão, presidentes de empresa, governantes "mão-de-ferro") ou a raras presenças junto aos campos científicos e tecnológicos. Refiro-me à multiplicação de poros que questionam a lógica naturalizada das relações sociais. Entendo que aí reside o acento do dispositivo da política de gênero. Esse efeito pode ser observado na conjunção gênero-raça. Os enunciados operavam com a denúncia do lugar subalterno das mulheres negras em relação às mulheres brancas e aos homens negros. Nessa inflexão ocorre a desarticulação da categoria *mulher* como representante das trabalhadoras. Além disso, o trabalho a domicílio passou a ser considerado em sua particularidade em relação a outras formas de ocupação. Sua principal característica é o peso quantitativo em termos da ocupação feminina. "Segundo os dados da PNAD/2001, ele representa 18,2% do total da ocupação feminina no Brasil", o correspondente em termos numéricos a seis milhões de pessoas (DIEESE e OIT, 2005, p. 3). Segue-se a esse diagnóstico a evidência da acentuada presença das mulheres negras nessa ocupação: desagregando a cifra total da ocupação feminina por critérios de raça-cor encontra-se o correspondente a 23,9% de mulheres negras contra 14,1% de mulheres não-negras. Outros descritores dessa ocupação referem-se à idade das trabalhadoras: a maior parcela das domésticas possui entre 25 e 39 anos, tanto entre mulheres negras quanto não-negras, "no entanto, há mais prevalência das jovens entre 18 e 24 anos entre as negras" (DIEESE e OIT, 2005: p. 8). A construção desses dados exige que as categorias gerais sejam desagregadas.

Outra evidência que merece destaque entre aquelas trazidas pelos estudos sobre gênero e trabalho com a utilização da divisão sexual refere-se à nova tipologia dos arranjos familiares. A multiplicidade é indicativa do ingresso ou reconhecimento de mulheres em situações de gestão ou manutenção da família, das distintas opções construídas – viver só, assumir sozinha os filhos –, da multiplicidade de possibilidades de ser mulher. Após o emblema "o pessoal é político", os domicílios foram descortinados e os silêncios das relações pessoais e de trabalho, rompidos.

Formação: uma pedagogia feminista?

Nas definições do 5º Congresso Nacional consta um tópico que define as bases da ampliação do Programa de Formação sobre Relações Sociais entre Homens e Mulheres11. Indicou-se a garantia do acesso igualitário das mulheres à formação, cursos de formação para mulheres, introdução da questão de gênero em todos os cursos promovidos pela Central.

O Programa de Relações de Gênero e Fortalecimento da Organização de Mulheres foi desenvolvido pela Escola Sindical 7 de Outubro entre 1997 e 2004. Seu objetivo era "contribuir para a desnaturalização e superação da desigualdade

10 Conforme a publicação DIEESE (2005, 8), "para a realização dessa análise, no que se refere ao Brasil, foram utilizados dados extraídos da PNAD para os anos de 1993 e 2003. Com relação às regiões metropolitanas, foram trabalhados dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Esses indicadores foram agregados para os triênios: de 1998 a 2000 e de 2002 a 2004, para maior significância estatística. Os dados referentes ao Distrito Federal foram excluídos da análise, dada a dificuldade de desagregação da amostra para as categorias de renda familiar dentro da família, segundo o arranjo das famílias.".

11 O Programa Relações de Gênero e Fortalecimento da Organização de Mulheres, de alcance regional, é derivado desse programa nacional. Sua elaboração teve início com os percursos formativos nacionais estruturados a partir de 1997. Em 1999 foi realizada a última oficina reunindo dirigentes que participavam das Comissões Estaduais sobre a questão da Mulher Trabalhadora dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

social entre homens e mulheres e para qualificar a participação das mulheres nos espaços de poder e sua inserção na vida social, profissional, política e sindical". Para tal, tomou-se como objeto de reflexão as questões em torno da diferença sexual, da divisão sexual de trabalho e das relações de poder entre os sexos sociais, "problematizando o acesso das mulheres à posição de sujeito coletivo". Os dados aqui apresentados foram coletados no decorrer dos cursos desenvolvidos naquele período que tive a oportunidade de coordenar.

O início do Programa ocorreu em 1997 e naquele momento a tensão colocada reiterava a ambigüidade anunciada na regulamentação do 5º Congresso: a formação voltada para as mulheres como tática para seu empoderamento *versus* a intenção de ultrapassar a confortável posição dos "problemas de mulheres", que se exercia pela vinculação de determinadas questões à ação exclusiva das sindicalistas. Nesse contexto, definir quem deveria participar dos cursos e seminários era um problema complexo.

A estrutura dos percursos de formação em relações de gênero e trabalho reiterava a exclusividade de um público feminino. Nesse aspecto, operou-se, em certa medida, uma transposição para o espaço sindical de uma forma pedagógica utilizada nos movimentos sociais: os grupos de consciência, ou "grupos de reflexão", estratégia utilizada pelo movimento de mulheres nos anos de 198012. Esses grupos instauravam uma proposta de auto-reflexão por intermédio da qual as mulheres rompiam as barreiras da privacidade nas relações de gênero na troca de experiências com as demais participantes. Para Neuma Aguiar (1997, p. 11) a contribuição dessa forma pedagógica consistia em "se ter por base um elo pragmático e expressivo entre as esferas pública e privada". A consciência das formas de submissão era adquirida no processo de "tornar público aquilo que fica oculto entre as quatro paredes da vida cotidiana" e, dessa forma, propunha-se a "construção de nova identidade da mulher". A estratégia de formação também visava a expandir os problemas de gênero para além dos limites das Comissões Estaduais e Nacional da Mulher Trabalhadora e sedimentá-los como uma das dimensões da política da CUT. Nesse caso, o fortalecimento da ação das dirigentes estava em envolver também os homens, tanto no interior da Central quanto nos locais de trabalho. No dilema entre o empoderamento das mulheres pela via da formação e a expansão dos problemas de gênero para além das fronteiras de uma identidade feminina, a definição sobre o público-alvo manteve a dubiedade: constituir a primeira versão do curso só com a presença de mulheres dirigentes sindicais, com a intenção de conformar um grupo mais coeso. No segundo ano, os homens seriam incluídos, mas sempre garantindo que a maior presença fosse feminina. Persistiu uma demarcação binária das relações de poder entendida na oposição masculino/feminino.

Embora a bipolarização persista, o traço que distingue a formação em relações de gênero é a configuração de uma forma pedagógica que investia em procedimentos para incitar a auto-reflexão com vistas à desnaturalização do feminino e masculino. A tática utilizada recorria aos relatos da trajetória pessoal para estabelecer o elo entre a esfera pública e privada13. Interessava que as participantes se colocassem como protagonistas de sua(s) história(s), para perceberem, a partir de uma posição reflexiva, o lugar da mulher na sociedade. Os relatos de experiências individuais também revelavam a experiência coletiva e se configuraram como momentos privilegiados de análise e conhecimento, na medida em que saberes eram convocados como fonte explicativa. Nesse formato, em que o sujeito é convocado a colocar-se como objeto de saber, a aquisição de referências discursivas propõe a recriação de novas relações de poder e a recriação de si nessas relações. Os relatos produzidos nos percursos formativos trazem pistas sobre os efeitos subjetivos do dispositivo política de gênero.

Muitos relatos refletiam as contradições vivenciadas no trânsito entre os espaço privado (doméstico, familiar) e o ingresso no âmbito público, político ou profissional. A necessidade de redimensionar as situações domésticas ganhava a cena, como indica esse registro: "O mito de que a mulher é que tem que cuidar de tudo em casa e ao homem só cabe o papel de sair para trabalhar e sustentar a casa, não é verdadeiro. As tarefas devem ser divididas" (ESCOLA SINDICAL 07 DE OUTUBRO, 2002, p. 07). Outro pólo reflexivo constituía-se em torno da maternidade, considerada por algumas uma "dádiva", enquanto outras diziam que, mesmo participando do ideal de amor materno, se pudessem reiniciar a vida, "não teriam filhos".

Os relatos demonstram que não se tratam de rupturas. Por exemplo, os atributos naturalizados do feminino – sensibilidade, delicadeza e instinto maternal – continuam a figurar como qualidades que devem ser conciliadas com a atuação política e profissional. Aliás, conciliar os lugares sociais, ou conseguir um trânsito mais harmônico entre o espaço privado/doméstico e público coloca-se como um desafio a ser enfrentado.

Concluindo

Considero adequado utilizar nessa análise a expressão que Maria Rita Kehl (1998) cunhou ao tratar da ampliação do campo cultural a partir do qual as mulheres podem se constituir como sujeito: *deslocamentos do feminino*, ou seja, a desarticulação do campo das identificações que até então teriam pautado a relação entre as mulheres e a feminilidade"

12 Um exame da atuação desses grupos pode ser conferido no trabalho de Afonso e Smigay (1989). As autoras sistematizam um projeto de formação e condução de grupos de mulheres, de diferente inserção social, para refletir sobre as formas de violência a que estavam submetidas. Esse projeto de pesquisa, ensino e extensão, foi desenvolvido no período de 1985 a 1987 no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Vale lembrar a observação de Aguiar (1997) sobre os grupos de consciência no Brasil que, diferentemente do contexto norte-americano, têm sua origem fora do espaço institucional acadêmico, na ação dos movimentos sociais. Não obstante, o trabalho de Afonso e Smigay (1989) demonstra que o espaço acadêmico estabeleceu interlocuções com esses grupos.

13 Os relatos eram produzidos por diferentes técnicas: entrevistas em dupla; entrevistas coletivas; escritas individuais; questionários entre outros, variando de acordo com a temática em questão: trajetória de trabalho, de formação, nos movimentos sociais; rupturas com ideais de gênero.

(KEHL, 1998, p. 119). Nesse caso, é preciso considerar os efeitos de uma prática discursiva – a que se opera nos movimentos sociais – e dos seus dispositivos de disseminação e sustentação.

Os aspectos que configuram as relações de saber no espaço sindical – apropriação estratégica dos saberes legitimados, questionamento das condições de produção de saberes, formulação de processos pedagógicos próprios – se complexificam na política de gênero. Os saberes que redimensionam a análise das condições de trabalho da mulher-trabalhadora se desdobram em enunciados que conferem visibilidade à situação das mulheres negras, rurais, trabalhadoras à domicílio, terceirizadas, chefes de família. A idade, a escolaridade, a maternidade e a situação afetiva perdem a conotação de atributos acidentais. São maneiras de se viver nas quais se constitui a mulher trabalhadora. Sendo assim, a definição genérica e abstrata depara-se com a enunciação de uma pluralidade que a desordena.

O conjunto de enunciados que define o leque da atividade sindical – regulamentos e cláusulas de negociação coletiva – operam uma desnaturalização do corpo feminino, politizando-o. Gravidez, menstruação, esterilização, violência doméstica, abuso sexual ganham o *status* de questão política.

A prática discursiva, que estabelece a política de gênero como um dispositivo de fabricação de subjetividades, exibe e propõe configurações singulares, de sujeitos em relação permanente entre si e consigo. Considero a interpretação mais adequada para os deslocamentos produzidos pelas mulheres e nas mulheres no dispositivo da política de gênero a que emerge da formulação que diz respeito ao trabalho do saber. Nesse enquadre, foi possível conferir um novo significado para deslocamento: os conflitos que podem produzir uma outra posição subjetiva. A emergência de uma prática discursiva que desestabiliza ideais de gênero solicita reposicionamentos sociais e subjetivos

Referências

AFONSO, L. & SMIGAY, K. (1989) Enigma do feminino, estigma das mulheres. In: BRUSCHINI, C. & COSTA, A O (org.) *Rebeldia e submissão*: estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: Fundação Carlos Chagas,. p. 177-194.

AGUIAR, N. (1997). Para uma revisão das ciências humanas no Brasil desde a perspectiva das mulheres. In: AGUIAR, N. (org.). *Gênero e ciências humanas*: desafios às ciências humanas desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, p. 9-29.

ABREU, A. R. P & SORJ, B (1993). Trabalho a domicílio e relações de gênero: as costureiras externas no Rio de Janeiro. In ABREU, A. R. P. & SORJ, B. *O Trabalho Invisível - Estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora.

BEAUVOIR Simone de (1980), *O segundo sexo*: a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 2.

BRUSCHINI, C & COSTA, A (org.). (1992) *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas.

BRUSCHINI, C (2000). Gênero e trabalho no Brasil*:* novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95). In: ROCHA, M. I. (org.). *Trabalho e Gênero; mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Ed. 34, p. 13-57.

BUTLER, J. (2003). *Problemas de gênero; feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BUTLER, J. (1998). Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do "pós-moderno". *Cadernos Pagu trajetórias do gênero, masculinidades*, v. 11, p. 11-43,

BUTLER, J. (1987). Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. In: BENHABIB, S. & CORNELL, D. (coord.). *Feminismo como crítica da modernidade*: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. p. 139-154.

CADERNO DO NÚCLEO TEMÁTICO RELAÇÕES DE GÊNERO. *Gênero: construindo relações sociais*. São Paulo: CUT, 1998.

CADERNO DO NÚCLEO TEMÁTICO RELAÇÕES DE GÊNERO. *Reestruturação produtiva, formação profissional e gênero*. São Paulo: CUT, 2001.

DELGADO, M. B. G. (1998) Mulheres na CUT: um novo olhar sobre o sindicalismo. In: BORBA, A. (org.). *Mulher e política: gênero e feminismo no partido dos trabalhadore*s. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo,

DIEESE. *A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano*: inserção marcada pela dupla discriminação. Nov. 2005. Disponível em http://www.dieese.org.br. (Consultado na Internet em 26 de Setembro de 2007).

DIEESE. *Trabalho doméstico e igualdade de gênero e raça*: desafios para promover o trabalho decente no Brasil. Nov. 2005. Disponível em http://www.dieese.org.br. (Consultado na Internet em 26 de Setembro de 2007).

DIEESE. *Dia Internacional da Mulher* – 8 de março de 2005. Disponível em http://www.dieese.org.br. (Consultado na Internet em 26 de Setembro de 2007).

DIEESE. *Dia Internacional da Mulher* – 8 de março de 2004. Disponível em http://www.dieese.org.br. (Consultado na Internet em 26 de Setembro de 2007).

DIEESE. *Negociação coletiva e equidade de gênero no Brasil*: cláusulas relativas ao trabalho da mulher 1996-2000. Ago. 2003. Disponível em http://www.dieese.org.br. (Consultado na Internet em 26 de Setembro de 2007).

DIEESE. *Dia Internacional da Mulher* – 8 de março de 2003. Disponível em http://www.dieese.org.br. (Consultado na Internet em 26 de Setembro de 2007).

DIEESE. *Dia Internacional da Mulher* – 8 de março de 2002. Disponível em http://www.dieese.org.br. (Consultado na Internet em 26 de Setembro de 2007).
DIEESE. *Mulheres trabalhadoras*: discriminação e desigualdade no mercado de trabalho – 8 de março de 2001. Disponível em http://www.dieese.org.br. (Consultado na Internet em 26 de Setembro de 2007).
DIEESE. *Dia Internacional da Mulher* – 8 de março de 2000. Disponível em http://www.dieese.org.br. (Consultado na Internet em 26 de Setembro de 2007).
DIEESE. *Cresce a participação da mulher no mercado de trabalho*. Maio de 1997. Disponível em http://www.dieese.org.br. (Consultado na Internet em 26 de Setembro de 2007).
FOUCAULT, M. (2000) Estruturalismo e pós-estruturalismo. In: _____. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. p. 307-334.
Foucault, M. (1996). *Vigiar e punir*: nascimento da prisão; Trad. Lígia M. Pondé Vassallo. 13ª ed. . Petropolis: Vozes. 277 p.
GIULANI, P. C. (1997) Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, M. (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 640-669.
HIRATA, H. (2000) Mudanças no mundo do trabalho, gênero e formação Humana. *Outras Falas* - Revista da Escola Sindical 7 de Outubro / CUT, Belo Horizonte, n. 3, p. 42-50, ago..
KEHL, M. R. (1988) *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro: Imago.
MACÊDO, M. dos S. (2001) Tecendo o fio e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In: BRUSCHINI, C. & PINTO, C. R. (org.). *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: FCC:Ed. 34, p. 15-52.
MACHADO, L. Z. (1998) Gênero, um novo paradigma? *Cadernos Pagu – trajetórias do gênero, masculinidades*. Campinas, (11), p. 127-141.
NEVES, M. de A. (2001) Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. *CADERNO DO NÚCLEO TEMÁTICO RELAÇÕES DE GÊNERO/CUT*. São Paulo, n. 2, p. 38-50, ago.
PAOLI, M. C.; TELLES, V. S. Direitos sociais; conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: Alvarez, S. & Dagnino, E. (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, p. 103-148.
RAGO, M. (1998) Descobrindo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu – trajetórias do gênero, masculinidades*. Campinas, (11), p. 99-106.
SCOTT, J. (1996). Gênero uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 1, n 1, p. 71-100, fev, 1996.
SILVA, T. T. (2000) da. *Teoria cultural e educação*. Belo Horizonte : Autentica,. 125 p.

Memória sindical rural brasileira[1]

Luiz Flávio de Carvalho Costa –
Professor/pesquisador do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ/DDAS/CPDA)
flaviodecarvalho@terra.com.br

Resumo: O *Arquivo Lyndolpho Silva* reúne parte dos documentos (anotações, teses, correspondência, declarações, entrevistas, legislação, listagens, manifestos, relatórios, atas, resoluções etc.) acumulados por Lyndolpho Silva como membro do Partido Comunista do Brasil (PCB) e como um dos principais responsáveis pela organização dos trabalhadores rurais do país. A importância da documentação por ele acumulada, e que sobreviveu ao período de repressão, é equivalente ao papel luminar que ele desempenhou na luta pela incorporação do trabalhador rural no processo político brasileiro. O acervo online compreende atualmente 240 documentos (mais de 1.200 folhas, 1945-1964). Do ponto de vista qualitativo, a documentação incide sobre o processo histórico de construção do sindicalismo rural no País, além de revelar suas interfaces com organizações e entidades internacionais de luta pelos direitos dos trabalhadores rurais (www.ufrrj.br/cpda/als/).

Titre : Mémoire syndicale rural brésilienne

Résumé : L'Archive Lyndolpho Silva réunit une large partie des documents (notations, thèses, correspondance, déclarations, entrevues, législation, listes, manifestes, rapports, actes, résolutions etc.) accumulés par Lyndolpho Silva comme membre du Parti Communiste du Brésil (PCB) et comme un des principaux responsables de l'organisation des travailleurs agricoles du pays. L'importance de la documentation accumulé par lui même, et qui a survécu à la période de répression, est équivalente au rôle essentiel qu'il a joué dans la lutte pour l'insertion des travailleurs ruraux dans le processus politique brésilien. La production disponible online comprend actuellement 240 documents (plus de 1.200 feuilles, 1945-1964). D'un point de vue qualitatif, cette documentation éclaire les procédures historique de construction du syndicalisme rural dans le pays, et révèle de plus ses interfaces avec les organisations et entités internationales de lutte pour les droits des travailleurs ruraux. (www.ufrrj.br/cpda/als/).

O *Arquivo Lyndolpho Silva* (ALS) 2 está formado por uma parte dos documentos colecionados e guardados por Lyndolpho Silva, um acervo documental digital disponível na internet, obtido a partir de originais manuscritos,

1 Artigo apresentado ao X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais Universidade do Minho, Braga, Portugal (de 4 a 7 de fevereiro de 2009).

datilografados, impressos, fotografias e de áudio, orientado para o tema do sindicalismo rural, dos conflitos e da luta no campo no Brasil, sobretudo no pré-1964.3 Não se trata de um arquivo pessoal de documentos de caráter privado. Os papéis colecionados por Lyndolpho Silva são documentos de natureza pública, acumulados por ele como membro do Partido Comunista do Brasil (PCB) e como um dos principais responsáveis pela organização dos trabalhadores agrícolas do país, e poucas vezes estão referidos a um aspecto privado do colecionador.

A constituição da rede sindical rural brasileira nos anos 1950, inicialmente com o trabalho do PCB e, já no final da década e início dos 1960, também com a Igreja Católica, com os trabalhistas e com o Estado, é uma das mais fortes manifestações do processo de incorporação de largas camadas da população brasileira, antes à margem dos direitos de cidadania, ao processo de democratização do País, implicando em um efetivo aumento da participação e da disponibilidade políticas de amplos setores da população.

Página de abertura do sítio: http://www.ufrrj.br/cpda/als/

Como fenômeno dos anos 1950, o surgimento de uma rede sindical rural é parte de um profundo deslocamento da antiga lógica que presidia as relações sociais no Brasil em direção às novas formas, digamos, mais modernas, de negociação e de participação política. Para compreender bem o Brasil contemporâneo, haveremos de olhar o que aconteceu nessa fase da história do país. Por sua vez, Lyndolpho Silva tem um papel destacado na construção dessa rede sindical, e seus papéis componentes do arquivo em questão falam sobre esses acontecimentos. Sua presença marcante como ativista no cenário político brasileiro na década de 1950 e na primeira metade dos anos 1960, sobretudo no *espaço rural* (entendamos *espaço rural* além de uma definição puramente funcional), suas escolhas na vida pública e na ação partidária que levaram à criação de uma trajetória pessoal e política sem par, e seus esforços para manter em condições adversas tais papéis, fazem do conjunto da documentação reunida sob o selo ALS um lugar privilegiado da memória do nosso movimento social no campo brasileiro.

Breve perfil biográfico

Filho de pequenos produtores arrendatários, Lyndolpho Silva nasceu em Barretos (SP) em 25 de novembro de 1924. No final da década de 1920 sua família retorna a Mendes (RJ), lugar de origem, onde foi matriculado no grupo escolar. Em meados da década de 1930, com o despejo pelo proprietário do sítio que ocupava, a família se estabelece em Cruzeiro (SP). Depois de trabalhar em frigorífico e padaria locais, Lyndolpho mudou-se aos 16 anos para o Rio de Janeiro, onde aprendeu o ofício de alfaiate e cursou o terceiro ano ginasial. Exerceu a profissão de alfaiate até o início dos anos 1950.

2 A organização do arquivo foi feita com o apo[illegible]m o NEAD/MDA no âmbito do PCT MDA/IICA – Apoio às Políticas e à Participação Social no D[illegible]o do Programa de Apoio a Núcleos de Excelência - Pronex-MCT (1998-2001). O autor é grato a Ana[illegible] e Raimundo Santos.

3 Cf. http://www.ufrrj.br/cpda/als/

Equipe responsável pela organização, classificação, digitalização do ALS: Luiz Flávio de Carvalho Costa (coordenador), Alline Torres, Ana Amélia M. C. Melo e Janaina Tude Sevá. Desenvolvimento da página: Filipe Guazelli.

Lyndolpho Silva. Discurso em Moscou, 1975

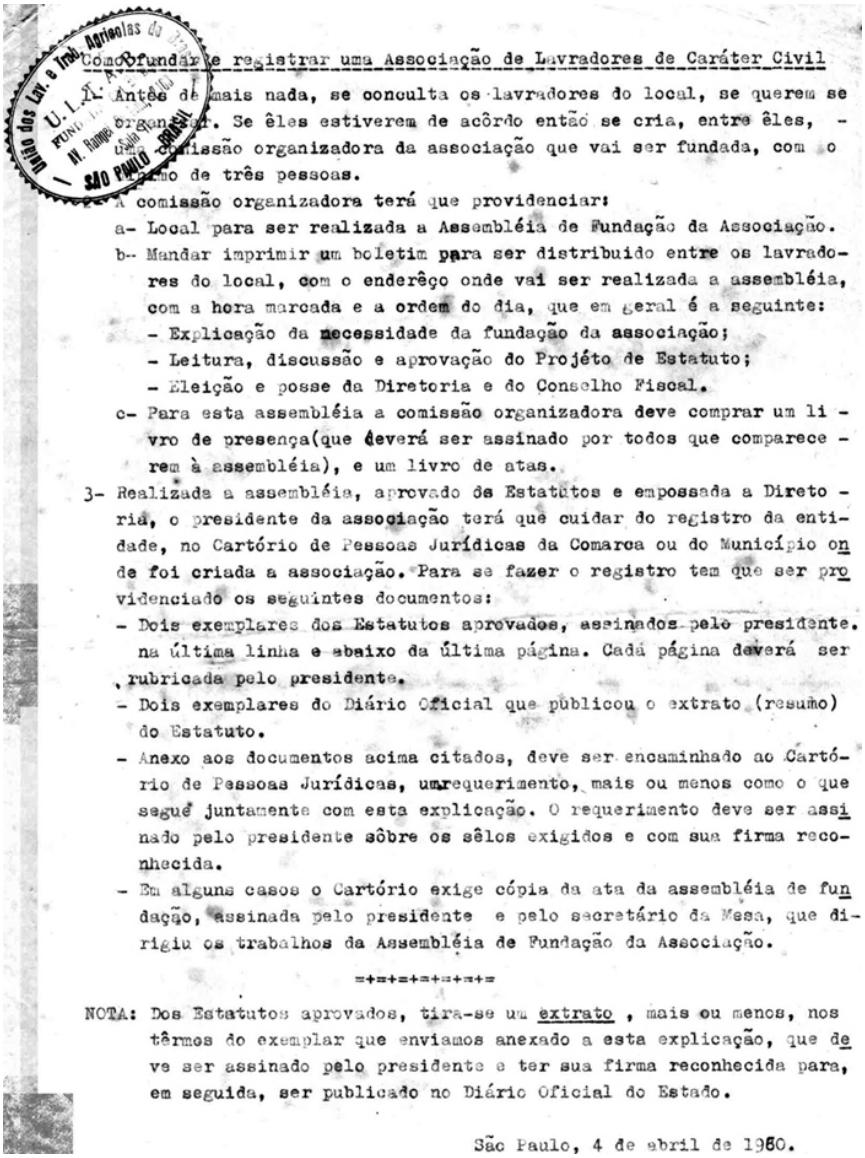
No final de 1946 ele ingressa no Partido Comunista do Brasil (PCB) e sua atividade política então esteve voltada para a fundação de sindicatos paralelos. A partir de 1952 sua militância passa a ser marcada pelas atividades política e sindical voltadas para o campo. Em 1954, sob sua liderança, é fundada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), da qual será um dos diretores. A partir daí até 1964 sua militância será intensa na organização dos trabalhadores rurais do País. Colaborou regularmente no jornal *Terra Livre*, organizou congressos sindicais como o importante Congresso Nacional Camponês de Belo Horizonte de 1961 e manteve vínculos fortes com organizações internacionais de trabalhadores rurais. No final de 1963 Lyndolpho Silva fundou, com outros companheiros, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), sendo seu primeiro presidente. Em 1965 teve seus direitos políticos cassados por 10 anos. Mas a grande tarefa a que se entregara nos últimos dez anos – a organização e o reconhecimento do trabalhador rural como ator político e a criação de uma extensa rede de sindicatos rurais no Brasil – havia sido realizada.

De 1964 a 1973 ele esteve na clandestinidade sob permanente risco de prisão. No início de fevereiro de 1973 Lyndolpho se exila na Europa e se estabelece em Praga como um dos três secretários da União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações (UISTAFP), sendo o responsável pela América Latina. Lyndolpho permaneceu nesse cargo até 1979, período esse em que viajou pela Europa, América Latina, África e Oriente Médio e foi, durante quatro anos, representante da UISTAFP na Organização Internacional do Trabalho.

Em 1975, no exílio, ele se casa pela segunda vez com dona Esperança Vico. Beneficiado pela anistia, volta ao Brasil, São Paulo, em 1979. Vários espaços políticos terão a sua presença marcante, como o Centro de Memória Sindical, o jornal Correio Sindical, o Instituto Astrojildo Pereira. Mais recentemente ele fundou e dirigiu o Instituto Cultural Roberto Morena. Lyndolpho Silva faleceu aos 80 anos na cidade de São Paulo no dia 7 de junho de 2005.

O acervo

A organização do ALS foi e tem sido um problema de difícil solução. Idealmente, devemos manter na forma digital a própria organização do colecionador. Mas nem sempre isso foi possível, infelizmente. No momento optamos por apresentar a coleção por *tipo de documento*, aproveitando as amplas oportunidades que os recursos digitais oferecem de recuperação da informação.



Como fundar e registrar uma Associação de Lavradores de Caráter Civil

1- Antes de mais nada, se conculta os lavradores do local, se querem se organizar. Se êles estiverem de acôrdo então se cria, entre êles, - uma comissão organizadora da associação que vai ser fundada, com o mínimo de três pessoas.

2- A comissão organizadora terá que providenciar:

a- Local para ser realizada a Assembléia de Fundação da Associação.

b- Mandar imprimir um boletim para ser distribuido entre os lavradores do local, com o endereço onde vai ser realizada a assembléia, com a hora marcada e a ordem do dia, que em geral é a seguinte:
- Explicação da necessidade da fundação da associação;
- Leitura, discussão e aprovação do Projéto de Estatuto;
- Eleição e posse da Diretoria e do Conselho Fiscal.

c- Para esta assembléia a comissão organizadora deve comprar um livro de presença(que deverá ser assinado por todos que comparecerem à assembléia), e um livro de atas.

3- Realizada a assembléia, aprovado os Estatutos e empossada a Diretoria, o presidente da associação terá que cuidar do registro da entidade, no Cartório de Pessoas Jurídicas da Comarca ou do Município onde foi criada a associação. Para se fazer o registro tem que ser providenciado os seguintes documentos:
- Dois exemplares dos Estatutos aprovados, assinados pelo presidente. na última linha e abaixo da última página. Cada página deverá ser rubricada pelo presidente.
- Dois exemplares do Diário Oficial que publicou o extrato (resumo) do Estatuto.
- Anexo aos documentos acima citados, deve ser encaminhado ao Cartório de Pessoas Jurídicas, umrequerimento, mais ou menos como o que segue juntamente com esta explicação. O requerimento deve ser assinado pelo presidente sôbre os sêlos exigidos e com sua firma reconhecida.
- Em alguns casos o Cartório exige cópia da ata da assembléia de fundação, assinada pelo presidente e pelo secretário da Mesa, que dirigiu os trabalhos da Assembléia de Fundação da Associação.

=+=+=+=+=+=+=

NOTA: Dos Estatutos aprovados, tira-se um extrato , mais ou menos, nos têrmos do exemplar que enviamos anexado a esta explicação, que deve ser assinado pelo presidente e ter sua firma reconhecida para, em seguida, ser publicado no Diário Oficial do Estado.

São Paulo, 4 de abril de 1960.

Quanto às características quantitativas, a disponibilização online baseia-se em um conjunto formado por cerca de 240 documentos (mais de 1.200 folhas), cujo período de abrangência se inicia em 1944, com o decreto-lei 7.038 sobre associação sindical das classes rurais, recuperado pela secretaria da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) em 1962, e finda em 1964, com uma ata de posse da diretoria e conselho fiscal da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), elaborada em 15 de abril daquele ano.

Do ponto de vista qualitativo, a documentação reunida por Lyndolpho Silva incide sobre o processo histórico de construção do sindicalismo rural no País, além de revelar suas interfaces com organizações e entidades internacionais de luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, bem como com o movimento sindical operário.

Organizada a partir de tipos documentais (anotações, atas, correspondência, declarações e discursos, diversos, entrevistas, legislação, listagens, manifestos, relatórios, resoluções e teses), entre a documentação encontram-se apontamentos do titular relativos à organização dos trabalhadores do campo, bem como referentes ao movimento sindical e operário brasileiro.

No conjunto das *atas*, recupera-se parte da trajetória institucional da CONTAG. Em *correspondência* (constituída por cartas, telegramas e circulares) tem destaque o intercâmbio de Lyndolpho Silva com Vincenzo Galetti, secretário geral da União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações (UISTAFP), além da troca menos freqüente com outros correspondentes. As *declarações* e *discursos* reúnem principalmente comunicações do titular, de Francisco Julião e de João Goulart no decorrer da realização do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, novembro de 1961, na cidade de Belo Horizonte, também conhecido como o Congresso Nacional Camponês. Em *documentos diversos*, sobressaem-se normas e estatutos da ULTAB. Ao lado disto, há ainda entrevistas de Lyndolpho Silva relativas à organização mundial dos trabalhadores agrícolas e à CONTAG.

O item *legislações* congrega estatutos, portarias e leis no marco do processo de reconhecimento dos sindicatos rurais. Em *listagens* encontram-se as relações das associações e federações do campo, um trabalho exaustivo da militância em busca das informações sobre a situação dos trabalhadores rurais e dos pequenos proprietários, as tendências políticas,

tendo em vista seu processo de organização sindical. Os *manifestos* incorporam posicionamentos públicos destinados aos lavradores e trabalhadores agrícolas, às autoridades e aos cidadãos brasileiros. Na seção *relatórios* há sistematizações do já citado I Congresso Nacional de Belo Horizonte, e em *resoluções*, encontramos propostas e encaminhamentos da ULTAB, da CONTAG, bem como reivindicações acordadas em congressos rurais. Por fim, encontramos na seção *teses* diferentes interlocutores ligados à questão agrária e ao sindicalismo rural, mas não apenas estes, em defesa de opiniões sobre a questão sindical rural brasileira.

A ULTAB, o Congresso Nacional de Belo Horizonte e a CONTAG

Ao compulsar o acervo, podem ser identificadas pelo menos duas referências mais significativas da documentação: a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) e o Congresso Camponês de Belo Horizonte de 1961. Falemos sucintamente sobre essa instituição e sobre esse evento.

A ULTAB. Para compreender o início do moderno sindicalismo rural brasileiro devemos atentar para o papel desempenhado pelas I e II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas organizadas pelo Partido Comunista do Brasil – PCB (1953-1954). As duas conferências tiveram como objetivos principais a organização dos assalariados agrícolas em sindicatos rurais e a dos camponeses em associações, assim como a criação de uma entidade nacional congregadora. Durante a Conferência de 1954 em São Paulo foi fundada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), sob a presidência de Geraldo Tibúrcio e liderança de Lyndolpho Silva, com a finalidade de unir e organizar os trabalhadores rurais.4 A partir de então, a ULTAB foi a face legal do PCB para as questões relativas ao campo. De sua atuação, na segunda metade dos anos 1950 e início dos anos 1960, no interior das lutas camponesas no País, resultou a fundação de dezenas de associações e de sindicatos rurais, configurando pela primeira vez um conjunto articulado, em grande medida sob sua direção, de entidades representantes dos trabalhadores rurais brasileiros. Sua criação deve-se também ao estímulo dado pela União Internacional dos Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura, Florestas e Plantações (UISTAFP), na época sediada em Roma, Itália. Muitas cartas trocadas entre a ULTAB e a UISTAFP foram recuperadas para integrarem o ALS, documentando assim as relações internacionais das instituições.

O Congresso Nacional Camponês de Belo Horizonte. A extensão da cidadania pela qual o Brasil passa entre 1945 e 1964 significou para os trabalhadores, inclusive aos trabalhadores do campo, ainda que em menor grau, uma posição de crescente de importância no cenário nacional. O encontro de Belo Horizonte em 1961 condensa este ambiente de progressiva incorporação das massas ao processo político. Três grandes tendências estiveram presentes no Congresso: a ULTAB, as ligas camponesas lideradas por Francisco Julião e o Movimentos dos Agricultores Sem Terra (MASTER), sob influência do PTB e do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

Este I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil provocou forte impacto no movimento social rural , confirmando a reforma agrária como o mais apaixonante e explosivo tema do pré-1964. A recuperação de sua documentação feita no ALS permite aos estudiosos e pesquisadores o acesso a informações indispensáveis para observar um momento crítico da história brasileira.

Lyndolpho Silva e a memória sindical

Além de incansável ativista e articulista, Lyndolpho mostrou uma outra face da sua militância. Sua preocupação em coligir o material partidário e sindical revela uma profunda percepção da importância daqueles momentos de luta neste País, e da importância de tudo que pudesse servir como registro histórico desse processo de extensão da cidadania. A importância da documentação por ele acumulada para o estudo do sindicalismo rural, e que sobreviveu ao período de repressão, é equivalente ao papel luminar que ele desempenhou na luta pela incorporação do trabalhador rural no processo político brasileiro. Colecionar papéis significativos dessa fase da história do Brasil, cujo valor para as nossas instituições democráticas nem sempre é reconhecido, já teria sido um ato expressivo para a nossa memória. Valoriza a ação as condições pelas quais a guarda foi feita. Os riscos de prisão, de tortura e de morte certamente foram muito mais altos para aqueles que de uma forma ou outra se envolveram com a preservação dos documentos, como o próprio Lyndolpho, sua viúva, dona Esperança Vico Cardona, familiares e companheiros de luta.

Lyndolpho Silva é o que nós podemos chamar de "homem do Partido". Pela sua inteligência e habilidade, ele poderia trabalhar em qualquer setor partidário. Mas o indicaram para um dos papéis mais difíceis, que é lidar com trabalhador rural, no mais das vezes distante da cultura urbana, freqüentemente desconfiado, por razões justas, do apoio externo, com uma linguagem própria, costumes próprios e diferentes de região para região. Lyndolpho tinha uma incomum capacidade de se comunicar e ser aceito. Hoje mesmo, escutamos depoimentos de antigos companheiros que se emocionam ao falar do seu carisma, companheirismo, de sua lealdade, de sua prodigalidade, de sua abertura nos diálogos. Além do mais, ele tinha a capacidade de escrever, de colocar no papel as idéias que surgiam das muitas discussões de que participava, ou seja, era um verdadeiro intelectual do PCB. Ele conseguia manter um diálogo de alto nível com o trabalhador rural analfabeto, com o dirigente do Partido ou com uma autoridade da República. Portanto, o Partido tinha o homem certo para exercer a militância nessa delicada área que é o meio rural brasileiro.

4 Para maiores detalhes, cf. Paulo Ribeiro da Cunha, O camponês e a História: a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva. 1a. ed. São Paulo: IAP/IPSO., 2004. v. 01. 295 p.

No final dos anos 1980 tive a sorte de me aproximar de Lyndolpho, mantivemos então longas conversas, especialmente no ambiente do Instituto Roberto Morena, São Paulo, que foram para mim lições de história do Brasil, dadas por um homem inteligente, amável e generoso. Naquela época ele confiou a mim várias caixas de documentos sindicais, e assim mudou a sua guarda. Mais recentemente, no final dos anos 1990, quando ele estava com a saúde já muito abalada, dona Esperança passou às minhas mãos a outra parte do arquivo que havia permanecido em sua casa. Finalmente, o pesquisador Paulo Ribeiro Cunha, atento à integridade da coleção, fez incorporar ao acervo alguns documentos que havia recebido de Lyndolpho durante o período que com ele conviveu.

Muitos documentos ainda serão incorporados ao arquivo digital. Procuraremos, também melhorar as condições de navegabilidade com a criação de dossiês. A digitalização dos documentos é uma forma eficaz de sua preservação, e a decisão de colocá-los integralmente online levou em consideração um traço da personalidade de Lyndolpho Silva, qual seja, a sua generosidade intelectual. Estamos certos de que, ao oferecer essa documentação ao público pesquisador, contribuímos para que se cumpra integralmente seu trabalho em favor da memória.

Inserção profissional de mulheres negras no trabalho do setor financeiro: possibilidades de resistência em tempos de crise do sindicalismo

Vanessa Santos do Canto
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
nscanto@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho faz parte de reflexões e pesquisa em andamento para a elaboração de dissertação de mestrado e pretende apresentar alguns apontamentos acerca da presença da mulher negra no trabalho do setor financeiro. Discute a importância da formação de uma identidade negra positiva, relacionando-a com a atuação do sindicato dos trabalhadores do setor bancário do Município do Rio de Janeiro e as possibilidades de resistência e inclusão social em tempos de crise do sindicalismo. A temática será orientada pela necessidade de diálogo entre o debate sobre a centralidade do trabalho e os novos enfrentamentos que surgem para os movimentos sociais no momento histórico em que a classe trabalhadora apresenta maior complexidade.
Palavras-chave: mulheres negras; trabalho; identidade negra positiva; subjetividade; sindicatos.

1. Introdução

A partir dos anos 90, admitia-se oficialmente a existência do racismo no Brasil. Esta admissão representava a ruptura oficial do Estado com o mito "da democracia racial1" que conjugado com a não menos problemática crença na existência "do homem cordial brasileiro2 representava um importante entrave para a discussão da dimensão étnico-racial da desigualdade no país.

A adoção desta postura de ruptura com estes paradigmas sociológicos que contribuíam para a dissimulação do racismo aqui instaurado resultava, em grande parte, da crescente pressão que os movimentos sociais de corte étnico-racial negro havia imposto após séculos de resistência contra um regime opressor e degradante que, mesmo após o seu término oficial, ainda é capaz de reproduzir as práticas que ferem frontalmente a dignidade humana.

Contudo, este ápice tem como momento anterior importante, a promulgação da nova Constituição da República no ano de 1988. De fato, não podemos negar que a articulação dos movimentos sociais negros3durante os debates realizados para o estabelecimento de um novo texto constitucional foi crucial para esta importante conquista.

Aliás, este ano foi extremamente importante devido ao grande valor simbólico que continha, pois se comemorava o centenário da abolição oficial da escravidão negra no Brasil. Assim, era trazida para a pauta da agenda política a discussão acerca do reconhecimento de uma identidade étnico-racial negra positiva gerada à sombra da identidade nacional brasileira.

Entretanto, apesar das conquistas acima referidas, os movimentos sociais em geral se deparavam com novos desafios a serem enfrentados, pois a crise econômica e social que há muito já havia atingido os países de capitalismo avançado chegava com toda a sua plenitude no Brasil, justamente no momento em que a América Latina dava importantes passos a caminho da redemocratização.

Neste contexto societário marcado pela emergência de uma nova sociabilidade, onde a essência do capital se torna fictícia4 e o discurso neoliberal se impõe de maneira contundente é que se deve repensar o diálogo entre a nova centralidade do trabalho vivo e a atuação dos sindicatos na defesa dos interesses dos trabalhadores, pois as relações étnico/raciais e de gênero são perpassadas por estas importantíssimas questões.

1 Para melhor apreensão do mito da democracia racial sugerimos a leitura do clássico de Freyre (1973).
2 Neste sentido consultar a obra de Sérgio Buarque de Holanda (1991).
3 Fala-se em movimentos negros devido à diversidade de agendas e escolhas políticas que cada grupo específico possui. Nesse sentido, pode-se exemplificar que as demandas apresentadas pelos movimentos negros de caráter urbano diferem daquelas apresentadas por aqueles que possuem seus interesses ligados ao campo.
4 Aqui utilizamos a reflexão de Cocco (2003). Segundo o autor: "No pós-fordismo, é a essência do capital que é 'fictícia' (parasitária) e, portanto, não tem mais condições de ser 'real'. (...)Não é apenas o capital 'fictício' que é improdutivo, mas o capital em geral que é cada vez menos capaz de ser 'real', ou seja, cada vez menos capaz de se pôr como condição necessária das combinações produtivas" (p. 34).

Assim, pretende-se demonstrar idéias preliminares acerca deste debate que será dividido em três partes. Inicialmente, serão apresentadas algumas considerações acerca das metamorfoses pelas quais vem passando o trabalho na contemporaneidade e o enfraquecimento da relação salarial, sobretudo, no setor bancário que havia se constituído em uma ilha de segurança em um país onde o desemprego estrutural e a informalidade sempre foram a regra geral.

Na segunda parte, serão apresentados alguns apontamentos sobre a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho do setor financeiro5 tendo como principal eixo as relações étnico/raciais e de gênero estabelecidas no setor e relacionando a atuação do Sindicato dos Bancários do Município do Rio de Janeiro, tendo em vista que a partir da Constituição Federal de 1988, tais temas passam a ter relevância oficial para a implantação de um Estado Democrático e de Direito.

Finalmente, apresentaremos algumas considerações acerca desta reflexão, como um esforço teórico que busca questionar de que forma se dá a inserção da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro, neste caso específico no setor financeiro, a fim de indagar se houve avanços na luta pela igualdade racial e de gênero no país, após cento e vinte anos de abolição da escravidão negra no Brasil e quase vinte anos de promulgação de um texto constitucional resultante de lutas dos movimentos sociais rurais e urbanos que visavam à restauração das liberdades individuais e da retomada da construção de uma sociedade de fato democrática e realmente pluralista.

2. O trabalho no setor financeiro e a nova centralidade do trabalho vivo

Neste tópico se busca realizar uma análise sintética acerca do enfraquecimento da relação salarial no setor bancário e a nova centralidade do trabalho vivo, a fim de melhor demonstrar a importância desta reflexão para as discussões acerca da questão racial no Brasil e das relações de gênero, especificamente das mulheres negras.

Inicialmente se destaca que o interesse pelo tema surge a partir de experiência de dois anos como estagiária de Direito no Ministério Público do Trabalho da 1ª Região, notadamente, no Núcleo de Combate à Fraude às Relações de Trabalho.

No cotidiano do estágio realizado nesta Instituição, observava-se o elevado número de denúncias noticiando as mais variadas formas de utilização de mecanismos ilícitos com o objetivo de impedir o exercício dos direitos sociais garantidos aos trabalhadores em sede constitucional e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)6.

Entretanto, foi a partir do momento em que se tem contato com as inúmeras representações formuladas pelo Sindicato dos Bancários do Município do Rio de Janeiro, distribuídas à Procuradora do Trabalho responsável pela supervisão do estágio acadêmico é que surge a necessidade de aprofundar os estudos teóricos sobre a precarização do trabalho no setor financeiro e seus impactos sobre as trabalhadoras negras.

O teor das referidas representações consistia, basicamente, no fato de que os banqueiros utilizavam da Resolução n.º 2707/00, que tornou pública a decisão do Conselho Monetário Nacional, no sentido de ampliar o rol de atividades que podem ser desempenhadas pelos correspondentes bancários7.

Convém notar que este quadro é resultado de um longo processo que se inicia com a reforma bancária no final do ano de 1964, que estabelece as bases do Sistema Financeiro Nacional e se amplia com o chamado Programa Nacional de Desburocratização criado pelo Decreto nº. 83.740 de 1979, no Governo Figueiredo, com o objetivo de dispor sobre a contratação de correspondentes no país.

Ao se levar em consideração as experiências empíricas apresentadas podem ser considerados alguns aspectos deste contexto social que têm uma construção histórica relacionada à política de desregulamentação financeira nos países mais industrializados e que se traduziram em enormes transformações no sistema financeiro internacional.

Na década de 1970, o sistema financeiro internacional era marcado por sua desregulamentação, a fim de atender às demandas emergentes do processo de reestruturação do capital que obrigava as instituições financeiras a se tornarem cada vez mais competitivas, visto que com a crise do Estado de Bem-Estar Social que possuía seus fundamentos nos modelos de produção taylorista / fordista e no keynesianismo, o "compromisso" 8 social realizado entre capital e trabalho mediado pelo Estado, como uma opção apresentada pela social-democracia, já demonstra toda a sua fragilidade.

---

5 Por trabalho no setor financeiro compreendemos tanto o trabalho bancário que já é tradicional neste setor da atividade econômica quanto aquele realizado nas financeiras e correspondentes bancários.

6 É importante ressaltar que no Brasil, a cidadania sempre esteve atrelada ao trabalho com carteira assinada, ou seja, a garantia de direitos ligados à Previdência Social (um dos pilares da Seguridade Social) só é garantida para que aqueles que se encontram inseridos na relação de trabalho assalariado. No entanto, é marcante o enfraquecimento deste tipo de subordinação em todo o mundo. Neste sentido, vide Castel (2003), Cocco (2003), Gorz (2005) e Lazzarato (2001).

7 Estes últimos surgiram, inicialmente, para atuar em áreas onde os bancos, por conveniência, não desejavam atuar. Mas a partir do ano de 2000, quando coincidentemente começa a disparada no número de pontos de correspondentes, o Banco Central acabou com a limitação que previa a instalação de corbans somente em praças não assistidas por agências bancárias. Hoje, eles podem desempenhar quase todas as atividades bancárias: pagamentos, recebimentos de contas diversas, recepção e encaminhamento de proposta de abertura de contas diversas, pedidos e análises de empréstimo e financiamento e cadastro, proposta de emissão de cartão de crédito, seguros, títulos de capitalização.

8 Segundo Antunes: "Na verdade, esse "compromisso" era resultado de vários elementos imediatamente posteriores à crise de 30 e da gestação da política keynesiana que sucedeu. Resultado, por um lado, da "própria 'lógica' do desenvolvimento anterior do capitalismo" e, por outro, do equilíbrio relativo na relação de força entre burguesia e proletariado, que se instaurou ao fim de decênios de lutas. Mas esse compromisso era dotado de um sentido ilusório, visto que se por um lado sancionava uma fase de relação de forças entre capital e trabalho, por outro lado ele não foi conseqüência de discussões em torno de uma pauta claramente estabelecida". (ANTUNES, 2002: 38).

Neste sentido, destacamos que é sob a égide da corrente de pensamento de Hayek (1977; 1985) e Friedman (1984), denominada neoliberal que ocorrerá a globalização9. A adoção dessa ideologia causará inúmeras conseqüências desastrosas para os países de capitalismo avançado quanto para os países de capitalismo tardio. Este será um duro golpe nas frágeis democracias latino-americanas que buscam consolidar um sistema eqüitativo nos do Estado de Bem-Estar da Europa continental.

Assim, principalmente a partir dos anos 90, são introduzidos os princípios da administração pública gerencial, com o intuito de transformar as formas de gestão do Estado utilizadas nos períodos anteriores, para atender às novas imposições decorrentes da reestruturação do modelo de acumulação do capital.

Convém notar que o processo de reestruturação do sistema bancário tem seu início no período do governo autoritário que se instaura a partir de 1964, e se inseriu em um conjunto mais amplo de reformas do Estado brasileiro com o objetivo de modificar a relação deste com a sociedade, a fim de romper com o populismo do período anterior (FLEURY, 1994).

Este processo faz parte de um projeto mais amplo de reestruturação do capital que, a partir da crise do final da década de 70, busca novas formas de restaurar as taxas de crescimento do lucro anteriores à implantação da política econômica keynesiana. Conforme é sabido, esta política trouxe uma conciliação temporária entre capital e trabalho mediado pelo Estado, notadamente nos países de capitalismo avançado (ANTUNES, 2006).

No Brasil, a reestruturação bancária se aprofunda a partir da implementação do Plano Real na década de 90 (JINKINGS, 2006), a fim de atender às determinações do Consenso de Washington. Nesse sentido, afirma-se que:

> "A reestruturação do sistema bancário brasileiro aprofundou-se especialmente após a implementação do programa de estabilização monetária conhecido como Plano Real, em meados dos anos 1990. De modo semelhante aos processos desencadeados nos países capitalistas centrais ao longo da década 1980, no Brasil os "ajustes" no sistema bancário direcionam-se para a redução de custos operacionais – apoiada na intensificação tecnológica e na terceirização – e a concepção de novas estratégias mercadológicas, baseadas na diversificação e sofisticação de produtos e serviços" (JINKINGS, 2006: 193).

No que se refere ao âmbito das relações de trabalho se pode dizer que a principal mudança relaciona-se à inserção da flexibilização cujos fundamentos são: o fato de que a legislação trabalhista é ao mesmo tempo obsoleta e um dos elementos que impedem o aumento da competitividade empresarial, devido ao alto custo do trabalho; a negociação é a via mais adequada entre empresários e trabalhadores como forma de aquisição de benefícios; é necessário que seja reformulado (ou suprimido) o art. 7º da Constituição da República, por impedir reformas mais amplas dos direitos trabalhistas.

A flexibilização vem acompanhada de alguns elementos como as práticas de terceirização, externalização, a qualidade total, o discurso pela qualificação e a polivalência10 que causa insegurança, perda do emprego, precarização das condições do trabalho e saúde dos trabalhadores, dentre outras conseqüências. Neste sentido se afirma que:

> "Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se à sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados no mundo da produção". (ANTUNES, 2003: 49)

Dessa maneira, aqueles que se dedicam a combater o discurso do fim do trabalho11 (e do fim da história) tanto em suas divergências quanto em suas convergências são importantes para lançar luz sobre os questionamentos daí decorrentes. Diante disso, afirmamos que a categoria *trabalho imaterial*12 é uma chave importante tanto para questionar o discurso anteriormente referido quanto para se compreender as transformações pelas quais tem passado o capital e atingido a sociedade de maneira geral, pois:

> "Com efeito, é contemporaneamente sobre a derrota do operário fordista e sobre o reconhecimento da centralidade de um trabalho vivo sempre mais intelectualizado, que se constituíram as variantes do modelo pós-fordista. (...) Como prescreve o novo *management* hoje, 'é a alma do operário que deve descer na firma. É a sua personalidade, a sua subjetividade, que deve ser organizada e comandada. Qualidade e quantidade do trabalho são reorganizadas em torno de sua imaterialidade" (LAZZARATO, 2001: 25).

Considera-se que esta categoria é muito importante na medida em que através do trabalho imaterial, é possível afirmar que as dimensões comunicativas e sociais não são perdidas ao se integrar na dinâmica da acumulação. Tal análise esclarece que a nova centralidade do trabalho deve estar atenta para a relação entre trabalho imaterial e territorialização da

---

9 Moulier-Boutang (2003) e Corsani (2003) entendem que a mutação d capitalismo é radical e, dessa forma a globalização representaria apenas em parte o deslocamento de uma odem antiga. A novidade esencial consistiria no estabelecimento de uma nova base do valor, novas formas de validação da moeda e de novas de subordinação do trabalho.

10 Convém notar que a "impossibilidade de mensurar o desempenho individual e de prescrever os meios e os procedimentos para chegar a um resultado conduz os dirigentes da empresa a recorrer a 'gestão por objetivos': eles fixam objetivos aos assalariados; cabendo a eles desdobrar-se para cumpri-los" (GORZ, 2005: 18).

11 Neste sentido, sugerimos a leitura de Gorz (1980) e de Rifkin (1996).

12 Esta categoria foi formulada por Maurício Lazzarato e Antônio Negri como desdobramento do conceito de operário-massa originário das lutas operárias italianas, cujo movimento ficou conhecido como operaísmo italiano. Dessa forma, afirma-se uma nova perspectiva de análise da crise do capital pois, o "trabalho material, mensurável em unidades de produtos por unidades de tempo, é substituído por trabalho dito imaterial, ao qual os padrões clássicos de medida não mais podem se aplicar" (GORZ, 2005: 16)

produção13 visto que compõem esta nova centralidade, pois é "unicamente no trabalho imaterial, figura historicamente determinada do General Intellect (do saber social geral, do saber como bem público), que é impossível separar o tempo de trabalho do tempo de reprodução" (COCCO, 2003: 110).

É justamente na complexidade desse novo momento histórico em que se constata uma profunda crise do capital que redobram os desafios a serem enfrentados tanto pelos sindicatos quanto pelos movimentos sociais de corte étnico-racial negro, que se constituem como sujeitos políticos coletivos14. Esta afirmação é justificada seja pelas análises teóricas como a que nos referimos acima, seja pelas análises quantitativas15 que apresentam a população negra sempre como aquela que apresenta os menores índices de fruição de direitos fundamentais.

3. Relações étnico-raciais e de gênero e a atuação sindical no trabalho do setor financeiro

Neste tópico serão abordadas as relações étnico-raciais e de gênero que se estabelecem no setor financeiro e a importância da formação de uma identidade negra positiva neste contexto, bem como, articularemos com a atuação do Sindicato dos Bancários do Município do Rio de Janeiro, pois a partir da constatação de que o capitalismo passa por uma profunda crise, torna-se essencial repensar a questão do trabalho, visto que este foi um fator extremamente importante para a formação da sociedade brasileira.

Não se pode negar o papel que teve a escravidão negra no Brasil e seus rebatimentos na atual configuração do mercado de trabalho, sobretudo, ao tomarmos como ponto de partida o lugar historicamente atribuído às mulheres, sobretudo às mulheres negras na sociedade, tendo em vista a influência do patriarcalismo neste processo.

Assim, as reflexões realizadas por Gonzalez (1994) e Bairros (1991) são preciosas pois embora tenham sido realizadas dentro do paradigma fordista, apresentam a dupla subordinação que marca a inserção da mulher negra no mercado de trabalho, visto que são discriminadas pelo fato de serem mulheres e negras. Na atualidade, busca-se pensar se este quadro tem mudado e qual o papel da atuação dos sindicatos neste processo.

Dessa forma, a presente pesquisa se detém no trabalho do setor financeiro por ser considerado um dois mais importantes e que mais possibilidades oferecem para se apreender as novas dinâmicas que se estabelecem no período do pós-fordismo.

Neste sentido, destacamos o estudo realizado por Segnini (2001) sobre os processos de privatização do Banespa e suas conseqüências sobre o trabalho bancário. Afirma a autora que neste setor se constituiu um "pilar consistente de direitos", ainda que inscrito em um contexto caracterizado por desigualdades, considerando-se tanto a relação banqueiros/bancários, a diferenciação hierárquica e salarial e a diferenciação de gênero16 e étnica.

Ressalte-se, ainda, que a construção desse pilar de direitos dos trabalhadores do setor bancário foi obtida por meio de negociações coletivas realizadas por um sindicato bastante atuante. Entretanto, tem perdido suas bases de apoio devido à redução da categoria e à passivização17 dos trabalhadores que permanecem nos quadros dos bancos.

Convém notar, ainda, que esta redução está intimamente relacionada às terceirizações e ao volumoso investimento em tecnologia que permitem maior flexibilidade nas relações de trabalho, pois os trabalhadores das empresas que prestam serviços terceirizados para os bancos são geralmente contratados em regime precário18 e recebem baixos salários. A flexibilização também causou mudanças quanto às relações de gênero. Observamos que surgiram clivagens perversas entre homens e mulheres, pois a mudança nos regimes de contratação procura se beneficiar das diferenças existentes entre os sexos sociais, a fim de obter maiores lucros19.

Neste sentido, mostra-se interessante o estudo realizado por Sanches (2006) nas empresas terceirizadoras de serviços bancários, pois é observado que as mulheres ocupam os postos que possuem menores salários e prestígio reduzido dentro da organização das empresas. Assim, observamos que após a introdução do ideário neoliberal no Brasil, a relação entre crescimento econômico, redução do emprego formal e dos direitos sociais nunca havia se dado de forma tão intensiva, e o avanço do capitalismo aumentou a profunda heterogeneidade produtiva e a desigualdade nas relações de trabalho e renda no país.

Os movimentos negros contemporâneos enfatizam a importância da construção de uma identidade negra positiva enquanto caminho para a conquista da plena cidadania (MUNANGA, 2004). No que tange à construção de sua identidade,

---

13 Segundo Moulier-Boutang (2003) o "trabalho assalariado fortemente homogenizado pela grande indústria não constitui mais a ossatura do território; é o território que asseura a compatibilidade, a combinação de diversas formas de trabalho dependente (...) É esta tranformação que modifica profundamente o papel dos sistemas de proteção social ainda amplamente herdados da época fordista" (p. 45). Neste sentido, o autor defende que se vive em uma época que denomina de capitalismo cognitivo marcada pela difusão da empresa por toda a sociedade e pela crise dos sistemas de mensuração dos níveis de produtividade do trabalho herdados do período fordista/ taylorista.

14 Segundo Telles (2001) sujeitos que antes ficavam à margem das esferas de tomada de decisão passam a se mobilizar e organizar em torno de questões que lhes dizem respeito, transformando-se em sujeitos políticos e inscrevendo-se como cidadãos que exigem direitos.

15 Neste sentido, basta verificar as abordagens realizadas pelo DIEESE (2005b; 2006) e pelo IPEA em conjunto com o UNIFEM (2004).

16 Jinkings (1996) apresenta um panorama interessante sobre a inserção das mulheres no trabalho bancário a partir dos anos de 60.

17 É importante ressaltar que esta passivização significa uma atitude defensiva por parte dos trabalhadores perante um quadro de redução drástica dos postos de trabalho. Ou seja, o temor gerado pela possibilidade da perda do emprego a qualquer momento impede ações reivindicatórias mais contundentes e até mesmo a sindicalização.

18 Neste sentido, consultar Sanches (2006) e Venco (2006).

19 Interessa destacar que é "de acordo com o sexo de seus assalariados efetivos que a empresa elabora e aplica sua política de gestão da mão-de-obra. A política de controle, particularmente, é decidida em função do sexo do trabalhador empregado (...)" (HIRATA, 2002: 29-30).

vislumbram-se diversos processos construídos historicamente que contribuíram para a atribuição de um caráter negativo às representações sociais da população negra, pautando-se principalmente na ideologia do branqueamento20.

Na atualidade, a temática da identidade tem merecido diversas abordagens, ganhando novos contornos com a globalização e assumindo considerável importância frente à tendência de dissolução de identidades compartilhadas. Larkin Nascimento (2003) sinaliza que, mesmo sob novas perspectivas, o desafio dos povos colonizados frente à hegemonia ocidental e do feminismo frente aos padrões do patriarcalismo tem sido a construção de novas identidades pautadas em aspectos positivos.

Dessa forma, a questão da identidade é essencial na medida em que a ordem dominante não reconhece a diferença ou não lhe atribui importância, o que é nitidamente vislumbrado com relação à população negra brasileira. Frente a esse quadro, segundo Munanga (2004), os movimentos negros brasileiros contemporâneos têm desenvolvido uma versão liberal e democrática do pluriculturalismo e substituíram o anti-racismo universalista pelo diferencialista21 e se esforçam para redefinir o negro e suscitar o desenvolvimento de uma consciência política e identidade racial mobilizadora (2004).

Nesse sentido, Larkin Nascimento (2003) aproxima-se da compreensão de Castells (1999) acerca das categorias de identidade (legitimadora, resistência e de projeto) e a partir disso, sinaliza que a militância dos movimentos sociais cria, em processos de evolução constante, novos parâmetros de identidade. Dessa forma, tem especial relevância a expansão do horizonte multicultural, visto que contribui para uma transformação que legitima a busca da construção de uma identidade negra positiva como direito de cidadania (Larkin Nascimento, 2003).

4. Considerações finais

A reflexão sobre a nova centralidade do trabalho vivo articulada a precarização da relação salarial representa uma nova possibilidade de apreender a inserção das mulheres negras no trabalho do setor financeiro e o papel da atuação do sindicato na defesa dos direitos constitucionalmente garantidos a estas trabalhadoras.

Ressaltou-se, ainda, de que maneira a crise do Estado-nação gerada pela globalização contribuiu para a eclosão de novos atores sociais na defesa de seus interesses. É nesta perspectiva em que se observa maior complexidade das demandas sociais, que se resgata o debate sobre a centralidade do trabalho, notadamente do papel que assume o trabalho vivo em um contexto em que as transformações profundas pelas quais passa o mundo do trabalho exigem esforços interpretativos que não caia simplesmente na aceitação acrítica do novo, tampouco negue a novidade, tal como se observa em algumas análises críticas.

É justamente na complexidade desse novo momento histórico em que se constata uma profunda crise do capital que redobram os desafios a serem enfrentados pela sociedade, visando a superação da pobreza e da exclusão social baseada na cor da pele. Esta afirmação é justificada seja pelas análises teóricas como a que nos referimos acima, seja pelas análises quantitativas que apresentam a população negra sempre como aquela que apresenta os menores índices de fruição de direitos fundamentais.

Além disso, destaca-se o papel da formação de uma identidade negra positiva para a ruptura do estigma que marca a presença da mulher na sociedade e sua relação com o trabalho. Ressalta-se ainda, a necessidade crescente da construção de um novo imaginário a respeito da mulher negra, vinculado à superação da falta de poder inscrito em suas relações, pertencente que é de um grupo historicamente marginalizado. A partir de um processo de introspecção que deflagra a tomada de consciência enquanto mulher negra é adotada uma posição de combatividade, criticando as atuais configurações das relações sociais e propondo-se a transformá-las, principalmente através da atuação política.

Referências bibliográficas

ANTUNES, R. (2002) Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 11ª edição, 2006.

_____. *Os sentidos do Trabalho*: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo.

BAIRROS, L. (1991) Mulher negra: o reforço da subordinação. In: LOVELL, Peggy A. (org.) *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR.

CASTEL, R. (2003) *As metamorfoses da questão social*: uma crônica do salário. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 4ª edição.

CASTELLS, M. (1999) *O poder da identidade*, *A era da informação*: economia, sociedade e cultura. Vol II. São Paulo; Paz e Terra.

COCCO, G. (2001) *Trabalho e cidadania*: produção e direitos na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2ª edição.

CORSANI, A. (2003) Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: COCCO, G.; GALVÃO, A. P.; SILVA, G. (orgs.). *Capitalismo cognitivo*: trabalho, redes, inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

20 Esta ideologia foi forjada pelas elites intelectuais brancas em meados do século XIX e início do século XX (Munanga, 2004), sendo inculcada através de mecanismos psicológicos e permanecendo intacta no inconsciente coletivo brasileiro, embora o branqueamento físico da sociedade tenha fracassado, visto que não se eliminou a presença negra no país (Munanga, 2004). Neste sentido, vide, ainda, Hofbauer (2003).

21 A respeito do assunto, Munanga (2004), sinaliza que se desenvolveu no Brasil um modelo racista universalista, diferente do modelo racista diferencialista, desenvolvido nos EUA e na África do Sul, por exemplo. Desses dois modelos de racismo, decorrem também dois modelos de anti-racismos que pautam as práticas dos movimentos negros contemporâneos. O primeiro, segundo o autor, se caracteriza por buscar assimilar e negar as diferenças cultuais, prezando a integração na sociedade nacional, contribuindo para a desconstrução da identidade étnica; já o segundo defende a absolutização das diferenças, defendendo a coexistência de sociedades e culturas diferentes no mesmo espaço geopolítico e em pé de igualdade de direitos.

DIEESE. (2005b) *Mulher negra*: dupla discriminação nos mercados de trabalho metropolitanos. In: *Estudos e pesquisas*, São Paulo: DIEESE, ano II, n. 14.
_____. (2006) Os negros nos mercados de trabalho metropolitanos. In: *Estudos e pesquisas*, São Paulo: DIEESE, ano 3, n. 26
FREYRE, G. (1980*) Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro, Brasília: INL-MEC.
FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
GONZALEZ, L. (1994) Mulher negra. *Revista Carta*. nº. 13, pp. 171-182.
GORZ, A. (1982) *Adeus ao proletariado*: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
_____. (2005) *O imaterial*: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume.
HAYEK, F A. (1985*) Direito, legislação e liberdade*: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política. São Paulo: Visão.
_____. *O caminho da servidão*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1977.
HIRATA, H. (2002) *Nova divisão sexual do trabalho?:* Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo.
HOFBAUER, A. (2003) O conceito de "raça" e o ideário do "branqueamento" no século XIX: bases ideológicas do racismo brasileiro. *Teoria e Pesquisa*, nº 42 e 43, janeiro/julho, pp. 63-110.
HOLANDA, S. B. (1991) *Raízes do Brasil*. 22a ed. - Rio de Janeiro: J. Olympio.
IPEA/UNIFEM. *Brasil*: (2004) Dados sobre desigualdades de gênero e raça. Programa Igualdade de Gênero e Raça (UNIFEM) e Diretoria de Estudos Sociais (IPEA).
JINKINGS, N. (1996) *O mister de fazer dinheiro*: automação e subjetividade no trabalho bancário. São Paulo: Boitempo.
_____. (2006) A reestruturação do trabalho nos bancos. In: ANTUNES, Ricardo (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo,.
LARKIN NASCIMENTO, E. (2003) *O Sortilégio da Cor*: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus.
LAZZARATO, M & Negri, A. *Trabalho Imaterial*: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
MOULIER-BOUTANG, Y. O território e as políticas de controle do trabalho no capitalismo cognitivo. In: COCCO, G.; GALVÃO, A. P.; SILVA, G. (orgs.). *Capitalismo cognitivo*: trabalho, redes, inovação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
MUNANGA, K. (2004) *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autênctica.
RIFKIN, J. (1996) *O fim dos empregos*: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books.
TELLES, V. (2001) *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Ed. 34,.
SANCHES, A. T. (2006) *Terceirização e terceirizados no setor bancário*: relações de emprego, condições de trabalho e ação sindical. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais. São Paulo.
SEGNINI, L. R. P. (2001) Constantes recomeços: desemprego no setor bancário. (In.) BRUSCHINI, Cristina; PINTO, C. R. J. *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Ed. 34.
VENCO, S. B. (2006) *Telemarketing nos bancos*: o emprego que desemprega. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Dissertação de mestrado. Campinas, São Paulo.

A emergência dos "agricultores familiares" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo

Everton Lazzaretti Picolotto
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ/CPDA
evpicolotto@yahoo.com.br

Resumo: O reconhecimento oficial dos agricultores familiares como sujeitos de direitos é recente na história brasileira. Nas últimas duas décadas foram criadas políticas públicas específicas para a agricultura familiar e esta categoria foi reconhecida legalmente. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, constitui-se na primeira política pública especificamente direcionada a esta categoria social e a "Lei da Agricultura Familiar", de 2006, define oficialmente esta "categoria produtiva". Porém, apesar desse reconhecimento ser recente quando pensado a partir da trajetória do sindicalismo rural brasileiro percebe-se que este foi um longo processo iniciado ainda na constituição da legislação trabalhista-sindical dos anos de 1930. Visando explorar esse processo a comunicação tem por objetivo analisar a emergência dos agricultores familiares como sujeitos de direitos na sociedade brasileira contemporânea. Analisa-se os processos de formação do sindicalismo rural e de expansão da legislação trabalhista para os trabalhadores rurais como forma de realização de uma "cidadania regulada" pelo Estado até a década de 1970; o questionamento do sindicalismo oficial, a estruturação de um "novo sindicalismo" e a emergência de novos atores sociais no campo que possibilitaram a ampliação dos espaços de cidadania no período de redemocratização do Brasil (anos 70 e 80); a "crise" do novo sindicalismo, a criação de novas estruturas sindicais "por fora" da estrutura oficial (sindicalismo da agricultura familiar) e a emergência dos "agricultores familiares" como sujeitos de direitos no período recente.

Introdução

O reconhecimento oficial dos agricultores familiares como sujeitos de direitos é recente na história brasileira. Desde a metade da década de 1990 foram criadas políticas públicas específicas para a agricultura familiar e esta foi reconhecida legalmente. O PRONAF1, criado em 1996, constitui-se na primeira política pública especificamente direcionada a esta categoria social e a Lei da Agricultura Familiar2, de 2006, define oficialmente esta "categoria produtiva". Porém, apesar deste reconhecimento ser recente, a trajetória de luta dos trabalhadores do campo por direitos é longa e se apresenta em vários capítulos.

Parte significativa da história das lutas por reconhecimento dos trabalhadores rurais como sujeitos de direitos podem ser relacionados com as lutas dos trabalhadores urbanos tendo em vista que a luta por direitos políticos e trabalhistas no século passado, liderada pelo movimento operário, agregava trabalhadores dos mais diversos setores, inclusive os rurais.

Alguns direitos trabalhistas foram reconhecidos no Brasil pelo governo de Getúlio Vargas a partir da década de 1930 e consolidaram-se com a criação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em 1943. Foram reconhecidos por esta legislação, além do direito de sindicalização, direitos previdenciários, salário mínimo, serviços assistenciais prestados pelos sindicatos (Paoli, 1994). Porém, estes direitos não se estendiam completamente aos trabalhadores do meio rural. Em função disso, nas décadas seguintes os trabalhadores rurais tomariam a luta pela extensão dos direitos trabalhistas (já vigentes para os trabalhadores do meio urbano) como central. A concretização de alguns destes direitos, como o da sindicalização, foram conquistados na década de 1960 com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural.

Deve-se destacar de imediato que mesmo que alguns direitos trabalhistas e de sindicalização foram reconhecidos estes não possibilitavam vias "emancipatórias"3 aos trabalhadores. Muito pelo contrário, constituíram-se como instrumentos que visavam centralmente a "regulação" (controle) do movimento operário e camponês pelo Estado (através do Ministério do Trabalho e da Justiça do Trabalho). Regulação que visava alcançar "uma base segura para o projeto de uma sociedade moderna, estável e integrada, ordeira e progressista" (Paoli, 1994, p.102). Na prática, com a vigência desta legislação, os trabalhadores passaram a contar com a oferta de alguns direitos, porém fortemente controlados pelos órgãos estatais. Este modelo de intervenção estatal (com algumas variâncias) continuou durante o período da ditadura militar iniciada em 1964.

Foi somente a partir do final dos anos de 1970 que os setores populares organizados passam a ganhar mais relevância no cenário político brasileiro com a emergência de novos atores (Sader, 1988) e a formulação de uma noção de *nova cidadania* ou *cidadania ampliada* (Dagnino, 2004). A literatura destaca que nesse período ocorreu a emergência dos principais movimentos sociais atuais, os sindicatos se renovaram e fortaleceram e as aspirações dos setores populares por uma sociedade mais justa e igualitária ganharam forma na reivindicação de direitos, projetaram-se no cenário público, deixaram suas marcas em importantes conquistas na Constituição de 19884 e se traduziram na construção de "espaços plurais de representação de atores coletivos" (Paoli; Talles, 2000, p.103).

Assim, depois de quase trinta anos de ditadura militar – e no horizonte histórico de uma sociedade autoritária, excludente e hierárquica – as lutas sociais que marcaram este período propiciaram a criação de um "espaço público informal", ou seja, descontinuo e plural por onde circulam reivindicações e proposições diversas. Neste "espaço público" se elaborou e se difundiu uma "consciência do direito a ter direitos", conformando os termos de uma experiência inédita na história brasileira, em que a cidadania é buscada como luta e conquista e a reivindicação de direitos interpela a sociedade enquanto exigência de uma negociação possível, aberta ao reconhecimento de interesses e das razões que dão plausibilidade às aspirações por um trabalho mais digno, por uma vida mais decente e por uma sociedade mais justa (Paoli; Telles, 2000; Dagnino, 2004).

No entanto, ainda com universo destas realizações inacabado, nos anos 90, iniciaram-se os ajustes neoliberais que visaram a redução do Estado, os processo de "reestruturação produtiva" que transformaram o mundo do trabalho e também ocorreu um certo enfraquecimento da capacidade de mobilização e questionamento por parte dos atores populares (Mattos, 2005). Estes fatores somados minaram algumas possibilidades de realizações de direitos que haviam sido construídos na década anterior.

Foi precisamente nesta conjuntura contraditória de emergência de movimentos sociais construtores de um "espaço público" de realização cidadã dos anos 80 e a subseqüente incapacidade de fazer valer a lei, os direitos e a justiça dos anos 90, que emergem os "agricultores familiares" como sujeitos de direitos. Visando explorar estes processos este artigo tem *objetivo* de analisar a emergência dos "agricultores familiares" como sujeitos de direitos na sociedade brasileira contemporânea. Para alcançar este objetivo se abordará, num primeiro momento, os processos de formação do sindicalismo rural, conformação de um sindicalismo "tutelado" pelo Estado, os questionamentos a este sindicalismo no processo de redemocratização, a estruturação de um "novo sindicalismo" e a emergência de novos atores sociais no campo; e, num segundo momento, se tratará da "crise" do novo sindicalismo, da criação de novas estruturas sindicais "por fora" da estrutura oficial (sindicalismo da agricultura familiar) e da emergência dos "agricultores familiares" como sujeitos de direitos na "era neoliberal".

---

1 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado através do Decreto Presidencial nº 1.946 de 28 de julho de 1996.

2 A denominada Lei da Agricultura Familiar refere-se à Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

3 Para Santos (2001, p.140) a constituição do direito moderno se deu sob uma "tensão" entre "regulação social" e "emancipação social". Este identifica que com o avançar da modernidade esta "tensão" "vai sendo gradualmente substituída por uma utopia automática de regulação jurídica confiada ao Estado".

4 Segundo Paoli e Telles (2000, p. 109) a Constituição de 1988 "Além de incorporar uma agenda universalista de direitos e proteção social, o novo texto legal traduz uma exigência participação na gestão da coisa pública e acena com possibilidades de construção partilhada e negociação de uma legalidade capaz e conciliar legalidade e cidadania."

O caminho metodológico adotado para explorar a trajetória política e de constituição dos direitos dos trabalhadores rurais no Brasil, até chegar à emergência dos "agricultores familiares" como sujeito de direitos inspira-se na noção de "experiência" de Thompson (1981;1987). Essa abordagem sugere que se parta de um ponto de chegada, de uma situação concreta (a existência de direitos, leis, atores concretos e reconhecimento público) para investigar sua trajetória passada, o seu "fazer-se", permitindo supor que essa situação concreta é fruto das lutas políticas travadas pelos agentes sociais concretos (organizações de trabalhadores e camponeses e seus oponentes). Com a recuperação dessa trajetória se pode revelar a natureza das lutas políticas, dos direitos e a sua originalidade na sociedade brasileira.

Da criação do sindicalismo rural ao "novo sindicalismo"

Até meados do século XX não existiu no Brasil a definição de uma categoria clara para caracterizar os trabalhadores do campo. Somente nos anos de 1950 é que foi introduzida pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) a categoria política "camponês" buscando identificar variados segmentos sociais do campo e visando articulá-los em nível nacional (Martins, 1983). Constituíram-se, então, a partir desse período, as Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)5. As lutas e as experiências organizativas (associações, ligas, cooperativas, etc.) destes atores resultaram em forte pressão pela legalização do sindicalismo dos trabalhadores rurais.

O sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil foi estruturado, de forma efetiva, no início da década de 1960, mais precisamente durante o governo de João Goulart (1961-64), cerca de trinta anos depois de terem sido implantados no meio urbano (Coletti, 1998). Em 1963 foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural (que estabeleceu a legislação para regular as relações trabalhistas no campo e o sindicalismo rural) e em 1964 foi criado o Estatuto da Terra (que estabeleceu providências para políticas de "reforma agrária" e de "desenvolvimento rural").

Mesmo se reconhecendo que a criação dessa legislação foi uma conquista de longos processos de lutas dos trabalhadores do campo, deve-se enfatizar que o sindicalismo rural brasileiro foi criado como parte de uma estrutura sindical que lhes é anterior: o sindicalismo "varguista", constituído pelos sindicatos municipais, federações, confederações, Justiça do Trabalho e Ministério do Trabalho, cuja característica que mais se destacou foi a forte tutela exercida pelo Estado. Tal tutela foi estabelecida inicialmente pela chamada "investidura sindical", que significava a necessidade de reconhecimento prévio do sindicato pelo Estado, o qual ocorria através de uma "carta de reconhecimento sindical". Ou seja, neste modelo de sindicalismo oficial era o Estado que outorgava às entidades sindicais a representatividade de um determinado segmento de trabalhadores e o poder de negociação com os órgãos patronais. Uma segunda característica desse sindicalismo é a unicidade sindical, que representava o monopólio legal da representação sindical concedida pelo Estado ao sindicato oficial representativo de uma base territorial. Uma terceira característica refere-se as "contribuições" sindicais obrigatórias estabelecidas por lei – imposto sindical, taxa assistencial e "contribuição confederativa". Tais "contribuições" constituíam uma espécie de poder tributário concedido pelo Estado aos sindicatos oficiais (Boito, 1991; Coletti, 1998). Por fim, ainda destaca-se que esta legislação sindical enquadrou a diversidade de situações de trabalho no meio rural (assalariados, pequenos produtores etc.) num mesmo sistema sindical.

A fundação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), como órgão máximo do sindicalismo dos trabalhadores rurais, ocorreu em dezembro de 1963 a partir das Federações Estaduais de Trabalhadores na Agricultura (FETAG's) que já haviam sido cridas.

Os anos que se seguiram ao golpe militar e nos quais se deu a estruturação efetiva da CONTAG e da ampla rede de sindicatos que a compõem se deram em marcos desfavoráveis a ação sindical de contestação e crítica. Como destaca Medeiros (1989), os conflitos continuavam a ocorrer, entretanto, seu caráter isolado não permitia fazer frente à dura repressão do período. Diante dessa conjuntura, a CONTAG procurou criar formas de conduzir a multiplicidade de conflitos segundo sua estrutura e projeto político-sindical herdados do período anterior ao golpe de Estado. Dentre as pautas mais importantes herdadas estavam a defesa da reforma agrária e dos direitos trabalhistas. Essas duas pautas traduziram a leitura que esse sindicalismo fazia do conflito agrário no período e unificaram nas duas décadas seguintes as reivindicações dos trabalhadores rurais. Nesse período, se constituiu um padrão de ação sindical marcado por certa prudência e pelo respeito aos limites estipulados pelas leis. Além disso, como o sindicato de base municipal era responsável por programas assistências do Estado, este sindicalismo foi impulsionado em todo País. Então, foi com esses limites da ação sindical e a tutela do Estado que se constitui a ampla rede do sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil.

O pressuposto dessa prática legalista da CONTAG era o de que a lei, graças às suas contradições (limitava a ação sindical, mas também reconhecia as demandas por terra e alguns diretos trabalhistas), poderia converter-se, sempre, num autêntico campo de disputas. Este modelo de atuação legal motivou posicionamentos ambíguos. De um lado, um exemplo de relativo sucesso deste modelo de atuação legalista da CONTAG foram as greves dos canavieiros de Pernambuco, de final dos anos 70 e início dos 80, realizadas totalmente dentro das exigências da "lei de greve" do regime militar. Estas greves alcançaram forte respaldo político e deram impulso a reemergência do sindicalismo rural crítico no Nordeste brasileiro (Sigaud, 1980). Porém, por outro lado, esse legalismo enraizou-se de tal maneira no sindicalismo oficial rural que, no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em 1985, a CONTAG continuava defendendo o Estatuto da Terra (de 1964)

5 Além da atuação do PCB na organização de movimentos camponeses, também contribuíram organização destes movimentos a Igreja Católica, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

contra as correntes articuladas em torno do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) que, com o argumento de que o objetivo primeiro do Estatuto da Terra era exatamente combater a reforma agrária (que vinha surgindo da própria ação dos trabalhadores) pregavam a sua recusa (Medeiros, 1989).

Deve-se ressaltar também que a legislação constituída no início da década de 60 também possibilitou alguns avanços importantes para a categoria dos trabalhadores rurais. O reconhecimento social, operado legalmente pelo Estatuto do Trabalhador Rural, e a possibilidade de intervenção estatal na questão agrária, aberta pelo Estatuto da Terra, permitiram a elaboração e aplicação de políticas próprias para os grupos que compunham o *setor agrícola*. "O camponês – o trabalhador rural – tornou-se *objeto de políticas*, o que até então era impensável, criando-se condições para o esvaziamento das funções de mediação entre camponeses e Estado, até então exercidas pelos grandes proprietários ou por suas organizações"6 (Palmeira;Leite, 1998,p.129). Assim, o sindicalismo rural contribuiu de modo decisivo para enfraquecer os padrões tradicionais de dominação. Vale destacar ainda que esta legislação reconheceu o trabalhador rural como uma "categoria profissional" (como parte do mundo do trabalho) e a existência de uma *questão agrária*, de interesses conflitantes dentro do que, até então, era tratado com um todo indivisível: a *agricultura* ou a *classe rural* (*id.*).

Contudo, mesmo com essa breve análise do sindicalismo tutelado no meio rural, fica evidente que os movimentos sociais que emergiram nas décadas de 50 e 60 foram "enquadrados" pela legislação sindical. Esta foi constituída para frear a ação das organizações camponesas, tirar sua capacidade de autonomia e, com isso, limitar suas possibilidades de proposição política para a sociedade nacional. Assim, os sindicatos funcionaram como aparelhos consentidos para reconhecer alguns direitos sociais (fundamentalmente assistenciais) e para limitar ou canalizar diretamente para o Estado as demandas políticas dos trabalhadores. Essa situação permite considerar que os direitos até então vigentes para os trabalhadores rurais eram limitados e dificultavam bastante as possibilidades de manifestação de suas demandas. Com isso, estes eram cidadãos limitados, não podiam requerer direitos para além daqueles que as leis permitiam e o Estado autorizava. Nesse sentido, contavam com uma "cidadania regulada".

No final dos anos 70, os trabalhadores rurais, com suas demandas por terra e direitos reprimidos, não hesitariam em acompanhar a emergência de novos movimentos questionadores da ordem. Assim, numa conjuntura de crise econômica e de questionamento do governo autoritário ocorreu uma verdadeira implosão da categoria, de enquadramento rígido, "trabalhador rural" e, com ela, do sindicalismo rural oficial. Surgem desde "oposições sindicais" reivindicando um sindicalismo menos assistencial e mais combativo, até novas formas organizativas desvinculadas da legislação sindical, como os movimentos sociais de lula por terra, dos seringueiros, das mulheres trabalhadoras rurais, entre outros.

"Novo" sindicalismo rural, novos atores e fragmentação da representação política

O movimento sindical brasileiro teve, em fins dos anos 1970, o momento mais significativo de sua história. Reestruturado após os anos de repressão do regime militar, emergia um "novo sindicalismo" de corte progressista cobrando a ampliação dos espaços para a representação dos interesses da classe trabalhadora. Este "novo sindicalismo" se construiu com práticas que indicavam sua novidade no interior da trajetória do sindicalismo brasileiro, mais do que representar uma etapa no processo organizativo e de luta dos trabalhadores, este sindicalismo pretendeu ser uma ruptura com as práticas estabelecidas no passado.

A criação da CUT, em 1983, foi "fruto de um intenso processo de mobilização social em praticamente todo país, influenciado pelas graves do ABC7 paulista nos finais dos anos 70, repercutindo em outras categorias urbanas e rurais, como as grandes greves dos assalariados rurais no Nordeste e no estado de São Paulo, os protestos dos agricultores familiares em todo o sul contra a política agrícola e a luta por terra no Centro-Oeste e Norte" (Bittencourt, 2000, p.75). No que se refere à novidade política da CUT, esta, para se diferenciar do "antigo" sindicalismo, se constituiu com intenção de ser independente tanto dos patrões e do governo, quanto dos partidos políticos e dos credos religiosos (Rodrigues, 1990).

Seguindo este processo, a constituição do novo sindicalismo rural surgiu em oposição ao sindicalismo oficial representado pela CONTAG. Segundo Medeiros (2001, p.105), em meados dos anos 70 começaram a se esboçar críticas à prática sindical "contaguiana" e às ações dos sindicatos: "a ação da CONTAG era apontada como ineficaz, por ser voltada principalmente para a denúncia de situações concretas aos poderes públicos, mas pouco efetiva no sentido de estimular a organização e mobilização dos trabalhadores para pressões." Muitos sindicatos eram considerados assistencialistas e, portanto, incapazes de dar consistência à luta por direitos pregada pela própria Confederação. Dentre os agentes motivadores de críticas estavam setores católicos adeptos da Teologia da Libertação.

Através de um trabalho molecular nas comunidades de agricultores a Igreja foi um dos principais responsáveis pelo aparecimento de "oposições sindicais", portadoras de críticas não só à estrutura sindical vigente, mas também às práticas cotidianas dominantes no sindicalismo. Inicialmente dispersas, as "oposições" articularam-se com novas redes, constituindo laços com o "novo sindicalismo" urbano e com os temas centrais das lutas políticas nacionais (liberdade e autonomia sindical, redemocratização, eleições diretas, etc)8.

---

6 Grifos dos autores.

7 O ABC paulista refere-se à região dos municípios de Santo André, São Bernardo e São Caetano, que congrega as indústrias de ponta do País.

8 Em outro trabalho (Picolotto, 2006), contatamos que a adesão às oposições sindicais no Sul do Brasil parece ter se constituído também com base na percepção dos pequenos agricultores de que a estrutura sindical vigente (contagiana) não estava em condições de promover o devido encaminhamento aos problemas vivenciados com modernização da agricultura e aumentados com a crise econômica do período (anos 80).

Aliado com o surgimento do "novo sindicalismo" no campo, outros personagens também entram na cena política nacional também sob motivação dos agentes católicos citados. Surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), entre outros. A emergência destes novos atores além de ter tirado a exclusividade da representação política dos "trabalhadores rurais" da CONTAG, fez com que a categoria política unificadora "trabalhador rural" fosse "implodida". Assim, após um período de relativa homogeneização da identidade política de *trabalhador rural*, consentida pelo Estado (durante o regime militar) e manifestada através do sistema sindical oficial (capitaneado pela CONTAG), esta identidade foi fragmentada pelos novos atores sociais do campo que passam a criar várias identidades específicas, como: "sem-terra", "atingidos por barragem", "mulheres trabalhadoras rurais", "pequenos agricultores" etc.

O saldo do novo sindicalismo rural nos anos 1980 carrega um conjunto contraditório tanto avanços político-organizativos, quanto de novidades da legislação sindical e de construção de "novas" demandas por direitos. No campo político-organizativo estruturaram-se bases sólidas com a consolidação da CUT, como central sindical, e do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR), como departamento dos rurais, dando ao novo sindicalismo expressão nacional e enraizamento em boa parte todo o território nacional, abrangendo uma heterogeneidade de situações produtivas, das modernas lavouras do centro-sul ao campesinato do norte e nordeste. Porém, deve-se destacar que o sindicalismo da CUT não conseguiu romper com o modelo organizativo do sindicalismo de base municipal, unitário e, na maioria das vezes, com pouco enraizamento nas bases. Outra contradição significativa que ficou evidente no modelo organizativo do novo sindicalismo foi a presença majoritária de pequenos agricultores autônomos, de base familiar, nas ações e nas direções sindicais. A contradição não se dá na presença em si desse tipo de trabalho no interior da central sindical, mas na presença dessa forma de trabalho em uma estrutura de representação rígida e que pretende representar categorias em crescente especialização (Favareto, 2006). Esta contradição do "trabalho familiar" ser majoritário na CUT "rural" será melhor compreendida nos anos 90 com a emergência da categoria "agricultura familiar".

No bojo dos processos que propiciaram a estruturação do "novo sindicalismo", foram alcançadas algumas alterações na legislação sindical com a Constituição de 1988. No que se refere às exigências para a fundação de sindicatos a Constituição, em seu artigo 8º, inciso I, acabou com a necessidade prévia de reconhecimento do sindicato pelo Estado, que ocorria através da "carta de reconhecimento sindical". Porém, em seu inciso II, a Constituição manteve a unicidade sindical e, no inciso IV, também manteve os impostos sindicais existentes. Além disso, os sindicatos continuam organizando os trabalhadores por categoria profissional, ou seja, o sindicalismo rural deve continuar representando todos os "trabalhadores rurais".

No que se refere ao saldo dos direitos consolidados neste período de redemocratização, de constituição de um "espaço público" e de emergência de novos atores no campo, pode-se destacar centralmente a conquista, por parte dos setores populares, do direito de "reivindicar direitos". Ou seja, segundo Paoli e Telles (2000), a principal conquista dos atores populares neste período foi o fazer-se "reconhecer como sujeitos" capazes de proposição e interlocução pública. E, ao fazerem isso, estes atores coletivos produziram o efeito de desestabilizar ou mesmo subverter hierarquias simbólicas que os classificavam em lugares subalternos. Assim, puderam trazer para o debate público questões que antes eram silenciadas ou não consideradas como pertinentes para a deliberação política. Assim, essas "arenas públicas" produziram um alargamento do campo político através de uma noção ampliada e redefinida de direitos e cidadania.

Como os novos atores políticos do meio rural surgiram neste mesmo "caldo cultural" também lançaram, neste período, novas demandas por direitos que vão além dos direitos trabalhistas e do acesso a terra (bandeiras clássicas). Primeiramente, conquistaram o reconhecimento de poderem expressar demandas por outras vias que não o sindicalismo oficial. Com isso, os movimentos (MST, CNS, MMTR, MAB, CUT rural) puderam expressar suas demandas autonomamente e diretamente com os órgãos do Estado. Em segundo lugar, cada movimento pode traduzir suas demandas em lutas por conquista de direitos específicos de sua base social. O MMTR, por exemplo, demandas relacionadas ao gênero, o CNS relacionadas à preservação dos seringais nativos, entre outras. Assim, os novos atores políticos puderam ampliaram as tradicionais bandeiras de luta do sindicalismo da CONTAG, possibilitando entrada destes na luta por conquista de novos direitos para estes segmentos.

Reestruturação do sindicalismo rural e emergência dos "agricultores familiares"

As transformações no mundo do trabalho que se disseminaram no Brasil a partir dos anos de 1990 – a introdução de novas tecnologias de produção e de gestão, o desemprego estrutural, a "flexibilização" das relações trabalhistas, o trabalho temporário, a terceirização e o trabalho informal – significaram uma crescente heterogeneização, fragmentação e complexificação da forma de ser e de viver da classe trabalhadora, com influências diretas na ação sindical. Nesse processo, ocorreu uma inflexão na agenda sindical em relação à década anterior, substituído a centralidade da luta salarial, pelas lutas por emprego e trabalho (Antunes, 1995; Mattos, 2005). Essas mudanças desafiaram o sindicalismo a se reestruturar buscando ampliar sua base social para além da situação de assalariamento e dar um tom mais "propositivo" para a ação sindical em contraposição as ações reivindicativas do período anterior (Favareto, 2006).

Estes condicionantes também influenciaram o sindicalismo rural. No âmbito das medidas de reestruturação do Estado, foram extintos órgãos que controlavam políticas para culturas específicas (como a cana-de-açúcar e café). A empresa que congregava os serviços de extensão rural nacionalmente – a EMBRATER, foi extinta em 1991, tendo sido transferidos

suas obrigações para os estados. "A desregulamentação dos mercados de trigo e leite e a eliminação de subsídios ao trigo levaram a um incremento nas importações destes produtos. A criação do Mercosul em 1994, ampliou as possibilidades de relações comerciais com os países vizinhos membros do acordo, dos quais o Brasil veio a tornar-se um importador de produtos agrícolas" (Cordeiro et al., 2003, p.13).

Com essa nova situação de desobrigação estatal, em vez de um padrão em que o Estado assumia para si as orientações de produção e a mediação das situações de conflito, passa a haver uma seleção das demandas, definida tanto pela importância que elas representam para a economia, quanto pelo poder de pressão dos atores demandantes (Favareto, 2006).

Crise e reestruturação do sindicalismo rural

Acompanhando tais mudanças o sindicalismo rural da CUT, no início dos anos de 1990, fez uma importante redefinição no que tange seu projeto político. O novo sindicalismo decide reconhecer a estrutura sindical oficial ao mesmo tempo em que adotou a tática de conquistar e transformar a CONTAG "por dentro" de sua estrutura. Com relação às bandeiras de luta, o novo sindicalismo diminui a importância de algumas "antigas" – como a reforma agrária e os direitos trabalhistas – e passa a assumir centralmente outras – como a construção de um "Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural", ancorado na expansão e fortalecimento da "agricultura familiar". O segmento da agricultura familiar passa a ser considerado prioritário na nova estratégia de ação do sindicalismo cutista (Medeiros, 2001; Favareto, 2006).

No início dos anos de 1990, tanto o projeto sindical da CONTAG, quanto o do setor rural da CUT se encontravam em situação de crise, vivendo dilemas que exigiam readequações e atualizações. A CONTAG chegava nessa década com uma estrutura de ampla capilaridade (3.280 sindicatos), reconhecimento social como organização sindical, capacidade de interlocução com o Estado em diversos níveis. Entretanto, a CONTAG inicia esse período sofrendo o desgaste de sua forma "passiva" de se relacionar com o Estado e a dificuldade em promover atualizações mais profundas em seu projeto sindical, seja nas suas bandeiras de luta e nas suas formas organizativas, seja nas características da ação sindical ainda em muito pautada pelo legalismo. O sindicalismo cutista, por sua vez, também gozava de forte reconhecimento social, grande capacidade de expressão e mobilização, apresentava conteúdos e práticas renovadores da tradição sindical anterior. Os limitantes, da ação sindical da vertente cutista, estavam na dificuldade em firmar-se como o interlocutor privilegiado perante o Estado e em ampliar sua inserção entre os sindicatos da base contaguiana (Favareto, 2006). Nesse quadro de crise do sindicalismo rural, ocorre, em 1995, a fundação da CONTAG à CUT e o início de um novo ciclo no sindicalismo rural brasileiro.

Acompanhando estas mudanças na estrutura do sindicalismo rural brasileiro e procurando superar a crise da categoria "trabalhador rural" ocorre a emergência de uma nova categoria que passará a unificar grande parte do movimento sindical: a *agricultura familiar*. Para Medeiros (2001), a afirmação da categoria "agricultura familiar", a partir de meados dos anos 90, deveu-se a uma ordem de fatores: o aumento da importância dos "pequenos produtores" no interior do sindicalismo e a reivindicação destes por um "novo modelo de desenvolvimento"; as organizações sindicais realizaram algumas atividades de formação e intercâmbios com países europeus visando conhecer suas experiências; criação de políticas públicas específicas. "Esses elementos somados ao crescimento do debate intelectual sobre a importância econômica e social da agricultura familiar, debate esse que, por meio da ação de assessorias rapidamente passou a circular no meio sindical, num exemplo característico da reflexividade a que se refere Giddens (1991), colocou, no centro da discussão sobre políticas públicas para o campo, o 'agricultor familiar'" (Medeiros, 2001, p.117). Estas alterações possibilitaram também a renovação da agenda do sindicalismo rural9.

A adoção do termo agricultura familiar pela CONTAG se deu em um momento em que suas históricas bandeiras de luta eram progressivamente esvaziadas ou assumidas por outros atores. A luta por reforma agrária foi, ao longo dos anos de 1990, cada vez mais associada ao o MST, o que se deveu tanto aos méritos inerentes a esse movimento, quanto também ao excessivo legalismo com a CONTAG tratava a questão. A defesa dos direitos trabalhistas tinha perdido parte da sua força originária.

Estas mudanças nos projetos do sindicalismo rural causaram mudanças também nas suas articulações políticas. Promoveram um realinhamento do sindicalismo rural da CUT em relação ao conjunto dos movimentos sociais rurais, marcadamente um certo afastamento em relação a parceiros históricos – como a CPT e o MST – e uma certa aproximação com o sindicalismo contaguiano, até então um ferrenho oponente (Favereto, 2006; Picolotto, 2007). Esta tendência de aproximação da ação sindical da CONTAG e da CUT começou no início dos anos 90 com a realização dos "Gritos da Terra". Estas mobilizações dos "Gritos da Terra" conjugaram uma tática de ação "espetacular", operacionalizada com articulação do sindicalismo e dos movimentos sociais em ações unificadas, sob a bandeira da *valorização dos "pequenos agricultores"* (Medeiros, 2001).

Os "Gritos da Terra" foram relativamente eficientes no que tange à negociação de políticas públicas com o Estado, pois propiciaram a conquista de políticas públicas significativas para os agricultores, como o PRONAF, criado em 1996

9 Com a adoção da categoria "agricultura familiar" "temas que antes eram considerados de menor importância, tais como a discussão de alternativas de comercialização, a experimentação de formas de produção associadas, o estímulo à constituição de agroindústrias, o significado e implicações das escolhas tecnológicas, as dimensões ambientais da produção agrícola, passaram a ser valorizados e a ganhar novos significados como sinalizadores de novos caminhos possíveis" (Medeiros, 2001, p.117).

(Schneider; Mattei; Cazella, 2004). Estes eventos e, principalmente, suas conquistas, mostraram a força e a capacidade de mobilização do sindicalismo dos trabalhadores rurais unificado.

PRONAF: política específica para a "agricultura familiar"

No que se refere ao PRONAF, vale destacar que a criação desta política possibilitou o início do reconhecimento da nova categoria política – agricultura familiar – no meio rural. Conforme destaca Wanderley (2000), com a criação do PRONAF a agricultura familiar "foi oficialmente reconhecida como um ator social" em contraponto com as características "absenteístas" da agricultura latifundiária. "Antes vistos apenas como os pobres do campo, os produtores de baixa renda ou os pequenos produtores, os agricultores familiares são hoje percebidos como portadores de uma outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país" (id., p. 36).

Martins (2003) também destaca que, em meados dos anos 90, apesar da grande rivalidade política que caracterizava o cenário das lutas dos pequenos agricultores e "sem-terras" frente ao Estado (governo Fernando Henrique Cardoso), estabeleceram-se novos horizontes à "pequena agricultura". Dentre os fatores importantes levantados pelo autor, se destacam: a criação do PRONAF e, principalmente, através deste, o reconhecimento da "identidade social da agricultura familiar" como "protagonista de um projeto econômico viável". Assim, a emergência da identidade da "agricultura familiar" possibilitou um rápido reconhecimento desta categoria como "sujeito a ser fortalecido" e para isso, beneficiado com políticas públicas subsidiadas. Segundo Martins (2003), o Estado tomou uma decisão estratégica, neste período, quando optou por buscar um *sujeito social da reforma agrária* no pequeno agricultor que "gravitava" historicamente à margem da agricultura de exportação.

O sindicalismo rural também reconhece que o PRONAF foi fundamental para a emergência da categoria "agricultura familiar". Segundo as palavras de uma liderança sindical cutista da Região do Alto Uruguai do estado do Rio Grande do Sul, foi com a criação do PRONAF que se começou a "marcar" o que viria a ser a agricultura familiar:

> Em 1994-95 com as lutas feitas [...] se criou o diferencial que *nós começamos a marcar a agricultura familiar que foi com a criação do PRONAF*. O PRONAF hoje é a agricultura familiar. Então, eu diria que ali que começou a se diferenciar e a agricultura familiar ganha força. [...] Se não se tivesse criado o PRONAF, com subsídio, tanto o custeio quanto o investimento, olha eu não imaginaria o que seria da agricultura.10

Sindicalismo da agricultura familiar

Motivada pela constituição do PRONAF foi desencadeada na região Sul uma dinâmica de fortalecimento e constituição de cooperativas de crédito (como a CRESOL, para facilitar o acesso desta política) e de leite dos agricultores familiares (para estimular a diversificação da produção). Criou-se também uma rede de comercialização das agroindústrias familiares do Oeste Catarinense (UCAF), um "sistema de certificação solidária, através da Rede EcoVida, que potencializou uma forte articulação entre as ONGs que atuavam com ênfase na agroecologia" (Bonato, 2003, p.27-28).

Seguindo este processo de estruturação regional e com o relativo fortalecimento da identidade política da agricultura familiar, no final dos anos 90, o sindicalismo rural da CUT na região Sul do Brasil inicia um novo processo de rompimento com a CONTAG ao criar em 1999 a Frente Sul da Agricultura Familiar, como uma organização promotora da agricultura familiar na região (esta organização articulava sindicatos, cooperativas e ONG's); e, em 2001, funda a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF-Sul), como uma organização sindical da agricultura familiar da região, com vinculação cutista.

O surgimento da FETRAF-Sul, segundo Cordeiro et al. (2003, p.119), reforça duas tendências do sindicalismo nos anos 90: a primeira diz respeito ao "surgimento e fortalecimento de novas identidades políticas e sociais, neste caso, a de agricultor familiar, em detrimento da identidade genérica de trabalhador rural". A segunda, tendência aponta para "a potencial quebra da estrutura sindical oficial", e sua substituição por um sistema mais plural, capaz de dar conta das especificidades econômicas, políticas e sociais das diferentes categorias de trabalhadores rurais.

Como derivações destas tendências destacar-se, de um lado, que a afirmação da identidade política da "agricultura familiar" também trouxe implicações para o projeto político do sindicalismo da agricultura familiar. Em um documento publicado a FETRAF-Sul afirma seu projeto contrapondo-o com o da "*pequena produção*" marginal do capitalismo: "Pequena produção revela uma formulação que deriva da compreensão de uma pequena produção capitalista *incompleta e não desenvolvida*. [...] *pequenos agricultores são produtores atrasados e marginalizados no capitalismo*, [...]. Já a expressão "*agricultura familiar" procura designar uma forma de produção moderna e mais eficiente* sob o ponto de vista econômico, social e ambiental"11 (FETRAF-Sul, 2003, p.16). Nesta busca de diferenciação entre "pequena produção" e "agricultura familiar" evidencia-se que a FETRAF objetiva fortalecer e positivar o segmento social da agricultura familiar. A construção da identidade da agricultura familiar, então, busca livrar-se do caráter "atrasado", "imperfeito" e "incompleto" da noção de pequena produção e elaborar uma *ressignificação cultural* da pequena agricultura dando-lhes novos adjetivos, tais como: "produtora de alimentos", "moderna" e "eficiente".

10 Entrevista feita pelo autor em 2006.

11 Grifos nossos.

Por outro lado, a fundação da Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-Brasil), em 2005, como fruto do esforço da FETRAF-Sul e de outros setores cutistas de diferentes regiões do País, reforça a tese de "quebra da estrutura sindical oficial", apontada por Cordeiro et al. (2003).

O sindicalismo rural cutista desde sua origem vinha questionando a estrutura do sindicalismo oficial (sistema STR's, FETAG's, CONTAG), porém, até a criação da FETRAF-Sul e posteriormente da FETRAF-Brasil, não havia criado uma estrutura sindical paralela. Com esta opção de criar uma estrutura sindical "por fora" do sindicalismo oficial e, mais do que isso, optar por representar politicamente a "agricultura familiar", a FETRAF se constituiu a revelia da legislação sindical. A FETRAF justifica esta opção por entender como um "avanço" romper com a "cultura sindical" imposta pelo sindicalismo oficial (FETRAF-Sul, 2002). Afirma que está buscando formar uma estrutura sindical menos burocratizada e mais ágil nos processos de mobilização, para isso, deve ter "unidade em torno dos princípios" da Federação, ou seja, o que importa é a unidade política do sindicalismo da agricultura familiar, não importando a forma de organização dos sindicatos (id.).

Seguindo esta orientação a Federação vem buscado constituir uma outra estrutura sindical baseando-se tanto em sindicatos já constituídos (STR's) conquistados, quanto em novas organizações sindicais de base regional (por exemplo, os Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – SINTRAF's regionais de Pinhalzinho, de Pinhão, de Concórdia e de Chapecó em Santa Catarina, e o Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – SUTRAF no Alto Uruguai Gaúcho etc.), assim como, a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Estado de Santa Catarina (FETRAFESC), em 1997, que rompeu com a estrutura oficial (FETAESC) (Rodrigues, 2004; FETRAF-Sul, 2007). Além destes, ainda existe o reconhecimento por parte da FETRAF de outras formas representativas, como as "associações de agricultores familiares", que também são vinculadas à Federação (são exemplos as associações das regiões de São Miguel do Oeste em Santa Catarina e as de Alegrete e de Santa Maria no Rio Grande do Sul, entre outras).

No entanto, deve-se reconhecer, por um lado, que estas novas formas organizativas articuladas pelo sindicalismo fetrafiano (ainda) não possuem o reconhecimento legal e, em função disso, enfrentam restrições legais ou não tem reconhecimento por parte de órgão do Estado12. Por outro lado, em função desta forma mais flexível de organização, esta Federação sindical vem crescendo tanto em capacidade organizativa (articulação de variadas formas de organização), quanto em número de sindicatos/associações de agricultores familiares associados em nível nacional13. Como conseqüência desse processo, vem aumentando sua capacidade de articulação política perante o Estado (com a conquista de políticas públicas). Isso fica evidente na fala de um dirigente da FETRAF referindo-se a força atual da Federação: "quanto mais agricultores nós representamos, melhor nós somos recebidos em Brasília"14.

Neste aspecto, pode-se fazer uma alusão a discussão que Santos (1997) faz de "pluralismo jurídico", como formas de organização de sistemas de direitos não-oficiais, elaboradas pelos segmentos populares a partir de normas próprias para resolução de conflitos. No caso do sindicalismo da FETRAF, o "pluralismo" ocorre na forma de organização de um sindicalismo paralelo a estrutura oficial, sem o reconhecimento oficial do Estado, mas que tem alcançado sucesso na representação política da categoria agricultura familiar, seja em negociações diretas, seja através de suas organizações associadas, como as cooperativas de crédito e de leite. Dessa forma, está se criando no Brasil uma nova estrutura sindical que alcançou certo grau de legitimidade político-social, mesmo tendo se construído a revelia de legislação sindical. Nesse sentido, além do sindicalismo "não-oficial" da FETRAF estar "quebrando" a unicidade sindical prevista pela legislação, ela está também criando possibilidades de "quebrar" a legislação sindical, pois está criando canais, que estão sendo legitimados, de representação política dos agricultores familiares (por lei pertencentes a categoria "trabalhador rural") por fora do sindicalismo rural reconhecido legalmente pelo Estado. Em uma analogia a noção de "pluralismo jurídico" de Santos (1997), pode-se referir a este fenômeno como "pluralismo sindical", visto que este está criando uma estrutura sindical paralela à legislação existente, com regras próprias.

Lei da Agricultura Familiar: reconhecimento da "categoria produtiva"

Se existem paradoxos na relação do sindicalismo da agricultura familiar com relação à legislação, no que se refere ao reconhecimento legal da "agricultura familiar" como "categoria produtiva" (através da Lei 11.326 de 24 de julho de 2006) não é diferente. A Lei da Agricultura Familiar – como ficou conhecida – estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e, dentro de suas atribuições, institui oficialmente o que entende por "agricultura familiar" em seu Artigo 3º: "considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos":

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

12 No caso do SINTRAF de Pinhão/SC, destacado por Rodrigues (2004, p.66), observa-se que apesar deste ter se constituído como órgão de representação política dos interesses de suas bases, "a legalidade não é garantida somente pela organização do grupo de trabalhadores, e porque os processos jurídicos exigem a carta sindical".

13 Segundo divulgado no site da CUT (2007, sn) "A FETRAF-BRASIL/CUT nasceu com uma base de representação em 14 (quatorze) Federações distribuídas em dezesseis Estados com mais de 1000 (mil) sindicatos filiados."

14 Entrevista realizada pelo autor com Liderança sindical na região do Alto Uruguai do RS em 2006.

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Além disso, como efeitos possíveis a Lei, estabelece, em seu Artigo 5º, que "para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas": crédito e fundo de aval, infra-estrutura e serviços, assistência técnica e extensão rural, pesquisa, comercialização, seguro, habitação, legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária, cooperativismo e associativismo, educação, capacitação e profissionalização, negócios e serviços rurais não agrícolas e agroindustrialização.

Do disposto na Lei é possível se fazer algumas avaliações. A definição de agricultura familiar contida nesta Lei parece ter se baseado na classificação da agricultura brasileira em dois tipos – familiar e patronal – proposto pelo Relatório do Convênio FAO/INCRA (1994). Nesse documento, a agricultura familiar é definida como: um tipo de agricultura em que predominam relações íntimas entre o trabalho e a gestão da propriedade, o proprietário conduz o processo produtivo, a produção é mais diversificada do que a patronal, o trabalho assalariado é usado somente como complementar ao trabalho da família e as tomadas de decisão são imediatas e ligadas às imprevisibilidades do processo produtivo (FAO/INCRA, 1994). Estas características definidoras da "agricultura familiar" também deram base para a formulação do PRONAF15, em 1996, e, mais recentemente, aparentemente, também inspiraram a criação da Lei da Agricultura Familiar.

Também é possível observar que em muitas das áreas de ação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais já existem políticas públicas direcionadas aos "agricultores familiares", tais como o PRONAF, criado ainda em 1996 e, desde 2003 (governo Lula), foram criados vários programas, destacando-se: política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER); programa de habitação rural da agricultura familiar; seguro agrícola; programas de educação de jovens e adultos (Terra Solidária, Projeto Mulher, Projeto Jovem, no âmbito da FETRAF); política de sócioeconomia solidária (cooperação e comercialização); política de apoio as agroindústrias familiares; eletrificação rural (Luz Para Todos); entre outros. Dessa forma, diante de tais evidências, pode-se supor que esta Lei foi promulgada para dar maior suporte legal aos programas que já existiam e dar maior força legal para as políticas direcionadas a esta categoria produtiva.

A partir dessas constatações, uma interpretação possível é que a Lei foi criada para dar maior suporte legal aos programas já existentes e reconhecer juridicamente a agricultura familiar como "categoria produtiva". Disso pode-se supor, baseando-se na noção de "experiência" de Thompson (1981;1987), que essa Lei foi criada para reconhecer legalmente uma categoria já constituída e que adquiriu, recentemente, força política para reivindicar tal reconhecimento oficial. Nesse sentido, tudo indica que o reconhecimento legal da agricultura familiar como "categoria produtiva" e como sujeito digno de políticas públicas específicas se deu principalmente pela força política adquirida por esta categoria, notadamente a partir dos anos 90. Como se apontou acima, a conquista do PRONAF se deu através das mobilizações unificadas ("Gritos da Terra") do sindicalismo rural (CUT e CONTAG) e do MST, ações essas que mostraram o potencial político que essas mobilizações adquiriram. Além disso, as outras políticas de estímulo a esta categoria foram criadas pelo governo Lula, que conta com participação de integrantes tanto do sindicalismo da FETRAF e da CONTAG, quanto do MST na administração. Ou seja, pelos indícios apontados, a criação de políticas públicas de estimulo à agricultura familiar e o reconhecimento legal da categoria, alcançou maior respaldo com a força política adquirida pela unificação do sindicalismo rural e sua articulação com o MST (nos anos 90) e, se consolidou, no governo Lula, através da participação destes movimentos no governo e, com isso, as oportunidades que se abriram.

Corrobora com esta análise a avaliação positiva que o sindicalismo da FETRAF faz destas políticas para a "consolidação da agricultura familiar". Como destaca: "*agricultura familiar se consolida* na medida em que fortalece a organização, discute a realidade e as necessidades e busca políticas diferenciadas para continuar produzindo alimentos." (FETRAF-Sul, 2007, p.02).

Pelo exposto, as organizações da agricultura familiar (notadamente a FETRAF) avaliam que o quadro institucional melhorou no último período (pós-PRONAF). Chegam mesmo a afirmar que estão em um estágio de "consolidação da agricultura familiar". Esses parecem ser indícios de que o reconhecimento dos agricultores familiares como sujeitos de direitos tem propiciado a este segmento social, além do auto-reconhecimento de sua "consolidação" enquanto "categoria produtiva", também pensar-se como sujeito ativo da sociedade nacional. Nesse sentido, os avanços, quando comparados com os períodos anteriores, são notórios.

Considerações Finais

O processo de reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais foi um processo longo e complexo permeados de muitas lutas. Este reconhecimento, quando olhado com cuidado, mostra seu início ainda nos anos de 1930 com a constituição da legislação trabalhista-sindical, passou pelas lutas pela extensão dessa legislação para o campo até a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural no início dos anos de 1960, pelas lutas pela redemocratização do País, pelas disputas travadas na elaboração da Constituição de 1988, pelas lutas contra as políticas de desobrigação estatal de inspiração

15 Segundo Banco do Brasil (2004), para acessar o PRONAF os agricultores familiares devem se enquadrar cumulativamente no seguintes critérios: a) explorem a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária; b) residam na propriedade ou em local próximo; c) possuam, no máximo, quatro módulos fiscais (ou seis módulos, no caso de atividade pecuária); d) tenham o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento; e) tenham renda bruta anual não superior a R$ 60.000,00.

neoliberal, por políticas diferenciadas para a agricultura familiar e pelo reconhecimento deste segmento social como "categoria produtiva".

Dessa trajetória, pode-se extrair que de modo semelhante ao que ocorreu nos anos 60 com a constituição da identidade política de "trabalhador rural" como agregadora de pautas de segmentos variados, nos anos 90 ocorreu a constituição da identidade política "agricultura familiar" como agregadora de pautas de segmentos rurais. Porém, as semelhanças param por aí. Se nos anos 60 predominavam no sindicalismo rural os trabalhadores assalariados, no sindicalismo da agricultura familiar, posterior aos anos 90, ocorre o predomínio dos agricultores de base familiar. Outra diferença é que ao contrário da unificação da representação política na categoria "trabalhador rural" que ocorreu nos anos 60, no período recente ocorre um fenômeno de diversificação da representação política. A FETRAF representa os agricultores familiares, a CONTAG trabalhadores rurais e agricultores familiares, o MST os "sem-terra" e assentados, entre outras organizações.

Por fim, destaca-se ainda que a relação deste segmento social da agricultura familiar com o Estado tem se dado desde meados dos anos 90 de forma ambígua. Se no período dos governos de FHC a relação com o Estado se dava com certa dose de conflito, alguns traços de diálogo já eram perceptíveis, como na negociação de políticas específicas para a agricultura familiar (PRONAF). Nos governos de Lula as relações com o Estado passaram a ser de cooperação tanto na criação de políticas públicas (para habitação, agroindústrias, crédito fundiário, entre outras), quanto na operacionalização destas (através da estrutura do sindicalismo da agricultura familiar, das cooperativas de crédito, de leite, de habitação, de agroindústrias, entre outras). Dessa forma, fica evidente que a "consolidação" da agricultura familiar (apregoada pelas próprias organizações destes agricultores) ou como vimos chamando neste artigo, o "reconhecimento" dos agricultores familiares como sujeitos de direitos, não ocorreu exclusivamente com as lutas autônomas deste setor social, mas só ocorreu mais efetivamente quando este segmento social "se fez" politicamente, estabeleceu diálogo/cooperação com o Estado e alcançou políticas públicas de estimulo. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se percebe certa melhora no reconhecimento público deste segmento social, também se percebe que está se constituindo certa dependência das organizações da agricultura familiar perante o Estado e redução da autonomia das mesmas.

Bibliografia citada

ANTUNES, R. (1995*). O novo sindicalismo no Brasil*. 2 ed. Campinas: Pontes.

BANCO DO BRASIL. (2004). O atendimento à agricultura familiar. *Revista de política agrícola*, n.4.

BITTENCOURT, G. L. (2000). *Metamorfose no sindicalismo rural*: atuação do STR/CUT de Chapecó e região na democratização do poder local. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ (Dissertação de Mestrado).

BOITO Jr., A. (1991). Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO Jr. A. (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BONATO, A. A. (2003). O Sindicalismo e as organizações da agricultura familiar da região Sul. In: FETRAF-SUL. *Mutirão da agricultura familiar*. Chapecó: FETRAF-Sul.

COLETTI, C. (1998). *A estrutura sindical no campo*. Campinas: Ed. Unicamp.

CORDEIRO, A. et al. (2003). *Organizações sociais rurais diante do ajuste*: o caso do Brasil. [Relatório FAO]. Disponível em: <www.fetrafsul.org.br/>. Acesso em: 23, maio, 2005.

CUT. (2007). *FETRAF-Brasil*. São Paulo: CUT. Disponível em: <http://www.cut.org.br>. Acessado em: 20, janeiro, 2008.

DAGNINO, E. (2004). Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela.

FAO/INCRA. (1994). *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. Versão resumida do Relatório Final do Projeto - UTF/BRA/036.

FAVARETO, A. (2006). Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. *Revista brasileira de ciências sociais*, 21 (62).

FETRAF-SUL. (2002). *Agricultura familiar, desenvolvimento e o novo sindicalismo*: da vida que vem da terra, a semente de um novo Brasil ... semente do novo sindicalismo. Chapecó: FETRAF-Sul.

_____. (2003). *Mutirão da agricultura familiar*. Chapecó: FETRAF-Sul.

_____. (2007). A ousadia na luta e na organização construindo um novo desenvolvimento. *Semear em revista*: semente do novo sindicalismo, n. 2.

MARTINS, J. S. (1983). *Os camponeses e a política no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes.

_____. (2003). *O sujeito oculto*: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

MATTOS, M. B. (2005). Novas bases para o protagonismo sindical na América Latina: o caso do Brasil. En: LEHER, R. & SETÚBAL, M. (org.) *Pensamento crítico e movimentos sociais*. São Paulo: Cortez.

MEDEIROS, L. S. (1989). *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE.

_____. (2001). "Sem terra", "assentados", "agricultores familiares": considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACCA, N. (org.). *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO.

PALMEIRA, M. & LEITE, S. (1998). Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, L. F.; SANTOS, R. (org.) *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad.

PAOLI, M. C. (1994). Os direitos do trabalho e sua justiça: em busca das referências democráticas. *Revista USP*, n. 21.

PAOLI, M. C. & TELLES, V. S. (2000). Direitos sociais: conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, S. & DAGNINO, E. & ESCOBAR, A. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
PICOLOTTO, E. L. (2006). "*Sem medo de ser feliz na agricultura familiar*": o caso do movimento de agricultores em Constantina-RS. Santa Maria: UFSM (Dissertação de Mestrado).
_____. (2007). Processos de diferenciação dos movimentos sociais do campo no Sul do Brasil: identidade, articulação política e projeto. *Raízes: revista de ciências sociais e econômicas*, 26 (1 e 2).
RODRIGUES, L. M. (1990). *CUT*: os militantes e a ideologia. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
RODRIGUES, A. S. (2004). *A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar*: um novo sindicalismo em construção. Curitiba: UFPR (Dissertação de Mestrado).
SADER, E. (1988). *Quando novos personagens entram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
SANTOS, B. S. (1997). A sociologia dos tribunais e a democratização da justiça. In: SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice*: o social e o político na pós-modernidade. 3. Ed. São Paulo: Cortez.
_____. (2001). Para uma concepção pós-moderna de direito. In: SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente*: contra o desperdício da experiência. 3. Ed. São Paulo: Cortez.
SCHNEIDER, S. & MATTEI, L.& CAZELLA, (2004). A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. In: SCHNEIDER, S. & SILVA, M. K. & MARQUES, P. E. M. (org.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre.
SIGAUD, L. (1980). *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
THOMPSON, E. P. (1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
_____. (1987). *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
WANDERLEY, M. N. B. (2000) .A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. *Desenvolvimento e meio ambiente*, n. 2.

Conflitos Sociais Ameaçam as Extrativistas da Mangaba no Nordeste e Norte do Brasil

Heribert Schmitz
Universidade Federal do Pará
heri@amazon.com.br
Dalva Maria da Mota
Embrapa
dalva@cpatu.embrapa.br
Josué Francisco da Silva Júnior
Embrapa
josue@cpatc.embrapa.br

Resumo: Secularmente mulheres negras e pobres praticam o extrativismo da mangaba no Norte e Nordeste brasileiro. Recentemente, frente à valorização da fruta no mercado regional de produtos nativos e à ocupção das terras de livre acesso com atividades agrícolas ou turísticas, aumentam as ameaças que restringem o acesso das mesmas às plantas com a proliferação de conflitos entre diferentes atores. Assim, esse artigo objetiva analisar os conflitos sociais pelo acesso aos recursos em áreas remanescentes de mangabeira no Nordeste e Norte do Brasil. A pesquisa foi realizada em sete estados do Nordeste (BA, SE, AL, PE, PB, RN) e do Norte (PA) brasileiros no período de 2003 a 2008. Os principais procedimentos de pesquisa foram observações, entrevistas, levantamento de dados secundários e participação em encontros e reuniões das catadoras. Os atores envolvidos foram catadoras, comerciantes, proprietários de terra, empresários (turismo, carcinicultura) e funcionários de órgãos públicos (Incra, Ibama, Embrapa, Emater, etc.). Os resultados da pesquisa mostram a coexistência de diferentes tipos de conflitos através de quatro estudos de caso selecionados envolvendo diferentes atores em disputa pelo acesso às plantas de mangabeiras.
Palavras-chave: Conflitos sociais, catadoras, extrativismo, mangaba, movimentos sociais

Introdução

Desde o ano de 2003, uma equipe interinstitucional e interdisciplinar vem investigando ações correlatas ao extrativismo da mangaba no Norte e Nordeste brasileiros. Na primeira etapa da pesquisa, o foco central eram os campos remanescentes de mangabeiras que, pouco a pouco, foram sendo identificados como resultantes de práticas secularmente constituídas pelas populações residentes no seu entorno reforçando a idéia de Diegues & Arruda (2001) que a biodiversidade não é só um produto da natureza, mas em muitos casos produto da ação humana.

Com essa identificação, essas populações, desconhecidas até aquele momento na literatura, ganharam a cena e passaram a constituir alvo de preocupação da equipe tanto pela sua importância para à conservação *in situ*, como pela situação de vulnerabilidade social que vivenciam (Mota et al., 2005), nos quais os mais atingidos são mulheres e crianças (Shanley et al., 2002).

Autodenominadas de catadoras, elas são predominantemente mulheres, quase sempre negras e pobres, que se dedicam ao extrativismo em terras devolutas ou de terceiros em paralelo ao desenvolvimento de outras atividades. Nas palavras de uma delas "cada coisa no seu tempo, cada uma coisa não dá, outra dá". Na sua maioria excluídas da posse da

terra, também não são reconhecidas pelas políticas públicas enquanto populações tradicionais e assim se vêem diariamente ameaçadas no seu modo de reprodução social.

Não obstante essa situação, Mota et al. (2008) constataram a crescente valorização da fruta no mercado regional de polpas e sorvetes, concomitante, à intensificação do corte das plantas nas quais praticam o extrativismo pela crescente urbanização das áreas, constituição de pólos de lazer e turismo, instalação de viveiros de camarão, dentre outras iniciativas.

Diante tamanho risco de desorganização social, as ações da equipe foram redirecionadas e na segunda etapa da pesquisa (2006 - 2008) se concentraram na mobilização das populações através de diferentes iniciativas, dentre as quais, o I Encontro das Catadoras de Mangaba do Estado de Sergipe, no qual foi criado o Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM) de Sergipe.

A valorização da fruta e o crescente interesse de proprietários de terra em plantar e explorar esse recurso e a mobilização das catadoras como reação para garantir o acesso às plantas levaram a uma corrida dos proprietários e posseiros de terra para cercá-las e impedir que uma atividade realizada há mais de dois séculos continue se dando. Com isso, instauram-se uma sucessão de conflitos com ameaças de morte e uso de diferentes instrumentos para intimidação de ambas as partes.

Mesmo que tenham se intensificado em Sergipe, os conflitos existem em todo o Brasil e giram em torno da noção diferenciada de uso dos recursos praticada por diferentes grupos. Nesse contexto, o artigo tem como objetivo analisar os conflitos sociais pelo acesso aos recursos em áreas remanescentes de mangabeira no Nordeste e Norte do Brasil num contexto paradoxal de valorização da fruta no mercado regional de produtos nativos e de crescimento das ameaças ao extrativismo. A hipótese central que nos orienta é que os conflitos, que até agora ainda não ultrapassaram os níveis iniciais de escalação por se tratar, pelo lado das catadoras, de grupos sociais pouco organizados, podem contribuir para tornar visível essa população tradicional e melhorar a sua situação.

Apesar da pesquisa ter sido realizada em sete estados do Nordeste (BA, SE, AL, PE, PB, RN) e do Norte (Para), selecionamos quatro tipos de conflitos em diferentes Estados (Sergipe, Paraíba, Pará e Bahia). O critério de escolha foi a natureza do conflito e a diversidade de atores envolvidos nos mesmos.

Os principais procedimentos de pesquisa foram observações (direta e participante), entrevistas, levantamento de dados secundários e revisão de bibliografia no período de 2003 a 2008. Os atores envolvidos foram catadoras, comerciantes, proprietários de terra, empresários (turismo, carcinicultura), lideranças sindicais e funcionários de órgãos públicos (Incra, Ibama, Embrapa, Emater, Adema, etc.). xxx

O artigo está estruturado em quatro partes: introdução, reflexão teórica sobre conflito, estudos de caso e conclusões.

Sobre o conflito

A literatura sobre conflito é vasta e mostra que o conflito é parte integral da vida organizacional, tanto nas relações internas e externas de indivíduos e grupos, quanto entre organizações. O conflito ocorre muitas vezes porque diferenças de opiniões e concepções sobre temas e iniciativas entre grupos e pessoas não são tratados devidamente.

O conflito, no entanto, é um fenômeno muito mais abrangente e se evidencia nas esferas micro e macro. Surge entre indivíduos (p.ex., no casamento), entre organizações (p.ex., sindicato e empresa) ou entre países. O conflito pode se evidenciar a partir de várias formas de aparência e de expressão como tensão, diferença, concorrência, rivalidade, estranhamento, crítica, intolerância, intriga, perseguição, luta, ataque e defesa, violência, disputa pelo poder, destruição, eliminação, inimizade, ciúme, inveja, ódio, desconfiança, aversão, guerra.

Esta lista de possíveis sentimentos e ações relacionados ao conflito dão uma noção da complexidade desse fenômeno social. Formas características da manifestação do conflito são a luta como confrontação aberta e a concorrência como uma forma específica da disputa. Segundo Weber (1922, citado por Birnbaum, 1995:256), a luta é uma relação social com a intenção, de impor a vontade própria contra a resistência dos parceiros. Nisso, os elementos da intervenção podem diferir extremamente e se estender da força física até a capacidade intelectual ou organizacional. Weber afirma que a luta nunca terminará, porque é impossível, segundo as experiências acumuladas, eliminá-la na realidade.

A Georg Simmel (1995) é atribuído o mérito de ter tratado o conflito na sua multiplicidade. Considerou o conflito como um fenômeno "positivo" da vida social, um elemento do regulamento social, e não como um acidente na vida das sociedades (Freund, 1995:8, 12). O conflito é uma das formas mais ativas da socialização. Uma vez instaurado, desencadeia um dualismo e leva a um modo de coesão, mesmo que isso cause a destruição de um dos envolvidos (Simmel, 1995:19). A disputa unifica os adversários em torno de um objeto comum (Freund, 1995:11). Como no caso da atração e repulsão no universo, a sociedade também precisa de uma certa quantidade de harmonia e dissenso, união e concorrência, simpatia e antipatia para alcançar uma forma definida. Ambas as categorias de interação são positivas e é um equívoco pensar que uma destrói o que a outra constrói (Simmel, 1995:22).

Em geral, existe a idéia de que para estruturar uma sociedade sólida precisa-se excluir os conflitos ou amortecê-los na medida do possível. Freund (1995:9) afirma que "... ao contrário, contribuem para a unidade da vida social". Para a formação da opinião de Simmel sobre o conflito foi decisiva a idéia de que a luta permitiu aos operários se conscientizarem da sua solidariedade perante o seu destino comum, mas possibilitou também aos empresários esse passo, de modo que foi facilitado, em função dessa dupla visão coerente dos problemas, a condução de negociações e o alcance de bons resultados (Freund, 1995:11). O conflito não é mais visto como uma etapa disfuncional da humanidade ou como fenômeno patológico, senão como um aspecto "normal" da convivência (Birnbaum, 1995:256).

O antagonismo é especialmente forte se existe uma forma de ligação entre os envolvidos: a existência de características comuns e o pertencimento *a um único* contexto social. A violência manifesta-se particularmente dentro de uma unidade, da qual não queremos ou podemos nos separar: dentro de uma fração política, um sindicato ou uma família. Perante o estrangeiro tem-se uma atitude objetiva, como por exemplo, encontrá-lo por causa de uma negociação especial ou de uma coincidência de interesses. No caso dos que partilham as mesmas experiências, nenhuma relação, nenhuma palavra, nenhuma atividade e nenhuma aflição que foi compartilhada, fica realmente isolada (Simmel, 1995:56-64).

Simmel vê no conflito não apenas a unidade entre os adversários (díade), mas o mérito de introduzir no jogo o papel do terceiro (tríade).

> O terceiro pode ser tanto um simples observador, quanto romper uma intimidade; é causa de antagonismos e aproximação. Em geral, ele é um mediador, mas igualmente pode piorar um conflito ao incitar os dois oponentes um contra o outro até ... eles se enfraquecerem reciprocamente e o próprio terceiro então intervém para se submeter ambos os dois. (Freund, 1995:12).

O terceiro ganha uma importância especial no caso da concorrência: dois adversários ou concorrentes se esforçam para conquistar o favor do terceiro. Na concorrência trata-se de um caso particular da união, sua característica é a luta indireta e, na sua forma pura, não é prioritariamente uma luta de ataque e defesa, porque a vitória não está nas mãos do adversário. Enquanto em muitos tipos de luta, o prêmio é a vitória, na concorrência a vitória sobre o adversário é um primeiro passo necessário, mas que por si mesmo ainda não significa nada. O objetivo é um valor por si mesmo totalmente independente dessa luta. O amante que torna ridículo um rival, não avançou nenhum passo, se a dama não lhe dá atenção (Simmel, 1995:72-73).

"O segundo tipo de concorrência se distingue provavelmente ainda mais de outras formas de luta. Nesse caso, cada concorrente por si pretende alcançar o fim sem usar a força contra seu adversário" (Simmel, 1995:73). O corredor usa apenas sua velocidade, o comerciante confia somente no seu preço, o publicitário possui apenas a força de persuasão Isso dá a impressão para terceiros que não existe adversário no mundo (Simmel, 1995:73-74).

A concorrência pode efetuar-se para o bem-estar da coletividade. Esse é o caso da concorrência científica que significa, também, uma luta que não se dirige contra o adversário, senão para alcançar um objetivo comum sendo o novo conhecimento uma vantagem e uma vitória, também, para o vencido. Simmel (1995:23) destaca o papel positivo da concorrência dos indivíduos no âmbito de uma unidade econômica.

Na concorrência econômica relacionada à conquista de mercados mescla-se

> [...] de maneira mais bonita a subjetividade do objetivo final e a objetividade dos resultados finais, uma unidade supra-individual de natureza concreta e sociológica inclui os oponentes e sua rivalidade; luta-se com o adversário sem se dirigir contra ele, de certa maneira, sem tocar nele. (Simmel, 1995:75).

Motiva os dois partidos a se aproximar estreitamente do terceiro estudando-o nos seus pontos fortes e fracos para poder seduzi-lo (Simmel, 1995:73-78).

Birnbaum (1995:264) rejeita considerar o conflito apenas sob o ângulo de interesses econômicos e destaca a importância, também, dos aspectos afetivos. Simmel (1995:19-20) menciona ódio, inveja, miséria e avidez como causas de conflito. Glasl (1997:90-93), segue uma abordagem sócio-ecológica que rejeita um pensamento causal mecanicista no caso do conflito e ressalta que o mesmo depende de uma multiplicidade de fatores. É difícil reduzir um conflito a uma só causa.

Nas áreas remanescentes de mangabeiras, pode se constatar a existência de conflitos em torno de questões ambientais em todos os estados. Segundo Little (2001:107), pode-se distinguir vários tipos de conflito, como trabalhistas, étnicos ou internacionais. Em se trantando de um contexto com destaque para a questão ambiental pode-se falar de um conflito socioambiental entendido "... como disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural" (Little, 2001:107). O autor propõe uma classificação dos conflitos socioambientais distinguindo entre: 1) conflitos pelo controle dos recursos naturais; 2) conflitos em torno dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural; e 3) conflitos pelo uso dos conhecimentos ambientais. Os conflitos socioambientais representam para ele também um campo de ação política.

Segundo Libiszewsky (1991?, p.14), os "conflitos ambientais se manifestam como conflitos políticos, sociais, econômicos, étnicos ou territoriais ... ou qualquer outro tipo de conflito". "Normalmente, mudanças ambientais têm que ser 'transformado' em algum tipo de fenômeno social antes de produzir um conflito ..." (Libiszewsky, 1991?, p.12-13). Por isso, este autor introduziu o termo "conflito ambientalmente induzido" para destacar que o objeto dos estudos não deve ser apenas os conflitos aparentemente causados por questões ambientais. No entanto, Hagmann (2005) afirma que a literatura sobre conflitos ambientalmente induzidos produziu conclusões contestadas empírica e teoricamente, principalmente em função de causalidades preestabelecidos. Conflitos emergem e se desenvolvem com base no significado e interpretação das populações envolvidas.

Barbanti Júnior (2002:4) apresenta o debate dos conflitos socioambientais no Brasil e "analisa como a relação entre conflitos sociais (ou a chamada 'questão ambiental') tem sido abordada no país, destacando-se uma proposta de formulação de uma sociologia dos conflitos ambientais" (ver Alonso & Costa, 2000). Questiona a caracterização de um conflito como ambiental como um recorte que exclui outras categorizações, por exemplo, no caso da extração ilegal de madeira numa reserva indígena por ex-trabalhadores rurais sem terra que pode envolver questões agrárias, trabalhista, etc. (Barbanti Júnior, 2002:7). Mostra

> que o recorte analítico de conflitos ambientais, ou conflitos socioambientais, não contribui para a correta interpretação de todas as dimensões envolvidas num conflito social, mas sim evita a compreensão teórica mais ampla das características essenciais desses conflitos sociais. (Barbanti Júnior, 2002:18).

Assim, propõe o uso do termo conflitos (sociais) e meio ambiente. (Barbanti Júnior, 2002:18).

O debate evidencia a dificuldade para caracterizar um conflito por uma única causa. Frente ao fato de não ter uma proposta consensual e considerando a idéia da multiplicidade de fatores, preferimos usar o conceito do conflito social que é mais amplo do que a noção do conflito ambiental e evita construtos como socioambiental que não contribui para melhorar a compreensão pela combinação de campos de conhecimento. Essa escolha reflete também o fato de que o conflito ambiental só aparece por causa da preocupações de atores sociais envolvidos, sem os quais não há conflito. Assim, o conflito ambiental pode ser considerado um conflito social no campo ambiental. No contexto em estudo, o conflito se desencadeia pelo acesso aos recursos naturais em áreas anteriormente consideradas de uso comum (envolvendo os pontos 1 e 2 da classificação de Little).

Para efeito deste artigo, entende-se o conflito social como uma interação entre atores na qual pelo menos um deles vivencia incompatibilidades no pensamento, na representação, na percepção, no sentimento ou no querer com um outro, assim que na ação ocorre um impedimento através do outro (Glasl, 1997:14-15).

Conflitos sociais que ameaçam as catadoras

Os resultados da pesquisa mostram que em todos os estados pesquisados existem conflitos sociais pelo acesso aos recursos, quais sejam, as mangabeiras, das quais são coletados frutos para a fabricação de sucos, polpas e sorvetes. Podemos identificar quatro tipos de conflitos classificados aqui segundo os diferentes atores envolvidos: entre as catadoras nas áreas de acesso comum, entre as catadoras de diferentes lugares, entre as catadoras e atores externos e entre catadoras e representantes de órgãos governamentais. Porém, a maioria dos conflitos ocorre entre catadoras e atores externos que, em geral, conseguem tirar mais vantagem das relações de poder existentes pelo fato de se apoiarem com mais facilidade nas instituições reguladoras do acesso aos recursos e se ampararem na idéia costumeira de que iniciativas exógenas geram empregos e desenvolvimento para populações desfavorecidas.

Seguindo as idéias de Simmel, podemos distinguir duas formas de conflitos, a luta como confrontação aberta entre adversários e o conflito indireto, a concorrência. A concorrência pode se realizar em forma de disputa direta entre adversários que se esforçam para conquistar o favor de um terceiro ou em forma de luta indireta na qual cada concorrente por si pretende alcançar o fim sem se dirigir contra o outro. Nesse caso, apenas usando as suas habilidades em termo de velocidade, negociação ou persuasão. A luta unifica os adversários em torno de um objeto comum.

1. Conflitos entre catadoras nas áreas de acesso comum

Escolhemos como exemplo um conflito que se desenvolveu em torno de um povoado em Sergipe com grande ocorrência de mangabeiras de uso comum: Pontal, Município de Indiaroba. Nas primeiras visitas dos pesquisadores em 2003, Pontal parecia o tipo ideal de extrativismo da mangaba, com a ocorrência das tendências gerais (ver terceiro tipo) e uma ameaça latente de que uma grande área de uso comum poderia ser fechada para o extrativismo, no momento em que a proprietária idosa, que permite o livre acesso, morresse, pois seus descendentes pensam diferentemente dela e afirmam que cercarão imediatamente a área.

A situação mudou totalmente no final do ano 2007, ou mais exatamente, em função da valorização da mangaba pelo aumento da demanda, da promoção do plantio de mangabeiras pelas políticas públicas e da mobilização em torno da criação do MCM. Porém, o primeiro ponto parece ser mais importante, porque, segundo o relato de catadoras, o processo começou cinco anos antes da mobilização. Assim, os proprietários começaram a se interessar pelo uso da mangaba, cercando suas áreas e não permitindo mais o acesso. Segundo relatos de extrativistas, contribuiu para essa situação a mobilização das catadoras e a pouca disponibilidade de mangaba na primeira safra de 2008. Assim, aumentou o extrativismo predatório com a quebra dos galhos e a retirada de frutos verdes (de menor valor comercial). Essa tendência levou ao crescimento da disputa entre as catadoras com acusações mútuas promovendo fissuras entre elas.

Nesse tipo, trata-se de concorrência em função da escassez dos recursos naturais, na qual as catadoras, em princípio, não se dirigem uma contra a outra, mas tentam retirar o máximo de unidades de recursos naturais sabendo que prejudicariam as próximas safras. O objeto comum é o fruto. Se estabelece uma competição para chegar primeiro às mangabeiras e tirar frutos mesmo que sejam de péssima qualidade. Os rendimentos declinam enormemente e as pessoas apelam para os frutos que encontram mesmo que saibam que poderão estar perdendo a confiança do intermediário.

Porém, quando começam se acusar por este comportamento, o conflito torna-se direto, podendo se agravar, pois o antagonismo é especialmente forte se existe o pertencimento a um único contexto social do qual não podem-se separar. Uma proposta para contornar o conflito é a criação de um reserva extrativista, discutido desde 2007 entre as catadoras e que recentemente, após a criação do MCM, tomou forma. Outra reação ao acirramento recente desse conflito foi a organização de uma reunião entre as catadoras e os pesquisadores por ocasião da discussão da implantação da reserva para reforçar as regras existentes que devem seguir as catadoras de mangaba. Pela primeira vez, foram estabelecidas novas regras definidas em reunião entre os próprios atores, assim ultrapassando o nível das regras consuetudinárias. Ambos os conflitos levaram a atividades que podem ser avaliados de forma positiva, pois contribuem para o futuro bem-estar da coletividade.

2. Conflitos entre as catadoras do povoados

Esse tipo de conflito ocorre quando catadoras de outros povoados ou municípios vêm catar mangaba em áreas onde as catadoras locais o fazem. As do local explicitam o sentimento de que estão sendo usurpadas e que as pessoas de fora, mesmo que sejam catadoras, não têm direitos onde não são consideradas "nativas". A noção de pertencimento a um dado território é associada aos lugares nos quais as pessoas se conhecem como sendo daquele lugar e conseguem ir andando. No conflito anteriormente descrito, a escassez de mangaba em Pontal levou à rejeição da entrada de catadoras de Convento, o povoado vizinho. Há até conflito do tipo: quem é catadora da Rua de Baixo não cata na Rua de Cima. No Município de Japoatã - SE observou-se um conflito entre as catadoras do povoado de Ladeiras e as de Carro Quebrado pelo uso de áreas de acesso livre e áreas particulares deste último. Aumenta a tensão o fato de que as catadoras de Ladeiras, segundo as moradoras de Carro Quebrado, não estão obedecendo as regras estabelecidas socialmente para catar mangaba, além de considerá-las "violentas" o que faz parte da desqualificação de quem é considerado oponente, rival. No entanto, os moradores de Ladeiras declaram não perceber a existência do conflito, o que torna útil o conceito de conflito definido por Glasl (1997).

Outro conflito entre moradores de diferentes povoados desenvolveu-se numa área indígena no Município de Marcação - PB. Em uma das aldeias potiguara, Caieira, aproximadamente 50% das 120 famílias praticam o extrativismo de mangaba. Segundo os entrevistados, a paisagem que antigamente era diversificada com mangabeiras e outras árvores, hoje é dominada pelo canavial. "Usineiro derruba, não quer saber. O índio prefere mais mangaba. Poucos preferem cana, mas uma minoria quer é ganhar.." No entanto, são mencionados alguns caciques que negociam com os usineiros em detrimento do interesse da maioria. "O chefe da Funai não toma atitude", afirma um entrevistado transferindo para o poder público a responsabilidade pelo enfrentamento de um conflito que não tem sido solucionado entre os residentes naquela aldeia. Agrava a situação, a disputa por terra engendrada contra aldeias vizinhas. Em qualquer um dos casos, o cerne do conflito é a ocupação das áreas pela cana-de-açúcar que provoca o acirramento do conflito entre e intra aldeias. "No meio dos índios tem aquele do olhão que dá tudo aos usineiros. Estamos encurralados nas canas", afirma um entrevistado.

O conflito persiste com muito descontentamento. Alguns querem acabar com o acordo feito com os usineiros que fornece uma renda monetária aos moradores. Outros querem impedir o plantio através da ação direta e outros apelam ao Ministério Público do Estado e sentem-se apoiados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Nesse tipo, trata-se de uma concorrência pelo uso dos recursos naturais na qual o conflito fica a um nível de rivalidade, não chegando a uma confrontação aberta. Destacamos ainda que, segundo Glasl (1997), o conflito precisa ser sentido apenas por uma das partes. Por um lado, nesses casos, as catadoras de Carro Quebrado e os moradores da Aldeia Caieira, respectivamente, vivenciam incompatibilidades no querer com um outro, assim que na ação ocorre um impedimento através do outro. Por outro, nesses casos, as catadoras de Ladeiras, que catam nas áreas do outro povoado, e os moradores de outras aldeias da área indígena, que estão em favor da ampliação da área da cana-de-açúcar, não percebem o conflito. Podemos avaliar como resultado positivo do conflito a ação dos moradores de Caieira mobilizando o apoio do Ministério Público do Estado e do Ibama objetivando a conservação da biodiversidade e da imagem das áreas indígenas.

3. Conflitos entre catadoras e atores externos

Atualmente, as catadoras estão sujeitas à pressão exercida pelos proprietários das áreas remanescentes de mangabeiras que as utilizam, cada vez mais, para agricultura, turismo e construção de viveiros de camarão, atividades que dependem do corte das plantas. Ameaçada da expropriação de um modo de vida, algumas reagem, investem na reprodução das plantas aumentando sua quantidade de forma significativa e insistem no acesso às áreas nativas, muitas vezes privadas, mas disponibilizadas anteriormente por seus proprietários. São erguidas cercas para impedir o acesso e, nesse caso, as catadoras, freqüentemente desconsideram as regras impostas pelos proprietários e as invadem.

Em geral, trata-se de um conflito entre catadoras e proprietários de terra (com áreas de diferentes tamanhos). Estes últimos, têm referências diferentes quanto ao uso das plantas e uma noção muito clara de propriedade privada. Além de que não têm nenhum tipo de compromisso com os nativos, a não ser ocasionalmente através de uma relação trabalhista.

Pode-se distinguir entre dois tipos de atores externos: a) empresários de turismo e de carcinicultura; b) proprietários de sítios ou fazendas. No conflito com os primeiros que destroem a vegetação nativa, inclusive as mangabeiras, para construção de viveiros de camarão e loteamentos, parece sempre existir uma esperança de que as catadoras ou familiares poderão ter empregos. Por isso, pela baixa organização política das mesmas e pela desproporcionalidade da força, não se revela como um confronto aberto. Tudo é feito rápido e sem muita informação para os nativos. O amparo das instituições ambientais do estado parece provocar uma reação de apatia caráter da legalidade. Em conseqüência, as catadoras são impedidas de entrar na área anteriormente de livre acesso e ficam sem a sua fonte de renda. Esse tipo de conflito ocorre em todo o litoral do Nordeste.

O segundo tipo de conflito se acirrou recentemente e se desenvolve entre os que têm terra e os que não têm. Isso pode também ser interpretado como oposição entre domesticação e extrativismo e produtores e catadoras de mangaba. É um conflito que se ergue sobre um emaranhado de relações sociais cujo substrato foi a permissão no passado e a interdição do acesso às plantas no presente, amparadas em noções de amizade e parentesco cujo oposto é o desconhecido, o estrangeiro. Um sem número de arranjos coexistem. Estes são os conflitos mais violentos com ameaças de tiro e cortes de facão e veio à tona pela crescente valorização da mangaba, especialmente em Sergipe.

Quando os proprietários não permitem a cata, as catadoras o fazem de modo sorrateiro, quando não tem ninguém no estabelecimento ou à noite ou então quando observam que quem toma conta está fazendo outra coisa.

O conflito se desenvolve também na definição de políticas públicas em reuniões, nas quais os dois grupos participam, quais sejam: as catadoras e os produtores de mangaba. As primeiras, defendendo o acesso livre às áreas comuns ou uma política de acesso à terra onde já vivem. Os segundos, tratando da cadeia e do incentivo, já que têm terra e capacidade de acesso ao crédito que engloba poucos atores. Nesse caso trata-se de uma concorrência pela definição de políticas públicas específicas e que tem como reivindicações, a proibição do corte das mangabeiras e a implementação de reservas.

Recentemente, o conflito tem se acirrado pela vontade dos proprietários em se livrar do direito das catadoras de coletar frutos em terras privadas. As catadoras reagem afirmando que "a terra pode ter dono, mas a mangaba é de ninguém!" e "a mangabeira foi plantada por Deus". Em reação, os proprietários cortam as árvores e replantam, assim interrompendo a relação entre população e mangabeiras nativas. A experiência do corte das mangabeiras é relatada em vários povoados de Sergipe.

O caso de conflito mais dinâmico é de uma grande área de ocorrência de mangabeiras em Barra dos Coqueiros, que recentemente foi valorizado pela construção de uma ponte que a colocou próxima do centro da capital do Estado (a 20 minutos do centro de Aracaju).

No litoral Nordeste do Pará, acumula-se experiência de enfrentamento entre atores com interesses diversificados no Campo da Mangaba (Município de Maracanã). É uma área comum de livre acesso que até os anos 60 do século XX foi exclusivamente utilizada pelo extrativismo. A partir de 1980, uma empresa de Belém promoveu a derrubada de todas as árvores com tratores e correntes, para plantio de coqueiro. Segundo os entrevistados, uma parte da população (cerca de 800 pessoas) aceitou o trabalho neste processo, queimando o campo e derrubando e arrancando as mangabeiras, bacurizeiros e murucizeiros. Outros moradores se revoltaram incendiando os coqueiros. Finalmente a empresa abandonou a área. O extrativismo foi retomado e recentemente (em 2002) foi criada a Reserva Extrativista de Maracanã. Uma parte do Campo da Mangaba fica dentro da reserva. O Ibama "tem trabalhado para garantir a reserva".

No caso do terceiro tipo, não pretendemos avaliar, se a extinção do extrativismo tem um papel positivo para o desenvolvimento da economia em geral. Porém, como discutido anteriormente, ameaça o papel das populações tradicionais para a preservação da biodiversidade. Nesse sentido, destacamos a contribuição das catadoras, quando assumem o papel de adversários nesse conflito e, de forma organizada, enfrentam os oponentes nos diversos campos de batalha, sendo avaliado de forma positiva a implementação de reservas extrativistas, como em Maracanã - PA, onde ocorreu um conflito social violento nos anos 1980. Em duas áreas de Sergipe se iniciaram as atividades dos órgãos para criar áreas comuns de acesso restrito: Sítio São José do Arrebancado (Filizola) em Barra dos Coqueiros e Área da Resex Litoral Sul de Sergipe em Pontal.

4. Conflitos entre catadoras e órgãos governamentais

Foram observados, também, conflitos entre as catadoras e órgãos governamentais (especialmente o Ibama) numa relação de força, como na Chapada Diamantina, que remete à proibição do garimpo de diamantes em 1996, reprimido com rigor militar e ameaças de prisões (ameaça com metralhadora, trato humilhante das populações tradicionais) que se estende até hoje. Isso tem provocado a proibição do extrativismo da mangaba na área do Parque Nacional da Chapada Diamantina, excluindo as populações que lá vivem há várias gerações ao estilo do denominado "mito moderno da natureza intocada" como também observado entre os caiçaras na Mata Atlântica (Diegues, 1998, 2001). Os diferentes atores entrevistados, entre eles, funcionários públicos, agrônomos, comerciantes e extrativistas são unânimes em afirmar descontentamento com à atuação do Ibama e seu sucessor na gestão do parque, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Nunca durante uma pesquisa encontramos tanto receio e medo em responder às perguntas e tivemos que deixar bem claro que não éramos fiscais ou funcionários do Ibama, senão pesquisadores da Embrapa e da universidade. As proibições não são bem-vindas numa região que ficou quase sem alternativa ao turismo, após a criação do parque. As proibições estendem-se ao extrativismo da mangaba (que aconteceria apenas nas margens por causa da distância), da coleta de flores (sempre-viva, uma planta de áreas rupestres), da extração de palmito, criação de viveiro para mudas (a Polícia Federal fechou), da criação de abelhas (somente a 10 km do limite do parque) e, especialmente, do garimpo de diamante, uma ocupação secular da população local. Não pretende-se criticar a criação do parque, nem defender o garimpo, em pequena escala praticado ilegalmente ainda hoje. No entanto, a participação da população na gestão do parque é indispensável para o efetivo funcionamento, e na Chapada, a relação da população com o Ibama é de inimizade e ódio.

Essas experiências contrastam com a imagem que o próprio Ibama pretende adquirir com a implementação do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT) ou com seu papel na implantação de Resex. Isso, enquanto cada vez mais, a conservação da biodiversidade e de recursos genéticos por populações tradicionais tem sido objeto de atenção de organismos e cientistas internacionais, podendo ser visualizada como uma das mais eficientes e menos dispendiosas formas de conservação, uma vez que as comunidades, em grande parte, dependem da preservação desses recursos *in situ* para garantir a sua própria sobrevivência. Esta tendência confirma-se também no caso das catadoras de mangaba. A melhor conservação foi encontrada no decorrer da pesquisa em áreas de livre acesso e em áreas privadas de acesso restrito (quer dizer, poucas catadoras utilizam). A gestão coletiva de bens comuns (nesse caso, das mangabeiras) demonstra um forte elemento conservacionista, quando as catadoras dominam todas as etapas do ciclo produtivo, nas quais as catadoras se relacionam intensamente com as plantas em todas as etapas de reprodução das mesmas. Assim, deve se pensar sobre uma adequação do tipo de área de conservação ou da ampliação das regras através de negociações sobre o uso

apropriado dos recursos naturais, além de desenvolver programas para as zonas de amortecimento, como em outras regiões (p.ex., Parque Nacional do Caparaó). Para criar um clima diferente, seria necessário oferecer alternativas e não apenas impedir as atividades econômicas da população.

No caso dos conflitos entre catadoras e órgãos governamentais trata-se de uma luta na qual ainda não existe uma ação das catadoras que sentem muito medo e reagem com transgressões.

Reflexões finais

Os resultados da pesquisa mostram que em todos os estados pesquisados existem conflitos sociais pelo acesso aos recursos, quais sejam, as plantas de mangabeiras. Nos casos analisados, mesclam-se os diferentes formas do conflito, conflito direto e indireto (concorrência). Analisando os quatro tipos de conflitos identificados, o que existe em comum é que o objeto de disputa é o uso das áreas de mangabeiras nas quais as catadoras sempre praticaram o extrativismo. Os conflitos têm um motivo principal, a atuação de atores externos ao extrativismo. Não foi observado uma situação de escassez de recursos que não seja relacionada diretamente à intervenção, seja contra a vontade das catadoras, seja com o consenso de pelo menos uma parte dos moradores. O que os distingue são as formas de conflito e os atores envolvidos.

Apenas a partir da nova situação criada pela intervenção, os conflitos internos entre as extrativistas tornam-se relevantes. Muitos destes conflitos ocorrem em áreas consideradas até recentemente como áreas de livre acesso, em muitos casos de propriedade da marinha mas apropriadas indevidamente. Os proprietários ou posseiros cercam as áreas e as catadoras insistem em ter acesso as mesmas como vinham fazendo há séculos segundo uma noção de que a "terra pode ter dono, mas a mangaba é de ninguém".

Enquanto os conflitos entre as catadoras não afetam a continuação do seu modo de vida, os conflitos com os atores externos ameaçam a sua reprodução e, na maioria das vezes, a própria existência dos recursos, como citado no parágrafo anterior. Agrava o conflito o fato de que os órgãos públicos, os bancos, as instituições de pesquisa e extensão, na sua maioria, não observam esta diferença e oferecem projetos apenas aos "produtores" de mangaba que, muitas vezes, cortam plantas nativas para a implantação de pomares de mangabeiras. A atuação dos órgãos de defesa ambiental (Ibama, ICMBio) é avaliado de forma variada.

Podemos constatar que, provocado pelos diversos tipos de conflitos, as catadoras de mangaba começaram a reagir e tornaram-se, pela primeira vez, atores visíveis nesse processo, passando da reação escondida (transgressões clandestinas) à iniciação de uma resistência organizada, por exemplo, através do MCM (em Sergipe). Ao contrário da avaliação ainda recente, a necessidade de estabelecer regras é sentida hoje pelas próprias catadoras e, diferente do que previsto, principalmente para regulamentar o comportamento entre as extrativistas. A elaboração e imposição de regras para os externos, porém, é claramente exigido do estado através de proibições e, prioritariamente, pela criação de áreas de extrativismo com acesso restrito. Assim, pode-se concluir que os conflitos contribuem para aumentar o bem-estar da coletividade.

A análise dos conflitos existentes é um primeiro passo para "... reduzir os níveis de conflito ou mesmo encerrar o conflito existente" (Barbanti Júnior, 2004:3). A recente criação do MCM, contando com o apoio desta pesquisa e de uma liderança das quebradeiras de coco babaçu do Maranhão, pode contribuir para um equilíbrio de forças nesses conflitos e uma melhor conservação dos recursos naturais. Porém, num primeiro momento, é possível, também, um agravamento dos conflitos acompanhado de danos ambientais.

Referências bibliográficas

Alonso, A. & Costa, V. (2000). Por uma sociologia de conflitos ambientais no Brasil. In: *Ecologia Política*: Naturaleza, sociedad y utopia, p.115-135. (Paper preparado para o Encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimentop da Clacso, Rio de Janeiro, 22.-23.11.2000).

Barbanti Júnior, O. (2002). Conflitos socioambientais: teorias e práticas. In: *Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (Anppas)*, 1, Indaiatuba.

Barbanti Júnior, O. (2004). *Desenvolvimento e conflitos*. Belo Horizonte: PUC Minas. 4p. (Documento e Trabalho Desenvolvimento / Integração Regional)

http://www.pucminas.br/conjuntura. (Consultado na Internet em: 20.11.2006).

Birnbaum, P. (1995). Conflitos. In: Boudon, R. (dir.). *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p.247-282.

Diegues, A.C. (1998). *O mito moderno da natureza intocada*. 2.Ed. São Paulo: Editora Hucitec. 169p.

Diegues, A.C. (2001). Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: Diegues, A.C. & Moreira, A.C.C. (Orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, p.97-124.

Diegues, A.C.S. & Arruda, R.S.V. (2001). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP. 175p.

Freund, J. (1995). Préface. In: Simmel, G. *Le conflit*. Trad. S. Muller. Paris: Éditions Circé, p.7-17.

Glasl, F. (1997). *Konfliktmanagement*. Ein Handbuch für Führungskräfte und Berater. 4.ed. Bern: Stuttgart: Haupt, Freies Geistesleben. 464p.

Hagmann, T. (2005). *Confronting the concept of environmental induced conflicts*. Lausanne, Bern: Swiss Graduate School of Administration, Swisspeace. 22p. (Peace, Conflict and Development, Issue Six, January 2005)

http://www.peacestudiesjournal.org.uk/docs/Environmental%20conflict%20final%20version%20edited.pdf. (Consultado na Internet em: 20.11.2006).
Libiszewsky, S. (1991?). *What is environmental conflict*. Zürich, Bern, ETH, Center for Security Studies, Swiss Peace Foundation. 14p.
http://cms.isn.ch/public/docs/doc_238_290_en.pdf. (Consultado na Internet em: 20.11.2006).
Little, P.E. (2001). Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e ação política. In: Bursztin, M. (org.). *A difícil sustentabilidade*: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Editora Garamond, p.107-122.
Mota, D.M., Silva Júnior, J.F., & Schmitz, H. (2005). Os catadores de mangaba e a conservação da biodiversidade no território Sul sergipano. In: *Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*, 43, Ribeirão Preto, 2005, Anais, Brasília: SOBER.
Mota, D.M., Schmitz, H., Silva Júnior, J.F., Jesus, N.B., Oliveira, P.E.O., Rodrigues, R.F.A., Santos, J.V., & Curado, F.F. (2007). *As catadoras de mangaba*: problemas e reinvindicações. Belém: Embrapa Amazônia Oriental. 71p.
Mota, D.M., Schmitz, H., & Silva Júnior, J.F. (2008). Atores, canais de comercialização e consumo da mangaba no Nordeste brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural.* Brasília, v.46, n.1, jan./mar, 121-143.
Shanley, P.; Luz, L.; Swingland, I. (2002). The faint promisse of a distant market: a survey of Belém's trade in non-timber forest products. *Biodiversity and Conservation*, 11:615-636.
Simmel, G. (1995). *Le conflit*. Paris: Éditions Circé. 159p.

Movimentos sociais no campo: novos sujeitos, novas manifestações

Ineiva Terezinha Kreutz Louzada 1
ineivalouzada@brturbo.com.br

Resumo: O artigo procura resgatar o processo sócio-histórico do movimento social rural no Brasil entre as décadas de 1980 e 1990, especialmente as novas formas de organização, manifestação, mediação, identidade e representação social da luta pelo acesso a terra articuladas através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). A análise das condições sociais e econômicas constitui, neste ensaio, o pressuposto para delinear o processo de organização e mobilização dos trabalhadores rurais sem terra, durante as décadas de 1980 e 1990, momento em que nasceram novos sujeitos e se desenvolveram novas formas de mobilização dos movimentos sociais rurais. Diferentemente dos trabalhadores rurais, que até então constituíam o movimento de luta pela resistência na posse da terra (movimento de posseiros), no início da década de 1980 começam a surgir as mobilizações em torno das lutas de ocupação da terra em todo território brasileiro. Apreender a historicidade e os diferentes movimentos sociais no campo, a constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a participação e mediação da Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, principalmente, a história de seus sujeitos sociais – trabalhadores rurais sem-terra - não pode ser resgatada de maneira linear e sectária. São movimentos de um grupo social e de organizações mediadoras que se interpenetram mutuamente e sua inter-relação fundamenta-se no processo de decisivas mudanças e transformações das relações capitalistas no campo que tomaram novas formas nas décadas de 1980 e 1990 e alteraram o modo de ser e viver da família camponesa brasileira.

EXPRESSÕES DO CAPITALISMO NO CAMPO (1980-1990): CAMPESINATO E EXCLUSÃO SOCIAL

O desenvolvimento do capitalismo globalizado tem influenciado ou modificado as condições sociais e técnicas da produção material e espiritual, na qual a nova divisão transnacional do trabalho e as novas práticas de relações no campo social, cultural, político e econômico abalam algumas realidades e interpretações que pareciam sedimentadas. Trata-se de uma configuração histórica tecida por relações e processos de desenvolvimento desigual e contraditório, cujo "significado e conotação das coisas, gentes e idéias modificam-se, estranham-se, transfiguram-se" (IANNI, 1996: 39).

A partir da década de 1980, o sentido do investimento, no sistema capitalista, volta-se para a inovação e opção tecnológica, cuja força de trabalho passa a ser substituída por um novo instrumental, levando consigo as possibilidades e opções de trabalho de muitas famílias rurais. Os problemas sociais decorrentes resultam, dentre outros, na redução massiva da participação quantitativa da força de trabalho, sobretudo o trabalho não-especializado, aprofundando as desigualdades sociais e econômicas. No entender de Poletto,

> O *livre mercado* é proposto como *único caminho*, valendo todos os sacrifícios para ter as boas graças de nele participar. É um absoluto. Tudo, até mesmo a vida, é relativo e secundário em relação a ele. Em sua defesa e promoção vale tudo o que for necessário, até mesmo a exclusão de muitos, sua miséria e sua morte. Vale também a violência, e até o assassinato organizado. Afinal, não se estaria eliminando pessoas, e sim seres que perderam a chance ou não se habilitaram para as *benesses* do mercado (POLETTO, 1997: 24).

Diante deste cenário, verifica-se a crescente migração de famílias camponesas para os centros urbanos e a produção camponesa, baseada na agricultura familiar2, perde sua importância quantitativa e qualitativa no jogo das forças econômicas,

1 Graduada em Serviço Social (UCS/RS) e Mestre em Educação Escolar Brasileira (UFG/GO). Professora do Curso de Serviço Social da UNIOESTE, Campus de Toledo/Pr; Membro do Grupo de Pesquisa "Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social"; Professora do Programa de Extensão: Ação socioambiental e formação e educação em educação ambiental da Sala de Estudos e Informações em Políticas Ambientais e Sustentabilidade – SEIPAS – Ano 2008-2010. Coordenadora do Projeto de Ensino Grupo de Estudos em Serviço Social- GESS – Ano 2008-2010.

em função da tecnificação dos processos produtivos. Se, por um lado, o campesinato3 perde a força econômica na agricultura capitalista contemporânea, por outro lado, ressalta-se a importância da força, particularidades e movimentos sociais rurais.

Vale ressaltar que as expressões "camponês, campesinato" ganham estatuto científico no interior das ciências sociais, no final dos anos 1940, a partir do trabalho do antropólogo norte-americano Robert Redfield (ABRAMOVAY, 1992:105). Para a definição de camponês, Redfield assim se expressa: "Chamarei camponês quem tem ao menos estas características em comum: sua agricultura está voltada para a manutenção (*their agriculture is a livelihood*) e é um modo de vida e não um negócio visando lucro (...) vê-se um camponês como um homem que tem o controle efetivo de um pedaço de terra ao qual se encontra ligado há muito tempo por laços de tradição e sentimento" (REDFIELD, apud ABRAMOVAY, 1992: 108).

Diferentemente do trabalhador assalariado, o campesinato caracteriza-se como um grupo social específico e deve-se buscar na sua existência cotidiana as categorias fundamentais pelas quais sua vida pode ser explicada. Todavia, pode-se notar que as discussões e debates acerca do campesinato envolvem perspectivas teóricas distintas. Por um lado, há aqueles para os quais o meio rural muda em iguais proporções com as modificações que se operam na sociedade capitalista como um todo e, como conseqüência, configura-se o desaparecimento do campesinato. Por outro, há aqueles que tendem a perceber a incorporação tecnológica e os novos mecanismos de produção sem, contudo, alterar a totalidade das relações sociais estabelecidas entre o campesinato.

Conforme estudos de Abramovay (1992: 31-131) para a revisão marxista sobre as possibilidades da pequena produção agrícola, é impossível construir um conceito positivo e rigoroso de *camponês* no interior da teoria marxista. Sob o ângulo teórico, não faz sentido para os clássicos marxistas da questão agrária [Lênin e Kautsky] a idéia de uma *economia camponesa*4. O camponês só pode ser definido pela tragédia de seu destino social: "ele será fatalmente extinto pela própria dinâmica da diferenciação entre os produtores [Lênin] bem como será incapaz de resistir à concorrência das grandes empresas agrícolas [Kautsky]" (ABRAMOVAY, 1992: 23).

Nesta perspectiva, os clássicos marxistas e alguns teóricos contemporâneos brasileiros5 trabalham com a idéia de que o mundo agrário transforma-se como um todo, em conformidade com as exigências e demandas da industrialização e urbanização, ao impor e generalizar as formas de sociabilidade, valores, ideais, padrões e instituições sociais, que assimilam e expressam a nova caracterização do capitalismo global.

Em contraposição aos entendimentos de Lênin e Kautsky, as teorias de Alexander Chayanov e Jerzy Tepicht, revistas por Abramovay, demonstram que a *economia camponesa* pode ser objeto de um conhecimento racional e objetivo e procuram uma definição de campesinato cuja base se fundamenta na própria família e nas determinações que a estrutura social familiar impõe sobre o comportamento econômico. Neste sentido,

> (...) num estabelecimento camponês, o critério de maximização da utilidade não é a obtenção da maior lucratividade possível em determinadas condições. O uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades familiares. E estas não se confundem forçosamente com as necessidades de uma empresa. (...) O que determina o comportamento do camponês não é o interesse de cada um dos indivíduos que compõem a família, mas sim as necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar (ABRAMOVAY, 1992: 61-62).

Não se trata de procurar negar a incorporação de processos tecnológicos e as transformações produzidas pela globalização e modernização. Trata-se de associar a modernidade e a tradição cultural rural. Do ponto de vista social, a existência camponesa apóia-se na família e na comunidade que, de certa forma, emprestam sentido à atividade camponesa. São os laços comunitários locais, o trabalho e organização familiar, o ambiente social, cultural e econômico específico que contribuem para a construção explicativa do campesinato. "Trabalho e vida não são duas dimensões cindidas: as crianças, as mulheres, enfim um organismo único produz com base no objetivo de gerar não só meios de vida, mas sobretudo um modo de vida" (ABRAMOVAY, 1992: 102).

Trazendo esta discussão para a realidade brasileira, as palavras *camponês* e *campesinato* chegaram ao Brasil, segundo Martins, pelo caminho da importação política. Introduzidas em definitivo pelas esquerdas, há pouco mais de duas décadas, procuram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país nos anos cinqüenta. Para o autor,

> Essas novas palavras – *camponês* e *latifundiário* – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da História, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1990: 22-23).

---

2 Sobre agricultura familiar, ver Anjos (1995) e Abramovay (1992).

3 Sobre campesinato ver mais em Leite (1993: 26-49); Abramovay (1992: 79-131).

4 Para os clássicos marxistas, "cada segmento e cada classe da sociedade serão conhecidos, em última análise pela maneira como se inserem na divisão do trabalho. Qualquer categoria social não imediatamente incorporada às duas classes básicas, só possuirá uma existência social fugaz, inócua de certa maneira". (No caso específico do campesinato,) "sua definição é necessariamente negativa: ele é alguém que não vende força de trabalho, mas que não vive basicamente da exploração do trabalho alheio. Neste plano, então, no mundo capitalista, o camponês pode ser no máximo um resquício, cuja integração à economia de mercado significará fatalmente sua extinção" (ABRAMOVAY: 1992: 52).

5 Ver, em especial, Ianni (1996: 43-63).

Longe de ser uma forma universal, capaz de se incorporar às diversas sociedades, o campesinato aparece como um "tipo social específico sobre o qual o desenvolvimento capitalista exerce um efeito altamente desagregador" (TEPICHT, *apud* ABRAMOVAY, 1992: 77). A terra, que antes era vista como terra de trabalho, terra para a vida, rapidamente se converte em meio de produção e em terra de mercadorias destinada à agroindústria. Esta inversão de valor da terra obriga o trabalhador do campo ou a vendê-la pelo preço de mercado, caso não consiga acompanhar o ritmo de produção e produtividade exigida pelo capital, ou a se submeter como força de trabalho assalariado da empresa capitalista e, "essa separação forçada pelo capital, que arranca das mãos do trabalhador seus instrumentos de trabalho, constitui o núcleo do processo de expropriação" (CRUZ, 1996:40). Sobre o processo de expropriação, submissão e assalariamento imposto aos trabalhadores rurais, Martins explica que:

> Apenas quando o capital subordina o pequeno lavrador, controlando os mecanismos de financiamento e comercialização, processo muito claro no sul e no sudeste, é que sub-repticiamente as condições de existência do lavrador e suas famílias, suas necessidades e possibilidades econômicas e sociais, começam a ser reguladas e controladas pelo capital, como se fosse um assalariado do capitalista (MARTINS, 1991: 54).

Neste contexto, evidencia-se a incompatibilidade do modo de produção capitalista e o ambiente sócio-econômico do campesinato. "A integração com a agroindústria significa em última análise que o camponês não é mais o 'sujeito criador da sua própria existência' " (ABRAMOVAY, 1992: 69) uma vez que está submetido às leis do mercado que interagem na substância social da formação do campesinato, cuja produção tem como base o trabalho familiar. Para Abramovay (1992:23), "a própria racionalidade da organização familiar não depende (...) da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve".

Dessa forma, as mudanças ocorridas nas últimas décadas no meio rural brasileiro representam um grande desafio. Para enfrentá-lo, deve-se reconhecer que nas últimas quatro décadas a agricultura brasileira, assim como a economia em geral, sofreram grandes transformações dentro dos limites da mecanização, industrialização e da urbanização que vem ocorrendo no país, em especial, após a Segunda Guerra Mundial. Em decorrência deste processo de modernização da agricultura6, verifica-se o crescente êxodo rural e a concentração de terras. Basta verificar que "em 1950 a zona rural abrigava quase 70% dos habitantes do país, proporção que drasticamente se reduziu para perto de 25% em 1990" (GRAZIANO, 1996: 43), invertendo completamente a distribuição espacial da população.

Os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) relativos ao recadastramento de 1992 apontam a existência de 150 milhões de hectares pertencentes aos imóveis considerados grandes e improdutivos, num total de quase 55 mil imóveis e 70% dessa área, representando quase cem milhões de hectares, encontram-se nas regiões Norte e Centro-Oeste7. Os índices de concentração de terras no país, em 1996, alcançam índices alarmantes: "0,9% dos grandes proprietários detém 35% das terras ou 118,4 milhões de hectares" (In: GONÇALVES, 1996: 9).

Diante desta realidade, a exclusão dos camponeses e os conseqüentes conflitos e mobilização social gerados não são, contudo, recentes no Brasil. A história do campesinato brasileiro não pode ser reconstruída separadamente da história econômica e política do país. Em sua trajetória, desenvolveram-se diferentes lutas e diferentes movimentos8, dependendo das características locais e de suas peculiaridades. Os movimentos surgem, segundo Grzybowski,

> (...) quando se rompe determinado pacto social ou determinada forma de relação social e, aí, na insatisfação que se gera ou na inviabilidade de reprodução daquelas relações, é que pode surgir um movimento. Para surgir o movimento, é necessária certa vontade. Então, lições anteriores de lutas anteriores, são, sobretudo, formadoras de vontade. Eu falo em vontade, e não só em consciência, porque penso que vontade exprime melhor a idéia de práxis (GRZYBOWSKI, 1994: 26).

Com práticas sociais diferentes, os movimentos sociais rurais apresentam uma unidade quanto à causa: a luta pela terra e pelo trabalho, como expressão do significado do campesinato frente à expropriação material, cultural e espiritual de seu modo de vida. Para fazer valer seus interesses, sua identidade sócio-cultural, sua força social e política e práticas específicas de organização e participação como sujeitos da história, "coube aos trabalhadores demonstrar grande capacidade de mobilização e conquista de posições" (GRZYBOWSKI, 1991:16).

Os movimentos sociais camponeses, a partir da segunda metade deste século, em especial a partir da década de 1980, ganham um novo impulso e são determinados pela diversidade geográfica e social e pela entrada de diferentes categorias de trabalhadores que desenvolveram caminhos alternativos e significados diferenciados de existência.

Nessas lutas, "as formas de expropriação não são homogêneas, envolvendo diferentes agentes, e não são homogêneos os camponeses que a elas se opõem" (GRZYBOWSKI, 1991:18), mas que, combinados em sua desigualdade e contradições forjam clara oposição à expropriação imposta pela expansão do capitalismo.

---

6 Sobre o aspecto conservador da modernização da agricultura brasileira ver, entre outros: Kageyama (1987); Martine (1991: 7-37); Martins (1985); Pessoa (1997: 90).

7 Sobre a estrutura fundiária brasileira e respectiva análise ver Graziano (1996: 73-78).

8 Martins efetua uma importante reconstrução da história dos movimentos sociais deflagrados pelo campesinato brasileiro, compreendidos entre o período que abrange a abolição da escravatura (1888), até o golpe militar de 1964. Para o autor, "Poucos sabem e se dão contra de que o campesinato brasileiro é a única classe social que, desde a Proclamação da República, tem uma reiterada experiência direta de confronto militar com o Exército: em Canudos (1896-1897), no Contestado (1912-1916), e, de um outro modo, em Trombas e Formoso (a partir de 1950); ou então, uma experiência de intervenção direta do exército: na insurreição do Sudoeste do Paraná (1957), no Nordeste, e mais recentemente nos conflitos camponeses do Araguaia-Tocantis" (Martins, 1990: 27). O autor ressalta também a história das Ligas Camponesas originárias de Pernambuco (1955) e a atuação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Ver, a respeito, Martins (1990: 21-102).

Apreender as relações que permeiam as práticas sociais do movimento social rural e a concretude de seu significado sócio-histórico e político é desafiador para a práxis profissional do Assistente Social. Constitui-se em campo fértil de atuação para o Serviço Social, justificado, de um lado, pelo compromisso ético-político, teórico e metodológico assumido pela profissão com a classe trabalhadora e grupos sociais historicamente excluídos e, por outro lado, pelas novas configurações na rede de relações que determinam as condições materiais de existência e de via dos sujeitos sociais que constroem e reconstroem seu contexto social.

MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

Apreender a historicidade do movimento social rural entre as décadas de 1980 e 1990 no Brasil implica na apreensão histórica dos organismos que mediaram, em diferentes momentos, essa trajetória. A mobilização rural deve ser entendida como a organização de lavradores em sindicatos, partidos políticos, associações comunitárias ou grupos eclesiais que se engajam na defesa do direito das pessoas de permanecer na terra onde vivem e trabalham, em prol da criação de programas de reforma agrária ou o desenvolvimento de uma proposta ideo-política voltada para a mudança da sociedade.

Da mesma forma coloca-se a compreensão em relação aos seus sujeitos, seus autores. Esses também possuem distintas trajetórias históricas. As "retomadas históricas" oferecem perigos. No entanto, pretende-se fazê-lo naquilo em que o passado pode explicar o presente. Retoma-se, aqui, o entendimento de Ianni:

> A cronologia é um gancho para se conhecer o presente. Nenhum de nós é resultado de nossa biografia vista cronologicamente. Tenho certeza que cada um de nós é resultado de um acontecimento ou de alguns acontecimentos excepcionais, em alguns momentos da vida. Que foram as descidas ao inferno ou, então, as subidas aos céus, ou então, com alguns riscos de limbo, mas não é verdade que tudo o que aconteceu na vida de uma pessoa é responsável pelo que a pessoa é no presente [...] Na verdade, há passados que são determinantes, que são constitutivos. E há passados que ficaram irrelevantes (IANNI, *apud* QUIROGA, 1991:19).

Na diversidade de experiências de luta e formas de organização dos movimentos sociais no campo, considera-se como objeto do presente estudo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)9. A origem deste movimento está associada às ações de resistência e às ocupações de terra por grupos de trabalhadores rurais, de algum modo excluídos pelas transformações em curso na região sul do Brasil, em especial no oeste do Paraná, no final dos anos 1970 e início de 1980 com a construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu, pelo Brasil e Paraguay. "Ali, entre 70 e 80 desapareceram cerca de 100 mil propriedades rurais" (MARTINS, 1985: 99). Um grande número de famílias de pequenos agricultores, filhos de colonos, agregados e assalariados temporários, expropriados da barragem, receberam a oferta de transferência para núcleos de colonização agrícola – as chamadas Fronteiras Agrícolas Brasileiras10 – na Amazônia, Rondônia, Mato Grosso e oeste da Bahia. Passaram a debater sobre as indenizações insuficientes para a aquisição de terras em local de escolha livre e formaram um bloco de resistência à própria construção da Itaipu Binacional. Segundo Martins, "A esses lavradores, junta-se o número crescente de lavradores sem terra própria para trabalhar, como os meeiros, parceiros, pequenos arrendatários, filhos de pequenos proprietários, cujas terras são insuficientes para famílias extensas, como geralmente são as dos colonos do Sul" (MARTINS, 1985: 99).

Constituíram, então, o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná (MASTRO). No mesmo período histórico ocorreu a expulsão dos trabalhadores rurais, arrendatários das terras dos índios Kaingang, que lhes haviam sido alugadas pela Fundação Nacional do Índio, em Nonoai, no Rio Grande do Sul. Os Kaingang se viram na curiosa situação de se tornarem empregados dos arrendatários de suas próprias terras. Por esse motivo decidiram expulsá-los e retomá-las. Tais trabalhadores de modo geral reconheceram os direitos dos índios, mas ficaram sem terra para trabalhar no Rio Grande do Sul. Alguns aceitaram transferência para o projeto de colonização de Terranova, no Mato Grosso, mas outros preferiram ficar no Rio Grande. Membros desse grupo, juntamente com outros sem-terra, em fevereiro de 1981, acabaram se instalando na beira da estrada de Passo Fundo a Ronda Alta, na Encruzilhada Natalino, formando ali um acampamento para exigir do governo a desapropriação de terras ociosas no Rio Grande do Sul para que eles fossem reassentados, dispondo-se a pagar com o próprio trabalho a terra que recebessem (MARTINS, 1985: 100).

Nos dois movimentos citados, houve a intervenção do Exército e Polícia Federal para intimidar e forçar os trabalhadores a aceitarem empregos como assalariados ou se transferirem para os projetos de colonização oficial. No bojo dos conflitos e resistência à expropriação, o MASTRO e o Acampamento da Encruzilhada Natalino desenvolveram uma estrutura de negociação e articulação própria e deram a forma inicial ao MST.

O movimento estendeu-se para outras regiões do país, "seguindo a esteira do próprio processo de migração dos colonos" (GRZYBOWSKI, 1991: 23) e, através do apoio "não só da Igreja Católica mas também da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, ambas, aliás, trabalhando conjuntamente com a Comissão Pastoral da Terra" (MARTINS, 1985: 101), bem como de intelectuais, sindicatos, partidos políticos e organizações não-governamentais.

---

9 "A denominação Trabalhadores Rurais Sem Terra é dada pelo MST, como também pela CPT, que designa um universo de pessoas como assalariados rurais, meeiros, agregados ou pessoas que tiveram um vínculo com a terra e que no momento não a possuem e desejam possuí-la para trabalharem com sua família" (GOMES, 1995: 16).

10 Sobre Fronteiras Agrícolas, ver Leite (1993). O autor trata da resistência e transformação do campesinato na fronteira agrícola da Amazônia em geral, e no sudoeste de Mato Grosso, em particular. Ver, também, a análise sobre os interesses conflitantes que permearam a luta pela terra na fronteira amazônica, em Martins (1991).

O MST foi oficialmente fundado durante a realização do 1o Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, de 29 a 31 de janeiro de 1985, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, com a participação de mais de 1.500 delegados representantes dos diversos estados brasileiros. De acordo com Pessoa, "a formação do MST, portanto, foi possível graças à emergência da luta concreta de trabalhadores sulistas, no final da década de 70 e início da década de 80, fazendo acontecer a reforma agrária, pelo menos de forma pontual, e graças também à legitimidade conferida pela Igreja e seus organismos pastorais" (PESSOA, 1997: 89).

Grzyboswki (1994) afirma que os movimentos sociais são antes de tudo um processo, uma possibilidade, e uma das características que permeiam os movimentos sociais – no caso específico do MST – é o processo de participação, organização e socialização das idéias, sentimentos, paixões e necessidades materiais e espirituais dos trabalhadores rurais que dão sentido à própria história pessoal e coletiva, à medida que "(...) estas pessoas se socializam de determinada forma, porque é um processo de socialização e (...) há um aprendizado social, um aprendizado político. Há um processo de forjar uma vontade, neste sentido" (GRZYBOWSKI, 1994: 27). No entender de Vendramini,

> O MST desempenhou um papel muito importante na conjuntura agrária do país, principalmente na década de 80, contrapondo-se à velha estrutura sindical dos trabalhadores rurais, instituída pela ditadura e com caráter assistencial. Liderando as lutas pela terra no campo brasileiro, especialmente na região sul do país, tornou-se um importante porta-voz da reforma agrária exigida pelos trabalhadores e resgatou das lutas sociais no campo brasileiro a ocupação de terra, o acampamento e a experiência de trabalho coletivo como forma de luta e de organização (VENDRAMINI, 1992: 17).

A luta pela reforma agrária ganha novo sentido e evidencia novos padrões de entendimento e comportamento rural e, inclusive, urbano. No repensar de sua trajetória, construída na e da contradição do seu saber e fazer acontecer, o MST forjou um novo significado político de reforma agrária, até então apresentada como uma proposta exclusiva de reassentamento de trabalhadores sem-terra: o de compreender que reforma agrária não se confunde exclusivamente com a propriedade de um título de terra.

Na luta histórica contra o latifúndio e, recentemente, contra a subordinação aos complexos agro-industriais, está em discussão o próprio conceito de reforma agrária, isto é, a visão *distributivista* da reforma agrária, baseada no entendimento de desapropriar as propriedades improdutivas e distribuí-las em pequenos lotes de terra aos trabalhadores rurais. A desapropriação das terras ociosas e sua distribuição aos trabalhadores é, sem dúvida, uma necessidade inquestionável para a construção de uma sociedade mais justa, especialmente quando se pensa em sua função social. E mais, a posse da terra significa a defesa do direito ao trabalho, do respeito ao valor do trabalho e ao trabalho como centro na definição da vida do pequeno agricultor. Portanto, o sentido político do MST está "(...) no fato de porem a nu a sua comum situação de excluídos, devido à estrutura agrária vigente, e de exigirem do Estado medidas que lhes garantam o acesso à propriedade da terra e a sua reintegração econômica e social como pequenos proprietários" (GRZYBOWSKI, 1991: 24).

Afinal, qual é a demanda de terras para satisfazer as necessidades reprimidas das famílias de trabalhadores rurais, privadas de seus meios e instrumentos de trabalho e existência social no Brasil? As lacunas no conhecimento da realidade agrária brasileira ainda são grandes e, por si só, um desafio. Torna-se quase impossível determinar com exatidão um número que expresse a real demanda de terra para uma necessidade quantificada de trabalhadores sem-terra. Os dados quantitativos encontrados referentes às décadas de 1980 e 1990 são heterogêneos e imprecisos, conforme apontam as pesquisas de diferentes organizações governamentais e não-governamentais11.

Outra imprecisão de informações refere-se aos aspectos qualitativos12 dos assentamentos no que tange real melhoria da qualidade de vida; aumento do índice de alfabetização; quanto se produz, o que se produz e como se produz;

---

11 O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) elaborado no início do governo Sarney, em 1985, apresenta os seguintes dados sobre o número de famílias assentadas: "O PNRA (...) em 1985, estimava que os "beneficiários potenciais" da reforma agrária somariam um contingente entre 6 a 7 milhões de famílias, incluídos os posseiros, arrendatários, parceiros, assalariados rurais e minifundiários. (...) Findo o período do governo Sarney, haviam sido assentadas 82.690 famílias, menos de 6% da meta estabelecida. No período seguinte, a promessa de Collor era assentar 500 mil famílias; quando da época do impeachment, 38.405 famílias haviam sido beneficiadas com um pedaço de terra. Já com Itamar Franco, outras 18.970 famílias receberam seus lotes de terra" (In: GRAZIANO, 1996: 78-79). Os dados do INCRA, citados por Graziano,, afirmam que: "Em janeiro de 1996, 1.128 projetos de assentamento rural, inclusive de colonização, realizados pelo governo federal ocupavam 9,95 milhões de hectares, distribuídos entre 185.396 famílias. Somados aos assentamentos rurais realizados pelos Governos estaduais, chega-se a 1.951 projetos, com 322.807 famílias, ocupando uma área de 15,26 milhões de hectares" (GRAZIANO, 1996: 86). Diferentemente destes dados sobre o universo da reforma agrária, Gonçalves (1996: 9) divulgou em maio de 1996, o número de 197.711 famílias assentadas e outras 40.737 famílias assentadas que foram emancipadas, ocupando uma área total, até maio de 1996, de 7.722.733 hectares. Para o MST e INCRA, "existem 1.123 assentamentos no país, com 139.223 famílias em 7.253.594 hectares" (CPT, 1996: 23). Graziano (1996: 79), cita dados do MST, segundo os quais, as estimativas sobre a quantidade de trabalhadores rurais sem-terra a serem beneficiados com um programa de reforma agrária é de 4,8 milhões de famílias.

12 O Relatório "Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária" realizado pela FAO/PNUD/MARA para diagnosticar a situação sócio-econômica das famílias beneficiadas pela reforma agrária nos projetos de assentamento do Brasil e publicado em 1992, foram constatados os seguintes aspectos: "1) O assentamento de populações rurais de baixa renda nas áreas desapropriadas pelo INCRA revelou-se eficaz na promoção do desenvolvimento rural e na fixação do homem no campo...Verificou-se que a geração de renda nos assentamentos, embora aconteça de forma concentrada, colabora no sentido de melhorar o perfil de distribuição de renda; 2) Verificou-se a existência de um marcado processo de integração nos mercados, principalmente entre as famílias de maior renda, o que revela que os assentamentos, além de colaborar no aumento da produção de alimentos, foram eficientes em desenvolver um setor de agricultores comerciais; 3) Constatou-se que a produtividade em geral dos assentamentos foi baixa, se comparada com o contexto regional e (...) mostraram a existência de dificuldades na relação com o meio ambiente, principalmente nas regiões amazônicas; 4) A pesquisa revela também que, embora tenham sido realizadas obras de captação de água em algumas regiões, foi tênue a atividade de canalização de água e irrigação nas áreas de possível cultivo". Outro dado relevante demonstra que, a renda média familiar dos assentados, no final de 1992, era de 3,7 salários mínimos mensais, em nível nacional. Em pesquisa mais recente, o I Censo da Reforma Agrária do Brasil (INCRA/CRUB/UnB, 1997), indica que a média nacional de renda familiar é de R$ 722,19. Ver, a respeito, FAO/PNUD/MARA, 1992: 84-85.

quantos continuam morando13 e quantos venderam a terra14, ou mesmo, informações sobre o impacto econômico-social na economia regional ou nacional etc. As informações continuam desencontradas e, para Graziano (1996: 87), "não se sabe, ao certo, a eficácia do programa de reforma agrária no país".

Na perspectiva da luta dos trabalhadores rurais pela terra e pelos direitos humanos, "a consciência da comum situação de carência e de exclusão social, decorrente do não ter terra leva o grupo a elaborar a sua identidade" (GRZYBOWSKI,1991: 57). Realizando diferentes movimentos e no conjunto de práticas coletivas e socializadas, forjam-se a si mesmos como sujeitos, membros de grupos sociais determinados e determinantes, com linguagens e identidades sociais próprias, consolidando sua identidade social e política. A transformação dos trabalhadores em sujeitos históricos, segundo Grzybowski (1991: 57), "está associada à elaboração de suas diferentes identidades e na afirmação de direitos instituídos ou não". O que permeia a busca da identidade social do movimento é a mescla do matiz teórico-ideológico dos "partidos comunistas com seus projetos de implementação do socialismo e o matiz religioso, cunhado pela defesa fundamentalmente cristã dos direitos humanos e da luta pela justiça social na América Latina" (CRUZ, 1996: 27), desenvolvida pelas pastorais, em especial, da Igreja Católica15. Em seus estudos, Damasceno afirma:

> Quanto à essa influência dos movimentos camponeses, reconhecemos que a mesma ocorre a partir de duas vertentes básicas: a marxista, representada pela ação dos militantes dos partidos comunistas, e aquela que origina-se no seio da Igreja Católica latino-americana, que se expressa inicialmente na atuação da juventude católica, das comissões pastorais da terra, que em confluência com a matriz marxista gestam o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST (DAMASCENO, 1992: 4).

Lechat, segundo Pessoa, confirma a presença do caráter religioso no processo de legitimação do MST:

> (...) sua forma de expressão pública realiza-se através do ritual religioso. A procissão virou "caminhada". A celebração eucarística toma a dimensão de manifestação. A reza é um momento de reunião e simboliza a resistência à militarização. A luta pela terra transforma-se no êxodo do povo escolhido em direção à terra prometida, anunciada pelos agentes da Igreja, garantida por Deus (LECHAT, *apud* PESSOA, 1997: 90).

A construção de uma identidade camponesa que exprime a sua inserção social resulta, segundo Grzyboswki, "(...) de uma combinação de direitos com religião dando aos sujeitos uma identidade político-religiosa. Os sem-terra, por exemplo, vivem tal ambigüidade. Isto revela a presença da Igreja nos movimentos e, sobretudo, a importância da recuperação de questões culturais próprias dos grupos subalternos – como a religiosidade popular – na afirmação de sua cidadania" (GRZYBOWSKI, 1991: 58).

Como sujeitos historicamente determinados e determinantes, exercem um papel relevante no contexto das relações sociais, políticas e econômicas mais amplas, ao forjar suas lutas localizadas para eixos maiores, na qual a prática da interajuda é comum entre os participantes do movimento, seja na troca de experiências, na discussão de projetos e busca de soluções. Tais fatos reforçam a busca da identidade social, "contribuindo para uma compreensão mais integral da própria terra e cidadania e (...) é esta mística popular que tem alimentado e qualificado as lutas no campo" (CPT, 1996: 25). Pode-se dizer, portanto, que a partir de 1980, em especial na década de 1990, os movimentos sociais rurais inovaram na forma e no seu conteúdo, quanto à luta pela cidadania e na recriação dos espaços públicos e de gestão destes espaços.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. (1992). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Hucitec.

ADRIANCE, Madeleine Cousineau. (1996). *Terra prometida: as comunidades eclesiais de base e os conflitos rurais*. São Paulo, Paulinas.

ANJOS, Flávio Sacco dos. .(1995). *A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba*. SCPelotas, Editora da UFPEL.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. (1996). *Conflitos no campo Brasil 1995*. Goiânia, CPT, maio.

CRUZ, Armando. (1996). *Sem-escola, sem-terra: para uma sociologia da expropriação simbólica*. Pelotas, Ed. Universitária/UFPel.

CURADO, Fernando Fleury. (1998). Ocupação *e assentamento na Fazenda Rio Vermelho: a constituição do agricultor assentado na região de Goiás*. (Rio de Janeiro, UFRJ/CPDA.

DAMASCENO, Maria Nobre. (1992). *Algumas reflexões sobre o trabalho associativo no assentamento*. Reunião anual da ANPED, Caxambu.

FAO/PNUD/MARA. (jan. 1992). *Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária*. Relatório Final, Projeto BRA 87/022, Brasília.

13 Ver análise em: A reforma agrária que deu certo. In: CPT, 1996: 23. Vale ressaltar o dado divulgado pelo jornal Folha de S. Paulo, que afirma serem 25% as famílias desistentes dos projetos de assentamento. (Cf. Salomon, Marta. 25% das famílias deixam a terra, afirma a pesquisa.. Folha de S. Paulo. São Paulo, 19 maio 1996, Caderno Brasil: 10).

14 O percentual médio de desistências em 1993, segundo pesquisa da FAO/PNUD/MAARA, era de 22% no país. A pesquisa atribui o abandono da terra à dificuldade que o assentado enfrenta para se integrar ao mercado e aumentar a renda da família. Ver, a respeito, FAO/PNUD/MARA, 1992: 84-85.

15 Conforme Perani, a palavra pastoral "surge a partir da imagem do Bom Pastor que cuida do seu rebanho e da ovelha longe do redil. Com esse termo, mais usado no âmbito da Igreja Católica, queremos indicar todo trabalho feito pela comunidade eclesial enquanto tal, seja no que se refere ao atendimento das necessidades de seus membros, seja no seu aspecto missionário. Nas Igrejas Protestantes o termo 'evangelização' corresponde ao que entendemos por pastoral" (PERANI, 1992: 29).

FOLHA DE SÃO PAULO. (1996). São Paulo, 30 jun. 1996. *Caderno Especial (Sem-terra)*.
GONÇALVES, Marcos Augusto. (1996). Crise do campo atormenta Brasil urbano. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 maio 1996, Caderno Brasil, p.9.
GOMES, Luiz Antônio Lopes. (1995). *A dolorosa transição: de trabalhadores sem terra a trabalhadores com a terra*. Goiânia, ICHL/UFG.
GRAZIANO, Francisco. (1996). *Qual reforma agrária? Terra, pobreza e cidadania*. São Paulo, Geração Editorial. .
GRZYBOWSKI, Cândido. (1994). A hora da mudança dos movimentos sociais. In: TORRES, Artemis (org.). *Mato rosso em movimentos*. Cuiabá, EdUFMT.
GRZYBOWSKI, Cândido. (1991). *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.
IANNI, Octavio. (1996). *A era do globalismo*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
INCRA/CRUB/UnB. (1997). *I Censo de Reforma Agrária do Brasil*. Brasília.
KAGEYAMA, Angela A. *Et al*. (1987).*O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais*. Campinas, Unicamp.
LEITE, José Carlos. (1993*). Resistência e transformação do campesinato no sudoeste mato-grossense: aspectos educativos da luta pela terra*. Cuiabá, UFMT.
MARTINE, George. (1991*). A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?*. Lua Nova, São Paulo, 23, mar. 1991.
MARTINS, José de Souza. (1991). *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo, Hucitec.
MARTINS, José de Souza. (1990). *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
MARTINS, José de Souza. (1985). *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
PERANI, Claudio. (1992). Comissão Pastoral da Terra: novos desafios espirituais. In: In: MARTINS, José de Sousa & PERANI, Claudio. *Sonhos e desejos dos lavradores: desafios para a CPT*. São Paulo, CPT/Loyola, Cadernos de Estudos CPT (4).
PESSOA, Jadir de Morais. (1997). *A revanche camponesa: cotidiano e história em assentamentos de Goiás*. Campinas, Unicamp/IFCH.
POLETTO, Ivo. (1997). A terra e a vida em tempos neoliberais: uma releitura da história da CPT. In: Comissão Pastoral da Terra. Secretariado Nacional da CPT. *A luta pela terra – A Comissão Pastoral da Terra: vinte anos depois*. São Paulo, Paulus.
QUIROGA, Consuelo. (1991). *Invasão positivista no marxismo: manifestações no ensino do Serviço Social*. São Paulo, Cortez.
SALOMON, Marta. (1996). 25% das famílias deixam a terra, afirma a pesquisa. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 maio 1996, Caderno Brasil, p. 10.
VENDRAMINI, Célia Regina. (1992). *Educação e prática social: um estudo do Movimento dos Sem Terra*. Reunião Anual da ANPED, Caxambu.

Estado, Educação e Movimentos sociais do campo: Luta social pela educação do campo no Brasil

Clésio Antonio
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
clesioaa@yahoo.com.br
Fernando José Martins
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
fernandomartins@unioeste.br

Resumo: O trabalho trata das políticas para a Educação do Campo no Brasil. Propõe-se a analisar as relações entre o Estado, movimentos sociais populares do campo e a educação na sociedade atual. Tais relações nos remeteu a uma problematização das contradições da realidade educacional brasileira a partir da luta popular por educação. Lutas que são perpassados pela motivação política que esses movimentos sociais forjam perante a atual configuração político-administrativa do Estado de classe. No Brasil, o movimento "Por uma Educação do Campo" aponta para contradições das políticas educacionais e, respectivamente, para a gestão do Estado, pelas quais as necessidades por tais políticas para o campo são enfaticamente postas em evidência por esse movimento. Com isso, evidenciamos que as possíveis políticas para educação do campo estão mediadas pelas lutas sociais, as quais marcam as políticas que os movimentos sociais populares do campo vêm tensionando no Estado atualmente. As lutas sociais por Educação do Campo sugerem, assim, que a formação dos sujeitos tomam um movimento que é próprio dos interesses à superação das condições materiais e político-pedagógicas na realidade educacional no campo brasileiro. É o movimento de possibilidades e limites desse processo sócio-político que será aqui analisado, tendo como conclusão um balanço preliminar da experiência, uma vez que a educação do campo se encontra em processo de consolidação no Brasil atualmente.

Introdução

O presente texto, ao analisar a construção coletiva da Educação do Campo pelos movimentos sociais populares do campo, pretende articular um debate em torno de categorias, como Estado, políticas sociais, democracia, realizando mediações necessárias para buscar a manutenção do princípio da unidade na diversidade.

O período compreendido entre a década de 1990 até os dias de hoje é significativo para a temática da Educação do Campo, tanto para sua implementação em si, quanto para condicionantes sociais que constituem raízes para tal fenômeno.

Compreendendo que são os homens e as mulheres responsáveis pela produção de sua existência, são eles também responsáveis, tanto pelas transformações da realidade, quanto pela situação a ser transformada, por mais caótica que essa seja. No caso em tela, não somente a proposição da Educação do Campo, mas também como superação de um quadro caótico da rede escolar na zona rural, que culminaram nesse quadro.

Ao falar, no prefácio da sua *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, Marx fazia uma análise dos modos de produção, mas, a observação pode ser aplicada a outros contextos da esfera social e também com o significado aqui empregado. Dessa maneira, ele adverte: "*É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem (...)*".(MARX, 1982, p.26)

Em nosso caso, as condições para a realização do "objetivo", que é a Educação do Campo em sua plena implementação, constroem-se, para além do movimento dos sujeitos sociais, mas têm origem, na reação a uma realidade concreta, que avilta esses sujeitos. Na expectativa de exemplificar essas condições dessa realidade, dentro do período assinalado, os próprios dados estatísticos oficiais constituem uma representação sobre à retração da rede escolar rural do Brasil:

Quadro de Estabelecimentos em zona rural de pequeno porte

Anos	1996	2000	2002
Brasil	56.175	29.569	26.503
Norte	8.845	5.082	4.745
Nordeste	23.799	27.522	12.072
Sudeste	8.108	7.163	4.172
Sul	11.512	5.345	4.352
Centro-Oeste	3.911	1.801	1.162

MEC/INEP, In: BOF (2006).

Esses dados, não coincidentemente, são correspondentes ao governo Fernando Henrique Cardoso, período de contínua e rigorosa aplicação de políticas neoliberais no Brasil. Mostram que, embora a população rural tenha diminuído somente cinco por cento (ibden), o número de unidades escolares decresce drasticamente nessas áreas. E esse descaso de atendimento estatal repete-se na totalidade das políticas públicas sociais, como nos casos das políticas de saúde, previdência; descaso que justifica e vincula-se a políticas de inserção do mercado na coisa pública, como o público não-estatal e, recentemente, as parcerias público-privado, adotadas como apoio às políticas sociais pelo Estado brasileiro.

Dessa maneira, compreendemos que as condições materiais vinculadas à temática da escolarização rural, são negativas à manutenção de uma digna existência para os sujeitos do campo brasileiro. Assim, uma das hipóteses de trabalho dessa análise é que um dos pontos de partida para a construção coletiva da Educação do Campo é a intensificação da retração da rede escolar existente nas zonas rurais. Isso é um dos elementos materiais concretos ao qual os sujeitos do campo respondem construindo alternativas. Contudo, tal sinalização não indica que o referido fenômeno encontra-se encerrado em suas próprias dimensões. A questão está envolta e permeada por elementos da totalidade social. De modo geral, pelas transformações da própria ruralidade global e local ou, de maneira mais específica, nas políticas públicas, basicamente sobre as questões que envolvem o Estado mínimo neoliberal e suas conseqüências para a educação.

Estado, política e movimentos sociais

O contexto social e as experiências concretas que nos servem de referência permitem um questionamento acerca do sujeito social a quem cabe a autonomia de responder pela formação humana numa sociedade dividida em classes sociais antagônicas. Ou seja, a quem cabe definir o projeto de formação, que formação e para qual sociedade? Qual o papel do Estado na concretização desta formação? Como se materializa a relação entre o Estado, como responsável pela oferta de educação pública enquanto direito universal, e os movimentos sociais populares do campo e organizações sociais, enquanto propositores de uma educação voltada às necessidades dos trabalhadores do campo?

A relação entre Estado e movimentos sociais populares do campo é uma expressão das contradições que estamos focalizando. Nesse contexto, apreende-se a origem contestadora das condições educacionais para a população do campo, emergidas das contradições históricas sobre a função do Estado capitalista. Portanto, a questão do Estado e das políticas sociais pode ser abordada na perspectiva das relações contraditórias imperativas desse Estado, como também, a partir das relações de força presentes na produção dessas políticas.

Conforme o que procuraremos analisar, o contexto social da decisão sobre as políticas sociais, como da educação, traz os enfoques hegemônicos colocados na atualidade com relação aos novos preceitos à educação e sua provisão pelo Estado. O que nos é sugerido analisar é a tendência de localizar essas diretrizes frente às transformações que passam a sociedade capitalista e o novo entorno sócio-político e cultural no qual estão imersas. A discussão sobre a política

educacional representa, assim, para os movimentos sociais populares, o trabalho ativo de luta social para resistir aos projetos educativos conservadores, constituindo articulações no âmbito da sociedade em geral em defesa de um projeto social popular de educação.

O Estado burguês,1 como instituição, não é compreendido apenas como uma esfera administrativo-burocrática, mas como uma esfera pela qual se canalizam as relações políticas ou correlações de força relativas a um projeto de sociedade, permitindo compreender que as políticas sociais têm um caráter de classe, e estas colocadas no interior de certos valores democráticos (MARX, 1978a). As lutas pela forma de governo do Estado não estão situadas à margem dessa constituição. A concepção de Estado moderno impõe-se como uma orientação importante para as lutas sociais, a qual se estabelece uma função necessária para colocar o Estado na condição de representante geral da sociedade, mascarando sua origem na luta de classes entre capital e trabalho (MARX & ENGELS, 1989; MARX & ENGELS, 2004). São as contradições entre capital e trabalho que vêm acirrando o perfil de classe do Estado moderno e, ao mesmo tempo, desocultando a ideologia de um Estado acima das classes sociais, compreendido como um organismo racional: "[...] a realidade em ato da Idéia moral objetiva, o espírito como vontade substancial revelada, claro para si mesmo, que se conhece e se pensa, e realiza o que sabe e por que sabe" (HEGEL, 1997, p. 204). Uma compreensão que traz um *formalismo de Estado*, ou seja, "o Estado como um Sujeito, a Idéia absoluta, que não guarda em si nenhum momento passivo, material" (MARX, 2005, p. 130).

A educação, como política social, é resultado das formas de orientação política da gestão do Estado capitalista (POULANTZAS, 1971; 2000; VIEIRA, 1992). A discussão sobre Estado, a partir dessas abrangências das relações de força de classes, e frações de classes, parece ser necessária para explicitar o que significam essas relações não separadas das próprias relações de força no interior de sua estrutura. O Estado capitalista não pode ser compreendido como uma "entidade intrínseca", mas "como uma relação social, mais especificamente, como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, que se expressam, de maneira sempre específica, no seio deste Estado" (POULANTZAS, 2000, p. 130). A contribuição de Poulantzas diz respeito à questão da luta de classes no interior do Estado, como um "campo de batalha", não apenas local de organização do poder da classe dominante (CARNOY, 1986).

Nessa concepção, as políticas do Estado são tomadas como imbricadas no funcionamento concreto do Estado, organicamente ligadas às fissuras, divisões e contradições internas deste. Recorremos, para tratar a política derivada dessas fissuras, divisões e contradições internas do Estado, à concepção do *Estado-relação* a qual busca abordar tais especificidades do Estado de um modo mais amplo ou complexo na sua ossatura material (POULANTZAS, 2000). Essa concepção de *Estado-relação* parece-nos sugerir um esquema conceitual acrescido de outros elementos para a reflexão sobre como os movimentos sociais populares do campo, como fração da classe trabalhadora, podem permear as fissuras, divisões e contradições internas do Estado com suas necessidades históricas, nesse caso, por educação pública de qualidade.

Como já salientado, essa concepção busca ampliar a noção de que o Estado não é um bloco monolítico em relação às classes dominadas. Como bloco monolítico, torna-se uma compreensão reduzida da composição de forças perante o Estado, as quais as pressões sempre são vistas como pressões externas, em que o Estado aparece como "uma fortaleza impermeável e isolada delas". Ou seja, as contradições entre as classes dominantes e dominadas mantêm-se como contradições entre o Estado e as massas populares, mas de modo exterior ao Estado; as contradições internas seriam aquelas decorrentes das contradições entre classes e frações de classes dominantes. Portanto, as lutas empreendidas pelas classes dominadas não são compreendidas como presentes no Estado, mas como simples pressões sobre o Estado. Para Poulantzas (2000, pp. 143-4), "na realidade, as lutas populares atravessam o Estado de lado a lado, e isso não acontece porque uma entidade intrínseca penetra-o do exterior". Ou seja, "se as lutas políticas que ocorrem no Estado atravessam seus aparelhos, é porque essas lutas estão desde já inscritas na trama do Estado do qual elas esboçam a configuração estratégica" (Idem). Como aponta (SAES, 1994, p. 47-48), "em *resposta* à *pressão* popular, surgi alguma forma de representação popular apoiada na mediação entre o Estado e as classes populares desorganizadas/reorganizadas em indivíduos-Povo".

A concepção do *Estado-relação* nos indica uma importante compreensão sobre o papel da política nas ações desempenhadas pelo Estado na sociedade capitalista. Parece não deixar de indicar, ainda, o importante papel que o Estado vem cumprindo como esfera fundamental para a reprodução capitalista. Uma esfera que delimita a característica essencial do Estado nas relações sociais, ao mesmo tempo, nos permite compreender que esse papel social depende das relações políticas. Como aponta Mészáros (2006, p. 160), "a formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema". Ou seja, "o capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno". Ou ainda, "o Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico" (Idem, p. 161). Nesse sentido, "historicamente, o Estado tem sido essencial para o processo de expropriação que está na base do capitalismo. Em todos esses sentidos, apesar de sua diferenciação, a esfera econômica se apóia firmemente na política" (WOOD, 2003, p. 35).

Nossa abordagem sobre os movimentos sociais populares do campo e das lutas sociais por direitos sociais na esfera do Estado moderno sugere que tais direitos sociais são instituídos contraditoriamente nesse Estado, a qual a esfera política torna-se fundamental para que as relações de força entre as classes sociais instituam as políticas sociais no interior de seu

1 Por que adotamos a expressão "Estado burguês"? Conforme Saes (1994, p. 17), porque "nosso ponto de partida é a proposição de dois anunciados distintos: a) o Estado burguês organiza de um modo particular a dominação de classe; b) O Estado burguês corresponde a relações de produção capitalista."

aparato, como "organização material\humana que desempenha a função latente – acobertada cotidianamente pela proclamação da função expressa de satisfazer o 'interesse geral da sociedade' – de atenuar o conflito de classes, contendo-o dentro de certos limites" (SAES, 2001, p. 34). Ou seja, para a concepção materialista da história, "a sociedade política, o Estado, é expressão da sociedade civil", e de suas relações de produção e políticas que nesta se instalam (GRUPPI, 1987, p. 26).

Configurado pelos valores e princípios históricos de um Estado representativo idealmente para todos, mas que suas políticas não conseguem atender à ampla maioria da população, o Estado de classe constitui-se numa formação orgânica nas bases estruturais e superestruturais da sociedade com uma direção hegemônica ético-política e econômica de promoção e conservação de um projeto societal. Nesse ponto, nos valemos da concepção gramsciana de hegemonia que parece ter como objetivo, justamente, sublinhar a importância da direção cultural e ideológica daquele projeto. A noção de hegemonia está articulada à concepção de Estado, com a qual Gramsci se propõe a compreender as novas características da formação e reprodução das relações de poder na sociedade. O exercício da hegemonia assume conotações diferentes a partir do modo como os grupos sociais se relacionam e exercem suas funções intelectuais, com base na organização e desenvolvimento no campo econômico, social e político (GRAMSCI, 2000).

Podemos dizer que a hegemonia é uma relação ativa, cambiante, evidenciando os conflitos sociais, os modos de pensar e agir que se expressam na vivência política de disputa à qual os movimentos sociais populares do campo praticam em sociedade. Conforme se desenvolvem e se inter-relacionam as forças em luta, tem-se ou não o fortalecimento das relações de domínio, o equilíbrio entre coerção e consenso ou a ampliação da participação política e da organização da esfera da sociedade civil. A luta pela hegemonia implica uma ação que pressupõe, voltada para a efetivação de um resultado objetivo no plano social, a construção de um universo ideológico e cultural, ético-político ou uma nova concepção de mundo, como os projetos educativos de formação dos sujeitos envolvidos nos movimentos sociais populares do campo. Para Gramsci (1999, p. 103), "a compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de 'hegemonias' políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real".

Por conseguinte, os movimentos sociais populares do campo buscam legitimar suas necessidades históricas na disputa da hegemonia ideológica, marcada numa dinâmica social própria que consubstancia as políticas públicas. Atualmente, as políticas educacionais para os povos do campo são resultados dessas relações políticas já internalizadas no Estado por tais relações de força emergidas dessas lutas. Podemos dizer que os projetos educativos construídos pelos movimentos sociais populares do campo alcançam certas estruturas do Estado. Contudo, não bastam que as políticas estejam confirmadas em leis, decretos, programas; é necessário que essas políticas sejam, de fato, materializadas em condições objetivas para que possam ser efetivadas.

A leitura que podemos fazer das políticas educacionais, a partir das ações de luta dos movimentos sociais populares do campo, pode esclarecer o sentido que imprimimos à nossa análise das suas práticas políticas e educativas. Isto aponta para a necessidade de compreender que os projetos construídos e defendidos pelos movimentos sociais estão envolvidos tendo por horizonte a possibilidade de legitimá-los, como também de constituir mecanismos mobilizadores de identidade política que se contraponham aos projetos educativos conservadores advindos do Estado. Os movimentos sociais populares do campo têm, assim, a tarefa árdua de construir a sua hegemonia de modo amplo à esfera do estatal vigente, como aquela não limitada ao âmbito da institucionalidade capitalista em permanência.

A discussão sobre as políticas educacionais para o campo no Brasil na atualidade, tendo como protagonistas importantes os movimentos sociais do campo, vem nos apontando desafios à esfera pública. Desafios submetidos à tendência de anulação da política na esfera da democracia formal e liberal contemporânea. Uma questão recorrente na história brasileira, pela qual a democracia e a criação de uma esfera pública estão marcadas por um processo político de bloqueio das classes subordinadas à participação social na esfera pública, já que a política parece ser sempre colocada como esfera de decisão para poucos (MARTINS, 1990; 2002; OLIVEIRA, 1999). Assim, a produção social é marcada pela lógica que distingue as decisões a privilegiadas parcelas, de cima para baixo, em que outras parcelas da sociedade são anuladas sobre as mais importantes questões sociais da vida coletiva, da política (RANCIÈRE, 1996).

O movimento "Por uma Educação do Campo" constitui-se em espaços de participação instituídos pela necessidade dos subordinados em reivindicar e garantir a participação nas decisões em esferas públicas, como ampliação da política. As classes subordinadas não esperam ou se contentam com os quase nulos poderes que são propostos para que demonstrem seus reais interesses e necessidades. Essa questão é exemplar na história política recente de nosso país. Na década de 60, por parte do campesinato e dos trabalhadores rurais, pela via das Ligas Camponesas, pois "deram a fala, o discurso, capaz de reivindicar a reforma agrária e de des-subordinar o campesinato,2 após longos séculos, da posição de mero apêndice da velha classe dominante latifundiária" (OLIVEIRA, 1999, p. 63). Na década de 1980, na Constituinte de 1988, quando o movimento popular foi uma esfera pública importante para a conquista de certos direitos nas condições postas nesse período: "[...] todas as reivindicações que significam *política* como o processo mediante o qual se põe em xeque a repartição da riqueza apenas

2 O conceitos de "campesinato" ou de "camponês" são uma identificação construída pelas discussões sobre a formação social e econômica dos trabalhadores do campo na sociedade capitalista (CARVALHO, 2005).

entre os que são proprietários, ganhou uma forma, talvez a mais acabada que as condições históricas permitiam" (OLIVEIRA, 1999, p. 65).

Atualmente, é do próprio campesinato que vêm com lições de restituição da política, da esfera pública, pois suas reivindicações são de outra natureza, de outra materialidade, ou seja, "que, por isso mesmo, constitui-se também em política desafiadora da geometria da distribuição da riqueza entre os proprietários" (OLIVEIRA, 1999, p. 79). Podemos dizer, ao fazer a indicação de Ilse Scherer-Warren, que estamos presenciando oposições de formas sociais contrárias sobre a "utilização dos recursos e dos valores culturais", que se manifestam, desse modo, por alguns pré-requisitos para a formação dos movimentos sociais no campo, como "o reconhecimento coletivo de um direito e a formação de identidades", "o desenvolvimento de uma sociabilidade política" e "a construção de um projeto de transformação" (SCHERER-WARREN, 1996).

Essa tendência à anulação da política torna-se um elemento analítico de nossas formulações teóricas. Para isso, o político é colocado na sua condição mediadora das relações humanas, pela qual as diferenças de projetos sociais se expressam como aqueles marcadores das diferenças a eles implicadas. Como aponta Arendt, "a política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos das diferenças" (ARENDT, 2006, p. 21-22). Nesse sentido, tratar da esfera política, como esfera pública, como campo de luta, de denúncia e de esclarecimento pela ação política, é essencial à restauração do político, do público, restauração que pode ser evidenciada quanto às lutas dos movimentos sociais populares do campo.

As atuais configurações do Estado e o espaço à política

Tratar desses aspectos referentes à esfera política, buscando suas relações com o contexto sócio-econômico e cultural, nos remete ao debate das transformações sociais em ordem global, daquilo que Eric Hobsbawm descreveria como o "auge dos teólogos do livre mercado", em que "o Estado foi solapado mais ainda pela tendência de desmontar atividades até então exercidas, em princípio, por órgãos públicos deixando-as entregues ao 'mercado'" (HOBSBAWM, 1995, p. 414). No âmbito da decisão democrática sobre as políticas sociais, os princípios dos direitos sociais passam por contraposições com operações limitadas a um sentido de ajuste, manifestas numa reação teórica e política ao Estado intervencionista e de Bem-estar e que deslegitima outras possibilidades de valores sociais além dos que são promovidos pela lógica capitalista concorrencial (ANDERSON, 1996),3 em que o mercado se impõe por toda parte, como "uma característica essencial da sociedade atual" (GOUNET, 2000, p. 96).

Essa reação ao Estado passa por modelar o espaço público pelos "padrões do privado", como observa Moraes, por seus "diferentes modos de descentralização e dispersão de operações [...] são pensadas como formas de introduzir o *ethos* privado (dinâmico, purificador) do mercado no reino das funções públicas" (MORAES, 2002, p. 22). As relações de exclusão intensificadas por essa forma de regulação social, pautadas por esse novo ajuste no capitalismo mundial, explicaram-se pela "letalidade deste novo bloco histórico (que recebe o nome de globalização, reestruturação produtiva, etc.) que vem se forjando, assenta-se, de um lado, na afirmação de seu caráter inevitável e, de outro, na naturalização de suas conseqüências" (FRIGOTTO, 1998, p. 47).

As respostas econômicas ao ajuste do Estado e, desdobradamente, das políticas sociais, ficaram marcadas na própria terminologia econômica empregada pra justificá-las, como: globalização, integração, flexibilidade, qualidade total, participação, pedagogia da qualidade e a defesa da educação geral, da formação polivalente e "valorização" do trabalhador, competitividade, produtividade, vantagens comparativas, eficiência, eficácia, etc. Para Frigotto, muitos desses novos conceitos foram usados para redefinir a dimensão da formação humana neste novo contexto da reestruturação produtiva – "pelos homens de negócios e seus assessores" –, sendo "uma imposição das novas formas de sociabilidade capitalista", estabelecendo "um novo padrão de acumulação" e definindo "as formas concretas de integração dentro da nova reorganização da economia mundial" (FRIGOTTO, 1997, p. 40-41). Uma tendência semelhante também apontada por Ball, quando afirma que: "Cada vez mais, as políticas sociais e educacionais estão sendo articuladas e legitimadas explícitas, direta e, muitas vezes, exclusivamente em função do seu papel em aumentar a competitividade econômica por meio do desenvolvimento das habilidades, capacidades e disposições exigidas pelas novas formas econômicas da alta modernidade" (BALL, 2004, p. 1109).

O debate sobre a política educacional vem acompanhado de controvérsias sobre qual necessidade é atribuída ao ajustamento dessa política social no interior do Estado, ao mesmo tempo que não deixa de apontar elementos da reestruturação no próprio sistema capitalista. Para Peroni (2006), esses processos são representados em mudanças na ordem da "reestruturação produtiva", da "globalização", do "neoliberalismo" e da "terceira via". Tais mudanças implicam em aspectos políticos que colocam a educação, basicamente, sob novas orientações, para assim, relacionar com elementos da relação entre público-privado pela "terceira via", as quais demandas das políticas sociais, tendencialmente, passariam para a sociedade civil, o Terceiro Setor (PERONI, 2006, p. 17).4 Alguns desses novos perfis do papel do Estado são constatados

3 Vieira nos aponta essa tendência à predominância, na evolução do capitalismo, da política econômica sobre a política social: "A prioridade ficara toda com a política econômica e a restante, principalmente no Brasil, torna-se resto mesmo" (VIEIRA, 1992, p. 23).

4 As políticas educacionais para o campo, como o Programa Nacional de Educação para Reforma Agrária – PRONERA, poderiam ser uma dessas políticas que estariam enquadradas com esse perfil, já que suas operações são feitas em colaboração com outras esferas de governos, mas também com fundações privadas das universidades brasileiras.

pelo que Ball explicita sobre "a mudança no papel dos Estados social-democratas faz parte de uma transformação mais ampla na arquitetura política" (BALL, 2004, p. 1109). Dale sugere que, a partir das novas configurações do papel do Estado, esse "*ethos* privado" possa ser compreendido pela tendência à substituição dos mecanismos burocráticos (próprio do Estado), pelos mecanismos de mercado, formando uma complexa configuração sobre uma nova "ética" do privado na educação, o que não significa a ausência do controle do Estado sobre essa política social (DALE, 1994).

Nesse emaranhado de questões que circundam as problemáticas do Estado, políticas, educação e mercado, algumas constatações são possíveis. E ainda, muitas perspectivas se colocam como possibilidades de atuação, interpretação e intervenção sobre/nas referidas categorias. Uma constatação é lúcida e necessária: mesmo com todas as características "sociais" limitadas, sob as quais se apresenta o Estado sob o capitalismo, abandonar ações sociais emancipatórias, pelo fato de estarem "maculadas" por qualquer tipo de envolvimento com o Estado capitalista, é uma forma tão reacionária quanto a apropriação desse pela "sociedade civil" (leia-se aqui, mercado).

Ao retomar o debate acerca do Estado sob a perspectiva da temática proposta neste texto, vale ressaltar o pensamento de um intelectual significativo para as ações emancipatórias, John Holloway. Os apontamentos anteriores sobre a questão do Estado, se enquadram num movimento de análise crítica desse sob a égide do capital. Ações políticas, mesmo as de esquerda, envolveram-se de alguma forma nesse debate, sejam de forma teórica ou prática, o que faz o referido autor afirmar que "Mudar o mundo através do Estado: esse é o paradigma que predominou no pensamento revolucionário por mais de um século" (HOLLOWAY, 2003:23).

Sua análise se funda não somente na crítica do Estado, mas anteriormente, nas relações de poder, e no próprio poder. Centro de disputas dos embates em relação à temática da organização social, e consequentemente, política.

O pensamento de Holloway, pode ser sintetizado, então, no nome de sua obra amplamente propagada, "Mudar o mundo sem tomar o poder", que se expressa na seguinte premissa:

> O que está em discussão na transformação revolucionária do mundo não é de quem é o poder, mas como criar um mundo baseado no mútuo reconhecimento da dignidade humana, na formação de relações sociais que não sejam relações de poder. (HOLLOWAY, 2003, p.33)

No caso do presente estudo, o pensamento de Holloway, nos permite algumas aproximações acerca do tratamento dos fenômenos, como movimentos sociais e a educação do campo. Não significa a concordância com a totalidade de seus pressupostos de análise. A revisão entre essas diferentes análises sobre o Estado, optando por um rol de analistas críticos, somam-se a partir daqui ao debate das questões sobre educação e movimentos sociais no campo. Esse percurso busca dar solidez às análises acerca das ações "estatais" dos movimentos sociais, sem render-nos à ingenuidade e atribuindo um caráter excessivamente "positivo" sobre a constituição de políticas sob o Estado capitalista, mas sem cair na renuncia da busca de políticas públicas sociais. Os movimentos sociais se inserem na "correlação de forças" (Poulantzas) sociais que constituem o Estado, sem, contudo, almejar o poder, no sentido indicado por Hollaway.

É nesse sentido que se enquadram as ações populares que constituem o que chamamos no Brasil de movimento de "Educação do Campo", que hoje, é um agente inconteste na construção de políticas públicas desse Estado Nacional.

Antes de tratar especificamente desse tema, uma nota é importante. A relação entre a sociedade civil e o Estado no Brasil contém elementos singulares. Os movimentos sociais ligados a demandas populares, de maneira mais incisiva no processo de redemocratização do País, mas não circunscrito a esse período, tem uma força reivindicatória significativa. Dessa maneira, a "sociedade civil organizada" tem uma tradição popular democrática, contudo, em cima de uma tênue linha que separa sua ação da cooptação para o mercado. Assim, a reforma do Estado brasileiro, da década de 1990, tem como um dos eixos orientadores, a categoria do "público não-estatal", que em certa medida, contribui para o enfraquecimento de uma sociedade civil popular, organizada politicamente, que interferem em ações e políticas estatais. É nesse contexto, procurando sem intermédios de Organizações Não-Governamentais, e sem sucumbir à face mercadológica da "sociedade civil", que são formuladas as políticas de Educação do Campo.

Já citado anteriormente, o movimento "Por uma Educação do Campo", ou, simplesmente, Educação do Campo, para além de uma "estrutura" inserida formalmente no aparato legal, burocrático das políticas educacionais, é, antes, um movimento social, constituído pelos sujeitos sociais do campo. É justamente esse ponto de articulação com a detalhada revisão conceitual elaborada acima. Quais são os reais avanços no sentido emancipatório que os sujeitos sociais "arrancam" do Estado sob o capital? Sem a pretensão de uma análise epistemológica, antes da conclusão deste texto, faz-se necessário definir que tipo de movimento social é a Educação do Campo e quais políticas educacionais são construídas no Brasil, a partir da ação desse sujeito político social.

Ação política e movimentos sociais do campo

Os movimentos sociais se caracterizam por responder a determinados problemas sociais. No caso da Educação do Campo, além dos elementos que respondem imediatamente, como a precarização da situação da rede escolar rural, já referenciada no início do texto, ela é também resposta ao processo educativo realizado nessas áreas como um todo. Assim, a Educação do Campo se contrapõe à "educação rural" no Brasil. Esse fato não é apenas uma alteração lingüística, pois se faz por meio da orquestração de diversos movimentos sociais, ligados ao campo, contrários ao processo educativo vigente nesse lócus geográfico. Dessa maneira, a partir de encontros desses sujeitos, é constituída a Articulação Nacional "Por uma Educação do Campo", que é um espaço que congrega movimentos e sujeitos sociais, que têm em comum práticas educativas em áreas camponesas. Entre os movimentos, pode-se citar o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a CPT

– Comissão Pastoral da Terra, MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens entre outros. A expressão Educação do Campo e os demais desdobramentos a serem citados têm origem, em encontros, ações e práticas oriundas dessa "Articulação", que ao condensar os diversos e diferentes movimentos sociais, em torno da temática comum, se constitui em um "novo" agente social. Isso obtém êxito na prática de pressão social em face das necessidades que constam da rede educacional camponesa e se constitui em um agente fundamental na consolidação de políticas públicas para área.

Em relação à inserção das reivindicações desse movimento no aparato estatal, o ponto de partida pode ser localizado no estabelecimento das Diretrizes para Educação do Campo (Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo Parecer n.º 36/2001 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação) e, principalmente, no seu conteúdo. No plano político, com a contenção do processo de extinção das escolas rurais, sua re-inserção no debate educacional e na estrutura estatal; e, principalmente, no plano identitário, com a promoção do debate sobre a cultura camponesa, seus valores e a manutenção da vida no campo. Ainda no campo da legislação educacional, é necessário sublinhar que as referidas diretrizes, ainda que indiretamente, contribuíram também para a regulamentação das práticas pedagógicas de "alternância", de acordo com a normativa legal, contida no parecer do Conselho Nacional de Educação, nº. 21/2002, aprovado em 05 de junho de 2002. O significado de tal medida reside no reconhecimento dos tempos próprios da escolaridade camponesa, que rompe com a lógica das escolas urbanas.

Além dessas "letras de lei", pode-se anotar também uma série de programas, projetos e Ações, como o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo; Projovem Campo – Saberes da Terra. Esses últimos são ações pontuais voltada para as ações de Educação do Campo. Tais ações carregam uma série de contradições, pois são políticas afirmativas, localizadas, na maioria das vezes insuficientes. Muito próximas do *ethos* privado. Contudo, são essas ações que, diferentemente dos documentos estatais, materializam efetivamente investimentos para a Educação do Campo. É nesse constante movimento em cima do "fio da navalha" que vai se construindo e consolidando as práticas de Educação do Campo.

Retomando os princípios marxianos contidos na *Crítica da Economia Política*, cujo o ponto inicial do movimento dialético é o real, o concreto, a materialidade, pode-se afirmar que, as possíveis formas de intervenção social, no caso em tela, a construção de ações, políticas sociais, processos pedagógicos de cunho emancipatório, ou seja, a construção de uma outra sociedade, passa, necessariamente, pela realidade social na qual nos encontramos. Toda ação transformadora, vai debater-se com as tensões entre o instituído e o instituinte, passando pelas contradições da ação sob as regras da sociedade capitalista. O caso da Educação do Campo, e da educação como um todo, não seria diferente.

Essas tensões atravessam, não somente os debates teóricos, como pode-se abstrair da revisão de literatura feita anteriormente, mas, interfere diretamente nas ações de prática social de movimentos, sujeitos sociais organizados ou, instituições estatais, como no caso escolar. Pode-se tomar como exemplo a categoria democracia. No interior do debate teórico, há uma vertente que exclui a categoria democracia das possibilidades de ação emancipatória, por entender que essa é uma categoria "burguesa", que não é condizente com uma sociedade socialista, por exemplo. Ora, com o relato que fora efetuado sobre as ações coletivas dos sujeitos do campo, são, teórica e praticamente, uma forma de exercício democrático; mesmo na sociedade capitalista. Em outro contexto, ao debater questões mais pontuais ainda, como as relações de ensino, Paulo Freire ilustra essa relação dialética entre "novo" e "velho", envolvendo o debate sobre a democracia e a escola:

> Mas, sublinhe-se, não temos que esperar que a sociedade se democratize, se transforme radicalmente, para começarmos a democratização da escolha e do ensino dos conteúdos. A democratização da escola, principalmente quando, sobre a "rede" ou o "subsistema" de que ela faz parte, temos uma certa ingerência pela alternância de governo nas democracias, faz parte da democratização da sociedade. Em outras palavras, a democratização da escola não é puro epifenômeno, resultado mecânico de transformação da sociedade global, mas fator também de mudança. (FREIRE, 2000, p.114).

Essa relação entre macro e micro, proposta no presente texto, que vai do debate conceitual acerca do Estado às políticas específicas, de Educação do Campo, necessita de apontamentos, como o de Freire, para evidenciar a proposta aqui contida, do concreto significado da expressão "sujeito social". Esse sujeito que está presente e é constituinte das instituições, por mais abstratas que pareçam. Instituições como Estado, Políticas Sociais. É também uma forma de não sucumbir frente ao imobilismo, próprio dos tempos neoliberais, como aponta Anderson ". (1995, p.23) "Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito (...) disseminando a simples idéia de *que não há alternativas para os seus princípios*, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas". (Grifos nossos). E ainda, a ação coletiva dos sujeitos sociais, procura efetuar outro enfrentamento dessa realidade, o do individualismo. Pois as possibilidades de ação sob o ideário neoliberal, quando existentes, se centram em ações individuais. Em contrapartida, os sujeitos sociais, como no caso da Educação do Campo, não abdicam da ação coletiva.

Considerações finais

Em termos conclusivos, chamamos a atenção para a potencialidade das ações coletivas e seu caráter de avanço na ruptura do sistema, no sistema. O acesso das populações camponesas, historicamente alijadas do contexto de políticas públicas, sobretudo, as de educação, mediante a ação de pressão social do movimento "Por uma Educação do Campo" é um elemento empírico que põe em prática, a advertência de Mészáros: "Necessitamos, então, urgentemente, de uma atividade de contra-internalização, coerente e sustentada, que não se esgote na negação (...)". (MÉSZÁROS, 2005, p.56).

O último elemento a ser ressaltado, neste texto, é precedente para a maioria das práticas sociais aqui analizadas; trata-se da teleologia das ações contida nas mais variadas esferas. Ou seja: o que orienta de fato as ações sociais? Qual objetivo que se está buscando? O posicionamento aqui defendido, que "não se esgota na negação" da sociedade capitalista, mas se pauta na busca de uma sociedade sem classes e diferenças sociais, na qual não há espaço para propriedade privada. Ou, em uma palavra: socialista. É esse o ponto diferencial entre práticas educativas, mesmo aquelas que avançam no sentido do êxito do sistema escolar, nos aspectos "em si". O efetivo êxito de uma ação pedagógica deriva de sua articulação com um projeto de sociedade. "Portanto, a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora". (MÉSZÁROS, 2005, p.:76).

Talvez seja essa a lição social que os movimentos ligados ao campo, sejam de reforma agrária, sejam de produção, sejam de proteção de direitos adquiridos, dêem com sua prática educativa. A busca permanente da resposta à seguinte questão: "Uma educação para quê?"

Bibliografia de referência

ANDERSON, P. (1996). *Balanço do neoliberalismo*. In. SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (orgs.). Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, p. 9-23.

ARENDT, H. (2006). *O que é política?* Trad. Reinaldo Guarany. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BALL, S. J. (2004) Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem-Estar. *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 25, n. 89, (pp. 1105-1126).

BOF, A. M.. [org] (2006) *A Educação no Brasil Rural*. Brasília: INEP.

CARNOY, M. (1986). *Estado e Teoria Política*. Campinas: Papirus.

CARVALHO, H. M. (2005). *O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

DALE, R. (1994). A promoção do mercado educacional e a polarização da educação. Educação*, Sociedade & Culturas*, n. 2, Porto: Edições Afrontamentos. (pp. 109-139)

PERONI, V. M. V. (2006). Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In. PERONI, V. M. V. *et al* (orgs). *Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 11-23.

FREIRE, P. (2000) *Pedagogia da Esperança; um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. 7.Ed. São Paulo: Paz e Terra.

FRIGOTTO, G. (1997). Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In. GENTILI, P.; SILVA, T. T. da. (orgs.) *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. Petrópolis: Vozes, (pp. 31-92).

FRIGOTTO, G. (1998). Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: Teorias em conflito. In. FRIGOTTO, G. (org.). *Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis, RJ: Vozes, (pp. 25-54).

GOUNET, T. (2000). Fim do trabalho, fim do emprego? In. CARRION, Raul K.; VIZENTINI, P. F. (orgs.) *Crise do Capitalismo Globalizado na Virada do Milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

GRAMSCI, A. (1999). *Cadernos do cárcere* (volume 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedito Croce). Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRAMSCI, A. (2000). *Cadernos do cárcere* (volume 2. Os intelectuais. Princípio educativo. Jornalismo). Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GRUPPI, L. (1987). *Tudo começou com Maquiavel: As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. 8ª ed. Trad. Dario Canali. São Paulo: L&PM Editores.

HEGEL, G. W. F. (1997). *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Ícone.

HOBSBAWM, E. (1995). *Era dos Extremos: O breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.

HOLLOWAY, J. (2003) *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo.

MARTINS, J. de S. (1990). *Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis: Vozes.

MARTINS, J. de S. (2002). *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes.

MARX, K. (1977). *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes Editores.

MARX, K. (1978). O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In. Marx, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos. Trad. José Carlos Bruni. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural *Os Pensadores*, (pp. 323-404).

MARX, K. (2005). *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo.

MARX, K. ENGELS, F. (1989). *Ideologia Alemã (I - Feuerbach)*. 7ª ed. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Hucitec.

Marx, K. Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar. Introdução de Jacob Gorender; traduções de Edgar Malagodi... [et al] São Paulo: Abril Cultural, 1982. Série: *Os economistas*.

MARX, K; ENGELS, F. (2004). *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MÉSZÁROS, I. (2005) *A Educação para além do Capital*. São Paulo: Boitempo.

MÉSZÁROS, I. (2006). Para *além do capital – Rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL.

MORAES, C. M (2002). Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 23, n 80, setembro, (pp. 13-24).
OLIVEIRA, F. de (1999). Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In. OLIVEIRA, F. de; PAOLI, M. C. (orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC, (pp. 55-78).
POULANTZAS, N. (1971). *Poder político e classes sociais*. Porto: Portucalense. POULANTZAS, N. (2000). *O Estado, o poder, o socialismo*. Trad. Rita Lima. 4ª Ed. São Paulo: Paz e Terra.
RANCIÈRE, J. (1996). *O desentendimento - Política e filosofia*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34.
SAES, D. (1994). Estado e Democracia: Ensaios Teóricos. *Trajetórias*, IFCH/UNICAMP, 1(1): (pp.13-51).
SAES, D. (2001). *A república do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL.
SCHERER-WARREN, I. (1996). *Redes de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola.
VIEIRA, E. (1992). *Democracia e política social*. São Paulo: Cortez; Autores Associados.
WOOD, E. M. (2003). *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Trad. Paulo Cezar Castalheira. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL.

Filiação partidária/rebeldia/fermentação biológica: pistas para análises sobre a participação dos estudantes na política estudantil.

Carlos Alberto Nascimento de Andrade
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN
carlos.potiguar@uol.com.br

Resumo: Aborda elementos fundamentais para compreender a dinâmica do Movimento Estudantil (ME) universitário: composição de classe dos estudantes, "fermentação biológica", tendências estudantis e a relação das lideranças estudantis com o conjunto dos estudantes. A primeira categoria relaciona a maioria dos estudantes com sua origem na classe média. Todavia, uma pequena parcela desses estudantes rompem com seus laços de classe: as lideranças estudantis. Essa postura só é possível porque tais lideranças são filiadas às organizações partidárias de esquerda. Verificou-se que o ME pode ser entendido, se concomitante à análise das lutas internas existentes neste segmento, se faça uma relação com as tendências estudantis, uma vez que sua direção política, através da União Nacional dos Estudantes – UNE e dos Diretórios Centrais dos Estudantes – DCEs, quase sempre esteve sob a hegemonia de uma organização partidária. Outras análises relacionam o engajamento dos estudantes na política estudantil como sendo resultado do "patrulhamento da sociedade ao comportamento da juventude", ou ainda, do "estado de fermentação biológica, que conjugado a elementos novos em relação aos que até aí conhecera, tais como hábitos, costumes e sistemas de valores, torna a juventude apta a solidarizar-se com movimentos sociais dinâmicos". Verifica que a origem deste engajamento se relaciona com a filiação das lideranças estudantis às tendências, uma vez que ao dirigir o ME, tais lideranças elaboram suas propostas programáticas tendo como eixos centrais as orientações que os partidos "revolucionários" ou "reformistas" repassavam para suas tendências correspondentes.

O movimento estudantil (ME), por ser um setor organizado da sociedade que participa do processo sistemático de "formação e mudança da consciência e do caráter das pessoas" (GOMES, 1985, p. 34), contribuindo, portanto, não só para a socialização dos indivíduos, mas, sobretudo para a formação de sujeitos históricos, capazes de intervirem na sociedade em que estão inseridos de forma crítica e autônoma, tem sido freqüentemente utilizado como objeto de pesquisa nos vários programas de pós-graduação, tanto nos de Educação como nos de Ciências Sociais1. Neste sentido, as notas que se seguem objetivam contribuir para elaboração de um quadro teórico preliminar que possa subsidiar e nortear as análises de pesquisas que porventura possam ocorrer neste campo temático.

Introdução

O ME pode ser melhor entendido, se concomitante à análise das lutas estudantis se faça uma relação com as tendências estudantis, organizações que dirigem o ME e que recebem orientações de seus respectivos partidos políticos. A tendência estudantil é um canal informal de organização dos estudantes. É através dela que as lideranças estudantis elaboram o conteúdo político deste segmento. Essas propostas e orientações das tendências são elaboradas à luz dos programas, estratégias e táticas que os partidos de esquerda traçam para a sociedade em geral, tendo com referência a conjuntura política e econômica vigente. Portanto, a tendência estudantil é o elo de mediação entre partido político e universidade2. Quando

1 Entre tantos trabalhos sobre o ME, citamos dois de caráter nacional: o de Hayashi (1986), que objetiva "refletir sobre as propostas das entidades/tendências presentes no Movimento Estudantil no período de 1964-1979, de intervir na realidade visando sua transformação" (p. 2), e o de Cavalari (1987), que em suas linhas mais gerais busca, "através de uma reconstrução histórica das lutas estudantis nas décadas de 60 e 70 (...) através da análise da 'práxis' estudantil, analisar as possibilidades e os limites do movimento estudantil nesse período" (p.3). Em nível local, citamos o de Silva (1989), que teve "por objetivo principal resgatar a história do movimento estudantil universitário no Rio Grande do Norte, no período 1961-1969, procurando compreender o significado político das lutas estudantis travadas neste contexto" (p.15), além do trabalho de Andrade (1994) que "tem como objetivo estudar a participação política dos estudantes norte-riograndenses no interregno 1974—1984".

2 Ainda sobre a definição de tendência, Silva (S.D. p. 9) afirma que "quando um certo número de pessoas se agrupam em torno de uma ideologia comum, com propostas e princípios comuns que norteiam a sua intervenção na luta dos trabalhadores, essas pessoas constituem uma tendência". Para um estudo mais

Esta nota continua na página seguinte

empregamos a palavra: partido, estamos englobando as organizações políticas que tenham ou não na sua nomenclatura o termo partido, tais como: fração, grupo, movimento, tendência, corrente, dissidência, comando etc.

Essa compreensão, que procura analisar as lutas estudantis a partir da relação do ME com as tendências estudantis, tem sua razão de ser, tendo em vista que sua direção política, através da União Nacional dos Estudantes (UNE) e dos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs), quase sempre esteve sob a hegemonia de uma tendência de esquerda3, com exceção apenas para o período em que as diretorias dos DCEs eram eleitas pelo processo indireto, através de um colegiado4.

Quando fazemos referência às tendências estudantis, faz-se necessário vinculá-las aos seus respectivos partidos de esquerda, uma vez que elas são extensões de seus partidos correspondentes, e, por conseguinte recebem orientações políticas deles. Ao contrário da década de 1960, quando os partidos de esquerda atuaram no ME com suas próprias nomenclaturas, a partir da segunda metade da década de 1970 essas organizações passaram a ser representadas por tendências com terminologias específicas de atuação no meio estudantil universitário do Brasil. Romagnoli e Gonçalves (1979), são os primeiros estudiosos do ME a noticiarem o surgimento dessas tendências:

> Mais importante que o resultado imediato das lutas travadas em 1975 – por melhores condições de ensino, contra o jubilamento e a queda do nível de ensino – em diversos Estados, foi o seu significado em termos de organização do movimento estudantil. Surgiram as primeiras tendências políticas do ME e os primeiros diretórios centrais de estudantes, desvinculados da burocracia universitária e independentes do decreto-lei 2285 (p. 21).

Elas apareceram, publicamente pela primeira, vez na eleição para o primeiro DCE, reconstruído e livre da tutela do Decreto-Lei 228 no Brasil depois de 1968, o DCE-Livre Alexandre Vannucchi Leme da Universidade de São Paulo (USP), em junho de 1976. Participaram dessa eleição cinco (5) chapas: Caminhando, Refazendo, Liberdade e Luta, Alternativa e Organizar a Luta. A partir deste pleito e de outros que se seguiram para o DCE da USP e União Estadual de Estudantes (UEE) de São Paulo, as chapas que eram formadas passavam a ser novas tendências que surgiam, de forma que, já em 1979, todos os partidos de esquerda contavam com tendências correspondentes atuando no ME.

Para além destas questões, mais dois problemas são fundamentais para se entender melhor a dinâmica que move a organização política dos estudantes: a composição social do ME e a relação das lideranças estudantis com o conjunto dos estudantes.

Sobre a primeira questão, a grande maioria dos estudantes universitários é composta por parcela considerável da juventude, que desempenha papel decisivo no sentido de dar ao ME um caráter essencialmente de contestação. Ao estudar o comportamento rebelde da juventude, Ianni (1968, p. 238) conclui que "o jovem radical é o produto natural do sistema social em que se encontra imerso. O seu radicalismo produz-se exatamente no momento em que ele próprio descobre que o seu comportamento é tolhido, prejudicado, e muitas vezes, deformado institucionalmente". Por sua vez, Mannheim (1968, p. 75), entendeu que,

> O adolescente não está apenas biologicamente no estado de fermentação, mas sociologicamente penetra num mundo em que os hábitos, costumes e sistemas de valores são diferentes dos que até aí conhecera. O que para ele é uma novidade desafiadora, para o adulto é algo a que já está habituado e aceita com naturalidade. Por isso, esta penetração **vinda de fora** torna a juventude especialmente apta a solidarizar-se com movimentos sociais dinâmicos (...). A mocidade ainda não tem interesses adquiridos quer no senso econômico quer em função de hábitos e valorização (...). Esta é a explicação do fato peculiar de que em sua adolescência e no prolongamento desta, tantas pessoas são ardorosos revolucionários ou reformadores (grifo nosso).

Uma outra análise a cerca do comportamento radical do jovem, é a de Foracchi (1972, p. 29), onde entende que "é em nome de valores básicos, de normas fundamentais da convivência humana, de atributos essenciais da vida em sociedade, tão essenciais que foram desgastados pela própria vida em sociedade, que os rebeldes se insurgem".

Essa fase de transição, não só biológica, mas, sobretudo referente a socialização6, possibilita ao jovem recepcionar com prazer e alegria as novas idéias, e ao mesmo tempo combater com veemência hábitos, idéias e comportamentos, considerados por ele, como arcaicos, retrógrados e reacionários. Todavia, toda essa disposição segue uma perspectiva individualista e sem objetividade, porque, além do emocionalismo pautar seu comportamento, o jovem radical não sabe explicar a natureza do conservadorismo, nem descobrir as leis do seu desenvolvimento, nem tampouco identificar a forma correta de alteração do que ele considera como retrógrado.

---

aprofundado sobre as tendências no Brasil, suas origens, cisões e propostas, indicamos Silva (S.D). Sobre as tendências estudantis, em nível do Rio Grande do Norte, indicamos Andrade (1994).

3 Sobre o conceito de esquerda, tomamos emprestados de Gorender (1990, p. 7), que afirma entender "por esquerda o conceito referencial de movimentos e idéias endereçados ao projeto de transformação social em benefício das classes oprimidas e exploradas", independentemente dos diferentes graus, caminhos e formas que pluralizam e diferenciam a ação das esquerdas.

4 O Decreto-lei n.° 228, de 28 de fevereiro de 1967, "reestruturou a representação estudantil". Com efeito, o governo federal cuidou de eliminar a antiga estrutura de organização estudantil; neste sentido, o Diretório Central dos Estudantes (DCE), passou a eleger sua diretoria pelo voto indireto, ou seja, através de um colegiado formado pelos presidentes dos Diretórios Acadêmicos (DAs) de cada Centro da Universidade. Durante esse período – a partir de 1969 até 1979 – os estudantes "pelegos" e conservadores hegemonizaram a entidade máxima dos universitários.

5 Romagnoli e Gonçalves (1979), dedicaram-se também a analisar mais detalhadamente as principais tendências do ME que se formaram no Brasil entre 1975 e 1979. Sobre o Decreto-Lei n° 228, conforme Romanelli (1985, p. 218), a mudança mais radical deste decreto estava no "Art. 11: é vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares. Parágrafo Único: a inobservância deste artigo acarretará a suspensão ou a dissolução do DA ou do DCE".

6 "O processo pelo qual as crianças, ou outros novos membros da sociedade, aprendem o modo de vida de sua sociedade é chamado de socialização. A socialização é o principal canal para a transmissão da cultura através do tempo e das gerações" (grifo no original. GIDDENS, 2005, p. 42).

Essas características inerentes à juventude são essenciais para a dinâmica contestadora desse segmento, entretanto, de forma isolada não garante ao ME um caráter "revolucionário" ou até mesmo "reformador", tendo em vista que ações de iniciativas individuais não alteram a estrutura política e econômica de uma sociedade historicamente determinada. Para que isso venha a ocorrer é necessário que existam outros fatores que possam ser conjugados a essas características. Nesse sentido, um outro fator histórico que suplementa essa condicionante é a conjuntura política7 em uma determinada época, como bem identificou Mannheim: "há, naturalmente, certos elementos da psicologia e da sociologia educacionais que são de caráter geral, porém o quadro só estará completo se o ponto de vista geral for suplementado com a análise dos antecedentes históricos e do contexto para os quais e nos quais a juventude terá de atuar" (1968, p. 69-70).

Esses dois fatores juntos, rebeldia e conjuntura política, são peças importantes para qualquer processo de mudança social, todavia para que eles possam ser canalizados para uma direção política consciente, voltada para um objetivo definido, o complemento deles é a própria direção política, em razão de que, a análise correta do contexto é fundamental para a definição adequada da melhor forma de luta para determinada conjuntura política de caráter peculiar, e essa possibilidade não é possível a partir de um olhar pautado no desejo individual, "sob esse prisma é essencial considerar a natureza da ligação radical a um movimento, a uma organização, a um grupo de pessoas" (FORACCHI, 1972, p. 38), porque "a rebeldia, por si só, não basta para que a conduta humana se torne plenamente libertária: é preciso que o inconformismo se exerça na direção certa" (KONDER, 1967, p. 136). O impulso, a emoção, o desejo são muito próprio da vontade isolada do indivíduo, e na maioria das vezes, são guias de nossas ações, de forma que muitas vezes colocamos os interesses pessoais em primeiro plano, submetendo as ações políticas ao desejo particularizado.

Nesta perspectiva, a militância política só conseguirá ultrapassar os limites do individualismo se ela for exercida sob uma orientação partidária. O partido funcionará como um instrumento educativo, capaz de exercer coerção sobre o indivíduo, fazendo com que este submeta seu comportamento individual aos interesses coletivos. Chamado por Gramsci de "intelectual coletivo", o partido tem, não só uma função geral revolucionária, mas também assume um caráter educativo, e de forma específica, visa transformar o indivíduo em dirigente orgânico de interesses coletivos, preparando-o para tarefas políticas que exigem intelectuais qualificados. Neste sentido, ao partido não cabe apenas assumir a luta política visando construir um novo bloco histórico, mas deve buscar também uma renovação cultural, onde os impulsos políticos individuais possam ser substituídos por "vontades coletivas" (apud JESUS, 1989).

Numa outra perspectiva, muitos autores tentaram explicar o engajamento radical do estudante no quadro de sua vinculação de classe, entretanto cometeram o erro de não distinguir as lideranças estudantis do conjunto dos estudantes, como foi o caso de Martins Filho (1987), que entende ser o projeto profissional do estudante o fator determinante na formação de sua consciência radical, nesse sentido as reivindicações que se voltam para os interesses de sua carreira profissional são responsáveis por seu engajamento no movimento estudantil, "dessa maneira, o radicalismo estudantil tem suas raízes referidas a situação de classe do jovem universitário (...) na origem do radicalismo do estudante estariam os ressentimentos e as aspirações frustradas da classe média ascendente" (p. 26-27). Uma outra visão que imputa aos estudantes universitários um caráter genérico e homogêneo é o entendimento de Poerner (1979, p. 37), quando afirma que "o estudante universitário procura, desesperadamente, apagar todos os vestígios de sua condição de privilegiado na sociedade brasileira".

A análise de Martins filho (1987), coloca o ME como se fosse resultado dos interesses imediato da classe media. Provavelmente, ele chega a tal conclusão em função da origem social da maioria dos estudantes universitários. Por outro lado, Poerner (1979), numa visão ufanística, e ao contrário da visão acima, afirma que os estudantes rompem com a classe de origem.

Ora, as duas análises acima carecem de uma distinção primordial para que eles possam modificar suas compreensões acerca do eixo central que move o ME nas instituições educacionais brasileiras. Em primeiro lugar, é uma verdade se afirmar que a maioria dos estudantes universitários tem sua origem na classe média8, entretanto, ao contrário do que afirma Poerner (1979), eles não renegam sua origem de classe, na medida em que vislumbram sua diplomação profissional esses estudantes se identificam mais ainda com a classe que lhes deu origem. Apenas uma parcela diminuta desses jovens estudantes procura romper com seus laços de classe. E que parcela diminuta é essa?

Primeiro é preciso dizer que apesar do conjunto dos estudantes universitários ter sua origem na classe média, é de fundamental importância para qualquer análise política ou sociológica que se queira fazer sobre o ME, que se distinga no meio estudantil dois segmentos: o conjunto dos estudantes e as lideranças estudantis, a parcela diminuta a que nos referimos. Mesmo esses dois segmentos estando inter-relacionados, guardam entre si um relativo grau de autonomia; enquanto o conjunto dos estudantes se identifica com sua origem de classe e a reproduz, as lideranças estudantis avançam no sentido da superação de seus limites de classe.

---

7 "A conjuntura política é o 'momento atual' da luta de classes em uma formação social ou sistema de formações sociais. O conceito de 'conjuntura política' pode referir-se tanto a uma formação social determinada como à situação mundial, na qual se verificam determinadas relações entre sistemas de formações sociais. Por exemplo, a conjuntura mundial que se produz ao triunfar a revolução socialista na Rússia, etc." (HARNECKER, p. 145, 1983).

8 Por "classe média" entendemos os grupos sociais que ocupam posição intermediária em relação a produção de mercadorias, ou seja, não produzem mais-valia, nem tão pouco são detentores de meios de produção. De acordo com Saes (1985, p. 14) a historia concreta do desenvolvimento capitalista periférico no Brasil não criou uma "classe média" ou duas "pequenas burguesias" (tradicional e nova), mas exigiu a constituição de grupos "médios" heterogêneos segundo disposições ideológicas e políticas nascidas de modalidades particulares. Para este autor, tais grupos são constituídos pelos "trabalhadores improdutivos que a hierarquia do trabalho classifica como 'não manuais' (...) integrados pelos trabalhadores de escritório, entre eles os profissionais liberais, os funcionários da administração pública ou privada, uma fração dos trabalhadores do comércio, os empregados de banco".

Feita essa distinção, podemos afirmar que a direção política do ME é constituída pela parcela minoritária dos estudantes, vinculada às organizações políticas de esquerda que atuam nas universidades. Portanto, a origem do radicalismo dos estudantes não está apenas no essencialismo rebelde da juventude, mas, sobretudo, é determinada pelas propostas e orientações que os partidos "revolucionários" ou "reformistas" repassam para as tendências estudantis, e não nos "ressentimentos e aspirações frustradas da classe média ascendente", como quer fazer crer Martins Filho (1987).

Levando em conta o elenco de razões acima, entendemos que os conteúdos e as formas de articulação política do ME podem ser explicadas satisfatoriamente pela seguinte medida de referência: a relação existente entre as potencialidades contestadoras da juventude, as tendências estudantis e seus respectivos partidos.

Desse modo, entendemos que o jovem, ao buscar respostas para problemas políticos do contexto em que está inserido, procura resolvê-los a partir de seu impulso biológico e educacional, próprios de sua faixa etária. Apenas uma parcela diminuta da juventude submete esses impulsos às tendências que dirigirem o ME, tendo em vista que elas elaboram suas propostas e orientações tendo como eixo central as táticas que seus partidos correspondentes definem para cada conjuntura política especifica.

BIBLIOGRAFIA

Andrade, Carlos Alberto Nascimento de (1994). *A organização política dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974-1984)*. Natal: UFRN, (Dissertação de Mestrado em Educação).

Cavalari, Rosa Maria Feiteiro (1987). *Os limites do Movimento Estudantil (1964-1980)*. Campinas. UNICAMP, (Dissertação de Mestrado em Educação).

Foracchi, Marialice Mencarini (1972). *A Juventude na Sociedade Moderna*. São Paulo: Pioneira.

Giddens, Anthony (2005). *Sociologia*.Tradução de Sandra Regina Netz; consultoria, supervisão e revisão técnica de Virgínia Aita. 4 ed. Porto Alegre: Artmed.

Gomes, Candido (1985). *A educação em perspectiva sociológica*. São: EPU.

Gorender, Jacob (1990). *Combate nas Trevas*. 4 ed. São Paulo: Ática.

Harnecker, Marta (1983). *Os conceitos elementares do materialismo histórico*. 2 ed. São Paulo: Global.

Hayashi, Maria Cristina P. Innocentini (1986). *Política e Universidade: a consciência estudantil (1964-1979)*. São Carlos: UFSCAr, (Dissertação de Mestrado em Educação).

Ianni, Otavio (1968). O JOVEM Radical. In: Brito, Sulamita de (org.) *Sociologia da Juventude, I.* Rio de Janeiro: Zahar.

Jesus, Antonio Tavares de (1989). *Educação e hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci*. São Paulo: Cortez.

Konder, Leandro (1967). A rebeldia, os Intelectuais e a Juventude. *Revista Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, n° 15, Set.

Mannheim, Karl (1968). O Problema da Juventude Sociedade Moderna. In: Brito, Sulamita de (org). *Sociologia da Juventude, I.* Rio de Janeiro: Zahar.

Martins Filho, João Roberto (1987). *Movimento Estudantil e Ditadura Militar (1964-1968)*. Campinas: Papirus.

Poerner, Jose Artur (1979). *O Poder Jovem*. 2 ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Romagnoli, Luiz Henrique & Gonçalves, Tânia (1979). *A volta da UNE; de Ibiúna a Salvador*. São Paulo: Alfa-Omega.

Romanelli, Otaíza de Oliveira (1985). *História da Educação no Brasil*. 7 ed. Petrópolis: Vozes.

Saes, Décio (1985). *Classe Média e Sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz.

Silva, Antonio Ozai da (s.d.). *História das tendências no Brasil: origens, cisões e propostas*. 2 e. São Paulo: Proposta.

Silva, Justina Iva Araújo (1989). *Estudantes e política: estudo de um movimento (RN – 1960-1969)*. São Paulo: Cortez.

A missão divina na formação da resistência: a participação da Igreja Católica na criação e atuação do MST e a mística do Movimento como elemento agregador identitário.

Cristiane Reis
Universidade de Coimbra
csouzareis@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho visa analisar a participação da religião nos movimentos populares, correlacionando-a com a questão política. Tem-se como hipótese que a religião tem papel importante na consecução das lutas e o misticismo implementado pelos movimentos sociais agregam seus membros e lhes auxiliam no processo de identidade, dentro deste mundo globalizado, no qual, além de sem-terra são também sem-rosto.

Um dos antecedentes históricos da luta pela terra implementada pelo MST foi a Guerra de Canudos, ocorrida no Brasil, em 1896. Nela, António Conselheiro foi grande protagonista, que arregimentou a gente sofrida do sertão, chegando a formar a segunda maior cidade da Bahia. Como resposta à grande benfeitoria e anseio por qualidade de vida, o Messias, como era conhecido, e todo seu povo foi dizimado pelas forças do Governo local. Assim, Canudos não constitui apenas um precedente pela questão da luta pela terra, mas também no misticismo que envolvia aquele povo.

O MST é um movimento social que luta pelo acesso e permanência na terra, luta pela reforma agrária e pela transformação social. Surgiu durante o período militar ocorrido no Brasil, e pretendeu unificar várias mobilizações esparsas no campo. Contou, para sua formação, com grande apoio de militantes da Igreja Católica, principalmente da Comissão Pastoral da Terra – CPT.
Outra questão aqui relacionada é a mística realizada pelo MST, que se constitui como estratégia de mobilização política de seus membros, prática educativa, celebração e reivindicação. A mística, com seus ritos e símbolos, envolve os militantes os integra, promovendo a unidade e coesão, formando uma ideologia religiosa-política.

A presente comunicação visa apresentar uma breve análise da participação da religião nos movimentos populares, correlacionando-a com a questão política. Tem-se como hipótese que a religião e segmentos da Igreja tem papel importante na consecução das lutas e o misticismo implementado pelos movimentos sociais agregam seus membros e lhes auxiliam no processo de identidade, dentro deste mundo globalizado, no qual, além de sem-terra são também sem-rosto. Apesar de a participação da religião ser marcante nos movimentos sociais, as unidades de análises aqui discutidos serão setores eclesiais, como as Comunidades Eclesiais de Base e a Comissão Pastoral da Terra – CPT e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Parto aqui do pensamento de pensamento de hegemonia e contra-hegemonia de Gramsci e de regulação/emancipação, para além do pensamento das linhas abissais e sociologias da emergência e ausência e da análise do processo de globalização da religião de Boaventura Sousa Santos.

A Globalização Hegemônica E Seu Espaço De Resistência: a necessidade de fortalecimento identitário.

Santos (2001) define o processo de globalização1 como um "fenômeno múltiplo, com dimensões económicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas, que se entrelaçam de modo bastante complexo". Afirma mais. Determina globalização como sendo "um processo através do qual uma determinada condição ou entidade local amplia seu âmbito a todo o globo e, ao fazê-lo, adquire a capacidade de designar como locais as condições ou entidades rivais" (2007, p. 16). Compartilho deste pensamento de Santos, para quem sempre haverá, em qualquer circustância global, um forte componente local e de cunho cultural.

O processo globalizatório muda nossa relação com o espaço e com o tempo. A *ação à distância*, que se relaciona com o advento de meios de comunicação global e instantâneos, favorecidos pelas inovações tecnológicas, é um efeito do processo de globalização, que trata da efetiva transformação do espaço e do tempo. Santos (2007, p. 17) afirma que a compressão espaço-tempo consiste "no processo social mediante o qual os acontecimentos se aceleram e se estendem ao redor do mundo2". Há simultaneamente fatos acontecendo em espaços distantes no globo.

Na esteira do pensamento de Bauman (1999, p. 08), o processo globalizatório abre uma enorme clareira entre aqueles que tem e os que não tem e não se pode pensar que somos todos globais, pois uns são mais globais que outros. Há acentuação da localidade para uns e mobilidade3 para outros.

Dentro desta idéia, o espaço-tempo global torna-se mais um espaço de luta política, pois há os dois grupos de globalização, que se encontram no espaço político global. De um lado, a globalização hegemônica, de cima para baixo. De outro, temos a globalização contra-hegemônica, de baixo para cima4.

Neste sistema no qual vivemos, verifica-se a exclusão da cidadania e de seus direitos inerentes. O princípio máximo é o da exclusão. Os trabalhadores rurais sem-terra, assim como outros grupos sociais que lutam por direitos dentro de movimentos sociais, constituem um grupo pertencente ao que se convencionou chamar cidadania imperfeita, segundo o conceito de Balibar, ou de não-cidadãos, seguindo a idéia de fascismo social5 de Santos (2007) e o pensamento abissal do mesmo autor, estando o sem-terra dentro da classificação de fascismo territorial.

Se do lado de lá da linha abissal (Santos, 2007), nas sociedades em que o binário apropriação/violência impera, onde o tudo é nada, na medida em que é silenciado e invisibilizado, os grupos sociais pertencentes àquele lado da linha, formam categorias de não cidadãos, "uma vez que seres sub-humanos não são considerados sequer candidatos à inclusão social" (Santos, 2007, p. 12).

Os movimentos sociais, por meio de suas lutas, buscam diminuir a troca desigual que lhes assaltam. Lutam pela reforma agrária, mas também, parafraseando o *slogan* do Fórum Social Mundial, pela possibilidade de um outro mundo.

---

1 Vários são os conceitos de globalização trazidos pelos diversos autores. Por não ser aqui o foco principal deste trabalho, limito-me a mencionar alguns deles neste espaço. Assim, não deixo de discorrer sobre os mesmos. Um conceito importante é o trazido por Gómez (2000)que define globalização como sendo a "transformação da organização espacial das relações sociais e privilegiamento das relações e exercício de poder à distância, entre, dentro e para além dos estados nacionais, numa complexa e contraditória desterritorialização e reterritorialização do poder econômico, político e social". Já Laïdi (apud Gómez, 2000, p. 22) conceitua o mesmo processo como sendo "o momento de compressão do espaço, no qual os homens vivem, se movem e trocam, com todas as conseqüências que esse processo tem sobre suas consciências de pertencimento ao mundo".

2 Afirma Santos que neste processo de compressão espaço-tempo, temos de um lado a classe capitalista transnacional, onde as empresas transnacionais é sua maior representante, e de outro temos a classe ou grupo subordinado, que não tem a menor possibilidade de controlar a mencionada compressão.

3 Em um mundo globalizado, a mobilidade tornou-se o fator de estratificação mais poderoso, formando novas hierarquias sociais, políticas, econômicas e culturais. A mobilidade adquirida pelos investidores garante uma nova desconexão do poder face às obrigações (com os trabalhadores, com os jovens, gerações futuras etc.), ficando livres do dever de contribuir para a vida cotidiana e perpetuação da comunidade.

4 Santos define quatro formas de globalização, quais sejam o localismo globalizado4, o globalismo localizado4, o cosmopolitismo e a herança comum da humanidade. Para saber mais ver Santos (2001, 2007). O sistema mundial em transição4, no dizer de Santos (2001, 2007), é imbuído tanto por globalismos localizados como por localismos globalizados, mas é a partir das outras duas formas, o cosmopolitismo e a herança comum da humanidade que se vem construindo uma globalização contra-hegemônica. Assim como o global se realiza localmente, o reverso também deve ocorrer, no sentido contra-hegemônico.

5 Para saber mais sobre o conceito e tipos de fascismo social, ver Santos (2006, p. 310 e ss.).

Todas as alianças transnacionais e lutas nas diversas escalas planetárias fazem com que a linha abissal que divide os dois mundos mexa-se, entre em movimento, no dizer de Santos (2007, p. 15) sofra um abalo tectônico. Aqueles que não podiam atravessar a linha e que eram invisibilizados, agora são transgressores compulsivos (termo utilizado por Santos, 1988, p. 164) deste abismo, desta linha tão imaginária quanto real6 e para tal transgressão nada mais resta do que a resposta na lógica da apropriação/violência, pois este binário ainda não se conseguiu vencer. Para se ultrapassar a linha, deve haver uma forte aliança, em escala global, entre as experiências subalternas, por meio de ligações locais-globais (Santos 2007, p. 33).

O processo de globalização hegemônico, em todas as suas formas, tendem à homogeneização de comportamentos e identidades. Aqueles que se distinguem são invisibilizados, sendo necessário a reconstrução e fortalecimento de suas identidades. Nesta medida, as ações dos movimentos sociais que tem incorporadas em si noções apreendidas do missionarismo, reforçam o sentimento de pertença, como se poderá a frente perceber com a mística implementada pelo MST.

O uso do Espaço Público.

Outro conceito importante que aqui se deve ter em conta é o de espaço público. Segundo Habermas (2003), na Europa, entre os séculos XIV e XV, a esfera pública burguesa, desenvolveu-se em separado do Estado Absoluto, e os cidadãos que possuiam melhor condição financeira e acadêmica reuniam suas idéias em periódicos para propagá-las. O ponto alto é a tese de que os princípios da esfera de debates foram modificados, a partir do momento em que deixou de ser clara a divisão entre Estado e sociedade civil, (separação entre o público e o privado), e a imprensa passou a servir a interesses comerciais particulares. Neste momento, segundo Habermas, já não se podia mais falar em opinião pública.

Essa discussão da década de 60 não pode ser olvidada, posto que é atual e cada vez mais forte, visto a hibridação entre o público e o privado e a intensa mercantilização da imprensa. Entretanto, o próprio Habermas (1999, p. 10) revisita este termo e afirma que existem várias esferas públicas, como a burguesa, cultura popular, mas que todas, conformadas no interior das instituições, formulam proposições que levam a uma opinião pública geral, que correspondem à estruturas comunicacionais generalizadas.

Segundo Balibar (apud Mendes, 2004, p. 148), a esfera pública nada mais é do que "uma representação objectivada e universalizada, um controlo colectivo, um campo de comunicação das 'paixões e dos interesses' da sociedade". Importante registrar que Mendes entende que o termo *públicos* será mais adequado do que o de esfera pública, e seguindo Cefair e Pasquier, afirma que

> "Os públicos são entidades essenciais, pré-existentes, mas produzem-se pelas performances de publicitação de um problema social, de uma medida ou política pública, de uma obra, programa, espetáculo etc. Estes autores distinguem entre *públicos mediáticos* e *públicos políticos*. O público dos *media* é sobretudo destinatário de um dispositivo de representação. O público político, a partir da concepção de John Dewey, é 'um público associativo, inquiridor ou deliberador, que visa controlar as consequencias de um acontecimento ou de uma acção e que procura definir as modalidades do bem público". (Mendes, 2004, p. 149)

A noção de espaço possui uma importância teórica e política crucial para a análise dos conflitos sociais7 e como um fator estratégico para os próprios movimentos sociais. Conforme Santos (2008, p. 38) a distinção entre as esferas pública e privada estão sendo questionadas e a esfera privada deixou de ser o limite do político para ser uma de suas áreas. Saber pensar o espaço, ocupá-lo, organizá-lo e distribuir as atividades é uma tarefa crucial para a eficácia das ações. Tejerina conceitua espaço público como sendo o espaço considerado como socialmente instituído, espaço de encontro e desencontro entre autoridades e demandados, cujas condições constituintes não se problematizam" (2005, p. 67). Mendes nos informa que "é nos espaços sociais que as pessoas encontram as redes sociais que podem potenciar o sucesso dos protestos e das acções reivindicativas, bem como a sua sustentabilidade no tempo".

No que tange à religião, esta pertence à esfera privada8, mas até que ponto, na medida em que ela ultrapassa esta esfera e passa a atuar junto aos movimentos sociais, que anseiam por seu lugar no espaço público, igualmente não ultrapassam esta linha? Cada vez mais a religião é chamada à participação na esfera pública e Santos (2008, p. 10) designa como sendo política da teologia diferentes modos de conceber a intervenção da religião, como mensagem divina, na organização social e política da sociedade e, "de acordo com as teologias progressistas, a separação entre os espaços público e privado vem sendo utilizado como forma de domesticar e neutralizar o potencial emancipatório da religião, processo este que vem contando com a cumplicidade e mesmo a participação das teologias conservadoras" (Santos, 2008, p. 14).

Os Missionários Ativistas: as Comunidades Eclesiais de Base e a Comissão Pastoral da Terra.

Importa aqui analisar como alguns segmentos religiosos atuam politicamente, nomeadamente as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

---

6 Santos (2007, pp. 12-14) nos fala do regresso do colonial, que anteriormente somente avançava à metrópole quando por iniciativa do colonizador (como escravo, por exemplo) e que, agora, assume três figuras: o terrorista, o imigrante indocumentado e o refugiado.

7 Não se tratará aqui do conflito social enquanto disfunção social, no entender de Durkheim, mas sim no sentido trazido por Tramontani Ramos (2003, p. 02) que afirma que "o conflito social como algo aberto, contraditório e historicamente indeterminado é se aproximar de uma perspectiva teórica preocupada com as transformações e mudanças sociais e não com uma ciência social da ordem".

8 Segundo Santos há movimentos dentro do segmento progressista da teologia cristã que afirma que a religião sempre fez parte do espaço público.

As CEBs são comunidades ligadas, originalmente, à Igreja Católica9, com participação de pessoas não religiosas, mas ligadas a estas, pois são fomentadas por leigos, padres ou bispos da região, e tiveram forte atuação durante a ditadura militar no Brasil, visando a redemocratização do país. Atuam especialmente na periferia das cidades ou nas zonas rurais. Atualmente, as CEBs possuem carácter ecumênico e devido a sua importância social contam também com a participação de representantes de outras crenças como a Metodista, Luterana e Presbiteriana.

Pode-se notar, assim, como um movimento que inicialmente visava a discussão e professão da fé, tornou-se também palco de discussão dos problemas sociais que a comunidade vivencia, tendo influência teórica da Teologia da Libertação, unindo o compromisso cristão à luta pela justiça social, participando ativamente da vida política do país.

A CPT surgiu em 1975 durante o Encontro da Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e teve como público-alvo os trabalhadores e trabalhadoras da terra, que naquele contexto de ditadura militar sofriam forte pressão. A CPT ajudou a este setor social marginalizado a buscar a transposição e enfrentamento dos obstáculos apresentados. Assim como as CEBs, a CPT atualmente possui, atualmente, caráter ecumênico e se preocupa com todo o contexto social agrário, seja com a questão do acesso e permanência na terra quanto pelo desenvolvimento sustentável.

A preocupação da CPT em denunciar o trabalho escravo, as condições precárias de trabalho infantil, o assassinato de lideranças, grilagem das terras, entre outras questões, contribuiu para com que as mesmas tornassem visíveis e de dimensão internacional. Rompeu-se a cerca que limitava a luta e ocupou-se o espaço público.

Santos (2008, pp. 07-08) chama a atenção para o fato de que dentro do processo de globalização, podemos ter dois viés: um hegemônico e outro contra-hegemônico. Afirma que alguns processos de globalização da religião fazem parte de um projeto hegemônico, mesmo quando assumem posições não-hegemônicas10, entretanto, podemos considerar que as teologias progressistas carregam em si um forte potencial contra-hegemônico (Santos, 2008, p. 15).

A Teologia da Libertação é o aporte teórico destes setores eclesiais, preocupados com a imoral desigualdade social dos nossos tempos . Pauta-se esta teoria no marxismo, razão de crítica por muitos, para que se possa compreender o fenômeno da opressão, mais do que como projeto alternativo de sociedade. Segundo Santos, "in the case of liberation theology, the critique os capitalism, much influenced by Marxism, particularly in its Latin-American version, is at the core of a theological renewal that focuses on the poor and opressed as a collective entity" (2008, p. 14). Esta teoria é um misto entre teologia e uma crítica radical do capitalismo (ob. cit., p. 57).

Os teólogos da libertação buscam contribuir para um aumento de consciência das formas de opressão, representando o empoderamento das pessoas em mudar valores e relações. Assim, na medida em que se toma consciência da opressão, no momento em que se desvenda o véu da alienação, impossível permanecer omisso e não lutar ou se aliar às lutas contra-hegemônicas. E foi nesta medida que tanto as CEBs quanto a CPT passaram a assumir uma militância ativa. Afirma Gonçalves (27.06.2007) que "A leitura da realidade à luz da Palavra de Deus e a busca de soluções concretas para os problemas reais definem sua prática religiosa frente à dominação política e à pobreza econômica". Assim, o apoio eclesiástico passa a ser uma das portas para a libertação, para a emancipação.

A Guerra de Canudos

Interessante observar que houve na história do Brasil, em finais do século XIX, uma Guerra. Trata-se da Guerra de Canudos, ocorrida no Brasil, em 1896. Canudos não constituiu apenas um precedente pela questão da luta pela terra, mas também no misticismo que envolvia aquele povo. Antônio Conselheiro foi grande protagonista, que arregimentou a gente sofrida do sertão, chegando a formar a segunda maior cidade da Bahia. Como resposta à grande benfeitoria e anseio por qualidade de vida, o Messias, como era conhecido, e todo seu povo foi dizimado pelas forças do Governo local. Neste episódio, foi a fé que moveu o povo na luta por uma vida melhor.

A Guerra de Canudos começou em 1896, tornando-se um dos maiores genocídios de nossa história. Foram quatro as Expedições enviadas pelo Governo, na tentativa de dizimar com o povo de Canudos. As três primeiras falharam, mesmo estando poderosamente armadas e em número muito superior aos sertanejos11. A primeira Expedição não chegou ao seu destino, pois, foram surpreendidos ainda na cidade de Uauá, Estado da Bahia, e resolveram recuar. O Exército foi, nesta ocasião, enviado em resposta a um suposto ataque de Conselheiro e seu grupo, quando na verdade o que queriam era cobrar as madeiras que tinham comprado e não receberam, destinadas à construção da nova igreja de Canudos.

As armas dos soldados nenhuma valia tinham no sertão, pois os canhões não passavam pela caatinga e o excesso de munição era um fardo terrível. A geografia sertaneja garantia invisibilidade aos guerreiros12. Tombam também a segunda e a terceira Expedições, esta última comandada pelo então Coronel Moreira César13, sendo, pois, fatalmente ferido em combate.

9 As CEBs foram incentivadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965).

10 Santos entende ser não hegemónico "toda experiência ou princípio no qual, de uma maneira ou de outra, desvia-se do regime geral de dominação capitalista, sem contudo colocar em questão a inevitabilidade da dominação (relações desiguais de conhecimento e poder) como estrutura básica da organização social" e entende como contra-hegemônico "toda experiência ou princípio que resista contra o capitalismo em nome de valores como igualdade, liberdade e fraternidade".

11 Os sertanejos estavam armados somente com paus, pedras, foices e armas rústicas, enquanto os soldados traziam armamentos pesados, como metralhadoras, granadas e até canhões.

12 As caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entram também de certo modo na luta. Armam-se para o combate; agridem. Os Sertões, p. 147.

13 Era chamado de corta-cabecas, sendo famoso por sua violência.

A cada vitória, Canudos crescia. Somente a quarta Expedição obteve êxito no extermínio dos conselheiristas. Entretanto esta empreitada não foi para uma guerra, mas uma vingança desvairada, sendo, liderada pelo general Arthur Oscar e, por último, enviado como reforço, o então ministro de guerra, General Machado Bittencourt. Foram enviados cerca de 10 (dez) mil soldados, provenientes de 17 (dezessete) Estados brasileiros. Canudos virou questão nacional.

Para não deixarem as caatingas como aliada dos sertanejos, as forças encurralaram o povo em Belo Monte14. Mesmo após a morte de Antônio Conselheiro, continuava o intento de se extinguir aquela população desvalida. Um de seus membros, de nome Antônio Beatinho, pediu trégua ao comandante Arthur Oscar, que lhe garantiu a vida daqueles que se entregassem. Beatinho voltou do Arraial com 300 (trezentas) pessoas, contando somente com mulheres, crianças, velhos e enfermos. Todos os demais quiseram permanecer. O comandante não se fez de rogado: degolou a todos. Canudos foi exterminada, mas não se rendeu. O inimigo invencível e perigoso não passava de gente sofrida do sertão.

"*Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até o esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão literal do termo, caiu no dia 515, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados*". (Cunha, 2002, p. 359) (Cunha, 2002, p. 359)

A obra *Os Sertões*16 nasceu de uma reportagem sobre a Guerra de Canudos que seu escritor, Euclides da Cunha, fez para o jornal que trabalhava, *O Estado de São Paulo*, tendo sido enviado para cobrir o evento em 1897. Em sua obra, Euclides da Cunha mostra-nos que todas as vicissitudes no sertão ligam-se à terra, desde a opressão feudal-latifundiária até a ignorância e o isolamento, sem mencionar, ainda, a terrível seca que assola a região. Faz-nos ver também quão bravo é o sertanejo, que não abandona a localidade na qual vive, sem antes muito lutar, e para lhe dar forças para esta árdua batalha, apega-se à fé e ao amparo religioso.

Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, nasceu em 1830 em uma família muito pobre e ainda em tenra idade sofreu o perecimento de sua mãe. Depois de se casar, saiu de sua cidade natal, no interior do Ceará, tornando-se caixeiro viajante. Sua vida matrimonial foi muito complicada, resultando na fuga de sua esposa com um policial. Assim, em 1860, Antônio, que ainda não era Conselheiro, embrenhou-se no sertão, virando andarilho. Após seu isolamento, reapareceu, em 1874, primeiro em Sergipe, depois no norte da Bahia. Neste sítio, já não estava só. Fazia-se seguir por quem nem havia chamado, *chegavam-lhe espontâneos, felizes por atravessarem com ele os mesmos dias de provações e misérias*17.

Com promessa de vida melhor, várias pessoas, desvalidas de toda sorte, encaminhavam-se para Canudos. Lá chegando, entregavam tudo (melhor dizer, o nada) que tinham a Conselheiro, que deixava ao uso comum. A idéia não era dividir, mas somar. Assim, Canudos logo se tornou praticamente a segunda cidade da Bahia. Viviam com dificuldades, mas ninguém passava fome. Canudos representava a liberdade de uso da terra, de trabalho, de impostos, de costumes e de práticas sociais.

> "Canudos surgia com a feição média entre um acampamento de guerreiros e a de um vasto kraal africano18. (...) Na falta da irmandade do sangue, a consangüinidade moral dera-lhe a forma de um clã, em que as leis eram o arbítrio do chefe a justiça as suas decisões irrevogáveis". (Idem, ibdem, p. 116).

Antônio Conselheiro, junto com o povo que o seguia, construía e restaurava igrejas, fundava cidades e dava conselhos. A mesma Igreja que hoje tem setores preocupados com as questões sociais e ajudam na luta dos ideias dos desvalidos, à época de Conselheiro, sentiu-se desprestigiada em razão de o mesmo conseguir arrebanhar tantos fiéis, que afinal não estavam na Igreja. Assim, foi pedido, em 1876, o seu afastamento do sertão. Como cita Cunha (2002), ao falar de Antônio Conselheiro, afirma que o mesmo foi "*para a história como poderia ter ido para o hospício*19". O arcebispo de Salvador chegou mesmo a solicitar, em 1887, uma vaga no *Asilo dos Alienados*, afirmando que Antônio sofria de *ataque de monomania religiosa*20, além de requerer providências das autoridades locais, afirmando que o Conselheiro pregava *doutrinas subversivas*, fazendo assim *um grande mal à religião e ao Estado, distraindo o povo de suas obrigações e arrastando-o após si*21. No mesmo sentido reclamavam os fazendeiros, pois perdiam mão-de-obra.

Começava uma série infindável de perseguições e boatos acerca deste homem. Como resultado, Antônio Conselheiro foi preso, sendo acusado de ter assassinado sua mãe e sua esposa. Como a acusação era falsa22, foi, três dias após, posto em liberdade. Aqui se verifica a utilização da prisão como forma de se retirar o estranho, o diferente, o indesejável, do convívio social, pois o diferente gera suspeitas e especulações.

O povo começava a criar histórias acerca da vida de Conselheiro... todas trágicas, para assim justificar seu rótulo de criminoso. Começaram não só a atribuir-lhe fatos criminosos, como também a indicá-lo como autor de milagres. Passou

14 Local onde se situava Canudos.
15 Trata-se do dia 05 de Outubro de 1896.
16 A primeira edição foi publicada em 1902 pela Editora Laemmert.
17 Idem, ibdem, p. 104.
18 Idem, ibdem, p. 116.
19 Idem, ibdem, p. 96.
20 BARLELT, Dawid Danilo. O Cerco Discursivo de canudos: Interdiscursos sobre Antônio Conselheiro e os conselheiristas antes da Guerra. Revista Cadernos do CEAS, número especial Canudos, 1997, p. 37-46.
21 Idem, ibdem, p. 111.
22 Sua mãe morrera quando ainda era muito menino e sua esposa fugira com um policial local.

assim, a não ser visto somente como líder religioso inofensivo, mas sim como homem político, fazedor de idéias, que se protegia com jagunços.

Canudos apresentava como razões aparentes de luta o fanatismo religioso e o messianismo, mas tinha como causa remota e profunda a questão da terra, contra o latifúndio, o coronelismo, o isolamento cultural. Canudos não foi uma guerra local, mas sim um grito de revolta de todo o sertão brasileiro; não era apenas um problema político, mas uma questão social.

Conselheiro e seu séqüito eram rotulados de criminosos e, em conseqüência, por todo lado, inclusive por meio da imprensa, como solução única advinda de um discurso hegemônico, era requerida a repressão policial. O discurso da criminalização se apóia no trinômio *sertão/fanatismo/crime*, que se sobrepujava às provas concretas acerca da criminalidade.

O que se constata é que o verdadeiro "crime" cometido era causar "transtorno" ao regime laboral no sertão, retirando a mão-de-obra das fazendas, pois famílias inteiras abandonaram suas casas e trabalho para se abrigar em Canudos. Ficava ameaçada a base de poder do coronelismo e o mesmo discurso era acompanhado pela Igreja, como já acima mencionado.

Rui Barbosa preparou um discurso23, em defesa póstuma do povo de Canudos, para que fosse pronunciado no Senado ao fim da Guerra. Entretanto, apesar de o mesmo jamais ter sido proferido, aproveito-me nesta ocasião para trazer alguns trechos:

> "Aqueles, por quem não pude, vivos, requerer o habeas corpus, isto é, a justiça, obrigam-me mortos, a impetrá-lo de Deus para a minha consciência, do país para seu govêrno, do mundo civilizado para a nossa terra, porque a nossa terra, o nosso govêrno, a nossa consciência estão comprometidos: a nossa terra seria indigna da civilização contemporânea, o nosso govêrno indigno do país e a minha consciência indigna da presença de Deus se esses meus clientes não tivessem um advogado. Nunca este recinto conteve auditório igual. Os mortos pululam por entre os vivos: inclinam-se daquelas galerias, apinham-se em tôrno deste anfiteatro, encostam-se às nossas cadeiras, não se vêem, mas se ouvem, se sentem, como se apalpam.
>
> (...)
>
> Canudos arrasou-se, mas não é no arrasamento de Canudos que se acha o nosso maior proveito moral. Suprimistes uma colônia de miseráveis, mas não tocastes na miséria que a produziu".

Interessa relembrar Canudos pois neste episódio a fé foi o mote de emancipação. Não foi aqui a Igreja quem suscitou a mobilização. Antes pelo contrário, pois aqui a mesma sentiu-se ameaçda pelo missionarismo de Conselheiro, mas foi a Fé em Deus e na vida, em uma vida melhor, que se faz e se constrói neste mundo, ainda terreno e material.

O Surgimento Do Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra E A Participação Da Igreja Católica Em Sua Gênese.

Cabe aqui afirmar que o MST não é o único movimento social que conta com apoio da Igreja, posto que a própria CPT é um segmento da Igreja Católica que age não só como coadjuvante na luta, mas também implementa ações e reivindicações. Foi utilizado este movimento social posto ter tido a participação da CPT para sua criação e apoio até os dias atuais.

A intensa mecanização da agricultura introduzida durante a ditadura militar gerou grave êxodo rural. Entretanto, alguns trabalhadores rurais acreditaram na possibilidade de resistência. Assim, em 07 de Outubro de 1979, agricultores sem-terra do Rio Grande do Sul ocuparam a gleba Macali24, em Ronda Alta.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) surgiu sob a égide da ditadura militar e contou com grande apoio da Igreja Católica, principalmente da Comissão Pastoral da Terra25. O apoio da Igreja Católica vê-se presente desde o início, mantendo-se nos dias atuais.

O MST surge oficialmente em 1984 durante o 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel (PR), sendo, no ano seguinte, organizado nacionalmente, momento em que se realizou o 1º Congresso Nacional dos Sem Terra, com o lema: "*Ocupar é a única solução*" e as ocupações de terra, que vinham sendo articuladas desde 1978, contavam com o apoio da CPT e de João Pedro Stédile, que, à época da fundação do MST, trabalhava na Secretaria de Agricultura. Importante ressaltar que as ações coletivas e de protesto dos movimentos sociais são modos democráticos de participação na sociedade.

Lutar pela terra, acesso e permanência, não é o único fim do MST. Quanto à educação, preocupação incessante do Movimento, há, nos assentamentos, aproximadamente cerca de 1800 escolas públicas nos assentamentos, que desenvolvem o trabalho com aproximadamente cento e sessenta mil crianças de primeira à quarta série do ensino médio. Aproximadamente trinta mil jovens e adultos freqüentam o curso superior através do programa de alfabetização que é desenvolvido em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), além dos convênios entre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e universidades de várias partes do país.

---

23 O rascunho deste discurso encontra-se nos arquivos da Casa de Rui Barbosa.

24 As terras da Macali eram remanescentes das lutas pela terra da década de sessenta, quando o MASTER (Movimentos dos Agricultores Sem Terra) organizara os acampamentos na região. O MASTER surge, no final da década de cinqüenta do século passado, no Rio Grande do Sul, Região Sul do Brasil, tendo sido composto por assalariados, parceiros e também por pequenos proprietários e os filhos destes. Em 1962, os sem-terra começaram a organização de acampamentos e territorializaram a luta por todo o Estado do Rio Grande do Sul, mas a este ficaram circunscritos. Receberam o apoio do então governador Leonel Brizola, à época pertencente ao Partido Trabalhista Brasileiro, que cuidou de promover a reforma agrária naquela região, "subordinada ao espírito de que não se tornará realidade sem a pressão e a presença, nos estudos e debates, das populações rurais devidamente organizadas" (IGRA, 1962:12).

25 Em 1975, tem-se a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Segundo Tejerina (2005, p. 84), um dos aspectos mais importantes dos movimentos sociais é a idéia de identidade coletiva. A mística existente na estrutura do Movimento, que será tratada mais a frente, comporta-se, também, como forte elo de coesão e reafirmação da identidade coletiva dos seus membros.

A Mística do MST

Para um movimento social poder competir no espaço público, não basta que a causa seja justa e a mensagem atrativa, é preciso criar marcos referenciais significativos e chamativos. Neste sentido, nos fala Gohn (2000, p. 43) que

> As mensagens têm que ser comunicativas, os assuntos de interesse público e idéias, símbolos e palavras-chaves devem ser criadas. Há necessidade de um corpo de ativistas, datas comemorativas, lugares simbólicos, grandes eventos como marchas e congressos; fundos têm que ser levantados e arrecadados, cartas e boletins devem ser escritos, uma lista de nomes e de endereços de membros e adeptos potenciais deve ser agilizada, além de preparar quadros, orçamentos, obter informações a respeito das políticas e das prioridades públicas etc.

Assim, podemos ver a importância da mística utilizada pelo MST, e apreendida do seu seio, que são as comunidades eclesiais de Base (CEBs) e passada pelos teólogos da libertação, com seus símbolos próprios, bem marcantes e que dão união ao grupo e lhes garante identidade. Fazem parte desta mística, o nome, a ocupação, a bandeira, o hino, a cultura camponesa. É um misto de lúdico com solenidade a serviço da pedagogia.

O nome sem-terra foi uma expressão cunhada pela mídia e apropriada pelo MST, que remete à questão de classe, ao não lugar que possui e que deveria estar, remete à exclusão. Pertencer ao MST é se reconhecer como excluído de um processo e ao mesmo tempo a reafirmação da luta contra esta exclusão.

As ocupações, para além de ação de luta, também carregam em si um simbolismo, pois romper a cerca do latifúndio é romper as amarras de séculos de concentração de terras. É um momento de êxtase, de conquista, de coragem para um povo oprimido e espoliado. Neste mesmo sentido, tem-se o levantar das barracas no acampamento, quando o coração pulsa mais forte com o orgulho que carregam pela bandeira fincada na terra. Para desqualificar a ação, a mídia utiliza-se do termo *invasão*, pois agrega a si a idéia de violência.

A bandeira do Movimento foi criada em 1987 e está presente sempre em qualquer evento realizado pelo MST. Suas cores também possuem significados e ninguém melhor do que o próprio Movimento para descrevê-la, razão pela qual aqui se transcreve26:

cor vermelha: representa o sangue que corre em nossas veias e a disposição de lutar pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade.

cor branca: representa a paz pela qual lutamos e que somente será conquistada quando houver justiça social para todos

cor verde: representa a esperança de vitória a cada latifúndio que conquistamos

cor preta: representa o nosso luto e a nossa homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tombaram, lutando pela nova sociedade

mapa do Brasil: representa que o MST está organizado nacionalmente e que a luta pela Reforma Agrária deve chegar a todo o país

trabalhador e trabalhadora: representa a necessidade da luta ser feita por mulheres e homens, pelas famílias inteiras.

facão: representa as nossas ferramentas de trabalho, de luta e de resistência.

O hino, com seu refrão, "*vem, lutemos, punhos erguidos. Nossa força nos leva a edificar. Nossa pátria livre e forte, construída pelo poder popular*", também constitui e carrega em si forte simbolismo, contribuindo para sua auto-estima, apresentando os sem-terra como povo forte, valente e agente capaz de mudança.

Segundo Fonseca (2006, p. 13), ao discorrer sobre o hino do Movimento, afirma que

> a convicção no programa do MST é buscada com a ajuda de idéias-força como a de dignidade alcançada pelo trabalho, a de liberdade e a de esperança em um futuro que recompensará o presente de luta. Invoca-se ainda uma imagem de enfrentamento aos opressores e um espírito de sacrifício. O hino é tratado com pompa e solenidade. Os dirigentes do MST instruem para que ele não seja cantado em toda ocasião, mas apenas em momentos excepcionais. Ao cantar o refrão, os militantes erguem o punho esquerdo, signo de força ao campo político que se contrapõe a uma "direita" conservadora.

Outro elemento importante que compõe a mística são as palavras de ordem, que potencializam as ações e trazem um sentimento de co-resposabilidade ao grupo. Cada acampamento, cada encontro, com seus lemas, possui sua palavra de ordem.

O Missionarismo, herdado ainda de suas bases de formação, traz em si outra mística, que é a entrega da vida, o devotamento, e isso faz com que os membros do MST abracem a causa com mais afinco e amor, largando mesmo projetos pessoais pela luta coletiva. Gilmar Mauro, um dos coordenadores nacionais do Movimento, afirma que "*nós nos vemos como sacerdotes que estão cumprindo uma missão política*" (apud Gohn, 2000, p. 116).

26 http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3902, acesso em 22 de Agosto de 2008.

Há ainda as músicas e recitais, que o Movimento possui variadas produções, para além das exposições fotográficas, na qual o fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado é grande artista, tendo apresentado sua obra ao redor do mundo num total de oitocentas cidades, levando a imagem da luta dos integrantes do Movimento.

Segundo Santos, "songs and chants have historically been a very strong presence in struggles of resistance and liberation as a way of gathering strength to overcome despair and gain courage to fight against formidable oppressors" (2008, p. 65).

Toda a mística praticada pelo MST promove a identidade, reforça laços e afetos. Garante aos membros orgulho por pertencer aquela comunidade que luta por melhores condições de vida e que lhes garantem, em seu foro íntimo, a sensação de que caminham juntos e no caminho certo para um outro mundo possível.

Conclusão

No mundo globalizado, alguns grupos sociais ficam invisibilizados. No caso dos sem-terra passam a sem-rosto. Assim, necessário se faz reforçar a identidade, que se reforça na própria diferença. Assim, vemos a importância de segmentos religiosos na formação de nossa resistência e também naquilo que faz com que permaneçam unidos, como a mística mencionada e promovida pelo MST. Como afirma Santos (2008, p. 72), no confronto entre o Deus dos oprimidos e o Deus dos opressores, pelas diferenças que existem entre ambos, aquele não pode se dobrar, e, nesta medida, não tem mesmo se curvado… o Deus dos subalternos tem lutado e nunca foi tão humano.

O próprio slogan do Fórum Social Mundial (FSM), *um outro mundo é possível*, soa-nos como profético, no qual sempre se ouve falar que Jesus disse que a felicidade não está neste mundo mas em outro. Podemos apreender este discurso religioso, de que a felicidade não é neste mundo, mas em outro e perceber que não necessariamente é um mundo espiritual e daqueles que já fizeram a passagem. Podemos ver que este outro mundo, como nos profetiza o FSM, pode ser neste aqui, mas reformulado e livre, um mundo para aqueles que sobrevivem passem a poder viver.

Referências bibliográficas:

Bauman, Zygmunt. (1999). *Globalização - As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Cunha, Euclides. (2002). *Os Sertões*. São Paulo: Editora Nova Cultural.

Fonseca, Isabel Costa Da. (2006). Estratégias de comunicação do MST para se inserir na esfera pública. *Revista Brasileira de Inovação Científica em Comunicação, ano 1* (n. 1), 20.

Gohn, Maria Da Glória. (2000). *Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. Petrópolis: Vozes.

Gómez, José María. (2000). *Política e Democracia em Tempos de Globalização*. Petrópolis: Editora Vozes.

Gonçalves, Alfredo J. (27.06.2007). Gênese, crise e desafios da Teologia da Libertação [Electronic Version]. Retrieved 19 de Novembro de 2008.

Habermas, Jürgen. (1999). O Espaço Público - 30 anos depois. *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas, ano VII*(nº12), Rio de Janeiro.

Habermas, Jürgen. (2003). *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Mendes, José Manuel De Oliveira. (2004). Media, públicos e cidadania: algumas notas breves. *Revista Crítica de Ciências Sociais, 70*, 147-158.

Santos, Boaventura De Sousa. (1988). Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegomenos a uma concepção pós-moderna do Direito. *Revista Crítica de Ciências Sociais*(24), 139-172.

Santos, Boaventura De Sousa. (2006). *A Gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura De Sousa. (2008). If God were a human rights activist: human rights and the challenge of political theologies. L*aw social justice and global development*, 2(1).

Santos, Boaventura De Sousa. (2001). Os processos da globalização. In Boaventura Sousa SANTOS (Ed.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* (Vol. Vol.1. 3ª edição). Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura De Sousa. (2007, Outubro). Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. R*evista Crítica de Ciências Sociais*, 3-46.

Tejerina, Benjamín. (2005). Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía: los caminos de la utopía. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 67-97.

Tramontani Ramos, Tatiana. (2003). A Geografia dos Conflitos Sociais da América Latina e Caribe. *Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO.*

Continuidades e descontinuidades nas políticas de saúde: atuação e estratégias das instituições jurídicas no Brasil

Felipe Asensi

Escola de Direito da Fundação getulio Vargas/Laboratorio de Pesquisa sobre Partica de Integralidade em Saúde
fasensi@iuperj.br
Roseni Pinheiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Laboratório de Pesquisas sobre Práticas de Integralidade em Saúde
rosenisaude@uol.com.br
Cristina Lobato
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Laboratório de Pesquisas sobre Práticas de Integralidade em Saúde
cristina_lobato@hotmail.com

Resumo: O processo de construção do direito à saúde no Brasil tem se desenvolvido com a incorporação de novos atores na produção arranjos políticos, jurídicos e institucionais, que visam materializá-lo como direito. A Constituição de 1988 rediscutiu a missão de algumas instituições jurídicas, dentre as quais se destaca o Ministério Público (MP). Neste trabalho, serão apresentadas as principais questões empíricas de uma pesquisa desenvolvida no município de Porto Alegre, no Brasil, de natureza qualitativa e interdisciplinar, que utilizou as seguintes técnicas: entrevistas, observação participante e análise documental. O MP tem revelado uma práxis de intermediação entre o Estado e a sociedade civil no sentido de promover o acesso desta aos serviços de saúde. Por isso, o MP vem reconfigurando suas práticas com a criação de espaços de diálogo, que produzem ações coletivas ao mesmo tempo em que são abertos canais de comunicação entre os principais atores que compõem o processo de formulação, gestão e fiscalização das ações em saúde. Contudo, observamos dois desafios do MP neste âmbito: a) a formulação de políticas de Estado; b) a manutenção e alocação dos recursos públicos em saúde. Nessa perspectiva a própria idéia de direito à saúde ganha um novo significado, o que exige um olhar interdisciplinar sobre atuação do MP em sua garantia e auxilia na própria defesa de uma política de saúde duradoura que vise aproximar o mundo do direito do mundo dos fatos.
Palavras-chave: Políticas públicas em saúde; Ministério Público; Direito à saúde

I. INTRODUÇÃO

Com o advento da Constituição de 1988 no Brasil, a saúde tomou seu lugar como um direito fundamental, cujo imperativo é a prestação positiva do Estado no sentido de concretizá-la a todos os cidadãos. Neste contexto, atribuiu-se às ações e serviços de saúde o caráter de *relevância pública*, o que implica dizer que a alteração de tal preceito depende de amplo e rígido processo legislativo, sendo inconstitucional qualquer iniciativa que vise retirar tal *status* do âmbito constitucional. Ao se tornar a saúde um direito universal, se constituem avanços e, paralelamente, novos desafios para a sua implementação e efetivação. Mais precisamente, na medida em que a saúde é um direito de todos, ou seja, de mais de 180 milhões de brasileiros, surgem questões sobre como tornar este direito alcançável a todos de forma capilar; ou, mais propriamente, sobre como formar um arranjo de recursos e investimentos que torne as ações em saúde uma prerrogativa efetiva de todos.

Ao disciplinar a matéria, a Constituição de 1988 afirma, em seu artigo 6º, que são "direitos sociais a educação, a saúde, [...] na forma desta Constituição" (Brasil, 1988) e, posteriormente especifica, em seu artigo 196, que a "saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (Idem)

No campo da saúde, é possível afirmar a constituição de um novo tipo de direito que se caracteriza pela sua dinamicidade, ou seja, um direito em permanente atividade que se cria e recria no cotidiano dos sujeitos. A possibilidade de extrapolação dos limites normativos está, em grande medida, associada à permanente abertura estatal a demandas e necessidades em saúde da população, por um lado, e ao grau de associativismo da sociedade civil, de outro. O arcabouço jurídico-institucional que se configurou na saúde brasileira permite a incorporação direta de instituições jurídicas e da sociedade civil no encaminhamento de necessidades e demandas, que são mutáveis no tempo e no espaço e, por isso, exigem a consideração de suas especificidades. É o que será desenvolvido neste artigo.

II. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA DA PESQUISA E CONTEXTO DE PESQUISA

Este artigo se encontra inserido os resultados da pesquisa "Estudo multicêntrico sobre o direito à saúde: as relações entre espaços públicos, sociedade e Ministério Público", que se desenvolveu no âmbito do Laboratório de Pesquisas sobre Práticas de Integralidade em Saúde (LAPPIS/UERJ), no Brasil. Este projeto teve por objetivo realizar um estudo das relações entre os usuários do Sistema Único de Saúde, membros dos Conselhos de Saúde, da gestão municipal e estadual de saúde e dos Ministérios Públicos (Estadual e Federal) no que concerne à utilização de dispositivos institucionais e jurídico-legais para a construção e efetivação do direito à saúde no município de Porto Alegre (RS). O projeto visou, ainda, a sistematização, produção e disseminação de informações sobre os avanços e desafios jurídico-normativos relacionados ao exercício daquele direito, buscando alternativas operacionais nas relações entre poderes públicos e sociedade.

Durante a pesquisa, no que concerne à relação entre sociedade e instituições jurídicas, observou-se que uma parte significativa das demandas em saúde originárias da sociedade civil é apresentada ao Ministério Público. Em muitos casos, tais demandas são construídas a partir das ações dos movimentos sociais ou dos próprios Conselhos de Saúde, que são instâncias de participação da sociedade civil e que encontram previsão legal para a sua existência. Entende-se que tais demandas - construídas na interface entre a sociedade civil, Estado e instituições jurídicas - permitem o reconhecimento e constituição de novas estratégias de efetivação, de modo a criar leituras alternativas sobre os direitos. Tais leituras se fundamentam na perspectiva da cidadania, adquirindo cada vez mais um caráter *horizontal* do ponto de vista dos atores que atuam em sua garantia.

Por outro lado, percebe-se que o caminho para essa garantia enseja um desafio às próprias instituições jurídicas, que, em virtude de sua atuação voltada para as peculiaridades e elementos do campo do direito, por vezes possuem dificuldades em lidar com certas demandas que se reconfiguram no cotidiano das práticas dos atores sociais. De forma constante, os membros do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, etc, se deparam com temáticas e assuntos específicos da saúde que, em virtude de sua formação, não possuem proximidade, o que enseja desafios relevantes no tocante à adoção de estratégias para a efetivação de direitos. Isto implica entender que o direto à saúde não se reduz à garantia de direitos já assegurados, mas fomenta, principalmente, a possibilidade de construção de sentidos de novos direitos.

A primeira etapa da pesquisa consistiu na realização de uma revisão bibliográfica a respeito do assunto "direito à saúde" e seus sub-temas. Percebe-se uma ausência de discussão sobre este assunto no campo das ciências sociais e do direito no Brasil, sobretudo no que concerne às estratégias e desafios de sua efetivação. Esta etapa da pesquisa foi realizada, fundamentalmente, em bases bibliográficas digitais (Bireme, Capes e Scielo) e acervos (Ministério da Saúde e Ministério Público). Em relação ao campo jurídico propriamente dito, foram encontradas dificuldades relacionadas à bibliografia. Constatou-se que pouco se produziu na doutrina sobre o direito à saúde especificamente1. Geralmente duas ou três páginas são destinadas ao tema e são, ainda assim, sempre pequenas variações do artigo 196 da Constituição, que é o dispositivo que consagra a saúde como um *direito* de todos e *dever* do Estado2. Definitivamente, o campo do direito não discute a saúde para além do fato dela ser mais um direito fundamental positivado na Constituição. Neste artigo, compreende-se a saúde como um direito *sui generis*, na medida em que apresenta facetas individuais, sociais, e de cidadania, o que complexifica a sua garantia.

A etapa seguinte da pesquisa consistiu na elaboração dos roteiros semi-estruturados de entrevista baseando-se na pesquisa bibliográfica e nos relatórios das atas do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul entre o período 2000-2004, que se encontram disponibilizadas em sua página virtual. A leitura destas atas possibilitou organizar um quadro inicial da relação entre os Conselhos, o MP e a gestão. A partir deste quadro, foi possível identificar as questões mais debatidas e os pontos de conflito, divergências, consensos e ambigüidades, que serviram de base para a montagem do roteiro de entrevistas.

Na terceira etapa, foram selecionados os principais atores envolvidos no tema estudado, que foram contatados por telefone3 para que se realizasse o trabalho de campo e a coleta de dados. O trabalho de campo foi realizado no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2005, num primeiro momento, e em 2007, num segundo momento.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, tornou-se necessário apreender a dinâmica da arena política desenvolvida em Porto Alegre, na qual participam gestores públicos, trabalhadores de saúde, sociedade civil e instituições jurídicas por meio de uma diversidade de arranjos, saberes, práticas e estratégias. A pesquisa teve como base um desenho metodológico a partir de três eixos analíticos: o primeiro, conceitual, que trata da construção de categorias (direito, cidadania, saúde, etc) na perspectiva dos atores envolvidos; o segundo, que analisa a forma pela qual os atores lidam em suas práticas com essas categorias assim construídas; e, o terceiro, que se destina a examinar os pontos de interseção, divergências, concordâncias, discordâncias, contradições e conflitos entre as propostas, projetos e práticas neste município. Para atingirmos os objetivos propostos, foi configurada uma metodologia de pesquisa qualitativa de natureza empírico-analítica, de caráter exploratório, que se destinou a examinar os pontos de interseção, divergências, concordâncias, discordâncias, contradições e conflitos nas práticas dos atores desta localidade. Nesta oportunidade, será discutida a interface que se constitui neste município entre os membros do Ministério Público e da gestão municipal de saúde.

III. DELIMITANDO O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS NO BRASIL

O direito à saúde, enquanto direito fundamental, se insere na categoria dos chamados direitos de titularidade difusa e coletiva4. Em virtude dessa natureza, no Brasil se consolidou o que se comumente denomina de *litigância de interesse público*5, que comporta a idéia de que os direitos não se restringem às meras partes individuais, na medida em que são de titularidade de grupos e coletividades. Em linhas gerais, Ingo Sarlet sustenta que tais direitos "trazem como nota distintiva o fato de se desprenderem, em princípio, da figura do homem-indivíduo, como seu titular, destinando-se à proteção de grupos humanos (família, povo, nação)" (Sarlet, 2001, p. 52). São, assim, novas facetas do princípio da dignidade da pessoa humana, que traduz a idéia de que "o Estado existe em função da pessoa humana, e não o contrário, já que o homem constitui a finalidade precípua, e não meio da atividade estatal" (Idem, p. 103). Logo, para além dos direitos individuais, existem direitos que dizem respeito à humanidade, ao grupo como um todo, a uma coletividade. O ordenamento jurídico brasileiro

1 Interessante notar que as referências jurídicas sobre o direito à saúde, em sua grande parte, encontram-se dispostas em manuais e livros de Direito Constitucional, razão pela qual não se aprofunda a reflexão sobre o tema. Em sua maioria, nessas publicações sequer é enunciada a existência de Conselhos de Saúde. Em 2008, o livro organizado por Cláudio Pereira de Souza Neto & Daniel Sarmento (2008) trouxe alguns artigos que visam refletir sobre desafios e estratégias de efetivação do direito à saúde, o que aponta para a tendência dessa temática receber maior atenção dos juristas nos próximos anos.

2 Segundo o artigo 196 da Constituição, a "saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (Brasil, 1988)

3 Os contatos com os membros do MP foram realizados diretamente com o gabinete dos promotores e procuradores, ao passo que o contato com os membros da gestão municipal foi realizado pelas respectivas unidades de saúde.

4 Os direitos coletivos e difusos são direitos metaindividuais, porque atingem grupos que tem algo em comum, e não pertencem a uma pessoa isolada, nem a um grupo delimitado de pessoas. O direito ao meio ambiente, por exemplo, é um direito desta natureza, pois não diz respeito a uma pessoa singular ou a um grupo específico, mas a toda a humanidade, sob pena de ser visto como um privilégio. Há, ainda, a presença no ordenamento jurídico de direitos individuais indisponíveis, que existem desde a constituição da personalidade humana, sendo os seus titulares identificáveis uma vez pertencentes a uma coletividade. Mais precisamente, são direitos individuais, mas não podem ser renunciados pelo seu titular, como o direito à vida e o direito à dignidade.

5 Para uma análise minuciosa do panorama de litigância de interesse público no Brasil, com foco especial na atuação do Ministério Público, ver Rogério Arantes (2002), Eduardo Ritt (2002) e Cássio Casagrande (2008)

estabeleceu diversos atores estatais e não-estatais com possibilidade de atuar na efetivação destes direitos. Dentre os principais atores que atuam nesta concretização, recebe destaque o Poder Judiciário e, principalmente, as instituições que compõem as denominadas *funções essenciais da justiça*.

No Poder Judiciário – que é a instituição estatal responsável pela atividade jurisdicional de resolução de conflitos - reina a máxima latina *nemo iudex sine actore*, ou seja, *não há juiz sem autor*. Essa máxima evidencia que o Judiciário somente pode agir para a concretização de direitos mediante provocação de quem se sentir lesado pela ação ou omissão de outrem, de modo a adotar uma postura estática enquanto não for chamado à resolução do litígio. O ordenamento jurídico brasileiro possui princípios que reforçam esta perspectiva e traduzem garantias para a inércia judicial, tais como o princípio do *juiz natural*6 e o princípio da *inércia da jurisdição* ou do *impulso oficial*7, que remetem à idéia de um poder que só age mediante provocação das partes.

Com isso, foram construídas instituições dinâmicas para a garantia de direitos que não se submetem a uma perspectiva estática ou condicionada à provocação, na medida em que podem agir de maneira espontânea. Tais instituições compõem as chamadas *funções essenciais da justiça*, que consistem naquelas "atividades profissionais públicas ou privadas, sem as quais o Poder Judiciário não pode funcionar ou funcionará muito mal" (Silva, 1993, p. 506) em virtude de sua atuação normativamente estática, recebendo destaque a presença o Ministério Público (MP).

Em linhas gerais, o MP é uma instituição dinâmica de garantia e efetivação de direitos, haja vista não precisar ser provocado para atuar em prol de sua concretização. Principalmente em relação aos direitos prestacionais, isto é, direitos que exigem a atuação do Estado para concretizá-los por meio de políticas públicas, a possibilidade de agir independentemente de provocação possibilitou ao MP ocupar um espaço singular no plano da efetivação de direitos brasileiro. No caso da saúde, a título de exemplo, a falta de medicamentos nos postos, a insuficiência de leitos nos hospitais, os custos dos tratamentos de alta complexidade e as deficiências nas políticas públicas se constituem como desafios e problemas sensíveis. Tais problemas, em virtude de sua forte associação ao direito à vida, primam por soluções céleres, o que amplia a relevância da atuação do Ministério Público nessa seara.

No Brasil, o MP recebeu um perfil distinto não só em relação ao regime constitucional anterior, mas também em relação a qualquer configuração constitucional já existente. O novo arranjo criado em 1988 permitiu uma nova configuração das instituições jurídicas e das competências e atribuições que lhes seriam inerentes para a efetivação de direitos. Diante dessas mudanças, o papel que foi atribuído ao MP também passou a se diferenciar da atuação do Judiciário, na medida em que o Ministério Público, segundo Celso Bastos, tem "a sua razão de ser na necessidade de ativar o Poder Judiciário, em pontos em que este remanesceria inerte porque o interesse agredido não diz respeito a pessoas determinadas, mas a toda coletividade" (Bastos, 1996, p. 123). Entretanto, a diferenciação de funções não ensejou uma diferenciação das garantias jurídicas que foram atribuídas a ambos. A despeito de serem instituições com estratégias e possibilidades de ação distintas, os seus membros possuem as mesmas garantias institucionais que possibilitam uma atuação mais independente de ambos na efetivação de direitos.

De fato, não são triviais as garantias processuais e materiais que se consolidaram com a Constituição no que concerne ao exercício das funções do membro do Judiciário e do MP, a exemplo das seguintes: a) a impossibilidade de serem removidos da comarca ou órgão no qual atuam; b) a impossibilidade de terem seus subsídios reduzidos administrativamente ou legalmente; c) a independência funcional para decidirem de acordo com seu livre convencimento (no caso dos juízes) ou de acordo com o interesse público do fato social (no caso dos promotores). Inserido numa lógica de defesa da sociedade, o MP surge como um ator privilegiado no processo de consolidação da democracia no Brasil.

Com isso, para o exercício de suas atribuições, o MP – denominado em outros países como *Parquet* - é uma instituição autônoma e, conseqüentemente, não se encontra submetido a nenhum dos três Poderes que compõem tradicionalmente o Estado. Alguns autores, inclusive, chegam a cogitar a possibilidade de associar o MP à idéia de um *quarto poder*, ao passo que outros autores o associam à idéia de um *contra-poder*. Seguramente, se trata de uma das legislações institucionais mais inovadoras do mundo, porque situou o *Parquet* fora da subordinação ou direção de quaisquer dos Poderes, mantendo, porém, uma similitude com o Poder Judiciário, pois estabeleceu princípios e garantias comuns àquelas aplicáveis ao referido Poder e aos seus juízes.

IV. A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE E A CONTINUIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

4.1. O debate sobre a continuidade das políticas públicas

6 O princípio do juiz natural - expressamente previsto no art. 5º, XXXVII e LIII da CRFB - tem como conteúdo não apenas a prévia definição do órgão investido de poder jurisdicional de decisão sobre a causa (vedação aos tribunais de exceção, por exemplo), mas também a própria garantia de justiça material, isto é, a independência e a imparcialidade dos juízes (impossibilidade de escolher o juiz ao qual será distribuída a ação, por exemplo). Os referidos dispositivos jurídicos versam o seguinte: "Art. 5º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XXXVIII - não haverá juízo ou tribunal de exceção (...); LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente" (Brasil, 1988)

7 O princípio da inércia da jurisdição – expressamente previsto no art. 2º do Código de Processo Civil - determina que o início do processo, em regra, seja somente por iniciativa das partes. Assim, faz-se necessária a petição inicial, que é o documento pelo qual o autor invoca a prestação jurisdicional e, a partir disso, o processo é regido por meio do impulso oficial provocado pelas partes no órgão jurisdicional. O referido dispositivo jurídico versa o seguinte: "Art. 2o Nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e forma legais" (Brasil, 1973)

Primeiramente, deve-se observar que a atuação do MP tem se debruçado sobretudo no âmbito das políticas de saúde, isto é, os membros do MP buscam enfatizar em suas ações que o direito não se esgota na norma e que as políticas públicas devem ter continuidade, configurando-se como políticas de Estado. Questões relacionadas à política de tratamento de HIV, câncer e campanhas de vacinação, por exemplo, são temas recorrentes nas ações dos membros do MP. Entretanto, isso não quer dizer que a sua atuação também não se desenvolva no âmbito da micropolítica8, que é um espaço muito discutido e criticado por usuários e conselheiros, pois diz respeito às mazelas e desafios presentes no cotidiano dos serviços de saúde. Tais mazelas podem dizer respeito à ausência de profissionais, problemas de relação entre usuários e profissionais, falta de material de biossegurança, etc.

No que concerne ao sentido da saúde como *direito*, pode-se supor que a percepção dos membros do Ministério Público em Porto Alegre se encontrou relacionada não somente à garantia constitucional de que dispõe na Constituição de 1988. Antes de tudo, o sentido da saúde como direito se apresenta associado aos seguintes atributos: regularidade, continuidade e qualidade. Os membros do MP entendem por *regularidade* a necessidade dos serviços de saúde serem realizados num mesmo patamar de recorrência, sem desníveis de acordo com a região ou a forma de acesso ao serviço. A regularidade, assim, estaria relacionada ao serviço propriamente dito, que é prestado pelos profissionais de saúde e membros da gestão em saúde. Os membros do MP entendem por *continuidade* o dever que o Estado possui de garantir a saúde de forma integral, tanto no nível da micropolítico quanto no nível as políticas públicas. Nesta linha, os promotores defendem que as políticas de saúde devam ser de Estado, e não de Governo, o que aponta para a defesa de que a continuidade deva existir também entre os mandatos dos governos, conforme reiteradamente foi sustentado nos relatos dos entrevistados. Os membros do MP entendem por *qualidade* o direito do usuário de receber um atendimento digno, de ser escutado, considerado e respeitado em sua demanda, sob o resguardo de que possui a titularidade do direito à saúde.

Indo além, é possível supor um avanço no tocante à atuação do MP, que não se concentra somente na interpretação do sentido da norma constitucional, mas promove um movimento de socialização e contextualização do direito à saúde a partir das práticas sociais. Partindo do princípio de que a saúde é um "direito de todos e dever do Estado", os membros do MP privilegiam observar o *direito vivo* na prática muito mais do que meramente o *direito positivo*.

Neste sentido, o debate sobre as políticas públicas ensejou a diferenciação entre *políticas de Estado* e *políticas de Governo*. A primeira exprimiria a idéia de compromissos que extrapolam mandatos eleitorais, buscando englobar pactos e consensos democráticos que permitam constituir políticas duradouras, resistentes aos governos e, por isso, *de Estado*. A segunda exprimiria justamente os programas estabelecidos para vigerem durante o mandato eleitoral, isto é, sem qualquer pretensão ou vinculação explícita de continuidade duradoura, constituindo-se como *de Governo*. As passagens abaixo são reveladoras do debate:

> Então estas são dificuldades que são enfrentadas. Outra delas é a questão da mudança de governos: nós não temos ainda uma política de Estado com relação à saúde pública né. Esses planos de saúde eles estão sendo construídos com muita dificuldade também, esses planos qüinqüenais ou o plurianual. Há dificuldades na construção desses planos e portanto no acompanhamento de políticas públicas ao longo do prazo. Ou seja, muda um governo, muda a cartilha né, aí já rasga a cartilha anterior e nós vamos começar a praticar uma outra saúde pública né. (Membro do MP)

> Então o que eu mais critico na questão da saúde é isso: a possibilidade que existe dos gestores de pegarem o que já aconteceu, colocarem fora, e criarem uma outra coisa porque a idéia é diferente. Ah! Vamos combinar. As idéias não podem ser tão diferentes assim, mesmo porque, ainda que sejam diferentes, vamos respeitar o que já aconteceu em prol do usuário (Membro do MP)

> Implementa o que tá aqui, e no decorrer do tempo vai acertando o que tá errado. Mas implementa o que tá aqui tá. Se daqui a um ano precisa mudar alguma coisa, tudo bem, muda aqui e vai pra lá. É aquela coisa do "no decorrer da caminhada as abóboras se acertam na carroça". Vamos respeitar isso, porque se agente passar mais um ou dois anos discutindo aquilo que já tinha sido feito... não dá pra botar trabalho feito fora. (Membro do MP)

Os membros do MP que foram entrevistados trouxeram diferentes aspectos sobre o tema, os quais convergem para a idéia de perenidade das políticas. Observa-se a ênfase na continuidade das políticas, entendo-se por continuidade o dever do Estado de garantir a saúde de forma integral, tanto no nível da micropolítica quanto no nível das políticas. Deste modo, houve uma crítica às campanhas, que são muito pontuais e pouco eficazes em longo prazo.

O desafio referente à mudança de governos é central na atuação dos membros do MP. A pesquisa permite identificar a defesa, por parte destes atores, da continuidade das políticas públicas entre os próprios governos. Daí, se justifica o foco do MP nas políticas de saúde, e não somente no espaço da micropolítica. Sensível às especificidades em saúde e aos próprios desafios que se impõem à sua continuidade enquanto política, o membro do MP busca estabelecer estratégias supra-governamentais de ação. Tais estratégias são diversas, pois variam desde pactuações com governos sucessores para que seja mantida alguma política de saúde até responsabilizações judiciais e extra-judiciais na manutenção da continuidade das políticas. A assertiva de que "as abóboras se ajeitam no andar da carruagem" revela tal perspectiva ao evidenciar um MP que se debruça sobre a constituição de políticas de Estado. Associado a isso, a assertiva "vamos respeitar o que já aconteceu em

8 A escolha da subdivisão entre micropolítica e política atende ao seguinte critério: a dimensão política diz respeito à ação dos atores no âmbito da efetivação de direitos em nível estrutural, consubstanciado tal ação no desenvolvimento, aperfeiçoamento e incremento das políticas de saúde. A dimensão micropolítica, por sua vez, diz respeito aos saberes e práticas que os atores utilizam no cotidiano de suas ações e nos contextos de operacionalização dos direitos garantidos constitucionalmente.

prol do usuário" revela o que as pesquisas de Arantes e Casagrande já apontavam: a idéia de um MP que compartilha, entre os seus membros, a perspectiva de defensor da sociedade.

Na concepção dos promotores, observa-se a ênfase no direito à saúde como atributo de relevância pública, que extrapola um mandato eleitoral e, em virtude de sua peculiaridade, apresenta caracteres de perenidade e continuidade. Com isso, a saúde exigiria o compromisso explícito por parte dos governos em tratá-la como política de Estado. A partir desta concepção de saúde, que preza pela continuidade, regularidade e qualidade, observa-se uma maior capilaridade das ações dos membros do MP, no sentido de enfatizar as políticas de saúde como políticas de Estado, e não de governo. O SUS é entendido como a principal política pública para o setor de saúde e o projeto maior do movimento sanitário brasileiro. Assim, observa-se um compartilhamento de que isso enseja (re)significar o SUS como expressão do diálogo entre Estado/sociedade, que seja imune em seus fundamentos às alternâncias de poder.

Associada a essa diferenciação entre políticas de Estado e de Governo, os membros do MP de Porto Alegre trouxeram à tona o debate sobre o que poderia ser caracterizado como direito à saúde. Durante os relatos, observa-se uma concepção ampla sobre este direito, o que se configura como decisivo na configuração dos limites e possibilidades de suas ações. As passagens a seguir são exemplificativas:

> E entendendo a saúde como esse conceito mais amplo, da organização mundial né, que é um estado de completo bem estar físico, mental e social, ou seja, a partir do momento em que você tá promovendo saúde você tá promovendo, na verdade, a felicidade, o bem estar pra população (Membro do MP)

> A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (Recomendação – MP)

Nesta perspectiva, a saúde se apresenta de forma multifacetada, na medida em que passa a comportar critérios sociais, políticos, jurídicos e, até mesmo, psicológicos. A compreensão do que seria a saúde como um direito para os membros do MP permite, em suas concepções, a definição de estratégias específicas para a efetivação de cada dimensão deste direito. Os membros do MP sustentam que a saúde não se reduz à mera ausência de doença, pois envolve aspectos psicológicos, políticos, sociais e jurídicos que encontram-se relacionados ao bem-estar físico, mental e social. De fato, esta concepção complexifica ainda mais o que seria uma política de saúde e quais os desafios para a sua continuidade.

Além disso, os membros do MP apresentam uma concepção de que se deve afastar uma perspectiva restrita ao aspecto curativo para também valorizar o aspecto preventivo das ações em saúde, o qual ocorreria, principalmente, por meio da educação em saúde. A transcrição abaixo é exemplificativa:

> A grande maioria das ações são curativas. Há uma abordagem da medicina eminentemente curativa, e não de prevenção como a construção do que deva ser né com prioridades para ação de prevenção. E acho que a prevenção deve se fazer através da educação, principalmente quando nós vemos assim que crianças são os grandes multiplicadores de idéias né, de idéias positivas, muda, ele consegue mudar o que acontece dentro da sua casa. Ele é sensibilizado para essa questão dentro da escola né (Membro do MP)

Nesta linha, a pesquisa permite supor que os membros do MP consideram importante o caráter de relevância pública da saúde no ordenamento jurídico brasileiro, que não se reduz às meras políticas curativas. A idéia de prevenção, em certa medida, traduz a compreensão já mencionada de políticas de Estado, que não se reduzem à ausência de doença, uma vez que, segundo os relatos, devem buscar o bem-estar físico, mental e social. Mais uma vez o conteúdo do direito à saúde, seja traduzido sob a forma individual (bem-estar), seja sob a forma social (políticas), apresenta-se de forma complexa e, por isso, ensejando múltiplas estratégias por parte dos membros do MP.

Neste sentido, uma das principais estratégias adotada, segundo a pesquisa, consiste na criação de um sistema *controle* e *efetivação* que permita às políticas públicas de saúde tornarem-se cada vez mais estatais e cada vez menos governamentais, isto é, que imprimam caracteres de longevidade às políticas públicas de forma articulada a compromissos explícitos supra-governamentais em conjugação com as instituições jurídicas e a sociedade civil. Assim, a atividade de governo passa a ser uma atividade em constante problematização, pois abre e amplia o debate sobre a adequação entre meios e fins de ação a partir da inserção de diversos saberes e práticas em seu interior.

Os ideais e estratégias de governo se encontram intrinsecamente ligados aos problemas e desafios que surgem no curso do mandato, de modo que o estabelecimento de *programas* seja uma estratégia privilegiada de composição destes saberes e práticas no momento da definição sobre como articular de forma mais eficaz os meios e fins. Neste contexto de contingência dos programas e da necessidade de estabelecer prioridades de ação no âmbito do governo, os membros da gestão de saúde apresentaram uma compressão do direito à saúde como condicionado aos limites financeiros fáticos para a sua completa efetivação, a exemplo das seguintes passagens:

> Olha, o que eu considero por direito à saúde né, eu acho que é o cidadão poder utilizar recursos disponíveis pra tudo que ele precisar né. Qual é o papel do gestor? É garantir isso, não tem recursos pra isso né. Então a questão da equidade eu acho que é o conceito mais fundamental nesse momento, a gente conseguir trabalhar com a garantia de direitos né (Membro da Gestão)

> Eu não tô dizendo que não tenha direito, o direito tem, mas quando eu me programo, eu me programo para atender prioritariamente aquele, e eu vou atrás daquele, eu busco aquele, eu gasto recurso mais com aquele, porque eu priorizo aquele, porque eu sei que não vem, que vai adoecer mais do que o que tem informação, que tem outros recursos, que tem outros acessos (Membro da Gestão)

Nesta linha, a pesquisa evidencia que a idéia de recursos econômicos escassos emerge como fator relevante na garantia de direitos constitucionais, principalmente os de dimensão social, a exemplo da saúde. No âmbito das práticas em saúde, observou-se que, em geral, os gestores têm enfatizado a incapacidade do Estado de garantir plenamente tal direito sob a alegação de escassez de recursos. Tais recursos, segundo os relatos, devem ser alocados de acordo com prioridades definidas pelo critério técnico ou político do membro da gestão, e o exercício pleno do direito à saúde passa a ser condicionado à capacidade do Estado de custear a sua efetivação. gestor. O direito, portanto, passa não mais a ser visto de forma absoluta, podendo ser relativizado sob o argumento da insuficiência de recursos. De acordo com os relatos, há um fator limitante para a garantia do direito à saúde, que concerne à escassez de recursos econômicos, que se traduzem nas seguintes passagens:

> Se a gente consegue identificar aqueles que têm mais dificuldade de acessar os serviços a gente consegue, pra esses, criar estratégias, criar políticas específicas pra esses grupos né mais vulneráveis ou com menos acesso mesmo de qualquer tipo, às vezes não sabem nem aonde tem, nem que tem, nem que existe determinado recurso, determinada solução pra sua vida. (Membro da Gestão)

> É isso que a gente briga entendeu, essa é uma dificuldade muito grande: esse conceito de direito, ele tem que estar no contraponto da equidade, senão a gente não tem recursos pra isso, o recurso é finito. (Membro da Gestão)

Mas não se trata de um argumento meramente restritivo, sem qualquer preocupação com a efetivação mínima do direito à saúde. Os relatos dos membros da gestão trazem como critério relevante para a alocação dos recursos o *princípio da eqüidade*, que é um princípio garantido constitucionalmente na saúde. A eqüidade expressa a idéia de justiça social distributiva, uma vez que busca reduzir as desigualdades entre os titulares do direito à saúde. Isto significaria adotar uma postura de tratar desigualmente os desiguais, investindo mais recursos públicos nos contextos em que a carência e as deficiências no sistema público de saúde são maiores. Com isso, este princípio surge como critério de alocação dos recursos finitos em saúde no âmbito da gestão.

Seguramente, tal limitação econômica tem exigido uma atuação do MP no sentido de elaborar outros critérios para a alocação de recursos públicos em saúde. Mais precisamente, os membros do MP sustentam que o direito à saúde engloba duas dimensões fundamentais: a) *ações em saúde*, que são o conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público; b) *condicionantes da saúde*, que, segundo o art. 3º da Lei 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), são a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.

Observa-se uma reivindicação relevante veiculada nos relatos dos promotores, que preconizam que o orçamento das ações em saúde não deve se confundir com o orçamento dos condicionantes da saúde. Entretanto, isto não quer dizer que o direito à saúde não englobe os condicionantes, pois estes envolvem, necessariamente, a constituição do bem-estar físico, mental e social. Deste modo, o orçamento que engloba o direito à saúde envolve tanto as ações em saúde quanto os condicionantes da saúde. Trata-se, inclusive, de uma concepção presente no Manual de atuação do MPF em defesa da saúde, a exemplo da seguinte citação:

> Também não se pode considerar como *ações e serviços públicos de* saúde os gastos públicos com os chamados *fatores determinantes e condicionantes* da saúde pelo art. 3º da Lei 8080/90, pois se *condicionam* a saúde com ela não se confundem. Ademais, prevalecendo o entendimento de que tais fatores se confundem com ações e serviços públicos de saúde para fins de implementação da Emenda Constitucional n. 29/00, haverá um completo esvaziamento da reserva constitucional estabelecida em favor do direito à saúde, pois dentre os fatores condicionantes encontram-se praticamente todos os direitos sociais, de modo que o orçamento destinado à saúde serviria, a prevalecer tal entendimento, a todas as políticas sociais do governo. (MPF, 2005, p. 42)

Observa-se, então, que o direito à saúde recebeu uma ampliação em seu sentido com a Lei Orgânica da Saúde, principalmente porque o orçamento para a sua concretização é dual (envolve tanto as ações quanto os condicionantes). Segundo os membros do MP, a não aplicação de recursos em moradia ou em transporte, por exemplo, também enseja uma infração ao direito à saúde, o que amplia consideravelmente os conflitos que podem ser juridicizáveis. Para os membros do MP, o argumento da escassez de recursos não pode ser aplicado, já que o direito à saúde é de titularidade de todos e dever do Estado. Porém, sensível às limitações concretas que o Estado brasileiro enfrenta, os promotores admitem que seja alegada a insuficiência, desde que seja garantido o investimento no mínimo constitucional exigido.

Os membros do MP de Porto Alegre inserem-se numa lógica em que não basta somente enfatizar o fim de uma política – ou seja, a efetivação do direito à saúde -, mas também os meios mais adequados a serem utilizados para atuar nessa concretização. Deste modo, a eleição dos instrumentos processuais – tais como a Ação Civil Pública, Termos de Ajustamento de Conduta, Recomendações, etc – torna-se uma operação complexa e, por isso, que não é trivial. Além disso, uma estratégia amplamente adotada pelos membros do MP, segundo os relatos, seria o diálogo. A pesquisa permite supor, como será analisado nas seções seguintes, que o fio condutor da atuação do promotor - e que pauta todas as outras formas de atuação – é o diálogo.

De uma maneira geral, observa-se que o MP tem a capacidade institucional de criar um *espaço de diálogos*, pois possibilita a comunicação entre os principais atores que compõem o processo de formulação, gestão e fiscalização das políticas públicas em saúde. Através do diálogo, procura-se resolver alguma deficiência no sistema de saúde por intermédio de meios não-formais e que, por vezes, se apresentam como o caminho mais adequado, de modo a estabelecer mecanismos de

responsabilização dos membros da gestão e de incorporação de conteúdos participativo-societários nos consensos que são estabelecidos.

4.2. Formas de atuação do Ministério Público

A pesquisa permite sustentar que os canais de diálogo criados no interior do MP em Porto Alegre se apresentam como espaços que articulam práticas relacionadas à gestão de políticas públicas, já que neles os principais atores que compõem o processo de formulação, execução e fiscalização das políticas públicas se encontram implicados. A atuação do MP tem possibilitado novas formas e mecanismos de negociação e pactuação entre as diferentes esferas dos poderes públicos e sua relação com a sociedade. Durante a pesquisa, observou-se que as atividades do MP para a concretização do direito à saúde se pautam, principalmente, pela fiscalização do gestor e dos prestadores de serviços. Para tal, o MP tem atuado por meio de duas formas genéricas: através de trabalho "de gabinete" ou através de visitas *in locci.*

A primeira forma - o trabalho "de gabinete" - é realizada no âmbito do próprio espaço físico do Ministério Público. O membro do MP age de acordo com as demandas em saúde que lhes são apresentadas por jornais, pelas ouvidorias (tanto as do SUS quanto as do MP), ou por representação social. Em todos os casos, a demanda passa por um crivo de veracidade para que a sua atuação não seja despropositada, desmedida ou infundada. As passagens abaixo são exemplificativas:

> A gente toma muito cuidado pra isso não acontecer. Nós vamos ver esse aspecto que eu coloquei pra ti né, que é a questão de se atribuir ao Ministério Público alguma perseguição, então a gente procura sempre que seja demandado. Às vezes, por exemplo, uma pessoa liga, faz um telefonema pra cá, "olha, tá acontecendo isso". "O senhor por favor, envie uma correspondência, ou então venha até aqui, assine essa documentação". Até porque a gente sabe que muitas denúncias ou algumas delas também são falsas né. Às vezes as pessoas procuram prejudicar alguém em função de sei lá de vingança, etc, então a gente tem que tomar cuidado para que isso fique bem documentado. (Membro do MP)

> Então grande parte da nossa atuação é em função de demandas individuais, vamos dizer assim, mas sempre a gente dá abrangência geral, a gente nunca atua em favor de uma pessoa né, sempre geral. E tem muita coisa também que chega até nós através de órgãos públicos, por exemplo, a auditoria do SUS, tribunais de contas. Tem alguma demanda também que a gente, no trabalho diário, percebe alguma coisa que poderia ser melhorada e, então, de ofício se instaura (Membro do MP)

No caso dos jornais, o membro do MP formula a sua intervenção e estabelece as estratégias de atuação por meio do estudo da regularidade e da importância social, política, econômica e jurídica da notícia. Ou seja, na medida em que o caso noticiado se apresenta como relevante, o promotor inicia a sua atuação no sentido da concretização do direito que esteja insuficientemente satisfeito.

No caso da ouvidoria, os relatos apontam que, em geral, é o cidadão comum que a utiliza para demandar direitos que se encontram violados. Esta demanda individual é registrada no Ministério Público pois, caso seja repetida por outras pessoas ou, desde já, possua repercussão social, configura um direito essencialmente coletivo, o que enseja a sua atuação. Uma questão individual pode potencialmente demonstrar que um determinado serviço não está sendo executado concretamente num determinado local ou que uma política pública encontra-se deficiente. Partindo dessa compreensão, os membros do MP sustentam que se poderia estabelecer um *olhar coletivo* a partir de uma questão aparentemente individual.

No caso da representação social, o MP recebe a denúncia diretamente por parte da sociedade civil organizada, tais como associações civis, representações profissionais, Conselhos de Saúde, etc. Procura-se, assim, agir de forma conjunta à sociedade civil de modo que ambos atuem na efetivação do direito à saúde. Esta articulação é valorizada pelos seus membros para que a atuação do MP, além de juridicamente possível, tenha uma legitimidade advinda da própria sociedade civil.

Para além dessas possibilidades de atuação do Promotor "no gabinete", há outras formas mais dinâmicas, que, segundo os resultados da pesquisa, se baseiam fundamentalmente no diálogo. Os os membros do MP têm adotado como estratégia a atuação em fases pré-judiciais, visando estabelecer compromissos e acordos extra-judiciais entre os diversos atores, de modo a evitar os problemas típicos de um processo judicial, tais como a morosidade na resolução do conflito, a incerteza da decisão, etc. Sensíveis à peculiaridade da saúde no Brasil, os membros do MP têm costume de recorrer, sempre que possível, a pactos, estratégias e ações informais e extrajudiciais, valendo-se, sobretudo de sua influência e autoridade simbólica.

Assim, tem sido freqüente a *saída do gabinete* pelos membros do MP. A idéia compartilhada por estes consiste em estabelecer um contato direto com a sociedade a fim de conhecer suas carências e atuarem de forma efetiva na concretização de direitos. Essa postura implica estabelecer o contato e aproximação com novos saberes distintos do saber jurídico tradicional e criar alternativas por meio de um diálogo constante. Ou seja, a pesquisa permite supor que os promotores têm buscado superar o imaginário relativamente compartilhado sobretudo por gestores de que, no diagnóstico de um membro do MP, "o Ministério Público é o órgão antipático por excelência; é aquele sujeito que é pago pelo Estado para falar mal dele" (Membro do MP).

Neste contexto, e até como forma de reduzir essa aparente antipatia institucional, as visitas *in locci* - nos locais – têm se mostrado um instrumento eficaz para estabelecer novas estratégias. O hábito dos membros do MP de irem ao local problemático para observarem diretamente a controvérsia, deficiência ou problema tem se apresentado como uma forma recorrente de atuação no que concerne ao direito à saúde. Deste modo, o promotor torna-se não somente aquele que defende o direito da sociedade, mas também aquele que fiscaliza diretamente o que não está sendo feito e pactua estratégias para a sua efetivação. Tenta-se, a partir da visita nos locais, dialogar com os próprios atores sociais (profissionais de saúde, membros da gestão, usuários, etc) para se chegar a maneiras de solucionar a questão em conjunto, sem necessariamente *judicializá-la*.

Por isso, o que confere dinamicidade às ações do MP em Porto Alegre são as suas formas de atuação na efetivação do direito à saúde. A possibilidade de enumerá-las de maneira exaustiva é inviável, pois um simples telefonema do promotor ao hospital ou uma simples visita ao local pode resolver o problema ou sanar a deficiência de alguma política. Pode-se, então, sustentar que o fio condutor da atuação do promotor na localidade estudada – e que pauta as outras formas de atuação – é o diálogo. Através do diálogo, procura-se resolver o problema por intermédio de meios não-formais que, por vezes, se apresentam como o caminho mais adequado ou célere. O Judiciário, por exemplo, levaria anos para resolver um problema com relação à gestão de um hospital ou com relação às licitações de medicamentos, sendo que, enquanto não resolve, muitas pessoas permanecem prejudicadas em seu direito à saúde. Neste contexto, busca-se evitar a *judicialização* da demanda em saúde, o que não quer dizer que esta não seja *juridicizada*, ou seja, discutida nos termos e sob o prisma do direito.

O promotor, segundo os resultados da pesquisa, compreende seu papel como agente responsável na resolução de problemas sociais e efetivação de direitos coletivos, procurando evitar a via judicial não só pela lentidão e incerteza das respostas do Judiciário, mas também por compreender sua atuação como desvinculada e independente deste Poder para efetivar o direito à saúde. Isso reforça sobremaneira a sua relevância no âmbito da efetivação de direitos, que se cristaliza na própria verbalização de Habermas como um autor-referencial para o estabelecimento de estratégias de atuação. Segundo um membro do MP,

> O nosso objetivo primeiro é sempre buscar o consenso. É por isso que Habermas pra mim é um ídolo do diálogo. Então buscar o diálogo, buscar o consenso, buscar o que é possível agora, criar condições para que aquele outro possível se concretize em um momento mais próximo, mas assim, sempre numa visão de futuro. (Membro do MP)

Esta preocupação de alcance do consenso, de considerar o outro, de ampliar e incorporar critérios substanciais da sociedade, etc, tem sido estratégia comum em Porto Alegre. Inclusive, essa postura do MP na saúde recebeu elogios dos próprios membros da gestão, o que permite afirmar a existência de um caráter dialógico no processo de construção e garantia do direito à saúde. A passagem abaixo é ilustrativa do diagnóstico dos membros da gestão de saúde:

> Porque o Ministério Público, nesse papel, ele também escuta o gestor, ele também olha o limite que a gente tem às vezes que dar conta de determinada coisa em um determinado tempo né. Então ele negocia prazo, mas ele monitora, fica no pé, e ele vai pressionando. E a gente é obrigado a fazer coisa, porque se não fosse por isso não faria muitas vezes, se acomodaria, não faria, parará. Ele também faz esse papel de intermediação que é fundamental. Muita coisa que a gente andou aqui e organizou eu tenho certeza que o Ministério Público e o povo estavam no pé (Membro da Gestão)

> Eu acho que inclusive é esse [o papel do MP], de mediar esse processo de qualificação da gestão. Porque o Ministério Público, nesse papel, ele também escuta o gestor, ele também olha o limite que a gente tem às vezes que dar conta de determinada coisa em um determinado tempo né (Membro da Gestão)

> Qual é o meu projeto? Qual é a minha proposta? Em quanto tempo vou poder fazer? E porque não tem entendimento? Em quantos minutos vocês tão levando em média? Eles [membros do MP] vão lá e monitoram, e olham o sistema montado e pede relatório, fiscaliza, e eu acho que isso é muito bom, até porque cria cultura sabe. Cria cultura de avaliar, de monitorar, de acompanhar (Membro da Gestão)

As transcrições acima permitem identificar algumas idéias relevantes. Primeiramente, observa-se a contraposição entre um Judiciário passivo, pouco propositivo, e um MP pró-ativo. E isso ocorre, segundo os gestores, principalmente pela insensibilidade que o Judiciário possui em relação à falta de recursos econômicos que a área da saúde apresenta. Em segundo lugar, observa-se que o MP não é visto meramente como uma Instituição punitiva ou acusatória, mas sim como uma aberta ao diálogo e à construção de consensos e pactuações, de modo a valorizar as ações e as práticas sociais com vistas ao exercício concreto do direito à saúde. Em terceiro lugar, os gestores indicam que essa atuação do MP possibilita não somente a fiscalização, como também o incentivo à cultura de avaliação e monitoramento, o que aponta para o MP enquanto instituidor de novas práticas de avaliação e gestão em saúde. Por conseqüência, é possível afirmar que o MP é respeitado e considerado na medida em que atua em conjunto os membros da gestão, razão pela qual as suas demandas recebem um "status" especial no momento da resolução e apreciação:

> Eu me lembro que aqui muitas vezes "ó, isso é demanda do Ministério Público", aí o troço andava, andava rapidinho sabe, desburocratizava, é bom. (Membro da Gestão)

Este depoimento permite afirmar a idéia de que as demandas do MP recebem destaque por parte da gestão em saúde, possibilitando, inclusive, uma eventual desburocratização de sua satisfação e atendimento. Isso demonstra que a relação entre os membros do MP e da gestão não é de conflito, mas de composição. Isso ocorre, principalmente, por meio de uma postura não baseada no simples interesse ou na divergência de saberes e práticas, a ponto do MP receber um número elevado de respostas junto aos gestores com relação às suas solicitações.

Daí decorre a idéia de que a Ação Civil Pública (ACP), segundo os relatos, seria um "último recurso" a ser utilizado pelo promotor, pois consiste numa ação proposta pelo MP ao Judiciário para a garantia de um direito que se encontra violado. Este tipo de ação, como é proposta perante o Judiciário, demanda considerável tempo para ser solucionada. Portanto, nos assuntos relacionados à saúde – que, em geral, precisam de rapidez nas decisões -, a Ação Civil Pública não se configura como instrumento eficaz e célere de resolução. Isso permite supor, em ampla medida, que o MP busca evitar a *judicialização* dos conflitos e demandas da saúde.

Por meio do recurso ao diálogo, tem se desenvolvido uma nova estratégia, que preserva a juridicidade da saúde sem necessariamente discuti-la no âmbito judicial. Tal estratégia permite que os diferentes atores sociais extrapolem a perspectiva

formalista calcada na letra da lei para que, no interior de suas práticas cotidianas, estabeleçam consensos e negociações. Este espaço de diálogo é o espaço da *auto-composição social*, preconizando que formas extrajudiciais de resolução de conflitos devam envolver uma atuação conjunta e integrada que comporte três aspectos: a) evitar ao máximo que um terceiro (o Judiciário) seja o mediador do conflito, de modo que não haja um veredicto, ou seja, não haja um terceiro que dirá qual parte detém a verdade; b) estabelecer como objetivo não o alcance de uma *verdade*, mas sim de uma *solução* consensual para casos concretos; c) permitir que os próprios atores realizem a resolução do conflito, de modo a ampliar a celeridade nas decisões.

Por essa razão, a localidade tem demonstrado que MP busca *juridicizar* os conflitos, sem necessariamente *judicializá-los*. Uma breve análise das Ações Civis Públicas propostas pelo MP de Porto Alegre, por exemplo, evidencia a relevância institucional da estratégia juridicizante. Segundo relato de um membro do MP, entre os anos de 2000 a 2005, somente duas Ações Civis Públicas haviam sido propostas perante o Judiciário, ambas contra o Governo do Estado, e que contou com a participação doConselho Estadual de Saúde. A passagem abaixo é reveladora:

> Com certeza a nossa relação é muito boa. O Conselho Estadual de Saúde até o ano passado eu participava das reuniões, das plenárias deles. Muito boa a relação! Também se recebe representações, se atua também em função de representações deles, como foi o caso de uma ação que nós ajuizamos ano passado pedindo seiscentos e poucos milhões de reais do Estado pra saúde, porque o Estado não ta cumprindo a Emenda Constitucional 29, e isso foi tudo a partir de uma representação do Conselho Estadual de Saúde. Nossa relação com eles é bem produtiva. (Membro do MP)

De resto, as estratégias e atuações do MP na tutela coletiva da saúde têm se concentrado, majoritariamente, em pactos, negociações e consensos extra-judiciais. Inclusive, os próprios membros do MP reconhecem que, na área da saúde, a rapidez na solução dos problemas está diretamente relacionada à dinamicidade e à maleabilidade dos instrumentos de concretização de direitos. As seguintes passagens são ilustrativas:

> Um dos motivos de orgulho aqui na Promotoria é que nós, nesses quatro anos, em relação à saúde, eu acho que nós entramos com Duas Ações Civis Públicas. Isso significa o que? Que o Município de Porto Alegre sempre fez o ajuste de conduta conosco (Membro do MP)

> O que a gente mais brigava era tempo. Porque eles sempre entenderam que eles também tinham que fazer, etc e tal, então nunca houve oposição né, em relação a isso. Até o momento sempre tivemos muita tranqüilidade para trabalhar sobre esse aspecto: você chamava o Município, ajustava, e eles sempre cumpriram, deu tudo sempre certo né conforme o que a gente tava buscando. A maioria mesmo teve vários trabalhos com a SAMU, aí houve cumprimento e tal. Então, não tivemos nenhuma ação judicial nesses quatro anos em relação a saúde no Município de Porto Alegre, porque tudo foi resolvido com o Compromisso de Ajustamento. (Membro do MP)

> Assim, não adianta eu querer ir prum lugar e querer que fique tudo maravilhoso em um ano. Então eu vejo: o que é prioritário? o que é mais importante aqui? O que tem que ser feito agora? Eu tenho alguns Compromissos, por exemplo, em que no Hospital X tinha cinqüenta itens, aí eu chamava a vigilância sanitária: "me dá aqui os quinze mais importantes. Para estes quinze mais importantes: três meses. "Me dá os outros quinze mais ou menos. Pra esses: seis meses ou um ano. E quais são assim os que dá pra deixar pra lá...mais um pouquinho? Ah! São esses. Então pra esses: um ano e meio ou dois" (Membro do MP)

Diante deste cenário, a utilização do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) tem sido preferível à da Ação Civil Pública. O TAC consiste num compromisso ajustado entre o membro do MP e o da gestão, de modo que se corrija uma situação débil ou se satisfaça alguma política de saúde. Neste sentido, o TAC permite: a) a *previsão* de quando será solucionado o problema (através de um prazo); b) o conhecimento de *quem* o solucionará (através de quem assinou o termo); c) a definição de *como* solucionará (medidas a serem tomadas no prazo para solucionar). Portanto, a segurança de que o problema será resolvido conjugada à rapidez do processo decisório propicia ao TAC o "status" de estratégia formal mais recorrente de atuação do Ministério Público, pois confere maior certeza à garantia de um direito. No âmbito da saúde, o TAC reforça um novo tipo de responsabilidade, que consiste na *responsabilidade sanitária*, que se baseia fundamentalmente em estratégias dialógicas de efetivação do direito. Observe, por meio dos seguintes relatos, como a estratégia do diálogo é utilizada por um membro do MP no âmbito do Termo de Ajustamento de Conduta:

> Mas deve haver um canal de dialogo, nós construímos esse canal de dialogo pra que nem todas as demandas, como eu havia te dito, tenham de ser canalizadas pela via judicial. É necessário que haja, pra que o sistema funcione, sob pena de não se conseguir nenhum resultado sob uma ação judicial (Membro do MP)

> E, assim, por exemplo, no hospital verificava, junto com a vigilância sanitária, que era preciso arrumar 30 ou 40 itens, então tá. Qual é o prazo que vocês têm? Qual é o prazo que vocês querem pra acertar isso aqui? Aí o cara: dois anos. Aí eu: não, dois anos não te dou. Te dou um ano e meio. Aí assina o compromisso, espera o tempo, vai lá verifica... se cumprido, encerrou o assunto [...] Foi assim que a gente conseguiu (Membro do MP)

> Até porque o nível de demandas é muito grande né, então se tu formalizar tudo né... então tu procura resolver, e se não há resolução por contato informal, nós formalizamos através do inquérito civil, que muitas vezes resolve (Membro do MP)

Inspirados numa perspectiva de preservação da continuidade das políticas públicas, os promotores têm procurado vincular os efeitos do não cumprimento do TAC à pessoa do gestor, e não à administração pública em geral, o que amplia consideravelmente as possibilidades de seu cumprimento. Trata-se da obrigação do membro da gestão de reparar outrem, seja moralmente, seja patrimonialmente, por danos causados a este em virtude de sua ação ou omissão. Com isso, ao buscar

vincular os efeitos do descumprimento do TAC ao membro da gestão, os promotores buscam reforçar a *responsabilidade sanitária* que aquele tem em relação à efetivação do direito à saúde e à implementação de políticas públicas.

Da parte do membro da gestão, a assinatura do TAC demonstra a sua "boa vontade" em resolver uma determinada deficiência ou insuficiência no sistema público de saúde. Caso não assinasse – e tem a possibilidade de não assinar, pois se trata de ato discricionário -, a ACP demandaria muito mais tempo e, por vezes, quando é decidida, o próprio gestor já não se encontra mais em seu cargo, o que retiraria a possibilidade de sua responsabilização. Neste sentido, o gestor que assina o TAC demonstra, simbolicamente, que não pretende se utilizar da lentidão do Judiciário para não implementar uma política de saúde. Assina o TAC, deste modo, mediante prazo fixado e responsabilização certa.

A gestão construída a partir da auto-composição busca uma visão construcionista de conceber novos saberes e práticas em saúde: uma visão compartilhada entre sujeitos, seja na adoção, seja na criação de novas tecnologias de gestão da saúde sob uma perspectiva de *gestão compartilhada*. Tal perspectiva diz respeito muito mais a uma finalidade ético-política do sistema de saúde do que propriamente às suas ações específicas; ao invés de se limitar à prestação de assistência médica, a pesquisa demonstra a compreensão dos membros da gestão e do MP de que a política de saúde deve contribuir para o desenvolvimento de sujeitos autônomos e livres. Conseqüentemente, esta forma de gestão contribui decisivamente para a superação da tradição brasileira de normatização e implementação vertical das políticas de saúde, produzindo propostas pautadas num processo dialógico/horizontal entre instituições jurídicas, sociedade civil e gestores. Na avaliação de um membro da gestão,

> O Judiciário atrapalha nesse sentido, porque ele atropela, ele não quer saber, ele não entra no diálogo, ele não faz o diálogo. O Ministério Público aqui até em algumas circunstancias tem sido parceiro, ele vai, acompanha determinadas polemicas, e faz esse contraponto e media. Mas o poder juduciário, esse puro e simples, – a instancia jurídica lá – quando o cara acessa lá "eu quero processar, eu quero entrar com uma ação, eu quero requerer" não tem conversa. (Membro da Gestão)

Mais ainda, este tipo de gestão auxilia na criação de sinergias e ambientes propícios no sentido da definição de prioridades para as soluções dos principais problemas de saúde, sem perder o foco da *juridicização*. Os resultados da pesquisa permitem supor que a *juridicização da saúde* propicia a constituição de respostas concretas às necessidades deste direito por intermédio de uma *vontade comum*, que é pactuada com a convergência de diversos saberes e práticas. Esta *co-gestão* se apresenta, por conseqüência, como um modo de gestão em equipe, próprio das sociedades democráticas, no qual o poder é compartilhado por meio de avaliações e decisões conjuntas, de modo a envolver os diferentes atores sociais que participam do processo. Isso reconfigura e tensiona a própria perspectiva de *judicialização da política* e ressalta, de forma bastante clara, para atuações extra-judiciais. O âmbito extra-judicial inaugura e confere realce a outros personagens que, em virtude de suas estratégias de ação, são decisivos na efetivação de direitos sociais. Talvez, se for possível caracterizar algum tipo de ideologia do Ministério Público no âmbito da saúde, a extra-judicialidade se apresenta como atributo central.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à saúde no Brasil, mesmo após quase duas décadas de sua universalização e adoção de princípios constituintes, ainda enfrenta muitos desafios no plano de sua efetivação. De fato, os desafios e debates sobre sua garantia não se encontram esgotados, abrindo espaço para novas concepções, sentidos, investigações e reflexões sobre a forma através da qual se pode garanti-lo eficazmente.

O Ministério Público, no Brasil, desempenha um papel fundamental para a continuidade da democracia: na medida em que não está vinculado a nenhum Poder, o Ministério Público se apresenta não somente como defensor da lei, mas também como defensor *da* sociedade. Neste sentido, as ações do Ministério Público só se justificam na medida em que espelham anseios sociais pela concretização de direitos. Um Ministério Público forte e eficaz se constrói quando está em plena consonância com o que se espera dele socialmente. Portanto, é imprescindível que seus mecanismos de atuação dêem respostas e ao mesmo tempo solucionem problemas.

Em Porto Alegre, o arranjo institucional criado na saúde a partir da atuação conjunta entre MP, Conselhos e gestão tem possibilitado cada vez mais uma atuação voltada para a esfera pública, na medida em que interesses pessoais passam por um processo de concessão recíproca cujo objetivo é concretizar um interesse comum. Em outras palavras, a concretização do direito à saúde a partir da atuação conjunta da esfera social, jurídica e política constitui a peculiaridade do caso brasileiro. Foi a partir da congruência e da atuação conjunta da sociedade civil, gestão e MP, em Porto Alegre, que se tornou possível a garantia de um direito à saúde mais cidadão, democrático e efetivo. Temos, no Brasil, um campo específico que prima pela participação para que, por meio da ação política, se realize o interesse público. A ação política é entendida muito mais como uma regra de sociabilidade do que como uma forma de se chegar ao poder, e a *juridicização dos conflitos* se apresenta como um movimento que denota as suas especificidades.

De fato, o Ministério Público tem sido um entusiasta dessa recusa ao formalismo, razão pela qual sua atuação tem obtido resultados satisfatórios. Não obstante, essa recusa não se trata de uma opção, mas de uma necessidade construída a partir do embate de saberes e práticas desenvolvidos no interior das instituições jurídicas, que debatem estratégias de efetivação de direitos. A recorrência às formas não possibilita a celeridade das decisões. Portanto, a atuação extrajudicial representa não somente a expansão das possibilidades de atuação dos atores sociais no processo de construção das políticas de saúde, mas também uma nova forma de sociabilidade, calcada na celeridade e na efetividade da garantia de direitos sociais.

A experiência de Porto Alegre permite pensar essa nova *arte de governar em saúde*, que engloba, em sua complexidade, instituições estatais (jurídicas e não-jurídicas) e, principalmente, instituições sociais, tais como os Conselhos de Saúde, Associações, etc. Tal incorporação vem relacionada a estratégias dialógicas que pressupõem a ausência de hierarquia entre os sujeitos que as compõem, de modo que, parafraseando Dworkin (1982), os *direitos sejam levados a sério*, e que sejam levados como tal coletivamente.

Neste sentido, não basta mais reconhecer o caráter cidadão do direito à saúde. A conquista do direito à saúde não se dá mais na forma da lei ou nos limites da legalidade; ela extrapola o mundo jurídico para, no mundo social, adquirir o seu sentido. Por essa razão, o esforço para a garantia do direito à saúde remete ao próprio processo de *cidadanização*, ou seja, o processo de tornar garantias formais efetivamente exercidas pelos atores sociais em seu cotidiano. Não se trata mais de se *ter* o direito, mas de *exercê-lo*. Por isso, o referencial não seria mais o *texto*, mas a *ação concreta*, que permite uma valorização do *direito vivo em ato*.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, R. B. (2002). *Ministério Público e Política no Brasil*. São Paulo: Sumaré

BASTOS, C. R. (1996). *Curso de direito constitucional*. São Paulo: Editora Saraiva

BRASIL, (1973). *Código de Processo Civil*

_____, (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*

CASAGRANDE, C. (2008). *Ministério Público e a Judicialização da Política – estudos de casos*. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor

DWORKIN, R. (1982). *Taking rights seriously*. Cambridge: Harvard University Press

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, (2005). *Manual de Atuação do Ministério Público Federal em Defesa da Saúde*, 107 p.

RITT, E. (2002). *O Ministério Público como instrumento de democracia e garantia constitucional*. Porto Alegre: Livraria do Advogado

SARLET, I. W. (2001). *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado

SILVA, J. A. da. (1993). Curso de direito constitucional. São Paulo: Editora Malheiros

SOUZA NETO, C. P. de & SARMENTO, D. (Orgs.). (2008). *Direitos sociais - fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie.* Rio de Janeiro: Lumen Juris

Estruturas de Oportunidades, Processos Políticos e Engajamento Individual no Movimento Ambientalista

Wilson J. F. de Oliveira
Universidade Federal de Pelotas
wjfo2001@ig.com.br

Resumo: A utilização de competências de expertise, adquiridas através da formação universitária, tem sido tomado como um dos principais indicadores da tendência de institucionalização e profissionalização dos movimentos sociais e da ação associativa na defesa de diferentes tipos de causas (sindicais, humanitárias, minorias étnicas, ambientais, etc.). Essa comunicação examina as condições de emergência e as transformações do movimento ambientalista no Brasil entre 1970 e 2006. Trata-se de introduzir uma discussão conceitual sobre as relações entre "estruturas de oportunidade", "processos políticos" e "engajamento individual" na emergência de mobilizações e protestos coletivos em situações como a brasileira. A metodologia utilizada consistiu na realização de entrevistas biográficas com três gerações distintas de ativistas, focalizando os significados associados ao uso da formação escolar na militância, as principais modalidades de carreiras militantes, e os tipos de recursos e de vínculos sociais que respaldam as concepções e práticas militantes dos ativistas. A pesquisa demonstrou que o período considerado constitui um marco do aparecimento de novos padrões de reconversão da formação universitária e profissional em recursos militantes para a atuação na "área de meio ambiente".

Introdução

Os anos 1980 têm sido caracterizados pela literatura sobre o ambientalismo como o marco do aparecimento de novas modalidades de militantismo na defesa de causas ambientais, as quais se distinguem, entre outros fatores, pela ruptura em relação às práticas militantes que predominavam no período anterior. Nesse sentido, uma das principais transformações que tem sido salientada é a tendência geral de institucionalização da ação associativa, a fim de regularizar seu acesso aos espaços e processos formais de produção de políticas públicas, além de profissionalizar seus integrantes e suas atividades. Segundo esses estudos, a participação regular das associações ambientalistas em instâncias formais de proteção ambiental esteve associada ao recrutamento de militantes e dirigentes dotados de elevada formação técnica e científica e à utilização de competências de expertise, adquiridas por meio da formação universitária, como um dos principais recursos militantes nas intervenções públicas de tais organizações, possibilitando a emergência de um novo campo de exercício profissional. No que pesem as diferenças de abordagem, tanto a literatura nacional quanto a internacional (mais precisamente a européia e a norte-americana) convergem para esse tipo de caracterização do ambientalismo (Loureiro e Pacheco, 1995; Rootes, 1999; Sainteny,

1999; 2000; Ollitrault, 2001; Anquetin, 2002; Gallet, 2002). Além disso, outros trabalhos têm demonstrado que a importância crescente dos recursos escolares e da legitimidade de expertise nas mobilizações coletivas não parece ser uma característica exclusiva do militantismo ambientalista, podendo ser igualmente observada na defesa dos direitos do homem e de causas humanitárias (Agrikoliansky, 2002; Siméant e Dauvin, 2002), no militantismo sindical (Matonti e Poupeau, 2004; Wagner, 2004), entre outros.

No caso brasileiro, ainda são poucos os trabalhos que focalizam as condições históricas e sociais de emergência e as dinâmicas de transformação das formas de engajamento e de participação na defesa de causas ambientais. Como salientam Alonso e Costa (2002), a partir do final da década de 1980, os estudos sobre essa temática passaram a se concentrar no "desenvolvimento sustentável" e foram produzidos fora das ciências sociais, por especialistas das ciências naturais e das humanidades, tais como filósofos, geógrafos, demógrafos, biólogos, agrônomos, jornalistas, entre outros, mas mantendo um viés político, engajado. Com isso, a categoria "movimento ecológico" foi praticamente abandonada pela literatura, passando-se a privilegiar os estudos dos processos de "degradação ambiental", o que conduziu à multiplicação dos estudos sobre os "impactos socioambientais" do desenvolvimento econômico e político e sobre as "estratégias alternativas" representadas pelas mobilizações ambientalistas (Loureiro e Pacheco, 1995). Isso decorre de fatores relacionados à própria dinâmica de configuração das ciências sociais no Brasil: de um lado a emergência e a expansão da formação universitária e profissional no país como indissociáveis do engajamento e da participação política (Dezalay e Garth, 2002; Coradini, 1998; Pécaut, 1990); de outro, a intensificação, nos últimos anos, de sua utilização como instrumento de politização para a atuação profissional em diferentes esferas de atividade (Coradini, 2002). Sendo assim, semelhante ao que tem sido observado em outras situações nacionais (Devaux, 2005a; 2005b), no caso brasileiro, é a forte imbricação entre as abordagens científicas e o debate político, bem como a própria ausência do militantismo como objeto de estudo, que se apresenta como um dos principais problemas de investigação (Oliveira, 2005; 2006).

Este artigo compreende essa problemática de investigação mais geral, referente às condições de emergência e às dinâmicas do militantismo na defesa de causas ambientais. Com base em uma investigação sobre as modalidades de engajamento e de participação em mobilizações e organizações ambientalistas entre 1970 e 2004, pretende-se demonstrar que, no caso brasileiro, o contexto político denominado "abertura política" e "redemocratização" constitui um marco do aparecimento de novos padrões de reconversão da formação escolar e universitária em recursos militantes e profissionais para a atuação na "área de meio ambiente". Para evidenciar isso, e em consonância com outros estudos sobre o ambientalismo brasileiro, levanta-se a hipótese de que as mobilizações desenvolvidas nesse contexto têm uma importância destacada para a compreensão do processo de emergência e de consolidação da problemática ambiental no caso do Brasil (Alonso, Costa e Maciel, 2007).

Tal hipótese está sustentada também em estudos sobre outras formas de militantismo, as quais tomam as mobilizações ocorridas naquele período como representativas de um processo mais amplo de diversificação das modalidades de utilização da formação escolar e profissional como instrumento de politização em diferentes esferas de atuação (Mische, 1997; Coradini, 2002). Todavia, isso não quer dizer que o aparecimento dessas novas modalidades de militantismo tenha ocorrido apenas a partir daquele momento. Pelo contrário, elas dão continuidade a certas concepções e práticas militantes que caracterizam o ambientalismo desde o período antecedente (Oliveira, 2005). Por isso, acrescenta-se à referida hipótese o postulado de que, em meio à maior diversificação das modalidades de articulação da formação escolar com o engajamento político, ocorrida durante o contexto de "abertura política", existem também certas continuidades quanto às concepções de sociedade e de política que fundamentam as práticas militantes dos ambientalistas. Tal formulação está embasada em investigações empíricas sobre diferentes tipos de "profissão". Esses estudos têm salientado que as concepções e as práticas associadas à formação e ao exercício "profissional" em diferentes esferas de atividade exigem sobretudo a capacidade de estabelecer um vínculo duradouro entre o "conhecimento escolar" e a "realidade", de modo que a prática profissional é concebida como algo que resulta quase sempre da utilização instrumental de competências adquiridas por meio da formação escolar e universitária com fins de politização nas mais diferentes esferas sociais (Pécaut, 1990; Coradini, 1998; Dezalay e Garth, 2002). Em consonância com isso, neste artigo, o crescimento da quantidade de organizações ambientalistas e a maior difusão da causa ambiental que teve início nos anos 1970 são considerados decorrentes da intensificação da imbricação da formação escolar com o engajamento político em diversas esferas de atuação e de sua correspondência com uma grande proliferação de organizações e "movimentos sociais" vinculados às mobilizações pela "democratização" (Mische, 1997). Em decorrência, demonstra-se que a participação em organizações e em mobilizações ambientalistas resultou na configuração da defesa do meio ambiente como um militantismo de reconversão de diferentes tipos de formação escolar e universitária em recursos e competências para a ocupação de cargos e postos profissionais em diversas esferas de atividade: estatal, partidária, associativa, acadêmica, religiosa, entre outras.

A construção dessa abordagem defrontou-se também com o problema referente às condições e aos processos sociais, políticos e culturais que tornam possíveis a emergência de mobilizações e protestos coletivos. No tratamento dessa problemática, as análises orientadas pelas teorias da "estrutura de oportunidades" e dos "processos políticos" constituíram um ponto de partida fundamental ao demonstrarem a pertinência do exame das características do contexto político no qual ocorre o ingresso em organizações de movimentos sociais e como tal contexto influencia tanto a estrutura organizacional dos movimentos quanto seus referenciais ideológicos e suas estratégias de ação (McAdam, McCarthy e Zald, 1996; Passy, 1998; Toni, 2001). Todavia, no que pese a relevância desse ponto de partida, um dos problemas que não encontrou um tratamento adequado no âmbito de tais abordagens é o que diz respeito à apreensão dos processos de engajamento individual (Tarrow,

1988; Mathieu, 2002). Uma das alternativas propostas para contornar essa problemática tem sido investigar as relações entre as particularidades das configurações políticas e as condições e os processos de engajamento individual na defesa de causas coletivas (Fillieule, 2001; Devaux, 2005b). Para dar conta de tal desafio, um dos procedimentos presentes em grande parte da literatura consiste em examinar os recursos e os respectivos vínculos sociais e políticos que conduzem os indivíduos ao engajamento e à permanência no militantismo em diferentes contextos políticos. Com base nessas orientações, levanta-se a hipótese de que a intensificação da utilização instrumental da formação escolar e universitária no âmbito da defesa de causas ambientais está estreitamente relacionada às características particulares dos contextos políticos nacional e internacional, na medida em que o tipo de contexto influencia a conformação dos tipos de causa, ator, recurso e respectivos vínculos associados ao ativismo ambientalista. Nesse sentido, pretende-se evidenciar que, paralelamente à modificação de um contexto de "fechamento" do sistema político para outro de "abertura política", ocorreu a transformação do perfil dos ativistas que atuam no ambientalismo, assim como dos tipos de recurso e respectivos vínculos que os conduziram à defesa de causas ambientais: de um lado um militantismo composto por lideranças com origens sociais elevadas, estreitamente ligado às elites econômica, militar, política e cultural e dotado de disposições cosmopolitas adquiridas no universo familiar e reforçadas por sua inserção na esfera internacional; de outro, um militantismo que se caracteriza pelo ingresso de indivíduos com origens sociais mais baixas e heterogêneas, predominantemente vinculados a organizações estudantis, partidárias e a "movimentos sociais" diversificados, e que são os principais protagonistas da aproximação entre as questões ambientais e as lutas sociais e políticas que agitavam o contexto político nacional naquele momento.

O material utilizado como fonte de informação decorre de uma investigação sobre as condições e as lógicas sociais do engajamento e da participação na defesa de causas ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e 2005 (Oliveira, 2005). Nessa pesquisa, foram realizadas cinqüenta entrevistas biográficas com os dirigentes das principais Organizações Não-Governamentais -- ONGs ambientalistas do estado, que nelas ingressaram em diferentes momentos do período considerado, possibilitando a caracterização e a comparação de distintas gerações militantes. Tal material foi complementado pela realização de observações etnográficas da intervenção desses dirigentes em uma série de eventos vinculados à defesa do meio ambiente (reuniões de associações, seminários e congressos, conselhos e comitês de proteção ambiental, entre outros). Os procedimentos metodológicos utilizados para levantamento e análise do referido material concentraram-se na investigação das trajetórias familiar, escolar, ocupacional e militante que os conduziram ao ambientalismo; no exame dos significados e das modalidades de uso da formação escolar associados à sua atuação; e na análise da diversidade de esferas e de redes sociais que contribuíram para a aquisição e a reconversão dos recursos que fundamentam suas concepções e práticas profissionais. O material obtido por meio desses procedimentos levou à identificação de diferentes padrões de carreiras que conduzem à atuação profissional na área de meio ambiente nos diferentes contextos políticos considerados.

Redes Familiares, "Boa Educação" e a "Nova Moral Ecológica".

A existência de organizações e de mobilizações voltadas para a defesa de causas ambientais no Brasil não se reduz à década de 1970. Desde o final do século XIX a defesa de parques nacionais e de espécies animais e vegetais passou a ser objeto de formulações governamentais e da ação desenvolvida por associações ambientalistas. Esse é o caso das formulações voltadas para a constituição de "reservas florestais" no início do século XX, da elaboração do Código de Águas e Minas e do primeiro Código Florestal Federal Brasileiro, por volta da implementação da Constituição de 1934, bem como da criação da Sociedade Amigos das Árvores e da Sociedade Amigos de Alberto Torres, respectivamente em 1931 e em 1934 (Bones e Hasse, 2002:22). Tanto a elaboração desses códigos e leis de proteção ambiental quanto a criação das principais associações que atuaram nesse período estão estreitamente relacionadas à realização de conferências e à elaboração de diretrizes internacionais em matéria de proteção ambiental (Svirsky e Capobianco, 1997).

De maneira geral, pode-se dizer que o movimento ambientalista brasileiro, anterior à década de 1970, esteve estreitamente vinculado à problemática internacional, surgida na Europa e nos Estados Unidos, da conservação e da preservação de sítios, paisagens e recursos naturais, assim como de espécies animais, florestas, lagos etc. Por outro lado, ainda que sejam raros os estudos sobre a composição social das associações no referido período, observa-se que suas principais lideranças estavam vinculadas aos setores técnico-científicos e à burocracia estatal da época: tratava-se, por um lado, de naturalistas, botânicos, jornalistas, escritores e políticos; por outro, de agentes que exerciam funções públicas ou burocráticas na administração estatal ou cuja atuação em associações ambientalistas estava estreitamente vinculada à ocupação de cargos em agências estatais (Urban, 2001). Nesse sentido, o movimento conservacionista desse período foi caracterizado como restrito a uma "elite de naturalistas" (Pádua, 1992). Um exemplo bem ilustrativo foi a criação da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza -- FBNC, em 1958, no Rio de Janeiro. Inspirada em associações de ativistas londrinos, era formada basicamente por cientistas naturais que desenvolviam estudos sobre espécies ameaçadas e também por jornalistas e políticos da época, transformando-se em uma entidade de atuação destacada tanto no âmbito nacional quanto no internacional entre 1950 e 1960 (Urban, 2001). Durante o governo Jânio Quadros, um de seus fundadores e também presidente do Conselho Florestal Federal, a FBNC participou na elaboração de medidas governamentais destinadas à proteção da natureza, na criação de áreas protegidas e na elaboração do Código Florestal de 1965. Tal associação também influenciou e apoiou grande parte das associações que surgiram no Brasil no início da década de 1970, desempenhando um importante papel na articulação do movimento conservacionista brasileiro com organizações e grupos internacionais.

Do mesmo modo, as mobilizações ambientalistas e as principais organizações que foram criadas no início da década de 1970 estavam voltadas para problemáticas relativamente antigas, algumas das quais remontam ao final do século

XIX. Além disso, observa-se também certa continuidade entre esse "novo momento" do ambientalismo e o momento anterior, no sentido de que foram indivíduos vinculados às elites os fundadores e as lideranças das principais associações e mobilizações nos anos 1970 (ibidem). No entanto, esse momento se caracteriza também pela modificação das reivindicações e do potencial de mobilização em defesa de causas ambientais. Nesse sentido, a década de 1970 constitui um marco importante do processo de configuração do ambientalismo no Brasil como uma esfera de politização de diferentes espaços sociais. Segundo Loureiro e Pacheco (1995), é somente nos anos 1970 que a questão ambiental emerge como uma "questão política" no Brasil, pois é a partir daí que ela passa a ser integrada na "agenda dos problemas nacionais", e os problemas ambientais começam a "ocupar espaço crescente nos meios de comunicação e na opinião pública, mobilizando grupos em torno da defesa ambiental e formando o que se pode denominar de consciência ambiental no país" (ibidem:138). Para os militantes que participaram das mobilizações desse período, trata-se de um "novo começo" na medida em que os tipos de reivindicação que são levantados e as formas de intervenção utilizadas pelas organizações e dirigentes já não correspondem ao que ocorria anteriormente, durante a fase "conservacionista" ou "preservacionista" (Oliveira, 2005). Para eles, o "ecologismo" se caracteriza pelo questionamento da forma de "organização da sociedade", pois era o "modelo de civilização" que provocava a destruição da natureza ou de parte dela, de modo que somente uma "mudança global nas estruturas econômicas, sociais e culturais" da civilização poderia solucionar a "crise ambiental" (Mafra, 1995). Esse período é caracterizado também por "novos" repertórios de ação, que incluíam ações coletivas de denúncia e de mobilização da opinião pública, organização de manifestações de rua e de campanhas de politização de diversos temas. Um bom exemplo é a criação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural -- Agapan, em 1971, em Porto Alegre, constituindo o principal marco dessa "nova era" do movimento ambientalista brasileiro. Foi fundada por um grupo de profissionais liberais, como médicos, arquitetos, advogados, agrônomos, entre outros. Diferenciando-se do pensamento "conservacionista" existente até então, a entidade criticava as características assumidas pela civilização urbano-industrial e tinha entre suas principais reivindicações o combate à poluição do ar e da água, e ao uso indiscriminado de agrotóxicos, visando à difusão de uma "nova moral ecológica". Tinha um estilo de atuação que, "inspirado nos movimentos ambientalistas surgidos nos EUA e na Europa nos anos 60, pautava-se pelo ativismo militante e pelo incentivo à mobilização cidadã, assumindo um caráter de vanguarda no ambiente repressivo que caracterizou a ditadura militar no Brasil" (Schmitt, 1995:87).

Todavia, diferentemente do que ocorria nos Estados Unidos e na Europa, tratava-se de mobilizações realizadas em um contexto político nacional ainda marcado pela existência de um "regime autoritário" em vigor desde a segunda metade da década de 1960 e que se caracterizou, entre outras razões, pela limitação formal das possibilidades de participação política. Várias organizações políticas que lutaram contra o golpe militar, como o movimento estudantil e certos grupos de esquerda, haviam sido perseguidas e proibidas de se manifestar, ao passo que muitas lideranças saíram do país e passaram a viver no exílio até meados dos anos 1980 (Landim, 2002). Já na esfera internacional, em decorrência das mobilizações desenvolvidas nos anos 1960, na Europa e nos Estados Unidos, voltadas para a promoção de um "espaço internacional" de expressão e de reivindicação (Ollitrault, 1999), encontra-se um cenário no qual a problemática ambiental emerge como um "discurso sem opositores", como uma dessas "causas generosas que suscitam a priori a simpatia e que nenhum ator tem o interesse em colocar em causa" (Juhem, 2001:10), destacando-se como um dos marcos principais do período a realização, em 1972, da Conferência de Estocolmo, na Suíça. Nesse sentido, o fato de o discurso ambientalista, na situação em pauta, não se apresentar como uma contestação política ao "regime autoritário" vigente no Brasil constitui, certamente, um dos aspectos que contribuiu para o sucesso inicial das mobilizações levadas adiante pelos "fundadores" das primeiras organizações ambientalistas. Como bem salienta uma das lideranças do período em depoimento a Dreyer (2004:192): "Não éramos vistos como uma ameaça direta, como subversivos. Nosso discurso era político, mas era um conteúdo difícil de decifrar. Não estávamos falando contra o regime, falávamos contra todo um modelo". Todavia, mesmo que a ecologia tenha surgido nesse momento como uma espécie de "causa consensual" constituída por interesses e reivindicações que dizem respeito à "humanidade como um todo" (Agrikoliansky, 2002), trata-se de um discurso cujos "constrangimentos gramaticais particulares", como salienta Juhem (2001:26) a propósito do discurso humanitário, estão estreitamente vinculados às propriedades dos atores que o enunciam. Quanto a isso, cabe observar que as lideranças das principais associações e mobilizações ambientalistas constituídas no início da década 1970 reuniam algumas propriedades que resultavam de sua inserção simultânea no espaço internacional e nos espaços nacional e local.

A origem social elevada aparece, primeiramente, como uma das características principais do recrutamento e da seleção aos postos dirigentes nas organizações ambientalistas no início da década de 1970. A maioria dos dirigentes das primeiras associações são filhos de grandes comerciantes, de estancieiros, de juízes, de profissionais liberais, como advogados e engenheiros, e de oficiais militares com formação universitária. Trata-se de indivíduos, como bem definiu um desses dirigentes, que tiveram "toda a formação da boa sociedade", "boas escolas", formação superior. Suas famílias "viviam no mesmo meio", sendo que muitos deles já se conheciam antes de aderirem à causa ambiental em função dessa convivência comum, por freqüentarem os mesmos clubes e pelos laços de vizinhança ou de amizade há muito estabelecidos entre eles. O fato de se tratar de lideranças recrutadas em famílias de posição elevada e vinculadas às elites dirigentes do "regime autoritário" era uma das condições que possibilitava a redução dos custos que a participação em mobilizações políticas poderia acarretar para os indivíduos nesse período. A posição social de origem dos ambientalistas "fundadores" foi um dos fatores que possibilitaram seu engajamento na medida em que expunha tais indivíduos a um conjunto de situações e de experiências que contribuíram para a formação de certas disposições ligadas à participação na defesa de causas ambientais naquele momento. Os vínculos de parentesco e de amizade com o universo das elites política, religiosa, militar e empresarial

é um dos principais ingredientes da socialização familiar de tais lideranças e constitui um dos fatores que estão na origem das disposições políticas que os conduziram à defesa de causas ambientais. Além disso, a origem estrangeira do grupo familiar, as viagens e os contatos freqüentes com organizações e pessoas em outros países estão na origem de seu cosmopolitismo e de suas propensões para aderir a problemáticas políticas e ideológicas que estão acima das divisões e das fronteiras nacionais (Loureiro e Pacheco, 1995:149). Junte-se a isso o fato de os tipos de engajamento que antecedem seu ingresso no ambientalismo consistirem na freqüência a clubes e a eventos culturais, a grupos naturistas e a organizações assistencialistas.

Tais aspectos estão na origem de um padrão de participação no ambientalismo baseado fundamentalmente na bagagem cultural e política herdada do grupo familiar de origem e resulta em uma concepção de participação política fundada nas relações estabelecidas a partir da esfera familiar. Trata-se de modalidades de inserção e de concepções de política "particularística" e "aristocrática" (Coradini, 1998), fundadas no "dom" e na "opinião pessoal" que decorrem de sua elevada condição social (Bourdieu, 1979), e não de formas de participação que pressupõem a aquisição de recursos militantes mediante filiação ou militantismo anterior em organizações políticas, partidárias e "movimentos sociais". Quando isso ocorre, os recursos militantes adquiridos mediante a participação em associações ambientalistas representam um "fim suplementar" que lhes permite "maximizar outros bens raros" que tais dirigentes possuem (Gaxie e Offerlé, 1985:111). Isso conduz a concepções e a práticas que remetem sua atuação na área de meio ambiente às esferas da "ética", da "filosofia" e dos "valores morais".

A maioria dos dirigentes iniciou sua participação em associações ambientalistas já com faixa etária elevada, em uma fase mais tardia da formação universitária e profissional e em um período próximo ao momento da aposentadoria. Mesmo assim, pode-se falar de um militantismo de reconversão profissional na medida em que tal engajamento está diretamente associado tanto à retomada quanto à reorientação da carreira e do exercício profissional. Nesse sentido, a participação em mobilizações e em organizações ambientalistas constitui uma forma de aquisição de posições de notabilidade com base na bagagem cultural e familiar, mesmo para aqueles que não exerciam atividades profissionais ou que tiveram de recusá-las em decorrência da vida familiar. Pode-se, portanto, distinguir duas modalidades principais de adesão ao ambientalismo entre os dirigentes: de um lado aqueles casos cujo engajamento constitui uma forma de retomada de uma "carreira profissional" interrompida; de outro, os que buscam, na defesa ambiental, uma maneira de reorientação de seu exercício profissional.

Em primeiro lugar, trata-se de modalidades de carreira de ambientalista constituídas por mulheres de empresários, médicos e juízes que haviam abandonado suas atividades e carreiras profissionais em função do casamento e da criação dos filhos. Dotadas de uma elevada bagagem cultural e escolar, no sentido que Saint-Martin (1999) chama de capital de "boa educação", elas adquiriram o aprendizado do voluntariado na família e na escola e, muito antes de atuarem no ambientalismo, apresentavam um itinerário de dedicação a atividades voluntárias, religiosas e caridosas. É como desdobramento da formação adquirida no meio familiar e escolar e desenvolvida por intermédio do trabalho voluntário que ocorre o ingresso na defesa do meio ambiente. Nesses casos, a atuação no trabalho voluntário e, posteriormente, no ambientalismo possibilita a "recuperação" ou a "retomada" de uma carreira escolar e profissional interrompida ou mesmo abandonada. Em decorrência da grande disponibilidade de tempo gerada pela ausência da necessidade de trabalhar, puderam se dedicar integralmente à organização, tornando-se verdadeiras "funcionárias" em um momento em que, segundo elas próprias, a "ecologia" não era algo "muitíssimo sério", como o é atualmente, pois consistia basicamente em uma "ocupação para pessoas que tinham tempo a dedicar". Com base nessas condições e nos recursos proporcionados pela família de origem, elas adquiriram notoriedade tanto no âmbito nacional quanto no internacional, conseguindo estabelecer parcerias e vínculos financeiros com empresas, organizações estatais, bem como com fundações e organismos internacionais.

Pode-se citar como trajeto típico dessa modalidade de carreira de ambientalista o caso da presidente de honra da Associação Democrática Feminina Gaúcha/Amigos da Terra -- ADFG/AT. Seu pai era alemão e trabalhava como comerciante de importação, conseguindo dar continuidade a seu trabalho durante a guerra por causa das "ótimas amizades", sobretudo das relações de amizade estabelecidas com o dono do principal jornal do Rio Grande do Sul, Breno Caldas. Ela ingressou na associação quando estava com 40 anos, era casada com um grande empresário gaúcho, tinha três filhos e já havia concluído fazia bastante tempo sua formação universitária: tem mestrado no curso de línguas anglo-germânicas, sendo também formada em didática pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul -- UFRGS e em língua e literatura francesa pela Aliança Francesa de Porto Alegre. Primeiramente teve de interromper os estudos recusando, em decorrência da proibição do pai, uma bolsa para estudar um ano nos Estados Unidos; posteriormente, em função do casamento e da criação dos filhos. Antes mesmo de ingressar na entidade, já fazia o que chamou de "intervenção social", que consistia em fazer "bordadinhos" e doá-los à Igreja para "ajudar os pobres". Na referida associação, seu trabalho esteve inicialmente voltado para a "ação social": participação em cursos de assistência social na própria organização, em clube de mães, colégios, creches. Entretanto, foi quando o trabalho da associação se voltou para a temática ambiental que ela poôde retomar seus anseios antigos de atuação no âmbito internacional e, com base em uma grande disponibilidade profissional e, sobretudo, na notoriedade e no prestígio decorrentes dos vínculos familiares, conseguir a articulação do trabalho desenvolvido pela associação com organizações ambientalistas, organismos e fundações nacionais e internacionais. Desse modo, torna-se uma das principais articuladoras da aproximação entre a ADFG e as mobilizações ambientalistas e, mais tarde, da integração dessa organização à Federação Internacional Amigos da Terra.

Em segundo lugar, destacam-se as modalidades de atuação no ambientalismo representadas pelos que foram denominados "profissionais liberais". Diferentemente da modalidade anterior, trata-se de indivíduos que dispunham de uma

razoável situação profissional e ocupacional como executivos de grandes empresas multinacionais (Basf, Citibank) ou como funcionários do setor público (Justiça Federal, universidade, Ministério da Agricultura). Seus engajamentos também ocorrem em uma faixa etária elevada, mas esta se combina com uma fase mais tardia do exercício da profissão, relativamente próxima ao momento de aposentadoria. Além da bagagem cultural propiciada por sua origem social elevada, esses dirigentes podiam contar também com a "notoriedade" e os vínculos estabelecidos por meio do exercício profissional. A adesão ao ambientalismo funciona como uma forma de reorientação de suas atividades e do próprio exercício da profissão. Em alguns casos, tal redefinição constitui uma forma de retomada de certas aspirações descartadas no decorrer de seus itinerários escolares e profissionais. Uma das características predominantes nesse conjunto é a articulação entre a bagagem cultural adquirida através da família de origem e certa "notabilidade" e prestígio vinculados à formação e ao exercício profissional como instrumento de intervenção em diferentes esferas de atuação.

Um dos exemplos mais representativos dessa modalidade de atuação profissional é o caso do primeiro presidente da Agapan (ver Dreyer, 2004). Um dos principais aspectos que chama a atenção nesse caso e o torna extremamente significativo quanto às modalidades de reconversão profissional dos ambientalistas da década de 1970, e até mesmo dos dirigentes das gerações posteriores, é justamente a diversidade de esferas que por meio de sua atuação passa a ser vinculada à defesa ambiental. Essa combinação de atuação diversificada corresponde também a seu reconhecimento simultâneo para com um conjunto bastante heterogêneo de qualidades, tais como "cientista", "professor", "agrônomo", "ecologista".

Ele era filho de um arquiteto bem-sucedido, que se tornou mais tarde pintor e professor do Instituto de Belas Artes da UFRGS, e de uma "fervorosa liderança da comunidade católica" que pertencia a uma das famílias de maior influência política e econômica no Rio Grande do Sul. Formou-se em agronomia pela UFRGS e, logo em seguida, conseguiu uma bolsa de estudos na Louisiana State University, nos Estados Unidos, onde realizou um curso de pós-graduação em estudos do solo e agroquímica. Após trabalhar durante sete anos na Companhia Riograndense de Adubos e, depois, na Sulpampa, do mesmo ramo, foi contratado para trabalhar com fertilizantes como um alto executivo da multinacional Basf, que era também a empresa para a qual trabalhava seu sogro. Em função desse novo emprego, ficou fora do país como executivo da empresa durante treze anos: dois na Alemanha, sete na Venezuela e quatro no Marrocos.

Seu ingresso no ambientalismo ocorreu quando estava com 45 anos e tem como marco seu pedido de demissão da Basf, segundo ele próprio, para "mudar o rumo da minha vida". Quando isso ocorreu, ele já havia aderido ao naturismo, estabelecido contato com algumas associações e lideranças vinculadas ao "ecologismo" na Europa e nos Estados Unidos, chegando a entrar em contato com algumas "entidades de luta", como ele mesmo definiu, que eram a Audubon Society ou o Sierra Club, as quais o inspirou na criação da Agapan. Sua "experiência internacional" foi decisiva para a ocupação do cargo de presidente dessa associação (Urban, 2001). A partir daí, entrega-se totalmente ao "trabalho de proteção ambiental", a ponto de se tornar um "ativista em tempo integral". Com base na visibilidade, na projeção e nos vínculos alcançados nos âmbitos nacional e internacional, consegue articular de maneira exemplar e duradoura o ativismo ambiental com a atuação profissional em associações ambientalistas, organizações profissionais, empresas, administrações e organismos públicos, nas áreas de manejo e reciclagem de resíduos, paisagismo, urbanismo, saneamento natural. (Dreyer, 2004).

A principal característica da participação na defesa de causas ambientais no Brasil a partir da década de 1970 é a mudança de uma situação em que a temática ambiental estava restrita a uma "elite de naturalistas" -- no sentido de que se tratava de indivíduos vinculados predominantemente aos setores técnico-científicos e à burocracia estatal -- para uma outra, que trata de indivíduos pertencentes às elites econômica, política, cultural, militar e religiosa e que atuam como "ambientalistas" em diferentes setores da sociedade. Nesse sentido, pode-se falar da década de 1970 como um marco do processo de constituição da defesa ambiental como um espaço de articulação de recursos diversificados para a politização e a intervenção em diferentes esferas de atividade. Todavia, até o final dos anos 1970, as bandeiras de luta do ambientalismo ainda eram levadas a cabo por um número relativamente pequeno de organizações e diziam respeito a reivindicações pontuais e específicas, como a poluição do ar e da água, provocada pela Borregaard Celulose; o uso abusivo de agrotóxicos; a luta contra a instalação do Pólo Petroquímico; e a denúncia contra a destruição de reservas florestais e espécies em extinção (Tornquist, 1992; Schmitt, 1995).

Como se pode perceber pelos dados apresentados, os recursos que respaldam o ingresso e a permanência na defesa ambiental naquele contexto político se encontram estreitamente associados à bagagem cultural e aos vínculos sociais e políticos adquiridos a partir da família de origem. São os indivíduos pertencentes às famílias que mantêm laços estreitos com as elites governantes os que assumem as posições de liderança das principais associações e mobilizações existentes naquele momento. Associado a isso, observa-se que as causas defendidas pelas organizações e pelos dirigentes ambientalistas estavam situadas acima das divisões políticas e ideológicas que agitavam o cenário político nacional e internacional naquele momento, não constituindo uma "questão política" que ameaçasse ou desafiasse o sistema político vigente. É somente a partir da chamada "abertura política" que a composição social das organizações ambientalistas sofre uma grande modificação. A imensa proliferação de organizações e de "movimentos sociais" se torna um dos ingredientes principais da diversificação da composição social das organizações ambientalistas e das estruturas organizacionais e ideológicas do ambientalismo brasileiro, de modo que o recrutamento das principais lideranças passa a se concentrar nessas redes de organização e de "movimento social" vinculadas à luta pela "democratização" (Alonso, Costa e Maciel, 2007). Dessa forma, pode-se observar uma forte correspondência entre um contexto de "abertura política" e de intensa luta pela "democratização" e uma maior imbricação entre as reivindicações dos ambientalistas e os objetivos e bandeiras de lutas defendidas pelos grupos e organizações vinculados às problemáticas social, popular e partidária.

"Redemocratização", Militância Múltipla e Redes de Organizações e Movimentos Sociais

A partir da segunda metade da década de 1980, observa-se um aumento expressivo do número de organizações e de participantes nas mobilizações em defesa de causas ambientais, bem como uma maior diversificação dos tipos de reivindicação e de bandeira de luta que passaram a integrar a atuação das organizações e lideranças ambientalistas (Schmitt, 1995). Nesse sentido, pode-se falar da década de 1980 como o marco da "explosão" do número de associações ambientalistas brasileiras. No caso do Rio Grande do Sul, observa-se que, do total de associações existentes entre 1970 e 2004, apenas 18% foram criadas nos anos 1970, ao passo que um percentual de 82% corresponde às que surgiram entre os anos 1980 e o início dos anos 2000. Tomando-se como referência as mobilizações ocorridas na década anterior, pode-se dizer que nos anos 1980 se assiste ao surgimento de uma "segunda geração" de organizações e de lideranças ambientalistas. Nesse sentido, alguns trabalhos vão afirmar que é somente nesse período que se pode falar propriamente de "movimento ecológico", pois é a partir daí que ocorre a articulação dos mais diferentes grupos e organizações sociais com as lutas ambientais.

Algumas das principais lutas desenvolvidas pelas organizações ambientalistas do Rio Grande do Sul têm como referência esse período, como é o caso da aprovação da Lei Estadual de Agrotóxicos, em 1983, cuja elaboração contou com a articulação de diversos tipos de organização social, o que resultou na participação de aproximadamente cem entidades. Foi também no início dos anos 1980 que ocorreu a luta contra a instalação do II Pólo Petroquímico, próximo a Porto Alegre, à beira da Lagoa dos Patos. Os protestos contra o governo do Estado, que era favorável a tal instalação, foram marcados pela crítica tanto aos danos ambientais quanto à forma como a decisão foi tomada. Esses protestos contaram também com o apoio e a participação de diversas organizações que não eram vinculadas às lutas ambientalistas, como entidades profissionais e comunitárias, além de políticos de oposição. A mobilização se caracterizou pela inauguração de novas formas de fazer protesto -- realização de shows, seminários, acampamentos à beira da Lagoa dos Patos, divulgação de cartilhas -- e pela manutenção de um intenso debate na imprensa acerca do projeto. A luta contra a instalação do Pólo Petroquímico é reconhecida como um marco na história do ambientalismo gaúcho. Foi por meio dela que o "pensamento ecologista" encontrou uma importante divulgação no "seio da sociedade gaúcha" (Tornquist, 1992). Assim, como salienta Schmitt (1995:87), essa luta trouxe.

> importantes avanços políticos e organizativos para o movimento, divulgando a problemática ambiental junto à população, motivando a formação de novas entidades de "defesa do meio ambiente", fomentando alianças entre os grupos ecológicos e as demais organizações da sociedade civil e forçando o Governo do Estado a reconhecer os "verdes" como interlocutores legítimos.

Com isso, militantes vinculados às lutas estudantis passam a integrar as organizações de mobilização em defesa de causas ambientais, dando origem a novas associações ambientalistas. Esse é o caso do grupo Em Nome do Amor à Natureza, formado por universitários militantes do movimento estudantil que eram contrários à centralização e ao "apartidarismo" da Agapan. Em função disso, adotavam "procedimentos democráticos", como a organização de forma descentralizada e horizontal, definiam-se como uma organização "eminentemente política" e propunham a ligação entre as questões ambientais e as problemáticas sociais e políticas mais amplas. Outro grupo, Deite na Grama, também constituído por estudantes universitários, caracterizou-se pela proposta de "ecologização dos estudantes em geral", no sentido de que a universidade adotasse a "perspectiva ecológica" em seus cursos e em suas práticas cotidianas. Por fim, um bom exemplo da maior aproximação e da influência decisiva da política partidária sobre as organizações e as reivindicações ambientalistas do Rio Grande do Sul nesse período é a criação do Núcleo de Ecologistas do Partido dos Trabalhadores -- PT, em 1985, a partir da iniciativa de dirigentes das principais associações ambientalistas que também faziam parte do referido partido. Esse núcleo tinha como objetivo principal reunir os "ecologistas petistas" que atuavam em diferentes entidades e propor uma intervenção organizada no "movimento ecológico gaúcho" (Tornquist, 1992). Além do surgimento dessas e de outras entidades e da vinculação de organizações as mais diversas em torno de lutas comuns, foi também nesse período que as organizações ambientalistas começaram a se articular com partidos políticos para apoiar as candidaturas de lideranças comprometidas com a causa ambiental (Schmitt, 1995). Isso ocorreu durante a campanha pelas Diretas, nas eleições de 1986 para a Constituinte, com a elaboração de "listas verdes" na formulação de uma proposta de governo intitulada Proposta de Vida para Porto Alegre, que foi entregue para todos os candidatos às eleições municipais, assim como na eleição de dois "vereadores ecologistas" pelo PT, em 1988, que faziam parte da diretoria da Agapan e eram também do Núcleo de Ecologistas do PT. Trata-se, portanto, de um período no qual ocorre uma forte imbricação entre "lutas ambientais" e "sociais", que se manifesta sobretudo pela maior aproximação entre associações ambientalistas, sindicatos, ONGs "sociais" e grupos herdeiros dos movimentos populares da década de 1970, bem como pela incorporação de forma generalizada de debates e reivindicações ambientais pelos setores empresariais, órgãos jurídicos, agências governamentais, partidos políticos, universidades e centros de pesquisa (Loureiro e Pacheco, 1995).

Entre os fatores que estão na origem dessas mudanças nas condições e nas formas de protesto ambiental se encontram, inicialmente, certas transformações ocorridas nas estruturas de oportunidades políticas vinculadas ao chamado processo de redemocratização. Trata-se de um contexto político em que o Brasil estava iniciando um longo processo de "abertura política" em relação ao regime autoritário e que se caracteriza por uma grande afluência de organizações, grupos e lideranças dos mais diversos setores sociais que se mobilizam contra a ditadura por meio de manifestações de rua pela "democratização" (Linz e Stepan, 1999). A partir da segunda metade dos anos 1970, as possibilidades de mobilização do ativismo ambientalista se expandiram acentuadamente, em decorrência de modificações nas "dimensões formais e informais

do ambiente político" relacionadas à chamada "abertura política" (Alonso, Costa e Maciel, 2007:4). Trata-se, mais especificamente, da diminuição da repressão aos protestos sociais em geral; da maior permeabilidade das instituições políticas e administrativas às reivindicações da "sociedade civil"; da diversificação de lideranças e movimentos sociais com o fim do bipartidarismo; da constituição de redes de aliança entre lideranças da Igreja Católica, da Ordem dos Advogados do Brasil -- OAB, da mídia, dos partidos políticos, das elites dissidentes e dos diversos movimentos sociais; da constituição de uma agenda ambientalista internacional após a Conferência de Estocolmo.

Esse contexto foi marcado também por transformações no espaço de formação escolar e profissional, decorrentes da expansão e da diversificação do ensino superior. Todavia, muito mais do que uma simples expansão formal, há sobretudo uma acentuada diversificação das redes sociais vinculadas à formação universitária (Coradini, 2002). Como demonstra Mische (1997:144), durante esse período, a maioria dos estudantes universitários é socializada, com mais freqüência, "fora da escola", por meio de redes diversificadas de estudo, trabalho e sociabilidade. Associado a isso, assiste-se a uma ampliação das formas de participação social e política dos estudantes universitários em redes diversificadas de movimentos, partidos e outras organizações que se cruzam nas mobilizações pela "redemocratização". Esse maior entrelaçamento de organizações diversificadas durante o processo de redemocratização favoreceu o surgimento de redes de liderança de diferentes organizações e movimentos sociais extremamente interligadas e intensificou o "fenômeno da militância múltipla" (Mische, 1997). Sendo assim, a inserção e a militância anterior e/ou simultânea em múltiplas redes de organização e de movimento social constituem um dos principais recursos para a ampliação dos usos instrumentais da escolarização e da formação profissional com vistas à politização e à articulação de diferentes esferas de atuação (Coradini, 2002; Pécaut, 1990).

Esse conjunto de mudanças na estrutura de oportunidades políticas, propiciadas pelo processo de redemocratização, e sua vinculação com a diversificação do ensino universitário contribuíram para a modificação do perfil dos ativistas das associações ambientalistas na medida em que influenciaram a transformação das próprias bases sociais e das dinâmicas de ingresso e de permanência em tal militantismo. Nesse sentido, observa-se que, diferentemente do que ocorria na geração anterior, o momento de ingresso no ambientalismo a partir dos anos 1980 coincide com o início da formação universitária e com o processo de entrada no mercado de trabalho. Essa associação do engajamento político com a formação universitária e profissional não ocorre apenas no momento de adesão ao ambientalismo ou no momento posterior à entrada nas organizações ambientalistas. Pelo contrário, a inserção anterior ou simultânea em diversas redes de organização e de "movimento social" constitui um dos condicionantes principais do ingresso, da permanência e da ocupação de postos nas organizações e instâncias que atuam na defesa de causas ambientais (Oliveira, 2007).

Com isso, ampliaram-se consideravelmente as possibilidades de articulação da formação escolar e universitária com diversas esferas de atuação, por meio do engajamento na defesa de causas ambientais. Desse modo, paralelamente à diversificação das organizações, dos atores e das reivindicações vinculadas à defesa de causas ambientais, observa-se uma ampliação das associações, lideranças e "facções" do movimento ambientalista cujas bandeiras de luta e intervenções estão articuladas ao militantismo em grupos estudantis, sindicatos e associações profissionais, em partidos políticos, em organizações religiosas ou em outras organizações e movimentos populares, assim como em empresas de consultoria, em administrações públicas e na burocracia estatal. Com o surgimento de novas possibilidades de articulação da formação escolar e profissional com diversas esferas de atuação por meio da defesa ambiental, houve um crescimento considerável do potencial de retribuição da participação na defesa do meio ambiente a partir desse período. Isso porque esse tipo de engajamento passou a ser associado à ocupação de postos nas administrações públicas e na burocracia estatal, nos partidos políticos, nos meios acadêmicos e universitários, em organizações e grupos profissionais, em empresas de consultoria, entre outras. Sendo assim, na medida em que os postos profissionais ocupados com base na participação de organizações ambientalistas estão fundados em recursos e vínculos estabelecidos pela inserção anterior ou simultânea das lideranças em organizações e movimentos sociais variados e no maior entrelaçamento entre as redes de liderança que atuam nessas diversas esferas de atividade, as retribuições obtidas pelo militantismo ambientalista se tornaram extremamente diversificadas.

Tais aspectos estão na origem de um padrão de participação no ambientalismo bem diferenciado daquele encontrado no período anterior. Trata-se agora de indivíduos com origens sociais mais baixas e heterogêneas, que têm como principal base de recursos as inserções e os vínculos estabelecidos no decorrer de seus itinerários familiar, escolar e profissional com organizações e "movimentos sociais" diversificados (estudantis, sindicais, partidários, religiosos), e cujas concepções de participação política remetem à politização das mais diferentes esferas de atividade com base nesse intenso militantismo (idem, no prelo). Todavia, no que pese a diversidade de esferas sociais associadas à atuação profissional na defesa de causas ambientais, podem-se identificar certas regularidades em termos dos vínculos sociais e políticos que estão na base de tal forma de exercício profissional.

Uma modalidade de adesão típica dessas novas condições históricas e sociais é constituída pelos casos em que a atuação em diferentes esferas de atividade (organizações ambientalistas, conselhos e secretarias de proteção ambiental, administrações públicas) tem como base de recurso principal as inserções e os vínculos anteriores e/ou simultâneos estabelecidos com organizações partidárias. Um trajeto exemplar dessa modalidade de carreira de ambientalista é o caso do dirigente da associação HocTempore, de Pelotas, que se caracteriza pelo intenso militantismo em organizações estudantis e partidárias e pela articulação do engajamento associativo com a ocupação de cargos e funções remuneradas na administração pública e na burocracia estatal com base nos vínculos estabelecidos na militância partidária. Ele tem 34 anos, é filho único e natural de Herval, onde o pai trabalha com comércio de carros e a mãe é professora do ensino fundamental. Durante o segundo grau, deslocou-se para a cidade de Pelotas, formando-se em eletromecânica pela Escola Técnica e em direito pela

Universidade Federal de Pelotas -- UFPel. Seus pais eram adeptos do Partido Democrático Trabalhista -- PDT, mas ele iniciou sua participação política por meio do grêmio estudantil e, depois, pela militância no PT, integrando a "tendência" chamada de "democracia socialista".

Como ele mesmo salienta, foi a "participação político-partidária" que o conduziu ao "movimento ambiental", no sentido de que foi com base na "aproximação ideológica" com ambientalistas do Centro de Estudos Ambientais -- CEA, também filiados ao PT, que decidiu integrar tal associação. Desse modo, durante a formação universitária, ocupou posição de direção no Diretório Central de Estudantes, no CEA, além de participar da "setorial de meio ambiente" do PT no âmbito estadual. Foi com base nesse trajeto de militância simultânea no PT e no CEA que ocupou a pasta de secretário municipal de Qualidade Ambiental durante a administração petista no município de Pelotas (2001-2004). Todavia, no decorrer do processo de sucessão do então prefeito e candidato à reeleição, tomou uma posição favorável à sua reeleição, contrariando a decisão de outras lideranças do CEA, que, em função de atritos com o então prefeito, decidiram indicar outro candidato petista. Com isso, desligou-se da associação, criou uma outra denominada HocTempore e, com base nos vínculos de longa data estabelecidos no PT, assumiu um cargo no Ministério do Meio Ambiente. Atualmente é um dos principais articuladores de uma rede de ONGs voltadas para a defesa do Bioma Pampa, a qual já conta com a adesão de aproximadamente oitenta associações ambientalistas do Rio Grande do Sul. Disso resulta uma concepção do movimento ambientalista como devendo estar associado à política partidária. Ou seja, a única forma de unificar os objetivos e estratégias de luta das organizações e mobilizações ambientalistas é, necessariamente, por meio de uma orientação comum para a intervenção no âmbito da política partidária. O que fundamenta essa imbricação da "política ambiental" com a "partidária" é uma concepção militantista da própria política partidária, no sentido de que esta deve estar sempre associada com outras esferas de militância (Coradini, 2002).

Em outro extremo, encontram-se modalidades de atuação que têm como base de recurso principal os vínculos estabelecidos a partir da esfera universitária. Nesses casos, são as relações constituídas a partir da universidade com lideranças que atuam em diferentes esferas de atividade -- universidades, associações ambientalistas, burocracia estatal, movimentos sociais -- que possibilitam a reconversão da formação escolar para a atuação em tais esferas. Um dos casos exemplares é a coordenadora técnica da ADFG/AT, que tem um trajeto de forte imbricação da formação universitária com a militância ambientalista, inicialmente por meio do próprio movimento estudantil, seguido da ocupação de funções técnicas em agências estatais e da inserção em organizações e movimentos sociais na esfera internacional. Trata-se de uma geóloga, natural de Porto Alegre, com 38 anos e casada com um ex-colega de faculdade. Seu pai é um engenheiro mecânico que ocupava cargos de administração na indústria automobilística e a mãe uma professora que abandonou o ensino em decorrência do nascimento dos filhos. Seus pais não participavam de organizações políticas ou movimentos sociais. Foi através do universo escolar e universitário que ela desenvolveu o gosto pela participação associativa. Isso ocorreu, primeiramente, pela atuação em diretórios e encontros de estudantes do curso de geologia, em questões vinculadas à temática ambiental. Em função disso, direcionou o mestrado para a área de meio ambiente, começando a participar da ADFG por meio de um colega de curso que era vice-presidente da associação e desenvolvia um projeto em parceria com a universidade. Daí centrou sua pesquisa na questão da "poluição causada por metais pesados" e na "avaliação do impacto disso na saúde humana". No final do mestrado, atuou como estagiária na Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler -- Fepam, vinculada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul -- Sema-RS, em um projeto sobre a "poluição do carvão", sendo depois indicada por seu orientador para fazer um curso na Alemanha. Já no curso, sentiu-se mais impulsionada a participar da associação. Entrou em contato com a Federação Amigos da Terra Internacional e percebeu que podia, dentro da ADFG/AT, fazer de seu trabalho "um trabalho profissional e que existiam fontes de financiamento e de projeto, inclusive dos Amigos da Terra Internacional". Sendo assim, ao retornar, abandonou o estágio na Fepam em troca de uma função remunerada na ADFG/AT e depois também ainda na Rios Vivos. Também nesse caso, a utilidade do conhecimento técnico-científico está diretamente associada ao militantismo em organizações e movimentos sociais diversificados. Mesmo que sua intervenção na associação esteja centrada no exercício de uma função técnica vinculada ao tema "energia", trata-se da realização de uma função de articuladora da ADFG/AT com "redes associativas" e organizações nacionais e internacionais. Nesse sentido, ela salienta que uma maneira de "trabalhar e fortalecer o movimento" não é "nem estudando ou levando especificamente um tema", mas sim possibilitando os "contatos entre as pessoas", "botando uma entidade em contato com a outra".

Conclusões

Como este artigo buscou demonstrar, há uma relação muito forte entre as características do contexto político, as propriedades sociais dos ativistas e as dinâmicas de engajamento individual na defesa de causas coletivas. Nesse sentido, a reconstituição social da gênese e das transformações do ativismo ambiental nos mostra o peso diferenciado das condições de origem e das inserções em redes de organização e de movimento social para o ingresso e a permanência no ambientalismo nos diferentes contextos políticos considerados.

No contexto ditatorial e de restrição formal da participação política, eram indivíduos pertencentes ou que tinham acesso privilegiado aos grupos ou às elites governantes os principais protagonistas das lutas ambientais. Isso porque era indispensável reunir as condições e os recursos necessários para a realização de tal empreendimento, sem acarretar custos políticos e profissionais elevados a esses ativistas, de modo que eram os de origem social elevada e com vínculos estreitos com as elites econômica, militar, política e cultural os que detinham mais facilidades. Diferentemente, mesmo que não esgote

o conjunto de recursos e esferas sociais associadas à participação no ambientalismo, os exemplos referentes ao contexto de "abertura política" e de "redemocratização" demonstram a grande importância dos recursos e vínculos decorrentes da inserção em organizações partidárias e em movimentos sociais diversificados para o ingresso e a continuidade em organizações ambientalistas a partir dos anos 1980. Em consonância com isso, observa-se uma mudança significativa na composição social das principais associações de proteção ambiental e, conseqüentemente, nos objetivos perseguidos com as mobilizações e em suas relações com outros tipos de organização política, bem como uma grande proliferação de organizações ambientalistas atuando nas mais diferentes esferas de atividade, com os mais diferenciados objetivos ideológicos e a partir das vinculações de seus dirigentes a redes de organização e de movimento social as mais variadas.

Dessa forma, ao contrário das abordagens que consideram a emergência e as transformações das mobilizações ambientalistas um resultado direto de um processo de "difusão internacional", de "universalização" e de "imposição" de causas legítimas, este artigo visou demonstrar a importância de integrar a análise das características e das modificações relacionadas à estrutura de oportunidades e aos processos políticos nos quais emergem as mobilizações coletivas à investigação dos tipos de recurso e de vínculo social e político que conduzem os indivíduos ao engajamento e à permanência no militantismo. Sendo assim, em vez de se considerarem as condições de origem e os recursos utilizados pelos ativistas como fatores constantes para o surgimento e o desenvolvimento das mobilizações coletivas, foram evidenciadas suas modificações no decorrer do tempo e seu peso relativo em diferentes contextos políticos.

Tal investigação demonstrou que a análise do contexto político em que se desenvolve determinada mobilização coletiva constitui um bom ponto de partida para uma pesquisa mais detalhada do grau variável de pertinência das condições sociais de origem e das redes de recrutamento para as dinâmicas do engajamento individual. A combinação entre as configurações do contexto político e os tipos de condição e de rede social vinculados à emergência e às dinâmicas de transformação das mobilizações ambientalistas constitui um dos aspectos principais para a apreensão das dinâmicas de reconversão profissional por meio da participação na defesa de causas ambientais na referida situação. É com base nisso que se pode melhor compreender os significados atribuídos à atuação profissional nesses diferentes momentos, bem como as principais modificações que ocorreram nas formas de definição e de intervenção dos ambientalistas.

Referências Bibliográficas

AGRIKOLIANSKY, E. (2002). La Ligue Française des Droits de L'Homme et du Citoyen Depuis 1945. Paris, L'Harmattan.

ALONSO, A., COSTA, V. (2002). Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: Um Balanço Bibliográfico. *BIB*, 53, 35-78.

ALONSO, A., COSTA, V. e MACIEL, D. A. (2007). O Processo de Formação da Rede de Ativismo Ambientalista no Brasil. *XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Recife, 29 de maio-6 de junho de 2007.

ANQUETIN, V. (2002). Produire une Politique Municipale de l'Environnement: La Régulation des Interactions des Acteurs Locaux par l'Expertise. In P. Hamman, J.-M. Méon e B. Verrier (orgs.). *Discours Savants, Discours Militants: Mélange des Genres*. Paris, L'Harmattan, pp. 129-151.

BONES, E., HASSE, G. (2002). Pioneiros da Ecologia. Breve História do Movimento Ambientalista no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Já Editores.

BOURDIEU, P. (1979). La Distinction. Critique Sociale du Jugement. Paris, Minuit.

CORADINI, O. L. (1998). Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais. In L. O. Félix e C. P. Elmir (orgs.). *Mitos e Heróis. Construção de Imaginários*. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, pp. 209-235.

CORADINI, O. L (2002). Escolarização, Militantismo e Mecanismos de 'Participação' Política. In B. Heredia, C. Teixeira e I. Barreira (orgs.). *Como se Fazem Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, pp. 103-153.

DEVAUX, S. (2005a). Engagements Associatifs et Postcommunisme. Le Cas de la République Tchèque. Paris, Belin.

DEVAUX, S. (2005b). Les Nouveaux Militantismes dans l'Europe Élargie. Paris, L'Harmattan.

DEZALAY, Y., GARTH, B. (2002). La Mondialisation des Guerres de Palais. La Restructuration du Pouvoir d'État en Amérique Latine, entre Notables du Droit et "Chicago Boys". Paris, Seuil.

DREYER, L. (2004). *Sinfonia Inacabada. A Vida de José Lutzenberger*. Porto Alegre, Vidicom Audiovisuais Edições.

FILLIEULE, O. (2001). Propositions pour une Analyse Processuelle de l'Engagement Individuel. *Revue Française de Science Politique*, 51(1-2), 199-215.

GALLET, G. (2002). L'Expertise, Outil de l'Activisme Environnemental chez Greenpeace France. In P. Hamman, J.-M. Méon e B. Verrier (orgs.). *Discours Savants, Discours Militants. Mélange des Genres*. Paris, L'Harmattan, pp. 109-128.

GAXIE, D., OFFERLÉ, M. (1985). Les Militants Syndicaux et Associatifs au Pouvoir? Capital Social Collectif et Carrière Politique. In P. Birnbaum (org.). *Les Élites Socialistes au Pouvoir. Les Dirigeants Socialistes Face à l'État, 1981-1985*. Paris, PUF, pp. 105-138.

JUHEM, P. (2001). La Légitimation de la Cause Humanitaire: Un Discours sans Adversaires. *Mots*, 65, 9-27.

LANDIM, L. (2002). Experiência Militante. História das Assim Chamadas ONGs. *Lusotopie*, 1, 215-239.

LINZ, J. J., STEPAN, A. (1999). A Transição e Consolidação da Democracia. A Experiência do Sul da Europa e da América do Sul. São Paulo, Paz e Terra.

LOUREIRO, M. R., PACHECO, R. S. (1995). Formação e Consolidação do Campo Ambiental no Brasil: Consensos e Disputas (1972-1992). *Revista de Administração Pública*, 29(4), 137-153.

MAFRA, H (org.). (1995). Desafios e Perspectivas do Movimento Ambientalista no Brasil. Brasília, Fundação Francisco.

MATHIEU, L. (2002). Rapport au Politique, Dimensions Cognitives et Perspectives Pragmatiques dans l'Analyse des Mouvements Sociaux. *Revue Française de Science Politique*, 52(1), 75-100.
MATONTI, F., POUPEAU, F. (2004). Le Capital Militant. Essai de Définition. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 155, 5-11.
MCADAM, D., MCCARTHY, J. D., ZALD, M. N. (eds.). (1996). Comparative Perspectives on Social Movements. Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings. Cambridge/New York, Cambridge University Press.
MISCHE, A. (1997). De Estudantes a Cidadãos. Redes de Jovens e Participação Política. *Revista Brasileira de Educação*, 5-6, 134-150.
OLIVEIRA, W. J. F. (2005). "Paixão pela Natureza", Atuação Profissional e Participação na Defesa de Causas Ambientais no Rio Grande do Sul entre 1970 e Início dos Anos 2000. *Tese*. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS.
OLIVEIRA, W. J. F. (2006). As Condições Sociais de Institucionalização de Perspectivas Teóricas no Estudo das Mobilizações Ambientalistas. *III Encontro Anual da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade*. Brasília, 23-26 de maio. Disponível em http:// www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA274-07032006-195842.pdf (consultado na internet em 14 de Novembro de 2008).
OLIVEIRA, W. J. F. (2007). Formas Precárias de Emprego, Atuação em ONGs e Inserção Profissional. *Sociedade em Debate*, 13(1), 141-160.
OLIVEIRA, W. J. F. (2007). Redes Sociais, Reconversão Profissional e Participação em Conselhos e Instâncias de Proteção Ambiental no Rio Grande do Sul. *Teoria & Sociedade* (UFMG), v. 15, p. 198-229.
OLLITRAULT, S. (1999). De la Caméra à la Pétition-Web: Le Répretoire Médiatique des Écologistes. *Réseaux*, 98, 153-185.
OLLITRAULT, S. (2001). Les Écologistes Français, des Experts em Action. *Revue Française de Science Politique*, 51(1-2), 105-130.
PÁDUA, J. A. (1992). O Nascimento da Política Verde no Brasil: Fatores Exógenos e Endógenos. *Ciências Sociais Hoje*, pp. 190-216.
PASSY, F. (1998). *L'Action Altruiste*. Paris/Genève, Droz.
PÉCAUT, D. (1990). Os Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o Povo e a Nação. São Paulo, Ática.
ROOTES, C. (ed.). (1999). Environmental Movements: Local, National and Global. London, Frank Cass.
SAINT-MARTIN, M. (1999). Uma 'Boa' Educação. *Educação & Sociedade*, ano XX(66), 104-122.
SAINTENY, G. (1999). Logiques d'Engagement et Logiques de Rétribution au Sein de l'Écologisme Français. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, CVI, 175-200.
SAINTENY, G. (2000). L'Introuvable Écologisme Français? Paris, PUF.
SCHMITT, C. J. (1995), "Mata de Araucárias: A Região Norte do Rio Grande do Sul", in I. C. de M. Carvalho e G. Scotto (coords.). *Conflitos Sócio-Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graphos, pp. 25-101.
SIMÉANT, J., DAUVIN, P. (2002). Le Travail Humanitaire. Les Acteurs des ONG, du Siège au Terrain. Paris, Presses de Sciences Po.
SVIRSKY, E., CAPOBIANCO, J. P. (orgs.). (1997). *Ambientalismo no Brasil: Passado, Presente e Futuro*. São Paulo, Instituto Socioambiental, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.
TARROW, S. (1988). National Politics and Collective Action: Recent Theory and Research in Western Europe and the United States. *Annual Review of Sociology*, 14, 421-440.
TONI, F. (2001). Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais. *BIB*, 52, 79-104.
TORNQUIST, C. S. (1992). O Planeta e o Quintal: O Movimento Ecológico frente à Administração Popular em Porto Alegre. *Dissertação*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Política da UFSC. Florianópolis: UFSC.
URBAN, T. (2001). *Missão (quase) Impossível. Aventuras e Desventuras do Movimento Ambientalista no Brasil*. São Paulo: Peirópolis.
WAGNER, A-C. (2004). Syndicalistes Européens. Les Conditions Sociales et Institutionnelles de l'Internationalisation des Militants Syndicaux. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 155, 13-34.

Associativismo e auto-realização: um estudo de caso sobre uma associação de moradoras da Vila Pinto de Porto Alegre (Brasil)

Gabriela Blanco
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
gabrielita.blanco@gmail.com

Resumo: O estudo de caso "A luta por reconhecimento das moradoras da Vila Pinto de Porto Alegre" possui como objeto de análise a associação denominada CEA (Centro de Educação Ambiental), que integra um centro de triagem de materiais recicláveis e um centro cultural. A associação é composta por moradoras de uma das regiões mais pobres da cidade de Porto Alegre (Brasil). O estudo possui como

problemática central compreender como uma associação entre indivíduos é capaz de transformar as relações familiares e jurídicas dos mesmos. Como aporte teórico utiliza-se os conceitos de auto-realização e luta social desenvolvidos por Axel Honneth. Para a análise dessa problemática, o estudo já passou por duas etapas: uma quantitativa– na qual foram consideradas as vinte e cinco mulheres participantes - e outra qualitativa, referente à trajetória de vida da líder comunitária que fundou a associação. Como resultados já obtidos, há a constatação de que foi, de fato, com ato de associarem-se entre si, de participarem ativamente do processo de construção do CEA e da reivindicação de melhorias para a sua comunidade, que essas mulheres iniciaram um processo de transformação pessoal. O sentimento de pertencimento à comunidade e de acolhimento proporcionado pela associação foi o motor propulsor do desejo de libertarem-se do sofrimento vivenciado em suas casas (maus tratos, violação, insegurança, etc). Apresenta-se neste caso, portanto, uma indicação de que a auto-realização não precisa seguir, necessariamente, o "ordenamento" proposto por Axel Honneth em sua teoria social (ou seja, esfera do amor, depois do direito e, finalmente, da solidariedade).

Associativismo e auto-realização: um estudo de caso sobre uma associação de moradoras da Vila Pinto de Porto Alegre (Brasil)

Introdução

O tema do trabalho informal e questões referentes ao associativismo, bem como a redes de cooperação profissionais, estão presentes nas últimas décadas nos debates das ciências sociais, especialmente na área da sociologia. É um tema relevante já que se refere a populações que se vêem geralmente alijadas dos processos decorrentes das relações de trabalho formais. Populações carentes nas quais se encontra alto índice de chefes de família desempregados, famílias em que a violência física e psicológica é uma constante; em que muitos indivíduos mantêm-se economicamente através de subempregos, além do envolvimento em alternativas ilícitas de sobrevivência. Esta comunicação pretende apresentar os resultados até o momento obtidos em um estudo de caso sobre uma associação denominada CEA - Centro de Educação Ambiental –, localizada na região da cidade de Porto Alegre (Brasil) conhecida como Vila Pinto. Inicialmente, realizar-se-á uma breve caracterização da associação para em seguida apresentar-se a problemática desse estudo, assim como o referencial teórico. Por último, expor-se-ão os resultados das duas etapas pelas quais já passou a pesquisa e as conclusões parciais já obtidas.

A formação da associação aqui estudada iniciou-se em 1995, quando um grupo de mulheres excluídas do mercado formal de trabalho, domiciliadas na Vila Pinto, zona leste da cidade de Porto Alegre, reuniu-se com o objetivo de criar um trabalho alternativo para conquistar sua independência financeira, garantir seus direitos de mulheres e cidadãs e, melhorar, assim, a sua qualidade de vida. Inicialmente, caminhavam nas ruas da cidade coletando lixo seco, que era transportado para um campo de 8000m² localizado na própria Vila, onde elas realizavam a seleção, dentre este lixo, dos materiais recicláveis. Em 1996, fundou-se o Centro de Educação Ambiental – CEA, sendo eleita como Presidente do mesmo, a líder comunitária Marli Medeiros. Em 2001 o CEA tornou-se uma ONG, sendo a atividade de separação e seleção de material reciclável registrada juridicamente como associação; e no ano de 2002, criou-se, em anexo com o CEA, o Centro Cultural James Kulisz, com a finalidade de desenvolver, executar e oferecer aos moradores da Vila Pinto e entorno, ações nas áreas da cultura, educação, esporte, lazer e qualidade profissional1.

Neste sentido, o que se pôde inicialmente perceber - e que corresponde ao que é afirmado pelas criadoras do próprio Centro, em visitas de exploração - a motivação destas mulheres ao se unirem e buscarem alternativas para suas vidas não foi uma motivação que pode ser resumida a interesses econômicos. Ou seja, as moradoras da Vila Pinto não procuravam ao se associarem entre si2, unicamente, um maior rendimento financeiro, até porque, atualmente, em decorrência da alta competitividade, o que elas recebem com a atividade de reciclagem está longe de representar um satisfatório rendimento econômico (em torno de um salário mínimo). Mas então, o que as motivou a se unirem e a permanecerem juntas mesmo quando a atividade que realizam já não representa, necessariamente, a melhor fonte de renda? Esta questão é analisada, neste estudo, a partir dos conceitos de auto-realização e luta social, desenvolvidos por Axel Honneth em sua teoria social.

Segundo esta teoria, todos os indivíduos procuram atingir a sua auto-realização pessoal, mas esta só pode ser alcançada a partir da obtenção de reconhecimento nas três esferas da vida social: a esfera do amor (relações amorosas) – que promove a autoconfiança; a esfera do direito (relações jurídicas) - que promove o auto-respeito; e a esfera da solidariedade (relações de valoração social) - que promove a auto-estima. Ou seja, as pessoas para se realizarem de forma plena, necessitam ser reconhecidas pelos demais como possuidoras de direitos, qualidades, carências, potenciais e etc., em todos os tipos de relações sociais que realizam. Quando isso não ocorre, estamos diante de uma situação de desrespeito, que pode corresponder, conforme a esfera na qual se efetua, à forma de: maus tratos e violação; privação de direitos e exclusão; e/ou degradação e ofensa. O conceito de luta social aparece, assim, como sendo

> o processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento. (Honneth, 2003, p.257)

Ou seja, com este conceito de luta social, proposto por Honneth, os movimentos sociais deixam de ser apreendidos a partir de uma "persecução coletiva de interesses" (como o fazem as correntes utilitaristas) para serem compreendidos a

1 Informações retiradas de documento cedido pelo próprio Centro.

2 Associação será entendida aqui, a partir do conceito de associação voluntária, a qual é definida no Dicionário de Sociologia como sendo "[...] um grupo, ou organização, no qual pessoas podem ingressar ou sair livremente; que está isenta de controle externo; e cujas finalidades, objetivos e métodos cabem aos membros determinar." (Johnson, 1997, p. 20)

partir de “experiências morais”. E é com base nessa perspectiva que se pretende analisar a associação das moradoras da Vila Pinto.

Assim sendo, a pesquisa em questão possui como hipótese central a de que, ao se associarem, as moradoras da Vila Pinto buscavam a sua auto-realização pessoal, que não estava sendo atingida pela existência de situações de desrespeito tanto na esfera do amor como na esfera do direito (a maioria destas mulheres já sofreu ou sofre violência doméstica; todas estavam, antes da associação, fora do mercado formal de trabalho, excluídas da obtenção de muitos de seus direitos fundamentais, entre outros3). Juntamente com esta hipótese, uma segunda se apresenta no trabalho. A de que foi na esfera da solidariedade, na comunidade de valores, que elas conseguiram primeiramente o seu reconhecimento, que teve como conseqüência o início de um processo de reconhecimento nas outras duas esferas. Isso porque, foi a partir do nascimento de uma estima entre elas, ou seja, a partir de um sentimento de identificação, de pertencimento a um mesmo grupo, que foi possível o início de sua luta por uma transformação em suas vidas.

O interesse deste estudo de caso é, portanto, apreender qual o significado social da associação das moradoras da Vila Pinto. Como uma associação entre indivíduos é capaz de transformar as relações familiares e jurídicas dos mesmos? Ou, em outras palavras, qual é o potencial transformador do sentir-se reconhecido, estimado, por aqueles com os quais nos identificamos?

Para a análise desta problemática, o estudo de caso vem sendo desenvolvido em diferentes etapas. Primeiramente, realizou-se, do período de maio a junho de 2007, uma pesquisa quantitativa junto às trabalhadoras do Centro de Triagem do CEA, na qual foram entregues a todas as vinte e cinco mulheres participantes (número total daquele momento) questionários para serem individualmente respondidos. Já em uma segunda etapa, desenvolvida durante o mês de junho de 2008, realizaram-se encontros com a líder comunitária Marli Medeiros (fundadora da associação) a fim de se obterem informações sobre a sua trajetória e sobre o processo em si de constituição do CEA.

Na seqüência, inicia-se a exposição dos resultados conclusões parciais obtidas.

1. Etapa quantitativa: questionários

Embora a pesquisa possua na sua totalidade um caráter eminentemente qualitativo, a utilização nesta fase de métodos quantitativos apresentou-se relevante para a obtenção de dados gerais sobre a participação das mulheres no CEA (e em especial, no Centro de Triagem). Como já mencionado, foram entregues a todas as vinte e cinco mulheres participantes (número total daquele momento) questionários que foram individualmente respondidos. Com estes questionários objetivou-se verificar se a participação na associação das moradoras da Vila Pinto de Porto Alegre exerce influência sobre a auto-estima e a autoconfiança das mulheres associadas4. E, de forma específica, se esta influência é positiva, ou seja, se a participação na associação possibilitou às associadas superar ou, pelo menos, lhes encorajou a lutar contra situações de desrespeito que possam ter sido vivenciadas por elas em suas relações primárias e sociais.

Para isto, dividiu-se o questionário em dois blocos de perguntas (além do correspondente aos dados descritivos da população): um referente ao momento anterior à participação na associação e o outro referente ao momento posterior. Ambos os blocos constituíam-se de perguntas concernentes aos indicadores de autoconfiança e de auto-estima para este estudo elaborados (apresentados no quadro abaixo).

Tabela 1:

Conceitos	**Dimensões**	**Indicadores**	
Luta social	Associação voluntária	Participação ativa no Centro de Triagem e/ou no Centro Cultural do CEA da Vila Pinto (informação dada pelas próprias associadas)	
Auto-realização (reconhecimento)	Autoconfiança (esfera do amor - relações primárias)	Formas de reconhecimento	Formas de desrespeito
		existência nas relações familiares (incluindo-se as relações conjugais, sejam elas formalizadas ou não) de: amor, afeição, encorajamento e segurança - para reagir a situações de agressão e desrespeito sofridas.	maus tratos;violação;insegurança e ausência de encorajamento (sentimento de desrespeito nas relações primárias);
	Auto-estima (esfera da solidariedade)	estima social: compartilhar valores; fazer contribuições particulares à comunidade; tê-las valorizadas; valorizar as ações contributivas dos demais; importância dada à participação na associação (CEA da Vila Pinto).	degradação ofensa; não ter contribuições e iniciativas valorizadas.

Sendo assim, obtiveram-se os seguintes resultados nesta etapa quantitativa da pesquisa em questão:

3 Informações fornecidas pela própria associação.

4 Por questões práticas (como ser o tamanho do questionário), optou-se por não tratar nesta etapa da pesquisa da esfera do direito (auto-respeito) da vida destas mulheres. Esta será analisada em trabalhos posteriores.

1. Com relação à esfera do amor (autoconfiança):

- Realização: aumento significativo do percentual de mulheres que, atualmente, se sentem realizadas com relação aos seus familiares mais próximos (66,7% para 92,3%); e, principalmente, grande diminuição do percentual de mulheres que se sentem frustradas em relação a esse aspecto (25% para 7,7%);
- Segurança: queda significativa do percentual de mulheres que se sentem inseguras quanto aos seus familiares (35,3% para 15,4%) e substancial aumento do percentual de mulheres que se sentem confiantes (62,9% para 84,6%);
- Respeito: aumento do percentual de mulheres que se sentem respeitadas por seus familiares (85,7% para 100%) e, igualmente, felizes (66,7% para 100%);
- Incentivo: aumento do percentual de mulheres que passaram a se sentir incentivadas por seus familiares a realizar seus objetivos pessoais (56,5% para 85%) e diminuição do percentual de respostas negativas (39,1% para 10%).

2. Com relação à esfera da solidariedade (auto-estima):

- Satisfação: grande queda no percentual de mulheres que se sentem insatisfeitas em relação à Vila Pinto (38,5% para 14,3%) e aumento significativo no percentual de mulheres que passaram a se sentir satisfeitas (61,5% para 85,7%);
- Confiança: total inversão do quadro: antes do CEA, o número de mulheres que se sentia confiante na Vila Pinto era de 35,7%, passando para 75%. Da mesma forma, o número de respostas negativas diminuiu de 57,1% para 25%;
- Contribuições particulares: apenas 20,8% das mulheres acreditavam contribuir de alguma forma para melhorar a Vila Pinto como um todo. Com a participação no CEA, esse número passou para 87% das mulheres. Conseqüentemente, o número de mulheres que acreditavam não contribuir diminuiu de 54,2% para 13%.
- Valorização: No caso dos 87% das mulheres que responderam afirmativamente a questão referente às contribuições particulares, 66,7% acreditam que suas ações no CEA são valorizadas pelos demais moradores. E apenas 14,3% não acreditam nisso.
- Importância atribuída ao CEA: 52,6% das mulheres apontaram razões como o acolhimento e o sentimento de pertencimento que a associação lhes proporciona.

2. Etapa qualitativa: trajetória de Marli Medeiros

Primeiramente, é importante mencionar que a escolha nesta fase da pesquisa pela trajetória de Marli Medeiros apresentou-se como conseqüência das observações e interações realizadas até então junto à associação. Logo nas primeiras visitas, observou-se de maneira clara que a líder Marli Medeiros é para este grupo social muito mais do que, simplesmente, a Presidente da associação. Ela é, de fato, o grande referencial de vida de todos os envolvidos. Neste sentido, a compreensão do significado social da associação passa, inevitavelmente, pela compreensão da trajetória de vida desta mulher, uma vez que foi ela quem iniciou a ampliação das relações de reconhecimento entre as mulheres da comunidade e quem continua até hoje impulsionando esta associação. A seguir, apresentam-se as principais informações obtidas acerca de sua trajetória.

Marli Medeiros chegou à região hoje conhecida como Vila Pinto em meados da década de 1970. Ela havia se mudado para a cidade de Porto Alegre, juntamente com seu esposo e filhas, com o objetivo de obter uma melhor qualidade de vida para sua família. Até aquele momento, eles moravam em uma área marginalizada de uma cidade do interior do Estado, onde todos os anos havia enchentes que destruíam tudo o que eles haviam conquistado. Embora inicialmente ela tenha se mudado para a capital apenas com os seus parentes mais próximos, seu desejo era trazer todos os membros de sua família.

Logo que Marli Medeiros chegou à Vila Pinto ela adotou uma estratégia distinta àquela que vinha sendo realizada no local. As demais lideranças comunitárias não se interessavam em mobilizar os moradores para reivindicarem melhorias na região através do Orçamento Participativo (mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos). Seu diálogo com a prefeitura era mínimo e havia, ainda, acordos mantidos com os traficantes. Marli não concordava com essa situação. Defendia que era fundamental, para a Vila Pinto passar a ser respeitada pelas demais comunidades, que todo mundo fosse ao Orçamento Participativo (OP). Além disso, acreditava ser central o aprofundamento das relações com a prefeitura.

Com o aumento cada vez maior de seu envolvimento na luta pela transformação da Vila Pinto, Marli Medeiros optou por largar o seu emprego e dedicar-se exclusivamente aos trabalhos comunitários. Com a ajuda direta do prefeito, Marli conseguiu a autorização e a ajuda financeira para a construção do galpão de reciclagem que deu origem ao Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto. A idéia surgiu do filme Ilha das Flores, de Jorge Furtado. Segundo ela, a partir do filme ela pensou: "*Se até o lixo não é totalmente descartável, porque nós, mulheres, seríamos?". Sendo* assim, além de melhorias de infra-estrutura para a Vila, como ser asfaltamento, iluminação, havia agora um local de obtenção de fonte de renda. Entretanto, como é de se imaginar, todo esse processo não foi fácil nem ao menos pacífico. Além de despertar a inveja – como ela mesma define – daquelas líderes antigas que mesmo solicitando não tinham obtido até o momento ajuda da prefeitura, assim também Marli Medeiros despertou a ira dos "líderes masculinos" que não admitiam o fato dela estar na Vila sem lhes pagar nada. Sua vida esteve ameaçada inúmeras vezes.

Não obstante, como ela mesma declara: "*Mas no fim, a questão da justiça eu fiz muito com as mulheres, né*". Isso porque, quando Marli criou o Clube da Mulher e, posteriormente, o CEA, a vida das mulheres que participavam com ela sofreu significativas mudanças. Suas interações não se resumiam mais a brigas de vizinhança. Elas se reuniam para conversar

sobre os problemas que enfrentavam diariamente e, conseqüentemente, encontrar soluções. O que uma achava ser um problema pessoal, era descoberto como um problema coletivo. Assim, elas vislumbraram a criação do Centro de Triagem como uma forma de superação do desemprego e da falta de oportunidades. Logo após, incentivadas pelo exemplo de Marli (uma vez que ela se separou de seu marido quando percebeu que o não apoio por parte dele a sua atuação na comunidade era também uma forma de violência doméstica), elas começaram a se dar conta de que não eram obrigadas a se submeter à exploração doméstica. Claro que decisões desse tipo nunca são fáceis de serem tomadas. As denúncias contra maus tratos começaram a ser freqüentes, assim como as separações. Muitos maridos chegaram a voltar-se contra Marli e, inclusive, denunciá-la por ser "*a responsável pela sua separação*".

Atualmente, Marli Medeiros continua sendo a referência dentro da associação. No entanto, percebe-se um processo de "amadurecimento" da instituição, uma vez que há um projeto de formação de novas lideranças junto às mulheres que trabalham no Centro. Assim, elas são incentivadas a serem responsáveis por determinadas localidades da Vila e proporem alternativas para soluções de problemas diários. O objetivo é claramente tentar superar a "dependência" que poderia vir a se estabelecer no interior do grupo com relação à líder comunitária.

3. Conclusões parciais

A partir dos resultados obtidos na primeira etapa do estudo, observou-se que o fato das mulheres participarem do CEA influenciou de forma positiva na auto-estima e autoconfiança delas. Levando-se em consideração a teoria de Honneth, na qual a associação entre indivíduos está ligada à esfera da solidariedade, e segundo a qual a realização nessa esfera só se dá após a realização nas outras duas esferas – amor e direito – conseguiu-se com essa etapa do trabalho vislumbrar um caso específico em que essa "ordem" não se dá empiricamente. No caso da Vila Pinto, pode-se perceber, através da análise dos resultados, que, para essas mulheres, a auto-realização não começou necessariamente nas suas relações primárias. Mas sim que, em grande parte dos casos, essa auto-realização se tornou possível através do desenvolvimento de relações de solidariedade e, portanto de reconhecimento, como as vivenciadas no CEA. E, a partir da auto-estima proveniente dessas relações, essas mulheres tiveram um maior incentivo para lutar por reconhecimento nas outras esferas.

Relacionando esses resultados com o que se obteve na etapa referente à trajetória da líder comunitária Marli Medeiros, há uma indicação de que aceitação da hipótese inicial do estudo se mantém. Marli conseguiu com a criação da associação e com o seu engajamento político, uma transformação – de base moral – tanto na sua vida como na das moradoras que juntamente com ela se engajaram. Vencendo preconceitos e oposições, ela foi aos poucos construindo um sentimento de pertencimento à Vila que a fez conquistar o respeito e admiração de grande parte da comunidade. O apelo constante à idéia de construção da "*Vila de nossos filhos*" e da importância de se envolver e fazer a sua parte fez com que indivíduos que até então, simplesmente, moravam no mesmo lugar, passassem a se perceber como companheiros e membros de uma grande associação.

É evidente que ainda há muito para ser feito na Vila Pinto: a criminalidade e pobreza continuam presentes no cotidiano de seus moradores. Não obstante, a existência na comunidade de uma associação que vem promovendo, como está sendo verificado no estudo, a ruptura de uma *apatia social* dos indivíduos que nela participam, torna evidente a existência agora de alternativas concretas para a transformação desse quadro social.

Referências Bibliográficas

CEA. *Reciclando Vidas*. (Documento explicativo cedido pelo próprio Centro, em visita realizada no dia 30.10.06).
Honneth, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed.34, 2003.
Johnson, Allan G. *Dicionário de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
Mattos, Patrícia. *A sociologia política do reconhecimento: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser*. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

Relações comerciais numa economia globalizada: notas de uma organização de Comércio Justo

Sandra Lima Coelho
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto
scoelho@letras.up.pt

Resumo: Esta comunicação resulta de uma dissertação de mestrado, na qual se procurou reflectir sobre a emergência do Comércio Justo num contexto de modernidade tardia e de globalização. O Comércio Justo é um movimento que pretende promover a mudança a nível institucional e a reforma das políticas que possam alterar os actuais níveis de desigualdade entre os países industrializados do Norte do mundo e a pobreza que impera no Sul do hemisfério. É uma alternativa ao comércio convencional, que promove a justiça social e económica, o desenvolvimento sustentável e o respeito pelas pessoas e pelo meio ambiente, através do comércio, da sensibilização dos consumidores e de várias acções de educação e informação. No actual contexto de economia globalizada, investiguei o modo como um movimento que defende princípios como a igualdade de tratamento e oportunidades entre os géneros masculino e feminino, a escolarização, o respeito pelos direitos humanos, entre outros, preconiza a sua acção. A pesquisa materializou-se num estudo de caso de uma associação que apresenta como

objectivos a divulgação dos princípios do Comércio Justo e a comercialização de produtos oriundos desta forma de comércio alternativa, a Associação Reviravolta. O foco analítico incidiu sobre as modalidades de actuação desta organização, a sua estrutura e funcionamento, e a acção que nela desenvolvem os seus protagonistas, dirigentes e voluntários. Pretendi determinar, através de uma análise organizacional, o modo como se estruturam os seus elementos culturais e simbólicos, e caracterizá-la enquanto corpo socializado. Proponho-me a partilhar, neste congresso, alguns dos resultados dessa pesquisa.

1. Breves elementos de contextualização

Esta comunicação resulta de uma dissertação desenvolvida no âmbito do curso de Mestrado em Desenvolvimento e Inserção Social, leccionado na Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Essa dissertação consubstanciou-se no estudo de uma associação promotora de Comércio Justo (CJ). O CJ define-se como uma parceria entre produtores desfavorecidos do Hemisfério Sul do mundo, e consumidores do Norte, que tem como finalidade ultrapassar as dificuldades enfrentadas pelos primeiros no que respeita ao acesso ao mercado. Este movimento partiu da sociedade civil, na Holanda, há cerca de 60 anos, e pretende promover a equidade social, a protecção do ambiente e a segurança económica através da actividade comercial.

A interacção económica em escala global tem-se consolidado, nos últimos tempos, como o pilar em torno do qual se alicerça o progresso económico mundial. O comércio, a comunicação e o conhecimento científico e tecnológico têm contribuído para diminuir a pobreza no mundo. Todavia, todo este progresso não abrange de forma igualitária a população mundial. Efectivamente, os benefícios de um comércio de dimensão mundial não se fazem sentir uniformemente à escala mundial, apenas se reflectem em alguns nichos específicos. Para que tal se concretize, é necessário criar condições para uma maior e mais justa partilha dos benefícios advindos do comércio. O CJ é um movimento que pretende promover a mudança a nível institucional e a reforma das políticas que possam, de facto, alterar os actuais níveis de desigualdade que proliferam entre os países industrializados do Norte do mundo e a pobreza que impera no Sul do hemisfério. Assume-se como uma alternativa ao comércio convencional, na medida em que promove a justiça social e económica, o desenvolvimento sustentável e o respeito pelas pessoas e pelo meio ambiente através do comércio, da sensibilização dos consumidores e de várias acções de educação e informação. Com o intuito de descortinar a aplicação prática do conceito de CJ na sociedade portuguesa, escolhi como objecto de estudo a análise de uma das organizações portuguesas que o suportam: a Associação Reviravolta (AR), que dá voz a este movimento na cidade do Porto. Esta associação foi criada com o objectivo capital de difundir os princípios deste conceito, não só através da educação e sensibilização da opinião pública, mas também pela venda de produtos oriundos de produtores que integram esta forma de distribuição alternativa.

2. O que é o Comércio Justo e Solidário?

O mercado de cada artefacto ou actividade comercial é, normalmente, dominado por um número restrito de empresas multinacionais, que detêm a maior fatia do comércio mundial. A sua influência económica e financeira é de tal ordem que chega a ser determinante nos acordos internacionais, onde se definem as regras do comércio mundial e se controlam os preços. Em todo este processo, os pequenos produtores do Sul do mundo não são ouvidos: em muitos destes países, os rendimentos de milhões de famílias, essencialmente constituídas por camponeses ou pequenos produtores, são escassos, e estas sobrevivem da exportação de matérias-primas, tais como o algodão, o café ou o cacau. Porém, estes produtores não têm palavra no mercado: são as decisões das grandes empresas e as transacções nas principais bolsas de valores que fixam os preços que lhes vão ser pagos, baseando-se no critério de obter o máximo lucro possível, a curto prazo. Consequentemente, os camponeses e pequenos produtores vão sendo cada vez mais marginalizados, dando azo a situações de exploração laboral, nomeadamente o recurso ao trabalho infantil.

O comércio de bens e serviços apresenta-se como um poderoso instrumento para aumentar a riqueza e o rendimento. Nas nossas sociedades, na nossa vida quotidiana, consumimos dezenas de produtos que provêm das mais diversas origens e países. Contudo, raramente nos preocupamos em reflectir sobre a sua providência e qual o trajecto trilhado até chegarem ao consumidor final, não nos questionamos sobre quem os produziu, a que preço, o que ganhou com isso, como chegaram às nossas mãos. Deparamo-nos com um vasto e complexo processo de globalização, que nos abrange a todos num mesmo mundo praticamente indiferenciado. Mas serão os benefícios da expansão do comércio mundial semelhantes para todos? Ou será que, por outro lado, a concorrência não é tão livre como aparenta ser? Por vezes, os produtos e bens que consumimos regularmente e que são produzidos nos países do Sul do mundo ocultam uma realidade pouco dignificante. Os benefícios decorrentes do comércio mundial não são distribuídos de forma equitativa por todos os cidadãos, nem representam uma melhor qualidade de vida para todos os que nele participam. As desigualdades entre o Norte e o Sul geopolítico não têm cessado de se agravar nas últimas décadas, e a prática do comércio internacional continua a contribuir fortemente para acentuar esta situação. A pobreza extrema caracteriza os países do Sul do hemisfério. De acordo com Boaventura Sousa Santos, vivemos, actualmente, numa "desordem capitalista global" (2005: 23). O CJ surge, então, como um mecanismo de regulação do mercado para melhorar a vida dos pequenos produtores dos países em desenvolvimento (Nicholls, 2005: 5). A rede do CJ é formada por um conjunto de ONG's, cooperativas ou associações sem fins lucrativos que tentam aproximar os camponeses e artesãos do Sul do mundo dos consumidores do Norte através de uma parceria comercial que se rege por regras e princípios (Fridell, 2007: 23).

A convicção de que o desenvolvimento dos países do Sul não se deve consolidar somente nas transferências financeiras dos países do Norte constitui um dos principais fundamentos do CJ. Um dos outros predicados relaciona-se com o respeito por um dos Direitos Fundamentais do Homem, consagrado na Declaração Universal desses direitos: qualquer

trabalhador tem direito a uma remuneração equitativa e digna para assegurar a sua subsistência, bem como da sua família. Uma das demandas do CJ consiste em possibilitar que cada pessoa possa viver de forma digna, não com base numa relação de assistência, mas que ao seu trabalho seja atribuído um preço justo. O CJ é, portanto, uma actividade comercial que visa inserir no circuito comercial internacional os pequenos produtores marginalizados que vivem no hemisfério Sul do planeta. Este movimento almeja a que os produtores possam viver uma existência digna através dos rendimentos adquiridos com o fruto do seu trabalho, e não pelo assistencialismo ou caridade, de dádivas. Efectivamente, o CJ não é, em si, uma ajuda, mas apenas "o reconhecimento de que as comunidades têm das suas responsabilidades e deveres que ultrapassam as suas fronteiras" (Nicholls, 2005: 5).

O CJ estabelece regras comerciais que têm em conta desequilíbrios entre países ricos e países pobres, e através dessas regras tenta-se reequilibrar as desigualdades. Esta iniciativa coloca a produção e o comércio ao serviço das pessoas, e tem como grande objectivo provar que os benefícios económicos, direitos dos trabalhadores e respeito pelo meio ambiente não se excluem mutuamente, não são realidades incompatíveis. Outras das linhas mestras que caracterizam o CJ são a promoção do bem-estar e melhoria das condições de vida dos produtores, através do aperfeiçoamento do acesso ao mercado, do fortalecimento das organizações dos produtores e do pagamento de um preço mais elevado pelos seus produtos, a criação de oportunidades de desenvolvimento para os produtores desfavorecidos, especialmente mulheres oriundas de países onde existe discriminação sexual e exploração dos povos indígenas, e protecção das crianças vítimas da exploração laboral (Krier, 2001: 8).

A formação e informação da opinião pública constituem, portanto, um aspecto primordial integrante deste movimento social. A sensibilização das populações reveste-se, pois, de uma importância extrema para a expansão deste movimento. Neste sentido, as lojas do CJ não se limitam a vender os produtos, mas funcionam como locais de sensibilização e alerta para a situação em que vivem milhões de camponeses e pequenos produtores do Sul do Mundo. O CJ não se define, então, como uma mera forma de comercialização, na medida em que pretende ser um meio de desenvolvimento e de aproximação entre os dois protagonistas da cadeia comercial: o produtor e o consumidor. O que torna o CJ num "movimento único é este aspirar a usar o mercado internacional para proteger os mais fracos, em detrimento dos mais fortes, e criar um sistema de comércio mundial mais equitativo" (Fridell, 2007: 25).

3. Sociedade civil e participação social

No início dos anos 90, o cenário da organização da sociedade civil amplia-se e diversifica-se. É neste contexto que emergem as entidades do Terceiro Sector. Os sujeitos colectivos deste sector penetram em micro-espaços onde a acção dos agentes estatais não se consegue imiscuir. O processo contemporâneo de construção e acção política caracteriza-se, cada vez mais, pelo envolvimento de múltiplos agentes, e não se restringe, somente, às autoridades governamentais e seus representantes, isto é, às organizações governamentais. Assistimos a um maior envolvimento de ONG e outros organismos na estruturação de políticas e na formação da opinião pública. O CJ tem como sustentáculo, precisamente, ONG's e associações sem fins lucrativos, que impulsionam a sua divulgação junto da opinião pública, e fazem chegar os seus produtos aos mercados dos países industrializados. Dadas as suas especificidades, o CJ é um movimento que assenta numa forte base associativa, de cariz voluntário, as organizações que sustentam este movimento são geridas por grupos que não se mobilizam por fins lucrativos. De facto, a divulgação deste movimento concretiza-se, sobretudo, em lojas que comercializam produtos oriundos dos países subdesenvolvidos do Sul do hemisfério. O lucro proveniente das transacções comerciais realizadas nas lojas é reinvestido em todo o processo. Neste sentido, a existência do CJ só é possível através da acção de associações, cooperativas ou organizações não-governamentais.

4. A globalização como processo criador de desigualdades

A globalização personifica a noção instituída de que, actualmente, vivemos todos num único mundo. Giddens sustenta que "estamos a viver um período histórico de transição muito importante", e que "as mudanças que nos afectam não estão confinadas a nenhuma zona do globo, fazem-se sentir um pouco por toda a parte" (2005: 15). Considera que a globalização está a reestruturar as formas de vida como as conhecemos. Esta globalização, segundo o autor, "é dirigida pelo Ocidente, está profundamente marcada pelo poderio político e económico dos EUA, e arrasta com ela consequências muito desiguais" (idem: 27).

As desigualdades na distribuição da riqueza aparentam intensificar-se e, apesar do fortalecimento dos fluxos mundiais de capital e de trabalho, da extensão dos mercados, da globalização das políticas e dos progressos nas comunicações, as oportunidades para incrementar os padrões de vida são cada vez mais inatingíveis à maioria da população (Hespanha, 2001: 163). E, embora tal seja verdade tanto para os países do Norte como para os do Sul, os países do Sul encontram-se em clara desvantagem. Na Conferência sobre o Financiamento para o Desenvolvimento organizada pelas Nações Unidas, em Monterey, em Março de 2002, os chefes de Estado de cinquenta países reconheceram que os países em vias de desenvolvimento e as economias de transição não estavam a beneficiar adequadamente do processo de globalização, na medida em que estes países não detinham acesso apropriado aos recursos financeiros necessários para financiar o seu próprio desenvolvimento (Bonaglia e Goldstein, 2006: 107).

Contemporaneamente, o actual sistema de comércio reforça a pobreza global e a reprodução das desigualdades, dado que todo o sistema se orienta nessa direcção. Segundo Bradshaw e Wallace (1996: 2), "a aldeia global apresenta disparidades". O impacto da globalização sobre o crescimento e a pobreza depende de vários factores, como a qualidade da

instrução, das infra-estruturas e das instituições, que não estão directamente relacionados com a política comercial. A vertente comercial é apenas um destes factores.

5. No mundo da Reviravolta: elementos de caracterização de uma associação

A primacial finalidade da Associação Reviravolta (AR) consiste em divulgar os princípios do CJ na cidade do Porto, através da abertura de espaços de venda de produtos oriundos de produtores que se regem pelas lógicas deste movimento, pela acção na educação da população, pela promoção e participação em campanhas de sensibilização e pressão política, em nome de um consumo responsável que tenha em conta valores éticos associados à produção e comercialização dos produtos provenientes deste conceito comercial. Apresenta como principais objectivos a informação e formação dos consumidores sobre o CJ, alertando-os para a necessidade de um consumo responsável e solidário, a comercialização dos produtos do CJ, divulgação e sensibilização sobre os princípios e objectivos do CJ, através do contacto com instituições públicas e privadas, promovendo sessões de esclarecimento. As suas actividades centrais giram em torno dos locais de venda dos produtos: as lojas (Worldsohps), feiras e escolas onde, maioritariamente, se desenrolam as acções de formação. A AR é uma associação de âmbito local, de direito privado, sem fins lucrativos, criada no ano 2000, com sede na cidade do Porto, que se rege pelos seus estatutos e pelas normas de direito privado. Esta organização principiou, inicialmente, por gozar do estatuto de associação sem fins lucrativos. Todavia, em 2005, a associação vê proclamado o seu desejo de se constituir enquanto Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONGD). A sua estrutura, enquanto organização com um modo de funcionamento assente numa actividade com um forte cariz comercial, mas também com uma componente de índole educacional, congrega e engloba a acção de pessoal contratado, ou seja, funcionários da organização, e também de voluntários. A AR é uma organização que assenta numa base de voluntariado ampla, que permite que a associação leve a cabo muitas das suas actividades. Para além de se apoiar numa base associativa, o CJ tem também no voluntariado um dos pilares da sua estrutura. Inicialmente, a AR tinha cerca de quinze voluntários. Actualmente, ronda os sessenta, embora apenas vinte colabore de forma sistemática e regular na organização. Os restantes dão uma contribuição meramente esporádica, pontual, de acordo com o tempo livre de que dispõem para dedicar à vida da AR. José Madureira Pinto (2002) advoga que uma das soluções que as ciências sociais mais frequentemente utilizam para operacionalizar as suas hipóteses interpretativas reside na construção de tipologias em que se cruzam atributos essenciais. De forma a melhor perceber a dinâmica da organização, estabeleci três tipologias de voluntários, consoante o seu grau de participação no quotidiano da organização. Assim, foi possível distinguir três grupos diferentes de voluntários, que tipifiquei em três categorias: voluntários activos, voluntários passivos e voluntários hiperactivos, sendo que os voluntários activos são aqueles que concretizam, pelo menos uma vez por mês, um turno numa das lojas (embora a realização de, no mínimo, dois turnos mensais seja uma condição "exigida" pela organização, mas com poucos efeitos no nível prático, uma vez que uma considerável fatia do corpo voluntário não executa, sequer, um turno mensal nas lojas, e a larga maioria restringe-se a levar a cabo um turno por mês) e os voluntários passivos aqueles que correspondem, pontualmente, a determinadas solicitações da associação, não exercendo, no entanto, uma actividade regular na mesma, como a realização de um turno mensal numa das lojas. Relativamente aos voluntários hiperactivos, neste grupo incluem-se aqueles cujo empenho extrapola os dois turnos mensais "obrigatórios", quer porque realizam mais do que dois turnos mensalmente, quer porque participam, habitualmente em vários outros eventos promovidos pela AR.

6. Integração e acolhimento dos voluntários na organização

A interiorização da cultura de uma determinada organização passa por um processo de socialização em que se assimilam as normas e valores vigentes na sua estrutura. A socialização organizacional reveste-se, pois, de uma importância primordial na manutenção da cultura de uma organização, bem como na adequação e incorporação dos seus novos membros. Sendo assim, impõe-se a seguinte questão: de que modo são acolhidos os voluntários no seio desta organização? A forma mais comum de acolhimento consiste na sua inserção no âmbito do funcionamento das lojas, actividade de capital importância para a exequibilidade da associação, e onde se torna mais necessária a sua presença. Inicialmente, os voluntários são recebidos e introduzidos ao modo de funcionamento da organização através das funcionárias das lojas, que rapidamente os colocam a par de toda a estrutura da organização. O intuito é fornecer-lhes uma formação célere e consistente, que lhes permita desempenhar funções de atendimento, venda e esclarecimento ao consumidor num curto espaço de tempo. É, portanto, através desta interacção "que os novos membros apreendem o significado dos vários aspectos do seu contexto de trabalho" (Neves, 1996: 312). As funcionárias conferem aos voluntários uma experiência de formação, entendida por Mintzberg (1995: 119) como "constituída pelos processos através dos quais se transmitem os conhecimentos e as competências relacionadas com o trabalho". Para tal, os voluntários são convidados a acompanhar as funcionárias durante a sua permanência nas lojas, num período de dois ou três dias, ou durante o tempo necessário até que o novo elemento se sinta preparado para levar a cabo as tarefas que lhe competem de forma independente, isto é, permanecer sozinho numa loja, com todas as responsabilidades que lhe são inerentes. Este procedimento vai ao encontro do que Mintzberg preconiza, no que concerne ao importante parâmetro da concepção constituído pela formação: "quando um trabalho exige conhecimentos e competências que são complexos e que não estão racionalizados, o trabalhador deve passar bastante tempo na sua aprendizagem. Em alguns casos, estas exigências dos postos não estão formalizadas e devem ser aprendidas no 'trabalho': o operário começa como 'aprendiz', sob a alçada de um 'mestre', que aprendeu o ofício da mesma maneira" (1995: 120). No

caso concreto da formação dos voluntários da AR, estes desempenham a função de aprendiz, ao passo que as funcionárias cumprem o papel de mestres.

No fundo, são as funcionárias quem introduz os voluntários nos meandros da associação, sendo responsáveis pela sua socialização organizacional. Segundo Sainsaulieu (2001), a formação de redes de sociabilidade e identidade constituem o cerne da formação e difusão de uma cultura, e constroem-se através da partilha do espaço físico de trabalho, assim como pela afinidade de funções e hierarquias. Esta proximidade conduz à criação de regras, valores e práticas que regulamentam os comportamentos. Desenvolve-se, deste modo, um modelo de acção colectiva com mecanismos próprios de regulação. Na AR, voluntários e funcionárias estabelecem entre si uma relação identitária, tanto pela similitude de funções desempenhadas, como pela posição que ocupam na hierarquia.

As lojas de CJ pretendem ser vistas como pontos de venda de produtos, mas também como um local privilegiado de sensibilização e educação dos consumidores, de conquista da opinião pública. Como tal, o voluntário desempenha um papel preponderante na divulgação da história e princípios do CJ. Deste modo, é solicitado aos voluntários que dêem a conhecer aos clientes a AR, o movimento do CJ, e a sua condição de voluntário, que traduz a sua predisposição em ser parte integrante de um movimento humanitário e social. É-lhes pedido que conciliem, no acto da venda, dois dos argumentos de peso do CJ: a sua legitimidade ética e a qualidade dos produtos vendidos. Crê-se que, aliando a simpatia a um conhecimento aprofundado e global do movimento em geral e dos produtos em particular, se marque a diferença entre as lojas de CJ e as demais. O propósito é o de materializar numa conversa circunstancial o espírito do CJ: estabelecer uma aproximação entre os produtores do Sul e os consumidores do Norte, conduzindo os últimos a ponderar sobre o cumprimento de um consumo mais ético e mais justo, do ponto de vista económico e social, por meio da conversão de uma compra ocasional numa eventual futura prática regular de consumo.

7. A estrutura e o modelo de organização da Associação Reviravolta

Elaborar um estudo que retrate uma organização moderna implica perceber a lógica da sua estrutura, a orgânica do seu funcionamento e os impulsos que promovem os seus fluxos de actividade, comunicação e de autoridade. Neste âmbito destaca-se a obra de Mintzberg, autor que se realçou no âmbito da Sociologia das Organizações, através dos seus estudos sobre a estrutura e a dinâmica das organizações. Na sua obra, Mintzberg (1995) distingue cinco sub-estruturas que se formam no seio das estruturas organizacionais e que compõem, no modo como se interligam, o esqueleto orgânico de uma organização. Como evidencia o autor, cada uma delas preenche uma relação funcional e sistémica com as demais, traçando-se, assim, uma interdependência indispensável para garantir o ambicionado consenso organizacional, que será o normal estádio de uma estrutura organizacional.

De acordo com este autor, a primeira das sub-estruturas é o vértice estratégico, o centro de decisão que se situa no topo da hierarquia da estrutura. A sua denominação provém do trabalho de delineação estratégica e de planeamento realizada a este nível, assegurando-se, assim, a eficiência da execução das tarefas, bem como a supervisão de todo o tipo de interacções laborais. Aqui estão concentrados todos os membros encarregados da responsabilidade global da organização: o director-geral que, no caso desta organização, é personificado pelo presidente da AR, e os outros dirigentes, cujas responsabilidades sejam globais.

A organização em estudo exibe, dadas as suas especificidades, um forte pendor para situações frequentes em que se intensificam os fluxos de comunicação, que flúem informalmente. Identificados por Mintzberg como momentos de quebra dos laços hierárquicos rígidos, estes momentos de interacção directa podem resultar entre elementos díspares da cadeia hierárquica. Este autor distingue, igualmente, os fluxos de decisão ad hoc, que rompem com a estrutura formal da organização, para conferir abertura ao meio exterior. Estes fluxos estão, forçosamente, ligados ao processo produtivo e a uma reconfiguração do mesmo, assim como às prioridades definidas, resultado das exigências, necessidades e oportunidades criadas pelo público-alvo da organização. A autoridade e a comunicação nas organizações não constituem, por si só, objectivos, mas sim processos que vão facilitar os dois outros processos de fluxos básicos – a tomada de decisões e a produção de bens de consumo e de serviços. Mintzberg analisa a tomada de decisão como um fluxo bastante mais flexível dos processos de decisão ad hoc. A orientação para o público, enquanto cliente, evidenciada nesta organização, resulta numa constante movimentação ad hoc. Segundo Mintzberg, esta é uma tendência presente em organizações jovens ou modernizadas, que quebram a rigidez da estrutura para privilegiar os resultados obtidos.

Na AR, tudo gira em torno da Direcção, sendo as decisões tomadas em reuniões semanais, através do sistema de voto. A Direcção compõe, portanto, e de acordo com a terminologia estabelecida por Mintzberg, o vértice estratégico, na medida em que se apresenta como o centro decisório por excelência. As responsabilidades são assumidas e distribuídas por todos os elementos, independentemente da sua posição hierárquica.

A estrutura de uma organização pode ser definida como "o total da soma dos meios utilizados para dividir o trabalho em tarefas distintas, e em seguida assegurar a necessária coordenação entre as mesmas" (Mintzberg, 1995). O desenho organizacional tem a ver com o funcionamento e a mudança operada numa organização para atingir os fins propostos. O documento através do qual se determina o plano para atingir determinado objectivo é o organigrama, ou os manuais de organização. O desenho organizacional retrata, pois, a configuração estrutural da organização, o seu funcionamento, os órgãos que a integram e as suas relações de interdependência. Engloba-se no desenho organizacional a definição da estrutura e a repartição das tarefas por departamentos, grupos e posições, e todos os aspectos reguladores destinados a tornar os comportamentos dos indivíduos conformes aos padrões organizacionais. Na associação em estudo,

criou-se uma espécie de "sub-departamentos", que foram intitulados de "grupos de trabalho". Estes grupos de trabalho desenvolveram-se de forma a dar uma melhor resposta às solicitações que chegam à associação. Analisando a criação destes grupos de trabalho à luz da teoria de José Neves (1996: 309), estes representam variáveis de estrutura, isto é, são elementos que contribuem para dividir as actividades em diferentes tarefas (subactividades), que têm como fim assegurar o desejado controlo e coordenação das mesmas. Cada grupo é responsável pelas decisões referentes a cada aspecto que o constitui, as quais são comunicadas aos restantes membros da Direcção na sua reunião semanal. O Grupo Financeiro gere as contas da Associação, em parceria com o Grupo Contabilístico. Compete-lhes as idas aos bancos, pagamentos aos funcionários, tratar das contas e obrigações financeiras da Reviravolta. Ao Grupo de Sensibilização cabe efectuar acções de sensibilização em escolas, universidades ou outros locais, administrar acções de formação aos voluntários, e gerir os projectos em que a associação se envolve (de um modo geral, estes projectos são desenvolvidos com outras instituições ligadas ao CJ, de âmbito nacional e internacional). O Grupo Lojas encarrega-se da gestão das duas lojas a cargo da AR, e de todos os aspectos que lhe são inerentes: autorização de encomendas, gestão de stocks, questões logísticas, comunicação com as funcionárias, organização de dias comemorativos nas lojas. O Grupo de Vendas Externas relaciona-se com o anterior, na medida em que lhe cabe gerir os stocks disponíveis para feiras e acções de sensibilização com venda de produtos, ou seja, é um grupo que acaba por interagir sistematicamente com as lojas. Este grupo está igualmente incumbido de organizar e dar resposta às solicitações do serviço de catering/coffee-break que a Reviravolta disponibiliza. O Grupo Contabilístico encarrega-se da contabilidade, e está a cargo de um dos membros suplentes da Direcção, cuja profissão é contabilista. O Grupo de Voluntariado, como o nome indica, gere os voluntários disponíveis para assegurar o funcionamento das lojas, para participar em feiras, e trata da angariação de novos voluntários. A comunicação com os voluntários fica a seu cargo, tarefa em que contam com a ajuda das funcionárias da AR, que servem de intermediário, uma vez que, como se encontram permanentemente nas lojas, têm um maior contacto com os voluntários que aí se deslocam. O Grupo Gestão de Conteúdos Informáticos gere e assegura o funcionamento do site oficial da associação, e tem a seu cargo a tarefa de reencaminhar os emails recebidos para os respectivos grupos a que se destinam.

Cada um destes grupos é responsável pela dinamização de acções na sua área específica, que conduzam à concretização dos objectivos definidos no Plano de Actividades anual. Internamente, cada um dos grupos estabelece qual a frequência e dinâmica das reuniões, de modo a que se atinjam os efeitos desejados. Usualmente, essas reuniões são quinzenais, e os seus resultados, decisões e iniciativas são apresentados nas reuniões de Direcção. Dada a especificidade de dois dos grupos de trabalho, que envolvem directamente as funcionárias e respectivo desempenho na organização, estas são incluídas nas reuniões dos grupos de trabalho "Loja" e "Sensibilização e Educação" para que, deste modo, tomem conhecimento in loco das decisões tomadas e das tarefas que terão de desempenhar de acordo com o que foi decidido, de forma a alcançar os resultados pretendidos com cada acção. Por outro lado, ao agir desta forma, inserindo as funcionárias nas reuniões, os grupos aparentam controlar de forma mais eficaz os níveis de produtividade do seu centro operacional. Os grupos de trabalho encorpam, deste modo, aquilo a que Mintzberg designa por linha hierárquica, na medida em que são estes grupos quem estabelece a conexão entre as diferentes partes da organização, neste caso, entre a Direcção e as funcionárias, que se situam no centro operacional, e também entre os diferentes grupos de trabalho. O vértice estratégico está ligado ao centro operacional pela cadeia de quadros da linha hierárquica com autoridade formal. Esta cadeia vai dos quadros situados mesmo abaixo do vértice estratégico até aos supervisores de primeira linha, que exercem autoridade directa sobre os operacionais, e que personificam o mecanismo de coordenação intitulado de supervisão directa (Mintzberg, 1995: 45-46). Na verdade, os grupos de trabalho parecem exercer essa função: coordenam o trabalho das funcionárias, cumprindo, deste modo, a função de supervisão directa.

Ainda de acordo com Mintzberg, é possível asseverar que as lojas de CJ que a Reviravolta gere são o seu centro operacional, na medida em que são, por excelência, o elemento produtivo da organização: "o centro operacional de uma organização compreende todos os membros (operacionais) que executam o trabalho básico relacionado directamente com a produção de bens e serviços. (…) O centro operacional posiciona-se no âmago de cada organização, é uma parte crucial da organização que produz os resultados que a mantêm activa" (1995: 43). É no centro operacional que se executa o trabalho básico da organização, e nesta estrutura específica, esse trabalho é efectuado nas lojas, pelas funcionárias e pelos voluntários. De facto, as vendas, que são aquilo que asseguram à AR a sua subsistência, ocorrem, maioritariamente, nas lojas. As vendas externas também contribuem para a produção, mas ainda assim estão ligadas às lojas. É nas lojas que se realiza a actividade comercial preconizada por esta associação, e é a partir das lojas que se desenrolam as restantes acções que a caracterizam.

Se as lojas são o centro operacional da AR, os operacionais que laboram neste centro são as funcionárias e os voluntários. Os voluntários contribuem para o funcionamento da AR, ainda que o façam a tempo parcial, e de forma não remunerada. Colmatam a ausência das funcionárias nas lojas durante o seu período de descanso, e em determinados acontecimentos específicos. Se não existissem, as lojas fechariam durante os fins-de-semana e férias das funcionárias, o que afectaria, indubitavelmente, a produção, ou seja, o fluxo de vendas. Deste modo, é possível aferir da importância do papel desempenhado pelos voluntários no centro operacional. Os voluntários funcionam como uma espécie de suporte da organização, desempenhando uma acção fundamental.

Relativamente às funções de apoio, estas são preenchidas pelos associados, na medida em que estes servem de base a todo o sistema, são o sustentáculo do processo produtivo, uma vez que a sua acção dá apoio à organização, fora do fluxo de trabalho operacional, como sustenta Mintzberg (1995: 50). De facto, os associados não fazem parte do centro operacional, não se encontram efectivamente inseridos na estrutura, na esfera da produção, não são subordinados, não lhes são atribuídas

tarefas, nem lhes são dadas ordens que tenham de cumprir, apenas são informados de que a organização necessita da sua acção num determinado momento e, conforme a sua disponibilidade e vontade, correspondem ou não ao apelo. É o que ocorre aquando da marcação de uma assembleia, por exemplo. Como refere Mintzberg, "as funções de apoio apoiam indirectamente o funcionamento do centro operacional" (1995: 39). A sua função consiste, portanto, em apoiar indirectamente as missões básicas da mesma. Aos associados é consentido o direito de deliberar sobre o futuro e decisões que afectam a continuidade da AR, bem como das suas actividades e orçamentos, no decurso das assembleias anuais. E é, de facto, esse papel que associados preenchem nesta estrutura organizativa.

Das configurações organizacionais que Mintzberg (1995) desenvolve, em função do seu trabalho sobre as dinâmicas e a estrutura das organizações, a estrutura da AR enquadra-se no conceito de adhocracia. A justificação reside em vários aspectos, dos quais se destaca a sua vocação e direccionamento para o consumidor, quer pela sua acção de sensibilização para um consumo mais ético e responsável, que é umas premissas básicas do CJ, quer para a sua orientação na venda. A AR é, portanto, uma organização vocacionada para o consumidor. Deste modo, a instituição encontra-se em permanente reconfiguração, de forma a satisfazer as necessidades do meio ambiente que a envolve. Por outro lado, a informalidade dos processos comunicacionais (que ocorrem, maioritariamente, através da Internet, telefone ou por intermédio das funcionárias), também nos conduz nesse sentido. Ou seja, estamos perante uma organização com um processo interno de comunicação modernizado e pouco formal.

A organização adhocrática, no entender de Mintzberg (1995), é muito orgânica em termos de funcionamento, e dotada de baixa formalização. Por outro lado, integra profissionais com elevada formação, a quem são atribuídos projectos que implicam soluções rápidas, criativas e adequadas às exigências de cada momento, e cooperação e trabalho de equipa para a concretização dos objectivos a que se propõe. Por este motivo, o controlo e a coordenação funcionam com base no ajustamento mútuo através da comunicação informal. Em termos de configuração organizacional, a distinção entre órgãos funcionais e operacionais esbate-se, dando lugar a uma distribuição do poder por toda a estrutura, o que recorta uma fronteira ténue entre vértice estratégico e a restante estrutura. O funcionamento por equipas pluridisciplinares (que, neste caso, se concretizam nos grupos de trabalho), tendo em vista a materialização de um projecto comum, contribui para esbater a fronteira existente entre trabalho produtivo e trabalho de concepção e planeamento.

No que concerne ao principal mecanismo de coordenação, aquele que mais se adequa ao perfil da AR é o ajustamento mútuo, dada toda a flexibilidade inerente à estrutura, no sentido de se ajustarem as tarefas e incumbências às disponibilidades de cada um dos intervenientes. A componente chave desta organização situa-se ao nível do centro operacional, o que nos remete para a presença de uma adhocracia operacional. Os elevados níveis de instrução e formação dos seus protagonistas (praticamente toda a Direcção é detentora de formação universitária, e o contingente de voluntários caracteriza-se por uma forte presença de licenciados e de estudantes do ensino superior) também é reveladora de estarmos perante uma organização com características adhocráticas, assim como a reduzida formalização (atente-se ao facto de, por exemplo, a Direcção ser alargada, contrariamente ao que impõe a formalização dos estatutos), ser maioritariamente constituída por jovens, deter um ambiente complexo, mas dinâmico, e assentar, predominantemente, na colaboração como expressão da sua força.

8. Especificidades gerais da Associação Reviravolta: um mapa de propriedades e dificuldades

As duas lojas que a Reviravolta gere estão localizadas em áreas com características muito distintas: a loja de Cedofeita situa-se numa zona comercial de referência da baixa do Porto, enquanto a loja do Parque da Cidade está fixada numa cinta verde da cidade, propícia a passeios e actividades de lazer ao ar livre, mas que não convida a uma visita nas estações das chuvas. Por seu turno, a loja de Cedofeita está circunscrita a uma esfera de comércio que se encontra numa fase de requalificação e de gentrificação. De facto, esta loja encontra-se em pleno centro histórico do Porto, numa área sujeita a um processo de revitalização. Neste sentido, têm sido inaugurados diversos espaços comerciais ditos "alternativos" nesta zona, como galerias de arte, salões de chá e bares que efectuam exposições e vendem diversos produtos, lugares com uma imagem conceptual diferente do comum, lojas de produtos biológicos, e até restaurantes vegetarianos, aos quais o conceito de CJ se encontra, de algum modo, associado, no sentido de ser um movimento inovador, e de muitos dos seus produtos alimentares serem provenientes de agricultura biológica. A sua localização é, portanto, um ponto essencial e determinante para o seu bom funcionamento e produtividade.

A AR, apesar de gerir dois espaços comerciais, não detém recursos humanos com capital científico na área das vendas, nenhum tipo de conhecimento profissional ao nível do merchandising, não possui qualquer saber teórico sobre marketing, sobre a forma de melhor exposição para determinado género de produto, o que lhe atribui uma desvantagem competitiva em relação às outras lojas de comércio tradicional. Os produtos são expostos pelas funcionárias segundo o seu gosto pessoal, não existe formação a este nível. Ou seja, as worldshops dirigidas pela AR perdem terreno relativamente a outras lojas, na medida em que não são conhecedoras de domínios essenciais inerentes ao ramo comercial.

A maior parte das feiras que concretiza decorre em escolas e, frequentemente, são acompanhadas por palestras de sensibilização e educação, levadas a cabo pelo Grupo de Sensibilização. Ou seja, durante a realização de feiras em escolas, nas quais também tenha sido requerida uma sessão de esclarecimento sobre CJ, a Reviravolta concretiza, num só momento, dois dos seus primordiais objectivos: informação e formação dos consumidores sobre CJ, comercialização dos produtos do CJ, e divulgação e sensibilização sobre este movimento. As feiras e acções de sensibilização em escolas aparentam, deste modo, ser um habitat mais do que perfeito para uma eficiente prossecução das metas traçadas por esta instituição.

Esta associação debate-se com problemas fortes de fontes de financiamento. O seu manancial de receitas, para além das vendas, são as quotas pagas pelos associados, e os donativos. Na medida em que nem todos os associados cumprem regularmente com o pagamento obrigatório anual das quotas, e que a associação tem, forçosamente, de ser auto-sustentável, uma vez que se financia a si própria, cobrindo os seus próprios custos, e o volume de vendas de produtos de CJ é, ainda, residual, a sua situação económica é delicada. Em Portugal, o acesso ao crédito bancário por parte de associações é bastante difícil, sendo usual a exigência de garantias pessoais aos membros da Direcção. Tendo em conta os compromissos financeiros de curto prazo da AR, não se vislumbra a libertação de meios financeiros possíveis de capitalização, nem se prevê, num futuro próximo, que tal venha a ser viável. Os tempos que se avizinham prevêem-se, portanto, difíceis para esta organização, em termos de gestão e exequibilidade financeira.

Um outro problema passa pela dificuldade em fixar os voluntários e motivá-los para o trabalho que extravasa o âmbito das vendas: à excepção de um pequeno núcleo mais empenhado, o corpo voluntário caracteriza-se pela sua volatilidade. Muitos estão "de passagem" pela AR, não se fixando à mesma, o que reflecte uma fraca capacidade de mobilização e motivação por parte da organização. Por outro lado, a própria Direcção reconhece que pretende que os voluntários se insiram em todas as esferas produtivas da organização, e que não fiquem tão "presos" às amarras constituídas pelas lojas. A AR defronta-se, portanto com uma certa incapacidade de maximizar o trabalho dos voluntários. Mesmo para o trabalho que estes mais frequentemente executam, a presença nas lojas, por vezes torna-se difícil garantir a sua adesão, nomeadamente em épocas específicas como a de exames escolares e férias de estudantes, o que traduz a forte componente estudantil que caracteriza a base de voluntários desta organização. Apesar de o seu corpo de voluntários ser amplo e vasto, a AR manifesta embaraço em conquistar a sua permanência. Por outro lado, é também notória a dificuldade em cativar os associados para integrarem a Direcção. Estes revelam uma fraca intencionalidade de virem a fazer parte dos órgãos sociais. Esta relutância, em parte, estará ligada com um fenómeno relativamente recente da vida da AR: grande parte dos voluntários não preconiza a condição de associado, o que não acontecia nos seus primórdios. A situação experienciada pela AR, no que à adesão e participação dos voluntários e dos associados diz respeito, vai ao encontro da realidade nacional, em termos de associativismo e participação social: a participação dos portugueses nas actividades associativas é bastante reduzida. Portugal detém o mais baixo índice de associativismo por habitante de toda a Europa (Carvalho, 2002: 7). Esta fraca expressão pode ser explicada por alguns factores como a tardia aquisição do direito de livre associação e as fragilidades da democratização do sistema político, e constitui um elemento indicador da debilidade da sociedade portuguesa em termos de capital social, entendido como um conjunto de normas – designadamente, a confiança social e reciprocidade generalizada – e de relações sociais, que permitem aos participantes agir concertadamente para atingir, com maior eficácia, objectivos comuns (Lehning et al: 1998). A maior parte dos portugueses não pertence a nenhuma associação. Um estudo realizado em 1993 (Portugal: valores europeus, identidade cultural) evidencia esta realidade. O aumento da participação social em Portugal ocorre após o 25 de Abril de 1974, em virtude do abrandamento da pressão social e política em que o país se encontrava submergido.

Os resultados obtidos por uma determinada organização são influenciados por certos pressupostos básicos inerentes a essa estrutura, tais como a relação que a instituição detém com o meio envolvente. Os problemas que uma organização revela na adaptação constante ao meio que a circunda podem ser determinantes para o seu sucesso. A cultura de uma organização pode, segundo José Neves (1996: 318), constituir uma vantagem ou um obstáculo ao desenvolvimento da instituição, assim como à resolução dos seus problemas. A organização deve dispor de uma cultura adequada que lhe consinta fazer face aos problemas de adaptação ao seu meio externo e de integração no meio interno. A rapidez e adequação das respostas da organização face às exigências do meio envolvente afiguram-se como uma questão bastante pertinente, pelo que é relevante descortinar de que forma a AR se relaciona com o meio envolvente. Esta organização não tem relacionamentos institucionais com instâncias públicas. Tem realizado diversas tentativas, nomeadamente com a Câmara do Porto, que se têm revelado infrutíferas. A AR ainda não detém força nem expressividade suficientes que lhe permitam um reconhecimento por parte do poder instituído. Não funciona como um grupo de pressão junto do poder político, ou pelo menos não é reconhecida como tal, na medida em que não lhe é prestada grande atenção, nem atribuída grande relevância à sua acção.

No que respeita à relação estabelecida com a comunicação social, a AR perdeu muita da visibilidade que lhe foi consagrada por parte dos media nos seus primórdios. O que se verifica é que, quando a iniciativa de contacto parte da instituição, o impacto não é muito avultado, o feedback não se revela muito positivo, na medida em que os meios de comunicação social não comparecem massivamente aos eventos anunciados. A falta de recursos financeiros para implantar acções comerciais eficazes parece constituir um óbice ao seu desenvolvimento. Em termos de relações com o exterior, a AR demonstra ser uma organização com fraca visibilidade e impacto reduzido, o que afecta os seus resultados comerciais.

9. Breves apontamentos conclusivos

Concluí que os protagonistas, voluntários e dirigentes, identificam-se, principalmente, com o movimento, e mantêm-se na AR pela causa. A sua postura é a de assumir um acto de solidariedade para com os outros, e o compromisso de trabalhar por uma sociedade justa. A AR é, portanto, um veículo de difusão do CJ, uma forma de se trabalhar em prol deste movimento. Não obstante, pelas características que apresenta, pelas suas formas de actuação, especialmente em escolas, no sentido de informar, educar a população, principalmente as camadas mais jovens, promove um nível de intervenção na sociedade civil, assim como incita à participação social dos cidadãos. A educação das camadas jovens, a formação de consciências sociais mais iluminadas, assim como o exercício de uma cidadania mais participativa e a constituição de cidadãos e consumidores eticamente mais responsáveis, instituem-se como as grandes metas desta organização. A AR visa,

através da acção de sensibilização das populações, levar o CJ a um público cada vez mais vasto, ou seja, pretende atingir um alargamento de público. Procura, deste modo, formar consumidores vocacionados para um consumo mais ético, responsável e sustentável.

Internamente, existe bastante flexibilidade na estrutura organizativa, o que possibilita que os seus dirigentes organizem a sua forma de participação de acordo não só com as necessidades da AR, mas também em função da sua própria disponibilidade, tendo em conta que todos os elementos do corpo dirigente são voluntários. Os dirigentes constituem, então, um grupo de voluntários com uma forte participação na vida da AR. Aliás, os dirigentes assumem não só as responsabilidades inerentes ao cargo que ocupam, como também as acumulam com tarefas que são parte integrante da vida quotidiana da AR. Tal significa que a AR se debate com dois graves problemas que poderão afectar, a médio prazo, o seu futuro: a falta de pessoal remunerado a quem delegar tarefas, dado que apenas possui três funcionárias, e a sobrecarga que pesa sobre os seus dirigentes. Este sobrepeso poderá conduzi-los a um estado de exaustão que, eventualmente, poderá traduzir-se num abandono dos seus cargos. Neste caso, estaríamos perante um efeito perverso, uma vez que o excesso de dedicação, por parte do corpo dirigente para manter a AR em funcionamento, poderia levar a uma ruptura no seio da mesma, em virtude de um estado de esgotamento latente.

Nesta associação, os voluntários e funcionárias são fulcrais, a sua acção é indispensável à sua manutenção, sobrevivência e continuidade no tempo. Só através da actuação destes elementos a AR continua a perdurar. Os voluntários desempenham um papel verdadeiramente fundamental numa associação que (sobre)vive da sua boa-vontade. Na medida em que não dispõe de efectivos suficientes para levar a cabo todas as tarefas e acções que a suportam, a AR vive no limbo, sempre dependente da (in)disponibilidade do seu contingente voluntário. Neste campo, as dificuldades que a AR atravessa são imensas, pois a falta de recursos humanos remunerados e as suas carências financeiras ditam esta relação de dependência de um trabalho que nem sempre é exercido de uma forma regular.

Verificou-se que a AR envolve voluntários que intervêm no seu quotidiano de forma distinta, existe uma pluralidade de formas de actuação no seio da organização. Os dirigentes aproximam a sua acção no seio da organização à que é protagonizada pelos voluntários, sendo por isso legítimo afirmar que existe uma débil diferenciação entre dirigentes e voluntários, o que estabelece uma fronteira ténue entre ambos, em termos de participação activa nas actividades desenvolvidas. Por outro lado, nos processos de tomada de decisão, essa linha ténue deixa de existir, sendo substituída por um fosso profundo: os voluntários não possuem qualquer tipo de poder de decisão nesta organização, excepto aquele que lhes é conferido pela sua condição de associado, e que lhes atribui o poder decisório sobre os destinos da AR. Porém, e como uma larga franja de voluntários não é associada, não dispõe, sequer, desta faculdade. Ou seja, se é possível afirmar que é visível uma fraca diferenciação entre corpo dirigente e contingente de voluntários, em termos de similitude de tarefas desempenhadas no quotidiano da AR, de participação nas actividades levadas a cabo pela organização, não é permissível confirmar um pressuposto de igualdade no que concerne aos processos de tomada de decisão.

Referências Bibliográficas:

Bonaglia, Federico & Andrea Goldstein (2006). *Globalização e Desenvolvimento*, Lisboa: Editorial Presença.

Bradshaw,York W. & Wallace, Michael (1996). *Global Inequalities*, Pine Forge Press.

Carvalho A. Melo de (2002). *Associativismo, inovação social e desenvolvimento*, Algés, Confederação do Desporto de Portugal.

Fridell, Gavin (2007). *Fair Trade Coffee: The Prospects and Pitfalls of Market-Driven Social Justice*, University of Toronto Press.

Giddens, Anthony (2005). *O Mundo na Era da Globalização*, 5ª ed., Lisboa: Editorial Presença.

Hespanha, Pedro (2001). Mal-estar e risco social num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social. In Santos, Boaventura Sousa de (Org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*. Porto: Edições Afrontamento.

Krier, Jean-Marie (2001). Factos e números sobre o movimento do Comércio Justo em 18 países europeus. *Comércio Justo na Europa*, EFTA.

Lehning, P. (1998). Vers une société civile multiculturelle: le rôle du capital social et la citoyenneté démocratique. In A.Bernard, H.Helmich & P.Lehning (Org.), *La société civile et le développement international*, Centre de développement. Paris: OCDE.

Neves, José (1996) *Psicossociologia das Organizações*. McGraw Hill.

Mintzberg, Henry (1995), *Estrutura e Dinâmica das Organizações*. Publicações Dom Quixote.

Nicholls, Alex & Opal, Charlotte (2005). *Fair Trade: Market-Driven Ethical Consumption*. Sage Publications.

Pinto, José Madureira (2002). Factores de Sucesso/Insucesso. *Sucesso e Insucesso no Superior Português*. Lisboa: CNE.

Sainsaulieu, Renaud (2001), *Sociologia da Empresa: organização, cultura e desenvolvimento*. Lisboa: Instituto Piaget.

Santos, Boaventura Sousa (2005). A Crítica da Governação Neoliberal: o Fórum social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

A Exclusão Social Expressa no Cotidiano do Movimento Social

Edna Aparecida de Carvalho Pacheco
Centro Universitário Barão de Mauá
edna.pacheco@netsite.com.br

Resumo: Trata-se da análise crítica da importância e dinâmica do movimento de luta pela moradia em Uberaba – MG. Parte da recuperação histórica do surgimento da ação planejada por indivíduos que reconheceram a sua condição de exclusão social e territorial, adotaram a prática de organização popular para dar visibilidade a sua condição miserável de vida e reivindicar o protagonismo do governo local, responsabilizado como determinante no impedimento do encaminhamento da questão habitacional do município. A orientação teórico-metodológica adotada garante o desvelamento dos meandros culturais e políticos que alimentam a estratégia dos moradores e os rebatimentos oposicionistas. O conceito de contradição é fundante para a compreensão da ação dos homens, que na sua materialidade se orienta pelos objetivos específicos que são coletivamente definidos e perseguidos na ação política implementada e defendida como alternativa, não apenas de acesso a direitos sociais, mas também alternativa de inclusão no processo decisório de definição, implantação e implementação de políticas sociais.

Introdução

O Serviço Social é profissão que se inscreve desafiante na relação capital-trabalho, é uma profissão instigante, especialização do trabalho que se manifesta pela via da atuação do assistente social. Com um construto de formação da identidade profissional articulado com o surgimento e ascensão do capitalismo, com a luta de classes e os antagonismos que marcam este modo de produção, a identidade profissional funciona como elemento definidor da participação da profissão na divisão social do trabalho e na totalidade do processo social.

Enquanto especialização do trabalho manifesto na ação profissional o Serviço Social se inscreve no âmbito da produção e reprodução da vida social, das relações sociais de indivíduos, grupos e classes sociais. Essas relações são relações de luta e confronto entre classes e segmentos sociais que têm no Estado a expressão complexificada de poder vigente na sociedade.

Por se relacionar com as várias dimensões da vida social, a prática profissional do assistente social preestabelece a condição da ótica da categoria da totalidade como condição para apreender a significação e os limites de uma ação, de uma medida, de uma realização, de uma lei, etc. que, por sua vez, poderiam ser avaliadas mediante à compreensão dialética das mediações concretas múltiplas que constituem a complexificação social.

Desse modo, trabalha-se com o entendimento da totalidade para o conhecimento e análise do real. Para entender a totalidade é preciso levar em conta que conhecimento pressupõe análise, e análise pressupõe divisão.

É preciso cindir a totalidade para imprimir-lhe movimento e, jamais esquecer de que não há totalidade conclusa porque há movimento permanente na busca da totalização, essa premissa permeia o estudo que busca analisar criticamente a importância e a dinâmica do movimento social de luta pela moradia em Uberaba – Minas Gerais.

A categoria da história representa, nesse processo, o fio condutor para conectar os diferentes caminhos percorridos e aqueles a percorrer. A realidade configurada, primeiro como objeto do conhecimento e, depois como objeto de transformação, exige a adoção da perspectiva do conhecimento não enquanto contemplação, mas sim conhecimento entendido como "arma" para o enfrentamento do sujeito com a sua realidade a ser transformada.

Numa estrutura significativa como no caso de um movimento social que busca alternativa concreta para a condição de moradia para os seus membros constituintes, onde há manifestações culturais e afetivas, o comportamento dos indivíduos representa condições de minoria, pois só se realiza em condições privilegiadas – ocupar cargo na diretoria, ter acesso a palavra em reuniões e ou assembléias, assim indivíduos particulares atingem domínios limitados e, quando tais domínios coincidem com as tendências do grupo configura-se numa coerência externa.

Por isso, falar na categoria da história implica reconhecer o esforço desses grupos e encontrar um conjunto coerente e significativo de respostas para os problemas que lhe são colocados pelas suas relações com o mundo real, porque a concretude cotidiana nasce da concomitância das ações entre o homem singular e as circunstâncias sociais em que atua; todo ato individual está subordinado a determinações gerais e a ação origina efeitos posteriores independentes das intenções conscientes, ou seja, produzem alternativas de estruturas semelhantes.

Para o assistente social a validade do conhecimento está na sua própria ação, isto é, ele é parte da prática profissional do assistente social no seu exercício junto aos vários segmentos, à população e aos movimentos sociais.

A ação pela qual o homem transforma a realidade e se transformam a si mesmos só pode se realizar, em profundidade, num processo histórico extremamente complexo, que depende de intervenções práticas, mas principalmente de convicções que se formam pouco a pouco, com mudanças sutis, em percepção e sensibilidade.

O processo de formação dos intelectuais está normativamente relacionado a experiência vivida em uma unidade de ensino responsável que são, pela introdução e desenvolvimento do sujeito nas mais diversas disciplinas do conhecimento.

A formação, no entanto, deve superar meras aproximações aos prolegômenos das ciências entendidas como forma de expressão da busca do significado da existência individual e coletiva em contraposição às religiões e filosofias.

A ciência é forma hegemônica, ao menos nas sociedades ocidentais, de construção da realidade em razão das suas possibilidades de responder as questões técnicas e tecnológicas determinadas pelo desenvolvimento industrial e, a partir da adoção de uma linguagem fundamentada em conceitos, métodos e técnicas para a compreensão do mundo, das coisas, dos processos, dos fenômenos e das relações, a ciência exige saber pensar porque o pensar é a chave para o seu domínio, é através do pensar que o sujeito se apossa do poder do especialista e se instrumentaliza como generalista.

É preciso considerar o ideário de luta dos sujeitos sociais que se articulam num movimento social para reivindicar seus direitos, como no caso do Movimento Estrela da Vitória. Um breve olhar sobre os preceitos jurídicos-políticos que normatizam os direitos fundamentais do homem na sociedade podem localizar a legitimidade do direito à habitação, ou como citado na legislação, em alguns dispositivos, o direito à moradia, por exemplo: Artigo 25, da Declaração Universal dos Direitos Humanos; Artigo 11, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Artigo 26, da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos1 e Artigo 7, IV, da Constituição da República Federativa do Brasil.

A dimensão conservadora da ordem social vigente exige do profissional de Serviço Social comprometimento, ou atitude política materializada em estratégias teórico-metodológicas que manifestem a coerência aos princípios de igualdade, liberdade e justiça social determinantes do projeto ético-político da profissão. A liberdade se entendida como núcleo central na sua concretude é concebida como possibilidade de escolhas entre alternativas concretas. Assim se define uma intervenção social que pressupõe o respeito e compromisso com a fomentação da autonomia, da emancipação e da plena expansão dos indivíduos sociais.

O pano de fundo do ideário de uma nova ordem societária que exclui a relação de dominação e (ou) exploração de classes, etnia e gênero passa necessariamente pela adoção da justiça social, enquanto valor orientador da prática político-pedagógica no desempenho profissional com sujeitos coletivos.

A justiça social é princípio ou série de princípios aplicados de modo particular para resolver direitos conflitivos, que surgem da necessidade de cooperação social na busca do desenvolvimento individual. Esse princípio, o de justiça social, está intimamente relacionado a distribuição eqüitativa da produção de bens e serviços.

A divisão social do trabalho favorece o aumento dessa produção, o desafio está em como distribuir os frutos dessa produção entre aqueles que cooperam no processo.

O princípio de justiça social deve compreender a divisão do produto como, também, a alocação adequada dos danos surgidos no processo do empreendimento de produção conjunta, ou seja, como avaliar os mecanismos que são usados para essa distribuição e como ela se aplica aos indivíduos, aos grupos, às organizações aos territórios, enfim.

O pressuposto do valor de justiça social deve ser contextualizado no modo de produção capitalista, que na sua essência é centralizador de riquezas e poder, onde a organização social da escassez e privação associada aos interesses do mercado que são antagônicos a todo e qualquer princípio de justiça social.

Precisaríamos nos mover em direção a um novo padrão de organização social no qual o poder invisível do mercado seja substituído por formas de planejamento descentralizado, a escassez e a privação sejam eliminadas e o sistema de competição degradante seja substituído por incentivo ao trabalho, aumentando o poder produtivo total caracterizando-o como suficiente para atender as necessidades da sociedade.

Aliás, a necessidade é parâmetro de análise para se exercer a justiça social. A necessidade é uma categoria da consciência humana, portanto relativa e em constante mudança; por exemplo, a necessidade de moradia carrega consigo outras categorias que minimamente precisam ser atendidas e, este mínimo varia de acordo com as normas sociais e culturais de cada comunidade ou de cada momento histórico vivido pela sociedade.

A finalidade desse estudo tem os seus limites determinados pela convicção de que o trabalho intelectual, quando busca explicar ou interpretar um fenômeno não produz a sua transformação, mas configura importante passo na desmistificação das representações que permeiam a vida cotidiana e abrem perspectivas reais e concretas para estratégias e caminhos a percorrer com vista à transformação da realidade, bem como, possibilita acrescentar aportes importantes aos estudos já realizados sobre a temática, permitindo a redescoberta de dimensões ainda pouco exploradas.

Movimento social é a expressão concreta da classe trabalhadora em movimento. A ação pensada dos homens em prol de uma demanda social qualificada - a moradia - materializada pelo conjunto de práticas sociais e o caráter cíclico conferido na história da formatação dos bairros da cidade de Uberaba, que tiveram a sua origem na ação reivindicatória pela via da ação coletiva de estrato populacional, que acreditou na estratégia de ação organizada para garantir o direito básico de sobrevivência no espaço urbano.

É bem verdade que a existência real de interesses comuns por si só não constitui um movimento social, é preciso que o grupo coletivo tenha uma identidade comum; uma experiência cultural em comum. As demandas geradas a partir da ação coletiva devem ser articuladas com a essência das carências ou demandas que fundamentam as reivindicações e, em consonância com o legado cultural que orienta a sua prática.

As ações subseqüentes deverão ser orientadas por uma base coerente de repertórios, ideais e valores que poderão gerar inovações culturais e econômicas.

---

1 Adotada e aberta à assinatura na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, em San Jose da Costa Rica, em 22/11/1969 e ratificada pelo Brasil em 25/09/1992.

A estabilidade e a continuidade do movimento estudado estão subordinadas a sua eficácia simbólica e política de aglutinar grupos de interesse ao potencial de transformação dos movimentos sociais. Ele é explícito quanto aos interesses individuais e coletivos, constitui uma dimensão da cultura, está diretamente ligado a organização social e aos processos de mudança social.

Implica relações de poder e por isso é essencialmente político. Participando direta ou indiretamente da luta política da cidade, o movimento de luta pela moradia em Uberaba – Estrela da Vitória, enquanto projeto com a sua prática, contribuirá para o desenvolvimento e transformação da sociedade local, pela via da denúncia, da participação que os instrumentaliza ao protagonismo singular e coletivo.

A problematização da temática, de forma sintética, pode ser representada pelas seguintes indagações: após o refluxo dos movimentos sociais brasileiros ocorridos principalmente na década de 90, que novos desafios a realidade apresenta para a ação coletiva propositiva dos movimentos sociais? Trata-se de estratégia político-ideológica para a consecução de interesses e necessidades comuns? Quais os novos caminhos que se redefinem para os movimentos sociais brasileiros diante do processo de exclusão social que atinge a classe trabalhadora?

Enquanto pesquisadora interessa-nos estudar a classe trabalhadora, entendida como classe social, ou seja, categoria econômica fundamental que se –constitui historicamente, conforme suas lutas e ações coletivas que aglutinam indivíduos, grupos e movimentos na sociedade civil e política no contexto urbano de uma cidade de porte médio do interior do Estado de Minas Gerais.

A contradição é a categoria própria de uma matriz teórica transformadora que orientará as reflexões sobre as dinâmicas e lutas do Movimento pela moradia da cidade de Uberaba, configurado como objeto de estudo nesse trabalho, qualificando a organização dos sujeitos sociais enquanto expressão de participação e cidadania, enquanto atividade objetiva sócio-histórica dos sujeitos atores que com suas ações desvelam a essência da dialética – a luta dos contrários, a lei da contradição.

A sistematização investigativa dessa prática singular quer superar a mera descrição do fato e alcançar a categoria da possibilidade objetiva e descobrir pensamentos e sentimentos que os homens tiveram, naquele determinado momento, quando decidiram "invadir a área". Perceberam perfeitamente a situação e os interesses que daí decorreria tanto no que se referiu à ação imediata como em relação à estrutura.

Os sujeitos sociais interlocutores são indivíduos que vivenciam diretamente a experiência de luta desde as primeiras atitudes, e aceitaram com vigor o desafio de participar ativamente nesse processo de produção do conhecimento.

Tentando articular teoria e prática ao trilhar os caminhos dessa construção, busca-se configurar, aproximativamente, o objeto com a participação dos sujeitos que o construíram, ou seja, a recuperação é, antes de tudo, histórico-reflexiva fundada no conhecimento e vivência dos seus militantes que se revestiram de relatores da sua história.

O interesse em interpretar, teoricamente a prática social e a dinâmica de luta do movimento social urbano recortado num universo espacial contextualizado, para reconhecer as novas demandas que se impõe à profissão do assistente social, que tem como objetivo a preservação, ampliação e efetivação dos direitos sociais a partir da análise crítica da realidade localizando no contexto sócio-histórico as demandas emergentes no cotidiano.

A definição do movimento social urbano estudado como prática social advém da convicção de que se trata de uma atividade do homem que permite o desenvolvimento social.

É atividade de expressão cultural que está investida da capacidade de religar as partes, que dá consistência a um cenário mais amplo que abarca atores que participam da sua construção cotidiana, é espaço para o exercício pleno de compreensão e transformação da sociedade.

Referendou-se o modo como os atores sociais, a partir do acúmulo histórico de conhecimento e experiências vividas, forjaram a experiência singular de enfrentamento da condição de excluídos pela via da luta coletiva, para a adoção do método materialismo histórico como base teórico-metodológica para analisar a prática social para o desenvolvimento humano.

A observação dessa base permite inferir que a materialidade do mundo, objetivada no contexto espacial e temporal do movimento uberabense condicionou e condiciona a consciência do indivíduo, que passa a refletir sobre a sua condição de vida a partir da correlação de forças produtivas que impõe a subalternidade nas relações de classes.

Essa consciência determinou a adoção de parecerias institucional que tem garantido a interlocução com visões e interesses diversos, estratégia fundamental para concretização dos objetivos definidos pelo sujeito coletivo.

O sentido dado à estratégia está fortalecido pela força da idéia que pretende introduzir mudanças no cenário de desigualdade e injustiça social, bases do sistema político-econômico que gerou o referido cenário, através do acesso e gozo dos direitos sociais universais.

O estudo levou a compreensão sobre o significado da presença da igreja, dos partidos políticos, da universidade, no agrupamento humano que quer produzir transformações importantes nos fundamentos materiais da sociedade em que estão inseridos.

A intervenção da igreja está voltada para o desenvolvimento *in loco* de uma política de assistência social coadunada com os princípios de conscientização através da evangelização, busca garantir a vida no sentido biológico, porque reconhece a fragilidade das condições econômicas e ambientais do território ocupado, palco da luta política.

A prática social é permeada por ações pontuais com objetivos claros do critério de utilidade da verdade, que transita entre o dogma e os propósitos particularizados de cada projeto em andamento no assentamento, como no

fornecimento de sopas, construção da Igreja de Santa Bakhita com a participação direta dos moradores organizada em mutirões, e desenvolvimento das atividades do Programa Pastoral da Criança.

Os partidos políticos desempenham o papel de mediador nas relações institucionais entre os representantes do movimento urbano e as superestruturas criadas pelo sistema.

A intervenção oscila entre participar do projeto político-cultural transformador e, a manutenção da ordem, como explica o sujeito representativo entrevistado:

> O grande desafio nosso [...] nós temos que acostumar com isso porque a sociedade está passando por um processo de empobrecimento; o desemprego altíssimo, o pai de família depois de alguns meses desempregado, se não tem casa própria ele tem que procurar alternativa, então nós que estamos na vida pública temos que estar preparados porque esses movimentos tendem a aumentar e não diminuir e, que nós temos que estar preparados. (ANDERSON ADAUTO)

A intervenção acadêmica é significativa na capacitação instrumental dos moradores para o desempenho de suas atribuições singulares e coletivas no trato com a exclusão.

A dificuldade está assentada na reprodução, da fragmentação dos saberes que se mostrou nociva à medida que prevaleceu no cotidiano da prática interventiva proposta para a efetivação dos objetivos de inserção consciente dos alunos e professores no projeto de luta daqueles moradores, práticas que se não contraditórias, revelaram na sua concretude contraposições teóricas que significaram o resultado.

Assim, identificamos o enfoque fenomenológico orientando a prática das disciplinas do conhecimento que atuam junto ao movimento, exaltando o conhecimento subjetivo expresso no discurso colocado em prática de que os sujeitos atores têm potencialidade para receber e absorver o conhecimento advindo da academia e, que desse modo ele é passível de ser conscientizado e socializado, o que representaria a principal arma de luta, "doada" pelos representantes desse conhecimento.

A vertente marxista, com a sua concepção materialista histórica, foi adotada como fonte teórica inspiradora das ações implementadas no assentamento, como possibilidade de entendimento da realidade social e como orientadora da sua prática profissional desenvolvida pelos estagiários de Serviço Social, que alinhou como principais objetivos o reconhecimento da liberdade, a defesa intransigente dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania e a defesa dos ideais democráticos.

No desenvolvimento das ações propostas pelo Serviço Social depara-se com a fragrante contradição metodológica, ou seja, as perspectivas de atuação ampliada, de reflexão e luta, não apenas para um dos aspectos de interesse imediato da população, mas a necessidade de integração e associação de todas as questões pertinentes à condição de vida no espaço urbano.

Neste aspecto a intervenção do Serviço Social, no contexto da ação interdisciplinar, não se destacou como modelo que com a aplicação de suas estratégias metodológicas de abordagem, de mobilização para a participação e capacitação dos sujeitos, assumiu papel destacado no processo de intervenção, mas não conseguiu sedimentar, ou socializar idéias básicas de trato com as contradições sociais da problemática urbana.

Tal fato está fundamentado na provisioridade com que é mantida a presença das disciplinas no assentamento; de fato, ela depende do interesse particular do professor ministrante da disciplina Classes e Movimentos Sociais e, ou do interesse acadêmico por projetos de pesquisas desenvolvidos sobre a temática, bem como, da fragilidade teórica, ou seja, os preceitos da dialética marxista, as bases do materialismo histórico que ainda, carecem mais bem estudados para concomitante exercício prático, resultando na real possibilidade de se colocar a teoria em movimento porque as várias formas de conhecimento só têm sentido na conexão com a atividade prática, já que a coerência abstrata, a demonstração teórica desligada da atividade social e da verificação prática tem valor questionável, se adotamos a concepção marxista de que a essência da sociedade é práxis: ato, ação, interação.

A competência teórica viabiliza a diretriz política, definida para a profissão dos assistentes sociais, do compromisso constante com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual que o instrumentaliza, a vincular-se organicamente aos sujeitos coletivos para desenvolver reflexões sobre a realidade e sobre as condições de enfrentamento dos interesses.

A teoria colocada em prática no assentamento Estrela da Vitória mostrou que a luta empreendida tem alcances muitos mais amplos, ou seja, o Movimento de Luta pela Moradia de Uberaba empreende uma luta de classes, portanto uma luta política com interesses da classe trabalhadora como um todo, porque não é só a questão material que está em discussão e sim a condição de igualdade no contexto da sociedade divida em classes.

Essa reflexão está presente nas representações, nas percepções, concepções e juízos que elaboram da realidade objetiva vivida e contextualizada.

É essa consciência que os mantêm firmes no propósito de modificar as condições de vida sobrevindas das relações sociais forjadas pelo pensamento burguês cujo ponto de partida e objetivo estão assentados na apologia da ordem existente, ou pelo menos na demonstração da sua imutabilidade.

Materializam as relações inter-humanas que produziram para compreender, avaliar, propor e executar estratégias que combatam o projeto da sociedade burguesa onde os direitos são enfatizados como deveres−dever de manter-se nas áreas urbanas que não são do interesse do capital, dever de exercer o seu papel de oprimido e subordinado nas relações impostas pelo capital e que dão visibilidade e valor ao conceito de experiência vivida; a condição de vida condicionada pela exclusão total fortalece os seus discursos e ações que têm caráter coletivo impulsionando o modelo político brasileiro para democracia participativa.

Embora, devemos reconhecer que há um pragmatismo predominante no interior do movimento, impedindo que a produção intelectual se transforme em produção material, que o conhecimento, enquanto método, não adotou ainda a sua processualidade como processo educativo capaz de concretizar a concepção coletiva de cidadania que transcenda a reivindicação, ao acesso, inclusão e participação e pertencimento a um sistema político dado, mas sim, o que almejam é a participação na definição do sistema, querem garantia da condição de membros de uma nova sociedade, onde o reconhecimento dos direitos de cidadania, definidos pela sua prática na condição de excluídos, aponta para transformações radicais na nossa sociedade, principalmente em sua estrutura de relações de poder.

Essa nova cidadania pode ser alcançada, por exemplo, através de práticas políticas fundadas no pensamento de destruição do Estado burguês − onde os setores populares e as suas organizações possam abrir espaço para o controle de um Estado democrático, mediante a participação efetiva desses cidadãos no poder.

Nesse sentido é clara a contestação das relações de poder existentes por parte dos mineiros uberabenses organizados no movimento urbano de luta pela moradia.

Com efeito, a luta urbana é epistemológica da política cultural. A cultura é política porque os significados são constitutivos dos processos que, interna ou externamente, buscam redefinir o poder social, isto é, ele vem apresentando concepções alternativas para os termos democracia, cidadania, direitos sociais que tem desmascarado os significados cultuais dominantes, por isso dão materialidade a uma política cultural que confronta a cultura autoritária, por meio da atribuição de novo significado para as noções do direito à terra, entre o que é espaço público e privado, formas de sociabilidade e igualdade, portanto, o movimento em si é expressão de alternativa política quando revela os significados ocultos do político contido no social, o descaso com política setorial para a habitação revelado pelo movimento se converte em denúncia sobre o modo de gestão do Estado burguês e ao mesmo tempo se reveste de maior estímulo pela luta singular e coletiva.

A presença da universidade nesse contexto tem papel fundamental se materializar uma intervenção para a autonomia, para a liberdade, contrária a participação que vise a obediência que condiciona a cidadania outorgada pelo Estado burguês, e nesse aspecto ao Serviço Social é atribuído o papel de articulador da eqüidade e justiça social, através da orientação e capacitação dos atores agentes para a materialização de uma nova ordem societária, princípios profissionais que, se colocados em prática num movimento que se oriente pela concepção teórica de que a evolução histórica dos homens depende da prática social desses homens, qualificada como estratégia para o desenvolvimento da humanidade.

> A atividade que o Serviço Social proporcionou serviu de estímulo para a comunidade continuar a luta e isto tem muito valor para quem é de movimento, muitas vezes a comunidade chega a um ponto de descrença, se afunda, e o Serviço Social teve participação importante messes momentos que representou conquistas concretas. Para a comunidade ele é uma força nova, uma força diferente! (JOEL)

Atribuir sentido as indagações alinhadas para dar concretude aos objetivos deste estudo remete ao reconhecimento de que o refluxo vivido pelos movimentos sociais brasileiros, principalmente após a década de 1990, reveste-se de condição imposta pelo contexto sócio-político do cenário nacional.

Representa estratégia político-ideológico materializada por indivíduos reais, concretos, membros constituintes da classe trabalhadora que expressam o conhecimento, a diversidade cultural e a intenção, objetivados numa ação coletiva que visa a defesa dos interesses comuns da classe, nas suas relações com o Estado, e com outras classes.

Enquanto sujeitos sociais construtores da sua própria história e, da historia da humanidade como um todo, coloca-se em movimento para numa ação coletiva, objetivar interesses e necessidades comuns.

Os movimentos sociais, de qualquer tempo histórico têm como principal desafio desbravar os caminhos para a construção de em novo ideal societário, mobilizando a participação consciente, fixando objetivos mediatos e imediatos, concretizando-os através da definição competente de métodos e parcerias que, em movimento é ação transformadora.

Às instituições sociais, aos intelectuais, aos indivíduos, que de modos diferentes participam do ideal de transformação social, está colocado o desafio: a inserção efetiva e reveladora no projeto histórico dos movimentos sociais – a transformação do modelo societário imposto pelo sistema de produção capitalista e suas decorrentes contradições.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. (2002) *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez.

ADAM, Kuper. (2002) *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru, EDUSC– (Coleção ciências sociais).

ALVAREZ, Sônia E., DAGNINO, Evelina, & ESCOBAR, Arturo (2000). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG.

AMANN, Safira Bezerra.(1991) *Movimento popular de bairro: de frente para o Estado em busca do parlamento*. São Paulo: Cortez.

ANTUNES, Ricardo(2000) *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed*. São Paulo: Bomtempo,

ARENDT, Hannah. (1989) *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

BÓGUS, Lúcia M.; WANDERLEY, Luiz E.(1992) *A luta pela cidade em São Paulo*. São Paulo: Cortez,

BOSI, Alfredo. (1992) *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia das Letras.

Quando os movimentos sociais e os coletivos diversos indagam a educação

Miguel Arroyo
Universidade Federal de Minas Gerais
g.arroyo@uol.com.br

Resumo: No Brasil, os coletivos sociais, étnico/raciais, de gênero, do campo e das periferias urbanas se fazem cada vez mais presentes com as suas diversas identidades. Organizam-se em ações coletivas, sindicatos e em movimentos sociais e se mostram como sujeitos coletivos, de saberes, de cultura, de valores e de direitos. Esta ação tão marcante interfere nas esferas política, social e cultural e coloca novas indagações para a concepção e afirmação dos direitos sociais e humanos, particularmente, o direito à educação. Os coletivos diversos indagam as concepções individualistas de sujeito e de direito. Afirmam concepções coletivas. Indagam as concepções liberais de sociedade aberta e a naturalização das desigualdades sociais, étnicas e raciais. Indagam também os padrões de conhecimento, racionalidade e moralidade com que "as diferenças e os diferentes" são rotulados na escola e nas políticas. A cultura escolar e docente reconhece a presença desses coletivos, porém, resiste a incorporá-los como iguais e tendem a segregá-los e rotulá-los através de padrões de classificação e hierarquização com que opera nossa cultura política e pedagógica. Os velhos padrões sócio-raciais de conhecimento, racionalidade e, sobretudo, de moralidade são retomados, limitando o avanço da igualdade do direito a educação e a conformação da escola pública. Nesse contexto tenso, o ideário liberal que ainda impregna a cultura política e pedagógica brasileiras enfrenta novas pressões e sofre transformações. Essas são algumas reflexões apresentadas na presente comunicação as quais integram a pesquisa em andamento *Quando a diversidade de coletivos indaga o direito à educação*, realizada com apoio do CNPq.
Palavras-chave: movimentos sociais – direito à educação - diversidade

Introdução

Boaventura Sousa Santos (2006, p. 377ss) aponta que o trabalho sustentou a cidadania. Os direitos da cidadania foram aprendidos nas lutas pelos direitos no trabalho e contra a exclusão social por via do trabalho. Diríamos que o movimento sindical tem sido educador da cidadania ao educar na consciência dos direitos do trabalho.

A teoria pedagógica refletiu sobre as virtualidades formadoras do trabalho. Na teoria marxiana e gramsciana o trabalho é destacado como princípio educativo por excelência.

Na medida em que aumenta o desemprego estrutural e grandes contingentes humanos são jogados a formas precarizadas de sobrevivência se agravam os processos de exclusão social e de negação dos direitos. O trabalho ou o não-trabalho deixará de sustentar a cidadania? Diante da precarização da vida e das formas mais básicas de sua produção e diante da negação às maiorias populares dos direitos humanos básicos a luta por direitos se amplia para além do trabalho. A identidade operária cultivada pelo movimento operário se projeta na identidade do cidadão. Na cidadania justa ou na garantia dos direitos humanos básicos: direito à vida, ao trabalho, à terra, ao teto, ao território, ao saneamento, à saúde, à educação, à identidade, à memória, à diversidade e à igualdade.

As lutas pela cidadania para além do espaço da produção vêm levando a diversidade de coletivos marginalizados a se organizar em movimentos sociais e ou ações coletivas. Essa diversidade de movimentos progressistas, de emancipação, tão presentes na cena política e social latino-americana, estariam sendo sujeitos coletivos educadores? Estariam somando com as virtualidades formadoras acumuladas pelo movimento sindical? Estariam ampliando o trabalho como princípio educativo? Seriam eles próprios educadores do direito e da cidadania?

Os coletivos diversos indagam a educação

Nossa hipótese é que na atualidade as indagações mais radicais para a educação, para as teorias e as políticas educativas vêm dos coletivos diversos em movimento.

No Brasil e na América Latina em sua diversidade, os coletivos sociais, étnico/raciais, de gênero, do campo e das periferias urbanas se fazem cada vez mais presentes com as suas diversas identidades. Organizam-se em ações coletivas, sindicatos e em movimentos sociais e se mostram como sujeitos coletivos, de saberes, de cultura, de valores e de direitos. Esta ação tão marcante interfere nas esferas política, social e cultural e coloca novas indagações para a concepção e afirmação dos direitos sociais e humanos, particularmente, o direito à educação. Os coletivos diversos indagam as concepções individualistas de sujeito e de direito. Afirmam concepções coletivas. Indagam as concepções liberais de sociedade aberta e a naturalização das desigualdades sociais, étnicas e raciais. Indagam também os padrões de conhecimento, racionalidade e moralidade com que "as diferenças e os diferentes" são rotulados na escola e nas políticas. a cultura escolar e docente reconhece a presença desses coletivos, porém, resiste a incorporá-los como iguais e tendem a segregá-los e rotulá-los através de padrões de classificação e hierarquização com que opera nossa cultura política e pedagógica. Os velhos padrões sócio-raciais de conhecimento, racionalidade e, sobretudo, de moralidade são retomados, limitando o avanço da igualdade do direito à educação a conformação da escola pública. Nesse contexto tenso, o ideário liberal que ainda impregna a cultura política e pedagógica brasileiras enfrenta novas pressões e sofre transformações. Essas são algumas reflexões apresentadas na presente comunicação as quais integram a pesquisa em andamento *Quando a diversidade de coletivos indaga o direito à educação*, realizada com apoio do CNPq.

O avanço da consciência humana

Entre os coletivos humanos mais atingidos pelo desemprego, pela sobrevivência no limite, pela expulsão da terra e do território, pela fome e pela segregação em espaços urbanos inumanos são os coletivos que desde a colonização foram segregados por padrões de classificação sócio-étnico-racial: os povos indígenas, os negros, os quilombolas, os camponeses e ribeirinhos, os favelados. Eles configuram na América Latina os coletivos em reação, em movimentos. Eles representam o avanço da consciência dos direitos coletivos, da cidadania justa.

Os coletivos sociais, étnicos, raciais, de gênero, do campo e das periferias urbanas se fazem cada vez mais presentes com as diversidades de suas identidades em nossa sociedade. Se organizam em ações coletivas e em movimentos sociais e se mostram como sujeitos coletivos, de saberes, de concepções de mundo, de ser humano, de cultura, como sujeitos de valores e de direitos.

Esse dado tão marcante nas esferas política, social e cultural em nossas sociedades coloca indagações para a concepção e afirmação dos direitos sociais e humanos, particularmente, o direito à educação. Supera ou questiona concepções individualistas de sujeito, de direito, e afirma concepções coletivas. Questiona as concepções liberais de sociedade aberta e concepções naturalizadas das desigualdades sociais, étnicas e raciais. Questiona os padrões legitimados de classificação com que esses coletivos foram segregados e inferiorizados na nossa história.

A presença tensa dos coletivos segregados na arena política, social e cultural questiona as concepções e práticas do Estado de Direito, da concepção de público, das políticas e instituições públicas, dos valores de mérito, de sucesso e de classificação com que ainda são regidas. Questiona o ideário liberal que ainda impregna a cultura política e também pedagógica.

A insustentabilidade do individualismo político-pedagógico

O ideário liberal ainda impregna as concepções de indivíduo, de seus percursos, do exercício de sua liberdade e dos seus direitos (APPIAH, 2007). O ideário pedagógico ainda está impregnado dessa concepção. Será capaz de superar-se e abrir-se à presença de coletivos, de identidades sociais e de concepções de direitos coletivos?

A tradição pedagógica escolar tem insistido em tratar os alunos como indivíduos em percursos individuais de ensino-aprendizagem. Responsáveis individuais de seu êxito ou fracasso.

Um discurso liberal que supõe que os direitos são individuais, os percursos humanos de desenvolvimento são individuais e que o que deve preocupar a teoria pedagógica é apenas o que cada indivíduo é capaz e o que afeta suas capacidades naturais. O discurso pedagógico não ignora as origens familiares, comunitárias mas elas são apenas importantes para as escolas e para a pedagogia porque cooperantes e condicionantes significativas para os percursos individuais dos alunos.

A visão psico-pedagógica tem reforçado esse olhar individualizado. As crianças e adolescentes são vistos como indivíduos em estado natural. Nessa perspectiva individualizada é interpretado o direito ao conhecimento e às aprendizagens. Até a igualdade e dignidade humanas são reduzidas a atributos de cada indivíduo-aluno. Essa visão aparece no discurso do humanismo pedagógico liberal e na inspiração ético-política das normas dos Conselhos e das políticas públicas generalistas. O conhecimento, as habilidades e competências escolares e suas aprendizagens tem de ser garantidas porque contribuem para que cada indivíduo transite na sociedade, supostamente aberta e livre a percursos iguais. A função da escola seria preparar todo indivíduo para, em igualdade de condições, transitar na sociedade livre e aberta.

Nessa visão liberal que impregnou a pedagogia, cada um tem uma vida para viver e uma liberdade para fazer suas escolhas. O percurso de vida e da escola depende de cada um. Nessa visão a função da escola é dar a cada criança e adolescente ou jovem, enquanto indivíduo, condições para viver e exercer a liberdade de viver na sociedade aberta. Desde a entrada no pré-escolar cada aluno será visto como um indivíduo responsável por seu percurso individual. Daí que a escola, a docência e as teorias de aprendizagem tenham tanta dificuldade de reconhecer (a tendência é ignorar), suas identidades de gênero, raça, classe, etnia, território...

As identidades coletivas ou o pertencimento do aluno a coletivos incomodam a escola, a docência e a teoria pedagógica. Para a escola seus alunos não têm gênero, classe, etnia, raça, lugar. Esses condicionantes sociais coletivos de origem tem de ser ignorados e superados. Se forem levados em conta invalidariam o humanismo pedagógico liberal. Invalidariam a função social da docência: educar a responsabilidade individual de cada aluno para configurar sua vida, para ser avaliado e responsabilizado por seu percurso humano e escolar.

A tensa convivência com identidades coletivas nas escolas

Manter esse humanismo pedagógico liberal se tornou mais tenso nas escolas públicas populares na medida em que se abriram à diversidade de coletivos populares até recentemente excluídos. A diversidade de movimentos sociais colocam em suas lutas o direito à educação e à escolarização em todas modalidades como direitos coletivos.

As escolas populares e seus profissionais se defrontam com crianças, adolescentes, jovens e adultos que trazem as marcas expostas de suas identidades sociais. Coletivas, de origem. Os próprios coletivos têm assumido como positiva essa diversidade de identidades coletivas. Têm politizado o reconhecimento dos grupos de identidade. Politização da diversidade que chega ao Sistema escolar, da educação infantil à superior.

Como as escolas vêm reagindo a essa convivência com identidades coletivas? Uma tendência tem sido reconhecer a diversidade de identidades coletivas como positiva e enriquecedora da vida escolar.

A dinâmica social e cultural obriga a escola e seus profissionais a defrontar-se com indivíduos membros de coletivos. A defrontar-se com o multiculturalismo, com suas diferentes nuances, com a pedagogia inter-racial, intercultural (Arroyo, 2007). A defrontar-se com políticas de pertencimento, de ações afirmativas e cotas, com a cidadania, a memória e a cultura diversas, com a especificidade de gênero e orientação sexual, de raça e etnia, de território. Diversidades múltiplas positivas, centrais na conformação dos indivíduos e de seus percursos humanos, éticos, cognitivos, socializadores, formadores e de aprendizagens.

As escolas e universidades públicas são pressionadas a re-equacionar sua função para a garantia do direito à educação dos diversos sujeitos coletivos.

Entretanto, a pesquisa que estamos finalizando vem mostrando que essa vivência da diversidade de coletivos nas escolas públicas populares entra em tensão com o humanismo pedagógico individualista ainda tão arraigado. Tensão que levanta indagações para a pesquisa:

- as escolas estão se abrindo ao entendimento dessa positividade da diversidade de coletivos que a habitam?
- estão conseguindo avançar no reconhecimento da educação como direito coletivo?
- como as escolas, as políticas e as normas se defrontam com essa diversidade de identidades sociais?

Outra tendência tem sido a tratar essa diversidade de coletivos como meros condicionantes dos percursos individuais, não aprendem porque de origem pobre, negro, indígena, do campo, da favela ou da rua. Na visão naturalizada dos indivíduos esses condicionantes de origem tendem a ser naturalizados.

Ainda outra tendência tem sido classificar os alunos em categorias. O humanismo pedagógico individualista não deixou de classificar os alunos em categorias por supostas capacidades individuais de natureza, mentais, morais: alunos lentos, desacelerados, com problemas de aprendizagem, de condutas, de atenção e dedicação ao estudo etc. Para as escolas se tratava de meros agrupamentos de indivíduos diversos em capacidades naturais diversas: repetentes, defasados, desacelerados, especiais... Difícil reconhecer que em realidade se tratava de classificações sócio, étnico, raciais, territoriais. Não porque as escolas e a docência resistam a serem sexistas, racistas, segregadoras por classe social, mas porque em cada aluno apenas vêem indivíduos descontextualizados, genéricos, em estado de natureza.

As classificações têm sido uma prática histórica na pedagogia escolar, porém, na visão do discurso pedagógico, não passam de classificações isentas de qualquer identificação coletiva, de classe, raça, etnia, gênero, território. Pesquisas vêm mostrando que essa pretendida isenção é ingênua. A entrada massiva nas escolas de alunos dos coletivos segregados em nossa formação social e política vêm desconstruindo essa ingenuidade.

O padrão sócio-racial de classificação

Ao pesquisarmos como as escolas públicas populares reagem ao convívio com as "novas", "outras", infâncias e adolescências fica revelado que as escolas têm uma prática e uma cultura de classificação que reproduz o padrão sócio-racial, sexista, de classificação dos coletivos humanos, herdado da colônia e persistente na pós-colonialidade (Quijano, 2005).

Ainda que resistente a reconhecê-lo, a cultura escolar e docente e a teoria pedagógica ao classificar os alunos por capacidades de aprendizagem não fogem ao padrão sócio-racial do conhecimento e de racionalidade que faz parte de nossa cultura política. Os alunos são classificados por suposta hierarquia de racionalidades, culturas, capacidades mentais e morais supostamente diferenciadas na diversidade de coletivos que fazem parte de nossa formação sócio-racial. No pólo positivo da hierarquia são incluídos os coletivos cultos, racionais, modernos, éticos... No pólo negativo, os coletivos tidos como irracionais, ignorantes, incultos, tradicionais, primitivos, sem valores. Neste pólo negativo foram classificados os coletivos pobres, negros, indígenas, quilombolas, do campo, das favelas e periferias.

Ao chegarem às escolas públicas populares os filhos desses coletivos são classificados no pólo negativo. Fica revelado que as tradicionais classificações escolares não conseguiram libertar-se desses padrões sócio-raciais de conhecimento, de racionalidade, de cultura e de moralidade. O pretenso humanismo pedagógico liberal, individualizado apenas vinha tentando ocultar padrões sócio-raciais tão arraigados em nossa formação social e política, cultural e pedagógica.

Indagações de trabalho

1ª.) O Sistema Educacional e, especificamente a educação básica, estão passando por um processo de reconhecimento ou de rejeição das identidades coletivas dos educandos?

2ª.) A visão liberal, individualizada que vê cada aluno como indivíduo responsável por seus percursos humanos e escolares estaria sendo desconstruída pela presença de crianças e adolescentes, jovens e adultos pertencentes a coletivos sócio-étnico-raciais-territoriais?

3ª.) Os padrões individualizados de classificação estariam sendo substituídos por padrões coletivos? Que padrões de classificação de coletivos de educandos estão prevalecendo? Padrões sócio-raciais de racionalidade, conhecimento, moralidade?

4ª.) Diante da centralidade adquirida pelo discurso da violência infanto-juvenil, o padrão de classificação sócio-racial de moralidade estaria se tornando central na gestão das escolas e dos coletivos de educandos? Mais determinante do que o padrão do conhecimento, da racionalidade e da diversidade de capacidades mentais até agora prevalecente?

O pressuposto que articula essas indagações de trabalho é que a precarização das formas de viver a infância e a adolescência populares que freqüentam a escola pública e a ênfase na denúncia e condenação dessas infâncias e adolescências como violentas, sem limites, sem valores, infratoras... está levando a sociedade, as escolas e a docência e até as políticas

públicas a conformação de novas identidades coletivas negativas, da infância e adolescência populares e do povo como coletivo.

A ênfase nos problemas de conduta colocam com centralidade a construção de identidades coletivas na ótica do padrão sócio-racial de moralidade. Retomam o imaginário tradicional sobre os coletivos populares e o redefinem nesse padrão de moralidade, classificatório e segregador.

Em outros termos, a chegada às escolas dos coletivos sociais, étnicos, raciais, do campo defrontam as escolas e a docência e a teoria pedagógica a reconhecer essas identidades coletivas como positivas. Entretanto as escolas tentam reconstruir essas identidades no padrão sócio-racial negativo tão arraigado em nossa cultura política e pedagógica. As escolas tendem a reclassificar as identidades coletivas dos alunos populares no pólo negativo do padrão de moralidade usando os velhos mecanismos de classificação moral (ARROYO, 2004; 2007; GONÇALVES, 2002).

A produção de identidades coletivas negativas pelas escolas

Partimos da hipótese de que estão se dando nas escolas públicas populares processos de construção de identidades coletivas negativas dos alunos que a elas chegam, para classificá-los hierarquizá-los e segregá-los e até excluí-los do direito à educação como coletivos. Apontamos alguns processos onde concentraremos nossa pesquisa:

Primeiro: Rotular os coletivos de alunos. As escolas sempre tiveram essa prática, classificando os grupos de alunos como repetentes, lentos, com problemas de aprendizagem. Os rótulos que agora passaram a prevalecer são morais: sem valores, sem limites, com problemas de conduta, infratores, violentos etc. Esses coletivos começam a existir para as escolas, a docência e os gestores a partir da criação desses rótulos. Rotular passa a ser um mecanismo de produção de identidades coletivas. Neste caso, negativas. Os violentos começam a ter existência como tais quando passam a ser nomeados pelas representações da sociedade e das escolas.

Ao rotular os coletivos de alunos, as escolas passam a redefinir seus tratos. As relações pedagógicas e as avaliações são redefinidas a partir dos rótulos e das formas como são nomeados os coletivos. Essa complexa mudança de tratos porque rotulados termina operando como constituinte de identidades coletivas negativas, segregadas. Por aí as escolas se distanciam de tratos pedagógicos das crianças, adolescentes "com problemas de condutas" e operam como instrumentos de produção e legitimação da segregação social e moral e pedagógica das crianças, adolescentes e jovens que etiquetam e tratam como infratores, sem valores...

Pretendemos entender esse complexo mecanismo de produção e legitimação de novas identidades coletivas tão negativas das crianças e adolescentes populares. Entender essas complexas transformações por que estão passando as escolas públicas populares na vivência da produção de novas identidades coletivas dos alunos.

Segundo: Esses processos levam a produção de auto-imagens nos alunos. Levam a produção de identidades coletivas negativas nos sujeitos etiquetados, nomeados como imorais, sem valores, infratores. Os próprios alunos, crianças e adolescentes populares são levados ou pressionados a se reconhecerem como identidades coletivas negativas na medida em que são assim nomeados e segregados pela sociedade e pelas escolas.

Essa identidade coletiva nova começa a ser detectada na medida em que essas crianças e adolescentes são classificados em oposição a outros coletivos de crianças e adolescentes ou jovens classificados como ordeiros, pacíficos, sem problema de condutas. Os mecanismos de oposição, contraposição entre coletivos tem sido um mecanismo de produção de identidades coletivas. As escolas, a mídia e a sociedade vêm explorando com maestria e persistência a contraposição entre coletivos de crianças, adolescentes e jovens populares, negros, favelados, pobres e os outros coletivos sociais no campo da moralidade, dos valores e das condutas sociais e escolares.

Essa produção de auto-imagens coletivas por contraposição merecerá atenção especial.

Terceiro: É significativo que esses processos de produção de identidades coletivas tão negativas no campo da moralidade está se dando no contexto da universalização da educação básica, do acesso desses coletivos à escola pública. Rotulá-los na entrada seria uma justificativa para segregá-los? Haveria uma intenção de conformar identidades perigosas para justificar deles se libertar? Para excluí-los do convívio das escolas porque ameaçadores? Essas classificações tão negativas apontam para um movimento conservador, contrário ao movimento democrático de inclusão dos coletivos segregados historicamente nas instituições públicas, escolas?

A produção de identidades negativas da infância, adolescência populares operaria como mecanismos novos de exclusão, segregação social, política, pedagógica dos coletivos historicamente segregados: seria uma forma de manter esses coletivos na categoria de sem-direito a ter direitos porque ameaçadores do corpo social, político e até escolar?

As novas concepções sociais da infância, adolescência e juventude popular, alunos das escolas públicas se entrelaçam com históricas e persistentes concepções sociais e pedagógicas sobre os membros desses coletivos populares. A força da produção dessas identidades coletivas negativas nas escolas vêm dos processos persistentes de produção em nossa formação social, política. Vêm de nossa tradição de identificar os coletivos populares pelo negativo. Agora identificar pelo negativo até seus filhos.

A produção de identidades coletivas tão negativas em tempos humanos tão iniciais e tão determinantes na formação humana, em que medida configuram os limites de seus projetos de vida possível, de horizontes e metas apropriadas às identidades coletivas com que são rotulados ou que sobre eles recaem nos começos do viver?

Essas crianças, adolescentes e jovens populares se indagam sobre que maneira de agir é apropriada às visões tão negativas com que são classificados na escola e na sociedade? A identidade negativa que sobre eles recai atuará como

referente na tomada de decisões sobre como atuar na vida? Os processos de identificação a que são submetidos terminarão pro conformar sua própria identidade pessoal e coletiva? Esses processos não operam como deformadores?

Sobre essas complexas questões é necessário pesquisar, refletir, teorizar e produzir análises. Um caminho para aproximar-nos dos movimentos sociais côo educadores e das instigantes indagações que trazem para as teorias e as políticas educativas.

Referências bibliográficas

APPIAH, Kwame Anthony. (2007). *La ética de la identidad*. Buenos Aires:Katz.

ARROYO, Miguel. (2004). Violência nas escolas: uma disputa entre imaginários de infância e de docência. In: Congresso Ibero-Americano sobre Violências nas Escolas, 1. Brasília. *Anais*... Brasília, DF, UNESCO.

ARROYO, Miguel.(2007). A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar. In: GOMES, Nilma Lino (Org.) *Um olhar além das fronteiras*: educação e relações raciais. Belo Horizonte, Autêntica. (p.111-130).

ARROYO, Miguel. (2007). Quando a violência infanto-juvenil indaga a Pedagogia. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 – especial.,787-807, out.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. (2002) Narrativas da violência no meio escolar: limites e fronteiras, agressão e incivilidade. *Pro-Posições*. Campinas, v. 13, 85-98, dez.

QUIJANO, Aníbal. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber eurocentrismo e Ciências Sociais*. Buenos Aires: CLACSO. (p.227-278).

SOUSA SANTOS, Boaventura. (2006). A gramática do tempo; para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez..

O Ministério Público como mediador no processo de desinstitucionalização da saúde mental

Cristina Lobato
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Laboratório de Pesquisas sobre Práticas de Integralidade em Saúde
cristina_lobato@hotmail.com
Roseni Pinheiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Laboratório de Pesquisas sobre Práticas de Integralidade em Saúde
rosenisaude@uol.com.br
Felipe Asensi
Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas
felipedml@yahoo.com.br

Resumo: O direito à saúde foi instituído sob a forma de norma de cunho programático na Constituição brasileira de 1988, definindo fins e tarefas do Estado. A concretização deste direito constitucional no âmbito da saúde mental ocorreu em 2001, que disciplina o processo de desinstitucionalização de clientela de longa permanência portadora de transtorno mental, mediante a reinserção social. Para o resgate da cidadania destes, é imprescindível a implantação de políticas públicas. Nesse sentido, os agentes da justiça do Ministério Público são atores relevantes na consolidação do Estado Democrático de Direito por interagirem reflexivamente com a sociedade na defesa de interesses difusos e coletivos. O campo empírico adotado refere-se a intervenção do Ministério Público brasileiro na desinstitucionalização do maior manicômio da América Latina, situado no Rio de Janeiro. O presente estudo de caráter interdisciplinar reflete o desdobramento da pesquisa multicêntrica realizada em municípios de cinco regiões brasileiras, cujas evidencias demonstraram que os conceitos de demanda, cuidado e direito à saúde não são plenamente compreendidos de forma congruente entre o Ministério Público, usuários, profissionais e gestores públicos, assim como os conceitos jurídicos nem sempre estão em consonância com a estruturação empírica da saúde. A fase atual da pesquisa explora a atuação do Ministério Público identificando-o como mediador, ator ativo que serve de elo entre os usuários e o direito à saúde mental, a partir da compreensão da sua práxis jurídica.

Introdução

A Constituição brasileira de 1988, quanto a sua característica formal, é classificada como compromissória (Canotilho, J. J. G. 2006), diante da alusão ao contraponto de forças políticas que exerceram influência na elaboração do texto constitucional, reflexo do pluralismo social no processo de redemocratização do Brasil após o regime militar. Em face dos diversos compromissos assumidos pelo Poder Constituinte Originário, o documento constitucional apresenta intensa carga principiológica e conceitos jurídicos indeterminados, desencadeando após a sua promulgação diversos debates acerca da aplicabilidade imediata dos direitos sociais positivados sob a forma de normas de cunho programático (Sarlet, I. W. 2007). Atualmente, defende-se que os direitos sociais representam direitos fundamentais subjetivos, os quais são garantidos *prima facie*, permitindo sua sindicabilidade (Sarmento, D. 2008).

Foram elevados ao patamar de norma constitucional os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde aprovados na 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986, quais sejam: a universalidade, a integralidade, a eqüidade, a descentralização, o controle e a participação social, sedimentando aparato jurídico que dá suporte ao direito à saúde.

Este apresenta-se como um direito social prestacional, o qual exige medidas preventivas e assistenciais a serem promovidas pelo Estado, impondo determinadas tarefas e fins a serem alcançados. No âmbito da saúde mental, a Lei Federal

nº10216 de 2001 representa o suporte jurídico que visa a assegurar as garantias das pessoas portadoras de transtorno mental, redirecionando o modelo assistencial brasileiro com escopo na desinstitucionalização das instituições psiquiátricas.

Nos estudos realizados pelo Laboratório de Pesquisas sobre Práticas de Integralidade em Saúde (LAPPIS/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro) no decorrer dos últimos anos o princípio da integralidade é proposto como dispositivo legal-institucional para estabelecer padrões éticos e técnicos na redefinição das relações entre gestores, profissionais e usuários nas práticas das instituições de saúde (Pinheiro, R. & Mattos, R. A., 2005 e 2007). Possibilita-se compreender o princípio da integralidade como "ação social que resulta da interação democrática entre os atores no cotidiano de suas práticas na oferta do cuidado de saúde, nos diferentes âmbitos de atenção do sistema, ou seja, ampliando sua definição legal" (Machado, F. R, Pinheiro, R & Guizardi, F. L., 2005).

Entretanto, a partir dos resultados obtidos na 2ª Fase do Projeto Integralidade desenvolvido pelo LAPPIS no período de 2005 a 2007, evidenciou-se por meio de pesquisa qualitativa interdisciplinar realizada em cinco municípios brasileiros (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Aracaju, Porto Alegre e Piraí) que os conceitos de demanda, cuidado, integralidade e direito à saúde não são plenamente compreendidos de forma congruente entre o Ministério Público, usuários, profissionais e gestores públicos, demonstrando que os conceitos jurídicos nem sempre estão em consonância com a estruturação empírica da saúde.

Com vistas a assegurar o direito à saúde, mais especificamente à saúde mental, o presente estudo parte da concepção de que a indeterminação dos conceitos jurídicos "ao invés de impedir, auxilia a construção das novas demandas e materializa a saúde como direito do cidadão, questionando até mesmo os limites atuais das ações públicas" (Machado, F. R, Pinheiro, R & Guizardi, F. L., 2005).

Seguindo este referencial teórico, o atuar do Ministério Público reflete uma tentativa de efetivar direitos a partir da congregação do aparato jurídico e as práticas de saúde, demonstrando que a "construção do direito à saúde não se dá mais na forma da lei ou nos limites da legalidade; ela extrapola o mundo jurídico para, no mundo social, adquirir o seu sentido" (Asensi, F. D. 2007).

Nesse sentido, os agentes da justiça do Ministério Público são ferramentas relevantes na consolidação do Estado Democrático de Direito por interagirem reflexivamente com a sociedade na defesa de interesses difusos e coletivos. Portanto, o Ministério Público é dotado de capacidade institucional para atuar no resgate da cidadania dos portadores de transtornos mentais ao ser mediador na implantação de políticas públicas de reinserção social pautando-se pela Constituição brasileira e pelas normas infraconstitucionais que tratam do modelo de atendimento extra-hospitalar.

A atuação do Ministério Público

A partir somente da leitura do *caput* do art. 127 da Constituição brasileira de 1988, o qual preceitua o Ministério Público como "instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado" não é possível vislumbrar o aspecto *sui generis* desta instituição (Ritt, E. 2002).

O Ministério Público não está adstrito meramente aos contornos de uma função judicial, na medida em que é legitimado também a solucionar conflitos e efetivar suas competências constitucionais sem necessariamente recorrer ao Poder Judiciário, mediante a *juridificação* dos conflitos.

No que tange a sua capacidade institucional para atuar em defesa de direito coletivos, apesar do MP tratar-se de uma instituição de regulação não eleita, a sociedade paulatinamente encontra possibilidades de legitimação de suas demandas, o que representa uma "possibilidade de superação do paradoxo da saúde pública no Brasil: o descompasso entre legislação e as dificuldades encontradas pela população para obter serviços de boa qualidade" (Melamed, C & Ribeiro, M. R. 1995).

As atividades do Ministério Público incluem a fiscalização de gestores e prestadores de serviços, bem como a mediação de conflitos entre todas as instâncias da saúde pública. Cabe destacar os conselhos de saúde como importantes parceiros do MP, viabilizando uma atuação em rede, pois "ao mesmo tempo em que se enriquece de recursos a atuação dos conselhos, estes legitimam a ação do MP na defesa dos direitos coletivos" (Machado, F. R.; Pinheiro, R. & Guizardi, F. L., 2005).

Urge para melhor compreensão acerca das atuais funções atribuídas ao MP, traçar o histórico da sua atuação institucional no Brasil, em que é possível destacar três grandes momentos:

> "1) Período Monárquico: a ordem jurídica legava ao Ministério Público a condição de agente repressor de condutas anti-sociais praticados por indivíduos contra indivíduos e contra o Estado; agente fiscalizador das ações do Estado em relação aos indivíduos (inclusive aos apenados) e agente transformador da sociedade, ainda que embrionariamente, na proteção dos desassistidos (inclusive os então chamados "Africanos livres") propondo em nome dessas minorias as medidas judiciais e extrajudiciais para garantia de exercício de seus direitos.
>
> 2) Período Republicano (1889-1984): A ordem jurídica republicana até 1984, representou um inaceitável retrocesso na ação do Ministério Público, restringiu sua missão institucional. Nesse período histórico fora-lhe retirada a missão de agente transformador da sociedade, remanescendo as exclusivas funções de agente repressor de condutas anti-sociais e agente fiscalizador das ações do Estado.
>
> 3) Período Republicano (pós 1984): a redemocratização política do país, trazendo consigo uma nova configuração nas relações entre Estado e Sociedade, permitiu ao Ministério Público reassumir a missão institucional de agente transformador da sociedade. A partir do ano de 1985, com o advento da Lei nº 7.347/85 que instituiu a Ação Civil

Pública; com os avanços institucionais garantidos pela Constituição Federal de 1988; com o advento da Lei nº 8.429/92; com o advento da Lei Complementar 101/00, com a missão protetiva dos direitos dos povos indígenas e das comunidades remanescentes de quilombos, entre outras atividades, o Ministério Público consolidou-se como instituição voltada para a causa da defesa da sociedade brasileira, atuando, outrossim, nos três níveis de sua missão institucional, quais sejam:

a) agente repressor (promotorias criminais, nas ações praticadas por indivíduos contra a sociedade);

b) agente fiscalizador (curadorias) nas ações praticadas pelo Estado contra a sociedade ou contra o indivíduo e

c) agente de transformação social (promotorias especializadas) na defesa do meio ambiente, do consumidor, dos direitos fundamentais do homem - dentre os quais, o direito à saúde -, da criança e do adolescente." (Roturno, 2003).

Evidencia-se que a ampliação dos feixes de atuação do Ministério Público, a partir de 1988, institui este como um instrumentalizador do Estado Democrático de Direito, segundo a ótica de ator ativo que interage reflexivamente com a sociedade em diferentes e importantes áreas do convívio social, atuando na defesa de interesses difusos e coletivos.

Metodologia

O presente estudo insere-se em pesquisa de cunho exploratório, com perspectiva interdisciplinar, que utiliza conteúdos dos campos da sociologia, psicologia, da saúde, da ciência política e do direito. O campo de análise tem como referencial as seguintes dimensões:

a) Os resultados obtidos na 2ª Fase do Projeto Integralidade, desenvolvida pelo LAPPIS/UERJ, cujo objetivo consiste em analisar as relações entre as instituições jurídicas (Ministério Público e Judiciário), a gestão pública em saúde, os conselheiros de saúde, os profissionais e os usuários no que concerne à utilização de dispositivos jurídico-institucionais para a efetivação do direito á saúde nos municípios de Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Piraí e Aracaju;

b) Os resultados parciais de pesquisa realizada no município de Paracambi no Estado do Rio de Janeiro, cujo objetivo é compreender a concepção dos atores envolvidos no processo de desinstitucionalização da saúde mental sobre os conceitos de direito à saúde, desinstitucionalização, direito à saúde e cuido. A técnica de pesquisa utilizada refere-se à análise de entrevistas realizadas a partir de roteiro semi-estruturado com gestores, profissionais da área da saúde mental e agentes do Ministério Público, perfazendo o total de 15 entrevistas.

c) Documentos oficiais e institucionais sobre a temática da saúde mental, bem como dispositivos jurídicos que envolvam a proteção de direitos dos portadores de transtornos mentais.

As categorias operacionais previamente desenvolvidas foram: direito à saúde, cuidado, integralidade e desinstitucionalização. No que tange ao direito à saúde, a análise das falas pautou-se por uma concepção ampliada de direito, este atrelado à cidadania, considerando sua perspectiva individual - pertencente a cada indivíduo-, social - respeito à esfera pública- e de participação - pressupondo a participação popular.

No que concerne a desinstitucionalização, a leitura desde conceito pautou-se pela ótica da desconstrução - transformações da dinâmica de poder-, estratégia - utilização de recursos intra e extrahospitalar- e paradigma - instrumentos conceituais e práticos para a solução de problemas.

Campo empírico

A Casa de Saúde Dr. Eiras, em Paracambi – Rio de Janeiro, é considerada o maior hospital psiquiátrico de natureza privada da América Latina, com predomínio de clientela de longa permanência.

Em agosto de 2000, o Ministério da Saúde realizou uma auditoria, cujo relatório final apontou graves distorções nos atendimentos realizados, em face da inadequação ao modelo de atenção ao portador de transtorno mental preconizado pela desinstitucionalização e da precariedade da estrutura do hospital, o qual presta serviço de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS). Com base nesses dados, foi proposta uma Ação Civil Pública pelo Ministério Público Federal em 2002 com objetivo de efetivar o fechamento das internações na instituição e o cumprimento de um plano de reinserção social dos pacientes internos.

Agregado a isto, os consecutivos resultados insatisfatórios apurados pela avaliação do Programa Nacional de Avaliação do Sistema Hospitalar-Psiquiatria (PNASH-Piquiatria) ocasionaram o descredenciamento da Casa de Saúde Dr. Eiras do SUS, culminando na intervenção do município de Paracambi na gestão do hospital. A intervenção opera-se mediante o apoio das três instâncias do Sistema Único de Saúde: Município, Estado e União. Estes três entes pactuaram responsabilidades técnicas e ações financeiras que visam a garantir o êxito da intervenção.

Com objetivo de efetivar a progressiva redução dos internos, atendendo a decisão judicial da Ação Civil Pública proposta, o Ministério Público Federal atua em conjunto com o Ministério Público Estadual. Através de parcerias com a Promotoria de Justiça de Paracambi, foi possível, por exemplo, a convocação de 182 famílias em sua maioria curadores, viabilizando alta de munícipes do interior. Bem como, a Procuradoria da República solicita reuniões e produção de relatórios para acompanhar a intervenção no hospital.

Resultados

Durante a pesquisa, observou-se que a atuação do Ministério Público na efetivação do direito à saúde está pautada, principalmente, na fiscalização dos gestores e dos prestadores de serviços. São diversas as formas de atuação, pode-se incluir

desde ofícios ou telefonemas ao hospital para esclarecimentos ou visita ao local para a realização de reuniões. Tenta-se, a partir da visita aos locais, dialogar com os próprios atores sociais (profissionais de saúde, gestores, usuários e familiares) com intuito de favorecer soluções mais democráticas às questões jurídicas conflitantes. Esta *práxis* confere dinamicidade às ações do MP, por isso são privilegiados os meios extrajudiciais de solução de conflitos, na medida há delimitação temporal para o cumprimento de acordo estabelecido, seja através de Termo de Ajustamento de Conduta ou Recomendação. Em contrapartida, as demandas propostas em face do Poder Judiciário, mediante Ação Civil Pública, são a última *ratio*, pois o trâmite processual é lento e as necessidades em saúde urgentes.

Os membros do Ministério Público, tendo em vista a ausência de legitimidade técnica sobre a matéria, orientam sua atuação de acordo com o enquadramento jurídico disciplinado pelas normas legais vigentes. Dessa forma, o conceito de desinstitucionalização por eles invocado é referido como o cumprimento do modelo previsto nos dispositivos normativos, através da aplicação da norma ao caso concreto, método esse denominado de subsunção.

A compreensão sobre o conceito de desinstitucionalização proposto pelos profissionais da área de saúde que atuam diretamente nesta transição inclui a noção ampla de direitos, extrapolando a visão estrita de desospitalização. Sob esta perspectiva, a desinstitucionalização está diretamente atrelada à efetivação do direito à saúde, este entendido como um direito inerente ao ser humano, incluindo condicionantes necessários para a realização da pessoa como fim em si mesmo.

O cuidado é visto como elo de ligação entre os profissionais e os usuários, que inclui a co-responsabilização no processo de reinserção social da clientela de longa permanência. O portador de transtorno mental não mais é visto como paciente, passivo, é considerado usuário de uma rede extrahopitalar através da sua participação nos serviços de atenção psicossocial.

Sob o ponto de vista do discurso jurídico, a concepção de cuidado ainda encontra-se incipiente no âmbito da saúde mental, tendo como embasamento de defesas para a implementação de políticas públicas de atenção à pessoa portadora de transtornos mentais a dignidade humana. A dignidadade, como atributo individual aplicado a todos os homens, sustenta a liberdade em todos os seus aspectos e enfoques, conduzindo a comunidade à concretização do direito à saúde, à educação, ao trabalho e a tudo que promover a felicidade e a justiça.

Conclusão

O ordenamento jurídico brasileiro disciplina que todo ser humano é dotado de personalidade jurídica. Contudo, para figurar como sujeito de direito nas relações jurídicas, faz-se necessário não só a existência da capacidade de direito, a qual abarca a aptidão para adquirir direitos na vida civil, como também a capacidade de fato, que representa aptidão para o exercício pessoal dos direitos, portanto, capacidade de ação.

A capacidade de fato pressupõe que o sujeito esteja apto a manifestar livre e conscientemente sua vontade, de modo a gerenciar seus interesses. Nesse sentido, o Código Civil brasileiro trata o portador de transtorno mental que apresenta apenas redução na percepção e no discernimento da realidade como relativamente incapaz, exigindo que estes sejam assistidos para atuarem na vida civil.

Entretanto, não se pode desqualificar o valor jurídico da vontade dos incapazes quando esta está atrelada a questões de cunho existencial, no que tange o seu desenvolvimento humano (Tepedino, G. 2007). Essa idéia coaduna com a sistemática da Constituição de 88, centrada na dignidade humana, da qual é possível extrair a concepção de pessoa sob a ótica do personalismo, incumbindo ao Estado o papel de promover condições necessárias para que cada indivíduo realize livremente suas escolhas (Sarmento, D. 2006).

Segundo a influência da fenomenologia, questiona-se a "onipotência e a onipresença do Estado sobre os indivíduos" (Minayo, M. C. S. 2007) em favor da concretização de direitos individuais, da autonomia das pessoas e do fortalecimento de mediadores ante o Estado e os serviços prestados em saúde.

Nesse sentido, o Ministério Público é identificado como mediador. A mediação pode ser compreendida como forma híbrida entre autocomposição e heterocomposição dos conflitos, em que há participação de um terceiro, sem que haja imposição obrigatória da solução apresentada por este.

Propõe-se o princípio da integralidade como dispositivo legal-institucional norteador do Sistema Único de Saúde (SUS) com vistas a estabelecer padrões éticos e técnicos na redefinição das relações e práticas das instituições de saúde, permitindo uma interação democrática entre os atores no cotidiano de suas práxis na oferta do cuidado à saúde e a efetivação de direitos mediante a expansão da autonomia dos portadores de transtornos mental. Bem como, o valor jurídico do cuidado atrelado ao princípio da dignidade humana favorece o resgate de direitos mediante a alteridade simétrica entre os sujeitos.

Destarte, o Ministério Público é ator ativo que serve de elo entre os usuários e o direito à saúde mental, permitindo a efetivação do direito à saúde mental no que tange a sua dimensão de direito como cidadania, o qual deve estar atrelado à participação dos sujeitos como agentes ativos no seu processo de saúde-doença e da ampliação do potencial de suas trocas sociais, para propiciar a autonomia possível.

Referência Bibliográfica

Amarante, P. D. & Guljor, A. P. (2005). *Reforma psiquiátrica e desinstitucionalização: a (re) construção da demanda no corpo social*. In R. Pinheiro & R. A. de Mattos (Org.), *Construção Social da Demanda – Direito à Saúde, Trabalho em Equipe, Participação e Espaços Públicos*. Rio de Janeiro:CEPESC/UERJ/ABRASCO.

Asensi, F. D. (2007). Direito, *estética e integralidade na saúde: uma reflexão multidisciplinar sobre valores. In: Razões públicas para integralidade em saúde: o cuidado como valor*. In R. Pinheiro & R. A. de Mattos (Org.), Rio de Janeiro: CEPESC.
Canotilho, J.J. G. (2006). *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina.
Machado, F. R., Pinheiro, R & Guizardi, F. L. (2005). *Direito à saúde e integralidade no SUS: o exercício da cidadania e o papel do Ministério Público*. In R. Pinheiro & R. A. de Mattos (Org*.), Construção Social da Demanda – Direito à Saúde, Trabalho em Equipe, Participação e Espaços Públicos*. Rio de Janeiro:CEPESC/UERJ/ABRASCO.
Melamed, C. & Ribeiro, M. R. (1995). *O Inquérito Civil Público da Saúde*. In Conjunt. Saúde, 20, mai-jun.
Minayo, M. C. S. (2007). *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
Ritt, E. (2002). *O Ministério Público como instrumento de democracia e garantia constitucional*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
Rotunno, A. S. (2003). *A conformação institucional concreta do Ministério Público: possibilidades de melhoria para o acesso à saúde*. In Monografia Final do Curso de Especialização em Direito Sanitário para Membros do Ministério Público. Brasília: UNB.
Sarlet, I. W. (2007). *A eficácia dos direitos fundamentais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
Sarmento, D. (2008). *Fundamentos, Direitos Sociais: Judicializaçao e Direitos Sociais em espécie*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
Sarmento, D. (2006). *Livres e iguais: Estudos de Direito Constitucional*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
Tepedino, G. (2007). *A Parte Geral Do Novo Código Civil: Estudos Na Perspectiva Civil Constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar.

*Democracia direta e cidadania: Um estudo de caso sobre o orçamento participativo em Guarulhos**

Paulo Peres
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP
psperes@unifesp.br
Priscila Fausto
Aluna do curso de Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais e pesquisadora do Programa de Iniciação Científica do CNPq.
prifausto@ig.com.br

Resumo: A literatura brasileira que trata do tema cidadania, via de regra, considera que o Orçamento Participativo [OP] é uma das principais inovações democráticas na administração pública. Concebida pelo Partido dos Trabalhadores [PT] nos anos de 1980 e aplicada em suas administrações municipais, inclusive em administrações de outros partidos, tal inovação seria especialmente importante porque consistiria em trazer para o campo da prática cotidiana da política um mecanismo real de democracia direta, vinculado ao processo de participação da população na deliberação acerca da alocação de determinada porcentagem do orçamento municipal em obras consideradas prioritárias pela própria comunidade. Desse modo, o OP seria algo extremamente relevante acima de tudo porque representaria uma "prova empírica" da viabilidade da democracia direta nos interstícios dos arranjos políticos representativos das sociedades contemporâneas. Não obstante, vários desses estudos são excessivamente normativos, de forma que os juízos de valor favoráveis — seja ao PT, seja à idéia de "democracia participativa" — deixaram pouco espaço para avaliações críticas do processo decisório real envolvido no OP. Sob tal perspectiva, nosso objetivo é apresentar dados parciais retirados de um estudo de caso sobre o Orçamento Participativo em Guarulhos, um município da região metropolitana de São Paulo, com a finalidade de avaliar criticamente até que ponto essa experiência, de fato, promoveria a democracia direta.

Introdução

Neste apresentamos os resultados parciais de um estudo de caso acerca do Orçamento Participativo [OP] no município brasileiro de Guarulhos, sob a administração do Partido dos Trabalhadores [PT]. A pesquisa, que vem sendo desenvolvida há pouco mais de um ano, tem como objetivo averiguar até que ponto o OP realmente poderia ser considerado um mecanismo prático de democracia participativa, tal como freqüentemente sugerido pela literatura especializada no tema (cf. Baierle: 1992; Schönwälder: 1997; Costa: 1997; Genro & Souza: 1997; Fedozzi: 1997, 2000; 2007; Nylen: 1998; Santos: 1998, 2002; Abbers: 1998, 2000; Marquetti: 2000; Avritzer: 2000, 2002a, 2000b, Pires: 2001, Baiocchi: 2001a, 2001b, 2001c; Silva: 2002; Sanches: 2002; Gret & Sintomer: 2004; Luambo, Coelho & Melo: 2005), apoiada nos marcos téoricos estabelecidos por Carole Pateman (1992) em seu debate com a teoria democrática.

Para tanto, adotamos duas estratégias de investigação que consideramos inovadoras no estudo desse objeto. A primeira delas consiste em seguir uma hipótese de trabalho contrária à posição geral da literatura, pois partimos da conjectura de que o OP, em termos processuais, funcionaria de maneira delegatória e centralizada, sendo protagonizado por um pequeno

* Registramos aqui nosso agradecimento ao CNPq pelo suporte financeiro por meio da concessão de uma bolsa de iniciação científica, a qual possibilitou a incorporação de uma bolsista-pesquisadora ao projeto, facilitando o trabalho de coleta e organização de dados.

grupo de atores que ocupam suas instâncias decisórias mais importantes. A segunda estratégia é relativa à escolha do material utilizado na análise. Seguindo a perspectiva neo-institucional, segundo a qual as regras que organizam o processo decisório produzem determinados efeitos sobre os comportamentos e sobre os resultados das decisões, analisamos estritamente o "desenho" do processo decisório do OP– ao invés das políticas prioritárias supostamente escolhidas pelos participantes, do montante do orçamento destinado às políticas, das obras efetivamente realizadas, do conflito entre o OP e os parlamentos locais, etc., como já realizado por alguns pesquisadores. Interessa-nos, neste caso, a "arquitetura" organizacional do OP, que vai desde as reuniões gerais iniciais até as instâncias nas quais as decisões finais são tomadas por intermédio de uma cadeia de delegação progressivamente redutiva, bem como as regras que estruturam seu processo decisório – ou seja, quem tem o poder de que, quando e como o tem?

Até onde temos conhecimento, a análise desse material, especialmente com o enfoque e as pressuposições neo-institucionais, ainda não foi contemplada pela literatura temática. Ademais, como é possível perceber, ambas as estratégias de investigação estão estreitamente vinculadas, na medida em que procuramos "testar"1 a hipótese da persistência da representação política e da concentração do poder decisório por meio da análise do desenho do processo de tomada de decisão, estabelecido pelo seu regimento. Evidentemente, a premissa subjacente à análise é a de que quanto maior o grau de delegação do poder de decisão, maior o grau de concentração dos atores que fazem as escolhas e, portanto, menor o grau de participação direta dos cidadãos nas decisões políticas. Daí a importância de algo que, aparentemente, seria apenas formal e acessório, mas que, na verdade, estrutura e organiza todo o processo do Orçamento Participativo – o desenho institucional da sua organização interna.

A adoção dessas duas estratégias teve como motivação o fato de que identificamos dois problemas na literatura temática, os quais, em nossa perspectiva, dificultam uma análise mais crítica do OP. De uma parte, vários estudos são excessivamente valorativos; inclusive, alguns deles foram realizados por militantes ou simpatizantes do PT. Outros, mostram, desde o início, a posição normativamente favorável do pesquisador em relação à democracia direta, redundando, algumas vezes, em considerações enviesadas, quando não na forma de elogios baseados em impressões meramente subjetivas, ao menos na forma de simples "verificacionsmo" analítico. De outra parte, raramente encontramos nesses estudos algum tipo de dado mais objetivo ou mesmo medidas de avaliação desse processo. Além disso, praticamente inexiste qualquer tipo de análise que tenha focalizado os desenhos organizacionais do Orçamento Participativo como estruturas institucionais que condicionam todo seu *modus operandi*.2

Conseqüentemente, embora sejam de caráter metodológico, as estratégias de pesquisa adotadas implicam numa inversão de natureza teórica. Se estamos a propor a hipótese de que o OP seria um processo decisório também restrito a um pequeno grupo de representantes em função do seu desenho organizacional, obviamente, adotamos como fundamento teórico o pressuposto de que, em última instância, o Orçamento Participativo nada mais é do que a organização do processo decisório e, como tal, está sujeito à centralização do poder, conforme o modelo de análise organizacional proposto por Robert Michels (2001), ao estudar o Partido Social Democrata alemão do início do Século XX.3 Porém, diferentemente de Michels, sociólogo das organizações, centraremos nosso foco de análise no "desenho constitucional", por assim dizer, do Orçamento Participativo, e não na ocupação sistemática e profissional de cargos ou mesmo na função das lideranças na condução da Assembléia. O que pretendemos avaliar é se este aspecto da organização da participação direta dos cidadãos nas decisões de investimento público nos municípios favorece ou dificulta a democracia sem mediações por agentes representativos.

Paralelamente, a inflexão no registro teórico, por sua vez, traz consigo uma questão ainda mais complexa, pois, se nossa hipótese de trabalho se mostrar verdadeira, ou pelo menos plausível, deparamo-nos com inevitáveis conseqüências normativas, todas elas, de um modo ou de outro, relacionadas com a suposta inevitabilidade da "lei de ferro da oligarquia", cuja máxima mais problemática é estabelecer as relações inescapáveis entre a organização e a profissionalização, entre a profissionalização e a burocratização e entre a burocratização e a formação de oligarquia, o que, evidentemente, opor-se-ia à democracia. Então, se a democracia demanda organização e a organização conduz à oligarquia, como seria possível um regime plenamente democrático, especialmente uma democracia direta? Portanto, num nível mais abstrato e conceitual, os resultados da análise servirão para uma reflexão mais geral acerca da validade das pressuposições normativas contidas nos fundamentos da teoria da democracia participativa.

O Orçamento Participativo como um Mecanismo de Democracia Direta

1 Não nos referimos a testes estatísticos, nem à idéia de teste no sentido popperiano. Neste caso, por teste queremos dizer uma forma de confirmar ou rejeitar uma hipótese qualitativa por inferência lógica. Ou seja, é lógico que desenhos organizacionais que estabelecem a concentração hierárquica do poder de tomar decisões impõem, necessariamente, uma centralização de tal poder. É com este sentido que o desenho organizacional pode ser tomado como uma variável central na avaliação dos processos supostamente deliberativos ou participativos. Na verdade, este é um dos maiores desafios na implantação prática de modelos democráticos diretos, qual seja: que tipo de desenho organizacional do processo de escolha poderia ser adotado para eliminar ao máximo a representação/delegação?

2 Em realidade, alguns autores até procuraram fazer aquilo que chamaram de uma análise institucional do OP (Avritzer: 2002c; Wampler & Avritzer: 2002; Fung & Wright: 2002; Luchmann: 2002). Entretanto, a noção de "instituições" apresentada é diversa daquela utilizada na análise política "neo-institucionalista". Em seus estudos, não há qualquer preocupação com os efeitos dos desenhos institucionais sobre as escolhas realizadas, nem mesmo com possíveis efeitos contrários de tais desenhos no que se refere à lógica da democracia participativa, em decorrência da inclusão de mecanismos centralizadores por meio de processos delegatórios.

3 Por ser igualmente a organização do processo decisório num formato de assembléia, o OP também pode estar sujeito aos paradoxos envolvidos nas decisões coletivas, conforme discutidos pela literatura da teoria da escolha social. Porém, neste texto, não exploraremos tal problema, que deverá ser discutido num próximo trabalho.

Analisando os significados da implantação do Orçamento Participativo na cidade de Porto Alegre como uma experiência ímpar no que se refere às relações entre Estado e Sociedade Civil, Genro & Souza (1997, pg. 12) enfatizaram que "na verdade, foi criado um novo centro decisório que, juntamente com os Poderes Executivo e Legislativo, democratizaram efetivamente a ação política e integraram os cidadãos comuns num novo espaço público. Um espaço público não-tradicional que potencializou o exercício dos direitos da cidadania e instigou os cidadãos a serem mais exigentes e mais críticos". Com isto, segundo os autores, foi possível "socializar a política", em resposta ao que Utzig (1996) chamou de "crise do Estado" – de transparência, de legitimidade e de eficiência.

A resolução dessa crise demandaria a abertura de novos canais de participação popular, canais estes que transcendessem os tradicionais mecanismos de representação política, postos em prática apenas nos períodos eleitorais. De acordo com Genro & Souza (1997, pg. 19), somente assim seria possível "buscar um conceito de democracia no qual a conquista do governo, por meio do voto popular, não esgote a participação da sociedade, mas, ao contrario, permita iniciar um outro processo, gerando dois focos de poder democrático: um, originário do voto; outro, originário de instituições diretas de participação". Isto seria possível justamente porque, conforme observa Fedozzi (2001, pg.97), "o Orçamento Participativo (...) é uma modalidade de gestão pública baseada na participação direta da população nas diversas fases que compõem a elaboração e a execução do orçamento público municipal, especialmente na indicação das prioridades para a alocação dos recursos de investimentos".

Desse modo, "o Orçamento Participativo representa mais um passo no sentido do aperfeiçoamento político. Nele, não somente os parlamentares devem participar das decisões sobre finanças e políticas públicas, a população organizada, a sociedade civil assume função ativa, passa a ser agente e não mero coadjuvante. Ocorre uma radicalização democrática. (...) Na arena em que se dá a disputa por recursos públicos escassos, os cidadãos exercem o seu direito e o seu dever de participação na definição dos rumos da ação governamental" (Pires: 2001, pp. 35-36). Conseqüentemente, "o cidadão aprenderia a enxergar o governo como representante de sua vontade e passaria a reivindicar novos espaços de manifestação, a cobrar a divulgação dos resultados, a acompanhar as decisões e a exigir boa conduta dos governantes" (Silva e Carvalho: 2006, pg.424). Isto porque, "ao democratizar as decisões e, ao mesmo tempo, democratizar a informação sobre as questões públicas, o OP é capaz de gerar uma nova consciência cidadã. (...) Cria-se, dessa forma, um espaço aberto por meio do qual surgem condições para a formação de um novo tipo de cidadão: um cidadão ativo, participante, crítico" (Genro & Souza: 1997, pg. 18).

Não por acaso, conforme salientam Carvalho, Teixeira e Magalhães (2002, pg. 05), "o Orçamento Participativo pode ser considerado uma experiência de gestão democrática participativa que vem se disseminando, ano a ano, tanto no que se refere ao numero de municípios envolvidos quanto no que diz respeito ao volume de pessoas e à qualidade dos processos." Também não é fortuito o fato de que "participation in government has become in recent years a ubiquitous catch-phrase for policymakers and social scientists from various orientations" (Baiocchi: 2003, pg. 52); uma vez que, nas palavras de Abers (1998, pg. 511), "a growing number of scholars and policy makers agree that improving the quality of life in impoverished urban áreas depends on the capacity of local residents to form social networks and civic organization", algo que seria promovido pela adoção do OP. Afinal, "trata-se de democratizar radicalmente a democracia, de criar mecanismos para que ela corresponda aos interesses da ampla maioria da população e de criar instituições novas que permitam que as decisões sobre o futuro sejam decisões sempre compartilhadas" (Genro e Souza: 1997, pg. 18).

Claramente, o Orçamento Participativo tem suas raízes normativas e ideológicas fincadas na teoria da democracia participativa, cuja maior representante é Carole Pateman (1992). Descontente com a teoria democrática hegemônica no início dos anos 1970, a autora procurou rechaçar "a conclusão esboçada – quase sempre por sociólogos travestidos de teóricos da política – de que a visão clássica do homem democrático constitui uma ilusão sem fundamento e que um aumento da participação política dos atuais não-participantes poderia abalar a estabilidade do sistema democrático (...)" (Pateman: 1992, pg. 11). Segundo ela (ibid., pp. 138-9), o maior problema seria o seguinte:

> A teoria democrática não está mais centrada na participação do povo, na participação do homem comum, nem se considera mais que a principal virtude de um sistema político democrático reside no desenvolvimento das qualidades relevantes e necessárias, do ponto de vista político, no indivíduo comum; na teoria democrática contemporânea, o que importa é a participação da elite minoritária (...).

Dando ênfase à crescente demanda por participação popular na política, Pateman afirma que haveria, à sua época, uma enorme discrepância entre a dinâmica social e a teoria democrática. Como seria possível uma teoria democrática cujo ponto central era a defesa da mínima participação popular nas decisões políticas num mundo em que as pessoas pleiteiam cada vez mais o direito de participar de tais decisões? Para ela, seria necessário uma teoria que não apenas desse conta dessa realidade desconsiderada pelas teorias vigentes, mas que também oferecesse fundamentos teóricos e normativos favoráveis à participação. Baseada nisto, Pateman (ibid., pp. 60-61) afirma que:

> A teoria democrática participativa é construída em torno da afirmação central de que os indivíduos e suas instituições não podem ser considerados isoladamente. A existência de instituições representativas a nível nacional não basta para a democracia, pois o máximo de participação de todas as pessoas, a socialização ou o treinamento social, precisa ocorrer em outras esferas, de modo que as atitudes e qualidades psicológicas necessárias possam se desenvolver. Esse desenvolvimento ocorre por meio do próprio processo de participação. A principal função da teoria da democracia participativa é, portanto, educativa; educativa no mais amplo sentido da palavra, tanto no aspecto psicológico como no que se refere à aquisição de habilidades e de prática de procedimentos democráticos. Por isso, não há nenhum problema especial quanto à estabilidade

> de um sistema participativo; ele se auto-sustenta por meio do seu impacto educativo. A participação promove e desenvolve as próprias qualidades que lhe são necessárias; quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo.

Podemos perceber que, no caso da participação direta nas instâncias políticas da comunidade, a autora segue de perto a linha de raciocínio de John Stuart Mill. Como é sabido, este autor vinculou a forma de governo ao desenvolvimento da personalidade humana e, conseqüentemente, da sociedade livre. Ainda adepto da máxima utilitarista de que o indivíduo é o melhor conhecedor de seus próprios interesses, Mill contempla a democracia representativa como o regime político ideal, em decorrência da possibilidade de maior participação popular nas decisões, momento em que os interesses individuais poderiam ganhar genuína e legítima expressão. Mas, a democracia não deveria ser adotada prontamente em todo e qualquer lugar. Seria necessária certa sintonia entre a forma de governo e a cultura política dos membros da comunidade. Povos despreparados para o exercício soberano de sua vontade por intermédio de princípios representativos, em função de serem mais acostumados à obediência irrestrita ou mesmo propensos a ações mais violentas não deveriam ser submetidos imediatamente ao regime representativo; deveriam, antes, ser submetidos a processos graduais de "educação política" que os preparassem para a vida democrática.

Assim, cada regime a ser adotado deveria conter a intenção dessa preparação, concebida em determinadas etapas progressivas rumo à democracia. Um regime seria bom, portanto, se cumprisse a função de ser uma das etapas necessárias à longa jornada de construção das condições para a democracia representativa. Isto significa que mesmo um regime não-democrático poderia ser um bom governo, desde que cumprisse a função de preparação da população para a democracia num futuro possível. Contrariamente, a adoção da democracia num ambiente ainda não favorável à sua efetividade, em decorrência de uma discrepância entre as exigências que tal regime faz em relação ao envolvimento e à participação dos cidadãos, poderia fazer dela uma péssima forma de governo. Para cada cultura política, para cada nível de educação política, corresponderia determinada forma de governo. Não poder-se-ia pular nenhuma das etapas dessa caminhada progressiva, assim como também não poder-se-ia manter-se estacionário artificialmente em nenhuma delas, criando-se obstáculos institucionais ao necessário avanço social e político rumo à forma de governo ideal.

Mas, como também se sabe, Pateman (1992) insistiu que os cidadãos deveriam ser "educados" para a participação em diversas instancias não estritamente político-institucionais, especialmente em seu ambiente de trabalho. Para ela, esse treinamento cotidiano não apenas prepararia as pessoas para a participação nas decisões políticas como ainda despertaria seu interesse pela própria participação política. Neste caso, a autora segue os passos de G. D. H. Cole. Isso significa que a democracia é vista como algo mais amplo do que a participação eleitoral e a relação entre Sociedade Civil e Estado; ela é vista como uma forma de relação social e política entre as pessoas e as instituições da própria Sociedade Civil e a maneira pela qual tais relações ocorreriam criariam ou não condições favoráveis a uma participação mais efetiva e vigorosa nas decisões políticas. Em função disto, a autora insiste na necessidade de que a participação ativa seja a tônica dominante nas relações de trabalho.

Evidentemente, a proposta do Orçamento Participativo, lançada pelo PT, possui um caráter mais modesto, na medida em que não toca em questões relacionadas ao mundo do trabalho. Restrita apenas à relação entre Sociedade Civil e Estado, delimitada ao âmbito da política local ou municipal, essa proposta, no entanto, contém, mesmo assim, as pretensões educativas idealizadas pela teoria da democracia participativa. A abertura de canais à participação popular nas decisões acerca do investimento público local deveria implicar em uma séria de benefícios para a democracia. A literatura que trata do tema é profícua na apresentação de tais benefícios. No quadro abaixo, são apresentadas, de maneira resumida, o que vem sendo afirmando pela literatura quanto a este aspecto.

QUADRO 1

Benefícios Políticos Trazidos Pelo OP Segundo a Literatura

PRINCIPAIS BENEFÍCIOS
Redução do Clientelismo e do Populismo
Maior Eficiência no Gasto Público
Aumento da Transparência na Administração Pública
Estímulo ao Associativismo
Exercício da Cidadania e Consciência sobre os Direitos Políticos
Inversão de Prioridades nas Políticas Públicas em favor da População mais Pobre
Inclusão de Camadas pobres nas Decisões Políticas
Mudança da Cultura Política em favor da Participação
Ampliação da Perspectiva Popular sobre a Administração Pública
Ampliação da Perspectiva Popular sobre os Problemas da Cidade
Redução do Individualismo com Aumento do Coletivismo

Sob tal perspectiva, o Orçamento Participativo é uma das principais políticas de aprofundamento da democracia direta apresentadas por um partido de esquerda no Brasil. Suas promessas incluem não apenas o aprimoramento da administração pública, como ainda a redistribuição da riqueza por meio de políticas públicas mais sintonizadas com a população carente, além da promoção da educação política em favor de cidadãos mais interessados, mais conscientes de seus direitos e deveres, mais solidários e, acima de tudo, mais participativos. Seria um mecanismo de participação política mais amplo e, conseqüentemente, alternativo à tradicional representação política das democracias liberais.

Quanto a este último aspecto, uma das definições mais longas, porém, mais elucidativas do Orçamento Participativo, foi apresentada por Avritzer (2003) nos seguintes termos:

> O OP é uma forma de contrabalançar a articulação entre a democracia representativa e a democracia participativa baseada em quatro elementos. A primeira característica do OP é a cessão da soberania por aqueles que a detêm enquanto resultado de um processo representativo no nível local. A soberania é cedida a um conjunto de assembléias regionais e temáticas que operam a partir de critérios de universalidade participativa. (...) Em segundo lugar, o OP implica na reintrodução de elementos de participação a nível local, tais como assembléias regionais e de elementos de delegação, tais como os conselhos, a nível municipal, representando, portanto, uma combinação dos métodos da tradição de democracia participativa. Em terceiro lugar, o OP baseia-se no princípio da auto-regulação soberana, isso é, a participação envolve um conjunto de regras que são definidas pelos próprios participantes, vinculando o OP a uma tradição de reconstituição de uma gramática social participativa, na qual as regras da deliberação são determinadas pelos próprios participantes. Em quarto lugar, o OP se caracteriza por uma tentativa de reversão das prioridades de distribuição de recursos públicos a nível local, através de uma fórmula técnica de determinação de prioridades orçamentárias que privilegia os setores mais carentes da população."

O trecho é elucidativo por dois motivos. O primeiro deles é que o autor explicita de forma bastante clara as pretensões educativas do OP, bem como todos os benefícios esperados em termos de alargamento da democracia, eficiência da administração pública e aumento do civismo. O segundo deles é que, bem no início, enuncia que, embora seja uma proposta de democracia participativa, em termos operacionais, o OP funciona por meio da delegação da soberania, produzida em assembléias locais. Como veremos mais adiante, nas assembléias são escolhidos delegados e conselheiros que deverão seguir participando das etapas subseqüentes do Orçamento Participativo. Então, o que o autor já antecipa é que a organização do OP implica em constituir representantes aos quais a soberania popular de base local é delegada. Será que isto não dificultaria a realização do ideal máximo da democracia participativa, que é o aumento da participação direta em detrimento da representação?

Nossa argumentação e nossa análise avançam numa resposta positiva à questão. A organização do OP, objetivada em seu desenho institucional, contido em seu regimento, demonstra que não apenas permanece com elevada importância o princípio representativo como as representações ocorrem de maneira a reduzir, cada vez mais, o grupo de atores com a prerrogativa de controlar a agenda do processo e, de certo modo, de influenciar os resultados das decisões tomadas. Em termos teóricos, isto permite a recuperação da análise de Michels (2001, pp. 53-55) acerca das organizações partidárias, na qual o autor é levado a formular sua famosa "lei de ferro da oligarquia". Em suas palavras:

> A democracia não é pensável sem organização. (...) Quem diz organização, diz tendência à oligarquia. (...) [Assim,] a democracia entra em declínio à medida que aumento o nível de organização. [Na verdade,] pode formular-se uma regra: o poder dos chefes cresce na proporção direta do crescimento da organização.

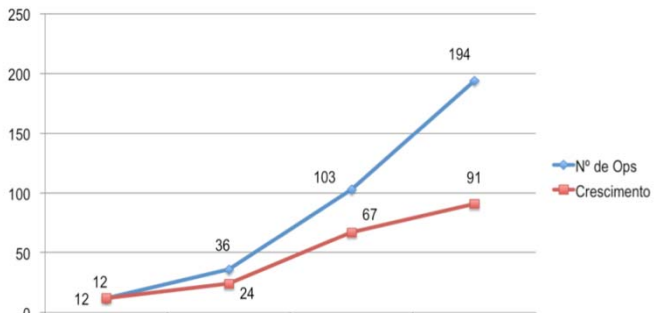
Se qualquer organização conduz a um processo de redução do poder de decisão em um grupo pequeno, temos que a formação de oligarquias ocorreria como um processo "natural" e inescapável, sempre que fosse constituída uma organização. Tal "lei", se verdadeira, aplicar-se-ia igualmente a governos, a empresas, a partidos, a sindicatos e assim por diante. Será que seria aplicável a uma prática voltada a mais ampla participação democrática, como o OP? Será que sua organização necessária imporia limites à participação por meio da redução do grupo de pessoas que realmente teriam peso no seu funcionamento e em suas decisões? Conforme antevisto na citação da definição apresentada por Avritzer (2003), parece que a representação permanece como algo central no OP e, portanto, é possível cogitar que as etapas de seu processo decisório conduzam a um "afunilamento" na participação. Porém, antes de avaliar isto no caso específico do município de Guarulhos, contextualizaremos o OP a partir de sua evolução no país.

A Evolução do Orçamento Participativo

Desde sua implantação, em 1990 pela administração municipal do prefeito Olívio Dutra, do PT, na cidade de Porto Alegre, essa experiência administrativa e de relação entre o Estado e a Sociedade Civil proliferou pelo país. Em quase vinte anos de existência, o OP foi adotado nas cidades de diversos estados, em todas as regiões do país, sendo protagonizado por partidos de esquerda, de centro e até mesmo de direita. No Gráfico abaixo, podemos observar a evolução do numero de casos de OP no Brasil, desde a implantação da primeira experiência, no início dos anos 1990.

Gráfico 1

Evolução da Adoção do OP nos Municípios Brasileiros [1990-2006]

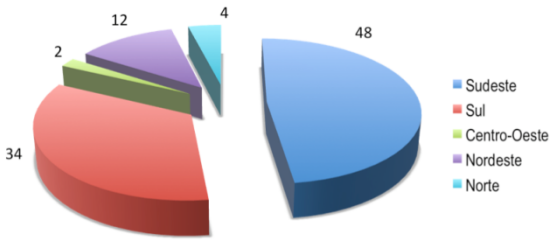


Houve um crescimento bastante acelerado, como mostra a linha em vermelho, que contabiliza o aumento absoluto no número de casos entre o ponto anterior e o atual. Em 2006, foram contabilizadas 194 experiências de Orçamento Participativo no país, mostrando um crescimento absoluto de 182 casos ao longo de todo o período. Não obstante esse aumento significativo, é importante salientar, entretanto, que se considerarmos que havia 5.564 municípios no país, em 2006, os 194 casos correspondem a apenas 3,48% das prefeituras. Ou seja, embora seja uma experiência administrativa importante e internacionalmente reconhecida, o OP é ainda um caso excepcional no conjunto das cidades brasileiras.

Além disto, há outras duas características não muito satisfatórias na evolução do OP, todas relativas à concentração dos casos. De uma parte, há uma concentração regional, favorável à região Sudeste do país e, no interior desta, uma concentração estadual, favorável ao estado de São Paulo. De outra parte, há uma concentração ideológico-partidária na adoção do OP. Partidos de esquerda e, dentre eles, o PT, são aqueles que mais adotam o Orçamento Participativo. Comecemos pela concentração regional, conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 2

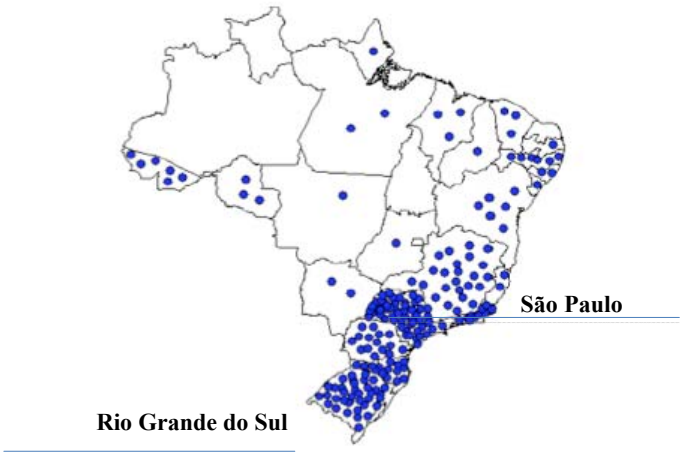
Distribuição (%) do OP por Região Sócio-Econômica do Brasil [2000-2004]



As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste contêm apenas 18% dos casos de OP no período para o qual há dados disponíveis. Todo o restante ocorre nas regiões Sul e Sudeste. Iniciando-se em Porto Alegre, a capital de um estado da região Sul, seria de se esperar que houvesse mesmo uma incidência significativa de casos nessa área do país, especialmente em decorrência da adoção do OP em municípios do Rio Grande do Sul – o que, de fato, ocorre. Mas, foi na região Sudeste onde o OP mais cresceu, correspondendo a 48% dos casos do país. Para termos uma melhor visualização das incidências, apresentamos o mapa abaixo, no qual as freqüências aparecem por estado, dando uma idéia mais precisa da concentração tanto regional como estadual.

Mapa 1

Distribuição Espacial do OP no Brasil, por Estado [2000-2004]



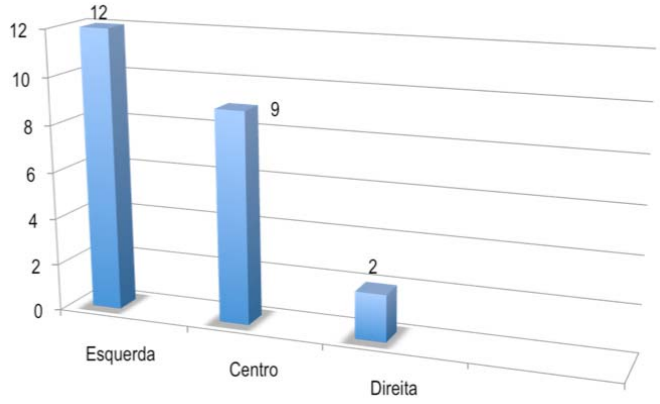
Como pode ser observado, os casos se concentram na costa leste do país, amontoando-se nos estados do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Minas Gerais e, principalmente, de São Paulo. Além de ser o estado com o maior PIB do país, é em São Paulo que se encontra a base organizacional principal do Partido dos Trabalhadores, o responsável pela idealização

do OP. Embora a iniciativa tenha sido do PT de Porto Alegre, seria mesmo de se esperar que a adoção dessa experiência pelos petistas teria impacto significativo na localidade em que se situa sua principal estrutura organizacional.

Aproveitando a indicação da correlação entre o OP e o Partido dos Trabalhadores, bem como sua relação com o estado de São Paulo, passemos agora à consideração da concentração dessa experiência político-administrativa em termos ideológicos e partidários neste estado. Observe-se que no gráfico a seguir fica claramente demonstrado que enquanto partidos de esquerda são aqueles que mais adotam o OP, os partidos de direita são, contrariamente, aqueles que menos o adotam. Os partidos de centro ocupam uma posição intermediária. Embora os dados sejam defasados – ainda não há dados atualizados disponíveis sobre isto, mas não há razão para cogitar que tal padrão tenha sido alterado nos últimos 8 anos –, eles mostram claramente um perfil ideológico no contínuo esquerda/direita na implantação do OP.

Gráfico 3

Adoção do OP no Estado de São Paulo, por Bloco Ideológico [1997-2000]

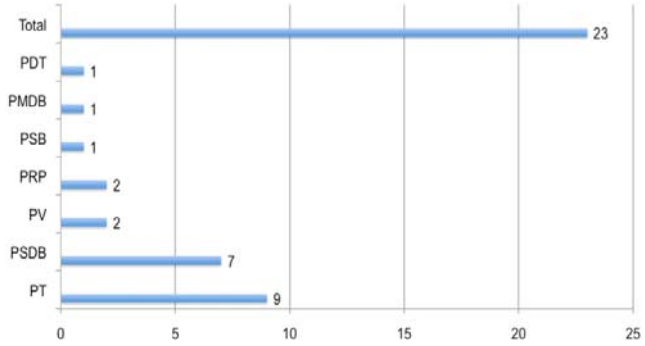


Fonte: Instituto Polis

No interior da esquerda, ocorre nova concentração. Obviamente, é o PT o partido que mais adota o Orçamento Participativo no estado de São Paulo. Conforme mostra o próximo gráfico, no período de 1997-2000, o PT implementou o OP em quase 40% dos casos. O segundo lugar, com 30%, ficou com um partido de centro, o PSDB. O segundo partido de esquerda que mais adotou o OP foi o PV. Aliás, seria o PV o partido a adotar o OP no município de Guarulhos, em 2001, sendo, depois, consolidado com a administração petista, conforme veremos a seguir.

Gráfico 4

Adoção do OP no Estado de São Paulo, por Partido [1997-2000]



Fonte: Instituto Polis

Portanto, a evolução do OP no país mostra, em primeiro lugar, que uma porcentagem muito baixa de municípios implementaram essa experiência, embora ela seja significativa e alguns dos municípios que a adotaram sejam expressivos, como Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte, entre outros; em segundo lugar, sua evolução mostra também que houve um padrão concentrador, em que a região Sudeste e, dentro dela, o estado de São Paulo, aparecem destacadamente como os locais de maior incidência do Orçamento Participativo. Mas, tal padrão concentrador se manifesta também em termos ideológicos e partidários: partidos de esquerda e, dentre eles, o PT, são aqueles mais favoráveis ao OP.

Esse padrão tem implicações importantes que talvez expliquem uma possível correlação entre as duas dinâmicas concentradoras encontradas. Isto porque, na medida em que apenas partidos de esquerda e, mais especialmente, o PT, sejam os mais propensos à adoção do OP, parece que seu crescimento deveria mesmo estar associado à importância da esquerda e deste partido na política local do país. Estados nos quais a esquerda e o PT têm melhores desempenhos eleitorais, elegendo prefeitos, teriam maior probabilidade de adoção do OP. Isto significa que o OP ficaria dependente do crescimento da

esquerda e, mais ainda, do Partido dos Trabalhadores. Se isto for verdadeiro, teríamos uma dificuldade operacional oculta nos padrões apresentados, qual seja, como fazer proliferar de maneira mais uniforme e vigorosa uma prática política e administrativa vista pelos partidos de direita como algo ideologicamente exclusivo dos partidos de esquerda ou do PT? E, além disto, em que medida a adoção do OP por partidos de direita não embaralharia o espaço ideológico ocupado pelos partidos ou, então, não transformaria o OP em apenas uma instrumento de administração pública não-ideológico e tampouco voltado à educação política voltada à absorção do Estado pela Sociedade Civil, como prevê o ideal da democracia participativa?

O Processo Decisório do Orçamento Participativo de Guarulhos

Caracterização do Município

O Orçamento Participativo foi implantado no município de Guarulhos em 2001, quando a prefeitura passou a ser administrada pelo Partido Verde, à época, aliado do PT na política local. O Partido dos Trabalhadores deu continuidade a esse projeto, que acabou se estendendo até 2008, em função da reeleição do prefeito Elói Pietá, em 2004.4 Portanto, já há oito anos essa experiência política e administrativa é vivenciada pela cidade, com a destinação média anual de cerca de 6% de seu orçamento reservado a investimentos, segundo informações da coordenação do Orçamento Participativo.

A adoção do OP gerou grandes expectativas, afinal, além da considerável área geográfica ocupada pela cidade5 e do significativo número de habitantes, a riqueza produzida pela economia local é igualmente elevada.6 Segundo estimativas de 2005, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas [IBGE], Guarulhos possui 1.251.179 habitantes, sendo o segundo município mais populoso do estado de São Paulo – por sua vez, o estado brasileiro mais populoso – e o décimo terceiro com maior quantidade de habitantes do país. Em termos econômicos, Guarulhos também se caracteriza por ser um importante pólo industrial, com uma diversificada e complexa rede de serviços, o que faz com que o município tenha atingido, em 2006, um PIB de R$25.663.706,7 garantindo-lhe a oitava posição no *ranking* dos municípios brasileiros com os maiores valores quanto ao Produto Interno Bruto a preços correntes. Na tabela abaixo, são apresentados os dados que situam a cidade comparativamente no que se refere à produção de riqueza.

Tabela 1

Ranking dos 10 Municípios Brasileiros com Maior PIB a Preços Correntes [2006]

POSIÇÃO	MUNICÍPIO	UF*	PIB (1.000R$)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)	PARTICIPAÇÃO ACUMULADA (%)
1º	São Paulo	SP	282.852.338	11,94	11,94
2º	Rio de Janeiro	RJ	127.956.075	5,4	17,34
3º	Brasília	DF	89.630.109	3,78	21,12
4º	Belo Horizonte	MG	32.725.361	1,38	22,50
5º	Curitiba	PR	32.153.307	1,36	23,86
6º	Manaus	AM	31.916.257	1,35	25,20
7º	Porto Alegre	RS	30.166.002	1,27	26,47
8º	**Guarulhos**	**SP**	**25.663.706**	**1,08**	**27,56**
9º	Barueri	SP	25.483.663	1,08	28,63
10º	Salvador	BA	24.072.400	1,02	29,65

***Fonte*:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE <www.ibge.gov.br>
* UF = Unidade Federativa (Compreende os Estados e o Distrito Federal)

Como pode ser percebido, o *ranking* revela algumas informações importantes em relação à concentração da produção da riqueza. As dez cidades com PIB mais elevado são responsáveis por cerca de 30% da produção do país, sendo que mais de 20% destas riquezas são produzidas por apenas três cidades – São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Dos dez municípios listados, oito são capitais de estado, enquanto dois são cidades comuns; ambas localizadas no estado de São Paulo – Guarulhos e Barueri. Cinco das dez cidades são da região Sudeste – três do estado de São Paulo –, duas da região Sul e uma cidade para cada uma das outras três regiões restantes – Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Com efeito, a concentração do PIB em termos municipais corresponde à própria concentração deste em termos estaduais e, extensivamente, em termos regionais – seguindo padrão semelhante àquele mostrado anteriormente com relação

4 O PT voltou a vencer a eleição para prefeito em Guarulhos, em 2008, com 56% dos votos no segundo turno. O novo prefeito, Sebastião Almeida, metalúrgico e sindicalista, ex-vereador e ex-deputado estadual, deverá dar continuidade ao Orçamento Participativo em seu mandato.

5 Guarulhos ocupa uma área de 341 quilômetros quadrados, situando-se no nordeste da região metropolitana de São Paulo, a terceira maior do mundo, composta por 39 municípios. O maior aeroporto da America do Sul situa-se na cidade, por onde trafegam grandes quantidades de passageiros e de cargas.

6 Além disto, a cidade também apresenta-se com alguns indicadores favoráveis, como 98,7% de taxa de alfabetização e 0,823 de IDH-M, segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas [IPEA].

7 Este valor corresponde a 11.033.407,566 dólares, pelo câmbio atual (12/01/2009) de 1 dólar para 2,32 Reais.

à implantação da experiência do OP no país. Cerca de 75% do PIB brasileiro é produzido por apenas sete de seus vinte e seis estados – excluindo-se, obviamente, o Distrito Federal.8 O estado de São Paulo ocupa a primeira posição nesse *ranking*, sendo o responsável por 1/3 do Produto Interno Bruto de todo o país, seguido bem à distância, com uma diferença de mais de 20%, pelo segundo colocado, o Rio de Janeiro. Considerando-se, portanto, o grau de concentração do PIB, é digno de nota o fato de que Guarulhos ocupa uma posição de destaque na lista e de que a adoção do Orçamento Participativo pudesse trazer inúmeras implicações redistributivas, por meio das políticas públicas locais.

Os Objetivos Almejados pelo OP de Guarulhos

Assim como seus congêneres, o OP de Guarulhos surgiu visando à promoção de mecanismos de democracia direta, por meio dos quais a população não somente seria chamada a intervir na administração pública local, em simultaneidade com os poderes representativos localizados no Executivo e no Legislativo, como esperava-se que tal envolvimento representasse um processo de educação política para a "verdadeira democracia", sem intermediações, dinamizada por uma crescente taxa de civismo e de consciência dos direitos políticos fundamentais, favorável à coletividade e avessa ao individualismo egoísta. Em essência, esse é o teor geral dos propósitos anunciados num documento oficial da administração envolvida com sua implantação, no qual se afirma a finalidade política do Orçamento Participativo:9

> Construir e fortalecer um fórum de debate com a sociedade a partir de lideranças qualificadas e representativas* das comunidades locais; amadurecer e fortalecer os canais de participação e estimular o controle social sobre as ações do poder público.
>
> Documento Oficial, Prefeitura de Guarulhos.

Assim, ao mesmo tempo em que são renovados os propósitos de uma inflexão na administração pública, invertendo prioridades no investimento em favor da população mais pobre, impondo-lhe, ainda, maior eficiência, em detrimento do patrimonialismo e do clientelismo, por intermédio da interação direta da sociedade civil com o poder público, com *accoutability* permanente, renova-se a crença nos potenciais pedagógicos desse processo. Porém, conforme demonstra o trecho grifado na citação, anuncia-se, ao mesmo tempo, um problema que parece perseguir qualquer tentativa de incluir o máximo de pessoas nas decisões coletivas, qual seja, a centralização por delegação, inerente à organização dos trabalhos em assembléias. Não parece ser outro o sentido da proposta de criar espaço de discussões e debates com as comunidades locais "a partir de lideranças representativas". O problema a ser discutido, então, é: em que medida os propósitos do OP, assentados sobre os ideais de uma democracia participativa, não seriam comprometidos pela própria organização da participação?

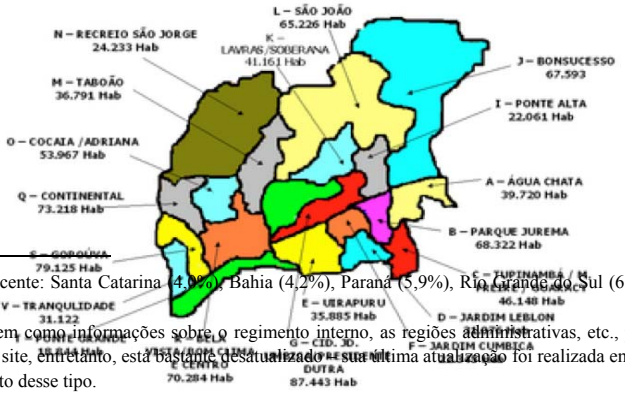
O Desenho Organizacional do OP de Guarulhos

Tomando o modelo de Orçamento Participativo adotado em Porto Alegre como matriz operacional, a administração petista de Guarulhos também dividiu a cidade em regiões e promoveu semelhante protocolo de reuniões, de escolha de representantes, de deliberação e de instâncias decisórias. A população de cada região também se reúne para discutir e escolher suas prioridades em termos de políticas públicas, escolhe seus representantes – delegados e conselheiros – e recebe periodicamente algum tipo de prestação de contas do Poder Executivo acerca das políticas realizadas ou não.

Apenas para efeito de contextualização espacial, segue abaixo o mapa da cidade com as atuais divisões regionais, nas quais reúnem-se as comunidades em assembléias e fóruns. A cidade é dividia em 19 regiões, todas elas com um número elevado de habitantes. A região mais populosa abriga quase 90 mil moradores e a menos populosa abriga pouco mais de 22 mil. Isto mostra que todo o processo certamente é trabalhoso e bastante complexo, demandando intensa divulgação e um local para a realização das assembléias ou plenárias, com uma estrutura física suficiente para abrigar um grande contingente de pessoas. Mesmo no caso de um comparecimento de cerca de 10% dos moradores de cada região, haveria uma quantidade considerável de pessoas que acorreriam às reuniões. Obviamente, a complexidade seria diretamente proporcional ao aumento da porcentagem de habitantes que resolvessem tomar parte do processo.

Mapa 2

Divisão das Regiões do OP de Guarulhos [2007-2009]



8 Esses estados são, por ordem crescente: Santa Catarina (4,0%), Bahia (4,2%), Paraná (5,9%), Rio Grande do Sul (6,7%), Minas Gerais (9%), Rio de Janeiro (11,5%) e São Paulo (33,9%).

9 Afirmações no mesmo sentido, bem como informações sobre o regimento interno, as regiões administrativas, etc., podem ser encontradas no site do OP de Guarulhos: <www.garu.com/op>. O site, entretanto, está bastante desatualizado – sua última atualização foi realizada em 2002 –, o que dificulta a visibilidade e a transparência necessárias a um projeto desse tipo.

* O grifo é nosso.

Em termos operacionais, o OP tem periodicidade bianual. As atividades são divididas em anos pares e ímpares, do seguinte modo. Nos anos ímpares, primeiros do processo, ocorrem as plenárias. Nelas, o prefeito presta contas de sua administração e ouve as queixas e as demandas dos participantes; depois, são escolhidos os delegados para a composição do Fórum Regional e os conselheiros que formarão o Conselho de Orçamento Participativo [COP], e, por último, são escolhidas as prioridades de cada região da cidade, com base numa lista de 9 temas previamente delimitados. Ao todo, são realizadas 19 plenárias, uma para cada região; cada uma delas elege um número proporcional de Delegados,

1 Conselheiro Regional e um tema prioritário de política pública.

Nos anos pares, ocorrem:

(1) Encontros Temáticos,

(2) Encontros de Formação,

(3) Fóruns Regionais e

(4) Reuniões do Conselho do OP [COP], sendo estes dois últimos os encontros e, simultaneamente, as instâncias mais importantes do processo, pois neles são tomadas as decisões finais e são produzidos os ajustes entre as demandas da população e a viabilidade financeira e política para a realização das obras priorizadas, sob a ótica do Poder Executivo. Ademais, como veremos, o COP detém considerável poder de agenda no âmbito do desenho organizacional do OP de Guarulhos, constituindo-se, assim, em um de suas arenas decisórias de maior relevo – na verdade, a segunda mais importante, como veremos a seguir.

No caso dos Fóruns Regionais, estes consistem em reuniões de discussão – também uma por região – entre os representantes do OP [Delegados Regionais] e o Poder Executivo [secretários da prefeitura e assessores], nas quais são avaliadas as políticas demandadas pelas plenárias – assembléias populares de base regional – e aquelas já executadas. Nessas reuniões também ocorre a eleição do segundo Conselheiro Regional do COP, oriundo do conjunto de Delegados Regionais de cada região. Assim, a composição do COP conjuga representantes populares – escolhidos pelas Plenárias e pelos Fóruns Regionais – e por membros do Poder Executivo, indicados pelo Prefeito – Secretários de Governo, assessores e técnicos da administração municipal.

Uma vez formado o Conselho do Orçamento Participativo, entra em ação uma instância decisórias crucial, dado que cabe a esse reduzido grupo de representantes o exercício de uma séria de prerrogativas extremamente importantes, capazes de interferir sobremaneira tanto no processo do OP como em seus resultados. Tais prerrogativas são as seguintes:

- Deliberação sobre o Projeto de Lei Orçamentária, o que significa, na prática, a propositura do Orçamento Municipal a ser apreciado pela Câmara de Vereadores.
- Fiscalização da execução orçamentária, o que lhe daria certo "controle" sobre o Executivo, embora em sua composição esteja contida a presença de membros desse poder.
- Deliberação sobre alterações na "metodologia" do OP, ou seja, em seu regimento interno. Isto significa que cabe ao COP a última palavra no que se refere a quaisquer mudanças nas "regras do jogo" participativo.
- Escolha dos membros da Coordenação Paritária do OP.

Este último item deve ser mais bem explorado, porque implica em conseqüências institucionais da mais alta relevância. Em realidade, o COP não é a última instância decisória que intermedeia a relação entre a população [AssembléiagDelegadosgFóruns RegionaisgCOP...] e a prefeitura. Existe uma instancia mais restrita e acima do COP, composta por apenas 4 conselheiros e por 4 membros do Poder Executivo, daí o nome "Coordenação Paritária do OP". Dentre suas atribuições constam duas de maior relevo, quais sejam:

(1) convocar e coordenar as reuniões do COP e

(2) apresentar as propostas do Orçamento Municipal para discussão no COP. Obviamente, a convocação e a coordenação das reuniões do Conselho garante ao Conselho um poder de agenda fundamental, à medida que o controle das convocações [datas, horários, etc.] e da coordenação [controle do uso da palavra, das questões a serem debatidas, da ordem das deliberações, das informações, etc.] pode garantir-lhe institucionalmente um elevado poder de interferir nos resultados de todo o processo do Orçamento Participativo. No que se refere à função de apresentação de propostas orçamentárias, o que temos, na prática, é uma instancia responsável pela elaboração de um ante-projeto a ser discutido pelo COP. Ou seja, a Coordenação Paritária é o ator pró-ativo nesse contexto relacional com o COP.

No quadro abaixo, apresentamos uma síntese da estrutura organizacional do OP de Guarulhos, especificando os atores participantes e seus principais atribuições. É possível perceber que seu desenho institucional promove uma redução progressiva da participação popular direta, por intermédio de delegações sucessivas e da atribuição de prerrogativas cada vez mais importantes de acordo com a posição hierárquica que cada uma de suas instâncias ocupa em sua arquitetura constitucional.

Quadro 2

Síntese da Organização Institucional do OP de Guarulhos

PERÍODOS	ENCONTROS	PARTICIPANTES	ATRIBUIÇÕES
Anos Ímpares			
	Plenárias Regionais	Prefeito/Secretários Moradores da Região	Escolha de Delegados [Fóruns] Escolha dos Conselheiros [COP] Escolha das Obras Prioritárias
Anos Pares			
	Fóruns Regionais	Delegados do OP Membros do Executivo	Avaliação das Demandas Avaliação das Políticas Executadas
	Reuniões do COP	Conselheiros do OP Membros do Executivo	Deliberação sobre o Projeto de Lei Orçamentária Fiscalização da Execução Orçamentária Alterações no Regimento do OP Escolha dos Membros da Coordenação Paritária
	Encontros Temáticos	População e Delegados Membros do Executivo	Escolha do 1 Temas Prioritário para a Região Escolha de 1 Tema Prioritário para a Cidade
	Cursos de Formação	Delegados Conselheiros	Somente Formação e Avaliação

O "Afunilamento" do Processo Participativo do OP de Guarulhos

Conforme discutido até o momento, o Orçamento Participativo de Guarulhos tem início num ano ímpar, no qual em cada região da cidade realiza uma assembléia popular, contando com a participação de todos os moradores da respectiva região que se disponham a comparecer para ouvir a prestação de contas do prefeito, para fazer suas demandas e para eleger seus delegados e seus representantes no Conselho do Orçamento Participativo [COP]. No ano par subseqüente, tais delegados reúnem-se nos Fóruns Regionais para avaliar as demandas da população e as políticas já executadas. Além disto, eles também escolhem outros membros para a composição do COP que, por sua vez, exerce uma série de atribuições de grande impacto sobre o OP, dentre elas, a escolha de um grupo composto por 8 membros, chamado Coordenação Paritária [CP], a responsável por coordenar as reuniões do COP e apresentar uma espécie de ante-projeto Orçamentário para ser avaliado pelos membros deste Conselho. Finalmente, compete à CP o envio da proposta de Orçamento ao Poder Executivo que, por seu turno, envia-o ao Poder Legislativo do município.

Além de complexo, esse conjunto de procedimentos provoca um "afunilamento" no poder decisório e, conseqüentemente, na participação popular que, cada vez mais distante, encontra voz e voto somente em seus representantes – delegados e conselheiros. Apenas para tornar o argumento mais tangível, no ano de 2007 – último ano em que foram selecionados representantes – foram escolhidos 641 delegados nas 19 regiões da cidade e, para o COP, foram escolhidos 2 por região, ou seja, 38 conselheiros. Somando-se delegados e conselheiros, temos um total de 679 representantes para uma população de 1.251.179 habitantes. Evidentemente, alguém poderia alegar que este montante é extremamente superior aos 34 vereadores eleitos pelos mecanismos tradicionais, sendo, portanto, mais representativo do que este. Contudo, o aumento na escala da representação apenas contribuiria para, em princípio, torná-la mais proporcional e não para eliminar a grande distorção da soberania vislumbrada pela teoria democrática que abraça normativamente o modelo participativo: a representação política. Esta continua a existir no OP, apenas em escola maior e, como já salientado, às margens dos partidos – pelo menos supostamente.

Mesmo no que refere à representatividade, na prática, a escolha de delegados e de conselheiros está longe de cumprir tal meta. Pelo contrário, os representantes eleitos pelas Plenárias possuem representatividade bastante reduzida, dado que a quantidade de moradores que acorrem às reuniões é muito pequena – um dos grandes problemas do OP de Guarulhos que ainda não encontrou solução. A participação da população ainda é significativamente baixa, considerando-se que o Orçamento Participativo já vigora há oito anos no município.

O Gráfico a seguir mostra a evolução dos participantes em números absolutos. Apenas para dar um parâmetro mais concreto do montante da participação, basta destacar que a quantidade que compareceu às Plenárias em 2007 corresponde a apenas 0,83% da população total da cidade. Mesmo se somarmos todas as participações do período de 2001 a 2007, tendo o censo demográfico do IBGE de 2005 como ponto de referência, teríamos uma proporção de apenas 3,44% de comparecimento em relação ao total de habitantes do município.

Gráfico 5

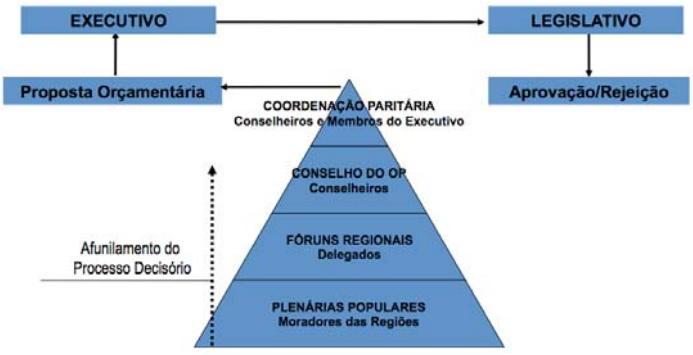
Fonte: Coordenação do OP, Prefeitura de Guarulhos.

Outro ponto a ser acentuado é que o princípio da representação, ainda remanescente, bem como sua lógica concêntrica em favor de instancias decisórias mais reduzidas, mostra que o dilema democrático antevisto por Michels (data) ainda não pôde ser superado pela organização do OP de Guarulhos, qual seja: a persistência de mecanismos de delegação da soberania e a formação de pequenos grupos com grande poder institucional de controle sobre os processos decisórios. Ou seja, a organização do processo conduz a um desenho institucional que privilegia a formação de lideranças que atuam em nome de uma base geográfica, funcionando com um distrito eleitoral que apenas escolhe um "tema prioritário" para a política pública e seus representantes para perseguirem tal política.

A visualização gráfica do fluxo delegatório e de tomada de decisão do Orçamento Participativo no município ilustra de maneira bastante clara esse "afunilamento" da participação, com a redução do poder de controle do processo decisório, bem como das prerrogativas que mais peso têm sobre seus os resultados políticos. O fluxograma abaixo descreve resumidamente os caminhos percorridos pelas escolhas de prioridades pela população até que estas sejam objetivadas numa proposta orçamentária pelo Poder Executivo e, finalmente, encaminhadas ao Poder Legislativo.

Fluxograma 1

Percurso do OP de Guarulhos



Considerações Finais

Com base na análise do desenho institucional do Orçamento Participativo do município de Guarulhos, procuramos mostrar neste texto que as características organizacionais do Orçamento Participativo em Guarulhos seguem uma logística e um mecanismo de cadeias delegatórias concêntricas. Em função disto, ao mesmo tempo em que o OP propicia uma forma alternativa de representação àquela tradicional, produzida pelas eleições regulares disputadas pelos partidos políticos, também provoca um esmaecimento do propósito participativo contido nos ideais democráticos que dão fundamentação teórica e normativa ao OP, justamente por produzir representação no interior sua estrutura organizacional.

Em princípio, a representação produzida pelo OP seria alternativa em função de quatro características. Primeiramente porque teria como base a região geográfica e a vinculação do representante à região, ao contrario do vereador, que, constitucionalmente, representaria a todos os cidadãos do município. Em segundo lugar, porque essa representação, em princípio, seria produzida às margens dos partidos, detentores legais do monopólio da representação na imensa maioria dos países que adotam os regimes democráticos liberais na atualidade. Em terceiro lugar porque a incumbência, bem como as

prerrogativas atribuídas aos representantes – delegados e conselheiros – saídos das deliberações de base do OP são restritas à determinada porcentagem da parte do orçamento municipal destinada ao investimento público. Isto significa dizer que além de estarem diretamente em confronto com a mesma atribuição – revisão da peça orçamentária – constitucionalmente dada à Câmara de Vereadores, por terem sua ação restringida apenas à questão orçamentária ligada ao investimento municipal, os delegados e conselheiros do OP não dispõem de quaisquer prerrogativas legais para tratar do processo de produção legislativa ordinária, exclusivas dos vereadores. Finalmente, em quarto lugar, a representação produzida pelo Orçamento Participativo seria alternativa à tradicional porque seria uma representação "pouco representativa", na medida em que a quantidade de participantes envolvidos na escolha de seus representantes regionais seria ínfima, se comparada com a participação eleitoral tradicional e até mesmo com o montante de habitantes das respectivas regiões.

Quanto ao enfraquecimento dos lastros teóricos e normativos ocasionados pelo desenho institucional da organização interna do Orçamento Participativo, deve ser destacado que a constituição de instâncias superiores à assembléia popular, como os conselhos, bem como as respectivas representações por meio de delegados e conselheiros, afunila o processo decisório em favor de lideranças que devem atuar em nome da base regional. Por este prisma, a única novidade do OP em relação à representação eleitoral tradicional consistiria na representação circunscrita às regiões e à inexistência de partidos como veículos oficiais das propostas e dos candidatos aos cargos representativos – embora não deva ser descartado o envolvimento indireto de organizações partidárias e/ou sindicais nesse processo. Afora isto, trata-se de um processo de delegação da autoridade política por intermédio da representação. O problema, então, reside no fato de que se a democracia participativa tem como objetivo maior a promoção da participação direta nas decisões políticas, como alternativa à representação, como ela poderia ser plenamente exercida por meio de procedimentos que, em última instância, são representativos?

No caso de Guarulhos, além de problemas importantes como a escassez de informações relevantes sobre o perfil dos participantes, a inexistência de avaliação subjetiva [grau de satisfação dos participantes, aumento ou não de seu grau de civismo, etc.] e objetiva [divulgação das políticas realmente decididas e executadas, site na internet atualizado com prestação de contas, etc.], sua organização é burocratizada e sua realização é bastante complexa para o nível geral de entendimento da população. Mas, o principal problema, revelado pela análise de sua estrutura organizacional e de seu desenho institucional, contidos em seu regimento interno, é que as principais decisões e prerrogativas estão circunscritas às instancias representativas que fazem a intermediação entre as Plenárias, ou seja as Assembléias Populares, e o Poder Executivo.

A partir dessa análise, temos algumas conseqüências teóricas importantes. A despeito de ser um estudo de caso, as considerações realizadas aqui poderiam ser estendidas às outras experiências de Orçamento Participativo, na medida em que seus desenhos organizacionais parecem não diferir muito do OP de Guarulhos. Algumas formas de organização são menos complexas, mas, mesmo assim, mantêm algum mecanismo de delegação, introduzindo representantes que atuam em decisões posteriores e "superiores" às da Assembléia Popular. Sendo assim, a questão que imediatamente se coloca é a seguinte: o distanciamento em relação aos ideais participativos se deve especificamente às experiências de Orçamento Participativo ou, na verdade, qualquer organização da participação popular direta acaba sucumbindo à famosa "lei de ferro da oligarquia", proposta por Robert Michels (2001)? Este é um problema central a ser discutido e um dos objetivos deste texto foi precisamente delimitá-lo para ressaltar sua relevância, tomando o OP de Guarulhos como um caso empírico que suscita a formulação desse problema de caráter teórico e, porque não dizer, normativo.

Referência Bibliográfica

ABERS, Rebecca (1997). "Learning Democratic Practice: Distributing Government Resources Through Popular Participation in Porto Alegre"; In: DOUGLAS, M. and FRIEDMANN, J. (Eds.), *Cities for Citizens: Planning the rise of Civil Society in a Global* Age. Chichester: John Wiley and Sons.

_____(1998). "From Clientelism to Cooperation: Local Government, Participatory Policy, and Civic Organization in Porto Alegre", *Politics and Society*, 26, pp. 511-537.

_____(2000). *Inventing Local Democracy: Grassroots Politics in Brazil*. Boulder: Lynne Rienner.

ARRETCHE, Marta (2000). *Estado Federativo e Políticas Sociais: Determinantes da Descentralização*. Rio de Janeiro: Revan.

ASSIE, William (1997). "Social Movements, Democracy, and Political Culture in Brazil", European Review of Latin American and Caribean Studies.

AVRITZER, Leonardo (2000). "Decentralization and Changes in Patterns of Association in Brazil", *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 42/03, pp. 59-76.

_____(2002a). *Democracy and Public Space in Latin American*. Princeton: Princeton University Press.

_____(2002b). "Modelos de Deliberação Democrática: Uma Análise do Orçamento Participativo no Brasil; In: SANTOS, Boaventura de Souza (2002). *Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro: Record.

_____(2002c). "Sociedade Civil, Espaço Público e Poder Local: Uma Análise do Orçamento Participativo em Belo Horizonte e Porto Alegre"; In: DAGNINO, Evelina (Org.), *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

AVRITZER, L. (2003). "O Orçamento Participativo e a Teoria Democrática: Um Balanço Crítico"; In: AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zander (Orgs.) (2003). *A Inovação Democrática no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez.

AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zander (Orgs.) (2003). *A Inovação Democrática no Brasil*. São Paulo: Editora Cortez.
BAIERLE, Sérgio (1992). *A Explosão da Experiência: A Emergência de um novo princípio Ético-Político em Porto Alegr*e. Dissertação de Mestrado, Unicamp.
BAIOCCHI, Giampaolo (2001a). "Participation, Activism, and Politics: The Porto Alegre Experiment and Deliberative Democratic Theory", *Politics and Society*, 29, pp. 43-72.
_____ (Ed.) (2001b). *Radicals in Power: The Workers' Party and Experiments in Urban Democracy in Brazil*. London: Zed.
_____(2001c). "Synergizing Civil Society: State-Civil Society Regimes and Democratic Decentralization in Porto Alegre", *Political Power and Social Theory*, 15, pp. 03-86.
_____(2003). "Emergent Public Spheres: Talking Politics in Participatory Governance", *American Sociological Review*, 68/01, pp. 52-74.
_____(2005). *Militants and Citizens*. Stanford: Stanford University Press.
BARCELÓ, Sara e PIMENTA, Zainer (2002). *Radicalizar a Democracia: Porto Alegre, um Modelo de Municipio Participativo*. Barcelona: Catara.
CABANNES, Yves (2004). "Participatory Budgeting: A Significant Contribution to Participatory Democracy", *Environment and Urbanization*, 16/01.
CARVALHO, Maira do Carmos e FELGUEIRAS, Débora (2000). *Orçamento Participativo no ABC: Mauá, Ribeirão Pires e Santo André*. São Paulo: Instituto Pólis.
COSTA, S. (1997). "Movimentos Sociais, Democratização e a Construção de Esferas Públicas Locais." *Dados*, 12/35, pp. 112-124.
FEDOZZI, L. (1997). *Orçamento Participativo: Reflexões sobre a Experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
_____(2000). *O Poder da Aldeia: Gênese e História do Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
_____(2007). *Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre: Análise Histórica de dados: Perfil Social e Associativo, Avaliação e Expectativas*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
GENRO, Tarso e SOUZA, Ubiratan (1997). Orçamento Participativo: A Experiência de Porto Alegre. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
GOULART, Jefferson (2006). "Orçamento Participativo e Gestão Democrática no Poder Local*", Revista Lua Nova*, n.º 69, pp. 49-78.
GRET, M. and SINTOMER, Y. (2004). *Porto Alegre: Learning Lessons from a Democratic Experiment*. London: Zed Books.
JACOBI, P. (1990). "Descentralização Municipal e Participação dos Cidadãos: Apontamentos para o Debate", *Lua Nova*, 20, pp. 121-143.
JACOBI, P. E TEIXEIRA, M. (1996). "Orçamento Participativo: Co-responsabilidade na Gestão das Cidades", *São Paulo em Perspectiva*, 10/13, pp. 119-128.
MICHELS, R. (1974). *Os Partidos Políticos*. São Paulo: Senzala.
LARANGEIRA, S. (1996). "Gestão Pública e Participação: A Experiência do OP em Porto Alegre", *São Paulo em Perspectiva*, 10/13, pp. 129-137.
LUAMBO, C.; COELHO, D. e MELO, M. A. (Orgs.) (2005). *Desenho Institucional e Participação Política: Experiências no Brasil Contemporâneo*. Petrópolis: Vozes.
LUCHMANN, L. (2002). Possibilidades e Limites da Democracia Deliberativa. Campinas: Editora da Unicamp.
MARQUETTI, Adalmir (2000). "Extending Democracy: The Participatory Budgeting Experience in Porto Alegre", *The Public Sector Indicator*, 17/04.
MICHELS, Robert (2001). *Para uma Sociologia dos Partidos Políticos na Democracia Moderna*. Lisboa: Antígona.
NYLEN, William (1998). "Popular Participation in Brazil's Worker's Party: Democratizing Democracy in Municipal Politics", *The Political Chronicle*, 08, pp. 01-09.
PATEMAN, Carole (1992). Participação e Teoria Democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
PIRES, Valdemir (2001). *Orçamento Participativo: O que é, para que serve, como se faz*. São Paulo: Manole.
SANTOS, Boaventura de Souza (1998). "Participatory Budgeting in Porto Alegre: Toward a Redistributive Democracy", *Politics and Society*, 26/04, pp. 461-510.
_____(2002). *Democratizar a Democracia: Os Caminhos da Democracia Participativa*. Rio de Janeiro: Record.
SANCHES, Félix (2002). *Orçamento Participativo: Teoria e Prática*. Editora Cortez.
SCHÖNWÄLDER, Gerd (1997). "New Democratic Spaces at the Grassroots? Popular Participation In Latin American Local Governments", *Development and C*hange, 28, pp. 753-770.
SILVA, M. K. (2001). *Construção da Participação Popular: Análise Comparativa de Processos de Participação Social na Discussão Pública do Orçamento em Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, UFRGS.

SINTOMER, Yves; HERBERG, Carsten et RÖCKE, Anja (2006). *Participatory Budget in a European Comparative Approach*. Berlim: Hans-Böckler-Stiftung - Humboldt-Universität.
_____(2007). *Budgets Participatifs en Europe: Les Affinités Électives de la Modernization Administrative et de la Participation Citoyenne*. Paris: La Découverte.
SOUZA, Celina (1997). *Constitutional Engineering in Brazil: The Politics of Federalism and Descentralization*. London: MacMillan.
_____(2001). "Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: O Papel do Orçamento Participativo", *São Paulo em Perspectiva*, 15/04, pp. 84-97.
UTZIG, José (1996). "Notas sobre o Governo do PT em Porto Alegre", *Novos Estudos Cebrap*, 23, pp. 209-222.
VILLAS-BÔAS, Renata (Ed.) (1999). *Balanço das Experiências de Orçamento Participativo nos Governo Locais*. São Paulo: Instituto Pólis.
WAMPLER, Brian (2007). *Participatory Budgeting in Brazil: Contestation, Cooperation, and Accountability.* Pennsylvania: Penn State University Press.
WAMPLER, B. & AVRITZER, L. (2002). "Participatory Publics: Civil Society and New Institutions in Brasil"; Not Published Manuscript.

Globalização e relações laborais em Portugal: Uma intervenção sociológica nos sectores têxtil, automóvel, bancário, telecomunicações e hotelaria e restauração

Marinús Pires de Lima
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
marinus.pires.lima@ics.ul.pt
Ana Guerreiro
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
ana.i.guerreiro@netcabo.pt
Cristina Nunes
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
cristina.nunes@ics.ul.pt

Resumo: Esta comunicação apresenta os resultados do estudo 'Globalização e Relações Laborais em Portugal', que se baseiam na aplicação da metodologia da intervenção sociológica, realizada com militantes sindicais, associações patronais, gestores, trabalhadores precários e desempregados, peritos e investigadores, dos sectores têxtil, automóvel, banca, telecomunicações e hotelaria e restauração.
O objectivo da intervenção sociológica foi o de colocar em confronto e reflectir sobre as transformações no sistema de relações laborais, decorrentes dos processos de globalização, com os vários actores sociais. Nestas sessões foram debatidos temas como os das implicações dos processos de globalização no panorama actual das relações laborais (deslocalizações, introdução de novas tecnologias de informação e de comunicação nos modelos de organização do trabalho), da evolução da negociação colectiva, da democracia, participação e representatividade sindical, da precariedade laboral e desemprego e da revisão do Código do Trabalho.

1. As consciências dos trabalhadores

Partimos da hipótese elaborada por A. Touraine, F. Dubet e M. Wieviorka (1989) e reelaborada ulteriormente na intervenção sociológica realizada em 1989 (Lima et alii, 1992) de que as identidades e as consciências dos trabalhadores são heterogéneas.

Nas fases mais antigas, anteriores ao taylorismo e ao fordismo, a organização do trabalho centrava-se em pequenas equipas, onde o operário de ofício organizava o seu próprio trabalho, mantendo uma autonomia profissional baseada no seu saber-fazer. A consciência da sua condição pode ser definida pela consciência *positiva* da utilidade social do seu trabalho.

No pólo oposto encontram-se os operários sem ofício, destinados a desempenhar os trabalhos mais penosos e que não requerem qualquer tipo de qualificação, habitualmente com comportamentos *economicistas*.

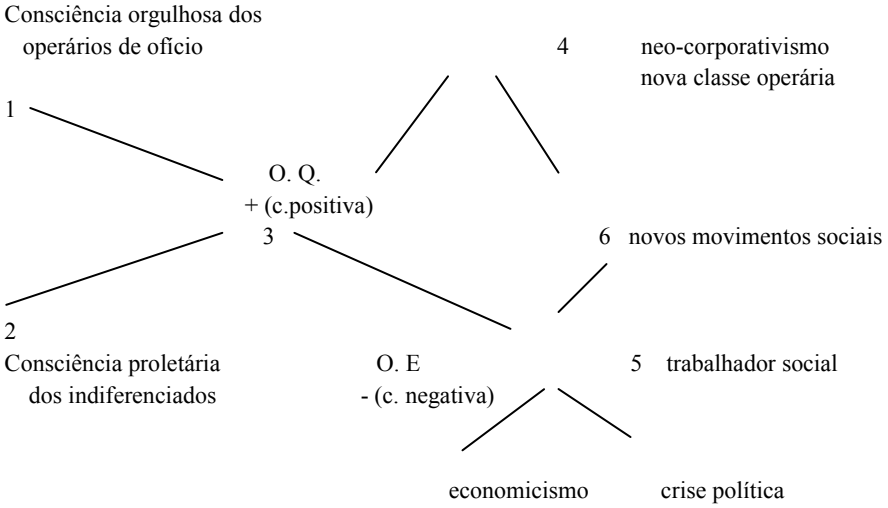
As características do grupo que foi seleccionado para a intervenção sociológica que estes dois tipos de operários não se encontram.

A introdução da *organização científica do trabalho* veio alterar o modo como os operários se relacionam com o trabalho e entre si. O taylorismo e o fordismo submetem-os a uma organização que lhes é cada vez mais estranha. Esta situação é baseada nas poucas referências históricas que são feitas pelos militantes, nomeadamente na indústria têxtil, automóvel e nas telecomunicações ou mesmo na banca, anteriormente à racionalização e modernização ocorridas nas últimas décadas1.

1 Conforme se explica numa outra investigação, a banca portuguesa passou de uma das mais atrasadas da Europa para uma das mais modernas, em razão dos grandes investimentos tecnológicos e organizacionais, impostos pela concorrência interna e internacional (Lima et alii, 2008).

Uma vez que o Taylorismo e o fordismo já se encontram num processo de crise e mudança, podemos afirmar que as fases marcadas pelas novas tecnologias de produção e informação dominam o grupo em análise, como o revela o esquema seguinte:

Fig. 1: Consciências dos Trabalhadores



É assim que podemos dizer que Manuel Silva (SINDETELCO) e Oliveira Costa (SNQTB) se aproximam dos 4 e que foi na sessão dos desempregados e dos precários que nos surgiram mais pessoas próximas dos 5, designadamente Nuno Pereira (trabalhador precário, sindicalizado na FIEQUIMETAL), Helena Nunes (trabalhadora precária, sindicalizada no SINDETELCO) e Pedro Rodrigues (Precários Inflexíveis), enquanto Cristina Andrade (FERVE2) evidencia um discurso mais típico dos 6. Tudo isto num contexto e num grupo marcados por um processo generalizado de *terciarização*.

As intervenções de alguns militantes permitem-nos identificar como *novas consciências gestionárias*, que correspondem à transição para a sociedade neo e pós-industrial e nos trabalhadores muito qualificados das novas tecnologias de informação. Abrem-se à modernização, ao sindicalismo de proposição e a temas negociáveis: são os casos de António Chora (Comissão de Trabalhadores da Autoeuropa), Cardoso Lopes (SINDEL), Carlos Vicente (SICOMP) e dos interlocutores Glória Rebelo (Jurista), José Ramirez (Jurista) e Luís Silva (Responsável pelas relações colectivas da PT Comunicações e TMN).

Outras intervenções aproximam-se das *consciências políticas* (consciências de classe negativas), em que os temas do conflito social, da crítica ao neo-liberalismo económico ou ao capitalismo são dominantes. São ilustrações militantes como Joaquim Pires (FESAHT), António Marques (FESETE), Carlos Carvalho (FIEQUIMETAL) e Manuel Bravo (FIEQUIMETAL).

Isto não exclui que se verifique por vezes uma certa *hibridez* nos discursos em que quer a negociação e o conflito, quer o diálogo e as contestações são defendidos consoante a conjuntura económica e política.

De uma maneira geral, também o *sindicalismo de serviços* (apoio à assistência médica, aos fundos de pensões, aos tempos livres, ao aconselhamento jurídico, técnico, financeiro e económico aos associados) encontra em geral defensores, não havendo ninguém que se lhe oponha, embora seja no sector bancário que se verifique mais frequentemente bem como nos militantes de sindicatos não filiados em nenhuma central sindical.

2. Democracia, participação e representatividade sindicais e transformações do sindicalismo face à globalização

Neste ponto analisar-se-ão as representações dos militantes sindicais em relação aos temas da democracia, participação e representatividade sindicais e das transformações do sindicalismo face a um mundo cada vez mais globalizado.

No que diz respeito ao tema da participação e da democracia, tentou-se compreender qual é o grau de participação real e desejável considerado pelas instâncias sindicais. Neste âmbito, uma das questões colocadas foi a de como se realiza a circulação da informação nas organizações sindicais. Relacionado com este tema está a burocratização das organizações sindicais. A progressiva institucionalização dos sindicatos implicou naturalmente um aumento da burocracia organizacional. Assim, os diferentes dirigentes e militantes sindicais foram questionados sobre o tipo de modelo organizacional adoptado por cada uma das instâncias sindicais. Neste campo, lançou-se para a discussão o problema do poder nas organizações: até que ponto é que existe ou não um controlo do poder nas cúpulas em relação aos níveis intermédios e da base? Os militantes foram também auscultados sobre as relações entre partidos políticos e sindicatos e sobre a existência de controlo do poder político face ao sindicalismo.

Outro tema abordado foi o da representatividade sindical das diferentes centrais sindicais (CGTP, UGT e USI) e dos sindicatos estudados no âmbito deste projecto (FESETE, FESATH, FIEQUIMETAL, SINDEL, SINDETELCO, SICOMP, SBSI, SNQTB). Tal como foi sublinhado pelo Prof. Marinús Pires de Lima, na sessão da intervenção sociológica dedicada a este assunto, em Portugal os dados sobre a representatividade são pouco fiáveis, existindo apenas estimativas.

2 Fartos/as d'Estes Recibos Verdes.

Após o 25 de Abril de 1974, existia uma taxa de sindicalização bastante elevada que se estima que alcançasse os 50%. Actualmente, tem-se vindo a assistir a uma diminuição do número de trabalhadores sindicalizados e considera-se que a taxa de sindicalização possa variar, dependendo também dos diferentes sectores, entre os 18 e os 25%.

Discutiu-se também o tema da renovação e da profissionalização dos dirigentes sindicais. Neste último ponto, como referiu o Prof. Marinús Pires de Lima, num mundo globalizado é necessário que os dirigentes desenvolvam e adquiram competências técnicas cada vez mais qualificadas para acompanhar todas as mutações económicas, políticas, sociais e culturais. Esta profissionalização pode ter aspectos positivos ou mais negativos como, por exemplo, uma maior distanciação dos problemas vividos, a nível micro, nos locais de trabalho e nas empresas.

Por último, analisou-se os desafios que a globalização coloca à acção sindical. Partiu-se do pressuposto de que os sindicatos ao terem mantido a sua tradição histórica de luta direccionada para o espaço nacional, ou seja, para a defesa dos interesses dos seus trabalhadores enfrentam algumas dificuldades na constituição de uma dinâmica sindical transnacional. No entanto, também a este nível começa-se a verificar novas tendências.

Começamos por analisar as representações dos interlocutores do sector bancário. O representante do SBSI afirmou que os motivos que conduzem os trabalhadores a participarem na actividade sindical são distintos dos encontrados em décadas anteriores. O interlocutor disse também que, em alguns casos, os trabalhadores sofrem pressões das hierarquias que apelam à não participação. Afirma que actualmente é mais difícil eleger delegados sindicais: "*hoje com balcões de 3-4 pessoas (…) é muito difícil (…) não se podem ausentar porque num balcão de 3 faltar um é importante. A pressão da hierarquia, a pressão dos próprios colegas é tremenda…*". No que concerne à existência do modelo de participação utilizado, foi dito que cada sector tem de encontrar o modelo que mais se adequa e adapta à sua realidade, e que este deve de primar pela flexibilidade.

Em relação ao tema da representatividade, foi mencionado que "*Os sindicatos tradicionais e o Sindicato dos Bancários do Norte, Centro, do Sul e Ilhas (…) representam no seu conjunto 75 ou 80% dos trabalhadores bancários no activo (…) portanto, a questão da representatividade no caso do sector bancário não se coloca. O sector tem uma alta taxa de sindicalização, fruto de uma tradição forte de intervenção sindical*". Este factor aliado a outras características do sector e ao facto de os seus trabalhadores, em geral, possuírem elevados níveis de escolaridade conduzem, na sua opinião, a que a circulação da informação se realize facilmente. Os principais meios utilizados para a divulgação da informação são o *site*, a utilização da *intranet* em algumas instituições bancárias e a revista editada pelo sindicato.

No que diz respeito à renovação dos dirigentes sindicais, o representante do SBSI afirma que esta é extremamente importante mas que é um assunto difícil. Na sua opinião, não é possível ter dirigentes experientes com 30-35 anos de idade. Além disso, para os jovens aderir à causa sindical representa muitas vezes sacrificar a ascensão na carreira profissional. Por outro lado, os dirigentes mais velhos, por vezes, tendem a permanecer nos cargos não só porque dedicaram toda a sua vida a esta causa mas também por uma questão de poder e protagonismo pessoais.

No que concerne à profissionalização sindical, o interlocutor defende o profissionalismo mas não a profissionalização. Assegurou que, no caso da sua organização sindical, recorrem a assessorias jurídicas e económicas e que, devido à natureza do próprio sector, os dirigentes também têm de estar muito preparados a este nível. Neste sentido, entende "*a questão da profissionalização como significando estarem apetrechados de forma competente para responder aos desafios que têm pela frente*" mas defende também que *"…os dirigentes têm que ser sócios do sindicato, não é funcionários do sindicato, mas trabalhar no sector*".

O representante do SBSI assegurou que nunca houve tentativa de intromissão dos partidos políticos no seu sindicato: "*eu nunca recebi nenhum contacto para "Faz lá no sindicato isto porque dá jeito ao Partido Socialista*". Assume que outro aspecto diferente é a posição político-partidária de cada dirigente: *"…eu sou influenciado sindicalmente porque sou do Partido Socialista e porque acredito mais nessas ideias. Mas isto não significa que eu esteja a receber telefonemas*". O interlocutor defende também o sindicalismo de proposição.

O representante do SNQTB, filiado na USI, afirma que: *"…o movimento sindical em Portugal passa por um problema que eu chamo de 3 erres: é repensar, reestruturar e renovar". Na sua opinião, esta transformação passa pela renovação das gerações sindicais e por…"criar incentivos para chamar as novas gerações, dos 35 aos 50 anos e para isso é preciso criar situações, porque (…) hoje em dia a militância missionária que caracteriza muito os sindicatos, não tem grande futuro junto das novas gerações*". Neste sentido, defende eventualmente subvenções estatais aos sindicatos para que seja possível "*a independência e a profissionalização dos sindicalistas".* Relativamente ao último tema, diz o seguinte: a *"profissionalização dos sindicalistas, eu não estou a dizer que tenha que ser hoje, mas é um caminho que tem de ser seguido como já existe noutros países…*"

A sua posição face à representatividade sindical vai ao encontro da defendida pelo representante do SBSI, ou seja, a de que existe no sector da banca uma alta taxa de sindicalização. No caso específico do SNQTB, assume que "*temos já mais de 15 mil associados (…) crescemos todos os anos 800 pessoas, à roda disso*".

O dirigente sindical sublinhou ainda o facto de que é necessário incentivar os trabalhadores precários a participar nas organizações sindicais e defende que este assunto deve ser pensado conjuntamente pelas diferentes centrais sindicais. Além disso, defende também que deve existir uma intervenção do Estado para auxiliar os sindicatos a lidar, por exemplo, com as ameaças e discriminações sofrida pelos delegados e dirigentes sindicais.

Outro tema abordado quer por este representante, quer pelo Presidente do SNQTB foi o da defesa do sindicalismo de serviços: *Hoje, nós defendemos, cada vez mais, à semelhança dos sindicatos nórdicos, sindicatos de serviços sociais*". No

entanto, o Presidente do SNQTB assevera que *"…o Estado não está preparado para isto! De tal maneira que persegue os sindicatos que não se enquadram taxativamente na dicotomia contestatário ou propositivo. Persegue judicialmente. Persegue os actores que ousam levar este sindicalismo de serviços a bom porto e com sucesso entre os trabalhadores*".

Em relação à internacionalização do sindicalismo, o dirigente do SNQTB afirma que a USI está representada na CESI e que o SNQTB pertence também à FEQ e à FECEC. No entanto, adverte para o seguinte facto: "*eu não acredito muito no movimento internacional de sindicatos. Acredito que é uma situação interessante para se ouvir umas experiências, para se ganhar algumas ideias, mas não acredito que o movimento internacional dos sindicatos possa responder a este movimento de fusões e de aquisições que existe nas telecomunicações, nos têxteis e até nas empresas de hotelaria…*". Em relação a este assunto, o Presidente do SNQTB afirma que "*…já vivemos há anos na banca (…) já temos comités de empresa europeus, quer de bancos portugueses, quer de bancos estrangeiros e temos que reencontrar e redefinir qual é o papel dos trabalhadores e dos seus sindicatos relativamente a estas formas de representação*". A nível nacional, lamenta o facto de a USI não estar representada no CES.

O representante do STEC afirma que este sindicato do grupo Caixa iniciou a sua actividade *"…por considerar que o sindicato dos bancários verticais não representavam o grupo (…) daí que a adesão à formação do sindicato foi uma explosão completa"*. Ao nível da sua representatividade, diz que *"é um sindicato que, contra aquilo que está a acontecer no mercado, a nível sindical, cresce todos os dias (…) tem 5.000 e tal associados*". Em relação à participação dos associados no sindicato assegura que apesar de o STEC ter trazido muitos benefícios aos trabalhadores do grupo, o seu envolvimento no sindicato não é o desejado: "*estamos a falar de empresas que nunca tinham tido na vida um acordo colectivo, nunca tinham tido direitos e com o aparecimento deste sindicato (…) a vida deles teve uma transformação completa (…) agora, naturalmente que estamos a falar de pessoas que têm muito pouca capacidade reivindicativa e participativa. Para eles, o sindicalismo é um pouco isto, não é ainda participarem, reivindicarem, ajudarem ainda é receberem: estão ali inscrevem-se e recebem!*". Além disso, afirma também que actualmente os sindicatos são procurados até mesmo como "*consultórios de apoio psicológico*". O facto de o sector bancário ser extremamente exigente e competitivo conduz a que os trabalhadores se filiem no sindicato porque no futuro poderão ter de socorrer ao seu auxílio. Além disso, defende que as pessoas, muitas vezes, não participam por medo. Contudo, refere que o STEC desenvolve um tipo de sindicalismo próximo dos trabalhadores. Assim, afirma um outro membro do STEC, a divulgação da informação, para além do *site* e dos comunicados, é feita "*com os associados balcão a balcão*".

Relativamente à internacionalização do sindicalismo e das confederações sindicais internacionais, afirmam que o sindicato se tem mantido à margem destes assuntos.

No que diz respeito ao sector têxtil e do vestuário, a participação no conjunto das sessões da intervenção sociológica ficou a cargo da FESETE, filiada na CGTP. O seu dirigente assumiu que a FESETE é a quase que exclusivamente a única protagonista do movimento sindical no sector: "hoje não se nota uma intervenção da UGT em termos de sector têxtil e vestuário. Este facto foi também corroborado pela representante da ANIVEC-APIV presente na sessão dedicada às associações patronais.

No entanto, em relação à representatividade sindical da FESETE, foi-nos transmitido numa entrevista realizada a outro dirigente, que as deslocalizações afectaram negativamente a taxa de sindicalização. No passado, esta abrangia cerca de 70% dos trabalhadores, actualmente estima-se que atinja apenas cerca de 30%. O representante da FESETE, que participou na intervenção sociológica, afirmou o seguinte em relação ao tema da participação: "*nós, só aqui na área Sul, na altura da revolução, chegámos a encher o Coliseu dos Recreios (…) neste momento, não é possível fazer-se uma assembleia com muitos trabalhadores, porque normalmente não vêm*". Daí que defenda um sindicalismo de acção nas empresas junto dos trabalhadores:"…nós devemos estar próximos dos trabalhadores, não é possível a burocracia no sector têxtil (…) a nossa intervenção é uma intervenção diária. Exercendo os direitos sindicais nas empresas, fazendo plenários…". Além desta intervenção no terreno, a FESETE possui também um jornal e são feitos também comunicados: "*temos uma tiragem de 70 mil para um sector com 200 mil. Estamos muito longe de atingir uma grande discussão, um grande envolvimento, mas não temos capacidade para chegar mais longe*".

O dirigente sindical não se demonstrou a favor da profissionalização sindical: " *o nosso sindicalismo assenta nos trabalhadores das empresas, por isso quem não é sócio do sindicato não pode ser dirigente do sindicato e a regra é a ligação às empresas. A regra é esta: eu, no sindicato, ganho o mesmo salário que ganhava na CUF ou na QUIMIGAL, não tenho nenhuma benesse*". Em relação à renovação dos dirigentes sindicais, afirmou que esta é necessária e por este motivo é que no próximo Congresso da FESETE serão provavelmente eleitos 3 jovens para a direcção, mas que um dirigente para possuir experiência necessita de 10-15 anos de actividade sindical.

Assume também que a FESETE, onde estão filiados 14 sindicatos, é uma organização sindical plural do ponto de vista ideológico dos seus membros: "…6 sindicatos têm uma tendência católica, socialista, é uma federação plural! Há autonomia do movimento sindical!". Relacionado com este assunto, está o do controlo dos sindicatos pelos partidos políticos que, neste caso, é apaziguado pelo dirigente: "*Eu acho que se exagera também muito nisto (…) nós somos independentes face aos partidos (…) agora, é óbvio que uma pessoa que está no movimento sindical, aqueles que entendam, também têm o seu partido político, mas uma coisa é a vida partidária outra é o sindicalismo. Eu falo pela minha organização, não há ali pressões partidárias e a prova disso é que mesmo aquelas pessoas, que têm outras sensibilidades, sentem-se bem na discussão (…) às vezes, oiço muito Partido Comunista daqui, de acolá, mas acho que não, são pessoas que normalmente não conhecem as organizações…*"

Quanto à natureza do sindicalismo praticado pela FESETE, o seu dirigente defende uma actuação contestatária e negociadora: "*somos contestatários porque os problemas são muitos! Somos proponentes, negociadores e ao mesmo tempo também somos negociadores. Nós somos tudo isto (…) o sindicalismo tem que ter uma dinâmica de massas, de trabalhadores*. O interlocutor assume também que o sindicalismo deve combater as injustiças sociais: "*O sindicalismo existe para lutar contra as injustiças! Para que o mundo seja melhor! Um trabalhador têxtil ganha 2 euros acima do salário mínimo nacional! Estão no limiar da pobreza! Daqui a importância do sindicalismo*".

No que concerne à construção de uma dinâmica sindical transnacional, o interlocutor demonstra algumas desconfianças: "*…há desenvolvimentos organizativos que nós até temos dúvidas. Por exemplo, a nossa federação têxtil europeia, neste momento decidiram fundir-se com os metalúrgicos, com a química. Nós não estamos de acordo com isto! (…) há uns desenvolvimentos no sentido de haver uma federação europeia, quase uma federação da indústria, o que cria alguns problemas porque depois os sectores mais pequeninos são aqueles que vão ficar mais afectados*". Afirma ainda que deve existir um intercâmbio internacional entre as diferentes organizações sindicais, mas que o espaço de actuação nacional deve ser privilegiado: "*é óbvio que, em termos sindicais, nós temos que ver com o movimento sindical internacional. Mas há uma coisa que está presente: nós não temos dinheiro para irmos fazer uma manifestação à Eslovénia, como a CES, fez aqui há pouco tempo, que ficou a 50 Km de distância das pessoas que estavam a protestar. Aquilo não dá nada! Por isso nós privilegiamos a luta aqui no interior do nosso país sem descurar o intercâmbio*". Defende também que a OIT tem um papel importante na implementação e regulação das normas internacionais do trabalho.

O interlocutor demonstra ainda algum cepticismo face à eficácia dos movimentos sociais e das associações que surgiram recentemente contra a precariedade laboral: "*os movimentos sociais são importantes mas há ali uma questão negativa nos movimentos sociais: é que não são eleitos pelas pessoas! No sindicalismo nós temos que ser eleitos pelos trabalhadores! (…) em termos democráticos, eu tenho muitas dúvidas sobre esta questão, de pessoas a falar em meu nome…, quando eu não participei em nenhuma eleição (…) mesmo os trabalhadores que não estão sindicalizados, quando há algum problema batem logo à porta dos sindicatos para os ajudar! Então vão bater à porta de quem? Do movimento social da precarização ou do movimento social não sei quê? Não. Aquilo não dá resposta aos problemas dos trabalhadores*.

No sector da hotelaria e restauração, contámos apenas com a presença em algumas sessões do representante da FESATH, filiada na CGTP. Este não esteve presente na sessão em discutimos os temas em análise, mas afirmou que a sua organização pratica um sindicalismo de contestação, de massas e propositivo (embora o seu discurso se dirija mais para a actuação contestatária): "*…um movimento sindical propositivo ou contestatário? Eu julgo que, no meu sector sinto isso, nós temos essas 2 facetas. Estamos inseridos numa corrente, chamada movimento social unitário, que temo como princípio ser um sindicalismo de massas, ser um sindicalismo independente e democrático*".

Em relação ao tema da participação e da representatividade, o interlocutor lamentou simultaneamente o facto de ser difícil efectuar a sindicalização dos trabalhadores precários, normalmente jovens, e das contrariedades que as mulheres enfrentam para levar a cabo a participação sindical.

Ao nível do sector automóvel, um dos representantes da FIEQUIMETAL, filiada na CGTP, começou por abordar a questão da participação sindical sublinhado as atitudes anti-sindicais levadas a cabo pelas entidades patronais: *"…a atitude antidemocrática, que também não é surpresa, de grande parte das entidades patronais, ou seja, do patronato do sector. São raras as excepções em que as actividades sindicais são respeitadas no interior das empresas*". O interlocutor, tal como o dirigente da FESATH, frisa também quer o facto de a precariedade estar a dificultar a sindicalização dos trabalhadores quer as dificuldades sentidas pelas mulheres na participação sindical: "*o aumento da precariedade neste sector tem sido exponencial! A par do agravamento da jornada de trabalho! O que traduz depois, do ponto de vista da participação dos trabalhadores, um aumento também das dificuldades deles próprios em participarem*". *Temos casos em que as mulheres participam ao nível da empresa, na estrutura de base, dentro do período do horário de trabalho, mas depois trazê-las a tempo inteiro é uma carga de trabalhos, porque há todo um contexto social que as envolve, que lhe dificulta a participação (…) e isso não nos satisfaz nada, pelo contrário*".

No que se refere à representatividade sindical, outro dirigente da FIEQUIMETAL, afirmou que entre 40% a 45% dos trabalhadores sindicalizados no sector têm idades inferiores a 35 anos. Este dirigente demonstrou a seguinte opinião face ao tema da renovação das gerações sindicais: "*A CGTP definiu, para o último Congresso, que eram sindicalistas com mais de 60 anos que se reformassem durante o mandato. A direcção nacional levantou-se…, parecia um escândalo nacional que isso acontecesse. Essa medida tem exactamente como objectivo que sejam os trabalhadores no activo os verdadeiros representantes, aqueles que estão em melhores condições para interpretar os problemas em cada momento e procurar encontrar soluções para eles*".

Os 2 representantes da FIEQUIMETAL, demonstram a não-aceitação da profissionalização dos dirigentes sindicais: "A experiência que temos vai no sentido das pessoas participarem porque têm vínculo laboral com uma entidade patronal (…) entendemos que isso desvirtuava o papel dos sindicatos. Os sindicatos são associações de classe dos trabalhadores, daqueles que estão no activo…". O outro dirigente afirmou o seguinte: "*…estamos de acordo no sentido do profissionalismo como a melhoria dos conhecimentos e da formação necessária para melhor representar os trabalhadores. Se profissionalismo entendido como profissionais que se dedicam depois a ser sindicalistas, há o perigo sério de afastar os que representam os trabalhadores do conhecimento real dos problemas (…) o profissionalismo nesse sentido, na minha organização, estamos completamente em desacordo…*"

A FIEQUIMETAL afirma desenvolver um sindicalismo de acção junto dos trabalhadores: *"…apostamos muito na deslocação dos dirigentes sindicais aos locais de trabalho (…) a secretária é um local de apoio à actividade, e o sindicalismo faz-se com as pessoas, partilhando os problemas delas, procurando resolvê-los…*". No que diz respeito à emergência de novas formas de organização sindical no sector, e tomando como exemplo, os sindicatos de grupo ou de empresa constataram-se as seguintes asserções: *"…a questão Caixa (dirigindo-se ao representante do STEC) é um exemplo, é um laboratório, não é? Está aqui um exemplo concreto e que até podia…, há condições para repensar alguns aspectos ou algumas formas de organização. Mas como é que nós fazemos nos sectores industriais, e até posso falar aqui no sector têxtil também, onde 95% do tecido empresarial é baseado em pequenas e médias empresas? Organizamos os trabalhadores por pequenas e médias empresas? (…) nós, nos nossos sectores, estamos fartos de discutir isto e não vemos outra solução que não seja haver sindicatos regionais…*"

Relativamente ao possível controlo exercido pelos partidos políticos sobre os sindicatos, um dos dirigentes afirma que "*há quem prefira discutir os sindicatos como instrumentos partidários ou outra coisa qualquer, eu prefiro discutir os sindicatos como instrumentos dos trabalhadores para responderem a problemas dos trabalhadores*". Outro interlocutor da FIEQUIMETAL disse o seguinte: *"…tenho pena que os partidos não influenciem mais hoje em dia! Porque estão a influenciar pouco! Ou seja, que se saiba e que se entenda o que é que pertence a cada um e qual é o espaço de intervenção de cada um (…) mas também não vale a pena ignorar que a intervenção sindical também tem uma componente ideológica*".

No que respeita à eventual criação de subvenções estatais às entidades sindicais (assunto que foi levantado pelo dirigente do SNQTB), um dos dirigentes da FIEQUIMETAL demonstrou o seu desacordo por acreditar que constitui uma ameaça à autonomia sindical: "*se eu criasse uma estrutura num sector que não dependesse exclusivamente dos trabalhadores, no momento da verdade, em que é preciso dizer sim ou não…, vamos colocar a questão do Código do Trabalho: é preciso dizer sim ou não em função daquilo que os trabalhadores necessitem, se os sindicatos tivessem uma subvenção do Estado, estão sempre dependentes do subsídio, que aumenta ou diminui em função da posição sindical, a organização dos trabalhadores tem que ser autónoma*".

No que se refere às posições do SINDEL, pertencente à UGT, não podemos aferir as suas opiniões sobre a maior parte das temáticas em análise, pois o seu representante não esteve presente na sessão em que as abordámos. No entanto, numa outra sessão, o dirigente defendeu o sindicalismo de proposição: " *O SINDEL insere-se claramente num sindicalismo propositivo, mas já há muito tempo, até porque onde está associado a isso também obriga. Eu dou como exemplo a negociação, muitas vezes, duradoura e antecipada que temos que fazer com as empresas. A abordagem que fazemos muitas vezes tem que ser por antecipação e não por reacção (…) de nada vale estar a reivindicar aquilo que não é reivindicável. De nada vale estar a propor aquilo que não é depois negociável. Isso é apenas fomentar o conflito*". Quanto à constituição de uma dinâmica sindical internacional, o representante do SINDEL defendeu a constituição de uma bolsa social que meça os valores sociais praticados pelas empresas. "*O sector automóvel obriga-nos a olhar para o mundo todo (…) uma das coisas que nós vimos defendendo já há muito tempo era a criação de uma bolsa social internacional, os sindicatos têm que ter uma visibilidade mais técnica, funciona muito melhor o marketing televisivo, que combata o capital pelo próprio capital, do que, muitas vezes, uma manifestação ou uma greve ou outros factores de luta tradicionais, mas hoje verifica-se que os resultados obtidos por essas vias são reduzidos. O que é que se pretendia com esta bolsa social? Que os valores sociais associados à empresa fossem quantificados! (…) é preciso mostrá-los e torná-los visíveis. E aqui há um problema de alguma dificuldade: é que há muitos trabalhadores e muitos sindicatos que acabam por olhar para as conquistas que têm obtido, ao longo dos anos, como algo que é seu. O sentido de pertença perante aquilo que é conquistado é para todos, não apenas para o sector. Uma empresa em Portugal ou nos EUA que tenha direitos, se se vai instalar na Ásia ou noutro lado é bom que esses trabalhadores tenham conhecimento do que é que os outros têm*". O dirigente do SINDEL defende que esta bolsa social só pode ser criada por instâncias sindicais a nível internacional: "*Para isso é preciso haver uma maior articulação entre os sindicatos a nível internacional*". O SINDEL está filiado em 4 organizações de âmbito internacional (2 europeias e 2 mundiais).

No que respeita às telecomunicações, o representante do SICOMP, filado na USI, referiu que o sector se caracteriza por possuir um elevado número de trabalhadores sindicalizados, fenómeno que se deve a uma tradição sindical consolidada desde há várias décadas. Contudo, esta tradição é mais forte, no seu entender, na PT Comunicações: *"…não é um número certo, mas anda um pouco aquém da média nacional, porque mesmo assim 75% dos trabalhadores são sindicalizados. Isto tem a ver com uma tradição sindical bastante antiga. Portanto, nas telecomunicações existem já sindicatos com actuação laboral e com greves produzidas e movimentos laborais produzidos desde 1910*". Contudo, salienta que também neste sector se tem verificado uma diminuição do número de sindicalizados: *" o ritmo de saídas é maior do que o ritmo de entradas, logo aí vai criar um aumento de dessindicalizações. Além de os trabalhadores que estão noutras empresas, como não têm contratação colectiva, a maior parte deles não são filiados nos sindicatos*".

No caso particular do SICOMP, reconhece que "*temos uma minoria de sócios, não temos um sócio, como alguns dizem, mas reconhecemos que não temos a maioria dos sócios. Mas, em termos de influência social, podemos ter a nossa influência no movimento laboral*". A circulação da informação é realizada através de comunicados e do *site*. O presidente do sindicato assume que a principal função dos sindicatos é realizar a negociação colectiva: "*as principais funções de um sindicato não são só a defesa dos trabalhadores, mas também fazer a contratação colectiva. O sindicato está 10 anos sem fazer um acordo ou 20, como há alguns aí, segundo consta (…) a sua condição principal de sindicato não é cumprida, a relação laboral não é efectiva, penso eu que não é bom*". Um dos aspectos frequentemente mencionados por este dirigente

foi o controlo político-partidário de que pensa ser alvo a UGT e a CGTP: " *o actor institucional tem que ser autónomo e independente em relação às directivas político-partidárias e o que me parece é que, muitas vezes, a actuação destas centrais respeitam mais as directivas político-partidárias do que propriamente os interesses dos trabalhadores (…) o movimento sindical independente não surge assim por acaso, surge como uma evolução histórica das decisões que se foram operando no movimento sindical, por responsabilidade dos dirigentes sindicais da altura aceitarem, portanto, a ingerência dos partidos políticos*". Outra questão levantada pelos membros do SICOMP foi a ausência de participação da USI no CES.

Ainda no que concerne às telecomunicações, um dos dirigentes do SINDETELCO, filiado na UGT, concorda, no que se refere à elevada taxa de sindicalização dos trabalhadores, com o representante do SICOMP: *"…mais de 82% dos trabalhadores das telecomunicações tradicionais são sindicalizados (…) mas há um espaço ainda grande, da ordem dos 20%, pelo menos, para sindicalizar e nestas estão obviamente as Optimus, estão as Vodafones, estão as Onis (…) aí não é tão fácil porque as próprias administrações das empresas e os recursos humanos não têm tanta abertura e pensam que os sindicatos têm que ficar da parte de fora, nem é do edifício, é da parte de fora da área residencial onde o edifício está instalado*". Um outro membro do SINDETELCO relativamente à representatividade sindical da sua organização considera o seguinte: "*neste sector, posso dizer que o nosso sindicato é o mais representativo. Nós estamos muito bem implantados nesta parte da nova economia, que tem trabalhadores jovens, alguns com qualificações universitárias*". No mesmo sentido, o secretário-geral do sindicato não concorda com o facto de a precariedade laboral poder afectar a sindicalização dos trabalhadores mais jovens: "*No meu sindicato pelo menos uns 60% das pessoas têm menos de 35 anos*". Daí que considere que o problema da renovação dos dirigentes sindicais não esteja nos jovens nem nas gerações mais velhas, mas precisamente entre os indivíduos que possuem entre 35 e 55 anos. No entanto, considera que as gerações mais novas não estão disponíveis para desempenhar a actividade sindical a tempo inteiro e isto também levanta problemas ao sindicalismo: "*…qual é a solução? É dirigentes eleitos a tempo inteiro e que lhes criem as condições para eles poderem exercer as suas actividades. Se chamam a isto profissionalismo? Olha, serve! Isso serve!*". Além disso, pensa também que "*…não há dúvida nenhuma que em muitos sectores o facto de se ser dirigente sindical é sinónimo de se ser prejudicado na sua vida profissional*".

Um dos membros do SINDETELCO admite que não é fácil mobilizar os trabalhadores para participar activamente na esfera sindical: "*…actualmente é difícil os sindicatos terem essa participação, mas ela existe (…) se o sindicato lá estiver e quiser mobilizar esses trabalhadores consegue-o e os trabalhadores sabem que têm sempre o sindicato ou têm sempre alguém que vai ao seu encontro e que lhes poderá dar algumas respostas ou algumas informações (…) agora, que não é fácil, não é*." Por outro lado, não é considerado que os trabalhadores sujeitos à precariedade laboral participem menos: "*Como é que esses trabalhadores reagem aos sindicatos? Reagem da mesma maneira que os outros, apesar de a sua situação não ter o mesmo vínculo contratual e de estarem numa situação de maior fragilidade, porque qualquer possibilidade de alguma colagem ao sindicato, naqueles empregadores cria logo ali um problema e então poderia criar problemas à própria continuidade dos trabalhadores nesse sector, que não é o caso."*

A circulação da informação no sindicato é realizada através do *site*, do boletim, da *intranet*, em algumas empresas, e das deslocações permanentes aos locais de trabalho.

Relativamente à possível existência de um controlo exercido pelos partidos políticos e replicando as críticas do membro do SICOMP, o secretário-geral do SINDETELCO respondeu o seguinte: *"…sou da comissão executiva da UGT e a nível internacional da Union Network International (UNI) e com tudo isto não deixamos de ser independentes! É porque, às vezes, há conceitos que pensam que pelo facto de estarmos sindicalizados e os nossos sindicatos estarem em centrais sindicais que já não somos independentes (…) foca sempre a questão da independência, centrais e…, como se não estivesse numa, que é uma coisa que eu acho de facto interessante*". Ainda em resposta às críticas endereçadas pelo SICOMP, outro representante do SINDETELCO admite que até uma determinada época, devido ao contexto político nacional, pudesse ter existido uma tentativa de intromissão dos partidos políticos: *"…até aquela altura, em 1989, pode haver alguma interferência da parte política, mas eu não vejo, a partir dessa data nas decisões que o sindicato toma tenham alguma coisa a ver com alguma orientação do PSD ou do PS no sentido de assinar ou de influenciar isto ou aquilo". Este actor duvida ainda da eficácia dos sindicatos independentes: "…eu não perfilho da mesma opinião das questões dos sindicatos independentes. Portanto, não sou muito apologista para os sindicatos independentes (…) percebo que, em determinados países, poderá existir, nomeadamente aqui em Portugal, essa dita 3ª tendência. Mas acho que, neste momento, para a nossa sociedade, a CGTP e a UGT conseguem responder perfeitamente às necessidades e às preocupações dos trabalhadores*".

No plano internacional, o SINDETELCO, a nível sectorial, pertence à *UNI* e ao nível da UGT está filado na CES e na CSI. O secretário-geral irá também participar no próximo Fórum Social Mundial que se realizará, no Brasil, no próximo ano. Foi também mencionado que a pertença às instâncias sindicais internacionais tem sido bastante útil: "*A UNI, recentemente, através da sua influência e da sua força junto da UE criou condições para que a UE criasse directivas, nomeadamente 3: uma que tinha a ver com o trabalho temporário; uma outra que diz respeito ao trabalho a termo certo; e uma outra que tem a ver com a lei da maternidade e da paternidade. Cada país é obrigado a transcrever estas directivas. E, portanto, se não fosse esta intervenção da UNI junto destas instâncias nós também poderíamos estar aqui a ter alguns problemas*". Além disso, foi também sublinhado "*…que devido à internacionalização do movimento sindical, na nossa internacional temos um projecto na Índia onde, neste momento, já sindicalizámos mais de um milhão de jovens dos call centers e o objectivo é até 2010 sindicalizar 2 milhões*".

3. Representações sindicais face aos processos de deslocalização

O impacto dos processos de deslocalização nos sectores automóvel, do têxtil e do vestuário conduziu a que este tema merecesse uma atenção especial no decorrer das sessões da intervenção sociológica. Do conjunto das sessões realizadas observa-se que é um tema que preocupa não só os militantes dos sectores industriais mais expostos às deslocalizações, mas também os militantes dos restantes sectores e os peritos presentes na sessão dedicada à discussão do Código do Trabalho.

O dirigente da FESETE lamentou o facto de o sector têxtil português estar a concorrer internacionalmente com países que não cumprem as normas internacionais estabelecidas pela OIT: "*nós temos uma componente de 30% nos salários no custo do vestuário, mas a China tem 1%. Os chineses têm apoios do Estado, não ligam importância ao problema ambiental, não têm férias (…) ainda por cima em termos económicos há o seguinte problema: agora com a questão das regras da OMC esses países entram no nosso país praticamente sem pagar impostos e nós para entrarmos lá temos que pagar 60 ou 70% de impostos. Há portanto uma reciprocidade que não é sã e não é leal. Assim não é possível. Não se trata apenas da parte salarial, mas também do problema das exportações para esse país!*"

O dirigente da FESETE associa os fenómenos de desemprego massivo que assolam o sector a nível nacional à liberalização do mercado mundial do têxtil e do vestuário e aos consequentes processos de deslocalização das unidades de produção: "*O nosso observatório sobre o emprego na FESETE conclui que, nos últimos 10 anos, nós perdemos 100.000 postos de trabalho. Isto é uma coisa de grande envergadura! E esta perda de postos de trabalho tem a ver com o período de transição das quotas. A OMC acabou as quotas a partir deste ano e o sector teve que se modernizar para poder se adaptar em termos do mercado, em termos da globalização. Mesmo assim perdemos 100. 000 postos de trabalho com os investimentos que foram feitos*".

Para enfrentar os problemas causados pela crescente concorrência internacional e pelas deslocalizações a FESETE negociou um novo CCT com a ATP e com a ANIVEC-APIV. Este novo acordo na negociação colectiva vai no sentido de proporcionar às empresas uma maior flexibilidade nas formas de organização da produção e do trabalho para que possam responder de forma mais eficaz às necessidades dos mercados internacionais.

A propósito deste acordo nomeado pelas associações patronais de "*acordo histórico*" e das fragilidades sentidas tanto pelos empresários como pelos trabalhadores face aos desafios da globalização, a representante da ANIVEC-APIV afirmou o seguinte: "*…esta dicotomia associações de empregadores-sindicatos, no nosso sector esgotou-se, nós realmente, neste momento, não estamos a representar interesses contrários. Nós estamos aqui numa perspectiva de cooperação na criação e na manutenção do emprego, estamos todos no mesmo barco*".

O dirigente da FESETE não se mostrou muito favorável a esta afirmação da representante patronal "*de que estamos todos no mesmo barco*" mas reconheceu que as mudanças levadas a cabo ao nível da negociação colectiva são inevitáveis para que os trabalhadores não percam os seus postos de trabalho: "*nós conseguimos negociar contratos globais em 2006 e demos alguns instrumentos aos empresários! Para quê? Para conseguir mais competitividade a nível dos nossos produtos e para manter o emprego. Aliás, o Governo agora costuma dar o exemplo do sector têxtil…, é até uma imagem nossa extremamente negativa, dizendo que as propostas do Código estão um bocado equivalentes ao que a têxtil negociou*".

No que diz respeito ao sector automóvel, os exemplos dos processos de deslocalização ocorridos em Portugal mencionados durante as sessões da intervenção sociológica foram sobretudo os da Opel e da *General Motors*. Como exemplo de prevenção dos fenómenos de deslocalização e de modelo a seguir por outras empresas multinacionais discutiu-se intensivamente o acordo celebrado entre a administração da Autoeuropa e a Comissão de Trabalhadores.

Os acordos laborais da empresa Autoeuropa têm sido considerados inovadores no contexto da negociação colectiva. A perda de direitos dos trabalhadores para garantir a competitividade da fábrica e impedir despedimentos constitui a base destes acordos. A resposta encontrada foi a de preservar os postos de trabalho, manter a exigência dos aumentos salariais e procurar pontos comuns que, embora contendo cedências, possibilitassem uma 'solução' menos desfavorável para os trabalhadores. O exemplo da Autoeuropa é muitas vezes apresentado como exemplo do modelo de flexigurança em Portugal em que, por um lado, há maior flexibilidade e, por outro, é garantida segurança aos trabalhadores, nomeadamente na manutenção dos empregos.

A propósito do tema das deslocalizações em geral e do acordo celebrado na Autoeuropa, o representante da Comissão de Trabalhadores desta empresa referiu o seguinte*:"…a questão da deslocalização é, hoje em dia, ou se previne ou não se evita! Depois o que se entra é num campeonato de ver qual é a associação sindical que mais indemnizações consegue para os seus associados. Eu penso que não é por aí que vamos lá, não é esse campeonato que eu quero jogar nem os trabalhadores da Autoeuropa têm jogado, e nem foi esse o campeonato que jogaram em 2003, foi o campeonato da prevenção. O acordo que nós fizemos, que foi muito criticado na altura por algumas fracções sindicais outras nem tanto, hoje parece que toda a gente o apoia, já permitiu que entre 2003 e 2008 os trabalhadores da Autoeuropa ficassem 127 dias em casa recebendo o salário por completo e adquirindo apenas o direito a 105*".

O dirigente do SINDEL compara o caso da Opel ao da Autoeuropa analisando quer os motivos que poderão ter conduzido à deslocalização da primeira, quer prevenido a deslocalização da Autoeuropa: *"…por acaso gostava de ter aqui não apenas representantes da Autoeuropa, mas gostava de ter os da Opel, gostava de ter da BMW, gostava de ter da Toyota, gostava de ter uma quantidade de empresas. E por que é que não os temos? Porque as empresas não encontram no país a competitividade necessária para progredirem (…) ora se na Autoeuropa há diálogo social permanente por que é que não há noutras empresas? Como é que se ganhou a Autoeuropa? Porque foram ao fundo da questão, foram analisar os custos, foram analisar onde é que podiam ser competitivos e trabalharam em função disso, encontraram inclusivamente interlocutores*".

O representante da FIEQUIMETAL falou sobretudo no caso da Opel: "*A Opel foi deslocalizada e nós tínhamos feito um acordo de viabilização da Opel que assegurava a permanência da empresa em Portugal até 2009. O que é certo e sabido é que a administração rompeu aquele acordo. Foi penalizada agora em tribunal por isso, mas aos trabalhadores de pouco serve, ficaram de facto sem emprego. Nós fizemos cedências para que isto não acontecesse. E esta ideia de que quanto mais cedências os trabalhadores portugueses fizerem mais se torna atractivo o mercado português para as empresas estrangeiras, esta é uma falsa questão! Nós estamos todos aqui a nivelar por baixo e é de direitos humanos que estamos a falar*".

4. Precariedade laboral e desemprego – Práticas e políticas sindicais

Processos como a globalização, a difusão das tecnologias de informação e de comunicação e a intensificação da concorrência provocaram importantes e significativas mudanças no mercado laboral.

Assistimos a uma tendência crescente para a flexibilização dos mercados, onde se desenvolvem novas formas de organização empresarial e de organização do trabalho, que assentam na externalização dos serviços e numa pluralidade de formas de emprego que escapam à regra contratual do contrato de trabalho a tempo indeterminado, relacionada com a procura de flexibilização quantitativa e com a redução de custos.

O trabalho deixa de ser concebido como propiciador de relações de produção duradouras, estáveis e vinculativas e como o garante dos direitos sociais e do acesso à cidadania e passa a ser perspectivado como um factor de instabilidade e de permanente degradação das condições de vida dos cidadãos.

As novas formas de emprego, tendencialmente instáveis e precarizantes, frequentemente mal pagas, com horários instáveis, fracas condições de trabalho, reduzidas perspectivas de evolução profissional e pouca formação, que segmentaram e individualizaram as relações laborais e enfraqueceram os laços de solidariedade entre os trabalhadores, comportam também um elevado risco de o trabalhador vir a engrossar, a curto prazo a fileira dos desempregados.

O aumento do trabalho temporário, dos vínculos contratuais precários, do trabalho a tempo parcial, do "falso trabalhador independente", da subcontratação e a diminuição da protecção social dos trabalhadores são alguns dos exemplos dos efeitos do novo modelo económico-social, decorrente da globalização.

A expansão da precariedade tem vindo a afectar a generalidade dos sectores de actividade, inclusivamente sectores tradicionalmente considerados como estáveis do ponto de vista das relações de trabalho, ou seja, sectores industriais fortes onde prosperaram os empregos assalariados, de que são exemplo o sector automóvel e o sector têxtil.

Paralelamente à precarização das relações laborais, aumenta também o desemprego. Segundo os últimos dados do INE, a taxa de desemprego em Portugal situa-se nos 7,7% (dados referentes ao 3.º trimestre de 2008), sendo que esse valor era de 4,7% em 1991.

Perante este cenário, as organizações sindicais vêem-se confrontadas com uma enorme dificuldade em mobilizar os trabalhadores, sobretudo no caso dos trabalhadores precários e dos desempregados, que se manifesta concretamente na diminuição do número de sindicalizados.

Com o objectivo de estudar o desenvolvimento e o impacto das formas flexíveis de emprego e do desemprego nos actores envolvidos nas relações de trabalho e de aprofundar o conhecimento das estratégias de actuação e de interacção desenvolvidas pelas associações sindicais, foi realizada uma sessão da intervenção sociológica dedicada exclusivamente a este tema. Nela estiveram presentes militantes sindicais dos vários sectores em estudo, trabalhadores precários e desempregados, gestores de empresas e grupos de trabalho e de denúncia contra a precariedade laboral (FERVE e Precários Inflexíveis).

Dos discursos dos vários intervenientes podemos concluir que a precariedade laboral constitui uma problemática socioeconómica de crescente pertinência, não só pela contínua expansão desse fenómeno, em praticamente todos os sectores de actividade económica, mas sobretudo pelas repercussões sociais que provoca nas sociedades contemporâneas e, em especial, na sociedade portuguesa.

Os trabalhadores precários confirmam a crescente instabilidade que se verifica no mercado de trabalho, onde proliferam formas de emprego instáveis, inseguras e transitórias, contrastantes com o tipo de emprego caracterizador do período taylorista e fordista baseado na estabilidade, permanência e na segurança do emprego. "*Trabalho na Autoeuropa já há 15 anos e já passei por 5 empresas. Aquele posto de trabalho é posto a concurso de 3 em 3 anos, daí que eu acho que aquilo é uma precariedade, pois a empresa que ganha aquilo no final dos 3 anos fica com quem quiser e ao preço que quer. (…) Nas três primeiras empresas eu que estive fui sempre efectivo. Mas não deixava de ser precário, porque ao fim de 3 anos eu podia ficar como não podia… como muitos colegas meus que ficaram pelo caminho.*"

É referido por esses trabalhadores a constante angústia e incerteza em relação ao futuro, enfatizando-se a imprevisibilidade nos termos da duração de trabalho. "*O meu contrato é um contrato temporário, porque eu trabalho para uma empresa de outsourcing, que por sua vez faz prestação de serviços para a PT Contact, que por sua vez presta prestação de serviços à PT Comunicações (PT C). O que eu acho é que a maioria das pessoas sente muita angústia e muita incerteza em relação ao futuro, porque nós nunca sabemos quando é que vamos ficar de um momento para o outro ou sem trabalho ou com outras condições.*

"Estou numa situação em que não sou efectivo. (...) O contrato prende-se com a duração do posto de trabalho. Devo dizer que neste momento já passaram os três anos do concurso e está-se à espera de saber qual é a empresa que ganha."

Podem também representar situações de frustração e de desmotivação em resultado de uma actividade não desejada ou não conseguida. "*Acho que tudo isto cria uma grande angústia e pode, eventualmente, criar desmotivação*."

Na maioria dos casos, essas formas de emprego são impostas contra a vontade do trabalhador, que por ausência de alternativa positiva o empurram para uma mobilidade profissional forçada (Rebelo, 2004). "*Antes da PT C trabalhei na TV Cabo. Trabalhei com contratos automaticamente renovados e quando cheguei ao fim dos 3 anos, em que ia passar a efectiva, apresentaram-me uma carta de rescisão e passados 3 dias deram-me uma carta de renovação, uma adenda ao contrato que tinha, com a mesma empresa e eu aceitei. (...) E a perspectiva que nos dão é: ou aceitamos ou vimos embora*."

São também apontadas as diferenças em termos salariais e de direitos laborais por comparação com os trabalhadores efectivos, uma vez que o trabalho precário é caracterizado pelos baixos salários e pelos baixos benefícios sociais (falta de estabilidade no emprego, fraca segurança perante o emprego e contribuições incompletas para efeitos de reformas) (Rebelo, 2004). "*Depois também trás uma grande diferença salarial e em termos de direitos laborais também. Nós não temos o que têm os trabalhadores efectivos e a distância é enorme e nem tem comparação*."

Os trabalhadores precários sentem-se muitas vezes como trabalhadores de "segunda classe", sem sentimento de pertença à organização. "*Existe uma grande maioria de contratados a prazo que não se sentem como fazendo parte da empresa, porque existe um grande distanciamento entre a empresa e estes trabalhadores*."

No conjunto dos sectores analisados, o crescimento da precariedade laboral e de formas de trabalho atípicas estão também associadas a uma diminuição na taxa de sindicalização dos trabalhadores (principalmente nos mais jovens). Em relação à questão da diminuição da taxa de sindicalização, foi referido pela trabalhadora precária do sector que "*cada vez mais as pessoas funcionam em termos individuais. Em termos de trabalho, as pessoas individualizam-se cada vez mais e pensam cada vez mais em si, em vez de ter uma consciência colectiva*." E isso acontece, na sua opinião, porque "*tudo está cada vez mais difícil e a juventude não tem tanto essa consciência porque é mais o tentar sobreviver.*" A participação dos trabalhadores nas empresas tende, portanto, a ser feita fora do quadro sindical e a inscrever-se no processo de crescente individualização das relações de trabalho (Kóvacs, 2005).

Analisando os discursos dos militantes sindicais por sector de actividade, e começando pelo sector automóvel, importa sublinhar que se trata de um sector com forte incidência de precariedade laboral, sobretudo no conjunto das empresas que trabalham no parque Autoeuropa. De acordo com o representante da FIEQUIMETAL, "*mais de metade dos trabalhadores [do parque Autoeuropa] estarão em situação precária, (...) com vínculos precários!*" No seu conjunto, estes vínculos referem-se a contratos a prazo ou a termo, a trabalho temporário, a recibos verdes (que nós últimos anos têm vindo a assumir uma maior expressão) e a prestações de serviços. "*Há prestações de serviços que nunca são permanentes, pois de três em três anos ou de quatro em quatro anos pode mudar.*" Noutras empresas do sector, sobretudo onde se procedem as grandes reparações, também existe o trabalho à hora.

Outro militante desta organização confirmou a prática de salários mais baixos no caso dos trabalhadores com contratos precários, situando-se os valores em cerca de 25% abaixo dos salários dos trabalhadores efectivos. "*Tratam-se, na maioria dos casos, de situações de trabalho permanentes, com remunerações e condições de trabalho bastante inferiores às dos trabalhadores permanentes*". Por outro lado, admitiu que os "*trabalhadores precários não têm acesso à formação profissional*" e que não evoluem em termos da sua qualificação profissional.

Face ao aumento da precariedade laboral neste sector, um dos interlocutores desta federação referiu que "*se instalou a ideia de que é natural e é legal estar a contrato a prazo*", quer por parte das entidades patronais, quer por parte dos trabalhadores. A sua concepção vai no sentido oposto, uma vez que admite que "*todos os trabalhadores devem ter um contrato permanente e que só deverá haver contratos a termo ou temporários quando o trabalho não é permanente*." Refere ainda que no conjunto do parque Autoeuropa "*quando é admitido um trabalhador é sempre com um contrato temporário, durante o primeiro ano e que ao fim desse ano de trabalho temporário passa a contrato a prazo durante mais três anos*". Não deixa de sublinhar que "*há casos em que* [os trabalhadores ao fim dos três anos] *vão embora e depois voltam outra vez com um contrato de trabalho temporário*". E conclui afirmando que há pessoas nessa situação durante vários anos (6, 7 anos), o que, na sua opinião, é ilegal.

Na concepção de Rebelo (2004) estamos perante formas de trabalho que vão para além dos limites da legalidade, ou seja, perante a precariedade ilegal, que se traduz, por exemplo, na contratação de trabalhadores a termo para desempenhar funções de trabalho sem termo, na contratação de "falsos trabalhadores independentes" (recibos verdes) e nas diversas formas de contratação ligadas ao trabalho clandestino.

Em termos das práticas e das políticas desenvolvidas pelas estruturas sindicais no sentido de combater a precariedade laboral, destacamos o trabalho de denúncia e de reivindicação (neste caso através dos cadernos reivindicativos) que a FIEQUIMETAL vai desenvolvendo, na pessoa dos delegados e dirigentes sindicais que estão no terreno e que acompanham os trabalhadores nos próprios locais de trabalho.

Os interlocutores desta organização referem que esse trabalho é dificultado no caso dos trabalhadores "a recibos verdes", onde há uma menor intervenção, dado o maior afastamento destes trabalhadores em relação ao sindicato, embora esta tendência se esteja gradualmente a inverter, com a sindicalização deste tipo de trabalhador. "*Nos contratos a prazo os trabalhadores estão mais disponíveis para defender os seus direitos, no trabalho temporário há menos disponibilidade*".

Destacam que uma das prioridades da sua acção passa por encontrar formas de negociação para que os trabalhadores temporários possam passar a ter um contrato de trabalho efectivo.

O trabalhador precário do sector automóvel presente na intervenção sociológica, apesar da sua situação, é sindicalizado e reconhece o importante papel de apoio do sindicato na defesa dos direitos e dos interesses dos trabalhadores. "*O sindicato tem dado uma boa ajuda. (...) Tem havido momentos difíceis, nomeadamente aquele em que nós ficámos na rua, e foi com a coordenação do sindicato e com o apoio do sindicato que nós conseguimos não só defender a reentrada, como depois garantir e retomar os direitos e as regalias que tínhamos*."

No caso do SINDEL, de acordo com o interlocutor presente na sessão da intervenção sociológica, "*uma das dificuldades é encontrar uma melhor comunicação, mais efectiva e mais atempada com as pessoas que trabalham no sector, com os delegados sindicais*" e isso acontece porque, na sua opinião, os trabalhadores são mais pressionados pelas entidades patronais e também pela própria situação de dificuldade financeira, o que faz com que tenham "*muito mais dificuldade de se aproximar e de colaborar com os sindicatos*".

Para combater esta dificuldade o SINDEL desenvolve acções de formação e promove debates e encontros de reflexão, com o objectivo de alertar os trabalhadores para as situações de precariedade que possam existir nos locais de trabalho, de modo a que as possam divulgar e possibilitar uma intervenção atempada por parte dos sindicatos. Refere que "*muitas vezes, uma das nossas dificuldades é detectar a tempo as precariedades*" e que "*a capacidade representativa, de negociação e de intervenção do sindicato é tanto melhor quanto mais profissões, trabalhadores e situações de trabalho estiverem representados*."

No que diz respeito ao sector têxtil e do vestuário, nas últimas décadas, a abertura à concorrência e a progressiva liberalização do mercado mundial dos têxteis e do vestuário provocaram inúmeras mudanças na estrutura e organização deste sector em Portugal. Um dos seus efeitos mais notórios foi a diminuição do número de empresas e de postos de trabalho, decorrentes das deslocalizações e encerramentos de empresas, com o aumento generalizado do desemprego neste sector. De acordo com o interlocutor da FESETE "*o nosso observatório sobre o emprego concluiu que nos últimos 10 anos perdemos 100.000 postos de trabalho.*" Essa redução também se ficou a dever à modernização tecnológica.

Refere que "p*ara além da perca de postos de trabalho há também a perca dos direitos dos trabalhadores, porqu*e [cerca de] *90% dos trabalhadores* [que foram afectados com os encerramentos das empresas] *não receberam nada!*"

É reconhecida a impotência e a dificuldade com que as associações sindicais se deparam na defesa dos interesses dos trabalhadores perante as situações de deslocalização e de encerramento das empresas. Admitem que não têm qualquer forma de impedir que a empresa se deslocalize, sendo que a única forma de defesa dos trabalhadores é a negociação das indemnizações a que têm direito, ou nos casos de falência das empresas a negociação dos fundos de garantia salarial.

No entanto, apesar das dificuldades, o dirigente assume que não deixam de estar junto dos trabalhadores e de procurar defender da melhor forma os seus direitos, numa postura de luta e de intervenção. "*Na esmagadora maioria das empresas os sindicatos estiveram junto dos trabalhadores. A resistir, a lutar, a intervir. Não há nenhuma empresa que feche em que não esteja lá o sindicato, a lutar e a dar o ânimo aos trabalhadores e a não abandonar os trabalhadores*." Refere o exemplo apresentado na sessão da intervenção sociológica, "*em que as pessoas não estavam sindicalizadas, mas o sindicato foi lá, apoiou e os trabalhadores estão a ter os resultados dessa nossa intervenção.*" Para corroborar esta concepção, deixamos o testemunho de uma desempregada do sector têxtil, que esteve presente na sessão da intervenção sociológica: "*Actualmente estou desempregada. Trabalhei numa fábrica de confecções. As condições que tínhamos não eram nenhumas. O ordenado era baixo mas ia havendo sempre trabalho, aliás sempre com pressa. Viemos a descobrir que* [não eram feitos] *os descontos para a Segurança Social*. [A situação] *foi ficando cada vez pior, até que* [deixámos de receber, mas mesmo assim] *continuámos sempre a trabalhar. Pedimos ajuda ao sindicato*, [mesmo não sendo sindicalizadas*] e não nos viraram as costas*. [Com o apoio do sindicato conseguimos receber] *o Fundo de Garantia Salarial. (...) Basicamente foram eles que nos valeram*."

O sector têxtil caracteriza-se por uma certa estabilidade no emprego, por comparação aos restantes sectores de actividade em análise, na medida em que a maior parte dos trabalhadores têm contratos sem termo. O militante da FESETE afirmou que "*o sector tem um quadro consolidado com mais de 80% dos trabalhadores com vínculo efectivo. Posso-vos dizer que em termos de sector nós temos entre 17 e 18% de contratos a prazo*", com todos os direitos contratuais idênticos aos dos contratos sem termo. "*Não há nenhum contrato a prazo que possa ter menos do que o salário do contrato, que possa ter menos férias, menos subsídio de férias, menos subsídio de Natal, menos idas ao médico, ou seja, menos direitos e regalias*."

Apesar de tudo, há a consciência de que existe algum trabalho precário que não se pode quantificar, sobretudo pessoas que trabalham em casa informalmente para determinadas empresas, porque se tratam de realidades escondidas e difíceis de descortinar ao nível da economia informal e ilegal.

Em termos da actuação dos sindicatos, tendo em conta as dificuldades sentidas, despoletadas com a globalização dos mercados, e face às especificidades próprias do sector, foram negociadas entre os sindicatos e as associações patronais novas condições para a contratação a termo. Foi acordado entre as partes que "*no sector não poderá haver mais de 20% de pessoas com contratos de trabalho a prazo, incluindo aluguer de mão-de-obra*".

Essa é considerada uma percentagem razoável, tendo em conta que se trata de um sector de actividade que tem picos de actividade e que por vezes trabalha com séries muito curtas e com entregas rápidas. Para além de que se trata de um sector caracterizado por uma força de trabalho muito feminina (cerca de 73% do total dos trabalhadores são mulheres, com uma percentagem ainda mais elevada se considerarmos o subsector do vestuário), com as consequências que advém das licenças de maternidade e de assistência a filhos menores.

Assume que antes "*era uma selva muito grande (...) de contratos a um mês, quinze dias, dois meses, três meses, quatro meses" e que a regulamentação negociada com as associações patronais veio delimitar o mínimo de seis meses para a realização de qualquer contrato a termo. Na sua opinião, "isto também dá a possibilidade de o movimento sindical aparecer de forma positiva na negociação no sentido de defender os interesses dos trabalhadores*."

Refere que foi negociado, em 2006, um novo contrato colectivo de trabalho para o sector, entre as associações sindicais e patronais, onde se tentaram adaptar as mudanças introduzidas pelo Código de Trabalho.

No que diz respeito à sindicalização, as situações de deslocalização afectaram bastante a taxa de sindicalização do sector, porque muitas empresas que fecharam, algumas de grande dimensão, tinham muitos trabalhadores sindicalizados. Por outro lado, uma outra dificuldade revelada pelos sindicatos é a da sindicalização dos mais jovens, onde se manifesta uma maior incidência de trabalho temporário e uma maior rotatividade, dada a política de baixos salários, menos no caso dos jovens mais qualificados.

No entanto, segundo o interlocutor da FESETE, "*a questão do sindicalismo não se mede só pelo número de sindicalizados, mede-se também pela influência que o sindicato tem junto dos trabalhadores*." Em relação a esta questão esclarece que a actuação da federação é abrangente a todos os trabalhadores do sector. Sublinha que não fazem reuniões nas empresas com os trabalhadores excluindo os trabalhadores não sindicalizados. "*As condições que nós negociamos são para todos os trabalhadores e inclusivamente pedimos portarias e regulamentos de extensão para todos os trabalhadores.*" Daí que considere que a influência que têm é bastante significativa. "*A esmagadora maioria dos trabalhadores reconhecem no sindicato o seu defensor e há sempre um momento em que vão bater à porta do sindicato para o sindicato os poder ajudar*."

Defende que "*o sindicalismo da CGTP é um sindicalismo próximo dos trabalhadores: de eleição dos delegados sindicais nas empresas, de reuniões e de plenários com os trabalhadores. A CGTP desenvolve um sindicalismo de proximidade com os trabalhadores e intervém na sociedade com uma grande responsabilidade*."

Ainda no que diz respeito à intervenção desta federação, o seu dirigente salientou o estabelecimento de várias parcerias com um conjunto de entidades externas (universidades, centros de formação, entidades internacionais), no sentido de desenvolver projectos numa perspectiva "*de defesa do emprego, de defesa dos direitos dos trabalhadores, de responder aos problemas dos trabalhadores, de desenvolvimento do próprio sector)*."

Uma grande preocupação com o emprego no sector da hotelaria e da restauração é a forte incidência dos vínculos contratuais precários e temporários, neste último caso muito relacionados com a sazonalidade das actividades, tratando-se muitas vezes de emprego não declarado. No sector da Hotelaria, as situações de emprego precário assumem um peso superior à média nacional, estimando-se que quase metade dos trabalhadores deste sector esteja numa situação de emprego precário.

Segundo o dirigente da federação do sector, filiada na CGTP, a FESAHT3, é detectada a "*existência de muita contratação a termo certo e de contratação a termo incerto sem justificação.*" Afirma também que "*o trabalho temporário tem aumentado substancialmente e de uma forma escandalosa, nomeadamente no sector da restauração colectiva (restauração das cantinas, dos refeitórios, as IPSS dentro dos próprios hospitais), com todas as consequências que isso tem,* [quer para os trabalhadores e suas famílias, quer para o Estado, quer para a própria economia].

Este interlocutor divulgou os resultados de um estudo levado a cabo pela sua organização sobre a precariedade laboral no sector, em que "*em 424 empresas inquiridas, num universo de 37.000 trabalhadores (que foram contactados directamente ou obtivemos esta informação via estudo dos quadros de pessoal e dos balanços sociais), foram apurados 23.805 trabalhadores efectivos. A diferença é de cerca de 13.000, que corresponde a trabalhadores que estão na condição de contratos a termo certo ou incerto, alguns trabalhadores a "recibos verdes", a trabalhadores a tempo parcial, a trabalhadores temporário*." Refere ainda que na opinião da federação essa diferença peca por defeito.

O dirigente sindical sublinhou ainda que "*nalgumas regiões do país, como por exemplo no Algarve, a taxa de precariedade, tendo em conta estes pressupostos, ultrapassou os 50%, quer nos hotéis, quer nos restaurantes, quer nas cantinas*."

Para além da precariedade dos vínculos contratuais defende que a precariedade assume neste sector uma dimensão mais alargada, por exemplo, quando "*não se cumpre os dias de folga, quando não há formação profissional para os trabalhadores (e 28 empresas destas nunca deram formação profissional aos seus trabalhadores e são obrigados a dar), quando não se declara tudo aquilo que o trabalhador recebe (o que foi apurado acontecer em 82 empresas).*" Conclui afirmando que foi apurada a média de 31, 8% de taxa de precariedade deste conjunto de fenómenos no sector da hotelaria e restauração e das cantinas.

Este estudo também permitiu concluir que existe uma "*grande preferência do tecido empresarial em contratar trabalhadores não especializados em detrimento dos trabalhadores especializados: os empregados de mesa encartados, os cozinheiros, os pasteleiros*", com forte incidência para o pagamento de baixos salários.

Face às características deste sector e tendo em conta a sazonalidade das actividades, esta estrutura sindical admite a recorrência à contratação a prazo e temporária, mas neste caso justificada. "*Obviamente admitimos no nosso sector algum tipo de precariedade, (...) há determinados períodos em que os hotéis têm um acréscimo de clientes, obviamente que nessa altura tem que haver contratação a prazo. Mas, fora disso, tem que haver um quadro mínimo de trabalhadores, com*

3 A única a estar representada nas sessões da Intervenção Sociológica.

contrato, com garantias de efectividade. E hoje a aposta, efectivamente, não é essa. A aposta é caminhar, cada vez mais, para o vínculo precário dos trabalhadores."

No que diz respeito às estratégias de actuação desta organização, "*aquando da iniciação dos processos reivindicativos nós temos cláusulas de referência que juntamos às nossas propostas*", de modo a criar regras que permitam sindicalmente combater o fenómeno da precariedade laboral e a *conseguir "a passagem para o quadro de efectivos permanentes dos trabalhadores com contratos a termo que estejam a exercer funções e a ocupar postos de trabalho de carácter permanente*."

O sector bancário sempre foi reputado como um sector caracterizado pela estabilidade do emprego e pela promoção a níveis superiores de qualificação e salariais. Em 2004, a forma mais comum de contratação no sector bancário era a dos vínculos duradouros, sendo que 94% dos trabalhadores do sector tinham um contrato sem termo.

No entanto, de acordo com os vários dirigentes das organizações sindicais presentes nas sessões da intervenção sociológica (SNQTB, SBSI e STEC), nos últimos anos também está a ser atingido pela precariedade do emprego e das relações laborais. Embora, neste caso, não assuma a dimensão que assume em outros sectores de actividade considerados no nosso estudo.

A este nível, foram referidos os exemplos dos bancos estrangeiros a actuar em Portugal, que nas palavras do dirigente do SNQTB "*admitem as pessoas com um contrato a prazo e depois ao fim do ano renovam o contrato a prazo e, eventualmente, só ao fim de três anos é que as pessoas entram para os quadros do banco. E ao mesmo tempo que fazem isso, estão a publicar anúncios para admitir pessoas e admitem pessoas com contratos definitivos, até numa certa agressividade concorrencial no mercado de trabalho*." E isso acontece, sobretudo, no caso dos jovens que ainda estão no início da sua carreira. Há também os exemplos dos *call centers* de alguns bancos, cujo desenvolvimento está muito associado à externalização de serviços, sobretudo nas áreas não estratégicas, com o objectivo final da redução significativa dos custos. Nesses casos os trabalhadores estão numa situação de trabalho temporário e a "recibos verdes".

O STEC, o sindicato do grupo Caixa Geral de Depósitos, na pessoa do seu presidente, defende que "*num sector forte como a banca não faz sentido que exista contratação a termo*", o que considera ser uma forma de precariedade laboral. Sublinha que se trata "*claramente de um aproveitamento das entidades patronais para pouparem dinheiro, principalmente no capítulo dos direitos*", a partir daquilo que a lei permite fazer.

Este sindicato tem procurado que esses contratos a termo não ultrapassem os 3 anos, embora a lei, neste momento, permita estender esse prazo até ao limite de 6 anos (isto antes da revisão do Código do Trabalho). E reconhece que nesse domínio a empresa tem demonstrado alguma preocupação no sentido de não prolongar demasiado esse vínculo de precariedade. Para este dirigente, apesar de desempenharem as mesmas funções que os trabalhadores permanentes, estão numa situação desigual, não só em termos de vínculos e da estabilidade do emprego, mas também porque não tem acesso às mesmas regalias sociais, sendo que o exemplo mais gritante é o acesso ao crédito à habitação nas condições regulamentadas no Acordo de Empresa.

No caso dos trabalhadores de trabalho temporário (os tarefeiros), o sindicato "*feito um esforço no sentido de sensibilizar a empresa para a não utilização de trabalhadores em regime de trabalho temporário*." Refere que tem havido alguma redução, mas continua a ser praticada.

O interlocutor do SBSI considera que a "*realidade da precariedade laboral na banca é relativamente recente*", mas existe a todos os níveis. "*Existe em termos de outsourcing, de "recibos verdes, de aproveitamento exagerado dos estágios (...), de contratos a termo certo, de recurso a trabalhos sazonais (campanhas de vendas de cartões), e, ultimamente, também o trabalho à peça.*" Este último exemplo refere-se às conferências de crédito para habitação. Afirma que "*cada processo de crédito para habitação tem que ser conferido e quantos mais conferires, mais ganhas*." Por cada processo conferido esses trabalhadores auferem 1,56€, por cerca de meia hora de trabalho. Considera que isso é o ponto máximo da exploração e da escravatura.

Em termos da actuação dos sindicatos face a estas realidades, no caso do STEC, "*a atitude, quer em relação aos precários, quer em relação ao trabalho temporário, quer em relação aos contratos a termo, é de apoio naquilo que pudermos, porque temos a noção de que o próprio futuro do sindicato e do sindicalismo* [poderá estar em causa] *se não conseguir acompanhar, intervir e apoiar este segmento de trabalhadores*."

O departamento jurídico do STEC está completamente ao dispor de todos os trabalhadores, incluindo os que estão em situação de precariedade laboral. "*Esse também é o nosso papel!*"

A principal luta desta organização sindical, neste momento, é tentar que os contratos a termo não ultrapassem o prazo máximo de dois anos.

No caso do SBSI, existem "*estruturas regionais e estruturas de empresa, que têm pessoas a tempo inteiro no sindicato, que apoiam nos locais de trabalho todos os trabalhadores bancários. (...) Tentamos reivindicar junto das administrações e das direcções dos recursos humanos as várias situações que vamos encontrando. Temos feito alguns debates e comunicados sobre a matéria da precariedade das relações laborais*."

Muito recentemente foi levada a cabo por este sindicato uma campanha de sindicalização dirigida essencialmente aos trabalhadores das empresas de *outsourcing*. Houve necessidade de alterar os estatutos do sindicato, que não permitiam que esses trabalhadores se associassem.

Este tipo de atitude é contraditória em relação às acusações que muitos autores fazem aos sindicatos de defenderem na sua acção sobretudo os "privilégios" dos trabalhadores que tradicionalmente representam, na sua maioria não precários e de raramente surgirem preocupados com as questões da precariedade laboral ao nível da negociação. (Kóvacs, 2005)

Das acções anteriormente descritas decorre a ideia de que a força das associações representativas dos trabalhadores passa muito pela reconsideração das formas de filiação dos trabalhadores, que devem apelar também à filiação dos trabalhadores precários, que como vimos constitui um grupo de trabalhadores em crescimento (Rebelo, 2004). Esta concepção é extensível a todos os sectores de actividade económica.

No que concerne ao sector das telecomunicações, apesar de os dados estatísticos apontarem para uma redução dos postos de trabalho, na opinião das organizações sindicais presentes nas sessões da intervenção sociológica tem havido criação de emprego, mas através do aumento do trabalho temporário e precário (contratos a prazo, recibos verdes, subcontratação). Esta situação é particularmente visível no que diz respeito aos *call centers*, que recorrem aos serviços das empresas de trabalho temporário. Nas palavras do dirigente do SICOMP, "*a criação de novos postos de trabalho (...) é feita através de contratação atípica. Desprivilegia-se a contratação colectiva e recorre-se sistematicamente a contratos a termo ou a "recibos verdes", o que na sua opinião gera "insegurança, desemprego e precariedade laboral*".

Para os vários interlocutores deste sector, de correntes sindicais distintas, é consensual a ideia de que "com a liberalização do sector entraram no mercado novas empresas, que optam deliberadamente por situações de contratação atípica.

A crença das organizações sindicais é a de que nesta área de prestação de serviços cerca de 80% do trabalho prestado esteja sujeito a condições de precariedade. Na opinião dos dirigentes, o grupo mais afectado por esta crescente precariedade são os trabalhadores mais jovens que, em muitos casos, possuem habilitações escolares superiores. Estes trabalhadores contratados através das empresas de trabalho temporário, mesmo a desempenhar as mesmas funções profissionais, ganham menos do que os outros trabalhadores.

Foi referido pelo interlocutor do SICOMP que "*no sector a única empresa em que há, de facto, contratação colectiva é na PT Comunicações, fruto de um movimento sindical forte e de uma boa prática de relações laborais entre os sindicatos e a gestão da empresa*". Com a modernização do sector e a liberalização do mercado o grupo PT tem vindo a subdividir-se em várias empresas e o resultado tem "*a transferência de trabalhadores oriundos da PT Comunicações para essas empresas através de contratos de cedência, que são negociados entre a gestão da empresa, a PT Comunicações, e os sindicatos*." No entanto, na perspectiva deste dirigente sindical, "*se essa situação não for alterada, vai criar também, futuramente, uma situação grave, uma vez que, a caminharmos neste sentido,* [apenas] *uma parte dos trabalhadores, uma pequena minoria fica abrangida pelo acordo colectivo de trabalho*."

Do conjunto das intervenções conclui-se que existe um conjunto de empresas de grande dimensão que não realizam negociação colectiva com as associações sindicais e que, em geral, se regem apenas pelo Código de Trabalho e ainda empresas de *outsourcing*, onde se incluem as empresas de trabalho temporário, que fornecem a maior parte dos trabalhadores para os serviços de *call centers*. Algumas associações sindicais mencionaram o facto de estarem a propor e a tentar negociar um Contrato Colectivo de Trabalho com empresas de trabalho temporário para os trabalhadores dos *call centers* das telecomunicações.

Relativamente à actuação dos sindicatos face ao desemprego e aos trabalhadores precários, o militante do SICOMP refere que se trata de "*uma situação que tem que ser resolvida a nível global (...) através de medidas baseadas num acordo social efectivo entre os principais actores sociais. Isto é, o governo, as confederações patronais, as centrais sindicais e confederações sindicais representativas dos vários sectores de ramos de actividade e tendo em conta a conjuntura internacional e a realidade da economia portuguesa.*" Neste contexto, sublinha a importância da credibilização do Conselho Económico e Social, que na sua perspectiva "está completamente desajustado da realidade actual", dado que, na sua opinião, não é "*composto de acordo com a realidade sindical existente*".

Defende que "*a contratação colectiva é fundamental*" e deve ser privilegiada em detrimento do que são as actuais práticas das empresas do sector, e também dos restantes sectores em geral, que adjectiva de "simplistas", baseadas na redução de custos relacionados com o trabalho, na redução de salários, na redução de benefícios sociais, no recurso à subcontratação, que no seu conjunto "*originam o aumento da precariedade laboral*".

Na sua opinião, "*a situação tem que ser completamente invertida e tem que se optar por outra via que consiste na inovação, diversificando e adaptando os produtos às flutuações da procura, mediante processos de qualificação, de responsabilização e de adaptação dos trabalhadores como protagonistas indispensáveis*", bem como através do desenvolvimento de boas práticas nas relações laborais, valorizando "*a contratação colectiva e o respeito pela liberdade* sindical". Sublinha ainda que "é preciso uma formação contínua e qualificada promovendo a produtividade. São necessárias políticas orientadas para o mercado de trabalho e que promovam a sustentabilidade económica das empresas. É preciso penalizar as empresas que não cumprem com as suas responsabilidades sociais. E é preciso, também, uma moralização e aperfeiçoamento dos sistemas de segurança social, de modo a que dê respostas positivas à situação dos desempregados."

De acordo com a intervenção do responsável pelas relações colectivas pela PT Comunicações e da TMN, as implicações negativas da globalização e da precariedade da actividade laboral poderão ser ultrapassadas através da "*co-responsabilização entre o trabalhador e a entidade empregadora, naquilo que é a promoção da formação pessoal e naquilo que é a valorização da sua empregabilidade.*" Este interlocutor defende que os trabalhadores devem exigir às suas empresas formação e as empresas devem exigir às pessoas produtividade acrescida.

Sublinha que os sindicatos também assumem um papel preponderante no combate às dificuldades, mas considera que é necessária uma abertura por parte destes actores sociais às mudanças recentes do mercado de trabalho, considerando que devem adequar as suas estratégias ao novo contexto sócio-económico, sendo igualmente muito importante que na sua acção "*ultrapassem a lógica de mera concorrência entre si a nível de angariação de associados.*" É assim enfatizada a concepção de Rebelo (2004), de que a sociedade necessita de actores sindicais fortes para ajudarem a definir e, em consequência, organizar um novo enquadramento do conjunto de alterações verificadas recentemente nos sistemas produtivos, de forma a assegurar condições de trabalho para o futuro.

No que concerne à precariedade das relações laborais têm surgido associações ou grupos de cidadãos extremamente importantes que têm como preocupação e objectivo a procura de novos meios de acção colectiva, no sentido de contribuir para a construção de soluções no sentido de atenuar os efeitos da precariedade do emprego. A actividade de participação da cidadania em torno dos problemas quotidianos, como a precariedade laboral e o desemprego, constitui uma forma de política da vida quotidiana.

Um tema abordado na intervenção sociológica foi o da articulação da actuação dos sindicatos com a actuação deste tipo de associações ou grupos de cidadãos.

O FERVE e os Precários Inflexíveis constituem exemplos destes grupos de cidadãos recentemente criados.

No que diz respeito ao FERVE, este grupo, criado por duas pessoas, teve como objectivos iniciais os de, por um lado, tentar fazer com que as pessoas que trabalham a recibos verdes pudessem debater os problemas e as dificuldades profissionais que sentiam e tentar criar alguma consciência da realidade laboral dos recibos verdes junto dessas pessoas, e, por outro lado, começar a reflectir mais especificamente de recibos verdes e não de precariedade em geral. Na opinião da representante do grupo os trabalhadores "a recibos verdes" encontram-se numa situação mais desfavorável no mercado de trabalho por comparação ao trabalhadores com contratos a prazo, dado que "*há toda uma quantidade de direitos e deveres, inclusivamente direitos e deveres que dizem respeito ao Estado Providência, que não estão inseridos na realidade laboral de quem trabalha "a recibos verdes*"."

Por outro lado, consideram "*que não existe um grande interesse por parte de quem já tem uma situação profissional regularizada em se consciencializar e em ter o espírito de solidariedade de ajudar estas pessoas*".

Foi criado um *blog*, que acabou por funcionar como uma plataforma, como um interface, para quem queira comunicar com o grupo e foi também criado um endereço de e-mail para ser possível interagir com as pessoas que deixam os seus testemunhos no *blog*. "*Isso permitiu-nos, de alguma forma, ir chegando às pessoas e ir alargando a nossa rede de contactos*", porque apesar da crescente individualização das relações sociais e de trabalho, "*quando é necessário mobilizar as pessoas elas, de facto, são mobilizáveis*."

Em termos da relação do FERVE com os sindicatos, a interlocutora refere que os contactos dos sindicatos constam da base de dados do grupo e por isso recebem os e-mails que enviam, mas até hoje nunca tivemos qualquer tipo de resposta.

Na sua opinião, a realidade dos "recibos verdes" não constitui uma prioridade dos sindicatos, "*porque estes representam e defendem, com toda a naturalidade, os interesses dos seus associados, que, normalmente, são trabalhadores que já têm toda uma série de direitos de trabalho garantidos. Por isso há uma grande dificuldade de quem trabalha a "recibos verdes" em se rever na actuação dos sindicatos.*"

Em relação a esta questão, mais importante do que tudo é a reflexão, com todos os actores sociais, incluindo os sindicatos, que nesse aspecto terão um papel primordial, sobre como se chegou a esta situação. "*Como é que se chegou a um cenário em que 1/5 da população portuguesa trabalha a Recibos Verdes?*"

Conclui afirmando que esta situação poderia ser invertida se as inspecções por parte do Ministério do Trabalho fossem mais actuantes.

Os Precários Inflexíveis surgiram na sequência do primeiro *Mayday*, em Lisboa, no ano de 2007, decorrente de uma iniciativa internacional contra a precariedade.

À semelhança do FERVE, constituem um grupo de acção e de denúncia contra a precariedade. Também criaram um blog, que tem "*sido um instrumento importante de contacto com as pessoas, mas também de informação permanente, que tem melhorado ao longo deste ano*." A questão dos testemunhos das pessoas no *blog* é importante porque isso permite conhecer mais casos de precariedades diversas.

Para além disso, em termos da sua actuação organizaram debates e encontros de reflexão, com o objectivo de discutir as questões relacionadas com a precariedade de uma forma mais abrangente, onde se incluem os sindicatos.

No que concerne à relação com os sindicatos, os Precários Inflexíveis têm algumas pessoas que são sindicalizadas. Consideram que essas realidades se cruzam e que a sua intervenção "*não é divergente com a acção dos sindicatos*." Inclusivamente, "*há pessoas que são sindicalizadas e que estão nos Precários Inflexíveis."*

Estiveram presentes na última manifestação de trabalhadores, organizada pela CGTP, porque comungam da ideia de que "*é preciso, precisamente, ligar efectivos e precários, precários e ainda mais precários."*

Ao contrário da interlocutora do grupo Ferve, reconhece que nos últimos anos há uma maior preocupação e intervenção dos sindicatos em relação ao problema da precariedade laboral.

A maior parte das pessoas que fazem parte dos Precários Inflexíveis têm uma idade até aos 35 anos. São pessoas bastante jovens, alguns recém-licenciados, mas com formas de precariedade muito diferente e com tipos de trabalho muito diferentes.

Decorrente da sessão da intervenção sociológica dedicada à precariedade da actividade laboral e da problematização das dinâmicas que esta introduz na acção sindical, surge a ideia consensual de que se torna importante uma abertura do movimento sindical às novas realidades sócio-económicas, assim como uma actuação conjunta dos diversos actores sociais na construção de respostas eficazes tendo em vista evitar a degradação da qualidade do emprego e das relações laborais e, consequentemente, travar a expansão deste fenómeno.

Bibliografia

Kovács, I. (Org.), (2005). *Flexibilidade de emprego: riscos e oportunidades*. Oeiras: Celta.
Lima, M. P., Oliveira, J. G., Oliveira, L., Cerdeira, M. C., Rosa, M. T. S. & Alves, P. (1992). *A Acção sindical e o desenvolvimento*. Lisboa: Ed. Salamandra.
Rebelo, G. (2004). *Flexibilidade e precariedade no trabalho – análise e diagnóstico*. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Dinâmia.
Silva, M. C. (2007). *Trabalho e Sindicalismo em Tempo de Globalização*. Lisboa: Círculo de Leitores.
Touraine, A. (1978), *La Voix et le Regard*. Paris: Seuil.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP): o discurso dessas centrais sobre a precarização do trabalho em 2007, diante do processo de globalização

Rodrigo Silva
Universidade de Coimbra - Faculdade de Economia - Centro de Estudos Sociais
rodrigofns@hotmail.com

Resumo: A proposta desta pesquisa foi estudar comparativamente como as maiores centrais sindicais do Brasil e de Portugal estruturaram seus discursos com relação a precarização do trabalho em 2007, tendo como contexto o processo de globalização. Analisamos como e a partir de quais acontecimentos foram formulados os discursos da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) sobre a precarização do trabalho, diante do processo de globalização, que afeta cada vez mais, de formas diferentes, os países em questão.
Várias dessas mudanças, que ocorreram no mundo do trabalho, afetaram violentamente a classe trabalhadora, principalmente no aspecto relativo a precarização do trabalho. A devastadora desregulamentação dos direitos do trabalho, o aumento da subproletarização do trabalho que veio com a implementação do trabalho precário, trabalhos temporários, parciais, juntamente com um grande processo de terceirização do trabalho, são fatores fundamentais que favoreceram o processo de precarização nos dois continentes em questão (Europa e América do Sul).
Para estudar o tema proposto, utilizamos os métodos da pesquisa qualitativa. A nossa análise centrou-se no discurso da CUT e da CGTP sobre a precarização do trabalho em 2007, diante da globalização. Escolhemos a análise de discurso (AD), pelo fato dessa metodologia ter como finalidade interpretar as fontes com o objetivo de entender o contexto em que elas foram produzidas. Ao analisarmos os documentos da CUT e da CGTP, no período referido, encontramos discursos ideológicos contextualizados.

Apresentação

A proposta desta pesquisa foi estudar como as maiores centrais sindicais do Brasil e de Portugal estruturaram seus discursos com relação a precarização do trabalho em 2007, tendo como contexto o processo de globalização. Analisamos como e a partir de quais acontecimentos foram formulados os discursos da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) sobre a precarização do trabalho, diante do processo de globalização, que afeta cada vez mais, de formas diferentes, os países em questão.

Várias dessas mudanças, que ocorreram no mundo do trabalho, afetaram violentamente a classe trabalhadora, principalmente no aspecto relativo a precarização do trabalho. A devastadora desregulamentação dos direitos do trabalho, o aumento da subproletarização do trabalho que veio com a implementação do trabalho precário, trabalhos temporários, parciais, juntamente com um grande processo de terceirização do trabalho, são fatores fundamentais que favoreceram o processo de precarização nos dois continentes em questão.

No primeiro momento analisaremos como o processo de globalização se formou e desencadeou transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. O segundo momento observaremos como esse processe de globalização contribuiu para as transformações no mundo do trabalho e para a precarização laboral.

Para estudar o tema proposto, utilizamos os métodos da pesquisa qualitativa. A nossa análise centrou-se no discurso da CUT e da CGTP sobre a precarização do trabalho em 2007, diante da globalização. Escolhemos a análise de discurso (AD), pelo fato dessa metodologia ter como finalidade interpretar as fontes com o objetivo de entender o contexto em que elas foram produzidas. Ao analisarmos os documentos da CUT e da CGTP, no período referido, encontramos discursos ideológicos contextualizados.

O passo seguinte é a análise dos referidos discursos, juntamente com a análise de como construir ações contra-hegemônicas de caráter global, para podermos dar respostas as demandas socais que emergem no nosso dia-a-dia.

1- Precarização do trabalho e Globalização

A idéia de "mundo globalizado"

Nas últimas três décadas do século XX observamos transformações que mudaram a forma de perceber e analisar o mundo em que vivemos. Essas mudanças afetaram em vários aspectos (econômicos, políticos, sociais e culturais) a estrutura e o cotidiano das sociedades. Para compreender as alterações que iam desde a internacionalização do capital, até o simples ato de comer um hambúrguer numa cadeia de lanchonetes, foi necessário a criação de um conceito que ajudaria a interpretação sobre o processo que estava tornando o mundo complexo. Esse conceito ficou conhecido como "globalização"1.

É nosso intuito nesse capítulo observar como o processo de globalização foi criado e em cima de que égide foi estruturado, principalmente, no que diz respeito às mudanças que esse processo causou no mundo do trabalho. Por tanto, nesse capítulo refletiremos sobre as principais transformações oriundas do processo de globalização, onde debateremos a idéia de um mundo globalizado, único e hegemônico.

1.1 – O estabelecimento da Globalização.

Antes de iniciarmos o debate sobre o contexto que deu surgimento ao processo de globalização, é importante analisarmos a diferença entre este processo de globalização e as relações globais que vem ocorrendo desde muitos séculos passados. Para exemplificarmos essas relações globais, podemos nos remeter ao período da colonização da África e Américas, ainda nos séculos XV e XVI, onde existiam relações econômicas, políticas e culturais, entre nações de diferentes partes do globo. Porém o processo de globalização que vamos abordar nesse trabalho, aponta diferenças significativas para com as reações globais de outrora. Podemos elencar algumas diferenças, que no nosso entender tornam o fenômeno da globalização do final do século XX singular. Primeiramente a noção de tempo e espaço são inteiramente transformadas com a evolução tecnológica das comunicações. Acompanhamos principalmente nas últimas duas décadas do século XX um desenvolvimento surpreendente dos meios de comunicação, que acabaram proporcionando a possibilidade de informação e comunicação que nunca fora vistas na história (OIT, 2005). Um exemplo clássico dessa evolução é a Internet que liga diferentes partes do mundo em poucos segundos. Outro ponto crucial, que diferencia o processo de globalização do final do século XX para as relações globais de séculos anteriores é o que diz respeito ao papel do Estado-nação. No período colonial, por exemplo, eram os Estados-nação responsáveis por controlar e gerir a economia e as trocas comerciais entre países. Com o processo de globalização ocorreu o que conhecemos por internacionalização do capital, que abordaremos mais adiante, onde o modelo de Estado-nação regulador da economia é substituído dentro de uma lógica de flexibilização e internacionalização das relações econômicas e comerciais. Sendo assim, o grande capital controlado outrora pelos Estados-nação, passou a ser controlado por grandes multinacionais e por mecanismos internacionais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (Burawoy, 2000). Esses entre outros aspectos fazem o processo de globalização do século XX ser diferente das relações globais antes existentes, e é essa globalização que iremos debater a partir de agora.

O período pós-guerra, que ficou conhecido como a "época de ouro" do capitalismo, foi marcada pelo papel do Estado de regulador da economia nacional. Foi nessa época que processos produtivos, como o fordismo, ganharam grande terreno na economia mundial. Porém essa época de ouro do capital começou a ser colocada em questão na década de 1970. Essa época foi marcada tanto por uma fase de auge do capitalismo, como também foi finalizado por uma grande crise, que viria a colocar em cheque o modelo capitalista em questão. Como saída para esta crise, os países de economia central elaboraram uma série de aplicações políticas e econômicas, que acabaram por mudar o quadro político, econômico, social e cultural. Essas aplicações, de certa forma, serviram para dar impulso ao processo de globalização.

É interessante, nesse momento, abordarmos o tema, que diz respeito, à "força motriz" que deu origem ao processo de globalização. Alguns teóricos, como Castells, defendem a idéia de que a globalização foi algo que ocorreu de forma espontânea, devido ao desenvolvimento das tecnologias da informação (Castells *in* Santos, 2005). Porém defendemos a teoria desenvolvida por Boaventura Sousa Santos, na qual expõe que a globalização foi iniciada por decisões políticas, feitas pelos Estados de economia central. Dessa forma, o autor observa que:

> "A globalização resulta, de fato, de um conjunto de decisões políticas identificadas no tempo e na autoria (...) Não podemos esquecer que em grande medida, e sobretudo ao nível econômico e político, a globalização hegemônica é um produto de decisões dos Estados nacionais." (Santos, 2005: 56).

Sendo assim, percebemos que a globalização foi derivada de uma gama de mudanças políticas e econômicas, engendradas pelos Estados de economia central, e que estes não foram apanhados de surpresa, por uma onda de tecnologia, informação e de mercado, mas sim, estavam cientes das transformações que decorreriam a partir dessas decisões (Fitoussi e Rosanvallon, 1997; Santos, 2005).

Dessa forma, buscamos como referência temporal e acional para o processo de globalização o chamado "Consenso de Washington" (CW), ou também conhecido por, "Consenso Neoliberal". Esta reunião entre os países de economia central ocorreu na década de 80, e tinha como intenção a criação de normas que iriam gerir a economia internacional e a função que os Estados iriam assumir na nova economia mundial e dentro das suas próprias fronteiras. As deliberações saídas do CW

1 Por motivo metodológico, achamos melhor debater o conceito de Globalização, no sentido hegemônico e contra-hegemônico no terceiro capítulo. Dessa maneira, durante o primeiro e segundo capítulo, a palavra globalização será utilizada dentro do conceito hegemônico, ou seja, a globalização como é formulada pelo grande capital e pelos governos dos países de economia central (Santos, 2005).

afetaram o mundo todo, porém, essas transformações foram sentidas de formas diferentes nos diversos países, como veremos mais adiante (Santos, 2005).

Como relatamos no parágrafo anterior, as deliberações do CW afetaram países no mundo inteiro, dessa forma, faz-se necessário compreender os meandros dessas resoluções. Temos que compreender que essas determinações do CW tinham como principal lógica a flexibilização da economia, o fortalecimento do mercado mundial e a abertura das economias nacionais para o grande capital internacional (Santos, 2005; Burawoy, 2000). Diante disso, o CW tinha como intuito indicar para os Estados várias alterações de nível político, econômico e social, que visassem um maior atrelamento dos países com a economia mundial. Sendo assim, boa parte dos países de economia central e os países em desenvolvimento começaram a implementar políticas que liberalizassem o mercado e abrissem a economia nacional para os investimentos internacionais. Com essas medidas, que fizeram surgir um novo modelo de governo, o neoliberal, os países começaram a se adequar ao novo papel que eles iriam exercer nessa nova conjuntura, que já não era o de regulador da economia nacional. Porém, temos que ter clareza de que esse processo neoliberal não se deu de forma igual em todos os países que aplicaram o modelo neoliberal. Contudo, o que podemos observar é que as reformas neoliberais vieram com uma teia de mudanças. O Estado tinha que cada vez mais abandonar o seu papel de regulador da economia. Esta deveria ser controlada pelo mercado financeiro global, a partir das indicações das agências reguladoras internacionais, como o BM e o FMI. Desta forma o Estado deveria assumir a função de "Estado mínimo". Nessa lógica acompanhamos, nos países que apostaram no modelo neoliberal, uma onda de privatizações das empresas públicas, incentivos fiscais para atrair as multinacionais, flexibilização das leis e direitos trabalhistas. Diante deste contexto, os países que aplicaram essas medidas, acabaram, de certa forma, virando reféns do sistema financeiro mundial, onde ficavam expostos a ataques especulativos e as diretrizes do mercado internacional (Santos, 2005).

Com este quadro imposto pela globalização e aplicado por governos neoliberais, as multinacionais foram, sem dúvida, as organizações que mais lucraram. Formando, a cada dia mais, grande oligopólios, essas empresas fartaram-se de entrar nas economias nacionais, uma vez que as fronteiras econômicas foram derrubas pelas reformas neoliberais, e especular buscando melhores condições para a sua fixação. Condições essas que iam desde incentivos fiscais, até a flexibilização das leis trabalhistas (Santos, 2005). Este assunto comentaremos no próximo ponto e também no capítulo dois.

1.2 - A globalização e as relações laborais.

Após explanarmos sobre o surgimento da globalização e seu estabelecimento através das políticas neoliberais, é imprescindível abordar como a globalização e suas políticas de implementação agiram e continuam agindo no que diz respeito ao mundo do trabalho e às relações laborais.

Como sabemos, o mundo do trabalho, antes mesmo do processo de globalização, já vinha sofrendo mudanças nas suas estruturas. Com a evolução tecnológica e informacional, já se fazia perceber importantes transformações no universo laboral. Porém, com a globalização, essas alterações no âmago do trabalho tornaram-se mais velozes e profundas, afetando não somente as relações entre trabalhadores e as organizações, como também as relações do próprio Estado mudaram, no que diz respeito às questões laborais (Santos, 2005).

A globalização fez com que as transformações no mundo do trabalho fossem sentidas de formas diferentes em todo o mundo. Surgiram novas formas de exploração e desigualdades, desenvolvidas tanto dentro das próprias organizações, como implementadas pelo próprio Estado neoliberal.

É notório que a noção de localização da produção também mudou com a lógica da globalização2. Agora estando inseridos no "mundo global", as grandes indústrias e organizações multinacionais podem fixar suas linhas de produção em qualquer parte do mundo, e de preferência naquela parte em que forem lucrar mais e gastar menos. Isso ocorre devido a alguns fatores que iremos relatar agora: 1) O desenvolvimento tecnológico, tanto no campo da produção, como no campo da comunicação e dos transportes, facilita a implementação das organizações multinacionais em qualquer parte do globo; 2) Com a abertura das fronteiras comerciais, as empresas optam por se instalarem no local, seja em países diferentes, ou lugares dentro do mesmo país, de acordo com as facilidades apresentadas pelos governos do determinado local. Essas facilidades podem ser consideradas como incentivos fiscais, menos controle do Estado sobre a economia, flexibilização das relações trabalhistas (Estanque, 2005).

Com isso, notamos como o processo de globalização favoreceu os grandes grupos de empresas capitalistas em detrimento da precarização do trabalho imposta a classe trabalhadora3. Afirmamos isso diante do fato da reestruturação dos Estados, através das reformas neoliberais, para adequarem-se a essa nova conjuntura de dependência do grande capital, onde as multinacionais exercem uma grande pressão para que os países cumpram os preceitos neoliberais e deixem o terreno propício para implementação de formas de trabalhos extremamente precárias e exploratórias (Toni, 2003). Através do trecho

2 Falaremos sobre as mudanças e surgimento de novos processos de produção no segundo capítulo. Como forma metodológica, iremos debater nesse trecho apenas as relações entre a globalização e as transformações no mundo do trabalho, para que, desta forma, possamos partir de forma mais aprofundada para as transformações do mundo laboral.

3 Utilizamos o conceito classe trabalhadora como referência para designar os trabalhadores que estão inseridos nas diversas áreas e categorias laborais. Entendemos que o conceito classe ainda tem uma grande importância para compreendermos o contexto social, e os fenômenos advindos deste (Wright, 1994). Porém não temos uma compreensão fechada e dogmática de classe social, pois percebemos a necessidade de analisá-la diante de cada contexto, e de colocá-la juntamente com outros conceitos para entender a dinâmica social.

seguinte, escrito por Castells, podemos reforçar a idéia desenvolvida nesse parágrafo, onde o autor trata do intuito das reformas neoliberais:

> "Aprofundar a lógica capitalista de busca de lucro nas relações capital-trabalho; aumentar a produtividade do trabalho e do capital; globalizar a produção, circulação e mercados, aproveitando a oportunidade das condições mais vantajosas para a realização de lucros em todos os lugares; e direcionar o apoio estatal para ganhos de produtividade e competitividade das economias nacionais, freqüentemente em detrimento da proteção social e das normas de interesse público" (Castells, in Toni, 2003: 248).

Podemos compreender então que a globalização contribui muito para o fortalecimento das multinacionais e para a manutenção e desenvolvimento de trabalhos precários e exploratórios. No sentido contrário estão os Estados, que são cada vez mais pressionados para elaborarem e aplicarem reformas neoliberais que beneficiam cada vez mais o grande capital as custas de cortes e flexibilizações, que continuam reduzindo ou até mesmo tirando direitos e leis trabalhistas (Santos, 2005).

Porém temos que salientar que os Estados sentem e aplicam essas reformas de diferentes maneiras e em tempos diferentes. O caso mais claro para exemplificarmos essa questão é a diferença entre as reformas neoliberais elaboradas nos países de economia central e os países ditos periféricos. Baseados na teoria de Mirian de Toni, notamos que nos países de economia central, onde a precarização do trabalho existe e é implementada por reformas neoliberais, ocorre uma espécie de "*precarização após proteções*" (Toni, 2003). Sendo assim, podemos observar que antes de implementar reformas que vão gerar precarizações, os Estados realizam medidas para que essas precarizações não sejam tão sentidas pela sociedade. Com relação aos países periféricos ao sistema, compreendemos que estes não apresentam medidas paliativas, nem condições econômicas e políticas para tê-las. Dessa forma acompanhamos que a precarização do trabalho, imposta pela globalização, se faz sentir mais nos países periféricos do que nos países de economia central, uma vez que, são os países periféricos que sofrem uma maior pressão do grande capital para cederem mais facilmente às exigências do mercado internacional com relação a flexibilização das relações de trabalho (Toni, 2003). Podemos compreender essa reflexão observando o movimento que as multinacionais fazem, nesse contexto globalizado, onde se afastam cada vez mais dos países de economia central, e vão procurar propostas mais flexíveis, atrativas e lucrativas, nos países periféricos.

Dessa forma, podemos acompanhar como a globalização e as reformas liberais visam um mundo do trabalho flexível e cada vez mais precário e exploratório. Percebemos assim, a ligação entre o processo de globalização e a precarização imposta aos trabalhadores. A partir desse momento, compreenderemos melhor como foram essas transformações ocorridas no mundo do trabalho e como estas afetam os trabalhadores diante de um contexto globalizado.

2- As transformações no mundo do trabalho e os trabalhadores globalizados

Como vimos anteriormente, os países de capitalismo avançado passaram por profundas mudanças que afetaram, entre outros aspectos, o mundo do trabalho e que alteraram não só a forma de produção, como também toda a lógica laboral. Dessa forma, o que podemos perceber e debater, nesse capítulo, é que essas transformações no mundo do trabalho não afetaram o trabalhador apenas no sentido objetivo; essas mudanças alteraram também a subjetividade desse trabalhador (Tumolo, 2002).

Na década de 1980, nos países centrais, ocorreram grandes transformações tecnológicas, o que proporcionou um grande avanço nas áreas como robótica, microeletrônica, automação etc. Diante dessas mudanças, os processos de produção se modificaram e novas relações de trabalho foram construídas a partir dessas mudanças. Sendo assim, podemos observar que o fordismo já não era mais o único processo de produção adotado pelas grandes indústrias e organizações. Com o passar do tempo foram surgindo novos processos de produções flexíveis, entre os quais, um dos que mais se destacou foi o modelo japonês, conhecido também como toyotismo (Estanque, 2005).

O fordismo foi um processo de produção criado e desenvolvido pelas indústrias Ford, uma das principais produtoras de automóveis do mundo, ainda no início do século XX e que foi difundido e amplamente adotado no conjunto do setor produtivo. Como principais características do fordismo podemos elencar as seguintes: a) produção em massa, de produtos homogêneos; b) os trabalhadores das organizações, onde se adotou o fordismo, eram desqualificados e tinham apenas uma função dentro da linha de montagem; c) tinha uma produção extremamente centralizada, verticalizada, o que quer dizer que a indústria era responsável por todo o processo de fabricação do produto final; d) era um processo de produção que utilizava o tempo como controlador da produção. Para trabalhar com essa questão de produzir mais no menor tempo possível, o fordismo utilizou-se do Taylorismo, que é um método que tem como base a utilização do tempo como agente controlador da produção. Podemos perceber que o sistema fordista de produção se desenvolveu principalmente nos anos entre e pós-guerras mundiais, devido a grande demanda de produtos que a população necessitava. A questão da homogeneização dos produtos produzidos no sistema fordista se deve, em muito, a baixa concorrência que as indústrias encontravam no mercado (Antunes, 2003).

Como vimos, esse sistema de produção controlou durante quase todo o século XX os processos de produção das grandes organizações e estruturou uma forma de controle não só da produção, mas também do trabalhador, tanto no "chão de fábrica", na linha de montagem, quanto na própria sociedade.

Durante o século XX, observamos que o fordismo não era o único processo de produção dentro do sistema capitalista. Foram surgindo e crescendo novas formas e metodologias de organização e de produção, bases para uma nova lógica do capitalismo. Lógica esta, que pregava não somente a flexibilização do mercado como também da produção e das

relações trabalhistas. Com essa realidade, foi vital para as organizações a implementação de novas tecnologias e formas de controle do trabalho, onde se possa lucrar mais sem a necessidade da contratação de mais trabalhadores (Estanque, 2005).

Com relação a esses novos sistemas de produção, que foram surgindo durante o século XX e que acabaram por transformar o próprio fordismo, vamos dar uma maior atenção ao modelo japonês, também conhecido como toyotismo, como forma de caracterizar melhor as transformações que foram ocorrendo no mundo do trabalho.

O Toyotismo foi desenvolvido dentro da indústria automobilística japonesa, a Toyota. Esse processo de produção foi criado para atender a realidade do Japão do pós-guerra, que era a de um país completamente arrasado pelos seis anos de guerra. Diante dessa realidade, a Toyota começou a organizar a sua produção para atender a uma demanda reduzida. Sendo assim, foi implementado, dentro da produção da Toyota, um método utilizado inicialmente nos supermercados dos EUA, que é o Kanban. Dentro da lógica dos supermercados, esse método se baseava na reposição do produto nas prateleiras apenas quando estes fossem vendidos e na quantidade do que foi vendido. Na Toyota esse método foi inserido com a mesma lógica. Com isso, ao contrário do fordismo que produzia em massa, o toyotismo vai fabricar apenas para a reposição dos seus produtos. Essa demanda também gerou outra diferença entre toyotismo e fordismo. Enquanto no fordismo os produtos eram altamente homogêneos, no toyotismo, devido à demanda reduzida, a produção é heterogênea, para atender os diferentes pedidos da demanda (Antunes, 2003; Estanque, 2005).

Outro fator que também foi inserido pelos processos de produção flexíveis foi o aumento da produção ao mesmo tempo em que se diminui a quantidade de trabalhadores. A fórmula para tornar isso possível, foi a utilização cada vez maior de tecnologia e a qualificação cada vez mais extensiva dos seus trabalhadores. Dessa forma, no sistema toyota, por exemplo, um trabalhador é capaz de operar várias máquinas e estas fazem o trabalho que dezenas de trabalhadores faziam no sistema fordista. Podemos perceber também, nesse ponto, uma outra diferença entre o fordismo e os processos flexíveis: enquanto no fordismo o trabalhador era desqualificado e tinha apenas uma função na produção, no toyotismo, por exemplo, esse trabalhador deve ser qualificado e deve saber realizar várias funções dentro da produção. Porém, isso não quer dizer que não existam trabalhadores desqualificados nos sistemas flexíveis de produção. Eles existem e, nesse contexto "globalizado", ocupam postos de trabalho cada vez mais precários, sem a menor segurança de continuidade. (Kovács, 2005; Estanque, 2005).

Outro aspecto que foi implementado pela flexibilidade da produção é a horizontalidade da produção. Em vez de fabricar todo o produto na indústria, como era no fordismo, as empresas, que adotaram a produção flexível, utilizam a prática de terceirizar a produção. Dessa forma, as peças do produto são fabricadas em outras empresas, que também aplicam a produção flexível, e a empresa, que contrata o serviço terceirizado, apenas monta o produto final. Dessa forma, foi mais uma maneira que as empresas encontraram para reduzir funcionários e não ter a mínima responsabilidade com os contratos e condições de trabalho dos trabalhadores das empresas terceirizadas contratadas para realizar o serviço (Kovács, 2005).

Com relação aos trabalhadores, dentro dessa nova lógica flexível, já vimos que o grau de qualificação aumentou, devido à necessidade de ocuparem várias funções dentro da empresa. Porém, os trabalhadores que laboram dentro de um sistema flexível são tão explorados quanto os que operam dentro do fordismo. O que podemos perceber é que houve a necessidade desse trabalhador se qualificar para continuar empregado, porém a sua valorização continua a mesma dos trabalhadores do sistema fordista. No entanto, vale lembrar, mais uma vez, que também existem trabalhadores desqualificados dentro dos sistemas flexíveis de produção, como foi falado anteriormente.

No que diz respeito ao movimento sindical, e o toyotismo é um exemplo clássico, também se instituiu novas práticas para tentar combater a organização representativa dos trabalhadores e foi a própria Toyota que mostrou como esse combate pode ser feito. A Toyota formou o que chamamos de sindicato empresa, ou seja, a empresa "oportunizava" aos trabalhadores a possibilidade de se organizarem dentro da própria empresa, sob a justificativa de que os trabalhadores seriam mais facilmente ouvidos e atendidos pela empresa, do que se estes se mantivessem longe dos sindicatos. Para facilitar a implementação desses sindicatos empresa, a Toyota começou a cooptar as lideranças entre os trabalhadores e ofereciam a estes cargos vitalícios dentro da organização. Essas práticas também foi um ponto importante que dificultou muito a mobilização dos trabalhadores que laboravam dentro do modelo japonês de produção (Antunes, 2003).

O assunto debatido no parágrafo anterior nos remete a outra característica importante dentro dos modelos flexíveis e que está muito ligada à transformação subjetiva pela qual passou a classe trabalhadora. Ocorreu nos vários processos flexíveis de produção a "aparente" junção entre elaboração e execução no processo de trabalho. A empresa tentou passar para o trabalhador a imagem de que o saber e o fazer andavam lado a lado e que, com isso, o trabalhador era parte fundamental e decisiva na produção. Dessa forma, o trabalhador tem a idéia de que ele é parte integrante da empresa e que por isso ele deve se sentir responsabilizado com aquilo que ele produz. Sendo assim, o trabalhador deixa a sua função de funcionário e passa a ser um "colaborador" dentro da organização. Podemos observar que esta tática, implementada pelas empresas, não deixa de ser mais uma forma de controlar o trabalhador. Ao contrário do fordismo, em que o controle da produção ficava nas mãos da direção da empresa e que criava um desgaste entre organização e funcionários, nas formas flexíveis de produção o trabalhador, uma vez responsável e colaborador daquela organização, também passa a ter o papel de controlador de si mesmo. Dessa maneira o trabalhador passa a ser "vigia" dele mesmo, enquanto a decisão do que e como produzir fica longe das mãos do trabalhador (Tumolo, 2002).

Dessa forma, as formas flexíveis de produção vêm ganhando grande espaço dentro das organizações. Temos que deixar claro que esses modelos flexíveis não vieram substituir o fordismo por completo, apenas são mais formas de produção que foram criadas para atender a necessidade imposta pelo capital, diante do contexto da globalização. Outro aspecto que é

importante ser mencionado, é que as técnicas desenvolvidas nos processos flexíveis de produção não são aplicadas apenas no setor industrial, esses métodos passam a ser utilizados por outros setores, principalmente o de serviços.

O que precisamos ter em mente é que essas mudanças não estão separadas e dissociadas umas das outra. As formas flexíveis de produção não surgiram do nada. A aparição de novas formas de organização, controle do trabalho e de produção surgiram devido a uma necessidade do grande capital, e que o fordismo sozinho não daria conta de atendê-la. Para falarmos desse processo de reestruturação do capitalismo, que acabou gerando todo um quadro de precarização do trabalho, podemos utilizar um termo que é amplamente divulgado pelos estudiosos da temática, que é a acumulação flexível.

A acumulação flexível surge da necessidade imposta pelo capital de tornar o mundo do trabalho mais flexível, desde a produção e sua organização até as relações trabalhistas, como leis e direitos do trabalhador. A acumulação flexível surge como uma forma menos rígida de lucrar e explorar:

> "A acumulação flexível caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional". (Antunes, 2003: 29).

Com a acumulação flexível e toda essa gama de transformações oriundas da reestruturação do sistema capitalista, podemos acompanhar que, na grande maioria dos países de economia central, houve um processo de diminuição dos trabalhadores locados no setor industrial e um grande aumento do setor de serviços. Para conceituar o que entendemos por serviços, utilizamos o conceito de Annunziato: "inclui-se como serviço tanto a indústria de serviços quanto o pequeno e grande comércio, as finanças, o setor de bens e imóveis, os serviços pessoais, de negócio, de divertimentos, de saúde, os serviços legais e gerais" (Annunziato *in* Antunes, 2003: 51).

O setor de serviços se desenvolveu rapidamente, assim como a precarização vinda dele também cresceu. Podemos afirmar que no setor de serviços encontramos um campo onde a precarização do trabalho se desenvolveu com o aval dos Estados neoliberais. É comum, inclusive impulsionado pelos governos neoliberais, o incentivo à prática de relações de trabalho flexíveis, onde podemos ver a flexibilização dos contratos de trabalho, como subcontratos, contratos temporários sem a mínima garantia trabalhista. Não podemos deixar de lembrar as péssimas condições de trabalho identificados no setor de serviços, exemplo clássico do telemarketing, onde os funcionários trabalham em condições precárias (nas baias de atendimento) e sem a mínima chance de questionar tal realidade

Com a implementação e fortalecimento do modelo neoliberal, acompanhamos a aplicação de todas as movimentações políticas estatais que tornam a flexibilidade das relações trabalhistas um sonho bem possível de ser realizado pelo grande capital. A partir da flexibilização das leis e direitos trabalhistas, realizadas pelos Estados, observamos o crescimento de relações de trabalho que tem a precarização como seu preceito maior. Com isso vamos acompanhar o crescimento do processo de terceirizações, que tiram por completo a responsabilidade do contratante do serviço com relação a vínculos e encargos trabalhistas. Com a flexibilização das relações de trabalho, podemos também observar o desenvolvimento da prática de contratos temporário, subcontratos. Contratos esses que eximem o empregador de qualquer vínculo e obrigação empregatícia (Toni, 2003; Estanque, 2005).

Dessa forma, o que podemos notar é que depois de todo esse processo de precarização pelo qual passou o trabalho e a classe trabalhadora, devido às transformações do capitalismo, hoje temos uma classe trabalhadora extremamente precarizada. Com a expansão do setor de serviços, temos uma classe ainda trabalhadora, mas extremamente heterogênea. Uma classe trabalhadora que viu, seus direitos serem tirados pelos Estados e que é obrigada a entrar num mundo do trabalho cada vez mais precarizado.

Temos que ter a clareza de que esse processo de precarização do trabalho afetou tanto os trabalhadores formais dos diversos setores, como também comprometeu os trabalhadores informais, que nunca tiveram a proteção do Estado, através das leis trabalhistas.

Com esse quadro apresentado, o movimento sindical, entra em uma grande crise de identidade e de atuação perante a sociedade. Várias dessas mudanças, que ocorrerem no mundo do trabalho, afetam violentamente a classe trabalhadora, principalmente no aspecto relativo a precarização do trabalho. A devastadora desregulamentação dos direitos do trabalho, o aumento da subproletarização do trabalho, que veio com a implementação do trabalho precário, trabalhos temporários, parciais, juntamente com um grande processo de terceirização do trabalho, são fatores fundamentais que favorecem o processo de precarização do trabalho (Estanque, 2005).

No que se refere às desigualdades, elas são alargadas com o processo de globalização, inclusive são criadas novas formas de desigualdades vindas com a globalização e com as reformas neoliberais. Com a flexibilização do trabalho, observamos o aprofundamento da desigualdade entre trabalhadores formais e trabalhadores informais, o risco de desemprego passa a ser praticamente uma constante na vida da maioria dos trabalhadores, sejam eles qualificados ou não (Estanque, 2005; Fitoussi e Rosanvallon, 1997). Para Fitoussi e Rosanvallon (1997) um bom aspecto para se observar as novas desigualdades é o de que, antes do processo de globalização, a noção de mobilidade social se fazia de forma ascendente, ou seja, de um trabalho precário para um seguro. Com a implementação da globalização, percebemos que a idéia de mobilidade social se estabelece de forma aleatória e incerta, tamanho é o grau de insegurança e precariedade do mundo do trabalho. Sendo assim, percebemos que a classe trabalhadora nesse "mundo globalizado" passa por profundas transformações que a torna extremamente precarizada. E essa precarização impõe-se, praticamente, em todos os níveis da vida do trabalhador, passando

desde a segurança do trabalho e suas condições laborais, até o acesso ao trabalho e a manutenção dos direitos e leis trabalhistas.

3– Caminhos metodológicos

Para estudar o tema proposto, utilizamos métodos da pesquisa qualitativa. A nossa análise centrar-se-á nos discursos da CUT e da CGTP em 2007, referido particularmente ao tema da precarização do trabalho.

A composição inicial do *corpus* foi estabelecida a partir de documentos produzidos pela CUT e pela CGTP no ano de 2007. Para tanto, centramos a nossa análise do *corpus* em dois documentos. O primeiro foi produzido pela CUT e é intitulado "Relembrando 2007 e construindo o futuro", uma espécie de balanço do ano de 2007 realizado pela CUT. O segundo documento foi produzido pela CGTP, e é intitulado "Plano de ação de combate à precariedade de emprego".

Para tanto, escolhemos a análise de discurso (AD), pelo fato dessa metodologia ter como finalidade interpretar as fontes com o objetivo de entender o contexto em que elas foram produzidas. Além disso, a AD é uma metodologia que defende a idéia de que o discurso não existe por si só, ele está ligado a um contexto, onde quem o elabora, e no momento que o pronuncia, está posicionado social e ideologicamente frente à dinâmica social.

Outro fator que consideramos, na escolha dessa metodologia, foi o de que ela tenta desvendar as condições de produção e como este discurso é construído a partir e em relação a outros discursos, reproduzindo, redefinindo ou negando-os. Isto é, identificar a interdiscursividade e as posições que vão se constituindo nesse processo. Além disso, acreditamos que essa pesquisa se coloca frente a questões da prática social e de suas relações com a estrutura social, para qual a AD se põe como adequada.

4- Precarização em discurso

4.1- A CUT

Ao analisarmos o documento intitulado "Relembrando 2007 e construindo o futuro", construído pela CUT, podemos observar que se trata de um balanço político do ano de 2007 e projeções para o ano de 2008. Compreendemos que o tema precarização do trabalho foi tratado como central nesse documento. Porém, nos cabe agora analisar as formas como a temática foi abordada.

Logo no início, o documento faz uma alusão a grande mobilização que a CUT realizou em 2007, como podemos identificar no seguinte trecho:

> "O ano de 2007, em que a Central completou seus 24 anos de existência, encerra-se em grande estilo, com o pleno êxito da 4ª Marcha Nacional da Classe Trabalhadora pela Redução da Jornada de Trabalho, Mais e Melhores Empregos e em Defesa da Seguridade Social. Uma vez mais, a marcha serviu para mostrar a grande capacidade de mobilização nacional da CUT". (Retirado do "Relembrando 2007 e construindo o futuro", da CUT, pág. 1).

Nesse fragmento, notamos que a construção discursiva utilizada pela CUT é uma forma de auto-afirmação da Central, enquanto sendo uma entidade que possui "*grande capacidade de mobilização nacional*". Compreendemos que ao iniciar o documento com esse parágrafo, a CUT tenta passar uma imagem discursiva de que o movimento sindical, em particular a CUT, ainda mantém um caráter de grande mobilização social e proximidade com a sociedade. Através desse discurso, a CUT tem a intenção de dar uma resposta a idéia de que o sindicalismo perdeu espaço na sociedade atual, ou simplesmente perdeu o seu sentido de ser, devido as transformações econômicas, sociais e políticas implementadas pelo processo de globalização.

Observamos também nesse documento que a CUT aborda ações realizadas em parcerias com outras centrais sindicais e outros movimentos sociais. No extratos seguintes podemos analisar isso:

> "Durante o primeiro semestre, além de lançar a Campanha Salarial Unificada (ainda a ser aprimorada e fortalecida no próximo ano), a CUT priorizou o tema do desenvolvimento, de forma a não restringi-lo ao mero crescimento do PIB, mas ampliá-lo de maneira a ser sinônimo de avanço das relações de trabalho. Em parceria com as outras Centrais e com outras instituições sociais, como as universidades, a Central aprofundou o seu projeto, desaguando em diversos encontros regionais ao longo do segundo semestre". (Retirado do "Relembrando 2007 e construindo o futuro", da CUT, pág. 1).

> "Em 2007, consolidamos parcerias internacionais que vão possibilitar a troca de experiências no campo da organização no local de trabalho e na coibição de práticas anti-sindicais, pontos essenciais da concepção cutista de sindicalismo, calcada na autonomia e na liberdade sindical". (Retirado do "Relembrando 2007 e construindo o futuro", da CUT, pág. 2).

No primeiro trecho descrito acima, identificamos no discurso cutista a alusão de parcerias com outras instituições sociais para debater temas que a CUT trata como central. No nosso entendimento essa articulação do movimento sindical com outros movimentos sociais se faz cada vez mais necessária. Essa necessidade vem das transformações pela qual a sociedade passou com a reestruturação produtiva. Com essas mudanças vieram também uma profunda fragmentação da sociedade, e com isso surgiram novos atores sociais, assim como novas demandas sociais. Com isso observamos também o aparecimento de novos movimentos sociais, que se tornaram tão necessários e legítimos como o movimento sindical. Dessa forma, faz-se necessário que o movimento sindical esteja aberto a trocar experiências e projetos com esses novos atores sociais, afim de formularem ações que venham dar respostas as diferentes demandas sociais surgidas no complexo contexto em que estamos inseridos.

O segundo trecho relata além das colocações feitas no parágrafo anterior a questão da transnacionalização do movimento sindical. O discurso cutista aborda a consolidação de parcerias internacionais e a troca de experiências em torno de realidades diferentes, mas que sofrem com as alterações nas relações laborais. Diante disso, podemos perceber que a CUT constata a importância da efetivação de parcerias internacionais, para poder dar respostas para as questões que são colocadas cada vez mais no campo global.

Mesmo analisando que o discurso da CUT aponta para uma construção de alianças com outras centrais sindicais e outros movimentos sociais, para combater a precarização do trabalho notamos também no documento uma espécie de competição entre a CUT e outras centrais sindicais brasileiras, como podemos notar no fragmento seguinte:

> "Outro desafio de grande alcance para a CUT é realidade colocada pela criação de novas Centrais Sindicais. Obviamente, isto deve aumentar a disputa por representatividade no interior do sindicalismo brasileiro". (Retirado do "Relembrando 2007 e construindo o futuro", da CUT, pág. 2).

Nesse trecho podemos observar que a CUT se refere muito provavelmente a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), uma espécie de central sindical dos movimentos sociais, que foi formada em 2004, e que assumiu uma posição política de oposição a CUT, devido, entre outros aspectos, a ligação cutista com o governo federal. Compreendemos que este discurso não é novo na CUT durante toda a década de 1990, a CUT sempre demonstrou em seus discursos uma competição com a Força Sindical, Central sindical formada por setores conservadores da política nacional. Esse discurso sempre permeou o sindicalismo brasileiro. Porém o que aparece de novo nesse cenário é que a CUT aparece agora como a Central sindical conservadora, em detrimento da CONLUTAS. Acreditamos que existem diferenças difíceis, ou praticamente impossíveis de serem superadas, entre práticas, discursos e concepções de sindicalismo nas Centrais sindicais brasileiras. O grande problema está situado no momento em que essa disputa por terreno passa a ser o principal objetivo das Centrais sindicais e que questões como a precarização do trabalhado passam para um segundo plano.

O discurso da CUT sobre precarização no documento que vem salientar a luta que a Central faz pela manutenção do direito à greve. Mesmo que esse instrumento de ação sindical esteja cada vez mais sendo abandonado pela CUT. Percebemos também a necessidade que a CUT observa em manter em desenvolvimento a questão da representação sindical dos trabalhadores terceirizados. Nesse aspecto notamos que a CUT percebe a importância de se sindicalizar os trabalhadores do terceirizado. Porém não observamos uma política consistente da CUT em tentar sindicalizar os trabalhadores informais, que estão completamente fora de qualquer proteção seja do sindical, ou estatal. Dessa forma, compreendemos que a CUT ainda não notou a importância de acabar com o fosso que existe entra os trabalhadores formais e informais, que acaba gerando uma espécie de neocooporativismo entre os próprios trabalhadores.

Sem dúvida o aspecto que ficou mais marcante no discurso cutista sobre precarização do trabalho em 2007 foi a ligação desta Central com a estrutura do governo federal. Durante a grande parte do documento constatamos que com relação a precarização do trabalho só existiram ganhos do movimento sindical e esses ganhos eram oriundos da "boa vontade" do governo ou do presidente "Lula". Não queremos aqui dizer que a CUT não deve negociar ou não participar dos espaços de negociação e de debate que lhes são oferecidos. O que queremos salientar é que o problema reside no momento em que a CUT assume esse espaço como o mais importante e fundamental para resolver os problemas da precarização do trabalho, esquecendo e abandonando a mobilização social como vem ocorrendo desde 2003, quando o Partido dos trabalhadores assumiu o governo federal. Podemos perceber essa relação nos seguintes fragmentos:

> "Além disso, está na agenda do País não mais apenas o mote da "estabilização monetária", mas sim o da continuidade do desenvolvimento, crescimento econômico e da geração de empregos, associado à implementação de programas que reduzem a pobreza e as enormes desigualdades sociais. Isto embora continuem os ataques dos segmentos conservadores, conforme se verificou no recente episódio da não prorrogação da CPMF no Senado. Esta decisão terá impactos negativos sobre as finanças públicas, especialmente nas áreas da saúde, previdência e desenvolvimento social .Registre-se aqui, que a CUT propõe e lutará para que os recursos para as áreas sociais, os investimentos do PAC e os compromissos assumidos com os servidores sejam mantidos". (Retirado do "Relembrando 2007 e construindo o futuro", da CUT, pág. 3).

No trecho acima podemos identificar claramente como o discurso da CUT está ligado ao governo federal. Notamos como a agenda política do governo é entendida pela CUT como a agenda do país, como fosse esta agenda um consenso. Em todo fragmento acima notamos como a CUT aborda os temas referidos com extremo entusiasmo e parceria com o governo federal. Acreditamos que a independência do movimento sindical é indispensável para manter a sobriedade nas lutas contra a precarização do trabalho. A partir de relatos como este acima apresentado, e de práticas de apoio a qualquer custo da CUT ao governo federal desde 2003, colocam em sérios riscos a independência da maior Central sindical brasileira, o que ao nosso entender é extremamente danoso não só para o movimento sindical, como para a sociedade brasileira. Posturas como esta apresentadas pela CUT nos remete a alguns críticos que passaram a dizer que a CUT está se transformando cada vez mais em um "anexo" do governo federal.

4.2- A CGTP

Ao analisarmos o "Plano de ação de combate à precariedade do emprego", produzido pela CGTP, observamos que a precarização foi um tema de constante debate no ano de 2007. A CGTP elencou o tema precarização como sendo um dos eixos fundamentas de luta e mobilização no ano de 2007. O documento aqui analisado reflete como a Central sindical encara o tema e propõe mudanças para o quadro de precarização em Portugal.

Logo no início do documento, a CGTP tentou passar a idéia de que o movimento sindical é experiente e competente para combater a precarização do trabalho, como podemos observar no seguinte trecho:

> "Como actuar para reduzir a precariedade e eliminar quer o trabalho clandestino quer o trabalho ilegal? O movimento sindical dispõe de uma larga experiência. Recorde-se que em 2000, a CGTP-IN, dando cumprimento a uma deliberação do seu 9º Congresso, organizou iniciativas subordinadas ao lema Pela Qualidade do Emprego Contra a Precariedade. O essencial das orientações traçadas está hoje ainda actual". (Retirado do Plano de ação de combate à precariedade do emprego, da CGTP, pág. 20).

No fragmento anterior descrito podemos perceber que a CGTP legitima o seu discurso sobre precarização através da sua experiência em lidar com a precariedade do emprego. Podemos notar que a necessidade dessa auto afirmação se faz devido a um aspecto. Esse deve-se ao fato de juntamente com a reestruturação capitalista, observamos também um questionamento sobre o papel do movimento sindical diante da nova conjuntura econômica, social e política. Nesse contexto da globalização e flexibilização do trabalho, o movimento sindical foi colocado em cheque, e muitos acharam que o sindicalismo tinha perdido a sua função social. Para dar resposta a essas críticas, é notório que o discurso sindical veja a necessidade de se colocar como um importante e competente instrumento de intervenção social nas relações de trabalho.

Durante todo o texto observamos um dedicado debate sobre a precarização do trabalho e de como ela atinge a sociedade portuguesa. No discurso da CGTP, a precarização do trabalho está muito ligada com a questão do trabalho temporário, ou contrato a termo, como podemos citar a seguir:

> "Usamos a expressão "emprego precário" para designar formas de emprego que não têm a mesma protecção legal que a dos trabalhadores com contratos de duração indeterminada, devido ao carácter não permanente dos contratos. A esta menor protecção legal acresce que o exercício dos direitos é dificultado porque o trabalhador teme retaliações, como a não renovação de um contrato a prazo. Ainda assim, há direitos consagrados na legislação e nas convenções colectivas de trabalho." (Retirado do Plano de ação de combate à precariedade do emprego, da CGTP, pág. 25).

Não queremos, contudo dizer que a CGTP não tenha a clareza de que precarização do trabalho abrange outros setores do mundo do trabalho, que não apenas os trabalhadores temporários, inclusive trabalhadores com contratos de tempo indefinido. Como a própria CGTP aborda em outra parte do documento, onde relata que a precarização também está presente em questões como as condições de trabalho, longas jornadas de trabalho etc. Porém o que queremos salientar aqui é que a CGTP desenvolve prioritariamente seu discurso sobre precarização do trabalho voltado para a questão do emprego temporário. Acreditamos que esta prioridade se deve ao fato de ser este tipo de emprego precário que é mais característico em Portugal. Sendo assim, notamos que a CGTP ao declarar o ano de 2007 como sendo o do combate à precarização do trabalho, e ao dar ênfase aos empregos temporários, esta tentando buscar respostas e ações que combatam a forma de emprego precária que mais afeta Portugal, chegando a cerca de 1.800.000 trabalhadores que estão na incerteza dos empregos temporários.

O discurso da CGTP engloba diversos fatores e conseqüências da precarização do trabalho, entre as quais podemos citar a questão dos jovens e das mulheres, que são mais afetados pelos empregos precários. A partir dessa questão, analisamos que a CGTP tem a clareza que com a precarização do trabalho, também surgiu uma nova questão a ser debatida, que é a divisão sexual do trabalho nesse contexto de globalização.

Como conseqüência da precarização a CGTP salienta em seu discurso a questão desta nova lógica laboral exacerbar o individualismo em detrimento do coletivo. E que este tipo de comportamento é danoso tanto para o trabalhador, enquanto sujeito social, como também para as estruturas sindicais, que têm a questão da coletividade do trabalhador cada vez mais colocada de lado. Dessa forma, notamos que a CGTP está ciente de que esta exacerbação do individualismo é extremamente perigosa para o sindicalismo, no momento em que o indivíduo é cada vez mais motivado a não se sindicalizar e resolver boa parte das questões laborais diretamente com o empregador. Compreendemos que essa lógica de individualização das relações de trabalho, utilizada pelo grande capital, é um dos principais fatores da queda no número de sindicalização. Dessa forma, entendemos que o movimento sindical vai tentar combater essa lógica, uma vez que, esta vem se mostrando extremamente negativa tanto para os trabalhadores, como para os sindicatos.

Como outra conseqüência do processo de precarização vimos que a CGTP identifica em seu discurso o desenvolvimento da "economia clandestina". Nesse aspecto temos que salientar que a CGTP condena esta forma de economia, que acaba gerando mais precarização do trabalho, uma vez que, gera empregos que estão por fora de qualquer proteção e assistência da segurança social. Identificamos que está construção discursiva da CGTP sobre a economia clandestina surge da necessidade de compreender e procurar respostas para o contexto português, onde cerca de 20% do seu PIB está situado nessa economia.

Ainda sobre a economia clandestina, nos deparamos, no discurso da CGTP, com a utilização do termo "terceiro mundista":

> "A incidência destes empregos no tecido produtivo nacional é mal conhecida mas tudo indica ter expressão significativa, sobretudo nalguns sectores como a construção. Diversos estudos apontam para um elevado peso da economia subterrânea no nosso país, situando-a entre 20 a 25% do PIB. Por exemplo, ainda recentemente um estudo publicado pelo Banco de Portugal a avalia em 22,1%, o que coloca Portugal na situação de uma economia desenvolvida com uma dimensão da economia clandestina, ou subterrânea, comparável à dos países em desenvolvimento. Ou seja, temos uma posição terceiro-mundista." (Retirado do Plano de ação de combate à precariedade do emprego, da CGTP, pág. 31).

Nesse trecho, acreditamos que a CGTP, ao tentar analisar a situação portuguesa, se utiliza, não de forma propositada, de uma terminologia (terceiro-mundista) amplamente divulgada por ideários e pensamentos, definidos e

defendidos pelo grande capital. Essa expressão nos remete a uma separação entre o "norte", rico, desenvolvido, dono da verdade e dos modelos a se seguir, e o "sul" subdesenvolvido, ou "em desenvolvimento", pobre, que é o modelo a não se seguir, e que deve ser rechaçado e oprimido pelo ocidente desenvolvido. Compreendemos que estruturas sindicais, que defendem melhores condições para os trabalhadores, e o desenvolvimento de políticas públicas que garantam uma maior igualdade social devem tomar cuidado ao utilizar conceitos e caracterizações que acabam gerando preconceito e situações que podem levar a uma cisão ainda maior do movimento sindical internacional.

Outro aspecto a ser mencionado no discurso da CGTP é a ligação que esta central faz entre o Estado, seja na caracterização no governo nacional português ou da União européia (UE), com a precarização do trabalho. Em muitos trechos do seu discurso, a CGTP denuncia e critica o código do trabalho e as reformas laborais que o governo português vem tentando realizar. Em outros momentos critica a União Européia e a sua política de geração de emprego flexível. Com relação ao discurso da CGTP sobre o governo português, fazemos notar que o ano de 2007 foi marcado por fortes confrontos entre o governo e o movimento sindical sobre o tema da flexisegurança. Segundo a CGTP, a flexisegurança não vai trazer uma maior segurança para os empregos precários, vai sim é trazer uma maior flexibilização das leis trabalhistas, o que vai ser bom para as empresas, e péssimo para os trabalhadores. Diante disso, entendemos que o discurso da CGTP, além de lutar pelos direitos dos trabalhadores, ainda tenta se destacar em oposição ao governo nacional e suas reformas.

Com relação a UE, a CGTP se coloca contra a geração do emprego flexível como política a ser desenvolvida no quadro europeu. Essa postura da CGTP, além da questão pragmática e ideológica contra o emprego flexível, nos remete a história entre a CGTP e a UE. Desde a criação da UE a CGTP sempre demonstrou uma série de críticas com relação a esta. Durante muito tempo a CGTP foi rotulada por ter um discurso anti União Européia e nacionalista protecionista, até mesmo devido a demora na filiação da Central sindical à Confederação Européia de Sindicatos (CES), que só se deu em 1995. O discurso da CGTP com relação a UE foi marcado pela sua participação nos debates europeus, mas em defesa da soberania nacional e dos trabalhadores portugueses, rechaçando e denunciando qualquer medida que colocassem em jogo Portugal ou os trabalhadores portugueses.

É também abordado no discurso da CGTP a questão da dificuldade de intervenção sindical nesse contexto de globalização, como podemos observar no trecho abaixo:

> "A intervenção sindical não é fácil. Os principais obstáculos são: a fraca sindicalização dos trabalhadores abrangidos; a diversidade de situações existentes; o receio dos trabalhadores de perderem os empregos se exigirem o cumprimento das normas de trabalho". (Retirado do Plano de ação de combate à precariedade do emprego, da CGTP, pág. 41).

Nessa construção discursiva podemos analisar que a CGTP reconhece as dificuldades de intervenção no contexto atual. Podemos destacar nesse segmento, que a CGTP aborda duas questões que estão ligadas e que geram esta dificuldade de intervenção do movimento sindical. A primeira é referente a fragmentação pela qual a classe trabalhadora passou nos anos de reestruturação capitalista. Hoje temos uma classe trabalhadora heterogeneizada e precarizada e é de suma importância uma central sindical reconhecer isso, para poder dar respostas aos ataques à classe trabalhadora. O segundo aspecto, que está ligado ao primeiro é a queda de sindicalização. A CGTP observa em seu discurso que existe uma quebra na taxa de sindicalização e que isso prejudica a mobilização dos trabalhadores precarizados. Porém a CGTP tem a clareza de que a resposta para responder essa fraca sindicalização está na necessidade de acabar com o fosso que existe, com relação a filiação sindical, entre os trabalhadores formais, cobertos por direitos e leis trabalhistas e trabalhadores informais, que estão sem a mínima proteção, seja sindical e estatal.

A partir da caracterização do contexto de precarização do trabalho, a CGTP aponta para formas de intervir para mudar ou travar esta realidade. Ente as principais estão: 1) ações diretas junto às entidades empregadoras; 2) Fiscalização dessas entidades empregadoras; 3) A negociação nos espaços adequados com as entidades patronais e Estado; 4) Recursos aos tribunais do trabalho; 5) Mobilização social; 6) Organização da estrutura sindical, desde a central, passando pelas instâncias secundárias como as federações, até chegar aos sindicatos.

Nesse aspecto o que nos chama a atenção são dois pontos. O primeiro é a falta de ações conjuntas com outros atores sociais. No seu discurso a CGTP não relata a importância de ações com outros atores sociais, sejam outras centrais sindicais, como a UGT por exemplo, ou como outros movimentos sociais como de raça ou de gênero. Acreditamos que a fragmentação implementada sobre a sociedade pela reestruturação capitalista fez surgir novos atores e movimentos sociais, que tornaram-se tão importantes quanto o movimento sindical. E para dar resposta a precariedade do trabalho é de grande importância que o movimento sindical saiba construir ações em conjunto com esses "novos" sujeitos. O segundo ponto é a falta do debate de ações internacionais. Estamos em um contexto onde as ações das grandes empresas estão se caracterizando cada vez mais por um aspecto internacional. Para dar respostas a precarização do trabalho oriunda da globalização, as organizações sindicais precisão além de garantir debates e ações nacionais, pois são centrais sindicais com demandas nacionais, formular também ações de caráter internacional, para que desta forma possa interagir com outras realidades que sofrem também com a precarização do trabalho e construir lutas que coloquem em questão a lógica do capital internacional.

Em suma, podemos dizer que a CGTP tratou como prioridade em 2007 a questão da precarização do trabalho, onde abordou cuidadosamente o contexto onde esta precarização está atingindo a sociedade portuguesa. A CGTP em seu discurso procurou reforçar a idéia de que é necessário um movimento sindical para responder aos ataques aos trabalhadores. Questionou o papel do Estado nesse processo de precarização, seja o governo de Portugal, seja a União Européia. Reconheceu a dificuldade de se organizar a classe trabalhadora nesse contexto fragmentado. Porém não fez alusão sobre a

necessidade do movimento sindical interagir com outros movimentos e de criar ações em conjunto, seja nacionalmente ou internacionalmente.

5- Globalização contra-hegemônica, uma saída?

Após abordarmos, no decorrer deste trabalho, a formação do processo de globalização, suas causas e como estas afetaram, e continuam afetando o mundo do trabalho, e como a CUT e a CGTP construíram seus discursos em 2007 sobre a temática, chegou o momento de abordarmos o debate sobre possíveis saídas e ações para este quadro de precarização do trabalho. Salientamos aqui a importância do movimento sindical rever seus conceitos e práticas para conseguir integrar e ajudar a formular ações que coloquem em cheque a lógica nociva da globalização.

Temos que ter em mente que a globalização não tem um caráter homogêneo, determinista e hegemônico. Como podemos perceber a globalização é repleta de controvérsias, realidades completamente diferentes, sentidos e consensos que levam a lógica da globalização para um campo muito mais aberto para as disputas e conflitos. Estamos cientes que a lógica da globalização hegemônica, que tratamos nesse trabalho, que gera uma grande precariedade laboral, embora seja imposta violentamente pelo grande capital, não é a única significação de globalização (Santos, 2005). Como compreendemos, "*globalização não é apenas uma ideologia, mas uma constelação de ideologias que torna-se terrenos de conflito*" (Burawoy, 2000, tradução minha). É necessário salientar que dentro do próprio consenso hegemônico de globalização existem diferenças e conflitos, que com o passar do tempo e com o desenvolvimento das contradições da globalização tornam-se, cada vez mais, latentes e perceptíveis (Santos, 2005). Dessa forma, entendemos que é possível analisarmos e aplicarmos outras práticas, que vão no sentido contrário ao da globalização hegemônica imposta pelo grande capital. Sendo assim, levantaremos aqui algumas análises sobre formas de intervenção, que tem como proposta ir numa lógica de globalização contra-hegemônica, tentando assim, inverter a lógica da precarização do trabalho (Santos, 2005).

Para Boaventura de Sousa Santos (2005) a construção de uma lógica de globalização contra-hegemônica passa pela organização de ações de resistência locais, que criem um objetivo de desenvolvimento local contrário à premissa da globalização hegemônica. Porém essas ações locais não estão dissociadas e isoladas das ações globais contra-hegemônicas. Para o autor, é necessário a criação de lutas locais contra-hegemônicas, e que estas se identifiquem com outras lutas de outras localidades, para que dessa maneira, formem-se lutas globais contra-hegemônicas, mas formuladas e identificadas a partir de ações locais.

A partir da idéia desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos de movimentos e organizações formulados dentro de uma concepção de globalização contra-hegemônica, perguntamos-nos como essa teoria poderia ser aplicada no sentido do combate a precarização do trabalho?

Para responder a questão acima, observamos que, nesse contexto de globalização, é imperativo a reformulação dos movimentos sociais para atender as demandas desse novo quadro. É necessário que os movimentos sociais revejam, não só, quais são os seus papéis, suas formas de atuação, como também, a importância dos novos atores e movimentos sociais, surgidos no contexto da globalização (Boltanski e Chiapello, 2001).

Trazendo a idéia do parágrafo anterior para o centro da nossa temática, passamos a analisar como o movimento sindical pode organizar-se dentro dessa idéia de globalização contra-hegemônica. Colocamos em questão o movimento sindical por acreditarmos que ele ainda é um importante movimento social que representa a classe trabalhadora. Como sabemos, todas essas transformações geraram uma crise no movimento sindical, uma vez que não conseguiu se adaptar a essa nova realidade. Dessa forma, notamos que o sindicalismo tem grandes dificuldades para representar e mobilizar a classe trabalhadora para o embate contra essa globalização hegemônica, que deixou os trabalhadores em condições cada vez mais precárias de subsistência.

Frente a este problema, o movimento sindical passou a ter grandes interrogações quanto a sua atuação junto a sua base e a própria sociedade. Essa situação passou a ser debatida, mas muitas questões ainda estão abertas. Alguns problemas foram levantados, entre os principais está a necessidade de se elaborar um programa alternativo, que consiga englobar a grande quantidade de trabalhadores que vivem nas condições desumanas da informalidade. Outro problema é o de se criar valores que consigam quebrar com esta lógica de precarização do trabalho imposta pela globalização, mas que indiquem alternativas imediatas para solucionar a precariedade das relações de trabalho da classe trabalhadora (Antunes, 2003).

Diante desse quadro é necessário repensar a estrutura do movimento sindical, no sentido de buscar respostas que apontem para uma nova forma de pensar o sindicalismo dentro de uma concepção de globalização contra-hegemônica. Talvez o primeiro passo seja a reflexão de que o movimento sindical tenha que estar e se sentir englobado junto com outros movimentos que tenham a percepção de uma globalização contra-hegemônica (Costa, 2005).

Outro fator de importância está na formação das ações locais dentro das próprias empresas. Podemos utilizar como exemplo os sindicatos que agem dentro das empresas multinacionais. Nesse caso é formada uma coligação transacional entre sindicatos da mesma multinacional, para lutarem por mesmos direitos e condições de trabalho. Esta forma de ação é um modo de, a partir de lutas locais, no interior de uma multinacional com filiais localizadas em locais diferentes, atingir objetivos transnacionais e sobretudo contra-hegemônicos, que vão no sentido contrário ao da precarização do trabalho (Costa, 2007; Santos, 2005). Um caso concreto dessa forma de ação foi o realizado por funcionários da Volkswagen, situados em filiais espalhadas pelo espaço do MERCOSUL, que com a atuação nas suas respectivas empresas conseguiram, através de uma coligação transacional de mobilização, celebrar um contrato coletivo com a empresa ao nível do espaço do MERCOSUL. Dessa forma, podemos perceber como atuações locais podem se tornar formas de solidariedade e mobilização

transnacional contra-hegemônica, passando assim, por cima de diferenças culturais e unindo trabalhadores de diferentes partes do mundo contra a lógica neoliberal de precarização do trabalho (Costa, 2007).

Um aspecto que não podemos deixar de abordar nesse momento é a importância com que os avanços tecnológicos de informação e comunicação, nomeadamente a Internet, têm que ser encarados pelos movimentos sociais contra-hegemônicos. Estamos, como foi citado anteriormente, em um contexto onde acompanhamos uma grande evolução de tecnologias de informação e comunicação, que nos permitem saber de informações praticamente de forma instantânea, dos fatos que ocorrem no mundo, e de nos comunicarmos de maneira imediata com qualquer parte do mundo. Dessa forma, fica patente a necessidade dos movimentos sociais utilizarem essa tecnologia para interagir rapidamente entre eles, para que desse modo possam fiar atentos para as lutas contra-hegemônicas que estão ocorrendo no mundo (Webster e Lambert, 2004).

Após observarmos algumas maneiras como o movimento sindical pode atuar nesse contexto de desigualdades e precarização do trabalho, percebemos como é importante a reestruturação dos movimentos sociais para atenderem as novas demandas a que estão sujeitos. Esses movimentos precisam encontrar formas de organização e atuação que se aproximem mais dos sujeitos, para que, dessa forma estes se sintam identificados com as causas defendidas por tais organizações. É preciso que o movimento sindical encontre novas formas de se aproximar da sua base para que assim tenha respaldo social para combater os diversos aspectos da precarização do trabalho. Mas para isso acontecer é preciso que o movimento sindical observe, interaja e identifique-se com os movimentos que o rodeia, para que assim possa agir dentro de uma lógica de globalização contra-hegemônica, na tentativa de inverter a premissa da precarização do trabalho.

6- Referência bibliográfica

Antunes, Ricardo. (2003). *Adeus ao trabalho?Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 9ªed. São Paulo: Cortez.

Boltanski & Chiapello (2001). *Le Nouvel Esprit du Capitalism et les nouvelles formes de la critique*. Retirado da WOC da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Burawoy, Michael (2000). *Grounding globalization*. In M. Burawoy et al., *Global Ethnography*, London: University of California.

Central Única dos Trabalhadores (2007). Relembrando 2007 e construindo o futuro. http://www.cut.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10202&Itemid=144. (Consultado na Internet em 19 de outubro de 2008).

Costa, Hermes Augusto (2007). *A política internacional das organizações sindicais nacionais: potencialidades e desafios, Ariús: Revista de Ciências Humanas e Artes*. 13. Campina Grande: UFPB.

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (2007). *Plano de ação de combate à precariedade do emprego. http://cgtp.pt/images/stories/imagens/2007/08/precariedade.pdf.* (Consultado na Internet em 19 de outubro de 2008).

Estanque, Elísio (2005). *Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo, Revista Crítica de Ciências Sociais. 71. Coimbra: Centro de Estudos Sociais*.

Fitoussi, J. P. & Rosanvallon P. (1997). *A nova era das desigualdades*. Oeiras: Celta.

Kovács, Ilona (2005). *Emprego flexível em Portugal: alguns resultados de um projeto de investigação", in* Kovács, I. (org.). "*Flexibilidade de emprego: riscos e oportunidades*. Oeiras: Celta.

OIT- Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização (2005). *A globalização: natureza e impacto*. In *Por uma globalização justa: criar oportunidades para todos*. Oeiras: Celta.

Santos, Boaventura de Sousa (2005). *Os processos da globalização*. In Santos, Boaventura de Sousa (org.). "*Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento.

Silva, Rodrigo F. N. (2007). Somos *fortes somos CUT? Precarização e discurso na CUT – PE (1989 – 1999)*. (Dissertação de mestrado em Sociologia). Recife: Centro de Filisofia e Ciências Humanas.

Toni, Mirian de (2003). *Visões sobre o trabalho em transformação. Sociologias*, 9: Porto Alegre.

Tumolo, Paulo Sérgio (2002). *Da contestação à conformação: A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista*. Campinas: Unicamp.

Webster, Edward & Lambert, Rob (2005). *Emancipação social e novo internacionalismo operário: uma perspectiva do Sul*. In Santos, Boaventura de Sousa. (org). *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Wright, Erik Olin (1994). *Análise de classes, história e emancipação*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 40. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.

Tempo de trabalho e ação sindical no Brasil: a Central Única dos Trabalhadores e a expansão do tempo de trabalho na escala do ciclo de vida

Revalino Freitas
Universidade Federal de Goiás
freitas@fchf.ufg.br

Resumo: de longa data, a redução do tempo de trabalho em algumas de suas modalidades tem sido uma bandeira do movimento sindical brasileiro e, desde o final dos anos setenta, adquiriu uma presença freqüente na pauta de reivindicações do movimento sindical, seja pela necessidade de reduzir esse tempo para criar novos postos de trabalho, seja como forma de proporcionar qualidade de vida aos trabalhadores. O texto pretende analisar como se constituiu, na Central Única dos Trabalhadores, o debate acerca da redução do tempo de trabalho a partir de uma de suas modalidades – a da escala do ciclo de vida – e a forma como a questão foi enfrentada. A trajetória da Central desde sua fundação no inicio dos anos oitenta, determinou de certa forma a política e as ações desenvolvidas com o intuito de atingir os objetivos propostos, o que permite constatar que a questão da redução do tempo de trabalho na escala do ciclo de vida mudou de enfoque nas ações políticas desenvolvidas, levando a uma expansão desse tempo, na mesma proporção em que a Central transitou de uma posição mais conflituosa para uma posição mais pragmática no cenário político e sindical.
Palavras-chave: Tempo de trabalho, sindicalismo, ciclo de vida

O debate acerca da duração do tempo de trabalho tem uma longa tradição no movimento operário e sindical. As extensas jornadas do século XIX ainda continuam sendo, no início do século XXI, objeto de preocupação dos trabalhadores, não obstante as mudanças significativas que vêm ocorrendo nas atividades produtivas, resultantes do desenvolvimento tecnológico. A institucionalização de mecanismos de proteção social ao longo desse período, nas sociedades industrializadas avançadas, obteve sucessos consideráveis nesse campo, no entanto, na maioria dos países persiste uma situação desfavorável e a duração do tempo de trabalho continua sendo uma questão não resolvida.

No Brasil, desde o início de desenvolvimento da industrialização e da institucionalização do assalariamento, o movimento operário e sindical tem reivindicado a redução do tempo de trabalho. Os primeiros congressos operários, nas décadas iniciais do século XX, já registravam essa determinação dos trabalhadores, com a aprovação de resoluções defendendo a redução desse tempo. Desde então, décadas se passaram, o tempo de trabalho continuou extenso, mas a reivindicação continuou presente nas lutas do movimento sindical.

Com a emergência das lutas sindicais, a partir do final dos anos setenta do século passado, o debate sobre o tempo de trabalho voltou a ser tema recorrente. Entretanto, apesar de inserido na pauta de reivindicações, essa redução não atingiu o objetivo proposto e, nos últimos anos, as significativas alterações vivenciadas pelo mundo do trabalho têm direcionado o debate sobre o tempo de trabalho para outros caminhos que não a sua redução. E, nesse caso, é importante analisar o papel desempenhado pelas centrais sindicais.

Embora outras centrais sindicais tenham surgido no país, nos anos subseqüentes à sua fundação , a Central Única dos Trabalhadores (CUT) continua exercendo hegemonia no meio sindical, não só por sua estrutura político-administrativa, mas também por conta das diretrizes e ações políticas que tem desenvolvido desde sua fundação.

Uma das características básicas da CUT, presente já no congresso de fundação, é o alargamento do campo de ação política. Diferentemente do sindicalismo tradicional e corporativo, derivado da CLT, a CUT sempre se posicionou politicamente com relação a questões que dizem respeito aos interesses mais gerais da sociedade, como educação, saúde, habitação, meio-ambiente, sem deixar de centrar suas preocupações nas questões sindicais propriamente ditas. Ao ampliar o seu leque de reivindicações políticas e sociais, se credenciou como interlocutora privilegiada da sociedade no campo sindical, ao mesmo tempo em que apresentava do ponto de vista dos trabalhadores, uma perspectiva mais ampla acerca das expectativas sociais.

As principais deliberações da CUT sobre o tempo de trabalho acontecem em seus Congressos Nacionais. Instância deliberativa máxima, o Congresso é realizado com determinada regularidade , com a presença de um grande número de delegados que discutem sobre temas de interesse dos sindicatos filiados e dos trabalhadores em geral (conjuntura nacional, política econômica, política social, política sindical). O debate sobre tempo de trabalho tem, historicamente, se concentrado sobre a discussão da jornada e da duração semanal, não existindo uma percepção de assuntos como as férias e licenças parentais como possibilidades de redução do tempo de trabalho na escala anual ou, anda, da aposentadoria, enquanto possibilidade de redução do tempo de trabalho na escala do ciclo de vida. E é essa última que é aqui o objeto de investigação.

Como bem observa Samuel & Romer (1984), a instauração de um sistema de aposentadorias tem por objetivos, de um lado, a noção de "cobertura do risco da velhice" e, de outro lado, a noção de "recompensa" pelos serviços executados. Paralelamente a isso, a aposentadoria se instaura como uma modalidade a mais de redução do tempo de trabalho. Com efeito, a luta dos trabalhadores pela redução do tempo destinado ao trabalho começa, inicialmente, através da defesa da redução do tempo diário, a jornada. Contudo, na medida em que avança a luta por essa redução, novas modalidades de redução são incorporadas. Primeiro, a redução do tempo semanal, seguida da redução da duração do tempo anual e, finalmente, a redução do tempo na escala do ciclo de vida.

Assim, limitar o tempo de trabalho ao longo da vida humana é uma modalidade do tempo de trabalho e, sobretudo, um substancial progresso no sentido de valorização da vida. A proteção à velhice e a recompensa pelo trabalho realizado ao longo de toda uma existência se inscrevem no quadro dos direitos sociais que contribuem para humanizar o trabalho, incorporar um pouco de civilidade às relações sociais de produção. E a redução do tempo de trabalho a partir da fixação de um tempo determinado de anos trabalhados abre novos espaços para o alargamento do tempo destinado a outras atividades que não o trabalho abstrato.

Com o tempo, as sociedades industrializadas institucionalizaram a aposentadoria como um mecanismo de proteção social. Uma vez conquistado esse direito, coube aos trabalhadores lutar não só pela sua manutenção, bem como pela sua ampliação. E, nesse caso, a ampliação ocorreu a partir da redução do tempo de trabalho do ciclo de vida. Embora imperceptível no cotidiano daqueles que se encontram exercendo uma atividade assalariada, diferentemente da jornada ou da

duração semanal, o certo é que essa modalidade de tempo de trabalho tem um impacto significativo na vida social, particularmente daqueles que passam a usufruir a mesma.

No Brasil, o movimento sindical não tem uma tradição de debater a redução do tempo de trabalho além de sua duração semanal. Mesmo quando discute a redução da duração anual, o faz tendo por referência a duração da jornada, considerando a duração anual como mera expressão aritmética da jornada. Não se discute a possibilidade de alargamento dessa redução a partir da ampliação das férias, da institucionalização de férias temáticas, licenças ou outras formas de liberação do tempo de trabalho anual.

Quanto à redução do tempo de trabalho, na escala do ciclo de vida, a questão sequer é aventada. A aposentadoria por tempo de serviço é somente a proteção social que os trabalhadores adquirem enquanto recompensa pelo serviço prestado e, para a qual contribuem financeiramente. Assim, limitar o tempo de trabalho ao longo da vida humana é um substancial progresso no sentido de valorização da vida. A proteção à velhice e a recompensa pelo trabalho realizado ao longo de toda uma existência se inscrevem no quadro dos direitos sociais que contribuem para humanizar o trabalho, incorporar um pouco de civilidade às relações sociais de produção. E a redução do tempo de trabalho a partir da fixação de um tempo determinado de anos trabalhados abre novos espaços para o alargamento do tempo destinado a outras atividades que não o trabalho abstrato.

Com o tempo, as sociedades industrializadas institucionalizaram a aposentadoria como um mecanismo de proteção social. Uma vez conquistado esse direito, coube aos trabalhadores lutar não só pela sua manutenção, mas também por sua ampliação. E, nesse caso, a ampliação ocorreu a partir da redução do tempo de trabalho na escala do ciclo de vida. Embora imperceptível no cotidiano daqueles que se encontram exercendo uma atividade assalariada — diferentemente do que ocorre no caso da jornada ou da duração semanal —, o certo é que essa modalidade de tempo de trabalho tem um impacto significativo na vida social, particularmente daqueles que passam a usufruí-lo.

Tal qual acontece no caso da duração do tempo de trabalho anual, no caso do ciclo de vida, também inexiste uma tradição de vincular a aposentadoria enquanto modalidade de redução do tempo de trabalho. Para o sindicalismo brasileiro e, em particular, para o sindicalismo cutista, a aposentadoria por tempo de serviço é somente a proteção social que os trabalhadores adquirem, enquanto recompensa, pela venda de sua força de trabalho durante determinado tempo e que, para sua obtenção, têm que também contribuir financeiramente durante um determinado período.

Mas, em alguns casos, especificamente, a CUT apontou para caminhos que vinculavam a aposentadoria à idade dos trabalhadores e, nesse caso, visando a redução do tempo de trabalho. Essa posição se verificou nos primeiros anos de existência da Central e se manifestou, inicialmente, no 1° Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CONCUT), quando os delegados aprovaram uma resolução fixando a aposentadoria dos trabalhadores rurais em 50 anos (para os homens) e 45 anos (para as mulheres).

As preocupações específicas da CUT com relação aos trabalhadores rurais eram plenamente justificáveis, considerando o sistema de proteção social então vigente. Com efeito, os trabalhadores rurais estavam à margem de grande parte do sistema, que estava direcionado aos trabalhadores urbanos do mercado formal, por conta da vinculação da estrutura do sistema à CLT. Assim, estender aos trabalhadores rurais os mesmos direitos sociais assegurados aos trabalhadores urbanos constituía um avanço no sentido da universalização do sistema de proteção social.

Ao mesmo tempo, ao fixar a aposentadoria dos trabalhadores em idade aparentemente baixa, a CUT chamava a atenção para as difíceis condições de trabalho em que se encontram esses trabalhadores que, desde a mais tenra idade, têm de se submeter a um trabalho quase sempre estafante, na maior parte do tempo realizado sob condições adversas decorrentes da ação da natureza — exposição ao sol, à chuva e outras intempéries. O trabalho nessas condições, aliado às insatisfatórias condições materiais de vida que afeta a maioria dos trabalhadores rurais, provoca um rápido envelhecimento e uma baixa expectativa de vida desses trabalhadores.

Assim, a resolução do 1° CONCUT, fixando esse teto para a aposentadoria dos trabalhadores rurais, contemplava um elevado contingente de trabalhadores submetidos a uma situação de extrema vulnerabilidade social e que, por conta das especificidades do trabalho rural, necessitam de um plano de seguridade social — inclusive um tempo de aposentadoria específico — que lhes restitua um mínimo de dignidade.

Mas, essa proposta da CUT, avançada no que diz respeito à questão da aposentadoria, não teve seqüência nos congressos posteriores e sequer foi encaminhada na prática. Foi mais uma declaração de intenções, como a maioria das resoluções aprovadas nos congressos cutistas. No 2° CONCUT, as preocupações com relação à aposentadoria se referiram ao reajuste do valor do benefício, uma vez que a inflação elevada corroía os salários dos trabalhadores que recebiam proventos previdenciários (CUT, 1986).

Ao se preparar para intervir politicamente no Congresso Constituinte, os delegados presentes ao 2° CONCUT aprovaram uma resolução geral que também contemplava a questão da previdência social e, por extensão, da aposentadoria . Além disso, com relação aos trabalhadores rurais, mais precisamente às trabalhadoras rurais, o 2° CONCUT aprovou uma caravana a Brasília, com trabalhadoras rurais de vários Estados, com o objetivo de pressionar o governo federal, visando o reconhecimento profissional dessas trabalhadoras e garantindo-lhes, inclusive, todos os direitos previdenciários, dentre os quais a aposentadoria.

Tais quais as demais propostas aprovadas no congresso e que deveriam ser encaminhadas ao Congresso Constituinte, a proposta sobre a previdência social foi encaminhada para debate e aprofundamento na Plenária Nacional da

CUT, realizada em 1987. E, da mesma forma, a Plenária Nacional aprovou um documento evasivo, conforme já visto e, no caso específico da previdência e da aposentadoria, não houve nenhuma menção específica (CUT, 1987).

A nova Carta constitucional, aprovada em 1988, garantiu aposentadoria com salário integral para todos os trabalhadores e a universalização de direitos sociais. Não obstante seu protesto contra a Carta em si, a CUT considerou tais medidas um avanço social e, no caso, passou a se orientar a discussão sobre previdência e aposentadoria a partir do novo texto constitucional. Essa posição se consolidou ainda durante os trabalhos do Congresso Constituinte, com a realização do 1° Encontro Nacional de Saúde e Previdência Social da CUT, que definiu por um sistema de previdência social sob gestão dos trabalhadores. Essa posição foi mantida no 3° CONCUT que, além de referendar a decisão do Encontro sobre a gestão previdenciária, estabeleceu diretrizes sobre um sistema único de saúde .

A discussão sobre o projeto de seguridade social cutista avançou no 4° CONCUT que, dentre outras coisas, manteve a defesa de um sistema previdenciário público e universal, condenando a possibilidade de privatização do sistema previdenciário (CUT, 1991). Entretanto, não obstante as discussões sobre a questão previdenciária progredirem no interior da Central, a questão do tempo de aposentadoria não era enfrentada, exceção no caso dos trabalhadores rurais, como já visto anteriormente, ainda no 1° CONCUT.

A ofensiva das políticas neoliberais, nos anos noventa, levou à reestruturação do aparelho estatal brasileiro, envolvendo privatizações de empresas estatais e à reforma do Estado, incluindo aí, a reforma do sistema de seguridade social, que avançou desde o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995–2002).

Ao longo de todo o período em que a reforma da previdência esteve em discussão, a CUT não demonstrou condições de viabilizar uma contestação efetiva, através da mobilização sindical, capaz de barrar o projeto de reforma, como era a pretensão inicial . De todo modo, é importante observar a proposta de previdência social dessa Central. Em seu 5°. Congresso Nacional, a CUT aprovou uma resolução criticando as deficiências do sistema previdenciário, as irregularidades administrativas e condenando a privatização do sistema. Para contrapor, aprovou uma proposta de previdência social pública, administrada por um conselho quadripartite. Entretanto, não detalhou a estrutura dessa previdência.

A posição da CUT, portanto, se deu ancorada em uma proposta alternativa genérica, oposta àquela contida na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n°. 33, que foi objeto de apreciação pelo Congresso Nacional. Entretanto, ao longo do período de discussão da proposta, a CUT se mobilizou em questões pontuais, apresentando sugestões aos parlamentares, contribuindo com suas ações institucionais para reduzir o impacto geral da proposta. E, não obstante a contestação aos resultados finais terminou por assimilar a reforma passando, inclusive, a incorporá-la em sua proposta de previdência mais à frente, no Governo Lula, como poderá ser observado mais à frente.

A reforma da previdência no Brasil

Desde o início dos anos noventa, do século passado, a agenda política no Brasil incorporou um conjunto de reformas — denominadas reformas do Estado — como um de seus temas centrais, envolvendo amplos setores da sociedade, partidos políticos, centrais sindicais, empresários, administração pública em seus diversos níveis, bem como instituições financeiras internacionais, particularmente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

A magnitude dessa reforma e sua abrangência institucional – extrapolando as fronteiras do Estado nacional para abarcar instituições multilaterais na condição de atores proeminentes – demonstra o quão relevante se tornou essa questão, tendo como pano de fundo o que se convencionou denominar crise fiscal do Estado.. Com efeito, a necessidade de conter o forte déficit público levou países latino-americanos – em particular, o Brasil – a adotar uma rígida contenção de despesas que se traduziu em medidas impopulares, uma vez que tais medidas incidiram, sistematicamente, em cortes de recursos destinados à manutenção de políticas sociais.

A participação de instituições financeiras internacionais não é casual. Ela expressa uma intervenção política, de cunho ideológico, em sociedades com forte intervenção estatal nas atividades econômicas. O vendaval de reformas que assolou o planeta no período tinha um conteúdo ideológico bastante nítido, assentado no triunfo de políticas neoliberais que, em síntese, afirmavam a supremacia do mercado sobre o social.

No conjunto dessas reformas encontra-se a reforma da previdência social. Seu significado pode ser avaliado pelo impacto na sociedade e sua disseminação mundo afora. Das várias reformas que perpassam parte do planeta no período, a reforma da previdência foi certamente a que recebeu mais atenções das agências internacionais e, nesse caso, a ação direta do Banco Mundial — financiando a reforma e formando uma rede de economistas especializados em questões relativas ao tema — é importante para que se possa apreender os reais objetivos da mesma.

Como já mencionado, as reformas em curso se orientam em consonância com os interesses do mercado. De um ponto de vista estrito do mercado, a questão previdenciária se resume a uma operação de compra e venda. Se os proventos oriundos da previdência — aposentadoria, pensões, auxílios — ainda não são mercadorias, isso não significa que não devam se constituir enquanto tal e, portanto, que sejam obtidos através do mercado. Se as condições sociais e políticas existentes ainda são fatores impeditivos, isso não significa que o objetivo deva ser descartado. De fato, é preciso direcionar a previdência social para o mercado , institucionalizar na sociedade, do ponto de vista da seguridade social, uma "cultura do mercado".

A previdência social não existe por si só, ela se constitui e se institucionaliza como um sistema capaz de assegurar a efetivação de políticas sociais voltadas a proteger aqueles que, inscritos nos quadros de uma sociedade salarial (Castel, 1998), necessitam de proteção social após a interrupção definitiva das atividades produtivas. Ela se inscreve nos marcos dos

direitos sociais, e sua gênese se encontra na confluência de novos modos de racionalidade e da evolução das mentalidades provocados pelo surgimento da sociedade industrial (Guillemard, 1986). Para voltar a previdência social em direção ao mercado, era imprescindível deslegitimá-la enquanto um mecanismo de proteção social ancorado no Estado, destituí-la de sua constituição histórica enquanto conquista dos trabalhadores na luta por direitos sociais .

Dessa forma, o debate sobre a reforma da previdência, tanto quanto as demais, se orientou no sentido de garantir "higidez fiscal ao Estado", (Cardoso, 1998), com o objetivo central, no Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), de assegurar o equilíbrio financeiro e contábil, visando estreitar os vínculos entre benefícios e contribuições e a restrição de benefícios concedidos a determinados grupos (Figueiredo & Limongi, 1998).

Uma investigação mais pormenorizada da reforma da previdência, de uma perspectiva daqueles que são os maiores interessados — os trabalhadores — permite observar que os objetivos propostos e as medidas adotadas para atingir tal fim, não obedecem a razões sociais, porém, econômicas — e, no caso, uma vez mais, as razões do mercado e de uma determinada forma de administração pública, a administração gerencial. Assim, se o combate a privilégios no sistema é um procedimento legítimo, isso não significa que tal combate justifique prejudicar a maioria dos trabalhadores, se ausentando de discutir os vencimentos irrisórios que contemplam a maioria dos beneficiários , ocultando as graves mudanças implementadas no tempo de contribuição necessário para a obtenção da aposentadoria, bem como a elevação da idade mínima para que se possa aposentar. E é exatamente no que diz respeito estritamente à aposentadoria que a reforma da previdência — tanto no Governo de Fernando Henrique Cardoso, quanto no Governo Lula — apresenta um inegável retrocesso.

A CUT e a reforma da previdência social no Brasil

Principal central sindical do país, tanto pelo número de filiados, quanto por sua atuação política – considerada a mais avançada na defesa dos direitos sociais – a CUT teve um posicionamento político oscilante no caso da reforma. Obviamente, existem implicações outras que contribuem para a conduta dessa central sindical ao longo da discussão da reforma da previdência

Como já mencionado, a reforma da previdência visava o equilíbrio contábil através da aproximação entre arrecadação e pagamento de benefícios. Para isso, na avaliação de seus mentores, a previdência teria que combater privilégios concedidos a determinados grupos e elevar a idade para a aposentadoria. A principal mudança com relação à aposentadoria por tempo de serviço diz respeito a dois critérios que elevaram o tempo de trabalho, a idade mínima para aposentadoria e a mudança no critério para efetuar a contabilidade do tempo para a concessão do benefício.

A Emenda Constitucional (EC) n°. 20, em seu artigo 9°., estabelece uma idade mínima como pré-requisito para ter acesso à aposentadoria por tempo de serviço. Até então, qualquer trabalhador que tivesse completado o tempo de serviço necessário à aposentadoria, tinha direito à mesma. Essa liberalidade com relação à idade mínima, para obtenção da aposentadoria, era uma das principais críticas dos defensores da reforma, pois a ausência de uma idade mínima permitia que, em muitos casos, trabalhadores se aposentassem na faixa entre 40 e 50 anos de idade.

Essa liberalidade, porém, tinha uma razão de ser. No Brasil, pelas características de seu mercado de trabalho, é significativo o número de pessoas que são obrigadas a trabalhar desde cedo. O trabalho na adolescência — sem mencionar o trabalho infantil — é uma prática generalizada na classe trabalhadora, de sorte que é comum a ocorrência de pessoas que atingem 35 anos de trabalho, com 48 anos de idade ou até menos. Assim, aposentar em idade aparentemente precoce não significa um privilégio, uma concessão absurda incentivando um ataque ao tesouro da previdência, mas sim o acesso legítimo a um direito por quem, desde tenra idade teve que se submeter a uma ou mais atividades. Longe de ser um privilégio, a aposentadoria nesses casos é um direito legítimo, um reconhecimento social.

Ao fixar a idade mínima para aposentadoria em 53 anos (homens) e 48 anos (mulheres), a EC n°. 20 atingiu em cheio o tempo de trabalho. De um modo geral, todos os trabalhadores que se iniciaram cedo em algum tipo de atividade para prover suas necessidades, foram afetados pela nova legislação. E, em alguns casos particulares, como os trabalhadores rurais, pescadores artesanais, trabalhadores urbanos do setor informal e empregados domésticos, o caso é mais grave. São atividades em que as pessoas se iniciam muito cedo em seus misteres, ora ajudando nas atividades desenvolvidas pelos pais — caso dos trabalhadores rurais e pescadores artesanais, por exemplo —, complementando o orçamento familiar, ora em atividades precarizadas, nem sempre reconhecidos como atividades profissionais. E são esses trabalhadores, que via de regra se encontram mais fragilizados, do ponto de vista da organização, os mais afetados pelo alongamento do tempo de trabalho em decorrência da fixação da idade mínima para aposentarem nos patamares aprovados.

De um ponto de vista do mercado de trabalho formal, a idade mínima é coerente. De fato, para aqueles que ingressam no mercado formal, aos 18 anos de idade, o cálculo da idade mínima fecha com o tempo necessário para a obtenção da aposentadoria voluntária (35 anos, homens; 30 anos, mulheres). Contudo, o mercado de trabalho formal não expressa a realidade do país como um todo, mas tão somente em parte. Por isso, para os trabalhadores mencionados anteriormente, completar 53 anos (homens) ou 48 anos (mulheres) significa trabalhar 40 anos ou mais, portanto, um aumento considerável do tempo de trabalho, na escala do ciclo de vida.

Se o critério da idade mínima necessária para requerer a aposentadoria atingiu uma expressiva parcela de trabalhadores, o segundo critério, referente ao sistema de contagem para contabilizar o tempo de aposentadoria atingiu outra parcela, de tal maneira que a maior parte dos trabalhadores brasileiros foram afetados na questão do tempo de aposentadoria, sem que houvesse uma maior contestação por parte das centrais sindicais ou uma mobilização social capaz de contrapor a tal iniciativa.

A constituição de 1988 garantia o direito à aposentadoria, compulsória ou voluntária, tendo por referência o *tempo de serviço*. Com a EC n°. 20, o critério passou a ser o *tempo de contribuição*. Essa mudança incidiu em dois pólos do sistema: no caixa da previdência e na vida dos trabalhadores.

Para a previdência significou um corte de despesas e em aumento de receitas. O impacto sobre o caixa foi evidente. De imediato, significou que um contingente elevado de trabalhadores, até então na iminência da aposentadoria e, portanto, aptos a ter acesso aos recursos previdenciários, deixou de ter acesso aos mesmos por força de uma mudança na legislação, que os obrigou a retardar suas aposentadorias por anos. Em contrapartida, significou que esses mesmos trabalhadores têm de contribuir por mais tempo com a previdência, para ter acesso ao benefício da aposentadoria. Para os objetivos proposta, de garantir o equilíbrio fiscal, a medida deu uma contribuição valiosa, pois não só reduziu uma expectativa de despesas no curto prazo, como também permitiu um aporte não previsto ao caixa da previdência.

Para os trabalhadores, por sua vez, significou a submissão ao alongamento do tempo de trabalho na escala do ciclo de vida. Se antes os trabalhadores aposentavam após 35 anos de trabalho efetivo, agora só podem reivindicar o direito à aposentadoria se o tempo de trabalho efetivo coincidir com o tempo de contribuição previdenciária. Logo, aqueles que não têm o tempo contributivo exigido, têm necessariamente que obtê-lo, mesmo que isso signifique que o tempo de trabalho exceda vários anos além dos 35 anos de trabalho efetivo. Caso contrário, a aposentadoria só pode ser proporcional, num inequívoco prejuízo aos trabalhadores. Considerando as especificidades do mercado de trabalho no Brasil, a dimensão da informalidade e o crescimento do desemprego nos últimos decênios, isso significa para os trabalhadores a necessidade de dispor de mais anos de vida trabalhando para obter um direito assegurado até então.

A política desenvolvida pela CUT, quanto à reforma da previdência, se modificou a partir do Governo Lula. É importante ressaltar que a posição da CUT é, nitidamente, uma posição simpática ao governo, apoiando-o e defendendo-o junto ao movimento sindical. Isto fica explícito através do apoio oficial à candidatura Lula, materializado em resolução aprovada na 10ª. Plenária Nacional (CUT, 2002) e nas resoluções do 8°. Congresso Nacional (CUT, 2003).

No que diz respeito ao tempo mínimo para se aposentar, a CUT passou a defender a manutenção da idade mínima aprovada na reforma do Governo de Fernando Henrique Cardoso, contida na EC n°. 20. Da mesma forma, se manteve favorável aos limites da aposentadoria por tempo de serviço. Mas, um dado novo deve ser acrescido. Se durante esse governo a CUT foi peremptória na defesa do tempo de serviço para efeito de contabilidade para a aposentadoria, no Governo Lula sua posição foi dúbia. De um lado, continuou defendendo que o tempo de serviço deveria ser o referencial e não o tempo de contribuição. No entanto, em sua proposta de previdência pública, aprovada em seu 8°. Congresso Nacional passou a defender que o "sistema deve ter um caráter contributivo" (CUT, 2003).

Quando a nova proposta de reforma da previdência foi enviada ao Congresso Nacional, em 2003, poucos meses após a posse do Governo Lula, a CUT divulgou nota contestando questões pontuais da mesma. A proposta retomava pontos não aprovados na reforma anterior e, apesar da contestação inicial, a CUT passou a ter uma atuação pautada no sentido de apoio, com alterações pontuais que não alteraram a essência da proposta.

Assim, boa parte daquilo que foi objeto da reforma previdenciária e que, na primeira proposta sofreu contestação, uma vez aprovado, foi assimilado e passou a ser defendido na segunda proposta. A idade mínima para ter direito à aposentadoria, bem como o critério do tempo de contribuição para fazer jus à mesma, foram incorporados pela CUT em sua proposta de sistema previdenciário (CUT, 2003). No caso da aposentadoria por tempo de serviço, de um ponto de vista da redução do tempo de trabalho, a Central — que desde seu primeiro Congresso Nacional tem enfatizado em suas resoluções a defesa da redução do tempo de trabalho — desenvolveu suas ações em sentido contrário a essa redução.

De todo modo, é importante salientar que a CUT, como as demais centrais sindicais e sindicatos a elas filiados não têm a aposentadoria por tempo de serviço entre as modalidades de redução do tempo de trabalho. Isso em parte explica a posição da CUT, contudo, não é suficiente para explicar a intervenção defensiva da central ao longo do período de reformas da previdência. Outros motivos, de ordem político-ideológica contribuem para a apreensão dessa concepção e atuação da CUT e, dentre eles, sobressai o processo de adesão às regras do mercado, através da gestão dos fundos públicos e dos fundos de pensão das estatais, com particular interesse em atuar na previdência complementar.

A CUT vê na manutenção do trabalho abstrato — ainda que aceitando uma determinada redução do mesmo — a única forma de vida social admissível. Assim, a expansão das férias ou a redução do tempo de aposentadoria para patamares mais baixos, correspondendo a uma redução ainda maior do tempo de trabalho, não é algo coerente com a "ideologia do trabalho", que o sindicalismo cutista advoga como saída para a crise que ora afeta o capital.

A redução do tempo de trabalho na escala do ciclo de vida, contudo, encerra algo mais profundo. Uma redução do tempo de trabalho nessa modalidade só é viável a partir da redução do tempo acumulado de trabalho ao longo de determinado tempo, ou da redução da idade máxima para o trabalho, ou dos dois fatores conjugados. Portanto, só é possível através de um sistema de aposentadoria. E aí reside o nó da questão da mutação da CUT em relação ao sistema previdenciário.

A mudança realizada pela CUT na questão da reforma da previdência, entre os Governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula, evidencia uma nova concepção desta Central acerca da previdência social. Com efeito, o 8° CONCUT (CUT, 2003) defende a institucionalização da previdência complementar no setor público:

> Propomos que, acima do teto fixado para as aposentadorias dos servidores que ingressaram no serviço público após a aprovação da reforma, sejam criadas entidades fechadas de previdência pública complementar, sem fins lucrativos, geridas de forma paritária entre representantes do governo e servidores, e financiadas pelas contribuições de ambos na relação de dois por um (CUT, 2003).

Embora a resolução mencione apenas o setor público, a previdência complementar já integra a agenda de iniciativas empresariais da Central há algum tempo, inclusive com o planejamento de sua própria previdência complementar, com objetivos de garantir aos filiados dos sindicatos associados, mais um produto com a sua marca de qualidade.

Dessa forma, a reforma da previdência caiu como uma luva no projeto cutista. Por mais que o discurso de indignação com as políticas neoliberais se mantenha na ordem do dia, na medida em que os véus se desprendem, a face que se revela não é a do trabalho, mas do capital. E a estrutura temporal do trabalho, de fonte de preocupação, no sentido da necessidade de sua redução, torna-se um obstáculo, na medida em que sua redução gera despesas e inibe a poupança dos fundos públicos, a menina dos olhos dos dirigentes sindicais brasileiros, em particular aqueles da Central Única dos Trabalhadores.

Bibliografia:

Batich, M. & Marques, R. M. (1998). Aposentados e pensionistas. Quantos são e como vivem. *São Paulo em Perspectiva*, 12 (4), 121-128.

Cardoso, F. H. (1998). Notas sobre a reforma do Estado. *Novos Estudos CEBRAP, 5*0, 5-12.

Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis RJ: Vozes.

CUT (1986). *Resoluções do 2° Congresso*. Executiva Nacional da CUT, São Paulo (caderno especial).

CUT (1987). Plenária Nacional da CUT. *Resoluções*. São Paulo.

CUT (1988). 3 CONCUT. Resoluções. *Boletim Nacional, 21* (encarte).

CUT (1991). *Resoluções do 4° CONCUT*. Secretaria Nacional de Imprensa e Divulgação da CUT. São Paulo.

CUT (1995). Plenária Nacional da CUT. *Resoluções*. São Paulo.

CUT (1996). Plenária Nacional da CUT. *Resoluções*. São Paulo.

CUT (2002). Plenária Nacional da CUT. *Resoluções*. São Paulo.

CUT (2003). *Resoluções do 8°. CONCUT*. São Paulo.

Draibe, S. (2003) A política social no período FHC e o sistema de proteção social. *Tempo Social, 15* (2), 63-101.

Figueiredo, A. C. & Limongi, F. (1998) Reforma da previdência e instituições políticas. *Novos Estudos CEBRAP, 51*, 63-90.

Guillemard, A.-M. (1986). *Le déclin du social*. Paris: PUF.

Melo, M. A. (2004). Escolha institucional e a difusão dos paradigmas da política: o Brasil e a segunda onda de reformas previdenciárias. *Dados — Revista de Ciências Sociais, 47* (1), 196-206.

Samuel, N. & Romer, M. (1984). *Le temps libre: un temps social*. Paris: Meridiens.

A Crise do Sindicalismo Brasileiro: o desmonte das lutas sindicais.

Elizabeth Regina Negri Barbosa
Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP
ernegri@bol.com.br

Josiani Julião Alves Oliveira
Centro Uniersitário de Votuporanga - FEV
jjosiani@bol.com.br

Resumo: O presente trabalho pretende refletir sobre alguns aspectos centrais dos dias de hoje: desemprego, precarização e a participação do trabalhador nos movimentos de massa em face à dificuldade de inserção e reinserção no mercado de trabalho. A evolução ocorrida, desde o século XX, em áreas como a informática, a biotecnologia, a robótica e outros campos, têm modificado de forma substancial as várias instâncias das atividades profissionais. No Brasil, o crescente número de trabalhadores na informalidade apresenta-se como alternativa para a ampliação da geração de renda e para o enfrentamento das situações postas pelas transformações do mundo do trabalho. Para Antunes (2006) o processo de banimento das forças produtivas nas organizações aumenta os mecanismos de individualização das relações de trabalho e assalariamento. O domínio e a conciliação capitalista, como um processo social global, está condicionado integralmente pelo local de trabalho, onde se torna imperioso, aos olhos do capital, que se mine a união entre os trabalhadores não permitindo a sua organização identitária que faz com que um se sinta aliado do outro na luta pelos direitos, no intuito de diminuir as assimetrias sociais. A representação sindical, nesse contexto, fragmentada, encontra dificuldades de enfrentamento com a terceirização, modelo utilizado pelo capital, para maior acumulação de riquezas. Os direitos sociais dos trabalhadores temporários e/ou na informalidade se apresentam circunscritos com relação às garantias contidas na CLT. Os movimentos sindicais excluídos do debate sobre as questões do trabalho, vêem o enfraquecimento de seu poder de pressão sobre as empresas e a desmobilização da categoria.

Introdução

A intensidade das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, durante o século passado, tem nas décadas de 1980 e 1990 o seu ápice, atingindo de forma acentuada os países capitalistas, no que tange ao incremento de novas tecnologias para o desenvolvimento produtivo, bem como, o de técnicas organizacionais inovadoras voltadas à competitividade e produtividade para a permanência dos produtos no mercado.

A realidade que se descortinou aos anos de 1980, após a recessão de 1973, quando se ativou o modelo fordista, então vigente, descerrou a necessidade de uma reestruturação econômica social e a busca de novas formas de organização industrial, social e política. A obsolescência do "fordismo" cuja característica de modo de produção, pautava-se, basicamente, pela linha de montagem, com produção em série, vê-se substituída pelo "toyotismo"1 que preconiza a desespecialização e polivalência operária.

O que se pretende com esse novo modelo, é que o trabalhador assuma a multifuncionalidade2, que se apresenta como uma forma de racionalização do trabalho à medida que há a flexibilização dos processos produtivos e das alocações de trabalhadores. (ANTUNES,2006)

Todas as mudanças ocorridas através da convivência com essas novas formas de organização da produção, que desde o início do século XX com o seu precursor Taylor, impôs ao mundo do trabalho grandes conseqüências, têm, hoje, a si aliadas a grande revolução tecnológica, a cibernética, a microeletrônica, as telecomunicações, os computadores, a química fina e demais avanços científicos, como geradores de um novo mundo, com influenciação significativa em todo universo de atividades.

Surge, com isso, uma readequação e redefinição do papel do trabalhador, onde a máquina passa a demandar, cada vez mais, a redução do número de operadores, para o exercício de seu mister produtivo, objetivando a redução dos custos de produção.

A década de 1990 vê-se envolvida por um novo fenômeno econômico, em que a tendência do movimento de capitais se acelera, a interligação dos mercados e a queda das barreiras comerciais se concretizam, fazendo com que a necessidade emergente seja a de dispor os produtos (mercadorias: bens ou serviços) à concorrência globalizada.

A necessidade de maior produtividade com conseqüente diminuição de custo, pode se conseguir através da automação da produção, que substitui o trabalhador por mecanismos robotizados ou simples computadores.

Se por um lado isso contribui à redução dos empregos, por outro tem a possibilidade de deixar o trabalhador com o tempo mais livre para se exercitar em atividades que exijam dele maior raciocínio, uma vez que as tarefas com elevado grau de mecanização estão sendo efetuadas pelas máquinas. No entanto, é nesse processo de maximização da produtividade, onde o trabalhador é substituído pelas máquinas ou por outro trabalhador polivalente, que se iniciam alterações estruturais sem que se vislumbre um panorama de reaproveitamento dele (trabalhador) para novas atribuições.

Há a necessidade de um novo mercado de trabalho, mais flexível, diferente daquele cuja estabilidade não mais se compatibiliza com a complexidade dessas ocorrências, que atingem o mundo. Também, são palco de visíveis mudanças, as relações entre capital e trabalho onde os compromissos de longo prazo e a estabilidade de emprego não se apresentam mais como prerrogativas de vinculação entre as partes.

Com o intuito de se tornar cada vez mais competitiva as empresas têm nos generalistas3, o alvo de suas contratações, pois a polivalência e a multifuncionalidade desses profissionais, possibilitam a diversificação de responsabilidades, resultando no enxugamento do seu quadro de pessoal e na redução dos custos de produção.

As conseqüências dessa processualidade são demonstradas através de uma maior segmentação do trabalho que, cada vez mais, se encontra suscetível a controles, provocando a heterogenização e a fragmentação da classe trabalhadora.

O que se presencia é, pois uma metamorfose com relação àqueles que sobrevivem do trabalho, cujo contingente tem expressiva diminuição, demonstrando que o grande embate da crise do capitalismo é o fim do emprego estrutural. Assim, temos a redução dos trabalhadores assalariados, sob contratos de trabalho permanente, e a necessidade de se modificar o perfil da mão de obra para atender a essa nova ordem de acontecimentos.

As atuais exigências preconizam ao trabalhador, uma aprendizagem permanente, uma visão objetiva de empregabilidade cuja tônica é a ininterrupta utilização de habilidades para se manter competitivo e sintonizado às novas necessidades e tendências do mercado de trabalho.

O operário cediço, detentor de parcos conhecimentos e baixa escolarização, é alijado dos meios de produção que requerem um trabalhador com alto grau de informação, criatividade, flexibilidade funcional e disponibilidade para rápida adaptação às mudanças.

Os reflexos dessa metamorfose alcançam o universo sindical, uma vez que a subjetividade do trabalho também atingida pela crise, afeta a consciência de classe e os organismos de representação.

Parece interessante, ao se falar em sindicato, retroceder no tempo e, historicamente, efetuar a sua trajetória no Brasil, desde o seu nascimento até o momento presente.

Trajetória de conquistas e derrotas: os desafios do sindicalismo brasileiro

No Brasil, em meados do século XIX , surge o sindicato, propriamente em 1858, quando houve a primeira greve da Imperial Associação Tipográfica Fluminense, do Rio de Janeiro. Este foi o marco do desenvolvimento do sindicalismo brasileiro, onde os trabalhadores reivindicaram aumento salarial e obtiveram êxito no seu intento.

Com o desenvolvimento das indústrias, novas associações de trabalhadores começam a surgir, porém, com características voltadas aos aspectos assistencialistas das organizações.

1 Oriundo da Toyota japonesa, na década de 1950.

2 Entende-se por multifuncionalidade a capacidade de se ocupar diferentes posições no processo produtivo (nota dos autores).

3 Diz-se daquele profissional que possui uma visão macro do negócio (idem).

O caráter político do sindicato somente manifestou-se após a promulgação da constituição de 1891 que estabelecia a liberdade de associação. Inicia-se, assim, a procura de unificação de classes em torno de uma central sindical, criando-se em 1906 a Confederação Operária Brasileira - COB, formada por cinqüenta entidades sindicais de vários estados, como São Paulo e Rio de Janeiro. É somente em 05 de fevereiro de 1907, através do decreto de nº1637, que o direito de sindicalização foi ampliado, praticamente, a todas as categorias profissionais.

Nessa época, o movimento sindical brasileiro passa a receber a influência do anarquismo e da social-democracia, visto ser o período em que imigrantes italianos, alemães, espanhóis e portugueses, com ideologia arraigada e experiência em luta sindical encontram facilidades para se radicarem no Brasil, atraídos pela emancipação da cafeicultura.

Essa influência, até certo ponto, dificultou o desenvolvimento político do movimento, apresentando-se como um obstáculo aos ensaios de unificação. A pluralidade sindical passa a figurar como um dos princípios básicos do sindicalismo, sendo criadas várias associações livres de trabalhadores, estaduais e nacionais, que se mobilizam para as lutas (ABRAMIDES, 1995).

Em meados de 1922 funda-se o Partido Comunista brasileiro, que desempenhará relevante papel no movimento sindical, disputando junto aos anarquistas a direção dos sindicatos. Nesse período, percebe-se a secção do movimento operário em várias federações, tais como as amarelas, comunistas e anarquistas.

É em 1929 que se erguem novas perspectivas de unificação das organizações sindicais, com o intuito de fortalecimento da classe operária. Tenta-se buscar uma nova direção política para o movimento, sendo criada pelos comunistas, a CGTB (Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros) "que teve vida quase só no papel". (ABRAMIDES, 1995, p 40)

Na metade da década de trinta, inicia-se uma violenta repressão contra as organizações sindicais. O governo através de pelegos e de oficiais infiltrados nos comandos sindicais começa a controlar de forma mais acentuada a classe operária impedindo a articulação para as unificações.

Desde a formação dos sindicatos no Brasil, a influência das várias regulamentações por parte do Estado apresentou-se como elemento de controle do crescimento de produção e acumulação de riqueza, interferindo em todos os aspectos do desenvolvimento das empresas privadas, inclusive das organizações operárias.

O crescente número de regulamentações se por um lado apresentava-se com o objetivo de proteção ao trabalhador, no intuito de lhe garantir direitos, do outro, no entanto, estabelecia limitações aos movimentos sindicais.

Com o surgimento da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, o trabalhador vê reduzida a autonomia sindical.

Os sindicatos passam a estar subordinados ao Ministério da Fazenda, nos aspectos econômicos e administrativos e através da Constituição Federal de 1946, no artigo de número 159, se vêem assegurados, ficando, a forma de sua organização, a cargo da legislação ordinária.

É declarada, através da Consolidação das Leis do Trabalho, lícita e livre a associação para fins de coordenação, estudo e defesa dos interesses econômicos ou profissionais de todos aqueles que exerçam profissões similares ou conexas.

No entanto, todas as questões, objeto de reivindicações, passam a ser especificadas na legislação, servindo de impeditivo para o confronto entre trabalhadores e empresários.

Ocorre então uma mudança de papel, por parte do sindicato: de reivindicador à fiscalizador das empresas, no cumprimento da lei.

O trabalhador vê limitada a possibilidade de luta de sua classe, passando a ter no mínimo de suas garantias, o máximo de seus objetivos.

Também para as empresas há uma relação de concorrência, pois as regulamentações privilegiam determinados segmentos em detrimento de outros.

As pequenas e médias empresas sentem o impacto do nível do salário mínimo, que ao grande empresário, pouco afeta.

No início da década de 50, o número de greves não se apresenta tão significativo, mesmo com o índice altíssimo de inflação que assola o país. Em 1953, apenas, ocorrem duas mobilizações consideradas importantes. A primeira acarretou greve dos setores têxteis do Rio de Janeiro e São Paulo, ampliando-se para demais categorias tais como a dos ferroviários, gráficos, metalúrgicos e outros. Apesar de decretada ilegal, a greve tem a sua continuidade, criando-se o Comando Geral de Greve (CGG). A segunda, dos marítimos do Rio de Janeiro, São Paulo e Belém, alcança quase todas as suas reivindicações, obtendo êxito em sua realização.

Somente a partir de 1955 é que o movimento sindical tem uma grande expansão, acompanhando assim o desenvolvimento industrial. Muitas greves são observadas nos anos de 1959 e 1960, em reação a diminuição dos salários, resultado da inflação. No decorrer da década de 50, são inscritas 954 greves, culminando com o período de 1960 a 1964 quando se tem o maior movimento grevista registrado desde a Revolução de 1930.

Com a necessidade de se atuar politicamente, são criadas condições para que despontem as uniões sindicais de nível nacional, como o Pacto de Unidade e Ação, que reúne ferroviários, marítimos e aeroviários.

Em agosto de 1961, após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, durante a crise política militar que se instaurou, surge espontaneamente, o Comando Geral dos Trabalhadores. Registra-se aí, a primeira greve geral nacional de caráter político da história sindical do Brasil.

Porém, " se os sindicatos puderam funcionar com alguma autonomia frente ao governo em certos períodos da história do país, eles fizeram porque a correlação de forças na política permitiu que funcionassem 'ao arrepio da lei', isto é ultrapassando os limites legais de atuação, sem encontrar resistência eficaz."(CAMARGO, 1975,p 127).

O Sindicalismo do Século XXI : a luta por direitos diante das alterações da era neoliberal

O exercício do controle do governo sobre as reivindicações dos trabalhadores foi sempre no intuito de arrefecer forças através do impeditivo de organização nos locais de trabalho, bem como, de atuação política no seio das organizações sindicais.

A obediência a um estatuto padrão, a pouca possibilidade de utilização dos recursos disponíveis, a presença interventiva do Ministério do Trabalho quando de processos eletivos, agrilhoa os sindicatos levando-os à inoperância sob o ponto de vista de seu papel efetivo.

Historicamente esse controle do Estado foi desenvolvido sob variadas configurações, utilizando, inicialmente, os sindicatos com objetivos eleitorais ou mesmo como coadjuvantes para a sustentação popular. A presença dos pelegos e a corrupção de dirigentes sindicais, foram recursos aos quais, não somente o governo lançou mão, como também as classes patronais que, de alguma forma, tentavam reduzir a eficácia dos sindicatos.

Quanto aos pelegos, gradativamente, foram perdendo a sua representatividade não exercendo mais o papel de agente manipulador dos trabalhadores, tendo a legitimidade das reais lideranças, por várias vezes, que ser reconhecida pelo governo, fazendo com que fossem elas as protagonistas das negociações e conquistadoras de várias concessões do poder concedente. (CAMARGO,1975).

O que se observa, é que os movimentos operários ocorridos antes de 1964, através de grandes categorias, como a dos metalúrgicos, geraram um desnivelamento com as demais, criando-se uma aristocracia operária, no que diz respeito às conquistas alcançadas. Porém, é inegável que às categorias mais qualificadas, se deve o reconhecimento das conquistas para as massas trabalhadoras. (BRANDT, 1983).

É a partir de 1964, que as mobilizações políticas e as negociações passam a ser mais restritas, uma vez que ocorrem novas reformulações no papel dos sindicatos, concebidas, mais uma vez, pelo governo que apregoa a necessidade de estabelecimento de ordem no mundo do trabalho. Assim, lhes são legadas outras atividades, como a de supressores de determinadas lacunas deixadas pelo Estado , tais como a de prestadores de assistência aos trabalhadores, em prejuízo daquelas suas próprias de caráter reivindicatório e organizador.

Nessa época, a legislação trabalhista brasileira, passa a estabelecer tetos de reajustes salariais, bem como a impedir a homologação de contratos coletivos de trabalho que contrariassem as novas normas vigentes, enrijecendo ainda mais as possibilidades de negociação dos sindicatos, o que, por vezes, levou ao descrédito e conseqüente enfraquecimento dos mesmos e sua própria fragmentação. Também, nessa década de 60, houve a privação do direito a greve, um dos instrumentos mais importantes de pressão dos sindicatos com relação às organizações patronais.

O papel interventor do governo alcança o seu máximo desempenho, no período de 1964 a 1970, fazendo com que a ação sindical seja subjugada, tendo dificuldades em articular a luta por novos direitos visto estar engessada para a realização dos grandes debates e as arregimentações de trabalhadores, tão necessária para seus intentos.

Utilizar-se, pois, de brechas da legislação passou a ser um grande estratagema das lideranças sindicais, cujas habilidades tornam lícita a atuação dentro da estrutura sindical. Aliado a esse, a mobilização para maior participação dos trabalhadores, bem como, o apoio às lutas mais amplas da sociedade aumentam o papel político do sindicato, tornado-o mais expressivo. Sendo assim, percebe-se a importância da direção sindical para o enfrentamento de todos os obstáculos que reprimem seus movimentos, bem como para a ampliação de espaços para reivindicações significativas para a classe trabalhadora.

Um fator de análise que se faz mister, é o número restrito de sindicalizados, que tem nos trabalhadores não qualificados uma de suas principais causas. Esses, devido a indefinição e intensa rotatividade de emprego a que se sujeitam, não chegam a fazer parte dos sindicatos, pois ficam distantes do conhecimento de sua atuação, ou não se disponibilizam a pagar as taxas fixadas para mensalidades que oneram seus orçamentos.

O que se presencia também é o temor da perda do emprego restringindo a participação do trabalhador, principalmente daquele oriundo da zona rural. No entanto, há uma crítica muito mais contundente que imputa ao próprio sindicato a responsabilidade pelo baixo índice de afiliados, visto sua inoperância em favor dos trabalhadores, causando assim uma falta de estímulo à sindicalização. Pode-se notar, que cada motivo apontado como fator de desestímulo à participação, tem a seu tempo uma conotação que não encerram em si só toda a exatidão dessa ocorrência. A análise de outros fatores se faz pertinente, na medida em que a diversidade de situações que envolvem e caracterizam a dinâmica sindical, é ulterior à compreensão de fato do que acontece.

A classe operária mesmo diante das dificuldades que se fazem marcantes em suas lutas não esmorece, desenvolvendo intenso e árduo trabalho, criando outras formas de paralisação(MARTINS, 1979)

Mesmo com as restrições decorrentes do governo Médice (1968 a 1973) que promulga o Ato Institucional nº 5, em que se suspendiam todas as garantias constitucionais, a classe trabalhadora atuava, isoladamente, através de lutas esparsas, no interior das fábricas. Uma dessas foi a chamada operação tartaruga, em que os operários reduziam o ritmo de trabalho diminuindo assim a produção. Dessa forma exerciam pressão para que a classe patronal estabelecesse a negociação. (ANTUNES,1981).

As alterações desse estado de acontecimentos começam a ocorrer em 1977, quando a classe operária retoma com maior ênfase as mobilizações nas fábricas e nos sindicatos, devido o aumento do arrocho salarial.

Em 1979 uma adesão maciça, por parte dos metalúrgicos, faz deflagrar uma greve geral, no grande ABC paulista, que gerou a intervenção do governo no intuito de intimidar o movimento. Exatamente ao contrário do que se previa a união dos trabalhadores toma maior vulto e a greve se fortalece ainda mais.

Com o governo Geisel surge uma nova etapa, onde uma mudança lenta, porém contínua, perpassa por uma "democracia relativa" que se descortinará "na chamada abertura de Figueiredo, no período de 1978 a 1984, quando finda a ditadura militar"(Abramides, 1995, p 64).

Esse período vai demarcar uma diferenciação na forma de organização dos sindicatos. Há o surgimento de um novo partido político, o Partido dos Trabalhadores (PT) que se caracteriza como representante das grandes massas, com ênfase na busca da tão almejada democracia.

Não se pode deixar de analisar que o palco dos acontecimentos, apesar de parecer demonstrar o contrário, é aquele em que as classes dominantes permanecem no poder. De certa forma a ditadura, veladamente, com nova roupagem e disfarces continua a se impor, mantendo todo o arsenal repressivo anteriormente utilizado contra os trabalhadores.

O sindicato que vai surgir após 1978 mostra-se diferenciado daquele "oficial"4 anterior, totalmente controlado pelo Estado. Ele desponta com a marca indelével do verdadeiro movimento de luta da classe trabalhadora, atuando de forma independente para a conquista de seus objetivos. Rompe definitivamente com o peleguismo e o denominado "sindicalismo de negócios ou resultados"5 acatando por representação superior a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que tem como perspectiva máxima, a unificação das lutas de classe, tanto urbanas quanto rurais.

O cenário que se apresenta na década de 1980, já encontra um país mergulhado em um processo de crise econômica e social, resultante da expansão do capitalismo e do início do fenômeno da globalização. Os empresários reagem aos movimentos sindicais adotando a modernização tecnológica efetuando alterações organizacionais que afetarão os empregos e os sindicatos.

O desemprego inicia a sua escalada vertiginosa com as mudanças introduzidas pela nova materialidade do capital. Mais uma vez as questões estruturais, comparativamente à conjuntura nacional, são as balizadoras para os prognósticos do sindicalismo, que têm também sobre si os reflexos político e ideológico da época.

Os anos de 1990 vêm a passagem de um sindicalismo de confronto e de massa para um sindicalismo neocorporativo de participação. Isso, no entanto, não possui caráter ocasional muito menos pontual.

Na realidade a decorrência do sindicalismo reestruturado pelo neocorporativismo e participação está ligada a fatores políticos, que incrementam a tendência à segmentação corporativa. Sendo assim, esse novo enfoque não possui nenhuma característica de inovação do sindicalismo, mas antes de tudo é fruto do novo contexto político-ideológico do país, da recessão econômica, da crise do socialismo e da ofensiva do neoliberalismo internacional. (TEIXEIRA, 1998).

Como anteriormente citado, não se pretende nesses comentários, pontuar o passo a passo realizado pelo movimento sindical brasileiro, haja vista a vasta literatura já compilada com essa finalidade.

Considerou-se interessante, no entanto, que a alusão referente aos caminhos trilhados pelos sindicatos brasileiros, fosse esboçada para se ter um pequeno cenário dos acontecimentos geradores do momento atual.

Sendo assim, cumpre-se falar sobre o que se descortinou no final do milênio, com relação ao trabalho e as perspectivas do sindicalismo para atender esse novo estado de situações.

As novas relações de trabalho, os novos processos de produção e as características atuais do mundo dos negócios reforçam a necessidade de estratégias sindicais adequadas a esse modelo complexo.

O que se verifica é que em todos os setores a produtividade conta com maior controle através dos meios informacionais e da redução do corpo das empresas.

A qualificação se faz altamente necessária à mão-de-obra a quem se exige maior interação e troca de experiência em busca de parcerias. "Os trabalhadores têm um maior comprometimento com aquilo que fazem. Em lugar de uma grande parafernália de chefes controladores, eles produzem e fiscalizam ao mesmo tempo." (VELLOSO, 1992, p.46)

Isso tudo apresenta, de certa forma, uma mudança para o empresário, pois o trabalhador tendendo à maior participação passa também a decidir sobre alguns assuntos que até então eram de sua exclusividade.

Esse comprometimento também necessita de garantias, sendo imprescindível a transformação no sistema de remuneração. O que se tem como inovação é, pois a remuneração flexível, que inicialmente possuía uma característica que privilegiava o individual ao coletivo. Isso, de certa forma, gerou conflitos que levaram ao confronto os trabalhadores. Como resultante desse, a remuneração passa a enquadrar a equipe, para que todos os seus membros tenham gratificação eqüitativa pela meta alcançada. O pagamento, em outros termos, realiza-se mediante resultados.

A negociação com os trabalhadores se faz então cada vez mais necessária uma vez que, surgem as mais variadas formas de honorários a serviços prestados.

---

4 Estrutura sindical brasileira, oficial – corporativista; vertical pois essa é a base do corporativismo.

5 Sindicalismo de negócios ou resultados, conforme Abramides, "significa a materialização do ideário liberal das classes dominantes no interior da classe trabalhadora, ou seja, o da defesa do modo de produção capitalista". (1995,p 99)

A Medida Provisória nº 1487-24, de 31 de outubro de 1996, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas inaugura uma nova forma de remuneração variável. Ela possibilita trabalhar com instrumentos de gestão para alavancar resultados.

Tal medida, no entanto, por ser obrigatória, pois é parte da legislação, muitas vezes descaracteriza o seu objetivo de harmonizar capital e trabalho, pois perde seu caráter voluntário de estabelecimento de parcerias.

Essa atmosfera, combinada com as novas políticas de contratação, terceirização, desregulamentação e a privatização de estatais, iniciando a corrosão das bases sindicais.

As empresas buscam trazer o trabalhador cada vez mais perto de si afastando-os dos sindicatos, que por sua vez encontram-se à procura de novos estratagemas para sua ação.

O que ocorre é que a atual estrutura sindical oficial (unicidade sindical) não se compatibiliza com o modelo de livre negociação como também debilita as representações profissionais.

A existência de várias bases sindicais faz com que as transações tenham que ser realizadas com inúmeras empresas ao mesmo tempo. Isso anula o fator mais importante da livre negociação que é certamente a ênfase às peculiaridades de cada unidade econômica de produção.

Conforme Costa (1996, p.2), para que haja a modernização do sindicalismo é necessário que se adote "os princípios estabelecidos na Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)". Em termos práticos, é o que existe na Itália, na Alemanha, nos Estados Unidos, na França, entre outros países desenvolvidos, onde não se aceitam a tutela do Estado, os tributos sindicais e a obrigatoriedade da unicidade sindical.

A lei de 1931 que estabeleceu para o Brasil a proibição de mais de um sindicato representando a mesma categoria profissional ou econômica centrada numa mesma região e que vige até a atualidade, impede a existência do pluralismo sindical.

O que se pretende ressaltar é que, com ele, a melhoria do desempenho do processo de livre negociação seria evidentemente maior. Aliado ao pluralismo sindical, o Contrato Coletivo de Trabalho também poderia ser considerado como um grande avanço na conquista do trabalhador, que teria, através de sua negociação livre com o empregador, delineados, no próprio contrato, a maioria dos seus direitos e deveres.

Na realidade, sabe-se também que para se acompanhar um novo modelo de negociação, com bases na liberdade, participação e cidadania, há que se modificar a estrutura sindical vigente.

A essa nova forma de organização, antes de tudo, caberá, principalmente, a elaboração de propostas de ordem globais, não se atendo apenas a campanhas por salários e condições melhores de trabalho.

Revendo o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999 a 2002) e o início do primeiro governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2004) temos como a predominância do sindicalismo hegemônico e a "vigência de um pragmatismo sindical de cariz neocorpotativo" (ALVES, 2006). Essa característica apresenta-se como um dos indícios da crise estrutural pela qual o sindicalismo brasileiro se encontra, frente às questões da mundialização do capital.

Notadamente, os impactos causados pela macroeconomia neoliberal sobre o mercado de trabalho nos últimos quinze anos são computados por meio da linha ascendente dos índices de desemprego que assolam os grandes centros metropolitanos.

A face renovada da acumulação capitalista cuja demanda advém de uma complexa reestruturação produtiva atinge a base de mobilização sindical, pois mediante inovações tecnológicas e de gestão organizacionais se dá a redução das plantas industriais e a ampliação da precarização do trabalho, aumentando-se o processo de terceirização de prestadores de serviços e de subcontratação de empresas.

Em um contexto de crise do capitalismo neoliberal no Brasil, nos anos de 2000, o sindicalismo e a luta de classe voltam a se desenvolver. Não se pode, no entanto, desconsiderar que a terceirização e o desemprego abateram-se sobre a estrutura sindical fazendo com que o sindicalismo se fechasse em si "buscando, antes de tudo, se preservar como corporação social (o que explicaria, no plano imediato a prática neocorporativa, o incremento do *setorialismo* sindical)" (ALVES, 2006, p.463).

Assim, pode-se dizer que a crise do capital foi utilizada como motivo para a disseminação de uma nova ideologia em que a prática do menor esforço da participação e do não embate com as questões do capital foram tidos como uma renúncia à luta contra-hegemônica. Sendo assim, a estrutura sindical varguista de Estado, dá lugar à uma nova forma, a de cultura corporativa de mercado.

Ainda na década passada, o sindicalismo passa por duas crises já circunscritas às manobras do capital: a crise do sindicalismo de classe e a crise do partido de classe. O desenvolvimento do setorialismo sindical tende a se esgotar em si mesmo, deixando de atuar estrategicamente nos problemas cruciais do mundo do trabalho.

Para Alves (2006, p.464),

> O que se coloca hoje é a necessidade de uma intervenção global, e que o sindicalismo demonstra ser incapaz, não apenas no plano político-organizativo, mas também, no sociocultural. A instituição –sindicato tornou- se incapaz de servir como *centro de organização de classe*..Pelo menos é o que se verifica no sindicalismo hegemônico. Na medida em que ele perde esse referencial de classe antagônica diante do capital, encontra-se diante de seus próprios limites irremediáveis.

Diante do valor histórico e fundamental dos sindicatos na luta permanente pela preservação da força de trabalho, frente a agudeza de valorização do capital, é necessário que de alguma forma estes se fortaleçam como instituições sociais

que criam obstáculos às perversidades do capitalismo e continuem sua luta para salvaguardar física e moralmente o trabalhador.

Às lideranças sindicais ficará a responsabilidade de estabelecer quadros abertos para discussão e execução de projetos referentes a todas essas mudanças do mundo do trabalho criando, assim, condições para o desenvolvimento de um novo modelo integrado do qual necessita o país para dominar o momento de crise e reiniciar o seu processo de expansão.

Ao novo e moderno sindicato inclui-se a especial tarefa de qualificar a sua atuação, crescendo em autonomia, participando dos temários mais complexos não só do governo como também dos empresários, sendo assim um dos elos entre todos esses setores com vistas às futuras conquistas da classe trabalhadora

Referências

Abramides, M.Beatriz; Cabral, M.Socorro Reis. *O Novo Sindicalismo e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

Alves, Giovanni.A nova crise do sindicalismo internacional. In: Antunes, Ricardo C. (Org.) *Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

Antunes, Ricardo C. (Org.) *Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *O que é Sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Coleção Primeiros Passos).

Camargo, C.P.F. de *et.all*. *A trajetória da classe Trabalhadora em Crescimento e Pobreza*. Estudo realizado para a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. São Paulo: Loyola, 1976.

Costa, Sérgio Amad. Relação Capital e Trabalho: uma questão superada? *Revista RAE Light* EAESP/FGV, 1996, v.3 n.1.

Martins, Heloísa Helena Teixeira. *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1979.

Teixeira, Francisco J.S.; Oliveira, Manfredo Araújo de (org.). *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade do Ceará, 1998.

Velloso, João Paulo dos Reis Velloso; Rodrigues, Leôncio Martins (Ogs). *O Futuro do Sindicalismo: CUT, Força Sindical, CGT*. São Paulo: Nobel, 1992.

Estratificação, classes e desigualdades sociais

Desigualdade sócioespacial e violência urbana na Região Metropolitana da Grande Vitória- Espírito Santo /Brasil

Rossana Ferreira da Silva Mattos
Centro Universitário Vila Velha - UVV
rossana@uvv.br

Resumo: O artigo examina as características do processo de formação da Região Metropolitana da Grande Vitória, consubstanciado em elementos histórico-sociais que revelam o processo de segregação sócio-espacial que se estabeleceu na região da capital aliado ao projeto de modernização econômica a partir da década de 1960. Nesta perspectiva, o trabalho aborda as condições históricas da formação metropolitana da Grande Vitória, identificando em que medida o aprofundamento das desigualdades sócio-espaciais pode levar à fragmentação social e, contribuir para a escalada da violência na Região.

Palavras-chave: Desigualdade, Metropolização, Segregação e Violência.

Introdução

As mudanças na economia mundial, resultado da globalização e reestruturação produtiva, são entendidas neste trabalho como pano de fundo para a análise das mudanças sócio-espaciais, na medida em que desencadearam transformações no mercado de trabalho com o deslocamento das atividades do setor secundário para o terciário, criando novas formas de expressão da pobreza, aprofundando o processo de exclusão de grande número de pessoas do mercado assalariado e de crescimento da economia informal.

Assim, a formulação deste artigo teve como estímulo um conjunto de fenômenos sociais que têm sido a marca do final do século XX e início do século XXI. De um lado, evidências empíricas, resultantes de pesquisas científicas, que caracterizam as metrópoles: empobrecimento da população com aumento da desigualdade de renda; precarização do trabalho e vulnerabilidade do trabalhador; e ainda o fenômeno da violência que se transformou em uma das mais importantes questões sociais no Brasil. De outro lado, transformações no sistema produtivo com predomínio do modo de produção capitalista, em curso desde o final de 1970, com grandes conseqüências sobre a dinâmica urbana, aliadas a um desenvolvimento acelerado e extensivo, que se traduz em uma dinâmica progressiva da produção, reprodução, concentração e centralização do capital.

No contexto sócio-histórico desta pesquisa, nosso marco referencial, 2000, evidência as desigualdades sócio-espaciais versus violência, num processo permanente e crescente que marcaram a sociedade urbana brasileira, notadamente a Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV, nosso objeto de estudo.

1. A Região Metropolitana da Grande Vitória e a segregação sócio-espacial

No Estado do Espírito Santo, a exemplo do contexto nacional, a decadência do modelo primário exportador, focado especialmente na economia cafeeira, foi determinante para a migração campo - cidade. Os aspectos envolvidos com a economia, que se modificava a partir da nova lógica industrial, criaram as condições para a urbanização capixaba e conseqüente formação metropolitana.

Em 1973, através da Lei Complementar nº. 14, foram instituídas 8 (oito) Regiões Metropolitanas no país. Entretanto, segundo Abe (1999:472), diversas restrições foram feitas à esta Lei, destacando-se, entre elas,

> "(...) a crítica ao fato de que, por ser emanada do Poder Central, deu tratamento uniforme a diferentes realidades, em alguns casos atropelando processos locais que poderiam ter resultado em agrupamentos de municípios em formatos diversos. A par da habitual hegemonia dos núcleos principais, o modelo de gestão imposto, tendo sido autoritário na composição e viciado nos encaminhamentos, acabou afastando a participação dos demais municípios, o que reduziu ainda mais as possibilidades de tratamentos integrados de problemas em realidades que englobavam múltiplas administrações municipais".

No Espírito Santo, o início da discussão sobre o aglomerado urbano da Grande Vitória, no nível estadual, data de 1967. Entretanto, somente em 1995, através da Lei Complementar Estadual n° 58, de 21.02.1995, foi instituída formalmente a Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV, formada pelos municípios de Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, "(...) com vista à organização, ao planejamento e à execução de funções públicas de interesse comum, no âmbito metropolitano" (Art. 1º.).

A gestão da RMGV compete ao Conselho Metropolitano da Grande Vitória – CMGV, de caráter deliberativo, incumbido de gerir "os empreendimentos e os serviços que devem ser considerados entre as funções públicas de interesse comum no âmbito metropolitano" (Art. 8º, Inciso I).

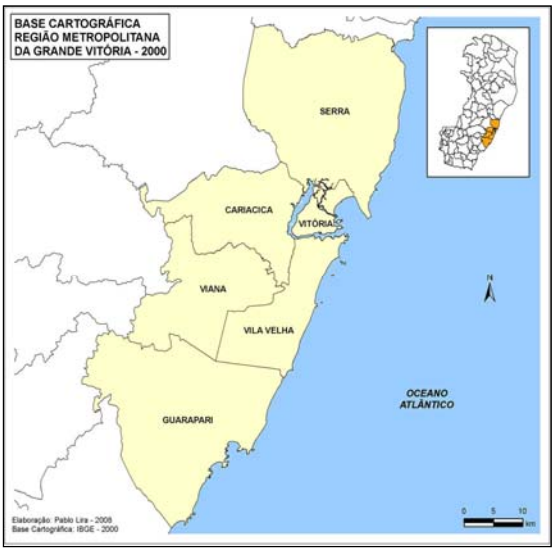
Em 1999, foi incluído na Região Metropolitana da Grande Vitória, pela Lei Complementar nº. 159, de 8 de julho, o município de Guarapari.

Foi posteriormente modificada em 2001, com novo texto formatado através da Lei Complementar n° 318 de 17 de janeiro de 2005, em que foi incluído outro município, próximo a capital, denominado Fundão.

Neste trabalho, foram considerados os municípios que compuseram a RMGV até 2000: Cariacica, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória (Mapa 1).

Mapa 1

Mapa político-administrativo, RMGV – 2000



A centralidade da RMGV provocou uma absorção significativa do contingente populacional das outras regiões do Estado. Essa concentração populacional, 46,03% na região (Tabela 1), e taxa média de urbanização de 97,7%, em um espaço que ocupa pouco mais de 5% da área total do Estado, trouxe, por conseguinte, uma série de problemas característicos de regiões com perfil urbano-industrial, tais como: falta de moradia, saneamento, violência urbana, entre outros.

Tabela 1

Participação da Grande Vitória na evolução populacional do Espírito Santo: 1940– 2000

	1940	**1950**	**1960**	**1970**	**1980**	**1991**	**2000**
Cariacica	15.228	21.741	39.608	101.422	189.089	274.532	324.285
Guarapari	11.256	12.350	14.861	24.105	38.496	61.719	88.400
Serra	6.415	9.245	9.192	17.286	82.581	222.158	321.181
Viana	7.661	5.896	6.571	10.529	23.440	43.866	53.452
Vila Velha	17.079	23.127	55.589	123.742	203.406	265.586	345.965
Vitória	45.212	50.922	83.351	133.019	207.747	258.777	292.304

G. Vitória	102.851	123.281	209.172	410.103	744.759	1.126.638	1.425.587
E. Santo	750.107	861.562	1.169.553	1.599.333	2.023.340	2.600.618	3.097.232
GV/ES (%)	**13,71**	**14,31**	**17,88**	**25,64**	**36,82**	**43,32**	**46,03**

Fonte: IBGE/DIPEQ/ES/SDDI – 2000

No Brasil, a dinamização da industrialização e o processo de urbanização acelerado, marca do período de 1945 a 1980, foram acompanhadas por uma expansão do mercado de trabalho, com predominância do setor secundário, o que permitiu "(...) um processo social de razoável grau de mobilidade ocupacional e integração à vida urbano-industrial, apesar dos fortes índices de concentração de renda que marcam a nossa estratificação" (Ribeiro, 1997:264).

Posteriormente, o esgotamento do modelo de substituição da economia de agrário-exportadora para a industrial, a partir da crise socioeconômica na década de 1980, resultou na abertura da economia brasileira e implantação do processo de privatização como mecanismo de integração da economia nacional ao mercado global.

Entretanto, a possibilidade de avanço e modernidade transformou-se na "(...) marca da modernização com o desenvolvimento do atraso" (Maricato, 2003:151).

O setor terciário torna-se o principal responsável pela geração dos novos postos de trabalho e, segundo Ribeiro (1997:267), a terceirização da economia brasileira ganha novos contornos com "(...) a ampliação do espaço do setor informal, mediante a inserção dos trabalhadores em unidades não organizadas em moldes capitalistas, e um processo de informalização dentro das empresas capitalistas".

Surgem novos padrões de produtividade, resultado da flexibilização do mercado de trabalho e da precarização do assalariamento, alterando e redefinindo a função econômica das metrópoles brasileiras.

A precarização do trabalho e a vulnerabilidade social do trabalhador, que segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT – é um estado de elevada exposição a riscos ou incertezas, combinado com uma capacidade diminuída para se proteger ou defender-se deles e para fazer frente a suas conseqüências negativas, implica: desproteção social do trabalhador (trabalho informal); redução da proteção social e da insegurança no trabalho (contratação temporária) e vulnerabilidade da condição de emprego (empresas com menos de 6 empregados).

Assim, recrudescimento da população miserável e aumento da pobreza metropolitana foram as repercussões dessas alterações do mercado de trabalho urbano no Brasil, com novos contornos, pois, se por um lado, a economia urbana gera uma gama de serviços sociais que permitem a criação de diversos trabalhos temporários, por outro lado, "(...) o ingresso nesse universo de possibilidades exige a obtenção de uma renda mínima, sem a qual a reprodução torna-se impossível" (Ribeiro, 1997:270).

Os impactos sociais dessa reestruturação produtiva apontam a emergência de novos padrões de segregação, pois,

> "As oportunidades que de fato havia nas primeiras décadas do século XX para a população migrante (inserção econômica e melhora de vida) parecem quase extintas. A extensão das periferias urbanas (a partir dos anos de 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais ou metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada (Maricato, 2003:152)".

Nesse contexto, as Regiões Metropolitanas ─ RMs ─ brasileiras possuem novos arranjos espaciais, com uma enorme complexidade quanto ao compartilhamento de uma gestão voltada à inclusão social.

No Espírito Santo, além da desestruturação da sociedade rural, outro fator contribuiu para a migração para a RMGV: a instalação dos Grandes Projetos Industriais, a partir da década de 60, o que faz com que a economia capixaba passe a se integrar à lógica de expansão planejada da economia brasileira, que se consolida no Espírito Santo a partir de 1970.

Os projetos foram agrupados em 5 (cinco) complexos, sendo 3 (três) do setor secundário (siderúrgico, naval e paraquímico, este com implicações no setor primário) e 2 (dois) do setor terciário (turístico e portuário, ambos autônomos na economia estadual) 1.

No caso da RMGV, Vitória, apesar de ser o município com a menor extensão territorial, até 1980 era o primeiro município da região em concentração populacional, passando em 1990 a ocupar o 3º lugar, com uma diferença mínima em

1 Quanto à caracterização dos mesmos, os setores e secundário e terciário compreendiam:
Complexo Siderúrgico: 1) Usina Siderúrgica de Tubarão — Localização: Ponta de Tubarão — Município da Serra — Grande Vitória; Linha de Produção: Semi-acabados (slabs) destinados 50% à exportação e 50% ao mercado interno; 2) Usina de Laminação Não-Planos (projeto em expansão) — Localização: Município de Cariacica — Grande Vitória, Linha de Produção: não-planos, tais como: fio-máquina, barris, perfis, cantoneiras, etc. ; 3) Usina de Pelotização da Companhia Vale do Rio Doce — Localização: Ponta de Tubarão — Vitória; Linha de Produção: pellets de minério de ferro; 4) Usina de Pelotização da Samarco — Localização: Praia de Ubu — Município de Anchieta, litoral sul, ES — Linha de Produção: pellets de minério de ferro — A implantação da Samarco exigiu, além do complexo portuário no Espírito Santo, instalações de lavra, concentração e parte do mineroduto no Estado de Minas Gerais.
Complexo Naval : Localização: Praia de Camburi — Vitória
Complexo Paraquímico: 1) Aracruza Celulose S/A — Localização: Barra do Riacho — Município de Aracruz, ES — Linha de Produção: celulose branqueada tipo Kraft — O investimento acoplava: indústria, floresta e infra-estrutura portuária; 2) Flonibra — Empreendimentos Florestais — Localização: Municípios de São Mateus e Linhares — litoral norte, ES — Linha de Produção: celulose branqueada tipo Kraft
Complexo Portuário : 1) Portos de apoio: Superporto de Tubarão para a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST); Porto de Barra do Riacho (terminal da aracruz Celulose); Terminal de exportação de Ubu (Samitre/Marcona) — Samarco; 2) Obras portuárias do canal da baía de Vitória: Melhoria do atual cais comercial de Vitória e do canal de acesso; Construção do cais de Capuba/Atalaia (Terminal do Corredor de Exportação — GO/MG/ES); Construção do Cais de Jaburuna (para contêineres); Construção do Cais de Aribiri (carga geral); Ampliação, melhoria e adaptação do cais do Jabour (de açúcar, petróleo, melaço, álcool, cimento e gusa) (SIQUEIRA, 2001:89-91).

relação à Cariacica e Vila Velha que passam a ocupar o 1º e 2º lugar, respectivamente. E em 2000, Vitória possui um contingente populacional inferior ao dos municípios de Cariacica, Vila Velha e Serra (Tabela 1).

Essa concentração populacional, a posição geográfica, a infra-estrutura logística e portuária, os programas de incentivos governamentais e o boom econômico da região fizeram com que Vitória, Serra e Vila Velha (municípios limítrofes) exerçam a função de centralização estadual de tomada de decisões, informações, transações comerciais, financeiras e de prestação de serviços públicos, além de serem o vetor de difusão cultural e tecnológica.

Com isso, estes municípios atraem um fluxo de migrantes do interior do Espírito Santo, de outros estados e também de outros países, em menor proporção, na busca das "oportunidades", decorrentes do processo de mundialização. Os dados estatísticos referentes a migração, nos permitem identificar que 70,8% dos migrantes se concentraram apenas em três municípios da RMGV.

> "O processo de modernização ocorrido na economia do Espírito Santo, a partir da década de 1960, configurou-se de forma brusca, tendo sido originado da desestruturação de sua base econômica (o setor agrário) e de sua reestruturação, a partir de uma nova ótica de acumulação do capital: a industrialização" (Siqueira, 2001:87).

Nesse contexto, podemos identificar que o processo de urbanização no Espírito Santo, resultante do movimento migratório campo-cidade decorrente do declínio da economia cafeeira aliado às políticas de incentivo à industrialização, teve como conseqüência um inchaço populacional na RMGV, refletido principalmente em sua capital Vitória, enquanto lócus concentrador de produção e reprodução do capital.

Entretanto, na RMGV, o processo de urbanização acelerado, resultado do movimento migratório, intensificou e gerou novas formas de desigualdade social, na medida em que a economia urbana não possuía grandes condições de absorver produtivamente a força de trabalho trazida pela migração.

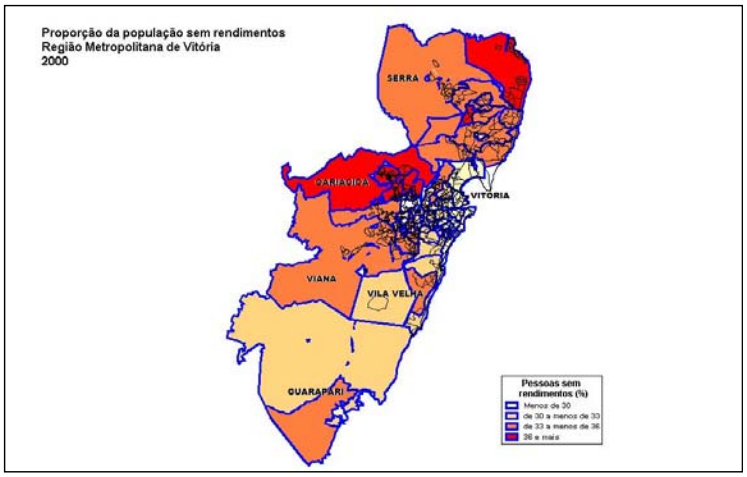
A partir de 1970, surgem e se expandem na Grande Vitória inúmeros bairros periféricos, que, juntamente com as favelas, alojam a classe trabalhadora empregada. É nessas áreas que se concentra tanto a pobreza da cidade como de seus habitantes. A ocupação de morros, mangues e baixadas no centro da cidade e na periferia da aglomeração, a formação de novas favelas e a expansão de bairros carentes foram conseqüências desse processo, que provocou um maior empobrecimento na região da Grande Vitória (Siqueira, 2001:145).

Nesse contexto, a análise dos dados do Censo 2000 do IBGE, referentes à renda por AEDs, utilizados para definição da segregação sócio-espacial na RMGV, permite que se tenha uma noção razoavelmente precisa da distribuição da riqueza e da desigualdade na região.

O estudo aqui apresentado está fundamentado proporção da população sem rendimentos na RMGV, proporção esta que varia entre menos de 30% e 36% e mais, distribuídos nos seguintes índices: (a) percentual, abaixo de 30%, da população de pessoas sem rendimentos; (b) população de pessoas sem rendimentos, com percentuais variando de 30 a menos de 33%; (c) população de pessoas sem rendimentos, com percentuais variando de 33 a menos de 36%; (d) população de pessoas sem rendimentos, com percentuais iguais ou acima de 36%. A partir desses índices, a análise busca descrever espacialmente a distribuição da população sem rendimentos, por município da RMGV, conforme Mapa 2.

Mapa 2

Proporção da população sem rendimento na RMGV – 2000

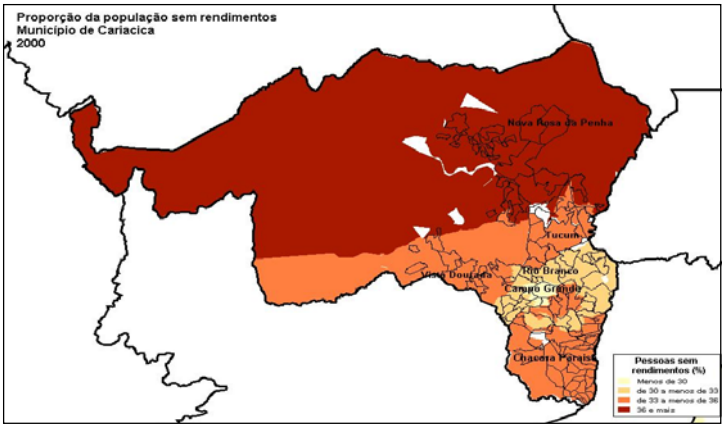


Fonte**:** IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000
Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Os mapas 3 e 4 ressaltam que, dentre os municípios da RMGV, Cariacica e Serra concentram o maior contingente de pessoas sem rendimentos, o que sinaliza uma situação de desemprego.

Mapa 3

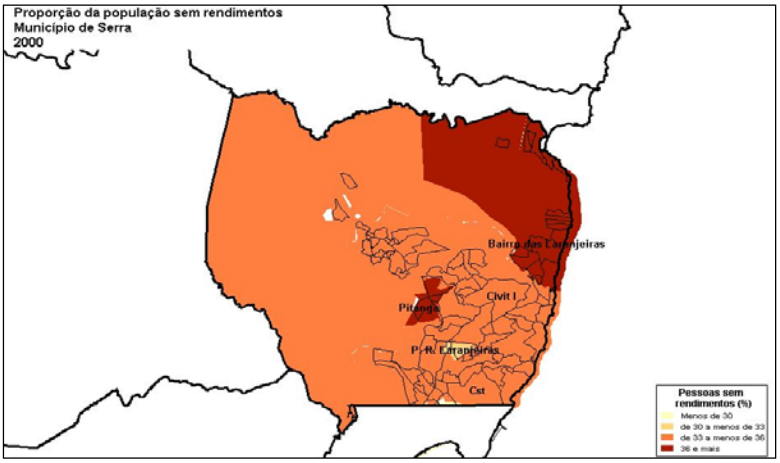
Proporção da população sem rendimento no município de Cariacica – 2000



Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000
Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Mapa 4

Proporção da população sem rendimento no município de Serra – 2000



Fonte: IBGE – Microdados da Amostra – Espírito Santo – 2000
Elaboração: Eliana Monteiro Rodrigues

Esses dados, aliados à situação dos assentamentos subnormais, apresentados por Siqueira (2001), em que, em 1980, dos 706.263 habitantes da Grande Vitória, 281.391 (39,84%) habitavam áreas de favela, demonstram o agravamento da precarização das condições de trabalho e de moradia para um grande contingente populacional da RMGV.

Assim, a expansão das periferias e o processo de favelização da região, a partir da década de 1970, resultado das transformações sociais que acompanharam o padrão de industrialização do Estado, se tornaram uma das expressões do padrão de urbanização excludente e desigual que se desenvolveu na região.

De acordo com Siqueira (2001:145), "(...) o movimento migratório contribuiu para evidenciar ainda mais as características da desigualdade social, na medida em que a economia urbana não possuía grandes condições de absorver produtivamente a força de trabalho trazida pela migração".

Nesse cenário, evidencia-se que a RMGV, como a maior parte das metrópoles brasileiras, reproduz o processo de segregação social e espacial, resultado da dinâmica interna de formação do seu espaço metropolitano no contexto da modernização econômica.

Nessa perspectiva, a adoção de políticas de incentivos fiscais e de financiamento a longo prazo, adotada pelo governo Estadual, se por um lado atuou como agente de atração para o capital privado, viabilizando a implantação de indústrias gerando a substituição da modelo primário-exportador pelo modelo industrial, garantindo com isso o processo de industrialização e modernização da Grande Vitória, por outro, não criou nenhuma política capaz de absorver o grande contingente de mão-de-obra de baixa qualificação, advindo do campo, num primeiro momento inserido nas obras de construção dos Grandes Projetos Industriais, e com a conclusão dos mesmos, colocado fora do mercado de trabalho formal.

Aqui é importante trazer a discussão de Wanderley (2004:88) sobre a atual concepção do papel do Estado-Nação que no contexto da mundialização "(...) tem ocasionado a diminuição dos graus de soberania nacional". Daí a postura assumida por diversos programas governamentais em nome de um desenvolvimento, que muitas vezes,

> "(...) comporta a existência de fraturas e contradições, tais como áreas não totalmente atingidas (o próprio fluxo de capitais e de investimentos se concentra nos Estados Unidos, Europa e parte da Ásia), inconsistência de objetivos (os modelos de desenvolvimento dos países centrais e periféricos não estão trazendo modificações substantivas no ranking dos mesmos),

> diminuição da soberania dos Estados-Nações mas concomitantemente revigoramento do seu poder em certas funções (com o risco da concentração desproporcional nos executivos)" (Wanderley, 2004:67-8).

Nessa perspectiva, é importante destacar a parcialidade de várias análises feitas sobre a economia capixaba considerando apenas os fatores positivos como sua localização geográfica e condições naturais privilegiadas; a implantação dos grandes empreendimentos industriais ligados ao mercado internacional e como os investimentos em infra-estrutura portuária e ferroviária, que criaram uma base industrial e de serviços especializados no comércio internacional, o que possibilitou a inserção do Espírito Santo na nova lógica de desenvolvimento predominante a partir de 1980, a lógica da mundialização.

Nesse contexto, Wanderley (2004:69) alerta que o processo de mundialização é um sistema de ordem/desordem, campo de novos conflitos onde os efeitos sociais são cada vez mais perversos para as maiorias "(...) precarizando a situação dos "incluídos" e aumentando o número dos "excluídos".

Assim, a mundialização e a restruturação devem ser vistas como processos contraditórios, contendo dinâmicas de homogeneização e de singularização territorial, o que equivale dizer que as condições econômicas, sociais, institucionais e culturais são fatores importantes nas estratégias de localização das empresas e causam impactos, nem sempre positivos, nas questões sociais.

Nesse cenário, na RMGV, o desenvolvimento econômico não foi acompanhado de desenvolvimento social. A região enfrenta sérios problemas relacionados ao crescimento de suas cidades. O processo de desenvolvimento capixaba aliou, em algumas situações, a desigualdade social a uma concentração espacial da pobreza.

2. Segregação x violência urbana

De acordo com nossa pesquisa, constata-se que o processo de expansão desordenada da RMGV resultou no surgimento de bairros periféricos, no qual grande parte da população encontra-se numa situação de desemprego, como conseqüência do perfil da população dos mesmos, oriunda das atividades agrárias e de migrantes, constituída por trabalhadores com baixa ou nenhuma qualificação profissional, que de forma crescente e gradativa foram se instalando nas cidades da RMGV. Essa situação intensifica a fragilidade social de uma ampla camada populacional, majoritariamente jovem, que conseqüentemente, por não possuírem condições de inserção no mercado formal de trabalho, acabam se tornando as maiores vitimas da sedução do mercado ilegal de trabalho e da violência urbana na RMGV.

Nesse quadro de elevada precariedade da vida urbana, um alto e crescente número de jovens se encontra em situação de risco social. A ausência de políticas públicas, direcionadas para a inclusão desses jovens, numa faixa etária entre 14 e 25 anos, que apresentam uma reprodução social abaixo do nível socialmente necessário, agrava o quadro de violência nos municípios da RMGV, conforme demonstrado a seguir.

Partindo do pressuposto de Mir (2004:350-52) de que a cidade é o maior identificador da cultura humana e sua adoção da definição mais simples de cidade como uma "(...) concentração de pessoas possível em determinado território", o autor chama atenção para o processo de balcanização em curso na sociedade brasileira, onde,

> "(...) divisões étnicas, sociais e territoriais do país, tornando-nos dessemelhantes e desiguais como expressão máxima da organização do Estado – faz com que o país seja governado por minorias e não por elites. Essa é, objetivamente, uma das conseqüências mais nefastas desse processo interminável. A elite é o que há de mais primoroso em um país a serviço da sociedade; a minoria é a máfia política de um país a serviço dos seus próprios interesses."

A importância dos fatores culturais para a compreensão do fenômeno da violência urbana também é discutida por Saul (1999:118) em seus comentários sobre violência, cultura, economia e política na sociedade contemporânea, a partir da identificação das tensões relacionadas às "(...) práticas culturais e as práticas caracterizadas por autoridades legais e políticas como crime", em que muitas vezes a delinqüência e a violência tornam-se elementos de uma subcultura.

Isso se constata principalmente nas grandes metrópoles onde a precarização do trabalho, o desemprego, a desestruturação familiar, entre outras variáveis, "(...) concorrem simultaneamente para a desestruturação de laços comunitários tradicionais e para o desenvolvimento de processos que funcionam como suporte para uma espécie de tribalização" (Saul, 1999:118).

Por outro lado, o crescimento da criminalidade urbana é uma tendência mundial e, no Brasil, esta tendência mostra-se alarmante. Apesar de não haver consenso entre os cientistas sociais quanto às causas deste crescimento, Adorno (2002:101) aponta três direções para a explicação do fenômeno:

"a) mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinqüência e violência;

b) crise do sistema de justiça criminal;

c) desigualdade social e segregação urbana".

Nesse sentido, Adorno (2002:108) discute a violência como um fenômeno endêmico na sociedade brasileira desde os primórdios da republica quando

> "(...) trabalhadores urbanos pauperizados eram vistos como pertencentes às classes perigosas e passíveis de estreito controle social que incluía detenções ilegais, aplicação de torturas e maus tratos nas delegacias e postos policiais e perseguições arbitrárias".

Porém, em meados dos anos 70, com o surgimento de inquietações relacionadas à persistência da violência institucional no combate à criminalidade, surge a crença nas raízes estruturais do crime e da brutalidade contra os delinqüentes. Esse fato,

> "Devia-se ao capitalismo, às estruturas de exploração, dominação e exclusão inerentes a este modo de organização societária. Em decorrência, estabelecia-se uma associação mecânica, por assim dizer, entre pobreza e violência. Quanto maior a pobreza, maior a violência. A violência urbana aparecia então como expressão de lutas entre as classes dominantes e o conjunto de subalternos (Adorno, 2002:108)".

Em contrapartida, Edmundo Campos (apud Peralva, 1997:227), ao analisar o período de recessão na década de 1980, faz a seguinte constatação:

> "(...) durante a maior parte do período de crise e de recessão econômica que se estendeu de 1980 a 1983, a criminalidade violenta no Rio de Janeiro declinou, ao contrário do que faria prever a perspectiva da justiça distributiva. Não é necessário lembrar os efeitos devastadores da crise sobre o nível de emprego e, de maneira geral, sobre a situação das camadas menos privilegiadas da população; ainda assim, não apenas declinaram as taxas de homicídio e de estupro (também o índice de criminalidade violenta) como igualmente caíram as taxas de roubo".

Aqui é importante salientar que a recessão implica, por um lado, elevação do grau de pobreza da população, e, por outro lado, tende a contribuir para o aumento da desigualdade econômica e da exclusão social. Porém, a elevação do grau de pobreza não implica necessariamente o aumento da criminalidade. A partir dessa constatação, vários autores refutam a associação direta entre a miséria e a violência. Em 2000, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, os Estados brasileiros mais pobres – Maranhão e Piauí – apresentaram os mais baixos índices de violência: 4,85 mortos para cada 100 habitantes. Do mesmo modo, os países africanos mais pobres ostentam baixíssimos índices de violência (menos de 3 homicídios por 100 habitantes). Isso sinaliza que a miséria, por si só, não é fator determinante do crime.

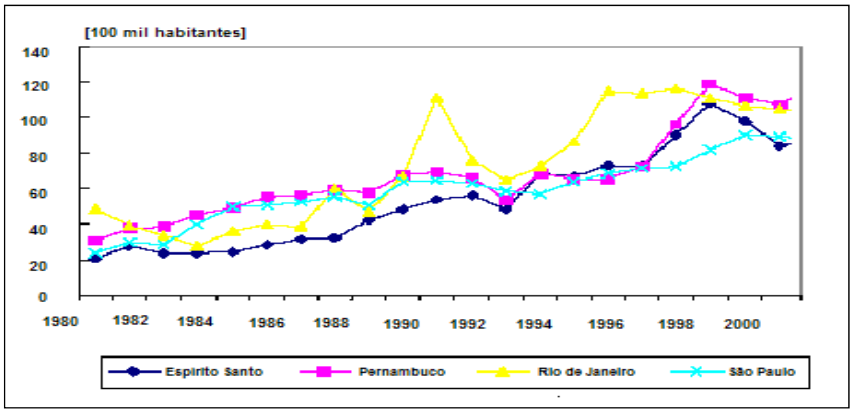
Entretanto, a exacerbação da criminalidade comum violenta nas regiões metropolitanas é uma questão crucial da realidade brasileira e capixaba. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, com base no cruzamento de dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 2000 com os registros de óbito do Ministério da Saúde, de 2003, calculou a probabilidade de um cidadão ser assassinado em cada um dos 5.507 municípios brasileiros. O estudo mostra que entre 1980 e 2000 a taxa de mortalidade por homicídio no país cresceu 130%, passando de 11,7 para 27 em cada 100 mil habitantes. Dentre os 127 municípios com taxa de homicídios superior a 50 por 100 mil habitantes, em 2003, 51 pertencem a regiões metropolitanas (Mir, 2004).

Nesse contexto, podemos constatar que, no Brasil, a miséria aliada à urbanização desordenada, que se deve à quase total e absoluta ausência, anuência e/ou incompetência do Estado, contribui para o aumento da violência urbana, evidenciada, por um lado, pela fusão entre violência, crime e desordem, por outro, pela crise e ineficiência institucional, que resultaram numa sociedade, nas últimas décadas do século XX, centrada no tripé: violência – criminalidade – narcotráfico, incorporada no cotidiano da população brasileira que gerou a banalização da violência e da mesma forma a sua naturalidade no imaginário coletivo.

Essa questão é particularmente trágica em relação aos homicídios de jovens, principalmente nos Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e Espírito Santo, em que, de acordo com Cerqueira; Lobão; Carvalho (2005:6), a vitimização de jovens por homicídios "(...) tem se transformado numa questão de saúde pública extremamente dramática. cuja proporção de óbitos por homicídios ultrapassou 50%", conforme Gráfico 1.

Gráfico 1

Taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos – ES, PE, RJ, SP



Fonte: Cerqueira; Lobão; Carvalho, 2005:7

Além disso, a pesquisa do IPEA, de 2000, demonstra que, na classificação dos 23 municípios brasileiros mais violentos, encontra-se três municípios da RMGV, a Serra, como a cidade mais violenta do pais; Cariacica, a terceira mais violenta; Vitória, a segunda capital mais violenta e a décima sexta cidade mais violenta. E no ranking dos 23 municípios menos violentos a RMGV não teve nenhum classificado. Para completar o cenário devastador, a RMGV aparece como a mais violenta do país, conforme Tabela 2.

Tabela 2

Taxa de homicídios por mil habitantes das Regiões Metropolitanas Brasileiras
1980 – 2002

Região Metropolitana	**Média 1980-1984**	**Média 1985-1989**	**Média 1990-1994**	**Média 1995-1999**	**Média 2000-2002**	**Variação %**
Vitória	18,0	26,3	49,5	77,0	73,8	311,0
Salvador	4,2	8,5	17,3	23,4	16,9	300,2
Petrolina/Juazeiro	13,1	20,6	32,7	42,7	50,7	285,9
Porto Alegre	7,2	11,9	21,8	23,1	26,8	274,5
Campinas	11,5	12,5	18,3	32,4	37,9	230,7
Belo Horizonte	11,0	9,8	12,1	18,3	32,4	193,1
Recife	25,8	34,9	44,2	59,8	72,5	181,4
Florianópolis	4,7	5,7	5,6	7,9	13,1	178,7
Baixada Santista/São Paulo	18,1	22,1	24,5	45,3	50,2	178,0
Curitiba	9,2	10,9	15,4	21,2	25,6	177,9
Foz do Rio Itajaí	5,5	5,1	8,1	11,0	14,8	168,8
Rio de Janeiro	20,2	23,1	40,7	57,2	52,4	159,9
Goiânia	10,8	13,5	20,5	19,7	27,0	150,9
Brasil (médias das RMs)	17,8	22,7	29,8	39,3	40,7	128,8

Fonte: Cerqueira; Lobão; Carvalho, 2005:5

Considerando o exposto e os indicadores de desenvolvimento humano municipal d

a RMGV, Tabela 3, figurando entre os mais altos do Brasil, bem como o IDH, segundo dados do IBGE – 2000, "contraditoriamente" os dados relacionados à violência na RMGV apresentam-se como um dos mais altos do país, conforme apresentado anteriormente.

Tabela 3

Índice de desenvolvimento humano municipal – IDHM 1991 – 2000

Município	**1991**	**2000**
Cariacica	0,67	0,75
Guarapari	0,69	0,75
Serra	0,69	0,76
Viana	0,66	0,74
Vila Velha	0,76	0,82
Vitória	0,80	0,86

Fonte: PNDU – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Por outro lado, se considerarmos a lógica econômica, que cria uma dinâmica que permeia não só o mundo econômico, mas também o pessoal, lógica essa, centrada na competitividade e no consumo excessivo em que as pessoas são responsabilizadas por sua condição de desempregado, que os transforma de vitimas em responsáveis por sua condição, ao mesmo tempo em que os marginaliza, exclui e oculta as reais causas desse processo, conforme constatação de Forrester (1997:11) a seguir:

> "Resulta daí a marginalização impiedosa e passiva do número imenso, e constantemente ampliado, de 'solicitantes de emprego' que, ironia, pelo próprio fato de se terem tornado tais, atingiram uma norma contemporânea; norma que não é admitida como tal nem mesmo pelos excluídos do trabalho, a tal ponto que estes são os primeiros a se considerar incompatíveis com uma sociedade da qual eles são os produtos naturais".

É nessa perspectiva que a análise do contexto histórico, econômico, social e espacial se torna crucial para uma melhor compreensão do fenômeno da violência na RMGV, em que as aparentes "contradições" entre os indicadores na verdade revelam as causas reais dos fenômenos da exclusão e da violência. É nesse contexto que Zanotelli (2003:246), ao analisar as taxas de homicídios na região, independentemente da fonte utilizada (Tabela 4), observa que Vitória e Serra, em 1998, atingiram "(...) taxas somente ultrapassadas na América Latina por, em primeiro lugar Medellín, na Colômbia, Diadema, em São Paulo, em segundo lugar; Cali, também na Colômbia, em terceiro lugar".

Tabela 4

Evolução dos homicídios na Aglomeração da Grande Vitória entre 1993 – 2000
Homicídios por 1.000.000 habitantes

Policia Militar	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000

Cariacica / Viana	61,41	61,58	60,91	61,37	72,60	81,70	68,05	67,86
Serra	43,11	53,61	55,93	76,19	92,42	112,13	97,80	78,76
Vila Velha	26,69	48,09	58,92	49,42	67,79	67,29	66,51	50,88
Vitória	30,29	33,84	41,64	38,74	53,43	50,53	55,80	36,31
Policia Civil 2								
Cariacica					91,28	96,99	72,72	93,74
Serra					125,00	135,30	126,50	100,4
Viana					75,60	109,70	97,40	104,9
Vila Velha					93,8	87,10	83,10	68,1
Vitória					91,5	91,40	106,40	52,41
MNDH 3								
Cariacica					82,18	95,39	69,1	75,65
Serra					106,58	129,90	98,2	80,00
Viana					77,69	105,78	103,00	84,31
Vila Velha					83,50	90,04	64,64	58,68
Vitória					64,63	63,53	60,09	43,84

Fonte: Zanotelli, 2003:245

Nesse contexto, é importante entender a violência como "[...] um modo específico de afirmação do indivíduo sob a vigência de determinadas formas de sociabilidade" (Fraga, 2002:46).

Assim, a questão da violência urbana, característica marcante das grandes cidades brasileiras, principalmente a partir da virada dos anos 80, quando passou a ter como referência o crescimento quantitativo dos crimes, num diversificado universo da criminalidade urbana, passou também a se colocar na percepção social como um dos maiores problemas nas cidades.

Considerações finais

O acirramento da desigualdade sócio-espacial a partir da década de 1980 aprofundou o processo de concentração da riqueza no núcleo da RMGV. O número de trabalhadores em situação de vulnerabilidade, concentrados de forma intensa na periferia; a elevada concentração do percentual de pobres nas periferias e a alta concentração de alta renda no município de Vitória e no litoral do município de Vila Velha evidenciam o aumento da distância social entre o centro e a periferia. Nesse contexto, verifica-se o aprofundamento das desigualdades sócio-espaciais na RMGV, conseqüência dos efeitos restritivos da reestruturação econômica sobre a qualidade e a quantidade de postos de trabalho na região e das condições monetárias de reprodução da população, particularmente da residente na periferia.

Se por um lado, ampliam-se os padrões de consumo, mesmo nos segmentos mais excluídos, por outro, permanecem acentuadas as restrições de acesso às condições que permitam a esse segmento excluído a inserção às condições básicas de bem-estar e cidadania – inclusão no mercado de trabalho formal; formação profissional qualificada e acesso a infra-estrutura urbana.

Constata-se assim, que na RMGV a miséria, aliada à urbanização desordenada, que se deve à quase total e absoluta ausência, anuência e/ou incompetência do Estado, contribui para o aumento da violência urbana, em que as maiores vítimas são os jovens, pobres e segregados, aumento esse evidenciado por um lado, pela fusão entre violência, crime e desordem, e por outro, pela crise e ineficiência institucional, que resultaram numa sociedade, nas últimas décadas do século XX, centrada no tripé: violência – criminalidade – narcotráfico.

Esse cenário evidencia a forte correlação entre a desigualdade sócio-espacial e a violência urbana, na RMGV, pois conforme se constatou, apesar de possuir um dos mais altos IDH do país, a região é, também, a mais violenta do Brasil.

Assim, podemos constatar que a violência está incorporada no tecido social da RMGV, em que as maiores vítimas são as populações marginalizadas econômica e socialmente, comumente suspeitas e alvos da intolerância, tanto por parte de grande parcela da população quanto dos aparelhos do Estado, principalmente os jovens dos bairros periféricos, produtos de uma sociedade excludente, em decorrência das mudanças na região, entre as décadas de 1970 e 1980, que, culminaram em transformações na estrutura de empregos gerando desagregação e transformações dos laços culturais e sociais da população em questão.

Referências

Abe, A. T. (1999). *Grande Vitória*, E.S.: crescimento e metropolização. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

2 "(...) A base de dados da Policia Civil começou em 1997, por isso não dispomos de dados para os anos anteriores" (Zanotelli, 2003:246).

3. Quanto aos dados do Movimento Nacional dos Direitos Humanos – MNDH, "(...) apesar de se ter uma base desde 1994, somente nos foi possível transcrever os dados a partir de 1997" (Zanotelli, 2003:246).

Adorno, S. (2002). Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, Porto Alegre, 4(8), 84-135.
Cerqueira, D., Lobão, W., & Carvalho, A. X. de (2005). *O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA.
Forrester, V. (1997). *O horror econômico*. São Paulo: UNESP.
Fraga, P. D. (2002). Violência: forma de dilaceramento do ser social. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez 70, 42-58.
Maricato, E. (2003). Metrópole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados,* 17 (48), 151-167.
Mir, L. (2004). *Guerra civil, estado e trauma*, São Paulo: Geração Editorial.
Ribeiro, L. C. Q. (1997). Reforma urbana na cidade da crise: balanço teórico e desafios. In: Ribeiro, L. C. de Q. & Santos Junior, O. A. dos (Org.). *Globalização, fragmentação e reforma urbana*: o futuro das cidades brasileiras na crise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (pp. 261-289).
Saul, R. P. (1999). Comentários sobre violência, cultura, economia e política na sociedade contemporânea. In: Santos, J. V. T. dos. *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec, (pp. 118-141).
Siqueira, M. da P. S. (2001). *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória 1950-1980*. Vitória: EDUFES.
Zanotelli, C. L. (2003). O espaço da violência na Grande Vitória: o caso dos homicídios. In: Camacho, T. (Org). *Ensaios sobre violência*. Vitória: EDUFES, (pp.237-260).
Wanderley, L. E (2004). A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BÓGUS, L., Yazbek, M. C., & Belfiore-Wanderley, M. (Org). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, (pp. 51-161).
Campos, E (1997). In: Peralva, A. Democracia e violência: a modernização por baixo. *Lua Nova*, 40(41), 217-240.

Repensando a pobreza, a segragação e a constituição de hierarquias sociais a partir da análise dos processos sócio-políticos e espaciais que marcam uma área periférica da cidade do Rio de Janeiro

Rosemere Maia
Universidade Federal do Rio de Janeiro - CAPES
rosemaia@terra.com.br

Resumo: O extremo oeste da Cidade do Rio de Janeiro congrega um número significativo de grandes conjuntos habitacionais, loteamentos populares e favelas. Os dois primeiros modelos, cada qual a seu modo, permitem aos segmentos mais pobres a resolução do problema da moradia e, mais que isto, a efetivação do "sonho da casa própria"- permeado por vários significados, inclusive de ordem instrumental ("*capitalização*", segurança em caso de desemprego, ascensão social, integração à cidade, dentre outros). Mesmo não havendo uma diferenciação significativa em termos sócio-econômicos entre a grande maioria dos moradores da região, constatamos o estabelecimento de "hierarquias", de "gradações" entre eles. Estas não se sustentam em elementos relacionados à classe social, raça ou etnia, mas se pautam no local de moradia (se loteamento/conjunto/favela) e tempo de residência, bem como na identidade com o lugar (inclusive com aquele deixado para trás, como é o caso dos que para lá foram levados de forma compulsória, impulsionados por várias políticas urbanas e pelo aprofundamento da especulação imobiliária). Algumas destas áreas transformaram-se, no imaginário daqueles que não conhecem sua dinâmica interna, em zonas de risco, em encarnações do mal, confirmando a força do estigma territorial que as marca. O presente trabalho pretende refletir sobre as diferentes dimensões da pobreza urbana, da segregação sócio-política e espacial, bem como sobre a criação e manutenção de estratégias identitárias e laços sociais por esta população, diante do individualismo e do esgarçamento do tecido social, num contexto marcado pela precariedade das políticas públicas e pelo crescimento da violência urbana.

Rio de Janeiro - peculiaridades de seu "modelo" de segregação.

A Cidade do Rio de Janeiro possui um "modelo" de segregação – ou talvez fosse melhor dizer de fragmentação do tecido sociopolítico-espacial - que a peculiariza frente a outras metrópoles brasileiras e mesmo mundiais: a existência de enormes disparidades em termos de infra-estrutura urbana e de serviços nas diferentes áreas da cidade, além de uma visível estratificação espacial e distanciamento social entre os segmentos sociais - ainda que tais características não prevejam, necessariamente, um afastamento *territorial* entre bairros e favelas1, e mesmo entre os diferentes grupos/classes sociais. Existiria, por assim dizer, uma "segregação de proximidade", conforme nos sugere PERALVA (2004): "*Une barrière invisible séparait pauvres et riches, non pas à partir d'une division sociale de l'espace mais d'une norme de hiérarchisation sociale.*" E tal segregação também pode ser constatada intra-grupos ou intra-classes, conforme poderemos ver mais adiante.

Em 2000 – ano do último recenseamento feito pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - o Rio se colocava enquanto a segunda metrópole brasileira (posição que ainda mantém, só perdendo para São Paulo), contando com uma população de 5.857.904 habitantes, não distribuída espacialmente de maneira equânime, tendo em vista fatores decorrentes do processo histórico e do próprio desenvolvimento econômico que caracterizou a Cidade, desde a sua fundação. Daí observarmos, por exemplo, uma maior densidade populacional em áreas mais próximas ao Centro da Cidade (que, durante muitas décadas, manteve uma posição de destaque no que se refere à oferta de postos de trabalho e à concentração de serviços (comércio, repartições públicas, instituições financeiras, espaços culturais e de lazer, dentre outros) e à Zona Sul (que no século XX, sobretudo após os anos 1940/50, tornaria seus bairros os preferidos pelos segmentos mais abastados e também pela população mais pobre, que passou a ocupar seus morros).

As áreas mais afastadas do Centro mantiveram, durante longo tempo, uma característica mais rural, condição esta que vem sendo progressivamente alterada, desde meados do século passado, em decorrência de uma conjunção de fatores: migração, especulação imobiliária nas áreas mais nobres/centrais, construção de novas vias de acesso (como a Av. Brasil, na década de 1940); a política de remoção de favelas, levada a cabo de forma mais contundente no final dos anos 1960 e início da década de 1970, com a conseqüente transferência da população favelada para grandes conjuntos habitacionais situados nos *subúrbios* mais distantes.

Apesar do processo que alguns cientistas sociais denominaram de "periferização"2, ainda constatamos, no contexto citadino, uma expressiva concentração populacional nas áreas mais próximas ao Centro e à Zona Sul, tendo em vista o fato de

1 O Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, de 1992, considera a favela como uma "área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade da infra-estrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais." A definição apresentada pelo IBGE, por sua vez, não se distancia muito desta, classificando a favela como um setor censitário especial, um aglomerado subnormal, devendo possuir, no mínimo, 51 casas. A maioria das unidades habitacionais não pode deter título de propriedade ou documentação recente (obtida após 1980). (CAVALLIERI et alii, 2007).

2 Segundo VALLADARES (1983) "A periferização pode ser entendida como uma projeção ao nível do espaço do processo de acumulação de capital e de suas conseqüências sobre o 'habitat' da classe trabalhadora, determinando sua segregação espacial em áreas cada vez mais longínquas dos 'núcleos' dos principais centros urbano-industriais do país." Para a mesma autora, os principais fatores que contribuíram para o processo de periferização são apontados como sendo: as condições salariais da classe trabalhadora, a expulsão direta dos núcleos por ação de programas de remoção de favelas e renovação urbana, a expulsão indireta em decorrência da legislação e taxação urbanas e, ainda, a especulação imobiliária. Por outro lado, a periferia oferece como fator de atração a informalidade presente nas relações sociais entre loteadores, corretores e compradores, permitindo à classe trabalhadora fazer e desfazer contratos informais e solucionar problemas por relações face-a-face.

serem os bairros lá situados aqueles com melhor infra-estrutura urbana e de serviços, bem como maior oferta de postos de trabalho. As várias políticas urbanas que, de certo modo, tentaram expulsar de seus bairros os segmentos menos abastados não lograram o devido êxito, fato este passível de comprovação através da observação do número de favelas ainda existentes nestas localidades. Além disto, tais iniciativas não conseguiram coibir ou inibir o surgimento de novas favelas, conforme dados do último Censo/IBGE, que demonstram que de 1991 a 2000 houve um crescimento de 30,2% (PONTES e SCHMIDT, 2001), batendo a marca das 513 comunidades faveladas.

Um dado novo, apresentado pelo referido Censo, é que tem crescido o número de *aglomerados subnormais* na Zona Oeste, onde se localiza o bairro que estudamos, o que pode ser determinado pelo inchaço das áreas de ocupação mais antiga, a especulação imobiliária, a criação de novas centralidades no contexto da Cidade (como é o caso da Barra da Tijuca e de Campo Grande, por exemplo), dentre outros aspectos. Um fenômeno é Rio das Pedras, favela situada em Jacarepaguá, que tem atraído um grande contingente de pessoas, sobretudo nordestinos, que lá se instalam em função da proximidade com a Barra da Tijuca, bairro que mais tem crescido nos últimos anos. Santa Cruz, por sua vez, ganhou neste mesmo período 14 novas favelas, sem falar na criação de outros tantos loteamentos populares e clandestinos - estima-se que, na Cidade, mais de 400 mil pessoas residam em locais como estes, cuja semelhança em termos de infra-estrutura e de ausência de serviços propicia a seus moradores condições de vida bastante próximas daquelas experimentadas pela população favelada.

Características da População Carioca

Regiões Administrativas - 2000.

Gráfico 1: Densidade Demográfica

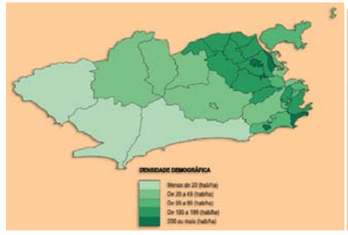
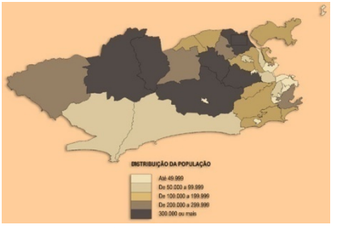


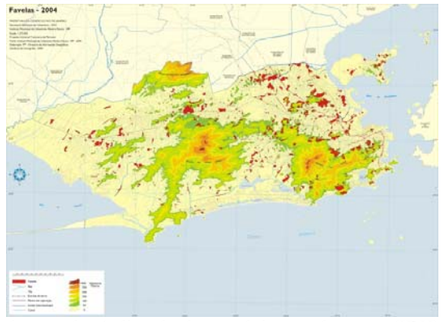
Gráfico 2: Distribuição da População



Acessado em http://portalgeo.rio.rj.gov.br/serie_rfoco/municipio/index.HTM

Gráfico 3

Favelas Cariocas



Mesmo possuindo um alto índice de desenvolvimento humano (IDH) - que evoluiu positivamente de 0,798, em 1991, para 0,842, em 2000, o que coloca a Cidade na 4ª melhor posição entre as doze maiores capitais brasileiras, todas com mais de um milhão de habitantes -, as desigualdades existentes no contexto intra-urbano ainda exigem políticas públicas (de educação, seguridade - saúde, assistência e previdência-, emprego e renda, habitação, dentre outras) que sejam capazes de equacioná-las. Enquanto tais políticas se mostram ineficientes ou inexistentes, constatamos o crescimento da indigência (3,20%, considerando-se o percentual da população municipal com renda per capita até 1/4 do salário mínimo, de acordo com a PNAD –Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2006) e da pobreza (10,70%, equivalendo ao percentual da população municipal com renda per capita até 1/2 salário mínimo, segundo a PNAD - 2006) do desemprego (9,97% seria o percentual de desempregados na População Economicamente Ativa no município do Rio , de acordo com o PME – Pesquisa Mensal de Empregos - 2006) e da informalidade – fruto, certamente, de uma dinâmica maior, que se processa em termos globais e reflete as mudanças ocorridas no mundo do trabalho. Além destes fatores, não há como desconsiderar a cronificação da violência urbana, outro problema que parece insolúvel no contexto carioca.

Nos loteamentos populares e favelas, para além da informalidade que se destaca na apropriação do espaço e no "padrão" construtivo, associa-se a informalidade do trabalho ou da forma de "se virar", de sobreviver, de ganhar dinheiro. Na ausência da "carteira assinada" e da enorme concorrência já existente no setor informal em outras áreas da cidade, os moradores das favelas e loteamentos populares tornam-se, algumas vezes, "empreendedores" na própria localidade: bares, mercadinhos, videolocadoras, lan houses, pensões, sacolões, oficinas (de automóveis, de aparelhos eletrônicos, etc),

barraquinhas (de pipoca, cachorro-quente, churros, etc) surgem nos pequenos espaços que se destinariam ao quintal, à sala de visitas; proliferam os puxadinhos, as barracas nas calçadas… Ainda que assuma especificidades a depender do contexto onde se manifesta, a informalidade deve ser vista como fruto de uma crise estrutural, ampliada pós-década de 80, responsável pela *promoção "da busca informal da sobrevivência como novo meio de vida primário na maioria das cidades do Terceiro Mundo*" DAVIS (2006) – ou para melhor caracterizar a realidade brasileira, em *países em desenvolvimento*. E ainda sobre isto, argumenta o mesmo autor:

> O excedente de mão-de-obra, transformado em "empreendedores" informais, costuma ser espantoso. […] 'Em geral, os pequenos negócios informais são o último recurso de emprego dos moradores mais economicamente vulneráveis da cidade'. Além disso, as empresas informais e as empresas formais guerreiam o tempo todo pelo espaço económico: vendedores ambulantes contra pequenos lojistas, motoristas de vans contra o transporte público e assim sucessivamente.

Foto 1

Vendedor ambulante no Centro do Bairro

Foto 2

Estratégias utilizadas pelos pequenos lojistas para atração de consumidores

Foto 3

Propaganda de serviços realizados em estabelecimento comercial de Vila Paciência

Foto 4:

Interior de uma lan house situada em Vila Paciência

Foto 5:

Fábrica de tijolos situada em Vila Paciência: atende aos moradores locais

Foto 6:

Antiga garagem - hoje, lan house

No contexto urbano, cada vez mais torna-se difícil estabelecer um limite claro entre o formal e o informal, o legal e o ilegal, conforme discorre TELLES (2007):

> É justamente nas fronteiras porosas entre o legal e o ilegal, o formal e informal que transitam, de forma descontínua e intermitente, as figuras modernas do trabalhador urbano, lançando mão das oportunidades legais e ilegais que coexistem e se superpõem nos mercados de trabalho. Oscilando entre empregos mal pagos e atividades ilícitas, entre o desemprego e o pequeno tráfico de rua, negociam a cada situação e em cada contexto os critérios de aceitabilidade moral de suas escolhas e seus comportamentos. É isso propriamente que caracteriza o bazar metropolitano: esse embaralhamento do legal e do ilegal, esse permanente deslocamento de suas fronteiras sob a lógica de uma forma de mobilidade urbana, "mobilidades laterais", de trabalhadores que transitam entre o legal, o informal e o ilícito, sem que por isso cheguem a se engajar em "carreiras delinqüentes".

Esta realidade - experimentada, de uma forma ou de outra, por toda a população carioca - assume uma conotação ainda mais dramática junto aos segmentos menos favorecidos. Todos estes aspectos podem ser facilmente constatados ao analisarmos o dia-a-dia dos moradores de alguns bairros periféricos, marcados pela precária infra-estrutura urbana e de serviços, pela pobreza, pelo desemprego, pela violência, pela ausência de políticas públicas. Este é o caso, por exemplo, de Santa Cruz, situado no extremo oeste da Cidade do Rio de Janeiro, bairro sobre o qual, doravante, pautaremos nossa análise.

Santa Cruz… Um bairro

O bairro de Santa Cruz, embora marcado por um processo de urbanização relativamente recente, sobretudo a partir de meados do século XX, possui uma enorme importância histórica no contexto citadino – e mesmo na História brasileira – em função da posição de centralidade que manteve nos períodos Colonial e Imperial.

Por lá estiveram os jesuítas entre 1589 e 1759, após terem recebido a fazenda como doação da Sra. Marquesa Ferreira, viúva de Capitão-Mor Cristóvão Monteiro, antigo proprietário e que, em 1567, passou a ter a posse das terras como reconhecimento pelos serviços prestados no combate aos franceses que haviam invadido o Rio de Janeiro. Os jesuítas, além de terem anexado novas áreas à original, ainda foram responsáveis pela designação dada ao local: "*Para assinalar a posse pacífica e ordeira das novas terras uma grande cruz de madeira foi alçada pelos Jesuítas. Era a Cruz de Cristo, símbolo maior da Companhia de Jesus elevada na solidão das novas paragens. E o símbolo lenhoso deu nome à imensa planície*: *SANTA CRUZ*." http://www.quarteirao.com.br/historia.html. Foram eles, outrossim, que deixaram um patrimônio inestimável, a exemplo do prédio que funcionava como sede da fazenda (que sofreu, posteriormente, sucessivas alterações) e uma ponte (que também não foi poupada da ação do tempo e do vandalismo, e que só recentemente vem sensibilizando a população local e as autoridades para a seu valor patrimonial).

A partir de 1808 (com a chegada da Família Real Portuguesa) e até o final do Império (1889), a área despertou a atenção da nobreza, que a elegeu para atividades de veraneio e descanso, dadas as amenidades que oferecia. Em função disto, Santa Cruz galgou um grande prestígio no contexto do Rio de Janeiro, recebendo importantes investimentos, dentre os quais podemos destacar: a reforma da sede da antiga fazenda dos jesuítas, onde funcionava o convento - sendo transformada em Palácio Real e, posteriormente, em Palácio Imperial – após a Independência; o Matadouro Imperial (1881)3 que, com suas carnes, abastecia todo o Rio de Janeiro; o Colégio Imperial; a Estrada de Ferro (1878), cujo ramal foi ampliado em 1884 até o matadouro, para escoamento da produção; a primeira agência fixa dos correios, o primeiro telefone fixo no Palácio Imperial, dentre outros.

Após a Proclamação da República, o bairro experimentou um período de estagnação, retomando relativamente seu dinamismo nos anos 1930, já no Governo de Getúlio Vargas. Neste período, várias obras de saneamento foram realizadas visando a valorização das terras, sem falar na criação das colônias agrícolas que, a partir de 1938, foram ocupadas principalmente por japoneses. Estes, aliando a qualidade do solo às suas técnicas, voltaram-se para a produção de hortaliças e leguminosas. Santa Cruz afirmava-se, assim, como área marcadamente rural, importante celeiro da Cidade-Capital.

Somente a partir da década de 1940 – ainda de maneira tímida – e, sobremaneira, após os anos 1960 é que se iniciou o processo de adensamento populacional e perda progressiva de sua característica rural. Vários fatores aliados contribuíram para tal processo (alguns deles já mencionados): a inauguração da Avenida Brasil, em 1946 e sua progressiva expansão até tal bairro; a acentuação do processo migratório no Brasil em direção aos grandes centros urbanos (sobremaneira no eixo Rio-São Paulo); as sucessivas políticas habitacionais, especialmente a política de remoção de favelas e a construção de vários conjuntos habitacionais na área; a criação do Distrito Industrial de Santa Cruz, que congrega empresas de porte, como a Casa da Moeda do Brasil, a GERDAU, a Valesul, a White Martins, a Glasurit, a Latasa e, em processo de construção, o complexo siderúrgico da ThyssenKrupp - Companhia Siderúrgica do Atlântico, dentre outras.

O bairro possui uma área territorial (2003) de 12.504,43 ha , com uma população de 191.836 (é o terceiro mais populoso da Cidade) e total de domicílios de 52.983, segundo dados do Censo/IBGE 2000. A população residente é bastante jovem, em sua maioria (71.119 entre 10 e 29 anos), decrescendo em termos absolutos com o avançar da faixa etária.

As casas constituem o padrão construtivo local (95,20%), sejam aquelas erigidas nos loteamentos populares e/ou favelas via processo de auto-construção, sejam aquelas que se apresentam nos conjuntos habitacionais4. Em termos de abastecimento de água, 94,83% são servidas pela rede geral, mas o esgotamento sanitário ainda é deficiente, já que atende pela rede geral a apenas 45,07 da população. Ainda é bastante comum a existência de fossas sépticas (37,24 %), de fossas rudimentares (4,07 %) e de valas (10,02 %), fatores estes que, com certeza, trazem implicações sérias no que se refere à saúde da população (IBGE, Censo 2000) . A coleta de lixo abrange cerca de 94,26% e a iluminação elétrica chega, segundo a PNAD de 2006, a 100% dos domicílios, mas a alguns deles ainda de forma irregular - os famosos "gatos". Quanto à iluminação de vias públicas, muitas áreas ainda estão às escuras, e em relação à telefonia pública e fixa convencional (residencial), ainda se constata um grande déficit – o que tem sido contornado pela população pelo acesso à telefonia móvel.

O IDH do bairro é o 8º pior da Cidade (0,742)5, situação esta que não se altera muito quando utilizamos o IDS6 (Índice de Desenvolvimento Social) como elemento de análise - passa para a 12ª pior posição, frente aos 164 bairros

---

3 "O Matadouro trouxe um importante desenvolvimento para o comércio local, com a melhora da infra-estrutura, o aparecimento de novas residências e casas de negócios. Com isto, Santa Cruz foi o primeiro bairro do subúrbio a ter iluminação elétrica, graças ao gerador do matadouro. Para alojar as famílias de funcionários vindos de outras localidades foram construídas duas Vilas Operárias, bem próximas para facilitar o acesso às dependências da nova unidade industrial. A história de Santa Cruz tomou um novo rumo com a presença do Matadouro. O progresso que ele trouxe deixou um lastro de desenvolvimento, além das histórias e "causos" que magarefes e moradores antigos ainda podem contar: do estouro de bois à chegada do matruquinho (trem que transportava a carne). A vida continuou em torno desse pólo, mesmo quando veio a decadência." http://www.quarteirao.com.br/matadouro.html
Foi desativado na década de 70 e sua antiga sede foi considerada, em 1984, Património Cultural da Cidade, hoje encontrando-se em fase de restauração, tendo em vista sua refuncionalização e utilização como Centro Cultural.

4 O primeiro conjunto habitacional, Antares, foi construído em 1973 – logo, há mais de 30 anos- , e possui cerca de 3.400 domicílios que abrigam mais de 20.000 habitantes. Já o Cesarão - Conjunto Habitacional Otacílio Câmara -, foi construído em 1979, contando com 7.000 domicílios. Hoje, conta com cerca de 46.000 moradores. Além destes, há outros no bairro, como Guandu (Velho, I e II), João XXIII, Urucânia…) que, igualmente, possuem um contingente populacional significativo. Os moradores destas áreas provêm de diferentes locais da Cidade, principalmente da Zona Norte e Zona Sul. Para muitos deles, a transferência para o conjunto habitacional se colocou de forma compulsória, em função das sucessivas políticas de remoção de favelas ou, quando não, por conta da especulação imobiliária e aprofundamento da situação de pobreza.

5 Para efeitos de comparação, o Rio de Janeiro possuía, no mesmo período (2000) um IDH médio de 0,842 e o bairro que alcançou o 1º lugar no ranking – Gávea – possuía um IDH de 0,970.

analisados. Para isto contribuem, principalmente, a ainda baixa expectativa de vida da população local (65,52 anos), comparada a de outras áreas da Cidade, que ultrapassa os 75 anos, e o índice de renda7. A escolaridade, por sua vez, tem aumentado em termos quantitativos, mais qualitativamente os moradores da área ainda sofrem com a precariedade das escolas e do sistema de ensino público ("ensino pobre para os pobres"), sendo significativo o número de pessoas com menos de 4 anos de estudo (23% dos chefes de família) e extremamente reduzido o contingente de pessoas com mais de 15 anos de escolaridade (2,59% dos chefes de família).

Tratando especificamente da forma de inserção no mercado de trabalho, há de se ressaltar que a informalidade é uma realidade imperativa para um contingente expressivo dos cariocas, mas não para a maioria, conforme demonstra o quadro abaixo:

Tabela 1:

Distribuição da população ocupada, segundo a Posição na Ocupação, para o Município do Rio de Janeiro, no mês de setembro de 2008.

Posição na ocupação	
Empregados COM carteira de trabalho assinada no setor privado	40.7
Empregados SEM carteira de trabalho assinada no setor privado	11.3
Militares ou Funcionários Públicos	10.9
Trabalhadores por conta própria	22.3
Empregador	5.3

FONTE: IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego.

Não fugindo à "*regra*" da Cidade, constatamos entre os nossos entrevistados um número significativo de "empregados com carteira assinada", como costumam dizer, além de funcionários públicos e militares. Há, também, muitos que se dizem "à procura de emprego", sobretudo entre os mais jovens. Devemos destacar, entretanto, o papel assumido pelos aposentados, beneficiários de BPC8 e pensionistas na economia e no contexto das famílias. No caso dos segmentos mais pobres, estas categorias acabam se apresentando como detentoras do único "*rendimento certo*", "*aquele dinheirinho com que se pode contar no começo do mês*".

É importante mencionar, ainda, que entre os trabalhadores pobres do mercado formal, os postos de trabalho costumam se situar no comércio, nos serviços domésticos e na construção civil – em atividades que costumam exigir menores níveis de qualificação. São estas atividades que também congregam um grande número de trabalhadores informais, precarizados, temporários, mal remunerados, o que, qualitativamente, não os diferencia de outros que "*se viram por conta própria*". Além disto, é comum a complementação/composição da renda dos trabalhadores formais com recursos advindos de biscates, de atividades informais - como venda de produtos de beleza, realização de pequenos consertos (em roupas, em eletrodomésticos, etc), produção de doces e salgados, além de outros afazeres - e até de atividades ilegais, não necessariamente comprometidas diretamente com o tráfico de drogas.

Em contrapartida, o setor industrial - que costuma se apresentar como o mais regulamentado - tem se tornado cada vez mais seletivo dadas as exigências que coloca quando da contratação de operários. No caso específico do bairro que se constitui como nosso campo empírico, constatamos um grande paradoxo: as grandes empresas (tanto nacionais, quanto multinacionais) situadas na zona industrial, não incorporam, nem quantitativa, nem qualitativamente, a população local. Segundo depoimentos dos entrevistados:

---

6 Para a composição do IDH foram utilizados 10 indicadores, construídos a partir de variáveis do Censo Demográfico 2000/IBGE, cobrindo quatro grandes dimensões de análise: dimensão acesso a saneamento básico, dimensão qualidade habitacional; dimensão grau de escolaridade; dimensão disponibilidade de renda.
In 2248_ids_2000_metodologia_ra_bairro_favela[1]. Acessado em http://portalgeo.rio.rj.gov.br/indice

7 Em relação ao critério renda, vale ressaltar que, segundo o Censo/IBGE 2000, enquanto o valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes (R$), residentes na Lagoa (o bairro que, segundo este critério, encontrava-se em 1º lugar) era de R$ 5 567,86, em Santa Cruz este não passava de R$ 538,29 - ou seja, menos de 10%.
http://portalgeo.rio.rj.gov.br/indice/flanali.asp?codpal=16&pal=RENDA

8 BPC - Benefício de Prestação Continuada - "É um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e consiste no pagamento de 01 (um) salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos de idade ou mais e a pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho. Em ambos os casos a renda per capita familiar seja inferior a ¼ do salário mínimo. O BPC também encontra amparo legal na Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que institui o Estatuto do Idoso. O benefício é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a quem compete sua gestão, acompanhamento e avaliação. Ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), compete a sua operacionalização. Os recursos para custeio do BPC provêm do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)."
Acessado em http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/beneficio-de-prestacao-continuada-bpc , em 19/11/2008.

-“O que é pior é que o governo e os empresários nada fazem para mudar isso, porque se oferecessem cursos de qualificação e escolas melhores, as pessoas teriam mais chances de conseguir um emprego decente nas fábricas daqui.” (Depoimento de um aluno do Ensino Médio).

- “Fazer o que, né? A gente tem que trabalhar. Tem que se sujeitar a enfrentar ônibus lotado e ir prá Barra trabalhar na casa de madame, ou ficar em pé o dia inteiro no comércio”. Prá trabalhar em fábrica tem que ter curso profissionalizante. (Depoimento de uma entrevistada)

- “Aqui você só vê ônibus das empresas passando prá lá e prá cá, trazendo e levando gente de outros bairros para casa e para o trabalho. Quem mora aqui mesmo não tem vez.”

Santa Cruz - múltiplos matizes e atores

Até então, temos nos referido a Santa Cruz tomando por base, principalmente, dados oriundos de fontes oficiais – a Prefeitura e o IBGE, prioritariamente. Tal posição assumida, ao mesmo tempo em que nos possibilitou a apresentação de um quadro geral, uma visão mais panorâmica do bairro, nos colocou dois problemas fundamentais: o primeiro, diz respeito ao fato de os limites com os quais trabalhamos, até então, terem por base critérios de ordem técnica, burocrático-administrativa. É como se estivéssemos olhando para *uma* área extremamente bem definida, com claras fronteiras. COSTA (2008) aponta a fragilidade de tal análise:

> As próprias noções de “interior” e “exterior” – ao bairro – correm o risco de estar eivadas de pressupostos mal controlados e de lhe “naturalizarem” as fronteiras. Ou mesmo, antes disto, podem fazer aceitar sem exame, como se fosse analiticamente incontroversa, a aplicabilidade da noção de fronteira ao bairro, a pressuposição de que este teria um “limite” identificável com nitidez – e gesto de objectivação por excelência - desenhável no mapa.

O segundo problema é que, ao ser assim apresentado, “o bairro” acaba assumindo um cariz de homogeneidade em termos funcionais, relacionais, culturais que, objetivamente, pode não ter para aqueles que nele residem:

> “Mais que uma realidade objetiva, definida por decretos ou leis, ou mesmo pela presença ou ausência de determinados equipamentos e serviços, o bairro parece ser, para cada um desses moradores, uma realidade subjetiva/intersubjetiva, a exemplo do que nos sugere Souza (1989), e estas duas dimensões se interpenetram e se condicionam uma à outra, ao longo do processo histórico. Neste sentido, a existência do bairro, para além de limites precisos, pressupõe identidade, ou seja, a capacidade de cada morador ‘entrar no bairro e diferenciá-lo dos demais’”. (MAIA, 2008)

Neste sentido, partimos do pressuposto de que ainda que a configuração do bairro como unidade político-administrativa tenha sido ancorada, num dado momento e contexto, em elementos de cunho sócio-culturais e/ou identitários que acabaram por definir suas fronteiras, estes limites podem estar, hoje, em contradição e/ou desacordo com as representações e sentidos atribuídos pelos moradores ao espaço vivido. TUAN (1983) nos possibilita a compreensão desta questão:

> O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e dotamos de valor. […] As idéias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensarmos no espaço como algo que permite o movimento, então o lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar.

Isto nos permite concluir que não há como tomarmos os parâmetros técnico-burocráticos para a discussão acerca do bairro, sem que consideremos as práticas identitárias, que para os moradores estão, em grande medida, relacionadas ao contexto da vizinhança, ao conjunto onde moram, ao *seu* loteamento ou favela - unidades geográficas menores que acabam sendo por eles definidas enquanto o “*nosso* bairro”, ainda que isto nem sempre implique numa identificação positiva ou em sensação de segurança e estabilidade, conforme apontado por TUAN (e isto discutiremos mais adiante). Não devemos, entretanto, desconsiderar que a própria complexidade do mundo urbano é imperativa neste sentido, o que já fora apontado por TEIXEIRA e MACHADO (1986):

> O reconhecimento de um determinado bairro e seus limites é fruto de um sentimento da população, de sua percepção. Essa percepção sofre alteração ao longo do tempo. Conforme os bairros vão evoluindo, vão se expandindo em espaço e população, tornando-se mais complexos, tendendo a uma subdivisão através do surgimento de sub-unidades ou sub-bairros. Ao longo desse processo, a percepção do morador passa por estágios de indefinição quanto ao novo bairro e seus limites, enquanto os novos bairros vão se afirmando em seus limites ao longo do tempo.

Pensando sob esta perspectiva, veríamos que em razão de Santa Cruz deixar de ser aquele vilarejo e passar, a partir da segunda metade do Séc. XX, por um processo de complexificação, urbanização e adensamento populacional, era de se esperar que viesse a se tornar este “mosaico” que, aos olhos dos moradores, parece ser hoje. “O bairro” é transformado num *patchwork*, com “*territorialidades recolocadas e móveis, cujas fronteiras fluidas geram espaços de negociação que visam reverter os limites estreitos da ordenação racional dominante da cidade: um modo de negociar a modernidade excludente, pauperizadora e violenta com a qual, em princípio, essa população tem pouco a ganhar.*” (PAOLI e ALMEIDA, 1996)

Isso, para os mais antigos e que se auto-intitulam “*legítimos santacruzenses*”, “*nascidos e criados no local*”, traz implicações diretas na descaracterização do *lugar*. Neste sentido, reportam-se à tranquilidade de outrora, em comparação ao caos de hoje; à associação da área ao binômio pobreza-violência, geralmente feita por aqueles que residem nos bairros mais nobres; à perda progressiva do espaço da rua enquanto locus de sociabilidade; à redução das relações interpessoais; à desvalorização do patrimônio histórico-cultural, etc.

Tentando superar estas duas ordens de problemas, procuraremos analisar o bairro segundo as relações estabelecidas entre determinados grupos populacionais/ segmentos sociais *num* e *com* determinado espaço, pautando-nos nas suas práticas cotidianas e nas utilizações que fazem dos recursos nele existentes, tendo em vista uma dimensão utilitária e/ou simbólico-afetiva.

Para tanto, consideramos fundamental a superação da noção de fronteira enquanto algo rígido, intransponível e, para tanto, entendemos como adequadas as reflexões de FARINA (2008) que, inspirando-se em Rapoport (1994), afirma:

> As fronteiras são seletivamente permeáveis: algumas pessoas são admitidas ou excluídas, assim como vários domínios e estruturas podem penetrar profundamente e outras muito superficialmente. O conceito de fronteira remete para o conceito de espaço de mediação, porque é nesta categoria de espaço que se estabelece o grau de intimidade na interacção face-a-face, e que se define um código de comportamento aceite por todos.

As fronteiras, destarte, não podem ser compreendidas como elementos de caráter exclusivamente "material" - como barreiras, limites físicos ou cartográficos que separam, objetivamente, áreas distintas. Devem, sim, ser pensadas também enquanto construtos simbólicos, que tanto podem contribuir para a transformação de um espaço indiferenciado em lugar – como já apontado anteriormente – como para a constituição de territórios. HAESBAERT (1998) elucida melhor tal questão:

O território, no nosso ponto de vista, não é apenas um espaço dominado; apropriado, no sentido político-econômico do termo, como muitos enfatizam. LEFEBVRE (1986) já propunha uma distinção entre dominação, num sentido econômico-político, e apropriação, num sentido simbólico-cultural. Preferimos ver o território com esta dupla face, ou seja, como "o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político do espaço e sua apropriação simbólica", reconhecendo que " a dominação tende a originar territórios puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ter lugar".

Estas reflexões são, para nós, de extrema importância, tendo em vista o fato de que, no bairro estudado, a forma como o espaço foi historicamente "produzido" e apropriado pelos moradores política e economicamente9 não é, por si só, capaz de "explicar" as distintas apropriações simbólico-culturais lá evidenciadas, tampouco de nos permitir analisar com clareza as hierarquias e as práticas estigmatizantes/ discriminatórias tanto entre os moradores de áreas distintas do próprio bairro, quanto aquelas evidenciadas entre a população de Santa Cruz e a de outros bairros da Cidade do Rio de Janeiro. Como nos diria BALSA (2006) "*vistos de fora, os 'bairros' parecem, portanto, relativamente homogêneos. Vistos de dentro, na perspectiva das posições e disposições das pessoas que nele vivem, os bairros afiguram-se, sob vários aspectos, diferenciados.*"

Num trabalho anterior (MAIA, 2008), exemplificamos melhor tal processo, demonstrando que, olhados sob indicadores sócio-econômicos (como níveis de renda, escolaridade, por exemplo), não existe, de fato, uma diferenciação significativa entre os moradores do *bairro* (aqui entendido segundo critérios político-administrativos). Contudo, "*gradações*" e "*hierarquias*" (ELIAS e SCOTSON, 2000) parecem definidas a partir do tempo de residência, da identidade com o lugar (inclusive com aquele deixado para trás, como é o caso dos moradores que chegaram ao bairro para ocupar os conjuntos habitacionais, vítimas da política de remoção de favelas). No caso específico dos ex- favelados (hoje, moradores dos conjuntos) e dos favelados locais, "*a favela, aos olhos dos segmentos mais abastados (e mesmo entre o pobre que nunca passou pela experiência de "ser favelado") acaba transformada em "modo de vida" e, assim, tornada passível de incorporação pelos sujeitos sociais - "uma vez favelados, sempre favelados"-, deixando claro que há um sem número de elementos simbólicos agindo nesta qualificação" (MAIA, 2008).*

Durante nossas entrevistas, foi frequente ouvirmos declarações, por parte dos moradores mais antigos do bairro (os "nascidos e criados"), do tipo:

- *"O bairro ficou um caos depois que estes favelados chegaram aqui!";*
- *"Aqui não tinha tanta violência... podíamos andar na rua com tranquilidade, conversar até tarde no portão. O carnaval era uma beleza: Todo mundo brincava sossegado. Hoje, você não sabe quem está por trás das máscaras dos clóvis10"*
- *Depois que construíram as casinhas* (referência aos conjuntos habitacionais*) nossa paz acabou. Aumentaram os assaltos, a violência, os problemas. Veio um monte de gente prá cá, de toda parte da Cidade, sabe-se lá de onde... É um problema.*

Ainda que alguns dos conjuntos existentes na área tenham 20, 30 anos, o implica que já exista uma nova geração de moradores que nunca chegou a passar pela experiência de *favelado*, a origem dos primeiros habitantes e o fato da favela ser encarada como modo de vida, sendo passível de incorporação e reprodução, contribuem para que a pecha não se extingua ou tenha seu tom atenuado com o tempo. Muitas casas, inclusive, em nada lembram os antigos embriões (sala, quarto, cozinha e

---

9 Para exemplificar, poderíamos mencionar as distintas circunstâncias e momentos em que se deu tal ocupação, fomentando a criação, no bairro, de vários sub-bairros, loteamentos populares, conjuntos, favelas.

10 Clóvis, ou "bate-bola", é o nome de uma fantasia carnavalesca característica dos subúrbios cariocas, principalmente os das Zonas Norte e Oeste. Supõe-se que o nome tenha derivado de "clown" (palhaço). Nos primórdios, a fantasia de clóvis se assemelhava muito com a roupa dos palhaços, mas usavam máscaras aterrorizantes. Batendo suas bexigas de boi, bastante fedorentas, os bate-bolas eram o terror da criançada. Com o tempo, a indumentária foi incorporando novas características e, atualmente, os grupos de clóvis podem ser classificadas em diversos tipos, tais como "bola e sombrinha", "leque e sombrinha", "bicho e leque" entre outros. http://pt.wikipedia.org/wiki/Cl%C3%B3vis_(carnaval)

banheiro), tendo passado por ampliações (para os lados, frente e trás - os famosos “puxadinhos” -, ou para cima, passando a contar com três ou quatro andares), de modo a atenderem às demandas postas pelo crescimento das famílias - casamentos dos filhos, chegada dos netos. Esta ampliação da casa também é encarada pelos segmentos mais pobres como forma de otimização dos recursos – já que, com isto, evita-se o custo que se teria com a compra de terreno para a construção de uma nova unidade residencial –, além de ser uma boa alternativa de manutenção de uma solidariedade familiar indispensável quando o assunto é o cuidado com os idosos e as crianças, num contexto onde a realidade se apresenta desfavorável ou insuficiente no que concerne às redes de proteção social mantidas por Instituições públicas ou pelo Terceiro Setor.

Voltando ao estigma que envolve estes conjuntos, poderíamos dizer que para tanto também colabora o fato de que, em termos infra-estruturais, serem eles bastante precários, desprovidos de serviços básicos, sem falar no fato de que, na década de 70, passaram a ser disputados/apropriados por facções criminosas, levando à afirmação de uma imagem negativa em relação ao espaço e a seus moradores, indistintamente.

Foto 7:

Conjunto Habitacional Guandu I - Sta. Cruz

Foto 8:

Auto-construção - comum nos bairros populares

http://www.curitiba.pr.gov.br/Multimidias/Capa/00023855.jpg

Foto 9:

Favela - Vila Paciência, em Santa Cruz

Foto 10:

Conjunto Guandu, em Santa Cruz

Transformada em modo de vida, a experiência da favela torna seus moradores marcados por um sem número de estereótipos, alvos de discriminação: a) na relação que estabelecem com a população dos "loteamentos" ou "bairros comuns"; b) no âmbito das políticas públicas (que, em geral, não chegam a estas áreas ou, quando chegam, são envoltas em precariedade e num descaso e preconceito por parte dos profissionais, que de tudo fazem para transformar esta experiência em passageira, pedindo transferência logo que esta seja possível - como acontece com muita frequência entre os professores e profissionais de saúde); c) no âmbito do mercado de trabalho, o que leva muitos moradores destas áreas, durante a busca por emprego, a não assumirem o conjunto habitacional ou a favela como locais de moradia :

> - "Se você quer conseguir um emprego, não diga que mora em conjunto ou favela… As pessoas logo arrumam uma desculpa para não te contratar." - "É incrível como as pessoas desconfiam de você, só porque mora em conjunto… Será que somos todos bandidos?" (Depoimento de um moradores de conjunto habitacional).

WACQUANT, ao referir-se às *cités* da periferia urbana francesa, demonstra o peso de sua imagem negativa e associação "com a incidência desenfreada de delinquência, de imigração e de falta de segurança", e o fato de seus moradores estarem confinados a um espaço estigmatizado. A exemplo do que ocorre no nosso campo de investigação, "*o estigma territorial afeta não só a interação com os empregadores mas também com a polícia, a justiça, a burocracia do bem-estar social, as quais são capazes de modificar o comportamento e os procedimentos quando lidam com um residente de uma cité deteriorada*". WACQUANT (2005) Além disto, ainda segundo o mesmo autor, a "*estigmatização territorial origina entre os moradores estratégias sociófobas de evasão e distanciamento mútuos e exacerba processos de diferenciação interna, que conspiram em diminuir a confiança interpessoal e em minar o senso de coletividade necessário ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva*."

A questão da confiança11 traz implicações na construção da identidade de indivíduos e grupos sociais. BAJOIT (2006) já afirmara que "*quer se goste ou não, o nosso tempo não é muito propício à confiança […] A mudança (…) em curso torna o mundo menos previsível para todos. No entanto, se todos somos afectados por essa imprevisibilidade, nem todos sofremos em igual medida as suas consequências: o mundo não é igualmente malévolo para todos*". Para aqueles que vivenciam, como vimos demonstrando, não só situações de abandono por parte do Estado - materializado na ausência ou ineficácia das políticas públicas destinadas à área -, dificuldades de acesso ao mercado de trabalho (cada vez mais competitivo e seletivo), além de constrangimentos e toda sorte de violência (real ou simbólica) originada das instituições, do mercado, dos meios midiáticos, dos traficantes e milicianos, e mesmo daqueles que, ainda que em situação de pobreza, consideram-se hierarquicamente superior, é difícil – para não dizer impossível - assumir uma posição de confiança.

Segundo BAJOIT (2006), tudo isso ocorre porque os cinco grandes domínios da vida coletiva (a qualidade de vida - que implica no trabalho, no consumo, na saúde; a segurança, a ordem pública e a cidadania; a equidade; a auto-realização individual; o pluralismo e a tolerância) "*parecem marcados por contradições entre, por um lado, os princípios de sentido e as expectativas culturais impostas aos nossos concidadãos e, por outro, as condições sociais de realização dessas expectativas.*" Os jovens, talvez pela própria inquietude que marca a condição juvenil, sem falar no fato de também serem eles os mais bombardeados com os apelos ao consumo, com as cobranças em relação à qualificação para o ingresso no mercado de trabalho e ao posicionamento político, além, é claro, do preparo para a assunção de responsabilidades, são aqueles capazes de demonstrar maior inconformismo ou indignação frente a tais contradições:

---

11 "A confiança é um sentimento que remete o indivíduo simultaneamente para si mesmo (confiança em si) e para o mundo que o rodeia (confiança no ambiente social e técnico, natural e sobrenatural). Os dois estão ligados […] Pode-se dizer que esse sentimento de comodidade e de bem-estar a que se chama 'confiança' é, antes de mais, o resultado de uma previsibilidade julgada suficiente por parte do indivíduo, da relação entre si e o mundo: para ter confiança, tenho de me acreditar capaz de prever como os outros, a natureza e os 'deuses' se comportarão para comigo. Tenho de saber com o que contar, saber como me comportar perante eles, de modo a que se comportem comigo de acordo com as minhas expectativas. Tenho, por isso, na vida social, de conhecer os códigos, adivinhar reacções dos outros, para evitar conflitos, para escapar à sua influência e exercer a minha, antecipar as suas expectativas." (BAJOIT, 2006)

- “Que escola é esta? A gente sabe que vem aqui só pra matar o tempo… Dificilmente um aluno daqui vai chegar na faculdade… Quase todo mundo que termina o ensino médio sabe mesmo é que, no máximo, vai conseguir ser caixa de supermercado… É muito legal vocês falarem da importância da gente valorizar o bairro onde a gente mora… Para quem é de fora, isto tudo é muito bonito… Mas pra gente que tem que conviver com esta pobreza toda, com um lugar que não tem nada… ah, é muito complicado. O que tem aqui para valorizar? Só se for buraco nas ruas e violência!” (Depoimento de um aluno do Ensino Médio de uma escola pública do bairro)

- “Aqui a gente não tem nada de lazer… Nem na rua a gente pode ficar, pois todo mundo tem medo. Se bem que melhorou, depois que a milícia expulsou os traficantes. Mas a gente tem que fazer tudo o que eles mandam, se não eles castigam. O conjunto é uma prisão… Não dá pra ir muito em outros lugares. Em alguns a gente não vai porque só tem bandido e em outros a gente também não pode ir porque as pessoas olham de lado porque que a gente é de conjunto… (Depoimento de uma adolescente participante de uma oficina coordenada por estudantes de Serviço Social da UFRJ).

- “O bairro aparece nos jornais e na televisão quando tem algum crime ou alguma doença… Agora a televisão só vive falando de Santa Cruz por causa da dengue e do problema que teve lá no Pedro II (hospital público que teve a UTI infantil fechada por suspeita de contaminação, após vários bebês terem morrido). Já viu alguma notícia sobre alguma coisa boa que tem aqui? (Depoimento de uma adolescente participante de uma oficina coordenada por estudantes de Serviço Social da UFRJ).

Uma questão que nos chamou à atenção foi o fato de que, em função da discriminação que sofrem, dos constantes processos de “desafiliação” a que são submetidos, os moradores, de uma maneira geral, e os jovens, em especial, passam a desconfiar da própria condição (o que ficou claramente expresso na indagação que transcrevemos em momento anterior, feita por um morador: -“Será que somos todos bandidos?”) ou tendem a afirmar *sua* posição, pela distinção em relação a *um* outro que também lhe é próximo (e que, em geral, lhe parece possuidor de atributos inferiores): - “*Sou pobre, mas sou honesto*”; - “*Você está parecendo uma favelada*”. Posicionamentos como estes podem decorrer de e/ou engendrar tensões identitárias que, segundo BAJOIT, traduzem-se “*na forma como os indivíduos constróem os vínculos sociais entre si”: “No conjunto, talvez possamos também dizer que os vínculos sociais se tornaram mais* ***distantes****: entendo, por isto, que a desconfiança terá como consequência uma implicação menos profunda nas permutas com os outros, uma maior reserva, um medo de abandono de si nas mãos do outro, uma relativa indiferença perante o outro (um respeito das diferenças, mas na indiferença!)”* (BAJOIT, 2006*).*

Ainda em relação às tensões identitárias, consideramos pertinentes as reflexões de DIOGO (2007) sobre as estratégias utilizadas pelos indivíduos como respostas às mesmas:

a) *de* **distanciamento**, que se definiriam “*como um conjunto de formas a partir das quais os indivíduos se distanciam do sistema de valores que os estigmatiza, resistindo à interiorização da identidade negativa por forma a evitar a transformação da identidade para os outros na identidade para si*”, o que poderíamos exemplificar a partir das oposições que costumam estabelecer entre trabalhadores X bandidos, favelados X não favelados; empregados X biscateiros. Há, ao nosso ver, uma conotação valorativa, onde “eu”, a minha família, o meu grupo, a minha comunidade são, não só diferentes, mas melhores que as dos outros;

b) *de* **orgulho**, que se baseiam *“ na revalorização da identidade social sem por em causa as regras do jogo, isto é, procurando um acréscimo do estatuto social em relação aos outros (passando necessariamente pelo emprego)* [e, no caso dos nossos entrevistados, também pelo estudo, pelo acesso aos bens de consumo, por ter uma família estruturada e que confere apoio, etc] *por forma a valorizar a maneira como os outros o vêem, portanto, a identidade em relação aos outros*”:

c) *de defesa*, estratégias utilizadas “*quando a identidade para os outros negativa está interiorizada e traduzem-se em formas diversas de minorar os efeitos do sofrimento no indivíduo*”. Seriam, por assim dizer, “*estratégias de racionalização desculpabilizante*”, onde o ônus pela situação é atribuído aos outros (indivíduos, instituições, forças abstratas, Deus) ou onde se procura elementos de distinção em relação àqueles que se encontram em pior situação que a sua. Neste sentido, é comum, por exemplo, ouvirmos máximas do tipo - “*Sou pobre mas, felizmente, tenho um trabalho. Ganho pouco, mas pelo menos não passo fome como muitos aí”: ou ainda “Isso tudo é desígnio de Deus. Tenho que me conformar*”.

A associação direta, mais e mais reforçada pela mídia, entre pobreza-favela/conjunto habitacional-criminalidade ganha força por conta da expansão do crime organizado, que nestas áreas mais empobrecidas e periféricas encontrou condições favoráveis para o desenvolvimento de suas atividades, aproveitando as lacunas deixadas pelo Poder Público no que se refere ao investimento em políticas sociais. A ação dos governantes só é percebida pelos moradores através de práticas repressivas, que reforçam ainda mais os estereótipos já mencionados: “*Todo mundo é tratado como bandido… eles já entram atirando!*”, disse-nos um morador, sem muita clareza de que, mesmo se este fosse o caso, a postura da polícia não deveria ser esta.

Violência - fenômeno que é parte constituinte dos discursos e das práticas desses moradores, de maneira particular, mas que tem assumido proporções indescritíveis no contexto citadino. Sua característica é contribuir enormemente não só para a dilaceração das relações interpessoais/sociais, como para o crescimento do medo e da insegurança. Neste contexto, as interações entre as *pessoas* “*energizam-se, potencializam-se e se comunicam pelo circuito da violência*” que, desta forma, é tornada uma linguagem corrente (SILVA, 1996), uma marca do cotidiano.

VELHO (1996) sustenta que o crescimento da violência no meio urbano não pode ser compreendido como decorrência exclusiva da desigualdade social. Para o autor, ela [a violência] é acompanhada de um “*esvaziamento de conteúdos culturais, particularmente éticos, no sistema de relações sociais” ,* bem como da exacerbação do individualismo,

que "foi assumindo formas mais agonísticas e da impessoalidade [que] *foi, gradativamente, ocupando espaços antes caracterizados por contatos face-to-face*". Nesta mesma direção, CASTEL (1998) indica que a violência expressa um rompimento do contrato social, bem como dos laços de solidariedade, produzindo processos de "*desafiliação*" e ruptura nas relações entre o eu e o outro, afetando, assim, a alteridade. Segundo TAVARES DOS SANTOS (2002),

> tais rupturas verificam-se nas instituições socializadoras- como nas famílias, nas escolas, nas fábricas, nas religiões - e no sistema de justiça penal (polícias, academias de polícia, tribunais, manicômios judiciários, instituições da justiça penal e prisões), pois todas vivem um processo de ineficácia do controle social e passam a uma fase de desinstitucionalização ou de recorrente crise.

Tanto ou em maior proporção que a violência, tem crescido o medo entre os citadinos, parecendo assumir um caráter ubíquo e sendo capaz de vazar de todos os lugares. É um medo que se manifesta na relação com o outro; que se sustenta a partir dos fatos apresentados pelos veículos de comunicação; um medo que precisa, a todo custo, ser evitado. Para tanto, vale qualquer coisa: a auto-proteção, o armamento, o apego aos deuses, o recurso, até mesmo, àquilo/aquele que pode gerar/provocar medo (como é o caso, entre os moradores de algumas áreas investigadas, da "confiança" que depositam nos milicianos, vistos como capazes de garantir a ordem, afastar os malfeitores, ainda que, paradoxalmente, estes se imponham, também pelo medo, pela utilização de meios nada convencionais e violentos). Sobre os medos contemporâneos, assim nos fala BAUMAN:

> Tendo assolado o mundo dos humanos, o medo se torna capaz de se impulsionar e se intensificar por si mesmo. Adquire um ímpeto e uma lógica de desenvolvimento próprios, precisando de poucos cuidados e quase nenhum estímulo adicional para se difundir e crescer – irrefreavelmente. […] O medo nos estimula assumir uma ação defensiva, e isso confere proximidade, tangibilidade e credibilidade às ameaças, genuínas ou supostas, de que ele presumivelmente emana. É nossa reação à ansiedade que reclassifica a premonição sombria como realidade cotidiana, dando ao espectro um corpo de carne e osso. O medo se enraíza em nossos motivos e propósitos, se estabelece em nossas ações e satura nossas rotinas diárias. Se dificilmente precisa de qualquer outro estímulo externo é porque as ações que incita dia após dia fornecem toda a motivação, toda a justificativa e toda a energia exigidas para mantê-lo vivo, expandindo-se e florescendo. Entre os mecanismos que afirmam seguir o sonho do moto-perpétuo, a auto-reprodução do enredo do medo e da ações por ele inspiradas parecem ter um lugar de honra…

Constatamos, também em relação ao binômio violência-medo, que existe uma tendência à sua apreensão através das imagens que o representam, levando, de certo modo, a uma autonomização destas imagens. A crescente *espetacularização* e, em certa medida, *mistificação* (DEBORD, 1997) da violência nos grandes centros urbanos têm contribuído para isto, o que verificamos em nossos encontros com jovens, crianças e adolescentes. Os cenários, enredos e os personagens (reais ou fictícios) que tinham espaço nos diferentes veículos - telejornais, novelas, seriados, filmes, programas sensacionalistas, jornais, etc) – tornavam-se assuntos recorrentes, a exemplo do ocorrido a partir do lançamento do filme "Tropa de Elite"12, em 2007. Tal filme obteve recorde de bilheteria e mexeu com o imaginário e os valores de grande parte da população carioca, tendo em vista as formas polêmicas como apresentava a formação e a atuação dos policiais do BOPE (Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro), a corrupção presente na instituição policial, o tráfico, a pobreza. Diante do espetáculo que se apresentava, os adolescentes ficavam extasiados, excitados: tinham na ponta da lingua o tema musical do filme e afirmavam que gostariam de entrar para o BOPE. E o que é pior: não questionavam o fato de que os alvos daqueles policiais não eram somente os traficantes, mas toda a população pobre que porventura viesse a estar à sua frente numa de suas operações, não raras vezes permeadas por práticas extremamente truculentas.

Muitas e complexas foram as questões apresentadas neste artigo. Pela sua própria dimensão, temos clareza da impossibilidade de tomá-las como conclusivas, esgotadas. Até porque, pensado em sua dinamicidade, existe vida no bairro e esta vida pulsa em cada ato, em cada fato, no cotidiano de seus múltiplos atores, nas suas manifestações culturais (no carnaval, no funk, no papo de bar), nas suas estratégias de enfrentamento e também no seu cansaço, na sua acomodoção. E quão matizada é esta realidade! Nela interagem, confundem-se, evitam-se, embatem-se as mais variadas *categorias sociais* que vão sendo definidas neste jogo infindo e, muitas vezes, infundado. Um jogo de regras bastante duras, mas nem sempre claras… Jogo disputado num campo onde as fronteiras não têm equivalência cartográfica, mas são colocadas e recolocadas a partir mecanismos de poder e de significação e, por esta razão, tornam-se tênues, imprecisas - embora sejam capazes de fragmentar, opor, dividir. Onde a mobilidade dos sujeitos sofre constrangimentos e onde o acesso aos direitos não se configura como regra, como ato cidadão. Onde hierarquias surgem e discriminam (e até incriminam), tornando todos ainda mais vulneráveis. Realidade onde, paradoxalmente, solidariedade e apartação podem conviver e onde o lema, da maioria, é sobreviver… Apesar dos pesares, estes moradores seguem escrevendo, linha por linha, a sua História.

Referências Bibliográficas

BAJOIT, Guy. (2006). O papel da confiança na formação da identidade e do vínculo social. In BALSA, Casimiro (Org.). *Confiança e laço social*. Lisboa: Edições Colibri/CEOS.

12 Sinopse: "O dia-a-dia do grupo de policiais e de um capitão do BOPE, que quer deixar a corporação e tenta encontrar um substituto para seu posto. Paralelamente dois amigos de infância se tornam policiais e se destacam pela honestidade e honra ao realizar suas funções, se indignando com a corrupção existente no batalhão em que atuam." http://www.adorocinema.com/filmes/tropa-de-elite/tropa-de-elite.asp#Sinopse

BALSA, Casimiro. (2006) Espaço e exclusão, espaços de exclusão. In BALSA, Casimiro (org). Relações sociais e espaço- homenagem a Jean Remy. Lisboa, Edicões Colibri/CEOS.
BAUMAN, Zygmunt. (2008). *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Zahar.
CAVALLIERI, Fernando; Vial, Adriana; Lopes, Gustavo; Abreu, Mauricio A. (2007). *Diferenciais intra-urbanos no Rio de Janeiro: contribuição ao cumprimento da Meta 11 do Milênio*. Rio de Janeiro: Armazém de Dados, IPP.
COSTA, António Firmino da. (2008). *Sociedade de Bairro - Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*. Lisboa: Celta.
DAVIS, Mike. (2006) *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo.
DÉBORD, Guy. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
DIOGO, Fernando. (2007). *Pobreza, trabalho e identidade*. Lisboa: Celta.
ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. (2000) *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
FARINA, Monica. (2008). Espaços, marcas e símbolos num bairro de habitação social em Lisboa. In CORDEIRO, Graça Índias & VIDAL, Fréderic (orgs.). *A rua - espaço, tempo e sociabilidade*. Lisboa, Livros Horizonte. (pp. 113-128).
HAESBAERT, Rogério. (1998). A noção de rede regional: reflexões a partir da migração "gaúcha" no Brasil. *Revista Território LAGET/UFRJ*. Ano III (4) , (pp. 55-71).
MAIA, Rosemere. (2008) "Lá onde o vento faz a curva…" História, cultura e cotidiano de uma área periférica da Cidade do Rio de Janeiro. In GOMES, Mª de Fátima C. M., FERNANDES, Lenise Lima & MAIA, Rosemere S. (orgs). *Interlocuções urbanas: cenários, enredos e atores*. Rio de Janeiro: Ed. Arco-Íris. (pp. 123-137)
PERALVA, Angelina. (2004). Ségrégation de proximité: le cas de Rio de Janeiro. *Cosmopolitiques - Cahiers théoriques pour l'écologie politique*. 7. (pp. 49-57)
PONTES, Fernanda & Schmidt, Selma. (2001). A invasão silenciosa das favelas- Censo do IBGE revela que surgiu uma ocupação por mês na última década. Rio de Janeiro, *Jornal "O Globo"*, 28/01/2001.
SILVA, Hélio R. S. (1996). O menino, o medo e o professor de Saarbrucken. In.VELHO, G. & ALVITO, M. (org). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ:FGV. (pp. 25-47)
TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. (2002). Microfísica da violência, uma questão social mundial. *Revista Ciência e Cultura*. 54(1). (pp.22-4)
TEIXEIRA, Marlene P. V. & MACHADO, Rosa Maria. (1986). Conceito de bairro - unidade popular ou técnica. *Anuário do Instituto de Geociências*. (pp. 66-71)
TELLES, Vera da Silva & HIRATA, Daniel. (2007). Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. *Anais do 31º Encontro Anual da ANPOCS*. www.anpocs.org.br (consultado na internet em 20 de novembro de 2008).
TUAN, Yi-Fu. (1983). Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo, DIFEL.
VALLADARES, Lícia. (1983). Estudos recentes sobre a habitação no Brasil: resenha da literatura. In: VALLADARES, Lícia Prado (org.). *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
VELHO, Gilberto. (1996). Violência, reciprocidade e desigualdade- uma perspectiva antropológica. In VELHO & ALVITO, M. *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro, UFRJ:FGV. p. 10-24.
WACQUANT, Löic. (2001) *Os condenados da Cidade*. Rio de Janeiro, Revan:Fase.
Sites Consultados:
http://portalgeo.rio.rj.gov.br
http://pt.wikipedia.org/wiki/Cl%C3%B3vis_(carnaval)
http://www.adorocinema.com/filmes/tropa-de-elite/tropa-de-elite.asp#Sinopse
http://www.curitiba.pr.gov.br/Multimidias/Capa/00023855.jpg
http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/beneficio-de-prestacao-continuada-bpc
http://www.quarteirao.com.br

Comparando estruturas sociais em duas metrópoles brasileiras

Celi Scalon
Universidade Federal do Rio de Janeiro
cscalon@cfch.ufrj.br

Eduardo Marques
Universidade de São Paulo
ecmarq@uol.com.br

Resumo: Este artigo apresenta resultados de pesquisa comparativa sobre as estruturas sócio-espaciais no Rio de Janeiro e em São Paulo realizada em período recente. Utilizamos dados do Censo Demográfico de 2000 por áreas de ponderação para construir a classificação Erikson, Goldthorpe e Portocarrero (EGP) e o Índice internacional de status sócio-econômico (ISEI), ambos utilizados amplamente em estudos de estratificação social. Essas informações são então submetidas a análises de agrupamento para as duas cidades, permitindo a

análise comparativa da presença de grupos sociais nas duas cidades. Em seguida, lançando mão de técnicas estatísticas espaciais, avaliamos os padrões de distribuição espacial das classes e a presença de segregação social nos dois espaços metropolitanos estudados. Os resultados sugerem a presença de grande similaridade entre as estruturas sociais nas duas cidades, marcadas também de forma similar por padrões muito intensos de segregação social no nível da metrópole.

Introdução

O presente trabalho apresenta resultados recentes de pesquisa sobre a distribuição da estrutura social nas metrópoles carioca e paulistana de forma comparada. O trabalho utiliza metodologias específicas dos estudos de estratificação social as classes EGP e o Índice internacional de status sócio-econômico ocupacional (ISEI) - calculados por Scalon (2006) - para caracterizar a estrutura sócio-ocupacional nas duas cidades em 2000, partindo de dados do Censo Demográfico. As informações utilizadas dizem respeito às áreas de ponderação do Censo, unidade de maior desagregação para a qual são publicados os dados da amostra. A partir delas, comparamos as estruturas existentes, assim como, por meio da utilização dos Sistemas de Informações Geográficas, espacializamos as categorias, investigando as duas conformações metropolitanas e as estruturas de segregação presentes nos dois casos. Os resultados confirmam os resultados de trabalhos anteriores para o início da década de 1990, mas acrescentam novas informações a respeito das estruturas metropolitanas em tela.

O artigo está organizado em 3 partes, além desta introdução e da conclusão. Inicialmente recuperamos rapidamente o tratamento dado ao tema na literatura nacional desde os anos 1970. Em seguida, apresentamos a metodologia utilizada, para na terceira parte analisar comparativamente as duas estruturas. A quarta e última seção espacializa as informações e compara os padrões de segregação. Retomamos os principais achados ao final, à guisa de conclusão.

A. Debate da literatura sobre forma urbana, estrutura social no espaço

A discussão sobre a distribuição espacial da estrutura social em cidades brasileiras é já bastante antiga e consolidada, remontando ao início da sociologia e dos estudos urbanos no Brasil nos anos 1970. Na verdade, essas preocupações já estavam presentes nas críticas à teoria da marginalidade que acabariam por desembocar em nossos primeiros estudos urbanos, dada a centralidade do mercado de trabalho (ou das classes) nos debates (Maricato, 1977 e Camargo, 1976), e persistiu quando o principal elemento integrador dos debates era a categoria periferia.1

Embora o registro das discussões neste momento fosse ensaístico, e principalmente ancorado teoricamente no marxismo, já se faziam presentes fortes premissas com relação à distribuição dos grupos sociais em nossos espaços metropolitanos. Neste registro, a estruturação social em nossas cidades foi tratada tanto de maneira indireta, e associada à maneira como se pensava a produção do espaço (Bonduki e Rolnik, 1981), como de forma mais explícita, derivando conformações urbanas de interpretações sociológicas macro sobre o funcionamento de nossas cidades (Santos e Bronstein, 1978). De uma maneira geral, as análises descreviam nossas grandes cidades como caracterizadas por formas relativamente radiais e concêntricas de características positivas decrescentes do centro para as periferias. Nessas últimas consistiriam de vastas extensões territoriais relativamente homogêneas (na pobreza e na precariedade), onde residiriam os responsáveis por fazer girar a "maquinaria econômica" (Kowarick, 1979) submetidos a condições muito precárias de vida, em habitações autoconstruídas em áreas irregulares ou ilegais e desconsideradas pela ação do Estado.

Outros trabalhos também trataram da questão naquele momento, mas em um registro mais empiricamente embasado e focado centralmente na questão da distribuição dos grupos sociais na cidade. Nessa tradição temos tanto estudos de cunho mais aplicado, orientados para o apoio a políticas públicas (Brasileiro, 1976 e Taschner, 1976), como com objetivos mais analíticos, como Vetter (1981), que se dedicou intensamente a analisar a distribuição dos grupos sociais, equipamentos coletivos e políticas no espaço carioca.

Embora essa preocupação tenha estado sempre presente ao longo das décadas seguintes, a centralidade da estrutura social e das periferias foi deslocada por outros debates, em parte impulsionada pela própria dinâmica do campo, em parte influenciada pelas mudanças nas agendas políticas nacionais com a redemocratização (Kowarick, 2000). No início dos anos 1990, o tema voltou a se colocar com a publicação de trabalhos como Sposati (1996), que reintroduziram em novo patamar metodológico com a utilização de análise quantitativa de dados sócio-econômicos para analisar quadros de desigualdade no espaço, lançando mão da espacialização de grupos sociais como estratégia analítica. Desde então, vários outros trabalhos se seguiram, como produtos de estratégias analíticas e sofisticações metodológicas distintas. Em uma linha comparativa ampla e recuperando a história de construção de várias metrópoles brasileiras vem o trabalho de Villaça (1998). Em um esforço de grande porte para traduzir as categorias sócio-ocupacionais do debate sociológico francês, diversos autores associados ao Observatório das Metrópoles do IPPUR vêm analisando (e comparando) as estruturas de cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Paris (Bógus e Taschner, 1999 e 2000; Ribeiro, 2002, Ribeiro e Lago, 2000; Lago, 2002; Mendonça, 2003; Carvalho et al.; 2004 e Ribeiro e Preteceille, 1999). Em uma estratégia distinta, que trabalhou diretamente com as variáveis censitárias sem lançar mão da construção de categorias sociais pré-estabelecidas e construindo classificações sócio-econômcias a partir das distribuições empíricas dos indicadores se inscrevem trabalhos como Marques e Bitar (2002) e CEM (2004). Esse conjunto de trabalhou se associou a outro, que analisou as conseqüências de tais padrões de segregação em diversas dimensões sociais, como Marques e Torres (2005) e Bichir (2006).

---

1 Ver os depoimentos publicados sobre o uso da categoria na Revista Espaço e Debates,42.

Scalon (2006), por outro lado, construiu para as áreas de ponderação de Rio de Janeiro e São Paulo as categorias EGP a partir das informações censitárias, espacializando as categorias nas duas cidades e avaliando a estrutura das ocupações em São Paulo ao longo da década de 1990, e demonstrando uma grande permanência, exceto pela inserção das mulheres nas ocupações. As informações analisadas nas seções que se seguem dão continuidade a essa linha de análise, aprofundando o estudo comparado da estrutura social das duas cidades e investigando as similaridades e diferenças de suas configurações urbanas e de segregação.

Desse modo, combinamos a discussão sobre estrutura social e estrutura urbana com argumentos próprios da literatura sobre estratificação e classe, entendendo que a estrutura de classes está intimamente vinculada à forma de organização do espaço urbano. Para Bourdieu (1989), as classes são formações de agentes que ocupam posições semelhantes no espaço social, o que implica numa maior probabilidade de adotar atitudes e interesses semelhantes. Nesse sentido, a estrutura social pode ser entendida em termos de topologia social, uma vez que é no espaço social que se distribuem essas posições e se estabelecem as distâncias que as separam. Segundo ele,

> "O que existe é um espaço de relações, que é tão real como um espaço geográfico, no qual as mudanças de lugar se pagam em trabalho, em esforço e, sobretudo, em tempo (...). Dessa forma, nada mais lógico que tentar relacionar o 'espaço social' com o 'espaço geográfico'". (Bourdieu, 1989).

B. Método

Neste artigo, serão utilizadas as classes EGP e o Índice ISEI para a construção de uma interpretação a respeito da estrutura social nas duas cidades em questão.

As classes EGP são o esquema de classes desenvolvido por Erikson, Goldthorpe e Portocarrero, incorporando as iniciais dos autores. Embora o debate inclua um amplo conjunto de classificações (Scalon, 1999), este esquema foi escolhido por ser internacionalmente utilizado, o que amplifica as possíveis comparações a serem desenvolvidas posteriormente. Em termos empíricos, se mostrou adequado e robusto para o estudo em questão. Uma importante qualidade do esquema EGP é que ele distingue posições no mercado de trabalho, mas também reflete níveis de qualificação e diferenças setoriais. A questão remonta a longa tradição na literatura inglesa, que já pode ser reconhecida no estudo de Lockwood, em 1958: The Blackcoated Worker. Tomando como base a idéia de classe weberiana, Lockwood define três conceitos que ganharam dimensão expressiva nos estudos de classes: (a) situação de mercado, que indica a posição econômica, em termos de probabilidade de ser inserido no mercado de trabalho; treinamento, qualificações e experiências oferecidas no mercado; grau de segurança (estabilidade); oportunidade de mobilidade ascendente e recompensas materiais tais como salário, renda ou outras; (b) situação de trabalho que inclui o conjunto de relações nas quais o indivíduo está envolvido em seu emprego em virtude da posição que ocupa na divisão do trabalho; e (c) situação de *status*, que corresponde à posição na hierarquia de prestígio da sociedade como um todo.

Esses três conceitos estão inseridos na classificação EGP que têm como elementos básicos para a agregação de categorias ocupacionais a posição de mercado, ou seja, a posição na estrutura econômica, e a posição de trabalho, entendida como a posição nas relações de produção. Assim, os conceitos de classe, estrato e ocupação se entrecruzam nessa análise, dada a própria definição de classe adotada aqui, qual seja: situação de classe como situação de mercado e situação de trabalho. Nesse trabalho, optamos por utilizar a classificação com seis classes agregadas, englobando: I. Profissionais e administradores; II. Trabalhadores não-manuais de rotina; III. Pequenos proprietários; IV. Trabalhadores manuais qualificados; V. Trabalhadores manuais não qualificados; VI. Rural. Essa agregação nos dá pouco detalhamento da estrutura social, nos informa de maneira bastante eloqüente sobre as características gerais dessa estrutura, se adequando bastante bem a nossos objetivos aqui. O uso de classes mais abertas daria acesso a maior detalhamento, mas perderíamos visibilidade das características gerais, assim como da comparação.

O estudo é complementado pelo uso do Índice internacional de status sócio-econômico ocupacional – ISEI2. Trata-se de uma escala sócio-econômica criada através de uma ponderação das características sócio-econômicas das pessoas inseridas em uma determinada ocupação; em geral: educação e renda. Apresenta natureza contínua e é utilizado ao longo do artigo como indicador-síntese da presença de uma dada estrutura ocupacional, além de nos auxiliar em diversos momentos em confirmar a consistência das análises empreendidas. Essa medida de status foi desenvolvida por Ganzemboon, De Graaf e Treiman (1992) a partir dos códigos ocupacionais da ISCO 88 (International Standard Classification of Occupations). Para aplicá-lo aos dados brasileiros, foi preciso converter os códigos ocupacionais do IBGE para ISCO 88. Ele mede os atributos da ocupação que converte a educação dos indivíduos em renda. Ao construir a escala, a ocupação foi hierarquizada de maneira a capturar a influência indireta da educação sobre a renda. Técnicas de *optimal scaling* foram usadas através de um algoritmo interativo envolvendo uma série de equações de regressão. A construção desta escala se baseou no International Stratification and Mobility File, que consiste de um banco de dados com informações de diversos países, que vão desde países subdesenvolvidos como a Índia aos países mais desenvolvidos como os Estados Unidos. As variáveis utilizadas incluem educação, ocupação, idade e renda.

C. Análise comparativa da estrutura social nas duas cidades

---

2 ISEI é a abreviatura de International Social-Economic Index of Occupational Status, nomenclatura utilizada na literatura. Ver Ganzemboon, De Graaf, Treiman "A Standard International Socio-Economic Index of Occupational Status." Social Science Research 21:1-56.

Iniciamos pela comparação das estruturas sociais medidas pelas classes EGP. Os dados sugerem uma situação muito mais similar entre as cidades do que se considera usualmente. A Tabela 1 a seguir apresenta a presença relativa de indivíduos em cada classe, no conjunto de cada uma das duas cidades. Como podemos ver, a característica que mais chama a atenção é a grande similaridade das estruturas. Em ambas as cidades as categorias mais presentes são o trabalhadores não manuais de rotina, seguidos dos manuais qualificados e não qualificados. A categoria mais elevada, dos profissionais e administradores envolve pouco mais de 15 % do total e a categoria rural é praticamente inexistente. Embora talvez pudéssemos obter resultados diferentes se utilizássemos categorias mais abertas, o que indicaria a existência de diferenças nos detalhes das estruturas, a tabela nos informa que a conformação geral das duas estruturas é muito similar.

Tabela 1:~

Presença relativa das classes EGP no Rio de Janeiro e em São Paulo, 2000

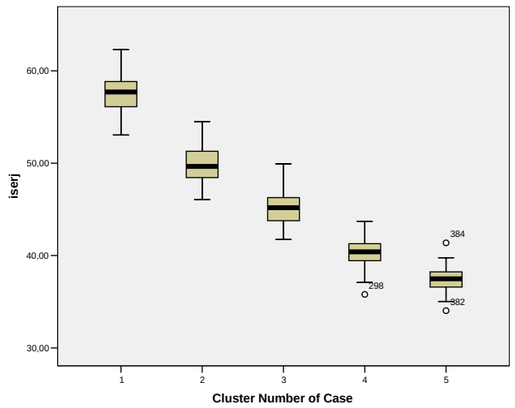
	I.Profiss. e administr.	II-Trabalh.não-manuais de rotina	III. Peq. propr.	IV.Trabalh.manuais qualif.	V. Trabalh. manuais não qualif.	VI. Rural	Total
Rio de Janeiro	16,2	30,1	4,3	25,5	23,2	0,6	100,0
São Paulo	17,1	28,7	4,8	27,9	21,0	0,5	100,0

Fonte: Cálculos próprios a partir de Scalon (2006) e Censo demográfico 2000, IBGE.

Iniciamos o estudo por realizar uma análise de agrupamentos das áreas de ponderação segundo a presença proporcional das várias classes. Os resultados indicam os perfis de presença (e concentração) das classes no interior das áreas de ponderação, e novamente sugerem grande paralelismo. Como a classe VI, de atividades rurais, não estava presente praticamente em nenhuma área, a análise a seguir inclui apenas as outras cinco classes EGP. Nas duas cidades a aplicação do método indicou cinco grupos como o número mais adequado. A coesão da análise fica confirmada pelos valores médios do índice ISEI em cada grupo em cada cidade. Os Boxplot a seguir apresentam a informação, sugerindo a robustez da análise, visto que o índice ISEI não foi utilizado na construção dos agrupamentos.

Gráfico 1:

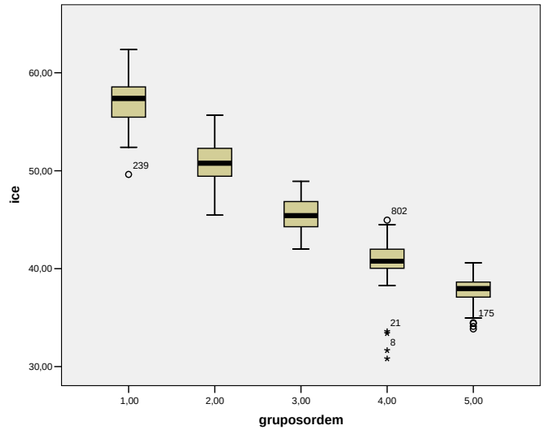
Boxplot do Índice ISEI por grupo de unidades no Rio de Janeiro



Fonte:Cálculos próprios a partir de Scalon (2006) e Censo demográfico 2000, IBGE.

Gráfico 2:

Boxplot do Índice ISEI por grupo de unidades em São Paulo



Fonte: Cálculos próprios a partir de Scalon (2006) e Censo demográfico 2000, IBGE.

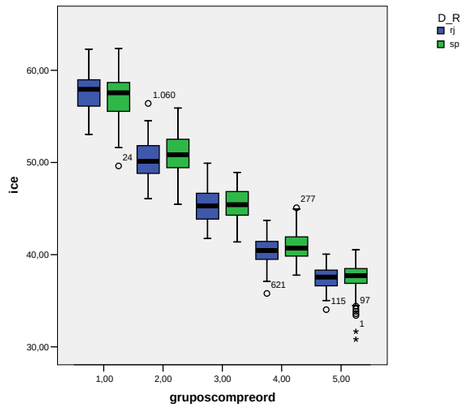
Como podemos ver, os agrupamentos são bastante homogêneos. Os poucos outliers presentes em São Paulo contam com alguma presença da classe VI, atividades rurais, sugerindo conteúdos sociais distintos mas muito específicos e localizados. Dado o pequeno número de áreas nessa condição, entretanto decidimos não discretiza-las em um grupo separado.

A construção dos grupos de forma separada para cada cidade poderia estar introduzindo algum viés na análise e tornando os resultados menos comparáveis. Por essa razão, decidimos repetir o procedimento para o conjunto das áreas de ponderação das duas cidades, aplicando-o a um banco de dados com 1225 casos (413 do Rio de Janeiro e 812 de São Paulo). Vale dizer que os histogramas de cada classe em cada cidade são muito similares, resultado em distribuições conjuntas também muito parecidas. A análise de agrupamentos conjunto com todos os casos também indicou cinco grupos como a melhor solução, e o cruzamento do pertencimento aos grupos gerados com dois bancos separados mostrou diferenças de classificação bastante pequenas entre grupos.3

A robustez da análise foi novamente confirmada pela distribuição dos valores do Índice Isei pelos grupos. A comparação dos valores por grupo é feita no gráfico a seguir.

Gráfico 3:

Boxplot do Índice ISEI por grupo de unidades análise conjunta das duas cidades



Fonte: Cálculos próprios a partir de Scalon (2006) e Censo demográfico 2000, IBGE.

Como podemos ver, os valores do índice por grupo em cada uma das cidades tendem a ser muito similares, assim como as respectivas distribuições. O Índice para o conjunto das cidades indica um índice para São Paulo de 44,5 e de 43,3 para o Rio de Janeiro. Essa pequena diferença citada é significativa a 99% de confiança, mas se distribui por diferenças ainda menos expressivas em todos os grupos exceto o 1, que apresenta média um pouco mais elevada no Rio de Janeiro. Análise de variância indicou que apenas no caso do grupo 4 a diferença é significativa a 5 % (e favorável a São Paulo), sendo todas as demais diferenças entre médias não significativas. As áreas com conteúdos rurais classificadas anteriormente como

3 Da classificação final, apenas 9 áreas no Rio de Janeiro (3,6%) e 56 em São Paulo (6,9%) haviam sido classificadas em mais de ou grupo original de cada cidade e todas as diferenças de classificações pertenciam a grupos originais contíguos.

grupo 4 em São Paulo ficaram desta vez no grupo 5, e representam os outliers do gráfico. De uma forma geral, podemos dizer que essas informações sugerem a presença de uma estrutura de ocupações muito similar, tanto para o conjunto da cidade, quanto para grupos de áreas de ponderação.

Essa semelhança é novamente confirmada nas tabelas a seguir, que apresentam as participações das classes EGP nos grupos em cada cidade.4 A informação da parte superior da tabela nos indica os perfis de cada grupo de áreas segundo a presença relativa das classes EGP (predominância), para cada cidade. Como podemos ver, os perfis são muito similares, tanto para o conjunto das cidades, quanto para os grupos separadamente.

Tabela 2:

Participação das classes EGP nos grupos de áreas, Rio de Janeiro e São Paulo

Perfis (ou predominância) dos grupos considerando as classes EGP (%)									
	grupos	I. Profiss. e administr.	II. Trabalh. não-manuais de rotina	III. Peq. propr.	IV. Trabalh. manuais qualificados	V.Trab manuais não qualificados	VI. Rural	Total	No áreas
rj	1	47,6	25,7	6,3	7,9	12,2	0,3	100,0	30
	2	27,2	34,7	5,2	17,9	14,8	0,2	100,0	42
	3	14,9	35,7	4,2	25,6	19,3	0,3	100,0	109
	4	7,8	28,7	3,8	31,3	27,8	0,7	100,0	130
	5	5,2	22,2	3,6	32,0	35,3	1,7	100,0	102
	Total	16,2	30,1	4,3	25,5	23,2	0,6	100,0	413
sp	1	46,3	25,6	8,3	8,3	11,1	0,2	100,0	73
	2	28,1	34,0	7,0	18,4	12,4	0,2	100,0	132
	3	16,3	33,7	4,8	27,6	17,5	0,2	100,0	209
	4	9,5	27,4	3,4	34,2	25,1	0,5	100,0	244
	5	5,8	20,2	3,1	36,4	32,8	1,7	100,0	154
	Total	17,1	28,7	4,8	27,9	21,0	0,5	100,0	812
Concentração das classes EGP nos grupos (%)									
	grupos	I. Profiss. e administr.	II. Trabalh. não-manuais de rotina	III. Peq. propr.	IV. Trabalh. manuais qualificados	V. Trabalh. manuais não qualificados	VI. Rural	Total	No áreas
rj	1	31,1	9,0	15,4	3,3	5,6	5,4	10,6	30
	2	22,8	15,7	16,3	9,5	8,7	5,2	13,6	42
	3	26,3	34,0	27,8	28,8	23,8	13,2	28,7	109
	4	14,2	28,4	26,0	36,5	35,5	30,6	29,7	130
	5	5,5	12,8	14,6	21,9	26,5	45,6	17,4	102
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	413
sp	1	25,4	8,4	16,4	2,8	4,9	4,2	9,4	73
	2	26,6	19,2	23,7	10,7	9,5	5,2	16,2	132
	3	24,8	30,6	26,2	25,8	21,6	9,8	26,1	209
	4	17,3	29,7	22,4	38,1	37,0	26,4	31,1	244
	5	5,8	12,1	11,3	22,6	26,9	54,4	17,3	154
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	812

Fonte: Cálculos próprios a partir de Scalon (2006) e Censo demográfico 2000, IBGE.

A parte inferior da tabela complementa a informação, nos indicando a concentração das classes nos vários grupos de unidades. Embora as semelhanças persistam, nesse caso algumas pequenas diferenças devem ser notadas. Para o conjunto da cidade, as áreas dos grupos 2 e 4 tendem a ser mais presentes populacionalmente do que no Rio de Janeiro, ao contrário das áreas dos grupos 3 e 1, proporcionalmente mais elevados no caso carioca, sendo que apenas para os grupos 2 e 3 as diferenças são de certa monta. As áreas do grupo 2 em São Paulo alojam proporções mais elevadas das classes de 1 a 5, mas com diferenças substantivas nas classes mais bem posicionadas na estrutura social - classes 1, 2 e 3, sugerindo que as áreas desse grupo alojam população levemente mais bem posicionada em São Paulo. Por outro lado, as áreas com grupo 3 apresentam participações mais elevadas de todas as classes no Rio de Janeiro, embora as maiores diferenças se localizem nas classes 2, 4 e 6. Observando os perfis das classes individualmente, devemos destacar que os profissionais mais bem posicionados (classes 1 e 2) tendem a se concentrar mais no grupo mais alto (1) do que em Saulo Paulo. Nesta cidade, eles tendem a se espalhar mais, estando mais presentes inclusive nos espaços do grupo 4. Voltamos a destacar, entretanto, que

4 Vale observar que essa semelhança confirma resultados de trabalhos anteriores utilizando categorias sócio-ocupacionais francesas mais detalhadas para 1991 como Ribeiro e Lago (2000).

estas diferenças são muito pequenas em termos relativos. A concentração das classes pior inseridas na estrutura, por outro lado, é praticamente idêntica nas duas cidades.

Em seu conjunto, as informações sugerem a existência de espaços (grupos de áreas) bastante similares nas duas cidades. Isso indica que não apenas as estruturas sociais são similares, mas também que a distribuição dos indivíduos no interior das áreas de ponderação é bastante assemelhada, embora os grupos melhor posicionados se encontrem levemente mais segregados no Rio de Janeiro, considerando essa escala de análise. Como as áreas de ponderação representam unidades bastante desagregadas, essa semelhança sugere padrões similares de micro-segregação, visto que aponta para a concentração de classes em vizinhanças de pequena escala. Assim, não apenas a estrutura geral da distribuição dos grupos, mas também a segregação social no espaço, são muito similares, embora os profissionais de melhor posição estejam levemente mais concentrados em seus espaços no Rio de Janeiro do que em São Paulo.

Tentando analisar conjuntamente as informações discutidas acima, podemos ainda sugerir a seguinte caracterização dos grupos:

Grupo 1 – Grupo predominantemente ocupado por Profissionais/administradores e trabalhadores não manuais de rotina (mais de 72% nas duas cidades). Neste grupo a classe 1 apresenta a sua maior concentração no Rio de Janeiro e a segunda maior em São Paulo.

Grupo 2 – Similar ao anterior, embora em patamar mais baixo (62% das classes citadas acima) e tendo nesse caso a classe predominante sejam os profissionais não manuais de rotina - 2 (34%). Além disso, neste grupo a presença dos manuais qualificados e não qualificados (das classes IV e V) é expressiva (mais de 30%, contra 20% no anterior). Este grupo e o anterior podem ser considerados como o espaço dos profissionais e trabalhadores não manuais.

Grupo 3 – A predominância da classe 2 de mantém no mesmo patamar (35%) e a classe dos profissionais tende a cair ainda mais, sendo ultrapassada pelos manuais qualificados e não qualificados (IV e V), com cerca de 45%. A classe que mais concentra sua participação é a dos não manuais de rotina (2). É o grupo com perfis mais próximos do perfil médio de cada cidade e inclui certamente os espaços mais heterogêneos socialmente das cidades.

Grupo 4 – As classes predominantes são a IV, II e V, sendo que os manuais qualificados superam os 30% e os trabalhadores manuais como um todo alcançam 60%. Este grupo e o que se segue podem ser considerados sinteticamente como espaços predominantemente dos trabalhadores manuais.

Grupo 5 – As classes manuais chegam a quase 70% e a de profissionais fica em torno de 5%, invertendo o perfil do Espaço dos profissionais (grupo 1). No caso do Rio de Janeiro, a classe dos trabalhadores manuais não qualificados chega mesmo a predominar sobre a dos manuais qualificados, o que não chega a acontecer em São Paulo.

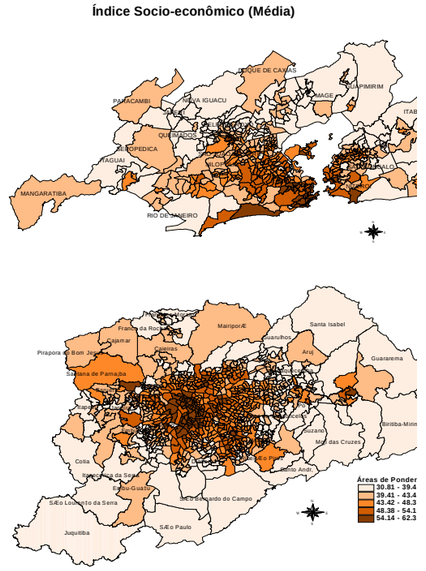
Avançaremos na próxima seção na análise da distribuição espacial e da segregação das classes, mas a caracterização dos grupos de unidades espaciais ainda nos auxilia a compreender algumas de suas facetas. Embora haja estruturas claras tanto de concentração quanto de predominância das classes nos grupos (e conseqüentemente no espaço), metrópoles como o Rio de Janeiro e São Paulo são marcadas pela heterogeneidade e dispersão dos grupos. Apenas alguns exemplos retirados da tabela anterior. Embora a classe dos profissionais seja predominante no grupo 1, apenas algo entre 25 e 30% da população desta classe reside em áreas desse tipo. Olhando para o outro extremo da distribuição, embora as classes manuais sejam amplamente predominantes nos grupos 4 e 5, cerca de 40% da população dessas classes reside em áreas de outro tipo. Se observarmos apenas o grupo 5, que inclui cerca de 17% da população de cada cidade, encontraremos apenas entre 20 e 25 % dos indivíduos classificados nas classes manuais. Resultados desse tipo aparecem em outras cidades, como Paris (Preteceille, 2006). Quando falamos de alta segregação, portanto, chamamos atenção para um fenômeno importante com inúmeras consequências, mas que de forma alguma é único processo em curso.

D. Aprofundando a análise da distribuição espacial das categorias

Nesta seção analisamos as informações relativas às classes EGP e ao ISEI investigando seus padrões espaciais e a questão da segregação urbana na escala da cidade como um todo e entre áreas de ponderação. Para iniciar a análise, os Mapas 1 e 2 a seguir apresentam a distribuição do Índice Socioeconômico (ISEI) para as duas cidades. Como se pode ver, a distribuição do índice é relativamente radial, concêntrica e muito segregada, embora com heterogeneidades localizadas significativas. Na verdade, essa heterogeneidade tende a ser maior nas áreas intermediárias e no início das áreas periféricas. Resultados similares foram encontrados para o Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador, embora com metodologia e categorias distintas (Ribeiro e Lago, ; Mendonça, 2003 e Carvalho et. al., 2004).

Mapas 1 e 2:

Distribuição do ISEI nas áreas de ponderação, Rio de Janeiro e São Paulo



Fonte: Scalon (2006), a partir do Censo demográfico 2000, IBGE.

A análise dos padrões espaciais visíveis nos mapas anteriores fica mais precisa ser lançarmos mão de técnicas de mensuração da concentração dos grupos sociais ou da segregação social no espaço. Essas técnicas usualmente avaliam o grau de associação de um dado indicador para uma área específica, com os relativos às áreas vizinhas, investigando a existência de padrões aleatórios ou de correlações espaciais. Nesse artigo utilizaremos os Índices de Moran – Global e Local. O chamado Índice de Moran Global avalia o grau de associação entre uma dada variável em uma área e o valor dessa área para o conjunto das áreas, conforme a expressão abaixo:

$$I = \frac{\sum_{i=1}^{n} \sum_{j=1}^{n} w_{ij} (z_i - \bar{z})(z_j - \bar{z})}{\sum_{i=1}^{n} (z_i - z)^2}$$

Na equação acima, n é o número de áreas, zi o valor do atributo considerado na área i, z é o valor médio do atributo na região de estudo e wij os elementos da matriz normalizada de proximidade espacial. Neste caso a correlação será computada apenas para os vizinhos de primeira ordem no espaço, conforme estabelecido pelos pesos wij.

O índice varia entre -1 e +1, sendo que o negativo significa correlação espacial negativa e correlação espacial positiva. Como o Índice de Moran Global representa uma síntese das associações das várias localizações, não sabemos por ele onde as concentrações apontadas se verificam. Apesar disso, ele representa uma ferramenta importante para comparações amplas. A Tabela 3 a seguir apresenta o Índice para o conjunto das duas cidades

Tabela 3:~

Índice de Moran Global, Rio de Janeiro e São Paulo. IBGE, censo demográfico 2000

Classes	Índice de Moran	
	RRMRJ	RMSP
I.Profissionais e Administradores	00.74	0.78
II.Não-manual de rotina	00.65	0.62
III.Pequenos proprietários	00.18	0.54
IV. Manual qualificado e supervisores	00.72	0.78
V. Manual não qualificado	00.64	0.62
VI. Rural	00.50	0.51
ISEI	00.69	0.73

Fonte: Scalon (2006) a partir de Censo demográfico 2000, IBGE.

O conjunto dos índices sugere padrões de segregação muito similares nas duas cidades. Nas classes 1 e 4, São Paulo apresenta índices levemente superiores e nas classes 2 e 5 os índices cariocas são levemente mais altos. Isso é interessante, pois vimos na Tabela 2, que em São Paulo a concentração dos indivíduos pertencentes à classe 1 em espaços em que eles

eram predominantes era menor do que no Rio de Janeiro. A diferença se deve a duas dimensões. Em primeiro lugar, o Índice Global de Moran aponta para a concentração, mas não especifica onde esta ocorre. Além disso, entretanto, a informação da Tabela 2 diz respeito à maior ou menor concentração dos indivíduos nas áreas de ponderação de determinado tipo, indicando maior ou contigüidade social entre indivíduos na escala micro. O índice de Moran, diferentemente, descreve a situação de contigüidade espacial entre áreas de ponderação. Apenas no caso da classe 3 a diferença entre os índices é elevada, mas trata-se de uma classe muito pouco freqüente e, portanto, o resultado pode se dever ao pequeno número de casos. De qualquer forma, não poderíamos esperar uma concentração geográfica desta classe, porque ela é bastante heterogênea. A segregação do índice ISEI também é muito similar, embora ligeiramente mais elevada em São Paulo, que como já vimos também apresenta um índice médio um pouco mais alto.

Além da similaridade dos índices de Moran nas duas cidades, entretanto, vale destacar que nas duas cidades a classe 1 apresenta os índices mais elevados de segregação, confirmando resultados de trabalhos sobre outras cidades que indicam que a estrutura da segregação é impulsionada pela segregação dos grupos mais bem posicionados socialmente.

Além dessa medida, utilizamos o Índice de Moran Local – Lisamap (Anselin, 1995). As técnicas de análise de associação espacial local comparam os valores de uma variável numa dada área de ponderação com os valores encontrados em seus vizinhos, permitindo testar a hipótese de aleatoriedade espacial. Em outras palavras o LISAMAP fornece medidas para o estudo de padrões locais, apropriadas para análises intra-urbanas. Deste modo permite a identificação de agrupamentos espaciais com base nos valores das variáveis analisadas.

Para calcular o Moran Local é necessário construir uma matriz de vizinhança ou proximidade espacial. Inicialmente testamos uma matriz de primeira e outra de segunda ordem, como os resultados forma semelhantes trabalhamos sempre com uma matriz de primeira ordem, baseada nos quatro vizinhos mais próximos. O índice de Moran local é obtido a partir da equação:

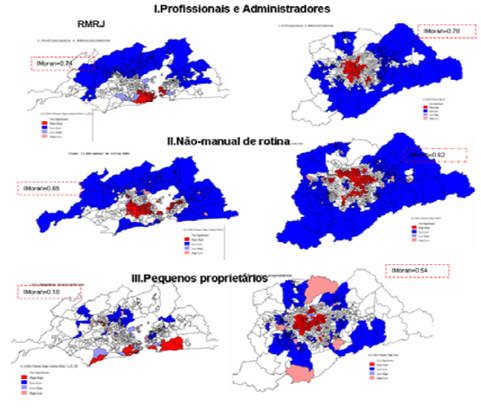
$$\mathrm{I}_i = \frac{\sum_{j=1}^{n} w_{ij} z_j}{\sum_{j=1}^{n} z_j^2}$$

Onde, w_{ij} é um elemento da matriz vizinhança espacial W que indica se ás áreas i e j são áreas e n é o numero de áreas.

Os mapas a seguir apresentam a informação resultante do Lisa para cada uma das classes. Os mapas devem ser lidos como indicando a concentração de valores mais altos ou mais baixos. Assim, as primeiras faixas representam Alto-Alto e Baixo-Baixo, indicando áreas de valores altos com vizinhos com valores também altos e baixos com vizinhos também baixos. As duas últimas faixas da legenda são de interpretação mais difícil indicando casos de Baixo-Alto e Alto-Baixo, usualmente representando transições entre agrupamentos.

Mapas 3 a 5:

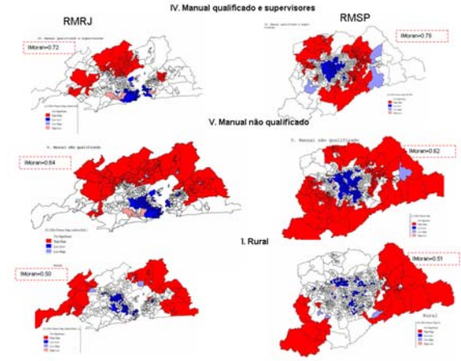
LISA por classes EGP escolhidas, Rio de Janeiro e São Paulo



Mapas 6 a 8:

LISA por classes EGP escolhidas,

Rio de Janeiro e São Paulo



Tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, o mapa de associação espacial local aponta para alta concentração da classe I, profissionais e administradores. O mapa de Lisa para a RMRJ aponta alta concentração da classe I na área da zona sul carioca, em torno das praias e regiões vizinhas, representada no mapa pela cor vermelha. Podemos observar, também, a presença deste estrato na área litorânea de Niterói. Na RMSP a associação espacial local desta classe também é bastante acentuada, com expressiva concentração no chamado Centro Expandido e nas áreas consolidadas da metrópole principalmente na capital.

A classe II, não manual de rotina, encontra-se bastante concentrada nas áreas centrais da RMSP e nas áreas contíguas em direção às zonas Leste e Norte, com fronteira com faixa de transição com a classe I. Uma área do Centro Expandido que se apresentava como Alto-Alto para a classe I surge como Baixo-Baixo para a classe 1. No Rio de Janeiro, os trabalhadores do não manual de rotina ocupam o subúrbio tradicional em direção à Baixada Fluminense e uma parte do Município de São Gonçalo.

Os mapas relativos ao Rio de Janeiro destacam ainda a presença das favelas na região mais rica da cidade, tanto no que diz respeito ao padrão de contigüidade dos profissionais (Mapa 3), quanto dos não manuais de rotina. Algumas das grandes favelas da Zona Norte e dos subúrbios, por outro lado, são discriminadas nos mapas relativos às classes de trabalhadores manuais. A associação dessas duas informações confirma a importância das favelas como elementos específicos nos padrões de micro-segregação no Rio de Janeiro, além de reforçar resultados de estudos anteriores a respeito da heterogenidade social desses núcleos entre si (Valadares e Preteceille, 2000).

A classe III, dos pequenos proprietários, se apresenta muito dispersa nas duas cidades. É difícil observar um padrão já que esta classe agrega segmentos ocupacionais muito diversos, porque incorpora desde os conta-própria aos empregadores. Dessa forma, é difícil proceder a uma análise.

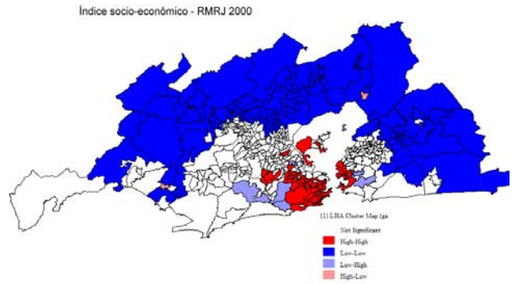
Na classe IV - manual qualificado e supervisores - observou-se um padrão de localização bastante periférico. O mesmo tende a acontecer com a classe V, manual não qualificado, concentrada em regiões ainda mais externas às metrópoles. As áreas de Baixo-Baixo neste caso também tendem a cobrir uma parcela maior do território das duas cidades, no Rio de Janeiro avançando em direção aos subúrbios e em São Paulo na direção da região do ABC paulista, a Sudoeste.

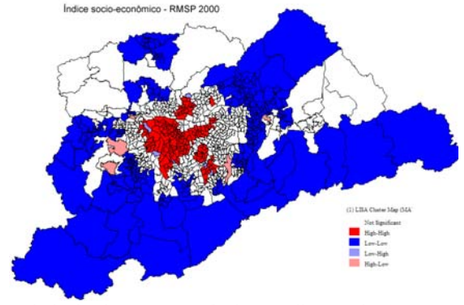
De uma forma geral, portanto, a análise indica que a categoria intermediária não manual de rotina (classe III) se concentra em espaços que não são ocupados pelos profissionais e administradores (classe I) e tampouco pelos trabalhadores manuais (classes IV e V), na conformação de áreas de talvez possamos considerar como de classe média-baixa. Isso tende a ocorrer nas duas cidades.

Para finalizar, calculamos o índice local de Moran para a medida ISEI de status sócio-econômico ocupacional. Os mapas abaixo apresentam a informação para as duas cidades. Os Mapas indicaram para o ISEI a mesma tendência observada para as classes EGP, considerando a análise espacial global.

Mapas 9 a 10:

LISA de ISEI, Rio de Janeiro e São Paulo

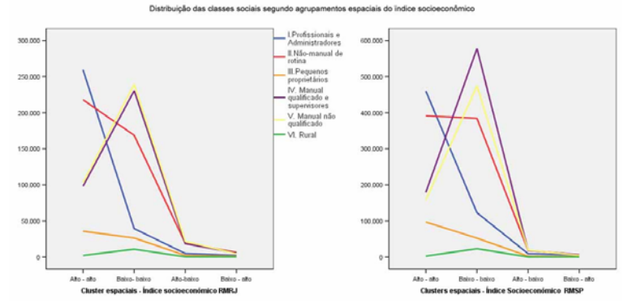




Uma outra forma ainda de observamos o fenômeno diz respeito à construção de gráficos de distribuição das classes EGP segundo as quatro condições de correlação entre vizinhos do LISA elaborado com os valores do ISEI. Os Gráficos a seguir apresentam a informação. Como podemos ver, os formatos dos gráficos são bastante similares, com leve diferença no comportamento das classes manual não qualificado e manual qualificado e supervisores. A presença dessas classes é levemente superior em áreas Baixo-Baixo em São Paulo, que como podemos ver no Mapa 10 correspondem às periferias. A sua presença em áreas Alto-baixo, em compensação, é menor, sugerindo uma estrutura urbana mais homogênea, tanto nas áreas mais periféricas (homogêneas nas classes menos qualificadas), quanto em áreas de Índice elevado cercadas de áreas com Índice baixo (homogêneas nas classes mais qualificadas). Por outro lado, o Rio de Janeiro apresenta uma presença relativa mais elevada das classes de profissionais e não manuais de rotina (I e II) em áreas Alto-Alto, sugerindo uma maior concentração desses grupos nos espaços mais elitizados, como já tínhamos visto com a Tabela 2.

Gráficos 4 e 5:

Distribuição das classes por grupo, Rio de Janeiro e São Paulo



Resumindo, podemos dizer que todos os índices obtidos e os mapas com os níveis de associação espacial local confirmam as informações da primeira parte da análise apontando para dois resultados gerais. O primeiro está associado às amplas evidências de similaridade entre as duas cidades, tanto com relação à presença relativa das classes, quanto à sua distribuição espacial. Por outro lado, os dados também indicam a presença de intensa segregação espacial entre as classes em ambas as cidades, com características levemente mais acentuadas na RMSP.

À guisa de conclusão

Ao longo desse artigo, exploramos as estruturas sociais do Rio de Janeiro e de São Paulo a partir de dados das classes EGP e do índice ISEI. Como vimos, os resultados apontam para a existência de grande similaridade entre as duas

cidades, tanto em termos da estrutura encontrada, quanto em* relação aos padrões de segregação social no espaço do conjunto de cada metrópole.

Essa similaridade aparece em primeiro lugar na simples comparação da distribuição dos indivíduos pelas categorias EGP. O mesmo tipo de resultado foi encontrado quando realizamos análise de agrupamentos das áreas de ponderação pela presença relativa das categorias. Os grupos encontrados nas duas cidades são muito parecidos, tanto pela sua composição relativa, quanto pelos seus índices sócio-econômicos médios medidos pelo ISEI. Isso indica que não apenas as estruturas sociais são similares, mas também que a distribuição dos indivíduos no interior das áreas de ponderação é bastante assemelhada. Como as áreas de ponderação representam unidades bastante desagregadas, essa semelhança pode ser considerada como indicador da presença de padrões de micro-segregação bastante parecidos. A única diferença a considerar diz respeito a uma concentração um pouco maior no Rio de Janeiro do que em São Paulo dos indivíduos mais bem posicionados na estrutura social em áreas de ponderação classificadas como melhores. Entretanto, essas informações nada nos informam sobre os padrões de contigüidade em escalas maiores.

Realizamos então análise sobre a distribuição espacial das categorias EGP. Como vimos, os Índices de Moran indicam uma estrutura espacial altamente segregada (e semelhante) nas duas cidades, tanto sob o ponto de vista das classes EGP, quanto do ISEI. Os Mapas de Moran Local confirmam essa segregação em larga escala, assim como os gráficos da presença relativa das classes nas diversas condições de contigüidade do Lisa. Apesar das semelhanças nos padrões gerais, uma exceção no caso do Rio de Janeiro está nas favelas, discriminadas pela análise como áreas de baixo-alto inseridas na região mais elitizada da cidade, assim como na região suburbana. Por outro lado, os resultados apontam para a existência de maior heterogeneidade nas áreas de piores condições sociais em São Paulo, localizadas segundo os mapas nas periferias, o que confirma resultados anteriores de estudos sobre São Paulo.

Bibliografia

ANSELIN, L. “Local indicator of spatial association – LISA”. In: Geografical Analysis, 27, pp. 91-115. 1995.

BICHIR, R. Segregação e Acesso a Políticas Públicas no Município de São Paulo - dissertação de Mestrado em Ciência Política - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), 2006.

BONDUKI, N. e ROLNIK, R. “Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho”. In: Maricato, E. (org.). A Produção Capitalista da Casa (e da cidade) do Brasil Industrial.São Paulo: Alfa-ômega, 1982.

BOURDIEU, P. – “O Poder Simbólico”. Rio de Janeiro, Bertrand. 1989.

BRASILEIRO, A. (org.). Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Serviços de interesse, 1976.

CAMARGO, C. (org.) *São Paulo, 1975 – Crescimento e pobreza*. São Paulo, Ed. Loyola, 1976.

CARVALHO, I.; SOUZA, Â. e PEREIRA, G. Polarização e segregação socioespacial em uma metrópole periférica. In: Cadernos CRH, V. 17, No 41, 2004.

CEM. Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo, São Paulo 2004.

ERIKSON, R. GOLDTGHORPE, J.H. e PORTOCARRERO, L. “Intergenerational Class Mobility in Three Western European Societies”. *In British Journal of Sociology 30: 415-441*, 1979.

GANZEMBOON, H. DE GRAAF, P e TREIMAN, D. “A Standard International Socio-Economic Index of Occupational Status.” In: *Social Science Research* 21:1-56, 1992.

KOWARICK, L. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, L. *Escritos urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LAGO, L. “A lógica segregadora na metrópole brasileira: novas teses sobre antigos processos”. In: *Cadernos IPPUR, Ano XV/XVI*. Número especial: “Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade”, 2002.

MARICATO, E. *A proletarização do espaço sob a grande indústria. O caso de São Bernardo do Campo*. São Paulo: tese de doutorado, Fau/Usp, 1977.

MARQUES, E. e BITAR, S. “Espaço e grupos sociais na metrópole paulistana”. In: Novos Estudos Cebrap, No 64, 2002.

MARQUES, E. e TORRES, H. São Paulo: segregação, pobreza urbana e desigualdade social. São Paulo: Ed. Senac, 2005.

MENDONÇA, J. Belo Horizonte: a metrópole segregada. In: Mendonça, J. e Godinho, M. (org.) População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades. Belo Horizonte: Ed. PucMinas, 2003.

RIBEIRO. L e PRETECEILLE, E. “Tendências da Segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, n. 40, 1999.

RIBEIRO, L. e LAGO, L “O espaço social das grandes metrópoles brasileiras”. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos, No 3, 2000.

RIBEIRO, L. “Segregação, acumulação urbana e poder: classes desigualdades na metrópole do Rio de Janeiro. In: *Cadernos IPPUR, Ano XV/XVI*. Número especial: Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade, 2002.

SANTOS, C. e BRONSTEIN, O. “Meta-urbanização - o caso do Rio de Janeiro”. In: Revista de Administração Municipal, vol. 25, n 149, 1978.

SCALON, C. Relatório final de bolsa de pós-doutorado. São Paulo: CEM/Fapesp, 2006.

SCALON, M. C. “Mobilidade Social no Brasil: padrões e tendências”. Rio de Janeiro, Revan. 1999.

SPOSATI, Aldaíza. (coord.). Mapa da Exclusão/Inclusão da Cidade de São Paulo, São Paulo: EDUC, 1996.

TASCHNER, S. (1976)

TASCHNER, S. e BÓGUS, L. “São Paulo como patchwork: unindo fragmentos de uma cidade segregada”. In: *Cadernos Metrópole, No 1, 1999*.
TASCHNER, S. e BÓGUS, L. A cidade dos anéis: São Paulo. In: Queiroz, L.C. O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro: Observatório/Ed. Revan, 2000.
VALLADARES, L. e PRETECEILLE, E. “Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca”. In: RIBEIRO, L. *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro, Observatório/Ed. Revan/Fase, 2000.
VETTER, D. “A segregação residencial da população economicamente ativa na região metropolitana do Rio de Janeiro, segundo grupos de rendimento mensal”. In: Revista Brasileira de Geografia, 43(4), 1981.
VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

Homens duros, vidas frágeis. Uma etnografia da experiência do trabalho migrante na construção civil em Espanha

Bruno Monteiro
Centro de Investigação e Intervenção Educativas da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educacação da Universidade do Porto
bmonteiro@fpce.up.pt
João Queirós
Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
jqueiros@letras.up.pt

Resumo: Entre outras consequências, a conjuntura recente da economia portuguesa – que se tem caracterizado por baixos níveis de investimento e crescimento, perda de dinamismo empresarial, designadamente nos sectores tradicionais, elevadas taxas de desemprego e degradação do poder de compra – tem conduzido a importantes mudanças ao nível dos padrões de mobilidade da força de trabalho. A pesquisa de terreno levada a cabo, separadamente, em duas localidades da região do Vale do Sousa (Rebordosa, Paredes, e Fonte Arcada, Penafiel) permitiu divisar como, sob a superfície de uma opção pela mobilidade geográfica, persistem estratégias de reprodução das famílias vividas num quadro marcado pela compulsão económica e, hoje, cada vez mais, pela desestruturação social (ligada, por exemplo, à permanente ameaça do desemprego e aos problemas decorrentes do endividamento). Por seu turno, a observação de terreno levada a cabo em O Carballiño (Galiza, Espanha) possibilitou acompanhar o contexto imediato de um grupo de operários da construção civil portugueses e, ao mesmo tempo, tornou evidente a diversidade de trajectórias pessoais e colectivas e de estratégias unificadas numa mesma situação de migração. Como uma das mais significativas expressões das novas formas de precarização associadas à condição operária no Noroeste Português, a constituição de um proletariado flutuante como este (recrutado, sobretudo, pelo sector da construção civil em Espanha) reforça experiências anteriores de subalternidade social e introduz inéditos constrangimentos nas vivências pessoais e colectivas associadas às posições sociais dominadas. Neste sentido, e é essa a principal hipótese de trabalho a explorar com a presente comunicação, a migração é parte integrante de uma condição social que podemos dizer periférica, que assim se vê actualizada, reproduzida e reforçada com a dupla desvinculação social, pelo fechamento sociabilitário, a bulimia no trabalho, a constituição do corpo como capital de risco (embora seja o único passível de reverter em rendimentos), a desqualificação social e a desestruturação do horizonte de expectativas.

1. Introdução

A presente comunicação fornece alguns elementos de análise suscitados por uma pesquisa acerca da condição de trabalhadores migrantes do Noroeste português empregados na construção civil em Espanha. Desenvolvida em articulação com investigações que os autores têm vindo a promover, separadamente, em duas colectividades locais da região (Rebordosa, no concelho de Paredes, e Fonte Arcada, no concelho de Penafiel), esta pesquisa juntou aos dados obtidos através desses trabalhos informações recolhidas por recurso a análise de fontes secundárias (arquivos de imprensa e fontes estatísticas), a entrevista a agentes sociais envolvidos em processos migratórios e a um trabalho de observação desenvolvido, no início de 2008, junto de um grupo de operários da construção civil portugueses instalado em O Carballiño, Galiza, Espanha.

O interesse pelo estudo da experiência do trabalho migrante na construção civil em Espanha foi tudo menos fortuito. Confrontados com a crescente incidência da emigração pendular para Espanha nos contextos socioterritoriais que vinham estudando há largos meses, e sensíveis à importância que, para milhares de famílias da região, o emprego no país vizinho, em particular no sector da construção civil, vinha assumindo, decidiram os autores da pesquisa a que aqui se dá eco dedicar parte da sua atenção ao fenómeno.

O objectivo passava por conhecer os contornos desta condição migrante, interrogando simultaneamente os aspectos relativos à sua génese e os aspectos relativos às suas consequências. Mais do que um estudo sobre migrações, pretendia-se que a investigação junto de operários da construção civil portugueses empregados em Espanha possibilitasse uma aproximação sensível ao modo como a «crise» tem vindo a transformar, no nosso país, e nesta região em particular, a condição operária, ao impor-lhe renovadas e particularmente intensas formas de precarização.

Noutro lugar (Monteiro e Queirós, 2009), puderam ser avançadas algumas pistas teórico-metodológicas para uma revisão crítica do horizonte de problematização sociológica dos fenómenos migratórios. Nesta comunicação, por seu turno, optar-se-á pela discussão de algumas hipóteses relativas aos efeitos na organização dos quadros quotidianos de vida dos migrantes oriundos do Noroeste português da sua participação em fluxos emigratórios pendulares. Simultaneamente,

problematizar-se-ão aspectos relativos à vivência da condição migrante e lançar-se-ão algumas pistas para o seu aprofundamento analítico.

Antes de prosseguir, vale a pena fazer uma referência, ainda que breve, ao contexto económico e social a que está associado o crescimento dos fluxos migratórios com origem no nosso país registado nos últimos anos. Não havendo informações precisas sobre a evolução recente da emigração portuguesa, sabe-se que, sobretudo a partir de 2003, diminuiu significativamente o volume de entradas de estrangeiros em Portugal e cresceu o número de portugueses a viver e a trabalhar fora do país. Depreende-se, entretanto, que a retoma dos movimentos emigratórios, sentida com particular intensidade na Região Norte e, em especial, na conurbação não-metropolitana do Noroeste, que corresponde, *grosso modo*, à área entre Viana do Castelo e Aveiro, excluindo a Área Metropolitana do Porto, esteja intimamente relacionada com o forte aumento do desemprego decorrente do declínio dos sectores de actividade económica tradicionais na região (têxteis e vestuários, calçado, mobiliário), hoje muito expostos à concorrência internacional, e da perda de dinamismo das indústrias extractivas e, sobretudo, da construção civil, outra grande empregadora. Não despiciendo, é seguramente o facto de a reconversão profissional deste vasto conjunto de trabalhadores desempregados ou ameaçados de desemprego estar bastante dificultada pela sua baixa qualificação média. Se a este quadro juntarmos a atractividade dos percursos destinados a países revelando forte dinamismo económico e com os quais há tradição de contacto ou acesso facilitado (boas estradas, voos *low cost*, presença de comunidades portuguesas, empresas portuguesas a operar localmente, etc.) – casos de Espanha, Suíça, Angola, Luxemburgo, Reino Unido ou Irlanda –, então teremos uma ideia aproximada do cenário subjacente ao crescimento acentuado dos fluxos migratórios com origem no Noroeste português, em especial dos fluxos direccionados para Espanha e protagonizados por operários da construção civil1.

Conhecido o cenário geral, haveria que aprofundar o trabalho de especificação do mesmo. São alguns resultados dessa etnografia da experiência do trabalho migrante na construção civil em Espanha que se apresentam de seguida.

2. Uma condição precária

A ameaça do desemprego e o agravamento dos efeitos da flexibilização económica neoliberal

É bastante consensual entre aqueles que se debruçam sobre a organização da economia capitalista contemporânea o reconhecimento do papel das migrações internacionais enquanto mecanismos de regulação das crises, sobretudo daquelas que têm associados importantes desequilíbrios ao nível do emprego. Com efeito, as migrações internacionais contribuem para libertar alguma da «pressão» (económica, mas também social) exercida sobre as economias afectadas por súbitos movimentos recessivos e por aumentos bruscos das taxas de desemprego, representando, simultaneamente, uma solução (temporária, pelo menos) para os problemas financeiros das famílias atingidas por este fenómeno (famílias que, não obstante, estão obrigados a suportar despesas fixas de monta, designadamente as relativas ao crédito bancário para compra de casa e carro, hoje incontornáveis no quotidiano de um vastíssimo número de grupos domésticos portugueses).

Contrariamente, porém, ao que uma análise mais precipitada poderia concluir, a propensão e aptidão a intuir ou reconhecer uma «oportunidade» e a concretizar um «investimento» («arriscar ir») na migração pendular para Espanha não são o resultado mecânico de um ajustamento estrutural, nem tampouco uma consequência de uma deliberação racional e maximizadora generalizável a um conjunto homogéneo de actores calculadores. Na realidade, elas decorrem de um senso prático incorporado na forma de um sistema de preferências e de um horizonte de futuros prováveis. A experiência de «ir para Espanha» revela uma «estratégia» económica implícita e razoável – mais do que racional – que exibe «parecenças de família» (Wittgenstein, 2002: 228) com o conjunto de vivências quotidianas de um operariado (socialmente) periférico. Na realidade, sob a aparente originalidade desta modalidade específica de lidar com processos de tendencial precarização da região dominada do espaço social encontra-se a mesma medição disposicional, gerada por uma história individual e colectiva partilhada por agentes submetidos a idênticas condições e condicionamentos sociais, que unifica a diversidade de experiências e contextos de interacção continuamente constituídos e constituidores dessa experiência do mundo social.

As estratégias económicas de um grupo que está histórica e estruturalmente submetido a duradouras relações de conivência com a informalidade económica e inclinado a aproveitar as (estreitas) margens de liberdade associadas à subalternidade social trazem a marca dessa imersão durável e reiterada em circunstâncias de confinamento económico e social – entretanto agravadas pela conjuntura de «crise» – e das exigências tácitas que todo o espaço físico e social exige dos seus ocupantes («ter uma noção das coisas», «saber o que é a vida»). A cumplicidade ontológica entre a história incorporada e a histórica objectivada que contribuiu para a fazer, explica a visão realística da realidade social que permite a estes agentes

1 A intensidade e destino dos fluxos emigratórios com origem no Noroeste português terá, entretanto, mudado sensivelmente, em resultado do processo de acelerada degradação económica registado nos últimos meses, que está a afectar a maior parte dos países acolhedores de força de trabalho portuguesa (Espanha, em especial). Se os últimos dados veiculados pela comunicação social davam conta da existência, no país vizinho, em meados de 2008, de mais de 80 mil trabalhadores portugueses registados na Segurança Social daquele país – aos quais se teria de acrescentar um número indeterminado de trabalhadores laborando em Espanha mas empregados em firmas nacionais e, portanto, inscritos (ou não) na Segurança Social portuguesa –, a verdade é que a tendência tem sido de diminuição acentuada deste número e de aumento dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego portugueses, em resultado da contracção das actividades construtivas e da degradação geral da situação económica espanhola (cf. o artigo da Lusa de 28 de Abril de 2008, S/a, «Menos 826 portugueses em Espanha»). Entretanto, a mesma comunicação social vai dando eco do reforço da presença de outros destinos, como Angola ou Suíça, no horizonte de trajectórias dos migrantes portugueses. Trata-se de uma mudança que o contacto com alguns protagonistas dos contextos socioterritoriais que temos vindo a estudar tende a corroborar.

sociais converter a compulsão económica numa expressão de fatalismo («temos de nos sujeitar») ou, inclusive, transformá-la num exemplo de veredicto e deliberação pessoais («nascemos para isto»).

Sob a ameaça do desemprego intermitente e de longa duração, a que está associada a ausência (quando não objectiva, pelo menos percebida) de alternativas («em Portugal não dá»), esta visão naturalizada da condição migrante tende a consolidar-se, mesmo que, muitas vezes, se reconheçam explicitamente a dureza, arbitrariedade e até a ilegalidade das condições de vida e de trabalho com que os emigrantes pendulares se vêem confrontados («vamos para lá fazer o que eles não fazem», «eles fazem o que querem», «há gajos que vão para lá sem contrato, sem nada»). Em resultado, é um agravamento acentuado dos efeitos da precarização da relação salarial e da flexibilização compulsiva dos processos produtivos e dos modelos de organização e gestão que está em causa. Exploração e auto-exploração articulam-se e aprofundam-se, à medida que se assiste a uma diminuição dos níveis de exigência (objectiva e subjectiva) em matéria de condições materiais de trabalho, a ritmos de produção acrescidos, ao reforço da percepção instrumental do trabalho («ando lá para ganhar o meu») (cf. Pinto, 1999: 21). Num quadro vivido como profundamente instável, temporário, o que se faz é trabalhar enquanto se espera que chegue a 6ª Feira, dia de regressar a casa, de estar com a família, de fugir do «inferno». A bulimia no trabalho reforça a cumplicidade com as estratégias de organização dos processos produtivos e de gestão da mão-de-obra típicas deste sector de actividade, na medida em que significa um reforço da conformação a condições de trabalho penosas, a ritmos de trabalho especialmente intensos (de 10, 12 e até mais horas), a tarefas de particular dureza ou com risco físico acrescido.

Parafraseando Pinto (1999: 20), dir-se-ia que se o estaleiro pode servir como exemplo ou mesmo paradigma do que constitui, no limite, a desestabilização dos quadros materiais do trabalho na era da flexibilização, ou seja, instabilidade, não repetitividade e imprevisibilidade dos colectivos de trabalho, das funções a realizar e da componente física dos processos produtivos, «com consequências importantes na estruturação dos actos perceptivos relacionados com a laboração e, por acréscimo, na definição de propensões à sinistralidade, ao desinvestimento afectivo nos lugares, etc.», então o *estaleiro em deslocamento contínuo* em que tem lugar o trabalho dos emigrantes pendulares é seguramente a materialização desse paradigma, nele se verificando os mais elevados níveis de desimplicação face às circunstâncias e oportunidades concretas (ou ausência delas…) da vida profissional.

A instabilidade será, entretanto, tanto maior quanto mais alongada for a cadeia de subcontratação associada ao trabalho na construção civil em Espanha: "Se a variabilidade intrínseca dos locais de trabalho na construção civil já é, por si, indutora de formas de mobilidade geográfica irredutíveis aos padrões correntes de mudança residencial ou às migrações pendulares com relativa estabilidade de itinerários, a verdade é que, quando surge engrenada com relações de subcontratação (eventualmente em cascata), a mesma variabilidade acaba por fazer apelo a movimentos demográficos e a relações com os lugares de tal forma erráticos que transformam os seus protagonistas numa espécie de nómadas" (Pinto, 1999: 27).

Desestruturação dos colectivos de trabalho, anulação de carreiras e dupla desvinculação social

A volatilização dos contextos de trabalho – típica da construção civil, mas especialmente intensificada no contexto da migração pendular para Espanha – abala profundamente o respectivo papel socializador. Ao invés de funcionar como espaço de formação e consolidação de uma identidade operária (ou, pelo menos, de uma identidade socioprofissional…), o estaleiro é local de manifestação de processos de fragmentação dos colectivos de trabalho, quase de *desestruturação identitária.* As solidariedades que nele se estabelecem são precárias (exceptuando, talvez, as mantidas pelos ocupantes de uma viatura, que constitui normalmente a unidade social básica: a «equipa»): a segmentação dos processos de trabalho, a permanente deslocação das equipas (que, muitas vezes, se dedicam à execução de uma só tarefa – canalização ou acabamentos, por exemplo), as diferentes pertenças nacionais, a multiplicidade de estatutos contratuais e remuneratórios, tudo contribui para a constituição de divisões (que são também *di-visões*) no interior do estaleiro, as quais tendem a inviabilizar as solidariedades grupais necessárias a uma politização elementar das questões laborais quotidianas e a uma eventual mobilização do grupo de trabalhadores em torno delas2. A lógica do investimento no trabalho é a lógica da acumulação máxima de dinheiro («enquanto está a dar»), gerando-se uma concorrência entre equipas que tende a aumentar a auto-exploração e o sobretrabalho (os que mais rapidamente «levantam tijolo», os que mais rapidamente «estucam metros de parede», os que conseguem fazer as instalações eléctricas «mais perfeitas»). Desta concorrência resultam proveitos financeiros e também proveitos simbólicos adicionais, não despiciendos se se pensar que são provavelmente os únicos a que estes trabalhadores podem aspirar.

A própria divisão do trabalho predominante nestes estaleiros e o tipo de funções geralmente reservado às equipas de operários portugueses (e, em geral, à mão-de-obra estrangeira) ajuda a explicar a lógica de investimento no trabalho característica destes operários e a desafeição pelos contextos laborais. As situações oscilam entre uma fortíssima especialização das equipas – que impossibilita que grande parte dos trabalhadores experimente as diversas tarefas do processo construtivo e que, numa fase posterior, passe pelas diferentes fases da aprendizagem de um ofício – e a realização

2 Num outro plano – o da participação política organizada a partir dos sindicatos –, verifica-se um tendencial agravamento do desinteresse, já de si habitualmente muito acentuado na construção civil, pela participação sindical. O facto de se estar noutro país, desde logo, e a transitoriedade da condição dos trabalhadores migrantes, associados ao estatuto nem sempre devidamente formalizado ou até clandestino da situação profissional de muitos destes operários e às dificuldades que as próprias estruturais sindicais revelam em conhecer, acompanhar e contactar com este proletariado flutuante, constituem factores explicativos deste fenómeno.

exclusiva das tarefas mais desqualificadas e desqualificantes do processo de trabalho («fazer o que o encarregado mandar fazer»). Num caso ou noutro, é perante a anulação prática das possibilidades de construção de uma carreira no sector que estes trabalhadores tendem a estar confrontados3.

> Aquilo é assim: em Espanha, nós podemos ser trolhas, podemos ser serralheiros, podemos ser carpinteiros; há um encarregado espanhol, o que ele nos mandar fazer é o que nós fazemos. Um trolha pode ir varrer o chão, um trolha pode… prontos, fazer coisas que não têm nada a ver com a profissão dele. É o que tiver a ver com a profissão dele e o que tiver mais à beira ou o caraças… O encarregado diz: "Olha, tu vais fazer aquilo". Nem que vá ajudar um electricista ou isso… Prontos, para mim, por aquilo que eu tenho visto, é tudo assim. Embora também lá ande muita gente que vai para lá a trolha e anda a trolha. Mesmo assim, pode andar ali a trolha, mas se o encarregado o mandar fazer outra coisa qualquer, ele faz…
>
> (R., 18 anos, servente, em Espanha há um ano)

Poder-se-ia, entretanto, levantar a hipótese aventada por Pinto (1999: 28) de o efeito de fragmentação dos colectivos de trabalhadores desencadeado por este deslocamento contínuo ser limitado pela reconstituição de mecanismos de produção de afinidades identitárias ou mesmo formas embrionárias de consciência de classe nos espaços residenciais «secundários» (as residenciais e serviços conexos, as habitações próximas dos estaleiros, etc.). O que se verifica, porém, é que são praticamente inexistentes as afiliações constituídas nesses espaços. A dicotomia casa(quarto)-trabalho monopoliza as rotinas diárias destes trabalhadores. Esta polarização articula-se pela combinação entre sobretrabalho, nomeadamente através da prestação sistemática de horas extraordinárias, e confinamento nas condutas pessoais e colectivas, traduzido na restrição sociabilitária e na poupança em termos de consumos (incluindo a preservação do próprio corpo, que é quase exclusivamente afecto ao trabalho).

De uma «relação de duplo vínculo», como lhe chamou Albertino Gonçalves (1987), característica da emigração portuguesa tradicional – vínculo com a comunidade de origem, por um lado, e com a comunidade de acolhimento, por outro – passa-se a uma situação de «dupla desvinculação» (Queirós, 2009; Monteiro e Queirós, 2009). Se mais não fosse preciso acrescentar, bastaria pensar-se que uma «reinvenção de laços sociais» implica necessariamente *tempo*, um recurso relativamente escasso entre estes trabalhadores migrantes. Entre cá e lá, preso no vaivém, o emigrante pendular não chega a estabelecer vínculos nos sucessivos destinos por que passa, ao mesmo tempo que vai perdendo a ligação ao espaço social de origem. A circunstância de o quotidiano dos operários da construção civil portugueses em Espanha se circunscrever, com escassas excepções individuais, ao triângulo «estaleiro-restaurante-quarto», e o facto de muitos trabalhadores emigrados reportarem a tendência para a rarefacção, nas comunidades de origem, das suas redes de relacionamentos sociais (com centramento das vivências na esfera familiar), constituem indicadores cabais deste processo.

Um obituário. Fragilidades, prenúncios, inquietudes

> P. F. M. F., 24 anos, morava em Rebordosa e era o mais velho de três irmãos. Solteiro, mas com namorada, partiu para Espanha há pouco mais de dois meses em busca de um trabalho que não conseguia encontrar na sua terra. Seguiu o exemplo de alguns amigos que já lá estavam, mas confessou algumas vezes à família que não gostava de estar na ponte, porque era muito alta e perigosa. A família, inconformada com o sucedido, revelou que na sua última visita a Rebordosa, P. F. disse que «não tinha muita vontade em ir para Espanha por causa das alturas e do perigo da obra. Mas, como tinha contrato, feito, ia aguentar até ao Natal». A mãe, com a tristeza estampada no rosto, adiantou que «o meu filho estava com receio de ir trabalhar, porque ainda há duas semanas viu morrer dois colegas na obra. Parecia que já estava a adivinhar». O jovem já tinha estado em França durante um ano, onde trabalhou como carpinteiro. Quando veio, não conseguiu arranjar emprego e decidiu tentar a sorte e uma vida melhor no país vizinho, onde era soldador.
>
> («Acidente de trabalho em ponte espanhola matou quatro paredenses», *O Progresso de Paredes*, 18 de Novembro de 2005, p. 5)

É, muitas vezes, no registo do pressentimento («parecia que já estava a adivinhar») e do desconforto emocional e volitivo («não tinha muita vontade», «ia aguentar») que adquire consistência e expressividade uma experiência social feita de «trabalho duro», de prolongamento da jornada laboral até às 10, 12 e mais horas diárias, de desgaste físico e psicológico («cheio de dores», «os braços inchavam», «vens tão cansado», «era até rebentar», «sai do corpo»), de perigosidades acrescidas (acidentes de trabalho em situação de ausência de protecção social, acidentes de viação, quebra dos contratos – formal ou informalmente constituídos –, rupturas familiares associadas à ausência, etc.). Frequentemente também, o registo aligeira-se: nestas ocasiões, valorizam-se aspectos como a «sorte», a coragem individual («é preciso ter estofo», «não é para qualquer um») ou a capacidade de acumulação de saberes mobilizáveis em cada novo processo de adaptação a uma realidade geográfica e laboral («ao fim de algum tempo, habituas-te», «começas a perceber como as coisas funcionam»).

Variando entre o primeiro e o segundo destes dois tipos de registo quando o que está em causa é, respectivamente, avaliar um sucesso ou um desaire consumados, a auto-percepção da condição migrante, designadamente se se reporta ao que essa condição pode ter de mais visivelmente violento (o reconhecimento da possibilidade de ocorrência de fatalidades em acidentes de trabalho ou viação, a confrontação com situações de potencial exploração laboral), tende a organizar-se em torno de alguns adquiridos cuja finalidade é a de restabelecer, pelo menos temporariamente, a consonância cognitiva dos

3 Para um aprofundamento do conhecimento acerca desta questão, bem como de outras relativas ao processo de precarização da condição operária no Noroeste português, a partir do caso dos operários da construção civil, cf. Queiroz (2003).

trabalhadores migrantes, minimizando os efeitos da «inquietude existencial» (Pialoux, 1996: 12) associada à precariedade nómada por esses trabalhadores experimentada.

Um exemplo é o que diz respeito à oposição entre empresas espanholas e empresas portuguesas, que tende a organizar a percepção do que é «melhor» e «pior», mais ou menos «seguro», no plano da relação contratual e da garantia salarial. Quem «já sabe como é» não se «mete» com empresas portuguesas; a eliminação de alguns elos da cadeia de subcontratação, através da «fuga» ao «patrão português» – que, muitas vezes, vem para Espanha apenas porque «tem problemas em Portugal» ou «anda a ver se escapa às dívidas» – possibilita, de acordo com vários migrantes contactados, minorar os riscos de se «ir ao engano», de se ficar instalado num «pardieiro», de se «receber uma coisa quando foi prometida outra», de nem sequer se verem pagos os «direitos».

A recorrência com que são desmentidas «verdades» como estas (a individualização das trajectórias e as estratégias de auto-silenciamento – «cada um sabe da sua vida», «se ele acha que está bem, é porque está» –, associadas ao tratamento quase sempre casuístico da realidade pelos *media*, tendem a inviabilizar uma circulação de informação capaz de possibilitar uma avaliação menos pessoalizada e mitificada da realidade…) não apaga, entretanto, para os próprios protagonistas, a inquietude permanentemente vivida.

3. Um operário português em Espanha. As consequências incarnadas da precarização social

«Começa-te a doer a carne»

> Era doze horas por dia, era muito trabalho! Era por turnos, não parava a obra. E quanto mais depressa acabássemos, mais ganhávamos. Ganhavas muito dinheiro, só que também te saía do corpo… Os meus braços inchavam, os meus braços inchavam-me de estar ali com o martelo todo o dia, que o martelo de quarenta quilos não é brincadeira… Não estás habituado àquele ritmo, o corpo começa-te a doer, começa-te a doer a carne. Mas depois vais-te habituando àquilo, chega a um ponto que tu já te levantas de manhã para ir trabalhar e já estás tão habituado ao ritmo que já… para ti o trabalho já é uma coisa normal, tapas os ouvidos, metes uns tampões e estás ali doze horas quase sem parar, estás concentrado no que estás a fazer. (…) Eu sou uma pessoa que gosto de trabalhar. Ao fim do primeiro mês, tu dizes assim: «Vale a pena! Estou aqui meio anito e sai-me do corpo, até faz bem!», porque eu agora até dou valor, não é?, mas, na altura, custava, era até rebentar, até rebentar!
>
> (P., 31 anos, oficial de primeira, em Espanha há 6 anos)

«Assim, se morrerem, não morrem espanhóis»

> Aconteceu aquilo [um acidente mortal] e lá o encarregado espanhol foi um gajo que foi um bocado estúpido, foi um gajo que nos disse na cara, embora um gajo saiba que é assim, que fazem as contas a quantos vão morrer da gente. Ele disse: «Aqui têm que morrer, pelos cálculos, 150 gajos». E depois corrigiu: «Com este já só falta 149», que aquele moço foi o primeiro a morrer. Estava previsto morrer 150, para tu veres! Faz parte das obras, quando fazem… quando o engenheiro e os gajos fazem as contas da obra e não sei quê, fazem uma previsão de mortos, é normal, que eles têm seguros para isso, para indemnizar as famílias. (…) Só que é assim, quem eles põem lá a trabalhar são portugueses, assim, se morrerem, não morrem espanhóis. (…) O mais fácil, o trabalho mais… leve é para eles… Eu, por acaso, não te falei nisso porque, para mim, já era… para nós, já era um coisa tão normal que acontecesse isso [ficar com os trabalhos mais pesados] que já… Até para nós era bom que isso acontecesse… Aí ganhavas o respeito do encarregado, que era o que interessava ali no meio.
>
> (P., 31 anos, oficial de primeira, em Espanha há seis anos)

O contraste entre o engrandecimento e a usura ou a bestialização corporais, entre «ganhar cabedal» e «ser burro de carga» ou «escravo», demonstra a dupla verdade do trabalho e esclarece a natureza do processo de conservação, investimento e aquisição do capital corporal. No trabalho migrante, em que a centralidade do corpo na economia moral e sensual do trabalho operário confronta a fragilidade e a vulnerabilidade do corpo perante a irredutibilidade da experiência de exploração, dominação e desumanização no trabalho, o corpo adquire a condição de *capital de risco*. A história de P. fornece um caso exemplar dos processos de transmutação carnal de experiências de precarização social.

Estes são corpos viris que, em negativo, retêm também a sua verdade de corpos vis. Os sentimentos colectivos de inferioridade transmutam-se em processos de auto-exclusão social e de retracção remetidos à lógica das coisas e que evidenciam a acção de um efeito de destino. «As diferenças corporais percebidas ao longo de linhas de classe servem para justificar ou naturalizar as desigualdades, fazendo-as aparecer pura ou primeiramente naturais e não também sociais na sua origem. (…) Assim, cada tipo de corpo é encarado como merecendo a sua posição social relativa e a sua presente condição» (Holmes, 2006: 1787). As pessoas interiorizam a sua posição através do orgulho ou vergonha manifestadas nas diferenças perceptuais que irradiam das suas maneiras, atitudes e condutas mais íntimas. Por causa destas percepções, os corpos dos trabalhadores são vistos – e por eles próprios sentidos – como pertencendo «naturalmente» à posição que efectivamente ocupam no sistema de valor social. Um arbitrário social, ignorado como tal, cujas imputações de inferioridade transmitem e justificam essa mesma inferiorização. Pela inércia das estruturas incorporadas, através de posturas, atitudes e discursos de deferência, os agentes sociais contribuem para reconstituir quotidianamente as assimetrias de poder presentes nas condições sociais que estão na génese das suas disposições. As provas de evidência conferidas pelas aparentemente mais espontâneas manifestações de atrapalhamento e auto-censura contribuem para a naturalização de uma dominação objectivamente interiorizada pela repetição de situações de desqualificação.

Numa obra em Madrid, um acidente de trabalho vitimou um dos parceiros de trabalho de P.: «Mais cinco minutos antes e era eu, cinco minutos depois foi o meu colega, aconteceu!». Mortos por acaso. No entanto, insinua-se uma evidência que desmente parcialmente a aleatoriedade dos acidentes («aconteceu-lhe a ele também [outro trabalhador] e ele não morreu por sorte, pá, não morreu por sorte»). O acidente que o próprio P. sofreu – tripla fractura de uma perna – largos meses depois desta ocorrência, conduziu-o a uma intervenção cirúrgica e a um longo período de fisioterapia. O processamento institucional do acidentado mobiliza toda uma aparelhagem de enquadramento e de técnicas formais («papelada») que remetem à passividade e ensinam vantagens da «espera». A gravidade da lesão inviabilizou um regresso rápido ao trabalho e talvez tenha comprometido definitivamente as suas capacidades físicas de trabalho. A consequente dispensa pelo patrão espanhol trouxe-lhe a consciência luminosa de que «[aos patrões] só lhes interessa que possas trabalhar». Esta «relação cínica» apoiada no interesse mútuo familiariza os migrantes com a sua condição «descartável», meras «máquinas, maneiras de ganhar dinheiro», e demonstra-lhes com todas as evidências da realidade a inexorabilidade da «vida» («não se pode esperar nada»). Empurra-os para uma visão realística da ordem das coisas.

> Aconteceu o acidente e eu aí dei cabo da minha vida. O meu patrão deixou de… Isto é mesmo assim, só faz falta quem cá está, quem não está, não faz, e eu, como não era útil à empresa, desenrasca-te! Tive que andar atrás do seguro, tive que andar a tratar de papeladas que eu nunca imaginei que fossem necessárias, por isso é que eu conheço já o sistema espanhol, por causa dessa merda, desde a Segurança Social, desde cartões da polícia, seguradoras, fisioterapia, essa merda toda. (…) A minha vida virou completamente! Porque eu fiquei parado, a minha mulher estava grávida, eu sabia que ela só podia trabalhar até… e eu disse «vamos a ver quanto tempo é que eu vou estar em recuperação»… Eu queria sair de lá para fora da clínica, eu queria acabar com isso o mais rápido possível… Eu queria, eu queria deixar esta merda para ver se conseguia trabalhar, mas não consegui. (…) Fiquei um bocado decepcionado… Andei um tempo que, tu sabes… Tu sabes que a vida é mesmo assim. Já tenho experiência de vida suficiente para saber que a vida é mesmo assim, que… Não se pode esperar por nada… não se pode esperar dos patrões uma coisa… É mesmo assim, eu, eu para ele era uma maneira de ganhar dinheiro, a partir do momento que já não sou, é óbvio que ele já não me vai passar cartão! Mas isso é uma coisa que a gente tem que se… Como esse exemplo há muitos. Isto é assim, tu estás a trabalhar numa empresa, tu és uma máquina, és uma maneira de ganhar… Tens que dar dinheiro a ganhar ao patrão, correcto? A partir do momento em que deixas de o fazer, tu não… tu deixas de ser útil para a empresa, és descartável! Arranjou outro! É assim, é a realidade… Ninguém é insubstituível. (…) É assim, é uma relação que tu sabes que tens, que é uma relação cínica, tu sabes que ele te está a usar, está-te a usar, estás a entender? Só que tu vais usá-lo a ele também, da maneira que tu podes usá-lo. A gente desanima um bocado…
>
> (P., 31 anos, oficial de primeira, em Espanha há seis anos)

A perda de valor económico equivale à perda de visibilidade social. O perigo iminente de cair na indiferença («perda de respeito», «não nos ligam nenhuma», «somos uns cães que estamos ali») e a sensação de uma ameaça constante e anónima relacionam-se com a agudização da precariedade social e a presença num determinado «contexto existencial» em que se é «um completo estranho, linguisticamente inepto, economicamente inseguro e socialmente estigmatizado» (Jackson, 2008: 65-69). A exposição constante a uma situação social negativa reforça as convicções acerca da inevitabilidade, da malícia ingénita e da dureza da realidade social e converte-se numa imagem pessoal de si próprio como alguém desvalorizado, impotente e descartável. «Quando o mundo recusa os nossos esforços para interagir com ele de maneira social e recíproca ele torna-se, na nossa imaginação, um lugar de poder ameaçador. (…) Rapidamente caímos presa de temores de que forças, nomeadas ou desconhecidas, estão a conspirar contra nós, quando, na realidade, é somente a impotência [*powerlessness*] e o estranhamento [*strangement*] que produzem esta erosão da auto-confiança e a sensação penetrante de vergonha, degradação, exclusão ou menoridade [*smallness*]» (idem: 70-71). O peso do mundo e a inflexibilidade dos acontecimentos geram efeitos que são imputados à presença de forças alheias e conspirativas («sorte», «azar», «embruxado») e que são interiorizados como perda de dignidade e como incapacidade de agir e falar.

As operações de denegação simbólica e económica dos trabalhadores migrantes, realizadas pelas sanções institucionais e pelas apreciações difusas nas interacções interpessoais, tornam plausíveis e (re)produzem continuamente as «formas quotidianas de violência» (Scheper-Hughes 2004: 13-14) a que estão expostos homens (e mulheres) «invisíveis», impotentes («não podemos fazer nada») ou desvalorizados («não nos respeitam»). A dominação incorporada e revelada a partir do próprio corpo converte-os, frequentemente, em cúmplices forçados da vulnerabilidade objectivamente experimentada.

4. Empreendedores, recrutados e compelidos. Para uma análise sobre padrões de mobilização da força de trabalho migrante

Como uma das mais significativas expressões das novas formas de precarização associadas à condição operária no Noroeste português, a constituição de um proletariado flutuante como este (recrutado, sobretudo, pelo sector da construção civil em Espanha) reforça experiências anteriores de subalternidade social e introduz inéditos constrangimentos nas vivências pessoais e colectivas associadas às posições sociais dominadas. Neste sentido, a migração é um produto de uma condição social periférica que assim se vê actualizada, reproduzida e reforçada pela dupla desvinculação social, pela bulimia no trabalho, pela constituição do corpo como capital de risco (embora seja o único passível de reverter em rendimentos), pela desqualificação social e pela desestruturação do horizonte de expectativas (cada vez mais provisórias).

O que não significa que a generalização da precariedade corresponda ao esbatimento das gradações interiores ao conjunto dos trabalhadores migrantes.

O essencialismo impede-nos de perceber a composição interna do grupo operário envolvido na migração pendular. Entre outros aspectos, a natureza do padrão de (auto)mobilização dos agentes é influente na definição de modalidades diferenciadas de vivência da condição migrante. Entre os trabalhadores migrantes, parecem haver três combinações de elementos subjectivos e objectivos que redundam noutras tantas modalidades de vivência desta condição e que correspondem genericamente às dos *empreendedores*, às dos *recrutados* e às dos *compelidos*. Na realidade, o que varia é a ênfase conferida a cada elemento no interior de um conjunto de propriedades que todos, em diferentes proporções, partilham de uma maneira ou outra. Graus de risco diferentes associados, muito provavelmente, a desiguais margens de liberdade e a diferentes potenciais de acção e previsão decorrentes da posse (ou ausência) de recursos.

> Ó pá, eu ir para Espanha foi aquela coisa de… aqui andava para um lado, para o outro, não conseguia arranjar nada e apareceu-me aquela oportunidade. Os meus pais sempre me disseram que aquilo que eu quisesse, tinha que ser com o meu dinheiro, percebes? Eu comecei-me a ver apertado e um amigo meu ofereceu-se, ajudou-me: «Ó pá, tenho trabalho, mas eu de momento estou em Espanha». Ó pá, fiquei naquela, é Espanha, mas um gajo precisa de dinheiro para as nossas coisas, para um gajo ir para a noite ou fazer o que quiser e eu aceitei e fui. Mas é muito complicado, muito complicado. (…) Foi um impacto… Tipo, os espanhóis não fazem a merda e vão para lá os portugueses fazer, estás a perceber? Ó pá, eu estou lá, mas aquilo lá é degradante.
>
> (C., servente da construção civil, 25 anos, emigrado em Espanha há dois anos)
>
> Podia ter ficado em Portugal, mas, prontos, entretanto, quando me pediram para ir para lá, ia ganhar um pouco mais e decidi ir para lá. Também procurei aqui em Portugal, não surgiram logo propostas para eu poder arrancar logo, eu também não me convinha estar muitos dias em casa... e decidi então ir. (…) Eu, na altura, precisava. Procurei no jornal, enviei o currículo para várias empresas aqui em Portugal e assim... E eles mandaram-me aguardar e aquela empresa precisou, disse-me logo: «Se precisar, segunda-feira... Nós propomos as condições, se aceitar, segunda-feira pode arrancar». E eu pensei melhor e, prontos, não me convinha estar muito tempo em casa, porque em casa não se ganha dinheiro, e, prontos, arranquei.
>
> (R., 18 anos, servente da construção civil, emigrado em Espanha há um ano)

Alguns dos operários contactados assumiam-se como empreendedores da sua carreira de emigrantes. São eles que «procuram» oportunidades («apalpo aqui, apalpo acolá, a ver como as coisas andam por lá», «procuro ver quanto se ganha»), «enviam currículos», vão «fazer ficha» junto de empresas especializadas na contratação de trabalhadores portugueses. Aqui, revela-se toda a importância das experiências anteriores de migração e os efeitos de contacto com trajectórias individuais e familiares de emigração para a aquisição de uma particular sensibilização e para a posse de recursos relacionais específicos que incrementam a viabilidade e a segurança de uma opção como esta.

> Anda gente a trabalhar comigo, mas, prontos, vieram de outros lados, vieram da Alemanha, vieram da Bélgica, a vida deles sempre foi aquela, trabalharam poucos anos em Portugal, depois foi sempre para um lado, para o outro... Para mim, a primeira experiência é Espanha, mas não digo que um dia não venha a andar como eles... Mas eles têm andado por vários países, já estão habituados a vir de três em três meses a casa, de meio em meio ano, de mês a mês…
>
> (R., 18 anos, servente da construção civil, emigrado em Espanha há um ano)

Um outro segmento de emigrantes havia sido aliciado ou recrutado pela acção dos intermediários e dos angariadores. As «redes sociais» (Massey, 1990: 60) que articulam «comunidades de partida» e «comunidades de chegada» facilitam «arranjar lugar na carrinha» («já tinha lá uma pessoa»). Por fim, encontramos todos aqueles que foram «com as calças na mão», numa escolha contrariada, compelida.

> Eu conheço muitas pessoas que trabalhavam numa empresa e têm as suas casas e a sua família para manter e estão desempregados e já emigraram para o estrangeiro. Um caso foi um que trabalhava comigo, trabalhava e não dava, ele foi trabalhar para Espanha para manter a casa e o carro, senão… as prestações… Porque a prestação era elevada e o carro… o carro também era de alta cilindrada, ele tinha que pagar, estava no desemprego, tinha que pagar alguma coisa.
>
> (T., 18 anos, estofador numa empresa de mobiliário de Paredes)

A investigação sociológica da condição migrante deve contrariar a tendência para a normalização das trajectórias singulares dos trabalhadores. Os modos de (re)entrada constituem momentos especialmente críticos para esclarecer a importância relativa dos diferentes factores que intervêm na produção de agentes propensos e aptos a encararem a emigração como uma alternativa concebível, razoável ou mesmo favorável. Na medida em que equivale à concretização de uma estratégia de mobilização da força de trabalho, esta tomada de posição sintetiza, para cada caso individual, uma constelação particular de determinantes «objectivas» (trajectos) e razões «subjectivas» (projectos), no geral ausente da consciência explícita dos trabalhadores. Na história destas singularidades, há numerosos indícios que não só exibem as «marcas de classe» de uma experiência de migração cuja probabilidade está assimetricamente distribuída pelo espaço social, como permitem a reconstrução teórica da sociogénese de uma decisão apenas em aparência «estritamente económica».

Referências bibliográficas

Gonçalves, Albertino (1987), «O presente ausente: o emigrante na sociedade de origem», *Cadernos do Noroeste, I* (1), pp. 7-30.

Holmes, Seth (2006), «An ethnographic study of the social context of migrant health in the United States», *PLoS Medicine*, 3 (10), pp. 1776-1793.

Jackson, Michael (2008), «The shock of the new: on migrant imaginaries and critical transitions», *Ethos*, 73(1), pp. 57-72.
Massey, Douglas (1990), «The social and economic origins of immigration», *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 510, pp. 60-72.
Monteiro, Bruno e Queirós, João (2009), «Entre cá e lá. Notas de uma pesquisa sobre a emigração para Espanha de operários da construção civil portugueses», *Configurações*, 4 (em fase de *peer review*).
Pialoux, Michel (1996), «Stratégies patronales et résisteances ouvrières», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 114, pp. 5-20.
Pinto, José Madureira (1999), «Flexibilidade, segurança e identidades sócio-profissionais», *Cadernos de Ciências Sociais*, 19-20, pp. 5-37.
Queirós, João (2009), «Recent economic performance and changing configurations of workforce mobility in Northwest Portugal: social consequences of unemployment and the rise of youth emigration», in Cairns, David (ed.), *Youth on the Move: European Youth and Geographical Mobility*, Frankfurt, IKO-Verlag (no prelo).
Queiroz, Maria Cidália (2003), «Precarização do emprego e integração profissional numa região de industrialização difusa: o caso dos operários da construção civil do Noroeste de Portugal», *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 15, pp. 19-55.
Scheper-Hughes, Nancy (2004), «Dangerous and endangered youth. Social structures and determinants of violence», *Annals of the New York Academy of Science*, 1036, pp. 13-46.
Wittgenstein, Ludwig (2002), *Tratado Lógico-filosófico – Investigações Filosóficas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.ª edição (tradução de M. S. Lourenço)

Um objecto em vias de extinção. O resgate teórico-etnográfico da cultura e do trajecto sócio-histórico do operariado agrícola alentejano (1926-1974)

João Valente Aguiar
Universidade do Porto
joaovalenteaguiar@gmail.com

Resumo: Será possível a uma perspectiva sociológica resgatar, analítica e empiricamente, um objecto de estudo quase desaparecido? Tentamos responder a este desafio tendo como base uma aproximação etnográfica a um objecto de estudo relativamente desconhecido: os trabalhadores assalariados rurais do Alentejo. Agregando dados qualitativos assentes na análise de conteúdo de poemas e canções populares da região e em testemunhos de antigos operários agrícolas, (re)construiu-se uma trajectória das mobilizações históricas no Alentejo durante a ditadura do Estado Novo (1926-1974). O nosso propósito central passou por dar conta da interacção entre a esfera cultural, atendendo aos seus dispositivos simbólicos e ideológicos, e o processo de organização e mobilização da referida classe social.
Palavras-chave: cultura popular; classe trabalhadora; etnografia

Introdução

Michael Burawoy afirmou num ensaio que já se tornou clássico, «porque os operários trabalham tão duramente?» (Burawoy, 1982, p.xi). Para o autor, a construção do consentimento constitui o foco central da sua análise. Num direccionamento claramente oposto, o nosso ponto de partida para a investigação aqui exposta poder-se-ia expressar na questão: "porque se mobilizam os trabalhadores?". Perante todas as "evidências", ao longo dos últimos 150 anos, vários contingentes de indivíduos e grupos de indivíduos pertencentes à classe trabalhadora organizaram-se colectivamente e romperam com o manto de inércia que as estruturas sociais do capitalismo instilam nos comportamentos dos agentes sociais. Independentemente do resultado final dos seus empreendimentos, sublinhe-se o facto de as classes dominadas terem, em determinados contextos espácio-temporais e por intermédio da sua mobilização colectiva, irrompido na cena social e política, cortando amarras a décadas de vida anónima e anódina.

Com efeito, a nossa investigação surgiu orientada para a prossecução de um objectivo central: de que forma a cultura popular produzida pelo operariado agrícola alentejano contribuiu para a mobilização social e política dessa classe social durante o Estado Novo? Nesse sentido, interessou-nos interrogar o social a partir de uma perspectiva sociológica que incluísse uma veia temporal. O nosso propósito de investigação aqui exposto versou a integração de conceitos que remontam a dimensões predominantemente simbólicas – a cultura popular1 – com conceitos que substantivem uma aproximação mais histórica – a formação da classe trabalhadora2. No fundo, dois eixos conceptuais que pretenderam captar não apenas um

1 Definimos cultura popular a partir das seguintes proposições: a) geração e produção de cultura, isto é, de objectos materiais, mas também de sentidos, de representações, de valores, de redes de sociabilidade e de interacções individuais e grupais pelos trabalhadores; b) a sua presença na sociedade é variável, consoante o grau de contradições e de correlação de forças das classes dominadas no campo mais vasto das classes sociais; c) é igualmente variável no espaço que ocupa no campo cultural de acordo com a maior ou menor penetração da cultura e das ideologias de outras classes, bem como do intercâmbio e influências estéticas que se estabelecem entre si.

2 Edward Thompson definiu a formação da classe trabalhadora como um conjunto de dinâmicas intrínsecas à classe social, «um processo activo que deve tanto à agência como ao condicionamento» (Thompson, 1991, p.8). Basicamente, Thompson trabalha a relação dialéctica entre capacidade – histórica e contextualmente variável – de organização própria e por iniciativa da classe e os freios ao desenvolvimento da auto-organização da classe colocados pelas estruturas sociais

Esta nota continua na página seguinte

fragmento da cultura popular alentejana ou o trajecto sócio-histórico dos assalariados agrícolas daquela região, mas a sua inter-relação.

1. O mapeamento metodológico da pesquisa de terreno

Para a fecundidade de um trabalho de investigação sociológica afirma-se pertinente «conjugar e fazer coexistir a linguagem da experiência, de estar e pensar no trabalho de campo, com a linguagem da teoria, que permite objectivar e racionalizar o que ocorreu» (Caria, 2002, p.10). Como mediador das duas linguagens – empírica e teórica – a metodologia protagoniza uma «construção estratégica» (idem, p.9), uma ponte entre os dois tabuleiros. Segundo Madureira Pinto e João Ferreira de Almeida, é inquestionável a existência de uma reciprocidade entre teoria e empiria:

> «sendo, pois, a investigação empírica largamente tributária da teoria, já se vê que a progressão na produção de conhecimentos concretos se terá de fazer, em larga medida, na dependência e do ritmo e natureza da análise propriamente teórica. O que não significa que a pesquisa empírica esteja impedida de exercer, ela própria, uma influência marcante sobre a teoria que comanda os seus momentos fundamentais» (Pinto e Almeida, 1995, p.124).

No fundo, para um mergulho consequente nas profundezas do real-social é absolutamente necessário estabelecer e definir uma «estratégia integrada de pesquisa» (Costa, 2001, p.129) que «organize criticamente as práticas de investigação» (Pinto e Almeida, 1995, p.80).

No nosso trabalho de investigação – que poderíamos incluir no rol de estudos centrados numa pesquisa de terreno com características etnográficas – procurou-se cumprir a sugestão de Firmino da Costa: a necessidade de «uma presença prolongada do investigador nos contextos sociais em estudo e contacto directo com as pessoas e as situações» (Costa, 2001, p.129). Nesse sentido, uma presença relativamente longa no terreno (cerca de quase três meses num total de dez) veio acompanhada de um mapeamento metodológico que orientasse e organizasse, nunca rigidamente, o trabalho de campo. No fundo, a assunção e enunciação de princípios metodológicos que se coadunassem com os objectivos da investigação andou de braço dado com uma «atitude sociológica» que «foi sempre a de expectativa, a de abertura preponderantemente receptiva» (Pais, 2000, p.13).

Por conseguinte, a nossa abordagem de cariz etnográfico – mais no que toca ao processo de recolha e tratamento da informação do que propriamente na construção teórica prévia – procurou corresponder a uma

> «análise centrada na construção social do quotidiano, partilhado em rotinas de acção e negociado em consensos e conflitos sobre regras de significação e de uso legítimo dos recursos, e não em qualquer visão "essencialista" e/ou exótica da cultura local» (Caria, 2002, p.14).

O mesmo consiste em afirmar que o processo de organização da investigação não se baseou na construção de um objecto de estudo singularíssimo ou portador de qualquer missão histórica definida de antemão, mas que as "conclusões" alcançadas decorrem da dinâmica descortinada no decurso do próprio processo de investigação. Em termos práticos, a articulação entre teoria geral de partida e mergulho etnográfico no terreno não funcionou somente como um exercício de ligação entre os níveis macro e micro da realidade social. Nos marcos da *grounded-theory*, o método etnográfico revelou-se fundamental como alavanca estratégica capaz de respaldar os dados empíricos num quadro teórico final, o que Seale define como «generalização teórica» (Seale, 2000, p.109).

Consequentemente, reforce-se a relevância dos procedimentos etnográficos de pesquisa para, por um lado, colher os elementos de ordem subjectiva e simbólica existentes no solo da realidade social e, por outro lado, os poder enquadrar em termos mais genéricos num quadro teórico mais abstracto. Recorremos, portanto, à etnografia num âmbito inverso ao sentido singularizante dado por Geertz aos estudos qualitativos de tipo etnográfico. Para este autor «qualquer proposta de teoria geral a respeito de qualquer coisa social soa cada vez mais vazia» (Geertz, 1999, p.10), reforçando a ideia de que o pensamento sociológico é sempre local. Não se contesta a contextualização imanente à produção do conhecimento em Ciências Sociais nem se busca, muito menos, a construção de uma teoria acabada e final sobre uma qualquer dimensão do real-social. Na verdade, a construção de princípios teóricos gerais – conceitos, conjuntos de conceitos e hipóteses – não é, do nosso ponto de vista, um exercício antagónico com o municiar de procedimentos qualitativos e etnográficos. Ao mesmo tempo, não procuramos generalizar precipitadamente conclusões de um caso específico vivido pelo operariado agrícola alentejano entre 1926 e 1974 mas, contrariamente, empreender uma tentativa de discernir até que ponto a originalidade de cada acontecimento social comporta traços estruturantes e passíveis de ocorrerem (em termos de possibilidades/probabilidades históricas) noutros contextos.

Para a robustez do mapa metodológico de orientação da pesquisa empírica abraçou-se uma postura de constante reflexividade sobre as relações sociais de observação, ou nas palavras de Telmo Caria, «as condições sociais da observação/inquirição do social» (Caria, 2002, p.11). Considerando-se que a produção teórica é necessariamente influenciada

---

(Estado, mercado, ideologias) e pela classe dominante. Assim, a classe não é em Thompson uma estrutura mas um processo, melhor dizendo, um conjunto articulado de práticas colectivas. Conjunto de práticas dotado de historicidade. Isto é, uma mesma classe social é passível de adoptar diferentes comportamentos e acções colectivas ao longo da sua existência. De referir que cada classe tem sempre uma margem mínima e máxima para a produção e efectivação de práticas próprias – culturais e políticas – e que estas podem fornecer ou receber elementos de práticas de outras classes. Por conseguinte, a «classe entende-se como um fenómeno histórico unificando um número de eventos aparentemente desconexos, tanto na matéria bruta da experiência como na consciência. Enfatize-se que este é um fenómeno histórico. Não vejo a classe como uma "estrutura", nem mesmo como uma "categoria", mas como algo que acontece na realidade (e que pode ser mostrado como aconteceu de facto) das relações humanas» (idem).

pela perspectiva adoptada, a problematização teórica e metodológica da localização do investigador num determinado ponto de vista (analítico e no terreno) é impreterível para a solidez do estudo sociológico. Ao investigador no terreno não lhe basta apenas a reflexividade de forma a controlar os seus procedimentos e a orientar a sua trajectória de investigação. Importa igualmente que, entre outros domínios e competências, o investigador seja capaz de, mantendo o devido distanciamento metodológico, adequar a sua linguagem (verbal e não-verbal) ao público em estudo. Daí que a informalidade

> «que supõe um processo de ajustamento recíproco, permita que, aos efeitos inerentes à presença do investigador no terreno e à interacção deste com as pessoas, não se venha juntar uma maior rigidificação dos papéis recíprocos do observador e do observado e uma maior rigidificação das categorias que organizam o processo de interacção verbal» (Costa, 2001, p.138).

Por esta via, o investigador não apenas se aproxima mais estreitamente do seu objecto empírico de estudo como, simultaneamente, pode experenciar, sob condições de profundo controlo e vigilância epistemológica, ética e metodológica, determinadas (micro)vivências dos agentes sociais. Assim, a presença prolongada no terreno, a multiplicidade de dimensões analisadas do real e o confronto sistemático entre o seu *habitus* e o universo dos *habitus* dos agentes estudados funcionam como meios que permitem conferir objectividade à investigação. Ou seja, recolha e tratamento de dados levados a cabo com instrumentos técnicos e metodológicos controlados de forma sistemática, tendo em mente o princípio basilar do «conhecimento das condições de conhecimento» (Bourdieu, 1980, p.7).

Tendo optado por um estudo orientado para a captação da subjectividade operária, é natural que a escolha da(s) metodologia(s) procure cumprir tal desígnio. Nesse sentido, a metodologia qualitativa surgiu como a mais adequada para indagar dos significados e percepções que os trabalhadores extraem e manifestam a partir do seu envolvimento com as condições culturais (e extraculturais) de existência. Na prática, a maior preponderância da metodologia qualitativa prendeu-se com o facto de que

> «ao intertarmos a reconstrução das culturas operárias, somos obrigados a prestar a devida atenção aos modos de ver e aos modos de ser, sendo que as investigações sociológicas quantitativistas baseadas em questionários fechados e na compilação de estatísticas são de importante mas limitada valia na reconstrução das estruturas de ver e sentir» (Kirk, 2004, p.51).

Por conseguinte, o estabelecimento de uma metodologia de maior pendor qualitativo assumiu uma importância capital no nosso trabalho. Acentue-se a necessidade de integrar técnicas robustas – sobretudo, mas nunca apenas, técnicas que apelem à auto-expressividade do sujeito (entrevistas não-estruturadas e semi-estruturadas; análise de conteúdo; observação directa; histórias de vida; fotografia social) – e numa abordagem plural e intensiva das mesmas. Tal propósito enquadrou a utilização de técnicas como a análise de conteúdo, histórias de vida, entrevistas semi-estruturadas e não-estruturadas, bem como a recolha e análise documental e o uso da fotografia social. Cada uma das técnicas procurou registar diferentes facetas do polígono social complexo que abarca os fenómenos relacionados com a formação da classe trabalhadora e o papel da subjectividade e da cultura nesse processo.

Por tudo o que tem sido enunciado, é razoável admitir este trabalho metodológico do pesquisador qualitativo se assemelha a um *bricoleur*, a uma «construção emergente» (Denzin, 1998, p.3). A capacidade que a metodologia qualitativa tem para resgatar «os momentos e os sentidos dos indivíduos» (idem) inclui uma combinação de dimensões com diferente estatuto gnoseológico. Por um lado, temos, assim, a "voz" e a vivência do agente social como ele próprio a interpreta. Por outro lado, ocorre um exercício interpretativo do investigador que, sem adulterar a subjectividade do sujeito, produz uma reflexão compreensiva sobre a reflexão actuante do agente social. Tal facto implica apreender a investigação qualitativa como um local de «múltiplos métodos e práticas de pesquisa» (idem, p.5). Denota-se, portanto, um enraizamento das técnicas de tonalidade interpretativa num trajecto de investigação bi-direccional entre teoria e empiria.

Este movimento entre empiria e teoria convoca uma comunicação mais estreita entre processo real e processo de conhecimento. Destaque-se que isso não significa necessariamente a subversão completa da função de comando da teoria. Pelo contrário, trata-se de recusar as visões que tendem a fechar a teoria em si mesma, reduzindo a problematização sociológica a uma especulação escolástica. Na verdade, a teoria continua a ser o ponto de chegada de uma qualquer investigação sociológica. Ou seja, o maior vaivém entre teoria e empiria não é um fim, mas actua e interage como mola propulsionadora do incremento da qualidade heurística e afinamento dos quadros teóricos existentes. É neste âmbito que a supramencionada *grounded theory* aponta. Esta consiste no processo de «gerar teoria e a descoberta sistemática de teoria a partir dos dados recolhidos na investigação social» (Glaser e Strauss, 1997, p.3). Por outras palavras, trata-se de considerar que a adequação da teoria não está «divorciada do processo em que foi gerada» (idem, p.5). Nesse sentido, o investigador etnográfico não só se municia com um quadro teórico de partida, como, com o decurso da investigação, os dados empíricos permitem forjar novos eixos de fundamentação teórica, complementando e refinando a análise. De facto, a um arsenal teórico de partida – ancorado nos conceitos de cultura popular e de formação da classe trabalhadora (vd. *Supra* notas 1 e 2) procurou-se complementar a análise através da canalização de elementos e dados recolhidos no terreno, num confronto entre elaboração teórica e indagação empírica que se procurou ser fecundo.

2. Uma primeira faceta da cultura popular alentejana: a poética cantada

Abordaremos seguidamente três eixos nucleares do nosso trabalho empírico. Neste primeiro eixo consagramos espaço ao estudo da canção (e poesia) popular em si mesma(s), antes de se enunciar as principais vias de acesso à substância daquela poética (cantada). Em termos genéricos, abordou-se o canto alentejano enquanto modalidade mais acessível para

uma mais frutífera indagação empírica. No fundo, a poética cantada3 alentejana reporta-se a uma das mais fecundas performances artísticas do operariado agrícola da região desde há centenas de anos. Na sequência da pesquisa de terreno, procuramos fundar uma breve tipologia temática/semântica dos elementos mais presentes na poética cantada alentejana. Demos conta de um breve exercício comparativo do trajecto sócio-histórico do operariado alentejano e a sua subjectividade de classe. Relativamente a este último tópico é fácil avançar com a ideia de que esta se caracterizou por ser uma subjectividade de resistência, de oposição aos dominantes, um polígono social substantivamente coeso e agregado colectivamente com finas e afiadas arestas para desferir sobre o peso do poder das classes dominantes e suas instituições (o Estado) e grupos sociais (os feitores e capatazes) adstritos. Esta subjectividade operária encontra-se espelhada numa das suas dimensões mais relevantes: a poética cantada.

No seio desta última resenhamos os seguintes tópicos temáticos:

a) *a poesia propriamente dita*. Dimensão auto-reflexiva da poesia popular sobre si mesma. Dentre outros domínios, este é certamente um dos que mais contribui para aferir do desenvolvimento estético do canto popular alentejano como uma criação artística de pleno direito.

b) *a natureza*. Os traços de humanização da natureza encontrados na poética cantada popular decorrem não de uma simples atribuição de características humanas a aspectos ou facetas do universo natural. De facto, existe uma certa metaforização, conotando diferentes domínios da natureza com distintas simbologias humanas.

c) *o amor*. Encontramos nos cantos populares alentejanos tonalidades típicas de poemas de amor: a ausência do outro, a busca do outro, a saudade do outro, os desencontros. O corpo como materialização do amor mas também como limite terreno desse sentimento humano.

d) *a reflexão sobre a condição humana*. As dificuldades de sobrevivência, o desemprego por grandes períodos de tempo e o corte/dessacralização do viver religioso, desaguaram em reflexões sobre a condição humana que, em determinadas composições poéticas, se aproxima de um certo niilismo. O canto religioso é sobretudo marcante em períodos de festas religiosas, funcionando como translações temporais de tradições religiosas ancestrais – cantar aos Reis e no Natal – e que assumiam mais dinâmicas de ritualização nas festividades e menos uma consagração religiosa de um balizar da vida quotidiana terrena numa linguagem transcendental. Todavia, uma outra abordagem persiste nos trabalhadores alentejanos não-religiosos – se não a maioria, pelo menos, uma importante fatia da população – o anti-clericalismo ou a própria politização de Jesus Cristo, incorporando-o no seu ideário político:

Entre Jesus e Lenine
há um laço que os une
há um braço que os define
Lenine a sábia centelha
pregou a paz e o amor
também Jesus Cristo
pregou tal e qual o mesmo.
(Lima, 2006, p.54).

Esta condição existencial leva o trabalhador rural a centrar a reflexão sobre a sua vida em termos muito práticos: sobre a natureza, sobre a paisagem e, o que é mais importante, sobre si, o seu corpo e os seus semelhantes e como estes se relacionam com o mundo terreno que vêem em seu redor, isto é, com a propriedade.

e) *terra ou lugar?* O "apego à terra" tende a sintomaticamente ser atribuído a populações rurais. No fundo, as teses da *gemenschaft* versus *geselchaft*, ou seja, da comunidade versus a sociedade ou da tradição versus a modernidade, fundam uma aporia que, a mais das vezes, obscurece o real conteúdo de certos expedientes dos estilos de vida das populações situadas fora dos grandes centros urbanos. No Alentejo, nomeadamente no que pudemos recolher das canções populares, esse sentimento de "apego à terra" é mais uma ligação ao lugar do que propriamente à posse da terra como é mais característico no campesinato nortenho (vd. Pinto (1985), Almeida (1999), Silva (1998)). De facto, mais do que um sentimento de propriedade, o operariado agrícola alentejano identifica-se, num primeiro momento, com o lugar onde habita e onde forjou a sua subjectividade. Temos assim uma forte presença da identidade local no corpo textual das composições populares alentejanas. Isto é, o modo de ser do operário rural alentejano fundamenta uma visão de identificação com o lugar mas não com a propriedade.

f) *a condição do "pobre"*. Um dos fenómenos sociais tristemente mais identificadores do Alentejo durante séculos foi a pobreza e mesmo a miséria em que viviam milhares e milhares de famílias trabalhadoras. A profusão de composições poéticas (cantadas) descrevendo as condições penosas do operariado agrícola é imensa:

Vêem-se corpos humanos
Suportando mil enganos
Da sociedade que os intruja
(...)
Semeando com fome e frio

3 Designamos o canto alentejano, como é vulgarmente denominado, de poética cantada no sentido em que nesta prática cultural se entrecruzam duas técnicas artísticas principais: a poesia popular e sua correlativa musicalização por via da interpretação vocal.

Andam os corpos seminus
Acompanhando essa cruz
(...)
Farrapos da humanidade
Abandonados da sorte
Estendendo os braços à morte
À mercê da caridade
Na alta sociedade
Gastam-se notas aos maços
Vindo de ricos terraços
Ouvem-se risos de fera
Lá está o pobre à espera
Dos meios tostões dos ricaços.
(VVAA., 2001, p.71-72).

O sentimento de injustiça em relação à miséria existente durante o Estado Novo nos campos alentejanos e o sentimento de compaixão com os trabalhadores pobres e mendigos assomam como dois dínamos da elevação da consciência social do operariado agrícola alentejano, facto bem espelhado na sua poética cantada. Registe-se ainda a percepção da situação de pobreza como um fenómeno não atribuído a factores naturais ou inelutáveis mas à situação amplamente favorecida do que chamavam de "ricaços": os latifundiários e os senhores da terra.

f) *a condição operária*. Um elemento identificativo da cultura operária e popular alentejana era, inequivocamente, o trabalho assalariado. Desde as simples menções à vida de trabalho,

Mondadeira alentejana,
Lenço de todas as cores,
Vai mondando, vai cantando
Cantigas aos seus amores.
(VVAA, 1994, p.67)

até à centralidade do trabalho como marco de estruturação da vida quotidiana e na própria constituição das «regras do jogo no mercado matrimonial» (Almeida, 1999, p.258):

Ceifeira!
Ceifeira, linda ceifeira!
Eu hei-de,
Eu hei-de casar contigo!
Lá nos cam…
Lá nos campos, secos campos,
Lá nos campos, secos campos, à calma a ceifar o trigo.
(VVAA, 1994, p.71).

A consciência do núcleo estruturante e nevrálgico do trabalho assalariado é por demais evidente em dois poemas:

Meus senhores eu venho à praça
Este meu corpo oferecer
Este meu corpo-carcaça
De se comprar e vender
De se comprar e vender
De bem se negociar
No negócio de render
Sem ele eu nada ganhar.
(Lima, 2006, p.34).
MOTE
Ó trabalhador rural
Vem estudar esta lição
Se és tu que vives mais mal
Quando tudo tens na mão.
Vem cá pobre criatura
Da vida precária e cega
Que lutas com tanta miséria
E produzes tanta fartura
A tua tarefa é a mais dura
O teu sofrer é sem igual
O teu braço o principal
Que fornece o suave pão
Do qual não tens um quinhão

Ó trabalhador rural.

(Navarro, 2002, p.76).

Aqui denota-se uma aguda ilustração do cerne e dos efeitos do trabalho assalariado, isto é, da venda da força de trabalho como elemento estruturante das relações sociais de produção vigentes naquele contexto.

g) *o confronto (de classe) com o poder*. Dos dois últimos eixos temáticos, com maior incidência causal, mas também pela articulação de todos os anteriores, o confronto da classe operária alentejana com a classe dominante nos campos e suas instituições representativas iria ser uma realidade.

Em primeiro lugar, destaquemos o desaguar de múltiplas tendências secundárias mas nem por isso desprezíveis. O cruzamento entre a existência de um saber fazer performativo próprio – a poética cantada popular; a ligação à natureza e a pulsão de materializar um viver social que permitisse uma vivência frutífera e harmoniosa entre produtores e o mundo natural, bem como a humanização dos elementos naturais; a profusão de sentimentos de amor e de generosidade com o próximo; e o sentido existencial oscilante entre um pessimismo e uma consciência da vida humana operária como despojada a não ser de si mesma e do seu lugar biológico – o corpo – a par de uma religiosidade incipiente e quando existente meramente ritualista; marcariam, no seu todo, um modelo de variáveis essenciais para a consolidação de uma identidade operária muito própria.

Por outro lado, esse cruzamento que designamos de secundário interliga-se com o cruzamento fulcral entre, por um lado, o sentimento de injustiça perante as condições de vida concretas do operariado e, por outro, a compreensão da sua condição de trabalhadores assalariados e de que seria nessa relação social fundamental que residiria a raiz principal do seu modo de viver, construiriam uma forte identidade e identificação colectiva da classe operária agrícola alentejana.

Nesse sentido, a criação de um mundo cultural muito próprio de representações sociais mas também de sociabilidades culturais moldaria a revivescência de um cenário social polarizado em termos de posicionamento social (a disparidade dos lugares de classe entre os agrários e o operariado da região) mas também em termos de acção social. Dizemos polarizado em termos de acção social, pela paulatina e gradual construção do operariado agrícola alentejano como sujeito social colectivo com referenciais simbólicos e com práticas de classe independentes. Logo, com interesses colectivos bem definidos e contrastantes com os da burguesia agrária.

Portanto, o primeiro nível da constituição de um universo cultural operário passa pela assunção das diferenças entre trabalhadores e patrões, como agentes sociais distintos, mas intimamente relacionados nos seus propósitos políticos, sociais e económicos:

Há lobos sem ser na serra
Ainda não sabia
Debaixo do arvoredo
Trabalho de noite e de dia.
(...)
O rico é como o sapo
Só tem barriga e pança
O pobre é como a formiga
Só trabalha e não descansa.

(Lima, 2006, p.49).

Um segundo nível pode ser destacado no que toca à identificação dos interesses de classe fundamentais do operariado agrícola da região. Às dificuldades de sobrevivência económica e à opressão pelo regime ditatorial, na poética popular surge como vector o contrariar da dinâmica do regime e o horizonte simbólico de construção de uma sociedade diferente, mais democrática e com direitos sociais e políticos. A ambição de transformar a sociedade e construir novas formas de sociabilidade humana surge no poema "O meu sonho":

Eu sonho com um mundo novo, isento de maldade
Em que os homens se estimem e dêem com amor
Um mundo de ventura e eterna felicidade
Donde p'ra todo o sempre seja banida a dor.
(...)
Um mundo em que haja paz em toda a terra
Em que o ódio e a dor jamais tenham guarida
Um mundo em que a semente da miserável guerra
Se mantenha p'ra sempre dos homens esquecida.

Eu sonho um mundo novo repleto de alegria
Donde desapareça o mal que nos consome
Um mundo em que se possa gozar a luz do dia
E onde jamais alguém possa morrer de fome.

(VVAA., 1987, p.59).

Sinteticamente, a poética cantada do operariado rural alentejano evidencia traços muito específicos da sua consciência/identidade de classe. Não só uma abordagem existencial muito forte sobre a sua condição social; mas também a

subvalorização do religioso e mesmo a sua reconversão para a luta política secularizada e desligada do controlo da Igreja; a construção mental e simbólica da terra como um utensílio a cultivar e não como a raiz *natural* das relações sociais de propriedade; a auto-identificação como trabalhadores explorados e com interesses económicos e políticos opostos aos dos grandes proprietários da terra; a produção de uma linguagem de classe. Todas estas dimensões culturais não se espelharam tão-somente no terreno da produção simbólica. Com efeito, materializaram-se no real concreto e histórico, logo, assumiram uma dimensão política e social.

3. Uma segunda faceta da cultura popular alentejana: reflexividade operária sobre a sua condição de classe

O segundo eixo da nossa pesquisa de terreno debruça-se sobre a subjectividade de três actores sociais pertencentes ao tempo e ao objecto empírico do nosso estudo. No fundo, interessou-nos nesse eixo resgatar e explanar as vozes de agentes sociais de modo a que estes pudessem comentar as suas vivências no decurso de processos sociais e históricos descritos anteriormente. Consequentemente, surgiu como relevante enquadrar as biografias de operários agrícolas em torno de uma coordenada específica: o sentimento de solidariedade entre os trabalhadores4.

Por seu turno, o recurso às histórias de vida recriou, pela evocação da experiência contada e vivida dos agentes sociais, uma nova manta de representações sociais e simbólicas. De facto, o método biográfico leva os agentes sociais a realizarem uma reflexão própria sobre um conjunto de acontecimentos e fenómenos que vivenciaram. Nas palavras de Machado Pais, «o que está em jogo no uso do método biográfico é a recuperação de memórias narradas do ponto de vista de quem as evoca» (Pais, 2001, p.107), o que parece dar a entender que as histórias de vida trazem para o texto analítico a tessitura da subjectividade dos indivíduos. No fundo, a análise sociológica enriquece-se aqui por via da recolha, tratamento e interpretação teórica do discurso dos agentes. Fundamentalmente, não se trata de fazer do discurso dos agentes matéria científica acabada ou sequer potencialmente explicativa, a apenas necessitar de uma translação da linguagem do senso comum para o vocabulário científico. Na verdade, o retomar das palavras dos agentes cumpre, essencialmente, uma função de captação de camadas do tecido social dificilmente apreensíveis por outros métodos e técnicas. Basicamente, a enunciação das representações individuais e colectivas não cabe ao investigador *per si*, mas este deve ouvir, recolher e, finalmente, interpretar o universo simbólico, cognitivo e afectivo dos agentes sociais. Daí que seja extremamente fecunda a seguinte elocubração de José Machado Pais: «em jogo» no método biográfico «está também a possibilidade de tornar visível o que nem sempre é empiricamente detectável, precisamente as dimensões invisíveis de um fenómeno» (idem).

Por conseguinte, mais do que retratar vidas humanas na sua globalidade, pretendeu-se que os agentes sociais entrevistados alavancassem domínios de experiência operária num conjunto definido de temas directamente conectados com a formação do operariado agrícola alentejano e com a sua base de sustentação: a cultura popular assente em valores de solidariedade e de união colectiva. Recolher o «*sentimento* do período histórico» (James, 2004, p.290) [itálicos nossos] contemplado foi o desígnio desta secção, em especial no que toca ao propósito de objectivar a consciência de classe de três operários agrícolas na sua concreção, na sua expressividade mais crua. Em poucas palavras, transformar os relatos dos trabalhadores em testemunhos orais.

Como base do nosso trabalho, definimos o papel da cultura operária na formação da consciência política e social dos trabalhadores agrícolas alentejanos. Relembrando este tópico, demos então a palavra aos agentes entrevistados e como estes apreendem a importância do colectivo e da solidariedade patentes nas redes de sociabilidade operárias.

CJ, operário agrícola com 68 anos de idade e proveniente da aldeia do Couço, concelho de Coruche, considera que nos trabalhadores alentejanos e ribatejanos da margem sul havia uma

> consciência da solidariedade muito grande. A importância da solidariedade via-se, por exemplo na que manifestávamos com os trabalhadores presos pelo regime. Naquele tempo afirmar os valores da democracia e da liberdade no contexto do regime ditatorial de Salazar era um enorme acto de coragem que só podia ser tomado colectivamente (CJ).

É interessante a forma como CJ aborda esta questão. Em termos simples, para que os trabalhadores alentejanos pudessem afrontar um regime político que consideravam como obstáculo à concretização dos seus interesses mais vastos e das necessidades mais prementes, só a sua agregação grupal poderia funcionar como aríete contra o Estado Novo. Todavia, a unidade colectiva dos trabalhadores não bastava, segundo CJ. Era preciso acrescentar-lhe

> três formas de consciência: do mundo e do país em que viviam; da transformação social (mundo em constante mudança); do seu papel nesse processo de transformação. Isto tinha depois ligação com o próprio conceito que o trabalhador alentejano tinha de posse da terra. Havia até um ditado onde se dizia, "a terra? Para que a quero eu a ter? Quando entro em casa até sacudo os pés!" (risos) (CJ).

Este "limpar a terra dos pés" conota uma noção de desprendimento em relação à propriedade individual e de despojamento corporal relativamente ao que não lhe é inerente. Até neste capítulo o assalariado agrícola alentejano assume uma condição de desapossamento dos meios de produção. No caso, simbólicos. Porém, este sentimento de comunidade repercute-se por vezes, refere o mesmo entrevistado, num certo

4 Outros temas como a relação dos trabalhadores com os agrários e com o Partido Comunista Português, sem esquecer as condições de vida, a repressão no período da ditadura de Salazar e a resistência a esta, bem como as vivências durante o período da Reforma Agrária e o balanço afectivo-simbólico desencadeado com o final desta foram abordados na nossa investigação. Por razões de economia de espaço, mas também como forma de enfatizar o papel determinante – nunca exclusivo – da esfera cultural sobre a formação da classe trabalhadora escolhemos o tópico supramencionado da solidariedade entre os trabalhadores agrícolas alentejanos.

> Sentimento de desconfiança de quem vem de fora, às vezes quase uma autarcia comunitária (CJ).

Quer dizer, o fechamento da comunidade operária comunga da nossa asserção de que naquela região do país vivenciavam-se dois universos culturais e ideológicos. Redimensionando as suas vivências quotidianas num campo cultural e de sociabilidade próprio, o operariado agrícola alentejano secretava produtos simbólicos seus, em grande medida autónomos de influências de outras classes sociais. Tomando o conceito de cultura num domínio mais vasto, percebe-se, por conseguinte, como as redes de interacção, agrupamento colectivo e de sociabilidade inter-individual dessas comunidades rurais operárias consubstanciavam-se como fortes indutores de disposições morais, políticas, estéticas e significacionais claramente distintas das encontradas no seu exterior. A assunção destas experiências de vida passava por um sentimento de

> naturalidade com que tudo foi feito ali. Por exemplo, as reuniões faziam-se com um petisco e com um copo mesmo sabendo que corríamos o risco de surgir a Guarda. Isto permitia disfarçar as reuniões mas também porque víamos a luta com alegria e não com desespero, pelo menos da parte dos trabalhadores mais conscientes. Essa vivência em comunidade (CJ)

consumava toda uma rede de sociabilidades e uma plataforma de produção profusa de conteúdos culturais muito próprios que se reflectiam no viver colectivo e político dessa classe. E que classe era essa? A que classe pertenciam aqueles agentes? Explicitando*, a que classe social assumiam aqueles agentes sociais pertencer?* Para GA, operário de Montemor-o-Novo com 81 anos de idade,

> isto aqui são operários agrícolas. É proletariado agrícola, não são camponeses como lá no Norte. E não é por uma mania, é por uma razão científica. O operário agrícola não tem nada seu, não tem terra sua, só tem dois braços. Isto é um operário industrial ou agrícola para trabalhar. Ele não é camponês. Por isso, chamávamos operários agrícolas aos trabalhadores agrícolas. Já em 62 havia essa consciência sentida de que eram operários agrícolas. É um raciocínio, é uma consciência de classe como tem um operário não é? Para ele o que interessa é o trabalho não é a terra. Na Reforma Agrária, não quisemos a terra para nada, ela era para trabalhar (GA).

Mais uma vez a insistência de que a terra não é uma propriedade ou uma posse a ser apropriada individualmente, mas um recurso a trabalhar colectivamente. Paralelamente, a noção arreigada, historicamente reproduzida e reapropriada, de que os trabalhadores agrícolas da região eram, na sua esmagadora maioria, assalariados não deriva de uma mera constatação estatística. De facto, como apontaremos na secção subsequente, parece evidente o elevado peso numérico e populacional do operariado agrícola em todo o Alentejo. Contudo, uma certeza estatística e demográfica não é idêntica à subjectividade com que os agentes sociais apreendem a sua vivência, localização e condição social. Assim, o desenvolvimento de uma linguagem de classe – ainda por cima, assumindo explicitamente a pertença a uma determinada classe social – cristaliza uma orientação simbólica e ideológica marcada e corporizada pelos operários da região. Notadamente, operários que residiam, sociabilizavam, conviviam e trabalhavam em unidades territoriais relativamente endógenas, portanto, imunizadas culturalmente (e politicamente) das influências e dinâmicas das classes dominantes e das instituições do poder fascista nos campos (a União Nacional, os Grémios ou as Casas do Povo). GA acrescenta ainda que essa vida comunitária dos operários agrícolas alentejanos não dispensava o canto colectivo.

> Às vezes cantava-se, juntava-se muita gente. Aos domingos, dia que não se trabalhava, juntavam-se aos 20, 30 de braço dado a cantar as canções que tínhamos na época. Havia canções de amor, de raparigas e tal, depois ia para outra rua e cantava-se outra sobre a terra e juntava-se muita gente. Nas ceifas, homens e mulheres cantavam. Aí cantava-se muito. A tirar cortiça assobiava-se. A esgalhar cantava-se, esgalhar é limpar o relevo. Nas mondas, que era antes da monda química, as mulheres e os homens cantavam ao desafio. A música animava o pessoal. Sem ânimo não havia luta possível (GA).

Esta extensão da vida cultural a toda uma série de actividades produtivas cunha o viver operário numa multitude de sentimentos e numa gama vasta de acontecimentos recreativos, sempre perpassados pela solidariedade e pela celebração simbólica da colectividade em que se encontram.

> Olha. Haviam muitos convívios. Se passasses numa rua de uma aldeia, mesmo aqui na cidade de Beja, ias ver muita malta toda junta a cantar e a dançar. O pessoal lá do norte como tu às vezes tem aquela ideia de que nós alentejanos divertimo-nos pouco. Mas não. Divertir não é bem a palavra certa mas que havia uma alegria na vida do dia-a-dia das pessoas havia. Essa alegria era motor da nossa fraternidade para as lutas. Também havia muita gente a ler em conjunto e sessões de leitura. Lembro-me de ver um operário culto do Partido, que tinha a quarta classe, a ler o "Até Amanhã, Camaradas" do Álvaro [Cunhal, nota nossa] para alguns operários que não eram do Partido. Esse homem sabia até partes de romances de cabeça e contava isso na rua. Era muito giro. Claro que quando sentíamos a GNR a aproximar das ruas o pessoal debandava e dispersava logo. Também tínhamos que ter cuidado com os bufos. Mas nas aldeias era difícil ser bufo porque toda a gente conhecia-se, toda a gente comunicava entre si sempre que aparecia alguém de fora. As brincadeiras eram muito engraçadas na altura. As crianças brincavam sem brinquedos a fazer de conta que tinham brinquedos. Ou então fazíamos uns brinquedos com bocados de arame que às vezes se catava nas ruas. Parecíamos os meninos dos Esteiros (risos). Depois os miúdos andavam a pedir, a correr pela cidade, eram moços ao abandono. Tinha coisas más. A gente sabia que tinha de ir trabalhar muito cedo, muitos logo aos 5 ou 6 anos. Muitos nem à escola iam e eram raros os que tinham mais do que a instrução primária. Mas eu tenho a ideia que apesar da miséria essa vida de garoto descalço ajudou-nos a ser solidários desde meninos. O que um apanhava de comida num campo levava aos outros. Mesmo na escola havia separação entre os meninos das várias classes. Levávamos quase uma vida de malteses mas onde não havia traição entre nós. A traição da confiança era das atitudes mais graves e mais condenáveis que alguém poderia fazer (HJ).

Assim fala HJ (76 anos) de Beja. HJ corrobora igualmente a tese da incomunicabilidade cultural e sociabilitária entre os operários agrícolas e os grandes senhores da terra. Oferece ainda um exemplo concreto da forma de como (não) se relacionavam.

> Com os latifundiários? Quase não falávamos, quando se falava. Era gente de grande insensibilidade. Por exemplo, o Dom Diogo em Ferreira do Alentejo. Não deixava no final da ordenha ou da apanha os trabalhadores aproximar-se e alimentar-se do que quer que fosse que sobrasse. Era de um desprezo para com a fome de quem lhe produzia a riqueza… Era um sujeito horrível. Uma outra situação que não gostava nada era quando alguns trabalhadores vinham com um chapéu pedir ao café Luiz da Rocha esmola. Eram uma excepção, era gente medrosa. Ou então quando os trabalhadores saíam às arrecuas de falar com dom Diogo. Isso sim era degradante. Mas eu não os culpo. A malta era muito pobre, passava fome e era natural que achassem que o senhor deveria ser benemérito. Aquela gente odiava os trabalhadores. Viam-nos como animais ou sei lá o quê (HJ).

Comparando com o individualismo característico das últimas décadas, Honrado exalta a solidariedade colectiva manifestada pelo operariado agrícola no passado.

> Era uma solidariedade, uma união como não se vê hoje. Dou-te um exemplo, trabalhadores que davam o conduto ou parte dele para o homem conseguir resistir no trabalho. Alguns andavam com uma pedra na bolsa para fazer de conta que não se passava fome. Sol a sol, fome, nem sei como aquela gente aguentava as ceifas. Ainda por cima trabalhava-se três a quatro meses por ano. O resto do ano era desemprego. Aqueles olhos cavados de fome metiam impressão. Se não fosse a união entre a malta não sei o que teria sido de nós. Eram outros tempos e era um outro regime mas era uma ajuda entre os trabalhadores que não há hoje. Era espontânea e que era comum a gente que nem era politizada (HJ).

O sentimento de injustiça relativamente às condições de vida existentes durante o regime ditatorial ajudou a fermentar um sentido colectivo de pertença de classe. Assim, a mobilização colectiva, mesmo no contexto da ditadura, assumia foros de maior facilidade na sua concretização.

> Nos jogos de futebol, incentivava-se a participação da malta politizada ou do Partido no jogo em cada equipa. O objectivo era aproveitar aqueles laços de união e ir mobilizando os trabalhadores. No fundo, a malta quando se sentia injustiçada lutava mais facilmente (HJ).

A mobilização política e social que, em muitos casos, o Partido Comunista Português induziu junto do operariado agrícola alentejano (e em outras franjas das classe trabalhadora portuguesa), demonstra que a movimentação de contingentes populacionais em torno de determinadas reivindicações não é um puro e linear resultado da acção de um agente político (ou sindical) organicamente exterior à classe. Na realidade, a transversalidade de disposições (e de predisposições) baseadas em sentimentos de solidariedade, de desprendimento em relação à propriedade privada da terra e no afrontamento/antagonismo (simbólico e ideológico) entre trabalhadores e grandes proprietários, evidenciam, no seu conjunto, que sem determinados factores de índole ideológico-cultural, a mobilização política não tem o alcance que os seus resultados, à primeira vista, poderiam fazer crer.

4. A formação da classe trabalhadora alentejana (1926-1974)

O último eixo do nosso trabalho de terreno repercute um carácter ligeiramente mais historiográfico e processual: a formação e desenvolvimento das movimentações sociais e políticas do operariado alentejano entre o início da década de 30 e o 25 de Abril de 1974. De facto, a recolha de elementos documentais (excertos de jornais e dados estatísticos) sofreram, neste capítulo, um processo interpretativo, acentuando os traços fundamentais acerca da movimentação da classe operária alentejana.

A este título, atente-se, nas lutas e movimentações colectivas do operariado agrícola contra o regime ditatorial do Estado Novo. Com efeito, o padrão das lutas operárias durante a ditadura fascista derivou, como já vimos, da matriz cultural da classe trabalhadora agrícola alentejana mas também da organização interna da estrutura fundiária. Sucintamente, interligando território, recursos e relações sociais, importa agora caracterizar a mancha classista no Alentejo. Desse modo, atente-se para o critério posse/propriedades da terra (principal meio e recurso social de produção) como o factor mais estruturante para a definição das classes sociais da região antes de 1974. Com efeito, aliada a uma baixa taxa de urbanização na região, chega-se a vésperas da Revolução dos Cravos com a seguinte distribuição das classes sociais:

Tabela 1

Classes sociais nos campos alentejanos

Classes sociais	**Latifundiários**	**Pequenos agricultores**	**Assalariados agrícolas**
Percentagem da população activa	2,3%	14%	83,6%
Área agrícola	2.2oo.ooo ha	1.000.000 ha	–
Percentagem do total de terras	68,7%	31,2%	–

Fonte: dados do INE (1968 – explorações agrícolas; 1970 – inquérito à população)

A concentração da terra na dobragem para a década de 70 era nítida. A classe dominante nos campos – uma parte ínfima da população, pouco mais de 2% – detinha mais de dois terços das terras, já para não falar que os cerca de 30% de terras restantes nas mãos dos pequenos agricultores eram, ou explorações com funções de mera subsistência/sobrevivência

familiar, ou eram propriedades com solos pouco férteis. Por outro lado, os assalariados agrícolas – que representavam pouco mais de 80% da população – encontravam-se destituídos do recurso que eles trabalhavam quotidianamente: a terra. E isto quando tinham emprego. Quando se dá a Revolução que iria instaurar o regime democrático estimam-se em cerca de 14 mil desempregados agrícolas (Piçarra, 2004, p.212). Paralelamente, a situação económica do operariado agrícola da região é, no mínimo, precária. Para além do trabalho de sol a sol, que iria pintar a região desde tempos imemoriais até 1962, e do desemprego, atente-se que, para dar apenas uma exemplificação, entre 1960 e 1962 as jornas eram de 24 a 30$ (15 cêntimos de euro, no máximo) para os homens e de 13 a 16$ (8 cêntimos de euro por dia) para as mulheres (Gervásio, 2004, p.182). Este quadro de vulnerabilidade socioeconómica do operariado irmanava e complementava-se com um clima de brutal repressão, na medida em que às dificuldades de subsistência dos trabalhadores da região, adicionava-se constantemente um espírito combativo de revolta com resultados óbvios na resposta violenta das autoridades fascistas. O regime não apenas punia com a violência física sobre as manifestações de trabalhadores, com a prisão, com a tortura e mesmo em alguns casos com a morte.

No que concerne à actividade económica, através de uma leitura atenta do Projecto do II Plano de Fomento (1958) para a agricultura, não se encontra sequer uma linha sobre a melhoria das condições de vida das populações trabalhadoras da região. Todo o Plano, alegadamente destinado a fomentar o desenvolvimento económico do país, não contempla nunca a melhoria dos salários na região, o combate ao desemprego, a introdução de mecanismos legais traduzidos em termos de contratualidade laboral, a modificação dos horários de trabalho, etc. Em todo esse texto oficial do regime apenas se encontram tópicos relacionados com «hidráulica agrícola», «povoamento florestal» e «reorganização agrária» (VVAA., 1958). Mesmo o último ponto – reorganização agrária – apenas foca a questão da melhor forma de reconfigurar a estrutura da propriedade em ordem a tornar o latifúndio mais rentável do ponto de vista capitalista.

Por conseguinte, a contestação ao regime do Estado Novo surge como uma extensão desta dupla dinâmica assente na esfera simbólico-ideológica – a cultura popular da região – e nas relações de propriedade preponderantes no latifúndio.

A consolidação institucional do regime político do Estado Novo não apenas teve consequências ao nível da própria sobrevivência de uma forma fundiária arcaica: o latifúndio. Essa consolidação institucional do regime fascista – conseguida com o desbaratar violento de toda a oposição popular, desde o "reviralho" até à ilegalização de todos os partidos e à repressão brutal da greve geral de 18 de Março de 19345 – teve também reflexos na própria dinâmica da classe trabalhadora alentejana. A primeira propriedade a registar consubstancia-se na necessidade que a classe operária agrícola da região teve em adoptar formas de luta que exigissem uma clara consciência política/social da longa duração dos enfrentamentos de classe. Por outras palavras, a fascização da vida nacional – assente na proliferação de organizações estatais e para-estatais como Casas do Povo, o Movimento Nacional Feminino, a Legião Portuguesa, a Mocidade Portuguesa, os Sindicatos Nacionais, a FNAT, etc. que denotam uma clara sustentação e robustez orgânica interna do regime, pelo menos até à sua primeira grande crise com o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota das experiências fascistas por toda a Europa –, o apoio internacional das potências autoritárias (Itália, Alemanha, Espanha franquista, etc.) e o eficaz e selectivamente orientado recurso à violência física e censória contra os seus adversários políticos, forneciam uma estabilidade ao regime fascista de Salazar onde as lutas de afrontamento aberto estariam fadadas ao insucesso. Assim, face ao poder do Estado fascista e de uma das classes hegemónicas do bloco no poder à época, a luta operária nos campos alentejanos assumiu novas formas relativamente ao que tinha ocorrido na Primeira República: iniciativas influenciadas pelo anarco-sindicalismo assentes na acção directa. Ainda mais relevante, iria crescer a consciência de que a movimentação colectiva dessa classe teria de ser orientada para um longo processo de acumulação de forças. Esta noção da movimentação colectiva concretizar-se-ia, de um lado, por intermédio de uma persistente luta económica e reivindicativa de modo a colmatar as gritantes necessidades básicas dos trabalhadores alentejanos e, de outro lado, na construção de uma classe social com um elevado grau de politização e de consciencialização da sua situação enquanto assalariados agrícolas economicamente explorados pelo latifúndio e politicamente oprimidos pelo regime. Esta dimensão de longa duração é bem expressa nas palavras de Américo Leal:

> «*após muitas lutas contra o trabalho de sol a sol e pela redução do horário de trabalho* em certas actividades, como na cava das vinhas e noutros trabalhos pontuais, foi a partir de 1960 que os trabalhadores agrícolas do Alentejo passaram a ter no Verão duas horas para o almoço e meia hora para a merenda, o que, mesmo assim, os obrigava a trabalhar 11 e 12 horas por dia. Os salários, embora sempre dependentes da luta dos trabalhadores em cada região, e por vezes em cada herdade, eram, em 1940, de 8 a 10 escudos por dia para os homens e de 2 a 3 escudos para as mulheres, passando, em 1960, na Herdade da Palma e *devido a constantes acções reivindicativas*, para 15 escudos para os homens e 7 escudos para as mulheres» (Leal, 2005, p.28) [itálicos nossos].

Repare-se que o aumento salarial referido pelo autor demorou cerca de 20 anos a ser conseguido. Daqui se depreende o carácter de longa duração das lutas operárias no Alentejo, decorrente da própria natureza do regime e da estrutura fundiária existente.

A mutação no tipo de lutas operárias na região iria obedecer a dois fundamentos principais:

1) desenvolver no plano político os laços de solidariedade e de fraternidade já existentes ao nível das sociabilidades culturais, o que significava adoptar lutas reivindicativas em torno de objectivos concretos e de satisfação imediata dos trabalhadores agrícolas (salários, horários de trabalho, períodos de descanso, etc.);

---

5 O regime realizou «um total de 696 presos» (Patriarca, 2000, p.458) no rescaldo dessa iniciativa de luta operária, constituindo o «esfrangalhar dos núcleos de resistência à organização corporativa» (idem, p.490).

2) à luta descoordenada em cada herdade procurar agregar essas lutas parciais por vila ou aldeia, apostando-se, para isso, na intervenção reivindicativa nas praças de jorna existentes em cada unidade administrativa territorial.

Nas décadas de 40 e 50, a par das mobilizações em torno de reivindicações de carácter económico, começam a acrescentar-se camadas de componente política às mobilizações operárias. Sobretudo na década de 50 não apenas se recorre com maior frequência à greve como forma de luta, como o afrontamento com o regime se torna mais violento. Estando ausente qualquer forma de legitimação ideológica ou de carácter normativo para barrar as mobilizações operárias, só uma mais implacável repressão poderia obstar à crescente magnitude da organização colectiva dos assalariados agrícolas alentejanos. Aliás, a repressão por si só é insuficiente para fazer retroceder um movimento popular ascendente, sobretudo se não se conseguem destruir as bases produtoras do seu viver social: no caso do operariado agrícola alentejano a sua base cultural, a sua posição nas relações sociais de produção da propriedade latifundiária, a não destruição da organização política que mais de perto operava junto dessa classe. O caso do assassinato de várias figuras políticas alentejanas (contamos apenas os casos antes de 1958) pelas forças policiais (GNR e PIDE) do regime como Germano Vidigal – assassinado em Junho de 1945 à pancada no posto da GNR –, António José Patoleia – morto, em 1947, na sede da polícia política de Vila Viçosa –, Alfredo Lima – morto a tiro pela GNR da localidade em 1950 – e Catarina Eufémia – assassinada à queima-roupa em 19 de Maio de 1954 na aldeia de Baleizão – evidenciam como a violência, no caso da luta operária alentejana contra o regime e por melhores condições de vida, não é suficiente para desorganizar uma classe que conta com um nível de estruturação interna muito forte, no respeitante tanto à solidariedade entre os operários em luta como à sua disposição para lutar e para enfrentar as forças policiais e com objectivos políticos muito precisos.

Na década de 60 dar-se-á um dos acontecimentos mais importantes e mais marcantes de centenas de anos de luta dos assalariados da região: a luta pela conquista das oito horas diárias de trabalho. O fim do secular trabalho de sol a sol seria possível num contexto de desagregação interna do regime (agravada pelo início da Guerra Colonial em 1961 e pelas lutas estudantis de 1962) e de crescente capacidade organizativa da classe operária agrícola alentejana. A conquista das oito horas diárias de trabalho foi precedida de centenas e centenas de acções de protesto e reivindicativas ao longo, pelo menos, das duas décadas anteriores. Por outro lado, num período de tempo mais curto, a mobilização operária de Abril e Maio de 62 rematou todo um longo processo de «pequenas reuniões de trabalhadores para discutir o Primeiro de Maio e as 8 horas de trabalho por dia» (Gervásio, 1996, p.20). A proliferação de reuniões – quase todas clandestinas – pelos campos alentejanos foi acompanhada da definição pela base dos trabalhadores agrícolas de um conjunto de reivindicações que seriam publicadas no jornal do PCP dedicado para aquela classe – *O Camponês* – na sua edição de Junho daquele ano:

«as nossas reivindicações económicas mais imediatas e pelas quais devemos lutar são:

1º - Garantia de trabalho;

2º - Salários mínimos de 30 escudos para homens e 20 escudos para mulheres. Que ninguém trabalhe por menos destes salários;

3º - Jornada de 8 horas. Que ninguém trabalhe de sol a sol» (VVAA, Jun.1962, p.1).

Este era um caderno reivindicativo que já podíamos encontrar desde 1954 (VVAA., Mai.1954, p.1). Assim, aproveitando a comemoração do Primeiro de Maio, operários do Alentejo e da margem sul do Ribatejo levariam a cabo uma acção de luta deveras eficaz e criativa. Na prática, dezenas de milhares de operários agrícolas nas primeiras semanas de Maio apenas trabalharam durante oito horas, tirando uma hora para o almoço.

Como iria registar António Gervásio, principal dirigente das lutas operárias de 1962 no Alentejo,

> «a conquista das 8 horas pelos operários agrícolas do Sul constitui uma importantíssima vitória política dos trabalhadores do campo. Mais de 250 mil trabalhadores têm participado nesta luta através da greve, de concentrações, de levantamentos de ranchos, de choques com as forças repressivas, etc. A luta não tem sido fácil. Muitos trabalhadores têm sido presos e outros obrigados a fugirem das suas terras. Se os agrários não têm resistido mais é porque a luta tomou uma tal envergadura que assustou os fascistas. O mês de Maio de 1962 ficará sendo uma data histórica no movimento dos operários agrícolas. As 8 horas são uma das reivindicações mais sentidas dos assalariados agrícolas do Sul» (idem, p.45).

Assim se dava uma nevrálgica machadada na forma de propriedade do latifúndio em decadência. Não se pense, todavia, que essa grande onda de mobilização operária foi alcançada pacificamente. Depois do assassinato de Adelino dos Santos morto a tiro em frente à Câmara Municipal de Montemor em 1958, António Adângio seria assassinado a tiro nas ruas de Aljustrel a 28 de Abril de 1962, precisamente no momento em que a onda de 250 mil operários agrícolas se começava a erguer. Também por aqui se percebe o grau de decomposição do regime e a sua incapacidade em destruir as condições – sociais, económicas, culturais e políticas – de germinação da escalada de mobilização do operariado agrícola alentejano.

Desta jornada de 1962 retiremos duas relevantes notas de balanço. Uma primeira, a de que a jornada diária de oito horas foi conseguida por intermédio da acção política dos trabalhadores agrícolas e não uma qualquer benesse do Estado Novo e das classes dirigentes de então. Se as oito horas nunca vieram a ser regulamentadas juridicamente, a sua prática efectiva foi concretizada na generalidade das grandes herdades alentejanas. Um primeiro sinal da possibilidade da mudança das estruturas sociais, por parte da acção de um sujeito social colectivo, pode ser evidenciado neste ponto específico. Uma segunda nota prende-se com o «entrelaçamento da luta política com a luta económica» (idem, p.64). Com a escolha do Primeiro de Maio como abertura das hostilidades, o operariado agrícola da região deu um salto qualitativo na sua própria percepção enquanto sujeito social. De um sujeito vocacionado para lutar por objectivos imediatos – o que também aconteceu nas jornadas de 1962 – o operariado alentejano assumiu-se como um sujeito político capaz de se mobilizar por toda a planície alentejana (e ribatejana) pelo que considerava serem as suas aspirações mais profundas conseguindo atingir conquistas que

representavam duros e rudes golpes no poder do latifúndio e do próprio regime no Alentejo. Como referiu António Gervásio, «os trabalhadores ligaram a comemoração do 1º de Maio com a luta pela conquista das 8 horas, com a luta por um salário certo de 40 escudos para as ceifas e de 30 escudos para os serviços dos arrozais» (idem). O cruzamento das duas modalidades de mobilização política e social descrevem um grau de organização e de consciencialização muito mais agudo por parte do operariado agrícola que iria forte repercussão nas duas décadas seguintes.

Nos doze anos seguintes até à Revolução de Abril pudemos constatar que as lutas reivindicativas, greves e concentrações continuaram, solidificando a unidade interna dessa classe social. Ao mesmo tempo, a contestação da Guerra Colonial politizou ainda mais o próprio operariado agrícola alentejano.

Conclusão

A nossa hipótese central de que a cultura popular se sustentou nos campos alentejanos como o solo (cultural) de onde brotaram as sementes da revolta dos assalariados agrícolas denuncia índices de corroboração empírica. Desde os domínios substantivos da poética cantada analisados, até aos registos orais e biográficos de operários entrevistados, onde pontificavam concepções do mundo social auto-centrados na solidariedade entre os membros da classe trabalhadora local, a mobilização da classe trabalhadora alentejana seria impossível sem índices de auto-identificação de classe, de laços de companheirismo e de uma concepção do mundo social antagónica relativamente à das classes dominantes nos campos. Por outro lado, tal como uma semente, a classe trabalhadora alentejana pôde alcandorar-se à posição de uma classe social capaz de competir com as classes dominantes da região pelo controlo da produção da vida social e económica no Alentejo, na medida em que tinha:

a) *como solo para germinação*, uma prolífica produção cultural auto-centrada na sua vida sociabilitária local e no seu próprio carácter de auto-produção cultural, portanto, altamente desconectado da produção cultural e ideológica exterior às suas comunidades e à sua região;

b) *como agente semeador de revoltas e de mobilizações colectivas*, o Partido Comunista Português que, por um lado, adequou o seu conteúdo programático às aspirações quotidianas de emprego, salários, horários de trabalho e de visão (ou mundivisão) do operariado agrícola e, por outro lado, ajudou a forjar uma cultura regional (algo único no país) que projectou o seu universo cultural precendente a um nível directamente mais político: a um mais aberto confronto com a ditadura de Salazar e pela posterior tentativa de construção de uma nova ordem social e económica. Constituiu-se, assim, uma cultura política, um tabuleiro axiológico operacionalizado em termos de acções políticas e reivindicativas. Por conseguinte, mesmo as práticas políticas não se descartam de variáveis de índole cultural e significacional na sua própria constituição interna;

c*) como condições externas à mão humana*, um regime político alicerçado na repressão impiedosa das revoltas operárias e, posteriormente, um contexto histórico de disrupção de um regime opressor e de uma estrutura agrária arcaica que fermentaram um terreno mais favorável à construção de um forte sentimento de injustiça, importante instrumento de mobilização colectiva naquele contexto.

Com efeito, a cultura assumiu, do ponto de vista sociológico, um posicionamento deveras interessante. No momento histórico – anos 30 – em que o Estado Novo reprimiu e desbaratou toda a oposição operária do período da Primeira República, a cultura popular alentejana e toda a rede de sociabilidades que a sustentava surtiram efeitos de reserva axiológica, simbólica e ideológica de valores e sentimentos de solidariedade, de auto-identificação de classe e de sentimento de injustiça face à situação vulnerável em que viviam os operários agrícolas de então. Num outro contexto, dos anos 40 até à Revolução de 1974, essa plataforma predominantemente simbólica fundiu-se politicamente com várias das propostas políticas que foram chegando à região. Neste contexto, o *saber fazer* performativo da classe trabalhadora alentejana alimentava a reivindicação social e política e, do mesmo modo, esta última fortalecia os laços sociais existentes ao nível dos quadros de interacção quotidianos.

Bibliografia

ALMEIDA, João Ferreira de (1999), *Classes sociais nos campos*, Oeiras, Celta

BOURDIEU, Pierre (1980) – *Le sens pratique*, Paris: Minuit

BOURDIEU, Pierre (2002), *Esboço de uma teoria da prática*, Oeiras, Celta

BURAWOY, Michael (1982) – *Manufacturing consent*. Chicago: University of Chicago Press

CARIA, Telmo (2002) – A construção etnográfica do conhecimento em Ciências Sociais. In CARIA, Telmo (org.) – *Experiência etnográfica em Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento, p.9-20

COSTA, António Firmino da (2001) – A pesquisa de terreno em sociologia. In PINTO, José Madureira; SILVA, Augusto Santos (org.) – *Metodologia das Ciências Sociais*, 11ªed. Edições Afrontamento: Porto, p.129-148

DENZIN, Norman (1998) – *Introduction*. In DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (org.) – *The landscape of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage, p.1-34

GEERTZ, Cliford (1999) – *O Saber Local. Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa*. Petrópolis: Vozes

GERVÁSIO, António (1996) – *Lutas de massas em Abril e Maio de 1962 no Sul do país. Lisboa*: Edições Avante

GERVÁSIO, António (2004) – A luta do proletariado agrícola: de sol a sol até à Reforma Agrária. In MURTEIRA, António (org.) – *Uma Revolução na Revolução: Reforma Agrária no Sul de Portugal*. Montemor-o-Novo. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. p.181-187

GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm (1997) – *The discovery of grounded theory: strategies for qualitative research*. New York: Aldine de Gruyter
JAMES, David (2004) – Contos narrados nas fronteiras: a história de Doña Maria, história oral e questões de género. In BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.) (2004) – *Culturas de classe*. Campinas: Editora da Unicamp, p.287-314
KIRK, Neville (2004) – Cultura: costume, comercialização e classe. In BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.) (2004) – *Culturas de classe*. Campinas: Editora da Unicamp, p.49-70
LEAL, Américo (2005) – *O Rosto da Reforma Agrária*. Lisboa: Edições Avante
LIMA, Paulo e CORREIA, Susana (org.) (2006) – *Vida, fome e morte nos campos de Beja durante o salazarismo*. Beja: Câmara Municipal de Beja – Arquivo de História Oral
NAVARRO, António Modesto (2002) – *Memória alentejana – resistência e Reforma Agrária em Benavila e Campo Maior*. Lisboa: Edições Avante
PAIS, José Machado (2000) – Introdução. In PAIS, José Machado (org.) – *Traços e riscos de vida*. Porto: Âmbar, p.5-15
PAIS, José Machado (2001) – *Ganchos, tachos e biscates*. Porto: Âmbar
PATRIARCA, Fátima (2000) – *Os sindicatos contra Salazar: a revolta do 18 de Janeiro de 1934*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
PIÇARRA, Constantino (2004) – O movimento social dos assalariados agrícolas do distrito de Beja: do 25 de Abril às primeiras ocupações. In MURTEIRA, António (org.) – *Uma Revolução na Revolução: Reforma Agrária no Sul de Portugal*. Porto e Montemor-o-Novo: Campo das Letras e Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. p.201-214
PINTO, José Madureira; ALMEIDA, João Ferreira de (1995) – *A investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa: Presença
PINTO, José Madureira (1985) – *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos*. Porto: Edições Afrontamento
SEALE, Clive (2000) – *The quality of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage
SILVA, Manuel Carlos (1998) – *Resistir e adaptar-se: constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal*, Porto: Edições Afrontamento
THOMPSON, Edward (1991) – *The formation of the English working class*, London: Penguin
VVAA. (1954 – Maio) – Grandes vitórias dos camponeses. In *O Camponês* nº44, ano VI, p.1
VVAA. (1958) – Boletim dos Serviços Industriais. Lisboa: Governo da República Portuguesa
VVAA. (1962 – Junho) – Magnífica vitória dos operários agrícolas! Mais de 250 mil trabalhadores do Sul conquistaram as oito horas!. In *O Camponês* nº94, p.1
VVAA. (1987) – *Poetas populares do concelho de Beja*. Beja: Câmara Municipal de Beja
VVAA. (1994) – *Cancioneiro de Serpa*. Serpa: Câmara Municipal de Serpa
VVAA. (2001) – *Memórias alentejanas: recolha de património oral*. Moura: Escola Secundária de Moura

Desigualdades sociais frente ao sucesso escolar

Cláudia de Paula Pinto
Universidade Federal de Juiz de Fora
claudiapaulap@yahoo.com.br
Beatriz de Basto Teixeira
Universidade Federal de Juiz de Fora
beatriz.teixeira@oi.com.br

Resumo: Percebe-se no cenário educacional brasileiro que, a partir das décadas de 1980/1990, o fator classe social demonstrou-se insuficiente para explicar todas as situações de fracasso ou sucesso na escola. As desigualdades escolares apresentadas por alunos de diferentes grupos sociais passaram a ser analisadas a partir de aspectos como as especificidades que cada família apresenta em relação à educação. Nesse contexto, conhecer as estratégias empregadas pelas famílias na escolarização dos filhos tornou-se primordial para a compreensão da trajetória escolar desses jovens. Daí, emerge o interesse pela escolarização de jovens pertencentes aos meios sociais privilegiados economicamente, objetivando compreender o papel que a riqueza econômica exerce sobre a trajetória escolar. Essa nova linha de pesquisa levou a uma constatação importante: o fracasso escolar se constitui como um fenômeno que atinge tanto as camadas populares quanto as camadas médias e altas da sociedade. Entretanto, a diferença econômica, social e cultural que caracteriza estes grupos sociais, os coloca em posições bem distintas frente a determinadas situações escolares. Os privilégios econômicos, sociais e culturais possuídos pelas classes médias e altas, proporcionam a esta parcela da sociedade ter o senso do jogo escolar, possibilitando a este estrato social atuar da forma mais adequada em determinadas situações de risco escolar, driblando situações de insucesso e maximizando o sucesso escolar dos filhos.

Este trabalho, de caráter ensaístico, revela as fontes de inspiração para pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (Minas Gerais, Brasil) e ao mesmo tempo justifica sua inserção no campo de estudos da Sociologia da Educação. O fato em pesquisa é o recurso que famílias de classe média usam para evitar fracasso na trajetória escolar de seus filhos: a transferência de escola particular para escola pública e o retorno à primeira no ano seguinte, evitada a reprovação. O que motiva essas famílias? Como elas se valem de seus privilégios

econômicos, sociais e culturais para garantir sucesso escolar de seus filhos? Como essas famílias se relacionam com a escola? Dado o fato de que têm mais informação sobre o jogo escolar, quais as vantagens relativas que apresentam em relação a outros setores da sociedade em obter sucesso na escola? Essas são perguntas que temos feito e que são também de interesse de sociólogos dedicados à educação desde as décadas de 1980 e 1990 no Brasil.

Silva (2001) afirma que foi na década de 1980 que a escola se transformou em *locus* privilegiado das pesquisas sobre desigualdades educacionais no Brasil. No rol dessa nova vertente, o autor destaca alguns temas de pesquisa que emergiram nesse contexto, como as práticas cotidianas dos professores e alunos; os programas curriculares; as atividades pedagógicas diversas e/ou as relações de poder afirmadas pelos atores escolares. Outro aspecto interessante se refere às perspectivas que orientaram essa nova vertente: a "desculpabilização dos alunos e famílias dos setores populares pelo fracasso" (Silva, 2001, p. 3), ou seja, a pobreza deixou de ser considerada causa determinante para uma situação de fracasso escolar. E ainda, "a crença nas possibilidades da instituição escolar cumprir um papel positivo na transformação social" (Silva, 2001, p. 3), descaracterizando o ambiente escolar enquanto espaço propício somente à reprodução social, como defendiam as teorias crítico-reprodutivistas. "Aprofunda-se nessa década o entendimento de que as instituições escolares não podem ser analisadas fora do tempo e do lugar onde atuam" (Mafra, 2003, p.124).

Ainda sobre a década de 1980, e no que se refere à Sociologia da Educação, Nogueira (1995) a considera como o início de uma fase que se estende até os dias atuais. Segundo a socióloga este momento pode ser caracterizado por "um forte processo de reorientação dos objetos de conhecimento e dos métodos investigativos da sociologia da educação (*sic*) no sentido de dar conta das esferas microscópicas da realidade social" (Nogueira, 2005, p. 5). Essa nova tendência da Sociologia da Educação representa uma descida à "caixa preta da educação." (Nogueira, 1995, p. 33) Nesse momento "a pergunta deixou de ser porque, para passar a ser como." (Nogueira, 1995, p. 33). Afinal, existiam alguns questionamentos que as pesquisas desenvolvidas até então não conseguiram responder. Já se conhecia os resultados, mas não o processo. Assim, para Nogueira (1995) ainda faltavam respostas para questões como: qual o processo que leva à exclusão escolar? Qual o processo que fabrica o fracasso escolar? Como essas situações se dão no dia-a-dia da professora em sala de aula, no recreio, na relação com a família, com a direção?

Nogueira (1995) ainda ressalta o interesse da Sociologia da Educação por novos enfoques e objetos de pesquisa. Dentre os novos objetos que essa disciplina passa a reconhecer como seus destacam-se: "o estabelecimento de ensino, a sala de aula, o currículo, a família" (Nogueira, 2005, p. 5).

Família e escola: interações a pesquisar

No que concerne à família, esta não se configura como um tema novo, uma vez que, desde a década de 60, especialmente após a divulgação do Relatório Coleman (Soares & Collares, 2006), foi constatada a influência desta instituição sobre o desempenho escolar dos filhos. Todavia, a partir dos anos 1980 e 1990, a ênfase mudou e é esta mudança que se constitui em novidade. O interesse dos sociólogos se direciona para a interação família-escola na tentativa de apreender como o processo de socialização familiar influencia o itinerário escolar dos filhos. Nesse compasso, Nogueira (1995) assinala a emergência de alguns sub-temas como a investigação das trajetórias escolares, inclusive no que se refere aos casos excepcionais; às estratégias que as famílias empregam na escolarização da prole e à transmissão da herança cultural.

O estudo das estratégias empreendidas pelas famílias em relação à escolarização dos filhos se consolidou mediante o reconhecimento de que a variável classe social não pode explicar tudo. Embora se constitua como um fator importante para se compreender alguns aspectos, não é suficiente. Existem outros elementos que influenciam, de forma significativa, o percurso escolar de um aluno, podendo transformar, até mesmo, o provável em improvável. E o interesse dessa nova linha de pesquisa é descobrir quais são estes fatores que interferem no destino escolar. Para tanto, faz-se necessário aprofundar a análise no "plano das frações de classe" e chegar "ao plano das histórias de vida das famílias" (Nogueira, 1995, p. 40), no intuito de desvendar os aspectos que diferenciam as posturas de algumas famílias em relação à educação.

Muitos dos trabalhos que se empenharam no estudo destas temáticas têm em comum a forte influência dos conceitos bourdieusianos. O sistema teórico construído pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu ganhou terreno não somente no campo da educação, como também, em outras áreas do saber. Mas, é principalmente no campo educacional que seus conceitos foram, e continuam sendo largamente utilizados por pesquisadores que buscam entender as desigualdades escolares apresentadas por diferentes grupos sociais.

Bourdieu voltou sua atenção para este aspecto desde a década de 60, quando passou a analisar o sistema educacional francês. Seus primeiros trabalhos voltados para a educação giram em torno de um propósito que era o de encontrar respostas que justificassem as desigualdades de escolarização evidenciadas entre alunos de diferentes classes sociais. Neste sentido, formulou alguns conceitos com os quais buscou explicar tais diferenças. Entre estes destacamos: capital cultural, capital social, capital econômico, capital simbólico, herança cultural e violência simbólica.

Para o sociólogo, o êxito escolar de um aluno estaria fortemente relacionado à posse desses capitais, o que possibilitaria ao indivíduo maximizar suas chances de sucesso escolar. Porém, dentre esses, o "capital cultural constitui [...] o elemento da herança familiar que teria o maior impacto na definição do destino escolar" (Nogueira, 2006, p. 60).

> As famílias se diferenciam umas das outras pela estrutura e o volume de seu patrimônio (capitais) acumulado (background), que lhes assegura uma posição na estrutura social, forjando ethos e habitus específicos que por sua vez geram estratégias

> expressas em práticas. As estratégias familiares refletem portanto, um cálculo (que não é puramente racional) a partir das chances de ascensão que cada grupo é capaz de antever e de atrair para si (Brandão, 2000, p.2).

Em seu artigo "Trajetórias escolares, estratégias culturais e classes sociais: notas em vista da construção do objeto de pesquisa", Nogueira (1991) desenvolve uma análise que caminha nessa perspectiva, ou seja, a pesquisadora analisa a relação que as diferentes classes sociais e suas frações de classe mantêm com a escola, sem perder de vista determinados aspectos apresentados por esses grupos que influenciam, em grande medida, as estratégias e trajetórias escolares, assim como, o destino profissional dos filhos.

Nesse compasso, sua análise mostrou que a expectativa que cada fração de classe mantém, em relação aos resultados escolares, direciona os investimentos que serão aplicados na trajetória estudantil do filho. Por sua vez, esta expectativa também está condicionada pelas experiências coletivas deste grupo, ou seja, pela percepção do que é possível, ou não, ser alcançado. Em outros termos, as aspirações subjetivas estão baseadas na realidade percebida pelo indivíduo, isto é, pelas oportunidades objetivas. Como assinala Bourdieu (1998), o destino é

> continuamente lembrado pela experiência direta ou mediata e pela estatística intuitiva das derrotas ou dos êxitos parciais das crianças do seu meio [...]. Se os membros das classes populares e médias tomam a realidade por seus desejos, é que nesse terreno como em outros, as aspirações e as exigências são definidas, em sua forma e contudo, pelas condições objetivas, que excluem a possibilidade de desejar o impossível (p. 47).

O que se verifica a partir desse contexto é que o interesse em se estudar as trajetórias escolares não ficou restrito somente às classes populares. Até então, o foco das pesquisas educacionais e, mais especificamente, das pesquisas que investigavam o fenômeno do fracasso escolar eram os alunos provenientes de famílias populares. A partir desse novo enfoque, a exemplo do que já acontecia na França em momento um pouco anterior, alguns pesquisadores brasileiros passam a investir seus esforços para o estudo das trajetórias escolares das classes médias, assim como das elites.

Para os pesquisadores Catani e Kieling (2007), a ausência de trabalhos sobre tal tema durante tanto tempo pode ser assim entendida:

> De certa maneira, o problema da formação escolar para setores privilegiados no Brasil passou despercebido por décadas, suplantado pela preocupação em universalizar o ensino fundamental. [...] Num país com milhões de analfabetos, com carências institucionais e humanas, preocupar-se com a formação dos ricos parecia um luxo supérfluo (p. 3).

No entanto, para Brandão (2006), é possível perceber, ainda hoje, uma resistência a essa temática no campo da educação. Os motivos que essa acadêmica elenca para a reserva em se estudar o percurso escolar das classes privilegiadas são os mesmos apontados por Catani e Kieling (2007). Mas, apesar da falta de tradição ou da resistência, é fato que, esse tema vem ganhando cada vez mais respaldo entre sociólogos e pesquisadores de várias áreas do saber.

Merece destaque o Grupo de Pesquisas em Sociologia da Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (SOCED/PUC-Rio) que, ao final da década de 1990, redirecionou seu enfoque para os processos de socialização e escolarização. A amplitude desta temática levou pesquisadores e alunos de pós-graduação a investirem seus esforços em novos enfoques, entre eles, destacamos a escolarização das elites brasileiras. Muitas das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelos integrantes do SOCED, sobre este assunto, resultaram em dissertações de mestrado e teses de doutoramento, o que tem contribuído, de forma substancial, para o enriquecimento do conhecimento e, por sua vez, consolidação de uma linha de pesquisa ainda incipiente no Brasil.

Sob a orientação da Professora Zaia Brandão, um grupo de pesquisadores, incluindo professores e alunos, vem se dedicando, nos últimos cinco anos, à investigação das elites escolares do Rio de Janeiro. O foco de tal pesquisa foi direcionado a "9 escolas situadas no ápice dos rankings divulgados pela imprensa anualmente como as melhores instituições educativas do Rio de Janeiro." (Brandão, 2005, p. 1).

Por meio de um *survey*, composto por três questionários endereçados aos alunos, pais e professores destas instituições, criou-se um banco de dados, no qual pesquisadores vêm se apoiando para desenvolver suas pesquisas. Brandão e Martinez (2006) assinalam a contribuição destes estudos:

> Articulando abordagens macro e micro-sociais, (SOCED) produziu um material empírico com o qual foi possível esboçar um perfil cultural de alunos, pais e professores dessas escolas. A análise, ainda que em fase preliminar, desse material já permite inferir algumas características de gestão escolar, clima institucional e das condições do trabalho docente que poderão vir a subsidiar políticas educacionais na perspectiva da melhoria da qualidade do ensino (p. 1).

Outro grupo que vem contribuindo para somar conhecimento a este campo temático é o Observatório Sociológico Família-Escola: trajetórias e práticas de escolarização (OSFE). Criado em 2003, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), esse grupo é composto por professores e alunos que têm em comum o interesse pela temática relação família-escola. Como coordenadora desse grupo de pesquisas, a socióloga Maria Alice Nogueira tem se destacado com suas pesquisas e estudos voltados para as relações família-escola. Seu principal interesse: "consiste no conhecimento das formas de atuação dos diferentes tipos de capital familiar sobre a vida escolar dos filhos, em especial os modos e processos de transmissão do capital cultural e das disposições que lhe são associadas." (Nogueira & Nogueira, 2006, p. 147). Outra contribuição dessa pesquisadora ao campo sociológico refere-se à divulgação da obra do francês Pierre Bourdieu. Como estudiosa do pensador e com a utilização dos conceitos bourdieusianos em seus estudos e pesquisas, Nogueira tem contribuído para a difusão do pensamento desse sociólogo francês no cenário educacional brasileiro.

Em parceria com outros pesquisadores, Nogueira organizou duas coletâneas. A primeira se intitula: “Família & Escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares” (2007) e reúne artigos de pesquisadores como Nadir Zago, Geraldo Romanelli, Zaia Brandão, Ana Almeida, entre outros de igual importância e, que há algum tempo tecem reflexões sobre as relações família-escola dentro do contexto educacional brasileiro. A outra coletânea, intitulada: “A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa” (2002), é composta por artigos que lançam reflexões sobre o processo de escolarização de jovens provenientes das camadas altas da sociedade, analisando casos não somente no Brasil, como no cenário internacional.

Desse modo, podemos perceber que, apesar do pouco tempo em que alguns pesquisadores brasileiros se dedicam a esta linha de pesquisa, já é possível encontrar trabalhos que têm contribuído de forma significativa para o enriquecimento desse campo temático. Muitos destes têm se configurado como um importante referencial teórico para o desenvolvimento desta pesquisa. Evidentemente, não limitamos nossa análise somente aos trabalhos desses grupos, apesar da importância que imprimem ao campo. Consultamos trabalhos de outros pesquisadores que também têm somado esforços e conhecimento a este campo temático. Destacaremos nos artigos que analisamos aspectos que se relacionam ao objetivo proposto neste projeto, que é o de investigar as motivações que levam alunos e suas famílias a utilizarem “atalhos” para evitar uma situação de fracasso escolar.

Nas pesquisas desenvolvidas pela professora Zaia Brandão sobre a escolarização das elites, o foco se direcionou para algumas escolas do Rio de Janeiro, consideradas como as melhores instituições educativas desse município. Apesar de terem em comum a sua clientela, formada principalmente pelos estratos médios e altos da sociedade carioca, essas instituições se diferenciam em outros aspectos, como no que se refere ao estilo: confessionais, alternativas, públicas, bilíngües e judaicas.

Nesse sentido, analisando os resultados obtidos nessas pesquisas, observamos alguns dados bem interessantes. Apesar do baixo índice de repetência presente nessas instituições, verifica-se a prática da utilização das “estratégias preventivas do fracasso escolar”. (Brandão, 2006, p. 4) Entre as mais utilizadas, por esse público, destaca-se o recurso ao professor particular (41% dos alunos). Outro dado interessante, para o qual a pesquisadora nos chama a atenção, é que 88% dos alunos que utilizaram esse recurso, o fizeram por considerarem-no necessário, indicando uma autonomia destes estudantes em relação à sua escolaridade, ou à busca de alternativas dentro da própria escola.

A acadêmica também sinaliza o fato do contato entre os pais e filhos ser bem próximo, revelando um convívio familiar onde a conversa ocupa um espaço significativo. Os temas mais freqüentes nessas conversas foram: “’sobre a continuidade dos estudos’ (90%), ‘sobre a futura profissão’ (71%), ‘sobre filmes’ (80%), ‘sobre TV (69%)’” (Brandão, 2006, p. 2).

No que se refere ao capital cultural, Brandão (2006) observou que este é bem elevado. O acesso à informação também se constitui como um aspecto diferenciador desses grupos sociais. Esse capital informacional está fortemente marcado pelas condições socioeconômicas, que possibilitam o acesso e posse dos meios de comunicação (jornais, revistas, TV, livros, cinema etc.). Ao mesmo tempo, esse capital informacional: “define os novos modos de produção e o fluxo dos capitais, como também as formas de vida dos grupos e das famílias.” (Brandão & Martinez, 2006, p. 4). Nesse sentido, os dados empíricos levantados demonstraram que não somente os pais, mas também os filhos são detentores de um significativo capital informacional.

Na formulação das concepções de capital cultural, social e simbólico, Bourdieu pretendeu fugir da determinação do capital econômico sobre o desempenho escolar. Aliás, este aspecto já se tornou um consenso entre pesquisadores, afinal muitas pesquisas já assinalaram as limitações do conceito de capital econômico como única explicação para o êxito escolar. As outras formas de capital (social, cultural, simbólico) influenciam no desempenho escolar, pois há entre essas formas de capital uma grande interação.

Todavia, apesar de não se constituir como determinante no desempenho escolar, o capital econômico não deve ser desconsiderado. Como afirmam Soares e Collares (2006):

> A renda familiar, muito freqüentemente chamada de capital econômico, é a primeira característica que deve ser considerada em estudos da influência da família no desempenho do aluno, principalmente em países como o Brasil, onde prevalecem altos graus de desigualdade de renda (p. 6).

E mais, é o capital econômico que possibilita, na maioria das vezes, a posse e uso das outras formas de capital. Nessa perspectiva, Brandão e Martinez (2006) analisaram a condição socioeconômica das famílias da amostra e constataram que boa parte destas detém faixas salariais elevadas (acima dos vinte salários mínimos), bem acima da média nacional, sendo outro aspecto diferenciador desse grupo social.

Em outro levantamento, Brandão, Mandelert e Paula (2005) analisam o corpo docente de duas das escolas investigadas, uma confessional e uma bilíngüe, demonstrando diferenças significativas entre estes profissionais e a grande maioria dos docentes brasileiros. Questões como o salário, bem acima da média nacional, levando-os a constituir-se como uma elite docente; tempo de serviço, média de 16 a 25 anos, demonstrando uma considerável estabilidade destes profissionais; dedicação exclusiva de alguns docentes a uma única instituição, o que eleva a qualidade do desempenho e ainda uma constante prática cultural, são alguns dos fatores que se constituem como facilitadores para a construção da excelência escolar desses estabelecimentos de ensino. Brandão, Mandelert e Paula (2005) ainda salientam que

> no cálculo dos efeitos agregados por essas escolas à sua clientela, em termos de qualidade de ensino, devem estar supostos os efeitos agregados pelo padrão de vida e pelo estilo educativo dessas famílias. Assim, uma ‘circularidade virtuosa’ parece

> ocorrer quando as condições materiais das instalações dessas escolas, o projeto político-pedagógico que implementam e, a qualidade e experiência dos profissionais que elas recrutam vêm garantindo a fidelidade de uma clientela, potencialmente ideal, para reproduzir o selo de excelência acadêmica com que se distinguem no cenário educacional brasileiro (p. 8).

No artigo intitulado "A circularidade virtuosa: investigação sobre duas escolas no Rio de Janeiro", Brandão, Mandelert e Paula (2005) dão continuidade à análise dos dados do levantamento nas duas instituições de ensino acima referidas. Partindo da premissa da "circularidade virtuosa", presente na citação acima, as pesquisadoras pretenderam neste estudo buscar as características tanto da família, quanto da instituição que, associadas, atuariam para a manutenção do prestígio desses estabelecimentos. Entre as características observadas, destacamos:

> a presença de um forte vínculo sócioafetivo-familiar (*sic*), de grande importância para a transmissão e ampliação da estrutura e volume de capitais acumulados pela família. Esse convívio cotidiano, marcado por situações de proximidade física adensa as trocas simbólicas e materiais entre as duas gerações, proporciona o gosto por atividades comuns e a e a freqüência a determinados campos no espaço social, que reforçam as condições de transmissão da herança cultural e a constituição do *habitus* de classe entre os jovens (Brandão, Mandelert & Paula, 2005, p. 4).

As pesquisadoras ressaltam, no entanto, que a faixa etária desses jovens (13/14 anos) pode influir para este contato mais próximo entre pais e filhos, uma vez que o limite etário ainda não autoriza esses jovens a certas opções de lazer. Ainda, no que tange a proximidade familiar, as pesquisadoras salientam que a participação dos pais na vida escolar dos filhos é um fator que contribui para a construção da qualidade de ensino nessas instituições escolares. Isso sem perder de vista que essa participação é um diferenciador em relação a outros estratos sociais.

No que se refere à trajetória escolar dos alunos desses estabelecimentos, comprovou-se que, 96% destes estudantes nunca estudaram em instituições públicas de ensino; 40% nunca mudaram de escola e 90% nunca foram reprovados. Para as pesquisadoras, a trajetória desses alunos é produto das estratégias projetadas tanto pela família quanto pela escola. Há uma preocupação constante com os resultados escolares apresentados pelos estudantes, tanto por parte das escolas, como da família.

Todavia, a postura dessas instituições, confessional e bilíngüe, perante uma situação de risco escolar difere. Na escola confessional, a repetência escolar raramente é aceita. Quando isto acontece, o aluno para se manter nesse estabelecimento tem que assumir um compromisso de que no próximo ano obterá notas que não o coloquem novamente em uma situação de risco. Caso isso aconteça, este aluno deve procurar outra instituição de ensino. Já na escola bilíngüe, há um permanente acompanhamento e, perante sinais de risco, os pais são chamados à escola. No parecer das pesquisadoras, essas "estratégias família/escola apontam que, quando necessário, são acionadas alternativas que mascaram o fracasso escolar, tais como: transferência de escola, apoio de professores particulares, terapias, etc." (Brandão, Mandelert & Paula, 2005, p. 5).

No artigo "Elites acadêmicas e escolarização dos filhos", Brandão e Lellis (2003) analisaram 110 professores de uma conceituada universidade privada brasileira, averiguando as estratégias que esses profissionais empreendem na escolarização dos filhos. No que se refere à escolha do estabelecimento de ensino, as pesquisadoras assinalaram que a grande maioria desses professores matriculam seus filhos em escolas privadas, repetindo uma estratégia a que eles próprios foram submetidos, numa tentativa de reproduzir uma trajetória bem sucedida, sem correr riscos desnecessários.

As pesquisadoras, no entanto, sinalizam alguns aspectos surpreendentes. Não há uma preocupação evidente, por parte destes professores, em escolher aquelas escolas consideradas como as melhores do município do Rio de Janeiro.

> Eles parecem não guardar grandes expectativas a respeito do trabalho das escolas – o que de certa forma estaria indicado no fato de não procurarem as chamadas 'melhores escolas' [...]. Seu capital pedagógico parece dotá-los de bastante confiança em seus 'trunfos' para a escolarização dos filhos, [...] Os professores investigados evidenciaram pouco interesse em conhecer as equipes técnico-pedagógicas das escolas, e só vão à escola quando convocados. Avaliam negativamente as reuniões de pais promovidas pela escola e acompanham o desempenho dos filhos principalmente por meio dos boletins escolares e das informações dos estudantes (Brandão & Lellis, 2003, p. 9).

Interessante observar como a postura dessa elite acadêmica se distancia dos resultados da sondagem realizada pelo IBOPE, em dezembro de 2000, quando se consultou 2000 pessoas em todo o país. Na apuração dos dados, constatou-se que "97% dos pais ouvidos se disseram favoráveis a visitas freqüentes à escola dos filhos. 93% acham importante acompanhar a vida escolar da prole e pedem pelo menos oito reuniões anuais com os professores." (Nogueira, 2006, p. 3).

O elevado nível acadêmico e econômico desses professores, entretanto, lhes permite vantagens no momento da escolha do estabelecimento educativo para os filhos. O capital informacional (informações sobre o sistema de ensino e seu funcionamento), do qual são detentores, lhes possibilita avaliar as escolas em seus diferentes aspectos, diferenciando-os de outros grupos sociais. Desse modo, na escolha da escola para a prole pesam características como o "desenvolvimento integral da personalidade do filho [...]. Valorização da segurança emocional e autonomia intelectual, do respeito à liberdade de regras e limites, da criação de hábitos de estudo, da aprendizagem de saberes escolares [...]." (Brandão & Lellis, 2003, pp. 10-11).

Estes mesmos pais ainda utilizam como medida preventiva do fracasso escolar estratégias como a transferência que, muitas vezes, é justificada pela insatisfação com a qualidade do trabalho pedagógico, a falta de regras disciplinares, baixa qualificação do corpo docente e a ausência da cobrança do dever de casa.

Observa-se que as características que pesam para os pais professores universitários, no momento da escolha da escola para os filhos citados por Brandão e Lellis (2003), muito se assemelham com o que os ingleses Ball, Gewirts e Bowe (1995, como citado em NOGUEIRA, 1998) denominaram de "*privileged/skilled choosers*". Os referidos autores ingleses empreenderam uma pesquisa empírica, por meio da entrevista com 137 famílias, em Londres, entre 1991 a 1993, a partir da

premissa de que, no momento da escolha do estabelecimento de ensino, os pais se utilizam de vantagens sociais (como as diferentes formas de capital, seja econômico, social e simbólico), enquanto estratégia de distinção/classificação social. A partir do discurso dos pais a respeito da escolha do estabelecimento educativo para os filhos, estes autores formularam uma categorização classificando os pais em: "*privileged/skilled choosers*", "*semi-skiled choosers*" e "*disconected choosers*".

Nogueira (1998) destaca algumas características do primeiro grupo, que os autores ingleses identificaram como os "*privileged/skilled choosers*", enfatizando, a princípio, que este grupo está muito próximo ao que Bourdieu denominou de "herdeiros". Formado por profissionais liberais e pela classe média e detentores de uma acentuada capacidade de analisar os estabelecimentos de ensino, são capazes de avaliar desde as políticas educacionais e as práticas pedagógicas, até mesmo, as ações dos professores e outros profissionais da escola. No momento da escolha, levam em consideração características da escola (tamanho, clientela, *ethos*, orientação acadêmica), assim como as características dos seus filhos (interesses, personalidade, temperamento, valor escolar).

Na segunda categorização, os "*semi-skilled choosers*", composta por um grupo misto (comerciários, motoristas, donas de casa etc), Nogueira (1998) os aproxima do que Bourdieu chama de "*parvenus*" (emergentes, no cenário brasileiro). Como características, destacam-se a pouca capacidade para descriminar e escolher um estabelecimento escolar, diante do escasso recurso cultural e das relações sociais, além do desconhecimento do funcionamento do sistema de ensino, muito embora, apresentem uma forte inclinação para este momento da escolha. Deste modo, muito freqüentemente, se apóiam em opiniões de pessoas que julgam serem mais capazes neste assunto.

E, por fim, há o terceiro grupo, os "*disconnected choosers*", formado por pais da classe operária que, geralmente, são detentores de um baixo nível de instrução. Demonstram pouca experiência escolar, o que os leva a ter uma baixa inclinação para escolher. Sua escolha pelo estabelecimento de ensino repousa na lógica da prática, onde os critérios centrais são materiais, como a distância da residência, modo de locomoção, facilidade de transportes. Nogueira (1998) ainda destaca outro aspecto apontado pela sondagem desses autores ingleses:

> Para os autores, essa constatação associa-se, por um lado, à crença, comumente verificada nos meios populares, de que a aptidão ou as disposições para aprender são determinadas de uma vez por todas, de maneira inata, e interdependem do ambiente educativo. E, por outro, é interpretada como um tipo de fatalismo que se manifesta na idéia de que 'todas as escolas são iguais' e de que 'o negócio é se aplicar e esperar para ver o que acontece' (p. 44).

Ainda conforme Nogueira (1998), o que se destaca da sondagem desses autores é que uma boa escolha do estabelecimento educativo para os filhos requer atributos que não estão presentes em todas as famílias, e que os critérios utilizados nessas escolhas se diferenciam de acordo com cada família ou grupo social.

Apesar de ser uma sondagem realizada em outra sociedade, torna-se possível encontrar aspectos que se aproximam dos resultados apresentados nas pesquisas empreendidas pela professora Zaia Brandão. Principalmente no que tange à preocupação no momento de escolher uma instituição escolar para o filho. Assim, podemos perceber que tanto entre os "*privileged/skilled choosers*", que equivalem, na nossa realidade, aos pais profissionais liberais e de classe média, quanto nos pais investigados por Brandão e Lellis (2003), há uma presença do capital informacional. Estes pais são detentores de um elevado capital cultural e intelectual que lhes proporciona avaliar diferentes instituições em seus mais variados aspectos e, assim, calcular as chances de potencializar os investimentos escolares. O capital informacional desses pais possibilita analisar a escola desde o que concerne ao projeto político, perpassando aspectos estruturais, e até mesmo, as ações dos professores.

Na pesquisa desenvolvida por Nogueira (2007) também é possível perceber essa preocupação com o estabelecimento de ensino. Ao pesquisar a trajetória de alguns estudantes de uma universidade federal, filhos de professores universitários, pretendeu-se: "conhecer os itinerários escolares percorridos por esses jovens até o momento da entrevista, e as estratégias postas em prática pelas famílias e por eles próprios no decorrer dessas escolaridades." (Nogueira, 2007, p.127).

Um dado bem interessante no levantamento desenvolvido por Nogueira (2007) refere-se ao percurso desses jovens. Pois aqui podemos perceber como o fator econômico influencia, em alguns casos, a escolha das instituições de ensino. Assim, constatou-se que apenas 40% dos jovens pesquisados tiveram um percurso (ensino fundamental e médio) restrito a escolas privadas. Já 38% dos universitários freqüentaram escolas públicas e privadas, e 22% fizeram todo o percurso escolar em escolas públicas.

Cabe ressaltar, no entanto, aspectos que podem justificar tais escolhas. Observou-se que a parcela de estudantes que freqüentaram somente estabelecimentos privados de ensino é proveniente de famílias com um reduzido número de filhos, o que possibilita arcar com custos mais altos na escolarização.

No segundo caso, onde se constatou que além do sistema privado, houve a utilização do sistema público de ensino, foi observado que o uso que estas famílias fizeram do ensino público ocorreu nos primeiros anos de escolarização: "revelando que, para esse grupo, o uso da escola pública decresce na medida em que se avança na carreira escolar." (Nogueira, 2007, p.129).

Já entre os alunos que freqüentaram todo o ensino fundamental e médio em escolas públicas, verificou-se que esses são provenientes de lares mais numerosos, compostos por mais de três filhos. Desse modo, os custos dessa escolarização seriam bem elevados, caso optassem pelo sistema privado de ensino. Vale ressaltar, no entanto, que as escolas freqüentadas por esses alunos são consideradas estabelecimentos públicos de excelência, vinculados à esfera federal. Nessa perspectiva, Nogueira (2007) assinala:

> Estratégias de excelência, por parte dos pais ou do próprio jovem, foram detectadas no que concerne à escolha dos estabelecimentos de ensino, à utilização do capital de informações sobre o sistema educativo, às formas de gestão da

> carreira escolar, ao investimento do capital social e profissional paterno, às estadias no exterior. Fizeram-se ver escolaridades no decurso das quais pouco espaço se deixa ao acaso; em que a antecipação e a previdência primam sobre a correção dos desvios; em que a formação intelectual e a preparação para a autonomia têm precedência sobre a formação profissional e a relação pragmática com o conhecimento. Escolaridades que se desenrolam num horizonte temporal estendido que autoriza o pressentimento da chegada aos níveis mais altos da pirâmide escolar. Escolaridade que se dão em escala internacional, propiciando, desde cedo, a experiência de outros sistemas de ensino e a aquisição de um *habitus* cosmopolita (pp. 150-151).

O que se observa nas sondagens de autores mencionados neste trabalho (Brandão & Lellis, 2003; Nogueira, 2007) é que a escolha do estabelecimento educativo para os filhos requer atributos que não estão presentes em todas as famílias e que os critérios utilizados nessas escolhas se diferenciam de acordo com cada família ou grupo social.

Nessa perspectiva, enquanto para alguns grupos ou famílias os estabelecimentos escolares se configuram como espaço fundamental para a maximização do êxito escolar, para outros, é apenas uma escola, como qualquer outra. Mas, em que se assemelham e se diferenciam os estabelecimentos escolares? Quais aspectos estes apresentam que os lançam no rol das melhores escolas?

Na tentativa de compreender a diversidade entre as instituições de ensino e sua relação com as escolhas efetuadas pelas famílias, Carvalho (2005, 2006) construiu uma tipologia dos estabelecimentos escolares, mais especificamente, da rede privada do Rio de Janeiro. Sua categorização definiu três aspectos de instituições: empreendimentos institucionais, empresas educacionais, empreendimentos pedagógicos.

No primeiro grupo, os empreendimentos institucionais, se enquadram as escolas confessionais tradicionais que possuem uma instituição religiosa como mantenedora e cujo objetivo é a formação integral de líderes e de futuros profissionais competentes. Nesse ambiente há uma evidente valorização do saber e da disciplina, buscando por meio destes aspectos a manutenção da excelência acadêmica.

No conjunto das empresas educacionais estaria os estabelecimentos leigos, cuja instituição mantenedora é uma empresa privada de médio ou grande porte. O que estas escolas veiculam como elemento diferenciador é a valorização do pleno atendimento das necessidades dos alunos e suas famílias, enfatizando o uso dos mais modernos instrumentos e recursos tecnológicos para a prestação dos seus serviços.

E, por fim, os empreendimentos pedagógicos, que seriam as escolas fundadas por grupos de educadores. A pesquisadora identificou no discurso destas instituições uma articulação dos elementos presentes nos discursos precedentes. Enfocam sua base em um ideário pedagógico, sem desconsiderar o êxito dos seus alunos nos exames de vestibular. Nessa direção, Carvalho (2005) sentencia:

> A análise da evolução histórica da rede privada de ensino no Brasil e na cidade do Rio de Janeiro em particular mostra a heterogeneidade das forças, grupos sociais e interesses ai existentes numa interação marcada por disputas de poder e de posições concorrentes. Neste contexto se diferenciam as ofertas educacionais disponíveis para as camadas médias no momento da escolha da escola, que repercutem nas estratégias educativas das famílias (p. 3).

Assim, na sondagem realizada em estabelecimentos privados de ensino do município do Rio de Janeiro, Carvalho (2005) identificou em algumas escolas, geralmente naquelas enquadradas como empresas educacionais, um recurso que funcionaria como uma estratégia preventiva. O "sistema de créditos", como é chamado, funcionaria como uma alternativa aos alunos que não podem freqüentar regularmente a escola. Nesse sistema, o aluno tem a disponibilidade de freqüentar as aulas em módulos, ministrados por uma equipe especializada, possibilitando, até mesmo, a escolha de local e hora mais convenientes ao estudante.

Ficou comprovado que praticamente a metade dos alunos investigados utilizou esse recurso, interpretado por como um "'atalho' para a recuperação de algum atraso escolar anterior ou como uma estratégia preventiva da possibilidade de fracasso escolar." (Carvalho, 2005, p. 7).

Mediante este breve apanhado das pesquisas sobre a escolarização das classes sociais mais privilegiadas, dando enfoque às trajetórias percorridas por estes alunos e às estratégias que utilizam para maximizar as chances de sucesso escolar evidencia-se que o risco do fracasso escolar pode atingir alunos de diferentes classes sociais, muito embora seu índice em lares privilegiados seja em número bem menor, isto é, não há uma força determinante que implique o sucesso escolar para os alunos originários de lares mais favorecidos e o fracasso escolar para os alunos de origem social mais modesta.

Os favorecidos também fracassam?

Assim, foi a partir dos anos 90 que os casos excepcionais, como o fracasso escolar em meios favorecidos, e sucesso em meios desfavorecidos passaram a merecer uma atenção maior por parte de alguns pesquisadores. Para Nogueira (1995), apreender como alguns alunos das classes populares conseguem sucesso no meio escolar, enquanto alunos provenientes de lares privilegiados, social e culturalmente, apresentam baixo rendimento "é importante porque ao estudar o sucesso daqueles poucos, posso ter pistas para compreender melhor o fracasso dos outros" (p. 40).

Observando os estudos sobre educação, desenvolvidos por Bourdieu ao longo de sua carreira, estes nos levam a inferir que a posição social de um sujeito influencia de forma marcante o seu futuro. O que não deixa de ser verdadeiro. Porém, a crítica que Lahire (2004) faz a Bourdieu é que sua abordagem é macrossocial e, desse ponto de vista, só se pode absorver estatísticas, não é possível construir inferências sobre o sujeito. Assim, Lahire (2004) afirma que as famílias não agem de maneira uniforme, pelo simples fato de pertencerem a um mesmo grupo social. Os indivíduos têm formas próprias

de agir diante de alguns fenômenos e, embora possa haver semelhanças em alguns aspectos, as diferenças são relevantes e não podem ser ignoradas.

Partindo dessa linha de pensamento, o sociólogo francês Bernard Lahire investiga a incidência de sucesso escolar entre as classes populares, considerada como um fenômeno improvável frente às adversidades pelas quais passam esses sujeitos. Essa pesquisa resultou em um livro, lançado no Brasil, em 1995 e intitulado "Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável" (Lahire, 1995). Nesse trabalho, o sociólogo pretende "destacar a diversidade de configurações familiares em meios populares que explica, em grande parte, as diferenças do destino escolar de crianças que, no entanto, têm capital familiar bastante semelhante." (Lahire, 2004, p. 321).

Mas, se em estudos como o supracitado o interesse está nos casos atípicos encontrados nos meios populares, surgem trabalhos cujo enfoque está na identificação de casos excepcionais existentes entre as classes médias e elites, ou seja, trabalhos que buscam em meios favorecidos economicamente situações de fracasso escolar. Tal interesse se justifica pelo fato de que a descoberta da não aprendizagem entre aqueles dos quais se espera nada mais do que o sucesso, diante das oportunidades e vantagens que possuem e usufruem, é, sem dúvida, abrir novas possibilidades de entendimento deste fenômeno que assombra boa parte das escolas públicas brasileiras.

De acordo com Nogueira (2004), ainda são escassos os trabalhos que tenham como enfoque o "papel da riqueza econômica nos destinos escolares dos indivíduos" (p. 2). Somente dois estudos, de origem francesa, são destacados dentro dessa nova vertente, muito embora, tenham sido efetuados em momentos bem anteriores: os trabalhos de Jean Fourastié, publicados em 1970 e 1972, e o livro de Robert Ballion de 1977, conforme indicados por Nogueira (2004). Os estudos destes pesquisadores franceses comprovaram que o índice de insucesso escolar entre jovens provenientes de classes privilegiadas era bem mais elevado do que se poderia pensar. Entretanto, apesar desse surpreendente achado, não houve uma continuidade das reflexões sobre esse tema.

No Brasil ainda carecemos de estudos sobre esse tema. A socióloga Maria Alice Nogueira vem empreendendo esforços nesse campo. No artigo "Favorecimento econômico e excelência escolar: um mito em questão" (2004), a socióloga afirma que a pesquisa desse tema é um desafio, no qual ainda se busca respostas para questões como:

> Que tipo de trajetória escolar realizam os jovens provenientes de lares economicamente privilegiados? Quais são as condições sociais e familiares que tornam possíveis e inteligíveis esses destinos escolares? De que modo os privilégios ligados à família de origem podem constituir-se em trunfos (ou em obstáculos) perante os estudos? (p. 3).

Embora os trabalhos da professora Zaia Brandão não tenham como foco central o insucesso nos meios favorecidos, ficou evidente que o fracasso escolar também está presente entre esses estratos. Ao estudar a trajetória desses jovens, eventualmente, verifica-se a incidência de rupturas ou de outros possíveis riscos do insucesso. Todavia, esse mesmo estrato social é detentor de recursos (capitais econômico, cultural, informacional etc.) dos quais se utilizam com o objetivo de minimizar possibilidades de insucesso escolar.

As razões da pesquisa – considerações finais

Foi especialmente essa situação que motivou o desenvolvimento de uma pesquisa em âmbito de pós-graduação. Partindo da perspectiva do improvável, decidiu-se buscar alunos que, provenientes de classes privilegiadas, encontram dificuldades no seu percurso escolar. Diante de uma situação de risco como a reprovação, esse aluno e sua família recorrem às estratégias preventivas, como professores particulares, ajuda especializada, ou mesmo, recursos como a transferência escolar. Assim, perante a ameaça da reprovação, este aluno é transferido para outra escola, onde tenha a certeza que conseguirá vencer os obstáculos ou, em outros termos, estas famílias e seus filhos, buscam atalhos para o sucesso escolar.

Chamou mais ainda a atenção sobre o uso desse "atalho" o fato de que ele ocorre em cidade pequena. O lugar da pesquisa é Ouro Preto, cidade histórica no estado de Minas Gerais, com população em torno de setenta mil habitantes. As famílias se conhecem, têm proximidade com professores e direção das escolas entre as quais os alunos transitam. O uso desse recurso de "drible" do fracasso torna-se como que algo público, no sentido de que chega ao conhecimento de muitas pessoas. Será curioso investigar, inclusive, como as famílias falam disso, como justificam os caminhos que adotam para a escolarização de seus filhos, como omitem as informações sobre suas "escolhas", ou como se recusam a tratar do assunto.

A possibilidade de pesquisar esse tema em contexto diferente das cidades grandes ou capitais de estados brasileiros pode representar uma contribuição. Como ficou identificado pelas pesquisas apresentadas de autores brasileiros, as classes médias e altas se utilizam de várias estratégias para fugir do fracasso escolar. Verificar como as famílias falam dessa prática em lugares diferentes, quando inclusive os padrões do que é elite podem ser diferenciados, cremos ser oportunidade de lançar luzes sobre esse fenômeno do privilegiamento de setores da sociedade que se reflete na sua trajetória escolar. Eis a expectativa dessa pesquisa e a contribuição que pretende oferecer.

Referências

Bourdieu, P. (1998). A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In M.A. Nogueira & A. Catani. *Pierre Bourdieu - Escritos de Educação* (pp. 39-64). Petrópolis, RJ: Vozes.

Brandão, Z. (2000). Desafios do processo de pesquisa sobre a relação de famílias de camadas médias e escola. *Reunião Anual da ANPED, 23*. Recuperado em 20 junho, 2007, de http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/1401p.PDF

Brandão, Z. (2005). Clima escolar: notas de campo de três visitas a escolas. *Boletim SOCED, PUC-Rio*. Recuperado em 20 junho, 2007, de http://www.soced.pro.br

Brandão, Z. (2006). A produção das elites escolares. *Educação On line* - PUC-Rio, (2). Recuperado em 20 junho, 2007, de http://www.soced.pro.br
Brandão, Z. & Lellis, I. (2003). Elites acadêmicas e escolarização dos filhos. *Educação e Sociedade, 24* (83), 509-526.
Brandão, Z.; Mandelert, D.; Paula, L. de (2005). A circularidade virtuosa: investigação sobre duas escolas no Rio de Janeiro. *Cadernos de pesquisa*, *35*(126), pp. 747-758.
Brandão, Z.; Martinez, M.E. (2006). Elites escolares e Capital cultural. *Boletim SOCED*, PUC-Rio, (3), pp 1-19. Recuperado em 20 junho, 2007, de http://www.soced.pro.br
Carvalho, C.P.de. (2005). Entre as Promessas da escola e os desafios da reprodução social: famílias de camadas médias do Ensino Fundamental à Universidade. *Boletim SOCED*, PUC-Rio, (2), pp. 1-23. Recuperado em 20 junho, 2007, de http://www.soced.pro.br
Carvalho, C.P.de. (2006). Contextos institucionais e escolarização: uma hipótese de classificação das escolas da rede privada de educação básica. *Revista Brasileira de Educação*, *11*(31), 155-166.
Catani, A.D.; Kieling, F.S. (2007). A escolarização das classes abastadas. *Sociologias*, (18), 170-187.
Lahire, B. (1995). *Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática.
Lahire, B. (2004). Trajetória acadêmica e pensamento sociológico: entrevista com Bernard Lahire. *Educação e Pesquisa*, *30*(2), 315-321.
Mafra, L.A. (2003). A sociologia dos estabelecimentos escolares: passado e presente de um campo de pesquisa em re-construção. In N. Zago.; M.P. Carvalho.; R.A.T. Vilela (Org.). *Itinerários de Pesquisa – perspectivas qualitativas em sociologia da educação*. Rio de Janeiro: DP&A.
Nogueira, M.A. (1991). Trajetórias escolares, estratégias culturais e classes sociais - notas em vista a construção do objeto de pesquisa. *Teoria e Educação*, (3), 89 – 112.
Nogueira, M.A. (1995). Tendências atuais da Sociologia da Educação. *Seminário Catarinense de Sociologia da Educação*, Florianópolis, SC, Brasil, 2.
Nogueira, M.A. (1998). A escolha do estabelecimento de ensino pelas famílias: a ação discreta da riqueza cultural. *Revista Brasileira de Educação*. 1(7), 42-56.
Nogueira, M.A. (2002). Estratégias de escolarização em famílias de empresários. In M.A Nogueira; A.M.F, Almeida (Orgs.). *A escolarização das elites: um panorama internacional da pesquisa*. Petrópolis, RJ: Vozes.
Nogueira, M.A. (2004). Favorecimento econômico e excelência escolar: um mito em questão. *Revista Brasileira de Educação*, (26), 133-144.
Nogueira, M.A. (2005). A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social/interrogações sociológicas. *Revista Análise Social*, Lisboa, Portugal, *11*(176), 563-578.
Nogueira, M.A. (2006). Família e escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação. *Educação e Realidade, 31*, 155-169.
Nogueira, M.A. (2007). A construção da excelência escolar – Um estudo de trajetórias feito com estudantes universitários provenientes das camadas médias intelectualizadas. In M.A. Nogueira; G. Romanelli; N. Zago (Orgs.). *Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares* (3a. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
Nogueira, M.A. & Nogueira, C.M.M. (2006) *Bourdieu & a educação* (2a. ed.). Belo Horizonte: Autêntica.
SILVA, J.S. (2001) Sucesso/fracasso escolar: uma revisão de pressupostos. *Revista Teias, 2*(3), pp. 1-15.
Soares, J.F. & Collares, A.C.M. (2006) Recursos familiares e o desempenho cognitivo dos alunos do ensino básico brasileiro. *Dados, 49*(3), pp. 615-650.

"Doutores", porém "não-cidadãos": trajetórias de estudantes favelizados inseridos no ensino superior

Jocelene de Assis Ignacio*
Org: Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio
joignacio@ig.com.br

Resumo: Propomos neste estudo uma análise do contexto em que se inscreve a trajetória acadêmica e profissional de estudantes de ensino superior, residentes na favela do Jacarezinho, situada na Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro. Os entrevistados ingressaram no Pré-Vestibular para Negros e Carentes – PVNC, após o ano de 2000. Os indivíduos em observação são oriundos de espaços favelizados, e provenientes de famílias de baixa renda que, contrariando certo "determinismo social" relativo às pessoas favelizadas, conquistaram vagas nas principais universidades do Rio de Janeiro - PUC, UERJ e UFRJ — em cursos considerados de alto prestígio, tais como: Direito, Psicologia e Engenharia. Porém, sabemos que a obtenção de diplomas de nível superior nas melhores universidades por si só não outorga a estes moradores - majoritariamente afrodescendentes -, a cidadania.

*Assistente Social da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio; Mestra em Memória Social pela UNIRIO em 2005; Especialista em Planejamento Urbano pelo IPPUR-UFRJ em 2003 e Assistente Social pela PUC-Rio em 2000.

Palavras-chave: Cidadania; (2) Favela; (3) Educação superior.

Apresentação

Este artigo sintetiza uma pesquisa maior que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Ele compõe uma série de pré-requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social. Nossas reflexões estão embasadas no conjunto de investigações e estudos sistemáticos, realizados no âmbito de nossa inserção e acompanhamento à ação do Pré-Vestibular para Negros e Carentes - PVNC, na favela do Jacarezinho1 e, através de informações coletadas e produzidas ao longo de nossa trajetória acadêmica e profissional2. Com este trabalho pretendemos por um lado revisitar a experiência do grupo em tela e, por outro, travar um diálogo entre os conceitos de favela, educação e cidadania, sublinhando as formas singulares em que estes se aplicam no contexto estudado.

O artigo proposto esta estruturado da seguinte forma: na primeira parte falamos da temática central de nossa pesquisa, partimos do diálogo com autores que abordam as categorias: favela, educação e cidadania, por se tratar de três conceitos chaves que estão no cerne da discussão do problema apresentado neste estudo. Em seguida ilustramos o texto com resultados parciais, da pesquisa já citada. Nesta etapa os exemplos da vida cotidiana de nossos colaboradores, ganham destaques e, alguns momentos em que espaços-favela aparece como instrumento de exclusão social são descritos e analisados, baseados nestas histórias, abordamos a desigualdade de oportunidade centrada no espaço. No desenvolvimento deste ponto, norteamos nosso estudo na produção política e ideológica do espaço urbano, apoiando-nos em trabalhos de autores especialistas no assunto entre eles: Perlman (1977), Lefebvre (‘1991), Valla (1986), Santos (2007), Silvaa (1996) e outros.

Na perspectiva colocada, ao longo do texto, apresentamos diferentes estratégias, de ingresso e permanência no mundo acadêmico, utilizadas pelo grupo em observação. Nossa idéia é potencializar as experiências de ações voltadas para ampliar o acesso aos direitos afirmados e descritos na Constituição de 1988, conhecida como Carta Cidadã.

Empreenderemos um estudo que pretende responder as questões centrais de nosso trabalho, que são: qual é o real significado do diploma de curso de nível superior para as pessoas do meio popular e, especialmente, para aquelas que residem em favela? Em que circunstâncias o acesso ao diploma de curso de nível superior poderá favorecer a afirmação de valores e da identidade das pessoas residentes em espaços favelizados? Que tipo de mudanças o curso de nível superior provocou na realidade vivenciada pelos moradores de favelas? Como combinar aspectos diferentes de atores que fazem parte da mesma cena, digo, de curso de níveis superior, mas que, vistos de ângulos distintos, ou seja, a partir de seu local de moradia, parecem atuar em mundos opostos e antagônicos?

É preciso esclarecer que este breve artigo não se propõe a responder todas as questões. Pois, nosso objetivo principal é produzir elementos que favoreçam o silenciamento de vozes que ainda povoam o imaginário social, afirmando os mitos, reforçando os estereótipos, retro-alimentando preconceitos e reimprimindo os dogmas referentes às favelas como verdade absoluta. Pretendemos contribuir para o fortalecimento de um discurso ativamente defensor dos direitos humanos que, na prática, se traduz em luta por um sistema social que valorize a diversidade, no qual a diferença estabelecida entre os moradores de favela e do asfalto, não implique em exclusão social dos moradores destes espaços.

Sabemos que o acesso a uma ampla literatura que aborde as categorias cidadania, favela e educação, sob seus diferentes aspectos, isoladamente, não garante uma aproximação necessária da história e da memória coletiva dos moradores deste lugar. Logo, a participação orgânica na criação e acompanhamento da ação do Pré-vestibular Para Negros e Carentes nas favelas do Jacarezinho e Manguinhos se revelou fundamental. Pois, de um lado ela favoreceu o estreitamento do contato com “alguns signos de uma cultura particular” que será ilustrada ao longo deste artigo. Por outro, colocou-nos em contato com o íntimo, o oculto, ainda não sistematizado pela extensa bibliografia que tem como temática central às favelas.

Pensando no contexto supracitado, evocamos Lefebvre (1991), sobretudo, quando o autor destaca que, para que haja uma compreensão dos diferenciais de poder que determinam a construção social das favelas e dos espaços urbanos, é preciso focalizar as práticas espaciais da sociedade mais amplamente. Logo, deve ser considerado o fato que as práticas espaciais implicam (histórica e contemporaneamente) em práticas sociais específicas. Dito de outra forma, decifrar os espaços favelizados requer um entendimento das compreensões hegemônicas sobre o mundo social hierarquizado, as formas de privilégios e de exclusões já consolidadas. Tais compreensões hegemônicas, por sua vez, dão forma concreta (ao mesmo tempo em que derivam de concepções e práticas relacionadas) aos espaços urbanos.

Pensando nas questões até aqui apresentadas, ancoramos nossos procedimentos metodológicos em técnicas de pesquisa qualitativa, entre elas: a observação participante, as entrevistas e a análise do discurso. Acreditamos que a pesquisa

1 Situado na Zona Norte do Rio de Janeiro, XXVIII Região Administrativa – JACAREZINHO, Criada pelo Decreto No 6011 de 04 de agosto de 1986 e Delimitada pela Lei Complementar No 17 de 29 de julho de 1992, alterando a XII e XIII Região Administrativa. Cria o bairro do Jacarezinho, alterando os Bairros do Jacaré; Engenho Novo; Maria da Graça; Sampaio e Benfica.

2 As questões colocadas por este estudo foram debatidas em trabalhos apresentados em congressos, seminários e eventos articulados pelos centros acadêmicos: na UFPE, em Recife; na Pontifícia Universidade Católica PUC-Rio; na Pós-Graduação do curso de Memória Social e Documento – UNIRIO; no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano IPPUR/UFRJ; no curso de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, em Natal; na Universidade Federal de Toquatins/UFT, em Palmas; na Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC em Florianópolis; e na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul/UNIJUÍ. Somado a participação nestes eventos estão a nossa atuação na coordenação do Pré-vestibular Para negros e Carentes Núcleo Jacarezinho e a experiência profissional desenvolvidas na Secretaria Municipal de Habitação, na equipe que Gerencia o Programa Favela-Bairro, na Prefeitura do Rio.

qualitativa seja a mais apropriada para responder as questões colocadas por este estudo. Pois, entendemos, assim como Minayo (1993), que esta nos "permitirá compreender e explicar a dinâmica das relações sociais, que por sua vez são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos (...) que assim, dentro de uma abordagem dialética buscar encontrar na parte, a compreensão e a relação com o todo.

Utilizamos também como instrumental de pesquisa a entrevista, que para Ludke e André, se configura enquanto um instrumental básico de coleta de dados onde, a relação que se estabelece é de interação, ao contrário de outras técnicas que pressupõem uma relação hierárquica entre o pesquisador e o sujeito abordado. Esta técnica, "permite correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam eficazes na obtenção das informações desejadas" (Ludke; André, 1986, p.34).

Diante dos fatos, sabemos que para apreender a favela teoricamente se faz necessário romper com a idéia que se limita a fazer uma descrição fria do lugar, sem se quer incorporar em sua definição as dimensões políticas e ideológicas que interferiram na formação e consolidação deste espaço. Nesta perspectiva, é de fundamental importância saber, que a conformação do espaço urbano brasileiro está profundamente implicada, em processos nos quais as hierarquias sociais se caracterizam em um dado momento histórico. Sendo assim, dimensionar o espaço favela e fazer um breve regate do discurso fundador do qual se origina o termo favela se faz necessário.

Ao trilharmos o caminho das transformações do cenário comunitário, na expectativa de desvendar as importantes mudanças do cenário social, com um olhar preocupado para as desigualdades não apenas de classe, mas, sobretudo, para as práticas de discriminação racial, é buscar conhecer as diversas formas de inserção do morador de favela que, segundo institutos de pesquisas oficiais, são em sua maioria negros3, daremos ênfase ao problema, ao mesmo tempo que poderemos ajudar a engrossar os estudos e pesquisas, já existentes, que acabam por esvaziar as justificativas que, ao longo da história da sociedade, vêm concedendo ao morador de favela um papel de coadjuvante na consolidação da história de seulugar de moradia.

INTRODUÇÃO

Segundo o IBGE (2000), o Estado do Rio de Janeiro possui a maior concentração de favelas do Brasil. Metade de sua população está concentrada na cidade do Rio de Janeiro, aproximadamente 6.093.472, o que corresponde cerca de dois terços da área metropolitana do Estado. Só na capital há, aproximadamente, um milhão e 100 mil pessoas residindo em 600 favelas espalhadas pela cidade, o que representa 18,9% da sua população total.

Existem, ainda, 380 mil pessoas vivendo em condições precárias - aproximadamente sete por cento da população, nos 590 loteamentos irregulares, sem deixar de considerar o significativo número de pessoas4 que sobrevivem nas ruas da cidade, aproximadamente 1.682.5 A projeção realizada pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade - IETS sinalizou que, até 2010, as favelas cariocas concentrarão 21,1% da população urbana, somando um milhão e 400 mil pessoas.6

Os números supramencionados refletem o problema habitacional no Brasil. Eles evidenciam a importância das favelas e a sua significativa contribuição para o desenvolvimento da cidade. Tal destaque serve tanto para sublinhar a complexidade do fato, como para embasar um conjunto de denuncias e ações comunitárias de enfrentamento, relativos ao descaso, com os quais os gestores públicos das três esferas governamentais vêm tratando da problemática da habitação popular.

Abreu (1997) destaca que a intervenção direta do Estado sobre o urbano transformou a cidade, tanto em termos da aparência (morfologia urbana) como de conteúdos (separação de usos e de classes sociais no espaço). Desta forma, as ações públicas voltadas para estruturar o espaço da cidade, sem dúvida, influenciaram diretamente não só na formação do espaço geográfico, mas também, nas formas de relações sociais já estabelecidas no local, tornando este espaço cada vez mais dividido e segmentado.

Conforme comenta Abreu (1997), a forma de atuação do Estado na organização do espaço urbano, certamente, colaborou para aguçar a divisão entre bairros melhores servidos por recursos públicos, geralmente ocupados pelas classes mais abastadas, em detrimento de outras áreas com maior escassez de serviços, inclusive aqueles considerados básicos, onde se localizava grande parte das classes sociais que, na ocasião, possuíam os menores rendimentos.

A grande diferença, em termos de infra-estrutura urbana, principalmente, entre os núcleos das grandes cidades e as suas periferias, se constitui como um exemplo vivo da forma desigual em que se realizaram as políticas públicas de urbanização, ao longo dos anos. Na cidade do Rio de Janeiro observamos que, à medida que o Estado privilegiou as elites no desenvolvimento de suas ações, favorecendo apenas um segmento social na adoção de seus recursos, ele, certamente, colaborou para o aceleramento do processo de estratificação espacial e social, característico da cidade desde o século XIX.

Na análise de Kowarick foi por meio desta ação pública que as classes populares foram "empurradas" para as margens da cidade, passando a residir em espaços que se constituíram como aglomerados distantes do centro, clandestinos ou

3 Ver Ribeiro (2005). Segregação residencial e segmentação social.

4 Dados segundo Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, Meta/MDS, 2008. Já a, Agência Brasil-ABR, em 29 de abril de 2008, informou que a maior parte da população em situação de rua no Brasil (70,9%) exerce atividades remuneradas, entre elas a de catador de materiais recicláveis, flanelinha, empregado de construção civil, de limpeza e como estivador (ajudante de embarque de carga nos portos).

5 Dados obtidos nos arquivos da Secretaria Municipal de Habitação – SMH no período que vai de 1994 a 1999.

6 As favelas diferenciam-se dos demais tipos de moradia precária, sobretudo, por serem invasões de terrenos públicos, em sua maioria, ou privados. Já os loteamentos irregulares e/ou clandestinos são terrenos que foram comprados, embora o título de propriedade dependa de regularização, em sua maioria de forma irregular e clandestinamente, inclusive sem submissão do projeto urbanístico e/ou arquitetônico.

não, geralmente, carentes de infra-estrutura urbana (1983:31). Partindo deste pressuposto, outros autores (Rocha, ano; Ventura, ano; Burgos ano) apresentam um conjunto de abordagens que traziam em seu bojo, uma série de inquietações. Estas nos induziram a perguntar: por que o transcurso de mais de um século de negação, violação de direitos e opressão acometida aos moradores de favela, sobretudo, no processo de industrialização e urbanização brasileira7, não foram suficientes, para que o Estado reconhecesse e amortizasse a dívida social adquirida com os moradores de favela? A quem interessa a perpetuação dos dogmas e as representações redutoras da favela a um espaço específico da pobreza e da violência generalizada?

Ao longo de mais de um século, a preocupação e intervenção do Estado nas favelas têm sido marcadas por duas propostas básicas: a de erradicar através da remoção e a destinação para outros usos, sobretudo, aquelas favelas que estão em áreas de grandes interesses imobiliários. No processo de desenvolvimento deste estudo, identificamos algumas tentativas do poder público no sentido de ampliar as fronteiras da favela, a fim de produzir uma "integração" versus inclusão não subordinada com o contexto urbano que a cerca. Porém, percebemos que este esforço se aplicou apenas na perspectiva de derrubar as barreiras físicas e/ou geográficas, como se assim fosse possível eliminar a "distância" e as "diferenças" sociais entre a favela e o asfalto, desconsiderando que a noção de cidadania ampliada8 é decisiva para garantia da participação eqüitativa entre os diferentes grupos que compõem o cenário da cidade.

Diante do fato, surgem outras questões com objetivo de saber: que compromisso e diálogo o Estado brasileiro tem estabelecido com o Estatuto da Terra que, em seu Art 2°. assegura a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, determinada pela Constituição brasileira? O que há por trás do discurso que, mesmo na contemporaneidade, nega à favela e às pessoas que nela residem, o direito de acessar os recursos que possibilitariam a superação de suas desvantagens com relação aos demais grupos sociais da cidade?

O real compromisso assumido pelo Estado, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos9 que outorga a todas as pessoas o título de cidadãs de direito, um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário e habitação tem sido relegado ao segundo plano. O artigo 6o da CF de 1988 que, assinala e reafirma, o compromisso, e o papel do Estado como o principal responsável pela implementação e defesa da garantia de determinados direitos sociais dentre eles, a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade, à infância e a assistência aos desamparados, também vem sendo submetido a uma lógica global de redução de direitos sociais, onde uma parcela importante da população, os mais pobres, não tem direitos efetivos.

Conforme descrito no Art. 182 da CF de 1988, a política urbana, executada pelo poder público, tem por finalidade o ordenamento do pleno desenvolvimento social da cidade e garantia do bem estar de seus habitantes. Para tanto, os Planos diretores, obrigatórios a todas as cidades com mais de vinte mil habitantes, e o Estatuto da cidade10, documentos, cujos objetivos principais se concretizam na plena realização das funções sociais da propriedade, que se materializam no acesso à moradia, à infra-estrutura de transporte e saneamento, ao meio ambiente saudável, ao patrimônio histórico, cultural e paisagístico e aos equipamentos de educação, saúde, lazer e dentre a tantos outros direitos, vistos como fundamentais, no caso das favelas, têm se mostrado ineficientes.

Pelos motivos supramencionados, a Constituição Federal vigente, o Plano Diretor e o Estatuto da Cidade que, em seu artigo11 2° expõe como uma das diretrizes da política urbana o dever de garantir o direito à cidade sustentável, entendida como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, tem sua efetividade relativizada. Dito de outra forma, como um instrumento jurídico que visa por um lado regularizar, ordenar e nortear as intervenções e as formas de ocupação e uso do espaço urbano, os documentos citados não têm sido aplicados de forma igual para todos. Diante dos fatos, interessa saber que mecanismos perversos operam para que haja separação entre a favela e a cidade? De que modo à ação do poder público nas favelas tem corroborado para que a presença e a guerra do narcotráfico ganhem forças12? Que ações empreender para identificar e combater o fenômeno da violência física e simbólica acarretada pela deficiência da política publica no espaço da favela?

A partir das inquietações colocadas acima refletimos sobre o processo de construção da representação da favela e dos impactos dessa na mobilidade social de seus moradores. Propomos um estudo sistemático que venha trazer um

---

7 Sobre este assunto ver ABREU(1997); CASTELLS (1983); OLIVEIRA (1994) e outros.

8 Segundo Dagnino (2004), a chamada nova cidadania, ou cidadania ampliada começou a ser formulada pelos movimentos sociais que, a partir do final dos anos setenta e ao longo dos anos oitenta, se organizaram no Brasil em torno de demandas de acesso aos equipamentos urbanos como moradia, água, luz, transporte, educação, saúde, etc. e de questões como gênero, raça, etnia, etc. Inspirada na sua origem pela luta pelos direitos humanos (e contribuindo para a progressiva ampliação do seu significado) como parte da resistência contra a ditadura, essa concepção buscava implementar um projeto de construção democrática, de transformação social, que impõe um laço constitutivo entre cultura e política. Incorporando características de sociedades contemporâneas, tais como o papel das subjetividades, o surgimento de sujeitos sociais de um novo tipo e de direitos também de novo tipo, bem como a ampliação do espaço da política, esse projeto reconhece e enfatiza o caráter intrínseco da transformação cultural com respeito à construção da democracia.

9 Artigo XXV, item 1-1948.

10 O Estatuto da Cidade (também conhecido como Estatuto das cidades) é a denominação oficial e consagrada da lei 10.257 de 10 de julho de 2001, responsável pela regulamentação do desenvolvimento urbano no Brasil. É de sua responsabilidade regulamentar e definir instrumentos propícios à efetivação das diretrizes encontradas no capítulo sobre Política urbana da Constituição brasileira (de 1988). O Estatuto da Cidade surgiu como projeto de lei em 1990, proposto pelo então senador Pompeu de Souza, tendo sido aprovado apenas em 2001, onze anos depois.

11 Item I-2001

12 Segundo Pelman, o tráfico de drogas começou ativamente nas comunidades de favela no meio dos anos 80 coincidindo com o fim da ditadura e com a decisão do governador Leonel Brizola de manter a polícia fora das favelas Não é claro se ele pretendia proteger os moradores das favelas da brutalidade da polícia que eles sofreram durante a ditadura ou se ele se rendeu às pressões para proteger os ricos e não desperdiçar recursos de segurança com os pobres.

contraponto para os debates, especialmente, aqueles em que os discursos valorizam as crenças, utilizam as imagens, as práticas e as idéias que reeditam o antigo mito da "favela marginal", ou seja, a favela concebida como um mundo social à parte da cidade, identificada apenas pela desordem, pela violência, pela pobreza e pela carência de políticas públicas proporcionadoras de cidadania plena e o morador aparece como aquele indivíduo que possui uma vida à margem da lei.

Apoiados em informações13 unilaterais, nas quais os moradores de favela são apresentados como invasores e, aparecem apenas relacionados às condições exploratórias e perigosas, ora desenvolvendo atividades de trabalho, pelas quais receberiam salários que muitos moradores do asfalto14 se recusariam a ganhar, ora como invasores de terras alheias, "não contribuintes" de impostos voltados para o financiamento de benfeitorias públicas, como por exemplo: o IPTU, seres marginais, a quem se justifica o alijamento eou oferecimento precário de determinados direitos de cidadania. Assim, uma parcela representativa da sociedade utiliza destas associações para inserir os moradores de favela em condições de desvantagem social, resistindo em reconhecer a importância da favela e de seus moradores para a vitalidade da cidade, não oportunizando a eles qualquer outra inserção que não seja aquelas atravessadas pelo viés da subalternidade a qual esta fadada o lugar.

É importante destacar que, mesmo após mais de um século de resistência, os órgãos públicos e importantes canais midiáticos, insistem em marginalizar, produzir e disseminar informações negativas sobre a favela. Percebe-se, a existência de investimentos em projeções depreciativas nas quais, os moradores não aparecem como reféns ora da polícia, ora dos traficantes de drogas e de grupos que, na contemporaneidade, constituem as novas formas paralelas do exercício do poder. A exemplo, a ação dos "milicianos"15 que vêm atuando ilicitamente em alguns bairros e favelas cariocas.

Logo, descolado do contexto apresentado, os moradores de favela por um lado são responsabilizados pelas condições adversas em que vive, sobretudo, devido à prestação de serviços precários viabilizadas pelos diferentes gestores públicos e, por outro, acusados de serem algozes e coniventes com as práticas ilícitas que ocorrem tanto na favela, quanto na cidade. Assim, ao relacionar à pobreza e a violência, à favela, indistintamente, o Estado e a mídia se esquecem de mencionar a crescente prática de corrupção ativa e a ação clientelista, muito comum nas diferentes esferas da gestão da política pública brasileira.

Conforme constatou Perlman (1977), os moradores de favela não estão alheios à deturpação de sua imagem, à violência física e simbólica e, ainda, à constante violação de seus direitos políticos, civis e sociais. Por este motivo, entendemos que observar e tecer algumas análises sobre protagonismo, as estratégias e os resultados positivos das lutas do grupo de moradores em tela, se constitui no ponto de extrema relevância acadêmica e social de nossa elucubração.

Nosso desafio maior vem sendo o de compreender os fatores que restringem ou promovem a mobilidade social dos moradores de favela, com a finalidade de mostrar que, as dificuldades de acesso aos direitos de cidadania, os colocam em uma espécie de "mundo à parte. Ou seja, embora saibamos que eles estejam incluídos economicamente, ainda que de forma subordinada, em uma sociedade capitalista, na qual consomem e vendem, sobretudo, a sua força de trabalho a um mercado que o aliena.

A análise das condicionantes que interferiram na história e trajetória de um grupo de moradores até chegar à universidade compreende o nosso ponto de partida. E, é neste contexto que buscaremos elementos para reconstituir, imprimir os fragmentos do passado e desenvolver uma reflexão almejando ultrapassar a visão deslocada e "atrofiada" de favela. Vale dizer que, em nosso trabalho, utilizamos como referencial a articulação de um movimento social que está declaradamente fora das estruturas do Estado e organicamente dentro da realidade da favela, o Pré-vestibular Para Negros e Carente.

Mas afinal, de que favela nós estamos falando?

Para o Censo do IBGE de 1957, favela é todo agrupamento predial ou residencial, formado por unidades de número geralmente superior a 50, em área que predominam casebres ou barracões de aspecto rústico típico, constituído com os mais diversos materiais, destituídos em sua maioria, de melhoramentos públicos, tais como de rede sanitária, luz, água encanada e telefone, espaço habitado por pessoas que se instalaram em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida, em áreas não urbanizadas.

O sentido pejorativo produzidos no passado permanece presente, mesmo nos documentos públicos recentes que fazem menção à favela. Como exemplo, o artigo 147 do Plano diretor da Cidade do Rio de Janeiro (1992) que distantes das primeiras produções sobre favelas, por mais de três décadas, continua referindo-se a favela como uma área predominantemente habitacional, ocupada por população de baixa renda, apresentando precariedade de infra-estrutura e de serviços públicos, com vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular, com construções não licenciadas e em deformidade com os padrões legais.

O IBGE 2000 também apresenta a favela como aglomerados subnormais, de barracos ou cortiços, com no mínimo 51 casas, com características urbanísticas fora dos padrões, vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, com

13 Sobre este assunto ver Perlman (1977) e Alvito (2000).

14 Nas cidades, à parte ou ambiente urbano, em oposição ao rural, ou ao suburbano, ou ao das favelas.

15 Milícia é a designação genérica das organizações militares ou paramilitares compostas por civis.As milícias podem ser organizações oficiais mantidas por um Estado ou podem ser organizações de carácter privado, muitas vezes de legalidade duvidosa. Podem ter objetivos públicos de defesa nacional ou de segurança interna, ou podem prosseguir a defesa de interesses particulares, como objetivos políticos. " As "milícias", nome que a imprensa fez circular por toda a cidade a partir de 2006, é anterior ao atual fenômeno. Em pequenas favelas e conjuntos habitacionais onde há moradores policiais militares, esses conseguiram organizar-se seja para impedir a entrada do tráfico seja para expulsar ou matar assaltantes e outros jovens que ali pudessem ser identificados como criminosos.

construções não regularizadas por órgãos públicos, em que há espaços ocupados ou tendo sido ocupados até um período recente, de forma desordenada e densa, terrenos de propriedade alheia (pública ou particular), com precariedade de serviços públicos essenciais (a maioria das casas não conta com redes oficiais de esgoto e de abastecimento de água e não é atendida por iluminação domiciliar), onde a maioria dos ocupantes das unidades habitacionais da área não possui título de propriedade ou documentação do imóvel em geral.

A definição de favela proposta pelo Instituto Pereira Passos – IPP (2000), órgão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, também está centrada nas características físicas do lugar. Este define a favela como sendo uma área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupações de terra por população de baixa renda, com precariedade da infra-estrutura e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregular, com construções não licenciadas e em desconformidade com os padrões legais.

Na atualidade, as favelas, já contam com uma rede e oferta variada de serviços públicos, que não permite mais o seu enquadramento, no arquétipo da homogeneidade. São dados do próprio IBGE (2000) que comprovam que, algumas favelas da cidade do Rio têm coleta de lixo que chega a ser melhor inclusive do que determinados municípios do Estado do Rio de Janeiro. Outra situação, também relevante, ocorre no âmbito da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro que, através do Programa Favela-Bairro, tem disponibilizando uma infra-estrutura mínima e, em parceria com outros órgãos do Estado, vem engendrando um processo, ainda em curso, de regularização fundiária.

Partindo de novos padrões, ficou ainda mais complexo definir uma favela baseado no que lhe falta, explica Silvaa (2002), dado que este termo abrange localidades tão distintas entre si. O autor sinaliza que, o problema se agravou, com o conjunto de transformações ocorridas nas últimas décadas, não fica claro se todos esses fatores têm de coexistir ou se um aglomerado que tenha acessado aos serviços públicos essenciais, como grande parte dos outros bairros da cidade, ela deixa de ser favela e seus moradores perderiam o estigma que carregam a mais de um século.

Com a cristalização do discurso, a palavra favela, no universo semântico cotidiano, em diferentes contextos, aparece eivada de significados negativos. Logo, está evidente que, a polarização fomentada por importantes pesquisas, estudos, trabalhos acadêmicos e as inúmeras transformações físicas implementadas pelo Estado, não foram suficientes para quebrar o paradigma no qual a favela é apresentada como sinônimo da pobreza, do crime e da violência, ficando sempre subentendido que tais fenômenos são atinência destes espaços.

Na visão de Silvaa, é a condição de moradia dos favelados que vem definindo a sua auto-imagem, a partir da qual eles irão atuar seja negando sua identidade, seja buscando “limpar” ou moralizar sua imagem perante a sociedade: “eu não sou bandido”, “sou trabalhador”, “sou pai de família”, etc. O fato é que, salienta o autor:

> os moradores de favelas continuam a ser portadores de uma cidadania restrita, hierarquizada e fragmentada [...] a ‘vitória da favela’ ocorreu à custa da constituição de uma categoria social subalterna, cuja intervenção na cena pública, duramente conquistada, não mexeu no padrão de sociabilidade urbana, pouco alterando sua posição relativa na estratificação social e seu papel como força social (Silvaa, 2002).

Em outras palavras, as imagens das favelas ainda são produzidas e projetadas como espaços que se restringe à precária infra-estrutura, pobreza e uma imposta marginalização social. Sobre esta questão Gomes (2003) sublinhou que, quando relacionamos algo ou alguém à expressão... “favelado” simbolizamos o desejo de associá-lo à idéia de pobreza, desorganização, feiúra, mau gosto ou má educação. Nesta perspectiva, o termo “favelado” representa tudo àquilo que rejeitamos pela falta de prosperidade, de elegância, de ordem, de beleza ou de polidez.

Os moradores da favela, ao verem sua imagem atrelada às mazelas do seu lugar de moradia reagem, mas nem sempre conseguem criar uma contra-imagem e ultrapassar o estigma que recaíram sobre eles. Em entrevista16, alguns alunos do Núcleo do Pré-vestibular Para Negros17 e Carentes, situado na Jacarezinho18, negam qualquer relação com o status de favelados que lhes são atribuídos. Entendem que, este termo sintetiza um conjunto de estereótipos direcionados à favela e aos seus moradores. Logo, explicam que,

> o fato da pessoa morar em uma comunidade não quer dizer que ela seja favelada, favelado não é sinônimo de pessoa que mora em uma comunidade. Que as pessoas de comunidade... nós por exemplo, morávamos em uma comunidade e não somos favelados. Favela eu acredito que seja um local como se fosse uma... onde as pessoas mais desfavorecidas convivem mas, o que difere no caso é a infra-estrutura, não tem a mesma infra-estrutura que tem em um bairro, tem as dificuldades com saneamento básico, as casas, mas as pessoas em si são pessoas conscientes, são pessoas educadas... não tem essa coisa de favelado, tem pessoas que moram em bairros que são favelados, tem pessoas que moram na favela e que não são faveladas. Favelado acredito que seja uma pessoa... esse conceito de favelado eu não concordo, as pessoas falam favelados como se fossem pessoas mal educadas e não uma pessoa que mora em uma comunidade... (M., mulher)

16 Pesquisa realizada com moradores da favela do Jacarezinho envolvidos na ação do Pré-Vestibular Para Negros e Carentes, de abril de 2003 a março de 2004.
17 O Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) é um movimento de educação popular, laico e apartidário, que atua no campo da educação através da capacitação para o vestibular de estudantes economicamente desfavorecidos em geral, e negros (as) em particular. Atua no campo do chamado "movimento negro", desde reforçado por estatísticas oficiais que já há algum tempo evidenciavam a enorme distância entre negros e brancos no acesso à educação formal, apesar de a educação e a escolarização serem estágios praticamente obrigatórios em nossa sociedade.
18 A favela do Jacarezinho esta localizada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Segundo informações produzidas pelo Armazém de Dados do Instituto Pereira Passos, no ano 2000, sobre População residente, por Áreas de Planejamento e Regiões Administrativa, há na favela citada, cerca de 32.070 pessoas, residindo em 9.358 domicílios.

Neste exemplo, a identidade está sendo considerada como uma categoria que tem a ver com a cultura, com a personalidade e, muitas vezes, ela será definida a partir de experiências de discriminação particular. Pois, quando argüida sobre a variação do termo favela versus favelada, a moradora do Jacarezinho mencionada estabeleceu uma distinção significativa entre uma identidade já dada socialmente e outra assumida em função da história e trajetória das pessoas e do lugar. Falamos do núcleo duro do preconceito e da discriminação que vai nitidamente, em alguns, momentos confundir e levar o próprio morador a se apropriar, dar legitimidade e difundir os jargões que apresentam a favela e os seus moradores sob um prisma desfavorável.

Para Brum (2004), apesar das inúmeras diferenças entre favelas e outras partes distintas de uma mesma favela, seus moradores adquiriram um status próprio: o de favelado. Já Piccolo (2003), ao refletir sobre as categorias, morro, rua, comunidade e favela, explica que na maioria das vezes, a idéia que se tem das favelas vai para além dos limites topográficos dos bairros em que elas estão situadas geograficamente. Na compreensão da autora, esses limites são socialmente construídos e as classificações e distinções são estabelecidas num jogo de poder entre os moradores do bairro e da favela.

Sobre os estereótipos direcionados aos moradores de favela já existiam algumas produções, Perlman (1977), por exemplo, vêm desde 1973, produzindo informações e identificando elementos capazes de invalidar o mito da marginalidade direcionado aos moradores de favela e de bairros pobres. Em seu estudo, a autora percebeu que, o rótulo de migrantes e desabrigados repelidos do meio rural, vagabundos, criminosos, parasitas, e várias outras denominações que depõe contra a integridade dos moradores de favela, são “empiricamente falsos, analiticamente equivocados e insidiosos em suas implicações políticas”.

Perlman (1977) observou que, na cadeia dos sistemas de desigualdade e exclusão com os quais convivemos quotidianamente, os moradores de favela são resultados de complexas teias de poder, pelas quais grupos hegemônicos constroem e impõem linguagens, ideologias e crenças que implicam na rejeição, a marginalização ou o silenciamento de tudo que lhes oponha. Este é um processo histórico de hierarquização segundo o qual, reforça a autora, uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita, definindo uma fronteira além da qual tudo é transgressão.

Esta nítido que, a maneira pela qual o conceito de favela foi generalizado e disseminado produziu um discurso unificado que reforçou os contornos de uma linha imaginária que dividiu a cidade em duas esferas, a partir de critérios econômicos e sociais. As definições pautadas em características físicas apresentada têm sido utilizadas como referenciais para a elaboração de uma clara distinção onde, de um lado, estariam os cidadãos e, do outro, os grupos subalternizados (os negros, os nordestinos e outros)19, justificando assim, as diferentes formas diferenciadas de perceber e intervir nos espaços da cidade.

Para muitos autores, como Perlman (1977), Machado (2002), Silva (2003), os espaços periféricos e favelizados continuam sendo vistos como o lado avesso da pólis, o território da não-cidadania, um lugar transitório e inviável, ou seja, sem condições de vida adequada. Esta claro que, a visão conturbada serviu apenas para legitimar, a intervenção pública pautada em ações elementares vindas, sobretudo, pelo viés clientelista que, exibe de forma indiscriminada, a face da conveniente negação do exercício de direitos, inclusive aqueles considerados como fundamentais para que os moradores de espaços favelizados tenham uma mobilidade social ascendente20 com destaque no campo econômico, das relações sociais.e profissionais.

Preocupado em entender o processo de marginalização de moradores de áreas periféricas das grandes cidades Wacquant (2001) observou que, o investimento na manutenção do abismo social e simbólico intransponível, entre a cidade e a favela, revela a face perversa do Estado e de outros diferentes grupos abastados que habitam a cidade. Ou seja, nas entrelinhas, a demarcação de fronteiras constitui uma das estratégias de combate, confinamento e de controle, não apenas de moradores da favela que se revelam demasiadamente diruptivo, desviante ou perigosos, mas, sobretudo, daqueles que são testemunhas vivas da existência de outras carreiras para os residentes nas favelas, além do tráfico de drogas, a de estudantes, trabalhadores e pessoas cujo comportamento e o caráter são inquestionáveis.

A respeito da dicotomia favela versus asfalto, Silvab (2008), enfatiza que a distinção procede da separação entre os territórios no qual a guerra do narcotráfico se processa. O autor observa que, os moradores que vivem no asfalto ficariam assim “a salvo” das conseqüências mais nefastas desta guerra. Para o autor, a sensação é de que ainda permanecemos num círculo vicioso, produzido a partir de uma funesta complementaridade entre pobreza e violência. Logo, embora se explique à existência de um território de “normalidade”, algo permanece profundamente “anormal”. Nas palavras do autor, a rigor, a questão que deve ser explicada não é apenas saber como se consegue viver neste contexto, mas de saber como se chega a produzir este contexto.

A cidade dicotômica está presente também na obra de João do Rio (1911), Ventura (1994) entre outros que assemelhavam à favela a “roça, sertão, um espaço longe da cidade”. Sobre esta mesma temática, Rocha (2000), Santos (2004), Zaluar e Alvito (1999) concluíram que a expressão cidade partida pode ter sido válida como denúncia quanto às desigualdades que marcam o Rio de Janeiro, mas ela mais confundiu do que esclareceu. Pois, na medida em que fez a defesa

19 Nos anos 20 e 30, as ideologias e ações sociais e estatais foram profundamente influenciadas pelo discurso ou projeto nacionalista e idéias eugênicas. A eugenia encontrava fundamentos ditos científicos para justificar sua prática excludente voltada para determinados grupos (negros, nordestinos, mulheres e outros).

20 Na perspectiva de Bobbio (1983, p. 765), mobilidade social representa um deslocamento entre posições sociais diversas, avaliáveis em termos de superioridade ou inferioridade, ou seja, mobilidade social ascendente ou descendente, conforme a direção da mudança.

da idéia de dois mundos distintos, sem mostrar que os favelados não são "excluídos", mas sim incorporados (ao Estado, à economia, à cidade) de maneira subordinada, desigual e principalmente, "controlada", esta dualidade favoreceu a naturalização do que se quer denunciar, legitimou as fronteiras que permitem que os espaços da cidade estejam bem demarcados entre ricos e pobres, morro versus asfalto, alimentando ainda mais a visão de cidadão de categorias distintas. Além de simplificar uma questão que é complexa, que tange às desigualdades que são efeitos de problemas não só estruturais, mas, sobretudo, histórico em que se constituiu sociedade brasileira.

O confinamento em que são freqüentemente submetidos os moradores de favela tem contribuído, mesmo nos dias de hoje, para fixar grandes contingentes populacionais em espaços sem condições de moradia digna. Nestes espaços, há freqüentes violações de um conjunto de direitos fundamentais, entre eles estão: a moradia, a educação, o emprego, à renda, e acima de tudo o de ser cidadão pleno.

Diante do exposto, esta claro que ao identificar, classificar e conceituar os espaços favelizados, sob uma única perspectiva, o Estado forjou uma identidade negativa que, ao longo dos anos, vem comprometendo a interação social dos moradores. A conclusão a que chegaram os diferentes autores citados neste trabalho confirmou que, o estigma aplicado às pessoas que residem na favela reforçou o estereótipo, ao mesmo tempo, em que alimentou o preconceito e a discriminação acometida aos moradores.

Logo, a sistematização e a crítica dos problemas e a análise das alternativas de enfrentamento encontradas pelos moradores da favela que apresentamos neste estudo, poderão, sobretudo, ser utilizadas como instrumento de organização e de luta para os grupos sociais residentes em espaços favelizados, fortalecer seu poder de negociação frente aos gestores públicos de diferentes esferas governamentais. Ao mesmo tempo em que irá engrossar uma crescente literatura que enfoca uma nova versão e visão sobre a história das favelas. Mas, para este feito, é importante revelar e identificar, quem são os moradores de favela de quem estamos falando.

Mas quem são os favelados?

Com as distinções, projeções e expectativas produzidas por diferentes grupos sociais, o morador de favela passou a representar no imaginário social urbano – e, principalmente, estatal – um símbolo que carrega consigo todo o mal atribuído aos limites impostos pela idéia ou conceito de cidade. Dentro desta compreensão, o morador de favela, passa a ser tratado por parte representativa do poder público e das elites urbanas como uma "não-pessoa", um sujeito inexistente e indigno de atenção do Estado e também de usufruir os bens públicos disponibilizados no espaço da cidade.

Zaluar e Alvito (1998), numa tentativa de recuperar a trajetória de uma urbanização tida como atípica, considerando que os gestores públicos tinham como referências às cidades européias, importando inclusive um modelo segregador de cidade, organizaram uma coletânea de artigos. Nesta obra, ambos os autores concluíram que, depois de transcorrido um século de expansão e transmutação, a favela poderia ser definida como o reflexo de uma integração periférica e contraditória, inerente à singularidade das hierarquias sociais prevalecentes no país.

Nesse sentido, a existência da favela estaria intimamente ligada à história da cidade do Rio de Janeiro. Porém, ao defender tal posição, estes autores deixaram de lado ou relegou ao segundo plano, o componente mais importante: os moradores da favela. Afinal, quem são eles?

Para Carril (2006), a propriedade privada da terra prevista pela Lei de terras de 1850, promoveu a separação entre os que têm terra e condições de acesso à propriedade da terra e os que não são proprietários. Neste contexto, a abolição, não inseriu os ex-escravos, como trabalhador assalariado, nem tão pouco como trabalhador que pudesse competir em condições iguais aos imigrantes que, desde a sua chegada ao Brasil, foram integrados as novas bases de acumulação do capital como trabalhador. Assim, a ausência de oportunidade de trabalho e de moradia digna, entrelaçou o ex-trabalhador escravo, as formas de superexploração da força de trabalho. Logo, os cortiços e favelas, tornaram-se não só um local de moradia mas, também um meio de produzir e reproduzir a vida social e os bens necessários para a sua subsistência e de sua família.

Logo, a segregação que teve como fundamento a propriedade privada da terra, obrigou os grupos empobrecidos da cidade a, ocupar espaços simbolicamente longínquos, mas fisicamente próximos. Eles receberam também um estigma territorial e um conjunto de os estereótipos que já faziam parte da história das favelas devido às suas origens: escravos e migrantes pobres, de várias regiões do país. Neste aspecto, a favela poderia também ser apreendida como uma espécie de "termômetro" para medir o grau de integração entre as classes populares em geral e, sobretudo, os negros na sociedade brasileira.

A migração "forçada" para os morros ou ainda para áreas distantes dos centros urbanos contribuiu para aumentar o fosso que separava os descendentes de ex-escravos dos antigos senhores. Escravos, agora homens livres que, ao se deparar com as dificuldades de inserção no mercado de trabalho, instalaram-se nos morros encravados entre espaços "nobres" da cidade que haviam sido reservados, cedidos e/ou ocupados pelas elites urbanas e por segmentos do pólo dominante da sociedade, salienta Silvad (1998).

Silvad (1998) destaca ainda que, além dos moradores "desafortunados", faziam parte dos primeiros grupos que vieram habitar as favelas do Rio de Janeiro, soldados negros que voltaram das guerras do Paraguai e de Canudos. Para o autor, o fato de terem sido soldados nestes dois conflitos não modificou em nada os estereótipos que carregavam esses homens, pois, as condições em que foram apresentados e inseridos no conjunto da sociedade apenas os conduziram para um lugar social subjugado.

Wacquant (2001) observa que, mesmo em países com realidades econômicas e culturais diferentes das do Brasil, existem similaridades nos espaços que demonstram serem modelos importados para moradia popular e implantação de equipamentos urbanos. Ao estudar minuciosamente as mudanças institucionais de espaços segregados das grandes metrópoles e o discurso público que identifica, explica e legitima as decisões tomadas pelos governantes nos Estados Unidos e da França ele reflete que, o morador de espaços estigmatizados e segregados foi automaticamente inutilizado socialmente e inferiorizado moralmente, o que corresponde a uma consciência aguda de degradação simbólica associada ao confinamento num universo odiado e desprezado (Wacquant: 2001 p. 139). Na percepção do autor, este acontecimento, se deu dentro de um processo social tão difuso que até as próprias vítimas dos estereótipos, os moradores de favela, acabaram por interiorizar e reproduzir o preconceito e a discriminação.

Na análise de Wacquant (2001), a culpabilização acerca da autoria de crimes, das transgressões, assim como as acusações de mau comportamento cultivou um campo fértil no qual o estereótipo circulou e a discriminação social foi reforçada. Na percepção do autor, a favela teria sido transformada por alguns setores da sociedade em um espaço desonrado, cuja simples menção seria suficiente para evocar imagens de drogas, violência e dissolução moral e social. Porém, como adverte Wacquant,

> a realidade e a força do estigma territorial imposto aos espaços empobrecidos não deveria ser subestimada, pois, o sentimento de indignidade pessoal que ele carrega assume uma dimensão altamente expressiva da vida cotidiana, que colore as relações interpessoais e afetas negativamente as oportunidades nos círculos sociais, nas escolas e no mercado de trabalho (2001, p.32-33).

Para Wacquant existiria, além disso, uma estreita correlação entre a degradação simbólica e o desmantelamento ecológico dos bairros urbanos. Para o autor, as áreas geralmente percebidas como depósitos de pobres, anormais e desajustados, foram evitadas pelos de fora e estigmatizadas pelos bancos e corretores de imóveis, desdenhadas pelas firmas comerciais e ignoradas pelos políticos, o que certamente colaborou para o seu quase total abandono.

Na análise de Peralva (2000), ser morador de favela constitui-se, do mesmo modo que a raça, um elemento significativo do ponto de vista do ordenamento da relação com o mundo. Pois, assim como o preconceito "racial", a discriminação contra o favelado adquiriu expressões sutis, ao lado de outras mais brutais. Para essa autora, o preconceito contra o favelado pode ocultar o preconceito contra o negro, já que ele também constitui uma forma de oposição entre ricos e pobres, sendo o negro, por definição, pobre. Esta reflexão insere o componente racial21 na discussão relativa à discriminação contra os moradores de favela.

Perlman (1977) afirma, de forma incisiva que, o Estado, ao perceber sua incapacidade de promover políticas de trabalho capazes de absorver a “massa” identificada por ele como “marginal”, foi também incapaz de assumir a sua parcela de responsabilidade. Como saída, passou a reforçar a idéia de que as classes populares representavam uma ameaça capaz de causar um colapso político e social no cenário urbano e salienta que:

> esta contradição entre o temor das crescentes “massas bárbaras” na cidade e a consciência de sua inevitável existência é subjacente à ideologia da marginalidade e à sua manipulação política. E, é justamente dentro deste jogo perverso que tanto os favelados como as favelas receberam, portanto, rótulos sociais de nítido cunho político, que irá se transmitir ao longo do processo socializante (Perlman, 1977, p. 124).

Após realizar um estudo na cidade do Rio de Janeiro e em algumas áreas da região da Baixada Fluminense, Perlman(1977) , percebeu que mesmo existindo um contato estreito com os moradores de favela, as pessoas que vivem no asfalto, fingem não conhecer os seus moradores, seus hábitos e sua dinâmica cultural e, talvez, em alguma medida, até mesmo a sua dimensão humana.

Para muitos políticos, constata Brum (2004), os favelados são importantes fontes de votos, pois, é através das precárias condições de sobrevivência das favelas que eles, reivindicam a paternidade de ações de beneficiamentos públicos, que se configuram como favor. Assim, as intervenções de responsabilidades do Estado são, geralmente, apresentadas como concessão, retro-alimentado um forte mecanismo de controle e de desvio, cuja cadeia se inicia nas diretorias de determinadas associações, chegando a envolver alguns técnicos e servidores públicos de diferentes escalões, inclusive funcionários de carreira, mesmo aqueles que exercem funções subalternas na administração pública. Neste contexto, muitas pessoas se beneficiam com o feito, se auto-afirmando e, ainda, apresentando uma terceira pessoa como abenfeitora. Por meio de fortes esquemas, determinados mandatos políticos são eternizados e reproduzidos, continuamente, potencializando o nepotismo e o clientelismo, colaborando desta forma para a perpetuação de práticas ilícitas.

A exemplo, em recente reportagem, o então governador do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Sérgio Cabral, revelou sua opinião e percepção acerca dos moradores de favela. Quando abordado a respeito da legalização do aborto, seu posicionamento foi favorável, mas, destacou que: “as mães de favela... se assemelham a uma máquina de produzir marginais”.O infeliz comentário revelou a visão reducionista do Estado que, a todo o momento, resgata a gênese do discurso fundador das favelas para desqualificar e apresentar uma análise rasa e descontextualizada dos moradores do lugar. Ou seja,

---

21 Guimarães (2002) destaca que, a categoria "raça" foi perdendo a sua relevância biológica na classificação de grupos humanos. No entanto, nas relações sociais a concepção de "raça" ainda é um marcador diacrítico importante para o pesquisador interessado em compreender sociedades hierárquicas pautadas nas desigualdades. Nesse sentido, “não há 'raças' biológicas, ou seja, na espécie humana nada que possa ser classificado a partir de critérios científicos e que corresponda ao que comumente chamamos de 'raça'. Logo, conforme sugere o autor, neste artigo, a categoria raça terá também uma existência nominal, efetiva e eficaz apenas no mundo social e, portanto, somente no mundo social poderá ter validade plena”..

ao recuperar o mito da marginalidade22 intrínseco no conceito de favela, geralmente, dando ênfase ao conteúdo pejorativo presente na origem deste termo para culpabilizar as mães da favela determinando, inclusive, que as crianças nascidas de seu ventre seriam potenciais criminosos, o então governador de um lado, demonstrou a visão limitada do estado que, se mostrou despreparado para debater e confrontar esta face da expressão da questão social brasileira. E, por outro, ocultou o processo de intervenção arbitrária do Estado nesta localidade.

O quadro sucinto comentado acima representa um "surto", um efeito colateral da ação do próprio Estado que, ao definir a favela através de seus aspectos negativos, alimentou e favoreceu a repetição e perpetuação de discursos que, já no início do século XX, acabou por impulsionar uma série de preconceitos sociais contra as pessoas que residem neste lugar. Como efeito, os moradores da favela passaram a sofrer interferências negativas diretas na sua interação social e no processo de formação e afirmação de sua própria identidade, tornando-a continuamente conflituosa, nos mais diferentes meios de socialização.

Ainda que de maneira subordinada, as favelas são funcionais e incorporadas à cidade. Os favelados funcionam como peça importante do jogo eleitoral, pois constituem importante fonte de votos; os favelados são vitais para o funcionamento da economia da cidade, como oferta de mão-de-obra barata em diversos setores, além de constituírem também um mercado consumidor que não pode ser desprezado. Por tudo isso, as favelas não são um mundo à parte ou uma outra cidade.

Os moradores da favela se sentem mais estigmatizados e excluídos que no passado. Percebem que melhoraram, mas que o resto da sociedade avançou muito mais rápido. Pois, sentem-se ainda submersos, exilados e reféns de um sistema verdadeiramente liberal que exerce minimamente suas funções de proteção e garantia.

Dessa forma, é imprescindível compreender que a discriminação contra o favelado assume as formas mais sutis de manifestação e de exclusão objetiva da vida social, em todos os segmentos. Para nós, os alunos do PVNC representam uma forte potência e simbolizam a luta daqueles que têm que se sobrepujar, não apenas para realizar as suas potencialidades e torná-las plenas, mas para, de posse de uma visão crítica e de conhecimentos ímpares sobre os diretos e deveres do cidadão contribuir para a emergência de uma cidadania plena e universal.

Em consonância com os argumentos até aqui apresentados, a nossa hipótese é que, uma vez identificados como moradores de favela, os estudantes passam a experimentar repetidas situações de preconceito e discriminação diretamente relacionados ao seu local de moradia. Outra proposição igualmente importante que trazemos neste estudo é que, para os moradores de favela e as pessoas pertencentes a grupos étnicos e historicamente discriminados, a escolarização, isoladamente, não tem conseguido garantir as conquistas de novas posições no mercado de trabalho e em determinados campos da vida social.

A forma de tratamento diferenciado entre um jovem trabalhador do asfalto e da favela, leva especialmente a juventude a uma frustração geral na expectativa de vida. Algumas profissões, mais particularmente aquelas assumidas pela população que sobrevive da chamada economia marginal, embora sejam profissões completamente inseridas, necessárias para o funcionamento normal da cidade e da sociedade e, portanto, do mercado, acabam sendo desvalorizadas e tidas como menores para os padrões ditos sociais e profissionais do asfalto.

Ao investigar se a conquista da educação superior tem funcionado como mecanismo de garantia de direitos de cidadania, ao longo do texto, estabelecemos um diálogo entre a experiência dos moradores da favela do Jacarezinho atingidos pela ação do PVNC, com uma vasta literatura sobre o tema em questão. Por esta via, verificaremos também se há conexão entre as chances encontradas e as aspirações apresentadas por estes estudantes para obter a formação desejada.

Diante deste panorama, pretendemos reforçar a importância da desnaturalização dos processos históricos e sociais que estigmatizaram as favelas e os seus moradores. Desta forma, criticamos o Estado e determinados atores sociais e políticos que mostraram não possuir qualquer interesse em analisar e descrever as pré-condições estruturais que atribuíram uma marca negativa às favelas e, concomitantemente, às pessoas que nelas residem. Contrariando essa lógica, entendemos que é fundamental estudar a problemática do espaço conjugada às relações sociais estabelecidas pelos seus moradores. Foi neste sentido que observamos os efeitos do preconceito e da discriminação, a partir da dinâmica do Pré-Vestibular Para Negros e Carentes, situado na favela do Jacarezinho.

Por fim, consideramos que há diversos e tensos discursos sobre este tema e que estes não são necessariamente antagônicos. Conforme já sinalizamos neste trabalho, a origem histórica da favela pode está intimamente relacionada à confirmação ou não de alguns valores que foram incorporados pela população local e pela população do entorno.

Mas, afinal: de que cidadania estamos falando?

A afirmação de direitos assinalados em nossa carta magna, a assinatura de tratados e acordos internacionais com países dos quais somos signatários sublinham que, o simples fato de nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas em virtude de ingressar na sociedade humana. Ou seja,

> tornar-se um ser do mundo, eleva também cada indivíduo a condição de portador de prerrogativas sociais, tais como: o direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, à chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à

22 Em 1977 que Janice Perlman, com a publicação de seu livro O Mito da Marginalidade, contrariou a teoria vigente na época de que os morros cariocas seriam focos de violência, doenças e prostituição. Ela foi precursora e formuladora de uma nova interpretação ao afirmar que os favelados eram, na verdade, os grandes prejudicados por um sistema social fechado e excludente.

> justiça, à liberdade e a uma existência digna (Santos, 2007, p. 19), Contudo, do ponto de vista da prática a idéia de cidadania não é incorporada com tanta veemência.

As prerrogativas sociais enunciadas acima por Santos, dizem respeito ao indivíduo consagrado por sua condição cidadã a quem, deveria ser disponibilizado um rol de princípios gerais e abstratos que se imporiam como um corpo de direitos concretos individualizados. Na perspectiva do autor a cidadania representa uma lei da sociedade que, sem distinção deveria atender a todos.

Já Pinsky (2003) sinaliza que, cidadania não é uma definição estanque, ela significa um conceito histórico pois, seu sentido varia conforme o tempo e o espaço. Na compreensão deste autor, não são as regras estabelecidas na lei, ou, em diferenciados contextos que irão definir quem é ou não o titular da cidadania. Para ele, apesar da cidadania ter se instaurado a partir de processos de lutas que culminaram na Declaração dos Direitos Humanos, dos Estados Unidos da América do Norte e, na Revolução Francesa, devemos pensar a cidadania para além destes acontecimentos, não limitando este conceito nestas revoluções de ordem burguesa.

Contudo é importante destacar que, o termo cidadania foi criado em meio a um processo de exclusão. Dizer quem era cidadão, ao contrário de hoje, em que supomos se tratar de uma maioria – era a maneira de eliminar a possibilidade de a maioria participar, e garantir privilégios restritos a um determinado grupo,

> geralmente, a gente lá fora é assaltado mas aqui a gente... não acontece de ser assaltado mas, por outro lado, a gente na verdade é... sofre muito mais com a violência do que as pessoas que estão lá fora porque perante a lei, todos nós somos cidadãos mas a gente na favela não é tratado como cidadão. A polícia pode invadir a nossa casa na hora que quer.

O tratamento de não-pessoa, ou ainda como não-cidadão, alijado de direitos, por agentes do Estado que têm a obrigação constitucional de garantir a segurança pública vem acometendo, segundos importantes estudos e pesquisas, com maior freqüência, os moradores de espaços periféricos, sobretudo, aqueles que residem nas favelas e pessoas de classes populares, especialmente, as pessoas negras.

Para MV Bill, membro da Central Única das Favelas,

> a polícia sempre entrou na Cidade de Deus sem precisar de mandato e nem autorização. Ela simplesmente entra e bate na porta. Se o morador não quiser abrir, ela quebra a porta e invade. E não adianta ir para a televisão denunciar que a polícia cometeu uma arbitrariedade dentro da comunidade, como se isso fosse resolver o problema. Primeiro porque não temos programa de proteção a testemunhas. Dependendo de quem for à testemunha se ela for da comunidade essa proteção não existe.

Na análise de Zaluar(1999), as formas de intervenção do Estado são bastante preocupantes, pois a maneira repressiva que ele utiliza para combater a violência acaba por gerar e ampliá-la ainda mais. Para a autora, o Estado deveria combater a violência através da formulação e da proposição de políticas públicas preventivas, sobretudo aquelas preocupadas em ampliar efetivamente o conceito de cidadania, dando uma atenção maior às necessidades básicas da população pobre, que é a que mais sofre com a ação dos criminosos com e sem fardas.

Para a moradora do Jacarezinho, pertencente ao grupo em observação, os moradores de favela estão,

> muito mais sujeito à violência do que qualquer outra pessoa que mora fora da favela e, se perante a lei nós somos cidadãos então que cidadania é essa? Que a gente... que eles podem fazer o que quiser com a gente, com a nossa família com qualquer pessoa que estiver dentro da nossa casa.

Burgos(1999), Ribeiro (2005), Silva(2000), em diferentes trabalhos que envolvem as dinâmicas das favelas constataram que, os "favelados", por exemplo, não usufruem os mesmos direitos que os moradores da cidade. Considerando que as leis, descritas na constituição é apenas uma concreção, um momento finito de um debate filosófico sempre inacabado onde, para ser cidadã, pessoas inseridas nos grupos subalternizados, a todo o momento, têm que permanecer alerta para garantir e ampliar sua cidadania.

Em linhas gerais, o conceito e a idéia de cidadania não poderão ser restringidos ao processo de naturalização, em congruência com as definições legais. Sendo assim, trataremos aqui, assim como Sommers (op cit, Vieira2001:35), a cidadania não como status mas, sim como processo, que vem se estabelecendo a partir de uma rede de relações que acentuam a pertença e os direitos e deveres universais. No próximo ponto trabalharemos a educação superior como uma importante ferramenta de acesso ao direito.

Favela versus educação superior: uma conquista silenciosa do direito à educação

Em variados contextos, quando falamos em educação entendemos que são aqueles processos nos quais as pessoas aprendem. Porém, aprender no sentido de adquirir, apropriar-se, incorporar, assimilar conhecimentos, habilidades maneiras de pensar e de expressar, normas de disciplina, comportamentos e valores não pode estar aprisionado ao conceito restrito do termo educação. Pois, no sentido amplo desta expressão, sua acepção significa também um instrumento de luta e uma ferramenta capaz tanto de emancipar como de facilitar diferentes processos de socialização das pessoas nas distintas etapas de construção e reconstrução de diferentes indivíduos sociais.

Considerando que a educação é uma das principais formas de socialização, ao investigar a experiência de educação popular, empreendida pelos moradores da favela do Jacarezinho, buscaremos nos apropriar do sentido mais profundo desta palavra. Daremos ênfase, sobretudo, à produção de conhecimentos, por entender que o processo de formação gestada por este

grupo, se dá a partir da ação pautada em reivindicações coletivas para rever alguns direitos já conquistados, sobretudo, aqueles que estão intrínsecos a idéia de cidadão, mas, que na prática, continuam inacessíveis.

O vestibular como uma barreira ao acesso à educação

No Brasil, o percentual de pessoas que conseguem ultrapassar as barreiras da educação, chegando a completar o ensino médio e acessar os cursos de nível superior é ainda reduzido. Alguns especialistas chegam afirmar que este quadro é o resultado mais contundente do mau investimento do Estado na educação. Mas, na atualidade, existem diversos seguimentos do Estado voltado para o desenvolvimento de estratégias que visem à democratização ao acesso à educação nos seus mais diferentes níveis, em especial, a universidade.

Para alguns estudiosos do campo da educação Nascimento (2002), Candau (2000), SilvaC (2003), o debate pelo acesso, é resultado da pressão exercida pelo conjunto de movimentos populares, com uma participação expressiva das organizações negras que, desde longas datas, vislumbraram a inserção de pessoas do meio popular na universidade, como uma das formas de alcançar importantes mudanças no mundo acadêmico e, ainda, como um meio de garantir melhorias concretas nas suas condições de vida.

Porém, os diferentes obstáculos postos ao acesso à educação, pelas condições econômicas e pela falta de estrutura do local de moradia, não têm excedido a oportunidade de um grupo de estudantes pobres que, unanimemente, percebem a educação como uma dos principais meios para alcançar uma melhor posição no mercado de trabalho. Estes têm favorecido o aumento do número de estudantes do meio popular nas universidades brasileiras, e comprovando que, apesar das dificuldades encontradas, é do seio das camadas populares e dos grupos sociais marginalizados que surgirão as estratégias criativas de luta, de participação política e de atitudes coletivas capazes de levar adiante a construção de projetos de sociedade mais democráticos.

Mas, na contemporaneidade a escola vem sendo questionada sobre as formas de exercício de sua função social e educacional. Quanto ao fracasso dos indivíduos/grupos, há uma transferência direta da responsabilidade para a instituição escolar, ora associada à noção meritocrática e ao mito do dom. Ora para os alunos dos setores populares, em geral, que ainda são considerados, por diferentes agentes do campo da educação, como incapazes de assimilar os conhecimentos veiculados pela escola.

Vale destacar que, apesar da sua função positiva, para muitos indivíduos, a escola isoladamente, não tem conseguido mediar às conquistas de novas posições em determinados campos da vida social. Pois, existem obstáculos de diferentes ordens que contribuem para que ela, ao contrário de sua função social, não seja essencialmente uma instituição equalizadora de oportunidades sociais.

Os exemplos, a baixa aprovação de alunos oriundos do meio popular nas universidades, em função do formato em que o vestibular vem sendo aplicado, expressa apenas as condições que cada estudante teve para se preparar para a prova. Ou seja, o vestibular não serve para medir o potencial intelectual dos estudantes que se submetem a ele e, nem tão pouco é capaz de medir o mérito, que na nossa compreensão significa merecimento, estando este termo relacionado efetivamente à questão ou questões fundamentais de fato ou de direito. Ele funcionado como um "filtro social" que, serve apenas para medir as condições sociais de preparação para o acesso impedindo, muitas vezes, que "mentes brilhantes" e capazes de prestar contribuições importantes para as descobertas, algumas de grande valor no mundo acadêmico e de relevância social, estejam fora deste processo. Na lógica de aplicação deste exame, os estudantes do meio popular, muitos oriundos de escola pública, incluindo também aqueles que foram inseridos em instituições privadas de forma subordinada, superaram as dificuldades no cumprimento das disciplinas exigidas em seu respectivo curso. Estes ficaram também entregues apropria sorte, enfrentando todo tipo de dificuldades pessoais, sem muitas vezes poder contar com apoio da família e dos amigos.

A ausência de suporte, muito comum no cotidiano de estudantes oriundos do meio popular que, ainda quando aprovados no exame vestibular, se deparam, em sua trajetória acadêmica e profissional, com barreiras e obstáculos maior, se comparamos suas condições materiais de permanência no mundo acadêmico com as de estudantes que obtiveram melhores condições sociais tanto para se inserir como para sobreviver a uma estrutura moldada para atender as demandas de um grupo restrito. Desta forma, o vestibular estar longe de ser um instrumento democrático.

Neste cenário, os cursos pré-vestibulares populares se destacam, reflete Nascimento (1997), sobretudo, pelo fato de sua preocupação avançar numa ação que vai para além da preparação para o concurso do vestibular. Para o autor, estar explícito nos discursos, nas propostas e nas práticas dos cursos coordenados por seus próprios beneficiários que, através de atividades desenvolvidas em sala de aula, fomenta a construção de uma nova consciência racial, de gênero, de classe e dos problemas sociais.

Como resultado da ação do PVNC, um número representativo de estudantes do meio popular se insere na luta e começam a participar de seminários, fóruns de discussões, assembléias, negociação de isenção de taxas, de bolsas e formulação de propostas a real democratização da educação, viabilizando uma verdadeira revolução nas formas de acesso e permanência de estudantes das classes populares a educação em todos os níveis.

É a partir da participação na ação do curso de Pré-Vestibulares Para Negros e Carentes afirma, Nascimento(1997), que um número representativo de seus integrantes tem a compreensão de que as desigualdades sociais e raciais na educação em geral e no ensino superior em particular representam mais do que falta de preparo para o vestibular. Elas são parte integrante de um processo de formação da sociedade brasileira que opera dentro de uma lógica de exclusão, fortemente

presente nas relações estabelecidas na sociedade. Para Nascimento, esta lógica de exclusão supera as relações de classes, pois, ela tem como núcleo duro o racismo, o preconceito e as práticas de discriminação.

Lopes, um ativista do PVNC, destaca que

> o PVNC, por não seguir nenhum referencial político tradicional, acabou abraçando o quilombismo como prática política. Por quilombismo se entende a continuidade da dinâmica dos mocambos nas instituições negras posteriores, escolas de samba, favelas, irmandades religiosas e outras. Podemos até afirmar, seguindo essa lógica, que o quilombismo é um processo civilizatório centrado no negro que as elites combatem através do racismo. O racismo, ao contrário do que muitos dizem, não é apenas um "efeito colateral" da escravidão. Muito mais que uma "ressaca social", o racismo é um dispositivo de controle do imaginário. Um entrave para a criatividade radical das massas. A discussão racial nas aulas de Cultura e Cidadania ativou o lado negro adormecido por anos de massacre racista e durante os primeiros anos de vida do pré, novos laços foram criados. Núcleos eram criados, acabavam e ressurgiam "do nada". Os conselhos e as assembléias surgiram como espaços de deliberação e a carta de princípios como a ratificação das bases de uma nova forma de organizar as pessoas. Um processo criativo que, por sua vez, não vem do nada, mas surge do eco dos tambores.

Conforme sinalizou Lopes, no processo em que os grupos participam como sujeitos históricos e constroem novas visões de mundo, a partir da crítica do vivido, onde interesses e valores são redimensionados e re-situados, conquistar uma personalidade significa adquirir consciência destas relações, modificar a própria personalidade significa contribuir para a modificação do conjunto destas relações. Considerando que, criar novas concepções não significa fazer descobertas individuais e sim socializá-las, transformando-as, portanto, em base de ações vitais, em elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral.

As questões colocadas por Lopes reforçam que os movimentos sociais nascem como expressão de conflitos e tensões, sendo instrumentos de fortalecimento de determinados grupos da sociedade em disputa com outros. E, numa perspectiva histórica, a construção social da memória é uma das faces das lutas sociais. Pois, é na busca de variadas formas de assinalar as identidades e, portanto, a sua distinção em relação às demais, que determinados grupos ou pessoas afirmam suas próprias interpretações acerca dos acontecimentos, lançando mão neste processo de reforçar a sua identidade.

O fato de não refletir o senso comum, levou os moradores a colaborarem para o enfraquecimento do discurso que insiste em apontar o favelado, que ascende por via da educação, como uma exceção que confirma a regra, reforçando a idéia de que a universidade não é mesmo lugar de negros, pobres e de favelados? Na medida em que este espaço não considera em sua análise as estratégias coletivas, tende a dizer que "este morador é alguém que 'deu sorte' ou chegou lá porque 'é melhor', 'mais inteligente' ou 'se esforçou' mais do que a maioria efetivamente faz" Teixeira (2003, p.15).

Embora saibamos, que a favela não é mais o único lugar de pobreza e de marginalidade pois, existem outras áreas, como por exemplo a Baixada Fluminense, sejam tão ou mais pobres. As diversas análises sobre as favelas enfocam, em geral, as mazelas e a pobreza dessas áreas e mostram como essa pobreza, agregada a outros fatores, implica muito menos em vantagens e possibilidades sociais, levando os jovens a ingressarem no tráfico de drogas e ao fracasso escolar. Destaca-se que os jovens das favelas se encontram num círculo vicioso de pobreza, passando a reproduzir e reforçar a situação de exclusão e marginalidade material e cultural em que vive suas famílias. No entanto,

> (...) considerando todas as condições sociais que incentivam os jovens a abandonar a escola, como explicar a motivação dos que se esforçam e chegam a entrar na universidade, conseguindo romper tal círculo e por vezes até alcançar melhor situação social? Que outras forças que estão em jogo podem se opor à carência de recursos materiais e sociais, já mencionadas, que limitam as possibilidades de mudar de condições de vida? Não podemos aceitar a idéia de que os universitários da favela são exceções, pessoas especiais cuja a vida particular nada teria em comum com a dos demais habitantes de sua comunidade." (L. Moriz, Silvia e Batista, 1997, 321).

A inserção de moradores da favela do Jacarezinho na ação do PVNC abriu diferentes oportunidades para que estes se tornassem, ao mesmo tempo, agentes e instrumentos de transformação. Pois, nesta experiência, o processo de construção de conhecimento por via da ação pôs em evidência o lado questionador destes moradores que hoje estão mais atentos, passando a produzir importantes críticas, por exemplo, as formas de acesso à educação, ao preconceito e a discriminação racial e social, ao modelo perverso de urbanização e de apropriação do espaço coletivo, que é gerador da exclusão social da maioria dos habitantes das metrópoles.

A universidade é o lugar apropriado para a criação e divulgação do saber, para o desenvolvimento da ciência, para a formação de profissionais de nível superior técnico e de intelectuais que os sistemas necessitam. Ela é a instituição social que articula o ensino, a pesquisa e a extensão nos níveis mais elevados da política educacional de um país, satisfazendo os requisitos pré-fixados pela sociedade. Possui certa "autonomia", desde que não se oponha aos objetivos postos pelos governantes e setores privados mantenedores. A universidade como um dos aparelhos ideológicos privilegiados da formação social capitalista, tanto na produção das condições materiais e da divisão social do trabalho em intelectual e manual, quanto para garantir as funções de inculcação política e ideológica dos grupos e classes dominantes.

A partir de uma postura de desmoralização da própria expressão de direitos humanos e também pela recusa em discutir a necessidade de universalizar a educação, especialmente, a de nível superior, precisamente, os grupos que sempre possuíram privilégios decorrentes das desigualdades sociais, transformaram a necessidade de tornar a universidade mais democrática, sobretudo, no sentido de abri-la para camadas mais vastas da população, em um problema. Para estas pessoas, o importante é transformar o mundo, minimizando ou ignorando as reflexões teóricas, por isto, estrategicamente, se colocam resistentes a discutir de forma mais profunda esta temática. Assim, mesmo diante de resultados estatísticos produzidos por

respeitados institutos de pesquisas tais como: IBGE, IPEA, PNUD e outros que comprovam, numericamente, que as ações públicas até hoje empreendidas, isoladamente, não deram contas de superar as desigualdades sociais existentes, criam obstáculos para qualquer outro tipo de ação que possa trazer mudanças sociais mais incisivas.

Considerações finais

Considerando as questões supramencionadas, não dar para entender o que é universidade sem conhecer seu passado e sua situação atual. Em outras palavras, é necessário compreendê-la na totalidade, a partir das relações entre esta instituição e as estruturas e processos sociais de sociedade no qual ela está inserida.

É importante também refletir, sobre a representação da universidade no passado e problematizar as mudanças em curso, o conteúdo de suas políticas de ensino, pesquisa e extensão, os graus de autonomia, a sua vinculação ao processo de democratização, as contradições que enfrenta as carências e as limitações de sua missão. Pois, do ponto de vista da formação, o termo universidade esta ligado a – cultura, ciência, ensino superior, pesquisa e muitos outros. Logo, ele tem que ser compreendido em um conjunto, considerando que as escolas e as universidades devem partir de uma meta educacional mais ampla que é a de atingir a diversidade intelectual, superar, inclusive, suas restritas funções de qualificar os mais aptos para exercer diversas profissões e diferenciar os saberes (pré-científico do científico, a cultura erudita da popular).

Colocar a universidade dentro do contexto contraditório em que originam as desigualdades, analisando seus limites e possibilidades, é em certa medida, uma maneira de inseri-la nas lutas universitárias e no conjunto das lutas sociais explicitando como os intelectuais universitários podem se constituir em um importante artífice na conquista da uma sociedade mais igualitária. Sabemos que as universidades detêm o poder das ações e dos conhecimentos que o sistema necessita para a sua reprodução. Porém, a universidade não é o único lugar privilegiado para conhecer a cultura um universal e as várias ciências, para criar e divulgar o saber.

Dado o grau de importância das universidades nos processos de mudanças de uma realidade social, ela deve buscar uma independência própria e uma adequação a realidade dos irrestritos grupos sociais. Dito de outra forma, a universidade que serve ao sistema dominante, mas pode também servir a transformação social; na medida em que ela funciona como locais apropriados para a educação das elites, deve também inserir, de forma não subalternizada, e servir as classes populares. Pois, uma universidade que não objetiva se dedicar exclusivamente à formação de profissionais para o mercado de trabalho, mas que queira educar, não pode ficar circunscrita a realidade de uma só cultura, mais sim, assegurar um diálogo constante entre todas as culturas.

Considerando, que é no interior das diversas culturas que se gestam idéias e concepções diferentes acerca da realidade. A universidade deve assegurar ainda o princípio do pluralismo, abrindo espaço para o livre debate dessas idéias e concepções, permitindo a livre manifestação de pensamento, mesmo dos discordantes das orientações oficiais.

Por entender então que, o ensino deve favorecer uma aprendizagem que contribua para o enraizamento de cada sujeito em sua história e sua cultura, demonstrando que elas (história e cultura) possuem vínculos com a história da humanidade e do próprio mundo. Interessa-nos saber é possível socializar as pessoas de forma que elas reforcem a sua capacidade de interferir criticamente e com autonomia na própria sociedade que as socializa? Como os alunos moradores da favela do Jacarezinho, egressos do PVNC, têm reagido aos novos processos de socialização frutos de sua entrada no universo acadêmico? Existe alguma resposta dada por estes estudantes aos problemas de sua comunidade de origem? Caso sim, que respostas seriam estas?

Dando seqüência a lógica acima colocada, no ponto a seguir buscaremos apresentar as primeiras relações sociais empreendidas pelos moradores da favela do Jacarezinho, sobretudo, no período que vai do ingresso no Pré-vestibular até a entrada na universidade e nas primeiras relações de trabalho estabelecida pela diplomação adquirida. Inicialmente, podemos dizer que, renovada relação com a família, com a própria comunidade, com os outros bairros da cidade e, especialmente, com o mercado de trabalho, considerando neste campo o estágio curricular ou, ainda, a experiência do primeiro emprego validado pela formação acadêmica como uma atividade fim proposta por esta insistência investigação.

Referências bibliográficas

ABREU, M. de A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 3ª ed. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

Brasil. *Constituição Federal de 1988*.Casa Civil, Presidência da República. 1988.

ALVITO, M. *As cores de Acari*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

Brum, M. S. *Repressão, clientelismo, resistência...* relações entre Estado e favelas no Rio de Janeiro. www.klepsidra.net. Acesso em 22 mai. 2008. co

_____. *A construção da identidade de "favelado" a partir de suas relações o Estado*. 2004. Disponível em www.klepsidra.net. Acesso em 22 mai. 2008.

BURGOS, Marcelo B. *Dos parques proletários ao Favela-Bairro*: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: Um século de favela. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

Cabral M. Política de habitação e sustentabilidade urbana. In: GOMES, Maria de Fátima C.M. et alli (orgs.). *Política de habitação e trabalho social*. Rio de Janeiro: DP & A, 2005. p. 11-164.

CAMPOS, A. *Do Quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos*: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.
CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
CARVALHO, M. A. R. de. *Itinerário suburbano. Gramsci e o Brasil*. Disponível em http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv149.htm. Acessado em 30/10/02.
DAGNINO, E. (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
GOFFMAN, E. *Estigma*: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, 4º edição, LTC, 1988.
GUIMARÃES, Antônio. *Classes, raça e democracia*, São Paulo: Editora 34, 2002.
JORNAL O GLOBO. *Caderno Domingo*. Pesquisa Nacional Metrópoles, Desigualdades e governança. Edição de 8 de junho de 2003.
IGNACIO, Jocelene de Assis & Mathias, Regina de Loudes. Atuação do serviço social na habitação: comunidade do Jacarezinho. In: *Caderno de Assistência Social*, volume 7. A atuação do serviço social na habitação. Organizado pela Escola Carioca de Gestores da Assistência – ECGAS/ Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS. Rio de Janeiro, ano 2007.
IGNACIO, Jocelene de Assis & Nascimento, Alexandre. Ações Afirmativas e Superação das Desigualdades. In: *Caderno do Gestar*, ano 1, nº 0.Resultado do debate: Política de Ação Afirmativa e reparação, realizado em 30 de novembro de 2005, no Espaço Cultural Sylvio Monteiro.
IGNACIO, Jocelene de Assis, Nascimento Alexandre & Pinheiro, Fernando. Das ações afirmativas dos movimentos sociais às políticas públicas de ação afirmativa: O movimento dos cursos pré-vestibulares populares e a democratização do ensino superior. In: *O público e o privado* - Nº 3 - Janeiro/Junho – 2004. Organização: Universidade Estadual do Ceará – UECE.
IGNACIO, Jocelene de Assis. *IMAGEM, MEMÓRIA E CONDENAÇÃO*: a influência do conceito favela nas relações sociais dos moradores. http://www.unirio.br/memoriasocial/estante/producaodoedis/resumos_evento02.doc
_____. A utilização do espaço como instrumento de exclusão social. In: Livro de resumos. Organizadores: Marcos Gerhardt & Véra Lúcia Fischer. Produto do *Colóquio Internacional Políticas Públicas Pobreza e Exclusão Social*. Realizado em 26, 27 e 28 de novembro de 2003. Ijuí, Rio grande do Sul, Brasil.
KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Capítulos 2 e 3, p. 29-74. São Paulo: Paz e Terra, 1983
LAGO, L. C. & RIBEIRO, L. C. de Q. A divisão Favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. *Anais do XXIV Encontro Anual da ANPOCS*. Mimeo. Rio de Janeiro, 2000. p. 4-22.
LEFEBVRE, Henri. *A vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática,1991, 216p.Lefebvre, Henri. Tradução Margarida Maria Andrade e Sergio Martins. – Belo HorizonteÇ Editora UFMG, 2008.
LUDKE e ANDRÉ. *Pesquisa em educação*: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
MINAYO, M. C. O *Desafio do Conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC/ Rio de Janeiro: ABRASCO. 1992.
NASCIMENTO, A. do. *Pré-Vestibular para Negros e Carentes: histórico e algumas reflexões pedagógicas*. Mimeo. Rio de Janeiro, 1997.
OLIVEIRA, F. *Estado, sociedade, movimento sociais e políticas públicas no limiar do século XXI*. Fase, Rio de Janeiro, 1994.
PICCOLO, F. D. A gramática nativa: reflexões sobre as categorias morro, rua comunidade e favela. In: *As cidades e seus agentes: práticas e representações*/ Heitor Frúgoli Jr. e outros(org.) Belo Horizonte: PUC Minas/Edusp, 2006.
PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Pesquisa Sócio-Econômica das Comunidades de Baixa Renda*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, jul. 1998.
RIBEIRO, L. C. de Q. Segregação residencial e segmentação social: o efeito vizinhança na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras. *CADERNOS METRÓPOLE*, N. 13, pp. 47-70, 1º sem. 2005.
Rio, João do. *Os livres acompanhamentos da miséria*. In: Rio, João do (org). João do Rio (uma antologia). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Sabiá, 1911.
ROCHA, A. *Cidade Cerzida*: a costura da cidadania no Morro Santa Marta. Rio de Janeito: Relume Dumará, 2000.
SANTOS, M. *O espaço do cidadão*, 7º edição. São Paulo, 2007.
SILVA a, L.A. Machado. *A continuidade do problema favela*. Revista Margem, n. 5, São Paulo, EDUC, 1996.
SILVAb, G. Vivir y dejar morir en Rio de Janeiro.*Violencia, narcotráfico y favelas*. Rio de Janeiro, s/d.
SILVAc, J. S. Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos. Publicação OSF-*Observatório Social de Favelas*. Rio de Janeiro/2000.
VALLADARES, L. do P. A *invenção da favela*: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
VENTURA, Z. *Cidade Partida*. Rio de Janeiro. Companhia das Letras, 1994.
WACQUANT, L. *Os condenados da cidade*. Estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2001.
ZALUAR, A. & ALVITO, M. (orgs). *Um século de favela*. 2ª ed., Rio de Janeiro: FGV, 1999.

La Reproducción de la desigualdad intergeneracional y nuevas formas de exclusión social producto del Diseño Político del Sistema Educacional Chileno

Sebastián Donoso D.1
Instituto de Investigación y Desarrollo Educacional, Universidad de Talca, (Chile),
sdonoso@utalca.cl

Resumen: El diseño político del sistema social chileno ha sido incapaz de solucionar los problemas endémicos de desigualdad social que la han caracterizado, mostrando con ello una crisis profunda no solamente del sistema educacional sino del sistema social y económico que demanda un diseño sistémico diferente, que no se vislumbra aún como factible. Pese a los esfuerzos desplegados los resultados educacionales evidencian un fuerte arraigo con el origen social y económico de las familias, a saber: las diferencias de capital social y cultural inicial no son mitigadas, corregidas ni revertidas en forma importante por el sistema educacional regular. El problema reside en que la calidad de la educación presenta estándares muy desiguales entre los diversos estratos sociales, de manera que aunque teniendo semejanzas formales, en el fondo las diferencias son claves y responden a una acumulación de "ventajas o de desventajas", según sea el caso que finalmente concluyen en una reproducción de la desigualdad social intergeneracional, sólo que debidamente legitimada. Este círculo reproductivo de la desigualdad es la nueva forma como se presenta el problema, ya no es de "excluidos e incluidos", sino de nuevas formas de inclusión o exclusión más complejas, pero igualmente eficientes para mantener las diferencias intergeneracionales. El fracaso del actual diseño del sistema educacional y social implica visualizar cambios que demandan una transformación de magnitud en la concepción del Estado, lo que estima complejo, pues en cierta forma es negarse a si mismo como Estado para dar paso a un nuevo pacto social.

1. Introducción

El trabajo analiza la crisis del diseño político del sistema educacional chileno. El concepto crisis ha sido utilizado recurrentemente y a veces con sentido muy diferente. Para efectos del texto, se le entiende como la presencia de dificultades severas que comprometen estratégicamente la existencia del objeto en análisis en los términos actuales cuyo desenlace puede significar su estancamiento como también su progreso. En razón de ello, la crisis del diseño político del sistema educacional para el caso chileno, reside en que se ha llegado a un punto complejo para el desarrollo del sistema educacional, por cuanto algunas de sus funciones políticas claves en materia de fomento de la cohesión y de legitimación del orden social (en el sentido planteado por WEBER [1969] y HABERMAS, [1975]) se encuentran severamente comprometidas, producto de los grandes problemas que enfrenta la sociedad chilena evidenciados en la fuerte reproducción de la desigualdad intergeneracional y la incubación de nuevas formas de exclusión social que operan con formatos diferentes a los usualmente conocidos.

La crisis del diseño político del sistema educativo chileno se ha tornado estratégica, pues durante casi dos décadas los gobiernos democráticos han buscado compatibilizar dos racionales asentados en fundamentos y criterios de operación que han mostrado su contradicción: Estado subsidiario versus Estado solidario, tras un largo proceso político seguido en el período de retorno a la democracia, que extremó las semejanzas y minimizó las diferencias entre ambas perspectivas. El camino a seguir parece cada vez más estrecho, difuso y próximo a agotarse, requiriendo para su solución, analizar nuevos diseños políticos para el sistema educacional chileno, al amparo posiblemente de la discusión de un rol diferente del Estado sustentado en un pacto social diferente con compromisos de nuevo orden.

El período en análisis (1990 -2008) implicó sustentar la provisión de una educación de calidad, inclusiva de la equidad, que generara condiciones ciertas en la población, habilidades, competencias, capacidades y destrezas que les facultaran para reducir en términos significativos las brechas intergeneracionales y la exclusión social, aspectos puestos en duda en la actualidad, al tenor de los problemas y conflictos que muestra la sociedad chilena en esta materia.

En función de lo expuesto, la relevancia de la experiencia chilena para la región latinoamericana reside en las lecciones que puedan derivarse de un caso que ha manifestado por casi tres décadas, la búsqueda de una fuerte coherencia entre las políticas económicas de mercado y las políticas sociales que han buscado –casi en los últimos veinte años- reducir sus fallos, impulsado a las políticas educacionales a desempeñar un rol instrumental clave en este aspecto. Esta misión no es menor si se entiende como lo señala NEF (1999/2000) que los sucesos de los años 70 y 80 son partícipes de la contrarrevolución neoliberal, fenómeno que no fue propio solamente del ámbito chileno.

2. El Diseño del sistema político y educacional de los años 80 y las cambios de los 90 en adelante

2.1 Nuevo rol del Estado y soporte legal y financiero del sistema de mercado en la educación

Bajo la constante de que en el período en análisis como también en la mayor parte de la vida republicana del país, el Estado chileno asume una visión unitaria con un fuerte componente presidencialista (Caro, 2003) y que constitucionalmente el Estado de Chile se define como unitario, y su administración como funcional y territorialmente descentralizada o desconcentrada en su caso, características que se han mantenido y adecuado, incluso en la última reforma constitucional del año 2005. Asumimos que ambas condiciones, la visión unitaria y un régimen fuertemente presidencialista son parte del problema que se analiza como también parte de la solución que se esboza en la ponencia

1 Esta ponencia es parte del Proyecto de investigación CONICYT- PBCT PSD 60.

Es conocida la fuerte fractura que experimentó la sociedad chilena a partir del año 1973, iniciándose un régimen dictatorial que por más de 17 años generó transformaciones relevantes en todos los ámbitos de la sociedad nacional, muchos de los cuales han persistido después de casi dos décadas de democracia. Algunos elementos han sido constantes en esta etapa en análisis: el primero, el cambio de rol del Estado (1975), de una concepción pro bienestar a una de carácter subsidiario, y segundo, la incorporación, casi sin restricciones de la política de mercado en todos los ámbitos de la sociedad (excluida la defensa nacional).

El sector educación fue una de los que más tardíamente se ajustó al modelo de economía de mercado de inspiración neoliberal, por cuanto en el mismo Gobierno existían indecisiones y disputas entre dos corrientes: una ligada a la visión más tradicional del Estado en este campo, con un fuerte rol del sector público en la provisión de educación, y otra que propugnaba decididamente su apertura a la privatización, enfatizando entre otros aspectos la incorporación de proveedores privados de educación. Este debate se zanja finalmente a mediados del año 80 (Directivas Presidenciales para la Educación, 1980), imponiéndose la perspectiva privatizadora, lo que derivó en cambios de gran relevancia en las políticas e instrumentos de financiamiento de la educación pública en todos sus niveles. De igual forma ese año entra en vigencia la nueva constitución política de la República, que formaliza los cambios y establece las proyecciones del modelo en lo social, económico y político.

En el texto de la nueva constitución, a diferencia de los argumentos precedentes de las cartas constitucionales de los años 1833 y 1925, se instituyen nuevos principios respecto del derecho a la educación expuestos en sus artículos Nº 10 y 11: "Los padres tienen el derecho preferente y el deber de educar a sus hijos. Corresponderá al Estado otorgar especial protección al ejercicio de este derecho." A pesar de que reconoce que la "educación básica es obligatoria, debiendo el Estado financiar un sistema gratuito con tal objeto2," también establece que "….es deber de la comunidad contribuir... [a su] desarrollo y perfeccionamiento." Sin embargo el tema central del documento es elevar a la categoría de principio "la libertad de enseñanza".

Esta materia – la libertad de enseñanza- ha sido uno de los puntos neurálgicos de los debates sobre el tema, iniciado finalmente de manera pública el año 20063 (Consejo Asesor Presidencia, 2006) y que a la fecha siguen siendo uno de los aspectos más controversiales de la nueva propuesta de Ley General de Educación (LGE), que se encuentra en el parlamento próxima a iniciar su debate (Mayo, 2008) y que busca sustituir la Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza [LOCE] -aprobada en los últimos días del Gobierno de Pinochet y vigente, con modificaciones a la fecha,

El principio de "*Libertad de Enseñanza*" "… habilita el derecho a abrir, organizar y mantener establecimientos educacionales..."no teniendo "otras limitaciones que las impuestas por la moral, las buenas costumbres, el orden público y la seguridad nacional...". Debe entenderse este principio como el fundamento del proceso privatizador de la educación, inherente al modelo de mercado que busca garantizar el amplio ingreso y salida de proveedores sin mayores limitaciones (a fin de generar el mercado). Al respecto y siendo coherente con la concepción ideológica que le sustenta, establece que la "enseñanza reconocida oficialmente no podrá orientarse a propagar tendencia político partidista alguna..." Finalmente, el principio de libertad de enseñanza supone, primero y antes que toda opción, que los "padres tienen el derecho de escoger el establecimiento de enseñanza para sus hijos.

La arquitectura del sistema educacional fue sinérgica con la puesta en vigencia de la nueva constitución, comenzando a funcionar a partir del año 1981, la cual se operacionaliza mediante cinco aspectos claves y ciertamente, bajo un escenario de fuertes restricciones democráticas que impedía cualquier oposición razonable a estas propuestas. Los aspectos claves son:

(i) Los establecimientos escolares –que en su totalidad pertenecían al Estado nacional- fueron transferidos a los gobiernos locales (Municipios);

(ii) De igual forma, los docentes y personal no docente fueron transferidos a los gobiernos locales, perdiendo un conjunto relevante de beneficios económicos y de carrera profesional que incluso a la fecha aún no recuperan del todo, pese a los reconocidos esfuerzos desplegados por los gobiernos democráticos (Rojas, 1998).

(iii) Se estimuló y facilitó la libre entrada/salida de proveedores privados de educación, mediante los nuevos instrumentos financieros de operación.

(iv) Se cambió el sistema de financiamiento de educación pública, de un modelo sustentado en financiar la oferta a uno orientado a la demanda.

(v) Ello también implicó una concepción de educación pública diferente a la entonces vigentes. Por tal se entenderá -desde entonces a la fecha- todos los establecimientos educacionales que reciben subsidio del Estado independiente de la naturaleza de su propietario.

El período de transición entre 1980/1981 marca un límite relevante para la temática en análisis por cuanto el año 1980 fue el último en el cual el Estado chileno financió con recursos públicos la oferta y provisión directa de educación,

2 En el año 2003 el Gobierno democrático extiende este derecho a la enseñanza secundaria.

3 En mayo del año 2006 se produce un movimiento de los estudiantes de enseñanza secundaria, denominado "los pingüinos", que puso en jaque a la autoridad sectorial, demandando cambios de magnitud en el sistema. A raíz de este movimiento se formó un Consejo Asesor que debate estas materias y concluye en un informe con recomendaciones, algunas con amplio consenso y otros sin esta condición. Dos aspectos son neurálgicos en esta materia, y no fueron resueltos por consenso: el conflicto entre el principio de libertad de enseñanza y el de calidad de la enseñanza, y en lo operacional, el derecho a seleccionar o no estudiantes y la posibilidad que las instituciones educativas puedan obtener lucro.

como también por la legitimación constitucional de la reorientación del accionar del Estado hacia la subsidiariedad, definida como de prestaciones básicas, incentivos y contribuciones cuando los privados no puedan asumir las tareas. También en materia educacional es un hito relevante debido a que implicó elevar a principio central del sistema educacional la Libertad de Enseñanza, posteriormente consagrada en al LOCE el año 1989 y operacinalizada como el derecho primordial de los padres a elegir la educación de sus hijos, y en lo institucional para el sistema educacional significo asumir la libre entrada y salida de oferentes/demandantes de la educación, en pos de sincronizar el sector educación con la generación de mercados en esta materia. Para el logro de estos objetivos el cambio del sistema de financiamiento fue el factor crucial que permitió alcanzar estos objetivos en el corto plazo, y se transformó en el motor de la contrarrevolución neoliberal hasta nuestros días.

2.2 El objetivo político del nuevo modelo de financiamiento: generación del mercado de la educación pública en Chile.

La necesidad de sincronizar el funcionamiento del sector educación con la economía de mercado fue el principio político clave que impulsó el cambio del modelo de financiamiento del sistema educacional. En razón de ello, de los cinco elementos mencionados (sección 2.1), el aspecto clave corresponde al cambio del sistema de financiamiento de la educación pública, el cual demandó, concomitantemente para su implantación, las restantes condiciones mencionadas

El cambio del sistema de financiamiento ha sido una de las transformaciones más eficaces impulsadas en el sector educación en los últimos 40 años, por cuanto no solamente incide en los criterios, orientaciones y mecanismos de financiamiento, sino que también tiene impactos relevantes en lo pedagógico, de forma que se trató, finalmente, de una reforma educacional de magnitud impulsada desde las política de financiamiento para el sector4.

El proceso sustitutivo del modelo de financiamiento basado en la oferta por el sustentado en la demanda, no respondió a una discusión pública, ni a un diagnóstico que diera cuenta del fracaso del formato de subsidio a la oferta. La literatura de la época muestra la carencia de estudios empíricos que fundamenten la decisión adoptada (JOFRÉ, 1988). Sus objetivos políticos más evidentes eran dos: consolidar el modelo privado de desarrollo económico, mediante la imposición de un sistema de subsidio basado –efectivamente- en el racional privado, tanto para operadores públicos (municipales) como privados, y favorecer la descentralización de la gestión del Estado, traspasando a los gobiernos subnacionales atribuciones en este plano y, paralelamente, reduciendo su impacto al fortalecer el accionar de los privados.

Complementariamente, el nuevo diseño del sector buscaba fortalecer los objetivos propuestos mediante un mayor control del gasto público, derivado del sistema de asignación de los subsidios y también, mejorar el rendimiento de los estudiantes mediante el desarrollo y fortalecimiento de la competencia entre los establecimientos públicos y privados, pues supone que por esta vía aumentará la eficiencia, proviniendo mejores resultados educacionales.

La complejidad de las tareas que se impulsaron con los cambios de 1981 fue alta, la que se eleva ante el hecho que las autoridades gubernamentales de la época implantan las nuevas medidas de financiamiento de la educación simultáneamente con una fuerte reducción del presupuesto público del sector, que alcanzó al 24% real entre los años 1982 y 1989 (GONZÁLEZ, 2003: 610; SAPELLI, 2002:285). Esta situación es crucial para comprender parte del deterioro de los resultados educacionales del país que aún persisten, los que suelen subestimarse por los autores proclives a este enfoque, olvidando entre otros aspectos, que el nuevo sistema de subsidio creó -entre otros efectos- severos problemas de financiamiento del sector municipal, al extremo que en 1986 tuvo que reajustarse el valor del subsidio en forma relevante para evitar el colapso del sistema (JOFRÉ, 1988).

El criterio central de asignación de los recursos financieros se sustenta en su asociación con la demanda por educación. Este funciona como un subsidio que se entrega al propietario del establecimiento escolar, sea este público (el municipio) o un empresario privado. El monto entregado es la resultante de un valor basal relacionado "***el promedio de asistencia diaria a clases del*** estudiante", empleando para ello el formato de trimestre/móvil (con un tope de 20 días mes). Esta resultante se asocia al valor mes del subsidio, dando la cifra efectiva por estudiante, la cual es entregada por el Ministerio de Educación a los empresarios (públicos y privados). Este sistema de subsidio aplicado en Chile, denominado "vales o vouchers lump sum", ha mostrado ser menos eficiente que otros mecanismo equivalentes, usualmente asociados a condiciones socioeconómicas de la población y al porcentaje de aporte del hogar a educación (HOXBY, 2002).

La educación primaria en Chile asigna por esta vía la mayor parte de los recursos a los empresarios públicos y privados. El subsidio de cada estudiante de educación básica regular (2008) tiene un precio base mes de US $ 80 y de US $ 95 para la enseñanza secundaria. En el caso de los Municipios, en la enseñanza básica no pueden cobrar a los padres valores adicionales (salvo cifras menores que no suman los US $ 10 al año por estudiante), y en la enseñanza secundaria sólo pueden hacerlo con el beneplácito de los padres. No así los empresarios privados, que cumpliendo determinados procedimientos optan al sistema de "financiamiento compartido", que les permite incrementar sus ingresos en valores van entre los US $ 5 a 20 por alumno mes5.

Por su parte, el Ministerio entrega a los municipios recursos para mantención de infraestructura escolar, que suelen ser cifras menores. También el Ministerio interviene en algunos establecimientos públicos con programas (destinados a escuelas prioritarias o población focalizada –desertores, etc.) que implican asignación de recursos directos fundamentalmente en textos, materiales, horas de trabajo y asistencia técnica, más que recursos financieros frescos para el municipio. Este

4 Se enfatiza esta condición pues al revisarse las reformas políticas de la educación chilena, no siempre es consignada como tal. Sin embargo, precisamente su existencia inadvertida como "reforma expresa" es la que facilitó su expansión a todas las áreas del proceso educativo.
5 US $ 1,0 = $ 450 pesos chilenos (abril 2008)

proceder se podría catalogar que funciona con el racional de subsidio a la oferta y muestra que existen aún algunos instrumentos que confieren al sistema chileno aplicación de instrumentos mixtos, aunque al revisarse las cifras que están involucradas no cabe duda alguna que ello no es así, más del 62% de los gastos del sector central (Gobierno) son referidos a subvenciones y menos del 7% se asigna en programas directos (DIPRES, 2003).

El 92% de todas las transferencias que realiza el Ministerio al sector en estos ítemes son referidas a la escolaridad (asistencia de alumnos), el restante porcentaje se asigna por compensación de ruralidad, desempeño difícil, internado y otra serie de ponderadores que son secundarios o terciarios respecto de los montos involucrados (DIPRES, 2004). De igual forma, hasta lo que va del año 2008 (mayo), existe prácticamente sólo un valor de subsidio para cada nivel de enseñanza6, donde el 93% del monto total asignado es fijo y el 7% es variable. Este punto es uno de los temas más complejos de debate y si bien se supone que a partir del año 2008 se aplicará un subsidio adicional. Asociados a las condiciones de mayor pobreza de la población, el reglamento de operación de este proceso no está aún en régimen, por ende no entra en operación. Sin embargo, si bien es un avance hacia una política que responda en mejor medida a los costos de formación de los estudiantes con menor capital humano, lo cierto es que dista aún de asumir el problema en la integralidad de sus dimensiones.

Una fuente de recursos destinados fundamentalmente a infraestructura y en menor medida a equipamiento proviene de fondos regionales (Fondo Nacional de Desarrollo Regional), que son recursos aportados por le gobierno central para que sean administrados por los gobiernos subnacionales. Su monto al año 2003 destinado a educación no superó el 6% del asignado a subvención. También los Municipios destinan cifras menores para gastos corrientes, fundamentalmente salarios y otros que en montos totales no superan el 2,5% de los recursos destinados centralmente a subvención, pero que en algunos casos de municipios pequeños esta cifra es relevante.

Finalmente, en el caso chileno el aporte privado a educación es de gran significación. Del 7,3% del PIB aportado a educación (2006), el 46% es de fondos privados, situación que se explica fundamentalmente por la educación superior, sin embargo la participación del gastos privado en todos los niveles es un fenómeno cierto y creciente masivo, ya en la enseñanza secundaria el 56% de la matricula escolar es privada y en la educación superior más de la mitad de las vacantes anuales también lo son (MINEDUC, 2007, INDICES, 2008).

El sistema de financiamiento mediante subsidio ha tenido muchos problemas en su aplicación en Chile. Algunos provienen de la forma cómo fue implantado, otros de su diseño y otros de los supuestos y considerandos que asume. Dependiendo de la naturaleza del problema, en el primer grupo de críticos se sitúan prioritariamente aquellos que difieren radicalmente con la concepción política del tema, en el segundo grupo aunque comparten el modelo, tienen reparos técnicos; mientras que en el tercer grupo se encuentran los que tienen reparos técnicos porque no comparten el modelo.

Las críticas a la legitimidad del modelo y su implantación se refieren tanto al origen viciado de su diseño y aplicación en plena dictadura y sin posibilidades de participación social. Concomitantemente aluden al afán privatizador de todas las medidas propuestas, incluyendo la descentralización de la gestión del Ministerio de Educación y el traspaso de establecimientos y docentes a dependencias de los gobiernos locales.

Los puntos en desacuerdo en el plano técnico entre quienes comparten los fundamentos y principios operativos del subsidio y sus mecanismos de aplicación, residen básicamente en que al establecer un sistema de subsidio de precio único con pago similar para todos (como es el caso chileno), se auxilia más a quien tiene mayor capital humano inicial, es decir genera un efecto perverso que favorecer a los que tienen costos formativos menores, perjudicando por esta vía a los poseen condiciones de mayor pobreza (SAPELLI, 2002:287).

Lo interesante del caso chileno es que sabiéndose desde hace tiempo estos efectos, los sistemas de corrección empleados como son los programas ofertados a escuelas que atienden a la población e bajos ingresos, han sido insuficientes para revertir los efectos negativos del modelo implantado y tras casi dos décadas de democracia no se puede apelar a la "herencia no deseada de la dictadura". Ha transcurrido un tiempo razonable para su corrección7. Ello ha dado origen a diversos submercados educativos con calidad de educación muy diferente, no comparables, que conforman lo que se ha denominado los nuevos sistemas de exclusión social y de reproducción de la desigualdad.

Este es quizás uno de los principales problemas que generó la aplicación de esta política de financiamiento, que derivó finalmente un sistema altamente segmentado socialmente con diferenciales de calidad muy importante. Entre los distintos autores, el consenso más alto en esta materia proviene del convencimiento que el precio del subsidio fue la determinante fundamental para la generación de un sistema tan segmentado socialmente. Pero para quienes el sistema de subsidio no es un "dogma de fe", el problema no reside sólo el valor del subsidio, sino en su forma de cálculo y, más profundamente en el sistema mismo de subsidio de prestaciones básicas que se ha impuesto "urbi et orbi" en la educación chilena.

Cuesta entender que sólo a partir del 2008 se haya establecido un valor de subsidio diferente para un segmento de la población escolar más pobre, ya que había sido denunciado por autores de todas las corrientes de opinión como un tema capital que debía repararse. La actual propuesta de "subsidio preferencial", otorga un 30% adicional de recursos por

6 Se han definido diferentes subsidios: preescolar, enseñanza básica, enseñanza media científico/humanista y enseñanza media técnico/profesional y educación especial. Existen otras bonificaciones por desempeño difícil, ruralidad y el subsidio base para escuelas pequeñas (paga el equivalente a 17 alumnos aunque su matrícula sea menor.

7 En la primera mita de la década de los 90, se generó un subsidio rural de mejor valor, así como otro para escuelas pequeñas (que se paga un equivalente a 18 estudiantes aunque no los tenga) y otro por desempeño difícil. Se trató de subsidios que implicaron una cobertura baja respecto del sistema total.

estudiantes (US $ 40) a los establecimientos que incorporan al menos el 15% de población perteneciente a los segmentos sociales más pobres. De esta forma el sistema hoy debería tener dos niveles el valor regular y el preferencial. Según los partidarios del modelo el tema “precio” era finalmente el que desvirtuaba el sistema y generó la estratificación señalada. Es decir, con precios ajustados al costo de la formación por nivel socioeconómico ese problema no debió haberse generado. Para los críticos es una consecuencia inevitable del sistema de mercado y que los subsidios diferenciados corrigen sólo parcialmente esta situación.

En otra materia, los partidarios del modelo de financiamiento a la demanda, sostienen que la existencia de subsidios a la oferta, esto es, algunos programas que aportan recursos preferentemente a los establecimientos municipales sería un impuesto al traslado de los estudiantes, pues castiga a quienes se cambian de establecimiento escolar (es decir al traslado hacia el sector privado). Los hechos han demostrado que este fenómeno no sigue ”la crítica señalada”, por el contrario, la revisión de la evolución de la matrícula de estudiantes por tipo de establecimiento escolar (Municipal / particular subvencionado) da cuenta de cambios de magnitud ocurridos entre los años 1980 y 2007. En síntesis, el sector municipal tenía el 80% de matrícula de niños el año inicial señalado y pasa a tener el 50% el 2007, compartiendo en igual proporción con el sector subvencionado (MINEDUC, 2008).

El tema expuesto evidencia algunos de los problemas derivados de la implantación del modelo. Como fue señalado, la segmentación del sector educación en varios cuasimercados (ALMONACID y otros, 2008) que se transforman en segmentos con escasa interacción en vez de mercados dinámicos. Una muestra de lo señalado es que la educación rural, que en el caso chileno concentra a los grupos sociales de menores ingresos es atendida en un 85% por los establecimientos municipales, teniendo los privados una presencia exigua (MINEDUC, 2007). De igual forma, los resultados de las pruebas de medición de aprendizajes (SIMCE) de aplicación censal nacional para los grados 4, 8 y 12 han demostrado sistemáticamente, desde el año 1988 en adelante, con sistemas menos o más sofisticados de construcción de ítemes y de equivalencia de preguntas (equating) que la población que pertenece a los dos quintiles socioeconómicamente más precarios y que asiste a establecimientos escolares municipales, tiene mejores resultados en las pruebas que los particulares que reciben subsidio del Estado (MINEDUC, 2007ª). También estos resultados han mantenido una estrecha relación con el capital social y económico de los estudiantes y sus familias y sólo marginalmente con el tipo de estableciendo, de allí que la determinante socioeconómica siga siendo el gran factor explicativo de los resultados educacionales en todos los niveles del sistema.

El problema de este factor es su gran peso para incidir en los resultados finales es decir, es sistema educacional no reduce en grado importante las diferencias “de cuna” de los estudiantes (DONOSO y HAWES, 2002, HSIEH y URQUIOLA, 2004).

Las señales que por larga data ha venido emitiendo el sistema es que esta modalidad de financiamiento no resulta positiva para quienes viven en situación de mayor pobreza. El modelo presume que a mayor asistencia de los estudiantes a clases, se genera más aprendizaje y por ende mayor calidad. Sin embargo, su aplicación omite una serie de considerandos claves para comprender los resultados alcanzados en Chile en este período de tiempo que distan de lo esperado:

(i) las diferencias de capital humano inicial de la población escolar,

(ii) los recursos asociados a la producción de una educación de calidad según las diversas dotaciones de capital inicial de la población;

(iii) acceso y capacidad de comprensión de la información necesaria para adoptar las decisiones de parte de las familias (simetría de información);

(iv) Dotación de capital humano, infraestructura y equipamiento de las instituciones educacionales,

(v) Oferta territorial uniforme de educación de calidad; y mecanismos técnicos adecuados para implantar y controlar el sistema de asignación de recursos (DONOSO y SCHMAL: 2008).

La evidencia del caso chileno es suficientemente fuerte para sustentar que el mercado no ha regulado por la vía de la demanda los principales fallos, ratificados en gran parte por las mejoras que se busca implantar consensudamente el año 2008, cuya eventual aplicación está siendo crecientemente puesta en duda, debido a la necesidad de repensar esta situación y plantearse “algo más allá” del Modelo que ha obnubilado a unos y enceguecido a otros y que hoy pareciera acercarse a su fin.

2.3 El itinerario de cambio en democracia y el debate acerca de los resultados alcanzados

Una de las primeras tareas del Gobierno democrático en la década de los 90’ implicó detener el proceso de reducción del tamaño del Estado y dio comienzo a una modernización en su accionar que fundamentalmente buscaba regular muchos de los cambios que ya se habían impulsado en materia económica, a saber: disciplina fiscal, control del gasto, manejo de tipo de cambio, liberalización del sistema financiero, apertura a la inversión extranjera, privatización de empresas públicas, y las reformas al Estado, siendo estas últimas posibles de analizar considerando las tres perspectivas analíticas que coexisten respecto de la temática: la administrativa, los cambios institucionales y la reforma democrática (TOMASSINI y ARMIJO, 2002).

Específicamente la reconstrucción del sistema educativo público fue asumida desde los inicios del proceso democrático como una tarea que no podría volverse atrás, en términos de algunos aspectos ya consolidados, elementos identificados mucho tiempo después por la OCDE al señalar “*El gobierno de la transición a la democracia tomó la decisión estratégica de no revertir el proceso de municipalización ni cambiar el modelo y mecanismos de financiamiento establecidos en 1981*” (OCDE, 2004: 20), con ello las autoridades del nuevo Gobierno sabían que no estaban respondiendo a las expectativas de los docentes y, de alguna forma validando los cambios generados en un régimen autoritario; “*Tratar de*

reestructurar el sistema de financiamiento escolar en Chile produciría una fractura en el frágil equilibrio entre la izquierda y la derecha que formó parte implícita del acuerdo que reestableció el gobierno democrático" (OCDE, 2004, p.106).

Compartiendo los considerandos al respecto, son atendibles por cuando el modelo y mecanismos de operación financiera eran 'instrumentos de política educativa' tanto o más eficientes que las nuevas orientaciones políticas pro –reforma educativa. En consecuencia, hacer operar una reforma educativa sobre un sistema de financiamiento asentado en otros principios, algunos incluso contradictorios, es una tarea que agregó complejidad al diseño y –ciertamente- también ha incidido sobre los resultados alcanzados.

El mismo informe de la OCDE señala que la reforma educativa chilena de 1995 combina *"... dos políticas de reforma coexistentes pero ideológicamente en conflicto. Una es la noción de que los mercados educacionales, con competencia entre escuelas, un alto grado de elección de los establecimientos educacionales por parte de los padres, y una administración privada de dichos establecimientos, proporcionan la mejor esperanza de de eficiencia educacional y el rendimiento escolar más alto posible. La otra es la noción de que el gobierno central debe intervenir en el sistema educacional con una clara visión de lo que constituye una buen educación y cómo lograrla para asegurar que los estudiantes tengan la mayor oportunidad de aprender"*(OCDE, 2004:289). Esta fue la dinámica en el desarrollo del sistema educativo en estos años y hasta la fecha, y como se señaló en la introducción al trabajo, al parecer muchos pensaron que se podrían articular, reduciendo las diferencias y por esta vía solucionar los problemas del sistema educacional.

En el periodo en análisis se aplicaron diversas estrategias políticas en el accionar del Ministerio. El primer período está marcado fundamentalmente por metas reivindicativas y el reposicionamiento de la educación como un sector relevante del hacer del país. En razón de ello destacan los esfuerzos por incrementar los recursos públicos al sistema, mejorar las condiciones de trabajo y remuneraciones del personal docente y no docente, y comenzar un proceso de mejoría mediante proyectos específicos del equipamiento e infraestructura escolar apoyados con recursos del Banco Mundial.

Gran parte sino todas las iniciativas impulsadas son vía programas o proyectos y se instalan como tal en la orgánica ministerial, es decir no forman parte de las tareas regulares del Ministerio, estrategia empleada para que éstas no fuesen absorbidas por la cultura organizacional vigentes. Los primeros programas son de apoyo a las escuelas con más bajos resultados escolares (conocido como P900), y luego el impulso de un programa de Mejoramiento de Calidad y Equidad (MECE), que inicialmente fue para el nivel básico urbano, extendiéndose luego al lo rural y, posteriormente a la enseñanza secundaria y superior. Las políticas en este ámbito son tipificadas como de calidad y equidad de la educación; de cambios incrementales, abiertas a la iniciativa de actores y del entorno, orientada a la escuela como eje de acción (GARCÍA – HUIDOBRO y COX, 1999, p. 27-28). Este tema, la escuela como centro de la acción corresponde a una visión estratégica que el Ministerio adopta además en lo programático, como una forma de romper la inadecuación del enfoque matricial 'Ministerio- Municipios', que no permite al primero (Ministerio) un adecuado control del hacer escolar más allá de algunas dimensiones importantes de carácter formal y claramente insuficientes para responsabilizarse del proceso pedagógico, como se le demanda al Ministerio, sin tener un soporte legal consistente con esta misión.

La estrategia de creación de programas para cumplir tareas específicas continúa hasta el año 2000, aún cuando la Reforma Educativa es lanzada públicamente a mediados de la década de los 90, continúa esta política generando un conjunto de tensiones y de problemas que no siempre pudieron ser resueltas "*Ausencia de un discurso unitario de la reforma que integre en un relato coherente y significativo el conjunto vasto de las distintas iniciativas y logre conectarlo con los temas de la tradición docente como: educación pública como función crucial del estado, la educación como actividad esencialmente moral –y secundariamente instrumental- rol central y de liderazgo del MINEDUC, solidaridad y no competencia, participación y no tecnocracia* (GARCÍA- HUIDOBRO y COX,1999. p. 44). En definitiva la reforma no articula debidamente el campo de las iniciativas y se implementa un sistema de respuesta –aunque no se quiera- en la lógica neoliberal: cada problema genera una respuesta específica o focalizada, en vez de diseñar una estrategia flexible y articuladora.

La Reforma Educativa impulsada en Chile planteó como eje central la transformación curricular en todos sus niveles. La cual se sustenta en un enfoque constructivista –similar al empleado en la reforma española8- a la cual se sumó una línea de refuerzo de la profesionalización docente, que incluye aumento sistemático de remuneraciones, incorporación de incentivos, pasantías en el exterior, perfeccionamiento fundamental, cambios en la formación inicial y premios de excelencia. También se agrega una línea de implementación de la jornada escolar completa en los establecimientos escolares del país (aún vigente). Programas de mejoramiento de la calidad y equidad, de apoyo de iniciativas focalizadas, que incluye el P-900, el ahora Programa Enlaces de informática educativa, el Proyecto Montegrande de liceos de anticipación y otras iniciativas que se fueron desarrollando con el avance de la reforma y, ciertamente la línea de reforma curricular, dirigida a construir y aplicar un nuevo marco curricular mínimo (GARCÍA -HUIDOBRO y COX, 1999, p. 25).

Los resultados registrados a partir del año 1995 y hasta el 2006 (en que hay cifras comparativas) en los indicadores clásicos del sistema educativo se desplazaron positivamente. La cobertura de la educación básica subió del 92 al 99%, y en la enseñanza media del 78 al 89%, la tasa de deserción en básica se redujo del 4 al 1.7% y del 12,6 al 6.0% en enseñanza media

8 Cuando se señala "similar" es precisamente para establecer su proximidad. Sería un reduccionismo plantear que es la copia de la reforma española en este plano. Algunas de sus principales diferencias radican en que la reforma española tuvo un período inicial mucho más prolongado que la chilena y otra, muy importante es que la reforma española se centra y refuerza el rol de la escuela pública y con una profesionalización docente mucho más conciente que en el caso chileno. .

de igual forma, la tasa de alumnos aprobados en enseñanza básica subió del 92,3 a, 96% y en la media del 81.5 al 90% (MINEDUC: 2007). Este proceso también implicó un mejoramiento de la cobertura de la educación preescolar, superando el 33% de la población incorporada a una modalidad de enseñanza, aunque con una claro sesgo socioeconómico (HERRERA y BELLEI, 2002). Paralelamente la tasa bruta de participación en la educación superior sube de 28 a 37% (BRUNNER y ELACQUA, 2003, p. 87; ÍNDICE, 2007).

Sin embargo, el impacto de los resultados reseñados sobre los aprendizajes de los alumnos en el sistema escolar no tiene la progresión esperada respecto de los insumos incorporados. Una cifra es elocuente, desde el año 1999 hasta el 2007 (MINEDUC, 2008) incluido, los rendimientos medidos en las Pruebas SIMCE son equivalentes o similares, esto es se encuentran estancados. "*La evidencia aportada por la comparación de los resultados SIMCE a lo largo de los 90 puede ser resumida en cuatro constataciones. Primero, que hay una tendencia consistente aunque leve, de incremento en los promedios nacionales en la primera mitad de la década, reduciendo así levemente las diferencias de logros entre establecimientos municipales y particulares pagados. Esta se estancó de 1996 a 2002 y la diferencia aumentó. Segundo, que la distribución social de los aprendizajes exhibe una distribución altamente estratificada e inequitativa, similar a la de 1990. Tercero, que las mejoras en rendimiento son mayores que las del promedio en el caso de las escuelas básicas que han sido objeto de programas focalizados como el P-900 o el Programa rural, lo que ha significado disminución de las brechas de rendimiento entre este alumnado –el más pobre- y el resto del país. Por último, que las diferencias de logros en el aprendizaje entre las distintas dependencias del sistema subvencionado (Municipal y Particular) son mínimas y no siempre favorables a la educación privada, cuando se comparan grupos socioeconómicos homogéneos*" (OCDE, 2004:39-40).

La síntesis expuesta en el informe de la OCDE permite formarse un panorama cierto del problema, pero es relevante hacer las siguientes puntualizaciones. La educación nacional avanzó lentamente hasta estancarse, siendo más relevante que el factor dependencia del establecimiento (si es público o privado) el factor socioeconómico de la familia, lo que confirma que la sociedad chilena es la segunda más desigual de América latina tras Brasil, y es una de las más desiguales del mundo (PNUD, 2003; BRUNNER y ELACQUA, 2003). En consecuencia el principal factor explicativo en los resultados escolares son los antecedentes socioeconómicos, variable que ha sido y sigue siendo dominante al extremo que relega otras –como dependencia- con aportes marginales (DONOSO y HAWES, 2002). Adicionalmente esta relación evidencia que la educación tiene un papel limitado en la reducción de la equidad y desigualdad. Lo que se refuerza en segundo lugar, pues el estancamiento de los resultados responde también a la mantención sino aumento de la brecha de inequidad en la distribución del ingreso en Chile, lo cual si bien ha implicado cierta reducción de la pobreza, la distancia con los de mayores ingresos se incrementa (MIDEPLAN - MINEDUC, 2004). Tercero, el sistema educacional chileno ha sido capaz de reintegrar a un conjunto de estudiantes que estaban fuera del sistema, que en su gran mayoría responden a los sectores de mayor vulnerabilidad social, sin bajar sus rendimientos, aspecto que no es menor pero que no ha sido del todo destacado, y aparece más como excusa ante quienes critican que no se avanza a gran velocidad que como elemento explicativo real.

De hecho son los resultados escolares del SIMCE como de las pruebas de comparación internacional TIMMS –incluyendo los resultados para el año 2003- y PISA del 2006 lo que detonan el fin de esta etapa y el inicio de una 'crisis no resuelta hasta la fecha'. "*Estos estudios revelaron que el sistema escolar estaba obteniendo bajos logros en comparación con los competitivos estándares de aprendizaje en el mundo. (...) mientras las bases del nuevo sistema escolar estaban ahora implementadas, las experiencias de aprendizaje estaban lejos de lo que requiere una sociedad crecientemente integrada en un mundo globalizado y aún más exigente en términos de conocimiento y habilidades de las personas y organizaciones*" (OCDE, 2004: 35).

De hecho los resultados de las comparaciones internacionales ratifican dos hipótesis. La primera que los logros de Chile no son buenos en ninguna estructura comparativa, es decir que los establecimientos escolares de elite social y económica del país no alcanzan logros comparables con los de sus pares de otras latitudes (confirmado incluso con la medición PISA del año 2006). Ello implica que el problema en Chile tiene una dimensión estructural importante y, que los establecimientos particulares, comparados con sus pares están significativamente más atrás, en consecuencia privatizar, no parece ser un camino a seguir, más aún si sus precios promedio (valor colegiatura) más que triplican el valor de la subvención, no siendo sus resultados acordes a este diferencial de inversión. La segunda hipótesis en consideración es que en las pruebas internacionales los países con mayor desigualdad social reproducen en parte importante su mayor desigualdad educativa (GARCÍA -HUIDOBRO y BELLEI, 2003, p. 46).

Los intentos por revertir el estancamiento de los resultados educacionales, ya percibidos con fuerza el año 2002, reorientan el accionar del Ministerio para 'llevar la reforma a la sala de clase', "*La respuesta de la política a este nuevo desafío está basada en dos pilares fundamentales: Primero una campaña para mejorar las habilidades de lectura, escritura y matemática de kinder a cuarto básico, lo que incluye el rediseño del curriculum de 1996 para los primeros cuatro cursos, cambiando las políticas de capacitación de los profesores, y haciendo esfuerzos especiales para obtener el apoyo de los padres. Segundo (...) el Ministerio de Educación se ha comprometido con el aseguramiento de calidad de los resultados aplicando (entre otras medidas) la evaluación docente y los requisitos de desempeño específicos*" (OCDE, 2004, p.35).

Los resultados expuestos en esta sección muestran claramente que la calidad de la educación es la temática pedagógicamente dominante de una reforma que ha cumplido un ciclo importante en materia de recuperar para el país –aunque experiencialmente sea irrecuperable para las personas- los estándares tradicionales de capital educativo, quedando al debe la tarea -no sólo para la reforma, sino para el país- de mejorar significativamente en este ámbito. También queda en evidencia que esta temática de política educativa –la calidad- se asienta en el caso chileno sobre una base social

extraordinariamente compleja, la desigualdad que se manifiesta en el ámbito social, económico, cultural y educativo. Aunque su tratamiento inicial correspondería a una política social, lo cierto es que se encuentra en el límite entre ambas, en razón fundamentalmente del rol que la educación cumple en este plano.

En razón de lo señalado, podríamos decir que la gran desigualdad de capital económico, social, educacional y cultural es la que está limitando la actual estrategia de desarrollo educativo implantada, requiriendo de nuevas opciones para virar significativamente el 'status quaestionis' de la reforma chilena.

En este marco el 'aceptado' estancamiento de los resultados en materia de aprendizaje se ha transformado en el eje de un problema mayor cuya resolución podría precipitar una nueva reforma de más intensidad en las cuestiones hoy medulares, procesos que podrían ser visto como contrarreforma, según se le defina. Por un lado los resultados actuales son explicados sólidamente por la lógica de la causalidad estructural, la cual posterga toda opción de mejoría substantiva de los logros educacionales a un cuadro muy diferente del actual en materia de relaciones sociales del país. Por otro lado, quines comparten los postulados del sistema de vales (vouchers) sostiene que se trata de un tema de eficiencia y de gestión del uso de los recursos más que de diferencias sociales irremontables para el sistema educacional.

La discusión al respecto tiene los siguientes acentos, algunos autores, AEDO (1988); AEDO y LARRAÑAGA (1995), señalaban que los establecimientos particulares con subsidio tenían mejores resultados que los establecimientos municipales. Posteriormente, MIZALA y ROMAGUERA (2000, 2003, 2004), controlando esta relación por el capital humano inicial, dan cuenta que no habían diferencias significativas en los resultados. A esta línea también se suma TOKMAN (2001). Un grupo de autores, SAPELLI y VIAL (2002), GALLEGO (2002), encuentran que hay diferencias que debidamente controladas son favorables a los establecimientos particular subvencionado. Por otra parte DONOSO y HAWES (2002), señalan que el factor clave es el capital social y económico familiar, y HSIEH y URQUIOLA (2002), amplían esta explicación señalando que los resultados se explican finalmente por el traslado de los menos pobres a los establecimientos particulares con subvención del Estado

Adicionalmente, es importante comprender que el mejoramiento de los indicadores de eficiencia interna no implica necesariamente un incremento de la calidad de los aprendizajes, como de hecho se puede deducir de los registros de las pruebas nacionales e internacionales para la presente década. Ello ha dado origen a un nuevo proceso de exclusión social, que cambia los parámetros anteriores establecidos del acceso o no acceso a la educación o del haber completado o no determinados ciclos o niveles. El nuevo proceso de exclusión implica logros formales equivalentes pero diferenciales de calidad muy desiguales, esto se traduce en que existen segmentos de mala calidad de la educación, asociados también precarias condiciones de vida, que generan un círculo de mala calidad que incluso puede implicar a la educación superior también (DONOSO y SCHIEFELBEIN, 2007: DONOSO y CANCINO, 2007). Estas nuevas formas de exclusión social reproducen la desigualdad intergeneracional sólo que el punto inicial de educación formal es más alto, pero los resultados son los mismos.

Los estudiantes que se inician en los círculos de mala calidad de educación primaria, lo continúan en la educación secundaria y finalmente, muchos de ellos acceden a la educación superior de mala calidad. Por ende, no logran dar el salto generacional que la educación promete en su lectura más optimista del Capital Humano. Lo inverso también se confirma, los resultados educacionales ratifican que a quienes tienen más alta dotación inicial de capital social y cultural alcanzan mejores resultados y por esta vía se mantienen las diferencias sociales y de esta forma se reproduce y perpetúa la desigualdad, sólo que con nuevos rostros y nuevas dinámicas, pero con un credencialismo formal superior aunque en los hechos estas "credenciales" tiene menos valor.

En consecuencia, el sustrato social sobre el cual ha operado el sistema educacional ha sido una sociedad altamente desigual, no sólo en materia de ingresos económicos, sino de calidad de vida, se trata de una desigualdad severa que conlleva una profunda injusticia (RAWLS, 1986).

El problema de fondo es la concepción de un Estado que en su racional último de funcionamiento es Subsidiario, por ende no cuenta con los mecanismos legales ni financieros para implementar todas sus acciones y responder por ellas sin negarse a si mismo como Estado. Es decir, requeriría renunciar su definición para asumir este rol. Esto se expresa en la falta de coherencia entre las políticas y los mecanismos de implementación, tal como fue expresado previamente, como también en los problemas de voluntad política para operar con una lógica que no sea "de mercado", aquellos ámbitos de 'lo público' que no se ajustan a los criterios de la racionalidad privada, es decir, al aplicar "los esquema de competitividad de mercado al sector público, se privatiza su operación de manera que termina respondiendo a ese racional.

3. La solución reside en el diseño de un nuevo Estado

3.1. La adaptación como propuesta de cambio para el Estado

La hipótesis de trabajo que sustenta la ponencia sostiene que la crisis del diseño político del sistema educativo chileno se ha tornado estratégica, pues durante casi dos décadas los gobiernos democráticos han buscado compatibilizar dos racionales asentados en fundamentos y criterios de operación que han mostrado su contradicción, a saber: el de Estado subsidiario versus el de Estado solidario, proceso impulsado tras el retorno a la democracia, cuyo racional ha consistido en extremar las semejanzas y minimizó las diferencias entre ambas perspectivas. Los resultados reseñados evidencian que el camino a seguir en la actualidad parece cada vez más estrecho y difuso, próximo a agotarse, requiriendo para la búsqueda de

solución, analizar nuevos diseños políticos para el sistema educacional chileno, al amparo posiblemente de la discusión de un nuevo rol del Estado.

A la fecha las orientaciones de cambio del Estado han seguido tres vertientes fundamentalmente técnicas, cuyo desenvolvimiento no entra en cuestionamiento con el rol subsidiario del Estado. Una de las cuales es la denominada de 'gerencia pública', busca impulsar en la instituciones del Estado la visión del desempeño y en énfasis en los resultados, su medición, la asignación de estímulos, orientadas al servicio al usuario, que busca nuevos diseños institucionales que cambien la cultura de 'entidad monopólica' a diseños más flexibles y horizontales donde la rendición de cuentas y de descentralización y desconcentración de sus funciones sea prácticas regulares. La reforma gerencial del Estado, que proviene de la experiencia cultural anglosajona, ha sido adoptada en el Chile aún como algo formal, aunque en la actualidad se han dado pasos ciertos en esa dirección.

Esta tarea ha sido complicada, pues ha debido ordenar situaciones que estaban operando desregladamente y que eran claramente asimétricas entre oferentes y demandantes, lo que implica "normar" un mercado muy desprotegido para los beneficiarios. Ello fue posible observarlo con mayor facilidad en la administración de servicios públicos monopólicos, como agua y electricidad y, fundamentalmente, con el sistema de pensiones, el de salud y también de educación, donde el mercado privado es muy poderoso y se ha opuesto tenazmente a perder parte substantiva de su privilegios.

La segunda perspectiva analítica se refiere al cambio institucional producto de las nuevas demandas sociales de grupos emergentes, desprotegidos o bien insatisfechos, impulsados además por requerimientos tecnológicos, que presionan por una nueva institucionalidad. Se trata de un nuevo equilibrio entre el mercado, el Estado y la sociedad civil, que a partir del tácito e incuestionable peso del mercado, busca revisar y redireccionar sus políticas públicas sin transgredir los equilibrios macroeconómicos fundamentales, cuyo aprendizaje de este principio operativo fue pagado por América Latina a un alto precio. "*Las Reformas de tipo gerencial buscan modernizar la gestión de los servicios públicos encargados de ejecutar las políticas gubernamentales, en tanto que el rediseño de las instituciones del Estado tiene por objeto habilitarlo para formular más eficientemente esas políticas*" (TOMASSINI y ARMIJO, 2002, p.26).

Sin embargo, en el caso chileno el fortalecimiento de la capacidad del Estado para satisfacer por si mismo la demanda ciudadana es una temática aún incipientemente discutida, sea porque las leyes 'de amarre' de la época dictatorial aún imponen restricciones al hacer de un Estado más empresarial, también porque la validación de la visión neoliberal de la sociedad y del mercado han desacreditado el accionar directo del Estado como ejecutor de políticas, amén de los problemas ciertos de eficiencia que ha mostrado, y asimismo porque al interior de la coalición política el neoliberalismo tiene también importante arraigo.

La tercera perspectiva implica asumir una visión de gobernabilidad sustentada en la democratización del Estado, lo que debe traducirse en capacidad para identificar e interpretar adecuadamente las demandas ciudadanas y traducirlas en políticas según las prioridades alcanzadas en las agendas de debate. Esto significa incorporar las visiones anteriores de reformas al Estado para que éste se desempeñe no sólo como un agente regulador sino también de igual manera como un actor direccionador de las políticas según su capacidad para interpretar y traducir demandas y necesidades en propuestas de acciones. Esta situación implica para el Estado ampliar su capacidad de integrar e integrarse a la sociedad civil, Esta visión no siempre es comprendida en su sentido biunívoco, sino esencialmente se la entiende como el considerar los problemas de los usuarios para buscar soluciones, pero el rol de participación activa de la sociedad civil en la definición de políticas es mucho menos practicado, aunque se le entiende como una condición clave para la adopción de decisiones adecuadas y oportunas, siendo constitutivo de la concepción de gobernanza hoy mayoritariamente aceptada.

3.2. Desde el Estado: su rol en la provisión de educación

Asumiendo que en la concepción actual del rol del Estado su principal tarea es la formulación de las políticas públicas con la finalidad de orientar y regular el comportamiento de los distintos agentes económicos y sociales, toda vez que su rol ejecutor está en segundo orden dada la plena competencia de privados o del mercado globalizado, su tarea se compatibiliza en velar por el interés público y de los diversos grupos sociales, según su grado de vulnerabilidad. En razón de lo señalado, las implicancias de este considerando son estratégicas pues se sabe que de la calidad y oportunidad de las políticas públicas dependerá en grado importante la gobernabilidad del país9.

La crisis del Estado también tiene una vertiente diferente de análisis, En el formato del Estado chileno, las competencias esenciales de esta tarea residen en el Estado central, los Gobiernos subnacionales no desempeñan todavía un papel relevante que no sea aquel de cumplir con algunas funciones descentralizadas o desconcentradas, representación de autoridades u otras, entre las que pueden estar las de hacer cumplir normativas nacionales (replicar la función del Ministerio en el ámbito subnacional en estas tareas), obtener información y entregarla ordenada para su procesamiento central, quedando claro que el tema del diseño y estructuración de las políticas es una tarea que esencialmente le compete al ámbito central.

El accionar del gobierno nacional y por extensión de los gobiernos subnacionales en el campo educacional esta referido al cumplimiento de una tarea central y común del país que es incluir a toda la población en edad escolar en el sistema educativo, labor que puede ser una tarea rutinaria como un desafío de proporciones según el nivel de desarrollo alcanzado.

---

9 Entendida como la capacidad del Gobierno para articular, ordenar y responder en forma armónica las distintas demandas ciudadanas por desarrollo social y económico, participación y equidad, de forma que pueda continuar gobernando, se entiende bajo principios democráticos si esta es la tipificación de la gobernabilidad.

De este primer quehacer, se desprenden dos imperativos claves de gestión: el primero es proveer una educación de calidad para todos y, paralelamente, sentar las bases de construcción y mantención de la sociedad, proceso de socialización que implica legitimar la diversidad a fin de fortalecer la ciudadanía y la democracia.

Como fue señalado, el problema reside en que la calidad de la educación presenta estándares muy desiguales entre los diversos estratos sociales, de manera que aunque teniendo semejanzas formales, en el fondo las diferencias son claves y responden a una acumulación de "ventajas o de desventajas", según sea el caso que finalmente concluyen en una reproducción de la desigualdad social intergeneracional, sólo que debidamente legitimada. Quienes asisten en la enseñanza primaria a establecimientos de baja calidad educacional, continúan una enseñanza media de baja calidad e incluso pueden ingresar a al educación superior a opciones de escasa inserción laboral. Este círculo reproductivo de la desigualdad es la nueva forma como se presenta el problema, ya no es de "excluidos e incluidos", sino de nuevas formas de inclusión o exclusión más complejas, pero igualmente eficientes para mantener las diferencias intergeneracionales.

Los aspectos reseñados evidencian que tras este proceso hay un diseño político de un sistema social que se muestra incapaz de solucionar los problemas endémicos de desigualdad social que ha caracterizado a la sociedad chilena al menos desde el siglo XX en adelante, mostrando con ello una crisis profunda no solamente del sistema educacional sino del sistema social y económico, lo que demanda para su cambio bajo un formato sistémico, diferente ciertamente al actual y que no se vislumbra aún como factible.

4. El debate entre Políticas de Estado y Políticas de Mercado.

La severa crisis de la educación chilena no solamente involucra sus resultados de aprendizaje, su profundidad, persistencia y amplitud da cuenta del involucramiento de la mayor parte de las dimensiones del sistema. La concepción subsidiaria del Estado alzada por el neoliberalismo, no permite el diseño de la institucionalidad articulada del sector que relacione funcional y equilibradamente10 a los responsables nacionales de la educación (Ministerio) con los responsables locales: municipios y empresarios privados. Se trata de un diseño matricial que no ajusta. En lo operacional la matriz "Ministerio - Municipio" no tienen mecanismos de compatibilidad, derivando en contradicciones de proporciones. Consistente con esta visión del Estado, el Ministerio de Educación no ha podido generar alianzas estratégicas con socios estables.

En segunda instancia, no existe una definición básica –aceptada mayoritariamente- de lo que se entiende por educación (más allá del documento 'Marco para la Buena Enseñanza'), que confiera coherencia al conjunto del sistema. Ello facilita realizar cambios parciales sin comprender su impacto en el sistema, permitiendo que las políticas referidas al mejoramiento de calidad y eficiencia, sean más resistentes al cambio (regímenes de contratación, remuneraciones e incentivos salariales de los maestros); y otras más adaptables (expansión y crecimiento de la matrícula). Estas relaciones responden al "hábito cultural" de enfocar el tema como si el centro fuesen los docentes y sus gremios. Ello facilita dividir el fenómeno educativo (siendo para algunos indivisible) de manera que no se perciban los impactos entre los diversos componentes, lo que ha provocado la instalación de iniciativas sectoriales que –en oportunidades-no son consistentes con las políticas generales.

La generación de una Política de Estado es consistente con el diagnóstico precedente. Sin embargo, esa propuesta implica un Estado políticamente activo como regulador y organizador del sistema educacional en todo su sentido, y que detente las atribuciones para cumplir su tarea. Ello es un contrasentido en un esquema de mercado o un modelo de Estado Subsidiario, en consecuencia en alguna medida se exige algo que está fuera del racional que no se quiere o puede cambiar.

El Estado ha manifestado un compromiso medido en los hechos con una educación de calidad. La sociedad en forma mayoritaria reclama para el sector educación "otro Estado". Si embargo en la demanda de una educación de calidad no está del todo asentada en la sociedad civil, en términos de un canal unívoco de expresión y acción al respecto. Tampoco está plenamente enraizada en los gremios docentes –donde se mezcla con reivindicaciones salariales – ni en los de estudiantes y padres, que carecen de la competencia para traducirles de demandas sentidas a requerimientos técnicos. Ello es funcional a una visión tecnocrática de la política, sin embargo, la esperanza de mejoría se confronta con una visión de mercado que no puede destruirse a si mismo para solucionar sus graves problemas. La posibilidad de generar consensos es compleja, la educación es un campo de fuertes intereses ideológicos, también de clase y por ende de poder.

El Estado chileno tiene una baja cuota de poder en este escenario. Su legitimación está en duda en términos de ofrecer respuesta a las necesidades y garantizar a los ciudadanos un sistema educativo de calidad: algo que en la actualidad es ampliamente demandado por la sociedad e insatisfactoriamente cumplido en la educación pública, fenómeno que en el formato de mercado parece irresoluble, salvo que opte –al menos inicialmente- por su auto destrucción.

Referencias

10 El equilibrio proviene de la adecuada aplicación del principio de responsabilidad/autoridad. Sin embargo, el Ministerio de Educación asume algunas responsabilidades para las que no tiene autoridad, dependiendo para ello de la voluntad de los empresarios. Un ejemplo se vivió en el perfeccionamiento para la reforma. En oportunidades empresarios enviaron a capacitarse a profesores para cursos en que posteriormente no se desempeñaron, sin que el Ministerio pudiera intervenir. Asimismo, algunos empresarios públicos deben responsabilizarse de aspectos para los que no tiene autoridad. Por ejemplo, la ley define concurso para directivos - docentes no existiendo los fondos para ello, obligando a los municipios a aumentar su gasto, ya que no tiene la autoridad para negarse al concurso.

AEDO, C. y LARRAÑAGA, O (1995) Educación privada versus educación pública en Chile: calidad y sesgo de selección. Programa de Postgrado en Economía ILADES/Georgetown University, Santiago de Chile.
AEDO, C (1998) Diferencias sobre escuelas y rendimiento estudiantil en Chile. En: La organización marca la diferencia: Educación y salud en América Latina. Programa de Postgrado en Economía ILADES/Georgetown University, Santiago de Chile.
ALMONACID, C., LUZÓN, A. y M. TORRES, M. (2008). Cuasi mercado educacional en Chile: el discurso de los tomadores de decisión. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, 16 (8). Recuperado [mayo de 2008] de http://epaa.asu.edu/epaa/v16n8/
BRUNNER, J.J. y G. ELACQUA (2003) Capital Humano en Chile. Universidad Adolfo Ibáñez, Santiago, Chile.
CARO, J (2004) *El contexto histórico de la descentralización*. En: VERGARA, J. Y E. VON BAER. (2004) En la Frontera del Desarrollo Endógeno. Ediciones Universidad de la Frontera, CIDER, Temuco, Chile. Pp. 413 - 446.
CANCINO, Víctor y DONOSO, Sebastián. (2004) *El programa de Informática Educativa de la Reforma Educativa Chilena: Análisis Crítico*. En: Revista Interamericana de Educación.
Comité Técnico Asesor del Diálogo Nacional de Modernización de la Educación Chilena (1994). Los Desafíos de la Educación Chilena Frente al Siglo XXI. Presidencia de la República, Ministerio de Educación, Santiago – Chile.
Consejo Asesor Presidencial para la Calidad de la Educación (2006) Informe Final. Diciembre de 2006, Santiago de Chile. www.presidencia.cl (consultado diciembre de 2006).
DIPRES (2003) Presupuesto del Ministerio de Educación. Ministerio de Hacienda, Dirección de Presupuesto, Santiago de Chile
DIPPRES (2004) Ejecución Presupuestaria Ministerio de Educación. Ministerio de Hacienda, Dirección de Presupuesto, Santiago de Chile.
Directivas presidenciales para la Educación (1980) presidencia de la República, Chile.
DONOSO, S., y. HAWES, G (2002) *Eficiencia escolar y diferencias socioeconómicas: a propósito de los resultados de las pruebas de medición de la Calidad de la Educación en Chile.* Educação e Pesquisa v. 28, Nº 2. Pp. 25-40.
DONOSO, S. Y V. CANCINO (2007) Caracterización socioeconómica de los estudiantes de educación superior em Chile. En: Calidad en la Educación 26, PP. 206 -244.
DONOSO, S. y SCHIEFELBEIN, E. (2007) El Sistema de Selección de Estudiantes a las Universidades Chilenas: Un mecanismo eficiente de reproducción y validación de la desigualdad intergeneracional. Proposal submited Conference "Intra and Intergenerational Transmission of inequality" El Colegio de México Feb. 28 – 29, 2008.
DONOSO, s. y SCHMAL, R. (2008) Introducción a la Economía de la Educación. Nociones Fundamentales. Universidad de Talca, Talca.
GALLEGO, F. (2002) Competencia y resultados educativos: Teoría y evidencia para Chile. En: Cuadernos de Economía, Nº 118, pp. 309 -52.
GARCÍA HUIDOBRO, J. E. (1999) *Parte I. Visión de Conjunto, Capítulo 1. La Reforma Educativa Chilena 1990 -1998. Visión de Conjunto*. En: GARCÍA – HUIDOBRO, J.E. (Ed) La Reforma Educativa chilena. Ed. Popular, Madrid. Pp. 7 -50.
GARCÍA HUIDOBRO, J.E. y COX, C (1999) *Capítulo I: La Reforma Educacional Chilena 1990 -1998. Visión de Conjunto*. En: GARCÍA- HUIDOBRO, J.E. (Editor). La Reforma Educacional Chilena. Editorial Popular, Madrid, 1999. Pp. 7 – 46.
GARCÍA – HUIDOBRO, J.E. Y C. BELLEI (2003) Desigualdad educativa en Chile. Universidad Alberto Hurtado, Santiago 62 p.
GONZÁLEZ, P. (2003) *Estructura Institucional, recursos y gestión en el sistema escolar chileno*. En: COX, C. (Editor). Políticas Educacionales en el Cambio de Siglo. La reforma del sistema escolar en Chile. Editorial Universitaria, Santiago. Op. cit. Pp. 597 – 660.
GONZÁLEZ, P. (2005) *La igualdad educativa, el financiamiento vía subvenciones y la administración privada de la educación, elementos para la discusión*. En: F. FORD UNESCO, UNICEF, U. Alberto Hurtado. Políticas Educativas y Equidad. Santiago de Chile, Pp. 247 -270.
HSEIH, CH, Y M. URQUIOLA (2002) when school competes, how they compete? An assessment of Chile's nation wide school voucher program. World Bank's development group, Washington.
HOXBY, C (2002) Ideal Voucher. University of Chicago Press.
ÍNDICES (2008) Estadísticas de la Educación superior Chilena. Consejo Superior de Educación, Chile.
JOFRÉ, G. (1988) *Subvenciones en Educación*. Estudios Públicos, Centro de Estudios Públicos, Santiago, Chile. Nº 32, Pp. 31 -55.
HABERMAS, J. (1975) Problemas de Legitimación del Capitalismo Tardío. Amorrotyu, Buenos Aires,
MIDEPLAN-MINEDUC (2004) Educación y Pobreza. Resultados de la encuesta Casen 2003. www.mideplan.cl/casen (consultada, octubre 27 de 2004).
MINEDUC (2006) Anuario Estadístico 2005. Ministerio de Educación, Santiago de Chile.
MINEDUC (2007) Anuario Estadístico 2006. Ministerio de Educación, Santiago Chile.
MINEDUC (2008) Resultados de las Pruebas SIMCE 2007. Ministerio de Educación, Santiago de Chile.
MIZALA, A. y ROMAGUERA, P. (2003) *Regulación, incentivos y remuneraciones de los profesores en Chile.* En: COX, Cristián (Ed) Políticas Educacionales en el Cambio .. Op. Cit. Pp. 519 -568.

MIZALA, A. y ROMAGUERA, P. (2004) *El Sistema Nacional de Evaluación del Desempeño docente (SNED) en Chile*. En: BID – PREAL. Maestros en América Latina: nuevas perspectivas sobre su formación y desempeño. Santiago, Chile, Pp.389-407.
NEF, J. (1999-2000) El Concepto de Estado Subsidiario y la Educación como Bien de Mercado: Un Bosquejo de Análisis Político Revista Enfoques Educacionales Vol.2 Nº, Departamento de Educación, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Chile
OCDE (2004) Chile. Revisión de las políticas Nacionales de Educación. Organización para la Cooperación y el Desarrollo. París y Ministerio de Educación, Chile.
PNUD (2003) Desarrollo Humano en Chile 2002. Programa de las Naciones Unida
RAWLS, J. (1986) Justicia como equidad. Editorial Universitaria Tecnos, Madrid.
ROJAS, P. (1998) *Renumeraciones de los Profesores en Chile*. Estudios Públicos Nº 71, Centro de estudios Públicos, Santiago, Chile. Pp.122 -175
SAPELLI, C. (2002) *Introducción: La Economía de la Educación y el Sistema Educativo Chileno*. Cuadernos de Economía, N° 118, Pp. 281 -296.
SAPELLI, C. y VIAL, B (2002) The performance of private and public schools in the Chilean voucher system. Cuadernos de Economía, Nº 118, pp. 423 -52
TOMASSINI, L. Y M. ARMIJO (2002) Reforma y Modernización del Estado. Lom Editores, Santiago, Chile.
WEBER, M (1969) El Político y el Científico. Alianza Editorial, Madrid.

Os contornos da desigualdade social desde as representações da desigualdade educacional: impactos das políticas públicas nos modos de representação

Márcia Lopes Reis
Universidade Paulista
malo.reis@uol.com.br

Resumo: Uma análise dos dados do PNAD (2006) e o modo como os sujeitos definem sua posição no estrato social parecem indicar a complexidade que caracteriza as representações sociais (Moscovici, 1978; Jodelet, 2001), sobretudo quando os índices da desigualdade social no Brasil contemporâneo (Reis, 2000) parecem não diminuir na mesma proporção que o acesso aos bens culturais, dentre eles, a educação formal. Assim, uma reflexão empírico-teórica pretende dar conta de uma revisão do pensamento social em relação aos impactos que as políticas públicas de educação tem nos modos de representação social do indivíduo, bem como das condições de mobilidade de influência induzidas pela realidade. Partindo-se da concepção de que é necessário captar a mobilidade e plasticidade típica da sociedade presente, movida pelos meios de comunicação de massa e essas análises devem considerar os movimentos contraditórios do cotidiano, o presente estudo trata, em linhas gerais, das relações entre educação e sociedade. Desse modo, os índices de escolaridade que se constituíam em fatores para a compreensão do cenário de desigualdade social parecem não desempenhar o peso atribuído há algum tempo à representação social de sujeitos sobre a condição desigual de constituição e estruturação da sociedade brasileira.

Introdução

> "Quando um gigante e um anão caminham na mesma estrada, cada passo de um e outro dará nova vantagem ao gigante"
>
> (Jean-Jacques Rousseau *ikn* Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens, 1989)

Parecem ainda não esgotadas as análises entre desigualdade social e educação que passaram a apresentar relevância desde que os estudos do período pós-guerra confirmaram a incidência do desenvolvimento econômico no progresso científico-tecnológico. Tais estudos, de clara vertente economicista, inclusive na apropriação de termos como capital humano, passaram a atribuir 'valor econômico à educação'. Desde então, a função social da escola tem sido revisitada a partir dessas teorias do capital humano ou, ainda, enfatizado a dimensão econômica da prática educativa (Baudelot & Establet, 1975; Carnoy, 1990; Przworski, 2000; Schultz, 1968; entre outros), agregando-lhe o caráter de "pré-condição" para ocorrência de uma prática social inovadora. Ao mesmo tempo, reforçam, direta ou indiretamente, o sentido da perpetuação das desigualdades sociais através da educação.

Na atual fase de desenvolvimento das relações sociais fundamentadas na economia intensiva do conhecimento, esse quadro parece amplificado e as políticas públicas de educação passariam, de forma intensiva, a desempenhar o papel de políticas sociais do conhecimento uma vez que se constituem em processos de reconstrução e uso do conhecimento para fins sociais, isto é, a serviço dos excluídos. Em termos práticos, coloca-se a questão de como dotar os excluídos das mesmas condições usadas para os excluintes, tanto em sentido afrontoso (estratégia de confronto), quanto de negociação democrática - uma espécie de emancipação solidária desde o final do século passado e no início deste. Essa perspectiva delineia horizontes bastante diferentes daqueles herdados do Welfare State, que foi caracterizado pela intervenção do Estado como peça principal de política social. Como conhecimento não pode ser doado, repassado, reproduzido, mas tipicamente reconstruído, exige a presença de sujeitos capazes, repelindo a condição de objeto de manipulação, condição extremamente comum em políticas distributivas. O peso atribuído à assistência social de cunho estatal levou, mesmo à revelia, a situações

de agravamento da exclusão ou adiamento de algumas decisões de cunho estrutural uma vez que estabelece, facilmente, entre sociedade e Estado vínculo de dependência, tanto mais deteriorado quanto se torna algo apenas eventual, à mercê das tendências políticas.

No contexto dessa sociedade, o ponto de partida da política social do conhecimento está na contradição que caracteriza o conhecimento moderno cuja promessa de emancipação à sociedade resultou no projeto colonizador (Santos, 1995; Harding, 1998). Cabe lembrar que o uso unilateral da razão produziu um tipo eficiente de conhecimento, comprovado pelo surgimento da ciência em suas mais variadas vertentes e permitiu um domínio extremamente ampliado das condições ambientais e sociais. Não se pode negar que, em termos comparativos, as ditas 'janelas de oportunidade' (Perez, s/d) disponíveis para a sociedade dita 'primitiva' eram bem inferiores às nossas, até porque passou-se a conhecer que tais oportunidades são menos 'disponíveis' do que podem ser forjadas. Um dos sinais mais claros dos tempos está na rota de conquista crescente e arriscada segundo a qual o ser humano tem sua história cada vez mais em suas próprias mãos... Classicamente retratado em o 'mundo de Sofia' (Gaardner, 1995) mostra que esta trajetória solene se constitui em uma espécie de corolário: ao pensar, questionar a realidade e os modos de seu tratamento, o ser humano se tornou capaz de interferir nas suas condições materiais e não-materiais de existência. Ainda que não supere limites estruturantes – note-se que é um ser inacabado – mas explora de modo criativo – como descrito em De Mais (O ócio criativo...). As 'estruturas da história' ganham contornos mais claros de capacidade de mudança (Lloyd, 1995), evidenciados neste início de século. Um desses fatores seria o modo complexo pelo qual a sociedade do conhecimento se reproduz s e mantém o status quo em meio ao movimento contraditório de negação de conceitos, classificação, estratificação, inclusive social.

A crítica ao conhecimento moderno, feita pelo conhecimento dito pós-moderno aponta, entre outros aspectos para a contradição de proposta de emancipação realizada às custas das maiorias. Dessas contradições lógicas e sociais, pode-se compreender que a ciência moderna oculta facilmente sua 'cegueira circular' (Morin, 2000) recaindo na contradição performativa: questiona, mas não permite ser questionada, porque imagina que o conhecimento seja produto definitivamente verificado. Essa expectativa parece não se sustentar no interior do empirismo (Hume) e do próprio positivismo (Popper) ao se perceber que o critério de cientificidade não poderia ser estabelecido na perspectiva da comprovação, mas apenas no questionamento acirrado e sistemático. A 'falsicabilidade' das teorias ou sua 'questionabilidade' intrínseca indicam o reconhecimento de que a ciência na poderia estatuir verdades, mas caminhos sempre questionáveis na sua busca. Habermas (1989), por isso, define a verdade como 'pretensão de validade' combinando critérios lógicos (discurso formal) com políticos (discurso pragmático de consenso possível). Ao mesmo tempo, a hermenêutica do discurso científico inclui metanarrativas circulares (Lyotard, 1989). Porquanto sua maneira de argumentar está sempre enredada numa *petitioo principii*, isto é, usa como argumento aquilo que ainda não está propriamente argumentado. Relevante para a compreensão das análises deste trabalho, a interpretação de que a ciência fundamenta-se a si mesma, e tem como garantia o próprio discurso.

No entanto, não busca mais discurso externo para se apresentar, como seria a autoridade divina na teologia. Por haver investido no 'desencantamento do mundo' (Weber, 1987), através da racionalização e atribuir ao 'método científico' a condição de conhecimento objetivo da realidade, passou a desconsiderar patrimônios importantes como o senso comum ou a 'sabedoria popular' (Passeron, 1995). Esse modo de compreensão do mundo que caracteriza também as ciências sociais no processo de compreensão de fenômenos complexos e multifatoriais como a desigualdade social, apregoou que apenas na superfície a realidade se mostra confusa; sob o trabalho da análise sistemática é possível devassar a realidade em sua profundidade, que seria simples sendo, ao mesmo tempo, o simples invariante e explicativo. Assim, foram descobertos, por exemplo, a estrutura atômica da matéria, composta de um número finito e pequeno de elementos, invariantes e últimos, como se imaginava à época. A tais elementos deu-se o nome de 'átomo' que, etimologicamente significa 'indivisível'. De modo análogo a esse, considera-se real apenas aquilo que o método científico capta.

Ocorre que alguns fenômenos sociais, dentre eles, a desigualdade social seria um desses conceitos que a ciência moderna não abarca em sua complexidade dada sua condição multifatorial e multifacetada que esconde uma artimanha intrínseca, ao camuflar o poder da lógica com a lógica do poder (Foucault, 1977). Dessa impossibilidade, decorre a condição de que as relações entre a desigualdade social e os processos de implementação de políticas sociais de conhecimento demandem uma teoria como das representações sociais aqui utilizada desde as abordagens de Moscovici (1961) .

As representações sociais e a complexidade das sociedades desiguais

Uma representação social compreende um sistema de valores, de noções e de práticas relativas aos objetos sociais, permitindo a estabilização do quadro de vida e dos indivíduos e dos grupos, vindo a constituir um instrumento de orientação da percepção e de elaboração das respostas e contribui para a comunicação dos membros de um grupo ou de uma comunidade (Vala, 1986). Tanto dimensões afetivas, como cognitivas estão no âmago das representações sociais. Dimensões essas que se mostram presentes no cotidiano das pessoas, quando fazem declarações, sustentam seus pontos de vista e agem segundo os mesmos, argumentam e contra-argumentam, reagem preconceituosamente às posições contrárias ao seu sistema de pensamento, agem segundo seus valores religiosos, filosóficos... Enfim, expostas a toda a herança histórico-cultural de suas sociedades presentes no imaginário coletivo, influenciados pela propagação de diversos mitos que hoje em dia encontram-se bastante difundidos pelos meios de comunicação de massa, os sujeitos explicitam todos esses fatores quando elaboram suas representações sociais. É nessa base de sustentação que surgem como teoria que tenta explicar as conseqüências do comportamento (parte e conteúdo das representações) no mundo social. Dessa forma de definição, pode-se compreender que as representações auxiliariam na formação de um quadro de pensamento e de valores sobre sua realidade

social, que resulta numa forma de percepção, comunicação e de agir própria dos grupos e indivíduos que sofrem sua influência.

Notam-se, desse modo, as quatro principais funções dessa teoria, quais sejam: a) organização significante do real; b) explicação e orientação dos comportamentos; c) diferenciação intergrupal; d) criação de identidade social. Essas funções abarcam um quadro amplo de inscrição do indivíduo no mundo social que objetiva organizar seu pensamento tanto para o agir como para se orientar, assim como para a criação de vínculos sociais, através da afirmação de uma identidade tendo em vista a presença ou não de diferenças grupais. Cabe considerar alguns determinantes na produção das representações sociais, sendo a primeira, a pressão exercida pelos grupos junto a seus membros para que tenham a coerência grupal quanto ao agir e ao pensar sobre determinados objetos sociais. Sobretudo se este grupo for de referência para o indivíduo, este tenderá a adotar uma maneira de pensar e de agir peculiar aos interesses do grupo do qual participa, embora muitas vezes isso ocorra de modo inconsciente. Segundo, o engajamento ativo dos indivíduos sobre determinado tema, focalizando suas idéias de um jeito próprio aos seus interesses. E, terceiro, a dispersão da informação que pode, por ela mesma, fazer com que os indivíduos espontaneamente tenham seus posicionamentos sobre diversos conhecimentos, sejam em nível de senso comum, literário, religioso, artístico, científico. (Spink, 1993).

Nessa complexidade de sua ligação psicossociológica, é que essa teoria favorece o uso sociológico do conceito de representação social ao estudar o nível individual de análise de uma maneira em que o sistema de conhecimento dos indivíduos é visto como representativo de grupos específicos, de tal modo que a denominação de sujeitos genéricos, utilizada na teoria das representações sociais, indica sua preocupação quanto à possibilidade da melhor articulação da relação indivíduo e sociedade. Mesmo que as personalidades dos indivíduos sejam distintas, há similaridade dos mesmos pelo *habitus* (termo derivado da teoria de Bourdieu, 1983, 1987 que indica a composição social dos indivíduos), padrões de linguagem, modos de racionalização semelhantes e um imaginário social comum. Todos esses fatores podem ser verificados nas distintas classes/estratos sociais e a condição de desigualdade social perpassa sua ausência ou a presença acentuada.

Caracterização da desigualdade social

Nota-se que para a Sociologia, bem como para os teóricos da Educação e a Economia, a desigualdade social tem figurado como um dos problemas de estudo bastante evidenciado podendo ser identificada pela existência de classes sociais - mesmo que esta forma de estratificação social venha a ser discutida e, em parte, revista. Constitui parte dessas análises a teoria da igualdade que pode ser concebida em duas vertentes: a primeira afirma que todos os membros adultos de uma sociedade devem ter, na medida do possível, a mesma influência nas decisões que afetam os aspectos importantes da vida em sociedade. A segunda vertente, afirma que as desigualdades em riqueza, posição social, educação e acesso à mesma não devem ser tão importantes que se traduzam em uma subordinação permanente de alguns grupos de homens a outros, ou produzam desigualdades no exercício dos direitos políticos.

Essas duas vertentes estão fundamentadas em argumentos igualitários segundo os quais, os seres humanos são notavelmente semelhantes, não obstante suas 'idiossincrasias'. Esta semelhança refere-se a aspectos fundamentais como as necessidades físicas, emocionais e intelectuais. Esta seria a razão pela qual são possíveis as especificidades das áreas do conhecimento, por exemplo. O âmbito de variação entre os homens seria muito pequeno e a maior parte dos homens se agrupam no espaço desse âmbito. O segundo argumento assegura que as diferenças individuais e as separações ou distâncias sociais entre os homens são duas coisas independentes, ou seja, as desigualdades sociais não tem por que seguir necessariamente às primeiras. Decorre daí o terceiro argumento de que tanto a igualdade como a desigualdade, tanto política como social, não são 'produtos ideológicos', opções pessoais que em nenhum dos casos se apóiam em razões científicas. Aqueles que figuram como partidários da igualdade baseiam seu projeto igualitário na pretensão racionada de que a implantação da igualdade é condição *sine qua non* para uma sociedade na qual a diferença não se converte - necessariamente - em desigualdade. Quanto aos partidários da desigualdade, toma-se aqui o comentário de Berger (1989) ao afirmar que "não se pode falar em defensores sérios desta tese". Não obstante, teóricos como Perkins (1988) ou Pawles (1971) afirmam que a desigualdade apresenta um grau de funcionalidade para a sociedade, pois atua como uma energia vital que impulsiona o crescimento econômico e o bem-estar social, uma vez que a competitividade seria o *ethos* das sociedades industriais e beneficiaria realmente a todos a longo prazo. A competitividade implicaria na condição de que uns ganham e outros perdem gerando, portanto, a desigualdade na opinião de Perkins. Finalmente, para Dahrendorf (1982*), a origem da desigualdade se encontra na existência em todas as sociedades humanas de normas de comportamento com sanções adjuntas... Haveria desigualdade porque há lei*. Desse modo, a desigualdade seria sociologicamente inevitável, pois caracteriza-se por um conjunto de normas de comportamento que constituem o tecido social de toda sociedade.

A caracterização da desigualdade social como objeto de análise neste trabalho não pode prescindir da análise da metodologia implementada por Boudon (1973) - em "*L'inégalité des chances*". Este teórico realizou um estudo comparativo sobre a condição da desigualdade de oportunidades nas sociedades industriais. Mesmo considerando o 'cuidado metodológico' que um estudo comparativo demanda - em função da ausência de homogeneidade entre os sistemas escolares dos países e as condições sócio-econômico-culturais, Boudon demonstrou a viabilidade desta metodologia e, ao mesmo tempo, estabeleceu relações próximas entre *habitus*, nível de escolaridade e desigualdade social. Para tanto, estabeleceu os seguintes fatores intervenientes que podem ser considerados como elementos dessa imbricada rede de relações:

a) o meio familiar, em função de seu nível social, gera desigualdades que podem ser qualificadas, sumariamente, de 'culturais' e cujos efeitos podem ser traduzidos desde a primeira infância;

b) um sistema escolar, qualquer que seja, pode ser semelhante a uma série de pontos de bifurcação (eventualmente trifurcação...)1
c) estes pontos de bifurcação podem associar um espaço de decisão: o caminho tomado por um indivíduo em um ponto de bifurcação depende do seu comportamento em relação às variáveis que constituem o espaço de decisão (atraso, êxito escolar, entre outros);
d) para cada tipo de posição social, a probabilidade de escolher um caminho determinado em um ponto de bifurcação varia. Estas probabilidades compõem, para cada tipo posição social um sistema de curvas de indiferença às quais é possível nomear de campo de decisão. Este campo é característico da posição social considerada;
e) a estrutura dos campos de decisão pode variar em função de variáveis institucionais ou de variáveis que, para empregar um termo parsoniano, podem chamar difusas. Fica claro que, por exemplo, a substituição de um tronco comum por um sistema de ramificações diferenciadas modifica a estrutura dos campos de decisão;
f) as estatísticas escolares demonstram que as taxas de escolarização aumentam nas sociedades industriais, sobretudo do tipo avançadas e liberais;
g) que o aumento maior observado através das estatísticas educacionais ocorre mais no nível superior que no nível secundário e que torna-se mais frágil no caso em que as taxas são – relativamente – menores;
h) as taxas de retenção tendem a aumentar em cada ponto de bifurcação;
i) a proposição geral feita anteriormente deve ser especificada em função das condições institucionais próprias de cada sistema escolar, de modo específico;
j) as desigualdades frente à educação tendem a reduzir sendo que, no entanto, a desigualdade social persiste. Boudon afirma que "*las desigualdades sociales ante la enseñanza no cambiam y pueden, en consecuencia, considerarse como estables en el tiempo*." (Boudon, 1973: 157)

Assim, a concepção da desigualdade como resultado de uma constelação de fatores, decorre, em parte, do esquema teórico geral adotado por este autor durante o desenvolvimento do estudo comparativo. Boudon valeu-se, à época, de um conjunto de dados e estatísticas realizadas por organismos internacionais, sobretudo OCDE. Observa-se, inicialmente, como decorrência dos estudos já realizados que, por exemplo, o nível de escolaridade e a posição socioeconômica dos pais afetam de modo significativo as possibilidades de cada indivíduo. Ao mesmo tempo, de modo geral, as pessoas de determinados estratos sociais tem apresentado índices de escolaridade maior do que seus pais. Esse progresso, no entanto, tem sido quase sempre insuficiente para mudar a escala da desigualdade.

A desigualdade social no Brasil

Especificamente no caso brasileiro, a magnitude e a abrangência das desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira tem sido objeto de investigação intensa. A disponibilidade de informações sobre a desigualdade na distribuição de renda nas últimas décadas permite a análise não só da magnitude da desigualdade hoje no país, mas também como esta tem evoluído ao longo do tempo. Dentre PNAD's de 2001 a 2007, o coeficiente de Gini2 passou de 0,593 para 0,552. Quanto mais próximo de zero o coeficiente, menos desigual é o país. Apesar da queda do Gini, a Tabela 1 revela que a desigualdade na distribuição de renda permanece extremamente elevada. A parcela da renda apropriada pelos 50% mais pobres é apenas ligeiramente maior que a parcela apropriada pelo 1% mais rico. Esta tabela também mostra que na fatia de renda apropriada pelos 10% mais ricos representa mais de 40% da renda total, ao passo que a fatia apropriada pela metade mais pobre da população representa 15%:

TABELA 1

Indicadores da Desigualdade de renda per capita no Brasil, 2007

Indicadores	Valor
Porcentagem da renda apropriada pelos décimos mais pobres (%)	
Primeiro	0,89
Segundo	2,95
Terceiro	5,92

1 Boudon (1973) define como pontos de bifurcação os momentos decisivos nos quais se opõem caminhos distintos que podem ser seguidos em função da posição social ocupada pelo indivíduo da sociedade industrial.
2 O coeficiente Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Conrado Gini em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda mas pode ser usada para qualquer distribuição pois consiste em um número entre 0 e 1, onde o 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos tem a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem. Esse índice é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).

Quarto	9,86
Quinto	15,0
Sexto	21,5
Sétimo	29,6
Oitavo	40,5
Nono	56,5
Porcentagem de renda apropriada pelo último centésimo	12,3
Coeficiente de Gini	0,552
Índice de Theil – T	0,613
Razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 40% mais pobres	17,7
Razão entre a renda apropriada pelos 20% mais ricos e pelos 70% mais pobres	20,2

Fonte: Estimativas produzidos com base na Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD), 2002

Segundo o coeficiente de Gini, o grau de desigualdade de renda no país caiu de maneira acelerada e contínua neste veículo e declinou 7% passado de 0,593 em 2001 para 0,552 em 2007, correspondendo à taxa de redução média anual de 1,2%. Em números, considerando que a população brasileira foi dividida em três grupos sendo, o grupo I de menor renda, o grupo II de renda intermediária e o grupo III de maior renda, 13,8 milhões de pessoas subiram de faixa social. Sendo que, do grupo I para o grupo II, foram 10,2 milhões e 3,6 milhões do grupo 2 para o grupo 3.3

A desigualdade social e os fatores educacionais

Diante desse cenário, constitui parte dos estudos mais recentes, a premissa da condição do Brasil figura como uma das sociedades mais desiguais do mundo, uma vez que se observa uma concomitância entre um processo de mobilidade e um alto coeficiente de reprodução das desigualdades sociais no Brasil. Assim, quando relacionada aos fatores educacionais, a desigualdade se verificaria tanto na extensão da escolaridade quanto na qualidade da instrução. A degradação do ensino público parece ser um fator evidente e tem fomentado uma série de debates e discussões entre os processos de democratização e acesso universal da educação básica e a qualidade do ensino, somente alcançadas no final da década de 1990 e início deste século. Dados recentes dão conta de que entre os 34 milhões de jovens de 18 a 29 anos domiciliados nas cidades brasileiras, 21,8% tem o curso fundamental incompleto – isto é, não concluíram a oitava série – e, 2,4% são formalmente analfabetos. Ainda segundo a IBGE/PNAD 2006, os dados quanto à diferença da incidência do analfabetismo e da evasão escolar diferem entre Estados e regiões: Alagoas – um estado do nordeste brasileiro – lidera, com 46%, a relação dos que não concluíram o curso fundamental ou não foram alfabetizados, enquanto São Paulo – importante centro comercial e financeiro - com 15%.

Esse seria um dos aspectos da concentração de renda e de oportunidades no Brasil a ser considerado nas análises ora propostas: a diferenciação econômica se explica, em parte, pela educação, mas a desigual distribuição das oportunidades educacionais está longe de ser uma variável independente pois, na sua raiz se encontra a própria desigualdade econômica. A ação planejada do Estado sob a forma de políticas públicas – nesse caso, políticas sócias de conhecimento - exigiria padrões diferentes de gasto público e uma nova política educacional decorrentes de um incremento da discussão das causas que, por sua vez, constituindo um ciclo vicioso, decorre dos níveis de educação (não escolaridade) do país.

Independentemente da maneira como se conceitue, defina ou meça a desigualdade, ela aparece como fenômeno que sinaliza um padrão de distribuição injusta de recursos – exaustivamente veiculados inclusive pelos meios de comunicação de massa. Assim, pode-se ressaltar que, tomando-se como medida de desigualdade a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a renda média dos 40% mais pobres, observa-se que no caso brasileiro essa razão se aproxima de 30. Enquanto entre 55 países para os quais a informação está disponível esse número é inferior a 8 na maioria desses, e em menos da metade dos casos (19 países) a razão é maior que 10.

Levando-se em conta que mais de 75% da população mundial vive com uma renda *per capita* inferior à brasileira, é forçoso reconhecer que as precárias condições de vida de segmentos importantes da sociedade brasileira advêm não de uma escassez absoluta de recursos, mas sim da má distribuição desses. Isso justifica a relevância dessas análises, na medida em que pretende evidenciar a necessidade de canalização dos recursos disponíveis para atividades que estejam ligadas aos fatores

3 Para que se tenha uma idéia, das proporções populacionais, segundo dados do último Censo, o Brasil conta com 186 milhões de habitantes. Outro dado fundamental para identificar a distribuição de que o grupo I compreende uma renda de zero euros a 185,19 euros aproximadamente. O grupo II compreende de 185,19 euros a 458,46 euros. No grupo III, estariam todos os indivíduos com renda superior a 458,46 euros.

analisados como prioritárias, bem como o aumento do controle social sobre eles, de modo a assegurar eficiência alocativa. A busca de formas eficazes na superação de padrões de injustiça distributiva parece pressupor investigação profícua como a teoria das representações sociais permite.

Este trabalho pressupõe, ainda, a discussão do papel do Estado na condição de articulador e gerenciador de um projeto para uma sociedade mais justa e mais democrática. Não obstante, o caráter parcial de uma pesquisa sobre as representações sociais da condição de desigualdade social - com acentuada ênfase na perspectiva da desigualdade educacional - representa uma síntese das propostas que venham a fundamentar o planejamento e a implementação das ditas políticas públicas de educação que, neste caso, figurariam como políticas sociais de conhecimento. Afinal, "o fato dos filhos de um ministro terem as mesmas oportunidades de se transformarem em varredores de rua que os filhos de um gari de se tornarem ministros não basta, por si só, para modificar as relações que existem entre ministros e varredores de rua" (Passeron, 1972, p. 12)

Ainda que as últimas décadas do século passado possam ser consideradas pelos notórios esforços para aumentar os índices de acesso à escola (e, conseqüentemente, diminuir a pobreza) as representações sociais dão conta do baixo impacto uma vez que mais de 80% famílias de alunos pertencentes ao grupo I afirmam que seguem fazendo parte dos estratos mais pobres da população. As elites, por sua vez, não julgam que sigam concentrando a renda nos moldes demonstrados da mais recente Pnad. Quando perguntados como se vêem nesse cenário, a totalidade dos entrevistados não se reconhece como foco de relações tão assimétricas no processo de distribuição da renda no Brasil.

A desigualdade de origem social – uma das mais representativas desse contexto – permite afirmar as possibilidades de que os filhos repitam o baixo nível educacional dos pais, em alguns casos, podendo chegar de 58% a 60%. Outras cifras indicam que, sete ou mais, em cada dez filhos de universitários, chegam a estudar em universidades, enquanto apenas dois ou menos, em cada dez filhos de pessoas com baixo nível de educação4 que, não obstante, não se representam como parte da elite intelectual do país.

Interessante notar ainda que faz parte desse processo, a representação da desigualdade nos próprios sistemas educacionais: a deterioração contínua da distribuição de renda também é refletida no modo como se ampliou a escolaridade. As famílias de classes privilegiadas investiram, cada vez mais, na educação de seus filhos enquanto as famílias de classes menos favorecidas conviveram com o atraso no que diz respeito ao acesso à educação. Interessante notar que o próprio Estado, ao incrementar os processos de investimento nos níveis médio e superior e fornecer insuficientes recursos para o nível fundamental de ensino reforçou tal tendência.

A discussão sobre o porquê do privilégio dos investimentos em certos níveis educacionais vem ocorrendo há algum tempo de modo bastante representativo e com nítida influência de certas conferências internacionais e regionais de equipes de organismos internacionais, mas parece não haver chegado ao 'núcleo central' das representações sociais dos grupos excluídos.

Mais recentemente, a opção pelo investimento na educação básica ocorrida em Jomtien (1990) obedeceu a razões tidas como estratégicas: ao assegurar por meio de uma escola universal capaz de fornecer 'competências'5 básicas, facilitando um impacto maior da educação no desenvolvimento pessoal e social fazia prevalecer a prioridade dada pelos organismos internacionais aos países subdesenvolvidos do sul.

Na intenção de concluir.

Interessante observar que os resultados dessas investigações fazem remontar às relações sobre o lugar de protagonista da escola na produção/reprodução das desigualdades sociais. Nesse sentido, pode-se distinguir duas grandes tendências, a saber, uma primeira que nos anos 60 e 70, utilizando variáveis diferenciadas, sugeria que as desigualdades educativas são relativamente independentes do resto das desigualdades sociais e, uma segunda tendência, predominantemente européia, ao contrário da primeira, enfatiza que a desigualdade de acesso em primeiro lugar, e em toda condição de desigualdade de êxito é, ao mesmo tempo, originária e conseqüência da desigualdade social. Se na primeira tendência há posturas radicais como a de Jenks (1972) em seu informe *Inequality*, já também mais moderadas, como as de Coleman (1966) ou Boudon (1985). Essas grandes tendências deixaram para trás os informes do anos 50 – marcados pelo otimismo tecnológico e, à frente, um conjunto de informes muito diferentes que indicavam a incapacidade de a educação conseguir alcançar os objetivos sociais democratizadores que lhes foram incumbidos. Parece interessante que hoje seja possível uma análise da escola na qual ela não seja tomada como ente socialmente isolado, um microcosmo ou mundo à parte, nem tampouco como mero elo de transmissão das desigualdades sociais.

Conceber a escola como agente socializador que toma parte ativa nos processos de igualdade/desigualdade social permite dar um salto à Sociologia da Educação compreendida como ciência aplicada cujo objeto de estudos é composto em seu interior por um jogo de forças que se articulam com a estrutura social. Isso poderia significar, de início, a possibilidade de utilização de políticas compensatórias para contribuir desde outra perspectiva no sentido de minimizar as condições de *handcap* culturais dos alunos das classes menos favorecidas. No entanto, implementados como parte de uma política mais

4 Ver PNUD 1998, "Educação. A agenda do século XXI. Para um desenvolvimento humano" Santafé de Bogotá, Talleres del Tercer Mundo Editores, 1998.
Ver ainda artigo no Anexo 1: "Ensino reproduz desigualdade", Jornal do Brasil, 03/12/03

5 O desenvolvimento da pesquisa demandará um estudo sobre o processo de apropriação do conceito de 'competências' nas políticas e práticas educativas.

ampla, essas ações devem cumprir a função de desenvolver práticas nas quais se venha a apropriar as formas de transmissão da cultura dominante.

Essa discussão é parte do debate teórico central sobre a questão da igualdade de oportunidades e pode ser resumido pela posição funcionalista daqueles que defendem o sistema de idéias meritocráticas e as posições críticas que, mesmo existindo desde os anos 50, se consolidam nos anos 70. Para aqueles que tratam desse tema desde a perspectiva da teoria crítica, alguns fatores como a desigualdade de acesso, a desigualdade de êxito e as distintas trajetórias constituem fatores de análise desse fenômeno. A desigualdade de acesso, por exemplo, pode ser evidenciada no estudo realizado por Boudon (*op.cit*.: 102) que conclui dizendo que "não há razão para esperar que o considerável aumento da demanda educativa que está ocorrendo nas sociedades industriais signifique, necessariamente, o aumento da mobilidade social, ainda que venha acompanhado, como de fato ocorre, de uma redução das desigualdades educativas". Boudon demonstra que "*la estructura de oportunidades ligada a cada nivel escolar en un periodo depende de la estructura social y de la distribución de los individuos en función del nivel escolar*" (p. 305 na publicação espanhola). Esse trabalho pretende agregar o fato de que é necessário, também, atingir o núcleo central das representações sociais desses sujeitos de uma sociedade desigual.

A desigualdade de acesso, por sua vez, não ocorre de modo separado da igualdade de êxito, isto porque, ambas dizem respeito a um mesmo processo: a perda lenta e contínua de alunos das classes menos privilegiadas das escolas brasileiras. Os índices de evasão, indicador significativo do fracasso escolar tem provocado por uma decisão na qual a experiência escolar figura como decisiva. Uma vez que esta vivência escolar pode ser caracterizada por reprovações – em todos os sentidos – nada faz crer ao aluno que esta situação venha a se modificar nos anos que se seguiriam, caso não abandonasse a escola.

Àqueles que não abandonam a escola, resta uma trajetória diferenciada que passam a percorrer na vida acadêmica. Aqueles alunos oriundos de classes menos privilegiadas tendem a seguir um percurso que representam como um nível inferior como dos cursos profissionalizantes no nível médio ou, ainda, àqueles que chegam ao nível superior optam por cursos como licenciaturas em instituições privadas e, normalmente, noturnas. Coerentemente com a fundamentação teórica das representações sociais, esses alunos constituirão outras representações distintas daqueles que chegam ao nível superior de educação nas instituições públicas e diurnas. Nota-se que a complexidade das relações entre desigualdade social e indicadores educacionais vai além dos dados estatísticos e demanda a identificação de novos contornos.

Referências

Bourdieu, P. (1987). *A economia das trocas simbólicas*.São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. (1989). *Poder simbólico*. Lisboa: Bertrand, 1989.

Boudon, R.(1985) *Igualdade das oportunidades: a mobilidade social nas sociedades industriais*. Brasilia : Ed Unb, 1985.

Brooke, N.(1998) "Os condicionantes da descentralização da educação: um roteiro de estudo". Cadernos de Pesquisa, 70 (agosto 1989): 28-37.CASTELLA, P. B. Mercosul e educação. /*In:/ Diário do Comércio e Indústria*. São Paulo, p. 04, 04/09/98.

Carnoy, M. (2002) *Mundialização e reforma da educação: o que os planejadores devem saber*. Brasília: UNESCO, 2002.

CARVALHO, L. de. V.(1975) *A influência dos fatores sócio-econômicos no acesso diferencial às oportunidades educacionais*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

CARVALHO, J. C. B. de; KAPPEL, M. D. B. e ALVES, M. I. C. (1994) "Evolução das condições educacionais", em Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Indicadores Sociais. Uma análise da década de 1980*. RJ: IBGE, 1994: 283-310.

CHALOULT, Y. , ALMEIDA, P. R. (1999.) *Mercosul, Nafta e Alca: a dimensão social.* São Paulo: LTr.

CHESNAIS, F. et CHABAL, (1992) "Tecnologia, crescimento e desenvolvimento". *In: Sociedade e Estado*. Vol. 7, n° 1 e 2, jan./dez.

CUNHA, L. A. (1991) *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

DAHRENDORF, R. (1982) *Classes e seus conflitos na sociedade industrial*. Brasília: Universidade de Brasília.

FOUCAULT, M. (1977). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.

FRÉDÉRIC, M. (1986) *Origens da desigualdade entre os povos da América*. São Paulo: Brasiliense.

GADOTTI, M. (1993) *Unidos ou dominados: plurilingüismo, diversidade cultural e a integração nacional*. Curitiba: Secretaria Estadual da Educação do Paraná.

GUSSO, D. A. (1993) "A Educação Básica" In: ALBUQUERQUE, R. (coord). *O Brasil Social: realidades, desafios, opções*. RJ: IPEA, SÉRIE IPEA 139, 153-187

JENCKS, I *et al.* (1972) *Inequality: a reassment of the effect of family and schooling*. New York: Basic Books.

KILSBERG, B.(2000) *Desigualdade na América Latina: o debate adiado*. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO.

KUENZER, A. Z. *et all*. (1992) *Trabalho e educação*. Campinas: Papirus.

LAMOUNIER, B (1996.) *Brasil e Africa do Sul*. Sao Paulo : Idesp/Sumare,

MACEDO, C. C. (1979) *Reproducão da desigualdade: o projeto de vida familiar de um grupo de operários*. São Paulo : Hucitec, 1979.

MORIN, E. (2002). Da necessidade de um pensamento complexo. In: MARTINS, F. M. e SILVA, J. M. da. *Para navegar no séc. XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura*. 2 ed. Porto Alegre: Sulina/EdiPUCRS

MOSCOVICI, S. (1961) *La psychanalyse son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France.

PASTORE, J. *Desigualdade e mobilidade social:dez anos depois*. São Paulo: Makron Books, 2000.
PASSERON, J.C. (1972) "Los problemas y los falsos problemas de la democratización dels sistema escolar" In: *Revista de Ciencias de la Educación*, nº 8, Buenos Aires, 1972.
PERKINS, J. A. (1973) *The university as an organization*. New York: McGraw-Hill.
Perez, C.(1989) Revoluciones tecnológicas y transformaciones sócio-institucionales. In: *Cuestiones de política científica y tecnológica*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, PP. 480 – 489.
Przeworski, A.(1979) *Economic conditions of class compromise*. University of Chicago.
ROSENBERG, L. (1984) *Educação e desigualdade social*. São Paulo: Loyola.
ROSSEAU, J. J. (1981) *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
Spink, M. J. (1993) *O conhecimento do cotidiano*. São Paulo: Brasiliense.
SCHELSKY, H. e GEHLEN, A. (1962) *Sociologia moderna*. Buenos Aires: Depalma.
Vala, J. (1986) "Sobre as representações sociais". In: *Cadernos de Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento, n. 4.
WEBER, M. (1987). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 5ª Ed. São Paulo: Pioneira.

As políticas sociais de reconhecimento: possibilidades e limites no enfrentamento das desigualdades sociais

Alex Pizzio
Fundação Universidade do Tocantins
alex.ps@unitins.br

Um breve preâmbulo sobre a desigualdade

> "As chances de vida nunca são igualmente distribuídas. Não conhecemos nenhuma sociedade na qual todos os homens, mulheres e crianças tenham as mesmas prerrogativas e gozem dos mesmos provimentos. Não conhecemos sequer uma em que todos os homens tenham o mesmo status."
>
> Ralf Dahrendorf (1992)

Resumo: O presente trabalho aborda questões relativas às desigualdades sociais e o reconhecimento social. Para alguns autores, está última categoria tem assumido caráter de urgência dado ao suposto vínculo existente entre reconhecimento e identidade, onde a identidade designa algo como a compreensão de quem somos, de nossas características definidoras fundamentais como seres humanos. Desta feita, supõe-se que o não reconhecimento ou o reconhecimento errôneo podem causar danos, podendo configurar-se como uma forma de opressão, na medida em que aprisiona alguém numa modalidade de ser falsa, distorcida e redutora. O objetivo das reflexões, aqui apresentadas, é mostrar que as políticas de reconhecimento configuram-se num campo de possibilidades, espaço de formulação e implementação de projetos coletivos, que objetivam a conquista e ampliação dos direitos sociais característicos da cidadania, com reflexos na diminuição das desigualdades sociais em regimes democráticos.

O tema da desigualdade tem, ao longo dos tempos, sido objeto de estudo por parte das ciências sociais e um número variado de trabalhos tem se ocupado da temática, apontando para possíveis caminhos no entendimento da questão da origem das desigualdades. No plano teórico, duas são as principais vertentes explicativas deste fenômeno. Por um lado, afirma-se que a origem das desigualdades é de ordem biológica; ou seja, trata-se de um fator de origem natural e, portanto, a desigualdade na redistribuição material e simbólica que as pessoas obtêm na sociedade "é resultado inevitável da manifestação das diferentes capacidades que os seres humanos têm" (Solera, 2005, p. 209). Por outro lado, temos a corrente teórica que defende que a desigualdade na redistribuição material e simbólica não advém das diferenças biológicas individuais, mas têm sua origem no acesso diferenciado às oportunidades de desenvolvimento de suas capacidades com reflexos no processo de concorrência. Essa corrente de pensamento toma por base estudos de pensadores clássicos cuja referência principal é Jean Jacques Rousseau, para quem a desigualdade era socialmente produzida. Embora essa idéia se encontre presente igualmente nos escritos de Hobbes (1979) e Locke (1991), foi Rousseau quem dela mais se ocupou, dedicando-lhe especial tratamento em "Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens (1989)". Rousseau (1989) considerava que os homens nasciam livres e iguais, sendo as instituições sociais responsáveis pelo surgimento das desigualdades.

Os adeptos da vertente naturalista1 têm visto nos determinismos biológicos a explicação para a produção e reprodução da desigualdade. Sua existência, concebida a partir destes fatores, encara a desigualdade entre os sujeitos como um fator natural e por tanto aceito. Trata-se de uma corrente de muito prestigio ao longo dos tempos. No Brasil, ela teve muitos adeptos e desempenhou influente papel fornecendo fundamentação cientifica às políticas de Estado, como as adotadas no início do século XX, quando da implantação do processo de modernização do país, e que acabaram por acentuar outra forma de desigualdade: a desigualdade de status. Nesse caso, a fundamentação científica e a justificativa para a persistência da desigualdade deram-se a partir de fatores genéticos e psicológicos. O que os naturalistas denominam como desigualdade

1 Adotarei o termo naturalista para designar esta vertente teórica.

natural são, fundamentalmente, diferenças naturais, e esquecem que diferença não é sinônimo de desigualdade. Como destaca Solera (2005), essa é uma distinção que deve ser levada em consideração.

Sem desconsiderar as singularidades de cada pessoa e suas influências nos desempenhos individuais, considero que as mesmas não possuem força constitutiva de produzir, no plano coletivo, um grau tão elevado de desigualdade como a verificada na sociedade brasileira. Nesse sentido, encontro-me alinhado com a corrente de pensamento que considera que a fonte das desigualdades é a própria sociedade.

Os herdeiros desta tradição de pensamento têm defendido a igualdade de condições como estratégia de combate às desigualdades socialmente produzidas. Assim, sustentam que todas as pessoas deveriam ter igual possibilidade de acesso aos vários benefícios e recompensas que uma sociedade torna disponíveis. A posição que cada um possui, sua renda, etc., deveriam depender apenas dos esforços, das capacidades e da livre escolha das pessoas (Miller, 1996).

Em alguns autores, o tema da igualdade de oportunidades e desempenho encontra-se vinculada de forma direta à questão do acesso a educação. Desta forma,

> Numa sociedade em que todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades educativas, tanto em termos de quantidade como de qualidade, as diferenças que possam existir no êxito escolar seriam atribuíveis às distintas capacidades individuais: inteligência ou habilidades cognitivas. Pelo contrário, numa sociedade onde as pessoas de distintos níveis socioeconômicos tenham acesso a diferentes tipos e quantidades de educação, a realização educativa que os adultos apresentem pode se dever em parte às qualidades individuais, mas possivelmente reflita mais as diferentes oportunidades de acesso à educação que têm os grupos sociais a que pertencem. [e acrescenta] Em termos estritos não existe desigualdade natural. Existem diferenças naturais que podem ser usadas para classificar as pessoas numa hierarquia. Mas tal hierarquia é sempre uma construção social, nunca natural, pois hierarquização supõe sempre classificações que necessariamente são de origem cultural. (Solera, 2005, p. 217-219).

Adotando como fundamento tal perspectiva, o que deve ser evitado, sobremaneira, é o surgimento de barreiras que sejam obstáculos reais a impedir que algumas pessoas ou grupos tenham acesso a recursos qualificadores do seu desempenho, evitando-se, igualmente, o surgimento de privilégios especiais no acesso a esses recursos sociais.

Cabe destacar que, no Brasil, essa discussão não é nova. Em um estudo clássico, Langoni (1973) já demonstrava que a desigualdade de anos de estudo refletia diretamente na desigualdade de renda. De lá para cá a situação não se alterou. Os dados do Anuário dos Trabalhadores 2006 apresentado pelo Dieese2 demonstram que, no que se refere à situação dos trabalhadores, esta relação só se reforçou. Verificou-se que cerca de 28% das pessoas que possuem 15 anos ou mais de estudo auferem rendimentos superiores a 10 salários mínimos. Já na parcela que possui entre 11 e 14 anos de estudo, somente 3,8% atingem essa faixa de rendimento. Com 10 anos ou menos de estudo, o percentual assume valores abaixo de 1%. Segundo este mesmo estudo, o estrato superior (renda mais alta) despende cerca de 36% do orçamento familiar em educação e leitura, transporte, saúde e lazer, enquanto o estrato inferior (renda mais baixa) destina o mesmo percentual à alimentação, reservando pouco mais de 18% da renda familiar para investir nestes outros aspectos da vida diária. O estudo revela outros índices importantes de desigualdade, tais como taxa de ocupação e de desemprego, qualidade do emprego e remuneração, entre outros, quando os mesmos são analisados considerando-se gênero, cor e idade.

Tendo em vista o que foi dito até o momento e, à guisa de exemplo, imaginemos uma dada situação. Consideremos dois sujeitos, ambos com similar capacidade cognitiva, dispostos em situações sociais distintas. O primeiro sujeito representa o estrato superior e o segundo, o estrato inferior. Numa sociedade igualitária, onde todos tivessem acesso aos mesmos recursos sociais e oportunidades, seria de se esperar que os dois obtivessem desempenhos semelhantes. Entretanto, numa sociedade desigual a história não é bem assim. Ao largarem de pontos de partida diferentes, com freqüência, o local de chegada é igualmente diferente e, não raro para o segundo caso, o sucesso não é algo tão freqüente. Ocorre que, em sociedades desiguais, como a brasileira, as carências apresentadas pelos sujeitos dos estratos inferiores, consistam elas em privações ou vulnerabilidades, acabam por cercear o acesso às oportunidades necessárias ao desenvolvimento de seus talentos. Esse fato impactará decisivamente no desempenho dos mesmos em um mercado concorrencial. Essa breve divagação nos conduz a refletir acerca da importância das políticas sociais de reconhecimento e a cidadania.

As políticas sociais de reconhecimento e a cidadania

Na atualidade, as políticas de reconhecimento têm ocupado o espaço acadêmico. No plano teórico, nomes como Nancy Fraser, Axel Honneth e Charles Taylor têm surgido com força no centro dos debates. Para Taylor (2000), a categoria reconhecimento tem assumido caráter de urgência na sociedade contemporânea e sua importância ganha destaque dado o vínculo existente entre reconhecimento e identidade, onde a identidade designa algo como a compreensão de quem somos, de nossas características definidoras fundamentais como seres humanos. Sua tese é que nossa identidade é moldada em parte pelo reconhecimento ou por sua ausência, de tal forma que uma pessoa ou grupo pode sofrer danos reais ou uma real distorção caso a sociedade da qual faz parte lhe devolver um quadro de si mesma redutor, desmerecedor, ou mesmo desprezível. Assim, o devido reconhecimento não seria uma mera cortesia que devemos conceder às pessoas, mas sim uma necessidade humana vital. Surge aí um fato importante: quando intentamos compreender o estreito vínculo entre identidade e reconhecimento, deve-se considerar uma característica fundamental da condição humana.

---

2 Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

> Essa característica crucial da vida humana é seu caráter fundamentalmente dialógico. Tornamo-nos agentes plenos, capazes de nos compreender a nós mesmos e, por conseguinte, de definir nossa identidade, mediante a aquisição de ricas linguagens humanas de expressão. [...] desejo tomar a linguagem em um sentido amplo cobrindo não só as palavras que falamos, mas também outros modos de expressão por meio das quais nos definimos, incluindo as linguagens da arte, do gesto, do amor etc. (Taylor, 2000, p. 246).

Segundo o autor, as pessoas não adquirem as linguagens que precisam para se autodefinirem por si mesmas3. Adquirimos essas linguagens em constante interação com outras pessoas que têm importância para nós, os *outros significativos* de que nos fala G.H. Mead (1963). A gênese do espírito humano não é algo que cada pessoa realiza por si mesma, mas o faz dialogicamente. Desta maneira, definimos nossa identidade sempre em diálogo com as coisas que os outros significativos desejam ver em nós e, por vezes, em luta contra essas coisas. Em outras palavras, a descoberta de minha identidade não implica em uma produção minha, isolada. Ao contrário, significa que eu a negocio por meio do diálogo, parte aberto, parte interno com o outro. Desta forma, o desenvolvimento de minha própria identidade depende fundamentalmente de minhas relações dialógicas com os outros (Taylor, 2000).

Para Taylor (2000), a demanda por reconhecimento não é nova, ela já se encontrava presente em épocas anteriores; o que surgiu de novo na modernidade não foi a necessidade de reconhecimento em si, mas as condições em que a tentativa de ser reconhecido pode não se efetivar. No plano teórico, esclarece o autor, a questão do reconhecimento recebe seu primeiro tratamento mais influente em Hegel. A partir daí a importância do reconhecimento passou a ser universalmente reconhecida de duas formas, no plano íntimo e no plano social. No primeiro caso, tornou-se aceito por todos que a identidade pode ser formada ou mal formada no curso de nosso contato com os outros significativos. Assim, podemos ver o quanto uma identidade original precisa do reconhecimento dado ou negado e é vulnerável a eles. No plano social, a compreensão de que as identidades se formam no diálogo aberto fez com que a política do reconhecimento igual assumisse um lugar mais central e de maior peso. Foi desta forma que o discurso do reconhecimento tornou-se familiar a nós tanto no plano da esfera íntima, quanto na esfera pública.

No plano da esfera pública, destaca Taylor (2000), a política do reconhecimento igual tem significado duas coisas bem diferentes. Primeiro, com a passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna, efetuou-se uma passagem da honra à dignidade. Nesse caso, a noção de dignidade é usada num sentido universalista e igualitário que nos permite falar em dignidade inerente dos seres humanos ou de dignidade do cidadão. O argumento que se encontra subjacente a esta idéia é que todos partilham dela. Assim, esse conceito de dignidade seria o único compatível com uma sociedade democrática, sendo inevitável que o antigo conceito de honra fosse sobrepujado. A democracia introduziu uma política de reconhecimento igual que assumiu várias formas ao longo dos anos e que agora voltou na forma de exigências de igual status de culturas e gêneros. Essa passagem implicou na instituição de uma política do universalismo que enfatizou a igual dignidade de todos os cidadãos, política cujo conteúdo tem sido a equalização de direitos e privilégios, onde o que deve ser evitado é a existência de cidadãos dispostos em status hierarquizados (Taylor, 2000, p. 250).

Gostaria de retomar, nesse momento, a questão enunciada anteriormente, onde enfatizei que a implantação do processo de modernização do país acabou por exacerbar outra forma de desigualdade: a de status. No início do século XX, a sociedade brasileira era uma sociedade em mudança, que se queria moderna e civilizada, na direção de um progresso sintonizado com o padrão europeu. Contrastando com esse projeto de modernização do país – implementado e desejado pelas classes dominantes – estava a classe trabalhadora em suas peculiaridades, representando o avesso da sociedade que se queria construir (Telles, 1999). Nesse período, as práticas de vida e lazer dos trabalhadores populares adquirem relevância e vão se tornando objeto de médicos higienistas, autoridades públicas e reformadores sociais. Assim, o "interesse pelo assunto [...] se inscreve nas preocupações da burguesia industrial que, na conjuntura toma medidas para viabilizar o seu projeto de construção de uma sociedade moderna e racional" (Silva, 1990, p. 17). Como resultante deste processo, tivemos uma acentuação na hierarquização social brasileira, que se estende até os dias atuais, na qual um grande contingente da população fica relegado a um status de inferioridade social4. Em outras palavras, constituem-se em cidadãos de segunda classe5.

Tendo em vista as considerações de Taylor (1998), pode-se perceber que, nesse caso, o reconhecimento adquire premência, pois o reconhecimento incorreto dos outros pode conduzir uma pessoa ou grupo de pessoas a serem prejudicadas, sendo alvo de uma distorção, quando refletem uma imagem limitativa, de inferioridade ou de desprezo de si mesmos. A premissa por trás desta exigência é a de que os grupos dominantes consolidam sua hegemonia inculcando uma imagem de inferioridade nos grupos subjugados.

Neste momento da discussão, começa a ficar visível a correlação entre reconhecimento e cidadania. Essa correspondência fica mais evidente a partir das formulações de Axel Honneth. Adotando um quadro interpretativo próximo a Taylor, Honneth (2003), afirma que o reconhecimento da dignidade individual de todos os membros da sociedade deve ser considerado o principal critério válido de justiça. Tendo esse critério como fundamento, busca reconstruir a teoria crítica com

---

3 Nessa mesma direção e a partir de outro contexto empírico, Lopes (2006) tem apontado para a importância da linguagem na produção social das subjetividades. Neste sentido, é importante atentarmos para o fato de que "a definição dos lugares de produção e recepção, e dos meios de comunicação utilizados pelos sujeitos, são critérios para identificação das formas sociais de produção das subjetividades e das suas manifestações dominantes, emergentes e residuais" (Lopes 2006, p. 70).

4 Desenvolvi amplamente este argumento em PIZZIO (2007).

5 Um interessante desenvolvimento sobre cidadania de segunda classe pode ser encontrado em Kowarick (2003).

base em uma teoria do reconhecimento, encontrando igualmente inspiração para suas formulações em Hegel (1993) e Mead (1963). Assim, Honneth desenvolve uma tipologia formada por três formas distintas de reconhecimento:

- as relações primárias, cujas formas de reconhecimento são o amor e a amizade;
- as relações legais, cujas formas de reconhecimento são as identificadas com os direitos;
- as comunidades de valor, cuja forma de reconhecimento é a solidariedade.

Para cada uma destas dimensões existe uma relação prática do sujeito com o Self, relações que são definidas respectivamente como autoconfiança básica, auto-respeito e auto-estima. Existe entre a noção de reconhecimento social, apresentada acima, e a noção cidadania pontos de intersecção. Procurando demonstrar esta relação, Silva (2000) formulou o seguinte quadro:

	reconhecimento	**cidadania**
esfera privada	autoconfiança	
esfera pública	auto-respeito	direito
	auto-estima	integração
		redistribuição

Segundo este autor, o quadro acima demonstra haver uma importante área de intersecção entre os conceitos de reconhecimento e cidadania, indicada pela proximidade entre as dimensões de auto-respeito e auto-estima do conceito de reconhecimento com as de direitos e de integração do conceito de cidadania.

Essa idéia se confirma na visão de Dahrendorf (1992), para quem igualdade de participação, igualdade perante a lei, oportunidades iguais e um patamar comum de status social são características importantes da noção de cidadania. A cidadania descreve os direitos e as obrigações associados à participação em uma comunidade, sendo, portanto, compartilhada por todos os seus membros, ainda que a questão de quem pode e quem não pode participar (*e de que forma podem participar*)6 faça parte da história conflituosa da cidadania. Essa conflituosidade encontra-se ainda em evidência e afeta a identidade das pessoas porque define a que grupos pertencem. Na maior parte das vezes, essa definição envolve traçar fronteiras espaciais ou questões como a cor da pele, ou ainda algum outro motivo.

Por fim, cada uma das formas de reconhecimento desenvolvida por Honneth (2003) possui um potencial para o conflito; pois são moralmente motivadas por formas de desrespeito, as quais correspondem a integridade física, a integridade social e a dignidade da pessoa. Nesse sentido, "o conflito social moderno diz respeito ao ataque às desigualdades que restringem a participação cívica integral, por meios políticos, econômicos ou sociais, e ao estabelecimento de prerrogativas que constituam um status rico e integral de cidadania" (Dahrendorf, 1992, p. 52).

Retomando as observações de Taylor (2000), o desenvolvimento da moderna noção de identidade deu origem a uma política da diferença, onde naturalmente co-existe uma base universalista, pois todos devem ter suas identidades peculiares reconhecidas. Desta forma, as políticas do reconhecimento passam a implicar algo mais.

> A política da dignidade igual, aquilo que é estabelecido pretende ser universalmente o mesmo, uma cesta idêntica de direitos e imunidades; com a política da diferença, pedem-nos para reconhecer a identidade peculiar desse individuo ou grupo, aquilo que o distingue de todas as demais pessoas. A idéia é que precisamente esse elemento distintivo foi ignorado, distorcido e assimilado a uma identidade dominante o majoritária (Taylor, 2000, p. 250).

Entretanto, ressalta o autor, a política da diferença encontra-se repleta de denúncias de discriminações e recusas que produzem cidadanias de segunda classe, o que dá ao principio da igualdade universal um ponto de entrada na política da dignidade. E, uma vez lá, suas exigências não se assimilam a essa política com facilidade, porque o princípio pede que concedamos reconhecimento e status a algo que não é universalmente partilhado (Taylor, 2000).

Nesse sentido, Lavalle destaca que,

> [...] não existem, hoje, empecilhos de peso na lógica universalista da cidadania para a assimilação política dos reclamos da diferença; no entanto, nas últimas décadas têm se cristalizado sérias restrições à expansão da cidadania – especialmente no que diz respeito à capacidade do Estado para universalizar benefícios. Configura-se assim um panorama que encera certa ironia histórica; o reconhecimento da diferença, porem sem eqüidade (Lavalle, 2003, p. 76).

As políticas de reconhecimento como campo de possibilidades

> "A questão não é se todos os homens em última análise acabaram por ser iguais, isso certamente jamais serão, mas se o progresso não continuará de modo estável, ainda que lento, até que, pelo menos na ocupação todos os homens sejam cavalheiros."
>
> T. H. Marshall (1967)

6 Grifo meu.

Com alguma freqüência, tomamos contato com histórias de vida de sujeitos que, frente às dificuldades aplicadas a quem "[...] desde cedo, conviveu com a pobreza e com os desafios que ela coloca, na perspectiva das privações de capacidades para o desenvolvimento pessoal e coletivo" (Lopes, 2006, p. 94), experimentam uma trajetória pessoal que os conduz à superação dos déficits que lhes foram conferidos. Neste sentido, uma trajetória exitosa é aquela em que os sujeitos pessoais ou coletivos, a partir da adoção de estratégias de ação, acabam por desenvolver suas capacidades dissolvendo as barreiras impostas pelas desigualdades de oportunidades. Uma formulação como apresentada acima guarda estreita relação com duas importantes noções: a noção de projeto e a de campo de possibilidades.

Ambas as noções têm sido desenvolvidas por Gilberto Velho. Por campo de possibilidades, o autor discute o que é dado aos sujeitos, às alternativas construídas no processo sócio histórico e o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura. Em outras palavras, podemos dizer que se trata de um espaço de formulação e implementação de projetos individuais e coletivos. Dentro de tal entendimento o projeto lida com a performance individual ou coletiva, com as explorações, os desempenhos e as opções, ancoradas a avaliações e definições da realidade. Estas definições e avaliações, por sua vez, são conseqüências de complexos processos de negociação e construção que se desenvolvem e se constituem durante toda a vida social (Velho, 1994, p. 28).

Já para Duarte (2004, p. 144), "uma negociação da realidade sublinha a qualidade conflitiva ou contraditória do horizonte de possibilidades em que se movem os sujeitos em suas decisões éticas". Essa constatação é relevante, pois, em dadas situações, o conflito pode ser interno, um conflito pessoal, subjetivo, ou pode ser um conflito social, que envolve demandas reivindicadas coletivamente, as quais podem implicar, na esfera pública, em disputas em torno de interesses conflitantes. Segundo Taylor (2000), pessoas sistematicamente impedidas pela pobreza de fluir o máximo de seus direitos de cidadania são, com freqüência, relegadas a um status de segunda classe, o que requer uma ação corretiva pela via da equalização. É precisamente na tentativa de equacionar uma situação de desigualdade, que vai de desvantagem econômica a desrespeito cultural, passando por diferenças no plano das oportunidades, com conseqüência na definição do status sociais e das identidades, que muitos grupos têm buscado, por meio de políticas de reconhecimento, colocarem-se em pé de igualdade com outros grupos, dissolvendo, assim, as hierarquias sociais em que se encontram dispostos.

Para esses grupos, as políticas de reconhecimento abrem, na esfera pública, um campo de possibilidades de formulação e implementação de projetos coletivos que visam à conquista e ampliação dos direitos sociais característicos da cidadania, com perspectivas reais de diminuição das desigualdades sociais. Contudo, este não é um movimento fácil de ser realizado quando nos movemos num domínio reivindicatório de políticas de igualdade como a cidadania. Num tal contexto, os reclames dos grupos em torno da diferença são difíceis de serem conciliados dentro de políticas de igualdade, pois a lógica predominante, nesses casos, é de homogeneização. Desse modo, procura-se legitimar, reconhecer e valorizar o que é comum a todos; em outras palavras, a igualdade nas relações é mediada por aqueles aspectos que são compartilhados por todos dentro de uma comunidade. Já quando discorremos acerca de políticas da diferença, percebemos que essas buscam dar relevo às singularidades. A lógica que prevalece, nesses casos, é de diferenciação.

Essa não é a única dificuldade. No plano prático, a ação de muitos grupos têm resultado em ações afirmativas, sejam elas em torno da identidade particular dos mesmos ou demandas especificas como as que resultaram recentemente na política de cotas nas universidades públicas para negros e índios. Aqui, porém, temos um quebra-cabeça cuja resolução demandaria um amplo exame e que naturalmente extrapola os limites deste texto. Entretanto, gostaria de destacar, aliando-me ao pensamento de Nancy Fraser,XXX) ia de destacar seguindo Fraser (to.ame mais amplo e que o qdemandas especificas como as que resultaram recentemente nas p que no plano cultural as ações afirmativas são atualmente associadas ao que ela chama de multiculturalismo dominante. Esse tipo de multiculturalismo, Fraser (2001) propõe reparar o desrespeito por meio da reavaliação de identidades injustamente desvalorizadas, enquanto deixa intacto tanto o conteúdo dessas identidades quanto as diferenciações de grupos que as embasam. Distinções análogas são válidas para ações afirmativas que buscam corrigir desigualdades econômicas. Nesse caso, tenta-se superar a má distribuição de recursos feita pelo Estado, enquanto deixa-se intacta a estrutura político-econômica subjacente. Assim, aumenta-se a parcela de consumo dos grupos desfavorecidos sem reestruturar o sistema de produção.

Considerações finais

A discussão empreendida não se esgota no escopo desse texto, muitas questões permanecem em aberto e devem servir de ensejo a outros trabalhos. Não obstante, gostaria de fazer mais algumas observações. No que pese o enfrentamento da desigualdade social, as políticas de reconhecimento são mais uma possibilidade no campo que se abre para os sujeitos individuais e coletivos buscarem a superação das condições em que se encontram sujeitados. Assim, é necessário agir com certa prudência quanto ao potencial redutor das desigualdades apresentado por estas políticas sociais. É ainda muito cedo para avaliações definitivas. De certo mesmo, é que a desigualdade possui uma dimensão auto-reprodutiva muito difícil de ser enfrentada.

No plano teórico, Fraser (2001) tem proposto algumas ações capazes de superar dificuldades como as apresentadas pelas ações afirmativas. Trata-se das ações transformativas. No plano cultural, as ações transformativas encontram-se atualmente associadas à desconstrução. Elas repariam o desrespeito por meio da transformação da estrutura cultural-valorativa que serve de pano de fundo. Pela desestabilização das identidades e diferenciações de grupos existentes, essas ações têm o potencial de elevar a auto-estima dos integrantes dos grupos e ao mesmo tempo mudar a percepção de todos sobre a individualidade. No plano econômico, as ações transformativas buscam rever distribuições injustas por meio de

transformação das estruturas político-econômicas. Pela reestruturação das relações de produção essas ações não só alterariam a distribuição estatal de bens de consumo, mas também mudariam a divisão social do trabalho e assim as condições existenciais de todos (Fraser, 2001). Trata-se, portanto, de um processo aberto a novas considerações.

Referências

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. 2007. *Anuário dos trabalhadores 2006*. São Paulo. Disponível em: http://www.dieese.org.br/anu/anuario2006.pdf (consultado na internet em 12 de março de 2008).

DAHRENDORF, R. (1992). *O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

DUARTE, L.F.D. (2005). Ethos privado e justificação religiosa: negociações da reprodução na sociedade brasileira. *In*: M.L. HEILBORN; L.F.D. DUARTE; C. PEIXOTO; M. L. BARROS (orgs.) *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro, Garamond, (pp. 137-176).

FRASER, N. (2001). Da redistribuição ao reconhecimento? dilemas da justiça na era pós-socialista. In: J. SOUZA. *Democracia hoje: novos desafios para a teoria política contemporânea*. Brasília, UNB.

HEGEL, G. W. F. (1993). *Fenomenologia do espírito*. 2 ed. Petrópolis, Vozes.

HOBBES, T. (1979). *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo, Abril Cultural..

HONNETH, A. (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática dos conflitos morais*. São Paulo, Editora 34.

KOWARICK, L. (2003). Sobre vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18 (51):61-85.

LANGONI, C. G. (1973). *As causas do cresimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, Apec.

LAVALLE, A.G. (2003). Cidadania, igualdade e diferença. *Lua Nova*.59:75-93.

LOCKE, J. (1991). *Ensaio acerca do entendimento humano*. 5ed. São Paulo, Abril Cultural.

LOPES, J.R. (2006). *Anthropsys: relações teórico-práticas entre psicologia e antropologia*. Porto Alegre, Armazém Digital.

MARSHALL, T.H. (1967). *Cidadania, classesocial e status*. Rio de Janeiro, Zahar..

MEAD, G.H. (1963). *Mind, self and society*. Chicago, University of Chicago Press.

MILLER, D. (1996). Igualdade e desigualdade. *In*: W. OUTHWAITE; T. BOTTOMORE (eds.), *Dicionário do pensamento social no século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor,(pp. 372-375).

ROUSSEAU, J.J. (1989). *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Brasília, UNB.

PIZZIO, A. (2007). *A economia solidária e a qualificação social dos trabalhadores empobrecidos*. São Leopoldo, UNISINOS, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Centro de Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

SILVA, J.P. 2000. Cidadania e reconhecimento. *In*: L. AVRITZER; J.M. DOMINGUES (orgs.), *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte, Editora UFMG (pp.123-135)..

SILVA, Z.L. 1990. *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*. São Paulo, Marco Zero.

SOLERA, C.R.R. 2005. Sete grandes debates sobre a desigualdade social. *In*: A.D. CATTANI; L.M. DIAZ (orgs.), *Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas*. Porto Alegre, Editora UFRGS, p. 207-233.

TAYLOR, C. 1998. *Multiculturalismo examinando a política de reconhecimento*. Lisboa, Instituto Piaget.

TAYLOR, C. 2000 *Argumentos filosóficos*. São Paulo, Edições Loyola.

TELLES, V. da S. 1999. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte, Editora UFMG.

VELHO, G. (1994). *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

O Estigma na doença mental: A construção de estereótipos através do cinema

Catarina Fialho
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
vasconcelos.anacatarina@gmail.com

Resumo: O último relatório de saúde mental estima que existem 450 milhões de pessoas que actualmente sofrem de uma doença mental.

Devido aos números assustadores associados à doença mental, torna-se imperativa a consciência social da necessidade de um combate ao estigma e ao preconceito, tornando-se um papel de todos nós esse combate, visto que é algo que está nas mãos de qualquer individuo, não julgar não afastar não criar medo mas sim esperança e uma igualdade para estes doentes que apesar da doença não se ver num raio X pode ser mortal e tornar a vida do individuo numa incapacidade diária como qualquer outra doença.

O estigma e a discriminação são uma das maiores e mais preocupantes barreiras na reabilitação do doente mental, restringindo as pessoas que sofrem destas perturbações, vetando-as ao isolamento e à exclusão social. Este trabalho procurou assim analisar o estigma, centrando-se em duas populações: Os jovens do ensino superior público em Lisboa, bem como a população com mais de 65 anos residente em Lisboa. Ao nível metodológico foi realizado 1000 questionários, procedendo-se também à realização da análise de conteúdo dos dois filmes, que abordam a doença mental, mais vistos por estas populações, sendo o objectivo desconstruir os estereótipos presentes no cinema sobre a doença mental. Analisando o papel do cinema na construção dos mesmos no imaginário colectivo da população.

O trabalho presente tem ainda como objectivo demonstrar o enraizamento do estigma ao nível do próprio doente que é o primeiro, muitas das vezes a se discriminar a si próprio, atrasando, com consequências graves a sua recuperação.

Deste modo iniciei o estudo presente, tendo como principais perguntas: como pode o estigma na doença mental ser construído através do cinema? Quais o efeitos do estigma, a que nível de intensidade ele se revela no doente mental, e qual sua génese?
A referir que se utilizou como metodologia, para além da aplicação de questionários, às populações referenciadas, uma observação não participante, no Hospital Santa Maria, no piso 3 (piso de psicologia), ainda, que note-se, a mesma não tenha sido efectuada com a profundidade desejada.

1.Apresentação de resultados: Estudo realizado ao Universo Populacional – jovens universitários de Lisboa (sector público)

O estudo que aqui se apresenta teve por base uma amostra, construída sob elementos probabilísticos e não probabilísticos, de forma a uma optimização da mesma, fazendo uso das vantagens inerentes a cada um dos métodos.

Deste modo o número de questionários aplicados correspondeu a 500, sendo que não se aplicou menos de 10 questionários a cada faculdade, respeitando-se a distribuição dos alunos por género, no que concerne ao universo populacional; o erro amostral foi calculado para populações finitas, tendo dado um resultado de 4,3%.

Do questionário aplicado, retirou-se para o estudo, variáveis respeitantes à construção de estereótipos através do cinema bem como de variáveis estritamente correspondentes à exploração da extensão do estigma.

1.1.Caracterização da amostra

O total da amostra, como referido, é de 500 alunos, pertencentes ao universo de alunos universitários do sector público de Lisboa, desses 52,2% são do sexo feminino, para 47,8% do sexo masculino; a maioria da amostra se encontra, entre os 18 e os 23 anos o que não oferece particular surpresa, se considerarmos as características específicas da amostra (jovens universitários).

Verifica-se que uma esmagadora maioria se encontra no grupo de indivíduos solteiros, com 96%; uma clara maioria, ainda que menor da que observada na anterior, realiza como única actividade laboral – a actividade académica, com uma percentagem de 75% dos inquiridos, para 23,8%, que mantém um emprego concomitantemente com a actividade laboral.

No que concerne à religião dos inquiridos existe um grau mais elevado de heterogeneidade da amostra, que apesar de o grupo com maior expressão corresponder ao catolicismo não praticante, com uma percentagem de 43,4% ela não atinge a maioria; todavia se a esse grupo se juntar a camada de inquiridos pertencentes ao grupo de católicos praticantes (13,8%), aferimos que mais de metade da população afirma seguir a religião católica, ressaltamos porém a fraca expressão dos que declaram ser praticantes. Finalizamos, evidenciado que quase um terço da amostra (29,2%), afirma não seguir qualquer religião, um total de 146 inquiridos. Os restantes dividem-se nas demais religiões, não assumindo nenhuma em particular expressividade.

Por fim, aludimos à distribuição da amostra, no que respeita à faculdade de origem, que se relaciona desde já com o universo de alunos constituinte de cada faculdade. Observamos então, que o maior número corresponde ao IST, com 14,2%, seguindo-se o ISCTE (7%), o ISEL (5,8%), muito próximo com a faculdade de Letras, da Universidade de Lisboa (5,6%), bem como da Faculdade de Direito (UL), que apresenta uma percentagem de 5,4%. Após as faculdades enumeradas, segue-se o ISCAL, pertencente ao Instituto Politécnico (4%), sendo que as restantes se aproximam muito umas das outras, existindo um largo número que apresenta um valor de 2%.

Com esta análise, quisemos somente assinalar, os parâmetros distributivos em que assentou a presente amostra, existindo uniformidade de inquiridos por faculdade, se tivermos em conta o seu universo; o objectivo na construção da mesma atendeu a essa premissa, a de distribuir igualitariamente os dados, tendo em conta o número de alunos de cada faculdade.

1.2Análise das variáveis referentes ao cinema:

A variável, que visa o conhecimento de quantos inquiridos vão de forma frequente ao cinema foi realizada, tendo por base o propósito de verificamos a expressividade no que respeita ao contacto com o meio, à exposição ao mesmo, para que possamos, ainda que superficialmente, verificar a influência do mesmo na amostra. Refiro superficialmente, na medida que não é relação directa o facto inquiridos estarem frequentemente em contacto com o meio, com a influência que o mesmo possa ter, visto que existem um maior número de variáveis, para que se possa determinar a influência ou não de um meio nos sujeitos. Todavia, só nos sendo possível a análise da exposição, tomamos a mesma como base inicial para aferimos a sua influência.

Assim, verificámos que, uma clara maioria dos inquiridos, afirma ir frequentemente ao cinema, 85,8%, ou seja 429 inquiridos para 67 que afirma não irem com frequência ao cinema (13,4%), não sabendo está claro, se os 13,4%, não vão de todo ao cinema, ou se simplesmente não o fazem de forma frequente.

Finalizamos a análise da variável supracitada, e iniciaremos agora uma exposição analítica da variável – *Já viu algum filme que retrata doenças mentais*?

Esta variável, foi criada, com o intuito de uma revelação por parte dos inquiridos, se os mesmos identificavam nos filmes, já visionados ao longo da sua existência, doenças mentais, para um entendimento de até que ponto existe uma consciência por parte dos mesmos, que o filme visto, ou filmes, retrata na realidade de uma doença mental. Através desta

variável podemos retirar a seguinte ilação – se os mesmos têm a convicção que a realidade do filme é a realidade da doença mental, ainda que não possamos aferir o seu grau de convicção, nem se os mesmos crêem que a doença mental é transmitida sobre o ângulo mais correcto.

Assim o resultado é que a esmagadora maioria dos respondentes afirma já ter visto um filme que retrata doenças mentais, 448 inquiridos que responderam que sim (89,6%) para apenas 33 (6,6%), que afirmaram nunca ter visto um filme que retratasse doenças mentais, existindo com uma menor expressão, mas ainda assim com interesse de referência, 12 casos (2,4%), que optaram ou por não responder à questão, ou indicando que não tem percepção se já viram ou não, colocando as seguintes hipóteses: do conjunto de número de inquiridos que não sabe se viu ou não, pode ser por uma questão de memória ou ainda de não certeza se o filme que viu representava uma doença mental.

Com a observação que uma clara maioria dos inquiridos, afirma ter visto um filme que retratasse a doença mental, abre-se portas para que a identificação e classificação de uma doença mental possa ser efectuada através da realidade que o filme mostra, e sustentando esta premissa nos estudos dos vários teóricos, entre eles Metz, que o filme dá a impressão do real ao espectador e que contém em si códigos culturais e subcódigos que permitem essa identificação do objecto fílmico com a realidade.1 A questão coloca-se: será que os filmes, que tem como objecto a temática da doença mental, imprimem ao espectador a noção da mesma, ou apenas revelam através desses códigos e subcódigos a ideia culturalmente existente sobre a doença mental? Está claro, que não nos é possível aferir uma resposta a esta questão, o cariz do nosso estudo, não o permite, todavia, queremos somente abrir *janelas de pensamento*.

Continuando com a nossa análise, iremos agora analisar o filme mais visto, pela amostra em estudo, do conjunto de filmes disponibilizados2, eleitos por nós, pelo motivo que dentro do leque de filmes que abordam patologias mentais, os que se encontram presentes, são os que mais sucesso, obterão, em diferentes épocas, podendo assim chegar a várias camadas sociais e inclusive, e como nos indica o teórico Metz, poder realizar uma abordagem histórica – evolucionista, dos subcódigos presentes em cada um deles.3 Esta variável foi introduzida no estudo presente, com o objectivo fundamental, de verificarmos qual o filme que mais *impactou* a amostra, qual o filme em que a maioria esteve em contacto.

Posto esta justificação, constatarmos, então, que o filme mais visto, pelo conjunto de inquiridos é o filme - *Mente Brilhante*, com o total de 409 para um total de casos de 1960 (relembra-se aqui que cada inquirido que viu um filme também pode ter visto outro, ou todos, daí o valor de casos), se lermos os dados para 100% (a amostra de 500), aferirmos que uma percentagem de 20,9% viu o filme mencionado; podemos então constatar que a maior parte da amostra populacional em estudo, teve contacto com o mesmo; seguindo-se o filme *Noiva em Fuga*, com o total de 321 casos (16,1%), estando próximo o filme *Aviador* com o registo 315 casos (15,9%) e o *Fight Club* com 291 casos (14,7%), a que se segue o filme *Colisão*, com 252 casos (12,7%); o filme que menor expressão obtém trata-se da obra *Vida Interrompida*, com o número total de 76 inquiridos que viu o filme (3,8%), o que de certo modo é curioso, na medida que é um filme mais contemporâneo ao *Voando sobre um ninho de cucos*, que obteve um número de 100 casos (5%).

Finalizamos com a percentagem de inquiridos que optaram por não responder, apenas 1% (21 casos) e 0,1% que não sabe se viu algum dos filmes disponibilizados, ou seja apenas dois inquiridos.

Após uma exposição analítica da variável "*qual os filmes que viu*", importa agora aferir, dos filmes vistos pelo total de inquiridos, qual o eleito, se existe uma semelhança com o filme mais visto, se existe um filme que se destaque do conjunto. Esta variável (*qual o filme que mais gostou*), tem como propósito principal, verificamos se existe algum filme que tenha particularmente sobressaído para os inquiridos, ao analisarmos o filme eleito, iremos de certo modo aferir, qual o filme que mais lhe marcou, e que por conseguinte mais reteu na memória

Aferimos que à semelhança do filme mais visto, o filme mente brilhante, é também o eleito, pelos inquiridos (36,2%), todavia face aos dados referentes ao filme mais visto, verificamos que o segundo e o terceiro filme mais visto, não surgem com a mesma elevada percentagem face aos restantes, no filme que mais gostou, ficando inclusive a *Noiva em Fuga* (segundo filme mais visto), com uma percentagem de fraca expressão (somente 3,4), sendo o *Fight Club*, o filme que surge com uma maior expressão seguido do *Mente Brilhante*, com um total de 97 inquiridos (19,4%), seguido da *Colisão* com 54 inquiridos, que afirmam ser o filme que mais gostou (10,8%). Contudo e como conclusão final, podemos afirmar que existe uma determinada heterogeneidade, a par do filme mente brilhante, que representa mais de um terço da amostra, seguido do Fight Club, os dados encontram-se divididos, não concentrados em determinado filme, estando muito próximos uns dos outros (como podemos ver na tabela referente, na coluna de *Frequency* – o valor em casos).

Iniciando a análise expositiva da variável " O que mais o impressionou no filme favorito", começamos por referir, que o móbil da inserção desta variável, no estudo presente relaciona-se com um entendimento do que mais captou a atenção do inquirido, o que mais lhe tocou, no filme eleito, que pressupõem à partida já ter sido um filme que reteu mais na memória, visto que foi o que foi o seu favorito, como vimos na análise anterior, importando agora aferir o que dentro desse filme, mais o marcou, mais o impressionou.

Deste modo, a nossa primeira leitura conduz para o facto de se constatar, que os dados se encontram dispersos, não existindo um pendor claro para nenhuma das frases correspondentes, existindo porém duas que se destacam: primeiramente a

---

1 Metz, Christian, (2004) A significação no cinema, Editora Perspectiva, 2ª Edição

2 A referir os filmes presentes no questionário: Uma Mente Brilhante; As Horas; Vida Interrompida; Noiva em Fuga; Crash (Colisão); O Aviador; Voando sobre um ninho de cucos; Uma mente Brilhante; Clube de Combate (Fight Club).

3 Andrew, J.D. (1989) As principais teorias do cinema, Rio de Janeiro Jorge Zahar Editora, (pp. 170-192)

qualidade do argumento com uma percentagem de 13, 9% seguido do *retrata* a *doença mental/as vidas paralelas do doente mental*, com uma percentagem de 10,9%; todavia antes de prosseguimos com a análise, devemos indicar que as frases aqui representadas não foram fornecidas em resposta ao inquirido, sendo resultado de uma codificação de uma questão aberta. Salientamos ainda a elevada percentagem dos inquiridos que optaram por não responder, ou que indicaram não saber a resposta, que é de facto, a mais elevada, com 15,9%.

Pensamos que o mais frutífero desta análise, e onde se pode realizar um maior conjunto de inferências, corresponde ao agrupamento das frases respondidas abertamente pelos inquiridos, que apesar de os dados se encontrarem dispersos, se equacionarmos o facto de estarmos perante um modelo de resposta aberta, tal conduz-nos a que possamos aferir que existe uma proximidade em termos de temática genérica pelo conjunto de inquiridos.

Analisando ainda sob um cariz de maior profundidade, constatamos que 139 inquiridos referem a temática doença mental, ao descreverem o que mais lhes impressionou no filme, como se pode observar ao se somar os casos que afirma que: *retrata a vida de alguém com doença mental/ as vidas paralelas dos doentes mentais* (70 casos), *Retrata a história de vida de alguém que apesar da doença mental consegue triunfar* (21 casos), *Associa a inteligência à doença mental* (35 casos) e a frase *Retrata como os outros/sociedade vive a doença mental* (13 casos). Nestas frases podemos ver directamente que o que mais marcou o inquirido se relaciona, com a temática da doença mental, todavia se analisarmos o facto que 89 dos casos afirma que o que mais impressionou tratou-se da qualidade do argumento, como vimos anteriormente com 13,9%, no fundo o que mais marcou foi a história, sendo o argumento dos filmes disponibilizados, centrado na doença mental, então indirectamente verificamos a já referida relação (o que mais marcou – presença da temática doença mental), ainda e continuando esta linha de pensamento, aludimos ao facto que 47 dos casos (7,3%), afirma que o que mais lhe impressionou corresponde à frase ao impacto/mensagem que o filme lhe transmitiu, o que indica que os inquiridos desta camada, experimentaram sentimentos/emoções fortes com o visionamento do filme.

No estudo desta variável, de forma a um aprofundamento do seu estudo, realizou-se um cruzamento com a variável independente género.

Deste modo, podemos verificar, que no que respeita à qualidade do argumento (frase que obtêm uma maior expressão, se não equacionarmos a resposta NS/NR), a assimetria de dados evidencia-se, na medida que é nos inquiridos do sexo masculino, que esta frase mais representação assume, com uma diferença considerável, deste modo 61,8% dos inquiridos do sexo masculino, afirma que o que mais o impressionou terá sido o argumento face a 38,2% do sexo feminino; o mesmo se verifica na segunda frase com maior expressão (mais uma vez não equacionando a opção de resposta NS/NR), com 54,3% do sexo masculino face a 45,7% dos inquiridos do sexo feminino, ainda que, note-se neste caso a expressão é menor. Continuando e seguindo o mesmo raciocínio podemos constatar que mais do dobro do conjunto dos inquiridos do sexo masculino (66,7%), face ao sexo feminino (33,3%), respondeu – *Retrata a história de vida de alguém que apesar da doença mental consegue triunfar*. Na mesma linha de análise, alude-se para as seguintes respostas: *Associa a inteligência à doença mental* e *Retrata como os outros/sociedade vivem a doença mental*, nestes casos a situação é inversa, com uma percentagem de inquiridos do sexo feminino de 54,3% para 45,7% do sexo masculino, para a primeira resposta citada e 61,5% de inquiridos sexo feminino para 38,5% do sexo masculino, para a segunda resposta. Finalizando, aludimos para duas observações finais: a primeira vai de encontro à análise anterior, assinalando a resposta – *O filme/a mensagem transmitida pelo filme causaram-lhe grande impacto*, em que verificamos uma maior percentagem da camada de inquiridos pertencentes ao sexo feminino (55,3%), face à do sexo masculino 44,7%; a nossa última observação recai sobre o grupo de inquiridos que optaram por não responder, ou que afirmaram que não sabiam a resposta, em que observamos que a maior parte dos inquiridos que assinalou esta opção de resposta pertence à camada dos inquiridos do sexo feminino, com uma percentagem de 27,3% (65 casos), para 16,8% do sexo masculino (37 casos).

Continuando, a nossa análise, incidiremos agora na variável " Duas palavras que associa ao personagem principal", com o objectivo último de aferimos, qual a caracterização que os inquiridos reterão na sua memória, se existe uma associação à doença mental relembrando que são as personagens principais os que representam o indivíduo com doença mental.

A análise realizada permitiu constatar que a palavra com uma maior expressão, associa a personagem à *inteligência/talento/genialidade*, com 176 casos, com uma percentagem de 19,3%, seguindo de *louco/maluco/perturbado*, com um total de 85 casos, numa percentagem de 11,3%, não equacionando a resposta outra, que obteve uma percentagem de 13,7%, num conjunto de 103 inquiridos. Mais uma vez e de forma semelhante à variável anterior, sublinhamos o facto de esta ser uma questão aberta, e que as palavras em estudo correspondem à descrição dos inquiridos, o que por si só oferece uma interessante análise, sendo apresentadas num conjunto, que pensamos exprimir proximamente a mesma temática. Seguindo este pensamento, faremos a observação das restantes palavras que mais se evidenciam: seguindo de louco/perturbado/maluco, referenciamos o conjunto – *lutador/corajoso/determinado*, com uma percentagem de 8,4%, um total de 63 inquiridos que associa esta caracterização à personagem principal, ainda e a referenciar o conjunto de inquiridos que associa esquizofrénico, um total de 26 casos (3,5%), e por fim a camada de inquiridos que associa a complexo/estranho/confuso, com uma percentagem de 3,1%, um total de 23 casos.

O estudo realizado permitiu constatar que existe uma certa correlação com o que mais impressionou no filme, na medida que temos uma referência a esquizofrenia (retrato da doença mental) e a louco/perturbado/maluco, sendo que a percentagem de inquiridos que associa a palavras por si só com um valor conotativo é bastante mais elevada do que os que referem doença/doente, somente nove casos. Assim lendo os dados num panorama global, é nos apresentado um individuo com elevadas capacidades cognitivas, acima da média, e com um grande carácter, sendo no entanto *maluco* e *estranho*.

Todavia gostaríamos de sublinhar a percentagem relativamente alta do outro e do NS/NR, aludindo mais uma vez para o facto de esta caracterização aqui apresentada ter sido realizada sob a opção aberta, o que por si só proporciona uma maior distribuição dos dados, no entanto e equacionado esse facto, podemos aferir que até existe uma certa concentração, não por termos uma percentagem que realmente se destaque, mas por ter sido possível agrupar tantos indivíduos na mesma temática, numa resposta que por si só oferecia um elevado grau de subjectividade.

Continuando com a nossa análise, da variável em estudo, realizamos um cruzamento com a variável independente, para que de forma idêntica ao trajecto analítico que temos efectuado até então, iremos procurar aferir diferenças ou semelhanças na representação dos dados, vistos à luz da camada de inquiridos do sexo feminino e do sexo masculino.

Deste modo, como primeira leitura constatamos que no conjunto de palavras que maior representação obteve, os dados se encontram distribuídos de forma até bastante simétrica, na medida que 53, 4% dos inquiridos do sexo feminino caracterizaram a personagem, aludido ás suas capacidades cognitivas elevadas, face a 46,6% do sexo masculino, situação já semelhante para nós, que ao equacionarmos as características da amostra, verificamos que somente 1% impede que a proporção seja idêntica, todavia mais uma vez se releva a inexpressiva diferença. Contudo já no conjunto de palavras louco/perturbado/maluco, se assinala uma certa assimetria com uma percentagem de 35,3% do sexo feminino para 64,7% do sexo masculino, o mesmo se observa na palavra esquizofrénico, com uma percentagem de 30,8% do sexo feminino para 69,2% do sexo masculino e no conjunto de lutador/resistente/corajoso/determinado, ainda que a diferença seja inferior, com uma percentagem de 44,4% do sexo feminino para 55,6% do sexo masculino. De forma semelhante ao constatado na análise da variável anterior, iremos também na análise presente, a situação análoga à descrita mas em parâmetros inversos, no conjunto de frases – complexo/estranho/difuso, a percentagem mais elevada de casos verifica-se no grupo dos inquiridos do sexo feminino, com uma percentagem de 78,3% do sexo feminino para 21,7% do sexo masculino.

1.3.Análise das variáveis referentes ao estigma

Iniciamos então, pela variável "O que sente ou pensa ou como imagina que se sentiria perante uma pessoa com doença mental", nesta variável procuramos em última análise a emoção que suporta a relação entre o indivíduo que não sofre de nenhuma patologia face a um indivíduo com doença mental. Neste campo, a subjectividade pessoal impera, sendo o estudo centrado na figura de doente e não figura da doença.

Deste modo, e através da análise dos dados recolhdos, a nossa primeira observação inclina-se, e de forma análoga às últimas duas variáveis estudadas no campo do cinema, para o facto de esta consistir sob o modelo da resposta aberta, como tal as próprias opções de resposta representadas na tabela em análise ser por si só fruto de um interesse adicional. Prosseguindo o estudo, verificamos que da amostra de 500 inquiridos, somente 32 optaram, por não responder, sendo a percentagem de outros de fraca expressão (5,6%), o que nos indica para já que existiu de certa forma uma unanimidade de sentimentos, sendo facilmente possível agrupar os inquiridos, sendo a técnica utilizada idêntica às variável de resposta aberta anteriores, onde referimos um conjunto de palavras que se associam entre elas, espelhando de certa forma, a mesma ideia, ou muito próximo.

Dos inquiridos que se inserem no conjunto de palavras apresentadas (423), 71 indicam que não sentiriam nada, sentiram-se normais, tranquilos (8,9%), apesar de esta não ser a resposta que maior expressão obteve, optamos por iniciar por ela, seguindo a linha de pensamento, que esta resposta, de certo modo ilustra a ausência de estigma, no sentido em que o doente mental não era evidenciado de nenhuma forma em particular, note-se que não temos conhecimento, se do conjunto de inquiridos que constituem a amostra, existe casos de sujeitos com perturbações mentais, todavia tal informação não era relevante para o nosso estudo por dois sentidos: primeiramente porque o cerne do nosso trabalho consiste no estudo do estigma, do fenómeno em si, sendo que o estigma não pertence somente à camada do *outro*, existindo também no indivíduo que sofre de uma perturbação mental; secularmente o estudo que aqui se apresenta caracteriza-se por ser um estudo preliminar, não sendo feita a análise dos dois grupos isoladamente.

Prosseguindo, faremos, então agora referência aos sentimento(s) que maior expressão obtiveram: podemos observar que *pena/compaixão*, teve a maior representação, com uma percentagem de 12,2%, um total de 97 inquiridos, seguindo-se de vontade de ajudar/solidário(11%), que apesar de semanticamente nos parecer sentimentos próximos, numa análise mais profunda pensamos que não traduzem o mesma emoção/sentimento, sublinhamos contudo a proximidade entre ambos no que concerne à percentagem que representa cada opção. A terceira opção com maior expressão, revela sentimentos de medo/receio/insegurança/apreensão/ansiedade, com uma percentagem de 10,3%, com o total de 88 casos. Após uma descrição dos três grupos com maior expressão, relevamos ainda a resposta de *compreensão/paciente/tolerante*, que detêm uma percentagem de 7,2%, um total de 57 casos, relativamente próxima da resposta – constrangimento/desconfortável, com uma percentagem de 6,6%, que se traduz em 53 inquiridos. Ainda que não obtenha uma percentagem expressiva, gostaríamos de referenciar a resposta alívio (1,4%), total de 11 casos, bem como a resposta dificuldade em lidar com a pessoa (2,5%), um total de 20 casos, que se encontra em *in-exequo* com o sentimento (s) – *estranho/confuso/perturbado*, estando muito próximo deste a resposta carinhoso/amizade/delicado/generosidade (2,4%) que aufere da mesma percentagem que a resposta – Não saberia como reagir, finalizando com a observação, da resposta tristeza/angústia, que representa uma totalidade de 26 inquiridos, numa percentagem de 3,3%.

Aludimos, para uma análise, que ainda que não tenha sido realizado um tratamento estatístico, devido à dificuldade do mesmo, mas que pensamos ser de pertinência, o facto de muitos inquiridos, terem juntamente com o sentimento medo

referenciarem o sentimento pena, o que numa primeira leitura indica uma dualidade emocional, muito forte, na percepção da *figura* de doente mental.

De forma a uma análise mais detalhada, realizamos, um cruzamento, com a variável independente género, mantendo a dialéctica que temos seguido.

Assim através de uma análise dos dados recolhidos, verificamos, que semelhantemente à variável: O que mais o impressionou no filme favorito, regista-se diferenças nas respostas dadas, ao analisarmos em contraposição a camada dos inquiridos do sexo feminino e do sexo masculino. Deste modo, observa-se que face ao sentimento pena/compaixão, 53,6% (um total de 52 casos) são do sexo masculino para 46,4% (um total de 45 casos) do sexo feminino, com valores semelhantes, ainda que com uma diferença menos expressiva, a resposta tristeza/angústia, 53,6% (12 casos) corresponde ao grupo de inquiridos do sexo masculino, para 46,4% (14 casos) do sexo feminino, o mesmo se verifica na resposta – estranho/confuso/perturbado, com um total de 55% do sexo masculino para 45,5% do sexo feminino; já na resposta vontade de ajudar, 58% (um total de 51 casos) corresponde à camada dos inquiridos do sexo feminino para uma percentagem de 42% (um total de 37 casos) do sexo masculino; todavia a resposta em que se verifica uma diferença mais evidente, trata-se da – *normal/não sentia nada/tranquilo*, em que 60,6% (43 casos) corresponde ao sexo feminino para 39,4% (28 casos) do sexo masculino. No que respeita aos inquiridos que afirmam que sentiriam medo/receio/ ansiedade, os dados distribuem-se de forma simétrica, com uma percentagem de 50%, o mesmo se verifica nos inquiridos que afirmam que sentiriam dificuldade em lidar com a pessoa.

Iniciamos agora a análise da última variável em estudo "Das seguintes frases indique as que concorda/discorda", referindo desde já que a resposta incluía quatro opções: concorda, discorda, não concorda nem discorda e não sabe. Deste modo de forma a uma optimização da análise realizamos quatro tabelas correspondentes, em que isolamos as possíveis opções de resposta, todavia faremos a análise tendo em conta os resultados referentes às quatro tabelas.

Na variável presente, a análise incide mais na figura da doença do que na figura do doente. Podemos então constatar que a maioria dos inquiridos, afirma que a doença mental deve ser tratada por um médico de especialidade, uma percentagem de 90,1%, um total de 446, dos restantes 28 são *missings*, existindo 22 casos que discorda e somente 4 casos que optou pela resposta – Ns/Nr, sendo esta resposta a que maior percentagem de inquiridos que concordam representa, no que concerne ilustrando que maioria tem uma informação válida face ao tratamento da doença mental, todavia já no que concerne à frase – A doença mental é uma doença como outra qualquer, a percentagem dos inquiridos que discorda é superior à percentagem dos que concorda, com um total de 237 casos (47,2%) que discorda face a 183 que concorda, um total de 66 casos nem concorda nem discorda, numa percentagem de 16,1%, e somente 3 casos que optaram por não responder ou que não sabem, sendo os restantes missings (21 casos), indicando-nos que a maioria dos inquiridos não considera a doença mental uma doença como qualquer outra, porem consideram que é de facto uma doença, com uma percentagem bastante expressiva dos inquiridos que discordam da frase "não considero a doença mental uma doença", com um total de 438 casos (87,6%), sendo os restantes distribuídos pelas outras opções de resposta, com uma percentagem de 6,3% que concorda (31 casos), 22 casos que não concordam nem discordam (5,4%) e somente 3 casos que não respondem ou não sabem. Portanto podemos concluir que de facto a maioria concorda que a doença mental seja uma doença, todavia não considera que seja uma doença semelhante às restantes. Metade do conjunto de inquiridos em estudo, concorda que a doença mental é provocada por problemas no cérebro (50,3%), um conjunto de 249 inquiridos, sendo que dos outros 50%, relevamos a percentagem de inquiridos que não concorda nem discorda (26,3%), um total de 108 casos, e 55 casos (25,3%) que optaram por não responder ou que não sabem, e 85 casos que discordam, numa percentagem de 17%, sendo os restantes *missings*.

Faremos agora uma referência à caracterização da doença, assim 31,1% dos inquiridos concorda que a doença mental seja um desvio comportamental, face a 29,8% que discordam, sendo que 32,7%, mais que um terço dos inquiridos não concordam nem discordam e 28,1% não sabe ou optou por não responder; já no que respeita à caracterização da doença mental como um problema de personalidade, a expressão de inquiridos que concordam é menor, com uma percentagem de 13,1% para 58,2% que discordam, do grupo de inquiridos que nem concorda nem discorda a percentagem é de 24,9%, e dos que optaram por não responder ou que não sabe a percentagem que se observa é de 14,7%; a maioria dos inquiridos, ainda que não seja uma clara e expressiva maioria, discorda que trabalhar muito no computador possa provocar uma doença mental, com uma percentagem de 58,4% para 10,9% que concorda, sendo a percentagem dos que optaram por não responder ou que não sabe, se evidencia com mais de um terço da amostra (30,9%) e 21% não concorda nem discorda; no que concerne à camada de inquiridos que concorda com o facto da doença mental ser fruto de falta de tempo, a percentagem é de diminuta expressão, somente 5,5% para 78,4% que discorda, com representação percentual idêntica surge a resposta NS/NR e não concordo nem discordo. Referenciado agora o factores sociais que possam justificar a percentagem de pessoas que sofrem de uma doença mental, constata-se que metade dos inquiridos discorda que a doença mental seja provocada pelo estilo de vida actual e 56,2% discordam que antigamente existissem mais doenças mentais, para 17,8% que concorda que a doença mental seja provocada pelo estilo de vida actual e 9,3% que concorda que antigamente existiam mais doenças mentais, sendo que a camada de inquiridos que nem concorda nem discorda

No que concerne à doença mental atingir sujeitos com características específicas, relevamos as seguintes frases: mais de um terço da amostra, concorda que os génios podem sofrer com maior facilidade de uma doença mental, um total de 176 inquiridos, numa percentagem de 35,6%, sendo que um total de 28, 5% nem concorda nem discorda (117 casos) e 24,9% optou por não responder ou indica que não sabe, sendo então a percentagem dos que discordam 30,2%, ou seja somente um terço. Ainda e prosseguindo a mesma linha de análise, 26,1% concordam que uma pessoa doente mental é uma pessoa mais

fraca, um total de 129 casos, sendo que metade da amostra discorda (53,2%), um total de 266 inquiridos, já nos que não concordam nem discordam a percentagem é de 21,2%, sendo que a resposta – *NS/NR*, é representada por uma percentagem de 7,8%. A percentagem de inquiridos que consideram a doença mental uma invenção da pessoa, assume uma fraca expressão, somente 15 inquiridos concordam, numa percentagem de 3%, sendo a maioria os que discordam (87%), dos que não concordam nem discordam, a percentagem é de 8,8%, e 5,1% dos inquiridos não sabe ou optou por não responde; também uma maioria não concorda que a doença mental seja uma doença de ricos, ainda que seja uma maioria menos expressiva, com uma percentagem de 76,2% que discorda para 13,5% que concorda, sendo a percentagem dos que não concordam não discordam de 8,8%, e a camada de inquiridos que não responderam ou que não sabem, representada por uma percentagem de 5,5%.

Finalizamos com a análise correspondente ao que a doença provoca no indivíduo, deste modo 40% dos inquiridos concorda que uma pessoa que tenha tido uma doença mental nunca mais é a mesma, para 30,8% que discorda, sendo que 23,7% nem concordam nem discordam e 23% não respondeu ou não sabe; uma percentagem de 30,8% concorda que é difícil trabalhar com uma pessoa doente mental para 18,4% que discordam, 23,7% nem concorda nem discorda e uma percentagem 36,9% optou por não responder ou não sabe; um total de 157 inquiridos concorda que um doente mental consegue levar uma vida comum (31,7%) para 41,6% que discorda (um total de 208 casos), dos que não concordam nem discordam, a percentagem é de 23,7%, sendo que 17,5% representa a camada de inquiridos que optou não responder ou que não sabe.

Concluímos a nossa análise dos dados recolhidos com um cruzamento da variável em estudo com a variável independente género, seguindo a mesma linha de análise.

Assim através da leitura dos dados podemos verificar que do total de inquiridos que afirma que a doença mental deve ser tratada por um médico de especialidade, a maioria é do sexo feminino, já no que concerne ao total de inquiridos que discorda a maioria dos casos é do sexo masculino, o que permite aferir que apesar de no seu conjunto os inquiridos tem uma informação válida face à doença, aquando uma análise do género, verifica-se que é na camada do sexo feminino que existe a maior representatividade de um conhecimento sobre o respectivo tratamento da doença mental.

Observamos através da análise anterior que a percentagem dos inquiridos que concordavam que a doença mental era uma doença como as outras, era inferior aos que afirmaram que não concordavam, lendo os dados em análise, verificamos uma maior representatividade dos inquiridos que concordam pertence à camada do sexo feminino (54,8%) para 45,9% do sexo masculino. Já no que concerne ao conjunto de inquiridos que discorda a maior concentração encontra-se na camada do sexo masculino, com uma percentagem de 49,8% para 50,2%; do total de inquiridos que nem concorda nem discorda verifica-se uma percentagem mais elevada do sexo feminino, ainda que não seja de particular relevância, com 54,5% do sexo feminino para 45,5% do sexo masculino.

Considerando agora a frase – *não considero a doença mental uma doença*, verifica-se que dos que concordaram a maioria é do sexo masculino, com uma percentagem de 54,8% para 45,2%, podendo se constatar uma diferença mais evidente face à frase anteriormente analisada; dos que discordam verifica-se uma homogeneidade na distribuição dos dados.

Analisando a frase – A doença mental é provocada por problemas no cérebro, e considerando os dados presentes na tabela anterior, que revelavam que 50% da amostra concordava, face aos outros 50% que se encontravam distribuídos pelas restantes opções de resposta, podemos aferir que dos 50% que concordaram, a distribuição por ambas as camadas é relativamente simétrica, ainda que a percentagem seja um pouco mais elevada nos inquiridos pertencentes ao sexo masculino, com uma percentagem de 48,2% para 51,8% do sexo feminino.

Iniciando agora a análise face à caracterização da doença, com objectivo de aferir diferenças ou simetrias no conjunto de inquiridos, considerando o seu género, podemos observar através da tabela em estudo presentemente, que de todas as frases analisadas na tabela anterior, referente à caracterização da doença, a maioria dos inquiridos que concorda pertence à camada do sexo masculino, neste contexto relevamos a frase – Trabalhar muito no computador pode provocar uma doença mental, na medida que adquire uma maior expressão na diferença da distribuição dos dados: com uma percentagem de 63% dos inquiridos do sexo masculino que concorda face a 37% do sexo feminino. Já no que concerne a uma análise da opção de resposta discordo, a mesma não oferece particular surpresa, tendo em conta a análise da opção de resposta concordo, em que dos inquiridos que discordam, verifica-se uma percentagem mais elevada na camada do sexo feminino; todavia referenciamos aqui também a frase – Trabalhar muito com o computador pode provocar uma doença mental, no sentido de relevamos que a percentagem as diferenças entre ambas as camadas, ainda que expressivas, são menos evidentes face à opção concorda, com uma percentagem de 43,5% dos inquiridos do sexo masculino que discorda face a 56,5% que concorda. Dos que não concordam nem discordam, referente à frase em análise a expressão, contrariamente à opção anterior é maior na camada de inquiridos do sexo feminino, com uma percentagem de 53,3% para 46,5%, ainda que a expressão seja pouco assinalável, nas restantes frases observa-se um comportamento dos dados análogo ao da frase que referimos, exceptuando nos inquiridos que afirmam que a doença é fruto de falta de tempo em que a maior percentagem de casos em que não concordam nem discordam é de 56,6% do sexo masculino para 43,4% do sexo masculino.

Numa referência dos factores sociais que possam contribuir para justificar a percentagem de pessoas com doença mental, observa-se na tabela em análise uma situação de interesse, na medida que dos inquiridos que afirmam que antigamente havia menos pessoas com doença mental, a maior expressão é do sexo masculino, com uma percentagem de 56,5% para 43,5% do sexo feminino; todavia dos que afirmam que a doença mental é provocada pelo estilo de vida actual, a

distribuição dos dados é bastante homogénea, não se verificando uma maior expressão em nenhum dos grupos, com uma percentagem dos inquiridos do sexo feminino de 52,3% para 47,7% do sexo masculino.4

Realizando agora uma leitura das frases que caracterizam que a doença mental atinge sujeitos com características diferentes, aludimos à observação que em todas as que referenciamos na análise da tabela anterior, existe uma maior expressão na camada dos inquiridos do sexo masculino que concordam, exceptuando na frase – *Os génios podem sofrer com maior facilidade de uma doença mental*, em que a distribuição de dados não se concentra em nenhuma camada em particular, com uma percentagem de 52,3% do sexo feminino que concorda para 47,7% do sexo masculino. Faremos, ainda uma referência às frases – A doença mental é invenção da pessoa, na medida que se observa que a clara maioria dos inquiridos que concorda é do sexo masculino, com uma percentagem de 73,3% para 26,7% do sexo feminino. Considerando a análise da opção de resposta discordo, aludimos ao facto que a percentagem dos inquiridos que discorda que uma pessoa com doença mental é uma pessoa mais fraca é mais elevada na camada do sexo feminino, observando-se a mesma situação nos que discordam que a doença mental é uma invenção da pessoa; já no que respeita aos que discordam que os génios podem sofre com uma maior facilidade de perturbações mentais, a percentagem dos que discorda é mais elevada na camada do sexo masculino (53%) que no sexo feminino (47%); dos que discordam que a doença mental é uma doença de ricos, a distribuição dos dados é mais simétrica, ainda que numa análise de cariz rigoroso, possamos afirmar que a maior percentagem dos que discordam encontra-se na camada do sexo feminino (52,8%).

Finalizamos com a análise das frases correspondentes ao que a doença provoca no indivíduo que sofre de uma perturbação mental, seguindo está claro a análise das mesmas frases, a que fizemos referência anteriormente. Assim podemos aferir, através dos dados presentes na tabela em estudo, que dos inquiridos que concordam verifica-se um maior pendor na camada do sexo masculino, ainda que nenhuma das frases revele uma maioria significativa, sendo a frase que mais assimetria espelha: *É difícil trabalhar com uma pessoa doente mental*, com uma percentagem de inquiridos que concordam do sexo masculino de 51,1% para 48,9% do sexo feminino. No que concerne à opção discorda verifica-se uma inversão da situação, na medida que a maioria da percentagem de inquiridos que discordam pertence à camada do sexo masculino, exceptuando nos que discordam que um doente mental não consegue levar uma vida comum.

Ainda e a referenciar a análise dos inquiridos que afirmam que evitam dar-se com pessoas com doença mental, a maior expressão encontra-se no grupo dos inquiridos o sexo masculino, com uma percentagem de 60%, portanto a maioria, para 40% do sexo masculino, observando-se o mesmo nos que discordam, ainda que nesta opção a diferença seja um pouco menos assinalável, com uma percentagem de 53,9% para 46,1% do sexo masculino. Já na opção nem concordo nem discordo, a percentagem mais elevado corresponde à camada do sexo feminino, 53,9% para 46,1%; na resposta não sabe nem responde a situação inverte-se com uma clara maioria de inquiridos do sexo masculino, que optaram por esta resposta, uma percentagem de 87,5% para somente 12,5% do sexo feminino.

Num contexto de finalização, aludimos para o facto, que apesar de termos assinalado diferenças na distribuição dos dados, exceptuando situações específicas a que fizemos especial referência, apesar de se observar assimetrias na distribuição dos dados, as mesmas não são de elevada expressão.

2. Principais conclusões

Antes de mais gostaria de assinalar, este trabalho tem apenas como objectivo o abrir de janelas, o trilhar de caminhos e nunca advogar chegadas, na medida que quanto mais procurava um entendimento da génese do estigma e uma análise dos dados recolhidos mais sentia que a complexidade do estigma, no sentido da sua raiz, da sua génese se apresentava crescente e exponencialmente abrangente a diversas ciências sociais, teorias, conceitos e ideias que como se de um *puzzle* infindável se tratassem apresentavam para mim um extrema dificuldade de selecção, na medida que todas se revelavam e revestiam de importância extrema, a meu ver, para podermos compreender as origens, barreiras e limites do estigma, na medida que o mesmo e todas as questões que ele levanta, abarca em si um universo multidisciplinar e exponencialmente abrangente, o qual só podemos abrir portas, trilhar caminhos

Todavia através do estudo efectuado, é me possível aludir, primeiramente, ao facto, que na minha opinião, o estigma encontra-se ao nível do inconsciente colectivo, apesar de o estigma pertencer ao terreno da objectividade ele desenvolve-se na subjectividade e muito ao nível do inconsciente, nos processos interiores do homem, complexos e relacionados com a teia social, com a relação que ele estabelece com a sociedade e com os seus códigos e signos subjacentes. Funciona muitas das vezes como uma defesa do próprio actor social, que estigmatiza, onde o medo pelo desconhecido activa como alavanca ao estigma, que tem consequências profundas no indivíduo revelando o crescimento no seio do mesmo de sentimentos de culpa, vergonha e medo de si e do outro. Todavia a questão coloca-se: mas quem é esse outro, quando é a própria pessoa a estigmatizar-se?

A questão colocada vai de encontro à importância do estudo dos processos da formação do inconsciente colectivo que vive em cada um de nós, para que possamos chegar a uma resposta da mesma. Para mim e após o estudo realizado, penso que os conceitos que accionam o estigma são como sinais, ou seja constituem-se como uma objectivação que traduz toda a amálgama de subjectividade em que se exprime o retrato da realidade de um doente mental, o que nos conduz necessariamente para os contributos semióticos desenvolvidos neste trabalho. Na minha opinião, penso que o estigma na sua

génese se constituía como um signo expressivo, motivado, que através dos processos históricos – culturais se transformou num signo lógico, codificado, estruturado no inconsciente colectivo; deste modo os sujeitos quando lêem a realidade de um doente mental, quando o caracterizam, não pensam conscientemente: é diferente, estranho, perigoso, difícil de trabalhar com ele, entre outros estereótipos, mas sim todo esse conjunto de adjectivos surge num só sobre a forma de código estruturado, como sinais (objectivações da expressão de uma subjectividade) e que partilhado pelos membros de uma cultura, assim o doente mental sendo também um membro da sua cultura possui no seu inconsciente índoles objectivas que traduzem a subjectividade afecta à caracterização de um sujeito com perturbação mental. Deste modo a leitura da realidade do doente mental proclama aos sujeitos um quadro subjectivo que descreve o doente mental sobre a forma de uma objectivação, como um código partilhado por todos ainda que no seu inconsciente.

Está claro, e para que não caíamos em concepções erróneas, mencionamos que o homem encerra em si a capacidade de desconstruir o *puzzle* em que o seu inconsciente se constitui, sendo assim capaz de transformar o signo lógico, imotivado, novamente num signo natural, expressivo, ou seja ver o doente mental como uma pessoa como uma doença qualquer, com um ser individual e não classificá-lo, caracterizá-lo sob um esquema tipificador.

Esta ilação conduz-nos à ideia, que defendo que urge a necessidade de consciencialização colectiva da perturbação mental como uma doença como as outras, onde o doente é vítima da sua doença e não actor participativo, onde os seus comportamentos, ainda que estranhos e diferentes, são apenas resultado da sua doença e não do seu carácter. Penso que ao desconstruir-se a ideia que a doença mental não existe no mesmo plano que a doença física, daremos um passo gigantesco para desmistificar os estereótipos afectos à doença mental, bem como travar, o sentimento que assola o doente na sua *jornada* contra a doença mental.

De acordo com a minha opinião, a sociologia, a análise dos factores sociais, do meio e a socialização do indivíduo constituem-se se como basilares ao nível do conhecimento das causas da doença, bem como numa forma de terapêutica da mesma, contundo muito diferente será análise da doença como comportamento desviante, ou seja de diferença a causa da consequência. A perturbação mental pode estar na origem de factores sociais e ser agravada pelos mesmos bem como a sua terapêutica ser administrada ao nível de uma mudança e compreensão por parte do doente desses mesmos factores (componente psicológica), sendo tal, muito díspar da ideia que os comportamentos resultantes do quadro sintomático da doença, serem fruto da sua personalidade, do seu percurso de vida, serem comportamentos voluntários. O facto dos doentes descompensados, agirem de forma diferente ao padrão de comportamentos instituídos, tal não significa que os mesmos resultem de uma acção deliberada por eles, não lhes pertencem ao nível da sua matriz identitária, mas sim são resultantes da doença que sofrem.

Com o estudo das variáveis presentes nos questionários aplicados, podemos aferir que a maioria dos jovens universitários, independentemente do seu género ou faculdade de pertença, têm a ideia que já viram filmes que retratassem doenças mentais, sendo que também uma evidente maioria tem um elevado contacto com o meio. Apesar de não podermos conclui que o cinema exerce uma forte influência nos jovens universitários considerando somente a variável se vai com frequência ao cinema, podemos desde já retirar a ilação que os mesmos consideram que os filmes que viram, com a temática da doença mental, retratava de facto a realidade da doença, ainda que não possamos saber se pensam que os filmes retratavam fielmente ou não a doença, com os dados que dispomos. Todavia ao cruzarmos com os dados que retiramos das respostas à questão *o que mais o impressionou no filme favorito*, podemos concluir que uma elevada percentagem dos jovens universitários ao afirmar que o que mais o emocionou/impressionou relaciona-se com o retrato da doença mental, da realidade do doente, de como a sociedade vê o doente, bem como a história presente no filme permite-nos aferir que os filmes que abordam a temática doença mental criam uma ideia do doente e da sua realidade ou então espelham a já ideia existente na mente dos jovens universitários de Lisboa.

Concluímos também através do estudo empírico aqui apresentado que existe um elevado grau de estereótipos associados à doença mental, particularmente no que concerne a se considerar a doença mental como outra qualquer bem como na ideia marcada nas consequências que a doença mental traz, mesmo que o indivíduo já se encontre recuperado. Neste contexto queremos assinalar a elevada percentagem de jovens que não tem uma ideia formada face aos mitos associados à doença mental que colocamos em análise nos questionários aplicados, sendo que muitos deles ou não sabem a resposta ou optaram por não responder.

Não podemos deixar de referenciar que o estigma revela-se também sob a barreira do invisível, e é neste campo de análise que salientamos o facto de que os jovens ao ter um sentimento de pena para com o doente mental, revelam a ideia que ele está noutra categoria, isolado dos parâmetro da normalidade, tendo pena dele da sua diferença, do seu mau lugar, ainda que na minha opinião tal ilação não seja consciente, nem de cariz negativo. O medo é também um sentimento presente nos jovens, neste campo teremos que relevar o medo do outro, do desconhecido, daquele que não segue as mesmas vias que nós e que nos ensinaram a afastar, podendo também estar ligado ao mito do doente mental ser perigoso, violento. Ainda que mais uma vez, relevo, que na minha opinião esse medo da diferença, não seja mais que o espelho dos códigos sociais, presentes no inconsciente das pessoas, inclusive no doente mental. Neste contexto relevamos o medo no sentido inverso, o medo do doente mental para com o outro, o medo que ele possa descobrir que ele é diferente, estranho do que se constitui como normal.

Queremos assinalar uma conclusão que nos parece deveras interessante e surpreendente, em que ao contemplarmos as diferenças entre os jovens do sexo feminino e do sexo masculino, verificamos que é nos jovens do sexo masculino que os

estereótipos e o estigma mais se revelam, bem como na leitura do filme que aborde temáticas referentes à doença mental, se verifica que são os jovens do sexo masculino que mais identificam o filme com a doença mental.

Em jeito conclusivo, gostaria de referenciar, que o estudo aqui apresentado, encontra-se inacabado, visto que me encontro neste momento a realizar a análise dos dados recolhidos à população com mais de 65 anos residente em Lisboa bem como a análise de conteúdo aos filmes mais vistos, por ambas as populações em que foram recolhidos os dados

A Diferença e a Desigualdade: reflexões teóricas sobre o estranhamento social

André Peralta Grillo Grillo
Universidade Federal de Juiz de Fora
grillo_andre@hotmail.com

Resumo: O artigo apresenta as reflexões teóricas, desenvolvidas em dissertação de mestrado, sobre o estranhamento social, na tentativa de contribuir para a melhor compreensão dos dilemas e conflitos que o mesmo provoca. Parte-se de uma discussão do texto "O Estranho", no qual Freud busca compreender o que causa a sensação de estranhar algo. Passando para as contribuições de Georg Simmel, são trabalhadas suas reflexões sobre o estrangeiro, a sociabilidade, o impacto estético, etc. De Pierre Bourdieu, se faz recurso à sua teoria sobre classes sociais e espaço social, em especial a relação entre os espaços físico e social e a questão das lutas por distinção de classe e de hegemonia dentro de um campo. São discutidas também as análises sobre a diferenciação das esferas de valor e sobre os determinantes da sensação de pertencimento social em Max Weber, e a teoria do reconhecimento de Axel Honneth. A articulação dessas diferentes fontes forma o tronco comum a partir do qual se chega à distinção entre os dois pólos do estranhamento: a invisibilidade e o choque. O primeiro pólo é trabalhado partindo-se da concepção de que a invisibilidade social deriva diretamente do estranhamento de classe (como uma espécie de recurso anestésico), e o segundo privilegia o estranhamento intencional, seja encarado como uma atitude puramente disruptiva e/ou subversiva, seja como uma "luta por reconhecimento" de um determinado estilo de vida ou modo de agir.

O que significa ser estranho? Primeiramente, pode ser útil apresentar uma abordagem mais geral do fenômeno. Freud (1987) se interessa por compreender o que causa a sensação de estranhar algo (seja uma coisa, pessoa, situação, etc.). Apesar disso, parece limitar de forma indevida o escopo dessa sensação, definindo como estranho apenas o que causa uma espécie de temor. Dessa forma, o que proporcionaria a sensação do estranhamento seria algo inusitado, inesperado e incomum, mas apenas na medida em que causassem algum temor, que fossem algo assustador. Apenas ser inusitado e comum não podem constituir algo como estranho, como nos mostra o autor, pois não estranhamos as situações e ações fantásticas de contos de fadas, por ex. Apesar disso, indo além de Freud, mas seguindo estreitamente sua pista, não é só o que assusta e causa temor que se torna algo estranho. Mas se faz necessário reconstruir seu argumento, além de espor sua explicação psicanalítica para o fenômeno do estranhamento, para tentar complementá-lo.

O mestre de Viena começa com uma análise do vocábulo alemão equivalente (apesar das diferenças de nuance) ao que significa em portugues "estranho": *Unheimlich*. Na verdade, parte das definições correntes nos dicionários do termo a princípio oposto, *Heimlich*, do qual o primeiro seria a negativa pela adição do prefixo "un-" . Assim, tem-se *Heimlich* como o que é familiar, confortável, íntimo, pertencente a casa, que causa "uma sensação de repouso agradável e segurança", e outras definições similares. A princípio, se definiria *Unheimlich* como exato oposto a essas sensações, e como algo "misterioso, sobrenatural, que desperta horrível temor". Porém, na própria definição do que é *Heimlich*, deslisa-se sorrateiramente para o que seria a princípio seu oposto. *Heimlich* também seria, em um de seus diferentes matizes de significado, aquilo que é familiar, mas que precisa permanecer escondido, ou que foi escondido: "por um lado, significa o que é familiar e agradável e, por outro, o que está oculto e se mantêm fora da vista". Chega mesmo a emglobar a noção de algo oculto e perigoso, e também de algo obscuro, *inconsciente*, inacessível ao conhecimento. *Heimlich* se torna, assim, um termo ambivalente, se aproximando por vezes de seu oposto. A definição de Schelling, apresentada por Freud, antecipa em poucas palavras a explicação que o último dará sobre o estranhamento: "*Unheimlich* é o nome de tudo o que deveria ter permanecido ... secreto e oculto, mas veio a luz".

A partir dessa compreensão do termo, Freud passa a expor, principalmente a partir de exemplos literários, "coisas, pessoas, impressões, eventos e situações que conseguem despertar em nós um *sentimento de estranheza*"(grifos nossos). O principal, aqui, é a diferenciação do estranho do simplesmente fantástico (como nos contos de fadas), e mais ainda, a explicação do estranhamento como fruto de dois fatores, a saber: ou estranhar-se-ia algo por aquilo trazer a luz um complexo infantil *reprimido*, ou por trazer a tona dúvidas sobre questões já *superadas* pela sociedade. O primeiro fator derivaria, por ex., dos casos em que o complexo de castração é rememorado pela cena de algum orgão amputado. O segundo se apresentaria, principalmente, quando alguma situação parecesse trazer de volta a possibilidade de uma explicação animista para algum fenômeno, uma explicação baseada no que freud chama de a crença na onipotencia do pensamento. Como pensar que alguém morreu só porque outro assim o desejou, um tipo de explicação, segundo o autor, infantil, que já teria sido superada em sociedade o mínimo "civilizadas", mas que estaria ainda lá, no fundo do inconsciene, apenas esperando uma oportunidade para nos colocar novamente em dúvida.

O importante a ressaltar aqui é que esta explicação, e o fenômeno do estranhamento em geral, não se aplicam apenas ao que é assustador. Pode-se legitimamente dizer, dentro mesmo da abordagem de Freud, que o "sentimento de estranheza" é despertado sempre que algo nos deixa deixa desconfortáveis, tensos, com a sensação de que algo está errado, incomodamente fora do lugar, e também quando algo nos deixa apreensivos, incertos e assustados. Na própria exposição das significações possíveis de Heimlich essas diferentes possibilidades se apresentam, e não apenas o assustador. Alguém "estranho" pode, inclusive, fazer parte do cotidiano de um grupo de pessoas, obrigadas a naturalizar a sua presença, e a manter com ele uma "forma positiva de sociação", como mostra Georg Simmel.

A abordagem de Simmel (1950) é estritamente sociológica, e não psicológica ou estética como a de Freud. Assim sendo, seu foco está no estranho como uma tipo social, como um estrangeiro (seja da nação, da cidade, da raça, etc.), e não em acontecimentos, situações ou coisas estranhas, como em Freud.

O interesse de Simmel está no estranho que permanece no grupo em relação ao qual é estrangeiro, e não no estranho de passagem. Demonstra como este grupo constroi um tipo de relação positiva e específica com ele. A relação com o estranho comporta uma equação peculiar da relação entre proximidade e distancia existente em toda relação social. Ao mesmo tempo, literalmente, em que está perto, fisicamente, e eventualmente pelos laços afetivos mais íntimos, o estranho também está longe, por não estar "radicalmente comprometido com os ingredientes únicos e tendencias peculiares do grupo", o que acarreta uma postura mais objetiva do estranho em relação ao mesmo. Se a relação entre proximidade e distancia é algo geral, pode-se dizer que com o estranho o elemento da distancia é particularmente acentuado. Segundo Simmel, o estranhamento se dá exatamente pela proximidade com alguém tão distante.

Uma comtribuição indireta importante de Simmel, que pode complementar sua teoria do estranho, são suas reflexões sobre a metrópole, já que a vida urbana moderna traz novas implicações para o estranhamento social. A vida rural é relativamente estável e previsível. O tempo é mais cíclico; temos a época do plantio, da colheita, das festas, todo mundo se conhece, há poucas pessoas a conhecer, todo mundo sabe da vida de todo mundo. As relações tendem a ser mais pessoais. A vida urbana vai em sentido oposto, o que se desenvolve plenamente apenas na modernidade. Segundo Simmel(1973), a vida na cidade implica o desenvolvimento de uma relação com o meio que ele chama de "reserva", ou distanciamento. Em virtude da multiplicidade de contatos e da variedade e velocidade de mudança das impressões, o indivíduo é sobrecarregado, até o ponto de não poder mais responder emocionalmente aos estímulos que recebe, tornando-se, então, "blasé". É importante lembrar que não é apenas a multiplicidade dos estímulos, como normalmente é lembrado, que leva ao desenvolvimento de uma atitude blasé, mas também a rapidez da mudança destes estímulos. Com todas as críticas que essa abordagem pode receber, entendo que o principal se mantêm: a vida urbana requer uma reserva cotidiana em relação a coisas e pessoas; se a cada manifestação de miséria fossemos parar para refletir, se cada pessoa que víssemos quisessemos conhecer, não sairíamos do lugar e ficaríamos loucos. Assim, a reserva e uma tendência a estabelecer relações impessoais (como com o caixa do supermercado, por ex.) são inerentes à vida urbana, na proporção da densidade demográfica e do grau de cosmopolitismo da cidade.

Um fenômeno inseparável e condição para o desenvolvimento desse estilo de vida blasé é a diferenciação e autonomização das esferas de valor (WEBER, 1974a). Em contextos pré-modernos, é impossível separar as diferentes esferas, como a política, a econômica, a cultural, etc. Em uma vila camponesa da idade média, por ex., não ser cristão não apenas implicava recriminação e exclusão dos rituais religiosos. Significava estar excluído de toda a vida social, visto que toda festividade tinha alguma ligação com a religião (mesmo que sua origem fosse obscuramente pagã); quem se relacionasse com um não-cristão, em geral, seria estigmatizado como aquele, o que trazia implicações econômicas, políticas e em todas as esferas da vida. Na modernidade, em geral, não é fonte maior de preocupação a orientação religiosa, política ou outra de um vendedor, por ex. Se separa as esferas. Embora um evangélico possa falar mal, até ter raiva de um vendedor por ele ser espírita, isso não o impede de comprar em sua loja se ele, por ex., tiver preços mais em conta. É claro que se tende a estabelecer uma certa solidariedade entre membros de uma mesma religião, e, podendo escolher, um evangélico provavelmente prefira se relacionar com e comprar de um outro evangélico. Mas, de qualquer forma, isso não é uma necessidade, e a compra em geral vai depender muito mais da lógica própria da esfera econômica (tentar comprar mais com menos).

Para entender melhor esse processo, voltemos a problemática da crescente racionalização do mundo e da diferenciação das esferas como desenvolvida por Weber.

Segundo este, a religião, antes da modernidade, dispunha do monopólio da dotação do sentido para a vida, ou melhor, as demais esferas tinham que se adaptar às tensões que pudessem ter com a esfera religiosa. Assim, toda a guerra, por mais que claramente apresentasse motivações materiais ou políticas, sempre era revestida de um sentido religioso, nem que esse fosse atribuir os despojos ou a sucesso na batalha à glória e ao favor de Deus (ou deuses). Mas há uma diferença fundamental entre os tipos de religiosidade. As chamadas religiões de salvação vão apresentar uma ruptura importante em direção ao desencantamento do mundo. As religiões mágicas não estabelecem uma dimensão ética efetiva, pois nelas não temos a divisão entre ser e dever ser; não se tem a construção de uma dimensão extra mundana em relação à qual este mundo possa ser julgado inferior. Essa religiosidade busca prêmios bem concretos, como a ajuda em batalhas ou a cura de doenças, e sempre se busca barganhar com o favor dos deuses, através de toda espécie de ritual. Se o agrado e a ajuda dos deuses dependem apenas da observação de determinadas prescrições rituais, a religião não é um estímulo efetivo à adoção de uma conduta de vida, pois não é desta que depende o favor das divindades (a não ser indiretamente, na medida em que a performance de rituais possa influenciar essa conduta). As religiões da salvação, ao estabelecer um mundo ideal e transcendente, criam as condições que iram desembocar no mundo desencantado, quando esse mundo transcendente perde a força, junto com a perda do monopólio religioso da dotação de sentido. Com efeito, só com o protestantismo decai o papel do ritual na religião. Mas voltemos com mais calma a esse desenvolvimento.A eficácia mágica têm uma premissa básica e pragmática: algo que deu certo uma vez, pode dar outra, e assim indefinidamente. Não há cálculo, ou lógica, ou justificativa para um ritual de cura surtir efeito. Simplesmente, se ele deu certo algumas vezes, pode dar outras. Daí, segundo Weber, o caráter estático de sociedades de religiosidade mágica. Seus rituais e preceitos são em verdade muito frágeis, e qualquer mudança se torna mal vista. Aqui não é espaço para nos aprofundarmos nessa questão, apenas devemos ressaltar esse caráter

mundano e pragmático da magia, além da inerente porosidade que ela acarreta. O mundo é permeado de espíritos, que podem habitar qualquer coisa, e num ritual perante uma árvore assim encantada podemos obter o sucesso na guerra. Os espíritos, benéficos ou malignos, podem estar em qualquer lugar, e, diretamente ou através de mediadores, temos acesso a eles.

A instituição de um mundo transcendente altera fundamentalmente esse panorama. Os espíritos, ou Deus, não mais está entre nós, e só através de sacerdotes podemos interagir efetivamente com Deus. Os rituais ainda são importantes, pois deles ainda depende a graça de Deus. Mas esta também depende da observação de princípios de conduta apregoados pelos sacerdotes. Não basta comparecer a missa e dizer amém. É preciso se confessar e se arrepender pelos seus pecados. É claro que, na prática, acaba se confiando mais nos rituais, como o batismo, as orações (dos fiéis e dos sacerdotes), para se obter a salvação. A própria confissão não passa de um ritual. Mas com o protestantismo, isso irá mudar, principalmente com o calvinismo, fundamental ao processo em direção à secularização do mundo.

Lutero teve uma veia mística muito acentuada, o que o impedia de dar o passo final no processo de crescente abstração da religião, passo dado por Calvino. Com este, não apenas temos um mundo transcendente, superior, mas a comunicação com este mundo se torna impossível, em virtude de sua doutrina da predestinação. Segundo esta, como é amplamente conhecido, o crente não têm nenhum acesso ou poder de influência sobre os designos de Deus. Nenhum ritual, preceito, ou mesmo conduta virtuosa garantem a salvação. Os eleitos já foram eleitos. Mas como conviver com a angústia existencial que essa concepção acarreta? Os eleitos, embora não possam teoricamente ter certeza de sua salvação, estão na terra para a glória de Deus. Ora, se um crente têm sucesso em alguma empreitada, esse sucesso contribui para exaltar a glória de Deus. Assim, o sucesso mundano para a ser um sinal da glória de Deus, e o crente julga que, sendo virtuoso, e sua vida sendo abençoada, seu sucesso só pode significar o favor de Deus, que só pode se manifestar em um de seus eleitos. Assim, mesmo o mundo da "criatura" sendo mau e decaído, ele pode ser transformado para a glória de Deus, e essa ética de transformação do mundo, com sua promessa de salvação, estimula uma ascetismo intra mundano, ou seja, uma conduta de vida metódica e sistemática nas atividades do mundo, decorrente do fato de que o sucesso nesse mundo é agora buscado com toda a força de uma luta pela certeza da salvação. A conduta é metódica e sistemática, já que as atividades cotidianas devem ser melhor desempenhadas, pois agora nelas reside a certeza da salvação. Assim, a salvação, e o alívio (psicológico) ante as dificuldades da vida, não podem mais ser buscados1 (a princípio) através de nenhum meio mágico ou ritual. Isso abre caminho para que a religião perca o monopólio do sentido, ou que as várias esferas possam seguir leis próprias, independentemente de princípios religiosos (WEBER, 1974a; 1992;1991).

De fato, todas as religiões proféticas e redentoras tem que lidar com uma tensão intensa com as ordens do mundo, e "essa tensão tem sido maior quanto mais a religião se tenha sublimado ao ritualismo". Essas tensões passam a se mostrar claramente com o avanço da "racionalização e sublimação consciente das relações do homem com as várias esferas de valor, (...) pressionando no sentido de tornar conscientes a ***autonomia interior e lícita*** das esferas individuais" (idem, 1974a).

Quando uma profecia de salvação cria comunidades religiosas, a primeira tensão criada é com o clã natural, que teme ser desvalorizado pela profecia. E frequentemente é. Os discípulos de Jesus deveriam poder ser hostis aos membros da casa, por ex., e isso se dá quanto mais a crença se basear numa convicção absoluta. Fazendo um pequeno parenteses, podemos introduzir aqui a distinção entre ética da "convicção" e ética da "responsabilidade", a partir desse último exemplo. O comportamento pautado por uma convicção (no sentido de Weber) pode ser uma ação irracional, ou sentimental, mas comummente é uma típica ação racional com relação a valores. O valor, aqui, é a fé cristã, e agir com convicção significa subordinar qualquer outro valor ou consideração ao que é prescrito pela doutrina cristã, e na proporção em que a crença e a subordinação ao valor for absoluta. Assim, qualquer atitude que contradiga os princípios cristãos, mesmo que venha de um parente ou pessoa próxima, deve ser recriminada, mesmo que isso prejudique essa pessoa, e sem qualquer consideração por qualquer tipo de justificação, pois o observância da doutrina é um princípio absoluto. Mesmo que signifique a morte de uma população inteira, a convicção na observação irrestrita do valor permanece inabalável no tipo puro de ação pautada na ética da convicção; que, ademais, também pode servir para grandes realizações, mas sempre de forma irresponsável em relação às conseqüências da ação (WEBER, 1974b). É interessante como essa descrição lembra a análise de Simmel sobre o comportamento da massa, ao qual voltarei de forma mais incisiva mais adiante. Aqui, lembro apenas o caráter irresponsável da massa e, articulando com Weber, como o fato de estar em uma massa (especialmente fisicamente2) gera uma "inebriação" que leva a uma defesa ferrenha e/ou luta violenta em nome de uma idéia, e que pode até fazer com que indivíduos não tão afeitos a essa idéia sejam como que "tomados pela convicção" em função dessa ebriedade provocada pelo estar em uma massa. De qualquer forma, em geral, a massa sempre segue o caminho mais simples e age sempre por convicção, ou seja, de forma irresponsável em relação as conseqüências de sua ação e dos meios a serem empregados, além de ser sempre movida pelo sentimento. Um músico conquista uma platéia não pela complexidade matemática de sua música, outrossim (mesmo quando essa complexidade esteja presente) por "tocar na alma", no sentimento dos ouvintes. Da mesma forma um orador conquista, em geral, uma assembléia, mais pelas suas habilidades retóricas do que pela qualidade de sua argumentação; ou, de qualquer modo, o valor da argumentação em geral de desvanece quando não apresentado de forma "envolvente" (SIMMEL, 2006: 39-82). Como já fica claro pelo que foi dito, a ética da responsabilidade é exatamente o contrário da ética da convicção, ou seja, as conseqüências prováveis (mesmo as indesejadas) de um determinado curso de ação para a

1 Que fique claro que estou sendo esquemático, e que evidentemente mesmo em centros mais modernos temos práticas de magia e afins. Mas elas se tornam, tendencialmente, extra-cotidianas e subordinadas,.

2Leitores de um mesmo jornal também formam uma massa, por ex., mas esses casos são os menos relevantes para a caracterização fenomenológica da massa.

consecução de um fim são racionalmente levadas em conta, e é avaliado o peso dessas conseqüências para se decidir pela viabilidade ou não de uma ação. Por ex., a provável morte de uma parcela considerável da população é um bom motivo para se evitar uma guerra expansionista; mas se dessa expansão depende a alimentação dessa população, e não houver outro meio factível, o sacrifício de alguns passa a ser justificado, não em função de uma convicção, mas pelo puro cálculo responsável do "menor dos males" (lembrando sempre que estamos tratando de tipos puros; dificilmente um estadista (ou qualquer um) vai ter uma frieza total e uma racionalidade perfeita na tomada de uma decisão vital, embora um grau considerável de frieza e cálculo seja necessário para seu sucesso).

Voltando à relação da religião com as demais esferas de valor, temos que, apesar da mencionada tendência da comunidade religiosa de entrar em conflito com o clã natural e, pode-se dizer em última instância, com qualquer laço pessoal ou local de fidelidade, as religiões em geral acabam regulamentando os laços mundanos. O mesmo se dando na esfera política. Mesmo podendo divergir e entrar ocasionalmente em conflito violento com essa esfera, a religião, na prática, normalmente é um importante meio de legitimação da dominação política e do status quo como um todo. Na China a legitimação é completa, dada à racionalidade de "acomodação ao mundo" própria de sua religião de salvação; é também preponderante na Índia, com sua racionalidade de "fuga do mundo", que deixa inquestionadas as ordens mundanas; na outra grande religião mundial (além do islamismo e do judaísmo), o cristianismo, sua racionalidade de "dominação do mundo" abre uma perspectiva para o desenvolvimento histórico que vai culminar nas grandes revoluções, apesar de, principalmente antes da Reforma, a Igreja cristã ter sido sempre grande fonte de legitimação (quando não era o próprio) poder político. Já na esfera econômica, até a Reforma, a tensão sempre foi acentuada, ficando clara na condenação a usura, que trazia enormes entraves ao desenvolvimento econômico (WEBER, 1974a; 1991). Mas, como visto, a racionalização quebra o monopólio religioso da dotação de sentido, permitindo que a autonomia e a lógica própria das diferentes esferas se libertem das amarras que a religião lhes impunha.

Num mundo em que o bom desempenho em uma esfera depende apenas da adaptação à lógica própria dessa esfera (SOUZA,2006), em que seu sucesso econômico depende, a princípio, apenas da observação dos princípios requeridos pelo mercado, estabelecer uma relação econômica, ou conviver em um ambiente qualquer (como na esfera pública, em manifestações culturais), com alguém de crença religiosa, por ex., antagônica a sua, se torna (em princípio) menos problemático. Claro que isso não pacifica as relações, e nem acaba com a influência de uma esfera sobre a outro. Em relação ao segundo ponto, temos o exemplo claro da tentativa de proibição no Brasil das pesquisas com células tronco: a esfera religiosa, por princípios religiosos, tenta sancionar a esfera científica. Mas isso não contradiz a idéia. Para começar, essa não parece uma postura que possa vingar a longo prazo, e a tendência mundial parece ir em sentido contrário. Além disso, os religiosos, se buscam algum êxito, têm que argumentar cientificamente. Quanto ao primeiro ponto, os conflitos parecem ter se "especializado", o que só confirma o ponto. Podem existir sangrentos embates religiosos. Um fanático pode espancar alguém de outra fé; mas será menos provável que espanque alguém de outra orientação política, a menos que também seja um fanático político.

Como dito anteriormente, toda relação humana envolve algum grau de proximidade e distância, mas com o estranho a relação entre ambas é particularmente acentuada. Simmel não se interessa pelo que poderíamos chamar de "turista", ou seja, o estranho que "chega hoje e parte amanhã", mas no estranho que "chega hoje e fica amanhã". Aquele que, por não participar originalmente do grupo ou meio no qual agora habita, introduz novas características no mesmo e, apesar de fazer efetivamente parte dele (sendo a relação com o estranho uma "forma positiva de sociação"), suas ligações com o mesmo não são, digamos, "orgânicas", como os laços de parentesco ou etnia (SIMMEL, 1950). É possível afirmar, integrando aqui a teoria de Weber, que o estranho, por mais adaptado, e por mais que possa, de fato, ter relações as mais íntimas e próximas, ainda será em grande parte distante, mesmo de quem lhe é mais íntimo, visto que não possuí o que Weber chama de "consciência de comunidade". Apesar de chamá-la de "consciência", parece empregar o termo mais no sentido de sentimento ou sensação de pertencimento. É esse sentimento, segundo Weber, que "fomenta a imitação" dos costumes e hábitos entre os membros de um mesmo grupo, comunidade, etnia, e mesmo raça (cuja construção como ente biológico é apenas uma reconstrução posterior a um já existente elo decorrente dessa "consciência de comunidade") (WEBER, 1991: Parte II, cap.IV). Voltarei a esse ponto mais tarde.

Simmel identifica, historicamente, o surgimento desse estranho ou estrangeiro integrado com a figura do comerciante. Essa era a única atividade que um estrangeiro poderia exercer em uma dada comunidade relativamente fechada em que viesse parar, estando as ocupações nativas não acessíveis ou dependentes, para seu exercício, de laços pessoais ou de parentesco com os autóctones do local. Sempre que houvesse interesse por produtos não produzidos no local, abria-se a oportunidade para o estrangeiro, que poderia vir a residir nesse local, indo periodicamente buscar os suprimentos do exterior (idem). Ademais, alguém pode ser estrangeiro, ou estranho, não só por questões geográficas, outrossim muito frequentemente por questões de pertencimento étnico e/ou religioso. É evidente, vale lembrar, que esse tipo reflete a experiência do próprio Simmel, como já foi afirmado alhures (COHN, 1979), que nunca conseguiu se integrar plenamente no meio acadêmico alemão, em virtude de sua ascendência judia. E não a toa os judeus são o grande exemplo apontado nessa reconstrução "genética" do estrangeiro por Simmel.

Uma característica importante do estranho, como afirma Simmel, é a sua objetividade. Não por acaso é comum as pessoas fazerem confissões íntimas, que não fariam a seus entes mais próximos, a alguém estranho (SIMMEL, 1950). Este dificilmente terá algum interesse ou envolvimento pessoal na questão, o que explica a prática de se buscar alguém de fora da comunidade para arbitrar certa questões (e a criação de cargos como o "juiz de fora"), como descrito por Weber (WEBER,

1991: Parte II, cap.IV). Pela sua característica de, apesar de próximo, fisicamente e mesmo por relacionamentos e relações econômicas ou até políticas (eventualmente), estar também distante, e por não estar, de qualquer forma, envolvido por laços tão firmes em qualquer questão que seja, o estranho não pode deixar de ser mais imparcial do que quem está mais ligado afetivamente aos problemas, hábitos, e divergências particulares de uma comunidade. De fato, podemos partir daqui na busca de uma ampliação do tipo simmeliano, integrando outro tema desenvolvido pelo próprio Simmel, o tema da relação entre o indivíduo e a massa.

Já na descrição do estranho, Simmel nos dá o mote para o que pretendo elaborar aqui. Segundo o autor, com alguém estranho, ou estrangeiro, em virtude da distância em relação a ele, só podemos tratar de assuntos ou temas mais gerais, no limite apenas os que afetariam toda a humanidade, como comentários banais sobre o tempo (SIMMEL, 1950). Pois bem, quando alguém está em uma massa, da mesma forma seu elo com ela só pode se basear no que há de mais básico e "primitivo", pois apenas isso é compartilhado por todos. Como já foi mencionado, é pelo sentimento que a massa se une, pelo que há de mais antigo e enraizado, por que isso é o que todos compartilham. O comportamento da massa não agrega todas as qualidades de seus membros, ou resulta de uma média desses, mas tende a se nivelar pelo que há de mais primitivo, pois é só isso que todos possuem. Instintos básicos, habilidades e comportamentos há muito enraizados na tradição, conhecimentos práticos pouco especializados são amplamente (quando não totalmente) disseminados, o mesmo não se dando com conhecimentos mais especializado, "refinados" e, em geral, mais recentemente adquiridos. O que há de mais complexo no desenvolvimento do ser humano, assim, seja por ser mais recente, seja por exigir certo grau de especialização e conhecimento prévio, é acessível a poucos, e, quando alguém de ampla erudição, por ex., integra uma massa, o que ele possui de singular se perde em favor daquilo que ele compartilha com os demais. Mesmo essa tendencia não sendo absoluta, já que as pessoas mais virtuosas, segundo Simmel, tem uma resistência maior ou menor a esse rebaixamento, essa tendencia é dominante e freqüente, até porque, como diz o autor, quem está me cima pode subir, mas quem está em baixo não pode ascender (SIMMEL, 2006).

Mas o que isso nos ajuda a compreender a especificidade do estranho na modernidade? Voltemos um pouco ao blasé. Para Simmel, as exigências que a necessidade de uma postura blasé impõe ao estilo de vida urbano fazem com que as impressões cotidianas tendam a ser assimiladas não pelo sentimento, ou seja, pelas camadas mais inferiores e enraizadas do ser humano, mas pelas camadas mais superficiais e elevadas do intelecto, já que esse possui mais plasticidade e é capaz de lidar com a multiplicidade de estímulos da vida urbana. Daí, segundo o autor, a tendência a intelectualização da vida urbana, e a já mencionada postura reservada e distanciada que a vida na cidade moderna exige (SIMMEL, 1973). Isso não impede que grandes e violentos arroubos sentimentais venham a tona quando o indivíduo "integra" uma massa, quando, por ex., assiste a uma partida de futebol em um estádio, ou mesmo com um grupo qualquer de pessoas pela televisão, pela dinâmica que a participação em uma massa acarreta ao indivíduo, como já visto. Mas, no cotidiano, o indivíduo não integra nenhuma massa, mesmo que esteja rodeado de uma infinidade de pessoas. E, mais que isso, pode não ter, ou ter de forma muito tênue e parcial, uma "consciência de comunidade". Mas isso, de fato, é exceção, mesmo para quem se sente estranho, e o importante aqui é que a consciência de comunidade tende, na modernidade, a se tornar de certa forma plural, abrangendo um espectro que vai desde uma sensação de pertença bem específica e restrita a pequenos grupos até a sensação de comunidade nacional e talvez mundial, passando pela pertença a uma classe (que é muitas vezes mais forte do que a pertença nacional ou até local); a força do sentimento de comunidade é preponderante na determinação do comportamento, e varia conforme os diferentes grupos com os quais se sente em comunidade (não necessariamente em função do tamanho destes). Com efeito, a consciência de comunidade traz consigo, embora em geral de forma menos acentuada, algumas características do comportamento da massa, principalmente quando a comunidade se encontra espacialmente junta; ela é como uma massa um tanto diluída. A tendência a imitação mencionada, em função da consciência de comunidade, serve para regular e homogenizar, ao menos até certo ponto, os costumes e comportamentos de quem se identifica com a comunidade; e não só o impulso de imitar os semelhantes, mas também as sanções, implícitas ou explícitas, conscientes ou não, que esses se aplicam constantemente são fundamentais. Aqui, uma outra conceituação de Weber se torna importante: sua definição de "costume", "convenção" e "direito".

O costume é um "uso" (curso da ação regularmente observável) que se mantem por "hábito inveterado", por comodidade, e cuja ofensa não é passível de repreensão, embora possa causar inconvenientes e incômodos (ou seja, ser uma prática estranha, mas que não chega a ocasionar uma repreensão direta e explícita). Por ex., um modo peculiar de cozinhar. Já a convenção se baseia em um uso mais enraizado, cuja violação é passível de repreensão e sanção explícita e mais ou menos acintosa (no nosso entender, talvez diferentemente de Weber, o estranhamento ocasionado pelo desvio do costume também é uma forma de sanção, embora mais leve do que na convenção3). Mas a sanção aqui ainda é difusa, e nisso a convenção difere do direito que, para além do que determina uma convenção, se caracteriza por possuir um corpo específico de agentes encarregados de vigiar a observação da norma e de punir quem dela se desviar (WEBER, 1991: Parte I, cap. I; Parte II, cap. I).

Weber, de fato, relaciona o estranhamento entre membros de diferentes etnias, raças, etc., não só a uma incompreensão do "costume diferente em seu sentido subjetivo", mas também às divergências em relação aos modos de agir, ao estilo de se vestir, de falar, andar, cumprimentar, cozinhar, etc., ou seja, aos hábitos cotidianos discrepantes. E, no

3 Entendo que seria importante desenvolver melhor, o que foge ao escopo do presente trabalho, em que consiste um sanção, principalmente a negativa.

estranhamento intra-grupo, à fuga dos usos, costumes e convenções tidos como normais pelo grupo (idem). Aqui fica clara uma possível aproximação com Bourdieu, que afirma que as diferentes classes (que constituem um estilo de vida específico, mais do que uma condição econômica) se diferenciam, se aproximam e afastam no cotidiano pela identificação inconsciente de seus semelhantes e de seus estranhos através dos hábitos, escolhas e costumes cotidianos dos mesmos (BOURDIEU, 2001: 157-252). Mas meu foco aqui não é a condição de classe, ou o estranhamento em função da distancia de classe, apesar de sua importância para a compreensão das interações cotidianas. O problema principal aqui é uma sensação geral de não-pertencimento e estranhamento do mundo que apenas as condições modernas possibilitam, ao menos como algo assimilável. Assim, apesar de outras sociedades possuírem párias, estranhos em geral, esses dificilmente podiam ser integrados na dinâmica produtiva cotidiana. De fato, típicos estranhos em sociedades pré-modernas, principalmente nas de religiosidade mágica, muitas vezes se tornavam grandes figuras, pelo carisma que seu comportamento diferente acarretava. Como mostra Simmel, todo o desenvolvimento histórico se dá pela dinâmica entre o semelhante e o diferente (SIMMEL, 2006: 39-58). Ao mesmo tempo que é agradável a sensação de familiaridade, o diferente, o novo, exerce um grande fascínio. Mas, na modernidade, apesar da apregoada valorização da diferença e do excepcional, de fato a diferença e a novidade são muito mais integradas. Ao se tornarem pré-requisitos da reprodução do modo de produção, já que a acumulação de capital requer sempre novos produtos para que o consumo possa ser aumentado ou ao menos seja contínuo, o diferente perde seu caráter excepcional e passa a ser apenas conteúdo da mercadoria ou do comportamento. Usando o método central de Simmel da diferenciação entre forma e conteúdo (idem: 7-38; 59-82), podemos dizer que o comportamento estranho só é aceitável e assimilável quando consiste apenas no conteúdo da ação, e não em sua forma. Como exemplo temos as chamadas tribos urbanas, que se afirmam como estranhas ao mainstream da indústria cultural (principalmente no gosto musical e no vestuário), mas que são plenamente integrados ao mercado cultural como um todo, formando um nicho de consumidores (quiçá deveras lucrativo) específico ao qual a lógica do mercado se apropria facilmente, pois seu modo de agir se adapta a essa lógica; são consumidores como quaisquer outros, apenas suas demandas são mais específicas, o que pode, ademais, ser ainda mais lucrativo (até por que suas demandas se tornam, de fato, mais previsíveis).

Por todas essas características, vemos como o estranho pode ser menos incômodo, ao menos quando sua diferença está no conteúdo, e não na forma de seu comportamento. Nesse último caso, a sociedade moderna tende a ser mais autoritária do que qualquer outra. Mas essa é um problema que foge às possibilidades da presente discussão. A autonomia das esferas de valor é fundamental, como visto, já que permite que a atitude de alguém em uma esfera não prejudique a relação com essa pessoa em outra. Não impede, por ex., que um metaleiro seja crente, já que as esferas religiosa e estética são (ao menos relativamente) autônomas. A reação mais intelectual aos estímulos na vida urbana também contribui substancialmente para certa naturalização do estranho, na medida em que tendemos a não reagir tão emocionalmente (ou seja, com o que há de mais intenso e inalterável de nossas personalidades) à presença do estranho; o intelecto é mais flexível. É claro que, na prática, como já foi dito, todo tipo de intolerância é praticada; mas esta têm um teor específico na modernidade, teor que só pude aqui começar a esboçar.

Entretanto, nosso intuito é tentar entender melhor o que os diferentes gêneros de estranhamento têm em comum, e no que diferem, com especial destaque para dois processos ligados ao estranhamento de classe. Estes consistem, primeiro, na dinâmica de repulsão e atração entre os indivíduos, que se atualiza através do modo de ser expresso pelo comportamento; dinâmica esta baseada, no caso do estranhamento de classe4, na proximidade e distância dos indivíduos em função de sua posição no espaço social (ou seja, sincronicamente), e da trajetória no mesmo espaço (diacronicamente), que levam à incorporação de estilos de vida que se contrapõem e se relacionam assimetricamente. E que são, esteticamente, mutuamente repulsivos. O outro processo consiste nas diferentes resignificações possíveis que a experiência do estranhamento pode ter em função da classe de quem a vive.

O estranhamento como invisibilidade é aqui relacionado diretamente ao estranhamento de classe, tipo de estranhamento calcado na discrepância entre a proximidade no espaço físico e a distância no espaço social . Parte-se da concepção de classe social como elaborada por Pierre Bourdieu (2001), a qual trabalha a mesma não como simples reflexo da condição econômica, mas como um estilo de vida incorporado inconscientemente, através de processos de socialização respectivos às diferentes posições dentro do espaço social (que é relacional e formado pelo conjunto de oposições mútuas entre as diferentes posições, construídas sincrônica e diacronicamente). Isso faz com que pessoas próximas nesse espaço compartilhem, sem nenhum apelo a qualquer consciência de classe, de uma solidariedade espontânea, em função da vivência de processos de socialização similares e, como conseqüência, da incorporação de disposições (modos de sentir, agir e pensar) semelhantes (idem).

Como diz Bourdieu, os dominados acabam contribuindo para a dominação à qual são vítimas, pois seu corpo (através de seus gestos) aceita, espontaneamente e por antecipação, os limites (de classe) impostos - sem ser preciso recorrer a qualquer justificação racional para esta atitude (antes de se poder pensar o que fazer, o corpo já age). Não são necessárias as justificativas que os pesquisadores geralmente obtêm de seus entrevistados, que podem então parar para refletir no porque se retraíram em frente ao chefe ou a alguém de outra classe. Podendo para para pensar, longe da "urgência" da situação concreta, é claro que eles iram pensar em um motivo racional, como a dificuldade de arrumar emprego. Mas isso não precisa ser lembrado no momento em que se retraem, sendo comum, espontaneamente, enrubescer, baixar o tom de voz, demonstrar

4O qual, na modernidade, talvez seja condicionante primário de todos os demais.

ansiedade, desajeitamento, ante uma situação em que se submetem, “mesmo contra a vontade a a contragosto, ao juízo dominante” (idem: 205) (ou seja, de que eles não são dignos de atenção respeitosa ou de ter a palavra, de interagir ativamente, com seu superior no trabalho ou com alguém de outra classe, sem agir como um delinqüente). O livro "Homens Invisíveis", do psicólogo social Fernando Braga da Costa (2004), sobre o cotidiano dos garis da Usp, apresenta interessantes relatos nesse sentido. Os garis evitavam ao máximo o contato com os usuários, principalmente os professores da universidade. Muitos se incomodaram quando seu vestiário foi transferido de um lugar isolado, discreto e sem movimento, o “viveiro”, para a sede da prefeitura universitária. No viveiro se sentiam mais “à vontade”. Também não gostavam de trabalhar perto do restaurante dos professores: “-Eles humilham a gente né?! Então é melhor evitar contato. Pra gente não ficar *reprimido*. - Mas eles reclamam? - Não. Eles nem olha na cara da gente. Mas é bom evitar, né”. Por que evitar? O seu emprego corre perigo se forem vistos? Por que simplesmente entrar em contato com alguém de outra classe pode ser visto como humilhante?

Podemos perceber nas entrelinhas da fala citada algo de peculiar à invisibilidade: ela não é uma indiferença. É como descreve Simmel (1973), ao falar da “reserva” que os habitantes da cidade têm que desenvolver, em função da multiplicidade exorbitante de contatos e estímulos a que estão submetidos no dia a dia. Essa reserva, a conhecida atitude blasé, raramente, como o próprio Simmel afirma, se constitui de uma verdadeira indiferença, sendo em geral a manifestação de “uma leve aversão, uma estranheza e uma repulsão, que redundaram em ódio e luta no momento de um contato mais próximo” (contato colérico de que foi vítima José, como vimos, ao esbarrar em um carro). O modo de vida urbano, segundo o mesmo autor, não poderia ser mantido sem as distancias e as aversões efetuadas por esta antipatia latente e esse potencial antagonismo prático5.

A questão é que chamar a atenção, quando há uma dissimetria acentuada de posições no espaço social, quase sempre é algo negativo, fonte de humilhação, e com os catadores isso é, ainda mais intenso. A invisibilidade, como já apontado, não é um não-perceber. É mais um “olhar através” (look through); é perceber fisicamente a presença do outro, e, mesmo sem se dar conta, ignorá-la por completo; é decretar a não relevância social do outro (HONNETH, 2001).

As mesmas fontes podem ser usadas para a análise do estranhamento como choque. O que para as classes baixas pode ser uma pura inadequação ao ambiente (quando transitam em lugares aos quais não pertencem), gerando um incômodo que só pode ir no sentido da humilhação, nas classes mais altas pode ser uma luta simbólica pelo reconhecimento de sua autenticidade (idem, 2003). Como nessas classes a dignidade está garantida, alguém pode reinvidicar a aceitação ou, no mínimo, o respeito, por um hábito idiossincrático, por um modo de se vestir incomum, e etc. De fato, segundo Weber (1991), “A estabilidade do (mero) costume baseia-se na circunstância de que quem não orienta por ele suas ações age de maneira “imprópria”, isto é, tem de aceitar maiores ou menores incomodidades e inconveniências enquanto a maioria das pessoas de seu círculo, em suas ações, continua a contar com a existência do costume e por ele se orienta”. Porém, em contextos em que o habitus primário, como definido por J. Souza (2003)6, está garantido, a fuga constante do costume vivido no meio ao qual se pertence, mesmo levando o indivíduo a ter que conviver com todo tipo de incômodo, não necessariamente irá ferir sua auto-estima, ao menos não enquanto ele puder encontrar alguém ou algum grupo de pessoas que reconheçam ou possam reconhecer seu comportamento (HONNETH, 2003), que lhe considerem “autêntico”; ou quando se vincula afetivamente um comportamento ou forma de expressão a um outro significativo.

Essa forma de estranhamento “para cima” é mesmo, muitas vezes, intencional, no sentido de uma luta por legitimidade de princípios estéticos “novos”, ou subjugados, ou até, de certa forma, subversivos, ao menos em relação ao que é no momento dominante no campo (BOURDIEU, 1996). Como mostram as vanguardas da arte em seu surgimento, que sempre causam certo estranhamento a princípio (não só para quem não tem as esquemas de apreciação requeridos pelo campo), mas que podem até ser cooptadas pela indústria de massa (a televisão, por ex., incorporou diversas técnicas surgidas em movimentos de vanguarda, como a técnica de construir a cena com inúmeros cortes rápidos, que surge com Sergei Einseinstein e o construtivismo russo a partir dos anos 20). Essas lutam podem, talvez, ter impactos para além dos campos específicos, se for aplicável a máxima de que “toda a estética é uma ética”. Os embates aparentemente apenas formalistas podem trazer em si formas de expressão que apontem para concepções de mundo e modos de agir, até certo ponto, inovadores, se de fato as mudanças nas concepções do belo (como a ruptura paradigmática de Baudelaire) implicam em mudanças na concepção de bem. Claro, essa ruptura do “belo” pode ser função de uma ruptura do “bem”. Mas a relação, a reciprocidade ou causalidade entre o “belo” e o “bem” ainda precisa ser muito aprofundada.

BIBLIOGRAFIA

5As interações na cidade repousam em uma “hierarquia extremamente variada de simpatias, indiferenças e aversões”, das mais breves às mais permanentes, sendo a indiferença muito incomum (SIMMEL, 1973).

6 J.Souza (2003) divide o conceito de habitus de Bourdieu em habitus primário (característico de quem tem as disposições do tipo humano reconhecido institucionalmente e intersubjetivamente como digno), habitus precário (característico de quem não tem essas disposições, ou seja, o habitus para baixo), e habitus secundário (típico de quem, além de ter sua dignidade reconhecida (que está ligada ao principio da igualdade), também é reconhecido em sua “singularidade”, em sua “autenticidade”; ou seja, habitus para cima). De fato, em contextos em que o habitus primário está garantido, se trava toda espécie de luta simbólica por autenticidade, aonde entram as lutas por legitimidade de formas de expressão, teorias, costumes ou “gostos” subjugados ou em vias de ascensão, em relação à cultura dominante, que se travam nos diferentes campos (como o artístico, o científico, e etc.), e que se relacionam com as posições dos agentes no espaço social e no campo específico.

FREUD, S. (1987) O Estranho. In: *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago.
SIMMEL, G. (2006) *Questões Fundamentais de Sociologia*. Rio De Janeiro: Zahar.
---------- (1950) The Stranger. In: WOLFF, Curt (org.). *The Sociology of Georg Simmel*. New York: Free Press.
---------- (1973) A Metrópole e a Vida Mental. In: VELHO, O. (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar.
WEBER, M. (1991) *Economia e Sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Unb.
---------- (1992) *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Pioneira.
---------- (1974a) Rejeições Religiosas do Mundo e Suas Direções; (1974b) A Política como Vocação. In: *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.
---------- (2006) *A Gênese do Capitalismo Moderno.* São Paulo: Ática.
BOURDIEU, P. (2001) *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
---------- (1996) *As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras.
HONNETH, A. (2001) Invisibility: on the epistemology of "recognition". Supplement to the Proceedings of The Aristotelian Society, Volume 75,Number 1, July , pp. 111-126(16).
---------- (2003) *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed.34, 2003.
COSTA, F. B. (2004) *Homens Invisíveis: relatos de uma humilhação social*. São Paulo: Globo.
SOUZA, J. (2003) *A Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.
---------- (2006) O mundo desencantado (Apresentação). In: WEBER, M. A *gênese do capitalismo moderno*. São Paulo: Ática.
COHN, G. (1979) *Crítica e Resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T.A. Queiroz.
WAISBORT, L. (2001) Elias e Simmel. In: WAISBORT, L. (org.) *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Edusp.

Urbanização desigual e desigualdade nacional: um descaminho no processo do desenvolvimento brasileiro

Maria da Penha Smarzaro Siqueira
Universidade Federal do Espírito Santo
penhasiq@hotmail.com

Resumo: Este artigo discute a questão da modernização urbana brasileira na lógica da ideologia republicana apoiada na noção de desenvolvimento, progresso e civilidade. Ideário que deveria representar a modernidade no imaginário coletivo da nação brasileira, tendo como modelo padrões externos, notadamente europeus. A influência de modelos e práticas urbanísticas do cenário europeu marcou a modernização urbana das principais cidades brasileiras. A modernização aliada a urbanização, por seu sentido e modo de implantação, foi instrumento de aprofundamento das desigualdades sociais, num quadro de descaminho no processo de desenvolvimento nacional.

Introdução

A reflexão histórica sobre as cidades e a modernização sugere diferentes temáticas de estudos, e a ênfase da discussão coloca-se na diversidade do mundo moderno e contemporâneo num caráter interdisciplinar, sendo este tema abordado por uma distinta área de pesquisadores e sob um número de ângulos infinito. O caráter inicial que define o interesse para estudos urbanos refere-se ao fato das cidades serem o grande cenário da modernidade. Os cenários urbanos onde foram estabelecidos os princípios modernos de viver, pensar e agir, são continuamente modificados por práticas urbanísticas num processo de transformação que marca as cidades no seu tempo histórico. As metamorfoses se processam ostentando as representações da modernidade como vitrine de civilidade e progresso.

Na primeira metade do século XX, época de grande expressão no Brasil, de modelos urbanísticos que simbolizavam a civilidade dos centros mais desenvolvidos da Europa e a aliança higiene/saneamento/estética, materializava um amplo plano de reformulação urbana e embelezamento das cidades, marcando um novo tempo na sociedade brasileira. Esse plano mudava o caráter limitado da urbanização, que até o final do século XIX ainda permanecia atrelada à expansão comercial, estabelecida a partir de interesses políticos e econômicos voltados para a produção agrário-exportadora direcionada essencialmente para o mercado externo. Modelo que contribuía para acentuar o distanciamento entre as populações do interior e as das capitais brasileiras, bem como a manutenção do perfil urbano-colonial predominante nas cidades.

Com a República, em 1889, foram criadas as condições para a formulação e implantação de um projeto político que viria alterar a fisionomia dos principais centros urbanos brasileiros, imprimindo-lhes a imagem representativa do ideário moderno republicano, atrelado à noção de desenvolvimento pautado no progresso e na civilidade. Movimento que deveria representar a modernidade no imaginário coletivo da nação brasileira.

Nesse quadro de referências procuramos desenvolver um estudo traçando uma reflexão sobre os descaminhos da urbanização/modernização do desenvolvimento brasileiro, durante a primeira metade do século XX, num processo que combinou modernidade e desigualdade social.

1-Modernidade e desenvolvimento nacional: um ideário contraditório.

Historicamente o tema da modernidade nos reporta ao projeto sociocultural iniciado em meados do século XVI, e se consolida com o iluminismo1, no século XVIII. Este tempo foi marcado pela emergência do capitalismo enquanto modo de produção dominante nos países da Europa, com bases na fase inicial da industrialização. Podemos considerar a trajetória da modernidade européia, nesta fase inicial até o final do século XVIII, como uma etapa precursora, na qual a modernidade evoluía num ideário filosófico e intelectual, conquistando tanto avanços materiais e políticos quanto uma maior consciência popular. Um movimento que estabelecia a consciência de novas formas de pensamento e da invalidação das antigas. É aí que toma forma a noção pela qual se vai imprimir a nova "fronteira": moderno x antigo.

É a partir do final do século XVIII estendendo-se ao século XIX que se configura mais precisamente a modernidade. Entretanto ainda vai prevalecer uma grande distância entre o projeto da modernidade enquanto discurso organizado que estabelecia os paradigmas e um verdadeiro imaginário da modernidade, a realidade, as práticas sociais e instituições modernas que cada sociedade conseguia estabelecer e desenvolver (Therborn, 1995).

Para Sousa Santos (1996), o projeto sociocultural da modernidade, por sua complexidade, esteve sujeito a desenvolvimentos contraditórios num contexto onde a força das dimensões da racionalidade agia como fator de entendimento do mundo2. As relações sociais sofreram alterações significativas a partir do momento em que o potencial transformador da racionalidade aprimorou as técnicas de produção e da opressão, atingindo fundamentalmente a subjetividade humana. A lógica do lucro, do poder e do domínio organizava a estrutura da sociedade que se desenvolvia com base na força e ampliação da tecnologia, fortalecendo o processo de reificação do trabalho humano. É sob esse ângulo que o autor expressa que o grande diferencial do capitalismo foi, sem dúvida, a relação estabelecida entre o capital e o trabalho, e que o projeto sociocultural da modernidade vai legitimar essa forma de relação social.

No século XIX, a industrialização era o principal motor do processo de desenvolvimento e a cidade representava o "lócus" do progresso e da modernidade. A lógica do urbano enquanto agente maior das relações de trabalho e de poder representava o grande marco no processo de desenvolvimento e de modernização urbana. Sob a ótica do capitalismo as cidades iam se tornando palco de conflitos, de contradições, de produção e reprodução das relações sociais e de mudanças urbanas. A trajetória das mudanças que se processavam no século XIX, expressa no avanço tecnológico e industrial, iam impor novas idéias e novas interpretações no entendimento do novo e nos valores estabelecidos no cotidiano urbano.

Essa perspectiva do moderno e do ideário da modernidade se contrasta com o antigo e com o tradicional, principalmente na Europa Ocidental, onde essa noção representava o que estava estabelecido antes da industrialização, de sua expansão e de seus benefícios: a fábrica, a tecnologia, o desenvolvimento do saber cientifico e a racionalidade para explicar o mundo. Sob a ótica do progresso e da modernidade o europeu avança para o século XX, expandindo o sentimento de civilidade expresso, principalmente, nas formas modernas de interações sociais; agir, pensar e se sentir de forma moderna, ou seja, implicava estabilizar e propagar a "cultura do moderno".

A questão da modernidade surge, então como um grande desafio no século XX, e as sociedades ocidentais enfrentavam os desafios da modernidade num contexto cujo dinamismo envolvia a simultaneidade entre destruição e reconstrução, os impactos entre as mudanças do tradicional e a criação do novo.

O surgimento de elementos modernos faz agitar às lentas e pesadas estruturas historicamente estabelecidas e faz emergir novos laços, promovendo alterações na estrutura que formava a base das sociedades tradicionais. A modernidade que se inicia na Europa sob o limiar do século XVIII, envolvendo as civilizações no seu ideário, temporalmente chega ao século XX constituindo um estilo de vida social sob novos conceitos de política, governos e principalmente, economia (Giddens, 1991). Essa idéia se completa em Berman (1999:16) [...] *o processo de modernização se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo, e a cultura mundial do modernismo em desenvolvimento atinge espetaculares triunfos* [...] alterando desde as condições econômicas até alcançar o quadro cultural com significativo progresso no pensamento humano.

No Brasil, a noção de modernidade tradicionalmente foi incorporada como algo que vem de fora, que deve ser apreciado e adotado. As idéias e os modelos externos gradativamente passam a se aclimatar na sociedade brasileira, sendo absorvidas num ideário de modernidade. Oliven (2001:409) diz que no Brasil [...] *a modernidade também se confunde, frequentemente, com idéia de contemporaneidade, na medida em que aderir a tudo que está em voga nos lugares adiantados é, muitas vezes, visto como moderno*. Nesse caso, não podemos deixar de ressaltar que contemporaneidade nos reporta a atualidade e não necessariamente ao moderno.

As idéias burguesas e os valores universais entraram no Brasil no século XVIII, através do movimento mercantil, que trazia também noções de civilidade. Mas o ideário de modernidade, aquele da Europa Moderna e não-ibérica, atingiu o Brasil no inicio do século XIX com a chegada da Família Real, que desembarcou elementos importantes de uma ordem moderna. A formação de um Estado autônomo, o advento de novas articulações de mercado e os novos valores que aos poucos foram se incorporando à sociedade brasileira, são elementos de modernidade. As mudanças que passaram a se processar no Brasil, desde o início do século XIX, perpassam a noção de modernidade, impulsionando mudanças culturais,

1 "Ilustração" ou "Iluminismo", movimento intelectual e cultural do século XVIII, que exerceu profunda influência no pensamento e nas ações da humanidade, em dimensões filosóficas, políticas, sociais, econômicas e culturais. Ver: Marques, Francisco Calazans. (1999). Iluminismo. São Paulo: Ática. Rouanet, Sergio Paulo. (1999). O mal-estar da modernidade. São Paulo: Cia das Letras. Rouanet, Sergio Paulo. (1987). As razões do Iluminismo. São Paulo: Cia das Letras.

2 Para Sousa Santos o projeto sócio-cultural da modernidade se solidificou ao logo dos séculos XVI e XVIII, sustentado em dois pilares: o "Pilar da Regulação" e o "Pilar da Emancipação". Ver: Sousa Santos, Boaventura. (1996). Pela mão de Alice, o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez.

econômicas, idéias liberais e de conhecimento, mas como resultado de uma forma especifica de europeização ou reeuropeização. Tratava-se de uma revalorização de valores ocidentais da cultura européia3 (Freire, 1990).

Esse processo passou a ganhar vulto a partir da independência (1822), principalmente com a instauração dos princípios da nova cultura urbana, que passou a considerar a oposição entre os valores locais tradicionais e os valores burgueses europeus, mais universais e modernos, inicialmente estabelecidos na cidade do Rio da Janeiro, então capital do Brasil. O Rio de Janeiro se modificou com a instalação da corte portuguesa e intensificou suas mudanças em âmbito social, econômico e urbano enquanto capital da monarquia brasileira4.

A modernização pela qual passava a cidade do Rio de Janeiro, se estendia gradativamente às principais cidades brasileiras. Tratando-se de um estilo de vida, cabe ressaltar a forte influência dos interesses comerciais voltados para a importação de produtos industrializados, notadamente ingleses, observada principalmente na capital do Brasil e, direcionados à elite da cidade. Os hábitos e os costumes se alteraram, na alimentação, na forma de se vestir, na construção das residências. A ostentação e a sofisticação começam a caracterizar o comportamento das camadas ricas que passaram a incorporar modelos europeus no seu cotidiano, expressos não apenas nos padrões econômicos, mas também nos níveis culturais (Oliven, 2001).

O Rio de Janeiro tornou-se uma cidade cosmopolita, onde a elite buscava, no estilo europeu, comportamentos considerados mais evoluídos, civilizados e modernos. Os hábitos portugueses passaram a ser vistos fora dos padrões da modernidade. A busca por esses símbolos diferenciou a população urbana e abriu espaço para a emergência de um mercado consumidor interno, intensificando a prática de se espelhar no europeu. Até mesmo as classes sociais menos abastadas passavam a almejar prestígio através desse modelo de vida e de comportamento como forma de distinção. Nesse contexto, a modernidade é imposta à sociedade nas suas dimensões material e simbólica e os valores modernos são inicialmente estranhos à sociedade brasileira como um todo, em qualquer classe social. Embora impostos os valores traduzidos como modernos, serão determinantes [...] *afinal, seriam esses valores que iriam presidir a institucionalização incipiente de formas extremamente eficazes de condução da vida cotidiana: o Estado e mercado capitalista* (Souza, 2000: 245).

Nesse mundo, que tentava se ajustar às regras de civilidade, permaneciam os profundos contrates existentes entre [...] *as cidades portuárias mais movimentadas, mais modernas, mais europeizadas e os núcleos urbanos do interior que, na sua quase totalidade, viviam à margem da civilização, meras extensões das zonas rurais* (Costa, 2007:185).

Apesar das condições serem mais favoráveis à dinâmica comercial, com novos incentivos às funções comerciais dos núcleos urbanos, estimulando o desenvolvimento dos portos, as estruturas tradicionais da produção brasileira não sofriam alterações. A base da economia continuava pautada na produção e exportação de produtos agrários, e sobreviviam o latifúndio e o trabalho escravo. As elites no poder, aliadas às aristocracias rurais, mantinham intacta a estrutura sócio-econômica tradicional, não revelando interesses às iniciativas de produção industrial, que poderiam promover relações de trabalho e comerciais mais modernas. A maioria da população dos núcleos urbanos do interior vivia isolada, continuava à margem da história, desprovida de informação, ignorando o que se passava nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e, principalmente o que acontecia no mundo. Sobre esse distanciamento, (Costa, 2007:187), faz a seguinte observação:

> [...] A ignorância e o desinteresse resultavam não apenas da falta de comunicações fáceis e rápidas, ausência de correios e jornais que mantinham informadas pelo menos uma parcela da população. Eram fruto da falta de cultura e da ausência de tradições de participação política, conseqüência das práticas paternalistas herdadas do período colonial.

Nesse contexto, a grande maioria da população brasileira não se incluía nas possíveis perspectivas da modernidade, o que intensificava o distanciamento social e o contraste entre os centros urbanos mais dinâmicos e os modestos núcleos urbanos do interior do país.

A partir da segunda metade do século XIX começavam ocorrer fenômenos importantes que promoveriam algumas modificações na estrutura econômica e social do país. Ações que contribuiriam para um relativo desenvolvimento do mercado interno e do processo de urbanização. Entretanto, os benefícios do progresso permaneciam concentrados nos grandes centros que se modernizavam, acentuando-se a diferença entre estes e os núcleos urbanos menores e economicamente mais limitados.

Até o final do século XIX a modernização, aliada à urbanização, fizeram-se dentro dos limites das cidades político-econômicas mais importantes do país. As principais funções urbanas se concentraram nos centros exportadores que assimilavam as noções de modernidade como um código de valores que implementava um modelo na égide da civilidade européia que se materializava, sobretudo na Inglaterra e na França. As mudanças que se processavam – desenvolvimento das redes de transportes, abolição da escravatura, imigração e industrialização, enquanto agentes práticos que simbolizavam modernidade – estimularam a urbanização, mas não foram suficientes para alterar de forma efetiva a orientação da economia brasileira (Costa, 2007).

Com a República, em 1889, criaram-se as condições para a formulação e implantação de um projeto político que viria a alterar a fisionomia dos principais centros urbanos brasileiros, imprimindo-lhes a imagem representativa do ideário

---

3 Sobre essa a questão veja: Freire, G. (1990). Sobrados e Mucambos. Rio de Janeiro: Record. Freire, G. (1990). Ordem e Progresso. Rio de Janeiro: Record. (o autor analisa a modernização da sociedade brasileira e a formação de uma civilização singular, a europeização/reeuropeização, identificando as especificidades da institucionalização de valores modernos no Brasil.

4 O Rio de Janeiro tornou-se capital do Brasil colonial em 1763, passou a ter a função de capital do reino português em 1808 e após a Independência do Brasil em 1822, continuou como capital da monarquia brasileira e, a partir de 1889, capital da república brasileira. Com a inauguração de Brasília em 1960, a cidade do Rio de Janeiro deixou de ser capital federal.

moderno republicano. *[...] A República surgia como um recurso à modernidade, à racionalidade nas relações, um sinal dos novos tempos. Nesse jogo caberia ao governo alterar símbolos e todos os traços que lembravam o antigo regime* (Schwarcz, 1998:469).

Esse movimento deveria representar a modernidade e o progresso no imaginário coletivo da nação brasileira, numa visão representativa da elite republicana. Visão que se estabelecia marcada pela ideologia positivista, na qual a nova elite vislumbrava a modernidade e justificava os meios para alcançá-la. Fortalece-se a posição eurocêntrica e o convencimento,

> [...] de que o Brasil pertencia à esfera da civilização cristã européia e de que todo o esforço deveria ser feito no sentido de conformá-lo aos padrões desta civilização. As expressões "mundo civilizado", "nações civilizadas", "civilização", ou mesmo o mais antiquado "luzes", são frequentemente empregadas. Como conseqüência, era também por todos considerada legítima a referência a países europeus, seja para esclarecer problemas nacionais, sela para fundamentar propostas de legislação (Carvalho, 2007:364).

Sem dúvida, essa noção incluía o ideal de progresso social e econômico, de riqueza, de desenvolvimento industrial e urbano, de governo representativo e de liberdades públicas, ideal que ganha força no contexto do discurso republicano. Correspondendo a esse ideal, fora da Europa, apenas os Estados Unidos eram considerados modelo aceitável. Porém, essa noção chocava-se com a sociedade e com a economia brasileira. A economia permanecia centrada no modelo agrário-exportador. Reforçava-se o poder das oligarquias rurais e, mesmo com o fim da escravidão, persistiam os grandes distanciamentos entre as classes sociais abastadas e os menos favorecidos, além da discriminação racial e a desigualdade social, impedindo maiores avanços do ponto de vista social. Embora caracterizado como um uma época de grande movimentação de idéias e, especialmente, pelo rápido avanço de valores burgueses, os representantes da República não estabeleceram efetivamente os princípios básicos da modernidade [...] *fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos civis e políticos* [...] *no que se refere aos direitos civis, pouco foi acrescentado pela Constituição de 1891* [...] *pode-se dizer que houve até um retrocesso no que se refere a direitos civis (Carvalho, 1998: 43-45).*

A fase inicial da República foi marcada por tensões em virtude da própria instabilidade relativa à construção de um novo Estado, problemas que se incluíam no contexto de mudanças mais universais que estavam sendo operadas na passagem para o século XX, como conseqüência do desenvolvimento e da modernização, que marcavam o surgimento de novas forças sociais. Nesse cenário, a participação popular no Brasil foi colocada à margem, num quadro onde deveria prevalecer a organização e a ordem.

A discussão sobre reflexos sociais da Constituição de 1891 e a questão da cidadania na sociedade brasileira durante a Primeira República, está muito bem retratada em Carvalho (1998: 44-45). Diz o autor,

> Sendo direito social antes que direito, o voto era concedido àqueles a quem a sociedade julgava poder confiar sua preservação. No Império como na República, foram excluídos os pobres (seja pela renda, seja pela exigência da alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de idade, as praças de pré, os membros de ordem religiosa. Ficava fora da sociedade política a grande maioria da população. A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial. Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconhecia-se esse direito.

A versão positivista da República estava mais preocupada com a ordem para promover o progresso, com a governabilidade e com a institucionalização e, nesse contexto, inscreve-se a visão positivista da cidadania que não incluía os direitos políticos a todos os cidadãos. O Brasil, sociedade tradicionalmente desigual, com uma desigualdade social fincada em fortes raízes históricas, não vê essa realidade sofrer alterações no regime republicano.

A Constituição de 1891, embora prevendo de forma categórica que todos seriam iguais perante a lei, facilitou a reprodução da desigualdade ao decretar uma igualdade formal a todos os cidadãos. A população negra acabava de ser colocada em uma situação de liberdade e exclusão em termos de direito a terra, à instrução e ao mercado de trabalho, tendo, juntamente com os demais pobres e analfabetos do país, os direitos civis negados, numa ordem onde não prevalecia a noção de cidadania. O positivismo representava uma forma não apenas do Brasil se modernizar em relação à Europa, mas também de estabelecer um padrão de civilidade em uma linearidade evolucionista que se encaixava na idéia de progresso.

È no inicio de 1920, que vai despontar um novo pensamento em torno do moderno, principalmente tratando-se de movimentos culturais e artísticos, uma vez que o novo movimento vai implicar uma reatualização do Brasil na busca de raízes nacionais, procurando valorizar o que havia de autêntico no país. Esse movimento atinge uma dimensão que vai além da arte, coloca em questão a problemática da nacionalidade e substitui os padrões importados, incompatíveis com as peculiaridades brasileiras pela ênfase na elaboração de uma cultura nacional. A Semana de Arte Moderna de 1922 vai representar um divisor de águas nesse processo frente às mudanças decorrentes da urbanização e da industrialização (Oliven, 2001). Os anos 1920 também são simbólicos na história política e cultural brasileira. [...] *por inaugurarem a gênese do Brasil moderno, com a introdução de procedimentos, hábitos, ângulos de visão, diagnósticos que orientaram e mobilizaram várias* gerações (Lahuerta 1997:93).

Nesse sentido não apenas concepções tradicionais são atacadas e revistas, mas também as instituições republicanas, identificadas como destoantes, seguindo uma ordem sem correspondência com o real, bem como com as reais iniciativas que conduzissem o Brasil ao caminho da modernidade nacional. Entram em debate novos atores sociais e a problemática dos direitos de participação. O questionamento da ordem se fazia com base em um ângulo bem modernista, na medida em que

direcionavam as atenções para a questão da identidade social, buscando [...] *o "brasileiro", e assim recoloca em questão, com vigor a preocupação com o nacional aliado ao tema do popular* (Lahuerta, 1997:94).

Esse debate permanece em pauta no âmbito de alguns segmentos sociais, seja da sociedade civil e, ou, política, na busca da formulação de modelos para direcionar a nação a novos horizontes à luz da modernidade. Nesse sentido a discussão perpassa pela noção do que é nacional de fato, atrasado para uns e autêntico para outros, e o que é o estrangeiro que representava a modernidade. Nessa ótica, a pretensão de ser moderno se desloca para o tema nacional, uma vez que o real na sociedade brasileira tornava cada vez mais flagrante nossa situação de atraso em relação à Europa. O Brasil era majoritariamente rural, a urbanização simbolizava uma condição muito moderna na sociedade brasileira, e as cidades ainda representavam uma extensão do poder econômico e político do próspero e arcaico mundo rural. Embora estivessem sendo criadas algumas alternativas políticas viabilizando ações que promovessem mudanças nos principais centros urbanos, as cidades permaneciam às voltas com doenças derivadas do precário saneamento urbano.

O crescimento da população urbana não alterava os padrões tradicionais estabelecidos nas cidades. A permanência de padrões conservadores políticos-econômicos assumidos por grupos urbanos burgueses, a sobrevivência de estruturas de dominação aliada à ação reguladora da Igreja na vida social caracterizavam o estilo de vida, os valores e as formas de comportamentos compatíveis com a sociedade tradicional.

É a partir do inicio do século XX que a urbanização deixa de ser apenas um processo de adensamento populacional em determinadas cidades, dando início a um processo mais amplo: a modernização. Tal processo, no contexto das mudanças econômicas e sociais que passaram a ocorrer nas cidades brasileiras, promoveu alterações nos costumes e hábitos das populações urbanas, ao serem introduzidas novas ideologias e novos valores que veiculavam práticas tidas como "civilizadas", sendo suas origens européias.

A questão da identidade nacional e a questão urbana incluídas na pauta republicana, na realidade vão ganhar novas dimensões somente a partir de 19305. Podemos dizer que o impulso se desdobra a partir desta década quando se implementa um padrão de produção econômica e cultural, alicerçando as bases de uma nova ordem: urbano e industrial. Nessa direção, ressalta-se a necessidade de se empreender também a modernização a partir de valores nacionais, *[...] é em nome da ordem e até da tradição* [...] *que o Estado Novo (1937-1945) realizando expectativas difusas da sociedade civil, se assume como arauto da modernidade e realizador dos ideais dos anos 20* (Lahuerta, 1997:95).

Nessa nova perspectiva faz-se necessário repensar o Brasil marcado pelo atraso econômico e social. Era preciso romper com a noção do ideal no qual a elite via e pensava com mentalidade européia. A lógica urbano-industrial inaugurada no inicio da década de 1930 assinalou um momento importante de reflexão na sociedade brasileira,

> [...] o Estado Novo vai representar, portanto, o coroamento de um ideal de modernização [...] nessa modalidade de desenvolvimento histórico, a obra de modernização não resulta do dinamismo da sociedade civil, mas tem no Estado o projeto da modernização associado ao ideal de construção da nação (Lahuerta, 1997:105).

Na medida em que o projeto industrial ia lentamente sendo introduzido no país, estabelecia-se e fortificava-se, a passos largos, as novas relações de produção e reprodução do modelo capitalista, norteando novos paradigmas de progresso e de modernidade. As dificuldades encontradas se dão pela fragilidade da infra-estrutura da economia e estrutura social brasileira, que diante da necessidade de ultrapassar etapas do subdesenvolvimento, não eram politicamente vistas, como emergenciais para o alcance da tão desejada modernidade. A ansiedade pelo moderno e a expansão da indústria passou a ser visto sob o signo da modernização, além de uma necessidade para a efetivamente concretizar a nacionalidade brasileira (Ortiz,1991).

2 – Urbanização e desigualdade social.

A modernização brasileira, pautada em um amplo e complexo quadro socioeconômico, marcado por um grande descompasso entre o avanço material da economia e o desenvolvimento social nacional, aprofundou as desigualdades sociais gestadas ainda no período colonial e fortificadas no decorrer do processo de desenvolvimento brasileiro, seja através da grande concentração de terra, poder e riquezas, do crescimento caótico das cidades, da inexistência de políticas públicas, da ausência do Estado e ou das desigualdades regionais. Desta forma ficavam encobertos os problemas que a racionalidade capitalista naturalmente viria a exprimir no assentamento da modernidade urbano-industrial.

Desde o final do século XIX, quando as aglomerações urbanas assumem maior presença no país e apresentam um ritmo de crescimento mais intenso [...] *associado às reformulações de nossa economia e à exploração do trabalho livre, que os problemas sociais urbanos, no contexto das desigualdades sociais, principalmente, aqueles aliados à pobreza, não eram vistos como uma questão social coletiva* (Cohn, 2000:387), sobre a qual o Estado deveria formular políticas públicas, no sentido de promover uma maior inserção desses segmentos sociais à cidade. Desta forma, a modernização brasileira, além de ser implementada tardiamente, expressando a limitação e a subordinação à expansão de economias capitalistas já industrializadas, era também conservadora porque, por seu sentido e modo de implantação, foi instrumento de aprofundamento das desigualdades sociais (Araújo, 1991).

---

5 Essas transformações foram; a criação de uma indústria de substituição de bens não duráveis, o crescimento das cidades, a crise do café, a crise do sistema baseado em combinações políticas entre as oligarquias agrárias e o surgimento de revoltas sociais e militares que começam da década de 20 e culminam com a revolução de 1930 (ver Oliven, Ruben George. Cultura e modernização no Brasil (2001). v.15. nº.2, São Paulo: Perspectiva.

As mudanças urbanas ocorridas nas primeiras décadas do século XX, aliadas ao crescimento demográfico e à emergência de algumas indústrias, passaram a modificar o perfil urbano das cidades que caminharam em direção à modernidade, sendo "lócus" do progresso, do poder, dos movimentos sociais e epidemias. Nesse contexto, a urbanização passou a ser um processo mais complexo, trazendo às cidades a necessidade da implantação de infra-estrutura urbana e dos meios de informação por onde as influências inovadoras penetravam, tendo como exemplo teatros, jornais, revistas, bibliotecas, agremiações e partidos políticos, entre outros, diversificando a vida urbana, antes centrada em atividades sociais de caráter religioso.

A influência de modelos e práticas urbanísticas do cenário europeu estava fortemente marcada pelo poder exercido pela cultura francesa sobre nossas elites e governantes, que procuravam adequar as antigas estruturas urbanas coloniais às premissas da modernidade. Nessa perspectiva o poder público coloca em prática, projetos respaldados na teoria higienista através de planos integrados de saneamento urbano, criando o cenário da modernidade urbana alinhado com o pensamento progressista republicano. A lógica da política higienista e do projeto modernizador materializam um amplo plano de reformulação urbana e embelezamento das cidades, marcando um novo tempo na sociedade brasileira.

Assim o processo de urbanização caminhava aliado a duas direções: de um lado atendendo à emergente necessidade de realização de obras de saneamento e de infra-estrutura urbana, e de outro, implementando projetos urbanos no ideário da nova estética que se queria dar às cidades e, promovendo mudanças no sentido de trazer o progresso às capitais brasileiras, seguindo os modernos padrões urbanísticos implementados na Europa.

Cidades limpas, higiênicas, ordeiras e com paisagens arborizadas tinham Paris e Londres como modelos copiados, sobretudo a Paris de Haussmann, uma cidade que teria sabiamente organizado seus espaços para o bel-prazer da burguesia e para a sociabilidade de uma elite que intensificava suas necessidades e aspirações por locais condizentes com suas demandas de consumo, lazer e distinção (Simões Junior, 2007).

Porém no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, reconstruir a cidade passava obrigatoriamente pelo combate a determinadas sociabilidades das camadas sociais populares, e por isso a elite e as autoridades públicas voltaram-se para a defesa da moral, dos bons costumes e da família. *[...] Assim o poder público buscou eliminar do convívio social estabelecimentos e práticas considerados prejudiciais à moral e à conduta dos indivíduos no meio urbano* (Palacios, 2007:90), seguindo um padrão social pautado na noção cientifica, de que o ambiente exercia forte influência sobre a personalidade e sobre o modo de vida do indivíduo. Dessa forma, o Estado efetivou medidas saneadoras que buscavam promover as mudanças urbanas e o bem comum da população.

O progresso científico na área da saúde contribuiu muito para a prática higienista que acompanhou as transformações implementadas no espaço urbano e na habitação popular coletiva (estalagens, cortiços, casas de cômodos e vilas) que apresentavam um quadro de insalubridade, no qual se agravavam periódicos surtos de epidemias que atingiam as principais cidades brasileiras. Para a adoção dos princípios sanitaristas nas práticas urbanas, as iniciativas exigiam, num primeiro plano, demolições e saneamento de áreas inundáveis, degradadas e insalubres, para promover a abertura de espaços públicos disponíveis para novos investimentos urbanos; a eliminação de focos de concentração de epidemias; e o estabelecimento de normativas para as construções. A inclusão de alguns sistemas de infra-estrutura, como redes de água e de esgoto, são exemplos em que se percebe a inclusão conectada à modernização urbana.

A historiografia aponta o Rio de Janeiro como o local que primeiro concretizou um grande processo de intervenção urbana no Brasil, suportado por um projeto de remodelação que se encontrava em progressão desde meados do século XIX. A desagregação da escravidão, a crise geral do Império e a eclosão das primeiras epidemias de febre amarela constituíram o grande substrato de reformas que procuravam alinhar o país à noção de civilidade. Tal modelo de ação urbana também estava sendo construído em São Paulo, configurando-se a partir do embate com uma nova população urbana que chegava à cidade. O Rio de Janeiro no início da República vai coroar o período de ascensão da aliança "pensamento sanitarista médico e saber técnico da engenharia". Num curto espaço de tempo, outras cidades iniciaram suas reformas urbanas apoiadas na mesma prática, e que teve como iniciativa maior um amplo plano de demolições (Abreu, 2002).

Foi inegável a crescente força da ideologia da higiene sobre alguns setores da sociedade brasileira da época, noção que vai percorrer o ideal de reforma urbana até meados do século XX, aliando o pensar médico e o saber técnico da engenharia. A higiene das cidades tornara-se um tema para a administração pública e os engenheiros sanitaristas se transformaram, então, nos grandes pensadores urbanos do país.

Esse projeto de modernidade urbana expressou-se na exclusão política, econômica e na segregação espacial das camadas mais pobres que habitavam a cidade. Essas camadas sociais, ao serem expulsas dos seus ambientes habitacionais pelo processo de demolições, viam-se obrigadas a reconstruir, em locais mais afastados dos centros das cidades, as suas habitações. As intervenções do poder público sobre o espaço, resultado de uma ação conjunta aliando modernização/saneamento, nas primeiras décadas do século XX, estendeu-se às cidades brasileiras num plano centrado em três pontos: o controle sanitário, o urbanístico e o de circulação.

As obras de saneamento e embelezamento das cidades eliminaram as condições de habitações populares insalubres que existiam nos centros antigos com perfil colonial, das capitais brasileiras, abrindo novos espaços para o comércio, habitação, lazer e mobilização coletiva, expulsando grande contingente de moradores. As classes populares se dispersaram pelos subúrbios no entorno das cidades, sem a mínima infra-estrutura de saneamento, higiene e condições habitacionais, criando novos espaços precários e ou alargando alguns já existentes. São esses os espaços que vão caracterizar as favelas, inicialmente estabelecidas em morros e baixadas, próximas à área central das cidades, estendendo-se até o final da primeira

metade do século XX, num processo rápido e continuo para as áreas mais distantes dos centros, marcando as periferias das cidades brasileiras como lugar da pobreza urbana, num contraponto à modernização (Vaz,1993).

A expansão da periferia nas grandes cidades foi à expressão da consolidação de um projeto modernizador que ativou e fortificou o processo de desigualdade social. Trata-se aqui de um aspecto de uma transformação maior em curso:

> [...] a divisão/especialização dos espaços que ocorre em paralelo à divisão/especialização do trabalho. [...] a separação moradia/trabalho e ricos e pobres se intensificou e se acelerou com a formação modernizada da zona central das cidades e com o surgimento dos bairros residenciais diferenciados e segregados (Vaz, 1993: 587).

As cidades praticamente cresciam a revelia de um planejamento estatal urbano mais amplo, que pudesse promover a maior integração de uma ampla e ativa parcela da população ao processo de desenvolvimento sócio-urbano, que se alargava de forma acelerada nas cidades, principalmente nos centros onde se intensificava o processo de industrialização. Os equipamentos de infra-estrutura, moradia e transporte não atendiam às demandas sociais, ou seja, não se estabelecia uma articulação mais concreta e mais acessível entre o centro e as periferias.

O cenário da modernidade se construía, alinhado ao pensamento progressista, pautado numa noção de que reordenar a cidade passava também por uma política de estetização do espaço, apoiada por uma legislação segregativa de outros. No pensamento da elite tradicional e das classes sociais emergentes, a reforma urbana deveria criar áreas diferenciadas, priorizando o cotidiano e o convívio das mesmas na cidade.

Nesse contexto, as periferias urbanas passaram a ser identificadas como espaços da ausência, da carência, da desordem e da ilegalidade. Os territórios populares que passaram a abrigar a maior parte da população brasileira ficaram sujeitos a uma condição diferenciada nas cidades, algo que não apenas retroalimentavam as condições de vida, como realçavam uma idéia de que seus moradores são cidadãos de segunda categoria, desclassificados no universo urbano.

Em 1940, no Brasil, apenas 25,3 % da população era urbana, e as cidades pareciam ser a promessa da superação do Brasil arcaico rumo à modernização e à emancipação política e econômica, mas o desenrolar do processo de desenvolvimento desigual se encarregou de contradizer a utopia da emancipação e da modernização para todos (Maricato, 2001).

Os encaminhamentos do processo de modernização econômica e do desenvolvimento industrial a partir de 1940 vão promover alterações no processo da urbanização brasileira, quando tem início uma mudança em relação à hierarquia urbana tradicional e à formulação de modelos mais adequados ao novo quadro social e econômico do país. Em geral, os planos vão preservar as características de melhoramento, embelezamento e remodelação predominante até 1930 e continuaram sendo razoavelmente executados até a década de 1940 e de 1950. Entretanto, o crescimento populacional das cidades a partir dos anos 40 passa a exigir maiores investimentos em infra-estrutura nos centros urbanos e a ampliação dos serviços públicos oferecidos à população (Reis Filho, 2000).

Os debates políticos e teóricos em relação aos planos urbanos passaram a seguir uma tendência, na qual a modernização estética, visando a um cenário de modernidade e a uma ordem técnica da engenharia moderna, expressas na abertura de vias públicas de maiores dimensões e na verticalização, buscava maior adequação do país às características de uma sociedade industrial. A amplitude dos projetos urbanísticos no contexto das mudanças sócio-econômicas que se estabeleciam permite-nos compreender melhor a rápida modernização ocorrida nos centros urbanos do Brasil, na égide da produção capitalista da cidade. A cultura urbana nacional vai se fortalecer na lógica do processo de produção da cidade industrial e dos conflitos entre a reprodução do capital e do trabalho, aprofundando as desigualdades sociais já existentes.

Até o final da década de 1950, já se estabelece uma defasagem entre a modernização aparente e a realidade nacional, que não correspondiam às possibilidades reais da lógica da modernização, ou seja, a sociedade não se desenvolvia num sentido mais abrangente à totalidade da população, e sim segmentava-se, num processo de ampliação das desigualdades sociais e espaciais, sendo esse descompasso um elemento característico da sociedade brasileira. Nessa época o Brasil já se encontrava bastante mudado. Caminhava rápido para o fim do predomínio do mundo rural, pois a urbanização crescia de modo acelerado. Ainda que a ocupação dos espaços urbanos ocorresse de modo desordenado, o Brasil passava por um amplo processo de modernização nos planos políticos e econômicos.

Considerações Finais

Com este estudo procuramos contribuir para uma maior compreensão sobre o processo de urbanização x desigualdades sociais na lógica da modernidade brasileira. Nesse contexto, traçamos uma abordagem demonstrando que o processo de modernização urbana acentuou as desigualdades sociais, colocando o Brasil na contra-mão daquele ideário traçado pela teoria da modernização.

O processo de urbanização brasileiro deu-se no século XX, mais precisamente a partir de 1930, quando a urbanização/industrialização consolida-se e se aprofunda, e os interesses urbanos industriais conquistam a hegemonia na orientação política econômica nacional, sendo, portanto, um processo histórico muito recente, ocorrendo concomitantemente com a industrialização e não como conseqüência desta, como no caso da grande maioria dos países tradicionalmente mais desenvolvidos.

A modernização urbana no Brasil, desde o inicio do período republicano se deu aliada a um processo de fortalecimento nas relações de desigualdade social e segregação espacial que vão se refletir sobre o processo de desenvolvimento da sociedade brasileira, em especial sobre a marca do moderno e do atraso.

O ideário higienista orientou o processo de remodelamento urbano numa prática excludente, não caracterizando uma pratica inclusiva, congregando dimensões fundamentais da modernidade ao nível da sociedade e ao nível do individuo.

As cidades se modernizaram, aliando desenvolvimento urbano e econômico, enquanto referência maior do processo de modernização, apoiado num elevado grau de concentração de riqueza e poder, sem, aliar e, ou estabelecer [...] *um conjunto de atitudes, valores e modos de sentir e agir, presumivelmente do tipo gerado por ou requerido para uma efetiva participação numa sociedade moderna* (Smith E Inkeles apud: Oliven, 1994:31).

A assimilação da consciência moderna ocorre, nesse contexto, de forma seletiva, incompleta e desigual, reforçando o processo de exclusão, já antigo no Brasil. Desde os tempos coloniais, ao Brasil do Império e agravado na República, processos sociais desiguais e excludentes sempre estiveram presentes na história da sociedade brasileira.

Referências

Abreu, Mauricio de Almeida (2002). Pensando a cidade no Brasil do passado. In: Castro, Iná Elias et.all.(coords.). *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Araujo, Frederico Guilherme Bandeira (1991). Fé cega/faca amolada: modernização e conflito no Brasil contemporâneo. In: Piquet, Rosália e Torres, Ana Clara (orgs.). *Brasil, território das desigualdades: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro: Zahar.

Berman, Mashal (1999). *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo.

Carvalho, José Murilo de (2007). A construção da ordem: a elite política imperial. *Teatro das sombras: a política imperial*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (1998). *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia das Letras.

Cohn, Amélia (2000). A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania. In: Mota, Carlos Eduardo (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transição*. São Paulo: SENAC São Paulo.

Costa, Emilia Viotti da (2007).*Da monarquia à Republica: momentos decisivos*. 8º.ed. São Paulo: UNESP.

Freire, Gilberto (1990). *Sobrados e Mucambos*. Rio de Janeiro: Record.

Giddens, Anthony (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp.

Lahuerta, Milton (1997).. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: Lorenzo Helena Carvalho de & COSTA, Wilma Pereira (orgs). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP.

Maricato, Ermínia (2001).*Brasil cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis: Vozes.

Oliven, Ruben George (2001).*Cultura e modernidade no Brasil*. São Paulo: São Paulo Perspectiva, v.15. nº. 2, abr/jun.

_____ (1994).*Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Ortiz, Renato José P.(1991). *A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural*. 3ª. ed. São Paulo; Brasiliense.

Palacios, Wanessa Doellinger Costa (2007). *A expansão dos espaços periféricos em Vitória durante o processo de urbanização na Primeira República (1889-1930)* (Dissertação de Mestrado).Vitória: UFES,

Reis Filho, Nestor Goulart (2000). Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808-1945) . In: Mota, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC São Paulo.

Schwarcz, Lilia Moritz (1998). *As barbas do imperador*: D. Pedro II um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia das Letras.

Simões Junior, José Geraldo (2007). Cenários de modernidade: os projetos urbanos das capitais brasileiras no inicio da República. III Fórum de Pesquisa FAU. Mackenzie. São Paulo. http://www.mackenzie.com.br. (consultado na internet em 23 de agosto de 2008).

Souza, J. (2000). *Modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: UnB.

Sousa Santos, Boaventura (1996). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.

Therborn, Goran (1995). *A formação ideológica dos sujeitos humanos*. São Paulo: Cortez.

Vaz, Lílian Fessler (1993). Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro. In: Teixeira, Manuel (coor.) *Habitação na cidade industrial: 1870-1950*. Analise Social. Revista do Instituto de Ciências de Lisboa. Vol. XXIX, Nº. 127, Lisboa: ICSUL.

A (im)possivel convergência entre desigualdades diferentes

Milene Peixoto Ávila
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
mipeixotoavila@yahoo.com.br

Resumo: A Europa, em especial a França, tem vivenciado um processo acelerado de crescimento da desigualdade, expresso na idéia de uma "nova pobreza" que, mais do que pessoas desempregadas e com dificuldades econômicas, cria desqualificados, indivíduos inúteis à sociedade, ou simplesmente, "não forças sociais". Intensificado na década de 90, o desemprego em massa associado à crise do modelo de intervenção Welfare State, vêm assombrado também os países centrais. A pobreza, antes apenas um dado residual, emerge como centro das preocupações, agora fortemente associada à imigração e à crise do mundo do trabalho. Em algumas nações periféricas "emergentes", como o Brasil e a Índia, o contrário! No Brasil, ao longo dos anos 2000, tem se concretizado um processo distinto do observado na Europa: alguns setores da sociedade recuperaram poder de consumo, caracterizado pelo aumento da renda de setores da classe D e E, traduzido em queda do

número de pobres. Esse movimento de "queda da pobreza" é entendido automaticamente como prova de que está havendo uma redução da desigualdade no país. Esses dados contrários e contraditórios podem, à primeira vista, sinalizar um paradoxo, um movimento de convergência da desigualdade. Cabe investigar se vivenciamos um processo inverso entre países, mas "face da mesma moeda", e, por isso mesmo, comparável entre si, ou se estamos diante de expressões de diferenças da desigualdade. Essa apresentação objetiva observar as (im)possibilidades de comparação entre dinâmicas contemporâneas da desigualdade, (re)considerando a viabilidade de entendê-la como um processo gradativo, em escala, homogêneo e baseado estritamente na renda.

Introdução

A Europa tem vivenciado um processo acelerado de crescimento da desigualdade, expresso na idéia de uma "nova pobreza" que, mais do que pessoas desempregadas e com dificuldades econômicas, cria desqualificados, indivíduos inúteis à sociedade, ou simplesmente, "não forças sociais" (Castel, 1998; 2003). Intensificados na década de 90, a crise do modelo de intervenção Welfare State ou do Estado Providência (Rosanvallon, 1998), associada ao desemprego crescente e permanente têm se configurado como problemas graves também nos países desenvolvidos. A pobreza, entendida antes como um dado residual, emerge como centro das preocupações, agora fortemente associada à imigração, à crise do mundo do trabalho e à atual crise financeira.

Em algumas nações periféricas "emergentes", como o Brasil, China e a Índia, o contrário! A economia da China e Índia têm chamado a atenção pelo rápido crescimento nos últimos anos1, ampliação da participação no comércio internacional e no centro de poder mundial2.

No caso brasileiro o que se destaca é a queda da desigualdade, via distribuição de renda: ao longo dos anos 2000, tem se concretizado um processo distinto do observado nos países europeus: alguns setores da sociedade recuperaram poder de consumo, caracterizado pelo aumento da renda dos estratos mais pobres, traduzido em queda do número de pobres. Esse movimento de "queda da pobreza" é convertido em prova de que está havendo uma redução da desigualdade "como nunca antes na história desse país"3.

Esses dados contrários e contraditórios podem, à primeira vista, sinalizar um paradoxo, um movimento de convergência da desigualdade, uma vez que países desenvolvidos estão vivenciando um aumento contínuo da desigualdade, associado à ameaça de desintegração social oriunda do crescente desemprego, ao mesmo tempo em países, antes em desenvolvimento e agora "emergentes" estão sinalizando para momentos de crescimento econômico e melhor distribuição de renda.

Cabe investigar se vivenciamos um processo inverso entre países, mas "face da mesma moeda", comparável entre si, ou se estamos diante de expressões de diferenças da desigualdade. Esse artigo objetiva observar as (im)possibilidades de comparação entre dinâmicas contemporâneas da desigualdade em países com graus distintos de desenvolvimento – Brasil e França -, (re)considerando a viabilidade de entender a desigualdade como um processo estático, homogêneo e baseado estritamente na renda. Configura-se mais como uma sugestão de análise, do que propriamente uma apresentação de resultados, até mesmo porque estamos lidando com fenômenos contemporâneos, em andamento. Diante disso, é possível pensarmos em uma convergência das desigualdades, ou estamos diante de processos diferentes, isto é, diante de diferenças na desigualdade? Para responder tal pergunta é preciso um olhar mais aprofundando para a realidade vivenciada nos dois países, com o intuito de se observar a forma como a desigualdade é concebida e enfrentada ao longo do tempo.

Brasil e França:

Um breve balanço

Entendendo que a desigualdade refere-se, de um modo geral, à distribuição diferenciada, numa escala de mais a menos, das riquezas produzidas ou apropriadas por uma determinada sociedade (Nascimento, 1994), é preciso um olhar mais atento sobre a forma como a riqueza é concebida (afinal, quais são os bens que estão em jogo?) e sobre a estrutura social sobre a qual está disponibilizada para distintos membros dessa sociedade. Além disso, é importante ter em mente que a desigualdade é intrínseca à sociedade, tendo, portanto, raízes históricas e estruturais, caracterizando-se como resultado síntese de múltiplas determinações. Sendo assim, não se constitui como um fenômeno estático e homogêneo, com a mesma manifestação em todos os países, mas, ao contrário, é dinâmica, uma vez que acompanha, ao longo do tempo, as transformações ocorridas no sistema social e econômico vigente, assumindo em cada sociedade especificidades e singularidades próprias. Ademais, apesar de estar constantemente associada à distribuição de renda, a desigualdade é

1 De 2003 a 2008, a Índia registrou taxas anuais de crescimento na ordem de 8,73%, bem acima da média global e suas reservas internacionais se expandiram de modo flagrante (Varadarajan, 2008). Outro dado interessante de se observar é que, entre 1980 e 2006, o Produto Interno Bruto calculado em paridade com o poder de compra (PIB/PPA) por habitante foi multiplicado por 16 na China e por 5 na Índia. No mesmo período, a participação chinesa no PIB mundial passou de 3,2% a 13,9% e a indiana, de 3,3% para 6,17% (Golub, 2008).

2 Com a situação da atual crise financeira, tornou-se corrente a afirmação de que o capitalismo e o mundo, em última instância, estariam passando por um momento muito importante de esgotamento do padrão atual da economia, baseado na especulação financeira, atingindo, com mais força os Estados Unidos e a Europa. Esse momento de superação e de transformação, exigirá uma reconfiguração do capital e das relações de poder, fato que, para alguns especialistas, indicaria uma convergência para um mundo mais multipolar, com destaque para países potencias, como a Índia, a China, a Rússia e o Brasil, grupo conhecidos por BRIC. Na edição de novembro de 2008, o jornal Le Monde Diplomatique- Brasil apresentou uma série de artigos que vão nesse sentido de interpretação.

3 Recorro a uma expressão muito utilizada pelo presidente Lula em suas falas e discursos se referindo aos "avanços" dos últimos anos. É comum piadas nesse sentido, referindo-se à dúvida sobre a qualidade da atuação do governo.

multidimensional, isto é, há diferentes fatores que contribuem para o maior ou menor grau de desigualdade (Fitoussi & Rosanvallon, 1996).

Considerando esses aspectos, optou-se por definir como riqueza a distribuição de bens imateriais (resultados do acesso a capitais social e humano e à cidadania em última instância) e de bens materiais (contidos no acesso à renda e a serviços públicos). Para tanto, essa sessão visa a apresentar um breve balanço da dinâmica de composição do sistema de proteção social e do mercado de trabalho nos dois países analisados, cujo intuito é traçar um panorama, uma espécie de "pano de fundo" sobre o qual a desigualdade se manifesta.

O acesso a direitos

A Europa e a França, em especial, vivenciaram um processo de queda acentuada da desigualdade iniciada no final dos anos 40 e mantida até meados dos anos 70, impulsionada, num primeiro momento, pelo Plano Marshall - uma espécie de reconstrução das mazelas que as duas guerras tinham deixado. Conhecido como os "trinta anos gloriosos", esse período contou com maciço investimento em políticas sociais4, na ampliação do acesso aos direitos sociais, à reconstrução de infra-estrutura e abertura de novos postos de trabalhos.

O capitalismo nos países centrais, ao longo da primeira metade do século XX, vivenciou a possibilidade da regulação da relação capital e trabalho, mediada pelo Estado5, através da formulação de políticas sociais, massificação da infra-estrutura urbana, maior regulação econômica e ampliação dos direitos sociais, caracterizando um importante período de alargamento do assalariamento, da constituição da propriedade e da identidade coletiva, além da consolidação da sociedade salarial (Carleial & Azais, 2007: 401).

Essa situação de ganhos sociais que emerge por volta da década de 50, no entanto, só foi possível porque combinou elevadas taxas de crescimento econômico (na França, de 1953 a 1975 as taxas anuais de crescimento praticamente triplicaram a produtividade, o consumo e a renda salarial, girando em torno de 5 a 6%); com o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social. A atuação do Estado nesse momento foi fundamental, principalmente como fonte de financiamento dos custos da reprodução da força de trabalho (Borges & Druck, 1993) e garantia de proteção social generalizada; na manutenção de grandes equilíbrios da economia e na busca de diálogo e compromisso entre os diferentes parceiros implicados no processo de crescimento (Castel, 1998: 480 e 481). Na França a consolidação da sociedade salarial6 atinge seu auge no ano de 1975, com cerca de 83% de assalariados formais (op. cit: 452).

A constituição dos Estados de Bem- Estar Social nos países desenvolvidos, se por um lado proporcionou uma melhor distribuição de renda, ganho na produtividade e garantiu a possibilidade do

(quase pleno) emprego; por outro, mostrou-se incapaz de se mundializar, permanecendo restrita a alguns países, com destaque para a França (Thébaud-Mony & Druck, 2007: 25). As principais características desse tipo de Estado, quais sejam, a garantia de emprego e a conseqüente integração social via ampliação de cobertura dos direitos sociais e de redes de proteção social; não chegou a se constituir plenamente no Brasil. Apesar de apresentar "o maior crescimento econômico do globo terrestre entre 1930 e 1980" (Souza, 2003:51), isso não se reverteu em melhor distribuição de renda, ampliação da cidadania ou queda da desigualdade.

Podemos afirmar que, no Brasil, vivenciamos não um Estado de Bem- Estar, mas sim, nas palavras célebres de Francisco de Oliveira, um Estado de Mal -Estar Social:

> "caracterizado por um Estado privatizado, onde os fundos públicos são apropriados pelo capital, seja na forma de políticas de subsídios, incentivos fiscais, transferências de custos, seja na forma ilícita e corrupta de uso da máquina estatal por segmentos fortes do capital. Desta forma, "emerge no cenário brasileiro, uma outra singularidade no uso dos fundos públicos: trata-se da criação de um verdadeiro welfare state "nas" e "das" empresas..."
>
> (Mota, 1991, apud Borges & Duck, 1993: 8).

Com relação à formação do sistema de proteção social brasileiro, esse, já de início, não é concebido com um amplo sistema de proteção social, capaz de atingir a todos os brasileiros. Pautado no trabalho, estruturou-se em função da inserção na estrutura ocupacional e do acesso a benefícios vinculados a contribuições prévias, isto é, o acesso a benefícios sociais ficou restrito aos cidadãos socialmente úteis, formalmente empregados e capazes de financiar o custo desses benefícios. Se essa configuração de cobertura já nos anos 40, ou mesmo ao longo das décadas 50, 60 e 70 vividas por um grande crescimento econômico, deu-se de maneira seletiva por jamais termos conseguido a proeza prometida pelo Welfare State de "pleno emprego", torna-se ainda mais dramática atualmente, com cerca de 41% da população economicamente ativa sobrevivendo na economia informal (Ipea, 2006). A cidadania nesse contexto se configurou como sendo "regulada" (Santos, 1979) porque a expansão de direitos foi calcada na concepção salarial e se constituindo como privilégios particulares de

4 Marshall em seu livro Política Social (1967) nos ensina que a política social é um importante instrumento de proteção do capitalismo, na medida em que permite a redistribuição de excedentes não na esfera econômica, mas na esfera política.

5 Pedro Demo chama a atenção para a falsa expectativa que a existência do Welfare State proporcionou sobre possibilidade de submissão do capitalismo aos interesses sociais. Segundo o autor, o capitalismo não é um sistema produtivo domesticável e compatível com a justiça social, como se poderia pensar com as políticas do Estado de Bem-Estar Social; é (foi!), no máximo, civilizável, mantendo em sua estrutura aspectos desiguais (Demo, 2002:5).

6 Entendo sociedade salarial no sentido proposto por Castel (1998), a qual emerge por volta das décadas 50 e 60 nos países centrais, organizada principalmente em torno da generalização da condição de assalariado e da concorrência entre diferentes atividades salariais. É nesse momento histórico que a condição de assalariado se torna o modelo privilegiado de identificação social (op. cit: 476).

segmentos das classes assalariadas, tendo como pré-requisito a inclusão no mercado de trabalho formal. Aos pobres e àqueles incapazes de sobreviver por conta própria, por não portarem o passaporte de ingresso no sistema de proteção social - a tão sonhada "carteira assinada"7 -, não houve outro caminho se não recorrer à filantropia, à bondade alheia ou a serviços residuais do Estado para a provisão da cobertura de seus direitos mínimos (Cohn, 2004: 02).

O acesso ao mercado de trabalho

Se não podemos falar que vivenciamos a constituição de um Estado de Bem-Estar Social, aos moldes dos países centrais, tampouco podemos afirmar que no Brasil a sociedade salarial tenha se consolidado plenamente, palavras de Carleial & Azais (2007: 403). Ao compararem a dinâmica do mercado de trabalho na França e no Brasil, os autores destacam como ponto em comum, tanto no Brasil quanto na Europa, a tendência de crescimento do trabalho assalariado8. A abertura de postos de trabalho, no entanto, são regidas por regras distintas, seguindo a estrutura produtiva que em cada país se consolidou ao longo dos anos.

O desenvolvimento, ao longo das primeiras décadas do século XX, de políticas sociais, combinadas com o fordismo, permitiu na Europa, o acesso "mais democrático" de uma enorme quantidade de trabalhadores à sociedade de consumo, não sem cobrar seu preço. Para Druck (apud Filgueiras & Druck & Amaral, 2004) a integração social dos trabalhadores foi obtida através da neutralização das resistências e da "persuasão", sustentada pela nova forma de remuneração e de benefícios.

No Brasil, para muitos autores/as esse sistema de regulação, tal como nas nações centrais, não se desenvolveu de maneira completa. O *fordismo periférico* tem como base o modelo de industrialização de substituição das importações, combinado com um forte movimento concentrador de renda. A industrialização e o crescimento econômico à brasileira, não só incorporou segmentos relativamente reduzidos ao mercado de trabalho, como também não massificou o mercado de consumo, mantendo-o restrito e selecionado. Outro ponto particular do mercado de trabalho brasileiro é a participação do mercado informal, ocupando estruturalmente 40% das atividades (Carleial & Azais, 2007).

Já no final da década de 70 e intensificado durante os anos 80, o modelo exitoso de regulação do capital e de intervenção do Estado consagrado nos países desenvolvidos começa a dar sinal de esgotamento, fato que se reflete no aumento do desemprego permanente. A elevação do desemprego na França ao longo dos anos é considerável: no ano de 1954 era de 370 mil o número de desempregados, caindo para 306 mil em 1964. No ano de 1984 houve um substancial crescimento, atingindo 2,5 milhões, número que se estendeu para 3,3 milhões no ano de 1994 (Rosanvallon, 1998). Diante da dificuldade de manter o padrão de acesso ao mercado de trabalho, uma série de mudanças na esfera produtiva, na organização e gestão do trabalho – a *reestruturação produtiva* -, iniciada nos países centrais, rapidamente se expandiu para as nações periféricas, gerando profundas transformações no mundo do trabalho, materializadas em consideráveis perdas de direitos dos trabalhadores e crescente sentimento de insegurança.

A crescente exigência de flexibilização do mercado de trabalho reúne em sua agenda de transformações a subcontratação de trabalhadores, mediante a terceirização da produção, o emprego temporário, o surgimento das cooperativas de trabalho e de vários tipos de trabalhos "atípicos"; acompanhados por cortes nos direitos trabalhistas, afrouxamento do marco legal de regulação do mercado de trabalho, redução dos salários, maior facilidade no desligamento de trabalhadores e substituição dos contratos de trabalho por contratos comerciais (Carleial & Azais, 2007:402). Essa transição em andamento, só pode ser explicada por outro fenômeno: o florescimento dos mercados financeiros, marcados pela gradativa hegemonia do capital financeiro. Sendo assim, na busca de novas formas de valorização do capital, a flexibilização e precarização do mercado de trabalho e a conseqüente deresgulação dos sistemas de proteção social são considerados os principais "alvos" a serem atacados.

Concretizados ao longo dos anos 90 os "ajustes fiscais" recomendados pelas organizações multilaterais, pesquisas em diferentes áreas do conhecimento, no entanto, têm demonstrado que a reestruturação produtiva não só não foi capaz de responder à crise do fordismo e do modelo de regulação Welfare State, como, ao contrário, as aprofundaram, multiplicando situações de vulnerabilidade socioeconômica, através da precarização das relações de trabalho e do desemprego prolongado. Apesar de seguirem orientações comuns, as medidas de ajuste do mercado de trabalho, é importante ressaltar, não seguiram os mesmos cronogramas, nem obtiveram as mesmas conseqüências nos países centrais e periféricos (Idem).

Considerando as diferenças existentes entre os países com graus de desenvolvimento distintos, podemos, sucintamente, levantar alguns resultados das atuais mudanças em curso na economia mundial e nas relações de trabalho. No Brasil as reformas se concentraram ao longo da década de 90, no governo de Fernando Henrique Cardoso, marcadas pela

> "intensificação da abertura comercial, pela subcontratação e implementação de planos de estabilização que redundaram na criação de uma nova moeda: o real. Assim o projeto completo de reformas era assim composto: controle da inflação; abertura comercial, com o objetivo de ampliação da competitividade; privatização das grandes empresas governamentais;

7 A expressão "carteira assinada" é muito comum no Brasil e faz referência à Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, principal norma legislativa brasileira referente ao Direito do trabalho e o Direito processual do trabalho. Foi criada através do Decreto-Lei n° 5.452, de 1° maio de 1943 pelo então presidente Getúlio Vargas, cujo intuito era de unificar toda legislação trabalhista existente até então no Brasil.

8 O Brasil em 2008 vinha apresentando bom desempenho da economia, com alta de 33% na abertura de vagas no mercado de trabalho formal. De janeiro a agosto de 2008, foi criado 1,8 milhão de empregos, ante 1,35 milhão em 2007 (Veríssimo, 2008). Entre 2003 e 2008 foram gerados 8.072.497 postos de trabalho celetistas. Como efeito da crise financeira nos meses de outubro e novembro, no entanto, houve um aumento de demissões, principalmente nas grandes empresas. Essa queda de emprego tem sido vivida de maneira mais dramática nos países europeus: são quase 10.000 novas demissões a cada dia (Chade, 2008).

> desregulamentação financeira e dos mercados de trabalho; controle dos gastos públicos, com a redução do papel do Estado e forte diferencial entre as taxas de juros interna e externa."
>
> (Carleial & Azais, 2007: 406)

O resultado da aplicação dessa nova política econômica foi desanimador: no Brasil o desemprego ao longo dos anos 90 aumentou de 7,2% para 10,4%, numa elevação próxima a 50% e a participação do trabalho autônomo subiu de 14,4% para 15,7% (Dedecca, 2003: 82). Sendo assim, para um crescimento da PEA (população economicamente ativa) próximo a 9,2 milhões, o desemprego respondeu por 3,9 milhões de pessoas, isto é, 43% do aumento da disponibilidade de emprego. Essa situação se agrava ao analisarmos o diferencial de rendas das famílias mais pobres e mais ricas. No mesmo período, analisando os diferenciais de renda familiar, Dedecca afirma que os dados mostram um aumento da desigualdade social em termos de renda auferida:

> "As famílias de mais alta renda não foram afetadas tão fortemente pelo baixo desempenho da economia brasileira quanto aquelas de rendimento mais baixo, e em especial, aquelas pertencente à Região Nordeste"
>
> (op. cit.: 94)

Os efeitos negativos da reorganização econômica sobre o nível de emprego em um contexto de redução do papel do Estado na regulação do mercado de trabalho são acompanhados de modificações importantes na distribuição funcional da renda e na diferenciação dos rendimentos dos ocupados. Os empregados são, pois, o segmento da sociedade brasileira que apresentaram pior desempenho dos níveis de renda e que mais sofreram com a redução dos postos de trabalho. Observa-se um empobrecimento geral dos ocupados ao longo dos anos 90 e a convivência de um período de estabilidade econômica com ampliação das desigualdades sociais.

Já na França, país em que o acordo sobre a construção histórica de uma sociedade salarial repousou, e ainda repousa, sobre uma relação muito sólida entre trabalho e proteção social, o impacto da crescente flexibilização do trabalho foi sentido principalmente no surgimento de novos tipos de contratos de trabalho e no abalo da identidade do trabalhador. Se na década de 70, 83% da população economicamente ativa contava com uma posição no mercado formal, mediante um contrato de tempo indeterminado (CDI), ao longo das próximas décadas, a natureza dos contratos de trabalho altera-se, concretizando a emergência de "novos empregos", caracterizados por contratos de trabalho com prazo determinado (CDD), em tempo parcial (CDI parciais), precários, temporários, estágios ou nas várias formas de empregos subsidiados, os *emplois-aidés*, considerados "empregos para jovens"9. Nesse contexto, determinados grupos sociais foram mais atingidos, entre eles, as mulheres, os imigrados, os jovens e, claro, os menos qualificados.

Ademais a flexibilização da natureza do contrato de trabalho, o desemprego a longo prazo, nos anos 90, atingiu cerca de 3,3 milhões de pessoas na França (Rosanvallon, 1998), abalando, entre outras coisas, as finanças públicas. Atualmente das economias do G7, só a França apresentou crescimento (ínfimo) no terceiro trimestre de 2008: 0,1%, ao passo que a economia dos países da OCDE recuou 0,1% no mesmo período (Ninio, 2008). Mas, apesar de ter conseguido manter a economia ainda em crescimento, os efeitos da crise financeira têm atacado principalmente o mercado de trabalho: o número de desempregados na França no mês de outubro desse ano atingiu 2,005 milhões de pessoas, taxa de 2,4% a mais do que no mês de setembro (Da redação, 2008).

É nesse contexto de multiplicação das situações de vulnerabilidade socioeconômicas, de um número cada vez maior de pessoas que precisam recorrer às ajudas assistenciais do Estado, que a pobreza é (re)descoberta nos países centrais, deixando de ser um fenômeno residual, entendida como resultado da "crise da sociedade salarial". Assim sendo, para autores como Pierre Rosanvallon (1998); Serge Paugam (2003; 1993) e Castel (1998) estamos diante de uma "nova questão social: o surgimento da "nova pobreza" e de um novo status de indivíduos: os "inimpregáveis".

Mas, se na França os anos 2000 serviram para confirmar a insuficiência do modelo até então adotado de combate à desigualdade, para o Brasil, ao contrário, esse período tem sido ostensivamente destacado pela queda no número de pessoas pobres e indigentes, fato que, para o Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas), uma das principais instituição de pesquisa do país, indicaria a mobilidade social de 13, 8 milhões de pessoas, caracterizando um dos ritmos mais acelerados de queda da desigualdade observados no mundo.

Esses dados sugerem que, de fato, estamos vivenciando dois processos inversos e inusitados: o aumento da pobreza nos países desenvolvidos, entendida como "nova pobreza" e queda da pobreza em um país periférico. No Brasil, país que possui uma das estruturas sociais de maior concentração de renda do globo terrestre10, a novidade é a queda da desigualdade. Na próxima sessão me concentrarei em entender o fenômeno da desigualdade como algo dinâmico, que sofre mutações ao longo do tempo. Para tanto, é importante um breve resgate da evolução da desigualdade na França e no Brasil, bem como apresentar as principais teorias sociológicas a respeito de como a desigualdade é concebida nessas sociedades.

A um passo do descompasso: a desigualdade e sua dinâmica.

9 Uma entre as várias formas de empregos subsidiados, estimulados pelo governo francês nos marcos de políticas de emprego praticadas desde finais da década de 1980 e mais amplamente nos anos de1990 (Beaud & Pialoux, 2006).

10 Dos 126 países que possuem informações sobre o grau de desigualdade atual, cerca de 90% (113 países) apresentam distribuições de renda menos concentradas que a do Brasil (Ipea, 2008).

O debate sobre a desigualdade social e sua inter-relação com processos sociais decorrentes, tais como a pobreza, marginalidade, a vulnerabilidade e a exclusão social, é amplo e pouco consensual. Há, no entanto, um certo predomínio em tratar a questão em termos de acesso diferenciado à renda, centrando na inserção no mercado de trabalho como espaço privilegiado de aquisição de riquezas. No Brasil, em especial, esse debate está praticamente centrado na necessidade de uma melhor distribuição da renda11, relegando a segundo plano aspectos culturais e políticos. Embora não seja esse o objetivo central desse artigo, procuro, ao longo dessas páginas, demonstrar que a renda é apenas um das dimensões em que a desigualdade se manifesta, fato que exige um conhecimento mais apurado sobre os demais determinantes, muitas vezes dificultado pelo falta de acesso a informações não quantificáveis, tais como as relativas aos capitais sociais e humanos, ou mesmo a aspectos subjetivos, como o estigma e os efeitos da discriminação, por exemplo.

De qualquer forma, já de antemão nos deparamos com um problema: como comparar uma sociedade que historicamente apresenta uma das maiores taxas de concentração de renda, uma distribuição diferenciada e insuficiente de serviços públicos, nos âmbitos da saúde, da educação primária e superior, segurança pública, previdência, entre tantos, como o Brasil; com uma sociedade que tradicionalmente apresenta uma distribuição de bens e recursos (não apenas de renda) mais igualitária, um Estado mais interventor, com forte, ainda que em processo de erosão, presença dos diferentes setores sociais nas negociações coletivas?

Guardadas as devidas proporções das singularidades de cada sociedade, é possível enunciar alguns pontos. Com relação à medida da desigualdade de renda – o coeficiente de Gini –, no Brasil, em 1979, era de 0,5955, passando para 0,6331 em 1989; 0,593 em 2001 e caindo para 0,552 em 2007 (Ipea, 2008). Embora não disponha de dados referentes ao valor atual do coeficiente de Gini francês, sabe-se que esse é ainda bem menor do que o brasileiro: em 1993 era de 0,3 (Salama, 1999: 37), aumentando em 1997 para 0,35 (Rocha, 2003 apud PNUD, 1997)12. Com relação à apropriação da renda pelos diversos setores da sociedade, na França os 20% mais ricos dividem 40% das riquezas produzidas, ao passo que os 40% dos mais pobres detêm 20% dessas riquezas (op. cit: 27). Já no Brasil, a parcela de renda apropriada pelos 50% mais pobres é apenas ligeiramente maior que a parcela apropriada pelo 1% mais rico; a fatia da renda apropriada pelos 10% mais ricos representa mais de 40% da renda total, ao passo que a fatia apropriada pela metade mais pobre da população representa 15% (Ipea, 2008).

De acordo com Fitoussi e Rosanvallon (1996) estamos diante de uma "nova era das desigualdades", na qual convivem dois tipos de desigualdade: a *estrutural/ tradicional*, socialmente aceita por se referir às diferenças de acesso à renda, via salário, entre categorias sociais diferenciadas; e a *nova desigualdade/dinâmica*, cujo consentimento social é menos homogêneo, por se tratar de desigualdades vivenciadas inter e intra categorias sociais, isto é, as diferenças de acesso, principalmente do mercado de trabalho, continuam a ser vivenciadas entre diferentes categorias profissionais (desigualdade estrutural), mas também passam a ser vividas internamente, entre os membros da mesma categoria, ou seja, "entre iguais", afetando de maneira ímpar as formas de representação coletivas e individuais.

Os autores também destacam que os efeitos da nova desigualdade não afetam os indivíduos da mesma forma, de maneira igual. Há elementos que influenciam a forma como desigualdade é mais ou menos sentida pelos diferentes membros da sociedade. Isso se torna mais claro à medida que aceitamos, como fazendo parte do "repertório das desigualdades", questões como as desigualdades regionais, baseadas na localização geográfica; o acesso diferenciado entre homens e mulheres, tanto com relação à renda, quanto relativo ao uso do tempo livre; a desigualdade existente entre gerações diferentes; acesso à informação e ao conhecimento; a diferença no acesso ao sistema financeiro e às prestações sociais. Considerar esses diferentes elementos na análise da dinâmica da desigualdade é abrir espaço para a compreensão desse fenômeno como resultado de múltiplas dimensões que se inter-relacionam.

Dentro desse quadro explicativo, na França os membros mais atingidos por essa nova era das desigualdades são os jovens, as mulheres, os trabalhadores com baixa qualificação e os imigrantes recentes, ou pertencentes à segunda geração. Os imigrantes sofrem de maneira particular essa situação de desigualdade, uma vez que sobre eles pesam, além das dificuldades econômicas, um estigma muito forte, vivenciado numa espécie de segregação espacial e étnica nas *cités*13, conjuntos habitacionais destinados aos mais pobres (Wacquant, 2005).

Quando olhamos para o Brasil, apesar do recente movimento de queda da desigualdade – atingindo uma média de 1,2% por ano - expresso no aumento da renda dos estratos mais pobres, em contraposição a uma medíocre produtividade da economia e um baixo rendimento médio da população (Dedecca, 2007), observa-se que as desigualdades estruturais permanecem. Um dos determinantes dessa acentuada queda da desigualdade entre os anos 2001 e 2007 é o volume de renda oriunda de programas de transferência de renda, com destaque, em termos de número de beneficiários, para o Programa

11 O Ipea se destaca por um volume muito elevado de estudos a respeito da evolução da pobreza e da desigualdade de renda no país. Há, no entanto, a predominância do olhar economicista e uma certa relutância em considerar outros aspectos da pobreza, definida pelo Estado e pelo instituto apenas pela demarcação de linhas da pobreza e da indigência.

12 Para o mesmo período analisado, o coeficiente de Gini do Brasil era de 0,57 (Rocha 2003).

13 Cités ou conjuntos habitacionais são as formas mais comuns de moradia dos mais pobres na França. O HLM: Habitação de Locação Moderada são conjuntos habitacionais construídos pelo governo francês no marco de um amplo programa social de moradia, destinado às classes populares. Estão situados nas periferias, considerados "bairros quentes" ou "bairros problemas".

Bolsa Família14. Além disso, vale destacar a política de valorização do salário mínimo e seus efeitos na previdência social (Idem).

Mas, apesar de aumentar a base de consumo dos segmentos mais pobres, esse incremento de renda não se converte, necessariamente, em melhoria nas outras dimensões da desigualdade, tais como acesso a bens públicos (assistência e proteção social, saúde, creche, mercado de trabalho, geração de renda, acesso aos direitos sociais, etc), capital social e humano, ou mesmo, autonomia e participação política. Isso fica claro ao analisarmos a aceso diferenciado quanto à posição geográfica: a desigualdade regional apresenta-se extremamente forte: as regiões do Nordeste - 49,2% da população brasileira - e Norte - representando 7,2% dos brasileiros – possuem os piores índices de acesso à renda e aos serviços públicos. Ao passo que as regiões do Sudeste e Sul, ambos com 21,4% da população total do país, possuem os melhores índices. Outro ponto a ser destacado é o desigual acesso da população negra à escolaridade, habitação, renda e posição no mercado de trabalho, enfim, dados recentes do Ipea (2008) demonstram que, apesar da melhoria que esse grupo da população tem logrado nos últimos anos, permanece ainda com os piores índices de acesso tanto à renda, quanto aos bens públicos. O problema mostra-se mais grave quando associamos a variável gênero à raça: as mulheres negras são, em geral, menos escolarizadas e o segmento que recebe o rendimento mais baixo de toda população brasileira.

Isso nos mostra que cada sociedade possui singularidades com relação à dinâmica da desigualdade. Além disso, observamos que os determinantes da desigualdade se transformaram e que a forma tradicional de combatê-los, via políticas sociais15 focadas na oferta de bens básicos (saúde, habitação, emprego, escola, etc), tão exitosas ao longo doas anos 50 e 60, não são mais suficientes para atacar as novas configurações da desigualdade, pelo menos na Europa. Emerge uma nova questão social que atesta a inadaptação dos antigos métodos de gestão do social e de combate às desigualdades.

Algumas explicações

Essa análise é convergente com a leitura sociológica predominante do crescimento da desigualdade na França como sendo resultado da crise do modelo Welfare State16, do enfraquecimento da solidariedade como princípio de integração social e da emergência, cada vez maior, do individualismo negativo (Castel, 2005) e de novas formas de pobreza. Ao longo das décadas de 80 e 90, pesquisas vêem demonstrando a existência de um novo fenômeno social: a "nova pobreza", a qual caracteriza-se pela ampliação do número de pobres, acrescida de um novo estágio: mais do que desempregados e com dificuldades econômicas, hoje estaríamos diante de desqualificados, ou simplesmente, "não forças sociais", indivíduos inúteis, inclusive ao capital, uma vez que não serviriam nem para compor o "exército industrial de reserva" que Marx anunciou. São inúteis porque, não estando mais inseridos na sociedade via trabalho e tornando-se beneficiários de programas assistenciais, sua existência social torna-se desnecessária para os mecanismos centrais da reprodução do capitalismo.

A "nova pobreza" foi fruto, segundo Chantal Euzeby (1987: 329) da ruptura da relação entre emprego e renda, da grande produtividade oriunda da terceira revolução industrial e da precarização do emprego, fatos que justificam a afirmação (e apreensão) de autores como Castel (1998) de que estaríamos diante da formação de uma sociedade dual: de um lado os bem empregados e de outro, um número crescente de desempregados e/ou trabalhadores precários, mal remunerados. Essa situação, ainda em gestação, é capaz de gerar conseqüências terríveis para a coesão social, ameaçando a integração da sociedade contemporânea. Isso porque geraria tanto conseqüências objetivas (a perda do emprego e da renda; a experiência do desemprego prolongado e, muitas vezes, irremediável; a dependência dos serviços sociais; a mudanças para as *cités*); como subjetivas (a experiência humilhante do desemprego e da dependência da RMI; a perda gradual de vínculos sociais; a tendência ao isolamento social; a vivência de sentimentos pejorativos, tais como medo, insegurança quanto ao futuro, culpa; a perda da identidade de trabalho e, conseqüente, aceitação de sua condição de inútil).

Na França o debate sobre pobreza e desigualdade crescentes ganha o entorno (pelo menos nos estudos sociológicos) de exclusão social. A exclusão social17, em geral, é entendida como quebra dos laços sociais18, um processo que engloba rupturas de vários tipos de vínculos, em geral, de modo combinado. Geralmente iniciado com a perda do emprego estável – a

14 A implantação de programas de transferência de renda se popularizou ao longo dos anos 90 como alternativa à crise do Welfare State e como possibilidade de redução da pobreza crescente. A França implantou em 1988 o RMI - Renevu Minimum d'Insertion, programa de transferência de renda associado à inserção no mercado de trabalho, que hoje conta com meio milhão de beneficiários (Wacquant, 2005: 30). Já o Brasil implantou em 2003 o Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda voltado à escolarização de crianças e adolescentes que atualmente atende 11,1 milhões de famílias.

15 É interessante observar que, ao contrário do previsto nos ajustes fiscais preconizados pelas agências multilaterais, os gastos públicos na França, ao longo das décadas de 80 e 90, não diminuíram. Desde os anos 1970, as despesas sociais e, notoriamente a saúde, continuam a crescer nos ritmos anteriores de 7 a 8%, enquanto as receitas elevam-se entre 1 e 3%, já que estavam indexadas em um crescimento que se reduziu a partir de 1974, fato que intensifica a crise financeira do Estado Providência (Rosanvallon, 1998: 24).

16 Rosanvallon, em seu livro A nova questão social: repensando o Estado Providência (1998), vai analisar esse momento de crise do modelo Welfare State, entendido como resultado de três dimensões: de origem ideológica, financeira e filosófica. Diante do aumento do desemprego prolongado, do surgimento de novos tipos de pobreza e da insuficiência desse modelo de regulação estatal, estaríamos diante de uma nova questão social.

17 É importante destacar que o termo exclusão social não possui uma definição precisa, sendo, muitas vezes, usado para designar toda e qualquer situação ligada à "dificuldades de acesso, segregação, discriminação, vulnerabilidade e precariedade" (Escorel, 1999: 18). O termo tornou-se corrente nos trabalhos de pesquisadores/as franceses, desenvolvendo um sentido próprio.

18 Esse processo de fragilidade e ruptura de laços sociais foi descrito de diferentes formas e com variações dos elementos analisados: por Gaulejac & Taboada – Leonétti (1994), recebeu o nome de desinserção social; por Serge Paugam (1993; 2003) foi entendido como desqualificação social e na obra clássica de Castel (1998) foi descrito como desafiliação social. Em comum nesse diferentes conceitos, a ausência de papel social dos indivíduos que caíram nessa situação de degradação social, crise de identidade social (fortemente associada ao trabalho) e o sentimento (também compartilhado pelos desempregados) de inutilidade social.

"desestabilização dos estáveis"19 – e a conseqüente perda de renda e capacidade de consumo, os indivíduos vão, aos poucos, vivenciando uma trajetória marcada por uma série de rupturas dos laços e vínculos sociais, ocasionando, em muitos casos, problemas de saúde e desestabilização das relações familiares, culminando em um isolamento social e na sensação de perda de um lugar social, reconhecido e valorizado.

A crise da identidade do trabalhador é outro resultado importante desse processo de *desqualificação social*, descrito por Paugam (2003). O afastamento do trabalho se expressa em perdas materiais, mas também na desorganização do tempo e espaço, na perda do estatuto de trabalhador. O medo do futuro e o sentimento de culpa são recorrentes nas falas de moradores em situação de vulnerabilidade socioeconômica de Saint-Brieuc, região pesquisada nos anos 80. O autor descreve um movimento recorrente entre os moradores de sucessivas derrotas, fracassos profissionais/pessoais que os fragilizam, a ponto de precisarem recorrer à dependência dos serviços de assistência social. A crise de identidade do trabalhador, a fuga da vida social e o medo do futuro caracterizariam o isolamento social, o sentimento cultivado de ser inútil, marcado pelo estigma de ser dependente das políticas assistenciais, posto que não integrado no mercado de trabalho.Esse sentimento pode equivaler a uma espécie de morte social, de aceitação da sua inutilidade para o mundo20.

No Brasil, apesar de haver alguns trabalhos inspirados nessa vertente, o debate sobre a desigualdade ainda é dominado pelo viés econômico, centrado na renda, com destaque para a influência dos estudos realizados pelo instituto de pesquisa governamental IPEA. Além disso, a desigualdade está fortemente associada à pobreza, a qual é medida pelo estabelecimento da linha de pobreza (são considerados pobres pelo Estado as pessoas com renda familiar *per capita* de até R$ 120,00) e da linha da indigência (indigentes são aqueles que possuem renda familiar *per capita* de até R$ 60,00). Sendo assim, com ênfase em apenas uma dimensão da desigualdade que é o acesso diferenciado à renda, a forma escolhida pelo atual governo para resolver esse problema histórico e estrutural tem sido a distribuição de renda, mediante a inclusão dos "mais pobres" em programas de transferência de renda, acompanhada de uma política de valorização do salário mínimo.

Atenho-me, no entanto, às explicações sociológicas. Nos trabalhos das Ciências Sociais brasileiras o debate recente sobre a desigualdade está dividido, basicamente, entre duas vertentes opostas: uma baseada nos estudos de Roberto DaMatta, cuja tese do personalismo ganha força para explicar a origem de nossa desigualdade; e outra baseada nos trabalhos de Jessé de Souza e do Cepedes21, cujo intuito é a compreensão da desigualdade a partir de mecanismos impessoais, opacos e intransparentes capazes de atribuir um valor diferencial aos seres humanos.

De modo geral, para DaMatta (1997) o "dilema brasileiro" centra-se em uma articulação bastante atípica entre o moderno e o tradicional, isto equivale dizer, entre igualdade formal e hierarquia; entre o indivíduo – afeito ao sistema legal moderno – e a pessoa, caracterizada pelas relações pessoais, de favores e camaradagens. Haveria no Brasil um sistema holista e hierárquico alicerçado por uma lógica relacional, onde não poderíamos nos definir como modernos ou pré-modernos, mas a partir de uma configuração particular dos dois termos: em nossa estrutura social teríamos um sistema de relações sociais que recusa qualquer rigidez e que permite o entremeio entre pessoa (regras particulares) e indivíduo (regras generalizadas). Essa afirmação fica mais clara à medida que analisamos uma pergunta corrente entre os brasileiros em momentos de conflitos: o "você sabe com quem está falando?" é, para DaMatta, a expressão verbalizada da condição diferencial e hierárquica presente no modo como nos relacionamos com o outro, uma vez que seria através da restauração de valores diferenciais e hierárquicos, contidos na idéia de pessoa e não de indivíduo, que o agente tenta a mitigação conflitiva, impingindo o outro a reconhecer a sua condição de "inferior"e a se colocar "no seu lugar". Isso exemplificaria a configuração do nosso sistema social cuja estruturação é permeada por princípios hierárquicos que se dispõem, se preciso, de modo explícito – verbalizado – em uma situação onde a hierarquia parece não ter sido compreendida por um dos sujeitos envolvidos na relação.

Como pensar a desigualdade diante desses dados apresentados pelo autor? Não há uma explicação direta, mas sim um corpus teórico que, em sua coerência interna e totalizante, explica a desigualdade através da hierarquia:

> "Ora, se no Brasil existe um sistema relacional, onde na superfície está a idéia de indivíduo e na profundeza a idéia de pessoa, existe uma hierarquia que ordena e governa a produção de diferenças que, por possuir uma dimensão moral, institui relações dessimétricas e portanto de desigualdade." (Corrêa, 2006: 369)

Assim, o princípio estruturante da sociedade brasileira é, em última instância, a hierarquia disposta na idéia de pessoa e o que faz com que um indivíduo se destaque da padronização impessoal presente nessa condição valorativa é a existência de um capital de relações pessoais que permite ao agente elevar-se acima das leis e normas vigentes. O que diferencia os indivíduos e os tornam desiguais, nessa perspectiva, é o acesso ao capital de relações sociais, uma vez que a desigualdade é explicada através de uma hierarquia condicionada pelo capital social acumulado. As relações pessoais e de compadrio são capazes de fazer a hierarquia se atualizar, na forma de privilégio, pois quem possui proximidade com o poder detém a prerrogativa desta condição e, se necessário, a vantagem de utilizar seu universo de relações pessoais, seu capital social como forma de intimidação, meio através do qual se torna possível legitimar a diferença e mitigar o conflito.

---

19 Castel (1998) destaca esse ponto como sendo o maior diferencial do momento atual de outros processos de ascensão da pobreza, como o Pauperismo, no século XIX. O fato novo e atual é que a pobreza não está mais atingindo os grupos que tradicionalmente atingiu (doentes, trabalhadores mal qualificados). Hoje também os trabalhadores estáveis estão sendo atingidos, num processo gradual de "desestabilização dos estáveis".

20 O filme O Segredo do Grão (La Graine et lê Mulet, 2007, dir: Abdel Kechiche) descreve essa situação de degradação social. Através da trajetória de Slimane Beiji (Habib Boufares), um imigrante de 60 anos que vê seu contrato de trabalho reduzido a um contrato de tempo parcial, em seguida fica desempregado e enfrenta um divórcio após anos de casamento. A angústia de Slimane Beiji é expressa por longos momentos de silêncio, introspecção.

21 O Cepedes (Centro de Estudos sobre Desigualdade Social) é uma iniciativa de um conjunto de professores, pesquisadores e estudantes da Universidade Federal de Juiz de Fora, MG.

A essa interpretação do Brasil, de certa forma bem disseminada no senso comum, Jessé Souza e seu grupo de pesquisa vai chamar de essencialismo culturalista, o qual articula as noções de personalismo, familismo e patrimonialismo, numa espécie de autonomia da cultura, entendida como uma entidade homogênea, sem vinculação com as instituições sociais. Para Souza, o problema do Brasil não estaria nos resquícios do tradicional, na existência tanto do personalismo, quanto do individualismo, cada qual se manifestando como dominante de acordo com a relação estabelecida entre os agentes sociais. Em sua tese sobre a modernização seletiva (2000), Souza refuta a idéia de que entre nós tenha se dado um processo de modernização para "inglês ver", isto é, uma modernização de fachada, sendo a estrutura social altamente desigual o resultado de resíduos pré-modernos persistentes em nossa cultura. Ao contrário, o que houve no Brasil foi um efetivo processo de modernização iniciado, em 1808, com a chegada da corte portuguesa e levado ao extremo a partir de 1930. Esse processo seria a base do desenvolvimento das duas principais instituições fundamentais do mundo moderno, quais sejam o mercado e o Estado, concebidas como instituições neutras e eficazes (Souza, 2003). Dessa idéia generalizada de neutralidade e impessoalidade das instituições derivam os mecanismos opacos, intransparentes e pré-reflexivos que geram a desigualdade, cujo efeito é o mascaramento e a manutenção da hierarquia valorativa que diferencia e divide os seres humanos em cidadãos e subcidadãos22.

A especificidade das nações periféricas como o Brasil estaria na produção em massa de um contingente de pessoas – a ralé estrutural – que nem sequer gozam dos predicados humanos capazes de possibilitar sua participação em um campo de disputa por prestígio e poder. Essa massa é um "não gente", isto é, por possuírem um habitus precário23, que não condiz com qualidades e atitudes ligadas à disciplina, ao auto-controle e à auto-responsabilidade (condições altamente modernas), são considerados como seres inferiores, vistos pela sociedade como um todo, como inúteis e improdutivos.

O que Jessé busca demonstrar é como se produz essa concepção do valor diferencial entre os seres humanos e como a hierarquia valorativa, contida na ideologia do desempenho24 preconizada por Kreckel e articulada com a idéia de reconhecimento social25 de Charles Taylor, logra se transformar em fundamento de práticas sociais e institucionais concretas. Para tanto, é preciso identificar os operadores simbólicos que permitem que cada um de nós na vida cotidiana hierarquizar e classificar as pessoas como mais ou menos dignas de nosso apreço/desprezo, já que a realidade social concreta é permeada por relações de dominação e poder, com o intuito secreto de naturalizar e possibilitar o acesso seletivo e arbitrário de classes inteiras de indivíduos, em detrimento de outros, aos bens e recursos escassos. Em condições modernas, essa dominação social se reproduz, necessariamente, dada a suposição da igualdade meritocrática de seus membros, de maneira opaca, pré-reflexiva e imperceptível à consciência cotidiana.

Nessa visão, a reprodução de classes marginalizadas envolve a produção e reprodução de pré-condições morais, culturais e políticas da marginalidade, sendo a "miséria dos desclassificados" produzida objetivamente não apenas sob a forma de miséria econômica, mas também sob a forma de miséria emocional, existencial e política. A desigualdade seria o resultado, antes de tudo, de condicionantes impessoais, opacos e invisíveis que atuam de maneira homeoestática, de forma a legitimar, naturalizar e reproduzir a própria velada e opaca hierarquia produtora de diferenciação (Corrêa, 2006:382). A própria estrutura social e a hierarquia implícita gerariam uma massa de pessoas sem as precondições necessárias para disputarem bens, poder e prestígio. A desigualdade passa a ser justificada e naturalizada, na medida em que é percebida na dimensão consciente como resultado do mérito, uma vez que o fracasso ou o sucesso de uma pessoa é atribuído à posse (ou não) de qualidades individuais (Souza, 2006). Isso ocorre porque o marginalizado é percebido como se fosse alguém com as mesmas capacidades disposicionais do indivíduo de classe média. Sendo assim, o miserável e sua miséria são contingentes e fortuitos, um mero caso do destino, situação facilmente resolvida com a ajuda passageira e tópica do Estado (op. cit:10).

Possíveis conclusões

O objetivo desse trabalho não era aprofundar as diferenças e semelhanças entre realidades sociais tão distintas como as vivenciadas pelo Brasil e França, países marcados por distintos graus de desenvolvimento econômico e social. Pretendo, antes, sugerir alguns comentários a respeito desse aparente paradoxo, qual seja: o aumento da desigualdade e da pobreza na Europa e a melhoria na distribuição de renda no Brasil e o crescimento econômico em nações como a Índia e a

22 Aqui vale uma explicação: para o autor, o elemento que se transforma na linha divisória que separa o cidadão (portador do habitus primário) do subcidadão (portador do habitus precário) é o atributo da "europeidade". Jessé recorre à designação de "europeu" não para se referir à entidade concreta "Europa", nem ao tipo físico, mas ao lugar e à fonte histórica da concepção culturalmente determinada do ser humano que vai se cristalizar na ação empírica de instituições como o mercado competitivo e o Estado racional centralizado. Em sua teoria é o atributo da "europeidade" que irá segmentar em classificados e desclassificados, indivíduos e até classe inteiras, em sociedades periféricas como a brasileira (Souza, 2006:42).

23 Pode-se definir como habitus precário "aquele tipo de personalidade e de disposições que não atendem às demandas objetivas para que, seja um indivíduo ou grupo social, possa ser considerado produtivo e útil em uma sociedade de tipo moderno e competitivo, podendo gozar de reconhecimento social com todas as suas dramáticas conseqüências existenciais e políticas"(Souza, 2006:38).

24 Jessé extrai de Reinhardt Kreckel o conceito de "ideologia do desempenho", segundo o qual há um "pano de fundo conceitual" legitimador do valor diferencial dos seres humanos atrelado à "tríade meritocrática": qualificação, posição e salário (Souza, 2006:39).

25 Charles Taylor intenta elucidar as fontes morais que servem de substrato às instituições fundamentais do Ocidente, que condicionam uma forma relativa e contingente de reconhecimento que possui tanto um modelo singular de comportamento definido como exemplar quanto uma hierarquia que decide acerca do valor diferencial dos seres humanos.As características definidoras deste modelo singular de comportamento são: a) controle das emoções e pulsões irracionais; b) interiorização das fontes morais e c) concepção de que o autocontrole e a disciplina são virtudes que aquilatam o valor diferencial dos seres humanos (Corrêa, 2006: 372).

China. Procurei ao longo do texto, ater-me, no entanto, na dinâmica da desigualdade do Brasil e França, com o intuito de observar se estamos vivenciando um processo de convergência das desigualdades ou se, ao contrário, estaríamos diante de expressões da diferença na desigualdade.

Analisando as forma típicas de acesso à riqueza, relacionadas ao acesso ao sistema de proteção social e à constituição e dinâmica do mercado de trabalho, pode-se afirmar que os dois países apresentam estruturas sociais muito distintas, isto é, enquanto a França, apresenta uma estrutura social com uma distribuição de renda e riquezas mais igualitária, acesso a serviços públicos e a direitos sociais mais ampliados, o Brasil, por sua vez, apresenta índices de grande concentração de renda e acesso diferenciado a serviços públicos e à cidadania de maneira mais ampla. Isso equivale dizer que os dois países possuem diferenças expressivas quanto à origem estrutural da desigualdade, fato que se expressa na forma como a desigualdade irá se manifestar ao longo do tempo.

Com relação à dinâmica da desigualdade, Brasil e França estão vivenciando processos contrários: na França houve uma redução significativa das desigualdades sociais na primeira metade do século XX, mas que, já no final desse século, vive um crescimento acelerado do desemprego e, em decorrência, o aumento do número de pobres. No Brasil, o momento atual é de queda da pobreza, mediante transferência de renda aos estratos mais pobres, não revertido, necessariamente, em maior acesso a outros tipos de riqueza (direitos sociais, saúde, educação, assistência social, capital social e humano, etc).

Isso nos mostra que, em primeiro lugar, as desigualdades sociais não são estáticas no tempo, isto é, vão evoluindo com o sistema social e econômico, assumindo, no entanto, distintas configurações, ainda que mantendo seus determinantes. Atualmente, convivemos com a desigualdade tradicional (estrutural), mas também com novas desigualdades, provenientes, por exemplo, das exigências decorrentes da sociedade do conhecimento e da informação. Ademais, pudemos observar que as políticas adotadas para o combate da desigualdade precisam ser constantemente revistas, uma vez que a desigualdade é dinâmica e, por isso mesmo, seu processo de queda tem limites.

Outra questão importante nessa discussão é compreender que em cada sociedade a desigualdade assume singularidades próprias. Para alguns autores franceses, a explicação sociológica para esse novo momento vivenciado na Europa está associada ao desemprego crescente, à perda da solidariedade, à fratura dos vínculos sociais, à ascensão do individualismo negativo e à incapacidade do Estado de responder a esses problemas. Já para os pensadores brasileiros, não há um consenso com relação à origem de nossa desigualdade: para uns o acesso desigual aos bens pode ser remediado através da posse de capital social; para outros o problema está na existência de uma hierarquia valorativa e de mecanismos opacos e intransparentes que naturalizam a desigualdade na vida cotidiana, legitimando-a. Haveria, pois, uma parcela grande da população que por não ser portadora das pré-condições emocionais, morais e culturais exigidas; não é capaz de disputar os bens que já estão disponibilizados de maneira desigual na estrutura social.

Enfim, pode-se concluir que a desigualdade é um fenômeno multidimensional e que se expressa de diferentes maneiras, assumindo singularidades em cada sociedade. Dessa forma, apesar de estarmos diante de um processo contemporâneo, o qual não sabemos ainda os resultados, acredito que, antes de mais nada, vivenciamos expressões da diferença na desigualdade, uma vez que ao ampliar o olhar sobre as dimensões que determinam a desigualdade, considerando também os aspectos culturais e políticos, podemos conhecer melhor sua dinâmica, bem como a maneira que se expressa em cada sociedade.

Referências Bibliográficas

- Beaud, S. & Pailoux, M. (2006). Rebeliões urbanas e a desestruturação das classes populares (França, 2005). *Tempo Social, 18* (1), São Paulo, 37-59.
- Borges, A. & Druck, M. G. (1993). Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho. *Caderno CRH*, Salvador, n.19, 1-24.
- Carleial, L. & Azais, C. (2007). Mercados de trabalho e hibridização: uniformidade e diferenças entre França e Brasil. *Caderno CRH, 20* (51), Salvador, 401-417.
- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2005). *A insegurança social: o que é ser protegido?* Petrópolis: Vozes.
- Chade, J. (2008). Nova fase da crise deixa milhões de desempregados nos países ricos. *Jornal O Estado de São Paulo*, 14 nov.
- Cohn, A. (2004). Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil. **Estudos e Pesquisa, 85**, 1-21.
- Corrêa, D. (2006). Somos desiguais? A propósito de Jessé Souza e Roberto DaMatta. In Souza, J. (Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 359-393.
- Da redação(2008). Desemprego na Alemanha recua, apesar da recessão.Jornal *Folha de São Paulo*, 28. nov.
- DaMatta, R. (1997). *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Dedecca, C. S.(2003). Anos 90: a estabilidade com desigualdade. In Proni, M.W. & Henrique, W. (Org.). *Trabalho, mercado e sociedade. O Brasil nos anos 90*. São Paulo: Editora Unesp; Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, (pp. 75-95).
- _____. (2007). A redução da desigualdade no Brasil, uma estratégia complexa. In Barros, R.P & Foguel, M.N. & Ulyssea, G.. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*, volume 1, Brasília: IPEA, (pp. 299 - 329).
- Demo, P. (2002). *Charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados.

- Escorel, S. (1999). *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Euzeby, C.(1987). El ingreso mínimo garantizado: experiências y propuestas. *Revista Internacional del Trabajo, 106(3)*, Ginebra, Suiza, OIT, 57 -80.
- Fitoussi, J.P. & Rosanvallon, P. (1996). *Le nouvel age dês inégalités*. Paris: Éditions du Seuil.
-Gaujelac, V. & Tabeada- Léonetti, I (1994). *La lutte des places*. Paris: Hommes et Perspectivas; Desclée de Browuer.
- Golub, P. S. (2008). Novos poderes se afirmam. *Le Monde Diplomatique Brasil*, nov., 20-20.
- IPEA (2006). *Políticas sociais – acompanhamento e análise*, 13. Edição especial.Brasília: Ipea.
- _____. (2008). *Pnad 2007: primeiras análises. Pobreza e mudança social*, v.1. Brasília: Ipea.
- Marshall, T.H.(1967). *Política Social*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Nascimento, E.(1994). Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. *Caderno CRH, 21*, jul-dez, Salvador, 1-19.
- Ninio, M.(2008). França socorre empresas com pacote de 20 bilhões de euros, com desemprego à espreita. *Jornal Folha de São Paulo*, 21.nov.
- Paugam, S. (1993). *La societé française et ses pauvres*. Paris: Press Universitaires de France.
- _____. (2003). *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza.* São Paulo: Educ; Cortez.
-Rocha, S. (2003). *Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Rosanvallon, P. (1998). *A nova questão social: repensando o Estado Providência*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.
- Salama, P. & Destremau, B. (1999). *O tamanho da pobreza. Economia política da distribuição de renda*. Rio de Janeiro: Garamond.
- _____. & Valier, J. (1994). *Pauvretés et inégalités dans le tiers monde*. Paris: Éditions la Découverte.
- Santos, W.G.(1979). *Cidadania e justiça. A política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus.
- Souza, J. (2000). *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora UNB.
- _____.(2003). (Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é "ser gente"? *Revista Lua Nova, 59*, 51-73.
- _____.(2006). A gramática social da desigualdade brasileira. In Souza, J.(Org.). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG., pp.23-53.
- Thébaud-Mony, A. & Druck, G. (2007). Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In Druck, G & Franco, R. (Org.) *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, (pp. 21-58).
- Varadarajan, S. (2008). A Índia busca um novo lugar. *Le Monde Diplomatique* Brasil, nov., 16-17.
- Veríssimo, R. (2008). País cria 1,8 milhão de empregos de janeiro a agosto. *Jornal O Estado de São Paulo*, 16 set.
- Wacquant, L.(2001). *Os condenados da cidade: estudos sobre a marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: Revan; Fase.

Política previdenciária no Brasil - desigualdade de benefícios no regime geral - seleção pela pobreza

Eliane Romeiro Costa 1
Universidade Católica de Goiás
amarili@yahoo.com
Germano Campos Silva2
Universidade Católica de Goiás
camposilva@cultura.com.br

Resumo: Organizados segundo a capacidade de inserção, de ocupação e de permanência do indivíduo na escala social e econômica, os níveis de ingressos compõem a moldura do retrato social brasileiro ao revelar que quanto maior a renda, a escolaridade e a capacidade de consumo atinge-se patamares mais notáveis em termos de proteção social. Esses fatores são tradutores de desigualdades crônicas refletindo um cenário essencialmente temeroso em relação ao futuro da Seguridade Social no Brasil. Com fulcro no conceito universal de proteção social do indivíduo e da família, as ações de Seguridade Social no Brasil não consolidaram padrões expansivos de desenvolvimento. A opção pelas políticas assistencialistas voltadas para o atendimento da miséria, da hipossuficiência como critério seletivo, tem provocado uma cultura reprodutora de favelados sistêmicos na Assistência e na Previdência Social por gênero, revelando um processo de pauperização na idade avançada e, inclusive, uma feminilização da pobreza das mulheres embasada na dupla jornada, na idade antecipada para a aposentadoria, na contribuição reduzida em relação aos homens e na maior sobrevida em relação a esses últimos. Esses elementos mencionados têm provocado distinções na cobertura previdenciária por gênero, homem e mulher, distintas coberturas previdenciárias na idade avançada refletindo um agudo processo de desigualdade sistêmica por gerações.

1 Pesquisadora em Direitos , Políticas Sociais e Seguridade Social. Doutora em Direito – PUC-SP. Professora do Departamento de Ciências Jurídicas e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Direito da Universidade Católica de Goiás -UCG

2 Pesquisador em Seguridade Social. Doutor em Seguridade – Universidad Complutense de Madrid – Professor de Direito do Trabalho e Previdenciário do Departamento de Ciências Jurídicas – Universidade Católica de Goiás -UCG

Introdução

Organizados segundo a capacidade de inserção , de ocupação e de permanência do indivíduo na escala social e econômica , os níveis de cobertura previdenciária compõem a moldura do retrato social brasileiro ao revelar que quanto maior a renda, a escolaridade e a capacidade de consumo atinge-se patamares mais notáveis em termos de proteção social . Esses fatores são tradutores de desigualdades crônicas refletindo um cenário essencialmente temeroso em relação ao futuro da Seguridade Social no Brasil.

Com fulcro no conceito universal de proteção social do indivíduo e da família , as ações de Seguridade Social no Brasil não consolidaram padrões mais isonômicos e expansivos de desenvolvimento .A opção pelas políticas assistencialistas voltadas para o atendimento da miséria , da hipossuficiência como critério seletivo , tem provocado uma cultura reprodutora de favelados sistêmicos na Assistência e na Previdência Social por gênero , revelando um processo de pauperização na idade avançada e , inclusive , uma feminilização da pobreza embasada na dupla e tripla jornada de trabalho , na idade antecipada para a aposentadoria , na contribuição reduzida em relação aos homens e na maior sobrevida em relação a esses últimos . Esses elementos mencionados têm provocado distinções nos benefícios do seguro social , refletindo nos níveis de proteção na idade avançada e, consequentemente revelando um agudo processo de desigualdade sistêmica por gerações . Essa pesquisa intenta abordar os graus de desigualdade na previdência social brasileira por gênero, idade, atividade , renda e regimes de cobertura.

1- Seguridade e previdência na Constituição Federal de 1988

A Seguridade Social se apresenta como sistema que garante por meio de políticas sociais a "libertação da necessidade". O Estado obriga-se como direito público subjetivo ao atendimento das necessidades mínimas dos cidadãos independentemente da contribuição do beneficiário. As prestações tem como fulcro um nível de prestações mínimas denominadas mínimos vitais e existenciais financiadas direita ou indiretamente por toda a sociedade cujas receitas sairão do orçamento geral do Estado .

O direito à Seguridade Social é público subjetivo, irrenunciável, inalienável e intransmissível, conforme grafa o princípio da dignidade da pessoa humana , princípio fundamental do Estado Democrático de Direito brasileiro .

Os princípios gerais da previdência social consistem na manutenção de um ingresso por motivo de perda da capacidade laborativa , seja real (via um acidente, doença ou morte), ou presumida (através do envelhecimento, desgaste por tempo de serviço ou desemprego). No entanto, a especificidade feminina em termos de sobrevivência não tem sido objeto de um tratamento diferenciado verificando uma melhora na renda previdenciária da mulher .

Consoante artigo 194 da Constituição Federal, a Previdência integra o Sistema de Seguridade Social em conjunto com as ações promotoras de saúde e de assistência social . Neste sentido, os trabalhadores são assistidos pelo sistema de seguridade social ,mas enquanto segurados, contribuem de forma obrigatória e previdentemente . Os segurados se diferenciam pelo status econômico e pela natureza do trabalho , regras contidas nas Leis ns. 8.212/1991 , 8.213/91 e pelo Decreto 3.048/99.

A Constituição vigente no Brasil , e no artigo 195, par. 8o , reconheceu e distinguiu o segurado especial dos demais segurados. O segurado especial é o trabalhador rural e o pescador artesanal que vivem em economia - de subsistência - familiar e contribuem para a Seguridade Social mediante a comercialização da produção rural , agricultura ou pecuária , e pesqueira .

Como finalidade precípua o Sistema Previdenciário disposto no artigo 201 da Constituição vigente previu a cobertura dos riscos sociais e , especificamente ,a proteção à velhice ou idade avançada. O legislador constituinte originário havia previsto a idade para a velhice por gênero e natureza de trabalho , ou seja , aposentadoria aos 65 anos homem e 60 mulher no trabalho urbano , e aos 60 anos homem e 55 anos mulher no trabalho rural. Assim sendo, a ênfase na idade avançada foi se transformando em critério fundamental para posteriores alterações quando o sistema apresentava déficits orçamentários.

Em atendimento ao princípio constitucional do equilíbrio financeiro e atuarial , o sistema previdenciário tem sido o alvo para reformas. Por sistema previdenciário brasileiro compreende-se três regimes : dois públicos , o denominado regime geral e os regimes dos servidores e professores da rede pública , e um privado dividido em fundos fechados por ramo profissional e abertos com ênfase na poupança de capitalização previdenciária individual.

Ao longo de 20 anos de vigência da atual Constituição Federal , o sistema previdenciário foi reformado três vezes pelas Emendas Constitucionais ns. 20/1998, 41/2003 e 47/2005. Tais alterações consolidaram a desigualdade da renda na previdência social por idade, por gênero , por regimes - públicos e privados - e por atividades profissionais – urbana e rural . Foi introduzido no final da década de 1990 legislação, Lei n. 9.876/99, que alterou a renda mensal do benefício previdenciário composta de média aritmética contributiva de toda a vida laboral até a data da solicitação do benefício na administração pública. Acrescentamos que no Regime Geral , o regime das atividades privadas , há uma fórmula , denominada fator previdenciário , que tende a reduzir o valor do benefício quando no cálculo do mesmo incide uma expectativa de vida maior . Na prática esse fator diminui o valor dos benefícios de aposentadoria para as mulheres , bem como daqueles que se aposentam mais cedo e que terão uma sobrevida mais longeva. Enfim, no caso das mulheres que ingressam no mercado de trabalho mais tarde , com salários inferiores aos dos homens, e que de fato vivem mais tempo, a fórmula do fator previdenciário contribui para um benefício de aposentadoria menor produzindo um fenômeno social identificado como feminilização da pobreza na previdência social. Acresce o fato de que no Brasil ocorre o acúmulo de

aposentadorias nos regimes públicos e privados com autorização da Constituição Federal, o que provoca aumento da desequiparação da renda na Previdência Social .

Consideramos o cenário do seguro social brasileiro calcado em profunda desigualdade na formação da poupança previdenciária individual. Temos distintos direitos formados na seguridade social e nas reformas previdenciárias mencionadas, registrando melhores benefícios entre aqueles que foram atingidos pelas primeiras reformas e preencheram os requisitos para a aposentadorias integrais em relação a última remuneração na atividade, em detrimento dos atingidos pelas novas regras que se aposentarão pela média aritmética contributiva.

No que concerne às políticas de Assistência Social , art. 203 da Carta Constitucional , há programas não contributivos que se destinam ao atendimento da pobreza extrema , uma vez que o benefício pago em espécie equivale ao salário mínimo nacional. Na previdência social por seu turno, o benefício de menor valor também é o salário mínimo nacional ou o equivalente a $ 100,00 (cem dólares), sendo que o teto máximo pago pelo Regime Geral é de no máximo 9 (nove) salários mínimos. Por seu turno , nos Regimes dos funcionários públicos o teto corresponde ao dos ministros da maior Corte Constitucional do país.

O valor sistêmico da Seguridade Social e das garantias Previdenciárias, sugere que todos devam ser igualmente atendidos, pois trata-se de isonomia de mínimos legais , contudo os comandos legais vigentes formam direitos previdenciários e assistenciais muito distantes em padrões econômicos e sociais nacionais e globais .

2-. A previdência como política social – promoção da inclusão

Debruçar-se nas diferenças do Sistema Previdenciário e do Sistema Assistencial, ramos da Seguridade Social , é esboçar um conjunto de direitos de cidadania inerentes ao gozo do bem de todos conforme ditam as normas constitucionais que introduzem os princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito e os objetivos da República Federativa do Brasil , como a dignidade da pessoa humana, a cidadania, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades regionais, nos artigos 1º. e 3º.

A cidadania se reconhece pelo plexo de direitos sociais contidos no artigo 6º/CF . Considera-se exclusão social a ausência e/ou vivência parcial dos direitos do cidadão . Os excluídos socialmente representam o lado inverso das políticas sociais . São os : sem-alimentação, sem-escola, sem-educação, sem-renda, sem-trabalho, sem-transporte, sem-família,sem-previdência, sem-assistência,sem-crédito, sem-moradia, sem-tecnologia, sem direitos. A listagem não se encolhe. Coexistem no cenário brasileiro acepções do termo cidadania, como também contradições sociais vislumbradas no acúmulo dos direitos sociais por poucos , ofuscando a ética do bem-estar e realizando o mal-estar no processo distributivo.

A previdência social é mecanismo de provisionamento para prevenir os riscos da velhice , morte, doença e invalidez. A aposentadoria opera-se como um benefício após longos anos de trabalho. A idade da aposentadoria foi tratada na Constituição, mas ela, tradicionalmente nunca foi cientificamente elaborada . A idade para se retirar do labor - retraite ou retire nas línguas francesa e inglesa – fundou-se na Bíblia : "A soma dos nossos anos é setenta anos e, se somos robustos , oitenta e a maior parte deles são trabalho e vaidade- Salmos – 89 ... o orgulho deles é canseira e enfado" – Salmos 90:10 . Assim, no Brasil, apesar dos critérios legais para auferir renda na idade avançada , pode-se atingir a idade da velhice sem nenhuma proteção social assistencial ou previdenciária .

O seguro social implica política fiscal, atuarial e financeira, mas também envolve o gênero, a demografia, o desenvolvimento social e as relações de trabalho . Mede-se os graus , os níveis de obtenção de cidadania pelo acesso e gozo do cidadão aos direitos civis , políticos e sociais. São necessários os avanços no campo das políticas sociais, sobretudo para viabilizar a ampliação do mínimo existencial , não como linha niveladora dos direitos previdenciários,mas para efetivamente atender o que de fato o trabalhador individualmente necessita , o que é justo .

A política previdenciária é questão dos pais , dos filhos , e do país. O sistema protetivo enfrentam desafios como a necessidade de inclusão dos trabalhadores informais urbanos, o reconhecimento do trabalho doméstico na respectiva moradia, não se confundindo com o trabalho doméstico remunerado realizado em residência alheia, como também com o cuidado com os doentes, os idosos e/ou as crianças da família , enfim cabe proteger e reconhecer como trabalho o denominado trabalho fantasma como direito. Enfim, estar incluído na previdência social brasileira requer ter renda, estar trabalhando e contribuindo para os Regimes Geral ou o dos Servidores Públicos. Encontram-se excluídos da cobertura mínima previdenciária todos que não possuem salário, os trabalhadores informais, as donas de casa que não contribuem, os que realizam os serviços chamados fantasmas , assim como os avós que educam a terceira ou quarta geração e os cuidadores dos idosos como novo fenômeno social, o do longo envelhecimento . Os novos incluídos no seguro social após a Constituição de 1988 são aqueles que sem serem casados contraem uma relação estável,bem como os filhos adotivos e aqueles havidos ou não do casamento ou da união estável e os homoafetivos.

A Constituição Brasileira, por seu turno, como medida de justiça , distinguiu e concedeu direitos às pensões especiais sem contribuição aos pracinhas - sobreviventes da segunda guerra mundial, aos seringueiros que trabalharam na extração da borracha na década de 1940 , como também , estendeu a proteção às vítimas da talidomida, de Caruaru, do césio 137 e aos anistiados políticos .

No sistema de Assistência Social o acesso aos direitos individuais dependem da não cobertura previdenciária e de dois outros critérios: o da comprovação da pobreza familiar , e da deficiência ou da idade avançada comprovada. Essas políticas sociais destinam-se ao atendimento do idoso sem renda e aos inválidos desassistidos do seguro social , bem como

dirigem-se às famílias comprovadamente pobres e seus dependentes menores de 14 anos a fim de que permaneçam nas escolas e fora das " ruas" .

A pobreza extrema pode ser fator de inclusão social , contudo não há exigência de que as famílias beneficiárias de políticas assistenciais façam parte de programas de formação profissional e deixem de pertencerem ao rol de famílias assistidas ingressando na previdência social como contribuintes.

Para a política social brasileira , a exclusão é a privação das necessidades físicas e/ou mentais do indivíduo, é "estar fora", à margem, sem possibilidade de participação, seja na vida social como um todo, seja em algum de seus aspectos, é desfiliar-se , não pertencer, são os sobrantes , os sem direitos. A inclusão torna-se viável, quando os excluídos são capazes de recuperar sua dignidade e conseguem – além de emprego e renda – acesso à moradia decente, e às atividades culturais e serviços sociais, como educação , saúde e previdência social.

A desigualdade sócio-econômica ambienta-se global e culturalmente . Forma-se pela concentração de renda , pela feminilização da pobreza sistêmica, pela baixa ocupação feminina em postos de trabalho ou chefia cuja remuneração alcança patamares inferiores aos dos homens, pela flexibilização das regras do trabalho , pelo difícil acesso ao emprego formal o que resulta desigualdade na contribuição previdenciária , pela redução dos direitos sociais em períodos de crise econômica , pelas reformas ou alterações estruturais nos sistemas de seguro social provocando mudanças que na prática reduzem benefícios , aumentam as contribuições e a idade de jubilamento.

3. Benefícios pela pobreza absoluta e relativa

A situação de pobreza assistida no Brasil está relacionada ao processo histórico - produtivo e ao mecanismo de consolidação das profissões urbanas e das atividades rurais. O modelo de desenvolvimento excludente, o qual surge renovado em cada período histórico , remete-nos aos marcos de cobertura previdenciária em que fica evidenciado a recente universalização da cobertura que se inicia na década de 1970 com o SINPAS - Sistema Integrado de Previdência e Assistência Social e se consolida com a Seguridade Social e seus ramos– saúde , previdência e assistência social -esculpida na Constituição Federal de 1988 .

Segundo a abordagem tradicional, a pobreza pode ser apreendida ou medida sob duas formas: a pobreza absoluta e a pobreza relativa. Entende-se por pobreza absoluta a não satisfação de um conjunto de necessidades consideradas básicas, nutricionais e não-nutricionais. Por sua vez, abaixo da linha da pobreza relativa, estariam aqueles indivíduos que, ainda que tenham superado as necessidades básicas, vivem com um nível de renda inferior a um determinado parâmetro definido a partir da renda media de um país.

Para o Brasil que não definiu uma linha oficial de pobreza, optou-se por mensurar o número de pobres a partir do critério de pobreza relativa, adaptado à realidade nacional.

Dessa forma, foram consideradas pobres todas as pessoas que vivem em famílias com renda inferior a ½ ou a ¼ do salário mínimo per capita .

Analisando a distribuição dos pobres nas grandes regiões brasileiras, percebe-se o peso da pobreza no Nordeste que concentra 42,5% dos pobres brasileiros. No Sudeste, influenciado pelo peso demográfico de São Paulo e Minas Gerais, estão 32,4% dos pobres. A região Sul aparece com 11,0% e a Norte com 7,4%. O Centro-Oeste é a região que apresenta o menor número de pobres, 6,7% do total do país.

A demanda social num país de fraca distribuição de renda como o nosso, registrado e divulgado pelos estudos dos organismos oficiais como IPEA , IBGE , PNUD, PNAD , tem demonstrado a urgência na consolidação de política de inclusão previdenciária de um tipo de trabalhador , o informal urbano , aquele que se encontra fora do âmbito das regras do atual Regime Geral de Previdência Social- RGPS, portanto desprovido de proteção previdenciária e não alcançável pelas políticas assistenciais de combate à pobreza e à miséria .

A Síntese dos Indicadores Sociais de 2001 traz um perfil da mulher brasileira, com dados sobre escolaridade, média de filhos, ocupação, rendimento, posição nos diferentes tipos de família e situação na previdência social. Quando o assunto é escolaridade e rendimento do trabalho, as diferenças entre homens e mulheres são expressivas. Mesmo que ambos tenham a mesma média de anos de estudo, os homens ganham mais que as mulheres. Essa desigualdade de rendimentos se mantém em todos os estados e regiões, e em todas as classes de anos de estudo . As mulheres com grau de escolarização igual ou inferior a 3 anos de estudo ganham menos 61,5% que os homens com o mesmo grau de escolaridade. As mulheres com maior grau de escolarização -11 anos ou mais de estudo- ganham menos 57,1% do que ganham os homens desta faixa .

Em relação às pessoas ocupadas por grupos de idade, observa-se que nas faixas de 30 a 39 anos e 40 a 49 anos, a distribuição de mulheres trabalhando é maior do que a de homens na mesma faixa etária -26,5% e 20,8% contra 24,5% e 19,1%- respectivamente.

4. Cobertura e proteção previdenciária das mulheres brasileiras

A proporção de mulheres aposentadas (45,9%) é menor que a de homens (77,7%), conseqüência do tardio ingresso delas no mercado de trabalho. As regiões com proporções maiores de aposentadas são Nordeste (63,1%), Norte (51,6%) e Sul (44,8%). Há maiores proporções de aposentados no Sul (80,8%), Nordeste (79,9%) e Sudeste (77,9%). No Sudeste, o percentual de aposentadas (36,5%) é bem inferior ao dos homens.

Entre as pessoas de 60 anos ou mais, o percentual de pensionistas homens (0,8%) é bem inferior ao de mulheres (20,7%), devido à quantidade de viúvas nessa faixa etária. Destaca-se também o percentual de mulheres que acumulam a condição de aposentadas e pensionistas (8,8%), superior ao dos homens (1,1%).

A pesquisa revela também que há uma grande proporção de pessoas com 60 anos ou mais que não recebem aposentadoria e nem pensão: 20,4% homens e 24,6% mulheres. Muitos destes ainda continuam no mercado de trabalho, têm algum outro tipo de rendimento (aluguéis, por exemplo) ou são dependentes de outras pessoas. Entre as mulheres de 60 anos ou mais, 1,6 milhão (40,9%) ainda trabalham. Entre as que possuem aposentadoria e/ou pensão, 17,3% estão ocupadas, contra 23,6% das que não possuem nenhum desses benefícios. Para os homens, os percentuais são, respectivamente, 36,3% e 77,2%.

4.1 -71,3% das mulheres que trabalham ganham até dois salários mínimos

As informações sobre o rendimento do trabalho confirmam que as mulheres têm remuneração inferior a dos homens. A população feminina ocupada concentra-se nas classes de rendimento mais baixas: 71,3% das mulheres que trabalham recebem até 2 salários mínimos, contra 55,1% dos homens. A desigualdade salarial aumenta conforme a remuneração. A proporção de homens que ganham mais de 5 salários mínimos é de 15,5% e das mulheres, 9,2%. A diferença entre homens e mulheres permanece em todas as regiões do país. No Sudeste, 61,1% das mulheres ganham até 2 salários mínimos e no Sul, essa proporção é 72,0%. Entre os homens, as proporções nessas regiões são 41,8% e 49,1%, respectivamente.

A proporção de mulheres dedicadas aos trabalhos domésticos (19,2%) e que não recebem remuneração (10,5%) é bem maior do que a dos homens (0,8% e 5,9%, respectivamente). Há mais mulheres trabalhando como militares ou estatutárias (9,3%) do que homens (5,1%), o que pode ser explicado pela grande quantidade de mulheres profissionais de saúde e educação do setor público, incluídas nessa categoria. Mais de 70% da população feminina ocupada concentra-se em atividades do setor de serviços (prestação de serviços, prática do comércio, da administração pública e outros serviços). A distribuição dos homens é mais homogênea, destacando-se a atividade agrícola, que reúne quase ¼ da população masculina ocupada do país.

5. Fórum da previdência social e PNAD 2006

O Fórum Nacional da Previdência Social no ano de 2007 , alcançou consensos sobre dois temas : o primeiro , relacionado à questão de gênero, e o segundo referente à coordenação entre benefícios assistenciais e previdenciários. As tendências serão a manutenção da regra de aposentadoria feminina 5 (cinco) anos menos que a masculina, uma vez que as desigualdades de gênero no Brasil ainda persistem na formação da renda,na ocupação - singela e incipiente- das mulheres em postos de chefia, e na proporção de melhores benefícios securitários ; o segundo, incluir e somar programas assistenciais à renda familiar .Pela proposta do Fórum os benefícios assistenciais entrariam no cálculo da renda familiar e permaneceriam vinculados ao salário mínimo , conforme diagnosticou o ministro da Previdência Social, Senhor Luis Marinho: No futuro , à medida que a expectativa de vida vá aumentando é possível aumentar também a idade para o acesso ao benefício .

Registro importante das políticas sociais e dos excluídos da seguridade social encontram-se nos dados revelados pela PNAD-2006.As novidades neste século, consistem no conhecimento de que as mulheres tem menos de 2 (dois) filhos em todas as classes econômicas e sociais; elas vivem mais , mas nascem mais homens no Brasil ; o Sul e Sudeste mantém a qualidade e longevidade superiores frente às demais regiões brasileiras e, nos encontramos em queda substancial da natalidade e baixa mortalidade. Esses índices abaixo resumidos repercutem no pacto de gerações da Previdência e da Assistência Social culminando numa crise fiscal e demográfica que necessitará de novas políticas do Welfare. São eles :

1-Trabalhadores excluídos da previdência social – 38,3% - 27 milhões;

2-idoso assistidos – 81,5%- 14 milhões;

2.1- idosos sem previdencia- 18,5%- 3 milhões;

3- benefícios previdenciários rurais -98,9% de salário mínimo ;

4- PNADS 2001/2004 – redução da desigualdade de renda no Brasil em 4% pela adoção dos programas assistências às famílias (Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Nota Técnica – IPEA – julho/2006)-;

5-Benefício Programado e Continuado da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742/93 são pagos a 2.477 milhões de brasileiros .

O crescimento da cobertura assistencial ,o aumento da expectativa de sobrevida no Brasil juntamente com a queda da taxa de natalidade e da mortalidade formam uma "bomba relógio fiscal " a administrar .

A política do Welfare concebeu a família como núcleo da proteção social . Nos anos 1930-1970, a Europa atravessou um período denominado pela sociologia como " pai ausente" , posteriormente , esse processo foi substituído pela "morte do pai". Essas interpretações sociológicas não explicam a desigualdade social no Brasil , mas justificam em parte, o avanço feminino nas ocupações educacionais ,laborais , no acúmulo de múltiplas jornadas , na pobreza feminina , bem como no empenho e na necessidade solitária de acumulação de novos papéis como provedoras e educadoras no lar .

A seguridade social com foco na proteção à família tem como desafio provocar o surgimento de políticas sociais mais eficazes que atinjam os distintos processos de envelhecimento evitando, por conseguinte, a insegurança social programada.

Concluindo, é fundamental traçar políticas efetivas de inclusão social para sanar os problemas do desequilíbrio na cobertura entre gerações e gêneros.

Não podemos desconhecer o traço agressivo do fenômeno da globalização e seus impactos no trabalho , na reorganização da renda da família , no processo de seleção dos bens públicos, privados ou semi-públicos a redistribuir , bem como nas novas formas de interação e relações humanas com o meio ambiente e a exigência de medidas ambientalista e de sustentabilidade . Esse processo incerto influenciará drasticamente as novas gerações de trabalho e a redefinição de sociedade previdenciária protegida .

BIBLIOBRAFIA

BALERA, Wagner. O Tratado internacional e o sistema previdenciário. Revista de Previdência Social (RPS). São Paulo, n°. 178.

_____A Seguridade Social da Constituição de 1988. São Paulo, RT, 1989.

_____O valor do trabalho social. Revista LTr, vol. 58, n°.10, outubro de 1994.

_____Curso de Direito Previdenciario. São Paulo: LTr, quarta ed., 1998.

_____Sistema de Seguridade Social. São Paulo: Editora Ltr, 2000.

BARROS, R. P. de, MENDONÇA, R. Uma caracterização das condições de pobreza e de desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, set. 1999, 11 p., mimeo.

BELTRÃO, K. I., MEDICI, A. C., OLIVEIRA, F. E. B. de. Mulher e previdência social. São Paulo: trabalho apresentado no Seminário Mulher e Cidadania: rumos e descaminhos das políticas sociais, promovido pela Abep, 1994.

BELUZZO, Luiz Gonzaga . A inserção na economia global. Le Monde Diplomatique. Julho /2008

BELTRÃO, K. I., CAMARANO, A. A., MELLO, J. L. Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros: resultados não-esperados dos avanços da seguridade social rural. Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

BERQUÓ, Elza (2002). Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. In: Bruschini,Cristina; Unbehaum, Sandra G., org. (2002) Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo:Fundação Carlos Chagas/Editora 34, p.243-265.

CAMARANO, A. A., PASINATO, M. T. Envelhecimento, condições de vida e política previdenciária: como ficam as mulheres? Rio de Janeiro: Ipea, 2002.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional. Coimbra, Livraria Almedina, 1991.

COIMBRA, Feijó. Direito Previdenciário Brasileiro. Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas, 1990.

COSTA, Eliane. Previdência Complementar na Seguridade Social: o risco velhice e idade para a aposentadoria. São Paulo: Ed. Ltr, 2003.

_____ Mais Previdência menos Seguridade. Site “Publicações” (NEPJUR). Acesso em 5 abr. 2005. Disponível em www.ucg.com.br

LEITE, CelsoBarroso. A proteção social no Brasil. São Paulo: Ed. LTr, 1986.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Comentários à lei básica de previdência social. São Paulo: LTr, 1995.

NERI, M. Políticas estruturais de combate à pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, R.(org.) Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

MEDICI, A. C. Mulher brasileira: muito prazer. In: LABRA, E. (org.). Mulher, saúde e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

MEDICI, A. C., AGUIAR, M. A. S. Para entender o mercado de trabalho: como se mede o emprego, o subemprego e o desemprego. Rio de Janeiro: Ibase/Santa Úrsula, 1986.

PORCHMANN, Marcio . Os retrocessos do atual modelo. Le Monde Diplomatique . Julho /2008

_____ Mapa da Exclusão Social . São Paulo : Ed. Cortez, 2005 . vol 5 .

Novas Formas De Pensar a Pobreza Na América Latina: O Modelo AVEO

Maria Ivonete Soares Coelho
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/Universidade Federal do Rio Grande do Norte
lunasoares@uol.com.br
Carla Montefusco de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
carlamontefusco@yahoo.com.br
Carla Yara Soares de Figueredo Castro
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/Universidade Federal do Rio Grande do Norte
carlayara2@yahoo.com.br
Edilene Fernandes Jales
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
edilenej@yahoo.com.br
Gilcélia Batista de Góis

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
gilbg@uol.com.br

Resumo: O fenômeno da pobreza na América Latina tem sido estudado com freqüência, constatando-se um significativo desenvolvimento de propostas metodológicas para sua aferição e, paradoxalmente, uma limitada produção teórica/conceitual que abranja ao mesmo tempo os sentidos da pobreza e as ações interventivas estatais e públicas capazes de minimizá-lo e, quiçá, superá-lo. Neste contexto, inserem-se os esforços capitaneados por Rubem Katzman, em construir um paradigma norteador aos atuais e futuros estudos da pobreza urbana na América Latina e indicar elementos para apreensão deste fenômeno que caracteriza e aguça-se neste quadrante de século, construindo e reconstruindo cenários urbanos marcados pela exclusão, segregação sócio-espacial, marginalização e violência, dentre outras expressões da Questão Social. Referenciando-se nesta concepção mais ampla acerca dos problemas que envolvem a pobreza, o modelo AVEO (Ativos, Vulnerabilidades e Estruturas de Oportunidades) emerge como uma novidade para os estudos da pobreza, por centralizar suas referências nas famílias e domicílios, na comunidade, na Sociedade, no Estado e no Mercado, estes últimos como fontes de oportunidades e os primeiros enquanto mobilizadores de ativos (capital). Neste sentido a presente comunicação objetiva refletir acerca do AVEO, identificando sua singularidade enquanto possibilidade analítica de maior amplitude para análise dos problemas sociais que afligem, em especial, a América Latina.

Introdução

Os estudos sobre pobreza na América Latina nos últimos anos têm evidenciado a produção teórica de Ruben Katzman1, notadamente sua proposta de construção do paradigma denominado AVEO -ativos,vulnerabilidades e estrutura de oportunidades2. O presente texto tem por objetivo refletir acerca desta proposta, identificando sua singularidade e pertinência na efetivação dos estudos sobre a temática da pobreza.

Katzman aponta que o fenômeno da pobreza na América Latina tem sido estudado com freqüência constando-se um significativo desenvolvimento de propostas metodológicas para a sua aferição e, paradoxalmente, uma limitada produção teórica/conceitual. Afirma o autor:

> [...]Se hizo patente que el progresivo perfeccionamiento de los instrumentos de medición o estaba siendo acompañado de un desarrollo conceptual equivalente. De este modo, en paralelo a los avances metodológicos que revelaban la heterogeneidad de situaciones de pobreza, afloraron las insuficiencias del marco conceptual e su ineptitud para orientar el diseño e implementación de acciones para atacar estos problemas [...] se requiere una urgente corrección del desajuste entre el desarrollo metodológico y el desarrollo conceptual. (Katzman, 1999, p.7)

Neste contexto, insere-se o seu esforço pessoal em construir um paradigma norteador aos atuais e futuros estudos acerca da pobreza urbana na América Latina. Conseqüentemente, contribuir com a superação da lacuna conceitual nesta área temática e melhor indicar elementos para a apreensão deste fenômeno que caracteriza e aguça-se neste de século, construindo e reconstruindo cenários urbanos marcados pela exclusão3, segregação sócio-espacial, marginalização e violência, dentre outros evidenciando também a condição das cidades como funcionais ao capital (Valença, 2006). Em última instância, a nosso ver, objetiva contribuir com a construção de marcos conceituais adequados para a abordagem dos fenômenos pobreza, desigualdade e exclusão, bem como com a definição e avaliação de políticas públicas nesta área na América Latina.

Neste sentido, pensar a ampliação da percepção conceitual do fenômeno pobreza constitui-se dimensão singular de ampliação dos horizontes de visualização de ações interventivas da Sociedade, do Mercado e do Estado4, fontes de oportunidades capazes de contribuir com o bem-estar das populações, promoverem a mobilidade social e amenizar os impactos da agudização da questão social e da particularização dos fenômenos de alargamento do capitalismo nos espaços particulares das cidades, qualquer que seja seu porte.

Ressalta-se que tal possibilidade advém da compreensão de que a pobreza constitui-se a principal expressão da questão social5 e a forma primeira, por excelência, de exclusão. Fenômeno de determinação econômica limita as possibilidades de indivíduos e grupos e retrata a face extrema da desigualdade social.

Estudar a pobreza não só como ausência de renda, ampliando os limites da constatação deste fenômeno, apreendendo-o e articulando-o com a visualização de sua superação, constitui-se dimensão da construção da possibilidade e uma nova sociabilidade. Neste sentido, ganha importância a constatação de Katzman de que, na América Latina, os instrumentos de aferição/metodologias de estudo da pobreza têm se desenvolvido enquanto que a discussão conceitual sobre a mesma tem demonstrado fragilidades. Isto evidencia a necessidade de adequação entre o desenvolvimento metodológico e o desenvolvimento conceitual, pois "[...] la necesidad de revisar el instrumental conceptual también surge con claridad cuando se constata que a pesar de más de dos décadas de aplicación de programas específicos de combate a la pobreza em la región, el fenómeno persiste"(Katzman, 1999, p.7). Assim a necessidade de construir interpretações sobre o fenômeno da pobreza impõe a necessidade desta ser pensada em termos de "[...] las nociones de exclusión, activos y vulnerabilidad, que

1 Professor da Universidade Católica do Chile e consultor da Comissão de Estudos Econômicos para a América Latina e Caribe – CEPAL.

2 Consideramos tratar-se de uma abordagem em construção, e como tal, ainda não cabendo a utilização do termo paradigma.

3 "Os Excluídos existem?". Neste aspecto ressaltamos a necessidade de pensar sobre este questionamento para bem definir este conceito, também em construção. Reportamo-nos aos estudos de Luciano Oliveira, particularmente ao seu texto "Os excluídos existem"? Notas sobre a elaboração de um novo conceito, publicado na revista Lua Nova, nº 33,Fevereiro de 1997, onde o autor afirma " [...] o conceito de excluídos tem uma razão teórica mas, sobretudo, ética e política: é ele que nos interpela sobre a natureza da polis que estamos construindo"(Oliveira,1997, p.60)

4 "las tres instituciones básicas del orden social, el mercado, el Estado e la Sociedad son fuentes deoportunidades de acceso al bienestar. Pero el mercado ejerce um creciente domínio sobre el modo de fundamiento de los outro dos ordenes institucionales" (Katzman, 1999,p.9)

5 Segundo José Paulo Netto, [...] Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como "Questão Social" (Netto, 2001; p. 43)

desde ángulos distintos pero complementarios proponen herramientas para examinar las estructuras profundas que subyacen la pobreza" (Katzman, 1999, p.8).

Neste particular, evidencia-se a importância prática dos estudos da pobreza e dos esforços de construção de referências conceituais. Ressalta-se, ainda, a premissa apresentada por Katzman como elementos fundantes de sua proposta teórico-metodológica, que privilegia as famílias e os domicílios6 e as estratégias (ativos e estrutura de oportunidades) que estes utilizam para o enfrentamento da pobreza. Afirma Katzman:

> Todas estas nociones comparten la premisa que tanto el progreso teórico como la eficacia de las acciones para enfrentar la pobreza requieren abrir la "cajá negra" que encierra los recursos de los hogares y las estratégias que éstos utilizan (Katzman, 1999, p.8)

Como expressamos no início, o presente texto se propõe a refletir sobre o enfoque AVEO, proposta em construção, evidenciando sua singularidade e importância para os estudos da pobreza urbana na América Latina e no Brasil (situação a parte, dado sua dimensão continental). Objetiva também evidenciar os estudos de KATZMAN, teórico cuja visibilidade ainda é incipiente nas Ciências Sociais no Brasil e mais particularmente no serviço social (ciência social aplicável) cujo tema pobreza tem significado central para a definição de políticas sociais em especial da assistência social.7

AVEO: Notas sobre o Marco Conceitual

O modelo AVEO (ativos, vulnerabilidade e estruturas de oportunidade) proposto por Katzman apresenta-se como um modelo alternativo para os estudos da pobreza urbana na América Latina, tendo recebido influência de vários autores, principalmente de Caroline Moser, cujos estudos

> [...] levaram-na à construção do **asset vulnerability approach**, marco analítico que lhe permitiu observar e analisar as estratégias que os domicílios pobres desenvolveram para enfrentar situações de crise. Com base nesse marco, Moser buscava saber como se adquirem os ativos dos domicílios pobres, como se acumulam, protegem, consomem, como se invertem e se articulam uns aos outros [...] o que ela propõe é que as políticas sociais facilitem e potencializem os encadeamentos positivos entre ativos que já fazem parte das estratégias dos domicílios para enfrentar situações de adversidade [...] (Katzman; Filgueira, 2006, p. 71).

A singularidade da proposta de Katzman encontra-se em adicionar aos estudos de Moser a lógica da produção e distribuição de ativos na sociedade. Afirma Katzman:

> Nossa contribuição à proposta de Moser foi vincular a existência de ativos nos domicílios e sua capacidade para movimentá-los às lógicas de produção e distribuição de ativos em cada sociedade. Reconhecemos o passo fundamental dado por Moser, ao abrir a caixa-preta dos domicílios e perguntar-se a respeito dos recursos e das estratégias que utilizam para mobilizá-los diante das crises e adversidades. O que propusemos em nosso enfoque é ampliar a pergunta, interrogando-nos sobre como construir sociedades que minimizem a ocorrência dessas situações de risco, para que estas afetem o menor número possível de pessoas e de famílias (Katzman; Filgueira, 2006, p.72)

Melhor dizendo,

> […]puede afirmarse que si el enfoque de "activos-vulnerabilidad" encuentra su expresión más acabada en las formulaciones de Moser, la propuesta del presente trabajo se pueden expresar en un enfoque alternativo de "activos-vulnerabilidad-estructura de oportunidades' (AVEO), en el cual se asume que el concepto de activos no alcanza una significación unívoca si no está referido a las estructuras de oportunidades que se generan desde el lado del mercado, la sociedad y el Estado. En otras palabras, se sostiene que el portafolio y la movilización de activos de los hogares vulnerables, punto central en la formulacion moseriana, sólo puede examinar-se a la luz de las lógicas generales de produción y reprodución de activos, que no pueden ser reducidas a la lógiva de las familias y sus estrategias. Más bien, éstas adquiren sentido cuando son referidas a las estructura de oportunidades" (Katzman, 1999, p 23).

Importante destacar que a pobreza é definida por KATZMAN como "[...] las privaciones de las personas u hogares en la satisfacción de sus necesidades básicas, en particular las necesidades materiales" (Katzman, s/d, http//www.inec.gov.ec/ecv/pobreza.pdf),sendo compreendida a partir de 4 (quatro) categorias nas quais se classificam as pessoas: pobreza crônica, pobreza recente, pobreza inercial e Integração (não pobres)8.

Uma particularidade do enfoque AVEO consiste em que este articula-se com o método de medição/estudo da pobreza denominado de "**análise integrada da pobreza**" (análisis integrado de la pobreza), que incorpora o "método direto de mediação da pobreza" (método directo - satisfação de necessidades básicas), e o "método indireto de medição da pobreza "(método indirecto - capacidade de renda ou consumo). O Método de análise integrada da pobreza, conforme Katzman:

> "[...] permite suplir algunos de los vacios que se presentan en los métodos directo e indirecto[...]la combinación de los dos métodos se vuelve más potente[...] Este análisis también es útil para evaluar la evolución de la pobreza en un período determinado de tiempo: si se compara el porcentaje de pobres recientes, que dan cuenta de um proceso de movilidad social

6 Consideramos que poderíamos denominar como lares, uma das traduções possíveis para hogares..

7 Chamamos atenção para este particular por constituir-se no interesse de estudo, vinculada à discussão do desenvolvimento local.

8 Conforme Katzam, "[...] Pobreza crônica: compreende aquellos hogares que tienen ingresos (o consumo) bajo la línea de pobreza y uma o más necesidades insatisfechas [...] Pobreza reciente: incluye a los hogares pobres por ingresos (o consumo) pero com necesidades básicas satisfechas[...]Pobreza inercial: se refiere a hogares com necesidades básicas insatisfechas e ingresos (o consumo) sobre la línea de pobreza[...] Integración social (no pobres): se trata de la población que no es pobre por ninguno de los critérios; es decir, tiene ingresos por encima de la linea de pobreza y sus necesidades básicas están satisfechas"(Katzman, 2007)

descendente;con el porcentaje de pobres inerciales, que dan cuenta de un proceso de movilidad social ascendente, se puede establecer cual de los dos procesos es preponderante" (Katzman, s/d, http://www.inec.gov.ec/ecv/pobreza.pdf).

Outra particularidade do modelo AVEO constitui-se em definir seus estudos a partir do espaço local, referenciando-se no espaço urbano, nas cidades. Este elemento, de certa forma, evidencia as cidades como espaços de insurgência e agudização da Questão Social que tem na pobreza um de seus elementos centrais. Importante destacar que são nas cidades onde se concentram as condições interventivas das fontes principais de oportunidades (Estado, Sociedade e Mercado) definindo os níveis de bem-estar, acessibilidade, ativos e vulnerabilidades.

Para melhor compreensão do modelo proposto faz-se necessário destacar ainda seus conceitos centrais: ativos, vulnerabilidade e estruturas de oportunidade. Estes se definem como:

a) Ativos – "[...] se refiere al subconjunto de esos recursos que componen aquellos cuya movilización permite el aprovechamiento de las estructuras de oportunidades existentes em um momento, ya sea para elevar el nível de bienestar o para mantenerlo ante situaciones que lo amenazan"(Katzman, 1997, p.19).

b) Vulnerabilidade – "[...] chamamos de vulnerabilidade ante a pobreza ou a exclusão social às situações que surgem quando as configurações de recursos que controlam e podem movimentar os domicílios não são suficientes para aproveitar as estruturas de oportunidade de acesso ao bem-estar'(Katzman; Filgueira, 2006, p. 71).

c) Estruturas de oportunidades – [...] se refierem como probabilidades de aceso a bienes, a serviços o al desempeño de actividades. Estas oportunidades inciden sobre el bienestar de los hogares, ya sea porque permiten o facilitan a los miembros del hogar al uso de sus próprios recursos o porque lês proveen recursos nuevos" (Katzman,1997, p.19)

Em síntese, O enfoque AVEO, como parâmetro conceitual em construção,

> [....] es flexible, por cuanto la selección de las dimensiones en las que se definen los activos (físicos, financieros, humanos, soiales), así como su particular dependencia de las estructuras de oportunidades, permite conjugar los aportes que en la explicación de la pobreza provienen de distintoos paradigmas, algunos con acento en el Estado, otros con acento en el mercado y otros con acento en la sociedade [...] unas palabras de prevención. Siendo una perspectiva aún embrionaria, las bondades del enfoque deben ser consideradas con cautela por los estudiosos del tema (Katzman, 1997, p. 25)

Conclusões

O modelo AVEO emerge como uma novidade para os estudos da pobreza enquanto centraliza suas referências nas famílias e domicílios, na comunidade, na Sociedade, no Estado e no Mercado, estes últimos como fontes de oportunidades e os primeiros enquanto mobilizadores de ativos (capital). Inova também ao tomar emprestado da economia termos que aplicados ao social ganham sentido de impulsionadores e parâmetros de bem-estar para indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade e exclusão, podendo ser aplicado a qualquer segmento social, não só aos pobres.

Compreendemos que este modelo e a obra de Katzman como um todo devem ser apropriadas pelos que estudam a pobreza, as vulnerabilidades, as desigualdades em especial em espaços urbanos, merecendo, no entanto, percebê-lo como proposta em construção e, neste sentido, aplicá-lo com os cuidados necessários para bem identificar sua efetividade enquanto metodologia, modelo e fundamento. Nesta condição, necessitando ainda aprofundar os seus conceitos/referências fundantes, entre eles, e, em particular, a família, entendida pelo autor, ao nosso ver, de forma tradicional (família clássica: pai, mãe-casados, e filhos) não percebendo ou evidenciando as transformações pelas quais esta tem passado. Aprofundar os estudos, possibilita ampliar esta percepção/visão e, por sua vez, identificar os limites e possibilidades dos novos modelos de família, em constituírem-se fontes positivas de ativos.

Em síntese, compreendemos que Katzman se propõe também a elaborar conceitos que expressem uma melhor definição de vulnerabilidades frente as situações de pobreza e exclusão social, tendo como referências o domicílios urbanos,bem como, a capacidade de indivíduos e grupos moverem e acionarem estruturas de acesso ao bem-estar social e a aproveitarem as estruturas de oportunidades. Por sua vez, é importante afirmar que as estruturas de oportunidade como "rotas de bem-estar" apresentam-se nas famílias, nas comunidades, no Estado, no Mercado e na Sociedade e geram e fortalecem capital social individual (capacidade de mover-se, ação) e comunitário (estrutura de serviços). Aprofundar conceitos e o modelo AVEO contribuirá para dissecar a pobreza, fenômeno secular, e melhor definir estratégias de combate a esta, mesmo nos marcos da sociedade do capital, buscando garantir que se sobreviva para sonhar com uma nova sociabilidade, onde a cidade constitua-se como espaço de esperança (Harvey, 2006).

Chamamos a atenção ainda, para o fato de que aprofundar as discussões e estudos em termos conceituais da pobreza urbana potencializa também as discussões em torno das metrópoles, do fenômeno metropolitano e,no caso brasileiro, da criação das regiões metropolitanas9, e o conjunto de seus problemas. Neste particular, a globalização e seus impactos nos espaços de grande concentração populacional, de segregação sócio-espacial, aprofundamento das desigualdades e da diferenciação e segmentação social. É importante ressaltar que a globalização ocasiona mudanças significativas em todas as

9 "[...] Necessário diferenciar fato/fenômeno metropolitano de região metropolitana (caso brasileiro de Natal, por exemplo). O primeiro refere-se, dentre outros aspectos, à integração social e urbana (conubarção) e o segundo à uma definição legal [...]" (Clementino, 2007).

esferas da vida, na forma de apresentação dos diversos fenômenos, bem como na estrutura social, que no caso das metrópoles, evidencia-se da forma como nos afirma Ribeiro:

> [...] A estrutura social das grandes metrópoles deixa de ser representada pela figura da pirâmide e passa a se expressar na imagem de ampulheta, na qual as posições médias diminuem, enquanto aumentam as duas pontas opostas. Simultaneamente vem ocorrendo o aumento da distância entre a média dos estratos superiores e a dos inferiores (Ribeiro, 2005, p. 89/90)

Os estudos sobre a pobreza urbana evidenciam os mecanismos de reprodução da segregação espacial, concentrando os pobres e grupos vulnerabilizados em territórios homogêneos, produzindo uma dinâmica de causação circular da pobreza (Ribeiro, 2005). Neste sentido, o AVEO pode ajudar a entender os mecanismos de resistência e enfrentamento à pobreza urbana utilizados pelos indivíduos e grupos, bem como ampliar a compreensão de outros fenômenos e, ao nosso ver, evidenciar também, o sentido do desenvolvimento.

Sendo assim, podemos considerar, ainda, que, de forma preliminar, a possibilidade de articular a discussão dos ativos, vulnerabilidades e estruturas de oportunidade, mas particularmente à noção de desenvolvimento como liberdade ou ao enfoque das capacidades, que se propõe a pensar o desenvolvimento como mudança social "[...] em termos do enriquecimento da vida humana dela resultante" (Sen, 1993, p. 315).Ou seja, em termos de mudanças na qualidade de vida das pessoas que para Sen (1993) significa, a expansão das capacidades dos indivíduos através do acréscimo de *efetivações*, em suas vidas.

Ao visualizarmos estas articulações pensamos em ampliar o leque de noções que rompam com o paradigma de desenvolvimento do século XX marcado pela visão econômica, incorporando as dimensões humanas, sociais, culturais e, nesta perspectiva, dando nova roupagem e visibilidade aos estudos da pobreza, das políticas públicas,em especial das políticas sociais(dentre elas, a assistência social). Incorpora também esta possibilidade, a idéia de sujeitos individuais e coletivos, buscando satisfazer suas necessidades básicas, mas também, almejando outras liberdades, no sentido de escolha de projetos/alternativas de vida.

Nesta direção,ganha sentido a possibilidade de pensarmos ativos, vulnerabilidades e estruturas de oportunidades articuladas a *efetivações* e *capacidades* (Sen,1993; 2001).10 O AVEO, como um modelo em construção, soma-se aos esforços de ampliar as possibilidades da ciência na construção de conceitos direcionados aos estudos da pobreza mas com rebatimentos nas outras esferas das discussões que movem a vida humana, qualidade de vida, proteção social, reconfiguração das instituições sociais e novas perspectivas de desenvolvimento e sociabilidade.

Referências

CLEMENTINO, M. do L. M. (2007). *Notas de aulas da disciplina Exclusão Social e segregação sócio-espacial*. Natal: PPGCS/CCHLA/UFRN. (apontamentos da autora)

HARVEY, D. (1960). *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec.

HARVEY, D. (2001). *Espaços de Esperança*. São Paulo: Hucitec.

KATZMAN, R. (1997) *Marco conceptual sobre activos, vulnerabilidad y estructura de oportunidades*. Montevideo: CEPAL/PNUD. (Proyecto URU/97-017).

KATZMAN, R. (1997). El vecindario tambien importa In, KATZMAN, R. *Marco conceptual sobre activos, vulnerabilidad y estructura de oportunidades*. Montevideo: CEPAL/PNUD. (Proyecto URU/97-017.)

KATZMAN, R. (2001). Seducidos y abandonados: el aislamento de los pobres urbanos. In *Revista da CEPAL* (nº 75).

KATZMAN, R. (2007) Tipologia de la pobreza de Katzman. In Las condiciones de vida de los ecuatorianos – resultados de la encuesta de condiciones de vida – Quinta Ronda. Instituto Nacional de Estadística y censon (INEC). Disponível em: http:// www.inec.gov.ec/ecv/pobreza.pdf. (Consultado na internet em 18 de agosto de 2007.

KATZMAN, R. e FILGUEIRA. F. (2006). As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteira do enfoque "ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades" (AVEO) In CUNHA, J. M. P. da. Novas metrópoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: UNICAMP, (pp. 67-94).

NETTO, J. P. (2001). Cinco Notas a propósito da Questão Social. In
Temporalis. Ano III, n 03, jan/jun. Rio de Janeiro: ABEPSS.

OLIVEIRA. L. (1997). *"Os excluídos existem"?* Notas sobre a elaboração de um novo conceito. In *Lua Nova*, n. 33, Fev. São Paulo: CEDUC.

POLANY, K.(2000). *A grande transformação: As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.

RIBEIRO, L. C. Q. (2005). Segregação residencial; teorias, conceitos e técnicas. In MOYSÉS, Aristides (Coord.) *Cidade, segregação urbana e planejamento*. Goiânia: UCG, (pp. 89-126).

RIBEIRO, L. C. (2005). Segregação residencial e segmentação social; o "efeito vizinhança" na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras. In *Cadernos metrópoles*. n. 13. São Paulo: EDUC, (pp. 47-70).

SOJO. A. (2003). Vulnerabilidad social, aseguramiento y diversificación de riesgo en América Latina y el Caribe.México. In *Revista da CEPAL*, n. 80.CEPAL, (pp. 121-140).

10 Capacidade no sentido de oportunidades e escolhas. Efetivações no sentido de conquistas. Ver SEN (1993, 2001).

SEN, A. (1993). O desenvolvimento como expansão de capacidades. In *Revista Lua Nova*, n. 28/29, São Paulo: CEDEC, (pp. 313/333).
SEN, A. (2002). *Desenvolvimento como liberdade*. Trad. Laura Teixeira Mota. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras.
SEN, A. (2001). *Desigualdade re examinada*. Trad. Apres. Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record.
VALENÇA. M. M. (2006). Cidades Ingovernáveis? Ensaio sobre o pensamento Harveyano acerca da urbanização do capital. In SILVA, J. B.; LIMA, L. C. e ELIAS, D. (orgs.) *Panorama da Geografia Brasileira*. v. 01, ANPEGE/ANNABLUME, (pp. 185-190).

Política de cotas e o Programa Bolsa Família: análise dos impactos na desigualdade social brasileira e efeitos adversos: uma perspectiva comparada

Priscila Pereira Santos
Universidade Federal de Minas Gerais
priscilabauer@gmail.com
Vinicius Assis Couto
Universidade Federal de Minas Gerais
viniccouto@gmail.com

Resumo: Este artigo pretende digredir sobre duas polêmicas políticas públicas do Brasil, a saber, a política de cotas raciais em universidades públicas e o programa de transferência de renda Bolsa Família. Para tal debate, nossa teoria foi referenciada pela a filosofia da Ciência Política, mais especificamente, a discussão acerca da concepção justiça.
Há pelos menos dois aspectos que interligam essas duas políticas que nos permitem comparar as causas e conseqüências dessas, o público-alvo e, em última análise, o objetivo almejado. A política de cotas ao tentar combater a desigualdade racial, oferecendo oportunidade aos "não brancos" de ingressarem no ensino superior, e o Bolsa Família ao transferir renda para a população mais pobre (que historicamente no Brasil associa-se a questão racial) condicionada à freqüência escolar. As duas usam a mesma correlação entre escolaridade e renda entendendo que o aumento da escolaridade incide em incrementos na renda. Assim, investimentos em educação da população mais pobre têm impacto na estrutura de desigualdade racial.
Posto que, a correlação entre renda, escolaridade e raça mostra que renda e escolarização não se distribuem independentemente da raça do indivíduo, através de regressões por mínimos quadrados ordinários, inferirmos relações de causalidade entre escolaridade e renda, sendo essas análises feitas controlando tais dimensões pelo viés racial.
Portanto, argumentamos que o Bolsa Família ataca a desigualdade social da mesma maneira que a política de cotas, pois atinge a população não branca e amplia o acesso dessa a educação sem trazer para a sociedade brasileira as conseqüências perversas das política de cotas.
Palavras-chave: Política de cotas, Programa Bolsa Família, desigualdade social e racial

Introdução

Recentemente, duas políticas sociais estão nos cernes de debates que vão além do âmbito acadêmico, a saber, o programa Bolsa Família e a política de cotas raciais nas universidades públicas. Os motivos para tanta exibição vão desde a ênfase que o governo dá à primeira política, alçando-a como o carro-chefe das políticas sociais nacionais, ao um intenso debate sobre a eficácia e os efeitos adversos que tais políticas possam exercer no aspecto social e além deste.

Entretanto, pensamos que devemos retornar a esse debate através de dois ângulos. O primeiro é uma descrição do público atingido pelos programas que, no nosso entender, são bastante parecido. O segundo enfoque se traduz sob o "olhar" da filosofia da ciência política, campo que o debate não foi e ainda está muito longe de ser exaurido. Pensamos que através destes dois enfoques possamos traçar as semelhanças das duas políticas. Pretendemos, também, fugir de argumentos que já foram bastante difundidos; como o incentivo a ociosidade e a dependência econômicas no caso do Bolsa Família. Ou mesmo, a importância de se reparar resquícios da escravidão, argumento oferecido por aqueles que são a favor das políticas de cotas. Ou pelo outro extremo, daqueles que são contra a política de cotas, o argumento da dificuldade em se definir quem são portadores de tal raça, e assim merecedores das cotas.

Antes, entretanto, de apontarmos qualquer relação possível entre as duas políticas nos ateremos a uma breve reflexão acerca de conceitos antecedentes ao debate proposto. Assim como, nos ateremos a uma contextualização das duas políticas em questão.

O que são políticas sociais

O conceito de política social não encontra uma definição unânime na literatura especializada. Carvalho (2007) destaca que o conceito de maneira geral é definido de maneira muito ampla e vaga, em razão do entendimento de que todas as políticas públicas podem ser consideradas direta ou indiretamente políticas sociais.

Buscando melhor delimitar a noção de política social, é possível lançarmos o olhar para alguns autores que se debruçaram na discussão do tema e que apresentam subsídios importantes para a percepção mais precisa do que seria uma política social

Para Santos (1989) "(...) Política social é toda política que ordene escolhas trágicas segundo um princípio de justiça consistente e coerente. Sendo assim, a política social é em realidade uma ordem superior, metapolítica que justifica o ordenamento de quaisquer outras políticas." A definição de Santos destaca o caráter trágico e conflituoso das políticas sociais, como destaca o autor é preciso que sejam feitas escolhas e sejam definidas prioridades. Tais escolhas podem incidir na definição do público alvo (jovens, crianças, idosos), no desenho da política em termos de foco (universal, focalizada) e etc, porém uma questão que vale ser ressaltada toca no conteúdo da política. Ou seja, qual é o seu objetivo, qual a questão social que tal política visa atacar e quais as conseqüências da escolha de uma política social em detrimento a outra.

Maingón (1992) entende que a política social "(...) és uma desición política construída socialmente y por lo tanto és um resultado de la dinámica de processo competitivos o cooperativos entre demandas de distintos grupos y atores com diferentes interesses y valores acerca de lo que disse ser la sociedade". Tal premissa destaca a lógica do processo político envolvido na formulação de uma política social. Apoiada nessa definição Carvalho (2007) compreende que é possível identificar duas dimensões das políticas sociais, a saber; uma do tipo valorativo, normativo que busca definir os objetivos a alcançar; e outra de tipo pratico que define a maneira pela qual serão alcançados os objetivos estabelecidos.

Pensamos que para o desafio aqui empreendido, as duas noções acima estabelecidas são sobremaneira importantes. Para nós é conveniente destacar também uma questão, que não fica suficientemente explicita nas duas noções apresentadas, que toca nos efeitos das políticas sociais no que tange aos seus impactos não só no cumprimento dos objetivos mais manifestos e claros, mas também nas suas conseqüências em termos de coesão social e consolidação ou mudança de uma situação existente em termos de desigualdade social.

O Bolsa Família

Criado em outubro de 2003, é o principal programa de transferência de renda do governo federal e é administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O programa unifica outros programas de transferência de renda condicionados, como o Bolsa-Escola1 e o Bolsa-Alimentação2, bem como outros programas de transferência de renda sem condicionalidades tais como: Auxílio- Gás e Cartão-Alimentação do Fome Zero3, que ainda existiam em 2004.

Os programas supracitados eram executados por diferentes agências de modo que a coordenação entre eles era mínima. Sendo assim, a criação do Bolsa Família teve como objetivo primordial a organizar os quatro em um único programa. Além desses quatro programas o Bolsa Família também incorporou o Vale-Gás, uma transferência sem contrapartida.

O Bolsa-Família é dirigido a famílias pobres com uma renda mensal per capita de até R$ 120,00 e que estão registrados no Cadastro Único. A seleção dos beneficiários é descentralizada e implementada no nível do município (com uma dupla checagem no nível federal). Apesar de todo o acervo de informação coletado no Cadastro Único, a única informação relevante para a elegibilidade é a renda mensal per capita da família. Cada município tem uma cota – baseada nas estimativas do número de pobres da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar) 2001 – que deve ser preenchida.

De acordo com as informações disponibilizadas no site do Ministério de Desenvolvimento Social o programa Bolsa Família articula-se em três eixos principais, a saber; "promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, por meio do cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. São exemplos de programas complementares: programas de geração de trabalho e renda, de alfabetização de adultos, de fornecimento de registro civil e demais documentos". 4

Em termos gerais o objetivo do programa é transferir renda para famílias necessitadas para que essas mantenham seus filhos na escola, o maior objetivo do programa é romper com o ciclo geracional da pobreza através do aumento da escolaridade dos indivíduos. Como todo programa social suas ações apóiam se em um modelo de causalidade de uma dada situação existente, isto é, baseia-se na teoria de que grande parte da pobreza dos indivíduos e famílias acontece em razão da não inserção ou inserção precária no mercado de trabalho e que essa situação ocorre em razão da baixa escolaridade. Desse modo, dando incentivos financeiros aos pais para que mantenham as crianças na escola e cumpram as condicionalidades do programa, o MDS acredita estar contribuindo para a quebra desse ciclo de reprodução da pobreza, no qual pais pobres e desescolarizados acabam por gerar filhos também pobres que também freqüentarão por pouco tempo a escola.

A política de cotas

1 Criado em 2001 na Gestão Fernando Henrique Cardoso consistiu no repasse de bolsa de R$ 15,00 por crianças, limitando-se à R$45,00 por família, condicionado à freqüência à escola mínima de 85% no ano para crianças de 6 a 15 anos. Podiam gozar do benefício às famílias cuja renda per capita se situava abaixo de R$ 90,00

2 Repasse de bolsa no valor de de R$ 15,00 por criança entre 0 e 6 anos, com teto de R$ 45,00 por família, condicionado a aleitamento materno; exames pré-natais para gestantes; e vacinação das crianças.

3 Criado em 2003, já na gestão do presidente Lula, tratava-se de uma transferência de R$50,00 para famílias cuja renda per capita não alcançava meio salário mínimo, e seu uso era circunscrito exclusivamente à compra de alimentos.

4 Disponível em http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia/o-que-e/. Acessado em 03 de outubro de 2008.

Criado pelo o projeto de lei nº 73, de 1999 de autoria de Deputada Nice Lobão o projeto imputava sobre o ingresso nas universidades federais e estaduais a condicionalidade da reserva de 50% da vagas aos alunos do ensino médio. Segundo a autora da lei, "o ideal é a extinção do vestibular, mas, como tal objetivo ainda não pode ser alcançado, a proposta é estabelecer, segundo suas palavras, 'um gradualismo', deixando cinqüenta por cento das vagas no padrão convencional de ingresso na universidade." (discurso proferido pela Deputada no Congresso Nacional no mesmo ano da lei) Esse projeto foi substituído por um outro projeto de lei nº 3627 de 2004 cujo autor é o próprio Poder Executivo.

O novo projeto coloca uma proporção mínima das vagas, dos 50% destinadas aos alunos do ensino médio, para aqueles que autodeclaram negros e indígenas. Essa proporção será a mesma proporção das populações pardas, indígenas e negras declarada na unidade federativa em que se encontra a instituição de ensino. Tendo sempre como base estatística o último senso feito pelo IBGE. Em outros termos, a política de cota consiste em destinar uma parte das vagas ofertadas pelas as universidades públicas a uma parcela específica da população, que será contemplada de acordo ao critério de raça.

Operacionalização e resultados do Bolsa Família.

Os benefícios do Bolsa Família variam de acordo com a renda familiar per capita e com a composição do domicílio. Famílias com renda mensal per capita entre R$ 0,00 e R$ 60,00 recebem uma transferência de R$ 50,00 independentemente de sua composição. Famílias com renda mensal per capita entre R$60,01 e R$ 120,00 apenas são elegíveis se elas tiverem crianças entre 0 e 15 anos e/ou uma mulher grávida. O benefício é de R$ 15,00 por criança podendo ser acumulado até o máximo de R$ 45,00 (três crianças). Famílias em extrema pobreza (renda per capita até R$ 50,00) podem acumular o benefício por criança com a renda básica de R$ 50,00. Portanto, o benefício máximo que uma família pode atingir é R$ 95,00.

As condicionalidades do programa são: 85% de freqüência à escola par crianças em idade escolar, atualização do cartão de vacinação das crianças entre 0 e 6 anos, e visitas regulares ao posto de saúde, realização do pré-natal e enquanto estiver amamentando para as mães/gestantes. Além disso, foram desenvolvidas atividades estruturantes que objetivam aumentar o acesso das famílias beneficiárias aos serviços públicos, particularmente para a população adulta que não tem de obedecer às condicionalidades tradicionais do programa. Essas atividades incluem: preferência na seleção para cursos de capacitação profissional (incluindo cursos de alfabetização) e para programas de geração de emprego e renda; e aqueles membros da família sem registro civil terão acesso a esses registros e a outros documentos de identificação.

Análises descritivas demonstram que o programa tem atingido o público alvo a quem se destina, é possível perceber alguns possíveis erros de inclusão, ou seja, pessoas que não deveriam, mas estão recebendo os benefícios do programa, porém tais erros são bastante insignificantes ao observarmos os acertos de inclusão.

No que tange a escolaridade o programa atinge famílias cujo chefe do domicilio tem escolaridade inferior ao Ensino Fundamental completo. Quanta a raça os beneficiários do programa são em sua grande maioria não-brancos.

Metodologia

Os dados aqui utilizados são oriundos da Pesquisa de Amostragem por Domicílios de 2004 (PNAD) que no seu suplemento especial desse ano investigou o acesso dos brasileiros a programas sociais entre eles o Bolsa Família.

Por meio de tabelas de freqüência, traçamos o perfil dos beneficiários desse programa no que tange a diversas dimensões tais como renda, escolaridade e em especial raça.

Apontamos também a forte correlação entre variáveis de renda, anos de estudo e raça, mostrando que renda e escolaridade não se distribuem de maneira independente no que tange a raça do indivíduo, mas são dimensões fortemente correlacionadas.

Através da análise de regressão foi possível perceber as relações existentes entre anos de estudo, escolaridade e renda, sendo essas análises feitas controlando tais dimensões pelo viés racial.

Resultados

Perfil dos beneficiários-Renda

TABELA 1

		Algum morador do domicílio recebeu dinheiro do programa social Bolsa-Família no mês de referência	
		Não	Sim
Faixa do rendimento domiciliar per capita I (exclusive pensionistas, empregados domésticos, parentes	Sem rendimento	1,0%	0,0%
	Até ¼ salário mínimo	10,2%	34,7%
	Mais de ¼ até ½	18,7%	43,0%

dos empregados domésticos)			
	Mais de ½ até 1	27,3%	18,0%
	Mais de 1 até 2	21,9%	2,4%
	Mais de 2 até 3	7,7%	0,2%
	Mais de 3 até 5	5,9%	0,1%
	Mais de 5 salários	5,2%	0,0%
	Sem declaração	2,2%	1,6%
	Total	100%	100%

Fonte: Elaboração própria utilizando os dados da PNAD 2004, IBGE. Brasil.

A tabela explicitada acima pode parecer um pouco óbvia visto que um dos critérios de elegibilidade do programa é a renda per capita, porém julgamos importante reportá-la aqui para demonstrar que o beneficio do Bolsa Família tem estado concentrado nos menores estratos de renda. Nota-se que do total de beneficiários mais de 70% desses tem renda per capita familiar de até ½ salário mínimo.

Por meio da tabela de freqüência é possível percebermos que existem beneficiários que quanto à renda, supostamente, deveriam estar fora do programa, mas afirmam receber o beneficio do Bolsa Família no mês de referência. É possível apontarmos pelo menos três causas para isso a primeira pode ser a sobre- enumeração da renda, ou seja, pessoas que têm renda muito baixa sentir-se-iam constrangidas em declarar a sua verdadeira renda e por isso declaram uma renda maior do que o seu real rendimento. Uma segunda situação pode ser que tais famílias tenham recebido o beneficio no mês de referencia, mas no momento da pesquisa já tenham melhorado a sua condição financeira em razão de alguém do domicilio ter conseguido um emprego ou alguma outra fonte de renda. Uma terceira possibilidade a ser considerada também é o vazamento do programa a beneficiários não-legítimos, isto é, pessoas que não atendem ao perfil de elegibilidade, mas estão recebendo o beneficio do programa. Estudos anteriores5 utilizando a mesma base de dados já demonstraram existir um *trade-off* entre maior cobertura e maior vazamento, tal trabalho demonstra que a medida que o programa aumenta a sua cobertura, acabam sendo incluídos nesse beneficiários não legítimos.

Perfil dos beneficiários-Escolaridade

TABELA 2

Grau de escolaridade do chefe do domicílio	Algum morador do domicílio recebeu dinheiro do programa social Bolsa-Família no mês de referência	
	Não	Sim
Sem instrução	23,0%	36,3%
Um ano de estudo	3,9%	7,0%
Primário incompleto	21,2%	27,7%
Primário completo	6,7%	7,5%
Fundamental incompleto	16,6%	13,8%
Fundamental completo	3,0%	1,9%

5 Para uma melhor discussão do tema vide: SANTOS, Cinthia Barros. SANTOS, Priscila Pereira; A focalização dos programas sociais no Nordeste. 13º Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste. Maceió, setembro de 2007.

Ensino Médio incompleto	17,7%	5,7%
Ensino Médio completo	1,2%	0,1%
Superior incompleto	1,9%	0,1%
Superior completo	4,7%	0,1%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria utilizando os dados da PNAD 2004, IBGE. Brasil.

Nota-se que do total de domicílios beneficiários do Bolsa Família, em mais de 90% o chefe do domicilio não possuem nem ao menos o Ensino Fundamental Completo, sendo que 36,3% dos casos não possuem nenhuma instrução.

È conveniente ressaltar que o programa não tem como objetivo explícito atender populações com baixo grau de escolaridade, porém acredita-se que tal quadro explicita a correlação positiva entre o nível de renda e escolaridade, ou seja, indivíduos de menor poder aquisitivo apresentam menor alcance educacional.

Perfil dos beneficiários-Raça

TABELA 3

Cor ou Raça (chefe do domicilio)	Algum morador do domicílio recebeu dinheiro do programa social Bolsa-Família no mês de referência	
	Não	Sim
Não-brancos	51,7%	70,2%
Brancos	48,3%	29,8%
Total	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria utilizando os dados da PNAD 2004, IBGE. Brasil.

Observando a tabela 3 acima é possível apontarmos que do total de domicílios beneficiados pelo programa Bolsa Família 70,2% deles são chefiados por indivíduos não brancos e apenas 29,8% dos domicílios que recebem o benéfico são chefiados por indivíduos brancos.

Correlação entre escolaridade e raça

TABELA 4

Correlação entre escolaridade e raça			
		grau de escolaridade	brancos e não brancos
grau de escolaridade	Pearson Correlation	1	,161(**)
	Sig. (2-tailed)		0,000
	N	397.495	397.471
brancos e não brancos	Pearson Correlation	,161(**)	1
	Sig. (2-tailed)	0,000	
**. Significância a 0,01			

Fonte: Elaboração própria utilizando os dados da PNAD 2004, IBGE. Brasil.

Nota-se que existe correlação significante e positiva entre raça e escolaridade, isso quer dizer que indivíduos não-brancos apresentam menor grau de escolaridade do que indivíduos brancos.

Correlação entre escolaridade e raça

TABELA 5

Correlação entre raça e renda			
		brancos e não brancos	Faixa do rendimento domiciliar per capita I (exclusive pensionistas, empregados domésticos, parentes dos empregados domésticos)
brancos e não brancos	Pearson Correlation	1	0,49**
	Sig. (2-tailed)	,	0,000
	N	399329	399329
Faixa do rendimento domiciliar per capita I (exclusive pensionistas, empregados domésticos, parentes dos empregados domésticos)	Pearson Correlation	0,49**	1
	Sig. (2-tailed)	0,000	,
	N	399329	399354
**Significância a 0,01			

Fonte: Elaboração própria utilizando os dados da PNAD 2004, IBGE. Brasil.

A tabela 5 demonstra a forte correlação positiva entre raça e renda, diante dos valores acima é possível afirmar que indivíduos não brancos possuem renda inferior a indivíduos brancos.

Análise de Regressão

O modelo geral da regressão linear pode ser matematicamente assim expresso

$$Y= \beta 0 + \beta 1X + \beta 2X + \varepsilon$$

Sendo

Y: a variável explicada ou dependente (aleatória);

X: a variável explicativa ou independente

β0 + β1: são parâmetros desconhecidos do modelo (a estimar)

ε: resíduos

Especificando o modelo para a análise aqui desenvolvida temos uma equação assim:

$$\text{lnrenda} = \beta\ 0 + \beta\ 1\text{escol} + \beta\ 2\text{raça} + \varepsilon$$

TABELA 6

	Coeficientes não-padronizados		Coeficientes padronizados		Significância
	B	Erro Padronizado	Beta	t	
(Constante)	6,1321	0,0102		600,7213	0,0000
brancos e não brancos (branco=1)	0,4181	0,0103	0,0646	40,7666	0,0000
anos de estudo	0,2104	0,0020	0,1667	105,1157	0,0000
Variável dependente: LOGRENDA6					

Fonte: Elaboração própria utilizando os dados da PNAD 2004, IBGE. Brasil.

lnrenda =6,132123058155 +0,2104 escol +0,4181 raça + ε

6 Utilizamos o logaritmo natural da renda e não a renda em razão dessa não ter uma distribuição normal, o que feriria um dos pressupostos da análise de regressão. Normalizando a distribuição da renda através do logaritmo foi possível incluí-la na análise

Diante dos valores reportados na tabela acima, analisando a escolaridade podemos observar que, controlando pela raça, e cada ano a mais de escolaridade do individuo aumenta em R$ 23,41 a sua renda. Já no que tange a raça, o fato de ser branco aumenta em R$ 51,90 reais a renda do individuo, isso controlado pela escolaridade.

Operacionalização e resultados da Política de Cotas.

A implementação da política de cotas no Brasil ainda se encontra em fase incipiente. Sendo implantada em algumas universidades de forma ainda contigencial, embora contemplarmos um crescimento nas instituições que já aderiram à política. Por isso ainda não é possível mensurar resultados confiáveis O processo de seleção aos beneficiários das vagas ainda não possui um padrão, sendo que os parâmetros do processo ficam à cargo da instituição de ensino. Desta forma, os procedimentos de escolha dos beneficiários possuem bases turvas e diversificada que vão desde a auto-declaração da raça pelo beneficiário à sujeição do provável beneficiário a processos de comprovação de pertencimento da raça contemplada pela política.

Entretanto, estas políticas têm outras implicações que ficam muitas vezes latentes, entre estas, a implicação que pensamos ser de maior importância para a questão da nação é a concepção de justiça e suas conseqüências.

Questão da Justiça

A primeira percepção do que deve ser entendido por justiça é a constatação da escassez de determinado bem, isto é, para que haja a concepção de justiça é necessário que o bem almejado, seja ele qual for, seja insuficiente para atender todos os indivíduos. Desta forma, de maneira simplificada e até um pouco leviana, dada os limites de páginas, as concepções do que é justiça se dará nas diferentes formas de alocar estes recursos escassos.

Desde as primeiras décadas até os meados da década de sessenta do século passado a questão da justiça na teoria política se traduzia pela a tentativa de oferecer aos indivíduos os bens materiais. Nesta perspectiva, o Estado ganha um papel ativo na (re)distribuição desses bens materiais. Entre as teorias que partem deste pressuposto as mais propagadas são o utilitarismo e o socialismo marxista.

O Utilitarismo assim como concebe Mill (2000) seguindo os preceitos do filósofo iluminista Bentham, trata de uma doutrina cuja ação dos indivíduos tem que ser permeada por uma ética baseada na busca da utilidade para alcançar a felicidade. Desta forma, de acordo com Mill a ação pode ser considerada acertada ou errônea pela capacidade de desenvolver ou não a felicidade. O princípio da utilidade gera a felicidade individual e, por conseqüência, acaba produzindo a felicidade da comunidade, pois deve visar o interesse comum. Desta concepção filosófica constituíram no século passado grandes sistemas políticos e econômicos que visariam à maximização do bem-estar de todos. Por sua vez, o socialismo marxista a questão da distribuição dos bens materiais ganha sua forma mais extremada. Advindo das teses do materialismo histórico de Marx caracterizada pela proposta de uma economia planificada gerenciada única e exclusivamente pelo o Estado. Preterindo assim, as leis de regulação do mercado.

O ponto antagônico destas duas vertentes veio com as concepções nomeadas de neoliberalismo. Estas concepções que derivam da tradição liberalista negam a intervenção do Estado em qualquer estágio que possa atingir os direitos individuais. Nesta perspectiva, o Estado deve intervir minimamente nas relações, principalmente a econômica, entre indivíduos, pois a questão do que é justo não se encontra mais na distribuição dos bens materiais, e sim na questão da igualdade de liberdade e direitos. Assim a justiça é efetivada na garantia do Estado que todos terão os mesmos privilégios e deveres. Temos então em um extremo, a concepção liberal de justiça baseada na meritocracia e no outro extremo uma concepção de justiça marcada pelo distributivismo.

Tais concepções de justiça fundamentam modelos de sociedade diferentes, pois a percepção do que é justo modifica as maneiras de acesso aos recursos escassos da sociedade. Assim, a justiça meritocrática define como sociedade justa, a sociedade que trata seus membros não apenas observando a igualdade de respeitos, mas também pela a igualdade de oportunidades para os bens escassos, sejam eles quais forem. Por sua vez, a justiça distributiva define como uma sociedade justa, a sociedade que não possui um critério prévio para a repartição dos bens escassos. Tendo assim, sempre como seu objetivo a melhor distribuição possível dos bens. Isto é, a justiça distributiva visa à igualdade no acesso aos bens escassos, no resultado da distribuição, e não em sua forma de distribuir, isto é igualdade de resultados.

A definição dos procedimentos para alcançar uma sociedade justa é, em grande parte, responsável pela própria ontologia de uma sociedade. Assim, quando os mecanismos de acesso são estabelecidos de forma homogênea, seja ele meritocrática ou distributivista, torna-se possível classificarmos uma sociedade por termos, já bastantes difundidos, como social-democracia, liberal ou democracia social. Isto é, grande parcela de instituir em que consiste uma sociedade está em estabelecer o que é justo e isto significa se priorizaremos a igualdade de direitos ou a igualdade na obtenção de recursos. Colocando em termos de melhor inteligibilidade, usados por Dahrendorf (1992), consiste em estabelecer uma escolha em um trade-off entre provimentos e prerrogativas.

A teoria de Rawls (2002) é um marco na tentativa de superar essa dicotomia supracitada ao tentar conciliar tanto as bases liberais como a tentativa de uma melhor distribuição dos bens matérias. Nesta perspectiva, a concepção de justiça baseia na tentativa teórica recursiva de estabelecer um contrato social no qual inicialmente todos os indivíduos, agindo racionalmente, admitem uma posição de igualdade como uma "pedra angular". Sendo que esta posição primeira deverá reger os acordos que advirem, gerando uma justiça baseada na equidade. A pressuposição que os indivíduos agirão racionalmente de modo a garantir essa justiça se traduz na limitação do conhecimento sobre a posição que cada indivíduo terá no primeiro

momento, a essa limitação Rawls nomeou de "véu da ignorância". (Rawls, 2002) Assim sendo, a concepção de justiça de Rawls entende que:

> "Todos os valores sociais – liberdade e oportunidade, renda e riqueza, e as bases sociais da auto-estima – devem ser distribuídos igualitariamente a não ser que uma distribuição desigual de um ou de todos esses valores traga vantagens para todos" (RAWLS, 2002, p. 66)

Considerações finais

Diante do exposto encontramos algumas semelhanças e diferenças entre as políticas analisadas, a mais importante e visível semelhança é a noção de que as duas políticas estão baseadas em uma concepção de justiça *distributivista*, ao tentar uma melhor distribuição de bens materiais. Sendo que no Bolsa Família, esta distribuição de renda ocorre de forma direta via transferência monetária7. E na política de cotas, por sua vez, essa distribuição é feita indiretamente, através da compreensão de que investimentos em capital humano , no caso escolarização, tem impactos positivos no aumento da renda.

É possível também perceber que o Bolsa Família assim como a política de cotas atinge a mesma população no que tange a raça, a saber, a população não branca. Buscando aumentar a escolaridade dos beneficiários. Entretanto em nosso entender, a política de cotas possui um efeito adverso sobremaneira indesejado que é o reforço da segregação racial no país.

Um projeto de nação que ao determinar quem terá privilégios do bem escasso (vaga na universidade) através da cor de pele, irá criar judicialmente o termo, até então apenas um termo sociológico, de raça. Isto é, a política de cotas cria a distinção, por lei, entre brancos e negros na sociedade brasileira. Tal criação tem pelo menos duas conseqüências graves.

A primeira é a proposta paradoxal de combater o racismo instituindo legalmente a concepção de raça. Pensamos, que instituir a raça gera, já em sua origem, a diferenciação daquilo que não deve ser diferenciado, se o nosso objetivo é combater o racismo. Em outras palavras, não se combate uma prática hedionda como o racismo, reforçando a distinção racial.

A segunda conseqüência será sentida mais ao longe, pois tais políticas forçam, em um futuro, uma nação que deixa de ser pautada na construção e constituição de uma cidadania com direitos embasados no indivíduo, independente de raça, etnia ou religião que professada. Para termos uma nação baseada em distinções entre grupos raciais, estabelecendo assim uma cisão na pretensão de unidade que todas as nações possuem. Simplificando, a política de cotas criaria uma nação de comunidades e não mais uma nação de indivíduos.

Uma alternativa para esse problema é mudar o perfil raça das políticas de cotas para o perfil sócio-econômico. É possível argumentar que fazer com que as políticas de cotas utilizem o critério sócio-econômico não fará com que os não-brancos sejam beneficiados por essa, visto que tal população tem encontrado dificuldade para completar a sua escolarização básica e desse modo não conseguiria sequer acessar tal política.

Nesse sentido nosso contra-argumento aponta que o Brasil, recentemente, tem ampliado significativamente o acesso à escolarização básica de modo que a escola tem sido uma realidade na vida dos brasileiros pobres, que no país são majoritariamente não-brancos. Juntamente com essa universalização do ensino e as políticas, como o Bolsa Família, têm conseguido fazer com que as crianças mais pobres permaneçam na escola.

Desse modo, não argumentamos contra a política de cotas, porém apontamos pela alteração do critério de elegibilidade dos beneficiários de tal política de maneira que o efeito adverso supracitado não seja um óbice para o próprio objetivo da política de cota, isto é, combater a desigualdade racial. Sendo assim, a combinação de programas como o Bolsa Família juntamente com a política de cotas com critério sócio-econômico têm, potencialmente, maiores efeitos redistributivos e menores efeitos adversos.

BIBLIOGRAFIA

Carvalho, Ailton Mota de. (2007). Políticas sociais: afinal do que se trata? *Agenda Social. Revista do PPGPS / UENF*. Campos dos Goytacazes, v.1 , n.3, set-dez/2007, p. 73-86.

Dahrendorf , Ralf. (1992) O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade. Rio de Janeiro. P. 225

Maingón, Thais. (1992). Las políticas sociales: discusión teórica, conceptual y metodológica, : *Cuadernos Del Cendes*. Caracas, Venezuela Nº 19, enero/abril 1992.

Mill, John Stuart. (2000).O Utilitarismo. São Paulo: Iluminuras.

Rawls, John. (2002). Teoria da Justiça. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes.

Santos, Wanderley G. (1989) A trágica condição da política social In: Abranches, S.H.; Santos, W.G; Coimbra, M.A. (orgs.). Política Social e Combate à pobreza. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989, p.33-63.

Vianna, Maria Lucia Teixeira Werneck. (2002). Em torno do conceito de política social: Notas introdutórias. *Texto para discussão*. Rio de Janeiro, Dezembro

.

7 Não ignoramos que o Bolsa Família também tem o seu componente de transferência indireta via aumento da escolaridade, porém para os objetivos aqui propostos consideraremos que o Bolsa Família é uma política de transferência direta.

Rendimento mínimo universal: uma via para a emancipação?

José Manuel Reis
Centro de Estudos Sociais
josereis@ces.uc.pt

Resumo: A ideia de um rendimento social desvinculado do trabalho é antiga. De há duas décadas para cá, tem-se destacado a proposta protagonizada por Philippe Van Parijs de um rendimento mínimo universal, incondicional, vitalício, acima da mera subsistência. Inicialmente relegada à obscuridade, frequentemente ridicularizada, conheceu nos últimos anos um aumento da atenção académica e política. O texto seguinte pretende, após contextualização histórica, seguir-lhe o curso teórico-prático e explorar-lhe a ascensão recente. Procura-se resumir algumas fundamentações e críticas, a partir dos debates em torno de Van Parijs, abordar os activismos que tem gerado, testar o seu estatuto e potencial enquanto legalidade cosmopolita, à luz do pensamento de Boaventura de Sousa Santos, e abordar algumas tensões internas que poderão marcar o seu futuro, como a sua ambiguidade política.

Genealogia de um ideal

O rendimento mínimo universal (RMU) pode surgir à primeira vista como uma subversão inovadora de um princípio estabelecido do Estado-providência e da modernidade – o trabalho – mas a história revela um longo percurso da ideia e uma heterogeneidade ideológica surpreendente. O princípio universalista e incondicional que o anima acompanha subterraneamente o pensamento da questão social que está na origem dos estados-providência existentes, como uma espécie de realização última e horizonte utópico. Fazemos de seguida um breve relato desse percurso.

Ainda no dealbar da modernidade, em 1778, o revolucionário Thomas Paine afirma que a terra constitui um dom da natureza cujos frutos devem ser partilhados por todos, o seu legado é reivindicado ainda hoje pelas ideologias libertárias. Em 1848, Joseph Charlier, socialista utópico na linha de Fourier, propõe na sua *Solução do problema social* um dividendo territorial. Em 1849, John Stuart Mill manifesta na 2ª edição dos *Principles of Political Economy* simpatia pela ideia. Edward Bellamy (1850-1898), escritor socialista célebre pelo seu romance utópico *Looking Backward* (1888), explora a ideia de um rendimento social vinculado a uma quota pessoal de trabalho; o indivíduo cumpriria na vida determinado número de horas de trabalho, muito abaixo da norma do laborioso séc. XIX, para ter direito a ele. Em 1889, o fundador da escola solidarista Léon Bourgeois defende um rendimento mínimo de existência para corrigir as injustiças sociais (Passet, 2002: 190; Van Parijs, 2001).

A discussão prossegue no séc. XX. Em Inglaterra, Bertrand Russell propõe em *Roads to Freedom: Socialism, Anarchism and Syndicalism* (1918) um subsídio incondicional a todos os cidadãos, variando apenas com a idade e o grau de *handicap*; académicos de esquerda como GDH Cole e James Mead debatem o rendimento social no entre-guerras. Em França, o movimento "Ordre Nouveau" em torno de Robert Aron e Arnaud Dandieu defende-o nos anos 30; Jacques Duboin desenvolve-o no pós-guerra e inspira uma inovadora corrente de pensamento económico "distribucionista" (Gorz, 1999: 84).

Nos EUA, Juliet Rhys-Williams propõe nos anos 40 um imposto negativo sobre o rendimento: a quantidade de impostos a pagar seria uma percentagem sobre o rendimento *menos* uma determinada quantia fixa, espécie de mínimo social. Se o indivíduo tiver rendimento zero, o imposto a pagar será negativo, i.e. recebe (o mínimo social) em vez de pagar ao Estado. À medida que o rendimento aumenta, aumenta também o imposto sobre esse rendimento, superando a partir de certo ponto o mínimo social que se recebe. Na prática isto significa que esse mínimo seria efectivamente um rendimento mínimo universal. Milton Friedman recupera a ideia num sentido neoliberal a partir de 1962: um mínimo realmente baixo, associado à abolição de demais prestações sociais, seria um poderoso incitamento ao trabalho a qualquer preço. Em 1967, James Tobin publica o primeiro artigo técnico sobre rendimento mínimo universal, a que chama "demogrant", e convence mesmo George McGovern, candidato presidencial democrata em 1972, a incluí-lo no seu programa, embora por pouco tempo.

Com a passagem dos anos 70 para os 80, "capitalismo organizado" já em plena crise mas ainda antes que o neoliberalismo destruísse todos os consensos providencialistas, o interesse ressurge na Europa Central, onde o desemprego teimava em persistir ultrapassada mais uma recessão. Gunnar Adler-Karlsson, André Gorz, Marie-Louise Duboin1 propõem um rendimento sujeito a uma quota moderada de trabalho, reminiscente da utopia de Bellamy um século antes; o subsídio incondicional de Bertrand Russell é redescoberto (Van der Veen e Van Parijs, 2006 [1986]: 9-10). Politicamente, os partidos ecologistas e de esquerda heterodoxa interessam-se pelo tema na Holanda, Dinamarca, Alemanha (Cohen et. al, 2001).

O debate actual sobre rendimento mínimo tem um momento fulcral em 1986, com a publicação na revista *Theory and Society* do artigo "A capitalist road to communism", por Van Der Veen e Van Parijs (2006 [1986]), acompanhado de comentários e críticas de outros autores. Van Parijs, filósofo e economista belga, professor em Lovaina e actualmente em Harvard, participa nesse mesmo ano na fundação da *Basic Income European Network*, tornando-se figura de referência no assunto. A partir da controvérsia inicial, o debate desenvolve-se em revistas, posteriormente em livros, cada vez mais aceso e participado, sobretudo desde finais dos anos 90.2

1 Prossegue o legado de seu pai, o supra-mencionado Jacques Duboin, em torno da revista L'Économie Distributive (Passet, 2002: 227).

2 Baseamos a exposição daqui em diante em Cohen et. al (2001), Vanderborght e Van Parijs (2005), e o número inaugural da revista Basic Income Studies, de Junho de 2006. Gotas num oceano de literatura que alastra à medida q os anos 90 avançam. Arguing for Basic Income (Van Parijs, 1992) é referência importante

Esta nota continua na página seguinte

Terminologia e conceitos

Antes de mais, algumas precisões terminológicas e conceptuais. Designamos a proposta de Van Parijs como rendimento mínimo universal (RMU), tradução possível entre várias para o termo inglês *Universal Basic Income*.3 Identificamos-lhe pessoalmente cinco características fundamentais: universal, incondicional, cumulativo, uniforme e vitalício. Universal, pois contempla todos os cidadãos, e possivelmente todos os residentes; incondicional, pois não exige qualquer contrapartida, nomeadamente em trabalho; cumulativo, pois soma-se aos rendimentos de outras fontes; uniforme, pois o valor é igual para todos; vitalício, pois dura toda a vida. Uma qualidade adicional merece referência à parte: acima da subsistência. Van Parijs não a coloca intrinsecamente no conceito de RMU. Tanto admite um RMU alto como formulações mais moderadas/mutiladas por motivos estratégicos, enquanto etapa provisória. Voltaremos a estas questões adiante.

As prestações usuais dos Estados-Providência são condicionais, geralmente em função de três critérios: disponibilidade para trabalhar, prova de meios e situação familiar. O beneficiário, caso seja capaz de trabalhar, tem de aceitar um emprego que surja eventualmente; tem de provar que não dispõe de meios suficientes; e tem de revelar a sua situação familiar, segundo a qual variará a prestação. O RMU dispensa todos estes requisitos. (Van Parijs, 2001: 7-9).

Os esquemas de rendimento mínimo garantido (RMG), hoje comuns na Europa, mantém um certo nível de rendimento a quem caia abaixo dele. A diferença fundamental com o RMU é que não são cumulativos, mas substitutivos: suprem o rendimento em falta quando se está abaixo do mínimo, mas cessam quando se está acima dele.

Argumentações

A proposta do RMU assume originariamente um cunho marxista que viria a atenuar-se com o tempo. Em 1986, Van Parijs é membro do "Grupo de Setembro", círculo de pensadores interessados no marxismo analítico, que inclui também G. A. Cohen, Jon Elster, Adam Przeworski, Erik Olin Wright, Robert Brenner, Hillel Steiner, Robert Van der Veen, Samuel Bowles e John Roemer; nomes que pontificarão no debate.

Em "A Capitalist Road to Communism" trata-se de nada menos que imaginar possibilidades de superar o capitalismo após o falhanço do socialismo real, pressuposto analítico que viria a consumar-se na prática três anos depois. Van der Veen e Van Parijs retornam aos clássicos para ensaiar um golpe de asa teórico: o socialismo não é necessário para atingir o comunismo, o capitalismo pode permiti-lo. Segundo a *Crítica do programa de Gotha* (Marx), o socialismo seria a propriedade dos meios de produção pelos trabalhadores – a cada um conforme o seu trabalho –, o comunismo seria o estado superior em que o quinhão de cada um seria independente da sua contribuição, dada livremente – de cada um segundo as suas capacidades, a cada um conforme as suas necessidades –; o socialismo seria a abolição da exploração, o comunismo a abolição da alienação; o socialismo teria de preceder o comunismo para criar um Homem livre de egoísmo e desenvolver as forças produtivas rumo à abundância material, pressupostos para o florescimento do comunismo. Van der Veen e Van Parijs contestam: o socialismo (real) parece nem gerar uma sociedade mais altruísta, nem desenvolver melhor as forças produtivas. Uma sociedade altruísta em todo caso não é indispensável: um egoísmo modificado, não-materialista, em busca de respeito, prestígio, etc. pode bastar para gerar o trabalho socialmente necessário, assim ele mude de natureza tornando-se mais autónomo. Quanto ao desenvolvimento das forças produtivas, o socialismo real impõe-lhe tantos obstáculos, ou até mais, que o capitalismo.4

Pode-se assim imaginar uma via capitalista para o comunismo. Bem entendido, a abundância capitalista não garante de todo uma distribuição de acordo com as necessidades, uma redução da quantidade nem uma melhoria da qualidade do trabalho. O rendimento mínimo universal seria a via endógena que poderia consegui-lo (Van der Veen e Van Parijs, 2006: 2-8).

Na opinião dos autores, o RMU evita o estigma de viver à custa de subsídios e incentiva o emprego. O RM substitutivo tradicional fixa um limiar abaixo do qual ninguém trabalhará, pois receberá o mesmo não trabalhando, mas a partir de certo ponto polariza o trabalho entre quem trabalha demais e quem não trabalha de todo, entre sobrecarregados que se sentem explorados e desocupados que se sentem excluídos. Com um RM cumulativo, o cidadão ganha logo que trabalhe, por muito pouco (tempo parcial) ou muito barato que o faça. O RMU cumulativo permite por conseguinte equilibrar melhor o trabalho entre todos (idem: 10-11).

Daqui, parte-se para explorar as consequências económicas e políticas do RMU, nomeadamente o seu efeito na produtividade e a determinação do seu "justo" valor. Economicamente, o RMU não teria de coarctar o aumento de produtividade inerente ao capitalismo, e pelo contrário poderia estimulá-lo no sentido de melhorar a qualidade do trabalho: como as pessoas deixariam de ser forçadas a aceitar trabalho desqualificado, haveria um estímulo forte para supri-lo por tecnologia.

---

nos debates mais antigos. Em língua inglesa, acumulam-se obras de significado por Groot e Van der Veen (1992), Cohen et. al (2001), Dowding et. al (2003), Widerquist et. al (2005), Standing (2005), Ackerman et. al (2005). As revistas Theory and Society, Analyse und Kritik, Journal of Social Economics dedicam números ao tema. O debate desenvolve-se também na Alemanha, França, Espanha, entre outros.

3 Encontra-se em Van Parijs (2001: 7) nada menos que oito nomes análogos em circulação, frequentemente para a mesma coisa: basic income, territorial dividend, national dividend, social dividend, state bonus, citizen's wage, citizen's income, universal grant.

4 Relembre-se que o socialismo real, com o seu planeamento centralizado, ainda existia nesta altura. Era portanto concebível, embora exigisse muito optimismo, que por uma democratização interna fosse uma via mais promissora para o comunismo. De facto, era o que pretendiam muitos dos oposicionistas que viriam a derrubar o socialismo real no Leste europeu em 1989. A esperança esfumou-se em poucos meses.

Politicamente, a questão candente seria a fixação do montante do RMU. Quanto maior o nível de impostos, maior o RMU, mas só até certo ponto, pois com impostos, por absurdo, a 100% não haveria motivo para trabalhar, donde nada para tributar. Algures no meio estaria o ponto de equilíbrio. Empregando um raciocínio devedor da economica clássica, Van der Veen e Van Parijs estabelecem a partir da curva de Laffer,5 entre o nível de impostos e as receitas fiscais, quatro critérios políticos de fixação do RMU, por ordem crescente de tributação: critério de crescimento, critério rawlsiano, critério marxista e critério de igualdade. Concluem pelo critério marxista – maximizar os impostos e o RMU, minimizar o trabalho, sacrificar o crescimento económico, proteger o ambiente – como o mais auspicioso para a realização do comunismo (idem: 11-21).

> "It is these material conditions – basically, rapid labor-saving technical change combined with compelling constraints on economic growth – that will turn the capitalist transition to communism from a utopian dream into a *historical necessity*, not in the sense that it will happen automatically, (…) but in the sense that (…) human rationality can be relied upon to generate (…) political forces that will bring it about" (Van der Veen e Van Parijs, 2006: 21)

Em 2001, um tal teleologismo esvaiu-se. Van Parijs adoptou uma ética libertária de esquerda, que assume o protagonismo. Há agora três argumentos em prol do RMU: justiça; emprego e crescimento; feminismo e ecologia. A justiça consitui a novidade mais relevante no argumentário: o RMU seria um poderoso garante de liberdade real.

Uma digressão para contextualizar. Há diversas fundamentações éticas da ideia de mínimo social, como o utilitarismo, o liberalismo, o libertarianismo. O libertarianismo assenta a sua concepção de justiça na inviolabilidade dos direitos individuais: violar direitos individuais é injustificável, mesmo que sirva para melhorar o bem-estar geral ou até prevenir uma violações mais alargadas (p. ex. medidas securitárias) (SEP, 2004). O direito individual fundamental é a auto-propriedade (*self-ownership*) sobre o corpo individual, de onde deriva o direito à propriedade privada através do trabalho sobre a matéria, *a la* John Locke, mas só se não diminuir o bem-estar potencial de qualquer outro indivíduo, num mundo onde todos os recursos permanecessem por apropriar. O direito à auto-propriedade proíbe a redistribuição dos frutos do trabalho individual, donde não se vê no libertarianismo grande espaço para a ideia de redistribuição e mínimos sociais. O libertarianismo de esquerda, no entanto, considera que à liberdade individual formal tem de se acrescentar a liberdade *real*, definida pelos recursos de que um indivíduo dispõe. À auto-propriedade tem de se acrescentar o princípio da divisão dos recursos externos. Quais seriam esses recursos externos, originários, inicialmente sem dono? A natureza, primeiro que tudo; eventualmente, o capital herdado por uma geração, ou – proposta do próprio Van Parijs (1995) – o emprego (*job assets*) e a informação genética (SEP, 2004).

Os argumentos sobre emprego e crescimento têm maior continuidade com o passado. O RMU pode superar o dilema desemprego versus pobreza que desde os anos 70 marca as economias centrais, representando a Europa o pólo menos emprego/menos pobreza – desemprego remediado – e os EUA o pólo mais emprego/mais pobreza – emprego pobre, ou subemprego. O emprego só tem salvação se se redefinir o seu carácter, para o que há três vias: redução do tempo de trabalho, subsídios aos empregadores, subsídios aos empregados. A redução do tempo de trabalho, exemplificada pela lei francesa das 35 horas, do governo Jospin, arrisca prejudicar os empregos de salários baixos, ou porque torna os salários demasiado baixos para o desempregado, caso se reduza os salários, ou porque os torna demasiado altos para o empregador, caso se mantenha os salários. Ela é útil se for conjugada com subsídios directos ou indirectos ao emprego. Por exemplo, o "milagre holandês" dos anos 90 conciliou a redução da jornada de trabalho com um aumento singular do emprego, pois as empresas adaptaram-se criando postos em *part-time*, mas estes só foram viáveis devido às grandes despesas sociais pré-existentes do Estado holandês: reforma universal, abono de família, saúde gratuita. Os subsídios, seja ao empregador seja ao trabalhador, permitem trabalhar pelo mesmo valor a menor custo para o empregador, mas há uma diferença fundamental: um subsídio ao trabalhador alivia a pressão para arranjar trabalho, altera a estrutura de incentivos económicos conferindo mais autonomia do trabalhador. O primeiro viabilizará postos desqualificados para os quais se empurrará o desocupado desconfiado, como alguém que teve de levar a sua pele ao mercado e nada tem a esperar senão ser esfolado, o segundo permitir-lhe-á escolher um emprego melhor, ou dispor do tempo para si (Van Parijs, 2001: 15-19).

Ao argumento ecológico já abordado em 1986, junta-se um argumento feminista. O RMU beneficia particularmente as mulheres, pois elas são mais prejudicadas na distribuição familiar do rendimento, na escolha de emprego, nas situações de desagregação familiar. Potencia também uma via ecologista em duas vertentes, a ambientalista, que busca uma sociedade sustentável fisicamente pelo planeta, e a alternativa (*green-alternative*), que busca uma sociedade menos alienada, mais dedicada a actividades autónomas, fora do Estado e do mercado. Ao dignificar o desemprego, remove uma justificação-mor do crescimento e abre um espaço imenso a uma agenda de crítica ao crescimento, ou até de decrescimento, bem como a actividades autónomas, voluntárias, etc (idem: 19-21).

Van Parijs confronta ainda algumas concepções alternativas no debate. Face ao imposto negativo, referido anteriormente, o RMU tem três vantagens:

1. Previsibilidade: os impostos pagam-se no fim do ano, por isso o fisco teria de dar adiantamentos; isso introduziria complexidade adicional que afastaria os mais desfavorecidos do seu quinhão de direito;

5 A curva de Arthur Laffer, em forma de U invertido, foi muito popular a partir dos anos 70, especialmente para aqueles que combatiam o peso excessivo do Estado na economia. Diminuindo a carga fiscal, poder-se-ia até aumentar as receitas fiscais, dizia-se, pois aquela era tal que chegava a inibir a actividade económica. Acrescente-se que a curva se prestou a usos ideológicos – supply-side economics, políticas económicas da era Reagan – e mereceu o escárnio de diversos economistas, p. ex. James Tobin.

2. Individualização: embora um imposto negativo pudesse em teoria ser individual, normalmente é proposto a nível de agregado familiar, como é comum nos impostos; as mulheres e crianças sairiam a perder;
3. Segurança: no RMU o indivíduo sabe com o que conta, por isso mais facilmente tentará novos empregos, mesmo que corram mal.

Face às propostas de um *stakeholder grant* de Ackerman e Alstott (1999) – em vez de um RMU vitalício, o indivíduo ao atingir a maioridade receberia uma quantia substancial de uma só vez – Van Parijs argumenta que é um convite ao desperdício, p. ex. através de despesas extravagantes, tanto mais provável entre os desfavorecidos.

Responde ainda a três críticas ao RMU: dificuldade de financiamento, baixa da oferta de trabalho, não-reciprocidade. A baixa da oferta de trabalho merece-lhe pouca atenção: não é necessariamente um mal, ninguém deseja uma sociedade hiperactiva e sobrecarregada de trabalho. O argumento da não-reciprocidade – o RMU dá sem exigir nada em troca – leva uma resposta dupla, funcional e ética. As pessoas em geral são dadas à actividade, portanto não se iniciaria o reino do *dolce fare niente*, e uma série de actividades importantes seria revigorada e poupada à mercantilização. A nível ético, os recursos e privilégios altamente desiguais com que se nasce também não têm retribuição. Uma distribuição minimamente equilibrada destas dádivas de nascença é justa, o RMU a melhor forma de a atingir.

O financiamento é a crítica mais problemática, onde vislumbramos uma atitude mais defensiva de Van Parijs. Se o RMU for fixado no limiar de pobreza (60% do rendimento mediano), multiplicado pela população de um país atinge de facto grandes montantes, muitas vezes acima do total de despesas públicas. Defesa: por um lado, as despesas noutras prestações baixariam com a introdução do RMU, por outro, o aumento dos impostos cobriria significativamente os ganhos pelo RMU para grande parte da população empregada. Mas não há volta a dar: um esquema que tire todos da pobreza sai efectivamente muito caro, e baixaria subitamente o rendimento de alguns agregados, o que o torna politicamente arriscado. Van Parijs admite assim uma via moderada, que poderia ser um RMU ou imposto negativo apenas a nível de agregado familiar, ou em alternativa um RMU individual apenas parcial, com suplementos tradicionais mediante prova de meios.

Em 2006, no número inaugural da revista académica *Basic Income Studies*, fruto de activismo crescente em torno da ideia, Van Parijs e Van der Veen publicam "A Capitalist Road to Global Justice" (2006b). O RMU já não interessa enquanto via para o comunismo, mas enquanto via para a justiça global. Respondendo a quem ainda se interessa por socialismo (Harry F. Dahms e Erik Olin Wright), afirmam que a necessidade do socialismo para o RMU é ainda menor que há 20 anos, devido à mobilidade inédita da mão-de-obra (Dahms). Face às teses de Wright do RMU como projecto socialista, embora não discordem frontalmente delas, introduzem várias rectificações: o RMU fortalece os trabalhadores, sobretudo os mais fracos, face a patrões, cônjuges e burocratas, mas também pode enfraquecer os sindicatos, como uma espécie de fundo de greve individualizado que diminui a necessidade de acção colectiva (mais poder para cada um pode custar menos poder para o todo); ele desmercadoriza a vida apenas parcialmente, pois não visa encolher o mercado de trabalho; ele fortalece o sector de produção não-capitalista (voluntariado, cooperativismo) apenas até certo ponto, pois se a fuga ao mercado de trabalho for muito grande, a alta salarial torná-lo-á novamente atraente. Sobretudo, já pouco lhes interessa como a Wright as transformações possíveis do capitalismo com o RMU, mas antes a resolução de problemas de justiça social.

Entre as interpretações de Van Parijs, destaca-se aos nossos olhos a de André Gorz. Para Gorz, o RMU tem um significado essencialmente diferente caso seja insuficiente ou suficiente para escapar à pobreza. No caso de ser insuficiente, não passa de um subsídio ao trabalho desqualificado, subsídio indirecto aos empregadores para forçar os desempregados a aceitar empregos de miséria. Normalmente vem associado à abolição das outras prestações sociais. É a versão liberal. O trabalhador é forçado a juntar a um RMU baixo um salário baixo para sobreviver. Cria-se assim um mercado de trabalho secundário, protegido da concorrência dos países de baixos salários, em cima do qual novos negreiros poderão especializar-se em operações *fly-by-night*. Yoland Bresson apresenta uma versão que vê aqui a adaptação possível a circunstâncias externas: o RMU serviria para possibilitar, até para encorajar, um emprego descontínuo tido como inevitável. No caso de ser suficiente, liberta da obrigação de trabalhar e permite aos indivíduos escolher entre o valor de troca e o valor de uso do seu tempo, entre o que podem ganhar vendendo o seu tempo como trabalho e usando-o para si. É a versão de esquerda, proposta por socialistas e comunistas libertários: os supra-mencionados Bellamy, Ordre Nouveau, distribucionistas, ou o americano Paul Goodman nos EUA nos anos 50, os verdes alemães nos anos 80.

Gorz foi muito tempo contra a incondicionalidade do RMU: ele devia depender do trabalho, embora um trabalho muito diferente, antes de mais igualmente distribuído. Por exemplo, um indivíduo teria de trabalhar ao longo da vida 20 mil horas, que poderia repartir como entendesse, embora não pudesse ficar parado mais que certo período de tempo. Todavia, Gorz viria posteriormente a converter-se à incondicionalidade, por quatro razões: o tempo de trabalho vem deixando de ser a medida de valor, devido à desmaterialização do trabalho; por conseguinte, a distribuição do rendimento tem de se desvincular crescentemente do tempo de trabalho, do salário tende a passar-se para um rendimento social, determinado politicamente; o RMU seria a forma desta desvinculação que mais liberdade e autonomia traria aos indivíduos, ao retirar o tempo de formação, cuja importância tende a suplantar o próprio tempo de trabalho, do jugo empresarial; enfim, vincular o RM a trabalho voluntário, seja no terceiro sector (Offe, Rifkin) seja na esfera doméstica (Diane Elson), levaria ao absurdo de um trabalho voluntário forçado, que desvirtuaria a essência do voluntariado (Gorz, 1999).

Activismos

O activismo em torno do RMU tem sido sobretudo um activismo de ideias, com a BIEN como protagonista principal. A *Basic Income European Network*, a partir de 2004 *Basic Income Earth Network*, é o principal fórum mundial de

discussão e promoção do RMU.6 Surgiu em 1986 da confluência de debates que haviam recuperado a ideia na Holanda, França, Reino Unido, Alemanha e Bélgica, e organiza desde então congressos bienais e boletins informativos regulares. A BIEN tem inspirado a formação de redes nacionais análogas, discriminadas na tabela abaixo.

Tabela 1:

Redes nacionais de defesa do RMU

País	Rede	Data de fundação
África do Sul	Basic Income Grant Coalition	2001
Alemanha	Netzwerk Grundeinkommen	Julho de 2004
Argentina	Red Argentina de Ingreso Ciudadano	Março de 2004
Áustria	Netzwerk Grundeinkommen und sozialer Zusammenhalt	Outubro de 2002
Brasil	Rede Brasileira de Renda Básica de Cidadania	Setembro de 2004
Dinamarca	Borgerønsbevægelsen	Janeiro de 2000
Espanha	Red Renta Básica	Fevereiro de 2001
EUA	US Basic Income Guarantee Network	Dezembro de 1999
Holanda	Vereiniging Basinkomen	Outubro de 1987
Irlanda	BIEN Ireland	Março de 1995
Namíbia	BIG Coalition Namibia	Abril de 2005
Reino Unido	Citizen's Income Trust	1984
Suíça	BIEN Switzerland	Setembro de 2002

Fontes: Suplicy, 2006, p. 70-78; www.big.org.za; **www.bignam.org**.

O proselitismo estimulado pela BIEN tem dado os seus frutos não só nos países centrais, onde se concentra a maior parte dos fundadores e figuras cimeiras, mas também na periferia. Na África do Sul e Namíbia, o RMU conta com redes empenhadas que podem ter algo a ensinar aos seus congéneres centrais em abrangência social, no estabelecimento de pontes com outras causas. A título de exemplo, a BIG Coalition da África do Sul conta nas suas fileiras com a maior central sindical do país, a COSATU, com ONGs diversas (South African NGO Coalition, Gender Advocacy Programme, Community Law Centre, entre outros), com organizações religiosas (South African Council of Churches, Southern African Catholic Bishops' Conference). A rede da Namíbia apresenta uma composição semelhante: National Union of Namibian Workers, Namibian NGO Forum, Council of Churches in Namibia.7

O Brasil constitui outro exemplo de influência além-centro do RMU. Aqui, mais que a vivacidade do activismo de base, parece contar o empenho de alguns políticos, sobretudo de Eduardo Suplicy, senador do PT e co-presidente da BIEN. O empenho de Suplicy na causa permitiu promulgar aquela que poderá tornar-se a primeira lei de RMU, a lei nº 10.835/2004. Dizemos poderá, porque a lei, embora se coloque como fim abrangeraà totalidade da população, por enquanto abrange apenas parte dela e deixa ao critério do poder político as modalidades do alargamento. Em suma, por enquanto ainda não vai muito além dos esquemas selectivos de protecção, e tão pouco a universalização é certa. Será interessante seguir o seu curso.8

Entretanto, discretamente, existe há vários anos uma experiência prática, embora modesta, de RMU no mundo, no remoto estado americano do Alasca. Desde 1982 que o *Alaska Permanent Fund* distribui um dividendo da exploração dos seus recursos naturais por toda a população. O seu valor atingiu no ano de 2000 um pico de 2 mil dólares anuais por habitante. Este montante, como se vê, não chega para garantir a subsistência e abrir horizontes radicalmente novos, mas bastou mesmo assim para fazer do Alasca o estado mais igualitário do EUA (Vanderborght e Van Parijs, 2006).

Uma via para a emancipação?

Pode o RMU ser uma via para a emancipação? Não ousamos mais que uma abordagem especulativa. Partindo da tese de Santos (2003) da pluralidade de agendas como riqueza constitutiva do cosmopolitismo subalterno, e deste como o agente emancipatório existente, indagaremos o seu carácter enquanto legalidade cosmopolita, a sua utilidade no âmbito dessa pluralidade, e os dilemas que se vislumbram no seu curso futuro. Antes disso, porém, tentaremos enquadrar esta proposta no quadro conceptual de Boaventura de Sousa Santos.

Para Santos (2003), a crise do contrato social moderno, estimulada pela globalização neoliberal, está a gerar nova exclusão tanto por via pré-contratualista (exclusão na periferia daqueles que tinham expectativas de aceder ao contrato social) como pós-contratualista (marginalização no centro daqueles que estavam incluídos no contrato social numa posição subalterna, a chamada sociedade civil estranha), sendo o maior perigo a emergência de uma nova forma de fascismo, o fascismo social. Face a tal espectro, o cosmopolitismo subalterno, ou cosmopolitismo dos oprimidos, seria a força contra-

6 Ver http://www.etes.ucl.ac.be/BIEN/Index.html.
7 Ver www.big.org.za e www.bignam.org.
8 Ver a este respeito Suplicy (2006).

hegemónica que poderia fazer-lhe face, uma espécie de reencarnação pós-moderna do velho proletariado. O cosmopolitismo subalterno, exemplificado pelos zapatistas mexicanos, distinguir-se-ia dos seus antepassados históricos por identificar múltiplas formas de opressão, e daí múltiplos agentes emancipatórios, sem reduzir tudo à classe trabalhadora; por reconhecer na diferença um valor tão importante como a igualdade (direito a ser igual quando a diferença inferioriza e a ser diferente quando a igualdade descaracteriza); por não fazer da tomada do poder estatal o seu alfa e ómega; e por usar de um certo relativismo e humildade histórica e estratégica, fugindo a teleologismos evolucionistas e empenhando-se num trabalho de tradução entre as diversas agendas e agentes emancipatórios, irredutíveis entre si.

Desta caracterização, Santos parte para a identificação de uma legalidade cosmopolita, isto é, das manifestações político-jurídicas do cosmopolitismo subalterno em várias esferas – política, economia, trabalho, direitos humanos, entre outros. O RMU é referido a par do orçamento participativo e da ideia de fiscalidade participativa como uma manifestação de legalidade cosmopolita com potencial para a reconfiguração do Estado enquanto novíssimo movimento socia: "constitui um poderoso mecanismo de inclusão social e abre o caminho ao exercício efectivo dos restantes direitos de cidadania", e as lutas por ele "são lutas cosmopolitas, na medida em que a sua lógica consiste em fixar benefícios económicos não dependentes dos altos e baixos da economia, e, como tal, não são meras respostas à acumulação de capital" (Santos, 2003: 67).

O RMU surge-nos sem dúvida como produto e resposta à crise do contrato social que se desenrola de há três décadas a esta parte. Consideramo-lo tendencialmente – a asserção é tão nossa quanto discutível – uma resposta do Centro e uma resposta moderna. Do Centro, pois emerge enquanto ideia no seio de Estados-providência consolidados, mesmo que expostos a ataques, que permitem concebê-lo como um novo passo num caminho de desvinculação rendimento-trabalho com passado de décadas, constituindo uma superação mais atraente dos impasses daí decorrentes que a regressão histórica simples atribuída às propostas neoliberais de desmantelamento, enquanto na periferia a construção de um Estado-providência "clássico" já seria uma conquista. O RMU seria a resposta ao espectro da "sociedade dos dois terços" – onde a produtividade pós-fordista atinge tais cumes que já não há trabalho que inclua duradouramente 1/3 da população no contrato social – num mundo que em boa parte *sequer se deu ao luxo* de o ser. Moderna, pois centra-se entre tantas desigualdades existentes (racial, étnica, sexual, cognitiva, ambiental) naquela porventura mais velha e reconhecida no cânone moderno, a desigualdade económica, coloca o campo final de batalha no Estado e traz no próprio nome o universalismo abstracto da modernidade.

A nosso ver, o carácter essencialmente central e moderno da génese do RMU não limita o seu potencial emancipatório, mas recomenda um olhar para as suas forças e fraquezas internas.

Tal olhar pode começar pela mobilização em torno do RMU, pela sua constituição enquanto sujeito colectivo. Até aqui, têm sido quadros intelectuais e políticos os grandes protagonistas, organizados em redes, das quais a BIEN é o nó central. Será isto um movimento social? Certamente que acções directas de rua não constituem o seu repertório principal. A resposta implicaria não só um estudo de terreno como em última análise uma concepção de agência política, um imenso debate por si só, que não cabe aqui aprofundar. Arriscaríamos no entanto afirmar que o trabalho de tradução seria particularmente útil neste domínio. O RMU surge no cabo deste trabalho, à luz do material analisado, como uma proposta ainda muito confinada a certa *intelligentsia*, sem extravasar suficientemente mesmo para os movimentos que mais claramente teriam a ganhar com ela, como o feminismo ou a ecologia. A articulação com o sindicalismo, mais complexa devido à ambiguidade deste face a valores como o trabalho, seria ainda mais crucial. Os exemplos da África do Sul e Namíbia mereceriam atenção.

A ambiguidade política constitui outra tensão interna que colocará certamente bifurcações no percurso do RMU. O RMU será uma alternativa ao capitalismo ou uma alternativa dentro do capitalismo? Identificámos neste trabalho uma moderação progressiva de discurso: de via capitalista para o comunismo, o RMU transformou-se para Van Parijs em via capitalista para a justiça global, de montantes acima da subsistência foi descendo para montantes próximo ou abaixo da subsistência. Dir-se-ia que há uma social-democratização do RMU, que arrisca quiçá redundar em *terceiras vias*, embora não tenham desaparecido perspectivas radicais (Olin Wright). A questão do valor da prestação e da articulação com as restantes políticas sociais é, como bem viu Gorz, decisiva. Se o RMU não aumentar a redistribuição social, é uma medida inócua e até perigosa, pois poderia encobrir sob um manto progressista um desmantelamento real da redistribuição existente (versão liberal). Mesmo que aumente a redistribuição, pode fazê-lo numa medida tão ténue que em nada se diferenciaria do Estado-providência tradicional, o que parece ser o caso no Alasca. A questão só se torna verdadeiramente intrigante e complexa na versão mais radical – RMU alto, acima do nível de subsistência, permitindo abdicar do trabalho. Aí a problematização original de Van Parijs mantém-se pertinente: a lógica de um RMU em última análise exigiria e constituiria uma alternativa ao capitalismo.

Estas considerações ajudam também a problematizar o potencial de territorialização do RMU. Que margem de manobra existe na periferia? Tem-se visto que em termos subjectivos a margem de manobra existe e é significativa. O exemplo mais relevante é o facto de a primeira lei nacional de RMU haver sido introduzida no Brasil, na semiperiferia do sistema mundial. Mas neste caso o montante é baixo e a universalidade é a prazo; por enquanto, o rendimento dito universal aplica-se apenas a uma parte da população, no que não vai mais longe que os programas de rendimento mínimo garantido comuns na Europa. Em todo o caso, será interessante verificar o curso futuro desta lei.

No Centro, onde a margem de manobra material é maior, as questões a colocar seriam diferentes. Um RMU baixo poderia servir fins tão pouco emancipatórios como manter um sector nativo de salários baixos, constituindo uma forma de proteccionismo estatal face a mão de obra estrangeira – uma possibilidade que talvez não desagradasse a alguns sindicatos. Fora tais perversões do espírito da proposta, um RMU alto, "emancipatório", colocaria sob enorme pressão económica e

migratória o país que o implantasse. Seria viável um RMU num só país? Dificilmente. Sê-lo-ia porventura a nível de um bloco regional com meios materiais e capacidade de controlo migratório, como a União Europeia. Mesmo circunscrito a um punhado de países próperos, um RMU alto poderia ser um poderoso desbloqueador e catapulta de lutas emancipatórias no Centro e alhures.

A nosso ver, a própria questão da tomada do poder estatal enquanto possibilidade emancipatória reaparece hoje timidamente na agenda, com a irrupção na América latina de governos declaradamente contra-hegemónicos, de que é exemplo sonante a Venezuela, onde Hugo Chávez proclamou o desígnio de construir um socialismo do séc. XXI. Seria interessante revisitar as teses sobre o cosmopolitismo subalterno, nomeadamente no capítulo das relações com o poder estatal, à luz destes desenvolvimentos. À primeira vista, para uma proposta tão vinculada à necessidade de poder estatal como o RMU, tais irrupções adivinhar-se-iam promissoras. É por isso intrigante observar que nem o RMU parece estar na ordem do dia na Venezuela, Bolívia, etc., nem os seus proponentes parecem manifestar especial atenção ao que ali se vai desenrolando – não se encontra nas newsletters da BIEN mais que referências pontuais. É uma estranheza mútua que interessaria compreender em estudos futuros.

Bibliografia

Ackerman, B., Alstott, A., & Van Parijs, P. (orgs.) (2005). *Redesigning Distribution: Basic Income and Stakeholder Grants as Cornerstones for an Egalitarian Society*. Londres/Nova Iorque: Verso.

Cohen, J., Rogers, J., & Van Parijs, P. (2001). *What's Wrong with a Free Lunch?* Boston: Beacon Press.

Dowding, K., de Wispelaere, J. & White, S. (orgs.) (2003). *The Ethics of Stakeholding*. Basingstoke: Palgrave MacMillan.

Gorz, A. (1999 [1997]). *Reclaming Work: Beyond the Wage-Based Society*. Cambridge: Polity Press.

Groot, L., & Veen, R. van der (orgs.) (2000). *Basic Income on the Agenda: Policy Objectives and Political Chances*. Amsterdão: Amsterdam University Press.

Passet, R. (2002 [2000]). *A Ilusão Neoliberal: O homem é joguete ou actor da história*? Lisboa: Terramar.

Santos, B. S. (2003). Poderá o Direito ser emancipatório? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 65, 3-75.

White, S. (2008) "Social Minimum" in *Stanford Encyclopedia of Philosophy*. http://plato.stanford.edu/entries/social-minimum (consultado a 30 de Outubro de 2008)

Standing, G. (org.) (2005) *Promoting Income Security as a Right: Europe and America*. Anthem Press.

Suplicy, E. (2006) *Renda Básica de Cidadania: A Resposta dada pelo Vento*. Porto Alegre: L&PM.

Van der Veen, Robert e Van Parijs, Philipe (2006) "A Capitalist Road to Communism", *Basic Income Studies*, 1(1).

Veen, R. van der, & Van Parijs, P. (2006) A Capitalist Road to Global Justice: Reply to Another Six Critics. *Basic Income Studies*, 1(1).

Vanderborght, Y. & Van Parijs, P. (2006 [2005]). *Renda Básica de Cidadania. Argumentos éticos e económicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Van Parijs, P. (org.) (1992). *Arguing for Basic Income: Ethical Foundations for a Radical Reform*. Londres/Nova Iorque: Verso.

Van Parijs, P. (1995) *Real Freedom for All. What (if anything) can justify Capitalism?* Oxford: Oxford University Press.

Van Parijs, P. (2001) *What´s Wrong With a Free Lunch?* Boston: Beaton Press.

Widerquist, K., Lewis, M.A. & Pressman, S. (orgs.) (2005) *The Ethics and Economics of the Basic Income Guarantee*. Aldershot: Ashgate.

Caracterização dos assentamentos rurais da região de Andradina, São Paulo, Brasil.

António Lázaro Sant'ana
UNESP
lazaro@agr.feis.unesp.br
Maria Aparecida Anselmo Tarsitano
UNESP
maat@agr.feis.unesp.br

Resumo: A região de Andradina, noroeste do Estado de São Paulo, Brasil, mantém uma estrutura fundiária fortemente concentrada, o que têm motivado a atuação de grupos sociais que lutam pela terra e a instalação de um grande número de assentamentos rurais, especialmente nos últimos anos. Este artigo teve como base pesquisas realizadas em oito assentamentos mais antigos da região e que buscaram caracterizar as famílias, suas estratégias de produção e de comercialização e algumas políticas públicas dirigidas ao campo. Foram aplicados questionários a 169 produtores e 20 grupos formais e informais; e posteriormente realizadas 80 entrevistas gravadas com produtores e 21 com técnicos de extensão rural e outros atores públicos e privados que se relacionam com os assentamentos. Constatou-se que a maioria dos assentados é originária da região, trabalhavam como empregados em atividades agropecuárias e apresentam baixo grau de escolaridade. O sistema de produção predominante é a pecuária de leite, com baixa produtividade, associada às atividades de subsistência; mas parte das famílias tem adotado estratégias diferenciadas de produção e comercialização, como a venda direta ao consumidor. O número de técnicos da extensão rural é considerado insuficiente e as divergências de avaliação dos produtores em relação ao trabalho dos técnicos indicam que a

atuação dos mesmos tem sido desigual. Os depoimentos dos produtores sobre o significado da conquista da terra mostram que a maioria considera que houve melhoria em sua qualidade de vida, tanto do ponto de vista objetivo, como subjetivo.
Palavras-chave: estratégias; produção e comercialização; assentamentos rurais; políticas públicas; São Paulo (Brasil)

1. Introdução

Neste texto são analisados os dados de duas pesquisas realizadas em oito assentamentos da região de Andradina (SP) sobre experiências de produção e de comercialização que têm proporcionado o aumento da renda e/ou de outros fatores que, na percepção dos produtores, resultaram na melhoria de seu bem estar e contribuíram para a construção de seus projetos de vida. O presente artigo realiza uma caracterização geral das famílias, da produção e da comercialização dos assentados e analisa as principais estratégias adotadas pelos produtores e suas relações com algumas políticas públicas.

2. Assentamentos Rurais no Brasil

No Brasil, embora nunca tenha ocorrido uma mudança expressiva na estrutura fundiária que possa ser denominada de reforma agrária, a partir dos anos oitenta do século passado, com a restauração da democracia política intensificou-se e renovou-se a luta pela terra, surgindo, em todo país, centenas acampamentos de famílias que ocupavam fazendas improdutivas e que, posteriormente, se constituíram em assentamentos rurais.

Bergamasco e Norder (1996) definem os assentamentos rurais como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais que visam o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária.

No Brasil, os assentamentos possuem múltiplas origens:

a) projetos de colonização, formulados durante o regime militar, a partir dos anos 70, visando a ocupação de áreas devolutas e a expansão da fronteira agrícola;

b) reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas;

c) planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória;

d) programas de reforma agrária, via desapropriação por interesse social, com base no Estatuto da Terra (de 1964) e na Constituição de 1988; e) a criação de reservas extrativistas para seringueiros da região amazônica e outras atividades relacionadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis (BERGAMASCO e NORDER, 1996).

A retomada da luta pela terra, com o apoio de várias entidades da sociedade civil, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi promovida por diversas categorias de produtores e trabalhadores rurais que mais tarde se organizaram em torno de uma entidade de abrangência nacional, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terras (MST). Em alguns Estados, após a posse dos governadores, eleitos por voto direto, em 1983, criou-se também, espaço para manifestação e articulação dos setores pró-reforma. A combinação destas ações e o fortalecimento do movimento, no contexto das reivindicações pelas eleições diretas para presidente da república, resultou na desapropriação de diversas áreas para a constituição de assentamentos de reforma agrária, principalmente nos primeiros anos do Governo Sarney (1985-90).

Os setores conservadores, compostos por grandes latinfundiarios e liderados pela União Democrática Ruralista (UDR), reagiram com violência, o que resultou em milhares de conflitos e centenas de mortes de trabalhadores, especialmente de suas lideranças, durante a segunda metade da década de 80. No campo institucional investiram contra a proposta contida na versão inicial do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), conseguindo mudar substancialmente seu conteúdo. Triunfaram também na Constituinte de 1988 - ao aprovarem um texto que impedia a efetivação de um processo amplo de reforma agrária - e consolidaram a vitória com a eleição de um presidente conservador em 1989 (Collor), que suspendeu todas as desapropriações para fins de reforma agrária.

Na década de 90, no entanto, após o afastamento de Collor, acusado de corupção, e a eleição de Fernando Henrique Cardoso, os movimentos de luta pela terra ganharam força novamente e intensificou-se a criação de assentamentos rurais, gerando mudanças importantes em algumas regiões específicas, como o Pontal de Paranapanema, no Estado de São Paulo, e a Zona Canavieira do Nordeste1.

Apesar da conjuntura política mais favorável, um aspecto que deve ser destacado é que os assentamentos resultam de mobilizações e lutas empreendidas pelos movimentos sociais, ou seja, não foram constituídos em função de uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural. Leite et al. (2004), em pesquisa que abrangeu 92 projetos distribuídos pelas cinco grandes regiões do país2, constatou que 96% dos assentamentos implantados nasceram de algum tipo de conflito em torno da terra, e apenas 10% das desapropriações foram requeridas por iniciativa do Incra (Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária).

---

1 De acordo com Leite et al. (2004), até 1990, os projetos de assentamento existentes no Brasil totalizaram 876 núcleos e, a partir de 1995, houve uma intensificação na implantação de projetos e estes totalizaram 4.373 assentamentos rurais em 1999, reunindo uma população de 503.442 famílias em quase 24 milhões de hectares. O Incra registra que até 2007 um total de 7.945 projetos implantados que ocupam uma área de mais de 77,4 milhões de hectares. Entre 1995 e 2006 menciona que foram assentadas de 973.560 famílias (INCRA, 2008). Ferreira (2005), no entanto, mostra uma defasagem entre a capacidade total dos assentamentos e o número de famílias efetivamente assentadas, pois segundo dados do Sistema Sipra/Incra, referentes a maio de 2005, apenas 71,2% do total de lotes disponíveis estavam com famílias regularmente assentadas.

2 As regiões pesquisadas, denominadas manchas, por concentrarem grande número de assentamentos foram o entorno do DF – GO e MG; o sertão do Ceará; o sudeste do Pará; o este de Santa Catarina; sul da Bahia e zona canavieira do NE (AL, PB e PE), totalizando 39 municípios.

Durante todo este período, além de controvérsias sobre a quantidade de famílias assentadas, seja entre os dados de diferentes governos, seja entre estatísticas oficiais e as dos movimentos sociais e mediadores, persistiram questionamentos sobre a própria pertinência de se criar novas unidades familiares, em um contexto de liberalização comercial e acirramento da concorrência dos produtos agrícolas. No período recente, em função de grande parte dos projetos terem sido implantados em áreas com restrições à produção agropecuária e/ou com problemas de infra-estrutura, crédito e assistência técnica, surgiram novas questões, como as análises sobre a *qualidade* (SPAROVEK, 2003) e os impactos dos assentamentos (LEITE et al., 2004; MEDEIROS e LEITE,2004), para as regiões onde estavam sendo implantados e para a qualidade de vida das famílias assentadas. Estes estudos, embora tenham utilizado concepções teóricas e metodológicas diferentes, constataram que os assentamentos resultaram em melhorias das condições de vida das famílias, tanto do ponto de vista objetivo (alimentação, moradia), como em termos subjetivos (elevação da auto-estima e da satisfação pessoal) e, na maioria dos casos, foram importantes para a dinamização econômica e social dos municípios/região.

Em relação às condições em que as famílias foram instaladas Leite et al. (2004) constatou que em termos de infra-estrutura há limitações para o desenvolvimento dos projetos: embora cerca de três quartos das famílias tenham recebido os créditos (fomento, alimentação e habitação) indispensáveis para permitir sua inserção social, econômica e produtiva, a liberação dos recursos demorou em média de 4 a 5 anos após a entrada das famílias na área. Além disso, o baixo índice de assistência técnica regular vinha comprometendo a produtividade das culturas. Heredia et al. (2002), com base na mesma pesquisa coordenada por Sérgio Leite, mostra que em 22% dos projetos (no caso de lotes este percentual é seguramente maior) pesquisados não havia disponibilidade de energia elétrica, 77% das escolas tinham classe multi-seriada3; 46% dos lotes enfrentavam problemas com a água (falta ou baixa qualidade) e somente em 18% dos assentamentos todos os lotes são acessíveis o ano todo, o que comprometia o escoamento da produção.

Ferreira (2005), com base em dados do Incra, confirma esta situação de precariedade dos assentamentos: três de cada quatro projetos ainda dependem de providências essenciais para sua consolidação, muito embora tenham sido criados há vários anos.

Apesar dessas deficiências, em 42% dos assentamentos pesquisados por Leite et al. (2004) a produtividade é superior à média municipal (para um produto significativo para aquele assentamento); em 10% igual à média; e 48% apresentam menor produtividade do que a média dos estabelecimentos do município.

No entanto, a análise dos assentamentos não deve se limitar aos aspectos monetários da produção, precisa abranger as dimensões econômicas, sócio-culturais e ambientais, e só faz sentido quando precedida de investimentos públicos que dotem estes projetos de infra-estrutura adequada para cada local, o que envolve não só a construção e manutenção de estradas, o aporte de equipamentos para produção e o armazenamento, mas também habitação, escolas, postos de saúde e infra-estrutura ligada ao lazer e à cultura. Todo este processo deve envolver ainda a participação da população, pois como afirmam Bergamasco e Ferrante (1998) os assentamentos apresentam uma realidade complexa e dinâmica, em constantes mutações, onde diferentes projetos são construídos e expectativas geradas, estratégias familiares são redefinidas em inter-relação a uma série de fatores ligados ao contexto regional, às políticas públicas, à organização interna, aos mediadores e aos recursos naturais; fatores estes nem sempre passíveis de mensuração.

3. METODOLOGIA E TÉCNICAS DA PESQUISA

Buscou-se analisar as condições concretas de trabalho e de vida das famílias, como base na categoria estratégias (BOURDIEU, 1990; 1994), pois esta permite interpretar as relações entre os projetos/ações dos produtores e o contexto envolvente, particularmente as formas de atuação da assistência técnica e de outras políticas públicas ou ações privadas que podem ter influenciado o desempenho das experiências de produção e/ou comercialização enfocadas.

A região de Andradina, no noroeste do Estado de São Paulo, apesar da estrutura fundiária extremamente concentrada, até a década de noventa apresentava um número relativamente pequeno de assentamentos rurais: no total eram 11 projetos e 938 famílias assentadas.

No início desta década, o Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo)4, por meio de um convênio com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), realizou um grande número de vistorias em propriedades da região que estavam sendo denunciadas pelos movimentos sociais, como suspeitas de apresentar índices de produção e produtividade muito abaixo da média e, portanto, não estariam cumprindo sua função social determinada na Constituição. A partir dessas vistorias foram identificadas cerca de trinta propriedades que apresentavam índices de ocupação da terra (Grau de Utilização das Terras - GUT) e de produtividade (Grau de Eficiência na Exploração - GEE) abaixo de 50% dos valores necessários para que um imóvel seja considerado produtivo. Os movimentos sociais rurais, ao tomarem conhecimento destes resultados, promoveram vários acampamentos em frente a estas fazendas para pressionar o governo a realizar a desapropriação dos imóveis por interesse social e destiná-los à criação de novos assentamentos. Esta estratégia, na maioria dos casos, foi vitoriosa e resultou na instalação de um grande número de novos assentamentos rurais. Em 2008 há na região 33 assentamentos, com aproximadamente 2.500 famílias assentadas.

3 Denomina-se classe multi-seriada quando um mesmo professor(a) ministra aulas para diferentes séries ao mesmo tempo e, via de regra, em um mesmo espaço físico.

4 No Estado de São Paulo o Itesp é o órgão estadual responsável pela assistência técnica e extensão rural nos assentamentos. Até a época da pesquisa, em 2006, o quadro de funcionários do Incra era bastante reduzido e a maior parte dos projetos na região eram acompanhados pelo Itesp.

No presente estudo, iniciado em 2004, o foco de investigação foi os assentamentos acompanhados pelo Grupo de Trabalho de Campo (GTC) de Andradina do Itesp5. Com base nos objetivos do trabalho, foram excluídos dois assentamentos de implantação mais recente na época (São Joaquim e Terra Livre), e o Primavera, mais antigo, por ter se descaracterizado parcialmente6. Dentre os oito projetos restantes, quatro foram estudados no âmbito de uma pesquisa financiada pela Fapesp (Timboré; Esmeralda; Orlando Molina e São José II) e os outros quatro por meio de uma pesquisa financiada pelo CNPq (Anhumas; Aroeira; Belo Monte e Rio Paraná). As pesquisas adotaram metodologias semelhantes, a única diferença é que no caso da Fapesp as famílias pesquisadas representam de 20 a 30% do total de cada assentamento (mais de 100 famílias, 20%; 50-100 famílias, 25%; < 50 famílias 30%); enquanto na pesquisa CNPq foram pesquisados 30% das famílias de cada assentamento. No total foram realizados levantamentos/entrevistas/pesquisas junto a 169 produtores, durante os anos 2005 e 2006 (Tabela 1).

O tamanho dos lotes não foi uma variável considerada, pois não há uma variação muito significativa da área predominante, situando-se entre 14 e 17 hectares.

Para a definição das famílias pesquisadas na primeira fase (aplicação de questionários) solicitou-se ao técnico do Itesp responsável pela assistência técnica em cada um dos assentamentos, uma lista de famílias que vinham desenvolvendo alguma atividade produtiva; residiam há pelo menos três anos na área e que não tinham irregularidade grave junto ao Incra (abandono do lote ou arrendamento para pessoas externas ao assentamento). A partir destas listas (maiores do que o número de famílias que deveriam responder o questionário) procedeu-se à pesquisa em cada um dos assentamentos, procurando contemplar as diferentes atividades existentes e, atendido este critério, a escolha foi realizada de forma aleatória.

Tabela 1:

Características gerais dos assentamentos pesquisados.

Assentamento / Município	**Área Total (ha)**	**Famílias Total (no)**	**Famílias Pesquisadas (no)**
Anhumas (Castilho)	1.350,9	63	20
Aroeira (Guaraçaí)	873,3	40	12
Belo Monte (Andradina)	1.588,0	74	22
Rio Paraná (Castilho)	2.208,7	92	28
Esmeralda (Pereira Barreto)	2.096,3	85	21
Orlando Molina (Murutinga do Sul)	1.511,9	77	19
São José II (Guaraçaí)	877,6	39	12
Timboré (Andradina/Castilho)	3.364,7	176	35
Total	13.871,4	646	169

No caso dos presidentes de cooperativas e associações e representantes de outros grupos formais e informais dos assentamentos pesquisados (total de 20 grupos) foi aplicado um questionário específico.

Também foram realizadas entrevistas com agentes envolvidos direta ou indiretamente com os assentamentos, como os técnicos do Itesp que trabalham em cada um dos assentamentos pesquisados; os gerentes regionais do Itesp, do Incra e da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral); representantes de empresas, presidentes de sindicatos, dentre outros. O objetivo geral destas entrevistas foi avaliar o trabalho de assistência técnica e extensão rural, as políticas públicas dirigidas às famílias assentadas e avaliar as condições locais de cada município.

Após tabulação e análise dos dados dos questionários foram escolhidas diferentes experiências em termos de atividades produtivas, formas de comercialização e geração de renda e entrevistadas (depoimento gravado) 80 famílias dentre os produtores que responderam ao questionário (47,3% do total). O objetivo das entrevistas foi aprofundar a compreensão das estratégias adotadas pelas famílias, no que diz respeito aos sistemas de produção e de comercialização.

Os dados apresentados a seguir, na forma de figuras, tabelas e percentuais referem-se sempre ao universo das 169 famílias pesquisadas. A discussão dos dados e os depoimentos apóiam-se também nas entrevistas realizadas com os produtores e técnicos e no questionário aplicado junto aos grupos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Características das famílias pesquisadas

A análise da faixa etária dos responsáveis pelo lote7 indicou que 57,5% dos homens e 2/3 das mulheres possuem de 40 a 60 anos. Há um maior percentual de mulheres do que homens na faixa até 30 anos, de 41 a 50 e de 51 a 60 anos, enquanto na faixa acima de 60 anos o percentual de homens é de 23,8% e o das mulheres apenas 11,4%. A média de número de filhos(as) com mais de 14 anos que moram no lote é inferior a um e há predominância de homens (57% do total).

5 O GTC de Andradina, juntamente com o GTC de Promissão, faz parte da Coordenação Regional VI - Noroeste cuja sede também é em Andradina.

6 Dentre os assentamentos não pesquisados, o Primavera tem 210 famílias, enquanto o São Joaquim e o Terra Livre têm 41 famílias cada um. No caso do Primavera, criado em 1981, as famílias receberam o título definitivo dos lotes, o que resultou na venda de parte ou da totalidade de vários lotes para terceiros que transformaram essas áreas em sítios/chácaras de recreio.

7 No total são 160 homens e 166 mulheres. A diferença deve-se ao fato de que em alguns casos não há um cônjuge.

Não há diferenças significativas em relação ao grau de escolaridade do casal responsável pelo lote. As mulheres estudaram um pouco mais do que os homens: enquanto 37,4% das mulheres declararam ter estudado além da 4ª série do ensino fundamental; entre os homens somente 27,5% fez o mesmo. No entanto, o percentual de mulheres analfabetas é um pouco maior do que o de homens, devido possivelmente às diferenças entre gerações: enquanto as mulheres mais velhas tiveram poucas oportunidades de acesso à escola, as mais jovens tendem a estudar mais do que os homens, como forma de se preparar para assumir outras profissões, como constatou Silvestro et al. (2001), em trabalho que analisa os produtores do Oeste Catarinense.

A análise do grau de escolaridade dos filhos(as) maiores de 14 anos (incluindo os casados) que moram no lote, indica modificações importantes de uma geração à outra. Do total de 153 pessoas nesta condição8 nos oito assentamentos, 69,9% estão cursando ou concluíram o ensino médio. Na geração anterior havia um gargalo após o primeiro ciclo do ensino fundamental, enquanto para a geração dos filhos é o acesso ao ensino superior que ainda é muito restrito dentre aqueles que permanecem no lote (se fossem considerados todos os filhos, o percentual de acesso seria um pouco maior, mas não modificaria esta tendência): somente 11 pessoas (7,2%) cursaram ou estão cursando uma faculdade.

Por outro lado, o maior grau de escolaridade dos filhos aumenta a possibilidade de sucesso na busca de um emprego fora do assentamento e conseqüente abandono (ao menos parcial) das atividades agrícolas por parte dos jovens.

Este quadro de idade relativamente avançada de parte significativa dos assentados e poucos filhos morando com a família traz algumas limitações no tipo de atividade que são desenvolvidas e no grau de diversificação adotado no lote. Há uma espécie de círculo vicioso em que a insuficiência de renda leva os jovens a buscar alternativas de trabalho fora do assentamento e esta mesma saída dos jovens limita ainda mais as atividades produtivas do estabelecimento, pois além da falta de mão-de-obra, a experiência dos pais na agricultura muitas vezes é insuficiente para conduzir de forma adequada novas atividades.

Apenas no Assentamento Timboré mais da metade dos produtores também exerceram atividades não-agrícolas antes de entrarem na terra (o produtor podia apontar mais de um tipo de experiência anterior), no entanto, em todos os assentamentos, incluindo o Timboré, mais de 70% dos titulares de lote teve algum tipo de experiência anterior de trabalho agrícola (em alguns casos, porém, haviam permanecido um grande lapso de tempo exercendo outra atividade).

O detalhamento do tipo de experiência agrícola dos titulares de lote pesquisados nos permite afirmar que os assentamentos, além dos aspectos produtivos, têm cumprido uma importante função de inclusão social, pois as ocupações agrícolas anteriores com maior freqüência são de trabalhador rural diarista (bóia-fria) (29% do total) e de empregado rural mensalista (21,9%), a primeira extremamente precária e a última também sujeita à baixa remuneração. Além disso, a quase totalidade da experiência de trabalho não-agrícola (30,8% do total), está relacionada a atividades de baixa remuneração e/ou precárias, o que reforça essa constatação (SANT'ANA et al., 2007).

4.2. Características do lote e da produção das famílias pesquisadas

4.2.1. Infra-estrutura do lote

A grande maioria das famílias entrou no assentamento sem nenhum recurso, seja porque não dispunham de bens que pudessem ser vendidos e aplicados no lote ou porque após anos de acampamento esses recursos foram consumidos. Vários destacam que entraram apenas com a disposição em trabalhar na terra:

> Recurso era só a coragem que Deus me deu e a força de vontade, mas tinha vontade de conseguir né, como a gente tinha aquela vontade e Deus abençoou que abriu uma estrada e a gente chegou aqui, o recurso que eu trouxe aqui praticamente a coragem que Deus me deu e a saúde que tenho até hoje...(**DJP, Orlando Molina**)

Alguns produtores não tinham recursos em bens, mas um dos membros da família estava empregado, o que contribuiu para garantir a manutenção inicial e a realização de pequenos serviços. Produtores que possuíam bens reconhecem que estes foram importantes para iniciar o trabalho no lote e que esse fato leva a uma diferenciação significativa na evolução das famílias.

De modo geral, a infra-estrutura dos lotes pesquisados é precária, especialmente em relação aos equipamentos e benfeitorias destinadas à produção, pois foi necessário aplicar os créditos de investimento recebidos em bens que gerassem renda imediata. No caso da habitação, no entanto, cabe destacar que a quase totalidade (89,7%) dos assentados está morando em uma casa de alvenaria e, embora grande parte delas não esteja acabada, já possuem itens importantes como água encanada e sanitário interno à residência. Como os recursos destinados para a construção das casas pelo governo foram insuficientes, a maioria dos produtores aplicou também recursos próprios e/ou a autoconstrução para tornar a moradia habitável. A liberação de três mil reais de crédito habitação complementar pelo Incra durante o ano de 2005/06 deu um certo impulso na melhoria das moradias. O tamanho das casas tem uma amplitude de variação grande, de 42 a 300 metros quadrados, indicando diferentes padrões de vida e conforto. Essas residências mais amplas são de famílias que tinham alguns bens antes de entrar no lote ou que no período recente tem combinado rendas agrícolas do lote e outras rendas não-agrícolas.

4.2.2. Produção Animal e Vegetal

8 No total são 155 filhos que moram no lote, mas em dois casos não há informação sobre a escolaridade.

Em todos os assentamentos da região a pecuária leiteira é a principal atividade produtiva. Este predomínio quase absoluto se deve a uma conjugação de fatores que não são exclusivos dos assentamentos e nem mesmo da região, mas que tiveram algumas particularidades. Todos os assentamentos da região de Andradina, criados até o início desta década, tiveram um ciclo de plantio de culturas anuais, especialmente o milho, algodão e feijão, semeadas com o objetivo de comercializar a maior parte da produção. A área ocupada com estas culturas era muito expressiva, na década de 80 e início dos anos noventa, mas na segunda metade da década passada e início desta, ocorreu significativa redução da área plantada, devido às perdas de produção motivadas por mudanças climáticas, novas pragas e doenças, e à queda de rentabilidade em função dos baixos preços de mercado (SANT´ANA et al., 2007), como é enfatizado no depoimento de um dos assentados:

> A produção até que era boa, mas o preço não compensava, o pessoal para catar, o preço do saco da semente era mais ou menos o preço da arroba quando você ia vender na colheita, se pagasse hoje dezesseis reais no saco, quando se colhia este algodão você iria vender algodão a dezesseis reais a arroba...até 99, por aí, depois foi o contrário, pagava trinta o saco de semente e vendia a oito ou seis reais a arroba do algodão... O cara pedia para colher três e cinqüenta, quatro, cinco reais, para catar, então não compensava, foi todo mundo parando. (**VLS, Assentamento Timboré**)

No entanto, melhorias momentâneas de preço e a tradição de plantar culturas anuais levaram os produtores a investirem no algodão até a safra 2004/2005 e novamente arcarem com prejuízos:

> Voltei eu plantei dois seguidos, o ano atrasado e o ano retrasado. O ano atrasado eu ganhei um dinheirinho, fiz um poço [semi-artesiano] ali para ter uma aguinha aqui, aí no outro ano eu fui plantar, perdi cinco conto [cinco mil reais], eu tô fora de novo, eu não quero saber disso tão cedo não... (...) eu para ser sincero pra você, eu sou apaixonado pela roça, sou apaixonado, quando eu vejo que chove, eu fico doido, agoniado, se eu não plantar qualquer coisinha, eu não sossego, não fico contente...(**AC, Assentamento Timboré**)

Diante deste quadro, o Itesp e o Incra recomendaram a partir da década de noventa que os produtores aplicassem o crédito de investimento na pecuária leiteira (aquisição de matrizes e materiais para construção de cercas).

Por seu turno, os produtores consideram vantajosa a pecuária de leite, porque garante uma renda mensal, oferece poucos riscos de queda brusca da produção, tem uma oscilação de preços relativamente previsível e traz um ganho adicional com a venda dos bezerros.

No início desta década a exigência de granelização do leite (Instrução Normativa Nº 51, de 18/09/2002, do Ministério da Agricultura) colocou um novo desafio para os assentados. A granelização que em princípio foi apontada como um fator de exclusão do pequeno produtor, nos assentamentos rurais da região levou a criação de vários grupos informais e depois associações ou cooperativas em torno de tanques de expansão (que mantém resfriado o leite). Este processo originou-se de uma estratégia da agroindústria que exigia o resfriamento do leite e em contrapartida oferecia financiamento para aquisição dos tanques; os assentados ao atuarem de forma organizada conseguiram se beneficiar dos prêmios dados pelo volume de produção (já que cada cooperativa/associação era considerada um único fornecedor)9. Atualmente em quase todos os assentamentos há algum tipo organização (cooperativas ou associações) que realizam a comercialização do leite. A COAPAR (ligada ao MST) atua regionalmente e está presente em cinco dos assentamentos pesquisados. A maior parte do leite é repassado diretamente das organizações dos assentados para as agroindústrias (especialmente a Nestlé, mas também para agroindústrias menores como a Matilat e o Laticínio Tânia de Guaraçai).

O tamanho do rebanho bovino das famílias pesquisadas apresentou grande variação. Os produtores que possuem 21 e 40 cabeças de animais são a maior parte (44,4%); 30,9% possuem mais de 40 animais; já outros 24,7% possui no máximo 20 cabeças.

Vários produtores mencionaram com satisfação o fato de terem ampliado seu rebanho em relação aquele adquirido com recursos do Incra (na época do Procera ou, mais recentemente, do Pronaf Investimento), pois ter um número de animais disponíveis para venda também funciona como uma "poupança" para os produtores e lhes dão maior segurança para investir, tomar empréstimos ou mesmo para cobrir alguma despesa inesperada.

A média de produção diária de leite também variou bastante dentre as famílias pesquisadas: a faixa de 21 a 40 litros diários é a que abriga o maior percentual (29,2%) de produtores e se somados aos que produzem de 41 a 60 litros são 54,4% do total. Produção acima de 80 litros diários (média anual) é obtida por apenas 21,7% dos produtores e acima de 150 litros diários se restringe a 5% dos pesquisados.

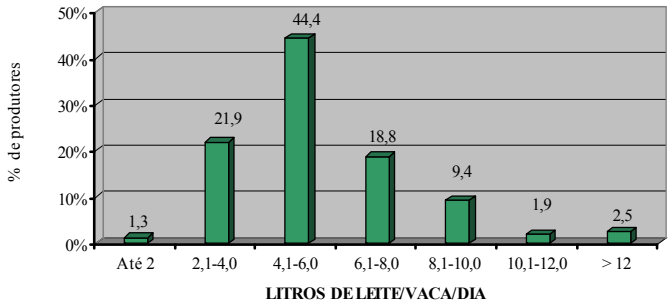
A maior parte (44,4%) dos produtores apresenta produtividade de 4,1 a 6,0 litros diários por vaca ordenhada (semelhante à média do Estado de São Paulo10), 18,8% de 6,0 a 8,0 litros/dia e somente 13,8% tem obtido produtividade média por vaca acima 8,0 litros/dia. Por outro lado, um percentual significativo dos produtores (23,2%) apresenta produtividade muito baixa, de até 4,0 litros/dia por vaca (Figura 01).

Figura 01:

9 O início deste processo no Assentamento Timboré pode ser visto em Simões (2001) e Sant´Ana et al. (2003).

10 Deve-se considerar, no entanto, que a média brasileira e do Estado de São Paulo é baixa quando comparada, por exemplo, aos estados do Sul do país que apresentaram produtividade média 60% maior do que a média brasileira (IBGE, 2007).

Distribuição percentual dos produtores pesquisados em função da produtividade do rebanho em litros de leite/dia por vaca ordenhada nos oito assentamentos (2005/2006).



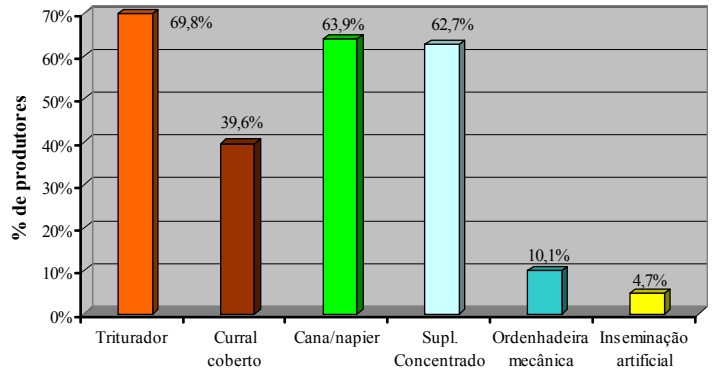
A Figura 02 traz alguns itens relativos à infra-estrutura e à utilização de fatores de produção da pecuária leiteira que permitem entender os resultados apresentados em termos de sazonalidade da produção e produtividade das matrizes.

Um curral com ao menos uma parte coberta é uma condição mínima para realizar a ordenha no período das chuvas, mas somente quatro de cada dez produtores pesquisados tem curral coberto. Em todos os assentamentos são exceções os casos de currais com piso impermeável.

Observa-se também, na Figura 02, que as culturas da cana-de-açúcar e/ou napier que são essenciais para produzir forragem e fornecer no cocho, especialmente no longo período seco que ocorre na região, estão presentes em menos de dois terços dos lotes pesquisados, embora um percentual um pouco maior de produtores tenha triturador (69,8%).

Figura 02

Percentual de produtores de acordo com a disponibilidade de itens relativos à infra-estrutura do lote e à utilização de alguns fatores de produção da pecuária leiteira, dentre os pesquisados nos oito assentamentos.



Fonte: Dados da pesquisa, 2005.

A ração concentrada (protéica ou energética) é fornecida por 62,7%,dos produtores, mas como o custo da ração é alto e a produtividade por matriz relativamente baixa, a maioria dos produtores fornece este suplemento em quantidade insuficiente e, além disso, não contam com um alimento volumoso de qualidade no período seco. A compra de volumoso, mesmo aqueles de baixa qualidade como o "briquete" (casca de algodão), e ração concentrada eleva muito o custo de produção e há casos em que os produtores compram a ração concentrada somente quando os animais estão debilitados, tentando evitar a perda da rês.

Os produtores que utlizam ordenhadeiras mecânicas (10,1%) são aqueles que possuem um volume maior de produção ou que tem alguma dificuldade de mão-de-obra para realizar a ordenha. Já a inseminação artificial é realizada por apenas 4,7% do total de produtores pesquisados, pois os produtores não têm recursos para adquirir os equipamentos necessários de forma individual ou capacitação técnica para executar a prática e nem estão organizados para realizar em grupo. Também são exceções os municípios que oferecem este serviço e muitas vezes é descontínuo ou ineficiente.

A Tabela 2 traz as principais culturas plantadas pelos produtores pesquisados. A área com braquiária (*Brachiaria sp.)* de 1293,2ha mostra a magnitude que a pecuária (de leite) ganhou nos assentamentos da região. Quando esta área é somada a outras pastagens do gênero *Panicum* (como o colonião, o tanzânia e o mombassa) atinge quase 1500ha. Além das pastagens há também a cana forrageira presente em 97 lotes e ocupando 104ha e o *capim napier* (*Pennisetum purpureum Schum. cv. Napier*) cultivado em 43 lotes (31,2ha), que são triturados e fornecidos no cocho para o gado no período seco.

Em relação às culturas anuais (safra 2005/2006) a mais expressiva é o milho, que devido a sua grande versatilidade, integrou-se ao sistema de produção da pecuária de leite e é semeada por 102 produtores, em uma área de 310,1ha. Em seguida aparece o algodão cultivado por 25 produtores em 120,6ha. Na safra anterior a área plantada de algodão havia sido maior, mas quase todos os produtores tiveram prejuízos (vários que fizeram empréstimos estavam com dívidas), devido à queda de preços e problemas de estiagem que reduziu a produtividade em algumas áreas.

Tabela 2:

Principais explorações vegetais em termos de número de produtores e área plantada dentre os produtores pesquisados nos oito assentamentos.

Exploração vegetal	***Nº de produtores***	***Área (ha)***	***Área Média (ha)***
Pastagens e forrageiras			
Braquiária	136	1.293,2	9,5
Cana forrageira	97	104,2	1,1
Tanzânia / Mombassa	29	113,5	3,9
Colonião	14	91,9	6,6
Capim *Napier*	43	31,2	0,7
Culturas anuais e perenes			
Milho	102	310,1	3,0
Algodão	25	120,6	4,8
Mandioca	81	79,2	1,0
Feijão	38	63,1	1,7
Eucalipto	28	23,5	0,8
Quiabo	26	20,5	0,8
Manga	17	19,7	1,2
Abacaxi	8	15,2	1,9

Fonte: Dados da Pesquisa 2005/2006.

A mandioca (79,2ha; 81 produtores) presente em todos os assentamentos é cultivada basicamente para autoconsumo, mas em alguns assentamentos também é destinada à venda. Esta cultura tem se mostrado uma opção rentável quando vendida diretamente para o comércio varejista ou mesmo para intermediários (*in natura* ou processada como farinha).

O feijão foi semeado por 38 produtores em 63,1ha. Além da variedade tradicional para mesa, o "carioquinha", são cultivados em pequenas áreas o feijão adzuki (utilizado na culinária japonesa) e que é vendido basicamente na Ceagesp, em São Paulo, e o *feijão catador* que é comercializado na forma de vagens verdes, a maior parte diretamente ao consumidor, em feiras e em ranchos de veraneio às margens do Rio Paraná.

Outras culturas como o eucalipto, o quiabo, a manga, o abacaxi, embora sejam importantes alternativas de diversificação da renda para alguns produtores, ocupam áreas menores e estão presentes em um número relativamente pequeno de lotes.

4.3. Estratégias de produção e comercialização das famílias assentadas

As famílias pesquisadas utilizam várias estratégias, ligadas à produção e/ou à comercialização, para se manter na terra e buscar o seu desenvolvimento socioeconômico. Uma parte dos produtores tem orientado suas ações, visando o aumento da produção e produtividade da pecuária leiteira, principal atividade desenvolvida nos assentamentos. São produtores que tem buscado formar novas gramíneas em piquetes com rotação intensiva e adubação; suplementação com silagem de milho e/ou cana no período seco; utilização de ração concentrada em cocho individual de acordo com a produção de cada vaca, durante todo o período de lactação; uso de reprodutor especializado em leite (ou inseminação artificial) para formação de novas matrizes no próprio lote; e o controle leiteiro e reprodutivo do rebanho. São assentados com produção (tanto nas águas, como na seca) e produtividade acima da média do conjunto de produtores pesquisados.

Um segundo grupo de assentados, mesmo apresentando níveis de produtividade da pecuária leiteira abaixo da média, tem conseguido gerar renda, orientando suas ações para uma combinação de estratégias que inclui a diversificação da produção destinada à comercialização e a utilização (regular ou eventual) de canais diferenciados de comercialização, como a venda direta ao consumidor ou ao comércio varejista.

As vendas realizadas diretamente ao consumidor e ao comércio varejista, quando consideradas em conjunto têm uma participação percentual significativa: 31,4% dos produtos de origem vegetal e 45,4% dos produtos de origem animal. Um outro dado que mostra a importância da venda direta ao consumidor para os assentados é o número de famílias envolvidas neste tipo de comercialização. Do total pesquisado (169 famílias) 51,5% realizam algum tipo de comercialização *diferenciada* (venda direta ao consumidor e/ou ao comércio varejista), sendo que 43,8% do total vendem direto ao consumidor11.

11 Leite et al. (2004, p. 173) somente observa uma participação relevante da comercialização direta nos assentamentos do entorno do Distrito Federal.

Denominamos estes canais como *diferenciados*, por serem predominantemente informais, no sentido dado por Wilkinson e Mior (1999) e por permitirem, mesmo quando não processam o produto, uma melhor remuneração do produtor.

Estes os produtos comercializados diretamente ao consumidor e/ou ao varejo geram uma renda complementar importante para a maioria dos produtores e mesmo quando eventual, não é desprezível, pois é utilizada no momento em que a família passa por alguma dificuldade. Em alguns lotes, no entanto, trata-se da principal fonte de renda. São os produtores que vendem os produtos diretamente nas residências dos consumidores das cidades ou do próprio assentamento, nas barracas das margens da Rodovia Marechal Cândido Rondon ou em feiras semanais em Castilho, Três Lagoas (MS) e Andradina ou feiras eventuais promovidas pelos órgãos públicos como o Itesp e o Incra. Os principais produtos comercializados desta forma são as olerícolas, as frutas e os produtos processados artesanalmente, como farinha de mandioca, polvilho, chipa de polvilho, doces de frutas e de leite (em pasta, compotas e cristalizados), geléias, pães caseiros e conservas de pimenta; além dos produtos de origem animal, como frangos caipiras, ovos de galinha, porcos (leitões), carneiros e mel (SANT´ANA et al., 2007).

Quanto à inserção no mercado os produtores relatam que há certa facilidade de venda destes produtos, especialmente no caso de produtos processados. As limitações, na maioria dos casos, estão relacionadas à capacidade de produção e de manter a regularidade da oferta, à necessidade de manter o caráter artesanal do produto e às dificuldades de se conseguir o selo de inspeção sanitária.

Outro aspecto que cabe destacar é a importância que tem a produção no autoconsumo, para praticamente todas as famílias pesquisadas. Mais da metade (50,9%) dos produtores pesquisados destina cinco ou mais produtos de origem animal ou vegetal para o autoconsumo da família e/ou das criações. É um número significativo, pois não se levantou a produção do quintal no caso de produtos vegetais, quando esta não era comercializada.

4.4 Assistência técnica

Vários órgãos públicos e algumas empresas privadas realizam algum tipo de trabalho de assistência técnica e/ou extensão rural nos assentamentos da região. Para a maioria dos assentamentos o Itesp aloca um agrônomo ou técnico agropecuário, como ocorre no Orlando Molina, Rio Paraná e Anhumas. No São José II o técnico é responsável também pelo Aroeira (no total são 89 famílias), enquanto no Timboré há dois agrônomos responsáveis, devido ao grande número de famílias. Os dois veterinários que fazem parte do Grupo de Trabalho de Campo (GTC) de Andradina atendem, em princípio, os 11 assentamentos sob responsabilidade deste órgão na região. Há ainda uma assistente social atuando especialmente com grupos de mulheres e jovens, dois cargos de chefia (técnica e representante político do órgão) e um agrônomo que atua em segmentos mais especializados como produção em estufas e crédito, mas não está ligado diretamente a nenhum assentamento.

Na época da pesquisa, o Incra não atuava diretamente com assistência técnica nos assentamentos pesquisados, mas mediante convênio com sindicatos e cooperativas mantinha um técnico agropecuário, prestando assistência técnica nos Assentamentos São José II e Aroeira. Além disso, para dar conta de atividades específicas, como a operacionalização do crédito habitação complementar, outros técnicos conveniados também atuavam nos assentamentos pesquisados.

Além do Itesp e Incra outros órgãos também têm realizado, às vezes de forma pontual ou descontínua, algumas atividades de assistência técnica ou capacitação nos assentamentos pesquisados, como o Sebrae por meio do SAI (Sistema Agroindustrial Integrado); algumas Casas da Agricultura; a unidade da APTA (Agência Paulista de Tecnologia Agropecuária); algumas unidades da Embrapa; Unesp (Ilha Solteira, Botucatu e Araçatuba) e a Esalq/USP; além de outras entidades não governamentais como a Econg (organização não governamental), de defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural da região e a DPA/Nestlé.

A DPA/Nestlé em convênio com a Esalq tem acompanhado um grupo de 16 produtores do Timboré em um projeto que visa a melhoria das pastagens, do padrão genético do rebanho e da qualidade do leite. Além disso esse projeto tem incentivado os produtores a fazer o controle leiteiro do rebanho e os motivado a aumentar a produção e produtividade do rebanho: Este projeto, no entanto, tem um caráter piloto, só é desenvolvido no Timboré e atende um número restrito de produtores (cerca 10% das famílias assentadas). Tem como principal mérito o acompanhamento técnico relativamente freqüente aos produtores.

Quando indagados sobre como procediam para se manterem informados a respeito de culturas e/ou criações, dos 169 produtores pesquisados, 123 (72,8%) disseram buscar apoio junto ao técnico do Itesp. Um percentual bem menor, mas significativo (20,1%) afirmou procurar esse mesmo tipo de informação com outros proprietários e vizinhos, enquanto 15,4% disseram que recorrem à experiência própria. Algumas fontes de informação têm um caráter mais difuso como os cursos e palestras (sem especificar a instituição promotora) e os programas da TV que foram mencionados por 14,8% e 12,4%, respectivamente. As demais fontes de informação, como cooperativa, casa da agricultura, sindicatos, profissional autônomo e revenda de insumos, foram citadas por menos de 10% do total de produtores pesquisados.

Este resultado indica a forte presença do Itesp nos assentamentos pesquisados, mas embora a maioria reconheça o esforço dos técnicos e em alguns casos citem sua atuação como fundamental para ter conseguido melhorias na produção e na condição de vida, é significativo também o número de produtores que criticam a forma como o Itesp organiza seu trabalho de assistência técnica e extensão rural, priorizando o atendimento a grupos. Alguns apontam restrições específicas em relação à atuação de determinado profissional deste órgão público; a maioria, no entanto, menciona que os técnicos estão presentes no

assentamento, realizam tarefas específicas, como as relativas ao crédito ("projetos"), mas consideram que há baixa efetividade de assistência técnica nos lotes:

As avaliações divergentes sobre a atuação do Itesp podem ser observadas nos depoimentos a seguir:

> O Itesp sempre tem dado assistência pra gente, às vezes leva a gente para participar de cursos, de feiras artesanais, alguma pesquisa importante, às vezes em outras propriedades que já tem piqueteamento, gotejamento de coqueiro, ele dá assistência total, só que na hora que a gente pede um auxílio, vamos supor, pede uma força, só que tem que ser em grupo... (**SFS, Rio Paraná**)

> O Itesp não estou envolvendo muito com eles, sempre eles estão aí dando a volta deles, estão aí andando pra lá e pra cá, mas gente não entra em contato com eles... (...) Quase não passa aqui também não, na minha casa não, mas eu vejo eles passando pra lá e pra cá... (**AP, Assentamento Esmeralda**)

> O Itesp não dá assistência, porque em termos de projeto [de crédito], qual problema que tiver, eles vai lá e faz normalzinho, a gente só vai e pega o dinheiro, mas no campo mesmo a assistência é fraca, só que eu pra mim não tenho o que reclamar não, aonde eu precisei aqui, esses piquetes mesmo aqui, até piquetear os caras do Itesp ajudaram a piquetear! (**JBRL, Assentamento Orlando Molina**)

No caso dos veterinários a principal reclamação dos produtores é a falta de atendimento em emergências, embora reconheçam o esforço dos técnicos (só há dois profissionais para atender todos os assentamentos). No caso dos agrônomos e técnicos agrícolas a proporção famílias/técnico não é tão alta, mas é uma das razões apontadas pelos funcionários do Itesp para as deficiências do trabalho:

> (...) nós já tivemos vários seminários para discutir a questão da ATER [Assistência Técnica e Extensão Rural], mas eu creio que uma das formas da gente tentar atender, porque atender lote a lote é complicado, individual, é acho que a gente não teria perna pra isso, mas uma das formas a gente ter um limite de pessoas por técnico, no máximo quarenta, cinqüenta por técnico, então você teria um limite controlado (...) hoje nós temos aqui dois técnicos, eles trabalham com 210, dá mais de cem beneficiário por técnico. Também tem a questão do deslocamento, perde muito tempo com isso, tem assentamento mais próximo e tem assentamento mais longe...(**MOG, técnico do Itesp**)

No caso o técnico se refere ao fato de que o escritório do Itesp está localizado em Andradina e alguns assentamentos estão distantes de 50 a 70 Km. Há técnicos que também apontaram o número insuficiente de veículos para prestar assistência e o excesso de trabalho burocrático que precisam realizar.

Estes depoimentos e outros colhidos nas entrevistas mostram que há uma diferenciação da assistência técnica nos assentamentos. Alguns produtores recebem um acompanhamento relativamente freqüente (e também demandam), enquanto outros têm um contato somente esporádico com os técnicos. As razões destas diferenças comportam um outro trabalho, mas envolvem diferenças de receptividade das recomendações técnicas por parte dos assentados (o extensionista tende a privilegiar aqueles que adotam mais as prescrições), empatia ou problemas em termos de relacionamento pessoal ou político, dedicação do técnico, dentre outras.

4.5 Significado da terra para os produtores assentados

A análise dos depoimentos dos produtores sobre o significado da conquista da terra mostra que há entrecruzamento de diversos fatores, mas enquanto parte dos produtores destaca os aspectos mais objetivos e racionais; outros mencionam aspectos mais subjetivos e emocionais para descrever as mudanças ocorridas. Todos, no entanto, consideram que a terra teve um papel fundamental em suas vidas.

O aspecto que apareceu com maior freqüência nos depoimentos expressa a satisfação de ter deixado a difícil vida de empregado:

> Ah, foi muito bom pra mim, quando eu tava fora na fazenda a pessoa tinha hora que tava gripado e tinha que estar no serviço, com febre tinha que estar trabalhando, aqui não, se eu estou com gripe venho pra casa, tomo remédio e vou descansar, falha um, dois dia e depois volta pro serviço, e lá não, tem que pegar direto...O patrão fica meio assim, embora eu tive patrão muito bom pra mim...mais sempre tem um cravinho no meio... Foi bom pra mim foi, agradeço a Deus e aos homens que me chamou pra cá, porque aqui eu trabalho também, na minha casa, mais eu trabalho num serviço mais contente (**AAS, Assentamento Rio Paraná**)

Várias respostas mencionam de que a conquista da terra significou "uma vida melhor", referindo-se não só à melhoria das condições materiais, mas também às mudanças no modo de vida, como a autonomia de trabalho, aqui contraposto novamente ao papel anterior de empregado:

> Pra mim [significou] muito, pra minha família mais ainda, porque eu consegui criar uma estrutura e uma qualidade de vida bem melhor, porque na cidade eu dependia de trabalhar pros outros e aqui eu trabalho pra mim ...lá eu me metia a trabalhar de empregado, aqui eu levanto cedo e não tenho patrão, o patrão sou eu mesmo que sei fazer aonde o sapato aperta, então eu dou os meus pulos ....por isso eu acho que melhorou muito a qualidade de vida (**JETS, Orlando Molina**).

A terra enquanto esperança de um futuro melhor, foi um ideal acalentado por muitas famílias e o terceiro aspecto mais citado pelos produtores é justamente essa dimensão de sonho realizado, envolvendo a garantia da subsistência ou mesmo de retomada de um projeto familiar, expressos nas lembranças da infância e no amor a terra:

> Eu sei que toda vida da gente foi criada no sítio assim, e nunca tivemos oportunidade de comprar um pedacinho, isso daqui quando surgiu pra mim foi um sonho, toda vida eu quis criar um porco, um gado como eu tenho, eu ia lá na Primavera na casa da minha cunhada que também ganhou, via aqueles gados, porcos, eu morava na cidade, naquele tempo eu trabalhava

de empregado, chegava lá, oh meu Deus quem sou eu pra ter um tanto de gado, bastante galinhas, bastante porco (**AMA, Assentamento Timboré**).

Oh, essa terra para mim foi um sonho, eu toda vida trabalhei na roça, com os meus pais nois trabalhava em Palmital foi lá a minha infância de pequeno até crescer um pouco, a gente tocava café, toda vida pra roça eu gosto muito da terra, plantar as coisas eu adoro plantar, então quando eu vim para cá... (**ALP, Rio Paraná**)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um aspecto relevante que a pesquisa realizada nos oito assentamentos mostrou é que, para a grande maioria das famílias, o acesso à terra trouxe-lhes uma melhoria importante na qualidade de vida, tanto em termos objetivos, das condições materiais, como do ponto de vista mais subjetivo, que envolve a satisfação pessoal com o novo ambiente e trabalho realizado. Cabe destacar, no entanto, que há ainda diversas carências e dificuldades a serem enfrentadas e que essa evolução é relativa à situação anterior, pois uma parte significativa dos produtores vinha exercendo trabalhos de baixa remuneração e/ou precários como o de diarista rural (bóia-fria).

A pecuária leiteira é principal atividade desenvolvida nos assentamentos pesquisados, mas há deficiências técnicas no sistema de produção, o que ocasiona baixa produtividade média do rebanho nos assentamentos pesquisados (embora superior à média estadual). Parte dos produtores tem procurado mudar essa situação, com investimentos visando a melhoria nutricional do rebanho (aumentando a área de capineira e adotando um sistema de pastejo rotacionado mais intensivo) e do padrão genético das matrizes e do reprodutor, formando um rebanho de média especialização em leite.

Outra estratégia importante das famílias é a utilização de formas diferenciadas de comercialização, como a venda direta ao consumidor e/ou varejo, que permite obter renda expressiva com um volume pequeno e muitas vezes diversificado de produção. Esta produção inclui produtos *in natura* ou processados artesanalmente, com base no conhecimento tradicional e/ou uma formação técnica adquirida. Para um grupo relativamente pequeno de produtores é uma das principais fontes de renda monetária (ao lado leite), mas mesmo para as famílias que adotam esta estratégia de forma eventual ou descontínua, é uma renda importante para complementar o orçamento familiar.

Além disso, a produção para o autoconsumo que abrange vários produtos é muito importante para todas as famílias pesquisadas, pois permite reduzir os custos de produção de produtos comercializáveis.

Em relação à assistência técnica, o trabalho do Itesp é reconhecido pela maioria dos produtores, mas, tanto produtores como extensionistas, consideram insuficiente o número de profissionais para atender aos assentamentos de forma adequada. As divergências de avaliação dos produtores em relação ao trabalho dos técnicos indicam que a atuação dos mesmos tem sido desigual.

6. REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, S. M. P. P. & FERRANTE, V. L. S. B. (1998) No reino da modernização: o que os números do Censo da reforma agrária (não) revelam. In: *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília*: Editora Universidade de Brasília, p. 170-204.

BERGAMASCO, S. M. P. P. & NORDER, L. A. C. (1996) *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense. 87 p.

BOURDIEU, P. (1990) *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense. 234p.

_____.(1994) Stratégies de reproduction et modes de domination. *Actes de la Recherche en Scienses Sociales*, Paris, nº 105, p. 3-12.

FERREIRA, B. (2005) A reforma agrária no governo Lula. Balanço: 2003 a 2005. *Reforma Agrária*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 11-35.

HEREDIA, B. et al. (2002) Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 18, p. 73-111.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)(2005) Produção da Pecuária Municipal 2005. Disponível em: www.ibge.gov.br . Acesso em 01/02/2007.

INCRA (2008) Números da Reforma Agrária. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em 29/01/2008.

LEITE, S. & HEREDIA, B. & MEDEIROS, L.S. & PALMEIRA, M. & CINTRÃO, R. (2004) *Impactos dos Assentamentos*: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: Ed. Unesp. 392p.

MEDEIROS, L.S. & LEITE, S. (2004) Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad. 308p.

SANT´ANA, A. L. & SIMÕES, A.C. & TARSITANO, M.A.A. & COSTA, S.M.A.L. (2003) Estratégias de comercialização e geração de renda em dois Assentamentos da região de Andradina. In: BERGAMASCO, S.M.P.P & AUBRÉE, M. & FERRANTE, V.L.S.B. *Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo*. Campinas: Feagri/Unicamp; Araraquara: Uniara; S. Paulo: Incra, p.241-273.

SANT´ANA, A. L. & TARSITANO, M.A.A. & ARAUJO, C.A.M. & BERNARDES, E.M. & COSTA, S.M.A.L. (2007) Estratégias de Produção e Comercialização dos Assentados da Região de Andradina, Estado de São Paulo. *Informações Econômicas, SP*, v.37, n. 5, p.29-41.

SILVESTRO, M. L. & ABRAMOVAY, R. & MELLO, M.A. & DORIGON, C. & BALDISSERA, I.T. (2001) *Impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis (SC) - Brasília: Epagri; - NEAD/MDA. 102p.

SIMÕES, A. C. (2001) *Assentamentos rurais e estratégias de comercialização: o Projeto Timboré (SP)* Ilha Solteira, 80p. Trabalho de Graduação (Agronomia) – Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Universidade Estadual Paulista.
SPAROVEK, G. (2003) A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira. Projeto de Cooperação Técnica MDA/FAO. 204p. Disponível em: http://www.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/textospublicos.htm Acesso em 22/06/2007.
WILKINSON, J. & MIOR, L. C. (1999) Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 29-45.

O aumento da mobilidade individual e o agravamento da exclusão social nos territórios periféricos da cidade de braga

Vitor Patrício Rodrigues Ribeiro
Universidade do Minho
vitor.geografia@gmail.com
Paula Cristina Almeida Remoaldo
Universidade do Minho
premoaldo@geografia.uminho.pt

Resumo: A "exclusão social" é um fenómeno que tem vindo a fazer parte de importantes agendas políticas, tendo-se criado, no espaço europeu, a necessidade de aferir os factores responsáveis pela "exclusão social" e desenvolver medidas de inclusão social. Este fenómeno entendido por muitos investigadores como um processo multidimensional e complexo continua a não produzir uma definição consensual, não obstante as várias propostas de conceptualização avançadas. Apesar da dificuldade de consenso em torno do conceito tem sido reconhecido que este fenómeno é amplamente afectado pelos transportes, designadamente, em termos de acessibilidade e mobilidade da população. Este factor, *per se* ou conjugado com outros de índole mais económica, social e física pode criar condições para ampliar os efeitos deste fenómeno. Deste modo, esta comunicação pretende avaliar o fenómeno da "exclusão social" resultante de estratégias de planeamento dos transportes focadas no modo de transporte privado, em sistemas desarticulados de inter/co-modalidade e na ineficiência dos transportes públicos. Para o efeito recorre-se às novas tecnologias de informação geográfica designadamente às ferramentas de análise e interpolação espacial e de análise de redes.
Palavras-chave: Sistemas de Informação Geográfica, Planeamento, Transportes, Exclusão Social.

Introdução

Os transportes assumem um papel fundamental na mobilidade da população. Esta tem vindo a aumentar face às melhorias introduzidas nalguns sistemas de transportes e fruto das condições favoráveis, da população, no acesso ao crédito. Este cenário resulta de uma política pública de investimento direccionada para o transporte rodoviário que conduziu ao aumento da mobilidade da população assente no transporte privado. Tal favoreceu a (re)localização das empresas, de centros comerciais e de serviços fora dos tradicionais limites dos centros urbanos. Da mesma forma, o crescimento do parque residencial afastou-se para novos espaços periféricos gerando fluxos de tráfego cada vez mais intensos. Estas dinâmicas espaciais conduziram à criação de espaços cada vez mais complexos plasmados em função do crescente aumento da mobilidade individual.

Hoje, estes espaços podem conduzir a graves situações de "exclusão social" fruto de uma rede de transportes alicerçada no transporte privado que diminuem o grau de mobilidade de alguns grupos funcionais. Na senda desta e de outras problemáticas relacionadas com os transportes iniciámos um projecto de investigação com vista a desenvolver novas abordagens, metodologias e indicadores de suporte para a construção de um novo sistema de transportes mais sustentável recorrendo aos Sistemas de Informação Geográfica (S.I.G.). Assim, neste artigo pretendemos explorar algumas das potencialidades destas ferramentas de análise espacial na sequência do pré-diagnóstico que estamos a desenvolver para avaliar a relação entre transportes e "exclusão social", podendo os S.I.G. contribuir para desenvolver análises espaciais mais profícuas.

O presente texto estrutura-se em duas partes. Na primeira avalia-se o *estado da arte* relativamente à evolução conceptual da temática no contexto da Geografia dos Transportes. Na segunda abordam-se as potencialidades dos S.I.G. através da elaboração de cartografia temática, com recurso aos métodos de interpolação de dados espaciais, de forma a melhorar a visualização de variáveis como a distribuição da população, da proporção de idosos e viúvos, do ganho médio mensal e da criminalidade. Considerando a importância da medição da acessibilidade também se recorreu às ferramentas de análise de redes para avaliar a acessibilidade a pé no *Central Business District* (C.B.D.) da cidade de Braga.

1. As várias dimensões da exclusão social

O fenómeno de "exclusão social" permitiu o desenvolvimento de diversos estudos conducentes à sua conceptualização e avaliação. Contudo, o conceito permanece vago (Kenyon, Lyons & Rafferty, 2002) e tem originado diversas abordagens e interpretações por diferentes investigadores e instituições. A origem do termo é atribuída às políticas do Governo francês dos anos 80 e aos contributos, em 1974, dos investigadores sociais franceses Lenoire e Lefebre (Hodgson & Turner, 2003; Preston & Raje, 2007). Jacques Delors, no discurso de encerramento de uma conferência realizada em Copenhaga em 1993, afirmava que havia o perigo de existirem, no futuro, milhares de áreas na Europa com população acima

dos 60 anos sem acesso a serviços (McDonagh, 2006). Para McDonagh (2006) o fenómeno de "exclusão social" é visto como um somatório de *marginalizações* na produção (emprego), no consumo (pobreza) e nas redes sociais (família, amigos, vizinhos), no processo de decisão e na qualidade da vida (McDonagh, 2006).

Apesar da dificuldade em encontrar uma definição universal existem aspectos deste fenómeno relativamente consensuais. Tradicionalmente o fenómeno da "exclusão social" era explicado considerando que os indivíduos, grupos ou processos eram excluídos porque se afastavam das normas sociais, mas as definições mais recentes configuram uma ruptura com esta forma de explicação (Hine & Mitchell, 2001). Os autores consideram ainda este fenómeno como um processo e não como um estado final. Contudo, Preston & Raje (2007) consideram que podem ser ambas as coisas e discordam dos autores que posicionam a "exclusão social" como sinónimo de privação devido a baixos rendimentos, uma vez que, um indivíduo pode ter elevados rendimentos e sofrer de "exclusão social" e outro indivíduo pode ter baixos rendimentos e não ser afectado por esta. Os autores referem ainda, que este fenómeno tem mais a ver com a participação na sociedade civil determinada pelo trabalho, educação, saúde e lazer. Outra característica inerente a este fenómeno é o seu carácter multidimensional e o seu perfil dinâmico em que as pessoas podem entrar e sair regularmente (Cebollada, 2008; Church, Frost & Sullivan, 2000; Lyons, 2003).

A generalidade dos autores aponta para uma dissociação dos termos "pobreza" e "exclusão social", que embora apresentem correlações, não são sinónimos, e do ponto de vista espacial tanto afectam as áreas rurais como urbanas. A pobreza e a precariedade podem conduzir à "exclusão social" (Pascal & Bourgeat, 2008) e a pobreza é uma das dimensões da "exclusão social" que se foca na variável rendimento necessário para satisfazer as necessidades básicas (Kenyon, Lyons & Rafferty, 2002). De acordo com Foley esta abordagem falha por considerar um nível fixo de necessidades, enquanto Burden introduz o conceito de pobreza relativa passando a considerar o nível de necessidade básica em relação às necessidades da comunidade onde se insere (Kenyon, Lyons & Rafferty, 2002). A "pobreza" implica dificuldade na aquisição de um determinado bem material enquanto a "exclusão social", como termo mais vasto que é, pressupõe que a pessoa ou família, possui outras características como a desigualdade no acesso aos bens e serviços existentes numa sociedade (Kenyon, Lyons & Rafferty, 2002) que o(s) impossibilita de aceder a empregos, serviços e instituições (Church, Frost & Sullivan, 2000). A "exclusão social" abrange várias dimensões, algumas das quais são difíceis de quantificar, porém, pode-se definir a dimensão económica, a social, a das redes sociais, a da organização política, a pessoal, a dos espaços de vivência, a temporal e a da mobilidade (Kenyon, Lyons & Rafferty, 2002).

2. A Geografia dos Transportes e a exclusão social

Ao entendermos a Geografia como o estudo das inter-relações entre as actividades humanas e o meio, no contexto espacial, a Geografia dos Transportes pode ser definida como o estudo dos sistemas de transporte e os impactos espaciais resultantes (Hoyle & Knowles, 2000). Os transportes constituem a base da organização regional sendo o espaço e o movimento os dois conceitos básicos em transportes (Pons & Reynés, 2003). A Geografia dos Transportes corresponde ao estudo dos aspectos espaciais dos transportes que se desenvolvem devido à necessidade das pessoas alcançarem determinados lugares para obterem os bens e serviços que necessitam sendo os sistemas de transportes o elo de ligação entre a oferta e a procura (Knowles, Shaw & Docherty, 2008).

A "exclusão social" é um fenómeno onde as políticas de transporte têm um papel importante (Hine, 2000). A relação entre a "pobreza" e os transportes inicia-se com a acessibilidade, uma vez que a "exclusão social" não deriva da falta de oportunidades mas sim da limitação no acesso, onde a distância assume um papel relevante quando os custos e o tempo são um factor determinante (Preston & Raje, 2007). Este tipo de abordagem conduziu à reformulação do conceito de acessibilidade sugerindo Farrington (2007) a noção de acessibilidade, na qual, os lugares não são mais ou menos acessíveis mas os indivíduos é que experienciam maior ou menor acesso aos lugares (Cebollada, 2008). A acessibilidade a diversos serviços, nos ambientes rurais e urbanos, tornou-se problemática, sendo nalguns casos impossível para indivíduos sem acesso ao automóvel (Kenyon, Lyons & Rafferty, 2002). Assim, do ponto de vista dos transportes a "exclusão social" resulta da falta de capacidade das pessoas/famílias acederem ao transporte reduzindo ou impossibilitando-as de alcançarem diversos serviços como os de saúde, emprego ou de lazer (Knowles, Shaw & Docherty, 2008). Não importa apenas disponibilizar o uso do sistema de transporte aos cidadãos mas é, também, importante promover a sua participação na gestão e manutenção do referido sistema (Hodgson & Turner, 2003). No que concerne aos efeitos resultantes das políticas de transportes foram identificadas as seguintes categorias de "exclusão social" (Church, Frost & Sullivan, 2000):

- **Exclusão física:** Deriva da existência de barreiras físicas que condicionam, particularmente, as pessoas de mobilidade reduzida (*e.g.*, grávidas, idosos);
- **Exclusão geográfica:** A indisponibilidade de transporte resulta na inacessibilidade às actividades e serviços que pode gerar a exclusão social em áreas urbanas ou rurais;
- **Exclusão das actividades e serviços:** As políticas de uso do solo potenciaram a deslocalização das actividades e serviços para áreas dispersas implicando o uso do automóvel;
- **Exclusão económica:** O aumento dos custos monetários e temporais dos transportes podem gerar maiores constrangimentos no acesso às actividades e serviços (*e.g.*, emprego, redes sociais);

- **Exclusão temporal:** A necessidade de executar outras tarefas como deixar as crianças em infantários que reduzem o tempo disponível nas deslocações para o trabalho, pode ser problemática para os indivíduos sem acesso ao transporte privado;
- **Exclusão por medo:** O medo ou receio pode influenciar certos grupos a utilizar os espaços públicos ou o transporte público;
- **Exclusão espacial:** Quando a segurança e as políticas de gestão das estratégias do espaço desencorajam os indivíduos excluídos de usarem os espaços públicos e os transportes.

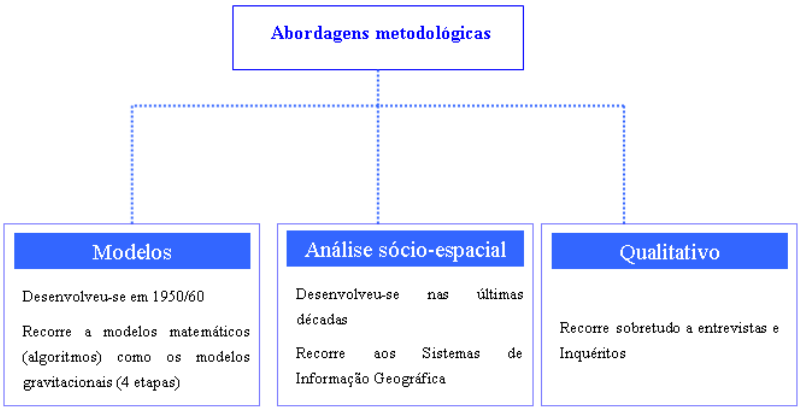
Recentemente várias agências governamentais, Organizações Não Governamentais (O.N.G.) e organizações internacionais têm salientado a relação entre os transportes e a saúde, nomeadamente, para alcançar alguns dos Oito Objectivos do Milénio que estão relacionados com a saúde (Murawski & Church, 2008). A susceptibilidade de vivenciar um processo de "exclusão social" devido a desvantagens no acesso ao transporte varia consoante os grupos funcionais. Assim a literatura sugere que os grupos mais susceptíveis são os indivíduos de baixos rendimentos, beneficiários de subsídios e desempregados, crianças e jovens, mulheres, idosos, minorias étnicas, cidadãos com mobilidade reduzida e a população suburbana/rural (Dodson, Buchanan, Gleeson & Sipe, 2006).

3. Contributo dos Sistemas de Informação Geográfica para a avaliação do fenómeno

O processo de segregação sócio-espacial tem marcado o desenvolvimento dos territórios tendo sido produzidas diversas abordagens e interpretações que se reflectem nas diferentes abordagens metodológicas utilizadas para analisar e explicar os processos associados aos transportes, cuja representação esquemática se encontra presente na Figura 1 (Dodson, Buchanan, Gleeson & Sipe, 2006).

Figura 1

Esquema conceptual das abordagens metodológicas utilizadas nas investigações de planeamento urbano ou de transportes



Fonte: Elaboração própria com base em Dodson, Buchanan, Gleeson & Sipe, 2006.

No seio destas abordagens, a baseada na análise espacial, com recurso aos Sistemas de Informação Geográfica (S.I.G.), é a que mais tem evoluído nos últimos anos. De facto, as ferramentas de análise espacial apresentam grandes potencialidades para avaliar, por exemplo, a acessibilidade, analisar a eficiência das redes de transportes e identificar "clusters". O processo de planeamento em transportes procura promover a acessibilidade, a justiça social (Knowles, Shaw & Docherty, 2008) e a inclusão social.

Os S.I.G. desenvolveram-se fundamentalmente a partir da década de 60 do século XX estando intrinsecamente associados à análise territorial dos sistemas de transportes (Matos, 2001; Pons & Pérez, 2003). Pelo facto de os S.I.G. permitirem armazenar e manipular extensas bases de dados, georeferenciadas, torna possível conjugar informação de diferentes dimensões através de modelos conceptuais cada vez mais complexos que têm proporcionado o aumento exponencial dos estudos com recurso a estas ferramentas. Os modelos de acessibilidade são recentes e as análises espaço-sociais, recorrem, geralmente a estas ferramentas para visualizar, analisar e modelar a informação geográfica (Dodson, Buchanan, Gleeson & Sipe, 2006). A medição da acessibilidade é comummente utilizada em projectos S.I.G. (Patel, Waters & Ghali, 2007).

4. Metodologia e fontes utilizadas

O estudo da "exclusão social" requer a análise exaustiva de um elevado número de variáveis para identificar as áreas/indivíduos mais afectados pelo que, nesta fase inicial, apenas foram seleccionadas algumas variáveis. Assim, seleccionou-se o grupo funcional dos idosos, o desemprego por género, a proporção de viúvos e a taxa de criminalidade. Atendendo ao facto de esta comunicação procurar exemplificar o contribuo que as Novas Tecnologias de Informação Geográfica podem dar na modelação de dados geográficos recorreu-se às ferramentas de interpolação de dados, designadamente, à função *Radial Basis Function-R.B.F.*.

As principais fontes estatísticas foram os Censos de 2001 do Instituto Nacional de Estatística (I.N.E.) e as estatísticas mensais do Instituto do Emprego e Formação Profissional (I.E.F.P.) tendo sido seleccionado o mês de Outubro de 2008 como referência. Para a elaboração do mapa da proporção de desempregados usou-se o cálculo: (população desempregada em 2008/população em idade activa em 2007)*100.

O mapa das isócronas foi elaborado com recurso às ferramentas de análise de redes, considerando todas as vias existentes e assumindo uma velocidade a pé de 110 metros por minuto.

5. O processo de exclusão social e o modelo sócio-espacial da área de estudo

5.1. Enquadramento geográfico e as condições naturais do meio

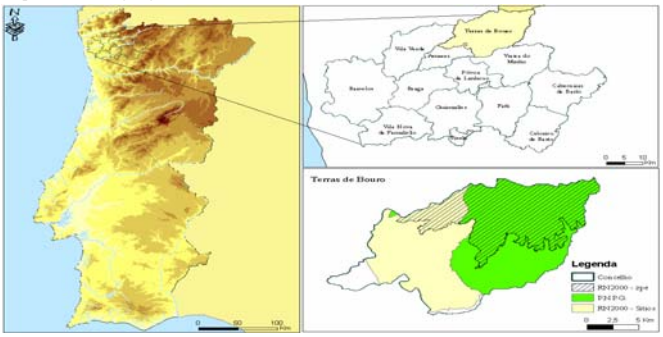
O Distrito de Braga localiza-se no Noroeste de Portugal Continental e inclui 14 municípios distribuídos pelas sub-regiões do Cávado e do AVE. Este Distrito integra quatro cidades importantes: Barcelos, Braga, Guimarães e Vila Nova de Famalicão (Figura 2).

Assim, apesar desta investigação se centrar no pré-diagnóstico da "exclusão social" da região em geral centramos a análise, nalguns casos, nas particularidades do concelho de Terras de Bouro. As principais figuras de protecção ambiental deste município são o Parque Nacional da Peneda Gerês (P.N.P.G.) e os *sítios* e as *zonas de protecção especial* incluídos na "Rede Natura 2000" (RN2000) que é uma rede ecológica cujo objectivo é contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais, da fauna e da flora selvagens no território europeu dos Estados-membros da União Europeia. Ambas as figuras limitam e condicionam quer a construção e implantação de novas unidades industriais quer a prática de muitas actividades agrícolas. Tal situação deriva de uma riqueza biofísica singular que lhe permite adoptar uma estratégia de desenvolvimento local assente na promoção ambiental considerando que o município possui cerca de 95% do seu território condicionado por várias figuras como o P.N.P.G., a RN200, a Reserva Ecológica Nacional e a Reserva Agrícola Nacional.

Contudo, enquanto esta estratégia não é adoptada, a população actual (ou parte dela) sente, naturalmente, um conjunto de efeitos que lhes limita o acesso aos centros de oportunidades criadas na região. Tal deriva do facto de estarmos perante um concelho tipicamente rural, com o grupo da população idosa a assumir uma proporção importante, com uma reduzida dimensão da população concelhia e apresentando características de povoamento disperso. Em termos de acessibilidades, as principais estradas municipais apresentam traçados sinuosos tipicamente de áreas de montanha. Em termos de mobilidade, a população depende do automóvel para realizar as suas deslocações, uma vez que as ligações deste município à cidade de Braga e aos municípios contíguos em transporte público são ineficientes, fruto da reduzida frequência, baixa procura e reduzidos padrões de qualidade e segurança. Em muitas destas ligações é necessário proceder a transbordos para ligações de outros municípios à cidade, nomeadamente, nas carreiras que realizam a ligação Gerês-Amares-Braga.

Figura 2

Enquadramento geográfico da área de estudo.



Fonte: Elaboração própria.

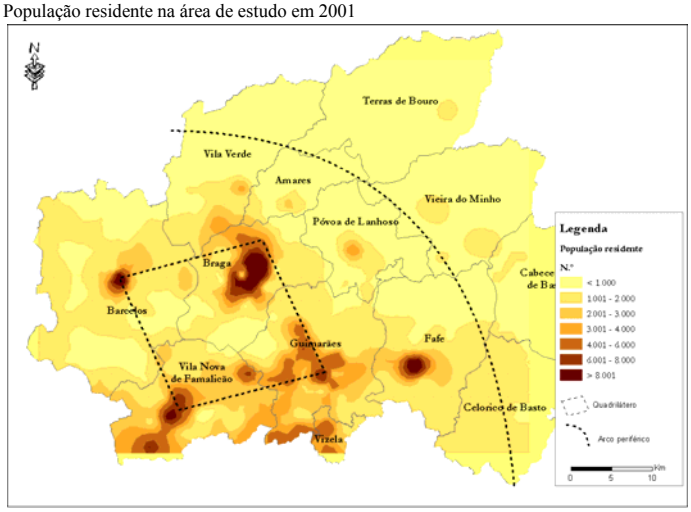
5.2. Enquadramento sócio-económico

A área de estudo possui cerca de 661 mil habitantes dos quais 600 mil residem nos concelhos de Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Barcelos. Nestes quatro municípios está a desenvolver-se um Quadrilátero Urbano para a Cooperação, Desenvolvimento e Internacionalização. Actualmente o dinamismo que caracteriza estas cidades tem concentrado a atenção de investigadores, políticos, instituições, imprensa e população. As oportunidades criadas nestes espaços estão a gerar uma dualidade de fluxos ao atrair a população residente em meios rurais mais periféricos e ao fomentar o crescimento do fenómeno de *urban sprawl*. Tal dualidade de fluxos cria espaços descontínuos com dispersão das actividades comerciais e residenciais que implica maior necessidade de mobilidade da população, na qual o automóvel privado tem conseguido obter uma posição hegemónica. Considerando a deterioração das condições sociais (desemprego, envelhecimento da população, viuvez) associada à necessidade de percorrer maiores distâncias para procurar os centros geradores de oportunidades está-se a criar condições potenciais para ampliar o número de indivíduos afectados pela "exclusão social" tanto em meio urbano como em meio rural. A população residente na área de estudo tende a concentrar-se junto dos principais centros urbanos como se pode observar através da Figura 3.

Destaca-se a formação de uma cintura contígua ao eixo Braga-Guimarães-Fafe composta pelos concelhos de Vila Verde, Amares e Póvoa de Lanhoso que devido à proximidade à cidade de Braga apresentam fortes potencialidade de desenvolvimento e sinergias. Contudo, também é visível a situação de quase despovoamento que algumas freguesias dos concelhos rurais de Terras de Bouro, Vieira do Minho, Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto estão a sofrer. Deste modo, existe um conjunto de municípios para além do arco, que denominamos de periférico, que irá ser afectado pelas oportunidades geradas nos espaços urbanos que compõem o quadrilátero urbano. Porém, o sentido será positivo se a acessibilidade/mobilidade da população destes espaços rurais não se constituírem como uma barreira que fomentará o crescimento do fenómeno da "exclusão social" nestes espaços. Certamente que os transportes, nomeadamente os públicos, serão um factor preponderante na promoção da inclusão social, pese embora, actualmente o seu contributo estar no sentido inverso, fruto da sua ineficiência.

Figura 3

População residente na área de estudo em 2001



Fonte: *Censos 2001*, I.N.E., Lisboa, 2001.

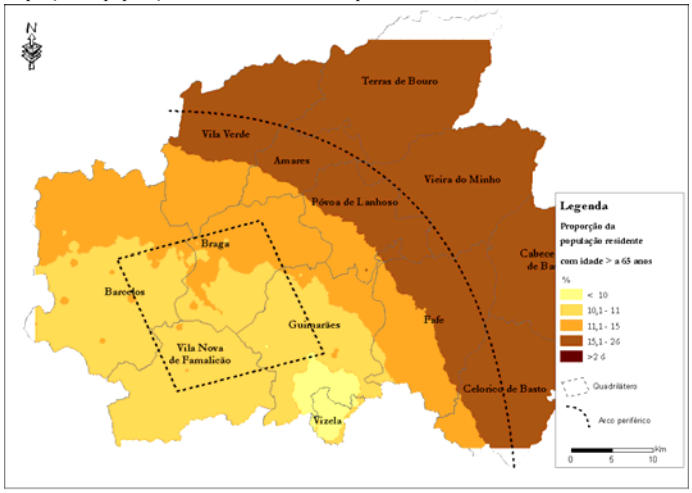
A Figura 4 apresenta a distribuição espacial da proporção de indivíduos com mais de 65 anos que são um dos grupos com maiores potencialidades para sofrerem do processo de "exclusão social". Constata-se que os municípios com maior proporção destes indivíduos são precisamente os municípios limítrofes de Terras de Bouro, Vieira do Minho, Cabeceiras de Basto e as freguesias contíguas dos concelhos de Vila Verde, Amares, Póvoa de Lanhoso, Fafe e Celorico de Basto. Por seu turno, no conjunto dos municípios que compõem esta área, o concelho de Vizela é o que apresenta a menor proporção deste indivíduos.

Os indivíduos viúvos apresentam maior vulnerabilidade ao isolamento e a sua incidência ocorre tanto nos municípios rurais como nos centros urbanos das cidades que compõem o quadrilátero urbano conforme se pode observar através da Figura 5.

No que concerne à variável do desemprego observa-se que comparativamente com os homens as mulheres foram as mais afectadas em todos os municípios da área de estudo (Figura 6). Esta discrepância é mais significativa no concelho de Braga onde mais de dois terços dos desempregados registados eram do sexo feminino.

Figura 4

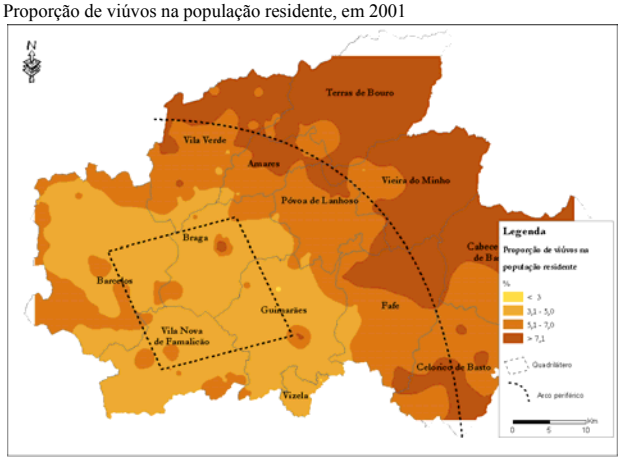
Proporção da população residente com idade superior a 65 anos, em 2001



Fonte: *Censos 2001*, I.N.E., Lisboa, 2001.

Figura 5

Proporção de viúvos na população residente, em 2001



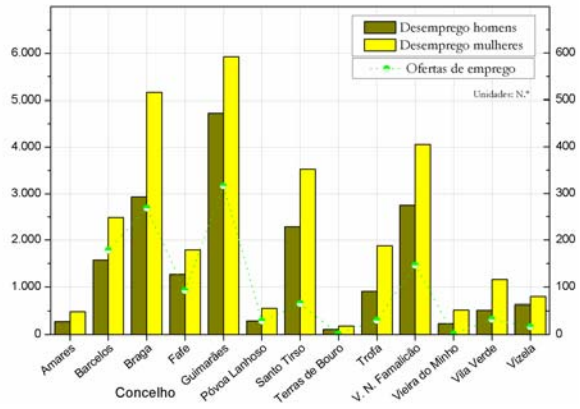
Fonte: *Censos 2001*, I.N.E., Lisboa, 2001.

Em termos de ofertas de emprego recebidas destacam-se os concelhos de Braga e de Guimarães como os municípios que registaram o maior número de ofertas enquanto o concelho de Terras de Bouro apenas registou uma oferta de emprego.

Relativamente à distribuição da proporção de desempregados ela foi mais significativa nos concelhos localizados a Sul/Sudoeste (Figura 7) incluindo os concelhos de Guimarães, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto. A este facto não é alheia a sequência de empresas que encerraram a sua actividade na sub-região do Vale do Ave.

Figura 6

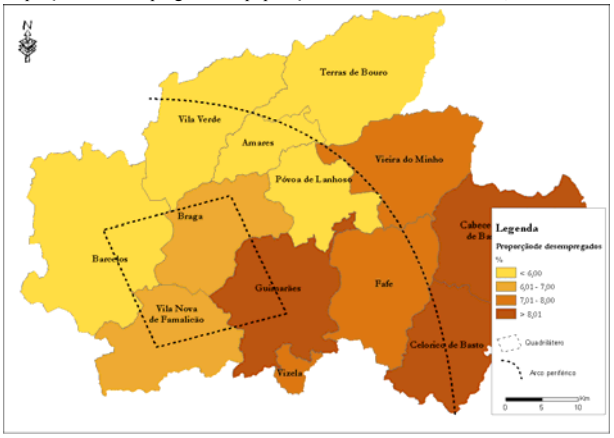
Número de desempregados registados, segundo o género,
e de ofertas de emprego, em Outubro de 2008



Fonte: I.E.F.P.

Figura 7

Proporção de desempregados na população entre os 15 e os 65 anos, em 2008



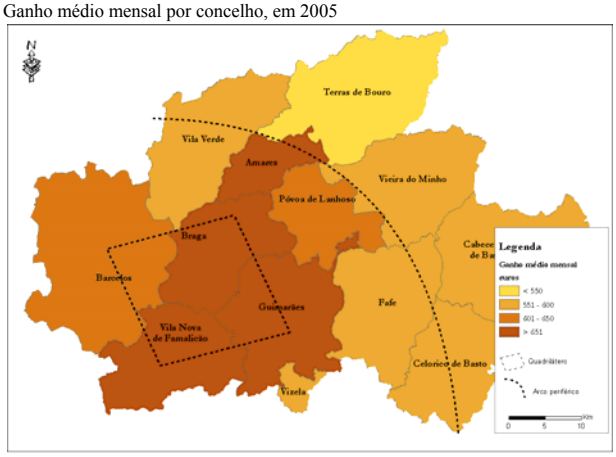
Fonte: Estimativas anuais da população residente, I.N.E., Lisboa, 2007. Desemprego registado por concelho-estatísticas mensais, I.E.F.P., Lisboa, 2008.

O ganho médio auferido pelos indivíduos dos municípios desta região oscilou entre os 547 euros, registados em Terras de Bouro e os 773 euros registados no concelho de Braga resultando numa diferença de 226 euros no ganho médio

mensal entre os dois municípios (Figura 8). Assim, o concelho de Braga foi o que apresentou o valor mais elevado seguido de Vila Nova de Famalicão com 747 euros e do concelho de Amares com 668 euros. De facto o rendimento médio mensal neste município superou o valor registado por exemplo nas cidades de Barcelos e de Guimarães.

Figura 8

Ganho médio mensal por concelho, em 2005



Fonte: MTSS / Gabinete de Estratégia e Planeamento, *I.N.E., Lisboa, 2005.*

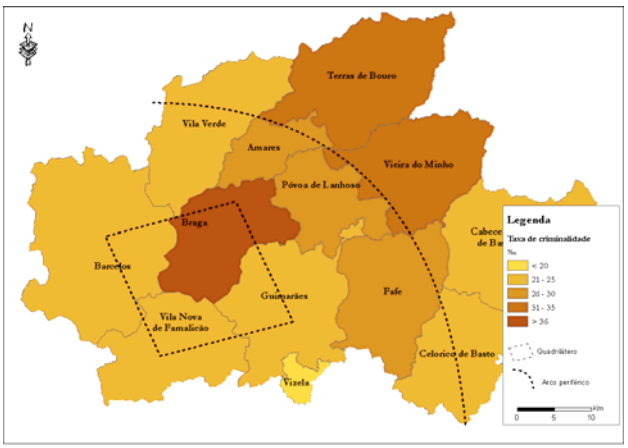
A distribuição da taxa de criminalidade presente na Figura 9 é uma variável que permite identificar lugares onde o medo, o receio e a insegurança gerada nos indivíduos pode condicionar a sua participação na sociedade. Os dados estão agregados à entidade geográfica "concelho" devido à falta dos dados desagregados a uma escala de maior pormenor. Ainda assim observa-se que o concelho de Braga apresentou a maior taxa de criminalidade registando 43,5 crimes por cada mil habitantes, seguido pelos concelhos de Vieira do Minho e Terras de Bouro com 34,8 e 32,3, respectivamente.

De facto, na cidade de Braga tem-se assistido a um crescimento urbanístico muito significativo, potenciado pelo crescimento populacional que se tem verificado nas últimas décadas. Tal crescimento está a permitir a deslocalização cada vez mais acentuada das actividades económicas, de emprego, de lazer e de saúde. Este fenómeno potencia o uso do automóvel privado em virtude da sua maior flexibilidade e disponibilidade, que muitas das vezes é apontado como alternativa para as lacunas de serviço nos transportes urbanos. Tal implica novas abordagens na política de transportes de forma a evitar a criação de espaços deficitários na cobertura das ligações providenciando transportes públicos competitivos com o transporte privado. Uma vez mais se constata que esta dispersão das actividades pode tornar-se complexa para a população que apresentar desvantagens no acesso aos transportes.

A Figura 10 evidencia algumas das infra-estruturas mais importantes em curso (ou em fase de conclusão) tais como, o novo hospital de Braga, o Centro Ibérico de Nanotecnologia e algumas superfícies comerciais. O eixo ferroviário de velocidade elevada entre Porto-Vigo, cujo traçado apresentado é meramente ilustrativo, uma vez que o traçado real ainda não está definido, prevê uma estação nesta cidade. Também está representando o mapa das isócronas de acesso a pé para o *Central Business District* verificando-se que a área central apresenta uma distância-tempo de 30 minutos de comprimento por 20 minutos de largura. O Hospital de S. Marcos de Braga e a estação de camionagem encontram-se a 7 minutos de distância da Avenida Central e a 11 minutos da estação ferroviária. Naturalmente que a deslocalização das actividades para áreas periféricas retira nalguns casos o potencial que o modo de transporte a pé pode oferecer. Assim, a conclusão de muitas das obras para 2009/2010 e a criação de novas áreas residenciais em espaços mais periféricos vão implicar o aumento das deslocações cuja opção de transporte preferencial tenderá a ser o automóvel. A conjugação destes factores com outros de índole demográfica, económica, social, de lazer e das redes sociais poderá contribuir para o avolumar de situações de exclusão social dos indivíduos, devido à impossibilidade de participarem nalgumas das actividades a que grande parte da população tem acesso.

Figura 9

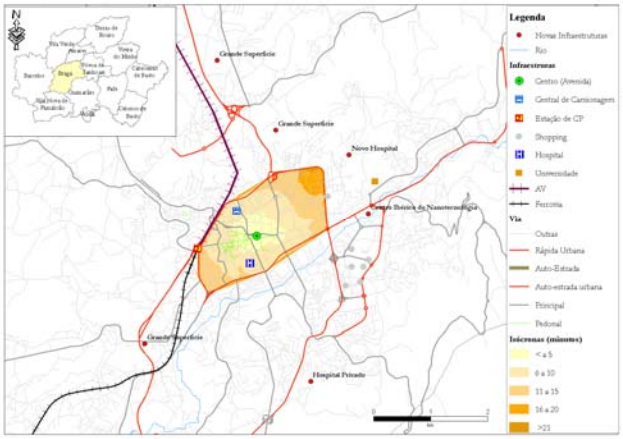
Taxa de criminalidade por concelho, em 2005



Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça, I.N.E., Lisboa, 2005.

Figura 10

Mapa das isócronas do acesso a pé no *C.B.D.* da cidade de Braga



Fonte: Elaboração própria.

Conclusão

No presente texto avaliámos, de forma sucinta, o estado da arte da abordagem conceptual e da investigação do fenómeno de "exclusão social" e da "pobreza". Considerando a estruturação do quadrilátero urbano no distrito de Braga avaliou-se a relação entre a "exclusão social", o planeamento do uso do solo e dos transportes e do *urban sprawl* que permitem identificar um arco periférico que engloba um grupo de municípios rurais com fortes potencialidades para se tornarem em territórios com elevadas situações de "exclusão social". Destes destaca-se o município de Terras de Bouro que apresenta fortes condicionamentos de ordem física (relevo), acessibilidades (estradas sinuosas), regulamentar (figuras de protecção ambiental) e de mobilidade (transportes públicos ineficientes) e possui um reduzido número de habitantes.

Do ponto de vista sócio-económico este município apresentou o ganho médio mensal mais baixo, os valores mais elevados de proporção de população idosa e de viúvos. Apesar do número de desempregados não ter sido muito significativo a verdade é que as ofertas de emprego são escassas tendo registado apenas uma oferta no período em análise. Em termos de criminalidade o concelho de Braga foi o mais afectado seguido pelo município de Terras de Bouro. Assim e apesar de nos termos circunscrito a quatro variáveis, o estudo permitiu diagnosticar que o município de Terras de Bouro apresenta fortes potencialidades para possuir um elevado número de indivíduos excluídos da participação na sociedade.

Este estudo permitiu desenvolver um conjunto de análises geográficas alicerçadas em cartografia temática desenvolvida com *software* de S.I.G.. Destaca-se o recurso às técnicas de interpolação de dados espaciais com resultados muito positivos, nomeadamente, o melhoramento da qualidade visual da informação e as potencialidades das análise de redes para avaliar a eficiência dos vários modos de transporte. No caso deste estudo avaliou-se a acessibilidade a pé no centro urbano de Braga onde se constatou a reduzida distância-tempo entre os principais pontos geradores de tráfego como são o Hospital e a estação ferroviária.

Bibliografia

Cebollada, À. (2008)."Mobility and labour market exclusion in the Barcelona Metropolitan Region", *Journal of Transport Geography*, In Press, Corrected Proof

Church, A., Frost, M. & Sullivan, K. (2000)."Transport and social exclusion in London", *Transport Policy*, 7 (3), 195-205.

Dodson, J., Buchanan, N., Gleeson, B. & Sipe, N. (2006)."Investigating the Social Dimensions of Transport Disadvantage-I. Towards New Concepts and Methods", *Urban Policy and Research*, 24 (4), 433-453.

Hine, J. (2000)."Integration, integration, integration... Planning for sustainable and integrated transport systems in the new millennium", *Transport Policy*, 7 (3), 175-177.
Hine, J. & Mitchell, F. (2001). T*he role of transport in social exclusion in urban Scotland*, Edinburgh: Scottish Executive Central Research Unit.
Hodgson, F. C. & Turner, J. (2003)."Participation not consumption: the need for new participatory practices to address transport and social exclusion", *Transport Policy*, 10 (4), 265-272.
Hoyle, B. & Knowles, R. (2000). *Modern transport geography*, Nova Iorque: Jon Wiley and Sons.
Kenyon, S., Lyons, G. & Rafferty, J. (2002)."Transport and social exclusion: investigating the possibility of promoting inclusion through virtual mobility", *Journal of Transport Geography*, 10 (3), 207-219.
Knowles, R., Shaw, J. & Docherty, L. (2008). *Transport Geographies - mobilities, flows and spaces*, (I), Malden: Blackwell.
Lyons, G. (2003)."The introduction of social exclusion into the field of travel behaviour", *Transport Policy*, 10 (4), 339-342.
Matos, J. L. (2001). *Fundamentos de Informação Geográfica*, Lisboa: Lidel.
Mcdonagh, J. (2006)."Transport policy instruments and transport-related social exclusion in rural Republic of Ireland", *Journal of Transport Geography*, 14 (5), 355-366.
Murawski, L. & Church, R. L. (2008)."Improving accessibility to rural health services: The maximal covering network improvement problem", *Socio-Economic Planning Science*s, In Press, Corrected Proof
Pascal, B. & Bourgeat, S. (2008). *Dictionnaire de géographie*, (4ª), Paris: Hartier.
Patel, A. B., Waters, N. M. & Ghali, W. A. (2007)."Determining geographic areas and populations with timely access to cardiac catheterization facilities for acute myocardial infarction care in Alberta, Canada", *International Journal of Health Geographics*, 6 (47), 1-12.
Pons, J. & Pérez, M. (2003)."Geographic information systems and intelligent transport systems: technologies used to form new communication networks", *Networks and Communication Studies*, 17 (1-2), 53-70.
Pons, J. & Reynés, M. (2003)."Pluralidad de métodos y renovación conceptual en la geografia de los transportes del sigle XXI", *Scripta Nova - revista electrónica de geografia y ciencias sociales*, VII (139),
Preston, J. & Raje, F. (2007)."Accessibility, mobility and transport-related social exclusion", *Journal of Transport Geography*, 15 (3), 151-160.
World Wide Web
http://www.ine.pt
http://www.iefp.pt

Trabalho e educacão de jovens e adultos no Brasil

Sonia Maria Rummert
Universidade Federal Fluminense
rummert@uol.com.br

Resumo: O conjunto de iniciativas destinadas à Educação dos Jovens e Adultos Trabalhadores brasileiros evidencia a dualidade estrutural da qual deriva a desigual distribuição do conhecimento no país. Tal dualidade explicita a centralidade da categoria classe social na análise das questões relativas, particularmente, à juventude, possibilitando a compreensão das suas especificidades históricas. Eufemismos como: "alvos preferenciais da escola do vício e do crime", "reconhecidamente pobres" "em situação de risco social", "humildes", largamente utilizados nos documentos divulgados pelo Estado, naturalizam a situação de destituição de direitos da juventude oriunda da classe trabalhadora obscurecendo suas causas socioeconômicas. A partir da compreensão do caráter histórico dos significados atribuídos ao conceito de juventude, bem como da origem de classe como definidora do que é ser jovem no Brasil, analisamos a funcionalidade, para o sistema do capital, da delimitação das faixas etárias hoje abrigadas pelo plástico conceito de juventude e das teses acerca da inclusão social pela educação. A análise empreendida toma como base empírica o conjunto de documentos e os discursos dos representantes governamentais, bem como as notícias oficiais veiculadas com o objetivo de divulgar, em nível nacional, as iniciativas do Governo Federal – no período de 2003 a 2008, correspondente à gestão Lula da Silva – relativas ao Projeto Escola de Fábrica e ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem).

Considerações iniciais

No Brasil, um em cada cinco jovens, entre 18 e 29, residentes nas zonas urbanas abandonou a escola antes de completar o Ensino Fundamental (IBGE, 2007). A análise da mesma fonte nos permite perceber que, dos 34 milhões dos chamados jovens urbanos do país, 7,4 milhões tiveram de um a sete anos de estudo, não tendo concluído, portanto, o Ensino Fundamental. Na faixa etária dos 15 aos 17 anos, somente 47% dos jovens cursam o Ensino Médio. Entre os jovens destituídos do direito à educação, registra-se, ainda, um total aproximado de 800 mil analfabetos.

Dados como os acima apresentados demonstram o histórico processo de destituição do direito à educação que atinge parte expressiva da classe trabalhadora. Outra evidência desse quadro reside no fato de que, ao contrário da maioria dos demais países da América do Sul, o Ensino Médio não é obrigatório no Brasil. Sobre essa questão, documento do Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação, datado de 2006, destacava

o fato de que o nível de escolaridade da população brasileira de 15 anos ou mais é de apenas 6,7 anos (Goulart, Sampaio e Nespoli, 2006).

Em que pesem os indicadores negativos, os debates sobre a educação em geral e, particularmente, sobre a educação dos trabalhadores ocupa um largo espaço na agenda da sociedade brasileira. O conteúdo da preocupação do empresariado e do governo brasileiros com a formação profissional e com a educação básica dos trabalhadores, porém, nos remete à teoria do capital humano, redefinida a partir da década de 1990, em decorrência da crise do modelo fordista de produção, passando a constituir novo fetiche, ao associar-se à idéia de equalização econômica, política e social independentemente das relações sociais concretas. A educação, nesse contexto, torna-se uma panacéia, associada à crença de que o sucesso ou o fracasso no atual mundo competitivo depende de um conjunto de competências e habilidades individuais, definidas sob a égide do mercado. Essa concepção assume, nas duas últimas décadas, no Brasil, destaque particular nos discursos hegemônicos, justificando políticas de governo que, na realidade correspondem a simulacros de democratização da educação. Nessa perspectiva, podemos afirmar que a Educação de Jovens e Adultos, como modalidade de ensino destinada a elevar a escolaridade básica da população, constitui uma das mais claras evidências da marca social da escola, como assinalado por Antônio Gramsci (2000).

Não é outra a perspectiva recorrentemente explicitada na imprensa, cuja relevância nos processos de permanente construção e manutenção da hegemonia já era claramente identificada por Gramsci que, nas primeiras décadas do século XX, sublinhava o fato de que podemos considerar que "um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas), são também eles 'partidos', 'frações de partido' ou 'funções de um determinado partido'" (Gramsci, 2000. p.235). A ênfase na educação como chave para a saída da condição de miséria e de suposta incapacidade para o convívio social, presente na cultura-ideologia dominante desde o século XIX, se evidencia, até o presente, de forma clara, nas notícias veiculadas pela imprensa na primeira década deste século1. Por exemplo, segundo o Diário da Tarde "o aspecto mais promissor e realmente libertador do ser humano reside no curso profissionalizante, que abre horizontes para que, no futuro, as pessoas que hoje necessitam de amparo e assistência social possam sobreviver às próprias custas e, assim, ser responsáveis e tomar conta de si mesmas" (Diário da Tarde, 05/02/2007 - Belo Horizonte MG). Além de serem considerados incapazes de assegurar sua sobrevivência e de não serem dotados de responsabilidade, os "pobres" e pouco escolarizados, segundo o periódico, carecem das condições necessárias à sociabilidade, necessitando, portanto, de aprender uma profissão para superar tal "incapacidade".

É nesse quadro cultural, marcado pelo preconceito atitude de tutela em relação aos trabalhadores, em particular aqueles que integram a juventude do país, que se destacam as iniciativas destinadas à educação básica e profissional de jovens e adultos trabalhadores, entre as quais merecem referência o Programa Brasil Alfabetizado, o Projeto Escola de Fábrica e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem (Rummert, 2007).

Tais ações evidenciam o fato de que a educação da classe trabalhadora é, permanentemente, objeto de rearranjos de um mesmo pensamento hegemônico, o qual, embora metamorfoseado e adaptado às necessidades e características de diferentes momentos históricos, perpetua concepções conservadoras, focais e aligeiradas, insuficientes para universalizar a educação básica, mas eficazes no permanente processo de construção e manutenção da hegemonia. Constituem, assim, uma das expressões da forma como o Estado administra as correlações de forças sociais, preservando os interesses dominantes mas contemplando, também, de forma subordinada, as demandas das classes subalternizadas, objetivando a mediação de interesses em conflito e, em decorrência, a manutenção da hegemonia e das condições de controle social2.

Como pode ser percebido, no caso brasileiro, em que pesem declarações oficiais e textos legais, o direito pleno à educação ainda não se efetivou. Assim, ao discurso defensor do universalismo da educação básica se opõem ações concretas que, quando muito, podem chegar a universalizar certificações de escolaridade que legitimam, no mais das vezes, simulacros de educação enraizados na lógica das ações compensatórias, destinadas ao alívio da pobreza e que exercem claras funções de controle social.

Essa dualidade é fortemente reforçada pelo tratamento conferido, pela imprensa, à problemática educacional. Tal perspectiva se evidencia, por exemplo, nas referências acerca do tempo de escolaridade considerado necessário para "educar", de modo diferenciado, os jovens oriundos de distintas classes sociais. Ao tratar do tempo de duração do Ensino Médio, apoiando-se nas afirmações do então Secretário de Educação Média e Tecnológica do MEC, o Correio Braziliense afirma, concordando, que "Três anos é o tempo que o jovem brasileiro tem para apreender o saber de séculos a partir da Matemática, Física, Química, Biologia, Português, História, Geografia e Artes. O Ministério da Educação não entende que essa marca baste para preparar o jovem para a universidade e o mercado de trabalho. Por isso, quer acrescentar mais um ano no ensino médio" (Correio Braziliense, 26/02/2003). Entretanto, ao tratar do ProJovem, a imprensa não manifestava nenhum estranhamento pelo fato de que "O curso tem duração de um ano e permitirá ao jovem concluir o Ensino Fundamental, aprender uma profissão, desenvolver atividades de interesse comunitário e receber R$ 100,00 por mês" (Folha Dirigida,

1 O conjunto de notícias divulgadas na mídia que serviu de base para a análise aqui apresentada está disponível no endereço: www.uff.br/ejatrabalhadores.

2 A função de controle social, essencial à hegemonia, que conta com a ativa e fundamental participação dos meios de comunicação de massa, pode ser avaliada a partir das matérias divulgadas pela imprensa acerca dos programas aqui mencionados, apresentando-os como iniciativas revestidas de grande positividade visando à chamada "inclusão social". Tal afirmação pode ser verificada no arquivo de notícias sobre os programas voltados para a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no período 2003-2008, disponível em www.uff.br/ejatrabalhadores.

03/11/2005 - Rio de Janeiro RJ - ProJovem: inscrições até o dia 15). Talvez porque o Programa apresentasse como objetivo "devolver à sala de aula jovens entre 18 e 24 anos, sem ocupação formal e com ensino fundamental incompleto em 'situação de vulnerabilidade'" (Folha de São Paulo, 03/02/2005). Não é difícil depreender que, para as "classes perigosas", o considerado fundamental, pelas forças dominantes, em termos de vivência de processos pedagógicos, é a aprendizagem do indispensável para conformar os "vulneráveis", de modo que não se configurem como problemas à ordem já estabelecida e para aqueles que dela se beneficiam.

O tratamento diferenciado conferido aos jovens oriundos de diferentes frações de classe permite ressaltar dois pressupostos que orientam as análises aqui apresentadas. O primeiro refere-se ao caráter sócio-histórico do conceito de juventude, que assume diferentes significados em cada formação societária, evidenciando o fato de que a juventude, suas especificidades e seus conceitos são socialmente produzidos e constituem expressão das relações de poder em jogo em uma dada sociedade. São, portanto, como produtos históricos e culturais, expressões dos modelos socioeconômicos em que se originam. Assim, numa sociedade em que prevalece a destituição dos direitos, o conteúdo do ser jovem depende, precisamente, do menor ou maior grau de acesso a esses direitos. Os jovens aos quais se destina a formação precária do ProJovem são, inegavelmente, diferentes daqueles que têm direito a cursar o Ensino Médio em quatro anos. Do mesmo modo, têm acesso diferenciado à educação enquanto direito, os jovens que cursam esse nível de ensino no curso regular diurno e os que o fazem nas precárias escolas noturnas. Tal distinção, que apresenta diferentes gradações e matizes, além de corroborar as marcas patrimonialistas, coloniais e escravocratas de nossa cultura dominante, vai, também, ao encontro de recomendações das forças dirigentes no plano hegemônico internacional, representadas, por exemplo, pelo Banco Mundial que, considerava, ainda ao final da década de 1.990, não haver racionalidade no

> "investimento em educação acadêmica e prolongada para aqueles que (...) são a maioria e não nascem competentes para o exercício de atividades intelectuais: pobres, os negros, as minorias étnicas e as mulheres. Para estes, mais racional seria oferecer educação fundamental, padrão mínimo exigido para participar da vida social e produtiva nos atuais níveis de desenvolvimento científico e tecnológico, complementado por qualificação profissional de curta duração e baixo custo." (Kuenzer, 1999)

Desse pressuposto deriva outro, fundamental, que reside na relação estabelecida entre as questões referentes à juventude e as classes sociais fundamentais. É necessário destacar que a análise da questão da juventude a partir da origem socioeconômica daqueles que a compõem não pode ignorar as diferenças que o conceito de classe abriga. Tais diferenças exigem que consideremos as características de grupos distintos, suas formas de organização, problemas referentes a gênero, raça e crenças religiosas, por exemplo. Requer, também, que sejam consideradas as particularidades das faixas etárias reunidas sob o plástico conceito de juventude.

Assim, ao refletirmos sobre a temática da juventude, é necessário considerar que

> "se há características comuns entre todos os jovens de diferentes sociedades, é preciso atentar para a imensa variação de condições de vida, de trabalho, de educação, de poder aquisitivo, bem como para os diferentes valores, costumes, crenças etc., possíveis de serem encontrados não apenas entre jovens de diferentes sociedades, mas também no interior da maioria delas. Tais heterogeneidades obrigam a admitir que, da mesma forma que não se pode generalizar as chamadas mudanças inerentes à 'era pós-industrial' para toda e qualquer sociedade ou para todos os segmentos de uma mesma sociedade, também não faz sentido pensar a adolescência ou a juventude como únicas e homogêneas" (Ferretti , Zibas & Tartuce, 2004, p. 87)

Entretanto, se nos ativermos tão somente a tais diferenças, estaremos tratando da juventude de modo abstrato, desvinculada da materialidade histórica em que se produz e reproduz a existência. Podemos incorrer, assim, no erro de desconsiderar que a posição que o jovem e seu núcleo familiar de origem ocupam no modo de produção é decisiva na materialidade que o "ser jovem" adquire na sociedade capitalista. É precisamente a origem de classe que irá definir as possibilidades de futuro, as expectativas construídas pelos jovens e acerca dos jovens, as condições de acesso e permanência na escola, o tipo de escola que é possível freqüentar, as faixas etárias em que é socialmente aceitável e, mesmo, considerado desejável que ocorra o ingresso no mercado de trabalho, entre vários aspectos que podem ser arrolados como exemplos.

Aqui, parece-nos necessário fazer referência, ainda que breve, às zonas de silêncio a que são relegados, pela imprensa, temas que poderiam propiciar o questionamento do processo de construção de consensos tão preconceituosos quanto convenientes à manutenção das assimetrias de poder, no que concerne à questão do trabalho juvenil. Um expressivo silêncio derivado da lógica dual que organiza a sociabilidade brasileira reside na "denúncia" do desemprego juvenil. Abordando estudo divulgado pelo Dieese, em 2005, sobre os índices de desemprego nas regiões metropolitanas, a Folha de São Paulo ressalta que "Os piores índices aparecem entre os 16 e 17 anos", sem que se apresente qualquer questionamento acerca do lugar a ser ocupado pelos jovens dessa faixa etária, se vivendo em uma sociedade que assegurasse a todos o real direito à educação, independente da origem de classe (Folha de São Paulo, 20/09/2005).

A centralidade da origem de classe na análise das questões relativas à juventude possibilita a compreensão da essência das especificidades inscritas na totalidade social em que essa juventude, historicamente, se situa. Deixa-se, assim, de mascarar a origem de classe a partir de eufemismos como, "alvos preferenciais da escola do vício e do crime", "pobres e desvalidos da sorte", "reconhecidamente pobres" "em situação de risco social", "humildes", que naturalizam a situação de pobreza, para chegarmos ao cerne da questão. A educação de jovens e adultos, tal como aqui referida, destina-se à maioria da classe trabalhadora e é completamente distinta daquela destinada à classe dominante. Como afirma Frigotto, a educação

"nunca se apresentou como problema para a classe dominante brasileira, exatamente por uma questão de classe" (Frigotto, 2006. p.263).

A compreensão da educação como antídoto para a violência, como a mediação que irá assegurar que os jovens não encarnem o mito da periculosidade inerente às frações mais destituídas de direitos da classe trabalhadora – as chamadas classes perigosas – é partilhada pelas altas esferas de governo. Tal fato é explicitado, por exemplo, no jornal A Notícia, de Joinville, que, divulgando o ProJovem, reproduz, concordando, afirmações do presidente Lula, para quem é fundamental oferecer oportunidades educacionais aos jovens "para que a gente possa ganhar a juventude brasileira do crime organizado e do tráfico" (A Notícia, 27/3/2007). Não é outra a lógica que norteia o Editorial da Folha de São Paulo que, também ao tratar do ProJovem, critica o Programa tão somente pela faixa etária então atendida: "A julgar pelos dados do Censo 2000, são os adolescentes com idade entre 15 e 17 anos que constituem o estrato mais problemático. Essa é a camada que mais mão-de-obra fornece para o crime e que concentra os maiores índices de abandono escolar e morte violenta" (Folha de São Paulo, 03/02/2005).

É, portanto, também a partir da compreensão do caráter histórico do conteúdo abrigado pelo conceito de juventude, bem como da origem de classe como definidora do que é ser jovem, que abordamos, a seguir, as teses acerca da inclusão social pela educação e a funcionalidade do conceito de juventude para o sistema do capital.

A recorrência das teses de inclusão social pela educação

Os argumentos que conferem centralidade à educação, nos processos individuais e coletivos considerados necessários ao enfrentamento da denominada exclusão social, não são novos, mas adquirem contornos renovados. Para contrapor-se a argumentos de tal teor, faz-se necessário reafirmar que as condições socioeconômicas características do sistema do capital não constituem uma fatalidade, não são inexoráveis. Ao contrário, foram estruturadas pelo agir humano e por ele podem ser superadas. Isto significa, também, recusar, como já abordado, a lógica que naturaliza a pobreza e a torna objeto de medidas compensatórias.

Um segundo ponto refere-se ao fato de que, no âmbito do sistema do capital, o binômio inclusão/exclusão é tratado de modo a obscurecer o paradoxo que lhe é inerente, e que só pode ser desvelado quando o analisamos em sua radicalidade. Tratado ao nível do senso comum, tal binômio não permite perceber que as formulações teórico-práticas centradas nas propostas de propiciar a inclusão dos chamados excluídos são socialmente inócuas. E o são por diversas razões, entre as quais se destaca o fato de que não há exclusão real no modo de produção capitalista.

Conforme Oliveira, "os vendedores de refrigerantes às portas dos estádios viram sua produtividade aumentada graças ao *just-in-time* de fabricantes e distribuidores de bebidas; mas para realizar o valor de tais mercadorias, a forma de trabalho dos vendedores é a mais primitiva. Combinam-se, pois, acumulação molecular digital e puro uso da força de trabalho" (Oliveira, 2003.p.140).

Pactuando com a oferta, no mais das vezes enganosa, de possibilidades de inclusão pela educação, a imprensa confere expressiva ênfase ao empreendedorismo, como pode ser exemplificado pela proposta apresentada pelo articulista da Folha de São Paulo, Gilberto Dimenstein, cujas opiniões acerca da problemática educacional são favoravelmente acolhidas pelas forças dominantes em virtude de expressar a versão *moderna* e *lúcida* de seus interesses. No artigo de opinião "Armadilha para pegar jovens", Dimenstein propõe que as escolas públicas (e tão somente as escolas públicas) adotem a experiência do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), disseminando "a noção de empreendedorismo – ou seja, a habilitação para o jovem ser protagonista em diferentes atividades, inclusive nos negócios. A partir desses treinamentos surgem jovens que descobrem que podem abrir um negócio ou participar de uma cooperativa" (Folha de São Paulo, 25/9/2005).

Não era outra a perspectiva presente no *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2005*. Um melhor clima de investimentos para todos3, publicado pelo Banco Mundial, no mesmo ano. Defendendo o empreendedorismo como alternativa à pobreza, o documento valorizava, sobremaneira, a formação de microempresários, assim compreendidos: "Centenas de milhões de pessoas de baixa renda [que] ganham a vida como microempresários – agricultores, vendedores ambulantes, empregados domésticos e uma grande variedade de outras ocupações, principalmente na economia informal" (Banco Mundial, 2005, p.9).

A favor das teses da *inclusão* podem ser apresentados argumentos que enumeram exemplos de indivíduos, ou de pequenos grupos, que obtiveram algum tipo de êxito em seus esforços de "inclusão" no sistema, em particular a partir de ações de caráter formativo. Tais casos, entretanto, confirmam a constatação de que o sistema do capital necessita de uma certa permeabilidade que lhe assegure a situação de hegemonia já referida. Nessa perspectiva, verifica-se que pequenos eventos de caráter inclusivo não promovem transformações substantivas nas condições de vida do conjunto da classe trabalhadora, submetida a cada vez mais intensos processos de precarização das condições da existência.

A lógica de prevalência da perspectiva assistencial, que transcende as ações do âmbito educacional – mas nela se expressa de forma clara – pode ser facilmente comprovada por dados oferecidos por Pochmann, em análise da variação do orçamento social do Governo Federal, por habitante do país, no período de 2001 a 2004. Segundo os dados, os gastos com Saúde apresentaram um decréscimo de R$ 2,72 e o item Proteção ao trabalhador de R$ 2,73. No âmbito da Educação, a

3 Disponível em www.bancomundial.org.br/index.php/content/view_folder/2129.html consultado na Internet em 28 de setembro de 2008

queda registrada no período corresponde a R$ 0,73 por habitante, o que por si, evidencia as divergências entre discursos e ações. Entretanto, o item orçamentário Assistência Social apresentou uma elevação de R$17,25 por habitante no período (Pochmann, 2006. p.125). Não foi outra a lógica que norteou a formulação e implementação do ProJovem, vinculado, em sua primeira fase, à Secretaria-Geral da Presidência da República, que o implementou em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Deve-se destacar o fato de que o MEC sempre ocupou papel coadjuvante nessa política de governo, sendo responsável, apenas pelo ProJovem Campo, na segunda fase do Programa, iniciada em 2008.

Elementos como os até aqui enunciados evidenciam a necessidade de explicitar o fato de que as promessas de inclusão pela educação não resistem à análise estrutural da realidade, o que nos permite avançar na compreensão de uma constatação apresentada, em parte significativa da literatura acadêmica, como um paradoxo. Trata-se da enunciação que destaca o fato de que o mundo, particularmente em sua fase de globalização, embora com profundas assimetrias, produz, hoje, simultaneamente, mais riquezas e mais miséria e desigualdade. Entendemos que tal fato não constitui um paradoxo. Ao contrário, apenas explicita uma decorrência da estrutura do sistema do capital o qual, cada vez mais, gera riquezas de caráter material e imaterial e as privatiza, em benefício próprio.

Nesse quadro, verifica-se que as condições de assimetria socioeconômica estão, com maior ou menor intensidade, presentes entre países e no interior dos próprios países, mesmo aqueles que integram o núcleo orgânico do capital (Arrighi, 1998). Tais assimetrias, entretanto, agravam-se sobremaneira em países situados em condições de subalternidade no mundo globalizado, seja na condição periférica ou semi-periférica. É precisamente esse o caso do Brasil, ao qual, no quadro da divisão internacional do trabalho, foi destinado o papel de consumidor de ciência e de tecnologia desenvolvidas nos países do núcleo orgânico,

A partir da década de 1990, as teses da Teoria do Capital Humano são enfaticamente retomadas pelas forças dominantes, e a educação passa a ser apresentada como a chave para que o país se torne uma economia competitiva no quadro hegemônico internacional. Diversas iniciativas são tomadas pelo Estado, sobretudo no âmbito da educação profissional e, com menor intensidade, no plano da elevação da escolaridade no nível de ensino fundamental, principalmente a partir de 1995. Tais iniciativas, referentes à educação da classe trabalhadora, entretanto, constituíram e constituem, sobretudo, um processo de distribuição de ilusões. Tanto pelo anteriormente exposto, quanto pelo fato de que a esmagadora maioria das iniciativas de elevação de escolaridade e de educação profissional apresenta baixa qualidade e as marcas do aligeiramento inerentes ao que Fernández denominou como cultura dos mínimos (Fernández, 2006).

Os primeiros anos do século XXI trazem claras evidências de que nem a educação assegura, por si, o acesso ao emprego e, conseqüentemente, a inclusão no sistema do capital, nem o Estado assumiu, efetivamente, o compromisso com a universalização do direito à educação. Isso pode ser facilmente verificado por outros dados recentes. No que tange, especificamente, à questão da ocupação (sem que caiba questionar, aqui, o conteúdo do conceito), indicadores do IBGE informavam que a "Desocupação é maior entre os que têm entre 9 e 11 anos de estudo". Segundo a Síntese de Indicadores Sociais 2005, "A análise da taxa de desocupação por grupos de anos de estudo revelou que a desocupação em 2004 atingiu particularmente as pessoas com escolaridade entre 9 e 11 anos de estudo (12,4) em comparação com aqueles de escolaridade mais baixa de até 4 anos (5,5)".

Uma análise sobre tais dados nos é oferecida pelo próprio IBGE: "o fenômeno do desemprego tem um componente estrutural no que se refere à geração de postos de trabalho mais qualificados. A taxa de desocupação das pessoas com oito anos ou mais de estudo foi de 11,3%, um aumento de quase 1 ponto percentual em relação ao ano anterior." (IBGE, 2005. p.89). Entretanto, esses dados do órgão governamental não receberam destaque na imprensa, criando-se em torno deles, também, uma conveniente zona de silêncio.

O que se pode depreender do acima apresentado é que a desocupação não se reduz para os que apresentam maior escolaridade, ao contrário do insistentemente anunciado. Desvela-se, assim, o fato de que, em que pese a difusão, pelas forças dominantes – com decisiva participação da mídia –, da crença no valor intrínseco e isolado da educação, destituída de sua historicidade, não se verifica a necessária convergência entre o anunciado e resultados efetivos.

O acompanhamento das atuais políticas de educação também evidencia o fato de que muito pouco foi efetivamente realizado no sentido de universalizar a educação básica, no Brasil. Para fazer frente ao quadro de baixa escolaridade da população, em lugar de políticas universalizantes, várias iniciativas focais foram implementadas, atendendo a pequenos contingentes populacionais, aos quais, dada suas fragilidades como atores políticos, são oferecidas possibilidades de elevação de escolaridade com caráter precário e aligeirado, porém anunciadas como portadoras potenciais de inclusão, como já assinalado. Trata-se, assim, sobretudo, de atuar de forma urgente para controlar disfunções de um sistema que, por sua origem estrutural, continuará a gerar, cada vez mais, demandantes de novas medidas de caráter emergencial.

Referindo-se ao que denomina de "sociedade derrotada", constituída, por exemplo, pelo enorme contingente de pessoas que, nos centros urbanos "ocupa-se" do cada vez mais expandido comércio de rua, Oliveira, sintetiza de forma clara esse processo, ao afirmar:

> "Políticas piedosas tentam 'treinar' e 'qualificar' essa mão-de-obra, num trabalho de Sísifo, jogando água em cesto, acreditando que o velho e bom trabalho com carteira voltará quando o ciclo de negócios se reativar. Será o contrário: quando se reativar, e isso ocorrerá de forma intermitente, sem sustentabilidade previsível, então em cada novo período de crescimento o trabalho abstrato e virtual se instalará mais profundamente" (Oliveira. Op.cit. p.143)

Ainda sobre tal tipo de "formação", afirma o autor: "Em todos os cursos dessas "requalificações", treinam-se trabalhadores em informática, o 'ai Jesus' do novo trabalhador polivalente: não há nada tão trágico, pois se ensina a própria matriz da descartabilidade" (Idem. p.143). Não se deve deixar de acrescentar que esses trabalhadores, ao concluírem seus cursos de qualificação, perdem o acesso aos equipamentos digitais e, a exemplo do que ocorre com aos alfabetizados em programas tópicos de alfabetização que não têm assegurada a continuidade da escolarização, voltam rapidamente ao estágio de desconhecimento anterior, reforçando, de forma perversa, os processos hegemônicos de culpabilização das vítimas (Rummert, 2000). É nesse quadro que a Educação de Jovens e Adultos, que se volta, especificamente, para as frações da classe trabalhadora às quais foi negado o direito à educação, se apresenta em toda a sua fragilidade, permeada por aquilo que podemos denominar como um estigma de classe, que é, em si, definidor da materialidade em que constroem as distintas juventudes numa mesma sociedade que se apresenta, falaciosamente, como harmônica e democrática.

A funcionalidade do conceito de juventude para o sistema do capital

São muitas as questões que podem decorrer da compreensão das características do conceito de juventude na diferentes fases de expansão e consolidação do sistema do capital. Uma delas vem sendo tratada de modo pouco questionador, mesmo no interior da academia, embora exija maior atenção para que sejam desvelados seus aspectos essenciais. Trata-se da questão das faixas etárias abrigadas pelo conceito de juventude.

Hoje, para além da delimitação da fase denominada como juventude pelas idades de 15 anos como marco inicial e de 24 anos como seu término, vem se construindo, no Brasil, a extensão da chamada juventude até os 29 anos. Tal alargamento é, geralmente, justificado pelo fato de que, no último século, a expectativa de vida média da maioria das populações aumentou de forma tal que exigiu essa ampliação. Argumentos recentes também apresentam tal alargamento como uma decorrência inexorável da complexidade da denominada "sociedade do conhecimento", a qual exigiria, por suas características, maior tempo de aprendizagem e de adaptação para o ingresso na vida adulta.

A idéia de que uma longa juventude é necessária e naturalmente decorrente das características das sociedades contemporâneas não é suficiente, entretanto, para obscurecer a antinomia abrigada na própria argumentação. Se vivemos na chamada "sociedade do conhecimento" – a qual por sua vez demanda a "aprendizagem ao longo da vida" ou a "educação continuada"4 – o tempo, mesmo que maior, de juventude não esgota as possibilidades e necessidades do aprender. Justificar o aumento do tempo de juventude ancorado-se nessa lógica significa, portanto, na realidade, admitir que após a fase de juventude a aprendizagem, pelo menos aquela necessária ao atual estágio do modo de produção capitalista, cessa, contrariando-se, assim, nos seus próprios termos, o real sentido da expressão "ao longo da vida".

Podemos, assim, indagar se a juventude (e seus conceitos) – bem como as múltiplas dificuldades por ela vivenciadas – constitui um problema real ou apresenta funcionalidade para o sistema do capital. No caso brasileiro o conceito de juventude, como anteriormente afirmado, se estende até os 29 anos de idade; assim, se é jovem até quase os 30 anos.

Ora, no imaginário social, a juventude é uma fase de vida que, por seu caráter transitório e provisório, pode, ao mesmo tempo, ser tutelada e privada de direitos teoricamente atribuídos aos adultos como, por exemplo, o direito a uma vida estável. Os jovens, na situação de *aprendizagem para a vida* podem, de acordo com tal lógica, ser passíveis, por exemplo, de diferentes formas de exploração pelo mercado. Tal situação de exploração se expressa em condições de trabalho precarizadas, na situação de aprendizes, ou nas atividades de estágios, denominação que abriga atividades laborais de toda sorte. Tais formas de disponibilizar para o mercado mão-de-obra pouco valorizada – e portanto, de baixo custo – justifica-se, nos discursos centrados na lógica dominante, pelo fato de que a juventude constitui a fase da vida destinada à aquisição da experiência suficiente para o suposto ingresso futuro, na condição de adulto, no mercado do trabalho formal.

Entretanto, também segundo a lógica do mercado e do consumo centrado nos valores da obsolescência planejada, a partir da faixa etária que se inicia aos 40 anos de idade, o trabalhador já é considerado "velho" para pleitear postos assalariados de trabalho formal, em decorrência de suposta perda de sua capacidade de ser dinâmico e competitivo. Assim, sendo alargada a fase da juventude (com seu caráter de provisoriedade) e limitando-se o tempo da vida considerada produtiva para o capital, o trabalhador possui, hoje, na condição de mercadoria teoricamente valorizada no mercado, uma "vida útil" de aproximadamente 15 anos.

O alargamento da faixa de idades abrigadas pela atual concepção de juventude, pode concorrer, assim, para reduzir sensivelmente o *estoque de mão-de-obra, ou de recursos humanos* dotado de legitimidade para pressionar, efetivamente, as instâncias de governo no sentido da criação de possibilidades de empregos estáveis.

Outra face dessa mesma funcionalidade que a concepção de juventude apresenta para o atual estágio do capitalismo se expressa nos conceitos, hoje correntes, de empreendedorismo, empregabilidade e auto-emprego. Tais conceitos pressupõem daqueles que procuram incorporá-los, a permanente capacidade de aceitar e, mesmo buscar, várias mudanças nos percursos de trabalho; energia física e psíquica necessárias para aceitar e se adaptar ao novo ou supostamente novo; o permanente ânimo para recomeçar; a coragem de correr riscos. Tais valores estão, também, no imaginário social, direta, ou indiretamente, mas sempre fortemente, associados à juventude.

4 É importante assinalar o fato de que as proposições relativas à "aprendizagem ao longo da vida" ou à "educação continuada", se analisadas a partir de seus formuladores e dos interesses a que atendem, mostram-se, na realidade, como proposições relativas à adaptação permanente às demandas de mercado. A esse respeito ver, por exemplo, Canário (2003)

Assim, ao mesmo tempo é justificada a inexistência de garantias de direito ao trabalho para os adultos, que já não possuem as necessárias atitudes modernas e positivas em relação ao mercado competitivo e é valorizada, apenas ao nível do discurso, a imagem de uma juventude abstrata que, no plano concreto, se encontra alijada das condições de acesso ao direito à educação de qualidade e ás condições dignas de trabalho, sendo cada vez mais submetida a diversos processos de precarização da existência.

Considerações finais

O grave quadro socioeconômico brasileiro exige, simultaneamente, medidas emergenciais e medidas estruturais. Entretanto, é apenas no plano das propostas emergenciais que as ações governamentais se situam, apresentando pequeno grau de impacto e pouca viabilidade quando se trata de atender à complexidade e à amplitude da demanda que nos é apresentada por um universo de mais de 30 milhões de jovens de 15 a 24 anos, mantendo-se, aqui, o tradicional limite etário..

Outro importante aspecto a considerar parte de dados referentes ao desemprego, ou ao ingresso no mercado de trabalho de jovens entre 15 e 17 anos, oferecidos por diferentes estatísticas disponibilizadas pelo IBGE e pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Ocorre que jovens dessa idade não deveriam ser compelidos a trabalhar e não o fariam se não integrassem os contingentes mais destituídos de direitos da classe trabalhadora. São precisamente os jovens oriundos dos muitos bolsões de miséria existentes no país que integram tais estatísticas, expulsos da escola e aos quais é negado, cotidianamente, o direito à educação, seja pela qualidade das escolas públicas, seja pela ausência delas, sobretudo em nível de Ensino Médio.

Temos, assim, por um lado, a maioria dos jovens da classe trabalhadora privada do direito à educação em virtude de nosso modelo sócio-econômico. Por outro, os discursos afinados com os interesses dominantes anunciam, de forma recorrente, a importância da educação na chamada "sociedade do conhecimento" enquanto, simultaneamente, justificam a lógica que nega a esses mesmos jovens o direito de freqüentar a escola em virtude dos dispositivos de caráter social e legal que legitimam um dos mais perversos quadros de concentração de renda hoje existente em todo o mundo.

Ao imenso contingente de jovens vitimados pelas marcas estruturais de nossa sociedade, o governo federal oferece políticas de caráter focalizado que pré-determinam seu futuro e mantêm intocado o instrumento legal que lhes fechou as portas do ensino regular diurno nos estabelecimentos públicos de ensino. Tal situação foi agravada pela atual LBD 9.394/96, ao reduzir as idades para a realização dos até hoje chamados "exames supletivos". O parágrafo 1º do artigo 38 da referida Lei estabelece as idades de 15 e 18 anos a partir das quais os jovens podem obter, por meio da realização de tais exames, os certificados de Ensino Fundamental e Médio.

Essa redução dos limites de idade, para o abandono da escola – paradoxal, se consideramos a ampliação das faixas etárias que hoje compõem a chamada juventude –, trouxe algumas soluções aparentes para problemas como a defasagem idade-série, característica marcante das redes públicas de ensino, para a qual convergem as crianças e adolescentes da classe trabalhadora – na rede privada esse problema, quando existe, é meramente residual – e produziu, também, melhores indicadores de escolaridade da população.

Se tal redução de idades apresenta, sem dúvida, grande funcionalidade para a manutenção da ordem e da hegemonia, por outro, atirou parcela muito significativa da juventude num abismo, privando-a do necessário convívio com as possibilidades formativas da escola5, trazendo para os jovens uma enorme lacuna em sua formação.

Vemos, portanto, que a lógica que rege as ações voltadas para a juventude da classe trabalhadora, no que concerne à sua educação e inserção no mundo do trabalho, é marcada pelas perspectivas de assistencialismo, de busca de "mitigação" da pobreza, de prevenção de delitos e, mesmo, de caráter moralizante. Tais perspectivas, revestidas de discursos que apontam para as imposições da modernidade, ou da pós-modernidade, na realidade têm sua origem fincada na lógica que regia, ainda no século XIX, as iniciativas de formação profissional voltadas para os "órfãos", os "expostos", os "pobres", os "desvalidos da sorte". Essa lógica, embora renovada, pode ser encontrada em vários exemplos que vêm sendo oferecidos ao longo do tempo e permanece inalterada, em sua essência, como anteriormente referido.

O resgate histórico dessas iniciativas evidencia características predominantes que sublinham a marca social de classe da educação de jovens e adultos trabalhadores. A primeira diz respeito ao caráter de descontinuidade das ações, sejam elas promovidas no âmbito da burocracia do Estado ou por diferentes agentes da sociedade civil. Outra característica diz respeito à heterogeneidade de agentes, de concepções, de fundamentos, de princípios e de objetivos. Se, por um lado, essa multiplicidade pode parecer compatível com as teses de respeito à *diversidade*, por outro, concorre de forma substantiva para o aprofundamento da fragmentação societária.

Nesse quadro, o que prevalece é a perspectiva tutelar, a partir da qual se verifica a oferta de oportunidades aos jovens a partir de uma lógica centrada em fortes assimetrias de poder e que está assentada em dois pólos: os que definem as regas e o conteúdo das ofertas e os jovens que constituem o "objeto" das intervenções. Nessas ofertas, o que se espera é que os jovens tenham um comportamento que não cause transtornos à ordem instituída, às estruturas socioeconômicas; que

5 Não ignoramos o fato de que a organização do sistema escolar público, no Brasil, em toda a sua complexidade, constitui um enorme desafio dados os imensos problemas que atravessa fartamente analisados na literatura acadêmica. A escola, como expressão da crise da sociedade da qual é constitutiva, exige profundas alterações para atender a seu papel no plano da efetiva democratização do conhecimento, questão que, por seu caráter extremamente complexo, não pode ser abordada no presente trabalho.

aprendam e introjetem os parâmetros do comportamento considerado desejável e necessário pelas forças dominantes. Trata-se de um conjunto de iniciativas educativas centradas no objetivo de produção da conformidade.

Exerce-se, assim, uma função contenedora de demandas coletivas, fruto de mobilizações sociais, na medida em que são enfatizadas, fundamentalmente, as ações de caráter individual em detrimento das lutas coletivas. Nesse sentido, coadunam-se com o deslocamento do *nós para o eu*, que Hobsbawm (1995) destaca, com muita propriedade, ao analisar o processo de desagregação societária que constituiu uma das marcas do século XX.

Reverter tal quadro requer uma luta que transcende o plano educacional. Exige atuações coletivas que visem a superar a "marca social da escola" construída a serviço da lógica do sistema do capital. Trata-se de lutar para que sejam asseguradas as condições materiais para que os jovens da classe trabalhadora retornem e permaneçam na escola, sem o quê qualquer iniciativa que se anuncie democratizadora das condições de acesso à educação reveste-se de marcas de ingenuidade ou de falácia. Para tanto, trabalhar na perspectiva teórico-prática de reconstrução e valorização da escola pública de caráter unitário, como direito universal, é uma tarefa que requer esforço coletivo no sentido de construir as condições políticas e econômicas necessárias à sua viabilização. Essa tarefa, por sua importância e magnitude não pode prescindir da participação ativa e intensa da própria classe trabalhadora e, no caso particular que aqui abordamos, de um efetivo protagonismo dos jovens até hoje alijados dos direitos a uma vida digna, entre os quais se inclui a educação.

Fontes e Referências

A Notícia. ProJovem recebe matrículas. Joinville, Santa Catarina, 27/3/2007.

Arrighi, Giovanni, (1998). *A ilusão do desenvolvimento*. (A ilusão desenvolvimentista: uma reconceituação da semi-periferia). 6.ed. Petrópolis: Vozes.

Banco Mundial. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2005*. Um melhor clima de investimentos para todos. www.bancomundial.org.br/index.php/content/view_folder/2129.html (consultado na Internet em 28 setembro de 2008).

Brasil – IBGE, (2007). Síntese dos Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE.

Brasil - IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2005. www.ibge.gov.br. Consultado na Internet em 02 de julho de 2008.

Canário, Rui, (2003). A "aprendizagem ao longo da vida". Análise crítica de um conceito e de uma política. In: Canário, Rui, (2003). (org). *Formação e situações de trabalho*. Porto: Porto Editora.

Correio Braziliense. Um ano a mais no nível médio. Brasília, DF, 26/02/2003.

Diário da Tarde. Efeitos do ensino profissionalizante – Editorial. Belo Horizonte, MG, 05/02/2007.

Dimenstein, Gilberto (2005). Armadilha para pegar jovens. Folha de São Paulo, São Paulo, SP, 25/9/2005.

Fernández, Florentino Sanz, (2006). *As raízes históricas dos modelos actuais de educação de pessoas adultas*. Cadernos Sísifo 2. Lisboa: Educa/Unidade de I&D de Ciências da Educação. Universidade de Lisboa

Ferretti Celso, Zibas, Dagmar & Tartuce, Gisela. (2004) Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. São Paulo. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 122, maio/ago.

Folha de São Paulo. Mais um Programa – Editorial. São Paulo, SP, 03/2/2005.

Folha de São Paulo. Jovens entre 16 e 24 anos são 46% dos desempregados. São Paulo, SP, 20/9/2005.

Frigotto, Gaudêncio (2006). Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação. In: *Fundamentos da Educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/EPSJV.

Gramsci, Antonio (2000). Cadernos do Cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. v.2. Edição e Tradução Carlos Nelson Coutinho; co-edição: Luis Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Goulart, Sampaio e Nespoli (2006). O desafio de universalização do ensino médio. INEP. Artigos. www.inep.gov.br/imprensa/artigos 2006. (consultado na Internet em 24 de julho de 2006).

Hobsbawn, Erick, (1995). *Era dos extremos*. O breve Século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras.

Kuenzer, Acácia, (1999). Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. Boletim Técnico do SENAC 25(2). www.senac.br/BTS/252/boltec252b.htm. (consultado na Internet em 13 de setembro de 2008).

Oliveira, Francisco, (2003). *Crítica à razão dualista* – O ornitorrinco. São Paulo Boitempo.

Pochmann, Márcio, (2006). Economia brasileira hoje: seus principais problemas. In: *Fundamentos da Educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/EPSJV.

Rummert, Sonia Maria, (2000). *Educação e identidade de trabalhadores*. As concepções do Capital e do Trabalho. Niterói: Intetexto; São Paulo: Xamã.

_____ (2007). A educação de jovens e adultos trabalhadores. O "novo" que reitera antiga destituição de direitos. In: Rummert, Sonia Maria (2007). Gramsci, trabalho e educação. Jovens e adultos pouco escolarizados no Brasil actual. Cadernos Sísifo 4. Lisboa: Educa/Unidade de I&D de Ciências da Educação. Universidade de Lisboa.

www.uff.br/ejatrabalhadores.

A interpretação ideológica de um jornal impresso brasileiro sobre a categoria "meninos de rua"

Marcelo Andrade

Universidade Federal de São João del-Rei
mapea@uol.com.br

***Resumo*:** Esta comunicação apresenta os resultados da tese "A categoria 'meninos de rua' na mídia: uma interpretação ideológica". Nela, particularmente, interessa a construção social da categoria "meninos de rua", a partir da análise da produção do jornal Folha de S. Paulo no período 1980-2001. Para a interpretação da produção da Folha, foi utilizado o conceito de ideologia e o referencial metodológico hermenêutica de profundidade propostos por John B. Thompson (1995) e o conceito de estigma de Erving Goffman (1988). Foram analisadas 449 unidades de informação (UIs) sobre o tema "meninos de rua" publicadas pela Folha. A análise das UIs permitiu construir uma proposta interpretativa em que o conceito de estigma ocupa posição de escol. A análise da produção do jornal Folha de S. Paulo sobre a categoria "meninos de rua" indica que o tema se manteve na pauta do jornal ao longo dos 21 anos. A principal entrada da categoria "meninos de rua" no jornal é via o tema "violência", predominantemente como vítima. A Folha priorizou o discurso de denúncia, simplificador e que não contribui para a compreensão do fenômeno social crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil. Estas características, na perspectiva de Thompson (1995), permitem interpretar que a produção do jornal Folha de S. Paulo sobre a categoria "meninos de rua" é ideológica, pois sustenta e reproduz relações de dominação dos não-pobres sobre os pobres.

Introdução

Esta comunicação foi estruturada a partir da tese "A categoria 'meninos de rua' na mídia: uma interpretação ideológica", que acolhe o objetivo geral do Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade (NEGRI), do Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, quando se propõe compreender a construção social da infância pobre no Brasil, procurando apreender a sustentação de relações de dominação de gênero, raça e idade. Neste sentido, dá continuidade ao trabalho de Fúlvia Rosemberg (1993a), coordenadora do NEGRI, orientadora da referida tese e que problematizou a construção e o tratamento dado à categoria "meninos de rua1" na literatura especializada e na mídia nos anos de 1980.

A mídia nacional e internacional, enquanto ator social, contribuiu e contribui para a estigmatização da infância pobre no Brasil, ao associar a pobreza inexoravelmente à produção de "meninos de rua", transformando esta expressão em categoria analítica, interpretativa do social e, metaforicamente, representar toda a pobreza ou a desigualdade social, econômica e política da sociedade brasileira. Na perspectiva desta comunicação, consideramos que tal processo produz um estigma social, isto é, a nossa tese é que o jornal, ao sustentar e produzir a categoria "meninos de rua", estigmatiza crianças e adolescentes em situação de rua e, por extensão, crianças e adolescentes pobres, na medida em que "meninos de rua" passou a ser emblemática da pobreza.

A tese de Leandro F. Andrade (2001) abriu caminho, localizou e deu apoio para a tese de Rosangela Freitas (2004) e Leila Nazareth (2004). As três pesquisas têm em comum a análise do jornal impresso paulista "*Folha de S. Paulo*" sobre a infância pobre a partir dos respectivos temas: prostituição infanto-juvenil, trabalho infanto-juvenil e gravidez adolescente. O argumento de Andrade (2001) é que a mídia, ao tematizar a prostituição infanto-juvenil, constrói uma interpretação ideológica, na ótica de John B. Thompson (1995), que sustenta relações de dominação. Andrade (2001) avança no plano teórico ao articular a esse referencial o conceito de "estigma", entendido como uma das estratégias de operação de ideologia.

No desenvolvimento da tese, que ora relatamos, o aporte teórico-metodológico para a interpretação da produção da *Folha de S. Paulo* sobre a categoria "meninos de rua" também é oferecido por Thompson (1995) em dois momentos: no primeiro, para a compreensão e a apreensão de sua proposição do conceito de ideologia; e no segundo, para o uso de sua proposição metodológica na análise dos fenômenos culturais, isto é, para a análise das formas simbólicas produzidas, transmitidas e recebidas em contextos estruturados por meio da Hermenêutica de Profundidade (HP).

A HP é um referencial metodológico que compreende três fases. A primeira fase é a "análise sócio-histórica" do contexto de produção de formas simbólicas. A segunda fase é a "análise formal" ou "discursiva", quando as formas simbólicas são estudadas como construções simbólicas complexas que apresentam uma estrutura articulada. Na tese, essa fase da pesquisa se constituiu na análise das peças jornalísticas (artigos, gráficos, mapas e outros) publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, no período de 1980 a 2001. A terceira fase é a "interpretação/reinterpretação", quando, a partir de resultados obtidos nas fases anteriores, o pesquisador propõe uma nova interpretação de um campo pré-interpretado.

2. A construção do objeto

O objeto desta investigação foi constituído a partir da problematização de Rosemberg (1993a) de que a redescoberta da categoria "meninos de rua", após o Ano Internacional da Criança (1979), gerou um discurso de denúncia que estigmatiza crianças e adolescentes em situação de rua bem como a pobreza latino-americana.

Assim, a mobilização internacional e nacional pela causa dos direitos da infância, adotou os "meninos de rua" como seu emblema. Neste esforço de captar adeptos e recursos econômicos, a mídia ocupou (e ocupa) posição de destaque criando, sustentando e circulando discursos que apelam à compaixão e, ao mesmo tempo, constroem e reproduzem estigmas sociais contra a pobreza subdesenvolvida (Rosemberg, 1993a).

A mídia não é o único ator social que participa da construção social da categoria "meninos de rua". Nas últimas três décadas, a visibilidade do sofrimento de crianças e adolescentes pobres ganhou destaque mundial. Diferentes atores sociais

1 As aspas indicam que se trata de categoria nativa.

envolveram-se com a defesa dos direitos da criança e do adolescente. Mas esta defesa tem sido contraditória, na medida em que se apóia e constrói imagens degradantes, como "identidades deterioradas" do segmento social que pretende "salvar".

Como afirmamos, um dos eventos que contribuiu para a visibilidade e o debate sobre a infância pobre no mundo foi o "Ano Internacional da Criança" em 1979, que comemorou os 20 anos da "Declaração Universal dos Direitos da Criança" (Barbetta, 1993), envolvendo diferentes instituições. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), indicado pela Assembléia Geral das Nações Unidas para a coordenação das atividades (Unicef, 2005a), teve grande destaque. Para a ONU, a ação central desse ano era iniciar um processo de maior alcance visando o reconhecimento dos direitos da criança. Para tal, a Assembléia Geral da ONU estabeleceu um grupo de trabalho, integrado por membros da Comissão da ONU sobre Direitos Humanos, especialistas independentes e delegações de observadores de governos não-membros, organizações não-governamentais e agências da ONU para a elaboração de uma Convenção com força de lei (Unicef, 2005b). Além do Unicef, participaram ativamente outros dois atores sociais para as atividades do Ano Internacional da Criança: estamos nos referindo à Igreja Católica (representada pelo Papa João Paulo II) e ao Comitê de Jornalistas Europeus (Vaticano, 1979).

O Papa João Paulo II, em discurso para o Comitê de Jornalistas Europeus e para a Comissão Nacional Italiana para o Ano Internacional da Criança, em 13 de janeiro de 1979, destacou a importância da iniciativa dos jornalistas em estudar as crianças desfavorecidas visando à sensibilização dos leitores. O Papa ainda afirmou a posição da Igreja Católica em apoiar e encorajar as atividades voltadas para o benefício das crianças, que aconteceriam em 1979. Segundo o Papa, a população de crianças desafortunadas era imensa e com necessidades de proteção, justamente pelas suas condições precárias de existência (Vaticano, 1979). No Brasil, a Igreja Católica, especialmente via Pastoral do Menor e religiosos, bem como a mídia religiosa ou laica e seus profissionais participaram e participam ativamente desta mobilização por crianças e adolescentes em situação de rua, mobilização que se inicia em período de abertura política após o regime militar (Barbetta, 1993).

É nesse contexto que, ao final da década de 1970, a categoria "meninos de rua" foi criada ou recriada como metáfora ou emblema de crianças e adolescentes pobres. "Meninos de rua" e criança e adolescente pobres passaram a ser sinônimos, o que resultou na circulação acrítica de uma teoria nativa sobre sua "produção" que gerou estimativas extravagantes sobre seu número, usada e difundida em diferentes contextos sociais, bem como propostas simplificadoras para "resolução do problema".

As estimativas sobre "meninos de rua" no mundo giravam na casa de dezenas de milhões, variando conforme a instituição ou o pesquisador responsável pela estimativa. No entanto, tais estimativas não se apoiavam em pesquisas (dos tipos censitário ou amostral), na maioria das vezes não indicavam as fontes e, quando indicavam, não explicitavam os procedimentos de cálculos ou não se baseavam em argumentos provados (Rosemberg, 1993a e 1994; Martins, 1996).

Nesse período, entre as instituições que divulgavam estimativas sobre o número de "meninos de rua", o Unicef teve grande destaque. Segundo Rosemberg (1993a), provavelmente, a primeira estimativa mundial sobre "meninos de rua" foi apresentada em 1981 por Peter Taçon, assessor do Unicef em Nova York e responsável pelas questões relacionadas às crianças "abandonadas" e sem família. Segundo Rosemberg (1993a), Taçon acreditava que qualquer estimativa "razoável" avaliaria por volta de 100.000.000 o número de crianças vivendo em "abandono" no mundo, sendo que metade delas estaria na América Latina. É interessante destacar que o número de crianças que estavam "vivendo" nas ruas divulgado em 1981, caía a cada nova publicação do Unicef e, em 1988, o número aproximado apresentado foi de 30.000.000 no mundo. Rosemberg (1993a) chama a atenção para o fato de que as publicações, produzidas e publicadas por profissionais vinculados ao Unicef, não discutem ou analisam as estimativas anteriores.

Apesar dos problemas metodológicos e da inverossimilhança, as estimativas do Unicef ganharam credibilidade graças ao seu prestígio junto ao público, a sua penetração na mídia internacional e ao carisma de Taçon. Essas cifras acabaram circulando em publicações de jornais nacionais e internacionais como a *Folha de S. Paulo* e o *New York Times*, penetrando teses e artigos acadêmicos nos EUA, Europa, América Latina e Brasil, ou ainda, em livros de divulgação (Rosemberg, 1993a).

No mesmo período em que foram divulgadas estimativas mundiais e latino-americanas sobre o número de "meninos de rua", instituições nacionais e internacionais também divulgaram estimativas sobre crianças brasileiras "abandonadas", que progressivamente foram identificadas como "crianças carentes" e "crianças de rua" (Rosemberg, 1993a).

Em meio a estas imprecisões conceituais, que unificaram sob a mesma égide a diversidade da infância pobre brasileira, foram apresentadas estimativas que giravam entre 49,6 milhões e 1 milhão de "meninos de rua" no Brasil (Rosemberg, 1993a). A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) foi o órgão brasileiro que mais produziu cifras sobre aqueles que denominavam como "menores abandonados", cifras que também giravam na casa dos milhões. Mais tarde, a tradição da FUNABEM foi mantida pelo Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA), responsável, principalmente, pelas estimativas sobre "meninas prostitutas" (Rosemberg, 1993a). Em relação às organizações internacionais que divulgaram estimativas sobre os "meninos de rua" no Brasil, o Unicef mais uma vez se destaca.

Como nas estimativas internacionais, as brasileiras, na maioria das vezes, não se apoiavam em pesquisas, ou não apresentam as fontes, as metodologias. Além destes problemas, nota-se a falta de definição sobre quem eram estas crianças e adolescentes (idade, atividades desenvolvidas, vínculo familiar). Tudo isso corroborou para a veiculação de uma retórica dramática, que apesar do objetivo humanitário, estigmatiza a criança e o adolescente pobres, a família pobre e a pobreza. Isto é, famílias pobres geram na atualidade "meninos(as) de rua", e no futuro, criminosos (no caso dos homens) e prostitutas (no caso de mulheres) (Rosemberg, 1993a). Esta retórica foi produzida e reproduzida pela mídia, por ONGs, pelo governo, pela

igreja e por representantes da comunidade acadêmica, que deixaram de lado o que seria o seu ofício: o olhar crítico (Rosemberg, 1993a; Andrade, 2001).

Termos e expressões como "menor", "pivete", "trombadinha", "criança carente", "criança abandonada", "menino(a) de rua", "menor de rua", "criança trabalhadora", entre outros, foram usados como sinônimos (Paula, 1992; Rosemberg, 1993a e 1994), apesar de, na década de 1980, já existirem pesquisas que apontavam para a inadequação dessas expressões, principalmente "menino de rua", a mais utilizada, que, por ser pouco precisa, tratava as crianças e adolescentes pobres pela ótica do abandono (Paula, 1992).

Por outro lado, já no final na década de 1980, nem toda a comunidade acadêmica e/ou pessoas/organizações envolvidas com as crianças e os adolescentes em situação de rua no Brasil concordavam com esta retórica estigmatizante e com as estimativas (Ibase, 1993; Rosemberg, 1993a). Isso resultou na elaboração de pesquisas mais críticas sobre crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil.

Na produção acadêmica brasileira, podemos identificar dois eixos de estudos sobre crianças e adolescentes em situação de rua nas décadas de 1980 e 1990. De um lado, pesquisas e textos que colam o discurso à realidade, numa postura epistemológica "realista" (os discursos hegemônicos sobre e de "meninos de rua" espelham a realidade de crianças e adolescentes em situação de rua); de outro, outros estudos que problematizam esses discursos, sugerindo que eles ultrapassam a descrição, criando e sustentando os mesmos fenômenos sociais que procuram combater. Abre-se, assim uma perspectiva de pesquisa visando apreender a extensão e descrever o cotidiano de crianças e adolescentes em situação de rua.

Foram, então, realizadas diferentes pesquisas entre o final da década de 1980 e durante a década de 1990, que estavam interessadas em conhecer o perfil de crianças e adolescentes em situação de rua: a extração social; a trajetória escolar; o que faziam nas ruas; quais as expectativas; os motivos para estar na rua; o uso de abrigos; a incidência sobre uso de drogas; os problemas que enfrentavam; entre outros. Outro grupo de pesquisas estava mais interessado na estimativa quanto ao número de crianças que usavam as ruas das cidades brasileiras como espaço de sociabilidade, trabalho e permanência. Vamos destacar algumas dessas pesquisas que abriram brechas no discurso hegemônico sobre "meninos de rua". Iniciamos com as pesquisas que procuraram estimar o número de crianças e adolescentes em situação de rua baseadas em contagens, algumas equivocadamente denominadas de "censo".

Essas pesquisas (contagens e "censos") partem, na maioria das vezes, de definições operacionais sobre crianças e adolescentes em situação de rua. A questão da conceituação usada é capital para se entender a produção do estigma contra crianças e adolescentes em situação de rua e pobres, pois, ao se rotular a infância e adolescência pobre de "meninos de rua" cristaliza-se uma representação na qual o abandono familiar e a delinqüência ocupam o núcleo central. Assim, durante os anos 1980 e 1990 percebe-se uma tentativa de problematização na configuração única da expressão "meninos de rua". Ela se inicia pelo próprio Unicef (Alves, 1991), quando propõe a distinção entre "meninos na rua" (com vínculo familiar) e "meninos da rua" (sem vínculo familiar). Porém, esta conceituação ainda é reducionista, pois: subsume crianças e adolescentes no único termo "meninos" ou "crianças" em retórica de infantilização como mostrou Andrade (2001); reduz a pluralidade de usos da rua ao eixo com ou sem vínculo familiar; continua sendo usada como metáfora da pobreza (Rosemberg, 1993a).

Nas pesquisas realizadas no Brasil nas décadas de 1980 e 1990 para contagem de crianças e adolescentes em situação de rua, nota-se esforço de chegar-se a uma definição descritiva, operacional. Tal esforço é facilmente compreensível: a definição operacional é imprescindível para estimar-se quantas crianças e adolescentes foram vistos nas ruas. Mesmo com as limitações conceituais apresentadas, boa parte das pesquisas (contagens e censos) desenvolvidas nas décadas de 1980 e 1990 estimulou outro olhar para a criança e o adolescente em situação de rua. Este outro olhar, mesmo que tímido, foi sendo construído graças à descrição do perfil demográfico e familiar destas crianças e adolescentes.

As pesquisas chegaram a conclusões muito próximas. A primeira é o número deflacionado de crianças e adolescentes em situação de rua quando comparado às estimativas divulgadas, principalmente na década de 1980, por "especialistas", órgãos governamentais, Unicef, ONGs, mídia e sociedade, que colocavam esse número na casa dos milhões. A segunda é a predominância de meninos e rapazes sobre meninas e moças (já que excluíam a atividade na rua desempenhada por moças). A terceira diz respeito ao horário de permanência das crianças e adolescentes na rua, que é principalmente o diurno. Dentre as atividades desenvolvidas, a laboral é a principal, o que se contrapõe à associação de que criança e adolescente em situação de rua seja igual a crime. A quarta é a idade dessa população, sendo que a faixa etária com maior percentual é a de 11 a 14 anos, o que significa que são pré-adolescentes e adolescentes, ao contrário do que informa a expressão "criança de rua". Enfim, as pesquisas dão informações que permitem romper com a visão da criança e do adolescente que moram nas ruas, que estão abandonados ou sem família, apontam para uma diversidade de usos da rua por crianças e adolescentes.

Rosemberg (1994), alerta para as armadilhas do discurso estereotipado "(...) que vem alimentando nosso imaginário social sobre esse grupo de crianças e adolescentes, estereótipos que endurecem ainda mais as condições de vida nas ruas"(p. 44). Ao descrever e interpretar o discurso do jornal *Folha de S. Paulo* sobre "meninos de rua" queremos alertar a "nós normais" que nossos discursos sobre "eles os desviantes" podem acarretar conseqüências deletérias na vida dessas pessoas que explicitamos pretender proteger.

Ao acolher e produzir o discurso hegemônico e estigmatiza dor sobre "meninos de rua" o jornal *Folha de S. Paulo* não oferece possibilidades para que seu leitor possa compreender esse fenômeno e, dessa forma, participar como cidadão na

negociação da agenda de políticas públicas visando à melhoria das condições de vida de crianças e adolescentes em situação de rua.

3. Análise discursiva: procedimentos e resultados

Neste tópico primeiro apresentamos as peças jornalísticas sobre a categoria "meninos de rua" – denominadas de unidades de informação (UI) – e como foi sistematizada sua descrição. No segundo momento descrevemos e interpretamos a produção do jornal *Folha de S. Paulo* sobre a categoria "meninos de rua".

Constituem o universo da pesquisa 449 UI publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo*, no período de 1980 a 2001, e que versam sobre a categoria "meninos de rua" em geral. Entendemos como UI a "(...) célula básica da peça jornalística, que compreende (...) o contexto de produção da matéria (autor, data, dia da semana), a peça jornalística propriamente dita (artigo, gráfico, mapa, etc), às vezes apoiada por imagens (fotos, selos, desenhos)" (Andrade, 2001, p.111).

Na pesquisa constituímos um *corpus* e uma amostra. O *corpus* é composto pelo conjunto de UI que versam sobre o tema "meninos de rua" no Brasil. Não incluímos no *corpus* seis UI por tratarem do tema no exterior e uma por estar ilegível. Vale destacar que o jornal, ao tratar do tema, focalizou quase que exclusivamente o Brasil. A análise do *corpus* foi efetuada de modo extensivo. Do *corpus*, retiramos uma amostra visando a redução de UI, pois elas foram analisadas em maior profundidade que o *corpus*.

Como as UI foram analisadas em dois planos complementares – o contexto de produção e os personagens/depoentes – apresentamos os resultados conforme cada um dos planos. Iniciamos pelo contexto de produção sistematizando as informações coletadas nas 442 UI do *corpus*. Como não ocorreram diferenças significativas entre *corpus* e amostra quanto a este plano, reservamos as 88 UI da amostra exclusivamente para descrever personagens/depoentes.

Como recomendam Bardin (1991) e Rosemberg (1993b), a construção da descrição dos dados coletados e sistematizados procura integrar resultados numéricos a exemplos retirados do próprio texto sob análise. O texto esfacelado pela aplicação da grade de análise é, então recomposto, permitindo uma visão mais integrada. À medida que as sínteses iam sendo elaboradas, foram necessárias algumas voltas analíticas ao *corpus* e à amostra quando os resultados sugeriam que a grade de análise elaborada necessitava de complementação.

3.1. O tema "meninos de rua" nas UI do corpus

Este tópico terá como base empírica a distribuição de freqüência das UI que compõem o *corpus* relacionada a seu contexto de produção e à sua releitura sintética (442 UI). Ele tratará de quatro aspectos: o destaque atribuído ao tema no período 1980-2001; a associação à violência; a conceituação de "meninos de rua"; a extensão estimada ou referenciada via pesquisas.

O destaque

O tema "meninos de rua" mereceu destaque na *Folha de S. Paulo* no período considerado: ocupou as páginas do jornal ininterruptamente durante os últimos 21 anos, apresentando uma distribuição denteada e dois picos (1993 e 1997) e uma queda pronunciada em 1988. O pico de 1993 relaciona-se ao episódio de assassinatos de crianças, adolescentes e jovens adultos no Rio de Janeiro, denominado pelo jornal de "massacre da Candelária". O pico de 1997 não foi produzido por evento específico ou por campanha específica em prol de crianças e adolescentes em situação de rua.

Quando comparado aos outros temas analisados pelos colegas do NEGRI, observamos que este tema ocupa uma posição intermediária e que sua curva se diferencia das dos demais temas por não apresentar um pico acentuado. Assim, a média de UI localizadas se situa abaixo dos temas prostituição e trabalho infanto-juvenis, mas acima do tema gravidez adolescente.

Diferentemente do que se observou nas outras pesquisas do NEGRI sobre o jornal, o tema "meninos de rua" não suscitou campanhas (como acontecera com os temas trabalho infanto-juvenil e prostituição infanto-juvenil), bem como provocou reduzida produção de uma série concatenada (casos) de matérias em dias sucessivos, diferentemente do que observaram Andrade (2001 e 2004) e Nazareth (2004).

Apesar de não ser objeto da pesquisa, a comparação da configuração das curvas sugere que três temas – prostituição infanto-juvenil, trabalho infanto-juvenil e "meninos de rua" – não competem um com o outro, cada um deles tendo seu pico situado em um ano específico. Além disso, a década de 1990 parece ter intensificado o tratamento dado a questões relacionadas a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e ao estigma, quando comparada à década anterior.

A importância que a *Folha de S. Paulo* deu ao tema se observa por outros indicadores além da freqüência de 442 UI no *corpus*. Foram-lhe dedicados sete editoriais, um caderno especial e um debate. Escreveram sobre "meninos de rua" colunistas fixos de destaque (geralmente na coluna da direita da página 2 do jornal) – Dom Luciano Mendes de Almeida, Antonio Ermírio de Moraes, Darcy Ribeiro – e articulistas da *Folha de S. Paulo* – Clovis Rossi, Arnaldo Jabor, Carlos Heitor Cony, Josias de Souza. O tema também foi objeto de pesquisa (Data*Folha*), de artigos na sessão Opinião (página 3 do jornal) – autoria de Rita Camata, Hélio Bicudo, João Benecdito de Azevedo Marques, Antonio Jurandir Pinoti, Alyrio Cavallieri, Paulo Sérgio Pinheiro, Paul-Eugène Charbonneau – e do debate na sessão Opinião a favor (sim) e contra (não) dar esmola à crianças e adolescentes em situação de rua. Foi tema de resenhas e informação sobre tese. Também penetrou nos cadernos *Folhateen* e *Folhinha*.

As matérias relacionadas ao tema foram predominantemente de tipo reportagem, produzidas pela redação ou equipe de reportagem sediada no sudeste (especificamente São Paulo), por profissional tendo vínculo institucional com o próprio jornal. Ou seja, é possível, afirmar que estas matérias, mesmo quando não ocupam a sessão de editorial, refletem, predominantemente, a posição do jornal sobre o tema. Predominantemente, também, as matérias foram publicadas no domingo, no caderno diário e tratam do tema de modo direto, isto é, "meninos de rua" é o foco da peça jornalística, todos indicadores de destaque.

Identificamos 117 autorias individuais e 12 parcerias que escrevem sobre os "meninos de rua". Entre eles, destacam-se os jornalistas da *Folha*: André Lozano (6,1%), Gilberto Dimenstein (4,3%) e a parceria Lalo de Almeida e Rogério Wassemann (2,9%). A produção desses jornalistas circulou com mais freqüência nos cadernos diários, suplementos adultos e suplementos mistos. Tais resultados sugerem que as tendências prevalentes identificadas não resultam de idiossincrasias pessoais, pois foram compartilhadas por diferentes autorias.

As produções dos três jornalistas mais profícuos são bastante distintas em relação à cronologia e ao espaço ocupado no jornal. André Lozano tem sua produção distribuída nos anos de 1993, 1996 e 1997; o jornalista Gilberto Dimenstein aborda o tema a partir do final da década de 1980 e atravessa a década de 1990; Lalo de Almeida e Rogério Wassemann ganham destaque graças a uma matéria especial publicada em 1996, que teve como objetivo reencontrar "meninos de rua" que foram entrevistados na praça da Sé pela *Folha* em 1990.

O jornalista Gilberto Dimenstein teve sua investigação sobre assassinatos de criança no Brasil publicada com destaque em uma longa matéria intitulada "Marcados para morrer" (UI 104, 18/03/1990), que resultou no livro *Guerra dos meninos*, resenhado pelo jurista Hélio Bicudo e publicado na *Folha* (UI 106, 07/04/1990). É na passagem de 1989 para 1990 que se observa a primeira escalada da produção. Como Andrade (2001) observara, o fluxo de UI publicadas na *Folha* pode ser, em determinadas ocasiões, associada ao lançamento de livro de Gilberto Dimenstein. Como identificaram Andrade (2001) e Freitas (2004), Dimenstein também se envolveu e obteve destaque em outros temas associados aos "meninos de rua": a prostituição infanto-juvenil (na primeira metade da década de 1990) e o trabalho infanto-juvenil (na segunda metade da década de 1990).

A autoria pode contribuir para legitimar e ampliar a veiculação de um tema, neste caso os "meninos de rua", no jornal *Folha de S. Paulo*. Ter associado ao tema uma autoria de prestígio pode oferecer a ele importância e legitimidade; por outro lado, a associação com um jornal de prestígio pode ter como resultado o aumento da importância do associado. Este processo, como explica Freitas (2004), é uma valorização recíproca, denominado por Thompson (1995) como "valorização cruzada".

Considerando a seqüência cronológica das UI, várias personalidades estiveram associadas ao tema nas páginas da *Folha*: algumas entraram, permaneceram e desapareceram, outras permanecem até hoje (como o padre Julio Lancellotti). Entre estas pessoas que se envolveram com os "meninos de rua", muitas eram representantes da igreja católica (Dom Luciano Mendes, Dom Helder Câmara, Padre Julio Lancelotti, Padre Bruno Secchi e outros); outras eram do mundo político nacional – presidentes, governadores e prefeitos (Fernando Collor de Melo, José Sarney, Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva, Mario Covas, Paulo Maluf, Francisco Rossi, Celso Pitta, Luiza Erundina, Leonel Brizola); outras ainda eram celebridades internacionais (Lady Diana, Hilary Clinton). Envolveram-se também instituições (Unicef, ONU, Anistia Internacional, OEA), desportistas (Pelé, Oscar Shimidit, Cafu, Vanderlei Luxemburgo), artistas (Augusto Boal, Luís Vidal, Flávio Pimenta, Eid Ribeiro, entre outros), educadores (Paulo Freire e Cesare de Florio La Rocca), pesquisadores/especialistas (Maria Fischer Ferreira, Miryam Mesquita de Castro, Rubens Adorno, Elisabete Roseli Ferraresi, Maria Stela Santos Graciani, Maria Helena Capelato, Sérgio Adorno, Lia Junqueira, Paulo Vítor Sapienza). Ainda, associar-se ao tema "meninos de rua", ou melhor, aos representantes dos pobres no Brasil, pode santificar o rico "Às crianças [de rua] eu dou muito mais do que alguns trocados. Dou horas de trabalho que roubo dos meus próprios filhos (...)" (UI 502, 21/03/1998). Em suma: o *establishment* nacional, como pretende o jornal.

Notamos uma simbiose entre o tema "meninos de rua" e personalidades ou celebridades. A associação de celebridades com a questão de crianças e adolescentes em situação de rua vira notícia, abre-lhes o jornal. Andrade (2001) havia se referido ao exotismo que cerca o tema prostituição infanto-juvenil na mídia. No caso do tema "meninos de rua", por sua proximidade geográfica, o exotismo se transmuta em ineditismo, contraste, inusitado. O inusitado, o contrastivo abre as páginas do jornal ao tema. A celebridade, parece-nos, torna-se caso especial desse inusitado. Aqui, o excepcional não provém da menor idade da prostituta, da grávida ou do trabalhador infantil, mas do contraste entre o *establishment* e a rua.

Notável, também, é a dinâmica que envolve os estrangeiros e/ou os representantes de organizações internacionais. Quando entram em contato com os "meninos de rua", eles não vão a qualquer lugar, em qualquer rua, ou em qualquer bairro: eles vão onde os "meninos de rua" estão à mostra, eles já sabem o que vão encontrar e que aí serão fotografados ou noticiados. Encontrar "meninos de rua", programa em agenda de diversas personalidades, foi objeto de notícia.

Crianças e adolescentes em situação de rua por si sós não dão destaque às matérias: não são autores de UI, não constituem a principal fonte das peças jornalísticas. Constituem o objeto da UI, especialmente quando associados à situação de violência.

A violência

A violência é a via real de acesso do tema "meninos de rua" no jornal, associação que vem sendo sistematicamente apontada nas pesquisas sobre infância/adolescência e mídia. Dos 442 títulos de UI, 38,9% efetuavam alguma associação com

violência. Como outros jornais contemporâneos que não mais reservam uma sessão "polícia", a *Folha de S. Paulo* semeia manchetes (ou títulos) que sugerem um tratamento de tipo "notícia policial" no caderno cotidiano, conferindo ao tema "meninos de rua" um estilo sensacionalista. Organizações internacionais, especialmente a Anistia Internacional, também adentram as páginas do jornal quando o tema "meninos de rua" se associa à violência.

Além da freqüência com que a violência é associada ao tema "meninos de rua" pelo jornal, detectamos duas outras estratégias retóricas que reforçam esta associação: uma, de natureza retórica, que associa a violência praticada por e contra crianças e adolescentes em situação de rua à guerra, tal como já fora identificado por Njaine e Minayo (2002) em sua análise sobre rebelião em centros de medidas sócio-educativas no Rio de Janeiro. Assim, o jornal trata ambos os lados ("meninos de rua" e policiais) como se tivessem o mesmo poder de reação. "Exército, exército paralelo, limpeza étnica, Bósnia, capacetes azuis" foram metáforas usadas em artigos e reportagens.

A outra estratégia retórica relaciona-se às séries de matérias sobre um mesmo tema (ou "gancho") publicadas em período longo sobre o tema "meninos de rua". Temos denominado tais séries, em nossas pesquisas, de "caso". Como já foi informado, o tema "meninos de rua" apresentou número reduzido de casos, apenas três, sendo que destes, dois relacionados ao tema da violência: Infância Perdida; Extermínio de Meninos; Pró-infância.

O caso que produziu o maior número de UI (correspondendo ao pico de 1993) e que se estendeu por quase sete anos (24/07/1993 a 18/06/2000) foi o denominado de "Extermínio de meninos" relacionados aos assassinatos de crianças, adolescentes e jovens adultos, moradores de rua no Rio de Janeiro. Sua primeira UI foi publicada em 24/07/1993 e a última em 18/06/2000. Neste caso os dois jornalistas que concentram o maior número de autorias são: Gilberto Dimenstein (3 UI) – que no cômputo geral possui o maior número de autorias das UI que compõem os casos (13 UI) – e Sérgio Torres (3 UI). Foram publicadas sobre o episódio 39 UI correspondendo a 8,8% das UI do *corpus*.

As UI deste caso abordam: os motivos que levaram aos assassinatos ocorridos na Candelária; as vidas de crianças e adolescentes da Candelária antes e após o crime; os detalhes dos assassinatos; os acusados (prisão e julgamento); a opinião dos paulistanos e cariocas sobre o extermínio de crianças, adolescentes e jovens adultos; a vida de crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo; o abuso sexual contra meninas na Praça da Sé em São Paulo; a miséria e a violência familiar como causa de "meninos de rua".

Uma análise minuciosa dessas UI sugere dois eixos interpretativos principais. O primeiro: uma certa ambigüidade no tratamento, incorporando uma defesa de que seja feita justiça e sejam implantados programas de acolhida a crianças e adolescentes em situação de rua, ao mesmo tempo em que uma apresentação dos "meninos de rua" como criminosos, arruaceiros, delinqüentes. Assim, a UI 237 (24/07/1993) publicada no dia seguinte ao assassinato em massa, traz em corpo grande o título "Meninos cheiram cola e roubam, diz polícia" (UI 237, 24/07/1993). Em sua linha-fina (recurso utilizado para completar o título ou dar outras informações) "Instituição diz que grupo atacado 'não tem perfil de infrator'; meninos vivem na rua para fugir da violência doméstica" (UI 237, 24/07/1993).

São duas as instituições (polícia e ONG) usadas como fontes, mas a privilegiada no título da UI é a fonte policial, justamente a que trata as crianças e os adolescentes como criminosos. Segundo a *Folha*, o título de um texto "(...) desperta o leitor para o tema de que trata. Deve ser uma síntese precisa da informação mais importante do texto e destacar o particular em detrimento do geral" (*Folha de S. Paulo*, 1987, p.97). Neste caso, o enfoque do texto é o comportamento dos "meninos de rua" da Candelária, que é associado ao crime e à violência. Alguns dias depois, a mesma ênfase é reforçada "Meninos da Candelária depredam alojamento" (UI 281, 10/08/1993).

As UI partem dos assassinatos da Candelária para mostrar como os "meninos de rua" de outras cidades também se envolvem com o crime. A UI 270 (01/08/1993) traz em seu título a fala de um rapaz assaltado por "meninos de rua" no centro de São Paulo.

> 'Se eu pudesse matava eles', diz Office boy
>
> Vítima de roubo no centro de SP perde tênis, relógio e boné, e diz não ter pena dos meninos de rua (UI 270, 01/08/1993)

Nesta última UI (270) e em outras (como na seqüência das UI 274, 275 e 278) encontram-se a estratégia jornalística discutida por Andrade (2001) e Nazareth (2004) de traduzir a imparcialidade do jornal apresentando "os dois pontos de vista": de um lado, o assassinato de crianças, adolescentes e jovens adultos; de outro, parte da "opinião" pública sobre "meninos de rua", sem que o jornal emita comentário ou estabeleça ligação. Porém, a "imparcialidade" pode ceder lugar à retórica apontada por Nassif (2003) de produção de manchete sensacionalista, como ocorreu na UI 281.

> Meninos da Candelária depredam alojamento [Manchete]
>
> A líder (...), 15, e mais duas meninas fugiram e foram até o Criam de Bangu. Lá, convenceram 20 colegas a voltarem para a Penha, onde o grupo chegou às 14h. Como foram impedidos, os menores **começaram a atirar pedras**.
>
> Um pedregulho atingiu de raspão a cabeça da assistente social Heloisa Faccioli. A psicóloga Elisa Lopes também foi atingida, além de xingada e ameaçada de morte Folha. "Vou te matar sua desgraçada", gritou um menino.
>
> O fato de terem sido impedidos de entrar no Criam revoltou as crianças. (...) disse que os menores passariam a noite na rua caso não fosse autorizado o acesso ao Criam. "Querem separar a gente. Não aceitamos" (grifos nossos). (UI 281, 10/08/1993)

Entre o "depredar" da manchete e o "apedrejar" da matéria ocorre a mesma distância que entre informação e comunicação, o respeito aos depoentes e o estigma (identidade civil desvelada).

O segundo eixo interpretativo refere-se ao núcleo básico de conceituação de "meninos de rua" que subjaz à produção de peças jornalísticas pela *Folha de S. Paulo*. Reunindo as observações de todo este tópico, parece-nos possível afirmar que o conceito não é o de crianças e adolescentes em situação de rua, mas de um subgrupo específico deste segmento que é morador de rua, que ocupa os espaços centrais da cidade e que vive um cotidiano associado à infração e violência, os "desviantes e delinqüentes".

Porém, este núcleo central não esgota as matérias sobre "meninos de rua" que, muitas vezes, usam a expressão "meninos de rua" e tratam da diversidade dos subgrupos que compõem o grupo de crianças e adolescentes em situação de rua e, mesmo, da pobreza de crianças e adolescentes: os carentes, pobres, ambulantes, trabalhadores na rua, entre outros. Neste sentido, o jornal irradia informações e opiniões sobre comportamentos, experiências, relacionamentos, relações institucionais desse subgrupo para os demais, operando uma generalização simplificadora, meio de caminho para a estigmatização.

Concepção

Na linha de manchetes e títulos das 442 UI que compõem o corpus, foram identificadas 27 expressões e oito termos para se referir a crianças e adolescentes em situação de rua. Dentre eles, enquanto categoria não agrupada, as expressões e os termos: "meninos de rua" (12,9%), menor(es) (9,5%) e criança(s) (9,0%) são os que apresentaram maior freqüência. O agrupamento de termos e expressões correlatas amplia a compreensão. Vejamos:

- termos e expressões correlatas a "menino de rua" corresponde a 22,4% da incidência;
- termos e expressões associadas a menor, correspondem a 16,2%, a despeito do Novo Manual da Redação (*Folha de S. Paulo*, 1992, p. 91) e Manual Geral da Redação (*Folha de S. Paulo*, 2001, p. 81) orientarem para o abandono do termo que foi empregado desde 1992 (UI 15) até 2001 (UI 597).

Assim, "menino de rua" tem expressões associadas como: "menores de rua"; "crianças de rua"; "adolescentes de rua"; "garoto de rua"; "crianças que vivem nas ruas"; " ex-garoto de rua"; "ex-menino de rua"; "garoto da praça"; "meninos da sé"; "garotos da Candelária"; "meninos da Sé".

Porém, a expressão "menino de rua" cobre uma conceituação flexível, incorporando: "pivete"; "trombadinha"; "prostituta"; interno e ex-interno da FEBEM; indigente; criança e adolescente trabalhando na rua; crianças e adolescentes pobres.

A conceituação e denominação de crianças e adolescentes em situação de rua foi problematizada e objeto de algumas peças jornalísticas, reportagens e editoriais. Assim, a UI 363 (07/10/1995) relata que "(...) menores dizem que termo 'meninos de rua' assusta e cria preconceito'". Não obstante, o jornal continua a empregá-la. Dois dias depois (09/10/1995), registramos o primeiro, de uma série de sete editoriais que tratam da concepção de "meninos de rua" defendida pelo jornal.

Em síntese, se os editoriais da *Folha de S. Paulo* no período evidenciam uma acolhida à produção de conhecimentos sobre o tema, um esforço de reflexão frente à complexidade da questão que foi sendo problematizada nas duas últimas décadas (esforço do jornal de atualizar-se), percebe-se, pelo uso de expressões e argumentos, uma ênfase na categoria "meninos de rua" (e não crianças e adolescentes em situação de rua), sua concepção como "a ponta do iceberg" da pobreza ou miséria brasileira e um reforço do estigma, ao responsabilizar a violência urbana brasileira a internos/egressos da Febem, que por sua vez, são identificados aos "meninos de rua".

Talvez seja a UI 350 (11/09/1995) que melhor sintetize a concepção do jornal sobre "meninos de rua" inserida em contexto de uma teoria (nativa) do iceberg, que se associa ao paradigma estrutural-funcionalista de reprodução da pobreza e desigualdade e que, muitas vezes, se associa a explicação behaviorista dos comportamentos pessoais: a pobreza brasileira determina a desagregação familiar que determinam (ambas) o desvio observado entre "meninos de rua".

A manchete "Brasil tem 32 mi de indigentes" (UI 350), anuncia a pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) referente ao "mapa da fome". O texto informa que são 32 milhões de brasileiros indigentes, o que corresponde a 9 milhões de famílias

> (...) cuja renda mensal garante, na melhor das hipóteses, apenas a aquisição de uma cesta básica de alimentos (...) Praticamente a metade do total de indigentes brasileiros é formado por crianças e adolescentes, segundo outro estudo (...) o Brasil tem 15 milhões de crianças e adolescentes indigentes (...) Os dados do estudo do IPEA mostram que os índices de indigência diminuem conforme aumenta a idade das crianças. É o caso de X, 15, que desde os 11 anos morava na rua e podia ser incluída nas estatísticas de indigente (...) (grifos nossos). (UI 350, 11/09/1995)

O texto termina informando "(...) outro dado importante da pesquisa mostra que estão fora da escola 2,6 milhões de crianças e adolescentes (...)" (UI 350, 11/09/1995).

A concepção sobre "meninos de rua" adotada pelo jornal transparece, também, no uso que faz das estimativas que circulavam no período. Assim, um número significativo de UI do *corpus* faz referência a estimativas sobre o número de "meninos de rua": 54 UI (12,8%) citam tais estimativas, dentre as quais 39,2% usam como fonte as pesquisas realizadas no Brasil (censos e contagens) e as demais (60,8%) ou utilizam fontes indiretas ou não mencionam fontes. Os números divulgados nas UI variam entre 200.000 e 36 milhões de crianças carentes ou abandonadas. A expressão "dança dos números" que vem sendo usada por Rosemberg (1993a) e Andrade (2001) ajusta-se, também, ao *corpus* aqui analisado.

O esgarçamento conceitual evidencia-se, também, no uso que o jornal faz das pesquisas de contagem de crianças adolescentes em situação de rua. Elas entraram tardiamente nas páginas do jornal (em 1990 identificamos a primeira UI 115 que se refere a uma pesquisa realizada no Rio de Janeiro), receberam destaque mitigado e nem todas adentram o jornal.

Destacaremos o tratamento dado à pesquisa realizada pela Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social do Estado de São Paulo em 1993 (UI 295, 09/10/1993). Apesar de veicular informações corretas sobre o número de crianças estimadas durante o dia e a noite, a matéria opera redução, trasvestindo, à luz do estigma, a descrição original. A ênfase é dada no desvio, violência e abandono.

> Censo realizado pelo governo do Estado mostra que 4.520 crianças vivem nas ruas de São Paulo. São meninos e meninas que trabalham, brincam, perambulam ou pedem esmolas durante o dia, mas voltam para casa ou algum abrigo à noite. Outras 895 crianças "moram" nas ruas paulistanas. São meninos e meninas que se drogam, roubam, se prostituem e dormem ao relento (grifos nossos). (UI 295, 09/10/1993)

Relembrando que tal pesquisa descreve outra perspectiva: o número de crianças e adolescentes observados "praticando delitos" na praça da Sé (locus privilegiado pelas notícias) era reduzido. Vale destacar nesta concepção estigmatizante a associação entre "meninos de rua" e bandos, hordas, animais, sub-humanos, que devem ser "tirados", "retirados" da rua. Identificamos uma concepção nativa de "meninos de rua" determinista, que retira da criança e do adolescente em situação de rua a condição de ator social.

Em síntese, a análise das 442 UI que constituem o *corpus* sugere que o jornal *Folha de S. Paulo* participou da construção de uma categoria nativa "meninos de rua", com o apoio de jornalistas, especialistas, ativistas, celebridades e polícia, cujo o núcleo central é constituído por pré-adolescentes e adolescentes associados à violência e ao delito e que alcança uma multidão de crianças e adolescentes não apenas em situação de rua, mas além delas: as crianças e os adolescentes pobres do Brasil.

Para aprofundar a análise (descrição e interpretação), passaremos a focalizar o tratamento dado aos personagens depoentes encontrados nas UI da amostra.

3.2. Personagens e depoentes na amostra

Na amostra composta por 88 UI, foram identificados 196 personagens/depoentes. Antes de prosseguir a análise minuciosa desses personagens depoentes é necessário explicitar quatro aspectos para que o leitor possa acompanhar a descrição e interpretação.

I. A opção por descrever personagens/depoentes a partir de uma amostra de UI foi orientada pela maior complexidade da grade usada para esta unidade de análise.

II. A denominação personagem/depoente decorre da observação efetuada nas teses e dissertação que precedem esta pesquisa (Andrade, 2001; Freitas, 2004; Nazareth, 2004) que observaram que a definição de personagem prevista (correspondente textual de pessoa) não poderia ser empregada para pessoas cuja identidade era desvelada pelo texto. Nesta perspectiva, um número significativo (59,7%) de crianças e adolescentes em situação de rua também tiveram sua identidade desvelada, via diferentes indicadores (nome, foto, iniciais com localização de onde se encontra habitualmente, entre outros). Isto constitui desrespeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei Brasileira No 8069 de 13 de julho de 1990) e a princípios éticos (Andrade, 2001), que recomendam a manutenção do anonimato de crianças e adolescentes quando referidos em veículos públicos de comunicação. Por esta razão, usamos a denominação personagem/depoente e, na transcrição de falas de depoentes, eliminamos sua identificação.

III. Tratamento diverso foi dado, porém, aos depoentes identificados como "ex-meninos de rua", adultos ou não, cuja identificação foi volitivamente expressa pelos depoentes. De um modo geral, como veremos, a identificação como "ex-menino de rua" é valorizada para reforçar as qualidades positivas do "personagem" adulto: "vejam de onde eu parti, os riscos que enfrentei e onde eu cheguei".

IV. Os personagens podem ser genéricos – quando se referem aos "meninos de rua em geral", como por exemplo, os "meninos de rua" do Brasil; coletivos, quando se referem a um grupo de "meninos de rua", como por exemplo "foram encontrados (...) 'meninos de rua' na praça da Sé"; individuais, quando a UI individualiza, por qualquer atributo, um "menino de rua" em particular. No caso dos depoentes "meninos de rua", por definição, são todos individualizados.

Entre os 196 personagens/depoentes encontramos: 43,8% de personagens/depoentes individuais, dentre os quais a maioria é depoente (50,0% dos personagens individuais); em seguida, 29 de não-depoentes (33,7% dos individuais) e 14 de "ex-meninos de rua" (ou 16,3% dos individuais). Os personagens coletivos correspondem a 41,8% (82) do total de personagens/depoentes e os personagens genéricos a 14,3% (28). Ou seja, personagens coletivos e genéricos correspondem a 56,1% dos personagens/depoentes, o que traduz a estrutura predominante das UI assinalada no tópico anterior: o foco centrado na categoria coletiva/genérica "meninos de rua" e a ilustração/exemplificação via um personagem/depoente individual.

O tratamento textual conferido a personagens coletivos e genéricos é bastante diferente daquele dado a personagens individuais e depoentes. Uma primeira observação notável é que os personagens coletivos e genéricos são, aparentemente, uma categoria vazia, dada a intensa proporção de que "não consta" a informação procurada, o que permite sugerir sentidos a esta ausência de informação. Ou seja, o silêncio tem um significado.

Observa-se que o grupo de personagens coletivos e genéricos apresenta sempre (com duas exceções discutidas adiante), um percentual mais elevado que os demais de ausência de informação ("não consta"). Isto significa que sua construção textual é frouxa, acarretando uma composição abstrata. Não se sabe a idade, o sexo, a cor/raça, a escolaridade, a

procedência, os vínculos familiares, a composição familiar de pelo menos 75% dos personagens coletivos e genéricos (na verdade os percentuais "não consta" nestas categorias variam de 74,4% – vínculo familiar – a 100,0%). Portanto, via estes personagens, a categoria "meninos de rua" constitui-se como uma abstração que apresenta, porém, três atributos enfatizados com uma freqüência alta: o que fazem (atividades), onde estão (local de situação) e com quem interagem (coadjuvantes). Por outro lado, personagens individuais e depoentes, especialmente estes últimos, são descritos com maior pormenores, sobre os quais fornecem-se informações sobre idade, sexo, vínculo e composição familiar, atividade desenvolvida, local em que se encontra e coadjuvantes com quem interatuam. As categorias que recebem maior percentual de "não consta", para estes depoentes e personagens são: cor/raça, escolaridade e procedência.

Para completar a análise e subsidiar a interpretação proposta é necessário verificar em que atividades, quais os locais e relacionados a quais coadjuvantes personagens coletivos e genéricos são descritos com maior freqüência.

Atributos predominantes entre personagens coletivos e genéricos

Dentre os personagens coletivos e genéricos, como informamos, apenas três categorias/atributos apresentam freqüências relativamente altas: atividades desenvolvidas, local onde se localizam e coadjuvantes. Quando verificamos a distribuição de freqüência das subcategorias verificamos que as predominantes são: prática de atos "desviantes" (ilícitos, uso de drogas e prostituição) representando 37,5% das atividades, seguidas de esmolar (19,4%) e trabalho (18,1%); localização em vias públicas (80,9%); presença de pares (15,6%), funcionários públicos (15,6%) e policiais (14,3%). Complementarmente, os vínculos familiares não aparecem, bem como os familiares são raramente coadjuvantes. Portanto, o pano de fundo das UI constituído pelos personagens "meninos de rua" genéricos ou coletivos detalham o que havíamos apontado na análise do *corpus*: a conceituação prevalente é de "menino da rua", sem família, que pratica sobretudo ato "desviante" ou trabalha, que interage com seus pares, com funcionários públicos ou polícia. Ou seja, o núcleo central relacionado ao "desvio" e à violência impregnam os personagens coletivos e genéricos "meninos de rua" sobre quem omitem-se outras características/atributos. Assim caracterizada, a categoria genérica "menino de rua" apreendida na *Folha de S. Paulo* configura-se como a personificação do desvio e da violência.

Personagens/depoentes individuais

Como informamos, os personagens/depoentes individuais correspondem a 43,8% do total de personagens/depoentes e aparecem em 21 das UI da amostra. Dentre os personagens/depoentes individuais, os depoentes, isto é, aqueles que têm sua identidade civil revelada, constituem a maioria (50,0% dentre os individuais).

Como informamos, os personagens/depoentes recebem descrições mais detalhadas e atuam, via de regra, como ilustração ou exemplo. São poucas as categorias para as quais não constam informações para mais de 50,0% dos personagens/depoentes individuais. São elas: cor/raça que, como já explicitado é uma informação que os Manuais da *Folha de S. Paulo* recomendam não ser veiculada (*Folha de S. Paulo*, 1992, 2001). Apenas um personagem individual da amostra teve sua cor/raça informada como sendo preto. A escolaridade dos "meninos de rua" também é freqüentemente omitida (89,5%), apesar da UI 476 (editorial) revelar dados da pesquisa realizada pelo órgão do governo do Estado de São Paulo SOS Criança que informa que " (...) a maioria dos meninos de rua (em sentido amplo) (...) freqüenta a escola". No caso dos depoentes, informa-se que 7,0% estavam matriculados ou freqüentavam a escola e 4,6% cursaram entre a segunda e terceira série do ensino fundamental.

A procedência dos personagens/depoentes é freqüentemente omitida e, quando revelada, informa-se, na maioria das vezes que o personagem/depoente provém da mesma cidade em que se encontra, não vinculando a imagem, que foi habitual nos anos 1980, de que crianças e adolescentes em situação de rua seriam majoritariamente migrantes.

As categorias relacionadas à família também ostentam altas porcentagens de "não consta", ou seja a ausência de família constitui uma marca importante no retrato típico do "menino de rua" construído e veiculado pela *Folha de S. Paulo*. Além disso, informações contextuais relacionadas ao tempo e horário de permanência na rua também são omitidas para a grande maioria dos personagens.

Como contraponto, os atributos que merecem maior destaque na construção do retrato típico do personagem "menino de rua" foram: o sexo, com predominância do masculino; as atividades, com predominância das ilícitas, seguida de laborais e educacionais/culturais; o local em que se encontram, com predominância das "vias públicas"; os coadjuvantes, com predominância dos pares, policiais e funcionários dos setores governamental ou privado.

Assim o retrato típico do personagem "menino de rua" construído e divulgado pela *Folha de S. Paulo* é um adolescente de sexo masculino, com idade entre 12 e 17 anos que se envolve predominantemente em atividades ilícitas e laborais, que se encontra predominantemente em vias públicas, tendo como principais coadjuvantes seus pares, funcionários do setor público ou privado e a polícia.

Diferentemente do que Andrade (2001) e Nazareth (2004) observaram, aqui não encontramos a família ocupando o vértice de um triângulo dos coadjuvantes. O personagem "menino de rua" criado e veiculado pela *Folha de S. Paulo* é, na verdade, um "menino da rua", isto é, sem família.

A família de crianças e adolescentes em situação de rua, sejam eles depoentes ou não, é raramente consultada, ouvida, mencionada. Isto acarreta a associação do personagem "menino de rua" a idéia de abandono. Mesmo que os sentidos do termo abandono tenham se expandido a partir da década 1970 (Gregori, 2000, pp. 64-65) – a "(...) idéia do abandono moral foi substituída pela noção do abandono provocado pela situação estrutural de marginalidade, pelo 'fosso' criado por

uma condição de permanente desigualdade social", mesmo que o editorial da *Folha* (UI 471, 30/05/1997) afirme que "meninos de rua" convivem com famílias, a construção do personagem pelo jornal, ao eliminar a família de seu horizonte, cria o abandono do "menino de rua".

Não só o "menino de rua" é abandonado pelo jornal, mas também o jornal pode desfiliar a mãe de um "menino de rua" como se verifica no trecho da UI 39 (27/08/1984), onde o termo filho é omitido.

> Há dois dias albergada, [a mãe] conseguiu encontrar uma solução para amenizar seu frio e **das crianças**. Cada um pegou seu cobertor para deitar em camas separadas, mas na hora de dormir, os 4 **menores** pularam para a cama da mãe, que então passou a ter 4 cobertas, permitindo um sono mais tranqüilo a todos.
>
> Mas os agasalhos não foram suficientes para [a mãe] e 5 **crianças**. Durante toda a noite, a família se preocupou com seu futuro no Cetren. Eles deixaram uma pequena plantação em Salgueiro, Pernambuco, há um mês, e vieram tentar a sorte em São Paulo (grifos nossos). (UI 39, 27/08/1984)

Dentre os coadjuvantes familiares, é a mãe quem mais aparece, apesar do esfumaçamento da família nas UI. Em sua descrição e relato de sua fala, não é raro deparar com a imagem de esgarçamento na relação com seus filhos.

> A mãe (...) não reconheceu o corpo do menino no Instituto médico Legal (IML). [a mãe] mora no Embu (Grande São Paulo), com outros três filhos. É separada do marido há 12 anos. "Meu filho não queria mais ficar em casa. Ele sempre fugia". (UI 149, 10/08/1991)
>
> "Não sei quantos anos ela tem", diz [a mãe] ao falar da filha (...).
>
> (...) não sabe como vai fazer mais promete colocar seus filhos na escola. (UI 371, 12/12/1995)
>
> [As] crianças – muitas carregando nos braços filhos ainda bebês – mostravam espanto diante do museu. (UI 462, 22/03/1997)

Njaine e Minayo (2002) também identificaram nos jornais fluminenses a ausência da voz dos pais de adolescentes internados em instituições correcionais, é como se eles não tivessem raízes. O silêncio dos pais somente é quebrado quando ocorrem casos de tragédias gravíssimas e fatais, momento em que as famílias são ouvidas. No caso dos depoentes, parece que a única exceção aberta pelo jornal *Folha de S. Paulo* também é quando envolve uma fatalidade.

Depoentes

Como já informamos, dentre os 86 personagens/depoentes, 43 (50,0%) tiveram sua identidade civil desvelada, dentre os quais 19 (44,2%) tiveram seu nome completo revelado, sendo que a identificação dos demais ocorre por meio de prenome, sobrenome ou abreviatura associados a outros indicadores (localização, instituição, fotos, entre outros) que permitiram identificá-los. Esclarecemos o leitor, que por vezes, o personagem individual foi identificado pelo prenome, sobrenome, abreviatura que, associado à falta de outros indicadores, foi insuficiente para considerá-lo como depoente.

Na distribuição de freqüência de personagens e depoentes ano a ano, observa-se que a freqüência de depoentes não decaiu após a promulgação da constituição brasileira de 1988, do ECA (1990) ou da Convenção dos Direitos da Criança (1996). Isto é, de textos que asseguram direitos mais amplos para crianças e adolescentes – como anonimato.

Dentre os depoentes, 29 foram descritos em alguma atividade, sendo que dentre essas, sete foram descritos em atividade ilícita (atos ilícitos ou uso de drogas ou prostituição). Apesar de não ter seu nome identificado, a UI 542 traz em seqüência cinco fotografias de uma criança que animam a sua narrativa.

> Garoto cheira cola e faz ameaça na Sé
>
> Com uma aparência de uma criança de 10 anos, um garoto passou mais de duas horas ontem na praça da Sé (região central de São Paulo) cheirando cola, revirando lixo, brigando com colegas de rua e ameaçando as pessoas que passavam pelo local. A reportagem da **Folha** acompanhou as atividades do garoto das 13h30 às 15h30, do alto de um prédio na praça.
>
> Assim que chegou ao local, o menino começou a remexer em lixeiras em busca de algo que o interessasse. Não achou ali, mas conseguiu, com um outro garoto, um saco de cola de sapateiro. Após usar a droga, ele passou a assediar quem passava.
>
> Tentou assaltar uma mulher, que reagiu lhe dando um safanão, pegou o rádio de um mendigo e brigou com outro menor.
>
> Por fim, pegou um cabo de vassoura e ameaçou um senhor que descansava em um banco. Para escapar o homem abriu a carteira, jogou algumas notas no chão e correu. Durante todo o tempo, nenhum policial apareceu (grifo da *Folha*). (UI 542, 22/09/1999)

Apesar de terem sua identidade revelada, traduzindo o tratamento desrespeitoso à lei por parte dos jornalistas e da empresa *Folha de S. Paulo*, sua voz raramente é expressa nas UI. Assim, os depoentes, ao entrarem nas páginas da *Folha*, raramente são tratados como atores sociais, pois o jornal quase nunca ouve sua opinião sobre os pontos que os afetam. Eles são apenas a prova viva, a personificação do "menino de rua". A maioria deles (72,1%) não é consultada para explicar porque está na rua, quais as conseqüências desse fato (100,0%) e qual seu prognóstico de vida (93,0%). A *Folha* veicula apenas as falas de dois depoentes que fazem prognósticos sobre o futuro e que são negativos, para eles não há futuro.

Dentre as 65 UI da amostra que transcrevem falas de personagens/depoentes ou coadjuvantes, em apenas 13 (16,7%) crianças e adolescentes em situação de rua, cuja identidades civis foram desveladas têm suas falas transcritas. Na grande maioria das UI que transcrevem falas, tem direito à palavra, ao testemunho, coadjuvantes adultos (funcionários do

governo ou de ONGs, acadêmicos/especialistas, religiosos ou jornalistas): nós adultos do *establishment* falamos para nós adultos do *establishment* sobre eles "meninos de rua".

"Ex-meninos de rua"

Localizamos nas UI da amostra 14 (7,1% do total dos personagens) personagens/depoentes identificados como "ex-meninos de rua". Todos são identificados. A maioria são homens (71,4%), a metade deles com idade entre 15 e mais de 19 anos (50,0% não têm sua idade revelada) e contracenam com seus pares. Neste subgrupo encontramos três tipos de integrantes. São eles:

- os bem-sucedidos ou os que superaram a pobreza;
- aqueles que saíram das ruas, mas não superaram a pobreza;
- os adultos que deixaram de ser "meninos de rua" por não ter mais idade para sê-lo, porém não superaram o "inexorável" – continuam na rua, estão presos ou mortos.

Essas distinções fazem com que os "ex-meninos de rua" entrem nas páginas da *Folha* de diferentes maneiras. Entre eles temos: um político, um escritor, um acadêmico, militantes de ONGs que trabalham com "meninos de rua", "adultos moradores de rua", presos, trabalhadores, uma dona de casa.

Entre os "ex-meninos" de rua bem-sucedidos, Luís Inácio Lula da Silva que, em discurso no 2º Encontro Nacional de Meninos de Rua em 1989, conta sua história (UI 100, 30/09/1989). A flexibilidade conceitual de "meninos de rua" da *Folha* permite que as pessoas adultas ou não, que tenham alguma história associada à rua, principalmente se dramática ou inusitada, sejam narradas de maneira quase heróica e moralizante, desde que bem-sucedidas.

Entre aqueles que deixaram as ruas, os enredos das UI são parecidos: os "ex-meninos de rua" voltam para as famílias pobres, que são numerosas e não têm condições de abrigá-los, protegê-los e sustentá-los. As UI sugerem que o ciclo acaba por se repetir, pois os "ex-meninos de rua" não vencem a pobreza e se tornam pais. "Ex-meninos" de rua ainda podem aparecer nas páginas da *Folha* por iniciativa dos jornalistas que foram à procura dos "meninos da Candelária" e os da praça da Sé (UI 327, 384, 385). Os "ex-meninos de rua" mal sucedidos, que permanecem nas ruas, estão presos ou nela morreram, confirmando, então, a trajetória inexorável (UI 180, 15/01/1992; UI 384, 14/04/1996)

Em síntese, identificamos diversas estratégias que o jornal *Folha de S. Paulo* utilizou na construção da categoria "meninos de rua" durante as décadas de 1980 e 1990 e como tratou crianças e adolescentes em situação de rua quando atuaram como depoentes.

A partir da análise das UI do *corpus* e da amostra propusemos algumas interpretações que podem assim ser resumidas no que segue.

- A categoria "meninos de rua" reproduzida, produzida e veiculada pelo jornal que apreendemos se organiza em torno de um núcleo impregnado pelo delito e pela violência, que se expande para outros grupos de crianças e adolescentes pobres, mesmo para aqueles que não ocupam os espaços da rua.
- "Meninos de rua" são produzidos pela situação de desigualdade, econômica e social do país que, por sua vez, gera famílias que abandonam seus filhos, processos que, associados, determinam o desvio de "meninos de rua" e a inexorabilidade de seu destino como marginais. Assim, propomos uma radicalização na denominação da categoria: para a *Folha de S. Paulo*, segundo nossa proposta interpretativa, a categoria mais se aproximaria da denominação "meninos da rua", onde a palavra menino parece assumir a conotação de filho. A metáfora interpretativa que propomos é que a categoria "meninos de rua" da *Folha de S. Paulo* se pode ser traduzida por "filho da rua".

O jornal abre as páginas para que diversas pessoas establishment (inclusive trabalhando para o próprio jornal) explorem o tema ganhando "noticiablidade". Porém, o jornal pouco contribui para a compreensão do fenômeno crianças e adolescentes em situação de rua. Vozes de crianças e adolescentes em situação de rua, bem como de seus familiares, raramente são ouvidas. Entretanto, inúmeras vezes, o jornal desvela a identidade civil de depoentes, em desrespeito à lei, isto é, dos direitos socialmente construídos dessas pessoas, direitos que o jornal explicita defender ao tratar do tema "meninos de rua".

Apreendemos, então, dois processos de estigmatização complementares no tratamento que a Folha de S. Paulo dá ao tema "meninos de rua": o primeiro que corresponde à generalização do atributo "desvio de caráter" a todas as categorias sociais que o jornal associa à expressão "meninos de rua", transformando-os em desacreditáveis; o segundo que corresponde ao tratamento sub-humano que o jornal confere a crianças e adolescentes em situação de rua que em fotografa e entrevista pois, ao desvelar sua identidade, confere-lhes a condição de estarem aquém de ter seus direitos respeitados. Neste caso, o jornal, a empresa e seus colaboradores transfiguram, como explica Goffman (1988), os desacreditáveis em desacreditados. O próprio jornal revela a impunidade do procedimento, não só porque a pratica, mas também porque a pratica publicamente e a divulga em suas páginas. Trata-se, a nosso ver, de caso exemplar de produção do estigma.

Considerações finais

Basta uma consulta na rede mundial de computadores para identificar a permanência do interesse pela categoria "meninos de rua", veiculando os mesmos clichês apontados por Rosemberg (1993a) no início dos anos 1990. Ou seja, a categoria "meninos de rua" continua em circulação, continua promovendo pessoas e organizações, continua mediando relações norte-sul em torno da benemerência, continua expondo à distância o sofrimento deles.

Escreveu Susan Sontag (2003, pp. 85-86) em seu ensaio *Diante da Dor dos Outros* sobre fotografia de guerra e violência.

> A proximidade imaginária do sofrimento infligido aos outros que é assegurada pelas imagens sugere um vínculo entre os sofredores distantes – vistos em close na tevê – e o espectador privilegiado, um vínculo simplesmente falso, mais uma mistificação de nossas verdadeiras relações com o poder. Na mesma medida em que sentimos solidariedade, sentimos não ser cúmplices daquilo que causou o sofrimento.

Ao tratar do tema, ao produzir e divulgar sua versão do "menino de rua", de crianças e adolescentes em situação de rua, de crianças e adolescentes pobres a *Folha de S. Paulo* sugere um vínculo, uma solidariedade, à qual, a nosso ver, podemos empregar as palavras de Sontag (2003), uma "mistificação de nossas verdadeiras relações com o poder".

A *Folha* como vimos, participou da construção da categoria nativa "meninos de rua" – juntamente com outros atores sociais, como a própria academia –, deu-lhe visibilidade, usou-a como denúncia contra governo e sociedade brasileira, participou do processo de condução do tema para a agenda pública. Porém, como insiste Arfuch

> (...) quando se fala em "conduzir para a agenda pública" certos temas, de que a imprensa (ou televisão) faça eco de certas problemáticas (inquietação que sempre aparecem quando se pensam em políticas), a primeira pergunta a considerar é, justamente, o como. De quais perspectivas, através de quais estratégias de comunicação, para articular que tipos de narrativas? (1997, citado por, Andrade, 2004, p.86)

Acrescentaríamos, ainda, desenvolvendo que tipo de práticas?

Procurando fortalecer sua credibilidade junto ao *establishment* nacional, reforçando sua imagem de jornal independente junto a seus clientes, a empresa *Folha de S. Paulo* se serve do jornal *Folha de S. Paulo* para dar destaque a temas que já estão ou entrarão na pauta do debate nacional: "meninos de rua" foi um deles, como prostituição e trabalho infanto-juvenil e gravidez adolescente. A narrativa que produz e veicula se inspira no repertório midiático internacional e nacional quando trata da infância: o jornal *Folha de S. Paulo* atualiza o repertório, trazendo a infância (e adolescência) via tratamento sensacionalista, de tipo policial. O tema "meninos de rua" constitui uma das vias de entrada de crianças e adolescentes no jornal associando-os à violência.

O jornal dá voz ao sem voz, sensibilizaria o cidadão comum pelo destino dos "meninos de rua", ampliando sua visibilidade e aprofundando o conhecimento disponível na "opinião pública". Isto não ocorre nestas duas últimas décadas, como procuramos mostrar: o discurso do jornal expressa a defesa de "meninos de rua" tratando-os como vítimas de um modelo social injusto, mas um retrato de crianças e adolescentes em situação de rua (e crianças e adolescentes pobres em geral) como delinqüentes e desviantes, responsáveis pela manutenção da violência. Ao mesmo tempo reduz, generaliza e engessa. Participa ativamente da criação de uma identidade pública deteriorada e de uma negatividade inexorável. A prática do jornal no trato com crianças e adolescentes em situação de rua, ao desvelar sua identidade civil, legitima o estigma: são sub-humanos, portanto, não merecem o respeito à lei.

Se a mídia no geral, e a *Folha de S. Paulo* no particular, têm participado da construção de um imaginário social onde as classes subalternas são caracterizadas com uma identidade deteriorada, tal construção vem ocorrendo com a participação direta ou indireta da academia: temos sido coadjuvantes, temos emprestado nossas vozes, temos acolhido categorias sem a crítica necessária. Como argumenta Thompson (1995) a prova dá lugar à imposição. A permeabilidade da academia a narrativas midiáticas sobre temas contemporâneos é uma questão que deveria estar incitando mais cuidadosamente nossa atenção, especialmente nossas comissões de ética na pesquisa.

Referências Bibliográficas

ALVES, Alda J (1991). Meninos de rua e meninos da rua: Estrutura e dinâmica familiar. In *O trabalho e a rua: Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo: Cortez, (pp. 117-132).

ANDRADE, Leandro F (2001). *Prostituição infanto-juvenil na mídia: estigmatização e ideologia*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, PUC-SP, São Paulo.

BARBETTA, Alfredo (1993). *A saga dos menores e dos educadores na conquista da condição de cidadão: o movimento nacional de meninos/as de rua na década de 80*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUC-SP, São Paulo.

BARDIN, Laurence (1991). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

FOLHA DE S. PAULO (1987). *Manual geral da redação* (2a ed.). São Paulo: Folha de S. Paulo.

_____(1992). *Novo manual da redação*. São Paulo: Folha de S. Paulo.

_____ (2001). *Manual geral da redação*. São Paulo: Publifolha, 2001.

FREITAS, Rosangela F. de (2004). *O tema trabalho infanto-juvenil na mídia: uma interpretação ideológica*. 284 f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, PUC-SP, São Paulo.

GOFFMAN, Erving (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4a ed.). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora AS.

GREGORI, Maria Filomena (2000). *Viração: experiências de meninos de rua*. São Paulo: Companhia das Letras.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) (1993). *Experiências de contagem de meninos de rua*. Rio de Janeiro: Cadernos do IBASE 9.

MARTINS, Raul A (1996). Censo de crianças e adolescentes em situação de rua em São José do Rio Preto. *Psicologia: reflexão e crítica*. Porto Alegre, 9(1), 101-122.

NJAINE, Kathie & MINAYO, Maria Cecília de Souza (2002). Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. *Ciênc. saúde coletiva*. 7(2). Recuperado em 10 de outubro de 2004, da SciELO (Scientific Eletrocnic Library On line): www.scielo.br.
NASSIF, Luís (2003). *O Jornalismo dos anos 90*. São Paulo: Futura.
NAZARETH, Leila (2004). *O discurso da mídia sobre a adolescente grávida: uma análise da ideologia*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, PUC-SP, São Paulo.
PAULA, Sérgio G. de (1992). *Meninos de rua: um tumulto em detalhes*. Rio de Janeiro: FASE/IBASE/IDAC/ISER.
ROSEMBERG, Fúlvia (1993a). O discurso sobre criança de rua na década de 80. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 87, 71-81.
_____(1993b). *Da intimidade aos qüiproquós: uma discussão em torno da análise de conteúdos*. São Paulo [s.n.].
_____ (1994). Estimativas de crianças e adolescentes em situação de rua na Cidade de São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 91, 30-45 .
SONTAG, SUSAN (2003). *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras.
THOMPSON, John B (1995*). Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petropólis, RJ: Vozes.
UNICEF. *O mundo passa a reconhecer a importância da infância*. http://www.unicef.org/brazil/sowc05/cap1-dest1.htm (consultado na Internet em 3 de fevereiro de 2005a).
_____. *O Unicef no Brasil e no mundo*. http://www.unicef.org/brazil/historico.htm (consultado na Internet em 3 de fevereiro de 2005b).
VATICANO. *Discurso do Papa João Paulo II ao Comité dos Jornalistas Europeus para os direitos da criança*. http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/1979/january/documents/hf_jp-ii_spe_19790113_diritti-fanciullo_po.html (consultado na Internet em 1 de julho de 2004).

Gilberto Freyre e Florestan Fernandes; um debate sobre a democracia racial

Elide Rugai Bastos
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
eliderugai@uol.com.br

Resumo: É conhecida a oposição entre Freyre e Fernandes sobre a interpretação do Brasil. Muitos pontos a respeito do papel da sociologia os separam. Principalmente duas teses centralizam os debates: a questão da existência de uma democracia racial no Brasil e a função do patriarcalismo na manutenção da unidade nacional. Freyre afirma em vários de seus textos – Casa-grande & senzala, Sobrados e mucambos, Interpretação do Brasil, Novo mundo nos trópicos – que o patriarcado, de origem luso-brasileira, através da aceitação da mestiçagem e da mescla das culturas, principalmente portuguesa e africana, garantiu a existência de uma democracia étnica que se traduziu, no Brasil, numa democracia social. Além disso, o luso-tropicalismo, produto dessa simbiose, permite que o autor discuta a adaptação dos princípios da modernidade no Brasil. Fernandes, em seus trabalhos – Integração do negro na sociedade de classes, Circuito fechado, Revolução burguesa no Brasil – contesta a tese a partir de dois eixos. Primeiramente mostra, apoiado nos movimentos negros, que a existência da democracia racial é um mito, expresso de várias formas, onde se ressalta a existência do preconceito racial. De outro, no conjunto de sua pesquisa da qual fazem parte Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, Fernandes mostra que patriarcalismo é um termo descritivo e propõe a utilização de patrimonialismo que, sendo um conceito explicativo, dá conta das relações sociais e políticas presentes na sociedade brasileira. Em especial o livro Capitalismo e escravidão no Brasil meridional, de Fernando Henrique Cardoso aborda frontalmente esta questão.

Introdução

Gilberto Freyre e Florestan Fernandes são, sem dúvida, os dois sociólogos que, cada um numa direção, renovaram a sociologia brasileira. Gabriel Cohn afirma que os dois "formam o mais perfeito par de opostos que se possa imaginar. Não pela temática, que é em muitos pontos a mesma em ambos. Nem pela formação e linhas de pesquisa, que em ambos percorre o arco que vai da análise etnológica à reconstrução histórica em grande e pequena escala, centrando-se, é claro, na análise sociológica. Mas pelo contraste entre a perspectiva senhorial, a expressão estética (em que as claras referências à experiência servem para caracterizar o prazer comprometido do observador) e a escrita descontraída de Freyre, por um lado, e, por outro, a perspectiva plebéia, a expressão ética (em que a experiência pessoal passa pela angústia da participação) e a escrita crispada de Florestan."1 Naturalmente, as perspectivas conflitantes levam a conclusões diferenciadas e a efeitos políticos opostos.

Gilberto Freyre

Os livros *Casa-grande & senzala, Sobrados e mucambos, Nordeste*, completados por *Ordem e Progresso*, desenvolvem os elementos que fundamentam, de modo mais acabado, a explicação da formação e do perfil do Brasil elaborados por Gilberto Freyre. A articulação de três fatores forma a base dessa interpretação: o patriarcalismo; a interpenetração de etnias e culturas; o trópico. Em *Casa-grande & senzala* já são formuladas as teses principais que ganharão

1 Cohn,G. (2001). Florestan Fernandes. A integração do negro na sociedade de classes. In L.D.Mota (Org.) Introdução ao Brasil. Um banquete nos trópico. São Paulo: Editora Senac, (p.387)

desdobramentos no conjunto de sua obra e apresentarão uma inovação em relação às concepções anteriores a 1930 sobre a formação nacional.

A mais geral delas é a atribuição à família de um lugar particular na constituição da sociedade brasileira: é ela, e não o indivíduo, o Estado, a Igreja ou as companhias de comércio, o grande fator de colonização do país. Assume funções sociais, econômicas e políticas. Essa combinação, que se desdobra em oligarquismo ou nepotismo, garantirá nossa unidade política e operará como impedimento ao separatismo, ao lado da religião e da ação dos jesuítas, que também exercerão um papel unionista. A *casa-grande* simboliza esse poder. O processo foi possível graças à forma da organização civil da sociedade brasileira, desde o início de seu estabelecimento, na medida que se alterou o caráter exclusivamente mercantil da colonização portuguesa e se estabeleceu uma exploração de raiz agrícola. Com isso definiu-se a singularidade do processo brasileiro, diferente da atuação de Portugal na Índia e na África. A bicontinentalidade do português – povo formado por elementos europeus e africanos – o dualismo de cultura e de raça decorrentes disso, marca seu caráter. Por isso, o luso é capaz de operar um "equilíbrio entre antagonismos" – a segunda tese mais ampla do texto, simbolizada pela combinação, presente no título, *casa-grande & senzala*. Desse traço resulta a mobilidade, a miscibilidade e a aclimatabilidade, elementos fundamentais para o êxito do empreendimento português no Brasil, compensando a deficiência de volume humano para a colonização de tão amplo território e marcado por um clima tropical.

São esses traços que autorizam Gilberto Freyre afirmar que "os portugueses triunfaram onde outros europeus falharam: de formação portuguesa é a primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com característicos nacionais e qualidades de permanência. Qualidades que no Brasil madrugaram, em vez de se retardarem como nas possessões tropicais de ingleses, franceses e holandeses."2

A miscibilidade e a climatabilidade fundam as hipóteses que permitem o confronto com autores anteriores da década de 1920: a afirmação da anticientificidade das teses racistas e das teses do determinismo geográfico. Essa negação leva a que Gilberto Freyre se caracterize como um inovador das ciências sociais brasileiras, uma vez que define o discurso sociológico, que assumirá papel fundamental no processo de sistematização da sociologia no país. Pela brevidade deste artigo não desdobrarei a argumentação necessária para a comprovação desta afirmação. Passo diretamente aos elementos que permitem que defina suas explicações sobre a democracia racial e o patriarcalismo a fim de estabelecer a oposição que fundamenta as críticas desenvolvidas por Florestan Fernandes.

1.O escravo negro e a formação da sociedade

Quatro pontos principais marcam as posições de Gilberto Freyre sobre a participação do escravo africano na sociedade brasileira. Primeiro, levanta os traços psicossociais do negro, apontando para sua adaptabilidade no trópico, um dos indicativos da não-inferioridade da raça negra em relação à branca. Segundo, procura demonstrar que na formação nacional existe uma marca profunda, menos racial do que cultural, do povo africano no Brasil; e, como resultado disso, a partir da interpenetração das culturas lusa e africana, origina-se um processo que aproxima os antagonismos decorrentes da oposição senhor/escravo. Em terceiro lugar, atribui uma função social diferente da convencionalmente atribuída ao escravo negro, dando ênfase ao papel civilizador por ele representado. E, por último, como resultado dos pontos levantados anteriormente, indica a sociedade brasileira como caracterizada pela *democracia racial*.

Parte da tese de que a população brasileira tem raízes nas três raças — branca, índia, negra — e não apenas nas duas primeiras, como ressaltavam alguns autores anteriores. Afirma que os tipos eugênicos provêm antes do africano do que do indígena, indicando que são de origem africana "muitas das melhores expressões atuais de vigor ou de beleza física em nosso país"3. Mostra ser anticientífica a afirmação da superioridade ou da inferioridade de uma raça sobre outra, construindo sua reflexão sobre a anterioridade explicativa da cultura. Busca mostrar que o perfil da formação social nacional deve-se ao africano e que todo brasileiro é racial ou culturalmente negro. Dá seqüência à idéia afirmando que o negro é culturalmente superior ao indígena e inclusive, em certos pontos, ao português, contrapondo-se a algumas interpretações consideradas oficiais. O fundamento para a discussão, principalmente com Oliveira Vianna, é a constatação da diferenciação interna, em termos de complexidade, das culturas africanas; mais ainda, de que foram os estoques culturais mais adiantados aqueles transplantados, havendo na translação África-Brasil, certa seleção racial e cultural. O objetivo não foi trazer escravos que operassem apenas como força bruta, ao modo das colônias inglesas, pois aqui se visavam outros objetivos: a solução da falta de mulheres brancas e a resolução da necessidade de técnicos em metal para os engenhos e para as minas.

Seriam essas duas poderosas forças de seleção que se estenderam à miscigenação. Os negros que conviveram com os brancos nas casas-grandes e sobrados não foram os degradados pelo serviço da lavoura e sim os escravos domésticos. Os pajens e mucamas foram escolhidos na senzala a partir do tipo físico mais atraente e de aptidões mais próximas daquelas do "setor civilizado". Dessa maneira selecionam-se negros com traços culturais e raciais mais semelhantes aos brancos.

Gilberto Freyre levanta mais uma crítica aos racistas apontando os limites da aplicação do critério estatístico como fonte científica indiscutível. Falando a respeito dos testes de inteligência, os quais indicariam para os racistas a inferioridade do negro, aponta-lhes as bases culturais.

Numa direção mais positiva de seu diálogo, mostra a plasticidade do africano, sua grande adaptabilidade. Ele é o verdadeiro filho do trópico, conservando, nesse ambiente, suas características eugênicas enquanto as outras raças se

2 Freyre, G. (1933). Casa-grande & senzala. Formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarchal. Rio: Maia & Schmidt Ltda, p. 16.
3 Idem, p.69

deterioram. Por esse motivo torna-se mais adequado às formas que assumiu a exploração econômica no Brasil. Essa adaptação, que tem raízes fisiológicas e psíquicas, resulta em traços psicológicos. Assim, ao contrário do índio, o negro é um tipo extrovertido, alegre.

Em contraponto direto com Nina Rodrigues, discute a afirmação dos racistas que vêem a amoralidade como uma característica psíquica do negro, considerando absurdo não se ter reconhecido no negro a condição absorvente de escravo. A escravidão retirou o africano de seu meio social e de família, colocando-o em um ambiente em que imperavam forças dissolventes de sua organização social e de sua cultura. Não há escravidão sem depravação sexual; portanto, a corrupção sexual de que é acusada não se realizou pela negra, mas pela escrava. O que Gilberto Freyre quer demonstrar é a superioridade da influência da estrutura social sobre a racial e do meio físico. Trata-se, é claro, da tese de Boas.

Todavia, mesmo partindo desse ponto inovador, o autor não se atém apenas aos elementos culturais que, segundo ele, relativizariam a interpretação. Buscando uma visão mais ampla, encontra na interação raça—meio físico as características psicológicas que definem o povo. Inter-relacionam-se etnias/culturas e trópico como elementos explicativos: é fundamental à análise apreender não apenas o grau, mas também o momento de cultura que os diferentes povos nos comunicaram, além de sua adaptação ao trópico. Assim, a identificação de grande número de negros maometanos, de "cultura superior", sabendo ler e escrever, ajuda a compreender algumas das revoltas de escravos no Brasil como uma erupção da cultura adiantada, oprimida por outra, menos nobre. Mas, ao lado do peso cultural, há um traço psicológico que se torna freio à revolta: a bondade — a bondade do negro que o impediu de rebelar-se e o levara a aceitar tratamentos rudes.

O africano seria, também, responsável pelo traço dionisíaco do caráter brasileiro; ele amenizou o elemento apolíneo presente no ameríndio, marca tão patente em seus rituais. A alegria do africano contrabalançou o caráter melancólico do português e a tristeza do indígena. A alegria e a bondade do africano seriam em grande parte responsáveis pela doçura que marca as relações senhor/escravo no Brasil.

Essas características definiram o lugar social do negro na sociedade brasileira. Ele se toma, segundo Freyre, parte da família, sendo seu lugar "não o de escravos, mas o de pessoas de casa. Espécie de parentes pobres nas famílias européias"4. Tal situação se refere aos escravos domésticos, os cristianizados e já abrasileirados, que viveram nas casas-grandes, que tiveram possibilidade de constituir famílias, o que os retirou do clima de luxúria e primitivismo que marcou os que viveram na senzala, dedicados à lavoura, pagãos e comunicando-se por seus dialetos.

Esse conjunto de traços psicológicos, sociais e culturais permitiram que o africano exercesse, segundo Freyre, um papel colonizador, não apenas como colaborador do branco, mas exercendo também entre os índios uma missão civilizadora no sentido europeizante, atuando na mesma direção que o lusitano. Ao entrar como escravo na casa-grande, o negro, principalmente a mulher, impôs sua cultura como dominante. É verdade que já cristianizado, mas, se o catolicismo foi a forma de aproximar-se do senhor e de seus padrões de moralidade, o catolicismo místico aqui praticado foi a política de assimilação e ao mesmo tempo de contemporização seguida pelos senhores de escravos. Tal política consistiu em permitir aos escravos negros a conservação, à sombra da doutrina católica, das formas e acessórios da cultura e da mítica africanas. Isso, segundo Gilberto Freyre, mostra o processo de aproximação das duas culturas. A religião foi o primeiro caldo em que se teriam confraternizado os valores e sentimentos negros e brancos.

O escravo negro formou, segundo o autor, o caráter brasileiro legando-nos sentimentos e valores. A ele deveríamos nossa sensibilidade, imaginação e uma doce e doméstica religiosidade. São africanos vários dos hábitos considerados brasileiros — de higiene, de vestimenta, de alimentação —, bem como o são as crenças em um mundo mágico, os sortilégios de amor, as tradições musicais, a linguagem. A mucama exerceu uma forte ação na educação das crianças, incutindo-lhes hábitos de vida, crendices, alterando a língua tradicional portuguesa, tornando a uma "fala sem ossos" que operou "um amolecimento de resultados às vezes deliciosos para o ouvido"5.

A partir da língua, Gilberto Freyre tenta captar ao mesmo tempo a interpenetração das culturas e a trama das relações sociais no Brasil. No processo de assimilação dos negros à sociedade de raiz portuguesa, as diferentes línguas africanas não persistiram; mas a língua portuguesa perdeu sua pureza, não se corrompendo totalmente e, também, não mantendo a rigidez das salas de aula.

A língua brasileira resulta da interpenetração de duas tendências: a estrutura oficial e a fala popular. Todavia, mais do que uma forma cultural expressa conciliação na esfera social; é uma das maneiras pelas quais se amenizaram os conflitos. Freyre ilustra a tendência discutindo os modos de construção do imperativo. Um duro, português — diga-me, faça-me, espere-me —, outro ameno, brasileiro — me diga, me faça, me espere. São dois modos antagônicos e servimo-nos de ambos. "Faça-me, é o senhor falando, o pai, o patriarca; me dê, é o escravo, a mulher, o menino, a mucama"6. A simples colocação dos pronomes pode mostrar que, como brasileiros, temos duas faces: a dura e antipática, do dominante, que se expressa no "faça-me"; a suave, simpática, pronta a obedecer, do dominado que pede "me faça". Segundo Gilberto Freyre, as duas formas devem coexistir, porque a força da cultura brasileira reside "na riqueza dos antagonismos equilibrados". Se seguíssemos só um modo em detrimento do outro, abafaríamos metade de nossa vida emotiva e nossas necessidades sentimentais, pois "somos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas"7. Essas

4 Idem, p.400.
5 Idem, p. 372.
6 Idem, p. 376.
7 Idem, p. 377.

duas faces do indivíduo estendem-se à sociedade. É isso que caracteriza a forma de nos relacionarmos socialmente. Segundo o autor, *somos uma democracia social porque somos uma democracia étnica*.

2. O patriarcalismo

A família é a categoria nuclear da explicação freyriana. É na família que se toma possível perceber os elementos que caracterizam as relações e os processos que envolvem os homens. É aí que encontramos as formas fundamentais que a vida assume. Essa definição desenha o caminho de sua análise. Primeiramente, essa via traça a escolha das instituições e dos personagens a serem estudados. O complexo agrário-industrial do açúcar visto como um microcosmo que se alarga e figura a sociedade. Os personagens — o patriarca, central na definição desse universo social; o escravo, a mulher, o menino, secundários, gravitando em torno do primeiro. Mas os sinais se invertem. Os atores aparentemente marginais ganham o centro do palco, graças à sabedoria do patriarcado, e conseguem mudar o rumo da história. São eles que recriaram em outro patamar as relações sociais. Terminaram por impor seu modo de vida, sua visão do mundo, seus costumes, sua estética, sua fala. Assim, alterou-se a ordem social, mudaram-se os papéis. O dominante acabou por ser dominado. E o dominado, passou a dominar, impondo sua cultura. Trata-se, para o autor, da figuração da democracia. Os tipos expressos pelo título – casa-grande, ou o dominante e a senzala, o subordinado – não se realizam plenamente. É essa inversão que o &, de articulação, significa: o & entre as duas realidades, [é] o símbolo de uma interpenetração que concorreu fortemente, dinamicamente, interativamente, para dar à sociedade e à cultura desenvolvidas no Brasil suas formas mais características de desenvolvimento e não apenas de estabilidade. De dinâmica democratizante como corretivo à estabelecida hierarquia".8

Gilberto Freyre indaga quais são as relações entre a família e o Estado, mostrando que este resulta de modificações ocorridas no plano do poder familiar. Esta gradualmente se altera resultando, assim, num *continuum*; a esfera familiar se amplia e seu efeito é o Estado. Trata-se, portanto, de uma discussão que mostra as relações intrínsecas entre o privado e o público.O estudo da família patriarcal está presente em vários trabalhos; porém, a tese sobre o patriarcalismo aparece de forma mais acabada em Sobrados e mucambos.

A família patriarcal está marcada pelo seu caráter conciliador. Através da discussão sobre sua configuração, Freyre discute a formação nacional, mostrando que o equilíbrio da primeira tem como conseqüência a estabilidade da segunda. Em outros termos, a ordenação da sociedade foi função de ação operada pela família patriarcal.

Florestan Fernandes

Os livros *A integração do negro na sociedade de classes, A sociologia numa era de revolução social, Mudanças sociais no Brasil*, *A revolução burguesa no Brasil* completados pelos ensaios de *Circuito fechado* representam, de modo mais orgânico, a oposição de Florestan Fernandes às duas teses gilbertianas assinaladas anteriormente: a questão da democracia racial e o papel do patriarcalismo.

1. O lugar do negro na sociedade brasileira: uma herança do escravismo

A afirmação de Freyre de que no Brasil nos constituímos em uma democracia social porque somos uma democracia étnica, levou à principal crítica feita não apenas a *Casa-grande & senzala*, mas a vários textos posteriores escritos por Gilberto Freire — *O mundo que o português criou* (1940), *Interpretação do Brasil* (1947), *Novo mundo nos trópicos* (1971), -para citar alguns. Vários movimentos sociais e estudiosos da questão racial no Brasil têm denunciado a tese da democracia racial como um equívoco, uma vez que é patente a existência de preconceito racial na sociedade brasileira.

Nessa direção se localiza, como foi afirmado anteriormente, a oposição de Florestan Fernandes à tese de Freyre mostrando que se trata de um mito que funda uma consciência falsa da realidade. Ou seja, a partir dele acredita-se que o negro não tem problemas de integração, já que não existem distinções raciais entre nós, e as oportunidades são iguais para brancos e negros. O autor aponta para o caráter hipócrita da formulação, uma vez que o mito se baseia na afirmação de que a ordem social é aberta a todos igualmente, forjando-se a crença de que existe um paralelismo entre a estrutura social e a estrutura racial na sociedade brasileira.

Outro aspecto da crítica diz respeito ao equívoco de estabelecer uma ponte entre miscigenação e democratização — o primeiro um fato biológico e o outro um fato sociopolítico —, identificando como semelhantes dois processos independentes entre si. Esse continuum falso permite, segundo Fernandes, que se deixe de lado a análise do modo como se ordenou a população descendente dos escravos e os mecanismos que impediram a mobilidade social vertical dela, criando-se uma estrutura social que discrimina grandes contingentes populacionais. O resultado desse descuido analítico é elidir a escala de valores sobre a qual se assenta a discriminação e, portanto, a dominação. Em outras palavras, a partir da constatação da existência de um gradiente de aceitação social — o indivíduo é mais aceito socialmente na medida em que se aproxima dos padrões brancos, e menos, se próximo dos padrões negros —, denuncia-se a falsidade do mito da democracia racial. E, a partir disso, o autor uspiano estuda as conseqüências do mito na consciência dos indivíduos.

Decorreria desse processo uma tendência, por parte da população não branca, de fuga à realidade e à consciência étnica, por meio da aceitação dos mitos que recobrem a discriminação. Ou seja, a identidade e a consciência étnica são

8 Freyre, G. (1968). Como e porque sou e não sou sociólogo. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, p. 120

escamoteadas e tende-se a buscar, por parte da população negra, uma identificação com os grupos brancos. Essa seria vista como a única forma pela qual se alcançaria a integração social e poder-se-ia aspirar à mobilização vertical.9

Florestan lembra alguns pontos importantes para a retomada do debate sobre a questão racial. Primeiramente, mostra que se trata de um processo social: "Entenda-se que nada disso [os elementos que fundam o preconceito] nascia ou ocorria sob o propósito (declarado ou oculto) de *prejudicar o negro*. Na mais pura tradição brasileira, tal coisa não se elevava à esfera da consciência social; e, onde se descobrisse algo parecido (nas atitudes ou nos comportamentos de certos imigrantes e em discriminações anacrônicas, mantida em determinadas instituições), desses mesmos círculos sociais partia o grito de alarma e de reprovação categórica."10 Em segundo lugar, sendo um processo, construiu-se ao longo do tempo: "Esse mito não nasceu de um momento para outro. Ele germinou longamente, aparecendo em todas as avaliações que pintavam o jugo escravo como contendo 'muito pouco de fel' e sendo suave, doce e cristãmente humano."11 Terceiro, recorda que a ordem jurídica existente durante quase todo o século XIX – coexistência de dois códigos, o Código Negro e o Código Civil – aceitando como fundamento a desigualdade e a legalidade da escravidão, não poderia fundar a afirmação da democracia racial. Assim, esse mito só surge com a Abolição e a proclamação da República, quando a afirmação da igualdade formal se enfrentava com a realidade desigual da população negra em relação à branca. Em outras palavras, a crítica vai diretamente em direção a Gilberto Freyre, que afirma as raízes da democracia racial desde os tempos coloniais. Ou seja, como se aceita a escravidão e os escravos eram os não-brancos, não existem bases para a tese da não existência de discriminação racial. Em quarto, Florestan relembra que embora a situação pareça de um simplismo político alarmante, basta, às vezes, negar a existência de um problema para não precisar enfrentá-lo. Essa estratégia assegura, por vezes, a "paz social", embora represente uma "paz de cemitérios".

Embora pudesse levantar outros pontos importantes da argumentação de Florestan Fernandes sobre essa temática, quero lembrar uma questão que me parece curiosa no debate sociológico. Os cientistas sociais brasileiros, e mesmo alguns estrangeiros, consideram que a polêmica do sociólogo paulista e seu grupo de pesquisadores com Gilberto Freyre reside principalmente na crítica à tese da democracia racial. Um dado me parece interessante: o livro *A integração do negro na sociedade de classes*, que tem ao todo (são 2 volumes) 655 páginas, dedica pouco mais de 16 páginas à crítica ao mito da democracia racial. A tese da obra é mais abrangente: trata-se de compreender como o mito da democracia racial funcionou como um dos elementos da manutenção, no Brasil, mesmo com o advento da República, de uma sociedade patrimonialista. Em outros termos, o mito da democracia racial, constituiu-se em mais um fator, de resguardo por parte das velhas elites, das suas atribuições fundamentais na estrutura de poder da sociedade. Por essa razão, são as críticas que os pesquisadores uspianos fazem sobre o patriarcalismo que se definem como centrais em relação à interpretação do Brasil feita por Gilberto Freyre. Vejamos como se define esse debate.

2. Patriarcalismo versus patrimonialismo

É conhecida a polêmica entre Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda sobre a questão do patriarcalismo. A oposição se dá entre as teses desenvolvidas nos livros *Sobrados e mucambos*, do primeiro e *Raízes do Brasil*, do segundo, ambos publicados em 1936. As edições posteriores dos dois trabalhos compreendem novos capítulos nos quais se definem as oposições. Na introdução à segunda edição de *Sobrados e mucambos*, Gilberto Freyre dedica-se longamente a discordar das teses de Sérgio Buarque de Holanda. Este, em artigos posteriores avança sua crítica. Resumo os argumentos da polêmica.

Sérgio acusa Gilberto de pretender que as interpretações fundadas na sociedade nordestina tenham validade para todo o país, porque em sua interpretação a família patriarcal constituir-se-ia na unidade orgânica fundamental da formação da sociedade brasileira. Mostra que se trata de uma forma de organização social que não se aplica nem espacial, nem temporalmente a todas as regiões brasileiras. Para Freyre, o patriarcalismo não só atravessa as regiões como os diferentes tempos, caracterizando-se como uma das "grandes forças permanentes" da sociedade brasileira. Sendo assim é responsável pela unidade nacional e pela permanência de formas sociais que garantem a organicidade da sociedade. A direção da argumentação vai, claramente, em confronto à formulação de *Raízes*, que aponta para a fraqueza de nossa organização social, fragilidade que tem sua raiz no personalismo, de origem ibérica.

Mais ainda, Buarque de Holanda afirma que a forma patriarcalismo pode aplicar-se a realidades as mais diversas, não só brasileira como mundiais, em diferentes épocas da história. Isto é, considera o termo amplo demais para ser aplicado em uma análise discriminatória, dizendo muito pouco sobre a natureza do poder, sobre as formas de propriedade, sobre a ideologia e a cultura, e demasiado impreciso para permitir a distinção entre os modos de exploração, entre a mão de obra servil e a livre. Em outras palavras, enfatiza a importância antes do conteúdo social do que das formas sociológicas dos fenômenos, exatamente porque se desloca de uma análise puramente cultural para o plano político.12 Creio que neste mesmo ponto se apóia a principal controvérsia do denominado "grupo uspiano" com Gilberto Freyre. Aliás, não apenas com ele, mas com Oliveira Vianna, Nestor Duarte e Fernando de Azevedo. Trata-se de questionar a unilateralidade da análise desses autores gerada pela "redução do macrocosmo social inerente à ordem estamental e de castas

9 É´conhecido o fato dos movimentos negros terem se caracterizado recentemente por tomar outra direção, o que abriu o debate sobre as formas de superação dos obstáculos gerados pelo desprivilegio histórico que a população negra tem sofrido.

10 Fernandes, F. (1965). A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Dominus Editora/ Editora da Universidade de São Paulo, p.196.

11 Idem, p. 197.

12 E.R.Bastos (2008). Raízes do Brasil-Sobrados e mucambos: um diálogo. In P..M. Monteiro & J.K. Eugênio (Org.), Sérgio Buarque de Holanda.Perspectivas. Campinas: Editora Unicamp; Rio de Janeiro: Eduerj. (pp.227-244).

ao microcosmo social inerente à plantação ou ao engenho e à fazenda." Florestan propõe, assim, uma análise sociológica que mostre que "a economia de plantação faz parte de um contexto histórico estrutural e inclusivo e determinante; o problema central não consiste em explicar uma ou outro, mas ambos".13 Em outros termos, a análise passa a levar em consideração simultaneamente o processo que explicita as relações sociais – o patrimonialismo – e o ator que induz essas relações – o patriarca.

Parece-me que a proposta permite mostrar como as relações sociais geradas no seio do regime escravocrata se estendem à sociedade brasileira posteriormente à abolição. Ao referir-se ao colapso do trabalho servil, Florestan Fernandes diz, como já me referi anteriormente: "o fato mais importante, do ponto de vista sociológico, diz respeito à preservação dos papéis políticos das velhas elites. Elas orientaram o processo, no conjunto, de modo a resguardar, intocáveis, todas as suas atribuições fundamentais na estrutura de poder na sociedade."14

Em textos anteriores, Florestan já apontara para os limites do conceito patriarcalismo para dar conta, de modo abrangente, da formação social brasileira. Lembro aqui, um texto pouco conhecido, de 1953. Trata-se da prova escrita de seu concurso de livre-docência à cadeira de Sociologia I da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, realizado em outubro de 1953. O documento consta do Arquivo da referida Faculdade. O ponto sorteado foi "A família patriarcal e suas funções econômicas".15 Logo no início, o autor aponta os limites teóricos de tal formulação. De um lado, mostra que a própria noção de "família patriarcal" não é precisa quanto às conotações sociológicas. De outro, diz que lhe atribuir uma função econômica é polêmico, pois se associa à idéia da família patriarcal a representação de uma espécie de estrutura social básica do sistema econômico ou ainda, sugere-se que este está subordinado à atuação de pressões e controles sociais concentrados nas mãos de um senhor e de seus apaniguados. Assim, desenvolve o tema mostrando a necessidade de pôr em evidência aspectos peculiares da situação histórica, o que define o caráter antes descritivo do que explicativo dessa noção.

Em *A integração do negro na sociedade de classes*, a argumentação encaminha-se a demonstrar que os padrões assimétricos das relações raciais entre negros e brancos no Brasil desnudam uma estrutura social fundada em elementos que impedem a invocação de direitos civis, políticos e sociais. Em outros termos, trata-se de uma sociedade onde vastos setores, não apenas os negros e mulatos, têm negado o acesso a relações sociais igualitárias: prevalecem as relações pessoais marcadas de um lado pelos privilégios, de outro pela submissão, lealdade e conformismo face aos interesses dominantes. "Quanto mais o negro e o mulato se identifiquem com os ideais da personalidade democrática, concatenado em torno da figura do cidadão e dos direitos fundamentais da pessoa, tanto mais eles são inconpreendidos, avaliados etnocentricamente e depreciados".16

Método, um campo de conflito

Lembro que a leitura de um texto é um ato de interpretação, portanto – felizmente, pois de outro modo não só seria monótono, como contribuiria para que o conhecimento se tornasse estático! – varia de leitor para leitor. Isso porque, segundo Jameson, "nunca realmente abordamos um texto de imediato em todo seu frescor, como coisa-em-si mesma. Em vez disso, os textos se nos apresentam como o 'sempre-já-lido'; nós os apreendemos por meio de camadas sedimentadas de interpretações prévias, ou – se o texto é absolutamente novo – por meio de hábitos de leitura sedimentados e categorias desenvolvidas pelas tradições interpretativas de que somos herdeiros".17 Assim, estou consciente que a abordagem que faço dos dois autores tem a ver com posições que assumo em relação à sociedade brasileira, perspectivas essa que se referem ao fato de analisá-la como marcada pelo patrimonialismo.

Código interpretativo é o que entendo por método e penso que, mesmo não estando um autor totalmente consciente dele, impõe-se na análise empreendida, seja ampla ou restrita. É o modo pelo qual abordamos um texto e nos apropriamos dele. Lembro que um método não está sozinho no campo interpretativo: ele completa, se opõe, dialoga, entra em conflito explícito ou implícito com outros métodos. A complementaridade ou a contraposição traz riqueza ao debate e contribui para ampliar o conhecimento. Isso não faz dele o método, mas um método entre outros. Por esse motivo não pretendo que minha comparação entre os dois autores seja a única possível. Antes quero mostrar que se trata de uma polêmica aberta sobre a sociedade brasileira a qual tem que ser enfrentada porque, fundadas em interpretações polares, propõem-se várias políticas públicas.

Em resumo, quero mostrar que as idéias, ao lado de outros elementos, operam como forças sociais e, nesse sentido têm efeitos políticos que devem ser avaliados com a possível isenção e a necessária honestidade.

---

13 Florestan FERNANDES. Circuito fechado. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, p. 36.

14 Ibidem, p.207.

15 Segundo nota de José de Souza Martins, compuseram a banca examinadora os professores Fernando de Azevedo, Roger Bastide, Herbert Baldus, Mário Wagner da Cunha e Octavio da Costa Eduardo. Gilberto Freyre havia sido escolhido para a banca, porém enviou uma carta à diretoria alegando não poder comparecer. Fernandes, F. (1996). A família patriarcal e suas funções econômicas. Revista USP, 29, 74-81.

16 Fernandes, F. (1965), op. cit. Vol I, p. 229.

17 Jameson, F. (1992). O inconsciente político. A narrativa como ato socialmente simbólico. Trad. Valter Lellis Siqueira, revisão de trad. Maria Elisa Cevasco. São Paulo:Ática, pp. 9-10.

Novas Perspectivas sobre as Identidades de Classe

José Manuel Cavaleiro Rodrigues
Escola Superior de Comunicação Social-Instituto Politécnico de Lisboa
jrodrigues@escs.ipl.pt

***Resumo**:* Assiste-se hoje em dia a um movimento de reconversão nos estudos sobre as classes sociais orientado pela ideia de que é preciso dar mais relevo aos processos culturais, à formação de identidades, aos estilos de vida e ao gosto e proceder ao exame directo do modo como as posições de classe são vividas. O que esta nova geração de estudos propõe são novos modelos analíticos em que o focus são os processos culturais e o modo como estes estão implicados em tipos específicos de práticas sociais. As culturas de classe deixam de designar tipos de colectividade com comportamentos próprios e passam a ser vistas como modos de diferenciação, em que as classes operam através de distinções individualizadas e comparações relacionais com membros de outras classes. O que é designado como identidade de classe é um certo sentido das distâncias sociais dentro das hierarquias, que recorre às diferenças culturais para se exprimir. Este texto recenseia os desenvolvimentos teóricos e as bases empíricas desta linha de trabalho - que emerge na sociologia britânica a partir do final da década de 90, com o trabalho de autores como Savage, Skeggs, Reay, ou Bottero.

Introdução

No quadro mais amplo das ciências sociais e particularmente a partir da sociologia britânica desde o final da década de 90, tem vindo a crescer um movimento de renovação da análise das classes que considera esgotadas as formulações teóricas tradicionais e ensaia diversas abordagens que enfatizam os processos culturais e a componente dos estilos de vida na demarcação de posições no interior das estruturas de desigualdade. Partindo por vezes de noções relativamente difusas do conceito de classe que pretendem relacionar as desigualdades com processos mais abrangentes de divisão social e diferenciação cultural, o que caracteriza este conjunto de autores é situar a análise nas práticas quotidianas e nas representações vulgares, o que justifica a associação da perspectiva ao estudo do que genericamente é apelidado de 'identidades de classe'.

O interesse por estas dimensões ditas 'subjectivas' sempre existiu na sociologia das classes e da estratificação, ainda que as perspectivas prevalecentes no passado usassem linguagens e mantivessem objectivos distintos. A análise tradicional assentava num modelo "Estrutura-Consciência-Acção" (Savage, 2000, p.26), em que as estruturas eram vistas como conduzindo a acção através de formas particulares de consciência de classe, o mesmo é dizer, pressupondo-se a necessidade da existência de grupos com a noção de si próprios e dos seus interesses e, portanto, a existência de identidades intermediando a relação entre condições estruturais e formas de acção. As grandes questões teóricas giravam em torno da consciência de classe, particularmente da consciência que os trabalhadores tinham da sua pertença a uma classe e da sua inserção numa estrutura de classes e, depois disso, em saber em que medida é que os mesmos trabalhadores se mobilizavam para defender os seus interesses de forma organizada. Dentro desta lógica, as identidades de classe figuravam menos como um problema em si do que como uma tradução empírica das questões de fundo colocadas pela consistência e coesão demonstradas pelas consciências de classe.

É durante os anos 50 que nos surgem as primeiras investigações dedicadas especificamente às identidades e ao significado que as pertenças de classe tinham para a vida dos trabalhadores industriais e das suas famílias. Seguindo uma abordagem típica dos estudos de comunidade, estes estudos britânicos (Dennis *et al*. 1956; Young e Willmott, 1983, entre muitos outros) procuravam identificar directamente as marcas de classe em várias dimensões da vida quotidiana, desde as baixas remunerações do trabalho à precariedade dos alojamentos e à exiguidade de acesso a bens materiais, condições consideradas fundamentais para o desenvolvimento de sentimentos e laços de solidariedade nos locais de trabalho e nas áreas de residência e para a existência de uma forte consciência operária e de oposição às classes proprietárias e aos seus modos de vida.

Não deixa de ser irónico o facto destes estudos se realizarem exactamente no momento em que as estruturas produtivas e socioprofissionais europeias apresentavam sinais inequívocos de mudança. Eles permitem-nos hoje resgatar a memória de um operariado tradicional que começava já a desaparecer e a ser substituído por um novo segmento de trabalhadores com mais qualificações, melhor remunerados, cujo nível de vida fazia despertar aspirações ao consumo. Chegou-se a pensar na época que estes novos membros das classes trabalhadoras, por serem privilegiados relativamente aos seus antepassados, se veriam a si próprios como parte das classes médias, procurando emular os estilos de vida do grupo que passara a constituir a sua referência. A "tese do aburguesamento", como ficou conhecida, foi posteriormente refutada pela análise sociológica, em particular por Goldthorpe e Lockwood em *The Affluent Worker* (1969). Nesta obra, os autores reconheciam a importância das mudanças sociais ocorridas, mas refutavam a suposta promoção da classe operária às classes médias, bem como a tentativa de explicar essa integração ligando-a ao crescimento da riqueza disponível. Para eles, as verdadeiras mudanças encontravam-se nos comportamentos e no imaginário das classes operárias, nomeadamente numa visão mais instrumental do trabalho que estaria ligada à alteração das condições laborais e numa certa privatização dos modos de vida, em resultado da melhoria dos padrões habitacionais. Assinalavam igualmente a tendência dos novos operários para diferenciar as classes de acordo com os níveis de rendimentos e os estilos de vida e para aplicarem esses mesmos critérios materialistas ao tratarem de se fazer incluir numa classe média alargada na qual reuniam todos os trabalhadores, sem respeitarem a divisão clássica entre trabalho manual e não-manual. Na sua visão das desigualdades não caberia a consciência

de uma identidade e de interesses próprios, como acontecia com o operariado tradicional, mas sim uma valorização das aspirações materiais e a aceitação da ordem estabelecida.

The Affluent Worker foi uma obra controversa na época em que foi editado, mas acabou por se tornar um marco na investigação sobre as classes sociais. Nos anos que se lhe seguiram, as investigações produzidas na sua senda reforçaram as dúvidas sobre a capacidade dos membros das classes trabalhadoras defenderem uma imagem clara e consistente do conjunto da estrutura de classes e da posição por si ocupada nessa estrutura, enquanto, simultaneamente, se ia instalando a convicção entre os especialistas de que a ambivalência seria o traço definidor da postura dos trabalhadores face às desigualdades e aos sistemas sócio-políticos que as sustentam. Na opinião de autores como Devine (2004: 194), o consenso gerado acerca da ambivalência das classes trabalhadoras justificaria só por si o impasse em que se caiu desde então no estudo da consciência de classe. Dos anos 80 a esta parte, o debate é definitivamente reorientado pela passagem para primeiro plano do conceito de identidade e pela incerteza sobre a relevância que as classes continuam ou não a ter enquanto base para a identificação social.

A década de 80 mal tinha começado quando, de fora da especialidade, começaram a fazer-se ouvir os primeiros ecos de teses que proclamavam o declínio das identidades de classe. Segundo estas teorizações, o enfraquecimento das identidades fundadas nas pertenças de classe seria um dos aspectos fundamentais das profundas transformações sociais e culturais contemporâneas que decorreriam da ultrapassagem histórica do antigo paradigma de relações das sociedades capitalistas e industriais. Entre os autores que defendem o ponto de vista da passagem à 'modernidade tardia' ou o do advento de uma 'sociedade pós-moderna', sobressaem os nomes de Bauman, Giddens, Beck e Lash e Urry. Não constituindo propriamente uma corrente, estes autores encontram na tese do fim das classes um dos poucos temas unificadores. Vejamos algumas das ideias mais representativas que a propósito nos são propostas pelos dois primeiros.

Bauman (1982, 1989) identifica a individualidade e a liberdade como valores matriciais da modernidade, necessidades estabelecidas por um contexto societário em que "tendo quebrado todas as grilhetas que amarravam as pessoas quase definitivamente a posições impostas, os tempos modernos encontram indivíduos com a tarefa cruciante de construírem a sua própria identidade social" (1989, p. 101). Com a passagem à modernidade tardia, verifica-se uma nova expansão das condições de liberdade em que se processa a auto-afirmação pessoal, facto que, na perspectiva do autor, resulta da transferência da competição identitária da área da produção material para a esfera do consumo. A competição que decorre através das actividades de consumo é mais livre porque, podendo continuar a envolver objectos materiais, se joga sobretudo no domínio simbólico: o que está em causa, mais do que a simples posse de bens, é a distinção proporcionada pelos símbolos de prestígio que se conquistam.

A este nível, a complementaridade das propostas de Giddens (1992, 1994) em relação a Bauman é notória. Temos de novo as condições impostas pela ordem pós-tradicional da 'modernidade líquida' como pano de fundo sobre o qual decorrem as transformações nas formas de estruturação da identidade pessoal, mas a palavra-chave para entender estes processos é agora 'reflexividade'. Ou seja, perante contextos sociais em que se multiplicam as opções possíveis, crescem também em número e complexidade os riscos que têm de ser avaliados e filtrados através da mobilização de sistemas abstractos e do conhecimento elaborado por peritos, tarefas que exigem dos indivíduos um "planeamento da vida organizado de modo reflexivo" (1994, p.5). As escolhas que reflexivamente há que realizar são entre estilos de vida, uma vez que, segundo Giddens, "por causa da 'abertura' da vida social de hoje, da pluralização de contextos de acção e da diversidade de 'autoridades', a escolha de um estilo de vida tem uma importância crescente na constituição da auto-identidade e da actividade quotidiana" (1994, p.5).

Tanto Giddens como Bauman reconhecem e tentam enquadrar as antigas formas de desigualdade material nas suas teorias de formação da identidade, mas fazem-no de uma forma que não é completamente esclarecedora. Para Giddens, "as divisões de classe e outras linhas fundamentais de desigualdade, tais como as que se relacionam com o género ou a etnicidade, podem em parte ser definidas em termos de acesso diferenciado a formas de auto-realização e capacitação" (1994, p.5). Mesmo os pobres, impossibilitados de escolher estilos de vida, não estariam absolutamente fora do sistema, uma vez que " 'estilo de vida' refere-se também a decisões tomadas e cursos de acção seguidos em condições de constrangimento material extremo" (1994, p.5). A autonomia concedida ao projecto reflexivo do *self* cria uma tensão face às determinantes das estruturas de desigualdade que Giddens não resolve, deixando de algum modo a impressão de que a busca e a manipulação expressiva de estilos de vida pode recobrir e absorver os traços das pertenças de classe e étnicas na formulação de identidades.

Quanto a Bauman, as conclusões são mais inesperadas. A sua caracterização inicial do mercado de consumo como um espaço de liberdade "que pode ser usado por toda a gente" (1989, p.102) é desmontada e negada posteriormente quando introduz na análise os pobres. O estado de pobreza absoluta dos materialmente destituídos corresponde a uma condição social de exclusão "causada principalmente pela inaptidão para desempenhar o papel de consumidor, e depois confirmada, legalmente corroborada e burocraticamente institucionalizada como condição de heteronomia e de não-liberdade" (1989, p.136). Estes pobres vêem-se privados da liberdade de se auto-afirmarem através do consumo e, simultaneamente, condenados a viverem com uma identidade diminuída e a "procurar refúgio em casa, que passa a servir de sítio que protege da ameaça real ou imaginária da condenação comunal, do ridículo ou da compaixão" (1989, p.137). Mas a pobreza é uma situação muito mais abrangente na sociedade de consumo. Aos primeiros, pobres 'reprimidos', juntam-se todos os 'seduzidos', aqueles que terão sempre muito menos do que aquilo que desejam e que transformam "a esmagadora maioria do resto da população em 'subjectivamente pobre' " (1989, p.155). Finalmente e ao contrário do que se esperaria, o consumo para Bauman não cria uma sociedade de indivíduos livres e autónomos, antes redirecciona e restringe a competição

identitária e torna a liberdade um privilégio de poucos. Desaparecidas as classes, persistem as desigualdades no tempo da 'modernidade líquida'. A sociedade é agora estratificada pelo consumo e a liberdade de escolha - ou a sua ausência, tornam-se os critério de colocação nas hierarquias, de definição das identidades sociais e da exclusão de grande parte dos consumidores.

Ao mesmo tempo que Giddens e Bauman publicavam estas teses, outras vozes, provenientes de quadrantes diversos, repetiam com argumentos próprios a mesma ideia do fim das classes, chamando a atenção quer para a desactualização ou exaustão do conceito (Pahl, 1989), quer para o desaparecimento das classes enquanto principal factor de acção colectiva (Pakulski e Waters, 1996). Não se pode todavia concluir, a partir destas propostas isoladas, que a interpelação dirigida pelos autores pós-modernistas à sociologia das classes tenha tido, pelo menos em termos imediatos, grandes repercussões. As réplicas que surgiram foram sobretudo defensivas e limitavam-se a denunciar, através de breves referências, a inconsistência e o carácter antagonista desse argumentário face à teoria das classes. Exposições críticas mais substanciais, da parte daqueles que continuam a acreditar que as desigualdades de classe constituem ainda hoje um dos principais factores de estruturação das relações sociais, aparecem bastante mais tarde, sobretudo no quadro de um processo de profunda discussão sobre o conceito de classe e sobre a necessidade de renovar e redireccionar os modos de proceder à sua análise (Savage, 2000; Skeggs, 2004; Atkinson, 2007a, 2007b).

Evidências empíricas do apagamento identitário das classes

Retomemos então a evolução da sociologia das classes da década de 80, época em que o conceito em causa nos estudos sobre as subjectividades de classe não é já a consciência mas as identidades de classe. Empiricamente, a análise das identidades incidia, por um lado, sobre as percepções que as pessoas tinham da estrutura de desigualdades e das classes que a constituíam e, por outro, sobre a sua identificação com categorias de classe particulares e pelo modo como estas categorias influenciavam as suas predisposições sociais e tendências políticas. Este conjunto de questões traduzia de facto um problema fulcral para muitos dos autores deste e de outros períodos: a proeminência das classes nas representações do mundo e na vida dos actores sociais.

Os investigadores que avançam para o terreno com pesquisas conduzidas segundo esta óptica são Gordon Marshall (1988) e Fiona Devine (1992). Separadamente, ambos detectam a presença entre os trabalhadores britânicos de representações muito fortes acerca da existência de divisões de classe na sua sociedade e a capacidade para identificarem com maior ou menor clareza as posições de classe por si ocupadas. No caso de Marshall as identificações são firmes, enquanto no de Devine se revelavam alguns sinais de ambiguidade, patentes nos sentimentos de desconforto em relação ao tema das classes ou dos estatutos a elas associados, bem como na descrição da estrutura de classes em termos de riqueza ou níveis de vida. Estas identidades apresentavam ainda como traço comum o seu prolongamento na esfera política, através das tendências de voto em actos eleitorais e na maior proximidade em relação a determinadas forças políticas e sindicais, mas não davam origem a formas mais activas de mobilização. Estes dados provaram aos olhos dos investigadores que, apesar das profundas transformações socioeconómicas registadas durante a segunda metade do século, as classes mantinham toda a actualidade como factor poderoso de identificação para os trabalhadores. Segundo Savage (2001, p. 876), Devine considerava que a proeminência das identidades de classe era uma consequência das formas de organização colectiva no quadro institucional criado pelas democracias. Mesmo os sinais, por vezes perceptíveis, de ambivalência nas identificações, poderiam ser justificados pela natureza fracturada e conflitual de tudo o que é do domínio político nas sociedades pluralistas e democraticamente regidas.

Os resultados apresentados por Devine e Marshall não tardaram a ser contraditados. Estudos sucessivos publicados nos últimos anos da década de 90 (Skeggs, 1997; Reay 1998; Bradley, 1999 e Savage, 2000) vieram revelar atitudes invariavelmente hesitantes e ambíguas em relação às categorias de classe, da parte de inquiridos que se mostram bem mais relutantes em reclamar ou assumir com firmeza qualquer identidade de classe. Embora não tenham dificuldade em reconhecer a persistência de dimensões de desigualdade ou em prenunciarem-se sobre as classes de um ponto de vista político, resistem quando se trata de definir a sua posição e chegam mesmo, nalguns casos, a recusar qualquer identificação. No primeiro dos estudos mencionados (Skeggs, 1997), a população estudada é composta por jovens mulheres que procuravam dissimular ao máximo a sua pertença à classe trabalhadora, na presunção de que os estigmas e a condenação moral que, de acordo com as suas representações, incidiam sobre esta categoria, resultariam inevitavelmente em prejuízo identitário para quem assumisse essa condição. O distanciamento em relação à classe de origem era construído por meio de sinais de respeitabilidade que podiam ser acumulados, investindo na maneira de vestir, na decoração das casas e na educação dos filhos. Ainda que estes comportamentos remetessem directamente para a influência de um grupo de referência concreto, as mulheres repudiavam igualmente a identificação com as classes médias que apelidavam de pretensiosas. O que subjaz a esta projecção identitária não é uma vontade frustrada de se verem confundidas com a classe média, mas o desejo da parte das mulheres de conquistarem a valorização e o respeito com o qual a patologização da classe trabalhadora é incompatível. A autora é categórica quanto a este aspecto: "As mulheres podem desidentificar-se relativamente à classe trabalhadora mas isto não significa que queiram assumir por completo a pertença à classe média. Muito embora o imaginário da classe média possa representar elegância e sofisticação, a classe média real pode comportar-se de um modo com o qual as mulheres não querem ser identificadas" (Skeggs, 1997, p.93). Estaremos, assim pensa Skeggs, perante uma atitude que é de ordem política, de oposição às arbitrariedades das categorizações sociais, mas que simultaneamente prova como nas lutas pela identidade não é possível escapar ao poder das classes.

Num segundo trabalho, da autoria de Reay, encontramos relatos e uma análise largamente coincidentes com Skeggs. A abordagem às relações entre mulheres e classes sociais é feita, neste caso, por um ângulo particular que tem a ver com o envolvimento das mães na educação escolar dos seus filhos. Numa amostra mista, constituída por mulheres de classe trabalhadora e de classe média, as identificações em termos de classe constroem-se indirectamente através de discursos de identidade e diferença, que se servem, por exemplo, do tema da patologização de certos comportamentos e grupos para demarcarem posições. Opções mais claras de auto-identificação só surgem, na maioria dos casos, quando solicitadas e adoptam a mesma linguagem de distinção entre "pessoas como nós" e "pessoas diferentes de nós". É à mesma terminologia que se recorre para dar conta da incapacidade em lidar com a instituição escolar e tirar partido dos recursos que distribui: "a maioria das mães da classe trabalhadora e das mães que tendo origem na classe trabalhadora se consideravam da classe média ou sem classe, usavam a retórica de 'pessoas como nós' para narrativamente criarem uma imagem contrastante de outros mais privilegiados e deste modo explicarem porque é que lhes podia ser negado o sucesso escolar que tanto desejavam para as suas crianças" (Reay, 1998b, p.269). Sem que a palavra 'classe' seja nomeada, as narrativas deixam perceber que são as identidades diminuídas, a noção da falta de recursos materiais e culturais e os sentimentos de ausência de poder que influenciam as atitudes e a interacção das mães trabalhadoras com as escolas. Estas atribuições quotidianas de sentido com impacto na escolaridade são consideradas processos de classe e demonstram até que ponto as classes trabalhadoras se podem ressentir das suas fragilidades identitárias.

Do ponto de vista das identidades de classe, os casos documentados por Savage e Bradley reforçam os relatos anteriores. A investigação de Savage é particularmente elucidativa porque reúne num único retrato quatro aglomerados urbanos diferentes, todos de classe média, nos quais a larga maioria da população ou não atribui a si própria uma posição de classe, ou resiste à ideia e acaba por se definir de um modo hesitante. Aqui, os comportamentos defensivos e a procura de distanciamento em relação às classes traduzem-se no modo como os entrevistados se classificam como 'pessoas normais', isto independentemente de nalguns casos considerarem que fazem parte das classes médias e noutros se reverem nas classes trabalhadoras. O mais importante não será a maneira como "se definem a si próprios em termos de classe: o que lhes interessava enfatizar era serem 'pessoas normais'" (2000, p.116). As classes continuam a afectar as auto-identidades, mas agora de outra forma, uma vez que "as pessoas vêem as classes como uma ameaça que polui a sua 'normalidade'. A 'normalidade' é também vista como uma construção relacional a partir da qual se estabelecem contrastes com outros que estão colocados acima e abaixo de nós próprios. O termo 'classe' pode ser usado neste contexto como uma categoria que as pessoas empregam para se diferenciarem de outras pessoas" (2000, p.116). O que Savage parece quer sugerir é que o estatuto de normalidade que os sujeitos reivindicam será uma maneira indirecta de repudiar a atribuição de identidades de classe, uma vez que esta "coloca a possibilidade das pessoas não serem verdadeiros indivíduos mas produtos de uma localização social" (2001, p.890).

Referências mais seguras e confiantes às identidades de classe apareciam apenas em grupos minoritários cuja trajectória de vida tinha afastado para longe dos lugares de partida. Geralmente eram homens, pelas condições objectivas, de classe média, com percursos de mobilidade, que, contra a regra, manifestavam abertamente o seu orgulho de ter pertencido às classes trabalhadoras. Embora excepcional, esta atitude mais livre para reflexivamente jogar com as etiquetas de classe reintroduz a ideia de uma força moral da identidade da classe trabalhadora, facto inesperado se pensarmos na imagem de decadência e de sujeição às condenações de classe que dominava as interpretações anteriores.

Bradley descobre as mesmas identificações positivas com a classe trabalhadora numa parte da população junto da qual desenvolveu o seu estudo, homens e mulheres de um vasto leque de condições sócio-ocupacionais que iam da classe média, à classe trabalhadora, passando pela classe média-baixa. A esmagadora maioria dos indivíduos que entrevistou acreditava que na sociedade inglesa existiam desigualdades e era capaz de identificar uma estrutura com diferentes classes. Contudo, quase metade não sabia ou não queria identificar a posição que ocupava e não escondia a sua vontade em se demarcar das classes, dadas as conotações pejorativas que elas lhe suscitavam. O dado original era que, entre aqueles que estavam dispostos a identificar a sua posição de classe, as identificações com a classe trabalhadora triplicavam as da classe média, muito embora fossem bem mais os que tinham profissões habitualmente associadas com a classe média. Uma parte destes posicionamentos provinham de indivíduos com trajectórias pessoais que os haviam projectado para cima nas hierarquias, mas que ainda assim permaneciam ligados aos valores e se identificavam espontaneamente com as classes trabalhadoras. Bradley atribui estas ambiguidades à mobilidade ascendente dos sujeitos e ao hibridismo das suas experiências sociais, não deixando contudo de ver nelas uma marca do enfraquecimento das identidades de classe (Bradley, 1999, p.158). De algum modo, a possibilidade deste tipo de situações ocorrerem estava já previsto em teorizações anteriores, nas quais o autor reflectiu sobre a fracturação das identidades contemporâneas e os vários processos de diferenciação e fragmentação - nomeadamente económicos e étnicos, que lhe podiam estar associados e que, em última análise, conduziriam à quebra da "relação necessária entre localizações sociais e identificação" (Bradley, 1996, p. 212).

Sumariámos até aqui algumas das principais pesquisas representativas duma nova geração de análises das subjectividades de classe e vimos como todas elas assinalam uma tendência para que os indivíduos adoptem atitudes 'defensivas' ou 'ambíguas' face às identidades de classe, não assumindo abertamente filiações identitárias que tenham por base essas categorias. O que passaremos a fazer de seguida é analisar as implicações destas descobertas, primeiro ao nível das tentativas mais elaboradas de interpretar o fenómeno da desidentificação e, segundo, vendo o que estas teses renovadoras significam para o conceito e para a teoria constituída de análise das classes.

Desidentificação e reteorização das identidades de classe

Se tomarmos as perplexidades e as recusas ostensivas reiteradas nos discursos como prova de que as classes deixaram de figurar como princípio definidor das identidades na consciência dos indivíduos, temos que admitir que a desidentificação coloca um problema à análise das classes. Como justificar então o paradoxo representado por sociedades em que a persistência das desigualdades não é acompanhada por reacções conscientes ou, pelo menos, por uma percepção identitária dessa condição estrutural? De que modo pode a teoria das classes incorporar o aparente apagamento das identidades de classe?

É preciso começar por dizer que nenhum dos autores que verificaram os fenómenos de desidentificação se dispõe a admitir que ele seja uma manifestação de processos que possam estar a pôr em causa a continuidade das classes. Antes pelo contrário, a desidentificação representa sob novas formas o prosseguimento dos processos de classe. Quando as mulheres de Skeggs e as de Reay sentem necessidade de contestar ou de dissimular as suas identidades, o que segundo estas autoras elas estão a fazer é a reagir a construções de respeitabilidade que, ao desvalorizarem e estigmatizarem as culturas de determinados grupos, se revelam enquanto processos decorrente de oposições entre as classes. Em Savage, o apagamento das marcas das classes trabalhadoras nas identidades masculinas de homens que passaram por esse grupo, merece uma explicação semelhante. O processo só se verifica porque as associações das classes trabalhadoras a atributos positivos foram destruídas a partir do momento em que as mudanças organizacionais tornaram o trabalho manual dependente e subordinado, reposicionando socialmente os seus protagonistas. As identidades de classe estão hoje, como sempre estiveram, dependentes de processos históricos, de lutas pela imposição de significados e de mudanças nas relações de força entre as classes. A desidentificação é uma manifestação observável desses processos, dependente da vontade (ou da ausência de vontade) de determinadas classes em afirmarem ou tornarem visíveis as suas identidades, de acordo com o momento por que passam as suas relações com outros grupos de desigualdade.

Mas, se não se manifestam pela acção, nem são explicitadas discursivamente, de que modo continuam as classes e as identidades vivas nos comportamentos e nas atitudes? Sigamos a pista de Reay, que nos diz que "a classe é produzida numa dinâmica complexa entre classes, com cada classe a representar para as outras classes o 'Outro' " (2005, p.14) e recordemo-nos que, em muitos dos depoimentos prestados aos vários investigadores, os entrevistados respondiam aos pedidos para identificarem a classe a que pertenciam classificando-se como 'pessoas normais' ou falando de 'pessoas como nós' para se distinguirem de outros que seriam 'pessoas diferentes de nós'. No lugar de filiações com agrupamentos de classe identificados, temos então comparações relacionais com 'outros tipificados' ou o que Bottero chama "um sentido relacional de distâncias sociais dentro de uma hierarquia" (2004, p. 990). Estas identidades relacionalmente estabelecidas podem recorrer a formas lexicais menos transparentes para se exprimirem, mas as diferenças e as desigualdades a que fazem referência para se localizarem no espaço social são em larga medida as mesmas das classes tradicionais. Quando as classes são o tema da entrevista ou estão implicadas no assunto em discussão, a distinção entre 'nós' e 'eles' envolve invariavelmente aspectos de status e de hierarquia, questões de superioridade e inferioridade material e moral, de julgamento sobre o valor social dos comportamentos. O desaparecimento das referências directas às classes nas entrevistas bem como nos discursos quotidianos é interpretada como um símbolo de como a acção das classes se tornou silenciosa e passa a aparecer codificada em termos distintos.

O conjunto destas propostas renovadoras da análise das classes que temos estado a analisar é fortemente influenciada por Bourdieu. Por exemplo, a proposição segundo a qual os sujeitos não precisam de nomear ou reconhecer as classes para que elas estejam presentes nas suas interacções quotidianas, nos processos institucionais ou nas lutas pela identidade, parece inspirada pelo conceito de gosto de Bourdieu e pela ideia de que a sua eficácia social resulta do facto de funcionar de modo inconsciente, a um nível em que escapa ao escrutínio da vontade (1984). Do mesmo modo que para Bourdieu as desigualdades são reprodutíveis por meio de meras preferências culturais, também outras práticas banais, aparentemente destituídas de significado especial, podem estar implicadas na reprodução das classes sociais e na hierarquização dos indivíduos. Estas formas de acção podem portanto contribuir para o posicionamento social dos indivíduos e construir-lhes identificações tácitas de classe, sem que essa referenciação dependa da existência de identidades de classe rigorosamente definidas na acção e reconhecíveis pelos discursos dos actores.

É possível ir ainda mais longe na busca de influências e encontrar em alguns dos estudiosos das identidades de classe as marcas do pensamento dos paradigmas fundadores da teoria das classes. Disso mesmo são um bom exemplo Skeggs e Reay que, ao considerarem a desidentificação das classes trabalhadoras e o colapso das suas formas de acção colectiva uma consequência das estratégias prosseguidas pelas classes dominantes, denunciam abertamente o comprometimento das suas grelhas de leitura com a teoria marxista clássica. A linguagem do 'conflito de classes', sobretudo quando exacerbados os seus significados colectivos, coloca-nos perante o contra-senso de nos fazer regressar a uma concepção colectiva, explícita e categorial, própria dum tempo em que as classes surgiam como entidades mobilizadoras e referências determinantes dos processos históricos. Foi para dar conta de outro tempo em que as classes de tornaram mais discretas e a reprodução das desigualdades e dos privilégios passou a decorrer também numa lógica de diferenciação, segundo processos tácitos e individualizados, que toda a reteorização das classes se iniciou.

Entre a nova geração de autores surgiram igualmente propostas, com um carácter programático mais definido, que por colocarem a identidade cultural no centro da teoria das classes reconhecem, desde logo, a impossibilidade de manter os antigos arquétipos. Referimo-nos à "análise culturalista das classes", alternativa avançada por Devine (Devine & Savage

2000) e Savage (2000) e mais tarde subscrita por Bottero (2004, 2005). Ao contrário dos antigos modelos analíticos que pressupunham serem as estruturas de desigualdade e as classes economicamente definidas a dar origem às diferenças culturais e de estatuto, as premissas de Devine e Savage apontam para que o foco da análise incida sobre o modo como os processos culturais estão embebidos em tipos específicos de práticas sociais e económicas. Savage não podia ser mais claro acerca das suas intenções do que quando afirmou que o seu projecto era tratar " a análise das classes como um modo de análise cultural" (2000, p.148), o que, em termos operatórios, obriga a identificar um ou vários contextos da vida social e ver como neles se produzem e reproduzem quotidianamente processos de desigualdade que envolvem, em simultâneo, práticas económicas e culturais. A fusão dos elementos culturais e económicos dispensa a existência de consciências ou identidades formadas pelas classes enquanto entidades, assim como a presença de conjuntos de disposições culturais uniformes; o que estabelece a relação entre classe e cultura é o modo como os aspectos culturais estão implicados em formas de exclusão e dominação

Do mesmo modo, os indivíduos não têm que reconhecer classes ou identificarem-se com grupos ou categorias de classe, para que os processos de classe tenham lugar e as identidades se exprimam. Cada localização de classe deixou de fornecer aos seus membros uma identidade colectiva, o que transfere para os sujeitos o papel de definir as suas identidades, recorrendo a processos que forçosamente envolvem a comparação e o confronto com membros de outras classes sociais. Savage vê nessa individualização de processos que até aqui eram colectivos, um dos aspectos mais radicais da reestruturação contemporânea do modo de actuação das classes. A outra transformação que destaca e à qual chama "o paradoxo da classe", (2000, p.xii) deriva do facto de, apesar das desigualdades económicas e sociais continuarem extremamente marcadas, as pessoas não serem capazes de reconhecer a importância estrutural que as classes têm nas suas vidas.

Bottero concorda com Savage e Devine na conceptualização geral que estes autores apresentam duma análise culturalista das classes, mas acrescenta-lhe uma visão hierárquica que, segundo ele, corresponde mais de perto ao modo como as desigualdades funcionam no nosso tempo, além de marcar uma ruptura com a versão oposicional do conceito clássico de classe social: "Os processos individualizados e implícitos das desigualdades posicionais são melhor descritos como estratificação social ou hierarquia. Mas qualquer que seja a nossa linguagem, é importante reconhecer que as questões colocadas pela hierarquia se estendem bastante para além das que emergem das classes" (2004, p.1000). Como se pode ver e à imagem do que já aconteceu com as versões da 'teoria da desidentificação' de Skeggs e Reay, também Bottero nos confronta com as velhas clivagens da análise das classes.

Um dos ganhos em representar as classes como ordem hierárquica é, defende Bottero, tornar mais compreensíveis os motivos que levam à invisibilidade de processos que estão tão presentes na nossa vida e que são tão decisivos nas oportunidades de que dispomos, nos estilos de vida que desfrutamos e no sentido que damos à nossa identidade e à dos outros. Se não temos uma maior consciência reflexiva das identidades, uma das razões reside na própria natureza hierárquica das diferenciações, isto é, na existência de múltiplos estratos sobrepostos e divididos por fronteiras que nem sempre são nítidas. Num estudo de Southerton (2002) sobre as fronteiras identitárias de três grupos residentes numa pequena cidade suburbana inglesa, descobriu-se que as narrativas de identificação de grupos, um 'nós' e um 'eles', se formavam com base na partilha de práticas e de orientações relativas à vida quotidiana. Na demarcação das linhas de divisão eram utilizadas categorizações genéricas de classe, expressas por intermédio de critérios socioeconómicos, culturais e morais de avaliação de status. No entanto, as identificações não eram simétricas, porque apesar de níveis de recursos similares ordenarem internamente as práticas, os valores e as atitudes, estas unidades subdividiam-se e interpenetravam-se em virtude "da localização residencial dentro da cidade (também fruto da mobilidade geográfica) constituir um 'mundo social' que fornecia o terreno para percepções sobre a reputação, a competência e as convenções, dando substância e reforçando as categorizações sociais genéricas relacionadas com as características de classe" (p. 191). As identificações estavam, neste caso assim como estarão em muitos outros, baseadas em categorizações de classe, mas o reconhecimento interno de grupos somava a esse factor os elementos de status que resultavam da organização social local.

Acabámos de ver demonstrado como a sobreposição do status à classe fluidifica as divisões entre estratos e complexifica a sua identificação, mas a representação hierárquica das classes indica-nos outros factores para alargar a compreensão da tendência para a invisibilidade das identidades. Depois de produzidas, as hierarquias mantém-se e são reproduzidas no âmbito de todo o tipo de actividades que preenchem o quotidiano dos indivíduos e em relação a muitas das quais não há nem a intencionalidade nem a percepção imediata de que delas resultem lutas de posicionamento, ou que tenham consequências para a identificação dos indivíduos participantes. "Uma vez que as hierarquias estão embebidas nas relações sociais mais íntimas, e 'localização social' e 'cultura' estão unidas pela natureza estruturada das práticas sociais correntes", desde que os indivíduos limitem as suas interacções e estilos de vida aos padrões que os seus lugares hierárquicos definem, "as práticas hierárquicas surgem como 'segunda natureza', irrelevantes e vulgares" (Bottero, 2004, p.995).

Desde os estudos de Bourdieu (1984) sobre o gosto cultural que foram reunidas vastas evidências da influência que as posições hierárquicas têm não só sobre os estilos de vida, mas ao nível dum conjunto de formas importantes e íntimas de relacionamento social. Bottero é um dos autores que têm dado particular atenção ao mapeamento das interacções entre parentes, amigos e outros parceiros, convencido de que "diferentes padrões de associação e estilo de vida *constituem* a estrutura da estratificação social", ou seja, que é no âmbito destas relações próximas que se jogam vantagens sociais hierárquicas e se "revelam padrões maiores de desigualdade" (Bottero & Prandy, 2003, p. 178).

Esta posição teórica reforça os argumentos de que a reprodução das hierarquias se faz dentro de círculos sociais e que é a partir das actividades mundanas que as desigualdades se concretizam e adquirem continuidade, mas ao fazê-lo e ao

localizar nos momentos mais vulgares da vida social a reprodução das desigualdades, volta a salientar a natureza quase mecânica e porventura imperceptível dos actos que lhe dão forma. Já uns anos antes, Savage, reflectindo sobre a cultura da individualização, se havia referido a um dispositivo de "deflexão lateral" com efeitos idênticos na criação de "uma sociedade que rotineiramente reproduz a desigualdade social ao mesmo tempo que deflecte a atenção dos seus agentes lateralmente e não para cima e para baixo, tornando assim a questão da desigualdade social largamente 'invisível' e, de algum modo, 'desinteressante' " (2000 p.159).

Os anos decorridos e o volume de trabalho produzido desde que esta geração de autores relançou a análise das identidades de classe permite-nos fazer balanços e encontrar consensos, apesar de algumas das perspectivas em confronto continuarem a deixar repercutir em aspectos particulares a divisão matricial das escolas fundadoras da sociologia das classes e da estratificação. Um primeiro ponto de convergência é que numa sociedade em que as desigualdades conservam toda a relevância estrutural, as antigas identidades de classe dão sinais de enfraquecimento. Maioritariamente os indivíduos mostram-se inibidos quando se trata de definir explicitamente a sua pertença a uma classe, mas a ambiguidade e o modo defensivo como se expressam está relacionado com as formas das classes enquanto entidades colectivas, e não com o reconhecimento da ligação da sua condição social a uma posição particular dentro de um espaço ordenado de desigualdades. Segundo aspecto consensual, o enfraquecimento das antigas identidades de classe não significa que as classes deixem de ser importantes para a definição das identidades individuais; o que acontece é uma transmutação das identidades de classe que se modificam na sua natureza e formas de manifestação. A importância das classes passa a revelar-se sobretudo no domínio mais restrito da acção e das atitudes quotidianas dos indivíduos face ao mundo e às relações sociais. É esta a fonte de expressão codificada e subterrânea que permite reconhecer a vitalidade contemporânea das identidades de classe, mesmo quando elas não são nomeadas. O que mudou foi portanto a natureza das identidades de classe: deixaram de ser identidades colectivas, explícitas e oposicionais, para passarem a existir sob a forma individual, implícita e relacional. Muito provavelmente as classes nunca determinaram em absoluto as identidades no passado e não há nenhuma razão para acreditar que elas o façam hoje. Mas continuam a ser um dos instrumentos fundamentais para a definição das identidades dos indivíduos nas sociedades contemporâneas.

Bibliografia

Atkinson, W. (2007). Anthony Giddens as adversary of class analysis. *Sociology* 41(3), 533-549.

Atkinson, W. (2008). Not all that was solid has melted into air (or liquid): a critique of Bauman on individualization and class in liquid modernity. *Sociological* Review 56(1), 1-17.

Bauman, Z. (1982). *Memories of class*. Londres: Routledge.

Bauman, Z. (1989). *A liberdade*. Lisboa: Editorial Estampa.

Bauman, Z. (2005) [1998]. Work, consumerism and the new poor. Maidenhead: Open University.

Bottero W. (2004). Class identities and the identity of class. Sociology, 38(5), 985-1003.

Bottero W. (2005). *Stratification: Social division and inequality*. Londres: Routledge.

Bottero W. & Prandy, K. (2003). Social interaction distance and stratification. *British Jounal of Sociology*, 54(2), 177-197.

Bourdieu, Pierre (1979). *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris, Les Éditions de Minuit.

Bradley, H. (1996). *Fractured identities. Changing patterns of inequality*. Cambridge: Polity Press.

Bradley, H. (1999). *Gender and power in the workplace.* Cambridge: Polity Press.

Dennis, N., Henriques F. & (1956). *Coal is our life*. Londres: Eyre and Spottiswoode.

Devine, F. (1992). Social identities, class identity and political perspectives. *Sociological Review*, *40*, 229-252.

Devine, F. (2004). Talking about class in Britain. In F. Divine & M.C. Waters (Eds.), *Social inequalities in comparative perspective.* Oxford: Blackwell, (pp.191-213).

Devine, F. & Savage, M. (2000). Conclusion: renewing class analysis. In R. Crompton, F. Devine, M. Savage & J. Scott. (Eds.), *Renewing class analysis*. Oxford: Blackwell, (pp.184-199).

Giddens, A. (1992). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta.

Giddens, A. (1994). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta.

Goldthorpe, J. H., Lockwood, D., Bechhofer, F. & Platt, J. (1969). *The affluent worker in the class structure*. Cambridge: Cambridge University Press.

Pahl, R.(1989). Is the emperor naked? *International Journal of Urban and Regional Research*, 13, 711-720.

Marshall, G., Rose, D., Newby, H. & Vogler, C. (1988). *Social class in modern Britain*. Londres: Routledge.

Pakulski , J. & Waters, M. (1996). *The death of class*. Londres: Sage.

Reay, D. (1998a). *Class work. Mothers' involvement in their children's primary schooling*. Londres: Routledge Falmer.

Reay, D. (1998b). Rethinking social class: qualitative perspectives on class and gender. *Sociology*, 32(2), pp. 259-275.

Reay, D. (2005). Beyond consciousceness? The psychic landscape of social class. *Sociology*, 39(5), pp. 911-928.

Runciman, W. (1990). How many classes are there in contemporary british sociology? *Sociology*, 24(3), pp.377-396.

Savage, M. (2000). *Class analysis and social transformation*. Buckingham: Open University Press.

Savage, M. (2001). Ordinary, ambivalent and defensive: class identities in the Northwest of England. *Sociology*, 35(4), 875-892.

Southerton, D. (2002). Boundaries of 'us' and 'them': class, mobility and identification in a new town. *Sociology*, 36 (1), 171-193.

Skeggs, B. (1997). *Formations of class and gender*. Londres: Sage.
Skeggs, B. (2004). *Class, self, culture*. Londres: Routledge.
Thompson, E. (1991) [1963]. *The Making of the British Working Class*. Londres: Penguin Books.
Young, M. & Willmott P. (1983) [1957]. *Le village dans la ville*. Paris: Centre Georges Pompidou.
Wright, Eric Olin (1995). "El análisis de clase de la pobreza" In J. Carabaña, (ed.), *Desigualdad y clasas sociales. Un Seminario en torno a Erik Olin Wright*. Madrid: Fundación Argentaria-Visor Distribuiciones.

Gênero, família e pobreza: questionando os estereótipos sobre as famílias monoparentais femininas no Brasil

Bila Sorj
Universidade Federal do Rio de Janeiro
bilsorj@attglobal.net
Adriana Fontes
Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
afontes@iets.org.br

Resumo: À medida que os arranjos familiares se tornaram mais diversificados, foi se consolidando no Brasil um discurso que pretende estabelecer relações causais entre estruturas de famílias, pobreza e vulnerabilidade das crianças. Nesse contexto, as famílias monoparentais femininas passaram a ser vistas como responsáveis pela transmissão intergeracional da pobreza que afeta as oportunidades de vida das crianças. A afirmação de que tais famílias oferecem condições extremamente adversas para o bom desenvolvimento das crianças disseminou-se entre formuladores de políticas públicas. Na mídia, proliferam enunciados com forte conteúdo moralizante e estigmatizante. As famílias monoparentais femininas são vistas como "famílias desestruturadas", que exploram o trabalho infantil, que retiram as crianças da escola e as expõem a situações de risco e de violência. Em contraste, as famílias de tipo nuclear, compostas por casal com filhos vivendo no mesmo domicílio, representariam um modelo de família saudável e capaz de transmitir às novas gerações competências e habilidades facilitadoras da inclusão social. O objetivo da comunicação é discutir esses pressupostos, ou seja, pretendemos examinar se os arranjos familiares não-convencionais quando comparados aos demais arranjos promovem, de fato, uma situação de maior vulnerabilidade para as novas gerações. A primeira da exposição discute a relação entre tipo de família e pobreza definida como insuficiência de renda. A segunda compara as condições dos domicílios, os indicadores educacionais das crianças e a existência de trabalho infantil das famílias compostas e nas famílias monoparentais femininas. Por fim, discutiremos algumas implicações analíticas e políticas dos resultados apresentados.

Introdução

À medida que os arranjos familiares se tornaram cada vez mais diversificados, foi se consolidando no Brasil um discurso público que pretende estabelecer relações causais entre estruturas de famílias, pobreza e vulnerabilidade das crianças. Nesse contexto, as famílias monoparentais femininas1 passaram a ser vistas como responsáveis pela transmissão intergeracional da pobreza que afeta as oportunidades de vida das crianças.

A preocupação com o bem-estar das crianças ganhou um grande impulso com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que forneceu um arcabouço jurídico cujo objetivo é garantir o direito de todas as crianças e adolescentes à proteção e a cuidados especiais.

As políticas públicas inspiradas nos direitos evocados por essa legislação definem as famílias chefiadas por mulheres como alvos prioritários de ações de combate à pobreza, como se as crianças pertencentes a essas famílias fossem as que se encontram sob condições mais severas de risco, comparativamente às crianças pertencentes a outros arranjos familiares.

Esse raciocínio foi muito bem expressado recentemente na justificativa que o Senado Federal apresentou para pleitear políticas públicas focalizadas nas famílias chefiadas por mulheres: "Famílias cuja pessoa de referência é uma mulher com filhos que apresenta rendimentos inferiores à renda familiar média *per capita*. Situação que nos remete necessariamente a pensar e agir por meio de políticas públicas, visto que essas mulheres não têm a mesma oportunidade de gerar renda adicional a não ser à custa do trabalho dos filhos e de outros parentes." (Comissão Externa da Feminização da Pobreza do Senado Federal, Senado Federal, 2004).

A afirmação de que as famílias monoparentais femininas oferecem condições extremamente adversas para o bom desenvolvimento das crianças disseminou-se no discurso público e, sobretudo na mídia, proliferam enunciados com forte conteúdo moralizante e estigmatizante. As famílias monoparentais femininas são vistas como "famílias desestruturadas", que exploram o trabalho infantil, que retiram as crianças da escola e as expõem a situações de risco e de violência. Em contraste, as famílias de tipo nuclear, compostas por casal com filhos vivendo no mesmo domicílio, representariam um modelo de família saudável e capaz de transmitir às novas gerações competências e habilidades facilitadoras da inclusão social.

1 Famílias chefiadas por mulheres e famílias monoparentais femininas não se referem ao mesmo tipo de estrutura familiar. Enquanto que as famílias monoparentais femininas se referem às mulheres que residem em domicílios sem a presença do homem adulto seja em virtude de não-casamento, separação, divórcio ou viuvez, as famílias chefiadas por mulheres com a presença do marido são aquelas identificadas como a pessoa de referência no domicílio.

O objetivo deste artigo é discutir esses pressupostos, ou seja, pretendemos examinar se os arranjos familiares não-convencionais promovem, de fato, uma situação de maior vulnerabilidade para as novas gerações. Esse debate é bastante atual por duas razões.

Em primeiro lugar, porque as famílias monoparentais femininas vêm apresentando um rápido crescimento nas últimas décadas. Embora a maior parcela das famílias ainda seja composta por casais com filhos (50%), esse tipo de estrutura sofreu uma forte retração (em 1981 representava 65%). Em compensação, cresceu expressivamente o número de famílias compostas por chefes mulheres e filhos sem a presença do cônjuge. Hoje, esse é o segundo tipo de família mais comum, tendo passado de 12% nos anos 1980 para 18% em 2006 (Sorj, Fontes e Machado, 2007).

Em segundo lugar, porque os programas de combate à pobreza, que se intensificaram desde os anos 1990, privilegiam as famílias chefiadas por mulheres, pressupondo que nelas as crianças correriam maiores riscos sociais. Assim, por exemplo, no Programa Bolsa Família – que integra o núcleo da estratégia do governo brasileiro de enfrentamento da pobreza mediante a transferência de renda condicionada ao atendimento à educação e à saúde – 46% do total dos grupos domésticos configuram-se como estruturas familiares monoparentais, em sua grande maioria chefiadas por mulheres (Paes-Souza e Vaitsman, 2007). Ao estabelecer uma associação entre estrutura familiar, pobreza e bem-estar das crianças supõe-se que as crianças pobres participantes de outros arranjos familiares estejam em situação de menor vulnerabilidade social.

A nosso ver, a relação entre famílias chefiadas por mulheres, pobreza e bem-estar das crianças deve ser reconsiderada. Neste trabalho, questionamos se as crianças das famílias pobres chefiadas por mulheres estão efetivamente em situação de maior vulnerabilidade comparada à das crianças pobres pertencentes a arranjos familiares convencionais.

O artigo se divide em três partes. A primeira discute a relação entre tipo de família e pobreza definida como insuficiência de renda. A segunda compara as condições dos domicílios, os indicadores educacionais e de trabalho infantil das famílias compostas com os das famílias monoparentais femininas. Por fim, resumimos as principais conclusões.

POBREZA E FAMÍLIA

A apreciação crítica da relação entre família, pobreza e bem-estar das crianças requer algumas considerações de ordem conceitual. Como sabemos, as análises sobre pobreza dependem de escolhas conceituais e metodológicas e da disponibilidade de bases de dados para análise.

Para o nosso estudo, importa destacar que a definição de pobreza – que está na origem das afirmações de que as crianças sofrem privações mais severas nas famílias pobres chefiadas por mulheres – se fundamenta, em geral, em uma definição de pobreza como insuficiência de renda monetária. Embora o nível de renda monetária seja um indicador importante para avaliar condições de vida, a situação do domicílio, o acesso a bens de consumo, o nível de escolaridade das crianças e a presença de trabalho infantil podem variar em grupos com nível de renda próximos. Desta forma, é necessário integrar na análise da pobreza outros indicadores que permitam avaliar o estado de vulnerabilidade vivenciado pelas crianças.

Os estudos sobre família e pobreza tomam, em geral, a renda *per capita* familiar como indicador do nível de pobreza da família. Esse critério pressupõe que a família forma uma unidade homogênea, na qual os recursos são distribuídos igualmente entre seus membros. Todavia, muitos estudos têm mostrado (Chant, 2007) que as famílias ou os domicílios são unidades internamente diferenciadas e que a renda pode ser diferentemente distribuída para atender às necessidades dos seus membros, adultos e as crianças.

Aparentemente, há boas razões para pensarmos que existe uma correlação entre pobreza e famílias chefiadas por mulheres sozinhas. De fato, quando a pobreza é medida pela renda monetária da família, observa-se que as famílias monoparentais femininas são desproporcionalmente afetadas pela pobreza2.

A Tabela 1 mostra que a pobreza se concentra nas famílias monoparentais, sobretudo nas femininas. Mais da metade das pessoas que estão em famílias constituídas por mulheres sem a presença do marido com pelo menos um filho dependente é pobre, e 33,5% são consideradas extremamente pobres.

TABELA 1

RENDA E POBREZA POR TIPO DE FAMÍLIA – BRASIL

	Renda familiar *per capita*	Percentual de pobres	Percentual de extremamente pobres
Total de famílias com ao menos um filho com menos de 15 anos			
Famílias chefiadas por mulher, sem a presença do cônjuge	231	55,7	33,5
Famílias chefiadas por homem sem a presença da cônjuge	331	39,6	19,5

2 A pobreza foi definida como pessoas vivendo em famílias com renda per capita inferior à linha da pobreza. A linha da pobreza é o dobro da linha de indigência, definida como os custos de uma cesta básica alimentar que contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo. A linha da pobreza foi estimada, em setembro de 2005, em 163 reais.

Famílias com a presença do casal	374	37,8	13,9
Famílias chefiadas por mulher, com a presença do cônjuge	443	34,2	13,3
Famílias chefiadas por homens, com a presença da cônjuge	369	38,0	13,9

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2005.
Obs: O valor da linha de pobreza é de 163 reais de 2005, utilizando-se o INPC -Índice Nacional de Preços ao Consumidor para o deflacionamento.

Quando comparamos as famílias chefiadas por mulheres sozinhas e aquelas com o chefe homem e a presença da cônjuge, percebe-se que há uma grande distância em termos de pobreza, renda e, principalmente, de indigência. O percentual de pessoas consideradas extremamente pobres (indigentes) nas famílias chefiadas por mulheres sem o marido é mais que o dobro das famílias com o casal.

Vale notar que as famílias mais bem sucedidas financeiramente têm a presença do casal, mas são chefiadas pela mulher. Essa configuração familiar, como mostra a tabela 1, tem a maior renda familiar *per capita* e menores índices de pobreza e indigência, inclusive se comparada com as famílias tradicionais com a presença do casal e chefiadas por homens. Possivelmente, as famílias que identificam a mulher como a pessoa de referência são as menos convencionais, cujas mulheres têm destaque em termos profissionais e que possuem dois provedores de renda adultos no domicílio.

Pode-se supor que a tendência das famílias chefiadas por mulheres sozinhas de apresentarem percentuais tão elevados de pobreza monetária se relaciona fortemente com as desigualdades de gênero no mercado de trabalho e nas responsabilidades familiares. Por ganharem menos, em função da discriminação e da segregação sexual das ocupações (Barros, Fox e Mendonça, 1994; Bruschini e Lombardi, 2003; Lavinas e Nicoll, 2006), as rendas disponíveis nos domicílios que contam com apenas um provedor do sexo feminino seria extremamente reduzida quando comparada aos domicílios com dois provedores ou com um único provedor do sexo masculino.

Além disso, as dificuldades em lidar com as demandas conflituosas entre trabalho e cuidados com a família, que afetam sobretudo as mulheres sozinhas com filhos, repercutem na qualidade dos empregos nos quais se inserem. Sorj, Fontes e Machado (2007) mostram que as mulheres chefes de famílias monoparentais com filhos dependentes se integram no mercado de trabalho pela participação em ocupações de menor qualidade, quando comparadas com os homens em qualquer posição na família e com as mulheres que não têm filhos. Desse modo, as pressões sofridas pelas mães que vivem sozinhas para garantir a provisão e os cuidados da família contribuem para a manutenção da situação de pobreza.

Todavia, o fato de as famílias monoparentais femininas serem menos capazes de mobilizar recursos econômicos não significa necessariamente que essa desvantagem seja transmitida aos filhos, como tampouco o fato de as famílias compostas por casal alcançarem um nível de renda mais elevado, ou por contarem com dois provedores ou porque têm um provedor do sexo masculino, assegura para as novas gerações melhores oportunidades de vida.

Trata-se, portanto, de averiguar se o diferencial de renda observado na tabela anterior em favor das famílias convencionais reflete em outros indicadores de bem-estar da família, como condições dos domicílios, nível de escolaridade dos filhos e presença de trabalho infantil.

FAMÍLIAS POBRES, CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS E BEM-ESTAR DAS CRIANÇAS

O universo das famílias pobres selecionadas para a nossa análise é mostrado na Tabela 2, que apresenta o número e a composição das famílias com filhos dependentes e sua participação no total de famílias. No Brasil, em 2005, cerca de 26,3 milhões de famílias tinham pelo menos um filho com menos de 15 anos, o que corresponde à quase metade (45,7%) das famílias brasileiras.

TABELA 2

TIPOS DE FAMÍLIAS COM FILHOS DEPENDENTES (COM MENOS DE 15 ANOS) – BRASIL

	Total de famílias			Famílias pobres		
	Número de famílias (em milhões)	% entre as famílias com ao menos um filho com menos de 15 anos	% no total de famílias	Número de famílias (em milhões)	% entre as famílias com ao menos um filho com menos de 15 anos	% no total de famílias
Total de famílias com ao menos um filho com menos de 15 anos	26,3	100,0	45,7	10,9	100,0	18,9
Famílias chefiadas por mulher,	5,3	20,1	9,2			

sem a presença do cônjuge				2,9	27,1	5,1
Famílias chefiadas por homem, sem a presença da cônjuge	0,5	1,9	0,9	0,2	1,8	0,3
Famílias com a presença do casal	20,5	77,9	35,6	7,7	71,1	13,5
Famílias chefiadas por mulher, com a presença do cônjuge	1,3	5,1	2,3	0,5	4,2	0,8
Famílias chefiadas por homens, com a presença da cônjuge	19,1	72,8	33,3	7,3	66,8	12,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2005.
Obs: O valor da linha de pobreza é de 163 reais de 2005, utilizando o INPC (Índice nacional de preços ao consumidos) para o deflacionamento.

O número de famílias chefiadas pela mulher, sem a presença do cônjuge e com filhos dependentes é de 5,3 milhões, cerca de 9% do número total de famílias no Brasil. Já o número de famílias com o casal e chefiadas pelo homem é de 19,1 milhões, ou 33,3% do total. Com relação aos classificados como pobres, o número de famílias chefiadas pela mulher, sem a presença do cônjuge e com filhos dependentes é de 2,9 milhões, cerca de 5,1% do total.

Embora o percentual de pobres seja maior nas famílias chefiadas por mulheres sozinhas, como vimos na seção anterior, o número de famílias pobres com o casal chefiadas pelo homem é superior: 7,3 milhões, ou 12,7% do total de famílias no Brasil. Esses dados sugerem que há mais crianças pobres nas famílias compostas do que nas chefiadas por mulheres sozinhas. Esses dois tipos de famílias pobres constituem nossos grupos de interesse, cujos indicadores de bem-estar serão apresentados a seguir.

O primeiro indicador para comparar o nível de pobreza entre os tipos de família selecionados refere-se às condições do domicílio. Trata-se de uma variável altamente relevante, na medida em que representa o ambiente em que as pessoas, principalmente crianças, passam a maior parte do seu tempo. Muitos estudos mostram que domicílios com situações ambientais inadequadas estão correlacionados à mortalidade e à incidência de doenças infantis (Drachler *et. al*., 2003).

A Tabela 3 evidencia que as diferenças de renda observadas não se refletem em diferenças nas condições dos domicílios em termos de serviços básicos. O percentual de domicílios com acesso adequado a esgoto, água canalizada, coleta de lixo é sistematicamente maior nos domicílios chefiados por mulheres sem a presença do cônjuge do que nos domicílios com o casal e chefiados por homens, sendo que a maior distância ocorre na variável coleta de lixo. Por exemplo, o acesso a esgoto sanitário chega a ser um terço maior nas famílias chefiadas por mulheres sem o marido do que nas famílias com o casal. A posse de telefone fixo é quase o dobro nos domicílios chefiados por mulheres.

TABELA 3

CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS EM TERMOS DE SERVIÇOS BÁSICOS POR TIPO DE FAMÍLIA FAMÍLIAS POBRES – BRASIL

	% domicílios com acesso adequado a escoamento de esgoto sanitário	% domicílios com acesso adequado a água canalizada	% domicílios com coleta de lixo adequada	% domicílios que possuem energia elétrica	% domicílios que possuem telefone fixo
Famílias com ao menos um filho com menos de 15 anos					
Famílias chefiadas por mulher, sem a presença do cônjuge	56,9	83,0	84,3	96,6	27,7
Famílias chefiadas	45,5	71,5	72,0	90,1	24,3

por homem, sem a presença da cônjuge					
Famílias com a presença do casal	43,5	72,9	67,6	92,2	15,9
Famílias chefiadas por mulher, com a presença do cônjuge	56,2	85,7	88,1	97,6	25,3
Família chefiadas por homens, com a presença da cônjuge	42,7	72,1	66,3	91,8	15,3

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2005.

As condições dos domicílios quanto ao material de construção são melhores para as famílias monoparentais femininas do que para as famílias chefiadas por homens com a presença da cônjuge, como mostra a Tabela 4. Já em termos de densidade habitacional, não há diferenças significativas entre os dois tipos família.

TABELA 4

CONDIÇÕES GERAIS DOS DOMICÍLIOS POR TIPO DE FAMÍLIA – FAMÍLIAS POBRES BRASIL

	% domicílios com densidade superior a 2 pessoas por dormitório	% domicílios construídos com material durável
Famílias com ao menos um filho com menos de 15 anos		
Famílias chefiadas por mulher, sem a presença do cônjuge	34,2	94,4
Famílias chefiadas por homem, sem a presença da cônjuge	28,0	90,5
Famílias com a presença do casal	34,4	92,5
Famílias chefiadas por mulher, com a presença do cônjuge	41,8	94,4
Família chefiadas por homens, com a presença da cônjuge	34,0	92,4

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2005.

Outro conjunto relevante de informações diz respeito à posse de bens duráveis apresentados na tabela 5. Esses dados mostram aspectos importantes da evolução das condições de vida da população mais pobre. Segundo Figueiredo, Torres e Bichir (2006), desde 1991 a posse de bens duráveis básicos – televisão, rádio, fogão e geladeira – já era praticamente universal. Embora não tenhamos dados comparativos para os outros bens de consumo duráveis, fica claro o nível de acesso ainda baixo das famílias pobres aos bens mais caros como o freezer e a máquina de lavar.

Quando comparamos a posse de bens duráveis nas famílias pobres, a situação é mais favorável àquelas chefiadas por mulheres que, com exceção do rádio, têm maior acesso aos bens de consumo duráveis do que as famílias com casal

chefiadas pelos homens. Podemos sugerir que quando as mulheres estão no comando da família elas têm mais poder para impor suas preferências. Nesse caso específico, provavelmente, elas priorizam investimentos em equipamentos que facilitam a gestão das tarefas domésticas e que permitem uma economia do tempo investido na reprodução cotidiana das necessidades da família.

TABELA 5

POSSE DE BENS DURÁVEIS POR TIPO DE FAMÍLIA –FAMÍLIAS POBRES – BRASIL

	% domicílios que possuem televisão	% domicílios que possuem geladeira	% domicílios que possuem fogão	% domicílios que possuem filtro de água
Famílias com ao menos um filho com menos de 15 anos				
Famílias chefiadas por mulher, sem a presença do cônjuge	88,7	77,2	98,6	45,1
Famílias chefiadas por homem, sem a presença da cônjuge	78,1	69,7	96,4	43,4
Famílias com a presença do casal	82,8	71,0	98,1	42,5
Famílias chefiadas por mulher, com a presença do cônjuge	90,5	78,8	98,2	41,2
Família chefiadas por homens, com a presença da cônjuge	82,3	70,5	98,1	42,6

	% domicílios que possuem rádio	% domicílios que possuem freezer	% domicílios que possuem máquina de lavar
Famílias com ao menos um filho com menos de 15 anos			
Famílias chefiadas por mulher, sem a presença do cônjuge	79,5	7,7	16,2
Famílias chefiadas por homem, sem a presença da cônjuge	78,9	9,5	14,2
Famílias com a presença do casal	80,9	6,0	10,9
Famílias chefiadas por mulher, com a presença do cônjuge	79,3	6,2	15,7
Família chefiadas por homens, com a presença da cônjuge	80,9	6,0	10,6

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2005.

Com relação à presença no domicílio de novas tecnologias de comunicação, novamente observamos que quando uma família pobre tem a mulher como chefe, o acesso ao computador, à Internet e à telefonia celular é maior do que quando o casal está presente e o homem é o chefe. Conforme a tabela 6, cerca de 4,5% dos domicílios com família monoparental feminina têm computador. Esse percentual é menos da metade nos domicílios com a presença do casal e chefiados por homens (1,9%).

TABELA 6

PRESENÇA DE COMPUTADOR, INTERNET E TELEFONE CELULAR POR TIPO DE FAMÍLIA - FAMÍLIAS POBRES - BRASIL

	% domicílios com acesso a computador	% domicílios com acesso a computador com Internet	% domicílios com acesso a Internet entre os que têm computador	% domicílios que possuem telefone celular

Famílias com ao menos um filho com menos de 15 anos				
Famílias chefiadas por mulher, sem a presença do cônjuge	4,5	2,4	52,9	47,8
Famílias chefiadas por homem, sem a presença da cônjuge	5,1	3,5	68,5	43,3
Famílias com a presença do casal	2,0	0,7	36,0	36,8
Famílias chefiadas por mulher, com a presença do cônjuge	2,4	0,7	28,3	50,2
Família chefiadas por homens, com a presença da cônjuge	1,9	0,7	36,6	35,9

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2005.

Apesar da baixa disseminação das novas tecnologias de informação entre as famílias pobres, as monoparentais femininas estão saindo à frente no acesso a esses bens. No caso específico do telefone celular, pesquisas em favelas do Rio de Janeiro (Sorj, 2003) mostram que seu uso aumenta significativamente as chances no mercado de trabalho das pessoas que desenvolvem atividades informais, autônomas e de caráter eventual, como é o caso, em particular, das mulheres chefes de família. A possibilidade de localizar pessoas em qualquer lugar e a qualquer momento amplia sua capacidade de gerar renda. Podemos sugerir que o acesso ao telefone celular por parte das mulheres sozinhas favorece, adicionalmente, sua capacidade de exercer algum controle sobre os filhos, que muitas vezes ficam sozinhos em casa no período em que elas estão no trabalho.

Conclui-se que entre as famílias consideradas pobres, embora as monoparentais femininas tenham uma situação financeira mais desfavorável do que as famílias com o casal e chefe homem, as condições dos domicílios em que residem são superiores. Em outras palavras, as distâncias de renda das famílias monoparentais femininas em relação às famílias compostas não se verificam na maior parte dos indicadores das condições domiciliares.

Com base nessas evidências, supõe-se que quando as mulheres têm seu poder de barganha aumentado em face dos homens por serem chefes de família, suas preferências se orientam a atender as necessidades básicas da família, como é o caso das condições do domicílio. Essa orientação pode ter duas explicações diferentes, que teriam de ser aprofundadas por pesquisas qualitativas: ou se trata do cumprimento do papel tradicional de gênero que valoriza o altruísmo e a domesticidade maternos, ou então de uma decisão estratégica de realizar investimentos nas necessidades básicas da família, tendo em vista que elas não contam com muitas alternativas de apoio.

E para as crianças? Além das condições habitacionais, que diferença faz estarem em famílias monoparentais ou em famílias com o casal para a sua educação e trabalho? A tabela 7 mostra que, seja em famílias pobres, monoparentais ou com o casal, quando chefiadas por mulheres, os indicadores educacionais das crianças são melhores e o trabalho infantil é menor. A exceção a esse padrão é a freqüência das crianças à escola nas famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge. Provavelmente, quando a mulher é a chefe do domicílio sem a presença do cônjuge há uma maior necessidade dos filhos cuidarem dos irmãos mais novos na ausência da mãe.

TABELA 7

ESCOLARIDADE E TRABALHO DE CRIANÇAS DE 7 A 14 ANOS POR TIPO DE FAMÍLIA - FAMÍLIAS POBRES – BRASIL

	Taxa de analfabetismo (%)	Freqüência à escola (%)	Defasagem escolar (em anos)	% com mais de 1 ano de atraso	% de crianças com menos de 15 anos trabalhando
Famílias chefiadas por mulher, sem a presença do cônjuge	12,9	95,6	0,9	0,6	5,8
Famílias chefiadas por homem, sem a presença da cônjuge	20,1	94,2	1,3	20,6	7,1
Famílias com a presença do casal	14,9	96,8	0,9	2,0	9,4
Famílias chefiadas por mulher, com a presença do cônjuge	12,2	97,0	0,9	11,3	5,3
Família chefiadas por homens, com	15,1	96,8	0,9	12,0	9,7

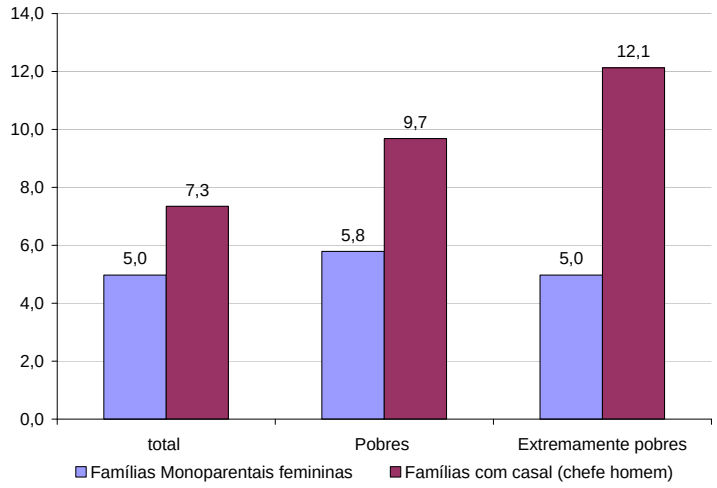
a presença da cônjuge

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2005.

Outro ponto relevante é que a incidência do trabalho infantil é bem mais elevada nas famílias com o casal chefiadas por homens. O gráfico 1 mostra que o trabalho infantil aumenta quando a renda diminui em famílias com o casal, enquanto nas famílias monoparentais femininas o percentual de crianças trabalhando é bem mais baixo e praticamente constante.

GRÁFICO 1

TRABALHO INFANTIL POR TIPO DE FAMÍLIA - BRASIL



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre gênero, família e pobreza tornou-se, na última década, um tema polêmico na medida em que diversos programas de combate à pobreza no Brasil passaram a focalizar as famílias monoparentais femininas como alvo privilegiado de suas ações.

A base conceitual para a seleção das famílias monoparentais femininas como beneficiárias desses programas fundamenta-se no conceito de "feminização da pobreza" que, segundo Bridge (2001), significa que a incidência da pobreza entre as mulheres é maior que entre os homens, que a pobreza delas é mais severa que a deles, e que a tendência à maior pobreza das mulheres está associada ao crescimento das famílias monoparentais femininas.

Todavia, vários estudos recentes mostram os limites conceituais e metodológicos que informam o conceito de "feminização da pobreza", notadamente a noção de que as famílias monoparentais femininas seriam as mais pobres entre as pobres.

Lefaucheur (1988) argumenta que não se deve explicar a pauperização relativa das famílias monoparentais pelo único efeito da monoparentalidade: sexo, idade, etnia, tempo de duração da conjugalidade, entre outros fatores, influenciam as condições de vida de uma família monoparental.

Medeiros e Costa (2006), a partir de dados de pesquisas domiciliares realizadas em oito países da América Latina, concluíram que as diferenças nos níveis de pobreza entre tipos de família estão mais relacionadas à existência de filhos do que propriamente à estrutura monoparental feminina da família. Lavinas e Nicoll (2006) mostram que, no Brasil, entre os 10% mais pobres, o número de famílias chefiadas por mulheres e chefiadas por homens é equivalente.

Chant (2007) argumenta que as estruturas familiares chefiadas por mulheres sem a presença do parceiro não são um bom prognóstico das oportunidades de vida iniciais das crianças nem das trajetórias percorridas na adolescência e na vida adulta. Baseada em evidências de vários países, a autora contesta a visão de que as famílias chefiadas por mulheres acumulam desvantagens superiores às famílias compostas por casais. Ao introduzir em sua análise sobre pobreza a perspectiva das relações de gênero, considera que a chefia feminina das famílias pode ser entendida como um meio de as mulheres ganharem maior controle sobre suas vidas e de conseguirem assegurar melhores condições de vida aos seus descendentes.

Em nosso estudo também não encontramos evidências que corroborem a afirmação em voga de que as famílias monoparentais femininas oferecem condições mais adversas para o bom desenvolvimento das crianças. Mediante a comparação entre famílias monoparentais femininas e as famílias compostas, identificamos que as primeiras não estão necessariamente em desvantagem em vários dos indicadores socioeconômicos selecionados.

Apesar de as famílias monoparentais femininas terem, em média, renda inferior a das famílias com o casal e chefe homem, as condições dos domicílios em que residem são superiores, o trabalho infantil é menor. Esses resultados permitem questionar o senso comum que nos diz que as crianças das famílias pobres chefiadas por mulheres estão em uma situação de maior vulnerabilidade quando comparada à das crianças pobres pertencentes aos arranjos familiares convencionais. Desse

modo, podemos sugerir que políticas de combate à pobreza que focalizam estruturas familiares específicas correm o risco de deixar muitas crianças pobres fora do seu sistema de proteção.

Não queremos dizer com isso que os programas de redução da pobreza deveriam privilegiar outros arranjos familiares. Se o objetivo dessas políticas é o de reduzir a transmissão intergeracional da pobreza, então todas as crianças em situação de vulnerabilidade social deveriam ser contempladas, independentemente do arranjo familiar a qual pertençam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R. P.; FOX, L.; MENDONÇA, R. Female-Headed Households, Poverty, and the Welfare of Children in Urban Brazil. *Policy Research Working Paper 1275*, The World Bank, 1994, 46 pages.

BRIDGE. Briefing Paper on the Feminization of Poverty. Institute of Development Studies, University of Sussex, April, 2001, 8 pages.

BRUSCHINI, C., LOMBARDI, M. R. Capítulo Suplementar – mulheres e homens no mercado de trabalho: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, M; HIRATA, H. (dir.), *As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho.* São Paulo: Senac, 2003.

CHANT, S. Female household headship and the feminization of poverty: facts, fictions and forward strategies. *New Working Paper Series*, LSE Gender Institute, Issue 9, London, London School of Economics, 2003.

_____. Children in female-headed households: interrogating the concept of an "integerational transmission of disadvantage" with particular reference to the Gambia, Philippines and Costa Rica. *New Working Papers Series*, LSE Gender Institute, Issue 19, London, London School of Economics, 2007, 107 pages.

DRACHLER, M. *et al.* Social inequalities and other determinants of height in children: a multi-level analysis. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.19, n.6, p.1815-1825, 2003.

FIGUEIREDO, A. C.; TORRES, H. G.; BICHIR, R. M. A conjuntura social brasileira revisitada. Novos Estudos Cebrap, n.75, jul. 2006, p.173-183.

LAVINAS, L.; NICOLL, M. Atividade e vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco. *Dados,* v.49, n. 1, p. 67-97, 2006.

LEFAUCHEUR, N. Les "familles monoparentales" en questions. Parents seuls: la famille après le divorce. *Dialogue*, Paris, n.101, 1988.

MEDEIROS, M.; COSTA, J. Poverty among Women in Latin America: feminization or over-representation? *Working Paper,* International Center, UNDP, n.20, may, 2006.

PAES-SOUSA, R.; VAITSMAN, J. (dir.). Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate,* n.5, 2007.

SORJ, B. (2003), *brazil@digitaldivide.com Confronting inequality in the information society.* Brasília, Unesco Brazil 2003.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. C. Políticas e Práticas de Conciliação entre Trabalho e Família no Brasil. *Cadernos de Pesquisa,* São Paulo, Fundação Carlos Chagas, v.37, n.132, set./dez., p.573-594, 2007.

Gap de renda de gênero no Brasil e a mulher no mercado de trabalho: mudanças e continuidades

Marcela Fernanda da Paz de Souza1
Universidade Federal de Juiz de Fora / UFJF
marceladapaz@yahoo.com.br
Bolsista PROREDES I / IPEA

Resumo: O presente trabalho traduz, em parte, o produto da pesquisa de dissertação de mestrado, cujo objetivo é analisar o avanço feminino no mercado de trabalho e os impactos na desigualdade de renda no Brasil, em especial nas rendas média e relativa. São, portanto, apresentados resultados obtidos com base na aplicação das proposições e dos trabalhos de Erik Olin Wright e José Alcides Figueiredo Santos, para dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o período de 1981 a 2006 (modelo de regressão padrão). Parte-se do principio indicador dos processos causais entre Classe e Gênero como elementos importantes na re (produção) da desigualdade. Mesmo expressas como variáveis analíticas independentes, ambas confluem e podem provocar mudanças na estrutura social brasileira - em uma realidade de gap de renda de gênero favorável aos homens. Como parte do resultado, para o período analisado, embora tenha se observado maior inserção da mulher no controle dos ativos de produção, os dados indicam que tal avanço não externaliza uma relação direta de positividade na melhora qualitativa das condições de salário em todos os setores, se comparadas as dos homens. Assim, a inserção feminina no mercado de trabalho não impactou decisivamente a atenuação do gap salarial entre homens e mulheres. Fatores como a concentração feminina em trabalhos de baixa remuneração também não foram excluídos com a progressão feminina nos setores privilegiados.

INTRODUÇÃO

1 - Especialista em Planejamento e Gestão Social pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestranda em Ciências Sociais, na mesma Instituição. A autora agradece ao orientador Prof. Dr. José Alcides Figueiredo Santos aos direcionamentos prestados.

As disparidades nas relações de Gênero no que se refere ao *gap* de renda e ao mercado de trabalho são notórias em diversos países e, por isso, recebem o tratamento investigativo nas agendas sociológica e econômica (FIGUEIREDO SANTOS, 2008). É recorrente nas pesquisas acerca da desigualdade de gênero a preponderância masculina nas categoriais ocupacional e salarial, sendo os homens beneficiados com o peso da construção social das suas vantagens de consagração cultural (CHARLES, 2003 *apud* SANTOS, 2008). Destarte, o contínuo avanço feminino no mercado de trabalho brasileiro desperta a atenção para seus impactos na estrutura social e na discrepância de renda entre homens e mulheres.

Diversas são as razões culturais e sócio-econômicas atribuídas às transformações e ao avanço da composição feminina nas categorias de classe: houve uma forte influência do movimento feminista presente no Brasil nos anos 70, com a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres e pela erradicação da opressão masculina. A disseminação dos métodos contraceptivos, o planejamento familiar e o maior acesso feminino às escolas e às universidades também impulsionaram as mulheres a ingressarem na força de trabalho. Fatores como a inovação tecnológica, o dinâmico processo de urbanização e industrialização, a divisão do trabalho, o aumento setorial na demanda por trabalho contribuíram decisivamente com este novo perfil do mercado. A estagnação econômica e a deterioração das oportunidades de emprego nos anos 80 foram realidades que levaram, ainda mais, as mulheres inativas a trabalharem e a contribuírem decisivamente na renda familiar. A ascendência da taxa feminina na participação no mercado de trabalho soma-se, contudo, à sua permanência no serviço doméstico, caracterizando as conhecidas jornadas duplas de trabalho (KON, 2003; 2004, 2005; GARCIA *et alii*, 2006; SILVA, 2006; MELO, 2005; LAVINAS *et alii*, 2006).

Ao se analisar a desigualdade de renda de gênero no Brasil, alguns fatores causais de ordem econômica-cultural são determinantes, entre eles pode-se verificar o impacto das disposições do conflito de Gênero na estrutura social.

CLASSE SOCIAL

Na Teoria Social poucos conceitos provocaram tantas divergências e disputas analíticas como na construção e na propriedade intelectual de uma Teoria de Classes (CAVALLI, 1995; SAVAGE, 2000). O sociólogo Anthony Giddens (1975) pontua que apesar desta diferenciação entre as correntes intelectuais, o conceito de Classe apresenta alguns atributos comuns às tradições: "características preliminares de 'classe', ou seja, que uma classe é um agregado em grande escala de indivíduos, que compreende relações definidas impessoalmente e nominalmente abertas em forma" (GIDDENS, 1975:120). Segundo o neomarxista Erik Olin Wright (2003), os critérios de usos diferenciados do conceito de Classe, assim como os significados delineados na tradição sociológica podem ser analisados a partir de distintas questões-chaves2 (WRIGHT, 2000, 2003). Estas foram construídas em uma esfera de desenvolvimento do Capitalismo e da contínua e acentuada transformação da sociedade.

CONCEITO DE CLASSE EM ERIK OLIN WRIGHT**.**

Neste contexto, uma das contribuições de Erik Olin Wright (2000) no tratamento do conceito de Classe no desenvolvimento do capitalismo foi construí-lo fundamentado na noção de Ativo-Exploração, ou seja, na propriedade ou no controle dos ativos e dos mecanismos de produção. A Exploração se assenta nas relações de propriedade, cujas conseqüências se refletem na apropriação do excedente de trabalho e nas *benesses* materiais provenientes dos recursos produtivos geradores de renda.

Compreendido na concepção do neomarxista em termos *Relacionais*, a Exploração é construída segundo as formas desiguais de distribuição do poder e do bem-estar econômicos. Assim, conforme José Alcides Figueiredo Santos ao comentar Wright, "as formas variáveis de desigualdade de ativos especificam diferentes sistemas de exploração" (SANTOS, 2002:43).

O neomarxista é enfático ao afirmar que na sociedade hodierna há a existência de formas não-capitalistas de Exploração, as quais são subjacentes ao capital e oferecem o suporte material adequado para as relações secundárias de classe. Nesta esfera analítica acerca da compreensão da Exploração em contextos múltiplos, pode-se atentar, segundo Wright, para as 'Localizações Contraditórias de Classe', sinônimas da Classe Média. "A sociedade capitalista contemporânea assistiu ao desenvolvimento de múltiplas explorações, isto é, diferentes formas de combinação de diferentes mecanismos de exploração" (SANTOS, 2002:48). Na assertiva de Wright,

> 'Localização de classe' pode ser entendida como uma posição social ocupada pelos indivíduos – e em alguns contextos, famílias – dentro das relações de classe. Porém, essa localização de classe não precisa ser polarizada em localizações nas quais existam uma absoluta disjuntiva entre os direitos e os poderes das diferentes relações dentro das localizações. (WRIGHT, 1999: 7).

Este fato significa que, ao mesmo tempo em que o individuo assume o papel social de explorador, em outro contexto, ele se apresenta subordinado à relação de propriedade.

2 O neomarxista Wright apresentou no ensaio 'Social Class' (2003) uma análise do conceito de classe nas agendas da Teoria Social de Max Weber, Pierre Bourdieu, Karl Marx, Michael Mann, popular usage, Lloyed Warner e, ademais, discorreu acerca das cinco questões-chaves nas quais podemos localizar a relevância do conceito de Classe nas tradições: 1)- Classe como uma locação subjetiva; 2)- Classe como uma posição objetiva na esfera da distribuição; 3)- Classe como uma explicação relacional das chances de vida econômicas; 4)- Classe como uma dimensão da variação histórica nos sistemas de desigualdade e 5)- Classe como um fundamento da opressão econômica e da exploração. No artigo, o mesmo apresenta em quais parâmetros cada questão-chave se entrelaça com os pensamentos dos intelectuais.

> A exploração, por essa razão, não é definida como uma série de status dos atores sociais, mas um modelo de contínua interação estruturada por uma série de relações sociais, relações que são formadas pela ligação mútua entre explorador e o explorado (WRIGHT, 1989:5; 2000:13).

Uma ressalva de Erik Wright (1989, 1999) foi apresentar a concepção de *Exploração* a separando da noção de Dominação. Um exemplo citado pelo autor é o caso dos gerentes cujas características de trabalho os situam, simultaneamente, na esfera de dominação e de dominados. Estas relações de dominação são primordiais, igualmente, na delineação da classe dos 'trabalhadores semi - autonômos', a qual está configurada, ao mesmo tempo, entre as classes da pequena burguesia e do proletariado (WRIGHT, 1989). Outro ponto destacado por Wright é que o conceito de classe centrado na Dominação implica na existência de múltiplas opressões, ligadas a diferentes formas de dominação tais como Raça, Gênero e Etnia.

Para ilustrar a diferença entre os conceitos, Wright (1989) explica que a dominação não implica na existência de interesses opostos entre os agentes. Por sua vez, a Exploração atua no plano de uma série de interesses materiais antagônicos, com a necessidade de apropriação do excedente de trabalho. "O rico, através de um mecanismo ou de outro, apropria parte dos frutos de trabalho do pobre" (WRIGHT, 1989:8). Entretanto, Santos (2002) explica que, para Wright, só haverá relações sociais de produção caso ocorra a dominação com a apropriação e a apropriação com a dominação.

De forma esquemática, Wright apresenta às singularidades da noção de Exploração:

> O conceito de exploração designa uma forma particular de interdependência dos interesses materiais das pessoas, uma situação que satisfaz três critérios: I)- O Princípio inverso de interdependência do bem-estar: o bem-estar dos exploradores dependem causalmente da privação material dos explorados;II)- O Princípio da exclusão: esta interdependência inversa do bem-estar dos exploradores e dos explorados, depende da exclusão do explorado de acesso de certos recursos produtivos e III)- O Principio da apropriação: a exclusão gera vantagens materiais aos exploradores, porque ela permite que eles se apropriem do esforço de trabalho do explorado (...) Se os dois primeiros princípios estão presentes, mas não o terceiro, a opressão econômica pode existir, mas não exploração (WRIGHT, 1999:11).

Por sua vez, na análise do nexo Ativo-Exploração, no que se refere aos ativos geradores de renda, na concepção de Wright, esses ativos geradores não se limitam à propriedade dos meios de produção, estendendo-se ao controle destes meios, aos fatores usados na produção (SANTOS, 2000). Wright apresenta como ativos de produção os Ativos Organizacionais que expressam um recurso específico, organizadores da divisão técnica do trabalho e que, por isso, são sinônimos de produtividade e renda. Assim, no âmbito do ativo organizacional, o instrumento desencadeador da exploração é o poder dos gerentes na esfera da produção, uma vez que a organização é estabelecida nos vieses de hierarquia de autoridade sobre os processos produtivos. Em uma perspectiva da interconexão 'exploração/classe' o ativo gerencial sinaliza fundamentalmente as relações entre trabalhadores e gerentes. Segundo Santos (2002), para Wright

> essa posição estratégica, particularmente dos gerentes, na organização da produção enseja a exigência de uma porção do excedente social, sob a forma de rendimentos relativamente elevados. Entretanto, a posição dos gerentes não decorre apenas das relações de dominação, mas também da ocupação de uma *localização privilegiada de apropriação [privileged appropriation location] dentro das relações de exploração* (SANTOS, 2002:45).

Ademais, além do Ativo de Produção e do Ativo Gerencial, a propriedade de Qualificações Escassas constitui mais uma forma de ativo/exploração. Assim, os indivíduos detentores destas qualificações incorporadas na força de trabalho apresentam posição de destaque na força e nos processos produtivos. Mas, o aumento do preço da força de trabalho e a inserção no mercado é ainda influenciada pelos talentos naturais. Santos (2002) pondera que os atributos de qualificação e talento são hábeis de serem tratados como um mecanismo de manutenção de escassez estável de 'uma qualificação ou apropriação exploradora' (2002:46).

SISTEMA DE PRODUÇÃO EM TERMOS RELACIONAIS.

A relação entre classe e posição de classe é ressalta por Santos (2002): "enquanto ocupações representam posições definidas no âmbito das relações técnicas de produção, classes caracterizam-se pela sua localização dentro das relações sociais de produção" (SANTOS, 2002: 47). A concepção de Classe centrada na perspectiva da Exploração invoca a análise da estrutura de classe através da junção entre as esferas micro e macro. A primeira foi tecida para explicar detalhadamente como as classes moldam e influenciam o sujeito, suas condições materiais, seus interesses e situação de vida. A expressão foi forjada, ainda, com o objetivo de perceber a localização de classe na empiria, pois são os indivíduos que a ocupam a partir, também, de suas experiências, escolhas e limitações do mundo (WRIGHT,1997, 1999, 2004; SANTOS, 2002, 2005).

Como nos explica Santos (2005), ao indicar as ações do indivíduo e sua relação com a Classe, "o que a pessoa tem condiciona o que ela deve fazer para conseguir o que obtém. As relações de classe geram um conflito social baseado nas assimetrias entre o que as pessoas têm e no que fazem com o que têm" (SANTOS, 2008:3). Um esforço de Wright foi o de procurar compreender o dinamismo existente no interior da estrutura de classe, através da análise micro de classe. Neste contexto, o autor construiu as noções de localizações de classe 'mediatas' e 'temporais'. A primeira, importante na análise do estudo entre, por exemplo, Gênero e Classe, indica as relações sociais capazes de vincular o individuo à estrutura de classes, como as relações familiares e as relações do sujeito com o estado. Por sua vez, as localizações de classe 'Temporais', que estão ligadas ao tempo de serviço, hierarquia, qualificação e credenciais do individuo no mercado de trabalho, influenciam a renda e a posição no mercado de trabalho.

Este esforço metodológico e teórico se deu face às limitações da compreensão marxista de estrutura de classes. Desta forma, o âmbito da análise macro de classe apresenta o problema de uma análise abstrata para tratar das questões empíricas (SANTOS, 2002) e oferece, segundo Wright, um clareamento sobre as transformações históricas nas sociedades e acerca das questões normativas relativas às possibilidades de emancipação de classe (WRIGHT, 2004,1997).

ESTRUTURA DE CLASSE.

As análises de Classe tratadas por Erik O. Wright são apresentados em um mapa, no qual o autor apresenta uma estrutura de classes, de matriz multidimensional, referente a um tipo específico de rede complexa de relações sociais. Esta rede será determinante no acesso do individuo aos recursos produtivos básicos e na modelagem dos interesses materiais baseados na *Exploração*. A distribuição de ativos geradores de exploração é imprescindível para a localização dos indivíduos dentro da estrutura de classes e, ainda, afeta as possibilidades objetivas enfrentadas pelos sujeitos no que se refere às alternativas e à trajetória global de acesso ao mercado. Esta localização se insere diretamente na constituição de uma matriz multidimensional e, desta forma, na Estrutura de Classes. E é por esta razão que a delineação da posição de classe deve ser pensada, para Wright, em termos de trajetórias probabilísticas. "O próprio conceito de interesse, central na interpretação de Wright, implica um horizonte ou dimensão temporal da parte dos atores que partilham esses interesses" (SANTOS, 2002: 48).

Torna-se importante destacar que mesmo apresentando uma tendência ao estudo da análise de classe do ponto de vista estrutural, Wright não a caracteriza como localizações vazias, preenchidas de forma abstrata. "A noção de localização dentro das relações de classe situa os indivíduos em relação aos poderes e direitos sobre os recursos produtivos que são importantes na estruturação de padrões de interação social" (SANTOS, 2002: 50). Erik Wright propõe, então, uma Tipologia Básica de Classes na Sociedade Capitalista. Como explica Santos, "o esquema teórico assume a forma de uma tipologia de classes, ou seja, um sistema de categorias nominais, discretas, internamente homogêneas, que representam mecanismos causais qualitativamente distintos" (SANTOS, 2005). Para isto, Wright disponibiliza um aparato conceitual de três dimensões formadoras da estrutura de classe: Proprietário, Qualificações Escassas e Autoridade. Incorporado na análise do autor, o modelo formado apresenta seis diferentes localizações de classe nas relações de classe. Ressalta-se que a tipologia apresentada pode sofrer determinadas modificações em razão dos objetivos específicos de uma pesquisa em curso. O sociólogo tricotomizou as três dimensões indicando as posições 'dominante', 'contraditória' e 'subordinada', em uma esfera de seis localizações nas relações de classe. Assim, pode-se acentuar que na posição 'dominante' onde estão os proprietários encontram-se os capitalistas, os pequenos empregadores e a pequena burguesia, esta não contratante de empregados. Por sua vez, na localização de 'classe média' estão incluídos todos os tipos de gerentes e especialistas, além dos supervisores qualificados. A classe média é pensada em termos "de localizações privilegiadas de apropriação entre os empregados" (SANTOS, 2002:51).

TABELA 1.1

TIPOLOGIA BÁSICA DE CLASSES NA SOCIEDADE CAPITALISTA

	Proprietário	Empregados	
Contrata Trabalho	Capitalista	Gerentes especialistas	Gerentes não-especialistas
Não contrata Trabalho	Pequena burguesia	Especialistas	Trabalhadores
	Possui Qualificações escassas		**Não especialista**

Exerce Autoridade

Não exerce Autoridade

Relação com qualificações escassas

Erik Wright desenvolveu, além disso, uma refinada tipologia de classes na sociedade capitalista, na qual as três dimensões tricotomizadas, por opção metodológica, originaram doze localizações de classe diferenciadas: "três possuidoras de ativos de capital e nove de empregados" (SANTOS, 2002: 50). Com a separação das localizações na esfera dos não empregados, Wright demonstra o objetivo de tecer uma tipologia na qual as posições assimétricas fossem inequívocas.

TABELA 1.2

Tipologia desenvolvida de classes na sociedade capitalista

ATIVOS EM MEIOS DE PRODUÇÃO

	Donos de Meios de Produção	**Não-proprietários (trabalhadores**
Possuem suficiente capital para empregar trabalhadores e não		

Possuem suficiente capital para empregar trabalhadores, mas precisam trabalhar	1 Burguesia 2 Pequenos Empregadores 3 Pequena burguesia	4 Gerentes não Especialistas Qualificados 5 Supervisores Especialistas Qualificados 6 Não-gerentes Trabalhadores Especialistas Qualificados	7 Gerentes 8 Supervisores Qualificados 9	10 Gerentes Qualificados 11 Supervisores não 12 Trabalhadores não

Relação com autoridade + 0 -

Relações com qualificações escassas

O pesquisador José Alcides Figueiredo Santos (2002) realizou através das contribuições teóricas, empíricas e metodológicas de Wright uma "Classificação Socioeconômica para o Brasil: Categorias Empíricas e Critérios Operacionais3". Esta Classificação permite vislumbrar o avanço ou a retração feminina nas categorias de classe no mercado de trabalho e, posteriormente, auxilia a explorar a realidade do *gap* de renda de gênero no Brasil.

GÊNERO:

O debate acadêmico sobre as relações de Gênero construídas socialmente perpassa os limiares do domínio e do poder negociadas em uma diversidade de esferas, como o acesso e a localização das mulheres e dos homens ao mercado de trabalho, assim como, a renda proveniente da posição de ambos na categoria de classe. A descoberta feminista sobre o papel e a experiência histórica das mulheres sensibilizou a forma através da qual a configuração de Gênero penetra a vida e a experiência sociais, o que torna a significação sociológica do conhecimento feminista potencialmente mais profunda. A antropóloga feminista Michelle Rosaldo (1995) ressalta que as diferenças entre homens e mulheres devem ser vistas sob alguns aspectos biológicos, como a maternidade, por exemplo, mas as ratifica como o produto das relações sociais em sociedades mutáveis e concretas.

> Gênero, em todos os grupos humanos, deve então ser entendido em termos políticos e sociais com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social. Colocado de outra forma, eu acredito agora que gênero não é um fato unitário determinado em todos os lugares pelos mesmos tipos de preocupações, mas antes um produto complexo de uma variedade de forças sociais (ROSALDO: 1995).

Gênero pode ser compreendido em uma vertente sociológica, na análise da pesquisadora *Amy* Wharton (2005), como "um sistema de multimodelos de práticas sociais que produzem distinções entre homem e mulher e organizam desigualdades na base dessas distinções. Ele é um princípio de poder da vida social que é visível em todo o mundo social" (WHARTON, 2005: 119). Parte-se do princípio que a variável de Gênero é construída socialmente e externaliza, ainda, uma forma de estratificação social.

Ao se pensar em termos de chances de vida e nas escolhas com que se deparam homens e mulheres, deve-se salientar a influência dos papéis que cada indivíduo assume socialmente, com preponderante vantagem masculina, seja ela salarial ou de acesso a uma fatia do mercado privilegiado de trabalho. Na divisão do serviço doméstico, igualmente, são as mulheres a arcarem com a responsabilidade de uma ausência de divisão do trabalho, o que caracteriza a labuta feminina em jornadas duplas (GIDDENS, 2005; SANTOS, 2008).

Na esfera de uma Teoria de Gênero, Wharton (2005) apresenta, no texto "Gênero nas Interações e Instituições", como o conceito de Gênero é construído nas análises Interacionista e Institucional. Segundo a autora, a abordagem interacionista situa o contexto social no qual as pessoas interagem como decisivo na construção de uma relação entre homens e mulheres. Assim, os comportamentos, atitudes e escolhas assumem caminhos diversos segundo a realidade do individuo. A força atuante é, contrariamente à concepção individualista, externa aos sujeitos. Wharton (2005) indica três abordagens interacionistas, que apesar de diferirem em alguns aspectos, possuem em comum a percepção da categorização social como

3 - ANEXO I.

essencial à interação social. "Categorização social refere-se aos processos pelos quais os indivíduos classificam outros e a si próprios como membros de grupos particulares" (WHARTON, 2005: 55).

A categorização é relevante para esta teoria porque se externaliza como um conjunto de fatores que promovem a desigualdade e as discrepâncias de gênero. De acordo com Aries (1996) apud Wharton (2005), Sexo é a categoria social proeminente. Entretanto, há outras categorias substanciais nas interações de situações específicas ou grupais, como a Étnica, Racial, a Idade e a Habilidade. As três 'linhas' da análise interacionista diferenciam na avaliação de onde e como ocorre a produção das desigualdades de Gênero. Apresentada neste projeto de modo sumário, a perspectiva 'Doing Gender' afirma que a Interação é o meio através do qual as pessoas se apresentam a si mesmas e às outras, como homens e mulheres; a vertente da 'Teoria das características de *Status'* aborda os vieses pelos quais a categoria de Sexo se torna alicerce para as expectativas das pessoas sobre outras categorias sociais; finalmente, o pensamento caracterizado pelo 'Homophily' argumenta sobre as conseqüências da formação dos laços sociais entre as pessoas segundo sua própria identificação como similares ou diferentes.

A construção de uma Teoria Institucional de Gênero (WHARTON, 2005) implica em um mecanismo sistemático de desigualdades entre homens e mulheres inseridos nas ideologias, nos processos sociais, nas imagens e nas práticas de distribuição de poder. A socióloga Patrícia Martin sugere, no artigo 'Gênero como Instituição Social' (2004), que as instituições sociais devem ser analisadas em termos de permanência através do tempo e do espaço geográfico; de constrangimento ou facilitação dos pensamentos e ações pelos membros do grupo e da sociedade; como heranças de práticas sociais distintas que ocorrem periodicamente (GIDDENS, 1984), reciclam (CONNEL, 1987) ou são repetidas *(over time)* pelos membros do grupo (MARTIN, 2004). Ademais, as instituições são profundamente sociais e possuem posição e relação sociais que são caracterizadas pelas expectativas particulares, normas, regras e procedimentos; são reconstituídas e constituídas pelos agentes. Entretanto, podem apresentar um caráter inconsistente, e suas práticas estão, em diversos momentos, em mudança. Patrícia Martin (2004) argumenta a importância do estudo de Gênero como uma Instituição Social.

> Eu concluo que tratar gênero como uma Instituição irá aprimorar os estudos de gênero e a teoria social em geral, aumentar a percepção da profunda socialidade do gênero, oferecer um caminho de ligar diversos trabalhos teóricos e empíricos, e tornar a dinâmica invisível e as complexas interseções do gênero com outras instituições mais aparentes e sujeitas à análise crítica e à mudança (MARTIN, 2004:1).

Uma outra importante contribuição aos estudos das relações de Gênero encontra-se nas pesquisas de R. W. Connel (1995). O mesmo lançou-se em compreender como as formas de poder e da dominação masculina atuam na sociedade. Entretanto, o autor não apenas analisou os conceitos acerca das mulheres e da feminilidade, como os entrelaçou aos de patriarcado e masculinidade em um contexto amplo das relações de Gênero. Ao comentar Connel, Giddens (2005) explica que para o autor nas sociedades capitalistas a força patriarcal é delineadora das relações de Gênero, do nível individual ao institucional. Na análise de Connell, "as relações de Gênero são o produto de interações sociais e práticas cotidianas. As ações e comportamentos das pessoas comuns, em suas vidas pessoais, estão diretamente ligados às ordenações sociais coletivas dentro da sociedade" (GIDDENS, 2005: 112).

Connell apresenta a 'hierarquia de Gênero' ao demonstrar que as diversas formas de desigualdade ocorrem não apenas entre sexos diferentes, outrossim são expressas a partir da Masculinidade hegemônica. Além dela, temos a Masculinidade cúmplice, a Masculinidade subordinada e a Masculinidade homossexual, em uma esfera decrescente de poder. Em relação às divisões entre as mulheres, todas as formas de feminilidade são demonstrações da subordinação à Masculinidade hegemônica. Assim, a Feminilidade enfática, complementar à Masculinidade hegemônica, representa as convenções e normas sociais, e é capaz de dobrar-se pela submissão, maternidade e afetividade. E, finalmente, temos a Feminilidade subordinada, composta por mulheres que resistem aos padrões tradicionais e, por isso, tem narrativas de vida ocultas à história, exemplificadas, por exemplo, pelas feministas, lésbicas, solteironas e prostitutas (CONNEL, 1987, 1995 *apud* GIDDENS, 2005).

De acordo com Giddens (2005), apesar de Connel ter construído uma hierarquia, o mesmo "rejeita a visão de que as relações de Gênero sejam fixas e estáticas. Ao contrário, acredita que são o resultado de um processo em andamento e estão, portanto, abertas às mudanças e ao desafio" (GIDDENS, 2005:113).

Os estudos feministas de Gênero também permitiram o aprofundamento do debate das discrepâncias e da construção das relações desiguais entre homens e mulheres na sociedade. A antropóloga Cláudia Fonseca (1995) afirma que, "durante essa década (1960)4, pesquisadores foram diretamente inspirados pelo movimento feminista que denunciava as variadas formas de discriminação e violência perpetradas contra o sexo feminino" (FONSECA:1995:1).

Entre algumas vertentes do Feminismo podem ser encontradas as considerações dos Feminismos Radical, Liberal e o Negro. Para o Feminismo Radical, no centro da análise está a noção de Patriarcado – a dominação masculina sobre as mulheres é vista existente em todas as culturas e como um fenômeno universal (GIDDENS, 2005). O núcleo de opressão varia de acordo com as interpretações. Assim, a família é considerada umas das fontes de exploração feminina, através do serviço doméstico e da capacidade feminina em gestar uma criança. Shulamith Firestone (1971) apud Giddens (2005) utiliza a "classe sexual para descrever a posição social da mulher e argumenta que as mulheres podem ser emancipadas somente através da abolição da família e das relações de poder que a caracterizam" (GIDDENS, 2005: 109).

4 - Parêntese próprio.

Entretanto, há feministas radicais que vêem a violência doméstica, o estupro e o molestamento sexual como inseridas no âmbito da opressão e não, necessariamente, casos singulares de problemas psicológicos. Ademais, os padrões de beleza, as interações comunicativas e as variadas sensações que as mulheres sentem na esfera pública, a forma de 'objetificação' feminina na mídia, expressam a discrepância das relações de gênero, pois as mulheres se tornam sinônimos de entretenimento aos homens. Para as feministas radicais, que incorrem no equívoco de um reducionismo biológico, a única forma de se alcançar a igualdade de gênero é com a 'deposição da ordem patriarcal', presente em uma grande estrutura social (GIDDENS, 2005: 109).

Se as contribuições do Feminismo Radical estão circunscritas nas atribuições dos papéis sexuais de homens e mulheres, de forma simplificada, as proposições do Feminismo Liberal percebem o foco das Desigualdades de Gênero sobre a base das atitudes sociais e culturais. As formas de opressão estão dispostas no mercado de trabalho, nos meios de comunicação e nas instituições educacionais. A igualdade de oportunidade defendida por esta fatia do feminismo está imbuída na conquista gradual de dissipação da dominação masculina através da legislação e dos demais meios democráticos. No decorrer do século XX, o desempenho das feministas liberais foi fundamental para conquistas emancipatórias das mulheres. A análise da opressão em termos do sexismo, do *gap* salarial, entre outros, faz cair sobre as referidas feministas a crítica de contribuírem para uma sociedade desigual, pois contemplam apenas uma parte da discriminação (GIDDENS, 2005).

O debate acerca das relações desiguais de Gênero cede espaço, ainda, para as formas de dominação entre as mulheres negras e as mulheres brancas. Neste contexto, o "Feminismo Negro" contribuiu decisivamente para aprofundar o debate sobre os diversos meios de opressão feminina, pois colocou em xeque até que ponto as versões dos Feminismos Radical e Liberal não são apenas expressões das reivindicações das mulheres brancas e de classe média, residentes em sociedades industrializadas. O Feminismo Negro direciona seus estudos para as questões discriminatórias enfrentadas pelas mulheres negras e realiza uma crítica contundente ao pensamento de que todas as mulheres sofrem com uma opressão única de Gênero.

Giddens (2005) explica que, na argumentação da Brewer (1993), se por acaso as teorias feministas desconsiderarem o racismo em seu bojo, não serão hábeis para explicar a opressão das mulheres negras. A esfera de Classe é, igualmente, um aspecto importante a fim se analisar as formas de dominação, pois o potencial da 'Teoria Feminista Negra' está em situar nas pesquisas as intercessões entre Classe, Gênero e Raça (Renda, permito-me acrescentar). "Quando estes três fatores interagem, reforçam-se e intensificam-se mutuamente" (GIDDENS, 2005:111).

PROCESSOS CAUSAIS DE CLASSE E GÊNERO NA ESTRUTURA SOCIAL:

Ao se analisar os processos da mobilidade de classe de gênero e os seus impactos no *gap* de renda de gênero no Brasil, partindo-se da interação dos processos causais entre as variáveis de Classe e de Gênero, têm-se, conforme indicam os estudos internacionais de Wright (2001), uma confirmação empírica de que estas opressões de classe e de gênero podem variar uma independente da outra, e que ambas refletem e influenciam de modo notório a construção de uma estrutura social. Erik Wright (2001) pontua que o comportamento de Gênero e Classe como interações causais que provocam efeitos no extenso raio social se constituem em especial interesse de análise - o que pode levar a se pensar no conceito 'Clender'. O autor ressalta que os efeitos gerados pela interação entre Classe e Gênero não exclui a existência de outros efeitos adicionados. O trabalho empírico e as reflexões teóricas de Wright apresentam algumas possibilidades de analisar esta interação:

A análise através da qual as pessoas são classificadas segundo a relação de Gênero no interior da localização de classe é um dos aspectos que Wright considera, provavelmente, o mais óbvio aspecto da interseção entre Classe e Gênero. É o que o sociólogo considera *'Gênero como um mecanismo de classificação dentro da localização de classe'*. O mercado de trabalho apresenta um retrato diferencial da ocupação e da distribuição de Classe, cuja explicação reporta-se às relações sociais conflituosas entre homem e mulher. Os dois fatores utilizados pelo autor para explicar esta ligação se referem, primeiro, ao processo de socialização de gênero que configura a aspiração profissional e a prática de ambos, afetando os tipos de trabalho aos quais eles se encontram submetidos, o que gera, no segundo ponto, formas variadas de discriminação, dominação e desigualdade, as quais afetam o acesso de homens e mulheres às categorias ocupacionais e à aquisição de recursos relevantes (WRIGHT, 2001). Wright, ao pesquisar o papel das relações de gênero na localização de classe em dois contextos, mobilidade de classe intergeracional e *gap* de gênero de autoridade, constatou informações importantes. A mobilidade intergeracional das mulheres através do atributo da propriedade foi maior que a mobilidade masculina. Uma das possíveis explicações sugeridas por Wright foi a de que o casamento constitui uma fonte relevante de possibilidade de mobilidade através da propriedade para as mulheres. E no que se refere ao *gap*, nos sete países pesquisados, ele percebeu, primeiro, a substancial diferença de *gap* sempre controlada por um amplo raio de atributos pessoais e características dos empregados. Desta forma, as relações de gênero afetam os caminhos pelos quais as pessoas estão inseridas nas posições de autoridade. A outra constatação é a de que existe pouca evidência da idéia de que a discriminação contra a mulher esteja concentrada no topo da hierarquia. E, finalmente, o autor demonstra que o *gap* de gênero de autoridade varia consideravelmente entre os países, não existindo um caráter constante do índice nas sociedades capitalistas desenvolvidas (WRIGHT, 2001: 36).

A conexão dos indivíduos dentro da estrutura de classe ocorre através de outras formas de relação que estão localizadas nas relações sociais de produção, em especial o casamento. É o que Wright define como *'Gênero como ligação*

mediata para a localização de classe'. O sociólogo explica que um dos caminhos no qual Classe e Gênero se interconecta é através da esfera familiar. Esta proposição pressupõe que marido e mulher possuem uma localização de classe direta e mediata; direta, a partir da recompensa financeira do seu próprio trabalho, e mediata, em virtude da localização baseada nas relações de gênero dentro da família. "Estas localizações de classe mediatas afetam igualmente os interesses de gênero entre homem e mulher – os interesses que eles têm em virtude de sua localização dentro das relações de gêneros específicas nas quais eles vivem – e seus interesses de classe" (WRIGHT, 2001: 33).

As interações entre Classe e Gênero podem ser pensadas ainda em termos das *relações de 'Gênero como tendo um impacto causal nas relações de Classe e as relações de Classe como tendo um impacto causal nas relações de Gênero'*. Wright afirma que determinadas posições de classe poderão existir somente em virtude de formas específicas de relação de gênero. Há o exemplo clássico do trabalho doméstico, pois a estrutura da relação de gênero exerceu um papel fundamental ao permitir que as mulheres e as crianças realizassem o serviço doméstico. O sociólogo explica que de forma similar as relações de classe têm impacto sobre as relações de gênero. A demanda por gerentes e por trabalhadores industriais pode reforçar uma cultura de gênero na qual o homem adquire proeminência. Assim, a competitividade força a demanda de gerentes e ocupações profissionais que, também, reforçam uma série específica de relações de gênero no âmbito doméstico na qual as donas de casa são utilizadas para administrar a vida pessoal de seus cônjuges.

Gênero pode ser compreendido, ainda, *'como uma forma de relação de classe'*. Se as duas variáveis são analiticamente distintas, existem situações empíricas em que as *relações de gênero são elas mesmas relações de classe* ou, ainda, *as relações de classe são construídas segundo as relações de gênero*. Para compreender os efeitos das relações de classe sobre as relações de gênero, Wright realizou um estudo sobre as variações na proporção do trabalho doméstico realizado pelos homens em lares com diferentes composições de classe. As propriedades particulares de classe "transformam os constrangimentos através dos quais as pessoas lutam sobre as relações de gênero em suas próprias vidas, e sobre certas circunstancias isso facilita o esquecimento de relações de gênero mais igualitárias"(WRIGHT, 2001: 32).

O GAP DE RENDA DE GÊNERO:

Para se compreender o impacto do *gap* de renda de gênero na estrutura social do país é importante ressaltar o fosso da desigualdade de renda no Brasil. Segundo o estudo do Instituto Pesquisa de Economia Aplicada (IPEA, 2006), no que diz respeito à desigualdade de renda, ocorre uma queda contínua e marcante desde 2001, entretanto, a discrepância entre ricos e pobres permanece notável, sendo fundamentais 20 anos para que o país atinja os níveis de retidão de renda dos países que possuem o mesmo parâmetro de desenvolvimento. A pesquisa demonstrou que a fatia 1% mais rica da população equivale à proporção dos 50% mais pobres (BARROS *et alii*, 2006). Os processos causais das interações entre Classe e Gênero também refletem uma discrepância do *gap* de renda de Gênero. Estudos diversos procuram explicar a relação da Desigualdade de Gênero e as discrepâncias de renda entre homens e mulheres (SANTOS, 2005, WRIGHT, 1994, 2001).

O presente trabalho apresenta uma perspectiva dos processos causais mútuos entre Classe e Gênero como uma das possíveis explicações para a desigualdade de renda entre homens e mulheres. Entretanto, sabe-se que a distribuição de renda pode ser vislumbrada a partir de ângulos econômicos diferenciados: como a Distribuição Setorial de Renda, ou seja, a participação de cada setor da economia do produto; a Distribuição Regional de Renda e, finalmente, a Divisão Pessoal de Renda (GREMAUD; VASCONCELLOS; JÚNIOR, 2006). Estes três fatores podem ser analisados em conjunto com a problemática da discriminação nas relações de Gênero

As vertentes das literaturas sociológica e econômica argumentam de formas diferenciadas sobre as causas desta desigualdade. A Teoria Econômica Neoclássica compreende a existência do *gap* de renda de gênero no mercado, a partir das diferenciadas características produtivas das estruturas de preferências de ambos, em razão dos condicionamentos e das escolhas realizadas previamente à entrada no mercado. Estes fatores implicam nas variações do valor atribuído ao capital humano de homens e mulheres, no que se refere às diferenças no montante, no tipo e no grau do referido capital. O pensamento da Teoria do Capital Humano, portanto, argumenta que as pessoas obtêm recompensa do próprio trabalho de acordo com o investimento que realizam na educação, na saúde e nos treinamentos. Destarte, esta abordagem econômica tradicional analisa o ingresso de homens e mulheres no mercado segundo o lado da oferta (SANTOS, 2005). Os neoclássicos constroem seus argumentos afirmando que os indivíduos agem de maneira a aumentar seus lucros. Entretanto, as vertentes desta teoria diferem acerca dos caminhos e das restrições encontradas pelos indivíduos para esta maximização. Os defensores do enfoque econômico neoclássico afirmam que a capacidade de ganhar renda e a própria renda geram obstáculos para maximizar a renda. Por sua vez, os marxianos analisam o posicionamento do indivíduo na Classe como a limitação para alcançar as metas econômicas (GARDNER, 1993 *apud* KON, 2006).

Mas na atualidade uma Teoria Econômica de Gênero assume um importante papel na explicação das discrepâncias de renda, ao considerar que a coexistência assimétrica entre homens e mulheres na configuração do mercado de trabalho provoca um impacto diferencial nos atores econômicos no que diz respeito ao salário, às famílias, aos mercados e às empresas. As feministas, por exemplo, acreditam que existem barreiras ao ingresso da mulher no sistema econômico (KON, 2006).

> No entanto, as condições enfrentadas pelas mulheres como participantes do mercado de trabalho foram sempre diferenciadas e desvantajosas em relação ao trabalho masculino e às teorias econômicas. Mais recentemente, um número crescente de estudiosos vem adotando abordagens teóricas e metodologias mais abrangentes no campo da Economia

> Política, como os institucionalistas, os economistas sociais e os pós-keynesianos. Nesse contexto, a questão do gênero encontra interesse especial, articulando-se nos níveis macro, meso e microeconômico (KON, 2006:1; 4).

Ao se considerar a presença da discriminação no mercado de trabalho, deve-se levar em conta a existência de um fator irracional na relação entre mercado de trabalho e agente econômico. Santos (2005) explica que as interseções entre a racionalidade econômica e o fenômeno empírico da discriminação podem ser destacadas pelas abordagens da '*Discriminação Estatística'* e do '*Amontoamento'*. A primeira sinaliza que o empregador leva em consideração, como informação substantiva no momento da contratação, os atributos de sexo e raça. Isto ocorre caso não haja uma forma de se avaliar a capacidade produtiva do trabalhador a um custo baixo. Por esta razão ocorre uma discriminação estatística desfavorável aos grupos que apresentem características menos desejáveis. O '*Amontoamento'*, por sua vez sugere que a concentração de grupos específicos, como as mulheres, por exemplo, em determinada ocupação, independente dos fatores que tenham ocasionada esta 'aglomeração', geram um rebaixamento de salário em virtude da oferta excedente de trabalho.

Ao se referir sobre as distâncias de renda de gênero, Santos (2005) argumenta que mesmo com o progresso ocupacional há uma notória diferença de rendimentos entre homens e mulheres, que pode ser explicada pelos processos discriminatórios. Assim, as discrepâncias de renda não estão baseadas no número de horas de trabalho ou na escolaridade de ambos. "No sentido sociológico geral, a discriminação ocorre quando as pessoas são tratadas desigualmente em função das suas características pessoais que não estão relacionadas ao seu desempenho" (BRUSCHINI, 2000 *apud* SANTOS, 2005: 5;8). Pode-se exemplificar com os processos de Discriminação Alocativa, na qual a mulher se situa diferencialmente alocada em posições com recompensas inferiores; Valorativa, em que o valor comparável demonstra que as mulheres recebem salários menores, mesmo com os requisitos profissionais semelhantes aos dos homens e em empregos comparáveis; e, por fim, a discriminação interna ao emprego ou posição argumenta sobre as diferenças salariais entre homens e mulheres que ocupam a mesma posição na mesma empresa (PETERSEN *apud* SANTOS, 2008). Os processos discriminatórios Alocativo e Valorativo geram a segregação ocupacional, analisada por uma parte relevante da agenda sociológica como o elemento mais importante na explicação do *gap* de renda de gênero. "O tratamento desigual se processa de forma mais eficaz e mais 'justificável' quando os diferentes grupos são separados em diferentes lugares e em diferentes papéis desigualmente recompensados" (RESKIN e PADAVIC, 1994 *apud* SANTOS, 2008).

As relações entre a desigualdade de gênero e suas conseqüências nas discrepâncias salariais, as quais devem ser analisadas em um contexto amplo de desigualdade de renda, podem ser explicadas por meio dos mecanismos sociais e culturais que configura papéis sociais, qualificações profissionais, credenciais e redes sociais moldadas segundo a condição de ser homem ou mulher.

O avanço feminino no mercado de trabalho impactou em aspectos de continuidade e mudança as discrepâncias de renda entre homens e mulheres e alterou em outros contextos a composição da estrutura social brasileira, em seus aspectos formais e informais.

No âmbito econômico apresenta-se um contexto de dinamização de atividades complementares às domésticas, como refeições fora de casa, serviços de lavanderia, creches e escolas de tempo integral, entre outros. Eleva-se ainda a demanda pelos serviços das empregadas domésticas e babás, que possuem papéis fundamentais ao permitir que as mulheres se ausentem de seus lares para trabalhar, o que configura também na transferência da educação dos filhos para terceiros. Outro aspecto importante se refere aos impactos sobre os níveis salariais de todo o mercado, pois a entrada das mulheres em diversas categorias ocupacionais provoca o questionamento de compreender até que ponto esta inserção acarreta o declínio ou o aumento dos seus rendimentos, segundo a nova ocupação.

Pode-se afirmar que a situação da mulher no mercado de trabalho apresenta-se em fatores de mudanças e continuidades. Estas podem ser assistidas na condensação das mulheres em cargos de menor remuneração no setor de serviços, especialmente no segmento informal e desprotegido do mercado. As continuidades, por sua vez, expressam-se no progresso na ocupação nos setores não manuais, na participação das mulheres em cargos de comando e prestígio e como proprietárias (SANTOS, 2008; MELO, 2005).

Mesmo ao se considerar que a taxa média da atividade feminina no mercado de trabalho entre os anos 1920 – 1960 estava em torno de 20% e no ano 2000, os índices alcançavam 40% (Censo demográfico IBGE *apud* MELO, 2005), constata-se, ainda assim, que o progresso ocupacional não implica, necessariamente, uma relação de positividade no sentido de minimizar as discrepâncias do *gap* de gênero de renda, pois este ingresso ocorre, por ora, com a dinâmica e o perfil desequilibrado da mulher no mundo econômico (FIGUEIREDO SANTOS, 2008).

De acordo com os dados da pesquisa realizada por Figueiredo Santos5 (2008), a distância de gênero de renda pode ser constatada na categoria dos conta-próprias precários, 75, 64%, em que a presença feminina ocorre na proporção de 44%.

---

5 - Foram utilizadas neste trabalho reflexões a partir, também, de dados extraídos da pesquisa do sociólogo dr. José Alcides Figueiredo Santos, apresentados no artigo "Classe Social e Desigualdade de Gênero no Brasil", publicado na Revista Dados, Vol. 51 (2008), realizada quantitativamente segundo a base de microdados da PNDA/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2005. A amostra utilizada no estudo foi composta de 165.147 casos (as descrições detalhadas metodológica e teórica poderão ser vislumbradas na pesquisa do autor, presente na Revista indicada).

Destaca-se, contudo, que houve o recorte em determinadas categorias a título de ilustração para o presente artigo e da realidade da mulher no mercado de trabalho brasileiro, no que se refere ao gap de renda de gênero. As pesquisas de FIGUEIREDO SANTOS (2008) contribuíram (contribuirão) substancialmente na condução da minha dissertação de mestrado. Os dados da minha própria pesquisa, "ESTRUTURA SOCIAL, INSERÇÃO FEMININA E EFEITOS NA RENDA NO BRASIL" realizada com o apoio financeiro do PROREDES I/ IPEA e sob a supervisão de FIGUEIREDO SANTOS estão em fase de análise, por esta razão não serão apresentados neste trabalho.

Esta categoria destituída representa 10,8% da Estrutura Social. Uma discrepância ainda maior ocorre na categoria dos conta-próprias agrícolas com uma porcentagem favorável aos homens de 107,03%. Pode-se destacar da pesquisa, ainda, a diferença de renda nas situações ambíguas de classe de empregados qualificados e supervisores, há um contraste na categoria de empregados qualificados, com uma distância de Gênero de 43, 75% e a situação da pequena categoria de supervisores, 9,62%.

No acesso das mulheres ao mundo dos ativos de capital e de alocação, pode-se ressaltar no exercício da autoridade, na categoria dos gerentes, a presença expressiva, 38, 2% das mulheres, enquanto na categoria de supervisores a participação feminina se mostra débil, 19,8%. Desta forma, torna-se claro o antagonismo de classe quando se analisa o universo feminino nos grupos de classe média e de trabalhadores destituídos dos ativos de produção.

> As mulheres sobrepujam os homens no relativamente reduzido, 7,6%, mas fortemente privilegiado agregado de classe média, considerando a distribuição de Gênero entre as categorias de Classe (8,7% contra 6,8%). Além disso, a representação feminina dentro do agregado de classe média, 45,8%, ultrapassa seu peso global, 39,9%, o que não ocorre com os homens. Por outro lado, a distribuição de Gênero entre as categorias de classe demonstra que 38% das mulheres, contra apenas 26,6% dos homens, se inserem na ordem de classe como trabalhadoras elementares, empregadas domésticas e conta-próprias precárias, que possuem uma densidade social bem maior em comparação aos estratos de classe média (FIGUEIREDO SANTOS, 372).

Os dados teóricos e empíricos expostos acima ilustram de forma sumária um panorama do *gap* de renda de gênero no Brasil, como exposto na revisão bibliográfica. A mulher mesmo com seus avanços no mercado de trabalho permanece à margem da estrutura social brasileira no que se refere ao acesso e ao rendimento nas localizações das categorias de classe .

BIBLIOGRAFIA

BARROS, R. P.; FOGUEL, M.N. & ULYSSEA, G. (2006). Desigualdade de renda no Brasil : uma análise da queda recente. Brasília: Ipea. 2 v. : gráfs., tabs. 446 p. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/005/00502001.jsp?ttCD_CHAVE=295. Acesso em: 10 Setembro 2008.

BERRY, W. D & FELDMAN, S. (1985), *Multiple regression in practice.* Newbury Park: Sage.

CAVALLI, A. (1995). Classe. In: *Dicionário de política*. BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Brasília: Editora da UnB. v. 1.

FIGUEIREDO SANTOS, J. A. (2002) *Estrutura de posições de classe no Brasil*. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Editora UFMG e IUPERJ.

---------- (2003) Estrutura de posições de classe no Brasil. In*: Trabalhadores e Ações Coletivas no Mundo Contemporâneo.* Seminário ANPOCS-FEA/USP. São Paulo. Disponível em: http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/. Acesso em: 28 Julho 2008.

---------- (2005). Uma classificação sócio-econômica para o Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, nº 58.

---------- (2005b), "Efeitos de Classe na Desigualdade Racial no Brasil". *DADOS*, vol. 48, no 1, pp. 21-65.

---------- (2008). *Classe Social e Desigualdade de Gênero no Brasil*. Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 51, nº 2.

FONSECA, C. (1997). "Uma genealogia do 'gênero'". In: *Revista Anthropológicas*, n. 1, v. 1. Recife: PPGA/UFPE.

GARCIA, L. S; RODARTE, M. M. S. & COSTA, P. L. (2006). Emancipação feminina e novos arranjos familiares nas regiões metropolitanas brasileiras entre as décadas de 1990 e 2000. In: Anais do *XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais.* Caxambu/MG. www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_834.pdf. (Consultado na Internet no dia 10 de Agosto de 2006).

GIDDENS, A. (2005). *Sociologia*. São Paulo: Artmed.

KON, A. (2003) *Divisão do trabalho no Brasil: a questão do gênero.* Texto para Discussão N.5/2003, PEPGEP/PUCSP. São Paulo. Acesso em: 10 Setembro 2008. Disponível em: www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2006/artigo3.pdf.

--------- (2004) Diversidades nas condições de informalidade do trabalho brasileiro. In: *Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia.* João Pessoa: ANPEC. www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A156.pdf. (Consultado na internet no dia 10 de Agosto de 2008.

------- (2005) Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família: repercussões sobre o mercado de trabalho. In: Seminário as *Famílias e as Políticas Públicas no Brasil*. Belo Horizonte: Abep. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/AnitaKon.pdf. (Consultado na internet no dia 10 de Setembro de 2008).

--------- (2006). Segmentação e informalidade do trabalho nas empresas, em uma perspectiva de gênero. In: *Mulher e Trabalho.* Vol. 6. pgs. 01-20. Porto Alegre: FEE. Disponível em: www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2006/artigo3.pdf. (Consultado na internet no dia 15 Julho de 2008).

LAVINAS, L.; ALVES, J. E. D.; NICOLL, M. (2006). Pobreza, Transferências de Renda e Desigualdades de Gênero: conexões diversas. In: *Parcerias Estratégicas*. Vol. 22, p. 39-75. Brasília. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_304.pdf. (Consultado na internet no dia 15 de Agosto de 2008).

LEWIS-BECK, M. S. (1980). *Applied regression: an introduction*. Beverly Hills: Sage.

MELO, H.P. (2005) Gênero e Pobreza no Brasil Relatório Final do Projeto Governabilidad Democratica de Gênero en America Latina y el Caribe Convênio:Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Brasília: CEPAL/SPM.
SAVAGE, M. (2002) Social exclusion and class analysis. In: P Braham and L James (eds.). *Social Differences and Divisions.* Oxford: Blackwells.
SILVA, M. F. (2006). Gênero e Pobreza: um estudo de caso das mulheres chefes de domicílio das comunidades de baixa renda do Caju. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal Fluminense.
WHARTON, A. (2005*) The sociology of gender: an introduction to theory and research*. Oxford: Blackwell.
WRIGHT, E. O. (1985). *Classes*. London: Verso.
WRIGHT, E.O. et alii (1989). *The Debate on Classes.* London: Verso.
---------- (1997). *Class Counts: comparative studies in class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press. (Student edition, 2000)
---------- (1999). *Foundations of Class Analysis*. Acesso em: 10 abril 2008. Disponível em: http://www.ssc.wisc.edu/~wright.
---------- (2001). A Conceptual Menu for Studying the *Interconnections of Class and Gender*. In: J. Baxter e M. Western (eds.). Reconfigurations of Class and Gender. Stanford, Stanford University Press.
---------- (2003). Class Social. In: George Ritzer (eds). *Encyclopedia of Social Theory*. Beverly Hills: Sage.

ANEXO I

Uma Classificação Socioeconômica para o Brasil:
Categorias Empíricas e Critérios Operacionais
Elaborado pelo pesquisador e professor Dr. José Alcides Figueiredo Santos

Categorias	**Critérios Operacionais**
Capitalista e fazendeiro	Posição na ocupação de empregador; empregador não-agrícola com 11 ou mais empregados; empregador agrícola com 11 ou mais empregados permanentes e 11 ou mais empregados temporários; empregador agrícola com 1.000 hectares ou mais de terra, independentemente do número de empregados.
Pequeno empregador	Posição na ocupação de empregador; empregador não-agrícola que ocupa de 1 a 10 empregados; empregador agrícola que ocupa de 1 a 10 empregados permanentes, desde que não empregue simultaneamente de 6 a 10 empregados permanentes e 11 ou mais empregados temporários.
Conta-própria não-agrícola	Posição na ocupação de conta-própria com atividade de natureza não-agrícola, cujo empreendimento ou titular possui uma ou mais das seguintes condições: estabelecimento (loja, oficina, fábrica, escritório, banca de jornal ou quiosque), veículo automotor (táxi, caminhão, van etc) usado para trabalhar ou ocupação qualificada no emprego principal.
Conta-própria agrícola	Posição na ocupação de conta-própria com atividade em empreendimento do ramo que compreende agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura.
Especialista autônomo	Posição na ocupação de conta-própria ou empregador; especialista de acordo com o grupo ocupacional, com até 5 empregados ou sem empregados, com ou sem estabelecimento (loja, oficina, fábrica, escritório).
Gerente	Posição na ocupação de empregado; gerente de acordo com o grupo ocupacional, abarcando os diretores de empresas, dirigentes da administração pública, administradores em organizações de interesse público (sem fins lucrativos etc.) e gerentes de produção, de operações e de áreas de apoio.
Empregado especialista	Posição na ocupação de empregado; especialista de acordo com o grupo ocupacional, incluindo as profissões credenciadas, as profissões de menor poder profissional e os professores do ensino médio e profissional com

	formação superior.
Empregado qualificado	Posição na ocupação de empregado; empregado qualificado de acordo com o grupo ocupacional, abarcando os técnicos de nível médio nas diversas áreas, professores de nível médio ou com formação superior no ensino infantil, fundamental e profissional, professores de educação física e de educação especial.
Supervisor	Posição na ocupação de empregado; supervisor, chefe, mestre ou contramestre de acordo com o grupo ocupacional.
Trabalhador típico	Posição na ocupação de empregado; trabalhador em reparação e manutenção mecânica, ferramenteiro e operador de centro de usinagem; trabalhador de semi-rotina na operação de instalações químicas, petroquímicas e de geração e distribuição de energia; trabalhador de semi-rotina em serviços administrativos, comércio e vendas; trabalhador de rotina na operação de máquinas e montagem na indústria; trabalhador de rotina e serviços administrativos, comércio e vendas.
Trabalhador elementar	Posição na ocupação de empregado; trabalhador com tarefas de trabalho bastante elementares na indústria e nos serviços, como ajudantes de obras, trabalhadores elementares na manutenção de vias públicas, faxineiros, lixeiros e carregadores de carga; trabalhadores manuais agrícolas, garimpeiros e salineiros, excluindo os trabalhadores na mecanização agrícola, florestal e drenagem.
Conta-própria precário	Posição na ocupação de conta-própria e empreendimento ou titular sem a posse de nenhuma das seguintes condições: estabelecimento (loja, oficina, fábrica, escritório, banca de jornal ou quiosque), veículo automotor (táxi, caminhão, van, etc.) usado para o trabalho ou ocupação qualificada no emprego principal; posição na ocupação de trabalhador na produção do próprio consumo; posição na ocupação de trabalhador na construção para o próprio uso.
Empregado doméstico	Posição na ocupação de trabalhador doméstico, com ou sem carteira de trabalho assinado.

Fonte: Figueiredo Santos (2005 b).

Acesso a Internet: Os lugares de género na família

Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira
Universidade Federal do Rio de Janeiro
zuoliveira@openlink.com.br

Resumo: O presente trabalho visa a examinar o impacto geracional e de gênero sobre os padrões de acesso e de uso da Internet. Busca-se avaliar em que medida os papéis familiares de gênero e os tipos de família afetam a acessibilidade e a utilização da Internet. As evidências têm indicado que as diferenças de gênero referem-se não apenas ao menor acesso mas a menor intensidade experimentada pelas mulheres na utilização da Internet. A divisão sexual do trabalho se reproduz no sistema eletrônico e global de informação e de informação. Assim, os códigos, os signos da cultura da Internet são condicionados pela ideologia das "esferas separadas" que define os lugares ocupados pelos homens e pelas mulheres na vida social. Esta é uma das hipóteses que orientou a presente proposta de trabalho. A outra categoria de análise diz respeito à dimensão da geração. A segunda hipótese de trabalho trata do efeito da dimensão geracional sobre os padrões de acesso e de utilização da Internet. É esperado que a geração das mulheres mais jovens, consideradas como "agentes naturais de mudança" apresentem padrões de acesso e de uso da Internet mais próximos aos dos homens de sua geração do que a geração das mulheres mais velhas que foi exposta a um cenário cultural no qual a tecnologia era marcada por um conteúdo ainda mais forte de gênero. O material empírico refere-se aos micro-dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2005 que fornece um suplemento sobre o uso de novas tecnologias.

1. O TEMA

A Internet resultou do movimento de expansão e de convergência das tecnologias de informação e de comunicação, constituindo-se no recurso tecnológico paradigmático da sociedade do conhecimento. Ela ocupa um papel cada vez mais central no mundo de hoje. A internet passou a ser responsável direta ou indiretamente pela ordenação das principais atividades de natureza econômica, política, social e cultural. Hoje ela é de suma importância tanto para as corporações financeiras e para os negócios como para os diversos movimentos sociais organizados em seu redor.

O desenvolvimento desse veículo de informação e de comunicação teve um impacto não apenas sobre a organização do trabalho, ao possibilitar a configuração de novos estilos de trabalho, mas também sobre a própria organização da vida humana. A Internet também permitiu a criação de novos estilos de comunicação e de vida, repercutindo profundamente sobre as identidades pessoais e culturais.

A relação entre os indivíduos e os grupos passou a se processar de modo mais intenso, profundo e direto. Tanto os indivíduos como os grupos foram expostos a um volume de informação e de estímulos que não encontra paralelo em nenhum outro período histórico. O acesso à Internet gera a comunicação entre vários usuários em um dado momento no tempo e no espaço global. As estatísticas mostram que a utilização da Internet experimentou um incremento vertiginoso a partir dos anos 90. O número de usuários passou de 16 milhões em 1995 para 400 milhões em 2001 enquanto que as estimativas de utilização chegam a cifra de aproximadamente dois bilhões para 2010 (Castells, 2003).

O acesso à Internet é, no entanto, desigual, refletindo um tipo de desigualdade que representa uma forma de exclusão das mais perversas (Castells,2003). A desigualdade se expressa tanto pela falta de acesso como também pelo acesso restrito ou mesmo pela incapacidade de um uso eficiente (Castells,2003). É preciso lembrar que o acesso ao mundo da computação e da Internet não é uma tarefa simples. A inclusão no sistema pressupõe uma adaptação a sua lógica, a sua forma de codificação, decodificação e a sua linguagem.

A desigualdade no acesso, ou o acesso restrito e a ineficiência na utilização desse sistema de informação e de comunicação incide preferencialmente sobre alguns segmentos populacionais, os mais pobres, os menos escolarizados, as minorias étnicas, os habitantes dos países periféricos e sobre parcelas expressivas da população feminina.Mas o acesso físico à Internet não assegura, por si, só a superação da desigualdade ou o acesso à sociedade do conhecimento. Para que isso aconteça é necessário que o uso dessa tecnologia permita a ampliação da participação social e da cidadania dos grupos excluídos (Warschauer,2003). De qualquer modo, o acesso físico à Internet é uma pré-condição para a superação da desigualdade e para o acesso à sociedade do conhecimento.

A brecha digital de gênero tem merecido atenção da literatura especializada, afetando, sobretudo as mulheres residentes nos países periféricos. Os estudos têm identificado diferenças entre os homens e as mulheres quanto a acessibilidade, intensidade e padrões de utilização da Internet (Robinson and Godey, 1997). Cabe, contudo, lembrar que as primeiras pesquisas realizadas sobre o acesso e o uso da Internet não tiveram a preocupação de considerar em seu escopo a dimensão de gênero (Herring, 1996). Foi somente em finais dos anos oitenta que os estudos sobre esse tema passaram a incluir essa dimensão. Esses estudos, embora pouco numerosos, tinham uma perspectiva otimista em relação à potencialidade da Internet para a superação das desigualdades de gênero.

Na década seguinte os estudos sobre gênero e o acesso à Internet se intensificaram em razão do crescimento observado na participação das mulheres nesse sistema de informação e de comunicação. Os resultados desses estudos refutaram a visão otimista que permeou os estudos pioneiros sobre essa temática (Bonder, 2001).

A dimensão de gênero passou a se constituir em um dos fatores chaves para a compreensão das desigualdades de acesso e de uso da Internet. As evidencias indicaram que as diferenças encontradas entre os homens e as mulheres não se limitavam apenas à questão do acesso, elas também expressavam os maiores obstáculos enfrentados pelas mulheres, especialmente de ordem cultural, para o uso da Internet (Norris,2001).

Atualmente, a literatura apresenta duas visões distintas sobre o tema Internet e gênero. Uma defende a idéia que a Internet se constituí em um instrumento para a emancipação feminina (Bonder, 2001). Essa visão se baseia na suposição de que a comunicação "online" dada as suas características de menor controle, maior horizontalidade e principalmente de invisibilidade dos corpos biológicos contribuiria para a diminuição das diferenças entre os homens e as mulheres (Bonder, 2001). Neste sentido, a Internet é considerada como um espaço que permitiria a emergência de um discurso e de uma prática democrática, com impactos evidentes sobre as categorias de gênero. A aceitação da idéia de que a tecnologia não está subordinada às estruturas de poder existentes fundamenta esse tipo de visão .

A outra perspectiva analítica considera que a comunicação eletrônica reproduz o sistema social vigente, refletindo, portanto, as suas estruturas de poder e, em conseqüência, a dominação masculina. Essa perspectiva engloba estudos que mostram a diferenciação e a incompatibilidade entre os sistemas de valores das categorias de gênero, bem como a centralidade do discurso masculino.

Pesquisas diversas têm mostrado, por sua vez, que a divisão digital por gênero começa, entretanto, a diminuir, pelo menos nos U.S.A. Nesse país o diferencial de acesso a Internet se reduziu significativamente entre os homens e as mulheres. A probabilidade dos homens e das mulheres acessarem a Internet são hoje bastante similares. O padrão europeu é no entanto diverso apontando para diferenças expressivas (Castells, 2003).

O Brasil carece de estudos que forneçam um exame mais acurado das tendências sobre TIC´s e gênero baseadas em estatísticas públicas. Os estudos são ainda reduzidos, apoiando-se em informações estatísticas que são muitas vezes controversas. Além do mais, não se dispõe de informações sistemáticas que possibilitem a construção de indicadores, desagregados por sexo, nem de indicadores de gênero propriamente ditos. As pesquisas que vem sendo, em geral,

desenvolvidas têm levantado uma serie de informações sobre o uso do computador, da Internet, e do comércio eletrônico, bem como sobre a educação e as atividades relacionadas com a Internet, além de dados que permitem mapear o uso da Internet pelas empresas brasileiras. Estas pesquisas não têm, porém, tido uma preocupação particular com os aspectos referentes à dimensão de gênero.

Neste sentido, torna-se oportuno explorar as primeiras estatísticas públicas sobre o acesso e uso das TIC´s, e da Internet, em particular, baseadas nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2005. Essa pesquisa fornece uma riqueza de dados de natureza social econômica e demográfica que permite aprofundar a compreensão sobre a relação entre gênero e as novas tecnologias de informação e comunicação na sociedade brasileira.

2. OS OBJETIVOS

O presente trabalho objetiva examinar os padrões de gênero quanto à acessibilidade à internet no espaço urbano do país. Pretende-se responder as seguintes indagações: Em que medida o acesso à Internet reproduz os lugares de gênero no interior da família ? Até que ponto a relação entre acesso e os lugares familiares de gênero são afetados pelo efeito geracional? Esse trabalho se propõe ainda a utilizar uma forma de operacionalização da dimensão de gênero que possibilite a sua melhor captação em análises baseadas em estatísticas públicas (Oliveira, 2001). A proposta é a de substituir a variável sexo pela combinação entre as variáveis sexo e condição na família visando a simbolizar de forma mais adequada a dimensão de gênero por intermédio de estatísticas públicas.

As categorias, agregados e classificações estatísticas são expressão da representação da sociedade sobre as relações sociais de gênero. Nesse sentido, as codificações estatísticas não expressam apenas o código estatístico strito sensu. Elas incorporam também as dimensões social e política. Acrescente-se, ainda, que as desigualdades de gênero são desigualdades de natureza cultural que não são captadas de forma apropriada quando se lança mão somente da variável sexo. Torna-se necessário, ao meu juízo, combinar as variáveis sexo e condição na família para que se tenha uma aproximação, via estatísticas públicas, da dimensão cultural, definidora das diferenças encontradas entre homens e mulheres.

3.O REFERENCIAL DE ANÁLISE

Estudos recentes têm utilizado a noção de sistema para explicar a natureza da relação entre tecnologia e sociedade (Wajcman,2002). Segundo esse ponto de vista a tecnologia não é encarada apenas em termos de seus aspectos puramente técnicos. Ela integra um sistema mais abrangente, reunindo aspectos de ordem econômica, política, organizacional e cultural.

O que importa ressaltar, com vistas ao objeto de estudo ora proposto, é que a dimensão cultural do sistema tecnológico se apóia na "ideologia das esferas separadas." A separação entre as esferas público e privada leva a considerar o espaço privado da família como o lugar "natural" da mulher e o emprego remunerado e o mercado como o espaço masculino por excelência. Esta divisão é fruto da construção social de gênero. Ela compreende uma série de símbolos, representações, normas e de práticas sociais que são elaboradas coletivamente a partir das diferenças biológicas de ambos os sexos.

A presença limitada da mulher no campo da tecnologia, tanto no que diz respeito ao acesso quanto ao seu controle, encontra explicação na construção social de gênero. Desse modo, a incompatibilidade das mulheres com a tecnologia e a associação da competência técnica com a figura masculina não se revestem de naturalidade (Cockburn, 1983). Os homens adquiriram o monopólio da tecnologia a partir da construção social da carreira de engenharia que passou a ser considerada como profissão masculina durante o século XIX (Wajcman 2002)

Neste período, o ramo da engenharia civil e mecânica adquiriu o status de tecnologia enquanto que as outras formas de conhecimento perderam o seu prestígio. A alteração do perfil de gênero dos ramos da engenharia civil e mecânica foi também acompanhada de uma redefinição da tecnologia enquanto campo não apropriado à condição feminina.

Assim, o monopólio masculino da tecnologia passou a se constituir em um elemento importante para a manutenção do poder masculino. Em contraposição a falta de habilidades feminina na área tecnológica garantiu a dependência da mulher à figura masculina. Portanto, as diferenças de gênero no campo da tecnologia devem ser pensadas como resultantes dos valores e das práticas sociais calcadas na cultura patriarcal.

Em vista disso, a relação entre Internet e gênero deve ser considerada à luz dessa matriz analítica. Os homens estão mais preparados do que as mulheres para ingressar no mundo da computação e da Internet em razão de sua maior familiaridade com a tecnologia. A associação entre a tecnologia e a masculinidade contribui para isso, expressando a existência de um processo de construção social que faz com que as mulheres sejam por definição excluídas do campo tecnológico.

É preciso lembrar que no período pós-guerra o computador era visto como uma extensão do trabalho de escritório estando, portanto, o seu uso relacionado às atividades desenvolvidas pelas mulheres. Foi somente depois que a sua utilização passou a requerer qualificações técnicas de maior complexidade que o computador se tornou culturalmente associado ao trabalho masculino.

A redefinição por gênero do acesso ao computador levou o mundo da computação e da Internet ao domínio do homem (Kennedy,Wellman, and Klement, 2003). A Internet está subordinada às estruturas de poder reguladoras das relações sociais de gênero. É certo que a Internet trouxe novas oportunidades para as mulheres. Contudo, essas oportunidades são limitadas pelas hierarquias de poder existentes (Sassen,2002). O modelo de comunicação online guarda estreita relação com a conformação das relações sociais de gênero.

Portanto, a divisão sexual do trabalho se reproduz no sistema eletrônico e global de informação e de comunicação. A acessibilidade à Internet é condicionada pela ideologia das "esferas separadas", definindo os lugares ocupados pelos homens e pelas mulheres na vida social. Essa é a hipótese que norteou o presente estudo.

4. A ANÁLISE DOS DADOS

O material empírico refere-se aos micro-dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2005 que apresenta um suplemento sobre o uso de novas tecnologias. Esse suplemento fornece uma gama variada de informações sobre os tipos de acesso, intensidade e uso da Internet, possibilitando a identificação de suas principais tendências. Além disso, a PNAD 2005 permite examinar o relacionamento dessas informações com um elenco significativo de dados de natureza social, econômica e demográfica. Trata-se de estatísticas públicas recentes sobre o tema, permitindo inferências estatisticamente significativas para a população brasileira.

O universo de análise do estudo diz respeito ao conjunto da população de 10 anos ou mais de idade de ambos os sexos que fez uso da Internet durante os últimos três meses. A metodologia apóia-se na abordagem quantitativa empregada para a construção da matriz de dados que utilizou como ferramenta básica o Banco Multidimensional de Estatísticas do IBGE. A matriz de dados foi pensada de modo a identificar os aspectos que se mostraram importantes para a compreensão da relação entre gênero e Internet, bem como para permitir comparações com outros países. Os procedimentos voltados para o tratamento dos dados estão referidos a recodificação das variáveis e a elaboração de estatísticas descritivas.

A unidade espacial de análise está relacionada ao Brasil urbano. As variáveis que serviram de base para o estudo foram: sexo, condição na família, categorizada de acordo com as seguintes alternativas, pessoa de referência, cônjuge, filho e outros parentes, anos de estudo, examinado de acordo com as categorias: com até 10 anos de estudo e com 11 anos e mais de estudo, condição de ocupação (ocupados e não ocupados), número de horas em afazeres domésticos, e acesso à Internet.

4.1 ACESSIBILIDADE À INTERNET E GÊNERO

O acesso à Internet é baixo no Brasil. Apenas 21,0 % da população utilizava esse sistema de informação e de comunicação no país em 2005. A pequena parcela que tinha acesso à Internet se distribuía de forma bastante diferenciada no território brasileiro. Os usuários da Internet estavam concentrados no contexto urbano do país (97,0%). Já, nas áreas rurais o acesso da população à Internet era reduzido (3,0%) revelando que essa nova tecnologia não havia chegado ainda ao mundo rural no Brasil em 2005.

A difusão mais intensa da Internet nas áreas urbanas é também encontrada nos U.S.A., nos países da Europa e, em outros países periféricos (Castells,2001). Esta tendência indica a existência de uma associação entre acessibilidade à Internet e o processo de urbanização. As causas dessa associação podem ser buscadas nas maiores oportunidades de emprego, renda e serviços, em particular os de natureza educacional, bem como de desenvolvimento humano que são oferecidas pelo espaço urbano, em particular pelas aglomerações metropolitanas. As áreas urbanas, sobretudo as metrópoles, se constituem em ambientes culturais de inovação. Elas concentram os trabalhadores com níveis elevados de escolaridade, as indústrias e os serviços voltados para a informação e comunicação, além das indústrias culturais. Assim, o contexto urbano fornece às condições ideais para a difusão da Internet.

Em vista disso, a análise sobre os padrões de gênero de acesso à Internet se restringirá as áreas urbanas do país. A primeira observação a ser feita é a de que a representação de homens e mulheres no conjunto dos usuários da lnternet foi da ordem de 50,6% e de 49,4% respectivamente (tabela1). Esse resultado leva a concluir que não existiam diferenças de acesso entre a população masculina e feminina no Brasil urbano em 2005. Mas quando se introduz na análise a dimensão de gênero, operacionalizada segundo a combinação entre as variáveis sexo e condição na família, essa conclusão fica abalada.

O exame da tabela 1 revela que 64,0% das pessoas de referência e 36,0% dos cônjuges acessaram a Internet durante o período considerado. Como é sabido, essas categorias são configuradas por gênero, revelando os lugares culturais que cabem a cada um dos sexos no interior da família. Assim, a categoria pessoa de referência expressa, em grande medida, o perfil masculino. A categoria pessoa de referência ocupa o lugar dominante no interior da família. Segundo o modelo cultural vigente o lugar de destaque da pessoa de referência é legitimado pela função de provedor, considerada como uma atribuição masculina.

A categoria pessoa de referência e a função de provedor único permanecem culturalmente relacionados ao homem à despeito da dissociação que vem ocorrendo entre o papel de pessoa de referência e a função de provedor único, em razão das mudanças ocorridas nas relações sociais de gênero a partir da segunda metade do século XX (Oliveira, 2003) .Os dados examinados reafirmaram o impacto da dimensão de gênero entre os usuários da Internet. A representação masculina na categoria pessoa de referência foi de 73,0%, enquanto que a proporção de mulheres referência não chegou a 30,0% no conjunto das pessoas que acessaram a Internet (tabela 1).

Por outro lado, quanto à participação da mulher na categoria de cônjuge (90,1%) fica evidenciado, de forma inquestionável, que essa categoria remete à figura feminina (tabela 1). Apesar da categoria de cônjuge estar, em termos de linguagem, relacionada a ambos os sexos, ela é, porém, construída segundo um perfil feminino. A categoria de cônjuge reflete a posição subalterna da mulher na família, o que é resultante de sua situação de dependência econômica em relação à pessoa de referência e, por conseguinte à figura masculina. Ressalte-se que a representação da mulher cônjuge enquanto figura subordinada no interior da família continua também informando o modelo cultural vigente, calcado no patriarcado.

Essa representação é mantida à despeito das funções de co-provedor e de provedor principal serem cada vez mais desempenhadas pela mulher cônjuge em famílias com liderança masculina.

É preciso lembrar que a informação estatística é uma forma de pensamento classificatório que resulta de "fatos" socialmente construídos. O quadro de observação da estatística é encontrada no modelo cultural que define as posições de homens e mulheres na vida social. Nesse sentido, as categorias estatísticas pessoa de referência e cônjuge expressam, em grande medida, os lugares familiares de gênero, legitimando as posições que são socialmente atribuídas ao homem e a mulher. Os lugares culturalmente construídos, do masculino e do feminino parecem condicionar a acessibilidade da população urbana do país à Internet.

A importância dos lugares de gênero no interior da família para a configuração dos padrões de acesso à Internet se comprova a partir do exame da distribuição das categorias de condição na família segundo a acessibilidade a esse sistema de informação e de comunicação (tabela2). As diferenças registradas apontaram para o melhor posicionamento do homem referência no grupo daqueles que acessaram à Internet. A proporção do homem referência atingiu o valor de 20,5% nesse grupo, ao passo que a mulher cônjuge (16,3%) e a mulher referência(15,2%) situaram-se em patamares inferiores.

Cabe destacar, que a mulher referência e a mulher cônjuge apresentaram um padrão de acessibilidade praticamente semelhante e distinto do apresentado pelo homem referência. Esse resultado parece indicar que a situação de referência na família não tem o mesmo significado cultural para homens e mulheres. Quando a mulher alcança a posição de referência na família ela não assegura o mesmo status que é conferido ao homem ocupante da mesma posição.

Portanto, a operacionalização da dimensão de gênero feita segundo a articulação entre as variáveis sexo e condição na família se constituí em um procedimento metodológico que possibilita uma melhor captação das desigualdades de acesso à Internet. Quando a acessibilidade à Internet é examinada considerando apenas a variável sexo como expressão da dimensão de gênero as diferenças entre os homens e as mulheres não aparecem. A variável sexo por si só não consegue captar o aspecto cultural que é característico da dimensão de gênero. Desse modo, não permite a identificação do impacto da ideologia das "esferas separadas" . A mulher se encontra, via de regra, em uma situação de desvantagem frente ao homem, com efeitos evidentes sobre os padrões de acesso à Internet.

O exame da influência da escolaridade sobre os padrões de acesso à Internet fornece evidências adicionais (tabela 3). De um modo geral, quanto maior o nível de escolaridade maior a propensão a ser usuário da Internet. A associação entre escolaridade e acesso à Internet ocorreu para todas as categorias de condição na família, muito embora com intensidades variadas. Uma maior escolarização é crucial para impulsionar o acesso da mulher, quer da cônjuge ou da mulher referência à Internet (tabela 3). A presença feminina entre os usuários da Internet experimentou um crescimento considerável no grupo das mulheres com 11 anos e mais de estudo.

Apesar disso, o quadro de desvantagem feminina permanece. As mulheres, cônjuge (41,0%) e referência (41,9%), com 11 anos e mais de estudo, continuaram apresentando uma participação mais reduzida do que a homem referência (47,3%) entre os usuários da Internet. É importante mostrar que as diferenças foram menores entre o homem referência (52,0%) e a mulher cônjuge (48,0%) na classe de 11anos e mais de estudo. Esse fato pode talvez sugerir que o envolvimento primeiro da mulher cônjuge com os afazeres domésticos dificulta o acesso à essa tecnologia.

O outro fator que guarda relação com a acessibilidade à Internet é a condição de ocupação. Ou seja, os usuários estão mais representados entre aqueles que estão alocados no mercado de trabalho. Esta tendência incidiu sobre todas as categorias de condição na família. Mas o fato digno de nota refere-se as proporções semelhantes observadas entre os ocupados para o homem referência (29,0%) a mulher referência (28,0%) e a mulher cônjuge (28,0%) no rol daqueles que utilizaram esse sistema de informação e de comunicação. A participação da mulher, cônjuge e referência, no mercado de trabalho influi decisivamente para a sua integração ao mundo da Internet, assegurando, por sua vez,condições igualitárias de acesso com o homem referência.

A inserção diferenciada das categorias de gênero no mercado de trabalho parece explicar a igualdade de acesso entre o homem referência e as mulheres, cônjuge e referência, ocupados. As ocupações de rotina não manuais preenchidas preferencialmente pelas mulheres experimentaram um processo de informatização acentuado. As funções de secretária, bem como as funções administrativas de baixo prestígio, e de remuneração que incorporam em sua maioria mulheres, muitas vezes, em condições precárias de trabalho passaram a demandar a utilização da Internet. Desse modo, segmentos da população feminina trabalhadora se sentiram obrigados a incorporar essa tecnologia no conjunto das demais habilidades requeridas para o exercício de suas funções. O mesmo não ocorreu entre os homens. Grande parte das ocupações de baixo prestígio e remuneração que são desempenhadas pela população masculina estão voltadas para funções manuais que prescindem do uso das novas tecnologias.

Mas a situação de desvantagem feminina entre os usuários da Internet é mantida por intermédio da divisão sexual do trabalho, a despeito dos níveis de escolaridade alcançados pelas mulheres e de sua incorporação ao mundo do trabalho. A leitura da tabela 5 sugere que para a mulher a sua condição de usuária da Internet guarda estreita relação com a média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos. As mulheres situadas em todas as categorias de condição na família experimentaram um número médio de horas trabalhadas nos afazeres domésticos superior a dos homens, quer do homem referência ou do filho. Enquanto que para os homens a média das horas dedicadas aos afazeres domésticos não parece interferir na sua condição de usuário da Internet, para as mulheres o tempo gasto com o trabalho doméstico parece ser um fator relevante. Portanto, os padrões de gênero de acessibilidade à Internet guardam estreita relação com a ideologia das "esferas separadas" .

4.2. O IMPACTO DA GERAÇÃO

A dimensão geracional reflete a influência do contexto social e cultural sobre os padrões de acesso à Internet pelas categorias de gênero. De um modo geral, o efeito da geração altera o quadro de desvantagem feminina As filhas (41,9%) experimentaram proporções mais elevadas do que os filhos (35,7%), superando, por outro lado, o homem referência (20,5%) a mulher cônjuge(16, 3%) e a mulher referência (15,2%) entre os usuários da Internet (tabela 2). As categorias pessoa de referência e cônjuge, de um lado, e a categoria filhos, de outro, abarcam gerações distintas que compartilham de um ideário comum em termos de sua identidade social. No caso, sobretudo, da mulher é importante identificar o impacto da geração sobre o acesso à Internet porque a geração das mulheres cônjuges e das filhas apresentam vivências distintas quanto ao modelo de condição feminina. A geração das filhas tem uma maior familiaridade com as novas tecnologias e com a Internet, em particular, do que as mulheres cônjuges, podendo, portanto, serem vistas como "agentes naturais de mudança". A condição de "agente de mudança" resulta de uma serie de fatores que estão, em última instância, relacionados com a mudança ocorrida na condição feminina a partir da segunda metade do século XX.

A mudança na condição da mulher possibilitou o seu maior ingresso nos níveis de ensino superior, bem como a sua melhor distribuição nas carreiras educacionais de nível superior, em particular, na área de Ciência e Tecnologia. Além do mais, o maior envolvimento com as novas tecnologias, requisito básico para a entrada no mundo contemporâneo, tem permitido as mulheres das gerações mais jovens romperem com uma visão de mundo que as excluíam do espaço da tecnologia. As filhas vivenciam um tipo de acesso à Internet que está mais próximo ao do homem de sua geração, do que o experimentado pela geração de suas mães, exposta a um cenário cultural no qual a tecnologia era marcada por um conteúdo de gênero ainda mais forte.

Importa destacar o impacto da geração sobre os padrões de acessibilidade à Internet quando se controla a variável anos de estudo (tabela 3). As filhas, mesmo as menos escolarizadas (com até 10 anos de estudo) superaram as outras categorias de condição na família entre aqueles que utilizaram a Internet . As diferenças de acesso foram expressivas entre os filhos do sexo masculino. rever

Vale também mencionar que na geração dos filhos as diferenças entre os usuários ocupados e não ocupados não foram tão acentuadas quanto as registradas para as gerações anteriores (tabela 4). Os filhos tem uma maior propensão para se transformarem em usuários da Internet, o que independente de sua alocação no mercado de trabalho. O mundo da Internet está integrado ao seu cotidiano, não só no que diz respeito as atividades educacionais, mas principalmente no campo de suas relações pessoais.

Merece destaque o melhor posicionamento das filhas entre os usuários da Internet. A sua representação (50,0%) superou a dos filhos (36,1%) entre os ocupados. Além do mais, as filhas também apresentaram uma pequena vantagem (37,8%) em relação aos filhos homens (35,3%) no grupo dos que estavam desocupados. Assim, as diferenças de gênero quanto ao acesso à Internet parecem desaparecer entre as gerações mais jovens, indicando, talvez que a associação entre tecnologia e masculinidade está perdendo a sua força.

No entanto, a situação de desvantagem da mulher entre os usuários da Internet continua se perpetuando por intermédio da divisão sexual do trabalho, mesmo quando se trata da geração mais jovem (tabela 5). As filhas se dedicam aos afazeres domésticos em um número de horas mais elevado do que o experimentado pelos filhos homens. Mas de qualquer modo, o efeito das horas trabalhadas nos afazeres domésticos para a acessibilidade à Internet não é tão pronunciado quanto o observado entre a geração de suas mães. Ou seja, a distância entre a média de horas trabalhadas nos afazeres domésticos das filhas que utilizaram a Internet e das que não utilizam a Internet é mais reduzida do que a encontrada entre as mulheres cônjuges.

Cabe ressaltar o cálculo da brecha de gênero e da brecha de geração (1). A brecha geracional foi maior do que a encontrada entre homens e mulheres segundo a sua condição na família. Ou seja, enquanto a brecha de gênero entre o homem referência e a mulher cônjuge foi da ordem de 0,8, a brecha de geração entre o homem referência e o filho homem foi de 1,7. Chama, contudo, atenção a brecha de geração entre a mulher cônjuge e a filha mulher que atingiu o valor de 2,6. A diferença da acessibilidade à Internet foi mais pronunciada entre as gerações do que propriamente entre as categorias de gênero da mesma geração.

A diferença de acesso foi ainda mais significativa entre as mulheres de gerações distintas. Nesse sentido, os achados do estudo parecem indicar que o efeito da geração se mostrou mais relevante do que o efeito de gênero para explicar as diferenças de acessibilidade à Internet, sobretudo entre as mulheres. Mas a confirmação dessa tendência demanda a realização de estudos futuros.

5.CONCLUSOES

As conclusões do estudo indicaram que a combinação da variável condição na família e sexo permitiu melhor captar a dimensão de gênero em análises baseadas na informação estatística. Os dados examinados revelaram padrões distintos de acesso à Internet entre as categorias de condição na família, bem como apontaram para a importância de se considerar o impacto da geração sobre a configuração dos padrões de acesso.

Por fim, os resultados parecem também sugerir que as políticas de gênero voltadas para a inclusão feminina devem contemplar segmentos específicos de mulheres, as mulheres cônjuge e referência com baixos níveis de escolaridade, sobretudo a mulher referência, em grande medida, menos representada entre os usuários da Internet. Mas qualquer iniciativa com vistas a busca de condições mais igualitárias entre os homens e as mulheres no espaço da Internet não pode deixar de

levar em consideração o envolvimento primeiro da população feminina com o trabalho doméstico. A igualdade no acesso à Internet só poderá de fato ser assegurada a partir de uma divisão mais eqüitativa do trabalho doméstico entre os homens e as mulheres.1

ANEXO ESTATÍSTICO

Tabela 1

Pessoas de 10 anos e mais de idade que utilizaram Internet no período dos últimos três meses por condição na família e sexo.Brasil Urbano 2005

Condição na família e sexo	**Proporção de pessoas de 10 anos e mais de idade que utilizam Internet no período dos últimos três meses**
Brasil Urbano	**(31.249.957)**
Homem	100,0
Mulher	50,9
	49,5
Pessoa de Referência e Cônjuge	**(14215959)**
Pessoa de Referência	100,0
Cônjuge	64,0
	36,0
Pessoa de referência	**(9111326)**
Homem	100,0
Mulher	73,0
	27,0
Cônjuge	**(5104633)**
Homem	100,0
Mulher	9,8
	90,1
Filho	**(15.393.903)**
Homem	100,0
Mulher	50,9
	49,1
Outros parentes	**(1.381.741)**
Homem	100,0
Mulher	49,5
	50,5

Fonte: micro-dados da PNAD – 2005

Tabela 2

Pessoas de 10 anos e mais residentes em domicílios particulares, por utilização de Internet no período de referência dos últimos três meses, segundo o sexo e a condição na família.Brasil Urbano 2005

Condição na família e sexo	**Pessoas de 10 anos e mais residentes em domicílios particulares**		
	Total	**Utilizou Internet no período de referência dos últimos três meses**	
		Sim	**Não**
Brasil Urbano	100,00	24,5	75,5

1 A brecha de gênero e de geração refere-se ao quociente dos valores obtidos para homens e mulheres e para as categorias de condição na família.

Homem	100,00	26,1	73,9
Mulher	100,00	23,1	76,9

Pessoa de Refêrencia			
Homem	100,00	20,5	79,5
Mulher	100,00	15,2	84,8

Cônjuge			
Mulher	100,00	16,3	83,7

Filho			
Homem	100,00	35,7	64,3
Mulher	100,00	41,9	58,0

Outros parentes			
Homem	100,00	21,6	78,4
Mulher	100,00	17,9	82,1

Fonte: micro-dados da PNAD - 2005

Tabela 3

Pessoas de 10 anos e mais segundo categorias de anos de estudo, residentes em domicílios particulares e utilização de Internet no período dos últimos três meses por condição na família e sexo.Brasil Urbano 2005

Condição na família e sexo	**Anos de estudo / utilizou Internet no período de referências**					
	Com até 10 anos de estudo			**Com 11 anos e mais**		
	Total	**Sim**	**Não**	**Total**	**Sim**	**Não**
Brasil Urbano	100,00	12,6	87,4	100,00	51,0	49,0
Homem	100,00	13,7	86,3	100,00	55,6	44,4
Mulher	100,00	11,5	88,5	100,00	47,2	52,8
Pessoa de Refêrencia						
Homem	100,00	4,9	95,1	100,00	47,3	47,3
Mulher	100,00	2,8	97,2	100,00	41,9	58,1
Cônjuge						
Mulher	100,00	3,3	96,7	100,00	41,0	59,0
Filho						
Homem	100,00	26,4	73,6	100,00	61,9	38,1
Mulher	100,00	32,0	68,0	100,00	62,8	37,2
Outros parentes						
Homem	100,00	14,0	86,0	100,00	50,9	49,1
Mulher	100,00	10,5	89,5	100,00	43,0	57,0

Fonte: micro-dados da PNAD - 2005

Tabela 4

Pessoas de 10 anos e mais segundo a condição de ocupação, residentes em domicílios particulares e utilização de Internet no período dos últimos três meses por condição na família e sexo.
Brasil Urbano 2005

Condição na família e sexo	Condição de ocupação / utilizou Internet no período dos últimos três meses					
	Ocupadas			Não ocupadas		
	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não
Brasil Urbano	100,00	27,8	72,2	100,00	20,5	79,5
Homem	100,00	26,7	73,3	100,00	25,0	75,5
Mulher	100,00	29,3	70,7	100,00	18,0	82,0
Pessoa de Refêrencia						
Homem	100,00	23,6	76,4	100,00	7,8	93,0
Mulher	100,00	23,1	76,9	100,00	6,3	93,7
Cônjuge						
Mulher	100,00	24,3	75,7	100,00	8,3	91,7
Filho						
Homem	100,00	36,2	63,8	100,00	35,3	64,7
Mulher	100,00	50,5	49,5	100,00	37,8	62,2
Outros parentes						
Homem	100,00	23,8	76,2	100,00	19,5	80,5
Mulher	100,00	30,7	69,3	100,00	13,1	86,9

Fonte: micro-dados da PNAD - 2005

Tabela 5

Média do número de horas dedicadas por semana pelas pessoas que cuidavam dos afazeres domésticos na semana de referência. Pessoas com 10 anos, residentes em domicílios particulares por utilização de Internet no período dos últimos três meses segundo sexo e a condição na família**.**Brasil Urbano 2005

Condição na família e sexo	Média do número de horas em afazeres domésticos		
	Total	Utilizou Internet no período de referência dos últimos três meses	
		Sim	Não
Brasil Urbano	19,9	13,7	21,8
Homem	9,9	8,3	10,5
Mulher	25,1	17,3	27,2
Pessoa de Refêrencia	10,5	8,6	11,0
Homem	25,5	18,1	26,0
Mulher			
Cônjuge			
Mulher	31,0	23,4	32,4
Filho			
Homem	8,5	7,8	9,0
Mulher	14,6	12,6	15,9
Outros parentes			
Homem	19,6	7,9	10,0
Mulher	15,8	14,0	20,9

Fonte: micro-dados da PNAD - 2005

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONDER, G. *Las nuevas tecnologías de información y las mujeres: reflexiones necesarias*. Comisión Económica para América Latina y el Caribe: CEPAL, 2001.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede, A era da informação:economia, sociedade e cultura*. volume 1, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os Negócios e a Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2003.

COCKBURN, C. *Brothers: Male Dominance and Technological Change*. London, Pluto Press, 1983.

HERRING, S. Two variants of an electronic message schema. In: HERRING, S. (ed.) *Computer –Mediated Communication: Linguistic, Social and Cross-Cultural Perspectives.* Amsterdam: John Benjamins Publishing Co, 1996.

NORRIS, P. *Digital Divide: Civic Engagement Information Poverty and the Internet in Democratic Societies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

OLIVEIRA, Z. C.L. *Gerações de mulheres e as carreiras educacionais em Ciências Exatas e Tecnológicas*. In: XV Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociologia. Porto Alegre,R.S. 22 a 26 de agosto de 2005.

_____. *Pensando as Estatísticas Públicas sobre Carreiras Educacionais na Área de Ciência e Tecnologia, por gênero. IN: Encontro* Nacional da Pós-Graduação em Ciência da Informação, VI ENANCIB. Florianópolis S.C., 28 a 30 de novembro de 2005.

KENNEDY, T., WELLMAN, B. and KLEMENT, K. *Gendering the Digital Divide*. It&Society, v.1, issue 5, summer, 2003, p.72-96.

ROBINSON, J. P. and GODEY, G. *Time for Live: The Surprising Ways Americans Use their Time*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1997

SASSEN, S. *Towards a Sociology of Information Technology*. Current Sociology, v.50(3) London: SAGE Publications, 2002, p. 365-388.

WAJCMAN, J. *Addressing Technological Change: The Challenge to Social Theory*. Current Sociology, v.50 (3) London: SAGE Publications, 2002, p.347-363.

WARSCHAUER, M. *Social capital and access. Universal Acess in the* Information Society,2(4), 2003.

Identidade, etnicidade e racismo

Emergir para existir: novas práticas políticas e pedagógicas do Movimento Negro brasileiro em prol da diversidade étnico-racial

Nilma Gomes
Universidade Federal de Minas Gerais
nilmagomes@uol.com.br

***Resumo*:** O Brasil costuma ser conhecido (e gosta de se dar a conhecer) como o país da diversidade cultural e da democracia racial. Ao mesmo tempo, as pesquisas acadêmicas e oficiais desvelam que o cotidiano dos brasileiros é marcado pelas diversas formas de desigualdade, racismo, discriminações e preconceitos. É nesse contexto complexo e tenso que a alteridade e os processos de construção das identidades dos diferentes grupos étnico-raciais brasileiros se realizam. Os movimentos sociais, junto com as diversas formas de ações coletivas, ao longo dos anos, têm se constituído como os principais sujeitos políticos que denunciam e propõem alternativas políticas e práticas de superação das desigualdades e discriminações. É por meio da pressão desses setores que emergem alternativas e opções. No caso específico da luta anti-racista, o Movimento Negro brasileiro se configura como um importante protagonista. Dentre os vários campos de atuação desse movimento social destaca-se a educação. A partir dos anos 2000, as mudanças no campo das políticas públicas e das práticas educacionais em prol da diversidade étnico-racial, no Brasil, se tornam mais visíveis. Nesse sentido, indaga-se: quais são as intervenções positivas do Movimento Negro no campo da educação escolar? Elas atingem as práticas pedagógicas, os currículos, a legislação educacional e a formação de professores? Como? Será que esse novo contexto tem possibilitado a emersão de subjetividades negras emancipatórias e democráticas? Novas identidades negras vêm sendo formuladas? As reflexões aqui apresentadas fazem parte da pesquisa em andamento *Educação para a diversidade, movimento negro e saberes*, com apoio do CNPq.
Palavras-chave: diversidade étnico-racial – movimento negro – identidades negras

1 - Introdução

Este texto consiste em uma reflexão sobre algumas experiências construídas pelo movimento negro no Brasil, no percurso da sua trajetória política, tendo como foco a luta pela construção de uma educação para a diversidade étnico-racial.

O movimento negro é entendido como um sujeito político, com uma trajetória histórica, integrante do contexto atual da organização dos movimentos sociais e participante da articulação transnacional com outros movimentos e ONGs, na tentativa de construir um processo de globalização contra-hegemônica. A educação é compreendida como parte do processo de formação humana, na perspectiva de Paulo Freire, no qual a escola e os processos educativos construídos em outras instituições sociais são considerados vivências formadoras (e, por vezes, deformadoras) que constituem sujeitos.

Cada vez mais, a realidade brasileira e mundial revela que a luta contra o racismo, o sexismo, o neoliberalismo e a exclusão social não pode acontecer de forma isolada. Se antes a situação mundial de exclusão e desigualdade já apontava para a necessidade de uma articulação e parceria entre movimentos sociais, ONGs e grupos culturais, imbuídos do ideal de construção de uma articulação político-solidária, hoje, com o crescimento da globalização capitalista e seus efeitos nefastos, essa realidade se tornou um imperativo transnacional. Eventos como o Fórum Social Mundial são pioneiros nesse trabalho de articulação, construção conjunta e diálogo entre os setores que lutam contra a globalização capitalista.

A educação continua sendo um dos campos principais de luta dos movimentos sociais no Brasil. A articulação entre a educação escolar e os processos educativos que se dão fora da escola, nos movimentos, nos processos políticos e nos grupos culturais se configura, atualmente, mais do que antes, como bandeira de luta dos setores considerados progressistas. Além disso, quanto mais aumenta a consciência do povo pelos seus direitos, mais a educação é tomada na sua especificidade conquanto direito social. E mais, como um direito social, que precisa garantir a igualdade social na diversidade de práticas, de culturas, de raças, de etnias e de gerações.

Nesse processo, o movimento negro no Brasil e nos vários países da América Latina constrói demandas específicas para a educação, as quais nem sempre são incluídas nas políticas educacionais. Estas podem ser percebidas desde a ênfase dada pelas primeiras organizações negras do século XX à aprendizagem da leitura e da escrita até ao debate atual sobre as ações afirmativas. Nesse processo, saberes múltiplos são produzidos e acumulados ao longo da experiência da comunidade negra. Alguns deles têm sido organizados e sistematizados pelo movimento negro.

No entanto, no contexto da produção teórica educacional e no cotidiano das práticas pedagógicas e dos currículos das escolas brasileiras, nem sempre esses saberes são considerados enquanto tais. É nesse contexto que se faz necessária uma crítica radical à forma como conhecimento e saber são interpretados pela ciência moderna, resultando em um tipo de racionalidade que exclui as outras formas de pensar e conceber o mundo produzidas fora dos cânones considerados científicos. A reflexão epistemológica produzida pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos é aquela que mais nos ajuda, nesse momento, a compreender e problematizar esse processo.

Baseando-se nos estudos e nas pesquisas sobre os movimentos sociais, numa intensa ação política e epistemológica Santos (2004a) construiu uma reflexão teórica e epistemológica aguçada, expressa nos seus vários trabalhos.

Santos (2004a) realiza no seu artigo "Para além das ausências e uma sociologia das emergências"1 uma crítica ao modelo de racionalidade ocidental dominante, pelo menos durante os últimos duzentos anos no campo das Ciências Sociais. Essa reflexão é inspirada em Leibniz, naquilo que ele chama de razão indolente, e propõe os princípios gerais de outro modelo de racionalidade, designado como razão cosmopolita. Procura, então, fundar três procedimentos sociológicos nessa razão cosmopolita, a saber: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho da tradução.2

A racionalidade cosmopolita proposta pelo autor tem como trajetória expandir o presente e contrair o futuro. Segundo ele, só assim será possível criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo atual. Só assim será possível evitar o gigantesco desperdício da experiência de que sofremos na atualidade. Para expandir o presente, Santos (2004b) propõe uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências. Como a imensa diversidade de experiências sociais revelada por esses processos não pode ser explicada de maneira adequada por uma teoria geral, o autor sugere um trabalho de tradução, procedimento capaz de criar inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis, sem destruir a sua identidade.

Segundo ele, a sociologia das ausências consiste numa investigação que visa demonstrar que o que não existe é, na realidade, ativamente produzido como não-existente, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe. O objetivo da sociologia das ausências é transformar as ausências em presenças. Dar-se-á destaque aos fragmentos da experiência social não socializados pela totalidade metonímica3. Mas como se dá a produção da não-existência? De acordo com Santos (2004b), não há uma única maneira de não existir, uma vez que são várias as lógicas e os processos por meio dos quais a razão metonímica produz a não-existência do que não cabe na sua totalidade e no seu tempo linear. Há produção de não-existência sempre que determinada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de modo irreversível. O que unifica as diferentes lógicas da produção da não-existência é serem todas elas manifestações de uma monocultura racional.

Parafraseando o autor, poderíamos dizer que, no campo da educação e na teoria pedagógica, opera a mesma razão metonímica. Nesse sentido, o campo da teoria educacional também lida com dificuldade e, por vezes, impede a entrada de outras lógicas e racionalidades, geralmente aquelas oriundas dos movimentos sociais. No caso do movimento negro, poderíamos dizer que os saberes por ele produzidos também vivem um processo de não-existência, já que não cabem na

1 Este artigo compõe uma das coletâneas organizadas pelo referido autor. Santos, Boaventura de Sousa (Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777-821.

2 Neste texto, discutiremos somente os dois primeiros procedimentos. No entanto, é importante destacar que, para Santos (2004) o trabalho da tradução é considerado como um trabalho dialógico e político, um procedimento que ultrapassa a tentativa de construir uma teoria geral, tendo como objetivo a expansão da inteligibilidade recíproca presente nos saberes e práticas construídos pelos diferentes movimentos sociais. A intenção da tradução é destacar aquilo que une e não o que divide os diversos grupos e entidades dos movimentos sociais, sem destruir as suas identidades.

3 Razão que toma a parte pelo todo. A razão metonímica é obcecada pela idéia da totalidade sob a forma da ordem. Não há compreensão nem ação que não seja referida a um todo e o todo tem absoluta primazia sobre cada uma das partes que o compõe. Nesta razão há apenas uma lógica que governa tanto o comportamento do todo como o de cada uma das partes, não havendo existência de experiências fora desta totalidade. (Santos, 2004a, p. 782)

totalidade e no tempo linear da razão metonímica que tem sido hegemônica no campo teórico-educacional. Sendo assim, o que essa realidade indica é que, nesse campo, também se faz necessária uma *pedagogia das ausências* que desvele que há uma realidade, saberes e lógicas ativamente produzidos pelos movimentos sociais, pela comunidade negra e pelo movimento negro.

A sociologia das emergências, segundo aspecto da teorização do autor anteriormente citado, consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear por um futuro de possibilidades plurais, concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente mediante atividades de cuidado. Segundo Santos (2004b), o conceito que preside essa sociologia é o *ainda-não*, proposto por (Ernst) Bloch (1995). Objetivamente, o *ainda-não* é, por um lado, capacidade (potência) e, por outro, possibilidade (potencialidade). A possibilidade é o movimento do mundo. Sendo assim, a sociologia das emergências é a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas. Ela amplia o presente, juntando ao real amplo as possibilidades e as expectativas futuras que ele comporta. Nesse caso, a ampliação do presente implica a contração do futuro, na medida em que o *ainda-não*, longe de ser um futuro vazio e infinito, é um futuro concreto, sempre incerto e sempre em perigo.

Ainda de acordo com Santos (2004b), a sociologia das emergências consiste em proceder uma ampliação simbólica dos saberes, das práticas e dos agentes, de modo a identificar neles as tendências de futuro (o *ainda-não*) sobre as quais é possível atuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade da frustração. Essa ampliação simbólica é, no fundo, uma forma de imaginação sociológica que visa a um duplo objetivo: de um lado, conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança; de outro, definir princípios de ação que promovam a realização dessas condições. O elemento subjetivo da sociologia das emergências é a consciência antecipatória e o inconformismo ante uma carência cuja satisfação está no horizonte de possibilidades, por isso ela se move no campo das expectativas sociais.

É dentro dessa reflexão do autor que inserimos as ações do movimento negro brasileiro e, mais precisamente, a proposta de ações afirmativas por ele levantada. Consideramos o movimento negro brasileiro como um lócus no qual confluem diferentes saberes e práticas produzidos pela comunidade negra na sua trajetória histórica. Nesse processo, há uma tendência de futuro e sobre a qual é possível maximizar a probabilidade de esperança de uma verdadeira democracia racial em relação à frustração de continuidade da desigualdade racial e do racismo.

A meu ver, é possível perceber, as propostas de ação afirmativa como confluência de saberes identitários, políticos e estéticos, uma consciência antecipatória e o inconformismo perante uma carência de relações mais humanas e democráticas existentes entre negros e brancos no Brasil. A superação da carência social, econômica e política causada pelo racismo é colocada pelas ações afirmativas como possibilidade e como projeto e, por isso, está no campo das expectativas sociais. Poderíamos dizer, então, que, no campo da educação, se faz necessário construir uma *pedagogia das emergências*.

2 – A ação e as demandas do movimento negro em prol da educação: um breve relato

A ação do movimento negro brasileiro por meio das suas diversas entidades tem sido marcada por uma perspectiva educacional aguçada, explicitada nas suas diversas ações, projetos e propostas.

O movimento negro brasileiro tem se destacado na história do nosso país como o sujeito político cujas reivindicações conseguiram, a partir do ano 2000, influenciar o governo brasileiro e os seus principais órgãos de pesquisa, tais como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse reconhecimento político tem possibilitado, nos últimos anos, uma mudança dentro de vários setores do governo e, sobretudo, nas universidades públicas e na educação básica. Podemos citar, como exemplo, o processo de implementação de políticas e práticas de ações afirmativas voltadas para a população negra. Dentre estas, destacamos as cotas raciais e Lei 10.639/03 (obrigatoriedade do ensino de História da África e das Culturas Afro-brasileiras nas escolas da educação básica).

Ao estudarmos as formas de organização dos negros após a Abolição da Escravatura e depois da Proclamação da República, a literatura nos mostra que, desde meados do século XX, a educação já era considerada espaço prioritário de ação e de reivindicação. Quanto mais a população negra liberta passava a figurar na história com o status político de cidadão (por mais abstrato que tal situação se configurasse no contexto da desigualdade racial construída pós-abolição), mais os negros se organizavam e reivindicavam escolas que incluíssem sua história e sua cultura.

Os estudos de Pinto (1994), Gomes (1999), Gonçalves; Gonçalves e Silva (2000), Silvério (2002), Passos (2004) e Gomes (2006) revelam que o movimento negro, no Brasil, conquanto sujeito político, tem sido o principal responsável pelo reconhecimento do direito à educação para a população negra, pelos questionamentos ao currículo escolar no que se refere ao material didático que apresenta imagens estereotipadas sobre o negro, pela inclusão da temática racial na formação de professores(as), pela atual inclusão da história da África e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares como uma lei federal, a saber, a Lei n. 10.639/03, e pelas políticas de ação afirmativa nas suas mais diferentes modalidades.

Nesse sentido, é possível afirmar que o movimento negro brasileiro apresenta historicamente um projeto educativo, construído à luz de uma realidade de luta. Esse se choca, muitas vezes, com a racionalidade hegemônica que impera na teoria social e pedagógica, visto que apresenta outro tipo de saber, construído numa história em que a diversidade étnico-racial sempre esteve presente, em que a alteridade sempre esteve pautada, não só no reconhecimento do outro, mas na luta política de ser reconhecido como um outro que tem direito de viver a sua diferença e ver sua cultura e sua identidade respeitadas tanto no cotidiano das escolas e dos seus currículos quanto na política educacional. Esses "saberes em movimento" indagam a Pedagogia e a teoria educacional acerca da forma como esta se relaciona com os saberes construídos pelos movimentos sociais. Os espaços políticos dos movimentos sociais são, portanto, produtores de uma epistemologia tão legítima quanto a

que é considerada hegemônica pela educação e pela teoria social. O acúmulo da experiência política e de vida da comunidade negra organizada no Brasil se articula também com as iniciativas negras na América Latina, as quais são pouco discutidas pela teoria educacional e pela História da Educação brasileira.

Um ponto que merece ser destacado é que, em todo esse processo, os negros organizados em movimento sempre enfatizaram um cuidado profundo com a construção da democracia para todos os segmentos étnico-raciais. A comunidade negra organizada não busca uma democracia abstrata, uma cidadania para poucos, mas, sim, uma igualdade e uma cidadania reais, que respeitem a todos na sua diversidade.

Embora hoje tais afirmações possam receber um número considerável de adesão, elas ainda são vistas com certa reserva tanto pelos setores considerados conservadores quanto pelos considerados progressistas. Essa reserva, a nosso ver, é resultado do questionamento central que o movimento negro faz ao mito da democracia racial (a crença na existência de relações harmoniosas entre os diferentes grupos étnico-raciais do nosso país, fruto da relação do colonizador português com os povos por ele dominados), arraigado no imaginário social brasileiro, sobretudo na educação escolar. Uma das formas de superação desse mito, destacada pelo movimento negro, é a implementação de políticas de correção das desigualdades raciais como estratégia de superação do racismo e de construção de uma democracia real.

As ações afirmativas trazem em si uma nova pedagogia: a pedagogia da diversidade, a qual produz saberes. Estes deveriam ser matéria de reflexão teórica, uma vez que possibilitam a construção de um diálogo epistemológico.4 No caso específico da educação superior, essas políticas deveriam ser entendidas como canais profícuos de chegada à Universidade de saberes produzidos não só pelo movimento negro e pela comunidade negra em geral, mas, sobretudo, pela juventude negra.

Inspirada nas reflexões de Santos (1996), consideramos os processos e projetos educativos construídos pelo movimento negro no Brasil e também na América Latina como emancipatórios. A emancipação entendida como transformação social e cultural, como libertação do ser humano, sempre esteve presente nas ações da comunidade negra organizada tanto no período da escravidão quanto no pós-abolição e a partir do advento da República. O fato de essas ações serem projetos e propostas construídos por um povo que tem a sua história e a sua cultura desenvolvidas no contexto da colonização, da dominação, da escravidão, do racismo e da desigualdade social e racial atesta esse caráter emancipatório das lutas e da organização política dos negros no Brasil e na diáspora. E mais, esse caráter também é atestado pelas mudanças sociais, educacionais, culturais e políticas que a comunidade negra "em movimento" consegue imprimir nos vários países da diáspora africana.

Segundo Santos (1996), todo projeto emancipatório está baseado em um perfil epistemológico que abriga um conflito. O conflito é visto, aqui, ocupando o centro de toda experiência pedagógica emancipatória. Segundo ele, o conflito serve, antes de mais nada, para tornar vulnerável e desestabilizar os modelos epistemológicos dominantes e para olhar o passado através do sofrimento humano, que, por via deles e da iniciativa humana a eles referida, foi indesculpavelmente causado. Esse olhar produzirá imagens desestabilizadoras, susceptíveis de desenvolver nos estudantes e nos professores a capacidade de espanto e de indignação e uma postura de inconformismo, as quais são necessárias para olhar com empenho os modelos dominados ou emergentes por meio dos quais é possível aprender um novo tipo de relacionamento entre saberes e, portanto, entre pessoas e entre grupos sociais. Poderá emergir daí um relacionamento mais igualitário, mais justo, que nos faça apreender o mundo de forma edificante, emancipatória e multicultural.

Essa dimensão do conflito é explicitada na ação do movimento negro brasileiro quando esse pauta a diversidade étnico-racial como uma realidade e uma questão para a sociedade e para a educação brasileira. É uma realidade, uma vez que, apesar do mito da democracia racial, a sociedade brasileira não consegue fugir da negritude conquanto diferença inscrita no seu corpo, na sua cultura, na sua história e na sua ancestralidade. É uma questão, já que qualquer discussão mais aprofundada sobre a diversidade étnico-racial tem de vir acompanhada da compreensão das desigualdades raciais. No contexto histórico e político brasileiro, as diferenças étnico-raciais foram naturalizadas, desnudadas da sua riqueza e transformadas em desigualdades.

Dessa forma, quando a Escola, a Universidade e a política educacional brasileira colocam em pauta a discussão, as práticas, os projetos e as políticas voltadas para a diversidade étnico-racial, tendo como foco o segmento negro da população, o contexto da desigualdade é colocado na ordem do dia e, em conseqüência disso, medidas de superação dessa precisam ser implementadas.

3 - O movimento negro e a produção de saberes

Os saberes produzidos pelo movimento negro fazem parte de uma história ancestral de luta e resistência que ganha corpo na sua demanda pela educação a partir do início do século XX. Essa luta se intensifica ainda mais a partir do início do século XXI quando este movimento social se organiza em torno das políticas de ações afirmativas.

---

4 A proposta de construção da igualdade presente no cerne da ação afirmativa ganhou espaço na sociedade brasileira, porém, via o debate sobre as cotas raciais. É compreensível, por um lado, já que as cotas representam a modalidade mais radical de ação afirmativa. Elas desvelam com clareza que falar em mérito, em uma sociedade alicerçada em uma profunda desigualdade social e racial, é tangenciar a questão do racismo estrutural existente no Brasil. No entanto, as ações afirmativas vão além das cotas. São políticas públicas e privadas que têm como objetivo central a correção de desigualdades históricas que incidem sobre grupos sociais e étnico-raciais com histórico de discriminação e exclusão.

Nesse sentido, as ações afirmativas são compreendidas, aqui, não só como movimento de luta política pela correção das desigualdades raciais, mas também como lócus em que confluem princípios gerais de um outro modelo de racionalidade e saberes emancipatórios produzidos pelo Movimento Negro ao longo dos tempos. Destes, destacamos os saberes políticos, os identitários e os estéticos (corpóreos), os quais serão explicitados a seguir.

a) os saberes políticos – nunca a Universidade, os órgãos governamentais, sobretudo o Ministério da Educação, produziram, debateram e aprenderam tanto sobre as desigualdades raciais como no atual momento da luta pelas ações afirmativas. A partir dos anos 2000, a sociedade e a universidade brasileiras vêm sendo municiadas com um número significativo de dados sobre as desigualdades raciais produzidos tanto pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) quanto pelas investigações acadêmicas. Uma das conclusões apontadas é a necessidade de implementação de ações afirmativas como forma de correção das desigualdades. Tais ações tocam, de maneira nuclear, na cultura política e nas relações de poder. As universidades brasileiras que já implementaram ações afirmativas no ensino superior brasileiro mediante políticas de acesso e permanência lidam com a chegada de sujeitos sociais concretos, com outros saberes, outra forma de construir o conhecimento acadêmico e com outra trajetória de vida, bem diferentes do tipo ideal de estudante universitário hegemônico e idealizado em nosso país. Temas como diversidade, desigualdade racial e vivências da juventude negra, entre outros, passam a figurar no contexto acadêmico, mas sempre com grande dificuldade de ser considerados "legítimos". Essa tensão atinge a própria população negra, que se vê muitas vezes reproduzindo o discurso da ideologia do dom e se mostra contrária a essa política. Nem sempre, porém, o próprio movimento negro, conquanto protagonista desse processo, possui tempo e espaço para reflexão de que a sua luta política está contribuindo para uma mudança epistemológica na Universidade e nos rumos do conhecimento científico. De tal maneira a Universidade está configurada historicamente como o único lócus de produção de saber, que, muitas vezes, os próprios movimentos sociais têm dificuldade de compreender que, as suas práticas e os saberes por eles produzidos, ao se tornarem públicos, confrontam a teoria pedagógica e social.

b) os saberes identitários – as ações afirmativas recolocam o debate sobre a "raça" no Brasil, institucionalizam o uso das categorias de cor (preto, branco, pardo, amarelo e indígena) nos formulários socioeconômicos dos candidatos aos exames vestibulares, nos censos educacionais, trazendo a autodeclaração racial para o universo dos brasileiros, sobretudo o das camadas médias, quando os seus filhos precisam se autodeclarar na política de cotas.

O uso do termo *raça* tanto neste trabalho quanto na perspectiva do movimento negro e no contexto das políticas de ações afirmativas pretende introduzir uma re-significação política do mesmo. Segundo Guimarães (1999), essa re-significação se faz necessária, uma vez que *raça* ainda é a noção utilizada freqüentemente nas relações sociais, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, etc, influenciam, interferem e, por vezes, até mesmo determinam o destino e o lugar social de determinados sujeitos no interior da sociedade brasileira.5

A identidade negra é entendida como um processo construído historicamente em uma sociedade que padece de um racismo ambíguo e do mito da democracia racial. Como qualquer processo identitário, ela se constrói no contato com o outro, no contraste com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo. Como diz Souza (1990), ser negro no Brasil é tornar-se negro. Assim, para entender o "tornar-se negro" num clima de discriminação, é preciso considerar como essa identidade se constrói no plano simbólico. Refiro-me aos valores, às crenças, aos rituais, aos mitos, à linguagem. Esses dependem de maneira vital das relações dialógicas com os outros.

No contexto das ações afirmativas, o movimento negro consegue finalmente intervir junto ao Estado e provocar a introdução obrigatória do estudo da História da África nos currículos da educação básica. Trata-se da Lei 10.639/03 que amplia o campo epistemológico dessa demanda histórica para: obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira nos currículos da educação básica. Essa Lei, sancionada em 2003, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva altera a Lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Talvez essa seja a intervenção de maior alcance e visibilidade deste movimento social no campo educacional. Ela diz respeito à esfera jurídica, ao reconhecimento da lei como garantidora da cidadania na perspectiva de um Estado democrático que, consequentemente, precisa intervir no sentido de tornar cada vez mais democráticas as demais instituições sociais. A escola é uma delas.

Em muitas situações, são os ativistas negros (alguns já inseridos na Universidade e outros não) os chamados a falar, a explicar e a expressar todo o saber que acumularam na militância sobre a construção da identidade negra e sobre as tensas relações entre negros e brancos no Brasil. São também os intelectuais e os ativistas negros que são convidados a escrever livros didáticos, a publicar suas pesquisas, a escrever artigos sobre a questão racial nas mais diversas áreas, e a questão da identidade é colocada em pauta, com todas as contradições e os conflitos que ela acarreta. Tudo isso passa pelo jogo complexo do mercado, da apropriação de símbolos étnicos no contexto do capitalismo.

c) os saberes estéticos são pensados, aqui, no que se refere à corporeidade – podemos dizer que as ações afirmativas reeducam os negros e as negras na sua relação com o corpo. Ao se posicionar politicamente favorável a essa política ou ao

5 "'Raça' é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que se denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de 'raça' permite – ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos –, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite" (Guimarães, 1999, p. 9).

participar de um processo de seleção baseado no critério de cotas raciais ou ao se identificar como negro no Brasil, o sujeito participa de um processo de mudança de lógica corporal.

O corpo fala a respeito do nosso estar no mundo, visto que a nossa localização na sociedade dá-se através da sua mediação no espaço e no tempo. Estamos diante de uma realidade dupla e dialética, isto é, ao mesmo tempo em que é natural, o corpo é também simbólico. Ele pode ser a "referência revolucionária da universalidade do homem no contraponto crítico e contestador à coisificação da pessoa e à exploração do homem pelo homem na mediação das coisas" (Martins, 1999:54).

Segundo Gomes (2006), na construção da sua identidade, na sociedade brasileira, o negro, sobretudo a mulher negra, constrói sua corporeidade por meio de um aprendizado que incorpora um movimento tenso e dialético de rejeição/aceitação, negação/afirmação do corpo.

Uma das principais denúncias do movimento negro a partir do final dos anos 70 refere-se à re-significação do corpo negro. Podemos dizer que as demandas desse movimento social introduziram na educação uma revisão do lugar ocupado pela corporeidade negra nos currículos. Não mais a visão do corpo negro regulado pela escravidão e pelo racismo, mas o corpo negro emancipado, guerreiro, em prol da luta pela libertação. O corpo negro emancipado, enquanto proposta e intervenção política do movimento negro se faz notar, a partir dos anos 80, em vários campos: denúncia dos estereótipos raciais nos livros didáticos (SILVA, 1995; 2001), a politização da estética negra (introdução do discurso da beleza negra, uso de cores, tipos de adereços e roupas, visibilidade de penteados afros), discussões e ações visando a saúde reprodutiva da mulher negra e a ênfase do direito da mulher negra ao seu próprio corpo.

Além dessas questões, o contexto das ações afirmativas também traz uma outra forma de intervenção do corpo negro: a presença dos jovens negros que entram pelo sistema de cotas nas universidades públicas brasileiras introduz o corpo negro em espaços que antes não estavam acostumados a lidar com tal corporeidade. Há, então, a produção de outro saber sobre o corpo, que passa a ser compartilhado com pessoas de outros segmentos étnico-raciais e a ser notado pelas famílias.

O saber corpóreo é acompanhado de uma tensão e de um conflito entre padrões estéticos de beleza e fealdade, que, no Brasil, passam por uma discussão étnico-racial. Estamos, portanto, em uma zona de tensão. É dela que emerge um padrão de beleza corporal real e um ideal. É dela que emerge um corpo regulado e um corpo emancipado. No Brasil, esse padrão ideal é branco, mas o real é negro e mestiço.

Os saberes acima citados são produzidos no contexto da comunidade negra e se ampliam para a sociedade mais ampla. O movimento negro é considerado, nessa pesquisa, como o seu principal articulador e divulgador. Desta forma, considerando a sociologia das emergências, é possível compreender o trabalho do movimento negro como uma construção de histórias, espaços, saberes, busca por direitos plenos, cidadania, liberdade e principalmente, de uma identidade negra, frente a uma ausência de reconhecimento ativamente produzida no contexto da dominação político-ideológica do racismo ambíguo brasileiro. Esta construção busca sanar uma realidade que ainda não é, mas que nas mentes de pensadores, militantes e de cada um que colabora no processo de reconstrução positiva da identidade negra, sinaliza a emersão de um outro sujeito político. Um sujeito que ainda não conhecemos bem, mas cujo perfil está sendo delineado nesse 3º milênio.

No caso específico da educação brasileira o movimento negro faz emergir o debate da questão racial de forma re-significada e afirmativa via a implementação da Lei 10.639/03 nas escolas públicas e privadas da educação básica. Além disso, esse mesmo movimento social, juntamente com intelectuais negros e brancos comprometidos com a luta anti-racista tem conseguido implementar em mais de 50 instituições do ensino superior brasileiras a proposta de ação afirmativa para a população negra quer seja por meio de cotas, quer seja por meio de bônus.

Um novo momento vem se configurando no cenário brasileiro. Um contexto em que as ações em prol de uma política e uma educação anti-racistas emergem para além dos fóruns da militância política. Tal momento traz tensões, novas discussões, teorizações e re-semantização de termos e conceitos.

4 – Concluindo

Podemos dizer que a luta por ações afirmativas enquanto políticas de correção das desigualdades vêm se configurando como uma demanda importante do movimento negro brasileiro ocupando, hoje, um lugar de destaque na mídia, na arena política e nas universidades. Trata-se de uma reivindicação que vai além das cotas raciais demandando a igualdade racial no mercado de trabalho, nos meios de comunicação, nas universidades públicas, na saúde, enfim, nos vários setores sociais em que a desigualdade racial se perpetua. Trata-se também, de um espaço de confluência de práticas e saberes produzidos pela comunidade negra ao longo dos anos.

Mesmo sendo um campo polêmico que traz concordâncias e discordâncias, não há como negar que as ações afirmativas mexem com a ideologia da democracia racial brasileira e colocam em xeque a tão propalada identidade nacional inclusiva e diversa. Elas trazem à tona os saberes identitários, políticos e corpóreos construídos pela comunidade negra e sistematizados pelo movimento negro brasileiro. As ações afirmativas possuem o potencial contestatório capaz de desencadear um processo de re-educação da sociedade, do Estado e da escola em relação à diversidade étnico-racial. Nesse sentido, elas trazem em si a esperança e a possibilidade de construção de um projeto educativo emancipatório.

Esse projeto educativo tem como um dos seus resultados a produção de um conhecimento que problematiza e traz novas questões para a relação entre igualdade, diversidade e desigualdade. Trata-se de uma produção do conhecimento e de uma postura acadêmica que procuram intervir e poderão constituir novos sujeitos, subjetividades e sociabilidades e superar o epistemicídio ou o assassínio do conhecimento próprio das culturas não hegemônicas e, portanto, dos grupos sociais seus titulares (Santos: 1996).

No caso da educação, as expectativas são de que a Lei 10.639/03 possa ser uma estratégia pedagógica e política que possibilite a emersão de outros saberes, subjetividades, valores e práticas. No entanto, não podemos negar a existência de resistências à sua implementação e o desconhecimento do seu teor assim como das diretrizes curriculares dela decorrentes. Estamos no momento de equacionar essa situação e construir novas práticas, diálogos e negociações.

É certo que algo novo está emergindo. O desejo é de que seja o surgimento de uma educação mais democrática, emancipatória e aberta às diferenças. Mas, para tal, não basta apenas a boa vontade dos educadores, da política educacional e das instâncias de poder. Será necessária a continuidade da ação política do movimento negro. Uma ação que monitore os reais efeitos dessa legislação e das ações afirmativas de um modo geral. Ou seja, conquanto movimento social, o movimento negro sempre estará no cerne das lutas sociais em prol da diversidade étnico-racial.

5 – Referências

Bloch, E. (1995). *The principle of Hope*. Cambridge. Mass: MIT Press.

Gomes, N.L. (2006). *Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*.Belo Horizonte: Autêntica.

Gomes, N. L. (1999), Educação e relações raciais: discutindo algumas estratégias de atuação. In Munaga, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC.

Gonçalves, L. A. O. & Gonçalves e Silva, P. B. (2000). Movimento negro e educação. In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 15, 134-158.

Guimarães, A. S. A. (1999). *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34.

Henriques, R. (2001). *Desigualdade racial no Brasil*: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA.

Martins, J. S. (1999). *A dialética do corpo no imaginário popular*. *Sexta-feira*: antropologia, artes, humanidades. São Paulo: Pletora, 4, 46-54.

Passos, J. C. (2004). As práticas educativas do Movimento Negro e a Educação de Jovens e Adultos. In: Alfabetização e cidadania. *Revista de Educação de Jovens e Adultos*, São Paulo, 18,19-28.

Pinto, R. P. (1994). *Movimento negro em São Paulo*: luta e identidade. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo,Tese (Doutorado em Antropologia Social).

Santos, B. S. (Org.) (2004a). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez.

Santos, B. S. (2004b). Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, (pp777-821).

Santos, Boaventura de Sousa (1996). Por uma pedagogia do conflito. In Silva, Luiz Heron et al. (Orgs.). *Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre: Editora Sulina, (pp.15-33).

Silva, A.C. (1995). *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais.

Silva, A.C. (2001). *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvador: Edufba.

Silvério, V. R. (2002). Ação afirmativa e o combate do racismo institucional no Brasil. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 117, 219-246.

Souza, N. S. (1990). *Tornar-se negro* ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal.

Conflitos Étnicos Que Influenciam A Auto-Estima do Aluno Negro

Joanna D'Arc de Paula Almeida
Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande-MS – Brasil
darcalmeida@hotmail.com
Jacy Correa Curado
Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande-MS – Brasil

Resumo: Este trabalho foi realizado em instituições, tendo a maioria dos alunos (as) negra (os), com a proposta de empoderá-los, para enfrentar os conflitos étnicos que impactam sua auto-estima. O meio de atingirmos nossos objetivos foi através de oficina enquanto instrumento de intervenção psicossocial, com o intuito de trabalhar estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais e raciais e demonstrar a importância da Psicologia Social nos estudos e pesquisas étnicas. A oficina como instrumento de intervenção psicossocial é um trabalho efetuado com grupos por meio de encontros. Realizaram-se seis oficinas, com três grupos, sendo seis encontros, totalizando 152 atendimentos.

Palavras-chave: psicologia social, conflitos étnicos, auto-estima.

INTRODUÇÃO

A Psicologia Social e Comunitária tem como objetivo traçar estratégia de enfrentamento visando aflorar a potencialidade dos excluídos na sociedade; visando não apenas o indivíduo, mas o grupo que ele está inserido e tem como ponto de partida as condições e experiências concretas das pessoas; como os conflitos étnicos e a luta das camadas oprimidas e excluídas da sociedade.

Dentre as camadas oprimidas e excluídas da sociedade, podemos citar a população negra, que luta para ter sua identidade preservada. E através da Psicologia citada acima, tivemos a oportunidade trabalharmos com alunos que apresentavam baixa auto-estima causada por conflitos étnicos.

A auto-estima contribui de maneira essencial para o processo da vida, sendo indispensável ao desenvolvimento normal e saudável das pessoas; ela funciona como se fosse uma espécie de sistema imunológico da consciência, pois fornece resistência que é composta por força, capacidade de regeneração, tem valor de sobrevivência e disposição para criar relacionamentos que nos fortalece.

Como estratégia de intervenção, trabalhamos com o objetivo de elevar a auto-estima dos alunos, através de oficinas, que é um processo eficaz e transformador, abrangendo uma totalidade, visando o empoderamento dos participantes.

OBJETIVOS

Geral

Empoderar alunos e alunas para enfrentarem os conflitos étnicos que impactam a sua auto-estima.

Específicos

Desenvolver estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais e particularmente raciais.

Realizar oficinas para promover o empoderamento, visando à elevação da auto-estima dos alunos (as) negros (as).

Demonstrar a importância da Psicologia Social nos estudos e pesquisas e intervenção racial.

Metodologia

Oficina enquanto instrumento de intervenção psicossocial. Com base nos estudos e pesquisas efetuadas, escolhemos como processo de interação as oficinas, pois o principal objetivo do grupo é promover a comunicação, à palavra livre, à elaboração do sistema de valores, atitudes e relações de interação psicossocial. Nas oficinas, o conhecimento teórico beneficia muito, porque às vezes precisamos ter algumas improvisações, de acordo com cada encontro, é que iremos elaborar a dinâmica que será desenvolvida no próximo, sempre pensando no bom desempenho do grupo; precisamos estar atentos a tudo, facilitando, assim, o aumento de poder e autonomia pessoal e coletiva dos participantes do grupo.

Desenvolvimento

Para a realização das oficinas, elaboramos um cronograma adequado ao período de estágio, tendo como foco a Psicologia Social e Comunitária, cuja relevância é a melhoria das relações entre os sujeitos, considerando o grupo em que o indivíduo está inserido, tendo como ponto de partida os conflitos étnicos e a luta das camadas oprimidas e excluídas da sociedade.

De posse dos dados, e com os objetivos traçados, conseguimos sistematizar o processo das oficinas para que pudéssemos alcançar o caminho mais adequado à realização do empoderamento.

Conforme os relatos que foram sendo feitos em relação às atitudes dos participantes das duas instituições que serviram de apoio ao estágio, observa-se, pela técnica das oficinas, que elas servem como instrumento metodológico para a construção de possibilidades que auxiliem o (a) aluno (a) negro (a) a se inserir na sociedade e a se sentir fazendo parte da mesma. Quando se lê o assunto oficina em Afonso (2002), podemos observar que, para a metodologia dar certo, todos os participantes devem querer dela fazer parte, isto é, não se pode impor sua participação.

Resultados Obtidos

Percebemos que os grupos tiveram participação voluntária e se engajaram na proposta de trabalho. Como acadêmica e pesquisadora-estagiária, temos consciência que os participantes que formaram os grupos, realmente não demonstraram empoderamento em todas suas dimensões, todavia, percebe-se que eles não só estão na busca de uma identidade, como também precisam se sentir fazendo parte dessa sociedade tão excludente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das dinâmicas aplicadas nas duas instituições por meio das oficinas, observa-se que o problema não é do negro, mas sim ser negro; e que quanto maior a ascensão social maior é o atrito racial.

O problema não é do negro, porque ele é um ser humano, dotado de inteligência, consciência e capacidade para analisar seus atos, executar suas tarefas, planejar suas atividades e colocá-las em prática.

O problema é ser negro, porque o negro é uma raça que tem característica diferente do branco, como já foi citado anteriormente e tem seus costumes, seus hábitos, suas crenças e culturas. Mas o branco com o racismo se acha superior ao negro e dessa forma não quer admitir o crescimento dessa raça de forma alguma e a ascensão social do negro incomoda o branco e a ideologia da brancura entra em ação.

Sendo assim, quanto maior a prosperidade do negro maior é o racismo, pois há competição, porque para o branco estar contente com a situação econômica do negro, ele tem que estar na escala zero do índice de desenvolvimento humano.

O negro que estuda, capacita e se empodera, isso causa inveja ao branco e dessa forma se dá o atrito racial.

O uso de oficinas como metodologia de intervenção permitiu a concretização de muitos dos objetivos propostos, tais como: os participantes tiveram a possibilidade de refletir acerca do desenvolvimento do processo grupal, gerando o

fortalecimento da identidade negra e conseqüentemente o aumento na auto-estima e também houve uma mobilização mais efetiva dos grupos, assimilando valores até então depreciados.

Quando iniciamos as oficinas, os participantes por apresentavam baixa auto-estima ficavam cabisbaixos e introvertidos, mas no final parecíamos uma grande família, com interação social, com compreensão dos seus problemas e entendendo as origens e causas de suas necessidades, construindo, assim, estratégias para o enfrentamento dessas questões tão polêmicas e ao mesmo tempo tão necessitadas de solução.

REFERÊNCIA

Afonso, M. L. M. (2002). Oficinas em dinâmica de grupo: método de intervenção psicossocial. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.

A Metamorfose de militantes negros em negros intelectuais

Sales Augusto dos Santos Sales
Universidade Brasília (UnB)
salesaugustodossantos@gmail.com

Resumo: O artigo visa apresentar os resultados de uma pesquisa feita com os diretores e ex-diretores da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). A partir dos perfis e trajetórias político-acadêmicas desses intelectuais, especialmente a partir das suas maneiras de sentir, pensar e agir no que diz respeito à questão racial no Brasil, bem como de suas condutas acadêmico-intelectuais, sustenta-se a hipótese de que é plausível fazer uma distinção entre intelectuais negros e negros intelectuais. Neste sentido, negros intelectuais são em realidade os intelectuais de origem ou ascendência negra que sofreram ou sofrem influência direta ou indireta dos Movimentos Sociais Negros, incorporando destes uma ética da convicção anti-racismo que, associada e em interação com uma ética acadêmico-científica adquirida ou incorporada dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, produz nestes intelectuais um ethos acadêmico ativo que orienta as suas pesquisas, estudos, ações, bem como as suas atividades profissionais de professores universitários.

1 – Introdução

Após o surgimento do MNU, em 1978, cresce significativamente o protesto negro contra a discriminação racial no Brasil e, conseqüentemente, aumenta o debate sobre a questão racial brasileira, inclusive com a institucionalização de alguns órgãos públicos estaduais, municipais e até federais (Cf. Dal Rosso, 2007, Santos 2007). Por outro lado, há também o ressurgimento e o aumento significativo da quantidade de negros intelectuais oriundos direta ou indiretamente da militância dos Movimentos Sociais Negros, especialmente a partir do início da década de oitenta do século passado. Conforme os intelectuais Lúcia Barbosa, Petronilha Silva e Valter Silvério, "entre os pesquisadores negros brasileiros, a problemática racial tem sido objeto de reflexão sistemática desde o surgimento do Movimento Negro Unificado [MNU] na década de 70 [do século XX] em meio ao processo de redemocratização do país" (Barbosa, Silva e Silvério, 2003: 09).

Devemos deixar evidente aqui que intelectuais negros sempre existiram no meio acadêmico brasileiro1 (inclusive intelectuais do porte de Milton Santos, geógrafo mundialmente famoso), embora estes fossem – e ainda sejam – poucos, mas não tão poucos quanto se afirma. Por exemplo, Carvalho (2005: 17) afirma, com base em uma enquete que realizou na UnB, que há apenas 1% de professores negros nessa universidade, enquanto a pesquisa de Santos (2002), nesta mesma instituição federal de ensino superior, demonstrou que há 5,1% de professores pretos e 14,6% de professores pardos, perfazendo um total de 19,7% de professores negros na UnB. Porém, frise-se aqui que a porcentagem de acadêmicos negros deve variar de universidade para universidade, bem como de região para região, entre outros fatores.

Contudo, no geral, a maioria desses poucos intelectuais negros provavelmente passou e passa por diversas dificuldades para chegar aonde eles chegaram, ou seja, para ocupar um cargo e ter o *status* de professor de uma universidade pública brasileira. Ademais, o isolamento a que, praticamente, estão relegados em seus departamentos, muito provavelmente os impossibilita de debater a questão racial brasileira de forma franca, profunda, sem medo de represálias e com apoio ou solidariedade racial, visto que raramente há pares intelectuais negros em suas unidades acadêmicas, como a pesquisa de Santos (2002) demonstrou.

Se intelectuais negros sempre existiram na academia brasileira, negros intelectuais eram raríssimos, como, por exemplo, Lélia Gonzales e Alberto Guerreiro Ramos, entre outros, que portavam uma ética da convicção anti-racismo adquirida ou incorporada dos Movimentos Sociais Negros, bem como um *ethos* acadêmico-científico ativo, posicionado pró-igualdade racial e pró-políticas de promoção da igualdade racial; *ethos* este oriundo da interatividade daquela ética com uma ética acadêmico-científica2 adquirida ou incorporada de cursos acadêmico-científicos. É sobre o (re)ssurgimento dos negros intelectuais no campo acadêmico-científico brasileiro que trata este artigo.

1 Segundo o antropólogo Antônio Sérgio A. Guimarães, da Universidade São Paulo (USP), existiram intelectuais negros não só no meio acadêmico, mas nos meios artístico, cultural e político, entre outros (Guimarães, 2004).

2 O que estamos denominando de ética acadêmico-científica é, em realidade, o conhecimento acadêmico-científico adquirido dos cursos de pós-graduação stricto sensu.

2 – Discriminados da e na Academia: alguns raros intelectuais negros antes da decáda de 1970

Pode-se dizer que, até o terceiro quartel do século XX, não havia possibilidade de se ter intelectuais negros nas universidades públicas brasileiras3. Por exemplo, Abdias do Nascimento e Alberto Guerreiro Ramos nunca foram professores efetivos de universidades públicas brasileiras antes do período supracitado, embora tenham sido professores em universidades dos Estados Unidos nas décadas de setenta e oitenta do século passado. Guerreiro Ramos até tentou ser professor na então Universidade do Brasil4, mas perdeu a cadeira de professor de sociologia para L. A. Costa Pinto e a de ciência política para Victor Nunes Leal (Ramos *apud* Oliveira, 1995: 140), embora em meados da década de 1950 tenha sido professor no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Neste último período deu aulas para Abdias do Nascimento, num curso pós-universitário com concentração em sociologia (Cf. Nascimento, 1985: 05).

Mas pode-se afirmar sem tergiversações que Guerreiro Ramos não foi reconhecido pela academia brasileira no tempo em que viveu no Brasil. Seu valor e prestígio acadêmico foram reconhecidos nos Estados Unidos da América, visto que ele foi professor por muitos anos na *Escola de Administração Pública da Universidade do Sul da Califórnia (*Cf. Oliveira, 1995: 14). Nessa época, esta era a maior escola de administração pública do mundo, conforme o próprio professor Guerreiro Ramos afirmou em entrevista à pesquisadora Lucia Lippi Oliveira (Ramos *apud* Oliveira, 1995: 132).

Como Guerreiro Ramos, após ir para os Estados Unidos da América em "auto-exílio", Abdias do Nascimento foi reconhecido e valorizado como artista e intelectual ao ser contratado pela Universidade do Estado de Nova Iorque (SUNYAB), em Búfalo, como professor Catedrático. Nesta universidade, ante o seu prestígio, fundou a cadeira de *Culturas Africanas no Novo Mundo*, no Departamento de Estudos Porto-riquenhos (Cf. Nascimento, 1985: 06).

> Nesse período, Abdias se concentra no desenvolvimento de sua criação artística através da pintura. Expõe em museus e galerias como as das Universidades de Yale, Howard, Columbia e Harvard, o Studio Museum in Harlem, o Inner City Cultural Center (Los Angeles), o Ile-Ife Museum (Philadelphia) e muitos outros (Nascimento, 1985: 06).

Mas antes de ser *Full Professor* na SUNYAB, Abdias do Nascimento havia sido *visiting lecturer* da Yale School of Drama, em New Haven. Também foi docente, por um ano, como *visiting fellow* na Wesleyan University, em Middletown, Connecticut (Nascimento, 1982: 12-13). Além disso, o professor Abdias do Nascimento fez palestras em várias universidades dos Estados Unidos da América. Segundo esse negro intelectual,

> Percorri vários estados daquele país, convidado para simpósios, palestras, conferências, exposições, debates, painéis e congressos, promovidos tanto por associações, galerias e teatros (a exemplo do Negro Ensemble e New Lafayette Theater, ambos no Harlem), como por universidades: a Howard (universidade negra de Washington, D.C.), Harvard (Cambridge, Mass.), Princeton (New Jersey), Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), Tulane (New Orleans), Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, na Universidade do Estado de Nova York, em New Paltz, e Columbia University, em Nova York (Nascimento, 1982: 16).

Contudo, a carreira acadêmica do negro intelectual Abdias do Nascimento não se limitou aos Estados Unidos da América. Em 1976, a convite, ele passou a ser professor visitante do Departamento de Línguas e Literaturas Africanas da Universidade do Ife, na Nigéria, onde ficou por um ano (Nascimento, 1985: 6). Percebe-se, desse modo, não só o quanto esse negro intelectual foi e é reconhecido como artista e como intelectual nos Estados Unidos da América e em outros países, mas o quanto ele foi desvalorizado e desprezado pela academia brasileira5.

Mas em se tratando de academia no Brasil, de fato, em geral, os negros intelectuais historicamente têm sido excluídos deste espaço (Cf. Carvalho, 2005-2006) ou considerados e tratados como objetos de pesquisa, como seres subordinados e dependentes do conhecimento colonizador eurocêntrico de alguns intelectuais que estudam e pesquisam relações raciais brasileiras. Só para se ter uma pequena dimensão disto, basta considerarmos a afirmação de Carvalho (2005: 16), de que na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da mais prestigiada universidade brasileira, a Universidade de São Paulo (USP), de um total de 504 professores, há apenas três professores negros, sendo que um destes é estrangeiro e logrou a sua graduação fora do Brasil.

---

3 Conforme o antropólogo José Jorge de Carvalho, as universidades públicas brasileiras se constituíram como espaços institucionais num clima de hostilidade e de racialização inferiorizante dos negros. "Elas [as universidades] expandiram seus contingentes de alunos e professores inúmeras vezes ao longo do século XX, mas não tomaram nenhuma iniciativa para corrigir a exclusão racial que as caracteriza desde sua fundação. Ou seja, havia uma política abertamente racista na hora de iniciar a distribuição dos benefícios do ensino superior; todavia, não houve nenhum protesto ou ação anti-racista posterior por parte dos acadêmicos brancos contra os privilégios que receberam em virtude desse racismo estrutural. Pelo contrário, houve grande hostilidade e rejeição à presença de vários quadros negros importantes nos postos docentes. Conforme expliquei em outro trabalho, nem Guerreiro Ramos nem Édison Carneiro conseguiram entrar na Universidade Federal do Rio de Janeiro; Clóvis Moura também ficou fora das universidades públicas do estado de São Paulo; Pompílio da Hora, erudito professor do Colégio Pedro II, foi recusado duas vezes de entrar na carreira diplomática descaradamente por sua condição racial; e Abdias do Nascimento somente foi professor nos Estados Unidos e na Nigéria como conseqüência do seu exílio durante os anos da ditadura; ao regressar ao Brasil, nunca foi acolhido por nenhuma universidade pública, enquanto a maioria dos acadêmicos brancos exilados conseguiu retomar seus postos anteriores ou foram realocados em outros. O resultado dessa segregação racial que já atravessou quatro gerações de universitários é uma prática, quase nunca submetida à crítica, dos acadêmicos brancos falarem sempre entre brancos pretendendo falar por todos e para todos" (Carvalho, 2005-2006: 99-100, grifo nosso).

4 Até mesmo antropólogos que eram contra as políticas de cotas raciais para negros nas universidades públicas brasileiras, como Lívio Sansone (1998), reconhecem as barreiras raciais que intelectuais negros enfrentaram e, por causa delas, não conseguiram ter acesso ao cargo de professor de universidade pública no Brasil. Segundo Sansone, "demais adiantadas para a sua época, *as dificuldades de Guerreiro Ramos – sociólogo e negro assumido – em ganhar aceitação* no meio acadêmico antecipam muitas das críticas e rancores na nova geração de intelectuais negros perante o meio acadêmico, com seus amores pelas torres de marfim" (Sansone, 2002: 10).

5 Muito recentemente têm surgido estudos e pesquisas sobre a trajetória deste negro intelectual, como por exemplo, Semog e Nascimento (2006), Guimarães (2005-2006) e Macedo (2005).

Não bastasse isso, até muito recentemente era muito difícil aceitar-se que um intelectual negro ocupasse um cargo de prestígio em instituições acadêmico-científicas ou correlatas (Cf. Carvalho, 2005-2006). Por exemplo, um dos raros intelectuais negros da USP, Milton Santos, quando pleiteou o cargo de presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em 1962, foi surpreendido pela afirmação de um seus pares de que ele, Milton Santos, não poderia ser presidente da AGB porque era negro. Conforme o próprio professor Milton Santos,

> Em 1962, candidato que fui a presidente da Associação de Geógrafos Brasileiros, uma voz – e não das menos eminentes da geografia brasileira – se levantou para dizer "não, não pode ser presidente, porque é negro". Pois bem, Caio Prado Júnior – que mal conhecia e que já me havia citado em seus trabalhos, embora não fosse da sua grei (ainda não era o tempo em que as citações marcavam a recompensa da amizade ou da participação nos grupos universitários ou políticos; a citação era uma busca de aproximação da verdade através daquele que a estudou com mais proximidade) – responde: "Não, vamos elegê-lo". Devo, pois a Caio Prado Júnior, ao seu caráter, à sua grandeza, esse empurrão tão grande que ele deu na minha própria carreira" (Santos, 1989: 433, grifo nosso).

Como se vê, além de pouquíssimos intelectuais negros nos quadros de professores das universidades públicas brasileiras, antes da década de 70 do século XX havia fortes barreiras raciais no seio dessas universidades que impediam esses intelectuais de almejarem posições de prestígio e poder e até mesmo de ingressarem nessas universidades, conforme demonstrou Carvalho (2005-2006 e 2005).

3 – O surgimento de "novos" atores sociais em "novos" espaços para a luta anti-racismo

3.1 – Negros Intelecutais reagindo contra o racismo e a exclusão dos negros da academia

Em realidade, com o ressurgimento, ou melhor, o revigoramento dos Movimentos Sociais Negros, por meio do surgimento do MNU em 1978, bem como com o processo de redemocratização do país nos anos oitenta do século passado, surgem condições sociais para o florescimento de uma geração de intelectuais negros oriundos também dos Movimentos Sociais Negros (ou que ouviram as vozes desses movimentos por justiça e igualdade racial no Brasil). Esses "novos intelectuais negros", ou melhor, negros intelectuais, ao militarem nesses movimentos ou sofrerem indiretamente a sua influência (ouvindo o seu clamor por igualdade racial) ficaram grávidos de novos ou outros métodos de pesquisas, indagações, categorias analíticas, conhecimentos para estudar, pesquisar, compreender, bem como de apresentar propostas para promover a igualdade racial no Brasil. Ficaram grávidos da necessidade de intervir na produção do conhecimento na área de estudos e pesquisas sobre relações raciais. Ficaram grávidos de autonomia, independência e descolonização intelectual, entre outros tipos de gravidez.

Surgem então, da parte dos negros intelectuais, indagações posicionadas a partir de um ponto de vista negro das relações raciais que a maioria dos cientistas sociais brancos desta área de estudos e pesquisas não tinha e alguns até o desconsideravam. Só muito recentemente alguns intelectuais brancos começaram a perceber a miopia a que estavam submetidos ante a colonização intelectual que incorporavam e reproduziam em face de um conhecimento eurocêntrico acrítico. Ou seja, do conhecimento posicionado a partir de um ponto de vista branco e acrítico das relações raciais, mas que se traveste de conhecimento neutro e daltônico. Por exemplo, o professor José Jorge de Carvalho, afirmou que,

> A luta anti-racismo tem que ser uma frente ampla. A comunidade branca é que tem que mudar de comportamento, porque o racismo é um problema de todo mundo, não é um problema só do negro. É um problema do branco em primeiro lugar. A comunidade branca tem que mudar o seu padrão, tem que começar a falar disso, dos privilégios da branquidade no Brasil (...). Precisa ter mais traidores do contingente branco, como eu sou. É preciso trair os brancos, dizer que somos racistas (Carvalho, 2003: 11-15, grifo nosso).

Tal afirmação de Carvalho surge após ele "ver" e conviver de perto, durante alguns anos, com a discriminação racial que um dos seus orientandos de doutorado sofreu no Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade de Brasília (UnB). Este foi o primeiro doutorando negro a ingressar no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UnB, em vinte anos de doutorado. Mais do que isto, "em 20 anos nenhum aluno havia sido reprovado nessa matéria" (Carvalho, 2005: 64). Mas este "ver" a discriminação racial que um dos seus orientandos sofreu foi possível ao professor José Jorge de Carvalho, entre outros fatores, porque este doutorando, consciente da sua capacidade intelectual e fundamentado pela ética da convicção anti-racismo, não se resignou ante a discriminação racial a que fora submetido. Como este ex-discente já havia tido contato e sofrido a influência de militantes e intelectuais dos Movimentos Sociais Negros no Rio de Janeiro, quando realizou o seu curso de mestrado, adquirindo ou incorporando nessa interação uma ética da convicção anti-racismo, ele reagiu contra a injustiça que quiseram lhe impor, não aceitando a reprovação por motivos extra-acadêmicos. Segundo o próprio ex-doutorando,

> Meu "drama" começou no primeiro semestre letivo de 1998 quando, recém-aprovado no PPGAS da UnB, cursei uma disciplina chamada "Organização Social e Parentesco", ministrada pelo professor Dr. Klaas Woortmann. Trabalhei arduamente neste curso. No final do semestre, entretanto, fui sumariamente reprovado. Encaminhei pedidos para a revisão de menção final, a três instâncias administrativas da UnB, todas elas indeferiram meu recurso. Finalmente, em 19 de maio de 2000, uma quarta instância, o CEPE – Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão discutiu, pela segunda vez, o processo e reconheceu (22 votos a favor X 4 contra) que fui injustamente reprovado e me concedeu o crédito devido (...) Acredito que se pode ver neste "drama social", forte indício de crime de racismo (Lima, 2001: 308-310, grifo nosso).

Ou seja, entendemos que o professor José Jorge de Carvalho se viu "traidor do contingente branco" em virtude do espírito de justiça e da solidariedade que teve com o seu orientando, visto que o conhecia e reconhecia nele uma capacidade

intelectual acima da média dos discentes do PPGAS da UnB6. Mas isso, ou melhor, essa manifestação do espírito de justiça e da solidariedade do professor José Jorge de Carvalho, que afinal prevaleceu7, somente foi possível porque esse orientando, sob a influência anterior de ativistas negros, não aceitou a discriminação racial a que foi submetido, reagindo contra a mesma e lutando até o fim do processo de revisão de menção, quando se fez justiça. Ao ouvir ou relembrar as vozes dos Movimentos Sociais Negros do Rio de Janeiro ou, se se quiser, ao "atender ao apelo lançado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, naquele 7 de julho de 1978", quando da fundação do MNU, esse ex-doutorando, hoje doutor e professor de uma universidade pública estadual, começou a consolidar uma ética da convicção anti-racismo, que lhe deu suporte para reagir e ir até o fim do "Caso Ari", visando à correção da injustiça que lhe fora feita.

Desse modo este ex-discente de pós-graduação possibilitou também que o seu ex-orientador enxergasse as relações raciais brasileiras mais ampla e refinadamente, a partir de um ponto de vista fora da branquidade e sem a miopia que este referencial provoca em quem o incorpora ou adota como tal. Ou seja, o "Caso Ari" e a reação à discriminação racial sofrida pelo ex-orientando do professor José Jorge de Carvalho, possibilitou a esse professor ver como se opera de forma bem refinada o que denominamos racismo de resultado no Brasil, que nega o privilégio da brancura, ou seja a branquidade. Conforme o professor José Jorge de Carvalho,

> Chamo branquidade o capital racial que possuem todas as pessoas no Brasil que são classificadas no censo do IBGE como brancas e que na maioria das vezes não assumem essa categoria. Não a assumem, mas usufruem os privilégios dela derivados. E branquidade é a condição de privilégio racial própria das sociedades latinoamericanas da mestiçagem. Difere da condição de branco em países como os Estados Unidos, África do Sul e Zimbabwe porque nessas sociedades foi construída uma condição explícita de branco, socialmente aceita de modo inequívoco, o que não é o caso em países como o Brasil, em que a ideologia da mestiçagem tem permitido uma manobra de diluição na esfera pública dessa condição de branco. A branquidade é o privilégio da brancura em uma sociedade racista sem a responsabilidade que ela gera em termos de desigualdade racial (Carvalho, 2007, grifo nosso).

Pensamos que a reação desse ex-doutorando possibilitou ao seu ex-orientador ver as relações raciais de uma outra maneira, mais crítica, mais próxima do dia-a-dia da população negra ou do seu sofrimento em face do racismo. Possibilitou ver também os ocultos "privilégios da branquidade". Mais do que isto, possibilitou-lhe falar sobre estes privilégios, o que o tornou um "traidor do contingente branco".

Outro exemplo de participação dos(as) negros(as) intelectuais nas universidades brasileiras visando igualdade racial nessas instituições de ensino superior pode ser constatado por meio da atuação, no processo de aprovação de cotas para negros na Universidade de Brasília (UnB), da então Conselheira Nacional de Educação e professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.

Segundo a ex-decana de extensão da UnB, Dóris Santos de Farias, a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva foi muito bem em sua exposição sobre as relações raciais brasileiras, no dia da votação da proposta do sistema de cotas para negros, ocorrida em 6 de junho de 2003, no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) da UnB (Farias *apud* Belchior, 2006: 88-89). Conforme a professora Dóris Farias a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva foi convidada a participar dessa reunião,

> Porque eu [profa. Doris Farias] insistia com o Jorge [prof. José Jorge de Carvalho], eu insistia com ele que teria que ter alguém que falasse da questão da importância da diversidade na produção do conhecimento, com dados, com experiência, e ele depois disse: "encontrei, é a Petronilha". Ele é que escolheu, ele falou com ela; ela preparou o manuscrito, representando o Conselho Nacional de Educação (...). (Farias *apud* Belchior, 2006: 89).

Outros conselheiros confirmam que a presença da professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, bem como da ministra Matilde Ribeiro, na reunião supracitada foi fundamental para a aprovação da proposta de cotas. E não só pela autoridade de seus argumentos (Cf. Demo, 2005), mas também pela politização da discussão sobre as cotas para negros naquela reunião do CEPE, fazendo com que alguns professores indecisos votassem favoravelmente à proposta. Segundo dois conselheiros,

> Um dos fatores fundamentais que eu acho que gerou uma aprovação unânime, com exceção dos representantes estudantis, porque uns se abstiveram e outros até votaram contra, foi a presença da Conselheira Nacional de Educação, a Petronilha e a ministra Matilde Ribeiro (Conselheiro (m) 5 *apud* Belchior, 2006: 89, grifo nosso).

> Eu não sei exatamente como começou essa questão de cotas na UnB porque não era uma questão do meu interesse imediato embora eu considere que a questão racial, ela nunca tinha sido suficientemente politizada. Mas eu me informei nesse processo quando eu era membro do CEPE e que essa discussão trazida para o CEPE e teve um papel muito importante a professora Rita Segato e o professor José Jorge... A segunda questão é que eu acho que havia na época uma mobilização significativa, não só por parte dos estudantes, como de outras instituições, como entidades que estiveram presentes no dia da votação e isso tem um peso político muito grande e talvez tenha contribuído para que alguns indecisos tivessem se manifestado favoravelmente... Eu acho que as informações fundamentais foram prestadas, foram trazidas pessoas especializadas, teve um seminário anterior com palestras, com dados que foram explicadas informações com os indicadores do IBGE, DIEESE, a própria Petronilha, a Matilde; teve uma série de fatos anteriores e posteriores que trazem toda essa questão (Conselheiro (f) 11 *apud* Belchior, 2006: 84-85, grifo nosso).

6 Este discente de doutorado foi um dos raros, quiçá o único, aluno da sua turma que já havia publicado um artigo acadêmico em língua inglesa.

7 E o da professora Rita Laura Segato também, visto que essa ex-coordenadora de pós-graduação do DAN além de ser uma das autoras da proposta de cotas para negros na UnB, também permaneceu solidária e apoiando o ex-doutorando até a solução final do "Caso Ari".

A professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva estava ali, entre outros fatores, por ser nacionalmente reconhecida como uma das maiores pesquisadoras e autoridades sobre educação e relações raciais no Brasil, bem como porque defendia essa proposta pessoal e publicamente, ou melhor, academicamente. Ou seja, a professora Petronilha Silva não estava naquela reunião porque falava e representava a posição do Conselho Nacional de Educação (CNE), conforme afirmou acima a ex-decana de extensão da UnB; até mesmo porque o CNE não havia deliberado nada sobre o tema, bem como não havia indicado aquela intelectual para representá-lo na reunião do CEPE do dia 6 de junho de 2003.

A professora Petronilha Silva, como a maioria absoluta dos(as) negros(as) intelectuais dirigentes da Associação *Brasileira de Pesquisadores Negros* (ABPN), associação da qual esta professora também faz parte, também é de origem familiar pobre e estudou em escolas públicas (Cf. Silva, 2006). Contudo, a professora Petronilha Silva fez a sua graduação e seus cursos de pós-graduação em uma universidade pública, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Também, como a maioria absoluta dos(as) negros(as) intelectuais dirigentes da ABPN, a professora Petronilha Silva sofreu influência direta dos Movimentos Sociais Negros ao ser militante orgânica de algumas entidades negras. E, ao que tudo indica, ela faz questão de explicitar isto (Cf. Silva, 2006).

Além disso, essa professora demonstra publicamente o seu forte vínculo com os Movimentos Sociais Negros, ao afirmar em seu curriculum vitae Lattes que "por indicação do Movimento Negro, foi conselheira da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, mandato 2002-2006. Nesta condição foi a relatora do Parecer 03/2004" (Silva, 2007, grifo nosso)8.

Essa influência direta dos Movimentos Sociais Negros em sua biografia começou, ao que tudo indica, logo após esta professora ingressar no seu curso de doutoramento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 1983. No ano de 1984 ela começa a militar nos *Agentes de Pastoral Negros* (APNs), onde permanece por aproximadamente quinze anos. Segundo a própria professora Petronilha Silva,

> Em 1984, passei a integrar o grupo de militância negra os Agentes de Pastoral Negros. Mais tarde, desde sua criação passei a integrar o Centro de Cultura e Teologia Atabaque, liderado pelo Pe. Antônio Aparecido da Silva. (...) Durante aproximadamente 15 anos fui assessora dos Agentes de Pastoral Negros (APNs), tanto em nível nacional como no Rio Grande do Sul (Silva, 2006: 32-33 e 48).

Mas essa intelectual não foi ativista só nas APNs e no Centro de Cultura e Teologia Negra – Atabaque. Ela também participou de atividades do Instituto do Negro Padre Batista e do Centro Ecumênico de Cultura Negra (Cf. Silva, 2006). E ao participar de todas essas entidades dos Movimentos Sociais Negros, a professora Petronilha Silva incorporou, revigorou e consolidou uma ética da convicção anti-racismo que a sua família já lhe inculcava desde sua infância, como se verá abaixo.

Portanto, pensamos que a professora Petronilha Silva participou decisivamente da reunião do CEPE, do dia 6 de junho de 2003, que aprovou o sistema de cotas para negros no vestibular da UnB, porque, entre outros fatores, ela também impregnou-se de uma ética da convicção anti-racismo que, como nos(as) demais negros(as) intelectuais dirigentes da ABPN, tem influenciado a sua conduta acadêmico-intelectual-política. Mais ainda, essa ética tem condicionado as suas pesquisas, estudos e produção de conhecimento sobre as relações raciais brasileiras. Portanto, se para os dirigentes da UnB que a convidaram para participar daquela reunião, bem como para os conselheiros do CEPE que ouviram a sua exposição naquela dia, a professora Petronilha Silva era vista como uma autoridade no assunto, pensamos ser plausível afirmar que para ela essa participação era mais que uma atividade acadêmica ou um compromisso profissional habitual de quem é portadora de um conhecimento reconhecido e respeitado sobre um tema específico. Pensamos ser plausível afirmar que essa participação era mais uma missão de vida ou um compromisso com a sua ética da convicção anti-racismo, até mesmo porque a professora Petronilha Silva não separa a sua atividade militante dos Movimentos Sociais Negros de suas atividades acadêmico-intelectuais. Segundo a própria professora Petronilha Silva,

> *Ensinar – aprender*, como se pode ver estiveram, e afirmo que continuam, articulando minha atuação de professora, militante do Movimento Negro, pesquisadora. (...). O propósito, aqui [no memorial], é mostrar que minha atividade de militante do Movimento Negro se encontra fortemente vinculada às atividades acadêmicas, influenciando-as e incentivando a produção científica, didática, de extensão (Silva, 2006: 44, 50-51, grifo nosso).

A ética da convicção anti-racismo que tem condicionado a atividade acadêmico-intelectual (e vice-versa) da professora Petronilha Silva foi adquirida ou incorporada também da sua família, que desde a infância buscou informá-la sobre as suas origens raciais e sobre as condições de existência dos negros brasileiros. Segundo a própria professora Petronilha Silva,

> Sou mulher negra, professora, pesquisadora na área *Educação e Relações Étnico-Raciais*. A minha negritude, isto é, a construção do meu pertencimento étnico-racial foi incentivado no meio da minha família: todos nos sabíamos negros, dos mais escuros aos mais claros, e gostávamos de sê-lo. Todos tínhamos amigos não negros, judeus, descendentes de espanhóis, amigos mais ricos e mais pobres. *Era assim a vida* diziam os adultos*, tínhamos que saber conversar e conviver com todos. Ninguém era melhor, embora alguns quisessem fazer a gente acreditar* o contrário .(...) Nos estudos no [Colégio] Aplicação [da Faculdade de Filosofia da UFRGS], o nosso povo negro somente aparecia quando se tratava de tráfico de escravizados e abolição da escravatura. Mas sempre que havia trabalho livre, minha Mãe providenciava para que

8 Parecer este de 10 de março de 2004, do Conselho Nacional de Educação (CNE), homologado em 18 de maio de 2004, que estabeleceu os marcos legais das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Cf. Silva, 2004; BRASIL, 2004; Silva, 2006).

> eu tratasse de temas relativos ao nosso povo negro. É assim que na segunda série do ginásio, orientada por ela, li pela primeira vez trechos de *O Negro no Brasil* de Arthur Ramos. O [Colégio] Aplicação oferecia as referências intelectuais, o gosto pelo erudito, a família contrabalançava, mostrava que tudo isto tinha sentido se não servisse para afastar dos amigos e parentes com pouco estudo, ao contrário. Minha Mãe alertava que se nem todos estudavam, liam autores consagrados, iam a concertos e teatros não era por desleixo, falta de interesse, ou por só gostar de samba, mas haviam condições diferentes de oportunidades. Muito mais tarde entendi o que dizia: "O estudo não pode nos afastar da nossa gente". (...) Assim fui desenvolvendo minhas próprias fontes e caminhos, numa formação, a escolar marcadamente de raiz européia, a familiar, negra (Silva, 2006: 1-10, grifo nosso).

Todavia, a ética da convicção anti-racismo adquirida ou incorporada pela professora Petronilha B. Gonçalves Silva de sua família se revigora e se consolida plenamente, ao que tudo indica, após o surgimento do MNU em 1978, bem como de sua participação orgânica em entidades dos Movimentos Sociais Negros a partir da década de oitenta do século XX, entre outros fatores. Conforme essa intelectual afirma,

> Entremeiam-se as atividades profissionais e acadêmicas com as de militância. Os incentivos e apoio familiar e do Movimento Negro foram se consolidando nos anos 1980-2000. A atuação reivindicatória e política do Movimento Negro brasileiro no século XX, fortalecida em 1978 [Criação do Movimento Negro Unificado, primeiro grupo que terá abrangência nacional...], fecundavam e continuam fecundando diversificada produção de conhecimentos e de ações no seio de grupos que constituem este importante movimento social, ou incentivadas por eles (Silva, 2006: 45, grifo nosso).

A ética da convicção anti-racismo que a professora Petronilha Silva incorporou da sua família e dos Movimentos Sociais Negros, mas que se consolida com estes, entrou em interação com uma ética acadêmico-científica adquirida ou incorporada na e da sua trajetória acadêmico-intelectual, ou ainda do seu ofício de intelectual, tendo como resultado a produção de um *ethos acadêmico-científico ativo*, posicionado pró-igualdade racial e pró-políticas de promoção da igualdade racial. E como nos demais negros(as) intelectuais da ABPN, este *ethos acadêmico-científico ativo* condiciona a sua conduta intelectual e política ou, se se quiser, a visão de mundo da professora Petronilha Silva, conforme ela mesma afirma nas citações acima, entre outras passagens do seu memorial.

Poderíamos perguntar: por que uma Conselheira da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação (CNE), participou de uma reunião do CEPE da UnB? Primeiro, é plausível afirmar que essa intelectual e agente dos Movimentos Sociais Negros aceitou participar da reunião porque esta era fundamental para deliberar sobre uma proposta que esses movimentos e os(as) negros(as) intelectuais da ABPN vinham defendendo publicamente. Segundo, como negra intelectual e portando um *ethos acadêmico-científico ativo*, ou seja, posicionado pró-igualdade racial e pró-políticas de promoção da igualdade racial, não aceitar esse convite seria uma violação de conduta, uma negação da ética da convicção anti-racismo, o que provavelmente respingaria sobre a reserva moral que essa intelectual e ativista negra tem para o enfrentamento e o combate ao racismo na sociedade brasileira. Portanto, ao que tudo indica, é plausível sustentar a hipótese de que essa professora também estava presente na reunião do CEPE, que aprovou o sistema de cotas para negros, como intelectual e representante legítima dos Movimentos Sociais Negros; e neste último caso, operacionalizando a ética da convicção anti-racismo que porta e que foi incorporada destes movimentos. Por conseguinte, também estava ali como agente dos Movimentos Sociais Negros lutando por educação de qualidade para a população negra.

Desse modo, participando do debate acadêmico no interior das universidades públicas brasileiras, influenciando outros intelectuais negros e não-negros, no que diz respeito à luta por justiça e igualdade racial, os negros intelectuais começaram a intervir na produção do conhecimento sobre a população negra brasileira, especialmente na área de estudos e pesquisas sobre relações raciais das ciências sociais. Conseqüentemente esses negros intelectuais deixaram de ser apenas os informantes, o objeto de pesquisa, "um micróbio" ou o "material de laboratório", conforme designação do cientista social Costa Pinto (Cf. Costa Pinto *apud* Nascimento 1982: 61-62), de alguns cientistas sociais brancos e passaram a ser agentes que se reconhecem como sujeitos na e da produção do conhecimento sobre relações raciais no Brasil.

Sentindo, pensando, agindo e portando uma ética da convicção anti-racismo incorporada a sua visão de mundo, bem como uma ética acadêmico-científica incorporada por meio dos cursos de pós-graduação, os(as) negros(as) intelectuais que estão nas universidades brasileiras, como professores ou alunos de pós-graduação *stricto sensu*, passaram a tocar o seu destino, tornando-se sujeitos dos seus próprios destinos, com vistas a produzir um conhecimento científico comprometido com a construção de uma sociedade racialmente democrática de direito e de fato.

Mas talvez se questione que apenas um exemplo de reação ao racismo ocorrido no meio acadêmico brasileiro contra um discente negro de pós-graduação, bem como a participação ativa e decisiva de uma professora negra no processo de aprovação do sistema de cotas na UnB (discente e docente que são portadores da ética de convicção anti-racismo), não são fatores ou suportes suficientes para afirmarmos o surgimento de "novos" agentes sociais contra o racismo em "novos" espaços de atuação, qual seja, o meio universitário no Brasil. Para verificar se de fato está havendo o surgimento desses novos agentes anti-racismo realizamos uma pesquisa com os dirigentes ABPN. O objetivo foi saber se estes dirigentes também incorporaram uma ética de convicção anti-racismo, que é condição necessária para o surgimento do que estamos denominando de negros intelectuais.

3.2 – O Pefil e a tragetória escolar-acadêmica dos intelectuais da ABPN

A visualização ou divulgação da produção de conhecimento dos negros intelectuais a partir de um ponto de vista dos próprios negros, ou seja, "preocupada com a situação da população negra", ainda encontra dificuldades e barreiras das

mais diversas ordens no meio acadêmico. Fatos como esses, entre outros constrangimentos por que passava e ainda passa a maioria absoluta dos intelectuais negros, além do fato de alguns desses novos intelectuais serem militantes ou ex-militantes dos Movimentos Sociais Negros, os induziram a começarem a se organizar no meio acadêmico, por meio de um congresso específico de pesquisadores negros. Desse modo, após alguns anos participando com desnecessário mal-estar (ante o não reconhecimento das suas atividades acadêmicas ou, se se quiser, o não reconhecimento da excelência dos seus estudos, pesquisas e produção de conhecimentos) de seminários, encontros e congressos nacionais do meio acadêmico brasileiro das mais diversas áreas do conhecimento, os negros intelectuais organizaram, de 22 a 25 de novembro de 2000, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o *I Congresso de Pesquisadores Negros Brasileiros* (COPENE), que contou com mais de trezentos pesquisadores negros de diversas regiões do Brasil e do estrangeiro. Conforme os negros intelectuais Barbosa, Silva e Silvério (2003),

> O Congresso de Recife contou com a presença de cerca de 320 pesquisadores nacionais de diversas regiões do país e estrangeiros. A grande concentração de pesquisadores se deu nas seguintes áreas de conhecimento: educação, saúde, história, sociologia e antropologia. Dois pontos ganham relevância ao se analisar o Congresso de Recife. Em primeiro lugar, chamaram a nossa atenção a diversidade, o crescimento numérico e a excelência da produção. Em segundo lugar, a persistência de barreiras e a ausência dos meios materiais de suporte ao desenvolvimento de pesquisas pretendidas pelos pesquisadores negros. O que sugere haver divergências no interesse e na agenda de pesquisa de pesquisadores brancos e afro-descendentes (Barbosa, Silva e Silvério, 2003: 10).

Nesse congresso do Recife também foi fundada a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), "com o objetivo principal de congregar pesquisadores que tratem da problemática racial, direta ou indiretamente, ou se identifiquem com os problemas que afetam a população negra no Brasil" (Cf. Barbosa, Silva e Silvério, 2003: 10). Após o encontro na UFPE houve mais três congressos: um na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), realizado de 25 a 29 de agosto de 2002, com 453 inscrições (Cf. Silvério, 2007a); um na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em setembro 2004, com cerca de 600 participantes (Cf. NEAB/UFMA, 2006); e recentemente um na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em setembro de 2006, que teve aproximadamente 1.200 inscritos (Cf. Mattos, 2007a).

Tabela 2

Evolução do número de pesquisadores negros participantes do COPENE

CONGRESSO	**ANO / LOCAL**	**PARTICIPANTES**	**TAXA DE CRESCIMENTO**		
			A cada congresso	**Acumulada**	**Média**
1º	2000 / Recife	320			
2º	2002 / São Carlos	453	41,56%	41,56%	41,56%
3º	2004 / São Luís	600	32,45%	87,50%	37,01%
4º	2006 / Salvador	1.200	100,00%	275,00%	58,00%

Fonte: Santos (2007)

Como se pode observar na tabela 1, a cada congresso realizado pela ABPN houve um aumento extraordinário de participantes. Por exemplo, tendo o congresso do Recife, o primeiro, como ano base para o cálculo da taxa de crescimento de participantes9 a cada congresso, observa-se que o número de participantes cresceu 41,56% do primeiro para o segundo congresso, acumulando crescimentos de 87,50% no terceiro congresso e 275,0% no quarto e último congresso (até a presente data). A taxa média de crescimento10 de participantes a cada congresso foi de 58,0%, sendo que do terceiro para o quarto congresso o número de participantes duplicou (Tabela 1). Algo extraordinário, especialmente quando observamos que a maioria esmagadora dos participantes não recebe nenhuma ajuda de custo ou financiamento para ir aos congressos da ABPN. Pensamos que esses dados são um forte indicativo de que a discussão acadêmica sobre o tema das relações raciais não está hoje, como outrora, exclusivamente sob o controle dos intelectuais brancos das ciências sociais. Mais do que isto, indica que de fato há o (re)ssurgimento e o crescimento acelerado do que estamos denominando aqui de negros intelectuais.

Como não pudemos entrevistar todos os participantes do último COPENE, realizado em Salvador (BA), entrevistamos recentemente, como tipos ideais, quinze dos dezoito diretores e ex-diretores da ABPN. A nossa intenção era entrevistar todos os(as) diretores(as) e ex-diretores(as) dessa instituição. Infelizmente, três deles não responderam o nosso questionário, enviado por correio eletrônico, contendo perguntas abertas sobre o perfil e a trajetória ou formação escolar-acadêmica de cada um(a) dos(as) diretores(as) e ex-diretores(as) da ABPN. Classificamos e tabulamos abaixo algumas características ou respostas desses dirigentes que puderam ser padronizadas, para efeito de descrição destes intelectuais e mesmo de algumas breves análises.

9 A taxa de crescimento de participantes foi calculada da seguinte maneira: considera-se o primeiro congresso como ano base. Toma-se o número de participantes do congresso seguinte, subtrai-se desse o número de participantes do congresso considerado ano base, divide-se esse resultado pelo número de participantes do congresso considerado ano base e multiplica-se por 100. E assim sucessivamente. Desse modo encontra-se a taxa de crescimento do número de participantes dos congressos.

10 Para calcularmos a taxa média de crescimento de participantes por congresso, basta somarmos as três taxas de crescimento supracitadas e dividirmos essa soma por três.

O que se observou de modo geral é que a maioria absoluta desses(as) dirigentes tem uma trajetória escolar-acadêmica e um perfil muito parecidos, para não dizer quase idênticos, salvo raras exceções, como se pode ver a seguir.

A ABPN apesar de buscar a paridade de sexos para a sua diretoria, como se pode observar nos debates que ocorrem nas assembléias que deliberam sobre a escolha dos(as) seus dirigentes, não tem ainda conseguido o equilíbrio dos sexos na sua direção. Ainda há o predomínio dos homens nos cargos de direção dessa instituição. Até a presente data, 60% dos(as) diretores(as) ou ex-diretores(as) da ABPN são do sexo masculino e 40% do sexo feminino (Tabela 2). Contudo, vale frisar que está havendo um rodízio por sexo na presidência da ABPN. O primeiro presidente dessa instituição foi um homem, um docente doutor e professor titular de uma universidade federal brasileira; a segunda pessoa a dirigi-la como presidente foi uma mulher, uma docente doutora e professora de uma universidade federal brasileira. O terceiro e atual presidente é um homem, um docente doutor e professor de uma universidade federal brasileira. E já foi deliberado no último COPENE, realizado em setembro de 2006, em Salvador (BA), que deverá ser uma mulher a próxima presidente.

Tabela 3

Diretores e ex-diretores da ABPN segundo o sexo

Sexo	**Freqüência**	**Porcentagem**
Masculino	9	60,0
Feminino	6	40,0
Total	15	100,0

Fonte: Santos (2007)

Tabela 4

Diretores e ex-diretores da ABPN segundo a origem social

Origem social	**Freqüência**	**Porcentagem**
Baixa renda (Pobre)	8	53,33
Classe Média Baixa	5	33,33
Classe Média	2	13,34
Total	15	100,0

Fonte: Santos (2007)

Quanto à origem social dos(as) diretores(as) e ex-diretores(as) da ABPN, a maioria absoluta (53,33%) é de baixa renda ou, como essa maioria se autoclassifica socialmente, pobre ou muito pobre (Tabela 3). Exatamente um terço dos(as) dirigentes dessa instituição se autoclassificou como de classe média baixa (33,33%) para os padrões de sua infância e trajetória escolar-acadêmica. Apenas 13,34% dos(as) dirigentes e ex-dirigentes dessa associação se autoclassificaram como classe média (Tabela 3). E aqui vale fazer uma conexão com o tipo de escola onde os(as) dirigentes da ABPN concluíram o ensino médio. Se, por um lado, apenas dois dirigentes da ABPN, ou seja, 13,34% afirmaram ter origem de classe média, por outro lado, foram também apenas dois dirigentes da ABPN que concluíram o ensino médio em escola privada; os demais 13 dirigentes [86,66% deles(as)], concluíram o ensino médio em escolas públicas (Tabela 4).

Tabela 5

Tipo de Escola onde Diretores e ex-diretores da ABPN concluíram o Ensino Médio

Tipo de Escola	**Freqüência**	**Porcentagem**
Escola Pública	13	86,66
Escola Privada	2	13,34
Total	15	100,0

Fonte: Santos (2007)

Todavia, um desses dirigentes da ABPN que estudou em escola privada durante o ensino médio, e que se autodeclarou de classe média baixa, afirmou que foi seu avô materno, que era branco, quem custeou os seus estudos. O outro dirigente que concluiu o ensino médio em escola privada, ao que tudo indica, de fato teve uma vida de classe média durante a sua trajetória escolar. Além de afirmar que estudou em boas escolas privadas, e que cursou língua estrangeira em uma escola privada tradicional no ensino de língua inglesa, afirmou também que seus pais eram funcionários públicos do poder legislativo, com uma boa renda familiar e que sua mãe havia concluído o ensino superior, embora o pai não tivesse concluído o ensino fundamental. Este dirigente de origem de classe média, ao que tudo indica, é uma rara exceção comparativamente com a origem social dos(as) outros(as) dirigentes dessa instituição, visto que o(a) outro(a) diretor(a) da ABPN que se autodeclarou de origem de classe média, pelos padrões sociais de sua infância e adolescência, não pôde estudar em uma escola privada, freqüentando, portanto, escolas públicas.

Aquele dirigente da ABPN de origem de classe média, cuja mãe concluiu o ensino superior, também não trabalhou durante a sua trajetória escolar, fazendo parte dos 40% dos(as) dirigentes desta instituição que tiveram essa sorte, ao contrário da maioria dos(as) outros(as) diretores(as) da ABPN, visto que 60% deles(as) trabalharam durante a sua trajetória escolar (Tabela 5). Um destes últimos declarou ter começado a trabalhar a partir dos sete anos de idade, para ajudar no orçamento

familiar, tendo inclusive iniciado a estudar à noite com 12 anos de idade, para poder trabalhar durante o dia inteiro. Um outro dirigente começou a estudar à noite aos 14 anos de idade, também para trabalhar durante o dia e ajudar no orçamento doméstico. Uma das dirigentes femininas da ABPN declarou ter começado a trabalhar aos 13 anos de idade e outra declarou ter sido manicure, entre outras profissões, visto que ambas precisavam ajudar a família que era "muito pobre".

Tabela 6

Trabalhou durante o ensino médio

Trabalhou	**Freqüência**	**Porcentagem**
Sim	9	60,0
Não	6	40,0
Total	15	100,0

Fonte: Santos (2007)

Hoje, todos(as) esses(as) diretores(as) da ABPN que declararam ter trabalhado durante a sua trajetória escolar são doutores(as) e professores(as) de universidades públicas prestigiadas. Aliás, 73,32% dos(as) dirigentes e ex-dirigentes da ABPN são doutores(as), 13,34% são mestres que já estão fazendo o seu curso de doutoramento e 13,34% são apenas mestres (Tabela 6). Entre os doutores, há um que é livre docente pela USP e professor titular de uma universidade federal brasileira, e outra que é pós-doutora pela Universidade de Coimbra (Portugal).

Tabela 7

Nível de Pós-graduação dos Diretores e ex-diretores da ABPN

Nível de Pós-graduação	**Freqüência**	**Porcentagem**
Doutor	11	73,32
Mestre (Cursando o doutorado)	2	13,34
Mestre	2	13,34
Total	15	100,0

Fonte: Santos (2007)

Um outro dado, o nível de instrução das mães e dos pais destes(as) dirigentes, nos indica o quanto os(as) dirigentes da ABPN tiveram que caminhar "sozinhos", ou melhor, sem o suporte do conhecimento escolar de ambos os pais para ajudá-los em suas tarefas escolares. Apenas a mãe de um desses dirigentes (6,67%) logrou sucesso em termos de educação formal, concluindo o curso superior de serviço social, em uma universidade privada do Rio de Janeiro. Houve também um pai (6,67%) que concluiu o ensino médio. Porém, a maioria absoluta das mães e pais destes(as) dirigentes não concluiu o ensino fundamental, respectivamente 60,0% e 66,65% (Tabelas 7 e 8). E desses que não concluíram o ensino fundamental, muitos, de ambos os sexos, só tinham feito parte do ensino primário. Apenas 33,33% das mães e 26,68% dos pais destes(as) dirigentes concluíram o ensino fundamental (Tabelas 7 e 8). Se o nível de instrução dos pais também é uma variável que explica a realização educacional dos filhos, conforme apontaram Bourdieu e Passeron (1975), ao que tudo indica, ele explica muito pouco o sucesso acadêmico destes(as) diretores da ABPN, ante a elevada quantidade de pais semi-escolarizados e apenas uma única mãe com terceiro grau completo.

Tabela 8

Escolaridade das Mães dos Diretores e ex-diretores da ABPN

Escolaridade das Mães	**Freqüência**	**Porcentagem**
Ensino Fundamental incompleto	9	60,00
Ensino Fundamental completo	5	33,33
Ensino Médio incompleto	-	-
Ensino Médio completo	-	-
Ensino Superior incompleto	-	-
Ensino Superior completo	1	6,67
Total	15	100,0

Fonte: Santos (2007)

Tabela 9

Escolaridade dos Pais dos Diretores e ex-diretores da ABPN

Escolaridade dos Pais	**Freqüência**	**Porcentagem**
Ensino Fundamental incompleto	10	66,65
Ensino Fundamental completo	4	26,68
Ensino Médio incompleto	-	-
Ensino Médio completo	1	6,67

Ensino Superior incompleto	-	-
Ensino Superior completo	-	-
Total	15	100,0

Fonte: Santos (2007)

Mesmo com todas dificuldades sócio-econômicas, visto que a maioria destes(as) dirigentes da ABPN se autodeclarou de origem pobre, e tendo 86,66% dos(as) diretores(as) e ex-diretores(as) da ABPN estudado em escolas públicas (sem o suporte educacional por parte de ambos os pais que em sua maioria só tinha o ensino fundamental incompleto), alguns inclusive tendo estudado à noite antes mesmo de concluírem o ensino fundamental, observa-se que a maioria absoluta desses(as) diretores(as) e ex-diretores(as), 53,33%, passou no vestibular de uma universidade pública, realizou e concluiu os seus estudos nessas instituições de ensino superior. 46,67% realizaram os seus estudos de graduação em universidades privadas (Tabela 9), sendo que destes(as) apenas um(a) estudou na Escola de Sociologia e Política do Estado de São Paulo e o restante estudou nas Pontifícias Universidades Católicas (PUCs) de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e na Universidade Católica de Pernambuco. Portanto, as universidades católicas formaram a maioria dos(as) diretores(as) e ex-diretores(as) da ABPN que fez graduação em universidades privadas. Contudo, muitos desses(as) dirigentes que estudaram em instituições de ensino superior privadas trabalhavam ou trabalharam para pagar os seus cursos de graduação. Assim, 60,0% dos(as) dirigentes da ABPN trabalharam durante pelo menos um período da sua graduação e 40,0% a realizaram sem trabalhar (Tabela 10).

Tabela 10

Tipo de universidade onde diretores e ex-diretores da ABPN concluíram a graduação

Tipo de Universidade	**Freqüência**	**Porcentagem**
Universidade Pública	8	53,33
Universidade Privada	7	46,67
Total	15	100,0

Fonte: Santos (2007)

Tabela 11

Trabalhou durante a trajetória acadêmica

Trabalhou	**Freqüência**	**Porcentagem**
Sim	9	60,0
Não	6	40,0
Total	15	100,0

Fonte: Santos (2007)

A tendência de a maioria desses(as) diretores(as) e ex-diretores(as) da ABPN estudar em universidades públicas manteve-se na realização da pós-graduação. 60,0% desses(as) dirigentes realizaram e concluíram a sua pós-graduação em universidades públicas e 40,0% a realizaram em universidades privadas (Tabela 11).

Tabela 12

Tipo de universidade onde diretores e ex-diretores da ABPN obtiveram o principal título de pós graduação

Tipo de Universidade	**Freqüência**	**Porcentagem**
Universidade Pública	9	60,0
Universidade Privada (PUCs) (*)	6	40,0
Total	15	100,0

Fonte: Santos (2007)

Cinco destes dirigentes obtiveram seus títulos de pós-graduação na PUC de São Paulo e um(a) o obteve na PUC do Rio Grande do Sul.

Contudo, todos(as) os(as) dirigentes da ABPN destas últimas universidades estudaram nas PUCs. Cinco concluíram a pós-graduação na PUC de São Paulo e um(a) a realizou na PUC do Rio Grande do Sul. Talvez fosse interessante, num futuro próximo, realizar uma pesquisa com estes(as) diretores(as) para saber o por quê da escolha da PUC de São Paulo como *locus* de preferência desses(as) intelectuais. Um dos diretores da ABPN, ao nos responder em entrevista por que resolveu fazer pós-graduação e seguir a carreira acadêmica, abre uma trilha que pode ser explorada com mais acuidade por quem desejar saber por que a PUC de São Paulo formou uma quantidade significativa dos negros intelectuais que são ou foram dirigentes dessa associação. Segundo este(a) dirigente,

> A pós-graduação foi quase que uma decorrência natural. No entanto houve uma certa influência de amigos negros que já faziam mestrado na PUC ainda quando eu estava terminando a graduação, dentre eles eu cito o Paulino de Jesus Francisco Cardoso. A maioria dos amigos que estudava na PUC era militante do Movimento Negro, tanto que lá na PUC nós criamos um Grupo chamado NEAFRO-Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros na PUC-SP. Esse grupo, composto por estudantes como

> Acácio Sidnei Almeida11, Dagoberto José Fonseca12, Sandra, Marlene, Benhur (Mato Grosso) e outros, se inspirou em uma certa tradição que a PUC já tinha em tratar com a questão racial. Além de professores como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Josildeth Gomes Consorte, nós recebemos influência de anteriores grupos de estudantes negros que existiram na PUC, a exemplo do GN-PUC13 (Gevanilda-Gê14, Flavinho15, Matilde Ribeiro16, Deborah Santos17) e do IPEAFRO18 que, à época de sua existência, foi coordenado pelo professor Abdias do Nascimento. Embora o NEAFRO não tivesse coloração partidária, a maioria dos seus membros pertenciam ao Partido dos Trabalhadores e eram militantes de entidades do Movimento Negro (Dirigente masculino "A" da ABPN, 2007, grifo nosso).

Portanto, a escolha da PUC de São Paulo, para a realização dos cursos de mestrado e doutorado, por muitos dos(as) diretores(as) e ex-diretores(as) da ABPN, não foi aleatória. Ao que tudo indica, foi uma opção intencional, direcionada e posicionada. Visava-se estudar numa universidade privada que já tinha uma certa tradição em estudos e pesquisas sobre as relações raciais brasileiras, que abrigou intelectuais que contestavam a ideologia da democracia racial brasileira e protestavam contra o racismo, como, por exemplo, Abdias do Nascimento (o expoente máximo da militância negra brasileira), Florestan Fernandes, Octavio Ianni, entre outros. Visava-se também a encontrar naquela universidade estudantes negros que militavam nos Movimentos Sociais Negros, bem como viver e conviver num ambiente acadêmico acessível à discussão franca, aberta e profunda sobre as relações raciais brasileiras.

Se a PUC de São Paulo abrigou e formou em seus cursos de pós-graduação muitos negros intelectuais, como indicam os dados da tabela 11, bem como demonstra a afirmação acima de um dos dirigentes da ABPN entrevistados por nós, observamos por meio das outras entrevistas que a maioria desses(as) negros(as) intelectuais que cursaram as suas pós-graduações em universidades públicas (os outros 60,0%), estudaram na UnB, Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e UFPE. E aqui, salvo duas orientações com o professor Kabengele Munanga na USP e uma orientação com o professor Octavio Ianni na Unicamp, talvez não seja plausível afirmar que a escolha dos(as) dirigentes da ABPN por essas instituições públicas foi uma opção intencional, direcionada e posicionada de um ponto de vista negro como a que provavelmente ocorreu na PUC de São Paulo. Salvo a Unicamp, pode-se afirmar, sem tergiversações, que em nenhuma dessas universidades havia (nas décadas de oitenta e noventa do século XX, bem como até o início da primeira década do século XXI) grupos de pós-graduandos(as) negros(as) organizados(as) enquanto tal e que militavam nos Movimentos Sociais Negros, propiciando um ambiente acadêmico acessível à discussão franca, aberta e profunda sobre as relações raciais brasileiras, bem como que questionasse a ideologia da democracia racial brasileira a partir de um ponto de vista diferente dos cientistas sociais brancos que têm hegemonia na área de estudos e pesquisas sobre as relações raciais das ciências sociais.

Pensamos que o diferencial para a formação desses(as) negros(as) intelectuais, no que diz respeito à incorporação e reprodução de um *ethos* acadêmico ativo, que não admite a colonização intelectual eurocêntrica em seus estudos e pesquisas nem a ausência de propostas de políticas de promoção da igualdade racial – que passou a fazer parte das condutas acadêmica e política desses(as) intelectuais –, não foi somente o ambiente e o conhecimento acadêmico adquirido e elaborado nos cursos de pós-graduação que realizaram em universidades públicas e privadas ou mesmo no ofício de intelectuais-acadêmicos. Nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras eles(as) adquiriram e incorporaram uma ética acadêmico-científica, que também é condição necessária, mas não suficiente, para a formação destes(as) intelectuais. A incorporação de uma ética da convicção anti-racismo, que é a outra condição necessária para a constituição dos(as) negros(as) intelectuais, também foi e é fundamental. Estes(as) podem adquirir ou incorporar tal ética através da influência direta ou indireta dos Movimentos Sociais Negros.

Tabela 13

Já foi ou ainda é militante dos Movimentos Sociais Negros

Já foi ou ainda é militante	**Freqüência**	**Porcentage**

11 Acácio S. Almeida, Doutor em Sociologia pela USP, pertence à atual diretoria da ABPN, onde ocupa o cargo de Primeiro Tesoureiro. Infelizmente não conseguimos entrevistá-lo. Por isso citamos o seu nome aqui como dirigente dessa associação, visto que preservamos o anonimato dos(as) diretores(as) e ex-diretores(as) entrevistados por nós.

12 Dagoberto Fonseca é membro fundador da ABPN e é membro do conselho fiscal da atual administração dessa instituição. Doutor em Antropologia pela PUC/SP, professor da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", no Departamento de Antropologia, Política e Filosofia, da Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Este negro intelectual também não foi entrevistado por nós.

13 GN-PUC significa Grupo Negro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) (Cf. Santos, 2007a).

14 Gevanilda Gomes dos Santos é Mestre em Sociologia pela PUC/SP, professora da Faculdade de História da Universidade Cidade de São Paulo (UNICID) e Presidenta da Soweto – Organização Negra. Além disso, é coordenadora da ABPN, seção regional do Sudeste. Não entrevistamos nenhum dos cinco diretores das secções reginais da ABPN.

15 Flavinho é militante histórico dos Movimentos Sociais Negros e já foi membro da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do Partido dos Trabalhadores.

16 Matilde Ribeiro é, desde 21 de março de 2003, Ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), do governo Lula. Ela é graduada em Serviço Social, Mestre em Psicologia Social e Doutoranda em Serviço Social pela PUC/SP, conforme informações do sítio http://www.planalto.gov.br/seppir/ministra/biografia.htm.

17 Deborah Silva Santos, Mestre em História Social pela PUC/SP, já foi Consultora para Gênero e Raça da UNESCO. Até fevereiro de 2007 era assessora na Secretaria de Educação Superior (SESU), do Ministério da Educação (MEC). Atualmente é professora da disciplina Pensamento Negro Contemporâneo, oferecida pelo Decanato de Extensão (DEX) da UnB.

18 IPEAFRO significa Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros, fundado em 1981 pelo ativista e intelectual orgânico Abdias do Nascimento. Por meio do IPEAFRO, Abdias do Nascimento coordenou e presidiu na PUC/SP o Terceiro Congresso de Cultura Negra das Américas (Cf. Nascimento apud Contins, 2005: 37; Lopes, 2004: 468; Nascimento, 1985: 6).

		m
Sim	11	73,32
Não	4	26,68
Total	15	100,0

Fonte: Santos (2007)

A primeira maneira, a direta, ocorre por meio da militância orgânica em entidades desses movimentos. Ao que tudo indica, foi esta primeira forma que prevaleceu entre os(as) dirigentes da ABPN, visto que 73,32% deles(as) afirmaram já ter militado organicamente em alguma entidade dos Movimentos Sociais Negros. Apenas 26,68% dos(as) dirigentes entrevistados afirmaram não ter sido ativista orgânico desses movimentos, como se pode observar na tabela 12.

Os(as) dirigentes da ABPN que não militaram direta e organicamente em entidades dos Movimentos Sociais Negros, adquiriram ou incorporaram uma ética da convicção anti-racismo sob influência indireta dos Movimentos Sociais Negros. Ou seja, por meio de diálogos, discussões e debates, entre outras formas de contato e comunicação com amigos ativistas negros, bem como participando esporadicamente de reuniões, a convite desses amigos, ou mesmo ouvindo e acompanhando à distância os discursos, as lutas e as propostas anti-racismo dos Movimentos Sociais Negros ou, se se quiser, o "apelo lançado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, naquele 7 de julho de 1978" pelo MNU. Por exemplo, três dos(as) quatro dirigentes que afirmaram não ter militado organicamente em nenhuma entidade dos Movimentos Sociais Negros demonstram em suas falas a presença desses movimentos em suas vidas, especialmente no momento em que estavam realizando os seus cursos universitários, conforme se pode observar a seguir.

> Minha origem protestante histórica – Igreja Evangélica Congregacional (digo protestantismo histórico para diferenciar do protestantismo pentecostal que respeito, mas não fez parte de minha formação) – criou uma realidade própria que não incluía participar de Movimentos Negros, ser militante na íntegra do sentido da palavra. Isto não significa dizer que minha família negra não questionasse os racismos dentro da própria igreja, por exemplo, e na sociedade brasileira em geral. Ou seja, não éramos alheios à temática e não deixávamos de "combater" tais racismos ao modo do que era possível dentro de uma visão cristã. Estávamos atentos a toda movimentação do movimento negro: luta por uma estética própria que deveria ser respeitada (uso do cabelo carapinha e abandono dos alisantes, usar roupas em tonalidades mais fortes e não apenas as beges ou azulzinhas, etc, etc), a luta dos negros nos Estados Unidos, o MNU, etc, etc. Sabíamos de tudo e acompanhávamos a tudo. Já na Universidade tentamos nos vincular a algum movimento mas não era fácil. Nossa linguagem e modo de ser, incluindo ainda roupa, cabelos, e não era roupa pentecostal não. Eram roupas, vamos dizer assim, "de brancos". Tudo isso não facilitou participar por exemplo, do MNU. Não era fácil quem não seguisse determinado padrão comportamental, estético e religioso, participar do MNU. E estou falando de fins dos anos 80 e principalmente início dos 90 [do século XX]. (...). Como era difícil entrar nos grupos já existentes, participei da criação de um grupo que durou aproximadamente dois anos. O nome do grupo era "Consciência Negra" e reuníamos todos os sábados à tarde para ler e estudar textos na antiga sede do DCE da UFPE que ficava no centro da cidade-Recife. Foi muito bom. [Isto foi] mais ou menos 92, 93 (..) Tem muita gente que fez, vamos dizer assim, "militância", sem necessariamente estar dentro de um movimento negro organizado. (...) [Existe uma] dinâmica do que é se organizar enquanto negro neste país. Existe muito protesto contra o racismo sobre o negro fora das entidades negras tradicionais (Dirigente feminina "A" da ABPN, grifo nosso).

> Nunca fui militante de qualquer entidade do Movimento Negro brasileiro. Durante minha estadia no Rio de Janeiro, os anos de 1993 e 1994, por influência de uma amiga militante com quem dividia apartamento, me aproximei do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, o IPCN, e freqüentei reuniões, contribuí em algumas atividades esporádicas. (...) Os Movimentos Negros não influenciaram na escolha de minha profissão. Atualmente poderia afirmar que percebo a influência dos movimentos negros quando atuo como pesquisador e professor universitário uma vez que procuro estar atento à presença negra na sala de aula, ao modo como se comportam ou reagem os alunos em relação à minha presença e meu discurso negro posicionado. Além disso, na sala de aula ou em ambientes acadêmicos percebo como o fato de ser um doutor negro causa estranheza ou exagerada expectativa, acredito que esta sensibilidade foi provocada também pelo discurso dos Movimentos Negros brasileiros (Dirigente masculino "B" da ABPN, grifo nosso).

> Desde os 18 anos que comecei a militar nos movimentos sociais em Recife. Em Associação de Moradores, Grupo de Solidariedade do Recife aos Povos da América Central e Caribe, Pastoral Universitária, Movimento Estudantil, Partido dos Trabalhadores, Movimentos de Educação Popular. A relação com o movimento negro era indireta, mais especificamente com o MNU e Centro de Educação Popular Maria da Conceição no Morro da Conceição, ligada ao Movimento Social Negro com atuação em Educação. A participação nesses movimentos despertou para a necessidade de dar continuidade aos estudos, aprofundar a condição de intelectual orgânico dos próprios movimentos sociais. Quando fui para a Universidade Federal de Alagoas em 1992 passei a ter uma relação de maior proximidade com o NEAB, realizamos um seminário em 1993 sobre a condição do Negro na Sociedade Brasileira. Quando saí para o doutorado em 1995/1996 tive como objeto de investigação o Carnaval, Educação e Movimento Social Negro na Bahia, nesse momento passei a trabalhar de forma mais orgânica a negritude inscrita nas minhas relações familiares, redefinindo profundamente o meu lugar na Universidade e minhas opções no campo político, foi mais um nascimento, cheio de dores, alegrias e utopias (Dirigente masculino "C" da ABPN, grifo nosso).

Não temos pretensão de analisar aqui o conteúdo ou o discurso destes(as) diretores(as) ou ex-diretores(as) da ABPN, mas somente demonstrar que eles também incorporaram uma ética da convicção anti-racismo oriunda principalmente dos Movimentos Sociais Negros, mesmo estes diretores(as) ou ex-diretores(as) não tendo militado organicamente nesses movimentos como o fez a maioria dos entrevistados. Como afirmou uma dirigente na primeira citação acima, "estávamos

atentos a toda movimentação do movimento negro (...). Sabíamos de tudo e acompanhávamos a tudo". Pensamos que tais declarações e citações são suficientes para assinalar o que estamos designando como influência indireta desses movimentos na incorporação de uma ética da convicção anti-racismo por parte dos negros intelectuais que não militaram em entidades dos Movimentos Negros brasileiros. Esta ética em interação com a ética acadêmico-científica adquirida ou incorporada nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, possibilitou aos seus portadores a formação e incorporação de um *ethos* acadêmico ativo que não admite em seus estudos ou pesquisas a colonização intelectual eurocêntrica nem a ausência de propostas de políticas de promoção da igualdade racial.

4 – Conclusão

Pensamos que a partir dos perfis e trajetórias político-acadêmicas desses intelectuais, especialmente a partir das suas maneiras de sentir, pensar e agir no que diz respeito à questão racial no Brasil, bem como de suas condutas acadêmico-intelectuais, é plausível fazer uma distinção entre intelectuais negros e negros intelectuais. Neste sentido, negros(as) intelectuais são em realidade os(as) acadêmicos(as) de origem ou ascendência negra que sofreram ou sofrem influência direta ou indireta dos Movimentos Sociais Negros, adquirindo ou incorporando destes uma ética da convicção anti-racismo que, associada e em interação com uma ética acadêmico-científica que foi adquirida ou incorporada dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras ou estrangeiras, produz nestes(as) intelectuais um *ethos* acadêmico ativo que orienta as suas pesquisas, estudos, ações, bem como as suas atividades profissionais de professores(as) universitários(as). Tal conduta acadêmica leva-os(as) a pesquisarem as relações raciais brasileiras, o racismo, o preconceito, a discriminação, as desigualdades raciais e suas conseqüências virulentas para a população negra, a partir de um ponto de vista que recusa a colonização intelectual eurocêntrica. Mais ainda, tal conduta os induz a pensarem sobremaneira na necessidade de implementação de políticas de promoção da igualdade racial, visando não só a eliminar as desigualdades raciais entre os vários grupos étnico-raciais no Brasil, especialmente entre negros e brancos, mas também a banir o racismo da sociedade brasileira.

Nada impede que os(as) intelectuais negros(as) – aqueles(as) intelectuais de ascendência afro-brasileira que não militam nem foram militantes de Movimentos Negros ou que ainda não sofreram influência desses movimentos – também possam incorporar uma ética da convicção anti-racismo, associando esta a uma ética acadêmico-científica que adquiriram em suas formações acadêmicas. Todavia, pensamos que um dos fatores que diferencia os(as) intelectuais negros(as) dos(as) negros(as) intelectuais é justamente o fato destes(as) últimos(as) serem tocados(as): a) diretamente por uma ética da convicção anti-racismo, através da militância orgânica em alguma entidade negra anti-racismo; e b) indiretamente por meio de conversas, diálogos, trocas de informações, e outras formas de contatos entre estes(as) intelectuais e os(as) ativistas dos Movimentos Sociais Negros; influências essas, direta e indireta, que se refletem em seus trabalhos científicos e nas suas condutas acadêmico-intelectuais.

Como exemplo de negros(as) intelectuais podemos citar todos(as) os(as) diretores(as) e ex-diretores(as) da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) que entrevistamos. Esses intelectuais compreenderam que o mundo acadêmico também é um espaço importantíssimo para a luta afro-brasileira contra o racismo e passaram cada vez mais a se interessar e a ingressar nos Programas de Pós-Graduação das universidades brasileiras, especialmente nas áreas de ciências humanas, destacando-se aí as áreas de ciências sociais (principalmente sociologia e antropologia), educação e história.

Desse modo, os(as) negros(as) intelectuais passaram a intervir diretamente na produção do conhecimento científico, em especial na área de relações raciais, questionando-a profundamente, revisando ou desconstruindo conhecimentos colonizadores, eurocêntricos ou brancocêntricos; enfim, buscaram e buscam desestruturar ou desconstruir ideologias que afirmam, manifesta ou latentemente, que o Brasil é um país racialmente democrático ante a mistura e harmonia racial aqui existentes, ou que afirmam que não há necessidade de políticas de promoção da igualdade racial, como, por exemplo, ações afirmativas, para eliminar ou mesmo minimizar as desigualdades raciais existentes neste país. Mais do que isso, os negros intelectuais passaram a questionar e desestruturar profundamente, por meio da suas produções acadêmico-científicas, o controle de alguns cientistas sociais brancos sobre a pesquisa e o estudo das relações raciais brasileiras, o seu modo de fazer essas pesquisas, bem como as suas propostas para a superação das desigualdades raciais entre negros e brancos.

Portanto, a atuação de "novos" agentes sociais anti-racismo, como os negros intelectuais, entre outros, associada à luta histórica dos Movimentos Sociais Negros Clássicos, não só colocaram a discussão da questão racial na agenda pública brasileira, mas também consolidaram como ponto de pauta nesta agenda a histórica reivindicação dos Movimentos Sociais Negros por educação formal para a população negra brasileira.

Referências

BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção, SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e, SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). *De preto a afro-descendentes: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos: EdUFSCar, 2003.

BELCHIOR, Ernandes Barboza. *Não deixando a cor passar em branco*: o processo de implementação de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BORGES, Eliane. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/Rio de Janeiro, 1 fev. 2007.

BOTELHO, Denise. Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos. Brasília, 31 jan. 2007.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A Reprodução*: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: MEC, SECAD, INEP, 2004.
CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/Florianópolis, 29 jan. 2007.
CARVALHO, José Jorge. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos. Brasília*, 7 mar. 2007.
_____. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista da USP*, São Paulo, n. 68, p. 88-103, dez./jan./fev. 2005-2006.
_____. Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UnB. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 237-246, jan./jun. 2005a.
_____. *Inclusão étnica e racial no Brasil*: a questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar, 2005.
_____. *Revista do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF*, Brasília, ano 13, n. 9, nov. 2003. Entrevista.
CONTINS, Marcia. *Lideranças Negras*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.
CUNHA JUNIOR, Henrique. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/Fortaleza, 19 jan. 2007.
CUNHA, Lídia Nunes. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/Recife, 1 de fevereiro de 2007.
DAL ROSSO, Sadi et al. A Seppir e o processo de construção de um sistema de políticas para a promoção da igualdade racial no Brasil. Relatório de Pesquisa. Brasília: Seppir, 2006.
DEMO, Pedro. *Argumento de autoridade x autoridade do argumento*: interfaces da cidadania e da epistemologia. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005
GOMES, Nilma Lino. Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos. Brasília/Belo Horizonte, 26 fev. 2007.
GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Resistência e revolta nos anos 1960: Abdias do Nascimento. *Revista da USP*, São Paulo, n. 68, p. 156-167, dez./jan./fev. 2005-2006.
_____. Intelectuais negros e formas de integração nacional. Estudos Avançados: revista do IEA da USP, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 271-284, 2004.
LIMA, Ari. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/Salvador, 15 fev. 2007.
_____. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos.* Brasília/Salvador, 14 dez. 2006.
_____. A Legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação de inferioridade, confronto ou assimilação intelectual?. *Afro-Ásia*: revista do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, Salvador, n. 25-26, p. 281-312, 2001.
LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.
MACEDO, Márcio José de. *Abdias do Nascimento*: a trajetória de um negro revoltado (1914 a 1968). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2005.
MATTOS, Ivanilde Guedes de. *Entrevista* (por telefone) concedida a *Sales Augusto dos Santos*. Brasília/Salvador, 25 fev. 2007a.
MATTOS, Wilson Roberto de. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/Salvador, 30 jan. 2007.
NASCIMENTO, Abdias. *Povo negro*: a sucessão e a Nova República. Rio de Janeiro: IPEAFRO, 1985.
_____ (Org.). *O Negro revoltado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
NEAB/UFMA. *CD-ROM do III Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros. Pesquisa Social e Políticas de Ações Afirmativas para os Afro-descendentes*. São Luís: NEAB/UFMA, 2006
OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A Sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
PEREIRA, Lúcia Regina Brito. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/Porto Alegre, 18 jan. 2007.
RATTS, Alecsandro José P. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/Goiânia, 29 jan. 2007.
SANSONE, Livio. Um Campo saturado de tensões: o estudo das relações raciais e das culturas negras no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 24, n. 1, p. 5-14, 2002.
_____. Racismo sem etnicidade: políticas públicas e discriminação racial em perspectiva comparada. *Dados*: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, p. 751-783, 1998.
SANTANA, Moises. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/Recife, 24 jan. 2007.
SANTOS, Gevanilda. *Entrevista* (por telefone) *concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília, 28 fev. 2007a.
SANTOS, Milton. Renovando o pensamento geográfico. In: D'INCAO, Maria Angela (Org.). *História e ideal*: ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Unesp, Brasiliense, 1989.
SANTOS, Sales Augusto dos. *Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas*. Tese (Doutorado em Sociologia)–UnB, Brasília, ago. 2007.
_____. Ação afirmativa ou a utopia possível: o perfil dos professores e dos pós-graduandos e a opinião destes sobre ações afirmativas para os negros ingressarem nos cursos de graduação da UnB. *Relatório final de pesquisa*. Brasília: ANPEd/ 2. Concurso Negro e Educação, 2002. Mimeografado.
SEMOG, Ele; NASCIMENTO, Abdias. *Abdias Nascimento*: o griot e as muralhas. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.
SILVA, Carlos B. Rodrigues. Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos. Brasília/São Luís, 21 jan. 2007.

SILVA, Maria Palmira da. Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos. Brasília, 16 fev. 2007.
_____. Memorial. São Paulo, 2006.
SILVA, Nelson Olokafá Inocêncio da. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília, 16 fev. 2007.
SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. *CV Lattes*. Disponível em: http://lattes.cnpq.br/5770245673371690. Acesso em: 26 mar. 2007.
_____. *Memorial para o concurso de professora titular de ensino-aprendizagem - relações étnico-raciais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)*. São Carlos: UFSCar, 2006.
_____. Parecer n. 3/2004, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Relatório do Proc. 23001.000215/2002-96". In: BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Ministério da Educação/Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC/SECAD/INEP, 2004.
SILVÉRIO, Valter Roberto. *Entrevista concedida (por telefone) a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/São Carlos, 28 fev. 2007a.
_____. *Entrevista concedida a Sales Augusto dos Santos*. Brasília/São Carlos, 19 jan. 2007.

Etnicidades e Estado nacional

Elizabeth Coelho
Universidade Federal do Maranhão
betac@elo.com.br

Resumo: Discussão sobre a forma como a despeito de sua constituição colonial, subjugando diversas nações que habitavam o território hoje denominado Brasil, o Estado brasileiro, a exemplo dos outros estados modernos, construiu-se como um estado nacional e permanece afirmando-se como tal. Esse cenário configura a relação do Brasil com os vários povos que vivem no espaço geopoliticamente definido como território brasileiro. Trata-se de "uma nação", a brasileira, que se relaciona com várias outras, definidas como etnias, dentre elas, as indígenas, no âmbito do estado, que também é brasileiro. A nação é percebida como uma forma de organização política mais completa, superior. Na relação com a nação, a etnia seria um classificador politicamente inferior. Essa hierarquização reflete a lógica da colonialidade do poder (Mignolo,2002) A construção da noção de etnia, em relação à idéia de nação, reproduz, em termos epistemológicos, a lógica da dominação política. Classificar como etnia povos que possuem organizações sociais próprias, sistemas políticos elaborados, territórios delimitados, implica alijá-los da categoria nação. Esta poderia ser aplicada somente aos povos que exercem domínio político sobre outros, como é o caso dos Estados-nação "modernos". A reflexão toma como base a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas e toma como referência pesquisas sobre as políticas indigenistas de saúde e de educação no Brasil e a forma como alguns povos indígenas constroem suas identidades a partir dessa relação.

INTRODUÇÃO

O Estado brasileiro, a exemplo dos outros estados modernos, construiu-se como um estado nacional e permanece afirmando-se como tal. Trata-se de "uma nação", a brasileira, que se relaciona com várias outras, que costumam ser definidas como *etnias*, no âmbito do estado, que também é brasileiro. Nesse contexto, *nação* é percebida como uma forma de organização política mais completa, superior. Na relação com a *nação*, a *etnia* seria um classificador politicamente inferior.

Esse cenário configura uma tensão interna ao Estado, que se expressa em diferentes âmbitos legais e políticos, onde os discursos da homogeneidade e da diferenciação se alternam. A tentativa de construir uma narrativa monolítica, centrada na nação brasileira tem sido solapada pelas narrativas de outras *nações* que reivindicam o reconhecimento de suas autonomias políticas.

A reflexão aqui desenvolvida sobre como esse processo se configura no Brasil toma como base a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas e como referência a legislação e políticas relacionadas aos povos indígenas.

BRASIL: ESTAO NACIONAL? PLURIÉTNICO? PLURINACIONAL?

Em termos do discurso legal e político, o Brasil expressa uma tensão no que se refere a sua definição como estado-nação. A Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, designa o Brasil como República Federativa e, em seu artigo 13 afirma a língua portuguesa como idioma oficial dessa República e como seus símbolos a bandeira, o hino, as armas e o selo nacionais. O parágrafo 2º deste artigo abre uma ressalva para que os Estados, o Distrito federal e os Municípios tenham símbolos próprios. Não há nenhuma referência aos povos indígenas, suas línguas e seus símbolos. Essa referência vai se fazer presente de forma pontual em alguns artigos.

Os princípios que fundamentam a Constituição não fazem referência à pluralidade. Remetem à soberania, a cidadania, à dignidade da pessoa humana, aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e ao pluralismo político.

Entre os objetivos fundamentais da Carta Maior não consta o respeito à diversidade étnico cultural. A referência à diversidade coloca-se no capitulo VIII, dedicado aos índios, especialmente no artigo 231:

> "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens."

O que significa esse reconhecimento? Admitir ser um estado pluriétnico? Plurinacional? No texto constitucional, somente no parágrafo 2º do artigo 215, há referência a plurietnicidade e isso ocorre de forma ambígua:

> O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.
>
> Parágrafo 1º O estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participante do processo civilizatório nacional.
>
> Parágrafo 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. (grifo meu)

As culturas indígenas, devidamente no plural, são tratadas nesse contexto como parte do "processo civilizatório nacional". Da mesma forma, os chamados "segmentos étnicos" são adjetivados como nacionais. O termo segmento indica porção de um todo. No caso, os segmentos étnicos são percebidos como parte da nacionalidade brasileira ou dito de outra forma, da sociedade brasileira.

O artigo 231 da Carta Maior utiliza o termo "índios", categoria genérica que mascara a diversidade de povos indígenas no Brasil. O plural adicionado à categoria índios não sugere diversidade e sim quantidade, já que vem seguido de "sua organização social" no singular, indicando haver uma organização social dos muitos índios que vivem no Brasil.

Cabe ressaltar, ainda, que o reconhecimento do direito às terras está limitado pelo poder do Estado, *brasileiro*, de defini-las e demarcá-las.

A Lei 6001/1973, que dispõe sobre o Estatuto do "Índio", expressa a mesma estratégia de linguagem. Em seu artigo 1º, o referido Estatuto afirma "regular a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los progressiva e harmoniosamente à comunhão nacional". Da mesma forma que o discurso constitucional utiliza o termo organização social no singular, o Estatuto utiliza o termo cultura, como se existisse uma cultura dos índios. Esta lei também não faz uso de termos que possam sugerir plurietnicidade e plurinacionalidade. Ao contrário, explicita a integração dos índios à comunhão nacional.

A Lei 6001, no título referente à educação, estende à população indígena, com as necessárias adaptações, o sistema de ensino em vigor no país. No artigo 50 dispõe:

> A educação do índio será orientada para a integração na comunhão nacional mediante processo de gradativa compreensão dos problemas gerais e valores da sociedade nacional, bem como do aproveitamento das suas aptidões individuais.

O objetivo de integração do índio na comunhão nacional coloca-se como estratégia de reforço da nacionalidade brasileira. No entanto, o artigo 49 dessa mesma lei coloca que a "alfabetização dos índios far-se-á na língua do grupo a que pertençam, e em português, salvaguardando o uso da primeira". Essa determinação indica o reconhecimento de diferentes línguas e a intenção de salvaguardá-las. O uso da língua portuguesa aparece nesse processo como necessário, configurando um bilingüismo e uma imposição da língua portuguesa, símbolo da nacionalidade brasileira.

Na Constituição Federal de 1988, o capítulo sobre Educação, Cultura e Desporto, afirma, no artigo 205, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. No artigo 210 está posto que "serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais".

Cabe observar que não há referência a valores culturais e artísticos étnicos. No parágrafo 2º deste artigo o texto é mais enfático na imposição da língua oficial: "o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem".

O "Estado-nação" impõe a educação escolar através do ensino fundamental, com obrigatoriedade do uso do português e de conteúdos mínimos. Às "comunidades indígenas" é assegurado o direito a usar suas próprias línguas, desde que em plano secundário. Aqui aparece, tal como no Estatuto do Índio, a expressão "comunidades indígenas". Os índios são referidos nas duas leis como grupos, comunidades, ou simplesmente índios, termos suficientemente isentos de qualquer compromisso com o reconhecimento de plurietnicidade.

Guibernau (1996), citando Durkheim, chama a atenção para o fato de que a educação tem a função coletiva de adaptar a criança ao meio social em que está destinada a viver. A educação, segundo esse autor, asseguraria um corpo de idéias e sentimentos suficientemente comum entre os cidadãos, sem o que qualquer sociedade seria impossível. É ainda Guibernau quem chama a atenção para o fato de que o poder do estado em impor uma língua e expandi-la por meio de um sistema escolar é a chave mestra para se iniciar a morte lenta das línguas e dialetos minoritários. (1997, p.80)

O estado brasileiro, atualmente, utilizando-se da retórica dos direitos de cidadania inclui a todos no Sistema Nacional de Educação e difunde, via escola, o corpo de idéias e sentimentos necessários à construção da "unidade nacional"e, sem usar nenhuma estratégia explicitamente repressora, difunde a língua portuguesa como língua legítima.

Até meados do século XX, a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas ocorria por meio de políticas e ações explicitamente assimilacionistas. A legislação indigenista do Brasil Império, expressa pela Lei nº426 de 24 de julho de 1845, estipulava que a educação, deveria estar a cargo do missionário responsável pela aldeia. Aonde não fosse possível o missionário atender as necessidades, haveria a criação de Escolas de primeiras Letras para ensinar a ler, escrever e contar aos meninos, e ainda aos adultos, que já sem violência se dispuserem a adquirir essa instrução. Era previsto, também, o ensino das "máximas da religião católica" e da Doutrina Cristã"

As diretrizes legais no que se refere ao atendimento à saúde são também ilustrativas da mesma tensão. O Estatuto do Índio, no artigo 53 dispõe que: "os índios têm direito aos meios de proteção à saúde facultados à comunhão nacional". O artigo 55 estende aos índios o regime geral da previdência social, "atendidas as condições sociais, econômicas e culturais das comunidades beneficiadas. Observa-se que os meios de proteção à saúde dos índios são os mesmos "facultados à comunhão nacional".

O mesmo discurso pode ser visto na Constituição Federal de 1988 quando afirma no seu artigo 196:

> A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O artigo 198 é mais explícito no que se refere à unicidade do modelo de atendimento à saúde:

> As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:
>
> I. descentralização. Com direção única em cada esfera de governo;
>
> II. atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
>
> III. participação da comunidade.

Da mesma forma que ocorre com a educação, o atendimento à saúde é pensado nos moldes de um sistema único, que atenda indiferenciadamente a todos os "cidadãos brasileiros". No que se refere à saúde, não há nenhuma alusão a qualquer dispositivo de tratamento diferenciado de povos indígenas que possuem sistemas próprios de representação do que designamos como saúde e doença.

O movimento em direção à especificidade vai se construir de forma tímida na década de 1990, através da elaboração de um modelo indigenista de atenção à saúde, inspirado nos princípios do Sistema Único de Saúde - SUS.

No âmbito da Fundação Nacional de Saúde foram criados os Distritos Sanitários Especiais Indígenas/ DSEI1, através da Lei Nº9.836/1999. Essa lei criou o relacionamento entre o subsistema de saúde e os órgãos responsáveis pela política indigenista e determinou a necessidade de diferenciação na organização do SUS para atender às especificidades da atenção intercultural em saúde. Pauta-se numa concepção de saúde integral e diferenciada; aplicando os princípios do SUS de descentralização, hierarquização e regionalização ao subsistema de saúde indígena.

HÁ LUGAR PARA ETNIAS NO "ESTADO-NAÇÃO" BRASIL?

Mesmo quando o Brasil reconhece formalmente que a equação um povo, uma língua, não se aplica a sua situação, o faz de modo a manter a hegemonia da nação brasileira.

O reconhecimento da organização social, dos costumes e da língua, vai ser cerceado pela imposição de uma educação escolar, atrelada ao Sistema Nacional de Educação. O Sistema Nacional de Educação dispõe que o ensino fundamental seja realizado em português, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A que espaço social se refere essa cidadania? De qual trabalho se fala?

As políticas públicas, ditas plurais, são paradoxais desde suas denominações: Referenciais Nacionais para a Educação Escolar Indígena; Diretrizes Para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena; Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, dentre outras.

Da mesma forma que ocorre com as políticas educacionais, as de atenção à saúde são marcadas pela *nacionalidade* brasileira. Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas estão inseridos no Sistema *Único* de Saúde - SUS. A estrutura e a forma de ação desses distritos é a mesma do Programa Saúde da Família

A violência simbólica hoje parece, em certo sentido, ser maior, pois as estratégias são mais sutis. Procura-se homogeneizar afirmando o respeito à diferença. Introduzem-se os conteúdos curriculares por meio da língua e de professores indígenas. Como alertava Meliá (2000 p. 14), a língua expressa com palavras indígenas pode não ser indígena.

A escola, antes uma instituição explicitamente civilizatória, passa a ser definida como instituição indígena. Entre vários povos, é possível perceber que a escola, em virtude do longo tempo de contato com essa instituição, passou a ser parte da vida na aldeia. Em algumas situações, é possível vislumbrar uma ressignificação dessa instituição, que passa a veicular, também, valores indígenas e a ser apropriada como instrumento de identidade étnica.

No entanto, a presença de professores indígenas não tem significado um perfil mais indígena para a escola. Esses professores costumam ser formados em cursos de magistério indígena, executados sob a retórica da especificidade e da diferenciação, mas conduzidos em língua portuguesa, priorizando os chamados conteúdos universais e estruturados como qualquer curso de magistério. Sua especificidade acaba restringindo-se a clientela, que são majoritariamente professores indígenas. Sua construção foi pautada pela racionalidade ocidental, não contando com a participação indígena em sua construção, em nenhum momento.

1 A transferência das ações de assistência à saúde da FUNAI, para, a FUNASA, ocorreu com a publicação de Medida Provisória Nº. 1.911-8/99, do Decreto Nº. 3.156/99, da Portaria Nº. 1.163/99 e da Lei Nº. 9.836/99.

No âmbito da saúde, a presença dos agentes indígenas de saúde no modelo indigenista de saúde não tem significado maior respeito aos saberes indígenas. Esses agentes, quando são formados, recebem orientações relativas aos conteúdos da biomedicina, de modo que possam auxiliar os profissionais da área da saúde que atuam nas aldeias. Exige-se desses agentes conhecimentos ocidentais em detrimento dos saberes próprios de suas culturas.

Muito embora o discurso das políticas indigenistas de educação e de saúde remeta para a intercultualidade, isso ocorre de forma ambígua, na medida em que são reforçados e valorizados os saberes ocidentais.

A tensão entre o particular e o universal se expressa no jogo no qual a diversidade é reconhecida, classificada como *étnica* e inserida no âmbito do Sistema *Nacional*, seja de Saúde, seja de Educação.

A noção de etnia assume, em termos da lógica classificatória colonial, o lugar do "outro". Etnia define-se em relação à *nação* ou, melhor dizendo, é definida por aqueles que se percebem como membros de uma nação. Como qualquer outra categoria analítica, a idéia de *etnia*, tanto quanto a idéia de *nação* são construções teóricas. Nesse sentido, expressam a lógica das classificações, orientada para produzir efeitos sociais (Bourdieu, 1996).

O que está em jogo na dinâmica das classificações é, como situa Bourdieu (1996,p.109):

> ... o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, tão logo se impõem ao conjunto de um grupo, estabelecem o sentido e o consenso sobre o sentido, em particular sobre a identidade e a unidade do grupo, que está na raiz da realidade da unidade e da identidade do grupo.

Os estados modernos, ao se afirmarem como estados nacionais exercem o poder de impor uma visão do mundo social excluindo do seu interior a possibilidade de existência de outras nações. Essa exclusão não ocorre somente no âmbito das conceituações, mas reverbera nas políticas homogeneizadoras, que pretendem a *unidade nacional*.

Qual seria, então, o sentido de distinguir *etnia* de *nação*? Weber, por exemplo, quando escreveu "Comunidades étnicas", elaborou uma escala de distinções entre raça, etnia e nação. Na sua perspectiva, o que distingue a pertença racial da pertença étnica, é a percepção da comunidade de raça de que se funda "realmente" numa comunidade de origem. O grupo étnico se constituiria com base na crença "subjetiva" dessa comunidade de origem. A nação se fundaria na crença da vida em comum, mas estaria ligada a reivindicação de um poderio político.

Weber pressupõe que a reivindicação de um poderio político seria privilégio do que ele denominava *nação*, posição análoga a de Connor (1972), quando coloca que nação seria o grupo mais amplo ao qual as pessoas crêem estar ligadas por uma filiação ancestral. Em sua concepção, a etnicidade refere-se aos grupos, ou mais exatamente, aos povos, que são "nações potenciais", situadas em um estágio preliminar da formação da consciência nacional.

Barth (1997) quando discute a construção das fronteiras étnicas, já o faz a partir da perspectiva de que os grupos étnicos são unidades menores que são parte de um sistema social englobante.

Guibernau (1997) insere, como o fez Weber, a questão do controle do poder na idéia de *nação*. Compreende *nação* como um grupo humano consciente de formar uma comunidade, partilhando uma cultura comum, ligado a um território claramente demarcado, tendo um passado e um projeto comum para o futuro e exigindo o direito de se auto governar. Para esta autora, grupo étnico é diferente de nação porque seus membros, apesar de partilharem uma origem comum e múltiplos laços culturais históricos, territoriais, não apresentam exigências políticas específicas.

Castells (2001) situa-se na mesma linha de argumentação, percebendo nações como comunidades construídas nas mentes e memória coletiva das pessoas por meio de uma história e de projetos políticos compartilhados. Isso seria diferente de *etnia*, que corresponderia a uma estrutura mais primária de distinção e reconhecimento e, também, de discriminação.

Numa perspectiva com matizes diferenciados, Kymlicka (1996) assinala que os grupos nacionais não estão definidos pela raça ou pelos ascendentes. Entende que os critérios de pertencimento nacional, baseados nos ancestrais, têm conotações claramente racistas e são injustos. Compreende que, em princípio, o pertencimento nacional deveria estar aberto a todos que estivessem dispostos a aprender a língua, a história e a participar de suas instituições políticas e sociais. Este autor define *nação* como uma comunidade histórica, mais ou menos completa institucionalmente, que ocupa um território ou uma terra natal determinada e que partilha uma língua e uma cultura diferenciadas. (1996, P.26).

Em princípio, a definição de nação proposta por Kymlicka contempla todos os povos, excluindo a hierarquização política presente nas idéias de outros autores. Para dar conta dessa hierarquização, o autor propõe a categoria *minoria nacional*. Esta indicaria a idéia de uma nação em situação minoritária, em relação com uma nação majoritária.

Algumas interpretações são possíveis a partir dos posicionamentos desses autores. Em todos eles está presente a preocupação em distinguir *nação* de *etnia*. Essa distinção constrói-se com base na percepção de uma hierarquização no que se refere ao poder político.

A *nação* seria uma forma de organização política mais completa, superior. Na relação com a *nação*, a *etnia* seria um classificador politicamente inferior. Essa hierarquização reflete a lógica da *colonialidade do poder*2. Os autores referidos, muito embora tenham construído suas explicações fora do espaço da Europa ocidental, ou "centro", como tem sido definido pela geopolítica do conhecimento, mantiveram-se de certa forma cegos aos efeitos da *colonialidade do saber Colonialidade do saber*, segundo Porto-Gonçalves (2005), revela que para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a

2 Mignolo afirma que após os movimentos de descolonização política, permanece a colonialidade do poder.

partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias. As noções de *etnia* e *nação* expressam, dessa forma, um campo de conflitos sociais e políticos que são historicamente variáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da noção de *etnia*, em relação à idéia de *nação*, reproduz, em termos epistemológicos, a lógica da dominação política. Classificar como *etnia* povos que possuem organizações sociais próprias, sistemas políticos elaborados, territórios delimitados, implica alijá-los da categoria *nação*. Esta poderia ser aplicada somente aos povos que exercem domínio político sobre outros, como é o caso dos Estado-nação "modernos".

Essa classificação repercute na produção de políticas públicas, que são elaboradas visando à *unificação nacional* pela incorporação das etnias sob o domínio do Estado-nação. Mesmo quando essas políticas se definem como plurais, mantêm a marca da centralidade *nacional*, que se impõe sobre as denominadas *etnias*.

Cardoso de Oliveira (2001) chama a atenção para, no contexto de elaboração dessas políticas, construir-se um diálogo interétnico, considerando os impasses da própria estruturação desse diálogo. Afirma que, mesmo quando o pólo dominante assume uma postura democrática, mantêm-se a estrutura do diálogo pautada em indivíduos situados em campos semânticos diferentes. Santos (2003) defende uma hermenêutica diatópica como estratégia para superar esses problemas. Da minha parte, a experiência de campo tem me ensinado que ainda estamos longe do que se poderia chamar de um diálogo tolerante, pois as distâncias entre os campos semânticos são muito grandes e o viés colonizador permanece muito vivo, na forma de um colonialismo pós-moderno que se reveste com a retórica do respeito à diferença.

As categorias *etnia* e *nação* expressam a tensão entre universal e particular. O que está em jogo é a necessidade de classificar organizações sócio-políticas, que vivenciam diferentes formas de acesso ao poder, que são construídas historicamente. O grande paradoxo das Ciências Sociais tem sido desconsiderar o campo de lutas que marca esse processo. Como aponta Ribeiro (2004), o ato de nomear nunca é inocente, especialmente quando se confunde com o ato de categorizar.

De forma paradoxal, a Antropologia, ciência que pretende compreender as diferenças, mantem-se presa a uma lógica, a racional, desconsiderando o que Mignolo (2005) denomina o exercício de uma *gnosiologia liminar*.

No caso do Brasil, a hegemonia da nação brasileira coloca-se de forma tão intensa que o reconhecimento da diversidade étnica, quando ocorre, se dá de forma dissimulada, ambígua. Para além da categorização da etnia como algo inferior em relação à nação, o Brasil

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTH F. 1997.Os grupos étnicos e seus limites In: Poutignat, P. et Streiff-Fernart, J. Teorias da Etnicidade. São Paulo: UNESP;

BOURDIEU, Pierre. 1996 A economia das trocas lingüísticas. São Paulo: EDUSP;

CASTELLS, Manuel. 2001 O poder da Identidade. São Paulo: Paz e terra;

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. 2001 Sobre o diálogo intolerante. In: Grupioni, L. et alli. Povos indígenas e Tolerância. São Paulo: EDUSP;

GUIBERNAU, Monserrat. 1997 Nacionalismos, Rio de Janeiro: Zahar;

KYMLICKA, Will. 1996 Ciudadania Multicultutal. Barcelona: Paidós;

LANDER, Edgardo. 2005 A colonialidade do poder. Buenos Aires: CLACSO;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Diretrizes Para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena. Brasília, MEC/SEF, 1993;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. 1998 Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC/SEF/DEPEF;

MELIÀ, Bartolomeu. 2000 Educação Indígena na Escola. D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Contra a ditadura da Escola. In. Cadernos CEDES. Nº. 49. Campinas: Unicamp;

MIGNOLO, Walter D. Histórias Locais/Projeto Globais - Colonialidade, Saberes Subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: ED. UFMG, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Prefácio. Lander, Edgardo org. A colonialidade do poder. Buenos Aires: CLACSO, 2005

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo org. A colonialidade do poder. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Cultura, Direitos Humanos e Poder. Mais Além do I RIBEIRO, Gustavo Lins. Cultura, Direitos Humanos e Poder. Mais Além do Império e dos Humanos Direitos. Por um universalismo heteroglóssico. In: Fonseca, Claudia et alli, orgs. Antropologia e Direitos Humanos. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Reconhecer para libertar. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WEBER, Max. Economía y Sociedad. México: Fondo de Cultura Econômica, 1992.

Arrogância e isolamento: a política colonial de Carl Peters

Marion Brepohl de Magalhães

Universidade Federal do Paraná
brepohl@netpar.com.br

Resumo: Muito se discorre sobre a conexão entre política racista biologia aplicada à hierarquização de grupos étnicos no século XIX. De fato, a partir das pesquisas ditas científicas sobre os povos primitivos, o chamado atraso técnico a que estavam submetidos, passou a ser explicado menos por aspectos morais e mais por características filogenéticas. Todavia, parece-nos claro, até pelo encadeamento cronológico dos fatos, que o preconceito, a intolerância, as tensões entre o europeu e o nativo, conformaram imagens e emoções muito mais decisivas para o racismo do que as doutrinas informadas pelo determinismo biológico. A propósito do papel dos sentimentos e das sensibilidades na política, mencionemos Hannah Arendt, que em uma passagem do livro Origens do Totalitarismo, propõe que estes sentimentos, nutridos nas relações cotidianas entre colonizador e colonizado nos levam à compreensão não apenas do racismo em África, mas também das práticas racistas na Europa. Segundo a autora, que se vale de exemplos como o nacionalismo sul-africano, o Imperialismo Inglês e anti-semitismo, há uma conexão recorrente entre o nacionalismo tribal e o ódio ao diferente. Nesta comunicação, pretendo demonstrar, a partir das iniciativas de Carl Peters, agente colonial alemão, como o sentimento de alteridade – traduzido pelo interdito à miscigenação – foi destilado e transmitido à opinião pública européia de forma a internalizar, ainda que de forma inconsciente, o senso de superioridade e o senso de missão. Mas também, no tocante ao exemplo em questão, nos primeiros experimentos de genocídio praticados no século XX, tanto quanto a convicção sobre a inevitabilidade destes genocídios

Segundo a mitologia grega, Minos, louco de ódio porque Dédalo auxiliara Teseu a vencer o Minotauro e a fugir do labirinto, prendeu a ele e a seu filho Ícaro, no mesmo labirinto. Dédalo não teve, entretanto, dificuldades de encontrar o caminho da saída; livrou-se da pena e, para fugir em direção ao céu, fabricou asas para si e para o filho. Malgrado a recomendação do pai, de não voar muito alto, para que o sol não derretesse a asa, nem muito baixo, para que a umidade não tornasse as asas pesadas, Ícaro subiu o mais alto possível. Ao chegar perto do sol, a cera derreteu e as asas se desfizeram, tombando o menino no mar Egeu.

Para a psicopatologia, esta lenda pode evocar o potencial maníaco-repressivo presente em todos os seres humanos. O voar muito baixo representaria aquele estado de ânimo desolado, que nos faz perder a autoconfiança; já o voar muito alto corresponde ao estado de euforia que, uma vez descontrolada, *desenvolve a superestimação das próprias capacidades e a ilusão de contato sempre mais próximo com uma fonte inexaurível de energia*. 1

Já para o historiador Pierre Vernant, ao discorrer sobre este mesmo tema, e levando em conta a punição impingida a Ícaro pela desobediência e a Dédalo pela pretensão de perverter a natureza, formula a seguinte pergunta: *Quem são esses heróis quase trágicos, atingidos pelo descomedimento (hybris) e pela vingança divina (atê)? Na quase totalidade dos casos, (...) são os déspotas orientais ou tiranos gregos, isto é, homens que confiscaram a cidade em proveito próprio*2.

Seja na versão antiga (do homem cívico) seja na versão moderna (do homem psicológico), ou nas duas versões combinadas, podemos afirmar que a arrogância, em seus limites mais extremos, permeia a mentalidade dos homens que anseiam um poder desmedido sobre outrem, ao que se sucede o isolamento. Não só por agir em benefício próprio, ou por não ter legitimidade, ou pela violência perpetrada contra seus governados , ou por considerá-los inferiores a ele. Vai mais além: porque o tirano, ao governar sozinho contra todos, permanece sozinho, projetando e arbitrando a vida de seus governados, os quais se lhe apresentam sempre como estrangeiros. E é por isso que, no campo da política, o tirano, em sua arrogância, segundo a compreensão de Hannah Arendt, *não apenas priva o homem de liberdade, como se priva de sua própria liberdade*.3

No entanto o tirano, por mais arrogante que seja, acaba reclamando por companhia, em nome do que sonha com prestígio e reconhecimento, e em nome do que se vê constrangido a conformar-se com a presença dos bajuladores.

Nesta comunicação pretendo transmitir uma experiência que é um exemplo desta configuração. De um tirano que, sem governados e sem um lugar seguro de onde pudesse ditar suas ordens, foi em busca de um território afastado para dar sentido à sua existência. Trata-se de uma experiência peculiar com a desterritorialização e com o isolamento. Por isso mesmo, talvez, ela revele, de forma exemplar, o desejo de onipotência do homem moderno, refletido num dos momentos fundadores da própria modernidade: a corrida para a África, realizada pelos europeus, em busca de aventura e fortuna.

Sobre a política colonial alemã

A política colonial alemã, conquanto efêmera, de mediano impacto na economia daquele país e contando com poucos adeptos, é fortemente estigmatizada como uma das mais cruéis e sanguinárias da virada do século. Isso se deve a dois fatores principais: o primeiro diz respeito à competição interestatal européia por mercados e espaço para a alocação da mão de obra excedente. Como se sabe, a Alemanha se torna um estado forte em 1871, o que passa a representar, para as demais potências imperialistas, uma ameaça. Em virtude deste novo concorrente, elabora-se o mito do perigo alemão, cujo propósito é o de denunciar os alemães como fortemente belicistas, expansionistas e guerreiros. O segundo fator, e isto nos remete às intrincadas relações entre memória e História, está associado à conexão realizada entre Imperialismo e Nacional-socialismo, pois é a partir daquele fenômeno político que o racismo, a ascensão da ralé e a sede de expansão são instrumentalizados politicamente4.

1 ZOJA,L.(2000) História da arrogância. São Paulo: Axis Mundi. p. 126
2 VERNANT, P. (1991) Mito e tragédia na Grécia Antiga II. São Paulo: Brasiliense. p. 164-65.
3 ARENDT, H. (1989). Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva. p. 144
4 ARENDT, H. (1989). O sistema totalitário.Lisboa: Dom Quixote.

Ainda que tal conexão ideológica seja indiscutível, e que de fato, o imperialismo (não só o alemão, aliás), tenha sido efetivamente sanguinário, esta linha de continuidade precisa ser relativizada. Dentre outras razões, porque muitas vezes ela obscurece alguns processos que provocaram tensões no interior da Alemanha com respeito à política colonial: referimo-nos à oposição realizada pela sociedade civil. Sim, porque malgrado o desejo por conquista de territórios em ultramar estivesse presente na mentalidade de políticos conservadores desde o início do século XIX, diversas instâncias da esfera pública alemã, como os partidos Social-democrata e Liberal, intelectuais de diversas origens, segmentos do clero e o movimento operário colocavam-se contra as táticas de conquista territorial no continente africano. Principalmente a esquerda via nisso um mero paliativo para questão social, que deveria ser resolvida com instrumentos políticos que garantissem o emprego e a renda dos trabalhadores.

Na era Bismarck, o próprio chanceler afirmaria que, se as indústrias alemãs crescessem, isso levaria ao aumento da renda interna, garantindo assim a absorção da produção sem a necessidade de se recorrer à expansão imperialista5. Por isso, preteria tal política em favor do fortalecimento das exportações.

Havia, portanto uma opinião pública compartilhada, que era contrária à corrida para a África, ainda que por motivações ideológicas distintas. Isso não impediu, todavia, que entidades de caráter privado, formadas por pessoas até então alheias à política e reticentes às regras de convívio democrático, militassem entusiasticamente em favor da expansão territorial.

Grosso modo, podemos caracterizar este grupo como composto principalmente pela pequena burguesia nacionalista. Característica importante deste grupo no final do século XIX era a euforia, ao que se somou o sentimento de superioridade. Por muito tempo, uma região fragmentada em estados frágeis do ponto de vista político e econômico, a partir de Bismarck, os súditos alemães experimentariam o orgulho da unificação, uma vez que, que lhes oferecia uma posição destacada no cenário internacional. Euforia também lhe suscitava a exploração econômica na África, um sinal da equiparação da Alemanha ao poderio inglês e francês.

Para a África dirigiu-se um pequeno grupo de alemães, contando com um apoio irrisório do governo e de entidades privadas, além da reduzidíssima experiência colonial. Quando retornavam ao seu país, tais indivíduos eram celebrados, ao menos pelos nacionalistas, ora como bravos soldados, ora como excelentes homens de negócios, ora como responsáveis pela ampliação do espaço vital, ou nos três papéis de uma vez só.

No entanto, Uma contrariedade os aguardava: as conseqüências do desenraizamento; sim, porque quando deixavam a África, voltavam como estranhos à sua própria cultura e aos seus antigos códigos de conduta. Regressavam para ocupar uma posição social mais destacada, esperando com isso reconhecimento e prestígio; no entanto, quem deixaria de suspeitar de seus eventuais delitos, de suas aventuras sexuais, dos negócios possivelmente escusos, enfim, do que foi feito sem ser visto? Quem aprovaria tranqüilamente a dizimação dos povos nativos?

Personalidade marcante deste grupo social foi Carl Peters, um dos principais líderes do Imperialismo Alemão. Investiu todas as suas energias na criação de um Império Colonial Alemão na África, não se limitando a defender tal política, mas sendo ele mesmo diretor de uma entidade criada para este fim, propagandista, comandante de expedições, conquistador, diretor de uma das colônias. Não contente com o que fora conquistado e sancionado pelo governo, parte para outras regiões, por iniciativa própria, ameaçando ofender seriamente as relações diplomáticas entre a Alemanha e a Bélgica, Grã Bretanha e França.

Não somente pelo açodamento ao governo alemão, como por seu desprezo ao parlamento e ainda pelas diversas denúncias sobre suas atrocidades em África, acabou sendo afastado de suas funções e logo depois, processado. Vê-se então constrangido a deixar seu país, buscando asilo na Inglaterra, onde permaneceu de 1897 a 1917, com a Guerra, é obrigado a retornar à Alemanha.

É neste lapso de tempo que redige suas memórias, objeto de nossa análise.

Peters e a África

As reflexões de Peters sobre sua trajetória enquanto agente da política colonial são publicadas em 1918, com o título *Memórias de Vida*, no qual, embora muito pouco de sua intimidade seja descrito, pode-se perceber que, se o livro tem um interlocutor privilegiado, estes são seus opositores, que encerraram de vez suas pretensões enquanto homem público.

O livro, de 114 páginas, é dividido em 8 capítulos: *Infância, Anos de escola, Vida Universitária, Minha primeira estada na Inglaterra, A fundação da África Oriental, O caso Peters, Minha segunda estada na Inglaterra, A guerra mundial.* De todos, o mais contundente é *O caso Peters*, no qual o autor descreve apaixonadamente sua derrota.

Sobre as suas origens, enfatiza a figura de seu pai, um pastor protestante que teve onze filhos, um liberal que encontrou inclusive problemas na carreira por suas posições políticas.

Desde cedo, Peters se apegou ao estudo de História (notadamente, dos grandes acontecimentos e dos grandes vultos), dedicando-se também, com muito afinco, à política e ao aprendizado de inglês e de grego. Cedo também conheceu as práticas de ginástica; como quase todos os jovens alemães, aplicava-se à educação física nas *Turnvereine*6.

5 BREPOHL DE MAGALHÃES, M. D. Pangermanismo e nazismo; a trajetória alemã rumo ao Brasil. (1998). Campinas: Editora da Unicamp/ FAPESP, p., 102

Ainda que excelente aluno, Peters atribui sua formação muito mais às suas leituras e gostos pessoais do que às escolas. Por exemplo, o sonho, aliás, muito comum entre os jovens da época, que ocupou a sua imaginação por algum tempo e que o fez aproximar-se da Geografia: migrar para os Estados Unidos, onde podia valer-se da ajuda de August Engel, um tio bem estabelecido economicamente. Por outro lado, seu pai inculcou-lhe a curiosidade pelo continente africano. Objeto de leituras de Peters Sênior era a obra do inglês Livingstone e do alemão Claus von der Decken7, talvez por ter parentes morando na África do Sul, talvez pelas missões da Igreja Luterana que já se faziam presentes nessa região.

O primeiro acontecimento que estimulou o menino Carl a sair de seu pequeno mundo foi a guerra da Alemanha com a França e, posteriormente, a unificação, experimentando com isso uma atração especial pelas questões afetas à jovem nação. E foi exatamente em 1871 que ele deixou sua escola tipicamente pequeno-burguesa, em Lünenberg, para freqüentar, em Ilfeld, uma escola tipicamente aristocrática. Ali, teve de se adaptar a horários rigorosamente estabelecidos, ao tratamento pela terceira pessoa, às regras de conduta típicas da "boa sociedade".8

Quando chegou à idade universitária, decidiu, num primeiro momento, ser professor, para o que se dedicou à História e à Geografia. No entanto, antes de iniciar seus estudos de doutorado, foi convidado pelo tio Carl Engel a visitá-lo na Inglaterra. Com ele, Peters experimentaria o convívio com pessoas abastadas, muito diferentes dos seus familiares e amigos; e, segundo ele próprio enfatiza, foi graças a estas relações, que o jovem vivenciou, nesta ordem, três experiências marcantes em sua carreira: o contato com a pessoa de Joseph Chamberlain (Ministro do Comércio e posteriormente da Política Colonial), o orgulho nacional dos ingleses e sua política colonial. Esta última tornara-os independentes economicamente, fosse relativamente a outros países, fosse em relação a seu próprio governo. Segundo o autor:

> Quando comparo meus parentes e amigos alemães com meus parentes e amigos ingleses, posso observar que os primeiros, após sentirem o gosto da liberdade na academia, logo se curvam, na maioria das vezes, a uma atitude típica dos filisteus, ou seja, a seus superiores e protetores, perdendo a elasticidade de sua alma (...) Os ingleses são independentes frente a seus superiores e protetores, e igualmente independentes, embora respeitosos e corteses, para com seus iguais, mas se voltam para os inferiores como seus senhores, senhores inatos sobre a terra9.

Este orgulho nacional e a consciência de se exercer o papel de protagonista da História escapavam aos alemães, motivo pelo qual invejavam os franceses e ingleses e ocupavam no mundo, conforme Peters, a função de serviçais.

Peters, aliás, valia-se de diversas comparações entre a Alemanha e a Inglaterra em seus outros textos; os ingleses eram espertos, refinados, metropolitanos, corajosos; os alemães, provincianos, apáticos.

Apesar das limitações do povo alemão, não aceitou a oferta do tio para que morasse definitivamente com ele e fosse seu herdeiro; seu orgulho pessoal o levou de volta à Alemanha em 1882, com o intuito de defender para o seu país uma efetiva política colonial.

Todavia, o mesmo tio que abrira a ele horizontes tão amplos, interromper-lhe-ia tais projetos: Carl Engel faleceu e Peters se tornou seu testamenteiro. Nesta função, regressou a Londres, onde aproveitou, ao lado da tarefa de administrar o espólio, para estudar mais profundamente a política colonial. Retorna, então, à Alemanha, percebendo que precisava definir sua vida, desta vez, no entanto, valendo-se de razoável autonomia financeira, graças à herança recebida do tio.10

Para sua decepção, o texto *Willenswelt und Weltwille*11, ensaio filosófico de sua autoria, não fora bem aceito no ambiente acadêmico; apesar das boas notas, ficou consciente de que não seria um Kant ou um Hegel, e não lhe interessava estar entre os vinte ou trinta melhores12. A possibilidade de emigrar para os Estados Unidos para comercializar porcos, negócio que lhe parecia viável graças a seu tio fazendeiro, embora pudesse lhe proporcionar uma carreira confortável, não era do agrado de sua família, que nutria o sonho de vê-lo como professor universitário; ficar na Inglaterra, ainda mais sem o tio, estava fora de questão. *E eu me disse: duas almas vivem no meu peito; uma quer da outra se separar*13 .

Assim que Peters, entre uma profissão economicamente segura no "Novo Mundo", porém de baixo *status* e a vida de professor, austera, porém altamente dignificante, decide assumir outro caminho: *fundar uma colônia alemã em qualquer canto do mundo* 14.

Depois de concluída sua tese de doutorado em 1884, *intitulada In wieweit ist Metaphysik als wissenschaftlich möglich?15,* ele funda a *Gesellschaft für Deutsche Kolonisation*16, viajando, neste mesmo ano, com Karl Jühlke, Graf Pfeil, August Otto e 175.000 marcos, para Zanzibar, na África.

---

6 Sociedades de ginástica que, segundo Giralda Seyferth, desde as invasões napoleônicas constituíram-se uma tradição nos diferentes estados que comporiam a Alemanha. Nelas também se cultivava o orgulho patriótico e os esportes. SEYFERTH, G. (1982). Nacionalismo e identidade étnica. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura.

7 WIEBEN, U. (2000). Carl Peters. Rostock: Neuer Hochschulschriftenverlag, p. 19 e ss. Carl Peters sênior, discípulo de Bruno Bauer, lutou, ao lado de outros liberais, pela unificação da Alemanha. Exercia papel preponderante na região em que atuava como pastor.

8 Peters, op.cit., p. 33

9 idem, p. 56

10 WIEBEN, op. cit, p. 29

11 Mundo da vontade e vontade do mundo

12 WIEBEN, op. cit, p. 29-30

13 PETERS, op. cit. p. 61

14 idem, p. 61

15 Em que medida a metafísica como ciência é possível?

16 Sociedade para colonização alemã e Associação Colonial Alemã.

Cabem aqui alguns comentários da autora sobre essa região. Desde 1840, o governo inglês e o sultão Bargasch mantinham uma política de colaboração, o que favoreceu o comércio de especiarias e a entrada de capitais europeus na região.

Segundo Wessling, este Sultão, um príncipe comerciante,

> Introduziu um novo sistema monetário, reformou as tarifas alfandegárias e assinou acordos com a América do Norte e vários países europeus (...) Zanzibar passou a ser um verdadeiro bazar, uma espécie de Cingapura afro-asiática, com uma população mista de árabes, africanos, indianos e europeus. Tinha o maior comércio de escravos da África Oriental e era o centro do comércio de marfim17.

Tanto os ingleses como o próprio Bismarck consideravam positivas tais relações; por meio de companhias privadas, garantia-se a presença e a administração dos negócios com a autoridade local; da parte da metrópole, esta lhes oferecia proteção diplomática e militar. Com relação à repartição das regiões entre as potências, isso se fazia por meio de tratados internacionais, como foi o caso da Conferência de Berlim.

Ocorre que a demarcação das fronteiras, com respeito à África, só era precisa e válida na região costeira, pois não se conhecia o interior, muito menos se dispunha de recursos para explorá-lo e demarcar-lhe as terras – sendo que nem sempre o retorno seria garantido. Por essas razões, o interior era invadido e muitas vezes inclusive ocupado, por conquistadores e aventureiros, que falavam, ora em seu próprio nome, ora em nome de seu país. Não raro "negociavam" tratados diretamente com os chefes locais, em troca de bugigangas, como foi o caso de Stanley, conquistador a serviço do Príncipe Leopoldo da Bélgica, que adquiriu amplo território *em troca de tecidos finos, paletós de librés, fardas com alamares vistosos [...] sem esquecer de algumas garrafas de gim*18. Para todos os efeitos, o interior africano era uma terra de todos e de ninguém; escravos, ouro, marfim, borracha, e tantos outros negócios iam sendo feitos, marcando a presença européia e suas diferentes nacionalidades.

E foi assim que procedeu Peters: ao palmilhar o interior da África Oriental, logrou que 12 chefes tribais, mesmo sem conhecer o idioma alemão, assinassem com um xis o *Tratado da Amizade Eterna*, no qual a autoridade local declarava ser soberano pleno de sua aldeia, e que cedia tal direito à Alemanha por uma aliança de sangue, ignorando portanto a autoridade do Sultão de Zanzibar19. Quanto a este, sob ameaça de agressão bélica, e tendo em vista a relativa omissão da Inglaterra, acata aqueles arranjos, pelo menos em caráter provisório.

Da parte de Bismarck, as iniciativas de Peters eram vistas como uma grande ameaça para suas relações diplomáticas com a Inglaterra; por isso, a despeito do apoio eleitoral que lhe dedicavam os imperialistas, concede muito pouco apoio a Peters: declara a região como protetorado alemão, mas sua administração fica por conta da *Deutsche Ostafrika Gesellschaft*20 - DOAG, dirigida por Peters.

Segundo Wesseling,

> O governo alemão forneceu um esquadrão naval para proteger a transferência de poder. Os agentes começaram a encher os cofres da empresa e, para fazer isso, introduziram uma série de impostos (...). Entre muitos outros impostos, cobravam os de sepultamento, transporte, cacau, eleição e, além disso, criaram concessões e obrigações, medidas, ordens e normas, papéis, carimbos, taxas e selos, tudo na melhor tradição prussiana. Não é de admirar, portanto, que os atônitos árabes e suailes que, até onde ia a memória, haviam-se habituado apenas a simples direitos alfandegários e subornos ainda mais simples, vissem as atividades de seus novos senhores com assombro e se rebelassem contra eles.21

A revolta, iniciada em 1888, contou com a contra-ofensiva de tropas alemãs, que esmagaram os rebeldes e consolidaram ainda mais o poder dos colonizadores. Dada esta vitória, Peters decide ampliar seus domínios, conquistando também o território da Uganda.

Em 1887, assume, com um mandado de 15 anos, a direção da DOAG, esta já fundida com a *Deutsche Kolonialverein.* Em 1891, torna-se o governador civil da África Oriental. Finalmente, podia dizer para si, que tinha o seu território e seus governados. Mas esse mesmo período assinala, segundo Wieben, o enfraquecimento do poder de Peters. Primeiro, por seu desrespeito aos acordos diplomáticos. Segundo, pela violência contra a população nativa.

A este propósito, um acontecimento tornar-se-ia emblemático: Peters condenou à forca o seu criado Mabruk e sua concubina africana Jodjaga, sob a justificativa de espionagem e deserção, executando-os em frente a seus soldados, como sinal da necessidade de obediência, ato que lhe valeria, para sempre, a alcunha *Hänge-Peters* (Peters, o enforcador).

Segundo Wieben,

> Também era certo que Peters estava se transformando gradativamente em um Senhor e a natureza ... inerente ao conquistador, era o que determinava este domínio em relação aos nativos, não conhecendo qualquer limite; desta forma, penas draconianas e execuções eram vistos como método normal de disciplinarização22.

Mas, a partir de 1886, a violência contra os africanos é denunciada também no parlamento, iniciando-se um processo disciplinar que levou ao fim de sua carreira política. Em 1894, o *Kaiser* lhe impõe a aposentadoria compulsória.

---

17 WESSELING, H.L (1998). Dividir para dominar. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/ Renavan,, p.152.
18 HOSCHILD, Adam. (1999) O fantasma do Rei Leopoldo. São Paulo: Companhia das Letras, p. 80
19 WESSELING, op. Cit., p. 159
20 Sociedade Alemã da África Oriental
21 idem, p. 165
22 WIEBEN, op. cit., p. 47

Voltando agora à narrativa de Peters. Como ele interpreta todos estes acontecimentos? Inicia sua versão dos fatos, afirmando, ressentidamente:

> Só na Alemanha é que houve, por uma década, a querela sobre se devo ou não ser reconhecido como o fundador da África Oriental, por quererem sempre me diminuir (...) eu tenho meus co-semelhantes na História: personagens que são meus equivalentes: Cristóvão Colombo, Fernando Cortez, Lord Clive e Cecil Rodhes23.

Mas, à diferença daqueles, que contaram com diversos incentivos, afirma ter feito sozinho o plano, como sozinho o executou e, apesar de seus inimigos, apresenta aos leitores

> ... meus grandes feitos: em março de 1884, criei a *Gesellschaft für Deutsche Kolonisation*; em julho, organizei uma empresa nos moldes de *adventures* inglês com 5.000 marcos; em setembro, comecei a expedição para a África e colhi assinaturas do "Tratado da Amizade Eterna". Voltei à Alemanha para pegar a *Schutzbrief24* e a idéia cresceu como cogumelo jogado à terra – todos queriam saber como fazer tudo isso e imitar-me25.

De fato, o êxito de Peters teve um efeito na mídia; principalmente para a pequena burguesia, a Alemanha abria-se à concorrência com os ingleses; para os conservadores, novos mercados seriam disponibilizados; para a Liga Pangermânica, o espaço vital seria ampliado; para as empresas de transporte de migrantes, uma nova rota. No entanto, para os liberais e social-democratas, a política colonial não era senão uma propaganda ideológica para desviar a atenção da população de seus efetivos problemas sociais.

Assim, *apesar de ter dado ao povo alemão um território que era 5 ou 6 vezes o tamanho da Alemanha26,* e apesar dos olhares entusiasmados de um razoável grupo, Peters não só não recebeu apoio do governo, como diversos ataques da sociedade civil.

Mesmo com estas adversidades, tornou-se diretor da África Oriental. A euforia do cargo o estimula a uma nova expedição, para ampliar os domínios alemães na África, mas apesar do relativo sucesso do empreendimento, mais uma vez, suas pretensões sofreram censuras.

Segundo a interpretação de Peters, todos os obstáculos aos seus empreendimentos eram uma trama urdida secretamente entre o parlamento alemão e as autoridades inglesas. Herbert Bismarck adotara uma política de "casamento colonial" com a Inglaterra, em nome do favorecimento da indústria alemã27, donde um jogo duplo: de um lado, manifestava-se publicamente a favor da conquista da África, de outro, queria que Peters literalmente desaparecesse. Isso se confirma pelo ataque militar realizado pela tropa inglesa, algo que também, na sua leitura, *era um pedido secreto da Alemanha para que o destruíssem e que ele não voltasse vivo a África28.*

> Esses acontecimentos demonstram todas as tramóias de um governo contra um único homem.... Isso tudo esfriou meu amor pela pátria. Pois definitivamente o patriotismo não é um misterioso impulso individual, que resta imutável mesmo se o outro lado não oferecer a sua contrapartida... na História, uma coletividade só é grande quando demonstra total gratidão para com seus indivíduos29.

Constata melancolicamente que ao invés de ser elogiado pelo grande poderio econômico que representava aquela imensidão territorial em mãos da Alemanha, fora rejeitado pelo governo; da sociedade, de quem só recebeu indiferença e escárnio; e da imprensa, de quem, mentiras e difamações.

Concentremo-nos agora no capítulo intitulado O *caso Peters.* Até aí, sua escrita versava sobre experiências vinculadas à sua ação pública, idéias sobre a política em curso, seus raros apoiadores e seus muitos opositores. Nesse capítulo, seus sentimentos são expostos. Não por acaso: trata-se de um período em que, não o seu projeto, mas sua pessoa será condenada.

Seguindo sua própria narrativa: com Caprivi, estava previsto que teria o governo civil da África Oriental. Mas, ao contrário do previsto, *foi-me dito que não haveria lugar para mim na administração, queriam a mim e a meus soldados mortos.* Para compensá-lo, ele ficaria com um cargo no interior da África30, em Kilimanjaro; aquela era uma região de conflito, havendo, segundo Peters, um movimento de resistência composto por 120.000 nativos contra uma escolta de 150 brancos. Naquela situação, o diretor não sentiu ser possível agir pacificamente. O imperativo de *erguer ali a bandeira alemã* o obrigou, uma vez mais, ao uso da violência. Por isso, mais uma vez, o governo em Berlim ficou contra ele.

Sua interpretação dos fatos – como vítima de um complô – é atribuída ao interesse da Inglaterra em construir uma estrada de Mombas até o Mar Vitória, donde a necessidade de minar-lhe o poder, isto porque, malgrado seus esforços, o

---

23 PETERS, op. cit., p. 64

24 Literalmente: Carta de proteção, uma concessão que lhe desse respaldo para explorar a região

25 PETERS, op. cit., p. 65

26 idem, p. 66

27 Exemplo desta política, conforme Peters, foi a oferta de Herbert Bismarck, filho do chanceler, a um investidor polonês; que ele desistisse de viajar na expedição de Peters para a África e investisse os 50.000 marcos que dispunha no Brasil. Esta opção, apesar de soar a Peters como um pacto secreto, soa-nos mais como uma evidência de que o governo preferia investir em mercados já consolidados, como era o caso do sul do Brasil.

28 idem, p. 74

29 idem, p. 75

30 Argumenta Peters que em princípio ele não aceitou este cargo, pois, segundo testemunhavam as suas lembranças de 27 Anos, "era sentimental e frágil o suficiente, tratando, portanto a África Oriental como sua própria criação, apesar de estar sendo jogado fora de lá (p. 80)".

governo alemão assina um tratado com a Inglaterra, em 1890, *trocando Zanzibar pela Heligolândia, barganhando dois reinados por uma banheira no mar do norte31.*

A mais conhecida denúncia contra ele é então mencionada: o assassinato da concumbina e do criado, fatos, segundo ele, que nunca foram comprovados. Finalmente: em 1894, o *Kaiser* lhe conferiu aposentadoria compulsória, afastando-o assim da África.

Como último recurso, Peters candidata-se, pelo *Mittelpartei*, contra um candidato social-democrata em Witzenhausern-Eschwege-Snalkaden, sendo derrotado devido às "difamações" da esquerda. Em 1895, inicia campanha pelo fortalecimento da frota mercante, possivelmente com o aval da Liga Pangermânica, candidatando-se novamente. Mas a esquerda, segundo ele, *desqualificou a mim e não as minhas idéias32,* reapresentando argumentos de suas crueldades com a população africana.

Termina o capítulo declarando que aos 41 anos , fora separado da obra de sua vida, obra que amou apaixonadamente: a África33 .

Que país habitaria em Peters?

Para finalizarmos, retornamos às indagações que motivaram o presente estudo. Eram os colonizadores tiranos em sua essência ou tornaram-se tiranos no contato com a população nativa? Predispostos à violência ou aprenderam a ser violentos? Sabiam-se ilegais ou o racismo estancou-lhes a consciência? Qual o limite da arrogância?

Para tentar responder a estas perguntas, resgato, primeiramente, as reflexões de Hannah Arendt e de Norbert Elias sobre as condições culturais e políticas que tornaram possível a violência contra os africanos na era dos impérios.

Para a autora, Peters provinha da ralé – um segmento da sociedade composto pelo refugo de todas as classes, que odeia a sociedade da qual é excluída e odeia o parlamento e demais instituições onde não se vê representada34. Por isso, busca sua ascensão social pelo viés individual e por intermédio da bajulação, da servilidade, de práticas ilícitas, ou, mais especificamente para o que nos interessa aqui, na aventura imperialista, em um território em que leis e normas de conduta não são levadas em consideração. Não é de se estranhar que a ralé acolha tão bem as doutrinas racistas, porquanto em seu contato com os *africanos esses selvagens (tão) incompreensíveis como os loucos de hospício35* – sente-se um super-homem, e não homem supérfluo e insignificante.

No que se refere especificamente à experiência alemã com o nacionalismo, Elias nos fala da oscilação entre a extrema exaltação e a extrema humilhação. Membros de um Estado que, outrora fraco, devido à industrialização e a unificação, tornou-se forte e equiparável às demais potências, provocando-lhes o orgulho nacional. Por essa razão, lutar para garantir a imagem da nação era comprovar sua própria força36. É neste contexto que o componente idealista-humanista da tradição cultural burguesa alemã seria gradativamente substituído pelo *ethos* guerreiro, a partir do qual ausência de piedade, disciplina, obediência e "vontade de ferro", códigos tipicamente militares, transferiram-se para as normas de conduta social37.

Concordando inteiramente com estes autores, gostaria, agora, de me concentrar no indivíduo Peters; para tanto, permito-me cotejar alguns aspectos de sua autobiografia que propositadamente foram omitidas por mim nas páginas anteriores, e que evidenciam o universo de seus afetos.

Na infância e adolescência, a paixão pela leitura, sobretudo, das biografias de César, de Frederico, o grande, e de Napoleão, personagens que possivelmente serviam de objeto de identificação entre os jovens da época -, homens vistos como símbolos nacionais; deste nacionalismo viril, a paixão pela ginástica e pelo esporte, o que evoca a coragem necessária aos guerreiros. Grandes vultos também impressionaram o autor das *Memórias* quando adulto: Cristóvão Colombo, Fernando Cortez, Lord Clive e Cecil Rodhes, estes, como seus outros eus.

Da literatura sobre outros continentes, Livingstone, Darwin, Defoe, James Fenimore Cooper, Chamberlain, Rhodes, autores que retrospectivamente ele vê como seus condutores à África.

Líderes políticos, escritores reputados, cientistas, viajantes, grandes empreendimentos expansionistas, história das nações e das nacionalidades: o pano de fundo que teceu a imaginação imperialista de Peters.

Num segundo momento, a política como fraude, a diplomacia como mentira, o complô, a indisciplina dos negros, os partidos políticos e suas difamações, a rejeição de Bismarck à sua pessoa, eis o cenário construído para explicar o fracasso de seu projeto.

Mas é na terceira fase de sua vida, quando é expulso da Inglaterra e vê-se constrangido a retornar à Alemanha, que Peters imaginará, segundo minha opinião, uma outra história, a qual poder-lhe-ia ter sido mais afortunada. Em 1917, um outro país e um outro personagem vêm às suas memórias; num trecho bastante revelador, declara:

> [Diante de tanto desprezo de meus compatriotas] ... viajei a casa de minha mãe, em Hannover (...). Durante todo este tempo eu negociava publicamente com Bruxelas e fazia isso sempre de uma tal maneira, como se eu quisesse viajar até lá para

31 PETERS, Carl, apud WESSELING, op. cit., p. 179
32 idem, p. 87
33 idem, p. 49
34 ARENDT, Hannah. O sistema totalitário..., p. 164-5
35 Conrad, O coração das trevas, apud Hannah, idem, p. 260
36 ELIAS, N. (1997) Os alemães. Rio de Janeiro: Zahar, p. 165-66
37 idem, p. 187-189

> falar com o rei da Bélgica e com o senhor Stanley, com a finalidade de anexar minha aquisição ao recém formado Estado do Congo. (...) Telegrafei para o Ministério das Relações Exteriores, afirmando que iria viajar para a Bélgica nas próximas semanas se eu não tivesse imediatamente o requerimento atendido. Em 28 de fevereiro eu tinha o documento nas mãos38.

Neste, a menção de um plano que se traduz como uma ameaça à Alemanha. Por certo, ameaça pouco realizável; afinal, nem ele tinha poderes para entregar um território a qualquer governante nem a Bélgica arriscaria um conflito com a Alemanha ou com a Inglaterra. Mas exatamente por ser dificilmente realizável é que este plano pode ser lido muito mais como um desejo, só explicitado em, suas *Memórias*, e é com essa hipótese que concluo minhas reflexões.

Peters teve um contacto pessoal com os homens de Leopoldo; quando chegou em Zanzibar pela primeira vez, em 1884, hospedou-se num hotel construído especialmente para os agentes coloniais belgas39; com quem conversou sobre seus projetos em solo africano.

Permito-me uma outra conjectura: se observarmos o mapa da África de 1914, veremos que se a África Oriental fosse anexada ao Congo, abrir-se-ia a possibilidade de saída para ambos os mares, o Índico e o Atlântico, facilitando-se diversas rotas comerciais.

Importante também era a figura de Stanley, que ocupava uma função no Congo semelhante à de Peters na África Oriental, sendo no entanto reconhecido e celebrado. E o próprio Leopoldo, o rei que, para efeito de sua imagem pública, não participava da disputa colonial, mas que, enquanto homem de negócios, investiu pesadamente na empresa colonial, não dispensando a violência contra os nativos nem consultando o parlamento sobre como deveria governar aquele Estado. Leopoldo, sobre quem mais tarde o poeta norte americano Vachel Lindsay escreveria a seguinte estrofe: *Ouçam como grita o fantasma de Leopoldo/A queimar no inferno por suas hostes sem mãos/Escutem como riem e berram os demônios/Lá no inferno, a lhe cortar fora as mãos40.*

Por isso, afirmo, estando consciente de tratar-se de uma conjectura que, após o fracasso de sua empresa, a rejeição e humilhação a que esteve submetido, à vida esvaziada de sentido, o país que passou a habitar em Peters foi o Congo belga, e não a África Oriental alemã, pois ali, seguramente, pelo menos em sua imaginação, ele não ficaria só. Um país e um rei que talvez, já habitasse nele há muito tempo.

Por fim, cito um trecho do romance *Amzonientrilogie*, cuja alusão ao caráter do homem imperialista, simbolizado no personagem Alfinger, me parece indisfarçável:

> Os homens caminhavam para a guerra e a aventura, para o assalto e o assassinato. No país dos brancos, em Espanha, Portugal, Itália e Alemanha, eles não tinham nada a perder. Não eram pessoas más, eram como eram e não conseguiriam ser de outro modo.
>
> De Alfinger, corria a fama que era o mais cruel dentre os cruéis. Uma vez ele passou por um lugar que, dizia-se, era rico em metais. Então começou a decepar as mãos de nada menos do que setenta pessoas (...), para que todos vissem o que lhes poderia acontecer caso lhes ocultassem o tesouro.
>
> Mas... quem era Allfinger? Um branco, um homem, um caçador (...), não pior que os outros. O desejo de guerra era sua espinha dorsal; se conseguia abater alguém, ele se sentia bem; rum, poder e ouro eram seu coração e o seu sangue. Os bugres eram sua praia, sobre a qual ele se deitava41.

38 PETERS, op. cit. , p. 68

39 WIEBEN, op. Cit., p. 30 e ss.

40 apud Hochschild, op. Cit., p. 276. No original: Listen to the yell of Leopold's ghost/ Burning in Hell of his hand-maimed host/ Hear how the demons chuckle and yell/ Cutting his hands off, down in Hell.

41 DÖBLIN, A. (1991)Amazonas Romantrilogie. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, p. 89 e 94. (tradução livre da autora)

Identidades, etnicidade e racismo entre imigrantes.

Miriam Santos
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
mirsantos@uol.com.br

Resumo: O objetivo desse trabalho é entender os contornos identitários produzidos pela imigração e que freqüentemente são expressos através de confrontos entre "nós" e os "outros", que em situações extremas podem levar ao racismo. Buscamos entender também como esse "nós" pode ser relacional e em alguns momentos abarcar os "outros", através da redefinição de identidades. A grande imigração européia para o Rio Grande do Sul vai se distribuir espacialmente em "ilhas" de colonização criando espaços onde os imigrantes e seus descendentes reportam-se a identidades alemães e italianas. Observamos nesse momento disputas entre os chamados colonos "de origem" (alemães e italianos), mas também alianças contra os "brasileiros" (negros e índios) e os luso-brasileiros. Mais tarde os açorianos, que em um primeiro momento não são pensados como imigrantes, porque haviam chegado ao país em uma época em que Brasil e Açores faziam parte do Império Português, buscam também definir por uma identidade de imigrantes, e especialmente de colonos "de origem". No entanto essas diferenças são freqüentemente apagadas quando esse grupo de origem imigrante migra para outros lugares do Brasil. Nesse momento o pertencimento étnico passa a ser o regional e "italianos", "alemães", "açorianos", passam a ser apenas "gaúchos" em oposição aos demais "brasileiros". Como método de trabalho utilizamos à etnografia e a pesquisa histórica, buscando na história política e econômica suporte para entender as transformações nas relações entre os diversos grupos humanos estabelecidos na serra gaúcha e seus descendentes que migraram para outras partes do país.

O objetivo desse trabalho é entender como os grupos migrantes estabelecem os limites que demarcam seus contornos analisando também os confrontos produzidos pelos diversos grupos postos em contato pela imigração. Nesse contexto é importante compreender como esses limites podem ser relacionais e mutáveis.

Como método de trabalho utilizamos a etnografia e a pesquisa histórica, buscando na história política e econômica suporte para entender as transformações nas relações entre os diversos grupos humanos estabelecidos na serra gaúcha e seus descendentes que migraram para outras partes do país.

Tais grupos não podem ser pensados literalmente como grupos étnicos, mas a literatura sobre etnicidade se ajusta bem ao seu estudo e nos permite iluminar algumas questões. O conceito de etnicidade que mais se adapta ao estudo de tais grupos é o de Max Weber (1981) onde o grupo não se define apenas através das características raciais ou culturais, sendo pensado por meio da idéia de pertencimento subjetivamente definido. O sentido de pertencimento destacado por Weber aparece no contato interétnico, na medida em que a "solidariedade étnica" manifesta-se no confronto com elementos estrangeiros como oposição ou desprezo pelo que é diferente, despertando neste embate entre o "nós" e os "outros" o sentido de unidade grupal.

Ao definir o grupo étnico pela crença subjetiva numa origem comum, Weber sublinha que não é conveniente procurar a etnicidade em características fixas. Esta deve ser procurada antes na atividade de produção, manutenção e aprofundamento das diferenças, cuja objetividade não pode ser avaliada independente da significação que lhes atribuem os indivíduos no decorrer de suas relações sociais. Tais atividades de produção, manutenção e aprofundamento de diferenças funcionam como políticas de identidade.

Os movimentos e políticas de identidade constituem-se uma presença quase que obrigatória na contemporaneidade e junto com o seu sucesso surgem também os problemas e tensões. Como destaca Leal as fronteiras entre identidade, xenofobia e violência são muito frágeis. (Leal 2007: 186).

Entretanto é importante lembrar que a reivindicação identitária não surgiu de uma hora para outra poderíamos dizer que as identidades são construídas para a diferenciação e que refletem a maneira pela qual o grupo se pensa (Handler 1984). A instrumentalização política das identidades gera os momentos de tensões sociais e conflitos que são colocados em pauta pelas reivindicações identitárias e também pela manipulação política destas identidades. Como assinala Bourdieu: *"O poder de impor uma visão das divisões, isto é, o poder de tornar visíveis, explícitas, as divisões sociais implícitas, é o poder político por excelência: é o poder fazer grupos, de manipular a estrutura objetiva da sociedade"*. (Bourdieu 1990: 167).

No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, é exatamente essa instrumentalização política que permite que os açorianos se desloquem de uma identidade luso-brasileira para a categoria de imigrantes europeus. Nesse ponto acompanho o pensamento de Barth (2000) que assinala que as fronteiras étnicas são sociais, simbólicas e mutáveis.

A Colonização do Rio Grande do Sul

Os colonos provenientes das Ilhas dos Açores se estabeleceram no litoral do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina na segunda metade do século XVIII, num projeto do Império Português que tinha como finalidade promover a ocupação territorial e também implementar um modelo de agricultura familiar como alternativa para a grande propriedade monocultora.

No caso específico do Rio Grande do Sul, a colonização açoriana iniciou-se em janeiro de 1752 com sessenta casais, que se instalaram no local onde hoje existe a cidade de Porto Alegre e na época recebeu o nome oficial de Porto de São Francisco dos Casais. A imigração açoriana tinha também uma finalidade geopolítica e serviu para reforçar a presença portuguesa na área que ia de Santa Catarina ao Rio da Prata, contribuindo para o predomínio da língua portuguesa sobre a

castelhana. Nesse sentido elas funcionavam como núcleos de resistência à expansão espanhola proveniente da região do Rio da Prata.

O primeiro projeto de colonização européia depois da independência do Brasil aconteceu no Rio Grande do Sul a partir de 1824 com colonos alemães. Nos primeiros cinqüenta anos de imigração foram introduzidos entre 20 e 28 mil alemães no Rio Grande, quase todos inseridos em colônias agrícolas.

Os primeiros imigrantes alemães chegaram a Porto Alegre em julho de 1824 e foram enviados para a desativada Real Feitoria do Linho Cânhamo, localizada à margem esquerda do Rio dos Sinos. Essa primeira grande colonização alteraria a forma de ocupação de espaços no território brasileiro, levando gente para áreas até então desprezadas. Os colonos alemães iriam formar uma classe de pequenos proprietários e artesãos livres, em uma sociedade até então dividida entre senhores e escravos. Segundo Picollo(1998: 464): *"O estabelecimento do núcleo colonial de São Leopoldo pelo Governo Geral em 1824 foi o marco inicial do processo colonizatório com imigrantes não-lusos no Rio Grande do Sul (...)"*.

Com a lei de terras de 1850 a terra é transformada em mercadoria e cessa a distribuição gratuita para os imigrantes, este fato desperta o interesse da iniciativa privada. Assim ao lado das colônias imperiais e provinciais surgiram colônias particulares (Iotti 2001:24). Assim os alemães que ocuparam inicialmente o vale do Rio do Sinos foram se afastando do ponto inicial, em busca de novas terras, fundando colônias nos vales dos rios Taquari, Pardo e Pardinho.

Em relação ao impacto que a Lei de Terras exerceu sobre a colonização, Woortmann esclarece:

> O processo de ocupação pelos colonos interessava ao capital num duplo sentido: a valorização das terras e a comercialização da produção. Realizando o objetivo da Lei de Terras, datada de 1850, a colonização transforma terras devolutas em mercadoria, cria um campesinato parcelar ao mesmo tempo em que elimina o posseiro (e os grupos indígenas, exterminados no bojo do processo), e transforma a propriedade no fundamento da subordinação do capital (Woortmann 1988: 99).

As primeiras colônias na encosta superior do nordeste do Rio Grande do Sul foram as de Conde d'Eu e Dona Isabel, na região onde atualmente estão localizados os municípios de Garibaldi e Bento Gonçalves, respectivamente. O objetivo dos agentes de colonização era trazer para o Brasil famílias de agricultores brancos. E o processo de recrutamento para a colonização no norte da Itália só se efetiva quando se torna mais difícil trazer alemães, que eram vistos como agricultores eficientes e como o ideal para a colonização no Rio Grande do Sul (Seyferth 2001).

É a partir de 1875, sob a administração da União, que chegam as primeiras levas de italianos para Conde D'Eu e Dona Isabel. A área dessas colônias encontrava-se limitada pelo rio Caí, os campos de Vacaria e o município de Triunfo, sendo divididas entre si pelo caminho de tropeiros que seguia da localidade de Maratá em direção ao rio das Antas, Conde d'Eu ficava à esquerda, Dona Isabel à direita.

No mesmo ano, em 1875, foi criada a colônia Caxias, no local chamado pelos tropeiros que subiam a serra em direção a Bom Jesus de "Campo dos Bugres". Esta colônia limitava-se com Nova Petrópolis, São Francisco de Paula, o rio das Antas e com as colônias de Conde d'Eu e Dona Isabel.

Essas primeiras levas de imigrantes, a partir de 1875, vinham primeiro do Piemonte e Lombardia, e depois do Vêneto. Quando começou a imigração do Sul da Itália, em 1901, as terras disponíveis no estado do Rio Grande do Sul já estavam quase que totalmente ocupadas e, por isso, nesse estado predominaram os italianos vindos do norte.

Sendo assim essa imigração européia para o Rio Grande do Sul do final do século XIX vai se distribuir espacialmente em "ilhas" de colonização criando espaços alemães e italianos. Observamos nesse primeiro momento disputas entre os chamados colonos "de origem" (alemães e italianos), mas também alianças contra os "brasileiros" (negros e índios) e os luso-brasileiros.

Mais tarde os açorianos, que em um primeiro momento não eram pensados como imigrantes porque haviam chegado ao país em uma época em que tanto o Brasil quanto os Açores faziam parte do Império Português, são aceitos também como "de origem".

No entanto essas diferenças são freqüentemente apagadas quando esse grupo de origem imigrante migra para outros lugares do Brasil. Nesse momento o pertencimento étnico passa a ser o regional e "italianos", "alemães", "açorianos", passam a ser apenas "gaúchos" em oposição aos demais "brasileiros". E no caso da imigração para o Paraguai ou Uruguai viram "brasileiros" ou "brasiguaios".

A colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul fez parte de um projeto geopolítico do governo imperial brasileiro, para preencher os chamados "vazios demográficos" do Sul do país. No pós-independência a concentração da colonização na região sul é uma estratégia para a consolidação de fronteiras. Neste contexto os indígenas, que ocupavam aquelas terras, não eram pensados como nacionais ou brasileiros.

Além dessa função estratégica e geopolítica, a imigração foi planejada como um processo de substituição não só do trabalho escravo pelo trabalho livre, mas principalmente como uma substituição do negro escravo pelo branco europeu em um processo de colonização baseado na pequena propriedade. Nesta perspectiva, a escravidão era vista como uma forma arcaica de produção que não se coadunava com a modernidade, enquanto a colonização era vista como um processo civilizatório.

Este aspecto fica claro, por exemplo, em uma publicação sobre o Brasil, feita para a Exposição Universal de Paris em 1889: *"Encontrar-se-ão mais adiante, (...) alguns dados estatísticos sobre as três raças que compõem o povo brasileiro. Os índios e os negros de pura raça acabarão provavelmente por desaparecer numa mestiçagem geral com a raça branca, reforçada cada dia pela imigração"* (LEVASSEUR, 2000, p.50).

Ou seja, a imigração no Rio Grande do Sul é dirigida para a colonização, que por sua vez é pensada como um processo de preenchimento de áreas não ocupadas economicamente. Roche nos lembra que a idéia era não só preencher vazios demográficos e econômicos, mas que, além disso, as colônias tinham uma função exemplar:

> (...) as colônias eram fundadas para balizar e preparar a abertura das estradas que subiriam o escarpamento da serra. Invadiam a frente florestal além da zona de povoamento luso-brasileira e formavam grande número de núcleos agrícolas cujos intervalos seriam ocupados, pouco a pouco, pela população de origem nacional, que a prosperidade exemplar das colônias oficiais atrairia (Roche 1969: 112).

Esta colonização com imigrantes europeus de origem não lusitana dá origem à formação de um novo tipo de campesinato no Brasil, que por sua vez engendra a construção de núcleos urbanos e de um pequeno mercado regional. A colonização na forma de pequenas propriedades procurou reproduzir o modelo do campesinato europeu, reproduzindo também seus problemas: a escassez de terras e a migração constante em busca de novas frentes agrícolas.

Esses camponeses alemães e italianos adquirirão ao chegar ao Rio Grande do Sul a identidade de colonos, isto é, proprietários de uma fração de terra denominada *colônia*. Seyferth (1993:38) afirma que: *"No seu significado mais geral, a categoria colono é usada como sinônimo de agricultor de origem européia, e sua gênese remonta ao processo histórico de colonização* (...) e ainda*" A categoria colono foi construída, historicamente como uma identidade coletiva com múltiplas dimensões sociais e étnicas. "*(Seyferth 1993: 60)

Sendo assim a palavra colono, que era a designação oficial para o imigrante que adquiria um lote de terra em um projeto de colonização, converte-se em um símbolo de diferenciação étnica.

Tendo chegado primeiro ao Rio Grande do Sul os descendentes de imigrantes alemães, já haviam construído para si a imagem de pioneiros civilizadores, que depois os descendentes de italianos vão reivindicar. Utilizaremos nos exemplos e comparações sobre a imigração italiana um trabalho etnográfico realizado em Caxias do Sul (Santos 2004), indicando quando tais observações puderem ser extrapoladas para outras regiões.

A alegação dos imigrantes italianos de que receberam terras piores que as dos colonos alemães e mesmo assim conseguiram tornar a cidade de Caxias do Sul "a pérola das colônias" remete para uma disputa com os demais colonos "de origem", conceito que está baseado em uma noção de etnia fundada na idéia de sangue. Apesar disto, é possível observar que em casos de casamentos interétnicos a preferência é sempre pelo cônjuge "de origem", e no caso dos "luso-brasileiros" a preferência recai sobre os de origem açoriana, já que estes são vistos como compartilhando do processo de colonização. Os chamados Colonos "de origem" são aqueles descendentes de origem européia não portuguesa. Segundo Paulilo (1987, p.159) "Alemães e italianos são chamados de 'os de origem', como se o brasileiro não tivesse uma origem da qual pudesse se orgulhar".

No entanto é preciso lembrar que existem outros tipos de pertencimento que não apenas o étnico. E que nas classes mais altas os casamentos privilegiam o pertencimento econômico. Como todos possuem a nacionalidade brasileira há mais de um século é muito difícil conseguir dados precisos sobre o casamento entre descendentes de imigrantes. Fizemos a inferência a partir de sobrenomes, pesquisa em jornais da região e de afirmações dos nossos entrevistados. Contudo podemos afirmar que os "casamentos interétnicos" são mais comuns na zona urbana que na rural e nas classes mais altas, já que nas mesmas o condicionamento de classe é maior que o "étnico".

Ao construir o lugar do pioneiro, colonizador e civilizador para si os imigrantes europeus e seus descendentes determinaram também o lugar dos outros moradores da terra: para os negros e índios o papel de selvagens e incultos, para os descendentes de portugueses o papel de pessoas sem refinamento e de maneiras rudes, julgamento já expresso no apelido pelo qual eles são conhecidos: pêlo duro, uma designação regional para o que no resto do país se conhece como casca grossa.

Essa construção pode ser observada especialmente na cidade de Caxias do Sul, onde observamos a partir do final da 2ª Guerra Mundial uma reelaboração de identidade que aponta o imigrante italiano como o pioneiro civilizador, aquele que transformou a selva em cidade através do suor de seu rosto. A cultura "italiana" é assumida como um elemento de diferenciação. Há uma construção histórica de uma identidade, ligada a determinados comportamentos, que estão associados ao sentido de pertencimento a um grupo. Acontece neste caso um privilegiamento de natureza biológica (a descendência italiana) para explicar fenômenos sociais, inclusive o desenvolvimento econômico de Caxias do Sul. A cultura adquire assim um significado classificatório implicando na noção de superioridade e inferioridade, num discurso que hierarquiza as etnias.

Sobre essa diferenciação, Frosi (1996:166) assinala:

> (...) O uso da fala dialetal italiana é, muitas vezes, artificial na boca de falantes urbanos. Ela não tem aí uma função de comunicação e de transmissão de cultura. Ela é usada como um instrumento para demarcar um espaço próprio, uma identidade cultural local, um perfil de determinado grupo humano ítalo-brasileiro regional.

Muitos dos descendentes que reivindicam a identidade ítalo-gaúcha hoje o fazem por acreditar que esta identidade lhes agrega valor e contribui para a sua diferenciação social. Ser ítalo-gaúcho é mais valorizado do que ser simplesmente, brasileiro. Encontramos aqui o que Fish (1998) chamou de "multiculturalismo de boutique", comercializado e consumista e que segundo Hall (2003) *"celebra a diferença sem fazer diferença"*.

Além disso, a partir da inserção nas redes destes grupos, as possibilidades de ascensão social ampliam-se, uma vez que a marca da identidade ítalo-gaúcha passa a ser um diferencial, que permite ter acesso, por exemplo, à cidadania italiana, trabalho no exterior, bolsas de estudo, etc. (Zanini 1997).

É interessante observar que a identidade reivindicada seja hifenizada pelo regional e não pelo nacional. Dificilmente alguém se apresenta como ítalo–brasileiro, mas sim ítalo-gaúcho. Além de a identidade regional gaúcha ser bem marcada, acreditamos que contribui para isto o fato do gaúcho ser visto, pelo menos dentro do estado do Rio Grande do Sul, como superior ao brasileiro em geral.

É justamente esse cultivo da diferença, enxergada ai como superioridade, que dá origem ao preconceito, ao racismo e a xenofobia. Referindo-se aos trabalhadores da Metalúrgica Eberle, uma das principais indústrias de Caxias do Sul, Lazzarotto (1981) afirma que a relação de vizinhança entre imigrantes italianos e negros e caboclos foi difícil. Nas suas palavras: "Este era o nome dado aos pretos: os brasileiros. Termo que trazia muito de pejorativo e muito de um racismo que o descendente italiano cultivou em favor da sua superioridade" (Lazzarotto 1981: 92).

Ainda, segundo o mesmo autor, dificilmente os negros conseguiam trabalhar na gravação ou na mecânica, trabalhos que eram vistos como mais limpos e racionais, ficando relegados a fundição onde o trabalho era mais pesado. Da mesma forma, apesar de poderem ser vistos em número significativo nas fotos tiradas na fábrica, de 1906 em diante, o primeiro operário negro registrado é de 1943.

Azevedo, escrevendo em 1952, relata que havia em Caxias *"uma linha de cor, bastante nítida, separando brancos de 'morenos', isto é, das pessoas de cor, as quais orçam cerca de 4%"* da população. Além disso*, ele observa "uma linha de separação mais tênue, entre descendentes dos imigrantes primitivos* [italianos] *e brasileiros, geralmente originários de outras partes do estado e descendentes de lusos"(*Azevedo 1957: 294).

Ou seja, a discriminação não é homogênea e se dá principalmente em função das características morfológicas. O que Azevedo relata é que, ainda na década de 50 do século XX, continuavam fortes na região as teorias que associavam tipos físicos e desenvolvimento social, em uma gradação que começava no negro, passava por índios e descendentes de lusos e tinha como ápice o descendente de italianos.

Gaúchos no Brasil

Observamos então que no sul do Brasil, os imigrantes europeus instalaram-se em pequenas colônias que, embora dentro dos parâmetros da política de colonização brasileira, buscavam reproduzir o modelo camponês europeu, e onde o parcelamento das terras propiciou a migração para novas frentes de expansão como forma de manutenção da identidade camponesa. As velhas colônias do nordeste do Rio Grande do Sul logo produziram excedentes populacionais para novas colônias no noroeste do mesmo estado, e também no oeste de Santa Catarina e no Paraná. Atualmente encontramos gaúchos em todo o Centro Oeste e também na região Norte acompanhando a expansão agrícola da soja. É uma migração de pequenos proprietários que buscam terras mais baratas que possibilitem a manutenção da sua identidade camponesa. (Santos 1993 e Woortmann 1995). A migração aparece como uma estratégia para enfrentar as dificuldades de reprodução social da família vinculada à posse da terra e à constante ameaça de proletarização (rural ou urbana) decorrente da crise agrária e da modernização da agricultura.

Essa migração tem sido *"protagonizada pelos descendentes dos pioneiros europeus, alemães e italianos, em busca de novas terras"* (Kaiser 1999:51) atingindo números muito expressivos. Segundo Oliven, *"em 1980 havia aproximadamente 900.000 gaúchos vivendo fora do Rio Grande do Sul, o que equivale a 11,5% da população do estado"* (Oliven 1991:92). Nesse momento os mesmos grupos que se definiam como "italianos", "alemães", "ítalo-gaúchos", "teuto-brasileiros" passam a ser "gaúchos".

Uma das características desses gaúchos fora do Rio Grande do Sul é a importância que atribuem a hábitos e a comportamentos relacionados ao gauchismo que, ou não tinham tanta relevância no estado de origem ou simplesmente não eram considerados importantes para a constituição identitária das pessoas envolvidas. São hábitos como freqüentar Centros de Tradições Gaúchas (CTG), participar de grupos de danças tradicionalistas, ouvir música gauchesca, etc.

Sobre a identidade regional gaúcha, Haesbaert (1994), falando de um outro contexto, observa que ela nada tem de "natural", mas que é produto de um momento social específico. No entanto é em nome desta identidade que são construídas alianças e moldados projetos econômicos.

Segundo ele *"Como a identidade regional nunca é apenas um produto ou resultado da criação e manipulação de uma fração da classe dominante, cabe compreender também a força de suas raízes populares"* (Haesbaert 1988:91).

Haesbaert (1988) assinala que a emergência da identidade regional gaúcha se dá em um momento no qual a região da Campanha sul riograndense perdia a hegemonia política regional para os descendentes de imigrantes da "Serra Gaúcha" e é nesse contexto que acontece o deslocamento de sentido do termo "gaúcho" de estigma para representante do Rio Grande do Sul.

Tanto em função do seu perfil socioeconômico, como pela sua identidade cultural marcada, que é expressa, sobretudo por intermédio dos CTGs, a diáspora gaúcha tem suscitado, pelo menos desde a década de 1980, reações de hostilidade nos lugares em que os migrantes gaúchos se estabelecem. Segundo Kaiser (1999), que estudou a migração de gaúchos para o estado de Minas Gerais, o gaúcho é visto como um migrante *"extremamente prepotente, arrogante",* que busca impor a sua cultura sobre a cultura local.

O que torna os gaúchos diferentes em relação a outros grupos de migrantes, ainda de acordo com Kaiser, é o fato que eles *"têm uma diferença importante em relação à maioria dos outros grupos em estudo hoje no Brasil: pertencem ao campo sociologicamente majoritário, são dominantes dentro da organização social, têm poder político-econômico".* (Kaiser 1999:150) Kaiser faz tal afirmação em relação aos gaúchos que migraram para a cidade de Buritis em Minas Gerais, mas

acreditamos que ela pode ser extrapolada para outros grupos de migrantes gaúchos no Brasil e mesmo para gaúchos que imigraram para o Paraguai.

No caso do Paraguai os imigrantes brasileiros (na maioria descendentes de alemães) se confrontam com as culturas camponesas e indígenas daquele país e contrapõe a elas a imagem do Brasil como uma nação moderna, civilizada e superior aos países vizinhos. Eles se apresentam como "missionários" da civilização que estariam ensinando aos paraguaios como se tornarem "modernos" e "trabalhadores". Os conflitos culturais entre imigrantes brasileiros e paraguaios e os estereótipos construídos nesse cenário de fronteiras aumentam as tensões entre essas "comunidades nacionais".

A auto-identificação dos imigrantes brasileiros no Paraguai como "trabalhadores", "pioneiros" e a classificação dos paraguaios como "preguiçosos", "corruptos" e "subdesenvolvidos" simbolizam assimetrias de poder entre as classes sociais e as nações. É interessante contrastar com o discurso dos descendentes de imigrantes alemães sobre o "brasileiro" em Santa Catarina:

> Brasileiro e caboclo é a mesma coisa. Caboclo é sujo, passa a vida comendo feijão com farinha de mandioca, por isso é amarelo, barrigudinho. Caboclos vivem doentes e não gostam de trabalhar. Quase sempre são mestiços com alguma coisa (índio, negro) e vivem em casa de barro, por isso são uns *Schlambuger* (desqualificados) (Seyferth 1990: 159).

Ou seja, em função dos vários deslocamentos e das diferentes relações entre esses grupos migrantes e o Estado nacional esses colonos que se consideravam "italianos" e "alemães" no sul do Brasil passam a se considerarem brasileiros quando se mudam para o Paraguai, invertendo então os sinais de estigma e prestígio em relação ao que é ser "brasileiro".

Considerações Finais

A identidade marca distância, mas também aproximações. A identidade se constrói através de relações, isto é, é processual e relacional. O que há em comum nas distintas perspectivas sobre o conceito de etnicidade é a assertiva de que as distinções fornecem a base conceitual da etnicidade, vista como uma construção social de pertença; a distinção é vista como capital simbólico sendo a identidade étnica extremamente significativa para a construção das dualidades ou diferenças sociais.

É essa distinção que freqüentemente acaba levando à segregação e ao racismo, que funcionam como rupturas radicais e demarcadores extremos da diferença entre os diversos grupos étnicos, levando no limite à desumanização do outro.

Observamos também um deslizamento dos conceitos, imigrantes passam a ser migrantes e mais tarde emigrantes. Verificamos uma gradação de identidades em função da escolha entre os diversos vínculos de pertencimento que cada grupo possui. O que nos leva de volta a afirmação de Barth a qual recorremos no início desse trabalho, identidade é sempre relacional e processual e o importante em relação à etnicidade não é nem tanto os elementos que compõem a identidade, mas sim a existência das fronteiras e as razões que são alegadas para a sua manutenção.

Enfim podemos concluir que a manutenção de fronteiras articula-se de forma ativa com um conjunto de lutas culturais e disputas simbólicas por meio das quais há uma reiteração persistente das semelhanças e diferenças que separam quem está dentro e quem está fora da fronteira étnica que, no entanto, como todas as fronteiras, é mutável e permeável.

Referências

AZEVEDO, T. de. (1957). Materiais para o estudo da aculturação de italianos no Rio Grande do Sul. In: *II Reunião Brasileira de Antropologia*, Salvador: Universidade da Bahia.

BARTH, F. (2000). Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: Lask, Tomke (org.) *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.* Rio de Janeiro: Contracapa, p.25-67.

BOURDIEU, P. (1990).Coisas Ditas. São Paulo: Brasiliense.

FISH, S. (1998). Boutique Multiculturalism. In: MELZER, A.et al. (Org.). *Multiculturalism and American Democracy.* Lawrence: University of Kansas Press, 69 - 88.

FROSI, V. M. (1998). A linguagem oral da região de colonização italiana no sul do Brasil In: MAESTRI, M. (Org.) *Nós, os ítalo-gaúchos.* 2 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, p. 158-167.

HAESBAERT, R. (1988). *Latifúndio e Identidade Regional*. Porto Alegre: Mercado Aberto.

HAESBAERT, R. (1994). Ser 'gaúcho' no nordeste, In: *Travessia*, ano VII, nº19, maio–agosto/94. São Paulo: CEM, p. 13-16.

HALL, S. (1999). *A identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

HALL, S. (2003). *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: UFMG/ Brasília: Unesco.

HANDLER, R. (1984). On Sociocultural Discontinuity: Nationalism and Cultural Objectification in Quebec. In: *Current Anthropology*. Vol. 25, nº 1, 55-71.

IOTTI, L. H. (2001).*Imigração e Colonização: legislação* de 1747 a 1915. Porto Alegre / Caxias do Sul, Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul/EDUCS.

KAISER, J. (1999).*O Brasil dos gaúchos. Etnografia sobre a diáspora gaúcha*. Florianópolis: Insular.

LAZZAROTTO, V. (1981).*Pobres Construtores de Riquez*a. Caxias do Sul, UCS.

LEAL, J. (2007).*Cultura e Identidade Açoriana: o movimento açorianista em Santa Catarina*, Florianópolis: Insular.

LEVASSEUR, E. (2000). [1889] *O Brasil.* Rio de Janeiro: Letras e Expressões.

OLIVEN, R. (1991) *A Parte e o Todo. A Diversidade Cultural no Brasil-Nação,* Petrópolis, Vozes.

PAULILO, M. I. S. (1987). A Integração no sul do estado de Santa Catarina. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.
PICCOLO, H. I. L. (org.). (1998). *Coletânea de Discursos Parlamentares da Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, Assembléia Legislativa do RS.
ROCHE, J. (1969). *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Editora Globo.
SANTOS, J. V. T.. (1993). *Matuchos: exclusão e lutas*. Petrópolis: Vozes.
SANTOS, M.O. (2004). Bendito é o Fruto: Festa da Uva e Identidade Entre os Descendentes de Imigrantes Italianos de Caxias do Sul – RS, Rio de Janeiro: Tese de doutoramento em Antropologia Social, PPGAS/Museu Nacional, UFRJ.
SEYFERTH, G. (1993) Identidade Camponesa e Identidade Étnica (Um estudo de caso), Anuário Antropológico 91, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.31-63.
SEYFERTH, G. (1990).Imigração e Cultura no Brasil, Brasília, Editora UnB.
SEYFERTH, G. (2001). Imigração e nacionalismo: o discurso da exclusão e a política imigratória no Brasil. In: Castro, Mary Garcia (coord.). Migrações Internacionais: Contribuições para políticas, Brasília: CNPD.
SPRANDEL, M. A. (1992).Brasiguaios: conflito e identidade em fronteiras internacionais. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ.
WEBER, M. (1991) Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Volume 1. Brasília, EdUnb.
WOORTMANN, E. F. (1988).Colonos e Sitiantes: um estudo comparativo do parentesco e da reprodução social camponesa. Tese de Doutorado, Brasília, UNB.
WOORTMANN, E.. (1995). Herdeiros, Parentes e Compadres. Colonos do sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo-Brasília: Hucitec e EdUNB.
ZANINI, M. C. C. (1997). Uma Nova Mentalidade?. Revista Travessia, São. Paulo, Ano X, n.28, Maio-Agosto,p.19-21.

Os apontamentos teóricos da diversidade e a vivência da diversidade étnica, linguistica, cultural e racial no Brasil a partir da presença angolana

Marciele Nazaré Coelho
Universidade de Belas / Universidade Federal de São Carlos
marcielecoelho@yahoo.com.br
Rodrigues de Mello
Universidade Federal de São Carlos
roseli@power.ufscar.br

Resumo: A compreensão da diversidade ao longo dos anos foi influenciada pelas diferentes teorias advindas das Ciências Sociais e Humanas. O marxismo, a fenomenologia, as teorias pós-modernas, as teorias críticas e duais contribuíram para diferentes modos de compreensão do sujeito, da sociedade, da escola e, assim, das relações entre os diferentes sujeitos, nesse sentido, buscamos retomar os diversos aportes teóricos no que tange à questão da diversidade cultural, étnica e racial e buscar entender a presença angolana no Brasil, tendo como perspectiva as teorias duais que favorecem a compreensão da diversidade numa perspectiva de igualdade, de respeito e diálogo com os diferentes sujeitos. A partir da pesquisa de doutoramento, que tem sido desenvolvida sob as bases teóricas das perspectivas duais, buscamos destacar algumas premissas da vivência de angolanas no Brasil, pensando as questões relacionadas à língua, à cultura, ao mercado de trabalho e à diversidade étnica e racial. A escola é o espaço aqui privilegiado para que possamos abordar a temática, ou seja, focalizamos o espaço da escola brasileira onde situações de discriminação e racismo são vivenciadas e, no momento atual, com a presença negra e imigrante na escola, temos, então, novas situações sendo colocadas no âmbito da diversidade. A presença negra e imigrante dos descendentes das mulheres angolanas na escola brasileira nos diz do modo como negros, sejam brasileiros ou não, são tratados na escola. O olhar e as vivências das angolanas nos possibilitam pensar ações mais igualitárias, entre a constante diversidade existente nos espaços, baseadas no diálogo entre diferentes.
Palavras-chave: diversidade: educação – imigração – sociologia – racismo

A presença de angolanos no Brasil é uma presença já antiga, no entanto, a partir do final dos anos de 1980 houve uma intensificação no processo de vinda de angolanos para o Brasil em busca de continuidade de estudos, de melhores condições de vida. A intensificação da guerra em Angola nos anos de 1990 contribuiu para a saída cada vez mais significativa de angolanos para diferentes países europeus, principalmente Portugal, para países da América Latina principalmente o Brasil, pela proximidade da língua.

Nesse sentido, o contexto brasileira é transformado com as diferentes presenças angolanas que coloca ao país alguns questionamentos. Como estariam vivendo os negros angolanos no Brasil? Como estariam lidando com a questão dos preconceitos e estereótipos que aos negros são destinados? Quais as vivências que estariam tendo no Brasil?

A presença de angolanas no Estado de São Paulo, especificamente em duas cidades do interior nos colocam alguns questionamentos no que tange a questão da vivência dessa outra cultura nesse espaço, a convivência com outros sujeitos brasileiros, brancos e negros a partir das vivências que tiveram em seu país de origem. Dessa forma, buscamos compreender as vivências das mulheres angolanas no seu passado de escolaridade em Angola e a vivência da escolaridade de seus

descendentes em um país no qual há uma falsa idéia de que brancos, negros e angolanos negros vivem harmoniosamente e as desigualdades de tratamento e de convivência não existem, precisam ser compreendidos dentro do campo de referência em que se encontram as questões relativas à diversidade cultural, étnica, racial no Brasil.

A compreensão dessas vivências inicia-se pelo modo como a diversidade e diferença é tratada no Brasil, no contexto geral, e no espaço da escola no contexto mais específico.

Ao longo das décadas existiram diferentes marcos teóricos que foram sendo assumidos em cada período histórico na busca da compreensão da diversidade seja ela cultural, racial ou étnica. Buscaremos, aqui, mapear as discussões teóricas de diversidade cultural, relações multiculturais e interculturais no Brasil, fundamentalmente, e buscaremos ainda, articular com os estudos acerca dessas questões nos países da América Latina e nos países europeus, principalmente, Portugal de Espanha.

Os estudos sobre a diversidade e diferença são relativamente novos se pensarmos apenas a questão negra, mas se nos referirmos às outras questões como a feminina ou a questão indígena apresentam um longo caminham percorrido. Até os anos de 1970 os estudos que focalizavam a questão da diversidade e a presença dessa diversidade nos diferentes espaços, a presença do sujeito negro no campo educacional eram quase inexistentes. Nesse momento, as teorias sociológicas que embasavam as pesquisas no campo educacional eram, primordialmente, o Funcionalismo e o Estruturalismo.

As teorias funcionalistas entendiam a realidade social como uma realidade determinada pelos sistemas e pelas estruturas, ou seja, seria impossível aos sujeitos sociais transformar a sociedade, pois a realidade já estava dada (FLECHA, et. al., 2001). As estruturas existem para manter o sistema, para dar sustentação a ele e, nesse sentido, o papel dos sujeitos a partir dessa concepção é de ser socializado e reproduzir as regras, normas, padrões sociais e de lugar na sociedade. Nesse sentido, os sujeitos são incapazes de promover a mudança social e o seu papel é de adequação à realidade.

Os teóricos europeus consideram tais teorias como objetivistas e dualistas, ou seja, buscam compreender a realidade com a finalidade de explicá-la e descrevê-la, pois, entendem que a realidade como tal, existe fora da consciência (Gómez, et all, 2006).

As teorias provenientes do estruturalismo, como o Marxismo, nesse momento histórico, estavam pautadas nas discussões acerca das reproduções de classe e nas questões relativas à produção no campo do trabalho. Os sujeitos para essa abordagem eram quase inexistentes frente às estruturas, ou seja, a ação dos sujeitos somente seria possível se ocorresse por meio de luta conjunta de uma classe, no caso, a classe operária (BRUNI, 1988).

De acordo com a corrente estruturalista a escola era compreendida como lugar de seleção social, de reprodução cultural da sociedade, de ensino do conteúdo, de geração de mão-de-obra e também possuía a função política, ou seja, de socialização para a convivência social harmônica, socialização de hábitos e de valores.

As teorias que fundamentavam a concepção de escola como local de reprodução eram chamadas de Teorias da Reprodução Social e Teorias da Reprodução Cultural, que entendiam a escola apenas como local de reprodução das relações presentes na sociedade mais ampla, não havia lugar para a diversidade, ou seja, a diversidade presente na sociedade mais ampla também era negada no espaço da escola assim como ocorriam nos outros espaços sociais.

Segundo Yeste (2004), referindo-se aos autores reprodutivistas, a função social da educação nesse momento era de ser espaço de luta entre os grupos e local de reprodução das diferenças.

As questões relativas à diversidade cultural, étnica e racial, nesse momento, não estavam postas para as abordagens teóricas estruturalistas e funcionalistas, embora, autores como Bourdieu e Passeron já tivessem se debruçado sobre a reprodução cultural e o modo como as diferenças são reproduzidas na escola.

As teorias apresentadas, como já afirmado anteriormente, não entendem o sujeito de modo individual, como ser capaz de transformação e também não centram-se no sujeito para analisar o social, centram-se no papel dos sistemas e das estruturas.

No que tange a questão das abordagens teóricas e metodológicas foi por mim elaborado um quadro que resume tal concepção.

Quadro I

Funcionalismo e Estruturalismo

Período Histórico	Anos de 1950 e 1960
Concepção de sujeito	O sujeito não modifica a realidade porque ela já está dada.
Concepção de realidade	A realidade é objetiva, ela é determinada pelos sistemas e estruturas que são essenciais para manutenção das regras, valores e normas da sociedade.
Concepção de Escola	A escola é lugar de seleção social, reprodução cultural da sociedade e assim reprodução das diferenças. Está voltada para o ensino de conteúdo e para gerar mão-de-obra, possui a função de socialização para a convivência harmônica e pacífica e para a socialização de hábitos e valores.

Em meados dos anos sessenta do século XX, a partir das novas questões que se colocam no campo da educação, temos a influência da Nova Sociologia da Educação nas abordagens teóricas sobre a diversidade.

A Nova Sociologia da Educação surge a partir das discussões de oportunidades educacionais vinculadas ao Funcionalismo, que visavam compreender as questões relativas ao déficit cultural e lingüístico e das discussões vinculadas à

Sociologia britânica. A partir desses estudos a NSE procura substituir as explicações sobre oportunidades educacionais baseadas na teoria do déficit para basear-se na diferença cultural o que vêm a contribuir efetivamente para o início dos estudos vinculados à diversidade e diferença, nesse sentido, opõem-se as tendências dos anos de 1950 e início dos anos 60 para lançar um outro olhar à escola, e partir de então, o currículo escolar começa a ser pensado como ferramenta de seleção de conteúdo, reforçando análises sobre a presença ou ausência de alguns conteúdos nos currículos escolares, principalmente com relação as escolhas de classe social que estão presentes na escolha de determinados conteúdos.

No final dos anos 70 e início dos anos 80, com as transformações no campo do trabalho e as mudanças sociais, novas teorias e novas metodologias se fortalecem e começam a questionar a compreensão da sociedade como sistema. As críticas ao funcionalismo e ao estruturalismo dão lugar ao fortalecimento das teorias pós-estruturalistas. Nesse sentido, algumas teorias aparecem em destaque, como a Fenomenologia que procura centrar-se no sujeito e não nos sistemas e mais tarde as teorias pós-modernas que centram-se também nos sujeitos, mas numa perspectiva bastante diferente da anterior. As mudanças de compreensão da realidade e do sujeito dão novos caminhos para as compreensões de diversidade.

Na década de 1970, temos, então, a exaltação da diferença, a valorização da sociedade multicultural, em busca de uma afirmação das diferentes culturas e da reafirmação de identidades, principalmente, étnicas e raciais.

O início dos anos 80 vem marcado pela emergência dos movimentos sociais, colocando para a sociedade daquele momento novas questões.

> (...) a sociedade contemporânea vai apresentar uma série de transformações extremamente significativa, conhecidas como novos movimentos sociais, que vão atravessar a sociedade por todos os lados, movimentos inteiramente inesperados e não previstos por quaisquer teorias. Esses movimentos vão acentuar a crise na medida em que obrigam a sociologia a repensar seus conceitos, abandonar outros, e produzir novos (BRUNI, 1988: p. 26).

As novas questões colocadas as Ciências Sociais e, de modo especial, a Sociologia, vão fazer parte do enfoque teórico e metodológico no campo da educação nos anos de 1980. No que tange a questão da diversidade, a presença dos movimentos sociais e, assim, das suas reivindicações traz novas formas de pensar o objeto. O objeto de pesquisa já não é mais pensado a partir dos sistemas, mas segundo os próprios sujeitos.

Os novos desafios da atualidade contribuem para o surgimento ou fortalecimento de concepções acerca dessas novas situações e essas concepções, como afirmado, centram-se no sujeito. Os diferentes entendimentos dessa realidade começam a ser pautado nas concepções advindas das chamadas teorias pós-estruturalistas como as teorias pós-modernas e outras teorias críticas em educação. No interior das teorias pós-estruturalista destacaremos duas correntes: a Fenomenologia e a dos Estudos Culturais.

A Fenomenologia, como afirmado, centra sua análise no sujeito, entendendo que não são as estruturas que determinam os sujeitos, mas eles mesmos. A corrente fenomenológica apresenta várias tendências internas, mas de modo geral, compreende que é possível que o sujeito construa a sua própria realidade e essa construção se dá na convivência com outros sujeitos (FLECHA, et. al., 2001).

De modo breve apresentaremos um quadro no intuito de sintetizar tal concepção.

Quadro II

Fenomenologia

Período Histórico	Anos de 1970 e 1980
Concepção de sujeito	O sujeito é quem determina as estruturas.
Concepção de realidade	A realidade é construída pelos sujeitos, ela é subjetiva, depende dos significados que os sujeitos atribuem à ela, ou seja, cada sujeito constrói a sua realidade e essa construção se dá na convivência com os outros.
Concepção de Escola	A escola é o local das diferenças, a realidade da escola pode ser entendida e modificada pelos sujeitos a partir de suas concepções sobre si e sobre o outro.

A valorização da cultura negra e o reconhecimento da diferença e da diversidade é um dos focos presentes na perspectiva fenomenológica.

As teorias pós-estruturalistas ganham muita força nos estudos feministas e nos estudos culturais em diferentes países e o Brasil será influenciado por essas concepções teóricas, principalmente no que diz respeito aos estudos culturais norte-americano.

Os Estudos Culturais surgem no final dos anos 50 e se vinculam à universidade inglesa de Birmingham. Tal concepção se apóia na tradição marxista, mas distancia-se da tradição marxista mais ortodoxa, aproximando-se da posição pós-estruturalista. Nesse sentido, podemos destacar Raymond Williams, Richard Hoggarth e Richard Johnson como pensadores importantes na constituição das teorias dessa perspectiva (Costa, 2003).

Nos Estados Unidos os Estudos Culturais surgem em finais dos anos de 1980 e início dos anos 90 do século XX preocupados com as questões de identidade e multiculturalidade, o que mais tarde vem a se configurar como Multiculturalismo. Tal corrente de pensamento surge como preocupação e pressão dos movimentos populares norte-americanos. As questões relativas ao campo teórico não são o foco inicial dessa perspectiva e sim as questões relativas à militância (SILVA, 2003).

Segundo Meyer (1998), os estudos culturais norte-americano têm como preocupação os problemas e as demandas sociais e políticas, procura entender o mundo cotidiano e as relações que nele se processam e preocupa-se com o fenômeno da globalização associado à migração de sujeitos dos países chamados periféricos para os países chamados de primeiro mundo, tendo como preocupação a pluralização, a hierarquização das culturas e a fragmentação das identidades modernas.

As contribuições dos Estudos Culturais na Inglaterra e nos Estados Unidos com relação à temática da diversidade começam a ser conhecidas e estudas no Brasil a partir dos anos de 1990 quando as questões relativas à diversidade étnica, cultural e racial se colocam de modo central na pauta das discussões acerca da educação, de modo geral e, do processo de escolarização, de modo mais específico.

> Reconhecer a diversidade étnico-racial, social, econômica e de gênero das pessoas com quem convivemos e trabalhamos é primordial. Em outras palavras, é exigido dos educadores que aprendam a se aproximar e conhecer maneiras de ser, viver, pensar e trabalhar, que marcam as diferenças entre pessoas e grupos. Buscar compreendê-las implica esforço para reconhecer a diversidade nos ambientes em que executamos as tarefas de educadores; isso demanda perceber no que as pessoas são diferentes e, mais ainda, obriga a valorizá-la em suas diferenças (CÂMARA et al., 2004: p. 3).

A questão relativa à presença negra, seja na sociedade em geral, seja na escola, começa a ser entendida a partir do conceito de diferença e já não é mais a presença específica do negro, mas a presença do estrangeiro, do indígena, da mulher, etc.

A partir dessa compreensão o reconhecimento da diversidade está pautado na diferença, ou seja, no reconhecimento de que há diferenças étnicas, raciais, culturais, entre outras, no interior da sociedade e, nesse sentido, priva-se pelo reconhecimento, pela valorização dessas diferenças, como é o caso da cultura negra, por exemplo, na qual há uma valorização da ancestralidade do negro, de sua cultura e religião.

A perspectiva do reconhecimento tem sido estudada por autores que compartilham das idéias e concepções do multiculturalismo, autores de origem anglo-saxã que vem discutindo a educação multicultural numa perspectiva multiculturalista de atuação. Essas concepções têm ganhado força no campo educacional brasileiro, principalmente com relação aos parâmetros curriculares que possuem como base teórica, no que diz respeito ao trabalho com a diversidade, o multiculturalismo numa perspectiva crítica.

O termo multiculturalismo surgiu inicialmente nos Estados Unidos, advindo dos Estudos Culturais, como afirmado anteriormente, e era uma preocupação dos norte-americanos com relação ao racismo, mais tarde esse tema aparece nos países europeus como uma preocupação com a imigração. Inicialmente, o multiculturalismo "preconizava que as diversas culturas existentes no interior do território norte-americano seriam *assimiladas* pela cultura dominante" (SILVA, 2003).

Essa vertente era conhecida como vertente assimilacionista articulada com políticas como as políticas compensatórias. A partir dos anos de 1950 um novo modelo surge, chamado de pluralismo multicultural, que possui uma preocupação com os negros, com as mulheres, os homossexuais (SILVA, 2003).

Nesse sentido, o multiculturalismo toma diferentes caminhos e mais tarde, surge o Multiculturalismo Crítico que têm como um dos seus pensadores o canadense Peter Mclaren. O multiculturalismo crítico desvincula-se do pensamento de assimilação e prioriza a necessidade de valorização e de respeito às diferenças.

Nesse momento, emerge as contribuições das teorias pós-coloniais que impulsionam as compreensões de diferença, centrando-se no hibridismo da identidade, nas concepções de cultural, nas políticas de diferença e no estudo da identidade nacional.

A partir das concepções teóricas surgidas nesse momento histórico apresentamos o quadro referente às Teorias Pós-Coloniais no qual estão inseridas os estudos culturais.

Quadro III

Teorias Pós-Modernas

Período Histórico	A partir dos anos de 1990.
Concepção de sujeito	O sujeito não é capaz de transformação social.
Concepção de realidade	A realidade existe apenas se compreendida numa relação de poder, ou seja, sua existência está condicionada as relações de poder existentes entre os grupos, no interior dos grupos, nos espaços e no interior dos espaços, etc.
Concepção de Escola	A escola está baseada nas diferenças individuais ou nas diferenças do grupo e na integração dessas diferenças.

Nos anos de 1990, sob a influência do Multiculturalismo, temos a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino, com um dos temas transversais a Pluralidade Cultural, a avaliação dos livros didáticos pelo Ministério da Educação, pensando a questão dos estereótipos presentes nesses livros o que culmina na publicação de livros com representação das diferentes culturas, mas sem haver, ainda, uma discussão destas diferentes presenças e inserções nos espaços, nas carreiras profissionais, etc.

A partir dos anos 2000 com a perspectiva multiculturalista pesquisas e políticas públicas foram sendo desenvolvidas, principalmente com relação a ausência de negros nas universidades, sejam elas públicas ou privadas, a

política de cotas para negros começam a ser discutidas e tomadas como objeto de pesquisa, as conseqüências da presença negra na universidade também se coloca como uma questão importante para análise.

Nesse período, a corrente multiculturalista já não se apresenta como forma central de análise da realidade da diversidade existe, ou seja, já não é a única alternativa de compreensão das relações entre os sujeitos, a concepção de diálogo na diversidade, que tem seu foco no diálogo e não na diferença, começa a ser desenvolvida nos países europeus e entendemos que é uma perspectiva que já existia no Brasil, nos estudos relativos as populações indígenas. Esse modo de compreensão da diversidade tem sido abordado, principalmente, pela perspectiva dual de compreensão da relação entre sujeito e mundo.

Quadro IV

Teorias Duais

Período Histórico	Finais dos anos de 1990 e anos 2000
Concepção de sujeito	Capaz de transformação social, compreende a realidade que vive sendo capaz de transformar as estruturas.
Concepção de realidade	Pode ser transformada a partir da ação de um sujeito ou de um grupo.
Concepção de Escola	A escola como espaço de reprodução, mas essencialmente, como espaço de luta, de transformação cultural, de ações, de percepção de mundo, etc.

A perspectiva dual não nega as outras formas de compreensão da realidade e do mundo e formula suas compreensões a partir das compreensões fenomenológicas de sujeito e estruturalistas no que diz respeito ao papel das estruturas na sociedade. O que a distancia dessas vertentes é o modo como compreende a integração do sujeito com o mundo e as ações dos sujeitos no mundo.

O diálogo é o elemento fundamental dessa perspectiva o que fundamenta a concepção de uma educação intercultural voltada para a convivência num mesmo local de diferentes sujeitos numa relação que busca a igualdade de tratamento, o respeito, o conhecimento e o diálogo com o outro sujeito, nesse sentido, a presença de mulheres angolanas e assim de seus descendentes nas instituições escolares brasileiras nos possibilita pensar contribuições a partir da cultura, dos modos de agir, de pensar e de relacionar vivenciados por elas em Angola e o que pode contribuir para as vivências no Brasil, ou seja, para que possamos ter relações mais democráticas dentro da escola brasileira.

A escola brasileira, historicamente, tem como um dos seus pilares a homogeneização, o ensino uniforme, no qual a heterogeneidade e a diversidade étnico, cultural, racial, religiosa são desconsideradas. Como afirma Imbernón (2000), "(...) a norma escolar não foi pensada e desenvolvida para acolher a diversidade de indivíduos, mas para a integração passiva, para a padronização" (p. 82). Segundo o autor, a escola é o lugar da não-diversidade e foi criada para que fosse assim.

Embora tenha o ideal de homogeneização e de integração passiva, o seu cotidiano é constituído por conflitos, por diferenças, modos de viver e por histórias diferenciadas. Assim, analisar a escola

> como espaço sócio-cultural significa compreendê-la na ótica da cultura, sob um olhar mais denso, que leva em conta a dimensão do dinamismo, do fazer-se cotidiano, levando a efeito por homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras, negros e brancos, adultos e adolescentes, enfim alunos e professores, seres humanos concretos, sujeitos sociais e históricos. Falar da escola como espaço sócio-cultural implica, assim, resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constitui enquanto instituição (Dayrell, 1996:136).

A escola têm sido diferente para cada sujeito, embora, tenha o intuito de delimitar suas ações, os sujeitos buscam estratégias para viver o cotidiano escolar, eles transgridem e constróem diferentes histórias nesse espaço.

São essas histórias que buscamos aqui recuperar a partir da memória de mulheres angolanas sobre seu passado de escolarização. Qual o significado das experiências dessas mulheres angolanas? Que impressões possuem sobre o processo de escolarização de seus descendentes matriculados hoje em escolas no Brasil? Que vivências seriam essas?

Recentemente, a diversidade tem sido entendida como elemento importante para a análise dos fenômenos educacionais (Ferreira, 2000), embora, as diversidades socioculturais, étnicas, raciais, sempre estiveram presentes na sociedade como um todo e na instituição escolar.

A presença angolana na escola coloca-nos questionamentos da presença negra e estrangeira nesse espaço, questionando o modo como esses sujeitos são compreendidos nesse espaço e as interlocuções com a presença negra brasileira nesse espaço. As angolanas, por terem tido a experiência de alunas em Angola e de alunas no Brasil nos dizem do olhar que possuem sobre o modo como a diversidade é tratada na escola brasileira, o preconceito, a discriminação, os estereótipos estão presentes nas suas falas como marcas do vivido por elas, pelos seus descendentes e também, certamente, o vivido por outras crianças negras, brasileiras ou estrangeiras.

A aproximação entre a escola e a família é um aspecto que destacam como importante na educação à favor da diversidade, assim como a educação no seio da família é um aspecto que destacam revelando a necessidade que a criança negra tem de ter uma educação que fortaleça a sua identidade, que a valoriza enquanto pessoa, para que na escola consiga lidar com as situações de racismo e preconceito vividas por ela.

O olhar do vivido no passado faz com que as angolanas possam trazer algumas contribuições para que a escola brasileira possa caminhar na direção de uma educação mais democrática e igualitária. A aproximação da escola com a família a partir de encontros, reuniões, atividades, a abertura de espaço para que os pais possam compartilhar experiências entre eles,

o trabalho na sala de aula com a questão da diversidade e o fortalecimento das identidades pela família e escola são as principais contribuições que as angolanas destacam em suas vivências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AYUSTE, FLECHA, LÓPEZ & LLERAS. Educación y enfoques críticos. In: _____. Planteamientos de la pedagogia crítica - Comunicar y transformar. Barcelona: Graó, 1998.

BRUNI, José Carlos. Há uma crise nas Ciências Sociais? In: MARQUES NETO, José C.; LAHUERTA, Milton (orgs.) O pensamento em crise e as artimanhas do poder. São Paulo: Editora UNESP, 1988.

CÂMARA, E.; BEDANI, V. M. e SILVA, P. B. G. Gerando cidadania diversidade e etnia. In: SOLFA, C. Gerando Cidadania. São Carlos: Rima, 2004.p. 3-7.

CAPELO, Maria R. C. Diversidade sociocultural na escola e a dialética d\a exclusão/inclusão. In: GUSMÃO, Neusa M. M. de. (org.) Diversidade, cultura e educação. Olhares cruzados. São Paulo: Biruta, 2003.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sociocultural. In: _____. Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

ELBOJ, C.; PUIGDELLÍVOL, I.; SOLER, M.; VALLS, R. Comunidades de aprendizaje. Transformar la educación. Barcelona Edicões GRAÓ, 2002.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. O que há de específico na desigualdade com base em diferenças étnicas. In: HYPOLITO, Álvaro Moreira e GANDIN, Luis Armando (orgs.) Educação em tempos de incertezas. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FLECHA, Ramón; GÓMES, Jesus; PUIGVE, Lídia. Sistemas. In: FLECHA, R.; GÓMES, J.; PUIGVE, L. (orgs.) Teoría Sociológica contemporânea. Espanha: Ediciones Paidós Ibérica, 2001.

YESTE, Carme Garcia. Comunidades de aprendizaje: de la segregación a la inclusion. Tesis de Doctoral. Universitat de Barcelona, 2004.

GARCÍA, Ramón. A propósito do outro: a loucura. In: Larrosa, J. e Lara, Nuria P. de. (orgs.) Imagens do Outro. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

HABERMAS, Jürgen. Teoria de la acción comunicativa. Crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus Humanidades, 1992. (vol.II)

IANNI, Octavio. Globalização e diversidade. In: _____.A era do globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. Raças e povos. In: _____.A era do globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IMBERNÓN, Francisco. Amplitude e profundidade do olhar: a educação ontem, hoje e amanhã. In: IMBERNÓN, Francisco (org.) A educação do século XXI: os desafios do futuro imediato. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

MELLO, Roseli Rodrigues de. Metodologia de Instigação Comunicativa: contribuições para a pesquisa educacional na construção de uma escola com e para todas e todos. 2006 (no prelo)

PEREIRA, Milocas. A África, no próximo Médio-Oriente. Jornal de Angola. Impressões. 16 de fevereiro de 2006, p.6.

SILVA, Gilberto P. Multiculturalismo e educação intercultural: vertentes históricas e repercussões atuais na educação. In: FLEURI, R. (org.) Educação intercultural: mediações necessárias. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VALENTE, Ana L. Conhecimentos antropológicos nos parâmetros curriculares nacionais: para uma discussão sobre a pluralidade cultural. In: GUSMÃO, Neusa M. M. de. (org.) Diversidade, cultura e educação. Olhares cruzados. São Paulo: Biruta, 2003.

AYUSTE, FLECHA, LÓPEZ & LLERAS. Educación y enfoques críticos. In: _____. Planteamientos de la pedagogía crítica - Comunicar y transformar. Barcelona: Grao, 1998.

GARCÍA, C.; PUIGDELLÍVOL, I.; SOLER, M.; VALLS, R. Comunidades de aprendizaje. Transformar la educación. Barcelona Edicões GRAÓ, 2002.

Jogos de memória e performance entre os Maracatus-Nação em Recife.

Isabel Guillen
Universidade Federal de Pernambuco
iguillen@uol.com.br

Resumo: Os maracatus-nação constituem na atualidade uma das manifestações culturais de Pernambuco mais conhecidas em todo o mundo, sendo responsável pela definição das identidades afro-descendentes no estado. De longa tradição e história, os maracatus estão imersos num campo extremamente disputado em que memória e performance exercem papel destacado.Este artigo objetiva discutir como, através de jogos de memória e representações, Dona Santa e Dona Madalena, rainhas de maracatu em tempos distintos, encenaram seu lugar social como matriarcas da cultura afro-descendente na cidade de Recife. Com essas performances ambas construíram, através das inflexões de gênero e etnia, um lugar social para si bastante destacado, legitimando a autoridade religiosa e a condição de "monarcas de uma nação". Em um campo cultural eivado por tensões e disputas, as performances de Dona Santa e Dona Madalena lhes garantiram um lugar social "legítimo" e

"autêntico" diante de outros maracatuzeiros, e diante de toda a comunidade de afro-descendentes do Recife. Ao mesmo tempo, essas performances lhes davam visibilidade social entre os intelectuais, jornalistas e folcloristas em atuação no período em que viveram. Nesse sentido, este artigo busca entender os mecanismos de legitimidade postos em circulação pelas rainhas, numa sociedade em que o racismo não aparece declarado, mas pauta as relações sociais e culturais em questão.
Palavras-chave: Maracatu-nação; matriarcado; cultura afro-descendente; cultura popular, Recife.

Memórias podem se constituir em poderosos instrumentos de legitimação social e consolidação de papéis sociais. Nesse sentido, instituem ou compões peças de instigantes jogos políticos. Na cultura popular, tradicionalmente considerada como o reino da repetição impensada de antigas práticas culturais, esses jogos de memória são em grande medida responsáveis por assegurar a indivíduos, ou grupos culturais, um lugar ao sol, responder a questionamentos acerca da legitimidade de suas práticas, ou do lugar que ocupam nas redes de sociabilidade. Este trabalho objetiva discutir como, na história recente dos maracatus-nação da cidade do Recife, esses jogos de memória, ao colocar em cena a história da rainha Dona Santa, fazem parte de uma performance maior (ou mais ampla) em que a própria cultura popular é encenada. E nesta, a tradição ocupa lugar central.

Os maracatus-nação são considerados um dos ícones da cultura popular pernambucana em maior evidência na contemporaneidade. Têm atraído a atenção de pesquisadores de diversas áreas, pois se constituem num fenômeno cultural com significativa repercussão para além da cena cultural local. Ao mesmo tempo, dentre as diversas manifestações culturais do carnaval recifense, em que há a participação de uma ampla variedade de clubes, blocos, caboclinhos, bois, ursos e troças, constituem a principal referência para designar o que há de mais "pernambucano" nas preferências dos fãs das novas gerações de bandas de rock formadas pós Movimento Mangue, desbancando o frevo que, por muito tempo, assumiu o posto de definidor da identidade regional.

Ao mesmo tempo em que os maracatus hoje são julgados a partir de seu potencial em gerar mercadorias lucrativas (no campo do entretenimento, e do turismo), eles são reivindicados como expressão de identidade étnica e cultural, demonstrando que esse processo é acima de tudo polissêmico, conforme analisou HALL (2005). Os maracatus são considerados na atualidade como a manifestação por excelência da cultura popular pernambucana, responsável pela fixação e discussão da cultura afro-descendente no Recife, tanto quanto da cultura regional, ou pernambucanidade como é conhecida por muitos.

Esta complexidade não pode ser entendida sem se levar em consideração o processo histórico que a engendrou. Processo este aqui compreendido a partir da análise de dois momentos: um primeiro que abrange a história intrinsecamente relacionada dos maracatus e de Dona Santa, rainha do Maracatu Nação Elefante até 1962; e o segundo que se refere à criação de uma memória sobre a mesma, e os momentos em que foi rememorada.1 A morte de Dona Santa e o desaparecimento do maracatu Elefante que teria deixado de desfilar no carnaval por vontade expressa da rainha antes de morrer, foi recorrentemente lembrada quando se discutia o "inevitável" fim das tradições e o desaparecimento de uma cultura "autenticamente" africana.2

No Recife, circula uma série de histórias, principalmente entre os mais velhos participantes dos maracatus-nação, ou filhos e filhas de terreiros consagrados, que são exemplares para discutir essas questões e outras correlatas. No início do ano de 2008 ouvi um jovem batuqueiro do Maracatu Gato Preto, indignado com as transformações pelas quais passam os maracatus-nação, esbravejar que "se Dona Santa estivesse viva nada disso estaria acontecendo". Mas a história que vai ser objeto central de nossa história foi narrada, em forma de contos diversos, por Ronaldo Correa de Brito, um deles, publicado no *Terra Magazine* do dia 24 de janeiro de 2007, resume o que se conta sobre duas grandes personagens, duas das rainhas mais importantes da história dos maracatus: Dona Santa e Dona Madalena.

Dona Santa: a rainha e matriarca dos maracatus.

Dona Santa foi durante décadas rainha do Maracatu Elefante. Nascida em 1877, Maria Júlia do Nascimento, ganhou o apelido de Santinha ainda jovem, e era também bastante jovem quando foi escolhida para ser rainha do Maracatu Leão Coroado, de cujo cetro teria renunciado alguns anos depois para acompanhar seu marido, Vitorino, que se tornaria o "dono" do Maracatu Elefante. Não sabemos ao certo as razões para a escolha de Santa para ser rainha do Leão Coroado, e hoje reina uma grande confusão na memória sobre a história de Dona Santa quando jovem, e há quem afirme que a rainha pertencia à família do fundador do Elefante... Nenhum indício documental a assinalar a presença de Santa nos maracatus, mas é de se

1 Dona Santa morreu, supostamente, com noventa e dois anos, em 1962. Já no final dos anos quarenta encontram-se notícias nos jornais sobre a provável morte da rainha e o desaparecimento do Elefante (e de toda a tradição de que ele era o suporte). Veja-se: MORAIS, Otávio. Encontro com Dona Santa. Diário de Pernambuco, 10/02/1948; Recife pitoresco. O maracatu Elefante: relíquia viva do Passado. Diário da Noite, 11/02/1956 (sobre a notícia que circulou no ano anterior sobre a morte da rainha); FRANÇA, Paulo. O maracatu Elefante fadado a desaparecer. Diário de Pernambuco, 13/02/1955. Em diversas ocasiões Dona Santa foi rememorada, destacando-se as exposições organizadas pelo Instituto Joaquim Nabuco de Ciências Sociais, posteriormente Fundação Joaquim Nabuco, que recolheu no acervo do Museu do Homem do Nordeste as peças do maracatu Elefante e pertences de Dona Santa. A elaboração de catálogos e a exposição permanente do Elefante no espaço do museu pode ser pensada como um lugar da memória no sentido discutido por Nora (1993); sobre museus ver também: Bann (1994); Abreu; Chagas (2003). É importante lembrar que em 1977, centenário de seu nascimento, Dona Santa foi homenageada na Noite dos Tambores Silenciosos, e tinha sido tema de uma escola de samba (Império Serrano) no Rio de Janeiro, em 1974.

2 Sobre Dona Santa, Paulo Vianna pode ser tomado como um dos responsáveis pela circulação e consolidação de uma memória sobre as origens da rainha, principalmente o fato de que ela teria sido descendente direta de antigos reis africanos (sobas) e que, portanto, ninguém mais teria legitimidade para assumir o comando do Elefante após sua morte, uma vez que não deixava descendentes diretos. Ver: VIANA, Paulo. Dona Santa: a última rainha da nação Elefante. Diário da Noite, 16/02/1966. Sobre a sucessão de Dona Santa ver também Lima (2004).

aventar que não seria escolhida como rainha, e tão jovem, se não fizesse parte dessas comunidades de sentidos que os maracatus constituíam.

Quando Vitorino morreu no final dos anos 1920, Dona Santa já era uma senhora entrada em anos, mãe de santo e juremeira. Vamos encontrar a rainha em petições pedindo autorização à polícia para seu maracatu poder desfilar no carnaval e, no ano de 1933, sabemos que foi presa por praticar o catimbó, ou baixo espiritismo, conforme noticia o jornal.3 A prisão de "Mãe Santa" revela que não goza ainda de prestígio e reconhecimento social como ícone da cultura popular, como acontecerá alguns anos depois.

Na década de 1940, a rainha consolida sua imagem através de uma série de relações que estabelece com intelectuais locais, bem como com políticos, jornalistas e escritores (GUILLEN, 2003). Foi apenas em 1947, segundo relata Guerra Peixe (1980), em seu *Maracatu do Recife*, que Dona Santa foi coroada, na sede do maracatu, numa cerimônia, ao que tudo indica, privada e apenas para os membros do grupo. Quando morreu, em 1962, era tida e reputada como símbolo da cultura afro-descendente de Pernambuco, como matriarca e rainha de maracatu, como guardiã de uma tradição que, inevitavelmente, desaparecia com sua morte. Como se deu essa transformação? De que forma podemos entender essa mudança radical?

É preciso entender Dona Santa, a rainha do maracatu, bem como as outras rainhas, como uma construção em que se deve considerar uma diversidade de elementos, nem todos bem definidos, sobre os quais só dispomos de documentação indiciária ou fragmentada. Muitas questões ficarão sem respostas, mas acima de tudo é fundamental que possamos formulá-las, para que os indícios de que dispomos possam nos indicar caminhos a trilhar, possibilidades a pensar. Nessa construção, nunca pronta e acabada, é fundamental que consideremos três elementos: a posição de Santa construída entre os membros das comunidades de afro-descendentes (o maracatu Elefante, outros maracatus, filhos (as) e afilhados (as), e as casas de santo com as quais se relacionava,); sua relação com os de "fora", com a "sociedade envolvente", ou seja, intelectuais, folcloristas, jornalistas, fotógrafos, artistas, políticos, profissionais liberais e demais mediadores sociais da elite intelectual do Recife, que contribuía fortemente para posicionar Dona Santa como a matriarca dos negros; e por último a individualidade de Santa, os traços que a distinguem como pessoa, sempre que a documentação permita, devem ser consideradas, sua capacidade de articular essa diversidade, bem como a forma com que o faz.

Assim definido, estou implicitamente afirmando que a posição de Dona Santa não é um dado da cultura afro-descendente (matriarcado) que a fixa num lugar sócio-cultural, mas que esse lugar é o resultado de uma interação que pressupõe levar em consideração a relação sujeito e organização social (não entendida como homogênea posto que resultado, por sua vez, da interação das comunidades de afro-descendentes com a "sociedade envolvente"). Dessa relação, para nossos propósitos, é fundamental considerarmos a atuação dos mediadores culturais – e não só da elite intelectual, mas muitos outros maracatuzeiros cumprem esse papel, – que criaram uma série de representações de Dona Santa, que apesar de não serem homogêneas são sim o resultado de uma convergência de relações de poder que conformam uma posição dominante, símbolo da africanidade e do poder matriarcal. Essa posição emerge como natural, como dado da cultura. Emerge acima de tudo como tradição, como se sempre assim o tivesse sido, ocultando o processo quase sempre conflituoso e divergente que fez emergir Dona Santa como ícone da cultura afro-descendente no Recife. 4

Para além de uma crítica ao matriarcado, e sua utilização conceitual nas ciências sociais, é imprescindível discutir as repercussões históricas dessa "contribuição científica", mas nem por isso neutra. O matriarcado foi, a meu ver, uma categoria que justificava como naturais as criações discursivas, culturais, sociais e políticas dos intelectuais que a utilizaram. Utilização esta que agenciou discursos, representações e símbolos que confluíram em posições hegemônicas, contribuindo para a fixação de determinados "papéis" que as comunidades afro-descendentes "deveriam", portanto, representar. Uma dessas representações centrais, e que pode ao mesmo tempo ser apresentada como uma crítica científica ao matriarcado remete a outro conceito: o de família e das relações de parentesco. Às representações de matriarcado acopla-se a idéia de que o universo doméstico, e a família, fosse o fundamento da organização social, como se essa conjunção fosse um dado natural. As posições que afirmam a existência de um matriarcado entre as mulheres de santo - dentre as quais se destacou Ruth Landes, sem que isto desqualifique seu maravilhoso e arrojado trabalho -, não consideram que essas comunidades de afro-descendentes estão imersas e são constituídas a partir e por complexas relações sociais, políticas e culturais muito mais amplas, que envolvem principalmente o mercado de trabalho, e o lugar a que se sujeita o negro (a) como marginal. Consideremos o poder simbólico que fixa a estes (as) determinados lugares sociais, e em conseqüência comportamentos, atitudes, sentimentos. Trata-se de considerar o processo de sujeição dos indivíduos em sua dupla significação: a que o constitui como sujeito-indivíduo em suas relações subjetivas e sociais, e a que, em conseqüência da primeira, o sujeita. Evidentemente, toda ambigüidade do processo acima referido deve ser considerada. Como se trata de uma via de mão dupla, em que o social e o individual interagem, é necessário considerar que essas comunidades de afro-descendentes e esses indivíduos-sujeitos tinham, e tem a possibilidade de fazer escolhas, determinar estratégias, definir campos de luta, mostrando-nos que, mesmo não detendo autonomia, esse lugar social e subjetivo é também o resultado de sua ação. Essas observações buscam, em síntese, discutir a complexidade dos lugares sociais, que não são fixos e nem são dados, mas permanentemente construídos pelos sujeitos em interação com uma diversidade de outras relações.

3 Jornal da Tarde, 21/11/1933, p. 06.

4 Para os procedimentos acima descritos ver: SCOTT (1996); SCOTT (1994); TILY. (1994); VARIKAS, (1994).

Dona Santa e Eudes
Fotografia de Lula
Cardos Ayres

Entre os anos de 1940 até sua morte ocorrida em 1962, portanto, Dona Santa angariou e gozou de prestígio e reconhecimento social como rainha de maracatu e matriarca da cultura afro-descendente no Recife. Isto não significou para a rainha uma posição social melhor. Ao que tudo indica, continuou a ser uma mulher negra numa sociedade em que o preconceito racial as atinge com maior impacto. Sua posição como mãe de santo, no entanto, angaria a Santa uma posição entre os membros dos terreiros, e ganha fama como poderosa juremeira, dotada de muito axé, força e magia. Na tradição oral existente hoje no Recife, Dona Santa é sempre referida como uma autoridade religiosa, além de rainha. No entanto, destaca-se a função de rainha em relação à de sacerdotisa. Ainda que seja considerada como poderosa, foi desempenhando seu papel de rainha que garantiu sua autoridade (sem que deste papel se possa dissociar o religioso). Mas no campo das religiões afro-descendentes, ao que tudo indica Dona Santa buscava filiação e reconhecimento em terreiros distinguidos e bem conceituados, principalmente pelo reconhecimento que obtiveram entre os intelectuais da cidade. Trata-se do "sítio" de Pai Adão, para onde Dona Santa todo ano se dirigiria antes de "colocar o maracatu na rua" como que a pedir permissão aos antigos e às entidades espirituais para "fazer o carnaval". Filiar-se ao sítio de Pai Adão era, no Recife dessas décadas, garantia de que estava no campo religioso "certo", pois o sítio era considerado como um terreiro africano, autêntico e legítimo. Nem por isso Dona Santa deixava de se relacionar com outros grupos, a exemplo da casa das tias do Terço, principalmente Sinhá e Badia (BRANDÃO e MOTTA, 2002; BENJAMIN, 2004). Na atualidade, Raminho de Oxossi me afirmou que Dona Santa todo ano também levava seu maracatu para cumprimentar a reconhecida mãe de santo, apesar de Dona Santa ter mais visibilidade do que Sinhá e Badia, nesse período. Talvez o reconhecimento de Sinhá e Badia se deva à atuação do jornalista Paulo Viana, que escrevia sobre a cultura afro-descendente e o carnaval, e freqüentava o Pátio de Terço, onde se localizava a casa das tias. Entre os anos de 1960 e 1962, Paulo Viana organizou no Pátio do Terço uma série de atividades culturais com Dona Santa e Sinhá, e após a morte da rainha, o jornalista organizou o que viria a ser conhecida como a Noite dos Tambores Silenciosos, evento que ainda ocorre toda segunda-feira de carnaval para celebrar os ancestrais escravizados.

As rainhas de maracatu e a autoridade de Dona Santa.

Madalena viria a se tornar uma das rainhas mais celebradas dos maracatus pernambucanos. Mas não tinha uma autoridade inconteste, como Dona Santa, e disputava espaço com Dona Martinha, do Leão Coroado, com Mariu do Estrela Brilhante de Iguarassu, dentre outras que também se tornaram conhecidas do grande público posteriormente à década de 1960. Quando da morte de Dona Santa, Madalena era jovem e tinha sido rainha do Maracatu Leão Coroado. Alguns anos após a morte de Dona Santa, Dona Madalena saiu do Leão Coroado para ocupar o cetro de um maracatu novo, o Indiano, onde passou treze anos no posto. Maracatu novo porque o Indiano até o início dos anos 1960 era um maracatu de orquestra, assim como o Cambinda Estrela e o Almirante do Forte, que teriam virado seus baques por pressão da Federação Carnavalesca, folcloristas e tradicionalistas de plantão que consideravam aqueles maracatus como uma descaracterização dos autênticos e legítimos maracatus africanos.5 Assim, o Indiano não era considerado um maracatu legítimo e autêntico, africano puro, ao contrário, era um maracatu que afrontava as tradições.

Não é demais destacar que esse processo é extremamente tenso e conflituoso. Desde o início da década de 1930, quando começaram a aparecer pela periferia da cidade do Recife, os maracatus de orquestra suscitaram medos (as crianças

5 Maracatu de orquestra, rural ou de baque solto, refere-se a outra forma de expressão da cultura popular pernambucana, diferente dos maracatus nação, que estão sendo objeto de discussão neste artigo. Os maracatus de orquestra possuem uma formação musical distinta, conforme observações de PEIXE (1980). Tornaram-se conhecidos no carnaval recifense na década de 1930, e existiram em grande número na zona norte da cidade, formados principalmente por migrantes oriundos da zona da mata. Causaram grande estranhamento entre os intelectuais que os consideravam como descaracterização do autêntico maracatu africano. Ver GUILLEN (2003).

morriam de pavor dos caboclos de lança) e polêmicas. Até a década de 1970, quando se quis proibir que desfilassem pela cidade no carnaval, não eram tidos como autênticos maracatus, muito menos dignos de figurar como partícipes da tradição e da cultura popular pernambucana. Na década de 1940 e 1950 enfrentaram acirrada oposição de Mário Melo, jornalista de pena virulenta e por muitos anos diretor da Federação Carnavalesca. Teria sido Mário Melo o responsável pela transformação de alguns maracatus de orquestra que teriam virado seu baque? Este é um processo que ainda demanda muitas pesquisas, mas importa para nossa discussão que é nesse contexto que Madalena é escolhida rainha do Indiano, um maracatu que não era, consideremos, muito legítimo aos olhos da tradição...

Nesse processo de transformação do Indiano em maracatu nação Dona Madalena exerceu papel primordial, legitimando o grupo como mãe de santa e rainha, e contribuindo para que o maracatu se transformasse num dos maiores do Recife, ganhando em muitos anos os concursos carnavalescos. Diante do disputado carnaval recifense, os maracatus vão sempre jogar com a questão da tradição e da autenticidade para ganharem legitimidade. Neste caso, o Indiano era acusado de ser um maracatu sem legitimidade na tradição, e o fato de ganhar com freqüência os concursos carnavalesco atraiu a "ciumeira" de outros grupos. O Leão Coroado, na figura de seu dirigente, Luiz de França, jogará com essa questão para tentar deslegitimar o Indiano e conseguir para si mais atenção.6

Foi em meio a essas discussões que ocorreu a coroação de Madalena, em frente à Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, conforme rezava a tradição. O evento foi realizado pela EMPETUR (Empresa Pernambucana de Turismo) para comemorar o dia do folclore. O *Diário de Pernambuco*, ao noticiar a coroação, entrevista Paulo Viana para discutir sobre as linhagens reais nos maracatus.7 Assunto sem dúvida controverso, pois tudo indica que o jornalista estava a inventar uma tradição, a de as rainhas de maracatu deveriam ter uma linhagens sanguínea com os antigos sobas africanos, como teria tido Dona Santa. Se Madalena não tinha linhagem nobre, possuía "o porte do monarca"; e ademais, afirma-se que Dona Santa "queria mesmo ter a honra de coroá-la, e dar legitimidade ao seu reinado, mas adoeceu e não chegou a realizar o desejo." Depois do Indiano, Madalena foi também rainha do Estrela Brilhante, assumindo este posto depois de 1972, e nesses anos o maracatu chefiado pela rainha ganhou vários concursos carnavalescos. Quando deixou este último maracatu, Madalena ficou sem "trono", e foi nesse contexto que se deu o ressurgimento do antigo Elefante, em 1986.

Desse modo, foi em meio a um debate sobre quais seriam as legítimas tradições africanas que sobreviviam, que Dona Madalena narrava a história que ainda hoje se pode ler na forma de contos e crônicas. Uma história em que Dona Santa e Dona Madalena ocupam papéis sociais que o jogo de memória consolida e justifica. No entanto, para se entender a dinâmica desse jogo, é importante destacar qual o papel que o maracatu e o trono real ocupam na vida dessas mulheres negras. Desde Dona Santa, o lugar de rainha de maracatu se consolidou como um posto real, com toda a majestade que lhe é correlata. Se, nos anos 1930, afirma-se que eram "reis de mentira", Dona Santa nas décadas seguintes vai conferir a esse papel uma dignidade em que se acoplam mitos, ritos e histórias, nos quais elementos das religiões afro-descendentes se misturam a uma tradição africana em que o lugar de matriarca tem autoridade destacada. Assim, essas duas mulheres negras, ao ocupar o cargo de rainha de maracatu consolidavam autoridade religiosa entre seus filhos e filhas de santo, ou afilhados da jurema, como matriarcas de uma "nação africana". Essa condição tradicional, por sua vez, conferia uma visibilidade e legitimidade social, para além dos círculos das comunidades de afro-descendentes que poucos conseguiam ocupar.

Madalena: uma rainha sem coroa.

Respaldada na autoridade de Dona Santa, Maria Madalena colocará em circulação um jogo de memória que a legitimava como herdeira e sucessora. A história de como Dona Santa teria se oferecido para coroá-la como rainha do Maracatu foi repetida muitas vezes, em diversos meios de imprensa e mídia. Em uma importante entrevista que concedeu ao Diário de Pernambuco, em 18 de fevereiro de 1979, Dona Madalena conta que "faltou muito pouco para que recebesse o cetro diretamente das mãos de Santa (...) que dias antes de sua morte prometera a Madá, como era conhecida, coroá-la dentro dos padrões ortodoxos, como rainha do maracatu, em frente à Igreja do Rosário, com a presença de caboclinhos e maracatus." Segundo a repórter Graça Gouveia, quem conhece Madá entende porque Dona Santa a teria escolhido, pois dona de uma personalidade forte, teatral e autoritária, a rainha com certeza tinha majestade. Nessa reportagem Madá afirma que nessa época era rainha do Leão Coroado (há controvérsias) e que as pessoas diziam que Dona Santa não gostava de Madá, que existia uma forte rivalidade entre as duas.

Numa das famosas festas de aniversário do Elefante, que Dona Santa promovia todo ano no dia 15 de novembro, Madalena resolveu tirar essa história a limpo. E foi com todo seu cortejo real lhe acompanhando. Visita de rainha para rainha. Diz Madá que Dona Santa a recebeu muito bem. Já chegando na sede do Elefante Dona Santa mandou uma delegação do Elefante se encontrar com Madá, e após todo um ritual de cruzamento de bandeiras, movimentos de cetros e espadas, enfim, performance real cumprida, Dona Santa teria tomado aquele gesto como reconhecimento de Madalena de sua autoridade e senioridade e se ofereceu para coroá-la: "Você sabe como se coroa uma rainha, minha filha? Pois então vou lhe ensinar" Mas

6 Diário da Noite, Ciumadas de folião... 27.01.1965, p. 02.

7Madalena é nova rainha do maracatu. Diário de Pernambuco, (?) agosto de 197(6?) in: Acervo digital do Museu Edson Carneiro (ocorrência F0641 e F0642). Como a data do recorte de jornal encontra-se ilegível, presume-se que seja em agosto por se tratar do mês de comemoração do Dia do Folclore. O ano no recorte assinala 1970, mas como a notícia afirma que Madalena já é rainha do Maracatu Estrela Brilhante, e isso só ocorrerá depois de 1972, presume-se que a notícia seja de 1976.

Dona Santa morreu antes, e Madalena ficou como rainha, mas sem coroação. Mas esta era uma história que rendia a Madalena dignidade e legitimidade entre os que faziam a tradição nos maracatus-nação do Recife.

2 . Maria Madalena. Fotografia de Pio Figueirôa

Dona Madalena teve uma vida bastante longeva, e não perdeu a oportunidade de repetir essa performance que viveu com Dona Santa. Quem me contou essa história foi a atual rainha do Estrela Brilhante do Recife, Marivalda. Disse-me ela que Madalena se ofereceu para coroá-la, tal como tinha aprendido com Dona Santa, e mandou Marivalda cumprir uma série de rituais de limpeza e obrigações para com os orixás. Enquanto a rainha do Estrela Brilhante cuidava disso, Madalena morreu. Tragédia para Marivalda que não foi coroada pela legítima sucessora de Dona Santa. E teve que escolher outra rainha para coroá-la. (GUILLEN, 2004)

E o jogo continua. Performance e ritual no ressurgimento do Maracatu Elefante.

Em 1985, um complexo jogo de memória foi novamente encenado no Recife em torno do ressurgimento do Maracatu Elefante. Diz a tradição oral entre os maracatuzeiros do Recife que Dona Santa teria manifestado o desejo, pouco antes de sua morte, de que seu maracatu não mais desfilasse. Apesar de uma de suas filhas ter se posicionado como possível continuadora do Elefante, um forte grupo do maracatu e de pessoas a ele relacionadas manifestou acirrada oposição e que a vontade da rainha deveria ser respeitada. Há quem diga que ela teria registrado em cartório esse desejo. Controvérsias a parte sobre as questões de memória, o fato é que o Elefante foi literalmente para o museu, e seu acervo recolhido pelo Museu do Homem do Nordeste que com ele montou um importante setor de sua exposição permanente. Calungas, cetro e coroa, vestidos e estandarte ainda hoje estão lá no museu. Mas o Elefante voltou para as ruas. Não sem muita discussão.

Desde Pereira da Costa, no início do século XX, que vinha se profetizando o fim dos maracatus. E Katarina Real, ao participar da Comissão Pernambucana de Folclore, preocupada com esse provável desaparecimento, incentiva o antigo rei de Dona Santa a fundar um novo maracatu. Eudes não se faz de rogado, cria o Porto Rico do Oriente e é coroado em cerimônia pública que a folclorista americana organiza para dar legitimidade a esse novo maracatu, de acordo com a tradição (REAL, 2001). O maracatu de Eudes também deixa de ir às ruas quando o babalorixá morre, mas a reativação do Porto Rico no Pina, pela rainha Elda e outros vai abrir um prescedente importante. Ainda que muito contestada pelos familiares de Eudes, Dona Elda se proclama continuadora do maracatu de Eudes, e firma legitimidade aos poucos entre os maracatuzeiros. Da reativação do Porto Rico participaram não só maracatuzeiros, mas folcloristas, personalidades renomadas deram seu apoio,e membros da Federação Carnavalesca. E aqueles que ficaram insatisfeitos com o processo, que foram alijados do comando do Porto Rico, anos depois viram novamente a oportunidade surgir quando Dona Madalena ficou sem trono.

O ressurgimento do Elefante é recoberto de discussões e controvérsias. Em primeiro lugar, tratava-se de um "desrespeito" para com a vontade da mais autêntica das rainhas. Mas, bradavam aqueles que queriam tirar o Elefante do museu, onde está o documento que Dona Santa bota o maracatu no museu? Não existe! E precisa, respondem os guardiães da vontade da rainha... Nesse vai ou não vai o maracatu foi pras ruas, com Dona Madalena e Mário Miranda como reis e rainhas. E é nesse momento que a história da coroação de Madá entra em circulação para legitimar a reativação do maracatu e sustentar a nova rainha como a legítima sucessora de Dona Santa.

O Diário de Pernambuco publicou uma extensa reportagem sobre a reativação do Elefante, no dia 07 de fevereiro de 1986, em que afirma ser Madalena a sucessora de Santa, uma vez que, aos 72 anos de idade " é as mais antigas e competentes rainhas de maracatu da cidade", além de "mais antiga ialorixá do ritual nagô". A rainha Madalena vai ocupar esse posto até sua morte, em 2002, e não perdia a oportunidade de executar uma performance em que se posicionava como a sucessora de Santa. Lima (2006) argutamente observou que até a história do jipe foi posta em cena. Essa é uma performance na qual Dona Santa ficou famosa já em sua velhice, pois devido à idade avança não conseguia mais andar e dançar. Por isso, a prefeitura da cidade colocou um jipe à sua disposição, e a bordo do mesmo Dona Santa continuou a desfilar até o seu último

carnaval. Pois Dona Madalena fez a mesma coisa, e apesar de no cotidiano estar nos últimos anos presa a uma cadeira de rodas, no carnaval acionava um jipe para poder cumprir seu papel de rainha e adentrar a passarela com toda a dignidade real.

O que me parece fundamental destacar nessas memórias e nos jogos que engendra, é a força que rituais e performances exercem para retirar fatos comesinhos, corriqueiros e mesmo ordinários de seu cotidiano para lhes conferir um significado simbólico e legitimidade social e política. Aspectos, aliás, bastante destacados por Turner e Schechner (TURNER e BRUNER, 1986; SILVA, 2005). Dona Madalena, ao que tudo indica, soube sair de uma perigosa liminaridade para a consolidação de sua posição como rainha e afirmação das estruturas/tradições do maracatu. Ao conseguir, através do jogo de memórias se situar como a sucessora de Dona Santa, Maria Madalena contribuiu para a consolidação não só um modelo de maracatu, mas se posicionou na comunidade de que fazia parte junto com os afro-descendentes como uma matriarca e mãe de santo de poder. Essa legitimidade e visibilidade públicas, não lhe foram conferidas apenas pelos rituais religiosos, por sua força e axé, mas numa relação de reciprocidade com o cetro e a coroa de rainha de maracatu. Ressalte-se também que em todas essas circunstâncias, não importa muito o vivido, mas sim a força dos mitos que souberam construir. (PASSERINI, 1993)

Bibliografia:

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.) (2003) *Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A.

BANN, Stephen (1994) *As invenções da história. Ensaios sobre a representação do passado*. São Paulo, UNESP.

BENJAMIN, Roberto (2004). Dona Santa e Luiz de França: gente dos maracatus. In: SILVA, Vagner Gonçalves da. *Artes do Corpo: memória afro-brasileira.* São Paulo: Summus, (pp. 55-78).

BRANDÃO, Maria do Carmo; MOTTA, Roberto (2002). Adão e Badia: carisma e tradição no xangô de Pernambuco. In: SILVA, Vagner Gonçalves da. *Caminhos da Alma: memória afro-brasileira.* São Paulo: Summus, (pp. 49-88).

BRITO, Ronaldo Correia de. A rainha sem coroa. *Terra magazine*. 24 de janeiro de 2007. http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,OI1365892-EI6788,00.html (consultado em 25 de novembro de 2008)

GUILLEN, Isabel C. M. (2003) Maracatus-nação entre os modernistas e a tradição: discutindo mediações culturais no Recife dos anos de 1930 e 1940. *CLIO* - Série História (UFPE) , v.01, p.107 - 135.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins (2004). Rainhas Coroadas: história e ritual nos maracatus-nação do Recife. Cadernos de Estudos Sociais da Fundação Joaquim Nabuco (Recife/PE). v.20, p.39 - 52.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. (2006) Luiz de França, Maria Madalena e Elda Viana – entre a tradição e a inovação: as disputas dos maracatuzeiros por espaços na sociedade recifense nos anos 1980. In *Anais Eletrônicos: III Simpósio nacional de História Cultural da ANPUH*. Florianópolis – SC.

PASSERINI, Luísa. (1993) Mitobiografia em História Oral. *Projeto História*, São Paulo, n, 10, p. 29-40, dez.

PEIXE, César Guerra. (1980) *Maracatus do Recife*. Recife, Prefeitura da Cidade do Recife/ Irmãos Vitale, 2ªedição.

REAL, Katarina. (2001) *Eudes, o rei negro do maracatu*. Recife, Massangana.

SCOTT, Joan. (1996) *Gênero, uma categoria útil para a análise histórica*. Recife, SOS Corpo.

SCOTT, Joan. Prefácio a *Gender and Politics of History*. *Cadernos Pagu*, n. 03, pp. 11-27, 1994;

SILVA, Rubens Alves da. (2005) Entre "artes" e "ciências": a noção de *performance* e *drama* no campo das ciências sociais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 24, p. 35-65, jul. – dez.

TILY. Louise A. (1994) Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, n. 03, pp.29-62.

TURNER, Victor; BRUNER, Edward. (1986) *The Anthropology of Experience*. Chicago: University of Ilinois Press.

VARIKAS, Eleni. (1994) Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*, n. 03, pp.63-84

Black Group Identity and Vote Choice in Brazil

Gladys Mitchell
Duke University (Universidade de Duke)
glm2@duke.edu

Abstract: There is a gap in scholarly literature of Brazilian politics. Some scholars find no difference in political opinion between Afro-Brazilians and white Brazilians. Other scholars focus on racial politics in Brazil. Scholars who focus on race have researched Afro-Brazilian politicians, racial attitudes, and black movements. Brazilian scholars who have studied the impact of race on vote choice have found little evidence of an ethnic vote. Given recent changes in Brazil's racial politics such as the implementation of affirmative action it is necessary to re-visit the question of whether or not racial group identity impacts vote choice. Survey results show that Afro-Brazilians in Salvador who identify as a black racial group vote for black candidates more than those who do not identify as a group. Survey results from Afro-Brazilians in São Paulo show no evidence that black group identity impacts vote choice.

Many scholars of Brazilian politics find no differences in political opinion of Afro-Brazilians and white Brazilians (Mainwaring et.al. 2000, Hagopian 1996, von Metteinheim 1986). Key works that do examine race in Brazilian politics focus on Afro-Brazilian mobilization, Afro-Brazilian politicians, or Afro-Brazilian racial attitudes. Michael Hanchard (1994)

successfully highlights the efforts of black movement activists from the 1930's to the late 1980's. He also examines the role racial hegemony played in preventing large-scale black mobilization. Ollie Johnson's (1999, 2006) research examines Afro-Brazilian representation in congress and the impact role Afro-Brazilian politicians played presenting racial policies at the national level. Michael Mitchell's work (1977, 2000) examines the racial attitudes of black movement activists and Afro-Brazilians affiliated with black movement organizations. While these North American scholars have made important contributions to the study of racial politics in Brazil they tend to focus on Afro-Brazilian elites such as black movement activists and Afro-Brazilian politicians rather than the Afro-Brazilian electorate.

Brazilian scholars have conducted research on ethnic voting of Afro-Brazilians since the 1970's. From these studies it appears that an ethnic vote does not exist but that some political parties court a racial vote, race plays a role in political campaigns, and that differences in political opinion among Afro-Brazilians exists. Amaury de Souza (1971) used data from the 1960 presidential election to examine ethnic voting. Souza found that Afro-Brazilians regardless of their class level overwhelmingly supported the Brazilian Workers Party (PTB) more than white Brazilians. He attributes this to the fact that during Getulio Vargas's years in power, some Afro-Brazilians ascended socially and economically thus middle-class Afro-Brazilians continued to support the opposition party, of which Vargas belonged. Poor Afro-Brazilians supported the PTB because it presented itself as the party of the poor. Nonetheless, Souza finds no significant differences between white and Afro-Brazilian voters in terms of electoral participation and political interest.

Focusing only on Afro-Brazilian candidates and voters, Ana Valente (1986) examines the 1982 elections in São Paulo. Political parties such as the Democratic Labor Party (PDT), the Party of the Brazilian Democratic Movement (PMDB), and the Workers Party (PT), all leftist parties, supported Afro-Brazilian candidates and were dedicated to minority issues. Black movement activists encouraged Afro-Brazilians to vote for black candidates. Despite their desire for an ethnic vote, of the fifty-four Afro-Brazilian candidates running for office only two were elected and these two were not tied to the black movement and did not explicitly discuss racial issues. Valente's survey data of Afro-Brazilians reveals that most Afro-Brazilian voters did not know the black candidates that ran or were not concerned with the racial background of candidates thus did not vote for them. Ideological differences in the black movement also contributed to them not attracting Afro-Brazilian voters. Valente recognizes that black movement activists prematurely expected an ethnic vote. Similarly Sales Augusto dos Santos (2000) examines why Afro-Brazilian federal deputies did not form a group centered around racial issues. Most of them did not because they thought this would isolate voters. In 2003, the Nucleus of Black PT Representatives (NUPAN) was formed that is only made up of Afro-Brazilians of the Workers Party (PT).

In contrast to the 1982 unsuccessful election of a substantial number of Afro-Brazilian candidates being elected in São Paulo, Cloves Oliveira (1997) finds an increase in the number of Afro-Brazilian city councilors elected to the council in Salvador, Bahia in 1992. Afro-Brazilians elected to the city council tended to come from working class backgrounds compared to white Brazilians who tended to be from high and middle-income backgrounds. Moreover, comparing the 1992 election to the 1988 election the number of Afro-Brazilians elected to city council increased from 11% to 34% due to an increase in the number of council members from working class backgrounds as the standard. Oliveira believes that a change in political recruitment by political parties aided in this increase. Nonetheless Afro-Brazilians were still underrepresented in Salvador considering that over 70 percent of the population is of African descent.

Soares and Silva (1987) examines Rio de Janeiro's 1982 election of Leonel Brizola. Although their focus is on the effects of urbanization, social class, and party organization on the Brizola vote in various municipos they are also interested in the role race played. They find that the higher the proportion of nonwhites the more votes Brizola received. Morenos tended to vote for Brizola more than whites and blacks. Some of the reasons he offers is that Brizola made an explicit appeal to *socialismo moreno* and not for black socialism. Another explanation is that blacks live outside the Rio metropolitan area where the party's organization was not very strong. Illiteracy could also play a role in voter access. And blacks have the highest illiteracy rate out of all color groups.

With the exception of Soares and Silva, the general theme in previous literature on Afro-Brazilian ethnic voting is that it does not exist or is not successful at electing Afro-Brazilian candidates to office. In addition, it appears that Afro-Brazilian politicians who want to win office avoid explicitly addressing racial issues for fear that they will isolate voters who do not believe that racial issues are important to them. Cloves Oliveira (2007) examination of Celso Pitta and Benedita da Silva's election campaigns gives evidence of the role that race played even though Pitta tried to avoid being racialized. Given the fact that affirmative action policies were enacted beginning in 2001 and that racial discrimination is more openly discussed in Brazilian politics it is worth examining whether racial attitudes and opinions have changed accordingly. Moreover, it is projected that Afro-Brazilians will outnumber white Brazilians by the time the next census is taken.

Scholars who analyze Afro-Brazilians in comparison to Euro-Brazilians find no significant differences (Mainwaring in Middlebrook 2000, 202). I believe this is the case because they examine inter-group dynamics rather than intra-group dynamics of Afro-Brazilians. Intra-group dynamics are important to examine racial politics because it highlights similarities and differences within the Afro-Brazilian electorate and it considers them as the unit of analysis. This is essential in the study of Brazilian racial politics.

Racial politics in Brazil has dramatically changed at the national level where race was rarely discussed and there was a strong belief in the myth of the racial democracy. Therefore claims of racism were quickly dismissed. Although black movement activists have made claims of racism since the 1930's it appears that their voices have finally been heard and recognized by Brazilian leaders. This began in the 1980's with President Fernando Cardoso's public recognition that racism

exists in Brazilian society to President Lula's appointment of Afro-Brazilians to prominent federal positions. Furthermore, affirmative action has been enacted which by definition views citizens as distinct racial groups and recognizes the need for preferential treatment to right the wrongs of past injustices. Activists and some, though by no means all, Afro-Brazilians recognize the need for affirmative action and support the policy.

Given the radical shift in racial politics from the prevalent belief in racial democracy that upheld that racial discrimination did not exist in Brazil because of its mixed-race citizenry to today's official recognition of racism and affirmative action programs implemented in universities it is necessary to re-visit the question of whether or not group identity among Afro-Brazilians exist and in the case that it does how does this effect vote choice.

BLACK RACIAL GROUP IDENTITY AND ITS POLITICAL IMPLICATIONS

Despite that black mobilization is occurring throughout Latin America (Andrews 2001) the question is whether or not this has successfully led to black group identity among a substantial portion of the Afro-Brazilian population. Further if black group identity exists what are the political implications? The puzzle is whether group identity exists among Afro-Brazilians and how salient it is in vote choice. I believe that changes in racial politics at the national have influenced racial politics in the form of group identity of the Afro-Brazilian electorate. For this reason I expect Afro-Brazilians who identify as a racial group to support black politicians more than those who do no identify as a group. I test this hypothesis with two questions that ask about black group attachment and a question that ask if respondents have voted for a black politician.

METHOD

I hired a team of Brazilian students in Salvador and São Paulo to conduct face-to-face interviews. All interviewers received training on how to conduct interviews. Professors from the Federal University of Bahia and the University of São Paulo aided in neighborhood selection and recommended undergraduate students to conduct interviews. The neighborhoods chosen in Salvador are Federação, Peri peri and Itapoãn. Federação is socio-economically heterogeneous. Some of the campus of The Federal University of Bahia is located in Federação, which is a prestigious public university and has middle-class households in the neighborhood. However, there are also very low-income households. Itapoãn is also socio-economically diverse but has a large proportion of low-income households. Peri peri is located in the periphery or considered a suburb because it is located further away from the center of the city. It is a low-income neighborhood. In São Paulo, interviews were conducted in the neighborhoods Cidade Tiradentes, Casa Verde, Brasilândia, Campo Limpo, and Capão Redondo. Cidade Tiradentes is a low-income neighborhood that is located in the far east of São Paulo however is well-known as a location for a number of non-profit organizations. Casa Verde is in the northeast of São Paulo and is mostly middle-class. Campo Limpo is located in the southwest and is known for its large social divisions. Favelas (shantytowns) are located beside condominiums of middle and upper class households.

A skip method was used to generate a random sample in both cities. I obtained maps of the neighborhoods from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). Students were assigned to at least two neighborhoods. Interviewers used a skip method where they chose households by conducting interviews at every fifth house and in the case that the street did not contain a lot of homes they went to every third home. Interviewers told potential respondents that their personal information was not needed and no identifying information would be recorded. I asked interviewers to only conduct interviews with people of African descent. In the case that they knocked on a door and they believed the person was white they asked if anyone of African descent lived in the household. For this reason an interviewer could have classified a person as white but if the respondent identified herself as a person of African descent the interview was conducted. On the other hand, there were cases where the interviewer classified the respondent as black or brown but the respondent identified him or herself as another color category. Respondents were selected who were of voting age. A total of 674 interviews were conducted in Salvador and São Paulo and the response rate was 99%.

COLOR IDENTIFICATION AND BLACKNESS

I define Brazilian racial or color identification as placing oneself into a racial or color category with the knowledge of Brazil's socially hierarchical ordering of colors. At the top of the hierarchy is white, the middle is brown, and the bottom is black. As suggested by Brubaker and Cooper (2000) I use the term identification because it recognizes the fact that identities are not constant over time. Though everyone may not agree with this hierarchy citizens are aware of it. Varying shades of brown are also located on this continuum. Attached to these colors are connotations that are transmitted through humor and popular expressions that valorize white as good and black as bad. Racial identification of individuals can change according to the social circumstances in which they find themselves. In addition, citizens sometimes manipulate their color identification to change their position on the color continuum.

Race is generally seen as biological and color is made up of physical appearance and social status. For example color terms include black (*preto*), brown (*marrom*, *moreno*), light brown (*moreno claro*), and white (*branco*). However the politically charged racial category black (*negro*) is a racial category that Afro-Brazilians of any skin color can identify as. *Negro* is a category that was first promoted by black movement activists. Today it is even used by mainstream media when reporting data about Afro-Brazilians. Mainstream newspapers such as São Paulo's Data Folha discussed the possibility of an ethnic vote during the 2006 presidential election from negros in reference to Afro-Brazilians. I stress that the racial category

negro is fundamentally a political category that Afro-Brazilians of all skin colors can ascribe to. It is a category that black movement activists struggled to valorize among the Afro-Brazilian population.

Nationally most Afro-Brazilians classify as brown (pardo). In the 2000 census 45% of the population identified as white (branco), 39% as brown (pardo), 6% as black (*preto*) and less than one percent identified as yellow (amarelo) or indigenous (indígena) which are the five census categories. In Salvador 22% of the population considers themselves white, 46% considers themselves brown and 20% considers themselves black. In absolute numbers São Paulo has more Afro-Brazilians that claim a black identity.

In São Paulo 872,609 Afro-Brazilians identified as *pr eto* while only 605,199 Afro-Brazilians in Salvador identified as preto. Similar to Mark Sawyer's (2006) theory of racial cycles where the state uses black culture in times of economic downtimes, I believe Afro-Brazilians claim black identity when it is beneficial according to context and time periods. With affirmative action there is strong incentive to claim the identity with the possibility of upward mobility through education. Nevertheless I also believe that Afro-Brazilians who claim a black identity receive utility from claiming these identities. However it is possible that these people gain an immeasurable sense of consciousness that may lead them to use their identity to their benefit in the economic market despite persistent racism in Brazilian society. Afro-Brazilians with less prestigious jobs may not encounter the same type of racism as those in more prestigious jobs. In addition low educated Afro-Brazilians may believe the idea that whiteness is good and blackness is bad. Because opportunity, prestige, and wealth is coded as white and is so strongly correlated in Brazilian society Afro-Brazilians rationally choose a non-black identity to gain the perceived benefits of whiteness.

DESCRIPTIVE RESULTS OF SURVEY SAMPLE

In Salvador, 52% percent of the respondents are male and 48% are female and in São Paulo 57% are women and 43% are men. In both cities the average age is 33 years old. In Salvador respondents ages range from 17 to 67 years old and in São Paulo ranges from 16 to 83. Respondents were asked their color in an open-ended and closed-ended question. In the open-ended question they could identify in a color category with no choices given. In the closed ended question they were asked to choose a census color category. The census categories on the 2000 census are white (*branco*), brown (*pardo*), black (*preto*), yellow (*amarelo*), indigenous (*indígena*). Yellow denotes people of Asian descent. My results show that in both cities more Afro-Brazilians chose a "brown" color or racial category in the open-ended question than interviewers classified them in. In Salvador, interviewers classified 102 respondents as brown (pardo) while 121 respondents identified as brown (*mulatto, moreno, pardo, moreno claro, marrom*). In São Paulo interviews classified 119 respondents as brown and 143 respondents identified as brown *(mulatto, moreno, pardo, moreno claro, moreno escuro, moreno jambo, marrom)*. I consider *marrom* (brown), *moreno* (brown), *pardo* (brown), *moreno claro* (light brown), *moreno escur*o (dark brown) and *mulatto* (mixed-race) brown categories to compare open-ended and closed-ended color identification. Table one gives the results in absolute numbers.

Table I

Number of Afro-Brazilian respondents who self-identified in census and open color categories and number of respondents classified in census color categories by interviewers

Salvador					
Census category		Open-ended color category		Interviewer classified census color category	
White (branco)	12	White (branco)	8	White (branco)	2
Black (preto)	208	Black(negro, negão, preto)	210	Black (preto)	230
Brown (pardo)	104	Brown (mulatto, moreno, pardo, moreno claro, marrom)	121	Brown (pardo)	102
Other	6	Other		Other	0
São Paul					
Census category		Open-ended color category		Interviewer classified census colorcategory	
White (branco)	21	White (branco)	20	White (branco)	4
Black (preto)	141	Black(negro, negão1, preto)	150	Black (preto)	191

1 Negão literally means big black. In Brazilian Portuguese one can emphasize that an object or person is large by adding ão to the word thus negro becomes negão.

Brown (pardo)	131	Brown (mulatto, moreno, pardo, moreno claro, moreno escuro, moreno jambo marrom)	143	Brown (pardo)	119
Other	0	Other	3	Other	3

Overall in the sample, the color and racial category most Afro-Brazilians identify as is black. Considering the open-ended color categories the Afro-Brazilian sample in Salvador is made up of 2% of Afro-Brazilians who identify as white, 62% who identify as black *(preto, negro, negão)*, and 36% who claim a brown *(mulatto, moreno, pardo, moreno claro, marrom)* identity. Considering the open-ended color categories in São Paulo, 6% of Afro-Brazilians self-identify as white (*branco*), 47% identify as black *(preto, negro, negão),* 45% identify as brown (*mulatto, moreno, pardo, moreno claro, moreno escuro, moreno jambo,* and *marrom)* and 2% identify as other. In my analysis I will consider the open-ended color category because that is the category that people free willingly choose as opposed to a census category. I note that these are the categories respondents chose for the survey and in everyday life, color categories can literally change by the minute depending on a person's social situation.

SELECTION BIAS

Nationally most Afro-Brazilians classify as brown (*pardo*) although in my sample most respondents identified as black. In Salvador, 66% of the population considers themselves black or brown. In São Paulo only 30% of the population considers themselves black (*preto*) and brown (*pardo*). As stated earlier, in absolute numbers, São Paulo has more people that claim a *preto* identity than Salvador. Using census data it is impossible for me to know how many Afro-Brazilians self-identified as white. Nonetheless, I added the number of blacks and browns from census data to calculate the percentage of Afro-Brazilians who consider themselves black and brown in each city to compare my data. In Salvador, among Afro-Brazilians (blacks and browns) 74% of them consider themselves *pardo* and 26% consider themselves *preto*.2 Thus my sample in Salvador is biased as it does not represent the true percentages of how most Afro-Brazilians identify. In my sample an overwhelming majority, 65% identify as black *(preto* or *negro)* while only 26% of Afro-Brazilians consider themselves black in the 2000 census. The rough estimate of Afro-Brazilians in São Paulo identifying as black (*preto*) using 2000 census data, is 15% and 85% self-identify as brown (*pardo*). In my sample 47% of Afro-Brazilians self-identify as black (*preto* or *negro*).

This difference can be accounted for by the fact that my sample is relatively young and Livio Sansone (2003) finds that younger people tend to identify as black. In São Paulo my sample is also biased. Bailey and Telles (2006) finds that age and education positively affect the use of the term *negro*. Bailey and Telles find in their study, younger people are more likely to choose the *negro* category than older people. They also find that people with higher education are more likely to choose the negro category rather than the *moreno* category (Bailey and Telles 2006). It is also likely that selection bias was introduced due to neighborhood selection. Neighborhoods were chosen where it is relatively easy to find Afro-Brazilians With the exception of Campo Limo in São Paulo most neighborhoods are composed of 40% of inhabitants who claim a black identity. In the neighborhood Federação in Salvador, 66% of the sample identified as black making this the highest percentage of people identifying as black in any of my sample neighborhoods. In contrast, only 26% of the sample in São Paulo's Campo Limpo identify as black making it the lowest percentage of Afro-Brazilians identifying as black among neighborhoods in the study.

BLACK RACIAL GROUP IDENTITY

Although Michael Dawson's (1994) concept of the black utility heuristic is used to understand black racial group identity and policy preferences of African Americans in the U.S., I believe it is useful in the Brazilian case. Dawson stresses that the concept of the black utility heuristic relies on similar historical experiences as a group and reinforced notions of groupness from institutions (Dawson xii, 2001). Since slavery Afro-Brazilians have formed communities and organizations exclusively for blacks (Butler 1998). More importantly, in current day society Afro-Brazilian activists and state policies such as federal law 10.639/03 requiring public schools to teach African and Afro-Brazilian history in public schools may lead to or reinforce a group identity among Afro-Brazilians who have a similar history of slavery. For this reason I believe a black heuristic is developing and may have already developed among a certain sect of the Afro-Brazilian population.

I examine black racial group identity with two questions. The first is do you believe that Afro-descendents of different skin colors are black (*negro*)? The second is do you think what happens to blacks (*negros*) affects you? Gilberto Freyre, a Brazilian scholar who greatly influenced social thought promoted the idea that because all Brazilians are racially mixed that discrimination did not exist in the country. In addition, the racial hierarchy in Brazil is that those with lighter skin are preferred to darker skinned people. However data on mortality rates, incomes, and educational achievement shows that

2 Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=cd&o=7&i=P

brown and black Afro-Brazilians have similar rates so that in reality lighter skin does not privilege one over their darker skinned counterparts in a meaningful way. Nonetheless, anthropological studies show that even among Afro-Brazilians there is a common idea that lighter skin is preferred to darker skin. As I previously mentioned, Afro-Brazilians are aware of Brazil's racial hierarchy therefore choose identities strategically. It is possible that Afro-Brazilians choose lighter color categories because of perceived benefits but that they are aware that even with such strategies people in power view them all as black. The question regarding what happens to blacks is useful because it is possible that Afro-Brazilians believe that even if they do not identify as or with blacks, that their fate is linked to blacks. In Salvador 78% of Afro-Brazilians in the sample believe that afro-descendents of different skin colors are black while 64% of Afro-Brazilians in São Paulo believe this. In Salvador 87% of Afro-Brazilians believe that what happens to blacks affects them while 77% of Afro-Brazilians in São Paulo agree with the statement (Table II).

Table II

Afro-Brazilians who believe Afro-descendents of different skin colors are black and Afro-Brazilians who believe what happens to blacks (negros) affects them

	Salvador (%)		**São Paulo (%)**	
	Yes	No	Yes	No
Different colors are black	78	22	64	36
Happens to blacks affects me	87	13	77	23

Table III

Self-identified color identification and belief that Afro-descendents of different colors are black

Afro-descendents of different colors are black (negro)				
	Salvador		São Paulo	
	Yes (%)	No (%)	Yes (%)	No (%)
White	75	25	47	53
Mixed-race	75	25	100	0
Light Brown	67	33	50	50
Brown	70	30	56	44
Dark Brown	0	0	100*	0
Negro	82	18	73	27
Preto	86	14	63	37

*n=1

In Salvador, Afro-Brazilians who identify as *preto* have the highest percentage (86%) for agreeing that Afro-descendents of different skin colors are black and they are followed by *negros* of which eighty-two percent of them believe this (see Table III). Seventy-five percent of Afro-Brazilians self-identifying as white and mixed-race agree that Afro-descendants of different skin colors are black while only 70 and 67 percent of light browns and browns respectively agree with this. In São Paulo, 100% of mixed race and dark brown Afro-Brazilians agree. Seventy-three and sixty-three percent of *negros* and *pretos* respectively agree. Not surprising only 47% of Afro-Brazilians who self-identify as white believe that Afro-descendents of different colors are black in São Paulo. The percentage of self-identified white Afro-Brazilians that agreed in Salvador was much higher than in São Paulo. This begs the question of what whiteness means in Brazil and more specifically what it means in both cities. I believe there are differing notions in each city.

I believe that in both cities whiteness is highly valued socially. Nonetheless I believe that self-identified "white" Afro-Brazilians in São Paulo identify less with blacks (*negros*) for two reasons. First, in Salvador the white color category is broader than in São Paulo and this is due to the fact that whites are a minority. Edward Telles (2004) finds that there is significantly more Afro-Brazilian residential isolation from whites in Salvador than in São Paulo. Lighter-skinned Afro-Brazilians who may not be visibly of European descent may identify as white and may be classified as white by other Afro-Brazilians. These same people may not be considered white in São Paulo. Even white Brazilians who are clearly of European descent in Salvador are not seen as "pure" whites. Whites in the Northeast are sometimes referred to as whites of the earth, "*brancas da terra*." Thus although they are recognized as white they are understood as being racially mixed so that they are not *true* whites. On the other hand, the notion of brancas da terra is not as common in São Paulo. For this reason I believe that the percentage of self-identified white Afro-Brazilians who identify with blacks is much lower in São Paulo than in Salvador where ones fate as a racially mixed white Brazilian or a white Afro-Brazilian is closely tied to blacks (*negros*).

Second, I believe that differences in the economies affect how Afro-Brazilians view whites and wealth and Afro-Brazilians who identify as white understand the benefits of whiteness in different ways. Afro-Brazilians' approximation to whites of European descent may affect how they perceive the correlation between whites and wealth. I believe that self-identified white Afro-Brazilians in Salvador see the *marginal* benefits of whiteness as opposed to white Afro-Brazilians in

São Paulo who see the *aggregate* benefits of whiteness because the city is one of the wealthiest cities in the country. In addition, there is a larger number of European descended people in São Paulo making it easy for Afro-Brazilians to see the strong correlation between whiteness and wealth.

Salvador is located in the Northeast of Brazil, which is one of the least developed and poorer regions while São Paulo is the most developed city in the country. Because of different economies it appears that in Salvador whiteness only goes so far although Afro-Brazilians still perceive benefits. In Salvador it is likely that Afro-Brazilians who claim a white identity receive more psychic benefits than *real* economic gain. *Paulistano* (residents of the state of São Paulo) Afro-Brazilians who claim a white identity or whiteness may identify less with blacks because they clearly want to disassociate themselves with blacks and do not believe that what happens to blacks affects them because they strongly *believe* they receive benefits from claiming a white identity. Further it is likely that there is a larger black white divide in São Paulo so that an Afro-Brazilian seeking whiteness sees a greater distinction between whites and blacks. The larger proportion of whites in São Paulo in conjunction with a more developed and wealthier city compared to Salvador leads to a clearer distinction between blackness and whiteness and a stronger perception that whiteness is clearly correlated with wealth.

Furthermore Edward Telles (2004) finds that in Salvador black and brown residential isolation from whites on a scale of 100 is 82 which is similar to black isolation in Chicago with an index scale of 83. Isolation in Chicago is mainly due to housing discrimination. In Salvador, some segregation is due to discrimination, especially at higher income levels, but isolation is mainly due to the fact that Afro-Brazilians make up a significant majority of the population. What is important and Telles believes Salvador is an exception, is that residential segregation has supported an Afro-Brazilian ethnic identity, which is not common in other Brazilian cities (2004, 212).

Black utility heuristic and candidate preference

My hypothesis is that Afro-Brazilians who identify as a racial group are more likely to vote for black candidates than those who do not identify as a group. Considering Brazil's racial hierarchies it is remarkable that a substantial percentage of Afro-Brazilians in both cities identify as a racial group. I ran a regression with *Voting for a black candidate* as the dependent variable and *Age, Family income*, and the belief that Afro-Brazilians of different *colors are black* (All colors are black) as independent variables (see Figure I). Age and income are demographic variables. I expect older people to have already voted for black politicians more than younger voters because they have had more opportunities to vote. In Brazil voting is obligatory so it is likely that ones chance of voting for a black candidate increases the more they vote. Income is included because it is a demographic variable. I also ran the same model substituting the independent variable believing Afro-Brazilians of different colors are black with the variable *Happens to blacks affects me* (Figure II).

Figure I

Regression analysis of voting for a black candidate

Salvador	São Paulo
Independent variables	**Independent variables**
Coef. S.E.	Coef. S.E.
All colors are black .09*** .04	All colors are black 05 .03
Income.02 .02	Income 02 .02
Age 04*** .02	Age 06*** .01
Constant 60 .06	Constant 44*** .05
N=299	N=287
***p<.01	***p<.01

Figure II

Regression analysis of voting for a black candidate

Salvador	São Paulo
Independent variables	**Independent variables**
Coef. S.E.	Coef. S.E.
Happens to blacks affects me .09*** .04	Happens to blacks affects me 00 .03
Income.03 .02	Income.02 .02
Age 04*** .02	Age.06*** .01 Constant.47*** . 06
Constant 57*** .06	N=311
N=322	
***p<.01	***p<.01

In Salvador the independent variables that are proxies of black group identity are statistically significant. In São Paulo, the proxy variables for black group identity are not statistically significant. It is possible that the proxies have

different meanings to individual Afro-Brazilians, which could explain why there is no relationship between black group identity and black candidate preference. An individual may think that society or those in power view Afro-Brazilians of different colors as black thus may respond yes to the question. On the other hand, they may think that what happens to blacks affects them because they are all seen or treated the same in society. In other words these questions could answer how much one think society views Afro-Brazilians as a group. For this reason individual group identity may not be measured. On the other hand, if one takes these questions as the way they individually view themselves in relation to the group it is a proxy for black group identity. Because of the overwhelmingly large white presence in São Paulo it is possible that respondents viewed the question as how society views Afro-Brazilians rather than how they individually viewed themselves. Thus when people of color are a minority in society the majority may view them in certain ways despite individual efforts at self-definition. For this reason it is likely that the individual question asking the respondent to identify him or herself is a better way to understand black racial consciousness. Perhaps, in Salvador, Afro-Brazilians are less likely to identify themselves in the eyes of others because they are the majority of the population. Therefore when answering these questions even if they thought in terms of how society identifies them it is in a context where Afro-Brazilians are a majority of the population.

CONCLUSION

There is evidence that an overwhelming majority of Afro-Brazilians in Salvador and São Paulo identify as a racial group. There is a positive relationship between identifying as a racial group and voting for a black politician in Salvador but not in São Paulo. While identifying as a racial group in Salvador has a positive impact on voting for black politicians it has no impact in São Paulo. This may be due to differences in the percentage of Afro-Brazilians in both cities. Although São Paulo has more Afro-Brazilians who claim a black identity in absolute numbers, Salvador has a much larger percentage of black and brown Afro-Brazilians. In São Paulo Afro-Brazilians may believe that non-Afro-Brazilians see them as a group and believe they are all black (negros) despite individual color choices. In agreeing that Afro-Brazilians of different colors are black and that what happens to blacks affects them, Afro-Brazilian *Paulistas* may have simply reflected how they are seen and treated by the society at large rather than their individual beliefs thus the question was not an accurate measure of group identity and attachment. In Salvador this is less of the case because the city is nearly 70% Afro-Brazilian. Although it appears that racial group identity does not impact preference for black politicians in São Paulo it does positively affect preferences in Salvador.

REFERENCES

Bailey, Stanley R. and Edward E. Telles. 2006 "Multiracial vs. Collective Black Categories: Census Classification Debates in Brazil." *Ethnicities* 6 (1): 74-101.

Brubaker, Rogers and Frederick Cooper. 2000. "Beyond Identity." *Theory and Society* 28: 1-47.

Butler, Kim. 1998. *Freedoms Given, Freedoms Won: Afro-Brazilians in Post-Abolition São Paulo and Salvador.* News Brunswick: NJ: Rutgers University Press.

Dawson, Michael. 1994. *Behind the Mule: Race and Class in African American Politics*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Dawson, Michael. 2001. *Black Visions: The Roots of Contemporary African-American Political Ideologies*. Chicago: The University of Chicago Press.

Hagopian, Francis. 1996. *Traditional Politics and Regime Change in Brazil.* New York: Cambridge University Press.

Johnson III, Ollie. 2006. "Locating Blacks in Brazilian Politics: Afro-Brazilian Activism, New Political parties, and Pro-Black Public Policies." March 2006. Unpublished manuscript.

Johnson III, Ollie. 1996. "Black Participation in Brazilian Politics." *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 40 (4) :97-118.

Mainwaring, et.al. 2000. "Conservative Parties, Democracy, and Economic Reform in Contemporary Brazil" in Kevin *Middlebrook's Conservative Parties, the Right, and Democracy in Latin America,* 164-222.

Mainwaring, Scott and Timothy R. Scully. 1995. *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America.* Stanford, CA. Stanford University Press.

Oliveira, Cloves Luiz P. 1997. *A Luta por um Lugar: Gênero, Raça, e Classe: Eleições Municipais de Salvador-Bahia, 1992.* Serie Toques. Programa A Cor da Bahia-UFBA.

_____.

Peña, Yesilernis, Jim Sidanius, and Mark Sawyer. 2004. "Racial Democracy in the Americas: A Latin and North American Comparison." *Journal of Cross-Cultural Psychology* 35 (6): 749-762.

Santos, Sales Augusto. A Ausência de uma Bancada Suprapartidária Afro-Brasileira no Congreso Nacional (Legislatura 1995/1998). Brasília: Centro de Estudos Afro-Asiaticos, 2 Vols., 2000.

Sawyer, Mark. 2006. *Racial Politics in Post-Revolutionary Cuba*. New York, NY: Cambridge University Press.

Soares, Glaucio Ary Dillon and Nelson da Valle Silva. 1987. "Urbanization, Race, and Class in Brazilian Politics*." Latin American Research Review*. 22 (2), pp.155-176.

Souza, Amaury de. 1971. "Raça e Política no Brasil urbano*." Revista de Administração de Empresas. Rio de Janeiro*, 11 (4): 61-70.

Telles, Edward. 2004. *Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil.* Princeton, NJ: Princeton University Press.
Valente, Ana Lúcia E.F. 1986. *Política e Relações Raciais: Os Negros e às Eleições Paulistas de 1982.* São Paulo: FFLCH-US.
Von Mettenheim, Kurt. *The Brazilian Voter: Mass Politics in Democratic Transition: 1974-1986*. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press.

"Portugal é agora um país multicultural": diversidade etno-racial e educação

Marta Araújo
Centro de Estudos Sociais, Univ. Coimbra
marta@ces.uc.pt

Resumo: Em comparação com outros países europeus, incluindo aqueles no Sul - como a Itália ou a Espanha, Portugal tem tido uma apropriação lenta dos debates sobre diversidade. O momento e a forma como esses debates surgem nos discursos e políticas têm sido associados ao contexto da integração nacional na União Europeia, e não a uma reflexão aprofundada sobre a sua condição pós-colonial. Isto tem tido várias consequências, destacando-se, por um lado, a adopção de uma visão despolitizada da História que tem permitido a apropriação de períodos e/ou factos que venham demonstrar o sucesso dos portugueses em criar uma cultura de 'tolerância' com outros povos (de certa forma inspirada pelo lusotropicalismo); por outro, ao mesmo tempo que Portugal se reinventa como multicultural, os discursos emergentes sobre a diversidade continuam a silenciar o debate sobre os seus insucessos, passados e presentes. Nesta comunicação, pretendo reflectir sobre as consequências que este contexto tem tido no debate sobre diversidade em educação.

1. Portugal e a diversidade

Na actualidade, Portugal tem começado a abordar, ainda que discretamente, a sua condição pós-colonial em vários formatos: na ficção literária e cinematográfica, no documentário televisivo ou na produção académica, tem começado a tornar-se visível o crescente interesse pela história colonial mais recente do país. Porém, frequentemente tal não tem resultado num questionamento crítico de teses ainda circulação que nos caracterizam como 'tolerantes' e fazem a apologia de um Portugal 'naturalmente' multicultural, e que têm um alcance político, social e cultural significativo.

Esta re-invenção de Portugal - como diverso, multicultural, cosmopolita e moderno, é particularmente visível nos discursos políticos, mediáticos e académicos, e foi acentuada com as celebrações de 2008 Ano Europeu para o Dialogo Intercultural. Diversidade tornou-se a palavra da moda: celebra-se a diversidade da música do mundo, a diversidade traz a fusão do tradicional (o étnico) e o moderno (o ocidental); os filmes constroem novos Lisboetas; os padrões étnicos são moda. A diversidade é agora consumida. Assim, quando folheamos os jornais e revistas portuguesas destinadas certos segmentos da sociedade portuguesa, particularmente na secção da cultura, começa a surgir uma imagem de um Portugal feito de diferenças, e que contrasta de modo muito forte com as leituras que nos habituámos a receber de um Portugal homogéneo, como a coincidência entre uma comunidade, uma cultura e um território, e que povoaram o nosso imaginário nacional após o período das independências.

Esta aparente transformação da sociedade portuguesa tem sido particularmente visível no campo cultural, e particularmente da música, com a proliferação de festivais destinados a celebrar o étnico: Festival Mestiço do Porto, Festival Músicas do Mundo de Sines, Festival Islâmico de Mértola, Festival MED do Algarve (Festival do Mediterrâneo). Nos media, não é apenas a paisagem da produção cultural que se transforma e re-categoriza. São os próprios portugueses. Em Maio, um artigo da Vogue apresentava-nos aos Novos Lisboetas. Para além tentar desconstruir a imagem do imigrante, tentava sobretudo trazer-nos uma nova leitura do quotidiano da sociedade portuguesa:

> Portugal está a descobrir-se. Lentamente, começa a haver a percepção de que é um país habitado por pessoas de cores, proveniências e experiências diferentes entre si. A maior parte ainda olha para elas como sendo imigrantes. Mas a maior parte não o é. São simplesmente portugueses. Apenas com tons de pele, histórias familiares e práticas diferentes da imagem que Portugal ainda tem de si.
>
> Esta compreensão de que a paisagem humana está a modificar-se ainda parece muito localizada em Lisboa. Mas o resto do país começa a senti-la também (Vogue, Maio 2008, p. 155).

Notícias como estas dão conta da presente contradição nacional: o da visibilidade pública que a questão da diversidade tem vindo a adquirir no contexto português, e o da lentidão e resistência simultânea em Portugal se re-pensar como nação. A cultura, a religião, a cor de pele, continuam ainda a ser usados para policiar as fronteiras do ser português: 'mas ele não é mesmo português', é uma expressão rotineira que aceitamos com naturalidade. Assim, se parece relativamente consensual que Portugal está a acordar para a diversidade, parece-me que tal resulta sobretudo de uma leitura superficial, baseada numa concepção da cultura como aquilo a que se chama o 'iceberg da cultura' no contexto norte-americano: os cinco F's – "food, fashion, festivals, folklore, and flags".

De facto, e em comparação com a maioria dos países da Europa (incluindo do Sul, como Itália ou Espanha), Portugal teve uma apropriação lenta das questões e debates relacionados com a diversidade cultural. Entre nós, o longo império português e o Estado Novo são geralmente apontados como tendo atrasado o debate político e a reflexão de Portugal sobre a sua condição pós-colonial (Cardoso, 1996).

Porém, na actualidade, este alheamento às temáticas da diversidade tem sido frequentemente atribuído, de forma mais ou menos explícita, à proporção insignificativa - ainda que crescente - de pessoas de outras proveniências geográficas e culturais no país. Nos media, como na política e na academia, o modo como se está agora a construir um Portugal multicultural baseia-se numa abordagem demográfica, e não política, da diversidade. É feita uma associação linear entre o aumento de 'imigrantes' e apropriação dos debates sobre diversidade. Se hoje a proporção dos imigrantes 'é estatisticamente significativa', logo há que pensar a diferença. Tal resulta em leituras que dão o fenómeno como inevitável, e requerendo soluções apresadas.

O foco da maioria dessas narrativas sobre diversidade geralmente incide na evolução migratória a partir dos anos 80 e 90, altura em que Portugal se começa a ver como um país não só de emigração mas também de imigração e as proveniências geográficas se tornaram mais diversificadas (incluindo não só dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - os PALOP - e do Brasil, com os quais Portugal estabeleceu relações coloniais, mas também da Europa de Leste e de outros países da União Europeia) (Fonseca et al, 2005; Baganha, Marques & Fonseca, 2001). Porém, esta abordagem demográfica tende a simplificar uma realidade social que é muito mais complexa. Dadas as consequências que resultam para a forma como ela é compreendida e transformada, gostaria de me deter aqui um pouco sobre algumas questões que considero relevantes para pensar a diferença em Portugal.

Como Miguel Vale de Almeida (2006) nota, a forma como a imigração tem sido acentuada publicamente desempenha um papel ambíguo nas representações de Portugal. Por um lado, desvaloriza a questão estrutural da emigração na sociedade portuguesa. O Ministério dos Negócios Estrangeiros estima que mais de cinco milhões de portugueses residam fora de Portugal (MNE, 2007). Apesar disso, este número é apenas uma estimativa dado que as novas formas de emigração são frequentemente camufladas por detrás de trabalhos temporários e/ou em países da União Europeia (Almeida, 2006), que não requerem vistos de trabalho ou residência (e portanto o registo no consulado ou embaixada portuguesa). Ou seja, Portugal vive ainda hoje esse duplo papel de emigração e imigração. Um aspecto relacionado com este, como também sugere Almeida (2006), é que, ao enfatizar-se o crescimento da imigração, ajuda-se a construir uma visão binária de desenvolvimento: o Sul Global pobre, flagelado pela pobreza e pela doença, que expressa a vontade de emigração (Hesse & Sayyid, 2006) para o Norte rico, moderno, desenvolvido, e, portanto, desejável. Como nos diz Almeida (2006), acentuar que o país recebe cada vez um maior número e diversidade de imigrantes – e ainda que isso possa ser percebido como uma ameaça - permite valorizar a identidade nacional, ao colocar Portugal na categoria dos países ricos.

As leituras da diversidade como um fenómeno demográfico, iniciado em Portugal nos anos 80-90, vêm des-historicizar a diversidade, construindo-o como um fenómeno novo das sociedades globalizadas.

Ao falar da diversidade demograficamente elimina-se a história de contactos e as experiências daí resultantes, ilustrada quer pela presença muçulmana Península Ibérica (Al-Andalus), pela expulsão dos judeus (sécs. XV-XVI), quer posteriormente à formação de Portugal, pela presença significativa da população negra escravizada, estimada em cerca de dez por cento na Lisboa do início do século XVI (Tinhorão, 1988). Por outro lado, ao destronar-se o período que era visto até há pouco como o início do fenómeno da diversidade moderna em Portugal, o período pós-25 de Abril e como consequência dos processos de descolonização, despolitiza-se a história.

Apesar do aumento da imigração e da diversificação das suas origens, é necessário salientar que grande parte das minorias etnicizadas em Portugal é ainda constituída por pessoas vindos das ex-colónias africanas (em 1998, representavam cerca de 46,4%, segundo Bastos, 1999, p. 34). Não são estes apenas mais um grupo de imigrantes. A sua presença é o resultado das relações históricas, politicas, culturais e sociais que Portugal estabeleceu e que parecem agora esquecidas. Dada a sua relevância para se pensar as questões da igualdade, há a necessidade de se desenvolver uma leitura mais crítica desta realidade, com consideração pela sua dimensão histórica, de modo a dar conta da complexidade da construção da diversidade em Portugal.

Por outro lado, as políticas para responder à diversidade não acompanharam linearmente o crescimento dos movimentos migratórios para o país, sendo sobretudo o fruto de contextos políticos concretos. Verificamos que há um fosso de quase duas décadas após as independências das ex-colónias - desde meados dos anos 70 até aos anos 90, em que a diversidade resultante da vinda de um grande número de pessoas de África com relações a Portugal (muitos portugueses, brancos e negros) não entrou na agenda política: na religião, os debates foram polarizados entre Católicos e secularistas, sem qualquer preocupação com diversidade religiosa, inclusivamente na educação; a questão da língua não foi vista como merecendo particular atenção: todos falávamos português e o facto das formas de português faladas em contextos africanos serem vistas como ignorância recebeu pouca atenção; o racismo não era reconhecido. Prevalecia uma abordagem do tipo 'aqui não há problemas'1, que foi veiculada tanto politica como academicamente. O resultado foi a continuação de políticas coloniais.

A adopção da política oficial da assimilação pelo Estado Novo (ainda que por vezes apregoasse a integração), na prática significava que, tanto na 'metrópole' como no 'ultramar', os direitos eram concedidos àqueles que adoptassem os valores e costumes dos portugueses brancos; junto dos outros, promovia-se a diferença exotizando-a e inferiorizando-a.

Com o fim da ditadura e os processos de independências de meados dos anos 70, e apesar de uma diversidade crescente em Portugal, a questão da diversidade cultural, linguística e religiosa manteve-se, grosso modo, fora da agenda

1 Esta expressão foi usada por Chris Gaine (1987) em relação ao Reino Unido.

política. Tal permitiu que, no imaginário nacional, o assimilacionismo, tão associado ao Estado Novo, continuasse a vigorar depois do 25 de Abril, tanto à esquerda como à direita.

Assim, a diversidade foi ignorada no campo político, incluindo na educação, até quando as transformações na sociedade portuguesa eram evidentes (Cardoso, 1998). Foi apenas a partir dos anos 90 que a agenda política passa a integrar uma preocupação explícita em gerir essa diversidade, e de forma estreitamente relacionada com a integração Portuguesa na União Europeia - ainda que influenciado por um conjunto mais amplo de factores políticos, económicos e históricos (André, 2005).

Enquanto não deixa de ser verdade que hoje em dia a diversidade é mais marcada, torna-se necessária uma visão mais crítica sobre o momento em que ela começou a ser vista como algo a enquadrar e regular politicamente. Nesse sentido, quis desnaturalizar uma suposição frequente, a da associação entre transformações demográficas e políticas. A meu ver, este acordar tardio para a diversidade em Portugal não tem tanto a ver com o crescimento da diversidade, mas com a lenta politização desse fenómeno demográfico.

Através destes narrativas que des-historizam e despolitizam a diversidade, ignorando as relações de poder que lhe subjazem, não se explica como é que a diferença resulta em desigualdade. De facto, a questão das desigualdades e da discriminação tem sido visivelmente relegada para segundo plano2. Tal não será de estranhar se considerarmos a forte herança do lusotropicalismo que nos ajuda a continuar a construir Portugal como um 'país de brandos costumes'. Ao encalhar na afirmação da vocação dos portugueses para a 'tolerância', acabam por silenciar-se as opiniões de dissensão, não se questionando o próprio conceito de 'tolerância', como se este fosse de facto o destino mais honroso da nação.

Consequentemente, o racismo passa a ser visto como o preconceito de alguns indivíduos, manifesto de forma explícita e frequentemente violenta (Gilroy, 1992), uma visão ocasionalmente confirmada televisivamente pela visibilidade mediática resultante de acções violentas de grupos organizados de extrema direita. Esta é uma visão do racismo herdeira das ideologias nazis e do Holocausto, e não como o preconceito institucionalizado, residual de uma herança colonial que se ajusta continuamente a novos contextos (Sayyid, 2007).

A questão do racismo e da discriminação etno-racial não pode deixar de ser destacada. Numa sondagem realizada pela diário nacional Público em 1995, 80,9% dos inquiridos respondiam que não eram nada racistas (Marques, 2007). Mas o que sugerem então os estudos académicos disponíveis no contexto português?

A maioria dos estudos sobre racismo no contexto português foi conduzido na área da Grande Lisboa, um contexto de diversidade muito mais marcada do que a generalidade dos outros contextos do país. É assim que Ferreira (2003), e antes dele Machado (1999), propõem que se devolva o fenómeno da diversidade ao 'espaço real da sua concentração empírica'. Tal resulta de uma leitura do racismo como resultando do contacto directo com o 'outro' e não uma herança colonial. Esta leitura pressupõe que a discriminação racial e étnica depende (da presença) do 'outro' mais do que do sujeito que a exerce, remetendo para o 'imaginário imigrante' (Sayyid, 2004; Hesse & Sayyid, 2006), particularmente para a ideia de que é o confronto entre a 'exoticidade' do imigrante e a 'modernidade' da sociedade que o acolhe que dá azo ao racismo. Porém, a ausência de debate em torno da diversidade cultural e do racismo (frequentemente menos subtil) é particularmente evidente em zonas geográficas em que as minorias racializadas e etnicizadas têm menor visibilidade. Tal sugere que o racismo circula de uma forma poderosa em todas as esferas da vida quotidiana devido às representações sociais e históricas que persistem na sociedade portuguesa devido ao seu passado colonial. Assim, não só é da maior relevância compreender como o racismo se manifesta nos locais onde o contacto com o 'outro' é meramente simbólico e não material, como a necessidade de reflectir sobre estas questões ultrapassa o facto de o contexto ser mais visivelmente marcado pela diversidade.

Em Portugal, a produção académica sobre o racismo é escassa, tendo surgido de forma mais marcada há cerca de uma década, e sobretudo nas áreas da Antropologia, da Psicologia Social e da Sociologia. As abordagens destas áreas à questão da diversidade racial e étnica têm sido frequentemente criticadas. Por um lado, salienta-se o envolvimento da Antropologia na construção e hierarquização das 'raças' como um conceito 'científico', e, posteriormente, das 'etnias', e na exotização do 'outro'. Por outro, a abordagem da Psicologia Social é frequentemente acusada de ter uma visão do racismo como um problema localizado no indivíduo, e não como fruto de relações de poder mais amplas, pelo que não ajuda a compreender como o preconceito gera a desigualdade. Os estudos sobre racismo na área da Sociologia em Portugal têm sido efectuados a partir de análises que tendem a atribuir assim um papel preponderante às questões materiais, como se todo o racismo se explicasse pela pobreza, ou como se resultasse só em desigualdades materiais (e não simbólicas ou epistémicas, por exemplo). Não obstante esta simplificação de abordagens que têm tido um desenvolvimento notável, é importante compreender que a forma como é abordado um determinado fenómeno social tem consequências relevantes para o modo como o compreendemos, assim como para as possibilidades acção e intervenção.

Destacam-se desde logo os estudos no âmbito da Psicologia Social coordenados por Jorge Vala (1999a, 1999b, 2003, 2007), e que se centram geralmente nos preconceitos e atitudes dos portugueses face ao 'outro' negro. De forma geral, estes estudos confirmam de forma inequívoca que os portugueses não são os 'campeões do anti-racismo', para usar a expressão de Marques (2007), revelando atitudes explicitamente preconceituosas e etnocêntricas. Disto são evidência os vários estudos que comparam diversos países europeus, resultantes dos inquéritos sobre as Atitudes Sociais na Europa (Vala,

2 A educação foi um campo onde foi mais visível a preocupação com a diversidade, mas possivelmente também aquele que mais foi despolitizado, promovendo o folclore e o status quo.

2003). Mais, os resultados têm inclusivamente sugerido que o preconceito seja mais expressivo em Portugal: no estudo mais recente, por exemplo, foi o país onde se verificou uma maior percepção de ameaça pelo 'outro' negro e o único dos países europeus estudados onde é maior oposição à imigração do que a sua aceitação – e que inclui o Reino Unido, a Alemanha e a França (Vala, Pereira e Ramos, 2007), países geralmente imaginados pelos portugueses como muito racistas.

Poderia então imaginar-se que o racismo em Portugal seria então diferente – menos agressivo, violento, explícito. Mas também este aspecto foi infirmado pelo estudo de Vala e colegas (1999a) sobre os Novos Racismos. Os autores concluem do seu estudo que:

o que o conjunto dos resultados apresentados mostra é que as crenças racistas se organizam em Portugal de forma semelhante à de outros países europeus; que os factores que estão na sua génese não são, significativamente, diferentes daqueles que subjazem ao racismo subtil ou flagrante noutros países; e que, em Portugal, tal como nos restantes países europeus, a norma anti-racista incide sobre o racismo flagrante, mas não sobre o racismo subtil. (Vala, Brito e Lopes, 1999a, p. 55)

Outros estudos na área da Sociologia têm comprovado estes resultados. Por exemplo, um estudo realizado por Fernando Luís Machado (2001) com 'migrantes guineenses' em Lisboa indica que quase 96% dos inquiridos acha que há racismo, e 63% deles referem que há muito racismo.

Na Educação, um estudo de natureza etnográfica que realizei recentemente no norte do país permitiu-me concluir que o racismo existe no quotidiano das crianças negras entrevistadas, de formas tanto subtis como explícitas. As formas veladas de racismo - expressas na visão dos alunos de grupos minoritários como sendo portadores de deficits culturais e linguísticos - tendem a não ser vistas como problemáticas pela escola, influenciando as práticas dos professores (Araújo & Pereira, 2006). Porém, mesmo as formas explícitas de racismo, como o abuso verbal, eram menosprezadas, naturalizadas e despolitizadas pela escola (Araújo, 2007).

Na área da Antropologia também têm sido documentados processos de discriminação, dos negros (Gusmão, 2004) e dos ciganos (Bastos, 2007). Apesar de estar documentada a sua vinda para Portugal há cerca de 500 anos, os ciganos (portugueses de 'muitas gerações') serão de facto o grupo mais discriminado na sociedade portuguesa. Através do trabalho de Bastos (2007) facilmente se verifica que a situação de perseguição, segregação e discriminação dos portugueses ciganos que se mantém até aos nossos dias atravessa a história de Portugal dos últimos cinco séculos. Mas nem todos os grupos encontram as mesmas barreiras para o sucesso. Conforme notou a Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI, 2002), Portugal tem um processo de 'integração a duas velocidades': por um lado, os negros (e os portugueses ciganos, acrescentaria eu) enfrentam ainda problemas em ser aceites na sociedade portuguesa; por outro, os imigrantes mais recentemente chegados, da Europa de Leste, têm sido mais bem recebidos possivelmente por serem melhor qualificados e brancos.

Os estudos sobre os media têm também ilustrado de forma bem visível as representações negativas que os portugueses têm do 'outro'. Aliás, qualquer pessoa se recordará com facilidade de programas de humor televisivo - em horário dito nobre – em que o estereótipo racial é reproduzido com particular à-vontade. Vários estudos sobre os media concluem de facto que estes continuam a representar as populações racializadas e etnicizadas como 'problemáticas' e como estando associadas a comportamentos marginais e criminosos (Cunha et al, 2004; SOS Racismo, 2005). Segundo um relatório da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR, 2005), os media tendem a caracterizar os portugueses ciganos como estando associados com a violência e a droga, as brasileiras com a prostituição, os imigrantes de Leste com o consumo de álcool, a violência e as máfias, e os negros com a preguiça, a violência e o tráfico de drogas. Apesar de começar a haver indícios de alguma melhoria nesta área, a própria selecção e modo de narrar as notícias pode promover o preconceito. O exemplo mais óbvio era a forma como geralmente se mencionava a 'raça' ou 'etnia' dos criminosos do dia, excepto quando eles eram portugueses brancos, contribuindo para que associemos a criminalidade com o 'outro'. Em particular, o caso do pseudo-arrastão de 10 de Junho de 2005, ao colocar em evidência a forma como determinados segmentos da população são facilmente associados ao crime, é ilustrativo de como as representações negativas dos negros estão bem presentes nos media (Almeida, 2006). Não admira por isso que o Inquérito Social Europeu de 2002 sugira que a maior parte da população (cerca de 70%) pense que a imigração contribui para aumentar a criminalidade e a insegurança (Vala, 2003). Isto é particularmente significativo dado que Vala, Brito e Lopes (1999b) e Vala, Pereira e Ramos (2007) concluíram nos seus estudos que aqueles que percepcionam os negros como uma ameaça à sua segurança são os que mais tendem a mostrar crenças racistas, ou seja, que o sentimento de ameaça está relacionado com o racismo.

O racismo tem consequências quer materiais3, quer para o modo como as pessoas definem as suas identidades. Relativamente a este último aspecto, os estudos coordenados por Jorge Vala têm também vindo a sugerir que, dos negros lisboetas inquiridos com nacionalidade portuguesa (40%), apenas uma percentagem muito reduzida (4%) se afirmam como portugueses, e que tal resulta da sua percepção de serem vistos de forma negativa e, logo, como não-portugueses pelos seus pares (Lima e Vala, 2003). Tal não será surpreendente dado que os resultados de um estudo anterior (Vala, Lopes e Brito, 1999a) ter já confirmado que os portugueses brancos associam mais a sua identidade nacional à distintividade racial (i.e., ao facto de serem brancos) do que à distintividade cultural (i.e., aos seus valores e costumes). Como consequência, os negros

3 Esta é uma area pouco explorada sistemáticamente em Portugal, uma vez que não se recolhem dados que permitam fazer uma monitorização das desigualdades a nível nacional sobre questões como o emprego, a sáude ou a educação (ver Araújo & Pereira, 2004).

que detêm a nacionalidade portuguesa são vistos como 'imigrantes' (de 1ª, 2ª e 3ª gerações, e por mais que não conheçam nenhum outro país), 'descendentes de africanos', no máximo 'luso-africanos' (nem sequer 'afro-portugueses'), mas não como simplesmente portugueses e negros. Estas duas categorias, a nacional e a racial, são vistas como incompatíveis. Os processos de categorização e discriminação do 'outro' são tão vincados que, na sua grande maioria, os negros inquiridos se auto-excluem da categoria português, apesar de serem legalmente cidadãos portugueses. Como sugere Neusa Gusmão (2004, p. 155) a partir do seu estudo também na zona metropolitana de Lisboa: 'Ser português negro é, portanto, um desafio que implica ser e não ser de um lugar que não o vê como tal'.

2. Diversidade e educação

Ainda que fosse um dos campos que primeiro demonstrou preocupação em gerir a diversidade, a educação não tem sido capaz de ultrapassar este entendimento superficial da diversidade. Gostaria de mencionar aqui muito brevemente alguns aspectos que julgo importante reter.

Desde logo, com excepção das políticas destinadas exclusivamente a alunos etnicizados, a maioria das políticas educativas em Portugal têm tido uma abordagem indiferente à diferença, oferecendo a todos o mesmo, sem questionar o impacto diferenciado que determinadas políticas podem ter. Por outro lado, em política educativa, as medidas na área da educação intercultural têm estado muito centrados na zona metropolitana de Lisboa e dirigem-se sobretudo aos alunos de minorias etnicizadas. Isto resulta de uma leitura da diversidade e do racismo como resultando do contacto com o 'outro', remetendo para a ideia de que é o confronto entre a 'exoticidade' do imigrante e a 'modernidade' da sociedade que o acolhe que dá azo ao conflito e ao racismo (Sayyid, 2004). Não será assim de estranhar que as políticas e práticas na área da educação para a diversidade tenham dado prioridade ao que se designou por 'multiculturalismo benevolente' (Troyna, 1993) ou 'celebratório', (Santos, 2006) e que não questionem o status quo. Celebram-se determinados aspectos da cultura do 'outro' (a chamada 'pedagogia da catchupa'), mas mantém-se uma relação desigual e preconceituosa, uma visão do 'outro' como sendo algo 'exótico' e inferior, manifesto em eventos como festivais multiculturais. Significativamente, desta celebração são excluídas questões epistemológicas - a diversidade de experiências e conhecimentos que o mundo contém (Meneses, 2005).

Uma importante consequência desta ausência de debate em torno da diversidade é que ajuda a perpetuar visões dos estudantes etnicizados ou racializados como estando mal preparados, ou tendo deficits culturais e linguísticos (Essed, 1999), 'culpando-se as vítimas' (Troyna, 1993) pelos seus problemas de integração. Estes discursos contribuem para que a diversidade seja vista como um 'problema'. Deste modo, ajudam a reproduzir os estereótipos sobre essas populações, que acabam por se repercutir nas baixas expectativas que a escola tem desses alunos (constituindo assim um obstáculo ao sucesso académico). Por vezes, chega mesmo a confundir-se a diferença cultural com necessidades educativas especiais (Troyna & Siraj-Blatchford, 1993). Também frequentemente se confundem 'formas parcialmente reestruturadas de português' (Holm, 2004), ou seja, formas (socialmente construídas como ilegítimas) que resultam da influência mútua de português e crioulo, como ignorância (Araújo & Pereira, 2006). Em grande parte, tal resulta da falta de conhecimentos que os professores têm sobre as realidades de onde alguns estudantes são originários.

Por fim, a intervenção centra-se sobretudo nas áreas não-curriculares (projectos de turma e trabalhos de projecto), vistas como menores e menos sérias, e que fica a cargo dos professores. Isto significa que as medidas são dispersas, e é deixada à 'boa vontade' de cada um o desenvolvimento de actividades nesta matéria. Esta demissão do Estado de se responsabilizar nesta matéria é particularmente significativa num sistema educativo fortemente centralizado (Cardoso, 1998), ainda que no contexto actual de maior autonomia das escolas.

Tal é possivelmente o caso dado o contexto nacional de negação do racismo. Como tenho repetidamente vindo a enfatizar, a ideologia do lusotropicalismo persiste de forma muito vincada no imaginário colectivo. Como sugere Cardoso (1998), esta ideologia é particularmente significativa dado que muitos professores em Portugal foram assim socializados (Cortesão & Stoer, 1996). Este imaginário perdura ainda na nossa sociedade, e em interlocutores das mais variadas gerações – e não só, portanto, entre os que foram socializados pelo Estado Novo - tendo um alcance político significativo e sendo continuamente reinventado.

A título de exemplo refira-se a colecção publicada pelo Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas no ano de 2007, intitulada Portugal Intercultural. Diz-nos o ACIDI que pretende:

através de factos científicos, promover um melhor conhecimento acerca da imigração em Portugal, combatendo assim mitos e estereótipos acerca dessa realidade [...] Com esta colecção procura-se demonstrar, a partir de marcas históricas, a presença e cruzamento de povos e culturas na identidade portuguesa.

No primeiro estudo desta colecção – A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (séculos XV-XVIII) [de Costa & Lacerda, 2007] [...], é bem ilustrado como a interculturalidade foi um traço marcante da Expansão portuguesa dos séculos XV a XVIII e como influenciou o nosso património cultural e a nossa identidade colectiva. Estes resultados são particularmente interessantes de realçar, em particular quando a História pode ter um papel crucial na projecção que se quer para o futuro de uma sociedade marcada pela riqueza da diversidade cultural.(ACIDI, 2007)

É, sem dúvida, imprescindível um olhar histórico para compreendermos a complexidade das relações que marcam hoje a realidade multicultural portuguesa. Porém, tal tarefa exige mais que centrar a nossa atenção nos períodos históricos que possibilitam fazer uma leitura da história mais conveniente a esse Portugal cosmopolita, Europeu, que queremos mostrar ao mundo. Pelo contrário, essa agenda deverá ser cumprida através de um questionamento crítico das relações de poder em

que essa suposta interculturalidade foi jogada ao longo dos tempos, associado a uma concepção crítica sobre relações culturais, políticas e económicas desiguais.

Por outro lado, parece-nos também essencial, ao falar desta preocupação histórica, mencionar, no campo da educação, os curricula e manuais escolares. Noutros contextos, estes têm sido particularmente disputados nas lutas pela representação histórica das comunidades minoritárias. São disso exemplo os Estados Unidos, o Brasil (com uma lei que tornou obrigatório em 2003 o ensino da História de África e dos Afro-Brasileiros), e o Reino Unido.

No entanto, em Portugal, o debate sobre os manuais escolares de História tem estado centrado meramente sobre questões tecnicistas e económicas. Têm sido excluídas as preocupações de cariz político-cultural, relacionadas com que versão da História é neles apresentada. Ou seja, esta recuperação da História desse tal Portugal Intercultural, que agora se pretende fazer, parece pretender defender a especificidade portuguesa numa Europa multicultural, assegurando assim um lugar na história a um país que pouco tem reflectido sobre a sua condição pós-colonial. Tal é possibilitado quer pela forma lenta com que o nosso sistema educativo tem rompido com algumas ideologias coloniais, quer pela apatia político-partidária a estas questões, tanto à esquerda como à direita. Interrogar o Eurocentrismo ainda presente na educação em Portugal é o objectivo de um estudo que iniciámos recentemente no CES e de que, esperamos, venham a sair diálogos frutíferos com outras academias e experiências nacionais. Entretanto, ficam os desafios a um Portugal que se começa a ver como multicultural, mas pouco tem procurado reflectir e construir práticas de pluralismo.

Referências bibliográficas

ACIDI (2007) Apresentação do Estudo 1 – A Interculturalidade na Expansão Portuguesa" – da Colecção Portugal Intercultural do Observatório de Imigração, Disponível Online: http://www.acidi.gov.pt/modules.php?name=News&file=article&sid=1817, acedido a 10 Janeiro 2008).

Almeida, M. V. (2006) 'Comentário', in M. R. Sanches (Org.) 'Portugal não é um País Pequeno': Contar o 'Império' na Pós-colonialidade. Lisboa: Cotovia, pp. 361-397.

André, J. M. (2005) Diálogo Intercultural, Utopia e Mestiçagens em Tempos de Globalização. Coimbra: Ariadne Editora.

Araújo, M. & Pereira, M. A. (2004), Interculturalidade e políticas educativas em Portugal: reflexões à luz de uma versão pluralista de justiça social. Coimbra: CES (Oficina do CES).

Araújo, M. & Pereira, M. A. (2006) 'Education, Ethnicity and Social Justice: for an inclusive policy agenda in Portugal', in J. Resende & M. M. Vieira (Orgs.), The School in the Frontiers of Modernity. Cambridge: Cambridge Scholars Press.

Araújo, M. (2007), 'O silêncio do racismo em Portugal: o caso do abuso verbal racista na escola', in N.L. Gomes (Org.), Um olhar além das fronteiras - educação e relações raciais. Belo Horizonte, Brasil: Autêntica Editora, pp. 50-70.

Baganha, M. I. & Marques, J. C. (2001) Imigração e Política: o caso português, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

Bastos, J. G. P. & Bastos, S. P (1999) Portugal multicultural. Lisboa: Fim de Século

Bastos, J. G. (2007) Que futuro tem Portugal para os portugueses ciganos? Lisboa: FCSH/CEMME.

Cardoso, C. (1996) Educação Multicultural - percursos para práticas reflexivas. Lisboa: Texto Editora

Cardoso, C. (1998) 'The colonialist view of the African-origin 'other' in Portuguese society and its education system', Race, Ethnicity and Education, 1, 2, pp. 191-206.

Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) (2005) Relatório anual 2003-2004. Disponível Online: http://www.acime.gov.pt/docs/CICDR/RelatorioCICDR 29.07.05.pdf).

Cortesão, L. & Stoer, S. (1996) 'A Interculturalidade e a Educação Escolar: Dispositivos Pedagógicos e a Construção da Ponte entre Culturas', Inovação, 9, pp. 35-51.

Costa, J. P. O. & Lacerda, T. (2007) A Interculturalidade na Expansão Portuguesa (Séculos XV-XVIII). Lisboa: Acime.

Cunha, I.; Santos, C.; Silveirinha, M. J. & Peixinho, A. (2004) Media, imigração e minorias étnicas. Lisboa: ACIME.

Essed, P. (1999) Ethnicity and Diversity in the Dutch Academia, Social Identities, 5,2,211-225.

European Commission against Racism and Intolerance (ECRI) (2002) Second report on Portugal Disponível Online: http://www.coe.int/T/E/human_rights/Ecri/1-ECRI/2-Country-by-country_approach/Por tugal /Portugal_CBC_2en.asp#TopOfPage).

Ferreira, V. S. (2003) 'Uma polaroid sociográfica', in V. S. Ferreira, M. Lima, D. Lopes e J. Vala (Orgs) Simetrias e Identidades: jovens negros em Portugal. Oeiras: Celta Editora, pp. 23- 50.

Fonseca, L.; Malheiros, J. M. & Silva, S. (2005) 'Portugal', in J. Niessen, Y. Schibel and C. Thompson (Orgs) Current Immigration Debates in Europe: a publication of the European Migration dialogue. Brussels: MPG. (Disponível Online: www.isp.org.pl/files/94490310500317690011297327 16.pdf, acedido a 18 Setembro 2008).

Gilroy, P. (1992) 'The End of Anti-Racism' , in J. Donald & A. Rattansi (Eds.) 'Race,' Culture, and Difference. Londres: Sage, pp. 49-61.

Gusmão, N. (2004) Os filhos de África em Portugal. Antropologia, Multiculturalidade e Educação. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Henriques, J. (1984) 'Social psychology and the politics of racism', in J. Henriques, W. Hollway, C. Urwin, C. Venn & V. Walkerdine (Eds.) Changing the Subject: psychology, social regulation and subjectivity. London: Routledge, pp.60-90.

Hesse, B. & Sayyid, S. (2006) 'Narrating the Postcolonial Political and the Immigrant Imaginary', in N. Ali, V. S. Karla & S. Sayyid (Eds.) A Postcolonial People: South Asians in Britain, Hurst & Company: London, pp. 13-31.

Holm, J. (2004) Languages in Contact: the partial restructuring of vernaculars. (Cambridge:
Cambridge University Press).
Lima, M. & Vala, J. (2003) 'Posições Sociais e Percepções da Justiça', in V. S. Ferreira, M. Lima, D. Lopes e J. Vala (Orgs) Simetrias e Identidades: jovens negros em Portugal. Oeiras: Celta Editora, pp. 51- 98.
Marques, J. F. (2007) "Les racists, c'est les autres". Les origins du mythe du "non-racisme" des Portugais, Lusotopie, XIV (1), pp. 71- 88.
Meneses, M. P. (2005) "A questão da 'Universidade Pública' em Moçambique e o desafio da abertura à pluralidade de saberes", in Cruz e Silva, T., Araújo, M. G.; Cardoso, C. (Orgs.), Lusofonia em África: história, democracia e a interrogação africana. Dakar: Codesria.
Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) (2007) Comunidades Portuguesas e Comunidades Luso-descendentes. (Online: http://www.mne.gov.pt/mne/pt/infocidadao/comunidades/)
Santos, B. S. (2006) A Gramática do Tempo. Porto: Afrontamento.
Sayyid, S. (2004) 'Slippery People: the immigrant imaginary and the grammar of colours', in I. Law; D. Philips & L. Turney (Eds) Institutional Racism in Higher Education. Stoke on Trent: Tretham Books, pp. 149-159.
Sayyid, S. (2007) 'Are Muslims unicorns?', comunicação apresentada no Curso de Verão 'Jóvenes y también musulmanes. La nueva generación musulmana en Europa y los países islámicos', organizado pela Casa Árabe-Instituto Internacional de Estudios Árabes y del Mundo Musulmán, Santander, 27 a 31 de Agosto, Universidad Internacional Menéndez Pelayo (UIMP), Santander, Espanha.
Tinhorão, J. R. (1988) Os Negros em Portugal - Uma presença silenciosa. Lisboa Editorial Caminho.
Troyna, B. (1993) Racism and Education. Buckingham: Open University Press.
Troyna, B. and Siraj-Blatchford, I. (1993) Providing Support or Denying Access? The experiences of students designated as 'ESL' and 'SN' in a multi-ethnic secondary school, Educational Review, vol. 45, no. 1, pp. 3-11.
Vala, J. (2003) 'Processos Identitários e Gestão da Diversidade', Actas do I Congresso Imigração em Portugal: diversidade, cidadania, integração, Dezembro 2003. Lisboa: ACIME.
Vala, J. Pereira, C. & Ramos, A. (2007) 'Preconceito racial, percepção de ameaça e oposição à imigração', in J. Vala e A. Torres (Orgs) Contextos e Atitudes Sociais na Europa. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 221-250.
Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (1999a) Novos Racismos: perspectivas comparativas. Oeiras: Celta Editora.
Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (1999b) Expressões dos Racismos em Portugal. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Corrida de obstáculos: trajetórias de estudantes negros em uma universidade brasileira

Vanda Lúcia Praxedes
Universidade Federal de Minas Gerais
valupraxedes@gmail.com

Resumo: A discussão sobre a necessidade de democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, em especial para a população negra sub-representada nas universidades brasileiras vem, nos últimos anos, ocupando um espaço cada vez maior no debate nacional.
No esforço de contribuir para este debate e com o objetivo de trazer para o interior da academia o aprofundamento da discussão étnico-racial, foi realizada uma pesquisa com estudantes afro-descendentes da Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil.
Ao buscar desvendar as questões relacionadas à condição de negro, inscritos nos percursos acadêmicos e de vida desses estudantes que se auto-identificaram como negros(as), foram privilegiados os aspectos relativos à identidade negra, às experiências, significados, expectativas e situações de preconceito e discriminação étnico-racial vivenciados ou observados neste percurso.
Procuramos registrar essa experiência vivida, entendendo-a como um dos componentes centrais da constituição do sujeito social. Portanto, as narrativas dos sujeitos constituíram o eixo condutor do trabalho.
A trajetória desses estudantes revelou-se acidentada e trouxe à tona uma outra dimensão fundamental da desigualdade racial, qual seja na Universidade Federal de Minas Gerais como em outras universidades públicas brasileiras, verifica-se a alta concentração da população universitária negra nos cursos ditos de baixo prestígio e sua ínfima presença nos cursos considerados de alto prestígio e maior rentabilidade no mercado de trabalho. Esta pesquisa evidenciou que de fato existe na UFMG uma grande seletividade racial no acesso a cursos de elevado prestígio social.
Palavras- chave: identidade negra - discriminação - racismo - estudantes negros – memória

Introdução

Este trabalho é uma síntese do projeto de pesquisa *"Memórias e Percursos de Gerações de Professores/as e Estudantes Negros/as da UFMG"*1 Este projeto integra os esforços, iniciativas e movimento empreendidos atualmente por alguns setores da sociedade brasileira, pela ampliação do acesso e permanência da população negra na universidade, em especial, nas universidades públicas.

1 realizada em 2006 no momento de calorosa discussão sobre políticas de ações afirmativas no país, onde se destacava o problema do acesso e permanência dos afro-descendentes nas universidades.

Segundo o Censo Demográfico do ano 2000, 45,3% do total da população brasileira é composta por negros, sendo 39,1% de pardos e 6,2% de pretos.2 Mesmo assim, o acesso desta população ao ensino superior é muito pequeno e normalmente se restringe aos cursos de menor prestígio social. Esta constatação foi evidenciada pelos dados do Relatório de Desenvolvimento Humano - Brasil 2005, produzido pelo PNUD, segundo o qual no ano 2000, a população de jovens negros, entre 18 e 24 anos, matriculada no ensino superior no Brasil era de apenas 2,5%, enquanto o número de jovens brancos, da mesma faixa etária, correspondia a 11,7%. Já o percentual de negros que concluíram o ensino superior representava 2,9%, ao passo que o percentual de brancos era de 11,8% (PNUD,2005 p.70).

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil, instituição universitária de renome e tradição no estado de Minas Gerais e uma das mais importantes do Brasil, não foge à regra. O perfil socioeconômico e étnico-racial de seus estudantes segue a mesma tendência do país, visto a super-representação da população branca proveniente de camadas médias da sociedade no conjunto de seu atual corpo discente. Conforme o Censo Socioeconômico e Étnico dos Estudantes de Graduação da UFMG, realizado por (BRAGA e PEIXOTO, 2006), o aluno típico que ingressa nesta universidade tem o seguinte perfil: é branco, solteiro, oriundo da classe média, ingressa na universidade aos 18, 19 anos, pouco depois de concluir o ensino médio em cursos diurnos na rede privada e, pelo menos um de seus pais, tem formação superior.

Estes índices estatísticos, entre outros semelhantes, reiteram o fato de que as universidades públicas no país, tal como a UFMG, têm sido espaços tradicionalmente marcados pela sub-representação da população negra, sendo este o problema que deu origem a esta pesquisa. Estes índices indicaram, ainda, a necessidade de se conhecer os percursos dos/as estudantes negros e negras que, a despeito de grandes dificuldades, conseguiram chegar à UFMG, histórias que precisavam ser reconstituídas e analisadas.

O Programa Ações Afirmativas na UFMG, sediado na Faculdade de Educação vem realizando ações diversas, voltadas para extensão, a pesquisa e o ensino, abrangendo mais diretamente as novas gerações de afro-descendentes da universidade. Nesse novo momento de inserção da temática étnico-racial nos espaços e tempos acadêmicos, a pesquisa sobre as memórias e percursos de gerações de negros/as na UFMG, realizada com recursos do UNIAFRO3, se apresentou como uma possibilidade de conhecer o que está se passando com esta nova geração de estudantes afro-descendentes atualmente matriculados na Universidade.

Os propósitos da Pesquisa

Considerando o contexto social e histórico de exclusão, discriminação racial e desigualdades de oportunidades da sociedade brasileira, que reflete na sub-representação da população negra nas universidades públicas e a conjuntura atual, sentimos a necessidade de compreender, através dos percursos e das memórias desse grupo minoritário no ensino superior, os processos que influenciaram a sua entrada na universidade e as experiências que acompanharam e acompanham o percurso acadêmico dos estudantes afro-descendentes.

No estudo desses percursos4 interessava-nos conhecer as condições de chegada e a inserção da vida acadêmica, bem como essas experiências marcaram e constituíram estes tempos e espaços percorridos em suas vidas, com seus desafios, dificuldades, angústias, desejos, sonhos e expectativas. Nessa perspectiva, e partindo das narrativas de estudantes negros/as, buscamos compreender como a dimensão étnico-racial se apresentava e como ela se articulava a outros aspectos e dimensões de suas vidas, influenciando suas estratégias e o modo de se perceber a si mesmos e aos outros negros no interior da Universidade Federal de Minas Gerais..

Procuramos registrar a experiência vivida, entendendo-a como um dos componentes centrais da constituição do sujeito social. Portanto, as narrativas dos sujeitos constituíram o eixo condutor do trabalho. Foi por meio delas que nos propusemos a conhecer as configurações e os percursos dos estudantes da UFMG, que se auto-identificaram como negros/as, focalizando dois momentos de seus percursos: o que antecedeu a entrada na universidade e o período da vida acadêmica nesta instituição.

No que se refere à entrada como estudantes na UFMG, buscamos conhecer como esta se deu e em quais as circunstâncias, que fatores econômicos, sociais, étnico-raciais, escolares, familiares e pessoais facilitaram ou dificultaram esse ingresso. Em relação ao percurso acadêmico, privilegiamos os aspectos relativos às experiências vividas, aos sentimentos, significados, expectativas, projetos, situações de preconceito e discriminação étnico-racial e frustrações inscritas nesse itinerário.

É ainda necessário reiterar que a pesquisa não teve qualquer pretensão de esgotar a discussão sobre o acesso e a permanência da população negra na UFMG, como também não se propunha a registrar as histórias de todos ou de parte quantitativamente representativa de sua população de estudantes negros. Nela estão apenas algumas histórias, a título de ilustração e de registro histórico. São histórias particulares e muito singulares, embora algumas circunstâncias e aspectos

2 Informações extraídas do site:
http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/08052002tabulação.shtm. Acessado em26/10/2006 às 21h42 min.

3 O UNIAFRO é uma iniciativa da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e Cultura do Brasil. Trata-se de um Programa de Ações Afirmativas para a população negra nas Instituições Públicas de Ensino Superior, que visa apoiar e incentivar o fortalecimento e a institucionalização das atividades dos Núcleos de Estudos Afro- Brasileiros – NEABs ou grupos correlatos nas Instituições Públicas de Educação Superior, contribuindo para a implementação de políticas de ação afirmativa voltadas para a população negra.

4 Segundo o Dicionário Aurélio, a palavra "percursu" de origem latina quer dizer: espaço percorrido, trajeto, movimento, deslocação, itinerário, entre outros.

possam estar presentes em várias delas, tornando-as, neste sentido, similares ou próximas. Qual seja a pesquisa não teve qualquer propósito de representatividade estatística ou amostral.

Mediante esses propósitos, objetivos e questões de pesquisa, optamos por trabalhar com os fundamentos teórico-epistemológicos da História Oral, por considerar esta proposição metodológica mais fértil e a mais apropriada para o nosso objeto de estudo, entre outras razões, pelo fato de nos permitir ouvir as vozes dos sujeitos de pesquisa, em sua melodia polifônica.

Desse modo os sujeitos entrevistados puderam falar de suas histórias e identidades negadas, perdidas, recusadas, como também puderam encontrá-las. Como jovens puderam dizer o que tem marcado suas vidas, seus percursos, distinguindo-os de outras gerações, de outras épocas. Através da entrevista narrativa puderam contar suas histórias, (re)conhecendo-se nelas e por meio delas.

Segundo TEIXEIRA e PÁDUA (2006:47) a entrevista narrativa utilizada no contexto de pesquisa biográfica segue

"o princípio básico de solicitar ao(à) informante que apresente uma narrativa improvisada acerca de um determinado assunto do qual tenha vivenciado, sendo que tarefa do(a) entrevistador(a) é fazer com que o(a) informante conte uma história consistente de todos os eventos relevantes para o tema em questão, do início ao fim". TEIXEIRA e PÁDUA (2006:47)

Nesse sentido a entrevista narrativa tem como base uma questão gerativa referente a temática em estudo, cuja finalidade é estimular a produção da narrativa e ainda para concentrar a narrativa em um determinado aspecto relevante e ao período da biografia de interesse da pesquisa.

A opção pela entrevista narrativa e o delineamento da questão geradora

A opção pela utilização da entrevista narrativa aconteceu no processo da pesquisa, como resultado de discussões iniciadas nos primeiros seminários de formação dos bolsistas e culminando nas tentativas de elaboração dos roteiros para a realização das entrevistas. Nascia ali uma experiência nova para todos, a de utilização de entrevistas narrativas.

A discussão teórica a respeito desse instrumento, assim como de outros tipos de entrevista utilizados na tradição da pesquisa qualitativa e da História Oral, havia sido feita nos encontros iniciais de formação com os bolsistas do projeto. Mas apesar da simpatia da equipe por este instrumento de pesquisa, não havia qualquer decisão ou consenso de que privilegiaríamos a utilização de entrevistas narrativas. Porém, no momento da elaboração dos roteiros, achamos que esta ferramenta seria mais adequada para captar as memórias e os percursos de estudantes negros da UFMG.

Então, elaboramos uma primeira versão da questão geradora, a ser testada nas primeiras entrevistas de ensaio, realizadas com os próprios bolsistas da pesquisa. Esta primeira versão da questão geradora tinha como foco os objetivos gerais e específicos construídos na fase anterior da pesquisa e foi sendo testada, adaptada e transformada a cada entrevista realizada. Procuramos, dessa forma, a melhor maneira de introduzir o entrevistado aos objetivos da pesquisa, delineando-se a seguinte questão geradora:

" Conte-nos como foi o seu percurso antes de entrar na Universidade, os fatores que facilitaram ou dificultaram o seu acesso, seu percurso escolar, sua família, suas vivências, tudo o que julgar importante sobre sua vida e que tenha relação com a sua entrada na UFMG. E, após essa fala, conte-nos suas experiências dentro da UFMG, como um estudante negro/a. fale sobre suas atividades, sentimentos, expectativas e possíveis experiências de preconceito ou discriminação racial que tenha tido notícia ou até mesmo vivenciado".

Como se tratava de um instrumento novo para todos, não descartamos algumas questões "de bolso", caso não aparecessem espontaneamente nos depoimentos e, mesmo não precisando na maioria das vezes recorrermos a elas, foram importantes para focar bem o tema central da entrevista e as questões da problematização.

A aprendizagem maior se deu neste processo de descobrir um jeito mais adequado de apresentar a questão geradora ao/a entrevistado/a, de modo a deixá-los/as à vontade para construir a sua narrativa. Fomos aprendendo que esta introdução e conversa inicial antes de apresentar a questão geradora era fundamental para o sucesso das narrativas elaboradas pelos/as entrevistados/as.

A escolha dos sujeitos de pesquisa

Estabelecida a metodologia de pesquisa, a opção pela utilização da entrevista narrativa e formulada a questão geradora da narrativa, coube a todos os integrantes da equipe a tarefa de discutir e definir o perfil dos sujeitos da pesquisa.5 No entanto, no que se refere ao universo representado pelo estudantes negros da UFMG, uma de nossas preocupações foi direcionar a escolha do sujeitos no intuito de contemplar todas as áreas de conhecimento, uma vez que estava claro para a equipe que este estudo, dado os seus propósitos, seus objetivos e o tempo de execução da pesquisa, não tinha a pretensão de representação estatística, por não ser um estudo de caráter quantitativo. Assim, um dos critérios utilizados para a escolha dos sujeitos foi a busca de representação por cursos, contemplando um sujeito de cada um. Ficando definido o seguinte perfil:

- estudantes de graduação e de pós-graduação, que se auto-definissem como negro/a, da UFMG, sexos masculino e feminino, admitidos na universidade nos anos 1999, de todas as áreas de conhecimento, regularmente matriculados no ano de 2006 e que tivessem disponibilidade para participar da pesquisa.

5 Nessa primeira fase, ficou deliberado que trabalharíamos apenas com os estudantes, pela exigüidade de tempo para apresentação do trabalho final.

Das entrevistas realizadas

Tendo em vista a metodologia e o tempo estabelecido para a realização da pesquisa, foram realizadas 20 entrevistas narrativas, individuais, gravadas nos horários e locais indicados pelos(as) entrevistados(as). As entrevistas foram realizadas sempre por uma dupla de pesquisadores(as) compostas pelos(as) bolsistas do Projeto e tiveram em média uma hora e meia de duração.

O conjunto dos 20 estudantes entrevistados(as) apresentaram o seguinte perfil: 14 homens e 8 mulheres, entre 19 e 30 anos, sendo que a média se encontrava em torno dos 26 anos. Do total dos 20 estudantes, 17 freqüentavam cursos diurnos e três cursos noturnos.

Das sete áreas de conhecimento abrangidas, resultou na seguinte distribuição: Engenharia/Tecnologia, três estudantes; Lingüística, Letras e Artes, três estudantes; Ciências Biológicas, uma aluna; Ciências da Saúde, quatro estudantes; Ciências Exatas e da Terra, três estudantes; Ciências Sociais e Aplicadas, um aluno; Ciências Humanas, cinco estudantes.

No que se refere à escolaridade, 11 jovens fizeram todo o ensino básico na rede pública, 7 estudaram em escolas públicas e privadas, de forma alternada, e apenas 2 cursaram todo o ensino básico na rede privada. Com relação ao ano de ingresso na UFMG, evidenciou-se uma maior concentração de entradas no ano de 2002 e 2003; respectivamente 6 e 5 estudantes. Os demais estavam distribuídos do seguinte modo: 3 alunos(as) entraram em 2005, 2 em 2004, 1 em 2006, 1 em 2001, 1 em 2000 e 1 em 1999.

Os estudantes e suas vozes: memórias em fragmentos de histórias

Diante das ricas histórias de nossos(as) entrevistados(as)as, várias seriam as considerações analíticas que poderiam ser trazidas a este texto, sendo impossível esgotá-las. Mediante tal impossibilidade, recortamos deste universo apenas alguns relatos elencando alguns aspectos que ressaltaram em algumas entrevistas.

Percursos e vivências anteriores e dentro da UFMG

Foram várias as circunstâncias, origens e motivações que levaram nossos (as) entrevistados(as) a se prestarem vestibular na UFMG, entre eles por ser uma instituição pública de renome; por não poder pagar um curso numa Universidade privada ou por influência dos pais, de irmãos – e de antigos professores. Contudo nem todos entraram no curso que de fato desejavam. Dentre as circunstâncias ou fatores que os levaram a escolher outro curso na UFMG, destacam-se, sobretudo, fatores tais como: querer estudar na UFMG, frustração por diversas tentativas mal sucedidas para o vestibular do curso desejado; opção por um curso de menor concorrência. A este respeito fala de Washington:

" eu não pensei em fazer Filosofia[...] Eu pensei em cursar Direito. Eu acho que sempre tive vocação para ser advogado. Desde criança pensava nisso, eu sempre tinha o Direito como um referencial. Na verdade eu tentei vestibular três vezes, duas para Direito e a terceira para Filosofia[...] um amigo sugeriu que eu fizesse um curso cuja concorrência fosse menor e que eu pudesse passar" (Washington, aluno do Curso de Filosofia)

Constatamos pelas análises preliminares das outras entrevistas que esta é uma questão recorrente entre os/as entrevistados/as, ou seja, para uma boa parcela dos estudantes não fizeram uma real escolha de curso. Eles/as foram se adaptando às condições que tinham, mais de acordo a realidade que viviam, para ingressar em determinado curso e não no desejado, uma vez que a entrada no ensino superior representava tanto a realização de um sonho, quanto o fato de estarem numa universidade pública de renome o que amplia as chances de entrarem ou concorrerem em melhores condições no mercado de trabalho.

Um segundo aspecto a destacar, presente nas falas de alguns de nossos/as entrevistados/as, diz respeito à dificuldade de conciliar estudo e trabalho:

" para poder ir para o cursinho tinha o mesmo problema, eu saia do serviço todos os dias, levava meu material, saia do serviço a pé e ia para o Pré-UFMG,6 na avenida Amazonas, e voltava a noite andando, do Pré-UFMG para casa no bairro da Serra [Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil]. [Na Universidade] eu estava no meu primeiro período trabalhando. No segundo período eu já não trabalhei na imobiliária porque eu fui percebendo que isso estava prejudicando meu desenvolvimento na universidade". (Cláudio, aluno do Curso de Geografia – noturno)

Para muitos/as entrevistados/as só foi possível continuar estudando, fazendo verdadeiros malabarismos para conciliar trabalho e estudo.

" Quando a gente chegava do trabalho, quando dava para fazer alguns exercícios, fazia; quando não dava, porque estava muito cansado também do dia, ia dormir. Nos finais de semana dava para estudar um pouquinho. E como eu trabalhava de office-boy, fazia entrega de ônibus, estudava, às vezes, dentro do ônibus. Eu levava a apostila dentro da bolsa junto, aí quando eu estava indo para algum lugar distante, dizia: "Ah, vai demorar uns quarenta minutos", eu fazia uns exercícios. E no final do ano fizemos a matrícula do vestibular. Graças à Deus, nesse ano meu irmão passou e eu também. Ele passou para o segundo semestre e eu para o primeiro". (Jeanderson, aluno do Curso de Química)

6 Associação Pré-UFMG. Curso Preparatório para o aquele que vai prestar o concurso para entrar na Universidade

"Fiz um curso pré-vestibular, na época eles chamavam baixa renda, juntava a passagem para ir, eu não tinha condição, era muito puxado para mim e eu fui obrigado a abandonar, abandonei o curso e não fiz mais curso pré-vestibular, fiquei estudando por conta própria" (Marcio, aluno do Curso de Matemática).

Nas falas dos/as estudantes aparecem também referências sobre a presença de poucos negros nas universidades públicas brasileiras, corroborando resultados de pesquisas recentes no Brasil sobre a questão. Segundo Jeanderson, aluno do Curso de Química *"a maioria da população é negra, que só a minoria insignificante consegue fazer um curso superior em universidades públicas".*

Além das diversidades socioeconômicas, os/as estudantes apontam entre outras questões uma suposta decadência da escola pública como das possíveis causas para a exclusão do negro do ensino superior. Sendo que algumas dessas escolas sequer discutem com os alunos a possibilidade de eles fazerem vestibular como relata Juliana:

Sempre fui boa aluna, tinha excelentes notas, contudo, só fiquei sabendo de universidade através de colegas, parece que os professores de escola pública não vêem necessidade de falar sobre o assunto porque imaginam que o aluno não vai passar daquela etapa. (Juliana, aluna do Curso de Matemática Computacional).

Para além da questão da escola pública, Washington, aluno do Curso de Filosofia traz também outras questões para a reflexão,

"Eu pensei em cursar Direito, só que minha trajetória na escola pública não me capacitou para um vestibular muito concorrido numa instituição federal de ensino como o da UFMG. Sabemos que a maior parte dos estudantes que faz Direito é oriunda de camadas mais abastadas da sociedade..."

Esta fala nos revela uma outra dimensão fundamental da desigualdade racial, qual seja na UFMG como em outras universidades públicas do país, verifica-se a alta concentração da população universitária negra nos cursos ditos de baixo prestígio e sua ínfima presença nos cursos ditos de alto prestígio e maior rentabilidade no mercado. Esta pesquisa evidenciou que de fato existe na UFMG uma grande seletividade racial no acesso a cursos de elevado prestígio social.

A respeito da percepção de discriminação e racismo na Universidade em particular, observamos que estudantes entrevistados/as apresentaram dificuldades de situá-lo no espaço acadêmico, ou seja, sabem que existe discriminação, mas não conseguem localiza-lo num determinado ponto. Em outras falas o racismo emerge de modo velado e sob a forma de piadas, como revela Cláudio, aluno do Curso de Geografia:

"... eu comecei a perceber que realmente existia uma diferença aqui na Universidade [...] O preconceito a gente escuta muito. Ele faz parte do cotidiano. Em alguns professores ele é velado.... e o preconceito dos colegas existe em forma de piadas, existe sim. São piadas em relação tanto a negros como a homosexuais...." (Cláudio, aluno do Curso de Geografia).

"Já sofri muitas situações de discriminação. Quando ia procurar emprego, em sala de aula, como professora e até aqui, na faculdade".(Juliana Aluna do Curso de Matemática Computacional)

"Então não sei se isso é preconceito ou admiração de verem que eu consegui entrar aqui, com todos os obstáculos que eu tive, eu consegui entrar aqui na universidade. Mas o preconceito que eu noto é esse preconceito que eu creio que todo negro sofre, você anda na rua e vê". (Marcio Aluno do Curso de Matemática).

No caso de discriminação e preconceito o discurso mais direto encontra-se associado a casos específicos, como por exemplo, nas exigências no mercado de trabalho, em lojas, portarias de prédios ou como no fato de ter passado no vestibular na UFMG, conforme relato do Cláudio,

"O pai de um grande amigo meu começou a falar que eu era o preto de alma branca, porque tinha conseguido passar na Federal. Ele insistia: "Você é um orgulho para sua raça, você está mostrando que tem condições de passar no vestibular". (Cláudio, Curso de Geografia – noturno)

Pudemos observar a partir da fala dos/as entrevistados/as, que o "tratamento diferenciado" foi em muitos casos entendido como racismo e discriminação. Nesse sentido, cabe observar como o mito da democracia racial vem perdendo fôlego frente à percepção do racismo.

Contudo, observamos que sobre o preconceito e discriminação na universidade grande parte dos/as entrevistados/as tiveram dificuldades de percebê-los no meio universitário, ambiente do qual são integrantes. Por vezes, afirmaram a existência do racismo e discriminação na sociedade e os negavam na universidade. Visto nessa perspectiva a universidade surge como se fosse uma instância fora da sociedade.

A luta do afro-descendente para entrar na universidade pública no Brasil apresenta-se como uma verdadeira corrida de obstáculos. São inúmeras as barreiras que o jovem tem que enfrentar desde o seu nascimento, o que na maioria das vezes demanda um grande investimento inclusive da família.

Por fim esclarecemos que estas são apenas alguns indicativos das possibilidades de análises das entrevistas, com estudantes negros/as da UFMG; Assim sendo esta pesquisa não se esgota aqui. Ao contrário, ela se abre para muitos estudos que podem e devem ser realizados a partir desta documentação, pois sabemos que a temática das relações raciais no Brasil e mais especificamente a inserção da população negra no ensino superior, aponta um longo de estudos e lutas a ser percorrido.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes. (1996). *Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro*: Fundação Getúlio Vargas.

BRAGA, Mauro M..& PEIXOTO, Maria do Carmo L. (2008). Censo Socioeconômico e Étnico dos Estudantes de Graduação da UFMG. Belo Horizonte: Editora UFMG.
FLICK, Uwe.(2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2. ed. Porto alegre: Bookman.
LE VEN, Michel & FARIA, Érika de & MOTTA, Miriam Hermeto de Sá. (1997). História Oral de Vida: o instante da entrevista. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. *Os desafios contemporâneos da História Oral – 1996*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP.
PERELMUTTER, Daisy. (1997). *A História Oral e a trama sensível da subjetividade.* Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade de São Paulo. (mimeo).
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. (2005). Relatório de Desenvolvimento Humano - Racismo, Pobreza e Violência. Brasília: Primeira Página, p.70.
TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. (2004). História Oral e Educação: impregnações e ressonâncias. *Anais* do XII ENDIP: Conhecimento local e conhecimento universal, v.1, Curitiba. (p.153-165).
TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro .& PÁDUA, Karla Cunha. (2006)Virtualidades e Alcances da Entrevista Narrativa. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA (AUTO) BIOGRÁFICA, II, 2006, Salvador. *Anais* ... Salvador: UNEB..
TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro & PRAXEDES, Vanda Lúcia & PÁDUA, Karla Cunha et. al. (2006*). Memórias e percursos de estudantes negros e negras na UFMG*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica..
THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
VILANOVA, Mercedes. (1995). "História sin Adjetivos". In: *Historia y Fuenete Oral.* Publicacions Universitat de Barcelona, No 14..

Identidade étnico-racial em contexto lúdico: um jogo de cartas marcadas?

Marcelle Arruda Cabral
Universidade Federal do Ceará
marcelleacc@yahoo.com.br

Maria de Fátima Vasconcelos Costa
Universidade Federal do Ceará
fatimavc@ufc.br

Resumo: O Estudo ora apresentado derivou de uma pesquisa de mestrado, cujo objetivo foi problematizar o pertencimento étnico-racial de crianças pré-escolares em contexto lúdico. São questões norteadoras deste estudo: como se manifesta entre as crianças as referências do pertencimento étnico-racial? De que modo o contexto lúdico pode influir na expressão ou elaboração dessa dimensão identitária? Tendo por referência teórica os estudos culturais, a abordagem sócio-antropológica do jogo e a teoria da complexidade, foi construída uma metodologia de inspiração etnográfica com procedimentos de intervenção com o propósito de favorecer a expressão e elaboração de sentidos que os sujeitos atribuíam às situações vivenciadas, as quais foram registradas em vídeo-gravação e diário de campo. Às crianças de uma classe de educação infantil de uma escola pública, foi oportunizada atividades de teatro de fantoche, contação e construção de histórias. A despeito da imagem positiva dos personagens negros presentes nos materiais usados nestas atividades, as crianças manifestaram reações de discriminação aos mesmos. A utilização do sociograma indicou também que o traço étnico-racial negativado está relacionado a processos de exclusão na dinâmica relacional do grupo de crianças, bem como ao "silenciamento", em contraste com o "protagonismo" daquelas que não apresentavam esse traço. Os resultados sugerem ainda que a atividade lúdica de caráter livre impacta o grupo mais produtivamente, no sentido de uma ressignificação de posições face ao outro, do que aquelas de caráter dirigido, o que aponta para a complexidade dos processos envolvidos na formação intercultural.

> Como educadores, devemos saber que apesar da lógica da razão ser importante nos processos formativos e informativos, ela não modifica por si só o imaginário e as representações coletivas negativas que se tem do negro [...] é preciso descobrir e inventar técnicas e linguagens capazes de superar os limites da pura razão e de tocar no imaginário e nas representações. (Mungana, 2001, p.11)

Os modos de fazer pesquisa e a delimitação do objeto de estudo

Este trabalho de dissertação de mestrado foi desenvolvido em continuidade a pesquisa Cultura Lúdica e Produção de Identidades nas Práticas Educativas da Infância, que, problematizando a questão de como a diversidade étnico-racial e de gênero está sendo representada no imaginário infantil através das brincadeiras, estudou as condições de produção da identidade étnico-racial de crianças pré-escolares em contexto lúdico (Costa, 2007).

Os resultados, tomando a atividade lúdica como um discurso, apontaram que as crianças pré-escolares tanto da escola pública como da escola particular, quando instadas a interagirem com artefatos lúdicos diversificados etnicamente, demonstraram ter construído representações de diferenças étnico-raciais desfavoráveis à identidade negra que se traduzem em atitudes excludentes.

Observou-se ainda, na referida pesquisa, que a seletividade étnica da oferta dos artefatos lúdicos reforça a hegemonia do modelo étnico-racial branco, que entre nós é largamente manifesta na mídia e TV (Araujo, 2004), na literatura (Matos, 2004, Souza, 2005) e no livro didático (Rosemberg, Basilli & Silva, 2003).

Deste ponto, desenhou-se a questão central deste estudo, a saber: De que modo o contexto lúdico pode influir na expressão ou elaboração dessa dimensão identitária? Elaboração, aqui, é um termo que remete a um processo ativo e crítico de (re)constituição de vivências, ou seja, constituição de sentidos sobre determinado tema.

A construção de tal problemática teve como importante suporte teórico a abordagem antropológica e sócio-histórica do jogo, os Estudos Culturais e a teoria da complexidade.

A metodologia adotada aliou uma abordagem de cunho etnográfico com procedimentos de intervenção com os quais procurou favorecer não só as condições de expressão de sentidos que os sujeitos atribuíam às situações vivenciadas como também as condições de elaboração dessas situações. Os critérios interpretativos situam-se, portanto, na tensão dialógica que impõe ao pesquisador o desafio de trabalhar em duas frentes:

> A significação e o sentido constituem exatamente os dois pólos do texto das ciências humanas. Do lado da significação, temos o trabalho da conceitualização e da explicação que tendem para o universal e para a idéia de sistema; do lado do sentido, temos um inacabamento permanente onde o sentido é algo sempre a construir, entre a palavra do pesquisador e a palavra de todos os que intervêem em seu texto. Entre o *lógico* e o *dialógico*, se estabelece a tensão de base geradora de conhecimentos. (Amorim, 1988, pg.)

Sendo assim, as interações lúdicas protagonizadas por alunos de uma classe de jardim II, de uma escola pública municipal, sob diferentes condições de produção, foram registradas em vídeo e fotos, bem como em diário de campo para posterior análise. Tais interações tiveram como condições de produção a intervenção do pesquisador propondo às crianças atividades de teatro de fantoches, contação de histórias e construção de histórias a partir de imagens. Tais procedimentos pretendiam mobilizar a expressão das representações étnico-raciais, uma vez que o material proposto era constituído de imagens e enredos que tematizavam essa questão.

Tendo em conta que a visibilidade da era da imagem é uma refinada estratégia de ocultamento, posto que, ao mostrar, esconde mais e mais o processo de construção das imagens (Bucci & Kehl, 2004), cabe se perguntar sobre como impacta as crianças as imagens que circulam no universo lúdico infantil

Porém, foi a utilização do sociograma (procedimento técnico utilizado no psicodrama com o intuito de cartografar o mapa relacional de grupos) e de uma dinâmica de grupo (brincadeira da berlinda) que permitiram dar maior visibilidade a diferenciação da relação entre pares dentro do grupo de crianças.

A construção dos contextos interativos ocorreu em dois momentos distintos. O primeiro caracterizou-se, principalmente, pela escolha dos materiais (brinquedos e livros), convite às atividades: brincadeiras, narrações de histórias, desenhos, composições de histórias a partir de imagens, e pela mediação, no sentido de tornar as expressões mais explícitas. No segundo momento, a partir da necessidade de compreender a dinâmica relacional das crianças, a intervenção foi mais diretiva, recaindo sobre escolhas/opções de atividades que pudessem ser tomadas como brincadeira, para preservar o caráter lúdico, mas que tinham objetivo de entender e tornar visíveis as relações interpessoais dentro da turma (sociograma e berlinda)

As contações de história, construções de histórias a partir de imagens, teatro de fantoches e as atividades de intervenção do segundo momento da pesquisa caracterizaram-se como práticas lúdicas dirigidas, porquanto a mediação não previa a possibilidade de reversibilidade dos papéis, além do tempo e objetivo serem planejados anteriormente à atividade. Já as atividades de brincadeira livre e desenho assim foram caracterizadas por abrirem mais espaço ao protagonismo da criança e preservar a simetria de papéis.

Esse procedimento foi inspirado no trabalho de Costa, 2004, o qual apontou a possibilidade de inversão de papéis, objetivo interno à atividade, e a flexibilidade de sentidos como especificidades do contexto lúdico, *essa tensão entre o real e a ficção, que se sustenta num movimento de definições de significações instáveis, levando cada vez mais longe a fixação de um ponto de ancoragem para o sentido* (Costa 2004: p.255)

O sociograma é um instrumento da Psicologia Social, criado para representação de redes sociais (agentes sociais e os relacionamentos entre eles) que consiste na elaboração de um gráfico representativo das relações individuais entre os diferentes membros de um grupo. Sua utilização objetivou dar mais visibilidade às relações interpessoais da turma. No caso da pesquisa, foi utilizada uma adaptação desta técnica que consistiu em propor às crianças, em forma de brincadeira, questões que pudessem oferecer pistas sobre suas preferências relacionais: 1) se você fosse realizar uma festa de aniversário, quem da turma você faria questão de convidar? 2) E quem você não gostaria que comparecesse (não fosse à festa), ou seja, portanto não convidaria? O cruzamento destas questões deu origem ao mapa sociométrico da turma

Racismo e exclusão no Brasil

O pertencimento étnico-racial tem uma importante implicação para o destino de milhões de brasileiros no que concerne ao seu lugar na estrutura social. Não podemos esquecer que a problemática racial não está situada na discussão sobre a validade ou não do conhecimento biológico de raça, mas no fato de que ela opera "efeitos de verdade" enquanto formação imaginária, que pode ou não estar amparada num pressuposto epistêmico legitimador. A construção histórica do discurso racial, no qual a naturalização (atribuição de origem biológica) é um aparato discursivo para criar e hierarquizar as identidades étnicas (que são de ordem cultural) funciona operando discriminações e exclusões para uns e privilégios para

outros. De modo que, se não existe raça, existe a discriminação baseada na idéia de raça e o combate político dos discriminados para sua afirmação. Em suma, não existe aí um fato natural, mas um fato social.

Em qualquer dos casos, os efeitos de sentido produzidos pelo discurso são constitutivos do sujeito e é, portanto, nessa produção que reside o maior interesse de pesquisa nesta questão.

A sociedade brasileira, tendo se constituído à sombra da escravidão e do genocídio de sua população nativa (os índios) se organizou e se desenvolveu de modo a alargar cada vez mais o fosso entre as classes, resultante da concentração de renda, e do apagamento da memória histórica, a qual só pode subsistir como denúncia. Por isso, por muito tempo se quis fazer crer que no Ceará não havia negros. Eficiente estratégia que, a um só golpe, faz desaparecer a vítima para negar o crime e, por conseqüência, seu combate

Com a influência das principais correntes científicas européias (como o naturalismo científico, o darwinismo social, o eugenismo e o determinismo biológico), no início do século XX, no Brasil, o branqueamento passa a ser considerado uma saída à *evolução racial*.

> Uma das saídas que o Brasil encontra para hierarquizar cientificamente as raças, se dá com a fundação da Liga Brasileira de Higiene Mental, no Rio de Janeiro do ano de 1923. (...) A Liga reunia profissionais da saúde, que com seus instrumentos *psi* (psiquiatria, psicologia e psicanálise) visavam *melhorara a assistência aos doentes mentais, visando também à prevenção, à educação do indivíduo e à eugenia.* (...) *A interdição de terreiros de candomblé, rodas de capoeira e de samba* figurava entre as medidas de higienização mental do Rio de Janeiro, promovidas pela LIGA (Reis Filho, 1999, p.50 e 51)

É como medidas de reparação histórica que podemos situar as políticas de ações afirmativas implementadas pelo governo desde 2003 e que vão desde a demarcação das terras dos quilombolas, instituição legal da obrigatoriedade do ensino da história e cultura africanas no ensino obrigatório, destinação de verbas para pesquisa acerca do tema até a adoção do sistema de cotas étnicas para o acesso ao ensino superior. O Manifesto em favor da lei de cotas raciais para acesso ao ensino superior e do estatuto da igualdade racial, subscrito por um número significativo de intelectuais, bem como de entidades representativas do movimento social e que, no fim de 2006, foi encaminhado ao Congresso Nacional, resgata a questão de fundo ao afirmar:

A Constituição de 1891 facilitou a reprodução do racismo ao decretar uma igualdade puramente formal entre todos os cidadãos. A população negra acabava de ser colocada em uma situação de completa exclusão em termos de acesso à terra, à renda, ao conjunto de direitos sociais definidos como "direitos de todos", e à instrução para competir com os brancos diante de uma nova realidade de mercado de trabalho que se instalava no país. Enquanto se dizia que todos eram iguais na letra da lei, várias políticas de incentivo e apoio diferenciado, que hoje podem ser lidas como ações afirmativas, foram aplicadas para estimular a imigração de europeus para o Brasil. Mas, a postura do poder constituído não foi só de descaso para com os negros. Já "em 1854, o decreto Nº 1.331, estabelecia que nas escolas públicas do país não fossem admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. Em 1878, o decreto Nº 7.031, estabelecia que os negros só poderiam estudar no período noturno.

Boicotados pelo conhecimento científico, o qual, apoiado em pseudo teorias, forneceu subsídios às demais instituições para a legitimação da discriminação; historicamente privados do acesso aos bens culturais e ao desenvolvimento socioeconômico, tendo sua auto-estima afetada diante da recusa de seus valores culturais, os afro-descendentes resistem e lutam mediante várias estratégias desde que aqui desembarcaram*: associações, fugas, grupos de quilombos, grupos religiosos nas senzalas ou de lazer, servindo esses últimos como mecanismos de distensão psicológica.* (Barros, 2004, p.39).

Não é de se estranhar que os indicadores sociais avaliados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), nos últimos cinco anos, têm desenhado um quadro revelador de uma perversa associação entre negritude e exclusão social.

O Relatório do desenvolvimento Humano – Brasil – 2005: *Racismo, pobreza e violência* - RDH1 produzido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), revelou que as condições de pobreza no Brasil tem claro recorte racial.

O mito da democracia racial vira pó diante das análises que mapeiam a pobreza e a violência que se abatem sobre a população negra, de forma a tornar explícita a violência que extermina diariamente os jovens negros, comparável apenas aos países em guerra civil. Em 2001 a taxa de homicídios dos homens de 20 a 24 anos por cem mil habitantes foi de 102,3% entre os brancos enquanto entre os negros sobe para 218,5%.

O relatório também divulga o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – indicador que considera renda, longevidade e escolaridade como critério de análise da qualidade de vida das populações, ou seja, seu desenvolvimento humano. Em 2002, o Brasil, figura no ranking das nações na 73° posição (índice de 0,766), caracterizando-se como um país com desenvolvimento médio. No entanto, quando se desagrega o IDH por raça temos uma situação bem diversa. Neste caso, os brancos alcançam um IDH de 0,814 equivalente ao 44° lugar enquanto que os negros com um índice de 0,703 ficariam na 105° posição. A diferença racial é tão marcante que os negros permanecem em patamares inferiores aos brancos em todas as regiões mesmo havendo grandes desigualdades no IDH por regiões. Isto quer dizer que no nordeste, onde o IDH é inferior ao

1 Relatório de Desenvolvimento Humano elaborado pela ONU, o qual pressupõe que os critérios para aferir o avanço de uma população não se devem restringir apenas à dimensão econômica, mas também abranger outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

sudeste, os negros estão em desvantagens em relação aos brancos, tanto quanto no sudeste. Se a pobreza não elimina o recorte racial é de se supor que há mecanismos de discriminação negativa produzindo tal seletividade.

Obviamente, essas conseqüências também recaem sobre a escola. Rosemberg & Paim (1987) em estudo sobre relações raciais e rendimento escolar concluíram que *o sistema escolar interpõe ao alunado negro uma trajetória escolar mais difícil do que aquela que interpõe as crianças brancas*, *sendo destacável a persistência desse segmento da população na procura de níveis melhores de escolaridade... (*p.22).

Do mesmo modo, Gonçalves (1987) aponta os prejuízos para os alunos negros e brancos da organização curricular, cuja análise põe à mostra que:

> o ritual pedagógico exclui, dos currículos escolares, a história da luta dos negros na sociedade brasileira.(...) as práticas pedagógicas continuarão punindo as crianças negras ....com reclusão, ritualizada em procedimentos escolares de efeito impeditivo, cujo resultado imediato é o silenciamento da criança negra, a curto prazo, e do cidadão, para o resto da vida,(p.29).

A imagem das celebridades na mídia, no jornalismo, nas novelas, nos desfiles de moda, no congresso, nos postos mais valorizados do mercado de trabalho e esferas educacionais de maior status, todos estão a dizer que a beleza, competência, bom caráter, inteligência e sucesso são atributos de pessoas de cor branca. Como esperar uma consciência auto-afirmativa dos negros num contexto tão adverso?

É a partir da diferença que constituímos nossa identidade. Para os estudos culturais, a diferença é sempre o ponto de partida, seja para nos percebermos iguais ou diferentes, e a construção da identidade passa obrigatoriamente pela alteridade.

As principais questões suscitadas pelo campo dos estudos culturais dizem respeito à relação entre a pesquisa e os contextos culturais onde esta se desenvolve; em sua trajetória histórica, ela se fortaleceu em duas vertentes: a política, comprometida com um novo projeto político, ligado aos novos movimentos sociais, e a teórica, na busca da definição de um novo campo de estudo interdisciplinar. Seus fundadores recusavam uma definição da expressão "estudos culturais" para resguardá-la do esvaziamento ou aprisionamento que muitas vezes a definição impõe.

Entre os textos (década de 1950) que estabeleceram as bases dos EC2 destacam-se: Hoggart, o qual inaugura a perspectiva de resistência no âmbito das ações populares em prol de sua emancipação, reconhecidas até então pela óptica da submissão - defendida pelos estudiosos de mídia da época; Thompson, que conceitua cultura como uma luta entre modos de vida diferentes, já sensível às diversidades; e Hall, à frente do Centro dedicado aos EC, na Inglaterra, que por dez anos estimulou, entre outros temas, os estudos etnográficos, e a pesquisa sobre as práticas de resistência nos contextos culturais populares (ESCOSTEGUY: 2004).

Esta trajetória indica o compromisso dos EC com a problemática da diferença, o despertar para a relevância da relatividade, das diversidades e da multiplicidade dos contextos de pesquisa, o que inclui a perspectiva do pesquisador. Trata-se de focar a investigação das relações sociais compreendidas no âmbito da cultura, mas perpassadas inevitavelmente pelas relações de poder. Para Johnson (2004), as três premissas principais constituintes dos "estudos culturais" são: os processos culturais estão intimamente vinculados com as relações sociais; cultura envolve poder e é espaço das diferenças e lutas sociais (p.13).

O estudo ora apresentado procurou ser sensível a estas relações ao cartografar o mapa relacional de um grupo de crianças da educação infantil de uma escola pública do município de Fortaleza3.

Práticas Lúdicas como vitrine dos conflitos latentes e possibilidades de releituras do real

Com foco nos processos de construção da identidade étnica, privilegiou-se o espaço cultural constituído pelas práticas lúdicas enquanto lócus da expressão desta diferenciação por entendê-lo como um modo de apropriação e releitura do vivido, posto que as práticas lúdicas, inclusive os brinquedos, são mediadores por meio dos quais as crianças se apropriam e reiventam a cultura (Brougère, 2001). Considerando que o racismo no Brasil é crime, as manifestações de discriminação racial assumem formas por vezes muito sutis no que se refere aos códigos de visibilidade, o que também contribui para o silenciamento daqueles que são discriminados.

As práticas lúdicas, enquanto manifestações das culturas infantis e formas discursivas que se realizam predominantemente na *ação aberta*, ou seja, por uma cenografia e gestualidade expressiva dos conteúdos lúdico-imaginários, se constituem em privilegiados canais de expressão do polifônico universo infantil e, como tais, oportunidades de reelaboração simbólica, na medida em que:

A expressão não é um ato individual e sim um fato social que atua reversamente

> sobre a atividade mental. Fora de sua objetivação, de sua realização num material determinado (o gesto, a palavra, o grito), a consciência é uma ficção. [...] Uma vez materializada, a expressão exerce um efeito reversivo sobre a atividade mental: ela põe-se então a estruturar a vida interior, a dar-lhe uma expressão ainda mais definida e mais estável. (Bakthin, 1995, p.117,118).

2 Utilizaremos doravante a sigla EC para nos referirmos aos Estudos Culturais.

3 Capital do estado do Ceará, situada no nordeste brasileiro.

Poderia esta atividade reversa se constituir em elaboração dos conflitos identitários? Sousa (2005) sustenta que "Sendo, pois processuais, mensuráveis e construídas, a identidade e a auto-estima tornam-se passíveis de reelaboração e reestruturação diante de novas condições dadas." (p.117).

Identidade e diferença: categorias relacionais

Na qualidade de agentes de identidades múltiplas, muitas vezes em complementariedade, outras em conflito, cotidianamente alternamos entre estes dois movimentos conforme as posições assumidas numa dada em situações.

Sendo cada sujeito constituído de uma heterogeneidade complexa, é possível, por exemplo, em relação à identidade étnica, haver movimentos de afirmação (ex: valorizando a estética negra) e de reprodução (ex: atitudes machistas em relação a mulher negra). Importa aqui compreender que, se o contexto muda e as relações de poder se alteram, novas configurações identitárias são possíveis.

A relatividade desses movimentos requer do pesquisador um rigoroso exercício de auto-estranhamento que possibilite a análise das relações e expressões destas identidades em campo. Algumas conceituações podem ilustrar o "funcionamento" da identidade, de modo a nos guiar por este terreno pantanoso, contraditório e repleto de elementos a serem relacionados, interpretados e historiados. O estabelecimento da diferença passa por marcações simbólicas que se definem pela relação com o outro.

A marcação simbólica é, portanto, o meio pelo qual se operam discriminações, de forma a provocar efeitos materiais sobre os grupos, positivos para os incluídos e negativos para os excluídos.

Os movimentos identitários fazem e refazem as identidades ao mesmo tempo em que a reivindicam, numa permanente tensão entre essencialismo e não-essencialismo. Os novos movimentos sociais põem em xeque as posições essencialistas, na medida em que reconhecem a fluidez e a fragmentação das identidades.

A diferença, no entanto, é condição no estabelecimento da identidade, do que resulta a presença das relações binárias ou das dicotomias em sua constituição, que engendra um sistema classificatório mínimo de duas tomadas de posição: nós e eles. Esta tensão também atravessa o trabalho de pesquisa, na medida em que estabelece dicotomias que permitem "enxergar" como as diferenças atuam nas relações interpessoais da turma, ao mesmo tempo em que impõe a análise das inúmeras posições fluidas e diversas, que se contrapõem ou superam as oposições binárias.

Nesta rede de relações construídas em contextos dicotômicos, entre semelhanças e diferenças, convivem e competem interesses diversos, lugares de onde sujeito-posições, especialmente a partir de suas práticas discursivas, classificam e hierarquizam diferenças, configurando-as como desigualdades.

É na prática discursiva que se institui o bom e o ruim. Ditados populares, piadas e expressões que "naturalizam" a desvaloração do negro: *não vou mentir, pra não ficar preto; negro de alma branca; cabelo de negro é cabelo ruim* e tantas outras expressões nossas conhecidas que de maneira explícita, legitimam as desigualdades a partir das diferenças. No entanto, paradoxalmente, à despeito dessas práticas, sobrevive o mito da democracia racial. É principalmente pelas formas sutis e muitas vezes invisíveis de discriminação que o racismo afeta os sujeitos. Nesta perspectiva, o silêncio também é entendido como prática discursiva que gera invisibilidade e alimenta o racismo, inclusive na escola.

A modalização da exclusão racial nas práticas lúdicas

A hipótese de que as práticas lúdicas repercutem na expressão e elaboração das referências identitárias no que concerne à temática étnico-racial encontra apoio nos resultados obtidos, sendo que a expressão dos conflitos predomina nas atividades lúdicas dirigidas enquanto que a elaboração aparece de modo mais expressivo nas atividades lúdicas livres.

As representações das crianças participantes da pesquisa, no que diz respeito às personagens negras dos textos literários trabalhados na atividade de contação de história, são indicativas de marcações simbólicas negativas, na medida em que as crianças atribuem adjetivos e valores depreciativos relacionados às tais personagens - feiúra, maldade e marginalidade - os quais estão em desacordo com às imagens e enredos das histórias apresentadas. Já as situações de brincadeira livre possibilitaram, além da expressão, momentos de elaboração dessas experiências, num movimento ativo e crítico de reposicionamento no mapa das relações grupais.

As situações descritas a seguir são representativas de diferentes momentos de expressão e elaboração de conflitos oportunizados pelas práticas lúdicas.

Túlio (P)4 é uma criança que mantém com seus pares uma relação de aparente liderança, com forte influência na formação de subgrupos, decisões na brincadeira e no poder de ocupar o posto de porta-voz do grupo. Sente dificuldade em dividir brinquedos e material didático, utilizando corriqueiramente agressão física contra os colegas para impor sua vontade. Em única manhã, agrediu fisicamente a todos os colegas de classe. A maioria apenas se defende. Somente um aluno revida suas agressões. Também utiliza tons autoritários, ameaçadores ou de superioridade para com os colegas e até com os adultos da escola ou de sua família.

Em um dos momentos de brincadeira livre, constrói verbalmente o roteiro de sua brincadeira de faz-de-conta, enquanto manipula peças de madeira: "Eu sou o rei, Neto(B) é o príncipe e a Sabrina(B) é a princesa, e os outros é os empregados" (grifo meu). Imediatamente anuncia, verbalizando em voz alta para toda a turma, o mote de sua brincadeira: "vocês são os *empregados*. Só a Sabrina é a princesa".

4 P = pardo, B= branco e N=negro. Estas referências a cor foram classificações feitas pelo pesquisador a partir da cor da pele das crianças.

Esta brincadeira de faz-de-conta é expressiva do lugar de poder almejado por Túlio dentro do grupo, sendo também este o desejo que guia suas atitudes diante dos colegas. É interessante atentarmos para o sujeito do discurso de Túlio, o rei. As posições enunciativas que os sujeitos assumem uns perante os outros definem identidades e estabelecem as relações de poder.

Túlio(P) transpôs para a brincadeira um lugar que, no cotidiano da sala de aula, já ocupava por meio da hierarquia de poder e vassalagem que seu comportamento buscava impingir aos demais colegas. Seu poder, inclusive, lhe outorga atribuir a Neto (B) e Sabrina (B) os títulos de príncipe e princesa, os quais oferecem uma marcação simbólica indicativa de semelhança (ainda que hierarquicamente inferior). Os demais ocupam o papel subalterno de servos, empregados. Afinal, um rei precisa de súditos, marcação que estabelece aqui o lugar da diferença, o princípio classificatório capaz de estabelecer pelo menos dois grupos opostos: "nós/eles". (Woodward, 2003, p.40).

A cartografia sociodramática, na medida em que permitiu traçar as posições de cada um frente aos demais, revelou uma alta taxa de rejeição (42%) ao comportamento de Túlio por parte da turma, rejeição esta escamoteada pela aparente sujeição do grupo aos seus caprichos e sua influência nos rumos das atividades.

A desaprovação dos colegas a Túlio (P) quando estes foram convidados a fazer escolhas sobre quem não convidariam para suas festas de aniversário foi indicativa de que seu poder sobre os demais era coercitivo, instituído pela força. Até mesmo sua família "real" – a *princesa* (Sabrina) e o *príncipe* (Neto) - convidados a dividir o poder com o rei, o rejeitaram. Não convidariam o *Rei* para suas festas.

É pertinente, aqui, assinalar que o *cargo de ajudante* e os limites 'mais largos' franquiados ao Túlio, pela professora, contribuíam para a consolidação desta posição, ao assegurar-lhe uma posição privilegiada em relação aos outros.

Ainda no início da intervenção, num dia chuvoso, em que nenhum outro menino compareceu à aula, Túlio(P) protagoniza uma cena com Henrique (N), na qual toma o telefone de suas mãos e ao mesmo tempo tenta iniciar uma brincadeira com ele, indicando que atenda sua ligação a partir de um outro telefone celular de brinquedo. Henrique reage com um comportamento indicativo de resistência passiva à autoridade de Túlio (P), não respondendo nem atendendo suas demandas.

Progressivamente, foi possível notar que Henrique era sistematicamente excluído, também pelos colegas, de todas as atividades e espaços. Ao sentar-se em uma mesinha, por exemplo, todos os demais colegas levantavam-se e mudavam de mesa, algumas vezes afirmando verbalmente que não eram seus amigos. Transcrevo aqui uma cena do diário de campo representativa da influência de Túlio sobre a situação:

"Nós aqui não somo amigo dele"

Os meninos – Túlio, Jander e Xisto - lancham e dizem que não são amigos
de Henrique.
Pesquisador: Ei, o que era que vocês estavam conversando aí?
Túlio faz uma careta pra Henrique.
Pesquisador: Túlio, pra quem foi que tu fez essa careta? (2 vezes)
Ele começa a bater bola. (...)
Pesquisador: Henrique quem é teu amigo aqui, quem é? Me mostra teus amigos.
Túlio: *Nós aqui não somo amigo dele*.
Henrique: Neto.
Pesquisador: Neto é teu amigo?
Henrique: (balança a cabeça afirmativamente).
Túlio: Não, o Neto *não é seu amigo*.
Henrique: *É sim*.
Túlio: Não, mas, mas, mas eles aqui (Jander e Xisto) é meus amigos.
Jander: *O Neto não é* (amigo de Henrique) *porque o Neto é amigo dele* (Túlio) aí.
Túlio: *Ó, e se o Neto é amigo dele nós não brinca mais com o Neto*. *E se ele não ser amigo dele* (Henrique) *nós brinca com o Neto*.

Note-se que a brincadeira aparece como cenário de exclusão: *...nós não brinca mais com o Neto*. A argumentação de Jander (B) deixa claro que a relação de exclusão está bem compreendida. A relação de amizade do Neto com o Túlio é impeditiva da amizade do Neto com o Henrique. A lógica excludente é reafirmada nos termos da ameaça que Túlio faz ao Neto: Neto será excluído da brincadeira se selar amizade com Henrique e readmitido no grupo se isolar o Henrique. Os movimentos de exclusão se manifestam na ação, ao se retirarem do local em que o Henrique está e na verbalização, ao condicionar a inclusão em um grupo à exclusão do outro.

É importante observarmos que Henrique não legitima esta exclusão. Embora não desqualifique a amizade de Neto e Túlio, reafirma sua relação de amizade com Neto, questionando, assim, a fronteira, e, por conseqüência, a hierarquia, estabelecida por Túlio.

Nos momentos de brincadeira, a característica excludente aparece na impossibilidade de dividir parceiros e objetos lúdicos, resultando em acirradas disputas, nos quais quem vence detém o poder. No caso de Túlio (P) e Henrique (N), o parceiro mais disputado é Neto (B) e o objeto lúdico é um brinquedo de exercício de pontaria composto por dardos e um alvo. Vale ressaltar que a brincadeira em questão requisita parceiros.

O poder, no entanto, só sobrevive a custa do crivo legitimador do outro. Henrique (N), apesar de sofrer diretamente as conseqüências do poder de Túlio (P), legitimado por Jander (B) e Xisto (B), não reconhece este poder: não se afasta fisicamente do grupo, utiliza brinquedos (ioiô, bola) como instrumento de aproximação com os demais, reafirma seu vínculo com Neto (B) e brinca com ele. Esta atitude de resistência à autoridade de Túlio, também manifestada por Henrique nas outras situações vivenciadas pelo grupo, resulta que, na prática, no dia-a-dia, Henrique é de fato um membro do grupo. O processo de exclusão encontra aí uma resistência.

Neto, apesar de ser alvo da disputa, ocupa o lugar de interseção negado por Túlio, interagindo com os dois, bem como mantendo relações de amizade com diversas outras crianças da turma. A expressão deste não-reconhecimento permite a Henrique assumir a posição de poder numa outra cena, na qual o próprio caráter constitutivo da brincadeira, composto de regras que demandam negociações e tomadas de decisões exerce pressão no sentido de uma reelaboração das posições.

O cenário é a sala de aula, durante uma atividade didática com dominó de palavras, apresentada às crianças como uma brincadeira e como tal acolhida pelas mesmas.

Cada mesinha recebe um jogo de dominó, para que as crianças brinquem em pequenos grupos. Cada peça contém metade de duas palavras diferentes, com suas respectivas figuras, que somente podem ser formadas na junção com outra peça, de posse de outro participante. Túlio (P), Henrique (N) e Neto(B) espontaneamente ocupam uma das mesinhas, formando assim um grupo de jogadores.

Neto distribui as peças, entregando uma para cada um dos três participantes, repetidamente, até as peças acabarem.

Túlio exclama: Ei, só isso!? Então bó contar, ó. Bó contar. (Conta suas peças).

Cada um começa então a identificar as metades e juntá-las entre suas próprias peças. Ouve-se a voz da professora, explicando o jogo para as outras crianças.

Túlio: O que é isso aqui? (perguntando para o Henrique) Peixe (ele mesmo responde)

Túlio: (mostra pares no jogo de Neto)

Henrique: (toca a mão de Túlio como se o chamasse)

Túlio; (ignora)

Apesar de ainda não terem compreendido o jogo, observam quais metades os colegas têm que complementam suas peças. Começam, então, a perceber que, para formar as palavras, precisavam das peças dos outros, ou seja, que era necessário a participação/colaboração do outro para a realização do jogo. Túlio se mostra incomodado, não quer ceder suas peças, mas não sabe como fazer para formar palavras, precisando das peças dos outros.

Túlio: *É minha!* (ao perceber Henrique olhando para sua peça) diz angustiado: *"Como é que eu vou fazer pra formar a palavra ... Eu preciso dessa... eu preciso dessa..."* .

Neto*: como é que eu vou montar o macaco?* (se pergunta angustiado)

(.....)

Túlio: (protege, dos outros, várias peças com o corpo. Agride fisicamente Neto, quando este tenta pegar uma das peças).

Neto: (reage timidamente.)

Túlio: (revida)

Neto: (sorri para o Henrique)

Henrique: *Não vamos mais brincar não, com ele (Túlio) não*.

Túlio: *Tá certo. Uma pra tu, outra pra tu* (Diante da ameaça de perder os parceiros e inviabilizar a continuidade do jogo, Túlio reinicia a distribuição das peças entre os três, mas Neto não volta atrás, retirando-se para outra mesa)

Henrique: (ajuda Túlio a guardar as peças.)

A estrutura da situação lúdica produz uma pressão no sentido da resolução dos conflitos, posto que se faz necessário a colaboração mútua para se combinar as peças e, assim, efetivar as jogadas. Para Henrique, é uma oportunidade de exercício de poder, decidindo que o jogo termina ali. Para Túlio é oportunidade de revisão de suas atitudes para com os colegas. A partir da sanção do Henrique a sua atitude, abdica da posse das peças para que o jogo seja retomado.

Os momentos de contação de histórias foram caracterizados por uma atitude de extrema concentração e interesse das crianças, reveladora do grau de mobilização da atividade.

As expressões verbais foram indicativas do impacto bastante positivo desta atividade na expressão dos conflitos, uma vez que manifestaram apreciações valorativas tanto condizentes com os enredos apresentados como também em desacordo com os mesmos, atestando a heterogeneidade de vozes que se inserem no fio discursivo. Nossa suposição é de que, nesses casos, um elemento sobredeterminado (o preconceito?) intervém no fio discursivo da narrativa produzindo tais desacordos.

Na atividade de contação de histórias, após a apreciação da capa do livro Roda Pião5, quando as crianças inferiram que a história trataria sobre uma menina "pequena" (uma criança) e um brinquedo (pião), o pesquisador inicia a leitura dizendo: *Benedita é uma garota bonita, além de catita. Sua pele é negra e macia, os dentes brancos, os olhos grandes e brilhantes.* Participam da atividade Carla (P), Sabrina (B), Denise(N) Letícia(B) e Fernando(P)

Pesquisador: - Benedita é garota bonita.

5 Autor: GÓES, L. P. e ilustrador GALAN, F.

Carla6 : - E quem é essa daqui? interrompe a leitura, perguntando.
Pesquisador: É ela também, ó. – (refere-se a outra imagem de Benedita na contracapa).
Pesquisador: "sua pele negra, macia..."
Carla: *Não, essa menina réia é é feia.* (reage interrompendo novamente)
Fernando: Ta dizendo que ela é feia. , Pergunto o que ela disse e
Carla nega*: Eu tô falando que eu não gosto dessa história*
Pesquisador: Por quê?
Carla: *por que não!*
Pesquisador: *Por que é que ela é feia?*
Carla: (não responde)
Pesquisador: Tu achou ela feia Fernando?
Fernando: (balança a cabeça negativamente)
A negação de Carla parece um censura à própria expressão. Em oposição a Carla, Sabrina (B) interage o tempo inteiro com a história por meio de expressões corporais, faciais e verbais.
Sabrina: *E a Benedita, tá sorrindo!*
Sabrina: *E nem caiu!* (admirando a habilidade de Benedita com o pião)
Pesquisador: Quem é mágico, a Benedita ou o pião? (retomando a pergunta final do texto)
Sabrina: a Benedita (responde prontamente)
Ao término da contação da história, Carla pede para ver o livro. O pesquisador, então, sugere que ela conte a história. Ela recusa, ao que se segue o seguinte diálogo, representativo da obscuridade em torno do tema:
Carla: *Deixa eu ver,* tia (refere-se ao livro)
Pesquisador: Deixo. Deixo cada um ver, mas a gente vai primeiro...
Fernando: Tia, deixa eu ver primeiro
Pesquisador: Espera aí. Vamos fazer o seguinte....
Carla: *Primeiro eu pedi.*
Pesquisador: Vamos para as mesinhas que vocês vão desenhando e a tia vai passando o livro.
Carla: (olha o livro)
Fernando: (pede para ver a filmagem), digo que depois mostro.
Pesquisador: a Carla vai conta à história pra mim
Carla: *Eu não quero não*.
Pesquisador: Não quer?
Carla: Não
Pesquisador: Tu lembra o nome da menina?
Carla: *Não lembro como é não*
Pesquisador: É a Benedita. O nome dela é Benedita.
Carla: *Ela tá pulando de corda é?*
Pesquisador: aham, aham (concordando)
Carla: Tá pulando de corda?
Pesquisador: Ta pulando de corda! Que é que tu achou da Benedita?
Carla: *Corda nem é desse jeito*.... (desqualifica as habilidades de Benedita)
Pesquisador: E o que é que tu achou da Benedita?
Carla: *Não sei não*.
Pesquisador: Como é que ela é?
Carla: *Não sei não*. (Se nega a qualificar Benedita, apesar de ter desqualificado suas habilidades)
Pesquisador: Ela é uma menina alegre ou triste? (repito mais uma vez a pergunta)
Carla: *Triste*. (O adjetivo feio é substituído por triste; não correspondente ao enredo e as imagens)
Pesquisador: Ela é triste, é? Me mostra onde é que ela tá triste. Qual é a parte da história em que ela tá triste?
Carla: *Pulando de corda*
Pesquisador: E ela tá triste?
Carla: aham (confirma)
Pesquisador: (passando as folhas do livro e perguntando se na ilustração Benedita está triste)
Carla: (segue afirmando a tristeza na Benedita)
Letícia: Benedita está sorrindo.
Pesquisador: Letícia, tu acha que ela está triste ou está alegre?
Letícia: Triste. (aderindo a opinião de Carla, ainda que tenha afirmado que Benedita sorria)
Pesquisador: Mas ela tá o quê?

6 Carla esteve muito ausente da escola, por motivos de doença, e participou muito pouco das atividades de intervenção. Acabou por abandonar a escola após as férias do meio do ano.

Letícia: Sorrindo.
Denise: Alegre.
Pesquisador: Tu acha que ela tá alegre ou triste Denise?
Denise: Alegre.
Pesquisador: Carla, e porque que ela tá triste?
Carla: Não sei.
Pesquisador: Ela é uma menina bonita?
Carla: É

Seu movimento de interesse e desqualificação sutilmente escamoteada delineia os caminhos trilhados pela invisibilidade que permeia a questão. Carla demonstra interesse pelo livro: *Tia, deixa eu ver* e afirma este interesse: *Primeiro, eu pedi.* No entanto, demonstra resistência em falar sobre a história: *Eu não quero, não*, recusando a proposta de reconto, e *Não me lembro não, como é*, sobre o nome da personagem. Desclassifica a capacidade/habilidade do personagem, afirmando que *Corda nem é desse jeito* e que a menina está *triste*, em contraposição a Denise e Letícia que fazem uma leitura condizente com as ilustrações. Ao final, Carla afirma que a menina é bonita, ambivalência que pode indicar um conflito.

Nestes episódios, evidencia-se a importância do papel da mediação, quer seja na escolha do material ou na atividade proposta, mediante a qual o pesquisador pode problematizar as expressões estereotipadas e questionar as posições assumidas como um possível caminho de reflexão e desnaturalização das representações discriminatórias.

A recorrência de incongruências entre o enredo/ilustração e as representações construídas pelas crianças acerca dos personagens negros das histórias, não observada nas histórias que envolviam personagens brancos, nos interpela sobre a dinâmica das vozes que se manifestam no discurso.

Vozes discriminatórias, impregnadas de representações negativas relacionadas aos negros - elaboradas sobre conceitos depreciativos atribuídos arbitrariamente e veiculados de maneira tão dissimulada - que, muitas vezes, só um exercício de garimpagem, seleção e junção de pistas pode dar visibilidade.

As crianças não conseguiram justificar as atribuições negativas, uma vez que não havia como fundamentá-las nas imagens ou enredos. É de se notar que adjetivações negativas não ocorreram relativamente a personagens brancas

Trabalhamos com a hipótese de que a escolha do material pode ser um recurso importante para fazer dialogar as representações instituídas com outras que lhes contrapõem, oportunizando ressignificações.

No livro AS TRANÇAS DE BINTOU7, a personagem Bintou é associada, pelas crianças de forma geral, a vaidade e coragem, correspondentes às imagens e ao enredo. Bintou é admirada e cumprimentada por sua aldeia por um ato de coragem: atravessa um caminho mais difícil para avisar os adultos sobre um afogamento de dois garotos, o que possibilitou que fossem salvos a tempo. Apesar de o enredo mostrar a personagem inicialmente insatisfeita com sua aparência (cabelo), a imagem final de Bintou com os cabelos enfeitados e sua admiração por adornos simbólicos de feminilidade provocou uma associação de sua personagem a vaidade, enquanto qualidade e identificação positiva de uma criança, Sabrina (B) com esta qualidade da personagem: *Ela gosta de se enfeitar igual a mim.*

Igualmente o Livro TANTO, TANTO8 mobilizou a expressão entusiasmada das crianças (corporal/facial), bem como intensa interação verbal estimulada pela beleza e cinergia das imagens, bem como pelo convite a cada página para que se adivinhe a próxima personagem a entrar em cena. Estas expressões, em torno da personagem principal – um bebê negro, demonstrativas de muito interesse e prazer, revelaram uma elaboração positiva – bem-querer por parte da família, felicidade e união – relacionadas à identidade negra. Vale ressaltar que as imagens do livro, cuidadosamente produzidas, correspondem aos atributos dos personagens identificados pelas crianças.

É relevante atentarmos para o fato de que as crianças de fenótipo negro não tiveram participação efetiva, nem voz em destaque, nestas manifestações. As crianças que se colocam em interação com o pesquisador são, na maioria das vezes, brancas ou pardas.

Rearranjos na cartografia relacional do grupo

As reflexões finais recaem sobre as análises realizadas a partir do fenótipo (critério de identificação racial das crianças feita pelo pesquisador), porquanto, foi o critério que permitiu associar esses traços a certas representações da negritude expressas pelas crianças, invisíveis quando analisados por intermédio do critério de pertinência étnico-racial atribuído apenas pelos pais, nem sempre condizente com o fenótipo. Esta diferenciação também foi encontrada no trabalho de Cavalleiro (2000) e Gonçalves (1987).

Tais representações são indicativas de preconceito étnico-racial, o qual pode ser definido como um julgamento antecipado e negativo de pessoa ou grupo ético-racial que ocupe um papel social valorizado Gomes (2005). Diante destas observações, perguntamo-nos, então, se a atitude de Henrique, criança negra, querendo ocupar uma posição afirmativa e com visibilidade, o que incluía a posse de brinquedos (objetos de desejo dos colegas), que sempre trazia para a escola, pode ter deflagrado o movimento de sua exclusão do grupo por aqueles que o discriminavam.

7 Autor: DIOUF, S. A. /ilustrador: EVANS, Shane W.
8 Autor: COOKE, T. /ilustrador: OXENBURY, H

Por outro lado, é importante lembrar que as representações afirmativas do negro difundidas pelos livros de literatura infantil apresentados repercutiram em algumas expressões positivas manifestas pelas crianças e que sugerem um processo de desnaturalização das representações negativas.

A participação das crianças nas construções de histórias pode ser tomada como um dos indicadores dos perversos "efeitos de realidade" dessas representações negativas sobre as crianças negras, as quais recorrentemente permaneciam silenciadas, sem iniciativa para tomar a palavra.

Quando convidadas a se manifestar, apenas 10,5% das crianças negras tomavam a palavra enquanto 21% permaneciam em silêncio. Inversamente, as crianças brancas apresentam 31% de iniciativas, ao passo que apenas 5,2% permaneciam sem iniciativa. Na atividade de manipulação de fantoches nenhuma criança negra ou parda aceitou o convite para participar. Esta posição de grande visibilidade foi recusada por elas e aceita por quatro crianças brancas. Podemos supor que a imagem negativa do negro, manifesta em muitas atitudes de crianças deste grupo e que encontra forte amparo nas representações sociais do negro na sociedade brasileira, pode responder por este tipo de comportamento. Para Woodward (2003) *Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar* (P.17).

Durante uma atividade de integração, ocorrida no final do trabalho de campo, chamou atenção o comportamento da criança negra invisibilizada no mapa sociométrico, na dinâmica do grupo. Após abraçar os colegas, logo retorna ao seu lugar, quando os demais se apresentavam de forma mais relaxada e espontânea. Pudemos observar que as crianças negras, deste grupo, se restringem em suas expressões, quando comparadas com o comportamento das crianças de fenótipo pardo ou branco.

Análises importantes puderam ser feitas a partir da visibilidade ensejada pelo sociograma acerca da teia de relações da turma. A confirmação de invisibilidade de uma criança negra (única não citada seja por aprovação ou rejeição) e da popularidade de uma criança branca (combinando grande índice de aprovação e índice mínimo de rejeição). Apesar da invisibilidade, as escolhas feitas pela criança negra, recaindo sobre as que tinham grande visibilidade, levam a crer que ela deseja ocupar esta posição.

Neste sentido, as práticas lúdicas de brincadeira livre ofereceram um espaço singular para o exercício de posicionamento ativo da criança acima citada em prol da realização do seu desejo. A percepção do olhar dos outro sobre si, proporcionada pela brincadeira da berlinda9, dinamizou a atividade do grupo desencadeando reposicionamentos.

O caso de Túlio é representativo de um movimento de elaboração, pois alterou seu comportamento, ao tomar conhecimento dos defeitos que os outros lhe atribuíram, que lhe permitiu exercitar o auto-estranhamento.

Encontramos elementos para pensar sobre os diferentes níveis de percepção das crianças sobre suas relações interpessoais na turma.

As crianças que demonstraram mais sensibilidade, inferindo corretamente a autoria dos adjetivos positivos e negativos atribuídos por seus colegas a si na brincadeira da berlinda, bem como as que obtiveram um maior número de escolhas recíprocas no sociograma, foram, em sua maioria, crianças de fenótipo negro: Denise (N), Letícia (B), Henrique (N) e Bruno (N), ou seja, 3 negras e 1 branca.

Já entre as menos sensíveis, ou seja, aqueles que identificavam incorretamente quem havia lhe atribuído qualidades e defeitos houve uma predominância dos brancos: Neto (B), Lígia (P), Bernardo (N), e Jander (B), ou seja, 2 brancos, um pardo e 1 negro.

Seria este mais um indício de que as crianças negras, sensíveis aos processos invisíveis de exclusão produzidos pela discriminação e preconceito, aprendem desde cedo a perceberem, mais que as outras, o olhar do outro sobre si? Por outro lado, as estratégias de exclusão adotadas pelas demais e que, na medida em que são veladamente raciais, funcionam "paralizando" a reação do outro, não estariam impedindo as crianças que discriminam o exercício de autoestranhamento necessário ao desenvolvimento da sensibilidade ao outro?

As práticas lúdicas livres ensejaram movimentos tsobretudo de elaboração das crianças. A elaboração faz referência a um processo ativo e crítico de (re)constituição de vivências, que se põe em andamento e que pode ser observado pela mudança de comportamento, bem como por uma tomada de posição resolutiva diante de um determinado conflito.

Diante do trágico desfecho dado, pelos colegas, à história construída por meio da imagem do livro "Tanto, tanto" (Cooke, 1994), *ele ficou sozinho na sala e o babau comeu ele. A mãe dele acordou, viu o sangue e chorou muito, Bruno*(N) desenha uma bola de cristal, através da qual *a mãe podia ver o filho, depois que o babau comeu ele.* Tendo a função de elo entre mãe e filho, tal desfecho é representativo da elaboração realizada a partir do desenho, uma vez que o autor se posiciona de modo a oferecer um final alternativo positivo à tensão provocada pelo desfecho dado.

Freitas (2003) faz referência à seletividade que ocorre na leitura de imagens, de forma que a relevância adquirida por determinado aspecto corresponde aos objetivos do leitor da imagem. Bruno (N) que possui fenótipo negro, tal qual o bebê protagonista da história, elabora no desenho o que é mais relevante para ele: um final positivo para a personagem.

Foi possível também apreender o processo de elaboração favorecido pelas brincadeiras livres que envolveu, por exemplo, o exercício de reversibilidade de papéis e de tomada de posição no sentido de fazer valer o desejo da criança de

9 Atividade que consiste em alguém se ausentar da sala enquanto os demais lhe atribuem qualidade e defeitos. Ao regressar a sala, a pessoa deverá adivinhar quem lhe atribuiu essas qualidades e defeitos.

conquistar um espaço no grupo. Para algumas crianças, isso possibilitou a compreensão da evolução de suas relações interpessoais no grupo ao longo do ano letivo.

Considerando que a construção das referências identitárias étnico-raciais se dá no plano relacional e é referenciada nas representações sociais que circulam nas práticas de que os sujeitos participam, temos que nesses sistemas de representações um dispositivo produtor de subjetividades.

Ao mesmo tempo em que a cultura oferece uma gama variada de possibilidades identitárias, somos constrangidos pelas nossas relações sociais e experiências (mídia, tradições...) desenvolver significados preferenciais e logo representações desejadas e rejeitadas. Os sistemas de representações formulam assim as identidades. *Todas as práticas de significação envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e que é excluído* (Woodward, 2003, p. 18).

Os lugares ocupados pelas crianças, portanto, passam por estas representações identitárias e estão marcados por elas (assim como pelas de gênero, idade e classe social). As relações e posições ocupadas pelas crianças, vivenciadas ao longo do ano letivo pelo grupo, puderam adquirir visibilidade e assumir novos contornos a partir de elaborações e expressões possibilitadas desde a brincadeira livre.

Considerações Finais

A etnografia e a deriva foram os instrumentos teórico-metodológicos que possibilitaram uma intervenção sensível no contexto do grupo, na medida em que balizaram a escolha das atividades e materiais lúdicos mais adequados a cada momento.

Os materiais lúdicos diversificados etnicamente (brinquedos, fantoches e livros) aliados às práticas lúdicas que nas atividades dirigidas repercutiram na expressão das crianças, e na elaboração, tirando da invisibilidade e do silêncio o tema da identidade étnico-racial, viabilizaram também movimentos de ruptura com as representações estereotipadas e alteração das relações de poder na dinâmica da turma.

Os resultados sugerem ainda que a atividade lúdica de caráter livre impacta o grupo mais produtivamente, no sentido de uma ressignificação de posições face ao outro, do que aquelas de caráter dirigido, o que aponta para a complexidade dos processos envolvidos na formação intercultural.

As expressões das crianças indicam que o fenótipo é fator valorado positiva ou negativamente e influencia diretamente a constituição das representações identitárias étnico-raciais, critério que, como em um jogo de cartas marcadas, concorre para o estabelecimento de limites e possibilidades na teia relacional do grupo. O silenciamento e a exclusão da criança negra, em contraste com o protagonismo nas atividades, observados no comportamento das crianças brancas, certamente relacionam-se a estas representações valoradas.

As trajetórias de Helena, Henrique, Maiara e Sabrina nos indicam que apesar das repercussões negativas que advêm da disseminação das representações estereotipadas das identidades negras, há manifestações de resistências e de recusa ao jogo de cartas marcadas já referido, ensejadas, sobretudo, pelo caráter educativo do setting lúdico.

A brincadeira – enquanto atividade lúdica livre, por suas características conceituais de reciprocidade entre os parceiros e necessidade de negociações – possibilitou a expressão dos conflitos que envolviam as representações identitárias, abrindo inclusive a possibilidade do exercício da alternância de papéis e lugares nas relações de poder.

No entanto, as sutilezas e complexidades das dinâmicas interativas suscitam ainda muitas questões. Como se constituem os comportamentos afirmativos vivenciados tanto por crianças brancas, pardas e negras elaborados na contramão das representações negativas do negro, historicamente constituídas em nossa sociedade?

Esta questão aponta para a necessidade de sensibilização e capacitação dos professores da Educação Infantil e Ensino Fundamental para atuarem com vistas a uma educação intercultural, cientes de que isto implica em transformações sociais de grande monta, que precisam ser experienciadas desde as relações escolares tendo em conta o caráter de um projeto educativo emancipatório.

Sendo as identidades construções sociais, heterogêneas e relacionais, cabe considerar as possibilidades de desconstrução e de formação de novas configurações.

As representações identitárias são elaboradas e reelaboradas, posto que na vida das relações afeto e sou, constantemente, afetado pelo outro, cujo excedente de visão é uma dimensão necessária ao meu próprio autoconhecimento. As práticas lúdicas podem ser um dos níveis de instanciação dessas transformações de interesse dos educadores comprometidos com uma educação que cultivando as diferenças trabalhe para a desconstrução das desigualdades.

Referências Bibliográficas

Amorim, M. (1988) O Texto de Pesquisa como Objeto Cultural e Polifônico. *Arquivos Brasileiros de Psicologia;* 50 (4):79-88

Araújo, J. Z. (2004) *A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira*. São Paulo: Editora SENAC

Bakhtin, M. (1995)*Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec.

Ribeiro, R. M. B. (2004) Noções sobre Identidades Étnicas: a imagem do outro na construção da auto-Imagem. In: Costa, M.de F. V. 7 & Ribeiro, R. M. B. *Diversidade cultural e desigualdade: dinâmicas identitárias em jogo*. Fortaleza: Edições UFC

Brougère, G. (2001) *Brinquedo e cultura*. São Paulo: Cortez.

Bucci, E. & Kehl, M.R. (2004) *Videologias*. São Paulo: Boitempo (Coleção Estado de Sítio)

Cavalleiro, E. S. (2000) *Do silêncio do lar ao silêncio da escola: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.* São Paulo: Humanitas.
Costa, M. de F. V. (2007) Identidade étnico-racial nas artes de brincar. In: Costa, M. de F. V. Colaço, V. de F. R. & Costa, N. B (Orgs.) *Modos de brincar, lembrar e dizer: discursividade e subjetivação.* Fortaleza: Edições UFC (Coleção Diálogos Intempestivos, Nº48)
_____. (2004) Jogo Simbólico, discurso e escola: uma leitura dialógica do mundo. In: Cruz, S; Petralanda, M (Orgs.). *Linguagem e Educação da Criança*. Fortaleza: Edições UFC.
Escosteguy, A.C. (2004) Estudos Culturais: uma introdução. In: Silva, T.T da (Org). *O que é, afinal, Estudos Culturais*? Belo Horizonte: Autêntica.
Freitas, A..C de. (2003) Lendo imagens e inventando histórias. In: Amarilha, M. *Educação e Leitura*: *Trajetórias de sentidos.* João Pessoa: PPGEd.
Gonçalves, L. A. de O. (1987) Reflexão sobre a particularidade cultural na educação das crianças negras. *Cadernos de pesquisa* (63)
Johnson, R. (2004) O que é, afinal, estudos culturais. In: Silva, T. T. VV *O que é, afinal, estudos culturais*. Belo Horizonte: Autêntica
Matos, M. A. (2004) *Educação afro-literária e a formação da consciência política no ensino fundamental em Mato Grosso.* Tese em educação. Universidade Federal do Ceará - Brasil
Medeiros, C. A. (2004) *Na Lei e na Raça: legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: DP&A
Mungana, K. (Org.) (2001) *Superando o racismo na escola.* Brasília: Ministério da educação, Secretaria da Educação Fundamental.
Reis Filho, José Tiago (1999). *Ninguém Atravessa o Arco-Íris: um estudo sobre negros*, 1ª edição. São Paulo: Annablume.
Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 – *Racismo, pobreza e violência.* Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
Rosenberg, F. e Pahim, R. (Orgs.) (1987) Relações raciais e rendimento escolar. *Cadernos de Pesquisa*. (63)
Rosemberg, F., Bazilli, C. & Silva, P. V. B. (2003). Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. *Educação e Pesquisa*. 1 (29)
Sousa, F.M do N. (2005) Linguagens escolares e reprodução do preconceito. In: *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal Nº10.639/03.* Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: MEC/BID/UNESCO.
Souza, Florentina da S. (2005) *Afro-descendência em cadernos Negros e Jornal do MNU.* Belo Horizonte: Autêntica
Woodward, K. (2003) Identidade e diferença: uma construção teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais.* Petrópolis: Vozes.

A experiência do núcleo de estudos afro-brasileiros da UFES: construindo possiveis no campo do trabalho educativo anti-racismo

Maria Pararecido Santos Corrêa Barreto
Universidade Federal do Espírito Santo/Programa de Pós-Graduação em Educação
cida67@terra.com.br
Patricia Gomes Rufino Andrade
Universidade Federal do Espírito Santo/Programa de Pós-Graduação em Educação
patiruf@hotmail.com

Dulcinea Benedicto Pedrada
Universidade Federal do Espírito Santo/Programa de Pós-Graduação em Educação
dulcineabp@uol.com.br
Gustavo Forde
Universidade Federal do Espírito Santo/Programa de Pós-Graduação em Educação
gustavoforde@yahoo.com.br
Nelma Gomes Monteiro
Universidade Federal do Espírito Santo/Programa de Pós-Graduação em Educação
nelgom@terra.com.br

Resumo: A articulação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo, tendo sob sua responsabilidade e objetivo elaborar e realizar o curso de formação Continuada sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana conforme a Lei nº. 10.639/03 visa contribuir para a desconstrução de um saber-fazer preconceituoso/discriminatório. Sob diferentes olhares, questões que no âmbito das políticas de formação para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) se entrelaçam, configurando conforme os aportes teóricos de Santos (2004, 2005, 2006) Certeau (1994, 1996), Benjamin (1994), Silva (2002), Carvalho (2004, 2005, 2006), Canclini (2006), Bauman (2003) Silva (2004) Cardoso (2002) entre

outros, esta pesquisa vem apontando como fundamentais para a formação docente: o aperfeiçoamento e organização do trabalho escolar e pedagógico nas escolas, de modo a compreender que a cosmovisão africana, reinventada em territórios brasileiros contribui para o enriquecimento do debate acerca das questões ambientais, tecnológicas, históricas, culturais e éticas em nossa comunidade. Como metodologia, propomos movimentos não lineares, tais como: observação participante, entrevistas e grupos focais. Destacamos, ainda, que a formação continuada de professores é um elemento fundamental para a desconstrução das desigualdades sociais que contribuem para exclusão de grande parcela da população afro-descendente dos bens construídos socialmente.
Palavras-chave: Formação Continuada. Relações Étnico-Raciais. Educação Anti-Racismo

1. Sobre o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo

Nas análises da pirâmide social, a população negra ocupa os mais baixos estratos. É flagrante a enorme concentração de negros nas faixas de menor renda da população brasileira. O rendimento é um indicador importante na definição das linhas de pobreza e indigência e o exame de sua distribuição oferece um quadro das desigualdades. Neste sentido, duas pesquisas recentes enfocam diretamente as relações entre raça, gênero e emprego no território nacional. O *Mapa do Negro no Mercado de Trabalho Brasileiro,* de 1999, *e Os Rostos dos Bancários: Mapa de gênero e raça do setor bancário* brasileiro de *2000* ilustram com números as desvantagens comparativas de gênero e de raça. Além de reafirmar que os rendimentos dos trabalhadores negros são sistematicamente inferiores aos dos demais, a Pesquisa de Emprego e Desemprego DIEESE/SEADE, realizada entre janeiro e junho de 2000, alerta para a precariedade do trabalho nas regiões metropolitanas e o conseqüente agravamento das condições de vida da população.

Em números totais, as mulheres negras são as mais freqüentemente submetidas a ocupações precárias, seguidas das mulheres brancas e dos homens negros, o que sugere a delicada condição de quem sofre, a um só tempo, discriminação de gênero e de raça. Na educação, verifica-se que a taxa de analfabetismo entre jovens brancos do sexo masculino de 15 a 19 anos é de 3,7% enquanto que entre os jovens negros é de 9,1%. Entre mulheres brancas na mesma faixa etária é de 1,9% e 4,2% entre as mulheres negras. Estes números revelam a falta de acesso ao sistema escolar e a dificuldade de permanência nesse sistema, que desconsidera em suas diretrizes curriculares a realidade vivida nas periferias e favelas. No caso específico das mulheres, muitas abandonam a escola na adolescência, impossibilitadas de freqüentar as aulas após a chegada de um filho. Egressos da escola, antes de completar o ensino fundamental, ou sem nunca ter pisado numa sala de aula, os jovens negros precisam recorrer cada vez mais cedo ao mercado de trabalho e, mal preparados, esbarram nas grades intransponíveis do subemprego, longe de uma política justa de remuneração e sem perspectivas de ascensão social.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2003 e o Programa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) 2003, os negros representam 47,3% da população brasileira. Esses dados foram coletados e analisados a partir das diferentes problemáticas sociais: A distribuição percentual do rendimento dos 10% mais pobres, 68% são negros; a expectativa de vida dos negros brasileiros é 6 anos inferior à dos brancos; a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 ou mais anos de idade representa 73% de adultos negros que não completaram o ensino fundamental; 84% de jovens negros de 18 a 23 anos não concluíram cursos de nível médio; 3,3% dos jovens negros concluíram curso de nível médio; apenas 2% de jovens negros têm acesso à universidade. A tendência aponta que a intervenção no Ensino Superior com o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Sistema de Reserva de Vagas - Cotas poderão contribuir para a elevação do percentual da juventude negra nos diferentes cursos do ensino superior brasileiro.

Dados estatísticos apontam que o Brasil é o segundo país da população negra do mundo, só ficando atrás da Nigéria, no Continente Africano. E os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)- 2004 revelam que o Espírito Santo em sua representação étnico-racial está majoritariamente formada por 56.3% do segmento da população negra (percentual expresso nas categorias étnicas e sociais do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE) entre os pretos e pardos). Por uma opção política os movimentos negros, desde os anos setenta, vêm construindo o termo negro em substituição aos termos preto e pardo, deste Instituto Oficial de Pesquisa.

Os dados estatísticos supracitados, referentes aos anos 2001 e 2004 apesar do empenho de tantos grupos, com destaque para posição política dos Movimentos Sociais Negros e dos pesquisadores negros, vêm denunciar a exclusão social e garantir a igualdade de condições. No Brasil, nascer negro está relacionado à probabilidade de ser pobre. Esta situação não pode ser tratada como simples herança da escravidão. O racismo é recriado e realimentado a cada dia, reforçando e acentuando as desigualdades em que se encontra esse segmento da sociedade. As manifestações de racismo causam danos materiais, simbólicos, políticos e culturais por vezes irreversíveis para toda a população negra.

Na resistência, segmentos organizados dessa população vêm atuando como agentes políticos elaborando e encaminhado propostas pró-ativas às autoridades públicas no sentido do cumprimento dos dispositivos legais constitucionais como determina o Art. 5° - *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a prosperidade.* E no mesmo artigo, destacamos mais dois incisos que tratam da questão das práticas racializadas, na sociedade brasileira: *Inciso XLI - A lei punirá a qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais e no inciso XLII- Determina que "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito de reclusão nos termos da lei"* e os Acordos *I*nternacionais. Entre esses enfatizamos a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas, realizada no ano de 2001, em Durban, África do Sul. O cumprimento desses dispositivos legais e dos acordos internacionais, pelos poderes constituídos, por meio das lutas e ação política dos movimentos negros e de outros atores ao longo da história do povo brasileiro contribuíram/contribuem para construção do processo histórico diacrônico de democracia.

Nosso sistema educacional reproduz, com freqüência, práticas discriminatórias e racistas. Existe um círculo vicioso que combina pobreza, fracasso escolar e marginalização social. A soma destas práticas impede o desenvolvimento dos direitos humanos, o exercício pleno da cidadania e a possibilidade de participação social, econômica, cultural e política desse segmento populacional, majoritariamente, excluído. Se já é difícil, no modelo atual, garantir acesso e permanência de crianças, jovens e adultos brancos aos diferentes níveis de ensino, maior ainda essa dificuldade em relação à população negra a quem, por isso, deve-se dar maior a atenção, no sentido de garantir a oferta de educação de qualidade. Além disso, é inadiável a construção de um projeto pedagógico baseado nos princípios da diversidade, eqüidade e justiça social.

Quando se trata da análise e problematização do currículo, a legislação educacional brasileira vem dando ênfase ao aspecto da diversidade como ferramenta imprescindível na construção de políticas inclusivas. Entendemos a diversidade como uma categoria sócio-política, que nos remete a vários significados como diferença, variedade e multiplicidade.

Na teoria da antropologia cultural a diversidade é analisada como um conjunto de hábitos, costumes, comportamentos, crenças e valores éticos e morais e a aceitação da diferença no outro, como exercício da alteridade. A diversidade pode, muitas vezes, ser encontrada na intersecção das diferenças interétnicas, ou ainda, concebida na visão de tolerância, respeito e acolhimento ao outro, ou seja, na materialidade da alteridade.

Dialogando com Gomes (2008) do ponto de vista cultural, a diversidade pode ser entendida como produção histórica, cultural e social das diferenças. No entanto, as diferenças são produções dos sujeitos sociais nos diferentes processos de mobilidade e relação de poder. Assim posiciona Silvério (2005, p.87) quando comenta sobre a diversidade.

> O substantivo feminino diversidade pode significar variedade, diferença e multiplicidade. A diferença é a qualidade do que é diferente o que distingue uma coisa de outra, a falta de igualdade ou a semelhança. A variedade diz respeito à qualidade, atributo ou estado de algo que possui diferentes formas ou tipos que se diversificam dentro de uma classe. A multiplicidade diz respeito a grande número ou variedade de algo.

Nesse sentido, faz-se necessário uma reflexão sobre a pedagogia da ausência - quando não damos visibilidade às culturas de outros segmentos étnicos, e da pedagogia da emergência - quando inventamos possibilidades que vão além da superação de saber fazer eurocêntrico, hegemônico, homogênico, bi-polar e de visão cristã-judaíca, ou seja, possibilidades emergentes para outros saberes-fazeres que por serem diferentes, jamais podem/poderão ser considerados inferiores e ou exóticos.

No sentido da diversidade étnico-racial, a escola tem sido conclamada a dar resposta a seguinte pergunta, entre outras: Qual o papel étnico-racial-social da escola frente às diferentes etnias que compõem o povo brasileiro? Entendemos que esse desafio tem sido colocado, não somente à escola, mas também, à sociedade e ao governo de forma particular, que deve implementar políticas públicas de promoção da igualdade sócio-racial.

Para isso, faz-se necessário, uma tomada de decisão política focada em três fatores fundamentais: investimentos na escola pública; uma proposta de formação para os/as profissionais da educação básica; construção de projetos político-pedagógicos e curriculares que possam possibilitar às escolas e aos profissionais novas posturas que dêem conta da diversidade, no cotidiano escolar.

A análise sobre o currículo e a diversidade se tornou emergente e vem ganhando espaços cada vez mais significativos no mundo contemporâneo. A educação se relaciona não só com a produção de conhecimento, mas também, com os valores e as identidades do ser humano. Por isso, é preciso um outro olhar e uma outra postura, frente aos significados e ressignificados das diferenças étnico-raciais, no espaço escolar, pois são fundamentais quando pensamos de um lado na política de formação inicial, continuada e permanente dos profissionais da educação, e do outro, no processo de ensinagem-aprendizagem dos alunos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), por meio dos Temas Transversais, sobre Pluralidade Cultural, se implementados, poderão materializar algumas das propostas dos Movimentos Negros, quanto ao ensino de História Africana e Cultura Afro-Brasileira, no campo da educação básica, em todas as áreas do conhecimento. São propostas que nos colocam frente aos desafios de profundas mudanças curriculares focadas na diversidade, considerando a formação pluriétnica e multicultural da população brasileira. Além dos desafios demandados da política de formação inicial, continuada e permanente para os/as profissionais da educação.

Existe um consenso entre alguns antropólogos que a espécie humana originou-se na África por volta de dois milhões de anos. A característica de nomadismo do ser humano fez com que o mesmo fosse espalhando-se por todo o mundo, interagindo às diferentes condições provocadas por mudanças climáticas e necessidade de preservação da vida. Assim diferentes sociedades surgiram separadas por todo planeta, diferenças étnicas e culturais que persistem até os nossos dias.

A inclusão da História Africana nos sistemas educacionais começa a ser introduzida a partir da luta dos movimentos negros, na década de setenta, tendo em vista as alarmantes estatísticas e as análises das causas do baixo desempenho dos/as afro-descendentes nos sistemas educativos e no conjunto da sociedade. O sistema educacional brasileiro excludente e seletivo vem impedindo a ascensão social da maioria da população afro-descendente, obstaculizando as possibilidades de acesso escolar com sucesso, a participação isonômica no campo do trabalho e a participação nos mecanismos de distribuição da renda.

Quando analisamos os princípios constitucionais de acesso e permanência, como possibilidades reais de ascensão dos afro-descendentes no ensino superior, entendemos que algumas medidas devem se fazer acompanhar por mecanismos e critérios que superem os limites do atual processo de seleção e considerem a possibilidade de novas formas de acesso ao ensino superior, em especial para afro-descendentes e estudantes egressos da escola pública.

Quando necessário, devem ser oferecidos programas de nivelamento de conhecimento sob responsabilidade das próprias instituições de ensino superior.

> A implementação, pelo coletivo de profissionais, de processos formadores que dêem conta da questão racial poderá ajudar a construir nas crianças, adolescentes e jovens negros, uma atitude de orgulho diante de sua diferença. E esse orgulho da cultura, da raça, da ancestralidade não será positivo só para os negros, mas para os brasileiros de um modo geral, pois a questão racial, como sabemos, é de toda sociedade. (Gomes, 2004, p.103)

O movimento para criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo (NEAB/UFES) iniciou-se em 1998 passando por demandas diversas, que produziram intensas articulações e negociações. Só após oito anos de caminhada teve sua oficialização e reconhecimento institucional a partir da Portaria nº. 171-A de 21 de fevereiro de 2006. Mesmo assim busca apoio mediante dificuldades financeiras para atendimento e realização das demandas institucionais. Atualmente, o núcleo está sendo coordenado pela Profª. Drª. Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto – Diretora do Centro de Educação e integrante da Linha de Pesquisa Diversidade e Práticas Pedagógicas PPGE/CE/UFES, sob a Portaria nº. 506 de 16 de maio de 2008.

O NEAB tem como função contribuir para a execução da política de valorização do profissional da educação escolar, sobretudo, dos níveis de ensino fundamental e das modalidades da educação básica, por meio da elaboração e realização de projetos de formação e também, de pesquisa e publicações, voltados para o trabalho educativo de anti-racismo na sociedade, com destaque para a instituição escola. Caberá, ainda, ao NEAB articular ações pró-ativas e propositivas com os movimentos sociais negros que possam garantir políticas de ações afirmativas, tais como: Implementar os dispositivos legais que garantam o acesso e a permanência das crianças negras na escola, acompanhados de medidas que estimulem a participação das famílias e da comunidade; estimular a alfabetização e a qualificação profissional de jovens e adultos; garantir a inserção de jovens e adultos negros nas universidades; assegurar qualidade de ensino e a adoção de pedagogia inter-étnica, inter-racial e não sexista no sistema educacional; adotar, nas políticas de apoio à pesquisa científica e tecnológica, igualdade de tratamento para os projetos referentes às relações étnico-raciais. Por isso, é de fundamental importância a articulação do NEAB com o Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, tendo sob sua responsabilidade a formação de professores críticos e reflexivos que possam abarcar no contexto de suas salas de aula a educação anti-racista.

Nesse sentido, a resolução nº. 14 de abril/2008, vem reforçar o fomento das atividades do NEAB/UFES de forma interdisciplinar/transdisciplinar, visando contribuir para efetiva implementação e implantação da educação das relações étnico-raciais na Universidade. Por outro lado, as Diretrizes nos oferecem uma resposta em relação à interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, buscando a contribuição de diversas áreas da educação para que em conjunto possam atender à demanda da população afro-descendente e, ainda, exigir o compromisso do Estado no sentido de assumir políticas de ações afirmativas, isto é, políticas de reparação, reconhecimento e valorização de sua história.

2. Articulações possíveis do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros para formação de professores (as)

O contexto da educação étnica afro-brasileira nos remete a pensar quais as dimensões e possibilidades de implementação da Lei 10.639/03, nos espaços educativos instituídos e instituintes e de modo especial no cotidiano escolar. Esse marco legal determina, nos Art. 26, 26 A e 79 B, a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica, por ser esta uma demanda antiga no Brasil para se pensar a constituição do Povo Brasileiro. Entendemos que a obrigatoriedade da lei traz consigo o peso da responsabilidade, a exemplo das variadas tentativas no passado, não sistematizadas na escola e que contribuem para refletirmos sobre a transposição de como são ensinados, aprendidos e identificados a cultura, a história africana e afro-brasileira.

Reportamo-nos à questão do ensino, por ser o Brasil um país co-irmão do Continente Africano e esse por sua vez ter contribuído com seu conhecimento tecnológico e cultural bem como para o nosso desenvolvimento econômico. Todo esse patrimônio foi ao longo da história brasileira invisibilisado pela educação oficial e mais do que isso, pesquisas apontam que os livros didáticos não apresentavam a história dos negros, mas a relação da cor e da escravização, reforçando a construção social do racismo. Em suma, o ensino não conseguiu transmitir os caros valores da antiga civilização africana à grande maioria de nossos estudantes. Assim nos deparamos com a falta de formação dos professores na área do conhecimento africano e da cultura afro-brasileira que vem contribuindo para a transmissão errônea de informações equivocadas e conflitivas sobre o território africano, ocultando sua verdadeira história, ao longo desses séculos. Diga-se de passagem, que após a abolição da escravatura – marco político e histórico da presença africana - ainda não nos recuperamos o suficiente para colocarmos em nossas escolas novas formas de fazer e viver essa africanidade presente em nosso cotidiano.

Todos esses desencontros nos levam a pensar a necessidade de ressaltar a grande contribuição africana no processo de resistência à escravização, na impulsão do comércio, nas organizações políticas e religiosas, enfim, na luta pela conquista de direitos humanos. Dessa forma procuramos caminhos para cumprir o que estabelece a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros.

A implantação da Lei 10639/03 em muito vem contribuindo para que a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira surja como medida de reparação para ressarcir os descendentes de africanos negros dos danos morais, sociais, materiais, educativos e políticos sofridos no período escravista, bem como denunciar as políticas implícitas que

favorecem o branqueamento da sociedade brasileira através de privilégios concedidos a poucos com o poder de governar e de influenciar nas decisões políticas do país.

A Lei 10.639/03 surge no contexto de políticas de reparação e reconhecimento fazendo parte de um conjunto de políticas – ações afirmativas – direcionadas à correção de desigualdades raciais e sociais. Nesse sentido, conforme o parecer da Profª Petronilha 1

> Reconhecer exige a valorização e respeito às pessoas negras, a sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana.

Entendemos e concordamos com o parecer da professora, quando estabelece que para reconhecer é necessário valorizar o todo. No entanto, entendemos que no caso dos estabelecimentos públicos de ensino, também se reconheça que a maioria dos estudantes matriculados também é negra. Então, para que se cumpra a lei, estamos falando de formação tanto para alunos, quanto para professores, os quais necessitam de dominar esses conhecimentos necessários para solidificar seu comprometimento com a educação das relações interétnicas: indígenas, africanos, europeus e asiáticos no sentido do respeito e aceitação às diferenças.

3. Proposta do curso de Formação Continuada

Entendemos que a formação inicial - licenciatura plena - do professor necessita de subsídios, para fomento e superação de suas práticas. Nesse sentido, todo professor precisa dar continuidade ao seu processo de formação. Quando ainda em estudos incipientes na universidade, é possível dar-se conta de quão falha foi nossa formação nos níveis de ensino fundamental e médio e o quanto a cada dia necessitamos nos formar, nos informar e trocar conhecimento. Nossas relações estabelecem o quão diferenciado são nossos projetos para formação do professor. Mas é no campo da ciência da educação que observamos a necessidade da convergência desses conhecimentos na compreensão que devem caminhar juntos o ensino, pesquisa e extensão e de renovação e exploração dessas possibilidades enquanto educador.

É importante destacar que, o que se entende por formação continuada reflete necessariamente na postura assumida pelo profissional enquanto ampliação de sua formação inicial, na sua busca em ampliar sua qualificação, integrando e interagindo seus diferentes saberes-fazeres, em prol do aprimoramento das relações e do respeito, às diferenças.

Nesse sentido, é necessário pensar que formar e habilitar profissionais focados nos conhecimentos para a educação das relações étnico-raciais possibilita colaborar para uma atuação profissional que vai além da docência, dando conta da gestão de processos educativos e pesquisas que acontecem na escola e em seu entorno.

O curso do NEAB pretende contribuir para a efetivação do marco legal, contemplando as necessidades da comunidade escolar no que se refere aos pressupostos dos Art. 26-A §1º e 2º e 79-B da LDB 9394/96 alterada pela implementação da Lei 10.639/03 de acordo com o Parecer CNE/CP nº. 03 de 10 de março de 2004, e a Resolução 01/04 que estabelece as Diretrizes Curriculares da Educação das Relações Étnico-Raciais. Nesse caso buscamos uma articulação coletiva objetivando a construção de um projeto de formação de educadores que sirva como referência prática para políticas e pedagogias de referência para a escola brasileira.

4. Relação entre o movimento negro e as políticas afirmativas de formação de professores

O Estado não pode ser neutro em relação às questões sociais e étnico-raciais. Cabe a ele assegurar a todo brasileiro igualdade de condições e oportunidades de tratamento com justa distribuição de renda/terra, do poder político e da riqueza nacional conforme rege a Constituição Brasileira. Mais do que divulgar ações afirmativas, impõe-se a necessidade de criar condições reais que tornem justas as possibilidades dos indivíduos em transformarem a democracia formal em democracia plena, a igualdade formal em igualdade real e material, autêntica.

A Constituição Brasileira de 1988 declara a cidadania e a dignidade da pessoa humana como princípios estruturais do Estado Democrático e de Direito. Proclama a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação e ainda, estabelece alguns avanços: o racismo passa a ser considerado crime imprescritível e inafiançável; e reconhece a figura jurídica dos "remanescentes de quilombos"; além de promover o debate sobre ações afirmativas frente às desigualdades raciais.

Todas as leis nacionais, estabelecidas no Código Penal ou na Constituição Brasileira, desdobram-se para as ações jurídicas dos estados e dos municípios, onde se dá o controle efetivo de seu cumprimento. As esferas federais, estaduais e municipais devem comprometer-se com o estabelecimento de medidas positivas para a promoção da igualdade. No entanto, entre as conquistas legais e a realidade vivida pela população brasileira, ainda existe uma larga distância. Para superar esta realidade é necessário ir além da adoção de políticas antidiscriminatórias e anti-racistas.

A contribuição do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros vem de encontro à necessidade de combinar políticas públicas de desenvolvimento na educação e a adoção de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, economicamente viável, ecologicamente sustentável e racial e socialmente justo. Nesse sentido o NEAB faz parte das políticas de ações afirmativas que têm sido apresentadas como medidas de enfrentamento da desigualdade racial, no entanto, para a superação

1Profª Drª Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva- Relatora e parecerista do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação e Cultura.

do racismo, tornam-se necessárias medidas reparatórias sob a forma de políticas públicas efetivamente comprometidas com a resolução dos problemas nos âmbitos social, econômico e cultural.

Nas últimas décadas, o movimento social negro brasileiro, desde a diáspora africana até os dias de hoje tem denunciado o quadro de desigualdades raciais que estão submetidos pretos e pardos2, e também, a presença de conflitos raciais na escola e a necessidade permanente de intervenção nas práticas excludentes para alunos negros. Em estudos sobre relações étnico-raciais na escola, é cada vez maior o número de pesquisas que apontam o alunado preto em comparação ao alunado branco, como sendo, o que apresenta o maior índice de exclusão e reprovação escolar.

Sob diferentes olhares, no que diz respeito, aos aspectos das diversidades culturais vários pesquisadores nacionais e internacionais vêm contribuindo para as análises e formulações no âmbito das políticas de formação para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), dialogam e se entrelaçam configurando nosso aportes, teóricos como Santos (2004, 2005, 2006) Cavalleiro (2003), Rosemberg(1984) Gomes (1997, 2003, 2005, 2008) Silvério (2006) Munanga(2006) Flúvia(2001) Cardoso (2002), Certeau (1994, 1996), Benjamin (1994), Silva (2002),Carvalho (2004, 2005, 2006), Canclini (2006), Bauman (2003) Silva (2004)

Pesquisas realizadas por Cavalleiro (2003), Nascimento (1983), Rosemberg (1984) Gomes (1997, 2003, 2005, 2008) demonstram que os professores se relacionam com os alunos negros de forma diferente, o que ocasiona baixa auto-estima, interferindo nas relações aluno-aluno na escola e fora dela, e a possível situação da resistência do professor em admitir o preconceito e discriminação na escola e na sala de aula, quando se trata do processo de ensinagem-aprendizagem. Sabemos que poucos são sensíveis à temática de Educação das Relações Raciais e dificilmente trabalham as diferenças e os conflitos, as tensões inter étnico-raciais como movimentos positivos nas relações entre os humanos, mas que precisam ser problematizados e não silenciados. No entanto, sabemos que a escola recria atitudes da sociedade, sem reagir.

Rosemberg (1984) é categórica: "a questão racial está presente na própria dinâmica educacional com a exclusão dos estudantes negros e suas chances menores de êxito". Gomes (1997), discutindo a contribuição do povo negro, visando um outro pensar de nossas escolas, considera que:

> Pensar a educação brasileira do ponto de vista do povo negro é compreender que o processo de exclusão desse segmento étnico-racial não acontece somente em nível ideológico, que se faz notar na reprodução de estereótipos racistas nos livros didáticos, na baixa expectativa do professor em relação ao aluno negro, na veiculação de teorias racistas, na folclorização da cultura negra, mas também na existência de um sistema de ensino pautado em uma estrutura rígida e excludente que representa campo fértil para a repetência e a evasão. (In Silva & Barbosa, p.24).

Assim sendo, a oferta de cursos de especialização, formação continuada pelos IES torna urgente o cumprimento do que determina a Lei 10.639/03 que altera a LEI DE DIRETRIZES E BASE 9394/96 Art. 1º acrescida dos Arts. 26-A § 1º e 2º e 79-B referentes a ERER pois é crescente a demanda por formação, na Educação Básica.

5. Base legal, instrumentação e parceria entre o Ministério da Educação e Cultura e as Instituições de Ensino Superior para Formação de Professores.

Diretrizes são dimensões normativas, reguladoras de práticas e ou procedimentos e caminhos que, por não serem fechados possibilitam à tomada de novos rumos. Diretrizes não visam o desencadear de ações uniformes, todavia, objetivam oferecer referências e critérios para que se implantem ações, que as avaliem e as reformulem no que e quando necessários.

Essas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, à medida que procedem de ditames constitucionais e de marcos legais nacionais e internacionais, à medida que se referem ao negro de forma positiva na formação do povo brasileiro, contribuem para a consolidação do processo democrático de quem povoou e construiu a nação brasileira e atingem o âmago do pacto federativo.

A Resolução CD/FNDE nº. 24 de 28 de abril de 2008 estabeleceu alguns critérios, a partir de *considerandos* necessários para o estabelecimento do Estado de Direito:

- Considerando a necessidade de promover ações supletivas e redistributivas para correção progressiva da exclusão social e das disparidades de acesso, de permanência e de garantia do padrão de qualidade do ensino no sistema educacional brasileiro;
- Considerando a necessidade de respeitar e de valorizar a diversidade étnico-racial, superar o racismo e a discriminação racial na escola;
- Considerando a necessidade de oferta de formação inicial e continuada de professores da Educação Básica que atenda ao que dispõem a Lei nº. 10.639/03, o Art. 26-A da Lei nº. 9394/96, o Parecer CNE nº. 03/04 e a Resolução 01/03, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e cultura Afro-Brasileira e Africana, para que essas considerações sejam efetivadas em prol da educação pluri-étnica e multicultural.

Tomamos como fundamentação legal a Constituição Federal- Art.208, Art.215, Art.216 e Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ADCT, Art.68; Lei nº. 9394 de 20 de 20 de dezembro de 1996, Art. 26-A; Lei complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000; Lei nº. 10.639, de 09 de janeiro de 2003; Lei 11.514 de 13 de agosto de 2007 – LDO 2008. Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003; Parecer CNE/CP nº. 03, de 10 de março de 2004 – Diretrizes Curriculares

2 Conforme classificação do Instituto Brasileiro e Geográfico de Estatística - IBGE

Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Instrução normativa STN nº. 01, de 15 de janeiro de 1997, a legislação estadual capixaba nº. 7723/04 de promoção e igualdade e racial e alterações posteriores. Resolução CD/FNDE nº. 14 de 28 de abril de 2008.

Para que a educação anti-racista se concretize é preciso considerar que o exercício profissional depende de ações individuais, coletivas e dos movimentos organizados da sociedade civil e, também, de políticas públicas, assim como, depende de ações das IES enquanto responsáveis pela inserção da Resolução CNE/CP 01/2004, criando as condições necessárias em seu interior para que avancemos ante o desafio que o cenário educacional, atual, nos coloca.

O artigo 1º da Resolução afirma que as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana devem ser observadas, em especial, por instituições que desenvolvam programas de formação inicial e continuada de professores.

Nesse sentido, cabe aos conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aclimatar tais diretrizes, dentro do regime de colaboração e da autonomia de entes federativos, e seus respectivos sistemas. Tal ação deve dar ênfase à importância de planejamentos que valorizem, sem omitir outras regiões, a participação dos afro-descendentes, do período escravista até os nossos dias, na sociedade, economia, política, cultura da região e da localidade, definindo medidas urgentes para formação básica comum, o respeito aos valores culturais, como princípios constitucionais da educação tanto quanto da dignidade da pessoa humana (inciso III do art. 1) garantindo-se a promoção do bem de todos, sem preconceitos (inciso IV do Art. 3) a prevalência dos direitos humanos (inciso II do Art. 4) e repúdio ao racismo (inciso VIII do Art. 4)

Cumprir a lei é, pois, responsabilidade de todos e não apenas do professor em sala de aula. Exige-se, assim, um comprometimento solidário dos vários elos do sistema de ensino brasileiro, tendo como ponto de partida o presente parecer que, junto com outras diretrizes, pareceres e resoluções, têm o papel articulador e coordenador da organização da educação nacional.

Os princípios a partir do qual apresentaremos o temário respaldam-se, antes de tudo, nos aportes legais contidos no Parecer CNE/CP3/2004 (BRASIL, 2004), que objetivam uma educação anti-racista observando: A Consciência Política e História da diversidade; O Fortalecimento de Identidades e Direitos; Ações Educativas que promovam relações étnico-raciais positivas.

Atendendo a Resolução CD/FNDE nº 14 de 28 de abril de 2008, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo- (NEAB) se faz presente por esta proposta de implementação de Curso de Formação Continuada de Professores - Estudos Afro-Brasileiros, conforme a demanda formulada pelo Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior e da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (SECAD).

O NEAB/UFES tem como objeto estudos e pesquisas relativos à História da África, dos afro-descendentes e Educação das Relações Étnico-Raciais, com ênfase na construção da organização curricular e do trabalho pedagógico para a Educação Básica.

Nesse sentido, pretende formar e habilitar profissionais na educação básica na educação infantil e no ensino fundamental atendendo a titulação mínima exigida pela legislação educacional em vigor, quer estejam esses educadores em exercício das funções docentes e/ou pedagógicas. O curso tem a intenção de preparar educadores para uma atuação profissional que vai além da docência, dando conta da gestão dos processos educativos e pesquisas que acontecem na escola e no seu entorno.

Simultaneamente, o curso pretende contribuir para a efetivação do marco legal contemplando as necessidades da comunidade escolar no que se refere aos pressupostos dos Art. 26-A §1º e 2º e 79-B da LDB 9394/96 alterada pela implementação da Lei 10.639/03 de acordo com o Parecer CNE/CP nº. 03 de 10 de março de 2004, e a Resolução 01/04 que estabelece as Diretrizes Curriculares da Educação das Relações Étnico-Raciais. Nesse caso buscamos uma articulação coletiva objetivando a construção de um projeto de formação de educadores que sirva como referência para políticas e práticas pedagógicas nas escolas brasileiras.

A matriz curricular do curso de especialização enseja possibilitar o desenvolvimento de estratégias interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares no trabalho docente, organizando os componentes curriculares da seguinte maneira: Estudos sobre África, sobre as relações étnico-raciais no Brasil, sobre identidade e cultura afro-brasileiras, arte-educação, Literatura africana e afro-brasileira, sobre Direitos Humanos, violência e relações raciais, sobre saúde e grupos étnico-raciais e estudos sobre territórios quilombolas.

A organização curricular prevê etapas presenciais organizadas num semestre de estudos (equivalentes aos semestres de cursos regulares – 06 meses) em regime de alternância entre Tempo/Espaço Escola-Curso e Tempo/Espaço Comunidade-Universidade, bem como a necessidade de construir e facilitar parcerias com os sistemas de ensino, objetivando criar condições para o acesso e a permanência dos profissionais da educação, no curso de aperfeiçoamento.

A carga horária total prevista é de 200 horas distribuídas em atividades presenciais e, ainda, de acordo com a proposição do MEC, a realização do curso dar-se-á através da organização de turmas específicas, compostas a partir de demandas identificadas pelas instituições parceiras.

Os fundamentos teórico-conceituais da forma proposta para a organização curricular e orientação de estudos deste curso baseiam-se nas referências teóricas do paradigma da complexidade e da transversalidade, focados na questão do conhecimento e da formação humana. Indagações sobre o que é a realidade e sobre o modo como a percebemos e

compreendemos têm gerado debates e propostas no sentido de uma concepção complexa e dinâmica do conhecimento humano, acompanhando a constatação da complexidade e dinâmica do mundo, da natureza e da própria formação humana.

O processo de construção do paradigma da complexidade é resultado dos esforços de pensadores, teóricos e pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento científico, no sentido de criar alternativas epistemológicas para os impasses provenientes da extrema especialização do conhecimento. Costuma-se definir esse contexto como uma crise da tendência paradigmática disciplinar da ciência ocidental, resultante do avanço técnico e teórico do paradigma cartesiano.

No caso da presente proposta, trata-se de responder ao desafio da complexidade do seu próprio objeto, ou seja, a necessidade de encontrar indicativos conceituais e metodológicos para oferecer formação docente contextualizada e consistente a um sujeito capaz de propor e implementar as transformações político-pedagógicas necessárias à rede de escolas que hoje atendem a população negra.

Do ponto de vista da formação docente, no entanto, é preciso não confundir a necessidade de superação das crises paradigmáticas com a tentativa de eliminar as fronteiras entre as disciplinas. Trata-se, ao contrário, não de eliminá-las, mas de formar nos pesquisadores, docentes, educadores, uma habilidade nova que lhes permita transitar entre fronteiras, dialogar com outras disciplinas a partir do seu conhecimento específico e compor coletivos aonde um conhecimento complexo venha a ser gerado pela cooperação entre os profissionais das diversas áreas do conhecimento.

Dessa forma, para superar os efeitos negativos da fragmentação disciplinar, essas novas estratégias de produção do conhecimento têm assumido formas diferenciadas, como, em primeiro lugar a *multidisciplinaridade*, ou seja, o estudo de um objeto de uma mesma e única disciplina por várias disciplinas diferentes. Talvez por esse motivo, essa seja a concepção mais referida quando se trata de procedimentos de pesquisa que buscam ir além da disciplinaridade.

A *interdisciplinaridade*, por sua vez, caracteriza-se como uma estratégia de integração metodológica, seja para fins tecnológicos, epistemológicos, ou pedagógicos, podendo gerar novos campos de conhecimento, ou procedimentos inovadores para responder a novas necessidades sociais.

Ao organizar os componentes curriculares nos princípios do Parecer CNE/CP 3/2004, o currículo deste curso de especialização adota as estratégias da multi e da interdisciplinaridade, utilizando os princípios do respeito às diferenças culturais como elementos teórico-metodológicos, visando ao mesmo tempo romper com o isolamento disciplinar e utilizar a convergência de fronteiras para uma leitura complexa da realidade brasileira que é pluriétnica e multicultural.

O princípio da *transdisciplinaridade* postula que existe conhecimento legítimo para além dos limites do campo científico de produção e que, em sendo assim, há necessidade de diálogos que se fecundem mutuamente. Nesse sentido, a presente proposta se inscreve na preocupação de trazer os saberes-fazeres dos sujeitos para dentro do contexto formativo dos educadores-docentes e constituir um olhar dialógico sobre a dinâmica da realidade do afro-descendente.

Ao organizar metodologicamente o currículo por alternância entre tempo/espaço escola-curso e tempo/espaço comunidade-escola, a proposta curricular do curso integra a atuação dos sujeitos educandos na construção do conhecimento necessário a sua formação de educadores, não apenas nos espaços formativos escolares, como também, nos tempos de movimentos culturais das comunidades onde as escolas encontram-se inseridas.

Como se pode concluir, as estratégias da inter, da multi e da transversalidade na proposta curricular podem proporcionar importantes conseqüências epistemológicas e pedagógicas. Dentre elas destaca-se a possibilidade de incluir o humano na produção do conhecimento, considerando o educador-docente como ser social, inserido em condições sócio-históricas específicas, e considerando a produção da ciência nas interconexões entre o histórico, o social, o político e a natureza.

Dessa forma, pretende-se que em âmbito geral a especialização contribua minimamente para que os sujeitos desta formação possam inicialmente repensar sua atuação na educação básica, contribuindo na sua constituição como seres humanos mais preparados para enfrentar as injunções e conjunturas da ERER tanto no contexto escolar, quanto nos conflitos e tensões da vida social.

6. Construindo possíveis, no campo do trabalho educativo anti-racismo.

O trabalho inicial do curso de Educação das Relações Raciais Afro-Brasileiras vem apontando sua relevância para a formação docente permanente: o aperfeiçoamento e organização do trabalho escolar pedagógico nas escolas, de modo a compreender que a cosmovisão africana, reinventada em territórios brasileiros, contribui para o enriquecimento do debate acerca de questões ambientais, tecnológicas, históricas, culturais e étnicas em nossa comunidade social e escolar. Apontamos ainda, para a sólida formação inicial e continuada, teórico-prática que permitem aos professores reconhecer que historicamente o racismo e as desigualdades sociais são produções estruturais, políticas, sociais que contribuíram e contribuem para a exclusão da população negra, em condições de minoria, dos bens construídos. No entanto nosso envolvimento coloca a reflexão:

Como realizar um trabalho educativo que dê conta de tantas e complexas questões como as que estão envolvidas no processo de (des)construção do racismo em nossa sociedade?

Problematizando o racismo em nossas salas de aulas, como têm feito, insistentemente, autores e pesquisadores ligados à temática das relações étnico-raciais?

Questionando o preconceito e a discriminação, ainda tão presentes em nossa sociedade, apesar dos discursos em contrário?

Apesar de reconhecermos, com Miguel Arroyo, que não é a escola que cria as diferenças, os preconceitos e muito menos o imaginário social que os perpetuam e legitimam, reconhecemos, também, a responsabilidade de educadores e educadoras nesse processo, como atestam as palavras de Silva, In Cavalleiro (2001, p.66-67)

> O professorado, em geral, não percebe as graves diferenças existentes nos resultados escolares de crianças negras e brancas. Não estabelece relações entre raça/etnia, gênero e desempenho escolar, e não percebe também como essa não-percepção interfere na sua própria conduta. Entretanto, sabe-se que as representações determinam as relações, os comportamentos, as expectativas e as interações sociais. Assim, o despreparo constitui campo fértil para que o racismo se perpetue e a discriminação racial sofra mutações próprias do ambiente escolar.

Arroyo, prefaciando o livro de Nilma Lino Gomes, nos diz, então, que "o mínimo a fazer é não ignorar essa realidade, não ocultá-la, não desrespeitá-la, não quebrar identidades e ancestralidades. Tratá-las pedagogicamente." (In Gomes, 1995, p. 20-1).

Se concordarmos com as palavras de Silva (2001), reafirmadas por Gomes (2006, p. 30), "que a escola ainda não conseguiu contemplar pedagogicamente essa diversidade, cabe-nos a tarefa de repensar as práticas, os valores, os currículos e os conteúdos escolares a partir dessa realidade social, cultural e étnica tão diversa." Não podemos ficar à margem dessa história que clama por ser contada, valorizada e reconhecida, da educação básica ao ensino superior.

A garantia na lei de as populações negras verem a sua história contada na perspectiva da luta, da construção e da participação histórica é um direito que deve ser assegurado a todos os cidadãos e cidadãs, de diferentes grupos étnico-raciais, e é muito importante para a formação das novas gerações e para o processo de reeducação das gerações adultas, entre estas, os próprios educadores. (Gomes, 2006, p.33).

É nesse contexto que o NEAB-UFES se insere no cenário acadêmico como um núcleo de formação e pesquisa; como instrumento de conscientização dos atores envolvidos nos processos educativos dos diversos níveis do nosso sistema educacional procurando contribuir para a construção de práticas pedagógicas que traduzam a riqueza das diferentes culturas presentes em nossa sociedade e, particularmente, da cultura africana e dos seus descendentes no Brasil.

REFERÊNCIAS

Abramowicz, A. & Barbosa, L.M. de A. & Silvério, V. R. (2006). *A educação como prática da diferença*. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados).

BRASIL, Constituição Federal – Art. 208 Art. 208, Art. 215, Art. 216, e Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ADCT, Art. 68.

BRASIL, Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 26 A

BRASIL, Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.

BRASIL, Lei no 10.172, de 9 de janeiro de 2001.

BRASIL, Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

BRASIL ,Lei no 11.514, de 13 de agosto de 2007- LDO 2008.

BRASIL, Decreto no 4.887, de 20 de novembro de 2003.

BRASIL, Parecer CNE/CP n.º 03, de 10 de março de 2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

Instrução Normativa STN no 01, de 15 de janeiro de 1997 e alterações posteriores.

Bauman, Zygmunt. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Bauman, Zygmunt. (2003). *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Benjamin, César, et. al. (1998). *A Opção Brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Canclini, Néstor Garcia. *Consumidores e Cidadãos.* (1997). 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Hall, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-modernidade*. (2002). 7. ed. Rio de Janeiro: DP & A.

Benjamin, W. (1994).O Narrador. In: Benjamin, W. (1994).*Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet; prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense. (Obras escolhidas; vol 1)

Cavalleiro, E. (Org.) (2001). *Racismo e anti-racismo na educação. Repensando nossa escola*. São Paulo: Summus.

Cavalleiro, E. (2000). *Do silêncio do lar ao silêncio escolar. Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.* São Paulo: Contexto.

Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano 1: artes de fazer.* Petrópolis (RJ): Vozes.

Certeau, M. de. (1996). *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar.* Petrópolis (RJ): Vozes.

Diniz, M. & Vasconcelos, R. N. (Org.) (2004). *Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores. Gênero. Sexualidade. Raça. Educação especial. Educação indígena. Educação de jovens e adultos.* Belo Horizonte: Formato.

Gomes, N. L. (2006). *Diversidade cultural, currículo e questão racial. Desafios para a prática pedagógica*. In Abramowicz, A. & Barbosa, L.M. de A. & Silvério, V. R. A educação como prática da diferença. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados). (pp. 21-40).

Gomes, N. L. (2004). *Práticas pedagógicas e questão racial: o tratamento é igual para todos/as?* In Diniz, M. & Vasconcelos, R. N. (Org.). Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores. Gênero. Sexualidade. Raça. Educação especial. Educação indígena. Educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Formato. (pp. 80-108).

Gomes, N. L.(1997). *A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro.* In Silva, P. B. G.& Barbosa, L. M. de A.O pensamento negro em educação no Brasil. Expressões do movimento negro. São Carlos: UFSCar. (pp.17-30)
Gomes, N. L. (1995). *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza.
Silva, M. A.da. (2001). *Formação de educadores/as para o combate ao racismo.* In Cavalleiro, E. (Org.). Racismo e anti-racismo na educação. Repensando nossa escola. São Paulo: Summus.
Silva, P.B.G. & Barbosa, L. M. de A. (1997). *O pensamento negro em educação no Brasil. Expressões do movimento negro*. São Carlos: UFSCar.
SANTOS, B. S. (2003).Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez.
SANTOS, B. S. (2002). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.* São Paulo: Cortez.
SANTOS, B. S. (2001). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez.

A Aprendizagem dialógica e suas contribuições para a construção das identidades das crianças negras

Francisca de Lima Constantino
Universidade Federal de São Carlos
frandelima@ig.com.br

Resumo: Este resumo tem por objetivo apresentar o trabalho de mestrado que venho desenvolvendo desde o 1º semestre de 2008. Busco nesta pesquisa, identificar como uma escola que se tornou Comunidades de Aprendizagem pode contribuir de forma positiva na constituição da identidade da criança negra, uma vez que, dentro da aprendizagem dialógica (conceito central em Comunidades de Aprendizagem), há o princípio de igualdade de diferenças. Sendo assim, pretendo, investigar a partir das falas dos/as professores/as, crianças e familiares, como o projeto Comunidades de Aprendizagem contribui de forma positiva para o respeito às diferenças, valorizando a diversidade presente na escola. O apoio teórico à pesquisa será principalmente nas obras e autores/as que se pautem na perspectiva dialógica, como: Habermas, Freire, Flecha, Gomes, Elboj, entre outros/as que discorrem sobre educação anti-racista. Será utilizada a Metodologia Crítico-comunicativa, que visa construir, a partir do diálogo com os/as participantes as interpretações e análise dos dados de forma a identificar os fatores exclusores e os transformadores presentes na realidade específica (neste estudo, a construção da identidade das crianças negras e a diversidade presente na escola). Em relação aos resultados, espero construir conhecimentos, em conjunto com as/os participantes, que favoreçam as relações étnico-raciais e o respeito às diferenças, de forma a valorizar as identidades e a diversidade existente. Vale ressaltar que o trabalho encontra-se em desenvolvimento e na fase de coleta de dados.

Este artigo resulta do desejo de compreender a constituição da identidade das crianças negras na escola. Após estudos durante a graduação sobre a temática e a experiência na docência, concluímos que ainda há muito por fazer para chegarmos a uma igualdade de oportunidades a todos/as, uma vez que em estudos realizados anteriormente detectamos que a população negra ainda encontra-se em grande desvantagem em relação à população branca em todas as áreas: educação, saúde, habitação e trabalho.

Com base em dados publicados na página do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a diferença de escolaridade entre brancos e negros continua alarmante. Segundo o instituto, no ensino fundamental a taxa de brancos e negros matriculados é quase a mesma (95,7% e 94,2%, respectivamente), mas, conforme o nível sobe, crescem também as desigualdades, no ensino médio, enquanto mais da metade dos brancos está na escola (58,4%), apenas 37,4% dos negros têm acesso ao estudo. Outro fato apontado em relação às desigualdades entre grupos raciais no Brasil é a desigualdade de renda, conforme levantamento realizado pelo Ipea, que aponta serem necessários 32 anos até que brancos e negros tenham, em média a mesma renda. (dados de 2006)

Sendo assim, consideramos de suma relevância o estudo sobre a temática, uma vez que, o falar sobre racismo, preconceito, o ser negro é silenciado em alguns espaços da nossa sociedade, entre estes, a escola, na qual seu professorado também argumenta não ter subsídios para lidar com as questões.

Desta forma, partindo do pressuposto de que a escola não é a única, mas é um dos caminhos a valorizar as diversidades presentes da qual está constituída é que buscamos investigar como a professora da sala de aula pesquisada vê a diversidade presente em sua sala e quais subsídios possui para trabalhar com essa diversidade e valorizar a identidade da criança negra. Procuramos também neste estudo compreender a partir das falas das crianças e de seus familiares como estes se vêem no espaço escolar e como vêem a diversidade na escola.

Com base no Parecer nº CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004, cabe a escola um papel fundamental, na busca de um novo pensar e agir que acolha a diversidade presente em seu interior. Segundo este documento, a escola e seus/as professores/as devem estar preparados/as para *"desfazer mentalidades racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos"*. (p.15)

Portanto, não podemos isentar a escola do seu papel, enquanto espaço formador de cidadãos que constituem a sociedade e que a integra, como ela é, ou capaz de transformar. Neste sentido, esta pesquisa é desenvolvida em uma escola

que se tornou Comunidades de Aprendizagem e que busca uma transformação social e cultural, tanto da instituição quanto do seu entorno.

Comunidades de Aprendizagem é um projeto que nasceu de experiências vividas na Espanha e nos Estados Unidos e que buscam diminuir a distância entre comunidade e escola, bem como, potencializar as aprendizagens de crianças, jovens e adultos que fazem parte de grupos que vivem em situação de desigualdade econômica e social. É resultado de uma linha de investigação desenvolvida pelo Centro de Investigação em Teorias e Práticas Superadoras de Desigualdades (CREA) da Universidade de Barcelona/Espanha.

No Brasil, o projeto Comunidades de Aprendizagem é desenvolvido pelo Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa1 (NIASE/UFSCar/SP/BRASIL), em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de São Carlos. Desde 2003, o projeto é desenvolvido na cidade de São Carlos, sendo que atualmente três escolas municipais já são Comunidades de Aprendizagem. O projeto tem por objetivo articular os diferentes agentes da escola (professores/as, funcionários/as, familiares, estudantes, direção, comunidade de entorno) na busca de uma educação de qualidade para todos/as.

Valls (2000, *apud* MELLO 2003, p.06), explica que uma Comunidade de Aprendizagem implica uma transformação social e cultural na escola e no entorno porque envolve mudança de hábitos e atitudes das famílias, profissionais da educação (incluindo-se professores/as, direção, funcionários/as), alunos e alunas e de toda a comunidade em torno da idéia de construir uma escola onde todas as pessoas aprendam. (p.06)

Desta forma, no Brasil, o projeto Comunidades de Aprendizagem "apresenta-se como possibilidade de construção de escolas de qualidade para populações de periferia urbana, promovendo a democratização de seu espaço educativo". (MELLO, 2003)

Com base em Mello (2003), o projeto Comunidades de Aprendizagem busca o respeito à diversidade, apoiando-se para tanto na aprendizagem dialógica, conceito central do projeto, o qual norteia através dos seus princípios o andamento da proposta de trabalho dentro de uma Comunidade de Aprendizagem.

Orientando-se pelos sete princípios da aprendizagem dialógica (diálogo igualitário, inteligência cultural, transformação, criação de sentido e igualdade de diferenças), uma escola que se torna Comunidades de Aprendizagem, visa uma gestão democrática e participativa em que todos/as que fazem parte do corpo escolar (professores/as, alunos/as, funcionários/as, direção escolar e familiares) têm voz por meio do diálogo igualitário, no qual o valor está na pretensão de validez do argumento e não na relação de poder, possibilitando desta forma uma transformação nas relações escolar.

Sendo assim, acreditamos que Comunidades de Aprendizagem é uma alternativa e possibilidade efetiva de valorizarmos a identidade étnico-racial de cada pessoa e a diversidade presente dentro da escola. Ou seja, a proposta do projeto Comunidades de Aprendizagem vem ao encontro dos atuais debates sobre multiculturalismo, interculturalidade, diversidade e respeito às diferenças. Pensando que dentro dos princípios que orientam o conceito da aprendizagem dialógica, está o princípio de igualdade de diferenças, assim entendido: *"a igualdade de diferenças se guia por perseguir uma verdadeira igualdade que inclui o direito de toda pessoa viver de forma diferente mas, ao mesmo tempo, ter as mesmas oportunidades de escolha e realização".* (GARRE et al, 2002, p.31) Portanto, este princípio e os demais possibilitam um pensar a escola de outra forma e com a participação do seu entorno.

Com base em Elboj (2001), consideramos que as teorias e experiências educativas dialógicas promovem a igualdade, a convivência entre outras culturas e fortalecem as bases para combater o racismo. A partir de experiências2 em Comunidades de Aprendizagem, consideramos que suas bases teóricas e ações nelas preconizadas possibilitam e viabilizam uma educação efetivamente transformadora, capaz de fazer da escola espaço para o desenvolvimento de uma educação anti-racista.

Sendo assim, com base na metodologia comunicativa crítica, pautada na teoria da Ação Comunicativa de Jurgen Habermas e Dialogicidade de Paulo Freire, desenvolvemos nossos estudos e investigação, buscando identificar em conjunto com os/as participantes da pesquisa fatores transformadores e exclusores que possibilitem a partir da análise dos dados, construir novos conhecimentos e possibilidades para a transformação da escola e de seu entorno, considerando aqui a questão investigada.

Esta é uma metodologia baseada na racionalidade comunicativa, ou seja, implica um diálogo intersubjetivo entre iguais e procura mostrar a reflexão dos próprios atores, suas motivações e suas interpretações. Segundo Flecha, Gómez & Puigvert (2001, *apud* MELLO 2003), a perspectiva da ação comunicativa supõe a substituição da linguagem perlocutória, pela linguagem que busca comunicar, ganhando lugar, no diálogo entre pesquisadora e participantes, a pretensão de validade.

1 Núcleo de Investigação e Ação Social e Educativa (NIASE), grupo de pesquisa da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/SP/Brasil) e credenciado no diretório do CNPQ, coordenado pela Profª. Drª. Roseli Rodrigues de Mello e pelo prof. Dr. Paulo Bento.

2 Faço parte do projeto Comunidades de Aprendizagem desde 2005, primeiro como aluna bolsista de extensão, agora como voluntária, hoje atuo na escola dentro da atividade de Grupo Interativo, Biblioteca Tutorada e sou pessoa de referência (pessoa que apóia a escola nas atividades desenvolvidas) na escola que realizo a pesquisa.

Desta forma, para a realização da pesquisa3 desenvolvida e pautada na metodologia apresentada, seguimos os seguintes critérios: para a escolha da escola a ser pesquisada, aconteceu o diálogo entre as três escolas que são Comunidades de Aprendizagem no Brasil. Após decidirmos em conjunto para que escola iria o projeto, enviamos o resumo sobre a pesquisa a ser desenvolvida e a partir deste resumo, as professoras da escola sinalizaram se gostariam de ter ou não o trabalho desenvolvido em sua sala de aula e em seguida realizamos uma conversa direta com a professora que manifestou interesse pela temática a ser investigada.

A coleta de dados está sendo realizada em uma sala de 3º ano, junto à professora da sala, 21 crianças que compõem o grupo de discussão e 4 crianças (duas meninas e dois meninos) e 4 familiares que farão relatos de vida. As técnicas propostas pela pesquisa são: observação comunicativa, anotada em diário de campo; relatos comunicativos de vida e grupo de discussão comunicativa. Com o auxílio da professora fomos pensando formas de instrumentalizar a coleta e realizar a condução dos caminhos a ser seguidos para a sua realização.

Até o momento realizamos observações exploratórias anotadas em diário de campo, 10 observações comunicativas também registradas em diário de campo e dois grupos de discussão com as crianças. Está previsto para acontecer até o final deste semestre a devolução da análise dos grupos de discussões com as crianças. E para o próximo semestre os relatos comunicativos com os familiares, com as crianças e com a professora, assim como a análise e devolução dos mesmos. A pedido da professora neste 2º semestre de 2008, foram desenvolvidas algumas atividades que contemplassem questões como a diversidade e a afirmação da identidade da criança negra. Neste sentido, houve contação de histórias Africanas e de personagens negros que valorizam a cultura e a população negra, assim como, a produção de algumas atividades artísticas – desenhos e confecção de máscaras.

Diante dos dados até agora coletados fica claro que ainda temos muito a fazer ao pensarmos as questões étnico-raciais no nosso país, na nossa sociedade e principalmente nas nossas escolas. Uma vez que, vivemos sob o *mito da democracia racial* e fingimos muitas vezes não haver preconceito em nossa sociedade, mascarando o que de fato vivemos no Brasil, passando uma imagem de cordialidade e de que somos todos/as iguais, mas que na realidade apresenta desigualdades gritantes entre brancos e negros e que afeta suas vidas nos âmbitos político, econômico, cultural e social.

Sendo assim, a escola não pode ignorar a diversidade da qual é formada e tão pouco silenciá-la, não que esta seja o único espaço de formação e construção de identidades, mas não podemos simplificar o seu papel, neste sentido. Como base em Gomes (2003), os negros na escola deparam-se com diferentes olhares sobre si, seu pertencimento racial, cultural, histórico. Deparam-se com um olhar e julgamento sobre seu corpo e sua estética, portanto não pode ficar alheia a estes fatos, a esta complexidade que envolve identidades e alteridades, semelhanças e diferenças.

Portanto, concluímos até o momento que há uma complexidade ao falar sobre o "ser negro" no espaço escolar, assim como em outros espaços. Falar sobre as diferenças existentes em nosso país e que não há problema nenhum em ter uma forma própria de agir e ser no mundo, desde que, haja o respeito, ainda é um desafio a ser alcançado. O qual cabe também a escola vencer seus próprios muros e abrir suas portas para ser um caminho a mais de diálogo entre as diferenças de gênero, raça, cultura e classe social; levando em conta todos os conflitos e tensões nele existente de modo a viver na diversidade com igualdade de diferenças.

REFERÊNCIAS

Brasil (Outubro de 2004). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino De História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.* Brasília. DF.

_____. Exibição de Notícia. *Jornal do Commercio (PE): Desigualdades entre brancos e negros.*
(10/09/2008 - 08:58). Da redação
In: http://www.ipea.gov.br/default.jsp (consultado na Internet em 29 de novembro de 2008)

_____. Exibição de Notícia. Portal Alagoas em Tempo Real: Salário de brancos e negros deve se igualar em 32 anos, diz Ipea. (13/05/2008 - 14:50)
In: http://www.ipea.gov.br/default.jsp (consultado na Internet em 29 de novembro de 2008)

Elboj, C. S. (abril de 2001).*Comunidades de Aprendizaje: um modelo de educación antirracista en la sociedad de la información.* Tese de Doutorado. Universidade de Barcelona.

Gómes, Jesús, Latorre, Antonio, Sánchez, Montserrat; Flecha, Ramón (2006). *Metodologia comunicativa crítica*. Barcelona, El Roure.

Gomes, N. L.; Silva, P. B. G. (Orgs) (2002)*Experiências étnico-culturais para a formação de professores.* Belo Horizonte: Autêntica.

Gomes, N. L. (jan/jun 2003). *Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.* Educ. Pesqui., vol.29, no.1, p.167-182. ISSN 1517-9702

Mello, Roseli Rodrigues de. *Comunidades de Aprendizagem: democratizando relações entre escola e comunidade.*
In: http://www.anped.org.br/26/trabalhos/roselirodriguesdemell.rtf (consultado na internet em 15 de Janeiro de 2008)

3 A pesquisa citada é de caráter qualitativo e está sendo desenvolvida no mestrado dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, orientada pela Profª. Drª Roseli Rodrigues de Mello, financiada pela FAPESP e com o apoio do NIASE. Integra o projeto "Comunidades de Aprendizagem: aposta na qualidade da aprendizagem, na igualdade de diferenças e na democratização da gestão da escola" financiado pela FAPESP e pelo CNPq. Insere-se no eixo de aprendizagem dialógica.

Roger Bastide: vertigem e abismo1

Priscila Nucci
Unicamp
priscilanucci@yahoo.com.br

Resumo: Roger Bastide (1898-1974) foi um sociólogo francês que atuou na Universidade de São Paulo, e teve papel de destaque na configuração das Ciências Sociais brasileiras. Entre os muitos temas de sua obra encontram-se as religiões de origem africana e as "relações raciais", assuntos que têm pontos de ruptura e de ligação muito específicos em seus escritos e ao longo do tempo. Nesta comunicação pretende-se apresentar as peculiaridades das análises de Bastide, que mostram fissuras de seus argumentos acerca das religiões afro-brasileiras, mas também compromissos com a elaboração de uma imagem positiva do negro brasileiro e de sua participação na sociedade brasileira. A partir de aspectos de uma polêmica da qual participou em inícios da década de 1950, a qual envolveu intelectuais, imprensa e religiosos e girou em torno da exposição pela imprensa do candomblé e de seus adeptos (em grande medida, afrodescendentes e pobres), fiz uma análise que mostrou como religião e raça se rearticularam em seu argumento, no que ocorreu um deslocamento singular da ideologia da "democracia racial" do centro de sua reflexão acerca das "relações raciais". Em seu lugar apareceu a percepção do autor acerca do potencial preconceito de raças, a discriminação contra os candomblés e seus adeptos. A reflexão de Bastide mostrou algumas das formas possíveis das idéias acerca das relações raciais, e a mobilização de um tema-chave, as religiões afro-brasileiras.

Neste texto se retomam as peculiaridades das análises do sociólogo francês Roger Bastide (1898-1974), que mostram fissuras de seus argumentos acerca das religiões afro-brasileiras, mas também compromissos com a elaboração de uma imagem positiva do negro e de sua participação na sociedade brasileira.

Um foco da análise será dado pelas fotografias da época, cujo tema principal é o candomblé. Produzidas por Pierre Verger, José Medeiros, Ruth Landes e Henri-Georges Clouzot elas dão acesso a momentos, funções e polêmicas específicos, que incluem os meios acadêmicos, jornalísticos e religiosos em torno da temática. De um lado, temos os trabalhos fotográficos de Landes e Verger. Landes, que não era fotógrafa profissional como Verger, tirou fotos dos candomblés e de seus adeptos no contexto de sua pesquisa de campo em Salvador, e representou uma visão específica no cenário intelectual da época, por mostrar aspectos menos evidenciados nos textos de Bastide ou nas fotografias de Pierre Verger. Este último inseriu-se na academia e escreveu livros sobre o assunto, mas também teve seu trabalho fotográfico acerca dos candomblés e negros publicado em revistas. Esta característica, e os compromissos do autor com a religião, implicam num recorte específico para o objeto, mais pautado pela apresentação de aspectos estéticos e menos polêmicos dos rituais.

O contraponto imagético vem de dois artigos publicados na década de 1950 na grande imprensa brasileira e francesa, nas revistas *O Cruzeiro* e *Paris Match*. As fotografias e reportagens revelaram segredos rituais de iniciação e aspectos polêmicos dos candomblés para um grande público, e apresentaram uma série de elaborações preconceituosas sobre o assunto. A grande polêmica gerada na época, entre intelectuais, imprensa e religiosos girou em torno da exposição do candomblé e de seus adeptos (em grande medida, negros, mulatos e pobres), das irregularidades das informações passadas ao público não-especializado, e das reações preconceituosas que poderiam surgir contra os candomblés.

Roger Bastide teve uma atuação marcante em tais episódios. Mobilizado em várias entrevistas como um intelectual de renome na área de estudos acerca das religiões afro-brasileiras, e ao expressar suas opiniões em artigos de outras revistas, ele se manifestou contra a forma e a exposição dos segredos rituais da iniciação do candomblé. Para o autor, tal exposição poderia provocar discriminações violentas e preconceitos que estariam latentes na sociedade brasileira. A sua reflexão sobre os artigos da *Paris Match* e de *O Cruzeiro* mostram que Bastide percebeu as potencialidades da discriminação e do preconceito racial presentes no país. Mas dessa vez, religião e raça se rearticularam de forma diversa em seu argumento, no que ocorreu um deslocamento singular da ideologia da democracia racial do centro de sua reflexão acerca das relações raciais. Em seu lugar apareceu a percepção do autor acerca do potencial preconceito de raças, a discriminação contra os candomblés e seus adeptos. Essa reflexão de Bastide mostra algumas das formas possíveis das idéias acerca das relações raciais, e a mobilização de um tema-chave, as religiões afro-brasileiras.

Apresento, portanto, algumas expressões de imagens e conhecimentos acerca dos candomblés baianos e da população afro-descendente, as quais possuem significados e impactos diferenciados. A conformação dessa rede de significados e imagens indica elementos importantes para o entendimento da recepção e circulação dessas leituras e imagens sobre os candomblés e a população afro-descendente.

Percebe-se nos textos de Bastide a criação de uma profusão de imagens textuais acerca dos candomblés e do negro brasileiro, as quais primam pela beleza estética e pela forte carga lírica. Esta forma de recriar os candomblés estaria ligada a uma "metodologia sociológica poética", a qual foi expressa em artigo do autor na imprensa paulistana, em 1938, e de forma indireta, ao surrealismo. Na proposição de seu método sociológico poético aparecem elementos presentes nos manifestos e na tessitura de outras obras de surrealistas: o interesse pelo êxtase, a poesia, as inversões da realidade. Na mesma época, as obras

1 Este trabalho é parte do capítulo 4 de minha tese de doutorado (Nucci, 2006), cuja pesquisa foi financiada pela Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

de outros antropólogos expressariam as afinidades entre antropologia e surrealismo, em especial no contexto francês. O surrealismo presente na obra de Bastide pode explicar a porosidade entre objeto e método (e autor, talvez), que se mostra em muitos momentos de sua obra (Nucci, 2006).

Por outro lado, a exposição dos rituais de iniciação explicitou segredos religiosos, preconceitos contra uma religião de origem africana, praticada na época por uma maioria de descendentes de escravos negros, e uma fissura importante na sociedade e no pensamento social da época, ao evidenciar os limites da democracia racial.

Bastide se manifestou publicamente contra a exposição dos segredos rituais da iniciação do candomblé, argumentando que os cultos afro-brasileiros poderiam sofrer discriminações e preconceitos latentes na sociedade. Explicitou uma possibilidade negada há décadas por intelectuais de renome, o conflito entre raças e culturas no interior da formação social brasileira. Sua própria obra e conclusões, apesar da presença de posições variadas quanto ao assunto, não chegavam, até aquele momento, ao ponto de negar ao candomblé a caracterização de espaço de harmonia entre raças.

Esta inversão do argumento explicitaria naquele momento a inconsistência da democracia racial, uma vez que a exposição de rituais de uma religião negra, que uniria todas as cores, poderia causar conflitos entre seus praticantes e o resto da sociedade. Houve a possibilidade de Bastide ter percebido as potencialidades explosivas da discriminação e do preconceito racial presentes na sociedade brasileira, mas por meio de uma rearticulação diferente entre religião e raça.

Imagens: negros, candomblés

Ao final da década de 1930, a antropóloga norte-americana Ruth Landes pesquisou os candomblés de Salvador, e além do relato etnográfico registrou em fotografias os terreiros e seus adeptos. Entre os temas de suas fotos apareceram o terreiro do Gantois e sua ialorixá, Mãe Menininha, a festa da Mãe D´Água no terreiro de Sabina e a Festa da Lavagem do Bonfim. O registro da antropóloga contrasta com o relato de Bastide (Nucci, 2006), mas os contrastes continuam ao se comparar suas fotografias com as de Pierre Verger, que procurou enfatizar uma imagem do candomblé e do negro, deste ou do outro lado do Atlântico, com uma entonação a qual nos aproxima do objeto da lente, que fixa o olhar no fotógrafo e no observador da fotografia. Quem nos olha, no interior das imagens, são pessoas altivas, hieráticas, como os iniciados dos deuses africanos, como Mãe Senhora do Opô Afonjá (figura 1)2, retratada como uma rainha negra por Verger (Rolim, 2002, p. 9-12). As imagens dos iniciados remetem e criam imagens da dimensão divina de suas vidas.

O relato etnográfico de Landes, por sua vez, apresentou aspectos mais corriqueiros, mesmo quando retratou a festa religiosa do Bonfim. Não existe a proximidade espacial do objeto, que se perde na massa de uma série de elementos sem hierarquia, em geral posados para a fotógrafa (figura 3). O terreiro do Gantois aparece, assim como no seu texto, tal qual um amontoado de casas humildes, quase miseráveis (Landes, 2002, p.359). Mãe Menininha, apesar da centralidade de sua imagem, é emoldurada por outras pessoas e por um cenário de pobreza (figura 2). A dimensão mística, exacerbada em Verger, é inexistente em Landes.

Percebe-se, em ambos, a escolha por recortes específicos, e visões que disseminam diferentes interpretações da realidade retratada. Várias dimensões surgem nestas oposições: o profano e o sagrado, humildade e altivez, a imagem posada e a imagem em movimento.

Nas fotografias de Verger quem nos dirige o olhar são deuses e sacerdotisas, iniciados e um negro que, mesmo nas atividades de trabalho e lazer mais comuns, recebe um enfoque o qual torna sua figura bela, esteticamente, e reforça sua humanidade, seja por meio do olhar direto, da postura, do recorte de momentos do movimento (figura 4). Os negros fotografados por Verger se não são divinizados, são extremamente belos.

Em seu trabalho, apresenta-se um recorte que afirma a harmonia social, a capacidade dos descendentes de africanos em manter e reestruturar elementos culturais num outro local, e sob o regime da escravidão, e de mantê-los, apesar das condições sociais desfavoráveis aos descendentes de africanos no Brasil. A visão que se refere à inversão social propiciada pelo candomblé baiano seria compartilhada por Bastide, e expressa por meio da formulação de que os brancos, superiores socialmente, no contexto do candomblé, se ajoelhariam diante das mães-de-santo negras e pobres (Rolim, 2002, p. 101). Bastide expressaria essa inversão em um de seus livros:

> "Como poderia o negro [na Bahia], de fato, protestar contra os brancos quando vê estes se ajoelharem humildemente diante de sua *ialorixá* para pedir-lhe a bênção, cercar do maior respeito seus últimos *babalaôs* [...] A religião africana destrói qualquer outra hierarquia que não se fundamenta na maior ou menor familiaridade com o sagrado, e nos candomblés a situação racial é radicalmente oposta a do país 'profano': é o homem escuro que domina o homem claro. Dissemos [...] que o transe místico, identificando empregadinhas de restaurante, cozinheiras ou pedreiros com os reis do céu, da tempestade ou do mar, faz desaparecer os sentimentos de inferioridade, os ressentimentos contra as humilhações diárias, em resumo, tudo o que pode originar ou alimentar o protesto racial" (Bastide, 1971, pp. 324-5). 3

2 As fotografias estão reproduzidas no anexo ao final do texto, identificadas como figuras com numeração de 1 até 7.

3 Ver também outro trecho, de O candomblé da Bahia, em que o autor expõe idéias assemelhadas ao descrever o transe: "...filhas e filhos-de-santo... retornam ao salão de dança. Mas não são mais, nesse momento, apenas filhos e filhas-de-santo, são os próprios deuses encarnados que vêm se misturar um instante aos adeptos brasileiros... Os gestos, porém, adquirem maior beleza, os passos de dança alcançam estranha poesia. Não são mais costureirinhas, cozinheiras, lavadeiras que rodopiam ao som dos tambores nas noites baianas; eis Omolu recoberto de palha, Xangô vestido de vermelho e branco, Iemanjá penteando seus cabelos de algas. Os rostos metamorfosearam-se em máscaras, perderam as rugas do trabalho cotidiano, desaparecidos os estigmas desta vida de todos os dias, feita de preocupações e de miséria... Por um momento, confundiram-se a África e o Brasil; aboliu-se o oceano, apagou-se o tempo da escravidão... Não existem mais fronteiras entre natural e sobrenatural; o êxtase realizou a comunhão desejada"(Bastide, 2001, p. 39).

Para Verger, o candomblé seria um espaço onde a verdadeira personalidade se expressaria pela possessão, extrapolando *"o que a sociedade pretende que o cidadão seja"* (Verger,1994, pp. 39-41 Apud Rolim, 2002, p. 101). Ele acreditava na democracia racial, apesar de seus limites (Rolim, 2002, pp. 102-3, 117), assim como Bastide, que também era afeito a ver essa idéia de forma positiva, em momentos de sua obra. Para os autores, Salvador e o candomblé abriam a possibilidade de uma outra vivência social, em que as diferenças culturais supostamente não impediriam a existência de uma sociedade potencialmente isenta de preconceitos e racismos.

A harmonia percebida na vida das populações de cor representaria uma das facetas do funcionamento da democracia racial no país, vista na *"liberdade estética e cultural, de criação e convívio miscigenado"* (Guimarães, 2002, p. 144).

Uma das fotografias (figura 5) que acompanharam uma reportagem de Roger Bastide para a revista O Cruzeiro intitulada "Pesca na Bahia (Xaréu) – Onde o trabalho conserva ainda hoje o caráter de rito e a forma de cerimônia" (Bastide, 2002, p. 223-234), Verger reforçaria com suas imagens a ligação entre ritmo divino e humano. Bastide iniciaria seu artigo sobre a pesca na Bahia com a referência à civilização africana:

> "O que caracteriza a civilização africana é a importância primordial do ritmo, não somente em suas danças ou em sua música martelada nos tambores, nos tantãs, nos instrumentos de percussão, nas batidas de pés e de mãos, como também em sua plástica, na repetição dos mesmos motivos ornamentais, na recusa a imitar o real, na deformação da natureza, em suma, no desígnio/ desenho transformado em *leitmotiv*, na escultura que é uma dança de volumes e na arquitetura que é uma composição musical.
>
> A civilização do nordeste do Brasil é uma civilização de ritmo pela cadência do trabalho; de fato, quando o trabalho é coletivo, necessita da cooperação de esforços e essa cooperação somente é possível através da imposição de um mesmo ritmo a todos os indivíduos. Assim, entre os negros comunitários, grande parte do trabalho é feita por toda a coletividade e o trabalho se transforma em dança" (Idem, p. 223).

As legendas adicionadas às fotografias de Verger (ver legenda da figura 5), num estilo peculiar a Bastide, lançam o leitor em um cenário esteticamente composto por um artista, e menos no mundo do trabalho duro, repetitivo e diário dos pescadores. Este é quase absorvido pelo objeto plástico, pela constatação da permanência do ritmo da civilização africana entre os pescadores baianos, pela dança e pela música, elementos sublinhados pelo autor e enfatizados pelo recorte fotográfico de Verger. As imagens dos negros compostas pelos dois franceses mostram em sua vivência diária a civilização africana, recomposta em cada movimento, ato, palavra, canção, ou ritual religioso do candomblé baiano. Num contexto em que ser negro e de candomblé era (e de muitas formas ainda é) visto de forma negativa por uma sociedade que diminuía os afro-descendentes por meio da ação de preconceitos e discriminações constantes, dissimuladas ou não, as imagens fotográficas de Pierre Verger inverteriam as imagens correntes, assim como as imagens poéticas presentes nos textos de Roger Bastide o faziam.

O papel da perspectiva do fotógrafo francês interviria nesse processo de criação de imagens. Estrangeiro, influenciado pelo surrealismo (Rolim, 2002), e interessado nos cultos de origem africana, sua condição de iniciado, e posteriormente, de babalaô,4 o mergulhariam num universo que representaria por meio de textos e imagens e que reproduziria, e recriaria, na África e no Brasil uma dada concepção da religião, de seus rituais, dos deuses e de seus iniciados, mas principalmente, enfatizaria uma representação específica do negro brasileiro, caracterizada pela sua valorização estética e cultural (Verger, 1955; Verger, 2000; Verger, 1981).

A cidade de Salvador tornou-se central para Bastide e Verger por representar, em suas obras, o local das relações raciais harmoniosas entre brancos e negros. Essa imagem permaneceu por um longo período nas obras de intelectuais brasileiros e estrangeiros, que elegeram esse espaço como exemplar de relações harmoniosas enraizadas na tradição patriarcal dos tempos da Colônia, em contraste com as relações raciais em locais em franco processo de modernização, como São Paulo. Entre outros locais, é aí que se focalizaram os olhares dos dois intelectuais franceses, e a partir do qual se desenvolveram reflexões peculiares sobre a situação racial brasileira, e se evidenciaram as inversões e elementos irracionais, em que as contradições explodiriam os esquemas cartesianos europeus,5 e onde os dois autores encontraram indícios

---

4 Embora tenha dito muitas vezes ser um descrente, sua atuação e atitudes durante a vida corroboram a percepção de um Verger religioso, ou que pelo menos seguia muitos dos rituais e regras do povo-de-santo. Segundo Rolim (idem, p. 124), "Babalaô é aquele que domina todos os fundamentos da cultura iorubá e tem a propriedade de ver o futuro dos acontecimentos. Verger aprendeu a jogar o opelê ifá, que é um colar feito de nozes de dendê que permite 256 combinações diferentes de adivinhações." Em entrevista, Verger afirmou: "E fiz minha iniciação não para ´olhar´(para dizer o futuro, ou dar consultas às pessoas), mas porque isso me dava acesso ao conhecimento dos babalaôs, que são a gente que transmite oralmente todos os conhecimentos iorubás. Babalaô quer dizer "o pai do segredo" (é a gente que sabe das coisas). Era esse lado que me interessava porque eu teria não só o direito de aprender as coisas como o dever de aprendê-las. Então era uma posição toda diferente da do antropólogo que entra lá como analista,com questões mais ou menos idiotas, que não tem significado para as pessoas do lugar, às vezes nunca pensaram daquele ponto de vista, e ele, então, recebe uma resposta qualquer. Todas as pesquisas que fiz foi sem fazer pergunta nenhuma, só recolhendo as coisas que as pessoas julgavam importantes e que diziam respeito ao corpo de conhecimentos dos babalaôs." Pierre Verger, entrevista. Leia, ano X, n° 115, maio de 1988 apud Rolim, 2002, p. 124. Para mais detalhes ver, também, Bastide, 2001, p. 115-124.

5 "Até minha morte serei reconhecido a todas as Mães de Santo que me trataram como um filho branco, às Joanas de Ogum e às Joanas de Iemanjá, que compreenderam minha ânsia por novos alimentos culturais e, com aquele seu característico dom superior de intuição, pressentiram que meu pensamento cartesiano não suportaria as novas substâncias como verdadeiros alimentos (isto é, não poderiam ser por mim absorvidos como acontece naquelas relações puramente científicas que permanecem na superfície das coisas, não se metamorfoseando em experiências vitais, as únicas fontes de compreensão), sem que antes fossem explicados para se tornarem assimiláveis, como o fazia a mãe-negra que enrolava, em suas mãos fatigadas, a comida destinada aos seus nenês, fazendo bolinhas, depois colocadas. afetuosamente na boquinha deles.

Esta nota continua na página seguinte

explicativos da sociedade brasileira. Usando o termo de James Clifford, uma "atitude geral [...] surrealista" (Clifford, 2002, p. 133) poderia influenciá-los, naquele momento. Segundo Rolim,

> "Para escapar desse ser humano [que concebia como uma realidade possível tanto as colônias como a guerra], os surrealistas colocavam como alternativa a busca de outras formas de vida que poderiam ser encontradas tanto no mundo dos sonhos ou do inconsciente, quanto no ´exótico´. Também eram valorizados os detalhes, pois havia uma percepção de que, se vista de um modo geral, a paisagem estaria estragada e poderia ser no detalhe que encontrariam algo novo. O novo também poderia ser encontrado nos objetos que descontextualizados adquiriam um outro sentido nas mãos dos surrealistas (ready-made), ou nas colagens que alinhavam realidades diferentes, que não se combinariam normalmente" (Rolim, 2002, p. 35).

Rolim demonstrou a existência de uma *"atitude surrealista*" na obra fotográfica de Verger, *"que se concretizava em uma postura de transgressão das regras e subversão da realidade ditada"* (Idem, p. 34), e que era perceptível em parcelas dos estudos etnográficos da época. Aqui, o surrealismo designaria *"uma estética que valoriza fragmentos, coleções curiosas, inesperadas justaposições – que funciona para provocar a manifestação de realidades extraordinárias com base nos domínios do erótico, do exótico e do inconsciente"*. A atitude etnográfica surrealista também percebia nas alteridades "alternativas humanas sérias" (Clifford, 2002, p. 133, 136 Apud Rolim, 2002, p. 34, 35).

Esses elementos também estariam presentes na obra de Bastide, onde as influências desse surrealismo parecem se cruzar com a metodologia gurvitchiana, e com outras contribuições intelectuais. Seu interesse pelos fragmentos da realidade, pelos detalhes,6 pelo transe, pela loucura,7 os sonhos, e pelas inversões da realidade elaboram-se, principalmente, no contato com as temáticas do negro brasileiro e das religiões de origem africana (Bastide, 1972).

Mas há algumas formas de expressão fotográfica que mostram outras representações possíveis e o embate para a caracterização da população negra brasileira.

Imagens: espetáculo e segredo

Em 1951, aparecem duas reportagens sobre os candomblés que marcarão os debates da época, ao exporem em fotografias cenas de cerimônias secretas. O cineasta francês Henri-Georges Clouzot e uma matéria sobre o candomblé publicada na *Paris Match*, em 1951, mereceram, assim como o artigo de Arlindo Silva para o *Cruzeiro*, "As noivas dos deuses sanguinários", com fotos de José Medeiros, uma série de críticas, no Brasil. Os artigos destas revistas foram comentados por Roger Bastide, que atacou a exposição de rituais secretos do candomblé e de elementos considerados polêmicos para um público mais amplo.8

Em 12 de maio de 1951 a *Paris Match* publicou uma reportagem intitulada "Les Possedées de Bahia" ("As possuídas da Bahia") sobre o livro de Clouzot, *Le Cheval des dieux* (Paris, 1955), exibindo uma série de fotografias de rituais de iniciação, em que se expunham as iniciadas banhadas pelo sangue de animais sacrificados (figura 6). As fotografias eram acompanhadas de um texto de teor sensacionalista, em que se apresentaria uma imagem do Brasil como país em que subsistiriam práticas mágicas primitivas, em que *"ritos sanguinários da idade da pedra"* ainda seriam executados nos candomblés, ao lado da convivência com elementos modernos, como *"arranha-céus"* e *"aviões a jato".9* Note-se que a idéia do *Brasil como "terra de contrastes* espantosos" – termo esse que se encontra no artigo da revista – seria repetida pelo próprio Roger Bastide em 1957, quando escreve o livro Brasil Terra de Contrastes. Nos dois casos, separados por alguns anos, percebe-se a utilização de uma imagem que deveria interessar ao público francês. Se em Freyre os contrastes, ou antagonismos se resolvem por meio da harmonização, caráter que subsiste, de certa forma, no texto de Bastide, no texto da *Paris Match* vigora a apresentação de um caso *sui generis*, de uma aberração civilizatória para ser exibida ao público francês e europeu. Afinal, que país é esse em que

> "termina-se um arranha-céu a cada quarto de hora, mas o policial negro da Bahia vai à noite fardado às cerimônias fetichistas. A ´Panair do Brasil´ colocará em serviço [...] sobre o Atlântico, aviões a jato, mas em Salvador, a cada ano, uma procissão vai afogar um garanhão negro para que ´Yemanjá´, deusa do oceano, possa cavalgar agradavelmente seu reino submarino (sic)" (Tacca, 2003a, pp. 85-86).

Segundo o texto, qualquer um, seja *barman*, ascensorista ou telefonista, à noite se revelaria como um iniciado do candomblé. Essa tensão entre "moderno" e "arcaico" caracterizaria um aspecto contraditório da população brasileira. Esse

---

Para mim, meu conhecimento da África conserva todo o sabor dessa ternura maternal, aquele odor das mãos negras carinhosas, aquela paciência infinita na oferta de suas ´sabedorias´."Bastide, 1973, p. XI.

6 Uma análise sobre os interesses de Bastide pelos detalhes e elementos pouco usuais encontra-se na tese de Braga (2002, pp. 41-42), que faz um paralelo entre o estilo bastidiano e o modelo epistemológico indiciário que emerge em fins do século XIX, e é descrito por Ginzburg (1989). Ver também Peixoto, 2000.

7 Sobre as relações da obra de Bastide com o surrealismo ver: Peixoto, 2005, pp. 193-212. Segundo a autora, "As afinidades temáticas de Bastide com a plataforma do grupo parecem evidentes: o sonho, o inconsciente, a festa e o misticismo, em suma, a atração por formas díspares de racionalidade, resistentes a uma ´sociologia cartesiana´, mais afeita às ´idéias claras e distintas´. As eleições temáticas obrigam a um mergulho nas ´trevas da alteridade´, ao exame das trilhas de um pensamento ´obscuro e confuso´, aponta Bastide em palavras que talvez pudessem ser assinadas por qualquer um dos membros do Collège de Sociologie...Além disso, a exploração desses espaços outros tem como objetivo não apenas a sua compreensão e análise, mas transforma-se imediatamente, como dito, em instrumento de crítica aos padrões vigentes de racionalidade, beleza e normalidade. O exótico – , e nesse caso, a África – é invocado para desafiar o Ocidente, que insiste, sem êxito, em domesticá-lo". Idem, p. 208.

8 Para uma análise do impacto das reportagens e de suas imagens ver Tacca, 2003;Tacca, 2003b; Tacca, 2003c. Gostaria de expressar meus agradecimentos ao Prof. Dr. Fernando de Tacca, por permitir, generosamente, o meu acesso aos seus textos ainda não publicados, na época da escrita de minha tese, e a uma fonte rara, como a reportagem da Paris Match.

9 Usou-se aqui a tradução do artigo presente em Tacca, 2003a, pp. 85-86.

território movediço é desenhado ao longo da narrativa, tomando aspectos caricaturais e grotescos. Numa parte do texto, intitulada *"A empregada de Clouzot era uma feiticeira",* cita-se como Clouzot teria contratado duas empregadas, que eram filhas de santo *"Para ter todo o dia sob as mãos um objeto de estudo"*. A primeira *"tinha dois filhos e tomava três banhos por dia. Ela também roubava comida. Petronília passava por longos estados de embrutecimento total, durante os quais não se podia tirar nada dela"*. Nessa descrição sobressaem aspectos que assinalam negativamente o caráter das filhas-de-santo, vistas genericamente nas figuras das duas empregadas. O estranhamento com os padrões de higiene, percebidos como excessivos (três banhos por dia) vem a par com a descrição que sublinha a miséria e a oscilação dos estados mentais de uma das mulheres, caracterizados como "*embrutecimento*". A segunda empregada, chamada de Anita é descrita como

> "uma espécie de monstro pré-histórico... Este *diplodocus* (gigantesco réptil dinossauro) que tinha dois ventres, um pela frente e outro por trás, se acocorava em um canto da cozinha na hora do almoço para devorar bolotas de farinha amassadas longamente entre seus dedos cheios de gordura. Anita não falava. Ela se exprimia por meio de grunhidos, por gestos, por onomatopéias. Ela chegava raramente a pronunciar três palavras em seqüência. E elas ainda não faziam o menor sentido" (Idem, p. 87).

Se da outra filha de santo/ empregada fica a imagem de uma miserável que não possui o controle das capacidades mentais, de Anita nada se salva. Ela se transforma, no texto de Clouzot, num animal irracional, sem meios adequados de comunicação, sem postura humana. Até o corpo mostra-se como forma de evidenciar diferenças assombrosas. Ela é um *"monstro pré-histórico… que tinha dois ventres, um pela frente e outro por trás"*. Mais um elemento de exposição, que poderia remeter o público a imagens de corpos humanos já exploradas, anteriormente, por etnólogos, fotógrafos, anatomistas e cineastas na África do Sul, por exemplo, no que diz respeito ao caso da seleção e exposição pública de "exemplares" de bosquímanos (Rassool e Hayes, 2001, p. 311-349). A violência implícita nesse tipo de *"documento etnográfico"*10 mostra certa tendência dominante na antropologia em décadas anteriores, que ainda poderia ser mobilizada para angariar o interesse do público não-especializado. O sociólogo Bastide interessou-se em apontar a fraqueza desse "documento etnográfico", nesse momento, e em afastá-lo dessa caracterização (Bastide, agosto de 1951, pp. 580-583).

Tacca mostra como Roger Bastide apresentou percepções variadas sobre o livro do cineasta, *Le Cheval des Dieux* e a reportagem da *Paris Match*, ao longo do tempo. Em 1951, o sociólogo repudia a reportagem em artigos escritos para a revista *Anhembi*, apesar de fazer considerações mais positivas ao livro de Clouzot, considerado superior à reportagem publicada (Idem; Bastide, setembro de 1951, pp. 188-190). Em *O Candomblé da Bahia*, publicado originalmente em 1958, na França, também houve uma recepção diferenciada da contribuição de Clouzot. O livro do cineasta foi utilizado como documento etnográfico por Bastide, apesar das ressalvas feitas a Clouzot anteriormente, em nota da introdução do livro e nos artigos de *Anhembi*. Se ainda houve reservas quanto ao cineasta, elas foram matizadas quando Bastide retomou seu trabalho para fundamentar as análises sobre o ritual de iniciação (Tacca, 2003a, pp. 105-7). Entretanto, deve-se reparar que o contexto no qual Bastide escreveu seu livro era muito distante do contexto dos artigos escritos para *Anhembi*. O livro, originalmente parte de sua tese de doutoramento, foi publicado em 1958 na França, e era direcionado para um público especializado. Os artigos de *Anhembi* foram escritos no Brasil, e mostravam o comprometimento do sociólogo francês com o povo-de-santo dos candomblés mais tradicionais de Salvador, ofendidos pela exposição de rituais secretos em fotografias tomadas em candomblés considerados menos tradicionais, ou distantes das "verdadeiras tradições" africanas. Houve uma preocupação com questões de pureza da tradição religiosa, mas se evidenciou, sobretudo, um respeito considerado necessário ao segredo dos rituais dos candomblés. Pierre Verger produziu fotografias semelhantes às de Clouzot e Medeiros sobre rituais de iniciação,11 mas o que o diferenciou foi a opção, compartilhada por Bastide, de não evidenciar elementos que constituíam segredos da religião, em especial elementos que poderiam causar polêmica e mal-estar com o resto da sociedade (Bouler, 2002, pp. 222-4). Num dos artigos da revista *Anhembi*, Bastide chegou a citar que a exposição de certos aspectos das religiões de origem africana, tanto na revista francesa quanto em uma reportagem da revista *O Cruzeiro* 12 poderiam servir aos interesses dos inimigos dos candomblés:

> "Quais as censuras, com efeito, que se fizeram a Clouzot? Perderam elas o seu valor no caso do ´Cruzeiro´? A primeira, é que as imagens podem prejudicar os brasileiros em face dos estrangeiros. A segunda, que podem prejudicar os fiéis dos candomblés. Em várias ocasiões, esses candomblés têm sido perseguidos pela polícia. Quem não vê que tais fotografias podem muito bem ser utilizadas pelos inimigos dos candomblés para reclamar o seu fechamento? Elas podem até tornar-se uma arma de guerra civil. O Brasil, graças a Deus, é um país de democracia racial. Mas o fogo do ódio entre os grupos de pele diferente pode não estar de todo extinto sob as cinzas, e reportagens semelhantes podem ter graves conseqüências. Deus queira que me engane. Porém, permita-me uma vez mais a pergunta: quem ousaria tirar semelhantes fotografias da vida secreta das freiras ou dos monges católicos? Ninguém. Então, pergunta-se: será o negro um ser inferior, para que o julguem diferentemente e se desprezem os seus segredos? Eis o problema, e os meus protestos não têm outro sentido: não é possível aceitar dois pesos e duas medidas, uns para os brancos e outros para os pretos" (Bastide, novembro de 1951, pp. 563-4).

10 Note-se que o artigo da Paris Match traz como subtítulo "Henri-Georges Clouzot traz do Brasil um extraordinário documento etnográfico" ("Henri-Georges Clouzot rapporte du Brésil un extraordinaire document ethnographique"). Ver "Les possédées de Bahia". In: Paris Match, no. 112-12, 12.05.1951, p. 12-18.

11 Parte dessas fotos, que mostram um ritual de iniciação no candomblé de Cosme (1946-1953), foram expostas em Berlim, em 2004. Ver "Pierre Verger Candomblé. Schwarze Götter im Exil ". In: www.schwarze-goetter-im-exil.de/deu/verger/candomble. (captado em 20.08.2006).

12 O artigo intitulado "As noivas dos deuses sanguinários", com texto de Arlindo Silva e fotos de José Medeiros, foi publicado em 15.11.1951 na revista O Cruzeiro, poucos meses após a matéria da Paris Match. Para uma análise das suas motivações e repercussões ver Tacca, 2003b.

Bastide se referia, também, a uma reportagem sobre rituais secretos do candomblé, publicada na revista *O Cruzeiro*. "As noivas dos deuses sanguinários", com texto de Arlindo Silva e fotos de José Medeiros, foi publicada alguns meses após a reportagem da *Paris Match*, em 15 de setembro de 1951 (figura 7).

A reportagem de *O Cruzeiro* foi concebida como uma resposta à reportagem da *Paris Match*. As repercussões dessa reportagem, segundo Tacca, podem ser percebidas pelo fato de que foi precedida e anunciada amplamente pelos jornais da cidade de Salvador, e pela realização de uma assembléia pela Federação Baiana de Cultos Afro-Brasileiros, que debateu os artigos das duas revistas, meses depois das duas publicações (Tacca, 2003b, pp. 148, 154). Ao comentar o artigo de Bastide para Anhembi, "Uma reportagem infeliz", Tacca afirma que Bastide "extrapola" ao indicar a possibilidade de uma guerra civil. Acredito que a terminologia e o tom geral do artigo são exaltados, à primeira vista, mas indicam mais do que um exagero. Explicitam, em níveis desiguais, os posicionamentos de Bastide quanto a vários objetos: os candomblés, a democracia racial, o preconceito no Brasil. Se o artigo foi escrito no calor da hora, os temas que evidencia estão presentes, de formas diferenciadas, ao longo da produção intelectual de Bastide, embora ele traga à tona posicionamentos do autor pouco visíveis nos livros.

Voltemos ao trecho. A primeira preocupação de Bastide foi que as imagens expressas na imprensa pudessem "prejudicar os brasileiros em face dos estrangeiros", e a segunda, que pudessem "prejudicar os fiéis dos candomblés". Numa perspectiva dupla, Bastide argumentou pensando como europeu e nas repercussões das imagens, e como simpatizante de uma religião que poderia ser atacada pela exposição descontextualizada de rituais mais polêmicos.

A preocupação de Bastide pela visão que os estrangeiros poderiam ter do país, quando lessem esse tipo de reportagem mostra-se um dado de interesse. Entretanto, acredito que, em 1951, o maior interesse de Bastide fosse com o público brasileiro. Ao longo de sua carreira, o sociólogo elaborou imagens sobre a população afro-descendente e praticante do candomblé de origem nagô que, de maneira geral, primavam pelo estabelecimento de uma visão respeitosa e preocupada em contextualizar e valorizar as diferenças culturais, e em apresentar o candomblé como uma religião complexa, socialmente e historicamente relevante para a vivência dos descendentes de escravos africanos na sociedade brasileira, e um elemento chave para a compreensão das diferenças regionais e históricas de integração ou não desse contingente populacional à sociedade mais ampla.13 Ou seja, para a compreensão do fenômeno da "democracia racial" e da emergência de conflitos e manifestações de preconceito nas regiões mais urbanizadas e industrializadas.

Ao se retomar suas obras, nota-se o recurso do autor a imagens poéticas para a tradução sociológica dos fenômenos analisados. Os cortes corporais rituais, os sacrifícios de animais, o transe, a iniciação foram apresentados por meio do olhar e de uma perspectiva metodológica que mostraram esses fenômenos de um ponto de vista supostamente interno aos candomblés. A poesia serviria para a narrativa sociológica representar melhor de aspectos da realidade observada. Ao não enfatizar ou relacionar esses aspectos com violência, anomia, morte, ignorância, superstição e outros termos mais, utilizados amplamente por intelectuais, pela imprensa e pela polícia, Bastide abriu uma possibilidade de apresentar o candomblé positivamente, mas de forma muito peculiar, que se distanciou inclusive de estudiosos que eram simpáticos a essas manifestações religiosas. Na década de 1930 antropólogos-médicos e psiquiatras indicavam as possíveis relações entre transe e loucura, e introduziam o conceito de diferenças culturais e psicológicas entre os contingentes populacionais integrantes da sociedade brasileira, enfatizando o primitivismo e o atraso cultural dos negros por meio das descrições dos rituais públicos do candomblé, e da análise dos resultados da apreensão policial de artefatos religiosos. Por sua vez, o sociólogo francês defendia no artigo para *Anhembi* as conclusões de seus trabalhos, além dos interesses dos praticantes do candomblé.

Ao enfatizar, no artigo "Uma reportagem infeliz", que *"tais fotografias podem ser utilizadas pelos inimigos dos candomblés para reclamar o seu fechamento"*, o sociólogo francês relembrava as décadas de perseguições policiais e da imprensa aos candomblés. Uma fragilidade ainda presente que poderia ser explorada pela exposição de aspectos polêmicos, como rituais que envolvessem sangue, incisões corporais e sacrifício animal. Neste sentido, Bastide atualizava um embate mais antigo sobre o candomblé como objeto. Se antes, a antropologia, a medicina, a psiquiatria e a sociologia dividiam o objeto e o trabalho de análise, as reportagens da Paris *Match* e de *O Cruzeiro* recolocavam a imprensa como uma oponente de peso na luta pelo objeto e pela sua delimitação. Se setores dessa imprensa sempre expressaram seu estranhamento e repúdio pelos cultos de origem africana no Brasil, o advento de revistas ilustradas de grande circulação deu nova dimensão para a temática, ampliando o uso de fotografias (a reportagem "As noivas dos deuses sanguinários" de *O Cruzeiro* tinha 38 fotografias, por exemplo). O uso de imagens e a possibilidade de apresentar reportagens mais longas sobre uma temática que, em si, causava curiosidade e polêmica, permitiam o acesso às informações – equivocadas ou não – sobre esse aporte cultural a um público amplo.

Bastide foi um dos muitos autores (Tacca, 2003a, pp. 90-105) que se posicionaram contra a exposição das fotos dos rituais de iniciação – uma exposição que poderia torná-las *"uma arma de guerra civil"* –, ao apresentar na imprensa suas opiniões de especialista de longa vivência no país. A despeito de afirmar o Brasil como *"democracia racial",* o autor explicitou o temor de que *"o fogo do ódio entre os grupos de pele diferente pode[ria] não estar de todo extinto sob as cinzas". Daí, citar as possíveis "graves conseqüências"* de tais reportagens.

O artigo de Bastide expôs algumas contradições. Como intelectual, defendeu a idéia da existência de uma "democracia racial" no país (Bastide, 24.03.1944), no que seguiu de perto as proposições de Gilberto Freyre e de Arthur

13 O que toma forma mais sistematizada em Bastide, 2001 e Bastide, 1971, embora esteja presente em textos anteriores do autor, como Bastide, 1945.

Ramos sobre o tema. Mas, diante da exposição dos candomblés nos artigos das revistas, alguns temores se apresentaram, maculando o quadro construído sobre a inexistência de conflitos significativos entre brancos e negros. Tais contradições se tornam mais visíveis quando se percebe que o sociólogo apontou a diferença de tratamento da imprensa para negros e brancos:

> "será o negro um ser inferior, para que o julguem diferentemente e se desprezem os seus segredos? Eis o problema, e os meus protestos não têm outro sentido: não é possível aceitar dois pesos e duas medidas, uns para os brancos e outros para os pretos".

Ao criticar a diferenciação de tratamento, nesse contexto, Bastide não explicitou uma exceção, mas uma prática preconceituosa de longa data. Como um momento da reflexão sobre as temáticas do preconceito e acerca das religiões de origem africana no Brasil este artigo mostra-se essencial, por indicar o cruzamento dos temas na reflexão do autor, o que também é explorado em outros escritos, e por expressar as dúvidas sobre o ideal da democracia racial e os limites de uma sociedade que alardeava internacionalmente seu igualitarismo.

A análise da reportagem da *Paris Match* também mostra os limites da institucionalização das Ciências Sociais, na época. O uso da expressão "documentação etnográfica" referindo-se ao conjunto de fotografias tomadas pelo cineasta francês em Salvador; a visibilidade relativamente restrita das respostas de intelectuais como Bastide, e a espetacularização de aspectos dos candomblés que repercutiam negativamente na definição das características da herança cultural afro-brasileira e da população afro-descendente indicam as dificuldades para o trabalho intelectual interessado em representar de outras maneiras esses objetos.

A formulação de estudos científicos sobre as populações negras e suas práticas religiosas foi um processo complexo e repleto de desvios e embates. As imagens presentes nos trabalhos das ciências humanas possuíam uma operatividade e uma repercussão diferentes daquelas produzidas na imprensa. Se esta conseguiu mobilizar um público muito mais amplo, e de certa forma, estereotipar práticas e pessoas de modo marcante, as imagens e os conteúdos presentes nos trabalhos antropológicos e sociológicos não contavam com meios tão abrangentes de circulação. Entretanto, esses trabalhos operaram em outros níveis e puderam atingir um público mais difuso, ao longo do tempo.

As trocas entre a imprensa e as Ciências Sociais, aos poucos permitiram a incorporação das contribuições de estudiosos de renome ao conteúdo de seus artigos. Pierre Verger se tornaria um exemplo desse processo. Verger forneceu para muitas revistas os materiais fotográficos que ilustraram artigos sobre as religiões de origem africana, mas se tornou uma grande referência para a temática, por seus trabalhos fotográficos e etnográficos, e pela representatividade de sua trajetória de vida, intimamente vinculada aos candomblés baianos e ao mundo intelectual (Bouler, 2002).

Bastide foi reconhecido em certos círculos como um intelectual possuidor de saber e de pesquisas relevantes para os estudos sobre as religiões afro-brasileiras. Seus protestos contra as reportagens de *O Cruzeiro* e da *Paris Match* demonstram a expressão de desagrado de um sociólogo contra jornalistas e fotógrafos que exploravam a imagem do negro como primitivo e inferior. Entretanto, o livro de Clouzot seria retomado alguns anos depois por Bastide, como fonte etnográfica,14 embora classificada como inferior à contribuição de Pierre Verger:

> "Embora o livro de Clouzot não seja o de um etnógrafo, não contém erros muito graves; pode até ser útil, fazendo-nos assistir à vida de alguns candomblés e, desse ponto de vista, ocupa em nossa literatura lugar análogo ao livro de Ruth Landes, *A cidade das Mulheres*. Infelizmente, Clouzot nada compreendeu da mentalidade do negro baiano e apresenta uma noção engraçada do 'segredo', que o faz desviar para falsas pistas, impedindo-o de ver o que há de mais importante no culto. A leitura do livro revela todo o mal que a literatura, e uma literatura sádica, pode trazer à pesquisa científica. Pierre Verger, ao contrário, é o homem que mais bem conhece atualmente os candomblés, pois não só é membro como ocupa neles posição oficial; sem dúvida, por isso mesmo está, por sua vez, ligado pela lei do segredo e nunca poderá contar tudo que sabe; mas esperamos muito de seus conhecimentos, e particularmente a obra que está agora preparando. A publicação, que acreditamos próxima, não nos fez abandonar nosso trabalho, pois o livro de Pierre Verger se dirige a outro aspecto diferente do que estudamos nestas páginas: a comparação entre a África e a Bahia, a fim de ressaltar a fidelidade africana do negro baiano. Queremos aqui agradecer-lhe o auxílio amistoso que nunca deixou de trazer ao nosso trabalho" (Bastide, 2001, p. 267).

O trabalho de Verger aparece como fonte mais confiável, pelo autor ter participação pessoal no mundo dos candomblés. Se a produção de ambos tem por vezes o mesmo objeto, a ênfase recai em aspectos complementares e diversos. Uma das qualidades da produção intelectual de Verger refere-se mais ao aspecto visual-descritivo do que ao aspecto narrativo. O trabalho de recolher informações sobre os cultos de origem africana foi de extremo valor no cenário dessas religiões e das disciplinas preocupadas com o tema. Ao longo da correspondência trocada com Roger Bastide percebe-se, entretanto, outra face de Verger e de seu trabalho.15 Se ele era proibido de expor os segredos, pela própria participação no universo dos adeptos dos Orixás e Voduns, e pelo seu cargo de babalaô do terreiro de Mãe Senhora do Opô Afonjá, ao mesmo tempo a amizade e a troca intelectual com Bastide permitiram um diálogo de bastidores essencial para o trabalho de ambos. A inserção de Verger nesses cultos ou entre seus adeptos possibilitaram que Bastide tivesse acesso a muitas

14 Ver os comentários de Tacca, 2003a, p. 105-7.

15 A correspondência entre Pierre Verger e Roger Bastide vai de 22.08.1947 até 1974, ano da morte de Roger Bastide.

informações e ampliasse dimensões de suas análises.16 Em *O Candomblé da Bahia*, Bastide reconhece seu débito ao amigo.17 Entretanto, algo sobressai: os dois procuraram manter uma ética no contato com os segredos de religião, pois nem tudo deveria vir a público. A reação dos dois às fotografias da *Paris Match* e de *O Cruzeiro* mostram um compromisso com essa ética e com as pessoas com as quais lidaram ao desenvolverem seus trabalhos. Eles tiveram acesso a rituais fechados ao grande público, e o próprio Verger fotografou aspectos dessas cerimônias,18 mas a utilização das informações esteve limitada pelo zelo quanto aos informantes e suas manifestações culturais (Bouler, 2002, pp. 222-4, 308-311). Essas fotografias, raramente expostas, têm, entretanto, uma qualidade estética e etnográfica mais refinada, que vêm acompanhada de um impacto visual maior do que as fotografias da *Paris Match* ou de *O Cruzeiro*, o que se explica, em parte, pela proximidade entre fotógrafo e informantes.

Um dado que essa decisão de Verger em não publicar tais fotos e que o artigo de Bastide em *Anhembi* expõe com mais clareza é que esse cuidado e essa ética foram indispensáveis, pela situação da população negra brasileira naquele momento, em especial a população negra baiana e praticante dos candomblés. A instabilidade encoberta pelo ideal de uma democracia racial, sobressairia por vezes no *corpus* da obra de Bastide, anunciando os limites desse ideal e as oscilações de seu pensamento sobre o tema. A percepção da fragilidade das relações entre as "cores" e "raças"19 no Brasil se mostraria por meio de um tema caro ao autor, os candomblés. Os candomblés de Salvador, que em geral, serviram para indicar na obra de Bastide a presença dessa democracia racial no Nordeste, pleno de elementos harmonizadores das diferenças culturais e sociais, e que foram devassados por duas revistas de alta circulação. As avaliações negativas acerca dos candomblés, que circularam na imprensa, nas décadas de 1930 e 1940 ganhavam, assim, uma reatualização inusitada, pela exposição de detalhes dos rituais secretos de iniciação nas fotografias e nos relatos jornalísticos.

A reação de Bastide, nesse momento, expôs uma das facetas do objeto, tão cuidadosamente escondida em seus textos. Assim como a pobreza, o preconceito e as discriminações contra os praticantes das religiões de origem africana eram elementos diários da vivência dos seus adeptos. Policiais, médicos, jornalistas, intelectuais, todos já haviam dado seus pareceres negativos sobre essas religiões, durante décadas. As reportagens fotográficas retomavam e ampliavam as possibilidades de exposição de conflitos entre brancos, negros e mulatos, no cenário explosivo dos candomblés, da Bahia supostamente democrática. O nó ideológico da democracia racial já existia no pensamento brasileiro, mas Bastide o enriquecera com a adição do candomblé, como mais um dos fios exemplares dessa democracia. Os conflitos existentes seriam localizados, principalmente, no passado da escravidão, enquanto o candomblé, no contexto do século XX seria o *locus* possível das relações harmoniosas entre brancos, negros e mulatos, apesar das perseguições policiais. Mas esse local possível teria fragilidades, como a existência de *"inimigos dos candomblés"* e a possibilidade de abrigar uma *"guerra civil",* os elementos geralmente ofuscados pelas descrições e análises de Bastide.

Evidencia-se, mais uma vez, o descompasso entre o ideal da democracia étnica e social e a realidade social do país, o que se repetiria no argumento posterior de Bastide sobre a possibilidade de segregação no contexto das relações raciais em São Paulo, mas por meio de uma forma mais amena do que o vislumbre de uma *"guerra civil"* em Salvador:

> "o branco começou a se sentir ameaçado nos seus postos de direção e de mando. Vai reagir, e essa reação, destinada a manter o negro no fundo da escala social, vai intensificar o preconceito de cor, dar-lhe formas mais agudas, e ao mesmo tempo a segregação vai aparecer em todos os degraus da escala" (Bastide e Fernandes, 1971, pp. 168-9 Apud Andrews, 1998, p. 260).

A obra de Bastide mostra as possibilidades de análise para o candomblé e as relações raciais. Esses objetos são fluidos, assim como as suas análises, mas existe uma tensão que corta o seu pensamento e não se resolve, tensão essa que se mostra na temática do candomblé, eleita como exemplar das relações raciais mais harmoniosas e democráticas, em boa parte da sua obra.

Entretanto, podemos pensar em termos da criação de mais uma inversão. O candomblé aparentava para os estrangeiros Bastide e Verger a possibilidade real das inversões, de recriação de outras relações sociais entre brancos e negros, e de criação de um espaço de convívio harmonioso entre as cores, mas também era analisado por outros, como local de anomia, da loucura, do descontrole social, da marginalidade. O seu argumento escolheu, deliberadamente, inverter os significados mais comuns do candomblé, ou mostrar as potencialidade de explosão da realidade que esse objeto representava para eles. Afinal, o "quadro surrealista" em que brancos e negros inverteriam suas posições, sem conflitos aparentes, só poderia ser encontrado no interior das casas de candomblé, num universo religioso que aplicaria outras leis para o convívio entre as pessoas, em que, supostamente, o paternalismo do branco não poderia se imiscuir, em que o transe místico subsumiria as cores de seus adeptos (embora isso não excluísse a imposição de outras leis, limites e preconceitos, que Bastide não quis enfatizar em suas obras). O candomblé formulado por Bastide e Verger era pleno de aspectos poéticos e estéticos, ao contrário do candomblé descrito por seus contemporâneos. Mas, talvez, exista uma outra escolha implícita: inverter os

16 Ver, em especial, as correspondências de Verger a Bastide: Bahia, 18.3.1948; Bahia, 05.07.1950; 16.10.1951; Porto Novo, 05.11. 1952; 16.04.1953; Dakar, 07.05.1954; Porto Novo, 04.04.1955 e 10.10.1955; Porto Novo, 13.02.1956 (Fundação Pierre Verger – Salvador/ BA).

17 Bastide, 2001, p. 42-44, 46-47, 114, 158-159, 199, 203, 206-207, 213-5, 249-250, notas: p. 267, 273, 283,284, 287-8, 299.

18 Ver as fotos de um ritual de iniciação no terreiro de Cosme, tomadas por Pierre Verger e presentes no site: "Pierre Verger Candomblé. Schwarze Götter im Exil ". In: www.schwarze-goetter-im-exil.de/deu/verger/candomble (captado em 20.08.2006); ver, também, foto intitulada "Cosme, père de saint, Bahia, 1951" In: Alfred Métraux e Pierre Verger, 1994, p. 43.

19 Reproduzo no texto os termos do debate científico brasileiro da época, cores e raças. Note-se, entretanto, que são termos marcados historicamente, e que têm sua validade científica discutida e posta em dúvida pelos debates das ciências sociais nas décadas seguintes à II Guerra Mundial até os dias atuais.

significados de um objeto pleno de possibilidades de conflitos é uma forma de dobrar, de modificar a realidade, de "militar" intelectualmente por esse objeto, quase politicamente.

Pode-se sugerir que, outra vez, o surrealismo parece se infiltrar nesta porosidade entre autor, objeto e método. Segundo Rosalind Krauss,

> "essa semelhança entre o desejo e seu produto – entre o observador e o objeto (...), é entre o desejo irracional, inconsciente, e a estranha manifestação deste no mundo externo – uma manifestação que serve como prova de que o mundo externo é, ele próprio, transformável, que existe uma possibilidade, oculta nele, de uma realidade alternativa, ou como insistia Breton, uma surrealidade" (Krauss, 2001, pp. 133-4).

Independentemente de suas motivações, o que se mostra um dado *sui generis* nesse quadro é a posição que esse objeto tem nos debates acerca do negro. As religiões afro-brasileiras fazem parte dos argumentos mais preconceituosos da época e dos argumentos anti-preconceituosos do autor. Bastide, inclusive, já havia notado que os movimentos negros consideravam as religiões afro-brasileiras de forma negativa e preconceituosa, e que os movimentos de protesto racial se afastavam da herança cultural africana.20 O lugar e a dimensão desse objeto em seu pensamento, portanto, devem ser aferidos nesse contexto particular de visões depreciativas acerca da herança cultural africana. Se ele não escapou de fazer caracterizações negativas sobre os cultos de origem banto, no que se alinhou à algumas tendências intelectuais, a caracterização muito específica que oferece dos candomblés de rito nagô mostraram seus posicionamentos em defesa de parte da cultura de origem africana, e das possibilidades e alternativas sociais que esses espaços supostamente criariam. Em um de seus livros, ele afirmou a importância e os alcances de uma sociologia preocupada com a cultura, e as funções possíveis das culturas afro-americanas:

> "nossa sociologia comete o erro de só se interessar pelo lado prometeico de nossa civilização e de só ver, a partir de uma certa concepção dos efeitos da urbanização o lado societário, racional ou interessado das relações humanas. Em sua luta contra o organicismo, ela esqueceu que as sociedades e as culturas constituíam realidades vivas, orgânicas, reagindo aos meios externos, digerindo-os e concebendo novos valores.
>
> (...)
>
> Pensamos então que as culturas afro-americanas longe de estarem mortas, brilham e se impõem aos brancos. Poderão, amanhã, num mundo incessantemente mutável, dar ainda novas florações e nutrir... novas promessas de frutos".21

Acredito que todas as pistas apontem para um jogo contínuo, em que o autor expõe e oculta os elementos estruturais – desconexos e, em geral, encobertos pelas obras maiores – de seu pensamento acerca do país e de problemas como o das relações raciais. Nas paredes grossas da construção final se encontram fendas, falhas que mostram as descontinuidades e oscilações de seu pensamento, o cotidiano do país a se infiltrar e a criar instabilidades, a todo o momento. Esta, a beleza e a fraqueza de todo trabalho intelectual, muito presente no *corpus* de sua longa obra, vista nos livros, artigos, e em seus diálogos intelectuais, correspondências e entrevistas.

Referências bibliográficas

- Correspondência Pierre Verger – Roger Bastide (Fundação Pierre Verger – Salvador/BA), 1947-1974.

ANDREWS, G. R. (1998). *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru/São Paulo: Edusc.

BASTIDE, R. (1944, 24 de março). Itinerários da democracia II: Encontro com Jorge Amado. São Paulo: *Diário de S. Paulo*, 8.

____. (1945). *Imagens do Nordeste místico em branco e preto*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro.

____. (1951, agosto). A etnologia e o sensacionalismo ignorante. *Anhembi*, São Paulo, 9 (3), 580-583.

____. (1951, setembro). O caso Clouzot e Le Cheval des Dieux. *Anhembi*, São Paulo, 10 (4), 188-190.

____. (1951, novembro). Uma reportagem infeliz. Anhembi, São Paulo, 12 (4), 563-4.

____. (1971) *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. Vol. I e II. (M. E. Capellato & O. Krähenbühl, Trad.). São Paulo: Livraria Pioneira Editora/ EDUSP. (obra original publicada em 1960).

____. (1972). *Le rêve, la transe, la folie.* Paris: Flammarion.

____. (1973 [1951]). A imprensa negra no estado de São Paulo In ____. *Estudos Afro-brasileiros.* São Paulo: Perspectiva, 129-156.

____. (1974 [1967]). *As Américas negras: as Civilizações Africanas no Novo Mundo.* São Paulo: Difusão Européia do Livro/ Editora da USP.

____. (2001). *O Candomblé da Bahia*: rito nagô. (Nova edição revista e ampliada). (M. I. P. de Queiroz, Trad./ Revisão técnica de R. Prandi). São Paulo: Companhia das Letras. (Obra original publicada em 1958)

____. (2002). Pesca na Bahia (Xaréu) In P. Verger. *Verger-Bastide*: dimensões de uma amizade. (Org. de A. Lühning). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 223-234.

20 Bastide, 1971, vol. II, pp. 324-5; Bastide, 1973, pp. 129-156. Veja-se o trecho de um artigo de A Voz da Raça: "a nossa infeliz Gente Negra Brasileira, tão infeliz que tem por maiores inimigos muitos dos seus próprios membros, cujo egoísmo, cujo instinto reles de ´macumbeiros´, invejosos dos valores reais, e desejosos de ruínas de valores, quer atacar toda hierarquia, toda superioridade moral ou mental, para nivelar tudo numa democracia de bobagem, falida em todo o mundo, mas que alguns primitivos idiotas pensam que é a coisa mais atual". Santos, 1933.

21 Bastide, 1974, pp. 205, 207.

BASTIDE, R. & FERNANDES, F. (1959). *Brancos e negros em São Paulo*. 2ª edição (revista e ampliada). São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
____. (1971). *Brancos e negros em São Paulo*. 3ª. edição. São Paulo.
BOULER, J.-P. Le. (2002). *Pierre Fatumbi Verger*: um homem livre. Salvador: Fundação Pierre Verger.
BRAGA, M. L. de S. (2002). *Entre o esquecimento e a consagração*: o estilo Roger Bastide nas Ciências Sociais. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
CLOUZOT, H-G. (1951). Le cheval des dieux. Paris.
GUIMARÃES, A. S. A. (2002). *Classes, raças e democracia.* São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34.
KRAUSS, R. E. (2001). *Caminhos da escultura moderna*. São Paulo: Martins Fontes.
LANDES, R. (2002). *A cidade das mulheres*. (2ª. edição). (M. L. do Eirado, Trad.). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. (Obra original publicada em 1947).
Les possédées de Bahia. (1951, 12 de maio). *Paris Match,* 112 (12), 12-18.
MÉTRAUX, A. & VERGER, P. *Le pied á l'étrier*. Correspondance 1946-1963. (Présenté et annoté par J.-P. Le Bouler. Paris : Ed. Jean Michel Place, 1994.
NUCCI, P. (2006). *Odisseu e o abismo* : Roger Bastide, as religiões de origem africana e as relações raciais no Brasil. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
PEIXOTO, F. A. (2000). *Diálogos brasileiros*: uma análise da obra de Roger Bastide. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
____. (2005). "Roger Bastide: Nordeste místico, roteiros africanos e cidades brasileiras". In R. Motta (org.). *Roger Bastide Hoje:* raça, religião, saudade e literatura. Recife: Bagaço, 193-212.
"Pierre Verger Candomblé. Schwarze Götter im Exil". http://www.schwarze-goetter-im-exil.de/deu/verger/candomble. (consultado na internet em 20.08.2006).
RASSOOL, C. & HAYES, P. (2001). Do trabalho de campo à exposição do império: a viagem da bosquímana /Khanako pela África do Sul, 1936-1937. In C.B. REZENDE & Y. MAGGIE (org.). *Raça como retórica*: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 311-349.
ROLIM, I. (2002). *O olho do rei*: imagens de Pierre Verger. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
SANTOS, A. V. dos. Alerta.(1933, 01 de abril). *A Voz da Raça*, 1 (3).
SILVA, A.. (1951, 15 de setembro). "As noivas dos deuses sanguinários" (fotografias de J. Medeiros). *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro.
TACCA, F. de. (2003b). "Candomblé – Imagens do Sagrado". *Campos*, 3:147-164, 2003.
____. (2003c) "Clouzot no Brasil". In: Fernando de Tacca (org.). *Mídia, cultura, comunicação*. Vol. II. 1ª. Edição. São Paulo, 69-91.
____. (2003a). *Entre a* Paris Match e O Cruzeiro: Imagens do Sagrado. Campinas, Relatório Final de Pesquisa. Bolsa Vitae de Artes 2002 – Fotografia.
VERGER, P. *Dieux d' Afrique*. Paris, 1955.
____. Entrevista. *Análise e dados*, março de 1994, n. 4, v.3. Bahia, Centro de Estatística e Informação, 39-41.
____. *Notas sobre o culto aos Orixás e Voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil, e na antiga Costa dos Escravos, na África*. 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
____. *Orixás*. São Paulo: Corrupio, 1981.
____. *Verger - Bastide*: dimensões de uma amizade. (org. A. Lühning). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

Anexo

Fig. 1: Mãe Senhora

Foto: Pierre Verger

Fig. 2: Mãe Menininha.

Foto: Ruth Landes

Fig. 3: Festa da Lavagem do Bonfim (1939)

Foto: Ruth Landes22

Fig. 4:Um elegun de Xangô

Foto: Ruth Landes

Fig. 5:

Foto: Pierre Verger

22 Fonte: Idem, p. 357.

Na legenda original da foto de Verger, Bastide diz:

> "Pensam que é um balé de negros? Não: são simplesmente pescadores em vias de tirar a rede da água.".

Fig. 6 Ritual de iniciação no candomblé

Foto: Henri-Georges Clouzot.

Legenda original: "a cerimônia de iniciação alcança o paroxismo do horror. O feiticeiro tira o líquido de dentro de uma bacia que foi preenchida com o sangue de um bode e de quarenta galos, pombas e galinhas de angola e besunta o crânio das moças, e unge suas nucas, seus peitos, seus pés e suas mãos. As pacientes são, sem descanso, presas de convulsões horríveis".23

Fig. 7"O sacrifício de aves e *animais*"

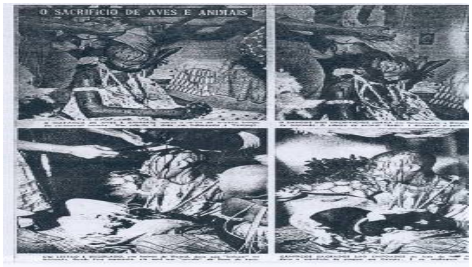


Foto: José Medeiros.

23 "la cérémonie d´initiation atteint le paroxysme de l´horreur. Le sorcier puise dans une cuvette qui a été remplie du sang d´un bouc et d´une quarantaine de coqs, de colombes et de pintades et en englue le crâne des jeunes filles, oint leur nuque, leur poitrine, leur pieds et leur mains. Les patientes sont sans cesse en proie à d´affreuses convulsions". "Les possédées de Bahia". Paris Match, no. 112-12, 12.05.1951, p. 12-18. [trad. minha].

Racismo e Ciências Sociais em Portugal; um balanço da última década.

João Filipe Marques
Universidade do Algarve
jfmarq@ualg.pt

Resumo: Uma das características centrais das Ciências Sociais de produção portuguesa acerca da imigração, da etnicidade ou da inserção dos grupos ditos «étnicos» ou «raciais» em Portugal foi, durante as décadas de 80 e 90, a quase ausência de referências ao racismo ou à discriminação racial. Esta constatação do «daltonismo racial» das Ciências Sociais não é negligenciável tratando-se de uma antiga nação colonial. Foi só na entrada para o século XXI é que estes conceitos entraram no discurso sobre o social e foi também apenas a partir da viragem do século que algumas pesquisas em Ciências Sociais – nomeadamente na área da Psicologia Social e da Sociologia - se dirigiram explicitamente para as questões do racismo, do preconceito e da discriminação. Destacam-se, por exemplo, os trabalhos de Jorge Vala, de Fernando Luís Machado, de Rosa Cabecinhas, entre outros. Esta comunicação procurará, precisamente, fazer um primeiro balanço dos resultados das pesquisas mais recentes acerca do racismo na sociedade portuguesa, explorando aquilo que as afasta – concretamente no plano teórico – mas também aquilo que as aproxima – em concreto, no plano de alguns resultados empíricos. Este balanço sobre as análises dos fenómenos de racismo observáveis na sociedade portuguesa, parece hoje imprescindível para as orientações e/ou aprofundamentos futuros da investigação da Ciência Social sobre o racismo.

1.

Uma das características centrais das Ciências Sociais de produção portuguesa acerca da imigração, da etnicidade ou da inserção dos grupos ditos «étnicos» ou «raciais» foi a quase ausência de referências ao racismo ou à discriminação racial. Foi apenas na última década, já na entrada para o século XXI, que o discurso sobre o social começou a utilizar conceitos como «racismo», «relações raciais» «discriminação racial» etc.

A constatação desta espécie de «daltonismo racial» das Ciências Sociais não é negligenciável tratando-se Portugal de uma antiga nação colonial. Contudo, conhecidos que são os efeitos de longa duração que a apropriação das doutrinas lusotropicalistas teve no pensamento socio-antropológico português poder-se-ia até colocar a hipótese segundo a qual, num primeiro momento da investigação em torno da imigração e das minorias étnicas, a evocação do eventual racismo dos portugueses teria constituído uma espécie de «tabu» para a maior parte dos sociólogos nacionais. Por outras palavras, na perspectiva de uma Sociologia da Sociologia poderíamos mesmo perguntar-nos se o mito lusotropicalista do «não racismo» dos portugueses que nos foi inoculado durante o Estado Novo (e talvez até antes) não terá sido incorporado até pelos cientistas sociais portugueses.

Com efeito, nos primeiros tempos da investigação sociológica sobre imigração e minorias étnicas, durante os anos 80 e 90, a maior parte dos autores procura outras causas para explicar, por exemplo, os conflitos entre portugueses e imigrantes de origem africana sem jamais tocar - nem mesmo sob a forma de hipótese – as questões do preconceito ou da discriminação. Naquele que é o artigo pioneiro sobre a imigração oriunda dos países africanos de língua oficial portuguesa para Portugal, a única menção ao eventual racismo dos portugueses aparece diluída na referência à falta de qualificação profissional dos imigrantes (Saint-Maurice & Pires, 1989, p. 222). Igualmente à laia de ilustração reveja-se, por exemplo, a excelente monografia sobre a comunidade cabo-verdiana residente em Portugal que foi realizada em meados da década de noventa (Saint-Maurice, 1997). Nesta obra, os conceitos de «racismo» e de «relações raciais» são curiosamente mencionados na «revisão da literatura» mas são completamente omitidos na abordagem empírica da realidade quotidiana dos cabo-verdianos em Portugal. Isto, mesmo quando nas respostas ao questionário principal da pesquisa a maior parte dos indivíduos interrogados (66,5%) afirma explicitamente que «a maioria dos portugueses é racista». (Saint-Maurice, 1997, p. 143) A percepção que os cabo-verdianos têm do racismo dos portugueses é, de algum modo, obliterada e inclusive interpretada apenas como um sinal da sua falta de integração na sociedade portuguesa pois os indivíduos «mais integrados» - aqueles que pertencem à elite económica cabo-verdiana - não considerariam os portugueses como racistas (*Idem*).

Só depois de ultrapassada esta espécie de interdito é que começaram a ser publicados alguns trabalhos sobre a imigração, os grupos étnicos, as minorias, a educação inter/multicultural etc. nos quais começam a ser mencionados os estereótipos e preconceitos existentes na sociedade portuguesa e a ser denunciadas pela ciência social algumas práticas de discriminação (Cf. Marques, 2007, pp. 164 e ss).

Mas parece ter sido só na última década que conceitos como «racismo», «preconceito racial» «estereótipo», discriminação racial» etc entraram com propriedade no discurso sobre o social e parece ter sido também apenas a partir da viragem do século que algumas pesquisas teoricamente suportadas em Ciências Sociais se dirigiram explicitamente para as questões do racismo, do preconceito e da discriminação. Destacam-se, por exemplo, os trabalhos de Jorge Vala, de Fernando Luís Machado, de Rosa Cabecinhas, entre outros.

Esta comunicação procura, precisamente, fazer um primeiro balanço ainda muito impreciso e impressionista dos resultados de algumas das pesquisas mais recentes acerca do racismo na sociedade portuguesa o que, no momento actual, parece importante para as orientações e/ou aprofundamentos futuros da investigação da Ciência Social sobre o racismo.

2.

A entrada do tratamento científico do racismo na sociedade portuguesa deu-se inegavelmente pela mão da Psicologia Social. Com efeit,o a primeira pesquisa inteiramente consagrada ao racismo foi levada a cabo por Jorge Vala e pelos seus colaboradores no final dos anos noventa (Vala, Brito & Lopes, 1998; Vala, 1999). Esta pesquisa, conduzida junto de uma amostra representativa da população de Lisboa e conselhos limítrofes, teve um quadro teórico de base inspirado, como foi dito, em diversos modelos provenientes da Psicologia Social, com especial destaque para o conhecido modelo psicosociológico de Thomas F. Pettigrew e R. W. Meertens.

Segundo este modelo, depois da Segunda Guerra Mundial, ter-se-ia desenvolvido, nas sociedades ocidentais, uma norma social contrária às crenças e aos comportamentos racistas tradicionais. O objecto da nova norma «anti-racista» é constituído, precisamente, pelas expressões tradicionais do racismo. Contudo, a adesão dos indivíduos a esta norma pode variar segundo os diversos processos de influência social: ela pode ser rejeitada (como nova norma), pode ser apenas aceite ou pode ainda ser completamente internalizada. Desta forma, os indivíduos que a rejeitam são aqueles que exprimem pública e abertamente crenças racistas; as suas respostas aos inquéritos de opinião são claramente anti-normativas. Os indivíduos que apenas aceitaram a norma, por seu turno, não exprimido o racismo tradicional, podem exprimir atitudes e crenças ainda próximas do racismo. Por último, os indivíduos que internalizaram a nova norma «anti-racista» fizeram-no num quadro de valores «igualitários» mais gerais e têm tendência para rejeitar quer o racismo «clássico» quer as suas «novas expressões».

É no quadro das hipóteses expostas, que Pettigrew e Meertens propuseram os conceitos de «racismo flagrante» (claramente anti-normativo), «racismo subtil» (aceitação da norma acompanhada por atitudes racistas não censuradas por essa norma) e «igualitarismo» (internalização da norma e dos valores igualitários que implicam a rejeição de ambas as formas de racismo). Segundo os autores do modelo, o racismo é definido, de um ponto de vista psicosociológico, como «um conjunto de crenças que justificam a discriminação em termos de uma suposta inferioridade racial. O racismo flagrante e o racismo subtil são duas formas contrastantes da expressão do mesmo fenómeno central. O racismo flagrante é violento, estrito e directo. O racismo subtil é frio, reservado e indirecto» (Pettigrew & Meertens, 1993).

O racismo «flagrante» integra duas dimensões: a rejeição do «exo-grupo» e a percepção de ameaça. O racismo subtil integra três dimensões: a percepção segundo a qual o «exo-grupo» não se conforma aos valores do «endo-grupo» (sobretudo os valores do trabalho e do sucesso), a acentuação das diferenças culturais entre os grupos e, finalmente, a incapacidade para exprimir emoções positivas relativamente aos membros do «exo-grupo».

O modelo utilizado por Vala e os seus colaboradores na análise do racismo da sociedade portuguesa parte precisamente da hipótese segundo a qual o pensamento do senso comum teria acompanhado as mutações observadas nos domínios científico e político e teria substituído as explicações biológicas do comportamento pelas explicações culturais. Uma das expressões desse «novo racismo» seria precisamente o deslocamento do tema das hierarquias raciais para o tema da absolutização das diferenças culturais, aparecendo este último sob a forma «subtil». O racismo exprimir-se-ia, em Portugal através de crenças socialmente aceites que consistem numa acentuação das diferenças culturais entre «brancos» e «negros» e na ideia segundo a qual os «negros» não partilham os valores necessários à adaptação à cultura dominante. Estas crenças seriam acompanhadas pela incapacidade em exprimir emoções positivas relativamente aos indivíduos categorizados como «negros».

Segundo as conclusões da investigação referida, os preconceitos racistas dos «portugueses relativamente aos negros» obedecem aos mesmos esquemas encontrados noutras sociedades «formalmente anti-racistas». Os resultados obtidos para a amostra nacional não diferem substancialmente dos que foram obtidos noutros contextos europeus. Isto é, no domínio das atitudes, o «racismo flagrante», a forma mais explicita e biologizante do racismo, teria sido substituída, por um «racismo subtil», mais normativo e de contornos culturalistas; isto em Portugal como em todas as outras sociedades que foram estudadas através do mesmo quadro teórico: Reino Unido, Holanda, França e Alemanha.

Numa outra aturada investigação realizada apenas uns anos mais tarde, e que contou com a participação de cerca de dois milhares de estudantes universitários em seis cidades portuguesas, uma outra psicóloga social chega a conclusões que, embora algo diversas, vão no mesmo sentido (Cabecinhas, 2007). A partir de uma aturada análise dos estereótipos recíprocos de portugueses e angolanos, Rosa Cabecinhas pôde concluir que, actualmente e de uma forma geral, os portugueses caracterizam positivamente os angolanos. Contudo, características como a «competência», a «responsabilidade», a «autonomia» ou a «individualidade» - i.e. os traços mais valorizados nas sociedades ocidentais modernas – são-lhes sistematicamente negados sendo-lhes atribuídas características que os associam a uma certa forma de «exotismo».

A autora conclui, por um lado, que a categorização racial e étnica Portugal continua a ser extremamente saliente e, por outro lado que uma das expressões dos racismos contemporâneos – nomeadamente daquela que é observável em Portugal - consiste da «homogeneização» das características das minorias. Concretamente no que diz respeito aos africanos – que constituíram o objecto privilegiado desta investigação -, os portugueses não possuem uma percepção diferenciada dos vários grupos nacionais africanos, homogeneizando-os como «negros».

Para Cabecinhas, «o racismo actual manifesta-se essencialmente pela negação do reconhecimento da singularidade do outro, ou seja, pelo tratamento dos membros das minorias não como 'indivíduos' mas simplesmente como 'representantes' de uma categoria homogénea. Este processo manifesta-se num tratamento mais automático da informação relativamente a estes grupos, isto é, mais baseado nos estereótipos sociais. Os membros das minorias tornam-se 'invisíveis' enquanto pessoas mas extremamente 'visíveis' enquanto grupo (Cabecinhas, 2007: 281).

Embora globalmente as expressões de racismo observadas na pesquisa de Cabecinhas tivessem sido relativamente baixas - o que se explica facilmente pelo facto de os participantes serem na sua totalidade jovens com altos níveis de

qualificações escolares -, os valores de «racismo subtil» foram significativamente mais elevados do que os de «racismo flagrante».

Ora o modelo teórico dos «novos racismos» que preconiza a passagem das expressões do «racismo flagrante às de «racismo subtil», seguido por Vala, Brito e Lopes e também, ainda que marginalmente, por Cabecinhas, merece-nos algumas considerações.

Em primeiro lugar pode-se sublinhar claramente que as teorizações e investigações da Psicologia Social relativamente ao racismo se referem ao domínio das atitudes, dos estereótipos e das representações sociais e não ao das acções, das condutas e dos comportamentos, o que nem sempre é explicitado pelos analistas. O livro de Cabecinhas, por exemplo, tem como subtítulo, «a naturalização da discriminação racial», ora o conceito de discriminação remete para um comportamento, para uma acção ou omissão (o tratamento socialmente diferencial daqueles que deviam ser tratados como iguais) e não para uma atitude ou crença.

Em seguida, é imprescindível desimplicar as atitudes e estereótipos – que são medidas através das escalas e listas dos psicólogos sociais - dos comportamentos racistas efectivamente observáveis na sociedade. Crenças, atitudes e opiniões racistas podem estar presentes nos espíritos dos indivíduos sem nunca serem objectivadas em condutas propriamente ditas. Desde os anos trinta que as Ciências Sociais sabem que as relações entre atitudes e condutas racistas não são necessárias, nem previsíveis, nem evidentes, Como resume Pierre-André Taguieff,

> Numerosos trabalhos estabeleceram que não existe uma relação causal (ligação necessária de causa-efeito) entre o racismo-preconceito (a esfera das opiniões, das atitudes, das crenças) e o racismo-comportamento (práticas de discriminação, de perseguição ou mesmo de exterminação), nem entre o racismo enquanto configuração ideológica (conjunto organizado de representações e crenças) e o racismo de perseguição ou de aniquilamento. Os comportamentos sociais dos racistas não podem, consequentemente ser previstos apenas a partir do conhecimento das atitudes ou das opiniões «racistas» (...). Esta desimplicação contraria claramente a opinião comum acerca do racismo que pressupõe como uma evidência indubitável que o preconceito «conduz necessariamente» ao acto, ou que o acto implica a presença de um preconceito ou de uma visão do mundo (Taguieff, 1993, p. 14 - 15).

Num terceiro momento, e como refere o sociólogo Fernando Luís Machado, que também se dedicou à análise dos fenómenos de racismo em Portugal, é possível apontar ao modelo da passagem do «racismo flagrante» ao «racismo subtil» facto de incluir na «escala do racismo subtil», temas que só uma extrema amplificação do conceito de racismo poderia qualificar como indicadores de preconceito racial (Cf. Machado, 2002). Podemos, por exemplo, interrogar-nos acerca da incapacidade em exprimir emoções positivas relativamente a um determinado grupo constituir uma atitude racista. Tratar-se-á de racismo quando os membros de um grupo preferem as suas próprias características culturais às de um outro grupo e se referem de forma mais positiva aos seus próprios valores do que aos desse outro grupo? Como continua a crítica de Fernando Luís Machado, se perguntarmos às pessoas se a religião, a língua ou mesmo os valores transmitidos às crianças desta ou daquela minoria são muito parecidos ou muito diferentes dos da maioria, e se essas diferenças existirem de facto, as respostas obtidas não podem ser consideradas como sinónimos de preconceito racistas, mas apenas como indicadores de conhecimento ou desconhecimento de factos objectivos. (*Idem*)

Por último, devemos igualmente interrogar-nos sobre o sentido da completa substituição «racismo flagrante» pelo «racismo subtil». Há muitas evidências que nos obrigam a relativizar o alcance destes enunciados, quer a pesquisa empírica de Fernando Luís Machado quer a minha própria demonstram que há muito pouco de «subtil» em muitas manifestações de racismo que são observáveis na sociedade portuguesa. Não se trata de afirmar que as *atitudes* de racismo subtil, tal como elas são medidas através das escalas dos psicólogos sociais, não existam, trata-se de defender que estas não substituíram completamente os *comportamentos* de «racismo flagrante».

A própria insistência científica no paradigma do «racismo subtil» pode ter como «efeito perverso» a ocultação das manifestações mais «flagrantes» do fenómeno. Segundo Machado,

> a insistência tendencialmente exclusiva na temática do racismo subtil, nos termos em que tem sido veiculada especialmente pelos estudos (…) de Thomas Pettigrew, tem favorecido a generalização da ideia de que, hoje, todo ou quase todo o racismo é desse tipo, o que não deixa de contribuir para substimar e ocultar as suas manifestações mais abertas» (Machado, 2002: 371).

Finalmente, e sem querer pôr em causa o valor intrínseco do modelo de Pettigrew e Meertens, o sociólogo pode também, com toda a legitimidade, interrogar-se sobre o sentido de uma certa evacuação do papel desempenhado pelas características societais e históricas na produção e reprodução, não apenas dos preconceitos raciais, mas também dos comportamentos racistas.

Uma das coisas que este modelo nos diz, em termos sociológicos, é que as sociedades democráticas e igualitárias se tornaram genericamente democráticas e igualitárias. Isto é, que estas sociedades se tornaram formalmente anti-racistas e que a maior parte dos indivíduos se tornaram «anti-racistas flagrantes». O modelo demonstra, efectivamente que há uma perversão nas sociedades democráticas que os autores chamam «racismo subtil»; o que não explicam são as especificidades próprias de cada sociedade democrática na produção e reprodução dos preconceitos e comportamentos racistas.

Um dos caminhos que Fernando Luís Machado explora no seu livro consagrado à integração das colectividades guineenses em Portugal (2002) procura precisamente revelar essas especificidades, não apenas relativas às expressões de racismo mas também relativamente à sua percepção por parte de colectividades migrantes com trajectórias diferenciadas de inserção na sociedade portuguesa. Efectivamente, a perspectiva de Machado, claramente sociológica, situa-se do lado das

percepções subjectivas do racismo por parte da colectividade guineense e não do lado da produção e reprodução de preconceitos por parte dos portugueses.

Desta forma, ao analisar as entrevistas em profundidade realizadas a guineenses a residir em Portugal, Machado vai utilizar o mesmo modelo que desenvolveu durante a década de noventa no estudo da etnicidade para analisar os fenómenos de racismo flagrante percepcionados pelos indivíduos de origem guineense: trata-se do conhecido modelo dos «contrastes e continuidades» e sociais e culturais. O autor conclui, assim, que tal como acontece com a etnicidade, o modo como os diversos sectores da população imigrante percebem o racismo depende dos seus modos específicos de inserção na sociedade portuguesa. Ou seja, quanto maiores forem os «contrastes» sociais e culturais entre as populações imigrantes ou os grupos minoritário relativamente à maioria mais intenso será o racismo e, inversamente, quanto maiores forem as «continuidades» menor intensidade este manifestará.

Este argumento explicaria, por exemplo, o facto de o racismo contra as populações de origem africana ser muito menos virulento (e menos diferencialista) do que o racismo contra os ciganos: estes acumulariam fortes contrastes sociais e culturais relativamente à maioria dos portugueses não ciganos. A explicação para a quase inexistência de manifestações de racismo relativamente às colectividades de origem indiana residiria, apesar dos manifestos contrastes culturais com a população portuguesa, na sua inserção económica extremamente bem sucedida, o que teria eliminado os contrastes no plano propriamente social.

Também a minha própria pesquisa nos obriga a entender que, embora mantidas a um nível claramente infra-político, pouco há de subtil em muitas das manifestações de racismo que são actualmente vividas e observadas na sociedade portuguesa (Marques, 2007). Seguindo a perspectiva inaugurada por Taguieff, Wieviorka, Schnapper, entre outros, esta investigação acerca do racismo em Portugal começa por distinguir as duas principais «lógicas» às quais o racismo obedece: a «lógica desigualitária» e a «lógica diferencialista». Trata-se, no fundo, da distinção entre duas lógicas que os cientistas sociais já conhecem há algum tempo de outro tipo de análises: a lógica da *desigualdade*, que remete para as formas de dominação e para o diferencial de recursos e de poder que existem dentro de um mesmo sistema socio-cultural; e a lógica da *diferença* que apela para a ideia de incompatibilidade entre sistemas socio-culturais percebidos como distintos na sua *essência*.

A partir da lógica da desigualdade é possível construir o tipo ideal do *racismo desigualitário*; uma forma de racização que admite aos grupos vítimas um lugar na sociedade, na condição de estes ocuparem os lugares mais desvalorizados, de serem, eventualmente, explorados e de se manterem relativamente «pouco visíveis». O racismo desigualitário concretiza-se no tratamento diferenciado de determinados indivíduos ou grupos que são considerados como *inferiores*, isto é, conduz à sua *discriminação*.

O racismo que deriva da lógica da diferença, por seu turno, não concede aos grupos percebidos como diferentes qualquer lugar na sociedade; pelo contrário, consiste na sua pura e simples rejeição e *segregação* ou, no limite, na sua exterminação ou destruição. O racismo «diferencialista», concretiza-se na expulsão da vida colectiva das categorias de indivíduos que são consideradas como absolutamente diferentes, logo, como «corpos estranhos» e por isso incompatíveis, ameaçadores ou poluentes.

Para conferir inteligibilidade às formas mas, sobretudo, para compreender as «causas» sociais do eventual racismo da sociedade portuguesa foram utilizados os dois tipos-ideais de racismo e foi reintroduzida a dimensão societal na análise.

Por um lado, os imigrantes africanos e os seus descendentes são sobretudo alvo de um «racismo desigualitário» ou de «inferiorização», claramente urbano, explícito e subsidiário das visões do mundo herdadas do passado colonial. Neste caso, são a discriminação em múltiplos domínios da vida social, eventualmente também a violência verbal, que constituem as principais manifestações desta forma de racismo. Por outro lado, os ciganos vêm-se como alvos de um racismo de características «diferencialistas», essencialmente rural, que se concretiza na sua violenta rejeição e afastamento. São a segregação e o desejo de expulsão desta comunidade que são aqui preponderantes.

A cor da pele continua ser uma marca de inferioridade e a desempenhar um papel preponderante nas relações entre portugueses e indivíduos de origem africana. O tratamento sistematicamente diferenciado, a inferiorização verbalizada ou não, as ofensas, constituem a regra e não a excepção no quotidiano das populações originadas pela imigração proveniente das antigas colónias. Estas colectividades vivem também uma espécie de exigência de invisibilidade na sociedade que é compatível com a lógica de racização desigualitária. Os imigrantes de origem africana e os seus descendentes, fazem parte da esfera produtiva mas, de preferência, em posições afastadas dos olhares e do convívio. A representação contemporânea do imigrante africano parece dever ainda muito ao imaginário dos «negro colonizado».

No que diz respeito aos ciganos a situação é completamente diferente. Eles são, segundo a investigação em causa, actualmente vítimas da lógica de racização» «diferencialista» ou de «exclusão». Não lhes é concedido nenhum lugar na sociedade, nenhuma função económica, nenhum espaço de interacção.

Quer ao nível das práticas quotidianas, quer ao nível dos acontecimentos excepcionais e violentos com carácter racista, a colectividade cigana é percebida enquanto incompatível, inassimilável e indesejável à sociedade portuguesa. As fontes desta rejeição diferencialista parecem poder ser encontradas, simultaneamente, na dissolução dos modos de vida típicos desta colectividade e nas transformações recentemente sofridas pela sociedade portuguesa. Os ciganos simbolizam, simultaneamente, o que a sociedade portuguesa não quer da tradição: a exclusão, a pobreza, o analfabetismo, a ruralidade, a dureza da vida e a sua precaridade, mas também aquilo que ela não quer da modernidade: o anonimato das relações sociais, a

igualdade de estatutos, a insegurança ou a criminalidade. É esta ambiguidade simbólica que os transforma no bode expiatório ideal para a rejeição diferencialista que, noutros contextos europeus vitimiza principalmente os imigrantes.

3.

Outras pesquisas acerca dos grupos étnicos formados ou não pela imigração e das suas relações com os restantes portugueses mencionam, agora sem rebuço, os eventuais preconceitos e comportamentos racistas de alguns portugueses. Poderíamos destacar, por exemplo, a pesquisa de Susana Silva e de Manuel Carlos Silva acerca das práticas e representações face aos ciganos realizada no distrito de Braga na sequência do «caso Oleiros» (Silva & Silva, 2002), bem como, a grande investigação intitulada «Do racismo e da xenofobia ao multiculturalismo» também levada a cabo por uma equipa da Universidade do Minho liderada por Manuel Carlos Silva e cuja publicação dos resultados aguardamos avidamente.

Todavia, para além da hetereogeneidade teórica e empírica é possível encontrar alguns denominadores comuns nos resultados das diversas investigações sobre o racismo na sociedade portuguesa. Em primeiro lugar, todas têm em comum o facto de terem deixado claro que o mito do «não racismo» dos portugueses, tão difundido entre a população, não passa disso mesmo um mito. Um mito que, embora elaborado com fins muito pragmáticos – manter o domínio das colónias fazendo passar a ideia da harmonia racial que nelas se viveria – acabou por vir a ter efeitos inesperados: acabou, de algum modo, por impedir a passagem do racismo para o campo do político (Marques, 2007). Efectivamente, existe unanimidade relativamente à ideia segundo a qual, apesar de existir racismo na sociedade portuguesa, este está longe de franquear os limites da arena política ou de ser inspirador ideológico de quaisquer actores políticos.

O racismo que é actualmente observável na sociedade portuguesa permanece, assim, inegavelmente no registo do «infra-político» e do «infra-doutrinário». A associação muito frequente noutras sociedades entre racismo e nacionalismo, a presença de colectividades imigrantes percebida enquanto ameaça à identidade cultural nacional permanecem residuais em Portugal. Não se pode falar de nem de temor de uma qualquer invasão nem de ameaça à identidade. Aliás, o tema da ameaça identitária, tão recorrente na literatura sociológica sobre o racismo e as «minorias étnicas» não parece ser significativo em Portugal.

Outro dos pontos onde convergem as diversas investigações e reflexões sobre o racismo em Portugal é na afirmação segundo a qual o país defronta uma verdadeira «questão cigana». Efectivamente, mesmo as pesquisas que têm outros grupos como objecto de estudo - como os «negros» (Vala,) os «angolanos» (Cabecinhas) ou os «guineenses» (Machado) - acabam por afirmar que as principais vítimas do racismo são as pequenas colectividades de ciganos portugueses espalhadas um pouco por todo o país e que estas serão, provavelmente, vítimas de um racismo mais virulento do que aquele que atinge outros grupos.

As várias pesquisas também comungam da ideia segundo a qual, em Portugal, contrariamente ao que se passa noutros países da União Europeia, quer o racismo anti-muçulmanos quer o antisemitismo têm expressões apenas residuais. Seja porque se trata de colectividades pouco visíveis e relativamente bem integradas ou porque a ideologia vigente alimenta imagens positivas acerca do papel de judeus e muçulmanos na herança cultural dos portugueses, o racismo contra estas colectividades não é significativo a ponto de merecer referências ou tratamento científico.

A investigação em torno dos fenómenos racistas em Portugal poderia, obviamente tomar múltiplos caminhos, um dos que seria, sem dúvida, pertinente seria o da avaliação o mais rigorosa possível da amplitude e características da discriminação dos grupos minoritários ao nível do acesso a bens e serviços «estratégicos», nomeadamente, ao nível do emprego, da habitação, da educação e formação, bem como ao nível do tratamento por parte dos serviços da administração pública. Tal implicaria, naturalmente a produção de instrumentos metodológicos específicos, mas poderia ser realizado, em concreto, através das técnicas conhecidas por *discrimination testing* que, segundo julgamos saber, nunca foram utilizadas em Portugal.

Trata-se de um conjunto de métodos que consiste na criação de situações experimentais que permitem «mostrar» a discriminação no desenrolar «normal» das interacções sociais, i.e. põem «a nu» tratamento diferenciado de indivíduos ou grupos em função das suas características fenotípicas ou da sua pretensa filiação étnico-cultural, religiosa etc. As técnicas de *discrimination testing* são particularmente eficazes para demonstrar a existência e a natureza de discriminações com bases étnicas, culturais ou raciais, nomeadamente em contextos, como o português, onde esta é sistematicamente negada.

Uma análise mais minuciosa dos processos de racismo e de discriminação racial deveria também debruçar-se na investigação da progressão profissional dos membros das «minorias étnicas». Por outras palavras, seria pertinente pesquisar, quer na administração pública portuguesa, quer nas empresas privadas a eventual existência do fenómeno que nos estudos acerca da discriminação de género é designado por *glass ceiling*; a existência de um «tecto de vidro», de uma barreira quase invisível que, depois da contratação impede certas categorias de indivíduos de progredir na sua carreira profissional ao mesmo título que as outras.

Para concluir, deve dizer-se claramente que o pequeníssimo balanço ensaiado nesta comunicação não permite – pelo contrário - que se afirme a escalada contemporânea das manifestações racistas em Portugal. Apesar de haver mais investigações no âmbito das Ciências Sociais, e de estas serem cada vez mais rigorosas e fundamentadas, não é possível assumir que o racismo seja hoje mais intenso do que era há alguns anos. O que se constata efectivamente é um aumento da tomada de consciência das suas manifestações, quer ao nível científico, quer ao nível político, quer mesmo ao nível do senso comum, o que não é equivalente a assumir uma progressão. Actualmente, as pessoas falam mais abertamente, queixam-se com mais facilidade, reivindicam – felizmente - sem temor os seus direitos de cidadania ; os fenómenos racistas são mais

mediatizados, mais combatidos e, consequentemente, mais visíveis. Contudo, de um ponto de vista estritamente científico, é preciso ser muito prudente para afirmar o aumento ou regressão de fenómenos como a descriminação, a segregação ou preconceito racial.

O que pode efectivamente dizer-se é que uma sociedade na qual as Ciências Sociais estão claramente mobilizadas para investigar, analisar e explicar o racismo e para, se for caso disso, falar e escrever sobre ele abertamente, é uma sociedade que está mais protegida contra a sua eventual escalada e inscrição nos domínios do político.

Referências:

Machado, F.L. (2002) *Contrastes e continuidades. Migração, Etnicidade e Integração dos guineenses em Portugal*. Oeiras: Celta.

Marques, J.F. (2007). *Do «não racismo» português aos dois racismos dos portugueses.* Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.

Marques, J.F. (2007) Les racistes c'est les autres ; sur les origines du mythe du «non-racisme» des Portugais. *Lusotopie*, XIV (1) mai, 71 - 90.

Pettigrew, T. F. & Meertens, R. W. (1993) Le racisme voilé : dimensions et mesure », in M. Wieviorka (dir.), *Racisme et modernité*. Paris: La découverte 109-126.

Saint-Maurice, A. (1997). Identidades reconstruídas. Cabo-verdianos em Portugal. Oeiras: Celta.

Saint-Maurice, A. & Pena Pires, R. (1989). Descolonização e migrações. Os imigrantes dos PALOP em Portugal. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, (10-11).

Silva, M. C. & Silva S. (2002). Práticas e representações sociais face aos ciganos. O caso de Vila Verde. *Sociedade Portuguesa. Passados Recentes, Futuros Próximos. Actas do IV Congresso Português de Sociologia.* Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia. CD-ROM.

Taguieff, P.-A. (1993). Les métamorphoses idéologiques du racisme et la crise de l'antiracisme. In P. A. Taguieff (Dir.), *Face au racisme.* Tome 2. Analyse, hypothèses, perspectives. Paris: Seuil.

Vala, J. (Org.) (1999). *Novos Racismos. Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta.

Vala, J., Brito R. & Lopes D. (1998). *Expressões do Racismo em Portugal*. Lisboa: ICS.

Os Conceitos de identidade e de diversidade em diferentes perspectivas

Francisca de Lima Constantino
Universidade Federal de São Carlos
franinha_tdb@yahoo.com.br
Marciele Nazaré Coêlho
Universidade Federal de São Carlos
marcielecoelho@yahoo.com.br

Resumo: Este resumo consiste em apresentar uma pesquisa de caráter qualitativo que resultou do Trabalho de Conclusão de Curso, cujo objetivo foi compreender como pesquisadores/as brasileiros/as estão tratando as questões de identidade e de diversidade, relacionando-as com o respeito à diferença, tomando como principal eixo a diversidade étnico-racial. Para tanto, analisamos nas revistas "Educação e Sociedade", "Revista Brasileira de Educação" e "Cadernos de Pesquisa", os artigos publicados no período de 2004 a 2006, que tratam dos conceitos de identidade e de diversidade, com o objetivo de conhecer como cada autor/a destas revistas aborda os conceitos citados e o modo como os relacionam com o respeito à diferença. Também analisamos as atuais políticas públicas brasileiras e como estas têm tratado a questão racial e o respeito às diferenças. Como metodologia de investigação, realizamos análise documental e revisão bibliográfica, acompanhada de fichamento e resumo crítico de livros, documentos e artigos referentes às questões sobre identidade e diversidade. Foram encontrados 19 artigos que diretamente ou indiretamente tratam dos conceitos focalizados. Neste estudo, percebemos a predominância de duas tendências de discussão: a pós-moderna e a multi/intercultural e apresentamos a comunicativa. Concluímos que os conceitos de identidade e de diversidade aparecem nos atuais debates de âmbito educacional, assim como, as políticas educacionais brasileiras parecem acompanhar tais debates, além disso, percebemos também, que o foco destes embates está mais centrado no Ensino Superior do que em relação ao Ensino Fundamental.

Introdução

O presente texto resulta do Trabalho de Conclusão de Curso1 intitulado *"Uma busca na compreensão dos conceitos de identidade e de diversidade em periódicos e leis educacionais brasileiros, no período de 2004 a 2006"* e teve por objetivo investigar o que autores/as da educação estavam produzindo sobre os conceitos de *identidade* e de *diversidade*, pensando as questões étnico-raciais em relação ao respeito às diferenças, assim como, analisar brevemente as leis educacionais brasileiras que tratam sobre a questão.

1 O trabalho referido foi apresentado como parte dos requisitos para a Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, em 2007 na Universidade Federal de São Carlos/SP/Brasil. Orientado pela Profa. Dra. Roseli Rodrigues de Mello e co-orientado pela Profa. Ms. Marciele Nazaré Coelho.

Para este fim, como metodologia de investigação, realizamos uma análise documental e revisão bibliográfica, acompanhada de fichamento e resumo crítico de livros, documentos e artigos referentes às questões sobre identidade. Em livros como "Racismo no, gracias: ni moderno, ni postmoderno" e "Nuevas perspectivas en educación", dedicados à temática, nos apoiamos para localizar diferentes perspectivas teóricas que têm dado base às discussões e reflexões. Os artigos das revistas acadêmicas brasileiras ("Educação e Sociedade", "Revista Brasileira de Educação" e "Cadernos de Pesquisa") e as leis e pareceres governamentais (Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 1996, Parâmetros Curriculares Nacionais de 1996, Lei 10.639 de 09/01/03, Estatuto de Igualdade Racial de 2003, etc.) constituem o material analisado. Nas três revistas de educação relacionadas, bem como nas políticas públicas, buscamos os conceitos de *identidade* e de *diversidade*.

Na busca pelos números publicados nesse período (2004-2006), foram encontrados 12 números na revista "Educação e Sociedade", 9 números na "Revista Cadernos de Pesquisa" e 9 números editados na "Revista Brasileira de Educação". Ao todo, foram encontrados 19 artigos nas três revistas, que abordavam direta ou indiretamente os conceitos de *identidade* e de *diversidade*.

Contextualizando a trajetória dos negros no Brasil

Com base nos fatos históricos, os negros que chegaram no Brasil foram trazidos da África à força, sendo vendidos e/ou trocados como mercadorias. Segundo Ianni (*apud* COÊLHO, 2005), "durante os séculos XVI e XIX, foram trazidos da África cerca de 9.500.000 negros, destes, trinta e oito por cento foram trazidos para o Brasil e, o restante, destinados a outros países ocidentais" (p.18). É preciso considerar que este povo foi arrebatado de sua pátria, na maioria das vezes pertencia a grupos diferentes, de diferentes etnias, origens, línguas regionais/ nacionais e foram obrigados a conviver todos juntos e a se entender num país estranho, sendo vistos como seres inferiores pelos brancos.

Os estudos de Luna (1976) e Brookshaw (1983), (*apud* COÊLHO 2005), apontam que os negros trazidos para o Brasil foram destinados ao trabalho escravo, primeiro como mão-de-obra na cana-de-açúcar e no cultivo do algodão na região Nordeste do país, depois na lavoura do café e na mineração na região Sudeste e, no Sul, trabalharam no campo. Mais tarde, alguns passaram a desempenhar afazeres domésticos nas mais diferentes regiões do Brasil. Eles não contribuíram apenas com o trabalho braçal, mas também com a sua cultura, tradições, língua, etc.

Com a declaração do fim da escravidão no dia 13 de Maio de 1888, os negros no Brasil começaram a viver novos dramas, agora sem trabalho, moradia e escolaridade, passando a viver à margem da sociedade, que buscava na imigração, principalmente de italianos, um embranquecimento da Nação, criando, dessa forma, mais um tipo de exclusão.

Ou seja, os negros, mesmo após a declaração do fim da escravidão, continuaram sendo vistos como uma mercadoria, mas agora uma mercadoria sem utilidade e descartável, a qual não merecia preocupação de qual seria o seu destino, já que, uma vez, tratado como mercadoria era um sujeito sem direitos.

E dentro deste contexto a população negra foi lutando e ainda luta pelos seus direitos, assim como, pelo reconhecimento e valorização da contribuição do povo negro na formação do país, que diz viver uma "democracia racial", mas que ao se deparar com a luta por equidade entre negros e brancos, nega-se a admitir que ainda mantém sobre o negro o mesmo olhar de séculos atrás e que a escravidão que se arrastou durante três séculos no país deixou marcas profundas que refletem sobre a vida do negro ainda hoje.

Segundo autoras como Coêlho (2005) e Gomes (2003), a democracia racial não existe sendo um mito. Coêlho (ibid) argumenta que há *"no imaginário coletivo de grande parte dos brasileiros, a idéia de que vivemos uma plena e total democracia racial, ou seja, brancos e negros convivem harmoniosamente e pacificamente..."* (2005, p.16), e Gomes (ibid) diz que *"ao não politizarmos a 'raça' e a cultura negra caímos fatalmente nas malhas do racismo e do mito da democracia"* (2003, p.78). Com base nos estudos de Moehlecke (2004), pode-se dizer que *"o movimento negro passou a denunciar a democracia racial e a mestiçagem brasileira como um etnocídio, na medida em que negavam ao negro uma existência própria"* (p.765).

Sendo assim, lutar por uma identidade negra é admitir que não vivemos uma democracia racial e que está é um mito, o qual serve para legitimar uma falsa convivência harmoniosa, minimizando os conflitos existentes entre esses sujeitos (negros e brancos).

Dessa forma, na prática, a idéia de democracia racial não se configura, pois há uma desigualdade entre estes sujeitos, que afeta suas vidas em todos os âmbitos, seja político, econômico, cultural e social.

O mito da democracia racial e a idéia de que somos todos iguais, muitas vezes nos leva a não percebemos que há o preconceito e de que vivemos em um país que é racista e que na prática, a diversidade cultural é desconsiderada. Como cita Coêlho (2005*), "a diversidade étnica e racial de cada sociedade ou grupo é compreendida a partir da natureza dos contatos no interior desta sociedade, das relações que se estabelecem"* (p.53). E ainda como expõem Gonçalves e Silva (1998), "(...) *A diversidade cultural se constitui em um problema, ali, onde a convivência humana é marcada por conflitos dramáticos*, motivados por preconceitos e discriminações étnicas, de gênero, de preferências sexuais, de gerações e outros (...)" (p.25).

Segundo Maria Helena Souza (apud COÊLHO 2005), *"o preconceito pode não ferir o direito do outro, mas ele é prejudicial na medida em que é o primeiro passo para atitudes discriminatórias"* (p.22).

Portanto, diante destes apontamentos, considerarmos a diversidade na qual estamos inseridos/as, de forma consciente e crítica, significa enxergarmos as diferenças presentes na sociedade e irmos além, percebendo e dialogando com os conflitos existentes no seu interior. Sem deixarmos de considerar que a valorização da identidade também se faz relevante

dentro de uma realidade em que muitas vezes o tom de pele, o tipo de cabelo e a raça a qual o sujeito pertença, vai lhe abrir ou fechar caminhos. Uma vez que, a identidade é algo construído historicamente, portanto, a mesma pode passar por um processo de construção e reconstrução de forma a valorizar o que muitas vezes se quer negar por outros.

Como cita Coêlho (2005),

> As identidades são construídas e reconstruídas a partir das relações e do contato, atrelados à convivência com o outro sujeito, situação em que não se fica imune a essa cultura, a esse modo de ver, sentir e pensar da sociedade outra que ele representa (p.29).

Portanto, a identidade é um processo de construção que implica fatores sociais, históricos, culturais e políticos, além de características físicas e corporais, sendo assim, um processo complexo que engloba, além dos fatores já citados, o olhar para si diante do outro.

Destacamos aqui, formas de como pode ser construído o processo de identidade, classificado em três fases. Kabengele Munanga (*apud* AMORIN e MULLER 2004) distingue três formas que para ele são de origens diferentes:

> (...) a primeira é a identidade legitimadora, elaborada pelas instituições dominantes da sociedade, essa cria uma sociedade civil; a segunda é a identidade de resistência, produzida pelos atores sociais que se encontram em posição, ou condições, desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica dominante conduzindo-os através das resistências coletivas a se formarem em comunidades; e a ultima constitui-se na identidade-projeto (p.8).

Na última fase o sujeito toma consciência de quem ele é e se auto-define; nas palavras do autor:

> (...) os atores constroem uma nova identidade redefinindo sua posição na sociedade com base no material cultural à sua disposição. São sujeitos produzidos, quando há no indivíduo um desejo de criar uma nova história pessoal, de dar sentido às experiências de vida individual, este se transforma em sujeito (ibid).

Com base no processo descrito, acreditamos ser necessário construirmos uma identidade negra positiva, desde a infância, pois como cita Gomes (2003), *"construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros"* (p.171). Dessa forma, o processo de valorização da identidade negra deve ocorrer ao longo da vida dos sujeitos, seja no ambiente familiar, seja na escola. Portanto, torna-se um desafio para a educação, pois o espaço escolar deve ser um dos meios para se combater o racismo e construir uma sociedade que saiba viver na diversidade e no respeito às diferenças; para tanto, é preciso que haja ações efetivas dentro da escola que valorizem o ser humano, enquanto ser social, portanto, sujeito carregado de traços físicos e corporais, histórias, culturas e crenças.

Com base em Gomes (ibid), a construção da identidade é um processo contínuo que se dá em todos os âmbitos, inclusive o escolar. Sendo assim, mais que um espaço permeado de ideologia a escola deve ser um espaço permeado de diversidade étnico-racial, onde o falar está na diversidade e o silenciar na ideologia. Ou seja, cabe à escola ser um espaço onde todos/as possam viver essas diferenças de maneira igualitária e não de forma a reproduzir as desigualdades sociais, procurando respeitar e valorizar a diversidade na qual a nossa sociedade é construída.

Uma breve análise sobre os artigos encontrados

Após a seleção dos artigos a serem estudados, passamos a análise e consideramos que boa parte ou a maioria deles não define os conceitos de identidade e de diversidade, o que não significa que estes conceitos não apareçam nos textos citados. Poucos foram os/as autores/as que não falaram de identidade e de diversidade, ou de um ou outro conceito. Ou, ainda, os que não falaram de forma direta sobre os conceitos, indiretamente remetiam à afirmação ou à construção da identidade; muitos/as se utilizam do conceito de raça para chegar à identidade. Em relação ao enfoque dado aos conceitos de identidade e de diversidade, percebemos que há uma variação, diversificando entre raça, etnia e cultura, o que causa certa dificuldade na compreensão de tais conceitos.

Há uma predominância de duas perspectivas teóricas nos artigos apresentados, a *pós-moderna*, que trabalha a questão dos conceitos analisados, mas não discute os conflitos existentes em relação às diferenças, e a *multi/intercultural*, que percebe as diferenças e busca o diálogo entre elas. A corrente multiculturalista é a mais citada como teoria de discussão da identidade negra e da diversidade, mesmo que na maioria das vezes apareça como pano de fundo.

O conceito de raça é trabalhado em vários artigos, articulando-se com a identidade. Assim como, a igualdade étnico-racial e as ações afirmativas se articulam na discussão das identidades positivas e na afirmação da identidade negra. Nos artigos há também uma discussão que associa o desempenho escolar, ao gênero e raça, apontando os meninos negros como aqueles mais indicados para reforço, com baixo desempenho escolar e pouco elogiados. As pesquisas mostram que o baixo rendimento escolar está mais associado à cor das crianças no momento do/a professor/a apontar quem é o/a indisciplinado/a do que a renda familiar, sendo esta levada em menor consideração. Também foi mostrada a dificuldade que professores/as têm em trabalhar a diversidade e a identidade negra em sala de aula.

Uma questão bem problematizada nos artigos foi em relação à adoção de políticas públicas universalistas e as denominadas, em alguns textos, como políticas de discriminação positiva, assim como, assumir ou não uma posição racial. Foi possível perceber que há certa discordância em relação a estas questões, ainda que não apareçam em todos os textos, percebemos que a adoção de cotas para negros em universidades e outros espaços não se tornou um consenso no meio acadêmico e tão pouco, assumir uma posição racial, já que alguns autores/as argumentam no sentido de uma identidade nacional.

No entanto, consideramos que há diferenças raciais e culturais que reforçam as desigualdades existentes na sociedade brasileira, considerada, por alguns, igualitária no sentido de que todos/as têm as mesmas oportunidades e que políticas universalistas são suficientes para dar condições a todos/as de alcançarem um lugar nas universidades públicas, nos melhores cargos, ter os melhores salários, etc. Contudo, acreditamos que sem ações afirmativas, em curto prazo não é possível garantirmos aos negros, assim como, aos indígenas um lugar na Universidade, por exemplo, pensando políticas universalistas.

Como cita Santos (2005),

> (...) temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades. (*apud* PIOVESAN, 2005, p.48)

Sendo assim, reforçando a idéia de Santos (ibid), citamos Flecha e Gomes (1995), que falam sobre o princípio de *igualdade das diferenças*, o qual *"orienta um processo de luta por conseguir uma posição igualitária das diversas culturas, setores e indivíduos"* (p.96).

Ou seja, estamos falando da garantia de mesmas condições de educação, trabalho, moradia e saúde, independente de raça, gênero, crença e cultura, dentro de uma sociedade sexista e racista, portanto, que exige medidas que garantam diferentes condições para aqueles/as que têm o acesso negado em vários âmbitos da sociedade.

Como cita Araújo (1987), *"(...) a raça pode ser concebida como um fato social, referido aos significados atribuídos pelas pessoas a atributos físicos e que servem para demarcar indivíduos e grupos, como uma percepção social que caracteriza"* (*apud* CARVALHO, 2005 p.78). Daí a importância de discutirmos a questão da raça como posição política, uma vez que ela qualifica ou desqualifica o indivíduo conforme sua cor de pele. Como afirma Guimarães (1999), o conceito de raça é um "construto social" que serve para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. (*apud* CARVALHO, 2005 p.78)

Portanto, se objetivamos uma sociedade mais igualitária no sentido do que propõe o princípio da igualdade de diferenças, precisamos começar a enxergar essas diferenças e dialogar com elas para efetivamente construirmos uma sociedade mais justa e de iguais condições a todos/as. Para isso, é necessário reconhecermos e valorizarmos as identidades e culturas que compõem o povo brasileiro na sua diversidade, pois manter a idéia de que somos iguais, que a nossa identidade é a brasileira, ou que somos um povo mestiço de várias cores e culturas, é anular essas diferenças, é anular a cada uma dessas cores, é anular a cada uma das culturas, que compõem a sociedade brasileira. É criar uma falsa sociedade igualitária que serve apenas para manter o que está posto e para afirmar as desigualdades e a noção de uma cultura branca dominante.

É continuar vivendo sob o olhar da democracia racial, difícil de ser "quebrado" e que torna difícil falarmos de diferenças e desigualdades, seja ela no espaço social e político, seja ela no âmbito educacional, pois a idéia de igualdade está arraigada na população brasileira, que começa a despertar, ainda que a pequenos passos e sob pressões, para o fato de que não vivemos, ainda, em uma nação igualitária.

Sendo assim, destacamos, com base em Flecha e Gomes (1995), a perspectiva comunicativa2, que acredita na transformação e que leva a princípios como a igualdade e a liberdade, considerando a diferença como parte da igualdade, como direito igualitário que tem todo mundo de viver diferente. Sendo assim, a perspectiva comunicativa considera que as etnias não são superiores, nem inferiores, mas sim diferentes, e discorda do relativismo que vê as diferenças, mas acredita na dominação entre culturas, e acha que o diálogo não soluciona os conflitos existentes entre as culturas. A perspectiva comunicativa acredita que a igualdade das diferenças busca condições mais livres e igualitárias de diálogo como espaço social para um novo tipo de comunicação entre culturas.

Neste sentido, defendemos uma educação que pense, valorize, enxergue e dialogue com as diferenças presentes em sala de aula, no espaço escolar e fora dele. Pois a escola é um dos espaços formativos dos/as novos/as cidadãos/ãs; portanto, não é o único meio de transformação, mas é um meio de transformar ou, por outro lado, de continuar disseminando uma falsa igualdade, homogeneizando e excluindo as diferenças. Como cita Elboj (2001),

> (...) o respeito à diversidade educativa e cultural baseado na mera adaptação das diferentes realidades sociais e pessoais se traduz em uma adaptação das desigualdades. O princípio pós-moderno de singularidade tem sido o principal instrumento legitimador do impulso dessa desigualdade educativa e cultural em alguns países. (272)

Para a autora (ibid), quando o conceito de igualdade não considera a diferença, se impõe um modelo homogêneo de cultura que produz exclusão e desigualdade. Portanto, precisamos considerar a diferença e a igualdade. Diferença para dar base à educação na diversidade de culturas e de pessoas que estão presentes nas escolas e que sirva para promover o desenvolvimento das próprias culturas e identidades e não só manter. Igualdade para garantir que toda pessoa pode adquirir as competências necessárias dentro da sociedade atual e desenvolver todas as culturas e identidades.

Sendo assim, cabe à escola o papel de enxergar os conflitos entre as culturas, promover o diálogo entre as diferenças e garantir aprendizagem de máxima qualidade para todos/as independente de sexo, raça, religião, classe social, etc.

---

2 A perspectiva comunicativa tem como base teórica a Ação Comunicativa de Jurgen Habermas e a dialogicidade de Paulo Freire. "(...) a perspectiva da ação comunicativa supõe, a substituição da linguagem perlocutória, pela linguagem que busca comunicar, ganhando lugar a pretensão de validade. O conceito de dialogicidade de Paulo Freire vem na mesma direção, como cita o autor, a relação dialógica implica um falar com, e não num falar por ou num falar para, pois não se trata da conquista de uma pessoa por outra; senão que é uma conquista do mundo pelos sujeitos dialógicos". (Mello, 2003)

Além de possibilitar aos/as seus/as educandos/as o reconhecimento e a valorização da sua identidade étnico-racial e histórica. Como cita Freire (1996):

> (...) Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar (...). (p.41)

Portanto reforçamos o espaço escolar como o lugar a mais para se falar, pensar, construir identidades e valorizar culturas, uma vez que, este é um dos espaços que aglomera um número diverso de pessoas com diferentes hábitos, costumes, crenças e idéias, passando boa parte de sua vida dentro da escola.

E ainda destacamos e consideramos que o conceito de "identidade de projeto", de Castells (1988, apud Elboj, 2001, p.111), está articulado à perspectiva comunicativa, pois os atores constroem novas identidades a partir do contato com os materiais culturais e, assim, vão definindo e redefinindo o local social, o que possibilita mudanças na estrutura social, como é o objetivo da perspectiva comunicativa que também foca: "(...) interculturalismo e pluriculturalismo como opções de uma dinâmica de diálogo livre para a igualdade". (Flecha, 1994, p.72)

Sendo assim, diante de tudo o que foi apresentado, consideramos que os conceitos de identidade e de diversidade, com relação ao respeito às diferenças perpassam muitas teorias e alguns conceitos, ganhando maior ou menor ênfase em cada um; porém em todos são abordados, citados e comentados. Desta forma, percebemos a relevância na compreensão de tais conceitos e reconhecemos a complexidade dos mesmos. Falar sobre identidade e diversidade é algo conflitante, que está imbuído de valores e ideologias, que perpassam por outras questões tão conflitantes quanto à questão da identidade e da diversidade, pois, ao pensarmos diversidade e construção de identidade, considerando a população negra e mesmo a indígena, temos de nos remeter a questões de raça, racismo, preconceito, discriminação e desigualdade.

Dessa forma, algumas perspectivas, desconsideram as questões étnico-raciais, limitando-se apenas aos fatores sociais os quais não excluímos, mas acreditamos que as desigualdades estão além do fator social e que há fatores históricos que contribuem para esta desigualdade gritante, entre brancos e negros, que se arrasta há séculos e que criou no imaginário do povo brasileiro a idéia de sermos todos iguais e termos, as mesmas condições. Assim, nessa lógica, se alguns têm mais acesso e direito a espaços como a universidade pública, é por mérito e não por falta de igualdade de condições materiais e de respeito cultural. Como cita Freire (1996),

> (...) A discriminação racial não pode, de forma alguma, ser reduzida a um problema de classe como o sexismo, por outro lado. Sem, contudo, o corte de classe, eu, pelo menos, não entendo o fenômeno da discriminação racial nem o da sexual, em sua totalidade, nem tampouco o das chamadas minorias em si mesmas. Além da cor da pele, da diferenciação sexual, há também a "cor" da ideologia. (156)

Assim, concluímos que os conceitos de identidade e de diversidade, assim como o da diferença, estão em debate, no entanto, fica a impressão que este debate está mais no âmbito acadêmico, do que nas escolas de ensino básico. O que não significa dizer que hoje não estamos caminhando na busca de encontrar soluções para reconhecer, valorizar e dar condições a grupos minoritários ou desfavorecidos culturalmente de ter acesso e permanência em todos os níveis de educação e em outros espaços da sociedade, bem como, tornar efetivo o diálogo sobre as diferenças nas escolas de ensino básico.

No entanto, este caminhar é lento e a adoção de políticas de ações afirmativas serve para despertar a população brasileira para o fato de que não somos iguais quando falamos de mesmas oportunidades, ou melhor, mesmas condições sociais e étnico-raciais. Mas, atualmente, há uma movimentação que considera as desigualdades e fomenta ações políticas e sociais que transformem o país, tirando-o dessa pseudo-harmonia multifacetada e colorida e reparando injustiças sociais, políticas e históricas que estigmatizam a população negra até os dias de hoje.

O que dizem as leis educacionais brasileiras

Diante de tudo o que foi apresentado, consideramos que atualmente, o Brasil caminha rumo a um processo que busca garantir mais igualdade de oportunidades aos grupos etnicamente menos favorecidos e reparar de alguma forma injustiças históricas e sociais praticadas ao longo dos séculos. Desta forma, o governo passou a tomar medidas políticas que assegurem a estes grupos mais igualdade de oportunidade, abrindo espaço nas leis para a questão racial.

Em 21 de março de 2003, criou-se a Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) e no dia 20 de Novembro de 2003 foi decretada a Lei nº 4.886 que instituiu a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PNPIR, que tem por objetivo geral a redução das desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra, mediante a realização de ações exeqüíveis a longo, médio e curto prazos, com reconhecimento das demandas mais imediatas, bem como das áreas de atuação prioritária. Como objetivos específicos da Secretaria, destacamos a defesa de direitos, a ação afirmativa, articulação temática de raça e gênero. (ver – www.mec.org.br)

Além desta medida, também foi aprovada, em 2003, a Lei nº 10.639 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Segundo Coêlho (2005),

> a Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), já havia previsto o estudo a favor da diversidade étnica, mas, esta, no entanto, era tratada de forma geral, "orientando" o ensino de História do Brasil a levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias, de forma a ressaltar a cultura indígena, africana e européia. (p.61)

Dessa forma, a Lei nº 10.639 vem alterar a Lei nº 9394/96 nos seus artigos 26 e 79, com a inclusão da temática "Historia e Cultura Afro-brasileira" no currículo da rede oficial de ensino, contribuindo de forma positiva para a imagem, auto-estima, cultura e identidade dos sujeitos negros.

Com base em Dias (2005), destacamos a relevância da Lei nº 10.639, pois ela vem para explicitar uma mudança efetiva no texto da LDB, que anteriormente era difuso e abrangia outras etnias; agora está focado no ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira, estabelecendo:

> "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.
>
> § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.
>
> § 2º Os conteúdos referentes à História e cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.
>
> "Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra".

Como cita Coêlho (2005), "a nova lei busca despertar a consciência política e histórica da diversidade, pensando nos princípios de igualdade, garantia de direitos, diversidade nos modo de ser, fortalecimento das identidades" (p.62). A lei nº 10.639 está de acordo com o estabelecido na Constituição Federal nos seus artigos 5º, I; 206, I; 210; 215; 216 e § 1º do Art.242 que resumidamente tratam dos direitos e obrigações iguais a homens e mulheres, direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, ensino da História do Brasil, considerando as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.

Conforme Silva (2007), o Conselho Nacional de Educação (CNE), no cumprimento de sua função de interpretar e regulamentar, com o objetivo de que venham a ser implantadas as determinações da lei da Educação Nacional, aprovou, por meio do seu Conselho Pleno (CP), em 10 de março de 2004, o Parecer CNE/CP 3/2004 e a Resolução CNE/CP 1/2004 que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e cultura Afro-Brasileira e Africana. O parecer "trata de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros". (Parecer CNE/CP 3/2004, p.10)

Outro documento que vem contribuir na questão étnico-racial é a publicação dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), que incluem o volume sobre Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Como o foco da pesquisa é a questão da diversidade e da identidade, vamos nos ater, nos PCN, à Pluralidade Cultural, que é um dos temas transversais propostos pelo documento e no qual a questão da raça aparece como tema a ser trabalhado nas escolas de ensino fundamental, com o intuito de contribuir para a construção da cidadania na sociedade pluriétnica e pluricultural.

Com base em autores/as estudados/as, há uma concordância de que a implantação dos PCNs e, mais especificamente, do volume Pluralidade Cultural, significou um avanço para a educação na questão da diversidade, pois o documento busca apoiar as questões de respeito, integração e aceitação das diferentes culturas. No entanto, há ressalvas com relação ao fato de que o documento expõe a questão da diferença e a reconhece, mas não propõe um efetivo diálogo entre elas, pois "(...) deixaram de analisar as tensas relações étnico-raciais no Brasil, notadamente as vividas entre negros e brancos (...)". (Silva, 2007, p.107)

Além das leis e documentos já citados, destacamos também o Estatuto da Igualdade Racial, que tem por objetivo combater a discriminação racial e as desigualdades raciais que atingem os afro-brasileiros, incluindo a dimensão racial nas políticas públicas desenvolvidas pelo Estado. O Estatuto busca garantir a inserção da cultura negra nas escolas, no mercado de trabalho e nas universidades, considerando que o/a negro/a faz parte do povo brasileiro. Como cita Paulo Paim (2003),

> Cultivar as raízes da nossa formação histórica evidentes na diversidade da composição étnica do povo é o caminho mais seguro para garantirmos a afirmação de nossa identidade nacional e preservarmos os valores culturais que conferem autenticidade e singularidade ao nosso País (p.29).

Portanto, o Estatuto da Igualdade Racial vem ao encontro das leis e documentos citados acima e amplia a defesa dos direitos da população negra no país, uma vez que defende o direito à educação, até questões como terra, trabalho, sistemas de cotas, meios de comunicação, etc. Considerando que este estudo está voltado à questão educacional, destacamos alguns artigos do Estatuto, que dispõem sobre a temática: Art. 18, §1º A, § 2º; Art. 19; Art. 20 – parágrafo único; Art. 21; Art. 22, I, II, III, IV; Art. 22 e Art. 26, I, II e V. Em resumo, estes artigos tratam de garantir, apoiar, incorporar, desenvolver e estabelecer programas no âmbito educacional que reconheçam, valorizem, respeitem e debatam sobre as questões raciais, considerando a composição histórica do nosso país.

Como ação governamental, pensando, ainda, sobre o respeito à diversidade, foi criada, em julho de 2004, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), que tem por objetivo contribuir para a redução das desigualdades educacionais, por meio da participação de todos os cidadãos, em especial de jovens e adultos, em políticas públicas que assegurem a ampliação do acesso à educação continuada. Além disso, a secretaria responde pela orientação de projetos político-pedagógicos voltados para os segmentos da população vítima de discriminação e de violência. Na SECAD,

estão reunidos temas como alfabetização e educação de jovens e adultos, educação do campo, educação ambiental, educação escolar indígena e diversidade étnico-racial. (ver – www.mec.gov.br)

Neste momento, o Brasil passa por uma nova articulação referente à educação. Está sendo articulado o Plano Nacional de Educação (PNE), cujo objetivo é direcionar políticas educacionais, com a finalidade de orientar e coordenar ações do poder público nas três esferas da administração (União, Estados e Municípios). O PNE estabelece a necessidade de que Estados e municípios elaborem seus Planos Decenais, que nortearão toda a política educacional do Estado e dos municípios nos próximos dez anos, visando segundo o Art. 214 da Constituição Federal, I – erradicação do analfabetismo; II – universalização do atendimento escolar; III – melhoria da qualidade do ensino; IV – formação para o trabalho e V – promoção humanística, cientifica e tecnológica do país. (ver - www.ceepsp.gov.br)

Este artigo constitucional apresenta cinco prioridades que precisam ser contempladas tanto pelo PNE como pelos Planos Estaduais de Educação, sendo que cada Estado levará em consideração esta determinação e outras prioridades que correspondam às suas necessidades. O Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso de Todos pela Educação, envolvendo União, Estados, Municípios e a participação das famílias e comunidade, por meio de ações e programas de assistência técnica e financeira, propõe diretrizes e estabelece metas para o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

Estas são algumas das leis nacionais e estaduais que asseguram a questão do respeito à diferença étnico-racial. Vale também destacar o sistema de cotas para negros nas Universidades, que foi implementado em universidades públicas brasileiras, mas não nos aprofundaremos nessa questão específica, uma vez que nosso objetivo é apenas mapear leis nacionais e estaduais que norteiam a questão da raça, pensando diversidade e respeito à diferença no ensino de básico.

Portanto, com base no que foi estudado, é possível perceber que as leis, a princípio, não traziam muitas contribuições à questão da diversidade racial e que esta ainda é uma questão recente, em termos de ganhos políticos no âmbito educacional e social. Como podemos observar na Constituição Federal e na LDB 9394/96, antes da lei nº 10.639, tal questão era tratada de forma muito genérica e global. Como cita Dias (2005),

> A busca pela questão de raça nas leis educacionais (...) reflete a tensão presente na sociedade. De um lado, políticas que pretendem a permanência do racismo estrutural, revelado ora pela invisibilidade da raça, ora pelo mito da democracia. De outro, a luta pelo rompimento desses mecanismos. (p.59)

Através dos estudos de Dias (ibid), consideramos que as leis também passaram por um processo de transformação, saindo da invisibilidade e entrando nas lutas que há muito o Movimento Negro vem travando e a partir das quais conquista espaço. Como cita a autora (ibid), a Lei 4.024/61 trata, como um dos fins da educação, a condenação de quaisquer preconceitos de classe e de raça, ainda que pensando educação para todos, no entanto, mesmo com a modificação das Leis nº 5.540/68 que tratou do ensino superior e 5.692/71 que se referiu ao ensino fundamental e médio, não houve um intenso debate como ocorreu na aprovação da Lei nº 4.024/61, dessa forma, as referências à raça não mudaram na 5.692/71, mantendo o texto como aparecia na lei anterior, o que representa uma estagnação. Já no processo da Lei 9.394/96 ocorre toda uma discussão, a qual cruza outros movimentos que têm como marcos impulsionadores – o Centenário da Abolição, em 1988, e os 300 Anos da Morte de Zumbi dos Palmares, em 1995. Dias (ibid) também destaca o artigo 5º, inciso XLII, regulamentado pela Lei 7.716/89, chamada lei Cão, da Constituição de 1988, que transformou o racismo em crime a ser punido com prisão. Segundo Dias (ibid),

> a Lei 10.639 teve como função responder às antigas reivindicações do Movimento Negro, mas com novas preocupações – principalmente com a implantação da mesma. (...) coube aos movimentos negros organizados e à academia engajada atuar estrategicamente para a organização e a definição de políticas públicas que dessem conta de que as leis não fossem meras letras mortas em papel, mas que, ao contrario, ensejassem muitas mudanças (p.59).

Assim, a Lei 10.639 traz um novo compromisso ao ensino da História Brasileira, buscando valorizar e mais que isso, divulgar a cultura negra como parte constituinte da "cultura brasileira" que não deve ser descartada ou menosprezada, pois o seu valor é de "igual peso ou medida" como de outras culturas que ajudaram a compor a história do Brasil. Também pode proporcionar a educadores/as, coordenador pedagógico, alunado e todo o corpo formativo da escola uma nova forma de pensar e refletir as questões raciais, de maneira explicita e objetiva, desde que haja o esforço de todos/as para que a lei realmente seja cumprida e o ensino da História Africana e dos negros não fique restrito a datas comemorativas, em que algum momento do ano será lembrada, e que possivelmente não trará muita reflexão sobre o assunto.

Diante do que foi apresentado sobre as leis é de extrema importância que haja a formação dos/as professores/as para que estes/as coloquem em prática na sala de aula o trabalho sobre o tema já citado, pois somente dessa forma poderemos proporcionar às crianças um retrato mais nítido de toda a cultura negra e de sua contribuição para o país, assim como, poderemos valorizar as identidades e culturas presentes na escola.

Pois, não podemos nos esquecer que as escolas são diversas, múltiplas e estão repletas de crianças e que nem todas são brancas e que há em cada uma dessas instituições crianças brancas, negras, indígenas, asiáticas, enfim, seres humanos de várias etnias e origens, com traços, marcas e uma história que as identificam e dizem quem elas são - algumas ou muitas vezes, nós educadores/as ou instituição de ensino esquecemos de cada particularidade e nos detemos apenas a um tipo: a da classe dominante, branca e católica.

As leis são importantes para que se faça valer o direito de todos/as a uma educação digna e igualitária. Mas pouco se conseguirá se não houver o esforço de todos e todas as partes envolvidas no processo educativo para que as leis saiam do

papel e entrem na prática, seja na sala de aula, seja no meio social, é preciso sair da reprodução e entrar na transformação. É preciso criar caminhos para vivermos o diverso, o diferente, sem preconceito, discriminação e desigualdades. Faz-se necessário ir além do que está posto, do vivido a séculos, é hora de buscar novas alternativas, lutar por iguais condições. Trabalhar com o tema em sala de aula possibilita uma construção identitária da criança negra e também das outras crianças que compõem a escola, muito mais positiva e coerente com pluralidade em que vivemos.

Algumas considerações

Frente ao que foi exposto, concluímos que o Brasil avança no debate e nas políticas públicas na construção de uma nação mais igualitária e justa. O que não significa que as questões étnico-raciais estão resolvidas. Ao contrário, esta é ainda um grande desafio para o povo brasileiro, que ao ser diverso e viver na idéia de igualdade, ou melhor, mestiçagem, ou ainda, democracia racial, se perde ou se confunde nas suas nítidas diferenças.

Como afirma Coelho (2005),

> Compreendemos que a convivência entre brancos e negros é falsa, bem como a idéia de democracia entre as raças, que tem por intuito escamotear a real situação de convivência entre negros e brancos, os lugares específicos que são destinados aos negros, seja simbolicamente ou de modo sutil, como um lugar menor no mercado de trabalho, nos clubes, na sala de aula, etc. (p.16)

Sendo assim, constatamos que em pleno século XXI, mesmo diante de lutas e conquistas do Movimento Negro, a população negra ainda está presente em grande número nos índices de pobreza, analfabetismo, baixos salários, etc. O que nos faz pensar na relevância de estudarmos e compreendermos como o processo da constituição da identidade negra ocorre em meio a diversidade existente em nosso país e como está relacionada com o (des)respeito à diferença.

Através da análise dos artigos dos periódicos selecionados, notamos que a maioria dos/as autores/as menciona os conceitos de identidade e de diversidade e dialogam a favor da afirmação das identidades, sendo que alguns se apóiam no conceito de raça para mostrar que há desigualdades em nosso país e que a população negra está em desvantagem em relação à população branca. Neste sentido, a reserva de vagas como política de ação afirmativa é discutida em alguns artigos, os quais, em sua maioria, demonstram dados positivos e concluem que a identidade negra é afirmada a partir do momento em que a população negra se vê dentro da universidade.

Diante do estudo realizado, concluímos que ainda há muito a ser estudado, pensando a complexidade do desenvolvimento de identidade e do que significa assumir uma identidade negra diante da diversidade, pois percebemos que esta não é uma questão fácil de ser tratada em nosso país, já que está carregada de ideologias conflitantes: vivemos sob a idéia de que não temos diferenças e sim uma mistura de diferenças que se apagariam na totalidade, mas que ao final de tudo aparecem na individualidade, na cor da pele, no cabelo crespo.

Desta forma, reforçamos a necessidade da formação do professorado e do papel da escola na constituição e valorização da identidade negra, pois percebemos, que há entre o corpo docente falta de formação e preparo para lidar com questões raciais, sendo esta uma questão "comentada" apenas quando há um xingamento entre alunos/as. Falar sobre a negritude do Brasil ainda é não falar, pois a negritude esteve durante tanto tempo apagada e velada pela figura do branco e "do ser branco" que se torna difícil às vezes vencer barreiras de preconceito, discriminação ou mesmo aceitação de que não vivemos num paraíso racial, em que todos são iguais, ou melhor, têm as mesmas condições.

E por mais que a nossa Constituição diga que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações", os indicativos nacionais mostram a distância que existe entre negros e brancos, sem contar homens e mulheres. Precisamos desmistificar esta igualdade que engessa as diferenças dentro de uma homogeneidade que cega a todos/as ou que mantém a ideologia dominante.

Diante destas questões, e principalmente considerando o espaço escolar como *locus* de transformação ou permanência, que não podíamos deixar de discutir e apresentar as leis e políticas que vêm amparar, subsidiar e garantir a valorização e o reconhecimento da identidade e da diversidade em relação ao respeito às diferenças em nosso país, mais recentemente.

Neste texto foi possível vermos que a imagem do sujeito negro foi sendo construída como uma imagem negativa, estereotipada e negada durante séculos. No entanto, hoje percebemos que medidas políticas estão sendo tomadas para garantir legalmente o reconhecimento das diferenças e das injustiças históricas vividas por grupos étnicos. Leis, programas e políticas de ações afirmativas têm sido adotados para reparar as desigualdades históricas e sociais sofridas pela população negra e ou outros grupos minoritários, como vitória das lutas do movimento negro, indígena e outros.

A obrigatoriedade estabelecida pela lei 10.639 do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, depois do PCN – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual podem ser consideradas avanços na questão das relações étnico-raciais. Elas expõem e discutem diretamente as diferenças presentes na escola, o que leva o professorado a considerar a diversidade na qual a comunidade escolar é composta e com isso enxergar as diferenças. A reserva de vagas para negros/as nas universidades públicas também traz um ganho na luta pela afirmação da identidade negra e indígena, o que consideramos avanços políticos e sociais para uma população que vive em sua maioria à margem.

Enfim, concluímos que as questões de identidade e de diversidade, pensando o respeito às diferenças, vêm sendo discutidas no âmbito acadêmico, e que medidas políticas estão sendo geradas, junto com os debates educacionais a respeito das relações étnico-raciais. O que possibilita um novo repensar dentro da escola, na formação do corpo docente e mesmo na atuação da comunidade. Atualmente precisamos não só rever o papel da escola, mas também o papel da sociedade e do poder

público frente as questões étnico-raciais, para construirmos uma escola que forme fortalecendo os sujeitos e os grupos historicamente excluídos.

Sendo assim, a escola, torna-se um mecanismo que pode diminuir a exclusão social e histórica dos grupos desfavorecidos ao longo dos séculos, assumindo um compromisso social e político dentro desta nova perspectiva de enxergar, respeitar e dialogar com as diferenças. Como cita Freire (1996), "(...) *se a minha opção é democrática, progressista, não posso ter uma prática reacionária, elitista"*. (p.97) Desta forma, cabe a cada educador/a pensar que cidadãos/ãs deseja formar.

Portanto acreditamos numa educação capaz de transformar, no sentido de buscar a igualdade dentro das diferenças, enxergando e respeitando o diferente na heterogeneidade, criando possibilidades de criação de sentido e construção das identidades presentes na escola. Acreditamos que o estudo sobre identidade é um passo fundamental para ampliarmos as discussões sobre o respeito às diferenças e que a escola é uma possibilidade de diálogo entre as culturas e identidades que precisam ser reconhecidas e valorizadas nas suas especificidades. Enfim, não queremos jogar para a escola toda a responsabilidade de construir de forma positiva as identidades respeitando a diversidade presente, no entanto, não podemos deixar de considerá-la como parte responsável por isso, e tão pouco podemos minimizar seu papel, desta forma, reforçamos que cabe a cada educador/a e instituição refletir que cidadãos/ãs deseja formar e ainda que sociedade deseja construir.

7- REFERÊNCIAS

Assis, M. D. P. de; Canen, Ana (2004). *Identidade negra e espaço educacional: vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo.* Caderno de Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 709-724, set./dez.

Azevedo, C. M. M. de(2004). *Cota racial e estado: abolição do racismo ou direitos de raça?* Cadernos de Pesquisa. São Paulo, vol. 36, n. 128, p. 473-495, jan/abr.

Backes, J. L (2006). *Articulando raça e classe: efeitos para a construção da identidade afrodescendente*. Educação e Sociedade. Campinas, vol. 27, n. 95, p. 429-443, maio/ago.

Brasil (Outubro de 2004). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino De História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília. DF.

_____ (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Atualizada pela Emenda Constitucional n.19, de 04/06/1998. Obra coletiva da Editora Saraiva com colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt. Coleção Saraiva de Legislação. 20ª edição. Editora Saraiva

____. Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. *Legislação, Lei, Leis Federais, Leis Estaduais, Decretos, Resoluções.*
Disponível em: http://www.conselhos.sp.gov.br/comunidadenegra/lei.html (consultado na internet em 5 de agosto de 2007)

____ (2003). *Estatuto da Igualdade Racial*. Senador Paulo Paim. Brasília

____ (2004). [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)] LDB: *Lei de Diretrizes e Bases da Educação: (Lei 9.394/96) e legislação correlata* / Coordenação André Arruda. – Rio de Janeiro: Roma Victor

____. Lei nº10237, de 12 de março de 1999. Texto on-line:
http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/dislei10237.htm (consultado na internet em 5 de agosto de 2007)

____ (1997). Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, v.10

_____. *Plano Decenal de Educação*. Informativo do Departamento de Formação Sindical e Políticas Sociais – SIND-UTE/MG. Nº 03/2005.
Disponível em: http://www.sindutemg.org.br/boletins/informacao0906.pdf (consultado na internet em 5 de agosto de 2007)

Candau, V. M.; Koff, A. M. N. S (maio/ago. 2006). *Conversas com... sobre a didática e a perspectiva multi/intercultural.* Educação e Sociedade. Campinas, vol. 27, n. 95, p. 471-493

Campos, A. C. de O (set/dez. 2004).Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores: gênero, sexualidade, raça, educação especial, educação indígena, educação de jovens e adultos. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, vol. 34, n.128, p.473-495

Carvalho, J. C. B. de (maio/ago. 2006). *Os cursos pré-vestibulares comunitários e seus condicionantes pedagógicos*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, vol. 36, n. 128, p. 473-495

Carvalho, M (jan./abr. 2005). *Quem é negro, quem é branco: desempenho escolar e classificação racial de alunos*. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 28, p. 79-95

Carvalho, M. P. de (jan./abr. 2004). *Quem são os meninos que fracassam na escola? Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, vol. 34, n. 121, p. 11-40

Coêlho, M. N. (2005). *Educação e diversidade étnico-cultural: a inserção de crianças negras brasileiras e de crianças angolanas no espaço da escola/Hortolândia – SP*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Unicamp

Dias, L. R. (2005). *Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à Lei 10.639 de 2003.* p. 49-61. In: Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP), Cenro de Informação e Biblioteca em Educação (CIBEC). História da Educação do Negro e outras histórias/Organização: Jeruse Romão. Secretaria de Educação

Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.
Domingues, P. (ago. 2005). *Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica.* Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 29, p. 164-176
Dussel, I. (maio/ago. 2004). *Inclusión y exclusión en la escuela moderna Argentina: una perspectiva postestructuralista*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, vol.34, n. 122, p. 305-335
Flecha, R. (1994). *Las nuevas desigualdades educativas. In: Nuevas perspectivas en educación.* De todas las edicones en castellano, Ediciones Paidós Ibérica, S. A., Mariano Cubí, 92 – 08021 Barcelona y Editorial Paidós, SAICF, Defensa, 599 – Buenos Aires. p.75-82. 1ª edición
Fleuri, R. M. (maio/ago. 2006). *Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional.* Educação e Sociedade. Campinas, vol. 27, n. 95, p.495-520
Freire, Paulo (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à pratica educativa.* São Paulo: Paz e Terra, (Coleção Leitura)
Gomes, N. L.; Silva, P. B. G. (2002) (Orgs) Experiências étnico-culturais para a formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica
Gonsalves, E. P. (2001).*Iniciação à Pesquisa Científica.* Alínea. Campinas
Gonçalves, L. A. O. (1998). *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos* / Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. – Belo Horizonte: Autêntica
Macedo, E. (maio/ago. 2006). *Por uma política da diferença*. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, vol. 36, n. 128, p. 327-356
Mitrulis, E.; Penin, S. T. de S. (maio/ago. 2006). *Pré-vestibulares alternativos: da igualdade à eqüidade.* Cadernos de Pesquisa. vol. 36, n. 128, p. 269-298
Moehlecke, S. (out. 2004).*Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial.* Educação e Sociedade. Campinas, vol. 25, n. 88, p. 757-776, Especial
Oliveira, O. V. de; Miranda, C. (abril.2004).*Multiculturalismo crítico, relações raciais e política curricular: a questão do hibridismo na Escola Sarã.* Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, n. 25, p. 81-67
Piovesan, F. (jan./abr. 2005). *Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos.* Cadernos de Pesquisa. São Paulo, v. 35, n. 124, p. 43-55.
Queiroz, D. M.; Santos, J. T. dos (out. 2006). *Sistema de cotas: um debate. Dos dados à manutenção de privilégios e de poder.* Educação e Sociedade. Campinas, vol. 27, n. 96, p. 717-737
Ramon, F.; Gómez J. (Septiembre 1995).*Racismo no gracias: Ni moderno, ni postmoderno*. Edita: El Roure Editorial, S. A. Lluís Mollet, 63. Espugles de Llobregat 08950 Barcelona. Primeira edición
Ramos, L. H. da S. (2003).*Na margem negra do Rio: pesquisa numa escola do subúrbio carioca. In: Negro e Educação: Identidade negra.* Pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil. Anped. p.117-129
Elboj, C. E. (abril de 2001). *Comunidades de Aprendizaje: um modelo de educación antirracista en la sociedad de la información.* Tese de Doutorado. Universidade de Barcelona
Silva, P. B. G. (2007).*História e cultura africana no ensino brasileiro e na formação para a cidadania*. p.103-112 In: Bolama, Nico António (Org.) *Redes de Conhecimento – Novos Horizontes para Cooperação Brasil e África*. São Carlos: Pedro & João Editores
Tragtenberg, M. H. R.; Bastos, J. L. D.; Nomura, L. H. *et al.* (maio/ago, 2006).*Como aumentar a proporção de estudantes negros na universidade?* Cadernos de Pesquisa. São Paulo, vol. 36, n. 128, p.473-495

"O valoroso colono italiano": representações sobre a positividade«l étnica e a superioridade racial nas comemorações dos cinqüenta anos da imigração italiana no sul do Brasil

Luis Fernando Beneduzi
Universidade de Bolonha
beneduzi@lingue.unibo.it

Resumo: As comemorações, em 1925, dos cinqüenta anos da imigração italiana no sul do Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul, constituíram-se em um primeiro momento oficial de elaboração de um balanço sobre o fenômeno imigratório, por parte dos próprios atores da imigração, sobretudo organizados em grupos que começavam a pensar a experiência da travessia do oceano. Nesse momento, percebe-se a produção de um olhar vitorioso, o qual relê o processo imigratório como uma grande epopéia, que apresenta como ápice os festejos de 1925, representação maior do "vim, vi e venci". Um dos elementos centrais do álbum comemorativo era o colono italiano – termo dúbio que pode representar, também, aquele que veio colonizar – que é enaltecido pelas suas contribuições econômicas, sociais e étnicas para o desenvolvimento do estado. Na mesma década, dentro dos núcleos centrais da imigração, na serra gaúcha, está-se produzindo um clássico da literatura do imigrante – Nanetto Pipetta – que se constituirá em um outro espaço de difusão da imagem gloriosa do colono italiano, mesmo que marcado pelo peso da moral religiosa, tendo em vista que a obra, publicada primeiramente em uma coluna do jornal "Staffetta Riograndense", foi escrita por um sacerdote capuchinho. Nas duas narrativas, a positividade do colono italiano é destacada, em um

reforçamento das teorias raciais, visto que a imagem invertida das exposições era o mestiço ou o negro. Efetivamente, uma das representações construídas naquele momento é do imigrante italiano como um acelerador do processo de braqueamento, dando nova força a população mestiça brasileira.

Introdução

A imigração italiana para o Brasil, desde os seus primórdios, foi marcada por uma forte positividade étnica, tendo em vista que se inseriu em um projeto imperial – pois começou na década de 1870 – e, posteriormente, republicano de braqueamento da população brasileira. Mais do que apenas a substituição de braços nas lavouras de café, ou o povoamento de regiões do extremo sul do país, o imigrante recebia, por parte da burocracia brasileira e da *inteligência* da nação, uma missão de melhorar e regenerar a raça brasileira. Observando especificamente a questão da formação de pequenas comunidades coloniais no Rio Grande do Sul, estado limítrofe com o Uruguai e a Argentina, percebe-se uma forma diferenciada de leitura desse processo de branqueamento, não marcado pela miscigenação, mas pela "darwinística" percepção da sobrevivência e expansão dos grupos mais fortes, o que será destacado no álbum comemorativo dos cinqüenta anos da imigração italiana nessa região.

As teorias raciais no Brasil surgem sob um duplo influxo: as discussões européias sobre a superioridade racial, e as hierarquias de raça, e a experiência interna da escravidão. No que se refere ao primeiro elemento, marcado pelas teorizações da antropologia física e idealizado por personagens como Gobineau, Chamberlain e Lapouge, tem-se a exaltação da superioridade racial branca – sobretudo anglo-saxônica – em uma interação entre raça, cultura e supremacia político-econômica (Seyferth, 1996). Como poder-se-á observar mais adiante, essa leitura irá sofrer – em território brasileiro – uma apropriação específica, a qual enfatizará uma possibilidade de superação dos males raciais nacionais por um processo de miscigenação, categoria mal vista pelos teóricos europeus. No que se refere ao segundo, a cultura escravista, como sugere Andrews (1998), a abolição acaba transformando os escravos em negros; o preconceito relativo à situação de escravo é transportado para o preconceito relativo à cor e à raça. A idéia de liberdade que norteia o final da escravidão no Brasil, marcada pelas fugas das fazendas e do trabalho, deixa pairando sobre as populações negras um sinal ainda mais forte de indolência e pouca aptidão para o trabalho (Andrews, 1998).

Nesse sentido, a vinda de imigrantes terá por objetivo colmar essa "marca de Caim" que impede a construção de um povo mais qualificado diante da comunidade internacional e degenera a nação brasileira. Para tal fim, a "intelectualidade" nacional irá pensar uma estratégia para minimizar os "males que vêm com o sangue", branqueando a sociedade nacional a partir de sucessivos cruzamentos com populações racialmente superiores – como os europeus. Essa teoria de mestiçagem e de qualificação geracional, determinará que o cruzamento continuado de populações inferiores – negros e mestiços – com populações superiores – brancos europeus – produzirá, em três gerações, a regeneração do povo brasileiro. De acordo com esse programa, as populações latinas – dentre as quais estão incluídas aquelas provenientes da Península Itálica – deveriam ser privilegiadas, pois a questão raça se somavam elementos como a língua e a religião, o que facilitaria o processo de "hibridização".

Como se pode perceber, a elaboração de uma idéia positiva do colono italiano e de sua industriosidade é marcada por construções simbólicas e por representações que são fundamentadas pelas teorias científicas do século XIX, as quais são embasadas em fragmentos de um colonialismo europeu. Essa imagem acaba sendo solidificada – na década de 1920 – por causa dos avanços econômicos que começam a ser percebidos nos espaços de imigração italiana no Rio Grande do Sul. As comemorações de 1925, neste sentido, irão colaborar – a partir da produção de uma epopéia da imigração, da narrativa da saga experienciada pelos peninsulares, que vivem um fenômeno de ascensão social na região da serra gaúcha – para a difusão de uma representação vitoriosa da imigração italiana. Nessas narrativas, o efeito de superioridade do colono é destacado em uma relação direta com o sofrimento: quanto mais duro tinha sido a realidade encontrada, quanto maiores foram os sacrifícios, maior é o efeito da vitória. As mazelas da imigração – as quais são superlativadas – acrescentam brilho ao próprio fenômeno imigratório e destacam a capacidade do colono de transformar a floresta e a terra virgem em riqueza e progresso (Beneduzi, 2004).

Ao trabalhar com a rememoração presente em um processo de festejamento/ aniversário da chegada dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, assim como as leituras positivas que os relacionam com as populações nacionais, está-se discutindo questões que envolvem a produção de memórias e de representações sobre esses mesmos processos históricos. Neste contexto, é supérfluo destacar que as leituras mnemônicas do passado não se produzem alheias à realidade, mas – pelo contrário – são construídas a partir de fragmentos do passado e a partir da maneira como diferentes grupos humanos lêem esses vestígios.

Para Fredrick Barth, a dimensão de construção das identidades étnicas é parte de uma dinâmica de exclusão e inclusão, em uma relação que envolve sempre um "nós" e um "outros" (Poutignat & Streiff-Fenart, 1998). No entanto, esses processos não se apresentam de forma cristalizada, mas são fruto de uma elaboração constante de símbolos e emblemas, os quais têm como ponto de partida traços culturais coletivamente selecionados. Dessa forma, a partir de um processo de escolhas – voluntárias e involuntárias – o grupo de imigrantes que organiza as comemorações do aniversário da imigração estabelece sua positividade enquanto grupo étnico a partir de um contraste com os "outros" – nacionais. Quando – conforme ver-se-á mais adiante – é construída uma imagem do imigrante como colono industrioso, trabalhador incansável, raça forte e superior, bom cristão, essa representação é instaurada em um contraponto com um "outro" menos qualificado.

É importante destacar que as fronteiras identitárias não são imutáveis, mas, ao contrário, existem múltiplas transformações possíveis a partir das alterações nas formas de organização dos grupos sociais. Assim, as trocas que ocorrem no social são instrumento de construção desta mobilidade nas fronteiras étnicas. Nesse sentido, a percepção sobre o imigrante italiano que se está procurando discutir neste *paper* é parte de um processo histórico e é marcada não somente pelo processo de ascensão econômica experimentado pela zona colonial, mas, também, por um progressivo aumento de contatos com as populações nacionais, a partir do início do século XX, por causa do desenvolvimento dos meios de transporte e pela chegada da ferrovia. Enquanto se tem um conjunto harmônico de traços culturais, os quais são parte constitutiva da comunidade, as diferenças não são nem sequer imaginadas, porém, o contato com indivíduos de outras formações leva ao avistamento da diferença e à luta pela manutenção do grupo.

O elemento raça adquire uma importância especial como parte da narrativa que o álbum oferece sobre a positividade da presença italiana, porque as comparações qualificadoras do italiano para a formação do Rio Grande do Sul apresentam como contraponto o mestiço e o negro, elementos empobrecedores da "raça" gaúcha. Com as populações brancas, diferentemente, o destaque é colocado na complementariedade, ou seja, como o matrimônio cultural, e também físico, entre italianos e gaúchos constitui-se em um ponto de força para o progresso étnico, social e econômico do estado.

No bojo desse processo comemorativo, pode-se observar dois níveis de memória que rememoram os fenômenos imigratório e que se manifestam no álbum: uma experiência pessoal e uma experiência em segunda pessoa. Com relação ao primeiro nível, está-se trabalhando com os elementos que permaneceram do passado em um processo individual e grupal, mas que leva em conta a experiência vivida pelo sujeito que rememora. No segundo, diferentemente, está-se diante de uma "memória por tabela", a qual Pollak (1992) relaciona com os acontecimentos vividos pelo coletivo e aos quais o indivíduo se sente parte, ocorrendo – muitas vezes – um fenômeno de projeção ou de identificação com determinadas experiências coletivas passadas.

Os fragmentos de memória que farão parte do discurso comemorativo vão ser parte de um processo de seleção que se relaciona com a própria partida da Itália, com os primeiros momentos depois da chegada e com a construção da pujança do grupo e irão produzir um imaginário sobre o fenômeno imigratório que perpassa os dois níveis de memória, reelaborando – mnemonicamente – a experiência de quem viveu a imigração e construindo a recordação da coletividade, descendentes ou não dos imigrantes. Dessa forma, constroem-se núcleos duros nas narrativas sobre o passado, as quais mantêm-se estáveis e perpassam os diferentes sujeitos que rememoram, criando pontos não cambiantes:

> É como se, numa história de vida individual – mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente – houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças (Pollak, 1992, p. 201).

Nesse sentido, para as gerações vindouras, o álbum – assim como a literatura da imigração italiana – vai assumir o papel de (re)evocador da memória, narrando e (re)criando a epopéia da imigração para uma terceira geração de "italianos". Se, por um lado, ele acaba funcionando como um espaço de condensação das diferentes recordações passadas e de sistematização de uma memória coletiva, por outro, as suas narrativas vão produzir uma cristalização da experiência imigratória e a a elaboração desses elementos irredutíveis destacados por Pollak, os quais instauram a memória verdadeira sobre a imigração italiana. Dessa forma, configura-se uma dinâmica de produção daquela que Catroga (2001) chama a *metamemória*, ou seja, uma rememoração que acentua características da memória social e coletiva, trazendo consigo uma representação do passado.

De fato, pensando na idéia de produção de uma representação do passado comunitário, o grupo étnico – no caso de imigrantes italianos e descendentes, personificados na elite política, econômica e intelectual que estava conduzindo os festejos – vai se utilizar do álbum comemorativo para elaborar, consolidar e fixar sua leitura sobre o contato entre imigrantes e nacionais. Essa produção adquire um sentido político profundo, pois se caracteriza pela instauração de idéias-imagens – em última análise de representações coletivas – que nortearão o aniversário, produzindo identidades e modelos de conduta:

> representações globais: trata-se da elaboração de uma sistema de idéias-imagens de representação coletiva mediante o qual elas se atribuem uma identidade, estabelecem suas divisões, legitimam seu poder e concebem modelos para a conduta de seus membros (Pesavento, 1995, p. 16).

Como se afirmou anteriormente, essas idéias-imagens que, trabalhando com a memória, estruturavam-se sob fragmentos do vivido, estavam ancoradas em uma discussão sobre a inferioridade racial negra que remonta ao século XIX, e se desenvolve ao longo das primeiras décadas do século XX, e sobre a qualificação étnica promovida pelos imigrantes europeus. Nesse sentido, o álbum comemorativo vai apresentar uma releitura destas teorias, ressaltando a positividade étnica do imigrante italiano e a obra Nanetto Pipetta – de Aquiles Bernardi – vai colocar uma de suas ênfases no trabalho incansável do imigrante que constrói a riqueza regional.

Em um primeiro momento, é necessário apresentar – em uma rápida visão panorâmica – como estava sendo pensada a questão racial no Brasil, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Como já foi mencionado, na virada do Oitocentos para o Novecentos tem-se uma mudança no discurso relativo às teorias raciais, sendo observável um deslocamento de uma perspectiva cultural e nacional para uma perspectiva científico-racial. Nessa nova leitura, adquire maior valor a dimensão do braqueamento físico, sinal de uma qualificação genética e da sobrevivência dos indivíduos que conduziriam a uma melhoria da raça brasileira.

Ao longo do século XIX pode ser observado um processo de negação das populações negras como parte do "povo" brasileiro, o que se confirma através da grande ênfase dada a participação da união entre brancos e índios como elemento constitutivo da identidade nacional. Decantado nos romances e nas narrativas históricas do período, ponta de lança do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o bom selvagem constituir-se-á no modelo de assimilação. Seja pela desqualificação presente na constituição de 1824 – na qual o negro (escravo) é definido como semi-mono e semovente – seja pela problemática questão da escravidão em um país que se quer liberal, o negro viverá uma condição de invisibilidade durante o Oitocentos.

No século por excelência da formação da nação, da construção de uma idéia de pátria, a questão nacional era de extrema importância para o Brasil, sobretudo pensando a situação de uma jovem nação recém emancipada. Nesse sentido, fazia-se urgente a "criação" de um povo e de uma cultura eminentemente brasileiros e essa necessidade se constituía no elemento mais forte das discussões da burocracia imperial: como unir superioridade racial e assimilação cultural. Será nessa conjuntura – levando em conta as experiências negativas de não miscigenação das populações germânicas – que o Estado irá optar pela política de apoio à imigração de grupos de origem latina, como italianos, portugueses e espanhóis, os quais apresentam uma maior proximidade lingüística, religiosa e cultural.

No descer das cortinas do século XIX, a percepção do negro – agora livre – não sofre uma profunda mudança quanto ao preconceito, pois continua sendo o outro indesejável, mas deixa de ser invisível para ser inferiorizado pelo novo pensamento médico-antropológico, em última análise "científico", porque racialmente incapaz e instrumento de degenerescência. Essa nova percepção é agudizada, segundo Andrews (1998), pela transferência de uma leitura que leva em conta a condição escrava, associada a uma marca negativa da subserviência, tendo em vista que se está vivendo um momento posterior à Lei Áurea, à outra que enfatiza a condição racial das populações negras. A idéia de subalternidade das populações africanas, não mais mediada pela condição de escravos, passa a elaborar mais profundamente uma representação de incapacidade de gestão e de autonomia vinculada à inferioridade intrínseca da raça.

Em uma nova percepção da questão racial, as teorias brasileiras de finais do século XIX apresentavam pelo menos duas visões conflitantes acerca da mestiçagem e – por conseqüência – acerca do projeto de construção de um determinado fenótipo do brasileiro. Por um lado, pode-se observar uma concepção negativa da mestiçagem, como degenerescência e fatalidade nacional; por outro, pode-se perceber a diminuição do enfoque sobre a questão estritamente racial e o início da interação de outros fatores, mutáveis, no forjamento do atraso da nação:

> A primeira, que teve em Nina Rodrigues uma importante referência, alinhou-se mais a uma visão negativa quanto à composição racial e quanto às conseqüências da mestiçagem. Já a segunda, notadamente através de Roquette-Pinto, distanciou-se das noções de fatalismo racial, tendo chegado a se tornar uma eloqüente porta-voz de que a inferioridade dos mestiços brasileiros não seria estrutural (i.e., orgânica/racial), mas sim conjuntural, relacionada a fatores ambientais e sócio-culturais (Santos, 1998, p. 239).

Dessa forma, pode ser denotada uma discussão muito presente na virada dos séculos XIX e XX: a ênfase no meio ou na componente orgânica do indivíduo era primordial na qualificação do mesmo? A idéia de uma regeneração do sangue nacional, conseguido a partir de uma política de branqueamento, não era a única variável em jogo, embora fosse pouco a pouco se constituindo na versão mais aceita socialmente, tendo em vista as tentativas de conformação do Brasil à sua representação de democracia racial. Segundo Roquette-Pinto, no entanto, poder-se-ia melhorar a sociedade brasileira não apenas com um processo mistura com "populações mais evoluídas geneticamente", mas a partir de uma qualificação do meio, transformando a conjuntura sócio-cultural que determinava a inferioridade. Como será visto mais adiante, a política racial defendida no álbum comemorativo da imigração exclui as duas idéias, pois não acredita na qualificação através da alteração das condições do meio, nem tampouco entende que seja possível melhorar a raça através da miscigenação. Aliás, no que se refere à segunda possibilidade, observa-se uma forte crítica à idéia de branqueamento defendida por Francisco José Oliveira Vianna, tendo em vista que ele percebe no cruzamento uma forma de regeneração.

De qualquer forma, a representação de uma inferioridade racial negra era tão forte no imaginário brasileiro do primeiro quartel do século XX que era incorporada pelo próprio grupo étnico negro, o qual assumia como verdadeira essa deficiência genética das populações de afro-brasileiros. Pode-se perceber como algumas situações de subalternidade dos ex-escravos – parte da experiência pós-abolição – acabam contribuindo para criar ressonância em um imaginário coletivo que assimila uma inferioridade ontológica dos grupos étnicos provenientes da África. Ao questionar o preconceito de raça, misturando fatalismo racial e influência do meio, os jornais étnicos ratificam a condição de "raça inferior" como uma verdade, mesmo criticando a culpabilização das populações negras por esse seu estado:

> Não discutiremos as origens científicas do atraso da nossa forte e heróica raça... E porque sejamos representantes de uma raça inferior, devemos ser condenados à força do preconceito racial? Que culpa temos nós dessa nossa triste condição humana na história dos povos?... A culpa não é nossa, interrogae os quatrocentos anos de nosso ferrenho captiveiro, interrogae o miserável regimen de obscurantismo em que fomos criados, interrogae a lei do atavismo e da hereditariedade... (*O Kosmos*, "Os pretos de São Paulo", 16 de novembro de 1924 citado em Andrews, 1998, p. 212).

No entanto, em alguns grupos de afro-brasileiros se percebe não apenas o reconhecimento de sua vileza, mas a validação da teoria do branqueamento como uma forma de regeneração de sua raça. Em um exemplo importante de incorporação das teorias raciais e do cientificismo da época, o jornal "O Bandeirante" apresenta – a partir da defesa de uma brasilidade e do repúdio à origem africana – o desejo de alguns grupos negros de sacrificar a própria raça como forma de ocupar um espaço mais qualificado na hierarquia eurocêntrica dos grupos humanos, evoluindo racialmente:

> Não pretendemos perpetuar a nossa raça, mas, sim, infiltrarmo-nos em o seio da raça privilegiada – a branca, pois, repetimos, não somos africanos, mas puramente brasileiros (*O Bandeirante*, "Grave erro!", setembro de 1918 citado em Andrews, 1998, p. 213).

Poder-se-ia dizer que – em uma certa maneira – as afirmações de inferioridade ao interno da comunidade negra dialogam com assertivas de Oliveira Vianna, na década de 1920, que trazem à luz, mais uma vez, a importância das discussões sobre raça e a necessidade do caldeamento racial para o progresso do país e, ao mesmo tempo, são o pano de fundo das idéias construídas acerca da contribuição dos imigrantes italianos para o progresso do Rio Grande do Sul. Vianna percebia na mestiçagem um elemento de aprimoramento da raça, especialmente daquela negra, a qual ele descrevia como incapaz de produzir civilização. Para o ele, o negro puro era um ser subalterno em sua essência e os poucos que tinham um destaque na sociedade africana eram indivíduos mestiços, fruto de uma combinação com populações semitas, sendo essa uma condição imutável para a raça:

> O negro puro ... não foi nunca, pelo menos dentro do campo histórico em que o conhecemos, um criador de civilizações. Se, no presente, os vemos sempre subordinados aos povos de raça branca, com os quais entraram em contato; se, nos seus grupos mais evoluídos das regiões das grandes planícies nativas, são os elementos mestiços, são os indivíduos de tipo negróide, aqueles que trazem doses sensíveis de sangue semita, os que ascendem às classes superiores, formam a aristocracia e dirigem a massa dos negros puros; como não o seriam também nestas épocas remotas, em que se assinalam estes grandes focos de civilização (Oliveira Vianna, Francisco. citado em Ramos, 2003, p. 595).

Oliveira Vianna não entendia que a mestiçagem criaria um tipo único, mas – pelo contrário – ela produziria diferentes tipos humanos, adaptados ao ambiente onde se encontravam. Mesmo considerando inferiores os grupos negros e indígenas, ele percebia o processo de miscigenação não como uma progressiva constituição de uma raça branca, mas como um processo de diluição dos componentes não brancos, formando – a partir da maior ou menor quantidade desses componentes – a diversidade étnica. Nessa idéia, como será apresentado mais adiante, observa-se um elemento de forte contradição com as teorias de expansão dos grupos europeus, presentes no álbum comemorativo da imigração italiana.

Efetivamente, um dos artigos que compõem o compendio "La cooperazione degli Italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud" – obra publicada por ocasião do primeiro cinqüentenário da imigração italiana no sul do Brasil – apresenta uma crítica a teoria assimilacionista, citando – inclusive – o próprio Oliveira Vianna. Nesse artigo, intitulado "L'influenza etnica, sociale ed economica della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud", Francisco de Leonardo Truda, recordando que Oliveira Vianna já havia mencionado o rápido processo de branqueamento que tocou o sul do Brasil, em contraposição com a lenta transformação do resto do país, assevera que esse processo assumiu uma tão grande rapidez por causa da exclusão das uniões com grupos de raça negra:

> No Rio Grande do Sul o fenômeno, muito acentuado, reveste-se de circunstâncias especiais, que excluem o cruzamento com as raças inferiores, o qual se verifica em outras regiões do país (Truda, 1925, p. 245).

De uma certa maneira, essa percepção de uma superioridade racial dos imigrantes europeus e dos italianos em particular, expressa por Truda, está presentes na narrativa ufanista que circunda todo o álbum comemorativo. Na verdade, o eixo central da obra é a interação positiva que se estabeleceu, com o fenômeno imigratório, entre os colonos italianos e as populações (brancas) do Rio Grande do Sul. O próprio Truda ressalta essa comunhão, destacando-a a partir da análise dos matrimônios efetuados entre 1913 e 1923. Os dados apresentados pelo autor demonstram um progressivo aumento no percentual de casamentos inter-étnicos, ou seja, entre italianos e brasileiros. Nos sete anos do levantamento de dados, ocorreram 997 matrimônios entre brasileiros e italianos, contra 375 matrimônios intra-étnicos. Deixando de lado questões como a possibilidade de que muitos dos brasileiros que estavam se casando com italianos fossem imigrantes naturalizados, assim como a confirmação da exatidão e confiabilidade dos dados, e atentando para a representação do fenômeno imigratório que o álbum quer produzir, tem-se que – mesmo recusando o contato com as raças inferiores (negros) – os imigrantes estavam participando da construção unitária do estado.

Desde a primeira saudação presente no livro, feita por Benito Mussolini – chefe de governo italiano – observa-se a ênfase dada à forte atuação dos colono provenientes da península itálica em sua participação na construção da pujança da terra de acolhida. Em sintonia com a propaganda fascista que se espalha pelo mundo e já em um preâmbulo da elaboração do conceito de "italianos no exterior" – nascido em finais dos anos 1920 – o *Duce* destaca a nobre estirpe, os pioneiros, a inteligente operosidade da Pátria que trabalha incansavelmente para o progresso da terra que os recebeu. No entanto, a mensagem não esquece um outro ponto fulcral do discurso do cinqüentenário: de um lado enaltece o valor e o trabalho do povo italiano e, de outro, dá relevo a unidade que se estabelece entre brasileiros e italianos:

> Sinto-me orgulhoso de vos mandar a minha saudação, vós que tão nobremente tendes contribuído para valorizar as terras férteis que vos acolheram e para estreitar uma salda amizade entre a Itália e o Brasil (Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande Del Sud, 1925, p. 19).

Uma parte consistente do álbum demonstra, a partir da ação dos imigrantes italianos, a superioridade narrada por Leonardo Truda. Em uma longa seção sobre a indústria e o comércio dos italianos e de seus descendentes nos diferentes município do Rio Grande do Sul, tem-se a descrição da gloriosa atuação do colono, a confirmação de que ele transformou a terra inculta em um lugar de riqueza. Além da coletividade, a obra se constitui em um hino de louvor aos grandes produtores, comerciantes e industriais do processo imigratório, símbolos da honra, do trabalho e da capacidade dos imigrantes.

Nessa seção, junto à narrativa do crescimento de cada uma das atividades industriais e comerciais, destacam-se duas facetas: a trajetória familiar de cada empresário, ressaltando a epopéia que envolveu o processo imigratório, e a italianidade, de primeira ou de segunda geração. No que se refere à história do núcleo de imigrantes que compõem a diretoria da empresa, os textos do álbum reforçam a imagem do sacrifício e da abnegação que construíram o enriquecimento do grupo. Justamente nesse item percebe-se o grande esforço para criar uma memória de "trabalhador incansável", tendo em vista que quanto maior foram os esforços, quanto mais difícil foi a conquista da vitória, mais valor ela adquire, mais nobres são esses membros da comunidade. No que se refere à ênfase na italianidade dos empresários destacados na obra comemorativa, mais uma vez denota-se a busca de enobrecer o forte sangue italiano, pois mesmo quando se menciona que são naturais do Brasil, em seguida, como explicando o motivo do sucesso, informa-se que são nascidos de pais provenientes de cidades e/ou províncias italianas.

Pode-se nomear, como exemplo, o caso de Ettore Pezzi, citado na seção relativa ao município de Caxias do Sul – localizado na serra gaúcha e já na época um dos núcleos mais ricos da colonização italiana – o qual é descrito como modelo de bondade e retidão: a personificação da honra. Como ver-se-á mais adiante, retornando ao texto de Truda, o italiano, junto ao alemão, constitui-se em um dos esteios morais do estado, influenciando positivamente a conformação do homem local. Junto ao elemento moral, está intrinsecamente vinculada a tradição, pois – dentro do discurso da obra – a força moral do colono está presente na conservação dos ensinamentos dos pais. Pezzi não foge a essa regra, tendo em vista que é um dos vultos eleitos para compor o panteão dos heróis do processo imigratório. Ele é exaltado pela sua qualidade de ter mantido os preceitos deixados por seu pai, o que é atestado por toda a comunidade caxiense:

> A Caxias de 1881 [...] e a Caxias de hoje, em peso, que lhe quer bem e o admira; estão lá, ambas, [...] para atestar o quanto Ettore Pezzi honora perfeitamente as tradições morais deixadas por seu pai como patrimônio espiritual [...] como ele cultive aquelas tradições com retidão e boa fé em todos os atos da vida privada, com seriedade e escrúpulos nos negócios e na vida social (I Municipî dello Stato e le Industrie ed i Commerci degli Italiani e loro discendenti, 1925, p. 48).

Mesmo a Porto Alegre – zona que não pertence ao núcleo de colonização italiana, mas é a capital do estado do Rio Grande do sul – observa-se uma grande seção que destaca os diferentes empreendedores italianos, mesmo de segunda geração, que com um trabalho árduo tem contribuído para a riqueza da cidade e do estado. Os irmãos Rizzo, neste quadro, são um exemplo da estrutura narrativa dos escritos da festa dos cinqüenta anos de imigração italiana. Em um espaço de elogios e propaganda, os proprietários da empresa "A. Rizzo e irmão" – florescente empresa, constituída em 1918 – são apresentados em uma pequena linha genealógica que ressalta a sua italianidade. Mesmo tendo nascido em Caxias do Sul e tendo se mudado para Porto Alegre, Alessandro e Giovanni são filhos de Arcangelo Rizzo, natural de Feltre, província de Belluno: mais um caso precioso de imigração que dá certo, de terra da *cuccagna* que foi encontrada e de ação vitoriosa da mão italiana.

Além da matriz itálica, o texto também mantém a marca de exaltação da produtividade da empresa, com atuação em diferentes zonas do estado e com exportação de banha e cereais para a Itália, França e Inglaterra: é uma síntese dos elementos que estavam presentes nesse momento de grande ascensão econômica da produção colonial, que apresentava uma grande diversificação produtiva. Aos fatores econômicos, mas sem deles se distanciar, eram destacadas as qualidades morais desses dois irmãos que figuravam entre os símbolos da engenhosidade dos imigrantes:

> Os irmãos Rizzo, muitos estimados pela sua perspicácia, atividade e modesta bondade, constituem verdadeiramente uma força poderosa no movimento industrial e comercial do estado. São jovens admiráveis por tantas e belas qualidades (I Municipî dello Stato e le Industrie ed i Commerci degli Italiani e loro discendenti, 1925, p. 377).

De fato, o segundo tomo do álbum, no qual são descritas as atividades econômicas dos italianos e de seus descendentes, em solo gaúcho, enfatizando também o progresso social e moral da comunidade, não deixa de ser uma espécie de ratificação das idéias de superioridade étnico-racial presentes na primeira parte do livro. Em uma percepção que se alinha com as teorias clássicas da supremacia européia/branca, a narrativa associa crescimento econômico e progresso social, dentro de uma lógica capitalista, como sinais de uma maior qualidade e capacidade intrínsecas ao pertencimento racial.

Como em um preâmbulo teórico, que depois será confirmado pelos dados que seguem na segunda parte do livro, Leonardo Truda apresenta como desde os primórdios da colonização européia no sul do país – com a chegada dos imigrantes alemães – os negros sofreram um processo de exclusão, sendo deixados à margem da comunidade imigrante. Essa condição é vista como positiva, pois não mancha o grupo com o elemento negro, o qual – na condição de escravo, pensando ao século XIX – constituía-se em um elemento de perturbação econômica e moral. A rigor, mesmo lembrando a existência de questões étnico-sociais, o autor acredita que o simples fato de ser uma mão-de-obra excedente no contexto colonial é condição suficiente para afastar o escravo.

Tendo em vista o motivo da produção do álbum, a comemoração dos cinqüenta anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul, as idéias de branqueamento que norteiam o texto de Leonardo Truda levam a pensar em uma justificativa para esse crescimento, ou seja, a superioridade racial do colono europeu. Isso fica claro quando ele ressalta – apresentando dados estatísticos – a progressiva diminuição dos componentes não-brancos da comunidade sul-riograndense:

> Todas as raças inferiores apresentam um índice de redução, o qual se torna especialmente importante com respeito ao elemento negro. A proporção deste se reduz a menos da metade (Truda, 1925, p. 246).

Em uma realidade – segundo o autor – que apresenta um crescimento da participação da população branca na composição humana do Rio Grande do Sul, passando de 59,4% para 70,17 %, entre 1872 e 1890, enquanto a população negra

diminui de 18,3 % para 8,68%, está-se observando um branqueamento natural da comunidade sul-riograndense, sem a necessidade da assimilação, apenas com o maior crescimento vegetativo do grupo mais forte. Nesse sentido, é exaltada a força específica da raça italiana – quase em um coro uníssono com as teorias fascistas – destacando a grande qualidade deste grupo e a sua vitalidade:

> Nas populações fortes e robustas que vivem na assim chamada "região colonial italiana", são sempre altos os coeficientes que atestam sua vigorosa e sã vitalidade. As estatísticas nos ajudam a confirmar a exatidão rigorosa da assertiva (Truda, 1925, p. 248).

Para confirmar essa superioridade do colono italiano, assim como daquele alemão – partindo dos dados estatísticos – Leonardo Truda mostra como os índices de nascimento e morte da população de origem italiana e alemã são melhores do que aqueles da população local. No primeiro caso, ele destaca um coeficiente muito maior do que a média estadual (24,58 por mil habitantes), em alguns casos chegando inclusive quase ao dobro de nascimentos nas cidades de colonização italiana (51,00 por mil habitante, em Encantado). No que se refere ao segundo caso, com a exceção de Caxias do Sul (12,70 por mil habitantes), todas as outras regiões apresentam uma taxa de mortalidade inferior à média do estado do Rio Grande do Sul (11,70 por mil habitantes).

O caso de Caxias é justificado pelo autor como relacionado aos bons ares que a cidade possui, o que faz com que muitos doentes a procurem como lugar de tratamento, aumentando – dessa forma – o percentual de decessos. No entanto, não aceita como justificativa para as taxas positivas de natalidade e mortalidade a argumentação de que a zona colonial possui um clima excelente e um ar saudável, pois – segundo ele – o crescimento da população italiana é inerente à qualidade da raça:

> Mas é indubitável que estes coeficientes estão indicando que naquela região cresce uma população sã, robusta, forte e vigorosa, a qual, portanto, representa um fator vigoroso de progresso, dotada como é de elevada capacidade econômica de produção e vale, ao mesmo tempo, do ponto de vista étnico, como elemento de insuperável valor na formação da raça que se está elaborando através de uma fusão dia após dia mais acentuada e mais íntima (Truda, 1925, p. 249).

Na lógica de Truda, tem-se que recordar que essa fusão não era igual a assimilação entre negros/mestiços e brancos, em um processo de branqueamento da população, segundo a concepção de Vianna, mas a um cruzamento que acontecia ao interno da raça branca (brasileiros e italianos). Pode-se já denotar alguns elementos que participam das discussões acerca da identidade regional, pois a positividade do gaúcho, o "Centauro dos Pampas" e senhor das coxilhas, começa a ser qualificada pela imagem do colono laborioso, ordeiro e poupador. De fato, não era apenas o crescimento vegetativo que demonstrava a qualidade daquele imigrante, mas o seu perfil moral o destacava como combinação perfeita para qualificar a população local, tendo em vista o baixo índice de criminalidade nas zonas coloniais:

> População fisicamente robusta e forte, não é menos sã sob o aspecto moral. Basta, para demonstrá-lo, ver as cifras relativas à criminalidade no estado. [...] Na região colonial italiana essas são diminutíssimas. Certas formas de delito são praticamente desconhecidas naquela zona (Truda, 1925, p. 249).

Para Leonardo Truda, esse conjunto de índices qualificadores da população italiana no Rio Grande do Sul constituem-se em uma maneira de compreender o amplo processo de crescimento econômico vivido na região. Na verdade, foi a força do desse homem que transformou a terra inculta em zona de alta produtividade, superando grandes e diversificadas adversidades. Não obstante os iníquos tributos, as exageradas exigências fiscais e as dificuldades transporte, a comunidade colonial soube transformar sua região na mais produtiva e com mais produtos diversificados em todo o estado. Mesmo ocupando um percentual muito pequeno do total de terras do Rio Grande do Sul, apresenta uma participação importante no âmbito da produção econômica do estado. Sobretudo se destacam pelo desenvolvimento do setor secundário, o qual se constitui em um dos pontos altos da zona colonial:

> Mas nada é mais admirável do que o incremento das industrias nos municípios da assim chamada zona colonial italiana. Aquilo que neste sentido se verifica, leva a mais ardente admiração. São, normalmente, indústrias que foram construídas do nada (Truda, 1925, p. 253).

Dessa forma, partindo do discurso racial e justificando a superioridade racial pelo progresso econômico, Truda destaca a forma de branqueamento do Rio Grande do Sul como a mais apropriada para melhorar a situação racial e, conseqüentemente, econômica do Brasil. A regeneração do povo brasileiro passaria por um processo natural de desaparecimento das populações inferiores, sem a necessidade de "piorar" os grupos superiores. Nesse sentido, o colono italiano é apresentado como um tipo ideal para a melhoria da raça brasileira, pois, a partir de suas características étnico-raciais, apresentava uma qualificação moral da nação, por causa de sua tenacidade, espírito de iniciativa, energia e capacidade de trabalho: "elemento insuperável de progresso para os países novos que os acolhem" (Truda, 1925, p. 254).

Nesse mesmo período das comemorações – e apresentando uma visão muito semelhantes de superioridade italiana frente à população local – começa a ser publicado, em seções do jornal *Staffetta Riograndense* (periódico publicano na zona de colonização italiana, pelos Frades Capuchinhos) "Vita e stória di Nanetto Pipetta, nassuo in Itália e vegnuo in Merica per catare la cucagna", escrito dialetal vêneto produzido por Aquiles Bernardi, o qual vai ser transformado, posteriormente, em um livro. Além de ter sido muito difundida, tendo em vista o alcance do jornal religioso na comunidade de imigrantes e a própria ação da transmissão oral, a obra apresenta uma grande relevância, tendo em vista a sua condição de patrimônio imaterial e memória da imigração italiana no Rio Grande do Sul.

A obra de Bernardi narra as peripécias de um jovem imigrante vêneto, originário da cidade de Veneza, em suas aventuras ou desventuras no deslocamento para o Rio Grande do Sul e no contato com a população local. Na história, Nanetto deixa seus pais e viaja para a América em busca da *cuccagna*, ou seja, da conquista de um pedaço de terra e de ascensão social. Pode-se dizer que sua trajetória é marcada pela desgraça, pois o nosso herói, na verdade, era um anti-herói; mas nos acontecimentos de sua vida se percebe uma narrativa de Aquiles Bernardi que exalta a força do colono italiano, não obstante o discurso religioso que perpassa a obra. Inclusive, como grande modelo do perfeito colono italiano, a narrativa nos apresenta Nino, irmão de Nanetto e seu contrário, que se constitui em nosso verdadeiro herói, pois representa toda a tenacidade e constância que caracterizam imageticamente os egressos da Península Itálica. No entanto, em ambos, encontrar-se-á elementos como capacidade de trabalho, espírito de iniciativa, um desejo febril de melhorar de condição, todos componentes da representação que se estava construindo – na década de 1920 – acerca dos imigrantes italianos.

Vita e storia di Nanetto Pipetta, mesmo apresentando uma figura de anti-herói cristalizada no personagem central da obra, a qual se constitui em uma base referencial do que deve ser evitado, quer mostrar a dimensão moral da vida do imigrante, ou seja, de como a condução da vida através da moral cristã leva a um bom desfecho. Por isso que, em paralelo a Nanetto, o livro dá a conhecer Nino, aquele que irá viver uma trajetória de sucesso, porque está em sintonia com os padrões morais entendidos pela religião como "corretos". No final da obra, o texto apresenta a conclusão moral da narrativa, na qual o autor-narrador se apresenta como "O vosso amigo", concluindo o livro em um tom de conselho. Nesse fechamento, é resumida a idéia central do livro e são apresentados os elementos morais que caracterizam o "verdadeiro" imigrante italiano: Nanetto, tendo desperdiçado sua vida, teve um triste fim; Nino, pelo contrário, tendo honrado sua família, teve um final feliz:

> Nanetto, pobre diabo, ele contristou tanto a família, ele fugiu pelo mar e não se afogou; mas no momento mais bonito para quem vinha atrás de fazer fortuna, pegar a *cuccagna*, ele caiu naquele rio e se afogou, assim como tinha sonhado no vapor . Nino ao invés, que sempre fez muito e procurava alegrar a mãe, ele encontrou mesmo a *cuccagna*, também aquela de seu irmão Nanetto. E ele construiu uma grande família, acompanhada de muitas bênçãos do céu (Bernardi, 1980, p. 186)1.

Nino aparece como contraponto às desgraças e desventuras de Nanetto, sendo o exemplo positivo a ser seguido nesse modelo de sociedade rural que se buscava construir. O personagem do irmão destaca um trinômio de positividade nessa comunidade imaginada como modelar – trabalho, família e catolicismo, estrutura que terá muita força nas comunidades italianas da serra gaúcha, por fazer parte de construções anteriores de lugares de memória da terra de partida – parte da vida *contadina* e do catolicismo intransigente da tradição popular vêneta.

Já nos primeiros passos de Nanetto em solo americano pode-se perceber uma leitura preconceituosa do outro, uma descoberta da diferença vista como sinal de inferioridade. Essa leitura transparece tanto na relação com o inferior por excelência, enfatizado nas produções teóricas sobre raça – o negro – quando na relação com os grupos indígenas, também desqualificados racialmente.

No caso do segundo grupo, como afirma Brunello (1994), a rememoração do processo imigratório traz consigo uma nova celebração do mito da fronteira: os índios representam a natureza, a qual se contrapõe à civilização que se quer construir. Assim, devem ser afastados e/ou domesticados, como se faz com a floresta virgem, tornando-os – como o cão de Nanetto, que se chamava Tupi – animais de estimação, prontos para serem domesticados. O imigrante, ao contrário, é o emblema do novo civilizador, convidado a escrever uma nova história sobre a região. Também o índio é convidado a desaparecer ou subsumir-se nesse processo de europeização do sul do Brasil, dando lugar a um grupo mais forte, produtor de cultura e civilização.

No que se refere aos negros – segundo grupo de "americanos" que Nanetto encontra, depois da chegada no Brasil – a descrição que o autor faz dos personagens é marcada pela ignorância e pela sujeira. Enquanto no primeiro contato, com brancos, não é assinalada nenhuma situação de desencontro lingüístico e cultural e Pipetta foge por causa do tipo de trabalho que acaba tendo que fazer – conduzir tropa de gado – no segundo, percebe-se, desde o primeiro momento, o estranhamento dos hábitos e da alimentação.

Tendo chegado no rancho de seu Juca preto – e a descrição do proprietário das terras já é preconceituosa – o rapaz começa uma viagem em um mundo cultural efetivamente desconhecido. Depara-se – depois do susto com os cães que acorrem ladrando furiosamente – com um "baita negrão, possuidor de dois beiços grossos recurvados, de um narigão largo e achatado, dois orelhões brancos, cabelos curtos e encarapinhados" (Bernardi, 1998, p. 91). O autor apresenta Juca preto dentro do estereótipo negativo da figura física do negro, quase como um estudo sobre criminalidade saído de uma obra de Lombroso, na qual os traços físicos representariam a marca de Caim e o sinal da culpabilidade. Ao ver essa figura monstruosa – pensando a descrição feita por Aquiles – Nanetto, apavorado, sabe apenas dizer: "Não me mate, por favor"! Claro que se somava ao estereótipo físico, aquele relativo à indumentária, pois o negro vestia uma camisa em pandarecos, tinha um facão na cintura e uma pistola enferrujada na mão.

A família do negro Juca – ele e sua esposa Maneca, que carregava, dentro de um saco, uma criança – era caracterizada pela sujeira, enquanto ele usava aquela roupa carcomida, a mulher apresenta-se com uma "roupa que seria branca, se fosse limpa". Como se pode perceber, sobretudo pela descrição da casa dos negros, ao contrário do trabalho árduo

---

1 "Nanetto, poaro can, el gá constristá tanto la famégia, el ghe ze scampá par el mare e nol se gá mai negá; ma sul pí belo che el gera drio a far fortuna, a ciapar la cuccagna, el ze caisto tel rio e el se gá negá, próprio come el se gera insuniá sul bapore cussolá sotto i caregoni sa ve recordé. Nino invese che el gá sempre fatto puito, e sempre el sercava de rallegrare la mamma, el gá próprio catá la cuccagna anca coela de Nanetto sô fradelo. E el gá slevá una grossa famégia compagnada de tante benedession del sielo".

e da preocupação com a limpeza, inerente ao grupo de imigrantes – de moral e ares saudáveis – os negros eram preguiçosos e deixam-se jazer em um espaço de sujeira e desordem. Nanetto acaba fugindo do rancho porque sentia-se perfurado pelos ataques de pulgas e percevejos, os quais o tinham incomodado durante toda a noite. A falta de limpeza é expressa, ainda, no fedor nauseabundo que se sentia no miserável quartinho onde foram dormir, uma catinga insuportável. Devido à sujeira ou ao odor específico dos negros, o autor relata um estranhamento que não fará parte do contato com os brancos locais, é uma leitura específica das populações negras, a qual entra em sintonia com a narrativa do álbum do cinqüentenário. Diferentemente das populações egressas da Europa, os nacionais negros são pouco aptos ao trabalho, discurso que vai se conectar com a argumentação racista e escravista de finais do século XIX, pois os grupos inferiores eram percebidos como um peso à nação, incapazes de se auto-dirigirem.

Nas duas narrativas – do álbum do cinqüentenário da imigração italiana e do livro Nanetto Pipetta – a positividade do colono italiano é destacada, em um reforçamento das teorias raciais, visto que a imagem invertida das exposições era o mestiço ou o negro. O imigrante, enquanto agente de civilização, acaba produzindo tanto uma melhora racial na população do estado quanto – como efeito dessa primeira qualificação – o progresso econômico e social. Efetivamente, as comemorações dos cinqüenta anos da imigração, trazendo consigo o rememorar da trajetória de partida e chegada dos imigrantes, elaboram uma epopéia da diáspora, integrando dificuldades e conquistas como marca da qualidade do grupo que está vivendo o deslocamento. Nesse sentido, o desfecho pensado para tal processo vai ser a gradual e natural regeneração da população sul-riograndense, como uma conseqüência da maior capacidade de adaptação e sobrevivência dos grupos mais evoluídos.

Referências Bibliográficas

Andrews, George Reid. (1998) *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. São Paulo: EDUSC.

Beneduzi, Luís Fernando (2004) *Mal di paese*: *as reelaborações de um Vêneto imaginário na ex-colônia de Conde d'Eu (1884-1925)*. Porto Alegre: PPGHist/UFRGS.

Brunello, Piero. (1994) *Gli italiani in Brasile e il mito della frontiera.* Roma: Donzelli.

Catroga, Fernando. (2001) Memória e História. In Pesavento, Sandra (org.). *Fronteiras do Milênio*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.

Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande Del Sud. *La cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud.* Porto Alegre: Barcellos, Bertaso e Cia/Livraria do Globo.

I Municipî dello Stato e le Industrie ed i Commerci degli Italiani e loro discendenti. (1925) In Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande Del Sud. La cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso e Cia/Livraria do Globo.

Pesavento, Sandra Jatahy. (1995) Em Busca de uma Outra História: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, 15 (29).

Pollak, Michael. (1992) Memória e identidade social. *Estudos Históricos,* 5 (10), 200-212.

Poutignat, Philippe & Streiff-Fenart, Jocelyne. (1998) *Teorias de Etnicidade*. *Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth.* São Paulo: UNESP.

Ramos, Jair de Souza. (2003) Ciência e racismo: uma leitura crítica de Raça e assimilação em Oliveira Vianna. *História, Ciências, Saúde*, 10(2).

Santos, Ricardo. (1998) A obra de Euclides da Cunha e os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: Os sertões e a medicina-antropologia do Museu Nacional. *História, Ciências, Saúde*. V(suplemento).

Seyferth, Giralda. (1996) Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In Maio, Marcos & Santos, Ricardo. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

Truda, Francisco de Leonardo. (1925) L'influenza etnica, sociale ed economica della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud. In Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande Del Sud. *La cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud.* Porto Alegre: Barcellos, Bertaso e Cia/Livraria do Globo.

Viagem pela África através da arte: ressignificando as relações étnico-raciais na escola

Ana Lúcia da Silva Silva
Escola Estadual Antônio Lourenço Corrêa
profcelsoana@terra.com.br
Lucimara Cristina de Paula Paula
Universidade Federal de São Carlos
lucimarapaula@itelefonica.com.br

Resumo: No Brasil, as políticas curriculares de ações afirmativas, que buscam o reconhecimento e a valorização da história, da cultura e da identidade da população afrodescendente, pautadas em preceitos legais e nas reivindicações e propostas do Movimento Negro ao longo do século XX, têm movido os sistemas de ensino a organizarem cursos de formação continuada aos professores de diferentes níveis e áreas de

atuação. No Estado de São Paulo, a Secretaria de Educação, em parceria com as Universidades, ofereceu aos professores espaços de estudos e discussões sobre a temática das relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, como forma de resgatar e valorizar o legado do povo africano, tão marginalizado e discriminado na sociedade que ele ajudou a construir com sua força de trabalho e seus modos de existir. Sensibilizada pela experiência de redescobrir a história e a cultura do povo africano e afrodescendente durante estes estudos, e motivada pela necessidade e urgência em divulgar os conhecimentos adquiridos aos seus alunos, sensibilizando-os e conscientizando-os em relação ao tema, uma professora de Arte decidiu elaborar o projeto Viagem pela África, trabalhando com diferentes linguagens nas séries compostas por crianças de 7 a 10 anos (primeiro ciclo do Ensino Fundamental). Este projeto educacional, que gerou novos comportamentos, por parte dos alunos e da professora, e proporcionou oportunidades de apropriação criativa da temática, deu origem a um projeto de pesquisa que propôs investigar as contribuições do ensino de arte para o questionamento da discriminação racial em nossa sociedade.

O nascimento do projeto

Observamos na contemporaneidade muitas discussões acerca dos temas multiculturalismo e interculturalidade, devido em grande parte, ao fenômeno da globalização, e também aos povos em êxodo em todo o mundo, em busca de melhores condições de vida. Esse assunto não é recente, pois desde o início do século XX os cientistas sociais vêm discutindo os conflitos étnicos e suas conseqüências para vários países, principalmente aqueles colonizados e submetidos à aculturação.

> (...) multiculturalismo, movimento teórico e político que rompe com a idéia de homogeneidade cultural e busca respostas para incorporar a pluralidade cultural e o desafio à construção das diferenças nos espaços culturais plurais, incluindo a educação. (Assis & Canen, 2004, p.710)

Pautados nesta perspectiva de multiculturalismo, muitos teóricos tem apontado para mudanças nas propostas curriculares e ambientes escolares a fim de contribuir para a visibilidade e correção das desigualdades acarretadas pelo racismo e pela segregação, sugerindo o estudo do tema na formação de professores e a elaboração de materiais didáticos que contemplem a diversidade cultural.

O conceito de educação multicultural e intercultural são assuntos muito discutidos entre os estudiosos que versam sobre a diversidade, numa educação onde se prima pelas características culturais e sociais dos alunos. No âmbito das artes, Barbosa (2001) afirma:

> Sem conhecimento de arte e história não é possível a consciência de identidade nacional. A escola seria o lugar em que se poderia exercer o princípio democrático de acesso à informação e formação estética de todas as classes sociais, propiciando-se na multiculturalidade brasileira uma aproximação de códigos culturais de diferentes grupos. (p.33)

A autora enfatiza a importância de um ensino crítico de arte, que possibilite o entendimento de outras culturas, seu contexto, suas funções, conceitos de qualidade e valores estéticos, para que possamos redescobrir nossa formação cultural.

No Brasil, há décadas o Movimento Negro vêm discutindo questões sobre a participação do negro na formação da cultura brasileira, bem como todas as formas de preconceitos apregoadas. Estas discussões repercutiram na redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394 de 1996, provocando mudanças curriculares que pressupõem considerar, no ensino de História do Brasil, as contribuições de diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, o que significa resgatar e valorizar a cultura da população negra.

No ano de 2003, a Lei no 9.394 de 1996, é alterada pela Lei 10.639, a qual estabelece a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial da Rede de Ensino. A partir da nova lei, os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira passam a ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

As transformações no currículo, regulamentadas pela nova Lei, impõem a necessidade de oferecer cursos de formação continuada aos professores dos sistemas públicos de ensino, que favoreçam um trabalho pedagógico consistente voltado à discussão sobre o tema nas escolas

A fim de atender a esta demanda por formação, os sistemas públicos de ensino, em parceria com as universidades, trabalharam na elaboração de propostas de cursos para a abordagem do multiculturalismo, envolvendo diferentes áreas de conhecimento. No contexto destas iniciativas, participamos em 2005 de um programa chamado “São Paulo: Educando pela diferença para a igualdade”, oferecido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, durante o qual discutimos muitos assuntos referentes às relações étnico-raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Considerando a importância desse conteúdo para o ensino, o programa objetivou o resgate e a valorização de um patrimônio histórico negligenciado ao longo da trajetória histórica do povo brasileiro, pela imposição da cultura dominante européia, e também representou um momento para discussão sobre as desigualdades sociais e o preconceito, a fim de minimizar tais diferenças pelo estabelecimento de relações de convivência, baseadas no respeito e na busca pela dignidade daqueles que se sentem marginalizados. Considerando o ensino de Arte como uma área de conhecimento que pode suscitar mudanças significativas na formação dos indivíduos, ao tratar da temática étnico-racial, Silva (2000) explicita que

> (...) o ensino das artes possibilita ao professor estabelecer uma ponte entre a cultura do educando e a cultura autodenominada ‘universal’ (a cultura ocidental imposta), legitimando, a partir disso, os valores culturais dos diferentes grupos étnicos, recusando assim, as armadilhas ideológicas do preconceito e do recalcamento, tendo como objetivos: relativizar o conceito do “belo” e de “arte” e reconhecer a África como uma das matrizes da cultura humana, contribuindo, dessa forma, para que os educandos percebam que cada pessoa tem um corpo com características fenotípicas diferentes,

> interiorização de uma postura sem preconceito em relação às diferentes cosmovisões e etnias, valorização da própria identidade étnica e cultural e, conseqüentemente, fortalecimento da auto-estima. (p. 121-122)

Portanto, o curso buscou estabelecer ações afirmativas por meio do ensino de Arte, ao tratar dessas temáticas com o intuito de promover mudanças nos estabelecimentos de ensino e também na comunidade.

A escola é o ambiente onde se encontram e se percebem os diferentes grupos, onde as diferenças podem ser entendidas. Portanto, conforme afirma Silva Jr. (2002, p. 31), "a resposta para a problemática das relações raciais no espaço escolar poderia ser buscada, especialmente, no interior mesmo das escolas", pois elas se constituem como *lócus* privilegiado para a inserção da temática do multiculturalismo e da discussão de seu significado, como espaço capaz de proporcionar amplas descobertas, que conduzam ao reconhecimento e à valorização das importantes contribuições que cada grupo étnico tem oferecido ao povo brasileiro, principalmente os africanos que lutaram, construíram e conceberam a riqueza de nossa cultura.

A partir das aprendizagens construídas por meio do curso, lancei-me ao desafio de criar um projeto pautado por práticas pedagógicas e artísticas, capazes de estimular a percepção, a imaginação criadora e ampliar o universo sócio-cultural dos alunos por meio das tradições, músicas, danças, rituais, jogos, mitos, da organização política, social e econômica, dos valores estéticos e filosóficos do povo africano e afro-descendente.

O desenvolvimento do projeto

Um dos objetivos do projeto, desenvolvido com alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental (7 a 10 anos, aproximadamente), foi desmistificar o conceito negativo sobre a cultura africana e afro-descendente, apresentando uma variedade significativa de abordagens sobre a temática, a partir de práticas artísticas.

> Até hoje, na maioria das imagens atuais sobre a África, raramente são mostrados os vestígios de um palácio real, de um império, as imagens dos reis e ainda menos as de uma cidade moderna africana construída pelo próprio ex-colonizador. As imagens exibidas mostram, geralmente, uma África dividida e reduzida, enfocando sempre aspectos negativos como: atraso, selva, fome, calamidades naturais, doenças endêmicas, AIDS, etc.. (Munanga, 2005, p.67)

Com o propósito de exibir uma imagem positiva da cultura africana, exaltando as qualidades do continente africano, e de destacar suas peculiaridades, como professora de Arte das séries iniciais, defini uma linguagem artística que pudesse reunir condições para atingir tais objetivos: a propaganda turística, tendo como suporte a revista.

A propaganda constitui-se num meio de despertar interesse, persuadir, convencer os seres humanos sobre a qualidade e a apropriação de determinado produto, conduzindo-o à ação de adquiri-lo, influenciando o seu comportamento. Quanto mais se conhece as necessidades, os desejos e os impulsos humanos, mais fácil é colocar em prática uma estratégia de propaganda por meio de anúncios, cartazes, folhetos, slogans, frases, diagramação, tipos de letras, colocando em prática a finalidade de persuadir a aquisição de um produto por meio de seu enaltecimento.

Para a elaboração de uma revista turística, os alunos foram instigados a criarem e usarem imagens, a comporem textos para produzirem as páginas da revista, fazendo uso dos elementos da linguagem visual, como a linha, a cor e o plano, bem como foram convidados a participar de um jogo dramático que tinha por finalidade a compreensão e a representação dos assuntos tratados, vivenciados de maneira lúdica, que propiciaram o desenvolvimento de habilidades e aprendizagens e envolveram as crianças por inteiro, provocando deslumbramento.

Este projeto foi organizado, principalmente, de acordo com as propostas para o ensino de Arte, as quais sugerem a integração entre o fazer, o fruir e o conhecer, capacidades relacionadas, neste projeto, aos contextos das culturas abordadas, compreendendo a História da Arte, a estética e a crítica de arte, tendências organizadas na década de 1980 e favorecidas pela Lei 9394/96, a qual caracteriza o ensino de arte como área de conhecimento humano e obrigatório em todos os níveis da Educação.

O projeto teve inicio a partir da interação dos alunos com o "guia" Nelson Zulu, fantoche de tecido, que por meio de questionamentos levantava conhecimentos sobre a história e a cultura africana, a partir da história de vida das crianças e de seus descendentes.

As respostas das crianças às questões revelaram que detinham imagens parciais e superficiais do continente e do povo africano, relacionadas às histórias dos desenhos animados vistos no cinema, às situações de pobreza, doença e escravidão encontradas na televisão e no livro didático.

O projeto, foi nomeado *Viagem pela África*, para que os alunos pudessem ver o continente africano sob outro ponto de vista. O objetivo principal da abordagem deste tema era a formação de um novo conceito e um novo olhar sobre a cultura africana, desfazendo a imagem estereotipada criada pelos europeus, que salienta os aspectos negativos deste Continente. Tais objetivos supunham, por exemplo, desvendar as riquezas culturais de alguns povos, sua música, dança, arte, costumes, bem como as paisagens naturais, pois as crianças desconhecem muitas das histórias da África.

Portanto, propus um trabalho sistematizado sobre a história e a cultura africanas capaz de desmistificar a idéia de que a África é um continente primitivo, estimulando e enriquecendo o conhecimento e o aprendizado a respeito da diversidade cultural desses povos e daqueles que foram trazidos para o Brasil, obrigados a reinventarem seus costumes devido à imposição da cultura européia.

A experiência proporcionada aos alunos, orientada por perguntas sobre o que eles sabiam ou gostariam de conhecer sobre a África, considerando os povos trazidos para o Brasil e outros sugeridos pelas crianças, que os conheciam por ocasião da transmissão da Copa do Mundo, despertou o interesse e a curiosidade para o desenvolvimento do projeto.

Neste projeto trabalhei a linguagem visual, construindo com as crianças reproduções de obras de arte, imagens de paisagens arquitetônicas e naturais, formas de manifestação cultural, atividades econômicas e de lazer, por meio de diferentes estratégias, tais como dramatizações de viagens aéreas, marítimas, safáris em parques nacionais, "visitas" a museus, feiras, praias, e diferentes tipos de registros gráficos, empregados na linguagem publicitária, como slogans, frases, diversas formas de letras, de diagramação e desenhos. O "guia" responsável pela viagem, o fantoche negro, chamado Nelson Zulu, confeccionado artesanalmente em tecido, sob encomenda, adquiria vida através de minha narrativa e expressões gestuais, e comunicava "seu" conhecimento acerca dos países pesquisados. As crianças foram convidadas a realizar pesquisas sobre costumes de alguns países, dando início a uma série de oficinas.

No decorrer destas oficinas, os alunos criaram, em diferentes linguagens, formas de expressão e compreensão sobre as distintas características dos países africanos selecionados, bem como socializaram aspectos familiares com relação à ancestralidade, como sujeitos da história e indivíduos participantes de seu meio, fortalecendo sua auto-estima, desfazendo equívocos históricos e culturais.

Como resultado, os alunos passaram a manifestar intensamente conhecimentos, informações e opiniões a respeito de questões culturais do povo africano e afro-descendente. Cresceu também o interesse das crianças por pesquisas sobre temas relacionados ao projeto, bem como pela descendência africana de cada um, e conseqüente orgulho por seus antepassados.

Considerando a importância de abordar a cultura e a história do povo africano e afro-descendente, e a necessidade de transformar visões equivocadas construídas sobre estes povos, a fim de desfazer preconceitos e modificar as relações humanas que se processam no contexto social, busquei, por meio deste projeto, realizado em âmbito escolar, atingir as seguintes metas:

- Romper com os estereótipos negativos que envolvem o Continente Africano, oferecendo informações que fortaleçam a auto-estima dos afro-descendentes e procurando modificar positivamente essa visão;
- Favorecer a construção da cidadania cultural dos alunos estimulando formas de convivência respeitosa, e oferecendo meios para a compreensão de que nosso país é constituído por diversos povos, principalmente por africanos;
- Aprender a reconhecer e respeitar as diferenças étnicas e culturais, a partir das informações e da sensibilização proporcionadas pelo ensino de Arte, favorecendo um convívio firmado na igualdade, reconhecendo a contribuição de todos na construção da história e da sociedade brasileiras, refletindo e transformando pontos de vista, opiniões e posturas;
- Conhecer e valorizar a história, a identidade e a cultura do povo afro-descendente, apreciando-as como a todas as outras culturas trazidas por povos que vieram para o Brasil;
- Compreender fatos históricos, exercitando a discussão, a sensibilidade e percebendo as condições particulares que envolvem os aspectos culturais, sociais, políticos e ambientais dos africanos e afro-descendentes, pesquisando, organizando informações e compreendendo as diversas manifestações artísticas desses povos;
- Exercitar, por meio dos recursos artísticos empregados na propaganda, uma atitude coletiva de apreciação e valorização do patrimônio histórico-cultural africano e afro-descendente.
- Conhecer e produzir material gráfico que apresente aspectos característicos da propaganda, com a finalidade de estabelecer interação com o público, a partir de diversas técnicas de artes visuais;
- Incentivar a criança a expressar-se por meio do jogo dramático, a dar forma a seu desejo, a encontrar seu estilo próprio, na expressão criativa do seu imaginário, envolvendo-a no processo de ensino e aprendizagem.

Para o desenvolvimento do projeto foram selecionados e apresentados, por meio de mapas, com a participação das crianças, alguns países do Continente Africano, cujas características culturais, sociais e econômicas puderam ser visualizadas e discutidas, como peculiaridades de alguns países: Angola – com destaque para centros históricos e paisagens naturais; Moçambique – destacando a apresentação do artista Lívio de Morais e suas obras; Costa do Marfim – salientando o artesanato em tecidos – Batik; Egito – ênfase nos aspectos relativos à antiguidade, templos, faraós, rainhas, escrita, deuses; África do Sul – com foco na arte das mulheres Ndebele (pintura geométrica em paredes).

Como abordagem metodológica para este projeto, utilizei a pedagogia por projetos de Fernando Hernandez, que possibilita a escolha de tema/problematização. Conforme Hernandez & Ventura:

> (...) a idéia fundamental dos Projetos como forma de organizar os conhecimentos escolares é que os alunos se iniciem na aprendizagem de procedimentos que lhes permitam organizar a informação, descobrindo as relações que podem ser estabelecidas a partir de um tema ou de um problema. (Hernandez & Ventura, 1998, p. 89)

Ferraz e Fusari (1993), ressaltam a produção, a fruição e a contextualização no ensino da Arte, princípios da arte-educação defendidos por Barbosa (2001), como formas de garantir a participação ativa dos alunos, permitindo que realizem um aprendizagem significativa.

> A metodologia pode ser considerada como método em ação, onde os princípios do método (atitude inicial, básica, de percepção da realidade e suas contradições) estarão sendo mencionados na realidade da prática educacional (...) Todavia, para que a metodologia cumpra este objetivo de ampliação da consciência é fundamental que ela tenha uma origem nos conteúdos de ensino; considere as condições objetivas de vida e trabalho dos alunos e professores, utilize competentemente diferentes técnicas para ensinar e aprender os conteúdos (...) e os diferentes meios de comunicação. (Fusari & Ferraz, 1993, p.18-19).

Propor novas formas de perceber e recriar o cotidiano, por meio de observações, reflexões e de problematizações, é uma das características da arte pós-moderna. Por isso busquei constantemente práticas de ensino que visassem estar de acordo com as propostas para o ensino de arte, que apontassem para as questões de produção artística, para a fruição ou apreciação estética e para a contextualização histórico–geográfica, com o objetivo de contribuir para o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural, para a inserção de mudanças no currículo escolar e para uma nova visão sobre o conteúdo trabalhado.

> Um currículo que interligasse o fazer artístico, a história da arte e a análise da obra de arte estaria se organizando de maneira que a criança, suas necessidades, seus interesses e seu desenvolvimento estariam sendo respeitados e, ao mesmo tempo, estaria sendo respeitada a matéria a ser aprendida, seus valores, sua estrutura e sua contribuição especifica para a cultura." (Barbosa, 2001, p. 35).

Os procedimentos metodológicos, organizados em forma de oficinas, permitiram compor uma proposta de ensino que contemplou a diversidade cultural brasileira, em seus diferentes âmbitos, como por exemplo, etnias, religiões, artefatos, buscando compreender sua complexidade e tornando-a, efetivamente, objeto de estudo das crianças nos projetos escolares.

Pesquisei e selecionei estratégias didáticas, relacionadas aos princípios da Arte-educação, que pudessem propiciar intimidade e envolvimento emocional das crianças em relação aos conteúdos. Durante o projeto foram utilizados inúmeros recursos visuais para a apresentação de paisagens naturais e urbanas, manifestações culturais, atividades econômicas, entre outros, referentes ao continente africano, assim como recursos gráficos utilizados no texto informativo, caracterizado pela propaganda, necessários à produção da revista turística.

As crianças tiveram a oportunidade de vivenciar o conteúdo por meio de outra linguagem artística – o jogo dramático – e de realizar discussões a respeito dos assuntos tratados. A interdisciplinaridade entre diversas áreas do conhecimento - Geografia, História, Ciências e Português - permeou todo o desenvolvimento do projeto, que foi estruturado em etapas na forma de oficinas, que se estenderam por períodos variáveis – algumas oficinas se deram em um, dois ou três dias de aula, pois as aulas tinham a duração de apenas cinqüenta minutos.

Perfazendo os caminhos traçados

Conforme foi explicitado anteriormente, o projeto se desenvolveu em etapas, na forma de oficinas, que culminaram com a produção da revista turística e a exposição das produções infantis ao público escolar e à comunidade.

Oficina 1 – Momento de discussão e questionamentos sobre a África, para sondagem do conhecimento que as crianças detinham sobre o tema; exposição do mapa-múndi para a localização geográfica e seleção dos países pertencentes ao continente africano, que seriam estudados; apresentação do guia turístico da "Viagem pela África", o fantoche Nelson Zulu, nascido na África do Sul, pertencente ao grupo étnico Zulu e agraciado com o nome de Nelson, homenagem que sua mãe fez ao grande Presidente Nelson Mandela. Nelson Zulu é caracterizado como um viajante e pesquisador, que veio ao Brasil para acompanhar os alunos numa viagem pela África.

Durante esta oficina, convido as crianças a participarem de um jogo dramático, no qual Nelson Zulu estimulava o imaginário das crianças, levando-as a engajarem-se num faz-de-conta que simulava uma viagem cheia de emoções pela África. O personagem interagia com as crianças, ao ser manipulado por mim, comunicando que seria o guia nessa aventura. Ele propunha aos alunos arrumarem suas bagagens incluindo sacos de dormir, botas, câmeras fotográficas e filmadoras, repelentes, objetos de uso pessoal (escova de dente, pentes...), roupas de frio, cantil de água, algumas latinhas de comida, lanternas, cordas, barracas, chapéu..., e embarcar no avião rumo à Angola.

Oficina 2 – Neste momento, as crianças realizaram a composição da capa da revista turística. Cada aluno escolheu um nome para sua revista: Mundo, Aventura, Viagem..., usaram diversas texturas, tipos de linhas (curvas, retas, onduladas...) e coloriram com lápis de cor, giz de cera, caneta hidrocor, etc.

Oficina 3 – Na terceira etapa do projeto, outra dramatização foi realizada, a partir de imagens fotográficas de Angola. Esta viagem simbolizava a chegada em Angola, a hospedagem num hotel e a saída para um passeio. Nelson Zulu mostrou para os alunos as paisagens de Angola, músicos tradicionais, feiras, paisagens naturais, centros históricos, parques ecológicos. Os alunos descobriram que a língua falada neste país era o português, por causa da colonização; que havia um museu da escravatura onde outrora se batizavam os negros e os embarcavam para o Brasil e outros países. As crianças foram informadas de que os negros não queriam ter deixado seus países de origem, que foram cruelmente desterrados e separados de suas famílias, que havia uma rainha chamada Nzinga que era uma defensora de seu povo e lutava para que ele não fosse escravizado.

Para a composição da primeira página da revista, os alunos receberam uma folha contendo imagens, que escolheriam para compor um desenho. As imagens representavam paisagens naturais e urbanas de Angola que foram pintadas, recortadas e coladas em outra folha colorida, buscando uma distribuição harmoniosa das imagens. Nos espaços vazios entre as imagens coladas, as crianças colocaram o nome do país estudado e elaboraram frases de propaganda turística, utilizando palavras como viagem, centros históricos e paisagens naturais, por exemplo. Após a finalização desta tarefa, os trabalhos de todos foram expostos na sala de aula.

Oficina 4 – Em um novo encontro, as crianças vivenciaram outra dramatização, estimuladas por uma diversidade de fotos de animais. Ao dar continuidade à viagem, Nelson Zulu pediu que os alunos "arrumassem novamente suas malas" para fazerem um safári em direção a Moçambique. As crianças "viajaram" a pé com guardas florestais, "dormiram" em barracas, "acenderam" fogueiras, "comeram" comidas enlatadas, "tiraram" fotos e "filmaram" animais selvagens, "armaram" botes

para atravessarem rios com jacarés. A “chegada” em Moçambique trouxe novas emoções e as crianças conheceram hotéis, realizaram passeios, dançaram músicas africanas.

A partir de algumas fotos de Moçambique, Nelson Zulu apresentou para os alunos as mulheres na praia, dançando a marrabenta, as feiras e o Parque de Gorongosa, a capital Maputo e o artista Lívio de Morais bem como suas obras e dados de sua biografia .

As crianças realizaram uma leitura formal das obras do artista para que pudessem compor a segunda página da revista. Foram apresentadas à história de Lívio de Morais, que nasceu em Moçambique no ano de 1945. Em 1965 iniciou-se em Artes Plásticas, no Núcleo de Arte em Maputo, mas partiu para Portugal em 1971 para estudar na Universidade de Lisboa (Faculdade de Belas Artes), onde se licenciou em Artes Plásticas, em 1978. Foi membro e professor dos colégios dos Irmãos Maristas em Moçambique e Portugal. Ao compartilharem a breve biografia do artista com Nelson Zulu, as crianças também foram informadas sobre a colonização portuguesa, e a dança popular marrabenta.

Os alunos receberam a cópia de uma das obras de Lívio de Morais chamada “África”, a qual era composta por vários rostos, a fim de realizarem uma releitura pautada no formato destes rostos. As crianças criaram expressões para as faces, ao delinearem lábios, narizes, olhos, cabelos e, posteriormente, pintaram e recortaram as composições faciais produzidas. Alguns organizaram suas produções em diagonais, verticais ou horizontais.

O objetivo desta atividade era a criação de um cartaz para exposição numa galeria em Moçambique, apresentando o artista Lívio de Morais. As crianças elaboraram um titulo para a exposição na galeria e colaram a obra de apresentação que produziram com os rostos.

Oficina 5 – Na composição da segunda página da revista, as crianças simularam a revelação de fotos, após a dramatização de um safári: receberam várias imagens de animais africanos para pintarem como se estivessem revelando as fotos. Depois recortaram seus desenhos e criaram a página da revista na qual deveria constar a propaganda de uma câmera fotográfica, a qual deram o nome e para a qual elaboraram um slogan.

Oficina 6 – Nesta etapa do projeto, em meio ao contexto de uma dramatização, Nelson Zulu pediu que os alunos novamente “arrumassem” as malas para “viajarem” de avião para Costa do Marfim, com chegada prevista para a estadia em um Hotel.

Foram apresentadas diversas fotos da Costa do Marfim, nas quais Nelson Zulu destacou as moradias rurais, a capital Abdijan, as feiras, imagens de tecidos com estampas geométricas e batiques (técnica de tingimento do tecido). Além disso, Nelson Zulu fez um relato para os alunos sobre o tráfico de marfim e de escravos, sobre a história dos tecidos, e o processo de execução do batique. Na composição da terceira página da revista, os alunos receberam um retângulo de papel, no qual ilustraram um batique observando os modelos oferecidos para a criação de uma estampa, com giz, canetinha, lápis de cor. Após a produção do desenho, as crianças recortaram, e colaram seus batiques africanos, compondo peças de vestuários com os mesmos, para a realização de um auto-retrato em sulfite colorido. Ao terminarem esta atividade, as crianças criaram frases de propaganda sobre o batique.

Oficina 7 – Uma nova dramatização deu início a uma “viagem” pelo Egito. Nelson Zulu preparou a todos para uma “viagem” de camelo pelo deserto, enfrentando tempestades de areia, encontrando alojamentos em Oasis e terminando por fazer um passeio pelo Egito.

As crianças conheceram o novo país por meio de fotos que foram apresentadas por Nelson Zulu, que mostrou para os alunos o antigo Egito, destacando templos, faraós, rainhas, esculturas, palácios, contando a história desse povo, sua religião, deuses, suas construções, sua medicina, sua estética, incluindo a história de importantes personagens desta terra, como Tutancâmon, Ramsés e Cleópatra. Nelson Zulu ainda apresentou notícias atuais sobre o povo egípcio. Depois da imersão que realizaram no contexto histórico-cultural egípcio, as crianças compuseram a quarta página da revista. Para esta etapa do projeto, elas receberam figuras do antigo Egito para colorir, recortar e criar composições para a página, na qual anunciariam a propaganda de companhias aéreas e marítimas, oferecendo-lhes nomes, slogans e produzindo imagens.

Oficina 8 – Nesta ocasião as crianças dramatizaram uma Viagem para a África do Sul. Nelson Zulu organizou a viagem e cada grupo de alunos pode viajar com qualquer meio de transporte; alguns viajaram de navio, outros de balão, aviões, carros, trens.

Nelson apresentou fotos da África do Sul destacando as cidades de Johannesburg, Durban, Cape Town, Kruger Park, Sun City - e comentou sobre a história deste país explicando acontecimentos relacionados à segregação racial, ao líder Nelson Mandela, e à abertura da África do Sul para o mundo moderno. Nelson Zulu também apresentou os diferentes povos do território sul-africano, como os Zulus, Xhosa, Ndebele, com suas pinturas geométricas que cobrem todas as paredes das casas pintadas com argilas coloridas. Este lugar era a terra natal de Nelson onde morava e tinha uma noiva, que era artista Ndebele.

Esta experiência motivou a composição da quinta página da revista, para a qual as crianças desenharam fachadas de casas sul-africanas, a partir de releituras dos desenhos Ndebele; recortaram e colaram suas produções em sulfite colorido e finalizaram com a elaboração de uma frase sobre as imagens a serem mostradas para os leitores da revista. Ao anunciar o fim da “viagem” Nelson se despediu e “colocou” os alunos no avião, de volta para o Brasil. Ao “retornarem”, as crianças relataram, por meio de um editorial, toda a trajetória da viagem, finalizando a revista.

O produto final do projeto se constituiu numa exposição das revistas confeccionadas pelas crianças dentro da biblioteca escolar, ocasião em que a comunidade pode conhecer e apreciar as produções infantis durante o mês de novembro, quando é comemorada a semana da Consciência Negra.

O projeto foi continuamente pensado e analisado sem perder de vista os objetivos propostos, e os procedimentos selecionados consideraram processos individuais e grupais de aprendizagem, durante o desenvolvimento das atividades. Os alunos foram instigados e convidados continuamente a participarem do planejamento e da produção de todas as etapas do projeto e realizaram suas tarefas manifestando e discutindo pontos de vista, expressando idéias e comparando os trabalhos entre si.

Os resultados do projeto

A observação e a análise do conjunto de respostas oferecidas pelas crianças aos meus questionamentos sobre os assuntos tratados, na figura de Nelson Zulu, permitem afirmar que houve grande envolvimento de todas na elaboração do projeto como um todo, devido à curiosidade que manifestavam em obter informações que desconheciam sobre os povos africanos.

A oportunidade que tiveram de elaborar diversos tipos de tarefas, em diferentes linguagens, ofereceu condições às crianças de desenvolverem competência e autonomia, o que pôde ser percebido nas seqüências de execução das atividades plásticas, durante as quais as crianças sugeriram, freqüentemente, possibilidades para a sua finalização como: organização de elementos gráficos no espaço da página, tipos de letras mais adequadas aos objetivos do trabalho, cores, frases, movimentos corporais, mímicas, sons, etc.

A experiência que as crianças vivenciaram na observação de imagens e no ato de conhecer a história e a cultura de diferentes povos africanos, provocou surpresas e grandes emoções, ao proporcionar aproximação com o cotidiano, com a paisagem natural e urbana, com as manifestações populares e artísticas, com os personagens que ajudaram a compor a trajetória histórica de cada país.

Os alunos se envolveram profundamente com os temas referentes aos países africanos, o que ficou evidente na expressão de novos olhares sobre eles e novas opiniões em relação ao que manifestavam antes do início do projeto. O que era conhecido de maneira equivocada, ou o que era desconhecido, foi transformado pelo nascimento de uma atitude de respeito e admiração em relação a tudo que se referia aos povos africanos.

As produções infantis estiveram permeadas por discussões entre as crianças sobre questões relacionadas à escravidão, ao preconceito e discriminação, durante as quais reagiram com insatisfação e desaprovação, questionando o comportamento humano, assumindo uma atitude de repúdio e assinalando a necessidade de uma boa convivência entre os diferentes povos. No transcorrer de todas as atividades, pude presenciar o interesse e a participação das crianças tanto na elaboração das tarefas quanto nas discussões, revelando que desenvolveram aprendizagens visadas por este projeto, como descobrir o Continente Africano em suas particularidades, por meio de linguagens artísticas, de modo a repensar formas de ver e agir diante da diversidade cultural. As descobertas e emoções vivenciadas pelas crianças, durante o projeto, atingiram suas famílias, através de comentários, levados sobre os novos conhecimentos, e da oportunidade de compartilhá-los na exposição das revistas produzidas.

As pesquisas realizadas espontaneamente pelas crianças, sobre mapas, imagens e informações, a respeito do continente africano, também demonstraram o enorme interesse que revelaram pelo conhecimento do tema. Estes materiais de pesquisa foram acrescentados à elaboração da revista turística

Constatei que as crianças compreenderam que cada grupo étnico possui seus próprios costumes, que é preciso conhecê-los para não serem mal interpretados, que é aceitando esses costumes que aprendemos a conviver com a diferença.

A fim de registrar e sistematizar os resultados deste projeto, propus questionamentos às crianças sobre as experiências proporcionadas:

- Gostaram de conhecer o Continente Africano?
- O que mais acharam interessante?
- O que acharam do povo africano?
- O que podemos fazer para que não haja discriminação racial?
- Como as pessoas devem ser informadas sobre essas questões?
- Vocês gostariam de ir à África? Conhecer o quê?
- Gostariam de morar na África? Por que?

As crianças responderam que adorariam conhecer e morar na África, ver realmente as tumbas dos faraós, os templos, estudarem em algum país, que gostariam de dançar e cantar com os africanos, pois são festivos e hospitaleiros. Além disso, revelaram que foi prazeroso aprender alguns dialetos, e conhecer as casas dos Ndebele.

A euforia e a ansiedade das crianças as acompanharam até em casa, onde puderam socializar com suas famílias, amigos e vizinhos sobre a "viagem" pela África e sobre a revista produzida nesta "viagem".

Idealizar e compor este projeto com as crianças foi profundamente gratificante e emocionante para mim, que compartilhei a empolgação que manifestaram na interação que mantiveram com o guia Nelson Zulu, representante do povo africano, que criava vida nos meus movimentos e nas minhas histórias, que ensinava e divertia ao mesmo tempo.

Propor um projeto nestes moldes oferece alguns obstáculos, como produzir materiais, por exemplo, questões que envolvem o cotidiano escolar, mas que nunca impediram minha disposição para a busca de alternativas de trabalho. Com a finalização do período letivo, veio a satisfação do dever cumprido, pela observação e avaliação de todo o processo. Os

resultados surpreendem ao revelarem todas as aprendizagens que foram possíveis, ao demonstrarem todo conhecimento que pode ser socializado, acolhido e desvendado.

A chegada de Nelson, para dar continuidade à "viagem" pela África, no início de cada oficina provocava reações de intenso afeto nas crianças; algumas abraçavam e beijavam o Nelson, outras o manuseavam exibindo seus conhecimentos para a sala, algumas carregavam o Nelson nas viagens e, com a finalização do projeto, perguntavam sobre ele pelos corredores, desejosos em saber se já havia se casado na África, se voltaria para o Brasil, pois estavam com saudades dele, e não gostaram que a viagem tivesse acabado.

Fiquei muito surpresa e extasiada com as reações das crianças pois não esperava, de imediato, tanto envolvimento com relação à temática desenvolvida. Pude constatar que o projeto produziu efeitos que foram além de minhas expectativas, pois as crianças demonstraram maturidade na reflexão sobre o assunto e revelaram que o projeto representou grande contribuição ao desenvolvimento intelectual e ao convívio em sociedade.

Referências bibliográficas

Assis, M. D. P., & Canen, A. (2004) Identidade negra e espaço educacional: vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo. http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a10v34123.pdf (consultado em 12 de novembro de 2008)

Barbosa, A. M. (2001). *Arte-Educação: leitura no subsolo*. São Paulo: Cortez.

Brasil (2003). Ministério da Educação. *Lei 10.639 de 9 de Janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília.

Brasil. (1996). Ministério da Educação. *Lei 9394 de 20 de Dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília.

Ferraz, M. H. C. T. & Fusari, M. F. R. (1993). *Metodologia do Ensino de Arte*. São Paulo, Cortez.

Hernández, F. & Ventura, M. (1998). *A Organização do Currículo por projetos de Trabalho.* Porto Alegre/Rio Grande do Sul: Artes Médicas.

Munanga, K. (2005) *Alguns aspectos da História Africana dos negros no Brasil.* São Paulo: Educando pela Diferença para a Igualdade, Módulo II, Secretária da Educação do Estado de São Paulo.

Silva Jr, Hédio. (2002). *Discriminação Racial nas Escolas: Entre a Lei e as Práticas Sociais*. UNESCO.

SILVA, M. J. L. da (2000). As artes e a diversidade étnico-cultural na escola básica. In Munanga, K. (Org). *Superando o racismo na escola.* Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, (pp. 119-136).

Mulheres imigrantes brasileiras em Portugal - trajectórias e projectos de vida

Joana Miranda
Universidade Aberta/CEMRI
joana@univ-ab.pt

Resumo: A intensificação dos fluxos migratórios que se tem verificado nos últimos anos tendo Portugal por destino tem estimulado a investigação sobre as diferentes comunidades de migrantes residentes no país. O estudo destas comunidades tem privilegiado as dimensões económicas e sociais, tendo a dimensão psicológica estado algo omissa da agenda de investigação. As comunidades têm também sido estudadas como um todo não tendo a maioria dos estudos incidido sobre as mulheres migrantes em particular. Esta comunicação pretende apresentar os resultados do projecto Mulheres imigrantes em Portugal - Memórias, dificuldades de integração e projectos de vida financiado pelo ACIDI e que teve por alvo mulheres migrantes de três comunidades que se encontram entre as mais representativas no país: Brasileiras, Cabo-verdianas e Ucranianas. Apenas nos centraremos nos resultados relativos às mulheres Brasileiras. O projecto procurou reconstituir as suas memórias e identidades, as dificuldades que sentem na habitualmente denominada sociedade de acolhimento bem como os seus projectos de vida, tendo os dados sido obtidos através de entrevistas semi-directivas.

Nota introdutória

Neste texto procura-se apresentar alguns dos mais relevantes resultados encontrados no âmbito do projecto *Mulheres Migrantes em Portugal. Memórias, dificuldades de integração e projectos de vida.* Este projecto, desenvolvido em 2008 com o apoio do ACIDI encontra-se neste momento em fase de conclusão.

O estudo das migrações não tem contemplado uma perspectiva de género, assumindo que as características das migrações masculinas se podem generalizar a todo o universo populacional. Este estudo procurou colmatar essa lacuna analisando três eixos fundamentais da vida de mulheres migrantes em Portugal - memórias do passado, dificuldades de integração e projectos de futuro. Entendemos por mulheres migrantes, mulheres que nasceram noutros países e que, num dado momento das suas vidas, imigraram para Portugal (tendo ou não adquirido a nacionalidade portuguesa), não tendo analisado nenhum caso da denominada "segunda geração".

O projecto envolveu a realização de entrevistas semi-directivas a vinte e quatro mulheres migrantes dos três grupos migrantes que actualmente apresentam uma maior dimensão em Portugal: Cabo-verdianos, Brasileiros e Ucranianos. Estes grupos são testemunhas de diferentes vagas de imigração para o nosso país e de diferentes modos de inserção na economia e na sociedade portuguesa, sendo a comunidade cabo-verdiana a que está há mais anos implantada no nosso país e a ucraniana a mais recente, particularmente significativa a partir da década de noventa.

Delimitaremos a nossa exposição aos resultados encontrados relativamente à comunidade brasileira.1

1. Breve contextualização teórica

1.1. Uma imigração no feminino

Durante muito tempo o imigrante típico foi perspectivado como homem e até há três décadas atrás a migração feminina era alvo de pouca atenção (Casas & Garson, 2005: 2). Tal aconteceu porque predominava um modelo de família patriarcal que perspectivava as mulheres como dependentes dos homens, chefes de família e responsáveis pelo sustento do lar (Morokvasic, 1984). Até ao final da década de sessenta as mulheres não predominavam no mercado de trabalho e o discurso académico em diversos domínios do saber, nomeadamente na economia, na sociologia e na história (Borderías & Carrasco, 1984) veiculava a imagem de que as mulheres eram economicamente inactivas, o que por seu lado influenciava as teorias migratórias.

A análise dessas teorias, quer do ponto de vista das decisões racionais dos indivíduos (perspectivas neo-clássicas) quer do ponto de vista dos factores macro-estruturais subjacentes às migrações coincidem em salientar o papel dos homens migrantes como fonte de trabalho - trabalhadores e actores económicos - e negligenciam o papel desempenhado pelas mulheres. As mulheres eram renegadas para o espaço privado da casa e a sua contribuição económica para a sociedade era largamente ignorada (Oso & Catarino, 1996).

Zlotnik (2003) salienta que as estatísticas também contribuíam para a invisibilidade da imigração das mulheres uma vez que não incluíam categorizações em função do género. Para além disso, o facto da maioria das mulheres trabalharem na economia informal: serviço doméstico, cuidados pessoais, prostituição,...contribuíu para que fossem subestimadas nos dados oficiais.

Em 1973-1974, na sequência da implementação na Europa de políticas de imigração restritivas e do fechamento das fronteiras a novos imigrantes, as mulheres dominaram os fluxos de entrada apesar de continuarem a ser minoritárias em termos de stock de imigrantes (Zlotnik, 1995). Nos círculos políticos e académicos começou a falar-se em feminização da imigração na Europa (Lebon, 1979). Mas vários autores realçam o carácter gradual desta tendência (Golub, Morokvasic, Quiminal, 1997) e o discurso da feminização da migração na Europa pode ser explicado não apenas por um aumento real do

1 Os resultados integrais deste estudo serão divulgados em publicação posterior do ACIDI.

número de mulheres nos fluxos populacionais mas também pela aceitação do conceito de mulher migrante. A perpectiva feminista presente nos trabalhos de Phizacklea (1983, 1998) e de Morokvasic (1984) revelou-se fundamental para a mudança de mentalidades. Surgiu a consciência de que a imigração não é um fenómeno temporário mas que envolve grupos familiares que se estabelecem no país receptor. A figura da mulher continuou, no entanto, associada à reunificação familiar e não a um actor social e económico (Golub, Morokvasic, Quiminal, 1997; Morokvasic, 1984). Abordagens como as de Chant (1992), Bretell (2000) e Kofman *et al*. (2000) vieram chamar a atenção para a acção individual dos imigrantes, encarando-os como actores sociais activos.

Na década de oitenta começou a emergir o papel activo desempenhado pelas mulheres. Um factor que contribui para a maior visibilidade das mulheres é o facto das migrações não serem mais consideradas como resultantes de uma decisão individual mas como resultante de estratégias familiares e comunitárias (Stark, 1984). Para além disso, o espaço da casa como uma unidade de análise no estudo dos fluxos populacionais conquistou relevância (Grasmuck & Pessar, 1991; Hondangneu-Sotelo, 1991). Ocorreu pois uma mudança da perspectiva individual para a de que são a casa e a comunidade as forças impulsionadoras dos movimentos geográficos. A mulher deixou de ser dependente para passar a ser uma decisora chave no processo migratório.

A feminização da imigração é agora internacional e alguns autores chegaram a considerar a feminização da migração como uma das cinco características que definem a actual era das migrações (Castles & Miller, 1998).

Relatórios como o de Casas & Garson (2005) salientam a feminização dos influxos mais recentes em diversos países entre os quais Portugal.

1.2. Comunidade brasileira em Portugal

Padilla (2005) refere que entre as motivações que levam os brasileiros a procurar Portugal inclui-se a imagem da "velha pátria mãe", os laços histórico-coloniais, a corrente de retorno da emigração portuguesa para o Brasil (dos próprios e dos seus descendentes), o idioma comum, a curiosidade natural em relação a Portugal e à Europa e uma certa familiaridade com a cultura portuguesa. Mas são também factores determinantes o facto de não ser exigido um visto de entrada, a existência de redes sociais que dão apoio ao imigrante - ter amigos, conhecidos ou familiares que facilitam o momento de chegada, a grande diferença de salários entre os dois países, bem como as imagens optimistas transmitidas pelos meios de comunicação social no Brasil, exibindo oportunidades económicas e de emprego em Portugal (ibidem, 2004: 1-2).

Tal como salientado pela autora, os brasileiros como imigrantes não são um grupo novo em Portugal mas durante a última década e, em particular, durante o último quinquénio operou-se uma mudança no perfil do imigrante típico. A primeira vaga de imigrantes era essencialmente constituída por pessoas qualificadas, com predominância para os dentistas, informáticos e publicitários e devido à pressão por eles exercida, a sociedade portuguesa realizou adaptações e mudanças a vários níveis, tais como a reforma da carreira de odontologia ou modernizações no âmbito da publicidade e da informática (Peixoto, 1999). Mas, ainda de acordo com Padilla (2005: 2) a nova vaga de imigrantes apresenta qualificações mais baixas e uma mais limitada inserção sócio-profissional, trabalhando na construção civil, restaurantes, limpezas e comércio.

Os dados provisórios do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) relativos a 2007 (dados mais recentes disponíveis) apontam para 435736 estrangeiros em território nacional, 240096 homens e 195640 mulheres. Os dados indiciam que a comunidade Brasileira é a mais numerosa em Portugal , apresentando um valor de 66354, sendo o número de mulheres Brasileiras (34520) superior ao número de homens Brasileiros (31834).

1.3. Hipóteses

Apesar de se tratar de um estudo de natureza qualitativa, três hipóteses centrais orientaram esta investigação:

Hipótese 1- As dificuldades de integração das mulheres em Portugal relacionam-se com o seu grupo nacional, manifestando as brasileiras menos problemas de integração e as ucranianas mais problemas de integração.2

Hipótese 2- Uma maior ligação ao passado relaciona-se com problemas de integração e com projectos de retorno ao país de origem.

Hipótese 3- A existência de redes de apoio em Portugal está associada a menores dificuldades de integração.

2. Metodologia

No estudo foram realizadas entrevistas semi-directivas a oito mulheres brasileiras. Todas estas mulheres nasceram no Brasil e imigraram para Portugal num dado momento das suas vidas. Todas desenvolvem funções indiferenciadas nas áreas da limpeza e da restauração, não pretendendo este estudo analisar mulheres que fossem representativas da comunidade de mulheres brasileiras residentes em Portugal mas tão só analisar histórias que ajudassem a compreender algumas das dificuldades sentidas por essa mesma comunidade.

Inicialmente foi construído um guião de entrevista que foi posteriormente testado em termos de duração e compreensão das questões com duas mulheres brasileiras, tendo-se procedido a algumas alterações em função do feed-back obtido. O guião final é constituído por 12 blocos de questões seguidamente referenciados e tem uma duração prevista de 85m.

2 Esta hipótese não será discutida neste texto que apenas se refere aos resultados relativos às mulheres brasileiras.

As mulheres foram sendo contactadas e as entrevistas agendadas, foi-lhes explicitado o objectivo geral do estudo e foram sensibilizadas para a importância de responderem com veracidade, tendo sido salientado que poderiam não responder a questões em relação às quais não se sentissem à vontade. As entrevistas foram integralmente gravadas e transcritas, tendo sido inicialmente solicitado às mulheres autorização para proceder às gravações.

As mulheres que pretendiam anonimato poderiam mantê-lo mas nenhuma das mulheres brasileiras colocou qualquer problema a que o seu nome próprio surgisse nas transcrições. Optámos, no entanto, por apenas incluir os nomes próprios, omitindo os apelidos.

Blocos da entrevista

Bloco 1 - Identificação (5m)
Bloco 2 - Situação anterior ao projecto migratório para Portugal (5m)
Bloco 3 - Projecto migratório em Portugal (10m)
Bloco 4 - Redes migratórias (10m)
Bloco 5 - Situação laboral (10m)
Bloco 6 - Vida familiar (10m)
Bloco 7 - Integração na sociedade portuguesa e ligação ao país de origem (10 m)
Bloco 8 - Tempos livres (5m)
Bloco 9 - Relação com os portugueses (5m)
Bloco 10 - Satisfação com o projecto migratório (5m)
Bloco 11 - Passado/projectos futuros (10m)
Bloco 12 - Identidade pessoal/social (5m)

3. Resultados

Na tabela 1 são sumarizados os principais dados de cada uma das entrevistadas: nome, idade, naturalidade, estado civil, local de residência, pessoas com quem vive, número de filhos, ocupação profissional, local de trabalho, remuneração, religião, filiação política, grupos desportivos e formação escolar.

Tabela 1 - Caracterização da amostra

	Data	Nome	Idade	Natura-lidade	Estado civil	Local de residência	Pessoas com quem vive	Nº de filhos	Ocupação profissional	Local de trabalho	Remune-ração	Religião	Filiação política	Grupos desportivos	Formação escolar
Brasileiras															
B1	07/04/08	Erika	27	Minas Gerais	Casada	Corroios	Marido	1	Empregada doméstica	Lisboa, Feijó,...	???	Evangélica	---	---	Primeiro ano do curso de Enfermagem
B2	11/04/08	Taciene	18	Minas Gerais	Casada	Algueirão	Marido	0	Empregada de restaurante	Lisboa	525	Católica	---	---	7ºano
B3	13/04/08	Leila	25	Minas Gerais	Casada	Seixal	Marido	0	Limpezas de empresas	Seixal	460	Católica	---	---	7º ano
B4	19/04/08	Francisca	54	Minas Gerais	Divorcia da	Amora	Filha e neta	3	Trabalha num colégio e empregada doméstica	Setúbal	---	Católica	---	---	7º ano
B5	20/04/08	Maria da Glória	42	Minas Gerais	Solteira	Cruz de Pau	Irmã, sobrinha, duas filhas e um filho	3	Trabalha num colégio e faz limpezas num ginásio	Margem Sul		Católica	---	---	2º grau (corresponde ao 11º ano)
B6	06/05/08	Marilza	26	Rodónia	Casada	Cova da Piedade	Marido e filho	1	Empregada de mesa	Lisboa		Católica	---	---	6º ano
B7	30/06/08	Joana	53	Minas Gerais	Casada	Cova da Piedade	Marido e filha	2	Empregada doméstica	Cruz de Pau	500+ passe	Evangélica	---	---	---
B8	31/07/08	Neusa	47	Baía	Casada	Cruz de Pau	Marido e três filhas	3	Empregada doméstica	Cruz de Pau, Corroios e Verdizela	---	Católica	---	---	Curso de Contabilidade (3 anos)

Analisaremos em seguida de uma forma sucinta alguns aspectos da análise das entrevistas. A apresentação será feita seguindo a ordem dos blocos da entrevista.

I. Identificação

Como se pode verificar na tabela 1 as entrevistadas têm idades compreendidas entre os 18 e os 54 anos. Em termos de região de origem, seis das oito entrevistadas são naturais de Minas Gerais, sendo uma do estado da Rodónia e uma da Baía. As estatísticas demonstram que existe uma significativa imigração do estado de Minas Gerais para Portugal. Padilla (2005: 5) refere que os primeiros imigrantes brasileiros tiveram origem em Minas Gerais e especificamente em General Valadares, considerada uma cidade provedora de imigrantes brasileiros para o mundo (Padilla, 2005: 5).

Em relação ao estado civil, seis entrevistadas são casadas, sendo uma divorciada e uma solteira. Residem em diferentes localidades da região da grande Lisboa: uma a norte de Lisboa, uma na zona de Sintra e sete na margem Sul do Tejo. Os seus agregados familiares compreendem entre duas e cinco pessoas. Curioso notar que nenhuma vive sozinha. O número de filhos varia entre zero e três filhos. Seis entrevistadas trabalham nas limpezas e duas em restaurantes. Os locais de trabalho são diversos, todos eles situados na zona da grande Lisboa, estando as remunerações compreendidas entre os 460 e 525 euros mensais. A questão remuneratória é a única questão de toda a entrevista relativamente à qual algumas mulheres manifestam resistência. De facto, quatro mulheres não respondem à questão da remuneração.

Em termos de religião seis têm religião católica e duas religião evangélica. Num caso a imigração levou a uma mudança de religião: Taciene refere: "Tenho...evangélica. Minha mãe é evangélica e então...Quando ela veio para cá passar férias, eu também passei. No Brasil eu era católica. Mudei porque...sei lá, para mim ficou...mais...feliz".

Em alguns casos a imigração tornou as mulheres mais religiosas (no sentido de praticantes): Marilza refere: "Melhorou mais, sei lá, fiquei mais apegada em Deus. Me sentia muito sozinha". Noutras sucede o oposto, a imigração afastou-as da igreja. Erika explica: "Eu sou evangélica mas…, lá no Brasil eu era evangélica, só que ultimamente eu não sou praticante… [Mas porque não tem tempo ou porque está desmotivada?...] Olha… deve ser por estar desmotivada, porque tempo eu tenho, tempo eu tenho! [risos] É importante…mas tem hora que parece que falta uma força assim… tem hora que… não entendo."

Nenhuma das mulheres tem filiação política. Marilza refere: "Não, porque eu não percebo nada...[...] Lá no Brasil, não, lá no Brasil a gente já percebia...o PSB, o PSDB...a gente já percebia um bocado. Aqui não...não".

Nenhuma das mulheres pertence a grupos desportivos mas algumas referem que pertenciam a clubes no Brasil. Francisca refere: "Aqui ainda não. No Brasil era o Cruzeiro, né? Cruzeiro Sporting Clube que tinha como adversário o Atlético Mineiro".

A formação escolar está compreendida entre o 6º ano de escolaridade e o curso de Contabilidade (curso com a duração de três anos), tendo uma das mulheres frequentado o primeiro ano do curso de Enfermagem.

II. Situação anterior ao projecto migratório para Portugal

Para quase todas as mulheres Portugal foi o primeiro país destino do movimento migratório e também para a maioria não existe qualquer projecto de imigração para outro país. Assim, o movimento migratório tendo Portugal por destino revela-se um destino bem circunscrito e definido e não uma etapa de uma trajectória migratória mais ampla.

Com excepção de uma mulher todas as demais trabalhavam no Brasil em actividades diversas, sendo de salientar que duas delas (Erika e Francisca) geriam os seus próprios negócios - padaria e fábrica de lingerie respectivamente. Sete das mulheres (com excepção de Francisca) auferiam no Brasil remunerações inferiores às actuais o que por si só não implica que todas estejam satisfeitas com o que fazem. A insatisfação sentida relaciona-se com o tipo de trabalho que fazem (referimo-nos às mulheres que trabalham em limpezas e não às duas que trabalham em restaurantes e que não referem insatisfação com o tipo de trabalho) e com a *décalage* entre a formação escolar de duas mulheres e o trabalho nas limpezas. Erika e Neusa são precisamente as duas mulheres com habilitações mais elevadas e que referem insatisfação neste aspecto: Erika refere:" Mas o que eu tenho é vontade de estudar, mas não tenho vontade de continuar a limpar casa toda a vida não…[risos], entendeu?... Eu tinha vontade de trabalhar no que gosto, eu gosto de enfermagem".

A insatisfação com o trabalho relaciona-se também com o número de horas de trabalho. Maria da Glória diz: "É o dia todo a trabalhar", mas a média de horas de trabalho (oito horas) não é superior à média de horas de trabalho das portuguesas.

Com excepção de Francisca que imigrou para se juntar aos filhos em Portugal, todas as outras mulheres imigraram em busca de uma melhor situação económica.

III. Projecto migratório em Portugal

Portugal foi escolhido por algumas mulheres pela língua comum e logo pela maior facilidade de comunicação e por influência de familiares que já estavam no país (no caso de Francisca eram os próprios filhos que cá estavam) e que, directa ou indirectamente, incentivaram estas mulheres a deixar o seu país, a atravessar um oceano e a vir para Portugal. Todas se recordam com precisão do dia em que chegaram de avião a este país, data que ficará para sempre marcada nas suas memórias porque não é todos os dias que se decide levar a cabo um projecto dessa envergadura. Marilza é a mulher que está há mais tempo em Portugal - oito anos e Taciene a que está há menos tempo - nove meses no momento da entrevista. Erika fez a viagem sozinha deixando atrás marido e filhos (tendo o marido vindo mais tarde ter com ela), Taciene e Marilza vieram sozinhas mas tinham alguém que as esperava. Leila, Francisca, Joana, Neusa, Maria da Glória vieram acompanhadas. Quase todas contaram com o apoio da família e dos amigos e esse apoio foi fundamental na decisão mas outras não contaram com

esse apoio (caso de Erika). No caso de Marilza a família apoiou mas os amigos não: "É assim, os meus sogros apoiaram. Minha mãe apoiou (que eu só tenho mãe, meu pai é falecido), meus irmãos também [Tem quatro irmãos]. Seis, comigo sete. E a irmã dele [do marido] também apoiou. Mas em termos de amigos, não, ninguém...toda a gente dizia "Vocês são malucos!", "vocês vão caçar chifre em cabeça de cavalo!" (vocês vão à procura de algo que não existe).

Quando chegaram a Portugal todas ficaram na casa de elementos da família que já cá estavam e todas mudaram de casa tendo conseguido viver em casas melhores do que as iniciais: Joana refere: "Agora é mais barato. Um quarto para nós, um quarto para minha filha, a sala, cozinha e casa-de-banho.'Tou satisfeita com a casa, não tem nada a ver com a primeira situação". Erika, Taciene, Leila e Joana habitam em casas arrendadas mas Leila, Francisca, Maria da Glória e Neusa apesar de inicialmente terem vivido em casas arrendadas, com o tempo conseguiram adquirir casa própria, tendo contraído empréstimos à banca para as adquirir, empréstimos esses que vão sendo pagos com as suas remunerações.

IV. Redes migratórias

Todas as mulheres excepto Erika (que só tinha uma tia em Portugal no momento em que chegou) contaram com uma rede de apoio no país, rede essa essencialmente composta por familiares e em menor número por amigos. Todas entraram no país com um visto turístico de três meses, estando algumas legalizadas e outras ainda em processo de legalização o que faz com que não usufruam de direitos dos cidadãos portugueses como acesso gratuito ao serviço nacional de saúde.

V. Situação laboral

O tempo que demoraram a arranjar trabalho foi diverso, desde situações como a de Marilza que demorou dois dias a arranjar trabalho até a de Erika que demorou muito tempo a encontrar trabalho. Marilza refere: "(…) Eu cheguei e eu tive uma sorte também maravilhosa. Eu cheguei numa sexta-feira e no domingo comecei a trabalhar! Num domingo. Porque também o meu marido já estava aqui e a minha patroa foi ter comigo, perguntar se eu queria mesmo trabalhar no café, como é que era. Então, isso foi uma sorte porque a partir daí… e antes de vencer os meus três meses…que é o direito de ficar aqui, então já consegui o contrato e 'tou livre. Eu tive muita sorte…em tudo, graças a Deus."

Os horários de trabalho não são mais longos do que os da generalidade dos nacionais, rondando as oito horas diárias. Pelo facto de algumas mulheres trabalharem em várias casas alguns horários são variáveis consoante as necessidade semanais das patroas.

Quase todas as mulheres relatam experiências de preconceito, desde preconceito sentido no dia a dia - paragem de autocarro (Francisca), estação dos correios (Francisca), supermercado (Francisca) até preconceito diário no local de trabalho actual (Leila) ou em trabalhos anteriores (Erika) e na escola (Leila). Joana e Neusa referem nunca se terem sentido alvo de preconceito.

Todas, excepto Francisca (cuja principal motivação para imigrar foi o facto dos filhos estarem em Portugal) desempenharam diferentes trabalhos em Portugal, tendo evoluído de trabalhos piores (com remunerações menores, trabalhos mais duros, mais horas de trabalho) para trabalhos melhores em todas estas dimensões ou em algumas delas.

VI. Vida familiar

A questão de quem cuida dos filhos em Portugal apenas se coloca em relação a Maria da Glória e a Marilza que têm filhos pequenos, um ainda bebé e outro com cinco anos. As demais mulheres ou têm os filhos no Brasil (caso de Erika), ou não têm filhos (caso de Taciene e de Leila) ou têm filhos com idades em que já são independentes (Francisca tem filhos adultos, Joana tem uma filha adulta e a mais nova das três filhas de Neusa já tem nove anos). Conciliar uma vida profissional dura com uma vida familiar que implica cuidados a filhos pequenos será particularmente difícil para mulheres imigrantes que nem sempre podem contar com tanta ajuda da família (em que, em geral, todos os membros trabalham) como as outras mulheres mas esta conciliação é igualmente difícil para as mulheres em geral. Apesar das conquistas sociais das mulheres nos últimos anos, continuam a ser as mulheres as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e pelo cuidar dos filhos.

O dinheiro ganho é utilizado para ajudar familiares (caso de Erika, de Taciene e de Marilza), em pagar a casa adquirida em Portugal (Leila, Francisca, Maria da Glória e Marilza) ou no Brasil (Marilza e Joana) ou terreno adquirido no Brasil (Leila). Em alguns casos, depois das despesas do dia a dia pouco ou nenhum dinheiro sobra como é o caso de Maria da Glória e Neusa, as duas com três filhos não adultos.

Para Erika, Taciene, Leila e Marilza os papéis em casa mudaram em resultado da imigração. No Brasil, todas elas trabalhavam mais em casa do que os maridos, verificando-se agora uma divisão de tarefas mais equitativa: Marilza conta:" Lá em casa? Eu fazia tudo, eu tratava dele [marido] como um bebé. Fazia tudo, tudo…dava comida na mão dele, dava toalha na casa de banho, dava tudo. Eu tratava ele muito bem…apesar de trabalhar. E ele até hoje fala que tem saudades daquela época…mas eu disse que agora já não dá [risos]. Quando viemos para Portugal aí sim, metade. Dividimos. Porque…para já, não dava conta, fazer tudo sozinha. Mais uma hora e tal/ duas horas de transportes… e depois chegava em casa e não dava conta. Ele hoje faz! *[Mas dividiram metade/metade ou você continua a fazer mais coisas?]* É…eu continuo a fazer mais coisas. Mas ele faz, tipo…no domingo eu vou trabalhar e então ele arruma todas as coisas, faz tudo…arruma a casa, eu chego em casa às seis da tarde e já tenho o jantar pronto. [E aos dias de semana?] Durante a semana, faz. Ele ajuda eu às vezes a estender a roupa, a loiça…lava todos os dias.....".

VII. Integração na sociedade portuguesa e ligação ao país de origem

Durante a entrevista, as mulheres revelaram dificuldade em compreender o que é estar ou não estar integrado o que é facilmente compreensível atendendo à polissemia do conceito. Procuramos explicitar o termo, falando-lhes de uma integração em termos de pertença, de sentir fazer parte de uma comunidade, conscientes de que esta dimensão mais não é do que uma dimensão subjectiva e pessoal da integração. É interessante analisar os aspectos que estas mulheres evocam para justificarem as suas respostas a esta questão, respostas que, com excepção de Erika, apontam no sentido da integração. Neusa evoca o facto da sua família ter ascendência portuguesa: "Considero sim. Primeiro porque minha família tem descendência portuguesa [risos]. Meu bisavô era português, tanto que meu nome é Neusa Guimarães de Oliveira". Assim, para Neusa a integração numa cultura diferente seria mais fácil atendendo ao facto do seu bisavô ser português e de, por esse facto, essa cultura não ser assim tão distante, ser, de alguma forma, a cultura dos seus antepassados.

As mulheres mantêm hábitos culturais como assistir a novelas brasileiras (este não é, no entanto, um hábito específico do grupo, atendendo a que está enraizado na própria sociedade portuguesa), assistir a canais brasileiros (Rede Globo, Record), acompanhar os telejornais do país. No entanto, todas elas também gostam de se manter informadas sobre o que se passa em Portugal. Em geral não procuram assistir a cinema brasileiro (com excepção de Leila), mas decerto não mantinham esse hábito no Brasil, nem lêem livros de autores brasileiros mas também não os leriam no Brasil. Algumas mulheres pertencem a grupos quase exclusivamente constituídos por brasileiros (Marilza, por exemplo) mas a generalidade integra grupos mistos, que incluem brasileiros e portugueses (Francisca, por exemplo).

Desde que chegaram a Portugal, Marilza, Francisca e Maria da Glória conseguiram ir ao Brasil de férias mas Erika, Leila, Taciene, Joana e Neusa não conseguiram arranjar dinheiro para a viagem.

A comunicação com familiares e amigos é feita preferencialmente via internet, também por telefone e apenas em casos pontuais são utilizados meios mais tradicionais como cartas e postais.

VIII.Tempos livres

Os tempos livres não são condicionados pela nacionalidade e incluem ver televisão, passeios a parques, idas à praia e pequenas viagens pelo país, parecendo, no entanto, diminuto o conhecimento que detêm do país. Algumas mulheres nunca viajaram pelo país e existem diversas zonas visitadas por duas das oito mulheres. Assim Leila (quem mais viajou pelo país) e Marilza conhecem o Algarve, Marilza e Neusa já foram a Fátima, Leila e Marilza foram à Serra da Estrela e Leila e Neusa à Nazaré.

IX. Relação com os Portugueses

A relação com os portugueses é boa, apesar de relatos pontuais de situações de preconceito. Quando solicitadas a comparar portugueses e brasileiros, os aspectos em que encontram mais diferenças são a forma mais brusca dos portugueses de lidar com as pessoas e praticamente todas contam episódios que as surpreenderam/assustaram nos primeiros contactos. Em geral consideram-nos mais stressados: "É assim, eu acho que os portugueses têm...alguns...não são todos...são muito assim...eles são muito stressados, entendeu?" (Neusa).

Algumas mulheres não sabem como os portugueses vêem os brasileiros, outras acham que os portugueses têm uma imagem positiva "Eles gostam da gente! Pelo menos a parte que eu conheço, eles gostam muito da gente." Em alguns casos a relação foi sempre boa, noutros melhorou ao longo do tempo e com a intensificação do contacto.

X. Satisfação com o projecto migratório

Com a excepção de Erika, todas as mulheres estão satisfeitas com a sua decisão de vir para Portugal e se fosse hoje voltariam a tomar a mesma decisão. Este resultado é interessante e demonstra que apesar de todos os problemas sentidos por estas mulheres o projecto imigratório se revelou satisfatório e recompensante.

XI. Passado/projectos futuros

Nem todas as mulheres referem acontecimentos do passado que as tenham marcado. É o caso de Erika e de Taciene. Algumas mulheres evocam acontecimentos negativos do seu passado no Brasil: "Ah, eu tinha oito anos… uma tempestade veio e levou tudo, levou a casa toda… [*Mas não foi nessa altura que o seu pai perdeu tudo?*] Não, ele já tinha perdido… Antigamente [as tempestades tropicais] eram bem piores… [*Às vezes também é a nossa própria percepção das coisas, não é? Quando uma pessoa é criança tem mais medo, não é...*] É, é mesmo. Tem mais medo… Tive muito medo" (Joana). Marilza evoca acontecimentos diversos da sua vida pessoal como o dia em que o pai morreu ou o dia do aniversário em que partiu a cabeça na escola. Leila recorda vitórias de um clube local.

Outras mulheres recordam acontecimentos nacionais como o processo de impeachment de Collor de Melo1 (Maria da Glória e Francisca).

O Brasil é importante na identidade de algumas mulheres (caso de Taciene), sendo em alguns casos o Brasil entidade mais abstracta, país de pertença e noutras o Brasil como o lugar em que vive a família e nestes casos qualquer outro país poderia ser importante desde que fosse lá que residissem as famílias. Erika refere: "É importante porque a minha família

1 Fernando Affonso Collor de Mello (Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 1949) é um empresário e político brasileiro, actualmente filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro. Foi o trigésimo segundo presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerceu de 15 de Março de 1990 a 29 de Dezembro de 1992. Foi também o primeiro presidente da República eleito por voto directo após o Regime Militar, em 1989. Renunciou ao cargo na tentativa de evitar um processo de impeachment fundamentado em acusações de corrupção.

está lá. Porque se eu não tivesse ninguém lá eu preferia viver aqui. Tem a ver com as relações que tenho lá, não com o país. Se eu não tivesse a minha família, para mim ser brasileira, portuguesa, era indiferente!"

Para outras o Brasil não assume importância: "É assim, é bom ser brasileira por causa do meu jeito assim. Só que pelo meu país não 'tá valendo a pena ser brasileira. Não 'tá valendo a pena. É um país tão grande e tão...mau"(Neusa).

Para algumas mulheres símbolos como o hino e a bandeira são importantes. Francisca refere: "Sou apaixonada pelo nosso hino brasileiro". Para outras mulheres estes símbolos não assumem qualquer relevância:

Não é em geral a recordação do país que ajuda a superar as dificuldades mas a recordação de quem se ama e que se encontra nesse país distante. A maioria das mulheres (com excepção de Erika que é a única que sabe quando regressará: "Ainda este ano. Eu penso no final deste ano...até meados do próximo ano, no máximo" e que é a única mulher que não voltaria a tomar a mesma decisão) não têm um projecto de retorno ao Brasil. De resto, nos casos em que esse projecto existia ele foi significativamente reformulado em termos de data de regresso (caso de Francisca) ou, simplesmente, esquecido.

Todas consideram Portugal como um espaço de oportunidades escolares e profissionais para os filhos e preferível comparativamente ao Brasil.

XII.Identidade pessoal/social

Algumas mulheres consideram que mudaram enquanto pessoas em resultado da imigração. No entanto, outras, como Neusa, consideram que estão iguais.

Leila, Francisca e Neusa sentem-se apenas Brasileiras mas Erika, Taciene, Maria da Glória e Marilza sentem-se em parte brasileiras e em parte portuguesas e Joana não responde directamente a esta questão.

Maria da Glória diz: "Eu sou Brasileira-Portuguesa. Sou Portuguesa de coração e opção. [*É mesmo isso que sente…*] É mesmo isso que eu sinto! Sinto Brasileira e sinto que também faço parte dessa pátria, dessa terra. Tanto que não admito que as pessoas falem mal de Portugal ou mesmo dos portugueses comigo. Defendo. Da mesma forma que quando eu oiço portugueses ou brasileiros falando…eu só falo assim: olha, não generalize uma nação por atitudes de uma ou duas pessoas".

Analisemos agora os resultados à luz das nossas hipóteses de base. Tal como sugerido pela hipótese 2, as mulheres que referem uma maior ligação ao passado, ao país de origem, às memórias são também as que revelam maiores problemas de integração e projectos de retorno ao Brasil e aquelas para quem o passado no país de origem se revela menos significativo, as que mais se consideram integradas, estando provavelmente os comportamentos de aproximação da sociedade de acolhimento fundamentais para a integração relacionados com atitudes favoráveis à integração, ao começo de uma nova vida num país diferente.

Tal como sugerido pela hipótese 3, a existência de redes de apoio em Portugal, independentemente dos elementos que essas redes incluam - familiares ou amigos - está associada a menores dificuldades de integração. As redes funcionam como mecanismos de suporte psicológico e de apoio em aspectos mais concretos - facilitação nos processos burocráticos, nos processos de legalização,... As redes não são certamente o único factor que condiciona a integração mas são um factor de grande relevância.

Apesar dos problemas iniciais de integração e da saudade do Brasil, as mulheres brasileiras desenvolvem ao longo do tempo de permanência em Portugal estratégias de integração na sociedade portuguesa e consideram-se em geral integradas nessa sociedade.

4. Nota conclusiva

Apesar de ainda não estar concluída, esta investigação está a permitir captar o carácter fluido, multidimensional e dinâmico da identidade e identificar zonas de intercepção entre o discurso, o narrado, o contado ao outro - "o que as mulheres narram sobre as suas vidas" e o que elas são, as suas próprias identidades. Tal como muitas referiram no final das entrevistas, a entrevista foi vivenciada como um acontecimento importante, uma oportunidade de recordarem, de darem coerência a um todo, de reencontrarem as suas próprias identidades. Todas elas nos agradeceram apesar de sermos nós a sentirmo-nos agradecidos.

O self surge como um self contado, como uma entidade feita de histórias contadas, como embutido nas histórias que as mulheres narram. Surge a consciência de que existimos como seres emersos numa dimensão temporal, dispersos entre um passado recordado, um presente evanescente e a antecipação do futuro, três momentos intrinsecamente co-articulados.

O acto de contar as histórias pode transformar o tempo natural em tempo especificamente humano. Como Ricoeur (1992) escreve, a narrativa é a forma de ligar "o tempo da alma com o tempo do mundo". Estas histórias podem não ser representativas da comunidade brasileira em Portugal (tanto mais que se referem apenas a mulheres que desenvolvem trabalhos indiferenciados) mas decerto revelarão aspectos importantes dessa comunidade, dado que a comunidade depende da partilha de histórias de pertença e de narrativas sobre o futuro ("becoming").

O domínio da pesquisa biográfica revela-se pleno de potencialidades e de possibilidades de desenvolvimento para a investigação de comunidades migrantes.

Referências bibliográficas

-Borderías, C. & Carrasco, C. (1984). Las mujeres y el trabajo: aproximaciones históricas, sociológicas Y económicas. In C. Borderías; C. Carrasco & C. Alemany (Orgs.), *Las mujeres y el trabajo:ruptures conceptuales*, Madrid: FUHEM.

-Brettell, C.B. (2000). Theorizing migration in anthropology: the social construction of networks, identities, communities and globalscapes. In C.B. Brettell & J.F. Hollifield (Eds.). *Migration Theory*. London: Routledge: pp.97-135.
-Casas, L.O. & Garson, J.-P. (2005). *The feminisation of international migration.* Relatório apresentado no OECD and European Commission Seminar, Bruxelas, 26-27 Setembro 2005.
-Castles, S. & Miller, M.J. (1998).. Londres: Macmillan.
-Chant,S. (1992). *Selective migration, gender and migration in developing countries*. London: Belhaven Press.
-Connerton, P. (1999). *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta.
-Grasmuck, S. & Pessar, P. (1991). *Between two Islands: Dominican International Migration*. Berkeley: University of California Press.
-Goldman, R. (1992). *Reading ads The Age of Migration socially.* New York: Routledge.
-Golub, A; Morokvasic, M. & Quiminal, C. (1997). Évolution de la prodution des connaissances sur les femmes immigrées en France, *Migrations Sociétés*, vol. 9, nº 52, Julho-Agosto, pp.19-36.
-Hondangneu-Sotelo, P. (1991). Family and Community in the Migration of Mexican undocumented immigrant women. In M.T. Segal; V. Demos & D. Hills. *Ethnic Women: A Multiple Status Reality*. Nova Iorque: General Hall.
-Howard, J. (2000). Social psychology of identities. *Annual Review of Sociology*, 26, pp. 367-393.
-Jenkins, R. (2004). *Social identity*. Londres: Routledge.
-Kofman, E. *et al.* (2000). Gender and International Migration in Europe: employment, welfare and politics. London and New York: Routledge.
-Lebon, A. (1979). Féminisation de la main-d'oeuvre étrangère. *Hommes et Migrations*, nº 963.
-Malheiros, J. (Org.) (2007). *A imigração brasileira em Portugal.* Lisboa: ACIDI.
-Morokvasic, Mirjana (1984). Birds of Passage are also women. International Migration Review, 18 (4), winter, pp.886-907.
-Oso Casas, L. & Garson, J. (2005). The Feminisation of International Migration. Paper delivered at the OECD and European Commission Seminar, *Migrant Women and the Labour Market: Diversity and Challenges,* Bruxelas, 26-27 Setembro.
-Oso, L. & Catarino, C. (1996). Femmes chefs de famille et migration. In Bisilliat, J. (Dir.). *Femmes du Sud, chefs de famille*. Paris: Karthala, pp. 73-77.
-Padilla, B. (2005). Redes socials de los brasileros recién llegados a Portugal: solidariedad étnica o empatia étnica? *Socius Working Papers*, nº2/2005.
-Peixoto, J. (1999). *A mobilidade internacional dos quadros-Migrações internacionais, quadros e empresas transnacionais em Portugal.* Oeiras: Celta Editora.
-Peixoto, J. *et al*. (2006). *Mulheres migrantes: Percursos laborais e modos de inserção socioeconómica das imigrantes em Portugal.* Lisboa, relatório final de projecto.
-Phizacklea, A. (1998). Migration and globalization: a feminist perspective. In K. Koser & H. Lutz. *The new migration in Europe: social constructions and social realities*. London: MacMillan.
-Phizacklea, A. (1983). *One way ticket:migration and female labour*. London: Routledge.
-Ricoeur, P. (1992). *Oneself as another*. Chicago: University of Chicago Press.
-Rutherford, J. (Éd.) (1990). *Identity. Community, culture, difference.* Londres: Lawrence & Wishart.
-Stark, O. (1984). Discontinuity and the Theory of International Migration. *Kyklos*, 37(2).
-Weeks, J. (1990). The value of difference. In Rutherford (Éd.). *Identity. Community, culture, difference.* Londres: Lawrence & Wishart, pp. 88-100.
-Zlotnik, H. (1995). The South to North Migration of Woman. *International Migration Review*. Vol. XXIX, nº1, pp. 229-454.
-Zlotnik, H. (2003). The global dimensions of female migration. *Migration Information Source*, 1 Março 2003.

Imigrantes africanos dos PALOP e negros brasileiros: a identidade étnica construída na imprensa de Portugal e do Brasil

Rosangela Borges
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP
rosangelafcb@yahoo.com.br

Resumo: Esta investigação apresenta como principal proposta verificar como é construída não só a identidade étnica dos imigrantes negros africanos dos PALOP e seus descendentes nos jornais portugueses *Público*, *Correio da Manhã* e O *Expresso*, em 2003, 2004 e 2005, como também do negro brasileiro na revista *Raça Brasil* durante o mesmo período. Busca-se também perceber, tanto no caso dos negros brasileiros no Brasil como no dos imigrantes negros africanos dos PALOP em Portugal, embora ambos estejam inseridos em realidades históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais diversas, quais as recorrências temáticas, as proximidades, as distâncias e as semelhanças encontradas nos discursos dos jornais portugueses e da revista *Raça Brasil*. Na definição desta proposta, a investigação conta sobretuto com as contribuições teóricas de Max Weber, Fredrik Barth, Stuart Hall e Michel Wieviorka, no sentido de captar especificidades do que se define como uma identidade propriamente étnica. A opção metodológica é a abordagem quali-quantitativa por meio da análise de conteúdo e de discurso através da ferramenta computadorizada *Statistical Package for Social Sciences* – SPSS, juntamente com entrevistas com lideranças vinculadas aos imigrantes negros africanos dos PALOP em Portugal e aos negros brasileiros no Brasil para possibilitar a

conjugação de fatores diferenciados da realidade investigada. Procura-se, também, não privilegiar apenas os resultados por si mesmos, mas evidenciar a reflexão da relação entre mídia e identidade étnica e os vínculos das ações particulares e o contexto em que estas se dão nas sociedades em que estão inseridas.
Palavras-chave: Identidade étnica; Imigrantes africanos; Negros brasileiros; Mídia impressa.

Identidade étnica e imigrantes africanos dos PALOP na imprensa de Portugal

Apresenta-se como princípio norteador da reflexão para este estudo que a mídia constrói identidades em seus noticiários e que a identidade étnica é constituinte de uma forma de identificação pertinente aos atores sociais que, em maior ou menor grau, está sendo remodelada no processo de globalização e, assim, indaga-se sobre quais as identidades étnicas construídas sobre os imigrantes negros africanos dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, denominadamente Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau) nos jornais portugueses, diários, *Público*, *Correio da Manhã* e o semanário *O Expresso* e sobre os negros brasileiros na revista *Raça Brasil*.

A investigação junto ao *corpus* de 163 peças recolhidas dos jornais portugueses *Público*, *Correio da Manhã* e *O Expresso*, durante os anos de 2003, 2004 e 2005, noticiários referentes aos imigrantes negros africanos dos PALOP e seus descendentes, numa abordagem quali-quantitativa, por meio da análise de conteúdo e de discurso através da ferramenta computadorizada *Statistical Package for Social Sciences* – SPSS*,* juntamente com entrevistas com lideranças vinculadas aos imigrantes negros africanos dos PALOP em Portugal, que possibilitaram a conjugação de fatores diferenciados da realidade investigada, verificou-se, na totalidade dos jornais portugueses, que a identificação (nacionalidade ou etnia) dos imigrantes africanos e seus descendentes é apresentada pela mídia, em sua grande maioria, como PALOP, em 77 peças. Em segundo lugar aparecem empatadas as denominações africanos e cabo-verdianos com 30 peças, em terceiro guineenses, com 18 peças e, em quarto, angolanos, em 8 peças. Moçambicanos e santomenses não são citados em nenhuma das 163 peças.

Considerada a totalidade dos 32 temas elencados (acidente/incidente; agenda; clandestinidade; condições sociais; crime; desemprego; educação; exploração; expulsão; família; habitação; legalização; máfia; prostituição; reagrupamento; religião; sem abrigo; saúde; trabalho; violência; cultura; naturalização; legislação; discriminação; estatística; segurança; integração; SEF- Serviço de Estrangeiro e Fronteira; terrorismo; economia; estudos sobre imigração e outros), os mais focados pelos três jornais analisados durante os três anos são: integração, com 28 peças, seguido de discriminação com 24 peças.

No cruzamento entre os temas mais focados em relação às nacionalidades ou etnias dos imigrantes negros africanos dos PALOP, o tema integração aparece relacionado mais à denominação PALOP (19 peças), o tema discriminação é a mais frequente para a denominação africano (12 peças), crime para a denominação cabo-verdiano (5 peças) e condições sociais para os angolanos (3 peças). Na totalidade dos três jornais durante os anos de 2003, 2004 e 2005, o tom negativo prevalece em 75 das peças. Os resultados recolhidos destas variáveis apontam para algumas tendências: a legitimação de uma identidade étnica construída nesses jornais cristalizando um perfil negativo sobre os imigrantes negros africanos dos PALOP refletido no tema discriminação, segundo mais apontado e um tom dominante, em sua maioria, negativo.

A marcação desses sujeitos pela mídia impressa, a partir da nacionalidade e/ou etnia, assinala a tendência de uma etnicização da imagem do imigrante, por meio da exclusão ou da marginalização na medida em que são definidos nas entrelinhas dos discursos jornalísticos como "outros" ou forasteiros.

O tema integração, o mais abordado, sinaliza para o crescimento na pressão migratória, os dilemas das políticas de imigração muitas vezes inconsistentes e inoperantes, uma vez que circulam entre os limites da valorização e reconhecimento da diferença cultural e do comunitarismo, do universalismo e da escolha individual dentro de um processo de integração condizente com os parâmetros sociais, culturais, históricos, políticos e econômicos de Portugal.

As culturas nacionais são tentadas a se voltar ao passado, recuar ao tempo perdido, ou seja, ao tempo em que a nação era "grande". Esse retorno oculta uma intenção de mobilizar as pessoas para que expulsem os "outros" que ameaçam sua identidade nacional. Trata-se, na verdade, de um universalismo por meio do particularismo e um particularismo por meio do universalismo (HALL, 2002, p.56-57).

Para Alcestina Tolentino, presidente da Associação Cabo-Verdiana em Lisboa, Portugal, os noticiários na imprensa portuguesa com enfoque negativo interferem na auto-estima principalmente dos jovens filhos de imigrantes. De acordo com ela:

> A auto-estima fica muito para baixo. Nós pensamos ao trabalhar com os nossos jovens, descendentes dos imigrantes cabo-verdianos, em muitos bairros degradados, em barracas, estão concentrados no mesmo espaço. Essas zonas de concentração são olhadas com desconfiança. São descritas pelos media como zonas de insegurança. Uma das primeiras coisas que precisamos é que os órgãos de comunicação parem de utilizar o termo "bairros problemáticos". Quando se fala em imigração, começam sempre com o "problema", ou o "problemático", o "fenômeno". E os jovens são vistos como "problema". O "problema" é falta de oportunidade. Este ano é o ano europeu da igualdade de oportunidades, portanto vamos lutar por isso, principalmente estes jovens que já são nascidos e criados aqui, que estão a formar como cidadão aqui possam participar da sociedade portuguesa para uma competição em termos globais, que sejam criadas os dispositivos de compensação na área da cultura, profissional, educação, desporto, que sejam criadas oportunidades.

É preciso lembrar que a identidade e a diferença não são entidades preexistentes, naturalizadas, não são elementos passivos da cultura, mas têm que ser constantemente criadas e recriadas. Por esse motivo a identidade e a diferença têm a ver com a atribuição de sentido à vida social e com disputas em torno dessa atribuição feita pela mídia. A diferenciação envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, na medida em que as identidades são

construídas dentro e não fora do discurso. Portanto, é preciso compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. A identidade étnica vai se reconstruindo e reconfigurando ao longo do processo histórico.

Nesse sentido, as estatísticas elaboradas a partir dos noticiários veiculados nos jornais *Público*, *O Expresso* e *Correio da Manhã*, em 2003, 2004 e 2005, juntamente com os discursos recolhidos com o grupo de entrevistados, demonstram o quanto a mídia em Portugal ainda trabalha com a construção de uma identidade étnica negativa sobre os imigrantes negros africanos dos PALOP em Portugal, apesar da investigação em questão também apontar algumas tendências de mudanças significativas desse quadro em relação ao noticiário. Essa constatação é verificada por meio dos dados apresentados entre o cruzamento das variáveis tom dominante, meio e ano.

Em 2003, o tom negativo aparece em primeiro lugar com 20 peças, seguido do que se pretende neutro com 10 peças e, por último, o positivo com 7 peças. Já em 2004 o tom que se pretende neutro é que prevalece em 14 peças, seguido do negativo com 11 peças e positivo, com 8 peças. Embora em 2005 o tom negativo retorne em 44 peças, existe aqui uma divisão mais igualitária entre os tons positivo com 26 peças e que se pretende neutro, com 23 peças. Outro detalhe importante nessa modificação é que em 2005 pela primeira vez o tom positivo aparece em segundo lugar, diferentemente dos anos anteriores em que o tom positivo sempre prevaleceu em último lugar.

Sobre essas modificações de tom negativo para tom positivo nos noticiários sobre os imigrantes negros africanos dos PALOP nos útlimos anos, Rui Marques destaca o trabalho do ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minoriais Étnicas, órgão subordinado à Presidência do Conselho de Ministros do Governo Português, junto aos jornalistas:

> Desde o princípio no ACIME nós procuramos em vários níveis, em vários caminhos, ter este trabalho de confiança nos jornalistas e que o nosso trabalho não é manipulador, nem de propaganda, procura ser um trabalho sério, de consistência, respeitando a liberdade editorial, respeitando as diferentes opiniões dos vários jornalistas, mantendo os canais abertos com os jornalistas e percebendo que existem critérios para as notícias.

Nota-se que o processo de uma construção identitária negativa sobre os imigrantes negros africanos dos PALOP e seus descendentes na mídia portuguesa, pelo menos no que se refere aos anos de 2003, 2004 e 2005, especificamente nos jornais *Público*, *O Expresso* e *Correio da Manhã*, pouco a pouco e de forma gradual e crescente começa a desencadear um discurso menos negativo.

No que tange ao papel dos jornalistas na construção da identidade, Ana Ribeiro Cruz, da SOS Racismo, Ong de combate ao racismo, localizada em Lisboa, Portugal, apresenta uma posição bastante diferenciada sobre o tema, na medida em que coloca a ênfase da problemática na formação que as universidades portuguesas dão aos estudantes do curso de Jornalismo. Para ela,

> É importante que o jornalista saia da universidade com a noção do papel dele na formação da consciência das pessoas. Quando um jornalista escreve, tem que ter responsabilidade. É mais importante vender uma notícia do que a confirmação da notícia? Alguma coisa está errada. Quando um jornalista escreve uma notícia, tem que ter consciência da influência que ela tem naqueles que a lêem.

Raça Brasil: a identidade étnica dos negros brasileiros em pauta

Na revista *Raça Brasil*, dos 28 editoriais analisados, numa abordagem também quali-quantitativa, por meio da análise de conteúdo e de discurso através da ferramenta computadorizada *Statistical Package for Social Sciences* – SPSS, juntamente com entrevistas com lideranças de Ongs vinculadas aos negros brasileiros, o tema auto-estima, no conjunto, aparece em primeiro lugar com 7 peças e cultura, com 6 peças. Os resultados apontam para a linha editorial que *Raça Brasil* optou para abordar questões sobre o negro brasileiro. Portanto, se tratando do tema cultura ou auto-estima a ideologia dos editoriais da revista *Raça Brasil* está imbricada pelo projeto de resgate da auto-estima do negro.

O tom positivo dominante nas 26 peças, na totalidade dos 3 anos analisados, concorda plenamente com as temáticas abordadas pela revista. Ou seja, a revista *Raça Brasil* busca construir uma identidade étnica do negro brasileiro a partir de traços culturais diferenciadores, porém invertendo o que era considerado pelos outros veículos de comunicação como traços culturais diferenciadores negativos em positivos, por isso a predominância de matérias sobre beleza negra (cabelo, maquiagem), sucesso (ascensão econômica e social), comportamento, com destaque para "celebridades" negras (cultura) que normalmente já possuem visibilidade nos diversos veículos de comunicação, principalmente na televisão. Assim, *Raça Brasil* aponta para a tendência editorial na qual se quer que o reconhecimento, o resgate, a valorização da auto-estima sejam os principais elementos na construção da identidade étnica do negro brasileiro: celebrar a diferença, afirmando as qualidades do negro brasileiro que a revista considera importante.

Não se pode esquecer que, embora os primeiros números da revista nos idos de 1996 tenham chegado às mãos da população negra de variadas classes sociais por conta da própria novidade do produto editorial, a revista quer falar para "uma determinada população negra": a população negra constituída notadamente por mulheres da classe média, com poder de consumo.

Dessa forma, a afirmação étnica corresponde muitas vezes a uma diferenciação cultural sustentada em recursos econômicos autorizados por um poderoso apelo de um promissor mercado de negócios com base na etnia.

Flávio Carrança, jornalista e membro fundador da COJIRA – Comissão de Jornalistas para a Igualdade Racial do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, considera que *Raça Brasil* teve um papel didático na reorientação da formação da identidade étnica do negro:

> A revista *Raça Brasil* teve um determinado momento em que se dissesse assim: não é feio ser negro, pode ser uma coisa legal. Ela disse para o mercado publicitário que era possível, que este público podia consumir qualquer tipo de produto, que ele existia e que tinha poder de consumo. Neste sentido ela inverteu um pouco o discurso que era do movimento negro que era o de vitimização. Neste sentido, a revista teve um papel didático e reorientou a formação da identidade talvez em outro sentido. Embora reportando valores até que ponto conservadores, mas ela teve um papel de mudança.

Para Nilza Iraci, comunicadora social e coordenadora do Programa de Comunicação da Ong Geledes, organização de mulheres negras que tem por objetivo institucional combater o racismo e o sexismo, valorizar e promover as mulheres negras em particular e a comunidade negra em geral, fundada em 1988, a revista *Raça Brasil* cumpre bem o seu papel como uma produção editorial para o negro de um mercado consumidor segmentado de massa e que esse papel muitas vezes não é bem compreendido pelo movimento negro que tem demonstrado desde o início do lançamento da revista uma expectativa que não é condizente com a proposta da revista:

> Qual a grande questão colocada pela revista *Raça* e dos ativistas da questão racial? Para a grande maioria dos movimentos sociais, organizações governamentais e não-governamentais e demais instituições que atuam nas fronteiras das relações raciais, esperava-se da revista *Raça* a possibilidade, dado o seu caráter inovador de uma publicação comercial e segmentada de uma aliada estratégica, quase uma porta-voz, uma mediadora da questão da visibilidade do racismo para a sociedade brasileira.

A reflexão de Wieviorka (2002) sobre o individualismo moderno esclarece bem os conflitos entre o movimento negro brasileiro e a revista *Raça Brasil*. Para Wieviorka (2002, p.57) existem duas percepções principais da transformação cultural que coexistem desde os anos 60 do século XX: uma que privilegia a maneira como o individualismo moderno é vivenciado na própria experiência de cada pessoa para a qual a identidade comporta dimensões culturais que não se transcrevem necessariamente em uma ação coletiva; a outra que considera as significações e as orientações culturais conduzidas pelos movimentos coletivos. Ainda sobre o individualismo moderno, Wieviorka (2002, p.58) informa que ele "representa aos nossos olhos uma das principais forças de ascensão das afirmações identitárias coletivas; constitui uma das componentes das diferenças culturais contemporâneas".

Quanto à questão da proposta de construção de uma identidade étnica do negro brasileiro na revista, na qual são elencados traços culturais difenciadores positivos como a valorização da auto-estima, a beleza, a ascensão social individual, a inserção no mercado de consumo, a visibilidade positiva do negro na mídia, novamente é Nilza Iraci da Ong Geledes quem apresenta a seguinte consideração:

> A revista *Raça* surpreende o mercado editorial com uma visão diferenciada do negro: o de classe média, consumidor. A questão fundamental é que se para os movimentos sociais negros, ela se prendia a uma visa de consumo, para negros em geral ela significava um nexo não apenas de visibilidade mas também de auto-estima. O mercado editorial feminino conta com inúmeras revistas (*Nova, Marie Claire, Claudia*), com abordagens mais ou menos semelhante, com assuntos mais ou menos aprofundados. Pulula, em escala crescente, publicações segmentadas tendo em vista a visibilidade das ações das diversas esferas sociais. Nesse sentido cabe a nós, enquanto movimento negro produzirmos uma publicação que possa ser um instrumento não apenas de visibilidade da questão racial, mas capaz de dialogar com toda a sociedade, e capaz de reverter o problema do racismo, da discriminação e preconceito que assola esse país e penaliza milhões de pessoas em função de sua raça. O nosso grande desafio, enquanto movimento negro, é criar uma publicação que seja capaz de veicular notícias e posições a partir do olhar desse segmento (em todas as áreas do conhecimento) contribuindo para a desconstrução de clichês, estereótipos, preconceitos historicamente construídos em diversos setores da sociedade. Não pode ser simplesmente a troca de clichês racistas por clichês militantes. Não se pode condenar a revista *Raça* por não cumprir as expectativas apenas de um segmento da população negra, mas na medida do possível estimulá-la para que também trate de questões para além do consumo. Para que ela dialogue a partir de uma visão não apenas de mercado e consumo, mas também que, sem ser panfletária, possa dialogar com a sociedade em geral a partir da questão identitária, ou sobre o que significa ser negro nesse país, para além da classe social.

Para Rosangela Aparecida Hilário, coordenadora do curso de Pedagogia da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares – UNIPALMARES, Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares que por meio do Instituto Afro-Brasileiro de Ensino Superior foi criada pela Portaria nº 3.591, de 13/12/02, do Ministério da Educação, e inaugurada em 21/11/03, a revista *Raça Brasil* é uma publicação que contribui para reverter a imagem negativa da estética negra até então veiculada na mídia. Segundo ela:

> A revista *Raça Brasil* tem contribuído para reverter a imagem absolutamente inverídica de que negro não é bonito, não vende a não ser por meio de apelo de uma sensualidade pornográfica e da reprodução da estética europeia. Mas um trabalho de construção de uma (nova) identidade étnica, não acredito não. Até porque a revista não tem uma preocupação direcionada para discutir em profundidade as grandes questões relacionadas à construção da identidade étnica.

Assim, nos resultados da análise de conteúdo no SPSS, os discursos dos entrevistados apontam para a construção nas mídias impressas brasileira e portuguesa de uma identidade étnica dos imigrantes negros africanos dos PALOP em Portugal e dos negros brasileiros no Brasil, porém apontam também que os caminhos percorridos pelas mídias impressas de Portugal e do Brasil são distintos no processo e aproximativos no resultado final. Deste modo, os noticiários dos jornais portugueses *Público, Correio da Manhã* e *O Expresso*, em 2003, 2004 e 2005 tendem à construção de uma identidade étinica dos imigrantes negros africanos dos PALOP ainda bastante fixada em traços físicos e culturais diferenciadores para legitimar a oposição entre os "outros" – ex-colonizados, imigrantes e asilados, os negros – em relação ao "nós" – os colonizadores, os brancos, os "nacionais portugueses".

A revista brasileira *Raça Brasil*, por sua vez, durante o mesmo período, potencializa em seus editoriais também os traços físicos e culturais diferenciadores para a construção da identidade étnica do negro brasileiro, porém sua construção é fixada não apenas da sua condição de nós, de pertença à sociedade brasileira como em diferenças celebrativas, afirmativas, a partir do que a revista considera como as principais qualidades do negro brasileiro. Em ambos os casos, a construção da identidade étnica de imigrantes negros africanos dos PALOP e negros brasileiros nas mídias impressas operou o tempo todo um processo rotativo de distinção/reconhecimento, reconhecimento/distinção dos traços diferenciadores físicos e culturais.

Aquém e além-mar: proximidades, distâncias e semelhanças nas recorrências temáticas da imprensa portuguesa e brasileira

Como se depreende nesta exposição, na revista *Raça Brasil* os dados apontaram a temática auto-estima como a mais focada pela revista. Os demais temas porventura pautados pela revista, como condições sociais, educação, legislação, discriminação, beleza, trabalho, convergem sempre para a legitimação da temática auto-estima, num processo centrado.

Nos jornais portugueses *Público, Correio da Manhã* e *O Expresso*, verificou-se que na totalidade dos três jornais a identificação da nacionalidade e/ou etnia a que pertencem os imigrantes africanos e seus descendentes oriundos dos países africanos de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau é apresentada em sua maioria como PALOP. Em segundo lugar, os mais focados aparecem empatados com as denominações de africanos e cabo-verdianos. No que se atribui à totalidade dos temas, os mais visados, no conjunto dos jornais, são: integração e discriminação. Já no cruzamento entre os temas mais focados em relação às nacionalidades ou etnias dos imigrantes negros africanos dos PALOP, integração se relaciona mais à denominação PALOP e discriminação à denominação africano, enquanto o atributo cabo-verdianos está relacionado ao crime e angolanos a condições sociais. O tom dominante das notícias é o negativo.

A tendência de uma construção da identidade étnica com base na etnicização da imagem dos imigrantes negros africanos dos PALOP é, justamente, para legitimar a exclusão ou a marginalização dos mesmos, visando demarcar a fronteira entre os "outros", os "forasteiros", os imigrantes negros africanos dos PALOP e seus descendentes em detrimento ao "nós", os portugueses, os de "dentro".

Apesar dos resultados obtidos ainda confirmarem um tom negativo predominante na totalidade dos três anos analisados, quando associados à cobertura referente aos imigrantes negros africanos dos PALOP e seus descendentes, a investigação apontou também uma progressiva tendência para um discurso midiático entre o tom que se pretende neutro e o positivo, quando os resultados foram obtidos ano a ano. Em face do exposto, parece que, de forma gradual, começa-se a desencadear um discurso midiático menos negativo sobre essas populações, na medida em que a integração como tema mais focado durante os três anos pesquisados demonstra também um maior interesse da mídia portuguesa pelas questões que envolvem a identidade étnica e a cultura do "outro". É visível o reconhecimento por parte das próprias mídias do crescimento da pressão migratória, dos dilemas das políticas de imigração em Portugal, muitas vezes inconsistentes e inoperantes, na medida em que tais políticas circulam entre os limites da valorização e o reconhecimento da diferença cultural e do comunitarismo, do universalismo e da escolha individual condizente com os parâmetros sociais, culturais, históricos, políticos e econômicos do país, já que as culturas nacionais parecem sempre tentadas a se voltar ao passado, a recuar ao tempo perdido de quando a nação era "grande", em olhar o "outro" como uma ameaça para a identidade nacional. A afirmação da identidade traduz o desejo dos diferentes grupos sociais para garantir o acesso privilegiado aos bens sociais, numa estreita conexão com relações de poder.

A demarcação de fronteiras entre "nós" e os "outros" não é uma questão de simples categoriais gramaticais, mas indicadores de posições fortemente marcadas na sociedade portuguesa. Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos classificados. Assim, a identidade que tem a ver com uma atribuição de sentido ao mundo social e também com disputas em torno dessa atribuição, já que as identidades são construídas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, a mídia tem as suas estratégias e iniciativas específicas neste processo.

No que se refere à análise do *corpus* dos 28 editoriais recolhidos da revista *Raça Brasil*, os resultados dos cruzamentos dos dados referentes ao tema auto-estima e ao tom positivo, na maioria dos editoriais, apontaram para a tendência de uma construção da identidade étnica do negro brasileiro na revista por meio de traços culturais diferenciadores positivos, nos quais a diferença é celebrada na afirmação do que a própria revista considera como as principais qualidades dos negros brasileiros. E quais são estas qualidades dos negros brasileiros eleitas nos editoriais de *Raça Brasil?*

A predominância de matérias sobre beleza negra, sucesso (ascensão econômica e social), destaque para "celebridades" negras com grande visibilidade no mundo midiático contém a resposta a esta pergunta que a revista não quer calar. O seu posicionamento em favor da valorização da auto-estima do negro brasileiro é explícito desde o lançamento do primeiro número da revista, em 1996.

A afirmação da identidade étnica em *Raça Brasil* está vinculada a uma diferenciação cultural que permite responder ao poderoso apelo de um promissor mercado de negócios com base na etnia.

Deste modo, os resultados da análise de conteúdo e de discurso pontuaram, sim, uma tendência de construção nas mídias impressas brasileira e portuguesa de uma identidade étnica sobre os imigrantes negros africanos dos PALOP em Portugal e os negros brasileiros no Brasil, porém tal construção ressalta também que os caminhos percorridos por cada uma das identidades são distintos no processo e próximos no resultado final.

Os noticiários dos jornais portugueses *Público*, *Correio da Manhã* e *O Expresso*, em 2003, 2004 e 2005, procuram construir uma identidade étnica dos imigrantes negros africanos dos PALOP apresentando traços culturais diferenciadores para fixar a oposição entre os "outros", os ex-colonizados, os imigrantes e asilados, os negros, em relação ao "nós", os portugueses, os colonizadores, os brancos, os "nacionais".

Já a revista *Raça Brasil* potencializa em seus editoriais também traços culturais diferenciadores do negro brasileiro, mas para fortalecer, legitimar a identidade étnica e sua construção numa diferença celebrativa fixada na afirmação do que considera como as qualidades principais do negro brasileiro.

Durante o estudo nota-se também que os imigrantes negros africanos dos PALOP raramente têm a palavra nos jornais portugueses, uma vez que o estudo apontou as lideranças das associaições de imigrantes, SOS Racismo e o ACIME como a "voz" predominante dos noticiários.

Os negros africanos dos PALOP em Portugal ainda vivenciam um processo de inserção iniciado na década de 1970. Com a descolonização de Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Guiné Bissau, em 1975, abriu-se em Portugal o ciclo da imigração, não só com o repatriamento dos portugueses radicados nas colônias, mas também com o início de uma migração africana procedente destes países. A independência das ex-colônias colocou a questão, ou perca, da nacionalidade portuguesa pelos indivíduos nascidos, ou domiciliados nas ex-colônias antes dessa mudança.

A resposta para tal problema foi construída politicamente por meio da alteração da lei da nacionalidade, que até então se baseava no critério *ius solis* (atribuição da nacionalidade a todos os que nasceram no país) e passa a vigorar o critério do *ius sanguinis* (atribuição da nacionalidade a todos os descendentes de nacionais do país). Para Rui Pires (2003, p. 127) este procedimento transparece a distinção de tratamento por parte do governo de Portugal para a população branca residente nas ex-colônias e para a população negra.

> Não podendo exercer aquela selectividade numa base racial, as autoridades políticas portuguesas da época resolvem o dilema – facilitação do repatriamento da população branca/dificuldade do fluxo de refugiados negros – remetendo para o critério do ius sanguinis a possibilidade de conservação da nacionalidade pelos naturais ou domicialiados nas ex-colônias. O critério transparece na definição das principais excepções ao princípio geral da perca da nacionalidade então adoptado, onde se estipula que conservavam a nacionalidade, depois da data da independência,
>
> "os seguintes portugueses domiciliados em território ultramarino tornado independente: os nascidos em Portugal continental e nas ilhas adjacentes; os nascidos no estrangeiro de pai ou mãe nascidos em Portugal ou nas ilhas adjacentes ou de naturalizados; a mulher casada com, ou viúva ou divorciada de, português dos referidos nas alíneas anteriores e os filhos menores deste (Decreto-Lei nº 308-A/75, Art.º1, n.º 1)"

A história subsequente da imigração em Portugal foi profundamente marcada pelos efeitos desta medida legislativa, na medida em que diferenciou o repatriamento das ex-colônias da imigração de estrangeiros com a mesma origem, definiu as condições jurídicas e simbólicas de integração dos futuros imigrantes, estrangeiros, e dos seus descendentes, na sociedade portuguesa e contribuiu para que os mesmos fossem colocados, inclusive pelas mídias portuguesa, no patamar do "outro" em relação ao "nós". E, embora, novas medidas no âmbito da integração atualmente em Portugal busquem amenizar esta dicotomia, os resultados apresentados nesta investigação demonstram que persiste ainda uma forte discriminação racial na sociedade portuguesa em relação aos imigrantes negros africanos dos PALOP.

Apesar de algumas mudanças no tratamento menos negativo pelas mídias quando o tema é a imigração em Portugal, os imigrantes negros africanos dos PALOP ainda são marcados como os "invisíveis", aqueles que "não existem", a não ser quando podem ser apresentados sob a luz da criminalidade, da degradação, dos "fora do lugar". Por sua vez, estas populações que convivem com a falta de acesso digno à moradia e ao emprego formal, aos serviços de saúde pública, juntamente com a discriminação e o racismo, estão cada vez mais confinadas a determinados espaços: centros associativos, família, bairro.

Nos editoriais da revista *Raça Brasil*, a voz predominante é a institucional, apontando como temáticas principais a auto-estima e a cultura, num enfoque para as "celebridades midiáticas". No entanto, se por um lado a revista coloca as "celebridades midiáticas" como exemplo para a valorização da auto-estima do negro brasileiro - que embora represente 49% da população do Brasil, na pirâmide social e econômica tem os piores índices de acesso à saúde, à educação formal, à moradia e os salários mais baixos – por outro, relega essa maioria da população negra ao patamar dos "invisíveis", dos que "não existem", dos "outros", que sendo igual ao "nós" porque todos são brasileiros, ainda são os "outros", porque negros.

Os que "existem" como "celebridades", negros de "sucesso", apresentados na revista como os exemplos de valorização da auto-estima para uma pequena classe média negra, com acesso aos serviços de saúde, a educação formal, aos bens de consumo, à moradia digna também são colocados como os "outros", em que o reconhecimento e a diferença física são valorizados, exotizados. São os "outros", os negros brasileiros estetizados, que a revista pretende veicular como padrão para a grande maioria da população negra brasileira.

O discurso da revista *Raça Brasil* sobre o negro é estético, um modo de subjetivação com base no individualismo que faz do sucesso pessoal o padrão geral de reconhecimento identitário. A questão do negro no Brasil tem um legado histórico muito mais abrangente: mais de 300 anos de escravidão; um processo de mestiçagem iniciado já nos primórdios da colonização para suprir as diversas necessidades do projeto colonizador português e mais tarde, nos finais do século XIX, com a ideologia do branqueamento biológico; a extinção da escravidão sem o mínimo de comprometimento quanto à integração do negro à sociedade; a idéia da democracia racial que colaborou muito para a negação da existência do racismo no Brasil.

No texto *A questão do negro: velhos e novos desafios* (1991, p.91), Josildeth Gomes Consorte enfatiza a importância de indagar sobre a questão da identidade do negro no Brasil, dentro de uma perspectiva da existência de impasses que a atravessam.

> A questão da identidade negra, colocada em pauta há mais de dez anos pelo movimento negro, encontra-se, desde então, atravessada por uma série de impasses na medida em que, ao colocar no centro do debate a construção da diferença, exige um amplo repensar dos elementos que entram no seu processo de construção e uma série de definições. Quem é o negro brasileiro? Por onde passa sua identidade? No retorno à África, em busca de suas raízes? Na sua história desde lado do Atlântico? A identidade negra tem que ser, necessariamente, una ou é possível considerá-la multifacetada, a partir das múltiplas experiências vividas aqui? É possível pensar uma identidade negra sem pensar uma cultura negra? Em que circunstâncias se vem efetivamente produzindo e reproduzindo uma cultura negra no Brasil? Quais os seus espaços e que cara ela tem?

Desta forma, a revista *Raça Brasil* longe de colocar em evidência ou discussão as razões estruturais do racismo e da discriminação, e as mudanças que tal situação exige, aponta para saídas individuais, para as oportunidades que se abrem a cada um, para a ascensão social como via de solução para o problema.

Referências

Bastide, R. (1973). *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Bastos, J. P., & Bastos, S. P. (1999). *Portugal multicultural*. Lisboa: Fim de Século Edições.

Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Consorte, J. G. (1991). *A questão do negro: velhos e novos desafios*. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: SEADE.

Cunha, I. F. (2007). *O SPSS e os estudos sobre os media e o jornalismo. Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Editora Vozes.

Gusmão, N. M. de. (2005) *Os filhos da África em Portugal: antropologia, multiculturalidade e educação*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.

Hall, S. (2002). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Editora DP&A.

Hall, S. (2003). *Da diápora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil.

Pires, R. P. (2003). *Migrações e integração: teoria e aplicações à sociedade portuguesa*. Oeiras: Celta Editora.

Poutignat, P., & Streiff-Fenart, J. (1998). *Teorias da Etnicidade.* São Paulo: Editora UNESP.

Schwarcz, L. M. (1987). *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.

Sodré, M. (1999). *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes.

Vitorino, A. (2007). *Imigração: oportunidade ou ameaça? Recomendações do Fórum Gulbenkian* Imigração. Estoril: Principia Editora.

Weber, M. (1994) Economia e sociedade. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Wieviorka, M. (2002). *A diferença*. Lisboa: Fenda Edições.

Wieviorka, M. (2007). *O racismo: uma introdução*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Produção social da etnicidade no processo de inserção social: o caso dos africanos dos PALOP no Distrito de Braga

Manuel Carlos Silva
Vera Mónica Duarte

Resumo: A compreensão e a explicação dos comportamentos interétnicos, da natureza das suas relações e dos processos de inserção social passam por um questionamento atento da apropriação e da utilização do conceito de etnicidade. A construção sociológica deste conceito, num jogo de afastamentos e aproximações com outras noções como raça, etnia, nação e classe, tem vindo a sugerir e a reconhecer as suas várias frentes de (re)configuração: a etnicidade como constituição e construção social, política e cultural de identidades, que se afirmam, aproximam ou demarcam face a outras num intrincado jogo de poder e como mais um eixo de estruturação e diferenciação social. Neste sentido, a produção simbólica das imagens e a preservação da identidade étnica não será somente o resultado das trajectórias sociais e da história migratória mas, também, das posições ocupadas pelos indivíduos na estrutura social e nas relações de dominação e de poder simbólico. São estas posições que co-estruturam e orientam, por um lado, as representações e os imaginários culturais acerca do grupo de pertença e do grupo ao qual se processa a comparação social e, por outro, delineiam as diversas estratégias de sobrevivência e/ou mobilidade e (re/des)classificação social que vão desde a fronteira da marginalização e exclusão à da adaptação-acomodação e inserção social. Este argumento pretende ser ilustrado através de dados resultantes de um inquérito que foi realizado junto da população africana dos PALOP, residentes no Distrito de Braga – Portugal.

1. A produção social da etnicidade: breve enquadramento

A imigração africana em Braga é recente e, como tal, apresenta características associadas a essa natureza, que, como veremos, são visíveis na produção social da etnicidade, na sua instrumentalização e nas modalidades de inserção socio-étnicas. Até que ponto os imigrantes africanos se sentem social, económica, politica e culturalmente inseridos na sociedade de acolhimento? Será que os imigrantes de facto se inserem e se adaptam à sociedade de acolhimento? Que tipo de inserção alcançam e que factores intervêm nesse processo?

Estas questões levantadas por Rocha-Trindade (1995:102) remetem-nos para uma intrincada discussão entre vários autores que divergem no modo como "entendem que os forâneos imigrantes se devem inserir (ou não) na sociedade receptora, bem como no modo como são vistos, percebidos e reconhecidos (ou não) nos seus modos de vida e padrões culturais, enfim, nas suas identidades étnico-culturais" (Silva *et al*. 2006: 498)

Tendo em vista a compreensão e a explicação dos comportamentos interétnicos, importa questionar a apropriação e a utilização do conceito de etnicidade, reconstruindo-o sociologicamente. Para tal será necessário levar em consideração que a pertença a grupos étnicos dominados aparece quase sempre associada a um padrão de comportamentos e valores contrastantes com a cultura dominante, a uma condição social e economicamente desprivilegiada e à mobilização para formas de acção socialmente disruptíveis (Machado 1992). Estes factores, conjugados, são susceptíveis de contribuir a induzir mudanças nos processos de construção de identidades. A relevância que a pertença a determinado grupo étnico pode adquirir no plano das desigualdades sociais e das identidades culturais é sintetizado no conceito de etnicidade que Bell (1975) designa como "unidade macro-social da sociedade", embora importe reter que a etnicidade implica várias dimensões e níveis de análise (Bader, 2005, 2007).

A etnicidade deve ser vista a partir da importância das filiações étnicas na co-estruturação identitária, mostrando o modo como a pertença a determinado grupo étnico condiciona as práticas e as representações dos seus membros, assim como as dos demais grupos que dele se distinguem ou demarcam, pela imbricação de dois processos que Pinto (1991:218) designa (*i*) de identificação com conjuntos mais vastos de pertença ou de referência; e (*ii*) de *identização*, enquanto processo através do qual os agentes tendem a autonomizar-se e diferenciar-se socialmente, fixando em relação aos outros, distâncias e fronteiras mais ou menos rígidas.

Assim, enquanto tendência positiva de identificação e inclusão no grupo, que pode ser utilizada como instrumento para ganhar espaço político e económico na sociedade de acolhimento, a etnicidade surge como uma marca de diferenciação colectiva. E, neste campo, as diferenciações raciais e culturais apresentam-se como duas formas de distintividade endogrupal que, numa diferenciação simbólica, mostram que as diferenças percebidas são revestidas de valor conduzindo a uma diferenciação positiva do endogrupo e uma desvalorização do exogrupo. É neste jogo paradoxal do igual e do diferente que se funde o fulcro conceptual da identidade que surge, segundo Tajfel (1983) e Amâncio (1993:292 ss) como um "epifenómeno" do conflito intergrupal, que assenta nos juízos perceptivos que acentuam as diferenças e num processo cognitivo de categorização transmitido pela cultura e pelos valores do grupo de pertença. A atracção/repulsão entre grupos, na óptica de Rokeah (*in* Monteiro 1993: 317), desencadeia-se não tanto pela pertença a determinado grupo mas mais por causa da ameaça que a diferença constitui para o sistema de crença. Assim, explicar a escolha do alvo expiatório pelas variáveis de ordem histórica e cultural, como propõe Herowitz (*in* Monteiro, 1993: 314), embora relevante, não é suficiente para explicar os processos de identidade e identificação. Segundo Saint-Maurice (1997:23) é a "interface" entre *inside* e *outside* que, por um processo de comparação social, permite aos indivíduos encontrar semelhanças entre os membros do seu grupo e as diferenças entre o seu grupo e o outro.

A subestimação do grupo externo, bem como a discriminação de que é alvo, pode ser motivada pela luta dos membros do próprio grupo na procura de uma identidade social positiva, segundo Brown (*in* Amâncio 1993:293), pelo "auto-favoritismo relativo", sendo compreensível que aquilo que tem valor para um grupo seja positivo e que os valores diferentes e contrários indiciem a emergência da rejeição de acordo com as normas sociais dominantes (cf. Allport 1954, Monteiro 1993: 311, Pettigrew e Meertens 1995, Saint-Maurice 1997:23, Vala 1999, Marques 2000, Cabecinhas 2003). Já Barth (1969) havia analisado, nos processos de pertença e identização e o correlativo de demarcação e/ distinção em termos materiais e simbólicos, as movimentações de fronteira entre os grupos, manifestamente na afirmação identitária de tipo étnico.

Neste processo de demarcação e comparação entre o endogrupo e o exogrupo emergem também e subsequentemente categorizações e classificações que, acompanhadas de significados e representações sobre o outro, tendem a ler a realidade ora no sentido da aproximação, ora no sentido do afastamento. Ou seja, tal como o analisou Simmel (1987) e o desenvolveram Elias e Scotson (1969), à medida que se destacam as semelhanças, o estranho ou forasteiro é integrado, do mesmo modo que, quando se realçam as diferenças, eventualmente de modo preconceituado ou enviesado, pode ora atenuar ora reforçar conflitos.

O carácter múltiplo da identidade passa pela identificação de um conjunto de factores que influi na formação da consciência étnica que só tem pertinência por relação a um Outro que se apresenta estranho, segundo Simmel (1987), cujo sentido simbólico dessa identidade será definido pelo contexto e na forma social em que dois actores se situam um em relação ao outro.

A produção e/ou construção social da etnicidade, como vimos, será feita neste jogo entre heterodesignação, onde o actor étnico é definido pelo Outro dominante, e autodesignação, onde é fundamental a afirmação daquele a quem a identidade

étnica diz respeito. Porém, esta pertença étnica, reivindicada ou atribuída, será um "rótulo de potência primordial" (Allport 1954) ou uma dimensão relacional, mutável e instrumental?

As teorias acerca da etnicidade mostram a sua fluidez e ambiguidade conceptual porque abarcam posições que oscilarão entre teorias de acentuação mais essencialista e instrumentalista e teorias de orientação mais dinâmica e relacional. Enquanto uns tendem a assumir uma posição estruturalista de cariz normativista numa orientação estruturo-funcional (Durkheim 1977, Parsons 1988), outros, numa perspectiva interaccionista colocam a ênfase nos processos dinâmicos e relacionais quer a nível grupal, quer a nível interindividual (cf. Goffman 1988). Para uns e outros, embora com perspectivas diferentes, as identidades sociais emergem no processo de socialização e são subsidiários da cultura; porém, enquanto para os primeiros os papéis derivam da própria estrutura normativa, para os segundos tal ocorre num quadro relacional onde as interacções dos actores assumem uma importância acentuada na (re)construção dos papéis.

Outros autores, embora situando-se próximos das teorias accionalistas, tendem contudo a definir a etnicidade como um traço primordial, baseado nas solidariedades de sangue, língua, costumes, tradições e símbolos que se impõem a qualquer pessoa nascida no grupo (cf. Geertz 1978). Ora esta perspectiva primordialista de etnicidade remete, em última instância, para uma visão essencialista da identidade, esquecendo o carácter relacional e situacional. Contudo, segundo Wieviorka (1995: 128) a etnicidade é tão difusa quanto os grupos aos quais se aplica, grupos estes que vivem no seio da nossa sociedade e que são definidos não tanto pelos laços primordiais, mas mais por estratégias dos grupos e indivíduos na procura e obtenção de mais poder e prestígio. Neste sentido, etnicidade não seria a propriedade de um grupo, mas a dimensão de uma relação (cf. Weber 1991:16) e, se a diferença cultural dos dois grupos não é o aspecto crucial da etnicidade, isto equivale dizer que um grupo étnico não é um apenas um categoria cultural e que a base étnica não é apenas ter-se uma cultura própria, mas sim reconhecer-se como membro do grupo (Breton, s/d: 57).

Nesta esteira, a pertença étnica é reivindicada ou atribuída, ainda que não de modo exclusivo ou monocausal, no seio da dimensão interactiva e relacional, dando certamente relevo à dimensão expressiva e simbólica. Contudo é necessário salientar que o carácter relacional da produção de identidades sociais não deve iludir a desigual possibilidade que têm os diferentes grupos em definir papéis em relação aos outros, um papel-identidade, na expressão de McCall (*in* Saint-Maurice 1997:25), que tende a alterar-se mediante as diversas situações em que se encontram os actores sociais. As identidades, no quadro das interacções quotidianas, incorporam, portanto, logo à partida, dimensões da estrutura política e económica da sociedade (Bader 2005, 2007; Silva 2000).

Assim, a etnicidade, sendo habitualmente definida como sistema cultural usado pelas pessoas no processo de inserção social, um sistema entendido como comunicação significativa da diferença, evidencia que os símbolos culturais estabelecem fronteiras entre as categorias étnicas, mas a compreensão e explicação da etnicidade implica envolver e perspectivar o lugar de cada grupo e indivíduo na estrutura social e na luta pelos recursos disponíveis. Dizer isto não significa que a dimensão cultural seja despicienda, pelo que aqui neste texto é revalorizada. Deste modo, da afirmação da dimensão simbólico cultural na co-estruturação da produção social da etnicidade, surge uma outra que se pode enunciar: de que modo a etnicidade surge como mais um princípio co-estruturador de diferenciação social e em que contexto?

As tensões entre inserção e exclusão, vivida por muitos grupos étnicos, encerram, como o referiram Seabra (1994) e Silva e Silva (2002), as contradições da própria sociedade receptora, principalmente no que se refere às suas lógicas de hegemonia ou pluralidade cultural, o que provocará, do lado dos grupos étnicos minoritários, processos reactivos ou proactivos de afirmação identitária e ressurgimento étnico.

Conceber a sociedade apenas numa perspectiva estruturo-culturalista implica ignorar a interacção entre os indivíduos e os grupos, as próprias relações e contactos entre eles, bem como a sua capacidade de pressionar e alterar essa hegemonia. Nas sociedades hodiernas tende a predominar um pluralismo mais ou menos generalizado, não existindo uma cultura mas várias culturas coexistentes entre si, sem ignorar que umas se têm sobreposto, em regra, a outras. Onde se formam sistemas sociais ou colectividades diferenciadas, aí se tendem a (re)produzir universos simbólicos específicos que comportam relações de dominação, também no campo étnico.

A multiculturalidade traz consigo uma "cultura emergente", segundo Glazer e Moynihan (1975), na medida em que "cada grupo étnico-cultural, ao interagir com o outro, sofre uma alteração dos valores e normas originais, produzindo mudanças sociais e culturais na sociedade global" (Rocha-Trindade 1995:100). A reivindicação da identidade mediada pela cultura, mais do que uma tendência positiva de identificação e reconhecimento cognitivo e afectivo de pertença a um grupo, é também amiúde utilizada como instrumento para ganhar espaço político e económico na sociedade global (cf. Bader, 2005, 2007).

Neste sentido, a difícil capacidade de integração das sociedades actuais e a relativa perda de poder por parte do tradicional Estado-Nação, em termos infraestatais e sobretudo supraestatais (cf. Silva 2006), propiciam então o reforço de identidades culturais sob a forma de identidades comunitárias, em que a etnia se revela o factor aglutinador de fortes identidades, mundividências e racionalidades locais, as quais, a par de relações de cooperação, não raro entram em conflito. O relacionamento entre os indivíduos, as suas alianças e conflitos resultam de diversos factores de desigualdade em que a raça e a etnia assumem um papel importante, ainda que variável por tipo de sociedade. Esta variabilidade prende-se ora aspectos positivos como o da inserção social e criação de laços colectivos, ora com aspectos negativos onde se evidenciem conflitos interétnicos e situações de injustiça, discriminação social e, eventualmente, racismo.

A par ou em articulação com outras formas de desigualdade (classe, género, idade), a etnicidade constitui um dos eixos de diferenciação social, clivagem cultural e política, dando lugar, não raro, à "etnicização" da exclusão social (cf.

Glazer e Moynihan 1975, Machado 1992:123 ss, Almeida *et al* 1992, Fernandes 1995:15 ss, Silva e Pinto 2004, Silva *et al* 2006). Assim, no "jogo social", o sentido prático da etnicidade variará em função da pertença a uma classe e das crenças ou construções/produções culturais do grupo, comportando formas de dominação e consequências económicas. Ao combinar o interesse com os laços afectivos, a etnicidade permite às filiações étnicas a vantagem de se poderem constituir, enquanto "unidades simbólico-expressivas e instrumentais" (Seabra 1994:11). Mas de que modo se co-estrutura a relação entre a(s) cultura(s) de origem e a(s) cultura(s) da sociedade de acolhimento?

Embora vindo de uma perspectiva psicológica, será relevante trazer aqui à colação o modelo quadrimodal de Berry (1980) que *grosso modo* comunga dos pressupostos funcionalistas em torno da aculturação. Assim, ao procurar tipologizar as modalidades de gestão entre a cultura de origem do imigrante ou estrangeiro e a cultura de sociedade de receptora, Berry aponta quatro formas ou vias: a aculturação e a assimilação como formas de integração e, portanto, vistas como positivas, às quais se contraporiam a segregação e a marginalização, sendo estas duas últimas respostas negativas dos próprios actores sociais segregados ou marginalizados. Este modelo foi criticado, entre outros, por Silva (2006,2008) pela forma acrítica como utiliza o conceito de aculturação e pelo enviesamento teórico que surge da análise das diferentes formas de relacionamento inter-grupal/ interétnico de onde exclui os constrangimentos de vária ordem, em especial, a questão do poder. Este questionamento induz Silva (2008:67) a interrogar: "por que é que a dita marginalização implicaria, de facto, a perda total da cultura de origem e/ou que a não integração na sociedade de acolhimento deva ser necessariamente conotada em termos negativos? Será que os marginalizados serão despidos de alguma forma de cultura ou subcultura? Não será esta visão um vago reflexo de formas perversas de ideologia etnocêntrica que parte do pressuposto que as minorias deverão ser, senão assimiladas, pelo menos integradas, aceitando tacticamente as suas diferenças culturais para num segundo momento as dobrar à cultura, à sociedade e ao Estado dominantes?"

As diferentes propostas teórico-metodológicas não deixam, contudo, de exprimir a importância que a análise das estratégias encetadas pelos grupos étnicos na gestão das suas trajectórias entre a cultura de origem e o espaço da sociedade de acolhimento para o entendimento da produção social da etnicidade.

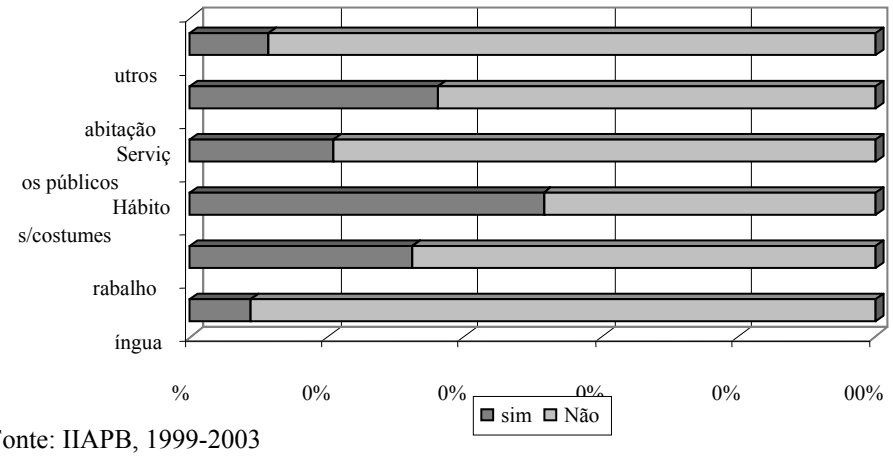
2. Imigrantes num novo espaço social: afirmação cultural das identidades

Tendo por base os resultados de uma pesquisa realizada junto da população africana dos PALOP em Portugal, mais especificamente no distrito de Braga, (cf Silva *et al.* 2006), pretendemos evidenciar algumas das manifestações em que a identidade etno-cultural dos imigrantes africanos inquiridos demonstra pontos de aproximação e convergência e/ou de afastamento/distanciamento com a cultura de acolhimento.

"Para mim, o principal para a adaptação é o "saber estar". Eu, por exemplo, consigo dar-me com todo o mundo, por isso sinto-me bem! Como se costuma dizer em Cabo-Verde: "conforme é a música, assim é a dança" (cv, h, 39 anos, engenheiro civil).

Compreender as principais dificuldades sentidas pelos actores sociais no processo de adaptação e inserção na sociedade de acolhida pode ser um primeiro passo na explicação dos comportamentos interétnicos e da natureza das suas relações.

Gráfico 1
Dificuldades encontradas no processo de adaptação



Fonte: IIAPB, 1999-2003

Da análise do Gráfico 1 constata-se que os inquiridos apontam três principais dificuldades no processo de adaptação: ao nível dos hábitos e costumes, com 50% das respostas; na habitação, para 38% dos inquiridos; e na esfera do trabalho, para 35%. A língua surgiu como um dos obstáculos menor, uma situação que se compreende quando verificamos que 64% dos inquiridos fala, em casa, a língua portuguesa, 28% as duas línguas e apenas 8% a língua do país de origem (ver quadro 1).

Quadro 1
Língua falada em casa por nacionalidade dos imigrantes

	Angolana		Guineense		Moçambicana		Caboverdeana		S. Tomense		Outra		Total	
	nº	%	Nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Portuguesa	100	79	6	23	26	74	21	39	11	85	22	63	186	64
País de origem	2	2	5	19	0	0	14	26	0	0	2	6	23	8
Portuguesa e país de origem	24	19	15	58	9	26	19	35	2	15	11	31	80	28
Total	126	100	26	100	35	100	54	100	13	100	35	100	289	100

Fonte: IIAPB, 1999-**2003**

Na primeira situação, destacam-se os santomenses (85%), os angolanos (79%) e os moçambicanos (74%). Nas duas últimas posições, são expressivamente os cabo-verdianos e os guineenses os grupos que mais se destacam. O facto de o português permanecer como língua oficial desses países não significa que o português seja a sua língua materna. Em alguns desses países, a primeira língua é africana ou o crioulo de base lexical portuguesa, que lhes possibilita formas de comunicação paralela e, em determinadas situações, constitui uma válvula de segurança e até de cumplicidades num meio culturalmente diferente.

O domínio da língua não deixa de ser percepcionado como um trunfo no processo de inserção social. A este respeito um dos entrevistados diz:

> "... em todos, a língua foi o meu maior trunfo (…) eu acho que a língua foi o maior elemento de integração entre aspas, eu ponho sempre entre aspas, não chamo integração, chamo mais interacção: falar com as pessoas, perguntar às pessoas (st, 33 anos, sociólogo, bancário).

O não domínio da língua do país de acolhimento coloca o imigrante numa situação de duplo estatuto de dominado ou excluído, não apenas por ser etnicamente diferente, mas também por possuir instrumentos que não lhe permite minimizar a distância em relação à população autóctone.

Como nos relatam Silva *et al.* (2006), se a língua não foi um obstáculo à integração e até se constituiu num recurso facilitador de alguma adaptação e mesmo de sentimento de partilha dum bem cultural básico, os hábitos e os costumes, as discriminações na habitação e no trabalho surgem, para os inquiridos, a pedra de toque na dificuldade de adaptação e inserção social. Por exemplo, a gastronomia, os ritos e festas, a música e dança, e religião são algumas das formas de tradução cultural e manifestação de sociabilidades comunais, que pretendemos aqui retratar.

Ao chegar a Portugal, apontava um dos inquiridos, há uma necessidade de agrupamento, porque há a partilha comum de um país, de uma terra, de uma cor, de uma herança cultural muito própria. Há a comunhão de uma mesma forma de estar, de uma identidade cultural que exprimem por atitudes comportamentais, que são verdadeiros instrumentos de cultura, o *"veículo utilizado para exprimir sentimentos de pertença a um conteúdo que nos é próximo"*.

A comida que é confeccionada em casa, para uma maioria de 78% é a do país de origem e portuguesa, seguido de comida portuguesa (14%) e, em último, a comida do país de origem (6%). Porém, é pertinente notar que, apesar de em casa fazerem a comida portuguesa, em alturas festivas, em reuniões familiares ou de convívio, o que predomina é a comida do país de origem.

Sem dúvida, as diferenças culturais entre os vários países africanos são enunciadoras de uma identidade cultural. Porém, mais importante do que entender identidades e práticas regionais, é entender aquilo que é vector de coesão ao nível das práticas e ao nível do simbólico, o desencadear de sentimentos de identidade e de identificação, dirimindo o estado de "orfandade", expressão de um dos inquiridos, que a saída do seu país de origem lhes causou. Esta ideia é reiterada por uma das entrevistadas que, quando foi questionada sobre como é que se define, qual a identidade cultural, ela responde:

> "Terrivelmente africana; sem dúvida. Aliás, aqui uma pessoa consegue assumir-se mais santomense, mais africana do que em São-Tomé. Porque aqui, nós sentimos necessidade de marcar, somos isso e não temos vergonha, temos orgulho de sermos aquilo que somos, ou talvez mesmo por isso, (...) temos a tendência de nos unirmos mais" (st,s,m,21 anos, estudante)"

Relativamente às práticas religiosas, predomina claramente a religião católica sobre outras religiões, tal como podemos constatar no quadro 2.

Quadro 2
Religião professada, por nacionalidade

	Angolana		Guineense		Moçambicana		Caboverdeana		S. Tomense		Outra		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	**nº**	**%**
Católica	82	65	11	44	11	31	43	75	13	100	30	86	**190**	**65**
Protestante	13	10	0	0	12	34	0	0	0	0	2	6	**27**	**9**
Islâmica	0	0	2	8	0	0	0	0	0	0	0	0	**2**	**1**
Budista	0	0	1	4	0	0	0	0	0	0	0	0	**1**	**0**
Outra	1	1	3	12	4	11	0	0	0	0	0	0	**8**	**3**
Nenhuma	31	24	8	32	8	23	14	25	0	0	3	9	**64**	**22**
Total	**127**	**100**	**25**	**100**	**35**	**100**	**57**	**100**	**13**	**100**	**35**	**100**	**292**	**100**

Fonte: IIAPB, 1999-2003

65% dos inquiridos declarou ser católico, destacando-se aqui os santomenses e os cabo-verdeanos, e 22.% responde não professar nenhuma religião. As restantes religiões apresentam valores pouco significativos, ainda que com alguma expressão quando analisados por nacionalidades. Por exemplo, dos 9% que respondeu ser protestante 34% é moçambicano e 10% angolano. A percentagem pouco expressiva de islâmicos (1%) é visível entre os guineenses.

A prática do culto não é muito assídua. 44% dos inquiridos pratica de vez em quando e 23% respondeu que pratica ao domingo ou uma vez por semana. A visita a bruxas e a curandeiros não é de facto significativa, sendo praticada apenas por 9% da população inquirida. Seria interessante explorar os contornos deste fenómeno pelo facto de ainda ser uma prática visível em alguns contextos de origem.

A par das questões culturais, as solidariedades familiares e grupais e as redes interpessoais que suportam as estratégias migratórias são outra questão de grande interesse. Segundo Silva *et. al.* (2006: 482) "a solidificação dos mecanismos de solidariedade e dos laços de entreajuda são uma primeira fase indispensável, porque estas sociabilidades, no quadro dos processos de reprodução, sobrevivência e reciprocidade, permitirão estratégias de maximização das possibilidades de obtenção de sucesso no processo de adaptação".

De entre os tipos de sociabilidade existentes, além das já enunciadas, podemos relevar as relações de vizinhança e as amizades que se vão construindo no dia-a-dia, e relativamente a esta questão, os dados são interessantes. 92% afirma não ter problemas com os vizinhos. Esta percepção, contudo, pode estar relacionada com dois factores o convívio e a relação com vizinhos. O primeiro prende-se com o facto de, a par das proximidades entre africanos e conterrâneos, se verificar distanciamento consciente dos membros das comunidades migrantes face à maioria branca. Vejamos o quadro 3:

Quadro 3
Convívio com grupos por nacionalidades

	Angolana		Guineense		Moçambicana		Cabo-verdiana		Saotomense		Outra		**Outra**	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	**nº**	**%**
Indivíduos portugueses	22	17	2	7	7	19	8	14	3	23	13	37	**55**	**19**
Outros imigrantes	68	54	16	59	18	49	32	56	7	54	13	37	**154**	**52**
Portugueses e imigrantes	37	29	9	33	12	32	17	30	3	23	9	26	**87**	**29**
Total	**127**	**100**	**27**	**100**	**37**	**100**	**57**	**100**	**13**	**100**	**35**	**100**	**296**	**100**

Fonte: IIAPB, 1999-2003

Para 52% dos inquiridos o convívio é feito com outros imigrantes, e aqui destacam-se os guineeenses (59%) e os cabo-verdianos (56%)). 29% afirma relacionar-se com portugueses e imigrantes e 19% apenas com indivíduos portugueses, evidenciando-se aqui os grupos de moçambicanos e santomenenses.

Quanto ao segundo factor, os dados evidenciam que 62% dos inquiridos indicam que não têm contacto com os vizinhos.

> "O que eu achei mais complicado foi lidar com as pessoas, porque eu cumprimentava sempre com um bom dia, por exemplo, e ninguém me dava resposta. Eu ficava mesmo chateada! (g,mu, 41 anos, cabeleireira).

> "eles não me chateiam para não haver problemas, é essa a relação que eu tenho com eles (...) para evitar problemas, para evitar confusão, para ficar na minha, convivemos, damo-nos bem." (m,s,h,24 anos, estudante)

Torna-se clara a utilização de uma certa estratégia de evitamento que possa evitar situações de conflito e confronto, ainda que não deixem de transparecer "incómodos" latentes, especificamente nas relações interétnicas.

Quando são invocados motivos justificativos dos problemas com os vizinhos, 79% dos inquiridos aponta motivos racistas, como expõe uma das inquiridas:

> "Tínhamos um vizinho (...) que dizia que ouvia barulho da nossa casa, é incrível podia ser barulho exterior, mas ele dizia que era da nossa casa, e sempre, pra aí à meia-noite, ele tocava a campainha porque estávamos a fazer barulho; é que ele chegou quase a bater-me na escada (...) só porque eu respondi, porque ele disse "*vocês pretos só vêm pra'qui fazer confusão, vocês deviam voltar para a vossa terra*", e eu respondi "*então que tirem todos os portugueses d'África*". (...) Eu tive que avisar o senhorio, é que era mesmo implicância" (st,s,m,21 anos, estudante)

Este dado pode ser lido junto de outros que nos dão conta que, à excepção de uma minoria de 2% para os quais os portugueses "não discriminam nem são racistas", 54% dos inquiridos afirmam que "só alguns portugueses são racistas", 30% indicam que "os portugueses são na sua maioria racistas" e para 14% os " portugueses são todos racistas". Uma percepção do acolhimento dos portugueses que nos deve fazer repensar a ideia dos "brandos costumes" que durante décadas foi veiculada sobre a sociedade portuguesa. Não falamos em lógicas de hostilização ou tolerância explícita, mas de relações que não deixam de estar marcadas por formas de racismo subtil. Assim, 55% alude razões culturais e 34% falta de compreensão: "*Para mim o maior entrave é a questão cultural, a questão é a falta da compreensão, a estranheza*" (h,a,s,29,estudante universitário).

Para além dos indicadores apontados, importa ter presente que a condição profissional como variável indiciadora da posição social dos indivíduos inquiridos. Assim, para além de 20% de estudantes, 39% eram operários fabris, da construção civil ou artesãos, 12% eram empregados no sector terciário, 14% trabalhador qualificado, podendo-se inferir-se que a grande maioria detém lugares subordinados.

3. Nota final

Como foi possível verificar, nas relações interétnicas entre portugueses e imigrantes africanos, se a língua não constituiu um obstáculo à sociabilidade, já os costumes, os hábitos e tradições, a fraca densidade na sociabilidade e sobretudo práticas e atitudes de discriminação e racismo constituem ainda óbices a um processo de democratização multicultural e enriquecimento intercultural.

Apesar de terem sido apontadas algumas diferenças significativas entre imigrantes e autóctones, podemos encontrar, também, continuidades em termos de condição social desfavorecida, como já apontava Machado (1992) no seu estudo sobre etnicidade em Portugal (salários abaixo da média, desemprego, precariedade de trabalho, exclusão habitacional, entre outros). Mas tais dados são relevantes para compreender e explicar as atitudes e representações interétnicas e sobretudo as percepções de discriminação que estes imigrantes vivenciam nos contextos laborais, residenciais, no contacto com as instituições sociais e nas práticas do dia-a-dia. Aliás, de forma mais ou menos explícita, os inquiridos vão demonstrando ter consciência das diferenciações sócio-económicas, das dificuldades na adopção de certos hábitos e costumes, na experiência de situações de indiferença e no preconceito por parte do exogrupo maioritário.

Vimos que as heranças culturais herdadas pela comunidade africana surgem como formas de revalorização cultural e afirmação da sua singularidade, em relação à sociedade de acolhimento, expressa pela reivindicação colectiva da sua distintividade, através da língua, da gastronomia, da dança ou do convívio mais direccionado para o *ingroup.* Contudo, se ao nível simbólico e cultural os imigrantes africanos salientam as suas identidades étnicas, em termos de estilos de vida tendem a evidenciar, quando dominantes no seu grupo (medido pelo nível de instrução e qualificação superior, nível de rendimentos, profissão e acesso aos bens), identidades de classe. Segundo Rex (1988), o estatuto social, quando elevado, tende a esbater a característica fenotípica, o que nos pode levar a concluir que à medida que o imigrante avança na escala de posição social torna-se menos 'étnico' – eis uma questão que fica em aberto para reflectir e desenvolver noutro momento.

Bibliografia

ALMEIDA, João Ferreira de *et al.* (1992), *Exclusão social. Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.

ALLPORT, G.W. (1954), *The Nature of Prejudice*, Cambridge,MA:Addison Wesley

AMÂNCIO, Lígia (1993), "Identidade social e relações intergrupais" *in* J. Vala e M.B. Monteiro (orgs), *Psicologia Social*: 287 – 307, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

BADER (2007(1995)), *Racismo, etnicidade, cidadania. Reflexões sociológicas e filosóficas*, Porto:Afrotnamento.

BADER, Veit (2005(1993), "Etnicidade e classe social: por um mapeamento pro-teórico" in *Configurações*, 1:7-32.

BARTH, Frederic (1969),*Ethnic Groups and Boundaries*, Londres:Allen & Unwin.

BELL, Daniel (1975), "Ethnicity and Social Change", *in* N.Glazer e D.P. Moynihan, (orgs), *Ethnicity: Theory and experience:*141-174, England: Harvard University Press

BERRY, W.J. (1980), "Acculturation as varieties of adaptation" *in* A. Padilla (org), *Acculturation:Theory, Models and Some New Findings*:9-25, Boulder:CO:Westview.

BRETON, Roland (s/d), *As etnias,* Porto: Rés Editora

CABECINHAS, Rosa (2003), *Racismo e Etnicidade*, Braga: Universidade do Minho.

DURKHEIM, Emile [1977(1893))], *A divisão social do trabalho*, Lisboa:Presença

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. {1969(1963)}, *The Established and the Outsiders. A Sociological Enquiry into Community Problems*. Londres: F. Cass.

FERNANDES, António Teixeira (1995), "Etnicização e racização no processo de exclusão social", *Sociologia*, I série, vol. V: 7-69

GEERTZ, Clifford (1978), *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro: Zahar editores

GLAZER, Nathan, MOYNIHAN, Daniel P. (1975), *Ethnicity: Theory and experience,* England: Harvard University Press

GOFFMAN, Erving [1988(1963)], *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro:Guanabara.
MACHADO, Fernando Luís (1992), "Etnicidade em Portugal: contrastes e polarização", *Sociologia - Problemas e Práticas,* 12: 123-136
MARQUES, João Filipe (2000), "O neoracismo europeu e as responsabilidades da Antropologia" in Revista Crítica de Ciências Sociais, 56:35-60.
MONTEIRO, Maria Benedicta (1993), "Conflito e cooperação nas relações intergrupais" *in* J. Vala e M.B. Monteiro (orgs), *Psicologia Social*. 309-352, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
PARSONS, Talcott [1988(1951)], El sistema social, Madrid:Alianza Editorial.
PETRIGREW, Thomas e MEERTENS, Roel W.(1995), "Subtle and blatant prejudice in Western Europe" in *European Jounal of Social Psychology*, 25:57-75.
PINTO, José Madureira (1991), "Considerações sobre a produção social de Identidade" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32:217-231.
REX, John (1988), *Raça e Etnia*, Lisboa: Editorial Estampa
ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz *et al.* (1995), *Sociologia das Migrações,* Lisboa: Universidade Aberta
SAINT- MAURICE, Ana de (1997), *Identidades Reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras: Celta Editora
SEABRA, Teresa (1994), *Estratégias familiares de socialização das crianças: etnicidade e classes sociais* , Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (dissertação de mestrado em Sociologia)
SILVA, Manuel Carlos (2000), "Racismo e conflitos interétnicos: elementos para uma investigação" in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56:41-63.
SILVA, Manuel Carlos (2006), "Entre o infraestatal e o supraestatal: o Estado-Nação e a democracia" in M.C.Silva (org) Nação e Estado: entre o global e o local, Porto:Afrontamento.
SILVA, Manuel Carlos (2008), "Imigrantes africanos no Noroeste de Portugal: relações interétnicas de acomodação e resistência" *in* R. Lessa (org) *Travessias*, 9:61-93.
SILVA, Manuel Carlos e PINTO, Maria Goretti (2004), "Conflitos interétnicos latentes: um estudo de caso no concelho de Barcelos" in *Cadernos do Noroeste*, série Sociologia, *Sociedade e Cultura*, vol XXII (1-2), 6:97-112.
SILVA, Manuel Carlos e SILVA, Susana (2002), "Práticas e representações sociais face aos ciganos. O caso de Oleiros, Vila Verde". in *Antropológicas*, 6:57-86. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
SILVA, Manuel Carlos, SOBRAL, José Manuel *et al* (2006), *Relações interétnicas: portugueses, ciganos-portugueses e imigrantes dos PALOP: um estudo de caso no distrito de Braga*, Braga: Universidade do Minho.
SIMMEL, Georg (1987), "A metrópole e a vida mental" *in* O. G. Velho (org), *O fenómeno urbano*, Rio de Janeiro: Guanabara.
TAJFEL, Henri (1983), *Grupos humanos e categorias sociais*, Lisboa:Livros Horizonte.
VALA, Jorge *et al*. (orgs) (1999), *Novos racismos: Perspectivas Comparativas.* Oeiras: Celta.
WEBER, Max [1978(1920)], *Economy and Society*, editado por G.Roth e C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press.
WIEVIOKA, Michel (1995b), *A democracia à prova: nacionalismo, populismo e etnicidade,* Lisboa: Instituto Piaget

Identidade cigana: impacto de trajectos de mobilidade social

Olga Magano
Universida de Aberta - CEMRI
omagano@univ-ab.pt

Resumo: As identidades culturais e sociais são dinâmicas ajustando-se e adaptando-se a novas realidades sociais. Processo similar se passa com a(s) identidade(s) cigana(s) que reflectem diferentes trajectos individuais e sociais dos indivíduos com várias fases de integração social e de identificação com a sociedade em que vivem. É possível encontrar indivíduos que "já nasceram integrados", os que se integraram pelo seu trajecto de vida não obstante os fortes marcadores culturais traçaram projectos de vida autónomos, por vezes, em ruptura com o grupo de pertença, e ainda outros indivíduos ciganos que se estão a integrar na sequência das pressões das políticas sociais para a integração social. Apesar destas diferenças, marcadas por variados tipos de vivências sociais, quer no que se refere a contextos quer a interacções, parece haver um sentimento comum em torno de como se constrói a imagem social do ser cigano e também a aceitação de alguns aspectos relativos a essa pertença e a identificação com a etnia cigana.
Propomos uma contribuição para o conhecimento sociológico sobre a pluralidade identitária cigana em Portugal, nomeadamente, sobre como se forma e reflecte a identidade cigana na vida quotidiana dos indivíduos ciganos com trajectos de mobilidade social ascendente e como essas condições de vida se traduzem na identificação com o sentimento do ser cigano actualmente. Foram realizadas entrevistas em profundidade a indivíduos ciganos portugueses, em diversos pontos do país, com diversidade de género, idade e ocupações profissionais que constituem a base empírica deste trabalho.
Palavras-chave: integração; ciganos; identidade; mobilidade; trajectória social

Introdução:

O objectivo deste texto é contribuir para o conhecimento sobre o processo de integração dos ciganos em Portugal. Esperamos poder abrir novas perspectivas para o estudo dos indivíduos ciganos. Para isso, partimos da concepção de que as culturas são dinâmicas e que nem todos os indivíduos conotados com o grupo social cigano se encontram na mesma fase de integração e participação social. Assumimos a perspectiva que os indivíduos têm capacidade de produzir o seu próprio

processo de mudança, se tiverem oportunidades para isso. Os indivíduos ciganos vivem e movimentam-se em contextos sociais que se enquadram na sociedade envolvente, situada no tempo e no espaço. Necessariamente a sua vida vai reflectir esses contextos, a vários ritmos e segundo modalidades que acompanham as evoluções sociais.

Num primeiro momento enquadraremos o indivíduo como potenciador da sua própria mudança, mesmo em contextos de forte pressão de controle social, como é o caso da cultura cigana, as estratégias que desenvolve para se autonomizar, através de trajectos de vida que permitiram um percurso de mobilidade social, como os desenvolve, como se relaciona com os vários contextos e como é que esses percursos de vida se reflectem na sua identidade.

1. O A individualização e a integração social

As sociedades contemporâneas estabelecem regras sociais para a implementação de normas para a regulamentação de condutas sociais. Os indivíduos vivem enquadrados num determinado tempo e contexto e são influenciados por o que se passa na própria sociedade e em termos mundiais. As transformações profundas nos modos de produção e a tendência para a universalização do sistema político democrático foram o principal esteio para a mudança de mentalidades sobre a concepção do indivíduo e sobre a organização social. Por seu lado, a difusão de saberes e o aumento da escolarização permitiram aumentar os conhecimentos a adquirir, sendo necessário passar a dominar códigos simbólicos de compreensão e a escrita e a leitura (Ghiglione & Benjamin, 1992).

Existe uma relação muito estreita entre o aumento da alfabetização e um mercado cada vez mais diversificado e exigente, em que o emprego assume uma centralidade, a maior parte das vezes, é o pilar estruturante da vida individual, sendo por isso devastador a sua perda. Apesar do esforço do Estado democrático para produzir a igualdade de direitos para todos os seus cidadãos, nem todos conseguem aderir e participar socialmente da mesma forma. Esta situação deve-se a desigualdades existentes à partida entre os indivíduos que se prendem com a detenção de mais ou menos poder económico, de ser mais ou menos identificado com a cultura social dominante. Ora, na sociedade existem diferenças e desigualdades sociais, havendo desfasamentos sociais e económicos que as medidas e políticas implementadas para diminuir as diferenças não chegam, tratando-se de desigualdades estruturais, exigindo medidas continuadas de apoio aos indivíduos em situação desfavorecida.

Os indivíduos tendem a agrupar-se por ligações sociais e simbólicas entre os da mesma condição social, constituindo-se em grupos sociais identificáveis e a quem podemos imputar determinadas características ou traços sociais. Os desfasamentos entre os vários grupos sociais nem sempre são pacíficos, podem dar origem a tensões sociais e manifestarem-se conflitos (Elias, 1989 [1939]). Importa salientar que apesar da tendência para a rotulação social dos indivíduos quando conotados com determinado grupo social (sobretudos nos casos de uma imagem social negativa, como no caso dos indivíduos de origem cigana), existem diferentes contextos de socialização e de culturas de origem, de acordo com os percursos de vida individuais.

Nesta análise reflectimos sobre os trajectos de vida de indivíduos de origem cigana, num movimento de mobilidade social ascendente. Pretendemos perceber os factores sociais que permitiram ou permitem a estes indivíduos viverem experiências de vida distintas das mais vulgarizadas sobre os ciganos em Portugal. No fundo, trata-se de conhecermos as suas experiências de vida e os enquadramentos das suas relações sociais.

A cultura cigana, conforme indica a bibliografia, distingue-se da cultura da sociedade geral por ter uma série de traços culturais específicos ou de marcadores sociais atribuídos reais pelos próprios ou atribuídos socialmente, pelos estigmas e representações sociais (Román, 1994; Nunes, 1996; Garrido 1999).

A sociologia tem tentado perceber as questões subjacentes à constituição da sociedade que permitem aos indivíduos viver juntos. Desde os fundadores da sociologia que abordaram o problema em termos de coesão social, em que questionavam os laços preventores da anomia e da desordem, tentando-se fomentar a integração através de mecanismos formais na sociedade envolvente.

A individualização crescente, induzida pela divisão social do trabalho, desencadeou o processo de especializações profissionais com as consequentes diferenciações sociais (Durkheim, 1984 [1893]). A diferenciação crescente das funções sociais e o processo de monopolização do poder do Estado levaram a relações mais densas e complexas (Elias, 1989 [1939]). Nestas circunstâncias, os indivíduos vêem-se numa relação de dependência funcional com outros indivíduos (Elias, 2004 [1989]). Estão ligados por canais a diferentes níveis: classe, aldeia, cidade, etc. e não existem fora destes laços concretos e abstractos que os ligam uns aos outros e, por seu lado, a sociedade não existe sem eles.

Pelo processo de socialização o indivíduo interioriza as normas colectivas da sociedade em que vive. A interiorização e identificação com essas regras sociais deveriam conduzir à sua integração social na sociedade. A socialização permite-lhe desenvolver um processo de adequação entre a cultura, a sociedade e a personalidade (Parsons citado por Schnapper, 2007). No entanto, podem existir desfasamentos entre a estrutura social e a estrutura cultural, ou seja, entre as aspirações e as vias de acesso objectivas para a sua concretização (Merton, 1970 [1949]). A integração sucessiva do indivíduo nos diversos sub-sistemas levaria à integração social despoletada pelo processo de socialização e que se prolonga com a aprendizagem contínua de interiorização das normas colectivas.

No entanto, nem todos os indivíduos percorrem este percurso de forma linear, o que nos remete para a questão da socialização diferencial, em que certas acções são prescritas e outras são proibidas (Becker, 1985), o que origina a diferenciação entre os 'normais' (os que se conformam com as regras) dos 'estigmatizados' (desviam-se das normas, vivem com o peso de rótulos sociais estereotipados) (Goffman, 1988), de acordo com as relações de poder estabelecidas, por

aqueles que detêm o poder e que são os que elaboram e estabelecem as regras sociais (Elias & Sctoson, 2000). A existência de um quadro legal e social para regulamentar a vida em sociedade faz com que se produzam tipificações sobre o que é certo ou errado, o que é ser normal ou não, o que é ser integrado e o que não é. Estas regras sociais são exteriores ao indivíduo, interiorizadas e reproduzidas nos comportamentos e interacções sociais.

Como nem todos os indivíduos seguem este percurso de forma linear, verificámos que existem desfasamentos entre a integração cultural e a integração estrutural, o que chama a atenção para a diversidade de modalidades de integração que podem existir (Schnapper, 2007) e também para a integração como um processo que comporta várias dimensões. A ideia de processo permite focalizar a atenção nas estratégias de aquisição do sentido do eu, de desenvolvimento de uma biografia, de ajustamento aos outros, da organização da noção de tempo (Plummer, 2002). Deste modo, a integração consiste no processo de participação dos indivíduos na sociedade pela actividade profissional, aprendizagem das normas, do consumo material, a adopção dos comportamentos familiares e culturais, as trocas e a participação nas instituições comuns.

A participação em actividades de produção e consumo tem sido o ponto central na análise do processo de integração e o trabalho continua ainda actualmente a ser o principal factor para a definição de lugares sociais. Os indivíduos continuam a ser caracterizados por relação à profissão que desempenham e a níveis de escolaridade dos próprios e dos seus ascendentes, sendo fundamental para a estruturação dos capitais na origem das diferenciações entre classes sociais (Bourdieu, 1979). A detenção de um trabalho possibilita o acesso a um rendimento, a uma identidade social, a uma organização do tempo, a sobrevivência da família, um estatuto social, etc. (Paugam, 2003; Soulet, 2000). A perda do trabalho é geralmente a perda de um mundo de relações estabelecidas e de estruturação de vida.

Moller e Hespanha (2002) avançam com a perspectiva de padrões de integração, sendo possível combinar dimensões da participação social e das estratégias desenvolvidas pelos indivíduos, não tendo de estar integrados em todos os domínios da vida social. As principais dimensões de integração são a dimensão económica que permite a participação social através das actividades de produção e de consumo; a dimensão social, compreendendo, por um lado, a integração no seio de grupos primários e, por outro lado, a integração na sociedade global através de laços sociais institucionais e a dimensão simbólica: definida pelas normas e valores comuns e as representações colectivas que definem os lugares sociais (Gaulejac & Léonetti, 1994).

O projecto da sociedade democrática é integrar os seus membros como cidadãos, pelas instâncias de socialização, em simultâneo também de integração (Schnapper, 2007). As formas de exclusão ou de discriminação não são democráticas (Walgrave, 2000). Para este autor certos grupos populacionais parecem sofrer historicamente de mecanismos sociais negativos, de uma "vulnerabilidade societal", que se ligam a condições globais de vida em que se encontram, impedindo o acesso igualitário aos sistemas sociais básicos como o social, o económico, o institucional, o territorial e o das referências simbólicas (Costa, 1998), indispensáveis para o exercício de cidadania. Será neste grupo que se têm incluído os ciganos portugueses, de um modo geral.

2. A socialização e a reprodução social das marcas identitárias

A modernidade foi reduzindo as múltiplas identidades, os contextos e as intersubjectividades ao Estado (Santos, 1993). Passou a promover-se um sentimento de pertença que se deseja generalizado, fixando fronteiras, distinguindo o nacional do estrangeiro, o "si" do outro, o maioritário do minoritário, impondo fronteiras entre o "nós" e o "eles". A individualização da sociedade (Kaufmann, 2005) baseia-se em marcadores de identidade impostos por legislação (Marques, 2001). Todavia, existem pessoas que não tiveram oportunidade de escolher a sua identidade, vendo-se oprimidas por identidades aplicadas e impostas por outros. Normalmente, são identidades que estereotipam, humilham, estigmatizam. Estas marcas, em termos de origem, constituem freios reais a uma inclusão mais igualitária (Cossée, 2004). Os modelos de integração têm modalidades de colocar à distância, de criar ou de recriar as marcas identitárias. A identidade individual define-se a partir da relação social e interacção múltipla marcada pelo contexto social. Assim, nenhuma identidade existe sem ser em relação a outras e num contexto espaço-temporal específico de objectivação. Trata-se de um reconhecimento recíproco entre o indivíduo e a sociedade que remete para as interdependências entre as identidades individuais e as identidades sociais (Berger e Luckmann, 1999; Cabral, 2003).

As práticas culturais são os marcadores privilegiados das distâncias sociais e das estratégias de distinção (Bourdieu, 1979), marcadas pela relação desigual das classes sociais com a capacidade económica. Os grupos sociais interagem no mesmo espaço social e mesmo em contextos sociais marginalizados ou desfavorecidos, existem pontos de contacto com a sociedade geral, onde os contactos culturais existem e influenciam as culturas, com a interpenetração de traços culturais.

Os indivíduos de origem cigana movem-se em vários contextos recebendo múltiplas influências que se traduzem em diferentes formas de manifestação, umas mais visíveis, as que mais contrastam com as normas aceites socialmente, e outras mais invisíveis, por parte daqueles que estão integrados ou se querem integrar. Significa que nem todos se encontram na mesma situação e que ao focarmos a nossa análise constatamos a pluralidade de situações existentes, com pistas que nos apontam interacções sociais em diferentes contextos e em diferentes níveis. As trocas identitárias acontecem em espaços de fronteira (Friedman, 2001), que podem ser zonas de conflitualidade, mas também potenciadoras de uma consciência mestiça ou híbrida que permite um ajustamento às múltiplas posições ocupadas pelo indivíduo na sociedade (Friedman, 2001). A possibilidade de comunicação entre grupos culturalmente diferentes permite delimitar as fronteiras simbólicas entre o "nós" e os "outros". Bourdieu (1989) chama a atenção para o facto de que em situação de dominação, a designação de uma minoria tem um efeito simbólico e se repercute negativamente nos elementos que pertencem a esse grupo.

As interacções continuadas originam novas formas mistas ou múltiplas de identidade que se reflectem em novas figuras sociais (Lahire, 2005). Na esteira de Bastide (1989), consideramos a importância do dinamismo cultural assente na ideia de que não existem culturas em estado puro, estanques, sem influências do exterior. Nestes processos de contactos e de trocas culturais, as identidades individuais vão sendo recontextualizadas, exigindo o esforço de perceber as especificidades dos campos de confrontação e de negociação em que as identidades se desenvolvem, se formam e se dissolvem (Santos, 1993, Lahire, 2005). Na nossa perspectiva, o campo de análise deve ser aberto e flexível de modo a podermos apreender e perceber potenciais ajustamentos de modelos identitários, (re) configurados tendo por base as flutuações de identidades e as fronteiras onde tudo se mistura e se muda (Gruzinski, 2001; Wieviorka, 2002; Silva 2004), originando assim a hibridação identitária e as reconstruções culturais (Júnior, 2002).

3. A investigação empírica: apresentação de alguns dados

A investigação desenvolvida sobre a integração dos ciganos em Portugal tem um carácter qualitativo, com a aplicação de entrevistas em profundidade a indivíduos de origem cigana em vários pontos do país (Bragança, Braga, Coimbra, Lisboa e Porto). Até ao momento foram realizadas 21 entrevistas: 11 homens e 10 mulheres. Os nossos entrevistados têm entre os 22 e os 55 anos. Residem em espaços urbanos e em espaços rurais. As habilitações escolares são diversificadas: uma mulher não sabe nem escrever, cinco entrevistados têm o 4º ano de escolaridade; dois entrevistados têm o 6º ano, sete têm o 9 º ano, dois têm o 12ºano, dois a licenciatura e dois possuem o mestrado. As actividades desenvolvidas são variadas sendo possível destacarmos dirigentes associativos, formador, professor ensino secundário, consultor de uma empresa municipal, mediador sócio-cultural, auxiliar de serviços gerais, empregados de mesa, empregada de limpeza, empregada de fábrica de pão, empregado de bomba de gasolina, agente policial, jardineira, cozinheira, guarda-nocturno e educadora de infância.

Os entrevistados cresceram e viveram sedentarizados, verificando-se mesmo pouca mobilidade geográfica. No entanto, alguns têm lembranças sobre mobilidade geográfica, vivida pela geração dos pais e avós. Os casos de mobilidade geográfica vivida pelos próprios teve que ver com motivos de casamento, separação conjugal, profissionais por mudança de emprego ou ainda por razões familiares como é um caso de entrevistado que foi viver para uma cidade na sequência do casamento de uma irmã e pelo pai ter falecido. A pouca mobilidade geográfica vivida pelos entrevistados afasta-os claramente da ideia estereotipada do imaginário colectivo que associa os ciganos ao nomadismo.

Os entrevistados nasceram de diferentes tipos de uniões: dez entrevistados têm ambos os pais ciganos e onze têm um dos progenitores não ciganos, sendo que em dois casos é o pai cigano e em nove dos casos é a mãe cigana. Estes dados permitem-nos ter a amostra mais ou menos dividida em termos da sua origem resultante de endogamia ou, de uniões com indivíduos não ciganos.

No que se refere às uniões conjugais dos entrevistados, onze vivem em união de facto, em que oito vivem com não ciganos e três vivem com ciganas, quatro são casados com não ciganos, dois casados com ciganos, duas separadas após união com não ciganos e dois são solteiros. Por estes dados podemos constatar que entre os entrevistados predominam as uniões com não ciganos e com preferência para a relação em união de facto. Relativamente a este aspecto, parece haver uma certa tendência para seguir a tradição cigana, em que a maioria opta pela união de facto, havendo dois casos que casaram pela "lei cigana". Quando comparámos com os dados do censo de 2001, verificámos que cerca de metade da população portuguesa era casada com registo e havia 3,6% de uniões de facto, sendo na nossa amostra a proporção inversa. Outro aspecto que surge é a tendência para as uniões em idades muito precoces. Alguns "casaram" aos 15 anos, o que de certa forma vai de encontro ao defendido pela cultura cigana. Os entrevistados consideram que hoje as uniões acontecem mais tarde, mas apesar de tudo ainda são precoces para a concepção social envolvente sobre os jovens e a idade adulta para constituição de família.

Nesta análise percebemos que os hábitos relativos ao casamento variam de região para região, de acordo com os grupos ciganos e também com o poder económico de cada um deles. Para os entrevistados da zona de Bragança, os hábitos de casamento e respectivos festejos distinguem-se de outros grupos residentes nos meios urbanos de Lisboa e Porto. Os entrevistados de Bragança referem que por ali o "casamento" é normal, tal como o dos não ciganos. Dizem não existirem combinações de casamentos e não há grandes festas, como aquelas que "se vêem na televisão". Aliás, alguns dizem mesmo desconhecer essas práticas (relativas aos rituais associados ao casamento segundo a "lei" cigana").

3.1 Os percursos de socialização

As condições de vida na infância de alguns dos entrevistados foram difíceis e marcadas pela pobreza. Alguns recordam ainda a vida em tendas ou barracas. Surgem referências a espaços físicos pequenos, pobres e degradados. Muitos falam da importância que teve a ajuda de vizinhos para apoio alimentar, quer em meio rural, quer em meio urbano, onde é referida uma solidariedade por parte de não ciganos e também de relações estabelecidas nos contextos sociais e espaciais em que viviam. Uma das entrevistadas recorda: *"Os senhores já nos conheciam, as senhoras davam-nos muitas coisas por vender o peixe todo, fruta. Chegámos a andar também lá a pedir. Nós fomos criados a vender e a pedir. De maneira que nunca nos faltava nada. Graças a Deus, não sabemos o que é fome, nem nada dessas coisas"* (Mulher, 45 anos, trabalha numa fábrica de pão).

No entanto, um dos entrevistados destaca-se por referir que eram uma "*família com alto estatuto*" (homem, 55 anos, consultor de uma empresa municipal), em que as suas relações sociais eram com as pessoas mais ilustres da cidade em que vivia. Outro entrevistado refere ainda as ligações dos seus antepassados com pessoas ilustres, mesmo com um rei. Estas

alusões remetem-nos para a existência de diferentes classes sociais ou grupos sociais de acordo com as próprias actividades desenvolvidas pelos próprios, sendo de destacar como bastante prestigiada há alguns anos atrás a profissão de criadores de gado, sobretudo de cavalos, a que algumas famílias ciganas se dedicavam.

A convivência social com não ciganos ultrapassa, por vezes, as relações de parentesco e de familiares. São referidos casos de apadrinhamento (em sentido literal e metafórico) e de pessoas de referência que possibilitaram o acesso a determinado tipo de bens, ou informações e que acompanharam os seus trajectos de vida, nomeadamente, a possibilidade de estudar. Os indivíduos não ciganos tendem a ser considerados pelos ciganos como mais bem preparados para aceder a informações para os orientar. Não é de estranhar, atendendo à situação que existia de analfabetismo quase generalizado entre os ciganos. Um "padrinho" podia ser determinante para conseguir prolongar os estudos, com apoio monetário ou de outra natureza. Um dos entrevistados refere que foi o facto de ter um padrinho não cigano que lhe permitiu ter estudado, vivendo a sua infância entre a casa dos padrinhos e o acampamento em que viviam os pais. Aliás, vários entrevistados referem precisamente a importância dessa convivência entre ciganos e não ciganos, padrinhos ou não, alguns foram vizinhos ou amigos de infância ou de adolescência que permitiram desenvolver sentimentos de duplas ou múltiplas pertenças, por um lado, o sentimento de continuarem ligados à cultura cigana, mas por outro lado, foi incentivado o gosto e o desejo de terem uma vida autónoma. Uma das entrevistadas refere: *"(…) eu com os ciganos não convivia muito, convivia enquanto era uma criança mais pequena em que era obrigada a acompanhar os meus pais, tinha de conviver, mas desde o momento em que eu já me achava dona de mim, eu pus de parte, sempre convivi mais com os aldeanos1, porque para mim há pessoas que não, não atingem, não tem mentalidade, parece que são retrógradas, parece que não evoluíram, parece que estão fixados e aquelas ideias é que permanecem, não é? E depois é assim, a sociedade leva a que se uma pessoa quer ter outro tipo de vida não se pode juntar, tem que tentar optar por outros caminhos, e de certa forma também eu critico muitas coisas que há em relação aos ciganos."* (Mulher, 25 anos, jardineira).

As preferências, em termos de amizade, parecem recair sobre amigos não ciganos. Por exemplo, um dos entrevistadas refere *"tenho melhores amigos não ciganos do que ciganos. Tenho muito mais amigos não ciganos"*. (Homem, 27 anos, guarda-nocturno). Outro entrevistado salienta a sua origem social *"E então como eu fui criado num ambiente da alta sociedade dentro do Alentejo, então todos os meus amigos estão todos formados, uns são médicos uns são engenheiros, outros são comandantes de embarcações, os meus amigos todos sempre me estimaram muito bem nem se lembravam que eu era cigano."* (Homem, 55 anos, consultor de uma empresa municipal).

Algumas circunstâncias, como o facto da perda de um dos progenitores, ou segundas uniões maritais dos pais, levaram a que alguns entrevistados fossem criados por outras pessoas, familiares ou não, por exemplo, um entrevistada refere *"Fiquei sem pai aos 3 anos. E já fui criada mais com os aldeanos. Por isso, eu não tenho aquela pronúncia, praticamente, porque até várias pessoas dizem que eu não sou cigana. Porque não tenho aquela pronúncia."*. E ainda *"Seria por eu já ser criada com os aldeanos e não pelos ciganos. Eu estudei e muitos ciganos não estudaram."* (Mulher, 43 anos, frequenta curso de formação profissional).

A convivência com indivíduos ciganos para além dos familiares aparece, de um modo geral, como algo esporádico, em que apenas dois entrevistados referem estabelecerem relações muito frequentes por estarem ligados a uma igreja cujo "culta" se direcciona para ciganos. Por vezes, até com os próprios familiares ciganos os contactos são raros. *"Às vezes lá me pedem as minhas outras irmãs, elas conviveram mais com eles, e eles perguntam: "e esta quem é?" Elas dizem: "é a minha irmã mais nova". "Não me digas". É. Eles tinham uma vaga ideia mas não sabiam muito bem quem eu era. Porque eu praticamente nunca saia da aldeia. E tenho assim poucas convivências assim com ciganos."* (Mulher, 43 anos, curso de formação profissional).

A possibilidade de conviver com indivíduos ciganos e não ciganos, familiares ou vizinhos, ou colegas de escola, amigos, proporcionados quer pela frequências escolar, quer pela residência em espaços partilhados ou pelos familiares não ciganos familiares ciganos e não ciganos, pelas uniões mistas dos próprios ou na família permitiram uma abertura das relações sociais. Os entrevistados, filhos de uniões mistas, em determinada altura da sua vida, normalmente na adolescência, parecem ter sentido necessidade de efectuar uma ruptura com o "universo cigano", em que se afastam e passam a ter uma rede de convivência social sobretudo não cigana, onde limitam os contactos com ciganos aos seus familiares mais próximos. Esta atitude pode ter que ver com o sentimento negativo generalizado sobre a etnia cigana e nesta fase desejarem um afastamento dessa imagem.

No que se refere à dimensão da família, constatámos que as famílias dos entrevistados são mais pequenas do que a dos seus progenitores. Enquanto que os pais tiveram entre 1 e 12 filhos, o máximo de filhos verificado nos entrevistados foi 5, o que nos permite afirmar estarmos perante uma tendência para a diminuição do número de filhos, o que vai de encontro ao que se passa na sociedade portuguesa em geral.

3.2 A importância da frequência escolar

A etnia cigana é normalmente caracterizada por um enorme analfabetismo (Magano, 1999; Casa-Nova, 2008). Comparando os entrevistados com a geração dos seus progenitores, verificamos que houve um aumento de escolaridade, embora ainda se situe a um nível inferior às médias nacionais, mesmo ao nível do ensino obrigatório. Entre os pais e mães

1 Designação usada para indicar os não ciganos na zona de Bragança.

dos progenitores, o máximo frequentado no caso dos pais foi até ao 4º ano, no caso das mães, algumas frequentaram até à 3º classe, ou não frequentaram mesmo. Curiosamente, neste aspecto a cultura cigana continua a ser muito forte, uma vez que as mulheres continuam a ser penalizadas e retiradas da escola, na idade da puberdade ou ainda antes, sendo ainda mais raros os casos do que entre os homens de mulheres que tenham prosseguido estudos. Esta situação foi referida muito claramente por uma entrevistada: *"Não, nunca fui à escola. Só os homens é que foram à escola. Os ciganos, ainda hoje…, ainda hoje há isso. Põem uma menina na escola, a menina tem uma cabeça espectacular, tiram-na à 4º classe! Tiram-na da escola! Os meninos já podem andar uns aninhos mas antigamente os meninos também não iam."* (Mulher, 45 anos, trabalha numa fábrica de pão). Outro entrevistado refere "Tenho uma irmã que se fez a 3ª classe foi muito. As minhas irmãs, se fizeram a 3ª classe, foi muito." (Homem, 28 anos, mediador sócio-cultural). No entanto, uma entrevistada conta que os seus irmãos prosseguiram estudos e que com ela não se passou assim: *"Não, não nunca, é assim, quando eu estava em casa dos meus pais, os meus irmãos, todos iam à escola, todos, tanto que eles têm o nono, o décimo, têm todos habilitações muito, muito grandes, só que como eu era a mais velha deles todos, eles eram seis, comigo sete, eu tinha que me levantar às sete da manhã, dar-lhe o pequeno almoço, vesti-los e levá-los à escola. Naquele tempo, o meu pai era feirante, vendia mantas, vendia mantas, roupas, e andava aqui a vender, cá e lá, e então eu tinha que ficar em casa. Era eu que ficava, às vezes, eles iam-se embora, semanas e semanas por lá e eu é que ficava a tomar conta deles, eu é que era a mãe deles."* (Mulher, 40 anos, empregada de mesa)

No que diz respeito aos filhos dos entrevistados, todos estão ou estiveram na escola, nas idades regulamentares e nos diversos graus de ensino.

3.3 As ocupações desenvolvidas

Um dos critérios para a selecção da amostra foi o exercício de uma actividade profissional diferente das consideradas tradicionais ciganas por, em termos sociológicos, o trabalho ou a actividade profissional desenvolvida continuar a ser o principal indicador de integração social (Schnapper, 2007). Como a nossa investigação consiste num estudo sobre a integração, este foi o critério considerado mais adequado, uma vez que esse exercício implica um contacto formal e regular com as regras do mundo do trabalho gerais para todos. Assim sendo, procurámos indivíduos de origem cigana cuja ocupação não fosse o associado à imagem tradicional cigana, sobretudo o ligado à venda ambulante.

Comparando as actividades exercidas pelos progenitores dos entrevistados constatámos que existe uma quase total ligação a actividades comerciais, sobretudo a de feirantes, vulgarmente designada por "andar na venda", mas também pela actividade relativa ao comércio de gado e de latoeiros, actividade desenvolvida de porta a porta e que se traduzia no arranjo de guarda-chuvas, panelas, etc. e que entretanto parece ter caído em desuso. Outras ocupações são apontadas, menos tradicionais ciganas, com dois casos de pais trabalhadores de obras de construção civil ou de estradas, e um operário fabril (um cigano e outro não cigano). No caso das mães, são quase sempre associadas à função de cuidar dos filhos e da casa e de acompanhar os pais nas suas actividades comerciais. Algumas desenvolveram actividades agrícolas e de criação de animais. São referidas duas mães que sempre trabalharam fora como empregadas de limpeza (uma cigana e outra não cigana).

Os entrevistados começaram a trabalhar muito cedo. Alguns dizem ter começado a trabalhar aos 16 anos e alguns até mais cedo, como pedintes ou a ajudar os pais na venda ambulante. A bibliografia sobre a etnia cigana salienta que nas famílias ciganas a socialização das crianças é feita de forma interligada com a actividade económica (Casa-Nova, 2008) sendo valorizada e estimulada a iniciação precoce no mundo do trabalho. Questionados sobre as razões que conduziram ao início do trabalho precoce, os entrevistados referem várias situações, mas sobressai a vontade de autonomização financeira mas também o sentimento de dever ajudar a família com dificuldades económicas (geralmente famílias marcadas pela pobreza). A independência económica dos entrevistados deu-lhes outro estatuto e serviu de trampolim para uma vida com mais liberdade em relação à família.

Os entrevistados ao longo da sua vida foram desenvolvendo várias ocupações profissionais. No caso das mulheres, as ocupações que desempenham actualmente são: mediadora sócio-cultural, empregada de mesa, empregada de limpeza, cozinheira, jardineira, curso de formação profissional, educadora de infância e trabalhadora de uma fábrica de pão. Os entrevistados homens exercem a sua ocupação profissional nas seguintes áreas: auxiliar de serviços gerais, empregado de balcão, dirigentes associativos, consultor, agente de força policial, professor, formador, empregado de bomba gasolina, guarda-nocturno, mediador e auditor.

Nos seus percursos profissionais foram muitos os momentos em que se sentiram discriminados no mundo do trabalho. Referem casos de sentimentos de discriminação na procura de trabalho, quando os potenciais empregadores se apercebem que se tratam de ciganos, apresentam recusas sistemáticas, sem motivos aparentes. Ficam indignados por acharem que cumprem todos os requisitos pretendidos. Outros apontam a discriminação quando colegas ou patrões descobrem a origem cigana, o que em alguns casos levou a perseguições e a despedimentos.

Por vezes, as oportunidades de trabalho surgem com o apoio de pessoas exteriores à família e ao grupo cigano. Alguns entrevistados reconhecem que se assim não fosse, não o teriam conseguido. Também o papel de alguns dos pais é realçado, com destaque para as mães, no que se refere às decisões importantes para o prolongamento dos estudos ou pela opção de uma ocupação diferente da tradicional cigana.

Comparando as duas gerações podemos concluir que houve uma mobilidade social ascendente, uma vez que os entrevistados têm mais escolaridade do que os seus pais e também o acesso a uma ocupação não cigana permitiu aceder a uma série de condições de vida a que os seus pais não tinham tido acesso. Tal como defende Grácio (1997), estes indivíduos

conseguiram escolher, apesar de o seu leque de opção ser bastante limitado, mas romperam com a tradição cigana, não aceitando submeter-se aos papéis sociais determinados, procuraram a sua realização pessoal, abrindo novas perspectivas de circulação dos indivíduos entre as posições sociais.

3.4 A vivência e identificação com a cultura cigana

Alguns entrevistados desenvolveram estratégias para ultrapassar a situação de pobreza em que viveram. Uns optaram por se afastarem da família cigana, talvez com a expectativa de que a situação só poderia ser ultrapassada procurando modelos de vida alternativos no exterior da família e da comunidade cigana. Outros parecem ter reinventado formas de andar entre uns e outros, entre ciganos e não ciganos, ou seja, mesmo tendo agarrado oportunidades "não ciganas" continuam a ter uma vivência muito próxima da cultura cigana. Mesmo para os que em determinada altura dizem ter-se afastado da sua família cigana, mais tarde sentiram necessidade de retornar às origens ciganas, de afirmar a identidade cultural cigana, por exemplo, envolvendo-se em movimentos associativos ou individuais de luta pela defesa dos direitos dos indivíduos de origem cigana, como o caso de um dos nossos entrevistados.

Procurou-se perceber a relação que os entrevistados estabelecem entre a cultura cigana e a cultura não cigana. Como fazem a ponte e a síntese? Antes de mais, devemos ter presente que a referência à cultura cigana implica uma diversidade de situações. Essa diversidade cultural cigana, com diferenciações nas práticas e nos hábitos de vida emergem nos discursos dos entrevistados. Desde logo, a perspectiva que os entrevistados têm sobre a essência do *"ser cigano"*. A justificação mais usual é a perspectiva biológica, da herança, da sina, da transmissão genética, a questão do sangue, do "nós já nascemos assim". Por exemplo, é referido que *"A única coisa que eu tenho diferente é o sangue, é o sangue de uma família de etnia cigana."* (Mulher, 23 anos, empregada de mesa). Quando se solicita a clarificação do que isso significa surge a referência à cor da pele, olhos e ao aspecto físico. As referências ao parecer ou não parecer cigano coloca a questão da construção de uma imagem social sobre o cigano, como *"nós já nascemos possuídos de algo de diferente"* (Mulher, 40 anos, empregada de mesa) que depois é cimentado pela educação familiar.

A imagem construída sobre o modo de vida cigano parece estruturar-se em torno da actividade da venda. Para uma entrevistada *"não fazer vida de cigano"* é não vender nas feiras e é não estar com pessoas ciganas. Outro entrevistado também defende que ser cigano "puro e duro" significa viver da venda. De um modo geral, apesar de referirem não fazer vida de cigano, uma vez que não se enquadram nas características apontadas como essenciais para o ser, identificam-se com o sentimento de ser cigano, havendo mesmo alguns que reconhecem ter muita coisa cigana, o que significa sobretudo o valor dado à família, a alegria das festas e a união entre as pessoas.

Nos entrevistados distingue-se um discurso construído sobre os diferentes grupos culturais ciganos. Não pretendemos aqui generalizar estas observações até porque elas são por vezes contraditórias. Importa é referir que persiste a ideia da diferenciação entre os vários grupos e que se traduzem em alguns aspectos culturais e práticas ligeiramente diferentes. Conforme dizem, se são mais ou menos evoluídos. Um entrevistado refere *"(...)se bem que em Portugal quer-me parecer que existem comunidades ciganas com valores completamente opostos, por exemplo, o cigano de Trás-os-Montes é completamente diferente do cigano do Porto, mesmo os próprios valores são também eles diferentes. Por exemplo, no caso da minha mãe, há uma maior permissividade no que toca, por exemplo, à intromissão de pessoas não ciganas na própria comunidade, portanto que todos aceitaram perfeitamente o meu pai que não era cigano se juntasse com a minha mãe, coisa que por aqui já não acontece tanto."* (Homem, 33 anos, agente policial). Outro entrevistado, sobre o mesmo assunto, acrescenta: *"É assim, os ciganos vêm todos da carroça só que é assim, há os que evoluíram, há outros que não evoluíram. Se não têm condições económicas também não podem evoluir."* (Homem, 28 anos, mediador sócio-cultural). Para este entrevistado *"A única diferença que há entre eu e eles é assim, eu estou mais integrado na sociedade do que eles. É só a única diferença que há nisto. É como o não cigano, também estão uns mais integrados do que outros."*

Pelos discursos emerge uma espécie de diferenciação entre os ciganos verdadeiros e os falsos, os puros e os impuros, os ciganos a valer e os falsos, o que nos remete para as distinções entre os vários grupos de ciganos existentes em Portugal, entre os "nós" e o "eles" ciganos. Para um dos entrevistados *"os ciganos como deve ser, entre aspas, que têm um padrão bom é aqueles que andam na venda, têm boas bancas, têm lojas, têm um bom estatuto social, está a entender?"* (Homem, 24 anos, mediador sócio-cultural).

Na cultura cigana a realização do "casamento cigano" assume um significado simbólico. Para além da união de um casal celebra-se a união de famílias e a preservação de valores que possam garantir a sua celebração. Entre os entrevistados quatro realizaram casamento cigano. Reconhecem que há uns anos atrás seria impensável o casamento com não ciganos, com o medo de que a comunidade se abrisse e que houvesse diluição. No entanto, hoje já se pensa que a *"comunidade não deixa de existir pelo facto de estarmos casados com os elementos não ciganos"* (homem, 51 anos, dirigente associativo).

Para o casamento a mulher assume um papel preponderante. O desejo de casar as filhas virgens para fazer o casamento cigano é ainda hoje uma tradição muito enraizada e continua a ser a razão para a retirada das meninas da escola e de não as deixarem contactar muito com pessoas exteriores à comunidade. Concentra-se na mulher, na sua conduta o suporte para a transmissão e perpetuação cultural que é o que permite estabelecer as ligações simbólicas entre as famílias.

No que se refere à opção por não cigano ou não cigana para a união conjugal, também aqui as perspectivas são dualizadas: há quem as defenda e quem não concorde com elas, mesmo que seja com um elemento de outro grupo cigano que

não o do próprio2. Uma das nossas entrevistadas relata a situação de um irmão que casou com uma "gitana" espanhola e que no início foi muito mal tratado pela família da mulher que lhe chamavam "caldeireiro"3.

Apesar de considerarem que actualmente as coisas mais flexíveis, por exemplo, no que se refere à escolha do noivo, o mesmo já não se passa com a virgindade feminina. Aliás, este é o aspecto pelo qual as meninas ciganas continuam a ser retiradas extremamente cedo da escola, para as preservar para o casamento. São relatados casos em que continua a ser realizada a "prova", ou o "tirar os lenços", cerimónia mais importante num casamento cigano. No fundo, a manutenção da virgindade e toda as relações sociais que se estabelecem à volta deste acontecimento acabam por seu um elemento estruturante para a continuação da cultura cigana. Para alguns entrevistados a mulher "transporta a honra da família", pelo que se preserva de forma tão cerrada a virgindade das raparigas que se reflecte em toda a sua vida futura. Mas tal como outros aspectos, também neste aspecto específico inventam-se formas, mais ou menos aceites socialmente para contornar as imposições culturais, entre elas, a mais importante, é a fuga. A fuga permite que os jovens fujam de compromissos para casamentos que não querem e optem pelo par que escolheram. Esta "fuga" por vezes é apenas simbólica, e pode não ser motivo para impedir o casamento segundo a "lei cigana" (obrigatoriamente com a prova da virgindade da noiva). Para alguns dos entrevistados, apesar de já existirem "casamentos" de ciganos com não ciganos, isso continua a ser visto como uma desonra para a família. Conforme nos refere um entrevistado "(…) *aceitam os maridos que não sejam ciganos ou as mulheres que não sejam ciganas, mas é uma tristeza grande para os pais e há uma perda de valores na questão da autoridade de afirmação. Quando o garoto ou a garota casam com uma pessoa que não é cigana…"* (Homem, 55 anos, consultor de uma empresa municipal). Este acontecimento é um desgosto para a família e conduzem à perda de estatuto social e da honra da família. Por exemplo, uma entrevistada refere que a sua mãe andou de luto quando ela foi viver com um não cigano. Com o tempo acaba-se por se fazer as pazes e, embora "não sendo a mesma coisa", acabam-se por aceitar e fazer algum convívio entre esses familiares, ainda que limitado e controlado.

A família continua a ser considerada o pilar central na educação para cultura cigana. O pai assume um papel central na educação, sendo o principal símbolo apesar do papel da mãe *"Como sabe, as comunidades ciganas são comunidades de origem patriarca, portanto a figura de proa está centrada no homem,* (…)" (Homem, 51 anos, dirigente associativo). No entanto, admite-se que o papel da mulher dentro da família é preponderante, essencialmente na educação dos filhos. Aliás, é um dos aspectos mais criticados por alguns dos entrevistados, a falta de liberdade da mulher e não lhe dar oportunidade de decidir o seu destino.

Outro elemento cultural muito forte é a língua cigana, o "latim" dos ciganos como alguns dizem. A propósito da língua cigana as opiniões dividem-se: alguns entrevistados sabem falar e ensinaram aos filhos. Outros não aprenderam e só conhecem de ouvir pais e avós falar. A língua é considerada como elemento da afirmação da identidade cigana, sendo apontada como um elemento que permite aos ciganos de todo o mundo comunicar entre si (Liégois, 1989). Alguns admitem timidamente que sabem falar "algumas palavras soltas", mas continua a ser ainda um tema envolto em secretismo ou do qual não se quer falar. Pela análise efectuada, parece que os nossos entrevistados sabem falar menos do que os seus pais e que sabem pouco para ensinar aos seus filhos, o que pode colocar o cenário de extinção da língua. No entanto, quando confrontados com a ideia de uma possível elaboração de um dicionário, colocam muitas reservas defendendo que se trata de algo que só interessa aos ciganos e como tal não deve ser escrita e não divulgada aos não ciganos.

A transmissão da cultura cigana aos seus filhos, embora com carácter facultativo, para alguns é vista como uma obrigação e respeito para com os antepassados que lutaram pelo povo cigano, daí que alguns reconheçam que o façam, sempre na base da liberdade de opção cultural. Como consequência, os entrevistados referem a duplicidade dos seus próprios filhos. Mesmo dizendo-se não ciganos, aprenderam a falar *romanó* e em certas situações assumem a pertença cultural cigana, e jogam conforme lhes interessa. Uma entrevistada, com um filho de 6 anos a quem diz não falar da cultura cigana, mas que se viu confrontada com as questões do filho: *"ele uma vez perguntou-me: o vovô é cigano? Eu disse: é, o vovô é cigano e ele perguntou: e a mamã? A mamã é mas…eu disse, ó filho a mamã é um bocadinho"*,(Mulher, 26 anos, mediadora sócio-cultural), o que leva a explicar e a não deixar cair esse lado cultural da sua vida.

4. A identidade cigana e as suas reconfigurações

Os indivíduos de origem cigana vivem em Portugal há mais de cinco séculos e são vítimas de uma visão estereotipada negativa (Costa, 1995; Costa, 1996; Coelho, 1996; Nunes, 1996; Antunes, 1997). Enquanto grupo social foram perseguidos e alvo de muitas barbaridades ao longo da história nacional e estrangeira. A pressão social desencadeada nomeadamente pela legislação proibitiva de itinerância ou por políticas sociais activas implicam a participação dos utentes no seu processo de "tratamento social". Se, por um lado, pode ser criticado quanto à sua aplicação, tem levado ao surgimento de novas oportunidades. São lançados para o "universo cigano" novos elementos a ter em conta na difusão de valores e estilos de vida mais gerais, que se interpenetram no mundo tradicional cigano, sofrendo mudanças ao nível dos seus valores e estilos de vida, aculturando-se e apropriando-se de algumas ofertas da sociedade em que estão inseridos.

---

2 Por exemplo, foram referidos como não desejados casamentos entre "chabotos" e "gitanos". Embora se tratem de dois grupos ciganos, referem que são muito diferentes.

3 A designação de caldeireiro ou de latoeiro tem conotação negativa quer para os "chabotos", quer para os "gitanos", por não serem considerados ciganos, embora o modo de vida fosse idêntico.

Fernandez (2004), analisando a realidade espanhola, defende que o fechamento dos ciganos foi muito prejudicial para o grupo por ter levado a que os ciganos não lutassem nem competissem com outros interesses para obterem ganhos em termos de participação social. Viveram a reboque do progresso social e económico e fora das coordenadas de industrialização e de competitividade que caracterizam o mundo moderno, pagando hoje o preço desse afastamento da sociedade envolvente. Talvez por isso, a preservação de traços culturais específicos perdurem até hoje, sobretudo o sentimento de pertença a um grupo cultural distinto. Na perspectiva de alguns autores os ciganos continuam a preservar alguns traços básicos da personalidade cigana (Román, 1994; Garrido, 1999). A ideia de uma origem comum, a tradição, a língua, a valorização da idade e da experiência como princípios estruturantes do *status*, o respeito e o culto que consagram aos seus mortos, assim como a coesão e a diferenciação assumida face aos não ciganos, o valor da palavra dada, a ideia do presente, a protecção das crianças e a solidariedade são alguns dos traços distintivos nos colectivos que se auto-classificam como ciganos. Este conjunto de valores contribui para a manutenção da hierarquia no seio da família e para a preservação da autoridade no grupo, o que favorece o reforço da identidade dos ciganos enquanto grupo. No caso português, a situação é idêntica, o que muito tem contribuído para que, apesar de estarem presentes há muito na sociedade portuguesa continuem a ser apontados como uma das minorias mais distinta da cultura dominante.

Na nossa perspectiva, pela investigação levada a cabo, consideramos a cultura cigana dinâmica, o que indica claramente uma multiplicidade de situações, em que coexistem reconfigurações culturais e identitárias, traduzindo a heterogeneidade dos grupos ciganos, relacionados com o tempo de sedentarização, a pressão de políticas sociais activas, a frequência escolar ou estratégias de casamento e os processos de individualização de cada um.

4.1 Identificação e sentimento de pertença à cultura cigana

Apesar de os nossos entrevistados terem percursos distintos dos tradicionais ciganos manifestam uma forte identificação com a cultura cigana, não querendo isso significar que não se sintam identificados com a sociedade portuguesa. Falam de um "orgulho em ser cigano", que se traduz em aceitar as suas origens ciganas.

Os diferentes grupos ciganos a que pertencem os ciganos entrevistados têm maneiras diferentes de viver os principais valores, tais como o casamento, o luto, etc. Aparecem referências a distinções a grupos ciganos mais permissivos, como por exemplo os transmontanos, que permitem casamentos com não ciganos e outros mais tradicionais como alguns residentes nas principais cidades portugueses. Estas questões parecem ter que ver com a questão da pureza, havendo grupos ciganos mais "puros" do que outros e também tem que ver com o tempo de convivência ou de sedentarização em meios urbanos ou com não ciganos. Como refere um entrevistado, os *gitanos* estão mais sedentarizados e já são capazes de viver num apartamento e têm mais experiência urbana, como diz um entrevistado *"já vão a uma discoteca, já vão a um cinema, a um restaurante. Já são capazes de estar numa habitação sem causar qualquer problema"*. (Homem, 51 anos, dirigente associativo). Outro aspecto de diferenciação prende-se com o poder económico. Nesta perspectiva, um dos entrevistados aponta que "*o cigano transmontano é um cigano pobre. Não se dedica assim a grandes negócios*. (…)". (Homem, 33 anos, agente policial). As diferenças expressam-se nos modos de falar, nas expressões, etc. Por exemplo, *"Tomam os ciganos todos como: "eles vão à feira"... (...) Os que vivem em barracas e os que são muito pobrezinhos.* Muitos dos que vão às feiras nem sequer vivem em barracas nem sequer são muito pobrezinhos.". (Homem, 33 anos, agente policial). A pureza cigana individual é determinada pela origem dos pais. Os descendentes de pai cigano e mãe não cigana são "ciganos puros" e os descendentes de mãe cigana e pai não cigano não o são.

O orgulho cigano reflecte-se nas expressões *"Eu sou cigano e direi que sou cigano até morrer."* (Homem, 27 anos, guarda-nocturno). Outro aspecto referido *"A maior parte era não ciganos porque estava na escola e na escola era o único cigano, era o especial."* (Homem, 24 anos, mediador sócio-cultural). Este orgulho é também expresso pelo percurso que se foi capaz de fazer: *"Sim, estou satisfeita. Estou satisfeita e mais uma vez lhe digo, estou orgulhosa, porque uma pessoa depois vai andando e vai vendo tanta miséria, uma pessoa vai trabalhar, no trabalho convive com várias pessoas, com várias caras mas sabem sempre que se uma pessoa é descendente de cigana já é cigana, e depois há sempre aquela coisa "ah é cigana", há sempre aquela coisa. Mas eu de certa forma sinto-me orgulhosa, houve uma vez uma rapariga que eu trabalhava com ela nas limpezas ela "ai vieram-me a dizer que tu eras cigana" eu disse-lhe à rapariga, "por acaso não sou bem cigana, sou metade"."* (Mulher, 25 anos, jardineira).

O sentimento cigano assume várias dimensões. Para alguns consiste no facto de terem nascido numa família cigana, que levou a que fosse criado dentro de determinadas regras: *"Não creio que exista uma vida de cigano. A vida que o cigano faz é a vida que muita gente faz. Por exemplo, o cigano em si mesmo, em si mesmo, o cigano tem uma vida normal logo que o deixem ter uma vida normal(...).* (homem, 55 anos, consultor de uma empresa municipal).

São apontados aspectos negativos à cultura cigana e às famílias ciganas, considerando alguns entrevistados que não se identificam nada com isso, tendo sido o motivo pelo qual se esforçaram para ter outro tipo de vida. Uma entrevistada, apesar de "cigana de pai e de mãe" condena a violência existente nas famílias ciganas e os maus-tratos dados às mulheres, razão pela qual quis "sair" dos ciganos (Mulher, 45 anos, trabalha numa fábrica de pão).

Relativamente aos filhos dos entrevistados, apesar de alguns deles já terem crescido mais afastados da cultura cigana, os entrevistados referem notar neles aspectos de identificação com a cultura cigana, por exemplo, o gosto pela música e pela dança e como diz uma entrevistada sobre as filhas *"Elas têm lá uma tripa de cigana. O meu filho também. Eu vejo, eu olho para o meu filho e digo, é assim, ele não é muito parecido ao pai de cara, não senhora. É um bocadinho também do pai,*

apronta muito, assim o ser nervoso do lado dele mas do resto é um bocadinho de cigano. Eu vejo, eu vejo quando ele está com ciganos." (Mulher, 45 anos, trabalha numa fábrica de pão).

4.2 O desenvolvimento de identidades híbridas ou mestiças

A questão da mestiçagem ou da mistura produzida pelas uniões entre ciganos e não ciganos é colocada pelos entrevistados que vivem essa situação: *"Pois, mas costuma-se dizer, quando se vê um puro, diz-se assim: "É mesmo de raça pura". Mas eu acho que quando um é cigano e outro não é, depende da maneira como vivem, como estão"* (Mulher, 29 anos, educadora de infância). As maneiras de estar e de falar também se podem ajustar conforme as circunstâncias *"Sim, por exemplo quando eu estou assim entre meio de aldeanos, entre meio de aldeanos eu procuro não, não, como dizia a garotada, não dar ao monte, não dar muito ao cigano. Intento falar, intento falar, falar como eles, intentar entender as coisas deles, e estar com eles e conviver com eles. Quando estou com os meus, já sou de outra maneira. Já falo mesmo à cigano (...)"* (Mulher, 40 anos, empregada de mesa).

Os entrevistados, filhos de uniões mistas, assumem uma situação de "meios ciganos", havendo os que referem *"Eu vivi sempre com um pé numa cultura e o pé noutro"*. (homem, 52 anos, professor). Estes entrevistados fizeram ajustamentos identitários que não se incluem num tipo ideal construído socialmente do que é "ser cigano". Por exemplo, defendem que os que têm mais poder económico, não deixam de ser ciganos, mas não são iguais aos ciganos que vivem nas barracas. Curiosa é também a perspectiva apresentada de um não cigano poder tornar-se um cigano "puro e duro", com a realização de casamento cigano e adopção do modo de vida cigano (venda). Outros, apesar de filhos de pai e mãe ciganos, portanto "ciganos puros" consideram que quase já nada têm de ciganos. Não fazem vida de ciganos e quase não participam em nada da cultura cigana.

4.3 Os desejos de mudança cultural

A análise dos discursos dos entrevistados aponta para alguns aspectos que defendem que estão a mudar e para outros que devem alterar-se. A mulher continua a ter um papel central na transmissão da cultura cigana. No entanto, ela continua a ter um papel subalterno, criticado por alguns entrevistados. Apontam o ritual da prova da virgindade como uma violência para a mulher e que ela de algum modo ainda não conseguiu sair da escravatura dos pais, do seu homem e dos seus filhos. Não tem vida própria. A mulher continua a ser proibida pelos homens de fazer muitas coisas, tendo pouca liberdade e autonomia. O impedimento de estudar, o casamento na puberdade, a prova da virgindade, a exigência de ter filhos, a proibição de se relacionar com não ciganos, etc, deixa-lhe pouco espaço para alguma liberdade e autonomia, agravada pelo facto de serem ainda pouco alfabetizadas. São também referidos casos de violência e de maus-tratos. Com a actual obrigatoriedade de frequência escolar mais ou menos imposta pode ser que a médio prazo esta situação se altere m pouco.

Outro aspecto criticado é a questão das vinganças e dos conflitos entre ciganos, pensando que há pouca aceitação de opiniões diferentes, marcados pela emotividade. Alguns entrevistados referem não gostar de ir a festas por não se quererem misturar com outros ciganos. Admite-se que há um conjunto de leis específicas ciganas que continuam a ser aplicadas pelos indivíduos ciganos mais velhos que não julga apenas o crime mas também o reflexo que esse acto teve.

Apesar de se manifestarem contra os casamentos combinados e precoces e considerarem que já se verificam menos, os entrevistados parecem manifestar o desejo de preservar a tradição cigana, concretamente no que refere à opção preferencial pelas uniões de facto e pelas uniões conjugais precoces, tendo havido apenas uma ligeira alteração neste aspecto em relação à união dos seus progenitores. Interessante constatar que esta tendência é extensível também às uniões com não ciganos.

Tentando perceber o que consideram importante manter ou não na cultura cigana, pensam que se deve manter a alegria e o valor da família, o respeito e o cuidado das crianças e dos velhos. O que deve mudar é o papel da mulher e que se deve evitar o fechamento dos ciganos nos espaços urbanos. Por outro lado, devem ser criadas condições para a alfabetização e formação profissional para poderem optar por novas ocupações e serem representados politicamente (há quem defenda o estabelecimento de cotas para a representação política).

5. Trajectos de mobilidade social

Os indivíduos ciganos, enquanto grupo social, têm estado quase sempre associados a situações precárias de existência: a nível das questões sanitárias, de salubridade, de habitação, das ocupações económicas, da participação cívica, etc. em que os indivíduos ciganos em Portugal continuam a ser alvo de discriminações sobretudo no que refere ao acesso à habitação, nas relações sociais de vizinhança, na instituição escolar, no acesso ao mercado de trabalho, os estereótipos de que são todos iguais, etc. (Liégeois, 1989; Costa e Pimenta, 1991; Castro, 1995; ONPC, 1995).

No entanto, apesar dos condicionalismos sociais a que estão sujeitos, os indivíduos podem realizar um projecto de vida individual (Velho, 1999). No caso dos indivíduos ciganos, a aculturação influencia a identidade social cigana, com a integração de valores e atitudes proporcionando novos tipos sociais que se afastam do tradicional, mas também não são completamente identificados com o modelo dominante.

Para alguns indivíduos ciganos é possível integrar na cultura cigana novos desafios e novas oportunidades. Uma das principais formas de o conseguir, defendida por indivíduos ciganos que fizeram ou estão a fazer percursos de vida diferentes dos tradicionais ciganos, é sobretudo a realização de escolarização. De facto, a escolaridade é considerada como um dos

principais factores que aumenta a probabilidade de aculturação e de integração uma vez que esse processo interfere profundamente na mentalidade e nos modos de vida (Vala, 2003, Reis, 2001).

As sociedades actuais permitem uma maior circularidade de experiências, de referências identitárias e de heterogeneidade dos espaços em que se produz e se troca informações, saberes e competências (Dubet, 1996), sendo que as condutas sociais traduzem os códigos interiorizados. Nos indivíduos ciganos podemos verificar várias referências culturais, diferentes percursos, diferentes relações com a sociedade, sendo que existem uns ciganos mais integrados do que outros. Desde logo, podemos encontrar exemplos de integração social por via do realojamento ou de outro tipo habitacional, pela escolarização, pelo emprego ou pela frequência de formação profissional, por casamentos com não ciganos e por relações próximas estabelecidas indivíduos não ciganos. Esta vivência permitiu abrirem-se perspectivas para traçar projectos de vida que se descolam da imagem estereotipada associada à exclusão (Fonseca, 1996; Fraser, 1997; Garrido, 1998, Magano, 1999). Hoje começa a defender-se a compatibilidade entre o ser integrado e ser cigano, com indivíduos ciganos a assumirem a sua origem e a participarem na construção de projectos e de reivindicações para a etnia cigana (Reis, 2001).

5.1 Trajectos individuais: a procura de novas oportunidades de vida

As transformações sociais e culturais verificadas na sociedade portuguesa nas décadas mais recentes repercutiram-se também sobre a cultura cigana. A possibilidade de as famílias ciganas se fixarem numa habitação permitiu estabelecer uma implantação urbana e desenvolver redes sociais com indivíduos não ciganos, quer pelas relações económicas, quer pelas relações de vizinhança. Analisando o fenómeno ao nível dos grupos ciganos, esse factor parece ter sido estruturante para o desencadear de outras situações, mas infelizmente a um ritmo muito lento. Os casos analisados aqui apresentados são poucos e quase residuais, quando comparados com o grupo social cigano no seu todo.

A rede de convivência social mais alargada, quer seja com familiares não ciganos, quer com vizinhos permitiu iniciar um processo de conhecimentos mútuos que ajudaram a estabelecer algumas pontes de comunicação de proximidade, ou seja, é possível ir mais além do que as relações momentâneas estabelecidas nos contactos meramente comerciais. A sedentarização tornou mais acessível a possibilidade de ir à escola. Esse aspecto reflecte-se no discurso dos entrevistados. Alguns, apesar de não terem prolongado estudos, frequentaram a escola (mais os homens e neste aspecto ainda se observa muito a marca da cultura cigana). Como refere Vala (2003), a frequência escolar marca decisivamente a vida dos seres humanos, mesmo que não consigam obter um diploma oficial, normalmente, marca a postura dos indivíduos. Tentando perceber como os entrevistados viveram a sua experiência escolar, constatámos que alguns defendem que a escolarização não implica uma renegação da cultura de origem, nem da sua identidade, defendendo-se que os usos, valores e costumes não são adulteráveis pela escolarização. Para isso, alguns defendem que se deve falar com limites sobre a cultura cigana e que ela deve ser um assunto tratado pela escola. A ida à escola começa a ser incentivada, nomeadamente, a frequência do ensino pré-escolar, para que o choque da entrada na escola seja suavizado. Mas esta relação deve ser biunívoca, e a escola também deve fazer um esforço para se ajustar à cultura cigana. Um dos aspectos que é referido é que os professores se devem preparar para as diversidades culturais.

Sobre a relação estabelecida com a instituição escolar, parece ter sido uma experiência positiva para os entrevistados, tendo sido incentivados familiares ou por indivíduos exteriores à família para prolongar os seus estudos. O serem escolarizados parece não afectar a identidade cigana, na medida em que parece ser possível ser cigano e não fazer "vida de cigano", havendo alguns entrevistados para quem a escolarização não significou afastamento da cultura cigana. Dois deles até se servem dessa condição para lutar pelos direitos dos ciganos. Comparando a situação actual dos entrevistados com a geração dos seus pais, defendem que hoje os ciganos vão mais à escola, mesmo as meninas, por obrigação ou não.

Os receios dos mais velhos, quanto à perda da cultura cigana, surge como um importante entrave para uma evolução mais rápida. Esses medos são comuns quer se trate da frequência escolar, quer se trate de casamentos com não ciganos, que para eles é visto como uma perda de estatuto perante os outros ciganos. A reprodução da vida em torno da venda ambulante acaba por ser uma actividade que envolve toda as várias gerações da família e que deixa pouca margem para a abertura a novas oportunidades e a novas ocupações profissionais, embora seja reconhecido que a actividade de feirante entrou em decadência há alguns anos e que é cada mais difícil sobreviver com o dinheiro da venda, mas de um modo geral continua o fechamento a ocupações profissionais afastadas da vida da família cigana.

A pertença a famílias mistas ou a convivência na infância com não ciganos é um factor importante para a socialização e o desenvolvimento de gostos por outras oportunidades mais abertas, mais afastadas da cultura cigana. O alargamento dos quadros de experiência (Goffman, 1991[1974]) leva a que o indivíduo conviva com mais opções de oportunidades, o que lhe permite alargar o campo de valores e modos de estar diferentes.

Conclusão

A análise dos resultados permite-nos concluir que existem percursos diferenciados de integração que se afastam da imagem estereotipada sobre os ciganos em Portugal. O processo de socialização mais aberto à sociedade envolvente, revela-se um elemento importante para a adaptação e aquisição de competências sociais nos indivíduos estudados. O processo de socialização em contexto de convivência precoce com indivíduos não ciganos, realizado de forma constante, a escolarização e os casamentos com não ciganos parecem ser os principais factores potenciadores de integração social nomeadamente a procura de actividades profissionais distintas das tradicionais ciganas. Tratam-se de indivíduos com duplas referências sociais

e culturais que se reflectem em novas formas de estar na vida e na sociedade, o que pode traduzir reconfigurações identitárias.

Os indivíduos ciganos entrevistados realizaram um percurso de trajectória social ascendente tendo por base diferentes oportunidades que lhes surgiram ou que já vinham dos seus antepassados. Em relação à geração dos seus pais, verificámos um aumento significativo de escolaridade, embora ainda menor e, por vezes, inferior aos mínimos exigidos. Essa característica reflecte-se nas ocupações profissionais que desempenham, sendo distintas das tradicionais ciganas e implica um contacto diário com não ciganos no mundo do trabalho. O exercício de um trabalho "não cigano" implica seguir regras gerais de trabalho, lado a lado com não ciganos. Os entrevistados que viveram este percurso sentem orgulho. Apesar da sua origem cigana, marcados socialmente pelo estigma negativo, o facto de terem conseguido singrar por si mesmos é motivo de muito orgulho, mas também pesa sobre eles o sentimento de discriminação quando sentem que, por serem ciganos, têm de provar que são duas ou três vezes melhores do que os outros.

A mobilidade social vivida reflecte-se nas adaptações de valores e ajustamentos nos sentimentos de pertença identitária. Apesar de se continuarem a sentir ciganos, quer seja por terem nascido numa família cigana, quer seja por se reverem na maior parte dos valores culturais ciganos, o que verificámos é que apontam a necessidade de efectuar adaptações a novas situações, entre elas a maior abertura da cultura cigana, com o aumento da frequência escolar e aumentar a formação profissional para procurarem actividades alternativas, atendendo a que o modo tradicional ligado "à venda" está há muito condenado ao desaparecimento. A defesa de adaptações a novas realidades sociais não coloca em perigo o sentimento de pertença e de identidade cigana, mas não se coíbem de firmar que é preciso abrir a mentalidade cigana e evoluir para novas oportunidades de vida.

Bibliografia

Antunes, A. (1997). *Os princípes do nada - Contributo para o estudo de um trabalho social de reinserção* de população cigana. Coimbra: Associação Integrar, ed.

Bastide, R. (1989). *As Religiões Africanas no Brasil*. S. Paulo: Enio Matheus Guazzelli e C.ª Lda.

Becker, H. S. (1985). *Outsiders: ètudes de Sociologie de la déviance*. Paris: Éditions A.-M. Métailié.

Berger, P.; Luckmann T. (1999). *A construção social da realidade - Um livro sobre a Sociologia do conhecimento*. Lisboa: Dinalivro.

Bourdieu, P. (1979). *La Distinction: Critique Sociale du Jugement*. Paris : Les Éditions de Minuit. Le Sens Commum

Bourdieu, P. (1989 [1977]). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.

Cabral, J.P. (2003). Identidades inseridas: algumas divagações sobre identidade, emoção e ética. *www.ics.ul.pt* (Working papers, ICS, Univ. Lisboa).

Coelho, A. (1996) *Os Ciganos de Portugal: Com um estudo do calão*, Lisboa: Publicações D. Quixote

Casa-Nova, M. J. (2008). *Família, etnicidad, trabajo y educación. Estudio etnográfico sobre los modos de vida de una comunidad gitana del norte de Portugal*. Granada: Universidad de Granada. Departamento de Antropologia social. Tese doctoral por compendio. Dir. Sílvia Carrasco Pons y F. Javier Garcia Castaño.

Cossée, C. (2004). Tsiganes, «gens du voyage» et construction d'une parole publique. In C. Cossée, E. Lada, & I. Rigoni (Eds.), *Faire figure d'étranger. Regards croisés sur la production de l'altérité* (pp. 239-259). Paris: Armand Colin.

Costa, E.M. (1995). Os ciganos em Portugal: breve história de uma exclusão. In L. Cortesão, Pinto, F. (org.) (Ed.), *O povo cigano: cidadãos na sombra - Processos explícitos e ocultos de exclusão* Porto: Ed. Afrontamento. (pp. 21-26).

Costa, E.M.L. (1996). O Povo Cigano em Portugal: Da História à Escola - Um Caleidoscópio de *Informações*. Setúbal: Instituto Politécnico de Setúbal - Escola Superior de Educação

Costa, A. & Pimenta, M. (Coord.) (1991). Minorias Étnicas Pobres em Lisboa. Lisboa: Centro de Reflexão Cristã - Departamento de Pesquisa Social.

Dubet, F. (1996). *A sociologia da experiência*. Lisboa. Instituto Piaget

Durkheim, É. (1984 [1893]). *A Divisão do Trabalho Social* Lisboa: Editorial Presença

Elias, N. (1989 [1939]). *O Processo Civilizacional* Lisboa: Publicações D. Quixote

Elias, N. (2000 [1965]). *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das Relações de poder a partir de uma pequena comunidade* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Elias, N. (2004 [1989]). *A Sociedade dos Indivíduos* Lisboa: Dom Quixote

Fernandez, A.C. (2001). "Sobre la identidad gitana". *Gitanos, Pensamiento y Cultura* (11), 39-46

Fonseca, I. (1996). *Enterrem-me em pé: a longa viagem dos Ciganos* São Paulo: Companhia das Letras

Fraser, A. (1997). *História do Povo Cigano* Lisboa: Editorial Teorema

Friedman, S.S. (2001). O "falar da fronteira", o hibridismo e a performatividade: teoria da cultura e identidade nos espaços intersticiais da diferença. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (61), 5-28.

Garrido, A. (1999). *Entre Gitanos e Payos: Relación de Prejuícios y Desacuerdos*. Barcelona: Flor Del Viento

Gaulejac, V. ; Léonetti, I. (1994). *La Lutte des Places: Insertion et Désinsertion*, Paris : Éd.Desclée de Brouwer

Ghiglione, R., & Benjamin, M. (1992). *O inquérito: teoria e prática* Oeiras: Celta Editora

Goffaman, E. (1988 [1963]). *Estigma - Notas sobre a Manipulação Deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara
Goffman, E. (1991 [1974]). *Les cadres de l'experience* Paris: Les Éditions de Minuit
Grácio, S. (1997). A mobilidade social revisitada. *Sociologia, Problemas e Práticas* (24), 45-69
Gruzinski, S. (2001). Mestiçagens, mundialização e história: algumas pistas de reflexão e pesquisa. *Cadernos do Noroeste* (15 (1-2), 305-322.
Júnior, B.A. (2002). *Fronteiras múltiplas, identidades plurais - um ensaio sobre a mestiçagem e o hibridismo cultural* S. Paulo: Editora Senac
Lahire, B. (2005). Patrimónios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 11-42.
Liégeois, J.P. (1989). *Ciganos e Itinerantes* Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Kaufmann, J.-C. (2005). *A Invenção* de si. Lisboa: Instituto Piaget
Magano, O. (1999). *Entre Ciganos «Portugueses»: Estudo sobre a integração social de uma comunidade Cigana residente na cidade do Porto.* Porto: Universidade Aberta. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais
Marques, J.F. (2001). Racismo, etnicidade e nacionalismo: que articulação?. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (61), 103-133.
Merton, R.K. (1970 [1949]). Sociologia, Teoria e estrutura S. Paulo: Editora Mestre Jou
Moller, I.; Hespanha , P. (2002). Padrões de exclusão e estratégias pessoais, Revista Crítica de Ciências Sociais, (64). 55-79
Nunes, O. (1996). *O Povo Cigano*. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa
ONPC - Obra Nacional para a Pastoral dos Ciganos (1995). *A Comunidade Cigana na Área da Diocese de Lisboa*. Lisboa. Secretariado Diocesano de Lisboa
Paugam, S. (2003). *A desqualificação social - Ensaios sobre a pobreza* S. Paulo: Cortez Editora
Plummer, K. (2002 [1996]). O interaccionismo simbólico do século XX: a emergência da *teoria social* empírica. In B.S. Turner (Ed.), Teoria social (225-254). Lisboa. Difel.
Reis, F., (coord.) (2001). *Quadros da vida cigana: entrevistas com...* Lisboa: Secretariado Diocesano de Lisboa da Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos e Ministério do Trabalho e Solidariedade
Róman, T.S. (1994). *La diferència inquietant: velles i noves estratégies cultrurels dels gitanos*. Barcelona: Editoral Alta Fulla - Fundació Serveis de Cultura Popular.
Santos, B.S. (1993). Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (38), 11-39.
Schnapper, D. (2007). *Qu'est-ce que l'intégration?* Paris: Éditions Gallimard: Folio Actuel Inédit
Silva, G.F. (2004). Sociedade multicultural: educação, identidade(s) e cultura(s). *Educação* (r.s. ano XX VII, N. 2(53)), 283-302.
Soulet, M.-H. (2000). Pensar a Exclusão nos dias de hoje: não integração ou desintegração?. In M.-H. (org.) Soulet (Ed.), *Da não-integração.* Coimbra: Quarteto.
Vala, J. (2003). Simetrias e identidades - perspectivas teóricas sobre a descrição de um grupo minoritário. Em J. Vala (Ed.), *Simetrias e Identidades: Jovens Negros de Portugal* (5-19). Oeiras: Celta /Instituto Português da Juventude
Velho, G. (1999 [1987]). Projecto, emoção e orientação em sociedades complexas. In G. Velho (Ed.), *Individualismo e cultura - notas para uma antropologia da sociedade contemporânea* Rio de Janeiro: Zahar Editor. (15-37).
WALGRAVE, L. (2000). Vulnerabilidade Societal e Acção Societal. In M.-H. Soulet (Ed.), *Da não-integração* . Coimbra: Quarteto. (73-106)
Wiewiorka, M. (2002), *A diferença*. Lisboa: Fenda.

Reconfigurações identitárias de Imigrantes em Portugal

Ricardo Vieira
CIID - Centro de Investigação Identidade(s) e Diversidade(s), do IPL - Instituto Politécnico de Leiria
rvieira@esel.ipleiria.pt
Maura Mendes
CIID - Centro de Investigação Identidade(s) e Diversidade(s), do IPL - Instituto Politécnico de Leiria
maura@aidc.pt

Resumo: Parte-se do princípio de que não há uma cultura dos imigrantes mas, antes, modos diferenciados de viver, conviver e se identificar com os mundos culturais que cada sujeito atravessa na sua trajectória social. Ao nível do estudo de imigrantes brasileiros em Portugal, trabalhando com a primeira vaga (com início no final dos anos 80) e a segunda vaga (na transição do século XX para o XXI) pretendemos, numa primeira parte, mostrar como se reconstrói a identidade entre duas margens: a cultura de partida e a cultura de chegada.
Numa segunda parte, pretendemos dar voz aos mais silenciados na compreensão dos imigrados: apresentar-se-á o processo de reconstrução da identidade de imigrantes brasileiros, resultado de entrevistas etnobiográficas. É usada a teoria da transfusão cultural (Vieira, 1999a e 2006) e observada a heterogeneidade de modos de viver entre culturas, seja rejeitando a de origem (o oblato), seja rejeitando a de chegada num dado momento (o monocultural, de acordo com a cultura de partida), seja vivendo de forma ambivalente entre as duas (o eu

multicultural), seja inventando a terceira margem, como dizem os poetas, que corresponde a uma atitude de incluir as diferenças culturais por que se passou ao longo da história de vida, num *self* intercultural (o trânsfuga intercultural).

Palavras-chave: Identidades pessoais; primeira margem; segunda margem; metamorfoses da identidade; entrevista etnobiográfica; multiculturas; eu intercultural; eu bicultural

1. Cultura dos imigrados e cultura(s) dos imigrantes

Portugal foi considerado durante séculos como país de emigração, que se habituou a ver partir o seu povo para as mais diversas paragens do mundo. Contudo, nas últimas décadas tem vindo a transformar-se num país de imigração, fenómeno associado à descolonização e à entrada na União Europeia. Portugal ocupa um lugar próprio dentro do quadro evolução recente das sociedades europeias. *«De país emigrante, que via embarcar para as Américas muitos dos seus filhos, ou, na década de 60, transpor 'a salto' a fronteira rumo à Europa, nos últimos 15 anos, sobretudo, passou a ser país de muitas imigrações»* (Lages et al, 2006: 33).

Em menos de meio século, *«de fenómeno episódico, quase imperceptível, a imigração passou a fluxo notório e marcante da nossa vivência colectiva, dotando a sociedade portuguesa de uma multiculturalidade que não conhecíamos no passado»* (Cruz, 2004: 12). Portugal tem hoje cerca de meio milhão de imigrantes legais, que representam cerca de cinco por cento da população total, fora o número de ilegais que ultrapassa já as cento e cinquenta mil pessoas (SEF, 2006).

Com a entrada de milhares de estrangeiros em Portugal, uma imigração económica acentuada com a entrada de populações da Europa de Leste*, «reforça-se a matriz multicultural marcada desde há séculos por minorias tradicionais como a comunidade cigana, a judaica e a própria comunidade de surdos (que se exprime numa língua própria, a língua gestual portuguesa)»* (Souta, 1997: 36).

A estrutura ocupacional da população imigrante em Portugal pode dividir-se em três grandes categorias: profissionais altamente qualificados, onde se destaca a presença de um número significativo de profissionais brasileiros, de que aqui apresentaremos algumas vozes; trabalhadores especializados, pequenos empresários, exemplo de outras vozes que abordaremos também, e trabalhadores não qualificados, onde dominam os refugiados e imigrantes ilegais.

De facto, a interacção social deu origem a uma renovação das atitudes e das formas de expressão cultural em Portugal. Este carácter multicultural da sociedade portuguesa é uma realidade seguramente irreversível, particular nos meios urbanos mais industrializados onde há mais oportunidades de trabalho. E, como em toda a interacção social, também os imigrantes brasileiros se transformaram, se metamorfosearam identitariamente (Vieira e Trindade, 2008; Mendes, 2008). E é do que aconteceu com alguns brasileiros, dois homens e duas mulheres oriundos do que designamos por primeira vaga, que se iniciou nos finais dos anos 80 e que era constituída, grosso modo, por mão-de-obra qualificada, que queremos aqui apresentar: o Márcio, professor universitário, o Rowney, médico dentista, a Antónia, esteticista por conta própria e a Nívea, licenciada em Letras e jornalista de rádio.

Reflectiremos sobre a transformação e as metamorfoses identitárias que ocorrem com estes imigrantes provenientes do Brasil, a partir das suas trajectórias sociais e experiências de vida, que os tornam num "outro" bem diferente dos seus semelhantes que ficaram no país de origem, *«o que constitui um dos problemas maiores do regresso dos imigrados aos seus países: já não os reconhecem, de tão mudados que os encontram, e muitas vezes mais cultural que materialmente»* (Cuche, 1999: 165).

Convém registar, rompendo com algum senso comum, que o imigrado não é representante da cultura do seu país nem da sua comunidade original.

> «A chamada "cultura dos imigrados" é, portanto, na realidade, uma cultura definida pelos outros, em função dos interesses dos outros, a partir de critérios etnocentristas. A "cultura dos imigrados" é tudo aquilo que os faz parecer diferentes, e isso apenas. […] Quanto mais é percebido como diferente, mais um indivíduo é considerado como "imigrado". Dos sistemas culturais próprios dos imigrados, reter-se-á apenas o que conforta a representação dominante dessas culturas, a saber, os aspectos mais visíveis e mais surpreendentes. Adiantar-se-ão as "tradições", os "costumes", os "traços culturais" mais "exóticos" […] que permitem definir o imigrado enquanto imigrado, recordar-lhes as suas origens e, segundo as expressão de Sayad, "chamá-lo às suas origens", o que é uma maneira de o "pôr no seu lugar".» (Cuche, 1999: 156-157).

Por isso nos referimos aos imigrantes no plural e suas multiculturas, para marcar a heterogeneidade dentro do universo, e assumindo mais as idiossincrasias identitárias de cada um do que, propriamente, a identidade cultural dos cidadãos provenientes do Brasil aqui apresentados.

Quando se fala em imigrantes há, provavelmente, mais tendência para pensar no que os une culturalmente do que no que os distingue. Neste texto, ao contrário, parte-se exactamente do princípio de que não há uma cultura dos imigrados ou mesmo dos imigrantes mas, antes, modos diferenciados de viver, conviver e se identificar com os mundos culturais que cada sujeito atravessa na sua trajectória social. A base da vida democrática não pode ser o "Nós" da Nação, mas sim os múltiplos "Eus" que constituem a cidadania de uma República, mesmo quando as pessoas se associam para a defesa dos seus interesses e a superação da desigualdade de oportunidades resultante de diferentes origens de classe, género, estatuto, etc.

> «Não podemos, portanto, traçar um quadro único das culturas dos imigrados, uma vez que elas só existem no plural, na diversidade das situações e dos modos de relações interétnicas. Estas culturas são sistemas complexos e evolutivos, na medida em que são reinterpretados permanentemente por indivíduos cujos interesses categoriais podem ser divergentes, segundo o sexo, a geração, o lugar ocupado na estrutura social, etc.» (Cuche, 1999: 60).

2. Cultura(s) e identidade(s) de imigrantes

Reflictamos, um pouco, sobre como se reconstrói a identidade entre duas margens: a cultura de partida e a cultura de chegada. Retomamos, para isso, a teoria da transfusão cultural (Vieira, 1999a e 2006) e observamos a heterogeneidade de modos de viver entre culturas, seja rejeitando a de origem (o caso dos oblatos), seja rejeitando a de chegada num dado momento (os monoculturais de acordo com a cultura de partida), seja vivendo de forma ambivalente entre as duas (o caso do eu multicultural), seja inventando a terceira margem, como dizem os poetas, que corresponde a uma atitude de incluir as diferenças culturais por que se passou ao longo da história de vida, num self intercultural (o caso do trânsfuga intercultural).

> «No final de contas, cada um de nós poderia ter sido qualquer outro. Cada um de nós é uma virtualidade que poderia ter actualizado em outro tempo, em outro lugar, em outra cultura. Analogamente, cada outro é uma virtualidade de mim, que eu mesmo não concretizei: mas é eu em estado potencial, é aspecto de minha manifestação plena. Desse modo, cada um de nós contém em si a humanidade inteira. […] A diferença localizada é preciso compreendê-lo como expressão de semelhança geral que permite aos homens diferir; de estruturas para além das "identidades" grupais, étnicas ou sociais, que as possibilitam em seus aspectos relacionais» (Rodrigues, 2003: 169-170).

Efectivamente, na perspectiva desta comunicação, toda a previsão está fora de causa. Toda a análise mecanicista e sociologista do encontro de culturas está fora de cena. A socialização e as experiências de aprendizagem que decorrem durante uma vivência alteram a identidade pessoal duma forma imprevisível.

> «Algumas pessoas argumentam que o "hibridismo" e o sincretismo – a fusão entre diferentes tradições culturais – são uma poderosa fonte criativa, produzindo novas formas de cultura, mais apropriadas à modernidade tardia que às velhas e contestadas identidades do passado. Outras, entretanto, argumentam que o hibridismo, com a indeterminação, a "dupla consciência" e o relativismo que implica, também tem seus custos e perigos.» (Hall, 1997: 91)

Percebemos a identidade como uma construção complexa, que se funda na relação com o outro, e não um estado existencial. Conforme refere Vieira (1999b: 58), *«se a identidade implica alguma constância, não se trata no entanto duma repetição indefinida do mesmo, mas antes dialéctica, por integração do outro no eu, da mudança na continuidade»*.

Quem experimenta contextos migratórios, mediante múltiplas referências culturais e situações complexas, tende para o hibridismo identitário ou para a mestiçagem. Conforme destaca (Hall, 2003: 27) *«na situação de diáspora, as identidades se tornam múltiplas»*. Neste sentido, a busca dos sentidos e pertenças identitárias torna-se complexa, requerendo dos sujeitos um trabalho de reflexividade e (re)construção de si constante, apelando a mecanismos próprios que lhe permitam gerir as suas subjectividades e idiossincrasias. Tendo em conta que os migrantes *«têm um pé em cada local»* (Sarup, 1996: 7), presume-se que aconteça uma radicalização das suas identidades híbridas e mestiças, pelo *«processo de pluralização dos espaços estruturais onde se forma a identidade»* (Stoer e Magalhães, 2005: 106).

O eu plural inventa-se a cada momento numa multiplicidade de pertenças e espaços simbólicos, num processo contínuo de mestiçagem: cada um é aquilo que é pelas relações que estabelece e pela forma original com que se apropria do outro, tornando-o seu, num balanço contínuo para que o projecto de vida faça sentido.

> «A mestiçagem autoriza, portanto, a mudança e a transformação cultural, mas pela base, quer dizer através do processo de ordem individual, ainda que estes se repitam o bastante para darem a impressão de um processo de grupo […]. A mestiçagem seria, por outras palavras, factor de subjectivação, na medida em que confere ao sujeito a faculdade de se construir e de se traduzir em actos. O mesmo é dizer que a mestiçagem não implica unicamente a mistura das culturas. Quando entre culturas fortes há um encontro que as não destina a desaparecer, poderão ter lugar processos de influência recíproca, (de aculturação, como se diria num outro vocabulário), de transformações inovadoras e não necessariamente empobrecedoras […], podem inventar-se formas culturais originais que não suplantem por inteiro aquelas das quais extraem a sua origem.» (Wieviorka, 2002: 92-93)

A identidade assume-se como um processo mutável, multidimensional, resultante de uma construção social e, resultante assim, também, da sua complexidade. Neste quadro, os sujeitos procuram uma coerência identitária através do desenvolvimento de uma segurança ontológica que possibilita a «continuidade da sua auto-identidade pessoal» (Giddens, 1992: 64). Assim, a identidade «não é uma constância mecânica, uma repetição indefinida do mesmo, mas dialéctica pela integração do outro no mesmo, da mudança na continuidade» (Camilleri, 1989: 44).

3. Entre Cá e Lá: Identidades em Gerúndio

MÁRCIO

A Partida

Márcio está em Portugal há dezoito anos. Veio do Rio de Janeiro. Depois da licenciatura em Economia, emigrou para Portugal, país que foi a segunda escolha, para fazer o mestrado em Economia europeia na Universidade de Coimbra. É casado com uma brasileira, filha de portugueses, e tem uma filha pequena.

> "Eu vim para Portugal porque eu pertenço a uma vaga de imigração obcecada pelos Estados Unidos, o fascínio que os EUA exercem de uma forma perniciosa sobre toda a América Latina e sobre o Brasil. Eu queria ir estudar Economia nos EUA, na altura tinha a minha poupança, tinha um carro e fiz contas à vida, e vi que não tinha condições, não consegui bolsa, para ir para os EUA. […] Despedi-me, agarrei nas minhas poupançazitas, vendi o carro, a relação de namoro também terminou e fiquei livre para o mundo. Agarrei nas malas e vim embora. E a outra memória que não me vai sair da cabeça, em termos de sentimento, eu nunca tinha saído para fora do Brasil, tinha sido a primeira vez, eu tinha 23 anos na altura. […] a minha missão era sair do Rio e chegar a Coimbra, comecei a pesquisar coisas sobre Coimbra.»

A fuga para a terceira margem

Contrariamente ao hibridismo, a mestiçagem não é fusão. É disjunção. É fuga para uma terceira margem. Essa fuga torna-se consciente quando os olhares e discursos que os outros nos devolvem, quer os da primeira, quer os da segunda margem, nos dizem que não pertencemos nem a uma nem à outra. A dupla pertença geradora de ambiguidade é assim objectivada e a descolagem por uma terceira margem do rio, como refere Guimarães Rosa, pode acontecer.

> «Não, não me considero luso-português. Eu sou brasileiro, toda a minha documentação é brasileira, mas, no meu íntimo, sim luso-brasileiro. Hoje em qualquer parte do mundo que eu estiver se alguém disser mal de Portugal eu sinto aquela manchazinha. Quando faço as minhas análises costumo fazer uma base de comparação mental e emocional que é a seguinte: Quando alguém diz mal de nós ou do nosso país, por mais que nós sejamos críticos em relação ao nosso país tendemos o afastamento porque existe uma mancha que fica e hoje em dia sinto-me tão incomodado se falarem mal do Brasil como de Portugal, ou seja, quando eu vou ao Brasil e algum brasileiro tece uma crítica negativa a Portugal, isso toca-me. Do mesmo modo que se alguém em Portugal fizer uma crítica negativa ao Brasil isto também me toca. […] Ninguém sabe de onde é que é. E eu hoje sou etnicamente ambíguo porque eu chego ao Brasil e não sou brasileiro, para quem não me conhece, se eu chegar hoje ao Brasil e falar eu não sou brasileiro, e cá em Portugal, se eu falar não sou português. É ao nível dos outros, aos olhos dos outros sou etnicamente ambíguo do ponto de vista da oralidade [risos]. […] Da última vez que estive no Rio, lá fui dar uma aula numa pós-graduação... e esse meu amigo, ao apresentar-me perante os meus colegas da universidade, dizia, olhem está aqui o meu amigo português. […] Por outro lado eu não tenho um único amigo brasileiro em Portugal.»

A alimentação pode servir para avaliar, de forma mais ou menos objectiva, a forma particular como cada sujeito manipula as suas diferentes pertenças. Para o Márcio, a picanha e a caipirinha representam a sua ligação à primeira margem; servem como suportes simbólicos de ancoragem à cultura brasileira. Servem de viagem cultural até à primeira margem.

> «Tenho necessidade da picanha, por exemplo, mas não preciso ir ao restaurante, picanha compro. Faço caipirinha em casa e é muito boa, toda a gente gosta da minha caipirinha, há pessoas que vão lá em casa só por causa da minha caipirinha.»

Tal como ocorre com a gastronomia, também o futebol serve de catalisador da identidade. É possível saber, através da adesão ou ligação clubista, o peso, ainda que remanescente, das várias pertenças.

> «Quando há jogos do Brasil com Portugal torço pelo Brasil […] não gostava que Portugal perdesse, mas gostava que o Brasil ganhasse.»

ROWNEY

O eu intercultural

Rowney é cirurgião dentista. Está em Portugal há vinte anos. Tem uma família luso-brasileira. A mulher é portuguesa, do Porto e têm duas filhas do primeiro casamento. Embora nascidas em Portugal, não lhes foi concedida, na altura, a nacionalidade portuguesa, devido à legislação que vigorava então. Rowney reclama para si o direito de ser tudo: da primeira, da segunda e de todas as margens. Assume-se como um projecto em aberto.

> «Eu sinto-me um cidadão da Terra. Eu não sou aquilo que nasci, eu sou o que construí, eu sou o que sou hoje. Se vai ser assim amanhã, não sei, provavelmente não. Provavelmente amanhã vou juntar mais coisas, mais aprendizagens, mais experiências e se calhar vou estar diferente, vou estar com outras visões, até me posso tornar um fundamentalista ou ainda um indivíduo mais aberto do que sou hoje. Não vejo as coisas com essa fixação no tempo. A minha experiência de vida foi fundamental para essa minha capacidade camaleónica de me adaptar.»

A sua adesão à cultura de partida faz-se por um apego às tradições alimentares do Brasil e a firme recusa de pratos tradicionais portugueses. Esta identificação primordial é também fortemente reivindicada através de um investimento afectivo na escola de samba da Portela ou no clube de futebol brasileiro Flamengo, investimento que não faz em qualquer clube português.

> «Não me peçam para torcer por outra escola que não seja a Portela, não vale a pena, é a escola de samba do meu coração cujas cores são azul e prata. Eu assisto ao desfile da Portela religiosamente os outros vejo [risos], é um pouco ritual, também há o ritual quando sento para ver o Flamengo a jogar não é a mesma coisa que sentar para ver o Porto jogar ou o Benfica. Quando o Flamengo joga saiam de perto de mim porque aí o fundamentalismo quase chega às raias da loucura [risos] tenho os meus pontos fracos, sou humano. O Flamengo é que é o meu coração, o que é que eu vou fazer eu não consigo torcer por outra equipa. Quando estão ali duas equipas a defrontarem-se escolhe-se uma para ter mais simpatia mas não me consigo fixar por outra equipa, não dá para sofrer, é o Flamengo.»

Se o futebol funciona como âncora importante à cultura de partida, essa dimensão ontológica, o apelo das raízes, é reforçada pelas preferências alimentares, inequivocamente brasileiras.

> «Eu não me adaptei facilmente do ponto de vista alimentar, na altura em que cheguei a Portugal, os cozidos, os grelhados não faziam parte da minha alimentação, eu até hoje continuo a alimentar-me brasileiramente, abomino couves, então caldo verde é uma questão fora de qualquer conversa, o cozido à portuguesa é um prato que não me serve para rigorosamente nada, entretanto o bacalhau do jeito que for, "marcha" que é uma "gracinha", tenho um "asco" de sardinha assada para mim aquilo é a visão do inferno, é o quadro de Dante bem pintado, mas em contra partida sou apaixonado por um robalinho grelhado, há uma identificação com as coisas e não com a nacionalidade delas. E posso me gabar de ter ensinado a minha esposa a fazer muita coisa que ela faz hoje, de comida brasileira e não só.»

Através da família portuguesa, das filhas, e da nação, simbolizada pelo hino que entoa de forma emocionada, este imigrante brasileiro reclama a sua portugalidade.

> «Você coloca pão para assar no forno, o que é que sai de lá? Pão ou borboleta? Sai pão. Portanto, as minhas filhas são portuguesas, elas nasceram aqui, filhas de pais brasileiros mas são portuguesas, sempre senti isto. A questão é saber qual o enfoque que se vai dar a esta questão, oficialmente não são, tecnicamente se calhar também não. Eu, inicialmente, mantive-me completamente brasileiro, imigrante sem laços. O estatuto de igualdades, direitos e deveres transforma-me num indivíduo brasileiro com os mesmos direitos e deveres de um cidadão português, é como se eu fosse português de brincadeira. O Hino Português me faz muita diferença, eu tenho uma relação com o Hino Português muito curiosa porque quando eu chego a Portugal e vejo a eloquência, a rapidez com que o hino chega aos portugueses, eu fiquei completamente encantado com isso, então ficou uma simpatia muito grande pelo hino. Hoje quando se canta o hino nos jogos da selecção, por exemplo, há bem pouco tempo estava a começar um jogo de Portugal e começámos a cantar o hino "Heróis do mar nobre povo …" e as minhas filhas ficaram a olhar para mim e perguntaram-me se eu sabia o hino todo. Claro que eu sei como é que eu vivo há 17 anos aqui e não ia saber o hino, esse hino para mim já faz muita diferença. A "portugalidade" já me é muito cara. Não vou deixar de ser brasileiro nunca.»

A metamorfose

Tal como vimos no caso de Márcio, é também o olhar dos outros que permite objectivar a transformação operada e tomar consciência dessa disjunção da identidade.

> «Eu não sou o Rowney sempre, muitas vezes não tão directamente, mas mais pelas costas, eu sou "O Brasileiro", ah é aquele médico brasileiro. Isso dá-te uma dimensão da importância da conduta que cada indivíduo como uma individualidade tem fora do seu país, você é representante do seu país. Não sou brasileiro mas também posso dizer que sou português.»

A fuga pela terceira margem do rio

Com um pé em cada margem, onde criou raízes, Rowney é como uma orquídea, viajando pelo espaço em busca da terceira margem, do terceiro lugar, o lugar que não existe em parte nenhuma, ou que poderia ser qualquer lugar da Terra.

> «Claro que eu tenho raízes, não há como negar isso, agora não quer dizer que eu não possa estar bem onde estou. As raízes das orquídeas estão metidas na árvore que as sustenta, mas elas às vezes vão até o solo, as raízes das orquídeas são muito grandes, a planta é que é pequenina. A sensação que eu tenho é que o Brasil é pequeno demais, Portugal é pequeno demais. Se por qualquer razão eu tivesse que ir viver para a Rússia ou para a Bulgária eu iria, não sei se teria mais ou menos dificuldade, mas eu não encararia com nenhum receio o facto de ir viver para a Bulgária. O emigrante é um sem terra, não tem lugar no mundo, haviam de criar imediatamente a "Imigrónia" (risos) porque é um problema seríssimo, eu aqui em Portugal sou brasileiro e quando vou ao Brasil sou português. A "Imigrónia" não existe, eu não tenho canto. Hoje quando vou ao Brasil toda a gente me chama "O Português". Há 2 cidades no mundo que eu trocaria Leiria por qualquer uma delas: Barcelona e Rio de Janeiro, mas este não existe mais, é uma cidade extremamente violenta, abusivamente desumana para aquilo que eu gosto. E sou completamente siderado por Barcelona, rendido, são as 2 cidades que me encantam definitivamente a nível de modo de vida e isso dá mais ou menos uma ideia da minha maneira de ser, sou pouco ligado a formalidades.»

NÍVEA

O eu intercultural

Nívea nasceu no Brasil e vive em Portugal há 15 anos. Licenciou-se em Letras e trabalhou em várias cidades do Brasil. Veio para Portugal com o marido no âmbito de uma proposta de trabalho que este recebera na área da rádio, onde ela começara a trabalhar recentemente. Dois anos depois, nasce o seu único filho. Interessada pelas questões de cidadania e por considerar-se uma cidadã do mundo, a Neusa pediu dupla nacionalidade para si, para o marido e o filho. O marido mostrou alguma resistência, ao contrário dela que encara a situação como "natural" pois percebe que este acto vem legitimar as múltiplas referências culturais que integra em si.

> «Hoje já tenho a nacionalidade portuguesa, ou seja, tenho dupla nacionalidade. Ao fim de catorze anos resolvi pedir a dupla nacionalidade, para que o meu filho pudesse usufruir de todos os bens de um cidadão europeu. […] Quando eu disse para o meu marido "Eu vou pedir a nacionalidade portuguesa", ele disse "Ai, mas eu não quero perder a brasileira…", e eu disse "A gente não vai perder a brasileira, a gente vai adquirir dupla nacionalidade!".»

É habitante de todos os mundos culturais por que passou ao longo da sua trajectória social e vive conscientemente esta metamorfose.

> «Vivo muito bem comigo e com os outros, sou muito feliz aqui, adoro… E vivo bem com essas diferenças, que p'ra mim são assim… naturais, não penso muito nisso…»

A invenção da terceira margem

Apesar de toda a sua família habitar a primeira margem, o seu filho, que nasceu em Portugal, veio reforçar esta sua identificação com os portugueses, contribuindo para uma maior integração das margens em si.

> «minha família é toda do Brasil, pelo menos que eu saiba é tudo de raízes brasileiras. Mas eu digo isso porque meu filho agora muda muita coisa! Meu filho é português e, como tal, acabo por ter os tais cinquenta por cento no sangue.»

À semelhança do Rowney, a Nívea reconhece em si a pertença à primeira, segunda e a todas as outras margens, considerando-se como um projecto sempre aberto à mudança.

> «Eu tenho uma facilidade muito grande de adaptação. Ainda no ano passado nós recebemos uma proposta p'ra ir p'ra Lisboa e o meu filho a primeira coisa que disse foi "Pôxa, mãe, e os meus amigos?", e eu digo "Faz novos… Olha o meu

exemplo, e você 'ta uma hora e pouco de viagem. Olha os meus amigos, onde é que eu os deixei… nove mil quilómetros de distância… amigos de uma vida inteira, mas amigos que são amigos não morrem, meu filho! Eles ficam lá… quando você precisar eles estão lá… e agora hoje com a Internet!". Então, eu tento sempre passar essa cultura p'ra ele, que a gente tem que 'tar sempre mudando, 'ta sempre renovando, não se pode acomodar…»

A ligação à cultura de partida assume grande importância para si, assim como as novas referências portugueses que experiencia há vários anos, traduzindo-se num apego repartido entre as tradições alimentares, musicais e clubistas de ambos os países.

«eu gosto muito da comida portuguesa, é uma delícia, e então o bacalhau… […] Cozinho comida portuguesa e comida brasileira, adoro as duas.»

«A música é presente lá em casa tanto a brasileira como a portuguesa.»

«É assim, eu ganho dos dois jeitos! Se Portugal ganhar, eu ganhei, não é? Se o Brasil ganhar eu também ganhei, porque eu tenho cinquenta por cento de sangue de cada um nas veias, então, acho que no último mundial nós sofremos bastante. Quando o Brasil perdeu, ok, vamos torcer então por Portugal. Agora se algum dia a final for entre um e outro, é o que eu te disse, qualquer um dos dois que vença, eu vou ganhar de qualquer jeito, eu vou festejar de qualquer jeito, duplamente, primeiro e segundo lugar!»

Tal como Rowney, desenvolveu fortes pertenças em qualquer uma das margens, mas não entende estar terminada a busca por uma nova dimensão, objectivada na sua abertura ao mundo, que quer integrar em si, mas nunca esquecendo a margem de onde partiu.

«eu não ponho de parte a questão de sair, seja p'ra onde for…[…] Se me chamassem eu vou assim, na hora! Vou porque eu sou sedenta de aprendizado. […] Eu gosto de aprender, eu gosto de desafios, gosto de cultura nova… Então, se me dissessem que eu hoje ia p'ros Estados Unidos eu ia…»

«Então eu gostava mesmo era de Janeiro passar em Londres, em Julho Brasil, Janeiro na Suécia, Julho no Brasil… esses são os meus planos!»

ANTÓNIA

O eu bicultural

Antónia vive em Portugal há 11 anos. Veio para Portugal para apoiar a filha mais velha que imigrara anteriormente e que engravidara de um português, com quem casou. Chegou com o marido, e os outros dois filhos, tendo o mais novo apenas dois anos. A partida causou-lhe grande sofrimento, que ainda hoje sente.

«É… na cabeça que muda tudo, né? Não é só a vida do dia-a-dia… […] Ah, mas a gente sente diferente! É outra mentalidade… […] E eu me pergunto: "Vale a pena?" (pausa) Eu não sei… romper com a nossa família, romper com as nossas vidas e mudar tudo… Eu encontrei aqui muita dificuldade, só agora consegui…»

Afirma sentir-se tão brasileira como no primeiro dia em que chegou.

«Não, não menina! Eu sou cem por cento brasileira! Não consigo, por mais que eu tente… falar o português, não consigo, por mais que eu tente gostar de viver o dia-a-dia português… eu não consegui ainda, pode ser que daqui a mais dez anos eu chegue lá… (risos)»

«Não, não, não… não consigo [sentir-me diferente], não consigo porque é… é muito diferente a maneira de ser brasileira e a maneira de ser portuguesa. Nós não nos não nos casamos bem nesse aspecto.»

Afirma a forte pertença à primeira margem e tenta recriá-la em todos os contextos, dentro e fora de casa, seja no modo de falar, nas tradições alimentares, na música que ouve, na religião que pratica.

«[…] tanto na comida, no modo de falar… e quero continuar a ser brasileira! Nós somos brasileiro o tempo todo, 24h por dia, tanto na rua como em casa, não tem porque… A comida em casa... só como comida brasileira, só. E trouxe também a cultura religiosa, né? Que é Iemanjá, é… que é que a gente, que nós cultuamos. Eu sou afeiçoada a ela e tem inclusive aqui um grupo de brasileiras que faz as rezas comigo, fazemos os rituais, seguimos essa fé… eu sou espírita, que é uma coisa mais comum no Brasil, né? Que mais?... As músicas… só ouço música brasileira.»

Contudo, sem o admitir, a Antónia tem já um pé na segunda margem, objectiva e subjectivamente, seja através da identificação com a música portuguesa, com as amizades que estabeleceu ou com alguns hábitos sociais que adquiriu.

«É… agora já 'tou ouvindo muito o fado […] já vou ficando com outros hábitos, de acordar mais tarde, mas só poucas vezes, que eu 'tou acostumada a levantar cedo no Brasil… mas aqui o horário é diferente e… olha, já tou indo p'ró café também… (risos) […] mas acho que é… é bom, sair... porque aqui a gente não saia muito.»

«ainda tem gente boa aqui… eu tenho alguns amigos, não muitos… mas conheço muita gente já… gente boa. […] A gente precisa das outras pessoas… eu gosto de estar bem aqui, que é onde eu vivo, de conviver com as pessoas… e eu acabo conhecendo gente que vem ao gabinete… que me pedem p'ra fazer as rezas…»

Entre margens e afectos

A recusa da integração em si das novas referências culturais traduz-se na afirmação de que ela própria e a sua família devem manter uma inquebrável ligação à primeira margem. Contudo, o filho mais novo traz-lhe grandes preocupações nesta questão, por se sentir português, contra a sua vontade.

> «Eu acho que sim [tem que manter a identidade brasileira], porque é isso que nós somos, é como diz, é a nossa identidade! E não vai ser porque vivemos noutro lugar que tem que ser diferente, né? Porquê vamos mudar? P'ra todos [família] isso acontece, somos brasileiros, mas o meu filho… ele inclusive 'tá tendo dificuldade porque ele fala que em casa ele não pode falar português, não pode ser português porque nós somos brasileiro… chega na escola ele não pode ser… ele não é considerado português, todo o mundo chama de brasileiro e ele se acha português, então ele tem um problema sério de identidade, muito grave!»

A Antónia experimenta hoje um dilema constante entre o forte sentimento à primeira margem, aliado à vontade de regressar às origens, e o querer estar com o filho mais novo, visto como um "outro" dentro da família, o português, mas amado e respeitado. Esta luta interna conduz Antónia à ambivalência entre o querer transformá-lo e aceitá-lo como é.

> «Todos somos brasileiros… Lá em casa só ele que é assim… Parece que o que as outras pessoas falam p'ra ele é mais importante que o que a gente fala…»«Tem momentos que ele não entende muito bem a posição dele… ele se intitula português, ele acha que é português! A hora que ele descobrir você vai ver…»

> «É… ele viveu toda a vida dele aqui, né? Eu percebo… mas foi no Brasil que ele nasceu e esse é o país dele… e a gente um dia vai voltar e ele irá também...»

> «mas o meu filho acha-se português… odeia a minha comida, não gosta da música brasileira e quer… eu outro dia falei p'ra ele: "Canta aí meu filho, p'ra mamãe ouvir um bocadinho o hino", e ele: "…Às armas, às armas", e eu falei: "Isso não é seu hino meu filho, eu sinto muito! Isso aí é daqui, o nosso é outro!", e ele "Ah, não gosto". E outro dia 'tava uma cliente aqui e disse "Ah, vou ao Brasil dona Heloísa, vou passear…", e ele "Cuidado, hem, cuidado, lá no Brasil é o maior perigo, você vai arranjar uma bala perdida"… Eu falei: "Você não fala assim do seu país, meu filho!". Não… ele odeia tudo o que vem do Brasil…»

Por outro lado, o neto, nascido em Portugal, filho da filha mais velha com um português, representa um forte elo de ligação com a segunda margem, que não consegue negar.

> «Mas esse meu neto fez a gente esquecer muita coisa… e noutro lado lutar mais pelos direitos da gente aqui! […] É, é um menino abençoado! Foi um contentamento assistir ele... deu muita alegria p'ra gente.»

4. Conclusão

Estamos perante diferentes modos de gerir as identificações numa trajectória heterogénea que aqui analisamos e denominamos de forma simples entre a primeira e a segunda margem culturais. Semelhanças há entre as quatro vozes, mas é mais sobre as diferenças que queremos retirar algumas leituras conclusivas.

Centrando-nos nas especificidades e singularidades de cada sujeito, tentámos compreender a forma como cada um gere as suas subjectividades numa realidade diferente da de onde partiram, e que hoje habitam, embora uns optem por se identificar mais com uma das margens e outros por reconhecer em si as múltiplas referências que experimentam entre margens.

É possível nestes quatro casos que têm como primeira margem o Brasil e a segunda Portugal, perceber aqueles que se assumem como cidadãos do mundo e que não vêem a segunda margem como cultura de chegada mas antes como um gerúndio do viver a caminho de outros projectos sempre em aberto, como é o caso explícito da Nívea e do Rowney; outros há que usam a segunda margem como um passaporte para voltar à primeira com alguns sonhos realizados, acreditando que no regresso são os mesmos, que regressam à mesma realidade que deixaram, quando nem uma coisa nem outra acaba por acontecer, como é o caso da Antónia. Outros há, ainda, como às vezes parece ser o Márcio, que aceitam encaixar-se no estereótipo de procurar ser entre duas formas de ser, e auto-designando-se como "etnicamente ambíguos", resultantes da classificação percepcionada no olhar dos outros sobre quem vive entre margens.

O processo identitário é um caminho de aprendizagens constantes, assente na reflexividade e agência de cada sujeito, num jogo entre os possíveis e os desejáveis, que busca o equilíbrio entre o eu e os outros, para atribuir sentido e continuidade ao self. Cada sujeito integra, assim, de modo sincrético, a pluralidade de referências de que dispõe, possuindo «uma identidade de geometria variável» (Cuche, 1999: 149).

Referências Bibliográficas

CAMILLERI, C. (1989). La culture et identité culturelle: champ notionnel et devenir. In, C. Camilleri & M. Cohen-Emerique (Org.), *Chocs de cultures: concepts et enjeux pratiques de l'interculturel.* Paris: L'Harmattan (pp. 21-73).

CRUZ, M. B. (2004). Sessão de Abertura do I Congresso de Imigração em Portugal. In ACIME (Org.) *Actas do I Congresso de Imigração em Portugal: Diversidade – Cidadania* – Integração. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (pp. 12-14).

CUCHE, D. (1999). *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Lisboa: Fim de Século.

GIDDENS, A. (1992). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora.

HALL, S. (1997). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Brasil: DP&A Editora.

HALL, S. (2003). *Da Diáspora – Identidade e Mediações Culturais.* Belo Horizonte: UFMG.

LAGES, M. et al (2006). *Os imigrantes e a população portuguesa – imagens recíprocas.* Lisboa: ACIME.

MENDES, M. (2008). *Mulheres em Diáspora – Narrativas Identitárias de Mulheres Imigrantes em Portugal* – Tese de Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Educação e Diversidade Cultural. Porto: FPCE – Universidade do Porto.

RODRIGUES, J. C. (2003). *Antropologia e Comunicação: Princípios Radicais*. São Paulo: Edições Loyola.
SARUP, M. (1996). *Identidade, Cultura e o Mundo Pós-moderno*. Edimburgo: Edinburgh University Press.
SEF (2006). *Imigração, Fronteiras e Asilo – Relatório de Actividades 2006*. Lisboa: Departamento de Planeamento e Formação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
SOUTA, L. (1997). *Multiculturalidade e Educação*. Porto: Profedições.
STOER, S. R. & MAGALHÃES, A. (2005). *A Diferença Somos Nós – A gestão da mudança social e as politicas educativas e sociais.* Porto: Edições Afrontamento.
VIEIRA, R. (1999a). *Ser Igual, Ser Diferente: Encruzilhadas da Identidade*. Porto: Profedições.
VIEIRA, R. (1999b). *Histórias de Vida e Identidades – Professores e Interculturalidade*. Porto: Edições Afrontamento.
VIEIRA, R. (2006). *Identidades Pessoais, interacções, campos de possibilidades e metamorfoses culturais* – Lição das Provas de Agregação. Lisboa: ISCTE.
VIEIRA, R. & TRINDADE, J. (2008). Migration, Culture and Identity in Portugal. *Language and Intercultural Communication* Vol. 8, N. 1, 36-49.
WIEVIORKA, M. (2002). *A Diferença*. Lisboa: Fenda.

Construindo projectos de cidadania activa: uma análise às trajectórias associativas de descendentes de imigrantes em Portugal

Rosana Albuquerque
Universidade Aberta - Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais/CEMRI
rosana@univ-ab.pt

Resumo: Nesta comunicação apresentam-se resultados de um projecto de investigação sobre a participação associativa de descendentes de imigrantes de origem africana lusófona em Portugal. Procurou-se compreender o que leva os/as jovens a envolverem-se no activismo cívico, aderindo a associações ou tomando a iniciativa de realizarem projectos próprios. A matéria-prima empírica foi recolhida com base em histórias de vida, num olhar retrospectivo às trajectórias de jovens adultos, assumindo actualmente funções dirigentes em associações juvenis ou de imigrantes e descendentes. Observou-se que o processo de participação cívica decorre de uma interacção recíproca entre factores individuais e estruturais. Foram identificados catalisadores da participação cívica, onde assume particular relevância a posse de recursos como a disponibilidade de tempo, a oportunidade de inserção profissional nas associações onde colaboram voluntariamente, o bom nível de escolaridade e o apoio de redes sociais. Estes aspectos interligam-se com personalidades que valorizam a interacção social e que revelam atributos como o sentido de responsabilidade, a perseverança e a capacidade de iniciativa e que, por sua vez, estão associados às motivações expressas para aderir a associações e desenvolver projectos associativos de continuidade. A análise das trajectórias destes jovens activistas vem sublinhar que a participação associativa é um processo dinâmico e exigente, que implica a convergência entre a posse de recursos e a vontade de intervir na esfera pública, reflectindo o compromisso e o investimento pessoal no exercício de uma cidadania activa, num contexto de défice de participação política da sociedade portuguesa.

1. Introdução

Nesta comunicação apresentam-se resultados de um projecto de investigação sobre a participação associativa de descendentes de imigrantes de origem africana lusófona em Portugal. Procurou-se compreender o que leva os/as jovens a envolverem-se no activismo cívico, aderindo a associações ou tomando a iniciativa de realizar projectos próprios. A matéria-prima empírica foi recolhida com base em 10 histórias de vida, num olhar retrospectivo às trajectórias de jovens adultos assumindo actualmente funções dirigentes em associações juvenis ou de imigrantes e descendentes. Privilegiou-se a análise de experiências de continuidade, focando o olhar desde o primeiro contacto com o associativismo ou com actividades cívicas de carácter informal até à situação actual de assunção de responsabilidades de direcção, no sentido de identificar os factores facilitadores e as dificuldades subjacentes ao processo de participação associativa. O associativismo de imigrantes em Portugal conta já com mais de duas décadas de história, na qual as primeiras associações constituídas por descendentes têm origem em meados da década de 1990.

2. Trajectórias associativas

A participação associativa constitui um processo complexo e multidimensional, exigindo-se que no seu estudo se considerem os vários factores condicionantes das dinâmicas de participação, bem como as suas interacções. Nesta perspectiva, a pesquisa aqui apresentada tem os seus alicerces teóricos em contributos de diferentes autores que desenvolveram modelos explicativos da participação cívica e política, que articulam a análise de factores de natureza estrutural com a análise de factores de natureza individual (Putnam, 2000; Triandafyllidou & Vogel, 2005; Verba, Schlozman & Brady, 1995). Foi também considerada a investigação sobre Estado e sociedade em Portugal, a qual vem reforçar que o processo de participação constitui uma relação dinâmica entre o Estado e os cidadãos, mediada pelos vários instrumentos e mecanismos que aquele coloca à disposição dos indivíduos e que está inserida no contexto mais vasto da evolução dos direitos de cidadania (Hespanha *et al*., 2000; Mozzicafreddo, 2000; Santos, 1990). A relação dialéctica entre acção do Estado e dos cidadãos remete-nos, assim, para uma prática de cidadania que é o resultado do esforço das várias partes envolvidas na construção de um espaço de direitos.

Os modelos de análise dos processos de participação cívica nos quais a pesquisa se alicerçou (Putnam, 2000; Triandafyllidou & Vogel, 2005; Verba *et al.,* 1995) evidenciam o carácter multidimensional deste processo e a interdependência entre aspectos de natureza mais pessoal, inerentes à personalidade e às motivações de cada activista, e oportunidades resultantes dos contextos sociais onde estão inseridos, indicando que a génese do activismo cívico se encontra na influência recíproca entre factores individuais e factores estruturais. Os resultados por nós obtidos confirmam a necessidade de articular estes diferentes tipos de factores para compreender o desenrolar das trajectórias.

Os resultados da investigação evidenciaram que as trajectórias associativas se desenrolam mediante um processo gradual e cumulativo de experiências, despoletado em idades muito jovens com a adesão voluntária a associações ou pela tomada de iniciativa para realizar actividades cívicas em contextos informais, onde os/as jovens podem ser beneficiários ou mentores ou ainda assumir ambos os papéis. A motivação que emerge das actividades onde participam – sobressaindo o gosto em conviver e interagir inerente às sociabilidades juvenis e a necessidade de resolver problemas dos bairros onde residem e que os afectam directamente – estimula uma participação mais activa e regular, que culmina na assunção de responsabilidades de gestão nas organizações onde iniciaram a sua colaboração, ou na constituição de associações próprias, de cariz juvenil ou local.

O activismo revela-se, assim, como um projecto que acompanha o curso de vida. É o equilíbrio positivo entre os contributos do/a activista e os bens tangíveis e intangíveis que vai recebendo ao longo do percurso associativo – traduzidos em compensações materiais, sociais e cívicas – que justifica o empenho cívico destes jovens, conduz à longevidade das trajectórias e sustenta a opção, afectiva e racional, por um projecto de vida que vai sendo construído ao longo da idade adulta.

Por outro lado, embora na literatura citada se observa uma maior atenção aos factores estruturais, as trajectórias dos/as descendentes permitiram demonstrar que ocorre uma influência significativa e decisiva de factores individuais enquanto catalisadores da participação. As suas trajectórias fazem sobressair aspectos menos valorizados nesses modelos, designadamente o papel desempenhado por qualidades pessoais relacionadas com a auto-confiança, a capacidade de iniciativa, a curiosidade em adquirir novos conhecimentos e em interagir socialmente, a responsabilidade, a consciencialização sobre problemas do meio social, a valorização do activismo cívico como elemento de definição identitária e enquanto projecto significativo nas suas vidas. Estes diferentes atributos articulam-se e reforçam-se mutuamente, explicando a adesão inicial a actividades cívicas. A sua conjugação com condições estruturais – designadamente os apoios institucionais e as oportunidades de inserção profissional nas associações – conduzem à sustentabilidade e continuidade dos percursos de participação cívica.

Nesta perspectiva, a interpretação dos resultados empíricos conduziu à elaboração *de um sistema de catalisação da participação associativa*, que destaca a articulação recíproca entre factores individuais e estruturais, entendidos como *catalisadores da participação*.

3. Sistema de catalisação da participação associativa

O sistema de catalisação da participação associativa elaborado resulta da análise do material empírico em articulação com os contributos de Putnam (2000), Triandafyllidou e Vogel (2005) e Verba *et al.* (1995) que enfatizam, em graus diferentes, os seguintes elementos na explicação do activismo cívico: recursos (designadamente tempo, recursos financeiros, escolaridade, entre outros); características pessoais; motivação; redes de recrutamento; contexto social e político (em particular a estrutura de oportunidades à participação).

Como referido anteriormente, a pesquisa permitiu observar que o processo de participação associativa decorre de uma interacção recíproca entre factores individuais e estruturais, tendo sido identificados catalisadores da participação cívica, que se apresentam adiante. De modo resumido, pode dizer-se que neste sistema assume particular relevância a posse de recursos como a disponibilidade de tempo, a oportunidade de inserção profissional nas associações onde colaboram voluntariamente, o bom nível de escolaridade e o apoio de redes sociais. Estes aspectos interligam-se com personalidades que valorizam a interacção social e que revelam atributos como o sentido de responsabilidade, a perseverança e a capacidade de iniciativa e que, por sua vez, estão associados às motivações expressas para aderir a associações e desenvolver projectos associativos de continuidade.

Tempo

As narrativas que os/as activistas nos transmitiram relativamente à sua situação actual sublinham o forte investimento de tempo que é exigido para manter a regularidade da colaboração em adultos. Enquanto se encontram numa idade jovem, ninguém alude a dificuldades intransponíveis para conciliar a vida pessoal e familiar com o activismo cívico, ou se arrepende do tempo que não se tem para actividades de lazer fora do espaço associativo. Tal acontece, nomeadamente, pelo facto das actividades associativas se entrelaçarem com as sociabilidades juvenis e se cruzarem com eventos lúdicos da iniciativa dos próprios, sugerindo uma convergência entre espaços associativos e espaços ou momentos de fruição e diversão. De igual modo, contribuiu positivamente para essa disponibilidade o facto dos primeiros contactos com o associativismo terem ocorrido em idade bastante jovem e em situação de frequência de escolaridade na quase totalidade dos casos.

No entanto, a disponibilidade de tempo reduz-se à medida que entram na idade adulta e que assumem as responsabilidades intrínsecas a esse novo ciclo das suas vidas, em particular a necessidade de assegurarem a subsistência económica mediante um trabalho remunerado. Em várias situações, a dificuldade em dar a atenção desejada ao projecto associativo, pelo facto da actividade profissional ter reduzido a disponibilidade inicial, vem acompanhada de sentimentos de

frustração. É esta razão, associada à vontade de não desistir, que influencia a procura de soluções para que a participação associativa se profissionalize, de modo a permitir a dedicação a tempo inteiro. Nas situações em que não há coincidência entre participação associativa e actividade profissional, o compromisso cívico dos/as jovens não é quebrado, mas a colaboração faz-se à medida e ao ritmo das suas possibilidades. Daqui resultam efeitos para a própria estrutura onde se participa, pois a participação irregular e não profissionalizada condiciona a natureza e a dimensão das actividades que a associação se pode permitir desenvolver.

Na verdade, as *"solicitações da vida quotidiana"* são apontadas como responsáveis pela reduzida disponibilidade de tempo para o envolvimento cívico e, em consequência, podem ser entendidas como obstáculos ao voluntariado (Almeida, Ferrão & Delicado, 2002: 224). Nas trajectórias analisadas, verificou-se que o efeito negativo que decorre da menor disponibilidade de tempo em adultos é compensado por características pessoais como a perseverança e por uma elevada motivação nos projectos associativos, que apresentamos adiante. É ainda de sublinhar que o contacto precoce com experiências associativas ou cívicas também pode funcionar como estímulo para manter alguma forma de colaboração em idade adulta, compensando a redução da disponibilidade de tempo que acompanha o ciclo de vida.

Se a disponibilidade de tempo é um factor decisivo e sempre presente, torna-se claro que existe uma relação entre a posse de recursos como "tempo" e "dinheiro".

Recursos financeiros

No que concerne a importância dos recursos financeiros, as narrativas deixam claro que a disponibilidade financeira facilita e agiliza o processo de concretizar, na prática, a ideia de constituir uma associação. No entanto, se considerarmos que o envolvimento associativo se deu em idades jovens, na maioria dos casos quando ainda se era estudante sem ter uma actividade remunerada e sem ter recorrido ao apoio familiar para tal, parece-nos que o nível de rendimentos não assume a preponderância que lhe é dada pelos modelos onde nos temos vindo a apoiar.

Observámos que no caso dos/as jovens que começaram a colaborar em actividades de associações do seu bairro, essa colaboração não lhes exigia qualquer encargo financeiro. Em idêntica perspectiva, os que tiveram a iniciativa de organizar actividades sublinharam que a ausência de dinheiro não comprometia a realização das mesmas, sendo o raciocínio feito no sentido inverso: organizavam-se actividades de modo a serem auto-sustentadas e que possibilitassem auferir ganhos, que permitissem prosseguir com outros eventos, ou actividades ajustadas "ao pé de meia" de cada grupo.

Por estas razões, entende-se que os recursos financeiros não parecem constituir o factor com maior peso no despoletar do activismo, assumindo maior relevância na sua continuidade em idade adulta. As possibilidades que se têm aberto ao nível da criação de emprego por parte das associações constituem uma variável determinante neste processo, pois tornam compatível a intervenção cívica com o assegurar das necessidades de subsistência pessoal, articulando o interesse individual com o interesse colectivo. Destaca-se que nas trajectórias analisadas, observou-se que metade dos jovens beneficiou de uma oportunidade de recrutamento como profissional, ultrapassando a situação de voluntariado.

Um estudo sobre mediação social converge com esta análise ao identificar duas razões principais para a desistência dos mediadores: a instabilidade financeira inerente aos processos de contratação e que decorre da reduzida disponibilidade de vagas; a dificuldade em prosseguir o voluntariado pelo facto dos/as jovens mediadores terem de assumir uma profissão remunerada, como meio essencial de subsistência (Fernandes, 2006: 80).

A análise do papel de recursos como o tempo e o dinheiro no envolvimento associativo dos descendentes faz, portanto, realçar que sem a existência de condições materiais, designadamente o acesso a uma profissão no quadro institucional do associativismo, o seu activismo correria o risco de cessar no momento da passagem para a idade adulta, com o fim da vida de estudante e o assumir das obrigações inerentes à maturidade. Tal vem chamar a atenção para a interferência de factores estruturais no processo de participação cívica, concretamente para o facto das condições do meio social e político poderem funcionar como incentivo ou como obstáculo, que neste caso tanto pode ocorrer pela ausência de instrumentos de suporte como pela existência de entraves ou de restrições à participação.

Escolaridade

Um aspecto que emerge como significativo nas biografias dos/as descendentes é o nível de escolaridade. Aquando do contacto inicial com o associativismo formal ou no momento em que tomam a iniciativa de desenvolver actividades informais, nove dos dez jovens frequentavam a escola e uma delas encontrou no espaço associativo a oportunidade para concluir a escolaridade obrigatória. Um dado que sobressai do trajecto escolar é que, à excepção desta jovem, todos prosseguem os estudos até ao 12º ano, tendo na maioria dos casos acabado por concluir uma licenciatura.

Como exemplos que corroboram este padrão, refira-se investigação sobre o contexto português: um estudo sobre voluntariado registou um elevado nível de escolaridade para a média dos voluntários inquiridos (Almeida, Ferrão & Delicado, 2003: 174); uma pesquisa sobre participação política e partidária das mulheres demonstrou que esta é influenciada pelo nível de instrução (Martins & Teixeira, 2005: 35).

Porém, não se pode afirmar que exista uma relação directa entre a participação dos descendentes activistas e o estatuto socioeconómico das suas famílias, uma vez que a maioria tem em comum o facto de ambos os progenitores possuírem habilitações literárias ao nível da escolaridade básica, exercendo profissões correspondentes, ou seja, pouco qualificadas. O bom nível de escolaridade em jovens cuja socialização está, na sua maioria, enquadrada pela residência em

bairros sociais ou de construção habitacional precária e com infra-estruturas deficitárias, constitui, assim, um indicador da valorização de frequentar a escola por parte de agregados familiares com baixas condições socioeconómicas.

As experiências dos/as descendentes realçam os efeitos positivos exercidos pela escolaridade no activismo cívico. A frequência da escolaridade após o nível obrigatório surte vários efeitos combinados entre si: disponibilidade de tempo para actividades de lazer; incentivo para aderir a actividades educativas ou formativas, oferecidas por associações que intervêm nos bairros de residência; aquisição de competências úteis para a interacção social e a participação cívica, concretamente as habilidades para comunicar em termos de escrita e de oralidade assinaladas por Verba e co-autores (1995), bem como acesso a informação, que se revela um elemento importante no processo de participação política juvenil (Cruz, 1985); adiamento da conjugalidade e maior maturidade para construir a vida familiar e perspectivar a experiência da maternidade/paternidade.

A importância do factor escolaridade para o activismo deve ser analisada em articulação com outros elementos. Almeida, Ferrão e Delicado (2002) sublinham que a escolaridade pode ser acompanhada por factores adicionais propiciadores do voluntariado, além de que este tipo de experiência precoce pode estimular disposições para prosseguir um papel interveniente na vida cívica.

Por estas razões, a escolaridade assume-se como um catalisador muito significativo de trajectórias cívicas.

Estatuto de cidadania

O estatuto jurídico dos/as descendentes activistas é o de cidadania portuguesa em nove das situações: na sua maioria são jovens que nasceram em Portugal na década de 1970 ou antes de 1981, momentos em que o "direito de solo" era preponderante na lei da nacionalidade; os que vieram para o país em criança adquiriram a nacionalidade portuguesa por via de um ou ambos os progenitores. Na única situação em que se verifica a posse de nacionalidade estrangeira, esta não é avaliada como um entrave ao percurso social da jovem em Portugal.

Observa-se que os processos que deram corpo às trajectórias dos/as descendentes não apontam para um papel decisivo do elemento nacionalidade como facilitador da participação (confirmando as conclusões de Gropas, 2008, relativamente aos imigrantes de primeira geração). Tal pode justificar-se por terem nacionalidade portuguesa, na sua maioria, mas também pelo facto das experiências no associativismo ou em actividades cívicas terem surgido em idades muito jovens e estarem enquadradas pelo contexto escolar ou pelo espaço do bairro de residência, não sendo o estatuto de cidadão nacional requisito para participar nem para aderir a associações.

Todavia, ter a cidadania do país onde se nasceu vem acompanhado de um sentimento de pertença, o qual pode estar associado ao desejo de participar na sociedade que legalmente lhes reconhece esse mesmo direito. Neste sentido, a nacionalidade portuguesa pode desempenhar um papel de reforço do empenho em actividades cívicas, favorecendo a sua continuidade até à idade adulta, exactamente por garantir o exercício de direitos políticos na sua totalidade e, não menos importante, ao incentivar o desejo de trabalhar no alargamento desses direitos a outros jovens que, nascidos no mesmo país, não gozam da cidadania plena, sendo mais vulneráveis à discriminação.

Redes sociais

Relativamente ao papel exercido pelas redes sociais, evidencia-se nos percursos dos descendentes a influência de redes que afectam a situação individual de forma mais directa e sem intermediação de outras redes – como as familiares, de amizade ou de vizinhança – e as redes de natureza mais estrutural que resultam das circunstâncias sociais estruturais do meio social onde se desenrolam as diferentes etapas de socialização dos jovens.

Verba e co-autores (1995: 271-272) fazem notar que o papel que as redes podem exercer no envolvimento cívico dos indivíduos é condicionado pelas oportunidades que estas oferecem na aquisição de competências adequadas e necessárias à participação e, também, nas escolhas que os indivíduos fazem nessas circunstâncias, as quais dependem da motivação ou predisposição para participar. Daqui resulta que o factor significativo na catalisação do activismo cívico não é tanto a inserção em redes mas o que se passa "dentro" das mesmas, quer seja a experiência vivida numa associação cultural, numa instituição religiosa, no emprego que se exerce, ou na escola que se frequenta.

Constatou-se que as actividades em que se desenrola a participação dos/as descendentes nas associações ou noutros espaços lhes permitiram adquirir competências organizativas e conduziram a uma progressiva responsabilização do seu papel, ilustrada pela assunção de cargos de direcção em idades bastante jovens.

Estes argumentos levam-nos a atribuir peso significativo às redes de socialização secundária a que os jovens tiveram acesso: a frequência da escola abriu caminho a experiências associativas de cariz informal, através das quais desenvolveram capacidades de comunicação e de organização (que constituem aspectos importantes para o activismo cívico); as dinâmicas de acção colectiva operadas no bairro permitiram-lhes beneficiar de actividades de natureza educativa, recreativa ou cultural, que incentivaram o aprofundamento da participação e, consequentemente, a aquisição de competências sociais e conhecimentos úteis ao trabalho nessas instituições.

Observa-se, deste modo, a influência de factores estruturais nas trajectórias associativas analisadas. Por um lado, por via da experiência da escolaridade e dos efeitos associados que ela produz, conforme exposto atrás. Por outro, pelas dinâmicas associativas nos bairros de residência dos/as jovens, tendo-se verificado que o apoio institucional (nacional ou internacional) às organizações a operar no terreno permitiu a integração profissional em algumas situações, revelando a importância do recrutamento como factor impulsionador da continuidade das trajectórias associativas (tal como demonstrado por Verba *et al*., 1995). Além disso, a profissionalização dos activistas contribui para o reforço da intervenção social destas

organizações, sendo um efeito indirecto da valorização do papel da sociedade civil e da abertura de canais oficiais de participação no quadro das políticas de apoio ao associativismo.

Centrando agora a atenção no papel das redes familiares enquanto factores facilitadores da participação, os jovens não beneficiaram da transmissão de experiências de activismo cívico por parte dos progenitores ou familiares próximos (com excepção de uma jovem). No entanto, a família constituiu uma fonte de apoio em todas as situações, aceitando o investimento de tempo em actividades extra-escolares, valorizando as actividades nas quais os/as filhos se envolviam, exercendo um estímulo e até a colaboração activa na realização de algumas iniciativas.

Por fim, refira-se que a inserção em redes facilitadoras do activismo cívico pode ter um efeito multiplicador, pois a adesão a algumas actividades suscita a participação noutras. O desenrolar das trajectórias dos/as descendentes é marcado por uma sucessão de etapas que vão surgindo de forma não planeada, à medida que vão assumindo novas funções e os papéis se vão diversificando, associados à aquisição progressiva de responsabilidades nas organizações. Todavia, este processo dinâmico não se explica apenas pelo facto das redes lhes concederem oportunidades de se envolverem civicamente, pois se não demonstrassem qualidades necessárias ao activismo nem competências úteis e adequadas às organizações não ocorreriam novos convites nem surgiriam propostas de recrutamento. Assim, se as redes onde os indivíduos estão inseridos devem ser entendidas como recursos sociais que cada um/a utiliza ou que é capaz de mobilizar (ou não), é necessário verificar se a capacidade de mobilização desses recursos pode ser influenciada por características pessoais.

Características pessoais

A leitura interpretativa e cruzada dos relatos conduziu à identificação de atributos individuais que, no nosso entender, funcionam como alicerces da capacidade de mobilizar os recursos por parte dos/as jovens, recursos esses indispensáveis ao desencadear e aprofundamento das experiências de participação cívica: capacidade de iniciativa; maturidade e convicção para traçar objectivos; auto-confiança e segurança para tomar decisões; dedicação e empenho face aos compromissos; perseverança e força de carácter perante as dificuldades; consciência da necessidade de esforço pessoal para usufruir de resultados desejados; responsabilização pelos compromissos a cumprir.

Interessa notar que a maior parte destes traços estão associados à inteligência emocional (Goleman, 1997) e cada um deles, por si, pode ser um indicador do que na Psicologia Social se designa por "locus de controlo interno", isto é, a crença ou convicção que a acção individual produz efeitos e que o indivíduo é responsável pelas suas acções (Rotter *cit. in* Neto, 1998: 243-244). A sensação de controlo sobre a vida, aliás, tem sido identificada como uma condição propiciadora da participação (Inglehart, Kellerhals *cit. in* Delicado, 2003: 237).

Estes atributos pessoais nem sempre são expressos pelos/as activistas, estando latentes no conteúdo dos seus relatos. Entende-se que devem ser interpretados como significativos porque, na verdade, sem capacidade de congregar terceiros para a concretização de um projecto, que até pode nascer como projecto individual, não seria possível manter uma associação em actividade, nem desenvolver de forma tão continuada no tempo iniciativas informais que colhem o interesse e a adesão de um público muito mais vasto do que o grupo de indivíduos envolvido na operacionalização das mesmas.

Cruzando a análise das características pessoais com a das razões e motivações subjacentes ao activismo dos/as descendentes, torna-se perceptível a existência de traços de personalidade relacionados com um carácter extrovertido e sociável, designadamente: a curiosidade em aprender e em conhecer actividades e pessoas diferentes; o gosto de conviver; o interesse em actividades de grupo, que implicam um espírito de partilha; enfim, a disponibilidade em relacionar-se socialmente. Estes aspectos estão associados à valorização da interacção social e da sociabilidade em redes extra-familiares.

Os traços individuais espelhados nas personalidades destes jovens funcionaram como catalisadores das trajectórias associativas, mas o efeito destas características pessoais no envolvimento cívico tem de ser ainda analisado na sua relação com a convicção que sentem pelo contributo positivo do trabalho que desenvolvem, ou seja, tem de se integrar na análise o factor motivação.

Motivação

As narrativas que os/as descendentes constroem sobre os seus percursos transmitem a convicção de que o trabalho cívico ou associativo que têm desenvolvido se reveste de funções significativas, desde logo e em primeiro lugar para si próprios, mas também para os grupos a quem se dirigem, ou para a sociedade no seu todo. Relatam o valor que o associativismo ou activismo cívico assume na vida pessoal, o que pode ser interpretado como elemento estruturante da identidade. Esta valorização, articulada com a crença no efeito positivo da acção individual e colectiva, justifica a opção de prosseguir um caminho que, sendo difícil, não se pondera abandonar, pelo menos num futuro próximo.

Conforme sublinha Braga da Cruz (1990: 237), indagar sobre a motivação subjacente à acção política exige considerar os valores aí expressos, pois a mobilização política, independentemente das formas que possa assumir, *"faz-se sempre em torno de valores"*.

Ora, de entre as razões e motivações que conduziram ao início e à continuidade do activismo, constata-se que existe uma articulação entre motivos mais "egoístas", pela procura em satisfazer necessidades individuais – que podem passar pelo acesso a actividades lúdicas, culturais ou formativas, ou mesmo um emprego – e motivos mais "altruístas", traduzidos na preocupação em resolver problemas que afectam o meio social onde os jovens se inserem. Na motivação para o activismo pode coincidir a satisfação de uma necessidade individual, ao mesmo tempo que se desenvolve uma acção destinada ao bem-estar de outros, tal como defendido por Lipovetsky (1994).

Numa outra perspectiva, o activismo pode estar também associado a temas ou causas que interpelam os indivíduos a participar nessa área específica, assumindo-se assim como factores que reforçam a motivação em exercer um papel interventivo na esfera pública. Verba e co-autores designam estes temas como *"issue engagements"* (temas de envolvimento cívico), definindo-os como compromissos políticos que estimulam a participação e que podem emergir do interesse do indivíduo em determinados assuntos ou do facto do próprio activista ser um potencial beneficiário de uma dada acção ou política estatal (Verba *et al*., 1995: 391-415). Os temas de envolvimento cívico (*issue engagements*) podem ser equiparados aos "motivos situacionais" analisados por Kosic (2007: 15-19), pois radicam em experiências problemáticas vividas pelos imigrantes no país de acolhimento que despoletam a acção individual e a colectiva como meio de as enfrentar.

Partindo das razões e motivações apresentadas como justificativas da continuidade do activismo dos/as descendentes é possível identificar alguns "motivos situacionais" ou "temas de envolvimento cívico" relevantes. Os motivos que sobressaem relacionam-se com a melhoria das condições dos bairros onde residem e com a procura de resolução de problemas que afectam os jovens africanos. Embora os/as jovens activistas sejam também beneficiários da intervenção, as acções que realizam produzem efeitos positivos mais alargados, atingindo a população residente num dado bairro, em geral, ou outros jovens descendentes, em particular.

4. Conclusão

A análise das trajectórias coloca em destaque que a participação associativa é um processo dinâmico e exigente, que implica a convergência entre a posse de recursos e a vontade de intervir na esfera pública. Se os recursos estão relacionados com a capacidade de envolvimento em actividades cívicas, são as características pessoais e a sua combinação com as motivações expressas que permitem mobilizá-los a favor do activismo e do associativismo, dando lugar a uma participação com regularidade e continuidade.

Tendo em mente as conclusões do estudo de Verba, Schlozman e Brady (1995), que colocam a posse de recursos na primeira linha da cadeia causal do processo de participação, não se pode afirmar que os recursos tenham assumido um papel mais preponderante na explicação da génese e da continuidade das trajectórias dos/as descendentes, em detrimento da intervenção de características pessoais ou da motivação. Lembre-se que as características pessoais e a motivação são elementos-chave para compreender a iniciativa de alguns jovens na concretização das primeiras experiências de activismo cívico. Os resultados da presente pesquisa aproximam-se mais das conclusões de Triandafyllidou e Vogel (2005), que defendem que o processo de activação da participação política se baseia na conjugação entre factores individuais e estruturais, não atribuindo primazia a nenhuma dimensão.

Recorrendo à imagem de uma meada cujos fios não se podem dissociar, sustenta-se que as trajectórias associativas analisadas se alicerçam numa conciliação indissociável entre capacidade e vontade: a posse de determinados recursos capacita os/as jovens para participar; a vontade que emana das características e motivações pessoais conduz à mobilização dos recursos disponíveis para desenvolver actividades cívicas, ao invés de um investimento em actividades de outra natureza.

A coerência entre os factores individuais que operam significativamente neste processo – recursos, atributos pessoais e motivação – permite a aquisição de disposições que favorecem o empenho social e cívico dos/as descendentes activistas, estimulando e agilizando as trajectórias. Paralelamente, as dinâmicas associativas e comunitárias em curso nos bairros e o acesso a programas de apoio ao associativismo, por via do reconhecimento legal e institucional das associações de imigrantes e descendentes como actores sociais e políticos, criaram oportunidades de inserção profissional. Da convergência entre estes factores resulta a sustentabilidade e a continuidade dos percursos de participação cívica.

A interacção entre elementos que se reforçam reciprocamente conduz, assim, ao que designamos por *sistema de catalisação da participação associativa*. Neste sistema dinâmico, é a reciprocidade de influências entre as condições e traços facilitadores do activismo que funciona como catalisador da participação, demonstrando que não se pode dissociar a capacidade da vontade. Defende-se, portanto, que a participação associativa dos/as descendentes reflecte um compromisso e um investimento pessoal no exercício de uma cidadania activa, num contexto de défice de participação política da sociedade portuguesa.

Referências bibliográficas

Almeida, A. N., Ferrão J., & Delicado, A. (2002). *Caracterização do voluntariado em Portugal.* Lisboa: Comissão Nacional para o Ano Internacional do Voluntariado.

Cruz, M. B. (1985). A participação política da juventude em Portugal. *Análise Social, XXI* (87-88-89), 1067-1088.

Cruz, M. B. (1990). A participação política da juventude em Portugal – as *élites* políticas juvenis. *Análise Social, XXV* (105-106), 223-249.

Delicado, A. (2003). A solidariedade como valor social no Portugal contemporâneo. In J. Vala, & M. V. Cabral, A. Ramos (Org.) *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, (199-256).

Fernandes, E. P. (2006). *Mediação: seu impacto nos jovens mediadores interculturais (um estudo de caso). Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais*. Lisboa: Universidade Aberta.

Goleman, D. (1997). *Inteligência emocional*. Lisboa: Temas e Debates.

Gropas, R. (2008). Is naturalisation a factor in immigrant activism?. In D. Vogel (Ed.), *Highly active immigrants. A resource for European civil societies*. Frankfurt am Main: Peter Lang, (145-160).

Hespanha, P. et al. (2000). *Entre o estado e o mercado. As fragilidades das instituições de protecção* social em Portugal. Coimbra: Quarteto.
Lipovetsky, G. (1994). *O crepúsculo do dever, a ética indolor dos novos tempos democráticos*. Lisboa: Dom Quixote.
Kosic, A. (2007). Motivation for civic participation of immigrants: the role of personal resources, social identities and personal traits. http://www.uni-oldenburg.de/politis-europe/download/WP11_POLITIS_Kosic_2007fin.pdf (consultado na Internet em 20 de Setembro de 2007).
Martins, M. M., & Teixeira, C. P. (2005). *O funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal.* Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
Mozzicafredo, J. (2000). *Estado-Providência e cidadania em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
Neto, F. (1998). *Psicologia Social, volume I*. Lisboa: Universidade Aberta.
Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone. The collapse and revival of American community*. New York/London: Simon and Schuster.
Santos, B. S. (1990). *O Estado e a sociedade em Portugal* (*1974-1988*). Porto: Edições Afrontamento.
Triandafyllidou, A., & Vogel, D. (2005). Civic activation of immigrants. An introduction to conceptual and theoretical issues. http://www.uni-oldenburg.de/politis-europe/download/WP1_POLITIS_VogelTriandafyllidou_2005.pdf (consultado na Internet em 5 de Março de 2006).
Verba, S., Schlozman, K. L., & Brady, H. E. (1995). *Voice and equality: civic voluntarism in American politics.* Cambridge/London: Harvard University Press.

Multiculturalismo, Globalización y fenómeno migratorio

Octavio Uña
Director departamento Ciencias Sociales Universidad Rey Juan Carlos
octavio.una@urjc.es
Gonzalo López
Investigador Universidad Rey Juan Carlos
gon_lopez@hotmail.com
Giuliano Tardivo
Investigador Universidad Rey Juan Carlos
giulianotardivo@hotmail.com

Resumo: En esta breve ponencia tratamos de resumir y explicar los debates a nivel académico, intelectual, sociológico y filosófico que se han desarrollado en torno a temas claves como globalización, multiculturalismo, aceptación del otro y de la diversidad.

Introdução

Globalización y cultura global son términos utilizados por los analistas en los planos sociológico, político e histórico desde hace al menos un par de decenios, sobre todo a partir del 9 de Noviembre de 1989, día de la histórica caída del Muro de Berlín y, según Dahrendorf y otros autores, fecha histórica que simboliza el "principio de otro mundo"1. Con este simbólico acontecimiento, como es bien sabido, se cerraba para siempre la época de la Guerra Fría2, que dividió durante 45 años al mundo. Terminaba, así, un conflicto largo aunque sólo potencial, siempre amenazador pero nunca llevado a cabo, por ser demasiado peligroso y destructivo como para consumirse hasta sus consecuencias extremas3.

La globalización tiene sus raíces históricas y culturales en la sociedad de masas, que se plasmó en la década de los sesenta: en esta época asistimos a la difusión generalizada de los media en todos los hogares, y se difundió entre los jóvenes una idea de "libertad" y de "comunidad" que, de alguna forma, anticipan las comunidades virtuales y la libertad de expresión que caracterizan a la red en su actual desarrollo. Además en los sesenta nació en EE.UU. Arpanet4, considerada la red precursora de Internet, que tiene sus raíces en investigaciones y aplicaciones que se llevaron adelante como mínimo desde 1969. De todas formas es innegable que el mundo globalizado y la cultura global, del que procede, representan, sin duda alguna, un "*Aufhebung*" del precedente modelo. Así como frente al ímpetu suscitado por la difusión de los medios de masas se creó una dicotómica y maniquea distinción entre apocalípticos e integrados5. Igualmente ante la difusión de la cultura

1 Dahrendorf, R. (2005): En busca de un nuevo orden, Barcelona, Paidós: 34.
2 Fue el periodista Walter Lippman, en 1947, el pionero en utilizar el concepto de Guerra Fría.
3 Algunos teóricos de las Relaciones Internacionales como Di Nolfo afirman que las mismas bombas de Hiroshima y Nagasaki fueron utilizadas no sólo para derrotar definitivamente a Japón sino también como advertencia a la Unión Soviética. Si fuera acertada esta tesis, la Guerra Fría no sólo habría sido una guerra más caliente de lo que se pensó sino que habría tenido su mismo "incipit" con el arma más sangrienta y mortífera hasta entonces conocida. Véase a este propósito Di Nolfo, E. (2002): Dagli imperi militari agli imperi tecnologici, Roma-Bari, Laterza.
4 Arpanet surgió en 1969 y consiguió conectar diferentes centros de investigación universitarios a una única red de ordenadores. Debe su nombre a la agencia ARPA, creada por el Ministerio de Defensa, que ideó esta red para mejorar la comunicación militar y, por consiguiente, la fuerza del ejército americano en su lucha contra los ejércitos soviéticos.
5 Véase el famoso texto del semiólogo y escritor italiano Eco, U. (2004): Apocalípticos e integrados, Barcelona, Mondadori.

global se han creado divisiones entre defensores de la globalización y adversarios y, más aún, entre zonas de privilegio que se pueden aprovechar de las ventajas de la nueva conformación del mundo y zonas totalmente excluidas, que perciben sólo negatividad, y que reciben continuamente el mensaje "no sois parte del mundo real". Entre los aspectos negativos de la globalización, Dahrendorf evidencia el incremento del tráfico mundial de drogas o el terrorismo, que se han beneficiado de la disminución de los controles y del desarrollo de las nuevas tecnologías y la creciente anomía, retomando un concepto introducido en el lenguaje sociológico por Durkheim. Además los medios se han convertido en el eje central de la sociedad y la invisibilidad produce la muerte social de los sujetos, que, como dice Bauman, en la sociedad del "compro, luego existo" son comparables en todo a unos meros productos comerciales. Ha cambiado también el concepto de tiempo: desde la seguridad a largo plazo de la sociedad de productores a la actual sociedad centrada en el consumo como eje central que busca la satisfacción inmediata y la acelerada lógica ahorista y sustituye la antigua "*forma mentis*". "Todos nuestros deseos deben ser inmediatamente satisfechos", diría con una celebre frase Erich Fromm. El consumo que antaño era sinónimo de destrucción y desperdicio o de vanidades mundanas, que había que rechazar en nombre de Dios y del "ascetismo", hoy se convierte en la "condicio sine qua non" de nuestro ser social, de nuestro estar en el mundo y en el determinante principal de nuestro estatus social. Sentirse bien se ha convertido en sinónimo de acumulación: el fetichismo de los objetos del cual nos había avisado Marx parece gustar mucho a los publicistas y no sólo a éllos6.

Entre los muchos elementos objetivos que podríamos destacar de esta nueva conformación del mundo tendríamos que subrayar el histórico pasaje de una economía dominada por el terciario a una sociedad dirigida por el conocimiento, la información, las nuevas tecnologías y, más en general, la economía inmaterial. Las tecnologías transmisoras de información se han convertido en las nuevas y absolutas protagonistas de la economía global, como demuestran la difusión creciente del e-commerce y la trasformación de muchas empresas tradicionales en organizaciones en red. Además éstas ocupan espacios cada vez más importantes en nuestra vida cultural y social, que se está literalmente convirtiendo en "*cibervida*"7. De hecho hay quien define sin rodeos esta nueva etapa del desarrollo humano como la era del "capitalismo mediológico" o, si se quiere, de "*mundialismo comunicativo*"8.

Las nuevas tecnologías ejercen un papel tan importante que, como dijo McLuhan, representan el primer factor de cambio social9 e incluso político, como demostró la movilización que hubo en España después del atentado del 11-M. De hecho ¿no fue este genial y extravagante profesor de literatura inglesa10 el mayor precursor de la actual "virtualidad" cuando habló de "aldea global" o cuando reveló en su obra *Comprensión de los medios* que estábamos a punto de alcanzar la fase final de las extensiones del hombre? Estamos, "*si parva licet componere magnis*", ante el Virgilio de la Sociedad Red, es decir, la sociedad de nuestro tiempo, con su actual forma organizativa, con las redes informáticas y tecnológicas e Internet como protagonistas que "conectan lugares mediante flujos de información y comunicación"11. El cambio copernicano ha tenido fuertes repercusiones también a nivel cultural y social. La llamada ética o cultura *hacker* ha permitido la difusión masiva de Internet y de la comunicación masiva, entendida en su significado etimológico originario, es decir como puesta en común de los resultados de las investigaciones y de los descubrimientos, cooperación y coparticipación.

Las nuevas tecnologías y sobre todo Internet han facilitado la comunicación a escala global y agilizado los intercambios, llegando a producir una nueva conformación del mundo. El sociólogo Castells define este nuevo mundo, "*apertis verbis*", como *Galaxia Internet*, en oposición a la antigua y tradicional Galaxia Gutenberg, nacida con la imprenta12. Ésto no significa que no hayan surgido nuevos problemas y nuevas apartheid sociales. Los nuevos excluidos del uso de las modernas tecnologías son los habitantes de zonas marginales: la renta, la educación y la edad se han convertido en determinantes básicos en el uso de Internet. Los trabajadores, los inmigrantes y las mujeres, como confirma Alain Touraine, son los que más padecen estos cambios.

Estos nuevos excluidos representan una versión contemporánea de los que Marx en otra época llamó "*lumpen proletariat*". Aunque el determinismo tecnológico de McLuhan en la década de los '80 parecía haber pasado de moda, destruido por las críticas de ilustres académicos como el mismísimo Umberto Eco, sus profecías y sus análisis, que a veces ni siquiera él mismo compartía, y el llamado partido de los "*mcluhanistas*", al cual ni él creía pertenecer, "*mutatis mutandis*", parecen volver a tener un cierto interés todavía hoy. Mientras el otro McLuhan, Jean Baudrillard, denunciaba en sus ensayos la disolución de la histórica distinción entre lo real y lo abstracto, y la proliferación del modelo Disnleyland, importado desde EE.UU.

¿Es la globalización la prosecución de un proceso ya empezado muchos años atrás o un fenómeno del todo nuevo sin raíces en el pasado? El debate sigue abierto. Albero Asor Rosa, Michel Hardt y sobre todo Toni Negri13, miran al pasado

---

6 En Qualter, T.H. (1994): Publicidad y democracia en la sociedad de masas, Barcelona, Paidós: 68.

7 En Bauman, Z. (2007): Vida de consumo, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica: 13.

8 Muñoz, B. (2005): La cultura global, Madrid, Pearson: 13 y ss.

9 A este propósito se pueden encontrar importantes reflexiones en Sempere, P. (2007): McLuhan en la era de Google, Madrid, Editorial Popular y en Horrocks, C. (2004): Marshall McLuhan y la realidad virtual, Barcelona, Gedisa.

10 Lamberti, E. (2000): Marshall McLuhan, Milano, Mondadori.

11 En Castells, M. (ed.) (2006): La Sociedad Red: una visión global, Madrid, Alianza: 30.

12 McLuhan, M. (1962): The Gutenberg Galaxy: the Making of Tipographic Man, University of Toronto Press.

13 Entre los críticos de los análisis y reflexiones de Toni Negri se encuentran el filósofo francés Daniel Bensard y el sociólogo americano James Petras. Sin embargo Néstor Kohan y Slavoj Zizek han comparado al autor de Imperio con el Marx de El Manifiesto. Kohan, N. (2002): Toni Negri y los desafíos de Imperio, Madrid, Campos de Ideas.

para resucitar el concepto de "Imperio". Una palabra antigua, casi cuanto el hombre, que parecía haber desaparecido del "*Historikerstreit*". "*Imperio*" en este caso no se refiere a una presunta americanización del mundo por parte de la "hyperpuissance"14, como podría parecer a un lector despistado, sino a un nuevo orden mundial, el de la globalización soberana, que se impone, que detiene un verdadero "*poder biopolítico*"15 o "*biopoder*", que regula la vida misma y todos los campos sociales desde el interior, y que dificulta cada vez más las voces de protesta o las elecciones alternativas. De hecho, según un admirador de Gramsci como Jameson nuestra época más que el fin de la historia signa el final del análisis crítico, de las voces disidentes, que se oponen a la nulidad axiológica, cada vez más percibidas como amenazas y alteraciones16.

Según Jean François Revel, filósofo de la derecha francesa, el verdadero padre de la Globalización desde un punto de vista teórico sería nada menos que Francis Fukuyama, hoy día abandonado por sus propios secuaces, que más que el fin de la historia17 con su famosa profecía se refería a la 'mundialización' de la economía18. En realidad, dice Negri en su célebre *Imperio* las posiciones de Fukuyama y Friedman, que exaltan el "*American Way of live*", no son las únicas y tienen que convivir con posturas menos optimistas como las conservadoras de Pat Buchanan y Sam Huntington o las de la izquierda crítica.

Otra cara del proceso de globalización es la 'desterritorialización' y la creciente crisis del Estado-Nación, al menos en la forma clásica que hasta ahora hemos conocido, analizada, entre otros, por Immanuel Wallerstein19, otro gurú y teórico "*ante litteram*" del mundo globalizado y de sus consecuencias. Si, como decía Weber, la característica fundamental del Estado-Nación (concepto nacido después de la Revolución Francesa y que en el siglo XX se convirtió en la base de los totalitarismos opuestos) era el monopolio del uso de la violencia legítima, los estados contemporáneos se muestran ser cada vez más incapaces de asegurar la defensa de los ciudadanos.

Si utilizamos un lenguaje "*hobbesiano*", si cedemos todos nuestros derechos al Estado para que nos defienda y éste se revela incapaz, entonces el Estado pierde su función básica y la razón de existir. El declive del Estado-Nación (que ya no detiene su antiguo poder y se convierte en un elemento más dentro de la compleja economía mundial mientras deja cada vez más peso en las manos de los grandes grupos económicos trasnacionales) afecta, incluso, según Wallerstein, a Estados Unidos, destinado a hundirse, junto con la actual configuración del mundo. Un declive lento que empezó con la guerra de Vietnam y que ha seguido con el atentado a las Torres Gemelas, otro claro "*signum prognosticum*" de la imparable decadencia.

La otra cara de esta inseguridad es el fenómeno migratorio, percibido en Occidente como un problema más que como un recurso y una fuente de posible desarrollo. La vuelta al 'grupismo' y a las teorías neodarwinistas y a las etiquetas étnicas y religiosas es, utilizando las mismas palabras de Wallerstein, la respuesta de la asustada opinión pública occidental a dicho fenómeno. O, si tomamos las palabras de Adorno, podríamos añadir, como demuestra el éxito electoral de la extrema derecha en muchos países de Occidente, que vuelve la personalidad autoritaria, "que necesita al Otro para someterlo y humillarlo"20.

"El Otro" tendría que ser un elemento imprescindible para el enriquecimiento personal y la misma definición de la propia identidad. Como decía Goffman, la identidad del Yo se define en relación con el Otro. Pero el otro desgraciadamente en un mundo de bienes cada vez más escasos vuelve a ser el enemigo de otras épocas. Y aquí vamos a abrir un paréntesis sobre el concepto de extranjero en la historia, para demostrar que lo que está ocurriendo en Occidente hoy día no es nada nuevo sino una repetición de lo ya visto en muchas otras etapas de nuestra historia. Si analizamos desde un punto de vista etimológico la palabra extranjero, podemos ver que en todos los idiomas y en todas las culturas, desde las más complejas y desarrolladas civilizaciones hasta las más elementales, se ha utilizado siempre para identificar algo extraño y diferente y para expresar la idea de alteridad.

Extranjeros o extranjeras son todas aquellas personas, ideas, cosas, rituales, etc. con los cuales no conseguimos establecer de forma inmediata, *"pavloviana"*, una *"sunpatheia"* porque nos resultan desconocidos, poco familiares y, así como ocurre con todo lo que es novedoso, ponen en duda nuestro tradicional sistema de creencias.

El propio y agudísimo Suetonio llegó a definir el cristianismo (la religión que derrotó al mundo pagano y con él, el sistema de vida y de creencias hasta entonces universalmente aceptado) con la célebre fórmula: "*superstitio nova et malefica"*: "lo nuevo, lo desconocido, es extraño, es maléfico, es dañino". Y hasta en nuestros modernísimos tiempos la palabra en sí sigue teniendo una connotación todavía tan negativa que los pensadores más liberales y abiertos, en lugar de

14 El ex ministro francés Hubert Vedrine fue el primero en definir a los Estados Unidos como la Hyperpuissance, en lugar del concepto tan usado de "Superpotencia".

15 La influencia que ha ejercido en la parábola intelectual del filósofo italiano el pensamiento post-estructuralista francés (corriente que rechazaba la idea de estructuras centralizadas y exaltaba la multiplicidad) como, entre otros, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jacques Derrida, está claro y es reconocido por el mismo Negri: "Hemos hibridado el marxismo obrero con las perspectivas del post-estructuralismo francés con Spinoza como óptimo punto de encuentro ontológico" dice en Negri, A. (2003): Cinque lezioni su Impero e dintorni, Milano, Raffaele Cortina.

16 Muñoz, B. (2005): o.c.: 38-40.

17 Una teoría que, como bien es sabido, se derribó junto con las dos torres.

18 Revel, J. (2003): La obsesión antiamericana, Barcelona, Urano-Tendencias.

19 Wallerstein, I. (2003): Wallerstein y la crisis del Estado-nación, Madrid, Campo de Ideas; (2004): Capitalismo histórico y movimientos antisistémicos, Madrid, Akal.

20 En Muñoz, B. (2005): o.c.: 44. Véase también Muñoz, B. (2000): Theodor W. Adorno: teoría crítica y cultura de masas, Madrid, Fundamentos.

extranjeros a secas, prefieren utilizar muchas veces eufemismos como "personas de origen extranjero" o expresiones parecidas. 21

En el mundo antiguo, especialmente en Grecia y Roma, el concepto de extranjero es en realidad ambivalente y no se utiliza sólo para describir lo extraño y por ende peligroso. El latino *"hostis"* designaba en origen a aquellos que, a pesar de no ser romanos por nacimiento, eran considerados *"pari iure cum populo romano"*. Sólo en un segundo momento "hostis" se convierte en sinónimo de enemigo público, *"perduellis"*, y se separa radicalmente del *"hospes"* (huésped) y a la vez también del *"inimicus"* (el enemigo privado) Sin olvidar la figura del *"competitor"*, que coincide con el adversario en cuestiones de intereses.

Tras el concepto de *"hospes"* y *"hostis"* hay mucha ambivalencia: el uno se puede convertir en el otro cuando uno menos se lo espera. El estatus de huésped o enemigo no es un *"Beruf"*, y no estamos predestinados a vestir los hábitos de uno u otro grupo de forma permanente22. De hecho, tras el huésped se puede esconder el peor de los enemigos, así como bajo el enemigo puede aparecer de repente un antiguo hospes. La historia, antigua y moderna, está llena de episodios que atestiguan este pasaje, esta posibilidad de cambiar de estatus. En el año 212 d.C, con la aprobación de la Constitución de Caracalla los romanos deciden conceder la ciudadanía, el estatus del *"civis romanus sum"*, a todos los súbditos del Imperio, es decir a todas aquellas poblaciones con las que se habían enfrentado. Desde enemigos a ciudadanos de una misma comunidad, el cambio copernicano es incluso ratificado por ley. Sin embargo en los albores de su expansión Roma había derrotado a las poblaciones limítrofes, como etruscos y sanitas, y les había concedido sólo una "ciudadanía de segunda", desprovista de los derechos más elementales23. Así, los romanos se portaron también con las poblaciones del Sur de Italia, después de las famosas guerras pírricas. Las poblaciones que fueron conquistadas se convirtieron en *"socii"* (súbditos) sin los derechos propios de los ciudadanos.

Pero si hay un autor que es paradigmático en lo que concierne a la ambivalencia entre la figura del huésped y del enemigo, este es sin duda alguna Homero. Tan grande y útil que, como decía Aristarco, Homero se puede explicar sólo mediante Homero. En la antigua Grecia el extranjero, *"xenos"*, era, ante todo, un huésped y sólo en un segundo momento se podía convertir también en enemigo. Los deberes de hospitalidad eran sagrados y casi inherentes a la condición humana: en la Odisea, por ejemplo, Homero recuerda cómo los Cíclopes24 son fieras inhumanas que no tienen en cuenta ni las más elementales reglas de la *"xenia"*. De hecho, el terrible y a la vez ingenuo Cíclope se dirige a Ulises como ningún griego respetuoso de los dioses y, por ende de los huéspedes, jamás habría hecho: *"¿O Xenoi tines esté?"* y en seguida le pregunta si había llegado hasta allí para provocar algo dañino. En la retorcida mentalidad del Cíclope, el único *"xeineion"* que se siente obligado a ofrecer al *"polymechanos"* Ulises es la promesa de dejarle como postre de su horrible y canibalesca comida. El extranjero es para el brutal y pantagruélico Cíclope sinónimo de peligros y daños. Prejuicios y perjuicios se esconden detrás de una cara desconocida, así como ocurre, *"mutatis mutandis"*, en nuestros tiempos, en nuestros *"anti-cicloópeos"* mundos25. Y el mismo Ulises, una vez llegado, sin haberse dado cuenta, en la nativa Ítaca se pregunta a sí mismo: "Desgraciado, ¿a qué tierra he llegado? Quizá a la de violentos y salvajes, sin leyes, u hospitalarios y bien dispuestos hacia los dioses". El tema de la hospitalidad reaparece continuamente durante el largo periplo del sagaz Ulises.

Episodio del Cíclope aparte, toda la saga homérica se construye en torno a esta ambivalencia. Y como se puede deducir leyendo los maravillosos versos del "soberano poeta"26 ciego, en general los que aman a los dioses, y los que no se olvidan de venerarlos, nunca traicionan a sus huéspedes. Siempre tienen algo que ofrecer para el hambriento y triste viajero que se dirige hacia la tierra nativa entre miles de peripecias.

Emblemático es el episodio de Alcinoo, rey de los feacios: después de su discurso toda la corte se pone inmediatamente a trabajar para acoger al huésped como piden los dioses. En honor de Ulises, Alcinoo encarga un maravilloso banquete y el pobre viajero puede así reconfortarse, hasta que oye los cuentos de los heraldos sobre el altercado que hubo entre él y Aquiles e intenta inútilmente esconder sus lágrimas27.

Hasta los personajes más humildes conocen las reglas de la *"xenia"* y son fieles seguidores de estas, como lo atestigua el caso de Eumeo, el humilde porquero que pasa triste sus días por la lejanía de su amado dueño. Acoge al mendigo como si hubiera reconocido desde el primer momento que se trataba de su amado Rey y sacrifica por él dos cochinos.

Aunque la reciprocidad, como hemos dicho anteriormente, sea un elemento esencial de la *"xenia",* hay muchos casos de trasgresión a esta férrea regla: el mismo Eumeo cuenta al mendigo que Penélope acoge a todos los extranjeros que

---

21 Véase a este propósito lo que se dice en Malgesini, G. y Jiménez, C., (2000): Guía de conceptos sobre migraciones, racismo e interculturalidad, Madrid, Catarata: 188.

22 Según el filósofo italiano Umberto Curi en Curi, U., (2005): "Sul concetto filosofico di straniero", Diritto Immigrazione e Cittadinanza, nº3: 42 – 58, la ambivalencia entre el "xenos" huésped y el "xenos" enemigo se parece a la dualidad del concepto de "pharmakon", a la vez remedio y veneno, y de "doron", don y engaño (véase por ejemplo el famoso caballo de Troya o el vaso de Pandora).

23 En Monge Marigorta, J. A. (2006): "Roma conquista Italia", Historia – National Geographic, nº 29: 72 – 83.

24 Según la interesante interpretación de Rosa Calzecchi Onesti, en Omero, Odissea, (traducción al italiano de Rosa Calzecchi Onesti, Torino, Einaudi, 1982, pág. 235,), la tierra de los Cíclopes no es una invención puramente fantástica sino que representa fidedignamente a cualquier población primitiva desprovista de las más elementales reglas de convivencia humana. Es decir: una especie de "homo homini lupus" ante litteram.

25 Sin embargo, hay que recordar que mientras en la antigua Grecia la hospitalidad era por definición recíproca, esto no siempre ocurre en nuestros días: ¿qué puede ocurrirle a un cristiano que quiere profesar su religiosidad en un país islámico no moderado?

26 Así, Virgilio, que acompaña a Dante en su viaje infernal, se refiere a Homero en el canto cuarto de la Divina Comedia: "Aquel es Homero poeta soberano".

27 Véase el libro VIII de la Odisea.

se presentan a su palacio y que ellos, en cambio, le cuentan muchas mentiras sobre el destino de su amado marido28. Y a este propósito tampoco hay que olvidar al caso de Eurialo que, a despecho de los sagrados principios de la hospitalidad, desafía a Ulises con insultantes palabras: "Extranjero, tu no pareces un atleta". Ulises, herido en su orgullo, acepta la provocación a condición de que no se le obligue a competir con Laodamante, que le estaba hospedando. De hecho, ¿qué persona humana "podría luchar contra su huésped?"29

La misma guerra de Troya empieza (¿quién no lo recuerda?) por un delito contra las reglas de la hospitalidad. Un delito sin expiación, destinado a dejar estigmas para la eternidad. Más de mil años después, Dante colocará a Paris, entre los pecadores carnales "que la razón someten al talante", junto con Paolo y Francesca30. Y si el Poeta se pone a llorar por los tristes cuentos de la pobre Francesca, atormentada por el amor incluso después de la muerte, Paris es un simple nombre, culpable entre los culpables, que *"il ghibellin fuggiasco"31* cita en passant.

El vínculo originado por la hospitalidad es tan fuerte y estrecho que consigue parar incluso las batallas o luchas más cruentas: Diomede y Glauco dejan las armas cuando descubren que sus antepasados habían sido huéspedes y renuevan el antiguo vínculo de sus parientes32.

Y no se pueden olvidar otros grandes autores de la antigüedad que construyen sus cuentos alrededor del concepto de "xenia": en sus Metamorfosis Ovidio nos habla de las *"mille domos clausere serae"*, es decir de las miles de puertas que cerraron con cadenas al dios Júpiter que, con hábitos de mendigo, pedía hospitalidad…Filemone y Bauci, los únicos que acogen al falso mendigo asistirán a la transformación de su humilde hogar en un maravilloso templo. Los dioses saben siempre cómo recompensar a quienes los respetan. La *"xenia"*, de hecho, es siempre un *"do ut des"*, un don en el sentido socio-antropológico de la palabra33.

No cabe duda: dañar a los huéspedes es sinónimo de dañar a los dioses, es decir, mancharse con la culpa más grave conocida por la justicia griega. Detrás de un pobre mendigo que pide un trozo de pan y una cama se puede esconder, y no sólo metafóricamente, como en el episodio antes mencionado, un dios que pone a prueba a los hombres porque, como dijo Ermete a Ulises "theoi panta dunantai" ("todo lo pueden los dioses") Paganismo y religión cristiana nunca han estado tan cerca como lo están ante las peticiones de los huéspedes: "En verdad, en verdad os digo: quien acoja al que yo envíe, me acoge a mí, y quien me acoja a mí, acoge a Aquel que me ha enviado".

Pero no todos pueden aspirar al título de hospes. Los bárbaros (palabra creada por el helenismo maduro y después recogida por la civilización romana) que hasta en el lenguaje incomprensible demuestran su estado de inferioridad, nunca podrán ser aceptados como tales. Los bárbaros son los extraños, los que farfullan un raro "bar-bar"34, y contra ellos el único método posible es el de la espada: el *"polemos"*. El mismo Herodoto, "el padre de la Historia", según palabras de Cicerón, que se había formado en un ambiente cosmopolita como el que reinaba en Halicarnaso35 por aquel entonces, describe a los bárbaros -los egipcios en este caso- como si de seres inferiores se tratara, más parecidos a las mujeres que a los hombres. Las leyes de la hospitalidad no se aplican hacia los bárbaros: el bárbaro es el monstruo que hay que eliminar y después de haberle eliminado lo único que queda es el *"nunc est bibendum":* no se puede sentir piedad alguna hacia los bárbaros: hay que eliminarlos de la tierra…la lógica rooseveltiana del "tenemos que luchar porque los pueblos que viven en la barbarie se liberen de sus cadenas" todavía no había cuajado. Para los bárbaros no vale la "apocatástasis" de Orígenes36.

Hasta Aníbal, al que los romanos consideraban extranjero-enemigo *"par excellence",* después de haber pasado los últimos doce años de su vida mendigando hospitalidad, murió en Bitinia, como nos cuenta Tito Livio, probablemente suicidándose, invocando las sagradas leyes de la *"xenia"* y quejándose por el hecho de que a él no le habían sido aplicadas: "(…) Los antiguos romanos advirtieron al rey Pirro, un enemigo armado que se encontraba en Italia con su ejército, que tuviera cuidado con el veneno. Ahora han enviado a un ex cónsul [Tito Quintio Flaminino] como emisario para obligar al rey Prusias a que asesine a su huésped, rompiendo así las leyes divinas de la hospitalidad"37.

Algo parecido a lo que ocurría en Atenas o en Roma hace milenios sigue ocurriendo hoy, aunque no hay que generalizar, en las sociedades aparentemente menos desarrolladas y que viven más lejos de los principios de la modernidad. El antropólogo Clifford Geertz38 nos cuenta, por ejemplo, una historia popular que se transmite entre los habitantes de la isla

---

28 Véase los versos 125-130 del libro XIV de la Odisea.

29 Véanse los versos 208 del libro VIII de la Odisea.

30 Véase el canto quinto del Infierno de Dante en la versión comentada por V. Sermonti en Sermonti, V. (edición de) (2001): L'inferno di Dante, Milano, Rizzoli: 93 – 113.

31 Así, Dante se define a sí mismo, a pesar de su pertenencia al partido de los guelfos.

32 Citando el episodio de Glauco y Diomede, María Yolanda Montes Miralles, en Montes Miralles, M. Y., "Mecanismos de definición ideológica de la sociedad homérica", en AA. VV. (2006): La construcción ideológica de la ciudadanía, Madrid, Editorial Complutense: 37-38, nos habla del "philos – xenos": la xenia crea la "philotes" entre individuos que antes no tenían ninguna relación. "Philos", dice Montes Miralles, es alguien con el que no tengo una relación hostil, más que amigo verdadero…es en la sociedad homérica uno de mi grupo o uno con el que no estoy enfrentado.

33 Véase a Marcel Mauss.

34 La evaluación negativa no se limita a la incomprensibilidad del lenguaje: como nos recuerda Clifford Geertz, citando a Wittgenstein, en su Geertz, C. (1973): The interpretation of Cultures, New Cork, Basic Books (tr. castellana de Alberto L. Bixio, Barcelona, Gedisa: 27) deriva también de las costumbres y de la misma gente extranjera por cómo es. Emblemática la frase de Geertz a este propósito: "Cuanto más me esfuerzo por comprender lo que piensan y sienten los marroquíes, tanto más singulares me parecen".

35 Como recuerda a este propósito Hernández de la Fuente en Hernández de la Fuente, D. (2006): "Herodoto", Historia- National Geographic, nº 30: 60 – 69.

36 Se trata de la famosa teoría según la cual al fin y al cabo todos, bárbaros e inhumanos incluidos, estamos destinados a la salvación.

37 El episodio, contado por Tito Livio, ha sido recogido por Barceló, P. (2006): "Aníbal", Historia National-Geographic, nº 30: 70 – 78.

38 En Geertz, C. : ob.cit: 363 nota 27.

de Bali relativa a un emblemático caso de "xenia": un hombre que se ha quedado sin dinero por haber participado en demasiadas apuestas regala las últimas monedas que le quedan a un mendigo. Además le invita a su casa y le ofrece el último gallo que le había quedado. También en este caso, así como pasó en los episodios mencionados anteriormente, la hospitalidad nunca es gratuita, siempre tiene su recompensa: el mendigo, que en realidad es Siva, y que vive en un maravilloso palacio en el cielo, devolverá los regalos percibidos ofreciendo al hombre que le había invitado a tres gallos en su casa.

Acercándonos más a nuestros tiempos un ejemplo clamoroso de la ambivalencia del concepto de extranjero enemigo-huésped y de la posibilidad de conversión -desde enemigo absoluto a nuevo e inesperado aliado- lo encontramos en la figura del presidente egipcio Sadat, que visitó Jerusalén después de haber firmado la histórica paz con el ex enemigo judío. Al recordar su llegada a la tierra de Israel el futuro mártir declaró: "La incredulidad se convirtió pronto en maravilla".

Más interesante aún por lo que concierne a la teoría contemporánea sobre el concepto de extranjero-enemigo es el pensamiento de Carl Schmitt: el filósofo alemán describe al extranjero, es decir al extraño, al que está fuera de la comunidad de los amigos, como el enemigo público con el que hay que enfrentarse. Schmitt recoge la idea antigua de los bárbaros, que no comparten las reglas de pertenencia a una comunidad: contra ellos hay que luchar hasta la muerte. El enemigo para Schmitt es el que procede de fuera, es externo al Estado y con él no es posible ningún intento de síntesis hegeliana. Y al igual que pasaba en la antigüedad, también en el pensamiento del filósofo teutónico el enemigo de hoy puede convertirse en el amigo de mañana. A principios de los años '30, en pleno auge de la modernidad, asistíamos a una terrible vuelta atrás, como si Kant o el iluminismo cosmopolita nunca hubieran existido…

Otro gran filósofo de la modernidad que se ha dedicado al tema de la alteridad, aunque con acentos muy diferentes de los de Schmitt, es Emmanuel Lévinas39. La cuestión del otro se relaciona en el pensamiento de Lévinas con la cuestión del lenguaje40, que es la puesta en marcha de la alteridad41. El otro no puede ser reducido al yo, a lo mismo: hay que descubrirlo a través del rostro42. Apelando a la esencia de la relación con el otro, que es la reciprocidad, Ricoeur43 ha criticado a Lévinas, acusándole de haber olvidado en su teoría justo este aspecto. De hecho para Lévinas el amor hacia el otro es gratuito, no depende de la reciprocidad. Como ha dicho Sergio Labate44 la filosofía de Lévinas es "don del otro45". Según el fundador de la fenomenología, Edmund Husserl, el otro será siempre otro diferente, pero eso no impide que se pueda crear una relación entre el yo y el otro, o entre el yo y el tú, como diría Martín Buber, porque el otro es siempre un espíritu encarnado con el cual se puede entrar perfectamente en contacto, a través del "Einfühlung". Una posición que encontró las criticas y las oposiciones de Lévinas, quien acusó a Husserl de haber reducido "el otro al yo mismo". Pero es sólo comprendiendo al otro que uno puede llegar a comprender de verdad a sí mismo y puede liberarse "del mundo solipsístico de antaño"46. Si, al contrario, prevalece la incapacidad de ir más alla de si mismo y el *"si se non noverit"* de Narciso, nunca podremos percibir en profundidad ni el otro, ni nosotros mismos. Y esta es la mejor herencia que nos deja el pensamiento filosófico sobre esta cuestión.

En realidad hasta en la filosofía moderna no faltan las contradicciones y el extranjero sigue manteniendo en muchos autores su histórica duplicidad y ambivalencia: el otro puede ser sí el rostro del Amor de Lévinas, pero a la vez también el enemigo de Schmitt. Independientemente de las diferentes perspectivas no quedan dudas de que el estudio del otro "de una corporeidad extraña es una forma fundamental y específica de la experiencia"47.

Hoy, sin embargo, en casi todos los idiomas modernos, esta ambivalencia descrita en todas estas páginas, parece desaparecer: el extranjero, (straniero, étranger etc.) es sólo el extraño, el diferente, y el huésped es una categoría "altra", totalmente diferente. Sin embargo esta duplicidad sigue en pie, más viva que nunca: extranjeras son las niñeras que cuidan afectuosamente a nuestro hijos y a la vez los que, en el estúpido imaginario colectivo, quitan el trabajo a nuestros más cualificados jóvenes. Según algunos, los que son útiles de día se convierten en peligrosos por la noche…una esquizofrenia y una postura hostil que Held ha definido eficazmente como *"desfase moral"48.* Entre ellos hay pacíficos vecinos de casa y a la vez sanguinarios terroristas dispuestos a inmolarse49, secuaces del "genial africano"50 Ibn Jaldún51 y wahhabíes52, que

---

39 E. Lévinas (1905-1995) es un filósofo francés de origen lituano. Describir su filosofía del "autrui" necesitaría mucho más espacio. Por consiguiente en este pequeño ensayo podemos sólo presentarla de forma muy rápida.

40 El diálogo infinito es la esencia misma de la filosofía de Lévinas, como se dice en Catucci, S. "Lévinas. Voci incrociate nel dialogo infinito della filosofia", www.swif.it.

41 Véase el ensayo de Vergani, M., "Dire l'altro. L'opera di Lévinas", en Curi, U. y Giacomini, B. (edición de) (2002): Xenos. Filosofia dello straniero,Padova, il Polígrafo: 121.

42 Para explicar más concreta y sencillamente su filosofía del rostro, Lévinas cita un caso concreto: las páginas del texto de Grossman Vida y destino en las que el autor nos habla de los parientes de los presos políticos en la URSS comunista que formaban colas para dejar mensajes a sus seres queridos: cada uno leía en el rostro del otro los sentimientos y las esperanzas de su propia miseria.

43 Se trata de otro gran filósofo francés del siglo XX.

44 Véase Schopflin, M. "L'Amore ama il bene. Parola di Lévinas", www.swif.it.

45 Y el otro es por Lévinas el pobre, la viuda, el huérfano, el extranjero.

46 Dalla Chiara, M. "Intersoggettivitá e intercorporeitá", en Curi, U. y Giacomini, B. (2002): Xenos. Filosofia dello straniero, Padova, Paradosso: 121.

47 Dalla Chiara, M. "Intersoggettivitá e intercorporeitá", en o.c.: 104.

48 A este propósito Imanol Zubero en Zubero, I. (2005): "Especie humana y ciudadanía común: del sueño de la razón ilustrada al proyecto de la filantropía cosmopolita", Documentación Social, 139: 35 – 51 habla de "solidaridad finsemanista". Y añade a este propósito en la pág. 49 del mismo artículo: "Si una sociedad bárbara es aquella en la que algunos de sus miembros sobran, vivimos los más bárbaros de todos los tiempos".

49 En el imaginario colectivo occidental, dejando de un lado los lógicos comentarios de carácter moral sobre estas terribles y cada vez más utilizadas prácticas, también esta forma de suicidarse atestiguaría la diversidad, el ser extraño de los extranjeros de religión islámica. Porque se trata de unas prácticas que rompen con el tabú del instinto de supervivencia, del apego a la vida que caracterizaría a todos los hombres…los fanáticos musulmanes que se inmolan, de hecho, van a

Esta nota continua na página seguinte

tergiversan el mensaje pacífico del Corán. Detrás de una misma cara se esconden a la vez personas que intentan a duras penas acercarse al estilo de vida de Occidente y de la llamada "normalidad" y otras que no consiguen romper con sus extrañas costumbres y siguen con ancestral afición espectáculos extravagantes, como las riñas de gallos o la lucha entre Rangda y Barong53.

En este proceso de involución los medios de comunicación tienen un papel relevante aunque dan poca información, se olvidan de las verdaderas razones históricas y económicas de los retrasos y de la pobreza (como sugiere la teoría de la espiral del silencio de Noelle Neumann54) y en muchas ocasiones cuando hablan de ello sólo presentan la parte negativa. Sirva como ejemplo que los medios europeos relacionan a los árabes con los terroristas, los inmigrantes o los integristas fanáticos y, en el mejor de los casos, con los ricos emires del Golfo, pero nunca se relacionan con la cultura, la investigación, el deporte o cualquier otro valor positivo.

Son los medios de masas, en definitiva, los principales responsables de la ecuación inmigración-conflicto que predomina en la opinión pública occidental, aunque es lógico si tenemos en cuenta que las 500 personas más ricas del planeta suman más dinero que el que tienen en su haber los 416 millones de pobres55. Después del 11 de Septiembre las consecuencias de los atentados sobre Wall Street han ocupado más espacio informativo en televisiones y periódicos que los cientos de trabajadores inmigrantes y precarios que fallecieron ese día.

Como dice el premio Nobel Wole Soyinka, África sirve sólo como contenedor escondido "de residuos industriales y atómicos de los países ricos"56. Las luchas contra el colonialismo, las denuncias de Franz Fanon y el artículo segundo de la Declaración Universal de los Derechos Humanos parecen haber sido olvidados demasiado rápido. El emigrante, el pobre, el excluido vuelve a ser el enemigo, el peligro público que pone a prueba la seguridad ciudadana57, ahora que no sólo se encuentra en el Tercer o Cuarto Mundo sino que también puebla las periferias degradadas de las capitales europeas del Primer Mundo.

Primer y Tercer Mundo parecen hoy mimetizarse más que nunca: mientras Occidente acerca las sucursales de las multinacionales a las zonas empobrecidas, el Tercer mundo parece contestar llenando de guetos y "bidonvilles" el corazón mismo del capitalismo más desarrollado. Estos estratos sociales no parecen interesar a los medios de masas y al sistema de poder político-económico que los controla. Están excluidos y privados de casi todos los derechos sociales reconocidos a la mayoría de los ciudadanos58, a pesar de los múltiples convenios internacionales, firmados por la mayoría de Estados democráticos y los adelantos cumplidos gracias al Consejo Europeo de Tampere de 1999. Importantes si pensamos que en la primera Ley Orgánica española -7/1985- que tuvo que afrontar el nuevo fenómeno no se contemplaba siquiera que un inmigrante pudiera ser sujeto activo de derechos sociales. Es más: a los inmigrantes en situación irregular aún hoy se les priva de libertades fundamentales.

La globalización viene acompañada por un renacer de los fundamentalismos, de diferente color y procedencia. El fundamentalismo islámico tiene la oposición, *"obtorto collo"*, del fundamentalismo de la derecha religiosa americana, que eligió a G.W. Bush como el nuevo defensor de sus dogmas antimodernos, algo que, según Derek Lundy ni el ala más conservadora de los republicanos de Ronald Reagan59 estuvo dispuesta a hacer.

Cualquier análisis de los acontecimientos que han caracterizado la nueva conformación del mundo y las transformaciones de estos últimos años sería tan radical y profundo que hay quien habla de un auténtico cambio de paradigma, como el ilustre sociólogo francés Alain Touraine, o como Edgard Morin, quien ve nuestro tiempo dominado por el "paradigma de la complejidad" y no puede evitar recordar el ya mencionado 11 de Septiembre de 2001. Un acontecimiento terrible y que a la vez tuvo una fuerte carga simbólica. "El mundo ha cambiado" y "nada será como antes" son las frases que más espacio han ocupado en telediarios y análisis políticos.

Desde entonces, dice Blanca Muñoz, el 11 S (o 9/11 como dicen los americanos) "se ha convertido en el referente oculto y no expreso de la mayoría de los contenidos informativos, y a la vez de los programas de entretenimiento y espectáculo"60.

---

encontrarse con la muerte sonriendo y agradeciendo a su Dios. Mientras que para nosotros, los autodenominados "normales", un hombre para poder ser humano tiene que tener el instinto de autoconservación, como se puede leer en Geertz, C., ob.cit: 112.

50 Con estas palabras Ortega y Gasset describió a Ibn Jaldún: "Africano genial, de mente tan clara y tan pulidora de ideas como la de un griego".

51 Sobre este célebre pensador árabe (1332-1406), para algunos el precursor de la moderna sociología, María Jesús Viguera Molins ha escrito en Viguera Molins, M.J., (2006): "Ibn Jaldún", La Aventura de la Historia, nº 91: 104 – 111, "ahora más que nunca su legado intelectual [véanse sus famosos Prolegómenos] puede ayudarnos a comprender mejor la actual complejidad cultural".

52 En Alí, T., The Clash of Fundamentalisms Crusades, Jihads and Modernity,(tr. española de María Corniero Fernández, 2002, El choque de los fundamentalismos, Madrid, Alianza Editorial: 105-112) se puede encontrar una interesante y detallada descripción de los orígenes del wahhabismo. El predicador Ibn Abdul Wahhab (1703-1792) con su radical predicación a favor de una vuelta al Islam primitivo y en contra del llamado "relajamiento de las costumbres", recibió el apoyo político que necesitaba por parte del emir Ibn Saud. El wahhabismo se convertirá así en el principal credo político religioso de Arabia Saudí.

53 Ambos ejemplos se refieren a dos rituales típicos de la isla de Bali y que han sido descritos por Clifford Geertz. Sólo los habitantes pueden de verdad entender el significado de estos ritos. Para los occidentales que asisten desprevenidamente son sólo demostraciones de extravagancia.

54 Noelle - Neumann, E. (1995): La espiral del silencio, Barcelona, Paidós.

55 Este dato se puede encontrar en el Informe del año 2005 del PNUD, Programa Naciones Unidas sobre el Desarrollo.

56 En Muñoz, B. (2005): o.c.: 235.

57 Interesantes análisis a este propósito se pueden encontrar en Negri, T. (2003): "Il povero minaccioso, indispensabile nemico", Global, nº 2: 48-50.

58 Torres, M., Seuba, X., Aparicio, M. et al. (coords.) (2006): Sur o no Sur. Los derechos sociales de las personas inmigradas, Barcelona, Icaria.

59 En Lundy, D. (2003): "La religione dell'Impero, Aspenia, nº 20: 81-91.

60 Muñoz, B. (2005): o.c.: 113 y ss.

El politólogo italiano Bonanate compara el esqueleto humeante de las Torres Gemelas con las imágenes de la ciudad de Guernica, reducida a escombros el día 26 de abril de 1937, preludio de las futuras guerras con bombardeos ciegos sobre las poblaciones civiles.

Para Jürgen Habermas sería más justo comparar el atentado de Nueva York (definible según él como el primer acontecimiento bélico vivido en directo por millones de personas de todo el mundo) con el principio de la Primera Guerra Munidial[61].

Otros, *"in finis*", comparan el impacto de las escenas de las dos torres con la imagen de Pearl Harbour pero con un enemigo menos evidente y más difícil de castigar. De todas formas una terrible ducha fría despertó a los Estados Unidos aquella mañana y cambió para siempre el destino del mundo. Samuel Huntington habla de una guerra entre religiones y civilizaciones que comenzó en realidad con la guerra entre Iran e Iraq y continuó con el conflicto en Afganistán. Al 11-S siguieron la *"Coalition of the Willings"*, el *"balancing"* franco alemán, el caos de Iraq, etc.

Para comprender mejor nuestro tiempo la perspectiva sociológica de la comunicación intercultural e internacional creada en los años setenta, constituye una ayuda imprescindible[62] porque analiza los problemas de comunicación entre personas de culturas y lenguas diferentes, aspectos muchas veces olvidados o relegados a un segundo plano, como sucede con las diferencias a nivel de comunicación no verbal, gestos, tabúes táctiles[63], olores, etc. sin contar con los diferentes sistemas axiológicos que constituyen en muchos casos obstáculos incluso más grandes. Como decía Paul Watzlawick, para un extranjero o forastero a veces es más fácil aprender el idioma del país de acogida que sus valores y emociones[64].

Touraine, por su parte, afirma que el 'antiislamismo' de hoy tiene, sobre todo, orígenes y consecuencias culturales y religiosas[65]. Lo que está bien visto o parece natural en algunas sociedades está mal visto o es del todo artificial en otras.

En la sociedad de la hibridación total, sólo una perspectiva multidisciplinar, una mezcla de identidad y alteridad y una *"metacomunicación"* abierta y continua[66] -que en la práctica cotidiana quiere decir ir más allá de uno mismo y de nuestros propios confines- puede llevar a un verdadero y profundo conocimiento para evitar, así, choques culturales peligrosos y perniciosos.

Se dan casos de acercamientos positivos y exitosos de personas de razas, culturas e idiomas diferentes, como el de *"Silicon Valley"*, donde el encuentro entre cerebros procedentes de todo el mundo y la predisposición a recibir ideas diferentes, sin distinción, han dado vida al caso más exitoso de *"Sociedad Red"*: un ejemplo que está ahí para atestiguar lo que puede producirse cuando se superan las barreras físicas y mentales[67]. En "Silicon Valley" nació en 1984 la primera empresa red, que señaló un camino después retomado por miles de otras organizaciones en todo el mundo: se trata de la famosa Cisco System, líder en la producción de equipos electrónicos para Internet, que debió su inicial éxito a su conformación, abierta a proveedores y clientes que podían interactuar de forma directa e instantánea, con un feedback continuo. Existen casos exitosos de empresas red, por ejemplo en Finlandia, que no deben su éxito a esta predisposición hacia trabajadores y cerebros de todo el mundo. El caso finlandés de todas formas no invalida la importancia para una empresa que se debe enfrentar al mundo globalizado de disponer de una estructura y un *"modus operandi"* abierto hacia la diversidad. Porque la red es un arma de doble filo y sólo quien la sabe utilizar y sabe adaptarse a los multíples mercados y clientes, diferentes y a la vez cada vez más dependientes en sí, puede alcanzar el éxito deseado. Estamos hablando lógicamente de una inmigración *"sui generis"*, con inmigrantes preparados desde un punto de vista cultural y normalmente de clase media o alta, jóvenes sin familias y más abiertos a los cambios repentinos en sus vidas y en sus formas de trabajar: es indudable que el milagro que se ha producido en estos años en la Bahía de San Francisco no habría podido desarrollarse sin la aportación de los inmigrantes[68]. Algunos gobiernos europeos, cada vez más favorables a una inmigración selectiva, han tomado como ejemplo el éxito del modelo Silicon Valley. El ministro británico Charles Clarke en 2006 llegó a proponer una inmigración basada en admisión según nota de corte, con el fin de atraer sólo a las mentes más brillantes.

Concluyendo con las palabras del ganador del Premio Príncipe de Asturias, Todorov, sólo a través de los contactos con las otras culturas, una sociedad puede llegar efectivamente a progresar.

BIBLIOGRAFÍA

AA. VV. (2006): *La construcción ideológica de la ciudadanía*, Madrid, Editorial Complutense.

Agosto, P. (2003): *Wallerstein y la crisis del Estado-nación*, Madrid, Campo de Ideas.

Alí, Tariq (2002): *El choque de los fundamentalismos*, Madrid, Alianza Editorial.

Barceló, P. (2006): "Aníbal", *Historia National-Geographic, nº 30*: 70 – 78.

Bauman, Z. (2007): *Vida de consumo*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.

Borradori, G. (2003): *La filosofía en una época de terror. Diálogo con Jürgen Habermas y Jacques Derrida*, Madrid, Taurus.

61 En Borradori, G. (2003): La filosofía en una época de terror. Diálogo con Jürgen Habermas y Jacques Derrida, Madrid, Taurus.

62 En Rodrigo Alsina, M. (1999): Comunicación intercultural, Barcelona, Anthropos.

63 En Rodrigo Alsina, M.: o.c., p. 147. Entre los tabúes táctiles más conocidos hay que recordar que en los países árabes es una obscenidad tocar a un hombre con la mano izquierda, considerada sucia, o la traición cristiana que considera la derecha superior a la izquierda.

64 En Rodrigo Alsina, M.: o.c., 196-197.

65 En Touraine, A. (2005): Un nuevo paradigma, Barcelona, Paidós: 45.

66 En Rodrigo Alsina, M.: o.c: 79.

67 En Castells, M.: o.c: p. 88.

68 La mayoría de migrantes llegados a Silicon Valley proceden de China e India.

Castells, M. (ed.) (2006): *La Sociedad Red: una visión global*, Madrid, Alianza.
(2003): *La Galaxia Internet*, Barcelona, Mondadori.
Curi, U. (2005): "Sul concetto filosofico di straniero" *Diritto Immigrazione e Cittadinanza*, *nº3*: 42 – 58.
Curi, U. y Giacomini, B. (ed.) (2002): *Xenos. Filosofia dello straniero,* Padova, Il Poligrafo.
Dahrendorf, R. (2005): *En busca de un nuevo orden*, Barcelona, Paidós.
Di Nolfo, E. (2002): *Dagli imperi militari agli imperi tecnologici*, Roma-Bari, Laterza.
Eco, U. (2004): *Apocalípticos e integrados*, Barcelona, Mondadori.
Geertz, C. (1973): *The interpretation of Cultures*, New York, Basic Books.
Hernández de la Fuente, D. (2006): "Heródoto", *Historia-National Geographic*, *nº 30*: 60 – 69.
Horrocks, C. (2004): *Marshall McLuhan y la realidad virtual*, Barcelona, Gedisa.
Huntington, S. (2001): "Lo scontro di civiltá é cominciato con l'Afghanistan", *La Repubblica*, 27 de diciembre.
Kohan, N. (2002): *Toni Negri y los desafíos de Imperio*, Madrid, Campos de Ideas.
Lamberti, E. (2000): *Marshall McLuhan*, Milano, Mondadori.
Lundy, D. (2003): "La religione dell'Impero, *Aspenia*, 20: 81-91.
Malgesini, G. y Jiménez, C. (2000): *Guía de conceptos sobre migraciones, racismo e interculturalidad*, Madrid, Catarata.
Méndez Rubio, A. (2004): *Perspectivas sobre comunicación y sociedad*, Universitat de Valencia.
Monge Marigorta, J. A. (2006): "Roma conquista Italia", *Historia – Nacional Geographic*, nº 29: 72 – 83.
Muñoz, B. (2005): *La cultura global*, Madrid, Pearson.
- (2000): *Theodor W. Adorno: teoría crítica y cultura de masas*, Madrid, Fundamentos.
Negri, A. (2003): *Cinque lezioni su Impero e dintorni*, Milano, Raffaele Cortina
- (2003b): "Il povero minaccioso, indispensabile nemico", *Global, nº 2*: 48-50.
Noelle - Neumann, E. (1995): *La espiral del silencio*, Barcelona, Paidós.
Popper, K.R., Condry, J., Clark,C. Y Wojtyla, K. (2006): *La televisión es mala maestra*, México, Debolsillo.
Qualter, T.H. (1994): *Publicidad y democracia en la sociedad de masas*, Barcelona, Paidós.
Revel, J.F. (2003): *La obsesión antiamericana*, Barcelona, Urano-Tendencias.
Rodrigo Alsina, M. (1999): *Comunicación intercultural*, Barcelona, Anthropos.
Sempere, P. (2007): *McLuhan en la era de* Google, Madrid, Editorial Popular.
Sloterdijk, P. (2002): *El desprecio de las masas*, Valencia, Pre-Textos.
Torres, M., Seuba, X., Aparicio, M. et al. (coords.), (2006): *Sur o no Sur. Los derechos sociales de las personas inmigradas*, Barcelona, Icaria.
Touraine, A. (2005): *Un nuevo paradigma*, Barcelona, Paidós.
Uña Juárez, O. (dir.) (2006): *El urbanismo ante el encuentro de las culturas*, Madrid, Dirección General de Urbanismo y Planificación Regional,.
Uña Juárez, O. y Hernández Sánchez, A. (2003): *Diccionario de sociología,* Madrid, ESIC.
Uña Juárez, O., Hormigos Ruiz, J. y Martín Cabello, A. (coords.) (2008): *Las dimensiones sociales de la Globalización*, Madrid, Paraninfo.
Wallerstein, I. (2004): *Capitalismo histórico y movimientos antisistémicos*, Madrid, Akal.

Os jogos de futebol "preto vs *branco" e os dilemas do início da república: construindo a "civilização brasileira", afirmando as "identidades raciais"*

Bruno O. de Lacerda Abrahão
Universidade Gama Filho
bolabra@gmail.com

Antonio Jorge G. Soares
Universidade Federal do Rio de Janeiro - Universidade Gama Filho
antoniojsoares@pq.cnpq.br

***Resumo*:** Os autores analisam os jogos conhecidos como "pretos vs brancos" que eram realizados nas primeiras décadas da República no Séc. XX. O texto discute os recursos simbólicos que foram utilizados para identificar "negros" e "brancos" nesses jogos. Utilizamos como fontes as matérias dos jornais locais e da chamada "imprensa negra". A leitura das fontes indica que os jogos tinham por objetivo integrar e derrubar estereótipos, principalmente da imprensa negra. Todavia, as consecutivas vitórias dos negros serviam para confirmar e maximizar a crença que esse grupo étnico era dotado de uma especial potencialidade para as atividades corporais. Inferiorizado pelas teorias raciais em relação à racionalidade, o elogio à corporalidade do negro significava ao mesmo tempo espaço de integração dos afro-brasileiros à sociedade brasileira, no contexto pós-abolição, meio para construção da identidade nacional e demarcação dos seus locais de atuação. A presença do negro nos campos de futebol, mesmo sendo um espaço periférico em relação a estrutura de poder, expressava as tensões geradas no contexto de reordenação das hierarquias sociais constrangida pelo *ethos* republicano e liberal.
Palavras-chave: futebol, identidade nacional e identidade racial.

Introdução

A cada "13 de Maio" das primeiras décadas do início da República aconteciam, em ão Paulo, jogos de futebol conhecidos como "pretos *vs* branco". Esses jogos traziam consigo um significado especial. Uma equipe de jogadores negros realizando uma partida de futebol contra outra equipe composta por jogadores brancos se configurava um espaço propício para o surgimento dos dilemas identitários presentes naquele período. Pensados no contexto pós-abolição e na fase da implantação da "Jovem República", tais jogos ilustravam as idiossincrasias sobre as "raças" num contexto de consolidação de uma sociedade liberal. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar a eleição dos recursos simbólicos selecionados sobre a identidade de "negros" e "brancos" que emergiram a partir daqueles jogos.

Para tanto, nos reportamos às matérias de jornais locais e da conhecida "imprensa negra" – as "associações de homens de cor" (Pires, 2005). Os conteúdos dessas matérias jornalísticas revelam significados, valores e representações circulantes na dinâmica social como formas subjetivas de pensar a "raça negra" ou a "raça branca", categorias nativas entendidas aqui em termos sociológicos. Além disso, no caso do discurso jornalístico da "imprensa negra", poderíamos tomá-lo enquanto vozes de resistência ou de afirmação das identidades desse grupo étnico em relação ao "outro".

Deve-se destacar que estamos partindo da análise interpretativa dos significados fundantes de uma cultura (Geertz, 1973). Isto é, estaremos "explicando as explicações". Nosso olhar sobre as matérias que tivemos acesso é um olhar de segunda mão. As fontes jornalísticas são, em si, já interpretações elaboradas sobre os jogos1 que, naquele contexto, expressavam os predicados sobre as identidades dos sujeitos envolvidos naqueles certames.

A construção da identidade dos "pretos" e "brancos" através da imprensa paulistana.

Os jogos receberam uma extensa cobertura da imprensa local, que se admirava ao ver jogadores negros relegados às divisões da liga local, vencerem consistentemente os brancos. Franzini (2003) mostrou que em 13 de maio de 1927 a "seleção negra" venceu à dos "brancos" por 3 a 2, diante de uma torcida numerosa e empolgada. O sucesso dessa partida fez com que o evento fosse repetido por mais de uma década, durante a qual era aguardada pela imprensa e pelos torcedores:

> para commemorar o dia 13 de Maio, data gloriosa para a historia do povo brasileiro, realiza-se hoje, nesta capital, dois jogos de futebol: um na LAF2 e outro da APEA3. No anno passado, a LAF promovera um jogo identico, onde os negros conseguiram derrotá-lo. Para este anno, também temos esperanças. Esperamos. (Alviverde, maio de 1928, p. 4).

Em 1928, o time "preto" derrotou ao "branco" pela segunda vez. Este feito soou como incompreensível pelo jornal *A Gazeta*, já que a equipe branca contava com jogadores de renome: "dentre eles estavam quatro jogadores da equipe campeã do ano passado; nós não entendemos como um time tão forte foi derrotado" (A Gazeta, 14/05/28, p. 6). Uma das justificativas é sugerida pelo jornal O Combate:

> desde os primeiros momentos, frente à perspectiva de um jogo titânico, a grande massa dos espectadores escolheu como seu favorito, que era o time Preto, e continuamente incentivou-o à frente num incontido desejo. Parecia que cada esforço da multidão era feito para ver os negros vencerem, e que ela via nessa vitória uma questão de honra [...] (*O Combate, "*A grande partida de hontem", 14/05/28, p. 6, *apud* Andrews, 1998, p. 214-215).

A expectativa e os sentimentos sobre estes jogos aparecem nas matérias d*A Gazeta Esportiva* e *Folha da Manhã*, respectivamente:

> No dia 29 será realizado o tradicional encontro entre brancos e pretos [...] é supérfluo falarmos do interesse que ele desperta (A Gazeta Esportiva, 29 Jun. 1934, *apud* Toledo, 2004, p. 100).

COMBINADOS PRETO-BRANCO LUCTARÃO EM TREZE DE MAIO.

> O C. A. Brasil prepara o programma futebolistico com que brindará o nosso mundo esportivo em 13 de maio.
>
> É uma jornada que promette brilhantismo e será, por certo, a continuação dessa cordialidade entre pretos e brancos no futebol paulista. Muitas e valiosas glórias nos têm dado esses valentes rapazes, desde 1919, quando, quebrando velhos e carunchosos preconceitos de côr, o dr. Ramos Caiado, então presidente da A. A. Mackenzie, introduziu em sua turma um grupo de rapazes negros.
>
> Era a porta aberta para as grandes posições que hoje occupam, para gloria de nossa gente.
>
> Pois essa praxe posta em pratica pela extinta Laf de se homenagear a data com uma partida annual entre pretos e brancos, ao contrário do que se esperava, não desapareceu com a morte da liga de amadores.
>
> O C. A. Brasil, representativo de homens negros, tendo cessão de data, está organisando uma partida para o proximo dia 13 de Maio.
>
> O programa tem merecido especial cuidado por parte dos dirigentes do Brasil para que nada falte e seja igual em brilho às jornadas anteriores.

1 Schwarcz (2001) utilizou o mesmo tratamento metodológico quando, na ocasião de seu livro "Retrato em branco e preto", pesquisou o imaginário paulistano nos jornais do fim do século XIX.

2 Liga Amadora de Futebol.

3 Associação Paulista de Esportes Amadores.

> Todas as vezes que se encontraram os conjunctos Brancos e Preto têm proporcionado à assistência uma lucta renhida e cheia de emoções.
>
> Dando-se o facto de hoje, estar unificado o nosso futebol, mais renhida será essa lucta, pois, o conjucto branco será mais aguerrido e porá à prova os homens de cor que nessas partidas annuaes têm vencido os seus adversários.

"TAÇA DR. JULIO PRESTES"

> O sr. Presidente do Estado offereceu uma linda e rica taça, que recebeu o nome de sua excia., para ser disputada na prova principal do dia.
>
> A dadiva do dr. Julio Prestes veiu evidenciar a estima em que são tidos os homêns de cor, contribuindo assim, grandemente, para o brilho do festival do Brasil. (Folha da Manhã, 09 de maio de 1930, p. 9).

O FESTIVAL DO DIA TREZE DE MAIO

> A expectativa em torno do encontro brancos contra pretos – os premios instituídos.
>
> Depois de amanhã, finalmente, teremos, no gramado tradicional a floresta, o encontro annual dos combinados Preto e Branco.
>
> É elle o assumpto geral das nossas rodas esportivas, e os comentarios variam constantemente, não raro se inflammando os torcedores.
>
> O nosso publico que sempre deu demonstrações frizantes de sympathias pelos homens de cor, aplaudindo-os e entusiasmando-os, ainda desta vez, pelo que se observa entre os nossos afficionados, não mudará de favoritos.
>
> Enfrentando conjucto muito mais forte que os antagonistas anteriores, como se portarão os rapazes do quadro preto?
>
> É o que veremos no dia 13.
>
> Os preparativos vêm sendo animados para a lucta que se annuncia formidável.

CONVITES AS ALTAS AUTORIDADES

> Foram convidadas as altas autoridades municipaes, estadoaes e federaes para presenciar a lucta, devendo estar presente o sr. presidente do Estado (Folha da Manhã, 11 de maio de 1930, p.14).

O jogo que fora entusiasticamente anunciado teve como resultado a vitória da seleção dos pretos:

> para a felicidade de seus admiradores, o "combinado preto" de 1930 demonstrou a superioridade apresentada nos prélios superiores e goleou os brancos por 4 a 0. Para a felicidade dos idealizadores da partida, evidenciava-se outra vez o talento dos negros, que não apenas fazia sentir mais e mais nos campos oficiais como ainda viria a definir o próprio estilo brasileiro (Franzini, 2003, p. 50).

As expectativas redigidas permitem-nos observar que a metáfora definidora da nação brasileira da "democracia racial" se fazia presente também ali, em um nível pontual, a partir do discurso sobre a proximidade dos jogos. Esta metáfora encontra seu pilar na construção ideológica sobre a comunidade imaginada - no sentido de Anderson (1983)4 – sobre a nação brasileira. Se historicamente brancos e negros estavam em oposição, representando colonizadores e escravos respectivamente, o discurso ideologizado dos anos 30 teria encontrado uma forma de conciliação para integrar a nação brasileira. A cordialidade que negros e brancos conviviam às vésperas e no transcorrer das partidas, mesmo durante a excitação do embate, representavam provas de civilização e maturidade da nação brasileira em tratar a controversa questão racial.

> A seleção branca vencerá novamente o combinado preto?
>
> A clássica lucta entre selecionados "preto" e "branco" já era tradicional entre nós, annualmente, no dia comemorativo a abolição da escravatura as duas poderosas representações se enfrentavam, frente a frente. (...)
>
> Dizer do interesse que o prélio desperta é desnecessário. A alta classe dos elementos que integram os dois combinados é a mais eloquente garantia do sucesso technico da contenda. Nos embates precedentes a turma de cor somente uma vez foi vencida.
>
> Nas outras todas registrou soberbos triumphos, por contagens um tanto folgadas. (...) desta feita, um perfeito equilíbrio nota-se nos bandos adversários.
>
> Conseguiram os homens de côntinuar sua marcha de triumphos, somente uma vêz vencida? Ou o "combinado branco" registrará a segunda victoria?
>
> É um prognóstico que não nos atrevemos a formular.

4Benedict Anderson cunhou o conceito "Comunidade Imaginada". A identidade nacional não e inteiramente dependente da idéia que fazemos dela. Sendo assim, e uma vez não seria possível conhecer todas aquelas pessoas que partilham de uma mesma identidade nacional, devemos ter uma idéia partilhada sobre aquilo que a constitui: "a diferença entre as diferentes identidades nacionais reside, portanto, não diferentes formas pelas quais elas são imaginadas" (Woodward, 2000, p. 24).

> Seria demasiada temeridade acreditar, antes do prelio, no triumpho de um dos contentadores, quando se sabe que ambos têm a mesma classe, o mesmo valor (...).
>
> O que faz crer se desenvolva o jogo movimentadíssimo, sensacional. Elle promette ainda tenda em vista a rivalidade existente, constituir uma contenda essencialmente "a paulista": jogadas rápidas, nervosas e improvisadas (A Gazeta, 22 de maio de 1932, p. 13.)

Toledo (2004) observou que a ritualização da diferença interétnica através daquelas partidas transcorreram ao longo dos anos 30 até o início dos anos 40.

> a seleção preta fará hoje a sua estréia internacional enfrentando o Ferencváros [time húngaro] (...) os homens de cor vem se destacando grandemente em nossos campos e cada dia mais eficientemente se torna o conjunto, numa frizante demonstração de técnica e resistência física [...] ora, os pretos frente a esse conjunto visitante deverão fazer boa demonstração. Pelo menos evidenciam-lhe que o nosso futebol é de classe superior. Todo São Paulo espera que eles se desobrigarão dessa incumbência delicada, pois não lhes faltam conhecimentos técnicos aliados a uma formidável força de vontade, que os caracteriza" (A Gazeta Esportiva, 22 maio de 1932, *apud* Toledo, 2004, p. 100).

O texto da matéria revela implicitamente que naquele momento existiam dois grupos pensados como distintos: por um lado, o grupo do jornalista que redigiu a matéria e que apresenta o outro grupo, adjetivando-o como "um conjunto' que demonstrava uma 'frizante demonstração de técnica e resistência física". Naquela ocasião, o futebol existia há pouco tempo no Brasil. Com efeito, sua identidade ainda estava sendo elaborada e se valia, para tanto, das representações sobre o corpo negro para sua construção. A matéria revela também o reconhecimento do negro como livre, a sua assimilação como uma das raças que compunham a nação brasileira e a sua contribuição para a construção do "estilo nacional de jogar futebol".

As representações dos negros no futebol estiveram vinculadas a expressões naturais e inatas exclusivas da "raça negra" (Gordon Jr., 1996, p. 77). A idéia das qualidades "inatas" do negro, como um grupo especialmente dotado para atividades que dependem principalmente da emotividade e/ou das habilidades corporais, como os esportes ou a dança, indicava uma visão otimista da mestiçagem, metonimizada pelo sucesso do futebol "mestiço" (Soares, 2001).

A estética do estilo de jogo do futebol brasileiro é também lida, nos dias de hoje, como uma herança da cultura africana impressa na constituição étnica brasileira, que pode ser notada pela representação da origem do futebol brasileiro. O discurso se aproxima daquilo que seria imaginado como um legado da cultura africana impressa na cultura brasileira, quais sejam: capoeira, ginga, samba, improviso, arte, malandragem, entre outras. Nestes adjetivos, entrevemos a construção da singularidade brasileira.

À medida que o futebol se difundia, já com a participação integrada dos afro-brasileiros, a convicção do talento era também estendida para a construção imaginária da nação brasileira e incorporada ao discurso distintivo sobre "seu" futebol. De fato, o reconhecimento de um estilo de jogo marcado fundamentalmente pelos afro-brasileiros indica uma singularidade pela qual se deve pensar o Brasil.

Todavia, poderia ser perguntado: se não existia conflito ou tensão, quais seriam os motivos dos jogos serem realizados com equipes "mestiças", isto é, brancos e negros atuando em uma mesma equipe? A resposta pode residir na necessidade de marcar, facilitado pelas equipes apenas de "brancos" ou "negros", os predicados atribuídos às identidades étnicas e a convivência pacífica entre as raças. A homogeneidade da identidade "branca" ou "negra" poderia ser facilitada pela assunção de dilemas identitários raciais, ou seja, as formas subjetivas de pensar a "raça branca" ou a "raça negra", a partir de cada equipe.

A questão não era simplesmente dizer qual era a "melhor raça". A partir dos jogos podemos fazer uma leitura que seus objetivos seriam integrar e derrubar estereótipos. Como corolário, em função da sua especificidade, qual seja, uma equipe de "brancos" contra uma equipe de "pretos", emergia, a partir da imprensa, os predicados das qualidades corporais atribuídas à "raça negra". As consecutivas vitórias dos negros não serviam apenas para seu reconhecimento em termos legais, uma vez que há pouco - pensando historicamente - haviam sido reconhecidos como homens livres, mas também para confirmar e maximizar a imagem que os brancos faziam sobre eles, qual seja, a da vocação "inata" dos negros para as atividades corporais.

Notemos que essas mesmas representações foram utilizadas em um artigo jornalístico da então conhecida "imprensa negra", da cidade de São Paulo:

> na várzea, quando surge em campo qualquer jogador preto, a torcida brada logo:
>
> ahi, bichão!
>
> O ser preto é indice seguro de "altas qualidades" no manejo da bola de couro. Nos arrabaldes, pelos menos, o futebolista negro é olhado para sempre com respeito e sympathia.(...)
>
> O caracteristico das aggremiações negras é a disciplina. Haja vista aos conjuntos que jogam por ahi afóra. Enthusiasmo transbordante sob uma alma ternamente compassiva, incapaz de quebrar pernas ou de dar "trabalho à polícia" (Progresso, 12 de fevereiro de 1931, p. 4).

Além de atribuir uma qualidade corporal à identidade negra, a matéria também atribui aos negros os valores da disciplina, do respeito e da ordem. Em outros termos, a imprensa do movimento negro está dialogando explicitamente com estereótipos presentes na sociedade brasileira sobre as pessoas "de cor" naquele contexto. O "ser negro", que construído pelo branco, incluía estereótipos, dentre outros, de tipos desordeiros e violentos (Schwarcz, 2001).

Pires (2005) analisou aspectos dos movimentos negros em São Paulo no período de 1915 a 1935. Para ele, os jornais da imprensa negra revelavam aspectos das relações que grupos de negros organizados mantinham com os processos políticos, econômicos e sociais vigentes no Brasil. Através das "associações de homens de cor", os negros paulistas participavam ativamente dos processos sociais desencadeados por aquele período acerca dos embates ideológicos no âmbito nacional.

Um dos clubes mais comentados pela "imprensa negra" era o São Geraldo:

> O São Geraldo é um clube que honra a colletividade negra no futebol paulista
>
> Por tal fez jus o proseguimento desta campanha em prol da valorosa equipe Barrafundiana, para representar officialmente, o esporte da raça [...]. Contudo, damos o pensamento do sr. Alcides Hortencio, futebolísta da A. A. Palmares, que falou-nos em entrevista:
>
> é de necessidade que haja nessa capital, como em outros estados do paiz, entidades de esportistas negros, onde os seus associados, athletas e futebolístas, possam aperfeiçoar suas culturas fisicas sem receiar preconceitos como há em muitos agremiações esportivas, que não os acceitam como socios, mas só como athletas, isto é, quando são bons elementos que possam elevar o clube.
>
> E assim numa associação de esportistas negros, podemos nos desenvolver no futebol e no atletismo, mesmo fazer carreira sem medir dificuldades. (O Clarim d'Alvorada, 26 de julho de 1931, p. 3).

O texto da matéria revela que o São Geraldo era pensado como uma instituição que objetivava "oficialmente" divulgar a imagem da raça pelo esporte. Mais que isso, as instalações do São Geraldo permitiam aos negros, em tempos de preconceitos mais explícitos, sentir-se à vontade e exercitar-se para o "aprimoramento" da raça (Schwarcz, 2002). Através do futebol, os negros, em tempos de mobilidade social mais restrita, encontrariam, no São Geraldo, um bom espaço para emancipação econômica e pessoal.

A conquista da Copa do Centenário da Independência do Brasil contribuiu para render-lhe um notável respeito na cidade:

Campeão do Centenário

> A associação Athética São Geraldo, é no violento esporte bretão, uma das agremiações mais respeitadas de S. Paulo (...)
>
> Na história das feitas, com que se comemorou, esportivamente, os 100 annos de nossa emancipação política, o clube que bem representa os pretos a capital e do Estado de S. Paulo, occupa capítulo à parte. De modo que nos honra sobremaneira, o S. Geraldo conquistou o disputado titulo de Campeão do centenário.
>
> Deus, parece, que escolheu a camisa alvi-negra, para dar-lhes essa honrosa designação, evidenciado deste modo o quantos aos pretos o Brasil deve sua Independência.
>
> Agora o "S. Geraldo", o occupa a vanguarda do Campeonato da Primeira Intermadiária da LAF". (Progresso, 28 de julho de 1929, p. 5).
>
> "O Flôr do Belém F. C. foi o campeão municipal de 1923, cujo titulo no ano de 1922, iludiu-lhe a fá, pois a valorosa equipe de A. A. S. Geraldo ousou lograr-lhe, levando para sua tenda o ambicionado titulo de campeão. (...)
>
> e assim foi que no jogo, os jovens pretos, cangados, em consequencia da noite perdida, produziram pouco, ou quase nada, no primeiro tempo. O adversário estava com dois pontos e os seus torcedores já o clamavam campeão; mas como diz o provérbio: ri melhor quem ri por ultimo... Pois, assim, no segundo tempo, diante da formidavel pressão dos negros, o Flôr, tivera de ceder, indiscutivelmente, os pontos e conquistados e mais um.
>
> Oh!... Meu Deus! Que alegria, quando descreve estas linhas!... Sinto, em mim, tamanha comoção... parece-me que estou ouvindo os gritos de entre!... centra!... não durma!... é sua!... e depois aquela vozeria que se elevara demoradamente nos ares: gôôôôl! gôôôôl! E em triunfo, "os onze", sairam carregados do campo, levando para o S. Geraldo o ceptro de Campeão Municipal do Centenario. (Voz da Raça, 28 de abril de 1934).

Se no plano do jogo a vitória do São Geraldo sobre o Flor rendeu-lhe o título, no plano do drama, a vitória foi simbólica: foi um triunfo daqueles que há menos de 50 anos eram considerados "párias" da sociedade em um jogo comemorativo do centenário da emancipação política de uma nação que os relegaram a uma condição subserviente. Esta vitória foi sentida como uma resposta dos afro-brasileiros aos outros membros da sociedade. A vitória dos negros do São Geraldo foi sentida como uma afirmação dos valores de toda uma raça que deveria ser reconhecida e aceita. A superação do placar e das adversidades da partida foi dotada de sentido simbólico. Seus significados seriam mostrar, em resposta à sociedade, todo o valor da "raça negra". A vitória no plano do jogo ilustrava que, assim como os negros souberam superar as adversidades que a história os impuseram, souberam também superar as adversidades do jogo. Era este o alcance objetivado pelo discurso da "imprensa negra", na qualidade de um órgão que tinha por missão enaltecer a etnia e reivindicar reconhecimento e integração.

Considerações finais

Paralelamente a essas partidas, o futebol dramatizava os dilemas da nação: era uma competição no "campo do futebol" que evidenciava as identidades raciais e/ou nacionais num convívio pacífico e civilizado. Ainda que esteja em jogo qual dos grupos étnicos ou nacionais seria melhor, a mensagem central é que, na sociedade brasileira, os diferentes devem ser

reconhecer e conviver pacificamente. Não se pode esquecer que essa era a mensagem da construção do Brasil da "democracia racial".

O que os jogos pretendiam era reconhecer os negros como "brasileiros" e dar visibilidade à identidade nacional. No limite, podemos pensar os jogos à luz da moldura da ideologia da democracia racial, tão voga naquele momento. Daí o sentido dos jogos serem realizados no dia comemorativo da abolição da escravatura, isto é, a cada "13 de maio". Ora, se ambos – negros e brancos – estão em condições de competir é porque as regras das partidas eram assumidas e reconhecidas como iguais por ambos. Logo, negros e brancos participavam do ritual do jogo numa condição absolutamente contrária às vicissitudes do período escravocrata.

Contudo não bastava integrar; era necessário localizar o lugar de atuação do negro na estrutura antiigualitária e hierarquizada da sociedade brasileira, no sentido de DaMatta (1981). No fio da navalha entre a vivência da "igualdade" e "democracia" próprias dos códigos do esporte, as repetidas vitórias com larga vantagem de gols dos negros sobre os brancos mostravam aos espectadores e aos que discursavam sobre os jogos a supremacia dos primeiros para o uso do corpo. Dessa forma, os elogios provenientes das representações socialmente construídas sobre o negro espaço do futebol – representações que, por sua vez, facilitaram a sua integração – tiveram como efeito perverso a localização do espaço social destinado à "raça negra".

Os adjetivos atribuídos aos negros, que acreditavam na existência de potencialidades, que se materializariam pelo desempenho das atividades corporais, indicam, em última instância, os espaços de integração dos afro-brasileiros à sociedade no contexto pós-abolição. Inferiorizado pelas teorias raciais em relação à *racionalidade*, o elogio à *corporalidade* do negro significava ao mesmo tempo espaço de integração dos afro-brasileiros à sociedade brasileira, no contexto pós-abolição, meio para construção da identidade nacional e demarcação dos seus locais de atuação. A presença do negro nos campos de futebol, mesmo sendo um espaço periférico em relação a estrutura de poder, expressava as tensões geradas no contexto de reordenação das hierarquias sociais constrangida pelo *ethos* republicano e liberal.

Referências Bibliográficas:

Anderson, B. (1983). *Imagined comunities: reflections on the origins spread of nationalism*. Londres: verso.

Andrews, G. R. (1998). .*Negros e brancos em São Paulo (1888 – 1988)*. Bauru: Edusc.

Damatta, R. (2001). *Relatizando: introdução à antropologia estrutural*. Petrópolis: Vozes.

Franzini, F. (2003). *Corações na ponta da chuteira: capítulos iniciais da história do futebol brasileiro (1919-1938).* Rio de Janeiro: DP&A editora.

Geertz. C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar editores.

Gordon Jr. C. (1996). Eu já fui preto e sei o que é isso – história social dos negros no futebol brasileiro: segundo tempo. *Pesquisa de campo*. 3(4), p. 65 - 79.

Pires, A. L. C. S. (2005). Associações de homens de cor": imprensa negra, movimentos negros e ideologias sociais (1915 – 1937). In Salgueiro, M. A. A. (Org.), *A república e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, (pp. 141 – 159).

Schwarcz, L. M. (2001). *Retrato em branco e preto – jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX.* São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2002).*O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras,

Soares, A. J. (2001) História e invenção de tradições no futebol brasileiro. In Helal, R.; Soares, A. J. S. & Lovisolo, H. (Orgs.), *A invenção do país do futebol*. Rio de Janeiro: Mauad, (pp. 13 – 50).

Toledo, L.H. (2004). Didi: a trajetória da folha-seca no futebol de marca brasileira. In Gonçalves da Silva, V. (Org.), *Artes do corpo - (memória afro-brasileira)*. São Paulo: Selo Negro, (pp. 79 - 121).

Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In Tadeu da Silva, T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis, RJ: vozes, 2000, (pp. 7 - 72).

Identidades Plurais evidenciadas nos espaços das feiras livres luso-afro-brasileiras

Giovanna de Aquino Fonseca Araújo1
Favip-Brasil e Uminho- Portugal
giovannaaquino@ig.com.br
Juliana de Aquino Fonseca Doronin2
julianadoronin@ig.com.br

Resumo: Nosso objeto de estudo será portanto, não mais a feira de Campina Grande-PB apenas, nem tão pouco as feiras livres nordestinas, mas também e sobretudo, as feiras livres de Portugal e de Angola, na África. Uma vez que já detectamos em pesquisa anterior na feira livre paraibana, brasileira, a presença de identidades plurais nordestinas, diante de todas as influências históricas contemporâneas, dos movimentos atuais que permeiam nossos espaços, como o neo-liberalismo e a globalização, agora no entanto, estamos investigando as mudanças culturais evidenciadas nos espaços destas feiras luso-afro-brasileiras2 que são na verdade ao nosso ver resultados destes mesmos acontecimentos históricos, e que não necessariamente provoca ruptura nas identidades daqueles que a freqüentam, uma vez que as

identidades são múltiplas e não estáticas como sugerem os esteriótipos construídos e reconstruídos.Para aprofundarmos nossos estudos alguns teóricos nos darão subsídios a partir de suas categorias de análise. Pretendemos utilizar os conhecimentos de teóricos que dialogam no campo da interdisciplinaridade, historiadores, antropólogos, e também sociólogos. Dialogaremos com E.P. Thompson; Eric Hobsbawn; Michael de Certeau; Manuel Castells; Nobert Elias; Marie France Garcia; Paulo Galvão; Francisco Montenegro; Anthony Giddens; Pazera Jr., Eduardo Sousa, Bezerra, Fábio Gutemberg Ramos; Gilmar Chaves; Eliana Gomes Quirino; Viviane Vedana; Sulamita Vieira; e os adeptos dos Estudos Culturais: Stuart Hall, Tomaz Tadeu Silva, Ana Carolina Escosteguy, Alfredo Bosi dentre outros

As feiras na Europa medieval, tinha o objetivo, com sua produção de alimentar a população local, era comercializada a varejo nos conhecidos mercados. Naquela época, as feiras já se constituíam como espaços de sociabibilidade, tendo em vista acontecerem em reuniões mensais de mercadores de várias regiões. Época em que a navegação pelo mar mediterrâneo era restrita pelo domínio de mulçumanos no norte da África e parte da Península Ibérica, havia no entanto, um comércio terrestre que, partia dos portos italianos, levando mercadorias orientais por toda a Europa Ocidental. Muitas formas de comércio varejista ao longo de todos esses anos foram sendo aperfeiçoadas de mercados às quitandas, o tabuleiro ao meio da rua, e as técnicas de venda e de convencimento presente nas falas daqueles que são os protagonistas desse comércio milenar, os feirantes.

Nesse sentido, sabemos que as feiras portuguesas são instituições oriundas dessa época medieval descrita acima, que "sobreviveram" a época moderna e na contemporaneidade ainda se configuram como espaços de sociabilidades e de comércio. Nosso objeto de estudo será portanto, não apenas destacar os aspectos que fazem dessas feiras lugares sociais mas sobretudo destacar a importância que as mesmas tem enquanto lócus de pluralidade identitária, no instante em que percebemos a presença de etnias diversas a exemplo dos ciganos e de imigrantes oriundos de países circunvizinhos, a exemplo da Espanha e Itália, mas sobretudo destacamos a presença dos chineses, orientais que diante da abertura de mercado vivenciada em Portugal diante da nova República, pós 1975, transitam livremente comercializando seus produtos nas feiras. Tais identidades plurais são reflexos na verdade de acontecimentos históricos, como a globalização que não necessariamente provoca ruptura nas identidades daqueles que freqüentam esses ambientes sociais, uma vez que as identidades são múltiplas e não estáticas como sugerem os esteriótipos construídos e reconstruídos.

As feiras citadas3 constituem como reproduções sociais, políticas e capitalistas da vida cotidiana, espaços de mobilidades comerciais e sociais onde, encontramos os produtos comercializados, bem como as formas de fazer a feira: atos, gestos, performances corporais, movimentos e dizeres, fomentados pelos atores sociais que freqüentam e transitam pelos labirintos peculiares de cada lugar. Tais dinâmicas, ergue-se uma rede de sociabilidades vivenciadas pelos agentes sociais no âmbito dos territórios construídos e reconstruídos.

O fato é que desde a Era medieval, perpassando pela época moderna e no momento histórico contemporâneo as feiras, sejam elas na Europa, na América ou mesmo na África, consistem num verdadeiro mosaico de espaços de sociabilidade, onde a relação estabelecida entre tempo, agentes sociais e processos, concorre para que à vida citadina carregue grande diversidade e riqueza de possibilidades plurais de rituais, comportamentos, normas e limites de uso e apropriação do território urbano. Tais espaços são considerados como lugares que vão além de um simples local de compra e venda de mercadorias a locais sobretudo privilegiados onde se desenvolvem uma série de relações sociais, de sociabilidade, ponto de encontro tradicional de amigos ou de simples conhecidos, lócus escolhido para os mais variados atos da vida social mantendo assim um sentido de permanência e de identidade.

Em relação ao aspecto identitário, objeto também do presente estudo, percebemos que estamos diante de realidades múltiplas, portanto posturas múltiplas também em relação ao cotidiano, o que acaba

acarretando nas identidades plurais evidenciadas na pós-modernidade. Com efeito, percebemos que a complexidade da vida moderna exige que assumamos identidades diferenciadas que entram em conflitos constantemente, nesse sentido, conforme HALL indica, ao invés de pensarmos sobre identidade como um fato já concluído, devemos pensar sobre identidade como uma 'produção', que nunca está completa, que está sempre em processo, sempre constituída dentro e não fora da representação. Isto é, do discurso4. Ou ainda como diz PARMAR as identidades nunca são fixas, mas complexas, diferenciadas e constantemente re-posicionadas.5

O que se chega, no entanto ao consenso, diante da pós-modernidade vigente, é que as concepções que se tem sobre identidade não são nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo dos discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou serem antagônicos. As identidades estão, portanto, sujeitas à historicização radical, em constante processo de transformação e mudança6.

Trazendo para tal temática, para a realidade das feiras analisadas, percebemos essa característica identitária plural da pós-modernidade também presente, tendo em vista existir a troca de posicionamentos, de posturas em relação aos lugares que se ocupa, ou seja, os discursos são diferentes em relação ao posicionamento social que se ocupa, ou seja, a concepção que se tem das feiras é diferenciada para o feirante e para o freguês, tomando por base o seu posicionamento no local, no entanto tal concepção muda quando se muda também o lugar de onde se está falando. Além disso também percebemos que diante da abertura de mercado vivenciada em Portugal com a nova República, pós 19757, pessoas de nacionalidade e de naturalidade diferente transitam livremente comercializando seus produtos nas feiras, o que notadamente influência nas mudanças de hábitos e de costumes daquela sociedade, acarretando mudanças de posturas e de perfis identitários. Nos referimos em grande medida aos angolanos, os chineses, os descendentes de franceses, os espanhóis, assim como os portugueses do sul que migram também para o norte daquele País, além da presença dos ciganos, que com uma etnia

múltipla, diversa, mesmo que possuam a nacionalidade portuguesa, se apresentam de forma diferente aquele convívio dos lusitanos. Essa apresentação divergente se dá no ritual de "fazer" a feira acontecer, nos seus gestos, nas formas de chamar atenção do cliente, nas formas de "regatiar" os preços, de convencer os clientes a comprar os seus produtos, na indumentária, vestimenta com que se portam, dentre outros aspectos.

O fato é que percebemos que no norte de Portugal, no nordeste do Brasil e no norte da África as pessoas que fazem as feiras, na condição de feirantes e de fregueses possuem identidades plurais, em decorrência do mundo "globalizado" mas também diante da troca de posturas, e influências vivenciadas nos espaços de sociabilidade peculiar das feiras.

A questão da identidade trata-se de uma discussão em andamento tendo em vista ainda não ter se esgotado por fazer parte de estudos centrados nos Estudos Culturais e estarem em discussão há pouco tempo, menos de um século, bem como ser uma temática influenciada por reflexões acerca de temas como cultura nacional, raça, etnia, gênero, modernidade, pós-modernidade, globalização, pós-colonialismo presentes no dia-a-dia dos estudiosos8 . Nessa discussão os indivíduos e suas identidades pessoais estão inseridos no mundo como constituído provocando nos sujeitos lugares na vida social de que fazem parte. Na verdade, percebemos que as velhas identidades estão sofrendo declínio por que não mais definem o sujeito moderno ou pós-moderno que é visto mais como sujeito unificado, a cada instante no momento atual ele se fragmenta se torna clivado.

Consideramos a identidade como objeto, o EU do sujeito não pode ficar isolado, haja vista que os sistemas axiomático e normativo processual e convencionalismo epistemológico encabeçados pela ciência, filosofia e direito atuais não existe fusão espaço, não falam de lugares separados o sujeito e o objeto, muito pelo contrário interagem. O que temos vivenciado na pós-modernidade é a quebra da tríade

unidade-identidade-totalidade. Fato explicado através da teoria da psicanálise, surgida na segunda metade do século XX, que traz ruptura da questão da unidade em detrimento da diversidade e pluralidade quehabita a identidade. Assim segundo a psicanálise, a identidade passa a ser vista como um território desabitado, vazio povoado apenas por fantasias de uma pretensa realidade desconhecida em sua

totalidade, ou seja, a existência do inconsciente da pluralidade das instâncias que o povoam mostra a fragilidade das representações unitárias, compactas e coerentes da identidade.

Para contribuir com essa angústia de definição do que vem a ser a identidade recorremos a Fenomenologia de Husserl reformada pela filosofia do século XX que diz ser na experiência vivida do sujeito a explicação para reflexão fenomenológica de sua existência, logo de sua formação identitária, a "experiência vivida" e o "conhecimento" marcam paradigmas que se desdobram em penetração intuitiva rompendo presunções sistematizadas do conhecimento a fim de representarem a identidade do sujeito pós-moderno, daí o importância de considerar todas as experiências dos sujeitos que se fazem presentes nas feiras.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Jorge. Feiras e mercado interno na História Contemporânea: algumas notas avulsas. In: *Actas do 3 Encontro de História. Vetores de desenvolvimento econômico as feiras da Idade Média à Época Contemporânea*. Câmara Municipal de Vila do Conde, 2005

DUVEEN, Gerard. A construção da alteridade. In.: *Representando a alteridade.* Ângela Arruda (org.). et al. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Identidades Culturais: uma discussão em andamento. In: Cartografia dos estudos culturais: uma versão latino-americana. Belo Horizonte: autêntica, 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____S. *Cultural identity and diáspora*. In: RUTHERFORD, J. (Org).Londres: Lawrence&Wishart,1990

_____. Da Diáspora identidades e Mediações Culturais. Liv Sovik (org.). Tradução Adelaine La Guardia Resende et. Al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

MALDONATO, Mauro. Identidade e liberdade. In.: *A subversão do ser;identidade, mundo, tempo, espaço: fenomenologia de uma mutação*.São Paulo-SP: Peirópolis, 2001

MATHEWS, Gordon. *Cultura global e identidade individual*. Bauru-SP: Edusc, 2002.

PARMAR, P. E black FEMINISM: The politics of articulation. In: Rut-herford, J. (ed.) (1990)

SIGNORINI, Inês (org.). *Lingua(gem) e identidade. Elementos para uma discussão no campo aplicado*. 2ª reimpressão,São Paulo-SP: Mercado de Letras, 2002

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis:Vozes, 2000.

Identidades e diferenças transnacionais: reflexões sobre a esgrima japonesa no Brasil1

Gil Vicente Lourenção
gil_vicente1@yahoo.com.br

1 Texto a ser apresentado no X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, a realizar-se em Fevereiro de 2009 em Braga- Portugal.

Resumo: Visando as comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, o foco da pesquisa foi a negociação de 'identidades' para japoneses e descendentes residentes no Brasil tendo por veículo uma prática esportiva designada por *Kendo [esgrima japonesa]*. Nesta prática observamos uma disciplinarização do corpo e das atitudes que delimita consciente e inconscientemente uma negociação de 'identidade e diferença' demonstrada nas relações sociais entre japoneses, descendentes e sujeitos sem ascendência nipônica. Remeto-me aos estudos recentes sobre *transnacionalismo* no objetivo de observar e mapear a negociação de uma identidade-diferença nipo-brasileira inserida na socialidade brasileira.

O problema da pesquisa foi situar como se processa a negociação da 'identidade japonesa' e seu postulado moral no Brasil no tocante à prática supra-citada. E como ela e o conjunto ético-moral decorrente do treinamento e do contato com professores imigrantes fornecem um suporte a essa ontologia nipônica. A hipótese que defendo é a indicação de um sistema inconsciente de valor que permite a classificação em termos de proximidade e distância em relação a uma dada noção de japonesidade. Em suma, não são os caracteres biológico-fenotipicos que fazem as classificações, mas sim, quanto mais próximo se está dos conhecimentos sobre os japoneses. O kendo, tomado como uma unidade de análise é uma máquina, um dispositivo de *japonesidades* – ou seja, um mecanismo de produção de 'japoneses' e de discursos 'míticos'.
Palavras-Chave: Transnacionalismo, Identidade, Fluxos Migratórios, Colônia[s] Japonesa[s].

Introdução

A presente pesquisa está em desenvolvimento desde a minha aprovação no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social na UFSCar, em Dezembro de 2006. De lá para cá, tive a chance de conviver com japoneses, descendentes e praticantes em geral de uma arte de esgrima japonesa, chamada de Kendo. Pratico esta arte marcial2 desde 2004, ano em que fui iniciado. Atualmente possuo a graduação de 3º Dan, nível de instrutor autorizado pela Confederação Brasileira de Kendo para ministrar ensinamentos em tal arte. De posse disso, a temática da pesquisa foi situar a emergência dessa prática esportiva e ética, levando em consideração a imigração japonesa no Brasil e dentro dessa temática a rediscussão de uma modulação da identidade nipônica se mostrou em diversos momentos necessária. Não obstante, a discussão de identidades possui longa história e, em caráter introdutório e para pontuar o nosso caso, com o fim do Império e a intensificação do fluxo migratório de povos europeus e não-europeus para o Brasil, problematiza-se a questão do que seria uma identidade brasileira.

Com a chegada dos primeiros coletivos étnicos não-europeus durante o período da República Velha (1889-1930), o 'conceito' de um "Brasil Branco" se viu obliterado frente aos novos questionamentos resultantes da relação com os 'outros'.

No caso dos japoneses, as dificuldades de sua inserção na sociedade e socialidade brasileiras não foram pequenas. A começar pelas dificuldades de trabalho como massa de mão de obra no contexto pós-escravidão brasileiro, dificuldades lingüísticas e modos de ser e estilos de vida tão diferentes do[s] modo[s] de ser brasileiro[s], os imigrantes japoneses se valeram de inúmeras estratégias e de modos de se portar para serem aceitos pela sociedade envolvente [LESSER: 2001; MORAIS: 2001]. Dessas estratégias, variadas formas de negociação da alteridade foram ativadas, formas que passavam desde a tentativa de entendimento, até mesmo modos de se fechar em termos de manutenção de valores, normas e aprendizados trazidos de suas regiões de origem. Um exemplo ilustrativo é o caso das associações de japoneses, muito comuns na região metropolitana de São Paulo em que se mantém um aprendizado do idioma, de variadas técnicas corporais e modos de ser e se portar, sendo o objetivo dessas instituições primar pela educação dos descendentes de japoneses e atualmente não só dos descendentes3. Nestas associações de japoneses4, existe uma prática esportiva conhecida pelo nome de *Kendo*.

Em uma aproximação para o português, *Kendo* significa o "Caminho da Espada" e compreende uma série de movimentos corporais, respiratórios e um rígido código ético. Trata-se de uma arte marcial que foi trazida pelos imigrantes – segundo um informante de nome Luiz Kobayashi, no navio Kasato Maru durante a viagem para o Brasil os japoneses praticaram kendo – e é praticada atualmente no Brasil por imigrantes ainda vivos, por descendentes e por pessoas sem descendência nipônica.

Um dos problemas inicialmente observados é o de que as pessoas que praticam *Kendo* não consideram sua inserção nessa arte marcial como apenas uma atividade esportiva5, considerando que a forma como o senso comum entende o esporte evidencia a diversão e a competição na qual um deve ser superior em algum critério ou aprimoramento físico. Admitindo um ponto de vista simplista, o kendo é uma competição realizada por dois atletas na qual um 'vence' o adversário acertando uma espada de bambu em um dos locais permitidos no corpo protegido do oponente. De um ponto de vista complexo, em alguma medida a prática do kendo é um estilo de vida mediante o conhecimento do próprio corpo, ou seja, uma prática esportiva ao mesmo tempo em que é uma forma de conhecimento. Em sentido amplo, os discursos veiculados nos salões de treinamento

2 Essa classificação efetuada pelos 'nativos' e leigos de forma geral é correta: de fato o kendo foi usado ma primeira metade do séc. XX no Japão como um instrumento de disciplinarização com finalidade de preparar os jovens para a guerra [guerras]. Dessa forma, podemos dizer que se trata de uma arte corporal com finalidade marcial.

3 Em 1908 chega em Santos o Kasato-Maru, o primeiro navio com imigrantes japoneses. Após a instalação e acomodação dos imigrantes, foram feitos inúmeros esforços para manter o modo de ser japonês, sendo criadas "Associações de Japoneses" com a função de manterem a educação japonesa, além do estabelecimento das "escolas japonesas" [nippon gakko]. Atualmente as associações de japoneses – no sentido de garantirem sua continuidade – tem aprovado associados burajirujin [brasileiros sem ascendência nipônica] mas em forma tímida ainda. O caso que possuo é o da Associação Cultural e Esportiva Piratininga que vem adotando não descendentes em seu quadro de associados.

4 Entre as associações, podemos citar a Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa [Bunkyo], Fukuhaku, Associação cultural e esportiva Piratininga, associações com sede na região metropolitana de São Paulo.

5 Poucas atividades esportivas são objetivadas pelos praticantes como sendo "apenas" esporte. Porém, no caso do kendo, o fato de não ser um esporte é motivo de objetivação constante pelos nativos.

objetivam a afirmação de que a espada é um modo de compreensão e aperfeiçoamento do espírito. Noto que a ênfase do ensinamento não é dada no plano físico/corporal, mas no sentido de fazer com que o praticante tenha uma postura de entendimento com o meio social no qual se está inserido, através de princípios como a honra e a paciência. Noto que há a indicação de um código ético que rege o comportamento dos descendentes e, mais especificamente, há uma idéia de "*japonesidade*" ideal divulgada e difundida nas gerações de descendentes de japoneses, ou seja, uma noção ideal de mulher ou homem honrado, cortês e cônscio de seu dever.

Neste paper deixarei de lado considerações mais finas sobre a noção de *espírito* aproveitando o momento para fazer um balanço sobre o status da pesquisa. Nesse sentido, farei um pequeno resumo sobre a i[e]migração japonesa e nipo-brasileira, e a seguir tecerei alguns comentários sobre o Kendo.

Problema da pesquisa

O problema da pesquisa foi situar e mapear a negociação de uma 'identidade japonesa' e seu postulado moral no Brasil no tocante à prática da esgrima japonesa. Mais especificamente como a prática da esgrima e o conjunto ético-moral decorrente do treinamento e do contato com professores imigrantes fundamentaram e fundamentam a negociação de uma modulação da identidade japonesa no Brasil.

A hipótese lançada a campo foi a de que a negociação da identidade ocorre mediante o aprendizado desenvolvido na vida dos descendentes de japoneses de um código moral e de conduta ensinado nos treinamentos e evidentemente adquirido em seus lares com os seus pais – e mais do que isso, os locais de treinamento são locais de exteriorização e choque de identidades que caminham em uma nebulosa nas múltiplas diferenças. Dessa forma, especificamente nos treinos, a questão da identidade nipônica ou uma espécie de *japonesidade*6 é exteriorizada e negociada em relação aos 'brasileiros nativos' que treinam essa arte marcial, pois os descendentes de japoneses acreditam ser *simultaneamente* brasileiros – e são, de fato e de direito – e japoneses, sendo essa característica um fator de definição identitária. Entendemos os estudos recentes [KAWAMURA: 2001; CAPUANO: 1999; SASAKI: 1999, 2006; TSUDA: 2003] que postulam uma dificuldade de assimilação que os descendentes de japoneses enfrentam no negociar a sua identidade com a dupla alteridade, a de brasileiro nativo e a de japonês nativo. Não obstante, vejo que nos treinos de esgrima que tive a chance de observar e palestras que presenciei os descendentes de japoneses não se definem pela falta, mas pelo excesso, a saber, de serem brasileiros e descendentes de japoneses e de negociarem 'identidades' nesse patamar fluido. E em decorrência desse constante negociar identidades, pude notar que mesmo não descendentes reivindicam para si planos de corte nesse esquema geral da japonesidade no sentido de se entenderem enquanto japoneses.

Em relação aos dados coletados durante a pesquisa, trabalhei em pelo menos quatro frentes simultâneas:

Em primeiro lugar, treinamentos em *gashuku* – concentração. Treinos com a Seleção Brasileira de Kendo, participação em campeonatos e exames de graduação e treinamentos e conversas informais com professores de kendo, atletas e pessoas que, em suma, desenvolvem algum trabalho disciplinar em relação ao kendo. Como apliquei meu próprio corpo enquanto instrumento de pesquisa, pude adentrar em um campo de disciplinarização que permaneceria vazio se assim não procedesse. Em suma, um trabalho de campo com uma inserção total, pois coloca centralmente como condição de possibilidade o corpo enquanto objeto de entendimento.

Em segundo lugar, entrevistas com professores – *senseis* – de maior influência no meio social do kendo. Entre as entrevistas, conto com professores de alta graduação e que possuem cargos de relevância no Kendo brasileiro e Sul-americano.

Em terceiro, formulários aplicados em campeonatos e outros eventos da CBK7, FPK e academias. Os formulários procuraram compor um conjunto estatístico de informações sobre gênero, escolaridade, profissão ou ocupação e outras informações relevantes. O número de formulários capturados no período de julho de 2007 a julho de 2008 foi de 151, permitindo a arquitetura de um perímetro do coletivo estudado. Cito ainda fontes variadas e multimeios, como gravações de eventos passados, seminários, e relatos de memória.

Esboço da (i/e)migração japonesa-brasileira

A partir da segunda metade do Séc. XIX, o Japão deixou sua postura isolacionista frente ao mundo e abriu suas portas a uma modernização acelerada, rompendo com o regime feudal existente. Graças ao excedente populacional no campo, as políticas de emigração se voltaram inicialmente para escoar o excesso desses trabalhadores. Com os ideais expansionistas-nacionalistas da Era Meiji, os emigrantes passariam a pensar a colônia japonesa não apenas como um novo território a ser explorado, mas também como uma extensão do Império Japonês [LESSER: 2001]. Tal nacionalismo japonês teria fortes conseqüências no estabelecimento desses imigrantes no embate com a população brasileira, pois estava subentendido discursivamente que os colonos japoneses (*nihonjin*) e seus descendentes (*nikkei*) eram "súditos do Império Japonês" [Idem]

A primeira leva de imigrantes japoneses chega ao Porto de Santos em 1908, no navio *Kasato-Maru* [781 imigrantes]. Segundo indicam estatísticas presentes nos trabalhos de Ruth Cardoso [CARDOSO, R. C. L.: 1972] e Lesser

6 Aqui tomo Japonesidade como um conjunto interseccional de práticas de socialidade que possui referência dada no bushido japonês, mais especificamente em uma ética que passa pelo zen-budismo, confucionismo e xinto. Em suma, um código de honra atualizado e contra efetivado na socialidade do convívio da prática do kendo.

7 CBK- Confederação Brasileira de Kendo; FPK- Federação Paulista de Kendo. Ambas possuem sedes localizadas na cidade de São Paulo.

[ibdem], o contingente populacional de imigrantes japoneses entre 1908 e 1969 foi de 247.312 pessoas, levando em conta que na década de 40 houve um decréscimo significativo da taxa de imigração por conta da Segunda Guerra Mundial. Durante a primeira fase, entre 1908 e 1940 a imigração foi familiar e, da década de 50 à frente, a emigração japonesa para o Brasil foi sinteticamente composta por indivíduos. No período contabilizado entre 1909 e 1969, o contingente japonês representou cerca de 5% do total de 5.158.964 imigrantes no Brasil. O Estado de São Paulo e o Estado do Paraná possibilitaram a acomodação de grande parte dos imigrantes japoneses, uma vez que havia a necessidade de mão de obra para a lavoura. No período de 1923-1928 houve uma explosão demográfica japonesa imigrante ocasionada pela saída dos italianos das cidades, fechamento de outros países à imigração japonesa e aproximação entre o Japão e o Brasil no comércio. De 1933 a1950 houve uma desaceleração da corrente migratória Japão-Brasil. Porém, a discussão sobre o lugar social dos japoneses permaneceu como questão nacional. Com a 2ª. Guerra mundial, os japoneses foram hostilizados, escolas (*nippon gakko*) foram fechadas e qualquer manifestação da cultura japonesa foi proibida e, em alguns casos, punida com prisões. Por outro lado, a Segunda Guerra mundial possibilitou a fixação definitiva dos japoneses no Brasil.

A negociação de uma leitura da cultura japonesa no Brasil foi possível com o estabelecimento de Associações de Japoneses e de Escolas Japonesas. Nessas escolas e instituições, os descendentes de japoneses receberam uma educação formal além de um espaço de reunião que garantiu a negociação posterior de sua identidade no mercado étnico brasileiro.

Na década de 1960 a imigração japonesa para o Brasil desacelerou e a partir de 1980, um novo fenômeno é observado. Com a crise econômica experimentada no Brasil nesta década, trabalhadores começam a emigrar em busca de trabalho e melhoria nas condições financeiras. O Japão, tradicionalmente classificado como exportador de mão de obra, começa a receber imigrantes para trabalhar em seu território, uma vez que nesta década experimenta um crescimento econômico intenso e são requisitados trabalhadores para os trabalhos que exigem menor capacitação mas nem por isso menos importantes na estrutura produtiva japonesa [KAWAMURA: 2001; UEDA: 2001].

Porém o Japão, depois de diversos problemas com imigrantes indocumentados [SASAKI: 1998, 2006; KAWAMURA: Ibdem; MACHADO: 2002] começa a restringir a entrada de imigrantes clandestinos na década de 1990 e passa a direcionar o fluxo imigratório segundo critérios de descendência. No Japão, a procura pela imigração nipo-brasileira deu-se pelo desejo do governo japonês de requisitar mão-de-obra entre emigrantes e seus descendentes, como forma de evitar uma imigração estrangeira diversificada. Segundo Kawamura [Opus cit. P. 395]"a escolha [dos nipo-brasileiros] teve o reforço do critério da consangüinidade na definição de japonidade, altamente valorizada por setores tradicionais da sociedade, fortemente imbuídas do pensamento confucionista, ainda com destacada influência na definição política do país". Sua tese é a de que, por trás da migração de brasileiros para o Japão, há um fundamento étnico cultural discriminatório. Em algum sentido, vemos que Tsuda [2003] reitera a importância de ser, ele, nipo-descendente o que lhe abriu portas em sua pesquisa nas fábricas onde trabalhavam os nipo-brasileiros no Japão. Sem essa ascendência étnica, afirma Tsuda, o seu trabalho seria extremamente difícil.

Devemos, contudo, observar alguns aspectos que diferenciam o fluxo migratório brasileiro para o Japão dos outros fluxos brasileiros para os Estados Unidos e Europa no que concerne à problemática da cidadania. No Japão a legislação reformada de 1990 concede o visto especial de permanência para nissei8 [de três anos e renovável] e sansei de um ano e também uma série de direitos a um tipo específico de imigrante: o *nikkei*.9 Porém, ao lado da concessão de direitos e deveres, segundo Kawamura "os imigrantes brasileiros (…) passaram a conviver compulsoriamente com a população japonesa, para a qual, gradativamente, esses imigrantes, a despeito da aparência e ascendência etnocultural semelhantes, eram efetivamente *estrangeiros*".

Não obstante, os emigrantes nipo-brasileiros após terem acreditado por boa parte da vida que são "japoneses", quando chegam ao território japonês são discriminados enquanto "brasileiros", não só por desconhecerem o idioma japonês (ou por terem aprendido uma versão antiga do idioma), mas por não terem os mesmos hábitos que os japoneses em si [CAPUANO: 1999, 2003; SASAKI: 1998, 2003; TSUDA: 2003]. No Japão os *dekasegi* – ou trabalhadores que saem de casa – percebem que são "brasileiros" e estrangeiros nos dois países, pois quando retornam se vêem novamente "etiquetados" de "japoneses". Para uma imaginação japonesa, os descendentes não são ou não deveriam ser diferentes, e os conflitos surgem na constatação da inevitável diferença. Segundo Sasaki, há como uma espécie de dupla identidade que se demarca sob o signo de uma ambigüidade: o ser japonês e brasileiro, ao mesmo tempo em que não se é nenhum dos dois: "os nipo-brasileiros constroem suas vidas entre o Brasil e o Japão" [SASAKI: 2006].

O que é o Kendo?

A sistematização das técnicas no manejo da espada no Japão começou aproximadamente no século XV, culminando no séc. XVIII com o desenvolvimento de equipamentos de proteção corporal com o objetivo claro de se preservar os praticantes das seqüelas causadas por golpes. Antes do séc. XVIII, os treinamentos eram feitos com espadas de madeira, o que ocasionavam sérios ferimentos e mutilações. O termo *Kenjutsu* (Ken = espada, Jutsu = técnica) é o mais comumente utilizado para se referir às técnicas de manejo da espada pré-1868.

8 Nissei- segunda geração; sansei- terceira geração.

9 Descendente de japoneses.

Após a proibição do porte de espadas no no Japão no inicio da década de 1870 e a conseqüente extinção dos samurais enquanto casta social10 a esgrima japonesa teve um grande declínio no número de praticantes, uma vez que o Japão passou a recrutar agricultores e pessoas de outras classes sociais, a expensa da classe guerreira, que tinha peeminencia sobre as artes de guerra. Em suma, forma-se um exército profissional nos moldes ocidentais11. Porém, ao lado deste aparente declínio, mestres de diferentes estilos de kenjutsu começaram a desenvolver o Gekken (ataque com espada), uma modalidade de treino em que os praticantes utilizavam equipamentos de proteção e espadas de bambu para combater.

A Guerra do Sudoeste, ocorrida em 187712, [rebelião de Satsuma] valorizou novamente o *kenjutsu* e outras formas de combate. Isso levou à criação do estilo de esgrima da Polícia e, com a fundação da Dai Nihon Butokukai em 1895, foi desenvolvido um conjunto unificado de técnicas, práticas e conceitos de esgrima japonesa, que se tornou a base do Kendo atual e foi introduzido no sistema educacional japonês no século XX, mais precisamente em 1911. Com a derrota japonesa na Segunda Guerra Mundial, o kendo foi proibido pela Força de Ocupação aliado em razão do aspecto nacionalista presente em sua prática afinal, fora largamente utilizado como instrumento de inculcação do *yamato damashii* [espírito japonês] nos jovens estudantes e soldados. Em 1952 foi criada a Federação Japonesa de Kendo (*Zen Nihon Kendo Renmei*) primando pelos ensinamentos com objetivos mais desportivos, ampliando o interesse pelo kendo no Japão.

Atualmente, o Kendo é regido em nível mundial pela IKF (International Kendo Federation), tendo federações oficialmente filiadas e reconhecidas em diversos países. No Brasil quem rege oficialmente o Kendo é a Confederação Brasileira de Kendo (CBK), associada à IKF e confere graduações reconhecidas pela mesma.

Kendo no Brasil

A história do Kendo no Brasil começa com a chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil, em 1908. Nesta primeira fase, que podemos datar de 1908 a 1930 o *Kendo* foi praticado individualmente pelos imigrantes e seus descendentes, principalmente no interior do Estado de São Paulo, donde podemos citar os casos das cidades de Marília/SP e Bauru/SP. O prof. Yashiro Yamamoto [professor licenciado de Física da USP São Carlos] afirma que seu pai teve um papel bastante importante na popularização dessa arte marcial em Marília\SP e foi o responsável pelos ensinamentos básicos de muitos professores vivos atualmente. Do mesmo modo, o prof. Kimura também ajudou na divulgação do kendo durante toda sua vida13.

Em 1933, na comemoração dos 25 anos do início da imigração japonesa, os praticantes de judô e kendo fundaram a primeira associação brasileira de judô e kendo, a *"Hakkoku Ju-Ken Do Ren-Mei"*. A 2ª. Guerra Mundial gerou um período de hostilidades entre brasileiros e japoneses, ocasionando uma pausa em diversas atividades dos japoneses e descendentes. Neste sentido, o prof. Kimura anteriormente citado afirmou que, na época da guerra, correntemente a polícia brasileira confiscava o equipamento de kendo dos japoneses – ou seja, as armaduras e as espadas de bambu. Isso fazia com que eles praticassem o kendo no meio de canaviais, sob a luz do luar e fabricassem o seu próprio equipamento. No caso do prof. Toida, o seu pai esteve envolvido com a mal fadada *shindorenmei*.

De forma sistemática, o *Kendo* só volta a ser praticado no Brasil, depois do final da 2ª Guerra Mundial, e só toma contornos mais organizados, alguns anos depois, com a fundação da ABRAKEN, Associação Brasileira de *Kendo* ("Zen Haku Kendo Ren-Mei"), em 1959. Na cidade de São Paulo, os treinamentos foram provisoriamente realizados no centro da cidade e posteriormente, no inicio da década de 1960, passaram a ocorrer na sede de um dos primeiros clubes fundados pela comunidade nipo-brasileira, a Associação Cultural e Esportiva Piratininga, com sede no bairro de Pinheiros, São Paulo. A ACE Piratininga é o principal local de realizações de eventos oficiais, apresentações, campeonatos e exames de graduação da FPK (Federação Paulista de Kendo), CBK (Confederação Brasileira de Kendo) e CSK *(Confederação Sul-americana de Kendo)14.*

Segundo uma estatística da FIK [International Kendo Federation] citada por Ito Tomoharu San15, estima-se que no Japão existam mais de 2 milhões de praticantes de Kendo e, no mundo, 3,0 milhões. No Brasil, estimativas com defasagem

---

10 O termo "casta" abre um precedente analítico interessante no caso japonês pois se trata de um sistema criado por decreto e referendado pelo sagrado. No período Tokugawa [1603-1868] houve uma distinção clara entre 4 grupos sociais: daimios, samurais [ou guerreiros- somente essa classe podia portar armas e as duas espadas], agricultores e comerciantes. Os comerciantes foram tomados como os parias no sistema hierárquico japonês.

11 O termo exercito ocidental quer dizer que forma-se um contingente recrutado e pago que se vale de armas de fogo [variadas] e engenharia ocidentais para a defesa do território.

12 Guerra 'seinan'- tida pelos historiadores anglofonos como a rebelião de Satsuma. Com a morte de Saigo Takamori teve fim o ultimo ato de resistência militar organizada em oposição às medidas de modernização propostas pelo governo do Japão.

13 O prof. Kimura veio a falecer no dia 29/06/2008, poucas horas depois de tê-lo entrevistado. Este professor chegou ao Brasil em 1928 e presenciou o surgimento e crescimento desta arte marcial em solo brasileiro. Esteve presente nos treinos [em São Paulo] e – segundo afirmou – chegou a dar aulas para mais de 10.000 alunos. Homem de poucas palavras, explicava pelo exemplo, pois sempre esteve presente em muitos eventos de Kendo e falava constantemente que era preciso uma vida de prática para se entender essa arte marcial. Encarou a prática do kendo como uma ascese religiosa.

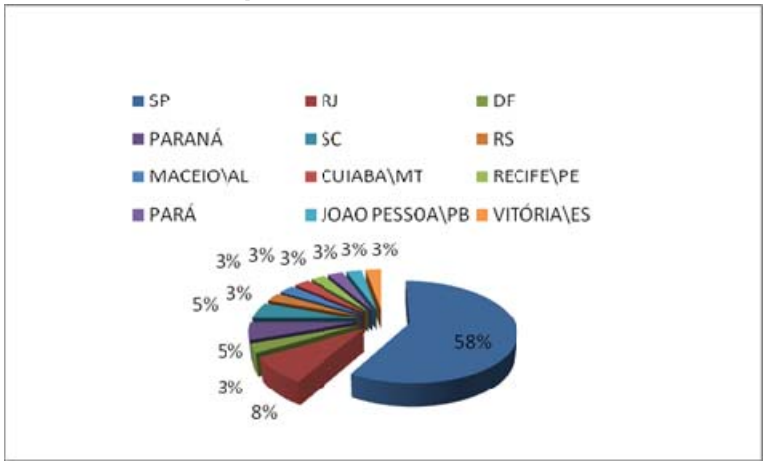
14 Como fatos marcantes que acompanham o crescimento do kendo no Brasil, podemos citar: Agosto/1982: o Brasil é sede do 5º Campeonato Mundial de Kendo, realizado na cidade de São Paulo. Agosto/1998: é criada a Confederação Brasileira de Kendo (CBK). Em Novembro de 2002, o Brasil coordena a criação da Confederação Sul-americana de Kendo (CSK), tendo como filiadas fundadoras a Confederação Brasileira de Kendo, a Confederação Argentina de Kendo e a Confederação Chilena de Kendo. Durante o Campeonato Sul-americano de Kendo realizado em 2008, foi proposta e aceita a criação da associação latino-americana de kendo. Bem, uma das razões fundamentais da preeminência do Brasil nesse cenário é a alta concentração de praticantes de kendo no Brasil e mais do que isso, a presença de professores de alta graduação, o que permite que o tenhamos exames de graduação até o 7 grau. Em termos comparativos, apenas o Brasil tem licença da FIK para realizar esses exames na America do sul14. Bem, é escusado dizer que o Brasil é o país que mais tem descendentes de japoneses fora do Japão.

15 Ito Tomoharu Sensei – palestra realizada na sede da FPK (Federação Paulista de Kendo) em 17/05/2005.

de cerca de nove anos indicavam a existência de 1500 descendentes de japoneses praticantes de kendo, distribuídos em 10 Estados da federação, porém, o Estado e a cidade de São Paulo respondiam por cerca de 80% desse montante. No momento presente venho atualizando as estatísticas junto à CBK e ao restante das academias de kendo brasileiras. Atualmente tenho em minhas estatísticas a presença e funcionamento de 36 academias de kendo no Brasil, sendo que 21 academias estão situadas no Estado de SP [o que representa 58% do total de academias, não de atletas] e outras 15 estão situadas em 11 Estados.

Figura 1

Percentual de Academias de Kendo por Estado- Brasil- 2008 [N=36]



Fonte: Lourenção, G. V. 2008- Dissertação

A Prática do Kendo

A prática do *Kendo* pressupõe mas não se limita ao manejo da Shinai (espada de bambu), Bokuto (espada de madeira) ou Katana (espada longa japonesa), mas a prática e cultivo do Reigi (etiqueta) e do espírito. A etiqueta no kendo envolve uma série de atitudes de respeito para com o local de treino, para com as pessoas que praticam e para com os professores. O espirito é objetivado e observado de forma constante e ininterrupta de variadas formas, mas o ponto importante a ser notado é o de que o corpo – ou uma dada concepção de corporalidade – funciona como o veículo dessa matéria ao mesmo tempo corporea e incorporea.

O Ken (espada, técnica) é estudado de duas formas: O *Kendo* com shinai (espada de bambu) o qual é praticado com armadura [bogu] e o *Kendo Kata*, onde é usado o bokuto (espada de madeira maciça) ou o Katana (espada real, com lâmina). As duas formas de estudo são feitas em duplas.

A prática e o ensino do *Kendo* não pode assumir caráter profissional ou comercial. Isso é: não é permitida a cobrança para o ensino do *Kendo*, salvo a quantia necessária a manutenção do Dojo (academia), sendo uma regra internacional determinada pela IKF. Esse fato é de extrema subjetividade pois existem academias que cobram dos alunos mais do que o "necessário" para a menunteção da academia. Em termos gerais, atualmente existe uma apropriação comercial do kendo como um instrumento de disciplinarização procurando formar empresários de sucesso. Curiosamente, descobriu-se uma forma de se apropriar a ideologia do monje/ samurai para propositos capitalistas.

Shiai (Luta)

No Kendo, luta-se com uma espada de bambu, chamada de *shinai*, e são usados protetores para todas as regiões de ataque, além de uma vestimenta especial: *hakama* (calça), *dogi* ou *keiko-gi* (camisa/blusa) e *bogu* (armadura). Alguns praticantes usam ainda o *obi* (faixa ou cinto). As lutas duram de três a cinco minutos (com a possibilidade de haver prorrogação) e são disputadas duas ou três lutas (melhor de três) que culminam com um *ippon*, ou seja, golpe perfeito. Devido à existência de lutas e campeonatos em âmbitos regionais, nacionais e internacionais, o Kendo possui um aspecto desportivo bastante relevante, mas ainda preserva a maior parte das suas características marciais e a etiqueta (Reigi), distinguindo-o de um esporte comum. No Kendo o critério de golpe válido/letal (*yûkô-datotsu*) é bastante subjetivo e está diretamente relacionado às origens marciais da arte, que prega a sincronia perfeita entre a energia do praticante (*Ki*), a trajetória e a precisão da espada (*ken*) e a postura (necessária para a correta aplicação da força e a correta movimentação) (*tai*). Essa sincronia é denominada de *Ki-Ken-Tai Icchi* e é um dos ensinamentos fundamentais e mais difíceis de serem corretamente aplicados no Kendo.

Kendo – Uma Perspectiva

O conceito básico do kendo é a hierarquia, e o foco inicial é a formulação efetuada por Dumont [1992]16 sobre o tema. O autor entende e argumenta que a igualdade e a hierarquia são ideologias, que por sua vez se tratam de um conjunto

16 DUMONT, Louis. Homo hierarchicus.

de idéias e valores. Situa-se em um nível consciente, embora sejam de ordem lingüística. No caso da hierarquia no kendo, não se trata simplesmente de ordens superpostas, mas existe um sistema de graduação em que as pessoas adquirem conhecimentos e sobem nessa hierarquia mediante a passagem por exames de graduação. Nos níveis mais altos, as pessoas sobem de acordo com o trabalho em torno da popularização do kendo e mediante evidentemente sua aprovação nos exames. A hierarquia no kendo não deixa de ter pontos de atrito e pontos de distorções, pois se trata de um sistema que encontra sua devida significação em relação ao plano simbólico japonês e, não raro, choca-se com um sistema calcado em um plano mental que encontra no indivíduo sua gênese e sentido.

O kendo pressupõe uma série de planos disciplinares japoneses que incluem um controle preciso dos movimentos corporais, formas de respiração adequadas, sem contar variadas técnicas de controle e manejo da espada chamada *Shinai* [Espada de bambu]. Alguns aspectos que se destacam no kendo são, em primeiro lugar, a reunião de inúmeras pessoas em torno dessa prática – incluindo japoneses, descendentes e não-descendentes, ou seja, pessoas das mais diversas ascendências étnicas – e a produção dos corpos para esse esporte – que se manifesta pela procura na perfectibilidade dos movimentos corporais.

Em momentos de treinos da Seleção Brasileira de Kendo, o treinamento é extremamente extenuante, mas um ponto importante a ser notado não é o treinamento em si, mas as palestras sobre filosofia do kendo. As palestras focam formas de se lidar com a morte nos tempos dos *samurais17,* formas de se trabalhar a mente para que seja controlado o medo e seja possível um desempenho satisfatório nos combates e na vida. Mas o que é um desempenho satisfatório?

Como uma primeira aproximação, pode-se afirmar que não é a vitória em um combate que é prezada – evidentemente a vitória é buscada, mas não é o ponto focal – mas a utilização do kendo como uma forma de se percorrer o caminho na vida. A noção de caminho é extremamente valorizada como o trajeto de uma pessoa pela vida, que compreende um feixe de relações e aprendizados no qual o 'sujeito' seria uma multitude acumulada. A noção de hierarquia18 é um complexo feixe de relacionalidades, que uma pessoa encarna ao longo de sua existência.

Após os treinos da Seleção Brasileira, é recorrente a realização de confraternizações, que são momentos onde laços de co-parentela e formulações sobre o que é "ser" um japonês são revividos. Essa ontologia não é definitiva. Vemos que os praticantes de esgrima e o "núcleo duro" – professores com idade avançada – não segmentam as pessoas em relação ao seu nascimento ou ascendência étnica. As pessoas são classificadas de acordo com seu interesse e por sua performance nas lutas, além de que são tutelados por professores.

O kendo possui uma economia de símbolos e práticas rituais e uma superabundância de discursos e mitos. A economia de símbolos se manifesta nos seus equipamentos e roupas, a armadura e a roupa tradicional chamada *Hakama* [calça] e *keikogui* [blusa de treino]. As espadas *shinai* [bambu], *bokuto* [espada de madeira] e o *katana* [espada de metal] totalizam a indumentária necessária para a participação nessa prática marcial. As espadas são vistas como o espírito do guerreiro, e as formas e os movimentos realizados – ou seja, sua *performance* – são a manifestação desse espírito nas lutas. Em relação aos 'mitos',19 o mais eminente é o de Miyamoto Musashi, guerreiro que viveu nos anos de 1600 no Japão feudal e que não perdeu nenhum dos sessenta duelos em que lutou. Musashi, pela sua personalidade idiossincrática, um homem que prezava igualmente as artes de paz e de guerra, tornou-se um ícone reverenciado no Japão e acabou tomado como um modelo de conduta na esgrima inclusive pelo estilo que desenvolveu, o estilo *nito-ichiryu* [duas espadas, uma escola].

Em um sentido preciso os mitos se atualizam nas lutas. Há uma noção de pessoa enquanto um eterno devir, visto que é buscada uma perfectibilidade a cada momento no sentido de um desenvolvimento contínuo que não encontra fim. Há uma busca pela neutralização de si, das emoções, dos medos através do treinamento.

De fato, a morte é o acontecimento produtivo por excelência. A morte é o lugar em que a pessoa nipônica se realiza. Há uma positividade na morte, algo paradoxal, pois não há negatividade na vida; pelo contrário, a vida é a forma de realizar o caminho, e a realização do caminho – do – é algo extremamente prezado e valorizado nessa cultura da espada. Porém, o kendo é uma 'brincadeira' de matar e ser morto indefinidamente. Acredita-se que, ao ter a dimensão da morte, o homem preza a vida – concepção búdica da existência.

No momento não consigo mais precisar qual foi a ordem de inserção. Se entrei no kendo para estudá-lo ou se estudá-lo foi uma decorrência de minha inserção. No entanto, o fato de uma preeminência de uma linha causal não é fundamental para se entender o kendo. O que importa é que sem uma inserção em termos de treinamento tal pesquisa seria impossível. Impossível pois se o kendo diz algo sobre alguma coisa, essa coisa passa por uma dimensão de construção de uma *japonesidade* que incide sobre o corpo do praticante. Tal argumento não é apresentado para uma massa inerte; ele é martelado como ferro em brasa na bigorna do corpo do praticante – ininterrupto, silencioso, o ethos japonês invade a existência das pessoas. Nesse sentido, o trabalho de campo precisou capturar um discurso que incide e se atualiza no corpo. Quando os professores dizem que, se uma pessoa sem ascendência japonesa procura o kendo porque existem razões que a razão desconhece, isso não é simplesmente um koan zen budista ou uma frase destituída de sentido para a razão. Estão a

17 Uma tradução aproximada do termo seria "aquele que serve", ou seja, um guerreiro normalmente contratado mediante um estipêndio e que mantinha uma relação de submissão e subserviência ao senhor que lhe tutelava.

18 Dumont, L. 1992.

19 O Mito aparece vinculado a dois determinismos: em primeiro lugar, a sucessão de versões suas anteriores; em segundo, sua vinculação a elementos de ordem infra-estrutural. O que é o mito?- o mito é uma resposta temporal e local a problemas que possuem contradições impossíveis de superar. A titulo de exemplo, Musashi jamais perdeu um duelo; a contradição impossível de se superar é a de ele não ter morrido em um duelo, em uma socialidade que valoriza positivamente a morte.

postular uma continuidade espiritual que se oferece no espírito do praticante quando ele está a lutar. A luta é o momento de efetuação do espírito e esse espírito é japonês, independente da casca exterior.

A inserção prévia no campo me favoreceu em parte por conta de que foi possível conhecer pessoas e pessoas importantes do kendo brasileiro. Sem esta inserção, talvez fosse difícil ter o treinamento do olhar para certos problemas e dilemas de hierarquia observados nos salões de treinamento, tais como brigas de egos, 'vinganças' atribuídas a perdas em campeonatos passados etc. Um brasileiro lutando esgrima japonesa não tem muita importância tomada isoladamente de outros fatores relacionais. É se preciso estar atento a um conjunto de regras, valores, ações permeadas pela tradição e consolidadas pelas práticas cotidianas nos locais de treinamento. Existem ao menos uns 300 brasileiros sem ascendência nipônica que treinam e esse não é um problema de fato para os 'nipo-brasileiros'. O problema está ao que parece na observação dos ritos de combate e de convivência. Os ritos de combate e de convivência relacionam observações rituais de como se portar, como lutar, como agradecer mesmo perdendo um combate.

A escolha deste tema não foi ao acaso. Uma experiência em Maio de 2006 em Curitibanos/ Santa Catarina- quando treinei intensamente com a seleção brasileira de kendo me abriu os olhos para a possibilidade de se trabalhar com imigração e kendo. Em termos gerais, a bibliografia se desenvolve tendo como foco questões de identidade e caminhos internacionais, deixando de lado aspectos centrais, no meu entendimento e que precisam ser explorados. No caso, os "nipo-brasileiros" neutralizam a diferença fenotípica transpondo para outros planos as diferenças, fazendo com que funcionem redes de parentalidades e agregação de pessoas mediante substancializações de elementos, como a noção de espírito.

Seria um erro supor que os nihonjins [japoneses e descendentes, conforme classificação interna] seriam muito diferentes dos burajirujins [brasileiros] no seu aspecto físico. O prof. Tamaki, quando entrevistado, falou-me que curiosamente que os não descendentes possuem mais respeito que os descendentes. No caso de Ishibashi, na entrevista realizada em sua casa em Suzano, disse-me que os descendentes são como "bananas" – amarelos por fora e brancos por dentro – completando que é o espírito que importa e a manifestação desse espírito japonês ocorre no confronto de espadas. Em entrevistas recentes realizadas por mim, noto que há uma indicação de um sistema inconsciente de valor que permite a classificação em termos de proximidade e distância. Resumindo, não são os caracteres biológico-fenotipicos que fazem as classificações, mas sim, quanto mais próximo se está dos conhecimentos sobre os japoneses.

Bem, pensamos que a teoria transnacional poderia ser útil no pensar o kendo, pois estávamos diante de um fenômeno que extrapolava a experiência imediata da nacionalidade e colocava dois países em relevo, aparecendo planos de intersecção de práticas. Mas é mais e menos que isso. O kendo, tomado como uma unidade de análise é uma máquina, um dispositivo de *japonesidades* – ou seja, um mecanismo de produção de 'japoneses' e de discursos. E, neste sentido, pouco importa ser de fato um descendente.

Como conclusão, podemos pensar a relação criada pelo kendo entre Brasil e Japão como um caso de dualismo concêntrico. Em primeiro lugar, a organização dos esgrimistas em suas associações e em suas relações tomam por base um passado e um presente nipônicos idealizados e míticos. Os sujeitos tomam como matrizes de inteligibilidade configurações purificadas desse passado nipônico e samuraico, pensando e re-significando coisas e seres. Em segundo lugar e ao lado dos nipo-brasileiros, as formas de convivência e de procura e sujeição a saberes-poderes são orientadas para um centro de onde tudo emana; no caso, o centro de nosso mapa seria o Japão. Quanto mais distante se está desse centro mais impuro se é. Ou seja, caso um sujeito hipotético seja descendente de japoneses, fale o idioma e se porte de determinadas maneiras, mais próximo a um centro estará e mais purificado, em conseqüência. O corolário dos dois pontos permite pensar um *dualismo concêntrico expandido*, ou seja, um dualismo entre fabricações de modos brasileiros e japoneses sob o centro do dispositivo da *japonesidade* ou talvez a própria idéia de uma *marcação da diferença* pois o local por si não tem valor de determinação na configuração dessa forma de cognição. Continuamente observamos que é a *diferença* que marca a distância entre um ponto e um centro considerado e, mais especificamente no caso dos descendentes praticantes de kendo, lanço o conceito de um *gradiente de distância*, o qual traçaria a *ontologia de geometria variável* entre dois extremos. Estes dois extremos podem ser localizados nesta geometria leibnitziana em um ponto que identifica uma – ou várias – forma[s] de *japonesidade* e uma – ou também várias – forma[s] de brasilidade que colidem entre si no espectro de demarcação de identidades e diferenças.

O postulado de uma *ontologia de geometria variável* é justificável na presente proposta, visto que o que está em questão atualmente para vários dos descendentes praticantes [evidentemente e mais especificamente aqueles que detêm postos e posições variadas na conjunção de saberes e poderes na hierarquia das políticas das associações em sua relação com a sociabilidade e socialidade brasileiras e que exclui por definição a purificação daqueles que sofrem a influência minorada do campo de gravitação dessas associações políticas] no ano de 2008 – ano este em que foram comemorados os Cem anos de imigração japonesa no Brasil – é o conhecimento do que é *Ser japonês*, ou seja, o que é ser um nihonjin e esta filo-ontologia é foco e palco de disputas variadas pelos descendentes e pelos japoneses imigrantes. Direto ao ponto, *ontologia* porque há discursos sobre o Ser e *geometria variável* pois implica graus de proximidade e distância em relação à idéia e à prática da Japonesidade.

Referências

1-Sobre i[e]migração

ASSIS, Gláucia de Oliveira & SASAKI, Elisa Massae. (2001). Novos migrantes do e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica. In: Migrações internacionais: contribuições para políticas. Brasília: CNPD.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. (1972). Estrutura Familiar e Mobilidade Social – Estudo dos Japoneses no Estado de São Paulo, Tese de Doutorado apresentada ao departamento de Ciências Sociais da FFLCH, USP, São Paulo.
GLICK SHILLER, BASCH, L., BLANC SZANTON (org.). (1992). *Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered.* New York: Annals of the New York academy of Sciences, 645.
KAWAMURA,Lili Katsuco. (2001). A questão cultural e a Discriminação Social na Migração de Brasileiros ao Japão. In CNPD, Seminário Internacional Migrações Internacionais - Contribuições para Políticas . Brasília, CNPD,
LESSER, Jeffrey. (2001). A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. Editora UNESP, São Paulo.
MACHADO, Igor José de Renó. (2004). "Estado-nação, identidade-para-o-mercado e representações de nação", In Revista de Antropologia, vol.47, no.1, p.207-233. ISSN 0034-7701.
MACHADO, Igor José de Renó. (2002) Brasileiros no exterior e cidadania. [mimeo] in "caminhos da cidadania" org. Bela F. Bianco, ed UNICAMP, SP
MORAIS, F. (2001). Corações sujos. Companhia das letras, São Paulo,
OLIVEIRA, Adriana CAPUANO de. (1999). "Repensando a Identidade dentro da emigração dekassegui", In REIS, Rossana Rocha & SALES, Teresa (org) Cenas do Brasil Migrante, Boitempo Editorial, SP
SASAKI, Elisa Massae. (1999). Movimento DeKassegui: A Experiência Migratória e Identitário dos Brasileiros Descendentes de Japoneses no Japão. In Sales e Reis (orgs). Cenas de Um Brasil Migrante. São Paulo, Boitempo Editorial,
SASAKI, Elisa Massae. (1998). O jogo da diferença: a experiência identitária no movimento Dekassegui. Campinas, dissertação de mestrado em sociologia, IFCH, UNICAMP
SASAKI, Elisa Massae. (2006). A imigração para o Japão. Estudos avançados no. 57
TSUDA Takeyuki. (1999). Transnational Migration and the Nationalization of Ethnic Identity among Japanese-Brazilian Return Migrants. Ethos: Journal of the Society for Psychological Anthropology 27(2);
TSUDA, Takeyuki. (2003). Strangers in the ethnic homeland. Columbia University Press, New York,
UEDA, V. (2001). Las "tres k": la migración temporal de los nipobrasileños. Scripta nova no. 94, Universidad de Barcelona,

2-Geral

DUMONT, L. (1992). Homo hierarchicus. Edusp, SP,
MAYBURY LEWIS, D. & ALMAGOR, U. (1989). The acttraction of opposites. The University of Michigan Press,
VIVEIROS DE CASTRO, E. (2002). A Inconstância da Alma Selvagem. Cosac & Naify, São Paulo,

3-Site

http://www.geocities.com/colosseum/sideline/7756/kendo00.htm [consultado em 03/2008]- Utilizado com a permissão de Élia Yathie Matsumoto

Iemanjá é da elite?

Teresinha Bernardo
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
bernardo@pucsp.br

Resumo: Este questionamento está relacionado à entrada de Iemanjá na parte central de uma cidade, do litoral paulista, denominada Guarujá, cuja população foi constituída no passado, na sua maioria pela elite branca brasileira. A sua história é surpreendente, pois a cidade foi totalmente importada dos E.U.A para que os estratos altos pudessem usufruir do mar azul e das areis brancas. No entanto vários fatos ocorreram para que mudasse a face dos turistas que passeiam pela cidade. Mas não foram apenas os turistas que mudaram, mudou também a maneira dos nativos participarem dos festejos religiosos que ocorrem, hoje, na cidade.
Na realidade uma "santa" que era cultuada na periferia invade o centro juntamente com seus fiéis negos.
É esta história que esse paper pretende discutir.
Palavras-chave: Iemanjá, relações raciais, cidade e racismo.

Introdução

Guarujá, cidade situada em uma ilha do litoral paulista, que durante mais de meio século foi procurada pela elite para usufruir de suas praias de areias brancas e mar azul que lembram o Caribe e continuam, ainda hoje, convidativas.

No entanto não foi só a areia branca e o mar azul que fez do Guarujá a cidade balneária da elite. A sua história neste sentido é reveladora: a fundação data do final do século XIX, mais precisamente em 1893 e contou com os recursos econômicos advindos do café e a maneira de fazer dos cafeicultores: "tudo importado". Trouxeram dos E.U. A uma cidade de madeira, "Pinho da Geórgia", um hotel constituído de 50 quartos de alto luxo com um cassino anexo, muitas salas; como as de refeições, de leitura, bar, uma igreja e 46 residências, totalmente, desmontáveis.

Essas residências possuíam excelente qualidade que atravessaram décadas, ainda hoje, uma ou outra pode ser encontrada ao meio aos arranha-céus.

Do lado do hotel havia o cassino, também, ali foi instalada uma usina movida a vapor, que fornecia luz para o hotel, o cassino, as residências e para a iluminação pública.

Os turistas; aristocracia cafeeira e a nova burguesia que se avizinhava faziam o seguinte trajeto: ao chegarem em Santos, vindos de São Paulo de trem, tomavam as balsas e desciam em um pequeno porto da cidade, lá encontravam uma estrada de ferro, de tamanho reduzido, que levava os veranistas à área nobre da cidade onde estava instalado o hotel e o cassino.

Destaca-se que a história do Guarujá está diretamente ligada ao café. Tanto é que até o Porto de Santos foi criado para o escoamento desse produto, mas emprestará sua infra-estrutura para a entrada e saída de balsas que ligarão Santos-Guarujá.

O Guarujá, diferentemente, de outras cidades brasileiras, teve como seu núcleo original um hotel e um cassino. Em outras palavras, a sua economia orientava-se pelo turismo e pelo jogo.

O Hotel Cassino, durante o período de 1893 a 1946, teve três prédios: o primeiro sofreu um incêndio em 1897; o outro construído em alvenaria foi demolido em 1911, talvez devido ao gosto duvidoso; o terceiro foi projetado por Ramos de Azevedo1.

Os visitantes da cidade, em outras palavras a história da cidade, confundem-se com sobrenomes que habitavam o cenário econômico-social e político paulista das primeiras décadas do século XX: Prado Matarazzo, Crespi, Leomil, Chaves Siciliano que "fizeram da ilha uma extensão de suas atividades, desfrutando dos prazeres da vila balneária"(Vieira 2004,34), e com o passar do tempo construíram suas mansões, navegavam seus iates e passeavam pelas ruas com seus automóveis importados.

Durante a primeira República, o Guarujá era o lugar obrigatório para o descanso de grandes personalidades, tais como: presidentes e ministros, industriais e grandes comerciantes. Os representantes das artes e das ciências também faziam lá suas aparições.

Nos fins de semana o centro do poder paulista deslocava-se para o Guarujá. Iemanjá, apesar de significar o mar, não participava dessas negociações.

A vida no balneário seguia tranqüila com construções de mansões e com celebridades de todas as esferas sociais circulando pela cidade. O cassino era destaque, trazendo inclusive jogadores internacionais. As praias, com suas areias brancas e mar azul, sempre convidativas, atraiam turistas também de pele branca, que chegavam a se confundir com a areia. Tudo era branco e azul até meados dos anos 70.

Os empregados das mansões, pela manhã bem cedinho, traziam guarda-sóis, mesinhas e espreguiçadeiras para que os representantes dos estratos altos pudessem desfrutar, sem despender qualquer esforço, das delícias da praia.

Entre 12h30 e 13h30 apareciam os garçons, vindos das mansões adequadamente fardados, servindo os primeiros aperitivos do dia: camarões, frutos do mar e uma variedade de peixes tão grande que qualquer tipo solicitado era imediatamente servido; tudo isso regado a wisky escocês e a champagne francesa.

Às vezes, além do burburinho do mar, ouvia-se um outro, era de algum helicóptero que sobrevoava e descia na praia, trazendo altas personalidades para participarem da grande festa de verão na cidade.

Mas Iemanjá não estava lá, apesar de representar o mar, apesar de Rita Amaral dizer que os orixás gostam de festa, mas quem festejava o verão no Guarujá parecia que nada tinha a ver com Iemanjá. Portanto a deusa não estava lá, não havia identidade entre ela e os festeiros.

Mas a paisagem descrita acima parece esconder transformações que ocorriam na subterraneidade: desde 1947 a Via Anchieta tornava o trajeto São Paulo-Santos muito mais rápido do que a estrada de ferro. Além disso os turistas podiam ir para lá com os seus próprios automóveis; mas provavelmente a proibição dos jogos de azar, ocorrida em 1946, foi o fator fundamental que acelerou as mudanças na cidade. O cassino continuou com o carteado, mas os "grandes jogos" haviam terminado, as mansões da orla, especialmente na praia das Pitangueiras, foram demolidas e no seu lugar surgiam os suntuosos arranha-céus, que obrigavam pessoas diferenciadas: profissionais liberais, presidentes de multinacionais, além dos antigos moradores grandes industriais, fazendeiros, comerciantes, políticos...

A travessia Santos-Guarujá continuou realizada através de balsas com espera prolongada para os usuários. Em 1970 a Rodovia Piaçaguera recebe seus últimos detalhes. Dessa forma as estradas de rodagens Anchieta e Piaçaguera ligam São Paulo ao Guarujá. Data dessa mesma época o "boom" da construção civil na cidade; e a "grande migração nordestina para o sudoeste".

Os donos da terra e os grandes incorporadores vislumbraram que com as estradas e o fim do jogo um novo caminho se abriria para a cidade: a estrada dos estratos médios.

Esses grupos vão encontrar, na cidade do Guarujá, além das lindas praias e o mar azul, a pretensa realização do sonho de ascensão social, uma das características definidoras da classe média.

Se de um lado pequenos comerciantes e industriais, profissionais liberais em início de carreira, funcionários públicos invadiram o centro do Guarujá, os morros que circundam a cidade foram invadidos pelos migrantes que procuravam um lugar para morar próximo aos seus locais de trabalho – a construção civil.

A elite comportou-se como comporta-se em todas as partes do planeta: não se mistura. Abriu caminho pelas praias e foi construir novos cenários longe dos migrantes e dos estratos médios. Tanto isso é verdade que ao dizer a um antigo morador de um dos prédios da orla construído nos anos 50 que o haviam visto lá, teve-se uma negativa, como se o fato de

1 O mais famoso arquiteto da época, seus projetos, na sua maior parte, foram tombados pelo ISPHAN.

encontrá-lo no Guarujá no século XXI o desmerecesse. *Habavachs* a esse respeito afirmou: "O lugar recebe a marca do grupo; que por sua vez é marcado por ele. É devido a essa relação que a elite fugiu, não quer ser mais vista no Guarujá".

Mas se a elite fugiu, os migrantes nordestinos ficaram e se juntaram a um outro grupo que lá se encontrava desde os anos 50, vindo de Santos devido ao desmoronamento de alguns morros onde moravam e juntos construíram vilas, casas, também em morros, e povoaram um bairro denominado, atualmente, de Vicente de Carvalho.

Esse bairro é muito acolhedor, atualmente os jovens quilombolas se dirigem a procura de trabalho e fixam residência. Não é por acaso que grupos de rap famosos, inclusive citados pela grande mídia, nasceram e moram lá.

Na realidade a periferia da maior parte do Brasil é negra, porque lá residem os pobres; a maior parte dos pobres brasileiros são negros.

Não surpreende, portanto, encontrar em Vicente de Carvalho inúmeros terreiros das religiões afro-brasileiras. Diria mesmo que até meados dos anos 90 existiam dois Guarujás: um branco, abrangendo o centro, a praia das Pitangueiras, Tombo, Astúrias, Enseada, Pernambuco e um outro negro, as vilas, com seus pedaços de morro e Vicente de Carvalho.

É claro que o povo-de-santo, os habitantes da periferia, faziam seus rituais na subterraneidade, uma mãe-de-santo disse: "Minha filha, era tudo escondido, a gente quase não podia passar para o outro lado até uns 5 anos atrás". Percebe-se que a periferia do Guarujá guardava características marcantes de gueto, mais precisamente o isolamento dos grupos menos favorecidos. Além disso, o "escondido" que essa sacerdotisa se refere, ocorria no século XIX em algumas cidades nordestinas, especialmente Salvador. Assim, o Guarujá, no final do século XX, possuía características semelhantes às encontradas no século XIX em Salvador.

No entanto o século XXI parece trazer transformações para o Guarujá branco e negro. Em 2006, que se repete em 2007, há uma notícia nova no ar, mas é na periferia, em Vicente de Carvalho, que inúmeras vozes noticiam, finalmente, a celebração de Iemanjá em festa pública, no centro do Guarujá, em meio aos quiosques, no dia 2 de fevereiro. Na realidade "o centro estava mudo". Mais precisamente quem não ia à periferia ou não se relacionava com quem lá vivia, não sabia que "Iemanjá, a grande mãe dos brasileiros, a personagem de mitos, lendas, músicas e poesias" seria celebrada também no Guarujá, acompanhando quase todo o litoral brasileiro no dia 2 de fevereiro.

A ausência de notícias no centro, no local que Iemanjá seria cultuada, talvez devesse a um certo temor da Prefeitura em desagradar os estratos médios. Mas por outro lado, o prefeito e seu séqüito viviam um dilema: de um lado a periferia com os seus terreiros que o elegeram; de outro lado os donos dos apartamentos do centro que têm voz mas não votam no Guarujá - são os turistas com a casa própria. O dilema foi resolvido, ganhou os votos.

Dessa forma, a periferia para celebrar Iemanjá invadiu o centro, seus habitantes por sua vez desconheciam o evento. Meio escondida, finalmente, depois de mais de um século, Iemanjá apareceu. Rita Amaral tinha razão ao afirmar que "a festa possibilita que as identidades se expressem plenamente" (Amaral 2002, 31), foi o que ocorreu entre Iemanjá e seus festeiros, houve troca de energia entre a deusa e o seu povo-de-santo.

Se houve troca de energias, houve também muitos presentes que foram dados a Iemanjá em troca de proteção, felicidade, fertilidade, amor, união.As dificuldades humanas são temas recorrentes solicitados aos orixás.

A deusa, por sua vez, recebeu de seus adeptos objetos de beleza como sabonete, pente, pó-de-arroz, talco, perfume, laços de fita e muitas flores.

Durante a festa na praia da Enseada no centro do Guarujá, havia um barco que os adeptos a ele se dirigiam e colocavam os presentes em homenagem a Grande Deusa, junto percebia-se pedacinhos de papel com os pedidos.

Além disso, muitas pessoas levavam seus presentes individualmente para o mar, para Iemanjá.

Na areia branca muitas tendas foram armadas: lá se encontravam os terreiros com suas mães, pais e filhos-de-santo. A população passava de uma tenda para outra quando recebia benção, oração, palavras desejando boa sorte, palavras que animavam o coração.

Percebia-se que a maior parte do povo que lá se encontrava tinha vindo da periferia, não obstante uma ou outra pessoa dava a impressão de ser de longe, muito longe, inclusive porque falavam francês, inglês ou alemão. Estavam presentes também o prefeito e a primeira dama, que havia acabado de ser eleita deputada. O governo tentava ser "simpático" passando pelas tendas e recebendo as bênçãos e orações, mas percebia-se, de longe, que aquele não era o mundo deles. Era uma política barata frente a fé de centenas de pessoas.

As mães, pais e filhos-de-santo estavam felizes, pois ao participarem de uma festa pública, sentiam que havia reconhecimento de suas religiões e deles próprios como sacerdotes e sacerdotisas.

As mães e pais-de-santo mais velhos eram todos nordestinos, vieram para a Baixada Santista na década de 70, mas parecem que vivem na terra de origem. Esse sentimento, provavelmente, tem relação com o desenvolvimento de suas religiões. Mas o que surpreende ainda mais é notar que eles dizem que são de Vicente de Carvalho e não do Guarujá; colocam o bairro e não a cidade em primeiro lugar. Esse fato deve estar ligado às características de gueto que a cidade possuía.

No entanto, apesar da multiplicidade de terreiros encontrados na periferia do Guarujá, apesar de grande parte da sua população ser negra, uma mãe-de-santo da umbanda disse: "A Iemanjá é branca porque é uma santa, como uma santa bonita, uma deusa, pode ser preta?". É o racismo que surge com toda a sua força envolto no processo de branqueamento. A sacerdotisa mestiça, com filhas e netos consangüíneos negros, pensa que Iemanjá é branca porque é uma deusa e portanto na hierarquia da umbanda está acima de todos, os poderosos são brancos. É o processo de branqueamento que acompanha o

racismo brasileiro, tornando branco quem se encontra em processo de ascensão-social ou dele participa. É o caso de Iemanjá no entendimento dessa mãe-de-santo.

Uma outra sacerdotisa narrou que Iemanjá a convidou para um jantar no fundo do mar. Os talheres eram lindos, todos de prata de lei; a comida maravilhosa, feita pela própria deusa. As duas jantaram juntas sem mais ninguém, Essa história, além de explicar que a prata é o metal que simboliza a deusa. O jantar representa a intimidade que a sacerdotisa vive com Iemanjá. Essa idéia de intimidade entre a deusa e seus adeptos também parece em um "pequeno ensaio de Edison Carneiro, de 1937, denominado –Dona Maria". O autor ao tratar dos muitos nomes que denominavam a mesma deusa, procura desvendar as causas da popularidade de Iemanjá entre seus adeptos. Na verdade, o nome "Dona Maria" indica que Iemanjá não é só popular, mas íntima. Em outras palavras, ela mantém relações de intimidade com seus crentes e admiradores. (Bernardo 2003, 57)

As relações de Iemanjá com a sacerdotisa do Guarujá, além das características de intimidade, possuem aspectos de reciprocidade, pois depois que contou que foi Iemanjá quem fez a comida, a sacerdotisa disse baixinho: "mas eu faço sempre comida para a minha deusa".

A mesma sacerdotisa, sobre a estátua de Iemanjá de 1,5 m que está no seu terreiro disse: "Ela é branca porque eu ganhei há muitos anos. Ela é muito antiga. É claro que Iemanjá é negra, afinal ela veio da África. Antigamente o que era bom era branco".

Essa mãe-de-santo que veio do nordeste e viveu em Vicente de Carvalho desde os anos 70 possui clareza e consciência do processo de racismo e branqueamento que capturou não só muitos afro-brasileiros, mas inclusive a sua cultura. A religião, por sua vez, é um elemento cultural por excelência.

De fato no Guarujá de hoje vende-se estátuas de Iemanjá pretas, mas mais do que isso, os negros vão às praias centrais, e ficam nas areias brancas. O Guarujá, em parte, enegreceu.

Bibliografia

BERNARDO, Teresinha. (2003). Negras, mulheres e mães. Lembranças de Olga de Alaketu. Rio de Janeiro – São Paulo, Educ.
VIEIRA, Clívio Modesto de Moraes. (2004). Guarujá, a ilha do sol. Guarujá.
AMARAL, Rita. (2002). Xirê! O modo de crer e viver no candomblé. São Paulo, Educ.

A Pequena África de Tia Ciata: etnia e território no Rio de janeiro 1870/1945

Lúcia Helena Pereira da Silva
Universidade Severino Sombra/USS
lrentesilva@ig.com.br

Resumo: A Praça Onze no Rio de Janeiro, entre os anos de 1870 e 1920, abrigou a comunidade liderada pelas mães de santo, sendo Ciata de Oxum a mais famosa. No período Pós Abolição um grupo criou na Praça Onze a Pequena África cuja prática desvelava cotidianamente o "ridículo" (Thompson, 2001: 240) do "projeto de civilizatório" defendido e encetado pelas classes dominantes. Por meio do estudo do território da Praça Onze é possível descortinar os modos de vida de uma comunidade negra que a consolidação do Urbanismo Excludente (Rolnik, 1997) na cidade em 1945 viria destruir com a abertura da Avenida Presidente Vargas
Palavra chaves: etnicidade, identidade, território, Rio de Janeiro.

Introdução

Quando em 1945 desapareceu a Praça Onze de Junho sob o manto da reforma urbana que abriu a Avenida Presidente Vargas no centro da cidade do Rio de Janeiro, sumiria também comunidades que viviam na região. Ao longo do processo de construção da configuração espacial da cidade muitos espaços foram construídos e destruídos. Apagados da materialidade, alguns espaços só podem ser entendidos se articulados às praticas sociais dos grupos tecidas naqueles lugares; dito de outra forma, os territórios ganham inteligibilidade quando se leva em consideração as experiências da população que ali vive. Nenhuma novidade, pois para Santos o conceito de território por si só não pode ser pensada enquanto categoria analítica, na medida em que "a categoria analítica é o território usado pelos homens, tal qual ele é, isto é, o espaço vivido pelos homens, sendo também, o teatro da ação de todas as empresas, de todas as instituições" (SANTOS, 2003:310). Assim, só o espaço humanizado, posto que vivido, pode ser analisado. Ao compartilhar desta afirmativa, essas práticas sociais, que entendemos ser fundamentais para vislumbrar esse espaço estudado se revelam inteligíveis sob o conceito daquilo que chamamos genericamente de cultura.

Antes de cansá-los com a articulação entre cultura, etnia e território viso adiantar-me explicitando que o território aqui perscrutado foi aquele conformado pela experiência de uma parcela da população negra na cidade. Reconheço que estudar "JerusaLeme" (Correio da Manhã de 01/02/42), a Praça Onze Judaica (FRIDMAN, 2007) ou mesmo o Catumbi de seus portugueses seria interessante, mas o que está no horizonte desta pesquisa são as práticas sociais tecidas pelos negros no Pós Abolição que marcaram a configuração espacial da heróica e mui leal cidade, articulando-as à experiência urbanística que visava antes de tudo apagar a alteridade e a diversidade que esses habitantes representavam.

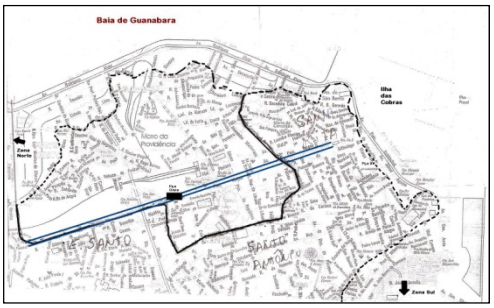
O espaço escolhido para esta análise refere-se à antiga freguesia de Santana, também conhecida como Pequena África. Esta freguesia estendia-se por grande parte da região do porto, pelas cercanias do Morro da Providência e a Praça Onze. Ocupando uma parte da área central da cidade, é hoje uma região degradada e abandonada, mas guarda todos os sinais de uma batalha ocorrida há muito tempo entre uma população com um determinado modo de vida e o Estado omisso e, talvez por conta disto, ao mesmo tempo, opressor.

A importância de recuperar esse round da "guerra de lugares" (ARANTES, 2000) não está somente porque podemos observá-la hoje ainda que de outra forma, mas porque as táticas construídas naquele momento se revelaram vitoriosas. Apreender como um grupo conseguiu, mesmo que por pouco tempo, impedir o avanço de um modo de vida assentado no modelo denominado de modernidade excludente, é criar instrumento para ler hoje os indícios que desmascaram a presença onipresente da atuação do capital na cidade. A utopia me faz crer que a vitória não foi completa e que podemos ainda ter uma cidade que produza cidadãos mais plenos

A materialidade que se apresentava homogeneamente enquanto estrutura urbana para aqueles que não habitavam o lugar, podia ter outros significados para os que ali residiam; assim o que parecia ser uma casa comum, poderia abrigar a capital da Pequena África como era o caso da casa de Hilária Batista de Almeida, Ciata de Oxum, ou simplesmente Tia Ciata.

O suporte urbano - composto de linhas de bonde, ruas, calçadas, redes de água, esgoto, gás, telefone, escolas, um conjunto de edificações e outros equipamentos e serviços - não dá conta dos territórios construídos pelos diversos grupos que ali viviam. O Bairro Judeu e a Pequena África foram frutos dos usos dos grupos que conviveram e utilizaram o mesmo suporte material, mas a apreensão que cada comunidade fez daquela materialidade foi diferenciada, pois as relações sociais ali construídas eram mediadas pelo componente étnico. Para dar exemplo dos usos diferenciados, o prédio que durante o dia abrigava a biblioteca Bialik, a noite abrigava a gafieira Kananga do Japão. Assim, precisamos percorrer um pouco a história da ocupação do lugar para entender o que foi a Pequena África.

A freguesia de Santana foi criada a partir do desmembramento da freguesia de Santa Rita em 1814. Santa Rita ocupava todo o litoral que ia do atual arsenal da marinha na Praça XV até a Avenida Francisco Bicalho; pelo interior ocupava todo o mangal de São Diogo que penetrava até o atual Campo de Santana. Toda a área era pantanosa e separada por uma "cordilheira" de morros, pontilhadas de pequenas enseadas. Em 1870 a região era densamente ocupada e possuía duas grandes características. Próximo ao litoral, os trapiches dominavam a paisagem, e no interior a área pantanosa já estava aterrada dando início ao bairro Cidade Nova, entre estas duas micro-regiões há um paredão formado pelos morros da Conceição, da Providência, da Saúde e da Gamboa. Com a divisão da freguesia, os Morros da Conceição e São Bento e o litoral no limite da atual Rua do Lavradio continuaram a pertencer a Santa Rita, enquanto a parte mais próxima de São Cristóvão passou a ser de Santana, inclusive o litoral (Santo Cristo e Gamboa). Grosso modo, a atual Rua dos Inválidos era limite entre as duas freguesias, da mesma forma que a atual Camerino e os paredões do Morro da Providência e do Pinto.



Mapa da freguesia de Santana feito a partir das informações extraídas de NORONHA SANTOS, As freguesias do Rio Antigo e GERSON, Brasil. História das ruas do Rio

Em 1870, a freguesia de Santana era a maior freguesia urbana, pois em termos populacionais contava com 38. 903 habitantes, destes 6458 viviam em 154 cortiços. Vinte anos depois ela possuiria 67.533 moradores, com uma população de 13.055 vivendo em 329 cortiços (CARVALHO, 1995: 141 e 144). Era a freguesia que concentrava o maior número de cortiços.

Era nesta região que se localizava a Rua Barão de São Felix, rua onde moraram Dom Obá II e Tia Ciata por algum tempo, onde ficava o terreiro de Alabá, o famoso cortiço Cabeça de Porco e a entrada da Favella. Essa rua era a principal via de acesso e comunicação entre a região dos trapiches e o campo da Aclamação (Campo de Santana)

Na década de 1890, já na república, a freguesia não abrigava mais as pequenas chácaras e não era região de moradia de funcionários públicos, principalmente porque deixara de ser lugar de passagem entre o bairro aristocrático de São Cristóvão e o Centro densamente ocupado. Os antigos carregadores dos trapiches, principalmente os "baianos" (SILVA, 2006) estavam se deslocando do porto para a Praça Onze. Este deslocamento dava-se em função dos baixos aluguéis e do processo de degradação do mobiliário urbano na região. Ao mesmo tempo em que os equipamentos e mobiliários estavam se deteriorando, porque deixara de ser uma região nobre da cidade e por conta disto os investimentos do Estado direcionaram-se para a zona sul e norte da cidade; a estrutura urbana ainda existente facilitava a vida da população que necessitava estar próxima ao core urbano.

Área contígua ao centro, perto do porto (local de trabalho dessa população), cortada pelas principais linhas de bondes, área em processo de degradação e com a maior concentração de cortiços, significando, portanto, aluguéis baratos; a freguesia de Santana reunia todas as condições materiais para abrigar uma população que já no tempo da escravidão vivia "sobre si"(CHALHOUB, 1990). A Pequena África começou no porto, mas sua capital era a Praça Onze.

Os negros, desde os tempos da escravidão, encontraram no porto o mercado de trabalho privilegiado, local onde escravos de ganho conseguiam a diária do senhor, não só porque até a modernização do porto, o ato de carregar e descarregar eram feitos manualmente, mas porque este serviço podia ser feito com mão de obra avulsa. Com abolição, os libertos continuaram dominando o cenário do cais, apesar da concorrência dos portugueses. Entre as mulheres, a lavagem de roupa se configurava como alternativa de trabalho onde o tanque coletivo do cortiço era sempre muito disputado.

Essa população vivia da economia da cidade e por conta disto fixava-se nesta região. Esse espaço duramente construído por uma rede de significações buscava na África seu suporte, foi recriado de várias formas, principalmente nos inúmeros cortiços, tornando possível a construção de modos de vidas assentadas na lavagem de roupa, no trabalho nos trapiches e principalmente na existência de personagens como Rita Baiana, Jerônimo, João Romão, Bertoleza, Firmo e Machona, da obra de Aluísio Azevedo (1997).

As ruas e os cortiços eram suportes para uma variedade de práticas que transformavam a comunidade baiana em paisagem natural da estrutura urbana, ao mesmo tempo hermética aos projetos de modernização capitaneados pelo estado republicano. Entre 1870 e 1945, a freguesia de Santana abrigou uma comunidade organizada e dirigida pelas mães de santos, cujos tabuleiros, populares nas esquinas das ruas da cidade escondiam uma engrenagem difícil de ser apreendida pelas classes dominantes.

A baiana dispondo de seu tabuleiro na via pública significava uma mulher na rua sem ser prostituta; seu ganha pão garantia uma precária estabilidade financeira em detrimento do trabalho masculino no porto, cotidianamente incerto, pois dependia da escolha para as turmas da estiva. O tabuleiro da baiana permitia a sobrevivência da família no sentido mais lato e uma família de santo com várias baianas implicava em uma organização de trabalho com divisões de tarefas muito rígidas. Esta organização ia desde a escolha das comidas, sempre feita pelas mães de santos a partir das determinações do rito do candomblé, passando pela feitura dos doces e comidas pela filhas e a colocação dos tabuleiros nas vias públicas; esta última implicando em mulheres atuando na retaguarda, cuidando dos filhos daquelas que iam para rua.

A freguesia de Santana comportou vários territórios, a Pequena África foi um deles. Essa região situada no coração da cidade permitiu que sua materialidade potencializasse táticas diferenciadas de sobrevivência. Os baianos começaram a chegar a partir de 1870, inicialmente os libertos, em função da Guerra do Paraguai, depois da abolição maciçamente. A bandeira branca na proa dos navios que chegavam de Salvador era garantia de acolhida na casa de Tia Sadata no morro da Conceição. Tia Ciata chegou ao Rio por volta de 1876 e foi acolhida desta forma, já usufruindo da rede de solidariedade construída em torno do candomblé.

Ciata de Oxum, entre 1880 e 1920 seria uma das lideranças que manteria as marcas identitárias que conformaram a Pequena África. Feita no santo em Salvador seria confirmada no Rio e se transformaria em guia espiritual da comunidade. As relações estabelecidas pelo candomblé conformavam a marca do grupo e garantiam a rede de sociabilidade. Na Pequena África os laços de solidariedades formados pela família de santo eram fundamentais para garantir a coesão do grupo, essa dinâmica comportava também a improvisação existente no dia a dia, já que a maioria do grupo estava longe do emprego formal.

A identidade deste grupo foi construída no seu posicionamento contrário ao conjunto de representações que não levava em consideração sua história e suas vitórias. Ao longo do XIX foi construído um árduo caminho para viver "sobre si" e a Primeira República ao querer enquadrá-los no modelo de "bom trabalhador" desqualificava seu modo de vida. O que era encarado como ócio pelo novo estado era parte da rotina dessa massa que labutava.

O espaço foi suporte daquelas práticas sociais e ajudou a conformar o território da Pequena África, que longe de ser só dos negros, mas que se assentava primordialmente na experiência negra criou uma dinâmica e um ritmo que se diferenciava do restante da cidade. A Paris dos Trópicos, encetada por meio das reformas urbanas pelas classes dominantes, não tinha eco em uma população cujo chefe de família era a mulher e tinha como referência uma África mítica e não a Europa.

A Pequena África destoava do restante da cidade porque a população vivia de forma diferenciada daquela desejada pelas classes dominantes. As maquinarias do conforto existentes na estrutura urbana não eram acionadas pela comunidade que ali vivia como fator de permanência. Ao contrário, era a falta destas maquinarias que permitia sua permanência, mas sua ausência era compensada pela organização social centrada na religiosidade da comunidade. O capoeira, a baiana e o malandro faziam parte do universo que compunham este grupo. A cidade pouco sabia o que ocorria na região apesar desta população fazer parte da paisagem urbana, pois eram vistos como tipos curiosos e estavam em toda parte, apesar disso essa população enfrentava grandes desafios cotidianos.

A freguesia de Santana concentrava todos os elementos necessários para a sobrevivência dos negros, mantendo-os fora dos padrões capitalistas. Aquela paisagem tornou-se cenário para várias práticas sociais que se configurariam como contrateatro às das classes dominantes (THOMPSON, 2001:239); e mesmo levando-se em consideração que naquele espaço viviam/sobreviviam outros grupos, tais como os judeus da Praça Onze e os portugueses na zona portuária, eles eram a maioria no porto em uma cidade que se dizia branca. Esta população era vista com desconfiança pelo Estado, e suas práticas avaliadas como bárbaras, necessitado então da polícia como instrumento de controle.

Aquela região carregava em sua configuração (cortiços e estalagens) todas as marcas do posicionamento do grupo em relação à sua história e suas memórias. Segundo Hall esses posicionamentos circunscreveriam sua identidade. Tidos como arruaceiros, a "turma da viração" gostava de beber, praticava o candomblé e apostava na rinha de galo, estas experiências podiam ser vistas como vadiagem, na medida em que o exercício delas estava atrelado ao imaginário do não-trabalho. A amplitude do conceito de vadiagem era extremamente eficaz para o controle desse grupo por parte do Estado, afinal ser vadio era aquele que não tinha um emprego regular. O que se enxergava como desordem, para o grupo era visto como alternativa concreta de um outro modo de viver. Sem idealizar este modo de vida que se assentava na precariedade, e até por conta disto criava táticas diferenciadas de sobrevivência, o salário da jornada, por exemplo, podia ser utilizado como dinheiro da aposta na rinha ou o pagamento do aluguel da estalagem, em ambos o que estava em jogo era a manutenção dessa precariedade. Ganhar um dinheiro na rinha se constituía em uma alternativa ao trabalho, da mesma forma que pagar o aluguel, pois permitia ficar sem trabalhar por algum tempo. Essa precariedade garantia a sobrevivência do grupo, mas o Estado via como desordem.

O Rio do estado republicano estava sendo inventado pelas classes dominantes a partir das referências européias. Estas referências se assentavam no modelo de família constituída pelo casal e filhos cuja base era o homem inserido no mercado formalde trabalho e provedor, e a mulher assumindo uma posição subalterna. Uma região da cidade não se organizava da mesma forma, pois os homens em função da própria incerteza do trabalho dependiam das mulheres e de uma rede de solidariedade que se assentava na religião, onde elas assumiram uma posição de comando. Para manter essa rede era necessário o encontro, daí as festas e a ampliação do conceito de família. Tia Ciata quando chegou ao Rio já tinha uma filha e com seu tabuleiro constituiu família e mesmo após a morte de seu marido a manteve unida.

Essa cidade fugidia tinha na festa da Penha e no carnaval seu marco temporal, e na freguesia de Santana sua referência espacial. A região abrigava vários grupos com táticas diferenciadas de sobrevivência. Sob o manto das classes populares, esses grupos sociais diversos enfrentavam o duro cotidiano e tentavam se incorporar a uma cidade/ sociedade que estava em transformação.

O problema era que essas mudanças que não levavam em consideração a história de lutas e as vitórias alcançadas ao longo do XIX, pois não incorporaram outras visões de liberdade construídas pelo grupo que fez da cidade seu esconderijo (CHALHOUB, 1990). A configuração espacial de ruas labirínticas e de cortiços abarrotados fazia da freguesia porto seguro para a comunidade que precisava estar perto dos trapiches, da zona sul/norte de onde vinham as maiores encomendas de lavagem de roupa, e próximo ao centro, lugar onde os tabuleiros eram colocados. As relações estabelecidas entre eles contavam com a geografia do lugar

Parte constitutiva da organização da comunidade, a materialidade da balança atrás da escola, os terreiros, as casas das tias, as esquinas dos tabuleiros e os tanques dos cortiços faziam o espaço parte integrante da identidade do grupo; demarcando território e estabelecendo diferença em relação aos outros grupos. Estas marcas eram incorporadas nas relações, ocorrendo o que Mafesoli (1984) denominou de enraizamento dinâmico.

Este dinamismo permitia que o físico da cidade ganhasse novos/outros sentidos conforme a necessidade, por conta disto uma casa podia ser moradia ou se transformar em terreiro, misturando o público e o privado de forma coletiva. Esta comunidade traduzia e reinventava noções que estavam sendo incorporadas pela cidade como índice de progresso e civilização. O espaço público estava sendo redesenhado por meio das reformas para acolher uma nova prática, que por sua vez estava sendo definida em oposição ao uso dado até então aos espaços. O grupo se apropriava dos espaços e coletivamente dava novos sentidos as praças e as esquinas.

Nesse embate de reterritorialização travado na cidade, valores estavam em conflito, não só porque as lógicas de usos dos espaços eram diferentes, mas porque tomar a modernização, tal com ela estava sendo veiculada pelas classes dominantes, implicava em a priori negar outras culturas. A Pequena África estava sendo disputada porque o processo que permitiu a comunidade se naturalizar na paisagem redundou também em tornar opaco o seu modo de vida. Mesmo com toda atenção da polícia na região (com vários inspetores de quarteirão) ninguém sabia direito o que acontecia no local. O que extravasava era aparentemente incompreensível ao restante da cidade, daí a construção da imagem da cidade dual.

Imagens de uma Praça Onze como berço do samba se rivalizava com as leituras que a viam como lugar de malandro; da mesma forma que a liam como região de grandes gafieiras era também vista como signo da barbárie, pois ali vivia uma população representante do atraso, incivilizada, obstáculo ao progresso, de hábitos promíscuos que carregava tradições que a cidade moderna tinha de exterminar.

Na Praça Onze havia uma comunidade herdeira de uma longa tradição, essa cultura tinha que dar passagem para a modernidade, e os batuques deveriam ter um fim, assim como a feira africana. Politicamente, o que se apresentava em 1940 era a impossibilidade das classes dominantes comandarem um processo de modernização que passasse pela incorporação destas diferenças. O fim da Praça Onze ratificou o processo de modernização excludente, onde a falsa dualidade cultural entre as classes populares e a dominante ganhava solução com a destruição do suporte material da primeira.

Os diferentes recursos construídos ao longo do XIX, principalmente após 1870, foram acionados pela comunidade no período republicano como forma de resistência aos novos valores que estavam sendo impostos com o objetivo de, em última instância promover aquilo que Chalhoub denominou de inserção subalterna. Seu modo de viver fazia com que fossem olhados com desconfiança pelo novo estado. A reforma de Pereira Passos com a abertura da Avenida Central foi um dos momentos de tentativa de disciplinar esse grupo, visto então como portador da cultura tradicional ou cultura rebelde.

A rebeldia do grupo estava em olhar com desconfiança para o trabalho formal, porque o novo patrão poderia ser seu antigo dono; na defesa do cortiço, espaço que durante muito tempo potencializou os encontros que resultaram em muitas ações contra a escravidão, assim antes de vê-lo como lugar insalubre, o grupo o via como lugar de sociabilidade; da mesma forma que contrários à vacinação obrigatória porque cultuavam Omulu e em função disto não contraiam a varíola (CHALHOUB, 1996), viam com receio a vacinação. Códigos, expectativas, necessidades e encenações foram conformados nas ruas da região, fazendo dela a Pequena África. " O fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas. Ele o consegue em momentos oportunos" (CERTEAU, 2007: 47); dispersa no centro, a população viu a oportunidade de agrupar-se quando o Estado optou em investir na zona norte (Vila Isabel e proximidades) e zona sul (Botafogo e adjacências) iniciando o processo de degradação da Cidade Nova. Esta mesma deterioração seria utilizada como discurso legitimador da destruição da Praça para dar passagem à avenida que simbolizaria a ditadura do Estado Novo, em 1940.

A Pequena África não era uma comunidade fechada, pois outros grupos sociais interagiam, e zonas de contatos foram estabelecidas, mas as aproximações se davam de forma tensa; não só porque a leitura das práticas ali estabelecidas mostrava o total desconhecimento dos significados das mesmas, e principalmente porque se remetia à África, ou melhor, "aquilo que a África se tornou no Novo Mundo" (HALL, 2006:39). O caldeirão cultural engendrado pelo grupo que trazia na pele a memória da escravidão e que conhecia todas as fugas possíveis de uma inserção subalterna, passou a valorizar seletivamente discursos mais antigos em contraposição aos da modernização.

As zonas de contatos aconteciam de duas formas: uma tensa sempre mediada pela polícia, seja no carnaval, nas brigas de botequim, na prática do candomblé e nas passagens de capoeiras pela rua. Todas estas práticas eram consideradas crimes pelo estado republicano. A repressão não era total, até porque o policial chamado a reprimir uma determinada prática cultural fazia parte dela. O carnaval incomodava porque nos dia de Momo uma nova ordem se instaurava, e permitia que foliões fizessem galhofa de políticos e cordões desfilassem pelas ruas expressando tudo que ao longo do ano não podia dito. As brigas de botequim eram pródigas em explicitar redes de significados só compreendidas pelo grupo, mais complexas eram as passagens dos capoeiras, pois ao mesmo tempo em que ratificava as razões do medo das classes dominantes em relação ás classes perigosas, mostrava o quanto a dominação e o equilíbrio que conformavam o pacto urbano eram tênues.

A segunda forma de contato se dava aparentemente menos tensa, pois se engendrava no contexto de inserção deste grupo à sociedade; era neste momento que se incorporavam à geografia da cidade e se naturalizavam na paisagem. Comuns nas ruas o grupo se apresentava como verdureiros, baleiros, engraxates, baianas, empregadas domésticas, faz-tudo, enfim, uma gama de atividades que fazia da rua o espaço primordial dessa gente. O problema era que a cidade sempre funcionou assim, inclusive no tempo da escravidão e o estado republicano buscava criar uma outra cidade, mais civilizada, espelhada em uma Europa possível e principalmente a partir da repressão ao que considerava resistência ao projeto de modernização.

O que era considerado oposição na prática era a forma de funcionamento da cidade/sociedade. A belle époque carioca foi feita à custa do exílio da própria cidade. "Com a modernização, a cidade não só exilou os seus habitantes mas exilou a si própria. Começou a se disfarçar, a esconder os seus verdadeiros traços, da mesma forma que a mulata recorre á maquiagem e toilettes sofisticadas para fazer –se passar por branca" (VELLOSO, 1988:40)

Cotidiano dos negros. Óleo sobre tela de1858 Extraido de Prefeitura do Rio deJaneiro (1992). Rio de janeiro: uma Cidade no tempo

O exílio da cidade significava disciplinar os hábitos e usos na/da rua. A abertura da Avenida Central veio atrelada ao conjunto de disposições municipais que normatizava o ir e vir dos habitantes no símbolo maior da modernização. Andar descalço e escarrar no chão eram proibidos na Avenida, ao reprimir e negar costumes da população o estado só acirrou as contradições existente na sociedade. O estado instaurado pela república não incorporou as classes populares, distanciando-se da possibilidade de um projeto de inclusão. Como gato e rato, a cada movimento do estado a população criava várias estratégias, inclusive em algumas situações aceitar a dependência. A abertura da avenida central, símbolo maior da belle époque, fomentou o aumento de moradores na Praça Onze e adjacências, isto é, reuniu em torno das mães de santo o grupo que estava disperso.

A relação entre cultura e território na freguesia de Santana materializava-se nos terreiros, sempre no fundo dos quintais das tias, na balança que existia atrás do colégio Benjamin Constant, onde se realizavam grandes reuniões do grupo e as diferenças internas eram explicitadas e resolvidas. Nas gafieiras que ao som do maxixe e samba o grupo podia dançar e se reunir, nas festas de Ogum (igreja de São Jorge se localiza no campo de Santana) e nas festas da Penha. A geografia desta cidade era diferente daquelas dos grandes bulevares, e as muitas cidades existentes no Rio ora se tocavam ora se afastavam.

As margens do centro, essa população era temida por ter optado por um conjunto de repertórios que inviabilizava o projeto de modernização encetado pelas classes dominantes.

Esse projeto realçou a diferença, não como possibilidade, mas como lógica intransponível. Ao fazer isto impediu que se institucionalizassem as aproximações que no cotidiano ocorriam. Mesmo sendo crime, os cultos afro não deixaram de acontecer e se expandiram para além da comunidade. Em várias batidas da polícia foram relatadas a prisão de personagens importantes da sociedade carioca; um bom exemplo desta incorporação foi descrito por Bambambã (1993) ao afirmar que o terreiro da Boca do Mato era freqüentado pelo secretário de polícia, filho de Ogum, e por conta disto a polícia não invadia.

A missa dos capuchinhos no Morro do Castelo era outro exemplo onde esta diferença se diluía como possibilidade. A pequena igreja caindo aos pedaços se enchia na madrugada de sexta feira, vinha gente de todos os cantos da cidade para assistir a missa da meia noite dos barbadinhos. Homens e mulheres de todas as classes, juntos e ajoelhados, clamavam por uma graça e disputavam aos tapas a água benta. Na saída da igreja, quase sem exceção, passavam no terreiro de João Gambá, localizado logo abaixo no mesmo morro, para pedir a mesma graça que implorara na missa. A missa então se tornara rito preliminar do culto. Foi para acabar com estas misturas que se arrasou o Morro, pois sem o suporte material (a igreja e o terreiro) a prática perderia o sentido.

Apesar do medo, o encontro e a confusão estavam colocados como possibilidades e redes de significações transitavam entre os grupos, dentro é claro dos limites das indecisas traduções. As várias cidades eram campos minados de sistemas de referências que se tocavam e não sem tensão construíam um repertório híbrido. O projeto modernizador levado pelo estado republicano, representante das classes dominantes, partia do suposto da inexistência desta realidade e dualizava os universos simbólicos. Quem construiu a cidade partida foi o estado e não seus habitantes, mas ao fazer isto os grupos se posicionaram e novas invenções surgiram, o carioca está entre elas.

O projeto de modernização deixava claro para quem era a civilização e o progresso e quais os referenciais que deveriam ser acionados, desqualificando todo o resto. A população se reinventava, emergindo então o carioca, nascido da tensão entre a Europa e a África. Esse processo está longe de terminar e o espaço com seus territórios exprimem materialmente esta tensão.

Entre 1870 e 1945 várias tentativas de organizar o espaço urbano foram promovidas e com elas a disciplinarização das classes populares. Em quase todas a Pequena África passou incólume. Uma das explicações para esta vitória foi a incapacidade do estado em perceber as diferenças existentes no seio população mais pobre da cidade, a quem genericamente definia como classe perigosa. Vista como uma só, a intervenção era sempre incompleta. A abertura da Avenida Central em 1902, o arrasamento do Morro do Castelo em 1920 e a abertura da Avenida Presidente Vargas em 1940 foram momentos deste processo de modernização, que na prática levou à exclusão desta população do centro, empurrando-a para subúrbio e favelas.

Novos territórios seriam construídos, trabalhos de resignificações seriam feitos em relação às antigas práticas. Favelas e escolas de sambas proliferariam pela cidade, terreiros se mudariam para periferia, as Donas manteriam o axé das Tias; as festas de São Sebastião e São Jorge, o carnaval de rua e o São Cosme e Damião mantêm-se como lanternas a iluminar toda uma população que traz na pele a memória da escravidão.

O posicionamento em relação às alternativas ou as não-alternativas dadas por uma parcela da sociedade e o Estado fez da freguesia de Santana um porto seguro para o modo de vida de uma comunidade. As pedras do cais acolheram e souberam preservar um universo cultural temido pelo restante da cidade. As classes dominantes teriam que esperar pelo URBANISMO para eliminar o último espaço que potencializava outras vivências. A drástica cirurgia (LIMA, 1990) foi feita por especialistas que se legitimavam como construtores do cenário do poder.

O "teatro do poder" (THOMPSON, 2001: 239) teve na Avenida Presidente Vargas seu melhor palco, primeiro porque não reservava espaço para conciliação, era o espaço da dominação, tal como aponta Lima (1990) quando acentua o peso esmagador da arquitetura monumental na avenida. Segundo, porque sua existência implicou o fim da Praça Onze, um dos lugares onde se desenrolava o "contrateatro". Com seus novos marcos arquiteturais, a cidade adentrava em uma nova "ordem moderna", em que trabalho e capital não se apresentavam como elementos antagônicos, mas sim complementares sob os auspícios da ditadura do Estado Novo e do Urbanismo. Mas ainda permanece a mesma pergunta: do que tinham medo as classes dominantes e o estado republicano?

Utilizo as palavras do Hall (2005) para responder a esta questão: "O medo – medo interno, assustador – de conviver com a diferença"

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Antônio Augusto (2000). A Paisagem Paulistana. Campinas: Unicamp

AZEVEDO, Aluisio (1997). O Cortiço, São Paulo: Ática

BARBOSA, Orestes (1993) Bambambã. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura (coleção Biblioteca Carioca 26)

CARVALHO, Lia de Aquino (1995). Habitações populares Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura (coleção Biblioteca Carioca 1)

CERTEAU, Michel (2007). A Invenção do cotidiano: a arte do fazer. Petrópolis: Vozes

CHALHOUB, Sidney (1990) Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia das letras

CHALHOUB, Sidney (1996). Cidade Fabril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia das letras

FRIDMAN, Fania (2007) Paisagem estrangeira: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra
GERSON, Brasil. (2000). História das ruas do Rio. Rio de Janeiro: Lacerda editores
HALL, Stuart (2005). A identidade Cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A
HALL, Stuart (2003) Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: editora UFMG
HALL, Stuart (2005). Raça, cultura e comunicações: olhando para trás e para frente dos estudos culturais. Projeto História 31, 15-24
LIMA, Evelyn F Werneck (1990). Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes/DGDIC. (Biblioteca Carioca, 12)
LOPES, Antonio Herculano org. (2000). Entre a Europa e a África. Rio de Janeiro: Topbooks
MAFESOLI, Michel (1984). A conquista do presente. Rio de Janeiro, Rocco
MOURA, Roberto. (1995) Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura
NORONHA SANTOS, Francisco Agenor (1965). As freguesias do Rio Antigo. Rio de Janeiro: edições o cruzeiro
PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (1992). Rio de Janeiro: uma Cidade no tempo. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte.
SANTOS, Milton (2003). Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. Ciência e Saúde Coletiva 8, 309-314
SILVA, Lúcia (2006). Luzes e Sombras na Cidade. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas (coleção Biblioteca Carioca 47)
THOMPSON, Edward P. (1998). Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das letras
THOMPSON, Edward P. (2001). As Peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Unicamp
VELLOSO Mônica. Pimenta. (1988). As tradições populares na Belle Époque carioca. Rio de Janeiro: Funarte

Contexto escolar e processos de discriminação racial: um estudo a partir das aulas de educação física

Vilma Aparecida de PINHO
UFF Universidade Federal Fluminense
vilmapinho@terra.com.br
Maria Lúcia Rodrigues MULLER
UFMT Universidade Federal de Mato Grosso
mullerlu@terra.com.br

Resumo: Objetiva-se apresentar como ocorrem os processos de discriminação racial a partir do estudo da percepção de professores de Educação Física sobre seus alunos negros. O estudo buscou investigar a percepção dos professores de Educação Física sobre seus alunos negros, para tanto, foi realizado um estudo das relações que esses profissionais estabelecem com seus alunos na prática pedagógica. Para compreender as condutas, expressões verbais e corporais dos professores de Educação Física na prática pedagógica, realizou-se um estudo acerca do pensamento social brasileiro sobre raça, bem como as bases em que foi inserida a Educação Física na sociedade brasileira. A metodologia utilizada foi a observação participante, ancorada em Becker (1999) e Cicourel (1975). A pesquisa foi realizada em seis escolas da Rede Municipal de Ensino Básico de Cuiabá. Constatou-se que as percepções dos professores de Educação Física sobre os alunos negros estão baseados em ideologias de inferiorização do negro e que se encontram arraigados no imaginário social, pois os resultados obtidos na análise do estudo por meio das declarações, condutas e atitudes dos professores, revelou o quanto suas atitudes são baseadas em estereótipos negativos de negros e no preconceito racial.

Introdução

Esta pesquisa verificou a percepção de professores de Educação Física sobre alunos negros, no estudo utilizou-se o termo raça não pela visão física e biológica da raça, mas pela desigualdade de tratamento a que estão sujeitos os negros percebida na discriminação racial vivida socialmente. dessa forma, utilizou-se o termo raça ou relações raciais para estudar as ações sociais concretas do cotidiano escolar, ainda que os termos raça e racismo atualmente advêm de teorias científicas. Acredita-se, como Petruccelli (1998), que, apesar do descrédito contemporâneo da noção biológica de raça, essa noção não diminuiu seu poder organizador da percepção comum e estruturante da hierarquia social.

Raça é um termo que significa classificar as pessoas de acordo com sua cor. Nesta pesquisa, os alunos foram classificados de acordo com suas características fenotípicas em pretos, mulatos, pardos e brancos. Visto que,

> As aparências biológicas e os efeitos bem reais que tem produzido no corpo e no cérebro, um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social, se conjugando para inverter a relação entre as causas e efeitos e fazer aparecer uma construção social naturalizada como fundamento natural da divisão arbitrária que está no princípio da realidade e da representação da realidade e que se impõe, por vezes, à própria pesquisa (BOURDIEU apud PETRUCCELLI, 1998).

Trabalhou-se com as categorias racismo, preconceito, discriminação, exclusão, estereótipo e estigmatização e, sabendo que existem relações de poder nas relações professor/aluno e racismo na sociedade brasileira, à luz de Norbert Elias

e Scotson (2000), procurou-se compreender essas relações bem como a influência dos processos estigmatizadores no comportamento dos alunos.

Jaccoud e Beghin (2002) afirmam que estudos mais especializados apresentam distinções para a discriminação direta e indireta. A discriminação racial indireta foi conceituada como um:

> Comportamento, uma ação que prejudica de forma dissimulada certa pessoa ou grupo de pessoas em decorrência de sua raça ou cor. Discriminação não manifesta, oculta, oriunda de práticas sociais administrativas, empresariais ou de políticas públicas. Trata-se da forma mais perversa de discriminação, pois advém de mecanismos societais, ocultos pela maioria (JACCOUD e BEGHIN, 2002, p.67).

A pesquisa de campo: procedimentos empregados

Observou-se seis professores de Educação Física atuando com alunos negros e brancos no ensino fundamental nos meses de fevereiro a julho do ano letivo de 2004. A opção teórico-metodológica foi a abordagem qualitativa, especialmente a observação participante, tendo em vista que o objeto de estudo foi as relações estabelecidas no cotidiano escolar entre os professores de Educação Física e seus alunos. Para tanto, buscou-se fundamentação teórica e possibilidades para traçar os critérios de análises dos dados da pesquisa empírica em Becker (1999), Cicourel (1975) e Velho (1987).

Para realizar uma análise das relações professores/alunos, utilizou-se indicadores que ofereciam perspectivas de produzir a maior compreensão das atitudes dos professores ligando declarações espontâneas, expressões verbais e expressões gestuais com os alunos.

Os indicadores observados nas aulas foram: a) a relação professor-aluno: o contato físico, as atitudes de atenção e interesse; b) procedimentos dos professores: com quais alunos, quais motivos, qual freqüência; c) declarações e condutas em relação ao comportamento dos alunos; d) grau de relação: conhecimentos pessoais, envolvimento com os alunos e intervenções pedagógicas.

No decorrer da pesquisa de campo, foi necessário utilizar procedimentos para organizar os dados, os procedimentos empregados foram importantes:

Seleção e definição de problemas: procurou-se por indicadores e conceitos que poderiam contribuir para uma maior compreensão da organização que se está estudando. Nesta fase, descreveu-se as aulas, as atividades desenvolvidas, os acontecimentos de um modo geral. Selecionados todos os indicadores ou fenômenos sociais ocorridos nas relações professores/alunos, iniciou-se o segundo passo do procedimento metodológico.

Freqüência e distribuição do fenômeno observado: buscou-se observar se os acontecimentos eram típicos e disseminados e como estavam distribuídos entre os sujeitos da pesquisa.

Ocasião em que aconteceu o fenômeno: verificar as situações em que aconteceram os fenômenos.

Foi preciso muita atenção às evidências das declarações1 sobre os alunos. Sempre que os professores davam declaração sobre um acontecimento, teve-se o cuidado de verificar se a declaração coincidia com sua ação. Deu-se maior importância às declarações espontâneas porque de acordo com Becker (1999) "a declaração espontânea é menos propensa a refletir as preocupações do observador e possíveis biases2 do que uma declaração feita em resposta a alguma ação do observador". No decorrer do texto destaca-se a identificação dos professores (as) por letras, como exemplo prof. A, B, C, D, E, F.

Apresenta-se a seguir informações acerca do cenário onde se realizou a pesquisa, o grau de ensino, o número de professores, tempo de experiência e a localização das escolas nos bairros.

ESCOLAS	**PERIODO**	**IDENTIFICAÇÃO PROFESSOR**	**GRAU DE ENSINO**	**ESPAÇO FÍSICO.**	**LOCAL DA ESCOLA (BAIRROS)**	**TEMPO DE CARREIRA**
EMEB A	Vesp.	Professor A	Ens. Fund. 5ª, 7ª, 7ª, 6ª	Quadra coberta	Bairro periférico	8 anos Escolas Púb/ Part.
EMEB B	Vesp.	Professor B	Ens. Fund 1ª, 3ª, 2ª, 4ª	Quadra descoberta	Centralizada	19 anos Escolas Púb./ Part.
EMEB C	Mat.	Professor C	Ens. Fund 7ª, 6ª, 8ª, 6ª	Quadra coberta	Mais ou menos Centralizada	17 anos Escola Pública Mun.

1 Sobre a credibilidade dos informantes. Becker (op.cit.: 52).

2 De acordo com Becker (1999 p.20), são várias as traduções com alguma aceitação do termo bias: tendência, preferência, inclinação, viés... etc.

EMEB D	Mat.	Professor D	Ens. Fund. 4ª, 2ª, 3ª, 1ª	Quadra coberta	Bairro periférico	14 anos Escola Pública Mun. Estadual.
EMEB E	Vesp.	Professor E	Ens. Fund 2ªb, 4ª, 2ªa, 3ª.	Quadra coberta	Bairro periférico	14 anos Escola Pública Mun. Estadual.
EMEB F	Vesp.	Professor F	Ens. Fund 3ª, 2ª, 1ª,	Quadra descoberta	Bairro periférico	6 anos Escola Pública Mun.

Identificação dos alunos por cor

Fazer a classificação dos alunos de acordo com a cor foi algo muito complexo, dada a grande variedade de gradação de cor existente nas escolas. Optou-se por adotar a classificação de Teixeira (2003), que inseriu na sua pesquisa sobre negros na universidade uma categoria intermediária. A categoria parda Teixeira (op.cit.) dividiu em duas: mulatos e pardos, seguindo um critério de gradação de cor, em que os mulatos seriam 'mais escuros'e os pardos 'mais claros'.

Para complementar essa classificação, utilizou-se a classificação de Oliveira (1999: 48) que acrescenta, para efeitos de classificação racial, traços físicos, tais como textura dos cabelos, formato do nariz e espessura dos lábios. De acordo com a autora, a essas características fenotípicas mais voltada para o negro são atribuídas significações sociais, que dão origem ao estigma que é fonte de discriminação. A classificação dos alunos foi realizada pela pesquisadora de acordo com a aparência dos sujeitos, fundamentalmente observando os caracteres físicos. Para efeito de pesquisa, os alunos foram classificados em pretos, mulatos, pardos e brancos, somando a cor da pele e o fenótipo do sujeito. No decorrer do texto, as referências a negros significa alunos não brancos, abrangendo as categorias preto, mulato e pardo.

Antes de dispor os dados da pesquisa é importante ressaltar que os professores de Educação Física foram socializados em uma sociedade em que as idéias racistas foram altamente difundidas, por meio de estereótipos negativos de negros, da valorização da brancura por parte da mídia, dos livros didáticos, da religião, do currículo escolar, da convivência com pessoas racistas, e, enfim, uma criança quando nasce incorpora os valores da sociedade, ainda que lhe sejam repassados de forma simbólica. Quanto aos professores de Educação Física, não é por acaso que têm uma determinada percepção de alunos negros, posto que levas e levas desses profissionais tiveram sua formação acadêmica, priorizando os conhecimentos anatômicos-fisiológicos em relação às disciplinas pedagógicas. Isto, certamente contribuiu para que os professores tenham uma visão dualística com referência aos alunos de modo geral e com relação aos alunos negros, além da visão dualística,3 há o preconceito racial.

Não se pode omitir neste debate que a Educação Física teve suas raízes no pensamento médico higienista4, pois sua origem incidiu do pensamento de profissionais ligados à saúde que propunham assegurar a saúde e o vigor dos corpos, aumentar a reprodução e a longevidade dos indivíduos, e a melhoria dos costumes "privados" e da moral pública da população com a finalidade de tentar criar uma população racial e socialmente identificada com a camada branca.

Ademais, para fazer uma análise de atitudes verbais e gestuais de professores de Educação Física que denotam preconceito e discriminação, é necessário fazer um estudo do pensamento brasileiro sobre raça para entender como emergiram e foram disseminados o racismo, a discriminação e o preconceito de hoje. Nessa direção se faz necessário saber que no Brasil, o racismo alcançou legitimidade com o uso de teorias racistas e houve sem dúvida contribuição concreta da utilização de tais teorias para a instauração do racismo corrente e ordinário, conforme afirma DaMatta (1987),

> No século XIX, o racismo aparece na sua forma acabada, como um instrumento do imperialismo e como uma justificativa 'natural' dos povos da Europa ocidental para o resto do mundo. Foi esse tipo de 'racismo' que a elite intelectual brasileira bebeu sofregamente, tomando-o como doutrina explicativa acabada para a realidade que existia no país (op.cit. p.70).

A matriz central de pensamento das teorias racistas se apoiava na evolução social da raça branca e na degeneração dos mestiços. Negros, na visão desses cientistas, eram primitivos e chegavam perto da animalidade. Dos cientistas que pregavam o determinismo biológico e que foram precursores da elite brasileira, pode-se citar, de acordo com Skidmore (1976) e Schwarcz (1993), Le Bom, Paul Broca, Lapouge, Agassiz e Gobineau.

---

3 A visão dualística se refere à separação ou o confronto mente-corpo. Entende o corpo no aspecto biológico (carne e osso), não leva em consideração a construção simbólica do corpo e nem a corporeidade como totalidade humana. De acordo com Burke a história do corpo havia sido negligenciada e que os estudos avançavam para uma visão dualística do homem "entendida como uma aliança muitas vezes ansiosa da mente e do corpo, da psique e do soma; e as tradições, em seus caminhos diferentes e por razoes diferentes, elevaram a mente ou a alma e denegriram o corpo". Mesmo quando pesquisadores pretendiam resgatar o corpo da "desonra", ainda de acordo com Burke que entende a visão dualística como herança cultural, permaneceram "velhas hierarquias culturais que privilegiam a mente sobre o corpo e, por força de analogia, sancionaram sistemas inteiros de relações de poder regulador-regulado" (p.293). E o tratamento ao corpo como um revestimento da alma, sem importância, secundário e quase acidental para os anjos.

4 Sobre a história da Educação Física no Brasil ver mais em Educação Física: Raízes Européias e Brasil de Carmem Soares.

De um modo geral, todos os cientistas adeptos dessas idéias postulavam a hierarquização das raças humanas, colocando a raça branca como superior em qualidades em relação às outras. Os cientistas utilizavam estudos da frenologia e da antropometria e interpretavam a capacidade humana a partir do tamanho e proporção do cérebro de diferentes povos, de modo que acreditavam na determinação biológica de qualidades morais, psicológicas, intelectuais e de saúde, ao longo da transmissão de caracteres físicos. Contudo racismo, de acordo com Seyfeth (1995), é uma palavra surgida em 1930, para identificar um tipo de doutrina em que sua essência afirma que a raça determina a cultura. A ideologia (o racismo) que a elite brasileira utilizou para implementar políticas nacionalistas está profundamente arraigada no pensamento ocidental de modo que características raciais continuam produzindo significados sociais.

Munanga (1999) define o racismo como uma ideologia que utiliza argumentos de uma biologia falsificada. Aponta diferença entre o racismo utilizado nos centros de saber estabelecidos através da "ciência" e o racismo corrente e ordinário. Sobre isso, Munanga (op. cit.) se manifesta nos seguintes termos:

> É preciso distinguir a ideologia racista intelectual estruturada do racismo corrente e ordinário, dos simples utilizadores que podem ignorar a biologia, da mesma maneira que qualquer um pode falar corretamente uma língua, embora ignorando a gramática e a lingüística. Não precisa estudar e conhecer essa biologia para ser racista (MUNANGA apud SANTOS, 2002).

O racismo que se considerou neste estudo é aquele corrente e ordinário, conforme definiu Todorov (1993). O racista, em uma acepção corrente, trata-se de um comportamento, feito, o mais das vezes, de ódio e desprezo com respeito a pessoas com características físicas as quais se rejeita. Ou seja, não se consegue explicar por argumentos científicos a atitude de ojeriza aos diferentes e atribui-se características comportamentais e intelectuais às pessoas de acordo com a sua cor.

Como toda pesquisa que se utiliza a observação de um fato social no exato momento em que acontece, esta foi sendo delineada ao logo do contato com os sujeitos observados. Assim, em função de os professores de Educação Física proferirem termos concernentes a insultos e depreciação de ordem moral, intelectual e física para se referirem a alunos e alunas de pele mais escura, inseriu-se por tanto, tópicos dando ênfase mais nesse aspecto das interações sociais em aulas de Educação Física. Apresenta-se neste artigo apenas alguns deles.

Durante as observações nas escolas, verificou-se que a maioria das condutas discriminatórias não ocorreu de forma declarada e não foi um fenômeno fácil de ser observado, dada a sua tamanha sutileza. Afirmação que coincide com as constatações de pesquisadores das relações raciais no Brasil que pretendiam entender as facetas do racismo brasileiro elaboraram, de acordo com constatações empíricas, várias definições para as atitudes discriminatórias advindas da cor ou raça, de modo que se encontrou na literatura várias denominações para o racismo brasileiro: 'Velado', 'sutil'5, 'dissimulado', 'disfarçado', 'invisível', 'preterido', 'ameno,'6 'cordial'7etc.

Ninguém enfrenta esses alunos. Eu enfrento!

Na percepção dos professores, os alunos negros são "problemáticos", "revoltados", "malandrinhos", "agressivos", "perversos". São "desordeiros" (da ordem dos estabelecidos). Elias e Scotson (2000) indicam que, em termos das normas dos opressores, os outsiders se consideram deficientes, se vêem como sendo de menor valor e vivem numa submissão inelutável, na inferioridade de poder como um sinal de inferioridade humana. Nas escolas quais alunos se atreviam a correr e gritar enquanto os professores falavam? Eles ficavam quietos.

Muitas vezes os alunos brigavam entre si e a única preocupação que se percebeu por parte dos professores foi manter um ambiente estável dentro da escola, não permitindo que os alunos brigassem porque expressavam um certo medo ou receio de perder o controle sobre eles.

> "Lá fora vocês podem fazer o que quiserem aqui não. Briga é do portão pra fora". Professor (A).

Os professores reagiram às brigas como se fossem intrigas naturais do grupo. "Eu não meto com isso. Eles já vêm com essas brigas da rua, de casa, é muito complicado, eu não quero nem saber".

Elias e Scotson (idem) afirmam que uma das formas de estigmatizar os outsiders era atribuir-lhes condutas anômicas8, sendo uma das censuras mais freqüentes que lhes eram atribuídas. Entretanto, os autores destacaram que os outsiders são vistos pelo grupo estabelecido como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros. Os autores comparam esse ponto de vista com o dos membros do antigo sistema aristocrático ateniense, referindo-se aos demos, classe em ascensão de cidadãos atenienses.

> No mundo inteiro, a aristocracia dos estados opõe-se à democracia, pois as características naturais de uma aristocracia são a disciplina, a obediência às leis e a mais rigorosa consideração ao que é respeitável, ao passo que as características naturais da plebe são a extrema ignorância, a indisciplina e a imoralidade... pois aquilo que considerais desrespeito à lei é, na verdade, o fundamento em que se assenta a força da plebe (MOORE apud ELIAS E SCOTSON, 2000, p.28).

---

5 Munanga, Kabengele. IN Cavalleiro, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo : Contexto, 2000.

6 Nogueira, Oracir. Preconceito de Marca: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo. Editora da universidade de são Paulo, 1998.

7 Folha de S. Paulo/Datafolha. Racismo Cordial. A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil. (org.) Turra Cleusa. Venturi Gustavo. Ed. Atica, 1995.

8 De acordo com Elias e Scotson, o conceito de anomia tem sentido oposto à "estrutura social". No local onde prevalece a anomia, há pouca ou nenhuma "estrutura social". No lugar da estrutura social se apresenta o caos cultural onde a previsibilidade e a regularidade do comportamento social ficam reduzidas a nada.

Esses estudiosos argumentam que a semelhança do padrão de estigmatização usado pelos grupos de poder elevado em relação a seus grupos outsiders é o mesmo no mundo inteiro, a despeito de todas as diferenças culturais. Nesse sentido, concordou-se plenamente com os autores, tendo em vista a alta incidência dos professores de Educação Física ao se referirem aos alunos negros como agressivos:

> "Eles se sentem inferiorizados, daí que vem o perigo porque eles ficam agressivos, por que não entendem porque uns têm e eles não têm" (professor D).

O comportamento dos professores em relação aos alunos negros foi de aspereza, falavam com os alunos zangados, com o tom da voz alterada, gritando, demonstrando não ter tolerância com esses alunos. Não que fizessem as atividades de forma inadequada, pelo contrário, faziam tudo conforme os pedidos dos professores.

Em uma aula, um aluno ia pegar a bola de futsal para jogar. O professor rapidamente a pegou e deu um chute forte de modo que o aluno (João, cor preta, de 14 anos, estudante da quinta série,) quase foi atingido na cabeça. A professora (outra professora de Educação Física) que estava na quadra se espantou com a atitude do professor, olhou para ele interrogando com ar de espanto: por que aquilo? Ele respondeu alto e vermelho de raiva: "eu queria acertar aquele preto mesmo!". O aluno, apesar de chateado, voltou a jogar, mas, depois do jogo, começou a se sentar longe do professor, do lado oposto ao que este se encontrava na quadra.

É muito natural nas aulas de Educação Física os alunos, tanto brancos quanto negros, brincarem de correr, gritarem, fazerem algazarra e praticarem lutas corporais. Pelo próprio caráter da aula, os alunos tendem a se esbaldar e gastar suas energias. Entretanto, em caso de conversas, enquanto os professores davam alguma explicação, apenas os alunos negros eram responsabilizados pela "bagunça". E, também diante de reclamações de colegas, contrariamente a essa algazarra, os professores lhes dirigirem insultos, broncas e ameaçavam colocá-los de castigo.

Segundo Elias e Scotson (2000, p. 131) a atribuição de falhas a indivíduos que pessoalmente nada fizeram para merecê-las, pelo simples fato de pertencerem a um grupo julgado digno delas, é um fenômeno universal.

> É comum às pessoas desconcertarem ou silenciarem aqueles de quem discordam ou a quem estão combatendo, jogando-lhes na cara algum termo grupal depreciativo e infamante ou algum boato vergonhoso que se refira a seu grupo, desde que tais pessoas pertençam a um grupo que tenha sucesso em afirmar seu status superior em comparação ao de seus adversários. Em todos esses casos, aqueles que são objeto do ataque não conseguem revidar porque, apesar de pessoalmente inocentes das acusações e censuras, não conseguem livrar-se, nem sequer em pensamento, da identificação com o grupo estigmatizado.

Elias e Scotson enfatizam que as calúnias que acionam os sentimentos de vergonha ou culpa do grupo socialmente inferior, diante de símbolos de inferioridade e sinais do caráter imprestável que lhes são atribuídos, bem como a paralisia da capacidade de revide que costuma acompanhá-los, fazem parte do aparato social com que os grupos socialmente dominantes mantêm sua dominação e superioridade em relação aos socialmente inferiores. As crianças negras não conseguem escapar individualmente da estigmatização grupal, assim como não conseguem escapar individualmente do status inferior de seu grupo. No caso de Winston Parva, o setor mais severamente marginalizado do grupo de outsiders ainda conseguia revidar. Entretanto, geralmente o que os autores perceberam foi uma apatia paralisante, ou seja, os outsiders não conseguiam reagir aos estigmas que lhes eram imputados.

No caso dos alunos deste estudo, quanto mais os professores chamavam sua atenção, mais eles faziam ao contrário das ordens. Um professor ministrava suas aulas baseadas na disciplina, os alunos marchavam bem nas conformações do método francês9: "direita volver", "esquerda volver" "descansar"; o professor ordenava os movimentos aos gritos e acompanhava os alunos em intermináveis repetições. Quando a atividade era para desenvolver a coordenação motora com bola, o ritmo da aula é o mesmo, os alunos eram postos em fila para fazer os movimentos, repetidamente até se cansarem.

Geralmente os professores que tinham essas atitudes não se preocupavam em saber o motivo que levava os alunos a se comportar contrariamente ao que eles ordenavam. Exigiam o silêncio quando estavam falando e a execução de movimentos em ritmos harmoniosos com a turma. Se a atividade era jogar a bola de borracha para cima com a mão direita e apará-la com a esquerda, se porventura a bola escapasse e o aluno saísse correndo para apanhá-la, o professor entendia que o aluno não estava prestando atenção, só queria bagunçar. Por várias vezes, ouviu-se desse professor referindo-se a esse aluno como "insuportável" (um aluno preto).

Mas a ligação que se faz com o estudo de Elias e Scotson é que esse aluno faz parte daqueles que os autores chamam "setor severamente marginalizado do grupo de outsiders" que conseguiam revidar. Enquanto os alunos permaneciam em fila concentrados para a marcha, esse aluno saltitava, sambava. Quando o professor virava de frente para ele, este se transformava numa estátua. Ele fazia um jogo nas aulas de modo que conseguia estratégias para se divertir e executar as ordens do professor. Entretanto o sucesso máximo que ele conseguia com essas atitudes era ficar de castigo.

Quando a atividade proposta pelo professor devia ser feita em dupla, era difícil para os alunos negros encontrarem par. Os colegas (pardos e brancos) recusavam -se a participar com eles. Os professores percebiam o afastamento desses alunos, mas não se aproximavam para saber o porquê da atitude. Geralmente, quando eles se afastavam, começavam a provocar os colegas que estavam participando, "jogando pedrinhas nos meninos que estavam na quadra", o professor

9 O método francês de Educação Física é profundamente imbuído da tradição militar. Nessa concepção de educação física não se reconhece o efeito pedagógico como método socialmente desejável de desenvolvimento dos "cidadãos". O objetivo, desde sua origem no início do século XIX na França, era aumentar as potencialidades militares da juventude.

percebia, mas não se manifestava sobre isso. Perguntado sobre o motivo de não se importar com o aluno que estava 'procurando briga', a resposta foi:

> "Isso é briga que começa antes de chegar na escola. Eu não me meto nessas confusões, esses meninos têm gangues, mexem com drogas, o negócio aqui no bairro é muito pesado" (professor A).

Em outras situações os professores assim se referiram aos alunos: "Neguinho aqui é triste".

Havia na cidade muitos grupos denominados de gangues, guetos, turma, turminha, etc. Nas escolas onde foi realizado o estudo, os professores se referiam muito a esses grupos como nocivos à escola, embora alguns de seus alunos pertencessem a esses grupos. Presenciou-se várias vezes alguns meninos do bairro, que não eram alunos, entrarem e saírem da partida de futebol. Esses episódios ocorriam na Educação Física da sétima e oitava séries. Eles eram amigos daqueles alunos que não se importavam com o professor. Tiravam deliberadamente um aluno que estava na equipe jogando e entravam sem problemas (Esses meninos pulavam o muro da escola e iam jogar no horário de Educação Física). Os professores comentavam.

> "Não me meto nessas confusões!" (professor C)

> "Procuro ser amigo deles, senão é pior pra mim". (professor F).

É bom frisar que esses alunos faziam parte da minoria, a maioria ouvia calada todas as censuras ou insultos dos professores. Percebeu-se um certo temor por parte dos professores com relação a esses alunos e seus amigos, embora houvesse depoimentos de professores que diziam reagir que não tinham medo desses meninos. As atitudes de alguns alunos de brigar e agredir os colegas são manifestações de revide às condições sociais em que eles vivem? Elias e Scotson (2000) indicam que no caso do estigma "dê-se a um grupo uma reputação ruim e é provável que ele corresponda a essa expectativa"10. Como explicam sobre os burakumin11:

> Essas identidades pessoais minoritárias podem implicar um retraimento social em enclaves como guetos ou, quando o contato com a minoria é necessário ou conveniente, a assunção de papéis sociais desviantes em relação ao grupo majoritário. Esses papéis desviantes envolvem, com freqüência, uma grande dose de hostilidade velada contra qualquer forma de autoridade exercida pelos membros do grupo majoritário. Tais sentimentos são conseqüência da exploração vivida geração após geração... Verifica-se que as crianças marginalizadas são mais propensas à agressividade e, em certo sentido materializam os estereótipos que lhes são atribuídos, pelo menos até certo ponto (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 30).

Foi possível perceber que apenas uma minoria reduzida, dois ou três alunos, eram realmente transgressores. Eles tinham o tipo de comportamento que, em geral, se considera negativo. Agrediam fisicamente seus colegas, eram violentos verbalmente, etc. Contudo os professores tendiam a estigmatizar todos os alunos que tinham fenótipo semelhante, isto é negros. Os professores cismavam com os alunos de tal forma que em todas as aulas os penalizados eram sempre os mesmos, de modo que se tornou uma constante alunos pretos e mulatos ficarem de castigo ou serem ameaçados de irem para a diretoria. Como exemplifica a fala de um dos professores sobre um aluno (preto) que ficava de castigo constantemente: "Eu gosto dele, ele não é uma pessoa ruim, ele é prestativo... só que ele é muito desobediente" (professor D).

McLaren (1991, p. 345), indica que "é importante reconhecer que os estudantes têm corpos e são corpos". Foi possível observar que os professores de Educação Física "percebem" "o corpo enquanto local ideológico" (McLAREN, 1991, p.346), e, ao perceber, discriminam os negros e os diferentes. Os corpos (os alunos) que se vestiam diferente usavam tatuagens, brincos, colares e pintavam cabelo, eram vistos enquanto desordeiros. Ainda que alunos brancos ou pardos tivessem o mesmo comportamento, as crianças negras carregavam o estigma de "danadas", "insuportáveis", "bagunceiras", "terríveis", "malandrinhas", "preguiçosas". O corpo negro passa a ser uma marca, um estigma, de modo que os professores expressavam verbalmente muitos adjetivos depreciativos com relação ao comportamento, à capacidade e à moral desses alunos.

Com o decorrer dos dias, os alunos passaram a fazer movimentos coisificados, destituídos de sentimentos e objetividade. Ao invés de chutar a bola chutavam os colegas. Davam empurrões. Passavam rasteiras. Chutavam a bola para cima da quadra (O professor os fazia subir para pegar). Xingavam, gritavam. A expressão corporal era de desânimo. Os alunos ficavam apáticos sentados ou andando de um lado para outro com os braços cruzados para trás. Os meninos adolescentes abaixavam a calça de modo que ficavam visíveis os pêlos pubianos. Ou tiravam a camiseta expondo a musculatura. No caso dos meninos menores, atrapalhavam as meninas que costumavam ficar em grupos brincando. As alunas (negras) andavam de um lado para outro, angustiadas sem saber o fazer esperando a hora passar. Todas essas formas de expressar revelam o descontentamento dos alunos com o tratamento que recebiam dos professores. De acordo com McLaren (1991), é fácil entender por que os estudantes apresentam resistências através de "ritos de transgressão, pois, enquanto estudantes, as aulas lhes conduzem à apatia, ausência de paixão e vazio emocional e espiritual". A aula que os estudantes recebem na disciplina Educação Física faz com que constituam em si uma degradação de sua identidade enquanto pessoa, por que eles se sentem rejeitados, excluídos de admiração e de elogios.

---

10 Grifos da pesquisadora.

11 Grupo outsiders do Japão

A forma que os alunos encontram para fazer uma ruptura com o drama de se ter uma aula que não fomenta crescimento intelectual, são atos transgressores, às vezes discretos outros nem tanto. Os estudantes negros utilizam os gestos de raiva, de recusa e de indiferença como uma resistência12 à organização da instituição e ao tratamento dispensado a eles.

Sendo o corpo em movimento o objeto de estudo da Educação Física, o professor não pode se esquecer de que o corpo que se move é, sobretudo, a construção sócio-histórica de um sujeito que tem suas origens, tem sua história, tem sua ancestralidade e tudo isso está relacionado à corporeidade e deve ser objeto de estudo da Educação Física.

Os profissionais da Educação Física têm que ter a sensibilidade de perceber e analisar as expressões corporais de seus alunos, visto que pelo corpo as crianças manifestam seus inconformismos e, em termos de identidade pessoal, o problema racial implica em dramas muito profundos que elas não expressam verbalmente e sim corporalmente. É bem verdade que os fundamentos da inclusão da Educação Física talvez consiga dar conta parcialmente dessa problemática, visto que as crianças são mestras na ludicidade e nas brincadeiras. Entretanto cabe ao professor criar os mecanismos de socialização e inclusão.

Neste momento histórico o importante é buscar políticas de incentivo a nós professores, visto que muitas vezes não conseguimos perceber a grandeza das conseqüências das suas condutas, precisamos de apoio, seja por meio de cursos de formação continuada, de acompanhamento pedagógico, de implemento de materiais didáticos, mais tempo para planejamento e estudo.

A conclusão em que se inscreve este trabalho é a grande necessidade de se discutir na formação básica e continuada dos profissionais de Educação Física, as diferenças que compõe a sociedade brasileira, com o objetivo de desconstruir preconceitos sociais e raciais, pois somente contemplando nossos alunos na sua plenitude de ser humano que têm uma trajetória de vida e que precisa de uma identidade para firmar-se na sociedade podemos incidir em uma prática pedagógica realmente democrática.

Referencias Bibliográfica

BECKER, Howard S. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Edusp, 1992.

COSTA, Sérgio. *A construção sociológica de raça no Brasil*. Lateinamerika-Institut, FU Berlin. Março 2001. Texto mimeo.

DA MATTA, Roberto. Digressão: a fabula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In *Relativizando: uma introdução à Antropologia social*. Rio de janeiro: Editora Racco, 1987.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os Outsiders*: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.

FOLHA de S. Paulo/Datafolha. Racismo Cordial. A mais completa analise sobre o preconceito de cor no Brasil. (orgs.) TURRA, Cleusa. VENTURI, Gustavo. Editora Ática, 1995.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

GRANDO, Beleni Saléte. *Corpo e Educação: as relações interculturais nas práticas corporais Bororo em Meruri* – MT. (Tese de Doutorado). Florianópolis: PPGE/ UFSC, 2004.

GUIMARAES, Alba Zaluar. *Desvendando mascaras sociais.* Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade De São Paulo; Editora 34, 2002.

_____*Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

JACCOUD, Luciana de Barros e BEGHIN, Nathlie. *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço de intervenção governamental.* Brasília: Editora Ipea, 2002.

MCLAREN, Peter. *Rituais na escola*: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação. Tradução: Juracy C. Marques, Ângela M. B. Biaggio. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

NOGUEIRA, Oracir. Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais. Prefacio de Tales de Azevedo. São Paulo : Editor T. A Queiroz LTDA, 1985.

_____*Preconceito de Marca*: as relações raciais em Itapetininga. São Paulo. Editora da Universidade de são Paulo, 1998.

OLIVEIRA. Iolanda, *Desigualdades Raciais*: construções da infância e da juventude. Niterói, Editora Intertexto, 1999.

PETRUCCELLI, José Luis. A cor denominada. Estudos das informações do suplemento da PME, julho de 1998.Texto mimeo.

SANTOS, Tereza Josefa dos. *Trajetória de professores universitários negros em Mato-Grosso*. Dissertação de Mestrado, Cuiabá IE/UFMT, 2002.

12 É importante colocar que os professores de Educação Física não entendem o comportamento transgressor como resistência estudantil, como chama Peter Mclaren. Na pesquisa de McLaren o objetivo dos estudantes expressarem comportamentos transgressores era uma forma de desaprendizagem corpórea com o objetivo de desmantelar a linguagem do corpo que tinha sedimentado em hábitos ao longo dos anos de práticas escolares. De certo que nas aulas de Educação Física a expressão de comportamentos transgressores dos alunos tinha a ver com falta de objetivos dos professores e com a chatice da repetição da mesma aula sempre.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: ciências, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1993.
SEYFERHT, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. *Anuário antropológico do Museu nacional*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro 1995.
SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro; tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.
SOARES, Carmem. Educação Física: Raízes Européias e Brasil. Campinas – SP: Editora Autores Associados, 1994. (Coleção educação contemporânea).
TEIXEIRA, Moema de Poli. "*Negros e universidade*". Identidade e trajetória de ascensão social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 1998.
TODOROV, Tzvetan. Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Tradução de Sergio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar. 1993. 2v.
VELHO Gilberto. "Observando o familiar" In *individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2ª edição
1987.

Portugal, a Europa e o império: contorções identitárias

Rita Ribeiro
Universidade do Minho
rmgr@ics.uminho.pt

Resumo: Disperso por sucessivos impérios, Portugal viu-se recentrado no espaço europeu com o processo de descolonização que se seguiu à revolução de 1974. No seguimento do processo histórico de democratização, descolonização e europeização ocorreu uma rotação identitária que, em contraste com a sua relevância, tem sido negligenciada tanto ao nível das análises operadas pelas ciências sociais, como na reflexidade produzida na sociedade portuguesa. É objectivo desta comunicação explorar os sentidos de identificação que atravessam a nação portuguesa, designadamente os que põem em balanço a memória do império e a integração europeia.
Tendo em conta as tematizações produzidas ao nível da historiografia, da literatura e dos discursos das elites intelectuais, pode dizer-se que se dispõem sentidos ambíguos no que respeita à aproximação à Europa ocorrida nas últimas três décadas e que o mesmo acontece relativamente à ligação histórica e simbólica que o país manteve com o império. Ou seja, a identidade nacional viu-se reconstruída em função dos significados atribuídos à "vocação imperial" e à "opção europeia", daí resultando o que designo de astúcia da identidade nacional: a capacidade de deslizar contextualmente entre sentidos diversos, mesmo opostos, da identidade. Deste modo, é possível conciliar a "grandeza" do passado nacional, o anátema do colonialismo e a europeização de Portugal – o que se consegue por via de uma lógica dúplice de instrumentalidade e ambivalência face à Europa e de afectividade paternalista face ao império.

Há três séculos, pelo menos, que estamos habituados a organizar o mundo em Estados-nação. O globo surge-nos, pois, recortado por linhas de fronteira que materializam "comunidades imaginadas" (Anderson, 1991) que partilham cultura, língua, religião, experiência histórica. Ora, os mapas podem ser muito enganadores ao sugerirem pertenças, posições e afinidades. Se pensarmos no caso português, a arrumação geográfica diz tanto quanto encobre. Se lança o país directamente no mar abissal e anuncia as predisposições ultramarinas, também revela Portugal como apêndice da Europa e da Ibéria. Em que ponto se acha o equilíbrio no que à *morfologia* identitária portuguesa diz respeito? De que modo a história nacional, e em particular a da dispersão marítima, moldou o Portugal actual que, expulso do império, ancorou com ar cansado na Europa pós-1974?

Entre 1415 e 1975, Portugal deixou a Europa e manteve sucessivos impérios ultramarinos. Nesses quase seis séculos, explorou minimamente as ligações umbilicais à Europa e tocou – em maior ou menor grau, pela cultura, pelas trocas mercantis ou pela dominação política e militar – os cinco continentes e os oceanos conhecidos e a conhecer. O que resta dessa história, como se sedimentou o rasto imperial nos portugueses e, por seu lado, como estamos diante da Europa, regressados a ela por força da necessidade?

De um modo geral, pode dizer-se que o percurso histórico nacional dos últimos séculos balançou entre a vocação atlântica e a opção europeia, com significativa vantagem para a primeira. Quer isto dizer que, sem dimensão para jogar plenamente em dois tabuleiros, Portugal optou por uma estratégia defensiva no campo europeu e por uma outra de domínio na parte do mundo onde podia reclamar alguma superioridade. Compensou, assim, a sua marginalidade europeia com a "missão" de universalizar a cultura europeia. Ou seja, se, por um lado, houve um exercício de suspensão da condição europeia, houve, por outro, uma grande *dedicação* em europeizar espaços não europeus. Por isso, e por estar na linha de fronteira, Portugal foi considerado por alguns "a mais europeia das nações", por ser aqui que a identidade europeia é mais "vivamente sentida" no confronto com culturas, povos e modos de vida alheios aos europeus (Pires, 1992: 139). São as representações deste *lugar contraditório* de Portugal que me interessa examinar, na tentativa de compreender a ambiguidade que permeia a relação do país tanto com o espaço cultural europeu, quanto com a *memória imperial*.

Portugal como país europeu é bem mais do que uma questão de mapas e geografias. Portugal tem uma matriz indubitavelmente europeia, desde a sua fundação no que à história e à cultura diz respeito. A religião cristã foi o elo primeiro de ligação e de onde emanou a legitimação da própria soberania – o território português foi posto avançado da cristandade na

reconquista dos cruzados sobre o invasor islâmico. É europeia, também, a estrutura estatal e política, bem como a teia de alianças políticas e militares. Na literatura, nas artes, nas ideias, os movimentos portugueses mimetizam os movimentos europeus. Neste sentido, "a Europa fez Portugal" (Real, 1998: 76). No século XV, ao lançar-se em descoberta do mundo, Portugal abre portas è inquirição científica, põe em exercício o espírito humanista e racionalista, introduz a Europa na era da modernidade e do universalismo. Pode dizer-se que até ao século XVI Portugal é profunda e antecipadamente europeu, condição que vai ser abruptamente alterada nos quatrocentos anos seguintes, desde a união dinástica com Espanha até à adesão à Comunidade Europeia, na década de 80 do século XX. Esses séculos foram marcados pela opressão do pensamento livre, pelo obscurantismo e pela rejeição das novas ideias que a todos os títulos revolucionavam a Europa. Ficámos à margem da Reforma e das guerras religiosas e ficámos imensamente para trás na revolução científica, na industrialização, no capitalismo na ordem económica, na revolta contra o absolutismo e pelo Estado de direito burguês, na massificação do ensino. Em consequência, agudizou-se a percepção do país como decadente, atrasado e em desencontro com os padrões europeus.

O facto é que, durante cerca de quatrocentos anos, o país se definiu como europeu apenas por defeito e manteve-se fechado no círculo da metrópole e territórios ultramarinos. Isto equivale a dizer que na configuração identitária do país a Europa era um dado adquirido, mas não era prioritária, nem central. A Europa estava fora da nossa órbita, não apenas pelo lugar periférico que ocupávamos e pelo atraso de desenvolvimento que evidenciávamos, mas porque a nossa auto-definição identitária permaneceu auto-referencial, auto-centrada. Portugal permaneceu centrado e concentrado em si, na faixa de terra marginada pelo Atlântico. Em resumo, 400 anos de ensimesmamento nacional.

No século XIX, designadamente pela mão dos autores da Geração de 70, a Europa tornou-se um estímulo para a reflexividade nacional. Debatendo-se obsessivamente com o tema da decadência do país, vêem na Europa o modelo de desenvolvimento que arrancaria o país ao atraso secular. Apelam, por isso, incansavelmente à modernização e tomam o recentramento do país como um imperativo patriótico. Já o início do século XX viria ser culturalmente dominado por propostas de matriz passadista. Esperando que o passado glorioso se reflectisse no futuro, surgem correntes como o saudosismo de Teixeira de Pascoaes (1988, 1991) e o providencialismo de Agostinho da Silva (1988, 1990) ou o movimento da Filosofia Portuguesa (Quadros, 1986, 1999; Gama, 2004) que enfatizaram o singularismo e excepcionalismo histórico e cultural de Portugal e a ideia de que temos como destino e vocação inalienáveis o império marítimo (espiritualizado), ignorando e desprezando o facto de sermos parte do continente europeu.

É nesta mesma linha ideológica que se apoia o Estado Novo. A estratégia salazarista passa toda pela auto-definição de Portugal como "nação extra-europeia" (*apud* Silva, 2000: 54-55). No cenário convulsivo dos anos de 1940 e 1950, quando a Europa e o mundo inventam novos formatos de cooperação política e económica, Salazar impõe uma linha programática para a política externa que é simultaneamente inflexível e ambivalente. Por um lado, ainda que mantendo uma posição cautelosa e um envolvimento descomprometido, aceita estar presente nas novas organizações internacionais de onde pudesse advir um benefício directo para o país, como a NATO, a OECE (depois OCDE) e a EFTA. Mas sempre que tal cooperação ameaça atingir as margens da soberania nacional e, particularmente, no que diz respeito à política ultramarina e de alianças, o ditador português é irredutível e recusava terminantemente para Portugal os planos de unificação que avançam na Europa, que vê como má solução que levita em "magnas ilusões" (cf. Silva, 2000: 34-37). Argumenta, como o fizera já para sustentar a neutralidade do país durante a Segunda Guerra que, "a um canto da Europa, quase desligado dela e projectado ousadamente sobre o mar, país atlântico por excelência (…) Portugal tem o dever de não se deixar transviar pelo desassossego geral" (*apud* Silva, 2000: 18). Como disse Augusto Castro, numa conferência sobre *A crise internacional da Europa e a política externa portuguesa*, ocorrida em 1949, "a nossa projecção é atlântica e não europeia (…). A Europa para nós é mais paisagem do que vizinhança" (*apud* Silva, 2000: 42).

Nos anos seguintes, em que se assistiu à aceleração do processo de unificação europeia, Portugal permaneceu no limbo europeu. Arredado do Conselho da Europa e da Comunidade Económica Europeia, onde não havia lugar para uma ditadura colonialista, o país mantinha-se sob o espectro do projecto ideológico do seu ditador – um país absolutamente soberano, autárcico, fechado às perfídias da modernidade, como a democracia, a descolonização, a urbanização, a educação, etc. Externamente, Salazar seguiu uma política simbiótica e parasitária conseguindo que Portugal fosse observador e beneficiário das organizações internacionais surgidas, o que assegurou um lugar na cena mundial e a aceitação de um regime colonialista e ditatorial no contexto ocidental, que só viria a ser seriamente contestado nos anos 1960, e ainda assim de forma mitigada e permissiva.

Ao projecto de construção europeia, responde Oliveira Salazar que se baseia em princípios que repugnavam ao sentimento nacional do povo português, "muito apegado à sua independência" e à soberania que exercia sobre as suas províncias ultramarinas (Silva, 2000: 31). Sublinha, pois, o total desajuste entre o projecto europeu e o destino português, cujos interesses políticos, económicos e afectivos não estavam na Europa, mas nas colónias africanas e no Brasil, assim como entre os seus aliados históricos, Inglaterra e Espanha.

Portugal insistia em afirmar-se como país de vocação atlântica, voltado para o seu império colonial e afastado das questões centro-europeias, onde não era desejado mercê da sua condição periférica e do seu regime político. É neste contexto que são avançadas em Portugal propostas pouco mais que inconsequentes que pretendiam estreitar e optimizar a ligação entre Portugal, as colónias africanas e o Brasil, que poderia mesmo incluir a Espanha e a América Latina numa espécie de bloco ibero-americano de cooperação económica que se posicionasse junto do mercado comum europeu. Com mais modéstia,

estabeleceu-se o Espaço Económico Português: reunia metrópole e colónias, era coerente com a matriz do salazarismo, mas constituía uma alternativa muito limitada face aos desenvolvimentos da cooperação económica na Europa e no mundo.

A realidade, porém, ultrapassava largamente os travões ideológicos que o regime lhe opunha. A economia portuguesa estava cada vez mais dinâmica, dependente e ligada ao espaço europeu. O nacionalismo imperial económico foi sendo corroído pela mudança da realidade nas relações económicas, cada vez mais centradas na Europa, em coincidência com o desvio da emigração portuguesa do continente americano para o europeu. Nos anos 1960, uma parte dos homens do regime estava bem ciente deste facto e apostou em contrariar as teses isolacionistas com que Oliveira Salazar moldara a política nacional. Iniciar-se-ia o debate ideológico, contido e condicionado, entre ultramarinistas e europeístas, os primeiros percebendo o risco que era para a política colonial a integração do país nas instituições europeias, os segundos procurando assegurar uma estratégia de desenvolvimento que privilegiava o espaço europeu em lugar da política africanista, que anteviam condenada.

A governação de Marcelo Caetano, apostado no lema da *continuidade e renovação* face ao seu predecessor, teria sido ainda mais hesitante e ambígua do que a de Oliveira Salazar não tivesse sido a força da realidade económica e social que a cada instante se punha fora do controlo governamental. Tal como Salazar, Caetano foi também empurrado para uma política de aproximação à Europa sem convicção, movido pela escassez de alternativas e pelo imperativo de liberalizar a economia nacional como condição do seu crescimento. Fiel à estratégia ultramarina, Marcelo Caetano teve de enfrentar já uma oposição informada e bem menos contida, que exigia a abertura à Europa, mesmo se num estatuto complementar a África. A Ala Liberal eleita para a Assembleia Nacional, em 1968, refrescou o debate político, com os seus jovens deputados imbuídos da esperança de acelerar a desejada transição democrática do país e o seu desenvolvimento económico. Acabaram desiludidos e muitos abandonaram a Assembleia.

Com a Revolução de 1974 e a substituição de regime, viria também a rotação que recentraria o país, direccionando a estratégia política, económica e identitária para a Europa. A partir de 1976, no âmbito do programa que o Partido Socialista apresenta às eleições, a questão da adesão à CEE entra no debate político e público e colhe opiniões favoráveis nos partidos democráticos de direita, PPD e CDS. Os partidos da extrema-direita e da extrema-esquerda opõem-se: os primeiros, por verem na Revolução e na opção europeia uma traição à vocação imperialista do país; os segundos, por considerarem a aproximação à CEE uma deriva contra-revolucionária que deixaria o país às mãos do imperialismo capitalista.

A perspectiva da adesão à Comunidade Europeia foi invocada pela elite política como factor crucial de estabilização económica e política do país. A descolonização havia já sido efectuada e com ela o *regresso à Europa* tornou-se uma realidade irreversível. Forçado pela história, o país via-se acantonado no pedaço de continente que havia deixado cinco séculos antes. Em condições muito diversas das de 1957-58, as adesões das franjas da Europa do sul nos anos 80 ao projecto económico europeu tiveram igualmente um fim de natureza política a recobrir a abertura aduaneira e económica. Tal como acontecera já com a Grécia e viria repetir-se com a Espanha, a entrada para a CEE almejava enterrar definitivamente o regime ditatorial e sustentar a democracia frágil saída da revolução.

Se os Governos Provisórios revelaram tendência para privilegiar a relação com as ex-colónias no âmbito de uma política terceiro-mundista, com o I Governo Constitucional, formado em 1976, ficou claro que a prioridade da política externa portuguesa seria a Europa, o que não significava descurar o flanco atlântico, desde logo por via dos aliados norte-americanos e da NATO. Para lá da dimensão política da opção europeia, esse era, igualmente, o caminho para travar a socialização da economia nacional efectuada em 1975 e a garantia de retomar a abertura económica. É unânime entre os especialistas que a adesão à CEE incluía um programa duplo de ajuda ao desenvolvimento económico e de salvaguarda firme da transição democrática. É, todavia, discutível se a democracia não conseguiria ter-se imposto em Portugal sem o escudo protector da Comunidade Europeia (cf. Pinto e Teixeira, 2005: 37). Sem dúvida, no mínimo, facilitou todo o processo por duas ordens de razões que se enfatizaram mutuamente: 1. a adesão à CEE envolvia exigências de ordem constitucional, de respeito pelos padrões democráticos e pelos direitos e liberdades fundamentais, de subordinação do poder militar ao político; 2. o afluxo de apoio financeiro ao país traduziu-se rapidamente na melhoria das condições de vida da população e consolidou a abertura económica que propiciou o considerável crescimento da economia nacional durante a primeira década de adesão. José Magone (1998: 135) defende que "a Comunidade Europeia e os países da Europa ocidental, e em particular as organizações socialistas e democratas-cristãs, foram cruciais no apoio que deram ao modelo de uma democracia liberal pluralista". Foi da Europa que veio o mais importante apadrinhamento, reforço e supervisão da consolidação democrática, ao delinear-se o novo sistema político português segundo o das democracias europeias. Portugal torna-se membro da Comunidade Económica Europeia em Janeiro de 1986. É a partir desta data que se torna irreversível a tríade democratização-europeização-modernização, cada um dos termos provocando os outros.

Com a descolonização e a adesão à Comunidade Europeia, opera-se em Portugal uma das mais radicais mudanças da sua história. Importa, pois, questionar acerca dos efeitos desse processo no modo como os portugueses se autodefinem e nas estratégias de aproximação/distanciamento produzidas. É neste sentido que me interessa perceber que afinidades electivas foram desencadeadas e como se posicionam simbolicamente os portugueses nos mundos onde têm interesses. Começo por assinalar que o apoio à integração europeia é francamente maioritário e é-o, a julgar pelos dados das sondagens de opinião do *Eurobarómetro*, em função dos benefícios percebidos. Ou seja, os portugueses – que conhecem pouco do processo de construção europeia e permanecem alheios à dimensão ideal-política da unificação – consideram positiva a integração comunitária porque reconhecem as vantagens (de ordem económica, em particular) que daí advêm. O sentido primeiro da Europa parece ser, portanto, o económico.

Vinte anos depois da adesão, o país acelerou significativamente e tanto o crescimento económico como a estabilização política são inegavelmente imputáveis à participação na Comunidade Europeia. O fundamento da aprovação que os portugueses dão à integração europeia manifesta mais uma preocupação de índole patriótica do que uma ambição em participar no *projecto europeu* entendido como programa histórico, axiológico e cultural de unidade da Europa. Quero com isto dizer que o que parece mover os portugueses rumo à Europa é o facto de ela se ter tornado a via sem alternativa no momento em que o país clamava desesperadamente por estabilidade política e económica e que representa, desde aí, o trilho seguro para o desenvolvimento e a modernização, cansados que estavam da *fatalidade* do atraso nacional. A Europa surgia, assim, como veículo e instrumento de salvação nacional, como fornecedor de prosperidade, modernização e reconhecimento internacional. Daqui se conclui que a relação de Portugal com a Europa é marcada pela instrumentalidade e o sentido da identificação com a Europa é filtrado pelos interesses nacionais: a Europa é valorizada apenas na medida em que nos serve de amparo para a normalização e a afirmação de Portugal como país moderno. Ou seja, é detectável uma acentuada ambivalência na forma como os portugueses pensam a Europa: se, por um lado, é vista como instrumento de modernização e de prosperidade, por outro, é também tida como ameaça à identidade nacional e como espelho do nosso atraso.

O modo como os portugueses resolveram a secular bifurcação identitária que tanto os amarrava ao continente europeu como os lançava em missão marítima e imperial merece alguma reflexão. É um facto, como se referiu já, que Portugal não deixou de ser europeu por ter-se tornado império. Apenas se alheou das questões europeias quando nelas não se debatiam os interesses nacionais (cf. Borges de Macedo, 1988: 74). Pode dizer-se que, do ponto de vista das representações e das construções imagiológicas e simbólicas, a história do país se teceu no balanço entre um Portugal europeu e um Portugal imperial. Quando as independências pós-revolução das colónias africanas circunscrevem definitivamente o país aos seus contornos continentais o que resta é a "comunidade imaginada" de um país com os fragmentos de si que teria deixado pelo globo. Nos anos cinquenta e sessenta do século XX, Gilberto Freyre falava em lusotropicalismo, que definia como o conjunto de sentimento e cultura que o português foi capaz de criar nos territórios e povos que colonizou, aí desenvolvendo novas sociedades que sintetizaram elementos da cultura portuguesa e das culturas autóctones. Pelas suas capacidades de miscigenação, mobilidade e aclimatabilidade, o português desenvolveu uma "amorosa identificação com o meio tropical" (Freyre, 1961: 34) que se traduziu em formas de hibridação únicas. Ora, toda a fantasia e mistificação transportadas pela ideia de lusotropicalismo foram repostas, mais tarde, no conceito sucedâneo de lusofonia, que retoma do passado colonial os laços eminentemente culturais, para reconfigurar as relações com esses territórios, agora numa versão radicada na ideia de uma "tessitura transnacional de lusotopia" (Pina-Cabral, 2002: 12). Uma *nova* auto-representação identitária está em consolidação, aquela que faz a síntese conciliadora entre a dimensão europeia e a dimensão do império *espiritual* disperso pelo mundo em fraternidades de língua, cultura, religião. Disso dá eloquente conta o caso de Timor. Em Setembro e Outubro de 1999, no seguimento do referendo sobre a independência de Timor-Leste e consequente repressão indonésia, Portugal sublevou-se em apoio à distante ex-colónia, num movimento uníssono que congregou as massas, o aparelho político e os meios de comunicação social. O que se reificava na *ideia* de Timor era a in-substância da *lusotopia*, a comunidade de povos que partilham o implícito de uma travessia histórica de vários séculos, que é a cultura, a religião e a língua, mas é mais do que isso. O que Timor nos trazia era o gosto de nos vermos amados por aqueles que havíamos colonizado e que veneram a bandeira portuguesa com o risco da própria vida. Timor presenteou-nos com a mais adequada equação simbólica: uma luta justa, ancorada nos valores que nos fazem modernos e europeus – direitos humanos e democracia – e que, ao mesmo tempo, consolida afectivamente o nosso lastro *atlântico*, aliviando a culpa colonial sem nos privar do Quinto Império. A reacção nacional aos acontecimentos em Timor resultou, sobretudo, num reequilíbrio identitário que há muito perderamos, ao corrigir o enviesamento ideológico que nos desviara da Europa e nos fechara na vastidão de mares e terras que só *espiritualmente* nos pertenceram.

Em pesquisa recente (cf. Ribeiro, 2008) acerca das opções identitárias dos portugueses foi perguntado em vários grupos de discussão como se vê a possibilidade, meramente fictícia, de Portugal ter constituído com as suas antigas colónias uma "União Lusófona", em lugar de ter aderido à Comunidade Europeia. As reacções mais imediatas e mais frequentes são as que expõem a inviabilidade dessa hipótese, por manifesta falta de condições políticas e económicas à altura. O primeiro obstáculo apontado é o facto de a estocada final no império ter sido uma guerra colonial e um processo de descolonização controverso. É, igualmente, referida a imaturidade política e económica desses países, que exigiria que Portugal se assumisse como motor do desenvolvimento dessa "União", e o risco de que daí redundasse numa forma de neo-colonização. A própria colonização portuguesa – designadamente o facto de não sido promovido o desenvolvimento desses países – é também apontada como uma das razões porque uma União com as ex-colónias não poderia ser bem sucedida. Nas palavras de um dos entrevistados:

> "Eu acho que essa comunidade de países… era muito difícil de a fazer por uma razão muito simples: nós colonizámos Angola, Moçambique e outras tantas terras por esse mundo de Cristo fora e nunca soubemos deixar-lhes o que tínhamos de bom. Fizemos uma colonização que, no meu entender, não foi uma colonização, foi uma exploração a favor de meia dúzia deles. Angola e Moçambique, que são países extremamente ricos, o que é que nós lá desenvolvemos? O que é que fizemos por aqueles países? A não ser uma ou outra cidade, de resto, são países que estão praticamente na mesma, culturalmente, economicamente, tudo isso. (…) Por conseguinte, nós não preparamos terreno para podermos com eles fazer uma comunidade económica, como é o caso da Europa" [Henrique, Grupo de discussão Porto].

Mas o reconhecimento dos obstáculos e desvantagens objectivos vai a par com o apelo emocional, "do coração", que uma putativa "União Lusófona" ecoa. Se, por um lado, é mencionado o fracasso da colonização, por outro, recorda-se

que Portugal mantém boas relações com os povos que colonizou, apesar de a ideia de haver por parte desses povos uma ligação especial a Portugal não ser consensual:

> "Xavier – Mas foi humilhante para os outros povos também [
>
> Carlos – Hum… Não há nenhum que tenha sido colonizado por nós que não goste de nós [
>
> Alexandre – Sim, é verdade, nenhum.
>
> Carlos – Mesmo aqueles em que estivemos envolvidos no passado em questões de escravatura, porque nós fomos senhores de escravos, não é, mas nem esses nos cospem na bandeira. Não estou a falar dos tempos da guerra colonial porque isso são questões… claro, ódios recalcados, muito mal geridos.
>
> Alexandre – Vê-se que… Ainda esta semana o Canal 1 promoveu um programa, durante o dia todo, em Cabo Verde e nós, em Cabo Verde (…), somos muito bem vistos, e o que eles querem é… não querem lá os italianos, parece que estão lá a invadir aquilo com o turismo, eles queriam era lá os portugueses.
>
> Xavier – Não sei se é. Neste momento, em Angola e em Moçambique, quem está lá não são os portugueses [
>
> Alexandre – Os angolanos e os moçambicanos também vêem com bons olhos o investimento português e… eu perfilho esta ideia de que nós, para crescer, teremos que começar a deslocalizar para esses países. (…) Barreira da língua: zero. Somos considerados… somos bem-vindos, um país amigo.
>
> Xavier – São bem-vindos todos. Todos são bem-vindos em Angola ou Moçambique. (…) Se não forem portugueses, são italianos, ingleses [
>
> Alexandre – Mas é que nós temos uma vantagem competitiva relativamente a eles: é que nós não precisamos de aprender a língua" [Grupo de discussão Braga].

O que parece bem mais consensual é o facto de haver uma base de entendimento preciosa que é a partilha da língua e de como esse facto poderia ser potenciado por Portugal tanto a nível económico, como cultural e simbólico:

> "Portugal não é suficientemente atractivo para isso [constituir uma *União Lusófona*]. (…) Mas (…) há um elo comum a essa imaginada comunidade de Portugal e das suas ex-colónias que é a língua. Ora, a língua talvez seja o único elemento sobre o qual valha a pena ter alguma esperança, não como instrumento de colonização ou de domínio (…). Eu julgo que, se Portugal quiser defender ou ter alguma influência, por simbólica que seja, actualmente terá por passar, não por estratégias de tentar dominar geograficamente seja o que for, ou economicamente, mas sobretudo através de um instrumento que se utiliza todos os dias que é a língua" [Sérgio, Grupo de discussão Braga];
>
> "Eu, culturalmente, achava muito mais rico [uma "União Lusófona, em lugar da integração na Comunidade Europeia]. Economicamente seria um grupo mais pobre, talvez por não estar tão organizado, mas culturalmente achava muito enriquecedor, tínhamos um elo muito forte, não importava a distância em quilómetros, mas tínhamos a língua que enriquecia a comunidade, tínhamos um diálogo mais aberto e mais compreensivo e acho que seria fantástico, do meu ponto de vista." [Mariana, Grupo Porto].

Não porque se prefira uma opção ou outra, mas porque se percebe o debate interno entre o que é o desejo e o que são os constrangimentos da realidade, a verdade é que a abordagem deste tema nos permite concluir que os portugueses vêem o passado colonial como um capítulo fechado da história do país, apesar de nele sentirem enraizado um certo sentido da identidade nacional, nomeadamente pelo lastro deixado pela "vocação atlântica" de quinhentos anos. Para a maioria dos entrevistados, o sentido pragmático sobrepõe-se à *afinidade electiva* que invocam a propósito da ligação de Portugal com a África de língua portuguesa, o Brasil e Timor. Mas, por reconhecerem quão volumosos seriam os obstáculos e desvantagens de uma união política e económica com esses países, aceitam tranquilamente que não há mais a esperar do chamamento ultramarino. Mas há mais a esperar da pátria. A este respeito, é eloquente a opinião abaixo:

> "Não temos a mesma cultura, estamos em continentes diferentes e a cultura definitivamente não é a mesma. Poder-nos-ia acontecer duas coisas: nós, neste momento, fazemos parte dos países desenvolvidos, mas dentro desses somos o menor, quase. O que acontecia, se neste momento, formássemos essa comunidade? Tanto podíamos ajudar, com o que temos, os outros a erguerem-se e a tornarem-se países desenvolvidos, como podíamos não o fazer, deixarmo-nos ir abaixo e ainda ficarmos pior. (…) É um projecto interessante, agora eu acho que nesta altura… se calhar identificava-nos melhor, pela língua, mas a cultura é diferente e tinha que se pesar muito bem se era para o nosso desenvolvimento ou se era para nos afundarmos. Estando na Europa, sempre temos oportunidades de subir e com o nosso esforço. (…) Agora no momento em que estamos, a União Europeia é o melhor, apesar de sermos os coitados" [Renata, Grupo Porto].

Ao ouvir os participantes nos grupos de discussão debater a possibilidade de se ter formado uma "União Lusófona", fica-se com a ideia de que, assim como parecem resolutos a fechar a porta ao passado colonial, também não perdem tempo a assinalar a direcção do futuro. Sistematicamente, as opiniões dão conta do novo desafio que se pôs ao país com a descolonização, a democratização e a integração europeia. Naturalmente, aquilo que hoje os portugueses opinam sobre a opção europeia (e, contiguamente, a opção atlântica) foi sujeito ao efeito de vinte anos de integração na Comunidade Europeia e do consenso produzido nacionalmente acerca da irreversibilidade desse processo. O que justifica essa escolha convicta é vislumbrar-se a Europa como porto seguro, o último encontrado nos oceanos desassossegados da nossa história. A Europa aparece nos discursos vazia de conteúdo: não há nenhum sentido especial da dimensão europeia da nossa história, não há convicção na Europa. Mas há a ideia de que a Europa comprou a hipoteca do nosso futuro e, com isso, mantém-se a

esperança de que haja Portugal na Europa. Uma esperança crédula, mas sobretudo funcionalista e instrumental, como é dito com todas as letras no último excerto e no seguinte diálogo:

> "Domingos – Já não vamos para a África.
>
> Graça – Também acho que não.
>
> Domingos – O futuro, agora, é a Europa, é a Europa.
>
> Graça – É, é.
>
> Domingos – Mal de nós se nos vamos dar mal com a Espanha ou com a França [
>
> Graça – Pois, o problema é esse, temos de olhar pelo nosso bem.
>
> Domingos – Se não estávamos com eles, que é feito de nós?! Nós temos de ser amigos [
>
> Graça – De quem precisamos" [Grupo Chaves].

Parece, pois, que os portugueses respondem sem hesitações quando se trata de saber o que querem ser: querem ser europeus, mesmo se essa é uma pertença não assumida por inteiro e, sobretudo, marcada pela ambiguidade de ser sem nunca ser completamente. Eduardo Lourenço (1994a:149-150) é esclarecedor a este respeito: *"A Europa como temática, como destino ou mesmo a própria construção empírica da Europa a que queremos aderir e cuja adesão nos interpela e responsabiliza não ocupa no nosso imaginário um lugar de relevo. Pragmáticos, aceitamos a Europa como uma fatalidade, não como uma opção que profundamente nos implique".* Assim, é adequado dizer-se que os portugueses mantêm com a Europa uma relação pragmática, instrumental, utilitarista e superficial, de que resulta uma forma equivocada de identificação.

Já no que ao universo simbólico do império diz respeito, o vínculo é de ordem afectiva, espelhando a ligação histórica e suas declinações linguística e religiosa. Mas não deixa de ser uma identificação acessória, como prova a "insólita serenidade, quase pura indiferença" (Lourenço, 1994b: 14) com que se fez o luto do império português: "Treze anos de guerra colonial, derrocada abrupta desse Império, pareciam acontecimentos destinados não só a *criar um traumatismo profundo* – análogo ao da perda da independência – mas a um repensamento em profundidade da *totalidade da nossa imagem perante nós mesmos e no espelho do mundo*. Contudo, todos nós assistimos a este espectáculo surpreendente: nem uma nem outra coisa tiveram lugar" (Lourenço, 1988: 42). O autor questiona se se tratará de um caso de "inconsciência colectiva" ou de uma "sageza exemplar, de adaptação realista aos imperativos mais fundos da consciência e interesses nacionais" (Lourenço, 1988: 42-43). A ausência de drama na perda de um império de quinhentos anos que julgávamos incrustado e imanente à nossa imagem e definição como nação mantém-se como uma interrogação. É consensual que a perda do império significou o encerramento de um longo ciclo histórico e que, regressados à "pequena casa lusitana" (como disse Camões e Salazar desejaria ter dito), vivendo a última amputação colonial como um acto de festa e generosidade, os portugueses puderam sentir-se em renovação, como num pacificador e estranho segundo nascimento que os reconduzia ao útero protector. Ainda assim, manteve-se com um estatuto perene a imagem de um país que não tem fronteiras que o confinem porque a nação portuguesa está onde estiveram os portugueses, já que estar no mundo, no nosso imaginário, significou fecundá-lo com o material genético da nacionalidade: a língua, a religião, o "modo de ser"1. Como *comunidade imaginária*, Portugal tem uma auto-percepção que supera o conteúdo político do conceito a favor do seu conteúdo histórico – a "dimensão imperial imaginária" (Lourenço, 1994b: 21).

O regresso à Europa, se foi uma inevitabilidade, foi também a oportunidade de o país se pacificar e reencontrar, podendo, sem custos, assumir, reivindicar mesmo, uma dupla identidade: a de país europeu – e, como tal, moderno e desenvolvido – e a de país com rasto cultural no mundo. Ora, este é, seguramente, o momento de afirmar uma duplicidade deste género: quando as pertenças singelas e unívocas são substituídas por formas plurais e cumulativas de identificação. Na modernidade tardia, a elasticidade e liquidez das formas identitárias operam como estratégia para lidar com um enquadramento inconsistente e em mutação – poder ser múltiplo tornou-se um recurso irrecusável.

A questão crucial é, aqui, a da astúcia com que é gerida a dimensão europeia e extra-europeia da auto-definição nacional. No campo sociológico da identidade, a astúcia qualifica a acção de transitar habilmente entre territórios previamente delimitados, evitando ter de estabelecer residência fixa em qualquer deles. Isto é, quando se instala a possibilidade das identidades abertas, plurais e optativas, torna-se uma questão de sobrevivência a habilidade para deslizar estrategicamente entre pertenças, derivar umas das outras e dissimular, se necessário, as que são contextualmente embaraçosas. É neste sentido que é possível dizer que, para os portugueses, estar na Europa não equivale a *ser* Europa, tanto por saberem que o país fica aquém do limiar de desenvolvimento que imaginamos ser o europeu, quanto por resistirem à possibilidade de a europeização desencadear uma des-portugalização, uma menorização do estatuto de soberania cultural da pátria e de subtracção das especificidades do *ser* português. Ora, nas representações nacionais do *ser* português, o imaginário ligado à vocação marítima e imperial é tenaz, pelo que a europeização do país exigiu a reconstrução dos sentidos com que se tece a interpretação do lugar de Portugal no mundo. O que ocorreu foi, pois, uma contorção identitária que, feita tanto de

---

1 "Em Portugal (…) temos uma superidentidade porque há um imaginário fabuloso que corresponde a uma época em que Portugal tinha um papel planetário. Isso ficou na nossa memória. Nós não somos apenas os habitantes de um pequeno país com 88000 km2 de superfície, mas também um país imaginário que existe de Macau à Amazónia" (Lourenço, 1994b: 197-198).

memória como de esquecimento, procura a conciliação de um país com o seu espaço de inserção política e económica, tanto quanto com o seu espaço de imersão histórica e afectiva. Isto não significa que todas as questões estejam resolvidas e que o país se sinta cómodo neste *lugar contraditório*. Permanecem o paternalismo e as visões benévolas acerca do império. Permanece, também, a ambivalência, por vezes estranheza, com que nos vemos na Europa. Mas significa que Portugal vê hoje com normalidade pertenças duais e se reconhece no equilíbrio de afinidades e identidades de onde recolhe vantagens irrecusáveis para a sua estratégia como nação.

Bibliografia

Anderson, B. (1991). *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres e Nova Iorque: Verso.

Borges de Macedo, J. (1988). *Portugal-Europa: Para Além da Circunstância*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Freyre, G. (1961). *O Luso e o Trópico*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

Gama, M. (2004). Pensar a Europa a partir do Movimento da Filosofia Portuguesa In Acílio Estanqueira Rocha, *Europa, Cidadania e Multiculturalismo*. Braga: ILCH/CEH da Universidade do Minho.

Lourenço, E. (1988). *O Labirinto da Saudade*. *Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Lourenço, Eduardo (1994a). *A Europa Desencantada. Para uma Mitologia Europeia*, Lisboa: Edições Visão.

Lourenço, E. (1994b). *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Magone, J. M. (1998). A integração europeia e a construção da democracia portuguesa. *Penélope*, 18: 123-163.

Pires, F. L. (1992). *O Que é a Europa*. Lisboa: Difusão Cultural.

Real, M. (1998). *Portugal. Ser e Representação*. Lisboa: Difel.

Quadros, A. (1986). *Portugal. Razão e Mistério I*. Lisboa: Guimarães Editores.

Quadros, A. (1989). *A Ideia de Portugal nos Últimos Cem Anos*. Lisboa: Fundação Lusíada.

Pina-Cabral, J. (2002). Agora tu podes saber o que é ser pobre: Identificações e diferenciações no mundo da lusotopia (Working Paper). www.ics.ul.pt/publicacoes/ workingpapers/index.htm (consultado em Abril de 2006)

Pinto, A. C. &Teixeira, N. S. (2005). Portugal e a integração europeia, 1945-1986, *A Europa do Sul e a Construção da União Europeia 1945-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Ribeiro, R. (2008). *A Europa na Identidade Nacional*. Braga: Universidade do Minho.

Silva, A. (1988). *Um Fernando Pessoa*, Lisboa: Guimarães Editores.

Silva, A. (1990). *Educação de Portugal*. Lisboa: Ulmeiro.

Silva, A. M. (2000). *Portugal entre a Europa e Além-mar*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Teixeira de Pascoaes (1988). *A Saudade e o Saudosismo*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Teixeira de Pascoaes (1991). *Arte de Ser Português*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Consciência histórica: um diálogo entre países

Isabel Barca
Universidade do Minho
isabar@iep.uminho.pt
M. Auxiliadora Schmidt
Universidade Federal do Paraná
dolinha08@uol.com.br

Resumo: No campo da investigação educacional, a busca de elementos para a compreensão da consciência histórica, em especial a dos jovens, tem-se constituído recentemente como um relevante objecto de pesquisa. A consciência histórica, que tem sido amplamente debatida por Jörn Rüsen, liga-se a uma necessidade de orientação temporal intrínseca no ser humano e que deve ser sustentada reflectidamente pelo conhecimento histórico e social. Distingue-se de uma simples resposta de senso comum às exigências práticas, em termos de sentimentos de identidade. Dentro deste pressuposto teórico, a investigação educacional nesta linha procura reunir dados empíricos que possibilitem um melhor entendimento acerca das ideias e usos da História, na sua relação com a construção de identidades e consciência social. A sistematização de resultados por meio da "comparação" sistemática de dados de diversos estudos qualitativos – em diversos países de vários continentes - revela-se possível e frutuosa. O Projecto HICON (Consciência Histórica –Teoria e Práticas, fases I e II), insere-se nesta rede informal de investigação e, numa equipa constituída por investigadores de Portugal, Brasil e Cabo Verde, tem explorado, entre outras manifestações de consciência histórica, as narrativas e inerentes meta-narrativas de jovens portugueses, brasileiros e cabo-verdianos acerca da História Contemporânea, numa abordagem de identidade aberta e complexa, que ultrapassa o enfoque numa identidade linear à escala nacional ou regional. Alguns destes resultados (marcadores e sentidos de mudança, marcos históricos, relevância de agentes históricos colectivos ou individuais, identidades…) serão apresentados e debatidos à luz do enquadramento teórico e metodológico específico da pesquisa em cognição histórica.

Introdução

Os sentidos que damos à vida em sociedade e as expectativas que criamos para o futuro estão intrinsecamente relacionados com a compreensão que construímos acerca do passado. E, do mesmo modo, existem diferentes compreensões do passado e colocamos diferentes questões sobre ele com base nos diversos modos de ler o presente, como acentua Rüsen (2001). Por esta reciprocidade, a compreensão histórica não é, ou não deve ser, um saber inerte: ímplícita ou explicitamente ela permeia de forma mais ou menos elaborada o nosso posicionamento, a nossa acção no mundo. Consciência histórica e consciência social são afinal duas faces da mesma moeda.

Nem todos os sentidos que atribuímos ao passado são históricos: eles podem advir também de mitos, da propaganda, da ficção, como adverte Lee (2002). E, por isso, apesar de uma única, 'grande' narrativa do passado se encontrar já cientificamente desacreditada, nem todas as narrativas são históricas, porque nem todas serão consistentes, confirmadas e não refutadas pela evidência disponível.

A narrativa histórica, como diz Rüsen, constitui um indicador concreto das relações que estabelecemos entre as ideias do passado e do presente/futuro. Através da análise de narrativas do passado poderemos construir algum entendimento sobre os tipos de consciência histórica bem como sobre os tipos de identidade dos seus produtores. Wertsch (2004) acentua que podemos analisar essas narrativas sob diversos ângulos: não basta atender à sua estrutura formal, quer no que respeita a uma trama mais ou menos elaborada quer no que respeita à quantidade de 'marcadores' históricos substantivos; para interpretar uma narrativa para além da superfície, é necessário captar o seu 'esquema' mental básico, que se manifesta numa mensagem nuclear e que veicula uma determinada função social.

Neste contexto de atenção ao plano meta-histórico, entendendo-se a História como narrativas do passado plausíveis e consistentes com a evidência disponível, pergunta-se: para que serve estudar História, hoje?

Para responder a esta questão, será necessário identificar o(s) tipo(s) de sociedade que desejamos construir, as competências que os jovens devem desenvolver para viverem como cidadãos de pleno direito e, por conseguinte, propor modelos de Ensino de História coerentes com o quadro explicitado. Esta clarificação prende-se, em suma, com a indagação dos *vários padrões* de consciência histórica que emergem das ideias e atitudes sobre a relação entre o passado, o presente e o futuro. E será preciso, então, atender às narrativas que os alunos produzem na aula (e não apenas em trabalho de casa) como forma de comunicarem os sentidos que vão construindo sobre as conexões temporais.

O Projecto *HICON (Consciência Histórica –Teoria e Práticas II),* a desenvolver entre 2007 e 2010, e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, tem explorado várias vertentes do pensamento histórico dos jovens e dos professores (Castro, 2006; Gago, 2007; Simão, 2007; Pinto, 2008). E, entre outras manifestações de consciência histórica, tem procurado analisar as narrativas e as inerentes mensagens nucleares de jovens portugueses e de outros países como o Brasil e Cabo Verde (Barca & Magalhães, 2005; Compagnoni et al., 2006; Schmidt & Garcia, 2007; Sanches, 2008). Neste estudo específico, procurou-se abordar a uma nova luz as narrativas de jovens alunos portugueses e brasileiros sobre a História Contemporânea, numa abordagem de identidade complexa e aberta. Com base nestas reflexões de carácter epistemológico, que questionam não só a 'utilidade' do saber histórico em geral como a importância da História no currículo formal dos jovens, lançámos a seguinte problemática de investigação:

> Que narrativas sobre o passado contemporâneo produzem os jovens portugueses e brasileiros no final da sua escolaridade obrigatória?

Metodologia

Desenho do estudo

No sentido de buscar uma compreensão dos significados das narrativas produzidas pelos jovens enquanto manifestações da sua consciência histórica, desenvolveu-se um estudo empírico, de natureza qualitativa, seguindo o método indutivo da *Grounded Theory*, uma abordagem usualmente praticada na pesquisa em Educação Histórica. O estudo procura algumas "comparações" de ideias de jovens portugueses e brasileiros, com as devidas limitações dado que, conforme se exporá na secção da Amostra, as características dos participantes apresentam algumas heterogeneidades. Além disso, é de realçar que este estudo comparativo se insere no âmbito de uma comparação possível, e não generalizável, em estudos qualitativos.

Questões de investigação

Para explorar a problemática atrás enunciada, procuraram-se respostas às seguintes questões específicas:

1. Que tipos de narrativas constroem jovens portugueses e brasileiros sobre a história contemporânea do seu país e do mundo?
2. Quais os marcadores temporais a que dão relevância?
3. Que mensagens nucleares emergem nessas produções e qual a função social ligada a tais mensagens?
4. Que ideias de mudança e significância apresentam?

Participantes

Constituíram a população-alvo deste estudo os alunos no final da escolaridade obrigatória, qu em Portugal corresponde ao 9º ano do ensino básico e no Brasil à 8ª série do ensino fundamental.

Participaram no estudo cerca de 270 alunos: 130 alunos portugueses de turmas de três escolas urbanas (uma em Braga - norte, uma em Lisboa - centro, e outra em Évora - sul do país) e 139 alunos brasileiros de turmas de três escolas

urbanas em Araucária, no Estado do Paraná (uma escola de meio operário, outra com alunos do meio rural e outra de meio urbano num contexto com sinais de violência social).

A amostragem seguiu o critério de disponibilidade manifestada por professores de História a leccionar nessas três regiões do país. Saliente-se que a disciplina de História é obrigatória para todos os alunos apenas até ao final do ensino básico e do ensino fundamental e no final deste ensino os mesmos já tiveram contacto com os conteúdos referentes ao solicitado nas narrativas.

Instrumento e Procedimentos

Foi proposta a realização de duas tarefas individuais e por escrito aos alunos participantes, em cada turma. A formulação das mesmas assumiu um formato muito simples, de resposta aberta, apelando propositadamente a uma situação que estimulasse o imaginário dos adolescentes portugueses, de forma a obter a sua adesão à produção de 'narrativas':

Tarefa 1.

> Imagine que está num campo de férias onde se encontram jovens de todo o Mundo. Um dia foram desafiados para cada um contar a história do seu país. Como lhes contaria a História (de Portugal ou do Brasil) nos últimos cem anos?

Tarefa 2.

> Depois de ouvirem contar a história de vários países, os jovens acharam que seria interessante ouvir como cada um contava a história do mundo. Como lhes contaria a História da Terra nos últimos cem anos?

A aplicação das tarefas em cada turma decorreu no ano de 2005 (primeiro em Portugal e depois no Brasil), durante uma aula e em situação previamente negociada com o respectivo professor. Cada tarefa demorou cerca de 30 minutos.

Metodologia da análise de dados

À recolha de dados seguiu-se a respectiva análise, de carácter indutivo, buscando-se sentidos possíveis das produções dos jovens, na sua relação com questões de consciência histórica atrás identificadas. A análise dos dados aqui apresentada foi desenvolvida posteriormente a estudos já realizados sobre os mesmos dados, mas com enfoques diferentes. Com base nos dados, gerou-se um conjunto de construtos que fornecessem indicadores para as questões de investigação colocadas, integrando-se neste processo contributos de estudos como os de Wertsch (ibid.) e Barton (2001):

1. Estrutura narrativa (nível do enredo narrativo)
2. Listagem e inerconexão dos marcadores temporais
3. Esquema narrativo (mensagens nucleares e sua função social)
4. Ideias de mudança em História

Ideias de jovens portugueses e brasileiros sobre a História Contemporânea

Estrutura Narrativa, Enredo e Marcadores Históricos

Apresenta-se em primeiro lugar uma interpretação dos dados na perspectiva dos construtos 'Estrutura narrativa' e 'Listagem e interconexão de marcadores temporais'.

O enredo das 'histórias' produzidas pelos alunos em cada país apresentou níveis diferenciados quanto à sua estrutura, tendo em conta o seu formato (narrativa *versus* listagem), validade e âmbito temporal, pelo que as produções foram categorizadas de acordo com a seguinte tipologia (do nível menos ao mais elaborado):

1. Lista de eventos (a-cronológica)
2. Cronologia
3. Narrativa alternativa
4. Narrativa fragmentada
5. Narrativa emergente
6. Narrativa 'completa'

A História Nacional

Em relação à História Contemporânea do país, a estrutura de uma parte considerável das produções dos jovens portugueses situaram-se no nível designado por narrativa emergente: são relatos que respeitam uma cronologia básica centrada em dois momentos chave: a ditadura salazarista e o período iniciado com o 25 de Abril de 1974. Algumas produções assumiram a forma de narrativa completa, no sentido de que respeitam as balizas temporais propostas - iniciam o relato com eventos de ruptura ou situações ocorridas no início do século XX, enunciam vários acontecimentos ao longo desse século e até ao século XXI, interligando-os por situações que constituem causas ou consequências dessas rupturas. Alguns alunos apresentaram fragmentos narrativos, sem localizações temporais, e uns poucos fizeram uma lista cronológica ou acronológica de eventos.

Apresenta-se aqui um exemplo de formato de narrativa mais frequente, a narrativa emergente, na medida em que apresenta marcos cronológicos e marcadores essenciais de uma parte do período proposto (últimos cem anos), e que quase invariavelmente, no caso das narrativas nacionais, se reporta ao "antes e depois do 25 de Abril":

> Nos últimos cem anos Portugal foi-se desenvolvendo a nível político, pois vivia-se numa ditadura e agora vive-se uma democracia, isto fez com que o país mudasse não só politicamente mas também psicologicamente. A partir desse dia, 25 de Abril de 1974, Portugal passou também de um país subdesenvolvido para um país desenvolvido, a democracia ajudou muito nesse ponto. Portugal nos últimos anos tem mudado, na minha opinião para melhor, apesar de algumas coisas que possam ter prejudicado de algum modo esse desenvolvimento. Mas acima de tudo nota-se muito a diferença agora de aquilo que era há anos atrás, pois se começou a "ouvir" mais a opinião do povo, o povo tem liberdade de expressão, direito a voto, etc., ou seja, quase tudo para conseguir que Portugal se torne um país melhor e mais justo. (Ana, 15 anos)

Algumas narrativas nacionais apresentaram-se com uma estrutura "completa", pois respeitaram as balizas temporais propostas e discutiram marcadores desse período, de forma relativamente interligada:

> Nos últimos cem anos Portugal presenciou vários acontecimentos. Por volta de 1910 Portugal deixou de ter rei e passou a ter um presidente, Teófilo Braga. Alguns anos mais tarde, por volta de 1950 [sic] Portugal começou a viver uma ditadura – o Salazarismo. Essa ditadura era governada por Salazar, onde ele era o chefe máximo da República, ninguém podia desobedecer às suas leis nem enfrentá-lo, pois ele castigava quem o fizesse. Mas em 1974 as forças da População revoltaram-se e exigiram liberdade, e assim foi, Portugal deixou de sofrer e passou a ser livre. Por volta dos anos 80 Portugal entrou na União Europeia como um país de boa situação económica. Ao longo desses anos até 2005 Portugal presenciou várias situações, como o assassinato de um Presidente do Partido Social Democrata [acidente (?) de aviação], e como ajudando a acabar com o terrorismo. Até cá, Portugal tem vivido uma crise. Também ao longo dos últimos cem anos a entrada da mulher no mercado de trabalho aumentou. (Nuno, 15 anos)

Surgiram ainda, mas raramente, algumas narrativas alternativas desfasadas do tempo proposto. O Bruno, por exemplo, fala que nos últimos cem anos se vivia a "época dos Descobrimentos", e "quem governou melhor o nosso país foi D. Afonso Henriques" [primeiro rei português, séc. XII].

No que diz respeito ao Brasil contemporâneo, a maior parte das narrativas dos jovens brasileiros apresentam uma estrutura narrativa fragmentada, com alusão a situações e eventos históricos mas sem marcos cronológicos precisos. Algumas destas narrativas tendem a acentuar uma comparação de situações no passado e no presente, por "temáticas" (conquista de direitos, melhoria de condições de vida…), e não por sequência cronológica ou alusão a marcos diacrónicos específicos. É disso o seguinte exemplo:

> Antes as mulheres não tinham o direito de votar, não podia fazer tudo o que queria, não tinha um bom salário, era o pai quem escolhia com quem a filha ia casar, falta de empregos, etc.
>
> Hoje em dia as pessoas já têm um emprego melhor, as mulheres já tem direito de voto, todas as pessoas quando completam 16 anos já podem votar, a mulher já pode escolher seu próprio marido, o salário já é melhor, tem mais empregos, etc.
>
> Antes também havia muitas pessoas racistas os negros eram chicoteados, comiam somente pão e água, não ganhavam salários, não tinham direitos.
>
> Hoje isso também mudou, todos os cidadãos têm direitos, seja negro, branco, mas também tem deveres, os negros hoje são bem tratados, além de ainda existir pessoas racistas, todos devem cumprir e exigir seus direitos.
>
> O Brasil já mudou muito de lá para cá, apesar de ainda haver muitas injustiças em nosso país, muitos políticos corruptos. Há muita coisa que o Brasil precisa mudar. (Rita, 14 anos)

A investigação também tornou perceptível que há tentativas de construção de narrativas em que o aluno apresenta uma narrativa emergente, centrada em marcos iniciais embora não situados cronologicamente, e 'saltando' quase de seguida para considerações quanto ao presente:

> No começo do século o clima político não estava bom, o Federalismo fortaleceu o poder das oligarquias porque atendiam o desejo dos cafeicultores paulistas, que apoiavam a queda da monarquia... O Brasil não teve grandes progressos por causa da corrupção política. Mas o Brasil também é um lugar bom com lugares maravilhosos e até bastante avançado, não tem tanta tecnologia, mas tem. O Brasil é um bom país, também já houve coisas boas nele como a queda do regime militar, e o Brasil também vem crescendo a cada ano. (Jéssica, 14 anos)

Mayara, de 13 anos, faz uma tentativa de igual teor, mas em alternativa aos últimos cem anos centra-se num segmento temporal anterior ao proposto e, de seguida, faz os seus comentários sobre o presente:

> O Brasil nestes últimos 100 anos passou por vários conflitos. Quando nós entramos na idade contemporânea a história se iniciou com a Revolução Francesa em 1879 se não me engano. Esse foi o período que criou a indústria, aumentou a tecnologia que provocou a evolução dos meios de comunicação. E foi nesse período que ocorreu a Independência da América Latina onde havia colônias. Além de que originou o crescimento das cidades, o livre arbítrio de exportação entre as colônias e o fim da escravidão. Até os dias de hoje, que já temos comércio livre, crescimento de emprego.

Em relação ao enredo substantivo das produções com nível narrativo, os alunos portugueses tenderam a destacar, como marcadores históricos, as rupturas políticas e militares (República, Ditadura, Revolução democrática de 1974), referindo algumas consequências sobretudo políticas e sociais desses momentos de ruptura. A ideia mais recorrente é a alusão a dois períodos temporais: "antes e depois do 25 de Abril". A ditadura de Salazar (aliada a repressão, censura, más condições de vida, com alusões em alguns casos à Guerra colonial) faz contraponto e é factor da consequente "Revolução dos cravos", que devolveu ao país a democracia, liberdade, melhores condições de vida e mais igualdade (inclusivé para a Mulher, em alguns relatos). Alguns alunos também referem a persistente crise económica no país. Estas narrativas assumem um modo descritivo-explicativo, e podem ser consideradas com relativa validade histórica.

Entre os jovens brasileiros, o marcador de mudança que mais se destacou na narrativa nacional foi a tríade "escravidão/ libertação dos escravos/racismo", que apareceu de forma recorrente e algumas vezes interrelacionada diacronicamente. Os jovens entendem o racismo em relação aos afro-descendentes como algo que tem a sua origem no passado da escravidão no Brasil e na forma como foram tratados após a libertação. Nesse sentido, utilizam a noção de causalidade e recorrem ao passado para explicar a experiência presente.

A colonização portuguesa, apesar de aparecer como marcador de mudança nas narrativas nacionais com uma elevada freqüência, é utilizada no sentido de contextualizar a história nacional com as suas origens, de forma algo crítica, como por exemplo, na narrativa da aluna Gisele, de 13 anos:

> Como todos sabem o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral. Quando ele chegou aqui só existiam índios e as florestas. Com a chegada dele, os índios foram obrigados a sair de suas terras.

Alguns marcadores são comuns aos jovens dos dois países, como é o caso da referência às duas guerras mundiais, como contexto da História do respectivo país, ou da melhoria de condições de vida, de liberdade e democracia recuperadas, e da crise económica (embora no âmbito de situações particulares distintas e com temporalidades diferentes). Mas há obviamente referências mais específicas a um ou a outro grupo. O quadro 1 apresenta os marcadores históricos mais frequentes encontrados nas produções dos jovens portugueses e brasileiros.

Quadro 1:

Principais marcadores da 'narrativa' nacional dos últimos cem anos, de jovens portugueses e brasileiros

Portugal, segundo os jovens portugueses	**Brasil, segundo os jovens brasileiros**
1. Rupturas políticas e militares, internas	1. Escravidão/ libertação dos escravos/ racismo/igualdade
2. Liberdade *versus* censura e repressão	2. Guerras e revoltas/violência (internas e externas)
3. Democracia *versus* ditadura	3. Tecnologia/Industrialização/ Desenvolvimento urbano
4. Problemas sociais *versus* melhoria de condições de vida	4. Colonização portuguesa *versus* Independência do Brasil
5. Guerras externas	5. Problemas sociais *versus* melhoria de condições de vida
6. Cooperação europeia	6. Mudanças de Governo, corrupção
7. Crise económica	7. Crise económica, dívida externa.
8. Colonialismo *versus* descolonização	8. Evolução dos direitos da Mulher
9. Conquista de direitos da Mulher	9. Democracia *versus* Ditadura
10. Emigração	10. Imigração

Este quadro fornece-nos, assim, pistas para entender algumas semelhanças e especificidades entre as ideias dos dois grupos de jovens:

1. Os jovens brasileiros focalizam-se nas questões do racismo, com raízes históricas assentes na escravidão e com a consciência de uma progressiva igualitarização nos direitos e nos costumes observados na actualidade, acentuando também problemas internos com revoltas, violência, corrupção e dívida externa; são também sensíveis à conquista da independência do país e liberdade, desenvolvimento tecnológico, industrial, urbano e social, numa teia que oscila entre o registo das dificuldades colectivas e o reconhecimento de uma melhoria das condições de vida.
2. Os jovens portugueses incidem mais nos momentos de ruptura aliados sobretudo às épocas de ditadura e democracia, bem como à entrada na comunidade europeia; censura, falta de direitos, más condições de vida, emigração e guerra colonial são associados aos tempos da ditadura, e constituem-se como factores que despoletam a Revolução de Abril que, por seu lado, traz consigo liberdade, mais igualdade e melhores condições de vida.

Assim, jovens portugueses e brasileiros são sensíveis a questões de liberdade e democracia, contra a violência, e lamentam ou criticam problemas sociais e económicos. Já o avanço tecnológico e industrial, bem como questões específicas de escravatura e de independência, são apenas realçados pelos jovens do Brasil. A questão colonial surge em espelho: os Portugueses (alguns, apenas) falam da recente Guerra Colonial em África e saúdam a descolonização pós-1974, os Brasileiros referem nas suas origens a colonização portuguesa e saúdam naturalmente a Independência do seu país.

História Global

Quanto às 'narrativas' do Mundo contemporâneo apresentadas pelos mesmos jovens, constatou-se que, em Portugal, elas assumiram geralmente uma estrutura menos elaborada do que as narrativas da História nacional - foram frequentes fragmentos genéricos, de senso comum, sobre o 'estado' do mundo, bem como listas de eventos sem respeito pela cronologia.

Surgiram algumas narrativas emergentes, com referências às guerras mundiais da primeira metade do séc. XX seguidas de acontecimentos recentes veiculados pela comunicação social, mas não se registou nenhuma narrativa 'completa' que considerasse, além de marcos iniciais e finais do período proposto, o espaço de tempo ocorrido entre esses marcos. Eis um exemplo de narrativa emergente de um jovem português:

> Nos últimos cem anos houve duas guerras mundiais. Na I Guerra Mundial (1914-18) o Império Austro-Húngaro lutou contra a França e a Inglaterra devido a conflitos de interesses. A II Guerra Mundial (1939-45) deveu-se ao facto de Adolfo Hitler ter invadido a Polónia e pretendido conquistar toda a Europa. Foi derrotado na Rússia devido ao frio e então suicidou-se. Por volta de 1991 deu-se a I Guerra do Golfo e em 2001 a II Guerra do Golfo. Em 11 de Setembro de 2001, em Nova Iorque, houve um ataque terrorista às Torres Gémeas, reivindicado pela Al Qaeda. (Carlos, 15 anos)

Nas narrativas mundiais dos jovens brasileiros, a estrutura mais frequente mantém-se ao nível de narrativas fragmentadas, com referências válidas mas sem uma sequência e localização temporal, como por exemplo na do Sebastião, de 13 anos:

> Nos últimos anos no mundo aconteceram muitas coisas como: Inventaram a bomba atômica, o celular, a televisão, o rádio. Teve as duas guerras mundiais, teve a guerra fria, teve o atentado às torres gêmeas, o primeiro homem a ir para a lua. Teve também o invento do carro, da moto, do trator, do caminhão. Clonaram pela primeira vez. Inventaram o helicóptero, o avião...

Observou-se, no entanto, um aumento de produções de estrutura narrativa da História Mundial face às narrativas nacionais, o que pode apontar para uma maior facilidade de inserção dos jovens na história mundial, estabelecendo causalidades entre acontecimentos, tais como a evolução tecnológica e a guerra, entre outros. Este aspecto é diferenciador entre as produções de jovens portugueses e brasileiros: os Portugueses substanciam mais a História nacional do que a mundial, os Brasileiros mostram-se mais atentos à História mundial do que à nacional.

Um dado recorrente nos relatos mundiais é a alusão à guerra, um dos principais marcadores de mudança quer nos relatos portugueses quer nos brasileiros. Há com muita freqüência um sentido de conflito atribuído ao passado. Uma outra ideia que também confere frequentmente um sentido ao passado é a de desenvolvimento da tecnologia. Mas predominam as guerras, revoluções e violência nestes relatos, o que poderá demonstrar uma grande influência da historiografia e consequente transposição para os currículos e manuais didácticos utilizados, e também a influência dos *media*, que dão oportunidade de acompanhar a transmissão ao vivo de guerras no Afeganistão, Iraque, Médio Oriente... De forma recorrente aparece também o terrorismo, que é uma outra forma de conflito presente no noticiário quotidiano, juntamente com as catástrofes naturais e desastres ecológicos, que também aparecem com frequência nos relatos dos jovens. Tanto o terrorismo quanto as catástrofes naturais aparecem mais como lista de acontecimentos do que em narrativas globais e mais elaboradas.

Nas narrativas apresentadas pelos jovens dos dois países poucas personagens individuais aparecem: para os Portugueses, a história é feita por momentos de ruptura e processos de média duração em que os indivíduos têm pouco protagonismo. As personagens que são mencionadas assumem sobretudo o papel de 'vilões' ou de vítimas: o ditador Salazar, o rei D. Carlos assassinado (1908), ou D. Manuel II, o último rei deposto e exilado (1910). As poucas personagens que se afiguram simpáticas, à excepção dos primeiros presidentes da República, situam-se na actualidade, recebendo notoriedade no campo do desporto, da política e da literatura, sobretudo pela comunicação social e não tanto pela aula de História: Figo, Mário Soares, Jorge Sampaio, Saramago…

Para os Brasileiros, são também escassos os protagonistas individuais, e as menções vão sobretudo para aqueles heróis do desporto veiculados pelos *media*, como Airton Sena e Pelé. No plano internacional, os Portugueses identificam espontaneamente vilões da História como Hitler e Mussolini, ou ainda, na actualidade, Bin Laden, Sadam Hussein, e também "vítimas" como o Arquiduque Francisco Fernando da Áustria e o Papa João Paulo II, que foram alvo de atentados, ou Maradona, grande futebolista mas com problemas de adição à droga. Como referências individuais dos tempos da actualidade, os Brasileiros "elegem" o Papa, o Presidente dos Estados Unidos e Bin Laden. Para os jovens dos dois lados do Atlântico, parecem ser principalmente os agentes e actores colectivos – os povos - que mudam os tempos e simultaneamente sofrem ou usufruem das mudanças de que se vão apropriando.

Esquema narrativo e função social: mensagens nucleares e sentidos de mudança

Procurou-se ainda analisar os dados seguindo a proposta de encontrar as mensagens nucleares das narrativas, independentemente do seu grau de elaboração estrutural, correcção e completude (Wertsch, ibid.). Acerca dos sentidos globais atribuídos à História contemporânea os jovens portugueses pareceram apresentar- nos, tendencialmente, a seguinte mensagem nuclear:

> Em Portugal, temos liberdade e evolução de condições de vida (mas também uma crise económica); lá fora, pelo Mundo, há avanço tecnológico (e científico) mas também guerras, terrorismo, problemas ambientais e catástrofes naturais.

Com efeito, os jovens portugueses deram-nos da História à escala nacional uma narrativa de progresso social e político: a conquista da liberdade (1974) após o período da ditadura – mesmo até nas listagens de eventos sem teor narrativo - e referindo, por vezes, a coexistência actual de democracia e crise económica. O que se passa no Mundo parece ser concebido, quase sempre, como algo exterior bem mais desconfortável, assustador até, do que o que se passa no 'nosso cantinho', embora uns poucos alunos integrem na narrativa mundial elementos da História portuguesa.

Entre os jovens brasileiros, a mensagem nuclear global da História Contemporânea parece ser mais interligada com a do seu próprio país, e deste tipo:

> No Brasil temos evolução de costumes, progresso tecnológico e industrial, liberdade, futebol, mas também temos violência urbana, conflitos, corrupção, miséria; e pelo Mundo há igualmente conflitos -guerras e terrorismo – e ainda desigualdades entre países e catástrofes naturais, mas também há avanço tecnológico e científico, evolução de costumes e preocupações ecológicas.

No sentido dado ao passado nacional pelos jovens brasileiros, aparece de forma recorrente a ideia de evolução da tecnologia, ligada ao progresso da ciência e da indústria, bem como a evolução dos costumes. Esta predominância pode levar-nos a inferir que, na temática relacionada com a tecnologia, os jovens têm uma clara percepção de que o país tem evoluído de forma significativa e que esta evolução é uma construção histórica do homem. Para exemplificar uma narrativa que insere o passado nacional nesta perspectiva, leia-se a de Mayara, anteriormente citada. Esta incidência poderia levar ao questionamento: por que se manifesta tão fortemente esse quesito e não tanto em relação a outros marcadores, como por exemplo, a perda e recuperação da liberdade após a ditadura ou a questão da mulher e suas conquistas, que apareceu pouco significativamente?

Na mensagem nuclear das histórias do mundo surge alguma relação com as histórias do país: desenvolvimento tecnológico tal como violência acontecem à escala nacional e mundial; a desigualdade entre países provoca problemas de vários tipos, desde a guerra a dificuldades sociais e dívida externa, como no caso do Brasil perante os Estados Unidos.

Se analisarmos as ideias sobre mudança indiciadas nas produções, parece visível que os jovens têm da História à escala nacional uma narrativa de progresso. Nos dois grupos de jovens há um sentido de mudança positivo, com crença no progresso, embora frequentemente matizado por problemas de ordem vária:

a) - Os Portugueses acentuaram a evolução social e política, a conquista da liberdade em 1974 após o período da ditadura, referindo por vezes a coexistência actual de democracia e crise económica. A mudança no país é concebida em sentido crescente, com carácter de progresso linear, segundo uns, ou equilibrando-se com aspectos positivos e negativos, segundo outros. Essa mudança constitui-se como resultado de marcos sócio-políticos. Vejam-se, como exemplos, as narartivas da Ana e do Nuno, atrás apresentadas. Nestes marcadores, encontram-se laços significativos entre o presente, o passado e o futuro de uma comunidade, a portuguesa, e os jovens sentem-se parte dessa comunidade de cuja herança cultural beneficiam. A identidade nacional aparece abertamente, numa narrativa que saúda a liberdade, e que poderá ser inspiradora para as suas acções na vida quotidiana. Mas a atitude de espectadores da História a que os jovens parecem remeter-se fará deles seres passivos, sem problematizarem o que há para mudar. Esta função social da História que constroem poderá ser preocupante. Em relação à História à escala global, os jovens portugueses dão-nos uma visão menos optimista: um conjunto de guerras, ataques terroristas e desastres ecológicos, por vezes em simultâneo com progresso científico e tecnológico. A mudança no Mundo é, assim, vista em sentido negativo, nuns casos de forma linear, noutros de forma mais equilibrada, com aspectos negativos mas também positivos. As mudanças tendem a ser vistas como o resultado de acontecimentos políticos de ruptura e de situações socio-culturais com duração mais longa.

b) - Os jovens brasileiros vêem igulamente o passado nacional como esperança para o presente e futuro, uma ideia que implicitamente emerge com significativa freqüência nas narrativas nacionais. Mas estas narrativas levam a inferir que o jovem enquanto ser histórico se inclui nesse meio e aí está para viver a sua vida, bem como para exercer os seus direitos ao trabalho, educação, saúde, e participar na construção de um país melhor, mostrando um equilíbrio entre perspectivas boas e ruins, como sugere a narrativa de Claudiane, de 14 anos:

> O Brasil já teve muitas modificações, uma foi com a indústria, desde as máquinas a vapor. O Brasil já passou por muitas crises e tudo isso influencia como diz o ditado 'o passado faz o presente' enfim tudo o que os da geração passada fizeram está aqui nos ajudando ou prejudicando agora. Muitas brigas, guerras fez com que nos mostrasse o que agora vivemos. Se fosse para mostrar tudo o que o Brasil tem de bom eu demoraria bastante e o de ruim também...

Ou a de Alessandra, de 14 anos:

> Acho que eu contaria sobre a dívida do Brasil para os países estrangeiros como: Estados Unidos. Por causa que o nosso país deve muito e se pagar toda a dívida não haverá dinheiro para investimentos, obras e providências que o governo deve tomar para ter trabalho para as pessoas poderem ganhar dinheiro para sustentar-se. Mas também, caso contrário nosso País nunca poderá ser independente e sim dependente.

Nestes marcadores, existe o estabelecimento de nexos significativos entre o presente, o passado e o futuro. Portanto, poder-se-á afirmar que estes nexos constroem uma certa ideia de continuidade, dado que as relações entre essas três dimensões temporais aparecem organizadas nas narrativas. Quanto às ideias de mudança global, há um sentido ora pessimista, quando relevam a violência de vários tipos, ora de optimismo, quando se orientem para referências ao desenvolvimento. Estas ideias organizam-se numa direcção linear, nos casos em que apenas acentuam um vector de mudança, ou sugerem uma perspectiva mais equilibrada quando referem ou até discutem aspectos positivos e negativos da mudança no Mundo.

A função social destas narrativas parece ser a de promover a intervenção dos jovens na sociedade, vista numa relação de escalas nacional e global. Os jovens brasileiros poderão mostrar-se menos ligados à identificação de datas do que os portugueses, mas mostram uma atitude mais dinâmica face ao presente e futuro.

Algumas reflexões e indagações para o futuro

As tendências encontradas nas produções destes jovens – no Brasil e em Portugal - poderão lançar possibilidades de problematização da função social que a disciplina de História está a veicular, num e noutro país:

1. A identidade nacional dos jovens portugueses e brasileiros mostra-se explícita, positiva, sem apresentar contornos fechados em torno de valores de pertença exclusivistas, como aconteceria, por hipótese, se na sociedade prevalecesse o ideário anti-democrático difundido obrigatoriamente na escola e nos *media* algumas décadas atrás (meados de anos 20 até quase meados dos anos 70, em Portugal; meados dos anos 60 até quase finais dos anos 80, no Brasil). Note-se que este resultado contrasta com o que Wertsch (ibid.), encontrou entre os jovens russos: apesar das profundas mudanças ocorridas na Rússia, a mensagem nuclear desses jovens mantém-se semelhante à tradicional e apresentada pelos adultos, embora de forma menos estruturada – um país que resiste corajosamente a ataques do exterior. Nas produções brasileiras e portuguesas, o 'Outro' maléfico é sobretudo endógeno (embora no Brasil se registe a consciência da dívida externa), e é por acção dos nacionais que alguns problemas se criam e outros se ultrapassam. No sentido de intervenção social, emergem diferenças de perspectivas entre Brasileiros e Portugueses, pois os primeiros sentem-se agentes de mudança enquanto os segundos tendem a adoptar uma postura de herdeiros dos benefícios conseguidos pelas gerações anteriores.
2. Se a identidade nacional surge de forma evidente e natural nas produções dos jovens, no caso das produções portuguesas ela aparece delineada numa narrativa com contornos estruturados e situados cronologicamente; já na produção dos jovens brasileiros ela é indiciada numa narrativa fragmentada, com marcos cronológicos quase sempre vagos, ausentes ou desfasados do segmento temporal em discussão.
3. Nas narrativas nacionais, há dimensões a que os jovens dos dois países aderem, sobretudo relacionadas com direitos humanos de liberdade, igualdade, bem estar social; mas são as especificidades das suas mensagens nucleares que levantam interessantes pistas para indagações futuras, relacionadas com os horizontes de futuro que em cada um destes países implicitamente se transmitem aos jovens: os Portugueses cantam os seus feitos políticos e sociais, mesmo os de um passado quase presente, e apenas em parte dos casos surge como apontamento uma breve preocupação com as questões económicas; os Brasileiros focalizam o movimento tecnológico e industrial a par das lutas anti-segregacionistas, integrados nas expectativas de uma vida melhor e de desenvolvimento no futuro, e discutem por vezes as vias para esse desenvolvimento. Será, no primeiro caso, a voz de uma jovem nação, auto-confiante mas crítica, quanto às suas potencialidades no futuro; e será que, no segundo caso, é a voz de uma cansada e pequena nação da Europa, fascinada pelo seu passado, adormecida quanto às questões do presente que não quer e/ou não sabe enfrentar objectivamente?
4. As produções brasileiras referentes à História do Mundo surgem frequentemente mais estruturadas do que as histórias nacionais, embora situando-se sobretudo no nível da narrativa fragmentada. Surgem com frequência referências à inter-relação de países para o pior e para o melhor (ultrapassando a simples alusão a situações de guerra). Tal pode indiciar uma postura inter-identitária, em que o jovem se vê como cidadão do país e do mundo. As produções portuguesas, por seu lado, aparecem fragmentadas, pouco substanciadas e muito menos estruturadas do que as nacionais, comprometendo uma perspectiva de desenvolvimento da identidade 'planetária', que será desejável também promover. Neste sentido, haverá nos jovens portugueses uma identidade mais auto-centrada do que nos jovens brasileiros.
5. Os sentidos de mudança na História, implícitos nos relatos dos jovens brasileiros e portugueses, apontam para ideias que não se reduzem a cenários lineares de progresso ou declínio: parte deles mostra consciência de que a história humana é feita de aspectos positivos e negativos, e que podem ser relativizados conforme os interesses e os pontos de vista. Estas visões indiciam que tanto no Brasil como em Portugal a História ultrapassou já uma visão cristalizada e redutora da realidade, abrindo caminho à compreensão da complexidade.
6. A voz que os jovens nos transmitem é construída socialmente sob influências múltiplas: se a escola, e a aula de História em particular, tem responsabilidade nas aprendizagens dos jovens, tais agentes são por sua vez permeados pela mentalidade que atravessa a sociedade. Nas famílias, nos *media*, nos contextos culturais em que crianças e jovens se movem, poder-se-á encontrar algumas destas mensagens nucleares aqui discutidas.
7. As personagens individuais são pouco mencionadas nos dois países, e o seu protagonismo histórico surge sobretudo pela negativa, à excepção de alguns 'heróis' mediáticos. Tal poderá significar apenas o reduzido grau de significância positiva atribuído ao papel de personagens individuais na História, uma vez que um outro estudo indiciou que os jovens apresentam as suas escolhas de heróis e vilões da História, quando expressamente solicitados para tal (Chaves, 2006). Portanto, há que questionar: como poderão os jovens pensar o seu papel na sociedade se a participação individual não é discutida, e valorizada também pela positiva, no âmbito do Ensino da História?

Os resultados deste estudo empírico sobre consciência histórica de jovens portugueses e brasileiros, como já se acentuou, não são generalizáveis quer pela natureza do estudo quer pelas contingências de tempos e espaços em que a recolha de dados foi feita. Mas fornecem-nos alguns indícios, e necessário se torna problematizar, em conjunto com formadores e professores de História de ambos os países, os múltiplos significados inerentes aos retratos do passado contemporâneo construídos por estes jovens. Desse modo, partilhando os princípios de uma educação histórica aberta a identidades múltiplas, ao desenvolvimento sustentado e a usos da História que ajudem a criar cenários realistas do futuro, talvez seja possível contribuir para a consciencialização dos caminhos que temos e que queremos ajudar a trilhar.

Referências

Barca, I. & Magalhães, O. (2005). A bridge between the past and the present? The perspectives of Portuguese young people. Comunicação apresentada ao *International Perspectives on History Teaching Symposium, American Educational Research Association AERA Meeting*, Montreal, Canadá.

Barton, K. (2001). Ideias das crianças acerca da mudança através dos tempos: resultados de investigação nos Estados Unidos e na Irlanda do Norte. In Barca, I. (Org). *Perspectivas em educação histórica*. Braga: CIEd, Universidade do Minho, (pp.55-68).

Castro, J. (2006). *A interculturalidade e o pensamento histórico dos jovens*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho.

Chaves, (2006). A Significância de Personagens Históricos na perspectiva de alunos portugueses e brasileiros. Tese de Mestrado apresentada à Universidade do Minho.

Compagnoni, A., Fernandes, L., Nette, A., Theobald, H. & Schmidt, M. A. (2006). Perspectivas da Consciência Histórica em Jovens Brasileiros. In *Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Ensino da História* - ENPEH. Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais, (pp. 1-13).

Gago, M. (2007). *Consciência histórica e narrativa na aula de história: concepções de professores*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho.

Lee, P. (2002). 'Walking backwards into Tomorrow': Historical Consciousness and Understanding History. http://www.cshc.ubc.ca (consultado na Internet em 26 de Maio de 2008).

Pinto, H. (2008*). "Já tinha passado aqui tantas vezes... e nunca reparei naquela casa antiga!": Alguns dados sobre evidência patrimonial em Educação Histórica.* Comunicação apresentada às VIII Jornadas Internacionais de Educação Histórica, UFC, Fortaleza CE.

Rüsen, J. (2001). Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Sanches, G. (2008). *Concepções de alunos sobre a significância histórica no contexto da história contemporânea de Cabo Verde.* Tese de Mestrado apresentada à Universidade do Minho.

Schmidt, M. A. & Garcia, T. B. (2007). O trabalho com objetos e as possibilidades de superação do sequestro da cognição histórica: estudo de caso com crianças nas séries iniciais. In M. A. Schmidt & T. B. Garcia (Org.), *Perspectivas de investigação em educação histórica*. Curitiba, PR: Editora UTFPR, (pp. 52-67).

Simão, A. C. (2007). *A construção da evidência histórica: concepções de alunos do 3.o ciclo do ensino básico e secundário*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho.

Werstsch, J. (2004). Specific Narratives and Schematic Narrative Templates. In P. Seixas (ed.), *Theorizing Historical Consciousness*. Toronto: University Toronto Press, (49-63).

Ideias de alunos cabo-verdianos e portugueses sobre identidade e interculturalidade – estudos em significância histórica1

Júlia Castro
Universidade do Munho;Centro de Investigação em Educação; Bolseira da F.C.T.
julia.isabel.castro@gmail.com
Graça Sanches
Universidade do Minho; Ministério da Educação de Cabo
piteupipau@hotmail.com

Resumo: Em dois estudos independentes mas partilhando o mesmo enquadramento teórico e metodológico analisaram-se, numa abordagem qualitativa, as ideias de alunos cabo-verdianos (N=60) e alunos portugueses (N=130) em torno da significância de acontecimentos históricos (um conceito explorado em educação histórica), em conexão com a matriz conceptual da multi/interculturalidade (que emerge do quadro teórico da Educação intercultural).

As tarefas propostas aos alunos, apoiadas por fontes históricas primárias e secundárias, com visões diferenciadas, solicitavam aos alunos que argumentassem em torno de acontecimentos valorizados na História nacional de cada um: a alunos de História no final do ensino secundário (12º ano) em Cabo Verde, a problemática do significado da sua independência, a partir de três fontes; em Portugal, no estudo com alunos do ensino secundário (11º ano) foi apresentado um par de fontes históricas sobre os contactos entre Portugueses e Japoneses no séc. XVI. O cruzamento dos dados destas duas investigações sugere uma associação ao nível do pensamento histórico dos alunos cabo-verdianos e portugueses: em alguns jovens, emerge uma significância histórica de tipo fixo e linear acompanhada de noções de identidade exclusiva (marcada por uma atitude auto e etno - centrada), ligada sobretudo à ideia de Diferença; em jovens que revelam uma significância histórica contextualizada e flexível, ela é acompanhada de noções de identidade aberta, ligada a conceitos de diversidade e de relação entre os seres humanos (próxima de uma atitude intercultural). Os resultados serão discutidos considerando um diálogo conceptual possível entre a educação histórica e a educação intercultural, considerando especificidades identitárias de cada povo e integrando também a ideia de uma inter-identidade à escala humana, sem branqueamentos da História e numa busca de Relação cooperante.

1 Estudo realizado no âmbito do Projecto HICON - Consciência Histórica - Teoria e Práticas (II), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Introdução

No âmbito do Projecto HICON (Consciência Histórica –Teoria e Práticas II, (a desenvolver entre 2007 e 2010, e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia), o presente trabalho discute as ideias de alunos em torno da significância histórica, enquanto conceito epistemológico da História e a hipótese da sua conexão com o quadro conceptual da multi /interculturalidade.

A discussão dos referentes de natureza teórica é acompanhada pela apresentação de dois estudos empíricos independentes, que partilhando o mesmo enquadramento teórico e metodológico analisaram as ideias de jovens portugueses e cabo- verdianos em torno da significância de acontecimentos e personagens históricas2.

Ambos os estudos propuseram tarefas aos alunos de ambos os países apoiadas em fontes primárias e secundárias com diferentes perspectivas, solicitando uma argumentação em torno de acontecimentos e personagens da história de cada país.

Os dados destes estudos sugerem a emergência, no pensamento histórico de alguns jovens, de uma significância fixa e linear ligada à noção de identidade fechada marcada pela ideia de diferença e revelando um posicionamento auto e etnocentrado, enquanto outros apresentam ideias que revelam uma significância contextualizada e mais flexível, aproximando-se de uma noção de identidade pontuada pelos conceitos de relação e diversidade, e daí emergindo um posicionamento próximo da ideia de interculturalidade.

Interculturalidade e a compreensão histórica dos jovens

A abordagem intercultural no contexto da investigação sobre cognição histórica tem procurado constituir uma proposta inter-relacionada, fundamentada na investigação empírica, para os enfoques predominantes na sala de aula de História, centrados apenas no conhecimento substantivo sobre outras culturas e/ou comunidades. As abordagens a diversas culturas, quando são próximas do seu folclore, sublinham com frequência as diferenças e os estereótipos sobre as pessoas dessas culturas, no presente como no passado. Aliada a uma ideia de cognição histórica mais sofisticada, marcada pela importância crucial das ideias 'de segunda ordem', enquanto elementos fundamentais na construção do conhecimento histórico, a abordagem intercultural abre uma possibilidade a uma compreensão mais aprofundada da complexidade das sociedades e da diversidade das formas como os seres humanos interagiram entre si ao longo do tempo.

Os jovens são confrontados na sala de aula de História com a ideia de relação entre as pessoas e a forma como essas relações influenciaram a diversidade existente no passado e no presente. As múltiplas perspectivas dessa ideia de relação incluem concepções que partem de situações históricas diversas onde se inscrevem as situações de conflito e de diálogo.

A História, enquanto disciplina, não pode ser um repositório do exótico, do estranho, ou do incomensuravelmente distante, sob pena de: Colocar as diferenças fora de qualquer contexto, como objectos expostos num museu, à vista daqueles que apenas daí retiram um prazer estético (Abdallah-Pretceille, 1996, p.63). Trata-se de alargar o âmbito da disciplina de História à ideia de uma educação histórica onde se perspective de forma aberta, mas coerente e objectiva, a forma como o Outro é visto e interpretado, algo que está também no âmago da educação histórica, tal como concebida actualmente.

A ideia de uma educação histórica que possibilite o confronto com diferentes perspectivas permitirá olhar as interacções entre os seres humanos como um factor essencial para a compreensão da universalidade da humanidade. Para Cardoso (2001) só esta forma de encarar a História é intercultural.

Independentemente da discussão sobre as funções e objectivos da disciplina de História, sejam elas intrínsecas ou extrínsecas à própria História (o ensino desta disciplina por si só ou um ensino relacionado com os programas de educação para a cidadania), é fundamental recentrar a discussão na necessidade de investigação e reflexão sobre os quadros conceptuais dos jovens e os que são utilizados na disciplina, os quais, embora não possam ser definidos como conceitos da natureza da História, interagem com a sua compreensão de forma dinâmica.

Apesar deste quadro conceptual (diversidade, relação e universalidade) ser aparentemente externo aos debates sobre a natureza da História, o status inerente a estes conceitos sugere uma proximidade ao status proposto por Lee e Ashby (1984) e Lee (2004), para as ideias históricas de segunda ordem. De facto, enquanto ideias que estruturam e dão forma ao processo de compreensão do Outro, elas constituem parte do aparato essencial utilizado para explicar as interacções das pessoas no tempo.

O desenvolvimento de uma consciência histórica consistente e complexa constitui um desafio ao nível da educação histórica dos jovens. O desenvolvimento gradual de um quadro do mundo consistente, com ideias relacionadas com uma significância histórica flexível, mas fundamentada através da interpretação de fontes com diferentes perspectivas permitirá o desenvolvimento das competências necessárias para olhar e melhor compreender a alteridade das pessoas em diferentes tempos e culturas (Barca e Castro, 2008). O desafio desta proposta encontra-se num tipo de indagação fundamentada, também, na noção de interculturalidade, ou seja, procura-se a compreender a construção dos processos relacionais e não apenas as estruturas culturais e sociais particulares, num inter-relacionamento que se pode considerar de natureza histórica.

A abordagem intercultural, enquanto inspiração para um questionamento ligado à cognição histórica, abre novas perspectivas propondo algumas questões à investigação sobre a compreensão histórica dos jovens.

---

2 O presente trabalho resulta de uma síntese que procurou colocar em diálogo os dados das seguintes investigações: Castro, J. (2006). Interculturalidade e o Pensamento Histórico dos Jovens. Tese de Doutoramento. Braga : Universidade do Minho; Sanches, G. (2008). Concepções de alunos sobre a Significância da História Contemporânea : Um estudo com alunos de uma Escola Secundária de Cabo Verde. Dissertação de Mestrado. Braga : Universidade do Minho.

A Significância Histórica – breve abordagem

A Significância histórica é consensualmente considerada como uma ideia de segunda ordem com enorme complexidade. A sua aproximação, ao nível do senso comum, como a ideia de importância ou relevância, torna esta ideia enganadoramente reconhecível.

A significância história varia de aluno para aluno, tendo em conta as diversas formas interpretativas, os seus valores e as ideias que possuem, resultando em formas próprias de compreensão de atribuição de significâncias específicas à História. Essas formas próprias de compreensão de cada aluno resultam das experiências vividas na escola, dentro e fora da sala de aula, provenientes da família, da ficção histórica produzida pelo cinema e pela televisão, das comemorações e efemérides (Seixas, 1997). Estes meios de obtenção da informação convocam para os processos cognitivos dos alunos, concepções sobre o significado e o sentido do conhecimento histórico.

A significância em História é uma das áreas de investigação em Educação Histórica que tem contado com vários contributos de investigadores ingleses, norte americanos, espanhóis e mais recentemente portugueses.

O conjunto dos trabalhos sobre esta ideia tem seguido dois percursos investigativos convergentes:

- O primeiro, constituído pelos estudos dos investigadores americanos, focalizado na significância que os alunos atribuem a determinados acontecimentos ou processos históricos no contexto global da disciplina de História, ou ainda relacionadas com os dados que outras fontes de informação lhes proporcionam (tais como a família, os média, os museus etc.). Deste conjunto de estudos destacamos os trabalhos de Peter Seixas no Canadá (1994,1997,1998), de Barton (1999) e Barton e Levstick (1998 e 2001) nos E.U.A.

- O segundo percurso de investigação, mais ligado aos estudos sobre cognição histórica, no Reino Unido, e do qual se destaca o trabalho de Lis Cercadillo (2001), centra-se numa abordagem desta ideia de segunda ordem partindo da investigação em torno dos processos de compreensão histórica dos alunos, em padrões mais ou menos sofisticados. Esta linha de investigação tem procurado explorar os núcleos conceptuais que compõem a ideia de significância considerando a teorização sobre modelos de progressão conceptual em educação histórica, discutidos especialmente por Lee e Ashby (2002), Lee (2005) e Barca (2000).

Ambas as correntes de investigação têm produzido estudos, de base empírica, cujos dados apontam para o facto desta ideia de significância ser estruturante na forma como os alunos pensam historicamente. Considerando a importância desta ideia nos processos de compreensão histórica dos jovens Lee, Ashby e Dickinson (2001) sublinham o seguinte:

> The central matter […] is that students understand how and why things can be important in the past. This means not just learning that certain events or processes were important, but also how notions like significance and importance work in the discipline of history […]. Understanding history makes it possible to attribute significance to elements of the past (pp.202-203).3

Lee, Ashby e Dickinson (2001) 4 ao enfatizar a importância dos dados da investigação de Lis Cercadillo (2001) sobre as ideias dos alunos ingleses e espanhóis sobre a significância em História, colocam em simultâneas questões clarificadoras em torno desta ideia de segunda ordem.

Para estes investigadores é necessário atender às seguintes questões quando se aborda a significância histórica: Que tipo de significância?; Para quem?; Para que tema?; Para que período temporal? Para que questão? (Lee, Ashby e Dickinson , 2001 p. 201).

Estas questões apontam para uma tipologia (que ultrapassa a natureza substantiva) onde se inscrevem, entre outros, os seguintes argumentos e possibilidades: alguns acontecimentos, acções ou processos tiveram determinada significância para as pessoas daquele tempo, contudo a avaliação que os seus contemporâneos fizeram pode ser diferente daquela que os historiadores fizeram posteriormente; alguns acontecimentos, ou processos podem adquirir significância de acordo com os nossos interesses no presente; o mesmo acontecimento pode ter diferentes significâncias considerando diferentes temáticas ou períodos temporais (Lee, Ashby e Dickinson, 2001).

Considerando este enquadramento teórico, a investigação em Portugal em torno da significância histórica tem sido inspirada na convergência existente entre a investigação produzida no Reino Unido e a investigação produzida nos E.U.A e no Canadá. As questões lançadas por estas duas tendências investigativas estiveram na base do trabalho de Monsanto (2004) sobre as concepções de jovens portugueses acerca da significância no contexto da História de Portugal, e de Chaves (2006) sobre a significância atribuída por jovens portugueses e brasileiros a determinadas personagens históricas.

Nesta sequência, a síntese dos dois estudos apresentados neste trabalho assumiram o enquadramento teórico assinalado, inspirando-se mais especificamente nos estudos de Seixas (1994, 1997) e Cercadillo (2001), quer ao nível dos modelos de progressão apresentados, quer ao nível das questões de investigação colocadas, que foram respectivamente as seguintes:

---

3 A questão fundamental é que os alunos compreendam o como e o porquê de certos acontecimentos ou processos serem importantes no passado. Isto significa não só aprender que certos acontecimentos e processos foram importantes, mas sobretudo, que compreendam como é que noções como significância e importância funcionam na disciplina de História [...]. Compreender História torna possível atribuir significância a elementos do passado (Lee, Ashby e Dickinson, 2001, pp. 202- 203).

4 Este artigo dos investigadores do Reino Unido debruça-se sobre a revisão crítica do trabalho de Arthur, J e Phillips, R.(Eds.). (2000). Issues in History Teaching. London: Routledge.

Questões de investigação do estudo com jovens portugueses sobre Interculturalidade e pensamento histórico:

- Existe uma ligação entre as ideias meta - históricas (empatia e significância) e as ideias de diversidade, relação, e universalidade?

- É possível estabelecer um modelo de níveis de progressão do conhecimento histórico dos alunos que, em simultâneo, informe sobre a progressão da compreensão do conceito de interculturalidade?

Questões de investigação do estudo com jovens caboverdianos squanto às suas. Concepções sobre a Significância da História Contemporânea :

- Quais as referências conceptuais dos alunos sobre personagens que se considerem significativas para a História Contemporânea de Cabo Verde?

- Como avaliam os alunos acontecimentos contemporâneos da História como a Independência de Cabo Verde?

Metodologia dos estudos empíricos

A análise de dados dos dois estudos seguiu uma metodologia de base qualitativa, inspirada no método indutivo da Grounded Theory, uma abordagem frequentemente utilizada na investigação em Educação Histórica.

Participantes

No estudo com jovens portugueses participaram 130 alunos com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos , a frequentar o ensino secundário (10º, 11º e 12º anos) em 7 escolas situadas no norte de Portugal.

No estudo com jovens caboverdianos participaram 60 alunos com idades compreendidas entre os 17 e os 21 anos, a frequentar o 12º ano numa escola secundária da cidade da Praia.

Instrumentos e procedimentos

No estudo com jovens portugueses foi pedido aos alunos, através de duas tarefas de papel e lápis seguidas de uma entrevista, que argumentassem sobre a significância de duas situações históricas patentes em dois pares de fontes primárias; a primeira entre Portugueses e Japoneses no século XVI; a segunda entre Portugueses e Franceses durante as invasões francesas da Península Ibérica no século XIX (Anexo I).

No estudo com jovens caboverdianos foi pedido aos alunos, através de uma tarefa de papel e lápis dividida em duas partes, que perante um conjunto de imagens de personalidades ligadas a Cabo Verde e outras ligadas a diferentes países com relevância internacional em diferentes áreas, seleccionassem as personagens que consideravam mais significativas para a História de Cabo Verde; uma segunda questão pedia aos alunos que argumentassem em torno da relação das personagens não seleccionadas e a História de Cabo Verde. Na segunda parte da tarefa era pedido que seleccionassem os textos a favor do colonialismo e a favor da descolonização. Foi ainda pedido a estes alunos que construissem um conjunto de argumentos sobre o direito à independência de Cabo Verde no contexto das relações entre países e povos, (Anexo II).

Análise de dados

Em ambos os estudos o processo de análise procurou identificar padrões de ideias relacionados com a significância, considerando os pressupostos das investigações conduzidas por Lee e Ashby (2002), Lee (2005) e Lis Cercadillo (2001) bem como uma abordagem perspectivada em torno do quadro conceptual de multi e interculturalidade.

Análise de dados do estudo com alunos portugueses

Através de um processo de codificação aberta, axial e selectiva emergiram dimensões (construtos) que originaram, no caso do estudo com jovens portugueses, um modelo conceptual de progressão seguindo a abordagem proposta pelos estudos já mencionados.

As dimensões usadas (construtos) no estudo com jovens portugueses foram as seguintes:

Uso da informação;

2- Ideias sobre significância;

3- Ideias sobre empatia (perspective taking);

4 - Ideias sobre diferença, relação, diversidade e universalidade.

Assim, as ideias destes alunos situam-se em padrões que vão de um pensamento histórico menos elaborado para mais elaborado empregando noções de significância bem como de diferença, diversidade e relação:

1. Compreensão restrita;
2. Compreensão emergente condicionada;
3. Compreensão emergente descentrada;
4. Compreensão descentrada;
5. Compreensão descentrada integradora.

Num nível de compreensão restrita as ideias dos alunos centram-se numa descrição fixa dos acontecimentos. A descrição relativa à mensagem das fontes apresentadas ocupa um lugar central. Neste processo, a versão apresentada (materiais históricos utilizados) emerge com uma autoridade inquestionável O conceito de outro tende a ser objectivado; a

diferença ocupa o centro da atenção, através de comparação e numa posição auto e/ou etnocentrada e presentista pelo que as ideias emergem em torno da multiculturalidade.

A Sara, o Celso, e a Ana deram as seguintes respostas:

Sara

As diferenças que existem entre estes documentos é que os Franceses são mentirosos e no documento 1 o povo era muito malcriado.

Celso

Estas descrições demonstram a realidade tal como ela era.

Ana

A cultura dos Portugueses é melhor do que a dos Japoneses

No nível da compreensão emergente condicionada Apesar de o acontecimento continuar a ocupar o centro da atenção do aluno, há uma procura do peso causal centrado na procura de modelos justificativos, de cariz simbólico. Contudo, o cruzamento de fontes é ainda frágil e continua a não ser considerado o contexto, embora possam surgir referências à autoria das mesmas. Pode encontrar-se uma posição pendular entre uma atitude etnocentrada e uma posição auto-centrada. A ideia de diferença está muito presente nas respostas destes alunos, não ultrapassado uma visão multicultural.

A Ana, a Jennifer e a Natália deram as seguintes respostas:

Ana

Com este texto os outros países ficaram com má impressão de Portugal. Para que tudo tivesse sido correcto deveriam ter sido referidos aspectos positivos e negativos de cada cultura e não os aspectos positivos dos japoneses e os negativos dos portugueses.

Jennifer

O Rei português deve ter apoiado muito o seu povo quando teve conhecimento daquilo que os outros pensavam dele, porque o Rei é uma figura patriótica, por isso apoia sempre o seu povo.

Natália

Os autores descreveram os povos desta forma porque eles eram realmente diferentes de nós. Eles faziam comparações entre a sua cultura e a dos outros. É preciso conhecer para se poder julgar os outros povos.

No nível de compreensão emergente descentrada emerge um posicionamento crítico em relação às fontes, com selecção de informação. Poderá surgir uma análise multisignificante, mas ainda constrangida por ideias ligadas ao presente. Emerge, embora de forma muito oscilante, uma abordagem dinâmica do conceito de Diversidade (afastado do conceito de Diferença). Nestes padrões de ideias, surgem algumas noções implícitas de Interculturalidade.

O Vitor, a Sónia, e o Nelson deram as seguintes respostas:

Vitor

A censura (Inquisição e Índex) talvez pudesse ser uma condicionante para os autores escreverem sobre os outros povos. As relações de dependência social não permitia aos escritores falarem mal dos seus superiores e do seu povo.

Sónia

Estas fontes permitem-nos começar a compreender a forma como as pessoas se relacionaram umas com as outras […] permite-nos fazer comparações.

Nelson

Penso que estas fontes não são suficientes para compreender o que as pessoas pensavam uns dos outros naquele tempo, porque há diferentes regiões com diferentes costumes.

No nível de compreensão descentrada observa-se nas ideias destes alunos uma selecção crítica da informação, considerando-a no seu contexto de mensagem e produção. A multisignificância é explícita e o passado tende a ser reconstruído no seu contexto próprio, numa postura descentrada. O conceito de relação assume centralidade e a diversidade é encarada num processo dinâmico. Por isso, estas ideias pressupõem noções de Interculturalidade.

O Ricardo e a Salomé deram as seguintes respostas:

Ricardo

Os autores destes textos não terão vivido lá para poder comunicar mais profundamente com as pessoas, para poder conhecer as suas ideias e os seus problemas.

Salomé

Estas impressões foram captadas pelas atitudes e comportamentos que registavam no quotidiano, nos contactos comerciais e sociais que estabeleciam e nos relacionamentos daí derivados.

No nível da compreensão descentrada integradora nível observa-se uma selecção crítica e consistente da informação, considerando-a no seu contexto de mensagem e de produção. A multisignificância é explícita e a "reconstrução" do passado é feita de forma contextualizada e com base em argumentos abertos a novas possibilidades, numa postura descentrada. O conceito de relação é central e em conexão com ideias de universalidade. Nas respostas destes alunos são explícitas ideias de interculturalidade.

A Mafalda e a Joana deram as seguintes respostas:

> Mafalda
>
> Estas descrições são a opinião dos autores sobre outras culturas por isso é natural que sejam versões diferentes, parciais e superficiais. O choque cultural seguido do etnocentrismo originava informações incompletas e por vezes a incompreensão de determinados fenómenos sociais de outra cultura.
>
> Joana
>
> As trocas de informação são possíveis se as pessoas tiverem relações próximas. Através do convívio e da comunicação desenvolveram-se as mentalidades e introduziram-se novos aspectos culturais nas sociedades. Esta troca será sempre a melhor forma de conhecimento […].

Análise de dados do estudo com alunos cabo verdianos

No estudo com jovens cabo-verdianos o processo de análise dos dados apontou para as seguintes dimensões:

1. Identificação das personagens mais importantes para a História de Cabo Verde;
2. Natureza das razões apresentadas;
3. Tipos de significância;
4. Identificação de mensagens e seu contexto.

A leitura e análise das respostas dadas pelos alunos apontou para uma categorização das suas ideias por níveis de elaboração (para as dimensões 3 e 4), que se assemelhava aos níveis propostos nos estudos de Cercadillo (2001) e com os níveis de Compreensão restrita e Compreensão emergente condicionada sugeridos no estudo com jovens portugueses (Castro 2006), embora com algumas especificidades.

A análise das respostas dos alunos permitiu constatar que existem diferentes formas de abordar a questão da significância, presentes nas noções convocadas pelos alunos, nomeadamente, causalidade, simbologia, relação do passado com o presente e futuro.

As ideias de significância próximas do tipo contemporâneo emergem, no processo de identificação das personagens. Nas respostas destes alunos são utilizadas com frequência etiquetas identificativas dos personagens que apontam para uma forma estereotipada.

A resposta da Rolanda (20 anos) pode ser um exemplo destas ideias:

> Nácia Gomes ... é a mãe do batuque cabo-verdiano; Vera Duarte foi a primeira mulher a defender a tese dos direitos humanos em Portugal; Cesária Évora a rainha da música do nosso país; Eugénio Tavares é um escritor cabo-verdiano, por fim temos o mais importante o Amílcar Cabral que combateu na luta pela liberdade e independência de Cabo Verde.

A significância de tipo causal presente nas ideias destes alunos apresenta-se ligada sobretudo ao impacto que as acções da personagem poderá ter para a História de Cabo Verde. O peso causal das acções das pessoas para a independência ou divulgação de Cabo Verde é um factor determinante nas respostas destes alunos.

A resposta da Cristina (18 anos) evidencia este facto.

> Vera Duarte foi a primeira mulher cabo-verdiana a defender os direitos humanos, principalmente da mulher […]. Nácia Gomes e Cesária Évora promovem a nossa música, Amílcar Cabral foi o promotor da luta pela independência de Cabo Verde e Eugénio Tavares foi um pré-claridoso ou um dos promotores da literatura cabo-verdiana.

As ideias dos alunos que apontaram para uma significância padrão apresentam um nível mais sofisticado de respostas. Nas justificações destes alunos é referenciado um peso causal dentro de um contexto, a significância é vista como algo aliado ao desenvolvimento e ao progresso do país. Refira-se que uma parte significativa dos alunos enquadra-se nesta categoria (cerca de 20%).

A resposta do Arikson (18 anos) é um exemplo desta posição.

> Considero-os importantes para a História de Cabo Verde visto que todos contribuíram para o desenvolvimento de Cabo Verde, na sua propagação pelo mundo fora, expandiram e deram a conhecer no mundo a nossa História, o nosso sofrimento, ajudaram-nos a ter os nossos direitos e liberdades.

Na categoria significância simbólica as respostas dos alunos apresentam argumentos em que o contexto emerge relacionado com assuntos ligados à identidade nacional e ao patriotismo, heroísmo, ou ainda relacionado com conceitos mais gerais, por exemplo, a cultura. Nas ideias destes alunos perpassam ligações à ideia de identidade nacional através de expressões como nacionalidade e pátria. Invocam noções de sacrifício, heroísmo, nomeadamente quando referem Amílcar Cabral.

A resposta do Edmilson (19 anos) evidencia este facto.

> Amílcar Cabral por ser o fundador da pátria e um dos grandes homens que o Mundo já viu lutar pelo seu povo. Eugénio Tavares por ser um dos maiores escritores de Cabo Verde e um dos fundadores da literatura cabo-verdiana. Nácia Gomes um dos grandes nomes da nossa cultura e por divulgá-la por todo mundo.

As ideias de alguns alunos apontam, também, para uma significância do tipo presente/futuro. O peso causal está presente nas respostas destes jovens, contudo são enfatizadas as consequências futuras das acções das personagens seleccionadas operando a longo prazo. As ideias destes alunos indicam uma clara ligação das acções das personagens com o presente, enfatizando consequências, sobretudo quando eles referem explicitamente que as personagens tiveram e ainda têm importância para a História de Cabo Verde. Relacionam também a significância com o desenvolvimento deste país numa perspectiva causal, o que invoca implicitamente o futuro quando afirmam que algumas personagens ficam na História de Cabo Verde pelas acções que tiveram no passado ou no presente.

A resposta da Lorena (dados não disponíveis sobre a idade) é um exemplo desta posição.

> Considero Eugénio importante para a História de Cabo Verde porque ele foi um dos maiores poetas e músicos que até hoje já existiu e isso põe Cabo Verde a ser conhecido por um país que tem grandes poemas e esse homem ficou na História de Cabo Verde. Amílcar porque foi um grande guerreiro, ele lutou pela independência de Cabo Verde e graças a ele Cabo Verde é agora um país livre e por fim a Cesária porque ela é considerada a rainha da morna, é um cantora inconfundível e ela fica na História de Cabo Verde.

As respostas à questão Que relação encontram entre as outras personagens (que não escolheste) e a História de Cabo Verde? permitiram verificar que os alunos interpretaram a significância de forma sobretudo exclusiva. Ou seja, nota-se que, mesmo aceitando que existem relações positivas entre personagens de outras nacionalidades e Cabo Verde, estes alunos fazem a distinção da nacionalidade. Quando discutem relações seja de sinal positivo ou negativo, a significância é atribuída em função do contributo que as personagens poderão ter dado, ou poderão vir a dar, especificamente a Cabo Verde.

As respostas da Anícia (17 anos) do Igor (18 anos) e do Carlos (19 anos) evidenciam este facto.

Exclusiva

> Anícia
>
> As relações que existem entre os outros personagens que eu não escolhi, tem outros que não tem praticamente nada a ver com a nossa História, ou seja, não são de Cabo Verde.

Exclusiva

> Igor
>
> As relações que encontrei entre as outras personagens que não escolhi e a História de Cabo Verde é que não participaram em nada para ajudar Cabo Verde, não deram nenhum apoio, nem contributo.

Inclusiva

> Carlos
>
> As relações que encontro entre as outras personagens e que não escolhi para a História de Cabo Verde, no caso de Bush, ele em Cabo Verde tem uma grande relação, porque EUA ajuda-nos em vários tipos de coisas, como por exemplo, género alimentícios, empréstimos de dinheiro, etc. […].
>
> As respostas às questões colocadas na segunda parte da tarefa, Dos textos A, B e C, quais os que apresentam razões: A Favor do Colonialismo e A favor da Descolonização, e O que conheces acerca dos autores dos três textos apresentados? permitiram avaliar até que ponto os alunos compreendiam, de forma contextualizada e fundamentada, a Independência de Cabo Verde, um facto que seria importante, por hipótese de trabalho (e que os dados confirmaram).

As respostas dos alunos permitiram criar dois níveis, considerando os níveis propostos no estudo com jovens portugueses anteriormente apresentado (Castro 2006).

Nível 1- Compreensão restrita

Neste nível o aluno reconhece, geralmente, mensagens a favor do colonialismo e da descolonização mas centra o seu pensamento e, consequentemente, a sua argumentação num acontecimento ou detalhes de alguns acontecimentos referenciados nas fontes propostas para análise. A preocupação dos alunos dirige-se para essa mesma informação dos documentos, que é transcrita. Neste sentido, observa-se uma ausência do contexto, nomeadamente no que se refere a produção da fonte (autoria). A análise da informação é centrada numa perspectiva fixa.

Em algumas respostas surge uma argumentação do tipo descritivo, limitando-se à transcrição de extractos, com expressões da fonte. Existem ainda respostas onde os alunos só identificam os textos, não apresentando qualquer justificação, ou respostas inadequadas.

Atente-se nas respostas da Ivanilda (18 anos).

[A favor do Colonialismo] É o texto B porque nos diz tudo o que Cabo Verde não precisa de agitadores palavrosos e enganadores que…da mentira e prometem o que não podem cumprir

[A favor da descolonização] É o texto C, por frase que se segue que diz: unamo-nos todos para libertar depressa a Guiné e Cabo Verde – acabar com as colónias.

Nível 2- Compreensão emergente condicionada

Neste nível, apesar de o acontecimento continuar a ocupar o centro da atenção dos alunos, há uma procura de modelos justificativos, por vezes de cariz simbólico. Neste nível, nota-se uma preocupação dos alunos em contextualizar a fonte ou o próprio acontecimento, ao contrário do nível anterior.

As respostas do Ilídio (19 anos) evidenciam esta posição.

[A favor do Colonialismo] É o texto B, porque fala do discurso do Marcelo Caetano, que era um representante do regime fascista em Portugal e que era o meio de comunicação para enganar a sociedade internacional que estava tudo bem com as colónias, mas acontecia o contrário.

[A favor da descolonização] São os textos A e C, porque falam de resolução da Assembleia Geral ONU, que declara um conjunto de ideias e Leis que são contra o colonialismo, a discriminação, segregação e apoia a descolonização, a liberdade, a igualdade entre todos os povos e reconhece que a colonização era um obstáculo ao desenvolvimento das colónias

É de sublinhar que nas respostas destes alunos emergem argumentos onde é associada a acção da Organização das Nações Unidas ao processo de independência de Cabo Verde, à luta contra a colonização, à paz no mundo, à relação entre países. Neste nível os alunos não se centram no documento como sendo fonte única, a sua importância é relacionada com o contexto que já conhecem e que irá condicionar directamente a sua significância. Estes alunos mostraram também um nível de mais de sofisticação quando falam dos autores, contextualizando-os com os assuntos tratados nos textos.

Esta tarefa revelou algumas dificuldades dos alunos ao nível da interpretação das fontes. Observou-se uma oscilação no nível das respostas à primeira parte da tarefa e à segunda parte da mesma. Assim, alguns alunos que não identificaram ou contextualizaram os textos e os autores, nas outras questões apresentaram um bom nível de resposta.

Reflexões finais

O cruzamento dos dados dos dois estudos empíricos apresentados permite estabelecer alguns paralelos entre as ideias dos jovens portugueses e cabo-verdianos, sobre significância histórica, tendo como pano de fundo o questionamento proposto pela abordagem intercultural.

Em ambos os estudos emergiram noções de significância histórica de tipo fixo e linear associadas a ideias de identidade fechada e pautadas por um posicionamento marcadamente etno e auto-centrado.

As respostas destes jovens, em ambos os estudos, apontam para uma abordagem às fontes propostas numa perspectiva fixa e de autoridade, limitando-se a transcrever ou a descrever a informação da mesma. O contexto está ausente na argumentação produzida nas respostas desses alunos. A incidência de um nível pouco elaborado, quanto à interpretação de fontes, nas suas mensagens e respectiva contextualização, é um dado comum nas respostas dos jovens participantes em ambos os estudos.

A utilização do "nós" numa perspectiva auto e etno centrada é também um dos aspectos comuns a ambos os estudos, acompanhada de noções de identidade nacional numa perspectiva multicultural.

Os níveis mais sofisticados de pensamento histórico, apresentaram algumas semelhanças ao nível da argumentação dos jovens de ambos os países. Algumas das respostas, quer dos jovens caboverdianos, quer dos jovens portugueses apresentam uma argumentação que evidencia uma descodificação e contextualização das mensagens das fontes propostas. Esta abordagem às fontes é acompanhada, no caso dos jovens cabo-verdianos, por uma perspectiva de identidade nacional não exclusiva, inter-relacionada com outros povos. Nas respostas dos jovens portugueses emergem noções de relação entre os povos, numa perspectiva pautada pela ideia de diversidade. Dentro destas perspectivas, aproximam-se ambos de noções de interculturalidade.

Ambos os estudos apresentam evidência que contraria algumas ideias do senso comum em relação ao facto de, actualmente, os jovens nada saberem sobre a História do seu próprio país.

No caso do estudo com jovens cabo-verdianos, as respostas revelaram ideias tácitas sobre a História de Cabo Verde, ao elegerem personagens e valores ligados à independência como algo significativo para a História do seu país. Ao seleccionarem personagens ligadas à cultura (como músicos e autores ligados à literatura) enfatizaram nas suas justificações a importância do contributo desses agentes históricos no processo cultural do país enquanto factor determinante da construção da identidade nacional.

No caso do estudo com jovens portugueses, as respostas de alguns dos participantes apresentam argumentos que se enquadram numa visão do seu país num contexto mais alargado onde se inserem noções de relação e de diversidade como construtoras das identidades dos povos.

As conclusões apresentadas por ambos os estudos convergem nas indicações e propostas que a investigação sugere para o ensino da disciplina de História, nomeadamente na chamada de atenção sobre a importância de atender à construção das ideias de segunda ordem dos alunos, bem como na utilização de tarefas centradas no trabalho com fontes com mensagens diversificadas.

As especificidades de cada um dos estudos apresentados, bem como as convergências apontadas abrem a possibilidade de cruzamento com outros estudos em diferentes quadrantes geográficos e com outros contextos ao nível do ensino da disciplina de História.

Referências

Abdallah- Pretceille, M. (1996).Vers une Pédagogie Interculturelle. Paris : Anthropos.

Barca, I.(2000). O pensamento histórico dos jovens. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

Barca, I.; Castro, J. (2008). Portuguese students' ideas on Historical Significance, Identity and Interculturality. Comunicação apresentada ao 53rd World Assembly. Theme - Learning, Leading and Linking: The impact of Policy and Research upon Pratice. Braga: Universidade do Minho, 14 a 17 Julho.
Barton, K. (1999). Best not to forget them: Positionality and students about historical significance in Nothern Ireland. Comunicação apresentada ao Annual Meeting of the American Educational Research Association: Montreal, Abril.
Barton, K. & Levstik, L. (2001) Explicações da Significância Histórica em alunos do Ensino Básico. In Investigação Histórica e Educacional. Tendências, perspectivas e Panorâmicas, O Estudo da História 4, 207-232.
Barton, K. & Levstik, L.(1998). It wasn't a good part of history`: National identity and students` explanations of historical significance. Teachers College Record, 99, 478-513.
Cardoso, C. (Coord.). (2001). Gestão intercultural do currículo: 3.o ciclo. Secretariado Entreculturas. Lisboa: ME.
Castro, J. (2006). Interculturalidade e o Pensamento Histórico dos Jovens. Tese de Doutoramento. Braga : Universidade do Minho.
Cercadillo, L. (2001). Significance in History: Students Ideas in England and Spain. In Dickinson, A., Gordon, P. & Lee, P. (Eds.), Raising Standards in History Education. London: Woburn Press, (pp. 117-145).
Chaves, F. (2006). A Significância de Personagens Históricas na Perspectiva de Alunos Portugueses e Brasileiros. Dissertação de Mestrado em Educação - Supervisão Pedagógica em Ensino da História. Braga: Universidade do Minho.
Lee, P.(1984). Why Learn History? In Dickinson, A.; Lee, P.; Rogers, P. (Eds.). Learning History.London: Heinemann Educational Books, (pp. 1-19).
Lee, P.; Ashby, R. ; Dickinson, A. (2001) Signs of Time: The State of History Education in U.K. In Dickinson, A., Gordon, P. & Lee, P. (Eds.). Raising Standards in History Education. International Review of History Education. Londres: Woburn Press, (pp. 190-218).
Lee, P.; Ashby, R. (2002). Progression in Historical Understanding among Students ages 7-14. In Stearns, P.; Seixas, P.; Wineburg, S. (Eds.) Knowing, Teaching and Learning History. New York-London: New York University Press, (pp. 199-221).
Monsanto, M. (2004). Concepções dos Alunos sobre Significância Histórica no Contexto da História de Portugal. Um Estudo com Alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico e do Secundário. Dissertação de Mestrado em Educação - Supervisão Pedagógica em Ensino da História. Braga: Universidade do Minho.
Sanches, G. (2008). Concepções de alunos sobre a Significância da História Contemporânea :Um estudo com alunos de uma Escola Secundária de Cabo Verde. Dissertação de Mestrado em Educação - Supervisão Pedagógica em Ensino da História. Braga : Universidade do Minho.
Seixas, P. (1998). Conceptualizing the Growth of Historical Understanding. In Olson, D. & Torrence, N. (Eds.).The handbook of Education and Human Development. London: Blackwell, (pp. 765-783).
Seixas, P. (1997). Mapping the Terrain of Historical Significance. In Social Education, 61(1), 22-27.
Seixas, P. (1994). Students´ Understanding of Historical Significance. Theory and Research. In Social Education, 22 (3), 281-304.

Anexo I

Materiais Históricos do Estudo –– Interculturalidade e pensamento histórico dos jovens.

Tarefa 1

Fonte 1

> Estes homens (os portugueses) são comerciantes. Compreendem, até certo ponto, a distinção entre superior e inferior, mas não sei se existe entre eles um sistema próprio de etiqueta. Bebem em copo, sem o oferecerem aos outros. Comem com os dedos, e não com os pauzinhos como nós […]. Não compreendem o significado dos caracteres escritos. São gente que passa a vida viajando de aqui para além, sem morada certa, e trocam os produtos que têm pelos que não possuem, mas no fundo não são má gente.
>
> Crónica japonesa Teppo-ki. (Séc. XVI)

Fonte 2

> A gente do Japão é, na maior parte, de altura média, robusta e muito rija para o trabalho. […]. É gente pouco cobiçosa e muito educada. Quando se vai à sua terra, os mais honrados vos convidam para comer e dormir em suas casas; parece que vos querem meter na alma. São muito desejosos de saberem de nossas terras e de todas as coisas. Em casa, é costume estarem assentados com as pernas cruzadas […]. Comem no chão como os Mouros, com paus como os Chineses e cada pessoa em sua tigela pintada. Estimam muito em falar baixo e têm-nos por destemperados porque falamos alto. Cada dia se lavam duas vezes […].
>
> Jorge Alvares, Informação sobre o Japão (1547)

Tarefa 2

Fonte 1

> Os Portugueses parecem amáveis, mas as suas amabilidades não vão além das palavras. Pródigos em blandícias com os estrangeiros, não os admitem em suas casas e assembleias. Preconceituosos acerca de si próprios, do seu país, dos seus costumes que consideram superiores aos dos estranhos, tentam aparentar modéstia, mas o seu orgulho transparece no que dizem, no que fazem e em todas as suas manifestações. Os costumes aparentam ser mansos, mas na realidade, são agressivos; os espíritos parecem tranquilos, moderados, e no entanto as paixões são violentas.
>
> Pierre Carrére, 1796. Panorama de Lisboa no ano de 1796.
>
> Série Portugal e os Estrangeiros. Biblioteca Nacional, Lisboa, 1989, p.45

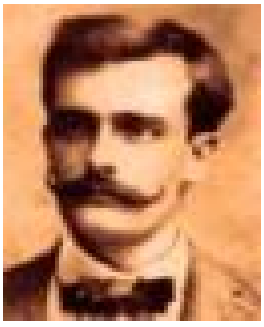
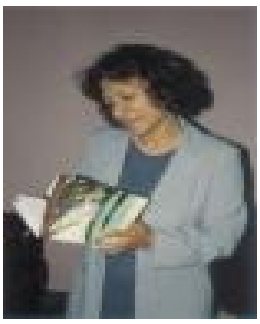
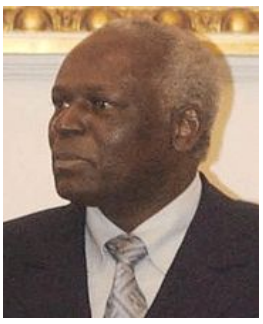
Fonte 2

> Os Franceses são mais fracos que os povos de outras nações, mais mentirosos, mais velhacos […], a sua protecção é o roubo, a sua felicidade é a miséria, a sua brandura é o medo e a fraqueza. Os Franceses que ainda existem entre nós são um bandinho de crianças para as quais basta um só Português.
>
> Proclamação de Frei João Soares, 1808. In Brandão, Raul, El'Rei Junot, 1912

Anexo II

Materiais Históricos e Tarefa - Concepções de alunos sobre a Significância da História Contemporânea : Um estudo com alunos de uma Escola Secundária de Cabo Verde.

I PARTE: Quadro I

1. Das personagens que são apresentadas no quadro I, quais consideras importantes para a História de Cabo Verde?
2. Justifica as tuas escolhas.
3. Que relações encontras entre as outras personagens (que não escolheste) e a História de Cabo Verde?

II PARTE: TEXTOS A, B e C

4. Tem em atenção os seguintes textos, e responde à questão.

4.1.Dos textos A, B e C, quais os que apresentam razões:

A Favor do Colonialismo:

A Favor da Descolonização:

4.2. O que conheces acerca dos autores dos três textos apresentados?

Texto A

Texto B

Texto C

5. Como defenderias o direito à Independência de Cabo Verde considerando as relações entre países e entre povos?

TEXTO A

Reconhecendo que os povos do Mundo desejam ardentemente o fim do colonialismo em todas as suas manifestações;

Convencida de que a manutenção do colonialismo impede o desenvolvimento da cooperação económica internacional; trava o desenvolvimento social, cultural e económico dos povos dependentes e vai contra o ideal da paz das Nações Unidas (…);

Persuadida de que o processo de libertação é irreversível e que para evitar crises é necessário pôr fim ao colonialismo e a todas as práticas de segregação e discriminação que lhes é inerente;

E com este fim declara o que se segue:

1. A sujeição dos povos a uma subjugação, a uma dominação e a uma exploração estrangeira constitui uma negação dos direitos fundamentais do Homem, contrária à Carta das Nações Unidas e comprometedora da causa da paz e da cooperação mundial.
2. A falta de preparação no domínio político, económico, social, ou no campo da educação não deve jamais servir de pretexto para o retardamento da independência.
3. Será posto fim a toda a acção armada e a todas as medidas de repressão, de qualquer tipo que sejam, dirigidas contra os povos dependentes, para permitir a estes povos exercerem pacífica e livremente o seu direito a independência completa [e a integridade do seu território nacional será respeitada].

Resolução da Assembleia Geral da O.N.U. nº 1514, de 14 de Dezembro de 1960. Porto Editora, 2005.

TEXTO B

Até agora ninguém morreu de fome; a população cresceu; e não houve retrocesso, nem sequer estagnação, no desenvolvimento do arquipélago.

Emigra dele quem quer emigrar. Têm os cabo-verdianos encontrado na metrópole trabalho remunerado de acordo com as suas condições e toda a simpatia fraterna de que é merecedora a gente séria e diligente tão abundante entre eles.

Quanto a tal movimento de libertação, lembro que há um ano fui pessoalmente inteirar-me do estado do arquipélago e da eficiência das providências tomadas. Andei pela maioria das ilhas no meio do povo, como é meu costume. Falei com muitas pessoas. Encontrei por toda a parte acolhimento carinhoso, compreensão dos problemas, reconhecimento do esforço dos governantes, vontade de colaborar com eles. Mas não encontrei em parte alguma, sinais de tal movimento de libertação, nem sintomas de opressão desejosa de expansão libertadora. Cabo Verde precisa daquilo que lhe temos dado sem regatear: amizade, auxílio financeiro e alimentar, apoio técnico, medidas práticas para combater os efeitos do flagelo [da seca] que martiriza as ilhas e para prevenir o futuro. Não precisa de agitadores palavrosos e enganadores que vivem da mentira e prometem o que não podem cumprir.

Discurso de Marcelo Caetano na Rádio e na Televisão portuguesa em 14 de Novembro de 1972, *[em Razões da presença de Portugal no Ultramar, Lisboa, Gráfica da SEIT, 1973]*

TEXTO C

(…) Em Cabo Verde o povo está a passar fome por falta de "cachupa". Mas uma vez milhares de pessoas morrem de fome por causa do colonialismo português. O nosso partido já tem duas secções em Cabo Verde, uma em Barlavento e outra em Sotavento. A nossa luta vai também acabar depressa com o colonialismo português em Cabo Verde e libertar o povo da fome e da miséria.

(…) Enquanto o povo passa fome na Guiné e morre em Cabo Verde, enquanto a polícia portuguesa prende e tortura os nosso patrícios, os que estão na capital desta terra fazem "assembleias que dão em zaragatas, discutem questões pessoais, arranjam intrigas, sonham com bolsas de estudo na Europa, metem medo a uns e outros… e dizem que vão libertar todas as colónias portuguesas.

Mas a maioria dos guineenses e cabo-verdianos, que estão a viver nesta terra, sabem que as coisas assim como estão, não estão bem. Então o que fazer? É preciso organizar, com urgência, todos os guineenses e todos os cabo-verdianos que estão nesta terra. É preciso acabar com as questões pessoais, as intrigas. Toda a África se liberta do colonialismo. O Mali será independente no dia 20 deste mês. A República do Congo, o Tchad, a República Centro-Africana e o Gabão também serão independentes dentro de 20 dias. E nós? Patrícios!

É já hora de todos os guineenses e cabo-verdianos, que estão nesta terra, tomarem coragem de acabar, de vez e imediatamente com todas as coisas que estão a impedir a nossa união. É já hora de nos organizarmos para podermos reforçar a luta travada pelo nosso povo dentro da nossa terra. Vamos trabalhar unidos para a libertação dos nossos povos.

UNAMO-NOS TODOS PARA LIBERTAR DEPRESSA A GUINÉ E CABO VERDE.

Conakry, 2 de Junho de 1960 Pelo O *Bureau Político do Partido Africano da Independência* Abel Djassi

Construindo identidades: ideias de jovens no contexto de actividades educativas relacionadas com o património histórico

Helena Pinto
Universidade do Minho, Centro de Investigação em Educação, Bolseira da FCT
mhelenapinto@gmail.com

Resumo: Neste texto pretende-se abordar de que forma(s) se pode promover a construção de identidades abertas à complexidade e à inter-relação, estruturadas a partir das identidades pessoais dos jovens. Parte-se de um contexto de actividades educativas relacionadas com fontes patrimoniais, no Centro Histórico de Guimarães – Património Cultural da Humanidade. É frequente entre a opinião pública a percepção de que a História, e o Património em particular, contribuem para a identidade colectiva e para a cidadania através do desenvolvimento de uma cultura comum. Verifica-se, de facto, uma partilha de significados acerca do passado, e estes podem revelar uma identidade local, nacional, de carácter fixo, ou integrar identidades múltiplas e abertas, de carácter variável. O Património, nas suas diversas formas, pode mediar o nosso conhecimento histórico; vem do passado para o presente e, eventualmente, continua para o futuro. E os educadores – em contexto de educação formal, ou não formal – têm uma responsabilidade particular em relação a esse futuro comum, contribuindo para o processo de construção, pelos jovens, de identidades mais ou menos abertas. Porém, a compreensão de complexas e múltiplas relações entre identidades individuais/colectivas e património não foram ainda exploradas de forma a tornarem-se mais explicitas, pelo menos no campo da Educação Histórica. É nesse sentido que se apresentam, neste trabalho, algum dados da reflexão no âmbito de um estudo exploratório, de natureza essencialmente qualitativa, com o objectivo de conhecer as ideias de jovens sobre identidades e mudança/permanência, no decurso de actividades educativas realizadas com grupos de 8-11 anos e de 12-14 anos.
Palavras-chave: Educação Histórica; Evidência patrimonial; Identidades; Mudança/Permanência.

Introdução

Este texto apresenta uma reflexão sobre alguns dados de um estudo (Pinto, 2004)1 cujo objectivo principal é analisar o papel da evidência patrimonial no âmbito da Educação Histórica, procurando conhecer as ideias dos jovens sobre identidades e mudança/permanência, no decurso de actividades educativas relacionadas com fontes materiais. Este estudo está, entretanto, a ser aprofundado em projecto de doutoramento em Educação (área de Metodologia do Ensino de História e Ciências Sociais), no âmbito do Projecto HICON (*Consciência Histórica: Teoria e Práticas II*, 2007-2010, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e procura contribuir para a pesquisa sobre consciência histórica na perspectiva patrimonial.

O Património é geralmente apresentado como construção material e simbólica do passado. Porém, a maior parte dos estudos desenvolvidos nas últimas três décadas insistem no facto de aquilo a que chamamos 'património' ser uma construção da sociedade presente, de forma a promover valores e identidades. Sendo apresentado como legado do passado para o presente e o futuro, implica frequentemente a marca da memória e da continuidade, requer preservação contra a decadência, de modo a assegurar uma conservação a longo prazo, e intervenção quando está sob risco – tudo isto devido ao seu significado como memória colectiva. Cada comunidade tem um passado e uma memória que a distingue das outras. O património espelha os vários tempos; é a expressão de uma comunidade, da sua cultura e, por isso, um factor identitário. Por isso, como refere Le Goff (1998), o património, como a identidade, está estreitamente ligado à história e à memória, sendo, muitas vezes, "lugar de escolhas apaixonadas e de conflitos ardentes" (*idem*, p. 11).

1 Guimarães, Centro Histórico: Património e Educação. Dissertação de Mestrado em Património e Turismo, apresentada à Universidade do Minho, na qual se analisou a problemática do Património, numa abordagem acerca do papel dos Centros Históricos e dos contributos da Escola e do Museu para a Educação Patrimonial.

Segundo D. Lowenthal (1999), quer a memória quer a história derivam de vestígios físicos e ganham ênfase a partir deles. Os vestígios tangíveis garantem uma proximidade autêntica que nos leva a assumir que ali existiu efectivamente um passado. Mas, na verdade, os vestígios físicos têm limitações como informação: eles não falam e, por isso requerem interpretação; por outro lado, a sua erosão contínua nem sempre permite o registo. Apesar de tudo, constituem pontes essenciais entre o passado e o presente, pois clarificam o que pensamos dele, simbolizam ou memorializam laços colectivos ao longo do tempo, e oferecem metáforas arqueológicas que iluminam os processos da história e da memória (*idem*, p. xxiii).

Em Portugal, tal como em muitos outros países, a opinião pública assume geralmente que a História, e o Património em particular, contribuem para a identidade colectiva e para a cidadania, através do desenvolvimento de uma cultura comum e da partilha de significados acerca do passado. Se estes significados revelam uma identidade local, nacional, ou se integram identidades múltiplas, é aqui objecto de reflexão.

O Património, nas suas diversas formas, pode mediar o nosso conhecimento histórico; vem do passado para o presente e, eventualmente, continua para o futuro. E os educadores têm uma responsabilidade particular em relação a esse futuro comum, contribuindo para o processo de construção, pelos jovens, de identidades mais ou menos abertas. Porém, a compreensão de complexas e múltiplas relações entre identidades individuais/colectivas e património não foram ainda exploradas de forma a tornarem-se mais explicitas, pelo menos no campo da Educação Histórica, pelo que é fundamental reflectir sobre esta temática, dado que a educação patrimonial também abrange o que somos e o que podemos ser no futuro.

Segundo Lima e Reis (2001), a sociedade portuguesa inclui já um público interessado em proteger o património histórico (embora se desconheça a sua dimensão social), acolher novas descobertas arqueológicas e privilegiar a sua valorização em detrimento de actividades económicas com elas incompatíveis. Segundo estas autoras, os monumentos e sítios arqueológicos, embora continuem ligados a uma função memorial ligada à identidade nacional, "à semelhança do que acontece com o ambiente, tendem a ser, cada vez mais, sentidos como um bem comum que transcende o património nacional para integrar um património mundial, sobre as origens comuns ou as diferenças a conservar" (*idem*, p. 187). Como exemplo de novas práticas podem referir-se os novos usos de espaços públicos de grande monumentalidade ou valor histórico a partir de certas intervenções culturais; a multiplicação de pequenos museus locais de carácter etnográfico e arqueológico; as tentativas de requalificação urbana de algumas cidades através da valorização do seu património, como as recentes candidaturas a Património Mundial; a protecção de contextos naturais de reconhecido valor paisagístico ou de habitats vegetais e animais ameaçados; ou a resistência a obras públicas ou privadas susceptíveis de provocar fortes impactes ambientais.

No entanto, apesar dos progressos verificados, o património continua a ser, com frequência, encarado como elemento decorativo ou como sinal de prestígio; muitas atitudes face ao património histórico revelam ainda desrespeito pelos princípios defendidos na legislação internacional e nacional – numerosas depredações patrimoniais continuam a não ser sancionadas. É, por isso, essencial desenvolver com o merecido cuidado, uma consciência histórica e patrimonial em níveis mais elaborados, particularmente junto dos mais novos.

Património e Educação Histórica

Cada país tem a sua história, o mesmo acontece com cada família, casa, escola, rua, bairro… A mudança faz parte da história dos homens, dos países ou das cidades, dos edifícios ou dos artefactos. Praticamente todos os lugares, sejam urbanos ou rurais, industriais ou agrícolas, contêm marcas da actividade humana no passado. Nalguns locais há vestígios abundantes nos edifícios e estruturas, outros exigem técnicas como a prospecção e a escavação arqueológica, pois os vestígios estão 'escondidos'. Por sua vez, noutros locais, muitas estruturas ainda estão em uso, embora com funções diferentes das originais. E não podemos esquecer a toponímia, crucial para a compreensão dos espaços urbanos antigos, particularmente os que contêm vestígios medievais, sejam eles visíveis ou não.

De facto, muitas coisas não foram, no passado, aquilo que parecem ser agora. Mas as relações entre preservação e apresentação são complexas, pois esta última pode ser destruidora, em vez de preservar. Algumas estratégias podem ser directa e deliberadamente danificadoras, se pretendem servir uma versão particular, como salienta Baker (1999, p. 10). A apresentação pode manipular a fim de enfatizar um aspecto particular. Frequentemente, observam-se diferenças de tratamento na apresentação de sítios e monumentos que perderam o seu uso original, e de edifícios ou lugares com uso contínuo. Serão essas diferenças inevitáveis, ou o resultado de procedimentos burocráticos e de práticas interpretativas? Deveriam separar-se estruturas que tiveram uso simultâneo, como as ruínas de um castelo e um centro histórico, ou poderia esse contraste ser devidamente explorado e elucidar sobre as alterações verificadas ao longo do tempo?

Defende-se, geralmente, aquilo que se conhece e que se valoriza. Mas para que isso se faça de forma consistente, é necessário promover uma educação patrimonial a um nível fundamentado: proporcionar recursos e actividades desafiadoras para a aprendizagem da História, usar as evidências culturais e materiais de forma a contribuir para o desenvolvimento da compreensão dos conceitos históricos pelos alunos e a interpretação dos contributos culturais, sociais e económicos de diversos grupos nas suas comunidades.

Neste contexto, a ligação do património à educação histórica poderá ainda diminuir barreiras etárias, culturais e sociais, criando oportunidades de entendimento e partilha; promover um sentido de pertença através da exploração directa de edifícios, sítios históricos ou artefactos; e favorecer a aquisição, pelos alunos, de competências que lhes permitam desenvolver a sua acção como cidadãos.

De facto, a acção exige que se tomem decisões – O que é mais importante e vale a pena preservar? Que aspectos do passado de uma comunidade são sinais da sua singularidade? Neste âmbito, a abordagem de assuntos da história local pode levar os alunos a reflectirem sobre evidência histórica e patrimonial, a questionarem, a ouvirem diferentes argumentos, a justificarem decisões. Como salientam Ashby, Lee e Shemilt (2005):

> Os alunos chegam à sala de aula com ideias prévias, mas a relação entre essas ideias prévias a analisar e os conhecimentos de conceitos-chave a ensinar é essencial para assegurar que se verifica a progressão dos conhecimentos dos alunos. Os professores podem desenvolver nos alunos a consciência acerca dos seus conhecimentos e permitir-lhes ver que algumas questões resolvem problemas enquanto outras respostas não o fazem. Este tipo de consciência também ajuda os alunos a reconhecer que as respostas de outros colegas podem ser relevantes para a resolução dos seus problemas2 (*ibidem*, pp. 172-176).

Além disso, dar um enfoque local aos conteúdos pode estimular os alunos a trabalharem de forma reflexiva e crítica, envolvendo-se tanto na vertente teórica como na prática, pois implica a 'saída' da escola e a ligação à comunidade.

O Projecto *Recriando Histórias* da UFPR-Brasil (Schmidt e Garcia, 2006; 2007) é, neste contexto, um exemplo significativo de como é possível desenvolver um processo de ensino-aprendizagem da História em que os alunos trabalham sobre objectos recolhidos na sua comunidade, de forma a construírem conhecimento histórico, que por sua vez permitirá orientar sua acção em novas situações. Para tal, organizou um processo de 'captação de conteúdos' a serem ensinados, a partir de um conjunto de actividades de recolha de dados e informações sobre a história do município de Curitiba, envolvendo tanto a comunidade escolar como a comunidade mais ampla" (Schmildt e Garcia, 2007, p. 53).

No contexto europeu, é de realçar o estudo "Youth and History Project" (Angvik & Borries, 1997), que procurou investigar os mecanismos individuais e sociais de interiorização do passado histórico por parte dos jovens, ou seja, de uma "consciência histórica". Os jovens portugueses foram os que mais se manifestaram a favor dos museus e lugares históricos como fontes privilegiadas para a aprendizagem da História (Pais, 1999, pp. 34, 44), embora as aprendizagens mais recorrentes nas suas aulas de História se concentrem em duas principais dimensões: a *factual* – 'procuramos conhecer os principais factos da História' – e a *regionalista/patrimonial* – 'aprendemos a valorizar a preservação das ruínas históricas e das construções antigas' e 'aprendemos a reconhecer as tradições, características, valores e tarefas da nação e da sociedade' – (*ibidem*, p. 54). No entanto, e como salienta Pais, os jovens europeus mostram-se menos atentos ao património despido de monumentalidade, face à "crescente simbolização social dos monumentos com vista ao fabrico de produtos turísticos que acabam, por sua vez, por contribuir para a afirmação da identidade nacional. Por isso, ao alinharem na preservação do património histórico em detrimento do progresso facultado, por exemplo, pela construção de auto-estradas, os jovens, aparentemente, mostram que a memória histórica se mantém ligada aos seus objectos" (1999, p. 132).

Em Portugal, o Currículo Nacional do Ensino Básico inclui o "contacto/estudo directo com o património histórico-cultural nacional e regional/local" (Abrantes, 2001, p. 91), mas não atribui a uma área curricular específica esta temática do património. Nesta perspectiva, a Educação Histórica pode assumir um papel essencial na educação patrimonial, uma vez que os objectos e sítios, quando explorados com tarefas cuidadosamente planeadas e que estimulem a interpretação histórica, proporcionam a compreensão da evidência que dá sentido ao passado (Cooper, 1992, 2006; Nakou, 2003, 2006; Levstik, Henderson & Schlarb, 2005). Irene Nakou (2003, 2006) salienta que os objectos dos museus levam os alunos a tentarem descodificar o seu significado, o que apela à sua imaginação histórica, permitindo ainda reconhecer que o passado não pode ser conhecido directamente. Criam-se condições para o avanço na compreensão da evidência, dado que os alunos ao estudarem o passado a partir dos objectos do museu, guiados por questões apropriadas, podem desenvolver mais facilmente o seu pensamento histórico.

Por sua vez, Régis Ramos (2004) afirma que uma 'História dos Objectos' pressupõe o estudo da 'História nos Objectos', uma vez que "o objecto é tratado como indício de traços culturais que vão ser interpretados na exposição do museu ou na sala de aula" (*idem*, p. 8). É verdade que no quotidiano usamos uma infinidade de objectos, mas raramente pensamos sobre eles, o que limitará também a reflexão sobre os objectos dos museus. Por isso, defende a realização de actividades vinculadas à 'historicidade dos objectos' na própria sala de aula, para que o professor motive a percepção dos alunos a partir de materiais do quotidiano, pois cultivando "a aventura de conhecer através de perguntas sobre objectos, abre-se espaço para a percepção mais ampla diante da exposição museológica. Mais que isso: alarga-se a postura crítica sobre o mundo que nos rodeia." (*ibidem*, p. 9).

O reconhecimento do valor dos museus e sítios históricos como meios de aprendizagem tem aumentado nos últimos anos, e os recursos por eles proporcionados para as visitas com fins educativos melhoraram. De facto, a maioria dos grupos que visitam museus, sítios históricos, castelos, jardins, igrejas e outros monumentos, pertencem a escolas dos ensinos básico e secundário. Há, actualmente, uma diversidade de actividades para grupos escolares, muitas delas dinamizadas por serviços educativos; outros apoiam-se na acção de voluntários, e alguns produzem recursos (formação e publicações) que facilitam a visita orientada pelos professores, embora muitos outros museus e sítios não o façam ainda.

O interesse generalizado pelo património pode constatar-se, ainda, na quantidade de *websites* relacionados com o tema. Um bom exemplo é o projecto "World Heritage in Young Hands", uma comunidade de aprendizagem *online* para estudantes, professores, serviços educativos de museus e outros envolvidos na preservação e promoção de sítios com

2 Tradução nossa.

património cultural e natural a nível local e até mundial. Criado em 1994 pela *UNESCO Associated Schools Project Network* (ASPnet) e pelo *UNESCO World Heritage Centre*, este projecto permite aos jovens a oportunidade de fazerem ouvir as suas preocupações e de se envolverem na protecção do património cultural e natural desde a escala local até à mundial, através do desenvolvimento de actividades educativas e participativas.

De facto, a abordagem da evidência patrimonial pode ser motivadora para os alunos, quer no que respeita à disciplina de História, quer no âmbito interdisciplinar, proporcionando oportunidades de cooperação entre educadores, alunos e instituições ligadas ao património, a nível local, nacional e internacional. Além disso, o valor do património como recurso educativo estende-se para além da educação formal – fala-se de património em todo o lado, na televisão, nos livros, nas revistas, na internet, nas visitas a sitos históricos. Mas, enquanto as anteriores são experiências passivas, esta última pode combinar uma variedade de experiências sensoriais. Proporcionar aos jovens a experiência única do contacto directo, vivencial, com diferentes tipologias de património e iniciá-los na leitura dos bens patrimoniais – pois pode aprender-se a ler o património tal como se aprende a ler um livro – a níveis cada vez mais exigentes, são práticas educativas com enormes potencialidades, pois permitem um contacto com uma carga emocional que só a presença real do objecto possibilita.

O sucesso destas práticas passa, no entanto, pela existência de docentes atentos e abertos às possibilidades educativas do património (Aguilera e Villalba, 1998: 12) e que proporcionem abordagens educativas que estimulem o pensamento histórico dos jovens e o desenvolvimento de capacidades de investigação e de leitura das evidências patrimoniais em múltiplas perspectivas.

Investigação em Educação Histórica – alguns dados sobre mudança e evidência

O processo de investigação histórica envolve a compreensão de conceitos de temporalidade: a medição do tempo, permanência e mudança, causas e efeitos de eventos, semelhanças e diferenças entre períodos. Como salienta Hilary Cooper (2006, p. 175), para descobrirem o passado, os historiadores fazem inferências sobre fontes, no sentido de saber como foram feitas ou usadas, e o que podem ter significado para as pessoas que as produziram e utilizaram, mas também são influenciados por valores dominantes do tempo em que vivem – a História é um processo dinâmico. E alguns elementos chave do pensamento histórico, tais como os conceitos de tempo e de mudança, ou fazer inferências sobre fontes, podem ser desenvolvidos de formas mais sofisticadas com o avançar da idade das crianças (*idem*, p. 185). Esta autora ressalta também que as crianças já conhecem informações acerca do passado mesmo antes de iniciarem a sua educação formal, conhecimentos esses que configuram fortemente a sua identidade e, por isso, devem ser tidos em conta nas experiências educativas que lhes são dirigidas (Cooper, 2002, p. 13).

Por sua vez, Peter Lee (2005) chama a atenção para o facto de os historiadores lidarem mais com escalas de longa duração do que com uma escala de momento-a-momento e, em vez da ideia de que nada aconteceu, trabalham com a noção de permanência; por isso os alunos que vêem as mudanças como acontecimentos terão muita dificuldade em compreender a ideia de mudanças graduais e não intencionais em determinadas situações. Este autor propõe ainda que se estimule os alunos a pensarem em termos de modelos de mudança – *O que mudou? De que forma? A mudança foi grande ou pequena?* –, uma vez que as respostas a estas questões envolvem conceitos como direcção e velocidade de mudança (*ibidem*, p. 44).

Nesta linha de investigação, Keith Barton apresentou nas Primeiras Jornadas Internacionais de Educação Histórica, na Universidade do Minho, o estudo sobre *Ideias de crianças acerca da mudança através dos tempos* (2001), revelando resultados de investigação nos Estados Unidos e na Irlanda do Norte. Embora com particular interesse pela forma como os alunos compreendem 'o que aconteceu' e 'como aconteceu', centrou-se na questão: *'Quais as ideias das crianças acerca da vida ao longo do tempo?'*. De facto não basta saber se os alunos compreendem que as coisas mudaram, mas também o que pensam sobre como as coisas mudaram. Neste estudo, Barton verificou três tipos de tendências diferentes entre os alunos norte-americanos e irlandeses: ideias de progresso ou de mudança, ideias de mudanças por questões individuais ou por factores sociais, ideias de evolução ou de diversidade nas mudanças históricas (2001, p. 56). Num outro estudo comparativo entre alunos dos Estados Unidos e da Irlanda do Norte, apresentado nas IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica (Barton, 2004) e questionando-se sobre '*Qual a utilidade da História para as crianças?'*, este autor referiu que muitos dos alunos que entrevistou, sobretudo na Irlanda do Norte considerava que a História aprendida na escola os ajudaria a analisar criticamente a opinião aceite na sua comunidade e a completar as suas próprias ideias sobre o passado. Por isso sublinha que dar aos alunos a "possibilidade de explorar directa e continuadamente a herança dos eventos históricos o seu impacto no presente – é uma forma de os preparar criticamente para a cidadania democrática" (*idem*, p. 19). Para tal, os alunos devem comprometer-se na pesquisa histórica, investigando questões e desenvolvendo as suas conclusões, justificadas com base nas fontes disponíveis.

Por sua vez, o estudo de Levstik, Henderson e Schlarb (2005), debruçando-se sobre fontes arqueológicas, aponta que os alunos (de escolas do ensino fundamental, nos Estados Unidos) parecem reconhecer os meios pelos quais a cultura molda e é moldada pela interacção humana/dos objectos (p. 37), mediante a ligação de materiais pessoais ou familiares dos alunos às reconstruções arqueológicas do passado. Quando pediram aos alunos que explicassem o que é que os artefactos têm a ver com a compreensão do passado, estes deram sentido aos artefactos como elementos de uma estória; como evidências; como pistas num mistério; e integrados num contexto (*ibidem*, p. 45). Em geral, os alunos parecem compreender que os vestígios materiais do passado ajudam a responder às questões arqueológicas, e que esses vestígios são incompletos. Esta visão da arqueologia como uma pesquisa de final aberto, incompleta, representa um forte contraste com as suas descrições da História, que consideram ser uma narrativa completa e não negociável. E, se os alunos nem sempre estabelecem ligações

claras entre os vestígios materiais e as culturas que os produziram, reconhecem que a observação cuidada dos artefactos conduz a melhores inferências e a uma história mais completa (*ibidem*, p. 49).

Também Ashby (2006) salienta que, após três décadas de "trabalho crítico com fontes", as pesquisas no Reino Unido sugerem que muitos alunos possuem uma forte propensão para tratar a informação tal como ela é dada, e fazer apelo às autoridades, embora reconheçam que o nosso conhecimento do passado resulta de materiais que foram deixados para trás (*idem*, p. 153). Para progredirem no seu conhecimento histórico, os alunos precisam de compreender que fonte não é o mesmo que evidência, e desenvolver uma compreensão conceptual da relação entre fontes e afirmações (*ibidem*, p.156). É a natureza das questões sobre o passado que determina o que conta como evidência na validação de qualquer afirmação, mas diferentes questões estão relacionadas de diferentes maneiras com a evidência, pelo que essa relação também determina os diferentes estatutos das afirmações feitas.

Assim, a apropriação do conceito de evidência histórica pelos alunos é fundamental, se pretendemos que a investigação histórica esteja no centro do currículo de História, envolvendo uma articulação adequada entre teoria e prática. Por outro lado, não devemos esquecer o estudo e a sensibilização para o património – do contexto local ao internacional – e o seu papel na construção de identidades, pois tudo isto pressupõe a construção de pensamento e consciência históricos.

Educação Patrimonial e História Local – o estudo

É, precisamente, no âmbito da relação dos jovens com o património histórico, a nível local – o Centro Histórico de Guimarães – que se insere o estudo empírico, descritivo e de natureza essencialmente qualitativa. Este estudo baseia-se numa proposta de actividade pedagógico-lúdica, com crianças e adolescentes, no sentido de estimular nos mais jovens a capacidade de 'ler' as mudanças que o património local conheceu. Como salienta Hilary Cooper, o 'jogo' é um complemento necessário à aprendizagem (2002, p. 13). Através de jogo situado num contexto histórico, as crianças iniciam o processo de descoberta, compreensão e reconstrução de épocas pretéritas. Quadros, vídeos sobre o passado, visitas a edifícios antigos, as colecções de 'coisas antigas', ajudam-nas a explorar e desenvolver as suas próprias interpretações criativas de épocas fora do contexto das suas experiências (*ibidem*, p. 40).

Metodologia

O estudo empírico assumiu características exploratórias, dado que ainda é incipiente a investigação sistemática neste domínio, pelo menos em Portugal3, e não existe uma área curricular específica sobre a temática da Educação Patrimonial. Pretendeu-se aqui responder às seguintes questões de investigação:

Quais as concepções de crianças e adolescentes sobre o património integrado no "Centro Histórico" de Guimarães?

- Que níveis conceptuais revelam num contexto de observação directa do património?

- Que fontes de conhecimento utilizam?

Quais as possibilidades de Educação Patrimonial suscitadas por uma experiência organizada de contacto com o património?

No estudo final, utilizou-se uma amostra disponível de 20 participantes, com idades entre os 8 e os 14 anos, residentes na área de Guimarães, divididos em dois grupos (dos 8 aos 11 anos, e dos 12 aos 14 anos). Os dados foram recolhidos no terreno e através de instrumentos elaborados para o efeito. A verbalização partilhada foi observada e gravada pela investigadora, à medida que guiava cada um dos grupos. Definida a metodologia a seguir, ensaiou-se um modelo de categorização delimitado por enunciados teóricos de Educação em Museus, nomeadamente no trabalho de Aguillera & Villalba (1998) e, sobretudo, da linha de investigação em Cognição Situada em História, desenvolvida por Lee & Ashby (2001) e Shemilt (1987)

(1) verbalização partilhada com base na apreensão dos elementos observados e na experiência pessoal;

(2) verbalização partilhada com base na observação e na experiência pessoal, apresentando uma contextualização histórica restrita; e

(3) reflexão criativa e personalizada, num exercício de síntese a acrescentar às características anteriores.

Seguindo uma metodologia de análise qualitativa, discutiram-se os dados à luz de cada categoria proposta, procedendo-se também, numa breve abordagem quantitativa, à análise estatística simples de dados.

Análise de dados

Procura-se, agora, integrar a abordagem da evidência patrimonial no âmbito da investigação em Educação Histórica, discutindo alguns dados do estudo empírico com o objectivo de conhecer as ideias de crianças e adolescentes sobre identidades e mudança/permanência, no decurso dessa experiência educativa relacionada com o património histórico, num contexto específico.

Para tal, teve-se em conta as **verbalizações dos participantes4,** produzidas durante a realização de actividades de exploração de fontes materiais no Centro Histórico de Guimarães, e das quais se apresentam alguns exemplos, de acordo com os níveis conceptuais propostos5:

---

3 Apesar de se ter verificado, nos últimos anos, em diversos países da Europa, um incremento notável da produção de bibliografia temática, vocacionada para crianças e famílias, em Portugal existe pouca oferta de actividades de carácter pedagógico-lúdico, em termos de programas, material de apoio e literatura, nomeadamente 'Guias' apropriados para crianças e adolescentes, com percursos adaptados a diferentes idades.

1. Verbalização partilhada com base na apreensão dos elementos observados e na experiência pessoal

As crianças (grupo dos 8 aos 11 anos) focalizaram o seu raciocínio na informação disponibilizada e/ou no conhecimento recordado. Algumas crianças apresentaram ideias sobre situações históricas centrando-se no conhecimento simples do passado veiculado pela escola, comunidade ou, como no exemplo a seguir referido, pela família, podendo ser relacionado quer com a identidade colectiva (local) quer com a identidade pessoal:

> No Largo da Oliverira, o Paulo (10 anos) afirmou: "O símbolo da Câmara de Guimarães tem a Senhora da Oliveira... o meu pai trabalha na Câmara, por isso já sabia isso."

Algumas verbalizações revelam experiências prévias baseadas em ideias acerca de identidade local relacionadas com a memória e a preservação do património, como se ilustra no próximo exemplo (fig. 1):

> Ainda no Largo da Oliveira, Clarisse (10 anos), apontando para um peça de ferro fixada na parede exterior da Igreja de N.ª Sra. da Oliveira, declarou com entusiasmo, *"Eu sei para que servia… era para alertar as pessoas em caso de incêndio"*. Entretanto, a investigadora salientou que o número de toques do sino correspondia à zona onde houvesse incêndio, e o Paulo observou: *"É fácil de ver!... Está lá escrito"*. Então, o Joaquim (9 anos) quis saber, *"E ainda funciona?"*. A investigadora respondeu-lhe, *"Já não, pois agora temos a sirene dos bombeiros",* o que suscitou o seu comentário, *"Devia ser giro, um dia experimentar!"*.

Fig. 1 – Antiga 'caixa' de aviso de incêndio.

Uma situação análoga, desta vez com o grupo de 12-14 anos, revela que os adolescentes relacionam o seu conhecimento acerca do passado, ou baseado no seu universo cultural, com a realidade presente, expressando valores ligados à identidade colectiva (local) e à sua identidade pessoal:

> Quando o grupo foi questionado acerca da função da peça de ferro na parede exterior da Igreja do Carmo, Pilar (12 anos) afirmou, *"Era para avisar as pessoas quando houvesse um incêndio". A investigadora concordou, "É verdade, e os sinos tocavam tantas vezes quanto as indicadas para a área onde havia o incêndio"*, e Flávio (13 anos) acrescentou, *"A zona com mais toques era a de Santa Cruz… O meu avô é que tocava os sinos da igreja que fica no Toural, porque ele vivia na casa ao lado."*

Algumas crianças revelam ideias relacionadas com identidade pessoal, baseadas na experiência familiar, que parecem estar ligadas também à noção de *tempo* no que respeita a mudança (função) / permanência (edifício):

2. Verbalização partilhada com base na observação e na experiência pessoal, apresentando uma contextualização histórica restrita

> Joaquim (9 anos), apontando para o edifício que se vê ao cimo da Rua Conde D. Henrique, informou: *"Eu nasci ali... Antes era ali o hospital."*

Algumas crianças aplicaram ideias acerca do passado histórico e um sentido de mudança que parece apoiar-se na sua experiência e identidade pessoal:

> No início do Largo de Martins Sarmento, quando ouvia a informação acerca do local onde passaria a Rua do Sabugal, já desaparecida – pois as casas foram demolidas para a zona do Paço dos Duques ficar mais atractiva – Paulo (10 anos) revelou, *"Vivi aqui perto até aos cinco anos, e a minha mãe contou que antes havia lá casas."*

Elementos do grupo de 12-14 anos relacionaram a informação acumulada acerca do passado, com a realidade presente, expressando ideias de identidade colectiva (local) e, até, de identidade pessoal. A ocorrência de mudanças também é reconhecida, embora a façam depender de um tempo longo:

> No Largo da Oliveira, após recordar a 'Lenda da Oliveira', Pilar (12 anos) notou, "É por isso que a nossa bandeira [do município de Guimarães] tem a Senhora da Oliveira!... Ainda é a mesma oliveira?".
>
> A investigadora respondeu, "Não, não é, pois durante muito tempo a praça esteve sem oliveira, mas esta já é mais velha do que vocês, pois as oliveiras vivem muito tempo."
>
> Pilar lembrou, "Posso perguntar ao meu avô... ele tem 93 anos!".

---

4 Foram atribuídos nomes fictícios no sentido de respeitar o anonimato dos participantes.

5 Note-se que estes níveis conceptuais não pretendem ser mutuamente exclusivos, pelo menos no que toca ao pensamento individual, uma vez que foram observados em situações de interacção social entre elementos do grupo e com a investigadora.

Noutra situação, a mesma adolescente dá sentido às relações entre a informação obtida e a que lhe fora transmitida pela escola ou pela comunidade, expressando ideias de mudança/permanência relacionadas com aspectos menos conhecidos do património local:

> No final da Rua das Trinas, quando tomou conhecimento do local onde existira a Porta de Santa Luzia (com o mesmo nome da capela próxima) na muralha medieval – e que fechavam durante a noite e em situações de perigo – Pilar esclareceu, *"Há uma casa, na Alameda, que tem a muralha lá dentro!"*.

3. Reflexão criativa e personalizada, num exercício de síntese a acrescentar às características anteriores

Além de estabelecerem uma relação entre o observado e os conhecimentos anteriores, algumas crianças levantam questões sobre aquilo que observam em termos de mudanças ocorridas:

> Olhando para uma imagem antiga (1890) do Paço dos Duques de Bragança, apresentada no 'Guia', enquanto observava o edifício actual, a Sameiro (11 anos) reflectiu sobre as diferenças e perguntou, *"Como se chamam aquelas coisas à beira do telhado?"* Quando a investigadora a elucidou, "*São ameias e merlões, como os do Castelo*", a sua exclamação foi imediata "*Antes não existiam!*" [na época da imagem].

Enquanto alguns jovens tendem a ser mais influenciados por fontes de '*senso-comum*', e não contextualizam historicamente os sujeitos, pois baseiam as suas interpretações em situações factuais contemporâneas e nos seus próprios sentimentos e valores, como acontece com o Bernardo (13 anos), outros tentam já analisar a situação no seu contexto histórico específico, e até num quadro mais amplo (nacional) continuando, no entanto, a ocorrer a extrapolação de informação contemporânea para o passado, particularmente no que diz respeito a valores e crenças relacionados com identidade colectiva (local), como no caso do Teófilo (14 anos):

> Apontando para a escultura que se encontra no topo dos Antigos Paços do Concelho (fig. 2), Bernardo afirmou, *"É a estátua das duas caras... Retrata os vimaranenses, porque às vezes dizem uma coisa, e outras vezes dizem outra"*. Mas o Teófilo contrapôs, *"Isso foram os bracarenses que inventaram contra nós!... Foi por causa da batalha de Ceuta. O nosso exército estava dividido conforme as cidades, e os militares de cada cidade tinham que atacar uma parte da muralha; mas os de Barcelos ficaram com medo e fugiram, e os vimaranenses tiveram que combater pelos dois"*.

Fig. 2 – Antigos Paços do Concelho.

Alguns adolescentes observaram atentamente os espaços percorridos, comparando o passado (imagens do 'Guia') e aspectos do presente, questionando as diferenças e reflectindo sobre as mudanças ocorridas e as permanências detectadas. Também exprimem ideias relativas à valorização dos bens culturais e à sua selecção de modo a serem preservados. Tal parece relacionar-se com a identidade colectiva/local e, até, com a identidade nacional, quando se referem a evidências de património simbólico. No que respeita à conservação do património histórico e cultural, a complexidade envolvida, e que tem sido objecto de múltiplas discussões académicas, também pode detectar-se nos diferentes pontos de vista defendidos pelos adolescentes. No caso dos edifícios históricos, algumas opções incluem a sua preservação no estado em que foi encontrado; a sua reciclagem ou adaptação a novas funções; o seu restauro, procurando repor o aspecto original, utilizando técnicas tradicionais ou modernas; ou ainda, demoli-lo para dar mais 'visibilidade' a outros edifícios:

> No parque atrás do Paço dos Duques de Bragança, Pilar notou, "*Há ali em baixo uma capelinha!"*. A investigadora esclareceu tratar-se da Capela de Santa Cruz, junto da qual existia a Rua de Santa Cruz, já desaparecida. Pilar observou, "*E deixaram ficar a capela*!".

A investigadora acrescentou que as casas tinham sido demolidas e os seus habitantes foram transferidos para bairros localizados noutra área da cidade, criando-se um parque no seu lugar. De seguida, questionou-os acerca desta decisão e sobre o que decidiriam, se pudessem.

> O Flávio (13 anos) afirmou, "Eu não teria demolido as casas... Talvez só as que estivessem muito juntas ao Paço dos Duques.", mas o Bernardo contestou, "Achei positiva a modificação, pois assim aquela zona tornou-se mais atractiva." Teófilo, concordando com este último, acrescentou, "E consegue-se ver melhor o Castelo e os Paços dos Duques."

Respostas dos participantes às tarefas escritas

Numa breve abordagem quantitativa, procedeu-se a uma análise estatística simples de dados relativos ao desempenho, pelas crianças e adolescentes, nas tarefas escritas correspondentes aos "Jogos de Descoberta"6. Utilizou-se uma categorização simples de respostas, inspirada nos estudos de Peel (1971) sobre o pensamento histórico dos adolescentes, distinguindo três categorias fundamentais do pensamento explicativo:

(a) restrito,

(b) circunstancial, e

(c) imaginativo.

Teve-se em conta uma aferição cruzada das respostas a cada item, tentando-se traçar o perfil dos participantes de acordo com o nível de resposta:

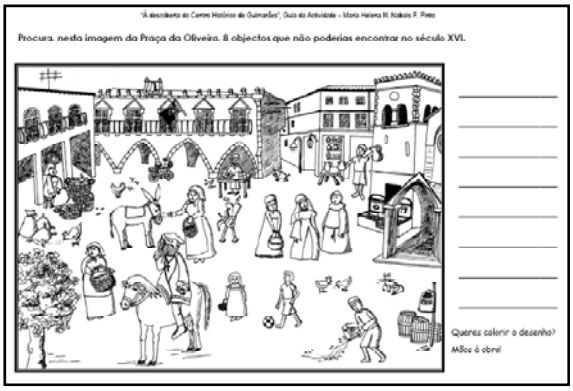
(1) Resposta inadequada – não corresponde ao sentido da proposta de actividade);

(2) Resposta aproximada ou restrita – refere correctamente apenas alguns elementos; ou não faz distinção entre o "antes" e o "agora", limitando-se a indicar indiscriminadamente as diferenças;

(3) Resposta adequada – preenche adequadamente a totalidade dos espaços indicados para o efeito, ou refere as diferenças mais notórias, distinguindo claramente o "antes" e o "agora".

A análise das respostas a estas tarefas escritas permitiu ter uma ideia mais clara da frequência com que estes jovens detectaram e descreveram as mudanças/permanências, nomeadamente pela comparação entre as imagens do 'Guia' e os locais/edifícios directamente observados. Ilustra-se aqui uma dessas tarefas escritas (fig. 3) com a qual se pretendia que os jovens assinalassem os objectos que não pertenciam ao contexto temporal apresentado.~

Fig. 3 – "Caça ao anacronismo" -



Descobrir objectos fora do contexto.

Se, nesta tarefa, grupo dos 12 aos 14 anos revelou uma prestação superior à do grupo dos 8 aos 11 anos, comparando com os resultados de outras tarefas, numa breve análise transversal, constatou-se que nem sempre a idade se apresenta como factor de melhor desempenho. Assim, na tarefa de "descoberta da toponímia" a prestação dos dois grupos foi semelhante (os mais novos responderam adequadamente em 70% dos casos e os mais velhos em 60%). Por sua vez, na tarefa de "descoberta das diferenças entre imagens antigas e respectivos espaços actuais", os participantes mais novos revelaram melhor desempenho, quer num caso em que as alterações nos espaços eram bem visíveis (responderam adequadamente 70% dos mais novos e 40% dos mais velhos), quer noutro em que aquelas não foram muito profundas (40% das crianças deram respostas adequadas e os adolescentes responderam, na totalidade, de forma aproximada ou restrita).

Reflexões finais

Procurou-se investigar de que forma a evidência patrimonial pode contribuir para a Educação Histórica, nomeadamente para a progressão do pensamento histórico dos jovens, com base em dados recolhidos no contexto de actividades educativas relacionadas com fontes materiais. A análise desses dados revelou que:

os jovens podem expressar ideias mais ou menos elaboradas relacionadas com o património (acerca de acontecimentos e personalidades históricas, de identidades pessoais e sociais, de reconstrução e preservação, de mudança e permanência), e que revelam progressão no pensamento histórico – algumas crianças do grupo de 8 a 11 anos produziram comentários semelhantes aos do grupo de 12 a 14 anos, embora o nível de reflexão criativa e personalizada, nomeadamente pela expressão de um pensamento crítico acerca das mudanças verificadas no património, se tenha observado sobretudo entre os adolescentes;

o desempenho nas tarefas propostas mostrou que os participantes de 8 a 11 anos revelaram maior dificuldade nos domínios da localização no espaço e no tempo, assim como na descoberta de alterações verificadas nos edifícios e espaços do Centro Histórico, ou seja, na aplicação dos conceitos de similaridade/diferença e mudança/permanência – a realização destas tarefas em contexto poderá ter facilitado a compreensão desses conceitos históricos, mas o facto de se tratar de uma

6 Os "Jogos de Descoberta", relacionados com o percurso seleccionado, consistiam em quatro tipos diferentes de propostas de tarefas escritas: conhecer a evolução da toponímia, fazendo corresponder nomes antigos e nomes actuais de ruas e largos; descobrir objectos fora do contexto; identificar os locais onde se encontram alguns edifícios conhecidos; descobrir as diferenças entre imagens antigas e respectivos espaços actuais.

experiência única para cada grupo (e limitada no tempo) não permitiu apurar o grau de evolução relativamente aos conhecimentos prévios dos participantes das duas faixas etárias, embora se tenha constatado a referência a informação transmitida pelo meio sociocultural, pelos média e pela escola;

as diferenças observadas na expressão do pensamento histórico acerca das evidências materiais, do património "descoberto", parecem revelar, também, que aquele estava relacionado não só com as suas aptidões pessoais, mas também com as condições específicas da metodologia utilizada – o contacto directo com o património possibilitou aos intervenientes a expressão de um pensamento histórico para além dos limites da sua educação escolar, familiar, do meio local, ou do contacto com os média, e alguns participantes parecem revelar consciência disso, quando constatam nunca ter 'olhado' verdadeiramente para muitos detalhes do Centro Histórico.

Assim, considera-se pertinente salientar algumas implicações deste estudo, nomeadamente no âmbito da Educação Histórica e da sua relação com o Património, e sobre as quais se está a aprofundar a reflexão e análise em projecto de doutoramento7.

É fundamental a realização de estudos sistemáticos sobre experiências educativas com grupos juvenis, pois a progressão no pensamento histórico implica o reconhecimento da evidência patrimonial como meio para compreender conceitos históricos e sociais, e acima de tudo, envolve aprendizagens significativas, em contexto.

A educação patrimonial pode ser desenvolvida com grupos de diferentes idades. No entanto, poucas escolas a incluem no seu projecto educativo, e muitos professores nunca contactaram com metodologias específicas neste domínio. Por outro lado, os resultados dos estudos baseados nas comunidades e no meio local, e de diversos encontros académicos ou profissionais, têm vindo a mostrar a importância da educação patrimonial nas experiências de aprendizagem dos nossos alunos, e, ainda mais desejável, a sua introdução no sistema educativo.

Acima de tudo, proporcionar aos jovens o contacto directo com fontes patrimoniais – nomeadamente se os edifícios, individualmente ou integrados em espaços urbanos, os sítios históricos e os objectos dos museus, forem interpretados em termos de evidência patrimonial – e encorajá-los a pensar e discutir sobre diferentes versões acerca do passado, pode contribuir para um melhor ensino-aprendizagem de História e favorecer a construção de uma identidade multifacetada, pois esse é um dos maiores desafios das comunidades, simultaneamente locais e globais, que caracterizam o presente.

Referências bibliográficas

Abrantes, P. (Coord.) (2001). *Currículo Nacional do Ensino Básico: Competências Essenciais*. Lisboa: Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica.

Aguilera, C.& Villalba, M. (1998). *Vamos al Museo! Guías y recursos para visitar los Museos*. Madrid: Narcea S. A. De Ediciones.

Angvik, M. & Borries B. (Eds.) (1997). *Youth and History*. *A comparative European survey on historical consciousness and political attitudes among adolescents.* Hamburg: Körber-Stiftung.

Ashby, R. (2005). Students' approaches to validating historical claims. In R. Ashby, P. Gordon, P. Lee, (Eds.), *Understanding history: Recent research in history education*, IRHE (4). London: Routledge Falmer, (pp. 21-36).

Ashby, R. (2006). Desenvolvendo um conceito de evidência. *Educar em revista*, número especial. Curitiba: Editora UFPR, (pp. 151-170).

Ashby, R., LEE, P. &. Shemilt, D (2005). Putting principles into Practice: Teaching and Planning. In M. S. Donovan, & J. D. Bransford (Eds.), *How Students Learn: History in the classroom*. Washington DC: The National Academies Press, (pp. 79-178).

Baker, D. (1999). Contexts for collaboration and conflict. In G. Chitty & D. Baker (Eds.), *Managing Historic Sites and Buildings: Reconciling Presentation and Preservation.* London: Routledge, (pp. 1-21).

Barca, I. & Pinto, H. (2006). How Children Make Sense of Historic Streets: Walking Through Downtown Guimarães. *International Journal of Historical Teaching, Learning and Research*, Volume 6, Nº 1, Jan. (ISSN 1472-9466). http://www.centres.ex.ac.uk/historyresource/journalstart.htm (consultado na Internet em 24 de Janeiro de 2007).

Barton, K. (2001). Ideias das crianças acerca da mudança através dos tempos: resultados de investigação nos Estados Unidos e na Irlanda do Norte. In I. Barca (Org.), *Perspectivas em Educação Histórica. Actas das Primeiras Jornadas Internacionais de Educação Histórica.* Braga: CEEP, Universidade do Minho, (pp. 55-68).

Barton, K. (2004). Qual a utilidade da História para as crianças? Contributos do ensino de História para a cidadania. In I. Barca (Org.), *Para uma Educação Histórica de qualidade. Actas das Quartas Jornadas Internacionais de Educação Histórica.* Braga: CIEd, Universidade do Minho, (pp. 11-28).

Cooper, H. (1992). The teaching of History. London: David Fulton.

Cooper, H. (2002). *Didáctica de la Historia en la educación infantil y primaria*. Madrid: Ed. Morata.

Cooper, H. (2006). Aprendendo e ensinando sobre o passado a crianças de três a oito anos. *Educar em revista*, número especial. Curitiba: Editora UFPR, (pp. 171-190).

7 Doutoranda em Educação – área de Metodologia do Ensino de História e Ciências Sociais – IEP-Universidade do Minho, sob orientação da Prof. Doutora Isabel Barca; bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT); e membro da equipa do Projecto "Consciência Histórica: Teoria e Práticas II", aprovado pela FCT (PTDC/CED/72623/2006).

Lee, P. (2005). Putting principles into practice: understanding History. In M. S. Donovan & J. D. Bransford (Eds.), *How students learn: History in the classroom*. Washington, DC: The National Academies Press, (pp. 31-77).
Lee, P. & Ashby, R. (2001). Empathy, perspective taking, and rational understanding. In O. L. Davis; E. Yeager & S. Foster (Eds.), *Historical empathy and perspective taking in the social studies.* Oxford: Rowman & Litlefield Publishers Inc., (pp. 21-50).
Le Goff, J. (Coord.), (1998). *Patrimoine et Passions Identitaires.* Actes des Entretiens du Patrimoine. Paris: Fayard, Éditions du Patrimoine.
Levstik, L.; Henderson, A. & Schlarb, J. (2005). Digging for clues: an archaeological exploration of historical cognition. In R. Ashby; P. Gordon & P. Lee (Eds.), *Understanding History: Recent Research in History EducationI.* IRHE (4). London: Routledge Falmer, (pp. 37-53).
Lima, A. & Reis, M. (2001). O culto moderno dos monumentos. Os públicos do Parque Arqueológico do Vale do Côa. In M. E. Gonçalves (Coord.), *O caso de Foz Côa: Um laboratório de análise sociopolítica.* Lisboa: Edições 70, (pp. 145-192).
Lowenthal, D. (1999). *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press.
Nakou, I. (2003). Exploração do pensamento histórico das crianças em ambiente de museu. In I. Barca (Org.), *Educação Histórica e Museus. Actas das Segundas Jornadas Internacionais de Educação Histórica.* Braga: CIEd, Universidade do Minho, (pp. 59-82).
Nakou, I. (2006). Museus e Educação Histórica numa realidade contemporânea em transição. *Educar em revista*, número especial. Curitiba: Editora UFPR, (pp. 261-273).
Pais, J. M. (1999). *Consciência Histórica e Identidade: Os jovens portugueses num contexto europeu.* Oeiras: Celta Editora.
Peel, E. (1971). *The nature of adolescent judgment*. London: Staples Press.
Pinto, H. (2004). *Guimarães, Centro Histórico: Património e Educação.* Dissertação de Mestrado em Património e Turismo, apresentada à Universidade do Minho.
Pinto, H. (2007). À descoberta do Centro Histórico de Guimarães: uma experiência com crianças e adolescentes. In M. A. Schmidt & T. B. Garcia (Orgs.), *Perspectivas de Investigação em Educação Histórica. Atas das VI Jornadas Internacionais de Educação Histórica*, v. II. Curitiba: Editora UFPR, (pp. 76-92).
Ramos, F. R. (2004). *Museu, ensino de história e sociedade de consumo.* Cadernos Paulo Freire, 2. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará.
Schmidt, M. A. & Garcia, T. B. (2006). Pesquisas em Educação Histórica: algumas experiências. In *Educar em revista*, número especial. Curitiba: Editora UFPR, (pp. 11-31).
Schmidt, M. A. & Garcia, T. B. (2007). O trabalho com objetos e as possibilidades de superação do sequestro da cognição histórica: estudo de caso com crianças nas séries iniciais. In M. A. Schmidt & T. B. Garcia (Org.), *Perspectivas de Investigação em Educação Histórica. Atas das VI Jornadas Internacionais de Educação Histórica*, v.1. Curitiba: UFPR, (pp. 52-57).
Shemilt, D. (1987). Adolescent ideas about evidence and methodology in history. In C. Portal (Ed.), *The History Curriculum for Teachers.* London: The Falmer Press, (pp. 39-61).

As crianças quilombolas de Mato Grosso do Sul/Brasil e suas vivências lúdicas: relatos orais e imagens1

Arilma maria Spindola
Organização Mundial para Educação Pré-Escolar - OMEP/BR/MS
arilmaspindola@hotmail.com
Ordália Almeida
UFMS/UMINHO
ordaliaalmeida@terra.com.br

Resumo: Esta comunicação resulta da investigação realizada sobre "A cultura da criança Quilombola: resgate referenciado em Estudos, Relatos Orais e Imagens", e teve por objetivo rastrear os aspectos teóricos e vivenciais das culturas infantis, em especial das culturas das crianças quilombolas. A pesquisa permitiu-nos assimilar elementos importantes para a compreensão das diversas concepções sobre infância no âmbito da educação e da cultura, no cotidiano e nas relações sociais que se estabelecem em comunidades quilombolas, entre crianças de uma mesma idade, entre crianças de idades diferentes, e entre elas e os adultos. As estratégias utilizadas sustentam-se nos pressupostos da investigação qualitativa e o percurso metodológico escolhido para seu desenvolvimento foi pautado na revisão da literatura, em estudos teóricos, registros de relatos orais, fotográficos e em observações dos processos vivenciais das crianças quilombolas e seus familiares. Esta fundamenta-se nos construtos teóricos da sociologia da infância, que reconhece a criança como ator social e sujeito histórico, portador e produtor de cultura; e ainda, as comunidades estudadas revelaram que é, no relacionamento adulto/criança inseridos em seu contexto social que são estabelecidas as relações que lhes permitem construir e reconstruir seus processos culturais e educativos. O contexto da pesquisa dá-

1 Artigo apresentado no X Congresso Luso-Afro-Brasileiro Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto, realizado em Braga/Portugal na Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais, no período de 4 a 7 de fevereiro de 2009.

se nas comunidades Furnas do Dionísio, no município de Jaraguari, e Furnas da Boa Sorte, em Corguinho, no Estado de Mato Grosso do Sul. Vários autores subsidiam o desenvolvimento desta pesquisa, oferecendo elementos teóricos para as reflexões realizadas ao longo do texto e para o desencadeamento das análises feitas com base nos dados coletados, dentre eles destacamos Demartini (2002), Chauí (1989) Farias (2002), Quinteiro (2002), Kramer (1996), Sarmento (1997, 2003, 2004, 2005) Corsaro (2003), Shirota (1998), Mantondon (2005), Mollo-Bouvier (1994). O estudo realizado possibilitou-nos identificar aspectos das culturas das crianças quilombolas, sujeitos do estudo. O trabalho parte do pressuposto de que o reconhecimento das manifestações e expressões culturais presentes nas brincadeiras, causos, histórias contadas, canções e danças, contribuiem para a valorização e preservação do universo cultural dessas comunidades. Constatamos que as crianças vivem processos culturais vinculados aos seus familiares, muitos dos quais, passados de geração para geração. No entanto, não há mecanismos sociais próprios de preservação de suas culturas, desse modo, trabalhos de investigação são imprescindíveis para o registro e preservação da cultura desses povos.
Palavras-chaves: Criança quilombola; Culturas Infantis; Infância.

INTRODUÇÃO

A infância constitui-se de forma diferenciada em cada momento histórico e, dependendo do valor que lhe é atribuído, à crianças é dada a oportunidade de viver determinadas experiências. Através das histórias de vida que os adultos contam, não é possível entender a infância do ponto de vista da criança. As infâncias discutidas nos textos são inúmeras vezes diferentes das infâncias vividas, a diferença está entre o eu que narra e o eu que é vivido na infância, em suas experiências. As lembranças da infância, podem omitir fatos e, neste caso, falaremos de uma infância que existe só na imaginação. E, não se pode perder de vista que:

> A infância é reinventada por cada sociedade: cada sociedade pode criar a sua própria imagem do que são as crianças. A imagem é uma convenção cultural, e existem muitas imagens possíveis. Algumas concentram no que as crianças são no que elas têm e no que elas podem fazer, enquanto que outras, infelizmente concentram-se no que as crianças não são, no que elas não têm e no que elas não podem fazer. Algumas imagens focalizam mais as necessidades do que as capacidades e potenciais, o que as criança não podem ser ou fazer, em vez do que elas podem ser ou fazer (GANDINI; EDWARDS, 2002, p. 76).

As experiências profissionais suscitaram em nós o desejo de conhecer um pouco mais a infância na atualidade e o desejo de desenvolver um trabalho mais amplo e aprofundado sobre o que hoje se denominam culturas infantis, isto é:

> a consideração das crianças como actores sociais de pleno direito, e não como menores ou como componentes acessórios ou meios da sociedade dos adultos, implica o reconhecimento da capacidade de produção simbólica por parte das crianças e a constituição das suas representações e crenças em sistemas organizados, isto é, em culturas. (SARMENTO & PINTO, 1997, p. 20)

E, ainda, o acesso à literatura na área da sociologia da infância permitiu-nos constatar que:

> mais recentemente, a investigação antropológica tem vindo entre nós a produzir um conjunto relevante de investigação em torno das culturas da infância na demanda do que chama "epistemologia da infância" (Iturra, 1997). Coloca-se aqui a interessante questão de saber se as culturas da infância radicam, como a expressão parece querer significar, num sistema de construção de conhecimento e de apreensão do mundo específico das crianças e alternativo (ou pelo menos, diferente) dos adultos. A questão radica, por outras palavras em saber se a produção das culturas pela infância tem uma natureza estritamente social, isto é ocorre nas condições específicas da ação social das crianças no quadro das estruturas sociais em que se integram, ou se, mais lentamente, essa produção cultural se sustenta numa *episteme*, mesmo se esta é radicada na sociedade e na história. (SARMENTO & PINTO, 1997,21)

Esta proposição de Sarmento aponta para a necessidade de se considerar tal questão no contexto de vida da criança. Precisamos também prestar atenção nessa criança sobre a qual nos dispomos a falar. É preciso que voltemos nossos olhares para essa criança, para que possamos saber mais a respeito dela. Almejando encontrar formas apropriadas de sentir, ver, ouvir e interpretá-las, e, a partir dessa diversidade, discutirmos as culturas infantis.

Ao abordar aspectos das culturas infantis devemos reconhecê-los como próprios da criança e, sendo assim, olhar a infância sob nossa óptica, é tarefa árdua, implica em considerarmos o seu próprio ponto de vista e, também reconhecermos que há uma variedade enorme de concepções de infâncias. Nesse sentido, vislumbramos a possibilidade de realizar aprofundamento teórico que nos desse suporte para analisar e discutir os processos e produtos das culturas infantis, resgatados nos contextos de vida das crianças quilombolas de Mato Grosso do Sul.

O objetivo da pesquisa constituiu-se, portanto, em compreender os processos e produtos das culturas infantis, resgatados nos contextos de vida das crianças das comunidades afrodescendentes de Furnas do Dionísio e Furnas da Boa Sorte. Para seu desenvolvimento pautamo-nos na abordagem etnográfica e, segundo André (2000, p.30), a pesquisa etnográfica busca a formulação de hipóteses, conceitos, abstrações, teorias e não sua testagem. Essa abordagem permitiu-nos recorrer a diversas fontes para recolha e análise dos dados, dentre elas optamos por fazer uso de fotografias, relatos orais, contação de histórias e causos, brinquedos, brincadeiras, representações e danças, resgatando o universo cultural em que vivem e que constroem.

A pesquisa em questão vincula-se aos estudos desenvolvidos sobre as culturas infantis. Fundamentamo-nos em pressupostos da sociologia da infância, considerando-se que as comunidades estudadas revelaram que é no relacionamento adulto-criança inseridos em contexto social que são estabelecidas as relações intergeracionais que permitem construir e reconstruir os processos culturais e educativos.

QUANDO AS PALAVRAS FALAM MAIS QUE AS IMAGENS: REFERÊNCIAS TÉORICAS SOBRE A INFÂNCIA

Os estudos atuais sobre infância procuram entendê-la em toda a sua complexidade e seus modos de vida. Embora exista ainda estudiosos que vêem a criança de uma forma homogeneizada, desconsiderando as diferenças e a forma de vida de cada uma delas, em cada lugar do planeta, determinando condições iguais a cada criança. Alguns estudos sobre a concepção dos sujeitos infantis, nos mostram a falta de valorização da criança. Benjamin (1993, p.57) afirma que "articular o passado historicamente não significa reconhecê-lo como verdadeiramente foi. Significa apoderarmo-nos de uma memória tal como ela relampeja num momento de perigo", portanto, o reconhecimento da infância enquanto categoria social ensejou a criação de um campo de estudo voltado ao conhecimento mais aprofundado de sua especificidade.

Sarmento (2005) destaca que a construção moderna da infância fez com que se efetivasse uma separação do mundo do adulto e, ao mesmo tempo, a institucionalização da criança. A criação de espaços educativos próprios para as crianças (creche e instituições públicas) levou, efetivamente, à separação dos adultos, desencadeando o processo de construção simbólica sobre a infância. Para o autor, a construção da infância na modernidade gerou, também, processos de disciplinarização para ela, inerentes à criação da ordem social dominante. A contemporaneidade veio realçar a diferença da infância, como categoria geracional distinta, nos planos estrutural e simbólico (SARMENTO, 2004). Conforme o autor, é essa diferença que compete à sociologia da infância esclarecer, mas para isso é absolutamente indispensável considerar a diversidade das condições de existência das crianças e seus efeitos e conseqüências sociais.

A sociologia da infância tem sido um campo do conhecimento que tem nos permitido lançar olhares diferentes para as crianças, buscando compreender as diversas dimensões da infância e sob seus próprios pontos de vista. O que implica afirmar que são necessárias mais pesquisas que dimensionem as relações construídas pelas crianças e seus pares num mundo organizado na perspectiva do adulto, e que nos permitam conhecer as formas como as crianças estão produzindo suas próprias culturas, superando limitações e quebrando as barreiras que os adultos lhes impõem.

Muller & Delgado (2005) em seu texto "Sociologia da Infância: pesquisa com crianças" destacam a contribuição de Prout (2004, p.3-4) , o autor sustenta a idéia de que o encontro entre a sociologia e a infância é marcado pela modernidade tardia e, assim, a sociologia da infância encontra-se perante uma dupla missão: criar espaço para a infância no discurso sociológico e confrontar a complexidade e ambigüidade da infância na qualidade de fenômeno contemporâneo e instável.

Esse autor destaca os dualismos da sociologia da infância. No primeiro denomina de estrutura e ação: em que a fundamentação da sociologia da infância baseada na idéia de que a infância é uma construção social o reducionismo biológico, substituindo-o pelo reducionismo sociológico, o que o autor compreende como problemático. E o segundo, ser e devir em que aponta o caráter inacabado da vida dos adultos é tão evidente quanto o das crianças. Ainda, na perspectiva de Prout, as crianças e os adultos devem ser vistos como uma multiplicidade de seres em formação, em sua incompletude e dependentes, o que pressupõe a necessidade de se superar o mito da pessoa autônoma e independente, como se fosse possível não pertencermos a uma complexa teia de interdependência.

Esse campo de conhecimento tem tido como responsabilidade maior trazer elementos para que compreendamos o sentido das culturas infantis e de como as mesmas podem ser entendidas nos processos investigativos desenvolvidos pelos adultos. Esses processos devem essencialmente superar a visão limitante e limitadora das lentes interpretativas que sempre viram as crianças numa situação de transitoriedade e dependência, uma representação da infância sustentada pela incompletude, na incompetência e na imperfeição das formas de pensamento (SARMENTO, 2005). Nessa perspectiva teórica cabe-nos a tarefa de buscar recursos teórico-metodológicos que evidenciam os processos de vivência e produção das culturas infantis.

QUANDO AS IMAGENS FALAM MAIS QUE AS PALAVRAS: VIVÊNCIAS LÚDICAS DAS CRIANÇAS QUILOMBOLAS

Em cada rosto uma expressão, em cada expressão um gesto, assim as crianças quilombolas vão constuíndo cotidianamente suas vências lúdicas. Ao estabeleceram as relações entre si permitem-se explorar e transformar a realidade circundante em espaço de vida, alegria e descoberta.

Crianças da comunidade de Furnas da Boa Sorte
Foto: Arilma Maria de Almeida Spindola

À medida em que ìamos convivendo com as crianças e suas famílias, fomos percebendo que elas ficavam mais a vontade e agiam com mais naturalidade, isso permitia-nos acompanhar suas ações nos diversos espaços das comunidade. A dimensão lúdica desse espaço era dado pelas crianças, pois eram capazes de transfomá-lo em um universo de significações culturais e socias inerentes à infância e que explicitam os contextos de vida das crianças quilombolas.

As observações e os registros realizados por nós tiveram, portanto, o suporte da sociologia da infância, a perspectiva adotada reconhece a criança como cidadã, isso implica em analisar suas ações a partir do reconhecimento de que são atores sociais de pleno direito, reafirmando mais uma vez que são produtoras e produtos da cultura a qual estão inseridas. E, desse modo, considerá-la e reconhecê-la como categoria social implica em analisar suas ações a partir delas mesmas. Nesse contexto teórico as crianças são interpretadas considerando as relações sociais, culturais e simbólicas que estabelecem entre si e com os adultos. Sob essa ótica, Neri (2002) infere:

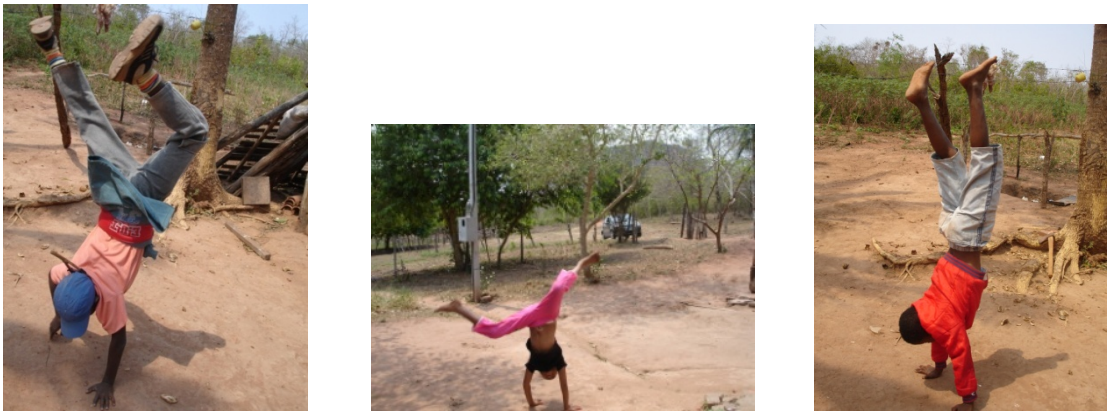
> O significado das ações humanas e os sentidos produzidos nas práticas sociais são múltiplos e tornam-se significativos para os sujeitos, de acordo com as posições e os modos de participação deles nas relações sociais que estabelecem. Sendo assim, a apropriação destas práticas torna-se essencialmente uma questão de pertencer e participar das mesmas, onde o sujeito, na dependência e na diferenciação do outro, se constitui nas relações significativas com esse outro.

As crianças criam, em seu dia-a-dia, situações variadas de brincar, e nesses momentos vão vivendo processos de interação variada. Em algumas circunstâncias a brincadeira solitária satisfaz, consegue viver momentos de ludicidade sozinha, em outras circunstância recorre a processos interativos com outras crianças para a criação e vivencia de momentos lúdicos. Ao andarmos pela comunidade, nos dias em que realizávamos as observações, deparamo-nos com várias situações interessantes, nas quais as crianças se deixavam fotografar. Procuramos não interferir com perguntas para não quebrar a naturalidade das ações empreendidas por elas.

Buscamos reconhecer em cada gesto, em cada imagem, marcas das culturas da infância, por entendermos que *"constituem as culturas da infância as acções dotadas de sentido, os processos de representação e os artefatos produzidos pelas crianças".* (SARMENTO, 2002)

Criança da comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte, brincando de estilingue.
Foto: Arilma Maria de Almeida Spindola

Nossas observações levaram-nos a constatar que as crianças são capazes de criar brincadeiras variadas e, muitas vezes, não precisam de recursos materiais para desenvolvê-las, o próprio corpo é utilizado para o desenvolvimento da brincadeira.



Crianças da comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte, brincando de estrelinha.
Foto: Arilma Maria de Almeida Spindola

É muito interessante acompanhar o movimento das crianças, elas vão ocupando espaços variados e, ao explorá-los, vão criando novas possibilidades lúdicas. Diferentemente das crianças da cidade, essas crianças são capazes de criar e inventar brincadeiras. Elas não precisam dos artefatos tecnológicos para interagir com os seus pares ou se envolver na brincadeira.

São os recursos apresentados pelo meio que as estimulam a criar a brincadeira. Isso pode ser constatado com a brincadeira criada por elas, recorrendo a um galho de árvores como suporte para o balanço do corpo de cabeça para baixo.

Crianças da comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte, brincando de balanço.
Foto: Arilma Maria de Almeida Spindola

As crinças se divertiam com as coisas mais simples, e relacionavam-se, nessas brincadeiras com crianças de idades diferentes. Não havia uma determinação da idade para participar. No caso da brincadeira acima, muitas crianças estavam presentes, mas algumas agiam, apenas, como observadoras, não se propunham a realizar a brincadeira. Mas nem por isso deixava de participar, gritando, festejando a consquista do outro e até, desafiando-se ao subir no pé da árvore.

O desenvolvimento da pesquisa, de modo especial, a recolha das imagens, leva-nos a resgatar aspectos teóricos da sociologia da infância que referendam o que fomos coletando. A constatação de que as crianças afro descendentes criam e recriam seus contextos de vida consolidam a idéia de que:

> As culturas são o ponto de confluência desigual de factores que se localizam, numa primeira instância, nas relações sociais globalmente consideradas (especialmente de classe, etnia e género) e, numa segunda instância, nas relações inter e intrageracionais. Esta convergência ocorre na acção concreta de cada criança, nas condições sociais (estruturais e simbólicas) que produzem a possibilidade de sua constituição como sujeito e actor social. (SARMENTO, 2002)

A compreensão de que os diversos espaços sociais propiciam a constituição do sujeito levou-nos a as observar e realizar registros das atividades desenvolvidas nas instituições de educação das duas comunidades. Nosso olhar voltava-se para as interações e as atividades lúdicas. Geralmente, nesse contexto, era dada maior ênfase às atividades que privilegiavam aspectos da *"cultura escolar"* (SARMENTO, 2002).

Sala Multiserriada da escola da comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte,
Foto: Arilma Maria de Almeida Spíndola

Apesar da diferença de idade e de tipos de tarefas, todos participam da correção da tarefa do outro. Há nesse momento um aprendizado coletivo. E a professora, a medida em que vai corrigindo as atividades das crianças, conversa com elas estabelecendo uma relação bastante afetiva.

Na hora do intervalo, as crianças se reunem no pátio coberto da escola e brincam juntas, independentemente da diferença de idade. Partilham dos mesmos momentos sem sentir a necessidade de se separarem por faixa etária, como

geralmente vemos nas outras escolas. Aqui, mais uma vez, destacamos o valor das relações intergeracionais e intrageracionais para o desenvolvimento das aprendizagens infantis.

Crianças da comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte.
Foto: Arilma Maria de Almeida Spindola

O processo de interação ocorre plenamente, também nos momentos da brincadeira. Elas brincam de corre-cutia, uma bricadeira que sempre fez parte das brincadeiras tradicionais infantis.

Crianças da comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte, brincando de corre-cutia.
Foto: Arilma Maria de Almeida Spindola

Brincam de chicotinho queimado... Nessa brincadeira, metade das crianças fecham os olhos e contam e a outra metade vai esconder, cada uma das que contam precisa achar pelo meos um par, quem não encontra ninguém sai fora do jogo. Os que não querem participar da brincadeira ficam de fora, observando seus colegas. Há, nesse momento muita gritaria, correria e gargalhada, eles e divertem muito.

Crianças da comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte, brincando de chicotinho queimado.
Foto: Arilma Maria de Almeida Spindola

As cantigas de roda também fazem parte do universo da criança quilombola, dentre elas observamos que as crianças conhecem …Ciranda Cirandinha, A linda rosa Juvenil, Se esta rua fosse minha...entre outras. Essas contigas são sempre resgatadas pelas crianças e vimos que são as mesmas lembradas pelos adultos quando falavam das contigas que marcaram a sua infãncia.

Ao finalizarem uma brincadeira, alguém sugeria uma nova e sem a interferência dos adultos, definiam do que iam brincar. Havia uma grande harmonia entre as crianças e, em algumas circunstâncias as crinças pequenas diziam às maiores do que iam brincar.

Crianças da comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte, brincando de roda
Foto: Arilma Maria de Almeida Spindola

Todo espaço da escola é explorado e utilizado no momento da realização das brincadeiras. Vivo-morto é outra brincadeira presente no cotidiano das crianças. Observamos que a medida em que tinha liberdade para criar suas brincadeiras, iam resgatando aquelas que também fizeram parte da infância dos seus avós, pais e muitos de nós.

Isso remete-nos, também, aos espaços das instituições educacionais das cidades. Em que medidas essas vivências lúdicas estão presentes no cotidiano das crianças que as frequentam? Não temos respostas baseadas em observações, mas bem sabemos que as crianças dessas escolas, geralmente, não têm tempo para brincar. E, em sua grande maioria, desconhecem esses brincadeiras.

Crianças da comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte, brincando de morto-vivo.
Foto: Arilma Maria de Almeida Spindola

Nós, adultos, temos que criar as circunstâncias necessárias para que as crianças da Educação Infantil e dos primeiros anos do Ensino Fundamental possam viver situações de experiência que lhes permitam conhecer e brincar com as brincadeiras tradicionais da infância.

O Jogo de futebol, também, faz parte do cotidiano dessas crianças, meninos e meninas brincam livremente no pátio de suas casa.

Crianças da comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte, brincando com bola.
Foto: Arilma Maria de Almeida Spindola

Qualquer objeto serve para entretê-las, para viverem sua capacidade imaginativa e desenvolver sua criatividade. A palavra perigo parece não existir por aqui, as crianças manuseia objetos que, geralmente, as crianças das cidades não podem usar, porque os adultos acham que correm muito risco. Vejam as crianças abaixo usando objetos diferentes para brincarem. Em alguns casos supervisionados pelo olhar adulto, ou, às vezes, seus próprios pares, que apreciam o que a criança faz, ao invés de proibí-la.

Crianças da comunidade Quilombola Furnas do Dionísio, explorando os objetos do seu meio
Foto: Arilma Maria de Almeida Spíndola

Em cada gesto, uma descoberta…
Em cada objeto, um entretenimento…

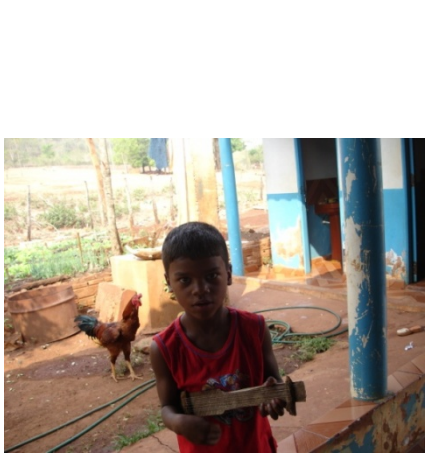
Crianças da comunidade Quilombola Furnas do Dionísio, explorando os objetos do seu meio
Foto: Arilma Maria de Almeida Spindola

Os animais, também são usados como brinquedos. A criança explora todo o seu meio e o transforma para satisfazer suas necessidades lúdicas. A brincadeira, que foi iniciada por uma criança, aos poucos vai chamando a atenção de outras, que vão se envolvendo no ato de brincar, e o que era uma brincadeira individual passa a ser coletiva.

Crianças da comunidade Quilombola Furnas do Dionísio fazem do porquinho o seu carrinho de mão
Foto: Arilma Maria de Almeida Spindola

Ao andarmos, no decorrer dos dias pelas redondezas, descobríamos contextos variados. A música aparece como uma das linguagens exploradas pelas crianças quilombolas. Elas transformavam madeiras em violas e juntas com outras crianças brincavam como se fosse um conjunto musical. Os instrumentos musicais artesanais eram misturados com os intrumentos industrializados, utilizados pelos adultos nos momentos de comemoração e realização de algumas festas da comunidade.

As crianças de Furnas do Dionísio, tocavam violas de pedaços de madeira e envolviam as outras crianças em suas brincadeiras. Aos pucos mais crianças iam se aproximando e se envolviam na situação apresentada.



Crianças da comunidade Quilombola Furnas do Dionísio tocando seus instrumentos musicais
Foto: Arilma Maria de Almeida Spindola

Cada trazia o que tinha para participar e decidiam juntos o que seria feito. Nesse dia em especial, resolveram jogar capoeira. Algumas crianças iam tocar instrumentos e outras se dispuseram a jogar.

Crianças da comunidade Quilombola Furnas do Dionísio tocando seus instrumentos musicais
Foto: Arilma Maria de Almeida Spindola

O envolvimento é visível de todos é visível, acostumados com nossa presença, já desinibidos, todos queriam dar a sua palhinha

Crianças da comunidade Quilombola Furnas do Dionísio, preparando para uma luta de capoeira
Foto: Arilma Maria de Almeida Spindola

Uma brincadeira era o estímulo necessário para o surgimento de outras, ao ouvirem a música, as crianças começaram a dançar e logo em seguida a fazer uma disputa de quem conseguia ficar de ponta-cabeça (passos da capoeira) por um maior período e outros passos eram ensaiados.

Crianças da comunidade Quilombola Furnas do Dionísio, ensaiando alguns passos da capoeira
Foto: Arilma Maria de Almeida Spindola

Resgatamos um outro contexto educativo, em que a professora rodeada pelas crianças faz a correção das atividades desenvolvidas. Elas acompanham o que a professora está destacando na atividade de cada um. Esta é uma cena da Escola Furnas do Dionísio, também uma sala multiseriada, que utiliza estratégias metodológicas da Escola Ativa.

Professora e crianças de Furnas do Dionísio, no momento da correção das atividades
Foto: Arilma Maria de Almeida Spindola

Mais uma vez, observamos que crianças em idades diferentes participam da mesma turma, em séries diferentes. Cabe a professora diversificar as atividades de acordo com a série de cada uma delas. Nesse contexto, como afirma Jeveau (2005), a criança *"encontra-se na imagem do aluno visto sob o ângulo das competências cognitivas e comportamentais, entre outras, tais como são tomadas pela instituição escolar"*. Exige-se delas determinadas posturas que correspondam aos anseios criados pela sociedade para o o cumprimento das normas estabelecidas para toda e qualquer instituição educativa, independentemente do espaço social em que ela se localiza.

Essa normatividade pode ser quebrada se houver iniciativa dos professores, se ele buscar compreender as necessidades próprias das crianças. No caso da sala observada, em alguns momentos, a professora realiza, após as atividades de desenvolvimento dos conteúdos escolares, atividades lúdicas em sala. Ela convida as crianças para dançarem uma dança típica chamada a "dança da cobrinha". Quebra-se portanto, aquele ritual escolar e as crianças alegres e bem dispostas participam.

Professora e crianças da comunidade Quilombola Furnas do Dionísio, dançando a dança da cobrinha.
Foto: Arilma Maria de Almeida Spindola

As crianças brincam a vontade e participam sem o menor constrangimento de momentos em que precisam formar pares com crianças do sexo oposto como foi o caso da brincadeira, dança da cobrinha, em que tinham que buscar um par para dançar. Essa dança que parece muito com a quadrilha das festas juninas.

Crianças da comunidade Quilombola Furnas do Dionísio, dançando a dança da cobrinha.
Foto: Arilma Maria de Almeida Spindola

Como tínhamos autorização para entrarmos em todos os espaços da comunidade e fazermos as observações e registros, alertamos, inicialmente, as professoras das duas comunidades de que não avisaríamos quando íamos fazer as observações e que no momento de nossa chegada era para continuarem a desenvolver suas atividades normalmente. Assim, conseguíamos registrar as atividades em curso.

Outra brincadeira que aconteceu nesse dia foi "tá pronto seu lobo", observamos que as crianças reagiam normalmente à participação da professora, o que nos leva a inferir que era uma ação habitual, ou seja, que a professora sempre participava das brincadeiras realizadas na sala. Havia uma grande interação entre ela e as crianças. A professora interage com as crianças e seus pares, principalmente, nos momentos lúdicos, oportunidade criada para para refletir sobre suas ações, isto é, pensar sobre o fazer pedagógico e promover a sociabilização e autonomia das crianças.

Professora e crianças da comunidade Quilombola Furnas do Dionísio, brincando na sala.
Foto: Arilma Maria de Almeida Spindola

As imagens registradas nos momentos de observação apresentam aspectos importantes da vida das crianças quilombolas. Constatamos que elas nos deixam conhecer o seu mundo, através de suas ações, ações que se transformam em vozes, vozes que revelam a riqueza de suas brincadeiras e de seus encontros. No campo da sociologia da infância, ao

investigarmos devemos valorizar todas as linguagens infantis. Para as crianças não há limites determinados pelos processos definidos pelos adultos. Temos que ter a capacidade de mudar percursos, caso o caminho traçado não nos permita, revelar os modos de vida das crianças.

No processo de investigação vamos sentindo a necessidade de criar possibilidades de construir novos conhecimentos, muitas vezes os determinantes iniciais não nos permitem exergar a realidade como ela se apresenta. No caso específico, a observação nos permitiu enxergar os modos de vida das crianças afro-decendentes, opotunizando-nos a compreender as condições sociais em que elas vivem, e que as mesmas são *"seres sociais, e como tais, distribuem-se pelos diversos modos de estratificação social: a classe social, a etnia a que pertencem, a raça, o género, a região do globo onde vivem". E que "os diferente espaços estruturais diferenciam profundamente as crianças".* (SARMENTO, 2005, p. 370)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa foi de extrema relevância para nossa formação, o seu desenvolvimento permitiu-nos resgatar momentos importantes da nossa infância além da nossa trajetória de formação profissional. Ao realizá-la desenvolvemos estudos dos referenciais teóricos que consolidam os estudos já realizados e, também, possibilitaram a construção de bases teóricas que nos permitem abrir novos horizontes profissionais.

Ao definir a trajetória metodológica e buscar colocá-la em prática fomos constatando que é no processo de pesquisa que podemos construir novos conhecimentos e que só através do desenvolvimento de processos de pesquisas vamos desvelando realidades existentes e que muitas vezes, ficam no anomimato, porque nunca se tem certeza de qual caminho deve ser percorrido e em se tratando de pesquisas que envolvem crianças nunca se tem a certeza de que a construção da cultura efetuada pela criança será exatamente a desejada pelo adulto.

O resultado da pesquisa aponta para o entendimento que entre as comunidades estudas existe o predomínio de uma cultura construída empiricamente na relação das crianças com os adultos e das crianças com seus pares. Valorizamos os processos sociais das crianças observadas como aqueles que compõem a cultura das crianças própria das crianças quilombolas.

Mesmo sabendo que as culturas infantis não se limitam as brincadeiras, histórias, músicas e brinquedos, foi possível verificar que os elementos da cultura dos adultos surgem na cultura infantil. Esses elementos aparecem quando analisamos os relatos dos pais, dos parentes, dos professores.

Como parte da cultura quilombola destaca-se as brincadeiras tradicionais infantis, elemento folclórico das duas comunidades, é nelas que se guarda a maior parte da produção cultural das crianças, transmitida oralmente por seus familiares, numa perpectiva intergeracional e que, lamentavelmente, não se tem, no caso específico das comunidades Furnas do Dionísio e Boa Sorte registros dessas culturas.

Desejamos que o trabalho aqui apresentado contribua para a construção de um acervo que garanta a manutenção da cultura dos povos quilombolas. povos que trouxeram contruibuições valiosas para a constituição das demais culturas brasileiras.

REFERÊNCIAS:

ANDRÉ, M.E.D. (2000). *Etnografia da Prática Escolar.* São Paulo: Papirus.

BENJAMIN, W. (1993). *Obras escolhidas vol. I: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense.

BENJAMIN, W. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus, 1984.

BONDIOLI, A. (Org.) (2004) *O Tempo no cotidiano infantil: perspectivas de pesquisa e estudo de casos*. São Paulo: Cortez.

BRAGA, E. dos Santos (2000). *A constituição social da memória: uma perspectiva histórico-cultural*. Ijuí: Unijuí.

BROUGÈRE, G. (1995). *Brinquedo e cultura.* São Paulo: Cortez.

CORSARO, W. A. (2005). *Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com as crianças pequenas.* In. Sociologia da Infância: pesquisas com crianças. Revista Educação e Sociedade, nº 91,vol. 26 – Mai./ago.

DELGADO, A. C. C. (2005). *Infâncias e crianças: o que nós adultos sabemos sobre elas?* Mimeo.

FARIA, A. L.G. de; DEMARTINI, Z. B. F.; PRADO, P. D. (Orgs.). (2002). *Por uma cultura da Infância: metodologias de pesquisa com crianças.* Campinas: Autores Associados.

FARIAS. M. (2005). *Infância e educação no Brasil Nascente*. In. VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de (org.) Educação da infância: história e política, Rio de Janeiro: DP&A editora.

FONSECA, M. N. S. (Org.) (2000). Brasil afro-brasileiro. Belo Horizonte: Autêntica.

JEVEAU, C. (2005). *Criança, infância (s), crianças: que objetivo dar a uma ciência social da Infância?* In. Sociologia da Infância: pesquisas com crianças. Revista Educação e Sociedade, nº 91,vol. 26 – Mai./ago.

KOHAN, W. O. (2003). *Infância, entre Educação e Filosofia.* Belo Horizonte: Autêntica.

KRAMER, S. (1996). *Pesquisando infância e educação: um encontro com Walter Benjamin.* In: KRAMER, S.; LEITE, M. I. (org.) Infância: fios e desafios da pesquisa. 5.ed. Campinas, SP:Papirus.

LAJOLO, M. (1997). Infância de papel e tinta. In: FREITAS, Marcos César. História Social da Infância no Brasil. Cortez/ USF – IFAN.

LIMA, L. L. G. VENÂNCIO, R. P. (1992). O Abandono de Crianças Negras no Rio de Janeiro, Del Priore, Mary, 2 ed. São Paulo: Contexto.

NERI, V. L. (2002). As interações sociais e a formação da identidade da criança. Universidade Federal Fluminense – UFF: Rio de janeiro.
PRADO, P. D. (Orgs.) (2002). Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças. Campinas: Autores Associados.
PRIORE, Mary Del. (1996). *História da criança no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto. Col. Caminhos da História
SARMENTO, M. J. (2001). *A globalização e a Infância: impactos na condição social e na escolaridade*. In: GARCIA, R. L. (org.) *Em defesa da Educação Infantil*. Rio de Janeiro: DP&A.
SARMENTO, M. J. (2004). *As Culturas da Infância nas Encruzilhadas da Segunda Modernidade*. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. Crianças e Miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Porto, Portugal: Asa Editores.
SARMENTO, M. J. (2005). Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. In: Dossiê Sociologia da Infância: Pesquisas com Crianças. Educação e Sociedade. Campinas. v. 26, n.91, Maio/Ago.
SARMENTO, M.; PINTO, M. (1997). As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In PINTO, M.; SARMENTO, Manuel Jacinto (coord). As crianças: contextos e identidades. Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, Braga, Portugal.
SIRLENE, J. P. S.(2005). *Flor do Quilombo*. Campo Grande Mato Grosso do Sul. Letra Livre.

Reconhecimento étnico da comunidade de Bastiões: rumores e conflitos

Analucia Sulina Bezerra
Universidade Federal do Ceará/Lyon2
analucia.sulina-bezerra@univ-lyon2.fr

Resumo: Rumores como "Os negros vão dominar os brancos e vão se apoderar do que é deles; Bastiões foi vendido e quem o fez, fugiu" tiveram começo quando técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA visitaram o distrito de Bastiões, Ceará, Brasil, para uma identificação preliminar do território quilombola. A visita teria motivado a população envolvente, ou seja, os não-negros, a questionar em audiência pública a legitimidade da organização política da comunidade negra, cuja expressão máxima era a associação Francisco Assis Crispó, e suas reivindicações em torno de direitos diferenciados. Tomando por objeto esses sucessivos acontecimentos, procuro nessa comunicação desenvolver duas linhas de reflexão. Na primeira, enfatizo a idéia de que os rumores se constituem numa forma de comunicação, engajando suspeição e intrigas entre os próprios membros da comunidade. Esse canal de comunicação redimensiona os enfrentamentos internos da comunidade negra, reacendendo antigas facções e ainda atualiza as narrativas de origem que dão significado a sua identidade étnica. Na outra linha, analiso a dimensão conservadora dos rumores para perceber as desigualdades e a lógica racista permanentes nas interações dos diferentes atores envolvidos no processo de reconhecimento de Bastiões como Quilombo.

"Os negros vão dominar os brancos, vão tomar o que é dos brancos. A comunidade de Bastiões foi vendida e quem o fez, fugiu". Esses rumores e trocas de insultos tiveram começo quando os técnicos do INCRA-CE visitaram o distrito para um reconhecimento preliminar do território quilombola. A partir daí, a visibilidade alcançada, com a participação dos membros da comunidade em fóruns quilombolas, e a organização política que se iniciou com criação da Associação Quilombola Francisco Assis Crispó, foram questionadas. Os rumores se constituem numa forma de comunicação, engajando suspeição e intrigas entre os membros do grupo. Esse canal de comunicação redimensiona os conflitos, mas também atualiza as narrativas de "origem" do grupo, trazendo novos significados para a sua identidade. Considero ainda que esses rumores tematizam o que é pertencer a comunidade negra e dão sentido aos conflitos e às ambigüidades imanentes aos processos de diferenciação étnica. Nesse mesmo sentido, podem ser percebidos os rumores de dominação negra que aparecem quando se encetaram os debates em torno das políticas de ações afirmativas, especialmente a ascensão do negro ao ensino superior via *cotas*. O objetivo desse texto é analisar essas duas situações, tomando na primeira os rumores como discursos que narram a identidade quilombola. Já na segunda situação, os rumores são igualmente entendidos como discursos que de alguma maneira narram a identidade nacional.

1. O contexto de auto-reconhecimento quilombola

Bastiões pertence ao município de Iracema e lá vivem cerca de 300 famílias, dentre as quais 90 são reconhecidas como negras. A comunidade foi fundada por duas negras, conforme os narradores descendentes das mesmas, num tempo em que a memória não mais alcança. Essas duas protagonistas teriam fugido da Bahia, comprado sorte de terra na serra de Bastiões, assim dando início a existência de um grupo cujo sentido de ser e estar no mundo está intimamente ligado ao fato de serem herdeiros delas e possuidores da terra adquirida por elas.

Como o grupo passou a aceitar a presença do branco na comunidade via venda de pequenos imóveis dos quais eram proprietários, outra configuração passou a ser desenhada e antes o que era espaço *exclusivo* de negros, passou a ser um espaço partilhado por relações de vizinhança e de parentesco com famílias brancas vindas de localidades circunvizinhas. Por conseguinte, os moradores de Bastiões passaram a ser de maioria branca e a serem eles os proprietários de residências e de terras antes pertencentes aos negros.

A venda de parcelas de terras a famílias brancas que viviam no seu entorno teve início quando Raimundo Assis, a liderança que exerceu hegemonia no grupo até a década de 1970, veio a falecer. A sua morte provocou mudanças nos critérios de apropriação da terra, pois não interessava aos seus filhos herdeiros manter o patrimônio familiar, reformulando a

preferência do uso coletivo. Diante disso, o que se verificou foi uma profunda transformação nas relações sociais da coletividade, agora não mais marcada pela restrição do acesso do branco às terras de Bastiões. A mercantilização trouxe necessariamente a propriedade privada, provocando outra dinâmica na forma de apropriação, na produção do espaço e da produção material e cultural do grupo. A partir desse evento, a terra passou a se definir como espaço de relações, apontando para um jogo de oposições – o nós e os outros, os pretos e os brancos, os de dentro e os de fora, os parentes, os aparentados e os não parentes.

A partir de 2002 alguns passaram a questionar o controle dos brancos sobre essa terra, amparados na nova imagem construída por algumas lideranças comunitárias com a adoção do termo *quilombo* para auto-representar a comunidade negra. Na sequência da visibilidade adquirida, essas mesmas lideranças foram aceitando as condições impostas pela conjuntura política atual, que têm dado relevo ao reconhecimento do direito à posse da terra, com base no artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais – ADTC da Constituição de 1988, o qual assegura "aos descendentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando seus territórios é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos definitivos". Prevendo a possibilidade de Bastiões entrar na luta pelo reconhecimento de seus direitos, fundaram a Associação Quilombola Francisco Assis Crispo, pessoa jurídica que passou a responder pela comunidade negra.

Os rumores, "os negros vão dominar os brancos, vão roubar o que é dos brancos", aparecem de forma difusa, instigando e intensificando conflitos em torno da terra que tradicionalmente pertencia aos negros. Então, o que me interessa analisar aqui e a expressão desses sentimentos e a produção de narrativas ou de mexericos sobre a dominação negra e a fuga dos líderes que teriam começado a luta de reconhecimento de Bastiões como *remanescentes de quilombo*. O momento alto da produção desses rumores foi quando uma comissão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA solicitou aos membros da Associação que indicassem os limites do território da comunidade negra. A enquete dos técnicos dessa instituição produziu algumas inquietações acerca de qual seria o destino dos brancos, uma vez que eles teriam que aceitar, caso assim os membros da comunidade negra quisessem, o gerenciamento da vida coletiva. A partir daí dúvidas não cessaram e os insatisfeitos com a possibilidade dessa reorganização vir a acontecer deram ensejo a mal-entendidos e burburinhos, amiúde os de que "a comunidade de Bastiões foi vendida e quem o fez, fugiu. Os negros vão dominar os brancos e se apropriar dos imóveis dos brancos".

Toda essa movimentação encontra eco no contexto de reconhecimento dos grupos quilombolas e a conseqüente legalização de direitos sociais, notadamente a demarcação e titulação das terras onde tais grupos têm organizado sua existência social e cultural ao longo dos tempos. Em razão disso, penso ser oportuno trazer a discussão desse evento, considerando sua vinculação com a *mouvance* política de reconhecimento dos direitos de setores da população brasileira que foi introduzido com a constituição de 1988. Pela primeira vez na história política do Brasil, direitos específicos para a população negra são previstos na carta magna, partindo-se do entendimento de que ela esteve marginalizada por mais de 100 anos a contar da data da abolição da escravidão em 1888. Por conseguinte, os quilombos entraram definitivamente na agenda política nacional como sujeitos alvos das políticas públicas de caráter diferencialista, baseadas no artigo 68 já referido. Certamente, a introdução desse artigo se deve à ação política do movimento negro organizado e de setores intelectualizados da sociedade brasileira. Contudo, será justamente na universidade que o termo *remanescentes de quilombo* acalentará numerosos debates nos anos que se seguem a 1988 até os nossos dias, no sentido de uma precisão conceitual de modo a que venha refletir e a ser útil no entendimento das configurações sociais reportadas a ele. No plano da efetivação jurídica, muitas reflexões foram encetadas face às dificuldades em torno da definição do sujeito do direito1.

Do lado do campo normativo/jurídico, as discussões vão girar em torno de identificar "o sujeito do direito" uma vez que no Brasil os termos *negro*, *quilombo*, assim como o termo *afro-descendente* têm revelado recorrentemente uma ambigüidade, respondendo tanto a *inclusão* como a *exclusão*. A inclusão, porque esses significantes revelam uma experiência histórica dos africanos e de seus descendentes que se mantiveram unidos através de estratégias de solidariedade e de reciprocidade. Contudo, no país onde a ação política de branqueamento e ascensão social foi a miscigenação, esses mesmos significantes constroem a história da discriminação e do racismo contra o negro2.

Com a nova realidade que o artigo 68 engendra, a antropologia brasileira vai também conhecer um *bouleversement* nos seus paradigmas de estudo e igualmente vai enfrentar dificuldades para definir critérios teóricos que a refletisse adequadamente. A imprecisão do termo remanescentes de quilombo vai ampliar as discussões nos colóquios nacionais e vai mesmo levar a Associação Brasileira de Antropologia a tomar a decisão de produzir um documento intitulado *Terras de Quilombo*, além de um engajamento no reconhecimento das comunidades negras através de pesquisas de campo. Assim, ela vai tomar uma postura política, sem deixar de lado o compromisso da reflexão teórica, em defesa dos direitos dos negros, chamando a atenção para as "comunidades já mobilizadas e constituídas em casos exemplares na medida em que solicitem colaboração dos antropólogos e da ABA nas formas de instruir seus processos para a aplicação do preceito constitucional".3

O poder dos rumores na redefinição das fronteiras étnicas

1 Conforme Leite (2000), "o processo em curso de definição do sujeito de direito produz um certo deslocamento dos velhos estimas, ao desencadear uma revisão dos critérios de classificação dos grupos , principalmente quando estes são considerados como sendo relativamente homogêneos". Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Etnográfica, v. IV(2), p.p 333-354.

2 Leite, I. B. (2000). Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. Etnográfica, v. IV(2), p.p 333-354.

3 O'Dywer, E. C. (s.d). Projetos Quilombos. Laudos Antropológicos, Consolidação de Fontes de Consulta e Canais Permanentes de Comunicação, Boletim da ABA, nº 30 (consultado na Internet em 25 de novembro de 2008).

Na pesquisa que realizei em Bastiões da década de 1990, problematizei o termo *remanescentes de quilombo* numa tentativa de compreender a organização social da comunidade negra, um conjunto de famílias que proclamavam uma ascendência negra, dando destaque às representações identitárias que ela mobilizava na construção de demarcadores que a singularizava e a diferenciava dos grupos do seu entorno; demarcadores estes que se revelavam pelas expressões nós/outros, brancos/negros. Mesmo sem fazer uma utilização mecânica da categoria *quilombo* e questionando sua viabilidade para compreender *o modus vivendi* dessa coletividade, depois da apresentação da dissertação na universidade, e do retorno dela para o grupo, alguns membros da comunidade negra passaram a manipular em atos públicos mais fortemente a imagem de Bastiões como de origem negra, depois passando a ser representada como *quilombo*. Então, Bastiões passou a ser conhecida através da estratégia da visibilidade, que o trabalho acadêmico apenas tinha começado, pois foi a participação de membros da comunidade nos fóruns negros que desencadeou gradualmente o seu reconhecimento como *quilombo*, portanto com direitos específicos. Ainda sem culminar na demarcação e titularização das terras, Bastiões passou a se beneficiar de tratamento diferenciado pelo governo federal, alvo de políticas públicas diferenciadas no que diz respeito a educação e segurança alimentar.

Assim, até o momento da visita dos técnicos do INCRA-CE ninguém tinha contestado o papel das lideranças que buscavam o reconhecimento e a visibilidade da comunidade negra. Ao contrário, parecia que todos queriam esta visibilidade porque assim Bastiões seria beneficiária das políticas do governo. O quadro, no entanto, se modificará bruscamente quando a comunidade é chamada a entrar no processo de oficialização da auto-identificação com o conseqüente reconhecimento e demarcação do território quilombola. Essas ações foram desencadeadas com forte resistência dos brancos e de alguns membros da comunidade, depois de ter sido formalizada uma denúncia à instituição, referida acima, de que estaria se iniciando em Bastiões a apropriação indevida de terras dos negros. A presidente da associação quilombola endereçou uma carta em 30 de maio de 2007 ao INCRA, reclamando uma fiscalização. O teor da denúncia é o seguinte:

> Antónia Alves Bezerra, presidente da associação da comunidade de descendentes de Quilombos, Francisco Assis Crispo – Bastiões, localizada no município de Iracema, Ceará, distante 320 km de capital do estado. Eu venho através dessa carta, solicitar a presença de uma pessoa do Incra para verificar o que se passa na nossa comunidade. Pois Maria Zilmar Jacó, pertencente às famílias quilombolas, foi obrigada a abrir mãos de seus terrenos. A pessoa de quem eu falo tem 62 anos. Ela nasceu aqui e sempre viveu no seu pequeno terreno que hoje foi apropriado por uma pessoa que chegou aqui há pouco tempo. Por causa de ter medo de denunciar ao INCRA, quer dizer de pedir uma fiscalização porque talvez esta pessoa de quem eu falo está sendo ameaçada ou ela estava sofrendo pressão para nada falar e deixar que pessoas que vieram de fora se apropriem de seu pequeno terreno. Vendo de perto isso que se passa e sentindo com ela o mesmo sofrimento, eu peço em nome da associação o acompanhamento do INCRA. È importante que o INCRA fiscalize para que não venha acontecer com outros quilombolas isso que se passa com Maria Zilmar Jacó. O acompanhamento do INCRA é importante enfim é fundamental não somente para garantir ao quilombola o que ele tem, mas porque que as pessoas que chegam de fora respeitem isso que é dos quilombolas de direito. A presidente Antónia Alves Bezerra pede ao INCRA que sejam tomadas as providências necessárias.

Gostaria de considerar três pontos dessa carta a) a comunidade já estava constituída como pessoa jurídica; b) ela se reconhecia como quilombola e c) a denúncia dava destaque às relações entre os membros da comunidade negra e os que vieram de fora, numa alusão aos brancos. A motivação central ou o assunto que justifica essa carta é a apropriação indevida do terreno de um membro "pertencente a comunidade quilombola", seu medo de reclamar o que lhe pertence, colocando assim em risco a própria comunidade negra e aquilo que ela possui de direito *histórico*, a terra. Veja-se que a presidente não fala por ela, mas em nome e pela coletividade.

Durante o tempo que o INCRA permaneceu na comunidade, respondendo ao chamado da associação, e depois de sua retirada, dois blocos se formaram: um em favor da intervenção para fazer valer os direitos dos negros, um pequeno grupo das famílias negras que compõem os quilombolas e outro bloco completamente desfavorável ao questionamento das ações dos brancos que segundo eles sempre teriam vivido em Bastiões em harmonia e respeito aos negros, idéia também sustentada por alguns negros. No contexto dessas facções, aparece o rumor "os negros vão dominar os brancos e vão roubar o que é dos brancos", certamente chamando atenção para o fato de que a suposta harmonia entre brancos e negros estava quebrada e era necessário reconduzi-la. Além desses rumores outros eram narrados e mobilizavam dois tipos de atitudes: vender e fugir. Tais atitudes eram atribuídas a diferentes pessoas que teriam exercido algum papel na comunidade negra: lideranças comunitárias, entre elas a presidente. Essa liderança teria vendido Bastiões ao Banco Mundial e fugido para os Estados Unidos. Menor acusação não deixava de pesar sobre a pesquisadora, eu mesma, que tinha participado de tudo com a presidente e teria fugido para França.

As narrativas ou os rumores aparecidos nesse contexto tinham uma única finalidade: encontrar os responsáveis e julgá-los publicamente por terem dado início ao processo que culminou na visibilidade da comunidade e em sua identificação como *quilombo*. Chama atenção o fato de que os atores dos rumores se encontravam no próprio grupo negro, estando eles em desacordo com a nova imagem de Bastiões como quilombo, tal como previa o artigo 68. Com efeito, para a terra adquirida pelas negras fundadoras, outras imagens vão ser elaboradas agora não mais como lugar apenas de negros, mas um lugar onde brancos e negros vivem em harmonia. Ora, a terra sempre engajou conflito em Bastiões e o que parecia diferir nesse momento era simplesmente o investimento étnico que estava por trás dos conflitos. Então os rumores eram os sintomas dos conflitos que há muito estavam lá, velados, e que todos preferiam ignorar. Se os rumores, respondendo a essa realidade que se anunciou com a emergência de reconhecimento quilombola, aspiram um *mettre en ordre le monde*, é porque sua dimensão conservadora se sobressai, mas como enfatiza Françoise Reumaux "eles não se engendram senão para significar uma fissura,

uma ruptura de relações". Ademais, ainda conforme a socióloga "os atores, que os transmitem, se esforçam de maneira mais ou menos consciente, por este meio, de testemunhar as fragilidades da realidade social juntando seus discursos e suas condutas a uma situação que eles julgam imperfeita e nova"4.

Eu gostaria de insistir um pouco mais sobre a articulação desses dois significantes, *fugir* e *vender*, largamente vinculados nos rumores, porque eles estão presentes nas narrativas orais sobre a origem do grupo. Respeitando os diferentes momentos onde eles se manifestam, poder-se-ia dizer que eles são palavras-chave no mito de fundação da comunidade negra e de sua continuidade. Dito de outra maneira, os negros em Bastiões fazem uso dessas palavras para narrar sua existência e sua identidade. Retomo dois momentos das narrativas de fundação do grupo à guisa de ilustração:

> Os negros dos Bastiões eram os negros que se assina por Pereira da Silva5, que vem das negras velhas, que fundaram os Bastiões ali pelo ano era talvez de 1700 porque eu conheci negro, nascido lá, velho, já muito velho, nascido em 1857.
>
> Dizem que essas mulheres tinham um dinheirinho, dizem que essas mulheres vieram fugitivas, naquele tempo da guerra dos Palmares, elas vieram fugitivas, escapulindo. Aí chegaram lá, ficaram lá. Aí as que tinham um terrenozinho por lá, aí tinha um tal de Bastião que morava por aí. Diz que fez uma troca com elas por esse terreno, deu esse Bastião aí por uma sorte de terra que elas tinham lá. Trocou, mas diz que o Bastiões era muito grande, mas as negras se apossaram só de 28 braças de terra. Aí fundaram aquela capela.
>
> Quando cheguei aqui, tinha muito pouco dos negros. Raimundo Assis era bom. Ele não gostava de vender o que era dele. Ele disse que não vendia aos brancos, porque queriam mandar nos pretos. Os negros venderam a terra. Raimundo Assis não deixava ninguém morar aqui, sempre os negros reclamam. Para mim, era melhor se vivesse só os negros.

Dizer que os rumores atualizam e dão outros sentidos aos significantes *fugir* e *vender* recorrentes nas narrativas de fundação não é suficiente para se compreender a complexidade que esses termos assumem hoje. A pergunta seria: o que falar quer dizer? A qual modelo de pensamento estão vinculados esses discursos? Certamente a dos sofistas, como enfatiza Reumaux. Já Bourdieu argumenta em favor dos rumores como representações ou enunciações performativas que pretendem fazer aquilo que é anunciado6. Seja representação seja opinião os dois concordam que os rumores são discursos que anunciam qualquer coisa. No caso que analiso, creio que eles narram a identidade quilombola mesmo quando ela é questionada pelos não-negros. Com esses rumores ela se torna mais explícita e mais dinâmica e suas fronteiras mais móveis e porosas. Assim sendo, a característica desses discursos é a ambigüidade porque eles tanto negam como afirmam a identidade, mas permanecem ainda representações. Corroborando os argumentos de Wilson Trajano Filho (2000) quando estudou os rumores de identidade em Guiné-Bissau, considero que "essas narrativas fornecem àqueles que as ouvem e as contam os meios simbólicos para forjar uma unidade de identificação coletiva. Elas realizam esta complexa tarefa demarcando e mantendo fronteiras simbólicas que criam uma arena de sociabilidade onde são representados encontros e desencontros e onde são construídas e manipuladas um vasto conjunto de expectativas e auto-representações"7.

Os engajamentos que tornaram a comunidade de Bastiões mais visível e que a conduziram à construção de um projeto de diferenciação étnica tiveram como protagonistas alguns líderes que surgiram nos 3 últimos anos. Animados pela possibilidade de Bastiões vir a receber tratamento diferenciado do Governo Federal, face ao crescimento da especulação imobiliária, que estaria levando a uma brusca mudança no desenho geográfico da vila, esses líderes passaram a instrumentalizar o reconhecimento quilombola. A exclusão dos brancos nesse processo não estava prevista, posto que muitos dentre os membros da comunidade negra estabelecem relações de coabitação, vizinhança e de matrimônio com os de "fora". O testemunho de Luzineide, ainda respondendo pela Associação Quilombola Francisco Crispó, quando da audiência publica, realizada em setembro de 2007, revela a extensão dos conflitos que se alimentam dos rumores. Essa audiência aconteceu justamente por ocasião dos rumores e burburinhos que se seguiram à visita dos técnicos do INCRA-CE. Ela foi sediada na própria localidade, portanto a população residente estava em peso presente, e contou com a presença de vereadores, prefeito, representantes do movimento negro do Ceará, técnicos do INCRA e ministério público.

> Eu sou Luzineide, tesoureira da associação. Eu queria explicar para todo mundo que a partir desse momento ficasse todo mundo ciente que nós não queremos tomar nada de vocês. Nós não estamos aqui porque somos representantes de quilombo remanescente de quilombo, que nós queremos ser donos do que é de vocês não. Eu gostaria que vocês entendessem isso, que nós somos simplesmente membros da associação, nós não estamos aqui fazendo parte de um conflito para a partir de agora nós sermos dono do que é de vocês não, jamais. Por que o que passa pela cabeça das pessoas é que essa associação foi o pivô, foi a culpa de tudo que o movimento está acontecendo e não é isso que a gente pensa, não é isso que a gente quer. A associação foi formada para que a gente viesse e ser beneficiado pelo governo federal, sim, através da associação, mas o que passa pela cabeça das pessoas não é somente isso, o que passa pela cabeça das pessoas é que através dessa associação é que nós queremos adquirir essas terras, as casas do povo. Não, não é isso que a gente quer, muito pelo contrário eu seria contra se o governo federal ou os seus assessores viessem aqui e desapropriassem as pessoas e botassem as pessoas para ir embora. O que tá surgindo aqui é uma polêmica muito grande, é que as pessoas, é que nós vamos ser donos das propriedades, das pessoas que lutaram por isso, nós não queremos ser donos de nada de ninguém por que nós viemos até hoje lutando para sobreviver por que nós teríamos o poder de ser dono dos Bastiões inteiro e expulsar as outras

4 Reumaux, F (1994). Toute la ville en parle. Esquisse d'une théorie des rumeurs. Paris: Editions L'Harmattan.

5 Essa menção é feita exclusivamente por José Pereira. Embora se encontrem vários negros como esse sobrenome, o mais habitual é a nomeação Assis, Tomé, Rafael e Jacob.

6 Bourdieu, P (1998). O que falar quer dizer. Lisboa: Difel.

7 Trajano Filho, Wilson. (2000). Outros Rumores da Identidade na Guiné-Bissau. Série Antropologia, Brasília: UnB, nº. 279. p. 4.

> pessoas para fora? Nós não estamos querendo ser discriminados, nós não estamos querendo discriminar. Por que aqui está sendo uma polêmica, uma briga muito grande entre negros e entre brancos e a coisa não está muito fácil de gente resolver a situação não. Eu gostaria também de dizer que eu sou negra, mas eu sou casada com uma pessoa que não é negra meu filho não é preto e por que é que, eu vou me separar, então por que meu filho, ele não é negro, não é preto, eu não seria capaz de me separar do meu filho e do meu marido. Não tem condições de criar uma polêmica dessa, as pessoas que estão nas suas casas, que tem as suas propriedades fiquem sossegadas, por que os negros, nós não queremos, eu bem falo pela minha família, que nós trabalhamos para sobreviver, meu marido até hoje ele plantou na terra das pessoas, paga sua renda direitinho, nós nunca passamos fome por isso, nunca andamos mal vestido nem mal calçado e eu acredito que agora não seria a hora da gente viver separados.

O que se percebe nesse depoimento é que a legitimidade da organização política comunitária estava sendo questionada porque na expressão dos rumores ela pretendia separar os negros dos brancos e se apropriar dos recursos que os brancos tinham adquirido em Bastiões. Todas as clivagens identitárias são reveladas aqui, branco, negro, nós, os de fora. Como os burburinhos traziam à tona a imagem de *quilombo*, a representante da Associação faz questão de negar essa identificação ao mesmo tempo em que assume sua identidade negra, embora seja ela a tesoureira da Associação Quilombola Francisco Assis Crispó. A expressão "Por que aqui está sendo uma polêmica, uma briga muito grande entre negros e entre brancos e a coisa não está muito fácil de gente resolver a situação" revela o medo da tesoureira com a ameaça de violência que acompanhava os rumores. Indubitavelmente, os rumores geraram a polêmica em torno da identidade quilombola e aquilo que poderia advir de benefício dessa identificação para os negros. Assim, quanto mais publicizada ela é pelos rumores, mais os sujeitos envolvidos adquirem a convicção de que a identidade negra é uma reivindicação e uma construção legítima da comunidade de Bastiões.

2. Rumores e políticas de cotas

As discussões em torno das políticas de ações afirmativas encetadas nas universidades públicas e em algumas faculdades privadas, em Fortaleza, trouxeram à tona uma suposta dominação negra por trás da idéia de que com tais políticas o lugar do branco no ensino superior seria usurpado. Nos debates transcorridos nos anos 2005 e 2006, decerto não serenos, os estudantes partiam da constatação de que este tipo de reivindicação era ilegítimo, pois no Brasil os negros não são impedidos de chegar à universidade e todos têm direitos iguais independente de cor e raça. Os estudantes da faculdade privada sustentavam o argumento de que dar privilégio a segmentos negros da sociedade seria uma medida racista. Ainda defendiam que os negros não poderiam conquistar um lugar no ensino superior sem fazerem o mesmo caminho que os brancos, ou seja, obter bons resultados no vestibular pelas suas capacidades intelectuais. Assim, sem questionar a forma como o mérito era construído, os estudantes, dessa instituição de ensino privado, se pronunciavam contra as cotas, afirmando que se os sujeitos em questão pretendiam essa política é porque eles mesmos são racistas. Vê-se aqui uma completa inversão do jogo uma vez que os negros são considerados racistas quando aspiram ao reconhecimento de seus direitos sociais. As discussões foram ao limite de afirmar que com o sistema de *cotas*, a qualidade do ensino superior baixaria.

As expressões "os negros vão dominar os brancos, vão tomar o lugar que é do branco" – se aproximam grandemente das narrativas ou rumores que apareceram em Bastiões e tal com lá, emergiram numa situação social ambígua e carregada de tensões como foi a emergência do debates sobre as cotas para negros no ensino superior. E se essa comparação puder ser estendida, talvez se possa afirmar que os rumores nessa situação narram a identidade nacional e em Bastiões a identidade quilombola, em ambas, reatualizando o mito de democracia racial. Nesse sentido, concordo com Wilson Trajano Filho (1993) no seu entender de que "os rumores são carregados de significação porque lançam mão de símbolos poderosíssimos, motivados historicamente e altamente condensados para articular suas mensagens e para dar a pensar8". Ainda continuando com o autor ele afirma que "a narração direta e sintética dos rumores contrasta com a elaboração das performances através das quais são transmitidos, com o valor das mensagens que neles circulam e com seu alcance social9".

Se eles narram a identidade social, tais rumores revelam também sua ambigüidade, pois demonstram de um lado, a incapacidade da sociedade brasileira de realizar seu projeto de democracia racial e por outro, a impossibilidade de reconhecer um lugar ao negro que não seja o de subalterno. Malgrado seu aparente antagonismo, democracia racial e subalternidade negra, essas duas dimensões são, sem dúvida, interligadas de maneira que a análise de uma chama necessariamente a outra. Os debates sobre democracia racial, no Brasil, nos levam a pensar nas posições sociais inferiores, do ponto de vista econômico, que têm sido ocupadas pelos negros. Essa posição subalterna na hierarquia social atribuída ao negro encontra explicação no racismo institucional e no racismo estrutural, conforme a antropóloga brasileira Rita Laura Segato.

Para Segato (2006) o racismo estrutural é caracterizado por todos os fatores, valores e práticas que colaboram com a produção de relações estatísticas entre raça e classe social (como combinação da situação econômica e inserção profissional). Dito de outra forma, tudo que contribui para a fixação das pessoas, que não são brancas, em posições de menor prestígio e autoridade bem como nas posições menos remuneradas. Já o racismo institucional é definido pelas práticas institucionais que levam à reprodução de desvantagens para a população negra10.

---

8 Trajano Filho, W. (1993). Rumores: uma narrativa da nação. Série Antropologia, Brasília: UnB, nº. 143, p. 20.

9 Ibid, p. 19.

10 Segato, R. L. (2006). Racismo, discrininación y acciones afirmativas: herramientas conceptuales. Série Antropologia, Brasília: UnB, nº 404, p. 6.

Desde seu surgimento nos anos de 1930 com a obra de Gilberto Freyre que essa idéia tem sido posta a prova e de fato como projeto de nação ela não se concretizou. Se hoje a democracia racial é vista como um mito é de fato porque ela dá a ilusão de que é verdadeiramente construída nas relações sociais. Por outro lado, se ela é vista como uma realidade estabelecida, ainda que ilusória, os rumores "os negros vão dominar os brancos, vão tomar o lugar que é do branco" seriam apenas a expressão do conservadorismo da sociedade brasileira, impedindo assim um verdadeiro debate em torno das políticas diferencialistas para parcelas da população brasileira.

As justificativas para as políticas de ações afirmativas no Brasil

O Brasil foi um dos últimos países do Ocidente a abolir a escravidão e tem sido também um dos últimos a pensar em políticas de integração para os negros. Vítimas históricas de preconceitos de cor e discriminações, os negros ocupam ainda hoje as mais baixas posições na hierarquia social, conformando um grupo de grande vulnerabilidade no que diz respeito aos direitos sociais.

Políticas de emancipação para além da concessão do estatuto de liberto não foram introduzidas e por isso a integração da massa de trabalhadores que saia das fazendas não foi realizada. Conforme alguns estudiosos, Carvalho (2004); Segato (2006), o caminho do Brasil foi bem outro: o de pensar o desenvolvimento sem incorporar o negro recém-emancipado. Esse desenvolvimento que conduziria à civilização teria que fazer desaparecer o negro, este sim considerado o responsável pelo atraso do país. Então civilização rimava com embranquecimento. Ser branco, ainda que pobre, deu vantagem ao migrante europeu que chegou para ocupar as vagas nas fazendas de café e para assumir postos na indústria emergente. A pergunta que não deixa de ser elaborada hodiernamente é porque o Brasil, nação então em construção, não elaborou políticas que visassem à incorporação do negro?

Ainda que todos intelectuais não partilhassem dos mesmos postulados, o projeto de nação e todas as discussões que daí decorreu, sustentava o desaparecimento do negro via miscigenação. De certo modo, o Brasil chegou mesmo a se orgulhar de ter encontrado uma solução pacífica para resolver o problema do negro quando olhava para realidades como a norte-americana com políticas segregacionistas e para África do Sul com o sistema de *apartheid*. Para Ribeiro (2006), "esses dois países eram vistos como exemplos negativos de relações raciais enquanto, comparativamente, o Brasil aparecia como um vértice positivo. A essa altura acreditava-se ser um local ideal para se entender interação e convivência pacíficas entre negros e brancos ainda mais por tratar-se de uma nação embalada pela ideologia nacional de democracia racial"11.

Teria sentido então dizer que a miscigenação, ideal democrático da nação, foi e é responsável pela invisibilidade da discriminação e das desigualdades entre os segmentos raciais da sociedade brasileira?

No meu entender, os rumores, que surgiram nesse contexto de discussão das políticas de ações afirmativas, articulam tanto uma conjuntura como uma estrutura de valores para continuar com a reflexão de Wilson Trajano Filho (2003). Conforme o autor, "é nisto que [os rumores] são formas privilegiadas para se compreender a criação e recriação da sociedade ou de projetos para a sociedade. (...) Os rumores são especialmente adequados para se pensar situações e eventos envolvendo a mudança sócio-cultural, a competição ideológica, a crítica e resistência política e cultural"12.

Certamente não podemos deixar de olhar para a estrutura colonial que perdura nas instituições políticas atuais e para as trajetórias individuais para constatar que pouco foi feito e que ainda muito é negado ao negro nessa sociedade. A maior negação não resta dúvida é a de um lugar social, uma posição que não seja a expressão de uma inferioridade suposta. Contudo, outra mais perversa que lhe acompanha é a de não admitir que isso seja observável cotidianamente, ou seja, que o negro é preterido, por causa de sua cor, quando pretende uma vaga no ensino superior ou no mercado de trabalho. Diríamos mais, há uma ilusão disseminada e com muito poder de convencimento de que no Brasil constrói-se uma verdadeira democracia racial, um paraíso de convivência das diferenças de raças. Esse mito, reforçado no seio da universidade nos anos de 1930 é ainda celebrado e defendido com veemência quando se denuncia o racismo e o preconceito racial contra o negro. Se uma ideologia tem força essa é uma delas. Na verdade ela faz eco com outra, igualmente problemática, a da cordialidade. Talvez seja essa cordialidade o que impede de admitir a existência de segregacionismo.

Os determinismos são perniciosos, de fato. Mas sem apostarmos muito neles talvez pudéssemos dizer que uma superestrutura cria uma estrutura desigual no Brasil. Com isso entendemos que, antes de uma compreensão das condições materiais dessa sociedade, teremos que interrogar as ideologias e as relações sociais que elas engendram. Certamente no caso da sociedade brasileira, encontraríamos um conjunto de idéias tão arraigado que o exercício de reconhecimento delas se tornaria difícil, o que dizer da tentativa de superá-las. Pretendemos dizer com isso que o racismo possui uma centralidade na produção da desigualdade no Brasil e não são poucas as tentativas de, em nome da exaltação de uma cordialidade, ou mesmo de uma tradição cultural e intelectual, não se reconhecer sua existência.

Afinal, como se observa a existência da desigualdade e da discriminação? Se o que nos convencem são os fatos aí vão algumas estatísticas de 2007. A população brasileira está em torno de 183 milhões de habitantes (dados do último censo). A população branca corresponde a 49,7%, a população parda 42,6% e a preta 6,9%. Os dados do IBGE mostram desvantagens de negros e pardos em relação à população branca em matéria de escolaridade e renda. As taxas de analfabetismo para a população de 15 anos ou mais de idade são de 6,5% para brancos e de 14% para pretos e pardos; as

11 Ribeiro, G. L. R. (2006). O mestiço no armário e o triangulo negro no Atlântico: para um multiculturalismo Híbrido. Série Antropologia¸ Brasília: UnB, nº. 399, p. 3.

12 Trajano Filho, W. (1993). Rumores: uma narrativa da nação. Série Antropologia, Brasília: UnB, nº. 143, p. 45.

taxas de freqüência à universidade dos jovens entre 18 e 24 anos demonstram diferenças significativas: 56% de jovens que cursam o ensino superior, nessa faixa de idade, são brancos, enquanto que 22% nessa mesma faixa são pardos e pretos. A distribuição dos 8,6% (apenas esse contingente de 8,6% no Brasil possui esse nível de escolaridade) que concluem o ensino superior, ou seja, das pessoas com 25 anos ou mais que alçaram 15 anos ou mais de estudos, é de 78% para brancos, 3,3% para pretos e 16,5% para pardos. Sobre a realidade dos salários, os dados demonstram que brancos ganham em média 40% mais do que pretos ou pardos com a mesma escolaridade13.

As estatísticas do IPEA divulgadas pelo jornal o Globo em agosto de 2001 e que ensejaram o debate sobre políticas de ações afirmativas já mostravam um quadro em que os negros acumulavam desvantagens de escolaridade e renda em relação ao segmento não-negro. Talvez tenha sido a publicização desses dados que tenha reacendido os debates em torno da discriminação racial, o mito da democracia racial e a da identidade nacional.

As cotas raciais na universidade

As discussões em torno da reserva de vagas para negro no ensino superior chegou a uma complexidade tamanha que ela já não diz respeito apenas a uma militância com consciência política dos seus direitos. As políticas de ações afirmativas, e das cotas como expressão destas, reatualizam o debate sobre a nação e sobre o papel das universidades na produção da igualdade social. Além do mais, elas nos convidam a um reconhecimento de que existe racismo no Brasil e que para se tornar uma sociedade verdadeiramente democrática ela necessariamente deverá criar meios de combate e superação do racismo e da exclusão racial.

Evidentemente essa discussão sempre esteve presente na sociedade e foi necessário pouco para reacendê-la e adquirir a complexidade do momento. Papel histórico de engajamento combativo dos mais expressivos na luta contra o racismo se atribui ao intelectual negro Abdias Nascimento. Fundador do Teatro Experimental do Negro – TEN - e do Jornal Quilombo, Abdias Nascimento e outros sugeririam, nos anos de 1950, iniciativas que talvez pudéssemos definir como políticas de ações afirmativas, notadamente quando defendia que "enquanto não se universalizasse a educação pública no Brasil, seria necessário que os estudantes negros entrassem como bolsista do Estado"14.

Contudo, foi a partir de 2001, com a realidade revelada pelos os dados estatísticos (do IPEA, do IBGE e do próprio Ministério da Educação) que foi se conformando um consenso de que eram indispensáveis medidas para combater a discriminação racial. Esses dados também serviram de base para a posição do Brasil na III Reunião Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial e Xenofia e Intolerância Correlata em 2001, em Durban, na África do Sul. Diante disso, a posição do governo brasileiro não poderia ser outra senão admitir a existência de discriminação e adotar políticas de ações afirmativas "como resposta às demandas da sociedade e também da comunidade internacional, agora consciente da desigualdade racial existente no país"15.

Mesmo diante de campanhas de opinião da mídia, muitas vezes levantando falsos problemas teóricos e até mesmo prognosticando a falência dessas políticas, o debate pouco tem arrefecido. Mesmo diante disso, as universidades não deixaram de discutir e de elaborar programas para o acesso do negro ao ensino superior, adotando reserva de vagas ora de caráter racial ora de caráter social. Em 2003 eram apenas 2 universidades (Uerj e UnB), hodiernamente já são mais de 33 instituições de ensino superior (18 universidades estaduais e 16 universidades federais) a adotarem tais programas.

O papel da universidade na produção da igualdade

Para os pesquisadores empenhados em enriquecer o debate em torno das cotas, a universidade teria um papel importante a desempenhar na promoção da igualdade e no combate à discriminação. Pensar no papel que ela assume hoje passaria necessariamente pelo reconhecimento de que ela tem sido o lugar de expressão das hierarquias e dos privilégios existentes na sociedade e que mesmo se propondo como lugar do exercício do pensamento crítico, ela historicamente tem se mantido indiferente à exclusão racial.

Para Jorge Carvalho (2005), as universidades que surgiram a partir dos anos de 1930 não foram capazes de promover um debate sobre a discriminação e nem criaram possibilidades de incorporar o negro nos seus quadros. Esses fatores além de ter um caráter de denúncia, dizem talvez do papel que as instituições de ensino superior assumiram na produção de um saber desvinculado do contexto social onde estavam inseridas. Criadas pelas elites para educar seus filhos, as universidades tampouco foram lugar de recepção de todos os segmentos da sociedade. Então, poder-se-ia dizer que essas instituições na sua origem não vão ser instrumento de integração e como salienta com veemência o autor, elas

> "conseguiram silenciar as porcentagens (sempre baixas) de estudantes negros nos seus cursos, puderam livrar-se de qualquer responsabilidade diante dos negros e agir como se não existisse um diferencial racial em concorrência pelo ingresso no ensino superior"16.

Outras considerações

---

13 Mundo Negro (2007). Qualidade de Vida do Negro Brasileiro. Síntese dos indicadores, http://www.mundonegro.com.br (consultado na internet em 20 de outubro de 2008).

14 Carvalho, J. J. (2005). Inclusão étnica e racial no ensino superior: um desafio para as universidades brasileiras. Série Antropologia, Brasília: UnB, nº. 382 p. 3.

15 Ibid., p. 3.

16 Ibid., p. 3.

As políticas de ações afirmativas nas suas várias expressões – cotas para os negros na universidade, demarcação de territórios negros - acirrarão os conflitos raciais, afirmam os que apostam na sua falibilidade. Conflitos raciais existem no Brasil, mas eles são do tipo que não se revelam, daí a impressão de que todos são iguais. A faceta perversa desse tipo de racismo é o seu silêncio. Então como se lutar contra algo que não se vê? Não ser perceptível não significa inexistir. Muitos já falaram sobre os efeitos reificadores da democracia racial.

Como muito do que tem sido dito reflete sempre um sentimento de medo, arrisco a dizer que sempre que o debate sobre a discriminação do negro e de sua superação vem à tona, traz consigo um espectro. Certamente o desafio maior de quem está envolvido nele é justamente o de superar esse fantasma. Por exemplo, quando se lutava pela extinção da escravidão em 1888 tal espectro disseminava a idéia de que a abolição traria "ódios raciais". Essa mesma elaboração está presente hoje e ela tem uma forte aliada, argumentaram certa feita Pierre Bourdieu e Loïc Waquant, a razão imperialista americana. Diante disso, pensamos que tinha razão Florestan Fernandes ao dizer que temos preconceito de ter preconceito, melhor diríamos, temos medo de reconhecer que nosso paraíso racial é apenas uma quimera.

Sobre o conceito de raça que retoma velhos arcabouços teóricos, constatar que esse conceito é manipulado na representação que os sujeitos fazem de suas relações não é o mesmo que aceitá-lo como categoria analítica. Por outro lado, não podemos nos furtar de tomá-la como singularidade cultural no sentido weberiano. Ademais, se adotamos a proposição de uma antropologia interpretativa, não podemos desconsiderar os conceitos da experiência-próxima, conforme Geertz sendo aqueles que alguém – um sujeito, em nosso caso um informante – usaria naturalmente e sem esforço para definir aquilo que seus semelhantes vêem, sentem, pensam, imaginam etc e que ele próprio entenderia facilmente, se outros utilizassem da mesma maneira"17.

Diante disso, talvez faça sentido dizer que antes das convicções científicas produzirem seus arrazoados, os participantes da ciência deveriam interrogar os sujeitos sobre as categorias que dão sentido (não estou falando de sentido positivo) às suas relações. Certamente a raça se sobressairá, pois é ela que opera um entendimento de ser e estar no mundo de muitos brasileiros. Colocá-la em discussão, não significa estar de acordo com os efeitos que essa categoria produz, ou seja, o racismo, e muito menos se contaminar por ela. Problematizá-la significa apenas aceitar que o êmico tem alguma importância nas nossas pesquisas. Se o êmico é que nos dá acesso ao mundo do outro, que pretendemos conhecer, já não podemos fugir dele. Nas discussões sobre as políticas afirmativas, vejo esse procedimento ser constantemente esquecido uma vez que nos perdemos nos intermináveis debates do contra ou a favor a tais políticas ou negamos tacitamente as categorias que lhes são subjacentes.

Ao longo da análise fui tentada a pensar na dimensão conservadora dos rumores uma vez que a palavra engajada dos envolvidos reclamava sempre a retomada da harmonia que teria se quebrado com a possibilidade de mobilidade do negro na sociedade brasileira. Mesmo sendo essa dimensão perceptível, na verdade, tanto os rumores que narram a identidade quilombola de Bastiões como os que narram a identidade nacional, de fato, eles fazem sobressair o caráter dinâmico das identidades e das percepções de mundo das coletividades em jogo.

De fato, não sei aonde essa discussão pode nos levar, mas considero oportuno perguntar se esses rumores podem nos ajudar a pensar no papel do pesquisador quando o seu trabalho de pesquisa está relacionado a lutas de reconhecimento étnico. Quando os rumores incidem sobre a autoridade do trabalho antropológico, estariam eles reclamando do pesquisador um engajamento mais direto nas lutas e destinos do grupo pesquisado? Esses rumores podem nos levar a pensar num confronto dos discursos ordinário e científico?

Referências bibliográficas

Bourdieu, P (1998). *O que falar quer dizer*. Lisboa: Difel.

Carvalho, J.J. (2005). Inclusão étnica e racial no ensino superior: um desafio para as universidades brasileiras. *Série Antropologia*, Brasília: UnB, nº 382.

____. (2004). Por que reagimos às Cotas para Negros? *O público e o privado*. Fortaleza: UECE.

Geertz, C. (2000). *O saber local*. Petrópolis: Vozes.

Leite, I. B. (2000). Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, v. IV(2), p.p 333-354.

Munanga, K. (1999). *Rediscutindo a Mestiçagem no Bras*il. Petrópolis: Vozes.

O'Dywer, E. C. (Org.) (1995). *Terra de Quilombos*. Rio de Janeiro: CFCH/UFRJ.

____. (s.d). Projetos Quilombos. Laudos Antropológicos, Consolidação de Fontes de Consulta e Canais Permanentes de Comunicação, *Boletim da ABA*, nº 30 (consultado na Internet em 25 de novembro de 2008).

Reumaux, F (1994). *Toute la ville en parle. Esquisse d'une théorie des rumeurs*. Paris: Editions L'Harmattan.

Ribeiro, G. L. R. (2006). O mestiço no armário e o triangulo negro no Atlântico: para um multiculturalismo Híbrido. *Série Antropologia*¸ Brasília: UnB, nº. 399.

Segato, R. L. (2004). Por que reagimos às Cotas para Negros? *O público e o privado*. Fortaleza: UECE.

____. (2006). Racismo, discrininacin y acciones afirmativas: herramientas conceptuales. *Série Antropologia*, nº 404, p. 6.

Trajano Filho, W. (1993). Rumores: uma narrativa da nação. *Série Antropologia*, Brasília: UnB, nº. 143.

____. (2000). Outros Rumores da Identidade na Guiné-Bissau. *Série Antropologia*, Brasília : UnB, nº. 279.

17 Geertz, C. (2000). O saber local. Petrópolis: Vozes.

Identidade, reconhecimento e auto-estima: As experiências dos remanescentes do quilombo de Tijuaçu- BA – Brasil

Carmélia Aparecida Silva Miranda∗
carmelia15@hotmail.com

***Resumo*:** A referida pesquisa tem como objetivo discutir de que forma os remanescentes de quilombo de Tijuaçu, têm enfrentado preconceitos e termos pejorativos dirigidos a estes pelos moradores da região. Vários depoimentos revelam como esses remanescentes se sentiam, pois eram vistos como inferiores, por conta de sua cultura, de seus costumes e pela cor da sua pele. Suas diferenças culturais não eram respeitadas. Tinham uma auto-estima baixa, e fugiam de tal situação, isolando pelos diferentes povoados e roças de Tijuaçu. No início da década de 90, do século XX, diferentes setores do Movimento Negro e técnicos da Fundação Cultural Palmares, iniciaram trabalhos de conscientização e de identificação da população, mostrando a esses os seus valores culturais. A partir de então, várias manifestações culturais e costumes que estavam adormecidos, retornam a comunidade. Ademais a identidade étnica é construída, não pelas diferenças em si, mas pela tomada de consciência delas, que ganham significados ao se inserirem em sistemas sociais. Ao tomar conhecimento dessas diferenças, a população une-se em prol da sua cultura e, evidentemente, de sua identidade. A etnicidade serve, portanto, para pensar um novo tipo de sociedade, na qual convivem grupos de variadas origens que se pautam por diferenciadas instituições sociais. A nossa principal fonte foi a oralidade. Através dela pôde-se entender as diversas experiências vivenciadas pelos moradores de Tijuaçu.
Palavras-chave: Etnicidade; Auto-estima; Identidade étnica.

1. Histórias ouvidas e contadas sobre a comunidade negra rural de Tijuaçu

Esta pesquisa nasceu do meu interesse em entender as experiências históricas dos habitantes da comunidade negra rural de Tijuaçu, localizada no município de Senhor do Bonfim,1 distante cerca de 370 km de Salvador - BA. A presente investigação tem como proposta discutir de que forma os habitantes de Tijuaçu começaram a se identificarem enquanto negros, como se deu o processo de construção de sua auto-estima e de sua identidade.

Com o objetivo de entender questões sobre comunidades quilombolas, escravidão e fuga de escravos, como também compreender a construção da identidade cultural dos habitantes de Tijuaçu, empreendi leituras sobre comunidades negras rurais da Bahia e do Brasil. Nesse sentido, analisei a obra organizada por José Jorge de Carvalho (1995), que pesquisou sobre o quilombo dos Rios das Rãs, localizado no oeste da Bahia. A referida obra apresenta a experiência histórica, social e cultural desse quilombo baiano, fundado na primeira metade do século XIX, cujos descendentes travaram uma luta jurídica, em nível federal, pela posse definitiva de suas terras. Fiz ainda a leitura do livro organizado por Clóvis Moura (2001), que é um convite ao aprofundamento sobre a complexidade dos quilombos brasileiros, que, segundo o autor, constituem territórios abertos aos excluídos da sociedade colonial. Também, foi analisada a obra organizada por Reis e Gomes (1996) a qual reúne artigos sobre quilombos situados em diversos locais do nosso país, e de que forma a temática vem sendo tratada, por diferentes autores na atualidade. Duas outras obras discutem sobre quilombos da região de Jacobina. A primeira, de Pedro Tomás Pedreira (1973), faz o mapeamento dos vários quilombos que existiram no Brasil e alguns que ainda subsistem; a segunda, de Flávio Gomes (2005), discute também, sobre os diferentes quilombos do Brasil, entre os séculos XVIII e XIX.

No decorrer da pesquisa, várias questões foram levantadas sobre a história de Tijuaçu, como: de que forma os valores culturais têm permanecido secularmente? Qual o olhar da população sobre sua afrodescendência? E qual a reação da população após o reconhecimento como remanescente de quilombo? Essas questões mapearam tal investigação.

Tijuaçu, antiga fazenda Lagarto, é sede do distrito, tendo povoados e fazendas ao seu redor, cujos habitantes comungam dos mesmos valores culturais, uma vez que se dizem todos parentes, constituindo uma mesma família. Segundo os depoentes, as primeiras famílias chegaram a esse território no início do século XIX. Sua população, predominantemente negra, vive da agricultura de subsistência, plantando pequenas roças para o consumo. O que sobra dessa produção é vendido na feira de Senhor do Bonfim. Essa é uma região seca e muito pobre, onde faltam serviços básicos, como saúde, educação, creches, rede de esgoto, ruas calçadas e emprego. Entretanto, essa situação de carência não abate a auto-estima da população, a qual se revela com intensidade através das suas manifestações culturais.

O perímetro quilombola de Tijuaçu, é composto pelos seguintes povoados: Fazenda Alto, Olaria, Quebra-Facão, Água Branca, Lajinha, Conceição, Macaco, Barreira, Queimada Grande e Fazenda Capim. A maior parte desses povoados está localizada no município de Senhor do Bonfim, enquanto uma menor parte encontra-se nos municípios de Filadélfia e de Antônio Gonçalves.

Sobre a origem do nome – Tijuaçu – alguns depoentes dizem que, na língua dos índios que viveram na região, significa "lagarto grande" e tem esse nome porque na região existiam muitos lagartos.

> O nome de Lagarto sabe por quê? Porque em nossa região existia uma árvore chamada juazeiro, que em algumas épocas do ano, atraía muita lagarta. E com o passar do tempo, esse território passou a ser conhecido, como Fazenda Lagarto e

∗ Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Campus IV – Jacobina, professora permanente do Programa de Mestrado em História Regional e Local e do Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional – UNEB - Campus V – Santo Antônio de Jesus.
1 Senhor do Bonfim está localizado ao Norte da Bahia, pertence à Região Econômica do Piemonte da Diamantina, sendo a 28ª. Região Administrativa.

> posteriormente, surgiu o povoado do Lagarto, e depois o distrito de Tijuaçu. Outros também relatam, que a palavra Tijuaçu, na língua tupi, significa lagarto grande. (Entrevista com Maria Bernardina, realizada pela autora em 08 de abril de 2001, em sua residência em Tijuaçu).

Até a segunda metade do século XX, essa comunidade era conhecida como Fazenda Lagarto e pertencia ao município de Campo Formoso, segundo Silva (1915, p. 72), "o povoado de Lagarto ao final do século XIX, possuía 25 casas, quase todas cobertas de palha "com população de cor", cerca de 30 famílias residentes". Em 1953, com a divisão territorial e administrativa dos municípios da Bahia,2 o referido povoado passa a pertencer ao município de Senhor do Bonfim.

As histórias sobre a comunidade negra rural de Tijuaçu estão presentes na memória dos mais velhos, bons narradores da saga dos seus antepassados, permitindo resgatar um passado nem sempre revelado nos documentos escritos. Segundo Funes (1996, p. 467), uma memória que é referencial ao mesmo tempo de ancestralidade e de identidade. Em seus depoimentos, esses sujeitos sociais mostram histórias de vida que, ao serem buscadas, se transformam em rastros de suas existências em lugares específicos, demarcando suas presenças e revelando uma memória familiar sobre suas experiências de vida.

Através de sua religiosidade, do seu cotidiano e do modo de ser de seus habitantes, esses moradores revelam sua identidade cultural. Assim, esses aspectos são percebidos não apenas na cor da pele de sua gente, mas, sobretudo, na memória dos mais velhos moradores de Tijuaçu, que narraram às histórias contadas por seus avós, remetendo-as sempre a um outro passado, referente às experiências vivenciadas por seus antepassados em relação à escravidão. Essas informações sobre a identidade cultural dos moradores de Tijuaçu, confirmam a idéia de Funes, quando o mesmo afirma, que os aspectos acima caracterizam as comunidades remanescentes de quilombo e revela:

> (...) de forma clara, que nem todas as sociedades formadas pelos negros fugidos da escravidão desapareceram com a extinção de seus respectivos quilombos, como podem sugerir vários estudos historiográficos sobre esses agrupamentos, ao analisá-los sob a óptica do binômio formação/destruição (FUNES, 1996, p. 467).

As várias comunidades quilombolas existentes no Brasil comprovam tal idéia. Elas têm resistido e dão continuidade as experiências históricas dos seus ancestrais. Assim, os depoentes mais uma vez narram sobre a história de vida da fundadora dessa localidade: "Os mais velhos contaram que, no início do ano de 1800, Mariinha Rodrigues passou a viver em Tijuaçu e veio de muito longe" (Entrevista com Valmir dos Santos, em 20 de abril de 2001). E Dalva complementa:

Papai contava para gente, que quando Maria Rodrigues chegou a Tijuaçu, era muito pobre, e dizia que tinha os pés rachados e que os cabelos eram aquelas bolotinhas, que não dava para pentear. Foi morar próximo a localidade de Alto do Bonito e daí gerou toda essa gente (risos). Nós somos da família de Maria Rodrigues. Dizem que ela veio de Salvador ou da África, que, juntamente com mais duas escravas, desceram em Salvador e aqui ficaram, e daí surgiu esse povo todo. Os nossos pais são descendentes dela. Eles arrumaram essa origem de negros. Esses negros vieram da África. (Entrevista realizada pela autora com Dalva Odilon de Santana, em 11 de janeiro de 2002, na fazenda Alto do Bonito – povoado de Tijuaçu).

> Nessa perspectiva, a memória constitui-se como elemento de significativa importância para a reconstituição do processo histórico desses remanescentes; é o sujeito que lembra, escreve Halbwachs (1990). Memória e história conjugam-se, também, para conferir identidade a quem recorda. Cada ser humano pode ser identificado pelo conjunto de suas memórias, embora estas sejam sempre sociais, embora um determinado conjunto de memórias só possa pertencer a uma única pessoa. Somente a memória possui as faculdades de separar o eu dos outros, de recuperar acontecimentos, pessoas, tempos, relações e sentimentos e de conferir-lhes significados. Nas comunidades negras rurais, a memória está mais viva entre os velhos: netos e bisnetos dos primeiros habitantes, guardiões das histórias que seus antepassados contavam-lhes. É a eles que se recorrem, para ampliar os horizontes da pesquisa sobre essas organizações sociais (FUNES, 1996 p. 468).

Essas falas constituem uma síntese da trajetória de muitos negros que, ao fugirem da escravidão, buscaram nas diferentes matas do interior do Brasil o seu refúgio. Os depoentes contam com veemência as histórias ouvidas sobre Mariinha Rodrigues e confirmam a sua ancestralidade ligada a essa escrava africana que fugiu de Salvador para Tijuaçu.

Dona Maria Edista de Jesus (falecida em 2002) e dona Anísia Rodrigues, ambas na faixa de 80 anos, primas em 1º grau, contaram com propriedade a história de Tijuaçu. Quando perguntadas sobre os primeiros moradores da localidade, responderam que foi Mariinha Rodrigues "uma negra fugida", a desbravadora do território, que residia no Alto Bonito e que, estrategicamente, povoou as terras de Tijuaçu, pondo em cada localidade um filho, com o objetivo de tomar posse dessas terras, pelo uso e ocupação. E assim, narram sobre as terras que Mariinha possuía: "Essas terras do Lagarto, Lajinha, Barreira, Forjo, pertenciam a minha bisavó - Mariinha, a mãe do meu avô Astácio. Ela, não era escrava". (Entrevista com Edista, realizada pela autora em 08 de abril de 2000, povoado de Barreiras).

A informante Edista com muita desenvoltura confirma através de seu depoimento a presença de Mariinha Rodrigues como fundadora e proprietária das terras desse perímetro quilombola. Desde a primeira visita feita a Tijuaçu, ouvimos de Valmir dos Santos3 e de outras pessoas mais velhas que lá residiam, que a localidade teve início quando três escravas que estavam fugindo do cativeiro passaram a viver em Tijuaçu. Apenas uma permaneceu, que foi Maria Rodrigues. A partir daí, toda história relatada pelos depoentes tem como protagonista essa escrava fugida, que constituiu família, criando

2 Lei n. 168 de 30 de dezembro de 1953. Diário Oficial do Estado da Bahia. Salvador, 01 de janeiro de 1954.

3 Ex-presidente da Associação Agropastoril Quilombola de Tijuaçu e Adjacências, durante dois mandatos consecutivos, ou seja, 2000 a 2005.

laços de parentesco e solidariedade no referido território. Nos diferentes quilombos existentes, a base da organização social era a família que garantia o cultivo dos diferentes produtos. Segundo Kabenguele4, "o sistema de parentesco é a referência fundamental do africano. Não é a profissão, a nacionalidade ou a classe social". Assim, a instituição familiar era à base da organização social dos quilombos e uma garantia de perpetuação da família. Essa tradição familiar foi fortalecida na América portuguesa por esses descendentes de escravos africanos e perpetua-se até os dias de hoje em Tijuaçu e em outras comunidades negras rurais do Brasil.

1.1. Identidade, reconhecimento e auto-estima.

O ano de 1988, foi marcado por várias comemorações aqui no Brasil, pois se festejava o centenário da Abolição da escravatura e a promulgação da Nova Constituição. A Constituição de 1988, abria precedentes em relação às terras ocupadas pelos afro-descendentes, tal conquista foi fruto de uma luta travada, por vários setores da sociedade brasileira e que vinha se arrastando há vários anos. Os .habitantes de várias comunidades rurais negras passaram a se mobilizar e lutar em prol do direito a terra por eles ocupadas. Diante de tal situação, os representantes do poder legislativo foram pressionados a incluir alguns artigos na Constituição de 1988, que faziam referências sobre as terras ocupadas pelos afro-descendentes. Com a promulgação da Constituição, algumas entidades – principalmente ligadas a diferentes setores do Movimento Negro –, organizações não governamentais, intelectuais, políticos e pesquisadores, em especial das Ciências Humanas, passaram a defender os direitos das comunidades negras rurais, (SILVA, 2002). Nesse debate, Tijuaçu, considerada comunidade quilombola, passou a receber visitas de diferentes setores, que tinham como objetivo mobilizar os habitantes para defesa dos seus direitos instituídos pela Constituição de 1988. A partir dessas visitas, começou uma trajetória de reivindicações e conscientização dos seus direitos, quando tem início, também, o processo do reconhecimento do território como remanescente de quilombo, sintonizado com o que instituía nossa Lei Maior.

> A partir da Carta de 1988, os conflitos recrudescem e alcançam destaque considerável na imprensa do Brasil e do exterior, pois a questão passa a ser vinculada ao referido artigo, uma novidade constitucional já experimentada em legislações federais de países como Jamaica e Colômbia (SILVA, 2000, p. 267).

A partir de então, esses territórios negros, até então tratados como questão fundiária, assumem uma conotação mais ampla, pois outros aspectos serão considerados, como étnicos, históricos, antropológicos e culturais. Em 1995, o Congresso Nacional resolve regulamentá-las como pressuposto necessário à sua aplicação pelo Governo Federal, indo de encontro à opinião de juristas e de organizações civis que entendiam ser o Art. 68, auto-aplicável (SILVA, 2000, p. 267-269).

> Esses segmentos defendem a abordagem que associa a reivindicação de direito possessório àquele previsto no Art. 68, assim ampliando o rol de argumentação exigido pelo Judiciário e as instituições governamentais afetas ao problema. Por outro lado, a publicidade do debate enseja a arregimentação de forças políticas contrárias às demandas das comunidades. A base das argumentações para a não aplicação do Art. 68 retoma o arcabouço jurídico colonial, que definia *quilombo* como grupo de escravos que, à margem das leis existentes, fugiam e se embrenhavam nas matas para saquear, roubar e matar administradores e proprietários de fazendas. Tal noção, ainda hoje, baliza e estrutura os argumentos legais dos que advogam contra os interesses das comunidades (SILVA, 2000, p. 268-269).

Entretanto, a conceituação de quilombo, segundo a legislação em voga, abriu perspectiva para que os historiadores discutissem e apresentassem argumentações acerca da aplicação da atual norma constitucional, segundo Silva (2000, p. 269). Dentro dessa discussão, percebeu-se, então, que o reconhecimento dos direitos das comunidades negras rurais às suas terras pressupõe a "revisão de procedimentos técnicos e jurídicos dos órgãos afetos à questão do ordenamento jurídico agrário, territorial e ambiental para reconhecer e incorporar as diferenças étnicas e culturais" (SILVA, 2000, p. 269). É justamente nesse último aspecto que se encontra dificuldade maior para assegurar os direitos das comunidades, pois a situação das terras implica no reconhecimento da diferença racial como pressuposto para o estabelecimento de direitos sociais específicos. Com base nessas discussões, estudiosos das Ciências Humanas, passaram a definir o conceito de quilombo tendo como pressuposto a resistência cultural dessas comunidades negras rurais, dando-os a nomenclatura de quilombos contemporâneos. Segundo Moura (1999, p. 100), as comunidades rurais negras são consideradas como quilombos contemporâneos, dado à ancestralidade de seus habitantes e às relações que essas populações travam no interior do território. Sintonizados com o conceito abaixo, vários territórios negros passaram a serem reconhecidos no Brasil, como comunidade remanescente de quilombo.

> Podem-se definir quilombos contemporâneos como comunidades negras rurais habitadas por descendentes de escravos que mantêm laços de parentesco e vivem, em sua maioria, de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo. Os negros dessas comunidades valorizam as tradições culturais dos antepassados, religiosas ou não, recriando-as no presente. Possuem uma história comum e têm normas de pertencimento explícitas, com consciência de sua identidade étnica (MOURA, 1999, p. 100).

4 Segundo Kabenguele (1986, p. 60-61), "em função do sistema de parentesco que se criou o que alguns autores chamam de tribalismo, palavra feia, que não traduz a realidade africana. Nessa ordem de idéias, duas vertentes subdividem a África de que tratamos: a matrilinearidade e patrilinearidade. Quer dizer, pelo pai ou pela mãe, a criança liga-se a vários ancestrais situados evidentemente numa mesma linha. Geralmente, os antepassados constituem um triângulo que se alarga a cada geração. Os vivos são unidos aos mortos, porque é através desses que a força é transmitida. São unidos entre eles, pois todos participam da mesma vida".

Nessa perspectiva, a partir da segunda metade da década de 1990, foi realizado o mapeamento de diversas comunidades negras rurais. É essa matriz histórica dos quilombos que passou a ser reapropriada para referir-se, de um modo geral, às comunidades rurais negras no Brasil.

Em abril de 2000, foi criada a Associação Agropastoril Quilombola de Tijuaçu e Adjacências. A referida comunidade já tinha formado a Associação de Desenvolvimento Comunitário, uma organização dos moradores com a finalidade de, junto aos órgãos competentes, obter benefícios para a comunidade, entretanto, estava restrito somente ao distrito, não abrangia os povoados e o perímetro quilombola. Segundo os moradores, era necessário criar uma associação que tivesse representantes de todo perímetro quilombola, como forma de agregar todo o grupo:

> Digo adjacências porque na verdade, ela hoje não somente atua na sede de Tijuaçu, são dez comunidades juntas. Tijuaçu com mais nove comunidades circunvizinhas, onde a associação atua desde 2000 quando foi fundada, assim que foi reconhecida. No início de abril do referido ano, fundamos a Associação. Esta abrange, cerca de 2.700 quilômetros. Eu fui eleito como o novo presidente, juntamente com outras pessoas que fazem parte da diretoria, como Dona Ilca dos Santos, a tesoureira Cássia Maria dos Santos; a vice Valdelice da Silva, também Natasha Fagundes, primeira secretária, Vitoriana representante do povoado de Conceição, é a segunda secretária. Temos outras pessoas que fazem parte do conselho fiscal. Hoje, nós temos cerca de 50 pessoas trabalhando junto com a direção. De que forma essas pessoas trabalham? Essas pessoas assumiam as lideranças dos povoados, a associação cresceu e temos mais de 400 sócios, nós precisamos de um trabalho fortalecido e unido. (Entrevista realizada pela autora com Antônio Marcos Rodrigues, atual presidente da Associação Agropastoril Quilombola de Tijuaçu e Adjacências, em 02 de fevereiro de 2005, em Tijuaçu).

A Associação Quilombola tem conquistado seu espaço, enquanto, órgão representativo, procurando atender às reivindicações da comunidade e defendendo os direitos desses remanescentes. Nessa perspectiva é realizado um trabalho comunitário sintonizado com a população. Para concretizar tais ações, são realizadas reuniões periódicas com membros e representantes das diferentes comunidades, como: Fazenda Alto, Olaria, Quebra Facão, Água Branca, Lajinha, Conceição, Macaco, Barreira, Queimada Grande e Fazenda Capim. Nessas reuniões, discutem-se os problemas que afligem a população, os projetos que estão chegando a Tijuaçu, como administrá-los, as informações oriundas da Fundação Cultural Palmares, da Unegro e de outros órgãos que têm relação com a cultura afro-descendente. Dessa forma, a Associação desenvolve o seu trabalho, conscientizando os participantes dos seus direitos e deveres como cidadãos e como quilombola.

Recentemente, a Associação Agropastoril recebeu da Fundação Cultural Palmares máquinas de costura industriais. A pretensão é criar em Tijuaçu, um pólo de confecção, dando oportunidade de emprego a muitos moradores. Atualmente, o SEBRAE5 ministrou curso de corte e costura na sede da Associação, habilitando diversas pessoas para a arte de cortar e confeccionar roupas. Foram entregues, também, alguns tratores para facilitar o trabalho no campo. Essas medidas têm como meta criar outras perspectivas de sobrevivência para a população.

1.2 - A construção da identidade:

Até a visita dos técnicos da Fundação Cultural Palmares, os moradores desconheciam o significado da palavra quilombo. Eles tinham ouvido o referido vocábulo, mas não sabiam de fato o seu significado, como também desconheciam o que era ser remanescente de quilombo. Como podemos perceber através do depoimento abaixo:

> Olha, ser reconhecido como quilombo foi muito bom, pois nós não sabíamos o significado da palavra quilombo, hoje todo mundo está sabendo o que é um quilombo - local onde os negros ficavam. E hoje, sabemos porque Tijuaçu é considerado comunidade remanescente de Quilombo. (Fala de Ilca, entrevistada pela autora, em 28 de outubro de 2003, em Tijuaçu).

Para os moradores de Tijuaçu, o quilombo estava bem distante da sua realidade. Mesmo tendo a pele escura, costumes e tradições afros, os habitantes de Tijuaçu não se identificavam como afro-brasileiros; viviam imitando a cultura do branco. Eles se identificavam como: moreno, escurinho, moreninho ou outras denominações, mas nunca como negros. Tinham uma auto-estima baixa, consideravam-se inferiores e fugiam de tal situação isolando-se pelos diferentes povoados e roças de Tijuaçu, como se observa no depoimento a seguir: "Antigamente, aqui os negros não eram considerados como gente e hoje em dia está sendo, através do trabalho que a Associação vem desenvolvendo". (Entrevista com Juliana Rodrigues, realizada pela autora, em 2 de fevereiro de 2005, em Tijuaçu). E ainda:

> Até algum tempo atrás, Tijuaçu era visto como uma comunidade rural qualquer, não despertava para essa questão de quilombo. Porque nos livros de história, na escola, os professores falam sobre o negro, mas de uma maneira muito distante daqui do sertão. E esses estudos, têm levado a pensar que os negros estavam apenas em Salvador, que foram para a zona da mata e o litoral brasileiro, Rio de Janeiro, São Paulo, e que eles ficaram por aí e daí não passaram. Agora, Tijuaçu por sua vez, é visto como uma comunidade negra rural. Quando teve início a discussão sobre a questão quilombola, percebemos que a cultura dos nossos ancestrais através dos costumes e manifestações culturais. Mas anterior a essa discussão, Tijuaçu era uma comunidade rural, era um lugar que não despertava nenhum interesse. Ninguém tinha compromisso com Tijuaçu. De lá vem apenas à melancia, o feijão. Hoje as pessoas já visitam Tijuaçu, porque foi um quilombo. (Entrevista realizada pela autora com Ivomar Gitânio dos Santos, em 2 de fevereiro de 2005, em Senhor do Bonfim).

Segundo Hall (2001, pp. 88-89), o que aconteceu com os africanos que vieram para o Brasil tem como precedente a assimilação da cultura do branco sem perder, no entanto, suas raízes. É o que o autor denomina de tradição e descreve como aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram

5 Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas.

dispersas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem serem assimiladas por elas e sem perderem completamente a identidade. Carregam os troncos das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão *unificadas* no velho sentido, porque são, irrevogavelmente, o preceito de várias histórias e culturas internectadas, que pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias "casas" e não a uma "casa" particular. Hall (2001) afirma que as pessoas pertencentes a essas culturas *híbridas* (no caso, consideradas as culturas dessas comunidades negras rurais) têm sido obrigadas a renunciar a sonhos ou à condição de redescobrir qualquer tipo de pobreza cultural "perdoada" ou de absolutismo étnico. Elas são irrevogavelmente traduzidas. Elas são o produto das novas "diásporas", criadas pelas migrações pós-coloniais e devem aprender a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas. As culturas híbridas constituem um dos diversos tipos de identidade, distintamente, produzidas na era da modernidade.

Certamente essa situação híbrida de fronteiras, de não reconhecimento de sua cultura experimentou por muito tempo a população de Tijuaçu. O trabalho realizado pela Fundação Cultural Palmares e pela UNEGRO despertou uma conscientização e conseqüentemente a valorização desses remanescentes por sua cultura. O termo fronteira é aqui utilizado, não no sentido de território, de espaço, mas no sentido cultural.

Nessa perspectiva, fazemos as seguintes indagações: quais os caminhos traçados após o reconhecimento? Como aconteceram os primeiros contatos? Em meados da década de 90, a comunidade recebeu funcionários da Fundação Cultural Palmares, como advogados, antropólogos e outros profissionais com o objetivo de mapear os diferentes povoados cuja população fosse predominantemente negra e traçar o Laudo Antropológico para que Tijuaçu, juntamente com as outras 2.000 comunidades existentes no Brasil, fosse reconhecida como remanescente de quilombo e pudesse receber os benefícios que a lei instituía.

Os primeiros contatos dos membros da comunidade de Tijuaçu com pessoas que estavam discutindo a questão das comunidades "remanescentes de quilombo" ocorreram com os técnicos do Instituto de Terras da Bahia (INTERBA – órgão hoje extinto), da Fundação Cultural Palmares e do Ministério da Cultura. Na época, esses órgãos firmaram alguns convênios que tinham como proposta o reconhecimento e a titulação das terras das comunidades negras rurais nos diferentes estados. Esses técnicos fizeram várias reuniões com os membros da comunidade para provocar uma primeira discussão sobre a questão de suas terras, tendo como meta a aplicação do Ato da Disposição Constitucional Transitória (ADCT).

A participação de moradores de Tijuaçu no I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Remanescentes de Quilombo, ocorrido em Salvador em 1994, iniciou o percurso do reconhecimento. Esse foi apenas o primeiro passo para muitos outros que vieram. No referido evento, os participantes receberam informações a respeito das experiências desenvolvidas em outras comunidades, como os "remanescentes de quilombo de Rio das Rãs (Bom Jesus da Lapa/BA)".

Antes do trabalho de campo etnográfico do antropólogo Osvaldo Martins Oliveira, estiveram em Tijuaçu, em épocas diferentes – em 1998 e 1999 – dois outros antropólogos e uma advogada da Fundação Cultural Palmares, para realizar coleta de dados com o objetivo de elaborar relatórios encomendados pelo convênio dos órgãos referidos acima.

Segundo o Relatório, a população, motivada por esse processo de mobilização que teve início, no dia 10 de agosto de 1998, e alguns representantes da comunidade reuniram-se na Escola de Primeiro Grau de Tijuaçu e traçaram algumas reivindicações.

Os técnicos da Fundação Cultural Palmares fizeram várias reuniões e começaram a traçar o Laudo Antropológico, procurando respostas para as seguintes informações: localização, origem, relevância social, o que torna o espaço da comunidade significativo para o impacto social. Também procuraram pessoas mais velhas da comunidade que soubessem contar a história desse afro-descendentes. Descrição rápida dos ritos ou atos da comunidade, código lingüístico e sua origem (língua ou dialeto do local), a trama das relações dentro da comunidade e trabalhos sociais realizado na área do perímetro quilombola, edificações ou monumentos integrantes do espaço físico, marcas que identificavam o território como uma comunidade remanescente de quilombo, tipos de vegetação, tipos de cultivo e número de famílias residentes no território.

Observado os itens citados acima, em 18 de fevereiro de 2000, o antropólogo da Fundação Cultural Palmares, Osvaldo Martins de Oliveira, concluiu o Relatório de Identificação da Comunidade Negra de Tijuaçu, sendo o referido distrito, reconhecido como território remanescente de quilombo, através de ato publicado no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro do mesmo ano. Desse documento, constam o mapeamento do espaço e da população local; histórias contadas pelos mais velhos sobre a ocupação da terra e a genealogia da comunidade; descrição de alguns conflitos de terras com os fazendeiros da região; atividades produtivas, criatórios e artesanais; atividades políticas e reivindicações; como a população se identifica como afro-descendente e uma descrição das manifestações culturais. O povo recebeu o reconhecimento como uma conquista. A partir de então, tem se mobilizado, com o objetivo de entender traços de sua cultura e, nesse percurso, resgatar algumas manifestações culturais que estavam adormecidas e que foram despertadas após o reconhecimento. E assim, se expressam: "Ah! Eu acho muito bom ser remanescente de quilombo. Depois que nós descobrimos, que o Valmir descobriu, eu acho que modificou muito a nossa vida. Mudou muito, Ave Maria, porque éramos excluídos. Eu mesmo já fui muito excluída". (Entrevista realizada pela autora com Nira, em 5 de dezembro de 2004, em sua residência em Tijuaçu). E ainda,

> Nós, agora, já sabemos conversar. Pois antigamente, tinha gente que não conversava. Quando tinha reunião, nós, apenas participávamos, não dávamos opinião, apenas ouvia os outros. Pois qualquer interferência nossa, a colega dizia não levanta, que você não sabe conversar. Nós éramos comandados, nossas palavras eram cortadas, era comum às pessoas dizerem,

> deixa fulano conversar primeiro. Eles diziam que nós não entendíamos das questões. Hoje não, nós vamos para reunião, participamos, emitimos nossas idéias, sem censura. Qualquer pessoa se levanta e pergunta. Antigamente, se tivesse uma reunião era de branco, preto se ficasse, ficava, apenas, olhando, e distante dos brancos. Hoje, nós somos homenageados e respeitados. Hoje as pessoas nos consideram, valorizam nossa cultura, hoje temos coragem de dar entrevista nas emissoras de rádio, falando da nossa cultura. E com o reconhecimento, percebemos que muitas mudanças aconteceram aqui em Tijuaçu, alguns benefícios chegaram, como Posto de Saúde e Telefônico. [...]. (Entrevista realizada pela autora com Nira, em 5 de dezembro de 2004, em sua residência em Tijuaçu).

Os afro-descendentes se auto-identificaram e passaram a reivindicar seus direitos, porque anteriormente não se viam como cidadãos e sofriam muito com o preconceito, como se pode perceber no depoimento abaixo:

> Na época que eu freqüentava a escola, sofri muito, com colegas e professores. A professora gostava muito de nos chamar de "neguinha" do cabelo duro. Muitas vezes, as mães não tinham tempo de pentear os nossos cabelos, e colegas e professores nos chamavam de cabelo duro e de "neguinha". Minha mãe, sempre penteava o nosso cabelo à tarde, ela fazia aquelas trancinhas, uma pegada na outra. E pela manhã não dava tempo pentear de novo, quando chegávamos na escola, a professora dizia: "é, tua mãe é porca, né, mais esses "negos", gosta de ser porco, nem para pentear os cabelos dos filhos", eu já sofri muito... muito. (Entrevista realizada pela autora com Nira, em 5 de dezembro de 2004, em sua residência em Tijuaçu).

Diante dessas e outras situações, os moradores de Tijuaçu sentiam-se acuados, excluídos, indignados pelo tratamento recebido por aqueles que se achavam brancos e utilizavam palavras ofensivas com o intuito de humilhá-los. Não sabiam como proceder diante das provocações; e para fugir dessas situações, se ausentavam do mundo do outro e isolavam na comunidade.

Para Barth (apud POUTIGNAT ; STREIFF-FENART, 1998), a identidade é construída e transformada na interação de grupos sociais, através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre diferentes grupos, definindo os que os integram ou não. Essa identidade está sendo construída a partir das situações vivenciadas por esses afro-brasileiros.

> Hoje as pessoas estão nos vendo como gente. Antigamente, aquelas pessoas que nós conhecemos, fazia de conta que não nos conhecíamos, passavam e não falavam e não nos conheciam como gente não. Não nos tratava pelo nome, tratava com o apelido de "nego". "Nego" vem cá, "nego" faz isso. Hoje, eu já percebo a diferença no tratamento, já nos olham e nos cumprimentam. (Fala de Ilca, entrevistada pela autora, em 14 de agosto de 2002, em sua residência em Tijuaçu).

Outras vozes também se levantaram e concordaram com Nira e Ilca sobre o benefício que o reconhecimento trouxe à população. Após o reconhecimento, alguns depoentes pontuam que houve uma mudança de comportamento também por parte dos habitantes de Senhor do Bonfim em relação à população de Tijuaçu. Houve uma diminuição do preconceito. O que significa para população ser afro-descendente?

> Hoje, o povo de Bonfim nos recebe muito bem. Como eu terminei de falar mesmo nesse instante. Por exemplo, hoje ao chegar numa loja, eles nos recebem logo na frente, atendem super bem. Antigamente não, eu mesma fui uma das pessoas que foi vítima de preconceito, teve uma vez que eu cheguei na loja procurei saber o preço de um tecido, o moço fez de conta que eu nem existia. Hoje, eu chego e sou logo atendida. Na padaria do Senhor Justino mesmo, um exemplo, eu fui comprar um bolo, isto aconteceu há dois anos atrás, quando lá cheguei, atrás de mim chegou uma senhora mais nova do que eu, e o funcionário atendeu a mesma, primeiro. Esperei um certo tempo e ele não me atendeu. Por que? Porque a mulher era branca e eu negra. Quando ele veio saber o que eu queria, desisti. Disse, olha, só não vou falar para o seu patrão, o que aconteceu, por que talvez você perca o seu emprego e eu não quero isso. Aí saí. Não quis mais de jeito nenhum o bolo que eu ia comprar. (Entrevista realizada pela autora com Ilca, em 14 de agosto de 2002, em sua residência em Tijuaçu).

A postura de certos moradores de Senhor do Bonfim deixava alguns habitantes de Tijuaçu indignados. Várias foram às situações que demonstravam atitudes preconceituosas. Entretanto, a afirmação de sua identidade cultural possibilitou a conquista de um espaço, uma vez que esta é uma construção de coisa comum que se afirma perante algo, é um fenômeno em mudança, não é um conceito estático. Essa percepção enquanto afro-descendente estava adormecida e escondida atrás do preconceito e do racismo sentido por esses moradores de Tijuaçu. A identidade tornou-se uma "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

Para Hall (2001), a identidade é definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos sem unificá-las ao redor de um "eu" coerente. Dentro de cada um há, identidades contraditórias, empurrando para diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Á medida que os sistemas de significação e representação cultural multiplicavam-se, haverá confrontos por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderiam identificar-se – ao menos temporariamente. Pois, escreve Barth (1998), que os traços que se leva em conta não era a soma das diferenças objetivas, mas unicamente aqueles que os próprios atores consideram como significativos6.

---

6 Cf. Poutignat e Streiff-Fenart (1998, p. 11), afirmam que a etnicidade não é um conjunto intemporal, imutável de "traços culturais" (crenças, valores, símbolos, ritos, regras de conduta, língua, código de polidez, práticas de vestuário ou culinárias etc.), transmitidos da mesma forma de geração para geração na história do grupo; ela provoca ações e reações entre este grupo e os outros em uma organização social que não cessa de evoluir.

A identidade desses afro-brasileiros residentes em Tijuaçu foi construída a partir da diferença. Para Souza (2002, p. 141-142), através das identificações históricas e culturais, funda-se o conceito de etnia, que abarca os que supõe ter uma ascendência comum, base da identidade do grupo e de sua distinção com relação à sociedade abrangente.

Ademais, a identidade étnica é construída não pelas diferenças em si, mas pela tomada de consciência delas, que ganham significados ao se inserirem em sistemas sociais. Ao tomar conhecimento dessas diferenças, a população une-se em prol da sua cultura e, evidentemente, de sua identidade. A etnicidade serve, portanto, para pensar um novo tipo de sociedade, na qual convivem grupos de variadas origens que se pautam por diferenciadas instituições sociais. Segundo Cunha (1985, p. 208):

> Nesse novo tipo de sociedade, a coerência é dada pelo sistema multiétnico e não mais pela cultura original". Nesse contexto, os processos de constituição étnica dão-se pela seleção de certos traços escolhidos como símbolos privilegiados da identidade étnica e pelo esquecimento de outros: a memória e o esquecimento histórico são assim comandados pela relevância do novo sistema.

A população de Tijuaçu tem procurado cada vez mais se afirmar como um grupo afro-descendente e tem conservado símbolos e significados dessa identidade étnica. Primeiro por uma fase de descoberta e, posteriormente, conhecimento da cultura dos seus antepassados. Em seguida, descobriram um estágio de conscientização e valorização dessa cultura. No último período, conheceram sua história e a de seus antepassados e passaram a valorizar suas manifestações culturais, suas relações de trabalho, sua religiosidade e seus traços físicos.

Nessa perspectiva, a população passou a emitir um outro olhar, auto-identificando-se enquanto afro-descendente. Dessa forma, tornaram-se mais visíveis ao olhar do outro, pois não tinham mais receio de expressar seus laços culturais. Projetos do Governo Federal passaram a chegar a Tijuaçu e as informações eram divulgadas pelos meios de comunicação. Assim, Tijuaçu ficou visível aos diversos olhares.

Perguntamos então se a referida mudança era em decorrência do reconhecimento, então Ivomar nos respondeu: "Ao reconhecimento, a divulgação da atividade da comunidade, da cultura da comunidade, do reconhecimento desta e do conjunto de atividades, as pessoas estão começando a despertar." (Entrevistado pela autora, em 2 de fevereiro de 2005, em Senhor do Bonfim).

A identidade, então, surge não tanto da plenitude dela mesma, que já está dentro de cada um como indivíduo, mas de uma falta de inteireza, que é "preenchida" a partir do exterior, pelas formas através das quais se imagina ser visto por outros (HALL, 2001, p. 39).

A possibilidade de uma identificação do povo de Tijuaçu vai aparecer a partir da construção dessa identidade afro-brasileira assumida. A população não mais se intimida em expressar seus costumes e sua cultura. Essa identidade foi formada, ao longo do tempo, aliada as diferentes influências que a população comungou e que agora, com a auto-estima elevada e sua auto-identificação enquanto afro-descendente, aparece com maior visibilidade e vigor.

Os costumes desses afrodescendentes são escancarados, não há mais medo. Hoje Tijuaçu possui três Associações; os moradores fazem reuniões periódicas, nas quais há uma participação significativa da população. O povo saiu às ruas, foi para outros municípios apresentar suas danças e suas manofestações culturais, levando para outros lugares suas experiências de vida. Agora, essas pessoas não têm mais receio do preconceito.

Em decorrência desse processo de conscientização pelo qual a comunidade vem passando ao longo desses anos, a população tem criado mecanismos para que seus laços culturais sejam preservados, a exemplo do Samba de Lata. Os pais e avós já incluíram no referido samba os seus filhos e netos para que a tradição tenha continuidade. Como se pode perceber na fala abaixo: "Inclusive nós estamos ensinando as crianças, o que aprendemos com os mais velhos. Ensinando o samba as crianças." (Entrevista realizada pela autora com Nira, em 5 de dezembro de 2004, em sua residência em Tijuaçu).

A preocupação de manter a tradição também é extensiva a outras manifestações que existiam na comunidade. Resgataram e recriaram ainda a Dança do Parentesco e a Roda do Arco-Íris. Construíram em forma de mutirão a sede da Associação. São iniciativas que demonstram a mobilização da comunidade e a elevação da auto-estima desses afro-descendentes. Nesse sentido, a população mais jovem está empenhada em manter esse legado dos seus antepassados, criando perspectivas para manutenção das tradições e de sua cultura:

> Eu me sinto assim uma pessoa que pertence, que meus pais pertenceram, meus avós pertenceram a uma raça muito linda, que tinha muita cultura, que sofria mais que apesar de tudo, soube cultivar a sua cultura. Imagine se não tivesse cultivado essa cultura linda que, que Tijuaçu tem hoje em dia? Como seríamos nós? Então, apesar de tanto sofrimento, eles permaneceram forte e cultivando sua cultura. Eu me considero uma pessoa forte, com fé em Tijuaçu, uma pessoa realizada, e eu estou vendo os projetos de Tijuaçu caminhando, indo para frente.
>
> Imagine se nós não tivéssemos essa história para contar e para viver, como hoje, estamos vivendo essa história. Quando eu falo vivendo, não é vivendo no só, no sofrimento, mas sim voltado para a alegria. Hoje as pessoas abrem a boca e dizem: eu sou negro e me identifico como negro. Pois antigamente, as pessoas tinham vergonha de abrir a boca para se reconhecer como negro, e hoje em dia não, eles falam com muita alegria, eu sou negro sim, e tenho valor. (Entrevista realizada pela autora com Juliana Rodrigues, em 02 de fevereiro de 2005, em sua residência em Tijuaçu).
>
> Uma história transparente, porque todo mundo está vendo, está sendo reconhecido no país todo, em toda nação, aí ela é transparente. (Entrevista realizada pela autora, com Amauri da Silva Rodrigues que tem 16 anos, em 02 de fevereiro de 2005, em sua residência em Tijuaçu).

Situação semelhante vem passando outras comunidades negras rurais do Brasil. Encontramos em Tijuaçu uma tradição oral articulada que se relaciona à escravidão, em alguns momentos, havendo, em outros momentos, uma negação. Há uma insistência reticente em não serem eles descendentes de escravos.

Nos termos do conceito de quilombo contemporâneo, como bem definiu, em outubro de 1994, a Associação Brasileira de Antropologia, levou-se à reflexão que o que se encontra em Tijuaçu esteja coadunado com o conceito abaixo:

> [...] O termo Quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo ressemantizado para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil. Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se tratará de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. A identidade desses grupos também não se define pelo tamanho e número de seus membros, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. Neste sentido, constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão (O'DWYER, 1995, p. 1).

Foi nessa perspectiva que se concebeu Tijuaçu como uma comunidade negra rural, cujos moradores ali habitam há dois séculos, sobrevivendo da agricultura de pequenos lotes de terra pertencentes as mesmas famílias. Assim, permanecendo há várias gerações sem proceder à partilha. Possuem tradições culturais permanentes que são valorizadas pela população. Portanto, considera-se esse território como comunidade remanescente de quilombo, a partir da continuidade e da permanência de seus costumes, de suas experiências enquanto um grupo que manteve as suas tradições.

Segundo informações contidas nos documentos escritos, as terras de Tijuaçu na segunda metade do século XIX pertenciam a Felipe Rodrigues da Silva e a Joaquim Manoel de Santana. Em 1888, esse território era propriedade do casal Umbuzeiro Angelim. Após 1888, a documentação escrita se cala, não aparecendo nenhuma documentação que faça referência aos proprietários dessas terras. Por sua vez a oralidade aponta a propriedade dessas terras a Mariinha Rodrigues, referenciada como fundadora desse território. Assim, concluímos que essa é a história contada sobre esse povo negro, sobre uma mulher desbravadora e corajosa que fundou Tijuaçu, diferente daquela contada a partir do olhar do colonizador, que revela a submissão do povo negro. Essa é a história conhecida pelos moradores de Tijuaçu, pois foi contada pelos mais velhos aos mais moços.

O reconhecimento de Tijuaçu como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares empreendeu uma valorização da cultura, como também, a auto-identificação desses moradores como afro-descendentes. Nessa perspectiva, várias mudanças foram implantadas em decorrência do reconhecimento, como: a criação da Associação Quilombola, que passou a representar o perímetro quilombola atingindo nove comunidades; algumas manifestações culturais foram resgatadas; a comunidade passou a se mobilizar em prol dos seus direitos, passando a cobrar dos órgãos competentes, melhoria para o perímetro quilombola. Os penteados e as roupas afros passaram a ser usadas freqüentemente. Alguns costumes foram resgatados e reinventados por conta dessa auto-identificação.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARVALHO, José Jorge de (Org.). *O Quilombo do Rio das Rãs: Histórias, Tradições e Lutas*. Salvador: EDUFBA, 1995.

CUNHA, Manoela Carneiro de. *Negros Estrangeiros – os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FUNES, Eurípedes A. "Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas". In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (Século XVII-XIX)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

_____ . "Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX." In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro- 6ª. Ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2001.

KABENGUELE, Munanga. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1986.

LE GOFF. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão ... (et al.). – 5ª. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

MATTOSO, Kátia Maria de Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988.

MIRANDA, Carmélia A. S. Festas e comemorações: versos, danças e memória – a Festa da Marujada em Jacobina. *Projeto História*, n. 28, São Paulo: EDUC, 2004. p. 451-458.

MOURA, Clóvis.. *Os quilombos na dinâmica social do Brasil: Maceió*: EDUFAL, 2001.

MOURA Glória. "Os Quilombos Contemporâneos e a Educação". *Revista Humanidades*, n. 47, novembro de 1999. Brasília: Editora UNB, 1999.

O'DWYER, E. C. (Org.) *Terra de quilombos*. Rio de Janeiro: ABA, 1995.
_____ . "Remanescentes de quilombos" na fronteira Amazônica: a etnicidade como instrumento de luta pela terra. In: *Os quilombos na dinâmica social do Brasil:* Maceió: EDUFAL, 2001.
OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. *Relatório Parcial de identificação da comunidade negra de Tijuaçu*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2000. (texto mimeografado).
PEDREIRA, Pedro Tomás. *Os quilombos brasileiros*. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, Departamento de Cultura da SMEC, 1973.
PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val de Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína e FERREIRA Marieta Moraes (Coord.). *Usos e Abusos* da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Cultural Getúlio Vargas, 1996.
POUTIGNAT Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth.* Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.
REIS, João José; Silva, *Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
REIS, João José; GOMES, Flávio. *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
SILVA, Lourenço Pereira. *Memória Histórica e Geográfica sobre a Comarca de Senhor do Bonfim*. Salvador: Lutho Typo e Encadernação Reid & Cia. 1915.
SILVA, Valdélio. Rio das Rãs a luz da noção de quilombo: de uma comunidade remanescente de quilombo. *Afro-Ásia*, EDUFBA, Salvador: 2000, n. 23. p. 267-295.
SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
THOMSON, Alistair. *Anzac Memories*. Austrália: Oxford University Press, 1984.

Visibilidade da Tradição: uma análise da comunidade negra remanescente do quilombo de São José da Serra (1997-2007)

Marilea Almeida
Universidade Severino Sombra
marileade@uol.com.br

Resumo: A presente pesquisa investiga os usos da visibilidade midiática pela Comunidade Negra Remanescente do Quilombo de São José da Serra. Busca-se, com este trabalho, refletir a respeito das táticas utilizadas pela comunidade, no contexto e processo de sua definição como remanescente quilombola. Para tanto, serão analisadas as transformações que esta comunidade estabelece com a mídia no que tange à visibilidade e a produção de discursos a seu respeito.

A comunidade investigada é a "Comunidade Negra Remanescente de Quilombo São José da Serra"- definida assim pelo Estatuto da Associação a partir de 30/09/1999 - cobrindo-se o período de 1997 a 2007. Tal comunidade situa-se na Fazenda São José da Serra, propriedade particular localizada a cerca de 13 Km da sede do Distrito de Santa Isabel do Rio Preto, no Município de Valença, Estado do Rio de Janeiro – Brasil. Com a Abolição, os ex-escravos construíram suas casas de adobe no alto da serra, à beira de um córrego, e as cobriram de sapé. André (2004, p.16) nos diz que esta comunidade permaneceu quase isolada do centro urbano, mantendo como práticas o jongo, o trabalho em conjunto na agricultura de subsistência, a religião da umbanda e do catolicismo, a sabedoria das ervas medicinais, o artesanato, as benzeduras, o calango e o Terço de São Gonçalo.

Esse suposto isolamento não se confirma nos depoimentos de D. Zeferina ao grupo de pesquisadores do ITERJ/Palmares (LABHOI- Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense). Segundo D.Zeferina, pelo menos desde 1930 a Comunidade de São José mantém contatos com a Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Em seu depoimento, D. Zeferina ainda reforça as idas e vindas de pessoas que saíam de São José em busca de melhores oportunidades; algumas das que partiram acabavam retornando à comunidade, desconstruindo assim a idéia de isolamento do Quilombo.

A construção da idéia de isolamento parece ter atraído os meios midiáticos para dentro da comunidade. Entre os anos de 1997 e 2007, há diversas referências na mídia brasileira sobre a comunidade remanescente de quilombo de São José da Serra; para citar algumas: *Isto é* (21/05/1997); *O Globo* (11/05/2003 e 20/11/2003); *Jornal do Brasil* (23/11/2003); *O Dia* (5/5/2004); *TV Globo* (13/5/2004); *Revista Raça Brasil* (Janeiro/2007). A maioria das reportagens foram publicadas em datas próximas ao dia 13 de maio – Abolição da Escravatura - ou do dia 20 de novembro – Dia da Consciência Negra.

Tomemos como ponto de partida para nossas análises a matéria da revista "Isto é" do dia 19 de maio de 1997, intitulada "De pai para filho - No interior do Rio, descendentes de escravos vivem sem luz elétrica e lutam para manter a tradição". Leiamos alguns trechos desta matéria:

> "Como se o tempo não tivesse passado por essas bandas, 120 descendentes de escravos comemoram o dia da abolição da escravatura. Desplugados do mundo dos brancos, sem televisão, geladeira, carro ou mesmo água encanada, os negros da Fazenda São José vivem como se estivessem num Quilombo. Não são descendentes de escravos fugidos, mas é como se fossem. Moram numa comunidade fechada, praticamente isolada, e lutam para preservar o que restou de suas tradições."

Para os fins deste trabalho, destacarei duas imagens produzidas através do discurso desta matéria: uma relacionada à categoria tradição e a outra relacionada à categorização desta comunidade como quilombola.

Sobre a primeira imagem, tem-se que a matéria exalta o caráter tradicional desta comunidade, em que a categoria tradição é usada de forma aproximada àquela ligada a uma visão tradicional de folclore, que entende a tradição como essência e de forma estática, como pode ser exemplificado na Carta do Folclore Americano, elaborada por um conjunto representativo de especialistas e aprovada pela OEA em 1970. Neste documento – citado por Canclini (2000, p.213) - o folclore é constituído por um conjunto de bens e formas culturais tradicionais, principalmente de caráter oral e local, sempre inalteráveis, neste âmbito quando há transformações; são atribuídas a agentes externos.

Sobre a segunda imagem, a saber, a categorização da comunidade como quilombola, a matéria supõe a impossibilidade de designar tais moradores como quilombolas, pois "não são descendentes de escravos fugidos". Nessa direção, a matéria, valendo-se do conceito tradicional de quilombo como um local isolado de escravos fugidos, não categorizou a comunidade de São José da Serra como quilombola.

Como já foi citado, entre 1997 e 2007 a comunidade continuou a aparecer nos espaços midiáticos. Acerca desse período, podemos dizer que há continuidades e transformações a respeito das imagens sobre a comunidade, como exemplifica o trecho da matéria produzida pela revista Raça em janeiro de 1997:

> "Até dois anos não havia luz elétrica no Quilombo São José, no município de Valença, próximo à cidade de Conservatória, no interior do Rio de Janeiro. O isolamento geográfico (560 metros do nível do mar e quase 20 km de estrada de terra que separa o quilombo de Conservatória) contribui para que a vida por lá permaneça praticamente igual à época da escravidão, nos idos de 1850 – quando seus antepassados chegaram à fazenda São José"

Note-se que a comunidade de São José agora é categorizada como quilombola, e isso é justificado pelo isolamento, pela manutenção da tradição e pela relação de parentesco da comunidade com os primeiros moradores do local.

Numa análise sobre essas as imagens veiculadas nos espaços midiáticos, a respeito da comunidade de São José. Podemos indagar o seguinte: a transformação, no que tange ao aspecto conceitual, e a continuidade no que se mencionada à tradição com essência, pode estar relacionado ao uso da visibilidade como uma das estratégias da própria comunidade. Esta questão nos leva a uma outra: que tipo de visibilidade era necessário no contexto de 1997, e que já não mais atende aos interesses da própria comunidade em 2007?

Para realizar tais análises, é necessário, em primeiro lugar, pensar processualmente tanto a transformação como a continuidade, sendo necessário, nessa problematização, relacionar pelo menos três questões: as relações entre a mídia a comunidade; a situação que denomino visibilidade da comunidade; as apropriações dos discursos legais e acadêmicos pela comunidade de São José da Serra, a partir da segunda metade da década de 1990.

Sobre as relações da comunidade com a mídia, é preciso considerar que tais imagens não são produzidas unilateralmente pelos meios midiáticos, pois apesar da imprensa periódica e os sistemas midiáticos serem importantes meios de difusão de um "sistema de referências", ao alcançarem estratos mais amplos da sociedade e acabarem exercendo um papel pedagógico – que em última instância produzem conhecimentos e identidades. Em contrapartida, não podemos supor ingenuamente que a mídia apenas "inventa" imagens.

Diante disso, este trabalho afasta-se da visão maniqueísta no que tange às relações entre a comunidade de São José e a mídia, em que a primeira desempenharia um papel passivo, e segunda seria a produtora inequívoca das imagens sobre a comunidade.

A respeito da situação de visibilidade, a Comunidade de São José da Serra pode ser considerada partir de meados da década de 1990, dentro do Estado do Rio de Janeiro, como uma das principais comunidade remanescentes de quilombos que despontam no cenário midiático. Mattos (2005) relata que, em 1998, quando chegou à comunidade designada pela Fundação Palmares/Iterj a fim de produzir o laudo de identificação antropológica, a comunidade já dispunha de visibilidade, pois em 1996 havia conseguido eleger Antônio Nascimento Fernandes como vereador, e também já havia transformado as festas de comemoração do 13 de Maio em verdadeiros festivais de jongo, atraindo jornalistas, pesquisadores e amantes da música negra tradicional. Tal estado de coisas é expresso na fala de Antonio Nascimento Fernandes em entrevista concedida aos pesquisadores do Laboratório de História Oral da Universidade Federal Fluminense.

> "Olha, o Jongo de São José começou a sair com a minha entrada na política, né? Então eu já... passei a ter relações com Valença, conhecendo a política de Valença. E Comecei a levar o Jongo, né? Em Valença e em algumas fazendas ali da região, né? Santa Isabel também fui... já era Sub-Prefeito, né? Na época levei o Jongo a Santa Isabel. Acho que foi as primeiras vezes que o Jongo saiu de São José. Isso ai dessa época pra cá."

Para a historiadora Hebe Mattos, a Comunidade de São José da Serra emerge em um momento de verdadeiro "boom" do jongo no Estado do Rio de Janeiro, fato este atestado pelo crescente interesse de artistas e intelectuais pelo tema, e pelas festividades das comunidades jongueiras.

No que tange às relações e apropriações dos discursos legais e acadêmicos pela comunidade de São José da Serra, é importante ressaltar que foi justamente no período em que a comunidade acadêmica buscava ressemantizar o termo

"quilombo", que intensificaram os contatos entre historiadores e antropólogos com a comunidade. Nesse período, os meios acadêmicos estavam envolvidos com a ressemantização do termo "quilombo", pois antropólogos e historiadores foram designados para produzir relatórios de identificação antropológica, para fins de cumprimento do Art. 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) da Constituição de 1988, que estabelece que a todo "remanescente de quilombo" fica garantido o direito sobre a posse integral da terra, desde que esteja residindo na mesma terra de seus antepassados.

A interpretação deste artigo levou, num primeiro momento, os pesquisadores a buscar as reminiscências de caráter arqueológico (senzalas, sítios arqueológicos). Mas tal ação se tornou problemática para diversas comunidades genericamente denominadas de "comunidades negras rurais", espalhadas em todo Brasil.

No Estado do Rio de Janeiro, como desdobramento da aplicabilidade legal, foi firmado um convênio entre Fundação Cultural Palmares/ Minc e o Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), que designou a antropólogos e historiadores o papel de produzir laudos antropológicos de identificação das comunidades camponesas negras no Estado.

No que se refere ao trabalho do historiador na produção de laudos de identificação antropológica, este contexto favoreceu algumas revisões, pois o conceito tradicional de "quilombo", o qual, em linhas gerais, designava "quilombo" como local de encontro de escravos fugidos de fazendas, formando um grupo independente de base agrícola de subsistência, não dava conta para compreender as diversas e diversificadas formações sociais encontradas durante o processo de produção dos laudos de identificação.

Neste sentido, foi valiosa a revisão historiográfica proporcionados pelos resultados de pesquisas a partir do final da década de 1980 e início de 1990. Na medida em que os resultados das pesquisas históricas pautadas dentro de novas abordagens metodológicas vinham a público, colocava-se em cheque o caráter marginal dos quilombos, redimensionando-se a categoria "quilombola". Por isso, alguns autores (Gusmão,1995; Reis & Gomes,1996) assinalam que, hoje, comunidades consideradas remanescentes de quilombos se constituíram a partir de uma ampla diversidade de processos, que incluem desde as fugas de ocupação de terras livres e geralmente isoladas, como também heranças, doações e recebimentos de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado.

No processo de ressemantização da categoria "quilombo", cabe destacar a importância da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que desde 1994 estava mobilizada e opinava nestes termos. O documento do GT Comunidades Negras Rurais da ABA trabalhava a partir de três chaves que têm sido utilizadas para a caracterização dessas comunidades como quilombo: segmentos negros; grupos étnicos com critérios próprios de pertencimento; coletividade. Essas chaves conformaram diferentes modos de vida e de territorialidade, baseados no uso comum da terra (O´Dwer, 1995, p.01-02; Nuer, 1996, p.81-82 *apud* RATTS, 2000, p.318) .

Neste sentido, não somente as reminiscências (sítios arqueológicos, emblemas e ou senzalas) podiam atestar a autenticidade de um quilombo: o fato de os remanescentes de grupos sociais ainda ocuparem as mesmas terras de seus antepassados (daí o termo "remanescente de quilombo") podia fazer o mesmo.

Justamente em meio a este contexto de ressemantização, para fins da aplicabilidade da lei, chegou à comunidade de São José , em 1998, a Antropóloga Lidia Meirelles e a Historiadora Hebe Mattos, a fim de elaborarem um relatório de identificação antropológica.

A partir deste momento, podemos inferir que, através dos vínculos estabelecidos entre a comunidade de São José da Serra e os meios acadêmicos, a comunidade se apropriou dos discursos legais e acadêmicos de ressemantização, como fica expresso no depoimento de Antonio do Nascimento Fernandes fornecido ao Laboratório de História Oral (LABHOI) em 2003:

> "Parece que a constituição federal em 1988, né? Foi publicado uma Lei em 88, e 98 parece que a Doutora Hebe foi mais um pessoal aí, sabendo da comunidade, ligou pra mim. Botamos a idéia de quilombo na cabeça e foi lá e fez esse trabalho na Comunidade, né Falei assim: 'nós somos mesmo aqui'. A gente só vive da terra mesmo, ninguém sabia que era Quilombo não. Que era dos negros mesmo. Aí ela falou : 'vocês são Quilombo".

Neste trecho, Antônio Fernandes, em depoimento dado ao LABHOI em 2003, faz referência à Constituição de 1988 e ao contato com os acadêmicos representados na sua fala pela figura de Hebe Mattos. Em 1999, concluído o relatório de identificação antropológica, a comunidade de São José recebeu da Fundação Palmares a certidão de reconhecimento como remanescente de quilombo, o que abriu caminho para o processo de titulação das terras onde seus membros se situam.

Assim, em 2000, foi criada a "Associação de Moradores da Comunidade Negra Remanescente de Quilombo São José da Serra", denominada nestes termos a partir deste estatuto da Associação da Comunidade Negra Remanescente do Quilombo da Fazenda São José da Serra. Consta deste documento que um dos objetivos daquela associação seria o de promover turismo cultural próprio de suas tradições.

Retomando a questão da mudança conceitual sobre a comunidade de São José que surge na mídia a partir de 1999, parece fundamental compreender a dinâmica das relações que se estabelecem entre a comunidade, os meios midiáticos e os discursos legais e acadêmicos. Porque se, por volta de 1997, a visibilidade, ainda que exótica, atraía turistas, depois de 1999, em que o discurso acadêmico legitima sua condição quilombola e abre espaço para ganhos materiais mais duradouros, como a posse da terra a visibilidade agora deve cumprir um outro papel, que é o de reforçar a categoria "quilombola" , uma vez que a comunidade ainda não possui a posse efetiva da terra.

Referências

André, M. (2004). *Jongo do Quilombo São José*. Rio de Janeiro: Associação Brasil Mestiço.

Bhabha, H. (1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
Canglini. N. G. (2000). *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora Edusp.
Gusmão, N. M. (1995). *Os Direitos dos Remanescentes de Quilombos*. São Paulo : Vozes.
Lugão, A. M., & Mattos, H. M. (2005). *Memórias do Cativeiro: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.*
Mattos, H. M. & Meirelles, L. C. (1997). *Meu pai e vovô falava: Quilombo é aqui :Memória do Cativeiro, Território e Identidade na Comunidade Negra Rural de São José da Serra.* Relatório de Identificação de Comunidade Remanescente de Quilombo. Rio de Janeiro: LABHOI – Laboratório de História Oral e Imagem. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
Mattos, H. M. (2006). *Turismos em comunidades quilombolas: Uma construção historiográfica. Turismo Social: Diálogos de Turismo – Uma viagem de inclusão.* Ministério do turismo, 101-138.
Neves, L., & Morel, M., & Ferreira, T. M. B. C. (2006) (orgs) *História e Imprensa: Representações Culturais e práticas de poder.* Rio de Janeiro: Editora DP&A / Faperj.
Ratts, A. J. P. (2000). (*Re) conhecer quilombo no território brasileiro*. In: N.S.M. Fonseca(org). Belo Horizonte: Autêntica, (pp. 307-326)
Reis, J.J., & Gomes, F.S.(1996). *Liberdade por um fio: história dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Afro-Brasileiro, natureza e a luta fundiária das comunidades quilombolas

Henrique Dias Gomes Nazareth
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
h_diasunirio@yahoo.com.br
Ricardo da Silva Fernandes
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
ricfernandesrj@gmail.com
Maria Amélia de Souza Reis
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
asouzareis@fpce.uc.pt asouzareis@fpce.uc.pt

***Resumo*:** No presente trabalho pretendemos reforçar a territorialidade como forma de manutenção do capital cultural e social das comunidades quilombolas e ainda, apresentar os modos como as estruturas de poder criam mecanismos para esfacelamento dessas reproduções culturais. Oralidade, vida rural e africanidade – coexistem num espaço de disputa por direitos? De que forma a comunidade quilombola consegue manter seus ritos em seus espaços que, ainda hoje, dependem de uma luta cotidiana e de resistência? Em nossas intervenções na comunidade quilombola de Santana, foi possível perceber que a violação dos direitos a terra e a perda da agricultura familiar contribuem para a redução dos espaços ancestrais de formação e depreciação da identidade afro-brasileira. Assim sendo pretendemos relacionar a privação desses direitos com as tentativas de apagamento da educação popular pautada na africanidade e na realidade de pessoas que trazem consigo saberes, científicos e populares. Nesse sentido, nossos objetivos são: (a) analisar historicamente a formação dos laços de povos africanos e comunidades quilombolas, com a natureza/território. (b) apresentar um histórico das lutas Quilombolas relacionadas à questão fundiária; (c) identificar o papel do Estado na expropriação do direito à terra dessas comunidades. Partiremos da análise das estruturas políticas e sociais dessas comunidades que determinaram/determinam as diretrizes do relacionamento com a terra. Apresentaremos também, um estudo genealógico das legislações relativas ao fortalecimento do *sistema plantation* de produção e as recentes iniciativas de reconhecimento das terras Quilombolas. Investimos ainda na pesquisa de cunho etnológico na comunidade Quilombola de Santana, no estado do Rio de Janeiro.

Introdução

O presente trabalho se propõe a abordar os entremeios das questões relativas a territorialidade das comunidades remanescentes de quilombos. Entendemos, que nesse espaço é gerido, historicamente, uma identidade peculiar com diversas significações culturais. Por isso, pretendemos dissertar sobre as manifestações do capital cultural e social, as estruturas de poder vigentes e os mecanismos que influem nas (re)produções culturais.

Segundo o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, em seu artigo 2º, os remanescentes das comunidades de quilombos são *os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações terrritoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.*

Devemos frisar que os Quilombos foram os primeiros atos de afirmação coletivas de negação da escravidão e de acolhimento dos sujeitos dominados. Os aquilombamentos surgiram como um espaço de agregação étnico cultural e formularam uma cultura negra peculiar. Era a oportunidade de criar pequenos pedaços da África no Brasil. Podemos dizer que:

> a fuga era uma negação da sociedade oficial, que oprimia os negros escravos, eliminando a sua língua, a sua religião, os seus estilos de vida. O Quilombo era uma reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos, organizados aos moldes dos

> estados africanos... um fenômeno conta-aculturativo, de rebeldia contra os padrões de vida impostos pela sociedade oficial e de restauração dos valores antigos (Fiabani, 2005, p.30).

Surgindo assim, em meio ao mato, às margens da sociedade colonial, as comunidades quilombolas ocupavam lugares em que os escravos fugidos podiam vivenciar seus ritos. Por isso, muitos traços da cultura tradicional ainda foram mantidos, o contato limitado com as forças detentoras do poder não atingiu a auto-estima dessa população nesse espaço de "proteção" cultural.

Havia então emergido uma nova sociedade dentro do sistema colonial, crescendo a margem do regime escravista as comunidades quilombolas exerceram um papel cultural relevante na formação do simbolismo afro-brasileiro. Podemos relatar o surgimento de técnicas agrícolas, organização política e uma efervescência religiosa, ideológica e cultural.

Fiabani (2005) e Karash (2000) definem a comunidade quilombola como uma república negra, com organização política. No caso do Quilombo dos Palmares, caracterizado como o maior caso de resistência a escravidão, havia votações para a escolha da liderança. O Zumbi, líder dos mocambos (algumas comunidades eram subdivididas em pequenas glebas), era escolhido pela comunidade e deveria governar enquanto viver.

Este trabalho surgiu como fruto do Programa de Extensão **PROETNO: Etnoconhecimento para um EtnoREconhecimento: a importância dos saberes das comunidades tradicionais para a construção de uma educação pública e popular com qualidade social,** coordenado pela Profª Drª Maria Amélia Reis em um coletivo interdisciplinar de estudantes e professores, que desde o ano de 2004, atua objetivando o fortalecimento da educação popular, a (re)valorização dos saberes tradicionais que constituem as matrizes do povo brasileiro e a construção de metodologias e propostas educacionais pautadas na etnicidade e estima pela diversidade - cultural, sexual, étnica e ambiental.

No âmbito deste programa, realizamos ações extensionistas na comunidade remanescente do Quilombo de Santana com vistas a incentivar o fortalecimento da memória local, uma auto-imagem positiva e maior autonomia com relação a organizações que ali atuam. Por meio dessas intervenções, notamos a importância particular da aproximação com a terra para esses sujeitos, e desta maneira, buscamos em outros trabalhos, registros áudio-visuais e normatizações, meio que nos auxiliassem no caminhar para uma compreensão das entrelinhas que envolvem a luta fundiária desta e de outras comunidades remanescentes de quilombos.

Pretendemos então com este artigo os seguintes objetivos: (a) apresentar estudos históricos que abordem a formação dos laços de povos africanos e comunidades quilombolas com a natureza/território; (b) trazer à tona lutas Quilombolas relacionadas à disputa fundiária que interessam para compreender a questão; (c) identificar aspectos que apontam para o papel do Estado na expropriação do direito a terra dessas comunidades.

Norteados pelos mesmos e no anseio por possíveis respostas às nossas indagações, investimos na metodologia qualitativa de cunho etnográfica com base no antropólogo Malinowski.

Metodologia

Nossa opção metodológica se justifica pelo perfeito encaixe do método do Malinowski em nossas aspirações de entendimento do contexto e das pessoas dessa comunidade. Se reafirma como apropriada na medida em que:

> caracteriza-se pela preocupação em levar em conta a complexidade da natureza humana. Ele observa o ser humano em sua totalidade, ciente de que o homem é uma criatura dotada de paixões tanto quanto de razão, e não poupa esforços para descobrir a base tanto racional quanto emocional do comportamento humano. (MALINOWSKI, 1984, p.6)

Sendo a extensão universitária campo privilegiado de pesquisa, temos caminhado para a compreensão do modo de vida tradicional destas pessoas a cada novo momento de contato e reflexão da teoria-prática.

Optamos pela pesquisa qualitativa que historicamente, Bogdan & Taylor (1975) situam o surgimento no final do século XIX e início do século XX, na Europa, indicando que a mesma obtém mais sucesso no campo da antropologia do que no da sociologia. A década de 50 aponta uma ligeira decadência da pesquisa qualitativa, acusada pelos positivistas, de "metodologia fora-de-padrão" (Bogdan & Taylor, 1975). Ela reemerge nos anos 60 e 70 através do grande número de produção acadêmica que se atentavam no qualitativo (Bogdan & Taylor, 1975) sendo, desde então, utilizada pela Sociologia, Antropologia, Psicologia, Lingüística, Educação e, mais recentemente, em Enfermagem.

Chizzotti (1991) afirma que o pesquisador mobiliza a acuidade inventiva, a sua habilidade artesanal e a sua perspicácia para elaborar a metodologia da pesquisa. Utilizando essa referência para construção deste plano, os instrumentos e técnicas escolhidas foram: a observação participante, o recolhimento de depoimentos pessoais, as entrevistas não-estruturadas, semi-estruturadas individuais e coletivas.

Foram realizadas visitas em nosso campo de investigação, estabelecendo um contato cotidiano por períodos prolongados e com espaços de observação direcionados pelos pesquisados tomando por base a necessidade da coleta de dados.

Nesse planejamento, sempre estiveram presentes entrevistas não-estruturadas e semi-estruturadas que foram modificadas de acordo com as necessidades, e realizadas com base nas construções dialógicas da intervenção, porém sem inviesamento das respostas. O pesquisado exerceu com grande freqüência sua autonomia às temáticas presentes nesse trabalho acadêmico.

Nesse caminho, os procedimentos de investigação foram baseados no contato com a vida da comunidade quilombola, no conversar, ouvir e dialogar respeitando sempre a livre expressão dos interlocutores. O sucesso do canal de

informação e de coleta de dados têm sido o aprofundamento do grupo no cotidiano de intervenções educacionais nas famílias, na ida aos campos de trabalho, no ato de cozinhar junto com as famílias, nas relações educativas, ou seja, nos espaços que o pesquisado julgar importante e quiser evidenciar no nosso contexto de atuação.

Dentro dessa opção metodológica ficou evidente uma grande aproximação do investigador com o investigado, criando assim, uma atmosfera favorável à recepção de dados mais "puros" devido a espontaneidade presente nesse *locus* de identidade quilombola.

Bogdan & Taylor (1975) sugerem que o investigador olhe para o fenômeno de uma forma aberta, compreendendo que sempre surgirão novas informações. Por isso, as atuações estiveram voltadas para o surgimento de novas questões trazidas pela comunidade.

Partimos, ainda, da compreensão do conhecimento como obra coletiva em que todos os envolvidos podem identificar os seus problemas e buscar soluções, encontrar alternativas e propor estratégias de ação. Assim, os conhecimentos acadêmicos puderam fazer parte das construções interativas do ambiente de pesquisa que traziam por fundo oficinas pedagógicas e outras ações interativas que permitiram responder nossos questionamentos relacionados à construção educativa da comunidade.

Bogdan & Taylor (1975) chamam atenção ainda para a dinâmica presente na pesquisa qualitativa, essa que atinge aos planejamentos e as relações entre pesquisador e pesquisado. Assim, a busca dos dados desse trabalho esteve centrada nas interações, na forma como os quilombolas nos apresentam os saberes que carregam há séculos e são passados de geração para geração, mas que ficam restritos à própria comunidade, especialmente aos mais velhos e no modo como eles se posicionavam frente às questões e os temas levantados.

Visando identificar uma possível hierarquização de saberes na construção de uma educação homogenia, que valoriza uma ótica cultural em detrimento de outra, utilizaremos as obras de Foucault para basear os desvelamentos dos processos de exclusão desse cotidiano que é classificado como senso comum, que está fora da escola, é classificado como secular e não deve ser "ensinado". Pois,

> o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade (FOUCAULT, 1999, p.30).

Como vemos na citação acima, nosso estudo foi construído no anseio por analisar as tramas de poder estabelecidas no contato com a terra e na ligação com a natureza. A esse respeito, realizamos continuamente um estudo das relações de saber/poder.

Utilizamos também pesquisa bibliográfica nas obras que apresentam um aprofundamento das reivindicações pela terra e pela liberdade levadas pelo movimento quilombola. Inicialmente realizamos uma busca por obras que pudessem alicerçar nosso artigo e dar base para formulação de respostas às questões centrais à organização social das comunidades negras como "Cultura Tradicional Banta" de Altuna (2006). Em seguida, ampliamos nosso olhar para as obras que apresentam um estudo histórico sobre os negros como "Mato, palhoça e pilão" de Fiabani (2005) e "América Afro-latina" de Andrews (2007) e livros que apresentam panoramas das lutas fundiárias dos negros no Brasil como "Utopias Agrárias" (2008). Além de nos apoiarmos no estudo e análise das regulamentações referentes ao controle da propriedade de terra no Brasil do período colonial até o final do século XX.

A identidade Quilombola e a subsistência pela terra

A educação para o campo vivenciada pelas comunidades de origem africana tem grande importância para a manutenção da identidade quilombola. Vertente da identidade negra, definida por Munanga (1994) como: *Tomada de consciência de um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade, para a qual contribuiu economicamente, como o trabalho gratuito como escravo, e também culturalmente, em todos os tempos na história do Brasil (p.187).*

A identidade Quilombola se manifesta através do pertencimento a um grupo étnico, e se encontra imersa numa ampla teia de negociações com seus núcleos familiares, veículos formadores externos, grupos políticos, movimentos sociais, legislações e toda estrutura de poder que interfere no modo como deverão se posicionar com a produção, emprego da mão de obra, regras de consumo e formação dos jovens e crianças.

Em nossos estudos, levaremos em conta o modo como a sociedade constrói uma visão depreciativa dessa identidade e os mecanismos de exclusão criados pelas figuras detentoras do saber-poder. A esse respeito, Altuna (2006) explica que uma visão etnocêntrica, limitada e preconceituosa é justificada através da ausência de sistemas de escrita e de mecanismos formais de educação: *Durante muito tempo se pensou que os povos sem escrita são povos sem culturas. A África negra não possui escrita, mas isto não impede que se conserve um passado e que os seus conhecimentos e cultura sejam transmitidos e conhecidos* (p.119).

Atentaremos para o entendimento da relação que os povos africanos tinham com a natureza, herdada pelos quilombolas, que se expressavam, entre outras formas, na maneira de preservar o meio ambiente, de plantar, pescar e caçar. Segundo Agostinho (*apud* SANTOS, 2007):

> Os povos africanos tinham forma própria de organização social e uma maneira de se relacionar com o meio ambiente, que era muito diferente daquela propiciada pela visão de mundo européia. Na cultura africana, a pessoa humana é vista como uma totalidade integrada a terra e a natureza, cujos elementos são deificados. Os valores morais, sociais e ecológicos

> representam-se através das religiões, dos ritos e das artes em geral. O Brasil é herdeiro dessa cultura que nos influencia há mais de 400 anos. (p.137)

Os Bantus, povos africanos formadores da sociedade brasileira, são importantes nesse estudo por serem os povos que mais serviram ao tráfico de cativos negros.

> O mundo Bantu, em seu território original, criou uma estrutura cultural básica e sólida que subjaz a todos os setores da vida, fundamento e motivação de suas manifestações existenciais, entretanto, as concretizações e as expressões deste substrato fundante se diversificam bastante. Estes povos situam-se entre diferenças secundárias e singulares que possuem sua gênese no meio ambiente (Natureza) e pelo contexto histórico em que cada grupo se constituiu e constituiu sua subjetividade, individual e coletiva. (REIS, 2008, p.12)

Nessa ótica a terra é comunitária e inalienável. Sendo cabível somente o direito de usufruto, o território Banto não pode ser vendido ou repartido definitivamente, assim, não se reconhece a propriedade privada da terra.

A comunidade Bantu se constitui não somente pelos habitantes da época, mas também por seus antepassados e herdeiros. Como um chefe negro africano dizia *A terra pertence a uma grande família; muitos dos seus membros já são mortos. Alguns estão vivos e a maioria ainda não nasceu* (ALTUNA, 2006, p.145).

Esta grande família fez um contrato vital com a terra que não há possibilidade de ser desfeito somente pelos vivos. Pois os mortos, os "bakulu", que conquistaram o domínio do território, estão enterrados lá e continuam a se alimentar dos recursos naturais presentes. Os bakulu estão na terra e na natureza e devem ser respeitados, assim como seus sucessores que também deverão ter direito àqueles recursos preservados. O homem se confunde com a natureza que se mistura à alma de todo povo Bantu em qualquer lugar do mundo.

E neste cenário os povos europeus entraram em cena, profanando solos sagrados e criando fronteiras fictícias que não podiam ser assimiladas pelos povos que ali habitavam. *Daí o grande transtorno causado pela colonização. O Banto não podia compreender que um europeu se apropriasse, por contrato com o governo ou por outros meios, de porções de um terreno sagrado. Considerava-o injusto e uma profanação* (ALTUNA, 2006, p.146).

Devemos frisar que durante o regime escravista brasileiro muitas foram às formas de resistência e oposições individuais e coletivas por parte dos negros escravizados. O roubo da produção dos engenhos e dos minérios explorados, fazer "corpo mole", suicídio, suicídio coletivo, fugas individuais, fugas coletivas e aquilombamentos são exemplos dessas táticas utilizadas pelos cativos.

Alguns negros, mesmo escravizados, também possuíam roças próprias, concedidas por seus senhores, onde trabalhavam nos dias que lhes eram permitidos e às escondidas em outros dias. Deste modo, produziam para subsistência e vendiam os excedentes, até conseguirem comprar sua alforria e de sua família. Porém, isso não reflete sinais de bondade dos senhores proprietários dos cativos. Os escravos eram investimentos e como investidores, os senhores, buscavam estratégias para aumentar a produtividade dos negros e diminuir os riscos de fugas. Como *O Barão do Paty do Alferes, por exemplo, em famoso tratado sobre como controlar melhor a escravaria, elegeu como estratégia fundamental a concessão de roças e de licença para que os cativos vendessem o excedente de sua produção de subsistência ou mesmo de sua agricultura comercial, o café em particular.* (Gomes & Reis, 2008, p. 209)

Nos movimentos de aquilombamento ou amocambamento, como também eram conhecidas, foram recriados aspectos organizacionais dos povos africanos. E apesar da pouca documentação existente sobre o assunto, alguns autores tentam reconstituir a organização econômica dos quilombos por meio de documentos e diários de expedições militares enviadas para destruí-los. Como o relato do capitão Joaquim de Mello: *descobri aqui um mocambo com que achei uma roça que mandei desfazer que me deu trezentos e seis alqueires de farinha que vieram na melhor ocasião* .(Gomes & Reis, 2008, p. 214). Como outra expedição que *trinta e cinco paneiros de farinha que mandou fazer o Tenente Diogo Luís das roças do amocambados.* (Gomes & Reis, 2008, p. 209) Como na capitania do Rio de Janeiro, em 1730:

> fala-se de um "grande quilombo", onde "os negros são muitos e que estão situados com casas, e roças há muitos anos", denotando a existência de uma comunidade consolidada e estável. No norte da Capitania há notícias também do quilombo Curukango, em Macaé, que chegou a reunir cerca de duzentos negros, tendo "muitas roças de milho, feijão e outros cultivos" (Gomes & Reis, 2008, p.218).

Muitos são também os documentos que demonstram que os quilombos mantinham relações comerciais com a sociedade colonial, o fornecimento de alimentos e minérios era trocado por pólvora e armas.

A prosperidade da produção quilombola sugere a aplicação de conhecimentos milenares trazidos da África, e reafirma a familiaridade no tratamento da terra, na medida em que demonstra que somente o acesso à mesma era necessário a manutenção desse modo de viver.

Curiosamente a proposta (Gomes & Reis, 2008) de Francisco Antonio Brandão Jr1 no livro *A escravatura no Brazil.*, em 1865, confirmava essa questão, propunha ele, que se transformassem os quilombolas em colonos, reconhecendo o potencial agricultor dos mesmos, defendia a hipótese de que não se desenvolviam completamente por ocasião dos freqüentes ataques militares dos "brancos". Questionava *não seria mais justo? Que o governo tratasse de empregar esses homens como*

1 Brandão Jr. foi Doutor em Ciências Naturais pela Universidade de Bruxelas, filho de um grande produtor de algodão do Maranhão enxergou o Brasil de maneira diferenciada quando foi estudar em Bruxelas, é considerado um dos primeiros pensadores positivistas do Brasil.

colonos, livrando-os por este meio, de um castigo bárbaro, que só serve de excitar os brancos contra esses infelizes, e estes constantemente a ocultarem-se nas matas? (JUNIOR, 1865, p.86).

O papel do Estado na expropriação do direito a terra: Sesmarias, lei de terras de 1850 e Constituição de 1988

Para entender a condição atual dos remanescentes de quilombos no Brasil - no que tange a questão fundiária – nos propomos a fazer uma breve análise de algumas legislações que regulamentaram a distribuição e posse das terras brasileiras desde a chegada dos colonizadores portugueses até a o final do século XX.

A primeira regulamentação sobre a posse da terra no território americano, colonizado por Portugal, foi a Lei das Sesmarias que surgiu no Brasil com o sistema de Capitanias Hereditárias, a fim de garantir uma efetiva ocupação com retorno econômico, das vastas terras do "novo mundo".

Sobre isso Jahnei (*apud* FIABANI, 2005) explica que "Inspirada na legislação do império romano, a lei das Sesmarias foi aprovada em Portugal, no ano de 1375, e estabelecia a praxe da concessão de terras a particulares, objetivando a efetiva ocupação" (p.350).

Os nativos, estimados em um milhão, que viviam no litoral brasileiro nesta ocasião, não tinham relação de posse com a terra e como escreve Fiabani (2006, online) "Viviam harmonicamente com a natureza sem conhecer a propriedade individual da terra."

Assim sendo, devemos compreender as Capitanias Hereditárias como a primeira expropriação de terras de produtores do Brasil, os nativos, ou índios. Neste ponto caracteriza-se também a gênese do latifúndio em território brasileiro, dada a vasta extensão das doações sesmariais (13.068 hectares equivalia a uma sesmaria) e a utilização que foi feita das mesmas pois "a doação da terra não era para que seu proprietário trabalhasse, mas sim para que fizesse outros trabalharem por si." (FIABANI, 2005, p.352).

Foi somente no final do século XVII que, ao menos formalmente, a Coroa se preocupou em limitar a extensão das sesmarias, estabelecendo prazos para o cultivo das terras ociosas. Em 17 de junho de 1822 são suspensas as doações de terras sesmariais até que nova lei regulamentasse a questão. E esta só veio em 1850, o que significa que neste entremeio não havia forma legal de adquirir nova posse de terras. Desta maneira se agravaram as ocupações, pois os senhores de engenhos começam a ocupar territórios ilegalmente, quando até então só lavradores pobres o faziam, mas em proporções muito menores. Jahnel (apud FIABANI, 2005) disserta que,

> Durante o período sesmarial, a apropriação pela posse se caracterizava basicamente por ser típica daquele morador despossuído de riquezas e que não participava da economia comercial exportadora. [...] com a extinção das sesmarias [...] também o proprietário de engenhos de açúcar acumula grandes extensões de terras através da posse" (p.353).

Em 18 de setembro de 1850, a chamada Lei de Terras de 1850 é instituída com o intuito de disciplinar o acesso a terra indicando a compra como única forma de obtenção de terras. E isto fica evidenciado em seu "Art. 1º Ficam prohibidas as acquisições de terras devolutas por outro titulo que não seja o de compra". A intenção de conter as posses ilegais de territórios fica igualmente explícita no artigo seguinte.

> Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes.

Passava-se pelo período de substituição da mão de obra escrava pela imigrante, e esta lei aparece como uma maneira de garantir aos imigrantes a restrição do acesso à terra e a exploração de sua mão de obra nos cafezais brasileiros. Na prática o que ocorre é que, aos primeiros sinais da abolição, imposta pelos longos anos de resistência dos negros e fatores externos, as elites econômicas através da Lei de terras de 1850, "acorrentam" os meios de produção para só após permitir o trabalho "livre", não deixando muitas escolhas para os escravos libertos e imigrantes recém chegados. Do contrário, quando os escravos fossem libertados e novos imigrantes chegassem, não haveria empregados aos grandes proprietários, pois todos iriam em busca das terras do interior.

> A Lei de Terras de 1850, feita para disciplinar o acesso a terra, também veio para impedir ou dificultar a posse da terra por parte da população pobre e principalmente dos imigrantes que viriam ao Brasil para atender às exigências do processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre nas zonas cafeicultoras do país. (FIABANI, 2005, p.353)

Apesar da legislação não combater com veemência os males causados pelo acúmulo individual de grandes extensões de terras não produtivas, e não propiciar condições para os negros libertos subsistirem através da agricultura familiar em terras próprias, muitas comunidades remanescentes de quilombos se formaram. Seja pela resistência às forças escravistas através da constituição de quilombos de fuga no meio das matas, ou pela doação de fazendas de senhores, em vida ou por testamento.

Somente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) cria-se garantia constitucional para a posse das terras dessas comunidades.

> Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, 1988).

O contexto era de um país que passava pelo período de redemocratização, após longo período de ditadura militar, e este era o momento onde os movimentos sociais reivindicavam o restabelecimento da democracia e direitos sociais. Era também o ano que marcava o centenário da abolição da escravatura o que impulsionou muitas pesquisas sobre o tema.

Após, o estabelecimento do texto constitucional, outras questões entraram em pauta, a começar por "Quem seriam os remanescentes das comunidades de Quilombos?" ou "Qual conceito de Quilombo seria o mais adequado?" já que divergências vieram a ocupar os cenários de debates nacionais e internacionais sobre o assunto.

Para regulamentar o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos foram publicados normatizações como o Decreto Federal no 3.912/01, o Decreto Federal Nº 4.887/03 e a instrução normativa Nº 20/05 do INCRA. Entretanto, não temos a intenção, neste momento de nossa pesquisa, de mergulhar nestes textos, suas entrelinhas e nas discussões desencadeadas por eles, pois avaliamos que a profundidade deste debate não poderia ser englobada neste texto da forma que consideramos adequada.

Vida rural, vida oral e vida africana: lições de educação e resistência no Quilombo de Santana

No Brasil existem 1.248 comunidades remanescentes de quilombos2 distribuídas em todas as regiões do país, não pretendemos generalizar nossa análise para todas essas por considerar as singularidades presentes em cada contexto histórico de formação, porém há aspectos que as interligam, e que foram possíveis observar na comunidade estudada e em nossas pesquisas bibliográficas. Aspectos culturais e sociais herdados de nações africanas, que vieram ao Brasil através do tráfico negreiro, que perpassam pelo respeito aos ancestrais, tradições orais e relação idiossincrática com a natureza. Relação esta que focamos nossos esforços de apreciação.

A comunidade estudada, Quilombo de Santana3, teve origem em 1869, quando 19 anos antes da abolição, 828 hectares da Fazenda de Santana foram doados pelo barão de Cajurú, em testamento, ao coletivo de escravos que ali vivia. Segundo reportagem do Jornal do Brasil (12.04.04), atualmente o Quilombo é composto por 23 famílias e as fazendas e sítios tomaram a região deixando os quilombolas somente com cerca de 1% das terras originais.

A doação de terras para escravos em textos testamentários, não era uma prática incomum, há registros similares em outras regiões do Rio de janeiro, como na região de Vassouras produtora de café que:

> Em 1832, Domingos Rodrigues legava em testamento "esmolas" para alguns africanos seus escravos, assim como para aqueles pertencentes a outros proprietários locais, declarando ainda que para a crioula [Crioulo(a): negro(a) nascido(a) no Brasil] Tereza ele deixava "os meus cafés que estão nas terras do senhor José Gomes de Assumpção"(Gomes & Reis, 2008, p.208).

Extensões territoriais de pouco valor na época, pequenas roças, produtos agrícolas e alforrias eram concedidas em testamento, mas precisamos clarificar que os negros foram responsáveis por essas conquistas, forçaram os senhores a cederem e impuseram imensas perdas financeiras durante todo regime de escravidão. Neste período o contexto já não era cômodo, as condições da produção cafeeira no norte fluminense não eram favoráveis e o trabalho escravo começava a ser substituído pela mão-de-obra imigrante nos cafezais de São Paulo.

Durante nosso trabalho de campo foi possível observar a forma como a terra possui importância fundamental para esse grupo remanescente do Quilombo de Santana. Neste espaço ocorreu/ocorre o processo de criação, recriação e manutenção dos rituais cotidianos. Nas narrativas esse pertencimento foi notado de maneira relevante e incluído em todas as temáticas.

A terra e os produtos dela providos possuem um valor cultural, de manutenção e passagem do saber/poder. A terra dessa comunidade é um elemento de herança, um espaço de estabelecimento da educação e criação dos laços étnicos. Na natureza as crianças brincam, os adultos praticam suas atividades de lazer, as doenças são tratadas com plantas medicinais e há décadas atrás era fornecido todo o alimento que necessitavam.

Tais afirmações podem ser baseadas na presença dos elementos ligados a terra nas atividades mais diversificadas do grupo. Como por exemplo, podemos citar as lições de saúde proferidas pelos mais velhos. Para eles, a terra pode curar, a terra deve alimentar, e o afastamento dela leva a degradação dos sujeitos e a queda da qualidade de vida. Como evidencia a seguinte narrativa de Vó Nair4 "Eu não comprava nada aqui em casa, tudo era de casa, o falecido tinha mula, *muía* fubá aqui *mermo*. Arroz era *coído* em casa, feijão, café. Tudo era de casa, só buscava o querosene e o fumo" (Caderno de Campo 01/03/08).

Em nossas conversas identificamos três situações recentes de famílias distintas que haviam evadido do quilombo e retornaram. Famílias com pais jovens que, em geral, abandonaram suas casas para tentar a vida na cidade. Em Santana já não possuem terras que garantam sua subsistência, a maioria trabalha em terras ocupadas por fazendeiros e alguns na cidade de Quatis5 ou em cidades relativamente próximas, em funções depreciadas socialmente, devido ao baixo grau de escolaridade imposto pelas condições sócio-geográficas do quilombo.

Um caso interessante refere-se a uma mãe de família que cresceu na cidade de Volta Redonda6, e sempre participa muito das atividades propostas por nós. Ela compartilhou conosco visões de uma pessoa da cidade que mora em um

---

2 Considerando as comunidades certificadas pelo Ministério da Cultura através da Fundação Palmares até novembro de 2008.

3Quilombo de Santana localizado no município Quatis no estado do Rio de Janeiro com certidão emitida pela Fundação Palmares/MinC e publicada no diário oficial da união em 05/03/2008.

4 Vó Nair tem 86 anos e é Matriarca do Quilombo de Santana, acreditasse que seja a mulher mais velha da comunidade.

5 Quatis é um município situado no Sul do estado do Rio de Janeiro, na região das Agulhas. Sua população estimada em 2006 era de 12.182 habitantes.

6 Volta Redonda é um município brasileiro situado no Sul Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. A população estimada em 2007 foi de 255.653 habitantes, o que a torna a maior cidade da região Sul Fluminense e a terceira maior do interior do estado.

quilombo. Não habituada à vida no interior, expõe que não gosta de morar ali, mas que não volta para a cidade, pois não consegue convencer seu marido. Quando perguntamos por que ele quer ficar em Santana ela respondeu: *Porque ele é nascido e criado aqui, ele gosta. É acostumado a mexer com curral, essas coisas. Aí na cidade não tem cavalo, essas coisas, que aqui tem e lá na cidade não tem* (Caderno de campo 02/10/2008).

Para esse quilombola, pai dessa família, o afastamento da terra é encarado de maneira negativa. O modo de viver tradicional ainda resiste nos desejos e sonhos dessas pessoas, muitos ainda cultivam nos quintais suas roças, que as mulheres, que em sua maioria não trabalham fora, cuidam cotidianamente e os homens fazem a limpeza de terrenos e "roçam a terra" nos dias em que não trabalham.

Dessa maneira, a luta fundiária quilombola não pode ser ignorada por quem objetiva compreender esses sujeitos, seja para fins de projetos educativos, políticas públicas ou estudos científicos e antropológicos. Pois para os velhos a terra é a sua casa, o mato mantém a sua vida e nesse espaço devem ser estabelecidas as relações. Formar um quilombola é construir uma identidade que paute pela luta de sua terra.

Referências

Altuna, R.R.A. (2006). *Cultura Tradicional Banta*. Águeda: Paulinas.

Andrews, G. R.(2007) *América Afro-Latina*. São Carlos: EdUFSCar.

Bogdan, R.; Taylor, S.J (1975). *Introduction to qualitative research methods.* New York, John Wiley.

Chizzotti, A.(1991)*Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo, Cortez.

Fiabani, A. (2005). Mato, *palhoça e pilão: O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]*.São Paulo:Expresso Popular.

Foucault, M. (1999) *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Editora Martins Fontes.

Gomes, S. F.& Reis, J. J. (2008) Roceiros, camponeses e garimpeiros quilombolas na escravidão e na pós-emancipação. In Starling, H. M. M. & Rodrigues, H. E. & Telles, M. (Org.), *Utopias agrárias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, (pp. 206-241).

Junior, F. A. B. *A escravatura no Brazil*. Bruxelas:Thiry-Van Buggenhoudt, 1865.

Karasch, M.C. (2000). *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras.

Malinowski, B. (1976). *Argonautas do pacifico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipelagos da nova guine melanesia*. São Paulo: Abril Cultural.

Munanga, K. (1994) Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos antiracistas no Brasil. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez.

Reis, M. A. S. (2008). Etnoconhecimento para um EtnoREconhecimento: a importância da educação diferenciada para a construção da educação pública e popular no Rio de Janeiro (Brasil) In: Reis, M. A. S. (Org,). *Proetno: Etnoconhecimento para um EtnoREconhecimento*. Rio de Janeiro: PROETNO/NIESC.

Santos, J.R. (1994). *Movimento negro e crise brasileiras*. Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares: Brasília.

Santos, S. B. Uma reflexão acerca da cultura afro-brasileira. In:GONÇALVES, M. A. R. *Educação, arte e literatura africana de língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Quartet: NEAB-UERJ, 2007. (pp.135-158).

Diversidade e esfera pública: conexões possíveis1

Mariana Assis
Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix
mariprandini@yahoo.com.br

Resumo: Duas correntes teóricas fundamentais, liberalismo e comunitarismo, se firmaram como relevantes nos debates contemporâneos acerca da questão de como lidar com reivindicações grupais do reconhecimento público de características específicas. Este trabalho procura apontar uma terceira perspectiva, comumente chamada "teoria crítica do reconhecimento", que tem suas bases fundantes na tradição teórica inaugurada pelos estudiosos da Escola de Frankfurt. Percorre-se um caminho analítico diferenciado, com ênfase nas contribuições de Habermas, Honneth e Fraser, com o objetivo principal de nelas encontrar formas variadas de se conectar diversidade e esfera pública.

Primeiramente, aponta-se que o conceito de esfera pública, gestado na obra de Habermas, foi fundamental para a revitalização do potencial emancipatório da democracia, embora não se encontre ali uma grande preocupação com a inclusão ou com o tratamento da diversidade/diferença. Em um segundo momento, analisa-se como Honneth, enquanto seguidor da tradição da teoria crítica, discute o déficit sociológico na teoria habermasiana e, com sua noção ampliada de reconhecimento, procura iluminar alguns conflitos sociais até então invisibilizados. Com tal medida, ele abandona a centralidade do elemento "esfera pública" e estabelece uma relação muito tênue entre reconhecimento e seu conceito excessivamente limitado de público. Finalmente, demonstra-se como Fraser é capaz de estabelecer uma nítida e forte conexão entre os dois elementos, em sua discussão sobre o reconhecimento. O conceito de paridade de participação cunhado por ela demanda que a diferença/diversidade, como elemento integrante da esfera pública, não seja convertida em fonte de desigualdades ou entrave à participação de todos os sujeitos, na condição de pares, no debate público.

1 Este trabalho representa uma versão resumida de parte da discussão empreendida pela autora em sua dissertação de mestrado, "Diversidade e esfera pública: conexões possíveis. Um debate sobre o reconhecimento no interior da teoria democrática", defendida no Departamento de Ciência Política da UFMG, em 2007, sob orientação do Prof. Dr. Leonardo Avritzer.

Introdução

Como lidar com a diferença – entendida aqui como características, adscritivas ou voluntariamente construídas/elaboradas, compartilhadas por grupos específicos – na esfera pública? Essa é a questão que moveu o desenvolvimento deste trabalho, cujo objetivo principal foi explicitar os nexos que se podem estabelecer entre diversidade, reconhecimento e esfera pública, no debate teórico empreendido por aquela que aqui se optou por denominar, como já fizeram diversos estudiosos do tema, "teoria crítica do reconhecimento", representada por Jürgen Habermas, Axel Honneth e Nancy Fraser.

Estabelecer nexos entre essas duas idéias – uma esfera pública universal, já que inclusiva e aberta a todos e todas, mas, ao mesmo tempo, atenta, positivamente, às diferenças que perpassam os indivíduos que nela interagem – não é uma tarefa trivial. O recurso aos argumentos e idéias desenvolvidos pelos teóricos ligados à "teoria crítica do reconhecimento", para fins de execução dessa tarefa, se justifica pelas seguintes razões: i) o conceito de "esfera pública" foi elaborado no interior dessa tradição, mais especificamente por Jürgen Habermas, conhecido como o representante da segunda geração da teoria crítica, e significou uma verdadeira guinada teórica, que permitiu imprimir à noção de democracia um potencial emancipatório e constantemente revitalizador; ii) é neste espaço, a esfera pública, que se dão os principais debates em torno da necessidade/pertinência da aceitação pública da diferença, ou seja, é por meio da publicização de demandas dessa natureza que os grupos em torno delas articulados ganham visibilidade social e se fazem ouvidos; iii) é nessa mesma tradição teórica que surgem relevantes elaborações acerca do tema do reconhecimento: Axel Honneth, conferindo centralidade à "luta por reconhecimento" em seus principais trabalhos, pretende, se não corrigir, ao menos complementar a teorização habermasiana em termos sociológicos, colocando-se, assim, como um importante crítico interno, por entender que é necessário imprimir visibilidade e compreender os conflitos e as lutas cotidianas, empreendidas nas esferas das relações afetivas, dos direitos e das relações com a sociedade, como forças morais, que promovem progressos nas vidas dos seres humanos; iv) Nancy Fraser, por outro lado, aparece como uma crítica externa de primeira ordem, que se tornou amplamente conhecida por seus importantes apontamentos à formulação habermasiana acerca do desenvolvimento da esfera pública burguesa e das conseqüências, para as relações de gênero, da dicotomia sistema x mundo da vida, e tem, mais recentemente, em um debate duradouro com Axel Honneth, procurado elaborar um ideal normativo capaz de permitir a distinção, numa perspectiva social crítica, entre as reivindicações por reconhecimento legítimas daquelas que não podem ser assim reputadas, a fim de incorporá-las em uma esfera pública democrática; v) em que pese o grande número de escritos reivindicando-se do tema do reconhecimento, tal volume não corresponde a "uma unidade de pontos de vista sobre seu estatuto e sobre o lugar que ele deve ocupar nas explicações sobre a vida social" (NEVES, 2005, p. 81), fazendo-se, portanto, necessária, a demarcação de um campo teórico em que os diferentes pontos de vista tenham um mínimo denominador comum.

A realização do trabalho envolveu o levantamento de material bibliográfico produzido tanto pelos próprios teóricos analisados quanto por comentadores. O artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira parte, examino, em linhas gerais, o conceito habermasiano de "esfera pública" e as principais modificações por que passou ao longo da trajetória intelectual do referido autor. Esse conceito, tal como inicialmente formulado, não parecia ser capaz de contemplar a diversidade que caracteriza as sociedades contemporâneas e que já caracterizava, em grande medida, as sociedades então estudadas por Habermas (Alemanha, Inglaterra e França). Mas também as formulações posteriores não são plenamente capazes de lidar com a diversidade, e a chave explicativa de tal dificuldade pode se encontrar na idéia de entendimento, de consenso, que funciona como o ideal regulativo da teoria habermasiana. A obra de Axel Honneth e a centralidade que esse autor conferiu às lutas por reconhecimento, como forma de iluminar campos e espaços de interação social que, até então, se encontravam fora do foco da teoria crítica é o objeto da segunda parte. E, finalmente, as distinções e aproximações fundamentais entre as obras de Honneth e Fraser poderão ser visualizadas na terceira parte, em que examino as principais discussões empreendidas pela teórica feminista. Fraser também confere um papel central para o debate sobre as lutas por reconhecimento, mas sem perder de vista a discussão sobre redistribuição econômica que, para ela, ainda não foi superada, especialmente nos chamados países do Sul. Por isso, Fraser procura desenvolver um conceito de reconhecimento que possa ser aliado à redistribuição, sem que tal medida recaia em uma "esquizofrenia filosófica", para utilizar seus próprios termos. Esse empreendimento a conduz ao desenvolvimento da noção de paridade participativa, que acredito ser um instrumento bastante promissor na vinculação entre reconhecimento e esfera pública. Na última parte, procuro formular, a guisa de conclusão, as diferentes relações que se podem estabelecer entre diversidade e esfera pública a partir das contribuições teóricas dos autores investigados.

A invenção da esfera pública e a marginalidade da luta por reconhecimento

Habermas (2003) identifica o desenvolvimento do capitalismo mercantil na Europa do século XVIII como o evento histórico que permitiu o surgimento de uma verdadeira esfera pública, a esfera pública burguesa, diferenciada do espaço privado e do conjunto de instituições responsáveis pelo exercício do poder administrativo. Durante todo o período da Idade Média, jamais existiu qualquer arranjo ou instituição que se pudesse nomear "esfera pública", pois cada senhor feudal era detentor de uma pequena parcela de poder, exercida nos limites territoriais de seu feudo e, por isso, não havia uma distinção suficientemente clara entre público e privado, indispensável ao desenvolvimento da esfera pública. Com o desenvolvimento do comércio e a ascensão da burguesia como classe responsável por esse processo, essa situação se alterou. O espaço doméstico deixou de ser o local em que ocorriam as transações comerciais e passou a se caracterizar como a esfera íntima, é dizer, a esfera onde se estabeleciam, entre os indivíduos, relações puramente humanas, não mediadas por qualquer elemento

material. A mercancia, por sua vez, passou a se dar na esfera privada, onde também se estabeleciam os contratos de trabalho entre patrões e empregados e a produção, nas fábricas, dos bens materiais destinados ao comércio. O exercício do poder foi unificado sob a direção de um único aparato burocrático, o Estado, que funcionava, a partir de então, como o espaço de autoridade impessoal. E a burguesia, que não tinha interesse em desempenhar diretamente as atividades de governo, demandava apenas que o Estado conferisse publicidade a seus atos, revestindo-os, assim, da legitimidade necessária para sua imposição. Todo esse processo conduziu à idéia de sociedade separada daqueles que impõem as regras de convivência (o Estado) e de uma esfera pública distinta da esfera privada. E foi justamente aquela demanda da burguesia, de publicidade dos atos de governo, que possibilitou a emergência de uma esfera, a esfera pública, "constituída por indivíduos que buscam submeter decisões da autoridade estatal à crítica racional" (AVRITZER; COSTA, 2004, p. 707).

Habermas (2003) descreve as condições que possibilitaram a emergência dessa esfera pública, como um evento historicamente datado, em três diferentes países da Europa: a Inglaterra, a França e a Alemanha. Embora se trate de diferentes experiências, o autor sustenta que, em todas elas, o que se tem é a organização de "discussão permanente entre pessoas privadas" e, por isso, elas exibem "uma série de critérios institucionais em comum" (HABERMAS, 2003, p. 51). O primeiro deles é a total paridade no interior da esfera pública, garantida pelo fato de que, ali, estavam suspensos o poder econômico e político, vigendo o princípio da força do melhor argumento. Isso significa dizer que, na esfera pública, não eram relevantes as posições econômicas, sociais ou políticas ocupadas pelos indivíduos participantes do debate, mas os discursos por eles enunciados.

O segundo critério diz respeito aos temas discutidos nesse espaço: nesse público restou possibilitada "a problematização de setores que até então não eram considerados questionáveis" (HABERMAS, 2003, p. 52). Ou seja, obras literárias, filosóficas e de arte, cuja interpretação se encontrava monopolizada por especialistas no assunto, passaram a ser discutidas por pessoas comuns, nos cafés e salões (é o que Habermas designa de público cultural). Do mesmo modo, as ações das autoridades estatais e eclesiásticas também passaram a ser objeto da apreciação crítica desse público (o público político). Assim, a esfera pública se caracterizava como um espaço de discussão aberto aos temas que interessavam a coletividade, sem que houvesse uma definição ou censura prévia do que poderia ser objeto de debate. Por fim, deve-se apontar que esse espaço público não era fechado: todos que pudessem se apropriar dos objetos em discussão podiam tomar parte nele. Este é o terceiro critério institucional da esfera pública: a sua acessibilidade, no sentido de que ela jamais poderia se fechar completamente, já que se encontrava inserida em um público maior. Segundo Habermas (2003, p. 53), tal critério se traduz na idéia de que "todos devem *poder* participar". Pode-se afirmar, em conclusão, que o conceito de esfera pública burguesa corresponde à reunião, em público, de indivíduos privados que, distantes de qualquer tipo de ingerência política ou econômica, discutem as leis gerais publicamente relevantes (ou seja, aquelas que regularão as trocas de mercadorias e o trabalho social), exigindo do Estado publicidade em suas ações e distância em relação às questões concernentes à esfera privada. A esfera pública funcionou, então, como um instrumento da sociedade civil em face do poder do Estado, como um espaço de argumentação racional e crítica e de formação da opinião pública sobre a autoridade estatal.

Contudo, esse modelo entrou em decadência. Craig Calhoun (1992, p. 21-22) sintetiza, com muita propriedade, os principais elementos que conduziram, na leitura habermasiana, à decadência da esfera pública burguesa: i) as desigualdades, sempre presentes na sociedade civil, deixaram de estar suspensas (*bracketed*) no debate público e se converteram na base da discussão e da ação. Isso se deu porque as desigualdades aumentaram e a inserção de um maior número de pessoas na esfera pública, vindas das mais diferentes classes sociais, tornou impossível o escamoteamento dessas desigualdades de classe no debate público; ii) a forma de funcionamento da esfera pública passou do debate racional-crítico para a negociação entre interesses divergentes; nesse sentido, o compromisso com um "interesse geral" foi substituído pela necessidade de composição de interesses particulares, o que se dá, na maioria das vezes, sob a forma de barganhas; e iii) verificou-se um movimento em direção ao Estado de bem-estar à medida que grupos da sociedade civil, organizados em torno de interesses específicos, passaram a se utilizar da esfera pública como o espaço para demandar, do Estado, a concessão de direitos sociais. A expansão do acesso à esfera pública levou a uma profunda alteração da forma de participação: a atividade crítica do discurso público foi substituída "por um consumo mais passivo de cultura, de um lado e uma sociabilidade apolítica, de outro" (CALHOUN, 1992, p. 23, tradução minha). A esfera pública tornou-se, assim, pobre e despolitizada pela remoção do debate crítico de seu interior.

A tese da decadência da esfera pública burguesa (e a crítica à sociedade de massas nela embutida) foi objeto de vários e importantes juízos, especialmente a acusação de que Habermas teria superestimado a sua degeneração. Embora esse segundo argumento seja o mais lido, a parte inicial do trabalho, relativa à constituição da esfera pública e, especialmente, a seus critérios institucionais, é a mais original e, sem dúvida, a que mais interessa a esta investigação. Ali, já estão configurados, ainda que de modo tímido e não completamente acabado, elementos muito importantes das construções teóricas posteriores do autor. Além disso, a noção de um espaço aberto e inclusivo, em que todos os interessados participam de um debate sobre matérias de afetação comum e o determinante é o conteúdo do discurso, certamente representa uma saída emancipatória às relações de dominação, na medida em que a integração social passa a se basear em um discurso racional-crítico, característico da própria condição humana.

Entretanto, essa primeira parte foi também objeto de críticas que apresentam, de certo modo, um conteúdo mínimo comum, referente à relação entre construção da identidade – de indivíduos ou de grupos – e participação na esfera pública, ou seja, as críticas endereçadas por diferentes autores à primeira formulação habermasiana da esfera pública apontam, sob uma análise de seus pontos principais, para uma mesma direção: o problema da diversidade, da pluralidade de identidades, não foi

abordado nessa obra e, quando o foi, ficou fora dos limites da esfera pública. As diferenças sociais e as características específicas dos indivíduos deveriam ser neutralizadas ou, se se preferir, "colocadas entre parênteses" na interação discursiva. Algumas dessas críticas foram parcialmente contempladas nas discussões posteriores empreendidas por Habermas, em que ele remodelou o conceito de esfera pública a partir de uma categoria ahistórica – a ação comunicativa. De fato, o caminho percorrido por Habermas, desde *Mudança estrutural da esfera pública*, implica uma transição, de um embasamento histórico específico para a democracia, para o seu apoio em uma capacidade humana trans-histórica de estabelecer um outro tipo de interação por meio da comunicação, da fala. Ou seja, se inicialmente o projeto habermasiano para a democracia se encontrava fundado em determinadas características compartilhadas por três diferentes experiências historicamente datadas e localizadas (os critérios institucionais comuns das esferas públicas francesa, inglesa e alemã), com a noção de "ação comunicativa", esse mesmo projeto passou a se fundamentar na capacidade discursiva compartilhada pelos seres humanos, um elemento não histórico e não restrito a uma determinada classe social.

Parece, portanto, que, a partir da elaboração da noção de ação comunicativa, a ordem se inverte na teoria habermasiana: se, inicialmente, a existência do discurso racional-crítico dependia da manutenção de uma esfera pública vitalizada e forte, nas formulações posteriores, a esfera pública permanece como um ideal, mas a sua existência se torna um produto contingente e dependente da ação comunicativa (CALHOUN, 1992, p. 32). A ação comunicativa é, neste sentido, vista como algo permanente, embora sujeita a variações e oscilações em termos de qualidade e quantidade. A esfera pública, por seu turno, é caracterizada como um resultado da ação comunicativa, estando, portanto, a ela subordinada. Ela passa a ser entendida como uma estrutura comunicativa, enraizada no mundo da vida, por meio das interações estabelecidas pelos atores inseridos na categoria que se convencionou chamar sociedade civil, mas não deixa de ser o local institucional para a prática da política democrática.

Nesse novo modelo, "a esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em *opiniões* públicas enfeixadas em temas específicos" (HABERMAS, 1997, v. 2, p. 92). Ela é, neste sentido, o espaço do agir orientado para o mútuo entendimento. E há uma diferença essencial desse novo modelo em relação ao anterior: fala-se em esferas *públicas* especiais, como as que envolvem pessoas e grupos ligados ao esporte, ao *showbusiness*, ao clero, à academia, admitindo-se, portanto, uma multiplicidade de espaços de interação comunicativa. Todavia, em que pesem essas consideráveis reformulações do modelo inicial da esfera pública, seja por meio da reconceitualização de elementos essenciais, seja através da introdução de novos elementos antes não abordados, o fato é que o novo modelo de esfera pública e toda a teorização a ele subjacente ainda não conferem espaço suficiente para as questões ligadas à construção da identidade e ao reconhecimento devido aos diferentes sujeitos. A discussão empreendida por Habermas acerca das contemporâneas lutas por reconhecimento é ainda tímida e esse tema não alcançou um espaço privilegiado em sua obra.

É inegável que a teoria habermasiana confere relevância à idéia de que o processo de formação da identidade dos indivíduos se dá por meio de interações intersubjetivas, em que há uma pretensão legítima de reciprocidade: nós nos tornamos os sujeitos que somos na convivência social com os demais. Desse modo, é equivocada a idéia de que nascemos indivíduos e só depois nos tornamos agentes sociais; ao contrário, o processo de constituição da identidade é contínuo, interativo e reflexivo e se desdobra no contexto de um mundo da vida compartilhado (MEEHAN, 1995, p. 240). Essas relações, ao mesmo tempo em que demandam, permitem-nos também levar em consideração a perspectiva do outro, colocando-nos em seu lugar. É justamente esse processo contínuo de reflexão, a respeito de si e das pretensões veiculadas pelo outro, que permite a construção de normas reguladoras das relações sociais universalmente válidas e aceitas.

Ao afirmar a eqüiprocedência das autonomias pública e privada e estatuir, em seu princípio D, que apenas "são válidas as normas de ação às quais todos os possíveis atingidos poderiam dar o seu assentimento, na qualidade de participantes de discursos racionais" (HABERMAS, 1997, p. 142), o que a teoria habermasiana está reclamando é, em última instância, o reconhecimento recíproco de todos enquanto sujeitos de direitos. Portanto, mais do que apenas atribuir um papel central às relações intersubjetivas na formação da identidade dos sujeitos, Habermas também confere à necessidade do reconhecimento recíproco a qualidade de categoria-chave em sua teoria da democracia, pois apenas a participação de todos e todas – reconhecidos entre si como sujeitos de direito e co-legisladores das normas a que são submetidos – no processo de formação das normas garantirá sua legitimidade.

Todavia, tal reconhecimento é uma categoria universal, ou seja, não se trata de reconhecer as particularidades de cada sujeito, mas de reconhecer o que há de compartilhado entre eles, o que eles têm em comum: a qualidade de indivíduos portadores de autonomia pública e autonomia privada. A teoria habermasiana, nesse sentido, embora reconheça o "fato do pluralismo" e procure, por meio da noção da democracia deliberativa ou política deliberativa, lidar com essa pluralidade por meio de procedimentos que garantem a formação inclusiva, aberta e discursiva de vontades e opiniões acerca do bem comum e demandam a aceitabilidade racional das normas pelos sujeitos de direitos para que essas sejam impostas, permanece com uma categoria central que pode representar sérios problemas para o tratamento da diversidade: o consenso como o ideal regulativo do processo de deliberação. Para Andrea T. Baumeister (2003, p. 740), a manutenção desse ideal na teoria habermasiana sugere um grave menosprezo quanto à "profundidade da diversidade e a natureza fundamental do conflito de valores" (tradução minha). Ao mesmo tempo em que negligencia todos os desafios colocados pela diversidade para as noções de identidade coletiva compartilhada por uma comunidade política e de consenso político, as construções habermasianas para o tratamento de demandas por reconhecimento negam o devido reconhecimento aos grupos que não compartilham da noção liberal de bem entendida como liberdade individual ou autonomia privada (BAUMEISTER, 2003, p. 741).

A crítica à noção de consenso sustentada na teoria habermasiana também é feita por Iris Young (2001). Segundo a teórica feminista, se se entende o consenso como o resultado do processo deliberativo, como o fim a ser alcançado por meio do debate público, as diferenças não são negadas, mas caracterizadas como algo que deve ser superado para que, ao final, se alcance uma decisão que seja desejada por todos os participantes. O problema que Iris Young aponta nessa perspectiva é que ela pode ser extremamente excludente, na medida em que o apelo ao "bem comum" pode servir de instrumento, pelo grupo privilegiado, para negar as reivindicações e interesses de grupos minoritários. Ou seja, as diferenças ostentadas por esses grupos minoritários podem, no processo argumentativo, ser consideradas como um obstáculo a ser ultrapassado a fim de que prevaleça uma decisão mais consentânea com o "bem comum". Contudo, esse "bem comum" pode corresponder apenas àquilo que o grupo privilegiado entende enquanto tal e, por isso, transformar-se em fonte de exclusão e dominação.

A centralidade da luta por reconhecimento como chave explicativa dos conflitos sociais: o modelo de Axel Honneth

Axel Honneth (2003), segundo sua auto-apresentação, afasta-se da corrente filosófica moderna que sustenta que os indivíduos se encontram, constantemente, em uma luta por autoconservação e em uma disputa acirrada pela afirmação e consecução de seus interesses egoístas. A partir daí, procura instrumentos capazes de lhe permitir estruturar um modo diferente de refletir sobre os conflitos sociais, que não reduza a condição humana à realização de cálculos para satisfação de suas preferências individuais. Contrariando a lógica instrumental, Honneth pretende demonstrar que existe uma realidade social que foi negligenciada pela filosofia política hegemônica: os seres humanos procuram, nas relações que estabelecem com os outros, o seu reconhecimento enquanto seres únicos e singulares, e apenas o devido reconhecimento, nas diferentes esferas de interação social, é capaz de garantir a formação de uma identidade integral e não distorcida. É, portanto, nas relações intersubjetivas, que as identidades individuais se formam, se modificam e se afirmam, e as lutas por reconhecimento travadas nessas relações funcionam como o móvel dos avanços morais da sociedade.

Honneth procura lançar um foco de luz sobre tais lutas, que se processam no interior do "mundo da vida" e têm nítida relação com a esfera pública, embora tal relação não seja desenvolvida de modo tão explícito por aquele que hoje é conhecido como o representante da terceira geração da Escola de Frankfurt. Com esse empreendimento, ele pretende recuperar o conflito como um elemento constitutivo das relações sociais, dimensão que parece ter sido negligenciada pela teoria habermasiana, que, sem dúvida, constitui um dos pontos de partida da releitura que Honneth faz da teoria crítica. Para ele, o que distingue o mundo da vida não é o acordo, mas sim o conflito social em torno de uma dimensão simbólica e identitária. E esse conflito tem um grande potencial emancipatório, na medida em que é capaz de promover alterações substantivas da estrutura das relações de reconhecimento, ampliando-as de um modo a assegurar aos indivíduos as condições de possibilidade do desenvolvimento de autoconfiança, auto-respeito e auto-estima, a partir da manutenção de relações sociais não fragmentadas.

O ponto de partida de Honneth (2003) é a discussão empreendida por Hegel no período em que lecionou em Jena. Apoiado na articulação entre as formulações de Hegel e Mead, Honneth distingue três diferentes etapas em que se desdobra a luta por reconhecimento. A primeira forma de reconhecimento é aquela que se dá nas relações primárias de amor e amizade. Aqui, Honneth procura ampliar a idéia de amor, para alcançar todas as ligações afetivo-amorosas fortes que vinculam um pequeno número de pessoas. Assim, essa esfera do reconhecimento alcança não apenas as relações amorosas propriamente ditas, mas todas as relações primárias de afeto, de carinho e de amizade que caracterizam a vida íntima dos indivíduos. É particularmente interessante a relevância conferida por Honneth a essa primeira forma de reconhecimento, que aparece como um "pressuposto psíquico do desenvolvimento de todas as outras atitudes de auto-respeito" (HONNETH, 2003, p. 177-178): a autoconfiança proporcionada pela relação amorosa "é a base indispensável para a participação autônoma na vida pública".

Aqui, estabelece-se uma primeira relação entre o reconhecimento, tal como concebido por Honneth, e a esfera pública. Para ele, a dimensão psicológica é de tal modo relevante que a manutenção de relações primárias (com o parceiro, com amigos e com a família) de reconhecimento integral e não distorcido constitui um pressuposto inarredável para o posicionamento crítico dos indivíduos na esfera pública. O que me parece singularmente importante é o tipo de vinculação estreita que Honneth estabelece entre público e privado, corroborando, em alguma medida, a afirmação feminista de que "o pessoal é político", ou seja, o tipo de relação que se estabelece entre homens e mulheres (enfim, seres humanos) na esfera privada e o que acontece nessas relações tem impacto na atuação e posicionamento desses mesmos sujeitos na esfera pública. Contudo, ao mesmo tempo em que se mostra interessante a análise que Honneth faz do vínculo existente entre relações primárias não perturbadas e participação pública, os seus apontamentos são, no mínimo, discutíveis. Parece que tão relevante quanto o reconhecimento proporcionado nessa esfera seja também o não reconhecimento que, muitas das vezes, é o mote central da mobilização e da condução de pessoas e grupos à esfera pública. Assim, em vez de dificultar a participação pública dos indivíduos, a negação do reconhecimento ou o falso reconhecimento na esfera privada pode ser um fator determinante dessa participação, configurando-se como o elemento que conduz a saída do privado para o público.

A segunda forma de reconhecimento identificada por Honneth se dá nas relações jurídicas. Os direitos constituem, sob condições pós-tradicionais, o instrumento capaz de estabelecer uma condição de igual imputabilidade moral entre todos os membros de uma comunidade política: os indivíduos devem se respeitar mutuamente enquanto portadores de direito e podem legitimamente esperar que seus direitos também sejam observados pelos demais, independentemente de qualquer hierarquia ou posição social. Existe, aqui, subjacente, a idéia de que um sujeito só pode se compreender como portador de direitos a partir do momento em que ele possui o entendimento de que há obrigações que deve observar em face do outro, como integrante de uma coletividade que se atribui normas de convivência. O caráter público e universal do direito é o que o

torna uma forma de acessar auto-respeito e é essa dimensão que institui as bases fundamentais e necessárias para a participação igualitária dos indivíduos no debate público.

Honneth, não desconhecendo a necessidade dos indivíduos de serem reconhecidos exatamente naquilo que os torna únicos e inigualáveis, identifica, finalmente, uma terceira esfera de reconhecimento, capaz de fornecer aos sujeitos o substrato necessário à aquisição de estima social. Esse terceiro tipo de reconhecimento se dá por meio da valorização social do indivíduo em razão do modo como ele contribui para a realização dos objetivos da sociedade, definidos de forma abstrata. Ou seja, o indivíduo, por meio do reconhecimento que lhe é atribuído pela sociedade em razão de suas capacidades e habilidades específicas, nutre, em relação a si, um sentimento de auto-estima. Ele se reconhece à medida que é reconhecido pelos demais membros da comunidade como alguém que, por meio da forma de auto-realização que escolheu para si, contribui, de algum modo, para a consecução dos objetivos postos, de forma mais ampla, pela sociedade. Pode-se dizer que a pluralidade de valores e de formas de vida encontra, nas discussões de Honneth, seu espaço no interior de uma ética formal, capaz de se desenvolver em sociedades pós-tradicionais nessa terceira esfera do reconhecimento. Nas palavras do autor, "uma concepção formal de eticidade abrange as condições qualitativas da auto-realização, que se distinguem de todas as formas de vida particulares na medida em que constituem os pressupostos universais da integridade pessoal dos sujeitos" (Honneth, 2003, p. 275). O mesmo ideal de universalidade e igualdade também pode ser incorporado pelo direito moderno: "tanto a relação jurídica quanto a comunidade de valores estão abertas a processos de transformação no rumo de um crescimento de universalidade ou igualdade" (Honneth, 2003, p. 274), mas a distinção fundamental é que o direito pressupõe um caráter universal, enquanto a ética formal é capaz de contemplar a diferença e a pluralidade na universalidade. Nesse sentido, a idéia de pluralidade e a noção de que as mais diferentes concepções de boa vida devem encontrar espaço no interior da sociedade não tem um conteúdo substantivo na teoria de Axel Honneth. Ao contrário, a noção por ele desenvolvida de que é necessário o reconhecimento dos mais diversos modos de auto-realização encontra justificação no indivíduo, na necessidade que tem o sujeito personificado de ser reconhecido em diversos planos para que possa desenvolver, de forma plena, os diferentes aspectos de sua personalidade, de sua identidade.

Como se pode observar, na teoria social desenvolvida por Honneth (2003), a integridade psíquica dos sujeitos depende diretamente da manutenção de relações positivas de reconhecimento nessas diferentes esferas de interação social: a cada uma das situações de reconhecimento recíproco vivenciadas pelo indivíduo está vinculada a promoção/nutrição de um sentimento positivo em relação a si mesmo (autoconfiança, auto-estima e auto-respeito). Disso decorre a caracterização da negação de tal reconhecimento, nas mais diferentes situações, como uma séria injustiça: ao mesmo tempo em que ela promove a distorção da identidade dos indivíduos, é também capaz de abalar a auto-compreensão positiva que esses indivíduos têm de si mesmos. Nessa perspectiva, a recusa de reconhecimento pelo outro é identificada como uma situação de profundo desrespeito e, a cada uma das diferentes formas de reconhecimento recíproco corresponde, do lado oposto, um tipo de desrespeito.

Assim, na dinâmica do reconhecimento e da sua negação, a cada uma das diferentes formas de desrespeito corresponde um dano à integridade psíquica do sujeito a elas submetido, e são justamente esses danos os componentes mais ressaltados por Honneth em sua análise. Para ele, é no plano psíquico das diferentes experiências de desrespeito que se encontra a principal motivação das lutas por reconhecimento, do engajamento dos sujeitos em um conflito moral por relações de reconhecimento não fragmentadas e não distorcidas. Diferentes situações de desrespeito provocam sentimentos diversos que, mobilizados, são capazes de fomentar demandas públicas por reconhecimento e pela superação da vivência do desrespeito. Mas essas situações de vexação, privação e vergonha só se tornam realmente a fonte de motivação da luta e da resistência política quando experimentadas coletivamente ou, nas palavras do próprio Honneth (2003, p. 224), "quando o meio de articulação de um movimento social está disponível". A experiência solitária de diferentes formas de desrespeito não é capaz, portanto, de provocar alterações nas estruturas de reconhecimento, porque não conseguem obter visibilidade pública, atraindo para si a atenção da sociedade. É a experimentação coletiva, a vivência por diferentes grupos de pessoas de formas similares de desrespeito, que enseja um processo de organização, de resistência e de demanda por outras formas de sociabilidade, ampliadas o bastante para garantir aos indivíduos o substrato de reconhecimento necessário ao pleno desenvolvimento de suas identidades.

Diante de tal constatação, não se pode negar uma tematização explicitamente política na obra de Axel Honneth: ele identifica as mais diversas formas de desrespeito (que se podem denominar falso ou não reconhecimento) como o motor das lutas cotidianas travadas por diversos movimentos sociais e, mais do que isso, indica que tais lutas são o único instrumento capaz de garantir que diferentes formas de vida sejam igualmente estimadas, num espaço em que prevalece a solidariedade. E é assim que a categoria do reconhecimento ganha seu caráter de conflituosidade e é alçada à condição de elemento central da teoria crítica para o entendimento da complexidade da vida social.

Todavia, uma conexão direta e explícita entre reconhecimento e esfera pública é difícil de ser encontrada na principal obra de Honneth e essa ausência pode ser debitada à tímida vinculação entre reconhecimento e política elaborada pelo autor. Conforme já analisaram Jean-Philippe Deranty e Emmanuel Renault (2007, p. 92-93), Honneth reluta em discutir o político e focaliza sua atenção na ética porque, em seu modelo teórico, o progresso social está baseado em expectativas normativas dos indivíduos, exteriorizadas em lutas por reconhecimento, que configuram reivindicações de ordem moral. Assim, o modelo político concebido por Honneth capaz de responder a essas demandas é uma forma de "vida ética" e essa eticidade, para contemplar as distintas metas de vida existentes em uma sociedade pós-tradicional, deve ser apenas formal. Na perspectiva de Honneth, não cabe ao teórico crítico fornecer qualquer interpretação substantiva do conteúdo das relações

inseridas na forma moderna de eticidade, tal conteúdo será dado pelo futuro das lutas sociais, pelo rumo que tomarem as reivindicações por reconhecimento. São elas as únicas capazes de ampliar, continuamente, o leque de formas de vida contempladas pelo conceito de eticidade formal, de modo a garantir formas continuamente mais abrangentes de reconhecimento. Por essa postura, Deranty e Renault (2007, p. 93) acusam Honneth de um agnosticismo político, que é manifestamente inconciliável, na perspectiva desses analistas, com a tarefa inicial de renovação do projeto original da teoria crítica a que ele se propõe. Tal tarefa é inegavelmente política e, requer, portanto, a análise e inclusão de elementos negligenciados por Honneth que, para Deranty e Renault, estariam no campo das instituições.

Além disso, Honneth formula um modelo em que "o reconhecimento depende da formação de uma autoconsciência saudável" (FERES JÚNIOR, 2002, p. 571). A concepção positiva de reconhecimento passa a funcionar como o substrato a partir do qual as pessoas "possam lutar politicamente pelas condições que lhes proporcionem uma vida familiar e afetiva sadia, direitos negativos iguais e reconhecimento cultural" (FERES JÚNIOR, 2002, p. 571). Estabelece-se uma relação de dependência entre resistência e mobilização política e reconhecimento em seu sentido positivo: apenas o sujeito positivamente reconhecido reúne todas as características necessárias à luta por relações de reconhecimento mais ampliadas. A isso corresponde o que Fraser nomeou de modelo excessivamente psicologizante do reconhecimento: não apenas o reconhecimento tem a função de garantir a formação de identidade auto-realizada, não distorcida, como também a existência dessa identidade constitui um pressuposto para a luta política por mais reconhecimento. Cria-se, assim, um círculo vicioso resultante da positividade do reconhecimento tal como elaborado por Honneth e isso guarda forte relação com a baixa intensidade política de sua teoria.

Em uma única passagem em sua principal obra, Honneth (2003) se reporta à esfera pública para tematizar a luta que travam diversos grupos na contemporaneidade pela modificação dos mecanismos de valoração de suas formas de vida e conseqüente oportunidade de aquisição de estima social. O autor afirma: "Contudo, o que decide sobre o desfecho dessas lutas, estabilizado apenas temporariamente, não é apenas o poder de dispor dos meios da força simbólica, específico de determinados grupos, mas também o clima, dificilmente influenciável, das atenções públicas: quanto mais os movimentos sociais conseguem chamar a atenção da esfera pública para a importância negligenciada das propriedades e das capacidades representadas por eles de modo coletivo, tanto mais existe para eles a possibilidade de elevar na sociedade o valor social ou, mais precisamente, a reputação de seus membros" (Honneth, 2003, p. 207-208). Assim, a esfera pública parece ser o local de tematização da exclusão, da opressão, da ausência de reconhecimento. É dizer, os movimentos sociais a que se reporta Axel Honneth não se encontram na esfera pública, mas procuram influenciar os atores que compõem esse espaço para a oitiva e aceitação de suas demandas. Desse modo, não me parece que Honneth (2003) entenda a esfera pública como o espaço da pluralidade, da diversidade, mas, ao contrário, como um espaço ao qual não têm acesso todos os atores sociais, especialmente aqueles que não encontram reconhecimento, para as suas formas de vida, nos padrões de valoração simbólica da sociedade. A concepção de esfera pública subjacente à discussão empreendida por Honneth compreende o espaço em que estão inseridos os atores que efetivamente conformam a opinião pública, cujo sentido é, nesses termos, bastante restrito e distanciado daquele proposto por Habermas. Exatamente porque não tem uma preocupação política explícita ou porque não se detém nas conseqüências políticas decorrentes da negação do reconhecimento, é que a esfera pública não ganha um papel central na teoria do reconhecimento de Honneth.

O problema central, aqui, é como relacionar *self* e esfera pública. A esfera pública, em Honneth, diferentemente do que se observa em Habermas e Fraser, não é um local de formação da identidade, de construção do eu, mas apenas de tentativa de explicitação da negação do eu pelo outro. Uma esfera pública desse tipo é, certamente, por demais restrita para contemplar a complexidade das relações sociais contemporâneas e garantir um tratamento igualitário aos diferentes de forma democrática. O conceito de esfera pública, que permitiu a renovação da teoria crítica democrática por meio da formulação habermasiana, perdeu a maior parte de seu potencial emancipatório na forma tal como foi caracterizado por Honneth, o que, sem dúvida, constitui um retrocesso não apenas do ponto de vista teórico, mas também prático-político.

O reconhecimento avaliado a partir da norma da paridade participativa: Nancy Fraser e a explícita conexão entre reconhecimento e esfera pública

Ao discutir o problema da (in) justiça no mundo atual, Fraser (1998, 2000) parte da constatação de que, hoje, as reivindicações por justiça social se dividem em dois tipos básicos: i) reivindicações redistributivas, por meio das quais se persegue uma distribuição mais justa de recursos e bens materiais e ii) reivindicações por reconhecimento, cujo objetivo é um mundo mais aberto e tolerante às diferenças culturais, um espaço público em que elas não sejam assimiladas ou aniquiladas pela maioria e, tampouco, se convertam em fundamentos de dominação, opressão e diferentes formas de desrespeito. Tais reivindicações, segundo o diagnóstico da autora, são elaboradas de forma dissociada, resultando em uma verdadeira cisão da política, tanto no campo teórico quanto no contexto das lutas sociais: de um lado encontram-se os precursores da política cultural da diferença; de outro, aqueles que advogam a tese da política social da igualdade.

Apesar de apresentar a existência dessas duas tradições teóricas, que são acompanhadas por lutas sociais específicas no mundo real, Fraser aponta que, no momento atual, as lutas por reconhecimento ganharam uma expressividade e notoriedade sem precedentes, a ponto de se difundir a tese de que não há mais espaço para se falar dos problemas de ordem material e de que tudo o que demanda alteração, hoje, vincula-se a uma questão simbólico-cultural. Discordando profundamente dessa tese, Fraser procura, inicialmente, demonstrar que o tema da desigualdade social, salientado pelos precursores da primeira corrente citada antes, permanece uma constante nos mais diversos países do mundo. Por isso,

constitui um grave equívoco a afirmação de que o quadro de desigualdade social foi superado e que, agora, os problemas que se devem solucionar estão ligados apenas a déficits ou negação de reconhecimento. Ao contrário, o contexto atual nos aponta para uma realidade extremamente complexa, que impõe a análise conjunta de problemas das duas ordens: cultural-simbólica e material e, portanto, é preciso pensar em soluções e alternativas para os ambos os tipos de enfrentamentos.

Com a formulação dessa tese, Fraser claramente procura se distanciar da conduta separatista extremada das duas tradições apresentadas anteriormente: tanto dos teóricos que acreditam que a redistribuição de bens materiais é suficiente para alterar a condição de desigualdade verificada no mundo atual quanto daqueles que sustentam que os problemas sociais, hoje, podem ser reduzidos a uma dimensão cultural. Para ela, a oposição e o distanciamento existente entre essas duas correntes é equivocado, as antíteses decorrentes dessa cisão – redistribuição ou reconhecimento; políticas de classe ou políticas de identidade; multiculturalismo ou igualdade social – são falsas; pois os problemas relacionados à distribuição de bens materiais, assim como aqueles decorrentes de um quadro de pluralidade cultural, devem ser entendidos como faces de uma única realidade: a injustiça social.

Tais problemas, na perspectiva de Fraser, estão imbricados e operam numa lógica de geração recíproca, ou seja, é impossível equacionar um sem se atentar para o outro. É que a autora entende que "no mundo real, cultura e economia política estão sempre imbricados, e virtualmente toda luta contra injustiça, quando corretamente entendida, implica demandas tanto por redistribuição quanto por reconhecimento" (FRASER, 1997a, p. 12, tradução minha). Portanto, para ela, as lutas por reconhecimento e as lutas por redistribuição, travadas por diversos grupos na contemporaneidade, traduzem um problema mais amplo e complexo, relativo à não realização de justiça social. E por isso é que, em sua análise, justiça social hoje, numa perspectiva expandida, requer tanto redistribuição quanto reconhecimento.

Como se vê, rompendo com ambas as tradições – liberalismo e comunitarismo – Fraser propõe um conceito bidimensional de justiça social, como forma de equacionar os diferentes tipos de anseios e demandas apresentados pelos movimentos sociais na contemporaneidade. Pois, para ela, a tarefa da uma teoria verdadeiramente crítica é conceituar reflexivamente as lutas emancipatórias da contemporaneidade e trabalhar, prospectivamente, de modo a compreender seus objetivos. Disso decorre sua insistente tentativa de, por um lado, entender como nascem as demandas por reconhecimento em um passado recente e, por outro, demonstrar que ainda se faz necessária uma série de transformações do ponto de vista da distribuição dos recursos materiais.

Contudo, para que se realizem essas duas tarefas, é preciso elaborar os conceitos de reconhecimento cultural e igualdade social de um modo que sejam compatíveis entre si, que se sustentem reciprocamente. Essa é a tarefa a que se propõe Fraser: conectar duas problemáticas políticas que hoje se encontram dissociadas, de uma forma que resulte em um aparato conceitual capaz de dar conta da realização de justiça social nos tempos atuais. A dificuldade de vincular as duas idéias – justiça econômica e justiça cultural ou simbólica – pode ser colocada nos seguintes termos: enquanto a primeira requer um tratamento igualitário e indiscriminado de todos os indivíduos, por meio do equacionamento das desigualdades, a segunda demanda justamente o contrário, ou seja, o reconhecimento das particularidades de cada sujeito, a celebração de suas diferenças, o seu tratamento como um ser único e inigualável. Por isso, a aliança entre uma política de redistribuição e uma política de reconhecimento parece, em princípio, inviável, pois se tratam de idéias lastreadas em pressupostos aparentemente contraditórios e, até mesmo, excludentes. E o que Fraser pretende é, justamente, desenvolver aquilo que chama de "teoria crítica do reconhecimento": uma teoria "que identifique e defenda apenas aquelas versões da política cultural da diferença que possam ser coerentemente combinadas com a política social da igualdade" (FRASER, 1997a, p. 12).

É assim que Fraser se põe a desenvolver um conceito de reconhecimento que seja compatível com a promoção de redistribuição. Para tanto, ela se distancia daquele a que chamou "modelo de reconhecimento identitário", cujos principais expoentes são, hoje, Axel Honneth e Charles Taylor. Nesse modelo, o reconhecimento é entendido como uma necessidade básica do ser humano, indispensável à sua completa formação como sujeito. Ele representa, em última instância, uma questão de auto-realização. O que requer reconhecimento é uma identidade de grupo específica, que detém um valor em si, assim como todas as demais identidades. Para Fraser, esse modelo tem sérios problemas e, por isso, em oposição, ela propõe o que chama de "modelo de status". Nele, o que requer reconhecimento não é a especificidade cultural de determinado grupo, mas a condição de membros do grupo como parceiros completos (integrais) na interação social. Assim, a política de reconhecimento não significa, no modelo de Fraser, política de identidade, ao contrário, ela é uma política "empenhada em superar a subordinação por meio do estabelecimento do parceiro não reconhecido como um membro integral da sociedade, capaz de participar em paridade com os outros membros" (FRASER, 2001, p. 24, tradução minha).

Nesse sentido, há um critério normativo que permite a Fraser julgar as situações em que uma política de reconhecimento é necessária para se alcançar a justiça social, ou, dito de outro modo, verificar a legitimidade da demanda por reconhecimento de sua identidade formulada por determinado grupo social. Com tal critério, Fraser foge da cilada de admitir como válidas e legítimas todas e quaisquer formas de respeito à diferença. Esse critério é a norma da paridade participativa. Segundo a autora, duas condições são necessárias para que haja paridade participativa: i) uma condição objetiva, que determina que a "distribuição dos recursos materiais deve se dar de modo que assegure aos participantes [da interação social] independência e voz"; e ii) uma condição intersubjetiva, que impõe que "os padrões institucionalizados de valoração cultural devem expressar igual respeito a todos os participantes e assegurar igual oportunidade para alcançar estima social" (FRASER, 2001, p. 29, tradução minha).

Verifica-se, portanto, que a idéia de diversidade cultural não é abordada por Fraser como algo que se relaciona com a integridade de coletividades específicas que devem ter sua cultura e tradições preservadas porque encerram um valor em si

ou porque tal reconhecimento é necessário ao pleno desenvolvimento do ser humano. O reconhecimento, em Fraser, não é um problema de auto-realização. Ao contrário, a diversidade, a pluralidade cultural, étnica, racial, de gênero, é um elemento constituinte das sociedades complexas contemporâneas. que, muitas vezes, dá ensejo à criação de normas, de padrões de valoração que menosprezam determinadas coletividades e celebram, privilegiam outras. Essa situação impede que os indivíduos alcancem o espaço público em condições de igualdade, ou, nas palavras de Fraser, de paridade de participação. E, por isso, suscitam lutas por reconhecimento, ou seja, lutas por respeito à diferença e pela subversão de padrões culturais que dominam, subordinam e inferiorizam determinadas identidades. Diante de tudo isso, tais padrões devem ser alterados, transformados, desestabilizados, com vistas a superar as condições de subordinação em que se encontram as coletividades (ambivalentes) menosprezadas, não porque as características dessas coletividades tenham um valor em si, mas porque é injusto o impedimento simbólico-cultural colocado à sua participação no espaço público, em condições de igualdade com os demais grupos.

Note-se que Fraser não ignora a identidade dos sujeitos ou menospreza a importância da construção dessa identidade na formação plena do indivíduo. Contudo, parece-me que isto só se torna politicamente relevante para ela quando, a essas identidades específicas, são atrelados padrões de valoração cultural e simbólica que colocam os indivíduos em situações de subordinação e opressão, quebrando, assim, a norma da paridade participativa. Ouso, dizer, portanto, que a idéia de reconhecimento em Nancy Fraser ganha um caráter quase procedimental, ou seja, o reconhecimento é visto quase como um procedimento necessário a que os indivíduos alcancem uma posição paritária na esfera pública. Vista sob esse ângulo, a teoria de Fraser não pode ser caracterizada, propriamente, como uma "teoria do reconhecimento". Ela é muito melhor qualificada como uma teoria da esfera pública ou mesmo uma teoria da participação. Pois, em uma análise mais aprofundada, o que se percebe é que os problemas distributivos e os problemas de reconhecimento são relevantes e merecem solução porque impedem que os indivíduos participem, em condições de igualdade, da esfera pública, o elemento caracterizador do modelo democrático encampado por Fraser.

Por isso, ela rompe com a noção habermasiana de que a arena deliberativa é um espaço onde as diferenças de status, classe, gênero, estão suspensas e neutralizadas (FRASER, 1997b, p. 74), ou seja, que essas questões, ali, perdem a sua significância para a noção de força do melhor argumento e os indivíduos deliberam, então, como se fossem iguais. Para a referida autora, afirmar que no espaço público as diferenças de status estão suspensas e os indivíduos dialogam como se fossem iguais apenas reforça a dominância já exercida pelos grupos mais poderosos. Nesse sentido, a única alternativa capaz de aprofundar a noção de paridade participativa é tornar explícitas as desigualdades, assumi-las, tematizá-las publicamente e não simplesmente imaginar que estariam suspensas no espaço público (FRASER, 1997b, p. 79). E, mais do que isso, arquitetar políticas de redistribuição e de reconhecimento capazes de alterar essa situação de disparidade ou assimetria.

Pode-se afirmar, assim, que Fraser se reporta às diferenças (culturais, étnicas, de gênero, etc) sob dois focos: i) o da esfera pública – nesse espaço, contrariamente ao que sustenta a teoria habermasiana, a autora acredita que as diferenças entre os parceiros da interação não devem ser suspensas ou ignoradas, como se eles fossem iguais, mas sim explicitadas, tematizadas publicamente; e ii) o da justiça social – aqui, a questão da diferença liga-se, de modo mais próximo, ao tema do reconhecimento: deverão ser empregados remédios contra déficits de reconhecimento sempre que às diferenças exibidas pelos sujeitos correspondam padrões de valoração simbólica que subordinem ou desprezem identidades específicas. Nesse sentido, Fraser se distancia também de Honneth ao afirmar que o problema de reconhecimento não está vinculado à auto-realização dos sujeitos e sim ao exercício da cidadania. O reconhecimento é relevante não porque (ou apenas porque) garante que as pessoas tenham uma visão positiva de si mesmas, mas porque efetiva o ideal de paridade de participação, permitindo que todos e todas possam ingressar na esfera pública e participar dos debates em curso em condições de igualdade com os demais.

Conclusão: Ou como vincular inclusão pública e reconhecimento?

A primeira questão a ser examinada no debate proposto – vinculação entre diversidade, reconhecimento e esfera pública, no interior da teoria crítica – é o fato de que Habermas, Honneth e Fraser não trabalham, em suas discussões, com a mesma noção de reconhecimento ou, dito de outra forma, eles conferem a essa categoria teórica conotações, se não totalmente, relativamente diferenciadas e que, por isso, devem ser bem explicitadas. Nesse sentido, enquanto Fraser e Habermas se reportam, de forma bastante similar, à questão do reconhecimento como um problema de ordem simbólico-cultural, em que coletividades, por suas habilidades, características, língua e valores, ocupam um lugar subalterno nas relações sociais porque tratadas, no esquema geral de valoração, de modo desigual em relação aos demais grupos, Honneth coloca o reconhecimento como um elemento central da formação da identidade subjetiva, uma necessidade humana que deve estar presente em todo o tipo de relação – amorosa, familiar, jurídica ou de trabalho – como meio de se garantir o pleno florescimento dos atributos do auto-respeito, da auto-confiança e da auto-estima.

Há, ainda, um outro ponto relevante que vincula Fraser e Habermas: toda a argumentação por eles expendida acerca do reconhecimento tem como elemento central a esfera pública. Ou seja, a esfera pública cumpre um papel essencial no modelo de reconhecimento vislumbrado por esses autores. Além de ser o espaço em que tais lutas são travadas cotidianamente, é também na esfera pública que, em certa medida, elas encontrarão sua solução. Seja na proposta das políticas de reconhecimento de Fraser, seja na concepção liberal habermasiana, a esfera pública é sempre o espaço em que se processam os embates por reconhecimento. A vinculação entre diversidade e esfera pública é, pois, nítida na obra recente desses dois autores, embora apenas Fraser procure realmente encontrar um elemento que possa conectá-las de uma forma

que, sempre que questões decorrentes da diversidade – cultural, étnica, de gênero – tenham um impacto negativo na participação pública dos sujeitos, elas possam ser alteradas por meio de políticas que, diferentemente de acirrar diferenças e produzir sectarismo, procura desestabilizá-las. Habermas, conforme já asseverado, não estabelece uma vinculação de tal tipo: muito embora admita a relevância dos vínculos identitários no debate público, ele não avalia o impacto de tais vínculos sobre a participação dos indivíduos na esfera pública, permanecendo fiel a um enfoque liberal desse espaço.

Honneth, diferentemente de Habermas e Fraser, trata o reconhecimento como uma necessidade humana vital: para se formarem, enquanto sujeitos, de modo integral e não distorcido, todos os indivíduos precisam manter relações nas quais, reciprocamente, se reconhecem e são reconhecidos pelos outros, como alguém moralmente imputável, de quem se necessita afetivamente e que contribui, com suas capacidades e habilidades específicas, para a realização dos objetivos da sociedade. Assim, o reconhecimento não é apenas um dentre vários outros elementos que permeiam as relações sociais, mas sim o seu elemento definidor. É a partir dele que se diferenciam relações capazes de gerar auto-confiança, auto-respeito e auto-estima daquelas que não detêm essa característica e como tais, são qualificadas de distorcidas. A proposta de Honneth pode ser avaliada como relativamente reducionista da complexidade social, especialmente naquelas situações em que ele procura demonstrar que o seu conceito de reconhecimento é suficiente para também lidar com as demandas por redistribuição econômica. Ao reduzir todo o leque de interações que se estabelecem entre os sujeitos às categorias exclusivas do reconhecimento e seu revés – o não reconhecimento ou o falso reconhecimento – Honneth acaba forjando uma noção que, por representar tudo, corre o sério risco de nada representar.

Todavia, vale a pena notar a proximidade da idéia de reconhecimento jurídico desenvolvida por Honneth com a noção de paridade participativa de Fraser. Para Fraser, a paridade participativa é contemplada sempre que os indivíduos se posicionam, em condições de paridade, na esfera pública, podendo participar do processo de formação da vontade como iguais. Isso pode ser alcançado por meio da implantação de políticas de redistribuição e/ou de reconhecimento, sempre que se verificar a hipótese de necessidade de tais remédios. Para Honneth, o reconhecimento jurídico supõe uma igual imputabilidade moral, é dizer, ele se verifica sempre que os indivíduos se reconhecem, reciprocamente, como sujeitos capazes de participar do processo público de formação da vontade, além de gozarem de proteção jurídica contra atos agressivos à sua liberdade. A diferença entre as perspectivas destes autores parece, então, residir nas conseqüências que resultam de uma situação de ausência de reconhecimento: Fraser se preocupa com as conseqüências políticas de uma situação de ausência de reconhecimento, ou seja, em que e o quanto esse déficit ou negação interferirá na participação política dos sujeitos que não se vêem reconhecidos ou que são subordinados com apoio em uma valoração negativa de sua identidade. Já Honneth se preocupa, quase exclusivamente, com o impacto que as situações de ausência ou falso reconhecimento terão sobre a formação psíquica do sujeito.

Finalmente, é preciso apontar que a esfera pública é um elemento muito pouco relevante na discussão sobre o reconhecimento empreendida por Honneth. Ela aparece, apenas, como o "sujeito" cuja atenção os movimentos sociais que tematizam a negação do reconhecimento procuram atrair. Desse modo, não é o local onde surgem tais demandas, tampouco se configura como um espaço relevante para a formação da identidade, tal como aponta Fraser. Surge, apenas, como o possível receptor das reivindicações dos movimentos sociais que parecem dela não participar. A esfera pública é reduzida à condição de espaço relevante somente quando é necessário captar a atenção pública para situações de desrespeito. Ela perde o caráter central que, até então, detinha no projeto democrático da teoria crítica. E, com isso, a teoria de Honneth diminui o seu potencial emancipatório em relação às demais, pois como é possível construir relações mais ampliadas de reconhecimento se o que se tem à disposição é uma esfera pública tão reduzida e limitada? Esse é um dos principais elementos que colocam a teoria de Honneth em pior condição quando se trata de vincular diversidade e esfera pública, já que essa última sequer faz parte do modelo mais geral por ele formulado.

Com apoio em tudo o que anotei, creio ser possível afirmar que a formulação de Fraser é a que melhor lida com o dilema de se estabelecer uma conexão positiva entre diversidade de esfera pública. A noção de paridade de participação insere o problema do reconhecimento na esfera pública de um modo especialmente interessante: para além de simplesmente admitir que ali as diferenças existem e são relevantes, ela valora tais diferenças em uma perspectiva emancipatória – sempre que elas se converterem em mecanismos de promoção da desigualdade de participação, deverão ser revistas e reavaliadas, de modo a se alterar os padrões que equalizam diferenças e desigualdades. Essa é uma contribuição fundamental dada por Fraser à teoria crítica, que permite tenha continuidade o projeto de emancipação social vislumbrado pelos teóricos da primeira geração.

Referências

AVRITZER, L. & COSTA, S. (2004). Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. *Dados*, 47(4), 703-728.

BAUMEISTER, A. T. (2003). Habermas: Discourse and Cultural Diversity. *Political Studies*, 51(4), 740–758

CALHOUN, C. (1992). Introduction: Habermas and the public sphere. In: CALHOUN, C. (Ed.), *Habermas and the public sphere.* Cambridge: MIT Press, (p. 1-48).

DERANTY, J.-P. & RENAULT, E. (2007). Politicizing Honneth's ethics of recognition. *Thesis Eleven*, 88(1), 92-111.

FERES JÚNIOR, J. (2002). Contribuição a uma tipologia das formas de desrespeito: para além do modelo hegeliano-republicano. *DADOS*, 45(4), 555-576.

FRASER, N. (1997a). From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a “Postsocialist” Age. In: FRASER, N. *Justice interruptus*: critical reflections on the “postsocialist” condition. New York: Routledge, p. 11-39.
FRASER, N. (1997b). Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. . In: FRASER, N. *Justice interruptus*: critical reflections on the “postsocialist” condition. New York: Routledge, p. 69-98.
FRASER, N. (1998). Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition, and participation. *The Tanner Lectures on Human Values*, 19, 1-67.
FRASER, N. (2000). Rethinking recognition. *New Left Review*, 3, 107-120.
FRASER, N. (2001). Recognition without ethics? *Theory, Culture & Society*, 18(2-3), 21-42.
HABERMAS, J. (1997). *Direito e democracia:* entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro
HABERMAS, J. (2003). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
HONNETH, A. (2003). *Luta por reconhecimento*: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34.
MEEHAN, J. (1995). Autonomy, recognition and respect: Habermas, Benjamin, and Honneth. In: MEEHAN, J. (Ed.). *Feminists read Habermas*: gendering the subject of discourse. London: Routledge, p. 231-246.
NEVES, P. S. C. (2005). Luta antiracista: entre reconhecimento e redistribuição. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20(59), 81-96.
YOUNG, Iris Marion. (2001) Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In: SOUZA, Jessé (Org.). *Democracia hoje*: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Editora UNB. p. 365-386.
_____. (1999) Difference as a resource for democratic communication. In: BOHMAN, James, REGH, William (Ed.). *Deliberative democracy. Essays on reason and politics*. Cambridge: MIT Press. p. 383-406.

Prática docente de professoras negras acerca da questão étnico-racial: a "visão" de ex-alunos

Eva Aparecida da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
evasilva5@hotmail.com

Resumo*:* Este trabalho traz a análise das visões de ex-alunos, homens e mulheres, negros e não-negros, de diferentes idades e meios sociais, acerca de três professoras negras e de sua prática docente com a questão étnico-racial. Essas visões foram investigadas a partir da relação que estabelecem com o contexto da situação étnico-racial vigente na sociedade brasileira e, em especial, na escola, no qual elas são construídas e experimentadas. Com as visões de mundo dos ex-alunos fecha-se o círculo da relação discente/docente, já que em trabalho anterior buscou-se entender a postura transformadora e/ou reprodutora assumida por essas mesmas professoras diante do tratamento da mesma questão, tomando-se como referência suas trajetórias de vida (da infância à adultez), em particular as experiências vividas com a discriminação racial como alunas e como profissionais da educação. Da relação estabelecida entre os ex-alunos e o contexto da situação étnico-racial, bem como entre as professoras e as trajetórias de vida, a partir dos quais constroem as suas visões e representações acerca das relações étnico-raciais vividas na sociedade brasileira e na escola, torna-se possível perceber o processo de construção de mentalidades racistas e, com isso, tentar alternativas de desconstrução desse tipo de mentalidade.

Introdução

As visões de ex-alunos, homens e mulheres, negros e não-negros, de diferentes idades e meios sociais, acerca da professora negra e sua prática docente relativa à questão étnico-racial remetem às experiências vividas no universo da escola, em particular da sala de aula, e têm origem no momento atual da vida de cada um deles, podendo ser apreendidas por meio de suas memórias e narrativas.

Como considera Halbwachs (1990), lembrar ou rememorar não significa reviver as experiências tais como elas aconteceram, mas evocar do passado os fatos e as situações que, gravados na memória, adquiriram um significado particular para o momento atual da vida (HALBWACHS, 1990).

Para a coleta das memórias dos ex-alunos sobre a prática docente de três professoras negras araraquarenses (Nazaré, Aparecida e Terezinha) acerca da questão étnico-racial, a metodologia qualitativa da história oral se fez necessária. Segundo Silva (1999), a história oral:

> [...] constitui um método que integra um campo das chamadas metodologias qualitativas...[cuja preocupação é] apreender os processos, acontecimentos e relações sociais, a partir da perspectiva dos agentes neles envolvidos. Ou seja, enquanto método qualitativo de coleta e análise dos dados, a história oral confere centralidade ao que os agentes sociais comunicam, compreendendo estes elementos como fundamentais para a reconstrução, compreensão e explicação de processos sócio-históricos (p.116).

A opção pela técnica dos relatos orais, pertencente à metodologia da história oral, permitiu estabelecer um recorte nas experiências escolares vividas pelos ex-alunos, com destaque apenas para as decorrentes das relações étnico-raciais estabelecidas entre eles e as professoras.

Nos relatos orais, o informante relata suas experiências de vida, a partir do recorte estabelecido pelo pesquisador para quais experiências deseja investigar. É por isso que o pesquisador pode interferir na narrativa a qualquer momento,

mediante a necessidade de trazer o informante ao assunto que se quer tratar. As entrevistas podem se esgotar num só encontro e os depoimentos podem ser mais curtos (Queiroz, 1988).

A prática docente da professora Nazaré

A partir das situações emergentes das relações estabelecidas em sala de aula, de "tudo que dê margem para que se trabalhe a questão racial" (SILVA, 2003), a professora Nazaré tem feito dessa questão uma prática constante em sua trajetória profissional.

O grupo de seus ex-alunos se lembra muito bem das aulas com a professora Nazaré, a começar pelos primeiros dias, em que, assim como há o contato com a professora negra e, com isso, o estranhamento, há também a história sobre o negro e os africanos no Brasil.

> Pelo que eu me lembro ela já iniciou a aula com essa temática, ela já começou introduzindo o tema africanos no Brasil, assim bem pedagógico. Hoje eu já vejo que tinha uma intenção por trás, não foi assim aleatório, nem do programa, porque ela já começou daquilo...ela foi muito fantástica na disciplina dela, na profissão dela, porque ela soube introduzir aquele assunto de forma que a gente começasse a pensar, rever conceitos e até perceber que negro é gente, porque a gente brincando não tinha essa noção que a gente tava brincando com... até eu mesmo, eu sendo negra, brincando com negro como se não fosse gente. Quer dizer, ela humanizou o que a gente estava desumanizando nas brincadeiras. Até hoje eu vejo que não foi à toa que ela começou pela escravidão (ex-aluna da profa. Nazaré, 29 anos, negra).

Não por acaso a professora Nazaré inicia suas aulas contando essa história. Ao se deparar com a negação da diferença étnico-racial que a habita, através de "brincadeiras" que têm a função de desqualificá-la e desumanizá-la, ela procura humanizar a imagem "negro não é gente" projetada pelos alunos acerca dos sujeitos negros.

Essa imagem, socialmente construída e amplamente difundida no tecido social, ainda hoje, remete ao momento de legitimação do modelo econômico mercantilista que transformou seres humanos em mercadoria ao escravizá-los, sustentando o regime colonial e o tráfico de "escravos". Defendia-se, com o apoio da Igreja Católica, que o negro era destituído de alma e por isso poderia ser comprado e vendido a preço de mercado e escravizado (MEILLASSOUX, 1995).

A prática docente voltada para a (re) humanização do sujeito negro frente às "brincadeiras" depreciativas e desumanizadoras acontece não só quando ela, professora, é a vítima, mas também seus alunos negros. Uma das intervenções da professora Nazaré ocorreu diante do conflito entre dois alunos de uma 3ª. série, em que um, branco, apelida o outro, negro, de "neguinho".

De acordo com uma de suas ex-alunas (26 anos, branca), a professora Nazaré se dirigiu aos demais alunos, exigindo que não se referissem aos colegas com apelidos, em especial àquele chamado de "neguinho", uma vez que cada sujeito tem um nome próprio que o individualiza e o torna singular. O uso de apelidos destitui o sujeito da sua condição de ser único, portador de um nome, sobrenome e de identidade (SILVA, 1995).

Ela ainda convocou os pais para uma reunião e, entre outros assuntos, os aconselhou a ensinar os filhos a não apelidarem os colegas, e à mãe do aluno negro discriminado a ensiná-lo a não permitir ser apelidado "neguinho". Isso demonstra a preocupação da professora Nazaré com o papel da família na educação de crianças e adolescentes brancos e negros livres do racismo.

Uma outra ex-aluna (27 anos, negra) lembrou o comentário feito por um colega de classe, numa das aulas da professora Nazaré, quanto à semelhança do negro com o macaco. Como já visto, é recorrente nas manifestações de racismo associar, de forma a desqualificar, o sujeito negro ao macaco. No contato com esse comentário, a professora Nazaré inverteu a associação feita pelo aluno e lhe deu o seguinte tratamento:

> [...] ela falou assim "primeiramente, quem tem semelhança com o macaco é o branco porque eu não tenho cabelo liso, macaco tem, eu não tenho o lábio fino, macaco tem, você tem os olhos arregalados, coisas que vocês tem, então pensa bem no que você está falando. Se é o pelo, se é a pele, tudo bem, mas a semelhança não é nada parecida, é um ser humano que poderia ser como qualquer outro... (ex-aluna da profa. Nazaré, 27 anos, negra).

Esse tipo de experiência com a desqualificação do aluno negro e da própria professora negra e o tratamento docente conferido às situações de discriminação também foram lembrados pela própria professora Nazaré em Silva (2003), sem contar que muitas dessas experiências são comuns às vividas por ela como aluna.

A trajetória de vida de Nazaré (sua infância, adolescência e maturidade), em especial as experiências vividas no processo de sua escolarização e inserção na profissão docente, atua muitas vezes como matéria-prima de sua prática docente. O conteúdo que dá forma à vida da pessoa e da professora Nazaré serve para demonstrar aos seus alunos aspectos convergentes entre as experiências com a discriminação racial vividas por eles, por ela e por grande parcela da população negra brasileira.

> [...] ela sempre mostrou isso, que o negro tem uma sociedade a parte, ele faz parte da sociedade, mas ao mesmo tempo não faz. Ela mostrou assim a trajetória dela, o quanto foi difícil pra ela estudar, o quanto foi difícil pra ela tá onde ela tá, e que ainda tava estudando. Ela soube fazer uma ponte da vida dela com a vida da professora.... (ex-aluna da profa. Nazaré, 29 anos, negra);

> [....] eu não sei o que ela passou na vida dela, não conheço muito a história de vida dela, mas parecia que aquilo era uma coisa nata dela, era dela, e eu achava legal, porque, é o contrário, a maioria da população negra se oprime e ela não, ela fala 'vão ter que me ouvir, vão ter que me respeitar e acabou' (ex-aluna da profa. Nazaré, 26 anos, branca).

A visão dessa última ex-aluna aponta para a "disposição" (GARCIA, 1999) da professora Nazaré em trazer para a sala de aula o debate sobre a questão étnico-racial e em se posicionar como negra. A afirmação de sua negritude está presente em seu corpo, seja na cor de sua pele e outros traços físicos, seja nas roupas, colares e outros traços culturais de estilo "afro" usados por Nazaré para dizer de sua opção por uma origem ancestral africana. Para a ex-aluna, essa disposição é algo inerente à Nazaré, *"uma coisa nata, coisa nata dela"*.

Se as "disposições" são tendências para agir (GARCIA, 1999), o debate da questão étnico-racial, o posicionamento como negra e a solicitação pelo respeito à diferença étnico-racial que a constitui são tendências que habitam a professora Nazaré não como algo inato a ela, por que biológico ou genético, mas como algo construído ao longo de sua trajetória de vida, "na dor e na delícia de ser o que é", tal como demonstra Silva (2003).

A afirmação como negra leva Nazaré a questionar com seus alunos a classificação racial, de cor, atribuída por cada um deles a si mesmos, e a identificação com uma das três "raças" fundadoras (DAMATTA, 1981), africana, européia e indígena, como demonstra a atividade com filmagem realizada com alunos negros, brancos e de origem indígena. Essa identificação visa a fazer com que os alunos por ela considerados negros reconheçam uma ancestralidade africana comum.

> [...] na 3ª. série surgiu a pergunta pra classe "qual cor a pessoa era". Eu falei que eu era morena, quase me matou nessa época, e ainda falou assim como..., perguntou umas duas vezes e eu falei morena, e a classe estava fazendo silêncio, "sua mãe é negra, como você é morena, olha os seus traços que você tem", quando a gente tem aquela idade assim pequena acha que só porque tem um tonzinho de pele mais clara que a mãe já é morena, nada a ver... (ex-aluna da profa. Nazaré, 24 anos, negra);
>
> Então era aquela coisa de incentivar a pessoa a reconhecer qual é a raça. Então era aquela coisa "ah, você é pardinho, você é mulatinho, não, você é negro ou você é branco". Tem os mulatinhos, os pardinhos que acham que não são negros... (ex-aluna da profa. Nazaré, 25 anos, negra).

A convicção de que todos os sujeitos portadores de certas características, como é o caso da cor da pele e de outros traços físicos, compartilham uma ascendência racial comum, baseada em "laços de sangue", faz com que a professora Nazaré estimule os alunos classificados como morenos, mulatos e pardos a se reconhecerem negros. A idéia de uma ascendência racial comum está associada à noção científica de raça:

> [...] uma vasta família de seres humanos, em geral de sangue e língua comuns, sempre com uma história, tradições e impulsos comuns, que lutam juntos, voluntária e involuntariamente, pela realização de alguns ideais de vida, mais ou menos vividamente concebidos (APPIAH, 1996, p.54).

No entanto, sabemos que a tentativa de construção de uma "vasta família negra", de uma "identidade negra" baseada numa ascendência racial e étnica comum, por meio de um suposto "laço de sangue", de uma história e tradições comuns, esbarra na escolha dos próprios sujeitos, nesse caso os alunos negros de Nazaré, em compartilhar ou não uma história comum de um grupo. Para Appiah (1996):

> [...] compartilhar uma história grupal comum não pode ser um *critério* para sermos membros de um mesmo grupo, pois teríamos que ser capazes de identificar o grupo para identificar sua *história* (...). É bem possível que a história nos tenha feito o que somos, mas a escolha de uma fatia do passado, num período anterior ao nosso nascimento, como sendo nossa própria história, é sempre exatamente isso: uma escolha. Embora a expressão 'invenção da tradição' tenha um ar contraditório, todas as tradições são inventadas (p.58-9).

De acordo com esse autor, o que efetivamente faz com que os sujeitos negros tenham algo em comum são as experiências com a discriminação por eles vividas nos diferentes países da diáspora, experiências que podem se constituir num elemento aglutinador em prol da luta anti-racista e no próprio referencial para se chegar à opção por uma identidade étnico-racial.

Se o reconhecimento de uma ascendência racial e étnica é uma escolha, algumas ex-alunas de Nazaré optaram pela "identidade negra", assim como julgam ter acontecido com outros colegas de classe. Esse reconhecimento ocorreu por conta dessas alunas julgarem compartilhar com os outros sujeitos negros um "fenótipo negro" (cor da pele, independente de uma tonalidade mais escura ou mais clara, e outros traços físicos) e uma suposta ancestralidade africana. Ele também está associado ao trabalho de desconstrução de uma imagem negativa do negro (submisso, anti-herói, etc.), decorrente das concepções racistas vigentes na sociedade brasileira, realizado pela professora Nazaré.

> [...] ela fez muita gente enxergar, não só porque o tom da pele é claro que a pessoa não vem a ser negro, os pais são. Tudo bem, cores de diferente, mas o pigmento é maior da parte negra. Até mesmo assim, a mãe poderia ser mulata e o pai branco, mas mesmo assim lá atrás os avós eram negros...Muita gente não enxergava isso, não dava atenção pro que ela falava... (ex-aluna da profa. Nazaré, 24 anos, negra);
>
> [...] a gente não falava sou negro, mas sou moreninho. Até o final do curso, tinha muita gente que já tinha se definido, sou negro, não tenho vergonha, por que ter vergonha se foram os negros que construíram o Brasil? Mas, até então, negro era o que limpou o chão do Brasil, não tinha aquela imagem heróica, ela mostrou mais esse lado heróico... Com certeza eu não teria essa visão que eu tenho hoje, a base começou com ela, a base em que fui formada começou com ela, porque na minha família não tem esse tipo de discussão... (ex-aluna da profa. Nazaré, 29 anos, negra).

Essa última visão de mundo aponta, ainda, para o papel da escola e da família no processo do não reconhecimento do sujeito negro como negro e descendente de africano. Ao dizer que na escola aprendeu a ser "marrom", a ex-aluna nos permite fazer referência à idéia de miscigenação predominante no Brasil, em que a mistura das três "raças" fundadoras se

torna responsável pela "morenidade" da população brasileira. Discurso esse também difundido no interior de sua família, considerada uma "mistura entre portugueses, negros, índios, holandeses e italianos".

O fato de a professora Nazaré se posicionar como negra e de promover o debate sobre a questão étnico-racial faz com que alguns alunos a considerem uma "racista às avessas", à medida que o racismo partiria dela, negra, em direção aos alunos, brancos, e não ao contrário, como geralmente acontece nas relações raciais.

> [...] às vezes ela era um pouco radical no jeito dela. Às vezes ela não gostava muito de branco, mas nada pra ofender... Todos achavam que ela era racista, geralmente pegava uns pontos assim só sobre negros, eles achavam que ela dava nota porque fez trabalho a respeito do negro (ex-aluna da profa.Nazaré, 24 anos, negra)..

> [...] entre os alunos até houve comentários dizendo que ela era racista, não gostava de branco... Eu acho que as pessoas falavam isso sem base nenhuma, eu não sei de onde partia, eu acho que as pessoas não tinham fundamento para falar isso dela, acho que era antipatia mesmo, e isso é uma coisa que eu lembro muito bem... (ex-aluno da profa. Nazaré, 26 anos, branco).

O "racismo às avessas", supostamente praticado pela professora Nazaré na relação com os alunos brancos, está presente na visão de mundo da ex-aluna (24 anos, negra), porque ela mesma o atribui à professora ou porque assim interpreta os comentários de alguns de seus colegas de classe. Já a visão do ex-aluno (26 anos, branco) se refere apenas à interpretação que faz das visões de mundo dos colegas, uma vez que ele não concorda com elas.

Esse tipo de ideologia pode estar associado à crença existente na sociedade brasileira de que denunciar o preconceito racial significa ser preconceituoso, trazendo à tona a idéia de que "o próprio negro é preconceituoso", já que é ele quem, na maioria das vezes, faz a denúncia. E, ao contrário, não denunciar significa não ser preconceituoso. A isso Florestan Fernandes (1978) chamou de "o preconceito de não ter preconceito", pois o silêncio, que geralmente encobre o racismo, por si só é representativo do preconceito.

Como professora nas disciplinas de Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica, Geografia e História, no ensino fundamental de 5ª a 8ª. série e no ensino médio, e de temas comuns a elas no ensino fundamental de 1ª. a 4ª série, a professora Nazaré busca desconstruir os componentes racistas encontrados nos livros didáticos e reconstruir a história e a condição do negro na sociedade brasileira, tanto no período anterior quanto no posterior à abolição, destacando: os movimentos de resistência à escravidão, como é o caso dos quilombos; os obstáculos enfrentados para superar a exclusão social ou "inserção pelas margens", como prefere Martins (1997); as dificuldades para concluir os estudos e ascender socialmente; a desigualdade, em relação ao branco, no acesso a determinadas posições profissionais, à renda, etc. Ela também visa a desconstruir os estereótipos de incapacidade, imoralidade, inferioridade, dentre outros, conferidos aos sujeitos negros.

Na disciplina de História, em especial, ela procura trabalhar os conteúdos referentes à história do negro no Brasil, assim como outros temas históricos, sociais, políticos, por meio da articulação entre os acontecimentos do passado e a realidade contemporânea, presente. A tentativa é mostrar que a história é mais continuidade que ruptura, à medida que os fatos passados não estão desconectados das experiências vividas e/ou observadas por seus alunos, ao contrário, muitos desses fatos exercem influência direta na atual realidade brasileira, em particular na situação étnico-racial.

Ninguém melhor que os próprios ex-alunos da professora Nazaré, ou alguns entre eles, para expressar suas visões acerca de sua prática docente com os conteúdos da história do Brasil e dos negros no Brasil:

> [...] ela mostrou mais esse lado heróico, ela falou bastante da formação dos quilombos, que hoje também existem quilombos, só que os quilombos hoje não são mais de resistência, mas de segregação mesmo, que os negros se colocavam mais à margem da sociedade, que não tem espaço. Na época dos quilombos era a procura de espaço, agora é por falta de espaço e ele vai cada vez mais se fechando entre eles... (ex-aluna da profa. Nazaré, 29 anos, negra);

> Ela colocava essa matéria como uma maneira de mostrar pra gente como foi a história dos negros, das dificuldades na sociedade deles, tentando mostrar pra gente o traço cultural que a gente carrega até hoje, do preconceito e tudo, não era essa visão realmente, ela queria mostrar da maneira que a realidade é mesmo, assim não essa cultura que a gente carrega que o negro não presta, que é assim, ela mostrava que ele tem a mesma capacidade que os brancos, os mesmos direitos, por igual... (ex-aluno da profa. Nazaré, 26 anos, branco);

> A história verdadeira do negro eu vim saber com ela depois de tantos anos dentro de uma escola. Então eu percebi assim, ela, sim, sabe passar, ela é ativa em relação ao negro, o afrodescendente é com ela mesmo...Além da teoria ela mostrava na prática como eram os negros antigamente, o que eles sofreram, como eles vieram da África para o Brasil, a forma como eles eram tratados, que muitos negros morreram no navio negreiro, então ela explica muito bem, que o negro não pediu para ser escravizado, os nossos descendentes não pediram pra ser transportados de lá pra cá. Então foi uma agressão com o nosso povo.... (ex-aluna da profa. Nazaré, 26 anos, negra);

A prática docente da professora Nazaré com os conteúdos referentes à questão étnico-racial em sua dimensão histórica, social, política, etc., assim como a outros temas, é vista pela maioria de seus ex-alunos como uma prática não-convencional, inovadora, ou seja, diferente do modelo tradicional praticado pelos demais professores com os quais tiveram contato.

Para os ex-alunos, o ensino tradicional é aquele que se baseia na lousa, na cópia, numa explicação superficial, na exigência de que o aluno se mantenha de "*cabeça baixa*" e no não estímulo ao raciocínio ou ao pensamento crítico. Por outro lado, as pesquisas no museu de Araraquara; as pesquisas em revistas, na tentativa de encontrar fotos de sujeitos negros e a partir delas debater a sua não exposição na mídia e a sua condição sócio-econômica desfavorável; a exposição oral dos trabalhos elaborados; o estímulo à escrita de redações; as entrevistas com pessoas mais velhas, com o objetivo de cruzar

fontes documentais e orais; o ver televisão de forma crítica – tudo isso são formas inovadoras de ensinar, tal como praticadas pela professora Nazaré.

As visões dos ex-alunos acerca da noção de ensino tradicional e de ensino não-convencional se aproximam, respectivamente, da concepção "bancária" e libertadora de educação, defendida por Freire (2005). Segundo ele, na educação "bancária", que visa apenas a depositar, transferir, transmitir valores e conhecimentos, o educador é aquele que educa, sabe, pensa, fala, disciplina, prescreve, atua, escolhe, impõe, enfim é o sujeito do processo; por outro lado, os educandos são aqueles que devem ser educados, os que não sabem, os pensados, os que escutam passivamente, os disciplinados, os que seguem a prescrição, os que acham que atuam, os que se acomodam às escolhas e imposições feitas pelo educador, enfim, são os objetos do processo.

Na educação libertadora, que "não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo" (FREIRE, 2005, p.77), não há a contradição educador-educandos, não há comunicados e sim comunicação. Há uma relação dialógica entre educador-educandos, bem como a criticidade, a criatividade, o desafio, etc.

A prática que não se restringe à lousa e ao giz, assim como o debate acerca das mais diversas questões sociais, dentre elas as relações étnico-raciais, e o diálogo estabelecido entre professora e alunos são vistos pelos ex-alunos como dimensões da prática docente da professora Nazaré.

Com base no debate e no diálogo, essa prática visa a educar para o questionamento da realidade tal como ela está socialmente instituída, em particular a situação étnico-racial brasileira; educar para aprender a escolher e a decidir. Sobre esse aspecto, uma ex-aluna (23 anos, negra) se lembrou do exercício de simulação da eleição municipal daquele ano letivo proposto pela professora Nazaré, por meio do qual os alunos deveriam decidir em quem votar e saber que uma escolha equivocada pode resultar em sérias conseqüências. Assim, a prática docente de Nazaré objetiva educar para se posicionar diante da sociedade em que vive e das pessoas com as quais convive; educar para respeitar e ser respeitado; educar para ouvir e ser ouvido, conforme percebe uma de suas ex-alunas (26 anos, branca):

> Sabe o que eu gostava nela, porque a Nazaré é assim olho no olho, ela te perguntava uma coisa e se você estava assim na carteira de cabeça baixa, ela falava "ergue a cabeça, fala mais alto", eu acho assim excelente, porque você tem que aprender a se posicionar como pessoa, a falar para pessoas te ouvir, e ela dizia "eu grito porque as pessoas precisam me ouvir".

Mais do que falar1 sobre questões sociais diversas, principalmente sobre a questão étnico-racial, a professora Nazaré demonstra dialogar com seus alunos e alunas, pois não se limita apenas a transmitir e reproduzir uma informação ou conhecimento, mas a recriá-la juntamente com seus alunos. O diálogo coloca locutor e interlocutor (o "eu" e o "outro") em relação, por meio da mediação da cultura e do mundo (FREIRE, 2005), à medida que os significados atribuídos por um e por outro às experiências vividas e observadas são trocados, compartilhados, de forma não hierárquica. E com isso, o "ouvir ganha em qualidade e altera uma relação, qual estrada de mão única, numa outra, de mão dupla, portanto, uma verdadeira interação" (OLIVEIRA, 1996, p.21). O diálogo entre professora e alunos também se torna possível pelo fato de sua trajetória de vida cruzar com a trajetória de seus alunos, e vice-versa.

De acordo com Freire (2005), a dialogicidade da educação permite que o educador não seja apenas o que educa, "mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos [...]" (p.79).

A aula organizada numa roda, em que "*todos podiam olhar um pro outro*", e o debate sobre cultura e suas diferentes concepções são lembranças marcantes para os ex-alunos da professora Nazaré, entre eles uma de suas ex-alunas (23 anos, negra). Ela relata que, nessa aula, expôs o que entendia por cultura, ouviu a opinião dos colegas e esperou pela definição da professora Nazaré.

Não por acaso, a professora Nazaré não respondeu imediatamente ao debate, ou melhor, ao embate estabelecido em torno da noção de cultura. Pressupõe-se que a intenção da professora era incentivar os alunos a pesquisarem sobre o assunto, pois foi o que fez a ex-aluna. Após a pesquisa, ela chegou à conclusão de que sua idéia de cultura, se comparada a dos colegas, não estava incorreta, e pôde constatá-la com a explicação de Nazaré.

De acordo com outra ex-aluna (29 anos, negra), hoje pedagoga, a professora Nazaré, ao estimular seus alunos a pensarem sobre diferentes temas, ouvi-los em suas opiniões, sempre por meio do questionamento, do debate e do diálogo, constrói juntamente com eles, alunos, o conhecimento, revelando ter uma prática construtivista. Para ela, a prática docente dessa professora também permitiu que a imagem esteoriotipada elaborada pelos alunos, inclusive por ela mesma, no primeiro contato com a professora negra, fosse gradativamente desconstruída, ao mesmo tempo em que construíam com Nazaré um outro conhecimento, tanto acerca da história e da vida quanto dela, pessoa e profissional.

O processo educativo desenvolvido pela professora Nazaré é, portanto, ensino e aprendizagem, e não um ou outro, tal como aponta Iturra (1994)2. Sendo assim, ela se aproxima da prática do ensino à medida que transfere os conteúdos curriculares tidos como válidos, mas, ao desestabilizar "as verdades" instituídas e difundidas no universo da escola, ela promove o que se aproxima de uma "aprendizagem da conflitualidade dos conhecimentos" (SANTOS, 1996). Esse tipo de

---

1 Segundo Gusdorf, citado por Oliveira (2001), a fala sempre proporciona o encontro, seja de um sujeito com o (s) outro (s), seja de um sujeito consigo mesmo ou com seu "outro" interior. No entanto, existem, pelo menos, dois tipos de fala: a autêntica, constantemente recriada, pois parte de novas significações; e a banal, caracterizada pela repetição, pela reprodução do sistema instituído (Amatuzzi apud Oliveira, 2001).

2 O ensino é a prática de transferir conhecimentos, é repetir, criando uma subordinação; e a aprendizagem é descobrir, criando uma relação de comunicação (ITURRA, 1994,30-1).

aprendizagem visa a estabelecer o conflito entre o conhecimento como regulação, mantenedor da ordem social vigente, e o conhecimento como emancipação, questionador dessa mesma ordem, na tentativa de gerar um conhecimento novo.

Nazaré também pratica o ensino ao exigir que seus alunos estudem, façam "tarefa de casa", prestem atenção nas aulas, sejam pontuais e responsáveis, tenham disciplina, assim como destaca, com certa contrariedade, uma ex-aluna (26 anos, branca). Contudo, como sua prática não é apenas ensino, mas também aprendizagem, a contrariedade se transforma em prazer, admiração. Os alunos, sujeitos socioculturais (DAYRELL, 1999) porque constituídos por diferenças de sexo, "raça", classe social, trajetórias de vida e "bagagem cultural" específicas, se tornam sujeitos no processo de construção do conhecimento voltado para a emancipação, reconhecendo na professora a mesma condição.

A preocupação da professora Nazaré com o sujeito sociocultural aluno também pode ser constatada nas "cartas de final de ano letivo", encaminhadas por ela a cada um deles. As lembranças dos conteúdos dessas cartas, ainda guardadas por alguns de seus ex-alunos, foram compartilhadas com esta pesquisadora e revelam que, ao escrever para e sobre os (as) alunos (as), a professora demonstra conhecer suas qualidades, potencialidades e dificuldades, assim como sempre os respeitou em suas diferenças.

> [...] eu não esqueço o que ela escreveu pra mim, porque ela escreveu uma carta pra cada aluno da sala, e aí eu li a carta e a carta estava dizendo assim "que ela esperava que eu convidasse ela pra minha formatura do ensino médio e pra minha formatura da faculdade; convidasse ela quando eu fosse defender mestrado, doutorado e tal". Eu falei pra mim mãe "eu não entendo o que ela quer dizer", eu não acho que eu vou chegar tão longe assim, e foi o máximo pensar que alguém acreditava no seu potencial, mesmo uma criança assim, sabe, e que ela olhava pra cada aluno diferente... (ex-aluna da profa. Nazaré, 23 anos, negra);
>
> [...] eu me lembro que ela de alguma forma sabia assim como que era cada aluno, quais as dificuldades, as qualidades...Eu lembro que no final do ano ela escreveu uma carta e nessa época eu já desenhava...e ela escreveu nessa carta que os bilhetes que ela mandava pra minha casa teve resultados, que esperava que no futuro quando eu tivesse fazendo alguma exposição com quadros ou qualquer tipo de coisa relacionada à arte, que era pra mim convidar ela pra estar presente.... (ex-aluno da profa. Nazaré, 23 anos, branco);
>
> [...] no final do ano ela sempre dava... sabe esses papéis de carta?... pra todos os alunos, o que ela achava de cada um do começo até o final do ano. Engraçado que ela me deu o meu, tenho ele até guardado, só que eu não sei onde está, que era menina, boneca dos laços de fita, e aí escreveu do jeito que eu era, que parecia uma bonequinha, e nunca saiu isso da minha cabeça "boneca do laço de fita vermelha", eu não sei porque, ela chegou nesse ponto que eu parecia a menina, não sei do que se trata... (ex-aluna da profa. Nazaré, 24 anos, negra).

A visão dessa última ex-aluna nos leva a supor que Nazaré estabelece a comparação entre a aluna e a protagonista do livro *Menina bonita do laço de fita,* de Ana Maria Machado. Nesse livro, uma linda menina negra é admirada por um coelho branco que não mede esforços para escurecer os próprios pêlos. Ele tem sido utilizado na valorização da auto-estima da criança negra, que passa a se ver retratada positivamente. A tentativa dessa estória é romper com o estereótipo de que os negros são destituídos de beleza, ideário comum tanto entre as crianças brancas quanto entre as negras, e tratar as diferenças.

O fato de a aluna dizer não entender o conteúdo da carta indica que o livro não foi usado como material didático na prática docente da professora Nazaré, pelo menos na série em que a ex-aluna foi uma de suas alunas. Porém, a mensagem que traz o livro, em especial a valorização da auto-estima da criança como negra, já havia sido trabalhada por Nazaré no momento em que questiona a essa mesma ex-aluna, assim como aos demais alunos, sobre sua auto-classificação racial, de cor. A esse questionamento a então aluna responde morena, e parte daí o exercício de fazer com que se reconheça negra.

Por tudo isso, a prática docente desenvolvida pela professora Nazaré, anteriormente analisada mediante as representações que têm a própria professora sobre ela, e agora abordada a partir da visão de seus ex-alunos, parece se aproximar, tal como observado por Silva (2003), de uma "pedagogia ou educação intercultural". Para Vieira (1999), esse tipo de pedagogia:

> [...] resulta do facto de se crer que nos espaços educativos se está de alguma forma sempre entre culturas: diferentes saberes, sistemas de valores, sistemas de representações e de interpretações da realidade, hábitos, formas de agir, etc. E se diferentes culturas produzem diferentes estilos cognitivos, diferentes formas de percepção e diferentes estilos de aprendizagem, a escola, se quiser ser mais democrática, terá de optar por uma pedagogia intercultural, uma pedagogia da troca e partilha de experiências (...). O intercultural implica não somente reconhecer as diferenças, não somente aceitá-las, mas – e o que é mais difícil – faz com que elas sejam a origem de uma dinâmica de criações novas, de inovação, de enriquecimentos recíprocos e não de fechamentos e de obstáculos ao enriquecimento pela troca (p.67-8).

O "professor intercultural" que habita a professora Nazaré não apenas constata a diversidade cultural que compreende sujeitos e relações no universo da escola, mas também a conhece e se comunica com ela, na tentativa de transformar e inovar o processo ensino-aprendizagem, e, sobretudo, a realidade social instituída acerca da questão étnico-racial na sociedade brasileira e, consequentemente, araraquarense.

A prática docente da professora Aparecida

As representações de Aparecida sobre a própria prática docente com a "questão racial" revelam seu comprometimento e preocupação com essa questão. Apesar de não aprofundar o debate no sentido de desconstruir os estereótipos atribuídos aos negros, ela desenvolve uma prática que visa a orientar seus alunos negros quanto às noções básicas de higiene, na tentativa de aproximá-los da "boa aparência" conferida aos brancos (limpeza, bom cheiro, etc.) e os

distanciar da imagem do negro sujo e mal cheiroso. E, no contexto mais recente do debate sobre "relações raciais" na sociedade, a partir dos anos 1990, ela questiona com seus alunos o 13 de Maio (Abolição da Escravidão) e a Lei Áurea, exaltando Zumbi dos Palmares, o 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra) e refletindo sobre o 21 de Março (Dia Internacional Contra a Discriminação Racial). Esses conteúdos, entretanto, se restringem às datas comemorativas mais gerais (SILVA, 2003).

Se as representações da professora demonstram a prática com a "questão racial", o mesmo não acontece com as visões de seus ex-alunos. Para eles, a prática docente da professora Aparecida se limita ao ensino da Matemática.

> [...] ela estava lá para dar a sua aula e nada mais. Ela ensinava Matemática, ficava restrita a sua matéria, não debatia sobre nada. Também naquele tempo a gente não gostava muito dessas coisas, a gente gostava mais assim do que nos interessava na época... (ex-aluno da profa. Aparecida, 17 anos, moreno);
>
> [...] não chegava a se posicionar e nem discutia o assunto... (ex-aluna da profa. Aparecida, 30 anos, branca);
>
> [...] nem ela, nem nenhum outro professor, pelo menos no meu período que estudei, nunca vi ninguém trazendo um debate a esse respeito... (ex-aluno da profa. Aparecida, 31, moreno);
>
> [...] acho que ela não chegou a debater na sala de aula, acho que ela não colocou nenhum ponto de interrogação, nem o fato dela ser negra ou não; ela não falou, nem trouxe o tema pra nossa sala... (ex-aluno da profa. Aparecida, 18 anos, moreno);

Apesar de não abordar a questão étnico-racial enquanto prática docente, como demonstra as visões dos ex-alunos, dois dentre eles relatam que num ou noutro momento de suas aulas, geralmente "quando ficava brava com a classe", a professora Aparecida se posicionava como negra ao dizer se orgulhar de ser negra e de ter conquistado seu "lugar" como profissional da educação.

> [...] ela se classificava como negra e batia no peito com orgulho. Era o que ela dizia mesmo, até todo mundo tinha orgulho dela por ela ser negra, tal. Provavelmente ela tenha feito isso [falado sobre a temática étnico-racial], mas eu não me lembro, pelo jeito dela ser, lecionar, ela gostava da cor dela, ela tinha orgulho... (ex-aluno da profa. Aparecida, 19 anos, pardo);
>
> [...] ela colocava esse ponto que ela lutou bastante, teve que batalhar bastante pra chegar onde chegou, quando ela ficava brava, começava a passar um sermão na gente... (ex-aluno da profa. Aparecida, 19 anos, branco).

O orgulho de ser negra foi notado por uma de suas ex-alunas no jeito de vestir e pentear da professora Aparecida.

> [...] ela sempre tinha uma postura de assumir o fato de ser negra. Ela valorizava o que ela tinha de bonito, o cabelo....Cada um tem o seu jeito de se vestir, mas ela...ela se comportava eu acho como uma mulher negra... (ex-aluna da profa. Aparecida, 19 anos, negra).

A postura assumida por Aparecida como negra e professora, principalmente nos momentos de tensão da relação professora e alunos, parece também indicar, para além da afirmação e valorização de uma identidade étnico-racial e profissional, uma sua reação à presença da discriminação racial, que para a maioria dos ex-alunos inexistia. Para eles, a professora Aparecida esteve imune às experiências com esse tipo de discriminação, devido ao fato de ser afetiva, alegre e descontraída no trato com os discentes. Porém, em vários momentos do processo ensino-aprendizagem vivido por ela e seus alunos, a discriminação racial se manifestou, particularmente, através das "*brincadeiras*" racistas, muitas vezes às escondidas.

A visão de que a prática docente da professora Aparecida se limita ao ensino da Matemática pode ser relativizada pelas visões de mundo de duas ex-alunas: uma delas (25 anos, branca) se lembra do momento em que a professora falou com sua turma sobre religião e a outra (19 anos, negra) sobre sexualidade. A questão étnico-racial não foi lembrada como tema das conversas entre professora e alunos.

O desencontro, entre as representações da professora Aparecida sobre a prática docente com a questão étnico-racial e as visões de mundo dos ex-alunos sobre a não-prática dessa questão, pode ser interpretado tomando-se como referência o significado atribuído por Aparecida a sua própria prática.

A orientação de seus alunos negros quanto aos hábitos de higiene, as conversas sobre o 13 de Maio, o 20 de Novembro da Consciência, o 21 de Março, nas respectivas datas comemorativas, têm um significado para a professora Aparecida na sua luta contra o racismo, por conta mesmo das experiências com a discriminação racial vividas por ela como professora negra. Pode-se citar aquela que se tornou "caso de polícia", logo no início de sua inserção no magistério araraquarense3.

Sem desconsiderar o valor das práticas desenvolvidas pela professora Aparecida, uma vez que elas trazem a possibilidade do debate sobre a questão étnico-racial para o universo da escola, dado que ele ainda é tão pouco difundido na prática da maioria dos (as) professores (as), supõe-se que elas não ganharam um significado para os alunos, pelo menos para aqueles que foram entrevistados. Talvez porque não construídas com eles por meio de um debate fundamentado num conhecimento teórico e empírico específicos? Porque não coletivas, já que eram direcionadas a alguns alunos e não a outros, como é o caso da orientação sobre as noções de higiene? Porque pontuais, esporádicas, apenas presentes nas datas comemorativas e, mais uma vez, sem o aprofundamento necessário e adequado?

---

3 A professora Aparecida foi chamada de incompetente por uma funcionária de uma das escolas em que lecionou e ao associar essa atitude à discriminação racial e questioná-la foi levada à delegacia num carro de polícia como a opressora e não como a vítima.

No momento da pesquisa de mestrado, a professora Aparecida considerou não aprofundar sua prática docente com a questão étnico-racial, justamente por conta das limitações impostas pela disciplina na qual ministra suas aulas, a Matemática, e pelos supervisores de escola. Ao contrário, apontou para as possibilidades das disciplinas de História e Geografia. Diz ela:

> [...] algumas datas do negro eu comentava, mesmo não sendo minha disciplina, porque tem que ser História ou Geografia, por isso que eu tomo esse cuidado, senão o supervisor vai lá e fala "escuta, você passou a dar aula de História?", então discretamente eu falo, porque eu sou Matemática, é diferente de quem é História, Geografia, é diferente.

Os argumentos utilizados por Aparecida esbarram nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o ensino fundamental, lançados pelo Ministério da Educação (MEC), em 1998, e nas diretrizes para trabalhar os Temas Transversais (ética, meio ambiente, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo, e pluralidade cultural). Tanto os professores de História e de Geografia quanto os de Matemática, e das demais disciplinas, têm legitimidade em travar o debate sobre a temática étnico-racial em sala de aula, pois cada tema transversal deve ser abordado transversalmente pelas diversas áreas do conhecimento que compõem o currículo (BRASIL, 1998). E, ainda, poderia considerar algumas possibilidades de trabalho já existentes com a questão étnico-racial na Matemática.

Como sugestão para o trato dessa questão na Matemática, pode-se citar o trabalho interdisciplinar em torno de uma situação de saúde típica da população negra, a anemia falciforme. Para o desenvolvimento desse trabalho indica-se: a explicação e a difusão de informações sobre a ocorrência da doença em afro-descendentes e dos procedimentos necessários para que se evitem novos casos; a discussão acerca da necessidade de iniciativas que promovam a eqüidade racial no sistema de saúde, combatendo o racismo institucional. E como atribuição das disciplinas envolvidas: na Biologia, o debate sobre hereditariedade, genética e características sanguíneas; na Química (junto com Biologia), captação, interação e liberação do oxigênio pelo organismo humano; e na Matemática, o recurso de probabilidade e suas aplicações (a probabilidade genética).

Silva (2001) sugere a prática docente com as "Africanidades Brasileiras", ou seja, a cultura e a história dos povos africanos e de seus descendentes nas Américas nas diversas disciplinas do currículo escolar. Para a Matemática, ela propõe o trabalho, através de ilustrações e fotografias, com a geometria presente nas grandes obras arquitetônicas construídas por diferentes povos africanos, entre elas as pirâmides egípcias, e em outras expressões da arte africana, como nas pinturas dos Ndbele4 em suas casas. O trabalho com as "Africanidades" visa a promover a aprendizagem acerca das diferentes culturas africanas na construção do conhecimento, não eurocêntrico, que vem sendo acumulado e, até então, não apresentado pela maioria dos professores aos seus alunos negros e não-negros, por conta, também, do desconhecimento deles próprios.

As questões levantadas acima e os argumentos defendidos pela professora Aparecida remetem à reflexão sobre a importância da formação de professores para o trato da questão étnico-racial. Para essa formação, a aquisição de conhecimento teórico específico é imprescindível e deve se somar ao conhecimento decorrente das experiências que constituem as trajetórias de vida dos sujeitos professores.

Um e outro conhecimento pode ser usado como matéria-prima da prática docente desde que anteriormente problematizados pelos educadores, no processo que Santos (1996) denomina "conflitualidade dos conhecimentos", presente em sua "pedagogia do conflito". Pode ainda, da mesma forma, atuar com seus alunos, no sentido de romper com as pré-noções e, nesse caso, com os preconceitos que os habitam.

Se o debate sobre a questão étnico-racial não é um traço marcante na prática docente da professora Aparecida, a afetividade, a meiguice, a tranqüilidade, a alegria, a amizade, a disposição em ajudar e a descontração o são. Essas características foram lembradas por seus ex-alunos como sendo inerentes à Aparecida.

> A professora Aparecida era muito aplicada, uma pessoa que gostava do que fazia, pela forma de explicar, o incentivo que ela dava para os alunos, que os alunos tivessem o interesse de aprender a matéria... Ela cativava os alunos, tratava os alunos com uma igualdade, fazia com que todos se sentissem bem com ela, não tinha essa distância professor-aluno... (ex-aluno da profa. Aparecida, 31 anos, moreno);
>
> Eu lembro que é super amorosa, ela falava com a gente como se fosse bem criança, bem próxima. Eu sentia ela como minha amiga. Ela falava meus queridinhos, meus amorzinhos, bem meiguinha... A maioria dos professores, tem uns que chegam e já põem a distância, eu sou professor – professor – não sou seu amigo e ela não, ela tirou isso, eu sou professora, sou amiga. O que diferenciava era o fato de falar carinhosamente. Ela falava o numerozinho, o maiszinho, isso era o diferencial... (ex-aluna da profa. Aparecida 19 anos, negra);
>
> Ela era uma professora que gostava de brincar, nas aulas dela havia descontração, ela dava aula bem, eu aprendi bem com ela. Ela era alegre, brincava com todo mundo, eu gostei bastante...Eu lembro que de vez em quando ela fazia tipo uma gincana de matemática. Ela fazia perguntas e aí quem respondia primeiro sabe assim, tipo gincana, de matemática, ela fazia bastante com a gente, eu lembro... (ex-aluna da profa. Aparecida, 16 anos, branca);

Essas e tantas outras visões de mundo dão ênfase às características da professora Aparecida e atribuem a ela uma maneira não tradicional de ensinar a Matemática. O ensino não tradicional tornava mais fácil entender os cálculos matemáticos e, com isso, sentir prazer em realizá-los, rompendo assim com a rigorosidade do ato de ensinar, com o distanciamento professor-aluno e com a expressiva aversão que demonstra a maioria dos alunos à "famigerada" Matemática. Uma de suas ex-alunas (18 anos, branca) conta que foi Aparecida quem a fez ter vontade de ser professora de Matemática.

---

4 Um dos grupos étnicos do sul da África do Sul.

Como toda regra tem a sua exceção, uma ex-aluna (25 anos, branca) considera que a professora Aparecida *"não tinha muita paciência", "era meio agressiva" e "não foi uma ótima professora"*. No entanto, a pessoa Aparecida era "uma ótima pessoa, quando precisasse dela ela estava sempre pronta para ajudar". Para a ex-aluna, a professora *"explicava do jeito dela e quem soubesse, quem aprendeu, aprendeu, quem não aprendeu se vire"*.

Outros dois ex-alunos também percebem certa dificuldade da professora Aparecida em transmitir o conhecimento relativo à Matemática, mas não atribuem a ela um comportamento agressivo.

> Eu entendo assim que ela sabia pra ela, mas não sabia transmitir o conhecimento que ela tinha com relação a Matemática (ex-aluna da profa. Aparecida, 26 anos, negra).

> Desde do começo que ela entrou na escola, na sala de aula, eu a achei uma professora muito legal . Ela gostava dos alunos, ela conversava. Ela tinha suas horas ...como todo professor. Já na base do ensino eu achava assim...eu gostava da aula dela, mas eu não conseguia entender a explicação dela como a dos outros professores...Depois passei a não gostar das aulas dela, mas tinha que vir. Ela falava assim de um jeito como se a gente fosse mais novo do que a gente era. Eu tinha12 anos na época e ela falava como se tivesse uns 6, 7 e eu não gostava. Daí eu não conseguia muito me ligar... (ex-aluno da profa. Aparecida, 17 anos, moreno).

Para esse ex-aluno, sua dificuldade em entender as explicações da professora Aparecida estava relacionada ao "jeito infantilizado" com que ela explicava a Matemática: *"como se a gente fosse mais novo do que a gente era"*.

O "jeito" infantilizado e carinhoso de falar *("o numerozinho", "o maiszinho"*) era, entretanto, o que a diferenciava dos outros professores, segundo uma de suas ex-alunas (19 anos, negra), já que representava a relação de amizade e proximidade travada entre a professora e seus alunos. No entanto, para a ex-aluna, essa relação fazia de Aparecida mais uma "boa pessoa" que "uma boa professora", devido à existência de um caderno utilizado por ela para orientar suas aulas. Esse caderno incomodava e muito a essa ex-aluna, que chegou até mesmo a colocar em xeque a competência profissional da professora.

> Uma coisa que eu não gostava dela, era que ela dava aula pelo caderno, ela não desgrudava do caderno dela, então eu não sentia muita firmeza, ficava consultando no caderno, então pensava será que ela sabe, será que ela não sabe? Só isso me incomodava...(ex-aluna da profa. Aparecida, 19 anos, negra).

Mais duas ex-alunas citaram o uso do caderno na prática docente da professora Aparecida com a Matemática. Uma delas (25 anos, branca) também o vê como algo que coloca em xeque a competência profissional da professora e a outra (30 anos, branca) apenas como mais um dos materiais didáticos de apoio ao professor.

> [...] ela não ensinava no livro, ela ensinava no caderno que ela tinha. Acho que ela fazia as anotações dela e o que ela entendia no caderno. Então o que ela entendia no caderno dela, ela explicava o que ela entendia... (ex-aluna da profa. Aparecida, 25 anos, branca);

> Ela ensinava bem matemática, dava para entender bem, usava lousa, explicava na mesa dela, no livro, não só o livro, mas ela tinha um caderno dela, toda professora tem (ex-aluna da profa. Aparecida, 30 anos, branca).

Se para a maioria dos ex-alunos a afetividade e a descontração representam uma maior aproximação entre professora e alunos, bem como uma forma inovadora de ensinar a Matemática, para estes outros o excesso de afetividade pode até significar o não distanciamento professora-aluno, mas não significa o rompimento com o ensino tradicional da Matemática. Isso porque, de um lado, conserva a rigidez e a severidade do ato de ensinar e, de outro, a dificuldade de trocar conhecimentos com os alunos.

Entre os possíveis significados atribuíveis à afetividade ou ao excesso de afetividade presente na prática docente de Aparecida, está aquele que só pode ser trazido à tona como indagação: será ela [afetividade] uma forma de driblar a discriminação racial vivida pela professora Aparecida no universo da sala de aula?

Segundo Silva (2003), ao longo de sua trajetória de vida, a professora Aparecida desenvolve algumas "estratégias" para driblar a discriminação, tamanho é o impacto com o racismo (dor, sofrimento, resistência, etc.): como aluna procura observar e selecionar as pessoas com quem poderia brincar e conviver; como professora, ainda observa e seleciona, mas também se utiliza de outras "estratégias", como é o caso da oração e da estória "A surpresa".

Na tentativa de minimizar os conflitos estabelecidos por conta da cor da pele entre professora e alunos, bem como entre os próprios alunos, a oração no início de cada aula visa a mostrar que "todos somos iguais perante Deus" e, com isso, recorre aos valores religiosos e universalizantes. Com o mesmo objetivo, "A surpresa" apela para a afetividade, à medida que associa a cor da pele da professora à alegria, à amizade e ao ato de ensinar.

No começo do semestre, meus pais me mudaram de escola
O primeiro dia de aula foi cheio de surpresas
Prédio grande e muitos alunos
Mas a maior surpresa que eu tive ao entrar na sala
Foi ser apresentado a nova mestra
Era uma moça negra, que logo riu para mim
Mostrando seus dentes muito brancos
Mas não gostei dela
Por que? Ora, porque era negra

Com o tempo parei de reparar na cor da pele da professora
E descobri que era alegre, amiga e ensinava muito bem.

Apesar de não terem sido lembradas pelos ex-alunos, oração e estória demonstram, mais uma vez, a preocupação da professora Aparecida em inserir a "questão racial" em sua prática docente, já que para ela essa questão é significativa, pois representa a sua luta, talvez mais pessoal que profissional, contra o racismo.

Diferentemente da professora Nazaré, que apresenta uma postura docente muito próxima à "pedagogia intercultural" (VIEIRA, 1999), à medida que busca transformar e inovar o processo ensino-aprendizagem, sobretudo no diz respeito às relações étnico-raciais, trazendo para sua prática o conflito e o diálogo entre diferentes saberes, trajetórias de vida, a professora Aparecida transita entre a "pedagogia intercultural" e a "pedagogia multicultural", fundamentada na

> [...] simples constatação e admissão da realidade social como naturalmente diversificada (...). É uma atitude que não vai além da sensibilidade e solidariedade entre os povos e culturas [...], pois não privilegia o diálogo e a comunicação intercultural – quer dizer a comunicação entre diferentes que podem entender-se e cooperar mutuamente (VIEIRA, 1999, p.65).

Mais próxima à pedagogia multicultural que intercultural, a professora Aparecida busca tratar a "questão racial" com base na sensibilidade, na afetividade e na solidariedade, em particular com seus alunos negros, o que mostra sua preocupação com essa questão. Embora importantes, serão elas suficientes para romper com visões de mundo racistas?

A prática docente da professora Terezinha

Terezinha foi lembrada pelo grupo de seus ex-alunos como uma professora rígida, exigente e que "*ensinava muito bem"*. Se, por um lado, sua rigidez significa autoritarismo para alguns ex-alunos, por outro lado, é sinônimo de comprometimento com a prática docente e com os próprios alunos.

> [...] ela explicava bem, mas uma vez só...ela andava de braços cruzados, de cara fechada, dificilmente dava um sorriso, ela era bem séria; se pedia para ir ao banheiro ela não deixava... (ex-aluna da professora Terezinha, 45 anos, branca);
>
> As lembranças que eu tenho é que ela era muito preocupada em passar o que ela sabia, ela gostava do que ela fazia, hoje a gente pode ver que vários professores não gostam do que fazem, acho que prestaram o vestibular porque é o menos concorrido, 'eu vou passar, eu vou ser professor, mas não é o que eu quero ser'. Ela transmitia que ela gostava mesmo do que ela fazia... (ex-aluna da professora Terezinha, 18 anos, branca);
>
> Eu lembro que ela era bastante autoritária, ela tinha bastante pulso firme nas horas que precisavam ser. Mas eu lembro também que tinha horas que ela sentava, contava estórias, pra sair um pouco daquela rotina, levava a gente pra sala de vídeo...(ex-aluna da professora Terezinha, 17 anos, branca).

Um dos ex-alunos mais antigos de Terezinha, que não se lembra da rigidez da professora, tal como conferida pelos demais, também destaca o comprometimento dessa professora com seus alunos e, consequentemente, com o exercício de sua profissão.

> [...] eu me lembro que ela era uma pessoa que enquanto fazíamos alguma coisa, ela andava pelas carteiras, observava o que a gente estava fazendo... (ex-aluno da profa. Terezinha, 45 anos, branco).

Para ele, esse aspecto da prática docente da professora Terezinha se mostra um diferencial em relação aos demais professores daquela época (início dos anos 1970), que "ficavam lá na frente olhando". No entanto, ele mesmo questiona se esse diferencial não estaria relacionado ao fato de Terezinha ser uma professora no início de sua trajetória profissional, e nesse momento substituindo uma professora licenciada, ou por se tratar de uma "linha" específica de trabalho.

> [...] eu até acredito nisso, por ser iniciante. Todo mundo que inicia tem uma preocupação maior, talvez aquele que tá há algum tempo já é mais acomodado. Talvez por uma linha que seguia ou por estar iniciando... (ex-aluno da profa. Terezinha, 45 anos, branco).

O impasse criado por ele parece ser solucionado por uma das ex-alunas mais novas do grupo de ex-alunos da professora Terezinha, no momento em que diz:

> [...] ela era uma excelente professora, explicava bem, passava das carteiras pra saber se tinha dúvidas, se você tinha realmente dúvida ela procurava explicar bem... (ex-aluna da profa. Terezinha, 17 anos, branca).

Isto posto, conclui-se que a preocupação de Terezinha em acompanhar de perto, passando de carteira em carteira, os alunos em seus acertos e desacertos não se restringiu ao momento inicial de sua trajetória profissional, mas se manteve presente ao longo dessa trajetória, constituindo-se como um dos traços significativos de sua prática docente.

Como o processo educativo deve ser ensino e aprendizagem, em que "o ensino é a prática de transferir conhecimentos, é repetir, criando uma subordinação; e a aprendizagem é descobrir, criando uma relação de comunicação" (ITURRA, 1994, p. 30-1), a prática docente da professora Terezinha esteve mais centrada no ensino que na aprendizagem, pelo que indicam as visões de mundo dos ex-alunos e as da própria professora (SILVA, 2003).

A concepção de ensino e aprendizagem presentes em Iturra (1994) está muito próxima à noção de educação "bancária" e libertadora em Freire (2005), respectivamente. Essas concepções também estão associadas à idéia de ensino tradicional, de um lado, e ensino inovador (não-convencional ou alternativo), do outro.

Desse modo, o ensino tradicional de Terezinha pode ser caracterizado como aquele que se vale da lousa, do livro didático, da cópia, da sala de aula como único espaço possível de promoção do conhecimento, do relativo distanciamento entre professora e aluno, decorrente da postura rígida por ela assumida.

> Eu acho que a gente acaba ficando muito tempo na sala fazendo esse tipo de estudo básico, o tradicional. A gente estudava muito via de livro, lousa...era meio que...eu acho que começou a diferenciar mais pra frente esse tipo de estudo diferenciado, sair da sala, esse tipo de coisa diferente foi muito mais pra frente. Nessa época a gente ficava muito tempo na sala, lendo, escrevendo...acho que nessa época não era tão diferente assim...(ex-aluno da profa. Terezinha, 18 anos, moreno);
>
> [...] ela gostava de escrever na lousa, escrevia bastante na lousa. Isso aí eu me lembro... (ex-aluno da profa. Terezinha, 45 anos, branco).

Ao mesmo tempo, há algumas tentativas da professora em fazer de sua prática também aprendizagem e algo não convencional, principalmente no momento em que vai além da lousa, do livro didático, trazendo a literatura, o vídeo e a pesquisa:

> Ela usava os livros, textos, xérox também, vídeos. Ela passava bastante trabalho, no caderno e não pra entregar, uma coisa meio informal. Ela dava um trabalho e a gente ia pesquisar na biblioteca, respondia um questionário, ela passava um questionário e a gente respondia... (ex-aluna da profa. Terezinha, 18 anos, branca);
>
> Pelo que eu lembro, ela passava a matéria na lousa e tinha um livro que a gente seguia, e vídeo de vez em quando, era mais...ela passava na lousa, a gente copiava, ela explicava, às vezes ela pegava o livro que tinha mais explicação, pra gente não copiar muito a matéria. Ela passava um monte de trabalho pra gente, teve um que a gente fez sobre Monteiro Lobato, e até ela colocou em exposição... (ex-aluna da profa. Terezinha, 17 anos, branca).

Recursos didáticos como vídeo, pesquisa, literatura podem contribuir para que o processo educativo seja também aprendizagem, à medida que possibilitam promover a troca, a comunicação, o diálogo entre professor-aluno e aluno-aluno, isso se adequadamente utilizados.

Ensino e aprendizagem se tornam possíveis no processo educativo de Terezinha já no final de sua trajetória profissional, que tem início nos anos 1970 e se encerra no ano de 2002, quando ela se aposenta. O depoimento da professora Terezinha, durante a pesquisa de mestrado, ilustra a transição de uma postura baseada estritamente no ensino para uma postura que busca conciliar ensino e aprendizagem, e ainda uma "educação mais antiga" e uma *"metodologia mais moderna"*, como ela mesma denomina.

> [...] eu sempre fui considerada uma professora um pouco brava, eu acho que pra você dar aula, se você não conseguir manter uma disciplina, com bagunça não dá pra ensinar, então um ponto que eu peguei foi a disciplina em sala de aula, que naquele tempo era até imposta. Hoje em dia, a gente vê com outros olhos o fato da criança conversar, levantar do lugar, a gente acha que ela tem mesmo que se comunicar mais uns com os outros, mas hoje eu olho pra trás e vejo que é lógico que essa educação tradicional tinha muitos pontos negativos, muita coisa...não que considerada errada, mas é que a educação foi evoluindo, a gente começou a pensar que certas metodologias estavam muito antiquadas. Essa metodologia mais tradicional era assim, o aluno lá sentado no seu lugar e uma professora era assim considerada muito boa quando ela conseguia que os alunos calassem a boca...Então eu gosto mais da educação de hoje, a criança tem mais informação também, tem mais liberdade de chegar no professor e contar coisas, e reivindicar os direitos deles... Apesar de tudo que existe aí, você não pode largar todo aquele tradicional e jogar tudo pro alto, eu acho que existe muita coisa da educação antiga que você pode misturar com essa metodologia mais moderna...você não pode abandonar tudo aquilo lá...deve saber utilizar de forma crítica... (professora Terezinha).

A tentativa de "misturar" a "*educação mais antiga*" com a "*metodologia mais moderna*" também pode ser percebida na prática docente da professora Terezinha com a questão étnico-racial. As visões de mundo dos ex-alunos indicam, em sua maioria, que essa prática ficou restrita aos conteúdos que envolvem a escravidão, a abolição, a Lei Áurea, Zumbi dos Palmares e, consequentemente, certas datas comemorativas, como o 13 de Maio e o 20 de Novembro.

> Ela falar sobre a atualidade eu não me lembro, mas ela tratar os assuntos historicamente... "olha, aconteceu isso, abolição da escravatura, Zumbi e outras coisas". Eu acho que era o básico dos livros, não saindo muito dessa linha, eu posso estar enganado, faz algum tempo já... (ex-aluno da profa. Terezinha, 18 anos, moreno);
>
> Eu lembro dela ter dado um trabalho sobre racismo, que tinha que procurar em jornais, recortar e colocar no caderno, sobre isso, sobre o racismo, procurar nos jornais matérias que trouxessem casos de discriminação...Eu acho que coincidiu com essa de estudar história, do dia de racismo, dos negros, a escravatura, coincidiu mais ou menos com essa época... (ex-aluno da profa. Terezinha, 21 anos, branco).

Nessas mesmas visões, não há indícios do uso da trajetória de vida da professora como matéria-prima de sua prática docente, nem tampouco das experiências por ela vividas com a discriminação racial. Essas experiências foram ocultadas até mesmo quando Terezinha relatou sua trajetória como aluna e como professora, uma vez que não atribuiu à maioria delas qualquer conotação racial (SILVA, 2003). Antes de conferirmos à Terezinha a total responsabilidade por esse ocultamento, devemos considerar que ele pode estar relacionado:

> [...] ao impacto do racismo que resulta em uma situação conflituosa para o negro (a) brasileiro (a). Olhar-se nesse espelho resulta incômodo. Mexe com as imagens, lembranças, sentimentos. As conseqüências que este impacto acarreta levam

alguns (mas) negros (as) a adotar, além da negação, comportamentos como a passividade e o descomprometimento em situações de discriminação racial" (GOMES, 1995, p.156).

Somente em seus últimos anos no magistério, a professora Terezinha diz desenvolver um trabalho que retrata as diferenças entre as pessoas e as diferentes descendências percebidas pela reconstrução da árvore genealógica de cada aluno (a). Por meio de atividades de pesquisa, recorte e colagem de figuras, ela também procura tornar visível a presença do negro nos meios de comunicação, em especial nas revistas de grande circulação. No entanto, as representações, que têm a própria professora acerca de sua prática com a questão étnico-racial, são incompatíveis com as visões de mundo dos ex-alunos entrevistados.

Nenhum deles se lembrou das atividades desenvolvidas por ela. Uma de suas ex-alunas (18 anos, branca) traz a informação sobre um dos trabalhos de pesquisa solicitados pela professora Terezinha: busca de casos de discriminação nos jornais. No entanto, uma vez prontos e entregues à professora, os trabalhos foram apenas "vistados" e não debatidos em sala de aula.

A inexistência do debate não permite desconstruir o discurso racial, e ideológico, vigente na sociedade brasileira em sua essência, demonstrando aos alunos sua origem e as conseqüências em termos dos sujeitos negros. Apesar da "boa vontade" da professora em trazer a questão étnico-racial para sua prática docente e para o universo da escola e da sala de aula, mesmo que tardiamente, no contexto dos PCN's, a prática foi significativa apenas para ela, mas não para seus alunos, já que não se lembram de tê-la vivido.

Como também observado em Silva (2003), a professora Terezinha, ao contrário de uma "pedagogia intercultural", assume ao longo de sua trajetória profissional uma postura docente que se aproxima de uma "pedagogia multicultural", que apenas constata a diversidade de saberes, representações, trajetórias de vida, mas não as coloca em conflito e diálogo. Essa postura impede o desenvolvimento de um processo educativo que, de fato, transforme a situação étnico-racial predominante na sociedade brasileira e no universo da escola.

A apreensão das visões de mundo dos ex-alunos sobre a prática docente das professoras Nazaré, Aparecida e Terezinha e sua relação com as representações das professoras acerca das próprias práticas, tornou possível compreender a propriedade, o alcance e o limite da prática docente de cada professora no tocante à questão étnico-racial.

Referências Bibliográficas

APPIAH, K.A. (1997). *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto.

BRASIL - Secretaria de Educação Fundamental, (1998). *Parâmetros curriculares nacionais (terceiro e quarto ciclos): apresentação dos temas transversais.* Secretaria de Educação *Fundamental.* Brasília: MEC/SEF.

DAMATTA, R. (1981). Relativizando – *uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes.

DAYRELL, J. (1999). A escola como espaço sócio-cultural. In: *Múltiplos olhares sobre a educação e cultura*. Belo Horizonte (MG): Editora UFMG, (pp. 136-161).

FERNANDES, F. (1978). *A integração do negro na sociedade de classes*. 3ª. ed. São Paulo: Ática.

FREIRE, P. (2005). *Pedagogia do Oprimido.* 46ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GARCIA, C. (1999). *Formação de professores - Para uma mudança educativa*. Porto: Porto Editora.

GOMES, N. L. (1995). *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte (MG): Mazza Edições.

HALBWACHS, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais.

ITURRA, R. (1994). O *processo educativo: ensino ou aprendizagem? Educação, Sociedade e Culturas*, n.º 1, p.20-50.

SIMSON, O. M. (1988). *Experimentos com histórias de vida:* Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais.

MARTINS, J. S. (1997). Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus.

MEILLASSOUX, C. (1995). *Antropologia da Escravidão*: *o ventre de ferro e o dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

OLIVEIRA, R. (2001). *Preconceitos, discriminações e formação de professores* – do processo alcançado. Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Carlos.

OLIVEIRA, R. C. (1996). O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever. *Revista de Antropologia,* v. 39, n.º 1, p.13-37.

SANTOS, B. S. (1996). Para uma pedagogia do conflito. In: SILVA, L.H. et. al (orgs.). *Novos mapas culturais. Novas Perspectivas educacionais.* Porto Alegre: Sulinas, (pp.15-33).

SILVA, C. D. (1995). *Negro, qual é o seu nome?* Belo Horizonte (MG): Mazza Edições.

SILVA, Eva A. (2003). *Presença e experiência da mulher negra professora em Araraquara/SP*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

_____ (2008). Professora negra e prática docente com a questão étnico-racial: a "visão" de ex-alunos.Tese de doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

SILVA, M. K. (1999). Uma Introdução à História Oral. *Cadernos de Sociologia,* v. 9, p.115-141.

ILVA, P.B.G. (2001). Aprendizagem e ensino das Africanidades Brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília (DF): Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental.

VIEIRA, R. (1999). Histórias de Vida e Identidade. Professores e Interculturalidade. Porto: Edições Afrontamento.

Desigualdades Étnico-Raciais, Processos de Mediação e Dinâmicas Identiárias

Wilson J. F. de Oliveira
Universidade Federal de Pelotas
wjfo2001@ig.com.br

Resumo: Essa comunicação analisa as relações entre desigualdades étnico-raciais e processos de mediação nas dinâmicas de atribuição categorial da identidade étnica. O material utilizado decorre de uma investigação sobre uma comunidade de "remanescentes de quilombo" no sul do Brasil e envolveu os seguintes procedimentos: 1) levantamento de informações secundárias sobre a história dos negros na região e as organizações e lideranças que participaram da construção das categorias identitárias utilizadas pela comunidade; 2) realização de entrevistas com os membros da comunidade e com os atores que fazem a mediação com organizações religiosas, ONG's, agências estatais e partidos políticos; 3) aplicação de um cadastro para a obtenção de informações sobre as condições de vida do conjunto de famílias da comunidade; 4) realização de observações participantes de reuniões, festas religiosas e confraternizações que mobilizam a grande maioria dos membros da comunidade, bem como parte significativa de seus "vizinhos". Os resultados indicam que processos sucessivos de mediação religiosa, familiar e associativa constituem os principais fatores na elaboração e recomposição das categorias identitárias utilizadas pela comunidade, na medida em que possibilitam a articulação entre dinâmicas "exógenas" à comunidade e situações "internas" vivenciadas pelos seus membros como desigualdades étnico-raciais. Esses resultados evidenciam a necessidade de se considerar a emergência e consolidação de definições identitárias, através das quais seus membros identificam-se e são também identificados pelos "outros", como inseparáveis de dinâmicas sociais e políticas de "atribuição categorial" e de suas relações com processos concretos de mediação da comunidade com outras esferas e organizações sociais.

Introdução

A institucionalização pelo Estado brasileiro da existência legal das "comunidades quilombolas", através de políticas públicas voltadas especificamente para esta população, trouxe à tona novos desafios em termos de sua organização formal e administrativa e das dinâmicas políticas envolvidas nos processos de mediação para acesso a um conjunto de serviços e benefícios destinados a alterar o quadro das desigualdades sociais de tal população. Tais mudanças institucionais estão também na origem de um crescente interesse das ciências sociais pelo estudo de tais comunidades e na enorme quantidade de investigações produzidas sobre essa temática.

Um dos fatores que tem marcado as investigações empíricas e a produção teórica a respeito dessa temática diz respeito à acentuada "politização" do debate sobre tais comunidades: de um lado, os que acusam a categoria "quilombola" de ser uma definição "externa" às respectivas comunidades; de outro, os que defendem sua dimensão "interna" com base em processos históricos, políticos e culturais de exclusão, marginalização e resistência das mesmas. Desse modo, um dos aspectos poucos enfatizados em grande parte dos trabalhos consiste justamente em apreender a articulação entre essas duas dimensões com base na análise de casos concretos. Colocando-se numa posição intermediária entre tais abordagens, com base nas orientações e linhas de investigação levantadas a partir dos estudos realizados por Barth (Barth, 1998; Poutignat; Streiff-Fenart, 1998), esse artigo está centrado na análise das dinâmicas de atribuição categorial da identidade étnica. Para isso ela se baseia numa investigação empírica realizada na Comunidade de Manoel do Rego (Canguçu, RS) sobre os processos concretos de mediação colocados em prática em diferentes momentos da história de tal comunidade. Essa formulação do problema de pesquisa se insere numa problemática de investigação mais geral referente às condições e às dinâmicas sociais, políticas e culturais de emergência e de consolidação de "comunidades quilombolas". Ela está baseada em perspectivas teóricas e conceituais vinculadas, por um lado, à antropologia da política e, por outro, aos estudos sobre ação coletiva, formas de contestação e de protestos nas dinâmicas de constituição de "causas coletivas".

No que diz respeito aos estudos antropológicos sobre as dinâmicas e formas de exercício do poder e da política, uma das contribuições relevantes para a problemática de investigação em curso consiste na crítica e na ruptura em relação às abordagens que reduzem as concepções e as práticas políticas às formas legítimas comumente associadas às chamadas "dinâmicas ocidentais" (Badie; Hermet, 1993). Contrariamente à demarcação "fixa" e pré-estabelecida entre o que é e o que não é "político", tais críticas demonstraram as particularidades das condições e dinâmicas vinculadas às "instituições políticas especializadas", ao mesmo tempo em que tornaram visíveis a multidimensionalidade do fato político, ao considerarem o poder e a política como imbricados com outras dimensões da vida social em diferentes situações sociais (Abélès; Jeudi, 1997). Nesse sentido, as investigações de diferentes unidades sociais têm colocado em evidência o quanto as estruturas de dominação e os diferenciais de poder socialmente existentes, estão estreitamente ligados às instituições e às redes de relações estabelecidas com as esferas familiar, religiosa, profissional, associativa, lúdica, das amizades, etc., (Elias, 2000; Barnes, 1987; Boissevain, 1987; Wolf, 2003; Sawkcki, 1997).

Seguindo tais orientações, esse artigo destaca certos mecanismos associados à luta pelo poder entre os respectivos grupos sociais que viviam na região de Solidez, considerando as estruturas de dominação como dimensões interligadas aos conflitos e disputas que ocorrem no âmbito de instituições específicas: sejam elas definidas socialmente como "políticas", bem como as que são vistas como "não-políticas", como é o caso especificamente das organizações religiosas e comunitárias. Nesse sentido, observou-se que um dos marcos principal do surgimento de uma comunidade "negra" na região, ocorreu no início do século XX, mais precisamente entre 1919-1923, e envolveu, primeiramente, conflitos em torno do acesso à esfera religiosa. Isso porque até esse momento, os "homens de cor", como eram comumente designados os "negros" que trabalhavam e moravam nas vizinhanças da localidade, não tinham o direito de participar dos cultos da Igreja Evangélica

Luterana, os quais eram exclusivos dos "brancos" (sejam eles "colonos alemães" ou "brasileiros") que residiam no local. Frente à situação de exclusão da comunidade religiosa e aos sucessivos enfrentamentos entre "homens de cor" e "brancos" em comemorações e situações festivas, foi construída uma capela própria para essas famílias cuja distância da outra capela é de 5 km. Tal construção resultou da iniciativa e da negociação do pastor da localidade e das próprias "famílias da gente de cor" que fizeram doação em dinheiro, bem como trabalharam diretamente na edificação da mesma, criando um estatuto próprio para a comunidade religiosa, uma escola para a alfabetização de seus filhos e, mais tarde, um coral. Com isso, surgiu o que se denominou inicialmente a "comunidade dos morenos", em oposição à comunidade dos "brancos". Dessa forma, foi através do ingresso numa comunidade religiosa, que até então lhe era "externa", que os "negros" começaram a se afirmar como um grupo específico com uma identidade demarcada à qual correspondem crenças, valores e práticas dignas de serem respeitadas pelos seus "vizinhos", modificando, em parte, a situação de desigualdade étnica inicialmente observada.

Tal hipótese está embasada também em estudos sobre as condições e dinâmicas sociais, políticas e culturais de possibilidade de emergência de ações, protestos e mobilizações coletivas. No que pese a permanência de marcadas fronteiras institucionais e disciplinares no campo das ciências sociais, pode-se observar uma ampla convergência dos problemas e das abordagens vinculadas ao estudo das formas de participação política. Semelhante ao que foi destacado a respeito das contribuições dos estudos antropológicos sobre o poder e a política, uma das principais convergências nos estudos sobre mobilizações e protestos coletivos, diz respeito à ruptura com um modelo "idealizado e normativo" de democracia como pressuposto tácito das análises e à busca das condições e dos significados sociais da participação política em sua imbricação com outras dimensões ou esferas da vida social (Memmi, 1985). Em decorrência disso, os estudos sobre essa temática têm alcançado significativos avanços nos últimos tempos. Sendo assim, ainda que se observe certa persistência nas "definições institucionalmente orientadas" através da concentração das análises nas organizações partidárias e em sua significação para o sistema político, bem como por certa negligência em relação às condições e às dinâmicas próprias de emergência e de desdobramento da participação política em diferentes esferas sociais, ou ainda reduzindo esta a um mero complemento da política partidária, novos terrenos de investigação começam a ser explorados, buscando-se apreender as lógicas particulares do investimento e da durabilidade de diferentes tipos de engajamento e de participação política (Péchu, 2007). Um dos aspectos principais que contribuiu para a renovação das abordagens e dos instrumentos de investigação das mobilizações coletivas foi o abandono de dicotomias como "estrutura" e "ação", "condições objetivas" e "subjetivas", "constrangimentos estruturais" e "intencionalidade do ator", "estruturalismo" e "interacionismo", etc. Atualmente, a maioria dos estudos tem procurado explorar as vinculações e interdependências entre esses aspectos na investigação das condições de emergência e das dinâmicas de diferentes formas de participação política.

Com base em tais orientações, parte-se da hipótese que as dinâmicas sucessivas de definição e de recomposição das categorias identitárias utilizadas pela comunidade resultaram de processos circunscritos de mediação política que possibilitaram a articulação entre dinâmicas exógenas à comunidade e situações internas vivenciadas pelos seus membros como desigualdades étnico-raciais. Nesse sentido, as reivindicações e ações desenvolvidas pelos negros para o ingresso e o direito de participar da comunidade luterana constituíram os ingredientes principais das formas de luta política que resultaram na emergência de uma "comunidade negra" na região e na demarcação de suas fronteiras internas e externas no âmbito da vida comunitária. Desse modo, demonstra-se que a mediação com a esfera religiosa implicou um trabalho de mobilização política através do qual transcorreu o processo de atribuição identitária e de demarcação de um "território negro" próprio aos ex-escravos e seus descendentes na situação analisada. Todavia, não se deve reduzir a importância da articulação da luta por reconhecimento com a esfera religiosa ao processo de emergência de uma identidade grupal. Pelo contrário, os vínculos estabelecidos com a comunidade evangélica luterana e os princípios morais que os sustentam, constituem os fundamentos principais do estabelecimento dos laços de parentesco entre as principais famílias da região. Eles estão também na base das formas de inserção e dos vínculos de suas principais lideranças com outras esferas, organizações e movimentos sociais. Tais vínculos contribuíram para a redefinição das percepções a respeito das condições de manutenção e de continuidade da comunidade e para a adesão ao termo "quilombola" como uma nova possibilidade de definição da identidade comunitária.

O material utilizado como fonte de informação decorre de uma investigação que resultou na elaboração de um laudo antropológico sobre a comunidade Manoel do Rego (Canguçu, RS). Ele consistiu, primeiramente, no levantamento de registros, de documentos e de artigos de jornais sobre o surgimento e a constituição de tal comunidade, assim como de informações secundárias sobre a história dos negros no município em questão e as respectivas organizações e lideranças que, em diferentes momentos, participaram da construção das categorias identitárias utilizadas pela comunidade. Em segundo lugar, foram realizadas entrevistas biográficas com os membros de tal comunidade e com àqueles atores que fazem a mediação da mesma com organizações religiosas, ONG's, agências estatais, partidos políticos, entre outras. Em terceiro lugar, foi aplicado um cadastro para a obtenção de informações sobre as condições de vida do conjunto de famílias que fazem parte da comunidade (escolaridade, atividade ocupacional, renda familiar, nº de filhos e filhas e respectivos locais de residência, formas de aquisição e situação da propriedade em que residem, maquinaria, equipamentos e ferramentas disponíveis, etc.). Por fim, foram realizadas ainda observações participantes de reuniões, festas religiosas e confraternizações que mobilizam a grande maioria dos membros da comunidade, bem como parte significativa de seus "vizinhos".

Memória, Esquecimento e Identidade Étnica.

Um dos aspectos que nos chamou bastante a atenção durante todo o processo de inserção no terreno de investigação foi a dificuldade de ter acesso a relatos e lembranças dos atuais residentes sobre o passado dos ex-escravos ou descendentes

de escravos que permaneceram na região. Isso se mostra de maneira mais clara nas entrevistas com alguns dos membros mais antigos da comunidade. Pode-se tomar como uma situação exemplar dessa dificuldade de falar sobre o passado dos "escravos" e dos "negros" que ali viviam, bem como de ascendentes que foram escravos, a entrevista com "Seu Getúlio" e "Dona Santa". Eles estão 85 anos e são atualmente os membros mais antigos da comunidade, com os quais é possível falar sobre a história da região, pois nasceram e foram criados em Manoel do Rego . Ele é tido pelos demais membros da comunidade como uma das "pessoas que sabe de coisas", que sabe muito mais do que os outros moradores sobre a história das famílias e das pessoas que ali viveram, pois nasceu e se criou ali. No entanto, durante a entrevista é o silêncio sobre o passado que se faz mais presente nos relatos de "Seu Getúlio".

> Wilson: E os seus avôs por parte de mãe eram daqui também? De onde é que eles eram?
>
> Sr. Getúlio: Eu acho que deve ser lá do Potreiro Grande, dever ser lá do Congo.
>
> Beatriz: Congo? E me diz uma coisa esse Congo, esse Potreiro Grande, tinha esse nome por quê? [...]
>
> Sr. Getúlio: É agora não sei, tratavam era Potreiro Grande e diziam o Congo.
>
> Beatriz: Tinham muitos negros lá então?
>
> Sr. Getúlio: Ah! Isso eu não posso, não era do meu tempo, eu conheci o lugar agora depois de.....
>
> Beatriz: E porque seu pai ou avô quis vender lá e comprar aqui, o que tinha de melhoria aqui?
>
> Sr. Getúlio: Quis vim pra cá, eles venderam, naquele tempo eles venderam pro doutor, Arno Henn. O nome era Henz ou .....mas ele tinha vindo da Alemanha. Ele até era da medicina. O meu pai vendeu pro pai desse doutor Arno Henz. [...]

Como se pode ver por essas passagens, mesmo se tratando de uma localidade cuja designação está fortemente ligada à África e aos "negros" (Congo), na qual o seu avô nasceu e se criou, bem como de seu pai que também lá nasceu, provavelmente, no ano de 1880, a lembrança de fatos relacionados à situação dos escravos é algo que lhe "escapa à memória". Mesmo quando se reporta à situação de seu avô, o qual certamente ainda viveu um bom tempo no período da escravidão, não é com muita facilidade que ele admite que este provavelmente tenha vivido no período da escravidão, mas não afirma que tenha sido escravo. Em outras situações fica claro que mais do que ausência de "lembranças" do passado de escravidão dos negros na região e das situações a que estavam expostos, é a justamente a "recordação" de tal passado que cria certo desconforto e a vontade de mudar de assunto. Um exemplo disso é a entrevista com Dona Sirlei, quando ela rememora o local onde nasceu e como era a vida dos negros em tal localidade. Tais lembranças são acompanhadas de tentativas de não falar mais do assunto, inclusive perguntando se a entrevista já tinha terminado e que era hora de comer "um docezinho".

> Wilson: E a senhora era de?
>
> Dona Sirlei: Eu fui nascida no 1º [distrito] aqui, acho que é o 2º Florida.
>
> Wilson: Florida.
>
> Dona Sirlei: Terminei de me cria no 3º [distrito].
>
> Wilson: E lá, tinha também história de escravos?
>
> Dona Sirlei: Lá era só branco, né? Lá nós era assim tipo bicho [...]. Baile só tinha de branco, negro não entrava, negro não entrava na sociedade! Posso servi um docezinho, porque a nossa entrevista já terminou, né?

Desde muito tempo, sabemos que as dificuldades decorrentes do processo de inserção do pesquisador no terreno de análise, do levantamento das informações sobre o que pretende investigar e das formas de disponibilidade e de acesso aos documentos, registros e práticas existentes, "são portadoras de uma informação positiva sobre as situações que as produzem", podendo "se converter em fontes de informação capaz de enriquecer nossa análise das formas da respectiva construção social" e ser consideradas como uma "realidade social a ser analisada como tal" (Merllié, 1996, p. 156-157). Dessa forma, com base no princípio da reflexividade que constitui um dos pilares de constituição da prática etnográfica, o qual exige do pesquisador a constante vigilância em relação às condições através das quais os dados etnográficos são produzidos (Beaud; Weber, 1998), consideramos tal situação como uma via de acesso à investigação das condições sociais, políticas e culturais que tornaram possíveis a redefinição identitária dos "negros" na região.

Assim sendo, através dessas orientações começamos a perceber que essa dificuldade de falar do passado, essa "falta de memória" sobre a escravidão, sobre os ex-escravos e seus descendentes, está relacionada, na verdade, às situações de desigualdade étnico-raciais vivenciadas pelos negros ascendentes dos moradores da região, bem como por esses seus descendentes e ao trabalho de mobilização política que foi necessário realizar para a redefinição identitária e a alteração da conotação pejorativa que ser "negro" tinha em tal localidade. Essa relação começou a ficar mais clara quando visitamos alguns "colonos" que também residem na região há bastante tempo. Numa dessas conversas, um desses moradores nos conta que até pouco tempo "Seu Getúlio" ficava furioso quando o chamavam de "negro", generalizando que esse sentimento era muito comum também aos demais membros da comunidade de Manoel do Rego.

> Eles não gostavam de ser chamados de negro por causa dessa coisa de escravidão. Agora, depois dos quilombolas é que eles começaram a aceitar que chamem de negros (Diário de Campo, 05 de julho de 2008).

De forma semelhante quando acompanhamos “Seu Getulio” para obter “os pontos do GPS” que correspondiam aos marcos principais de sua propriedade, indagamos novamente sobre o porquê do seu pai e o seu avô venderem a terra lá em Potreiro Grande e virem residir em Manoel do Rego. Ele prontamente respondeu que “ninguém aqui era derrotado”, que “eles vieram porque quiseram”, pois “lá não quiseram comprar e aqui era mais barato”. De certa forma, tal afirmação confirma a constatação obtida pela investigação histórica sobre a região de que as “terras baratas” era um atrativo oferecido pela localidade aos que para lá se dirigiam. No entanto, chamou-nos particularmente a atenção a utilização do termo “derrotado” como forma de oposição ao que caracterizou o empreendimento de seu pai e avô: ou seja, no caso desses não se tratava de pessoas que se deslocaram para a região por se sentirem “vencidos” diante das dificuldades ou sofrimentos enfrentados na região onde residiam.

Como mostra Pollak (1989) a respeito dos grupos excluídos e marginalizados e das minorias, que foram expostos a situações sociais de sofrimento e humilhação coletiva, as lembranças e a memória individual do passado, estão vinculadas às estruturas e aos mecanismos de dominação vigentes nos diferentes momentos de existência daqueles que vivenciaram tais situações e de seus descendentes. Isso porque os pontos de referência que estruturam a memória individual constituem os indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo: de suas hierarquias e classificações, dos sentimentos de pertencimento e das fronteiras sócio-culturais que os diferencia dos outros. Desse modo, o silêncio e o esquecimento do passado estão ligados a razões sociais e políticas: de um lado, eles respondem à necessidade de encontrar um modus vivendi com àqueles que presenciaram as situações de sofrimento e de humilhação vivenciadas por tais indivíduos; de outro lado, eles constituem uma forma de “poupar os filhos de crescerem na lembrança das feridas dos pais”.

> Em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança “comprometedora”, preferem, elas também, guardar silêncio. Em lugar de se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranqüila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar? (p. 4).

Sendo assim, parece-nos oportuno considerar que essa “falta de memória” em relação ao passado da escravidão, por parte dos próprios descendentes de escravos e libertos que viveram na região, constituem indicadores pertinentes da situação de forte segregação e descriminação racial a que estiveram sujeitos os negros da região durante os anos subseqüentes à “abolição da escravidão”. Ao invés de considerá-la um simples resultado do envelhecimento biológico e individual, parece mais oportuno considerá-la como um sinal objetivo de como se constituiu e se consolidou a “memória coletiva” do grupo de negros que criaram a Comunidade de Manoel do Rego e de sua relação com o passado escravocrata e com a situação do negro no período pós-abolição.

As Dinâmicas de Configuração e de Apropriação de um “Território Negro”.

As “novas” condições colocadas pelas mudanças decorrentes do processo de abolição da escravatura, da forma como ocorreu no Brasil e no Rio Grande do Sul em particular, constitui um dos ingredientes principais da configuração do espaço social onde os ex-escravos e seus descendentes buscavam oportunidades de vida e de trabalho em tal localidade. Primeiramente, porque tais condições dificultaram a constituição de comunidades de ex-escravos, na medida em que colocou na condição de libertos todos os negros mantidos até então como escravos, mas não lhes garantiu as formas de aquisição de terras e condições de trabalho que propiciassem a preservação, cidadania e subsistência dos mesmos. Isso fez com que a grande maioria continuasse vivendo sob a tutela de seus senhores, como prestadores de serviços, normalmente como meeiros, onde a divisão da produção não era feita de forma eqüitativa. Em segundo lugar, porque a substituição dos escravos pelo “braço europeu” e a impossibilidade legal de se tornarem proprietários de terras acirrou em muitos casos as formas de protesto que desde muito tempo já vinham sendo utilizadas pelos escravos como estratégia de contestação da situação de desigualdade social a que estavam expostos e que no período foram definidas como “banditismo”: fugas, formação de quilombos, rebeliões de escravos, etc.

Essa qualificação negativa de tais formas de protesto, presente nos procedimentos institucionais e oficiais, orientou também durante muito tempo a literatura sobre ação coletiva, formas de contestação e protestos políticos. Isso porque até recentemente o estudo das dinâmicas de constituição de contestações e protestos tinha como base principal pressupostos normativos e idealizados de democracia (Memmi, 1985). Desse modo, as dinâmicas das ações e dos protestos coletivos eram reduzidas às “definições institucionalmente orientadas”, não considerando também um conjunto de práticas associadas ao “banditismo” como formas legítimas de contestação e de protesto político que compõem dinâmicas concretas de “posicionamento em relação à política instituída” (Péchu, 2007).

No que diz respeito aos estudos sobre as “comunidades quilombolas” observa-se que as redefinições dos estudos acadêmicos sobre o termo “quilombo” se aproximam dessas orientações que criticam a redução das condições e dinâmicas sociais e políticas de constituição de grupos e de práticas de contestação e de protesto à “política instituída”. Nesse sentido, tais estudos têm procurado salientar as diversas formas de organização e de estabelecimento de fronteiras dos “quilombos” com a sociedade mais ampla e de como isso representava dinâmicas particulares de contestação e confronto com o regime escravocrata (Carvalho; Weimer, 2004). Assim sendo, a definição de “quilombo” não deveria se restringir às “fugas-reivindicatórias para o campo”, mas abarcar também suas dinâmicas de constituição e “existência em áreas suburbanas”. Do mesmo modo, a oposição entre “quilombo-rompimento” e “quilombo-abolicionista” não deve ser vista como uma diferença em termos da existência ou não de contestação e de confronto ao regime escravocrata e sim como uma distinção em termos dos graus e das formas através das quais se manifestava o confronto com tal regime e com a sociedade envolvente. Isso

porque os “quilombos” não foram constituídos apenas com base em “movimentos insurrecionais ou rebeldes”, mas também com base em práticas cotidianas de resistência que configurou modos de vida particulares e a existência de um “território” próprio (Id. Ibid., p. 18-19).

Essa confluência das orientações presentes tanto nas abordagens das formas de protestos quanto nos estudos sobre as “comunidades quilombolas”, possibilita analisar de outra forma as condições de emergência e as dinâmicas de consolidação de grupos e comunidades de ex-escravos, assim como suas vinculações com a constituição de um espaço simultaneamente territorial e identitário. Isso implica, por um lado, romper com as perspectivas que tomam a idéia de formação de “comunidades” como algo “dado” que constitui um resultado “direto” ou “natural” dos atributos de “raça” possuídos pelos seus membros. E, por outro, que se dê uma maior ênfase a todo o trabalho político desenvolvido pelos atores sociais, através do qual um conjunto de indivíduos inicialmente dispersos, ainda que confrontados com situações comuns de desigualdades e exclusão social, elaboram um sentimento de unidade e de pertencimento comunitário que constitui um dos ingredientes principais da modificação do estatuto social e político que até então lhe era designado.

Na medida em que, como bem mostrou os trabalhos de Barth e dos que deram continuidade às suas orientações (Poutgnat; Streiff-Fenart, 1998), não faz sentido tomar a noção de etnicidade como decorrente de uma substância “primordial” ou essência definida por características naturais e biológicas, a análise dos processos políticos de construção das categorias identitárias que definem o significado e o lugar dos atributos possuídos pelos indivíduos nas estruturas e hierarquias sociais e de poder, torna-se um ponto de partida fundamental à compreensão da formação da comunidade. Todavia, a ênfase em tal aspecto não significa desconsiderar as condições históricas e estruturais que influenciaram as dinâmicas do trabalho político realizado pelos respectivos atores que participaram de tal processo para a elaboração dos termos definidores do grupo em questão. Nesse sentido, nossa tarefa consistiu, justamente, em examinar empiricamente as condições sociais, políticas e culturais que respaldaram a construção ou redefinição das atribuições categoriais que definem o lugar do respectivo grupo nas estruturas de dominação e de poder característicos daquela sociedade.

Sendo assim, em consonância com os trabalhos sobre as dinâmicas da ação coletiva, das formas de contestação e de protestos políticos e com os estudos que buscam a redefinição do termo “quilombos” e sua relação com a constituição identitária de “comunidades quilombolas”, trata-se de demonstrar a importância do trabalho de mobilização política do grupo pelo reconhecimento de sua identidade “étnica”. Aspecto esse que até então não tem ocupado um lugar tão destacado como mereceria nos estudos de comunidades “étnicas”. No entanto, como já foi salientado, trata-se de evidenciar como as dinâmicas próprias de configuração identitária e de apropriação de um território “negro” na localidade de Manoel do Rego, resultaram da conjugação de dois aspectos principais: de um lado, as condições históricas e estruturais a que estavam expostos os ex-escravos; do outro, as categorias próprias de interpretação e de classificação de tal situação que procediam das experiências internas vivenciadas pelos seus membros como desigualdades étnico-raciais. É justamente na articulação de condições objetivas com as formulações subjetivas dos atores que se constituiu um território “negro” em tal localidade.

Dito de outro modo trata-se de demonstrar que a atribuição de um “território negro” à localidade de Manoel do Rego, não constitui um resultado “automático” ou “mecânico” das condições objetivas ou estruturais. Ainda que tais condições apareçam como indicadores pertinentes para a compreensão de certos constrangimentos que influenciaram o processo de constituição de tal “território”, são as ações concretas e o trabalho político de criação do mesmo que tornou possível sua constituição como “território negro”: as atividades concretas que resultaram na delimitação tanto de uma área geográfica quanto dos atributos culturais e identitários que definem tal população como um grupo, como uma “comunidade”.

“Badernas”, “Brigas” e Exclusão Social dos “Homens de Cor”.

Desse modo, o segundo aspecto que pode ser tomado como um dos ingredientes principais da configuração do espaço “territorial” dos “negros” em tal localidade está relacionado à existência de guerras e de sucessivas “revoluções” ocorridas na então província do Rio Grande do Sul, que se prolongaram até meados do século XX, uma vez que afetaram profundamente a região de Canguçu que foi sede de muitos desses embates. Com base nisso e na descrição do processo de formação de um dos principais núcleos de “negros” da atual comunidade de Manoel do Rego, pôde-se observar que os laços de fidelidade e de clientelismo com pessoas brancas de certa influência social e com alguns dos chefes políticos que lideraram grupos combatentes, bem como a efetiva participação dos escravos em tais revoluções constituíram formas concretas de aquisição de terras por parte de escravos que eram convocados para tais conflitos armados e que sobreviviam aos embates e às inúmeras barbáries cometidas em tais “revoluções”. Mas aproxima-se também dessa relação de fidelidade e clientelismo com pessoas brancas, como uma das formas de aquisição de terras e de formação de núcleos de “negros” em tal localidade, a doação por serem filhos ou filhas de brancos. Além disso, pôde-se constatar também que um dos aspectos principais decorrentes da freqüência de tais guerras na região, e que também está na base do processo de formação de outros núcleos “negros” em tal localidade, foi a grande desvalorização das terras da região. Contribuiu para isso o fato de que as principais famílias de importância da região tenham deixado o município desde meados do século XVIII e vendido suas terras pela terça metade do preço. Associado a isso, observa-se o deslocamento de muitos moradores da proximidade para comprar terras nessa região, pois com a mesma quantia de dinheiro era possível comprar uma quantidade bem maior de terras.

Esse padrão bastante diversificado de acesso à propriedade de terras por parte dos ex-escravos e seus descendentes, constitui um dos elementos indispensáveis à compreensão da situação a que se virem inicialmente expostos, na medida em que está na base de suas formas de organização social e comunitária. De certa forma, tais condições dificultaram o

estabelecimento de um grau de coesão familiar e geracional, de laços estreitos e uniformes entre si e de níveis de organização fundados em vínculos informais que possibilitassem a união e o compartilhamento de um sentimento de identidade grupal entre os ex-escravos e seus descendentes.

Em consonância com isso, observou-se que eles não possuíam um estatuto social condizente com a condição formal de "homens livres", sendo normalmente considerados como "inferiores" e excluídos do direito de participar das principais instâncias da sociedade. Tais fatores reforçavam ainda mais sua situação de dependência em relação aos "brancos" da região. Um dos aspectos que ilustra muito bem isso e sua influência para a formação dos principais núcleos de "negros" da região é o fato de que, independente da forma como adquiriram suas terras, os ex-escravos ou seus descendentes, até meados do século XX não tinham o direito de participar da comunidade religiosa como os demais brancos que habitavam a região.

Quanto a isso, cabe destacar que a ocupação da região ocorreu inicialmente através de um fluxo muito intenso entre os diferentes núcleos de "negros" que residiam nas regiões mais próximas à de Manoel do Rego como é o caso de Iguatemi, Posto Branco, Florida, Favila, Potreiro Branco. Isso constituía um dos principais fatores que tornava difícil a formação de um sentimento de pertencimento comunitário dos negros que habitavam a região. Na medida em que se tratava de um círculo bastante mutável e extenso de indivíduos, era difícil a formação de um sentimento de pertencimento a uma comunidade de "negros" e a constituição de um tipo de organização comunitária fundado num certo grau de coesão das principais famílias ou grupos de "negros" que habitavam a região, bem como na delimitação das linhas de demarcação das fronteiras que definem as diferenças entre "nós/eles", no caso em pauta, entre "negros" e "brancos".

Como já tem sido muito bem destacado pelos estudos sobre as situações de desigualdades entre grupos sociais que fazem parte de uma mesma comunidade, o grau diferenciado de coesão entre os respectivos grupos constitui uma das fontes principais da criação e manutenção das desigualdades dos recursos de poder disponíveis em tal comunidade (Elias, 2000). De maneira semelhante, observa-se na situação em pauta que enquanto os "brancos" ("alemães" e "brasileiros"), ainda que de forma distinta, estabeleceram um estilo de vida comum e um conjunto de normas e instituições voltadas para a perpetuação da coletividade, os "negros" existiam apenas como um emaranhado de indivíduos desprovidos das condições e dos recursos de poder assegurados pela comunidade.

Nesse ponto, a situação dos ex-escravos da região parece muito diferente do que ocorrera nos grupos de "alemães" que também habitavam a região. Como salienta Gonçalves (2008), os imigrantes alemães desde cedo "tiveram de se organizar em grupos" para fazer frente às dificuldades colocadas pela imigração. Além disso, suas formas de aquisição da propriedade ocorreram com base em princípios comunitários, centrados na unidade familiar e na formação de "colônias" de alemães. Isso facilitou o desenvolvimento de sentimentos de pertença a uma mesma comunidade étnica, através do estreitamento dos laços de parentesco e da constituição de formas de organização e de instituições (escolas, igrejas) que promovessem uma maior integração e união entre os membros da comunidade (Gonçalves, 2008, p. 108-9).

Dessa forma, pode-se dizer que as barreiras formais e institucionais colocadas aos "homens livres" ou ex-escravos quanto à aquisição de terras e à constituição de comunidades de ex-escravos, contribuiu para a criação e manutenção dos diferenciais de poder existentes entre "brancos" e "negros" que habitavam a região e serviu de base para a imposição dos valores dos "brancos" sobre os ex-escravos e seus descendentes: de um lado, pela apropriação e ocupação dos principais cargos nas organizações comunitárias; por outro, pela exclusão e estigmatização dos "negros" como um grupo diferente e inferior aos "brancos". Uma vez que existia apenas como uma "comunidade desconexa" (Elias, 2000), caracterizada por um grau intenso de mobilidade local, pela inexistência de laços estreitos e uniformes entre si e do sentimento de pertencimento grupal, aos "negros" sempre era atribuída a culpa ou responsabilidade pelas "badernas", "brigas" e "conflitos" que existiam naquele local, o que justificava sua exclusão dos canais legítimos de participação da vida comunitária.

Um aspecto que ilustra isso de maneira particular na situação analisada era a proibição de entrada da "gente de cor" na Igreja Evangélica Luterana de Manoel do Rego. Quanto a isso, cabe salientar que o uso pejorativo das designações "gente de cor", "pessoas de cor", "homens de cor", etc., para se referir aos ex-escravos e/ou seus descendentes em oposição aos "brancos" não é exclusiva da situação em pauta. Podemos encontrar designações e oposições semelhantes em outras situações investigadas (Anjos; Rückert, 2004), o que nos coloca, seguindo uma linha de raciocínio próxima a de Elias (2000), diante de um problema igualmente observado numa grande variedade de unidades sociais (Estados Nacionais, comunidades locais, etc.). Ou seja, na situação em pauta, o uso de tal adjetivo era sintomático de um "ato ideológico de evitação" que resultava dos diferenciais de poder que caracterizava as relações entre "brancos" e "negros" naquela localidade.

Nesse sentido, a luta estabelecida em torno da redefinição do termo "homens de cor" em Manoel do Rego, nos mostra como nesse período tal designação estava alicerçada em condições e dinâmicas próprias de exclusão dos negros da vida comunitária e, conseqüentemente, do acesso às condições de existência e de continuidade dos mesmos em tal localidade. As ações desenvolvidas pelos mesmos para ingressar na comunidade, constituem situações exemplares tanto da forma como tal termo constituía um "ato ideológico de evitação" quanto das alternativas encontradas pelos negros para modificar sua condição através da atribuição de novas categorias identitárias para definir o grupo de negros que habitavam tal região.

A luta empreendida pelos negros para ingressar na comunidade se manifestou inicialmente através de constantes "brigas" e confrontos com os "brancos" durante comemorações e festividades locais, demonstrando a existência anterior de certas tensões na própria comunidade. O que passou a ser definido pelos "brancos" como as "badernas dos negros" constitui, na verdade, uma das formas próprias de protesto que as categorias sociais desprivilegiadas ou em situações de exclusão encontram para manifestarem seu descontentamento frente às suas desiguais condições de acesso à sociedade. Posteriormente, isso se manifestou através de sucessivas tentativas de ingresso da "gente de cor" na comunidade evangélica

luterana de Solidez que, até então, era exclusividade dos "teuto-brasileiros". Para compreender isso, cabe destacar que a preservação da germanidade e da identidade dos "alemães" residentes na região foi fortemente associada à religião luterana.

> A religião luterana foi até um determinado momento fundamental para a manutenção da germanidade e para manter um grupo que, na sua origem era totalmente diversificado, mas coeso em valores e em tradições que foram reformuladas no Brasil. A igreja possibilitou as trocas e as redes de solidariedade, pois os indivíduos tinham histórias e dificuldades semelhantes para compartilhar. E isso lhes deu a idéia de homogeneidade, construindo assim uma identidade étnica (Gonçalves, 2008, p. 70).

Se religião constituiu uma forma de afirmação de "superioridade" dos "alemães" na localidade (Id. Ibid.), pode-se dizer também que na localidade em questão ela foi uma das formas de imposição da posição dominante dos "brancos" em relação aos "negros" e que se manifestou de forma clara na exclusão e na negação do acesso destes aos cultos e às reuniões na Igreja, assim como ao ingresso e participação na vida comunitária através da ocupação de postos e posições na comunidade luterana.

Além disso, nas versões dos membros mais antigos da comunidade de Manoel do Rego e do pastor de Solidez do período, Augusto Drews, observa-se que a existência de animosidades entre os membros da congregação e "a gente de cor" que viviam na localidade impossibilitava o ingresso e a participação dos negros na comunidade religiosa. Mesmo assim, era cada vez mais comum a presença da "gente de cor" observando "do lado de fora" os cultos realizados na capelinha da congregação de Solidez. Um relato do Pastor Augusto Drews nos dá uma idéia de como isso ocorria em 1919.

> Uma pequena congregação de 8 membros votantes, uma pequena capela, erigida de tijolos não queimados, com apenas uma porta, uma janela e algumas classes. Ali, durante certo tempo, se realizavam os cultos dominicais e, durante a semana, as aulas da escola. Realmente tudo representava "humildade". Os cultos se realizavam em língua alemã. [...] Por certo tempo, não tivemos visitantes nos cultos, a não ser um velhinho da gente de côr, de nome Manoel Leal, e este mesmo não entrava no recinto, mas ficava na porta, observando dali o que ocorria dentro da capela. [...] Com o correr do tempo apareceram mais pessoas da gente de côr nos cultos, que ainda eram realizados em língua alemã (Drews, 1948, P. 71).

Por iniciativa do próprio pastor e contrariando a opinião geral dos membros "brancos" da comunidade, ele começou a dar assistência a tais pessoas em cultos separados. Isso era fonte de forte tensão por parte dos teuto-brasileiros que "eram contrários à dedicação do pastor às pessoas negras" e ficavam contrariados "com a necessária convivência com elas" (Rieth, 1999). Tal situação perdurou durante de 1919 a 1922, pois até esse período os "negros" não tinham o direito de entrar na igreja para participar dos cultos e festividades. Esse clima de tensão crescente dos teuto-brasileiros com a participação dos negros na igreja alcançou seu limite no natal de 1922 quando o Pastor decidiu fazer uma comemoração conjunta. Nessa comemoração houve uma grande briga na frente da Igreja entre os membros da comunidade.

> O culto no vernáculo, com um programa adequado, foi designado para o dia 25 ao anoitecer. A missão, nesta altura, já contava com algumas famílias da gente de côr, moradores nas vizinhanças da localidade. No dia determinado, já durante a tarde inteira, havia se reunido numeroso povo, aguardando a hora do início do culto, e entretendo-se perto de uma venda. Em vista disto resolvi ir, muito antes da hora marcada, com minha família à capela. Ao chegarmos a uma encruzilhada, avistei o povo que talvez excedia o número de 100 pessoas, e pensei comigo: - Tomara que tudo corra bem! Mas qual! Ao deixar a estrada e nos aproximarmos da capela, houve algum desentendimento entre o povo que lentamente, qual uma procissão, ia se aproximando da capela e, em dada momento, estava engalfinhado numa tremenda luta em que as argumentas eram fortes porretadas e golpes. Esta luta durou uns 20 minutos ou mais. Felizmente não houve mortos. À vista dêste espetáculo pavoroso desisti de realizar a festa de Natal, pois certos elementos de fora, provavelmente já alcoolizados quiseram trazer a limpo questões de outros tempos. E assim a nossa primeira festa de Natal na missão teve êste trágico fim (Drews, 1948, P. 71-71).

Tal briga foi o estopim para a redefinição das fronteiras entre "brancos" e "negros". Isso porque os "negros" foram considerados os culpados do que tinha ocorrido, sendo que dali para frente seu acesso à capela não era mais permitido. Segundo relatos dos próprios membros da comunidade de Manoel do Rego isso teria sido "a gota d'água", para que os "negros" se retirassem da Igreja e resolvessem criar a sua própria comunidade luterana (Gonçalves, 2008, p. 97).

> De acordo com os documentos, o grupo de negros, mesmo não sendo responsável pelo conflito, acabou sofrendo as conseqüências e teve vedado o acesso à capela, que lhes servia de local de cultos, instrução religiosa e prédio escolar. Durante cinco anos a comunidade de luteranos negros reuniu-se nas próprias casas. Em novembro de 1927 foi inaugurada, na localidade de Manoel dos Regos, a 1,5 Km de Solidez, uma capela, onde também funcionaria a escola. O terreno foi doado por um teuto-brasileiro, Emil Wille, que posteriormente veio a substituir Drews como professor da escola. O material de construção foi doado, sendo a feitura dos tijolos e a construção, assumidos por membros da própria comunidade luterana negra (Rieth, 1999, p. 192).

Desse modo, tal "briga" expressa, por um lado, o aumento das tensões e conflitos entre os dois grupos e, por outro, um dos momentos importante na fundação da comunidade de "negros", na medida em que eles reagiram a tal proibição reunindo-se em suas próprias casas e formando uma comunidade distinta. Por isso, a "briga" ocorrida no natal de 1922 ainda está presente na lembrança da maioria dos atuais membros da comunidade, tanto daqueles que ainda eram crianças nesse período quanto de seus filhos. Nesse sentido, sempre que falam do surgimento da Comunidade Luterana Evangélica dos Negros eles relembram que ela surgiu em função do "problema que deu lá em baixo com os negros", do tempo em que os "colonos" e os "negros" começaram a "pelear", etc.

> Seu Getúlio: Então quer dizer, os colonos não ficaram contentes com aquilo e ai o meu tio Valério, o meu pai, o pai desta [apontando para D. Santa sua esposa]. Os outros que brigaram. Aqueles que vinham de fora, não esses da comunidade não.

> [...] A turma, os bagual que vinham de fora... Bicho velho que deitava prá traz, o facão comia, bom ai.... O tio Valério que era casado com a irmã do meu pai disse oia , eu vou dar a minha casa pra dar continuo no cultivo....Reverendo Augusto Drews ....foi ele que iniciou aqui. Então ai que se reunia aquele grupinho ali. Botavam um, ou dois, ou três prá ouvi a palavra de Deus.... E ai eles iam chamando os outros ali. Bom, ai a casa era pequena do meu tio Valério não é. Aí eles se reuniam... Vamos fazer uma Igrejinha prá nós, tudo feito a maderado, por que naquele tempo tudo era com sacrifício prá trabalhar, fazia um estaleiro, cortavam madeira..... Prá baixo prá cima, serrote. Cortavam as linhas... tonados....tinha linha pra fazer a Igreja, madeira tinha bastante, ai chamaram um pedreiro, o Fernando....lá do Santo Colleto. [...] Trabalhando e eles ali trabalhando, tudo unido aquela turminha, fizeram a Igreja pra nós, ta certo, prá nós depois serviu prá mim. Que aquela Igreja que ta agora, essa ai eu ajudei a faze, eu já era casado, eu tinha filho não é, então ficou a Igreja só dos morenos ali.

De certa forma, a forte lembrança de tais acontecimentos ocorre porque tal evento constitui um dos marcos principais da fundação de uma comunidade de "negros" no distrito de Solidez. Pois, a partir de tal evento e da reação dos negros frente à exclusão que até então vinham sofrendo, procede-se à delimitação das "fronteiras" que passaram a definir os "negros" como um grupo distinto. Isso implicou, por um lado, todo um trabalho político de definição interna dos limites quanto aos próprios grupos de negros que circulavam na região e às possíveis trocas existentes entre eles. Ou seja, a fundação de sua própria igreja possibilitava a delimitação de fronteiras entre os "negros baderneiros" e os "luteranos negros" e constituía uma forma de controle da imagem depreciativa que era lançada sobre os negros que viviam na localidade quando tais conflitos vinham à tona. Imagem essa que fundamentava sua exclusão do ingresso nas organizações comunitárias, como é o caso específico do acesso à comunidade luterana.

> Wilson: O seu Getúlio, ele contou que o problema às vezes era que os negros de fora vinham e faziam confusão, e às vezes sobrava para os que eram daqui.
>
> Seu José Luis e Dona Sirlei: É, é
>
> Wilson: Era verdade isso?
>
> Seu José Luis: É, é
>
> Wilson: Então a comunidade, um pouco começou assim "vamos criar a nossa igreja" - da comunidade - porque aí só quem é da comunidade...
>
> Seu José Luis: Só o que é daqui ficou, mas os de fora sempre viam...[...] Agora festinhas - aí festa depois que começou a igreja - ali vinha essa turma, daí caminhões de gente aqui na igreja isso passava tudo decente, não tinha mais briga.

Por outro lado, essa delimitação interna das fronteiras ente os grupos de negros que freqüentavam a região implicou, também, uma demarcação das fronteiras externas com o "mundo dos brancos", na medida em que resultou na própria redefinição da designação "gente de cor" que era o termo comumente atribuído aos negros da comunidade pelos "brancos". Com a constituição da comunidade luterana negra o próprio uso da designação "gente de cor" para se referir aos negros da região foi modificada, passando a ser utilizado o termo "comunidade dos morenos". Doravante seria com base na conversão religiosa daqueles que não eram do local, que seria possível a admissão dos novos membros na comunidade, bem como as trocas matrimoniais entre tais grupos de negros. Isso permitia aos "negros luteranos" diferenciarem-se dos outros "negros" "bagunceiros" e, assim, controlar as imagens depreciativas que os teuto-brasileiros lançavam constantemente contra eles enquanto uma "categoria indistinta". Dessa forma, eles também passaram a existir perante os "brancos" da região não mais como uma comunidade desconexa, mas como um grupo diferenciado que exigia "reconhecimento" e "respeito".

Pode-se dizer que a formação da "comunidade luterana negra" alterou a configuração das relações de forças entre os distintos grupos que habitavam a região de Solidez. Segundo Rieth (1999), a constituição de duas comunidades religiosas distintas, dos teuto-brasileiros em Solidez e dos "negros" em Manoel do Rego, resultou na diminuição dos "confrontos diretos" entre eles. Isso não quer dizer que os conflitos existentes entre os dois grupos tenham desaparecido ou deixado de existir, nem tampouco que foram suprimidas as diferenças e desigualdades étnico-raciais que marcaram a relação entre "brancos" e "negros" na região. Quanto a isso, são inúmeros os relatos de eventos, festas e comemorações nos quais as fronteiras entre eles eram bem demarcadas com base em divisões étnicas e raciais.

> Seu José Luis: Eu fui criado no racismo. Aqui, patrão, olha aqui eu vou dizer pro senhor, o branco comia aqui e eu comia lá na cozinha. Às vezes com o pratinho na mão, às vezes tinha uma mesinha, que eu até hoje às vezes tô deitado aqui e me recordo, com quatro perninhas, como essas aqui e uma taubinha assim. O senhor tinha que chega ali, se desse o senhor se levantava com aquilo no colo e saia, uma caixinha, o pratinho do senhor era ali, o senhor não sabia, não se servia, aí era a patrona que vinha e servia; botava o que queria naquele prato o senhor comia. Não tinha dizer eu acho ruim, se o senhor acha ruim o senhor saia, ia embora.
>
> Wilson- Onde o senhor trabalhava?
>
> Seu José Luis- É onde eu trabalhava, nesse Diarte, esse Diarte, não foi só eu. Os meus irmão, esse Candido meu irmão e outro meu irmão falecido, das gurias tinha mais outra mais velha do que as que mora com o Altair. Mas como passei por essa lida. Aqui nessa venda, aqui tinha um colégio, eu não sei escrever e não seio lê, eu só sei faze conta, que conta eu sou bom, sei que é dão que Deus me deu, o racismo, era igreja só de alemão. Era colégio só de alemão, e nóis morava no meio dos alemão, o senhor não entrava na porta do colégio. Até tinha um professore, ele é vivo ainda, o Schmidt é o pai da Sônia essa aqui., nóis não entrava na área do pátio do colégio pra brinca com os outros guri, porque nóis era negro.

Documentos sobre períodos bem recentes também ilustram como a separação entre "negros" e "brancos" constitui um dos princípios de organização que caracterizou os mais variados eventos e situações sociais na região de Solidez. Como salienta Gonçalves (2008, p. 115), até os anos de 1980 ainda se podia escutar nas rádios da cidade convites para bailes que

> sugeriam a entrada somente de brancos. No convite o locutor dizia: bailes das rosas brancas. Estava implícito que no baile só poderiam entrar pessoas brancas. Mas quando o locutor dizia baile das rosas vermelhas, sabia-se que os "negros" poderiam entrar. No entanto, a lei brasileira já previa o crime de "racismo", por isso os donos dos "salões de baile" utilizavam desse artifício para divulgar suas festas. [...] As primas Ilse e Clarisse também confirmam que os brasileiros podiam dançar nos bailes, mas os negros nem entravam (Id., Ibid., p. 115; 116).

Todavia, em meio à persistência de tais divisões étnico-raciais, um dos aspectos importantes de salientar, em contraste com a situação vivenciada pelos "negros" no período anterior, é que a formação da "congregação luterana dos negros" possibilitou o reconhecimento moral dos "negros" na região. Como eles próprios dizem o pertencimento à Igreja constitui o que lhes permitiu ascender na comunidade ao fazer dos "negros" da região "homens de bem", mantendo-os no "caminho do bem e da honra" (Gonçalves, 2008). Isso, como será exposto a seguir, trouxe profundas implicações quanto à vinculação do grupo com o "passado da escravidão". No entanto, é evidente que a partir disso os "negros" conseguiram impor uma identidade própria que demarca uma fronteira étnico-racial em relação aos "brancos". Nesse sentido, é interessante observar que a filiação religiosa ao luteranismo não significou o ingresso dos "negros" no "mundo dos brancos" e a supressão das divisões étnico-raciais. Pelo contrário, ela constituiu uma das formas que eles encontraram de afirmação de sua identidade grupal de "negros", de terem o direito de existir como um grupo distinto. Tanto é que foi como "luteranos negros" ou "comunidade dos morenos" que eles passaram a ser reconhecidos como um grupo digno de "consideração" e "respeito".

A Conversão Religiosa como uma Luta Moral

Se, como coloca Elias (2000), as instituições religiosas constituem "pontos focais" nas redes de relações comunitárias, na localidade de Solidez no início do século XX isso se mostra de forma muito acentuada. Ainda que o luteranismo constitua, desde o início, a religião dominante na região, as diferenças entre os principais grupos étnicos que habitavam tal localidade encontram formas particulares de expressão em filiações religiosas. Nesse sentido, observou-se que as diferenças entre "brasileiros", "teuto-brasileiros" e "negros" foram tão marcadas que resultou na constituição de três comunidades protestantes distintas: a comunidade dos "alemães", a dos "brasileiros" e a dos "negros". Mas, foi no confronto entre "brancos" e "negros" que as diferenças mais marcantes se manifestaram, pois os "brasileiros" tinham o ingresso permitido na comunidade dos "alemães", enquanto que aos "negros" estava excluído a acesso a tais comunidades. Por isso, pode-se considerar o confronto entre "negros" e "brancos" (incluindo os "teuto-brasileiros e os "brasileiros" na categoria dos "brancos"), como um dos aspectos principais na estruturação das relações entre as principais etnias que habitavam a região.

Nesse sentido, a criação de uma comunidade distinta de "luteranos negros" na região de Solidez demonstra a existência de desigualdades étnico-raciais quanto à utilização dos espaços de convivência comunitária. Os conflitos e as freqüentes hostilidades ocorridas entre "negros" e "brancos" em tal localidade, bem como as imagens depreciativas que eram vinculadas aos "negros" evidencia também que, por parte dos "brancos", não havia condições de acesso dos "negros" a tais espaços. E quando isso estava prestes a ocorrer, devido ao trabalho insistente do Pastor, o qual foi objeto de resistências e incessantes críticas por parte dos teuto-brasileiros, os "negros" viram tal acesso negado, sendo-lhes atribuída a culpa pela "baderna" ocorrida no natal de 1922. Diante disso, pode-se concluir que foi somente pela constituição de uma comunidade distinta com regras e normas de condutas próprias, e não pela abertura de canais de participação por parte dos brancos que dominavam a vida comunitária até então, que os negros obtiveram o reconhecimento como um grupo étnico importante na região.

Essa conversão de ex-escravos ou seus descendentes ao protestantismo não constitui uma particularidade da situação investigada. Há muito tempo Roger Bastide já tinha constatado que, desde o início do século XX, tal conversão constitui uma das possibilidades de ascensão social para a população negra. Em consonância com isso tem sido comum considerar as dinâmicas de conversão e de pertencimento dos "negros" à religião protestante como uma forma de possibilitar sua ascensão social, no sentido de que permite um maior progresso e mobilidade social e econômica para os mesmos (Montero, 1999). É também nesse sentido que se tem abordado a conversão dos "negros" à religião luterana na região de Solidez (Gonçalves, 2008; Rieth, 1999).

Sem descartar a pertinência de tal abordagem, acreditamos que, no caso de Solidez, muito mais do que uma busca orientada apenas pela necessidade de reduzir as desigualdades econômicas e de melhorar suas condições de trabalho, o pertencimento religioso dos ex-escravos e seus descendentes, constituiu claramente uma das formas de "luta por reconhecimento", podendo ser definida também como uma "luta moral". Isso porque ela resultou no estabelecimento de um conjunto de regras de condutas próprias que diferenciou os "negros" dos outros grupos existentes em tal localidade e, assim, possibilitou sua ascensão e reconhecimento perante os demais e sua afirmação moral como um grupo social distinto.

Tal interpretação tem como base algumas discussões vinculadas aos trabalhos de Axel Honneth e Nancy Fraser (Mattos, 2004; Mendonça, 2007). Um dos aspectos importantes que tem sido salientado a respeito dos trabalhos de Honneth diz respeito à relação entre formas de desrespeito e auto-realização dos indivíduos. Segundo ele, existem três formas principais de desrespeito que impedem a realização do indivíduo em sua integridade. São elas:

> 1) aquelas que afetam a integridade corporal dos sujeitos e, assim, sua autoconfiança básica; 2) a denegação de direitos, que mina a possibilidade de auto-respeito, à medida que inflige ao sujeito o sentimento de não possuir o status de igualdade; e 3) a referência negativa ao valor de certos indivíduos e grupos, que afeta a auto-estima dos sujeitos (Mendonça, 2007, p. 172).

Nesse sentido, o rebaixamento e a humilhação vivenciados pelos indivíduos cotidianamente, e que ameaçam as identidades dos grupos sociais e dos indivíduos associados a tal coletividade, constituem os fundamentos da emergência de conflitos e de lutas por reconhecimento. Uma vez que em tais lutas está em jogo disputas referente aos impedimentos e às possibilidades de "realização daquilo que se entende por bem viver", elas são um dos ingredientes "fundamentais do desenvolvimento moral da sociedade e dos indivíduos, (Id. Ibid., p. 172-173).

Os trabalhos de Fraser, por sua vez, criticam o que chama de "paradigma identitário do reconhecimento" que, segundo ela, correm o risco de redução das lutas por reconhecimento à busca de uma "autenticidade identitária" e a "pressão moral" para que os indivíduos se conformem a "cultural grupal". Em contraponto a isso ela argumenta que é preciso considerar que tais lutas estão associadas a demandas por alterações dos status individuais dos membros de tais grupos e não apenas pela afirmação de uma identidade específica do grupo (Id. Ibid., p. 174).

Ainda que esse debate esteja permeado por definições normativas a respeito do papel e das estratégias que deveriam ser adotadas pelos grupos sociais para alteração de suas condições de desigualdades étnica e raciais, ele traz importantes contribuições para pensar a conversão ao luteranismo dos "negros" que viviam em Solidez, na medida em que possibilita considerá-la como uma forma concreta de luta por direitos e pelo reconhecimento da dignidade de sua condição social e de sua conduta moral. De maneira geral, tal debate traz à tona os limites das abordagens que consideram as desvantagens econômicas e o desrespeito cultural como dimensões opostas e excludentes das lutas por reconhecimento e nos colocam no desafio de observar como elas estão empiricamente entrelaçadas nas situações concretas de formulação de justificativas, reivindicações e demandas por "respeito" e "recognição" (Mattos, 2004).

De certa forma, é um desafio semelhante que encontramos no caso de Solidez quando observamos que a conversão religiosa dos "negros" está estreitamente interligada às suas demandas e lutas pelo acesso a padrões de moralidade que possibilitem o ingresso na vida comunitária. Todavia, como já foi salientado anteriormente, deve-se acrescentar ainda que a redistribuição dos diferenciais de poder (Elias, 2000) entre "negros" e "brancos" quanto às possibilidades de acesso à vida comunitária em tal localidade, era um dos aspectos fundamentais que também estava em jogo em tais lutas. É justamente na conexão das demandas por ascensão moral, por modificação dos atributos identitários e por redistribuição dos diferencias de poder que se pode considerar a "conversão religiosa" dos ex-escravos e seus descendentes como uma forma de afirmação identitária. É também nesse sentido que podemos falar da fundação da congregação evangélica luterana de Manoel do Rego como uma possibilidade de ascensão social dos negros enquanto um grupo social distinto e, portanto, como uma forma de integração dos mesmos na sociedade.

Desse modo, pode-se dizer que o sentimento de comunidade dos descendentes de escravos residentes na região foi profundamente marcado pela afirmação de princípios morais fundados no pertencimento religioso. Sua conversão à igreja luterana se deu de forma bastante conflituosa, decorrente do grau de distanciamento entre "brancos" e "negros" quanto ao acesso às formas legítimas de participação na vida comunitária, e cujo desdobramento foi a criação de uma comunidade distinta, uma vez que a então existente desde muito tempo se caracterizava pela exclusão e proibição de ingresso dos "negros" nos espaços comunitários. Por isso, a criação de uma "congregação luterana de negros" constituiu uma forma de lutar tanto contra as desigualdades de condições sociais a que estavam submetidos os "negros" que habitavam tal localidade quanto contra as formas de desrespeito moral e exclusão política que sofriam por parte dos "brancos". Sendo assim, é através de um trabalho de mobilização política que conduz a afirmação moral do pertencimento a uma mesma "comunidade de crentes", que os "negros" de Solidez estabelecem formas legítimas de apropriação e posse do território.

Isso parece um ponto importante para a compreensão da relação que os negros da região estabeleceram posteriormente com o "passado da escravidão" e que se mostrou para nós, inicialmente, através do "silêncio" e do "esquecimento" de fatos e eventos vinculados à escravidão em sua família de origem. De certa forma, tal aspecto parece estar interligado a certas exigências para o ingresso em comunidades luteranas, principalmente quando se trata de pessoas "negras". Como salienta Rieth (1999, p. 185), trata-se de um caminho "extremamente árduo" e que

> exige completa renúncia da origem étnica e cultural da parte de pessoas negras e de ascendência negra. [...], precisam provar ser, do ponto de vista dos dons e capacidades, muito melhores do que as pessoas brancas, para serem aceitas e se auto-aceitarem como estando em igualdade.

Nesse sentido, um dos aspectos ainda pouco aprofundados sobre a conversão religiosa de pessoas negras ao luteranismo tem sido a investigação das implicações e conseqüências que tal conversão trouxe para os "negros" em termos de reformulação identitária. No caso em pauta ela resultou de certas condições objetivas de desigualdade e exclusão social e política dos negros na região. Ao mesmo tempo, a constituição de uma "congregação de negros luteranos" exigiu uma profunda redefinição dos esquemas de reclassificação da identidade dos "negros" que passaram por tais situações e suas vinculações com a afirmação de condutas e práticas morais condizentes com a nova situação.

> Eu nunca me liguei nesse negócio de racismo. Eu esqueço que sou negra e me comunico com as pessoas. Quero que elas vejam o meu interior. Quando saio com as minhas colegas, procuro ter uma aparência que agrade a todos. Me arrumo para me sentir bem e saber que as pessoas também vão se sentir. Porque vejo as pessoas tratarem os brancos diferentes dos pobres. E muito! Tenho uma colega que fala para mim: "D., o único preto que gosto é você" (Rieth, 1999, p. 185).

Como se pode ver por esse relato, a negação de sua origem étnica constitui um mecanismo importante de aceitação social. Em decorrência disso, a situação de descriminação identificada é associada a outros adjetivos como "pobres", "gente humilde", etc. Na situação estudada, foi somente com a emergência da categoria "quilombolas" que surgiu a possibilidade de que certas "memórias subterrâneas" (Pollak, 1989) sobre a situação dos negros na região sejam acionadas, na medida em que tal categoria constitui uma nova forma de vinculação da definição identitária do grupo com o passado da escravidão. Todavia, isso não ocorre sem conflitos internos, uma vez que princípios de organização fundados no pertencimento religioso entram em conflito com os que derivam das divisões étnico-raciais, assim como com os que remetem à filiação política e associativa. Desse modo, é por meio de um trabalho de mobilização política que, aos poucos, esses princípios nem sempre coincidentes vão sendo integrados numa nova definição da identidade do grupo.

Conclusões

Em geral, o ingresso de ex-escravos e seus descendentes em religiões protestantes no início do século XX têm sido abordados do ponto de vista de suas estratégias de ascensão social e de integração na sociedade. Sem descartar a pertinência de tais abordagens procuramos salientar ao longo desse texto que, na situação em pauta, estava em jogo também a afirmação de regras de conduta e padrões de moralidade que os diferenciassem dos demais grupos e que lhes permitissem o acesso aos espaços de convivência comunitária e a alteração dos diferenciais de poder que caracterizavam a posição social do grupo. Nesse sentido, consideramos tais reivindicações e mobilizações como exemplos de "lutas por reconhecimento", podendo ser definidas também como uma "luta moral". Ou seja, tais mobilizações consistiram em formas concretas de luta contra os tipos de desrespeito, rebaixamento e humilhação vivenciados cotidianamente pelos negros na região e que os impedia de ter acesso aos espaços comunitários. Foi somente por meio de um trabalho de mobilização política, fundado em princípios religiosos e no sentimento de pertencimento a uma "comunidade moral" que ocorreu a demarcação de uma identidade grupal e a apropriação de um "território negro" na referida região. Isso demonstra a importância das abordagens que chamam a atenção para a importância dos recursos organizacionais na análise das dinâmicas identitárias vinculadas às mobilizações coletivas (McAdam; McCarthy; Zald, 1996; Toni, 2001). Isso porque, as mobilizações que surgiram em diferentes momentos da história do grupo estavam fundadas em outras formas de organização que lhe deram apoio, particularmente a Igreja Evangélica. Esse, inclusive, constitui ainda hoje o espaço institucional que fornece os recursos materiais, humanos e simbólicos que respaldam as formas de intervenção das lideranças da comunidade.

Mesmo assim, pôde-se observar também que um dos aspectos centrais na emergência e continuidade de tal comunidade tem sido a imbricação de princípios sociais de ordens distintas: religioso, parentesco, político, associativo. Diante disso, o principal desafio à análise consiste justamente em apreender como tais princípios diferenciados se combinam e configuram um conjunto durável de relações sociais que demarcam as fronteiras geográficas e étnicas do "território negro". Isso envolveu enfatizar a dimensão política do trabalho realizado pelas organizações e lideranças que participaram do processo de construção social de tal comunidade como um "grupo étnico".

Esses resultados evidenciam a necessidade de se considerar a emergência e consolidação de definições identitárias como inseparáveis de dinâmicas sociais e políticas de "atribuição categorial", através das quais seus membros identificam-se com a mesma e são também identificados pelos "outros", às quais se realizam por meio de processos concretos de mediação da comunidade com outras esferas e organizações sociais. As atribuições "homens de cor", "comunidade dos morenos", "luteranos", "quilombolas", se inserem nessas dinâmicas mais gerais de construção social e política das categorias definidoras do grupo. Desse modo, tais evidências possibilitam romper com a polarização entre dimensão "endógena" e "exógena" presentes nas abordagens sobre a emergência e constituição de "comunidades quilombolas", às quais, muitas vezes, partem de pressupostos "substancialistas" sobre a constituição de comunidades étnicas.

Tal reformulação teórica e metodológica tem também implicações políticas, uma vez que nos coloca diante do desafio de dar conta dos principais conflitos e dificuldades quanto à operacionalização política e administrativa de tal categoria identitária em sua relação com os vínculos e recursos disponíveis para o acesso a espaços de mediação diversificados. Nesse sentido, pode-se dizer que, na situação em pauta, é com base em dinâmicas políticas que envolvem a demarcação das fronteiras internas de constituição da comunidade, a maior inserção e vínculo de suas principais lideranças com outras esferas e organizações sociais e a percepção das condições sociais, econômicas e demográficas de manutenção e de continuidade da mesma, que o termo "quilombola" emerge como uma nova possibilidade de definição da identidade comunitária. Desse modo, tal definição põe em jogo novas formas de articulação política entre dinâmicas exógenas e situações internas de desigualdade étnico-racial.

Referências Bibliográficas

ABÉLÈS, M. & JEUDY, H-P. (1997). Introduction. In: M. Abélès & H-P. Jeudy (dirs.). *Anthropologie du Politique*. Paris, Armand Colin, pp. 5-24.

ANJOS, J. C. G. dos & RUCKERT, A. (2006). *Memória e Identidade: as fronteiras da resistência em Cambará.* Porto Alegre, mimeo.

BADIE, B. & HERMET, G. (1993). *Política Comparada*. México, Fondo de Cultura Económica.

BARNES, J. A. (1987). Redes Sociais e Processo Político. In: B. Feldman-Bianco. (org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo, Global, pp.159-193.

BARTH, F. (1998). Grupos Étnicos e Suas Fronteiras. In: P. Poutignat & J. Streiff-Fenart. *Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth.* São Paulo, Ed. da UNESP, p. 187-227.
BEAUD, S. & WEBER, F. (1998). *Guide de l'Enquête de Terrain*. Paris: La Découverte.
BOISSEVAIN, J. (1987). Apresentando 'amigos de amigos': redes sociais, manipuladores e coalizações. In: B. Feldman-Bianco. (org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas.* São Paulo, Global, pp. 195-223.
CARVALHO, A. P. C. & WEIMER, R. de A. (2004). *Família Silva. Resistência negra no bairro Três Figueiras*. Porto Alegre, mimeo.
DREWS, A. (1948). Alguns Fatos Ocorridos na Missão do Município de Canguçu, R. G. S. Porto Alegre, *IHIELB*, Livro I. H., 151 (26), 71-78.
ELIAS, N. (2000). Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
GONÇALVES, D. (2007). A memória na construção de identidades étnicas: um estudo sobre as relações entre "alemães" e "negros" em Canguçu. *Dissertação*. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre: PUC-RS.
McADAM, D., McCARTHY, J. D. & ZALD, M. N. (eds.) (1996). Comparative Perspectives on Social Movements. Political Opportunities, mobilizing estructures and cultural framings. Cambridge/New York, Cambridge University Press.
MEMMI, D. L´Engagement politique. In. M. Grawitz & J. LECA (dirs.). (1985). *Traité de Science Politique*; V. 3: L´Action politique. Paris: PUF.
MERLLIÉ, D. (1996). A Construção Estatística. In: P. CHAMPAGNE et al. *Iniciação à Prática Sociológica*. Petrópolis: Vozes, pp. 107-170.
MONTERO, P. (1999). Religiões e Dilemas da Sociedade Brasileira. S. MICELI. (Org.) *O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995). Antropologia (Volume I).* São Paulo: Sumaré, Anpocs/Capes, pp. 327-367.
PÉCHU, C. (2007). Laissez Parler les Objets. De l'objet mouvements sociaux aux mouvements sociaux comme objets. In: P. Favre, O. Fillieule & F. Jobarb. *L'Atelier du Politiste. Théories, actions, réprésentations*. Paris: La Découverte/PACTE, pp. 59-78.
POLLAK, M. (1989). Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*, 3, 3-15.
POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. (1998). *Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth.* São Paulo: Ed. da UNESP.
RIETH, R. W. (1999). Evangélicos de "alma Branca": os negros e o protestantismo no Brasil. In: I. S. Hock, (Org.). *Brasil: outros 500. Protestantismo e resistência indígena, negra e popular.* São Leopoldo: Sinodal/EST, pp.172-200.
SAWICKI, F. (1997). *Les Réseaux du Parti Socialiste. Sociologie d´un milieu partisan*. Paris: Belin, 1997.
SCHWARCZ, L. K. M. (1999). Questão Racial e Etnicidade. In: S. Miceli (Org.). *O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995). Antropologia (Volume I)*. São Paulo: Sumaré, Anpocs/Capes, pp. 267-325.
TONI, F. (2001). Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais. BIB, 52, 79-104.
WOLF, E. (2003). Parentesco, Amizade e Relações Patrono-Cliente em Sociedades Complexas. In: E. Wolf. *Antropologia e Poder.* São Paulo: Ed. da Unicamp; Brasília: Ed. da UnB, pp. 93-114.

A construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas na imprensa portuguesa

Margarida Carvalho
Observatório das Actividades Culturais
margarida_carvalho@yahoo.com

Resumo: Esta comunicação resulta de uma investigação de mestrado que teve como objecto de estudo a construção da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas pela imprensa diária portuguesa.
As questões relacionadas com a imigração e com a etnicidade são hoje uma realidade incontornável da sociedade portuguesa. A imagem que estas comunidades têm perante a opinião pública depende em grande medida das representações que os media delas transmitem. As notícias dos media, em particular, têm uma importância decisiva na construção social da discriminação étnica, ao sobrevalorizarem temáticas relacionadas com práticas desviantes.
Considerando que as lógicas que atravessam a construção noticiosa não são homogéneas, procedeu-se a uma análise comparativa de dois jornais, um dito de referência, o outro popular – o Público e o Correio da Manhã.
Nesta exposição são apresentados os principais resultados da investigação realizada. Resultados em termos da caracterização formal das notícias, do seu conteúdo (temas abordados, perfis dos imigrantes e das minorias étnicas retratados, fontes de informação utilizadas) e quanto à importância que estas notícias têm em cada um dos dois jornais analisados.

Introdução

Portugal sempre foi um país de emigração. Ainda hoje o é, embora não com os mesmos números e características de outros tempos. Porém, nas últimas décadas o nosso país tem-se afirmado também como país de imigração.

Reconhecendo a importância que os meios de comunicação têm no contexto das sociedades actuais e o facto de, para muitas pessoas, serem a principal (ou única) fonte de acesso a determinados conhecimentos, considerou-se importante conhecer a imagem dos imigrantes e das minorias étnicas por eles veiculada.

As notícias dos *media*, em particular, são fundamentais para a criação da imagem que os imigrantes e as minorias étnicas apresentam no espaço público e para as consequentes relações sociais que se estabelecem entre os diferentes grupos que compõem a nossa sociedade. Como refere Van Dijk (1993: 242), para determinados tipos de eventos sociais e políticos, incluindo os do campo das relações étnicas, as notícias dos *media* são a principal fonte de informação utilizada para formar a moldura interpretativa desses eventos.

Conhecer a imagem que os imigrantes e minorias étnicas têm na imprensa afigura-se, assim, como uma questão essencial para dar conta da sua imagem pública e das eventuais situações de exclusão ou de preconceito de que possam ser alvo.

Mas os *media* em geral e, neste caso, a imprensa não são homogéneos. Assim, a opção por uma análise comparativa entre um jornal popular e um jornal de referência surge como uma forma de dar conta das diferenças existentes entre dois tipos de imprensa. Sendo jornais que se dirigem a públicos distintos e que focam de forma diferenciada a realidade que nos rodeia, ambos contribuem para a construção social da imagem dos imigrantes e das minorias étnicas.

1. Corpus de análise e metodologia adoptada

Este estudo debruça-se sobre dois jornais diários, um dito de referência, o outro popular: o *Público e o Correio da Manhã.*

Para a constituição do *corpus* de análise, durante seis meses, entre Novembro de 2006 e Abril de 2007, foram recolhidas diariamente todas as notícias que, nos dois jornais, tinham como objecto os imigrantes e minorias étnicas em Portugal ou a temática da imigração de uma forma mais abrangente. Mais recentemente, em Outubro de 2008, procedeu-se à análise de mais um mês de notícias, procurando assim dar conta de eventuais alterações que se tenham produzido relativamente ao período anteriormente observado.

A recolha foi feita nos cadernos principais dos dois jornais. Em ambos os casos foram consideradas as edições à venda em Lisboa. Por opção metodológica, optou-se por não analisar as páginas sobre desporto. De facto, embora haja muitos estrangeiros a trabalhar em actividades desportivas em Portugal, este parece ser um mundo à parte do do resto da sociedade. E o que se quis conhecer foi a imagem dos imigrantes e das minorias étnicas enquanto partes integrantes da sociedade portuguesa.

Chegou-se, assim, a um total de 1061 peças jornalísticas, 822 do Correio da Manhã e 239 do Público, como se pode ver no Quadro 1.

	Número	**Percentagem**
Correio da Manhã	822	77,5
Público	239	22,5
Total	**1061**	**100,0**

Quadro 1 – Total de notícias por jornal

Em termos metodológicos, recorreu-se a técnicas quantitativas de análise de conteúdo e a uma avaliação das inserções jornalísticas.

O recurso à análise de conteúdo quantitativa permitiu, por um lado, observar os períodos em que a temática mais esteve presente na imprensa e, por outro lado, conhecer os conteúdos mais frequentes. Relativamente aos conteúdos das notícias, foram considerados os seus temas, os perfis dos actores mencionados, a localização geográfica dos acontecimentos noticiados e as fontes de informação utilizadas.

A segunda metodologia utilizada foi a avaliação das inserções jornalísticas, seguindo o modelo proposto pelo autor Jacques Kayser (1963). De acordo com a localização que as notícias ocupam dentro do jornal, a titulagem que revestem e a apresentação que mostram, é-lhes atribuído um coeficiente de valor. Por exemplo, uma notícia que surja na primeira página, com uma fotografia a ilustrá-la e com um título a três colunas terá um valor superior ao de uma outra que esteja no interior do jornal, no fundo da página, sem fotografia e com um título a uma coluna. Este tratamento que as notícias recebem faz com que a atenção dos leitores seja aumentada, diminuída ou neutralizada.

Esta técnica é de uma particular utilidade porque permite conhecer a importância que as notícias assumem no contexto global do jornal. Um jornal pode ter menos notícias sobre um determinado tema do que outro, mas as que tem apresentarem um valor superior.

2. Análise temporal

A distribuição das notícias recolhidas pelo período analisado revela que, embora o peso do *Correio da Manhã* seja superior ao do *Público* (como se viu, as notícias daquele jornal correspondem a 78% da amostra), a configuração temporal é semelhante. De facto, como se pode observar no Gráfico 1, as curvas de distribuição das notícias apresentam um desenho semelhante.

Nos dois jornais é em Outubro de 2008 que mais notícias sobre imigrantes e minorias étnicas houve, sendo que o mês de Janeiro de 2007 corresponde ao período de menor frequência da temática na imprensa analisada.

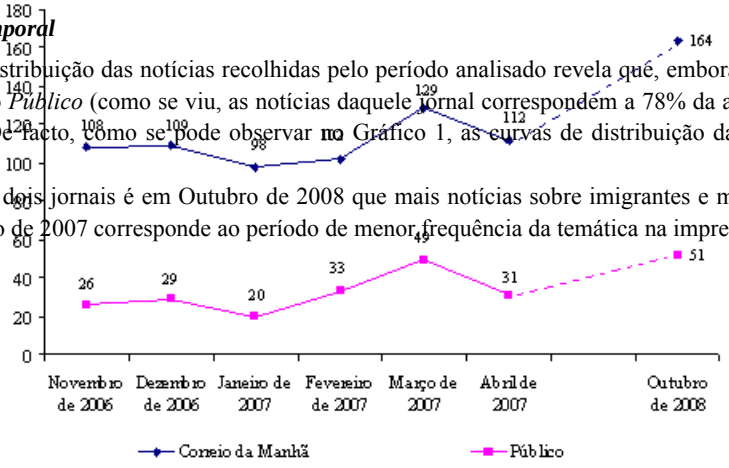


Gráfico 1 – Distribuição das notícias pelo período analisado (número)

3. Caracterização formal das notícias

Para caracterizar as notícias sobre imigrantes e minorias étnicas quanto à forma considerou-se três variáveis: o espaço ocupado pelas notícias, o género jornalístico em que são escritas e a sua autoria.

Quanto ao espaço ocupado pelas notícias, como se pode ver no Quadro 2, o *Público* apresenta, nos dois períodos considerados, a maior percentagem de notícias no intervalo entre os dois parágrafos e um quarto de página (cerca de 43% em ambos os casos). No *Correio da Manhã* são as notícias com um ou dois parágrafos que prevalecem nos dois períodos, embora de uma forma bastante mais acentuada em Outubro de 2008 (52% contra os 39% anteriores).

É também de salientar a diferença importante encontrada nas percentagens correspondentes a notícias com mais de uma página. No *Correio da Manhã*, nos dois períodos analisados, essa percentagem não chega aos 2%. No *Público* é consideravelmente superior: 7% em Novembro 2006 – Abril 2007 e 16% em Outubro de 2008.

	Nov. 2006 – Abril 2007		**Outubro 2008**	
	Correio da Manhã	**Público**	**Correio da Manhã**	**Público**
1 ou 2 parágrafos	39,2	13,3	51,8	15,7
Mais de 2 parágrafos e até 1/4 de página	30,4	42,6	21,3	43,1
Mais de 1/4 página e até 1/2 página	16,3	22,3	20,7	19,6
Mais de 1/2 página e até 1 página	12,3	14,9	4,3	5,9
Mais de 1 página	1,8	6,9	1,8	15,7
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Quadro 2 – Espaço ocupado pelas notícias (percentagem)

Para classificar as notícias sobre imigrantes e minorias étnicas quanto ao género jornalístico, considerou-se a terminologia proposta por Yves Agnés e Jean-Michel Croissandeau e que compreende a informação bruta, a narrativa, a palavra de fora, o comentário e o estudo (cf. Rebelo, 2002; 2003).

O Quadro 3 mostra que a informação bruta predomina nas notícias do *Correio da Manhã* (57% em Novembro 2006 – Abril 2007 e 58% em Outubro 2008). A informação bruta corresponde a peças jornalísticas de elaboração simples, como a breve, o "filet", o eco e a montagem.

No *Público* o género jornalístico mais representado nos dois períodos considerados (embora de forma mais acentuada em Outubro de 2008) é a narrativa. As narrativas correspondem a textos elaborados e que implicam o contacto entre o jornalista e o acontecimento, como é o caso da reportagem ou do relato.

A palavra de fora, o comentário e o estudo correspondem, respectivamente, a uma valorização das vozes exteriores ao jornal, a uma manifestação explícita da ideologia do jornal e a um aprofundamento dos temas, muitas vezes abordando assuntos colaterais ao que está a ser noticiado mas que permitem a sua contextualização. Em relação a este último (estudo) nota-se uma diferença considerável entre os dois jornais, sendo que o *Público* apresenta percentagens mais significativas.

	Nov. 2006 – Abril 2007		**Outubro 2008**	
	Correio da Manhã	**Público**	**Correio da Manhã**	**Público**
Informação Bruta	56,7	35,1	57,9	19,6
Narrativa	38,1	50,5	34,1	66,7
Palavra de fora	3,0	4,8	7,3	5,9
Comentário	1,3	5,3	0,6	0,0
Estudo	0,9	4,3	0,0	7,8
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Quadro 3 – Género jornalístico das notícias (percentagem)

A terceira variável considerada para caracterizar as notícias sobre imigrantes e minorias étnicas quanto à forma – autoria – mostra que o *Público* investe mais em termos do corpo da redacção do jornal. Neste jornal, nos dois períodos considerados, mais de 60% das notícias são assinadas por um autor identificado, enquanto no *Correio da Manhã*, para além das notícias assinadas, sobressaem também as notícias não assinadas e as aquelas em que só surgem as iniciais dos autores.

Este maior investimento por parte do *Público* vem de encontro ao facto de as notícias neste jornal se apresentarem em géneros jornalísticos mais elaborados.

	Nov. 2006 – Abril 2007		Outubro 2008	
	Correio da Manhã	**Público**	**Correio da Manhã**	**Público**
Nenhum autor identificado	34,3	20,2	26,2	25,5
Autor identificado	33,6	61,7	29,9	66,7
Iniciais	19,9	7,4	25,0	5,9
Vários autores	8,2	3,7	10,4	2,0
Agência de notícias	2,4	4,8	2,4	0,0
Leitor	1,5	2,1	6,1	0,0
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Quadro 4 – Autoria das notícias (percentagem)

Como se viu, as três variáveis analisadas apontam para uma abordagem mais aprofundada por parte do jornal *Público:* são notícias que ocupam mais espaço, que estão escritas em géneros jornalísticos mais elaborados e em que há um maior investimento em termos do corpo da redacção do jornal.

4. Avaliação das inserções jornalísticas

A importância de uma determinada temática no interior de um jornal não pode ser apenas estabelecida pela frequência com que é abordada. Neste estudo essa é uma questão importante a considerar, tendo em conta a diferença no número de notícias encontrada entre os dois jornais. Como ficou patente no ponto anterior, embora menos frequentes as notícias do *Público* caracterizam-se por abordarem as questões relacionadas com a imigração e a etnicidade de uma forma mais aprofundada.

O modelo de Jacques Kayser de avaliação das inserções jornalísticas surge como um instrumento complementar que nos permite avaliar as notícias em análise de acordo com a importância que assumem no contexto global do jornal.

O autor estabelece uma fórmula em que às diferentes localizações em que uma notícia pode surgir, às diferentes titulagens que pode revestir e às diferentes apresentações que pode mostrar são atribuídas pontuações diferenciadas. O coeficiente máximo de 100 seria atingido por uma notícia que apresentasse os valores máximos nos três aspectos considerados: localização (40 pontos), titulagem (40 pontos) e apresentação (20 pontos). Esta seria uma notícia com visibilidade máxima para os leitores do jornal.

A aplicação deste modelo permitiu conhecer o valor que as notícias sobre imigrantes e minorias étnicas apresentam em cada um dos jornais. Assim, depois de determinado o coeficiente de cada uma das notícias do *corpus* de análise e de realizada a média para cada um dos jornais, constatou-se que no *Público* as notícias que abordam a temática se revestem, nos dois períodos analisados, de um valor superior às do *Correio da Manhã*.

Como se pode ver no Gráfico 2, no período compreendido entre Novembro de 2006 e Abril de 2007, a diferença entre os dois jornais é de 10 pontos (31 para o *Correio da Manhã* e 41 para o *Público*); em Outubro de 2008 a disparidade entre os dois jornais é superior: 13 pontos (31 para o *Correio da Manhã* e 44 para o *Público*).

Isto significa que embora no Público haja um menor número de notícias sobre a temática, as que existem são tratadas de uma forma que as torna, em média, mais importantes do que as notícias do *Correio da Manhã.* São notícias que surgem mais valorizadas no interior do jornal e que atraem mais a atenção dos leitores.

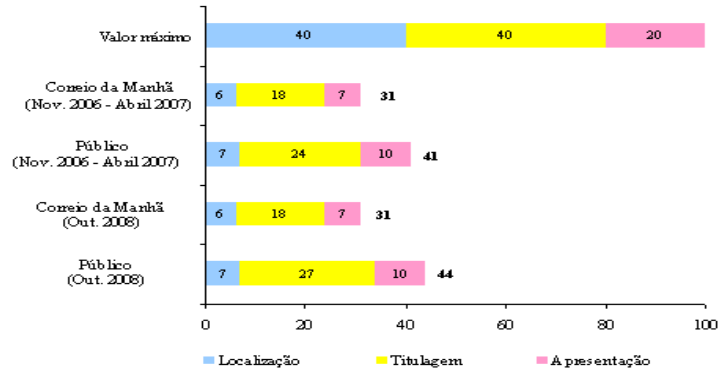


Gráfico 2 – Avaliação das inserções jornalísticas

5. Temáticas abordadas

A categorização dos temas das notícias sobre imigrantes e minorias étnicas originou um total de 27 categorias, que foram agrupadas em três grandes grupos temáticos: criminalidade, vida dos imigrantes e das minorias étnicas no país e

discussão social e política da imigração e da etnicidade. No Quadro 5 podemos observar os temas compreendidos em cada um dos três grupos temáticos.

Temas relacionados com a criminalidade	**Temas relacionados com a vida dos imigrantes e das minorias étnicas no país**	**Temas relacionados com a discussão social e política da imigração e da etnicidade**
Crime / detenção	Acidente / incidente	Denúncia / crítica a racismo /
Crime (vítima)	Cultura	Encontro / manifestação
Detenção por estar ilegal	Desporto	Estatísticas
Expulsão / extradição	Educação	Estudo / debate
Identificação / notificação	Habitação	Legislação
Justiça	Histórias de vida	Política
Operação policial / fiscalização	Integração	Programas / centros de apoio
Prostituição	Refugiados / pedidos de asilo	
Segurança	Saúde	
	Trabalho	
	Usos, costumes e religião	

Quadro 5 – Temas compreendidos nos grupos temáticos

O Quadro 6 refere-se às percentagens de notícias sobre imigrantes e minorias étnicas que, nos dois jornais, correspondem a cada um dos grupos temáticos. O jornal popular – *Correio da Manhã* – mais vocacionado para o tratamento de temas de carácter sensacionalista, privilegia o crime na cobertura da imigração e das minorias étnicas. E a percentagem acentua-se entre os dois períodos em análise: de 69% passa para 72%.

No *Público* as percentagens estão mais distribuídas pelos três grupos. Entre Novembro de 2006 e Abril de 2007 é o grupo das notícias com temas relacionados com a discussão social e política da imigração e da etnicidade que aparece em primeiro lugar (com 44%) e o da criminalidade em último (com 24%). Em Outubro de 2008, as notícias sobre criminalidade são as mais representadas, com 41%, mas as que se debruçam sobre a discussão social e política da imigração e da etnicidade continuam a ter um valor significativo: 33%.

	Nov. 2006 – Abril 2007		**Outubro 2008**	
	Correio da Manhã	**Público**	**Correio da Manhã**	**Público**
Criminalidade	69,1	23,9	72,0	41,2
Vida dos imigrantes e das minorias étnicas no país	19,1	32,0	15,9	25,5
Discussão social e política da imigração e da etnicidade	11,8	44,1	12,2	33,3
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Quadro 6 – Temas das notícias (percentagem)

No âmbito da análise aos temas das notícias é importante introduzir o conceito de *agenda-setting*. Os estudos sobre os efeitos do *agenda-setting* procuram analisar a capacidade dos meios de comunicação em influenciar a opinião pública não só em termos daquilo sobre o que devem pensar, mas também relativamente à importância superior que devem atribuir a determinados temas em detrimento de outros.

São estudados os diversos factores que, na produção das notícias, provocam distorções nas representações difundidas e, consequentemente, na percepção que a opinião pública tem desses assuntos. *"As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo"* (Shaw, citado por Wolf, 1987: 128).

A forte associação entre imigrantes, minorias étnicas e crime, existente nas notícias do *Correio da Manhã*, afigura-se assim como um factor propiciador de discriminação destas comunidades pela restante sociedade. Para além de focarem particularmente o crime, as notícias do *Correio da Manhã* são, como se referiu anteriormente, pouco desenvolvidas, o que não permite uma contextualização social e política dos fenómenos retratados.

6. Perfil dos imigrantes e das minorias étnicas

Para a definição dos perfis dos imigrantes e membros de minorias étnicas retratados em cada um dos jornais foram consideradas as seguintes variáveis de caracterização: nacionalidade ou etnia, situação jurídica, actividade profissional, idade e género.

O Quadro 7 apresenta a percentagem de notícias em que esses elementos surgem referidos. Como se pode ver, com excepção da variável actividade profissional em Outubro de 2008, os valores são sempre superiores no *Correio da Manhã*. Isto vem de encontro ao facto de o *Público* privilegiar notícias relacionadas com a discussão social e política da imigração e da etnicidade, portanto temas mais abrangentes, que não se referem necessariamente a actores particulares e às suas características.

A variável de caracterização mais presente nas notícias analisadas é a nacionalidade ou etnia.

	Nov. 2006 – Abril 2007		**Outubro 2008**	
	Correio da Manhã	**Público**	**Correio da Manhã**	**Público**
Nacionalidade ou etnia	82,5	56,9	82,9	66,7
Situação jurídica	17,9	8,0	21,3	7,8
Actividade profissional	20,4	20,2	17,1	37,3
Idade	44,4	20,2	28,7	11,8
Género	75,5	39,9	62,8	49,0

Quadro 7 – Notícias com referência às características dos intervenientes (percentagem)

Nos dois jornais é a nacionalidade brasileira que mais vezes surge referida, o que traduz a importância da sua presença no país, já que, com um contingente estimado em mais de cem mil indivíduos, esta comunidade imigrante é no momento a mais representada em Portugal.

As características associadas a esta nacionalidade estão patentes nos quadros 8 e 9. No *Correio da Manhã*, como se pode ver, predomina a associação da comunidade brasileira a situações jurídicas de ilegalidade. Fala-se sobretudo de indivíduos com idades compreendidas entre os 19 e os 34 anos. Embora sejam sobretudo os homens brasileiros que são notícia, a prostituição é a actividade profissional mais referida e sempre associada a mulheres.

	Nov. 2006 – Abril 2007	**Outubro 2008**
Situação jurídica	Situações de ilegalidade (92%)	Situações de ilegalidade (100%)
Actividade profissional	Prostituição (43%)	Prostituição (67%)
Idade	Entre os 19 e os 34 anos (43%)	Entre os 19 e os 34 anos (46%)
Género	Masculino (55%)	Masculino (59%)

Quadro 8 – Características associadas à nacionalidade brasileira no *Correio da Manhã* 1

No *Público,* embora a nacionalidade brasileira seja também a que surge em primeiro lugar, a presença das variáveis de caracterização consideradas não assume um valor estatisticamente significativo. Assim, como se pode ver no Quadro 9, só em relação ao período compreendido entre Novembro de 2006 e Abril de 2007 foi possível identificar algumas características associadas à comunidade brasileira: idade entre os 25 e os 44 anos (portanto, tendencialmente mais velhos que os brasileiros que surgem no outro jornal), sexo masculino e actividade profissional ligada à prostituição.

	Nov. 2006 – Abril 2007	**Outubro 2008**
Situação jurídica	-	-
Actividade profissional	Prostituição (40%)	-
Idade	Entre os 25 e os 44 anos (67%)	-
Género	Masculino (62%)	-

Quadro 9 – Características associadas à nacionalidade brasileira no *Público* 2

7. Localização geográfica

1 Percentagens calculadas a partir do número total de referências para cada variável.

2 Percentagens calculadas a partir do número total de referências para cada variável.

Do total de notícias recolhidas 76% faz referência ao local de ocorrência do acontecimento noticiado. Distinguindo os dois jornais, é no *Correio da Manhã* que a percentagem é mais elevada, como se pode ver no Quadro 10.

As percentagens mais elevadas no *Correio da Manhã* (sobretudo no período Novembro 2006 – Abril 2007) vêm de encontro aos resultados relativos às temáticas abordadas. Como se constatou, este jornal privilegia temas relacionados com a criminalidade e que, portanto, remetem para ocorrências particularizadas, enquanto o *Público* dá preferência a um tratamento mais abrangente das temáticas da imigração e etnicidade, tratamento este que não é necessariamente circunscrito a casos concretos.

	Nov. 2006 – Abril 2007		**Outubro 2008**	
	Correio da Manhã	**Público**	**Correio da Manhã**	**Público**
Localização geográfica	85,0	63,3	79,9	76,5

Quadro 10 – Notícias com referência à localização geográfica dos acontecimentos retratados (percentagem)

Os vários locais referidos foram agrupados por distrito. No Quadro 11 podemos observar que Lisboa é o distrito com as percentagens mais elevadas.

Uma primeira observação que se pode fazer em relação à preponderância de Lisboa prende-se com o facto de os dois jornais estudados terem redacção neste distrito (mais concretamente na cidade de Lisboa), o que poderá reflectir-se num maior volume de peças jornalísticas com acção neste local. Mas os dois jornais são, também, de âmbito nacional, pelo que se coloca a questão de saber até que ponto estas percentagens reflectem a realidade estatística, ou seja, se coincidem ou não com a importância numérica que os imigrantes e as minorias étnicas têm cada um dos distritos do país.

De acordo com os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) relativos ao ano de 2007, é no distrito de Lisboa que se encontram 43% dos estrangeiros em território nacional. Segue-se o distrito de Faro com 17% e o de Setúbal com 10%.

Claro que não podemos esquecer que estes números se referem aos estrangeiros com a situação regularizada, o que deixa de parte, por um lado, os milhares de imigrantes em situação ilegal e, por outro, os indivíduos que embora sejam referidos como estrangeiros ou imigrantes pelos *media* são, na realidade, portugueses e, por isso, não surgem nestas estatísticas. Ainda assim, este exercício de comparação revela-se interessante.

No período compreendido entre Novembro de 2006 e Abril de 2007, o *Correio da Manhã* é, dos dois jornais, aquele em que a importância numérica dos distritos referidos nas notícias mais se aproxima dos valores do SEF. Embora com percentagens diferentes, os três distritos que surgem em primeiro lugar neste jornal correspondem aos três distritos com maiores percentagens de estrangeiros (Lisboa, Faro e Setúbal). Os distritos de Vila Real e Bragança, que concentram as menores percentagens de estrangeiros residentes em Portugal segundo os dados do SEF, são também os distritos com menos ocorrências no *Correio da Manhã*.

No *Público* existe também um reflexo da importância da população estrangeira em cada distrito, mas de forma menos acentuada. Lisboa surge em primeiro lugar, tal como nos números do SEF. Segundo os dados deste organismo, o segundo distrito com mais imigrantes é Faro e o terceiro é Setúbal. No *Publico* estes distritos aparecem em quinto e quarto lugar, respectivamente. Os três distritos com menores percentagens de estrangeiros residentes (Guarda, Vila Real e Bragança) correspondem a percentagens nulas no *Público*.

No segundo período em análise, o mês de Outubro de 2008, observa-se também, embora de forma menos acentuada, uma correspondência entre os distritos com maior percentagem de ocorrências noticiadas e as percentagens de estrangeiros que aí residem. É no *Correio da Manhã* que essa consonância mais se nota.

Assim, não só se observa uma maior presença da referência à localização geográfica no jornal popular, o que, como já foi mencionado, reflecte as temáticas abordadas por esse jornal, como também se verifica uma maior correspondência entre os distritos palco dos acontecimentos noticiados e a presença de imigrantes nesses locais.

	Nov. 2006 – Abril 2007		**Outubro 2008**		**SEF**	
	Correio da Manhã	**Público**	**Correio da Manhã**	**Público**	**Número**	**Percentagem**
Aveiro	2,5	-	3,1	-	17.130	3,9
Beja	1,1	1,7	-	7,7	4.623	1,1
Braga	2,3	-	0,8	-	8.562	2,0
Bragança	-	-	-	-	1.545	0,4
Castelo Branco	2,9	0,8	-	-	2.967	0,7
Coimbra	2,1	5,0	3,1	5,1	14.508	3,3
Évora	1,3	1,7	0,8	-	3.829	0,9
Faro	20,8	5,0	7,6	7,7	74.335	17,1

Guarda	1,1	-	4,6	-	2.360	0,5
Leiria	7,9	3,4	3,1	2,6	12.866	3,0
Lisboa	24,5	31,9	33,6	20,5	188.516	43,3
Portalegre	0,5	-	0,8	-	2.396	0,5
Porto	7,2	13,4	7,6	15,4	28.013	6,4
Santarém	4,1	3,4	2,3	-	8.558	2,0
Setúbal	8,1	6,7	13,0	2,6	43.821	10,1
Viana do Castelo	0,4	-	1,5	-	3.364	0,8
Vila Real	0,7	-	1,5	-	2.007	0,5
Viseu	5,0	0,8	9,9	7,7	4.284	1,0
R.A. Açores	0,4	1,7	2,3	-	4.830	1,1
R.A. Madeira	0,5	-	0,8	-	7.222	1,7
Vários Distritos	1,8	4,2	0,8	10,3	-	-
Portugal	5,0	20,2	3,1	20,5	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	435.736	100,0

Quadro 11 – Localização geográfica dos acontecimentos noticiados (percentagem) e População estrangeira em território nacional (número e percentagem) (Fonte: SEF).

8. Fontes de informação

Relativamente às fontes de informação utilizadas na construção do discurso sobre os imigrantes e as minorias étnicas, foram tidos em consideração dois tipos de fonte: as fontes de informação referenciadas e as fontes de informação citadas.

Por fontes de informação referenciadas entende-se aquelas que surgem na notícia por simples menção ou referência. O recurso a este tipo de fontes remete para a intertextualidade, estratégia enunciativa utilizada no âmbito do discurso jornalístico, em que se absorve o conteúdo reportado, apagando as marcas de enunciação. Ou seja, há uma aceitação activa dos actores referidos e dos seus discursos.

As fontes de informação citadas são aquelas cujo discurso está explicitamente delimitado por marcadores citacionais. O recurso à citação corresponde a uma atribuição de visibilidade máxima aos sujeitos enunciadores.

Como se pode ver no Quadro 12, nos dois jornais há uma maior taxa de alusão às fontes de informação referenciadas.

	Nov. 2006 – Abril 2007		**Outubro 2008**	
	Correio da Manhã	**Público**	**Correio da Manhã**	**Público**
Fontes de informação referenciadas	72,9	60,6	76,2	84,3
Fontes de informação citadas	28,0	34,6	34,8	68,6

Quadro 12 – Notícias com referência às fontes de informação (percentagem)

Os quadros 13 e 14 referem-se às fontes de informação que, em cada um dos jornais e nos dois períodos em análise, surgem mais frequentemente identificadas3.

Podemos ver que as forças policiais, enquanto fontes referenciadas, assumem nos dois jornais um lugar importante, mas sobretudo no *Correio da Manhã*, onde representam metade das fontes mencionadas em Novembro 2006 – Abril de 2007 e 48% em Outubro de 2008.

Esta elevada percentagem pode ser compreendida se considerarmos as temáticas das notícias. Como foi referido, 71% das notícias do *Correio da Manhã* têm temáticas relacionadas com a criminalidade (69% em Novembro 2006 – Abril de 2007 e 72% em Outubro de 2008). E são as fontes policiais que asseguram aos *media* informações sobre crimes a que eles, de outro modo, não teriam acesso. Por outro lado, o recurso às fontes policiais surge também como uma forma de legitimar o discurso produzido perante a opinião pública.

3 As percentagens foram calculadas a partir do número total de referências às fontes de informação (referenciadas no quadro 13 e citadas no quadro 14), sendo que, para cada notícia, se considerou até três fontes de informação referenciadas e até três fontes de informação citadas.

O *Correio da Manhã* socorre-se também da voz do cidadão comum, sobretudo enquanto fonte citada. Sendo este um jornal de características populares, o recurso à voz do cidadão é uma forma de imprimir emotividade ao conteúdo noticiado.

No *Público* verificamos que, tanto relativamente às fontes de informação referenciadas, como relativamente às fontes citadas, há uma forte presença de actores mais politizados, como as associações ou organizações e as fontes políticas.

Correio da Manhã		**Público**	
Nov. 2006 – Abril 2007			
Forças policiais	49,8	Forças policiais	20,6
Cidadãos comuns	10,1	Associações de imigrantes ou de apoio aos imigrantes	17,6
Actores do sistema judicial	10,0	Instituições políticas	13,9
Outubro 2008			
Forças policiais	47,9	Instituições políticas	21,8
Actores do sistema judicial	15,7	Actores do sistema judicial	19,2
SEF	9,7	Forças policiais	16,7

Quadro 13 – Fontes de informação mais referenciadas (percentagem)

Correio da Manhã		**Público**	
Nov. 2006 – Abril 2007			
Cidadãos comuns	38,5	Presidentes ou membros de associações/organizações	30,0
Fontes policiais	36,7	Cidadãos comuns	25,6
Presidentes ou membros de associações/organizações	8,4	Fontes políticas	20,0
Outubro 2008			
Cidadãos comuns	43,5	Cidadãos comuns	20,0
Fontes policiais	21,0	Presidentes ou Membros de Associações/Organizações	20,0
Fontes do sistema judicial	12,9	Fontes políticas	20,0

Quadro 14 – Fontes de informação mais citadas (percentagem)

Conclusão

As temáticas relacionadas com a imigração e a etnicidade fazem parte da rotina quotidiana dos dois jornais analisados – *Correio da Manhã e Público*. São objecto frequente de notícias, reflectindo a importância que estes fenómenos conhecem na sociedade portuguesa.

A abordagem comparativa entre dois tipos de imprensa permitiu dar conta de diferenças importantes relativamente a uma série de aspectos formais e de conteúdo das notícias de que os imigrantes e minorias étnicas são objecto.

Embora os fenómenos da imigração e da etnicidade sejam realidades importantes e consolidadas da nossa sociedade, continuam a ser encarados enquanto ameaças pela imprensa popular. Prevalecem os discursos em torno do crime, dos trabalhos pouco qualificados, da prostituição, discursos estes legitimados pelas forças policiais e pela opinião popular, e assentes em narrativas pouco elaboradas.

Já na imprensa de referência, nota-se um interesse superior na contextualização social e política destes fenómenos, uma prevalência de fontes politizadas, uma maior atenção à cultura e à identidade do "outro" e um tratamento mais aprofundado dos temas.

A análise adicional de um mês de notícias permitiu confirmar o que fora observado anteriormente.

Bibliografia

Kayser, J. (1963). *Le Quotidien Français*. Paris: Librairie Armand Colin.

Rebelo, J. [2002 (2000)]. *O Discurso do Jornal. O como e o porquê*. Lisboa: Editorial Notícias

Rebelo, J. (2003). A imprensa de Lisboa e a greve geral de Março de 1988: uma proposta de análise. In J. Rebelo, *A Comunicação. Temas e argumentos.* Coimbra: Edições Minerva, (pp. 149-160).

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2007). População Estrangeira em Território Nacional. http://www.sef.pt/documentos/56/DADOS_2007.pdf (consultado na Internet em 3 de Novembro de 2008).

Van Dijk, T. A. (1993). *Elite Discourse and Racism*. Califórnia: Sage Publications.

Wolf, M. (1987). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

Exotismos e tropicalização: a identidade brasileira em Portugal

Wellington Lisboa
Universidade de Coimbra
wtlisboa@yahoo.com.br

Resumo: Neste estudo, analisamos as representações do Brasil no imaginário português contemporâneo, identificando a atuação da mídia portuguesa nos processos de construção e legitimação da identidade brasileira em Portugal. As inter-relações entre História, Cultura e Mídia constituem, assim, o eixo fundamental que norteia nossas interpretações sobre as imagens do Brasil, simbolicamente, partilhadas no cotidiano português.
Palavras-chave: História, cultura, mídia, identidade, imaginário

Fluxos d'além mar

A globalização econômica, tecnológica e cultural vem dinamizando os processos de construção e partilha de conhecimentos entre os sujeitos sociais. O conjunto de imagens, pessoas, capitais, bens de consumo, sobretudo bens simbólicos, que se desloca veloz e continuamente no cenário global contemporâneo parece, com efeito, incidir no reordenamento das lógicas primordiais que estruturam as representações sociais de temas diversificados, e que atuam na conformação de identidades pessoais e coletivas.

Na acepção de Appadurai (2004), uma das consequências sobressalientes dos fluxos culturais emergentes na historicidade moderna refere-se às alterações da produção psicossocial de saberes transitáveis nos cotidianos. Explica este autor que as recentes inovações tecnológicas e os atuais movimentos migratórios transnacionais vieram introduzir outros recursos e novas disciplinas às configurações imaginárias e estruturas de sentimentos que subsidiam a viabilidade de conhecimentos sociais. A mídia eletrônica, por exemplo, pelas suas potencialidades comunicativas em espaços e tempos aleatórios e incertos, redimensiona as práticas de reflexão, debate e apropriação dos discursos que transitam nas esferas públicas, assim como conferem distintas matizes a representações imaginadas do Nós e do Outro. Paralelamente aos meios de comunicação tradicionais, mormente à mídia televisiva, as formas digitais e instantâneas de midiatização e mediação também vêm se sobrepondo no âmbito do doméstico e familiar, influindo na (re)construção de sentidos coletivos e imaginários identitários.

Assim, e como demonstra Appadurai (idem), os textos, imagens, modelos e narrativas que, nas últimas décadas, vêm sendo propagados pelas indústrias culturais globais e pelas tradicionais e novas mídias constituem elementos substanciais na redefinição simbólica de saberes difusos nos cotidianos, sobretudo nos cotidianos urbanos. Por sua vez, a massificação dos atuais movimentos migratórios, inscrita nas dinâmicas de compressão espaço-temporal do mundo contemporâneo, vem provocando, ainda segundo este autor, a crescente instabilidade das subjetividades e identidades modernas, bem como a emergência de contatos interculturais voluntários ou não.

O que se procede a partir dos fluxos migratórios, deste modo, simetriza-se ao que se desencadeia com a midiatização, isto é, são os eus e mundos imaginados que são interpelados e reconfigurados, ainda que tais processos mais não sirvam do que para legitimar os significados de tudo quanto se imagina. Os cotidianos que se estruturam no contexto da modernidade global tendem, nesse sentido, a envolver-se numa incontornável articulação entre, por um lado, as representações historicamente edificadas e enaltecidas e, por outro, os enredos de cenários e vidas possíveis, de paisagens imaginadas que se redesenham a partir do trânsito de narrativas midiáticas e de sujeitos desterritorializados na nova cartografia do mundo (Appadurai, idem).

Nessa perspectiva, os discursos da mídia portuguesa sobre as supostas referências do Brasil, a circulação maciça de produtos das indústrias culturais brasileiras no cotidiano coletivo português e o fluxo ininterrupto de imigrantes brasileiros em Portugal parecem, com efeito, intervir na atual percepção portuguesa sobre o Brasil e seus nacionais. O desenvolvimento dos meios de comunicação e das indústrias culturais, de fato, veio dinamizar a produção de conhecimentos sobre o Brasil em Portugal, desde meados do século XX. Como contextualiza Cunha (2003), na década de cinquenta deste último século iniciaram-se as permutas culturais de massa entre os dois países, recaindo sobre a esfera das novas expressões musicais, da *revista à portuguesa*, do teatro e do humor. Nos anos sessenta, não obstante essas formas culturais, Portugal importou da Editora Abril Cultural e de outras editoras brasileiras revistas sobre temas variados, além de banda desenhada e traduções de obras clássicas. A Música Popular Brasileira (MPB) teve, a partir daquele momento, um notório impacto em Portugal, inclusive porque esse gênero musical passou a ocupar grande parte da programação radiofônica daquele país, obrigada, àquela época, a emitir em língua portuguesa.

Como ainda demonstra Cunha (idem), nos finais dos anos sessenta e início dos setenta, a única estação televisiva, de natureza pública, apresentava, periodicamente, *shows* musicais e programas humorísticos brasileiros. Na década de 70, mesmo com o deflagrar da Revolução portuguesa de 1974, centenas de brasileiros procuraram o "país-irmão" para se exilar do regime militar vigente no Brasil e integraram os quadros de jornais, de editoras, os grupos de teatro e produtoras de música em Portugal. Três anos após o fim do regime ditatorial português, *Gabriela,* assinalando o prenúncio da massificação

das audiências televisivas em Portugal, inaugurou a contínua exibição das telenovelas brasileiras na televisão generalista portuguesa1, sendo que esse gênero ficcional parece ter se instalado como fonte de mediação de referências lusófonas.

Novos contornos, ainda, são acrescidos ao panorama midiático português quando, no dealbar dos anos 90, os operadores particulares de televisão iniciaram suas atividades, consagrando as telenovelas brasileiras como instrumento principal das guerras de audiência entre os canais públicos e privados (Cunha, op. cit.). Desde então, variadas músicas, personalidades e artistas brasileiros, bem como publicidades protagonizadas por referências do Brasil e todo um conjunto de produtos culturais alusivos a este país, vêm se intensificando seja nos meios de comunicação massiva em Portugal, seja no cotidiano coletivo português, numa dinâmica que, efetivamente, tende a incitar o reposicionamento do Brasil no imaginário português contemporâneo.

Atentando-nos a esse quadro contextual, e nomeadamente às interdependências que se manifestam em suas dimensões global e local, confrontamo-nos com alguns questionamentos preponderantes para o desenvolvimento do estudo que ora apresentamos. Indagamo-nos, à partida, sobre as diversas representações do Brasil que transitam no imaginário português contemporâneo, considerando, relativamente a este propósito, que a produção e a transmissão midiática portuguesa, e seus fluxos de imagens, enredos e ideias ficcionadas ou não, têm conferido um protagonismo temático relevante ao Brasil e aos brasileiros, desde décadas passadas (Cunha, *op. cit*.; Machado, 2003; Cunha & Santos, 2004, 2006). Não se afigura improcedente que, atrelada a esta reflexão primeira, se sobreponha o questionamento alusivo às possíveis intersecções, no atual imaginário português, entre as representações do Brasil que comportam narrativas midiáticas e certos conhecimentos, inclusive os estereotipados, oriundos de tempos longínquos, centenários, difusos num imaginário histórico-colonial.

Assim, em âmbito geral, que representações do Brasil circulam no imaginário português contemporâneo? A mídia portuguesa – bem como as indústrias culturais brasileiras que atuam em Portugal – intervem nos processos de constituição e validação cotidiana desses conhecimentos imaginários? Como perspectivarmos as influências da mídia na construção das atuais representações do Brasil em Portugal considerando, para esse efeito, que a História e a identidade cultural portuguesa, e seus enredos de significações que matizam memórias e imaginários coletivos, tendem a ordenar essa dinâmica psicossocial?

História, cultura e mídia na construção de identidades

As reflexões de Cunha (2002) sobre as possíveis articulações entre as formulações descritivas da Terra de Vera Cruz, expressas por Pêro Vaz de Caminha na carta do "achamento" daquela '*terra nova*', e as representações do Brasil e dos brasileiros no imaginário português contemporâneo afiguram-se valiosas para pontuarmos as estruturas de um imaginário colonial ainda resplandecente entre os portugueses. Na acepção desta autora, essas inter-relações discursivas partem de um modo de compreender as significações imaginárias como textos que extravasam os limites do funcional na determinação do simbólico. Ou seja, a leitura das diversas representações do Brasil atualmente partilhadas em Portugal, e vivificadas em circunstâncias histórico-ideológicas específicas, requer perspectivar o imaginário social não como um indeterminado, *mas como um determinante, um motor na produção de sentidos, valores e significações, um conjunto de traços – incisões ou inscrições indeléveis em uma superfície – que têm longa duração* (Cunha, idem: s/p.).

Nesse sentido, muitas das percepções que compunham o "olhar" quinhentista e colonial português, significativamente exteriorizado e documentado por Caminha, ainda parecem subsistir no universo simbólico que estrutura as representações do Brasil em Portugal, não raramente consubstanciadas na relação dicotômica Nós (civilizados) / Outros (exóticos, selvagens). A ênfase nas dimensões territoriais, isto é, na surpreendente "grandeza da terra", e nas características (exóticas) vegetais e animais do Brasil, outrora designado Terra de Vera Cruz, desvela, por exemplo, a componente mítica que atualmente modela as representações do Brasil no imaginário português, tanto entre os adultos quanto entre os jovens daquela ex-metrópole imperial2.

> O Brasil é um país muito grande, com terras a perder de vista. Tem imensas florestas, onde há frutas diferentes, como goiaba, cacau, e animais que só há por aqueles lados, como papagaio, onça e cobras de todas as espécies. No Brasil, há os rios profundos também, como o Amazonas, onde há até peixe que come carne humana. As piranhas, pois não? Pronto, o Brasil tem muitas paisagens bonitas e é um bom sítio para férias (Adulto, Homem, Coimbra).
>
> Imagino o Brasil como um país muito grande, imenso, não sei quantas vezes maior que Portugal. Mas é mesmo muito grande! Deve haver muito verde, muitas praias. Há cachoeiras, coqueiros e paisagens giras! Gostava de lá ir (Jovem, Mulher, Lisboa).

1 Segundo Cunha (idem), um conjunto de produtos culturais acompanhou o lançamento do primeiro capítulo da telenovela Gabriela, em 16 de Maio de 1977, na única estação televisiva à época, a RTP (Rádio e Televisão de Portugal). As rádios e a televisão mantinham programas regulares de divulgação da MPB, e os romances de Jorge Amado eram os mais vendidos na feira do livro em Lisboa e nas livrarias daquele país, conseguindo, inclusive, que uma obra de ficção, pela primeira vez após o 25 de Abril, superasse as vendagens de livros políticos em Portugal, mesmo num momento de fervor do panorama político nacional. Interessante também registrarmos que, até 2008, cerca de 230 telenovelas brasileiras foram transmitidas em Portugal, sendo a maioria exibida no horário nobre e re-exibida em diferentes canais e horários, obtendo elevados índices de audiência (Costa, 2003; Cunha, 2005).

2 A pesquisa empírica que desenvolvemos no âmbito desta investigação focou dois grupos distintos: jovens portugueses matriculados no ensino superior, com idades entre 18 e 25 anos, e adultos portugueses que frequentaram até o ensino primário, com idades entre 40 e 55 anos. Essas peculiaridades compõem o perfil das respectivas faixas etárias da população portuguesa. Assim, partimos do pressuposto que as diferenças contextuais que integram a trajetória de vida e o "olhar coletivo" dos adultos e jovens portugueses tendem a influir nos modos como o imaginário português contemporâneo (re)produz as representações do Brasil e dos brasileiros. Esta pesquisa empírica transcorreu nas cidades de Coimbra e Lisboa, no período compreendido entre os meses de Janeiro e Maio de 2006.

Deste modo, verificamos que, em suas narrativas mnemônicas, os respondentes selecionam, particularmente, os enredos que caracterizam o Brasil como um país territorialmente grande, tropical e exótico, com '*terras a perder de vista*' e singularidades de existência rara3. Essa *essencialização* das composições paisagísticas brasileiras, tal aquelas retratadas quando da chegada dos "descobridores" naquele '*grande monte, mui alto e redondo*' e naquela '*terra chã com grandes arvoredos*', vincula-se a uma formação discursiva que vai ao encontro das perspectivas históricas assentes num arraigado imaginário quinhentista, colonial.

No entanto, e muito embora sua conotação evidencie-se sobretudo nesse sentido, a "grandeza" imaginada transcende uma dimensão exclusivamente territorial, geográfica, e passa a simbolizar a *"grandeza" de riquezas, de séculos de fartura, sonhos e fortuna, e a grandeza do destino, fundada na grandeza pretérita do império, grandeza essa que nostálgica e imaginariamente reúne Portugal e Brasil* (Cunha, 2002: s/p.).

> O Brasil é um grande país que Portugal criou, que ajudou a nascer. Foi a colônia que mais nos deu alegria. Assim como nós descobrimos o Brasil e levamos para lá as leis divinas, a língua, o Brasil deu-nos riquezas, e muitos portugueses foram para lá viver. O Brasil é Portugal também (…) é nosso filho4 (Adulto, Mulher, Coimbra).

> A colonização portuguesa foi justa no Brasil. Levamos os costumes europeus, de civilização, ajudamos o Brasil a crescer e a se desenvolver. Em troca, muitos portugueses emigraram para lá, e lá enriqueceram. Vocês também nos deram riquezas, que há muitas por lá, como o ouro, riquezas que ajudaram Portugal a manter-se como Império (Jovem, Homem, Lisboa).

É, pois, a contumaz identidade imperial portuguesa que, ao Brasil, delega uma posição de destaque na sobrevalorização das narrativas das "grandes conquistas", dos "feitos heróicos" portugueses, em especial se também considerarmos que a "grande terra descoberta", posteriormente, tornar-se-ia o auspicioso "paraíso dourado", que tanto instigou centenas de milhares de portugueses para o êxodo transatlântico, até o século XX. De fato, subjacentes à retórica da "grandeza" de riquezas e destinos fundem-se enredos de tempos longínquos, centenários, que reverberam antigas histórias, desejos e trajetórias de viajantes e colonizadores, de *brasileiros* e *abrasileirados*, de *engajados* e *engajadores,* de portugueses e portuguesas, enfim, que adotaram o Brasil como o locus ideal onde se materializariam seus sonhos de Eldorado5. Foi, inclusive, a partir do enaltecimento das inúmeras "grandezas" do Brasil que, em meados do século XX, o governo salazarista justificou a tardia presença colonialista de Portugal em África6.

Correlacionadas a essas representações históricas do Brasil, a ênfase na sensualidade, na alegria e na cordialidade típicas dos brasileiros também parece preponderar na constituição da identidade brasileira em Portugal. Essas estereotipias identitárias – reproduzidas, aliás, pelo próprio Estado-nação brasileiro nos seus discursos, nacionais e internacionais, de legitimação de uma suposta *brasilidade* e de posicionamento turístico deste país no mundo – também compõem o substrato principal do universo de referências atribuídas ao Brasil em Portugal, tanto entre os adultos quanto entre os jovens universitários portugueses.

> A alegria e o gosto pelo sexo são as características que representam os brasileiros. Estão sempre a fazer festa, a dançar aquelas músicas que mexem todo o corpo. E as brasileiras, então, são as mais quentes do mundo! Deixam qualquer homem português (…) qualquer homem perturbado (Adulto, Homem, Lisboa).

> O Brasil é um país alegre. Os brasileiros estão sempre a rir, a dançar, a falar alto. Não vê as músicas brasileiras, que põem todos a dançar? A Ivete Sangalo e a Daniela Mercury são exemplo do que é ser brasileiro. São alegres, simpáticas, bonitas. Os portugueses são mais fechados, mais europeus, embora sejam um povo hospitaleiro. Se calhar, somos mais sérios, mais racionais, e os brasileiros, mais festivos, mais emotivos, por assim dizer (Jovem, Mulher, Coimbra).

Similarmente às predicações dos nativos da antiga Terra de Vera Cruz, descritas entusiasticamente pelo "olhar" europeu e quinhentista de Caminha, a alegria, a sensualidade e o '*gosto pelo sexo*' são, portanto, atributos que emergem no imaginário português contemporâneo, quando o Brasil e os brasileiros constituem o tema representado. Nomeadamente as mulheres brasileiras – que deixam 'qualquer *homem português* (…) *qualquer homem perturbado*' – figuram como a mais evidente personificação dessa *essencialização* erotizada da identidade brasileira em Portugal, encontrando nos ritmos, cantores e danças do *axé*, por exemplo, elementos simbólicos para a cristalização dessa identidade enviesada.

Nessa perspectiva, tais formações discursivas tendem a enclausurar as mulheres brasileiras em imagens, há séculos, bastante conhecidas no senso comum português, e difundidas quer na literatura de viagens, quer na literatura oitocentista

---

3 Caminha, no século XVI, definia a Terra de Vera Cruz como sendo boa, de bons ares, de infindas águas, com frondosos e exuberantes arvoredos e animais de beleza rara (Cortesão, 2000).

4 Grifo nosso no intuito de questionarmos a retórica da irmandade luso-brasileira, tão disseminada nos discursos oficiais e midiáticos, nas manifestações culturais cotidianas e pelos entusiastas da atual lusofonia. Como 'filho' de Portugal, e não 'irmão', deparamo-nos com uma ancestralidade de Portugal em relação ao Brasil, desvelando uma gama simbólica de valores e crenças comprometedores aos relacionamentos bilaterais. O sentimento de superioridade do ex-colonizador ante o ex-colonizado, deveras partilhado entre a atual sociedade portuguesa, exemplifica essas implicações.

5 Reportamo-nos, em especial, aos brasileiros de torna-viagem, figuras de destaque na composição histórica de uma identidade brasileira em Portugal. Os brasileiros de torna-viagem, ou simplesmente brasileiros, eram emigrantes portugueses que, com maior expressão nos fins do século XIX e começo do XX, rumaram ao Brasil, atraídos pelo desejo de enriquecerem na nova nação independente. Muitos desses emigrantes, ao retornarem a Portugal, passaram a ser ridicularizados pela população e pelo governo desse país, que os acusava de adotarem hábitos e traços impróprios, "tropicalizados", adquiridos no Brasil (Alves, 2000; Machado, op. cit.).

6 Após a Segunda Guerra Mundial, com as pressões internacionais para a descolonização, o Brasil ressurge no discurso oficial português como modelo ideal da bem-aventurada colonização portuguesa, dadas as potencialidades geográficas, culturais, econômicas deste país latino-americano. O Brasil simbolizaria, deste modo, o êxito da tardia empreitada colonialista portuguesa, ainda resistente em territórios africanos.

daquele país: imagens da nativa sensual e dócil ou da mulata depravada que corrompe a vida do homem português7. Essas '*destruidoras de lares*', como foram designadas pelas portuguesas envolvidas no manifesto *Mães de Bragança*8, desvelam, pois, o teor sexualizado e *femininizado* que molda o núcleo central das representações do Brasil no imaginário português contemporâneo.

Evidentemente, subjacentes a esses discursos provenientes de uma memória histórica que se evidencia prenhe de fantasmas e fantasias imperiais (Ribeiro, 2003), defrontamo-nos com o velho binômio que delimita as zonas fronteiriças de contato entre os supostos centros e periferias, entre antigas metrópoles imperiais e suas possessões coloniais, entre Ocidente e Oriente (Santos, 2006), Próspero e Caliban (Santos, 2001, 2006): cultura/natureza, racionalidade/instinto, civilização/barbárie. Assim, e como demonstra Cunha (2002), enquanto a Europa mantém-se no campo semântico relativo ao cartesiano, ao cerebral, ao intelectualizado e civilizado, ao Brasil, inversamente, são imputadas noções concernentes ao universo simbólico da selvageria e da "perdição humana". Deste modo, no pensar coletivo português, os brasileiros caracterizam-se como sujeitos naturalmente pulsionais e desviantes, ou melhor, instintivos, emotivos, musicais, libertinos9.

Nesse sentido, tanto entre os adultos quanto entre os jovens portugueses, as representações do Brasil e de seus nacionais consubstanciam múltiplas estereotipias identitárias, ligadas a uma componente predominantemente exótica. Logo, atribui-se ao Brasil a exclusiva identidade de país tropical, subdesenvolvido e selvagem, situando-o, portanto, numa paisagem imaginada distinta e distante da pretensa Europa civilizada. Nesta zona de contato inscrita em contextos de configurações pós-coloniais, minadas, porém, por desejos, medos e fobias coloniais, Portugal, como bem observou Cunha (2002), imagina-se num espaço *entre*, num *entre-lugar*, posicionando-se como um país europeu, moderno e '*racional*', como referido no depoimento supracitado, mas hospitaleiro e afável, similar aos países dos Trópicos.

Importa-nos também aludir que, nomeadamente na concepção dos adultos portugueses, são exatamente essas representações atreladas à barbárie, à permissividade e a uma suposta ausência de regras nas dinâmicas de sociabilidade que sustêm 'uma das mais marcantes características do Brasil'10: a criminalidade.

> O Brasil é bonito, mas perigoso. Vocês lá matam as pessoas como matam animais. Todos os dias há notícias de que morreram não sei quantos. Desculpe lá, mas parece que vocês têm, no sangue, a tradição de vingança, a tradição de matar. Em qualquer coisa, até no futebol, aproveitam para se vingar com crimes. Por isso que evito muito contato com esses brasileiros daqui de Lisboa. Não, não! Não dá para confiar (Adulto, Homem, Lisboa).

> Até gosto do Brasil. Gosto das praias, do Carnaval, da alegria, das telenovelas. Mas a violência é demais, assusta-nos. Aquilo lá já não tem limites. É muito crime! Imagino que as pessoas não podem andar sossegadas na rua, pois os ladrões, os bandidos (…) esses tipos atacam a toda hora. Os brasileiros são mesmo muito violentos, se bem que até há raças piores, como os ciganos, os pretos e esses do Leste (Adulto, Mulher, Coimbra).

Em contrapartida, os jovens universitários portugueses, conquanto também vinculem o Brasil a uma noção de criminalidade desmedida e cotidiana, não relacionam essa problemática a uma possível '*tradição de vingança'*, imposta no sangue dos brasileiros, ou às características peculiares de uma '*raça brasileira'*, como explanado pelos adultos respondentes. Fundamentando-se especialmente em informações divulgadas pelos dispositivos midiáticos locais, os jovens, na sua maioria, contextualizam a violência e a criminalidade como desdobramento de problemas estruturais que assolam o Brasil, como a pobreza e as desigualdades de distribuição de renda, por exemplo11.

> Gostava de ir ao Brasil, mas tenho medo. Parece que o país vive numa guerra civil! Sempre vejo notícias sobre confronto entre polícias e traficantes, sobre tiros perdidos e sobre roubos a turistas e aos próprios brasileiros, principalmente no Rio de Janeiro. Dizem até que, na porta dos hotéis, há crianças a pedir dinheiro. É uma pena que haja tanta pobreza no Brasil, e as pessoas tenham de recorrer a esse tipo de vida (Jovem, Mulher, Lisboa).

> A criminalidade no Brasil é comparada à situação do Iraque. Todos os dias são enterrados milhares de iraquianos e brasileiros. Não está certo, o Brasil podia ser menos desigual, ter menos diferença entre ricos e pobres, para que a criminalidade diminuísse (Jovem, Homem, Coimbra).

Essa acentuada percepção portuguesa acerca da violência e da criminalidade no Brasil, imaginado, deste modo, como um fecundo celeiro de criminosos (Machado, *op. cit*.), tende a coadunar-se aos discursos midiáticos portugueses que,

---

7 A literatura portuguesa do século XIX simboliza a representatividade do Brasil no imaginário da época. As obras de Camilo Castelo Branco e Eça de Queiróz, por exemplo, abundam de imagens estereotipadas sobre o Brasil e os brasileiros, em especial sobre a mulata brasileira. Em geral, a figura das brasileiras era representada pela mulher sensual e libertina, dotada de "malandragens" e "selvageria" tipicamente brasileiras.

8 O movimento Mães de Bragança surgiu em Maio de 2003, na cidade de Bragança, situada na região Norte de Portugal, quando quatro portuguesas, alegando que os respectivos maridos trocaram-nas por 'meninas brasileiras', fizeram circular um abaixo-assinado na referida cidade, objetivando acabar com a 'invasão' de brasileiras, supostamente dedicadas à prostituição. Como demonstra Vitório, as criadoras do auto-denominado movimento "Mães de Bragança" despertaram a atenção no país sobre a prostituição de imigrantes, alimentando as pautas da mídia e incentivando a ação policial e do SEF (Vitorio, 2005: 68).

9 É nessa perspectiva que um português, com idade entre cinquenta e sessenta anos, afirmou-nos que o Brasil 'não dá certo' porque os brasileiros, na sua concepção, só pensam em deitar-se ao sol, dançar e sambar. Ninguém vê, segundo esse português, um brasileiro a ler um livro, como fazem os europeus. Em conversa informal, esse interlocutor português conclui que o Brasil, assim como a África, não sabe aprender com os portugueses e com os demais países da Europa, que são civilizados, evoluídos.

10 Expressão declarada por um dos respondentes desta pesquisa.

11 Vale ressaltar que, quando solicitados a descrever uma notícia sobre o Brasil que correspondesse à maneira como imaginam este país, a notícia mais referida pelos adultos e pelos jovens foi sobre a morte de seis homens portugueses na capital do Estado do Ceará, Fortaleza, em 2001. Sequencialmente, este caso também foi o mais mencionado quando pedimos aos respondentes para que citassem uma notícia a respeito do Brasil que julgassem importante para eles. Assim, salienta-se a estreita vinculação, em Portugal, entre a identidade brasileira e o universo simbólico da violência.

não raramente, procedem a uma hiper-exposição de notícias e comentários, de cunho negativo, sobre as questões sociais deste país (Vitorio, *op. cit*.). Evidentemente, essa propagação maciça de determinados tipos de informação sobre o Brasil em Portugal parece acompanhar o excesso de expectativas e representações (Lourenço, 1999) que, há séculos, vêm sendo partilhadas pela sociedade portuguesa a respeito de seu "grande" *ex-libris* colonial. E é justamente neste pondo nodal que podemos inferir que, tanto entre os adultos portugueses quanto entre os jovens universitários daquele país, as representações do Brasil encontram-se eivadas de narrativas de origem histórico-colonial e de suas múltiplas reconfigurações coletivas, impulsionadas, particularmente, pela mídia televisiva local e pelas indústrias culturais brasileiras atuantes em Portugal.

> Os portugueses sabem mais do Brasil do que os brasileiros sabem de Portugal. Muitos dos nossos portugueses foram viver no Brasil, e voltaram com histórias de lá. Nós também vemos muitas telenovelas brasileiras e notícias sobre o Brasil. Pronto, o que sei do Brasil é aquilo que me dizem e o que vejo na televisão (Adulto, Mulher, Lisboa).

> Penso que os Media mostram tanto o lado bom quanto o mau do Brasil. As telenovelas, por exemplo, mostram o Brasil bonito, alegre, com paisagens e Carnaval; já os noticiários mostram a violência, os crimes, as guerras nos bairros de lata. Assim, temos as duas ideias do Brasil, o que tem de bom e de mau (Jovem, Homem, Coimbra).

Nessa perspectiva, a exibição de produtos midiáticos transnacionalizados, como as telenovelas brasileiras, e de notícias sobre o Brasil nos meios de comunicação portugueses parecem, com efeito, alterar o universo de referências e percepções portuguesas sobre o Brasil e seus nacionais. No entanto, esse processo de reatualização das representações do Brasil em Portugal não denota que o substrato imaginário português venha auferindo uma configuração essencialmente outra, diversa. Os dispositivos midiáticos locais, ainda que venham ampliando o universo de referências sobre o Brasil e seus cidadãos, legitimam antigas representações estereotipadas, visto que a mídia não constitui uma instituição alheia aos contextos sócio-históricos e culturais. Como atestam os Estudos Culturais britânicos e latino-americanos (Hall, 2003; Martín-Barbero e Rey, 2001; Orozco, 2001; Lopes *et. al*., 2002), a intervenção social das práticas midiáticas deve ser dimensionada num prisma que evidencie as intrínsecas confluências entre, por um lado, os processos comunicativos e, por outro, as complexidades dos dinamismos culturais, relativizando os primeiros a partir das últimas. Nesse sentido, ao descentralizarmos as análises isoladas sobre os veículos de comunicação e seus conteúdos, isto é, os meios, cartografamos as matrizes culturais e as diferentes mediações, a exemplo dos cotidianos simbólicos e das memórias historicamente alinhavadas, que constituem as culturas massivas e os *meios-tecnologias* (Martín-Barbero, 1997, 2002).

O protagonismo da mídia portuguesa no processo de legitimação de uma identidade brasileira em Portugal justifica-se, pois, se a considerarmos como um conjunto de textos sócio-históricos a partir dos quais as audiências portuguesas revisitam um antigo imaginário colonial e acedem, localmente, a distintas referências brasileiras, posicionando comunidades simbólicas de sentido e partilha. Sendo assim, os ícones midiaticamente reatualizados tendem a intervir de modo muito circunspecto no sentido de reconfigurar as estruturas basilares de um imaginário historicamente edificado. Daí que não seja improcedente que os portugueses entrevistados nesta pesquisa afirmem que a atual identidade brasileira possa ser representada pelos seguintes vocábulos: *grandeza, praia, sol, natureza, alegria, Carnaval, futebol, pobreza, violência, crime.*

Referências

Alves, L. A. M. (2000) "O *brasileiro*: ausência e presença no Portugal oitocentista". In Portugal, Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses. *Os brasileiros de torna-viagem no Noroeste de Portugal.* Lisboa: CNCDP.

Appadurai, A. (2004). *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema.

Cortesão, J. (2000). *A carta de Pêro Vaz de Caminha.* Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Costa, J. P. da (2003). *Telenovela: um modo de produção. O caso português*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Cunha, E. L. (2002). "O Brasil no imaginário português". In *Revista Semear*, nº 6, http://www.letras.puc-rio.br/catedra/revista/6Sem_11.html (consultado em Maio de 2006).

Cunha, I. F. (2003). *A revolução de Gabriela: o ano de 1977 em Portugal.* http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=762 (consultado em Abril de 2006).

_____ (2005). *Brasileiras em Portugal: Fragmentos de uma realidade ficcionada*. Comunicação apresentada no Congresso Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Rio de Janeiro. Brasil.

_____ & Santos, C. A. (coords.) (2004). *Media, Imigração e Minorias Étnicas*. Lisboa: Observatório da Imigração.

_____ (2006). *Media, Imigração e Minorias Étnicas* II. Lisboa: Observatório da Imigração.

Hall, S. (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik. Tradução Adelaide La Guardiã Resende et. al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil.

Lopes et. al. (2002). *Vivendo com a telenovela: mediações, recepção, teleficcionalidade*. São Paulo: Summus.

Lourenço, E. (1999). *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.

Machado, I. J. de R. (2003). *Cárcere público: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto*, Portugal. Tese de doutoramento. Universidade de Campinas. http://www.ufscar.br/~igor/public/carcere%20publico%204.pdf (consultado em Dezembro de 2005).

Martín-barbero, J. (1997). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.* Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

_____ (2002). *Ofício de cartógrafo. Travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. Tradução de Fidelina González. São Paulo: Edições Loyola.

_____ & Rey, G. (2001). *Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. Trad. Jacob Gorender. São Paulo: SENAC.
Orozco, G. (2001). *Televisión, Audiências y Educación*. Buenos Aires: Norma.
Ribeiro, M. C. & Ferreira, Ana P. (orgs.) (2003). *Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo.* Porto: Campo das Letras.
Santos, B. de S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Volume 4. Porto: Edições Afrontamento.
_____ (2001) "Entre Prospero e Caliban". In Ramalho, Maria I. & Ribeiro, António S. (orgs.) *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade.* Colecção A sociedade portuguesa perante os desafios da globalização. Porto: Edições Afrontamento.
Vitório, B. da S (2005). *Imigração brasileira em Portugal. A identidade cultural nas margens do dizer*. Pesquisa de Pós-Doutorado integrada à investigação Mídia, Imigração e Minorias Étnicas, Instituto de Estudos Jornalísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

As representações do imigrante brasileiro no jornalismo impresso local: estudo de caso entre Braga (Portugal) e Trento (Itália)

Maíra Ribeiro
Universidade do Minho
mairamribeiro@gmail.com

Resumo: Esta investigação foi desenvolvida com o objetivo de verificar como e quando o imigrante brasileiro é notícia nos diários impressos regionais Diário do Minho (Braga, Portugal) e L'Adige (Trento, Itália) durante todo o ano 2007, escolhido pela União Europeia como o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos.
Nossa hipótese geral de pesquisa é de que o imigrante brasileiro seria representado enquanto grupo, e não como indivíduo "singular" e com características próprias. As sub-hipóteses estavam ligadas à presença de uma acentuada assimetria de gênero, onde os homens imigrantes brasileiros constituiriam a maioria das presenças nas notícias, associado a uma segmentação ocupacional dos imigrantes (homens enquanto desportistas e mulheres enquanto trabalhadoras sexuais). Além disto, esperávamos encontrar os imigrantes brasileiros como destaque em primeira página, na maioria dos casos, relacionados ao Desporto ou Criminalidade.
Observamos que os jornais impressos locais analisados, em relação ao tratamento informativo do imigrante brasileiro, trabalham na mesma linha dos jornais nacionais e, mesmo que em escala inferior, continuam a representar o imigrante através de uma imagem estereotipada, negativa e discriminatória.
Nesta comunicação, apresentamos os resultados obtidos através da análise quantitativa dos dados recolhidos durante o ano de 2007, que nos possibilitou verificar a representação dos "brasileiros" e "brasileiras" feita por estes dois diários locais. Os dados corroboraram nossas hipóteses.

Introdução

O ano de 2007 foi eleito pela União Européia (EU) como o *Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos.* Alguns dos objetivos do programa de iniciativas foram o de promover o debate sobre os benefícios do convívio em uma diversidade de povos e estimular uma crescente conscientização no tratamento igual para todos e uma vida livre de discriminação. Esta tomada de consciência é estruturada por um processo no qual o indivíduo não se limita a conhecer uma realidade tal como ela é, mas na relação "consciência-mundo" (e.g. Freire, 1980) através do respeito mútuo num ambiente de igualdade de direitos e oportunidades.

Nesta comunicação apresentaremos parte dos resultados quantitativos. A investigação foi realizada como dissetação de mestrado e apresentando outras metodologias que não serão aqui apresentadas. O estudo vem ao encontro da promoção do debate sobre a discriminação e o preconceito nos *media*. Acreditamos ser relevante observar o discurso jornalístico para tentarmos identificar o tipo de posicionamento dos mesmos no tratamento das minorias étnicas e/ou dos imigrantes, além das possíveis repercussões sociais. Porém, estudar o discurso da diferença vai além de uma definição de termos. Viver em um contexto de exclusão é, para o excluído, uma constante busca de reafirmação pessoal; para quem exclui, um eterno estado de medo invisível, de construir-se através do "outro", da necessidade inconsciente de recriá-lo com tudo aquilo que não somos ou não queremos ser (e.g. Ehrenberg, 1995; Foucault, 2003).

Vemos o jornalismo local1 exercendo um papel fundamental nos processos de construção e percepção social (e.g. Camponez, 2002; L. T. Ribeiro, 2006; Sousa, 2002). É através dele que recebemos informações sobre o que acontece na cidade onde vivemos, na rua de casa ou na escola dos nossos filhos. Sendo assim, o jornalismo de proximidade atua como um instrumento ainda mais forte no reforço dos estereótipos sociais (e.g. Cabecinhas, 1998, 2002; Lippmann, 1922) quando a realidade a qual projeta ou reflete é particularmente conhecida.

1 Para fins desta comunicação, entendemos jornalismo impresso local, jornalismo impresso regional, imprensa regional e jornalismo de proximidade como sinônimos.

Neste estudo, propomos investigar especificamente as representações do imigrante brasileiro. Esta escolha foi baseada em dois fatores principais. O primeiro, por questões de exeqüibilidade, pois verificamos em uma fase exploratória que o volume de notícias relacionadas aos imigrantes em geral e às minorias étnicas era muito grande, o que tornaria inviável o processamento de toda a informação, dado o período de um ano disponível para a dissertação, além da justificativa histórica ligada ao percurso migratório de Portugal e Itália, países de forte emigração ao Brasil nos séculos passados e sua posterior influência na atualidade imigratória de ambos.

Contudo, nossa escolha pelo jornalismo local também se deve ao fato de podermos analisar dois contextos diferentes, mas com características semelhantes. A escolha das cidades de Braga e Trento obedeceu alguns critérios de proximidade no que tangem ao número de habitantes, área geográfica, componentes históricos e sociais. A expansão da análise de um jornal externo ao contexto português revelou-se enriquecedora para a pesquisa, pois pode trazer informações sobre convergências no tratamento das notícias.

Para complementar as características acima citadas, os brasileiros constituem a maior população estrangeira na cidade de Braga, segundo dados do Relatório Estatístico do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2005, p. 14). Em Trento, de acordo com o *Rapporto Annuale do Centro Informativo per l'Immigrazione,* com dados do *Commissariato del Governo di Trento*, o número de imigrantes brasileiros que entraram com processo de aquisição de cidadania passou de 7,6% do total de pedidos em 2003, para 37,3% em 2005 (CINFORMI, 2006, pp. 61-62).

Finalmente, acreditamos que uma observação mais detalhada sobre como o jornalismo local trata as notícias relacionadas, direta ou indiretamente, aos imigrantes brasileiros possa contribuir na construção desta esperada "conscientização", além de devolver aos jornais e leitores uma análise mais aprofundada do que foi publicado. Porém, gostaríamos de recordar que "notícias publicadas poderão produzir efeitos sobre a realidade, não perdendo de vista que se trata de um processo biunívoco: os *media* têm influência no espaço público, logo na opinião pública, mas, em certa medida, também reproduzem o que esta tem como adquirido" (Santos, 2007, p. 80).

Enquadramento teórico

Procuramos fazer um elenco de alguns autores mais representativos nos estudos das diferentes expressões de racismo: os estereótipos (dimensão cognitiva), o preconceito (dimensão afetiva) e a discriminação (dimensão comportamental) (Cabecinhas, 2007). Apresentaremos ainda algumas definições sobre a *percepção da variabilidade grupal* dentro dos estudos da cognição social2. Nosso objetivo não é fornecer um quadro exaustivo de autores e teorias, mas buscar clarificar alguns conceitos para tentarmos identificar melhor algumas conseqüências que o tratamento estereotipado do imigrante nos *media* pode causar no seio da sociedade atual.

O jornalista, escritor e analista político americano Walter Lippmann é considerado o pioneiro na definição do conceito contemporâneo de estereótipo. A publicação de sua obra *Public Opinion* (1922) veio acompanhada de muita polêmica pelo caráter inovador e ousado do seu conteúdo. Para Lippmann, os estereótipos funcionam como "mapas" que nos auxiliam a compreender o mundo e interagir como seres sociais que somos.

"For most part we do not first see, and then define, we define first and then see" (Lippmann, 1922, p. 54). Para o autor, são construções fruto de um processo natural e inevitável, que levam à simplificação abusiva na definição de grupos sociais. Os estereótipos seriam responsáveis ainda pela formação de modelos mentais rígidos e de difícil mudança, analogamente à origem etimológica da palavra "estereótipo", em que *stereo*, em grego, significa "firme", "sólido". Entretanto, o autor complementa que o processo de mudança é possível, apesar de lento e baseado em uma forte educação crítica.

Um dos motivos que explicaria o caráter "fixo" dos estereótipos seria precisamente a necessidade de o indivíduo proteger a sua definição da realidade. Segundo Lippman, os estereótipos "are the fortress of our tradition, and behind its defense we can continue to feel ourselves safe in the position we occupy" (Lippmann, 1922, p. 64).

Algumas das idéias inovadoras de Lippmann sobre os estereótipos foram negligenciadas pela grande maioria das investigações efetuadas nos trinta anos a seguir. Foram recuperadas, a partir dos trabalhos de Bruner (1954) dentro da cognição social, com Allport (1954/1979) com elementos sobre as funções psicossociais dos estereótipos e nos trabalhos de Tajfel (1969), através da ligação direta dos estereótipos ao processo de categorização, que integra um modelo explicativo das relações intergrupais (*in* Cabecinhas, 2004).

Os estereótipos também foram alvo de estudos empíricos através de inquéritos (metodologia muito criticada pelos investigadores que tratam dos estereótipos, porém a mais utilizada na análise do conteúdo dos mesmos). Foram Katz e Braly (1933; 1935), através da sua famosa "lista de adjetivos", que procuraram estudar mais a fundo o conteúdo dos estereótipos no seio da sociedade americana da década de 1930. Seus estudos consistiam na aplicação de um inquérito com uma lista de 84 adjetivos, curiosamente recolhidos na imprensa e literatura da época, compilados por 100 estudantes universitários (americanos *brancos*) nas descrições de dez grupos: alemães, americanos, chineses, ingleses, irlandeses, italianos, japoneses, judeus, negros e turcos (in Cabecinhas, 2004).

2 A expressão "cognição social" foi introduzida na Psicologia Social por Bruner e Tagiuri (1954), num artigo sobre a percepção de pessoas. Esta designação foi considerada pouco elucidativa pelos investigadores da época (e.g. Leyens, Yzerbyt, & Schadron, 1994, p. 15) até os anos oitenta, quando passou a ser dominante no seio da disciplina (Cabecinhas, 2004).

A "Trilogia de Princeton", como foram chamados os estudos empíricos iniciados por Katz e Braly, apresentou algumas flutuações no conteúdo dos estereótipos em função dos momentos históricos. Verificaram-se mudanças de conteúdo em nível superficial, com a moderação do tipo de linguagem utilizada em função do politicamente correto. O endogrupo (americanos brancos) continuou a ser avaliado mais favoravelmente do que os exogrupos.

Os resultados dos três estudos mostraram ainda que o endogrupo avaliou mais favoravelmente os grupos norte-europeus do que os de origem asiática ou africana, devido a menor "distância cultural" entre eles. Conseqüentemente, quanto maior a distância cultural, mais negativa e rígida seria a avaliação (e.g. Hartley, 1946/1969). Esses estudos foram centrados na percepção da distância social e no conteúdo dos estereótipos através da tendência social percebida sob as diversas características apresentadas.

As investigações sobre os processos de formação, manutenção e mudança dos estereótipos, as conseqüências destes nas interações pessoais abriram um novo caminho nesse tipo de pesquisa. Já não bastava o estudo da *tendência social percebida,* os investigadores queriam agora medir a *variabilidade grupal percebida*, ou seja, o grau que um indivíduo julga o "outro" como mais ou menos homogêneo (e.g. Quattrone & Jones, 1980).

Os estudos sobre a *percepção da variabilidade grupal* são de extrema relevância para esta investigação. O modo como vemos um indivíduo como mais ou menos homogêneo determina o grau de personalização que atribuímos ao mesmo, ou seja, se generalizamos dizendo que os "chineses são todos iguais", vemos os chineses enquanto grupo. Isto faz com que estes percam o seu "estatuto de pessoas singulares" (Cabecinhas, 1998, p. 5). De um modo geral, quanto mais informação tivermos sobre determinado grupo, mais heterogêneo tornar-se-á na nossa escala de diferenciação individual. Essa percepção é um dos fatores que pode influenciar o sucesso das medidas de mudança dos estereótipos e o combate da discriminação intergrupal (e.g. Cabecinhas, 2007; Oakes, Haslam, & Turner, 1994).

Para tentarmos perceber melhor como funcionam estas relações, passaremos a explicar alguns conceitos relacionados aos efeitos de homogeneidade grupal (e.g. Lorenzi-Cioldi & Doise, 1990; Quattrone & Jones, 1980) e suas relações entre os grupos dominados e dominantes. Como já mencionamos, não pretendemos expor um quadro teórico exaustivo. Nosso objetivo é buscar perceber esses efeitos e suas implicações na formação dos estereótipos através de um quadro simplificado de alguns autores e suas teorias.

A pesquisa sobre a *percepção da variabilidade grupal* desenvolveu-se essencialmente nas últimas três décadas e pode ser apresentada em três diferentes percursos (Ostrom, Carpenter, Sedikides, & Li, 1993). O primeiro é ligado aos estudos empíricos do *efeito de acentuação* (e.g. Tajfel & Turner, 1979) e *efeito da homogeneidade do exogrupo* (e.g. Quattrone & Jones, 1980).

O segundo percurso aponta para a importância do contexto social e da identidade social na *percepção da variabilidade grupal*. Esses fatores vieram a demonstrar que o *efeito da homogeneidade do exogrupo* é assimétrico (e.g. Simon, 1992). A terceira e última linha de pesquisadores veio no sentido de explicar o motivo destas assimetrias, atribuindo ao estatuto dos indivíduos (dominantes e dominados) o papel de moderador da percepção intergrupal (Cabecinhas, 2007; Lorenzi-Cioldi, 2002).

Dentro do primeiro grupo de autores, encontramos os estudos empíricos sobre o efeito da acentuação e da homogeneidade do exogrupo. O primeiro efeito faz parte da Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1972), originalmente desenvolvida para tentar perceber a base psicológica da discriminação intergrupal, que levava membros de um grupo discriminar a favor do "grupo de pertença" e contra o "grupo dos outros".

Desenvolvida em três partes – Categorização, Identificação e Comparação – a Teoria da Identidade Social apresenta-se como uma rede interligada de teorias da Psicologia Social baseadas em *quando* e *porque* os indivíduos identificam-se e comportam-se como membros de grupos sociais, partilhando atitudes frente aos demais grupos. Para esta investigação, iremos nos limitar ao estudo do efeito da homogeneidade grupal.

O *efeito da homogeneidade do exogrupo* consiste na tendência para perceber o grupo dos "outros" como mais homogêneo do que o grupo de pertença. As pesquisas empíricas utilizando grupos relacionados com a cor da pele (negros/brancos) tentaram identificar o grau de percepção que o endogrupo (brancos) tinha em relação ao exogrupo (negros). Através de uma lista com vários adjetivos, os investigadores verificaram que os "negros" eram descritos pelos "brancos" com menor complexidade e divergência de traços. O mesmo não ocorria quando avaliavam o próprio grupo, atribuindo um maior número de características com um baixo consenso em relação ao perfil típico do "branco". Porém, esses estudos possuíam a lacuna de não apresentarem uma comparação com o grupo dos "negros", o que gerava uma disparidade de resultados e não verificáveis sob o ponto de vista do exogrupo.

No entanto, revisões de literatura têm demonstrado que, apesar de habitualmente o exogrupo ser percebido como mais homogêneo do que o endogrupo, em algumas circunstâncias, verifica-se a situação inversa (e.g. Devos, Comby, & Deschamps, 1996; Krueger, 1992; Simon, 1992). Esses enviesamentos nos estudos da *variabilidade grupal percebida* demonstraram que os padrões de homogeneidade e de diferenciação são complexos e dependem da natureza das relações entre os grupos (e.g. Cabecinhas, 1994, 1998; Lorenzi-Cioldi, 1988).

Alguns estudos atribuem que o *efeito da homogeneidade do exogrupo* pode ser invertido se relacionado com algumas minorias (e.g. Simon, 1992). Outros investigadores argumentam que o fator de inversão do efeito não é relacionado ao tamanho dos grupos (minorias), mas ao estatuto social (e.g. Lorenzi-Cioldi, 1998; Lorenzi-Cioldi, Deaux, & Dafflon, 1998; Lorenzi-Cioldi, Eagly, & Stewart, 1995).

De acordo com Lorenzi-Cioldi (1998), o estatuto influencia o processamento da informação social: os grupos dominantes enfatizam a distintividade individual enquanto os grupos dominados salientam a indiferenciação dos seus membros. Sendo assim, os membros do grupo dominado são percebidos de forma mais homogênea do que os membros do grupo dominante, em que o ponto de vista do observador passa a ser indiferente, podendo ser membro de um grupo ou de outro (Cabecinhas, 1998).

Como já referimos, as expressões de racismo podem ser analisadas a partir de três dimensões: cognitiva (estereótipos), afetiva (preconceito) e comportamental (discriminação). Porém, o racismo de hoje já não é o de outrora, a percepção social do "politicamente correto" alterou-se após a II Guerra Mundial, o que não significa que o racismo tenha desaparecido. O racismo atual manifesta-se essencialmente pela negação do reconhecimento da singularidade do outro, ou seja, os membros das minorias são tratados simplesmente como membros de uma categoria homogênea. Este processo é reforçado pelos meios de comunicação social, através do tratamento mais automático da informação sobre os membros das minorias raciais ou étnicas, isto é, menos personalizado e mais baseado nos estereótipos sociais (Cabecinhas, 2007, 2008).

Para Mazzara (1997), a definição, a formação e a reprodução do preconceito podem ser reunidas em quatro categorias teóricas. A primeira compreende as definições do preconceito enquanto processo ordinário ligado diretamente ao indivíduo singular, procurando nas "bases naturais dos preconceitos" os processos de funcionamento do indivíduo enquanto tal. Integram essa primeira categoria todas as explicações sócio-biológicas e evolutivas de hostilidade contra os que são "diferentes", que conduzem a um instinto primitivo de conservação do próprio grupo, funcional para a reprodução do preconceito em si. A essa categoria podem ser reconduzidas todas as elaborações teóricas racistas ou baseadas na justificação das próprias idéias dos grupos neonazistas da nova direita européia (*in* Tarter, 2000).

Na segunda categoria, encontramos todas as teorias que consideram os estereótipos e preconceitos processos ordinários, mas que englobam a sociedade e o contexto social. São analisados nessa categoria os modos típicos das relações entre o indivíduo em si e os grupos dentro de um determinado sistema social. Essa categoria inclui a teoria cognitiva do preconceito, inspirada na célebre obra *The Nature of Prejudice* (Allport, 1954/1979).

A terceira categoria enfatiza o caráter assimétrico dos processos individuais de formação e reprodução do preconceito e dos comportamentos hostis frente ao "diferente". Compreende as teorias psicológicas racionalistas de inspiração freudiana, que vêem o preconceito como um fenômeno irracional do indivíduo, patológico e assinala como um distúrbio mental e uma inadequação no processo de adaptação às normas sociais, responsável por comportamentos de ordem discriminatória, de segregação e de desordem social (e.g. Zanotti, 1997). Nessa categoria encontram-se os estudos sobre a "personalidade autoritária"3 (Adorno, Frenkel-Brunswilk, Levinson, & Sanford, 1950) que estariam na base dos comportamentos etnocêntricos.

Na quarta categoria entram os estudos sobre os estereótipos e o preconceito como processos ativados, sob determinadas condições, pelos sistemas sociais, com particular referência às modalidades assimétricas e historicamente definidas de organizações sociais que conduziram à institucionalização de práticas discriminatórias. Por exemplo, as teorias que remontam o preconceito à pertença social e ao conflito endogrupo e exogrupo e os paradigmas funcionalistas que o vêem como um obstáculo à integração/assimilação dos imigrantes na sociedade acolhedora.

O preconceito traduzido em ação pode levar a dois tipos de comportamentos sociais. A discriminação direta (por exemplo, a segregação racial e sexual) faz o indivíduo, agente da discriminação, posicionar-se fora das normas "anti-racistas" em vigor. E a discriminação indireta, traduzida em atitudes discriminatórias dissimuladas (por exemplo, em uma oferta de emprego, eliminar candidatos de uma determinada zona da cidade porque moram em um bairro onde a maior parte da população é de etnia cigana). A discriminação indireta é normativa, apesar de ser condenada pela Comissão Européia e combatida nas diversas campanhas promovidas contra a discriminação (Comissão Européia, 2005). Por sua vez, os indivíduos que internalizaram a norma, rejeitam ambas as formas de discriminação (e.g. Pettigrew & Meertens, 1995; Vala, 1999).

A discriminação direta é alimentada por comportamentos de rejeição do endogrupo em relação ao exogrupo (por exemplo, ao ver o exogrupo enquanto ameaça). Segundo a Diretiva Européia 2000/43/CE, considera-se discriminação direta "sempre que, em razão da origem racial ou étnica, uma pessoa seja objecto de tratamento menos favorável que aquele que é, tenha sido ou possa vir a ser dado a outra pessoa em situação comparável" (Comissão Européia, 2000, p. 3).

Já a discriminação indireta opera com uma visão míope do "outro" (por exemplo, ignorar que o grupo-alvo possua valores sociais tradicionais, reforçar as diferenças culturais entre o grupo-alvo e o endogrupo e ter dificuldade em reconhecer atributos positivos ao grupo-alvo). Segunda a mesma diretiva européia, considera-se a existência de discriminação indireta "sempre que uma disposição, critério ou prática aparentemente neutra coloque pessoas de uma dada origem racial ou étnica numa situação de desvantagem comparativamente com outras pessoas" (*ibidem*).

São as representações sociais partilhadas sobre determinados grupos que determinam, em grande medida, as ações dos indivíduos. Logo, é o controle maior/menor sobre atos e mentes dos membros de um grupo (dominado) que atribui maior/menor poder ao indivíduo/grupo/instituição. Dessa forma, o domínio das representações sociais é fonte de poder dos

3 Segundo Colombo (1999), a personalidade autoritária é caracterizada por indivíduos fracos e que se sentem constantemente ameaçados, mesmo quando encontram-se junto aos membros do seu grupo de pertença, e que vivem em estado permanente de luta e competição. Para o autor, o etnocentrismo derivaria da insegurança e da repressão que sofrem e levam o indivíduo a reproduzi-lo contra o exogrupo. A personalidade autoritária leva ao extremo o preconceito e o conformismo, transformando-os em algo rígido, hostil e o indivíduo passa a não ser capaz de confrontar-se com o outro.

indivíduos/grupos/instituições. Os *media* possuem parte desse domínio, enquanto veículo de legitimação ou produção das representações sociais partilhadas, podendo tornar o objeto representado membro ou margem das relações dentro dos sistemas sociais.

Grelha de Análise

Da grelha inicial utilizada para o pré-teste com 14 variáveis, chegamos a uma grelha final com 26 variáveis. Este acréscimo no número de variáveis deve-se ao fato de termos conseguido analisar os detalhes gráficos dos jornais, informações que no estudo exploratório não nos era possível classificar.

Na grelha é possível identificar dois grupos de variáveis. Um primeiro grupo relacionado às matérias em geral para verificar *quando* o imigrante brasileiro é notícia e um segundo que busca identificar *como* ele é noticiado.

As primeiras cinco variáveis e as duas últimas serviram somente como organizadoras da recolha de dados e não foram utilizadas nas nossas análises de forma direta. Uma pequena referência às duas últimas variáveis nominais – **Merece ser aprofundada e Nota** – foi importante para ressaltar pormenores, possibilitando um retorno rápido e eficiente aos dados.

Para o primeiro grupo temos as 12 variáveis que caracterizaram as matérias de forma mais pormenorizada. A variável **Tema** compreende as seguintes subcategorias: Desporto, Arte e *Media*, Casos de Polícia, Imigração *Ilegal,* Prostituição, Leis e Tribunais, Educação e Cidadania, Micro/Macro Estrutura, Demografia, Convívios, Identidade, Solidariedade, Preconceito. Esta variável foi criada à medida que as notícias foram aparecendo. Essa metodologia pareceu-nos mais adequada por não sabermos exatamente como a imprensa regional abordava os assuntos relacionados aos imigrantes, visto que a maioria dos estudos efetuados nos mais variados países sobre a cobertura jornalística relacionada às questões dos imigrantes costuma utilizar os jornais nacionais e de larga distribuição.

Para a variável **Gênero Jornalístico**, utilizamos as definições clássicas de Notícia, Breves, Artigo, Reportagem, Entrevista, Editorial, Crônica, Opinião, Estudos, Outros. Optamos por retirar os Estudos da categoria Outros em função do jornal *L'Adige*. Esta escolha foi efetuada após a fase de pré-teste da grelha (ver M. Ribeiro, 2008), pois verificamos uma presença considerável de Estudos Demográficos nas matérias publicadas por este jornal, o que poderia inflacionar os dados relativos à categoria Outros.

Em **Dimensão da Notícia**, buscamos identificar o espaço físico ocupado pelas matérias em que o imigrante brasileiro foi notícia. Neste trabalho, não exploraremos muito essa variável por não possuirmos recursos temporais e físicos suficientes para uma análise mais detalhada. Todavia, gostaríamos de reforçar a importância desta classificação, pois nos ajuda a identificar, de forma mais direta, a visibilidade real que essas matérias tiveram ao longo do ano.

As variáveis nominais **Título da Notícia, Subtítulos e Chamadas e Título 1ª Página** foram posteriormente analisadas aplicando a Análise Crítica do Discurso (van Dijk, 1991) para verificar *como* o imigrante brasileiro foi destaque nos jornais impressos em análise, porém, não apresentaremos os resultados obtidos nesta comunicação.

Para as variáveis relacionadas com a imagem foram **Utilização de Imagem, Tipo de Imagem Noticiada** e **Foto-legenda**, categorizadas por Fotografia Preto e Branco (PB), Fotografia Cores, Misto, Gráficos e Tabelas, Desenho e Caricatura e Outro.

A variável **Tipo de Assinatura** vem para identificar o grau de importância e responsabilização atribuídas pelo jornal às matérias publicadas através de uma escala de responsabilidade (Jornalista, Jornal, Agência de Notícias, Mista, Outro, Sem assinatura). Essa variável pode fornecer informações sobre o grau de importância atribuído às fontes para a realização dessas matérias. Uma matéria assinada possui maior peso do que, por exemplo, uma matéria em que o responsável pela elaboração da mesma não tem interesse em publicar seu nome associado. As demais questões que envolvem responsabilização e proteção pessoal do jornalista foram tratadas pontualmente na análise dos dados.

A **Atribuição das Matérias**[4] complementa nominalmente a variável anterior, verificando quem efetivamente assinou as matérias publicadas. Essa variável ajuda a esclarecer possíveis ambigüidades no tratamento dos dados, pois serve a identificar, em uma análise qualitativa, a produção e evolução discursiva de um mesmo interlocutor.

Para o segundo grupo de variáveis encontramos outras sete que nos ajudaram a caracterizar o imigrante brasileiro dentro das matérias recolhidas ao longo do ano. Inicialmente procuramos identificar com a variável **Citação da Fonte** se o imigrante tinha voz ativa dentro do texto jornalístico.

A seguir, procurando responder parte da nossa pergunta de partida de *como* o imigrante brasileiro foi noticiado no jornalismo impresso local, desenvolvemos as variáveis **Nível de Individualização** e **Nível de Personalização**. Segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (Ferreira, 2004), individualizar é tornar individual; especializar, particularizar, caracterizar, distinguir. Já o verbo personalizar, segundo o mesmo dicionário, refere-se ao ato de atribuir qualidades de pessoa a; personificar, nomear ou indicar a pessoa de, dar caráter pessoal a; tornar pessoal.

A individualização é referida à caracterização enquanto ser individual ou de grupo. Já as características personalizadas dizem respeito às informações que caracterizam o indivíduo enquanto pessoa atribuindo, por exemplo, nome, ocupação e outras informações mais pormenorizadas. Sendo assim, dentro da variável de **Individualização**, temos as subcategorias Indivíduo, Família, Grupo Homogêneo, Grupo Heterogêneo, Outro.

---

4 O jornal italiano L'Adige possui um elevado número de colaboradores externos à redação. Todavia, segundo o chefe de redação do jornal, Roberto Timo, não existe uma diferenciação para o público dessa organização de pessoal. Sendo assim, consideramos as matérias assinadas por colaboradores freqüentes como sendo elaboradas por jornalistas.

As classificações foram efetuadas tendo como base a representação dos imigrantes em cada uma das matérias. Foram considerados indivíduos quando eram reportadas informações específicas sobre a pessoa em questão. Consideramos a Família como um grupo a ser diferenciado dos demais, pois acreditamos que a sua caracterização recebe um tratamento diferenciado dos demais grupos. Todavia, relembramos que é a representação enquanto família; sendo assim, pode ser considerada apenas relativa a um indivíduo. A distinção entre Grupo Homogêneo e Heterogêneo está relacionada fundamentalmente com a ocupação do imigrante. Os dados foram classificados baseados no tipo de representação; sendo assim, se um grupo de imigrantes é noticiado por uma mesma ação sem distinção, será considerado Homogêneo, mas, se dentro desse mesmo grupo foram mencionadas características que atribuem diferentes ocupações, passará então à categoria Heterogêneo. As associações e outros grupos organizados foram caracterizados como Outro.

Para o **Nível de Personalização**, temos as subcategorias Numérico, Nominal, Associativo e Outro. Nessas classificações, procuramos identificar cada indivíduo para verificarmos se eram representados com mais particularidades ou em um nível mais grupal. Tratamos como Numérico todos os imigrantes que foram tratados exclusivamente pela nacionalidade (por exemplo, um(a) brasileiro(a), os brasileiros, etc.). Para a subcategoria Nominal, identificamos todos os imigrantes que obtiveram como unidade mínima de informação o próprio nome. Para o Associativo, todos aqueles que, além do nome, foram ouvidos enquanto representantes de uma Associação. A última classificação como Outro foi utilizada aos demais grupos organizados (grupos de dança, música, etc.).

A variável **Sexo** foi dividida em Homem, Mulher, Misto e Não identificado (NI). A subcategoria Misto foi criada para classificar os Grupos (homogêneo, heterogêneo e família) dentro da variável Nível de Individualização. O **Estatuto** foi previamente classificado, mas sofreu alterações ao longo da inserção dos dados. Foi dividido em Especialista, Estatístico, Acusado, Vítima, Cidadão comum, Celebridade, Profissional e Outro. No caso do Desporto, os selecionadores e técnicos foram caracterizados enquanto Especialistas. Os desportistas, em modo geral, foram classificados como Profissional.

A variável **Ocupação** dos imigrantes brasileiros durante o ano de 2007 também sofreu alterações ao longo do tratamento dos dados. A classificação final ficou em Profissionais de Educação, Trabalhadores Sexuais, Artistas, Traficantes, Desportistas, Estudantes, Religiosos, Empresários, Empregados, Políticos, Jornalistas, Criminosos, Profissional Liberal Especializado, Desempregados, Outro e Não identificado (NI). Optamos por criar a categoria Criminosos para identificar as variações neste tipo de representação. Foram incluídos na categoria Criminosos os imigrantes noticiados como acusados de crimes de natureza grave.

A última variável, **Comportamento Associado**, pode ser considerada a mais subjetiva do ponto de vista metodológico. Procuramos identificar em que modo o imigrante brasileiro comportava-se nas matérias que foram publicadas, ou seja, se possuía um comportamento positivo dentro das regras sociais de "boa conduta" (boa performance, boa moral, bom exemplo, bons costumes, etc.) ou se era associado a um comportamento negativo e socialmente mal visto (baixo rendimento, prática de crimes, mau exemplo, etc.). O comportamento neutro refere-se às notícias em que o centro da ação não era o imigrante, sendo assim não mensurável. Já o comportamento misto ocorre exatamente o contrário, em que as ações do indivíduo são o alvo da notícia, mas apresentam, dentro da mesma matéria, comportamentos positivos e negativos.

Resultados

Os cruzamentos de variáveis obedecem à separação dicotômica de ocupação, entre *Desportistas* e *Outros*. Esta escolha deve-se ao tipo de dados obtidos, pois o número de desportistas presentes na nossa recolha é muito elevado, o que poderia inflacionar algumas informações. Para o jornal *Diário do Minho*, obtivemos 90,2% de indivíduos com a ocupação Desportistas. Já o jornal italiano *L'Adige* apresentou 78,5% dos imigrantes com essa ocupação. É importante ressaltar que os desportistas são notícia pelo grupo e ocupação que representam e não como indivíduos imigrantes. Conseqüentemente, também acabam por receber um tipo de tratamento diferenciado dos veículos de comunicação. Além disso, os dados serão apresentados de forma resumida, ou seja, para as categorias de maior presença de imigrantes.

Diário do Minho

Os dados aqui apresentados serão ilustrados de forma breve e direta. Iremos evidenciar os resultados que consideramos mais relevantes para tentarmos perceber *como* e *quando* o imigrante brasileiro é notícia no *Diário do Minho* durante o ano de 2007. A recolha dos dados procedeu-se por palavra-chave, em que obtivemos um total de 294 edições, 634 matérias e 765 presenças de imigrantes brasileiros.

Iniciamos com a variável **Ocupação** (Tabela 1a) para justificar a posterior divisão dicotômica das demais variáveis em *Desportistas* e *Outros*. Podemos observar através dos dados da Tabela 1a, a presença de ocupações que se relacionam aos estereótipos do imigrante brasileiro de acordo com o sexo, alguns dos quais presentes nas nossas hipóteses. Para as mulheres, temos 24,2% como trabalhadoras sexuais. Além disto, em 39,4% das presenças a ocupação não é identificada, comparada aos 1,1% dos homens.

Para as ocupações identificadas, temos os homens como desportistas em 96,8% das presenças. Esses números demonstram uma profunda desigualdade no tratamento entre homens e mulheres. As mulheres são tratadas jornalisticamente com menor atenção, isto é, com uma menor quantidade de informações sobre as suas características individuais.

Em terceiro lugar, as mulheres aparecem como traficantes (de drogas, de pessoas, etc.). Mais uma vez, uma ocupação associada a comportamentos socialmente indesejados, o que acaba por reforçar uma imagem da mulher mais negativa do que a do homem. Somente 18,2% das presenças femininas são associadas a ocupações socialmente valorizadas,

como artistas (3%), desportistas (6,1%) e profissionais de educação (9,1%). Assim, a imagem da imigrante brasileira aparece como mais homogênea e menos positiva do que a do imigrante brasileiro.

Tabela 1[a]

Ocupação por Sexo

Ocupação do Imigrante		Sexo				
		Homem	Mulher	Misto	NI	Total
Desportistas	N	688	2	0	0	690
	% por Sexo	**96,8%**	6,1%	0,0%	0,0%	**90,2**%
Não identificado	N	8	13	0	6	27
	% por Sexo	1,1%	**39,4**%	0,0%	30,0%	**3,5**%
Trabalhadores Sexuais	N	1	8	1	0	10
	% por Sexo	0,1%	**24,2**%	100,0%	0,0%	1,3%
Artistas	N	4	1	0	2	7
	% por Sexo	0,6%	3,0%	0,0%	10,0%	0,9%
Estudantes	N	2	0	0	4	6
	% por Sexo	0,3%	0,0%	0,0%	20,0%	0,8%
Traficantes	N	0	6	0	0	6
	% por Sexo	0,0%	**18,2%**	0,0%	0,0%	0,8%
Total	N	711	33	1	20	765
	% por Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Já na variável **Estatuto** (Tabela 2a), temos o grupo *Desportistas* em 94,5% das presenças como Profissionais, e o grupo *Outros* como Acusados em 45,3%. Esta variável evidencia a diferença no tratamento do imigrante brasileiro desportista em relação às demais ocupações. Para o grupo *Outros*, além de Acusado, temos como Cidadão comum que, a exemplo dos primeiros, quase não possuem voz nos meios de comunicação. Para as imigrantes brasileiras, convém salientar que, em segundo lugar, encontram-se caracterizadas como Vítima (12,9%), e em terceiro lugar como Cidadão comum (9,7%).

No total das representações relacionadas ao estatuto do imigrante brasileiro, observamos que as presenças consideradas de estatuto mais elevado ou "positivo" (Celebridade, Profissional, Especialista) ocupam as últimas posições em relação às presenças analisadas. Na maioria dos casos, esse tipo de associação reforça os estereótipos negativos associados aos imigrantes e são representados como detentores de um baixo estatuto (cf. Cabecinhas, 2007).

Tabela 2a:

Estatuto por Sexo

				Sexo				
				Homem	Mulher	Misto	NI	Total
Desportistas	Estatuto	Especialista	N	34	0	-	-	34
			% por Sexo	4,9%	0,0%	-	-	4,9%
		Acusado	N	3	0	-	-	3
			% por Sexo	0,4%	0,0%	-	-	0,4%
		Celebridade	N	1	0	-	-	1
			% por Sexo	0,1%	0,0%	-	-	0,1%
		Profissional	N	650	2	-	-	652
			% por Sexo	94,5%	100,0%	-	-	94,5%
	Total		N	688	2	-	-	690
			% por Sexo	100,0%	100,0%	-	-	100,0%
Outros	Estatuto	Especialista	N	0	2	0	0	2
			% por Sexo	0,0%	6,5%	0,0%	0,0%	**2,7%**
		Estatístico	N	0	1	0	9	10
			% por Sexo	0,0%	3,2%	0,0%	45,0%	13,3%
		Acusado	N	11	21	1	1	34
			% por Sexo	**47,8%**	**67,7%**	100,0	5,0%	**45,3%**

						%		
		Vítima	N	2	4	0	3	9
			% por Sexo	8,7%	**12,9%**	0,0%	15,0%	12,0%
		Cidadão comum	N	3	3	0	7	13
			% por Sexo	**13,0%**	9,7%	0,0%	35,0%	**17,3%**
		Celebridade	N	5	0	0	0	5
			% por Sexo	21,7%	0,0%	0,0%	0,0%	**6,7%**
		Profissional	N	2	0	0	0	2
			% por Sexo	8,7%	0,0%	0,0%	0,0%	**2,7%**
	Total		N	23	31	1	20	75
			% por Sexo	100,0%	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %

Com a variável **Comportamento associado** (Tabela 3a) fica mais evidente a diferença no tratamento do imigrante desportista em relação as demais ocupações. O comportamento associado ao Desporto, na sua maioria, é relacionado a práticas positivas. Porém, quando observamos as demais ocupações, o quadro se inverte. Passamos a ter 70,7% das presenças associadas a comportamentos negativos.

Esta variável ilustra *como* o imigrante brasileiro foi representado durante o período em análise. Vem também ao encontro de uma tendência verificada em estudos anteriores, em que o imigrante é representado sob um prisma positivo quando relacionado à sua performance como desportista ou pelos seus dotes artísticos.

Esta "positividade" pode, em alguns casos, ser associada a uma imagem de pouca seriedade. Nesses casos, as conseqüências sociais podem ser muito marcantes. Por exemplo, práticas de redação onde dificilmente um imigrante terá voz nas questões consideradas importantes como Política ou Economia. Temos o imigrante como fonte somente nas notícias relacionadas à criminalidade ou ao entretenimento, reforçando também o estereótipo do "exótico" (e.g. Cabecinhas, 2008; Castles & Davidson, 2000).

Quando inserimos a variável **Tema** no cruzamento **Comportamento associado** por Sexo verificamos que, na totalidade dos temas abordados, os homens são associados a comportamentos positivos em 62,4% das presenças, enquanto para as mulheres encontramos um quadro inverso, com 81,8% das presenças associadas a comportamentos negativos, com destaque para a Imigração *Ilegal*.

No Desporto, são os jogadores de futebol os mais cotados nas notícias. Todavia, o discurso continua muitas vezes a ser marcado por referências negativas e/ou pejorativas que precisariam de um estudo mais aprofundado através da análise do discurso. O mesmo ocorre nos Casos de Polícia em que a referência categorial ao grupo étnico ou nacionalidade reforça o estereótipo negativo associado ao tema.

Tabela 3a:

Comportamento associado por Sexo

				Sexo				
				Homem	Mulher	Misto	NI	Total
Desportistas	Comportamento associado	Positivo	N	434	1	-	-	435
			% por Sexo	63,1%	50,0%	-	-	**63,0%**
		Negativo	N	199	0	-	-	199
			% por Sexo	28,9%	0,0%	-	-	28,8%
		Neutro	N	32	0	-	-	32
			% por Sexo	4,7%	0,0%	-	-	4,6%
		Misto	N	23	1	-	-	24
			% por Sexo	3,3%	50,0%	-	-	3,5%
	Total		N	688	2	-	-	690
			% por Sexo	100,0%	100,0%	-	-	100,0%
Outros	Comportamento associado	Positivo	N	10	3	0	6	19
			% por Sexo	43,5%	9,7%	0,0%	30,0%	25,3%
		Negativo	N	13	27	1	12	53
			% por Sexo	56,5%	87,1%	100,0%	60,0%	**70,7%**
		Neutro	N	0	1	0	2	3
			% por Sexo	0,0%	3,2%	0,0%	10,0%	4,0%

	Total	N	23	31	1	20	75
		% por Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Na variável **Nível de Individualização** (Tabela 4a), podemos verificar que um maior grau de particularidades sobre uma pessoa pode demonstrar um maior cuidado por parte do jornal em tratar a informação e de percebê-la como menos "homogênea" em relação aos "outros". Tal comportamento seria um reflexo positivo do ponto de vista da promoção da igualdade no discurso jornalístico, uma aparente "inclusão discursiva", pois, ao tornar o "*outro*" mais "*heterogêneo*", na maior parte dos casos, torna-se também mais próximo a "nós" enquanto grupo percebido como "*heterogêneo*" (e.g. Quattrone & Jones, 1980). Por outro lado, a análise quantitativa não é suficiente para identificar se este tratamento é mais ou menos eqüitativo.

O imigrante brasileiro enquanto *Desportista* foi noticiado com um nível de atenção de Indivíduo, ou seja, com nome e outras informações relacionadas à pessoa em questão. Entretanto, como já referimos, o tratamento dos desportistas na imprensa é fruto da imagem que representam enquanto grupo ocupacional e não como indivíduos propriamente ditos.

Para o *Diário do Minho*, não conseguimos verificar se existe ou não o cuidado em referir as informações sobre a pessoa ou sobre o grupo que representa, visto que as percentagens de Indivíduo (46,7%) e de Grupo homogêneo (44%) são muito próximas, o que não permite uma análise mais conclusiva. Contudo, podemos verificar que os homens, *Desportistas* ou *Outros*, são, em sua maioria, vistos como Indivíduos, enquanto as mulheres aparecem representadas sem grande diferenciação.

Quando analisamos o **Nível de Personalização** (Tabela 5a), encontramos confirmações do enunciado acima. São tratados com um nível Nominal 97% dos *Desportistas*. Mas, se analisarmos a categoria *Outros,* podemos verificar que nem sempre tratar como Indivíduo significa tratar como pessoa. Para este segundo grupo, 77,3% são tratados somente como números, isto é, "um imigrante brasileiro", sem qualquer informação adicional sobre a pessoa. A diferença para os homens é relativamente mais eqüitativa, com uma percentagem muito próxima entre o tratamento Numérico e o Nominal. Já para as mulheres acentua-se o tratamento Numérico. Não podemos tirar conclusões definitivas em relação ao nível de personalização dado pelo *Diário do Minho*, mas podemos constatar um quadro de evidente desigualdade de gênero.

Tabela 4a :

Nível de Individualização por Sexo

				Sexo				
				Homem	Mulher	Misto	NI	Total
Desportistas	Nível de Individualização	Indivídu	N	653	1	-	-	654
			% por Sexo	94,9%	50,0%	-	-	**94,8%**
		Grupo homogêneo	N	35	1	-	-	36
			% por Sexo	5,1%	50,0%	-	-	5,2%
	Total		N	688	2	-	-	690
			% por Sexo	100,0%	100,0 %	-	-	100,0 %
Outros	Nível de Individualização	Indivíduo	N	20	14	0	1	35
			% por Sexo	87,0%	45,2%	0,0%	5,0%	**46,7%**
		Família	N	2	3	0	2	7
			% por Sexo	8,7%	9,7%	0,0%	10,0%	9,3%
		Grupo homogêneo	N	1	14	1	17	33
			% por Sexo	4,3%	45,2%	100,0 %	85,0%	**44,0%**
	Total		N	23	31	1	20	75
			% por Sexo	100,0%	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %

Esta tendência foi também verificada por Isabel Ferin e colaboradores na análise efetuada entre os anos 2003 a 2006, na imprensa e na televisão. Constataram que relativamente aos temas de imigração e grupos de imigrantes "há pouca diversidade temática no tratamento desses grupos, estando por noticiar muitos aspectos, nomeadamente os económicos, sociais, políticos, culturais e relativos aos comportamentos e estilos de vida" (Ferin & Santos, 2008, p. 117).

Tabela 5a:

Nível de Personalização por Sexo

	Sexo				
	Home	Mulher	Misto	NI	Total

				m				
Desportistas	Nível de Personalização	Numérico	N	20	1	-	-	21
			% por Sexo	2,9%	50,0%	-	-	3,0%
		Nominal	N	668	1	-	-	669
			% por Sexo	97,1%	50,0%	-	-	**97,0%**
	Total		N	688	2	-	-	690
			% por Sexo	100,0%	100,0 %	-	-	100,0 %
Outros	Nível de Personalização	Numérico	N	11	28	1	18	58
			% por Sexo	**47,8%**	**90,3%**	100,0 %	90,0%	**77,3%**
		Nominal	N	12	3	0	0	15
			% por Sexo	**52,2%**	9,7%	0,0%	0,0%	20,0%
		Associativo	N	0	0	0	1	1
			% por Sexo	0,0%	0,0%	0,0%	5,0%	1,3%
		Outro	N	0	0	0	1	1
			% por Sexo	0,0%	0,0%	0,0%	5,0%	1,3%
	Total		N	23	31	1	20	75
			% por Sexo	100,0%	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %

Tabela 6a:

Tema por Sexo

				Sexo				
				Homem	Mulher	Misto	NI	Total
Outros	Tema	Arte e *Media*	N	4	0	0	0	4
			% por Sexo	17,4%	0,0%	0,0%	0,0%	5,3%
		Casos de Polícia	N	5	5	0	1	11
			% por Sexo	21,7%	16,1%	0,0%	5,0%	**14,7%**
		Imigração *Ilegal*	N	6	18	0	5	29
			% por Sexo	26,1%	58,1%	0,0%	25,0%	**38,7%**
		Prostituição	N	1	2	1	0	4
			% por Sexo	4,3%	6,5%	100,0 %	0,0%	5,3%
		Leis e Tribunais	N	0	2	0	4	6
			% por Sexo	0,0%	6,5%	0,0%	20,0%	8,0%
		Educação e Cidadania	N	2	2	0	4	8
			% por Sexo	8,7%	6,5%	0,0%	20,0%	10,7%
		Micro/Macro Estrutura	N	1	0	0	0	1
			% por Sexo	4,3%	0,0%	0,0%	0,0%	1,3%
		Convívios	N	0	0	0	3	3
			% por Sexo	0,0%	0,0%	0,0%	15,0%	4,0%
		Identidade	N	4	2	0	0	6
			% por Sexo	17,4%	6,5%	0,0%	0,0%	8,0%
		Solidariedade	N	0	0	0	2	2
			% por Sexo	0,0%	0,0%	0,0%	10,0%	2,7%
		Preconceito	N	0	0	0	1	1
			% por Sexo	0,0%	0,0%	0,0%	5,0%	1,3%

	Total	N	23	31	1	20	75
		% por Sexo	100,0%	100,0 %	100,0 %	100,0%	100,0%

A divisão das matérias em função do **Gênero Jornalístico** (Tabela 7a) contribuiu para verificarmos o grau de visibilidade que o imigrante brasileiro recebeu no *Diário do Minho*, durante o período em análise. Os gêneros mais aprofundados, como o Artigo e a Reportagem, atribuem um maior peso às fontes de informação que são ouvidas para esse tipo de matérias.

Tabela 7a:

Gênero Jornalístico por Sexo

				Sexo				
				Homem	Mulher	Misto	NI	Total
Outros	Gênero Jornalístico	Notícia	N	14	24	1	16	55
			% por Sexo	60,9%	77,4%	100,0 %	80,0%	**73,3%**
		Breves	N	4	4	0	0	8
			% por Sexo	17,4%	12,9%	0,0%	0,0%	10,7%
		Artigo	N	4	0	0	0	4
			% por Sexo	17,4%	0,0%	0,0%	0,0%	**5,3%**
		Reportagem	N	1	2	0	2	5
			% por Sexo	4,3%	6,5%	0,0%	10,0%	**6,7%**
		Crônica	N	0	1	0	0	1
			% por Sexo	0,0%	3,2%	0,0%	0,0%	1,3%
		Opinião	N	0	0	0	1	1
			% por Sexo	0,0%	0,0%	0,0%	5,0%	1,3%
		Outros	N	0	0	0	1	1
			% por Sexo	0,0%	0,0%	0,0%	5,0%	1,3%
	Total		N	23	31	1	20	75
			% por Sexo	100,0%	100,0 %	100,0 %	100,0%	100,0%

Já as Notícias e os Breves são gêneros jornalísticos de menor nível de aprofundamento e freqüentemente associados às fontes percebidas como de menor estatuto. Durante o ano de 2007, para ambos os grupos *Desportistas* e *Outros*, observamos que mais de 70% das matérias são Notícia. Para os gêneros de maior profundidade, contabilizamos pouco mais de 10% do total de matérias analisadas.

Como última análise, procuramos identificar quando o imigrante brasileiro foi destaque e sua **Localização em 1ª Página.** Como já salientamos, devido à excessiva presença no Desporto, nossos dados apresentam-se algo inflacionados. Todavia, podemos confirmar uma das nossas hipóteses, a de que o imigrante brasileiro é destaque, na grande maioria dos casos, ligado ao Desporto. Das 73 matérias que foram para as primeiras páginas, 63 delas eram sobre o Desporto. As presenças nos demais temas foram praticamente inexistentes durante o ano 2007.

L'Adige

No período compreendido entre 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 2007, foram recolhidas 258 edições, 461 matérias e 564 presenças identificadas de imigrantes brasileiros. O cruzamento das variáveis trabalha em função da identificação do tipo de representação do imigrante brasileiro no jornal local trentino. Para o jornal italiano *L'Adige,* procedemos com o mesmo tipo de divisão dicotômica por ocupação efetuada no jornal bracarense.

Os dados referentes à variável Ocupação (Tabela 1b) dos imigrantes que foram notícia no jornal *L'Adige,* direta ou indiretamente, vão ao encontro das nossas hipóteses. No jornal italiano, temos 91,9% dos imigrantes brasileiros de sexo masculino sendo desportistas. Para as mulheres, 33,8% não possuem ocupação identificada, o que significa uma baixa atenção no tratamento do indivíduo noticiado, seguido das trabalhadoras sexuais (23,1%) e artistas (21,5%).

Esse cruzamento de variáveis confirma o que vários autores já identificaram em estudos anteriores, em que a presença das mulheres ainda é minoritária nos *media* comparada às presenças masculinas (e.g. Ferin, 2003; Silveirinha, 1997). Os dados que mais nos chamaram a atenção foram os relacionados ao Desporto, pois durante todo o ano de 2007, as mulheres não obtiveram nenhuma presença.

Um dos motivos da ausência de mulheres brasileiras enquanto desportistas poderá ser atribuído ao fato de não existirem representantes imigrantes para o Desporto. Porém, isso só vem reforçar o fato de que, ao mencionarmos uma nacionalidade no texto jornalístico, é preciso termos consciência das conseqüências dessa referência. A desigualdade de gênero é apenas uma delas, mas poderíamos citar também o reforço ou a formação de estereótipos, sejam eles negativos ou

positivos, através da homogeneização e da desumanização do indivíduo (e.g. Cabecinhas, 2007; Lippmann, 1922; Quattrone & Jones, 1980). Como já referido, nosso objetivo não é estudar as questões de gênero; sendo assim, não iremos aprofundar aqui as implicações sociais que esses números possam trazer nesta investigação.

Tabela 1b:

Ocupação por Sexo

Ocupação do Imigrante		Sexo				
		Homem	Mulher	Misto	NI	Total
Desportistas	N	443	0	0	0	443
	% por Sexo	**91,9%**	0,0%	0,0%	0,0%	78,5%
Não identificado	N	6	22	0	10	38
	% por Sexo	1,2%	**33,8%**	0,0%	62,5%	6,7%
Artistas	N	11	14	0	2	27
	% por Sexo	2,3%	**21,5%**	0,0%	12,5%	4,8%
Trabalhadores Sexuais	N	6	15	1	0	22
	% por Sexo	1,2%	**23,1%**	100,0%	0,0%	3,9%
Total	N	482	65	1	16	564
	% por Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Prosseguindo com a análise do Estatuto (Tabela 2b), temos o grupo *Desportistas* visto como Profissional em 93,2% dos casos, e o grupo *Outros* como Acusado em 27,3%. Para o jornal *L'Adige*, a diferença do *Diário do Minho*, encontramos muitos imigrantes brasileiros com o estatuto de Celebridade. Esses dados refletem a linha editorial do próprio jornal que trata, em suas entrevistas e reportagens, os membros da família dos desportistas com este estatuto. Além disso, no período da recolha, a equipe de voleibol da cidade de Trento era constituída por muitos imigrantes brasileiros, os quais eram noticiados pelo seu estatuto de Celebridade e não como Profissional.

Tabela 2b:

Estatuto por Sexo

				Sexo				
				Homem	Mulher	Misto	NI	Total
Outros	Estatuto	Especialista	N	1	0	0	1	2
			% por Sexo	2,6%	0,0%	0,0%	6,3%	1,7%
		Estatístico	N	1	4	0	8	13
			% por Sexo	2,6%	6,2%	0,0%	50,0%	10,7%
		Acusado	N	9	23	1	0	**27,3%**
			% por Sexo	23,1%	35,4%	100,0%	0,0%	
		Vítima	N	7	12	0	2	21
			% por Sexo	17,9%	18,5%	0,0%	12,5%	**17,4%**
		Cidadão comum	N	8	9	0	3	20
			% por Sexo	20,5%	13,8%	0,0%	18,8%	16,5%
		Celebridade	N	9	13	0	2	24
			% por Sexo	23,1%	20,0%	0,0%	12,5%	**19,8%**
		Profissional	N	4	4	0	0	8
			% por Sexo	10,3%	6,2%	0,0%	0,0%	6,6%
	Total		N	39	65	1	16	121
			% por Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Na análise do total de presenças no grupo dos *Outros,* através dos cruzamentos das variáveis Comportamento associado e Sexo (Tabela 3b), verificamos algum equilíbrio entre os comportamentos negativos (52,1%) e positivos (45,5%) associados ao imigrante brasileiro. Contudo, se verificarmos o cruzamento com a variável Sexo, conseguiremos identificar com mais nitidez as diferentes representações consoante ao sexo do imigrante. Na tabela 3b, temos os homens, tanto *Desportistas* (67,9%) quanto *Outros* (51,3%), relacionados a comportamentos positivos enquanto as mulheres, em sua maioria, são associadas a comportamentos negativos em 61,5% das presenças.

Tabela 3b:

Comportamento associado por Sexo

Ocupação	Sexo				
	Homem	Mulher	Misto	NI	Total

Outros	Comportamento associado	Positivo	N	20	25	0	10	55
			% por Sexo	**51,3%**	38,5%	0,0%	62,5%	**45,5%**
		Negativo	N	19	40	1	3	63
			% por Sexo	48,7%	**61,5%**	100,0%	18,8%	**52,1%**
		Neutro	N	0	0	0	3	3
			% por Sexo	0,0%	0,0%	0,0%	18,8%	2,5%
	Total		N	39	65	1	16	121
			% por Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Para verificar em profundidade *como* e *quando* o imigrante brasileiro é noticiado no jornal trentino, cruzamos as variáveis **Comportamento associado e Tema** separadamente para homens e para mulheres. Esses cruzamentos ressaltam de que forma o imigrante brasileiro foi representado dentro de diferentes temáticas.

Na Tabela 4b, é possível verificar que 91,5% das presenças masculinas encontram-se na temática Desporto e, dentro dessa temática, a maioria (67,8%) foi associada a comportamentos positivos. Dentro das presenças femininas, a maior parte delas está concentrada em Prostituição (27,7%) e Casos de Polícia (24,6%). Ambas as temáticas associaram a mulher a comportamentos negativos, 45% e 37,5% respectivamente.

No total de temáticas, temos os homens caracterizados positivamente em 66,6% das presenças. Situação inversa a das mulheres, em que 61,5% são associadas a comportamentos negativos. Mais uma vez, verificamos as mulheres em uma posição desigual frente aos homens, com um tratamento que reforça estereótipos negativos relacionados às mesmas.

Para o **Nível de Individualização** (Tabela 5b) atribuído aos imigrantes brasileiros durante o ano de 2007, verificamos uma tendência contrária ao jornal bracarense. O *L'Adige* utiliza um tratamento mais individualizado também para as demais ocupações, totalizando 62,8% das presenças. Já o tratamento dispensado ao grupo *Desportistas* não difere do encontrado no jornal *Diário do Minho*, com a grande maioria (93,9%) das presenças tratada como Indivíduo.

Tabela 4b:

Tema por Comportamento associado em função do sexo

Homem			Comportamento associado				
			Positivo	Negativo	Neutro	Misto	Total
Tema	Desporto	N	299	128	5	9	441
		% por comp. associado	93,1%	87,1%	100,0%	100,0%	**91,5%**
		% por Tema	**67,8%**	29,0%	1,1%	2,0%	100,0%
	Arte e *Media*	N	12	0	0	0	12
		% por comp. associado	3,7%	0,0%	0,0%	0,0%	2,5%
		% por Tema	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	Casos de Polícia	N	0	8	0	0	8
		% por comp. associado	0,0%	5,4%	0,0%	0,0%	1,7%
		% por Tema	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Total		N	321	147	5	9	482
		% por comp. associado	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
		% por Tema	**66,6%**	30,5%	1,0%	1,9%	100,0%
Mulher			Comportamento associado				
			Positivo	Negativo	Neutro	Misto	Total
Tema	Desporto	N	7	0	-	-	7
		% por comp. associado	28,0%	0,0%	-	-	10,8%
		% por Tema	100,0%	0,0%	-	-	100,0%
	Prostituição	N	0	18	-	-	18
		% por comp. associado	0,0%	**45,0%**	-	-	**27,7%**
		% por Tema	0,0%	100,0%			100,0%
	Casos de	N	1	15	-	-	16

	Polícia	% por comp. associado	4,0%	**37,5%**	-	-	**24,6%**
		% por Tema	6,3%	93,8%			100,0 %
Total		N	25	40	-	-	65
		% por comp. associado	100,0%	100,0%	-	-	100,0 %
		% por Tema	38,5%	**61,5%**			100,0 %

Na análise por **Sexo**, encontramos ainda diferenciação entre homens e mulheres, em que essas continuam a receber menor atenção no tratamento individual, com uma diferença de 30,8% em relação aos homens. Além disto, as mulheres aparecem em segunda colocação como Família (20%), em contraste com a ausência de homens nessa categoria. Esse tratamento da mulher voltado à esfera privada (nesse caso tratada com um nível de individualização de Família) vem ao encontro de algumas investigações que verificaram que as mulheres são fonte, na maioria dos casos, dos assuntos voltados à esfera privada enquanto os homens são fontes ligados ao debate da esfera pública (e.g. Lopes, 2000; Pinto-Coelho & Mota-Ribeiro, 2005; Silveirinha, 2004).

Tabela 5b:

Nível de Individualização por Sexo

				Sexo				
				Homem	Mulher	Misto	NI	Total
Outros	Nível de Individualização	Indivíduo	N	36	40	0	0	76
			% por Sexo	92,3%	61,5%	0,0%	0,0%	**62,8%**
		Família	N	0	13	0	1	14
			% por Sexo	0,0%	20,0%	0,0%	6,3%	11,6%
		Grupo homogêneo	N	3	12	0	13	28
			% por Sexo	7,7%	18,5%	0,0%	81,3%	**23,1%**
		Grupo heterogêneo	N	0	0	1	1	2
			% por Sexo	0,0%	0,0%	100,0 %	6,3%	1,7%
		Outro	N	0	0	0	1	1
			% por Sexo	0,0%	0,0%	0,0%	6,3%	0,8%
	Total		N	39	65	1	16	121
			% por Sexo	100,0%	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %

Ao olharmos com mais detalhe o tipo de representação do(a) imigrante brasileiro(a) observamos que, na variável **Nível de Personalização** (Tabela 6b), a informação é Nominal em 52,9% das presenças. Contudo, se olharmos para a subcategoria Numérico, isto é, a de menor pormenorização do indivíduo, ainda podemos verificar uma alta percentagem de presenças (43%). Tais características nos impossibilitam uma análise mais conclusiva acerca desta variável. Procuraremos identificar com os demais cruzamentos se o aumento no nível de personalização significa efetivamente um tratamento do(a) imigrante brasileiro(a) em modo mais eqüitativo.

Tabela 6b:

Nível de Personalização por Sexo

				Sexo				
				Homem	Mulher	Misto	NI	Total
Outros	Nível de Personalização	Numérico	N	10	27	1	14	52
			% por Sexo	25,6%	41,5%	100,0 %	87,5%	**43,0%**
		Nominal	N	29	35	0	0	64
			% por Sexo	74,4%	53,8%	0,0%	0,0%	**52,9%**
		Associativo	N	0	1	0	1	2
			% por Sexo	0,0%	1,5%	0,0%	6,3%	1,7%
		Outro	N	0	2	0	1	3
			% por Sexo	0,0%	3,1%	0,0%	6,3%	2,5%

	Total	N	39	65	1	16	121
		% por Sexo	100,0%	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %

As tabelas anteriores nos ajudaram a perceber *como* o imigrante brasileiro foi noticiado durante o ano de 2007, no jornal italiano *L'Adige*. Para tentarmos perceber melhor *quando* ele foi notícia, e o tipo de atenção dispensada ao imigrante enquanto fonte de informação, passamos ao cruzamento das variáveis relacionadas às matérias em si.

Começando pela variável Tema (Tabela 7b) temos que, além do Desporto, o imigrante brasileiro é notícia nos Casos de Polícia (19,8%) seguido de Arte, *Media* e Prostituição com 18,2% cada. Dentro dessa variável, encontramos mais uma vez presente uma assimetria de gênero, em que os homens são associados aos temas de maior valor social, como Desporto, Arte e *Media* e as mulheres aos de menor valor, como a Prostituição e os Casos de Polícia.

Infelizmente esse não é um comportamento exclusivo da imprensa local portuguesa ou italiana. Esse tipo de dados vem ao encontro dos inúmeros estudos já realizados sobre a imagem dos imigrantes, não só brasileiros, nos mais variados veículos de comunicação. Citamos como exemplo alguns estudos do investigador holandês Teun A. van Dijk que já verificou esse mesmo tipo de cobertura em jornais ingleses, americanos, holandeses e espanhóis (van Dijk, 1991, 1994, 2005, 2008) e Isabel Ferin e colaboradores nos estudos de recepção sobre a mulher imigrante (Ferin, 2006), Marlene Ventin (2008) entre outros.

Tabela 7b:

Tema por Sexo

				Sexo				
				Homem	Mulher	Misto	NI	Total
Outros	Tema	Arte e *Media*	N	12	8	0	2	2
			% por Sexo	**30,8%**	12,3%	0,0%	12,5%	**18,2%**
		Casos de Polícia	N	8	16	0	0	24
			% por Sexo	**20,5%**	**24,6%**	0,0%	0,0%	**19,8%**
		Imigração *Ilegal*	N	1	1	0	0	2
			% por Sexo	2,6%	1,5%	0,0%	0,0%	1,7%
		Prostituição	N	3	18	1	0	22
			% por Sexo	7,7%	**27,7%**	100,0%	0,0%	**18,2%**
	Total		N	39	65	1	16	121
			% por Sexo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Para a variável **Gênero Jornalístico** encontramos o imigrante brasileiro presente nas matérias de menor aprofundamento (Notícias e Breves), com percentagem de 87,6% para os Desportistas e de 63,6% para os *Outros*. Como já referido, esse tipo de tratamento pode ser indicativo, mesmo que de forma não conclusiva, de uma baixa atenção jornalística nas matérias em que o imigrante brasileiro foi notícia. Para identificar o nível de atenção seria também necessária uma análise mais aprofundada do tipo de cobertura, espaço reservado ao imigrante, além de um objeto de comparação como, por exemplo, com outras nacionalidades ou grupo autóctone.

Como última análise, procuramos observar *quando* o imigrante brasileiro foi destaque através da Localização em 1ª Página. A escolha editorial para a informação de primeira página não difere muito do jornal bracarense. Obtivemos também aqui a confirmação de uma das nossas hipóteses de partida, em que o Desporto ocupa o primeiro lugar (58 presenças), com largo distanciamento das demais temáticas. Em segundo lugar, com cinco presenças, está o tema da Prostituição.

Conclusões

Durante a análise dos dados, constatamos que estes não diferem do que atualmente vem sido debatido no meio científico sobre a representação da imigração brasileira na comunicação social, fazendo com que os jornais locais, mesmo que em escala inferior, mantenham o alinhamento no tipo de tratamento dispensado ao imigrante brasileiro.

Os resultados para o jornal *Diário do Minho* trazem uma forte assimetria de gênero em que a presença masculina, além de ser em maior número, é representada de forma mais atenta e personalizada. Para os *Desportistas* o tratamento é muito diferenciado. Em sua maioria homens, com estatuto Profissional ou Especialista, tratamento individualizado e nominal e, em grande parte, associados a comportamentos positivos. Todavia, como já mencionamos, o tratamento dado aos *Desportistas* nos meios de comunicação social é diferenciado, pois esses são destaque enquanto membros de um grupo ocupacional, e não no seu estatuto de imigrante. Em outras palavras, podemos dizer que os Desportistas são vistos como membros de um grupo ocupacional de elevado prestígio e, como conseqüência disto, são percebidos como membros do endogrupo.

Para os homens nas demais ocupações, temos um quadro menos favorável se comparado ao dos *Desportistas*. Apesar de receberem atenção em relação ao tratamento individualizado e nominal, são tratados em grande parte com baixo estatuto (Acusado e Cidadão comum), além de serem associados a comportamentos negativos.

Para as imigrantes brasileiras, a representação alcança o mais baixo nível de atenção. São tratadas sem muita individualização e baixíssimo nível de personalização, isto é, na maior parte das presenças, são vistas apenas como números ("uma brasileira", "trinta brasileiras"). A baixa atenção do jornal também está presente na variável ocupação, em que as mulheres são trabalhadoras sexuais ou simplesmente não possuem qualquer referência ocupacional. Outra característica que reforça o estereótipo negativo relacionado às brasileiras é o estatuto. Durante o período em análise, as mulheres foram acusadas ou vítimas de crimes, com maiores freqüências nos temas de Imigração *Ilegal* e Casos de Polícia.

No jornal *L'Adige,* o imigrante brasileiro homem, enquanto *Desportista*, obteve igual tratamento ao *Diário do Minho*: individual, nominal, com estatuto profissional ou especialista e associado a comportamentos positivos. Sendo a maioria dos brasileiros no nosso *corpus* ligados ao Desporto, nossos dados revelaram uma representação do sexo masculino mais positiva.

Para as demais ocupações, dentro da categoria *Outros*, temos os homens representados também como Artistas, o que reforça uma imagem mais positiva dos mesmos. O balanço dos comportamentos associados aos homens foi relativamente equilibrado, o que não nos permite uma análise conclusiva. Uma das justificativas para esse equilíbrio, nós podemos encontrá-la dentro da variável Estatuto. Os homens foram tratados como Acusados, mas, em igual proporção, como Celebridades, tratamento utilizado com freqüência pelo jornal italiano que vai ao encontro da linha editorial mais popular do mesmo.

Quanto aos níveis de atenção, encontramos uma pormenorização da informação tratando os brasileiros de modo individual e nominal. Verificamos a grande maioria das presenças masculinas nos temas "Desporto" e "Arte e *Media*".

Para as brasileiras, o quadro é invertido. Encontramos uma baixa atenção no tratamento da mulher imigrante, com ocupações como trabalhadoras sexuais e artistas que reforçam o estereótipo feminino ligado às "brasileiras". Além disto, são vistas com estatuto inferior, como acusadas ou vítimas. Algumas presenças foram verificadas com o estatuto Celebridade, doado pelos "maridos desportistas".

Na grande maioria, as notícias são associadas a comportamentos negativos e encontram-se presentes nas temáticas Prostituição e Casos de Polícia. Quanto aos níveis de atenção, observamos uma tendência ligeiramente diversa daquela encontrada no jornal bracarense. Para o *L'Adige,* as mulheres são caracterizadas como Indivíduo e com personalização Nominal. Todavia, as percentagens não estão muito afastadas das categorias mais homogêneas.

Sendo assim, mesmo que, com um tratamento ligeiramente mais heterogêneo, se analisarmos o quadro geral das representações, encontramos a mulher imigrante brasileira em desvantagem de tratamento em relação aos homens imigrantes. Podemos concluir que, apesar do quadro masculino não ser ideal, as brasileiras acabam por sofrer uma dupla discriminação, pois constituem uma minoria dentro da minoria.

Acreditamos que a referência nominal ao grupo, nesse caso à nacionalidade, funciona como fator de separação dos indivíduos, mesmo sabendo que a tendência dos *media* é identificar e catalogar um passo em direção à integração ou à vida em uma comunidade realmente intercultural, e passarmos a ver os "outros" como pessoas, seres individuais e sem rótulos.

Referências bibliográficas

Adorno, T. W., Frenkel-Brunswilk, E., Levinson, D. J., & Sanford, R. N. (1950). The *Authoritarian Personality.* Nova Iorque: Harper and Row.

Allport, G. W. (1954/1979). *The Nature of Prejudice*. Cambridge, MA: Addison-Wesley.

Bruner, J. S., & Tagiuri, R. (1954). The perception of people. In G. Lindzey & E. Aronson (Eds.), *Handbook of Social Psychology* (Vol. 2, pp. 634-654). Reading MA: Addison-We.

Cabecinhas, R. (1994). *Assimetrias na percepção dos outros: para uma abordagem psicossociológica do processamento da informação sobre grupos sociais.* Lisboa: ISCTE.

Cabecinhas, R. (1998). "Nós somos diferentes, mas eles são todos iguais": Um estudo sobre estereótipos e percepção da variabilidade grupal entre jovens angolanos e portugueses [Electronic Version]. Retrieved Junho 2007 from http://repositorium.sdum.uminho.pt.

Cabecinhas, R. (2002). Media, etnocentrismo e estereótipos sociais. In *As Ciências da Comunicação na Viragem do Século. Actas do I Congresso de Ciências da Comunicação* (pp. 407-418). Lisboa: Vega.

Cabecinhas, R. (2004). Processos cognitivos, cultura e estereótipos sociais [Electronic Version]. Retrieved Junho 2007 from http://repositorium.sdum.uminho.pt.

Cabecinhas, R. (2007). *Preto e Branco. A Naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo das Letras.

Cabecinhas, R. (2008). Racismo e Xenofobia. A actualidade de uma velha questão. *Comunicación e Cidadanía. Revista Internacional de Xornalismo Social, 6.*

Camponez, C. (2002). *Jornalismo de proximidade: rituais de comunicação na imprensa regional*. Coimbra: Minerva.

Castles, S., & Davidson, A. (2000). *Citizenship and migration: globalization and the politics of belonging.* Basingstoke: Macmillan Press.

CINFORMI. (2006). *Rapporto annuale.* Trento: Assessorato alle politiche sociali.

Colombo, E. (1999). *Rappresentazioni dell'Altro. Lo straniero nella riflessione sociale occidentale*. Milano: Edizioni Angelo Guerini e Associati.
Comissão Européia. (2000). Directiva 2000/43/CE do Conselho. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* (L 180/22).
Comissão Européia. (2005). Combater a discriminação na União Européia (No. ISBN 92-79-00693-2). Bruxelas.
Devos, T., Comby, L., & Deschamps, J.-C. (1996). Asymmetries in judgements of ingroup and outgroup variability. In W. Stroebe & M. Hewstone (Eds.), *European Review of Social Psychology* (Vol. 7, pp. 95-144). Chichester: John Wiley & Sons.
Ehrenberg, A. (1995). *L'individu incertain.* Paris: Calmann-Lévy.
Ferin, I. (2003). A Imigração e as Minorias na imprensa e na televisão [Electronic Version]. Retrieved Julho 2007 from http://www.bocc.ubi.pt.
Ferin, I. (Ed.). (2006). *A televisão das Mulheres: ensaios sobre a recepção*. Coimbra: Quimera Editores Lda.
Ferin, I., & Santos, C. A. (2008). *Media, Imigração e Minorias Étnicas - 2005-2006* (Vol. 28). Lisboa: ACIDI.
Ferreira, A. B. d. H. (Ed.) (2004) Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (3ª ed.). São Paulo: Positivo.
Foucault, M. (2003). *Microfísica do Poder* (R. Machado, Trans. 18ª ed.). Rio de Janeiro: Graal.
Freire, P. (1980). *Conscientização.* São Paulo: Moraes.
Hartley, E. L. (1946/1969). *Problems in Prejudice*. Nova Iorque: King's Crow Press.
Katz, D., & Braly, K. (1933). Racial stereotypes of one hundred college students. J*ournal of Abnormal and Social Psychology, 49,* 459-468.
Katz, D., & Braly, K. (1935). Racial prejudice and racial stereotypes. *Journal of Abnormal and Social Psychology, 30*, 175-193.
Krueger, J. (1992). On the overestimation of between-group differences. In W. Stroebe & M. Hewstone (Eds.), *European Review of Social Psychology* (Vol. 3). Chichester: John Wiley & Sons.
Leyens, J.-P., Yzerbyt, V., & Schadron, G. (1994). *Stereotypes and social cognition*. Londres: Sage.
Lippmann, W. (1922). *Public Opinion*. New York: Macmillan.
Lopes, F. (2000). As Fontes, os Jornalistas e as Leis. In *Comunicação e Sociedade 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação* (Vol. 14 pp. 339-349). Braga: Centro de Ciências Históricas e Sociais, Universidade do Minho.
Lorenzi-Cioldi, F. (1988). *Individus Dominants et Groupes Dominés*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
Lorenzi-Cioldi, F. (1998). Group status and perceptions of homogeneity. In W. Stroebe & M. Hewstone (Eds.), *European Review of Social Psychology* (Vol. 9, pp. 31-75). Chichester: John Wiley & Sons.
Lorenzi-Cioldi, F. (2002). *Les Représentations des groupes dominants et dominés. Collections et agrégats.* Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
Lorenzi-Cioldi, F., Deaux, K., & Dafflon, A.-C. (1998). Group homogeneity as a function of relative social status. *Swiss Journal of Psychology,* 57, 255-273.
Lorenzi-Cioldi, F., & Doise, W. (1990). Levels of analysis and social identity. In D. Abrams & M. A. Hogg (Eds.), *Social Identity Theory: Constructive and Critical Advances and Research* (pp. 71-88). London: Harvester.
Lorenzi-Cioldi, F., Eagly, A. H., & Stewart, T. L. (1995). Homogeneity in gender groups in memory. *Journal of Experimental Social Psychology,* 31, 193-217.
Mazzara, B. M. (1997). *Stereotipi e pregiudizi.* Bologna: Il Mulino.
Oakes, P. J., Haslam, S. A., & Turner, J. C. (1994). *Stereotyping and Social Reality. Oxford: Blackwell.*
Ostrom, T. M., Carpenter, S. L., Sedikides, C., & Li, F. (1993). Differential processing of in-group and out-group information. *Journal of Personality and Social Psychology, 64*, 21-34.
Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology, 25*, 57-75.
Pinto-Coelho, Z., & Mota-Ribeiro, S. (2005). O acesso das mulheres ao discurso da imprensa portuguesa [Electronic Version]. *IV SOPCOM*. Retrieved Julho de 2008 from http://hdl.handle.net/1822/5308.
Quattrone, G. A., & Jones, E. E. (1980). The perception of variability within ingroups and outgroups: Implications for the law of small numbers. *Journal of Personality and Social Psychology, 38,* 141-152.
Ribeiro, L. T. (2006). *O Poder dos Meios - Análise das Condições de Produção Jornalística no Correio do Minho e Diário do Minho.* Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade do Minho.
Ribeiro, M. (2008). Jornalismo impresso local e a representação social dos imigrantes. *Comunicação e Cidadania - Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação,* 1689-1699.
Santos, C. A. (2007). *Imagens de Mulheres Imigrantes na Imprensa Portuguesa: análise do ano 2003.* Lisboa: ACIDI.
Serviço Estrangeiros e Fronteiras. (2005). *Relatório Estatístico*: Departamento de Planejamento e Formação.
Silveirinha, M. J. (1997). O discurso feminista e os estudos dos media: em busca da ligação necessária [Electronic Version]. Retrieved Julho 2007 from http://www.bocc.ubi.pt.
Silveirinha, M. J. (2004). Representadas e representantes: as mulheres e os media. *Media e Jornalismo,* 5, 9-30.
Simon, B. (1992). The perception of ingroup and outgroup homogeneity: Reintroducing the social context. In W. Stroebe & M. Hewstone (Eds.), *European Review of Social Psychology* (Vol. 3, pp. 1-30). Chichester: John Wiley & Sons.
Sousa, J. P. (2002). Comunicação regional e local na Europa Ocidental: Situação geral e os casos português e galego [Electronic Version]. Retrieved Junho 2007 from http://www.bocc.ubi.pt.
Tajfel, H. (1969). Cognitive aspects of prejudice. *Journal of Social Issues*, 25, 79-97.

Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. In S. Moscovici (Ed.), *Introduction à la Psychologie Sociale* (Vol. I): Larousse Université.
Tajfel, H., & Turner, J. C. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Eds.), *The Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 33-48). Monterey, California: Brooks/cole.
Tarter, V. (2000). *L'immagine dell'immigrato nei mezzi di informazione del Trentino.* Trento: Università degli Studi di Trento.
Vala, J. (Ed.). (1999). Novos Racismos: Perspectivas comparativas. Oeiras: Celta.
van Dijk, T. A. (1991). *Racism and the Press*. New York: Routledge.
van Dijk, T. A. (1994). *Il discorso razzista. La riproduzione del pregiudizio nei discorsi quotidiani.* Messina: Rubbettino.
van Dijk, T. A. (2005). *Discurso, Notícia e Ideologia. Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Porto: Campo das Letras.
van Dijk, T. A. (Ed.). (2008). *Racismo e discurso na América Latina.* São Paulo: Contexto.
Ventin, M. (2008). La inmigración en los medios de comunicación. *Comunicación e Cidadanía. Revista Internacional de Xornalismo Social, 6.*
Zanotti, A. (1997). *L'invenzione sociologica del pregiudizio.* Milano: Franco Angeli.

"Nós" e "eles": percepções e representações entre portugueses (não)ciganos e ciganos: estudo de caso em três bairros (peri)urbanos de Braga

Manuel Carlos Silva
Carla Sofia Oliveira
Marta Barbosa
Isabel Silva
Carla Sofia Cid

Resumo: Nesta comunicação, os autores, com base em reflexão e trabalho de campo em três bairros contíguos (peri)urbanos – dois contíguos em que um deles é habitado por membros da maioria não cigana e outro exclusivamente habitado por ciganos e um terceito misto mas com forte predominância de famílias ciganas – dão conta de alguns resultados de investigação já concluída e coordenada pelo primeiro autor, investigação intitulada Relações Inter-Étnicas: um estudo de caso no concelho de Braga". Estes dados foram obtidos através dos vários métodos, a saber, inquéritos, entrevistas e narrativas de vida e trabalhos de campo com observação participante.
Uma vez equacionado o problema sobre as relações interétnicas em contexto de contiguidade (peri)urbana, os autores fixam-se na problematização em torno da estruturação das representações sociais recíprocas entre membros das minorias e das maiorias, focalizando-se mais sobre as representações sociais da maioria não cigana vivendo num bairro contiguo a um outros habitado exclusivamente por ciganos. Analisar as representações sociais torna-se fundamental, pois estas são formas pelas quais os actores sociais, de modo consciente ou inconsciente, expressam o seu pensamento, amiúde em termos de senso comum. Não basta, porém, registar estas representações. Impõe-se compreender e explicar as representações sociais de um grupo face a si próprio e em relação aos outros, procurando perceber não só como as formas como os endogrupos e exogrupos étnicos interpretam o que acontece à sua volta, como recriam a "suas" respectivas realidades e como validam as suas previsões e explicações, sem deixar de avançar, na sequência de vários autores designadamente Bader, uma proposta explicativa das tensões e conflitos interétnicos.

1. Introdução

As relações entre portugueses ciganos inseridos nas suas comunidades ciganas e os portugueses não ciganos têm sido perpassadas de conflitualidade, indiferença, não (re)conhecimento e amiúde perseguição ao longo de vários séculos e, apesar de alguns avanços no reconhecimento de direitos, persistem formas de segregação, discriminação e racismo (Heredia 1974, Liégeois 1981, Courtiade 2001).

Centrando-nos agora na actualidade em Portugal, é de salientar, entre outras manifestações, o caso de grande visibilidade pública em torno das comunidades ciganas no concelho de Vila Verde, as quais tiveram a particularidade excepcional de o então governador civil ter assumido uma posição em prol do Estado de Direito e em defesa de uma comunidade cigana em vias de ser expulsa pelas autoridades locais com a participação activa de moradores não ciganos. Situações como esta estiveram na génese de um estudo mais amplo sobre racismo e relações inter-étnicas no distrito de Braga (Silva 2000, Silva e Silva 2002, Silva e Pinto 2004, Silva et al., 2006).

O objectivo deste texto consiste, uma vez enquadrada uma breve reflexão sobre o espaço, sua ocupação e utilização, analisar as relações interétnicas, tendo como base a proximidade territorial, e detectar que tipo de relações se entabulam entre ciganos e não ciganos. Para tal servimo-nos de alguns instrumentos de análise, a saber, a observação, os inquéritos, algumas entrevistas junto dos moradores ciganos e não ciganos, a partir das quais foi possível detectar algumas práticas e representações sociais, discursos e estereótipos que os próprios fazem em relação a si e aos outros num contexto de vizinhança ou de contiguidade espacial.

Não sendo possível nesta breve exposição dar conta de amplo debate teórico em torno de conceitos como os de representação e/ou imagem social, senso comum e preconceito, estigma e rotulagem, presentes nas diversas correntes na sociologia, antropologia e psicologia social, remetemos para as definições correntemente dadas por determinados especialistas. Enquanto para autores de orientação estruturo-funcional o conceito de representação social remete para um

conjunto de normas e valores presentes na estrutura social e partilhados por uma comunidade ou sociedade, para outros como sejam os interaccionistas simbólicos relevam mais as interacções entre os grupos e os processos de classificação, desclassificação do(s) outro(s) e reclassificação do(s) próprios, ou mesmo de estigmatização e rotulagem, sendo estes processos resultado do duplo olhar entre insiders e outsiders (Goffman 1963, Elias e Scotson 1969). Psicólogos sociais como Moscovici (1973: XIII) e Vala (2000) procuram conjugar estas duas vertentes: a manutenção da ordem e a intercomunicação de grupos no processo de construção social, na qual se verificam atitudes eivadas de preconceito (Allport, 1954) e de estereótipo – conceitos estes que tendem a homogeneizar o exogrupo (Billig, 2001: 217 ss) – e, de modo mais cabal, imagem social, no dizer de Jahoda (1999), para quem este conceito é preferível por possuir "(…) a vantagem de transportar uma gama de significados muita mais rica [do que o estereótipo], abrangendo não só percepções e representações mentais, mas igualmente, e de um modo mui particular, sentimentos" (Jahoda 1999: 14). É neste sentido que procurarmos descrever a analisar as relações intergrupais entre moradores das comunidades ciganas e moradores portugueses não ciganos.

Na esteira de Remy e Voyé (1976), entendemos que o território é um factor que configura e confere sentido às relações sociais de inclusão-exclusão, proximidade-distância,. Nesta óptica, o espaço não é, portanto, totalmente determinado pela estrutura social, ou seja, não é um simples recipiente das diversas formas sociais, mas constitui um recurso material específico e, enquanto factor autónomo e co-explicativo, comporta constrangimentos e possibilidades da (inter)acção social e produz efeitos próprios que Remy e Voyé (1976: 43 ss) classificam de estruturantes em termos de poder e a nível da consciência ou, mais precisamente, das imagens e auto e heterorepresentações que se formam ora positivas ora negativas em determinada comunidade.

Assim, o espaço representa para determinados indivíduos e grupos sociais um constrangimento fundamental no acesso a recursos e facilidades urbanas que se traduzem em custos de tempo e distância, sendo este constrangimento certamente maior para grupos sociais mais desprovidos. Tal é o caso dos espaços dos acampamentos das comunidades ciganas e dos bairros sociais habitados por grupos sociais mais destituídos de recursos, ciganos, migrantes e outros grupos autóctones que partilham espaços periféricos, suburbanos desprovidos de infraestruturas e equipamentos e tão pouco dispõem de meios e capacidade de decisão na afectação, na disposição ou na gestão de certo espaço, o que tem obviamente consequências sociais negativas no campo das sociabilidades e mesmo interiorização das imagens sociais e institucionais negativas, tal como refere Guerra (1994) ao reflectir sobre os efeitos excludentes e estigmatizantes dos bairros sociais, sobretudo quando acentuadamente degradados:

> "As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas. Os moradores dos bairros sociais sentem com intensidade o estigma social não porque assumam, em si individualmente um estatuto de desviante, mas porque interiorizam essa imagem pública desvalorizada, atribuindo-a a determinados elementos do próprio bairro. Pela assimilação que é feita entre o bairro e os seus habitantes, habitar nestes bairros é arriscar a imagem de se ser marginal, delinquente e marginal. O desejo de escapar a este estigma social é, para muitas famílias, um esforço suplementar que tem consequências importantes nos seus comportamentos e investimentos no bairro" (Guerra 1994:11 ss).

Em suma, um bairro social e, mais ainda, um acampanhamento cigano constituem exemplos da forma como se constroem espaços (auto)segregados, do mesmo modo que, nesses mesmos espaços, se vão potenciando e multiplicando factores de pobreza e de exclusão social. Não obstante amiúde os bem intencionados propósitos de intervenção social que visa a minimização desses factores, as consequências e os resultados não queridos são demonstrativos da reprodução e manutenção das formas de exclusão e segregação ou estigmatização a que estão sujeitas as comunidades ciganas e outras como as imigrantes e, eventualmente, bairros sociais habitados por grupos sociais mais desprovidos – ciganos, imigrantes e autóctones. As autorepresentações de identidade negativa podem eventualmente interiorizar-se graças, em grande parte, às representações e imagens negativas dos outros – para não falar nos preconceitos e estereótipos – sobre estas comunidades e os seus membros.

Circunscrevendo-se a comunidades territoriais com seus acampamentos e a bairros desvalorizados, as comunidades ciganas aparecem desfavorecidas no campo económico e social, sendo excluídas de recursos económicos não só no sector produtivo e distributivo como nos diversos tipos de mercado competitivo, nomeadamente no habitacional. Considerando os vários tipos de desigualdade e exclusão social a que se refere Weber (1978), constatamos que as comunidades ciganas, não só no domínio económico – onde se movem nomeadamente no sector informal da economia, exercendo sobretudo actividades por conta própria – estão, perante os mercados competitivos de hoje, arredados, em grande parte, dos mesmos. Por outro lado, recusando a proletarização – tal como aliás o fizeram no passado artesãos e camponeses – desenvolvem mundividências culturais e simbólicas de resistência e de autodefesa, ficando condicionados e encerrados nos seus baixos níveis de vida e sistemas de relações relativamente fechados. A par doutros factores como o tradicional elevado número de filhos – hoje todavia já em perda –, a falta de formação escolar e profissional, a língua desvalorizada, os baixos recursos relacionais e comunicacionais para o exterior, a exclusão e marginalização territoriais contribuem também para a consolidação das múltiplas vertentes do processo de exclusão social. Por fim, no domínio político, os ciganos tão pouco conseguem fazer singrar os seus interesses, vozes e posicionamentos nas várias esferas da sociedade e do poder político simplesmente porque não detêm recursos a esse nível, salvo algumas associações a nível seminal e com fraca expressão em termos de organização política ou associativa, enquanto minoria étnica e muito menos em conjugação de esforços e de forma planeada.

O espaço não é percebido de modo homogéneo pelos actores sociais. Nele se constroem e exprimem as distinções, segundo o sentido dado por Bourdieu (1979), que marcam muitos outros aspectos da vida social. Daí um esforço variável na

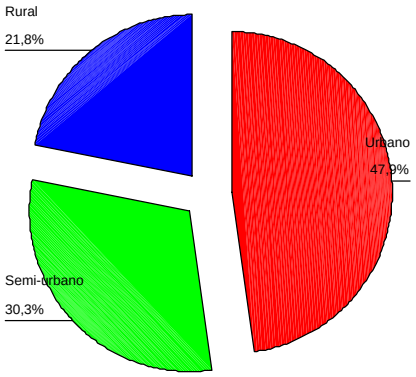
medida dos recursos de cada um na escolha do local e tipo de habitação, das actividades e lugares de lazer. Mas demos conta dalguns dados sócio-espaciais e demográficos a partir da amostra realizada.

2. A amostra: alguns dados socio-espaciais e demográficos

Este estudo abarcou vários concelhos do distrito de Braga, com particular relevo para Braga, Guimarães, Barcelos e Vila Verde, designadamente em acampamentos e bairros peri/semiurbanos. Dos 142 questionários 68 (48%) foram aplicados em meio urbano, 43 (30%) em meio semi-urbano e 31 (22%) em meio rural, tal como se mostra no gráfico 1:

Gráfico 1

Tipos de local de aplicação dos inquéritos



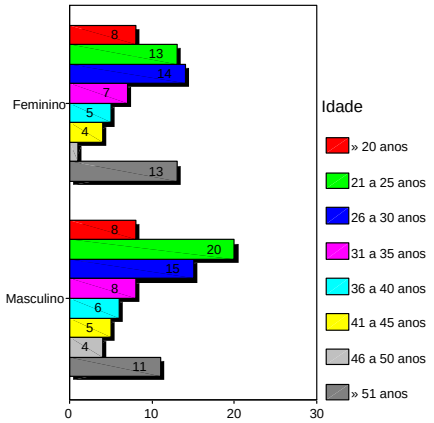
Fonte: Inquérito às Comunidades Ciganas do Distrito de Braga (CCDB), 1999-2003

Há que olhar para esta classificação com alguma prudência, pois, embora se constate um processo crescente de sedentarização e fixação destas famílias em certos tipos de espaços, ora rurais, ora semi-urbanos e sobretudo urbanos, há ainda uma relativa mobilidade na região. No entanto, esta diminuiu fortemente não só porque os meios nem sempre o permitem, como há um controlo cada vez mais apertado por parte das forças policiais que não permitem acampamento indiscriminado e, além disso, é sobretudo a segurança social, articulada com as direcções das escolas, que exige uma certa permanência e controlo para a atribuição de prestações sociais, nomeadamente o RMG/RMI.

No que concerne a distribuição por sexo dos membros inquiridos, verificamos que, no total de 142 questionários, 64 questionários foram aplicados a indivíduos do sexo feminino e 75 questionários aplicados a indivíduos do sexo masculino, não havendo informação a este respeito sobre três casos. Ao procurar cruzar os inquiridos da amostra em termos de sexo e idade, chegamos à distribuição do sexo por grupos etários, tal como o gráfico 2 o evidencia.

Gráfico 2

Inquiridos por grupo etário e sexo



Fonte: ICCDB, 1999-2003

Como podemos observar, relativamente às idades, os intervalos que nos apresentam maiores valores são os delimitados pelos 21-25 anos e 26-30 anos, respectivamente 23% e 20%. Não é todavia de descurar que o intervalo referente a indivíduos de idade igual ou superior a 51 anos apresenta um valor significativo (17%), seguido das faixas etárias de menos de 20 anos e de 31 a 35 anos, cada uma com 11%, sendo os demais residuais.

É com base no sexo e na idade que se processa a liderança nestas comunidades, as quais apresentam traços patriarcais e gerontocráticos, onde prevalecem autoridades de tipo tradicional. No caso em estudo é ao homem mais velho da

comunidade a quem todos devem obediência. De acordo com a tipologia em Weber (1978), este tipo de poder tem como base uma legitimidade de tipo tradicional. Todavia foi possível verificar que alguns deles são portadores de um certo carisma, o que apontaria para uma mistura de liderança tradicional e carismática, embora na maior parte dos casos se trate de autoridade tradicional.

Em Barcelos, não obstante todos serem portugueses, os "Maias" chamam "galegos" aos "Monteiros" devido ao seu modo de vida ainda semi-nómada e às actividades económicas por estes exercidas (cesteiros ou negociantes de cavalos), o que leva A.M., como patriarca duma comunidade sedentarizada, a comentar:

"esses (os Monteiros) são ciganos galegos, não são como nós, vieram de Espanha, não sabem quase falar português e gostam de andar pelos montes nas carroças... são diferentes de nós...nós somos portugueses"

Por este comentário e pela nossa observação foi possível concluir que, de facto, os "Monteiros" apresentam, em relação às demais comunidades, um mais fraco grau de inserção na sociedade portuguesa.

Quanto às comunidades ciganas de Braga, começaremos por referir a comunidade de Ponte Pedrinha, a qual, embora hoje já inexistente graças à sua transferência para os bairros sociais das Enguardas, do Picoto e de Santa Tecla, na altura era composta por dez agregados familiares, em que a orientação de oito agregados estava exclusivamene a cargo de mulheres devido ao facto de três maridos dos respectivos agregados estarem presos e dois terem entretanto falecido. A população inquirida era predominantemente jovem, situando-se a maior parte na faixa etária entre os 15 e 25 anos, seguida da faixa etária dos 35 a 45 anos, tendo alguns, tal como em acampamentos de Barcelos, apontado idades que não coincidiam com os dados dos respectivos bilhetes de identidade.

Relativamente à comunidade cigana do Picoto, também nesta há um número mais elevado de jovens, podendo esboçar-se uma explicação para este fenómeno em relação a outros grupos etários. A população cigana tende a casar e constituir família muito precocemente, como veremos de seguida. Desde muito cedo, quer o rapaz quer a rapariga chamam a si responsabilidades de um adulto, como seja tomar conta dos irmãos, no caso das meninas, ou ir para a feira fazer negócio, no caso dos rapazes. Ora, o facto de, em tão tenra idade, se comportarem como homens e mulheres adultos, faz com que não seja surpreendente a seus olhos casarem e terem filhos muito cedo. Levando em consideração que para o cigano – como aliás para outros grupos (por exemplo, os camponeses) em contexto de escassez – a sua maior riqueza são os filhos, é fácil perceber que o número de jovens presentes seja considerável, o que, sobretudo no passado, constituía uma espécie de segurança familiar para a velhice.

Uma outra característica relevante, em termos sócio-demográficos, é a relativa ao estado civil, a qual é bem marcante da relativa força da tradição neste aspecto.

Quadro1:

Estado Civil

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Solteiro(a)	8	5,6	5,6	5,6
Casado(a)	3	2,1	2,1	7,7
Viúvo(a)	8	5,6	5,6	13,4
Separado(a)	3	2,1	2,1	15,5
União de facto	16	11,3	11,3	26,8
Outra situação	4	2,8	2,8	29,6
Lei cigana	100	70,4	70,4	100,0
Total	142	100,0	100,0	

Fonte: IGCDB,1999-2003

Os resultados do quadro 1 são bem denotativos da força das tradições e dos costumes da etnia cigana no que concerne a família, o casamento e, neste caso, no tipo de casamento. Sobressai a esmagadora percentagem de 70% de inquiridos que casaram de acordo com os rituais ciganos. Se adicionarmos os que vivem em união de facto, torna-se evidente que a população cigana vive, em 81% dos casos, em padrões de casamento quase totalmente diferentes dos padrões de casamento e respectivo estado civil adoptados pela maioria dos cidadãos não ciganos. Quanto à união de facto, embora hoje legalmente prevista e com direitos e deveres associados, é mais frequente a união de facto entre ciganos que entre não ciganos.

3. Comunidades ciganas em Braga

Embora o estudo tenha registado dados no âmbito do distrito, os estudos de caso a nível das comunidades ciganas tiveram lugar em Vila Verde, Guimarães, Barcelos e Braga, para o que nos fixaremos basicamente nos dados relativos a três acampamentos e bairro contíguo de um deles.

As famílias que habitam nos acampamentos ciganos integram-se em comunidades que formam espaços segregados como, por exemplo, o de S. Gregório, vivem em barracas de madeira, protegidas com chapas de zinco. Os barracos são áreas amplas com cerca de 45 m2 e organizados num espaço em forma de U. Embora em regra com janelas, são habitações com

pouca salubridade e arejamento. Apesar disso, de forma geral os barracos apresentam-se limpos e arrumados e todos têm água e electricidade. Os moradores também classificam os seus alojamentos como barracas. Por exemplo, questionados sobre o tipo da sua habitação, os inquiridos da comunidade de S. Gregório foram unânimes em denominá-las barracas. Estas apresentam-se, na sua maioria, sem divisões interiores, embora um dos agregados já tenha feito uma divisão interior em madeira para separar da cozinha os quartos da sala; um outro possuía casa de banho e um terceiro, na altura do trabalho de campo, estava a construir, no interior da sua barraca, uma casa de banho. O cimento ou a tijoleira constitui o revestimento que predomina no chão das barracas, as quais, à excepção de uma, possuem janelas.

Em termos de equipamentos, na comunidade de São Gregório dez entre treze famílias possuem fogão (a gás) e frigorífico – as restantes três colocam os alimentos no frigorífico das suas filhas – e nove possuem máquina de lavar roupa e televisão. Apenas duas ciganas referiram possuir pequenos electrodomésticos: uma um ferro de engomar – que normalmente empresta aos familiares – e outra uma varinha mágica. Já, porém, seis famílias dizem possuir telemóvel.

Um segundo acampamento analisado foi o da comunidade de Ponte Pedrinha que, tal como foi descrito do ponto de vista espacial, se encontrava situado numa área urbanizada com insfraestruturas e equipamentos razoáveis para a maioria das pessoas que ali habitam. Todavia, não obstante esta relativa centralidade, as dez famílias da comunidade cigana de Ponte Pedrinha viviam em barracas de madeira, que aliás foram autoconstruidas com vários tipos de materiais (tábuas, cartões, lona, etc.). A sua dimensão variava consoante o número de elementos do agregado familiar, mas nenhuma possuía janelas. O chão era revestido em cimento, o qual era frequentemente rebentado pelos ratos, tal como o descrevia e mostrava uma cigana: "os ratos estão sempre a rebentar com o cimento e entram pelas tábuas", testemunho este confirmado por outros moradores que diziam: "às vezes estamos a dormir e sentimos os ratos a passarem por cima de nós" (m, 38 anos).

Os moradores deste acampamento não tinham água, tendo de deslocar-se a obras de construção em curso e/ou a abastecer-se junto de uma fonte situada a alguns metros de distância. Quanto à energia eléctrica, oito das barracas obtinham-na através de instalações improvisadas, cinco das quais através da cedência de um vizinho que se prestava a tal mediante o pagamento de 10 euros pelo agregado de cada barraca e os três restantes obtinham-na clandestinamente por uma "tirada do poste", ou seja, através duma ligação não declarada a um poste existente na estrada. A falta de água era, segundo os moradores do acampanhamento, o seu maior problema. Tal como foi referido, não dispunham de casa de banho: "vamos ao ar livre" – como dizia uma cigana de 30 anos.

Segundo foi comprovado pela assistente de pesquisa, que visitou todas as barracas, a maioria delas era de reduzida dimensão e sem divisões. Algumas possuíam um pequeno degrau que separa a área dos «quartos» da área da «sala» e «cozinha». Esta funcionava, amiúde, no exterior das barracas, onde também era efectuada, normalmente, a lavagem da louça, que era sempre muito cuidadosa. Também neste acampamento os equipamentos, ao nível de sala e cozinha, de que dispunham os agregados familiares, eram reduzidos. Assim, todos possuíam fogão (a gás), quatro dispunham de televisão, três tinham rádio e dois Hi-Fi. Apenas dois agregados tinham telemóvel, sendo todavia também utilizado por outros membros da comunidade. Apenas uma cigana afirmou possuir um pequeno electrodoméstico, no caso um ferro de engomar. O frigorífico, de que ninguém dispõe, foi apontado como sendo um electrodoméstico que faz muita falta, pois têm constantemente que deslocar-se com mais frequência ao supermercado porque não podem conservar devidamente os bens alimentares em bom estado. As queixas relativas à miséria em que vivem foram uma constante ao longo das visitas que constituíram a pesquisa de terreno. Uma cigana dizia com frequência: "Se os ciganos não vão para o céu, ninguém vai, pois ninguém sofre como nós." (m, 65 anos)

O complexo habitacional do Picoto, normalmente conhecido por Bairro do Picoto, integra o património habitacional da Câmara Municipal de Braga. No bairro do Picoto, situado a sul da cidade de Braga, na estrada Braga-Guimarães, a construção é térrea e foi mandada construir pela Câmara para realojar a comunidade cigana que "ocupava" o chamado Largo da Ponte ou Largo da Floresta, uma clareira situada à saída da cidade em direcção a Guimarães. Esta mudança das barracas para as casas deu-se durante o Verão de 1998.

O vereador responsável pelo Pelouro da Habitação da Câmara Municipal de Braga foi solicitado a dar uma entrevista à assistente de pesquisa; no entanto, a resposta à entrevista foi condicionada pelo facto de lhe ter sido dito que o guião deveria ser previamente entregue na Câmara, de maneira a ser respondido por escrito. Quando a assistente de investigação o foi recolher, verificou que as perguntas do guião foram respondidas no verso pela Técnica de Serviço Social da Bragahabit, empresa a quem está entregue a gestão dos bairros camarários. Algumas das questões não obtiveram resposta. Segundo a Técnica, a ideia de construir um bairro especialmente dirigido para a comunidade do Largo da Floresta surgiu porque "na generalidade, os ciganos pretendiam continuar a residir agrupados segundo a organização que tinham nas barracas." O bairro está localizado no monte do Picoto perto do Bairro Nogueira da Silva. Contudo, não obstante as representações dos habitantes do bairro Nogueira da Silva serem bem diferentes antes da mudança e após a mudança dos ciganos, as relações entre estas duas comunidades são reduzidas ou mesmo inexistentes, cingindo-se quase tão só ao facto de as crianças do bairro do Picoto frequentarem a escola primária do bairro Nogueira da Silva. Este monte fica situado nas imediações do estádio 1º de Maio e estende-se até Nogueira. A propósito da localização do mesmo, a entrevistada referiu que "era pretensão das famílias ficarem perto do local onde residiam." No entanto, esta afirmação não é sustentada pelas afirmações que se podem constatar e recolher entre os moradores. Vários são os testemunhos que atestam o desagrado da maior parte dos moradores nesta transferência, pela qual o dono do terreno, então um ancião de 80 anos, ter recebido pelo terreno apenas quinhentos contos:

> "Vivi no Largo da Ponte 44 anos. Um tempo tão lindo! Que saúde que eu tinha! Trabalhei numa companhia brasileira que fez o estádio do Braga. Deram-me 500 contos para sair da Ponte. O terreno era meu. Agora só tenho Deus na vida. Deitado nesta caminha, oro sempre a Deus" (h, 80 anos).

Um outro reforçava a mesma ideia pelas raízes ali criadas:

> "Eu gostava mais de morar no Largo da Floresta. É melhor de morar aqui quanto à casa, mas eu tenho uma grande ligação ao terreno onde nasci e onde fui criado. Ainda hoje quando passo por algum caminho de terra, dá-me saudades. O cigano é uma palavra só: liberdade" (h, 27 anos).

Alguns concordam que, em termos dalgumas condições como ter uma casa de banho, é bastante melhor que habitar nas barracas. Mas – logo acrescentam – que perderam o contacto e a vivência com outras pessoas, ciganas e não ciganas, o comércio próximo, e demais condições infraestruturais e equipamentos públicos. Com efeito, o actual bairro do Picoto para onde foram segregados encontra-se geograficamente isolado, o que induz necessariamente a outros isolamentos nomeadamente de ordem social, cultural e até política. A grande parte dos residentes denotou que "preferia mil vezes" a sua barraca em vez da casa atribuída, referindo nomeadamente que o acesso ao bairro é demasiado 'acentuado' e não encoraja ninguém a sair a pé:

"Antes, lá em baixo nas barracas era mais alegre, nós tínhamos um acesso mais facilitado aos serviços. Ao menos lá em baixo víamos os carros passar, víamos o trânsito. Aqui estamos isolados, é mais cómodo, é mais limpo, pois já não temos que ir ao meio do monte para fazer as necessidades, mas estamos sozinhos e isso é mau" (h, 50 anos).

O Bairro do Picoto era inicialmente composto por 50 fogos, distribuídos por sete blocos. As casas são basicamente iguais, havendo apenas a distinção entre o T2 e o T3. Entrando no Bairro, é fácil perceber que a distribuição está feita de acordo com os laços familiares, isto é, cada família está junta num (ou mais) blocos do Bairro. Ainda segundo a Dr.ª C., isto não aconteceu ao acaso: "a distribuição foi feita respeitando-se os anteriores agrupamentos e as pretensões individuais." No bairro detectamos três grandes famílias: a família dos C., dos M. e dos R. e várias outras com ramificações mais pequenas (D., G.), o que não invalida o facto de a grande parte ser parente por uma ou outra razão. A estas famílias vieram juntar-se algumas famílias que viviam na comunidade das Enguardas, a qual, tendo sido desmantelada e desestruturada, conheceu dois tipos de "solução": enquanto algumas famílias foram alojadas no bairro social das Enguardas, outras foram "encaminhadas" para o bairro do Picoto.

No bairro do Picoto cada casa tem três alegados "andares", os quais estão separados por 21 íngremes degraus! Cada casa tem dois ou três quartos "empinados" uns sobre outros, uma casa de banho, uma dispensa e uma cozinha que funciona como cozinha e sala simultaneamente. Em quatro dos blocos, as casas têm duas portas, pois têm duas frentes; nos restantes três só existe uma porta. As portas são de vidro transparente, sendo que alguns dos moradores alteraram esta situação, forrando-as com papéis, tintas, cortinas ou mesmo mudando-a por uma de madeira. As queixas em relação às portas são inúmeras. Como são de vidro, são muito fáceis de partir – o que acontece amiúde – e, como são transparentes, retiram toda a privacidade às respectivas famílias. No caso das janelas, acontece o mesmo, não existem estores nem persianas, o que faz com que a luminosidade dentro dos quartos não seja regulável. Paralelamente às portas, também as janelas são forradas com os mais diversificados materiais. Apenas os quartos possuem janela, sendo que na cozinha só existe uma porta, a porta da rua. As divisões, por regra geral, são pequenas, não deixando muito espaço para os móveis. Isto nota-se principalmente na cozinha. Na cozinha-sala existe uma banca e um fogão de sala, o que, por si só, limita o espaço; acrescentando-lhe um frigorífico e uma mesa, não resta espaço para o sofá ou a mesa de centro. Em algumas das casas visitadas, o morador optou por se desfazer do fogão de sala, de modo a deixar o espaço mais amplo.

Num primeiro olhar, o bairro do Picoto apresenta-se como um bairro aparentemente homogéneo, sobretudo no tocante às formas arquitectónicas esqueléticas das casas: todas as casas são mais ou menos iguais, estão todas pintadas da mesma cor – branca – têm todas, mais ou menos, as mesmas dimensões; enfim, são um conjunto de 50 casas idênticas. Porém, logo que nos adentramos no bairro e sobretudo no interior das próprias casas, torna-se visível que a homogeneidade é mais aparente que real, pois a sua decoração e recheio diferem consideravelmente de casa para casa. Há casas com mobiliário apropriado a cada divisão da casa, com colchas nas camas, paninhos em cima das mesinhas de cabeceira, sofás de pele, tapetes e carpetes pelo chão, decorada com peças de louça nos móveis, com fotografias de familiares, enfim, casas agradáveis, bem cheirosas e limpas. Outras, porém, apesar de terem as mesmas condições físicas, não primam pela limpeza e pela arrumação, havendo uma ou outra que denota ter havido móveis e decorações, mas entretanto destruída a maior parte das vezes pelo marido ou filho toxicodependente. Em termos numéricos, predominam no Picoto casas, cujos recursos de mobiliário e equipamento ou faltam ou são escassos e evidenciam pobreza, privação, desconforto. Trata-se de casas quase sem mobília nem tapetes, com colchões no chão em vez de camas, sem louças e outras condições mínimas de modo a podermos designá-las de lar. Dir-se-ia que o tipo de casa dá-nos o primeiro retrato social das respectivos tipos de família, enquadráveis em diferentes modos de vida e tipos ou grupos sociais no seio da própria etnia cigana. Neste paralelismo, poder-se-á com probabilidade dizer, como viemos a confirmar, que as pessoas a residir nas casas mais degradadas vivem de esmolas recolhidas na rua ou da ajuda dos familiares ou outros expedientes.

Nem todas as casas do bairro estão habitadas. Ao tempo do trabalho de campo existiam cinco casas vazias ou abandonadas, o que acontece por várias razões. Em primeiro lugar, porque dois vizinhos (familiares por sinal) se desentenderam, o que fez com que o "derrotado" abandonasse o bairro por tempo indeterminado até que a vida volte à normalidade e o incidente ocorrido faça parte do passado. Em segundo lugar, algumas famílias abandonaram a sua casa e o

bairro, indo ocupar uma outra num outro bairro social da cidade – o de Santa Tecla – ou mesmo para fora da cidade. Também pode acontecer, e esta é também a justificação camarária, que "as poucas casas que há vazias (...) destinam-se, por ser essa a vontade dos residentes, aos filhos que entretanto constituam agregados independentes."

Dada a exiguidade das casas para albergar a família toda, verificou-se um fenómeno que consistiu em fazer uma casa maior a partir de duas mais pequenas, o que obrigou a derrubar a parede que as separa nas cozinhas. Há já dois casos deste tipo no bairro e um terceiro está em construção, uma vez que a avó morreu, deixando por isso a casa livre para ser agregada à casa do neto vizinho. Estas alterações conduziram a que a conta inicial de 50 fogos esteja hoje reduzida a 42 habitados não só tendo em conta esta fusão de casas para alargamento do espaço como as abandonadas ou vazias.

Convém nesta altura sublinhar que, apesar de contabilizar 42 fogos habitados, a análise incidiu apenas sobre 29 agregados familiares. Ao longo do período de investigação só foi possível inquirir neste bairro 29 indivíduos por várias razões. Uma primeira razão prende-se com o facto de se tratar de uma população flutuante: os seus moradores nem sempre estarem presentes, visto que passam grandes temporadas em casa de familiares noutros pontos do país. Por outro lado, e aduzindo uma segunda razão, os moradores que permanecem no local são, em sua grande maioria, feirantes mantendo toda a família em trabalho na feira, o que dificultou o encontro com essas pessoas no bairro. Por último, é ainda de apontar o facto de que algumas pessoas simplesmente se recusaram a responder ao questionário.

Para além do bairro do Picoto, exclusivamente habitados por ciganos, foi também analisado o bairro social de Santa Tecla, o qual, tendo sido criado com quatro blocos em 1979 sob a alçada do IGAPHE, passou para a supervisão e gestão camarárias, enquanto bairro de realojamento de 172 famílias carenciadas: 109 famílias portuguesas não ciganas, 60 famílias portuguesas ciganas e 3 famílias africanas, estando vagas 4 habitações. Somando no total 275 pessoas, neste bairro social há 63% de agregados não ciganos e 34% de agregados ciganos.

Quanto à dimensão dos agregados familiares neste bairro social, enquanto entre 112 famílias não ciganas 91 (81%) não ultrapassavam as 4 pessoas por família (das quais 50 entre 1 a 2 pessoas), entre as 60 famílias ciganas 15 não foi possível detectar quantas pessoas viviam na respectiva casa e das restantes apenas 8 (18%) tinham 1 a 2 pessoas, 18 (40%) entre 3 e 4 pessoas e 19 (42%) com 5 ou mais pessoas.

Este bairro foi considerado como um "luxo" pelos jornais da época aquando do realojamento para habitantes pobres, o que é também reconfirmado por moradores que atestam a relativa boa qualidade da construção e mesmo do bairro, nomeadamente antes da vinda das famílias ciganas: "Vivíamos numa ilha e quando viemos para aqui isto era um luxo, não o acho feio". Hoje, mesmo quando as casas continuam a ser avaliadas positivamente, o bairro já não o é tanto, ou melhor, ele é diferentemente percebido em termos de estética, de conforto e segurança pelos dois grupos: enquanto para os não ciganos a vizinhança – numa clara alusão à presença dos ciganos – é o que de pior tem o bairro, para os ciganos a vizinhança e a vida na rua é o que o bairro tem de melhor, desvalorizando os espaços verdes e comuns e sobretudo a presença dos cães: "eles (os não ciganos) têm ali os cães, ainda se soltam e depois mordem os pequenos, sabe aquilo é para as lutas de cães que são proibidas, são cães maus".

Em suma, quer os acampamentos, quer os bairros sociais têm vida própria, embora não estejam separados da sociedade envolvente. Porém, enquanto nos acampamentos são as próprias comunidades ciganas que os moldam em grande parte, nos bairros sociais onde habitam famílias ciganas e não ciganas as diferentes percepções e representações do espaço e os conflitos latentes subsistem. A este respeito analisemos as relações interétnicas em dois bairros contíguos: um cigano – o Picoto – e um outro não cigano – Nogueira da Silva.

4. "Nós" e "eles": um bairro não cigano versus um bairro cigano

Um dos casos mais trabalhados nesta pesquisa foi o bairro do Picoto, como referimos, estando a comunidade cigana deste bairro contígua ao bairro Nogueira da Silva. Foi realizado uma análise sobre as representações dos habitantes não ciganos face aos ciganos em duas fases: uma antes de os ciganos se deslocarem para o Picoto e uma outra após a mudança dos ciganos para o Picoto, o bairro contíguo ao Nogueira da Silva. Ora, uma das questões subjacentes era a de saber em que medida a população de Nogueira da Silva – aqui dada como endogrupo – apresentava ou não percepções diferentes acerca dos ciganos, aqui convencionalmente dado como exogrupo e, a partir daí, inferir em que medida persistiam ou não atitudes e representações negativas do endogrupo face ao exogrupo. O racismo, hoje, manifesta-se, de modo mais subtil, mais pela negação de traços positivos do que pela atribuição de traços negativos ao grupo-alvo, isto é, são atribuídos mais traços positivos ao endogrupo do que ao exogrupo, embora a este, no caso em estudo, sejam também atribuídos traços negativos aos ciganos como o de 'preguiçosos', 'desonestos' e 'mentirosos/falsos", traduzindo estes claramente preconceitos bem arraigados.

Começando por analisar como é que os membros do endogrupo caracterizavam, em termos sócio-psicológicos, o exogrupo dos ciganos antes e depois de estes se mudarem para o Picoto, foi possível inferir algumas conclusões com base nos dados recolhidos numa pequena amostra por assistentes de pesquisa nos dois bairros. Com efeito, não se verificam muitas diferenças nas representações entre os dois períodos em causa. Assim, as características mais apontadas pelo endogrupo (não cigano) ao exogrupo (cigano), quer antes, quer após a mudança dos ciganos para o Picoto, são o de serem um povo "unido", "comunicativo" com 27,3% no primeiro período em estudo e 24% no segundo. A segunda característica mais apontada foi o de serem "alegres" com 15% e 16% respectivamente e, por último, "solidários" como terceira característica com 9%e 8% respectivamente antes e depois da mudança dos ciganos. O mesmo ocorre sensivelmente quanto às características atribuídas pelo endogrupo ao exogrupo nos dois períodos em estudo. Assim, "unidos" foi o traço mais assinalada por 32% dos

inquiridos para caracterizar os ciganos, quer enquanto estavam no Largo da Floresta, quer actualmente no Bairro do Picoto. O segundo traço mais apontado pelos inquiridos para com os ciganos foi o de "comunicativos" com 13% antes e 10% após a mudança para o bairro. Por fim, as terceiras características mais apontadas para representar o exogrupo no primeiro momento em estudo foram a de "preguiçosos" e "alegres" com 8% e, após a mudança para o Picoto, os ciganos são desqualificados pelos inquiridos como "desonestos" e "mentirosos/ falsos" com 8%.

É habitual procurar comparar as características atribuídas pelo endogrupo ao exogrupo com o objectivo de analisar se existe alguma forma de racismo por parte da população de Nogueira da Silva relativamente à comunidade étnica do Picoto. Como vimos, embora com pequenas variantes, as representações e caracterização em termos de atributos não se alterou substancialmente entre os dois períodos. Porém, já não se poderá dizer o mesmo quando os moradores do bairro Nogueira da Silva se viram confrontados com a chegada de novos vizinhos indesejados: os ciganos. Tal é possível constatar no modo como o bairro Nogueira da Silva foi caracterizado pelos moradores no tempo antes da vinda dos ciganos para o contíguo bairro do Picoto, o que nos é dado constatar pelo quadro 3:

Quadro 3

Percepção do bairro Nogueira da Silva antes e após a vinda dos ciganos

Percepção do bairro	Antes vinda	Após vinda
	Nº (%)	Nº (%)
Seguro	14 (29.2)	2 (4.2)
Calmo	10 (20.8)	1 (2.1)
Agradável para viver	10 (20.8)	2 (4.2)
Limpo	6 (12.5)	1 (2.1)
Assaltos frequentes	4 (8.3)	12 (25)
Marcado pela droga	3 (6.3)	17 (35.4)
Perigoso	1 (2.1)	11 (22.9)
Total	48 100	48 100

Fonte: Inquérito aos cidadãos não ciganos do bairro Nogueira da Silva

A partir dos dados coligidos pelas assistentes de pesquisa foi possível concluir que há claramente uma mudança na representação do bairro Nogueira da Silva, dado que os seus moradores apresentam uma descrição mais depreciativa acerca do bairro após a instalação da comunidade cigana no Picoto. A população inquirida caracteriza pela positiva os ciganos, desde que estejam longe e não mantenham com eles contacto, tal como ocorreu antes de os ciganos entrarem ou viverem próximos do seu bairro. Assim, ao caracterizarem o seu próprio bairro – o de Nogueira da Silva – antes e depois da chegada dos ciganos no contíguo bairro do Picoto, as representações mudam consideravelmente entre uma fase e outra. Esta percepção observada e confirmada pelas respostas aponta para uma mudança bastante radical no olhar dos habitantes do bairro Nogueira da Silva antes e depois da vinda e instalação dos ciganos no bairro contíguo do Picoto. Assim, antes desta ocorrência, 29% dos inquiridos do bairro Nogueira da Silva consideravam o seu bairro como "seguro", 21% caracterizam-no como um bairro "calmo" e "agradável para viver", e por último, a terceira característica mais apontada por 13% dos moradores era o de "limpo".

Comparando, assim, estas representações sobre o bairro antes da instalação dos ciganos com as sustentadas após a presença dos ciganos no Picoto, os dados obtidos são bastante diferentes. Assim, o bairro deixa de ser caracterizado de 'seguro' para passar a ser "marcado" pela droga para 35% dos inquiridos, seguido duma segunda característica – a de estar sujeito a "assaltos frequentes" (25%) – e, por fim, adjectivado de "perigoso" (23%).

A questão relevante neste breve estudo de caso é que a responsabilidade pela degradação das condições de vida no Bairro Nogueira da Silva é directamente assacada sobre um grupo-alvo – os ciganos – assim como a todas as instâncias que lhes dão apoio desde a "Associação Olho Vivo", que tem trabalhado com imigrantes e demais minorias étnicas até à própria Cruz Vermelha – esta por dar apoio a toxicodependentes, além dos ciganos, mais concretamente, por ter instalado o Centro de Alojamento Francisco Alvim de apoio aos toxicodependentes em refeições e dormida. No entender dos moradores, estes apoios teriam como efeito aumentar a afluência de toxicodependentes a este espaço e, com esta, o aumento de número de assaltos que ocorrem em função da necessidade de obter dinheiro para a "dose diária" para o que nada fica imune aos assaltos, inclusive objectos deixados no exterior das habitações: vasos, cadeiras de jardim, etc.

Tal situação parece ir ao encontro da tese de Pettigrew e Meertens (1995), assim como de Wieviorka (1998), Vala et al (1999) que sustentam que as pessoas não são racistas por natureza, mas as suas atitudes e comportamentos são dependentes do contexto de interacção. Sempre que estes dêem sinais sobre qual a resposta socialmente desejável ou os indivíduos se sintam interpelados no sentido de apresentarem uma imagem condizente com o que deles se espera em termos de tratamento de equidade face aos outros eles não apresentarão atitudes discriminatórias ou racistas. Em contraponto, não estando definida claramente o contexto de interacção e podendo ser aduzidas justificações que afastem o epíteto de 'racistas' os indivíduos sentem-se mais livres para assumirem comportamentos racistas.

Uma outra iniciativa que suscitou problemas foi a construção do Centro de Dia do Projecto Homem no Bairro Nogueira da Silva, um projecto que visa tratar e recuperar toxicodependentes. Atendendo a que este bairro é habitado por

uma população que conhece no seu seio várias problemas sociais, também a sediação do Projecto Homem no bairro Nogueira da Silva vem, na óptica de grande parte dos moradores, complicar e agravar a situação, já por si degradada com a instalação do já referido Centro de Alojamento Francisco Alvim e a presença dos ciganos no Picoto, o que levou alguns inquiridos a manifestar o seu alegado 'espanto': "como pretendem tratar toxicodependentes tendo traficantes de droga ao lado?".

Relativamente à instalação do Centro da Dia do Projecto Homem, o Dr. A. S., Presidente da Direcção do Centro de Solidariedade de Braga e Director clínico do Projecto Homem esclareceu que o encaminhamento para este bairro teria sido feito pela Câmara, uma vez que teria sido o proprietário das instalações das Oficinas de S. José a forçar o abandono destas instalações. Quanto ao alegado receio dos moradores do bairro Nogueira da Silva, considerou-o infundado:

> "Que a gente de Nogueira e do Picoto estejam totalmente descansados porque nunca vai haver perturbação. É impossível um rapaz que se quer tratar e que anda acompanhado com pessoas com as quais tem um compromisso, que tem um contrato com o Projecto Homem como se vai comportar bem, não tem a mínima hipótese de provocar distúrbio."

Por outro lado, quer o Projecto Homem quer a Câmara Municipal de Braga consideram que a instalação deste Centro de Dia no Picoto é "torná-la uma zona de lazer onde se possa estar com segurança porque os que não querem deixar a droga vão deixar de frequentar aquela zona." Desta opinião não comungam os moradores do bairro Nogueira da Silva que, solicitados a avaliar o complexo habitacional contíguo do Picoto, emitem uma apreciação tanto ou mais negativa do que a que emitem sobre o próprio bairro, mas cujas causas remetem para a mesma situação criada, no seu entender, pela presença dos ciganos. Assim, salvo algumas posições residuais com uma avaliação positivas, 43% acham que se trata de um bairro "marcado pela droga", 23% que é "mal frequentado", 11% que ali existem "assaltos frequentes", 11% entendem que é "perigoso" – todas estas razões subsumíveis na raiz do problema: a droga. Para alguns inquiridos o bairro do Picoto tem pessoas com "aspecto duvidoso", "eles não têm asseio no exterior das habitações", "eles só trabalham nas feiras e alguns nem sequer nisso, vivem de negócios ilícitos e da Segurança Social", e por isso, "estão a roubar aos que os sustentam pela Segurança Social". Nesta linha de preconceitos e opiniões, 10 entre 11 inquiridos consideravam que a solução seria mesmo que os ciganos vivessem segregados da sociedade maioritária envolvente, tal como o assinalou um dos inquiridos:

"é um povo que devia viver todo junto, mas afastado da restante sociedade, porque têm estilos de vida diferentes e podem originar conflitos e perturbações quando estão próximos ou no mesmo espaço".

Em contracorrente da opinião destes inquiridos se exprime a Drª D., assistente social e coordenadora do Projecto PAC instalado no bairro Nogueira da Silva desde 1997, ou seja, antes da vinda da Cruz Vermelha e da deslocação dos ciganos para o bairro do Picoto, as quais, no seu entender, não vieram alterar nada de substancial nas respectivas populações cigana e não cigana:

> "Os ciganos fecham-se no seu bairro, assim como as pessoas de Nogueira, não há contacto entre eles….Tendo em conta o "cocktail" que foi colocado em Nogueira, muito bem estão as coisas porque as pessoas têm sabido respeitar o seu espaço: os ciganos fazem os seus negócios mas não saem do seu Bairro. Os moradores de Nogueira da Silva não querem nada com os ciganos portanto não vão ao Bairro, os que vão é porque vão "às compras". A Cruz Vermelha, pelo que me apercebo tem tido a preocupação de fazer um acompanhamento, de conversar com eles (os utentes)".

E, quanto ao Centro de Dia do Projecto Homem, tão pouco vai trazer problemas para o bairro Nogueira da Silva. O maior problema será para o próprio Projecto Homem pois terão que ter uma atenção e cuidados redobrados com os seus utentes devido à proximidade do Bairro do Picoto

No concernente à concentração de situações problemáticas em Nogueira da Silva-Picoto, há diferentes entendimentos: enquanto a Directora do Centro Francisco Alvim considera-o de facto um problema, já, porém, a responsável do Projecto PAC crê ser possível obviar ao problema, "se as coisas forem bem geridas…no caso do Picoto está muito mal gerido, mas em termos globais as coisas estão mais ou menos", para o que podem contribuir os projectos existentes da Cruz Vermelha e do Projecto Homem em termos de postos de trabalho e de atenção aos problemas criados.

Por fim, foi feito um exercício de comparação entre o bairro Nogueira da Silva e o bairro do Picoto, de modo a aferir, num segundo momento, como é que a população não cigana se posiciona nas possíveis interacções com os ciganos do Picoto. Em termos de construção física, são obviamente diferentes, pois, enquanto as casas dos moradores do bairro Nogueira da Silva estão voltadas para a estrada, estão, apesar de mais antigas, em melhor estado ou têm conhecido remodelações, o Picoto é um bairro segregado organizado em blocos de apartamentos e fechado sobre si com difíceis acessos e uma íngreme subida – que não convida a vir ao centro da cidade nem ao próprio bairro próximo de Nogueira da Silva. A construção e os acessos não são favoráveis ao intercâmbio e ao convívio. É curioso registar que 53% dos inquiridos do bairro Nogueira da Silva desconhece mesmo a configuração das casas do bairro do Picoto, o que pode ocorrer porque há medo ou porque nem sequer há o interesse ou a curiosidade em conhecer o "diferente", o "desconhecido".

A fim de testar os predisposições dos moradores do bairro Nogueira da Silva face aos ciganos, foram solicitados a responder se o facto de melhorar as condições infraestruturais e das casas dos ciganos proporcionaria contactos mais frequentes e relações mais próximas. Tal sugestão suscitou discordância, pois 81% dizia mesmo que tal agravaria a situação. Questionados se tal aproximaria as culturas de uns e outros e enriqueceria culturalmente todos os cidadãos, 63% discordava. Perante a ideia de que esse facto poderia fazer diminuir a discriminação para com os ciganos, foi replicado que quem é discriminado nas repartições públicas, sobretudo nos hospitais, são os portugueses não ciganos e não os ciganos, que são atendidos primeiro. Mais, para 69% dos inquiridos aumentaria a insegurança, se o bairro do Picoto estivesse mais próximo do bairro Nogueira da Silva, pois nesse caso o tráfico de droga estaria incrustado junto das habitações deste último bairro. Uma proximidade ou mistura com famílias e membros ciganos no bairro do Picoto faria emergir, segundo 73% dos moradores do

bairro de Nogueira da Silva, um maior número de conflitos interétnicos, pelo que será preferível manter um maior ou menor distanciamento entre ambos os bairros, o que é também constatado noutros bairros de Braga. Estamos assim perante uma conflitualidade latente interétnica, em que, seguindo a posição de Elias e Scotson (1969), os grupos instalados ou estabelecidos (insiders) têm dificuldade em aceitar os chamados outsiders – neste caso os ciganos que, não obstante serem cidadãos portugueses, são vistos como estranhos ou forâneos, de resto indesejáveis.

5. Conclusão

Neste texto procuramos mostrar como as condições, os modos e estilos de vida bastante diferentes ou até diametralmente opostos entre maioria e minoria étnica – neste caso comunidades ciganas em contexto peri e (semi)urbano sobretudo quando reforçadas pela segregação espacial – se repercutem num distanciamento e afastamento que reforçam os estereótipos arraigados de longa data.

Contrariamente a determinados preconceitos instalados, designadamente que os ciganos, sendo traficantes, estão ricos, a maior parte das famílias ciganas vive em privação, senão absoluta, pelo menos relativa e em condições deploráveis e mesmo miseráveis, tem apenas nos últimos anos conhecido uma melhoria relativa através do realojamento em bairros sociais. Se bem que hoje haja da parte das instâncias camarárias um esforço em corrigir políticas de segregação espacial, até há bem pouco tempo tem denotado uma incapacidade em gerir situações de tensão e conflitualidade, preferindo isolar e segregar a comunidade cigana – de resto vigiada por um posto da GNR – em vez de procurar outras soluções mais difíceis mas que tenham em visto potenciar relações multiculturais e de convivência interétnica.

Se, no concernente às relações interétnicas em bairros comuns, a coexistência é difícil e conflituosa (Silva et al 2008), nas comunidades segregadas mas morando em bairros contíguos, demarcados, não há praticamente relações de convívio e interacção. Mas as percepções dos habitantes ditos da maioria mantêm percepções negativas sobre o bairro da comunidade cigana e seus moradores. Em suma, os vizinhos do bairro contíguo ao dos ciganos, mesmo não tendo interacção quotidiana com os ciganos, avaliam negativamente a contiguidade do bairro cigano na medida em que essa relativa proximidade espacial é sentida como negativa e desvalorizadora do seu património como perturbadora e potencialmente perigosa.

Siglas:

DN= Diário de Notícias
GNR=Guarda Nacional Republicana
ICS-UM – Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
IGAPHE=Instituto de Gestão do Património Habitacional
h=homem
m=mulher

Bibliografia

ALLPORT, Gordon (1954), The Nature of Prejudice, Reading, MA: Addison-Wesley.

BADER, Veit M. [2007 (1995)], Racismo, etnicidade, cidadania, Porto: Afrontamento.

BADER, Veit M. (2005), "Etnicidade e classe: um exercício para um mapeamento pro-teórico" in Configurações, Revista de Sociologia, 1: 15-39.

BILLIG, Michael (2000), "National Stereotypes", in Athena: 217-220 S. Leoussi (ed.), New Brunswick and Londres: Transaction Publishers..

BOURDIEU, Pierre (1979), La distinction. La critique sociale du jugement, Paris:Minuit.

COURTIADE, Marcel (2001), "Prefácio" in C. Auzias, Os ciganos ou o destino : selvagem dos Roms do Leste, Lisboa:Antígona.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. [1969(1963)], The Established and the Outsiders. A Sociological Enquiry into Community Problems. Londres: F. Cass.

GOFFMAN, Erving (1963), Stigma: Notes on the Management of Spoiled Identity, Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

GUERRA. Isabel (1994), "As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas" in Sociedade e Território, 20:11-16.

HEREDIA, Juan de Dios Ramirez (1974), Nós, os ciganos, Braga:Editorial Franciscana

JAHODA, Gustav (1999), Images of Savages: Ancient Roots of Modern Prejudice in Western Culture, Londres e Nova Iorque: Routledge.

LIÉGEOIS, Jean-Pierre (1989), Ciganos e itinerantes, Lisboa:Santa Casa de Misericórdia.

MOSCOVICI, Serge (1973), "Foreword" in Herzlich, C., Health and Illness, Londres: Academic Press.

PETTIGREW, Thomas e MEERTENS, Roel (1995), "O racismo velado: dimensões e medidas" in M.Wieviorka (org), Racismo e modernidade:actas do Colóquio Três dias sobre o Racismo:111-128, Venda Nova:Bertrand.

SILVA, Manuel Carlos (2000), "Racismo e conflito interétnico: elementos para uma investigação" in Revista Crítica de Ciências Sociais, 56:61-79.

SILVA, Manuel Carlos e SILVA, Susana (2002), "Práticas e representações sociais face aos ciganos. O caso de Oleiros, Vila Verde" in Antropológicas, 6:6:57-86, Porto: Universidade Pessoa.

SILVA, Manuel Carlos e PINTO, Maria Goretti (2004), "Conflitos inter-étnicos latentes: um estudo de caso no concelho de Barcelos" in Sociedade e Cultura, vol XXI (1-2),5:189-216.

SILVA, Manuel Carlos, SOBRAL, José Manuel e RAMOS, Mariana (2008), "Ciganos e não ciganos: imagens conflituosas em relações de vizinhança. O bairro social da Atouguia, Guimarães"in Mundos Sociais: saberes e práticas, VI Congresso Português de Sociologia, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
SILVA, Manuel Carlos et. al.. (2006), Relações inter-étnicas: portugueses, ciganos-portugueses e imigrantes dos PALOP:um estudo de caso no distrito de Braga (Projecto POCTI/SOC 103/96/2001) (policopiado)
VALA, Jorge, LOPES, Dinis e RODRIGO, Brito (1999), "A construção social da diferença:racialização e etnicização das minorias" in J. Vala (org) Novos racismos: perspectivas comparativas:145-167, Oeiras: Celta Editora.
VALA, Jorge (2000), "Representações sociais e psicologia social do conhecimento quotidiano", in Jorge Vala e Maria Benedicta Monteiro (coords.), Psicologia Social: 457-502, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
WEBER, Max [1978 (1921)], Economy and Society, editado por G.Roth e C. Wittig, Berkeley e Londres: University of California Press.
WIEVIORKA, Michel (1998), O racismo. Uma introdução, Lisboa: Fenda.

Delinquência juvenil e comunicação intergrupal

Joana Micaela Beiramar Correia
Universidade do Minho
joana_mic@hotmail.com

Resumo: Nesta comunicação mostraremos que a comunicação intergrupal contribui para uma carreira delinquente. Ao analisar os códigos de tribo utilizados na comunicação intergrupal verificar-se-ia a preponderância do grupo na formação de uma carreira delinquente uma vez que a comunicação intergrupal levaria simultaneamente a um afastamento da sociedade em geral e das suas normas e a um reforço da identidade grupal. Esta dialéctica conduziria à formação de uma carreira delinquente, o que comprovaria a influência preponderante do grupo para este fenómeno. A análise da comunicação intergrupal passa por uma reflexão sobre os códigos de tribo, nomeadamente pelo gosto musical e pela prática de grafites (na linha de investigação de Machado Pais, Sauvadet, Seabra e Carvalho, entre outros), pela indumentária, pela linguagem, pelas marcações corporais (Machado Pais, Seabra, Sauvadet, Le Breton), pelo consumo de drogas (Machado Pais e Cândido Agra), pelo uso da violência (Maffesoli, Body-Gendrot, Roché, Sauvadet, Balandier, entre outros) pela prática de furtos e roubos (Sauvadet), pelas saídas nocturnas (Maffesoli e Machado Pais) e pelo quotidiano (Sauvadet, Seabra, Maffesoli). Conceitos intimamente ligados à delinquência juvenil socializada como culturas juvenis, utilizado por Machado Pais ou tribos urbanas, utilizado por Maffesoli, ou "outsiders", utilizado por Becker, e as várias teorias sobre o desvio social serão explorados de modo a sustentar a preponderância grupal na carreira desviante.

Introdução

A delinquência juvenil é um fenómeno social que constitui uma preocupação crescente das sociedades contemporâneas, sendo este um fenómeno complexo, com visibilidade e impacto crescentes, mas que assume contornos difusos e é marcado por um leque diversificado de causas.

Sendo um problema socialmente construído, o seu estudo destaca a condição de jovem como etapa de socialização que só pode ser compreendida em referência ao contexto social em que é vivida, reflectindo experiências passadas e presentes na relação com diversos agentes de socialização, de entre os quais se destacam a família, o grupo de pares e outras instituições.

Têm sido apontados vários factores de risco de delinquência individuais, familiares, escolares e comunitários e relativamente ao grupo de pares. Contudo, o factor de risco relativamente ao grupo de pares tem sido tratado com pouca relevância.

O que se pretendeu neste estudo foi, precisamente, demonstrar a preponderância do grupo de pares, que tem uma organização tribal, não como um factor de risco mas antes como um dos factores decisivos de consumação de um estilo de vida delinquente ou de uma delinquência socializada.

E não é por acaso que estes jovens parecem falar, vestir e pensar todos da mesma forma. Não é por acaso que gostam do mesmo tipo de música, de tatuagens, de piercings, de drogas e se juntam todos para agredir um só, como se não se tratasse de vários indivíduos mas de um só, movidos pelo mesmo objectivo. Tudo isto se encontra relacionado com o processo de delinquir, com a afirmação da identidade grupal e com a afirmação desviante no seio da sociedade.

Delinquente juvenil, em termos jurídico-legais, é "todo o indivíduo sujeito à jurisdição do tribunal de menores, isto é, todo o indivíduo que praticou um facto ilícito depois dos 12 anos e antes dos 16 anos, jovem a quem foi aplicada uma medida tutelar educativa" (Costa, 1999:100). Contudo, a delinquência, mais do que um problema de natureza jurídica, é antes de mais um problema eminentemente social já que se encontra na transgressão dos limiares de tolerância dos grupos sociais, portadores de sistemas de normas e de valores de uma sociedade num dado momento da sua evolução. Deste modo, o acto de delinquir é um acto desviante.

É importante analisar a forma como diversos factores individuais, familiares, sociais, escolares e comunitários são susceptíveis de concorrer para a determinação de percursos de vida assinalados pela inadaptação social e/ou delinquência. De salientar que nenhum factor de risco, considerado isoladamente, leva uma criança de baixa idade à delinquência; a probabilidade da delinquência aumenta à medida que aumenta o número de factores de risco e de áreas de factores de risco.

O comportamento anti-social, os factores emocionais, o desenvolvimento cognitivo e o comportamento hiperactivo constituem factores individuais de risco. Os factores de risco familiares consistem em práticas inadequadas de educação das crianças, em discórdia familiar e maus-tratos, bem como a dimensão da família e a história anti-social parental (Wasserman et al 2004).

Os factores de risco escolares e comunitários são bastante relevantes uma vez que a socialização implica os mesmos processos ao produzir quer os comportamentos pró-sociais quer os comportamentos anti-sociais. Os factores escolares têm como preditores de risco o fraco desempenho escolar, as baixas aspirações educacionais e a motivação fraca. Já os factores comunitários têm como preditores de risco a pobreza e carências das famílias, as situações de carência ao nível do bairro, bairros desorganizados e com poucos sistemas de controlo que podem ter redes de controlo social fracas que permitem que a actividade criminal continue sem vigilância e até mesmo despercebida; em relação aos crimes violentos, a desorganização social e a concentração da pobreza levam à diminuição da boa vontade dos residentes para intervirem, contribuindo para uma maior probabilidade de violência nos bairros; algumas áreas residenciais podem proporcionar maiores oportunidades para aprendizagem anti-social (bairros carenciados caracterizados por uma predominância de grupos de pares delinquentes, bairros com muita criminalidade, o acesso fácil a armas) (Wasserman et al 2004).

Os factores de risco relativamente aos pares aparecem numa fase mais tardia e consistem na associação com pares desviantes. Apesar de os factores de risco predizerem um futuro delinquente, eles fazem mesmo só isso, predizem, não contribuem directamente. Os factores de risco constituem uma estrutura, mas uma estrutura dinâmica, que é modificada por meio da acção, a convivência com os pares desviantes, dando resultado a uma nova estrutura. Se não houvesse uma nova acção não existiria uma nova estrutura. O maior envolvimento no grupo desviante constitui uma nova estrutura, resultado da acção (prestação de prova, por exemplo) (Giddens, 1989). É devido à falta de vínculo social que o adolescente poderá fazer uma identificação com os seus pares, normalmente habitantes do mesmo bairro com quem convivem diariamente e partilham as mesmas condições de vida, através da adesão a formas marginais de socialização, num movimento regressivo. Os próprios jovens reconhecem-se como exteriores à sociedade e sentem que esta os olha de forma diferente, daí a necessidade de se afirmarem e de se valorizam no seio de uma sub-cultura.

Os adolescentes procuram nos grupos uma identidade, um estatuto e uma protecção que na sociedade comum não conseguem alcançar. O grupo de amigos, constitui, para estes jovens, o meio onde se moldam e afirmam as suas personalidades. Mais do que a família ou a escola é junto dos amigos que se procuram satisfazer as necessidades de reforços positivos da auto-estima e de confirmação da sua integração na sociedade. Aí sentem-se compreendidos e entre iguais, levando a que a sua socialização para a integração na sociedade se processe mais neste grupo que em qualquer outra instância (Monteiro et al, 2003).

Partilhando, entre outros factores, a situação de degradação dos bairros onde habitam e as precárias condições de habitação existentes, os jovens destes bairros são, também eles, carenciados a nível sócio-económico (Body-Gendrot, 1995). Nestas condições, a integração no grupo de amigos processa-se através da afirmação do eu como igual aos restantes, comungando-se dessa forma determinados valores e práticas encarados pelos próprios como normas nesse contexto, mas rotulados de desviantes pela sociedade exterior. Para alguns a adesão e pertença a um grupo de amigos é vista como uma extensão natural do eu e consequência imediata de habitar uma determinada zona. Desta forma, a pertença a um grupo de amigos não apenas quebra com o isolamento emocional dos jovens, resultante do abandono que existe na família, como possibilita a sua afirmação em áreas igualmente importantes – consumo, estilo pessoal, etc. – para quem está na adolescência. O significado e o poder simbólico da pertença grupal justificam a existência de rituais de passagem que condicionam a aceitação no grupo.

A afirmação pessoal dentro do grupo, procurando não ser mais um entre muitos, mas ser reconhecido como individualidade a respeitar e admirar, leva a rivalidades, que se traduzem em autênticas exibições de afirmação individual. O reconhecimento conquista-se através do envolvimento em práticas valorizadas pelo grupo, a afirmação de um eu destemido, impulsivo e um pouco tresloucado, daí a participação em determinados rituais vistos, pelos próprios, como "*loucuras*".

De salientar que a juventude constitui por si só um factor de risco de delinquência já que "juventude traduz um hiato social que ocorre entre a infância e a idade adulta, entre a total dependência social e a emancipação que se alcança com o estatuto social do adulto" (Machado Pais, 1993:24). Como se pode verificar, há uma "aparente unidade", defendida por Parsons, em que esta é uma fase da vida por comparação a outras gerações e as relações sociais são estabelecidas entre as diferentes gerações. E há uma "diversidade", defendida por Machado Pais (1993), em que o termo juventude consiste em diferentes atributos sociais que diferenciam os próprios jovens em face aos outros – os factos sociais decorrentes dos sentimentos e relações de pertença dos jovens que fazem parte de uma cultura juvenil. A adolescência caracteriza-se por um período de contradições e de paradoxos. O indivíduo procura construir a sua própria maneira de estar no mundo e compreender o que é enquanto pessoa, isto é, estabelecer a sua identidade. Para tal, explora diversas possibilidades e procura viver experiências diferentes aos mais diversos níveis (sexual, profissional, social, moral), no sentido de encontrar aquelas com que mais se identifica.

A delinquência socializada (estilo de vida delinquente) é de tipo grupal, caracterizando-se pela prática de comportamentos ilegais, associados à pertença a uma subcultura com normas e valores distintos dos socialmente instituídos. Trata-se de comportamentos mais adaptativos do que desadaptativos, participando os delinquentes socializados em comportamentos planeados e dissonantes relativamente aos normativos jurídicos como uma expressão das necessidades e das atitudes do grupo, ou seja, consiste mais numa resposta a influências sociais do que a problemas individuais. Consiste mais

em actos sociais do que individuais, sendo que raramente cometem crimes individualmente, excepto se para impressionar o grupo ou por ter sido requerido pelo grupo (Monteiro et al 2003). Na sequência da diferenciação funcional da violação de regras sociais pelo assumir de práticas desviantes, os actos anti-normativos no interior de um grupo podem revestir um valor funcional não apenas para os seus autores mas, inclusivamente, para o próprio grupo (Vala, 1985 cit in Carvalho, 2006).

Machado Pais (1993) apropria-se do conceito de culturas juvenis, definindo-as como um conjunto de valores, significados e símbolos comuns nas diversas heterogeneidades, atribuídos a uma determinada realidade social e considerando de uma forma particular que a vida artística, a integração em bandos e movimentos musicais sinalizam os percursos de vida e ao mesmo tempo constituem-se como afirmações identitárias favoráveis ao aparecimento de tribos. De forma abrangente, as culturas juvenis estão associadas à cultura dominante, no entanto, torna-se possível identificar no contexto artístico duas tendências inscritas no próprio conceito de tribo, que não são de forma alguma contraditórios. De um lado, verificamos comportamentos de oposição às culturas dominantes, aos seus sistemas de valores, por meio de tensões, contestações e contradições expressas muitas vezes em comportamentos marginais, ou seja, comportamentos contraculturais. Consequentemente, desenvolvem-se sentimentos de pertença a grupos de referência, subculturas, que define um grupo pela partilha de modos de expressão sociais e estilos de vida similares que lhes permite a afirmação de identidades territoriais, visuais, físicas e linguísticas expressas de forma mais abrangente nos códigos da tribo (Machado Pais, 2005). Importa clarificar que identidade social é entendida como sendo uma característica que os outros atribuem a um indivíduo sendo estas vistas como marcadores que indicam de um modo geral o que a pessoa é. Isto faz com que seja posicionada em relação aos outros indivíduos que partilham os mesmos atributos, os jovens são o exemplo da identidade social (Giddens, 2004:29).

O conceito de tribo foi definido de forma clara por Maffesoli (1987), que estudou a sua dimensão histórica, pela comparação das Sociedades Modernas às Pós-Modernas. Trata-se, portanto, de uma metáfora ilustrativa das mudanças ocorridas nas sociedades nos diversos domínios, inclusive nos comportamentos juvenis. Assim sendo, Maffesoli (1987) considera que o mundo contemporâneo é tribal, marcado pelas transformações nas relações sociais, o declínio do individualismo e, consequentemente, a busca ostentativa de pertencimento e integração em grupo, ou seja, a constituição de identidades grupais, de fortes laços comunitários e afectivos. O mundo Contemporâneo deu lugar ao desenvolvimento de microgrupos, tribos, que expressam comportamentos fortemente expressivos e auto-afirmativos em torno de identidades culturalmente específicas – "subculturas". Tribo urbana é usada para traduzir sociabilidades juvenis que se pautam por vivências consideradas "desestruturadas". Neste sentido, Rabot (2006:104) sustenta que "Le communautarisme actuel n'est qu'une résurgence du désir de communauté qui parcourt l'histoire universelle et qui traduit la nécessité pour les individus et les groupes d'investir leur propre culture dans le but de cultiver leur identité".

Ressalta nesta ideia o conceito de anomia de Durkheim como se esta fosse uma condição fundamental no decorrer da vivência da juventude. Muitos comportamentos que são vulgarmente atribuídos às designadas "tribos" são encarados como "anómicos", como se desprovidos de um sentido funcional. Tal poderá, até certo ponto, decorrer do facto das sociedades terem adquirido uma relativa estabilização em volta de determinados valores e regras com os quais se olham e julgam a si mesmas (Machado Pais, 2005).

"Tribo urbana" constitui-se como um conjunto de regras específicas (diferenciadoras) às quais os jovens decidem confiar a sua imagem parcial e global com diferentes, mas sempre elevados, níveis de implicação pessoal. As tribos pressupõem ainda que os seus membros constituam com uma relativa visibilidade uma imagem, designadamente, ao nível da adesão ao uso de certas roupas e linguagem, assentes em determinadas atitudes. As designadas tribos urbanas pressupõem ainda factores que parecem associados a potenciar uma certa, eventualmente apenas aparente, desordem urbana. Uma das sintomatologias das atitudes agressivas de algumas tribos têm a ver coma assunção do desafio e da violência como imagem de marca que é fácil de identificar e que funciona como fonte de orgulho e reconhecimento social (Machado Pais, 2005). Os grupos juvenis têm uma tendência, que os torna mais apelativos, para se situarem à margem da rotina social e do que pode considerar-se oficial numa cultura. Existe uma clara afirmação de si próprio, de protagonismo, de participação activa e plena na sociedade, manifestada tantas vezes por culturas ditas performativas, muitas das vezes olhadas com pouca atenção ou até mesmo alvo de grande incompreensão e desprezo (Machado Pais, 2005). "Ce qui s'y joue, c'est bien «le sentiment d'appartenance communautaire, c'est-à-dire le processus d'implication par lequel tout un chacun n'existe qu'en function de l'autre» (Maffesoli, 2004:124, in Rabot, 2006:105).

Sauvadet (2006) vai ao encontro das perspectivas anunciadas anteriormente, embora foque de modo mais expressivo o espírito "guerreiro" como uma das formas de reforço e de afirmação da identidade grupal. Para além da imitação e do mediatismo presentes na construção e na gestão do capital guerreiro, a sociabilidade adquire particular relevância. Os membros do grupo protegem-se uns aos outros de diversas formas, como já foi referido; a protecção torna-se uma responsabilidade e a segurança um direito de todos os membros do grupo, estendendo-se para os amigos e familiares do mesmo. Desta forma, fomentam a coesão e a proximidade entre os elementos do grupo.

Nesta linha de pensamento, Goffman (1988) acrescenta que os estigmatizados têm tendência a reunir-se em pequenos grupos sociais para que assim possam proteger-se uns aos outros, uma vez que partilham da mesma condição social: discriminados e excluídos.

A prática de delitos, nomeadamente a violência, o furto e o roubo, o consumo de droga, os grafites, a música rap e hip hop, as "noites", nomeadamente as de festas raves, a linguagem específica, as roupas e a imagem através do corpo, o quotidiano fazem parte de um estilo de vida delinquente. Ao analisar estas práticas que constituem códigos de tribo utilizados na comunicação intergrupal verifica-se a preponderância do grupo na formação de uma carreira delinquente uma vez que a

comunicação intergrupal leva simultaneamente a um afastamento da sociedade em geral e das suas normas e a um reforço da identidade grupal. Esta dialéctica conduz à formação de uma carreira delinquente.

As agressões físicas (ofensas à integridade física) são um dos crimes mais vulgares entre os jovens, embora estes não o considerem como um crime mas antes como uma manifestação de força e superioridade do grupo e coragem dos indivíduos. Através da "*porrada*" o grupo impõe a sua superioridade sobre o outro grupo ou indivíduo, a sua autoridade (Balandier, 1980). A maioria dos jovens aponta como motivo que os levou a agredir fisicamente outro indivíduo uma provocação da outra parte, o que inevitavelmente os levaria a ripostar já que o contrário significaria dominação. Mas é imperativo ser destemido, "maluco", inconsequente, pois o importante é a dominação sobre o outro e a fama perante os outros membros do grupo e dos outros grupos (Sauvadet, 2006). Estes jovens utilizam uma violência banal (Maffesoli, 1984), não defendendo qualquer tipo de valor e fazendo frente às formas de dominação, permitindo, assim, a partilha de sentimento, o querer-viver social com os membros do grupo, integrando um estilo de vida delinquente e reforçando a identidade social do grupo. Para dominarem simbolicamente, os jovens têm que ser temidos e valorizados enquanto grupo dominante, afirmando-se perante a sociedade enquanto tal.

Outro código de tribo utilizado por estes jovens na comunicação intergrupal é a indumentária, existindo uma ligação directa da afirmação da identidade pessoal e social destes jovens no grupo através da indumentária que vestem. Das calças ao boné todo o vestuário é estudado e adaptado ao estilo que se pretende afirmar socialmente (Machado Pais, 2005). A marca da indumentária utilizada não pode estar igualmente ausente de significado, desde as marcas tradicionais de desporto (Nike, Reebok) até a marcas desconhecidas para a maioria dos jovens (Seabra, 2005), importadas dos Estados Unidos (FuBu, New York). De salientar que há a apropriação de uma nova marca, tradicionalmente atribuída a outros grupos juvenis, a Lacoste, o que poderá ter a ver com a afirmação de um estatuto económico mais alto. Todos os membros do grupo partilham o mesmo estilo de indumentária embora considerem importante cada um marcar uma estilo pessoal dentro do grupo de forma a afirmar a sua identidade pessoal.

De modo a suportarem os custos de um estilo pessoal e grupal irreverente, já que as marcas preferidas por estes jovens têm um custo elevado, e têm uma situação económica precária, roubam para estes luxos. O furto é o crime mais popular entre estes jovens, como se pôde verificar na caracterização da amostra. Tratam-me de furtos a automóveis, a cafés, a bombas de gasolina, a pessoas, a lojas. O dinheiro que aí retiram é aplicado em luxos, para "curtir" e comprar roupa, sem qualquer contenção. Para estes jovens, dinheiro roubado só pode ser gasto rapidamente. Ao acumular riqueza estão a adquirir poder simbólico (Bourdieu, in Sauvadet, 2006).

Os actos ilícitos praticados por estes jovens, como as agressões físicas e os roubos, desempenham uma função de reforço da identidade do grupo pois são acontecimentos vividos em conjunto, com uma grande carga de secretismo. No final de os praticarem os jovens tendem a recapitular os acontecimentos de modo a corrigir os erros, a melhorar o modo de acção e, inconscientemente, a valorizarem-se pelos feitos, afirmando, assim, a sua identidade. Não se pode deixar de referir que estes actos levam os jovens a afirmarem uma identidade desviante no seio da sociedade.

As tatuagens e os piercings detêm um grande poder de afirmação de um estilo e de uma identidade para estes jovens. O tipo de tatuagem que afirmaram pretender realizar são comuns à maior parte dos jovens: o próprio nome (a alcunha), o nome de um ente querido (normalmente da mãe ou de um filho), um símbolo de liberdade; o local varia entre o antebraço anterior e as costas. Estas são certamente marcações corporais que tinham como objectivo marcar uma fase ou acontecimento importante nas suas histórias de vida (Machado Pais, 2005). A marcação da alcunha teria, por exemplo um significado de afirmação pessoal no grupo (já que tatuaria o seu nome do grupo e não o seu nome próprio). As tatuagens representam, pois, marcos de identidade (Le Breton, 2004). A maior parte dos jovens entrevistados já tinha aplicado piercings, na sua maioria nas orelhas e na face. Afirmam ter um valor decorativo e de afirmação de um estilo pessoal (Machado Pais, 2005). Na actualidade verifica-se um grande apreço destes jovens por ornamentos em ouro, de modo a poderem marcar um estilo e mostrar riqueza. Ao marcar o corpo e ao impor-lhe uma indumentária com um estilo próprio o jovem está efectivamente a fortalecer a sua identidade pessoal e grupal e, consequentemente, a afirmar-se socialmente como desviante, afastando-se dos valores e normas socialmente predominantes.

Tal como no caso da indumentária e da marcação corporal, também a música e os grafites desempenham uma função de afirmação da identidade pessoal e social dentro do grupo e para a sociedade em geral. Este instrumento de identificação aparece camuflado no discurso destes jovens através do gosto, gosto este que é comum a todos os membros do grupo. Os jovens afirmam "curtir" praticamente todos a música hip-hop e kisomba. A música, para estes jovens, é como uma banda sonora das suas histórias de vida, apreciando, por isso, preferencialmente o hip-hop (Marques et al in Machado Pais, 1999).

A prática de grafites e a linguagem utilizada entre os jovens aparecem para estes, mais uma vez, como um prenúncio do querer-viver social. Os grafites, sendo uma expressão artística do hip-hop (Carvalho e Brites, 2006), aparece como uma prática esporádica do convívio em grupo. Esta prática constitui para os jovens um veículo de comunicação, transmitindo o gozo e a ousadia, em tom de provocação para a sociedade e, particularmente, para os agentes da autoridade (Machado Pais, 1999). Estes jovens só pintam as paredes para afirmarem a sua identidade desviante perante a sociedade e celebrarem a unidade do grupo. A linguagem utilizada entre estes jovens aparece como um código da tribo, trocando palavras e expressões que os indivíduos exteriores ao grupo certamente não entenderão. Esta linguagem própria não tem o intuito de esconder o significado dos indivíduos exteriores mas sim demonstrar uma identidade comum e específica desse grupo. Só os

membros desse grupo entenderão o significado dessa linguagem porque só eles estariam presentes no momento em que essas expressões surgiram. Elas referem-se a determinados momentos e significados atribuídos a eles num contexto grupal.

Relativamente às alcunhas que são atribuídas a cada membro do grupo relacionam-se com a despersonalização de uma identidade e a adopção de uma outra. Quando um jovem integra um grupo logo surgirá uma alcunha num dado momento. É uma espécie de baptismo e o jovem rapidamente adquire a sua nova identidade. Passado algum tempo quase ninguém é capaz de apontar a razão pela qual se atribuiu tal alcunha. Esse jovem passa mesmo a ser conhecido fora do grupo por essa alcunha, não sendo de conhecimento de quase ninguém a verdadeira identidade. De salientar que mesmo questionado sobre o seu nome de registo, o jovem raramente o revela ou, se o faz, é a muito custo.

O consumo de substâncias aditivas, nomeadamente o haxixe e o álcool, aparece como uma prática habitual destes jovens. Enquanto o álcool aparece como uma prática associada ao "sair à noite" e aos fins-de-semana, a droga aparece associada ao quotidiano dos jovens (Agra, 2008). Quanto às razões que levam estes jovens a consumir droga e álcool são apontados vários motivos: porque toda a gente do grupo o faz, porque descontrai, para "curtir" com os amigos (Maia e Gomes in Machado Pais, 1999). Estas são, para eles, práticas grupais, celebradas em conjunto, embora dois jovens tenham afirmado que também fumavam droga sozinhos. Mesmo assim, predomina o consumo de droga em grupo, até porque é necessária toda uma técnica de preparação do "charro". Este saber fazer faz parte de um capital cultural desviante que os jovens adquirem dentro do grupo.

Relativamente ao consumo de álcool, foi referido por estes jovens que só bebem com os amigos, em grupo, para "curtir" ou porque saem à noite. Contudo, quando ingerem bebidas alcoólicas, fazem-no em grande quantidade. Como já foi referido, o consumo de álcool está fortemente associado às saídas à noite para bares e discotecas. Todos os jovens afirmaram gostar de frequentar discotecas e que o fazem com regularidade. O consumo de droga também se verifica com mais intensidade num contexto nocturno (Sanchez e Martins in Machado Pais, 1999). Curiosamente, as festas raves não eram frequentadas por estes jovens, embora afirmem querer conhecê-las porque já ouviram falar através dos mais velhos. Este facto pode estar ligado ao factor idade que estes jovens apresentam. Estas poderão ser festas frequentadas por jovens delinquentes mais velhos. Em suma, as drogas, o álcool e as noites não são mais do que elementos que fazem parte de uma cultura desviante celebrada em conjunto de modo a fortalecer os laços e a identidade grupal

Relativamente às actividades diárias destes jovens, A denominada "cultura do lazer" encontra-se no topo da lista, acompanhada das deslocações aos locais de diversão ou às discotecas. Muitos deslocavam-se à escola diariamente embora ficassem cá fora com os amigos, faltando às aulas. Aqueles que já haviam desistido da escola passavam o tempo a dormir de manhã, a passear à tarde com os amigos e sair à noite novamente com os amigos sem ter hora para chegar a casa. O encontro diário comprova o desejo do querer-viver social, de ter experiências em conjunto, de partilharem a emoção, reforçarem quotidianamente a identidade grupal e o sentimento colectivo (Maffesoli, 1979). A identidade grupal revela-se tão fortalecida que, mesmo confirmando que se não conhecesse aqueles amigos não teria feito tudo o que tinha feito até hoje, não concebem as suas vidas sem eles nem conseguem imaginar o que fariam se não estivessem com eles. A identidade pessoal faz parte da identidade grupal. Sem o grupo as suas identidades não seriam as mesmas. Todos os jovens confirmaram que as primeiras e as seguintes experiências que os levaram a adoptar um estilo de vida delinquente foram realizadas num contexto grupal numa idade precoce. O facto de conviverem precocemente com actividades desviantes no seio familiar também aparece como um facilitador pois essas actividades eram vistas por estes como "normais".

A escola constitui o espaço pioneiro por excelência para a partilha de conhecimento e prática dos primeiros actos desviantes, desde o vandalismo aos furtos. A maior parte dos jovens declarou ter praticado o primeiro roubo entre os 8 e os 13 anos, demonstrando, assim, a precocidade das práticas desviantes. Quanto à primeira agressão física "a sério", a maioria declarou ter sido entre os 8 e os 13 anos. Já o primeiro contacto com a droga foi mais tardio, entre os 12 e os 14 anos, embora não deixe de ser em idade precoce.

Como se pode verificar, apesar da presença ou não dos factores de risco de delinquência, a pertença a um grupo de pares desviante é decisiva na formação de uma carreira delinquente, já que as primeiras ocorrências são efectuadas num contexto grupal. Mesmo os próprios jovens confirmaram que não teriam um estilo de vida delinquente se não tivessem conhecido os amigos que integram o grupo de pares. Em suma, os instrumentos de comunicação intergrupal ou códigos de tribo (violência e outros actos ilícitos, as drogas e o álcool, a música, as marcações corporais, as roupas, a linguagem, os grafites, as noites e o quotidiano) afirmam a identidade social do grupo perante a sociedade e, consequentemente, fortalecem a identidade social e pessoal, conduzem, efectivamente a um estilo de vida delinquente. E a acção destes instrumentos não seria possível sem o contexto grupal pois, como tentei demonstrar, esses instrumentos só têm significado se exercidos no grupo de pares. Portanto, a comunicação intergrupal, por via dos códigos de tribo, é determinante para a formação de uma carreira delinquente.

Referências bibliográficas

AGRA, Candido (2008), *Entre droga e crime*, Cruz Quebrada, Casa das letras

BALANDIER, Georges (1980), *O poder em Cena*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.

BODY-GENDROT, Sophie (1995), *Ville et violence, Irruption des nouveaux acteurs*, Paris, Presses universitaires de France

CARVALHO, Maria João Leote de ; BRITES, Maria José, (2006). "Em torno da condição de jovem : a (re)construção social da juventude". *Revista Infância e Juventude*, nº4, Outubro-Dezembro, pp. 9-60.

COSTA, José Martins Barra da (1999), *Práticas delinquentes – De uma criminologia do anormal a uma antropologia da marginalidade,* Lisboa, Edições Colibri.
GIDDENS, Anthony (1989), A constituição da sociedade, São Paulo, Liv. Martins Fontes, pp. 169-180.
GIDDENS, Anthony (2004), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
GOFFMAN, Erving (1988), Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, Rio de Janeiro, Editora Guanabara.
LE BRETON, David (2004), *Sinais de identidade. Tatuagens, piercings e outras marcas corporais*, Lisboa, Miosótis – Edição e Distribuição
MACHADO PAIS, José (1993), *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional da Moeda
MACHADO PAIS, José (1999), *Traços e Riscos de Vida: uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis,* Porto, Ambar.
MACHADO PAIS, José (2005), *Tribos Urbanas: Produção artística e identidades*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
MAFFESOLI, Michel (1984), Essais sur la violence : banale et fondatrice, Paris, Éditions Librairie des Méridiens.
MAFFESOLI, Michel (1987), *O Tempo das Tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa*, Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
MAFFESOLI, Michel (1979), *La conquête du présent*, Paris, Presses Universitaires de France
MONTEIRO, Olinda; FONSECA, Cristina Reis; MIRANDA, Maria de Fátima (2003), "Adolescentes recluídos, toxicodependências e doenças infecto-contagiosas". *Revista Infância e Juventude*, nº 4, Outubro-Dezembro, pp. 61 – 107.
RABOT, Jean-Martin (2006) «Citoyenneté ou socialité?», in COSTA M. Silva e LEANDRO E. (org.), *Participação, Saúde e Solidariedade: Riscos e Desafios*, Braga, Edições da Associação Ibero-Americana de Sociologia das Organizações (AISO), do Instituto de Ciências Sociais (ICS) e do Núcleo de Estudos em Sociologia (NES) da Universidade do Minho, pp. 89-111.
SAUVADET, Thomas (2006), *Le Capital Guerrier: concurrence et solidarité entre jeunes de cité,* Paris, Armand Colin
SEABRA, Hugo Martinez (2005), *Delinquência a preto e branco : estudo de jovens em reinserção*, Porto, Alto-Comissariado para a imigração e minorias étnicas.
WASSERMAN, Gail A. ; KEENAN, Kate ; TREMBLAY, Richard E. ; COIC, John D. ; HERRENKOHL, Todd I. ; LOEBER, Rolf ; PETECHUK, David (2004), "Factores de risco e factores de protecção da delinquência infantil", *Revista Infância e Juventude,* nº 3, Julho-Setembro, pp. 51-78.

Memoria e construção de identidade em uma comunidade de descendentes de escravos no Pará, Brasil

Marcilene Silva da Costa
Universidade Federal do Pará
marcicosta@hotmail.com

Resumo: No presente trabalho proponho-me a discutir construção de identidades em uma comunidade – Macapazinho, Santa Izabel do Pará, Brasil – que reivindica, atualmente, a titulação de suas terras, a partir da alegação de ser uma comunidade remanescente de quilombo. O processo de assunção de uma identidade negra quilombola em Macapazinho teve início juntamente com a luta pela titulação das terras, não muito diferente do que aconteceu/acontece em outras comunidades negras que pleiteiam a posse da terra visto que a identidade social pode ser trabalhada de acordo com as circunstâncias, sendo que, grande parte dela depende da situação social em que as coisas acontecem, dessa forma, é possível dizer que a identidade de negros descendentes de quilombolas é uma identidade situacional, politicamente acionada e historicamente informada pelo trabalho da memória. É que, neste sentido, pode conviver com outras, no processo de sua construção/atualização, outras (aparentemente) opostas, mas que podem ser também apenas um modo de designação que no fundo não desconsidera mas faz parte de um processo mais amplo.

Introdução

No presente trabalho proponho-me a discutir construção/produção de identidades em uma comunidade – Macapazinho, em Santa Izabel do Pará, municipio localizado na região norte do Brasil– que reivindica, atualmente, a titulação de suas terras, a partir da alegação de ser uma comunidade remanescente de quilombo1.

Macapazinho está localizada no distrito de Caraparu, pertencente ao município de Santa Izabel do Pará e fica a cerca de 15 Km da sede do município, o que corresponde mais ou menos a 20 minutos de ônibus, dependendo das condições da estrada. O município de Santa Izabel do Pará pertence à Mesorregião Metropolitana de Belém, microrregião de Castanhal,

1 Este trabalho faz parte da dissertação de Mestrado em Antropologia defendida em fevereiro de 2004 no Departamento de Antropologia (DEAN) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Em 13/05/2008, a comunidade de Macapazinho recebeu o titulo de posse da terra com uma área de 68,7834 ha (sessenta e oito hectares, setenta e oito ares e trinta e quatro centiares). Fonte: ITERPA (INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ). http://www.iterpa.pa.gov.br/ListaQuilombos.iterpa (consultado na internet em 24/11/2008)

localizado na Zona Bragantina; fica a 38 Km de Belém, capital do Pará. A comunidade é cortada ao meio pela estrada estadual PA-140.

Utilizei a memória social dos informantes como importante recurso para entender o processo de produção e/ou reconstrução/reinvenção de identidades. Além da memória, relações sociais dos moradores da comunidade com representantes de uma entidade de movimento negro organizado de Belém, o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), e representantes do Programa Raízes (foi criado em 2000 com objetivo de gerar politicas às comunidades indigenas e quilombolas), do Governo do Estado do Pará, se mostraram importantes no entendimento desse processo. Privilegio também as práticas cotidianas do grupo.

O trabalho de campo foi feito durante os meses de maio e junho de 2003 onde passei a ir todos os dia à comunidade, inclusive aos finais de semana. No entanto, já visitava a comunidade desde 2001. Ao longo dos anos de 2001 e 2002, gravei entrevistas e participei de festas, mas não visitava a comunidade todos os dias. Só a parti de 2003 que as visitas se tornaram mais frequentes.

O direito à terra aos remanescentes de quilombo

Os moradores de Macapazinho pleiteiam seu reconhecimento legal como remanescentes de quilombo, de acordo com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal – ADCT de 1988, que diz: "[a]os remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos"2.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, particularmente do artigo 68, o Brasil passa a ser cenário de discussões mais visíveis a respeito da situação das chamadas comunidades negras rurais ou terras de preto3. O referido artigo continha/contém algo que interessa diretamente a elas. Trata-se da legalização de terras, mas não quaisquer terras, ele concedia direito a terra a comunidades designadas por um nome até então desconhecido pela maioria da população brasileira.

No artigo 68, comunidades negras rurais são chamadas remanescentes de *quilombo4*. Neste sentido, as comunidades eram, de certa forma, obrigadas a se auto-atribuir essa identificação se desejassem pleitear a legalização de suas terras, visto que o direito a elas só era concedido aos que se enquadrassem no, até então, pouco conhecido dispositivo. Em 19955, as discussões e debates no cenário político nacional entorno do artigo 68 se tornam mais acirrados quando, então, o Senado e a Câmara dos deputados o regulamentam para que seja aplicado pelo Estado Federal, indo de encontro à opinião de juristas e organizações civis que entendiam ser o artigo auto-aplicável.

Voltando ao local onde desenvolvi meu estudo, devo dizer que foi no contexto desse processo gerado pela introdução do Artigo 68 que descobri que o município –Santa Izabel do Pará – em que nasci e me criei e a que pertence Macapazinho6 – não tinha apenas uma, mas várias comunidades remanescentes de quilombos.

Memórias e identidades em Macapazinho

Macapazinho atualmente está vivendo o processo de legalização de terras e junto com isso, está vivendo, também, outro processo, o de construção/produção/ reconstrução certamente em outros moldes, de uma identidade negra, não muito diferente do que aconteceu/acontece em outras comunidades negras que pleiteiam a posse da terra visto que a identidade social pode ser trabalhada de acordo com as circunstâncias, sendo que grande parte dela depende da situação social em que as coisas acontecem.

Embora a maioria dos moradores de Macapazinho tenha cor da pele, traços faciais e cabelos considerados socialmente como "tipicamente negros" esses não são um dado a priori para se considerarem como tal: "...ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro"7. Embora o estudo de Souza (1983) trate de construção de identidade negra de negros em ascensão social em um espaço urbano – a cidade do Rio de Janeiro, e tenha como fio condutor os conflitos emocionais decorrentes dessa ascensão, penso que tal estudo pode ser relacionado ao processo

---

2 Cf. Constituição Federal. (1988). Brasília: Senado Federal (p.169).

3 Segundo Gusmão (1995), geralmente é assim designada a população negra que vive no meio rural. Sendo que a visibilidade ou descoberta de existência rural negra pôs em questão seus diversos nomes: núcleos, agrupamentos, comunidades ou bairros. Para a autora, as várias denominações que designam a existência negra no rural têm base, na maioria das vezes, nas autodenominações dos próprios grupos. O'Dwyer (2002) utiliza a expressão terras de preto também para se referir a essas comunidades, declarando que pelo menos essa tem a vantagem de ser uma expressão nativa. Para Leite, tal expressão compreende "...as diversas situações decorrentes da reorganização da economia brasileira no período pós-escravista, onde inclusive, não apenas os afro-descendentes estão envolvidos." (2000: 16). No caso de Macapazinho a denominação de remanescentes de quilombo se deu a partir do pleito das terras.

4 Segundo Arruti (1997), foi a partir do ano de 1988 que "o campo de estudos sobre negros passa a ter de responder a novas demandas originadas da luta política, que o levam a uma aliança forçada com perspectivas até então apartadas, impondo aos estudos etnográficos sobre comunidades rurais negras a literatura histórica sobre quilombos e vice-versa".

5 A regulamentação do Artigo 68 em 1995 certamente tem uma relação com as festividades de 300 anos da morte de Zumbi que ocorreram no mesmo ano.

6 O projeto de mapeamento de comunidades negras rurais do Estado do Pará (1999), informa que existem 230 comunidades negras no Estado. Sendo que na região bragantina – onde se localiza Macapazinho – foram identificadas 24 comunidades negras distribuídas nos municípios de: Santa Izabel do Pará, Inhamgapi, Castanhal, Capitão Poço, Bonito, Irituia, Augusto Corrêa, Viseu e Cachoeira do Piriá. São elas: São Francisco do Itá, Macapazinho, Boa Vista do Itá, Abacatal, Mocambo, Pitimandeua, Itaboca, Pau Amarelo ou Mururé, Menino Jesus, São Luis, Santa Rita da Barreira, São José de Pateuateua, Santo Antonio, Boa Vista, Peroba, Narcisa, Retiro, Tauari/Macaxeira, Cuxiú, Serra do Piriá, São José do Piriá,, Bela Vista, Bela Aurora, Camiranga. Este levantamento utilizou pesquisa de campo, diferente do de Anjos (2000), identifica 196 comunidades no Pará, talvez por isso exista uma diferença numérica entre eles em relação às comunidades identificadas.

7 Cf. SOUZA, N. S. (1983). Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, (p.77).

identitário que ocorre atualmente em Macapazinho visto que, como diz a autora, a construção de uma identidade seja ela negra ou não, pode ser considerada uma tarefa eminentemente política.

Este processo de "tornar-se negro" quando vivido em uma comunidade de forma coletiva, não significa que todos os indivíduos/sujeitos da comunidade vivenciarão essa identidade ou essa construção e que isto se dará sem conflitos Digo isso porque o preconceito, a desconsideração, a não aceitação de alguém por sua cor também está posto em Macapazinho onde, talvez as relações sociais poderiam não admitir isso entre "iguais", já que seus habitantes podem ser considerados a partir, principalmente, da cor da pele, negros. É importante levar em consideração que essas pessoas fazem parte de uma sociedade maior, preconceituosa e racista onde, geralmente, o negro é associado a coisas negativas; então esta construção ou assunção de identidade não se dará do dia para a noite, como um passe de mágica ou de forma sempre harmoniosa.

Macapazinho pode ser considerado um povoado de agricultores, como vários existentes no Pará, mas ao mesmo tempo tem uma certa peculiaridade: a grande quantidade de pretos e/ou negros8 que moram na comunidade e que nem sempre são assim nomeados.

Em minhas primeiras observações em campo, percebi, por meio dos depoimentos de algumas pessoas que elas se preocupavam em dizer que eram negros quilombolas, que tinham direito a terra. Utilizando a palavra negro de forma reticente. Parecia algo "ensaiado", as palavras saíam devagar, cuidadosamente. Às vezes, o assunto da conversa girava em torno de saúde, filhos, namoro, e de repente o assunto do negro quilombola que tem direito a terra voltava à cena. Entretanto, algumas outras visitas depois, quando já estavam mais ou menos acostumados com minha presença, penso eu, chamavam-se naturalmente de pretos – geralmente, em tom de brincadeira – sem se importarem se eu estava escutando ou não. O mais comum era chamarem-se de pretos, mas passei a perceber também a utilização do termo moreno. Apelidos referentes à cor da pele tornaram-se freqüentes. Como por exemplo: saci, neguinho, pretinho.

Hall argumenta que a identidade "muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado" (2002:21). Sendo assim, esta estaria constantemente em mudança por ser politizada. Neste sentido, pode-se relacionar o argumento de Hall com o de Carneiro da Cunha (1985) quando esta declara que a identidade muda de acordo com a situação, ou seja, ela é situacional, operativa e depende do contexto em que os sujeitos sociais estão inseridos. Sheriff (2001) chama atenção para as várias maneiras como os significados raciais e de cor são construídos nos contextos vividos pelos sujeitos. Em Macapazinho o termo preto é mais utilizado entre eles em tom de brincadeira, e o negro, quase sempre, na presença de estranhos, particularmente se estes estiverem implicados no processo de titulação das terras.

Sendo assim, em Macapazinho, a identidade negra quilombola emerge como categoria política junto com o processo pela legalização das terras. Foi a partir de 1998 que as pessoas da comunidade passaram a ter contato com a entidade de movimento negro (CEDENPA).

E foi a partir da inserção de representantes do movimento negro na área que começaram a compreender que tinham direito às terras. Em 1998, Aurélio (um dos informantes) era presidente da Associação de Moradores e aqui pode ser considerado uma espécie de "tradutor" de informações sobre direitos as terras que a entidade tinha para oferecer para os demais moradores.

Pelo que pude perceber das observações em campo e por meio dos depoimentos das pessoas, o processo de construção de uma identidade quilombola no sentido de vinculação a uma terra herdada de antepassados comuns em Macapazinho, ainda é bastante embrionário. De acordo com o informante, foi a partir de 1998 que eles começaram a se identificar como negros, desejando assim sê-los; no entanto, esse processo – pelo que pude constatar em situação de pesquisa – ainda se encontra no início, visto que nem todos se consideram descendentes de negros quilombolas e concordam com a titulação coletiva das terras, o que cria um impasse no processo.

Sendo assim, no que se refere ao processo de titulação das terras e, mais do que isso, ao tipo de percepção sobre elas, que, na forma como se dá apresenta-se como forte marcador simbólico para a construção (ou afirmação) de uma identidade negra, no caso de Macapazinho, percebe-se dificuldades no que diz respeito a: não terem marcador simbólico de um mito de origem, como em outras comunidades negras, no sentido de a terra pertencer a antepassados africanos. Ressalto aqui que isso não invalida a luta pelo direito a terra visto que as comunidades remanescentes de quilombos não precisam ter origens "uniformes"e nem serem homogêneas. Mas, certamente, dificulta o processo até mesmo entre eles chegarem a um acordo se são ou não descendente de quilombolas (categoria de imposição externa).

E por outro lado, dada a situação de exigüidade das terras, não existe um consenso quanto à titulação coletiva; um morador considerado filho do lugar reivindica título individual, além dele mais nove pessoas que não são consideradas do lugar9 não desejam a titulação coletiva das terras.

Quatro moradores considerados do lugar vivem em grandes áreas de terra, diferentemente dos outros moradores que se comprimem ("espremem"), no pequeno espaço restante de Macapazinho, embora isso não signifique grande diferenciação econômica em relação aos outros moradores. Desses quatro, apenas um não está de acordo com a titulação coletiva, o que gera um grande impasse visto ser este, como disse antes, considerado por eles mesmos, filho do lugar ou

8 Utilizo o termo preto por se tratar de uma categoria nativa que os informantes utilizam entre si. Porém, isso não significa que deixarei de usar o termo negro que também é utilizado em certas situações por eles. Mas, geralmente se designam assim na presença de "estranhos" e/ou quando acionam uma identidade quilombola referente à titulação de suas terras.

9 De acordo com meus interlocutores, pessoas que moram em área que a comunidade reivindica, mas que não nasceram lá ou então que não possuem nenhum vínculo de parentesco com ninguém do local.

quilombola (no sentido do processo das terras). A área em que reside mede, de acordo com os documentos processuais do ITERPA (Instituto de Terras do Pará) referentes a Macapazinho, mil metros de comprimento por trezentos de largura. Mesmo não estando de acordo com o título coletivo das terras, Seu Simith é membro da "Associação de Moradores da Comunidade de Santa Luzia de Macapazinho", conhecida entre eles apenas como "Associação de Moradores", assim como os demais moradores, exceto as nove pessoas (leia-se também suas famílias) que não são do lugar.

Os que não são do lugar, exceto um, que é um grande fazendeiro – a comunidade reivindica 124 hectares de área de sua fazenda – são pequenos agricultores que usam a terra basicamente para plantar. Além desses, existe um granjeiro que vende sua produção na sede do município. A condição sócio-econômica dos que não são do lugar é diferenciada da dos outros moradores de Macapazinho, visto possuírem um maior poder aquisitivo. Durante o trabalho de campo foram raríssimas as vezes que os vi "circulando" pela comunidade. Segundo meus interlocutores, isso acontece porque eles não gostam de se "misturar" com os que são do lugar, com exceção de um deles que, mesmo sendo "branco,"10 não se importava em tomar uma cerveja com os filhos do lugar.

Segundo meus interlocutores, as terras se encontram divididas devido a interferência do ITERPA que, há mais ou menos 20 anos, dividiu e distribuiu a terra em lotes para cada família e como nem eles mesmos sabiam que aquela era uma área de remanescente de quilombo, portanto propriedade coletiva, foram vendendo pedaços de terra para compradores que lá chegavam.

Entre os moradores de Macapazinho existem aqueles que têm liderança política e que dialogam diretamente com os atores sociais externos envolvidos no processo pela titulação das terras. Em suas demandas políticas, os moradores, geralmente, são representados pelo presidente ou vice-presidente da Associação de Moradores e pelo agente de saúde que também exerceu esse cargo.

Recentemente – há menos de um ano – com auxílio do CEDENPA, as mulheres de Macapazinho fundaram a Associação de Mulheres. Esta é uma adaptação do Clube das Mães – responsável pela organização de festejos e comemorações na comunidade – que existia há seis anos. Mas os representantes da entidade argumentaram que nem todas as mulheres de Macapazinho são mães, dessa forma ajudaram os moradores a reorganizar o clube, transformando-o em Associação de Mulheres11 para que outras mulheres, não apenas mães participassem de atividades (cursos, oficinas) ofertadas pela entidade ou pelo Programa Raízes quem também atua nessa área.

Fazendo cursos, desenvolvendo atividades sugeridas pelos representantes da entidade de Movimento Negro e do Programa Raízes as mulheres passaram a ter um contato mais intenso com esses atores externos. Dessa forma, em suas demandas políticas atuais os moradores de Macapazinho são representados também pela presidente ou vice-presidente da Associação de Mulheres ou pela esposa do presidente da Associação de Moradores.

Nesse processo de construção/produção de uma identidade quilombola em Macapazinho é necessário levar em conta não só o discurso dos "nativos de dentro"12, mas também dos "estranhos de fora", visto ser importante levá-lo em consideração já que a construção de uma identidade não se dá por si só e sim em contraste com o outro e pelo próprio reconhecimento social da diferença pelo sujeito (BRANDÃO, 1986). Segundo Cardoso de Oliveira (1976), os mecanismos de identificação de um sujeito ou de grupos sociais perante outros grupos ou pessoas, refletem que as identidades assumidas em diferentes situações concretas podem ser mantidas, modificadas e até mesmo remodeladas pelas relações sociais desse indivíduo ou grupo social. De acordo com Carneiro da Cunha, as identidades são operativas em determinados contextos, podendo mudar de acordo com a situação em que o sujeito se encontra.

Em Macapazinho, é possível perceber esse processo de afirmação de identidade por contraste quando os moradores fazem a diferenciação dos que são e dos que não são do lugar. Percebe-se que a identidade como filhos do lugar é algo bem marcado em relação aos que não são. E ela opera em determinados contextos. No entanto, no que diz respeito a construção de uma identidade negra quilombola a percepção dessa identidade sendo afirmada constrativamente só diz respeito a alguns, visto que existem pessoas (filhos do lugar) que não se consideram negras e que não concordam com a titulação coletiva das terras.

Não existe uma homogeneidade em relação ao processo político pela titulação das terras. Nem todos os moradores aderem ao discurso – de positivação de uma identidade negra quilombola – do Raízes e do CEDENPA.

Sendo assim, em Macapazinho são vários atores sociais envolvidos no processo, não só de titulação das terras, como também de construção/reconstrução de uma identidade negra quilombola. Entre os atores sociais internos, além dos moradores, de uma forma geral, existem aqueles que estão envolvidos mais diretamente com o Programa Raízes e o CEDENPA.

---

10 Os que não são do lugar podem passar socialmente – pelo critério racial brasileiro – como "brancos" e foi assim que os mesmos responderam ao item sobre cor ou raça do formulário que apliquei na comunidade.

11 Vinte e cinco mulheres estão associadas à Associação de Mulheres de Macapazinho, mas as que não estão associadas, podem participar dos cursos desenvolvidos na comunidade. Desde que foi fundada, vários cursos foram ofertados pela Fundação CurroVelho – em parceria com o CEDENPA e o Raízes – exclusivamente para as mulheres, como por exemplo: o curso de corte e costura, de doces e salgados e de avicultura.

12 Como posso considerar estritamente os que nasceram no local ou que possuem algum vínculo de parentesco com alguém do lugar. Existem aqueles que moram em Macapazinho, mas que não são considerados do lugar e tampouco se consideram. Percebi isso nitidamente em campo, em certa ocasião, alguns jovens de Macapazinho que estudam na sede do município esperavam o ônibus mantido pela prefeitura para os levar até lá. Quando o ônibus chegou todos os estudantes subiram, exceto, os filhos de um casal que não são do lugar, esses mesmo tendo o direito de irem no transporte da prefeitura optaram por ir no ônibus da linha. Segundo meus interlocutores, esse é um acontecimento coriqueiro visto que os que não são do lugar não gostam de se "misturar" com os que são.

Esses consideram a atuação da entidade e do Programa em Macapazinho "como a melhor coisa que aconteceu na comunidade." Argumentam que foi a partir da inserção dos dois na comunidade que os moradores "desenvolveram a consciência de que são negros". Pois, antigamente eram discriminados e não sabiam se "defender", agora já sabem. Entretanto, os que não estão ligados diretamente ao Raízes e ao CEDENPA se limitam a dizer: "só sabemos que aquele pessoal tem a ver com a titulação das terras e com esse negócio de negros"; e se referem aos representantes da entidade de Movimento Negro e do Programa Raízes como "o pessoal do racismo", "o pessoal racista", "pessoal desse negócio de racismo". Mostrando com isso que nem todos têm a mesma representação e forma de se relacionar com os atores externos.

Entre os atores sociais externos temos os que moram ou possuem terras na área reivindicada pela comunidade – proprietário da fazenda, e os moradores que não são considerados do lugar; além dos técnicos/funcionários do ITERPA; representantes do Programa Raízes e da entidade de Movimento Negro, professores dos cursos ofertados pela Fundação Curro Velho13; moradores dos arredores – sede do município e comunidades ou cidades próximas. Além desses, outros atores sociais externos mais antigos deixaram suas "marcas" na comunidade como pesquisadores da UFPA e o médico que "batizou" o lugar de "África" de quem falarei mais adiante.

Em Macapá da beira não existia "África"

O contato com esses atores externos se deu mais intensamente com a vinda para a beira da estrada. Na memória social de Macapazinho não consta uma referência a "África" antes de se fixarem próximo a rodovia, quando moravam às margens do rio Itá. Essa identificação vem de fora e é negativa. Dessa forma, a atribuição de uma identidade que podia lembrar uma herança africana foi imputada negativamente depois que deixaram Macapá da beira, local de origem dos antigos moradores.

Antes de se fixarem próximo à rodovia PA-140, quando residiam em Macapá da beira, o contato dos moradores de Macapazinho com pessoas das localidades ou cidades próximas era mais esporádico até mesmo pela dificuldade em conseguir transporte. Consta na memória social, que as viagens a Belém demoravam dois, três dias de canoa ou barco, bem diferente de hoje que se leva aproximadamente duas horas de ônibus de Macapazinho à capital do estado.

Os relatos sobre a vida em Macapá da beira mostram um relativo isolamento visto não terem um contato intenso com os "de fora".

As lembranças sobre Macapá da beira mostram uma temporalidade diferenciada, parece ser mais a história deles para consigo mesmos. A memória social sobre esse tempo não inclui "África" nem imputações negativas para denominar os moradores; bem diferente dos relatos no que diz respeito à vida já em Macapazinho, que mostra a dinâmica das relações sociais mais intensas com as pessoas "de fora" e junto com ela, os conflitos decorrentes desse contato e com isso as atribuições negativas que lhes foram impostas. A referência a serem "pretos africanos" da "África" é imputada externamente pelos de "fora" e tem conotação negativa, embora, atualmente, com o processo pela titulação de terras tais termos estão sendo revisados.

Origem de Macapazinho

Macapazinho se originou de Macapá da beira e consta nos documentos de arquivos que Caraparu, região em que se localiza a comunidade, era um Engenho de açucar que mais tarde se transformou em quilombo. Salles (1988) faz referência em sua obra sobre um levante de escravos no engenho de Caraparu por volta de 1835.

Segundo Figueiredo (1996), em 1888 Caraparu14 constituía-se apenas em um pequeno vilarejo, onde viviam os descendentes de escravos foragidos, especialmente de Belém. O autor refere também que:

> "Caraparu era a denominação dada a um quilombo, pouco conhecido que existiu nas proximidades de Belém, durante a primeira metade do século XIX. Depois da abolição o lugarejo, situado às margens do rio homônimo, cresceu um pouco mais chegando, em 1919, a conquistar a categoria de povoação por lei estadual nº 1.793" (1996:178).

Segundo Salles (1988), em um dos braços do rio Guamá, no rio Caraparu, havia um mocambo15 formado por cabanas distribuídas na área, localizado às margens do igarapé Itá. Baseadas nessa informação, Nogueira e Trindade (2000) especulam a possibilidade de os escravos fugidos terem formado mocambos e dado origem às comunidades de Boa Vista do Itá, Conceição do Itá, São Francisco do Itá e Macapazinho. De acordo com Salles (1988), a região do rio Guamá foi alvo de "batidas" policiais freqüentes visto que estes estavam constantemente à procura de mocambos com o intuito de destruí-los e prender os negros que os habitavam.

---

13 Esses chegam a comunidade procurando valorizar a construção de uma identidade negra quilombola através do ensino da cultura e das origens africanas. Eles têm um discurso positivador no que diz respeito aos costumes locais, ao uso da terra. .

14 O rio Caraparu deságua no rio Guamá e está situado na antiga Colônia de Benevides, circunscrição de Belém. Atualmente, Caraparu é distrito de Santa Izabel do Pará e se caracteriza como importante e popular ponto turístico da cidade tendo um dos balneários mais procurados do município.

15 Segundo Reis (1995/1996), no Brasil, mocambo ou quilombo, era o nome dado à formação de grupos de escravos fugitivos. Gomes e Reis declaram que "[a] fuga que levava à formação de grupos de escravos fugidos, aos quais freqüentemente se associavam outros personagens sociais, aconteceu nas Américas onde vicejou a escravidão. Tinha nomes diferentes: na América espanhola, palenques, cumbes, etc., na inglesa, maroons; na francesa grand marronage (para diferenciar de petit marronage, a fuga individual, em geral temporária). No Brasil esses grupos eram chamados principalmente quilombos e mocambos e seus membros, quilombolas, calhambolas ou mocambeiros" (1996:10. Itálico dos autores.

Para Nogueira e Trindade ainda, "...Macapazinho pode ter surgido de uma fazenda de cacao, localizada próxima ao igarapé Itá, o dono desta fazenda seria possuidor de um grande número de escravos, como conta o morador da vila de Caraparu, Waldemar Cardoso de Farias, 92 anos." (2000:11).

A imposição da "África"

Com a vinda para a "beira da estrada", os moradores de Macapazinho passam a ter um contato maior com os "de fora"; é assim que esses circunstantes baseados em características raciais, como a cor da pele dos moradores de Macapazinho imputam, pejorativamente, o termo "África" para denominar o local tendo como justificativa para tal denominação o fato "de lá só morar preto."

Segundo Goffman, foram os gregos que criaram o termo estigma "...para se referir a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava." (1980:11). Ainda segundo o autor, atualmente, o termo lembra o sentido literal, mas não necessariamente as marcas precisam ser corporais, podem ser de condição social, de origem, entre outros.

Em relação a Macapazinho, o estigma que sofrem está associado principalmente à cor da pele. São considerados pelas pessoas do entorno da comunidade "pretos de verdade", "pretos retintos", "pretos desconfiados e brabos", "pretos brigões", "pretos preguiçosos", além, como já disse da comunidade ser conhecida como "África".

Macapazinho recebeu/recebe a denominação de África, devido à forte presença de negros ou pretos. Mas, tal designação não agradava/agrada a todos os moradores. Segundo o presidente da Associação de Moradores, Macapazinho era/é conhecido como África devido ao preconceito das pessoas, pois, segundo ele, há algum tempo atrás "o racismo era muito forte", então as pessoas chamavam de África, dizendo que chamavam assim porque lá "só tinha preto", mas que alguns moradores não gostam e até se ofendem. Segundo Seu Edgar, tal termo foi cunhado pejorativamente por um médico que freqüentava a comunidade:

> "os repórteres curiosos vieram fazer reportagem pensando que tinha algum africano, mas, sabe como é o negócio? Foi um médico, o Dotô Vitor, da Santa Casa16, que colocô esse nome de África, dizendo que tinha muito preto; aí, alguns moradores não gostam"17.

Seu Nelson declara que

> "foi justamente através de um estudo [de Nogueira e Trindade, 2000] que eles fizeram, por que teve um tempo aí que aqui era chamado, esse lugar aqui África, porque só existia preto, aí, só chamavam África, o pessoal passava no ônibus, aí, só era: 'Ei, é aqui que é África? Ei, seu bando de africano!' E o pessoal ficava revoltado porque chamava de africano, porque aqui só morava preto. Aí, eles não gostavam que chamassem de África, porque eles ainda não se reconheciam como negro. ...eles achava que, 'umbora trocar esse nome de África. Aqui não mora só preto, né, aqui tem gente claro também, África se tivesse só mesmo gente preta, mas, tem gente aqui, um pouco claro, umbora mudar esse nome de África, umbora chamar Macapazinho' e fizeram essa mudança pra Macapazinho. Era que quando chamava África, o pessoal queria brigar e foi que: 'é Macapazinho, que África! é Macapazinho! não é África não!' Aí, que se tornou esse nome de Macapazinho"18.

Em relação à comunidade ser designada como África, Aurélio informa também:

> "Antes nem aceitava [os moradores de Macapazinho] que aqui fosse uma comunidade negra, porque aqui é chamado de África. Era chamado de África na época. Aí, devido o pessoal chamar de África o pessoal não gostava, teve briga, aí, se a gente tivesse conhecimento, se a gente fosse naquela época, que a gente ainda era novo, muito novo eu acho, não se envolvia com esse negócio de comunidade, mas se fosse hoje, o nome da vila seria África, porque pra nós seria um orgulho ser chamado de África né, mas não, mudaro tudinho, o nome da comunidade é Santa Luzia agora, Comunidade de Santa Luzia de Macapazinho, totalmente diferente. M – Agora tu lembras quem colocou o nome de África? Quem foi? – Não, África foi colocado pelas pessoas mesmo, como uma forma de criticar, porque aqui só tinha negro, então eles passavam aí chamavam de África, quando o pessoal pegava o ônibus lá na cidade pra descer aqui, aí 'onde é que tu vai descer?' 'Lá na África', pessoal dizia no ônibus, aí, o pessoal queria briga, o pessoal daqui que não gostavam que chamasse de África, aí, hoje não. Hoje através do trabalho do CEDENPA, do Raízes, a gente já se conscientizou que aqui somos uma comunidade negra, e nós gostaria até de ser chamados agora de África, já não chamam mais, agora já não chamam mais África, também a gente não se identificava como negro, né."19

Tanto no depoimento de Aurélio como de Seu Nelson percebe-se a busca de inversão do processo, por meio da atuação política de representantes da entidade de Movimento Negro e do Programa Raízes, em que os mesmos elementos antes tidos como negativos são vistos, agora, como positivos. Os dois depoentes estão ligados diretamente a atuação da entidade e do Programa na comunidade. E mostram em seus depoimentos que foi a partir do atual nível de consciência e organização política que passaram a reelaborar elementos imputados negativamente. Retomam elementos como "África", "africano", "preto" antes negativos tentando transformá-los em positivos para servirem a construção de uma possível identidade negra quilombola.

---

16 Em comunicação pessoal, minha orientadora disse ter conhecido um médico com essas características, o qual tinha ligação próxima com o município de Santa Izabel.

17 Seu Edgar, 53 anos, em 10/06/2001.

18 Seu Nelson, 40 anos, em 03/06/2001.

19 Aurélio, 27 anos, em 13/06/2003.

Em conversa informal com uma moradora de Macapazinho, indaguei-lhe se morava há muito tempo no local. Respondeu positivamente dizendo que tinha nascido lá, isso desde a época que a comunidade não era nem conhecida como Macapazinho, e sim como "África", visto que antes tinha muita gente "morena". Mais tarde reiterou o que disse, mas alegando que no lugar continua morando muita gente "morena" só que alguns moradores não gostavam do nome "África", então no mandato (de 1983 a 1986) do prefeito Alderico Queiroz de Miranda, ele mandou mudar o nome para Macapazinho.

A partir dos depoimentos dos informantes é possível perceber "a mão visível do de fora", as contradições, os conflitos em que estão imersos, o preconceito, não só deles como de pessoas externas à comunidade; dos onze informantes da comunidade, pelo menos três fizeram referência a "África".

Como vimos, o "batismo" da comunidade com o nome de "África", segundo a versão dos informantes, foi feito por pessoas "de fora" sendo que tal nome não agradava a todos os moradores; os depoimentos estão recheados de tensão, recusa e aceitação. Afinal, como disse o informante, se o lugar não tinha tanta gente "escura" por que então ser chamado de "África"? O nome carrega consigo uma carga de negatividade, mas, após a atuação da entidade e do Programa, a "África" para alguns moradores –não todos – passou a ser vista com "outros olhos" de uma forma mais positiva. Um dos informantes, inclusive lamenta, a comunidade não ter ficado com o nome de "África". Para ele, a comunidade como um todo deveria era se orgulhar de tal nome que lembra a terra dos antepassados africanos.

Em uma das viagens a Macapazinho, apanhei o ônibus como de costume, e surpreendi-me quando uma mulher sentou ao meu lado indagando ao cobrador: "– Onde fica Macapazinho dos africanos?" O rapaz deu de ombros e falou a ela "– acompanhe esta mulher [apontando para mim], ela vai descer lá." A mulher sentou a meu lado e conversou durante todo o percurso sempre insistindo que precisava descer próximo aos africanos. Em determinado momento falou que não entendia por que as pessoas que moravam em Macapazinho não tinham uma dieta alimentar farta visto que possuíam terras férteis e não plantavam sequer uma semente de tomate, por isso as achava bastante preguiçosas. Essa é uma visão compartilhada pela maioria da população urbana; é assim que os moradores de Macapazinho são vistos: como "pretos preguiçosos." Percebe-se então o quanto sua imagem é associada ao que é ruim, negativo, mostrando assim que a dinâmica de relações sociais é pautada em preconceitos e estereótipos daí eles relutarem em aceitar a "África" imposta.

Não só os de Macapazinho são alvo de julgamentos etnocêntricos, de acordo com O'Dwyer, os moradores de comunidades negras rurais do Trombetas e Erepecuru-Cuminá são conhecidos pelos "colonos ribeirinhos" dessa região como "negros preguiçosos que tem um monte de terra e não plantam nada."

O nome "África" e os qualificativos para denominar os filhos do lugar são todos negativos: "pretos desconfiados", "pretos brigões", "africanos brabos", "pretos preguiçosos", "pretos retintos da África". Mas, atualmente, os mesmos termos usados pejorativamente passam a ser reelaborados, resignificados com a atuação de novos atores na comunidade, no caso pesquisadores e alunos da UFPA, representantes do CEDENPA e Programa Raízes, entre outros.

"Esse negócio de escravidão eu já ouvi falar depois que eu vim pra cá"20

Macapazinho passa a ser visto como remanescente de antigo quilombo a partir da ingerência de pessoas externas à comunidade. Em agosto de 1998 Monteiro (1998) visitou Macapazinho como integrante do projeto de pesquisa Mapeamento de comunidades negras rurais no Pará. O projeto visava reconhecer e localizar comunidades negras rurais da Zona Bragantina que reivindicam legalização de terras, tendo em vista elaborar relatórios histórico-antropológicos sobre essas comunidades, além de prestar assessoria política a elas, auxiliando na organização de associações de moradores. O prosseguimento do projeto se deu com o estudo de Nogueira e Trindade (2000) na comunidade.

Mas as ingerências "de fora" são mais antigas do que se pensa. Dona Ernertina tem guardadas na memória as lembranças a respeito da escravidão contadas por pessoas estranhas à comunidade, mostrando assim que a memória inclui considerações não só deles, mas também dos de "de fora" sobre eles, de acordo com a informante foi uma equipe de pesquisadores da universidade que foi à comunidade falar sobre escravidão.

Em conversa com minha orientadora sobre esse assunto ela especulou a possibilidade de um grupo de professores e alunos do Departamento de História da UFPA ter visitado a comunidade nos anos 80; tal proposição foi confirmada pelo professor deste Departamento, Aldrin Figueiredo que, em comunicação pessoal, declarou ter sido um dos alunos que participou da expedição a Macapazinho no final dos anos 80. Informou-nos ele, que haviam ido até a comunidade conhecida como "África" com o interesse, que já se apresentava naquele momento (final da década de 1980) de conhecer uma localidade habitada por descendentes de antigos quilombolas. A finalidade da visita seria tentar encontrar, identificar "resíduos" de uma cultura material – utensílios domésticos e instrumentos de trabalho – que remetessem a uma cultura africana.

Lembro que recentemente já nos anos 2000, a reunião21 que assisti na comunidade dirigida pelo Programa Raízes retrata de alguma forma o processo de produção de identidade vivido pelos moradores de Macapazinho. Um dos técnicos do Programa declarou que os negros deveriam valorizar suas origens e permanecer no "quilombo", visto que o Programa contava com plano de desenvolvimento sustentável para "áreas quilombolas" com finalidade de dar um tratamento semelhante ao do INCRA em relação aos assentados, embora soubesse que os moradores locais não são assentados e sim

20 Dona Ernertina, 72 anos, em 07/06/2003.
21 Em 14/10/2002.

"quilombolas". Sendo assim é justamente para que eles possam trabalhar e viver com dignidade que o título das terras expedido é coletivo e não individual.

Em relação a essas categorias de imposição externa Andrade informa que elas geralmente são cunhadas, elaboradas "...por entidades de representação, de apoio e mediação, sejam as de uso de instituições oficiais ou aquelas de autoria de estudiosos." (2003:38). Sendo que, segundo a autora, o emprego delas, tenta de certa forma justificar a ação de tais agentes sociais nas comunidades. Como, por exemplo, no discurso do técnico acima.

O relato explicita a chegada de novos atores sociais na área trazendo consigo um discurso que antes não era presente no grupo onde elementos como "quilombo", "quilombola" são impostos, mas, em um sentido positivo visto que o "quilombola" é aquele que tem direito à terra. Lembro aqui de um fato narrado por Jatobá (2003) que, em comunicação pessoal, declarou que em conversa com um morador da comunidade Kalunga em Goiás este disse: "Kalunga mesmo eu sou depois que o projeto Kalunga22 teve aí." Antes da interferência de representantes de órgãos fundiários, Movimento Negro e pesquisadores, a comunidade não se designava dessa forma. Penso que processo semelhante acontece em Macapazinho: antes da chegada dos agentes do CEDENPA e do Programa Raízes não se pensavam como "negros quilombolas" – nem queriam/querem ser pretos moradores de uma certa "África".

Com a inserção desses agentes até mesmo o nome da Associação de Moradores foi modificado, antes da inserção desses atores externos, era "Associação de Moradores de Santa Luzia de Macapazinho" e de acordo com meus interlocutores, era uma associação católica que existia para homenagear a padroeira da comunidade, visto que, segundo Aurélio, Macapazinho "não tinha nada a ver com esse negócio de quilombola". Entretanto, atualmente, para que o processo de titulação coletiva fosse instruído, mudaram alguns itens do estatuto da Associação e esta passa a ser denominada: "Comunidade de Santa Luzia de Remanescentes de Quilombo/Macapazinho."

É nesse sentido que Andrade, afirma que :

> "[a]o mesmo tempo em que os próprios sujeitos, os trabalhadores rurais dessas áreas, incorporaram, em determinados contextos essa nova identidade de remanescente de quilombos ou simplesmente de quilombolas, revertendo o estigma e reivindicando direitos sobre os territórios que ancestralmente ocupavam, os aparelhos de estado também incorporaram em seu discurso vários termos, noções, conceitos, colonizando-os, digamos assim, domesticando-os." (2003: 41).

Neste sentido, nos documentos processuais (processo n° 2000/169594) pela titulação das terras de Macapazinho existe uma declaração de auto-definição quilombola assinada por três representantes da comunidade. Aliás, nos referidos documentos são sempre os termos remanescentes de quilombos, comunidade quilombola que designam os moradores e a comunidade, respectivamente. O Instituto de Terras do Pará – ITERPA, órgão responsável pela política agrária paraense, publicou um edital no dia 22/11/2001, no jornal O Liberal, declarando que estava sendo processada a regularização das áreas rurais tradicionalmente ocupadas pela Comunidade Quilombola denominada Macapazinho.

Os mesmos elementos negativos – "pretos retintos", "pretos desconfiados", "filhos perdidos da África", "pretos preguiçosos", "pretos brigões" – são revertidos e passam a ser trabalhados na construção/produção de uma identidade valorizadamente negra e quilombola relacionada à posse da terra como bem comum herdado dos antepassados. Agora, talvez, pensados também como um valor positivo.

A identificação como negro (ou preto como se chamavam/chamam comumente), estava vinculada ao que era ruim; "pretos preguiçosos" etc, mas, influenciados pelos novos agentes sociais que chegam na área, e construindo, particularmente, seu novo processo identificatório, os moradores de Macapazinho reelaboram elementos antes tidos como negativos para construção/ reconstrução de uma identidade negra positiva. É neste sentido que Carvalho e Doria (1995) afirmam que

> "[a] identidade é uma construção de segunda ordem e constitui-se como um fenômeno político; melhor dizendo é através de uma relação política que se constitui. Isso significa que ela se estabelece face a algo que considera exterior e vice-versa."(1995:182).

Como bem disse o informante, "...a gente tivemo que ter consciência que nós somo negro, somos descendentes..." Dessa forma como afirma Gusmão (1995), a condição dessa identidade quilombola se organiza, principalmente pela descendência, encontrando na terra não só o fator como também o pressuposto de seu processo de identificação. É por isso que, ainda segundo a autora, "[a] forma de reconhecer-se é então parte de uma identidade cultural e social que resulta da trama de relações sociais vividas enquanto prática e representação." (1995:172).

Lembranças & esquecimentos

Em Macapazinho, quando indagados a respeito da ancestralidade escrava, não são apenas lembranças que vem à tona, esquecimentos também se fazem presentes, visto que a memória, às vezes, pode não ser verbalizada. E, mais ainda, visto que o esquecimento, em vez de seu oposto, é, na verdade, parte constituinte dela.23

As lembranças de Sueli estão fortemente ligadas aos maus tratos, às humilhações que os escravos sofriam. Em seu depoimento ela utilizou palavras como "descendente de quilombola" – introjetado "de fora", que apareceu como sinônimo

22 Segundo Baiocchi (1995), o projeto Kalunga visava estruturar a história do povo Kalunga a partir de depoimentos dos moradores e subsídios em fontes primárias – arquivos. O projeto foi coordenado por Baiocchi (1981-1995). A autora declara que antes desse trabalho não havia referência histórica ou geográfica a respeito do povo do lugar. Quando o grupo de pesquisa chegou na região em 1982, representava para os moradores locais as primeiras pessoas de fora a chegarem lá.

23 Cf. DUARTE, L. F. D. (1987). Dicionário de Ciências Sociais. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, Verbete Memória Social. (p.740).

de “escravo”; é nesse sentido que Halbwachs (1990) diz que a lembrança é, em grande medida, uma reconstrução do passado com ajuda de dados colhidos no presente ou, como disse Bosi, “...a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações.” (1994:46); é pela memória que o passado emerge misturando-se com as percepções do presente.

Segundo Bernardo (1998), o esquecimento faz parte da memória e está contido nela. Dessa forma, não é possível encontrar lembranças precisas e completas do passado “guardadas” na memória.

Aurélio, um interlocutor mais jovem, remete a outro dado no seu conhecimento da história do lugar. O informante declarou que quando “descobriu” que Macapazinho era uma comunidade “remanescente de quilombo”, passou a querer saber mais sobre o assunto, lendo não só nos livros, como perguntando para os velhos do lugar e para os representantes do Programa Raízes e do CEDENPA, mostrando assim que a história do lugar também é composta pelos agentes “de fora.” Segundo Caldeira (1989),

> “...a memória de um grupo social é produzida socialmente, não se trata apenas de uma produção coletiva: ela associa, tanto ao passado quanto ao presente, experiências do grupo que interpreta e reinterpreta o passado e usa essas interpretações para dar sentido à sua experiência presente e para legitimar diferentes interesses. Assim, as visões sociais do passado não são fixas, mas sujeitas a reinterpretações, à medida que o presente e as condições sociais do grupo mudam.” (1989:21).

Em relação às comunidades negras rurais que passam a se designar/ser designadas “remanescentes de quilombos”, Arruti declara que “[a]s diferenças que podiam até então distingui-las da população local na forma de estigmas passam a ganhar positividade, e os próprios termos ‘negro’ ou ‘preto’, muitas vezes recusados até pouco tempo antes da adoção da identidade de remanescentes, passam a ser adotados” (1997:23). É importante frisar que essa adoção provavelmente não se dá de uma forma tão rápida e harmoniosa. De repente ser “negro” ou tornar-se “negro” em uma sociedade racista não passa tão rapidamente a ser encarado de forma positiva, certamente o negativo permanece na memória do grupo. Ou então, assumir uma identidade quilombola não significa ter resolvido a questão do preconceito racial existente.

Em estudo sobre a construção da masculinidade norte-americana, Kimmel (1998) argumenta que o ideal de masculinidade norte-americano contemporâneo foi criado com base na exclusão de outras masculinidades existentes na sociedade, a dos negros, dos indígenas, dos imigrantes, que eram vistos como representantes de masculinidades depreciativas.

Relacionando o argumento de Kimmel à construção de identidade brasileira pode-se dizer que esta foi criada envolta em um ideal branco de identidade e, assim, à custa da exclusão de outras, onde negros e indígenas também eram considerados “os outros”. Segundo Munanga (1990), o negro acabou se familiarizando com o “retrato negativo contra ele forjado”. Restando-lhe a possibilidade de “...eliminar a diferença, assemelhar-se ao branco, trocando a pele física, cultural e intelectualmente.” (1990:111).

Talvez não seja muito confortável assumir uma identidade negra em um país que se considera “democrático racialmente” baseado na ideologia do branqueamento. Munanga se interroga sobre a possibilidade da criação de uma identidade negra, baseada na cor da pele, em um país “onde a tendência geral é fugir da categoria ‘negro’ de acordo com a política de embranquecimento sustentada pela ideologia da democracia racial” (1990:114).

Ao reivindicar uma identidade “quilombola” os moradores de Macapazinho não estão baseados somente na pigmentação da pele, mas também na memória social do grupo, memória essa, onde os termos negro e/ou preto antes eram atribuídos/construídos de forma negativa (visto que geralmente ligados ao que era ruim, negativo), porém atualmente tais termos assumem uma positividade se ligados à posse da terra onde vivem, enquanto descendentes de africanos.

Identidade quilombola e memória

Penso que no caso de negros rurais e, no caso específico deste estudo, pode-se dizer que, em Macapazinho, onde os moradores reivindicam uma identidade quilombola que não deixa, por sua vez, de ser afro-brasileira, existem outros elementos influenciadores, externos à comunidade: o Programa Raízes e o CEDENPA, entre outros, que geralmente se fizeram/fazem presentes em Macapazinho com o propósito de estimular e acionar uma identidade quilombola como fator positivo e importante arma na luta pela legalização das terras em que vivem os habitantes do lugar.

Cardoso de Oliveira (1976) utilizou o conceito de “identidade contrastiva” e “identidade étnica” ao estudar relações sociais entre “índios” e ‘brancos”. Segundo o autor, essas relações se davam/dão em situações de confronto,

Embora a teoria de Cardoso de Oliveira esteja se referindo, empiricamente, às sociedades indígenas, isso não significa que ela não possa compreender outras realidades sociais. Se as comunidades que reivindicam ascendência quilombola constroem, a partir daí, uma outra identidade, esta não se dá de uma forma isolada e sim em interação com outros grupos sociais.

É importante relacionar a construção dessa identidade quilombola com o que Hall (2002) diz a respeito da construção de identidades. Esse autor chama atenção para o fato das identidades “estarem sempre em construção”, constantemente “sendo formadas”; ele argumenta que ao invés de falarmos de identidades prontas, “acabadas”, deveríamos falar em identificação e vê-la como um processo em andamento visto que a identidade pode ser “preenchida” a partir de nosso exterior por outros não pertencentes a nosso grupo social.

Essa identidade quilombola pode ser, talvez, considerada como uma identidade étnica, por isso, vale relacionar com o que diz Carneiro da Cunha em relação ao que se ganhou com os estudos a respeito de etnicidade:

> “...foi a noção clara de que a identidade é construída de forma situacional e contrastiva, ou seja, que ela constitui resposta política a uma conjuntura, resposta articulada com as outras identidades em jogo, com as quais forma um sistema...

> [p]ercebeu-se também que, se a identidade repousa numa taxonomia social, resulta de uma classificação, deriva daí que ela é um lugar de enfrentamentos" (1985:206).

Isto levaria a pensar que não se tem uma identidade e sim várias identidades que estão sempre em construção. Mais ainda, que as identidades não são homogêneas, mas fragmentadas, como que indecisas entre uma forma e outra, comportando, afinal, mais de uma. E a produção da identidade negra se daria em uma arena de conflitos. Mais, ainda, na situação atual, no que diz respeito ao negro residente em comunidade rural, a identidade negra além de ser construída por eles, em relação com grupos equivalentes, pode ser também atribuída pelos órgãos públicos, ONG's, Movimentos Negros, sociedade envolvente. Nesse sentido, Arruti (1997) declara que o surgimento da identidade de remanescentes de quilombos esteve geralmente vinculado à disputa por recursos territoriais.

Visto que a identidade social pode ser trabalhada de acordo com as circunstâncias, sendo que grande parte dela depende da situação social em que as coisas acontecem, é possível dizer que a identidade de negros descendentes de quilombolas é uma identidade situacional, politicamente acionada e historicamente informada pelo trabalho da memória. É que, neste sentido, pode conviver com outras, no processo de sua construção/atualização, outras (aparentemente) opostas, mas que podem ser também apenas um modo de designação que no fundo não desconsidera, antes faz parte, desse processo mais amplo.

Referências

Andrade, M. de P. (2003). De pretos, negros, quilombos e quilombolas – notas sobre a ação oficial junto a grupos classificados como remanescentes de quilombos. Boletim Rede Amazônia, (1).

Anjos, R. S. A. dos. (2000). *Territórios das comunidades remanescentes de antigos quilombos no Brasil*: primeira configuração espacial. Brasília: Mapas Editoras & Consultorias.

Arruti, J. M. A. (1997). A emergência dos 'remanescentes': notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. MANA, 3 (2).

Baiocchi, M. de N. (1995). Kalunga: sagrada terra. In E. C. O'dwyer, (org.). Terra de Quilombo. Rio de Janeiro: ABA.

Bernardo, T. (1998). *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: EDUC/UNESP.

Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembrança de velhos. São Paulo*: Cia das Letras.

Brandão, C. R. (1986). *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense.

Caldeira, T. P. do R. (1989) . Antropologia e poder: uma resenha de etnografias americanas recentes. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, (27).

Cardoso De Oliveira, R. (1976). *Identidade, etnia e estrutura social São Paulo*: Livraria Pioneira,

Carneiro da Cunha, M. (1985). *Negros, estrangeiros*: *os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense.

Carvalho, J. J. de & Doria, S. Z. (1995). O processo de ocupação da região do Rio das Rãs In J. Carvalho, (org.), *O quilombo do rio das rãs: histórias, tradições,* lutas. Salvador: EDUFBA.

Conde, R. M. B. de. (1999). *A intervenção de órgãos públicos na comunidade negra de Boa Vista do Itá*. Monografia de especialização. Belém: NAEA/UFPA, (mimeo)

Constituição Federal.. (1988). Brasília: Senado Federal, (p.169)

Duarte, L. F. D. (1987). *Dicionário de Ciências Sociais. São Paulo*: Fundação Getúlio Vargas, Verbete Memória Social. (p.740).

Figueiredo, A. M. de. *A cidade dos encantados: pajelança, feitiçarias, e religiões afro-brasileiras na Amazônia; a constituição de um campo de estudo*; 1870-1950. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1996 (mimeo).

Goffmam, E. (1980). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.

Gomes, F. dos S. e REIS, J. J. (1996). Introdução – Uma história de liberdade In J. J. Reis & , F. S. GOMES (orgs.). Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil. São Paulo: Cia das Letras.

Gusmão, N. M. M. de. (1995). *Terra de pretos, terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro*. São Paulo: Ministério da Cultura/ Fundação Cultural Palmares.

Halbwachs, Maurice. (1990). A memória coletiva. São Paulo: Vértice.

Hall, S. (2002*). A identidade cultural na pós-modernidade* Rio de Janeiro: DP &A.

Instituto de Terras do Pará. (2001 e 2002). Documentos processuais.

Jatobá, D. (2003). A comunidade Kalunga e a Interpelação do Estado: da invisibilidade à identidade política. Comunicação pessoal apresentada na VIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste, GT *Sociedades quilombolas e comunidades negras rurais no norte e nordeste: perspectiva de estudo.*

Kimmel, M. S. (1998). A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, 4, (9).

Leite, I. B. (2000). Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas Cadernos Textos e Debates/NUER, (7).

Monteiro, G. Q. (1998). *A herança e o uso da terra na comunidade rural de Peroba – Augusto Corrêa – PA.* Monografia de Especialização. Belém: NAEA/ UFPA. (mimeo).

Munanga, Kabengele. (1990). Negritude Afro-brasileira: perspectivas e dificuldades. *Revista de Antropologia*, 33.

Nogueira, S. M. S. & Trindade, J. S. B. (2000). *Macapazinho: história e memória dos negros do Itá*. Projeto: Comunidades rurais negras do Pará. Belém: (mimeo).

O'dwyer, E. C. & Carvalho, J. P. F. de. (2002). Jamary dos Pretos, município de Turiaçu In E. C. O'dwyer, (org.). *Quilombos: identidade étnica e territolialidade*. Rio de Janeiro: FGV.
O'dwyer, E. C. (2002). Os quilombos do Trombetas e do Erepecuru-Cuminá In E. C. O'dwyer, (org.). *Quilombos: identidade étnica e territolialidade.* Rio de Janeiro: FGV.
_____. (2002). Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos In E. C. O'dwyer, (org.). *Quilombos: identidade étnica e territolialidade*. Rio de Janeiro: FGV.
Reis, J. J. (1996). Escravos e coiteros no quilombo de Oitizeiro – Bahia In J. J. Reis & , F. S. GOMES (orgs.). *Liberdade por um fio. História dos Quilombos no Brasil.* São Paulo: Cia das Letras.
Salles, V. (1988). *O negro no Pará sob regime de escravidão*. Belém: FGV.
Sheriff, R. E. (2001). Como os senhores chamavam os escravos: discurso sobre cor, raça e racismo num morro carioca In Y. Maggie, & C. B. Rezende, (orgs.). *Raça como retórica: a construção da diferença.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
Souza, N. S. (1983). *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

A população negra em Londrina: invisibilidade, cultura e resistência1

Maria Nilza da Silva
Professora da Universidade Estadual de Londrina
mnilza@uel.br

Resumo: Esta comunicação tem como objetivo apresentar parte dos resultados dos estudos realizados sobre a população negra na cidade de Londrina2, que teve como referência a análise das relações sociais a partir do território. Após a constatação de que a situação vivenciada pela população negra é semelhante àquela vivida pelos negros em outras regiões do Brasil, foi necessário realizar um aprofundamento de alguns aspectos sócio-culturais para compreensão da realidade especifica de Londrina. Para a realização da pesquisa foram realizadas 30 entrevistas em profundidade com moradores de bairros periferias de Londrina. Também foram analisados os dados secundários, quantitativos, do Censo de 2000, produzidos pelo IBGE.

INTRODUÇÃO

A cidade de Londrina está localizada no Estado do Paraná, Sul do Brasil, onde houve um esforço constante nos diferentes municípios, a partir da capital Curitiba até as cidades pequenas, médias e grandes, de instituir a história e os discursos que nomeiam a formação cultural a partir de pioneiros de origem européia. Basta conferir as histórias dos municípios disponibilizadas nas páginas da Internet que percebe-se claramente essa vontade de ligar a origem local aos povos europeus e brancos. No caso do Norte do Paraná, onde as migrações oriundas, especialmente, do Nordeste são expressivas e fundamentais para a configuração da mão-de-obra das lavouras de café dos anos de 1940 a 1980, constata-se nas histórias o destaque aos italianos, japoneses, alemães, ingleses, entre outros. Mas a presença do povo negro está subestimada ou mesmo apagada.

Provavelmente busca-se a negação do brasileiro e, sobretudo, do negro ou dos seus descendentes. É como se a obra de Wilson Martins, Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná, publicado no ano de 1955 fosse renovada constantemente, pois tentava demonstrar que a formação do Paraná era genuinamente e majoritariamente européia, dando vantagens a esse estado perante um país miscigenado e negro. A obra de Martins estava em profunda sintonia com o projeto de branqueamento do povo brasileiro projetado pela classe dominante com maior visibilidade nos anos 30 do século XX, mas com profundas repercussões nos dias atuais. O livro foi combatido com pesquisas empíricas e teóricas consistentes, como as de Octávio Ianni3 que, a partir dos dados do IBGE, nos anos de 1960 evidencia a presença de negros em ao menos 20% da população do Paraná, variando para mais ou para menos dependendo da região desse estado. Contudo, persiste a idéia de que no Paraná não houve escravidão, apesar da existência de vários estudos mostrando a presença negra nas regiões do sul e em especial nesse Estado tradicionalmente associado à cultura do café. Nos últimos anos, o Governo do Estado, através do Grupo de Trabalho Clóvis Moura, ligado à Secretaria de Assuntos Estratégicos, identificou mais de 90 comunidades entre as Remanescentes de Quilombos e as Comunidades negras tradicionais. Destas, 36 Comunidades foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Além do Grupo Clóvis Moura, estão envolvidos o Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná – ITCG, que, em 2006, elaborou o Mapa das Comunidades Negras Rurais.

---

1 Parte desta comunicação foi apresentada no VI Congresso Português de Sociologia realizado em Lisboa – Portugal entre os dias 25 e 28 de junho de 2008, na Universidade Nova de Lisboa.

2 Projeto de Pesquisa "Território e segregação urbana: o lugar da população negra na cidade de Londrina". A pesquisa, até aqui, contou e conta como o apoio dos estudantes de Iniciação Científica: Mariana Albuquerque Laiola Silva, Rafaella Maria Duarte Angeloni; Sirlene Julio de Souza, Mariana Aparecida dos Santos Panta.

3 Conf.: IANNI, Octávio. As metamorfoses do escravo. 2°ed. breve e aumentada. São Paulo: Hucitec, 1978. 1° ed. publicada em 1962. IANNI, Octávio. Raças e classes no Brasil. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1966. Conf. Também: IANNI, Octávio e CARDOSO, Fernando Henrique. Cor e mobilidade social em Florianópolis. São Paulo: Ed. Nacional, 1960.

Nesse afastamento do negro da formação antiga e recente das cidades do Paraná algumas esferas são especialmente importantes: a cultural e a educacional. Nos espaços das festas oficiais e populares, nas manifestações artísticas (músicas, teatros, danças, artes plásticas, artesanato), nas religiões, podemos apreender os códigos e valores mobilizados para reproduzir a desigualdade e a segregação da população negra nos municípios, sejam pequenos ou grandes.

Fica difícil conhecer a riqueza cultural patrimonial de um povo, no duplo sentido de patrimônio material (monumental) e de patrimônio imaterial (espiritual/cultural), sem conhecer toda a extensão das suas atividades. Contudo, muitos estudos sobre as relações raciais no Brasil, mostram que a cultura e a história do povo negro não são conhecidas em profundidade. Muitas referências aos negros tendem a favorecer o exotismo e o folclore. A história do negro na cidade de Londrina e região Norte do Paraná não é diferente daquela do restante do País, ela ainda está sendo construída.

LONDRINA: A invisibilidade da presença negra

O desenvolvimento das relações sociais e raciais depende do território em que estas ocorrem. Os processos de urbanização e de industrialização influenciam e transformam a forma de contato entre os indivíduos e as maneiras de estar juntos, num mesmo território. Foram mudanças como estas no processo de produção do espaço urbano que levaram os estudiosos da Escola de Chicago, e outros em seqüência, a se preocuparem com a desorganização e reorganização que ocorriam a partir dessas transformações.

Como ocorreu na cidade de Chicago, as cidades contemporâneas continuam sendo os lugares privilegiados para analisar as relações sociais e a realidade social, sobretudo porque é nelas que se encontra a maior diversidade de tradições culturais, de identidades, etc. É essa multiplicidade de diferenças que constitui o específico da malha social urbana, verificável sobremaneira nas cidades. Como afirma Grafmeyer (1994), a aglomeração "serve de 'laboratório social' por excelência da imigração, do desenraizamento, da desintegração das pertenças e dos laços sociais, da extrema heterogeneidade social e cultural4.

Nesse sentido, a história do negro na cidade de Londrina analisada até agora mostrou-se semelhante à experiência da população negra presente em outros lugares, visto que a invisibilidade do negro foi utilizada como uma estratégia de branqueamento da população. Nesse contexto, a cidade que pretendia se tornar símbolo do desenvolvimento não poderia considerar, em seu caminho, algo que significava atraso e sinal do não progresso5 como foi considerado o negro no início e ao longo do século XX. Provavelmente, com a "Pequena Londres"6 tenha ocorrido o mesmo. Por isso, a ausência do negro nos registros oficiais da cidade.

Contudo, a presença pode ser constatada através dos relatos dos descendentes dos primeiros negros que chegaram à cidade7. A trajetória da população negra desde a formação de Londrina pode ser vista nas fotografias dos álbuns das famílias. Mas, somente em 2004, Idalto José de Almeida, publica o livro Presença negra em Londrina, com o apoio da Prefeitura Municipal e da Fundação Cultural Palmares8. O livro apresenta depoimentos e breves relatos sobre personalidades negras na cidade9.

Alguns jornais, sobretudo do ano de 1988, período do centenário da Abolição da escravatura publicaram matérias sobre o negro na cidade a partir de uma mobilização da comunidade negra com manifestações culturais e em especial manifestações de conscientização sobre a perversa desigualdade a que a população negra foi submetida ao longo da sua história no Brasil. Mais recentemente, desde 2004, o negro londrinense esteve freqüentemente presente na mídia local por causa do processo de adoção das políticas de ação afirmativa na Universidade Estadual de Londrina10.

O Movimento Negro na cidade de Londrina há muito atua contra o racismo, a discriminação e as desigualdades. Embora numa configuração diferente daquela a que se conhece na atualidade, desde a década de 1940 os negros se reúnem, inicialmente sob a liderança de Manoel Cypriano11, na Associação Recreativa Beneficente Princesa Isabel12. Em 1956 dando continuidade àquela surge a AROL, Associação de Recreação Operária Londrinense. Mas com a morte da principal liderança, Manoel Cypriano, e, provavelmente com os reflexos da política nacional de repressão, a AROL entra num processo de decadência culminando com a retomada do terreno, onde estava localizada a usa sede, doado pela Prefeitura, quando a Câmara de Vereadores em 1981 revoga a posse da propriedade, no bairro Vila Nova.

Como conseqüência da política de embranquecimento adotada pela política brasileira, nos finais do século XIX e início do século XX, com o incentivo ao imigrante europeu tem-se a exclusão do negro de qualquer possibilidade de

4 GRAFMEYER (1994, p. 79).

5 SILVA, Maria Nilza e Pires Laranjeira. "Do problema da 'raça' às políticas de Ação Afirmativa". In. PACHECO, Jairo Q. e SILVA, Maria Nilza. O negro na universidade: o direito à inclusão. Fundação Cultural Pamares: Brasília, 2007.

6 Londrina ou Pequena Londres reporta à homenagem aos ingleses proprietários da Companhia de Terras do Paraná, por ocasião da colonização da cidade.

7 Estes documentos fazem parte do material que está sendo analisado na pesquisa "Território e segregação urbana: o lugar da população negra em Londrina" que está em curso.

8 O apoio da Fundação Cultural Palmares não consta no livro, contudo, a informação foi fornecida pelo Dr. Zulu Araújo, presidente da FCP, em 25/11/2008 por ocasião de sua estadia em Londrina.

9 Este é o primeiro registro que se pode considerar sobre a trajetória do negro em Londrina.

10 Conf.: SILVA (2008).

11 Ele chegou em Londrina em 1936. Conf. ALMEIDA, José Idalto de. Presença negra em Londrina: historia da caminhada de um povo. Londrina: PROMIC, 2004. Pág. 67.

12 Provavelmente o nome da Associação faz uma homenagem à Princesa Isabel, como a responsável pela Abolição da Escravatura, como era considerada na época pela sociedade brasileira. Contudo, mais tarde a data de 13 de Maio torna-se motivo de manifestações protesto à situação de racismo e de exclusão, sobretudo, com a falta de políticas publicas que atendesse à população negra no pós-abolição.

integração na sociedade através do planejamento urbano excludente, com a determinação da posse do território privilegiado à classe dominante; do acesso negado à educação sem a possibilidade da ascensão social do negro; da negação ao emprego formal e do acesso ao trabalho precário culminando com uma situação de desigualdade e exclusão. Essa é a realidade do negro, estudada e mostrada por tantos pesquisadores negros ou brancos que se dedicam a mostrar o que até pouco tempo a sociedade brasileira teimava em esconder.

Realidade sócio-cultural: a história de uma ausência

A história do negro no Brasil mostra que não houve uma preocupação com a sua integração no processo de formação da sociedade de classes e no desenvolvimento socioeconômico13 no período pós-abolição. A história oficial14 da cidade de Londrina, não menciona a presença da população negra no processo de colonização. Os estudos realizados por pesquisadores das relações raciais no Brasil, no âmbito do projeto empreendido pela UNESCO15, como Florestan Fernandes, Costa Pinto, Thales de Azevedo e, desde o final da década de 1970, por outros inúmeros pesquisadores, mostram que, historicamente, os negros têm ocupado espaços subalternos, e que, portanto, são relegados para os fundos (a periferia) e a marginalidade na sociedade, o que influencia e fortalece as situações de discriminação e de desigualdades sociais e raciais16, contribuindo para a criação de estereótipos, preconceitos e lugares-comuns a seu respeito. A população negra tem ocupado historicamente lugares relegados e estigmatizados em várias sociedades acirrando o racismo e a pobreza. Nesse contexto, a cultura negra é negada ou considerada um elemento exótico no cenário nacional.

Os estudos parciais17 sobre o negro em Londrina mostram uma semelhança com a história dos negros de outras regiões do país. Nesta perspectiva, a seguir, analisaremos alguns dados socioeconômicos dessa realidade, segundo as informações do Censo 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que confirmam esta semelhança. O contingente populacional é de 21,74% de negros18.

No que se refere à educação, constata-se também a desvantagem da população negra em relação às demais. A distribuição da população por anos de estudo e raça/cor mostra que o contingente não-negro 16,35% possui até três anos de estudo, enquanto que entre os negros a percentagem é de 28,80. Também entre aqueles que nível superior a distância entre negros e não-negros é grande. Os primeiros estão representados em 3,06% enquanto que os demais estão entre 15,70.

Sobre o rendimento da população negra também há uma sintonia em termos de diferenças desvantajosas para este contingente. Entre aqueles que recebem até um salário mínimo estão 2,4% de não-negros e 6,3 % dos negros. Entre aqueles que percebem mais de 20 salários mínimos estão 14,5% dos não-negros e 2,6% dos negros. Na faixa intermediária entre cinco e 10 salários mínimos estão 29,8% dos não-negros e 27,7% dos negros. Nessa faixa há uma maior aproximação entre os dois grupos de cor/raça, com ligeira desvantagem para os negros.

Pobreza e invisibilidade

A exclusão afeta diferentes grupos raciais na sociedade. Contudo, a população negra é o grupo mais vulnerável, pois o racismo está aliado à pobreza. Foram realizadas, até ao momento, 30 entrevistas com moradores negros da periferia na cidade de Londrina19. Destas, foram analisadas 10 entrevistas e escolhidos alguns trechos que servem de ilustração indicativa do modo de viver e de sentir as relações sociais pelos negros da cidade.

A educação e o trabalho infantil:

A dificuldade de acesso ao estudo está presente em todos os depoimentos realizados até o momento. Muitos consideram a educação um instrumento para a ascensão social e para o acesso ao mercado de trabalho, contudo, o diploma não garante o acesso ao emprego e a superação da discriminação racial20. Outro problema é que a maioria da população começou a estudar mais tarde por causa da necessidade de trabalhar ainda criança e da postergação do acesso à educação21. Começa-se a trabalhar muito cedo, devido a condições sociais, étnicas e culturais. O trabalho infantil é uma experiência que aparece freqüentemente no depoimento dos entrevistados. Segue o depoimento de Márcia e Juvêncio:

"Eu comecei a trabalhar com 11 anos. Parei de estudar, eu nem tinha terminado a quarta serie, aí comecei a trabalhar de doméstica e depois agora que eu terminei, eu fui fazer a quarta até sexta serie" (Márcia, 45 anos, zeladora);

"Eu comecei a trampar quando eu tinha 5 anos, fui obrigada a ir pra rua cata papel pra ajudar em casa, quando eu tava com nove anos comecei a trabalhar na serralheria" (Juvêncio, 47 anos, serralheiro).

---

13 Conf. Florestan Fernandes e Roger Bastide (1955).

14 Não foi encontrada referência à população negra nos livros que analisam a formação da cidade e entre os pioneiros, os negros não são mencionados

15 Os estudos promovidos pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, cujo objetivo inicial foi mostrar ao mundo o exemplo do Brasil como um país em que as relações raciais eram consideradas harmônicas, num contexto em que o mundo estava horrizado por causa das conseqüências da II Guerra Mundial, em que a raça se tornou referência para o genocídio. Os resultados dos estudos foram publicados na década de 1950 e não confirmaram as relações tão harmônicas entre negros e brancos no Brasil, mostrando um país com grandes desigualdades. Conf. MAIO, 1998, pág. 375-413.

16 Conf.: SILVA, Maria Nilza da. Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo. Fundação Cultural Palmares, Brasília, 2006.

17 Pesquisa: Território e segregação urbana: o lugar da população negra em Londrina. PROPPG n° 04312.

18 Negros referem-se à somatória de pretos mais pardos, categorias utilizadas pelo IBGE. Em alguns momentos será utilizada a categoria não-negros para se referir aos demais grupos de cor/raça, predominantemente representada pelo grupo branco.

19 A pesquisa em curso prevê a análise da trajetória de vida de moradores da região central da Cidade.

20 FERNANDES, Florestan e BASTIDE, Roger. Negros e brancos em São Paulo. São Paulo: Anhembi, 1955.

21 Conf.: SILVA (2006).

O pai de Márcia era "saqueiro"22, ou ensacador, função relacionada com a colheita do café: Londrina chegou a ser a capital mundial da produção de café. Já o pai de Juvêncio trabalha como vigia, no mesmo local que ele. Os dois relatam uma infância junto à família, com vários irmãos, mas submetidos às privações provocadas pela pobreza. A mãe de Márcia, de tanto trabalhar, adoeceu e morreu, e o pai tornou-se alcoólatra. Sente-se a falta da educação formal, mas pouco se pode fazer para alterar individualmente a situação: são raros os casos de ascensão social, narrados com a consciência do esforço gigantesco de vencer barreiras sociais, econômicas, espaciais, culturais, raciais.

Segue o depoimento de Sandra23 sobre a sua experiência educacional:

"Tenho até o Segundo Grau, fiz um curso profissionalizante, eh Auxiliar de Laboratório, fiz estágio no Hospital das Clínicas de São Paulo, mas também por racismo, não consegui trabalho aqui, né. Que aí eu distribui curriculum né... lugar que eu fui, que me mandaram ir que tavam precisando, eu cheguei lá, me barrou, não consegui nem ir no Departamento Pessoal" (Sandra, 65 anos, empregada doméstica).

O racismo acirra ainda mais as dificuldades vivenciadas por esta população em todos os âmbitos sociais, tornando-a ainda mais vulnerável à depauperação econômica, à degradação social e à auto-estima, uma das dificuldades que aparece freqüentemente nos depoimentos está relacionada aos apelidos atribuídos às crianças negras no ambiente escolar, causando dor e prejuízo à auto-estima. Juvenal fala de sua experiência:

"Algumas coisas me agrediram muito, o que tem relação com a educação dada pela família, tinha um distanciamento por causas dos apelidos Pelé, neguinho, piadas, senti muito isso no primário, o preconceito vem de berço, a rejeição nos trabalhos escolares, nos times de futebol, mas só nessa fase (...) senti talvez pelo fato de ser pobre, por causa das roupas velhas, algum afastamento" (Juvenal, 47 anos, operário).

A violência a psicológica relaciona-se com a agressividade das alcunhas ou apelidos (Tigrão, Chokito - um tipo de doce -, Baiano, Pelé, Ronaldinho...), algumas vezes desculpadas pelos próprios atingidos, mas que marcam e ferem a auto-estima. Vários entrevistados expressaram suas dores por causa dos apelidos:

"Bom, a gente procurava ignorar (as alcunhas) né, mas é achava que não prejudicava, e eles achavam que não prejudicavam né, embora estavam se só divertindo né, a gente achava que aquilo não estava nos prejudicando né, entendeu. Ignorar né, mas é enquanto mais você ficar, e ficar, continuar contra é pior e também não tinha ao que recorrer também né, então você tem que ter estrutura pra conviver com isso né, é o que é feito normalmente né" (Eduardo, 51 anos, funcionário público).

Muitas vezes a responsabilidade pela pobreza, pelo fracasso escolar muitas vezes é atribuída às próprias vítimas dessa situação, sobretudo, quando se refere ao negro, a quem é, historicamente, atribuído estigmas negativos relacionados à sua personalidade e à sua potencialidade. No depoimento, a seguir, a entrevistada, que foi entregue24 a uma família para ser criada, atribui a si mesma a responsabilidade por ter permanecido na escola. Ela não compreende que existem inúmeras barreiras25 que impedem o negro de perseverar no ambiente educacional:

"Eu fiquei um ano só na escola, daí eu não tinha cabeça boa pra estudar assim, daí eu peguei eu mesma não quis ficar na escola, tem um ano só na escola, daí eu não passei eu mesmo quis sair da escola, daí" (Mafalda, 64 anos, empregada doméstica desde os sete anos).

O território da exclusão e da violência

Também os estudos sobre as leis de planejamento urbano mostram que existem práticas de exclusão daqueles cuja presença é, considerada, indesejada nos territórios selecionados como de privilégio pela classe dominante (Rolnik, 2003). É nessa perspectiva que se realiza uma pesquisa sobre as condições socioeconômicas e culturais da população negra na cidade de Londrina (que funciona assim como paradigma da generalidade da sociedade brasileira), a partir do território ocupado por esta população, pois, como se sabe, o conceito de "território" tem profundas relações com o "lugar" que a população ocupa na sociedade. Com a noção de território buscamos sintetizar e analisar a trajetória histórica e o cotidiano dos negros na cidade de Londrina, uma vez que lhes tem cabido a ocupação de territórios periféricos, degradados e estigmatizados onde quer que se encontrem, usando a conceituação do conhecido geógrafo Milton Santos, que escreveu:

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, freqüência, preço), independentes de sua própria condição. Pessoas, com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até mesmo o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar em que vivem: as oportunidades não são as mesmas. Por isso, a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está. Enquanto um lugar vem a ser a condição de sua pobreza, um outro lugar poderia, no mesmo momento histórico,

22 Atividade desenvolvida por muitos negros no período pós-abolição e em Londrina durante o período áureo da produção cafeeira.

23 Aqui, todos os nomes próprios são pseudônimos para preservar a identidade dos entrevistados.

24 Algumas crianças negras foram entregues a famílias brancas para que pudessem ser educadas diante das condições de suas famílias de origem, contudo, trabalhavam a vida inteira sem remuneração, pode-se considerar como uma situação de continuidade da escravidão.

25 Várias pesquisas realizadas por especialistas em educação mostram que professores têm dificuldades em acreditar no potencial do estudante negro, vendo-o como possível fracassado. Também a falta de conteúdos referentes à história do negro no Brasil e a história africana dificultam a formação de uma identidade positiva em relação à própria trajetória. E isso contribui para que, segundo o PNUD/2007, em torno de 70% das crianças que evadem no ensino fundamental sejam negros.

facilitar o acesso àqueles bens e serviços que lhes são teoricamente devidos, mas que, de fato, lhe faltam (Santos, 1987, p. 81).

É na perspectiva de um contexto heterogêneo que se verifica a relação social dos negros na cidade de Londrina, notadamente levando-nos a compreender como se processam a sociabilidade e o significado de sua presença no território urbano, visto que eles se acham ausentes da história conhecida da cidade que pode ser considerada como o reflexo de um processo – social, econômico, político e ideológico - de discriminação e exclusão. As falas dos entrevistados são eloqüentes quanto ao "lugar" do negro em Londrina, versam sobre a educação, o trabalho ou o bairro onde as pessoas habitam (de que geralmente gostam, mal grado o problema das drogas, temendo o contato de pessoas viciadas com as crianças do local):

"Bom, lógico, eu, o meu bairro é bom, mas falta muita coisa: Infra-estrutura, por exemplo não temos rede de esgoto, segurança, você chama por exemplo, também, a pessoa tá doente, você chama o SAMU26, demora pra chegar, até que chega, tá pegando o carro e já levou. E o que menos gosto é isso aí a falta de segurança. Eu queria mais agilidade do prefeito, também na infra-estrutura também" (Sandra, 65 anos, empregada doméstica).

Os entrevistados falam também das suas vivências sociais, é certo, mas são recorrentes no Brasil as referências à violência, incluindo a policial que é mais freqüente quando se trata de negros. Segue o depoimento de Juvêncio que teve a casa invadida pela policia, que suspeitava de que ele fosse um marginal:

"Eles invadiram não que o cara era parecido comigo mesmo, tinha um cabelo até igual ao meu. (...) Era umas 3 horas da manhã, acordei com a polícia batendo, e a policia disse "vamo muer você no pau, até você contar onde ta a arma e o que você fez". (...) A policia é racista, se tiver num bar e tiver 10 branco e um negro e ele vai no negro, no escuro pra dar gera" (Juvêncio, 47 anos, serralheiro).

Os estudos sobre a violência contra o negro mostram que ele é a vítima preferencial, sobretudo, da violência policial e no sistema judiciário é o mais criminalizado, pois carrega o estigma de potencial marginal. A violência no Brasil é racializada.

O trabalho precário e o rendimento insuficiente

A exclusão social nas cidades brasileiras reúne diversos elementos, como o histórico, o político, o econômico, o social e cultural, ou seja, um cenário híbrido que produz subjetividades diversas e complexas, sobretudo na sociedade brasileira, nos indivíduos e grupos que pertencem ao local. Em Londrina, a realidade da população não é diferente daquela constatada na maioria das regiões do país. Quando se trata do mercado de trabalho, a maioria da população negra desenvolve atividades de menor reconhecimento e menor rendimento27. Gabriela, foi discriminada por professores e a diretora do colégio em que trabalha:

"Porque no trabalho, acham que negro só pode trabalhar de porteiro, de faxineiro, de cozinheira, do trabalho. E também a cor porque uma coisa puxa a outra, que acha que a cor, a cor morena deve ser só assim, portanto, eu já vou falar uma. Você já viu, alguma... Pouco você vê um médico branco, pouco você vê uma pessoa negra, dum estudo assim, um grau assim, preto quer dizer. Só vê branco, por quê? Porque não tem oportunidade por causa da cor, muito difícil, quando vê um br... preto, muitas vezes aquela pessoa dá aquela cara de espanto assim porque é preto. Tanto que a gente nem vê quase. Não vê, eu vou falar bem sinceramente, eu só vi no HU médico de cor. Nunca vi médico de cor. Vejo branco" (Gabriela, 73 anos, merendeira)

Se a cidade representou o locus privilegiado de oportunidades para inúmeros migrantes e imigrantes que chegaram ao Norte do Paraná em busca de melhores condições de vida, para a maioria dos negros que aportaram na cidade, Londrina não lhes proporcionou as oportunidades que outros contingentes populacionais tiveram. A exclusão do negro da própria história oficial da cidade obriga o sociólogo e o historiador a buscá-la na memória de cada família que ali chegou nos anos 30 e 40 do século XX e nas fotografias que não deixam a "oficialidade" negar a existência de um povo que traz, na história recente, as marcas de um passado de trabalho e luta nas promissoras (só para alguns, note-se) "terras vermelhas" do chamado Norte Pioneiro do Paraná28.

Uma trajetória de resistência

Mas as mulheres, tal como noutras regiões do país, são verdadeiras heroínas na caminhada pela subsistência e dos seus e algumas são divertidas e extremamente positivas a avaliar a vida. Assim é Gabriela, de profissão "merendeira", bem-humorada, que, com os seus 73 anos, ainda trabalha, teve possibilidades de estudar até certo patamar, embora elementar, mora sozinha e seleciona suas amizades, com o saber que a experiência confere:

"Ai , a minha vida, eu Graças a Deus, eu trabalho, porque se eu não trabalhasse , eu não tinha o meu aquisitivo de vida né. Se eu não trabalhasse né . E ...Trabalho e estudo, levo a vida bem controlada, gosto muito de me divertir, gosto de sair, fazer amizades, tenho muita facilidade de fazer amizade, não discrimino cor, nem nada, nem branco nem preto, à partir da hora que a pessoa faz amizade comigo.Pode ser quem for, porque eu sou o tipo de pessoa que tenho muita facilidade de

26 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

27 O rendimento dos negros é 53% da renda dos brancos. Conf.: Folha de São Paulo, 13de Maio de 2008. http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u401394.shtml

28 As terras do Paraná têm uma cor avermelhada e são comparáveis às da Ucrânia, pela sua fecundidade; a expressão "Norte Pioneiro" faz lembrar o conceito do Far-West; é, de fato, uma região de criação de gado, de cultura do café, soja e outros cereais.

..de..me divertir...de..levo minha vida social assim, gosto de..de tudo eu gosto um pouco , divido, eu divido , divido as minhas ...também tenho isso, eu também tenho esse problema, eu sou assim, eu seleciono minhas amizades, não por ser branco, preto, que seja. Eu seleciono minhas amizades. Quando eu vejo que é uma pessoa que é meio lá meio cá. Não vou dizer que não gosto, não vou dizer que é isso e aquilo e desligo daquela pessoa e acabou. Eu seleciono minhas amizades, porque isso foi..você já é preto, você se junta com gente que é lá levada as breca..”cambada de preto”..”preto é assim”..não por ser isso, mas eu seleciono não pela cor, pela pessoa o que ela é. Eu seleciono porque isso é muito importante, que é aquela que..minha falava que isso ...”minha filha porco que se mistura farelos come”, quando você se mistura com a pessoa que não presta, você também , quando chegar ali fora, ninguém vai dizer que você é boa também, você não presta também, então eu to explicando isso, não pela cor, esse tipo de coisa eu seleciono mesmo”.

Considerações finais

Conforme a pesquisa realizada na cidade de São Paulo sobre a questão da sociabilidade negra desenvolvida em várias regiões da cidade29, mesmo numa cidade com apenas 74 anos de existência, as dificuldades vivenciadas pelo negro londrinense para a sua sobrevivência e a luta contra o racismo são semelhantes àquela vivenciada pela população negra paulistana. Contudo, em São Paulo, o negro aparece nas histórias não-oficiais, na imprensa negra, nos depoimentos registrados por pesquisadores como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Roger Bastide entre outros, enquanto que em Londrina, a trajetória do negro desde a sua chegada à cidade ainda está por ser contada30.

Alguns aspectos semelhantes são: a maioria é migrante, oriunda de áreas rurais pobres, sobretudo do nordeste e parte da região sudeste (Minas Gerais), em busca de melhores condições de vida, habitam atualmente as periferias da cidade. Nas franjas, cotidianamente vivem submetidas à violência provocada pela ausência do Estado enquanto garantidor da vida e dos direitos fundamentais do cidadão. No que se refere à saúde, o acesso é precário porque a maioria não pode pagar por um plano de saúde privado ficando submetida às dificuldades do atendimento público.

Também o acesso à educação é muito difícil por causa das escolas públicas de má qualidade. Muitos depoimentos relatam o desrespeito à criança negra, à sua história e à sua cultura que é desvalorizada por ter origem africana e, sobretudo por ser descendente de escravos. A cor da pele ainda é um aspecto fundamental para a alocação do lugar social do indivíduo na sociedade brasileira.

Diante dessa realidade, ainda em análise, visto que o projeto de pesquisa “Território e segregação urbana: o lugar da população negra em Londrina” está em fase de conclusão e elaboração do relatório final, destacou-se a persistência da invisibilidade do negro na historiografia da cidade.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, José Idalto de (2004). Presença negra em Londrina: história da caminhada de um povo. Londrina: PROMIC.

AUGÉ, Marc (2003). Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. 3ª ed., Trad. de Maria Lucia Pereira.Papirus, São Paulo.

BASTIDE, Roger e FERNADES, Florestan (1955). Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. São Paulo: Anhembi.

GRAFMEYER, Yves (1994). Sociologie urbaine. Paris: Nathan.

IANNI, Octávio (1978). As metamorfoses do escravo. 2°ed. breve e aumentada. São Paulo: Hucitec. 1° ed. publicada em 1962.

IANNI, Octávio (1966). Raças e classes no Brasil. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira.

IANNI, Octávio e CARDOSO, Fernando Henrique (1960). Cor e mobilidade social em Florianópolis. São Paulo: Ed. Nacional.

MAIO, Marcos Chor (1998). “O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da UNESCO”. História, Ciência e Saúde. V. 2. Jul/Ago 1998, p. 375-413.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE LONDRINA. Perfil de Londrina – 2003: Dados estatísticos. Secretaria de Planejamento: Londrina – 2003.

SANTOS, Milton (1987). O espaço do cidadão. São Paulo, Nobel.

SILVA, Maria Nilza e Pires Laranjeira. “Do problema da ‘raça’ às políticas de ação afirmativa”. PACHECO, Jairo Queiroz e SILVA, Maria Nilza (orgs.) 2ª reimpressão (2008). O negro na universidade: o direito à inclusão. Fundação Cultural Palmares: Brasília.

SILVA, Maria Nilza da (2006). Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo. Brasília: Fundação Cultural Palmares.

SILVA, Maria Nilza “O negro em Londrina: da presença pioneira negada à fragilidade das ações afirmativas na UEL”. http://www.espacoacademico.com.br/082/82silva.htm

TOMAZI, Nelson Dacio (2000). Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias. Curitiba: Aos Quatro Ventos.

29A pesquisa foi o resultado do doutoramento em Ciências Sociais de Maria Nilza da Silva, com a defesa da tese em 10 de maio de 2004, com o título “Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo”. Em 2006 foi publicada pela Fundação Cultural Palmares.

30 Somente em 2004, Idalto José de Almeida publica um livro com depoimentos de “pessoas negras importantes”, mas a população como um todo não tem a sua história registrada.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (2000). Trocando Olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade. São Paulo, Studio Nobel/Educ.
WACQUANT, Loïc (2001). Os condenados da cidade. Rio de Janeiro: Revan.

Dois Olhares, duas Perspectivas Históricas: como se viam os Índios no Séc. XVI e como se veem de fnais do Séc. XX aos nosso dias

Maria Teresa de Seabra
Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Grândola
teresadeseabra@gmail.com

Resumo: O Padre Gama na Missão do Xingú
O Índio como gentio inocente a ser civilizado versus o índio cidadão brasileiro marginalizado. A Missão, centro de cultura, civilização e protecção do Índio. A Reserva, centro cultural, económico e etnográfico. A obra de voluntários. O papel de Portugal Colonial – os Jesuítas; o papel do Estado Brasileiro. A obra do Padre Gama: educação, ensino, evangelização. Três Mundos, três culturas similares: Portugal, África (Guiné e Angola), Brasil. Perspectiva europeia do índio actual. O Índio como ser colonizado e marginalizado. Conceito de Índio para o Padre Gama: igualdadde, cidadania, transversalidade cultural.
Dois Olhares, duas Perspectivas Históricas: como se viam os Índios no Séc. XVI e como se veem de fnais do Séc. XX aos nosso dias

O Padre Gama na Missão do Xingú

O Padre Gama

Padre Serafim Gama. De estatura pequena, magrinho, homem de muito saber e muito humano.

Quarenta e três anos passados, mantêm viva a sua imagem os companheiros do Batalhão de Cavaleiros 490, numa caminhada interessante de Catió a Cufar, onde se encontra uma capela construída por indicação do Padre Gama. Nunca souberam porque o Comandante e oficiais do BA490 no dia seguinte ao chegarem a Cufar, após um jantar de boas vindas dos militares oficiais da Companhia de Caçadores 763 que aí se encontravam, mandou formar a Companhia e informou que a partir do dia seguinte seria começada a construção de uma Capela1.

1VICENTE, Mário,. 2000. Putos Gandulos e Guerra. Cucujães: Escola Tipográfica das Missões.
O tema principal de conversa à mesa das refeições era o Marquês de Pombal, a sua época e os índios da América. E assim foi durante os 2 anos e 4 meses que serviu como tenente-capelão deste batalhão, de Catió a Farim.
Como filha do Governante de Farim, todos os domingos o tínhamos à nossa mesa. Recordo-me da sua preocupação humanitária com os prisioneiros de guerra (então "terroristas"), com os militares, com as populações indígenas e as civis europeias e com o nosso bem estar, uma vez que éramos jovens de 14 e 16 anos e insistíamos em permanecer ao lado dos nossos pais.
O meu fascínio pelas civilizações ameríndias iniciou-se nessa época, 1964-1965, ouvindo falar o Padre Gama e meu Pai, ele próprio um pesquisador dos Astecas.
Recordo-me do Padre Gama afirmar que, acabada a Comissão rumaria a Angola e, posteriormente, ao Brasil.
Que aconteceu para que, num tempo de fim de Império Colonial, um padre agregado a uma unidade militar de combate segue de Portugal para a Guiné, como capelão militar, e muda a sua forma e objectivos de vida?
A verdade é que, se inicialmente escolhe Angola, como missionário ruma ao Brasil, como um espiar de culpa involuntária e um desejo de AJUDAR e redimir erros passados. Em Porto Alegre liga-se à Igreja irmã de Porto Alegre, a Prelazia do Xingú, dedicando-se ao Ensino e à evangelização.
Vinte anos depois regressa doente a Portugal onde recorda os tempos da Missão do Xingú. Com 86 anos o seu sofrimento chega ao fim, em 2007.
Evolução histórica
Como me ensinou o Padre Gama, meu Professor particular de História, em Farim-Guiné, e depois estudei a nível Superior, em História,
- Em 1494, o Tratado de Tordesilhas, acordo assinado por Portugal e Espanha, divide o mundo a partir de um meridiano 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde. Essa linha passa na altura das actuais cidades de Belém e Laguna. Portugal fica com as terras a leste e a Espanha, com as terras a oeste. Posteriormente, Portugal alargará o espaço para oeste.

Esta nota continua na página seguinte

- São designados como povos aborígenes, autóctones, nativos ou indígenas, aqueles que viviam numa área geográfica antes da sua colonização por outro povo ou que, após a colonização, não se identificam com o povo que os coloniza. Por vezes, no Brasil, também o termo índio é utilizado como sinônimo de ameríndio.
- Em 1549 é fundada na Baía a cidade de Salvador, por Tomé de Sousa, para servir de sede do governo.
Com Tomé de Souza chegam os primeiros jesuítas da Companhia de Jesus. Chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega, dedicam-se à catequese dos indígenas e à educação dos colonos. Entre os séculos XVI e XVIII constroem igrejas e fundam colégios. Na região das bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, como também na Amazônia, instalam as missões, aldeamentos onde buscam cristianizar os índios e preservá-los da escravidão. Porém,
- os índios a evangelizar são usados pelos próprios jesuítas para diversos fins, nem sempre de cariz humanitário; e,
para protegerem os habitantes do lugar, sob pretensa vida semi-nómada e pouco habituados ao cultivo da terra, descuram a protecção aos escravos negros africanos que iam povoando as diversas fazendas, engenhos do açúcar.

O Marquês de Pombal
Em 1755 e 1759, como ministro do rei D. José I, funda a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão (1755) e a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759), para reforçar as actividades extractivas e agroexportadoras do Norte e Nordeste, menos estimulada devido à mineração de ouro e diamante no Sudeste e Centro-Oeste.
Em 1759 decreta a expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal, sob a alegação principal de que a companhia se tornara quase tão poderosa quanto o Estado, ocupando funções e atribuições mais políticas que religiosas, posição reforçada por sectores da própria Igreja que admitem que os jesuítas davam excessiva protecção aos nativos, como acontecera na Guerra Guaranítica.
Além de fechar a instituição em todo o Império Português, o Marquês de Pombal muda os estatutos dos colégios e das missões, impondo direcções leigas.
O sistema de capitanias hereditárias é extinto pelo marquês de Pombal. As capitanias que não voltam para a Coroa Portuguesa são compradas ou confiscadas.
Finalmente, em 1763, transfere a sede do governo geral para o Rio de Janeiro. Um dos factores que contribuem para essa decisão é a necessidade de ter o centro administrativo mais próximo das regiões de mineração. Os constantes conflitos com os vizinhos espanhóis nas regiões Centro-Oeste e Sul reforçam essa mudança.
Os índios deixam de ter a protecção religiosa e tornam-se alvo a isolar, não se adaptando às npvas regras.
Parque Indígena do Xingu
O Parque Indígena do Xingu (PIX) foi criado em 14 de abril de 1961 pelo presidente Jânio Quadros. Localizado na região noroeste do Estado do Mato Grosso, na Bacia do rio Xingu, é uma das maiores reservas indígenas, com uma extensão de 2.642.003 hectares. Actualmente, vivem na área aproximadamente 5.500 índios, de catorze etnias: Kuikuro, Kalapálo, Nahukuá, Matipú, Txikão (Ikpeng) (linguagem carib), Mehináku, Waurá, Yawalapití (linguagem Aruak), Awetí, Kamaiurá, Juruna, Kayabí (linguagem tupi-guarani), Trumãi (língua isolada) e Suiá (linguagem Jê).
Importância da Prelazia do Xingu
A seda da Prelazia do Xingu é a cidade de Altamira-PA, que abrange vários municípios ao longo das margens do rio Xingu, bem como no eixo da Transamazônica.
A Prelazia do Xingu é "irmanada" com a Arquidiocese de Porto Alegre, através do projeto "Igrejas-Irmãs" da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Por isso, alguns padres da Capital gaúcha são enviados para auxiliar o trabalho realizado na Prelazia, que sofre com a falta destes profissionais.
Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul
O Programa Missão Amazônia do Núcleo do de Estudos e Pesquisa em Cultura Indígena da Faculdade de Direito da PUCRS promove a Missão Xingu. A iniciativa, realizada em parceria com a Fundação Nacional de Saúde/MT (Funasa), tem como objetivo principal a viabilização de uma segunda opinião médica especializada às comunidades indígenas do Alto Xingu, em auxílio ao trabalho realizado no Posto Leonardo Villas Boas, que atende a comunidade. O programa surgiu a partir da experiência adquirida nas regiões do Alto Solimões/AM, em 2004, com os índios Kocama e Ticuna, e Ji-parana/RO, em 2006, com índios da etnia Arara e Gavião, além da Missão Alto Xingu I, em 2008, atividades que envolveram ações multidisciplinares com estudantes e profissionais na área de saúde, com participação dos cursos de Medicina, Odontologia, Direito, Biociências e Nutrição.

Esta nota continua na página seguinte

Problemas na missionação dos índios
De , primeiros habitantes do Brasil e "encarcerados" em missões, a "encarcerados" em reservas
Em 1974 enviou-me o Padre Gama um poema de um jovem índio inconformado com a exclusão social imposta Coloquei o poema num álbum e, se me tocou emocionalmente nessa altura, quando estive no Brasil em 1999, ao ser-nos negada a visita a uma reserva índia, junto à entrada disse-o aos meus colegas de viagem, todos professores de História:
PROCURA-SE UM AMIGO
Um Amigo que saiba ler as estrelas
Um Amigo que goste do cheiro do mato, da terra molhada e de se deitra no capim
Um Amigo que entenda a solidão
Um Amigo que ame a Natureza e os Animais
Um Amigo que não olhe para a cor da pele nem para as nossas origens
Um Amigo que entenda o cantar dos pássaros e a voz dos animais
(…) Alguém que se sinta só e isolado e tambem precise de UM AMIGO!

Missão do Xingu
Nos nossos dias
Em 10 de Outubro de 2006, Dom Erwin Kräutler, Bispo da Prelazia do Xingu, no Pará, mesmo ameaçado de morte, em entrevista ao Padre Jaime Carlos Patias (2), denunciava a luta pela terra e violência no campo. Diz:
O latifúndio, o poder e a impunidade são algumas das causas que levam o estado do Pará a apresentar o maior índice de assassinatos relacionados com a disputa de terras no Brasil. A tensão tem como protagonistas fazendeiros vindos do Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso que defendem o plantio de soja, e o grupo formado por moradores antigos da região e ambientalistas. Em Santarém, localizada no encontro dos rios Amazonas e Tapajós, entre 2004 e 2005, imagens de satélite revelaram que 1,2 milhão de hectares de terra viraram plantações de soja. Toda a produção é consumida na Europa.
Segundo este Bispo, ele e outros eram ameaçados de morte, por se colocarem ao lado dos menos favorecidos, defenderem os legítimos direitos indígenas e dos povos ribeirinhos, dos pequenos agricultores e suas famílias, denunciarem a grilagem e invasão de terras e a pilhagem, o saque inescrupuloso das riquezas naturais da Amazônia. Acrescenta:
Tudo isso mexe com os interesses e ambições de fazendeiros, sojeiros, mineradores, madeireiros e
barrageiros e provoca reações irracionais por parte dos que querem apoderar-se de vastas regiões e derrubar a mata virgem. (…) A situação se torna ainda pior porque eles contam com o apoio de políticos, que repetem há décadas slogans, tais como "tanta terra para poucos índios!" ou "só o agronegócio em grande escala dá lucro!" (…)
A obra do Padre Gama, em parceria com outros missionários, tem continuidade nos religiosos de hoje, como lemos nas palavras do bispo Dom Erwin Kräutler:
(2) Mestre em comunicação e director da revista Missões.

Bispo Dom Erwin Kräutler
A Prelazia do Xingu procurou sempre estar em sintonia com toda a Igreja na América Latina e seguir as linhas traçadas por Medellín e Puebla depois do Concílio Vaticano II. O Encontro Interregional de Santarém, em 1972, em que os bispos da Amazônia se reuniram para aplicar as decisões de Medellín ao chão concreto dos planos pastorais de toda a Amazônia, teve enorme influência também na Prelazia do Xingu. A maior circunscrição eclesiástica do Brasil com 365 mil quilômetros quadrados e meio milhão de habitantes se desdobra hoje em 750 comunidades espalhadas nas cidades e vilas, ao longo dos rios e igarapés e das estradas que surgiram desde o início da década de 70, mormente a Rodovia Transamazônica (BR 230). De cinco em cinco anos representantes de cada comunidade do Xingu se reúnem numa grande assembléia para avaliar a caminhada e planejar a ação evangelizadora. A última realizou-se em novembro de 2004 e contou com a presença de 794 pessoas. Para o quinquênio 2004 – 2009 a Prelazia escolheu como objetivo: "A Igreja, Povo de Deus no Xingu, para ser fiel à missão profética e à prática libertadora de Jesus, compromete-se com a evangelização inculturada, à luz da opção pelos excluídos, enfrentando os desafios da realidade, organizando as comunidades, através do anúncio, do serviço, do diálogo e do testemunho, participando da construção de uma sociedade justa e solidária a caminho do Reino de Deus". As propostas de ação pastoral decorrentes do objetivo geral visam a formação de lideranças, dando especial destaque à Bíblia e a uma mística que sustenta nossa ação evangelizadora numa realidade complexa e conflitiva, uma espiritualidade que une fé e vida, ação e oração-contemplação e desperta o ardor missionário.

Esta nota continua na página seguinte

Pelo Padre Gama soube da evolução de mentalidades e abertura profissional a brasileiros de origem índia, embora restricta, tomando conhecimento da ascensão de nomes e respectiva obras importantes a nível antropo-sociológico, como, entre outros,

Graça Graúna (pseudônimo da escritora Maria das Graças Ferreira, potiguar de São José do Campestre (RN)

Eliane Potiguara, remanescente da etnia Potyguara , escritora indígena.

Arquivo: Edição de 27-11-2008 (Jornal A GUARDA, Semanário Católico Regionalista) SECÇÃO: Diocese
Faleceu o Padre Serafim Gama no dia 22 de Novembro, no Centro de Acolhimento S. João de Deus, na Guarda. Contava 86 anos de idade e 64 de Padre.
Frequentou o Seminário da Congregação Religiosa dos Salesianos, onde exerceu o ministério Sacerdotal, durante 27 anos. Trabalhou no Brasil, incardinado na Diocese de Porto Alegre – Rio Grande do Sul. Passou os últimos anos na sua Diocese de origem, a Guarda.
O funeral realizou-se na Igreja Paroquial de Lameiras, concelho de Pinhel, e foi presidido pelo Bispo Diocesano da Guarda, D. Manuel Felício e com participação de duas dezenas de sacerdotes e muito povo.
Ficou sepultado no cemitério do Barregão, sua terra natal.
Ao Padre Gama
A minha homenagem a um religioso acima de tudo HUMANO e sofrendo com as injustiças e confrontos entre seres humanos, que em muito ultrapassam a crueldade da guerra!
Peço 1m de silêncio ao Padre Gama e TODOS os missionários que lutam por uma causa HUMANA!

Esta nota continua na página seguinte

VICENTE, Mário,. 2000. Putos Gandulos e Guerra. Cucujães: Escola Tipográfica das Missões.

2O tema principal de conversa à mesa das refeições era o Marquês de Pombal, a sua época e os índios da América. E assim foi durante os 2 anos e 4 meses que serviu como tenente-capelão deste batalhão, de Catió a Farim.

Como filha do Governante de Farim, todos os domingos o tínhamos à nossa mesa. Recordo-me da sua preocupação humanitária com os prisioneiros de guerra (então "terroristas"), com os militares, com as populações indígenas e as civis europeias e com o nosso bem estar, uma vez que éramos jovens de 14 e 16 anos e insistíamos em permanecer ao lado dos nossos pais.

O meu fascínio pelas civilizações ameríndias iniciou-se nessa época, 1964-1965, ouvindo falar o Padre Gama e meu Pai, ele próprio um pesquisador dos Astecas.

Recordo-me do Padre Gama afirmar que, acabada a Comissão rumaria a Angola e, posteriormente, ao Brasil.

Que aconteceu para que, num tempo de fim de Império Colonial, um padre agregado a uma unidade militar de combate segue de Portugal para a Guiné, como capelão militar, e muda a sua forma e objectivos de vida?

A verdade é que, se inicialmente escolhe Angola, como missionário ruma ao Brasil, como um espiar de culpa involuntária e um desejo de AJUDAR e redimir erros passados. Em Porto Alegre liga-se à Igreja irmã de Porto Alegre, a Prelazia do Xingú, dedicando-se ao Ensino e à evangelização.

Vinte anos depois regressa doente a Portugal onde recorda os tempos da Missão do Xingú. Com 86 anos o seu sofrimento chega ao fim, em 2007.

Evolução histórica

Como me ensinou o Padre Gama, meu Professor particular de História, em Farim-Guiné, e depois estudei a nível Superior, em História,

Em 1494, o Tratado de Tordesilhas, acordo assinado por Portugal e Espanha, divide o mundo a partir de um meridiano 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde. Essa linha passa na altura das actuais cidades de Belém e Laguna. Portugal fica com as terras a leste e a Espanha, com as terras a oeste. Posteriormente, Portugal alargará o espaço para oeste.

São designados como **povos aborígenes, autóctones, nativos** ou **indígenas**, aqueles que viviam numa área geográfica antes da sua colonização por outro povo ou que, após a colonização, não se identificam com o povo que os coloniza. Por vezes, no Brasil, também o termo índio é utilizado como sinônimo de ameríndio.

---

2 A idéia de invenção já foi discutida por muitos autores, mas a maioria deles, embora opere no plano da subjetividade, sempre partiu da criação do dominador.

Em 1549 é fundada na Baía a cidade de Salvador, por Tomé de Sousa, para servir de sede do governo.

Com Tomé de Souza chegam os primeiros jesuítas da Companhia de Jesus. Chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega, dedicam-se à catequese dos indígenas e à educação dos colonos. Entre os séculos XVI e XVIII constroem igrejas e fundam colégios. Na região das bacias dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, como também na Amazônia, instalam as missões, aldeamentos onde buscam cristianizar os índios e preservá-los da escravidão. Porém,

os índios a evangelizar são usados pelos próprios jesuítas para diversos fins, nem sempre de cariz humanitário; e,

para protegerem os habitantes do lugar, sob pretensa vida semi-nómada e pouco habituados ao cultivo da terra, descuram a protecção aos escravos negros africanos que iam povoando as diversas fazendas, engenhos do açúcar.

Índios Pataxós

jean baptiste debret - caçador escravos

O Marquês de Pombal

Em 1755 e 1759, como ministro do rei D. José I, funda a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão (1755) e a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco e Paraíba (1759), para reforçar as actividades extractivas e agroexportadoras do Norte e Nordeste, menos estimulada devido à mineração de ouro e diamante no Sudeste e Centro-Oeste.

Em 1759 decreta a expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal, sob a alegação principal de que a companhia se tornara quase tão poderosa quanto o Estado, ocupando funções e atribuições mais políticas que religiosas, posição reforçada por sectores da própria Igreja que admitem que os jesuítas davam excessiva protecção aos nativos, como acontecera na Guerra Guaranítica.

Além de fechar a instituição em todo o Império Português, o Marquês de Pombal muda os estatutos dos colégios e das missões, impondo direcções leigas.

O sistema de capitanias hereditárias é extinto pelo marquês de Pombal. As capitanias que não voltam para a Coroa Portuguesa são compradas ou confiscadas.

Finalmente, em 1763, transfere a sede do governo geral para o Rio de Janeiro. Um dos factores que contribuem para essa decisão é a necessidade de ter o centro administrativo mais próximo das regiões de mineração. Os constantes conflitos com os vizinhos espanhóis nas regiões Centro-Oeste e Sul reforçam essa mudança.

Os índios deixam de ter a protecção religiosa e tornam-se alvo a isolar, não se adaptando às npvas regras.

Parque Indígena do Xingu

O Parque Indígena do Xingu (PIX) foi criado em 14 de abril de 1961 pelo presidente Jânio Quadros. Localizado na região noroeste do Estado do Mato Grosso, na Bacia do rio Xingu, é uma das maiores reservas indígenas, com uma extensão de 2.642.003 hectares. Actualmente, vivem na área aproximadamente 5.500 índios, de catorze etnias: Kuikuro, Kalapálo, Nahukuá, Matipú, Txikão (Ikpeng) (linguagem carib), Mehináku, Waurá, Yawalapití (linguagem Aruak), Awetí, Kamaiurá, Juruna, Kayabí (linguagem tupi-guarani), Trumãi (língua isolada) e Suiá (linguagem Jê).

Importância da Prelazia do Xingu

A seda da Prelazia do Xingu é a cidade de Altamira-PA, que abrange vários municípios ao longo das margens do rio Xingu, bem como no eixo da Transamazônica.

A Prelazia do Xingu é "irmanada" com a Arquidiocese de Porto Alegre, através do projeto "*Igrejas-Irmãs*" da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Por isso, alguns padres da Capital gaúcha são enviados para auxiliar o trabalho realizado na Prelazia, que sofre com a falta destes profissionais.

Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul

O Programa Missão Amazônia do Núcleo do de Estudos e Pesquisa em Cultura Indígena da Faculdade de Direito da PUCRS promove a Missão Xingu. A iniciativa, realizada em parceria com a Fundação Nacional de Saúde/MT (Funasa), tem como objetivo principal a viabilização de uma segunda opinião médica especializada às comunidades indígenas do Alto Xingu, em auxílio ao trabalho realizado no Posto Leonardo Villas Boas, que atende a comunidade. O programa surgiu a partir da experiência adquirida nas regiões do Alto Solimões/AM, em 2004, com os índios Kocama e Ticuna, e Ji-parana/RO, em 2006, com índios da etnia Arara e Gavião, além da Missão Alto Xingu I, em 2008, atividades que envolveram ações

multidisciplinares com estudantes e profissionais na área de saúde, com participação dos cursos de Medicina, Odontologia, Direito, Biociências e Nutrição.

Problemas na missionação dos índios

De , primeiros habitantes do Brasil e "*encarcerados*" em missões, a "*encarcerados*" em reservas

Em 1974 enviou-me o Padre Gama um poema de um jovem índio inconformado com a exclusão social imposta Coloquei o poema num álbum e, se me tocou emocionalmente nessa altura, quando estive no Brasil em 1999, ao ser-nos negada a visita a uma reserva índia, junto à entrada disse-o aos meus colegas de viagem, todos professores de História:

PROCURA-SE UM AMIGO

Um Amigo que saiba ler as estrelas

Um Amigo que goste do cheiro do mato, da terra molhada e de se deitra no capim

Um Amigo que entenda a solidão

Um Amigo que ame a Natureza e os Animais

Um Amigo que não olhe para a cor da pele nem para as nossas origens

Um Amigo que entenda o cantar dos pássaros e a voz dos animais

(…) Alguém que se sinta só e isolado e tambem precise de UM AMIGO!

Missão do Xingu

Nos nossos dias

Em 10 de Outubro de 2006, Dom Erwin Kräutler, Bispo da Prelazia do Xingu, no Pará, mesmo ameaçado de morte, em entrevista ao Padre Jaime Carlos Patias (2), denunciava a luta pela terra e violência no campo. Diz:

O latifúndio, o poder e a impunidade são algumas das causas que levam o estado do Pará a apresentar o maior índice de assassinatos relacionados com a disputa de terras no Brasil. A tensão tem como protagonistas fazendeiros vindos do Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso que defendem o plantio de soja, e o grupo formado por moradores antigos da região e ambientalistas. Em Santarém, localizada no encontro dos rios Amazonas e Tapajós, entre 2004 e 2005, imagens de satélite revelaram que 1,2 milhão de hectares de terra viraram plantações de soja. Toda a produção é consumida na Europa.

Segundo este Bispo, ele e outros eram ameaçados de morte, por se colocarem ao lado dos menos favorecidos, defenderem os legítimos direitos indígenas e dos povos ribeirinhos, dos pequenos agricultores e suas famílias, denunciarem a grilagem e invasão de terras e a pilhagem, o saque inescrupuloso das riquezas naturais da Amazônia. Acrescenta:

Tudo isso mexe com os interesses e ambições de fazendeiros, sojeiros, mineradores, madeireiros e barrageiros e provoca reações irracionais por parte dos que querem apoderar-se de vastas regiões e derrubar a mata virgem.

> (…) A situação se torna ainda pior porque eles contam com o apoio de políticos, que repetem há décadas slogans, tais como "tanta terra para poucos índios!" ou "só o agronegócio em grande escala dá lucro!" (…)

A obra do Padre Gama, em parceria com outros missionários, tem continuidade nos religiosos de hoje, como lemos nas palavras do bispo Dom Erwin Kräutler:

(2) Mestre em comunicação e director da revista Missões.

Bispo Dom Erwin Kräutler

A Prelazia do Xingu procurou sempre estar em sintonia com toda a Igreja na América Latina e seguir as linhas traçadas por Medellín e Puebla depois do Concílio Vaticano II. O Encontro Interregional de Santarém, em 1972, em que os bispos da Amazônia se reuniram para aplicar as decisões de Medellín ao chão concreto dos planos pastorais de toda a Amazônia, teve enorme influência também na Prelazia do Xingu. A maior circunscrição eclesiástica do Brasil com 365 mil quilômetros quadrados e meio milhão de habitantes se desdobra hoje em 750 comunidades espalhadas nas cidades e vilas, ao longo dos rios e igarapés e das estradas que surgiram desde o início da década de 70, mormente a Rodovia Transamazônica (BR 230). De cinco em cinco anos representantes de cada comunidade do Xingu se reúnem numa grande assembléia para avaliar a caminhada e planejar a ação evangelizadora. A última realizou-se em novembro de 2004 e contou com a presença de 794 pessoas. Para o quinquênio 2004 – 2009 a Prelazia escolheu como objetivo: "A Igreja, Povo de Deus no Xingu, para ser fiel à missão profética e à prática libertadora de Jesus, compromete-se com a evangelização inculturada, à luz da opção pelos excluídos, enfrentando os desafios da realidade, organizando as comunidades, através do anúncio, do serviço, do diálogo e do testemunho, participando da construção de uma sociedade justa e solidária a caminho do Reino de Deus". As propostas de ação pastoral decorrentes do objetivo geral visam a formação de lideranças, dando especial destaque à Bíblia e a uma mística que sustenta nossa ação evangelizadora numa realidade complexa e conflitiva, uma espiritualidade que une fé e vida, ação e oração-contemplação e desperta o ardor missionário.

Pelo Padre Gama soube da evolução de mentalidades e abertura profissional a brasileiros de origem índia, embora restricta, tomando conhecimento da ascensão de nomes e respectiva obras importantes a nível antropo-sociológico, como, entre outros,

Graça Graúna (pseudônimo da escritora Maria das Graças Ferreira, potiguar de São José do Campestre (RN)

Eliane Potiguara, remanescente da etnia Potyguara , escritora indígena.

Arquivo: Edição de 27-11-2008 (Jornal A GUARDA, Semanário Católico Regionalista) SECÇÃO: Diocese

Faleceu o Padre Serafim Gama no dia 22 de Novembro, no Centro de Acolhimento S. João de Deus, na Guarda. Contava 86 anos de idade e 64 de Padre.

Frequentou o Seminário da Congregação Religiosa dos Salesianos, onde exerceu o ministério Sacerdotal, durante 27 anos. Trabalhou no Brasil, incardinado na Diocese de Porto Alegre – Rio Grande do Sul. Passou os últimos anos na sua Diocese de origem, a Guarda.

O funeral realizou-se na Igreja Paroquial de Lameiras, concelho de Pinhel, e foi presidido pelo Bispo Diocesano da Guarda, D. Manuel Felício e com participação de duas dezenas de sacerdotes e muito povo.

Ficou sepultado no cemitério do Barregão, sua terra natal.

Ao Padre Gama

A minha homenagem a um religioso acima de tudo HUMANO e sofrendo com as injustiças e confrontos entre seres humanos, que em muito ultrapassam a crueldade da guerra!

Peço 1m de silêncio ao Padre Gama e TODOS os missionários que lutam por uma causa HUMANA!

Índios Pataxós

Devir negro: uma proposta anti-racista no Brasil

Franciso Silva
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
scardosos@uol.com.br

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir as singularidades do combate ao racismo contra o negro no Brasil, a partir das análises da minha experiência de militante e de estudiosos da problemática racial, observando as abordagens sobre as diferenças. A pesquisa procura abordar a resistência contra o racismo destacando as armadilhas que essa luta demanda, os limites das ações da militância e o processo de produção de subjetividade dissidente, fabricado pelos sujeitos envolvidos que contribuem, cada uma a seu modo, para a construção e desconstrução de identidades étnico-raciais, produzindo um discurso fundador transindividual, que têm na cultura a sua matéria-prima.

Introdução

Trata-se de discutir as singularidades do combate ao racismo contra o negro no Brasil, a partir das análises da minha experiência de militante e de estudioso da problemática do devir e crítico das abordagens sobre as diferenças, pensando o racismo e o anti-racismo enquanto invenções.1 O diferencial desta pesquisa é superar as dicotomias, comportando todo o processo de produção de subjetividade, levando em consideração as ambigüidades inerentes aos devires e, sobretudo, os minoritários2.

Discutir cultura, identidade, racismo, políticas afirmativas e alteridades, de uma maneira geral, não constitui nenhuma novidade e, atualmente, já se tornou lugar comum, seja na Antropologia, seja na Sociologia e em tantas outras áreas do conhecimento. A novidade é ousar fazê-lo à luz dos autores que trabalham com os devires minoritários.

Outros autores trabalharam a identidade cultural numa perspectiva bastante interessante do ponto de vista teórico-político, mas que escapava da dicotomia cultural e política, bem como do essencialismo – um procedimento que eu mesmo adotei em trabalhos anteriores, realizados em 2001 e em 2006. Contudo, tais estudos levantaram questões inquietantes do ponto de vista político, sobretudo em relação à identidade que aqui problematizo.3

É necessário, contudo, reconhecer que todo processo de construção identitária é complexo, em função das suas dinâmicas, das tensões envolvidas, sobretudo no caso do meu estudo – *As Invenções Negras em Salvador* – que tem por objeto/sujeito os negros em Salvador, dos quais faço parte e cujas práticas de combate ao racismo concebo como matérias de expressão4.

Considerando as formulações advindas de intelectuais oriundos do próprio movimento dos negros5, analisamos os avanços desse movimento; a necessidade de pensar suas conquistas e as contribuições que trouxe para a construção de relações sociais mais críticas com relação à forma como o negro tem sido discriminado negativamente6, sobretudo por produzir subjetividade dissidente, permitindo a construção de auto-estima e propondo ações afirmativas no combate ao racismo no Brasil.

Nada disso, entretanto, justifica deixar de pensar os recuos e os limites desse tipo de mobilização, neste sentido nos propomos também refletir os limites da dissidência entre as práticas e os discursos dos atores da luta anti-racista dos negros; as capturas desse movimento, os esquadrinhamentos desse tipo de produção de subjetividade, sem ignorar a inquietação sempre presente, que nos impulsiona em busca das razões pelas quais esse movimento tem sofrido sistematicamente uma oposição de um setor da sociedade, composto basicamente de intelectuais que defendem que o Brasil é um país democrático do ponto de vista das relações raciais.

Ora, se há muito já se discute que a história da população afro-brasileira não se constitui só em combate, no que concordamos, é preciso entendermos também o fenômeno da institucionalização do movimento negro e de outros extremos. Para tanto, se faz mister pensar em outros termos analíticos, ouvindo criticamente não só os negros nesta discussão, até para

---

1 O devir minoritário corresponde à singularização, em oposição ao discurso encodificador que sustenta a semiótica dominante, ou seja, é aquele que vaza o código dominante. A idéia está ligada à possibilidade ou não de que um processo venha a singularizar. Singularidades femininas, poéticas, homossexuais, negras, etc. podem entrar em ruptura com a estratificação dominante. Não tem a ver com quantidade, por exemplo, os negros podem ser maioria, mas não têm o poder dominante.

2 Em um dos meus trabalhos anteriores, discuto o racismo, a identidade e a cultura a partir dos discursos e das práticas do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Ilê Aiyê em Salvador, procurando compreender como o falar e o fazer dessas entidades contribuíam para a construção e a desconstrução da identidade étnica e como ambas as entidades estabeleciam a relação entre cultura e política (Cardoso da Silva, 2001) ficaram por ser explorados, tais como as idéias de desconstrução e construção de identidade, em que a cultura é sua matéria-prima. Desse modo, a própria idéia de movimento – mesmo considerando inovadora a maneira com que eu as operei, rompendo com a idéia de essência, tanto na identidade como no movimento – resultou em inquietações suficientes para levar-me a operar a noção de devir para os negros (devir negro).

3 Segundo Suely Rolnik, ao contrário do caos, são energias geradas no atrito de matérias de expressão heterogêneas, forjando territórios para afetos desterritorializados. "O que nosso corpo vibrátil nos faz descobrir é que o pleno funcionamento do desejo é uma verdadeira fabricação incansável de mundo" (Rolnik, 1989, p. 40).

4 Entendendo movimento negro como uma luta, um conjunto de práticas e discursos anti-racistas que produzem, para tanto, subjetividades múltiplas capazes de construir e desconstruir identidades e forjar processos de singularização, linhas de fugas e ou linhas de destruição.

5 Para melhor precisão da linguagem sociológica os estudiosos estabeleceram uma distinção entre preconceito e discriminação, a qual adoto; o primeiro termo diz respeito a um sistema de atitudes através da qual se tem propósitos e disposições interiores, enquanto o segundo, se refere aos comportamentos e ações concretas (PIERSON, 1971; GUIMARÃES, 1998).

6 De maneira que tanto o Ilê Ayiê como o MNU – através dos seus discursos e práticas na luta contra o racismo, contribuem, cada uma a seu modo, para a construção e desconstrução de identidades étnico-raciais em Salvador, produzindo subjetividades dissidentes, transculturais e transindividuais, que têm na cultura a sua matéria-prima.(Cardoso da Silva. 2006)

mostrar onde se esconde o racista de cada um de nós, sem perder de vista uma pergunta presente em todo trabalho: existe uma particularidade do racismo no Brasil?

Em suma, o movimento negro não se apresenta de forma homogênea, as duas entidades que respondem ao racismo na Bahia, o Ilê e o MNU, por exemplo, tem muitas particularidades em relação ao racismo dentro e fora do Brasil, assim como aponta aspectos semelhantes com outras formas de racismo, o que nos permite analisar as suas práticas e discursos com relação ao que estamos apelidando de racismo à brasileira.7

Entretanto, o meu estudo de Doutorado mostra que, se por um lado as entidades acima citadas, conseguem ser criativas na produção da resistência – reagindo ao racismo que as coloca no devir, cujas conexões com outros devires minoritários acontecem em alguma medida – por outro, falta dar um salto efetivo no sentido de operar a via de passagem para a construção de uma outra realidade, que vai para além de uma falsa democracia, buscando novos encontros, novas parcerias, fugindo das polaridades, do essencialismo, pois é preciso assumir bandeiras mais eficientes para dar uma nova direção da luta contra o racismo e para o qual se faz mister defender até uma nova miscigenação, um ideal de contra-pureza, ao invés de um humanismo radical, como reivindica o próprio Fanon, um anti-racismo radical. Uma vez que sou crítico, quanto à crítica que pretende recuperar a modernidade, prefiro arruiná-la; afinal, o que é o humanismo se não uma invenção da modernidade?

E para se contrapor ao racismo, que funcionou como base de sustentação dessa modernidade e dessa subjetividade capitalística, só uma outra invenção que invista na subversão da subjetividade dominante. Investir, por assim dizer,

> "[...] no próprio coração da subjetividade dominante produzindo um jogo que a revela, ao invés de denunciá-la" (ROLNIK & GUATTARI,1996, p. 32).

É preciso substituir determinados ideais de liberdade, pois ela está indissoluvelmente ligada à noção de consciência. É necessário retomar a simulação, produzindo, inventando subjetividades que desmoronem a subjetividade capitalística (ROLNIK & GUATTARI,1996).

Portanto, é preciso investir na ambigüidade e, por que não dizer, numa mestiçagem, ou melhor, numa negro-mestiçagem, numa outra democracia que aposte nas novas alianças, nos novos encontros, no devir negro que está por se construir, pois o movimento negro acaba ficando no meio da guerra, dando munição para os inimigos sem deixar de ser dissidente, mas limitado pela lógica bipolar.

Todavia, é preciso ter cuidado ao analisar o movimento negro no Brasil; é necessário entender suas singularidades e se elas estão compatíveis com a peculiaridade do racismo aqui existente, cujas manifestações, ainda que não sejam homogêneas, são de tamanha eficácia, sobretudo pela forma de ocultação, pois, se é verdade que não existe uma só forma de racismo no Brasil (são várias), também é verdade que existe uma sutileza em esconder, uma farsa que atravessa as diversas maneiras de manifestar esse fenômeno, que se revela e se esconde ao mesmo tempo, resultado de uma tecnologia para a qual os negros também contribuíram em alguma medida.

Contudo, não cabe ficar definindo quem é o culpado, trata-se de saber o como e que efeitos o racismo tem, não só confinando como exterminando pessoas, entre outros resultados.

O racismo no Brasil adquiriu uma força capaz de promover uma guerra e uma verdade sobre o outro tão insuportável que qualquer ação afirmativa que problematize a situação em si já é vitoriosa; contudo, é preciso ter cuidado com determinados tipos de emancipação, observá-los a fim de verificar se não escondem correntes que nos aprisionam; por isso, prefiro as cotas ao invés de qualquer tipo discriminação negativa, contanto que se coloque como um problema mais do que como solução.

Assim, há que conceber os movimentos negros não como vilões e sim como sujeitos que também são assujeitados, que enfrentam dificuldades que pode levá-los a trilhar caminhos muitos próximos da linha de destruição, na medida em que trilham o caminho mais da unificação do que a multiplicidade, sem deixar por isso de produzir subjetividades dissidentes.

Enfim, o movimento negro – sob qualquer nome de entidade que se dê – não pode, contudo, se dá o luxo de não entender o racismo na sua complexidade e repensar bem em como combatê-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

AZEVEDO, Thales. (1996). *As Elites de Cor Numa Cidade Brasileira: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestigio.* 2ªed.Salvador:EDUFBA:EGBA.

AZEVEDO, Thales. (1975). *Democracia racial: ideologia e realidade.* Petrópolis, Vozes.

BAIRROS, Luiza. (1998) *Orfeu e poder: perspectiva afro- americana sobre a política racial no Brasil*. Salvador, Afro-Äsia, 17, CEAO/ EDUFBA.

BIANCHI, Sérgio (2005). *Quanto Vale ou é por quil*o: Mas valem pobre na mão do que pobres roubando. Europa Filmes. Rio de Janeiro.

BASTIDE, Roger. (1978) *O candomblé da Bahia: rito nagô*. 2ª edição, São Paulo: Ed. Nacional - Brasília, INL/ Brasiliana.

BIANCHI, Sérgio. (2000) Lembrando Lélia Gonzalez (1935 a 1994). *Afro-Äsia*, 23, Salvador, CEAO/ EDUFBA. 65-80

BERNARDO. Terezinha & CARDOSO DA SILVA (2006), Francisco Carlos.A Subjetivida do Protesto Negro: identidade, racismo, cultura e política. In: MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha & ALVES, Ana Elizabeth Santos & CASIMIRO, Ana

7 Ambiente construído, segundo a literatura sobre a cidade e o urbano, reúne elementos essenciais para a vida social, que são: espaços de lazer e cultura, hospitais e unidades de saúde, transporte, escolas, creches, etc.

Palmira Bittencourt Santos. (Orgs). *Lugares e Sujeitos da Pesquisa em História, Educação e Cultura*. São Carlos: Pedro & João editores. (pp.90-115)
CARDOSO DA SILVA, Francisco Carlos. (1999). A especificidade do movimento negro no Brasil. Feira *de Santana ADANDÉ.* ano 1,nº 1, abril de.
CARDOSO DA SILVA, Francisco Carlos (2001) *(Des)construção de identidade Étnico-racial em Salvador: MNU e Ilê Aiyê no combate ao racismo.* Dissertação de Mestrado em Sociologia – UFPB. Campina Grande.
CARDOSO DA SILVA, Francisco Carlos. (2006). A Subjetividade, Desconstrução *e Construção de Identidade: análise das velhas e novas roupagens do racismo no Brasil*. Revista Espaço acadêmico. http://www.espaçoacademico. (consultado na Internet em 10 de outubro de 2008)
CARDOSO DA SILVA, Francisco Carlos. (2008). *As Invenções Negras na Bahia*: Pontos *para a discussão do racismo à brasileira.* Tese de Doutorado do Programa Pós- Estudos Graduados de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
CERTEAU, Michel de. (1994) *A invenção do cotidiano*. 3ª edição. Petróplolis/RJ: Vozes
CERTEAU, Michel de. (1995) *A cultura no plural*. Campinas/ S. P.: Papirus.
COSTA, Sérgio. (2006). *Dois Atlânticos*: Teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo.B.H: ed UFMG.
DIWAN, Pietra. (2007). *Raça Pura*: uma história da eugenia no Brasil e no mundo.São Paulo: Contexto.
FANON, Frantz. (1993). *Pele Negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Fator.
FOUCAULT, Michel. (1987) A arqueologia do saber. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
FOUCAULT, Michel. (1981) *As palavras e as coisas; uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes.
FOUCAULT, Michel. (1987).*Vigiar e Punir; A história da violência nas prisões*. 5ª edição. Petrópolis: Vozes.
FOUCAULT, Michel. (1996a) *A ordem do discurso: aula inaugural no Collége de France, pronunciado em 2 de dezembro de 1979.*2a edição. São Paulo: Edições Loiola.
FOUCAULT, Michel. (1996b). *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau e Edições.
FOUCAULT, Michel. (2002). *Em defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
FERNANDES, Florestan. (1989). Significado do protesto negro. São Paulo: Cortez
FERNANDES, Florestan. (1995). *A integração do negro na sociedade de classe*. São Paulo: Cia Editora Nacional.
.FREYRE, Gilberto. (1970). *Casa - Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal.* Recife: (CEPE) Companhia Editora de Pernambuco.
GODI, Antônio Jorge V. Dos Santos. (1997). Música afro-carnavalesca: das multidões para o sucesso das massas elétricas. In: SANSONE, Lívio & SANTOS, Jocélio Teles (orgs.). Ritmos em trânsito: sócio- Antropologia da música baiana. São Paulo: Dynamis Editorial; Salvador, BA: Programa A Cor da Bahia e Projeto S.A.M.B.A
GONZALEZ, Lélia & HAZENBAL, Carlos. (1982). O lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero.
GUATTARI, Felix & DELEUZE, Gilles. (1995) Mil Platôs: *Capitalismo e esquizofrenia: tratado de nomadologia*. Rio de Janeiro: Editora 34..
GUATTARI, Felix &ROLNIK, Suely. (1996). *Cartografia do desejo*. 4a edição. Petrópolis/ R. J.: Vozes..
GUINSBURG, J. (1960) *Raça e ciência*. Perspectiva. S.P.
MUNANGA, Kabengele. (1998). *Negritude: Usos e sentidos*. 2a edição. São Paulo: Ática.
MUNANGA, Kabengele. (2004). Identidade Étnica, Poder e Direitos Humanos. *Revista THOT*, n.28, abril.
NASCIMENTO. Abdias & ELIZA Larkin Nascimento (2000). Reflexões sobre o movimento negro no Brasil,1938-1997 In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio & LYNN, Huntley (Orgs).*Tirando a Máscara: Ensaios sobre o racismo no Brasil*. Ed Paz e Terra.
NASCIMENTO, Eliza Larkin (1981). *O Pan-africanismo na América do Sul: emergência de uma rebelião negra*. Petrópolis. Editora Vozes.
ROLNIK, Suely. (1989). *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade,.
SAID, Edward W.(1990). *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras:1990.
SANTOS, Gislene Aparecida dos. (2000). *A Invenção do Ser Negro: Um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negro*s. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas.

Contextualizando os Territórios Negros e a Segregação Racial em São Paulo:

o pós abolição, o mundo urbano industrial e a globalização

Reinaldo José de Oliveira Oliveira
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
reinaldo.jose@uol.com.br

Resumo: A proposta de trabalho que se apresenta tem como objetivo expor as territorialidades negras e a segregação racial na cidade de São Paulo, tendo como recorte temporal o século XX. As territorialidades são decorrentes de movimentos diversos, ora pela organização do capitalismo nacional em solo paulistano, como o mundo urbano industrial irradiando o processo de periferização e, ora por intermédio da defesa de interesses da população negra, ou seja, para se defender de práticas violentas como o racismo e as desigualdades, geralmente, através de organizações culturais, religiosas, políticas e sociais. A segregação racial teve os mesmos pressupostos do mito da democracia racial, isto se justifica no período pós-abolição e, em sucessivos momentos até os nossos dias, pelo constante processo de empobrecimento racial para os limites da capital paulistana. A segregação racial é constituída a partir do tripé, referente à habitação, escolaridade e renda da população negra na cidade de São Paulo. Para expor as territorialidades e a segregação, trabalhou-se as informações quantitativas, referente aos censos do IBGE, 1991 e 2000, e as informações qualitativas, coletadas no trabalho de campo.
Território e Segregação são movimentos dialéticos, instrumentos que se defrontam constantemente, ora para defender os interesses sociais e culturais e ora, para impor e manter as desigualdades sóscio-raciais.

Introdução

O presente estudo verifica o processo histórico das territorialidades negras e da segregação racial no decorrer do século XX na cidade de São Paulo. A partir da origem e posteriores deslocamentos dos grupos negros nos "pedaços" da cidade, verificam-se gradativos movimentos, demarcando lugares de enraizamento, de referências históricas e identitárias das manifestações sociais, culturais e religiosas.

Território negro e segregação racial, conforme a dinâmica do capitalismo brasileiro em solo paulistano, formam uma simbiose e imbricam-se em contextos territoriais, ora defendendo-se das forças do capital e da exclusão através da sociabilidade, dos movimentos sociais negros, ora arcando com os prejuízos do confinamento e da separação.

O objetivo deste trabalho é verificar o papel do território negro frente às faces da segregação racial. Inicialmente, desenham-se cenários sobre o território como lugar de proteção, pertencimento, memória coletiva e constituição da identidade negra.

Nos diversos meios da sociedade brasileira não se encontram informações sobre a segregação. Não há divulgação nos meios de comunicação (impresso, digital, TV e rádio), referentes aos mecanismos sociais e políticos que separam e privam grupos sociais e raciais.

A segregação é, portanto, uma forma de "exclusão" social que contextualiza uma dimensão espacial. Nos Estados Unidos ou na África do Sul, os negros eram obrigados a ocupar somente os últimos assentos nos ônibus. Havia banheiros, bairros, escolas, ou seja, espaços sociais separados para negros e brancos. Esses locais eram as dimensões espaciais da segregação.

No Brasil, esses espaços sociais não sofreram as mesmas sanções. Porém, desde os primeiros anos do século XX (Rolnik, 1998), a segregação racial foi sendo elaborada, passo a passo, do ponto de vista informal ou ilegal.

Kowarick (2004) destaca um diferencial do quadro da segregação, a ser compreendido a partir das faces sobre a diversidade e da raça/etnia.

"Sem dúvida nenhuma, as razões sócio-econômicas parecem constituir o elemento básico das formas diferentes de apropriações do espaço. Ou seja, o triângulo ocupação/renda/trabalho, elementos que andam muito juntos, é a forma básica que leva à proporção do espaço. Eu tenho dúvidas e aí eu volto à pergunta: é claro que há mais população afro-descendente em certas regiões do que em outra porque é a mais pobre, menos qualificada profissionalmente, com menos instrução escolar e sobre a qual despencam os mais fortes preconceitos: penso que não dá para entender a questão das desigualdades de acesso, sem entender a questão do preconceito e discriminação relacionados à questão social. Não sei como este processo se espelha no espaço. Gostaria de ter dados da questão racial nas nossas cidades, sobre os espaços em que há concentração racial" (Kowarick, 2004).

Informalmente, a legislação social e política separa a população negra e pobre dos pedaços mais ricos da cidade, confinando-a aos lugares da pobreza e em direção às periferias. Gradualmente, os lugares da cidade foram se definindo, como os territórios da riqueza e os territórios da pobreza (Rolnik, 1998) e os grupos de alto e médio poder aquisitivos foram delimitando o quadrante sudoeste para a elaboração de espaços de moradia, trabalho, cultura e bens culturais.

De forma detalhada, Villaça (2003) descreve a fase inicial da segregação e da constituição do pedaço mais rico da cidade de São Paulo:

> "Desde o final do século XIX, quando teve início o explosivo crescimento da cidade, as classes mais ricas de São Paulo começaram a se segregar e, em seu crescimento, a caminhar sempre no quadrante sudoeste. Para o leitor, visualizar o quadrante da cidade, basta imaginar as linhas Note/Sul (Tucuruvi – Jabaquara) e Leste/oeste (Corinthians/Itaquera – Barra Funda) do metrô. Partindo de Campos Elíseos e Higienópolis, os primeiros bairros aristocráticos de São Paulo, passaram a ocupar a Avenida Paulista. Depois (juntamente com os bairros de classe média), o Jardim América, Jardins Europa e Paulista, Vila Mariana, Itaim, Moema, Sumaré, Pacaembu, Alto de Pinheiros e Lapa, City Butantã, Cidade Jardim, Morumbi, Jardim Guedala, Broklins, Granja Julieta, Chácara Flora etc. Depois pularam para Granja Viana, Aphavile, Aldeia da Serra etc. A ordem cronológica é aproximada, mas uma coisa é certa: a classe média e acima da média cresceram sempre na mesma direção e jamais abandonoram o quadrante sudoeste (...) Paralelamente, os mais pobres se espalhavam pelo restante da cidade e na sua periferia".

De maneira simplificada, a segregação da riqueza refletiu diretamente em toda a produção da cidade. Os pobres e negros foram expulsos das áreas mais valorizadas e, posteriormente, foram compor as extensas periferias; carentes e precárias

no ambiente construído1. Parte deste cenário encontra-se nos distritos que este trabalho investigou, os distritos da Brasilândia (norte), Cidade Tiradentes (leste) e Jardim Ângela (sul).

Em determinados espaços do quadrante sudoeste, como os shoppings centers, parques, cinemas e teatros (como o Ibirapuera e o Masp), a população negra está proporcionalmente presente abaixo da média da cidade, que corresponde a 30% de negros (IBGE, 2000). Mesmo nos espaços públicos e privados, a composição do negro é inferior a sua representação na cidade.

Renda, habitação e trabalho são categorias analíticas/sociais que compõem o cenário das territorialidades e da segregação racial na cidade de São Paulo, a partir dessas referências que o trabalho está estruturado; o percurso epistemológico do negro na cidade de São Paulo.

Metodologia

A abordagem teórico/metodológica obedeceu quatro concepções.

A primeira, diz respeito ao repertório conceitual reunido para explicar diversas análises como a cidade, o urbano e a segregação. Procurou-se compor, do ponto de vista epistemológico, o cenário conceitual que corresponda aos estudos sobre a cidade e aos estudos sociológicos e antropológicos sobre o negro.

Na seqüência, a segunda, refere-se ao trabalho de campo desenvolvido nos distritos da Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela. O trabalho de campo teve a duração de um ano e seis meses, proporcionalmente distribuídos nos três bairros selecionados.

Foram realizadas 70 entrevistas, ao todo, com homens e mulheres negros dos três distritos que compõem a territorialidade negra.

Dentre os entrevistados, tem-se o seguinte recorte: os moradores que se deslocaram de seu local de origem para uma nova territorialidade e os moradores que cresceram (mais jovens) e acompanharam o desenvolvimento dos distritos.

A terceira, referente às fontes demográficas e estatísticas oficiais (IBGE, 1980, 1991 e 2000 e informações quantitativas da Fundação SEADE), possibilitou a compreensão da cidade como um todo e dos bairros pesquisados.

A quarta etapa (interpretativa) proporcionou abordar a questão do território enquanto recurso teórico metodológico e prático. O território é essencial para compreender os "pedaços", a história e suas particularidades, ou seja, a história dos moradores do local e sua relação com o todo da cidade. Através do território é possível um melhor delineamento dos espaços, espacialidades e locais dos grupos negros na cidade e suas múltiplas vivências e situações em torno da habitação, do trabalho e da renda.

Breves comentários sobre Território e Segregação

O território, realização teórica e prática, vêm sendo trabalhado, além da geografia, por outras ciências. As Ciências Sociais (antropologia, sociologia e política), a História, a Economia, o Direito, a Educação, o Meio Ambiente, as Ciências Exatas e Biológicas, enfim, a sociedade contemporânea, articula o local e o global por intermédio da produção das territorialidades.

Segundo Véras (1998), o território reúne a questão do poder; governamental, não-governamental, das associações e dos movimentos sociais. O caráter administrativo está articulado com o político, isto diz respeito à gestão de uma cidade ou de uma territorialidade política. O social é o exercício dos sentidos e expressões, que definem as classes sociais e suas inter-relações no cenário da cidade e das espacialidades.

No cenário do reino animal, os animais demarcam seus territórios por vários motivos; o instinto, a sobrevivência, o local de viver e reproduzir. O lugar é o componente para a realização do território juntamente com particularidades e diferenças de cada espécie do mundo animal.

Em relação ao espaço social, o homem realiza a produção e reprodução do território de diversas formas, vejamos como o território ocupa o centro, a cidade, o trabalho e os processos culturais dos homens e mulheres na sociedade contemporânea.

Santos (1996) argumenta que durante o processo de produção social do espaço, por intermédio do trabalho, os meios de produção realizam a configuração do território. Neste sentido, o autor colabora também para compreender a divisão territorial do trabalho, que nos dias de hoje metamorfoseou-se, diante da globalização e das políticas neoliberais que penetraram nas sociedades capitalistas em desenvolvimento, como o caso da sociedade brasileira, haja visto o processo de desindustrialização e a instalação da sociedade de serviços na capital paulistana.

Santos (1998) apresenta outras faces do território; a questão da tecnoesfera e da psicoesfera são as forças, as organizações e o poder que demanda o território. A tecnoesfera, desde o advento do capitalismo, ocupa-se cada vez mais do espaço de produção social das sociedades, artificializando o meio-ambiente, o trabalho, o conhecimento e a produção subjetiva. A psicoesfera é o movimento contrário, através dela ainda sobrevive e se produz o resultado natural, das crenças, realizações, forças de superação, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos de transformação.

---

1 Identidade Negra foi desenvolvida a partir das contribuições de Munanga, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia, Palestra proferida no Terceiro Seminário Nacional sobre Relações Raciais e Educação, PENESP, Rio de Janeiro, 2003.

A teoria de Santos (1998; 1993) é fundamental para compreender a dinâmica contemporânea, que torna a relação homem, ambiente e sociedade, meros objetos da artificialização, da especulação e do processo de desumanização do ser social.

Ser cidadão, nos dias de hoje, passa diretamente pelas condições dos direitos do usufruto da cidade, dos espaços e territórios que a urbe oferece, da formação cultural para a vida e, principalmente, do poder de decisão, referente ao presente e ao futuro da sociedade.

A geografia francesa expressa importante contribuição em torno do território e da identidade, Oliven (2006) faz a seguinte pergunta: Os territórios constroem as identidades ou as identidades constroem os territórios?

Presume-se que eles devem ser analisados como uma relação. Os territórios são importantes para a construção de identidades e as identidades são importantes para a construção de territórios.

Nos três distritos, os atores sociais se depararam com a segregação e imprimiram no local suas referências sociais, culturais e políticas, demarcando assim o território como lugar de produção de identidades.

> "São vinte e um anos, quase vinte e dois de Cohab. A Cidade Tiradentes hoje, para mim, é minha terra prometida tá ligado. É o lugar onde me acolheu, que me recebeu, que me amparou. Diante de todas as dificuldades, o que ela pode me proporcionar? A título de benfeitoria, ela me proporcionou. Entendeu, foram pouquíssimas as oportunidades, mas as poucas oportunidades que surgiram não foram negadas, existiram muitas pessoas que lutaram para a conquista social e cultura nesse lugar, pessoas que assumiram papel político e posicionamento político para a melhora dessa gente, dessa comunidade carente. A Tiradentes hoje, para mim, é minha fortaleza, ela é meu refúgio, está entendendo (...) E aos trinta anos de idade, por ter passado por tantas coisas que eu já passei, hoje eu passo, sei quem é, quem não é, consigo discernir as pessoas e dentro dela encontro paz. Se amanhã eu tiver um esposa e conseguir um apartamento ou uma casa dentro da Tiradentes, com um carro vou poder proporcionar um estudo particular, mesmo dentro da Tiradentes para o meu filho. Eu to feliz mano, está entendendo. Eu queria e quero batalhar pela melhora, pelo desenvolvimento social, cultural e educacional dessa região, porque as minhas raízes estão aqui. E é aqui que eu vou florescer, é aqui que eu vou dar frutos. Se essa for a vontade de Deus, só saio daqui se ele me remover. Cada dia amo mais este lugar, porque do jeito dele, este lugar me amou (Leroy, 30 anos, Cidade Tiradentes)".

Conforme a história territorial e identitária, a memória coletiva de nossos interlocutores faz um profundo mergulho diante das relações construídas no lugar. A reciprocidade realiza-se entre lugar e morador ou morador e lugar. As categorias podem ser dotadas de sentidos subjetivos e identitários, pois o território, a identidade e a história, dialéticamente se entrecruzam, formam teias ou redes sociais (Di Méo, 2007).

A partir das contribuições da Geografia Social, da Sociologia e da Antropologia, aprendemos importantes noções sobre o espaço e o lugar. Na cidade de São Paulo, podemos encontrar múltiplas identidades, como a Brasilândia, Cidade Tiradentes e o Jardim Ângela, atribuindo uma identidade local: a história de uma territorialização e a territorialização de uma história (Di Méo, 2007).

Véras (2003), em estudo sobre a territorialidade estrangeira em São Paulo, analisa a contribuição dos imigrantes para a construção da cidade. No passado e no presente, a presença dos imigrantes está associada ao fluxo de capital nacional e internacional. No decorrer do século XX, os estrangeiros e nacionais contribuíram para a consolidação da cidade de São Paulo enquanto "*Metrópole do Trabalho*".

A autora prossegue descrevendo que as territorialidades, no princípio de estrangeiros, posteriormente, de migrantes, devem ser associadas aos sentidos de multiculturalidade, de alteridade e de cidadania. Véras (2003) afirma que a nossa cultura barroca, de fachada, não tem dado conta da igualdade de direito à maioria e no reconhecimento da alteridade para os excluídos do campo, da floresta e da cidade.

Rolnik (1997), Bernardo (1998) e Oliveira (2002) localizaram na história de São Paulo os movimentos dos territórios negros nos espaços vividos. O movimento dos negros na urbe paulistana, referente ao início do século XX é o retrato da fixação, migração e de constantes relações entre território e identidade.

Em relação à segregação, é preciso registrar delineamentos teóricos que são considerados referências nos estudos sobre a cidade e o urbano, como a Escola de Chicago, a teoria liberal econômica, a escola marxista e a escola neo-marxista. Dentre os teóricos destas interepretações, Lojkine (1997) e Castells (1983) são fundamentais para a compreensão. Manuel Castells (1983) define a segregação com as seguintes palavras:

> "(...) a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termo de diferença, como também de hierarquia" (1983: 250)

Nos dizeres de Jean Lojkine (1997), pode-se distinguir três tipos de segregação urbana:

> "- uma oposição entre o centro, onde o preço do solo é mais alto, e a periferia. O papel-chave dos efeitos de aglomeração explica, a nosso ver, a importância dessa renda de acordo com a localização;
>
> - uma separação crescente entre as zonas de moradia reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e a zonas de moradia popular;
>
> - um esfacelamento generalizado das funções urbanas, disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zonas de escritórios, zona industrial, zona de moradia, etc. É o que a política urbana sistematizou e racionalizou sob o nome de zoneamento" .

O cenário brasileiro reúne características da segregação, que direta e indiretamente foi influenciada pelo mito da democracia racial, a legislação social e a ideologia da casa própria construída pelos próprios moradores (autoconstrução nas periferias do país).

Até o final dos anos de 1960, 1970 e 1980, podem-se compor quatro faces da segregação racial em São Paulo, são elas; a segregação invisível, a segregação silenciosa, a segregação perversa e a segregação institucional.

"Veja bem, nos EUA, existe a segregação. Aqui, ela como o preconceito, não é sistemático. Lá, o preconceito é formal, sistemático, existindo a segregação. Se o negro comprar um terreno num determinado lugar, ele desvaloriza aquela área e nenhum branco quer morar ali. Então a segregação é visível. Aqui, a segregação é invisível. Você pode dizer: na década de 1930, num bairro como a Bela Vista, negros e brancos moravam lado a lado. Mas é que o negro morava no porão e o branco morava em cima" (Fernandes, 1989).

O quadro acima descrito por Fernandes, existe em diversas cidades do Brasil, como Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte etc. A visibilidade e a invisibilidade em nossa sociedade, geralmente assumem formas abertas e fechadas.

Em relação à segregação silenciosa, os sons são controlados da seguinte forma:

> "Face a esta realidade demográfica e territorial, o projeto de nação das elites dominantes buscou lograr uma segregação silenciosa dos brasileiros de origem africana, não positivada no direito, mas excluindo-os através de mecanismos informais de natureza social, econômica e cultural, ao mesmo tempo em que implantava as políticas imigrantistas como instrumento de branqueamento do país. Esse projeto de nação sonhava, para um futuro não muito distante, com a completa absorção demográfica dos negros pela miscigenação, enquanto no presente a discriminação e a desqualificação social atuariam no sentido de reduzir seu acesso a direitos e oportunidades" (PNUD, 2005).

Rolnik, Somekh e Kowarick (1992), em "*São Paulo, Crise e Mudança*", descrevem que no final dos anos de 1970 e 1980, é o período conhecido como o fim do sonho da casa própria. É o término, em razão da completa ocupação do território paulistano nas periferias da cidade e o início, em constante metamorfose, do movimento de desindustrialização que expulsou e transferiu, em maior parte, a população de baixa renda para os limites da Grande São Paulo. Os autores denominam este momento de espraiamento da pobreza, do desemprego e da violência, afirmando a diminuição perversa da segregação.

Houve diminuição perversa da segregação, porém, os limites da cidade, nas regiões leste, oeste, norte e sul, estão preenchidos com a ocupação da cidade real (ilegal), que também foi construída com a participação do Estado, através de políticas públicas na área de habitação (Cohabs) e dos equipamentos para constituir o ambiente construído.

Observando o cenário de São Paulo nesse período, por intermédio da análise de Rolnik, Somek e Kowarick (1992), incluo outra característica pouco comentada pelos autores. Trata-se também de uma segregação racial perversa, na medida em que ela concentrou ao mesmo tempo, a homogeneidade da população negra nos limites da cidade, em suas fronteiras e em direção à região metropolitana.

Silva Júnior (2002) assinala formas de manifestação do racismo, dentre elas, expõe a concepção teórica e prática da discriminação institucional.

> "Discriminação institucional direta: ações prescritas em nível organizacional ou da comunidade que tem impacto institucional diferencial e negativo nos membros de um grupo subalternizado. Por exemplo, práticas informais que redundam na segregação espacial de grupos minoritário cujo acesso esteja limitado aos piores equipamentos social;
>
> Discriminação institucional indireta: que diverge da anterior apenas no sentido de as normas não se apoiar em intenção imediata de penalizar ou em preconceito racial, apresentando dois registros; discriminação como efeito colateral, quando práticas discriminatórias intencionais em uma esfera geral discriminação em outra. Por exemplo, a história educacional, gerando menor competividade no mercado de trabalho (...)" (Silva Junior, 2002).

Portanto, através da discriminação institucional direta e indireta, pode-se também introduzir o sentido de segregação racial institucional, com e sem a intenção de penalizar, do ponto de vista social, territorial e político, referente aos grupos sociais negros nos espaços das cidades brasileiras.

A segregação e suas diferentes faces (invisível, silenciosa, perversa e institucional) na história do Brasil e dos grupos sociais negros sempre estiveram ocupando os cenários das cidades; na separação residencial, no processo de formação escolar, qualificação profissional e no mercado de trabalho, separando e beneficiando os grupos de melhor prestígio social, de status e econômico.

A segregação oficial, semelhante aos contextos norte-americano e sul-africano, não existe na realidade brasileira, porém, as estratégias de separação, confinamento e fechamento, foram impostas por estratégias diretas e indiretas, negando a cidadania e impedindo a igualdade entre brancos e negros.

Segregação e Território nas ultimas décadas do século XX

Na década de 1980, conforme dados do IBGE, a média de população negra na cidade era de 22,3%. As territorialidades negras correspondem aos núcleos da Brasilândia (42,4%), Capela do Socorro (36%), Santo Amaro (33%), Jabaquara (29%), Pirituba (27%), Vila Matilde (27%), Vila Nova Cachoeirinha (27%), Limão (26) e Nossa Senhora do Ó (26%).

No censo posterior, em 1991, novas configurações territoriais se expandiram mais adiante às periferias. As zonas leste e sul assinalam evidências da territorialização e desterritorialização da população negra, mediante os elementos que compõem a segregação racial: o ambiente construído, o mercado de trabalho e o mercado habitacional. Novos contornos

foram se desenhando também no campo simbólico e cultural em direção às periferias, como o movimento hip-hop, as entidades sociais negras, os terreiros de umbanda e candomblé, a capoeira e a cultura popular (Rolnik, 1998; Carril, 2006).

A classificação da territorialidade negra, em 1991, distribui-se em 20 (vinte) distritos na periferia paulistana. Na região leste são 11 (onze)

distritos: Lajeado (52%), Cidade Tiradentes (49%), Itaim Paulista (48%), Vila Curuçá (46%) Guaianases (45%), Iguatemi (44%), Itaquera (39%), Parque do Carmo (39%) e Vila Jacui (37%).

No outro extremo da cidade, na região sul, também se repete a concentração negra. Nos distritos a distribuição corresponde ao Jardim Ângela (53%), Capão Redondo (44%), Grajaú (43%), Parelheiros (41), Pedreira (40%), Cidade Ademar (41%) e Jardim São Luiz (40%).

Na zona oeste destaca-se apenas o distrito de Raposo Tavares (36%) e, na norte, o distrito de Brasilândia (39%). Todos os distritos acima citados ultrapassam a média da cidade, que era de 27% (IBGE, 1991).

No último censo, em 2000, a periferização negra consolidou-se nos limites da capital paulistana. De 1980 para 2000, a média de população negra se elevou de 22,3% para 27% e por último, 30%.

Não computamos as informações demográficas sobre a taxa de natalidade. Mesmo assim, as informações da Fundação SEADE, a respeito do incremento populacional confirmam que o crescimento tem sido superior à média da cidade nos distritos da periferia paulistana.

Imagina-se também que, nos últimos anos, através dos movimentos sociais negros, principalmente em torno da juventude, a consciência racial tenha influenciado a produção da identidade negra. Nas últimas décadas, principalmente no ano de comemoração do Tricentenária de Zumbi dos Palmares, a conscientização e a identidade negra2 vêm conquistando, progressivamente, novos atores para compor as territorialidades negras em São Paulo.

Na região leste da cidade, destacam-se os distritos de Cidade Tiradentes (49,80%) Guaianases (47%), Jardim Helena (45,16%), Itaim Paulista (45%), Vila Curuçá (42%) e Vila Jacui (40,16%). Alguns distritos, como a Cidade Tiradentes, sobressaem em razão dos conjuntos habitacionais, os mutirões e a autoconstrução.

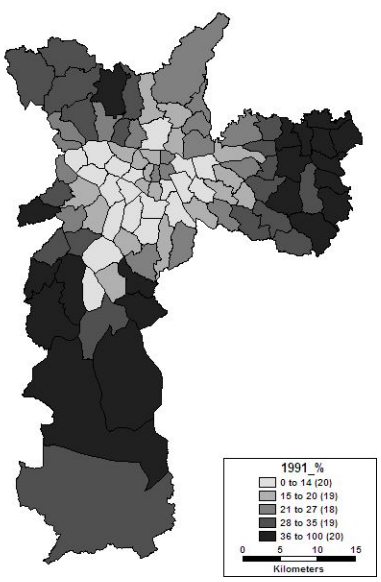
No extremo sul, destacam-se os distritos do Jardim Ângela (51,40%), Grajaú (46%), Capão Redondo (44,25%), Campo Limpo (40%) e Socorro (37,50%) (ver mapas de 1991 e 2000).

Distribuem-se na região norte, Brasilândia (40%), Perus (39,60%), Anhanguera (39,50%) e na região oeste, Raposo Tavares (39%).

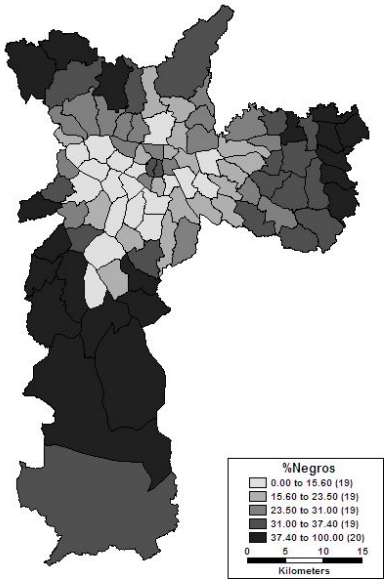
Além destes distritos que compõe a territorialidade, sobressaem outros configurações que estão acima da média, entre 28% e 35% (dados relativos) de moradores negros (ver Mapas 1 e 2 abaixo).

Mapa 1

Distribuição de Negros em São Paulo – 1991



Mapa 2 – Distribuição de Negros em São Paulo – 2000



A produção das desigualdades e da segregação

O rendimento dos trabalhadores paulistanos, conforme a classificação por gênero e cor/raça, distribui-se na cidade de São Paulo, mediante as cartografias da riqueza e da pobreza, do centro e da periferia, das áreas com maiores índices de

2 Distribuição das Faixas de renda; sem renda, menor de um salário mínimo, acima de um a três sm., acima de três a cinco sm., acima de cinco a dez sm., acima de dez a vinte sm. e acima de vinte salários sm.

escolaridade e as áreas com menores indicadores, enfim, as desigualdades no rendimento são influenciadas pelas questões de gênero, espaço, classe e raça.

Em São Paulo, a renda média dos trabalhadores é de R$ 1.031,85 (Fundação SEADE), no conjunto geral do mercado de trabalho. O rendimento diferencia-se, a partir da classificação entre homens e mulheres, brancos e negros. Os homens brancos recebem em média R$ 1.919,20 e os negros R$ 690, 54. As mulheres, R$ 1.092,23 para as brancas e R$ 427,47 para as negras. Calculando a média entre homens e mulheres, brancos e negros, os trabalhadores brancos recebem em média R$ 1.505,50 e os trabalhadores negros R$ 550,50.

O trabalhador negro recebe apenas 37% de rendimento, comparado ao ganho médio do trabalhador branco. A democracia racial no mercado de trabalho brasileiro, não pressupõe igualdade salarial e condições democráticas na competição entre brancos e negros.

Através dos dados estatísticos, Censo do IBGE, 2000, evidenciou-se que no corpo da cidade e nos pedaços, como Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela, a população negra está distribuída nas faixas sem renda até três salários mínimos3.

Conforme os dados, os mais baixos rendimentos estão associados à população negra, compondo o que Henriques (2001) denomina de pobreza racial. Nas últimas faixas de renda, acima de dez até vinte salários mínimos, a proporção de negros diminui.

Entre os brancos, o inverso tende a ocorrer, nas primeiras faixas a distribuição é menor em relação aos negros e, gradualmente, acentua-se na faixa intermediária em diante.

Os negros estão proporcionalmente, em maior número distribuídos nas menores faixas de renda, quanto aos brancos, o quadro se inverte, acentua-se na faixa intermediária até a última faixa.

Constatou-se, de acordo com dados do IBGE, censo 2000 e Fundação SEADE, que as desigualdades territoriais e raciais distribuem-se nos 96 distritos da cidade de São Paulo. Em nenhum distrito da capital paulistana, a renda média de homens e mulheres negros ultrapassa a média de homens e mulheres brancos.

A transição da sociedade industrial para a prestação de serviços, na era atual, manteve a distância de rendimentos salariais entre brancos e negros e, seus reflexos, que são históricos e cumulativos, distribuem-se na habitação e seu entorno.

A partir de 1940 até o final dos anos de 1980, a cidade de São Paulo cresceu de forma horizontal, tendo como tripé a autoconstrução, os loteamentos irregulares nas periferias e o transporte coletivo (Maricato, 1996).

Nesse percurso de crescimento periférico, a cidade ilegal ou fora da lei (Rolnik, 1998; Maricato, 1996), não é a exceção, é a regra. Até o final do século XX, predomina a cidade fora da lei, através das habitações subnormais, dos fluxos e fixos4 ausentes nos pedaços da capital paulistana.

O mercado de trabalho, a renda e a especulação imobiliária são alguns dos principais fatores norteadores da cidade ilegal (ver tabela número 1 abaixo).

Tabela nº 1

Distribuição por distrito, tipo de habitação e cor/raça, São Paulo, 2000.

	Brancos			Negros		
	Casa	Apto.	Cômodo	Casa	Apto.	Cômodo
MSP	6.162.619 64,5%	1.710.498 77,8%	63.731 47,5%	2.635.235 32,9%	395.364 18%	68.781 51,3%
Brasilândia	125.979 58,5%	15.038 61,7%	2.577 41,9%	85.301 39,6%	8.868 36,4%	3.518 27,2%
Cidade Tiradentes	42.918 45,9%	50.460 53,5%	765 34,1%	49.929 53,4%	43.184 45,8%	1.458 65%
Jardim Ângela	109.558 47,3%	1.146 75%	4.992 41,8%	118.633 51,5%	352 23%	6.791 56,8%

Fonte: IBGE, 2000.

Conforme dados da tabela acima, constata-se que os brancos estão em maior proporção concentrados nas casas e apartamentos. Para os negros, casas e cômodos estão, proporcionalmente mais distribuídos, enquanto que a categoria apartamento, sobressai em menor número.

Nos distritos de Brasilândia e Jardim Ângela, as diferenças também se repetem com os mesmos efeitos. Quanto a Cidade Tiradentes, por ser uma região dormitório, construída e "*planejada*" pelo poder público (Prefeitura Municipal de São Paulo e Governo do Estado de São Paulo), existem semelhanças e diferenças: primeiro, 50% das habitações são verticais

3 Os fluxos são os instrumentos do mundo urbano, como o transporte coletivo (ônibus, metrô e trem), a força de trabalho etc. Os fixos se constituem através da produção de hospitais, escolas, creches, empresas, espaços de cultura e entretenimento etc.. Fixos e fluxos são movimentos dependentes e necessários à produção social do espaço.

4 Cohab – Companhia Metropolitana de Habitação. CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano.

(prédio da Cohab e CDHU5) e 50% são habitações horizontais, também construídas pelo poder público, mas que foram incorporando a autoconstrução para a ampliação do espaço construído; segundo, a categoria cômodo, identifica-se quase o dobro do percentual de moradores negros em relação aos brancos nestas habitações.

As desigualdades e a segregação tornam-se mais visíveis através da observação e análise dos dados quantitativos (IBGE, 2000) referente à habitação subnormal e cor/raça (ver tabela número 2 abaixo).

Tabela nº 2

Distribuição de Habitação subnormal por cor/raça de São Paulo e dos Distritos pesquisados, 2000.

Distritos/SP	Média de hab.subnormal	Brancos	Negros
MSP	912.972 (8,7%)	427.876 (46,9%)	472.195 (51,7%)
Brasilândia	32.334 (13,1%)	17.097 (52,9%)	14.568 (45,1%)
Cidade Tiradentes	2.165 (1,1%)	775 (35,8%)	1.390 (64,2%)
Jardim Ângela	48.066 (19,6%)	427.876 (46,9%)	472.195 (51,7%)

Fonte: IBGE, 2000.

De acordo com dados do IBGE 2000, há em São Paulo 912.972 habitações subnormais. Entre brancos e negros, a maior proporção de habitações subnormais corresponde à população negra.

Outra fonte (Bógus & Pasternack, 2004), cita que a estimativa de habitações subnormais seja de 1.160.590 pessoas no ano de 2000.

Os dados acima são importantes, principalmente quando torno evidente que a média da população negra na capital paulistana é de 30%. Nas habitações subnormais a população negra representa mais de 50% em favelas, cortiços, loteamentos irregulares e cômodos. A habitação subnormal na urbe paulistana é 8,7%, conforme a ordem do quadro acima, distribui-se em 13,1%, 1,1% e 19,6%. Dos distritos pesquisados, Jardim Ângela concentra o maior número de favelas.

Nos distritos, Jardim Ângela e Cidade Tiradentes também apresentam diferenças entre brancos e negros quanto ao aspecto da habitação "fora da lei". No Jardim Ângela, a proporção de negros atinge 51,7% e, em Cidade Tiradentes, 64,2%. Nesse distrito, "planejado" e construído com recursos públicos, mais de 60% dos moradores de habitações subnormais são negros. Na região norte, o quadro habitacional difere, o percentual maior corresponde aos brancos, mas o índice dos negros não fica distante, tende a se aproximar.

Outra característica da segregação racial, diz respeito à escolaridade dos negros, principalmente da população mais jovem, mais vulnerável ao desemprego, às atividades de menor remuneração e o menor tempo médio de escolaridade.

> "Na Cidade Tiradentes, quando eu vim pra cá, no início eu tive uma dificuldade grande, mas aí fui fazendo amigos, e eu falei: Meu, estou em casa. Porque em uma sala de aula tinha 70% de negros, então não tinha como fazer diferença, quer dizer, se você fizer uma festa junina, tinha que ter o povo negro. Pra mim, eu estava sendo aceita e cheguei a andar onde me aceitam. E os amigos, a mesma coisa e aqui predominou o black, na época era black. Então, através da música, a cultura negra tomou conta da Cidade Tiradentes, porque o que a gente curtia na época era o Néon Club, era o Clube da Cidade" (Lene, 35 anos, Cidade Tiradentes)

A segregação tem suas faces, a positiva, são as constantes espacialidades que se formam no território: a escola, as festas, os bailes e a sociabilidade racial horizontal, isto é, no plano racial e social. A negativa, Rosemberg (1991) afirma que a escola dos negros é de pior qualidade, em relação à escola do aluno branco; é a condição do ambiente escolar, geralmente, em escolas públicas com poucos recursos técnicos e pedagógicos, o excessivo número de faltas dos professores durante o ano letivo que reflete no aprendizado, a qualidade das aulas e a grande proporção de jovens negros que trabalham e precisam estudar no período noturno, que oferece o mais baixo nível de escolaridade dentre os períodos de aula.

A pobreza racial, segundo as palavras de Henriques (2001), distribui-se nos territórios, através das categorias sócio-econômicas da habitação, do trabalho/renda e da escolaridade.

Considerações finais

Através das informações analisadas, as evidências contribuíram para explicar as múltiplas faces da segregação racial e dos territórios negros.

Em relação ao território, as forças provenientes do quadro sócio-econômico e da herança social, reforçam a sociabilidade e a identidade negra (Silva, 2006). Estes resultados ficam mais aparentes conforme o nível de aproximação entre o movimento social negro e a "massa negra" (Oliveira, 2008) .

A observação e a análise da segregação racial contribuem para a construção de leituras críticas. Telles (2003) aponta que será preciso atacar as barreiras que sustentam a democracia racial: a hiperdesigualdade, as barreiras invisíveis e a cultura racista.

Guimarães (1999) argumenta que políticas universais e de ação afirmativa devem ser ancoradas na melhora do ensino público de primeiro e segundo graus, em políticas de universalização da assistência médica e odontológica, em políticas sanitárias e habitacionais, enfim, uma rede de instrumentos para a promoção da igualdade racial e social.

---

5 Artigo síntese do relatório final da meta 1 - Anped-Secad, de apoio técnico e financeiro para projetos de pesquisa sobre políticas públicas voltadas para o tema Negro e Educação, com supervisão da Prof. Dr. a Petronilha B. G e Silva, e parte da tese de doutorado, ambos orientados pelo Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior.

A marginalização social da população negra deve ser trabalhada duplamente, conjugando raça e classe social (Fernandes, 1989). Para a efetivação de uma democracia racial, a marginalização e o racismo só podem ser eliminados com políticas eficazes, territorializadas, focalizadas e de ações afirmativas na relação classe social e raça.

É na complexa inter-relação da família, educação e mercado de trabalho que se define o lugar que as pessoas vão ocupar na hierarquia social (Hasenbalg, 1996), por isso, a participação no território é imprescindível à diversidade, à igualdade e à vida na cidade.

Referências Bibliográficas

Bernardo, T. (1998). Memória em Branco e Negro: olhares sobre São Paulo,. São Paulo, EDUC e Editora Unesp.

Bógus, L & Parternack, S. (2004). Cadernos Metrópole – Desigualdade e Governança, Como anda São Paulo?. São Paulo, EDUC.

Carril, L. (2006). Quilombo, Favela e Periferia – A longa busca da cidadania em São Paulo, São Paulo, Annablume, Fapesp.

Castells, M. (1983). A Questão Urbana. São Paulo, Editora Paz e Terra.

DI Méo, G. (2006). Identités et territoires: des rapports accentués en milien urbain?. In Metrópoles 1, Varia, Paris.

Fernandes, Florestan (1989). Significado do Protesto Negro. São Paulo, Editora Cortez.

FIBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1980, 1991 e 2000), Brasília.

Guimarães, Antonio Sérgio Alfredo (1999). Racismo e Anti-racismo no Brasil. São Paulo, Editora 34.

Hasenbalg, C. (1996). Entre o Mito e os fatos: Racismo e relações raciais no Brasil, In: Maio, Marcos Chor & SANTOS, Ventura. Raça, Ciência e Sociedade, FIOCRUZ, Rio de Janeiro.

Henriques, R. (2001). Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 1990, Brasília, IPEA, texto 807.

Kowarick, L. (2004). Viver em Risco – Sobre a vulnerabilidade no Brasil Urbano, In Novos Estudos, número 63, São Paulo.

Lojkine, J. (1997). O Estado capitalista e a Questão Urbana. São Paulo, Martins Fontes.

Maricato, E. (1996). Metrópole na Periferia do Capitalismo. São Paulo, Editora Hucitec.

Oliveira, R. J. (2008). Territorialidade Negra e Segregação Racial na Cidade de São Paulo: as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela. Tese de doutorado em Ciências Sociais, São Paulo, PUC SP.

Oliveira, R.J. (2002). A Presença do Negro na cidade: Memória e Territorialidade da Casa Verde em São Paulo. Mestrado em Ciências Sociais, São Paulo, PUC SP.

Oliven, R.G. (2006). Territoires e Identités: une relation construite, In Augé, Marc, Chez Nous: Identites et territories dans les mondes conteporaines, Paris, Éditions de La Villete.

PNUD Brasil (2005), Relatório de Desenvolvimento Humano, Brasília.

Rolnik, R. (1997). A Cidade e a Lei – legislação, política urbana e território na cidade de São Paulo. São Paulo, Editora Nobel.

Rolnik, R. (1989). Territórios Negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro), In Revista de Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, Cadernos Cândido Mendes, número 17.

Rosemberg, F. (1991). Segregação Espacial na Escola Paulista, In Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo, org. PEGGY, A. Lovell, Belo Horizonte, UFMG.

Santos, M. (1996). Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

Santos, M. (1993). O Espaço do Cidadão. São Paulo, Nobel.

Santos, M. (1998). Técnica, Espaço e Tempo – Globalização e meio-técnico-científico informacional. São Paulo, Editora Hucitec.

Silva JR. H. (2002). Direito e Igualdade Racial – Aspectos Constitucionais e Penais, São Paulo, Editora Juarez de Oliveira.

Silva, M. N. (2006). Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo. Brasília, Fundação Cultural Palmares.

SEADE - Fundação Estadual de Análise de Dados. Indicadores de Desigualdade Racial, São Paulo, 2004.

Telles, E. (2003). Racismo à brasileira – uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro, Editora Relume Dumará.

Véras, M. P. B. (2003). DiverCidade: territórios estrangeiros como topografia da alteridade em São Paulo. São Paulo, EDUC.

Véras, M.P.B. (1998). Estrangeiros em São Paulo: Questões introdutórias ao debate sobre alteridade e território nos novos tempos globais, In Revista Sociedade e Estado, vol. XIII, número I,São Paulo, EDUC.

Villaça, F. (2003). A segregação urbana e a Justiça (ou A Justiça no Injusto Espaço Urbano). In Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano II, número 44.

Movimento Negro e suas Pedagogias Multirracionais1

Ivan Lima
Universidade Federal do Ceará
dofono@superig.com.br

1 Tomo como ponto de partida o trabalho de Ardoino (1998), considerado o principal precursor da noção multirreferencial.

Resumo: Nesse trabalho buscou-se resgatar o processo de constituição da Pedagogia Interétnica (PI), desenvolvida por uma organização do Movimento Social Negro, denominada Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB), constituído na década de 70 do século XX, em Salvador, Bahia. A finalidade deste estudo foi discutir os processos políticos e sociais que levaram a construção da PI, buscando-se apresentar os pressupostos que nortearam a estruturação desta proposta pedagógica. Para tanto, utilizou-se de uma abordagem sócio-histórica alicerçada pela leitura de documentos e por entrevistas com os sujeitos que construíram o Movimento Negro baiano e a pedagogia em foco. Com esse estudo pretende-se conhecer a trajetória da militância negra na área da educação, e contribuir em minimizar o desconhecimento da história da educação e da sociedade brasileira de propostas educativas de combate ao racismo nos espaços educacionais.

Introdução

O presente trabalho constitui uma continuidade e aprofundamento iniciado pela minha dissertação de mestrado (Lima, 2004), que teve como foco de pesquisa a *práxis* pedagógica de uma entidade do Movimento Negro (MN), o Núcleo Cultural Afro-Brasileiro, junto aos sistemas de ensino, a partir da constituição da Pedagogia Interétnica em Salvador (BA).

Com isso, compreendo que em seu processo histórico, o MN procura rediscutir o papel dos sistemas de ensino, expressando à necessidade de programas, projetos e outras formas de intervenção como possibilidade de mudança dos paradigmas, que norteiam a educação no Brasil. Entre estas várias formas localizo experiências e propostas educativas, motivadas pela militância negra, que lentamente começam a se constituir como campos de estudos, tendo como lugar privilegiado a história da educação (Romão, 2005).

O estudo tem como perspectiva configurar um quadro inicial de reflexões, do pensar e fazer pedagógico das organizações negras, que nomearam como pedagogia os modelos que norteiam seus projetos de educação para o Brasil.

Assim, o texto lança um olhar sobre os projetos de intervenção, que as organizações do MN têm sobre o campo educacional, e quais as possíveis implicações teóricas e políticas ao proporem pedagogias como estratégias de combate ao racismo e as desigualdades raciais nos sistemas de ensino (Cruz, 1989).

Pretendo, pois, indicar os primeiros passos da Pedagogia Multirracial (PM), desenvolvida no Rio de Janeiro, a partir de 1986 e, como desdobramento, a Pedagogia Multirracial e Popular (PM e P), do Núcleo de Estudos Negros, em Santa Catarina, a partir de 2001. As escolhas destes estados não são aleatórias, fazem parte de meu esforço em identificar, na trajetória de luta do MN, os momentos que as organizações nomeiam e desenvolvem pedagogias para as mudanças do enfoque racial nos sistemas de ensino.

Utilizei como referência teórico-metodológica a noção multirreferencial2, entendida como uma tentativa em abordar o fenômeno educativo a partir do diálogo com outras disciplinas, com especial atenção a perspectiva sócio-histórica. Esta será combinada com o uso da história oral temática, que se caracteriza como tendo sua centralidade na opinião do colaborador na explicitação de um evento definido (Meihy, 2002).

Com este aporte, lancei meu olhar sobre os sujeitos de pesquisa considerando as memórias, o contexto histórico, suas origens e as relações sociais que se estabeleceram em suas trajetórias. Na pesquisa documental utilizei várias fontes de pesquisas existentes nos estados do Rio de Janeiro e Santa Catarina, como as universidades, centros de estudos, arquivos públicos, pessoais e institucionais, que contribuíram para estruturar as pedagogias propostas.

Saliento que, a definição inicial dos colaboradores/as a serem entrevistados foi construída a partir do conhecimento acumulado pelo meu orientador, tanto do ponto de vista da sua participação política, quanto de pesquisador, sobre a trajetória do MN e do debate educacional no Brasil, como dos meus próprios conhecimentos acumulados como militante e pesquisador.

Movimento Negro: educação e organização política

O campo educacional tem oportunizado o surgimento de estudiosos, que têm buscado dar visibilidade a situação da população negra em diversos temas que norteiam o sistema educativo. Em diferentes pontos do país, estes estudos têm privilegiado a articulação entre raça e educação em perspectivas diversas: alguns se voltaram para o dimensionamento das desigualdades entre brancos e negros no acesso as oportunidades educacionais (Hasenbalg, 1979); outros na análise dos mecanismos de discriminação, através dos materiais didáticos (Silva, 1995); o tratamento desigual no ambiente escolar (Cavalleiro, 2000); ou ainda, a exclusão de temas da história negra no currículo escolar (Silva Júnior, 2002), entre outros campos. No entanto, ainda são escassos estudos que evidenciam projetos educacionais, traduzidos em pedagogias para os sistemas de ensino (Cunha Júnior, 1999).

A educação sempre foi uma das bandeiras de luta do Movimento Negro, atribuindo-lhe sentidos e utilidades diferenciadas (Gonçalves, 1998). O movimento não dispensa da sua agenda política o significado crucial da educação como instrumento em reivindicar direitos sociais e políticos.

Essa luta por "direito de reivindicar direitos" constitui a base de uma nova noção de cidadania, fortemente vinculada a uma análise, que vai expressar a cidadania como estratégia política, levando ao aparecimento de temas e práticas sociais, até então diluídos na categoria geral da luta de classes, outras questões como identidade, feminismo, ecologia, etc., que buscam seus lugares na história política e social do Brasil, a partir dos anos setenta (Cardoso, 2002).

---

2 Este artigo encontra-se na Constituição de 1988, nas disposições transitórias que concede o direito das comunidades remanescentes de quilombos ao reconhecimento da propriedade definitiva de suas terras, devendo o Estado emitir-lhes os títulos de propriedade.

A retomada dos movimentos sociais, a partir deste ano, abre caminhos para que, nos anos 80, se estruture uma grande mobilização do MN, que se espalha de norte ao sul do país, questionando os mecanismos de discriminação que levam a reprodução das desigualdades na sociedade brasileira.

Período que marca, de um lado, o advento de organizações de caráter nacional, como o Grupo de União e Consciência (GRUCOM), O Movimento Negro Unificado (MNU), União de Negros para a Igualdade Racial (UNEGRO), as Pastorais do Negro (APNs). Por outro lado, por outras organizações, que em diferentes estados vão propor debates abrangentes, como é o caso do Geledes - Instituto da Mulher Negra, em São Paulo, do Centro de Populações Marginalizadas (CEAP), no Rio de Janeiro, Núcleo de Estudos Negros (NEN), em Santa Catarina, entre tantos outros. Em Salvador, os blocos afro, na esteira dos questionamentos suscitados pelo Ilê Aiye. Como também de núcleos de negros que se estabeleceram dentro de importantes entidades de classes, como a Fasubra, CNTE, CUT entre outras. 9319319319

a discriminação racial são permeadas pela vigilância dos aparelhos repressivos. Com isso a questão cultural será muitas vezes enfatizada mais do que diretamente a questão racial, como estratégia para driblar a ditadura existente.

Nesse quadro, o que caracteriza o movimento neste período é a promoção da auto-estima, a partir de elementos estéticos e culturais. Neste sentido, o Museu de Arte Moderna (MAM) torna-se uma referencia para estes debates através da exibição de filmes, cuja temática visava à promoção de uma identidade positiva do negro, a partir das influências norte-americanas, africanas e da resistência no passado do escravismo criminoso.

Esta movimentação estava articulada, ainda, pela influência do movimento *soul*, que surge na década de 60 e ganha ampla repercussão como manifestação associativa no meio de jovens negros dos grandes centros urbanos. Este movimento atravessa os anos 70, e contribuiu a muitos militantes do MN obterem uma consciência mis estreita do que apenas seu viés cultural.

A luta anti-racista, de maneira mais ampla, necessitou de um mínimo de estudo, que vai se viabilizar pelas leituras, de encontros, debates e reuniões fora dos bailes *soul.* Como situa Amauri, para ele:

> Seriam necessários muitos debates, muita tenacidade para que se colocasse a questão racial em pauta, para que ela pudesse ser discutida para alem dos chavões que faziam a fortuna da ideologia racial dominante. Houve mesmo momento de confrontação, de questionamentos contundentes em importantes reuniões públicas, nas quais se buscava rearticular a esquerda (pg. 90).

Nos anos seguintes o MN premido em avançar para alem do viés cultural, procura evidenciar as desigualdades sociais existentes entre negros e brancos, o que leva ao surgimento de varias organizações, cuja finalidade era tematizar a miséria e a marginalização dos negros no Brasil. Foi um momento de efervescência, de necessidade de uma maior politização das atividades, das idéias de participação política dentro dos canais tradicionais contra o regime militar, como os partidos políticos. No entanto, a tendência destes em considerar a questão racial como um problema secundário, e que visava dividir a classe operária, dificultou a articulação entre o MN e os partidos políticos.

> Levando em conta que os outros setores democráticos da sociedade não absorviam, não aceitavam este argumento do MN. O movimento vai se constituir basicamente aparte de tudo isso [política partidária], eram poucos quadros partidários, mais como negros, do que a vontade do partido (Ivanir).

Os depoimentos e os documentos sobre a trajetória do MN carioca são unânimes em apresentar como as principais referências5: o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras - IPCN, a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África - SINBA, o Grupo de Trabalho André Rebouças, o Centro de Estudos Afro-Asiático- CEAA, o Movimento Negro Unificado - MNU, entre outros, que vão do espaço político ao espaço da academia discutindo as relações raciais na antiga capital federal.

O IPCN inicia suas atividades em oito de julho de 1975, como fruto da atividade de um grupo de jovens intelectuais negros, preocupados em repensar o projeto existencial do negro no Brasil. Suas preocupações estão centradas na reflexão sobre a estrutura de dominação psicológica e social, revelando a marginalização socioeconômica e cultural do negro e propondo alternativas para sua real integração na sociedade brasileira.

Desde a época de sua fundação o IPCN, esteve em funcionamento ininterrupto, em diferentes locais do Rio de janeiro, desenvolvendo atividades diversas, abrangendo aspectos culturais, políticos de recreação lazer. Obterá endereço próprio a partir de 1977 através de um convenio assinado com a *Inter American Foudation*, agencia de governo norte-americano. Este fato, apesar das polemicas geradas a época, contribui para tornar o IPCN como uma das grandes articuladora da militância negra.

A Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (SINBA) foi a primeira entidade criada na década de 70 no Rio de janeiro, em 25 de setembro de 1974. Foi a partir das reuniões do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, que esta organização vai repensar a luta política contra o racismo existente no Brasil. Seu objetivo foi compreender que o problema do negro e mais ampla, combater o mito da "democracia racial" e solidarizar-se com as lutas de libertação dos países africanos. As lideranças do SINBA e os redatores do jornal que publicavam eram Amauri Mendes e Yedo Ferreira, ambos tinham um conhecimento destas lutas na África, consolidado pela leitura das obras disponíveis no CEAA.

Segundo pude encontrar, fala-se que o SINBA, embora fosse à primeira instituição a ser criada, ela não conseguiu a mesma adesão que o IPCN devido ao conteúdo de seu discurso ser considerado muito radical para aquele período.

O Grupo de Trabalho André Rebouças surge diretamente das reuniões do CEAA, a partir de 1975, o grupo alcança certa autonomia e passa a contar com o apoio dentro da universidade federal fluminense, tendo o estimulo e a coordenação de Maria Beatriz Nascimento. A idéia inicial a partir das reuniões no CEAA era de formar uma grande entidade, um único grupo no Rio de Janeiro. Mas ela não acabou acontecendo devido às diversas concepções que surgiram entre as pessoas sobre a forma de conduzir a luta anti-racista.

O Grupo vai atuar fortemente na perspectiva de uma formação interna sobre os temas de interesse da população negra a partir da organização de um serei de semana de estudos, cujo enfoque era compreender o sistema de relações raciais no Brasil.

A partir das relações estabelecidas desde o final de 1976 com militantes baianos e paulistas, toma corpo um projeto de unificação nacional do Movimento Negro. Com esta meta o MNU (Movimento Negro Unificado) é criado em 1976, é sua

5 A pedagogia multirracial foi apresentada pela primeira vez no I Encontro Estadual Negro e Educação, realizado pelo NEN, em 1994.

história está descrita em vários estudos anteriores. Segundo pude verificar no conjunto dos trabalhos sobre o MNU, muitos dos militantes que começaram a atuar mo movimento, a partir da década de 70, cerraram fileiras no MNU.

Por fim, mesmo não sendo considerada uma organização do Movimento Negro, faço menção à atuação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA) e sua contribuição como um espaço que aglutinou muitos dos militantes, que vão estruturar as organizações negras da década de 70 em diante. O CEAA desempenhou um papel importante na formação sobre a questão africana e a sua conseqüente articulação com a questão racial brasileira, sobretudo, no que se refere à bibliografia disponível, com destaque para a situação racial e a historia do negro no Brasil, a partir dos textos de Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento, Solano trindade, Jose Honorário Rodrigues, entre outros.

Assim, para alem de um viés estritamente cultural era necessário trazer para o debate os aspectos socioeconômicos das condições de vida dos negros na sociedade, fazendo da denuncia a pedra angular do movimento negro carioca.

De fato, segundo o depoimento de Ivanir as principais reivindicações do MN na década de 80, amplificam o questionamento do mito construído pela "democracia racial" e a necessidade de se afirmar o racismo existente na sociedade brasileira.

> Na década de 80 a preocupação maior era desmistificar o 13 de maio, demolir a democracia racial, e afirmar o 20 de novembro. Se você pegar todo documento que fala do movimento neste período, os manifestos, todos eles eram isso. Denunciar o racismo, desmistificar a democracia racial brasileira. Ou seja, o Brasil é um país racista [...] não era fácil, naquela conjuntura [...] porque estamos saindo da ditadura militar.

Esta retrospectiva, ainda que não exaustivamente aprofundada, das várias formas de organização do MN carioca, é fundamental para compreender o cenário que contribui para o aparecimento de propostas pedagógicas, como resposta ao desafio educacional, como é o caso da pedagogia multirracial.

Da Pedagogia Multirracial no Rio de Janeiro

O processo de constituição da Pedagogia Multirracial (PM) parte das várias formulações centradas na figura de Maria José Lopes da Silva, educadora e militante do movimento negro carioca, cujo diálogo estabelecido comigo e os seus escritos conduzirão esta parte do estudo.

No campo educacional, segundo nos mostra Souza (1996, p. 179), em pesquisa realizada com enfoque na educação, todas as organizações do Movimento Negro pesquisadas no município do Rio de Janeiro concordam que a educação escolar tem um significativo papel nessa luta.

A partir de suas diversas formas de atuação estas organizações de alguma forma buscam tornar a educação formal menos discriminatória. Assim o fizeram porque acreditam que a escola é um dos espaços onde a questão racial pode e deve ser trabalhada. Apesar deste espaço se dizer democrático, tal como a sociedade, presencia-se nas escolas a mesma situação desfavorável para os negros.

Conforme demonstrado anteriormente, há uma mobilização negra desde a década de 70, no sentido de reconfigurar a luta anti-racista em outros termos, onde a educação aparece como um eixo norteador. Maria José está na confluência destes eventos e relata sua participação inicial

> Sim, desde os anos 70. O MN na minha geração, a geração que tava concluindo a universidade, no final da década de 60. Formamos um grupo dentro da universidade. Esse grupo tava sempre pensando a nossa condição enquanto negros. [...] Eu tava antenada nas questões raciais, lia trabalhos de Abdias. Já tinha caído em mãos questões do movimento negro americano, movimentos de resistência, Black Power. O trabalho de Ângela Davis nos Estados Unidos. A gente aqui do Rio, dentro da universidade tinha esse grupo, a gente tava atentos a essas coisas. A gente freqüentava clube de negros, havia o chamado renascença, que existe ate hoje, e que naquela época era um clube que fazia resistência.

Além desta participação na retomada do MN carioca, Maria José relata sua preocupação com o campo educacional, e aponta como elementos fundamentais para o processo de constituição de uma pedagogia diferenciada vários elementos.

Segundo seu depoimento o processo primeiro está ligado primeiro a prática profissional, como professora municipal e estadual, que a leva a perceber no espaço da escola uma trajetória de exclusão e elevada reprovação de alunos negros, e em conseqüência a falta de discussão sobre estas questões e as relações raciais.

Vai refletir que a Escola publica, por ser determinada e determinante, é um espaço de luta nas transformações sócias que o povo brasileiro exige. Como podemos depreender em dos seus artigos:

> Analisando as propostas pedagógicas em vigor no país, constatamos a dificuldade de enfrentamento da questão do racismo. Quando se aborda, por exemplo, a questão do fracasso escolar no Ensino Fundamental, faz-se referencia, de forma bastante precária, "à composição da população afastada através dos mecanismos de repetência e evasão. A abordagem mais atualizada e avançada no sentido de caracterizar essa criança expulsa pelo sistema – e de explicar porque ela é discriminada – reduz-se ao enfoque de classe social. Não se ataca frontalmente o problema, indicando quais os mecanismos implícitos afastam sistematicamente o negro da Escola Fundamental (Silva, 2002, p.25).

Para ela, uma das dificuldades mais sérias reside sobre a realidade educacional brasileira, a ausência de subsídios para desencadear tal discussão entre os professores. Observa-se que, se a cultura assim reproduzida é a cultura dos grupos privilegiados, branca e eurocêntrica, o êxito escolar será função do capital humano adquirido por meio de uma pedagogia implícita, reforçando, assim, as desigualdades étnicas, culturais e sociais em lugar da igualdade de oportunidades

O segundo elemento para se pensar uma pedagogia multirracial, foi a partir de uma experiência pessoal enquanto aluna negra nos sistemas de ensino particular, lugar de pouquíssimo ou nenhuma presença negra naquele momento no Rio de

Janeiro. Esta vivência de ser "rigorosamente vista, observada, eu não era acalentada, eu não era acarinhada, eu nunca tomei um carinho de uma professora" (cf. entrevista concedida), contribuiu para pensar em mudanças no currículo e na escola em relação aos negros.

Terceiro elemento que completa esse processo de elaboração, é a politização a partir da participação partidária de esquerda e na militância negra, e a experiência educacional nos países em processo de descolonização da África, como Angola e Moçambique.

Assim argumenta que o compromisso com as classes trabalhadoras, de onde vem a maioria dos alunos da escola pública, obriga a explicitar os mecanismos de que se valem os donos do poder para mascarar a discriminação racial, quando pretendem vincular emprego e escola de modo imediato. Não há como analisar o sistema educacional brasileiro sem desmistificar o modelo econômico altamente concentrador e excludente vigora em países periféricos como o Brasil. Assim, a Pedagogia Multirracial discute que:

> O racismo deve ser encarado como um dos critérios mais importante na articulação dos mecanismos de seleção e recrutamento num país multirracial como o nosso. Agindo assim, não estaríamos apenas reproduzindo o senso comum em termos de globalização, e sim, instrumentalizando os educadores no sentido de entenderem, de fato, os mecanismos ideológicos, que, subjacentes à estrutura de classes, vêm excluindo, sistematicamente, negros e mestiços das poucas possibilidades de ascensão social no país. As propostas curriculares voltadas para as classes populares são ineficazes porque fortalecem o "mito da democracia "racial" na medida em que não incluem, por exemplo, a História da África e das Civilizações africanas, negando assim, a identidade de pelo menos 45% da população brasileira (Silva, 2002, p. 29).

A depoente ressalta ainda que a experiência de dirigir um projeto na rede municipal do Rio de Janeiro, em 1982 foi outra influencia determinante para o seu trabalho.

> A partir do projeto Zumbi dos Palmares, passei a fazer uma interlocução direta com o professor de sala de aula [...] O projeto foi uma proposta, não era uma proposta curricular, mas era um projeto de educação, que pretendia trabalhar as relações raciais na educação em uma época que não se falava disso [...] um projeto da Secretaria Municipal de Educação, gestão Brizola.

Alicerçada por todas estas referências a pedagogia multirracial aponta como pontos fundamentais para seu desenvolvimento, combater a democracia racial, ter a escola como um espaço de superação das desigualdades raciais, seja do ponto de vista de seus conteúdos, das metodologias educacionais até aos processos de avaliação. A Pedagogia Multirracial implica, portanto:

- Trabalhar o patrimônio cultural e histórico dos grupos étnicos excluídos numa perspectiva transdiciplinar, ou seja, em cada um dos componentes curriculares, "pois é através do universo simbólico que a escola mantém os valores racistas da sociedade abrangente;
- Incluir nos currículos do pré-escolar ao segundo grau, nos currículos dos cursos de formação de professores (antigo Normal), nos currículos do ensino de jovens e adultos (suplência), nos currículos das faculdades de educação e demais licenciaturas, o saber fundamentado nos referencias do povo brasileiro, sem excluir nenhuma contribuição.

A partir da leitura inicial da proposta pedagógica multirracial, busco as aproximações necessárias, no sentido de entender como a utilização de vários campos de conhecimentos informa as concepções utilizadas para sua elaboração no Rio de Janeiro. Na construção dos argumentos para uma PM estes campos de conhecimentos vão se apresentando, e para Maria José considera um autor importante Mulefe Ashanti, cujo debate gira na discussão em redefinir novos paradigmas afrocentrados. Para ela este autor ajuda a ampliar as demandas oriundas do MN. Outros referenciais que somam para esta elaboração é Paulo Freire quando fala sobre educação popular, a ressalva é a falta de ampliação em relação ao combate ao racismo. Outro, e o trabalho de McLaren com especial atenção ao multiculturalismo crítico.

Com uma vinculação com o MN, Maria José referencia os trabalhos educacionais desenvolvidos por Raquel de Oliveira, em São Paulo; Ana Célia e Manoel de Almeida, na Bahia, Petronilha e Vera Triumpho, no Rio Grande do Sul. Assim como, os pesquisadores ligados a fundação Carlos Chagas e Fundação João Pinheiros.

Para elaborar os fundamentos que nortearam a PM, Maria José vai contar com a contribuição de um grupo de pessoas, pois vai perceber as dificuldades em elaborar um leque muito grande de conhecimentos. Vai contar com a colaboração de Maria Filomena Rego, ligada a ares de formação de professores e que já discutia algum tempo sobre educação e ideologia. Vai chamar Maria Lúcia de Carvalho, que veio ajudar a pensar a pedagogia na área da alfabetização e Joana Angélica, cuja área era arte e educação com enfoque no trabalho comunitário.

Em 1989, os fundamentos desta proposta são divulgados, onde o documento da Pedagogia Multirracial apresenta-se em dois grandes tópicos. No primeiro trata dos Fundamentos Teóricos da Pedagogia Multirracial, onde se subdivide em: redação de objetivos e perspectivas, redação dos fundamentos filosóficos e metodológicos, revisão e organização. O segundo tópico destina-se à chamada parte específica. Nesta parte equipes de educadores e educadoras organizam propostas de reflexão e intervenção por áreas específicas, a saber: alfabetização, curso de Formação de professores, ensino Supletivo, História e Integração social. Ainda há mais duas equipes neste tópico responsáveis pela revisão e organização das referências bibliográficas.

A colaboradora vai situar que a Pedagogia Multirracial é uma proposta datada, já que não foi implementada nos processos escolares no Rio, apesar de um forte impacto a partir do projeto Zumbi dos Palmares, tornando-se uma referencia para outros lugares onde fora apresentada, muito especialmente na cidade de Florianópolis/SC6.

Em Florianópolis: Ilha da Magia

Minha primeira ida a Santa Catarina deu-se no mesmo período em que estive no Rio de Janeiro, ou seja, julho de 2005. Neste momento, me detive na seleção de documentos escritos existentes no Núcleo de Estudos Negros (NEN), buscando localizar informações sobre o contexto da luta anti-racista no estado, suas origens e principais organizações.

O segundo retorno se deu em agosto de 2006, com o objetivo de colher depoimentos dos militantes7 do MN em Florianópolis, e dos integrantes do NEN8, como preparação de minha primeira qualificação no doutorado realizado no Ceará, bem como, de subsidio para a elaboração deste trabalho.

A partir dos documentos escritos percebe-se a ênfase do NEN com o debate educacional. O que pode ser verificado a partir de uma rápida recuperação histórica desta organização em Florianópolis, e as implicações no estado de Santa Catarina. Esta trajetória fornece elementos iniciais para compreender as motivações ao desenvolvimento de uma proposta pedagógica, cujo foco se situa no combate ao racismo.

Portanto, as informações que se seguem estarão baseadas no conjunto de documentos escritos, que tive acesso na primeira vez que estive na organização, articuladas com minhas próprias lembranças como membro efetivo do NEN, portanto, participe de sua origem e suas relações sociais.

Primeiras Notas sobre MN Catarinense

Tem-se como dado que a população negra em Santa Catarina representa aproximadamente 9%, segundo dados do IBGE (2000), conformando cerca de 600 mil habitantes. Os milhares de negros dispersos nos 219 municípios sempre se organizaram, seja para manter seus aspectos culturais e religiosos, ou para protestar e reivindicar seu legitimo espaço. Sendo possível elencar inúmeras entidades.

Na sua história o Estado, assim como todo o sul do Brasil, foi influenciado pelo modelo de desenvolvimento trazido pelos imigrantes europeus, por conta de um processo de incentivo governamental. O resultado desse maciço processo de imigração, com o objetivo de embranquecer a população, se reflete na divisão étnica de forma indistintamente inconfundível no estado. Esta ideologia racial torna-se um poderoso componente seletivo no mercado de trabalho, nos setores estratégicos de acesso ao conhecimento como educação e cultura.

No mercado de trabalho torna-se decisiva na ampliação das favelas, na constituição do subemprego e do trabalho informal. O sistema educacional transmite valores que perpetua o racismo e a relação de desigualdades sociais em razão das diferenças culturais.

Apesar de todos estes fatores, tão conhecidos das varias de pesquisa, o MN construiu e constrói um espaço político, legitimando a construção da cidadania e patrocinando a representação do povo negro, num estado aonde se tentam invisibilizar os aspectos organizativos de participação social.

Existem praticamente em todos os municípios organizações de Pastorais de Negros APNs, que contribuem para a organização do MN catarinense, como também marcante a existência de outras formas de organizações como entidades, grupos, associações e clubes, que tem se despontando com maior visibilidade a partir dos anos 80, do século XX.

Tem-se noticia de um quadro de atuação a nível estadual, com maior ênfase as Pastorais do Negro em Lages, Rio do Sul, Ituporanga e Urussanga, esta denomina Pastoral do Negro Nelson Mandela. Joinville tem em marcada a presença do Grupo Consciência Negra. Itajaí destaca-se O Movimento Negro Tio Marcos com enfoque nos direitos humanos.

Florianópolis, a capital concentra a maior parte de organizações do MN, num fluxo dos movimentos identitários que sacodem a sociedade brasileira, a partir da década de 80. No inicio da década, surge a Sociedade Cultural Antonieta de Barros, para denunciar a opressão da raça negra em Florianópolis, apesar de seu curto período de existência, este grupo registra a realização do primeiro ato de rua na capital catarinense, denunciando as péssimas condições de vida da população negra, a violência policial e a exclusão escolar, em pleno período de repressão.

O debate sobre a condição da população negra em SC passa, posteriormente, a ser refletida da maneira mais ampla no interior de um novo grupo, o União e Consciência Negra, do qual fiz parte e que reunia um conjunto de alunos universitários e agentes comunitários, com uma forte influencia dos religiosos católicos.

De maneira geral podemos relacionar os seguintes grupos, que de maneira ou de outra contribuíram e alguns ainda contribuem para a superação da discriminação racial: Núcleo de Estudos Negros (NEN), Fundação Cruz e Souza, Bloco Jamaica, Grupo Resistência, Movimento Negro Unificado MNU, Bloco Liberdade, União de Negros Pela Igualdade

---

6 Foram entrevistados do movimento negro: Valmir Ari Brito, do grupo de capoeira Ajaguna de Palmares; Vanda Pinedo, do Movimento Negro Unificado; Marcio de Souza, vereador e ativista negro; Marcia Pereira, micro-empresaria, ex-integrante do Grupo de União e Consciência Negra; do movimento de mulheres negras Arilda Cerqueira e Vera Fermiano.

7 Do programa de educação: Joana dos Passos, Jose Nilton, Adilton de Paula e o ex-coordenador geral João Carlos Nogueira.

8 Esse projeto foi articulado com Agentes de Pastoral Negros e atingiu 75 professores numa carga horária de 40 horas. Foram realizados oficinas temáticas, seminário introdutório, seminário de aprofundamento das questões raciais e o Concurso Negro em Rio do Sul, que envolveu todos os estudantes da rede municipal.

UNEGRO, Grupo de Mulheres Negras Cor de Nação, União Brasileira dos Homens de Cor, Grupo de capoeira Ajaguna de Palmares, entre outras.

Sobre o Núcleo de Estudos Negros (NEN)

O Núcleo de Estudos Negros (NEN), e uma organização do movimento negro de Santa Catarina, fundada em 1986 por estudantes universitários, militantes e simpatizantes da luta anti-racista de Florianópolis. O NEN procurou se diferenciar de outras organizações, ao propor discutir sobre o papel das instituições públicas como reprodutoras das desigualdades raciais.

Os seus integrantes vinham de diferentes áreas de formação, e a perspectiva era colocar a serviço do povo negro essa qualificação, no sentido de pensar mecanismos institucionais de combate ao racismo e para a promoção da igualdade racial.

Inicialmente, o NEN constituiu-se em comissões, que no desenvolvimento de suas ações tornam-se programas, tendo até 2006 três deles: Justiça e Desigualdades Raciais, cujo objetivo é atender as vítimas de violência racial e da capacitação de lideranças comunitárias em direitos humanos e cidadania e operadores jurídicos na busca de instrumentos legais sobre o direito. Mulheres, busca promover políticas publicas na perspectiva de gênero e raça, na implementação de ações no campo da saúde reprodutiva e sexualidade, mercado de trabalho e violência doméstica; e o Programa de Educação, que objetiva capacitar educadores na compreensão das relações raciais na sociedade e nos sistemas de ensino. Propõe, ainda, a construção de práticas pedagógicas, que promovam a superação das desigualdades raciais, a partir de um processo de formação, elaboração e produção de materiais didático-pedagógicos. A partir disto, os educadores entram em contato com a Pedagogia Multirracial e Popular (PM e P), que vem sendo gestada pelo NEN como desdobramento de sua ação política.

Da Ação Educativa

O NEN, no conjunto de seus programas e ações, afirma sua relação com os sistemas de ensino, tomando-os como campo de estudo, reflexão e intervenção. Um olhar crítico, sobre as reais condições das populações negras no estado de Santa Catarina, proporcionou aos membros do NEN elementos para iniciar um processo de elaboração de um projeto pedagógico.

Inicialmente as intervenções educacionais aconteciam atendendo a demandas isoladas de professores, estudantes ou escolas públicas, em momentos específicos, a exemplo das datas comemorativas, o que restringia a atuação apenas aos momentos em que se estava presente na escola. Disso decorre a necessidade de um redirecionamento do NEN para a formação dos professores.

A primeira experiência voltada para isso deu-se em 1991, o Núcleo passa a desenvolver o *Projeto Piloto Escola: espaço de luta contra o racismo*, com professores da Rede Municipal de Ensino de Rio do Sul/SC9. O projeto possibilitou pesquisar as dificuldades encontradas pelos educadores para desenvolver conteúdos na sala de aula. Encontraram-se como respostas mais freqüente: falta de material didático, não conhecimento de formas didáticas e pedagógicas para a aplicação dos conteúdos e falta de preparação em discutir racismo, discriminação e preconceito racial.

Com isso, o NEN vai aprofundar sua reflexão sobre a educação, considerada como um campo estratégico para a superação das desigualdades raciais e sociais.

O Programa de Educação, a partir das experiências vivenciadas e das demandas suscitadas pelos sistemas de ensino e da prática pedagógica dos professores, desenvolveu seu trabalho tendo como pressuposto: a formação do educador, a inclusão de conteúdos nos currículos e a assessoria as instituições e entidades de ensino.

Estas intervenções partem da análise, de que o currículo é um dos elementos centrais na disputa pela hegemonia no espaço da escola, pois é um instrumento capaz de atuar nas transformações que se fazem necessárias para a eliminação das práticas sociais racistas. Ao mesmo tempo em que pode contribuir no resgate da identidade dos afro-brasileiros e nas referências civilizatórias das sociedades africanas. Percebe-se, ainda, que associada à temática curricular cria-se à demanda da necessidade de material didático pedagógico. Neste sentido, avalia-se que os instrumentos didáticos devem contribuir na referência para o desenvolvimento de programas e conteúdos, que contribuam na visibilidade e auto-estima da população negra.

O exercício da formação de educadores vai se consolidando à medida que são aprovadas em algumas cidades catarinenses, leis municipais que instituem a inclusão do conteúdo "História Afro-brasileira" nos currículos das escolas municipais, da educação infantil ao ensino fundamental de Florianópolis, lei 4446/94, Itajaí, lei 2.830/93, Tubarão, 1.864/94 e Criciúma 3.410/97. As exigências colocadas pelos educadores dessas redes de ensino, a ausência de produções e material didáticos apropriados, voltados para a temática da história e cultura negra, as inquietações dos educadores do próprio NEN e a realidade escolar levam o Núcleo a investir na proposição de conteúdos para a alteração curricular.

A primeira iniciativa se dá pela produção do Jornal Educa-Ação Afro, material informativo e formativo dirigido aos professores da rede municipal de Florianópolis, que iniciavam, a partir de 1995, um processo de reorientação curricular10.

---

9 O Movimento de Reorientação Curricular foi uma iniciativa da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, com o intuito de elaborar uma nova grade curricular, a partir de várias ações iniciadas em 1994. O NEN atuou a partir de 1995, participando de reuniões, debates e assessoria na introdução de conteúdos de interesse da população negra.

10 Quebra-cabeça do continente africano; fantoches de dedo de família africana, jogo chamado mancala. Vídeos: Relações raciais na escola, Retratos da África, Historia da África, e serie: O que e Movimento Negro e O que e Capoeira.

Posteriormente, os jornais foram distribuídos pela Secretaria de Educação as escolas, como estimulo as equipes pedagógicas de cada unidade de ensino, principalmente a partir de seus planejamentos e pela discussão dos projetos políticos pedagógicos.

Pensando instituir um referencial no cotidiano escolar produziu-se material didático11, vídeos e a organização de uma biblioteca temática, como suporte ao ensino e aprendizagem de crianças e adolescentes, que se tornaram parte do acervo das secretarias de educação.

Um pouco antes, particularmente, uma referencia importante se dá com a aproximação do NEN com os espaços de religiosidade de matriz africana. A partir do CENARAB – Centro Nacional da Africanidade e Resistência Afro-Brasileira, na figura de seu secretário executivo Jairo Pereira. Em 1993, este busca uma parceria junto ao NEN, para organizar no estado às religiões de matriz africana, numa perspectiva mais política e de defesa contra a intolerância religiosa, principalmente das igrejas do campo pentecostal.

Compartilhando a sede do NEN, o trabalho do CENARAB aglutinou e contribuiu para a organização de vários terreiros de candomblé e umbanda, entre eles a Comunidade Terreiro Abassá de Ode. Em 1994, acontece, em Florianópolis, o Encontro Nacional de Vivenciadores das Religiões de Matriz Africana, que aglutinou o povo-de-santo de vários estados brasileiros, dando notória visibilidade ao tema das religiões de matriz africana na Grande Florianópolis, tendo estes sujeitos como interlocutores na busca de compreender a rica trama de significados tecida pela religião.

Como reflexos imediatos para a ação educativa do NEN esta proximidade com o universo cultural de matriz africana leva a entidade à produção de materiais didáticos onde este universo é central. Desta produção ressalto o vídeo "O que é religião afro"12, que contou com a participação de pais e mães-de-santo de umbanda e candomblé, cuja atuação chegou também ao debate nos espaços escolares. Com isso, foi possibilitada a abertura das casas-de-santos para a visita dos educadores, que participavam das varias ações educativas do NEN. Por fim, como conseqüência desta aproximação a vivência dos membros do NEN nesses espaços e, no meu caso, a iniciação na Comunidade Terreiro Abassá de Ode, Nação Angola.

O final da década de 90 marca também o contexto educacional brasileiro, (LDB, PCNs), o debate acerca da formação de professores realizada por estudiosos brasileiros, a manutenção das desigualdades raciais na escola, a produção acadêmica sobre as relações raciais e educação fazem com que o NEN invista com mais força na socialização destas produções. Aparece a série Pensamento Negro em Educação13, cadernos que aprofundam em termos políticos e científicos a compreensão de um pensamento negro sobre a educação. Esta publicação demonstra a importância de um material didático, capaz de dialogar com os professores ávidos pela cultura e história negra brasileira. Os cadernos foram distribuídos em todo o Brasil, caracterizando, segundo a fala das instituições e entidades negras que os adquirem e recebem como uma referência para o debate das relações raciais.

Em 2000 uma experiência importante vai contribuir para um debate mais aprofundado sobre a proposta pedagógica, o NEN ira executar o projeto Educação e Formação Profissional para Populações Afro-catarinenses, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Desenvolvido em 20 municípios catarinenses, o projeto buscou contribuir em propor soluções locais para a vida das comunidades negras, potencializando iniciativas concretas contra a pobreza e as desigualdades sociais.

A metodologia de trabalho já apontava vários dos pressupostos que vão dar corpo a elaboração da PM e P, nos anos seguintes. O resultado é a publicação da revista Pedagogia da Vida, alicerçado na idéias de sujeito coletivo, a experiência definia que "as próprias comunidades se encarregam de tornar possível o sonho de iniciativas conjuntas que garantam a autonomia econômica".

A atual política de formação considera que a intervenção do NEN será nas propostas pedagógicas das escolas por meio da formação continuada realizada pelas secretarias municipais de educação. Este processo é marcado por: sensibilizar, instrumentalizar, identificar, produzir e socializar conhecimentos sobre a educação e promoção da igualdade racial, tendo como eixo articulador a PM e P, que problematiza as relações raciais e sociais existentes.

A fim de subsidiar cada vez mais sua elaboração, a partir de 2002 se articula um coletivo de educadores na perspectiva de aprofundar os elementos teóricos e práticos da PM e P, assim como ampliar o campo de ação do programa de educação.

Esse esforço de socialização faz aparecer à revista Nação Escola, é levar os educadores uma publicação que discuta a educação de uma forma mais abrangente, que leve em consideração a realidade multirracial da qual a escola faz parte.

...a Pedagogia Multirracial e Popular (PM e P)

Para o desenvolvimento de uma Pedagogia Multirracial e Popular (PM e P), o NEN buscou se fundamentar em suas experiências, nas experiências do movimento negros, em estudiosos da temática racial das mais diferentes áreas e na educação.

Ao mesmo tempo, do ponto de vista externo, a preocupação na execução de processos coletivos, para o debate das políticas e práticas educacionais direcionadas a população negra. Assim realiza-se, em 2003, o I Encontro Nacional Negro e Educação, cujo tema era

---

11 Por problemas com a produtora dos vídeos este tema da serie não foi editada e comercializada como as fitas anteriores.

12 Foram editadas ate este momento oito números, que contaram com financiamento da Fundação Ford.

13 O procedimento de regularização tem as sucessivas fases: Identificação, Declaração, Demarcação, Homologação, Registro e Extrusão.

"Construindo políticas públicas para a promoção da igualdade racial", que resultou na elaboração e entrega aos órgãos governamentais de uma carta aberta reivindicando políticas para a população negra. Em 2004, o II Encontro Nacional Negro, Negras e Educação terá como eixo "Educar o Brasil com raça: construindo a pedagogia multirracial e popular".

A densidade para este debate se dá a partir dos projetos sistemáticos desenvolvidos nas redes municipais de educação, cujo eixo que articula a formação é a Pedagogia Multirracial e Popular, que problematiza as relações sociais e raciais existentes na escola e aponta possibilidades para o tratamento pedagógico destas, na perspectiva da população negra.

Nesse projeto de formação o NEN tem a preocupação de não ensinar somente os conteúdos curriculares na perspectiva racial e sim, analisar e desconstruir os conteúdos das práticas racistas que na maioria das vezes não são percebidas pelos educadores. Exercitar o olhar dos educadores, na tentativa de dar visibilidade, para as relações raciais na sociedade brasileira e principalmente na escola.

Isso significa romper com as bases do pensamento pedagógico clássico e, também, com o sistema educacional brasileiro, que historicamente vem se pautando numa pedagogia que respalda e justifica pela ótica da civilização ocidental, a desvalorização e as contribuições das civilizações africanas e indígenas.

Quando o Núcleo de Estudos Negros/NEN insere a denominação Pedagogia Multirracial o termo "Popular", compromete-se com a construção de uma escola pública que privilegia a história e as culturas das populações que constituem a sociedade brasileira, seus valores, formas de agir e sentir (Passos, 2002). Onde a vida cotidiana dos grupos étnicos, raciais e culturais seja à base do conhecimento curricular. Significa também, o firme compromisso com um projeto de profundas transformações sociais, na luta contra toda forma de injustiça, de opressão e de exploração econômica, humana e social. Implica, sobretudo, na reapropriação dos saberes, do pensar e do fazer pedagógico das culturas e historias dos grupos oprimidos.

Com tal dimensão o NEN compreende que a Educação Popular, nasce nas lutas e nas dimensões dos negros no Brasil, que fugidos do cativeiro constroem um projeto de libertação onde as pessoas deveriam estar no centro das preocupações da comunidade.

Nessa perspectiva, ela não é uma educação que educa dentro das disciplinas formais e escolares, isto implica em que a escola é considerada como um campo de lutas e a pedagogia uma forma de política cultural voltada para um projeto de cidadania, democracia, emancipação e esperança. Isso significa mexer com os valores, crenças e culturas consideradas como verdades; significa tencionar com práticas pedagógicas escolares que ainda se pautam por uma concepção colonialista, racista, conservadora e excludente e, que, banalizam e tornam insignificantes as práticas culturais populares.

A relação pedagógica terá como centralidade a multirracial idade dos sujeitos da ação pedagógica – homens e mulheres, meninos e meninas – como sujeitos socioculturais detentores de múltiplas dimensões e determinações que os constituem históricos, étnicos, raciais, temporais, corporais, éticos, etc. O que implica discutir quem são os professores e professoras da escola pública; Como vêem e vivem a escola; que trajetórias de formação apresentam; Que valores, crenças e culturas trazem como verdades.

Assim, a PM e P está profundamente marcada aos processos coletivos, aos processos solidários, aos processos de afinidades, ao processo de altruísmo, que olha outros espaços de aprendizagem, como a capoeira. Ela informa seus participes, a partir da dança, do jogo, da luta aprender toda uma magia, uma ginga, que pode ser instrumento de atuação no dia-a-dia e de contraponto aos processos de dominação.

Diante deste conjunto de processos políticos, culturais e sociais a pedagogia Multirracial e Popular elabora como seus princípios político-pedagógicos:

- A luta contra o racismo como um princípio político pedagógico para a democratização da escola e da sociedade brasileira;
- Reordenar os processos formativos escolares na lógica do direito à cultura, tendo a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular;
- Explicita as contradições sociais, as relações raciais e as desigualdades na sociedade brasileira;
- Valorização das atitudes, a estética, a corporeidade, a visão de mundo, a oralidade e a ancestralidade das várias matrizes culturais;
- Reapropriação da história do negro, desde a África até os dias atuais;
- Afirmação das identidades raciais, destacando as positividades em relação às culturas negras;
- Resgate da auto-imagem das crianças e adolescentes negros e negras;
- Diálogo com os processos pedagógicos que ocorrem nos movimentos populares;
- Material didático que explicite a formação multirracial do povo brasileiro (cartazes, livros, revistas, vídeos, Cd room, músicas, etc.);
- Espaços formativos coletivos com professores e professoras, equipe diretiva e comunidade;
- A superação da organização escolar seriada, os currículos gradeados e os processos de avaliação excludentes;
- Gestão participativa e democrática; estabelecer um diálogo multidisciplinar com as diferentes áreas do conhecimento;
- As expressões artísticas como componente indispensável na materialização da proposta pedagógica multirracial e popular.

A Pedagogia Multirracial e Popular explicita, ainda, seu caráter inconcluso e dialético de permanente construção. Não porque não seja possível defini-la, ou porque ainda não esteja completamente acabada para ser utilizada, mas porque seus formuladores acreditam que, uma pedagogia é isto, uma construção permanente e inacabada.

Considerações finais

Considerando ser este um estudo em andamento, a leitura inicial do processo, que leva a elaboração das pedagogias aqui apresentadas, indica a relevância que este trabalho pode trazer para a história da educação brasileira, contribuindo para um debate sistemático das relações raciais na sociedade brasileira.

É interessante observar que, o conjunto de depoimentos tomados até este momento, revela que a participação no conjunto pode ser explicada a partir do sentido que a experiência individual acaba por dar a esta trajetória do MN carioca e catarinense. Com isso, a história oral tem possibilitado traçar um quadro mais amplo sobre a mobilização do Movimento Negro e os desdobramentos para o surgimento de proposições educacionais com um recorte racial.

Outras questões podem ser ainda agregadas na tentativa de compreender as implicações que esta proposição tem para o movimento negro e aos sistemas de ensino. De que maneira este processo contribui para dar forma a um projeto educacional diferenciado? Em que medida os processos políticos mais amplos, como os debates das ações afirmativas e das políticas educacionais de Estado, dialogam com os pressupostos de uma proposta pedagógica diferenciada?

Esta reflexão sobre os vínculos entre o amplo e o específico, entre o coletivo e o individual, justifica a pesquisa pretendida, que, afinal, busca cobrir lacunas, construir conhecimentos de processos sociais, e em retraçar caminhos de regra esquecidos pela história e pela sociedade brasileira.

Referências Bibliográficas:

ARDOINO, Jacques (1998). Abordagem multirreferencial (plural) das situações educativas e formativas. Trad. Rosangela Camargo. In: BARBOSA, J. G. *Multirreferencialidade nas ciências e na educação*. São Carlos: EDUFSCAR.(pp. 15-25)

CARDOSO, Marcos (2002). *Movimento negro em Belo Horizonte* (1978-1998). Belo Horizonte: Mazza.

CAVALLEIRO, Eliane (2001). *Racismo e anti-racismo na educação*: repensando nossa escola. São Paulo: Summus.

CRUZ, Manoel de Almeida (1989). *Alternativas para combater o racism*:um estudo sobre o preconceito e o racismo. Uma proposta de intervenção científica para eliminá-los. Salvador: UFBA.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Pesquisas educacionais em temas de interesse dos afrodescendentes. In: LIMA, I. C.; Romão, J. R.; SILVEIRA, S. M.(1999) *Os negros e a escola brasileira*. Nº 06, Florianópolis: NEN. (pp. 13-25)

GOMES, Nilma Lino. A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro. In: SILVA, Petronilha B. G. e & BARBOSA, Lucia M. de Assunção (Orgs.). (1997). *O Pensamento negro em educação no Brasil*: expressões do movimento negro. SP: UFSCar. (pp. 17-30)

GONÇALVES, Luiz A. de O. (1998). Os movimentos negros no Brasil: construindo atores sociopolíticos. *Revista Brasileira de Educação*. ANPED/Autores Associados: Campinas, n. 9.(pp. 134-158).

HASENBALG, C. A.(1979). *Discriminação e desigualdades no Brasil*. RJ: Graal.

JACOUND, Luciana de Barros. (2002) *Desigualdades raciais no Brasil*: um balanço da intervenção governamental. Brasília: IPEA.

LIMA, Ivan Costa (2004). *Uma proposta pedagógica do Movimento Negro no Brasil*: Pedagogia Interétnica, uma ação de combate ao racismo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

LIMA, Ivan Costa; PAULA, Adilton (Orgs).(2006). *Caderno de diálogos pedagógicos*: combatendo a intolerância e promovendo a igualdade racial na educação sul-mato-grossense. Cuiabá: SED.

MEIHY, José C. Sebe Bom.(2002). *Manual de história oral*. 4 ed. São Paulo: Loyola.

MONTEIRO, Helene (1991). *O ressurgimento do Movimento Negro no Rio de Janeiro na década de 70.* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PASSOS, Joana Célia dos.(2002). *Discutindo as relações raciais na estrutura escolar e construindo uma pedagogia multirracial e popular*. In: NEN. Multiculturalismo e a pedagogia multirracial e popular. Florianópolis/NEN, nº 8. (Série Pensamento Negro em Educação).(pp. 19-44)

ROMAO, Jeruse (Org). (2005). *História da educação dos negros e outras histórias*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Brasília: MEC/SECAD.

SILVA, Ana Célia da. (2001). *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvador: Editora da UFBA.

SILVA JÚNIOR, Hédio. (2002). *Discriminação racial nas escolas*: entre a lei e as práticas sociais. Brasília: UNESCO.

SILVA, Maria José Lopes. Pedagogia multirracial. In: LIMA, Ivan Costa; ROMÃO, J. M. (Orgs.). (1997). *As idéias racistas, os negros e a educação*. Florianópolis/NEN, nº 1. (Série Pensamento Negro em Educação). (pp. 23-38)

SOUZA, Maria Elena Viana. (1996). *Ideologia racial, Movimento Negro no Rio de Janeiro e educação escolar*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Direitos humanos e a experiência do observatório dos direitos indígenas no Ceará, Brasil

Isabelle Braz Silva
Universidade Federal do Ceará
isabellebraz@fortalnet.com.br

Resumo: Habitam o território brasileiro 230 povos indígenas, falantes de 188 línguas. No estado do Ceará, encontram-se 12 etnias que perfazem uma população estimada em 18.000 habitantes (Grupo de Estudos e Pesquisas Étnicas – GEPE/UFC/UECE). Índios integrados, vivem em meio à população e à economia nacionais, na maioria das vezes como reserva de mão-de-obra. Apesar de terem perdido suas terras e a autonomia cultural, preservam a consciência de que constituem um povo distinto e são assim percebidos pelos seus vizinhos, ainda que na maioria das vezes de forma estigmatizada (Ribeiro 1979: 432-34). Na contramão dos Direitos assegurados na Constituição de 1988, na Convenção 169 da OIT e na Declaração da ONU de 2007, continuam alvos de violações aos Direitos Humanos, notadamente no que diz respeito à demarcação de terras, assistência à saúde e educação. Intuindo a transformação dessa realidade, a Association pour Développement Économique Régional (ADER), criou o projeto "De uma ação educativa e de sensibilização sobre os direitos dos índios do estado do Ceará ao desenvolvimento do respeito dos direitos humanos no Brasil", financiado pela União Européia e implementado em parceria com Instituto Sindicale per la Cooperazione allo Sviluppo(ISCOS), Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza(CDPDH), Fundação Nacional do Índio(FUNAI), Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas no Ceará(COPICE) e Universidade Federal do Ceará(UFC). Essa proposta de comunicação visa apresentar o Observatório dos Direitos Indígenas, segmento do Projeto que tem como atividade a vigilância e a promoção do respeito aos direitos dos povos indígenas no Ceará, Brasil.

Introdução

Habitam o território brasileiro 230 povos indígenas, falantes de 188 línguas. Segundo o censo populacional de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE existem 734 mil indígenas no território nacional, dos quais 29,1% estão na região Norte, 23,2% no Nordeste, 22% no Sudeste, 14,2% no Centro-Oeste e 11,5% no Sul (ver gráfico no anexo 1).

No estado do Ceará, encontram-se 12 etnias que perfazem uma população estimada em 18.000 habitantes (Grupo de Estudos e Pesquisas Étnicas – GEPE/UFC/UECE), distribuídos nas diferentes regiões do Estado: litoral, serra, sertão e região metropolitana. Em sua grande maioria habitam em territórios de ocupação tradicional, tendo passado por diversas formas de organização espacial e política a partir da dominação portuguesa, como foram os aldeamentos missionários no século 17º e as vilas pombalinas no século 18º. São, portanto, resultantes de contatos antigos e permanentes com a sociedade colonial e nacional.

No Brasil de hoje, encontramos diversas formas do *ser índio*, a depender de circunstâncias várias, tais como os tipos de relações que os grupos étnicos estabelecem com a sociedade nacional, a intensidade dessas relações e os segmentos sociais que compõem uma determinada relação entre grupo indígena e sociedade nacional. Darcy Ribeiro, importante antropólogo brasileiro, morto em 1997, definiu uma classificação para estas distintas formas do ser índio, que consiste nas categorias de índios isolados, índios de contato intermitente, índios de contato permanente e índios integrados.

Segundo o autor, os índios *isolados* são aqueles ainda não alcançados pela sociedade nacional e que têm autonomia cultural plena. Os de *contato intermitente* mantêm algum contato com a sociedade nacional, algumas relações econômicas, de troca, já têm necessidades criadas pelo contato e oscilam entre o temor e o fascínio, conservando uma autonomia cultural parcial. Aqueles de *contato permanente* são dependentes da economia regional para o suprimento de suas necessidades e perderam a autonomia cultural, embora preservem tradições e costumes. Por último, os índios *integrados* vivem "ilhados" em meio à população nacional, incorporados à economia nacional, na maioria das vezes como reserva de mão-de-obra. Apesar de terem perdido suas terras e a autonomia cultural, e viverem confinados em parcelas do que foram os seus antigos territórios, em meio à população rural, ou em alguns casos, mesmo no meio urbano, preservam a consciência de que constituem um povo distinto e são assim percebidos pelos seus vizinhos, ainda que na maioria das vezes de forma estigmatizada (Ribeiro 1979, pp. 432-34).

No Ceará, os grupos indígenas são exemplos claros de índios integrados (ver anexo 1). Integrados, mas não assimiladas. Isso porque, mesmo sofrendo grandes perdas na sua trajetória, não perderam o vínculo com a sua história nem com a sua memória. E hoje, na luta por seu espaço na sociedade brasileira, tratam de reavivar ou criar novas formas de distintividade em relação à sociedade nacional. Na contramão dos Direitos assegurados na Constituição de 1988, da Convenção 169 da OIT e da Declaração da ONU de 2007, continuam alvos de violações aos Direitos Humanos, notadamente no que diz respeito à demarcação de terras, assistência à saúde e educação.

Almejando a transformação dessa realidade, a Association pour Développement Économique Régional (ADER), criou o projeto "De uma ação educativa e de sensibilização sobre os direitos dos índios do estado do Ceará ao desenvolvimento do respeito dos direitos humanos no Brasil". Esse projeto foi financiado pela União Européia e implementado em parceria com o Instituto Sindicale per la Cooperazione allo Sviluppo (ISCOS), o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas no Ceará (COPICE) e a Universidade Federal do Ceará (UFC). Essa proposta de comunicação visa apresentar o Observatório dos Direitos Indígenas, segmento do citado Projeto que tem como atividades prioritárias a vigilância e a promoção do respeito aos direitos dos povos indígenas no Ceará, Brasil.

Direitos humanos e indígenas

A assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 10 de dezembro de 1948 trouxe consigo a esperança da construção de uma sociedade mais justa, signo da capacidade humana de superação dos horrores e barbaridades cometidos durante a Segunda Guerra. O Brasil não só foi signatário deste documento como colaborou na sua redação. Lamentavelmente, ainda não consegui transformar em realidade vários dos princípios que constam na Declaração, e injustiças, desigualdades e impunidades ainda permeiam a sociedade brasileira. Da mesma forma, embora possua uma das constituições mais avançadas do mundo falta-lhe a garantia aos direitos sociais e econômicos previstos na Carta Federal.

A aprovação da Declaração foi seguida por diversos pactos e convenções outorgados para especificar os direitos e proteger as minorias que despontavam como vítimas no pós-guerra: convenções contra a discriminação racial e da mulher; pelos direitos das crianças e dos deficientes; pelos direitos dos refugiados e dos povos indígenas. No ano de 2007, a Assembléia geral da ONU adotou a "Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas". E novamente o Estado brasileiro referendou a aprovação da ONU.

Esta nova Declaração parte do fundamento de que os povos indígenas têm direito a todos os direitos humanos reconhecidos no direito internacional, ao lado de outros direitos coletivos que lhes são indispensáveis para as suas existências. Reconhece as injustiças históricas praticadas pelos regimes coloniais, que promoveram a alienação de suas terras, seus territórios e recursos. Atenta para a discriminação e a necessidade urgente de se fazer respeitar e promover os direitos desses povos, especialmente os direitos às suas terras, territórios e recursos.

Os temas abordados em seus artigos tocam diversas dimensões da vida indígena inserida nos Estados Nacionais, entre as quais se destaca a preservação e o desenvolvimento de seu patrimônio cultural; a conservação e a proteção do seu meio ambiente, terras e territórios; as condições para a presença militar em suas terras e territórios; a garantia à saúde, educação e moradia; a atenção às crianças e aos idosos. Vejamos alguns desses artigos

> "Artigo 21
>
> 1. Os povos indígenas têm direito, sem nenhuma discriminação, à melhoria de suas condições econômicas e sociais, entre outras esferas, na educação, no emprego, na qualificação e no readestramento profissional, na moradia, no saneamento, na saúde e na seguridade social.
>
> Artigo 25
>
> Os povos indígenas têm direito a manter e fortalecer sua própria relação espiritual com as terras, territórios, águas, mares costeiros e outros recursos que tradicionalmente têm possuído, ocupado e utilizado de outra forma e a assumir as responsabilidades que a esse respeito lhes incumbem para com as gerações futuras.
>
> Artigo 28
>
> 1. Os povos indígenas têm direito à reparação, por meios que podem incluir a restituição ou, quando ela não seja possível, uma indenização justa, imparcial e eqüitativa, pelas terras, territórios e recursos que tradicionalmente tenham possuído ou ocupado, o utilizando de outra forma, e que tenham sido confiscados, tomados, ocupados, utilizados ou doados sem seu consentimento livre, prévio e informado.
>
> Artigo 33
>
> 1. Os povos indígenas têm o direito a determinar sua própria identidade ou pertença conforme seus costumes e tradições. Isso não diminui o direito das pessoas indígenas a obter a cidadania dos Estados em que vivem". (livre tradução).

No Brasil, tais enunciados continuam a ser metas sociais a serem conquistas pela sociedade civil em seus movimentos organizados.

Povos indígenas no Ceará contemporâneo: quem são eles

A listagem apresentada a seguir, sobre as etnias que compõem o Ceará indígena contemporâneo foi produto de um importante consenso estabelecido par fins de uma publicação de um livreto de divulgação para a sociedade cearense, sobre os Povos Indígenas no Ceará. Participaram deste consenso as instituições públicas e privadas que atuam no campo indigenista no Ceará: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas e Espírito Santo - APOINME, Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas no Ceará - COPICE, Articulação de Mulheres Indígenas no Ceará - AMICE, Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza - CDPDH, Associação Missão Tremembé, Instituto FIEC de Responsabilidade Social - FIRESO, Ministério Público Federal, Fundação Nacional do Índio / Núcleo de Assistência local - FUNAI /NAL Ceará, Grupo de Estudos e Pesquisas Étnicas GEPE – UFC/ UECE, o qual eu coordeno.

A publicação referida foi o resultado de uma pesquisa coordenada por mim, realizada durante os meses de agosto a novembro de 2007. Os dados foram coletados em registros etnográficos, registros institucionais, entrevistas com pesquisadores e missionárias e viagens a campo. Tivemos muita dificuldade na produção dos dados, devido à falta de informações sistematizadas e seguras sobre os 12 grupos étnicos. Dificuldades advindas da própria dinâmica do processo de constituição de identidades; do processo de legitimação das etnias no interior do movimento indígena local, regional e nacional e também devido à parcialidade de algumas informações (as Ong's tendem a aumentar e o Estado a baixar!).

> Kariri
>
> Município: Crateús.

População estimada: 60 pessoas.

Situação da Terra Indígena (TI): Terra Indígena com visita preliminar realizada pela FUNAI, em 2003/2004.

Tubiba -Tapuia

Município: Monsenhor Tabosa.

População estimada: 90 pessoas.

Situação da Terra Indígena (TI): foi realizado estudo preliminar pela FUNAI em 2003/2004. Aguarda parecer técnico da FUNAI (T.I. Mundo Novo/Viração).

Kanindé

Municípios: Aratuba e Canindé.

População estimada: 700 pessoas.

Situação da Terra Indígena (TI): Terra Indígena com visita preliminar realizada pela FUNAI e processo aberto em 2003/2004. Aguarda procedimentos para a realização do estudo preliminar.

Jenipapo-Kanindé

Município: Aquiraz.

População estimada: 260 pessoas.

Situação da Terra Indígena (TI): Terra Indígena delimitada e identificada, aguardando resposta às contestações.

Anacé

Municípios: São Gonçalo do Amarante e Caucaia.

População estimada: 1.270 pessoas.

Situação da Terra Indígena (TI): Terra Indígena a ser identificada pela FUNAI.

Tabajara

Municípios: Crateús, Monsenhor Tabosa, Poranga, Quiterianópolis e Tamboril.

População estimada: 1.500 pessoas.

Situação das Terras Indígenas (TIs): foram realizados estudos preliminares pela FUNAI em 2003/2004.

Kalabaça

Municípios: Crateús e Poranga.

População estimada: 350 pessoas.

Situação das Terras Indígenas (TIs): foram realizados estudos preliminares pela FUNAI em 2003/2004.

Gavião

Município: Monsenhor Tabosa.

População estimada: 190 pessoas.

Situação da Terra Indígena (TI): Terra Indígena com visita preliminar realizada pela FUNAI, em 2003/2004.

Tapeba

Município: Caucaia.

População estimada: 5.500 pessoas.

Situação da Terra Indígena (TI): Terra Indígena delimitada e identificada, aguardando respostas às contestações.

Potyguara/Potiguara

Municípios: Crateús, Novo Oriente, Monsenhor Tabosa e Tamboril.

População estimada: 1.000 pessoas.

Situação das Terras Indígenas (TIs): 1) Terra Indígena Potyguara de Mundo Novo/Viração: foi realizado estudo preliminar pela FUNAI em 2003/2004. Aguarda parecer técnico da FUNAI. 2) Terra Indígena Potiguara de Crateús e Novo Oriente: foi realizada visita preliminar pela FUNAI em 2003/2004. 3) Terra Indígena Potiguara do Nazário, Monte Nebo e São José: a ser identificada pela FUNAI.

Pitaguary

Municípios: Maracanaú e Pacatuba.

População estimada: 2.800 pessoas.

Situação da Terra Indígena (TI): Terra Indígena em processo de demarcação física.

Tremembé

Municípios: Itarema, Acaraú e Itapipoca.

População estimada: 4.820 pessoas.

Situação das Terras Indígenas (TIs): 1) Terra Indígena Tremembé do Córrego João Pereira e Telhas: regularizada completamente. 2) Terra Indígena Tremembé de Almofala: identificada e delimitada, com processo administrativo suspenso pelo Ministério da Justiça em 1996. 3) Terra Indígena Tremembé Queimadas, São José e Buriti: foram realizados estudos preliminares pela FUNAI em 2003/2004.

No quadro geral das etnias pode-se observar uma diversidade muito grande. Algumas têm uma população bem pequena, como os Kariri (60) e os Tubiba-Tapuia (90) e outras são bem maiores, como os Tapeba (5.500) e os Tremembé (4.820). Algumas habitam em vários municípios, como os Tabajara (Poranga, Tamboril, Crateús, Monsenhor Tabosa e Quiterianópolis), e por outro lado alguns municípios são habitados por várias etnias, como Monsenhor Tabosa que abriga os Potyguara, Tabajara, Gavião e Tubiba-Tapuia. Dessa forma, nos estudos antropológicos para a proposição das demarcações das terras indígenas, nem sempre há uma correspondência entre uma Terra Indígena para um grupo étnico específico, assim como nem sempre um grupo étnico é inteiramente contemplando por uma determinada Terra Indígena. Por sua vez, uma mesma Terra Indígena pode traspassar mais de um município e um mesmo município pode conter mais de uma Terra Indígena (ver anexo 2). Esses fatores, embora não sejam determinantes para o reduzido número de Terras Indígenas regularizadas no Ceará, não deixam de tornar mais complexa e difícil a realização das regularizações fundiárias neste Estado.

O movimento indígena local: suas ações e principais reivindicações

A organização dos grupos indígenas contemporâneos no Ceará teve início no ano de 1982, a começar pelos Tapeba, em Caucaia. A estes seguiram-se os Tremembé do Córrego João Pereira e os Tremembé de Almofala / Varjota, no município de Itarema. Depois vieram os Pitaguary, em Maracanaú e Pacatuba e os Jenipapo-Kanindé, em Aquiraz. Posteriormente, os Kalabaça, em Poranga e Crateús, os Potiguara, em Crateús, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente e Tamboril, os Tabajara, em Crateús, Poranga, Tamboril, Quiterianópolis e Monsenhor Tabosa e os Kariri em Crateús, seguidos pelos Kanindé em Aratuba e Canindé. E mais recentemente os Gavião e os Tubiba-Tapuia em Monsenhor Tabosa e os Anacé em Caucaia e São Gonçalo do Amarante.

A organização estadual começou a partir da Campanha de Demarcação das Terras Indígenas no Ceará – "Terra Demarcada – Vida Garantida", deflagrada nacionalmente no ano de 1993, como parte do movimento "Ano Internacional dos Povos Indígenas no Mundo". De lá para cá, o movimento indígena tem realizado assembléias anuais regularmente. Estas assembléias são realizadas nas próprias áreas indígenas, havendo um rodízio entre elas. A partir de deliberações nas Assembléias é que foram criadas a COPICE e a AMICE. O movimento também é articulado regionalmente através da APOINME (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo) e esta se faz sempre presente nos fóruns nacionais.

Uma das características desse movimento é a interlocução com o poder central – no âmbito do executivo, do legislativo e judiciário, nos níveis federal, estadual e municipal – e com outros movimentos independentes do poder estatal, como são as ONGs, os sindicatos, as associações e outras instituições da sociedade civil, interagindo assim tanto em relações verticais como horizontais.

A atenção às tradições é uma das vertentes da ação do movimento. Ações que incrementem a auto-estima, a valorização das artes, mitos, memória social, saberes e práticas, são constantes. Como parte dessa "política cultural" dos

povos indígenas, alguns bens culturais têm sido produzido nos últimos anos, como livros e discos, para além do artesanato, este mais disseminado.

Na agenda política do movimento indígena nacional pode-se ver o sucedâneo do temário posto desde meados do século XVIII, objetos de disputas entre diferentes segmentos da sociedade nacional, tais como os usos e dividendos da riqueza produzida a partir das áreas indígenas, notadamente da extração mineral no norte do país e a regularização fundiária.

Na pauta de reivindicação do movimento o ponto fundamental continua sendo a regularização das terras indígenas. No Ceará, até o presente, temos somente uma terra indígena completamente regularizada - a Terra Indígena dos Tremembé do Córrego João Pereira, homologada em 06.05.031. Como se pôde ver anteriormente, algumas estão em estado de suspensão por litígios, diversas apenas iniciaram os primeiros passos da regularização e algumas ainda aguardam o início do processo (ver anexo 3).

Na luta permanente pelo reconhecimento social, respeito e garantia de seus direitos, outros temas relevantes são a assistência à saúde e o incremento na educação diferenciada, esferas em que os índios têm conseguido importantes conquistas, como o estabelecimento do atendimento médico diferenciado para as suas áreas e os cursos de formação para o magistério indígena. Como um movimento contemporâneo que é, em dia com a agenda de seu tempo, os povos indígenas têm discutido questões tais como o grau de participação dos índios nas instituições governamentais e têm criado organizações autônomas, através das quais eles próprios criam seus projetos, captam e administram recursos dirigidos para atividades produtivas, culturais e de preservação ambiental.

A Associação para o Desenvolvimento Econômico Regional – ADER

A Associação para o Desenvolvimento Econômico Regional – ADER é uma organização francesa, não governamental, sem fins lucrativos, que foi criada em 1994 com o objetivo "de participar da luta contra a pobreza e apoiar o desenvolvimento sócio-econômico nos países em desenvolvimento, cuja ação se inscreve na dimensão do desenvolvimento durável" (http://www.ader.eu/francais/index.html). Nesse sentido, sua ação se realiza junto às comunidades marginalizas e descriminadas, particularmente nos domínios que se seguem:

a) Melhoria das condições habitacionais, envolvendo o acesso à propriedade fundiária, a construção e a reabilitação de casas, o acesso à água e eletrificação por energia solar.

b) Instauração de dispositivos de créditos adaptados que visam à geração de uma dinâmica econômica duradoura.

c) Estruturação funcional da sociedade civil que permita às populações se organizar e serem uma força de interpelação, e, sobretudo que permita atingirem os objetivos definidos no âmbito dos projetos.

d) Educação e formação, numa perspectiva de responsabilização e de profissionalização dos atores locais.

A Ader iniciou suas atividades no Mali, junto a populações de Bamako (1994), depois passou a atuar na Índia (1997) e no Senegal (2004) e só mais recentemente inaugurou seu trabalho no Brasil, a partir do estado do Ceará (2007). No âmbito de suas atividades, o Projeto desenvolvido no Brasil trás inovações, tanto pelo objeto sobre o qual atua – Direitos Humanos – quanto em relação às parcerias que atuam no desenvolvimento do Projeto. Com efeito, contar com a participação da Universidade Federal do Ceará abre para a Ader a possibilidade de alimentar uma prática mais reflexiva, mais voltada para a avaliação do seu próprio modo de operar e intervir nas comunidades. Por outro lado, ao buscar reunir o "saber intelectual" e o "saber operacional", a Ader procura evoluir para uma prática mais integrativa de ação e reflexão, que articula diferentes saberes junto às populações sobre as quais atua.

O Projeto "Ação Educativa e de sensibilização para o reconhecimento e o respeito aos direitos indígenas"

O Projeto desenvolvido no Ceará tem como objetivos gerais "promover os direitos humanos no Brasil; contribuir para o surgimento de um movimento organizado e eficaz, de defesa dos direitos das populações indígenas no Brasil e reduzir as discriminações dirigidas às comunidades indígenas do Brasil" (De uma ação educativa e de sensibilização sobre os direitos dos índios do estado do Ceará ao desenvolvimento do respeito dos direitos humanos no Brasil).

Como objetivo específico, pretende a sensibilização do público cearense aos problemas das comunidades indígenas, bem como reforçar as capacidades dessas comunidades, para que elas tenham acesso ao respeito aos seus direitos, em particular o direito à terra. Estão envolvidas no Projeto quatro comunidades, a saber: Tapeba, Tremembé, Jenipapo-Kanindé e Pitaguary, as quais perfazem uma população estimada em cerca de 13.000 indivíduos (Povos Indígenas no Ceará: organização, memória e luta). A proposta do Projeto é bastante audaciosa e ampla, constituindo-se em seis diferentes atividades, conforme explicitado em seu texto de origem:

Atividade 1: Curso "Formação aos Direitos".

Atividade 2: Criação de instrumentos pedagógicos.

Atividade 3: Criação de um boletim de informação periódica.

Atividade 4: Criação de antenas de assistência jurídica.

Atividade 5: Concepção e lançamento de uma campanha de sensibilização sobre os direitos dos índios.

Atividade 6: Criação de um observatório das violações dos direitos dos índios.

---

1 Este artigo apresenta parte dos resultados obtidos por meio de minha pesquisa de Pós-Doutoramento realizada no Museu Nacional (UFRJ), de outubro de 2007 a setembro de 2008, sob a supervisão da profa. Giralda Seyferth. Por produção literária compreendo toda a produção escrita que tem sido editada e publicada, independente do gênero literário ou do valor estético da mesma. Minha atenção se volta especialmente ao ato de tornar públicas tais narrativas.

O curso de formação aos direitos tem como meta transmitir aos professores e representantes das organizações indígenas o conhecimento sobre os seus direitos, pretendendo-se com isso contribuir para o aumento da capacidade destas comunidades em atuar na exigência do respeito aos seus direitos. Tal atividade, inicialmente prevista para contemplar 80 alunos das quatro comunidades envolvidas no Projeto, incluiu mais 2 representantes das outras comunidades indígenas do Ceará não participantes do Projeto, como fruto de negociação entre os gestores do projeto e as organizações indígenas, quando da implantação do mesmo.

A criação de instrumentos pedagógicos visa à criação de novas ferramentas pedagógicas adaptadas à realidade dos indígenas do Ceará, assim como a adaptação das ferramentas pedagógicas já existentes à educação e à promoção dos seus direitos. Tais instrumentos são concebidos com o objetivo de ensinar, informar e sensibilizar os alunos sobre seus direitos e implicá-los na sua defesa. Para tanto, acontecem oficinas ao longo do curso de Formação aos Direitos, as quais são destinadas a 20 membros das quatro comunidades. Tais materiais produzidos podem ser utilizados, posteriormente, nas escolas indígenas.

A criação de um boletim de informação periódica, bimestral, realizado para e pelos índios, tem como objetivo favorecer a circulação da informação entre e dentro das diversas comunidades indígenas, permitindo assim uma conexão dos vários beneficiários do projeto, atenuando a distância geográfica que os separa. Os temas abordados pelo boletim contemplam os processos jurídicos em curso, favorecendo a troca de experiências, a capitalização e a difusão de ações exitosas. Também contempla um espaço de opinião e de debates, alimentando a reflexão em torno da temática do respeito aos direitos.

A criação de antenas de assistência jurídica constitui um serviço e um equipamento comunitário, que permite uma melhora real dos meios de acesso ao sistema judiciário. As mesmas são instaladas dentro de cada uma das comunidades, oferecendo assistência jurídica aos membros dessas comunidades, no que diz respeito aos procedimentos de demarcação das terras, outros conflitos coletivos e questões do direito comum.

A criação de um observatório das violações dos direitos dos índios tem como objetivos listar todos os casos de infração ou violação dos direitos dos índios e produzir uma informação confiável e independente sobre o estado das populações indígenas. Para isso, supõe a criação de um site na internet que se presta a divulgar informações destinadas às organizações nacionais e internacionais, interessadas na problemática do direito das populações indígenas no Brasil.

A concepção e o lançamento de uma campanha de sensibilização sobre os direitos dos índios visam informar a população do Ceará a respeito das condições precárias das populações indígenas, assim como as discriminações e infrações aos direitos das quais elas são vítimas. Pretende-se propiciar uma melhor compreensão da situação das populações indígenas, bem como uma melhor aceitação das suas especificidades, das suas diferenças, da sua importância enquanto parte do patrimônio cultural do Brasil e da importância do acesso às terras para a preservação destes povos. Com essa sensibilização da opinião pública à causa indígena, busca-se um maior apoio e uma maior força ao movimento indígena, em sua luta pela conquista de direitos.

Para dar conta de todas essas atividades, o Projeto conta com a participação de 15 estudantes-estagiários dos cursos de direito (6), ciências sociais (2), comunicação (4) e pedagogia (3) distribuídos na várias atividades: 5 na criação das antenas de assistência jurídica, 4 na criação do observatório das violações dos direitos dos índios, 3 na criação do boletim de informação periódica e 3 na criação de instrumentos pedagógicos. Orientam e acompanham o trabalho dos estudantes das antenas de assistência jurídica e do observatório das violações dos direitos, dois professores, sendo um do curso de direito e outro do curso de ciências sociais; e acompanha os estudantes do boletim de informação e dos instrumentos pedagógicos um técnico do Instituto Sindicale per la Cooperazione allo Sviluppo (ISCOS). O Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH) participa com dois advogados, responsáveis pelo curso de formação aos direitos. Para a criação da campanha de sensibilização sobre os direitos dos índios o Projeto conta com o apoio do coordenador do curso de comunicação que lançará concurso para os alunos, e para a implementação da mesma, deverá ser lançado edital público na cidade de Fortaleza. A coordenação geral do Projeto está a cargo da ADER, através de uma gestora local que é acompanhada por uma coordenadora na sede, em Paris. Dispõe também de um funcionário administrativo, responsável pelas transações financeiras. O prazo de vigência do projeto são dois anos, com sua finalização prevista inicialmente para janeiro de 2009.

Os representantes das comunidades indígenas ligados diretamente às atividades são escolhidos dentre os participantes do curso de formação em direitos, segundo as potencialidades e desempenho ao longo do curso, e estão distribuídos como se segue: 20 participantes para as oficinas pedagógicas (5 por etnia), 8 agentes para as antenas (2 por etnia) e 4 correspondentes para o Boletim (1 por etnia).

Pode-se observar que a equipe total é multidisciplinar, composta por um grande número de agentes, sendo 24 não-índios e 32 índios, que somam 56 indivíduos. Muitos são os desafios impostos ao Projeto, a começar pelo tamanho de sua própria equipe, a diversidade de formação de seus componentes e a diversidade de atividades previstas. Se tais diversidades podem mostrar-se como uma dificuldade à realização do Projeto, podem também mostrar-se como uma de suas riquezas, possibilitando uma pluralidade de olhares sobre o tema dos direitos humanos.

Ressaltando-se ainda a importância do envolvimento de um significativo número de estagiários, também de várias matrizes acadêmicas, o que permitirá a formação, em curto prazo, de novos pesquisadores, estudiosos e profissionais afeitos ao tema dos direitos humanos, em geral, e à presença das populações indígenas na sociedade brasileira e no estado do Ceará particularmente.

O Observatório dos Direitos Indígenas

"Este observatório terá como missão de listar todos os casos de infração ou violação dos direitos dos índios e de produzir uma informação confiável e independente sobre o estado das populações indígenas. Dessa forma o Observatório terá várias funções:

- Recolher a informação sobre os casos de violação dos direitos dos índios junto às antenas de assistência jurídica e na imprensa regional.
- Elaborar uma análise da situação dos direitos das populações indígenas e publicar um relatório anual que servirá de referência no estado do Ceará.
- Alertar a opinião pública e as autoridades sobre os casos graves de violação dos direitos dos índios ou sobre qualquer deterioração da situação, em especial do crescimento das expulsões, das violências ou dos assassinatos, principalmente pela publicação de comunicados na imprensa.
- Influenciar as autoridades para a aplicação das medidas de proteção aos direitos dos índios, prevenindo, por exemplo, qualquer tentativa de tráfego de influência ou outras formas de corrupção.
- As atividades do observatório proporcionarão a criação de um site na internet que servirá de espaço de informação destinada à ONGs, organizações internacionais ou qualquer outro ator interessado pela problemática do direito das populações indígenas no Brasil.
- Por fim, o observatório tem por vocação tornar-se o guardião do respeito aos direitos das populações indígenas, protegendo-as e ao mesmo tempo dissuadindo os proprietários agrários, autoridades locais ou qualquer outra pessoa de agir contra os interesses dos índios.

O Observatório terá assim um papel de centralização, coordenação e apoio às ações de luta pelos direitos das populações indígenas engajadas pelos diversos atores, e tentará adicionar sempre mais pessoas à causa das populações indígenas" (De uma ação educativa e de sensibilização sobre os direitos dos índios do Estado do Ceará ao desenvolvimento do respeito dos direitos humanos no Brasil).

Tal como figura no texto do Projeto, muitas são as atividades previstas para serem desenvolvidas pela equipe do observatório, algumas das quais deverão ser revistas, dado o seu caráter de superestimação de um órgão como este, que fogem ao âmbito acadêmico e de divulgação, situando-se no plano político, sob o qual não se pode definir *a priore* o seu alcance. Na qualidade de professora responsável por esta equipe, dei início ao processo de seleção dos estagiários em maio de 2007, em conjunto com a gestora local do Projeto. Após um período de preparação da equipe para o desempenho de suas atividades, definimos nosso ponto de partida e elegemos nossas prioridades, sobre os quais passo a discorrer. O relato aqui apresentado abrange um período de oito meses de vigência do projeto (até janeiro de 2008), quando me afastei temporariamente das atividades em razão de meu afastamento do Brasil. Como já foi dito, a equipe do observatório foi formado por 4 alunos, sendo dois de ciências sociais, um de comunicação e outro do direito. Ao longo de nosso trabalho passamos a contar também com a participação de mais dois professores, um do direito e outro também das ciências sociais, este, o que me substituiria, durante minha ausência.

Definimos a construção do site na internet como nossa primeira meta a ser atingida e em janeiro de 2008 lançamos na rede de computadores o sítio "Observatório dos Direitos Indígenas" (http://www.observatorioindigena.ufc.br/). Do ponto de vista metodológico, a primeira questão com a qual nos deparamos foi sobre a legitimidade das informações com as quais trabalharíamos. Ao cabo de muitas sessões de discussões e reflexões deliberamos que partiríamos do princípio de lidar com informações sobre situações de violação de direitos que fossem públicas. Tomando como definição de pública aquelas informações já veiculadas nos meios de comunicação (rádio, jornal, televisão, internet, etc) e aquelas registradas no Ministério Público Federal.

Entre os diversos campos do site, o seu cerne encontra-se em "Violação dos Direitos Indígenas". Os dados coletados foram agrupados por temáticas e concentram-se em situações relativas à terra, à saúde, à educação e ao meio ambiente.

Os casos mais graves denunciados relativos à saúde perpassam todas as aldeias e dizem respeito à negação de atendimento aos índios desaldeados pela Fundação Nacional de Saúde e à falta de saneamento básico: "dois em cada dez índios no Ceará vivem em casas sem banheiro e quatro em cada dez vivem sem água encanada" (http://www.observatorioindigena.ufc.br/).

No âmbito da educação, as situações de violação aos direitos atingem particularmente os professores indígenas, com a carência de concursos para estes professores e o atraso no pagamento daqueles já contratados. Mais abrangentes são os desrespeitos às escolas indígenas, com a falta de funcionários para o cumprimento das diferentes funções das escolas e mesmo a carência de construção das escolas diferenciadas, em simultâneo com o descumprimento da Lei Orgânica Anual do estado do Ceará (LOA): "somente 0,3% das verbas destinadas ao fortalecimento do Programa de Educação Escolar Indígena foram efetivamente utilizados [no ano de 2007]" (http://www.observatorioindigena.ufc.br/).

Quanto ao meio ambiente, as violações variam bastante, em função da própria posição geográfica de cada aldeia. Atingem principalmente a qualidade das águas doces, do mangue e do mar, comprometendo o meio ambiente e por conseqüência as possibilidades de reprodução e sobrevivência das comunidades indígenas Os focos de conflito são gerados por diferentes agentes, tanto públicos como privados, envolvendo pedreiras, grandes empreendimentos turísticos, indústrias, siderúrgicas, gasoduto e estradas: "dentro da TI Tremembé de S. José e Buriti, em Itapipoca (litoral oeste do Ceará), o grupo

espanhol Nova Atlântida está construindo um empreendimento turístico orçado em R$ 15 bilhões. (...) Os índios vêm recebendo ameaças, principalmente da segurança privada contratada pela empresa, sendo impelidos a deixar seu território" (http://www.observatorioindigena.ufc.br/).

Em relação à regularização fundiária, maior ponto de estrangulamento da política do Estado brasileiro concernente às comunidades indígenas, e que configura o mais severo crime contra os direitos dessas comunidades, aponta-se primeiramente o descumprimento do prazo previsto para a demarcação das terras indígenas no Brasil, a partir da promulgação da constituição de 1988. Naquela época, previa-se um prazo de 5 anos para a conclusão das demarcações: "no Ceará, o único processo de demarcação existente à época era o referente à TI Tapeba, de forma que a ele se aplica indubitavelmente o mandamento constitucional.(...). Contudo, até hoje, quase 20 anos após a promulgação da Constituição, o processo de demarcação da TI Tapeba não foi concluído" (http://www.observatorioindigena.ufc.br/).

Para os processos de demarcação iniciados, há uma demora excessiva em suas tramitações, cujos recursos interpostos pelos contraditórios muitas vezes exigem o retorno dos processos às etapas iniciais dos mesmos. A isso, some-se a falta de recursos materiais e financeiros do órgão indigenista designado para a efetivação das demarcações (FUNAI), o que revela seu débil poder político frente a outros setores da administração pública e no seio da sociedade civil: "das 15 terras indígenas reivindicadas no Estado do Ceará, sete ainda aguardam os procedimentos inicias de fundamentação antropológica" (http://www.observatorioindigena.ufc.br/).

O ementário das situações de violações dos direitos dos índios no estado do Ceará nos indica que muito há que se percorrer para que tenhamos uma situação mais aceitável de respeito aos direitos dessas comunidades (ver anexo 4). A continuação das atividades do observatório previstas para serem realizadas no ano de 2008 supunha a realização de pesquisas, de caráter analítico sobre cada um dos temas que foram coligidos durante o ano de 2007 (terra, saúde, educação e meio ambiente). Encaminha-se assim na busca de atingir mais uma das metas previstas para a atuação do observatório, qual seja a produção de uma análise sobre a situação dos direitos das populações indígenas, com vistas à publicação de um relatório pioneiro, no âmbito do estado do Ceará.

Bibliografia

Cardoso de Oliveira. (1976). *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira.

Carneiro da Cunha, Manuela. (1986). *Antropologia do Brasil*. São Paulo: brasiliense/Edusp.

Darcy, Ribeiro. (1970). *Os índios e a civilização*. Petrópolis: Vozes.

L'Association pour le Développement Economique Régional (ADER). (2008). http://www.ader.eu/francais/index.html (Consultado na internet em 17 de novembro de 2008).

L'Association pour le Développement Economique Régional (ADER). (2007). De uma ação educativa e de sensibilização sobre os direitos dos índios do estado do Ceará ao desenvolvimento do respeito dos direitos humanos no Brasil. (impresso).

Memorial da Cultura Cearense, do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. (2007). *Povos Indígenas no Ceará: organização, memória e luta*. Coordenação: Isabelle Braz Peixoto da Silva. Fortaleza: Gráfica Ribeiro's.

Naciones Unidas. (2007). Declaración de las naciones Unidas sobre los derechos de los pueblos indígenas. Asamblea General. 12 de setembro de 2007. (impresso).

Observatório dos Direitos Indígenas. (2008). http://www.observatorioindigena.ufc.br. (Consultado na internet em 22 de novembro de 2008).

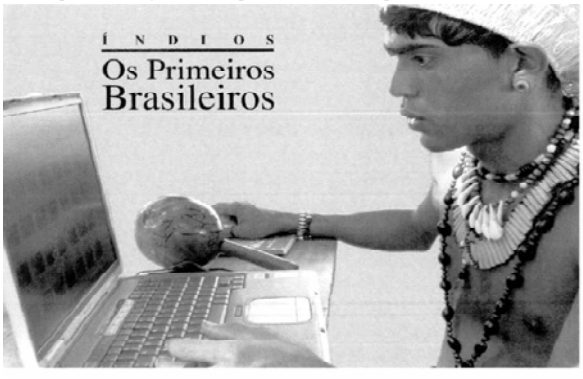
Pacheco de Oliveira, João. (1993). A viagem da volta: Mobilização política e etnicidade entre os índios do Nordeste. In: *Atlas das Terras Indígenas do Nordeste*. Rio de Janeiro: PETI/Museu Nacional/UFRJ.

_____.(1998). Uma etnologia dos "índios misturado"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Revista Mana*. Estudos de Antropologia Social. Rio de janeiro, v. 1, nº. 4, p. 47-77.

Silva, Isabelle Braz Peixoto da. (2005). Vilas *de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório* Pombalino. Campinas: Pontes editores.

Anexo 1:

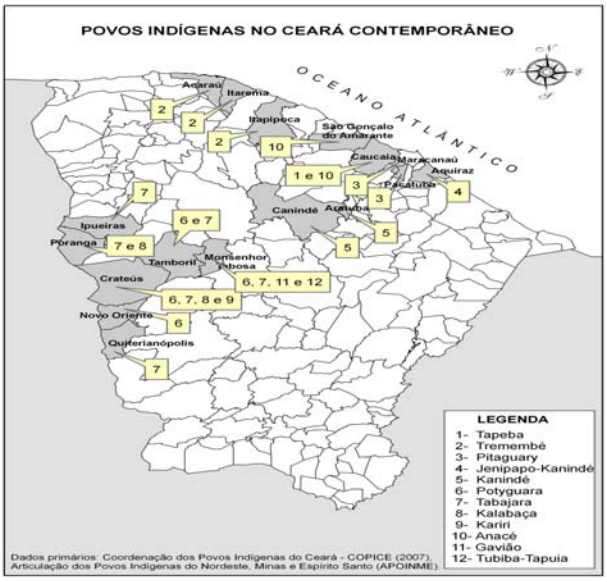
Índio Tapeba, em foto para a divulgação da Exposição "*Índios, os primeiros brasileiros*", novembro de 2007.



Anexo 2:

Povos indígenas no Ceará contemporâneo (extraído de Memorial da Cultura Cearense, do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. (2007). *Povos Indígenas no Ceará: organização, memória e luta*. Coordenação: Isabelle Braz Peixoto da Silva. Fortaleza: Gráfica Ribeiro's).

.



Anexo 3:

Situação das terras indígenas no Ceará, dezembro de 2007.

Terra Indígena	Povo	Localização	Situação atual
Kariri	Kariri	Crateús	Terra Indígena com visita preliminar realizada pela FUNAI, em 2003/2004.
Mundo Novo/Viração	Tubiba-Tapuia Potyguara Tabajara Gavião	Monsenhor Tabosa e Tamboril	Terra Indígena com estudo preliminar realizado pela FUNAI em 2003/2004. Aguarda parecer técnico.
Kanindé	Kanindé	Aratuba e Canindé	Terra Indígena com visita preliminar realizada pela FUNAI e processo aberto em 2003/2004. Aguarda procedimentos para a realização do estudo preliminar.
Jenipapo-Kanindé	Jenipapo-Kanindé	Aquiraz	Terra Indígena delimitada e identificada, aguardando resposta às contestações.
Anacé	Anacé	São Gonçalo do Amarante e Caucaia.	Terra Indígena a ser identificada pela FUNAI.
Tabajara	Tabajara	Quiterianópolis	Terras Indígenas com estudos preliminares realizados pela FUNAI em 2003/2004. Aguarda parecer técnico.
Tabajara/ Potiguara	Tabajara Potiguara	Tamboril	Terras Indígenas com estudos preliminares realizados pela FUNAI em 2003/2004. Aguarda parecer técnico.
Kalabaça/ Tabajara	Kalabaça Tabajara	Poranga	Terras Indígenas com estudos preliminares realizados pela FUNAI em 2003/2004. Aguarda parecer técnico.
Tapeba	Tapeba	Caucaia	Terra Indígena delimitada e identificada, aguardando respostas às contestações.

Potiguara de Crateús e Novo Oriente	Potiguara	Crateús e Novo Oriente	Terra Indígena com visita preliminar realizada pela FUNAI em 2003/2004.
Potiguara do Nazário, Monte Nebo e São José	Potiguara Tabajara Kalabaça	Crateús	Terra Indígena a ser identificada pela FUNAI.
Pitaguary	Pitaguary	Maracanaú e Pacatuba	Terra Indígena em processo de demarcação física.
Tremembé do Córrego João Pereira e Telhas	Tremembé	Itarema e Acaraú	Terra indígena regularizada completamente.
Tremembé de Almofala	Tremembé	Itarema	Terra Indígena identificada e delimitada, com processo administrativo suspenso pelo Ministério da Justiça desde 1996.
Tremembé de Queimadas	Tremembé	Acaraú	Terra indígena com estudos preliminares realizados pela FUNAI em 2003/2004.
São José e Buriti	Tremembé	Itapipoca	Terra indígena com estudos preliminares realizados pela FUNAI em 2003/2004.

Anexo 4:

Matéria publicada no jornal O Estado, 22 de agosto de 2008.

Jornal O Estado
Geral
sexta-feira, 22 de agosto de 2008
Ato contra a violação dos direitos indígenas
Diversos movimentos sociais, ONGs e militantes se uniram aos índios

Com o lema "Nossos direitos estão sendo violados! Vamos lutar juntos! Não nos rendemos, nem nos vendemos!", 13 etnias indígenas do Estado se manifestaram ontem à tarde, em um ato contra a violação de seus direitos. O início se deu na Praça José de Alencar onde dançaram o toré e fizeram algumas reivindicações. Em seguida cocar, rostos pintados, penas e palhas encheram as ruas Major Facundo e São Paulo na caminhada até a Praça do Ferreira. Os índios cantaram e bateram o pé no chão como em busca de serem ouvidos. "Estamos vivos. Queremos viver", era uma das faixas que eles seguravam.

Diversos movimentos sociais, ONGs, grupos de pesquisa das Universidades e de assessoria jurídica popular, advogados, militantes dos direitos humanos se uniram aos índios para denunciarem as dificuldades enfrentadas por aqueles que foram os primeiros habitantes do Brasil.

> Segundo Tiago Santos de Lima, da tribo Anacé, essa manifestação deu-se por algumas falas de inexistência de índios no Ceará. Já a integrante da Missão Tremembé, Maria Amélia, acusou como um dos grandes responsáveis por essas afirmações o Governo do Estado. "Esse ato que os índios estão realizando é lindo e inédito. É um grito para identificar a presença deles", falou.

De acordo com os manifestantes, no Ceará várias etnias sofrem com os interesses privados como os Jenipapo - Kanindé que estão em conflitos, por conta da poluição e retirada da água da Lagoa da Encantada; os Anacé que desde a construção do Porto do Pecém vem sendo expulsos das terras por eles anteriormente ocupadas e ainda causando impactos ambientais e os Pitaguary que estão ameaçados judicialmente de perder parte de suas terras para um posseiro que ocupa indevidamente um espaço de 600 ha no meio da aldeia em que estes vivem.

Também os Tremembé de São José e Buriti e o grupo Nova Atlântida, que pretende construir um megaempreendimento turístico nas terras habitadas secularmente pelos índios. Somando-se a problemática dos que moram no sertão e que vivem em situação de intenso conflito por conta da identificação indígena e da demarcação de seus territórios.

> Emanuel Júlio Castro, 75, é da tribo dos Tremembé e afirmou não ser de acordo com a negação da identidade por parte de alguns índios. "Isso significa ignorar as suas origens", afirmou.

Imigrantes africanos dos PALOP e negros brasileiros: identidade étnica contruída na imprensa de Portugal e do Brasil

Rosangela Borges
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Universidade de Coimbra
rosangelafcb@yahoo.com.br

***Resumo*:** Esta investigação apresenta como principal proposta verificar como é construída não só a identidade étnica dos imigrantes negros africanos dos PALOP e seus descendentes nos jornais portugueses *Público*, *Correio da Manhã* e *O Expresso*, em 2003, 2004 e 2005, como também do negro brasileiro na revista *Raça Brasil* durante o mesmo período. Busca-se também perceber, tanto no caso dos negros brasileiros no Brasil como no dos imigrantes negros africanos dos PALOP em Portugal, embora ambos estejam inseridos em realidades históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais diversas, quais as recorrências temáticas, as proximidades, as distâncias e as semelhanças encontradas nos discursos dos jornais portugueses e da revista Raça Brasil. Na definição desta proposta, a investigação conta sobretuto com as contribuições teóricas de Max Weber, Fredrik Barth, Stuart Hall e Michel Wieviorka, no sentido de captar especificidades do que se define como uma identidade propriamente étnica. A opção metodológica é a abordagem quali-quantitativa por meio da análise de conteúdo e de discurso através da ferramenta computadorizada *Statistical Package for Social Sciences* – SPSS, juntamente com entrevistas com lideranças vinculadas aos imigrantes negros africanos dos PALOP em Portugal e aos negros brasileiros no Brasil para possibilitar a conjugação de fatores diferenciados da realidade investigada. Procura-se, também, não privilegiar apenas os resultados por si mesmos, mas evidenciar a reflexão da relação entre mídia e identidade étnica e os vínculos das ações particulares e o contexto em que estas se dão nas sociedades em que estão inseridas.

Palavras-chave: Identidade étnica; Imigrantes africanos; Negros brasileiros; Mídia impressa.

Identidade étnica e imigrantes africanos dos PALOP na imprensa de Portugal

Apresenta-se como princípio norteador da reflexão para este estudo que a mídia constrói identidades em seus noticiários e que a identidade étnica é constituinte de uma forma de identificação pertinente aos atores sociais que, em maior ou menor grau, está sendo remodelada no processo de globalização e, assim, indaga-se sobre quais as identidades étnicas construídas sobre os imigrantes negros africanos dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, denominadamente Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau) nos jornais portugueses, diários, *Público, Correio da Manhã* e o semanário *O Expresso* e sobre os negros brasileiros na revista *Raça Brasil*.

A investigação junto ao *corpus* de 163 peças recolhidas dos jornais portugueses *Público, Correio da Manhã* e *O Expresso*, durante os anos de 2003, 2004 e 2005, noticiários referentes aos imigrantes negros africanos dos PALOP e seus descendentes, numa abordagem quali-quantitativa, por meio da análise de conteúdo e de discurso através da ferramenta computadorizada *Statistical Package for Social Sciences* – SPSS, juntamente com entrevistas com lideranças vinculadas aos imigrantes negros africanos dos PALOP em Portugal, que possibilitaram a conjugação de fatores diferenciados da realidade investigada, verificou-se, na totalidade dos jornais portugueses, que a identificação (nacionalidade ou etnia) dos imigrantes africanos e seus descendentes é apresentada pela mídia, em sua grande maioria, como PALOP, em 77 peças. Em segundo lugar aparecem empatadas as denominações africanos e cabo-verdianos com 30 peças, em terceiro guineenses, com 18 peças e, em quarto, angolanos, em 8 peças. Moçambicanos e santomenses não são citados em nenhuma das 163 peças.

Considerada a totalidade dos 32 temas elencados (acidente/incidente; agenda; clandestinidade; condições sociais; crime; desemprego; educação; exploração; expulsão; família; habitação; legalização; máfia; prostituição; reagrupamento; religião; sem abrigo; saúde; trabalho; violência; cultura; naturalização; legislação; discriminação; estatística; segurança; integração; SEF- Serviço de Estrangeiro e Fronteira; terrorismo; economia; estudos sobre imigração e outros), os mais focados pelos três jornais analisados durante os três anos são: integração, com 28 peças, seguido de discriminação com 24 peças.

No cruzamento entre os temas mais focados em relação às nacionalidades ou etnias dos imigrantes negros africanos dos PALOP, o tema integração aparece relacionado mais à denominação PALOP (19 peças), o tema discriminação é a mais frequente para a denominação africano (12 peças), crime para a denominação cabo-verdiano (5 peças) e condições sociais para os angolanos (3 peças). Na totalidade dos três jornais durante os anos de 2003, 2004 e 2005, o tom negativo prevalece em 75 das peças. Os resultados recolhidos destas variáveis apontam para algumas tendências: a legitimação de uma identidade étnica construída nesses jornais cristalizando um perfil negativo sobre os imigrantes negros africanos dos PALOP refletido no tema discriminação, segundo mais apontado e um tom dominante, em sua maioria, negativo.

A marcação desses sujeitos pela mídia impressa, a partir da nacionalidade e/ou etnia, assinala a tendência de uma etnicização da imagem do imigrante, por meio da exclusão ou da marginalização na medida em que são definidos nas entrelinhas dos discursos jornalísticos como "outros" ou forasteiros.

O tema integração, o mais abordado, sinaliza para o crescimento na pressão migratória, os dilemas das políticas de imigração muitas vezes inconsistentes e inoperantes, uma vez que circulam entre os limites da valorização e reconhecimento da diferença cultural e do comunitarismo, do universalismo e da escolha individual

dentro de um processo de integração condizente com os parâmetros sociais, culturais, históricos, políticos e econômicos de Portugal.

As culturas nacionais são tentadas a se voltar ao passado, recuar ao tempo perdido, ou seja, ao tempo em que a nação era "grande". Esse retorno oculta uma intenção de mobilizar as pessoas para que expulsem os "outros" que ameaçam sua identidade nacional. Trata-se, na verdade, de um universalismo por meio do particularismo e um particularismo por meio do universalismo (HALL, 2002, p.56-57).

> Para Alcestina Tolentino, presidente da Associação Cabo-Verdiana em Lisboa, Portugal, os noticiários na imprensa portuguesa com enfoque negativo interferem na auto-estima principalmente dos jovens filhos de imigrantes. De acordo com ela:

A auto-estima fica muito para baixo. Nós pensamos ao trabalhar com os nossos jovens, descendentes dos imigrantes cabo-verdianos, em muitos bairros degradados, em barracas, estão concentrados no mesmo espaço. Essas zonas de concentração são olhadas com desconfiança. São descritas pelos media como zonas de insegurança. Uma das primeiras coisas que precisamos é que os órgãos de comunicação parem de utilizar o termo "bairros problemáticos". Quando se fala em imigração, começam sempre com o "problema", ou o "problemático", o "fenômeno". E os jovens são vistos como "problema". O "problema" é falta de oportunidade. Este ano é o ano europeu da igualdade de oportunidades, portanto vamos lutar por isso, principalmente estes jovens que já são nascidos e criados aqui, que estão a formar como cidadão aqui possam participar da sociedade portuguesa para uma competição em termos globais, que sejam criadas os dispositivos de compensação na área da cultura, profissional, educação, desporto, que sejam criadas oportunidades.

É preciso lembrar que a identidade e a diferença não são entidades preexistentes, naturalizadas, não são elementos passivos da cultura, mas têm que ser constantemente criadas e recriadas. Por esse motivo a identidade e a diferença têm a ver com a atribuição de sentido à vida social e com disputas em torno dessa atribuição feita pela mídia. A diferenciação envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, na medida em que as identidades são construídas dentro e não fora do discurso. Portanto, é preciso compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. A identidade étnica vai se reconstruindo e reconfigurando ao longo do processo histórico.

Nesse sentido, as estatísticas elaboradas a partir dos noticiários veiculados nos jornais *Público, O Expresso* e *Correio da Manhã*, em 2003, 2004 e 2005, juntamente com os discursos recolhidos com o grupo de entrevistados, demonstram o quanto a mídia em Portugal ainda trabalha com a construção de uma identidade étnica negativa sobre os imigrantes negros africanos dos PALOP em Portugal, apesar da investigação em questão também apontar algumas tendências de mudanças significativas desse quadro em relação ao noticiário. Essa constatação é verificada por meio dos dados apresentados entre o cruzamento das variáveis tom dominante, meio e ano.

Em 2003, o tom negativo aparece em primeiro lugar com 20 peças, seguido do que se pretende neutro com 10 peças e, por último, o positivo com 7 peças. Já em 2004 o tom que se pretende neutro é que prevalece em 14 peças, seguido do negativo com 11 peças e positivo, com 8 peças. Embora em 2005 o tom negativo retorne em 44 peças, existe aqui uma divisão mais igualitária entre os tons positivo com 26 peças e que se pretende neutro, com 23 peças. Outro detalhe importante nessa modificação é que em 2005 pela primeira vez o tom positivo aparece em segundo lugar, diferentemente dos anos anteriores em que o tom positivo sempre prevaleceu em último lugar.

Sobre essas modificações de tom negativo para tom positivo nos noticiários sobre os imigrantes negros africanos dos PALOP nos útlimos anos, Rui Marques destaca o trabalho do ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minoriais Étnicas, órgão subordinado à Presidência do Conselho de Ministros do Governo Português, junto aos jornalistas:

Desde o princípio no ACIME nós procuramos em vários níveis, em vários caminhos, ter este trabalho de confiança nos jornalistas e que o nosso trabalho não é manipulador, nem de propaganda, procura ser um trabalho sério, de consistência, respeitando a liberdade editorial, respeitando as diferentes opiniões dos vários jornalistas, mantendo os canais abertos com os jornalistas e percebendo que existem critérios para as notícias.

Nota-se que o processo de uma construção identitária negativa sobre os imigrantes negros africanos dos PALOP e seus descendentes na mídia portuguesa, pelo menos no que se refere aos anos de 2003, 2004 e 2005, especificamente nos jornais *Público, O Expresso* e *Correio da Manhã*, pouco a pouco e de forma gradual e crescente começa a desencadear um discurso menos negativo.

No que tange ao papel dos jornalistas na construção da identidade, Ana Ribeiro Cruz, da SOS Racismo, Ong de combate ao racismo, localizada em Lisboa, Portugal, apresenta uma posição bastante diferenciada sobre o tema, na medida em que coloca a ênfase da problemática na formação que as universidades portuguesas dão aos estudantes do curso de Jornalismo. Para ela,

É importante que o jornalista saia da universidade com a noção do papel dele na formação da consciência das pessoas. Quando um jornalista escreve, tem que ter responsabilidade. É mais importante vender uma notícia do que a confirmação da notícia? Alguma coisa está errada. Quando um jornalista escreve uma notícia, tem que ter consciência da influência que ela tem naqueles que a lêem.

Raça Brasil: a identidade étnica dos negros brasileiros em pauta

Na revista *Raça Brasil*, dos 28 editoriais analisados, numa abordagem também quali-quantitativa, por meio da análise de conteúdo e de discurso através da ferramenta computadorizada *Statistical Package for Social Sciences* – SPSS, juntamente com entrevistas com lideranças de Ongs vinculadas aos negros brasileiros, o tema auto-estima, no conjunto, aparece em primeiro lugar com 7 peças e cultura, com 6 peças. Os resultados apontam para a linha editorial que *Raça Brasil* optou para abordar questões sobre o negro brasileiro. Portanto, se tratando do tema cultura ou auto-estima a ideologia dos editoriais da revista *Raça Brasil* está imbricada pelo projeto de resgate da auto-estima do negro.

O tom positivo dominante nas 26 peças, na totalidade dos 3 anos analisados, concorda plenamente com as temáticas abordadas pela revista. Ou seja, a revista *Raça Brasil* busca construir uma identidade étnica do negro brasileiro a partir de traços culturais diferenciadores, porém invertendo o que era considerado pelos outros veículos de comunicação como traços culturais diferenciadores negativos em positivos, por isso a predominância de matérias sobre beleza negra (cabelo, maquiagem), sucesso (ascensão econômica e social), comportamento, com destaque para "celebridades" negras (cultura) que normalmente já possuem visibilidade nos diversos veículos de comunicação, principalmente na televisão. Assim, *Raça Brasil* aponta para a tendência editorial na qual se quer que o reconhecimento, o resgate, a valorização da auto-estima sejam os principais elementos na construção da identidade étnica do negro brasileiro: celebrar a diferença, afirmando as qualidades do negro brasileiro que a revista considera importante.

Não se pode esquecer que, embora os primeiros números da revista nos idos de 1996 tenham chegado às mãos da população negra de variadas classes sociais por conta da própria novidade do produto editorial, a revista quer falar para "uma determinada população negra": a população negra constituída notadamente por mulheres da classe média, com poder de consumo.

Dessa forma, a afirmação étnica corresponde muitas vezes a uma diferenciação cultural sustentada em recursos econômicos autorizados por um poderoso apelo de um promissor mercado de negócios com base na etnia.

Flávio Carrança, jornalista e membro fundador da COJIRA – Comissão de Jornalistas para a Igualdade Racial do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, considera que *Raça Brasil* teve um papel didático na reorientação da formação da identidade étnica do negro:

A revista *Raça Brasil* teve um determinado momento em que se dissesse assim: não é feio ser negro, pode ser uma coisa legal. Ela disse para o mercado publicitário que era possível, que este público podia consumir qualquer tipo de produto, que ele existia e que tinha poder de consumo. Neste sentido ela inverteu um pouco o discurso que era do movimento negro que era o de vitimização. Neste sentido, a revista teve um papel didático e reorientou a formação da identidade talvez em outro sentido. Embora reportando valores até que ponto conservadores, mas ela teve um papel de mudança.

> Para Nilza Iraci, comunicadora social e coordenadora do Programa de Comunicação da Ong Geledes, organização de mulheres negras que tem por objetivo institucional combater o racismo e o sexismo, valorizar e promover as mulheres negras em particular e a comunidade negra em geral, fundada em 1988, a revista Raça Brasil cumpre bem o seu papel como uma produção editorial para o negro de um mercado consumidor segmentado de massa e que esse papel muitas vezes não é bem compreendido pelo movimento negro que tem demonstrado desde o início do lançamento da revista uma expectativa que não é condizente com a proposta da revista:

Qual a grande questão colocada pela revista *Raça* e dos ativistas da questão racial? Para a grande maioria dos movimentos sociais, organizações governamentais e não-governamentais e demais instituições que atuam nas fronteiras das relações raciais, esperava-se da revista *Raça* a possibilidade, dado o seu caráter inovador de uma publicação comercial e segmentada de uma aliada estratégica, quase uma porta-voz, uma mediadora da questão da visibilidade do racismo para a sociedade brasileira.

A reflexão de Wieviorka (2002) sobre o individualismo moderno esclarece bem os conflitos entre o movimento negro brasileiro e a revista *Raça Brasil*. Para Wieviorka (2002, p.57) existem duas percepções principais da transformação cultural que coexistem desde os anos 60 do século XX: uma que privilegia a maneira como o individualismo moderno é vivenciado na própria experiência de cada pessoa para a qual a identidade comporta dimensões culturais que não se transcrevem necessariamente em uma ação coletiva; a outra que considera as significações e as orientações culturais conduzidas pelos movimentos coletivos. Ainda sobre o individualismo moderno, Wieviorka (2002, p.58) informa que ele

> "representa aos nossos olhos uma das principais forças de ascensão das afirmações identitárias coletivas; constitui uma das componentes das diferenças culturais contemporâneas".

Quanto à questão da proposta de construção de uma identidade étnica do negro brasileiro na revista, na qual são elencados traços culturais difenciadores positivos como a valorização da auto-estima, a beleza, a ascensão social individual, a inserção no mercado de consumo, a visibilidade positiva do negro na mídia, novamente é Nilza Iraci da Ong Geledes quem apresenta a seguinte consideração:

A revista *Raça* surpreende o mercado editorial com uma visão diferenciada do negro: o de classe média, consumidor. A questão fundamental é que se para os movimentos sociais negros, ela se prendia a uma visa de

consumo, para negros em geral ela significava um nexo não apenas de visibilidade mas também de auto-estima. O mercado editorial feminino conta com inúmeras revistas (*Nova, Marie Claire, Claudia*), com abordagens mais ou menos semelhante, com assuntos mais ou menos aprofundados. Pulula, em escala crescente, publicações segmentadas tendo em vista a visibilidade das ações das diversas esferas sociais. Nesse sentido cabe a nós, enquanto movimento negro produzirmos uma publicação que possa ser um instrumento não apenas de visibilidade da questão racial, mas capaz de dialogar com toda a sociedade, e capaz de reverter o problema do racismo, da discriminação e preconceito que assola esse país e penaliza milhões de pessoas em função de sua raça. O nosso grande desafio, enquanto movimento negro, é criar uma publicação que seja capaz de veicular notícias e posições a partir do olhar desse segmento (em todas as áreas do conhecimento) contribuindo para a desconstrução de clichês, estereótipos, preconceitos historicamente construídos em diversos setores da sociedade. Não pode ser simplesmente a troca de clichês racistas por clichês militantes. Não se pode condenar a revista *Raça* por não cumprir as expectativas apenas de um segmento da população negra, mas na medida do possível estimulá-la para que também trate de questões para além do consumo. Para que ela dialogue a partir de uma visão não apenas de mercado e consumo, mas também que, sem ser panfletária, possa dialogar com a sociedade em geral a partir da questão identitária, ou sobre o que significa ser negro nesse país, para além da classe social.

Para Rosangela Aparecida Hilário, coordenadora do curso de Pedagogia da Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares – UNIPALMARES, Universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares que por meio do Instituto Afro-Brasileiro de Ensino Superior foi criada pela Portaria nº 3.591, de 13/12/02, do Ministério da Educação, e inaugurada em 21/11/03, a revista Raça Brasil é uma publicação que contribui para reverter a imagem negativa da estética negra até então veiculada na mídia. Segundo ela:

A revista *Raça Brasil* tem contribuído para reverter a imagem absolutamente inverídica de que negro não é bonito, não vende a não ser por meio de apelo de uma sensualidade pornográfica e da reprodução da estética europeia. Mas um trabalho de construção de uma (nova) identidade étnica, não acredito não. Até porque a revista não tem uma preocupação direcionada para discutir em profundidade as grandes questões relacionadas à construção da identidade étnica.

Assim, nos resultados da análise de conteúdo no SPSS, os discursos dos entrevistados apontam para a construção nas mídias impressas brasileira e portuguesa de uma identidade étnica dos imigrantes negros africanos dos PALOP em Portugal e dos negros brasileiros no Brasil, porém apontam também que os caminhos percorridos pelas mídias impressas de Portugal e do Brasil são distintos no processo e aproximativos no resultado final. Deste modo, os noticiários dos jornais portugueses *Público, Correio da Manhã* e *O Expresso,* em 2003, 2004 e 2005 tendem à construção de uma identidade étinica dos imigrantes negros africanos dos PALOP ainda bastante fixada em traços físicos e culturais diferenciadores para legitimar a oposição entre os "outros" – ex-colonizados, imigrantes e asilados, os negros – em relação ao "*nós*" – os colonizadores, os brancos, os "*nacionais portugueses*".

A revista brasileira *Raça Brasil*, por sua vez, durante o mesmo período, potencializa em seus editoriais também os traços físicos e culturais diferenciadores para a construção da identidade étnica do negro brasileiro, porém sua construção é fixada não apenas da sua condição de nós, de pertença à sociedade brasileira como em diferenças celebrativas, afirmativas, a partir do que a revista considera como as principais qualidades do negro brasileiro. Em ambos os casos, a construção da identidade étnica de imigrantes negros africanos dos PALOP e negros brasileiros nas mídias impressas operou o tempo todo um processo rotativo de distinção/reconhecimento, reconhecimento/distinção dos traços diferenciadores físicos e culturais.

Aquém e além-mar: proximidades, distâncias e semelhanças nas recorrências temáticas da imprensa portuguesa e brasileira

Como se depreende nesta exposição, na revista *Raça Brasil* os dados apontaram a temática auto-estima como a mais focada pela revista. Os demais temas porventura pautados pela revista, como condições sociais, educação, legislação, discriminação, beleza, trabalho, convergem sempre para a legitimação da temática auto-estima, num processo centrado.

Nos jornais portugueses *Público, Correio da Manhã* e *O Expresso*, verificou-se que na totalidade dos três jornais a identificação da nacionalidade e/ou etnia a que pertencem os imigrantes africanos e seus descendentes oriundos dos países africanos de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau é apresentada em sua maioria como PALOP. Em segundo lugar, os mais focados aparecem empatados com as denominações de africanos e cabo-verdianos. No que se atribui à totalidade dos temas, os mais visados, no conjunto dos jornais, são: integração e discriminação. Já no cruzamento entre os temas mais focados em relação às nacionalidades ou etnias dos imigrantes negros africanos dos PALOP, integração se relaciona mais à denominação PALOP e discriminação à denominação africano, enquanto o atributo cabo-verdianos está relacionado ao crime e angolanos a condições sociais. O tom dominante das notícias é o negativo.

A tendência de uma construção da identidade étnica com base na etnicização da imagem dos imigrantes negros africanos dos PALOP é, justamente, para legitimar a exclusão ou a marginalização dos mesmos, visando demarcar a fronteira entre os "outros", os "forasteiros", os imigrantes negros africanos dos PALOP e seus descendentes em detrimento ao *"nós", os portugueses, os de "dentro".*

Apesar dos resultados obtidos ainda confirmarem um tom negativo predominante na totalidade dos três anos analisados, quando associados à cobertura referente aos imigrantes negros africanos dos PALOP e seus descendentes, a investigação apontou também uma progressiva tendência para um discurso midiático entre o tom que se pretende neutro e o positivo, quando os resultados foram obtidos ano a ano. Em face do exposto, parece que, de forma gradual, começa-se a desencadear um discurso midiático menos negativo sobre essas populações, na medida em que a integração como tema mais focado durante os três anos pesquisados demonstra também um maior interesse da mídia portuguesa pelas questões que envolvem a identidade étnica e a cultura do "outro". É visível o reconhecimento por parte das próprias mídias do crescimento da pressão migratória, dos dilemas das políticas de imigração em Portugal, muitas vezes inconsistentes e inoperantes, na medida em que tais políticas circulam entre os limites da valorização e o reconhecimento da diferença cultural e do comunitarismo, do universalismo e da escolha individual condizente com os parâmetros sociais, culturais, históricos, políticos e econômicos do país, já que as culturas nacionais parecem sempre tentadas a se voltar ao passado, a recuar ao tempo perdido de quando a nação era "*grande*", em olhar o "*outro*" como uma ameaça para a identidade nacional. A afirmação da identidade traduz o desejo dos diferentes grupos sociais para garantir o acesso privilegiado aos bens sociais, numa estreita conexão com relações de poder.

A demarcação de fronteiras entre "*nós"* e os "*outros*" não é uma questão de simples categoriais gramaticais, mas indicadores de posições fortemente marcadas na sociedade portuguesa. Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos classificados. Assim, a identidade que tem a ver com uma atribuição de sentido ao mundo social e também com disputas em torno dessa atribuição, já que as identidades são construídas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, a mídia tem as suas estratégias e iniciativas específicas neste processo.

No que se refere à análise do *corpus* dos 28 editoriais recolhidos da revista *Raça Brasil*, os resultados dos cruzamentos dos dados referentes ao tema auto-estima e ao tom positivo, na maioria dos editoriais, apontaram para a tendência de uma construção da identidade étnica do negro brasileiro na revista por meio de traços culturais diferenciadores positivos, nos quais a diferença é celebrada na afirmação do que a própria revista considera como as principais qualidades dos negros brasileiros. E quais são estas qualidades dos negros brasileiros eleitas nos editoriais de *Raça Brasil*?

A predominância de matérias sobre beleza negra, sucesso (ascensão econômica e social), destaque para "celebridades" negras com grande visibilidade no mundo midiático contém a resposta a esta pergunta que a revista não quer calar. O seu posicionamento em favor da valorização da auto-estima do negro brasileiro é explícito desde o lançamento do primeiro número da revista, em 1996.

A afirmação da identidade étnica em *Raça Brasil* está vinculada a uma diferenciação cultural que permite responder ao poderoso apelo de um promissor mercado de negócios com base na etnia.

Deste modo, os resultados da análise de conteúdo e de discurso pontuaram, sim, uma tendência de construção nas mídias impressas brasileira e portuguesa de uma identidade étnica sobre os imigrantes negros africanos dos PALOP em Portugal e os negros brasileiros no Brasil, porém tal construção ressalta também que os caminhos percorridos por cada uma das identidades são distintos no processo e próximos no resultado final.

Os noticiários dos jornais portugueses *Público, Correio da Manhã* e *O Expresso*, em 2003, 2004 e 2005, procuram construir uma identidade étnica dos imigrantes negros africanos dos PALOP apresentando traços culturais diferenciadores para fixar a oposição entre os "*outros*", os ex-colonizados, os imigrantes e asilados, os negros, em relação ao "nós", os portugueses, os colonizadores, os brancos, os "nacionais".

Já a revista *Raça Brasil* potencializa em seus editoriais também traços culturais diferenciadores do negro brasileiro, mas para fortalecer, legitimar a identidade étnica e sua construção numa diferença celebrativa fixada na afirmação do que considera como as qualidades principais do negro brasileiro.

Durante o estudo nota-se também que os imigrantes negros africanos dos PALOP raramente têm a palavra nos jornais portugueses, uma vez que o estudo apontou as lideranças das associaições de imigrantes, SOS Racismo e o ACIME como a "*voz*" predominante dos noticiários.

Os negros africanos dos PALOP em Portugal ainda vivenciam um processo de inserção iniciado na década de 1970. Com a descolonização de Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Guiné Bissau, em 1975, abriu-se em Portugal o ciclo da imigração, não só com o repatriamento dos portugueses radicados nas colônias, mas também com o início de uma migração africana procedente destes países. A independência das ex-colônias colocou a questão, ou perca, da nacionalidade portuguesa pelos indivíduos nascidos, ou domiciliados nas ex-colônias antes dessa mudança.

A resposta para tal problema foi construída politicamente por meio da alteração da lei da nacionalidade, que até então se baseava no critério *ius solis* (atribuição da nacionalidade a todos os que nasceram no país) e passa a vigorar o critério do *ius sanguinis* (atribuição da nacionalidade a todos os descendentes de nacionais do país).

> Para Rui Pires (2003, p. 127) este procedimento transparece a distinção de tratamento por parte do governo de Portugal para a população branca residente nas ex-colônias e para a população negra.

Não podendo exercer aquela selectividade numa base racial, as autoridades políticas portuguesas da época resolvem o dilema – facilitação do repatriamento da população branca/dificuldade do fluxo de refugiados negros – remetendo para o critério do ius sanguinis a possibilidade de conservação da nacionalidade pelos naturais ou domicialiados nas ex-colônias. O critério transparece na definição das principais excepções ao princípio geral da perca da nacionalidade então adoptado, onde se estipula que conservavam a nacionalidade, depois da data da independência,

> "os seguintes portugueses domiciliados em território ultramarino tornado independente: os nascidos em Portugal continental e nas ilhas adjacentes; os nascidos no estrangeiro de pai ou mãe nascidos em Portugal ou nas ilhas adjacentes ou de naturalizados; a mulher casada com, ou viúva ou divorciada de, português dos referidos nas alíneas anteriores e os filhos menores deste (Decreto-Lei nº 308-A/75, Art.º1, n.º 1)"

A história subsequente da imigração em Portugal foi profundamente marcada pelos efeitos desta medida legislativa, na medida em que diferenciou o repatriamento das ex-colônias da imigração de estrangeiros com a mesma origem, definiu as condições jurídicas e simbólicas de integração dos futuros imigrantes, estrangeiros, e dos seus descendentes, na sociedade portuguesa e contribuiu para que os mesmos fossem colocados, inclusive pelas mídias portuguesa, no patamar do "outro" em relação ao "nós". E, embora, novas medidas no âmbito da integração atualmente em Portugal busquem amenizar esta dicotomia, os resultados apresentados nesta investigação demonstram que persiste ainda uma forte discriminação racial na sociedade portuguesa em relação aos imigrantes negros africanos dos PALOP.

Apesar de algumas mudanças no tratamento menos negativo pelas mídias quando o tema é a imigração em Portugal, os imigrantes negros africanos dos PALOP ainda são marcados como os "invisíveis", aqueles que "não existem", a não ser quando podem ser apresentados sob a luz da criminalidade, da degradação, dos "fora do lugar". Por sua vez, estas populações que convivem com a falta de acesso digno à moradia e ao emprego formal, aos serviços de saúde pública, juntamente com a discriminação e o racismo, estão cada vez mais confinadas a determinados espaços: centros associativos, família, bairro.

Nos editoriais da revista *Raça Brasil*, a voz predominante é a institucional, apontando como temáticas principais a auto-estima e a cultura, num enfoque para as "celebridades midiáticas". No entanto, se por um lado a revista coloca as "celebridades midiáticas" como exemplo para a valorização da auto-estima do negro brasileiro - que embora represente 49% da população do Brasil, na pirâmide social e econômica tem os piores índices de acesso à saúde, à educação formal, à moradia e os salários mais baixos – por outro, relega essa maioria da população negra ao patamar dos "invisíveis", dos que "*não existem*", dos "*outros*", que sendo igual ao "*nós*" porque todos são brasileiros, ainda são os "*outros*", porque negros.

Os que "*existem*" como "*celebridades*", negros de "*sucesso*", apresentados na revista como os exemplos de valorização da auto-estima para uma pequena classe média negra, com acesso aos serviços de saúde, a educação formal, aos bens de consumo, à moradia digna também são colocados como os "outros", em que o reconhecimento e a diferença física são valorizados, exotizados. São os "outros", os negros brasileiros estetizados, que a revista pretende veicular como padrão para a grande maioria da população negra brasileira.

O discurso da revista *Raça Brasil* sobre o negro é estético, um modo de subjetivação com base no individualismo que faz do sucesso pessoal o padrão geral de reconhecimento identitário. A questão do negro no Brasil tem um legado histórico muito mais abrangente: mais de 300 anos de escravidão; um processo de mestiçagem iniciado já nos primórdios da colonização para suprir as diversas necessidades do projeto colonizador português e mais tarde, nos finais do século XIX, com a ideologia do branqueamento biológico; a extinção da escravidão sem o mínimo de comprometimento quanto à integração do negro à sociedade; a idéia da democracia racial que colaborou muito para a negação da existência do racismo no Brasil.

No texto *A questão do negro: velhos e novos desafios* (1991, p.91), Josildeth Gomes Consorte enfatiza a importância de indagar sobre a questão da identidade do negro no Brasil, dentro de uma perspectiva da existência de impasses que a atravessam.

> A questão da identidade negra, colocada em pauta há mais de dez anos pelo movimento negro, encontra-se, desde então, atravessada por uma série de impasses na medida em que, ao colocar no centro do debate a construção da diferença, exige um amplo repensar dos elementos que entram no seu processo de construção e uma série de definições. Quem é o negro brasileiro? Por onde passa sua identidade? No retorno à África, em busca de suas raízes? Na sua história desde lado do Atlântico? A identidade negra tem que ser, necessariamente, una ou é possível considerá-la multifacetada, a partir das múltiplas experiências vividas aqui? É possível pensar uma identidade negra sem pensar uma cultura negra? Em que circunstâncias se vem efetivamente produzindo e reproduzindo uma cultura negra no Brasil? Quais os seus espaços e que cara ela tem?

Desta forma, a revista *Raça Brasil* longe de colocar em evidência ou discussão as razões estruturais do racismo e da discriminação, e as mudanças que tal situação exige, aponta para saídas individuais, para as oportunidades que se abrem a cada um, para a ascensão social como via de solução para o problema.

Referências

Bastide, R. (1973). *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Editora Perspectiva.
Bastos, J. P., & Bastos, S. P. (1999). *Portugal multicultural*. Lisboa: Fim de Século Edições.
Bauman, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
Consorte, J. G. (1991). *A questão do negro: velhos e novos desafios*. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: SEADE.
Cunha, I. F. (2007). *O SPSS e os estudos sobre os media e o jornalismo*. Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Editora Vozes.
Gusmão, N. M. de. (2005) *Os filhos da África em Portugal: antropologia, multiculturalidade e educação*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.
Hall, S. (2002). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Editora DP&A.
Hall, S. (2003). *Da diápora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil.
Pires, R. P. (2003). *Migrações e integração: teoria e aplicações à sociedade portuguesa*. Oeiras: Celta Editora.
Poutignat, P., & Streiff-Fenart, J. (1998). *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Editora UNESP.
Schwarcz, L. M. (1987). *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.
Sodré, M. (1999). *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes.
Vitorino, A. (2007). *Imigração: oportunidade ou ameaça? Recomendações do Fórum Gulbenkian Imigração*. Estoril: Principia Editora.
Weber, M. (1994) *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
Wieviorka, M. (2002). *A diferença*. Lisboa: Fenda Edições.
Wieviorka, M. (2007). *O racismo: uma introdução*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Expressar, classificar, publicar: a escrita como forma de resistência e expressão cultural entre descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (Brasil)

Maria Catarina Chitolina Zanini
Universidade Federal de Santa Maria- UFSM
cmzanini@terra.com.br

Resumo: Esta proposta tem por objetivo analisar a produção literária que está sendo desenvolvida por descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (Brasil), em especial na região central do estado e na serra gaúcha. Esta numerosa produção escrita está sendo por mim compreendida como uma forma de resistência cultural e um modo destes descendentes refazerem suas próprias trajetórias de vida. Elas, igualmente, tem desempenhado um papel extremamente importante na construção das memórias acerca do passado migrantista dos "italianos" e algumas são utilizadas como versões "oficiais". São romances, genealogias, memoriais, biografias, livros de receitas familiares, livros sobre as localidades, entre outros, que tem narrado as sutilizas do pertencimento étnico e as formas como estes indivíduos processaram a vivência da alteridade e a negociaram como forma de distinção.

Introdução

Pretende-se, por meio deste artigo, analisar algumas das produções literárias que estão sendo elaboradas por descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (Brasil).1 Migração esta que começou em finais do século XIX e que, em muito aspectos, merece ainda ser mais amplamente conhecida e estudada. Compreendo os descendentes de imigrantes italianos locais como grupo étnico no sentido a este atribuído por Barth (2000), ou seja, de que se consideram e são considerados como possuidores de sinais diacríticos específicos que os diferenciam das demais coletividades com as quais interagem no cenário da sociedade nacional brasileira e regional também. Contudo, ressaltaria que há várias italianidades que convivem e se manifestam nos diferentes momentos de interação destes indivíduos. Não se pode generalizar, seja historicamente, seja na forma de pertencimentos, o modo como os descendentes de italianos, ao longo de sua convivência com a sociedade nacional brasileira, reivindicaram suas italianidades nem mesmo o estilo discursivo com o qual tendem a expressá-las e invocá-las. O que há de genérico seria, de antemão, a crença numa origem comum (vide Weber,1994) que alimentaria suas noções de pertencimento "italiano", marcadas pelas inúmeras narrativas acerca da travessia, da migração, dos processos colonizadores, das histórias familiares e das localidades. São estas narrativas que findam por inspirar e se transformam em produção literária escrita, editada e publicada.

Meu interesse por estudar a produção literária desenvolvida pelos descendentes de imigrantes italianos começou quando da pesquisa etnográfica para meu doutoramento, momento em que pude observar o papel importante que alguns livros desempenhavam na consolidação e cristalização de determinadas "memórias" sobre a história dos lugares, da migração de um modo geral, das famílias, entre outros aspectos. Para fins de minha pesquisa, considerei como literatura somente os livros

1 Como ressalta Santin, "Diante da imensidão das dificuldades para realizar os sonhos já acreditados, e diante da impossibilidade de um retorno, a crença em Deus e nas forças espirituais tornam-se o único refúgio encontrado. Naquelas alturas só Deus e as forças sobrenaturais poderiam, segundo eles, sustentar a coragem e a esperança dos dias melhores e sonhados e acreditados" (1986:17).

editados e publicados por descendentes, independentes dos gêneros. Havia livros de genealogias, de memórias, de receitas, de cantos, crônicas, poesias, entre outros. Os indivíduos refaziam suas trajetórias individuais e familiares tendo nestas obras pontos de apoio e informações que julgavam ser necessário narrarem à pesquisadora, que não era do lugar. Meu campo se estendeu de 1997 a 2001 e foi retomado em 2005, já com objetivos diversos. Este convívio com o os descendentes me fez observar o quanto "o livro", como objeto guardador de memórias era e é algo importante. A família que tem seu livro ou algum livro escrito também se torna ponto de referência e se distingue das demais. Entendo que estas conjugações, que serão analisadas ao longo deste artigo, estão inseridas numa série de negociações, em especial ao poder que a palavra escrita conquistou na história ocidental e também na vida destas pessoas que fazem da mesma um instrumento de expressão e de distinção. Ao capital cultural, somar-se-iam outros capitais, mais ou menos simbólicos e que findam por ocupar papel importante nas interações sociais contemporâneas em que a identidade de descendente de italiano é positivada em nível regional, querendo salientar (como tipicamente ideal) capacidades empreendedoras no campo econômico, apego à família, ao trabalho e à religião católica.

A Colonização italiana para o Rio Grande do Sul: breve introdução

A imigração italiana para o Rio Grande do Sul começa em finais do século XIX, especificamente em 1875 quando as primeiras famílias de emigrados italianos são encaminhadas para a região serrana do Estado, fundando as três primeiras colônias: Princesa Isabel, Conde D´Eu e Campo dos Bugres. Em 1877 tem início o envio de mais famílias para a região central do estado, vizinha à cidade de Santa Maria da Boca do Monte. Em ambos os processos se constata uma predominância de indivíduos do norte da Itália, católicos, camponeses e despossuídos. Havia entre eles maçons e artesãos que já dominavam profissões urbanas e outros saberes oriundos da própria condição do camponês italiano que era, também, ferreiro, carpinteiro, pedreiro, entre tantos outros afazeres que aprendiam para poder sobreviver, de geração em geração. Foi uma migração familiar que visava, naquele momento específico da história brasileira, ocupar territórios e dinamizar a economia por meio do ingresso destes camponeses nos mercados regionais. Os lotes que recebiam tinham, em média, 25 hectares, o que dificultava, nas gerações seguintes, a permanência no campo, fazendo com que, desde as primeiras décadas do processo colonizador já tenha um processo de migração interna no estado à procura de outras terras. Cabe salientar que, católicos, eram incentivados a gerar proles extensas, o que, para eles, também era visto como um auxílio de mão-de-obra no trabalho com a terra, pois cada filho, na lógica da organização do trabalho familiar camponês, contribuiria nas atividades. É importante ressaltar que, naquele período da grande emigração italiana, a noção de uma identidade nacional de italiano ainda não havia na Itália, que fora unificada, de direito, em 1870. Eles se compreendiam enquanto pertencentes a distintos *paeses* e regiões. Denominavam-se mantovanos, vicentinos, venetos, cremoneses, friulanos, entre outras identificações. A identidade de "italianos" foi se estabelecendo com o processo migratório quando, em contato com cenário brasileiro, distinguiam-se genericamente como "os gringos", ou seja, os italianos estrangeiros. O seu idioma comum, como ressaltam De Boni (1980), era a catolicidade.2

No cenário da história brasileira estes imigrantes conquistam, ao longo dos anos, uma melhora econômica, pagam seus lotes de terras e vão se inserindo nas atividades regionais. O maior confronto ocorre quando da II Guerra Mundial, momento em que são proibidos de falar seus dialetos, de rezar em italiano, de manter associações, entre outras atividades, o que para eles foi vivenciado de uma forma bastante ressentida. Como em 1942 o Brasil ingressa na Guerra ao lado dos Aliados lutando contra o Eixo, formado por Itália, Japão e Alemanha, alguns descendentes de italianos findam por sofrer repressões e são, de certa forma, subtraídos em determinadas formas de sociabilidade (Zanini, 2005). Este período tenso vai se revertendo após o término da Guerra e os descendentes continuaram sua busca por ascensão social, o que alguns conseguiram e outros não.

Na década de 70 do século passado, quando da comemoração do centenário da Imigração Italiana no estado (em 1975), teve inicio toda uma serie de festividades pare se marcar tal acontecimento. Desta data em diante, observa-se haver, por parte dos próprios descendentes, um investimento em torno da construção de uma positivação da identidade italiana no estado e do papel importante que estes teriam desempenhado na consolidação do mesmo enquanto um lugar de progresso e desenvolvimento econômico. Um dos frutos destas comemorações foi o lançamento de alguns livros que, de formas diversas, narravam a saga das famílias, a história de localidades, genealogias, entre outras. Desde então a produção escrita dos descendentes de italianos no estado tem crescido quantitativamente e desempenhado um papel muito importante no processo que denominei de "construção de memórias" (Zanini, 2006). Por memória compreendo, conforme Halbwachs (1990), toda a leitura sobre o passado que é elaborada no presente, partindo das condições sociais e culturais dos indivíduos que elaboram tais narrativas. A memória é individual e coletiva ao mesmo tempo, estando aberta a múltiplas reconstruções e enquadramentos.

Meu objetivo por meio deste artigo é analisar alguns dos elementos que estão envolvidos no processo de criação literária escrita entre descendentes de imigrantes italianos e o porque de sua constante expansão. Trata-se não de uma literatura que deve ser analisada em seu valor estético, mas sim naquilo que expressa ou procura expressar por meio do escrito.

Da oralidade à escrita, um século de transição em terras brasileiras.

2 Para Goody, "A importância da escrita é crucial, não só porque preserva o discurso no espaço e no tempo, mas porque o transforma, isolando os seus elementos constitutivos e permitindo exames retrospectivos. Assim, a comunicação por intermédio da visão gera potencialidades cognitivas diferentes da comunicação pela palavra que sai da boca" (1988, s.p.).

Considerando-se, conforme os dados existentes (vide Azevedo, 1975:52), que a grande maioria daqueles emigrados que vieram para o Rio Grande do Sul em finais do século XIX era analfabeta, o que, segundo alguns estudiosos, tenderia a ter piorado nos primeiros tempos do processo colonizador, pois poucas eram as escolas e a grande preocupação daqueles camponeses era conseguir saldar suas dívidas e acumular algum capital, o que conseguiam vendendo suas produções agrícolas. O não letramento, contudo, não deve ser generalizado, uma vez que na região central do estado, por exemplo, há duas obras memorialistas que foram escritas por emigrados italianos. Uma, por Julio Lorenzoni (1975), jovem que tinha 14 anos quando sua família migra, em 1877 e outra, escrita por Andrea Pozzobon (1997), jovem de 21 anos que migra em 1885, também com sua família. Estas obras, traduzidas, editadas e publicadas pelos descendentes destes emigrados narram, de uma forma bastante interessante ao antropólogo, a vivência cotidiana do processo migratório por eles experimentado.

Considerando-se que a condição camponesa tenha se reproduzido em parte destes descendentes, compreende-se o valor distintivo atribuído à escrita. Neste trabalho compreendo os camponeses descendentes de italianos como colonos, no sentido de que, além da condição camponesa, atribuem a si mesmos uma origem distinta da nacional (vide Seyfert, 1997). No caso, a origem italiana.

Observa-se que o grande incentivo advindo das comemorações do centenário, no século passado, desempenhou um papel muito importante na cristalização da escrita como forma de manutenção de uma identidade dos "italianos no Rio Grande do Sul" e na forma como estes deveriam se manifestar e manter, por entre as gerações, o que era considerado como saga familiar, a história dos pioneiros ou a história das localidades. De acordo com Goody (1988)3, a escrita deve ser entendida também no contexto de relações de poder nas quais se inscreve. Sendo assim, é importante se perguntar o porque de tamanho investimento e gosto pela escrita. Algumas das obras por mim analisadas tinham, em sua introdução ou no próprio corpo dos livros, justificativas para o investimento literário proposto. Um dos autores da região central do estado, ao escrever suas memórias e da localidade de Silveira Martins, ressalta que:

> "O presente relato jamais foi documentado nos escassos registros que os arquivos públicos guardam da outrora Colônia Silveira Martins. Na realidade esta história é produto da tradição oral e era contada e recontada pelos velhos pioneiros de Val de Buia" (Carlesso, 1989: 69).

Assim, vários destes escritos assumem um papel de resgate e de preservação de uma história familiar, grupal ou local que, entendem, poderia se perder ao longo do tempo. Escrever, transformar narrativas e ditos em livros se converte num recurso de valorização das raízes, das origens. Parte destes escritos são elaborados por descentes que já ascenderam social ou economicamente. Contudo, há autores camponeses, religiosos, alfaiates, professores, entre tantos outros ofícios. O descendente acima referido continua, em seu livro, salientando que:

> "Com a descrição deste cenário podemos hoje remontar a realidade vivida por Bernardo, Ângela e os três filhos. As dificuldades, sacrifícios e, certamente, a fé inabalável de que eram possuídos. Só assim podemos ao menos absorver e gravar mentalmente a grande aventura dos nossos ancestrais" (Carlesso, 1989:75).

Outro aspecto importante de ser analisado nesta literatura é a forma como o processo colonizador é narrado, tornando, discursivamente, os pioneiros em heróis que superaram adversidades inúmeras e exemplos humanos a serem seguidos pelas gerações mais novas:

> "Quando chegaram ao local onde deveriam encontrar "vida nova", não encontraram nada mais do que a agressividade de uma natureza virgem, sem o menor sinal de qualquer espécie de recursos. Era apenas mato com todos os perigos próprios de uma região montanhosa e desabitada" (Dal Lago e Dal Lago, 1991: 10).

As dificuldades dos primeiros tempos, segundo os descendentes, era algo contado no interior do seio familiar de geração a geração. Quando de minha pesquisa de campo, ainda encontrei, verbalmente, muitas histórias familiares que ressaltavam a forma como os antepassados tinham conseguido cultivar determinados terrenos, como haviam conseguido construir as casas, "puxar" a água, entre outros aspectos vitais para a vida camponesa. A exaltação do trabalho pesado, árduo, sacrificado é uma constante ainda, seja em classes médias urbanas ou não. O trabalho se ressignificou, contudo continua sendo um valor extremamente importante para estes descendentes. Hoje a tendência é de almejar que as gerações seguintes tenham formas de trabalho menos sacrificadas que eles mesmos tiveram, especialmente quando são, ainda, camponeses. Uma descendente assim deixa escrito acerca do papel dos antepassados:

> *"*Incutiram aos seus descendentes, indistintamente, o seu maior galardão- honradez, trabalho e patriotismo*"* (Londero, 1975:30).

E, noutro livro publicado, escrito por outra descendente, a narrativa da chegada dos primeiros colonizadores se faz da seguinte forma:

> "Se observássemos, mais detalhadamente, esse quadro compreenderíamos que em nossas veias corre o sangue herdado dos nossos antepassados; aqueles imigrantes que, com muita coragem e bravura, desbravaram as matas virgens, deixando-nos o exemplo da personalidade heróica" *(Foletto, 1996: apresentação).*

O que pode ser observado nas falas é o tom no qual o processo colonizador é narrado, ou seja, como um processo civilizador, que trouxe benefícios aos lugares. Antes as matas, o perigo, depois, religiosidade, trabalho e civilização. Esta forma narrativa

3 Esta pesquisa contou com o apoio da CAPES-MEC/Brasil. O autor gostaria de agradecer ainda aos funcionários do Museu Paranaense e do Arquivo Público do Paraná.

se repete exaustivamente nas obras analisadas até o momento, escritas, em grande parte, por homens. Essas narrativas escritas fazem parte, segundo minha compreensão, de um exercício interpretativo e de registro do que para muitos era oralidade, ouvidas dos avós, tios e gerações mais velhas. Elas expressam também, coisas que ao antropólogo não deve negligenciar, valores do grupo e simbologias extremamente importantes, seja no passado ou no presente, como se observa na seguinte narrativa:

> "Carregando seus filhos nas costas, abrindo picadas pelas matas, raramente eram auxiliados por animais para o transporte do pouco que traziam: uma enxada, uma pá, um machado, alguns quilos de milho, de feijão, de trigo, que serviam para semear nas terras que ainda deveriam ser preparadas, tão logo chegassem ao seu destino. Tudo isso deveria ser enfrentado, e eles, perplexos diante de tantas dificuldades a vencer, mesmo nas terras devolutas, intermediárias que permaneciam totalmente abandonadas e inexploradas, davam início a uma nova vida" *(Righi et al, 2001:35)*.

Memória, escrita e expressão de si.

Nas construções de memórias, identidades e escrita, observa-se aquilo que Archetti (1994) denominou de "trânsito", ou seja, caminhos de expressão que permitem conhecer os produtos culturais e os processos sociais mais amplamente. Esta mescla de subjetividades e objetividades sociais se constata na narrativa de um descendente de imigrantes italianos que já escreveu vários livros memorialistas (e também sobre sua localidade) quando dos festejos do Centenário da Imigração italiana no estado:

> "Mas se Deus quiser, realizar-se-a o último sonho: rever a minha velha Itália. Dito isto, volto a lembrar um dos traços mais significativos dos nossos antepassados: o espiritual, o qual esteve presente no ontem, no hoje, e por que, não no amanhã? Assim construiremos, para as gerações futuras, um Brasil cristão, forte e feliz" *(Bellinaso, 1995:88)*.

É importante se compreender que estes indivíduos elaboram as histórias passadas de suas famílias, localidades partindo de sua situação presente, ou seja, dos recursos lingüísticos, discursivos e outros de que dispõem para elaborar as narrativas. Sendo assim, concordo com Ricouer, quando salienta que quanto á idéia de unidade narrativa da vida dos indivíduos, seja necessário observar nela, "um misto instável entre fabulação e experiência viva" (1991: 191). Seriam, pois, possibilidades discursivas com sentido.

Pode-se perguntar por que escrever histórias de famílias, de localidades, genealogias, entre outras. Salientaria, como faz Thompson (1998: 21), que a história da família poderia dar o indivíduo "um forte sentimento de uma duração", maior do que a sua pessoalmente, transcendendo a própria morte. Enfim, na construção das trajetórias familiares os indivíduos se refazem coletiva e individualmente também, uma vez que a escrita lhes possibilita o encontro com suas próprias interioridades e exterioridades em negociação. É comum encontrar nestes textos, relatos de satisfação pessoal proporcionada pela escrita, um certo prazer de tentar decifrar estes entre-lugares (Bhabha, 2001). Não se deve esquecer, contudo, que das experiências vividas ou imaginativas (vide Crapanzano, 2004) à escrita há um vasto caminho. Ou seja, a escrita possui seus limites de expressão e também de interpretação. Além disso, deve-se observar que a história da leitura tem mostrado que os significados dos textos não são fixos e que são, também, construídos pelos leitores (Chartier, 1993: 80). A leitura seria, assim, uma prática criativa e inventiva (ibidem: 80). Nesta perspectiva, pode-se pensar no poder de determinadas narrativas que enaltecem as origens sendo reinterpretadas consecutivamente, adquirindo, a cada novo contexto e recepção, novos significados e decodificações, especialmente em festas familiares e encontros de famílias.

Considerações Finais

> "...Rolar quero, d´imigrante dobrado caminho,
>
> Emergir na selva quieta, perigosa distante,
>
> Onde canta o sabiá, alegre rente o ninho,
>
> Ouvir o gemido, da árvore anosa e gigante
>
> O segredo oculto, no cair cansado do pinho,
>
> Suores na fronte pálida, frio semblante.
>
> Oh! Meu deus, ando sem destino, dispersos,
>
> Alumie minha memória, vontade e vigor,
>
> Expressão colorida, sentimentos aos versos,
>
> Desabrochar o pensamento reboante clangor,
>
> Mostre ao longo da estrada feitos diversos,
>
> Que bravos assinalaram com a luz e fulgor..."
>
> (Rizzon, 1986:11)

Penso que a escrita, edição e publicação de livros por descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul pode ser compreendida, do ponto de vista nativo, como uma forma de agenciarem sua própria história, de auto-elaborarem suas

narrativas sobre o passado, quem eram, de onde vieram, o que fizeram e fazem, entre tantos outros elementos que consideram relevantes de estarem presentes em suas reconstruções sobre as origens. Neste aspecto, é importante ressaltar, lembrando Le Goff, que "*o documento é monumento*" (1996:548) no sentido de que se insere em relações de poder para impor "voluntária ou involuntariamente-determinada imagem de si próprios". Assim, transformar a escrita em livro, e este num símbolo das sagas dos antepassados e de seus modos e estilos de vida, é um processo que tem angariado um número cada vez maior de descendentes que pretendem ver valorizadas suas ancestralidades. Escrever a história da família e fazer dela um patrimônio para as gerações sucessivas, enaltece os produtores e também os agenciadores que, ao realizarem tal investimento, sentem-se valorizados e valorizadores de suas "*origens*".

Em suma, por meio deste breve artigo, procurei salientar alguns dos aspectos presentes na produção literária de descendentes de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul: a importância da família e de suas sagas, o apreço ao trabalho com a terra e, principalmente, o trabalho pesado, a glorificação do processo colonizador e, acima de tudo, uma construção mítica das origens. As sagas partem do pioneiro colonizador e se estendem às gerações presentes, fazendo destes anos passados no Brasil um marco nas histórias destas famílias. Escrever seria, desta forma, cristalizar tais experiências vividas; editar e publicar seria, na seqüência, o desfecho de uma experiência migratória que pretende, por meio destes recursos, ser lembrada e recontada como "de sucesso", ou seja, de um processo migratório bem-sucedido.

Bibliografia

ARCHETTI, E. (ed). 1994. *Exploring the written. Anthropology and the multiplicity of writing*. Oslo: Scandinavian University Press.

AZEVEDO, T. (1975). *Italianos e gaúchos*. Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do sul. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro.

BELLINASO, S. T. (1995). *As memórias de um imigrante italiano* (1913-1995). Ivorá. SL.

BELLINASO, E.L. e BELLINASO, O. M. V. (2003) *Cristóforo Bellinaso. Homem, soldado e pai*. Santa Maria: Os Autores.

CARLESSO, O. J. (1989) A sonhada América: *Os Carlesso em Santa Maria* (1877-1988). Porto Alegre: Ed.Posenato Arte e Cultura.

CHARTIER, R. (2002). História e literatura. IN: *A beira da Falésia*. Porto Alegre: Ed.UFRGS, (pp.255-271).

CHARTIER, R. Du livre au lire. IN: CHARTIER, R. *Pratiques de la lecture*. (1993). Paris: Editions Payot & Rivages, (pp.79-113).

DE BONI, L. A. (1980). "O catolicismo da imigração: do triunfo à crise". In: A. Lando *et alii* (org.), *Migração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, (pp.234-255).

FOLETTO, G. (1996). *Ribeirão. Sua fundação, sua história, seu povo e sua memória*. S.L: Gráfica Medianeira.

HALBWACHS, M.(1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/ Editora Revista dos Tribunais.

HUBER, V. (1993). *Saudade e Esperança. O dualismo do imigrante alemão em sua literatura*. Blumenau: Editora da FURB.

GARDELIN, M. (1988) *Imigração italiana no Rio Grande do Sul: fontes literárias*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli.

GOODY, J. (org) (1968*). Literacy in traditional societies*. Cambridge University Press.

LE GOFF, J. (1996). *História e memória*. 4 ed. Campinas: Ed.Unicamp.

LONDERO, M. T. (1975). *Meus ancestrais. Centenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1975*). Rio de Janeiro: Brasilart.

LORENZONI, J. (1975). *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina.

POZZOBON, A. (1997). "*Uma odisséia na América*". In: Z. F. Pozzobon, Uma odisséia na América. Caxias do Sul: EDUCS.

RICOUER, P. (1976). *Interpretation theory: discourse and the surplus of meaning*. Texas: The Texas Christian University Press.

RICOUER, P. (1991). *O si-mesmo como um outro.* São Paulo: Papirus.

RIGHI, J. V. *et alii* (2001). *Povoadores da Quarta Colônia*. Porto Alegre: EST.

RIZZON, M. (1986). *Nono e eu*. Caxias do Sul: Educs.

SANTIN, S. & ISAIA, A. (1990). *Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural*. Porto Alegre: EST.

SANTIN, S. (1986). *A imigração esquecida*. Porto Alegre: EST/ Caxias do Sul: EDUCS.

SEYFERTH, G. (1997). A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, 95-131.

SEYFERTH, G. (2004). A idéia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 10, n.22, 148-198.

SEYFERTH, G. (2005). Cartas e narrativas biográficas no estudo da imigração. IN: DEMARTINI, Zeila et al. *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos, EdUFSCAR, (pp.13-52).

THOMPSON, P. (1998). *A voz do passado*. História Oral. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ZANINI, M. C. C. (2005) O Estado Novo e os descendentes de imigrantes italianos: entre feridas, fatos e interpretações. IN: DALMOLIN, C.(org). *Mordaça Verde e Amarela*. Santa Maria: Palotti, (pp. 113-128).

ZANINI, M.C. C. (2006). *Italianidade no Brasil meridional. A construção da identidade étnica na região de Santa Maria*-RS. Santa Maria: EdUFSM.

WEBER, M. (1994). *Economia e Sociedade*. Vol.1. 3 ed. Brasília: Ed.Unb.

O polonês no Paraná (Brasil): revisitando um preconceito1

Márcio de Oliveira
Universidade Federal do Paraná
marciodeoliveira@ufpr.br

Resumo: Em estudo original, Ianni (1960) compreendeu a imagem que lhe foi transmitida segundo a qual, no Paraná, o "negro é o polaco", como uma forma variante do racismo brasileiro. Em um estado fortemente marcado pela imigração, mas, contudo, não isento de comportamentos discriminatórios, o polonês e seus descendentes teriam ocupado a mais baixa posição na hierarquia social local, substituindo o "negro". Doudstar (1990) localizou as raízes deste preconceito na situação política dos territórios poloneses ocupados durante o período da grande emigração, no processo de colonização do estado do Paraná e na relação de inferioridade que os poloneses foram colocados a partir de sua relação com os imigrantes alemães, sobretudo na cidade de Curitiba e seus arredores. O presente estudo diz respeito à história da imigração polonesa para o Paraná. Tem por objetivo analisar, para o período que vai de 1900 a 1970, documentos (artigos científicos e na imprensa, livros, discursos, imagens etc) que contenham referências preconceituosas em relação ao imigrante polonês e seus descendentes. Num segundo momento, analisamos as variáveis histórico-sociais que podem estar na origem do suposto preconceito. Finalmente, analisamos o contexto social e científico no qual os trabalhos de Ianni foram produzidos. Concluímos que há na estrutura social das colônias de imigrantes poloneses no Paraná elementos de auto-isolamento que explicam algumas das imagens de preconceito que lhes foram atribuídas. Já os estudos de Ianni inscrevem-se e explicam-se em relação ao contexto científico (crítica à tese da democracia racial) dos estudos raciais brasileiros dos anos 1950 e 1960.

Introdução

A questão do preconceito contra imigrantes tem sido um objeto de pesquisa controverso no Brasil. Imagens negativas fixaram-se sobretudo sobre imigrantes africanos e, de uma maneira ambígua, sobre imigrantes asiáticos e "turcos" (sírio-libaneses em sua maioria) (Lesser, 2001). Afora isso, a associação de imagens negativas aos imigrantes é residual e se limita principalmente aos períodos das duas grandes guerras (Carneiro, 1988; Seyferth, 2004). Ao contrário, quando se fala em imigrantes no Brasil, sobretudo aqueles que se dirigiram aos estados do sul e de São Paulo, faz-se sempre referência à contribuição positiva dos *"brancos europeus"*.

O conjunto de imagens positivas está ligado à colonização de regiões desocupadas e à produção agrícola, artesanal e industrial. Deve-se lembrar ainda que a partir da crise do tráfico negreiro, os imigrantes foram pensados como substitutos dos escravos nas plantações agrícolas e, segundo alguns, deveriam mesmo contribuir para o "embranquecimento da raça brasileira". Compreende-se assim porque a política de imigração no Brasil manteve-se bastante liberal e, mesmo quando ela se tornou mais restritiva, nos anos 1920, não se tinha em mente barrar a entrada de imigrantes europeus brancos e aptos ao trabalho (Ramos, 2006).

Ao final dos anos 1950 contudo, em pesquisa sobre relações raciais no sul do Brasil, entrevistados afirmaram ao sociólogo Otávio Ianni (1927-2004) que no Paraná, estado do sul do Brasil localizado entre os estados de São Paulo e de Santa Catarina, que havia preconceito contra o imigrante polonês. Em uma sociedade permeada pela imigração (e pelas imagens positivas a ela associadas), mesmo que estruturalmente marcada pelos comportamentos discriminatórios, surpreende que ao imigrante polonês (mas, sobretudo, seus descendentes) teria sido destinada a mais baixa posição na hierarquia social local, inclusive porque no Paraná "não havia negros". Como entender este preconceito? Seria verdade que não havia negros no Paraná? Por que o polonês, e não um outro grupo qualquer de imigrantes, foi alvo deste preconceito? Este trabalho revisita o aludido preconceito, tentando compreender suas causas e o contexto onde foi produzido. Isto é feito em três momentos. Primeiro, analisamos a imigração polonesa para o Brasil, particularmente para os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, de fato os que mais receberam este grupo de imigrantes; em seguida, analisamos as características das comunidades polonesas após as grandes ondas de imigração; finalmente, analisamos o contexto histórico, social e cientifico em que as pesquisas de Ianni foram realizadas.

1. A imigração polonesa no sul do Brasil

A imigração polonesa para o Brasil dirigiu-se fundamentalmente para os quatro estados ao sul do Brasil, a saber: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ao total, 104 mil poloneses chegaram ao Brasil entre 1870 e 1914. Deste total, o Paraná aparece em primeiro lugar com 42 mil imigrantes e o Rio Grande do Sul em segundo com 32.300 imigrantes, perfazendo assim pouco mais de 70% de todos os imigrantes poloneses (Gluchowski: 2005: 45).2

As ações públicas, realizadas localmente entre 1854 e 1920, com vistas a atrair imigrantes foram pouco eficientes. De um lado, os estados não tinham recursos suficientes. De outro, o Império (até 1889) e o governo republicano (de 1889 em diante) conseguiu apenas financiar as passagens e os lotes de terras. Em relação às vantagens potenciais em relação à Argentina ou aos EUA, isso era pouco.

---

1 Tendo em vista a ocupação da Polônia pelos impérios austro-húngaro, prussiano e russo, Wachowicz (1999 : 16) estima em 25% o número de imigrantes alemães que talvez fossem poloneses. Essa estimativa elevaria para aproximadamente 130 mil indivíduos o número da imigração polonesa.

2 Diante dessas dificuldades, após a chegada ao Brasil, dinheiro e documentos foram muitas vezes reenviados aos familiares, realimentando o fluxo migratório. Contudo, em muitas oportunidades, as cartas enviadas, particularmente aquelas que traziam boas notícias, foram confiscadas pelas autoridades tzaristas que, com isso, pretendiam desencorajar o fluxo migratório (Kula, 1977).

A chegada dos poloneses ao Brasil acontece no momento mesmo em que a emigração eslava (em especial camponesa) para outros países europeus e para as Américas foi a mais importante. Não faltavam porém razões para emigrar. Nos territórios poloneses ocupados pelo Império Russo (também chamada de Congresso Polonês), de onde partiram a maior parte dos poloneses, os camponeses enfrentavam tanto a queda do preço dos cereais provocada pela abertura do mercado local à concorrência internacional (sobretudo dos EUA e do Canadá), provocando grande miséria, quanto a rápida industrialização de cidades como Varsóvia e Lodz. Este conjunto de fatores de mobilidade culminava tanto na migração para regiões rurais ricas da Prússia, quanto na emigração. A maior presença de poloneses no Paraná pode ser fruto de uma propaganda, tão fantástica quanto eficaz e provavelmente disseminada por agentes particulares ligados às companhias marítimas, difundida no meio rural. A título de exemplo, afirmava-se que o governo brasileiro estaria disponibilizando gratuitamente aos imigrantes enormes quantidades de terra; que a "*rainha do Brasil*", de fato a Imperatriz Teresa Cristina, esposa de Pedro II, pouco antes de sua morte, havia oferecido suas terras aos camponeses; que o Papa havia entregado o Paraná aos poloneses e abençoado a emigração ou ainda que o Brasil era um país tão rico que não havia necessidade de trabalhar.

Os imigrantes que chegaram ao Brasil eram, em sua maioria (95%), camponeses. Emigraram – tanto no período imperial quanto no período republicano brasileiro – principalmente de portos alemães. O caso dos emigrantes do Império Russo era o mais complicado porque, ao contrário da Prússia, não lhes era permitido emigrar. Para partir, necessitavam de dinheiro e de passaporte que só obteriam das autoridades da Prússia3, fazendo com que muitos emigrassem como "*alemães*", o que geraria inúmeros conflitos como veremos mais tarde.

O Paraná é um exemplo emblemático no que diz respeito à imigração. Isso porque as experiências locais de colonização e ocupação do estado com imigrantes, desde seu início, foram julgadas positivamente. A imigração, tendo iniciado pouco antes que o Paraná se emancipasse politicamente do estado de São Paulo, foi tão numerosa que findou por tornar-se uma das questões-chave na trajetória e mesmo na definição da identidade cultural e dos debates políticos no estado (Oliveira, 2007). No caso dos poloneses, pode ser claramente dividida em dois momentos, antes de depois da Proclamação da República (1889). No estado do Rio Grande do Sul, a história da imigração polonesa foi muito semelhante, embora os dados sejam menos confiáveis como se verá. Mas em qualquer dos estados em tela, as situações sociais vividas seriam diversas. Enquanto alguns grupos manteriam contato com outros grupos de imigrantes e com a sociedade local, instalando-se em áreas que são hoje bairros de Curitiba (a capital do estado), outros se isolam e formam comunidades quase autônomas.

1.1 Poloneses no Paraná e no Rio Grande do Sul entre 1870 e 1889

O primeiro grupo de poloneses chega ao Brasil em 1870, tendo partido da região da Silésia (sob ocupação prussa). Desembarcados no Brasil, e munidos de passaporte emitido pela Prússia, os poloneses foram imediatamente enviados às "*zonas de colonização alemã*", as colônias de Blumenau, de Itajaí e de Brusque, todas em Santa Catarina.

Foi Wós Saporski4, um emigrante polonês solitário e radicado no Paraná fazia um ano, que tentou convencê-los a deixar a colônia (onde eles mantinham relações tensas com os imigrantes alemães) e partir para Curitiba. Mas este projeto fracassa e apenas em 1871 78 poloneses (32 famílias), residentes em Santa Catarina havia 2 anos, decidem partir para Curitiba, convencidos pelo mesmo Saporski que, então, havia se tornado professor em uma escola da cidade. Nesta migração interna, o grupo enfrentou a resistência das autoridades do estado de Santa Catarina a quem não interessa a migração interna. Por outro lado, contou com o apoio do governo do Paraná que custeou a viagem até Curitiba5, enquanto que a municipalidade, se valendo de suas terras livres, se comprometeu a vender lotes rurais em seus arredores. Os lotes, cuja área total era de 500 hectares, foram demarcados em novembro de 1871. Nascia ali a primeira colônia polonesa do Paraná, a colônia do Pilarzinho, hoje um bairro da cidade.

No mês de setembro de 1873, 258 outros poloneses (64 famílias), originários da colônia de D. Francisca, se instalaram espontaneamente em Curitiba e pediram à Câmara Municipal a demarcação de novos lotes. Estes lotes foram finalmente demarcados em uma área contígua a recém-criada colônia do Pilarzinho, perfazendo um total de 720 hectares. A nova colônia recebeu o nome de Abranches, nome do presidente do estado entre 1873 e 1874, Frederico Abranches, hoje outro bairro de Curitiba.

Nestes dois casos, a justificativa para a migração interna, além das informações sobre o clima ameno da região de Curitiba (à diferença do clima tropical e úmido das colônias em Santa Catarina), residia na necessidade de se afastar dos imigrantes alemães que desde meados do século XIX haviam se estabelecido na região. Não obstante, em Curitiba, já havia pouco mais de 2 mil imigrantes alemães nessa época, muitos deles desempenhando ofícios urbanos e economicamente ligados à indústria ervateira. É de se pensar assim que uma colônia homogênea, ou seja, ocupada apenas por imigrantes

3 Edmundo Sebastião Wós Saporski nasceu em Opole (Silésia) em 1844 e morreu em Curitiba em 1933. Em 1870, Saporski visitou Curitiba pela primeira vez e constatou que nenhum polonês residia ali. É considerado o "pai da imigração polonesa" para o Paraná. Para maiores detalhes, ver seu depoimento em Saporski (1972).

4 Sobre este episódio, Saporski (1972) relata as dificuldades no processo de remigração, originárias tanto da parte das autoridades catarinenses quanto de imigrantes alemães já radicados em Curitiba que espalharam rumores negativos sobre os novos imigrantes. Tem-se aqui, no Paraná, talvez o primeiro conflito entre alemães e poloneses, motivados tanto por rixas trazidas dos territórios ocupados pela Prússia quanto por questões locais.

5 O custo de instalação girou então em torno de 500$000 (500 mil réis) por família, que deveriam ser pagos ao governo local com o lucro obtido com as colheitas.

poloneses camponeses, fosse uma condição de tranqüilidade. Não obstante, poderia estar nascendo aqui as características de retraimento e desconfiança que, décadas mais tarde, seria devolvido à comunidade polonesa.

Em maio de 1875 tomou posse na presidência do estado do Paraná, Lamenha Lins, cuja atuação para a continuação da imigração polonesa para Curitiba é considerada crucial. Sua política pode ser resumida como um misto de ocupação do território e produção agrícola para o mercado local6. Ao final de seu período à frente do executivo, haviam sido criadas as colônias Santa Cândida, Orleans, Santo Inácio, D. Pedro, D. Augusto, Rivière, Muricy e Lamenha, a mais importante em número de colonos, e Tomás Coelho, a primeira colônia fundada fora do município de Curitiba, em São José dos Pinhais. Naquele ano de 1877, aproximadamente 6 mil imigrantes poloneses viviam nos arredores de Curitiba, em situações próximas a um enclave ou quisto étnico, como os imigrantes assentados na colônia de Tomas Coelho que, avançando em direção ao oeste, lentamente colonizaram o município de Campo Largo, isolando-se cada vez mais7.

Os números finais da entrada de poloneses no Paraná entre 1870 e 1889 parecem confirmar que a imigração cresceu de forma espontânea, sendo que o apoio do estado continuou a ser feito de forma pontual e limitada, dependendo muitas vezes de ações dos próprios imigrantes. Em termos demográficos, apenas 7030 poloneses8 se instalam no estado neste período, sobretudo nas áreas rurais de Curitiba e municípios vizinhos9. Desse número final, aqueles que se mantiveram próximos a Curitiba – colônias Abranches, Lamenha Lins, Pilarzinho etc. – estabeleceriam pouco a pouco contato com outros grupos de imigrantes e mesmo com a sociedade curitibana local. Mas nas colônias mais afastadas, dar-se-ia o inverso.

No caso do Rio Grande do Sul, o estado foi objeto constante de políticas de imigração desde o início do Império. Contudo, este sentido não era simplesmente o da ocupação e produção agrícola, mas fundamentalmente da proteção das fronteiras. Foi assim que desde a década de 1820 (os primeiros alemães tendo chegado ao estado já nos anos 1810), estabeleceu-se um fluxo de alemães (e de imigrantes oriundos do espaço germânico) em direção ao Rio Grande do Sul. Entre 1824 e 1889, 32.112 alemães se estabeleceram no estado. As informações coletadas permitem afirmar que os imigrantes poloneses teriam começado a chegar na década de 1870 (Gritti, 2004: 71-72). Na colônia de Caxias, em 1877, residiriam 49 poloneses. Gluchowski (2005: 42) afirma que nas colônias de Santa Bárbara e Santa Teresa, residiam, em 1886, 300 poloneses originários de regiões da "*Prússia ocidental*". Não houve porém a criação de colônias homogêneas, como no caso do Paraná, nem mesmo há registro de ações específicas voltadas para os imigrantes poloneses, tal como ocorreu com alemães ou italianos.

O problema da identificação da nacionalidade dos emigrantes no Rio Grande do Sul foi ainda mais grave do que no Paraná. Segundo Seyferth (2000: 275), muitos dos emigrantes recenseados como alemães ou mesmo russos, poderiam ser de fato poloneses. Como se verá, nos anos seguintes, em relatórios oficiais, muitos poloneses são descritos como "russo-poloneses", criando a imagem de grupo "sem bandeira". Mas em resumo, nos anos anteriores à República, o número de imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul foi de fato muito pouco importante, se comparado à imigração alemã ou mesmo à imigração italiana.

1.2 Poloneses no Paraná e no Rio Grande do Sul na Primeira República (1889-1930)

Os anos que se seguiram à instauração da República (1889) coincidem com o período de maior fluxo de imigrantes poloneses para o Brasil. Entre 1890 e 1914, 96.116 poloneses aportaram na cidade do Rio de Janeiro, para em seguida se dirigir a diversos estados brasileiros. As razões do crescimento do fluxo migratório, não apenas de poloneses, deve-se observar, não devem ser procuradas nas ações organizadas pela jovem república brasileira. Em 1894, a imigração e a colonização tornam-se competências exclusivas dos estados e o papel da União fica limitado ao controle dos portos e fronteiras e à primeira triagem dos imigrantes. Em 1896, a União decide ainda interromper suas ações de subvenção aos imigrantes, ficando a critério de cada estado adotar as políticas que julgasse mais efetivas no sentido de direcionar para si os imigrantes que chegavam ao país.

O estado do Paraná, inicialmente, teria sido especialmente agraciado quando da transferência de terras públicas da União para os estados. Isso porque boa parte de seu território estava desocupado ou ocupado de forma irregular. Contudo, localmente, as ações empreendidas com vistas à atração de imigrantes permaneceram, durante esta última década do século XIX, praticamente as mesmas do período imperial, a saber, restritas à demarcação e a venda de lotes, acrescidas da prática de divulgar, nos "centros europeus", as vantagens que os futuros imigrantes encontrariam no estado.

> Através do Decreto 6.455 (19 de abril de 1907), a União criava o "Serviço de Povoamento do Solo Nacional"10, modificando o sentido da imigração e inscrevendo-a em sua política de ocupação e de desenvolvimento agrícola.

Em relação ao Paraná, a ação do *Serviço* é muito importante. Entre 1908 e 1914, sobre um total de 12.330 poloneses que haviam se estabelecido no estado, 9.880 residiam em colônias criadas ou mantidas pela União. O controle

---

6 Para Lins, contudo, os colonos poloneses eram "laboriosos e morigerados". Esta imagem correspondia ao papel colonizador e produtor de gêneros alimentícios que Lins havia estabelecido quando impulsionou a imigração. Esta imagem era portanto incompatível com as formas de discriminação que Ianni (1966) encontraria na década de 1950. O que teria acontecido então?

7 Dados extraídos de Gluchowski (2005: 42).

8 Pode-se imaginar que, dentre estes, muitos partiram ou então adquiriram a nacionalidade brasileira porque os dados oficiais (Censo de 1890) apresentam apenas 5.135 estrangeiros (poloneses e outros) residindo no Paraná.

9 Esta agência seria subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Na sua estrutura, constava um diretor geral e inspetores para cada estado do país. Doravante, abreviamos para 'Serviço'.

10 Holanda, no prefácio do livro "Memórias de um colono no Brasil", p. XIX, apresenta um relato completo desta "doação".

dessas colônias duraria mais do que o previsto. A título de exemplo, a colônia de Cruz Machado, onde viviam 5 mil poloneses, ficou sob o controle da União durante 14 anos e 5 meses a partir da data de sua criação, no dia 19 de dezembro de 1910.

O caso do Rio Grande do Sul foi distinto. Isso porque não houve colônias federais fundadas pelo *Serviço.* Ao contrário, a atuação do governo republicano resumiu-se ao apoio a apenas três colônias particulares e estaduais existentes: Erechim, Guarany e Ijuhy. Contudo, dentre os anos 1890 e 1894, o Rio Grande do Sul supera o Paraná em termos de imigrantes poloneses, com 25 mil entradas para apenas 15 mil respectivamente. Já nos anos 1895 e 1900, a tendência se inverte. Enquanto 5.500 se instalam no Paraná, o Rio Grande do Sul recebe apenas 500 novos imigrantes poloneses. Enfim, no último período, entre 1900 e 1914, 14.460 novos imigrantes se instalam no Paraná contra apenas 7.000 que se instalam no Rio Grande do Sul (Gluchowski, 2005: 44-45).

Os problemas enfrentados pelos camponeses não emigrados, durante os anos 1890 e 1900, permaneceram os mesmos do período anterior. A título de ilustração, a queda do preço dos cereais, provocada pela abertura do mercado local à concorrência internacional (sobretudo dos EUA e do Canadá), causava grande miséria nas áreas rurais. Ao lado disso, surgiram novos problemas agravados pela rápida industrialização. Cidades como Varsóvia e Lodz funcionaram então como fatores de atração e mobilidade interna, mas não necessariamente como locais seguros de recrutamento profissional. Este conjunto de circunstâncias explica tanto a emigração para regiões rurais ricas da Prússia, quanto àquela direcionada para os EUA, Argentina ou Brasil.

Some-se a isso o fato de que uma propaganda tão fantástica quanto eficaz, particularmente sobre o Paraná, se espalhou no meio rural, provavelmente disseminada por agentes particulares ligados às companhias marítimas. A título de exemplo, afirmava-se que o governo brasileiro estaria disponibilizando gratuitamente aos imigrantes enormes quantidades de terra; que a "rainha do Brasil" (na verdade, a Imperatriz Teresa Cristina), pouco antes de sua morte, havia oferecido suas terras aos camponeses; que o Papa11 havia entregado o Paraná aos poloneses ou ainda que o Brasil era um país tão rico que não havia necessidade de trabalhar.

Os imigrantes poloneses que chegavam ao Brasil nestes anos eram camponeses, em sua absoluta maioria (95%). A maior parte deles emigrou das áreas sob dominação russa (também chamada de "Congresso Polonês"). O Império Russo, ao contrário da Prússia, não lhes permitia emigrar. Para partir, às vezes mesmo para alcançar os portos de Bremen e de Hamburgo na Prússia, necessitavam de dinheiro que, muitas vezes, foram reenviados por familiares já emigrados12. Necessitavam também de passaportes que só obteriam das autoridades da Prússia. Isto fez com que parte deles emigrasse como alemães e, uma vez no Brasil, fossem enviados às "zonas de colonização alemãs", onde, como poloneses, acabariam encontrando dificuldades suplementares.

Ao final deste período grande período (1889-1914), o Paraná teria recebido 35.116 poloneses enquanto que o Rio Grande do Sul aparece em segundo lugar com 25 mil novos imigrantes. No primeiro grande fluxo, 1890-1894, conhecido também como o período da "febre brasileira"13, numerosas colônias foram criadas, tanto nos arredores de Curitiba, quanto em outras regiões do estado. Dentre elas, as mais importantes são: São Mateus (1.225 colonos), Eufrosina (1.475 colonos) e Rio Claro (3.425 colonos). No período do segundo grande fluxo, 1900-1904, foram criadas ainda as colônias de Cruz Machado (5.000 colonos), Apucarana (1.000 colonos) e a colônia mista de Nova Galícia (650 poloneses e 500 ucranianos)14. No Rio Grande do Sul, os poloneses se instalaram em diversas colônias já existentes, dentre as quais as mais importantes, em termos do número de colonos recebidos, foram: Ijuí (3.000 colonos), Jaguari (3.000 colonos), São Marcos (3.000 colonos), São Feliciano (3.000) e Guarani (2.500 colonos).

2. Comunidades polonesas no Brasil até os anos 1920

As colônias que abrigaram imigrantes poloneses no Brasil, sobretudo nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Paraná, foram objeto de diversos estudos (Buchman, 1995; Goulart, 1984; Gritti, 2004; Valentini, 1982; Wachowicz; 1974; 1976; 1977; Wachowicz, 1975). De maneira geral, algumas diferenças existem entre as colônias gaúchas e paranaenses. Inicialmente, enquanto o Paraná, desde o período imperial, acostumara-se a criar novas colônias a partir da chegada espontânea de novos imigrantes poloneses, no Rio Grande do Sul, os novos colonos se instalaram em colônias já habitadas por alemães, italianos, russos e mesmo por teuto-brasileiros de segunda ou terceira gerações.

No Paraná, ainda, duas situações se apresentam. De um lado, imigrantes instalados em colônias nos arredores da cidade de Curitiba que, pouco a pouco, se estabelecem e criam novas formas de organização social, associações esportivas, escolas etc. No caso específico de Curitiba, convivem com todos imigrantes, e também com brasileiros, membros ou não das

11 Alguns remetentes informam em suas cartas as dificuldades de se enviar dinheiro do Brasil em direção aos territórios sob dominação russa. Os valores eram confiscados (ou simplesmente roubados), o que provocou inúmeras reclamações dos imigrantes junto às autoridades brasileiras. Obrigado a reembolsar os valores não entregues, o correio brasileiro acabou por cancelar o envio de valores à Rússia. Para maiores detalhes, ver Kula (1977).

12 O fluxo teria sido tão importante que nos territórios poloneses ocupados, a partida em direção ao Brasil ficaria conhecida pela expressão "ele pegou a febre". Ver Mazurek (2008).

13 Assinale-se aqui a criação de algumas colônias ditas « mistas », ou seja, ocupadas por poloneses e ucranianos, por exemplo. É o caso da Colônia de Prudentópolis, a maior do estado, fundado por 2.500 poloneses e 7.500 ucranianos.

14 Completando o quadro, o estado de São Paulo teria recebido 13.500 poloneses, mas não teria fundado nenhuma colônia, enquanto que o estado de Santa Catarina teria recebido 6.500 poloneses (colônias de Rio Vermelho, Massaranduba e Grão-Pará), dos quais muitos teriam remigrado para o Paraná.

elites locais. Muitas vezes, contudo, entram em conflito com os imigrantes alemães. De outro lado, temos imigrantes poloneses que viveram em colônias, algumas delas isoladas, homogêneas e não homogêneas, em diversas regiões do estado.

No caso do Rio Grande do Sul, a presença polonesa também foi mais importante após a proclamação da República. Quando de sua chegada, os imigrantes eram instalados provisoriamente na "Hospedaria Crystal", em Porto Alegre. Então, o governo do estado os enviava para colônias de imigrantes já existentes. Dentre elas, as mais importantes eram "Mariana Pimental" (1.500 poloneses instalados entre 1890 e 1894), "S. Marcos" (3 mil poloneses instalados entre 1890 e 1894), "S. Feliciano" (2.970 imigrantes instalados em 1891), "Ijuí" (3.000 poloneses instalados entre 1890 e 1894), "*Jaguari*" (3.000 poloneses instalados entre 1890 e 1894) e Guarany (2.500 poloneses instalados entre 1890 e 1894), considerada ainda a mais próspera de todas as colônias de poloneses no estado15.

A grande diferença no impacto da colonização polonesa no Brasil se fez contudo não apenas em função dos estados que mais receberam os imigrantes, mas em relação ao grau de homogeneidade ou de isolamento das colônias. Nas colônias rurais - situadas no interior tanto do Paraná quanto do Rio Grande do Sul, casos de Apuracarana e Guarani das Missões (antiga Guarany) respectivamente - a homogeneidade e o isolamento podem ter contribuído para o surgimento de preconceitos, ou pelo menos, de estereótipos. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o Padre Cuber incentivava imigrantes poloneses a deixarem Ijuí e se dirigirem à colônia Guarani que estava "fadada a ser um futuro centro exclusivamente polonês" (*apud* Gritti, 2004: 97). No Paraná, mesmo nas colônias criadas nos arredores de Curitiba deu-se fenômeno semelhante. A título de exemplo, a colônia Tomás Coelho foi fundada em 1877 com uma população de 570 imigrantes poloneses. Em 1882, sua população já atingia 1.274 habitantes, dos quais mais de 95% poloneses e seus primeiros descendentes. Em 1894, não havia escola pública na cidade e os filhos dos imigrantes contavam apenas com uma escola particular onde o ensino era ministrado em polonês. Em trabalho realizado sobre a história desta comunidade, Wachowicz (1977: 44) afirmaria em tom de conclusão: "... no decurso desses 100 anos a comunidade manteve-se camponesa por excelência".16 Camponesa e, é claro, polonesa. Mesmo em uma colônia criada próximo ao centro de Curitiba, hoje o bairro Abranches, a "hibridização", ou seja, a formação de um meio polono-brasileiro, só se fez sentir a partir das décadas de 1940 e 1950, quando a antiga paróquia17 foi desmembrada e a colônia foi definitivamente incorporada à paisagem urbana da cidade (Wachowicz, 1974).

Mas na cidade de Curitiba, a trajetória da imigração polonesa conheceria ainda desdobramentos inesperados, movidos pela evolução da conjuntura política nos territórios ocupados. Desde a última década do século XIX, o sentimento pró-independência da Polônia ganhava cada vez mais força no seio dos movimentos nacionalistas locais. Tendo em vista o grande número de poloneses vivendo no Brasil e os problemas em termos de recrutamento que isso significava para estes movimentos, a questão da emigração se tornou central. Foi organizada então, precisamente no ano de 1890, uma grande expedição científica no intuito de verificar *in loco* as condições de vida dos "*patrícios*" instalados tanto no Brasil quanto na Argentina.

Muitos dos imigrantes instalados no Paraná e no Rio Grande do Sul se viram assim às voltas com interesses nacionalistas e mesmo imperiais. De colono-imigrante seu papel parece ter migrado para emigrante-colonizador cujo objetivo final seria participar da criação de uma colônia da "*nação polonesa*" (Nowa Polska) em terras brasileiras. Mas é possível pensar ainda que a idéia de fundar uma "Nowa Polska" no Brasil teve relação com as formas associativas criadas pelos poloneses, muitas delas incentivadas pelos próprios cientistas enviados na expedição acima aludida.

Entre 1892 e 1914, 19 jornais foram fundados e publicados em Curitiba. Alguns tiveram vida curta, mas outros apareceram regularmente, como foi o caso do jornal "*Gazeta Polska w Brazylii*", editado entre 1892 e 1941. Além destes, fundaram escolas bilíngües e associações civis. Dentre as últimas, é de se notar a "Sociedade Polono-Brasileira Tadeuz Kosciusko"18, fundada em 1890 a partir da constatação que os imigrantes haviam se isolado demais do "mundo civilizado".

A *Sociedade*, inicialmente, fundou uma escola primária, um coral e uma pequena banda de música. O objetivo desta, como de tantas outras criadas, era manter vivo o sentimento patriótico ao mesmo tempo em que manter-se preparado para eventuais movimentos armados, caso fosse convocada. Sua ação foi fundamental ainda quando da organização do "Primeiro Congresso Polonês", cujo objetivo era reunir todos os poloneses residindo na América do Sul com vistas a atuar pela reconquista da independência da Polônia. Ao lado desta foi criada também, em 1898, a

> "Sociedade de Ginástica Falcão" ("Towarsystwo Gimnastyczne Sokol"). Seus objetivos então eram o desenvolvimento físico pela ginástica, as excursões e o tiro ao alvo. Enquanto que as "excursões" deviam ser compreendidas como um verdadeiro treinamento de marcha, as ações de "tiro ao alvo" eram, de fato, "serviço militar". A esgrima foi outra das "atividades esportivas" logo criadas e uniformes e insígnias não faltaram à "sociedade".19

Em relação às escolas, a primeira foi criada em 1876 e, desde então, muitas outras seguiram, tanto católicas como leigas. A "União das Sociedades Educativas Polonesas Cultura", congregava 36 escolas leigas e a "União das Escolas

15 Este era o caso ainda da colônia de Orleans, também estudada pelo

16 A Igreja e os padres poloneses, muitos deles vindo diretamente da Polônia, para as colônias de imigrantes, estão entre os principais fatores que explicam a manutenção da cultura polonesa no Brasil.

17 Kosciusko era um herói da Polônia, mas também dos EUA, tendo lutado pela independência deste último. Este simbolismo nacionalista serviu de inspiração para a nova sociedade.

18 A sociedade existiu formalmente até 1919, quando se extinguiu e foi incorporada à "Sociedade União Polonesa", criada em 1920. No começo do século XX, foram criadas ainda o "Círculo da Mocidade Polonesa" (1901), a "Sociedade Santo Estanislau" (1906) e a "Sociedade Esportivo-Ginástica Strzelec" (1922).

19 Segundo Wachowkski (1981: 109-110), fruto desse novo estilo de vida, houve conflitos entre professores e padres.

Católicas Polonesas", congregava 32 escolas religiosas, sendo que haviam ainda 11 escolas isoladas. Ao total, 3.623 alunos poloneses freqüentavam estas escolas, contra 160 alunos de outras nacionalidades.

Algumas das sociedades e associações esportivas examinadas estão na origem de formas de organização eminentemente políticas. Exemplo disso é o "Comitê de Defesa Nacional", criado em março de 1913, a partir do apelo de nacionalistas poloneses às vésperas da 1ª Guerra Mundial. Ainda em 1913, foi criada a "Comissão Militar Polonesa no Paraná" que se transformou, em 1916, na "Associação das Organizações pela Independência no Brasil". É possível localizar na atuação dessas organizações formas de preconceito que se tornariam visíveis mais tarde. Mas o terreno já havia sido preparado no final da Primeira Guerra Mundial quando, através do Decreto nº 17, o governo tornou obrigatória a utilização da língua portuguesa. Não havia sido esta a primeira tentativa nesse sentido, mas até então as leis que tratavam desta matéria – como a Lei nº 894 de 19 de abril de 1909 que obrigava o uso da língua portuguesa em todas as escolas em território nacional – simplesmente não eram cumpridas.

Durante a Primeira Guerra enfim, confrontam-se no interior das comunidades polono-brasileiras, dois grupos políticos pró-independência da Polônia, um tendendo aos Impérios Alemão, Austro-Hungaro e Turco-Otomano (Tríplice Aliança) e outro ao Império Britânico, Império Russo (até 1917) e à França (Tríplice Entente), representados na imprensa paranaense, entre outros, pelos jornais "Gazeta Poslka" (embora sua linha editorial tenha sido ambígua) e "Polak w Brazilli" respectivamente. A luta político-ideológica entre esses grupos se ameniza quando finalmente a Polônia recupera sua independência.

Somando-se enfim às associações (civis e desportivas), as escolas e os órgãos de imprensa, a vida social dos imigrantes se modificou bastante nas três primeiras décadas do século XX. Mas ao contrário do que poderia imaginar, as mudanças não se deram no sentido da aculturação, e sim no sentido da integração de caráter étnica e político-social entre os próprios imigrantes e seus descendentes. Com efeito, as novas formas de organização contribuíram a refazer laços rompidos com a emigração, inclusive entre indivíduos que não necessariamente se conheciam. E isso num novo estilo de vida, mais livre, embora não sem conflitos20, reforçando menos a assimilação do que a afirmação de sentimentos nacionalistas e étnicos.

Após a reconquista da independência, ocorrida praticamente ao final da Primeira Grande Guerra, em 1918, o Estado polonês decidiu estabelecer em Curitiba, uma cidade pouco importante no cenário nacional, um consulado, nomeando para o posto Kazimierz Gluchowski (1885-1941), um nacionalista e imperialista convicto21. Embora a atuação do consulado no meio polonês curitibano tenha sido importante22, os projetos imperialistas acabaram por perder força no interior do Estado polonês e pouco a pouco as práticas esportivas e as organizações civis perderam seu caráter nacionalista e militar, limitando-se às questões "étnicas" de integração e de socialização, através inclusive da aceitação de mulheres e crianças.

A atuação das sociedades esportivas e também das escolas somente seria interrompida com o início da "*campanha de nacionalização*", organizada pelo Governo Vargas, entre os anos de 1937 e 1945. O motivo alegado da campanha era combater o alto grau de "alienígenas" vivendo em "quistos étnicos" no sul do Brasil. A questão de fundo, contudo, era a soberania nacional, o medo do nazismo aparecendo em primeiro plano. A "*campanha*" visou todos os grupos "*desnacionalizados*". Contudo, ela foi especialmente violenta em relação aos imigrantes alemães, italianos e japoneses.

Começavam a se combinar aqui elementos que explicam o surgimento do preconceito. Dentre os grupos de imigrantes e descendentes "desnacionalizados", os poloneses ocupavam uma posição intermediária entre os mais e os menos "nacionalizados". Some-se a isso o fato da Polônia ter sido invadida logo no início do conflito. Inicialmente, portanto, os poloneses foram relativamente poupados, embora muitas vezes também discriminados porque confundidos com alemães. Não obstante, o meio polonês não escapou das controvérsias. A título de exemplo, a "carroça polaca" foi utilizada como sinônimo da não integração, além de ser responsabilizada pelos danos que causava à conservação das estradas, função de seu "*excessivo peso*".

Em resumo, por um lado havia a questão da soberania nacional, que de fato poderia ser invocada face aos objetivos perseguidos por certas associações esportivas, não apenas de polono-brasileiros, assinale-se, mas também de teuto-brasileiros. Por outro lado, a inexistência do Estado brasileiro em termos educacionais ou esportivos ou mesmo o grau de isolamento em que viviam muitas comunidades, apontava para uma retração ainda maior do processo de integração, o que pode ter reforçado a imagem negativa.

Fatores como a divisão dos territórios poloneses pelos três impérios, o grau de homogeneidade, as tensas relações com os imigrantes alemães (a quem se credita a difusão da imagem de "*polaco sem bandeira*"), o formato paroquial das colônias, as escolas e as associações linguisticamente definidas, de um lado, a baixa capacidade de integração das políticas públicas (estaduais ou nacionais) e os dois grandes conflitos armados de outro, são o conjunto de fatos sócio-históricos mais recorrentes que se pode invocar para compreender as origens do sentimento de preconceito contra o imigrante polonês e seus descendentes. Mas qual seria o peso destes fatores nas manifestações de preconceito identificadas por Ianni?

---

20 Gluchowski chegou a Curitiba em janeiro de 1920, como cônsul, cargo que ele ocupou até em 1922, quando começou a redigir o livro « Os poloneses no Brasil » (vide referências). Seu plano de fundar uma colônia polonesa no Paraná foi concebido quando de seu retorno à Polônia, em 1928.

21 Esta influência foi particularmente importante em relação a "Sociedade de Educação Física Junak" quando o consulado fazia vir, de Varsóvia, por "altos salários", instrutores de educação física (algumas vezes militares), obrigando a Junak a aceitá-los. Ver a este respeito, Filipak e Krawczyk (1978: 114-117).

22 Ianni refere-se ora aos "poloneses", sem fazer distinção se são estrangeiros ou filhos de poloneses nascidos no Brasil, ora aos poloneses de primeira, segunda, terceira etc. gerações.

3. Revisitando o preconceito contra o polonês

Em pesquisa de campo realizada em Curitiba entre 1955 e 1960, Ianni (1966) procurou compreender a afirmação que lhe foi frequentemente transmitida segundo a qual no Paraná, estado do sul do Brasil localizado entre os estados de São Paulo e de Santa Catarina, o "negro é o polaco". Em uma sociedade fortemente marcada pelas imagens positivas associadas à imigração, o preconceito, tão claramente enunciado, surpreendia. O imigrante polonês (mas, sobretudo, seus descendentes) aparentemente teria ocupado a mais baixa posição na hierarquia social local, substituindo o "negro". As informações colhidas seriam corroboradas tanto por um conjunto de respostas que evidenciavam a rejeição aos imigrantes poloneses e seus descendentes23, quanto por práticas sociais a ela associadas, como por exemplo, pela aparente recusa de brasileiros e de descendentes de outros grupos de imigrantes ao casamento com poloneses e/ou seus descendentes.

3.1 Ianni, Curitiba e o projeto da Unesco

Em 1955, Otavio Ianni desembarca em Curitiba, movido pelo interesse em coletar dados para uma pesquisa sobre relações raciais entre negros e brancos. Esta investigação fazia parte de um programa de pesquisa coletivo sobre as relações entre negros e brancos nos três estados do Brasil meridional, a saber: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Fora desenhada como parte de "atividades regulares de pesquisa" no âmbito da cadeira de "Sociologia I" da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, cujo titular era Florestan Fernandes.

> Tratava-se então de "aumentar o conhecimento sociológico sobre o preconceito racial no Brasil alcançado em trabalhos anteriores de sua autoria e de Roger Bastide". (Cardoso, 2003: 25)24.

Mas a pesquisa de Ianni estava inserida ainda em um outro contexto. Tanto ele quanto Fernando Henrique Cardoso e Renato Moreira Jardim viram-se imbuídos de uma missão que, inicialmente, não lhes pertencia. É possível dizer que esta missão era o prenúncio do surgimento de uma escola, a chamada "*escola paulista de sociologia*", cujo objetivo, talvez ainda não claramente definido, era o de firmar-se como o mais moderno centro de investigações sociológicas no Brasil. Em resumo, esta geração de sociólogos, Florestan Fernandes à frente, se oporia ao mito da "*democracia racial brasileira*", imputado à *tort et à raison* a Gilberto Freyre25, e findaria por desvelar tanto a existência do preconceito racial quanto a violência que sustentou o sistema escravista no Brasil.

O interesse no tema das relações raciais, estudado por Roger Bastide e Florestan Fernandes desde o início dos anos 1950, está no cruzamento de duas tendências. De um lado, temos as discussões sobre relações raciais que animavam o meio intelectual brasileiro desde os anos 1930 e, de outro, temos o conhecido projeto de pesquisa financiado pela Unesco26 (Bastos, 2004; Evangelista, 2003; Maio, 1999). A relação do projeto Unesco com o Brasil tem suas origens numa conferência internacional realizada em Paris em finais de 1949, cujo objetivo de longo prazo era construir uma "cultura da paz" e realizar um "programa educativo" em escala planetária. Tratava-se então de uma resposta da Unesco para a "Resolução 116" aprovada um ano antes pelo Conselho Econômico Social e Cultural da ONU. Mas foi apenas em 1950 que a Conferência Geral da Unesco aprovou a realização de *"uma pesquisa sobre relações raciais no Brasil"* (Maio, 1999).

O interesse pelo tema não era novo, nem mesmo ligado às relações entre negros e brancos, mas ao racismo em geral e ao holocausto em particular. O Brasil surgiu como lócus empírico diferenciado uma vez que demonstrava a possibilidade da "convivência harmônica entre as raças". Maio (1999) afirma que, em princípio, as relações raciais entre negros e brancos seriam estudadas apenas no estado da Bahia. Mas rapidamente, por vias e interesses diversos, as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro foram incorporadas à pesquisa. Em São Paulo, a escolha recaiu sobre Roger Bastide, então professor de sociologia da USP, que escolheu para ajudá-lo Florestan Fernandes, então seu assistente na cadeira de sociologia.

Os debates científicos que surgiram então podem ser explicados observando os rumos que efetivamente trilhou a sociologia brasileira em geral e paulista em particular. Maio (1999) afirma que os primeiros resultados da pesquisa, aqueles publicados por Alfred Métraux27, são ambíguos. Oscilavam entre uma "visão idílica" e outra mais contrastada a respeito das relações raciais. Bastos (2004) afirma que as críticas à publicação do artigo '*Negros do Brasil'* de Paulo Duarte são talvez as primeiras manifestações contra a tese da harmonia racial. Mas são nos trabalhos publicados por Bastide e Fernandes (1955) que a questão do racismo e do preconceito ganham uma dimensão estrutural e histórica. Segundo Fernandes (1978), a estrutura escravocrata explicava não apenas as práticas discriminatórias, mas também as desigualdades sociais observados no seio do Brasil moderno. Em relação à tese da harmonia racial, portanto, o Brasil teria "decepcionado" a Unesco.

As pesquisas sobre relações raciais, realizadas por Fernando Henrique, Otávio Ianni e Renato Jardim (o último tendo participado apenas nos dois primeiros anos) são portanto um desdobramento, para o sul do Brasil, daquele projeto da Unesco. Mas, ao contrário do último, se iniciaram num momento em que a problemática do racismo no Brasil já estava estabelecida. Para o que nos interessa aqui, foi todo este conjunto de circunstâncias desaguou com força numa Curitiba pouco

---

23 O outro autor da expressão "sua autoria" é Florestan Fernandes.

24 Trata-se ai de uma referência à tese freyriana desenvolvida em "Casa Grande & Senzala".

25 Unesco é uma sigla da "Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura". O interesse da Unesco sobre o tema dos conflitos raciais se estabeleceu logo após o final da Segunda Guerra Mundial.

26 Antropólogo francês e diretor do Setor de Relações Raciais do Departamento de Ciências Sociais da Unesco à época do projeto.

27 Este trabalho foi também publicado, em 1960, na Revista do Museu Paulista (vol. 12) e mais tarde republicado, em 1966, no livro "Raças e classes no Brasil". Vide referências completas ao final deste trabalho.

povoada e que celebrava, através de importantes obras urbanas, seu primeiro instante de modernidade, no momento mesmo que o estado do Paraná ainda comemorava seu primeiro centenário de emancipação do estado de São Paulo, ano de 1954.

O final desta história é conhecido. Ianni analisou as relações raciais entre negros e brancos em Curitiba e Florianópolis, chegando, ao cabo daqueles anos, a um conjunto de resultados, alguns previsíveis outros nem tanto. O autor expôs suas conclusões pela primeira vez, em conjunto com Fernando Henrique e Renato Jardim, numa comunicação intitulada "*Estudo das relações entre negros e brancos no Brasil Meridional*", na II Reunião Brasileira de Antropologia, em Salvador (1957). Em 1958, publicou, na *Revista Brasiliense*, o artigo "*O estudo da situação racial brasileira*". Foi, em 1959, na IV Reunião Brasileira de Antropologia, realizada na cidade de Curitiba, que Ianni apresentou, agora individualmente, a comunicação "Do polonês ao Polaco", com as originais teses sobre o preconceito contra o polonês28. Finalmente, na década de 1960, ele publica três livros sobre este tema: "*Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*", em parceria com Fernando H. Cardoso (1960), "*As metamorfoses do Escravo*" (1962) e "*Raças e classes sociais no Brasi*l" (1966)29.

O tema geral de todas estas publicações é a origem do preconceito e o papel da escravidão na conformação das relações entre negros e brancos nos estados meridionais do Brasil. Negros e mulatos surgiam como as "*metamorfoses*" dos antigos escravos no período pós-abolicionista. A "*memória coletiva*", retendo a associação entre negros e escravos, discriminaria e manteria a estigmatização dos primeiros. O preconceito se manifestava também na sociedade curitibana, embora com particularidades locais. Estas eram frutos de dois fatores, a saber:

1) a convivência dos "dois sistemas econômico-sociais configurados à base da economia *natural* e da economia de mercado" e

2) diminuição do número de "não brancos e amarelos", cujos percentuais, para o ano de 1950, eram de 11,63% para o estado do Paraná e 5,73% para a cidade de Curitiba (Ianni, 1966: 201-214). A estes fatores, Ianni acrescentou um último, o processo de assimilação dos imigrantes europeus.

Em relação à Curitiba, a tese final era que o menor grau de ascensão social, de integração ou assimilação de negros e mulatos caracterizaria a existência de preconceito racial. Contudo, outra descoberta, talvez mais desconcertante do que a primeira, revelava a existência de um preconceito também contra um "branco"30, no caso o imigrante polonês e seus descendentes.

3.2 O preconceito contra o polonês: a obra de Ianni

Inicialmente, Ianni descobriu o preconceito contra o polonês, quando de sua permanência na cidade de Curitiba pelo período total de dois meses e meio31. Este preconceito surgiu a partir de respostas a questões fechadas como "Você aprovaria o casamento de sua irmã/irmão com?" ou "Você gostaria de casar com?", sendo que as alternativas possíveis eram: *"Alemão", "Italiano", "Polonês"* e *"Judeu".* As respostas foram retiradas de um conjunto de 233 questionários (10% do total realizado), sorteados aleatoriamente. Embora o próprio autor seja reticente em sua capacidade de "realizar inferências" a partir da amostra, "a freqüência das opiniões sobre os poloneses..... foi tão grande que não pudemos deixar de orientar nossa atenção também para essa área da realidade social" (Ianni: 1966a: 132).

Examinando em detalhe os percentuais obtidos, chama a atenção inicialmente que a maior rejeição manifestada foi em relação ao *"judeu"*. O "*polonês*" surgia em segundo lugar como o grupo mais rejeitado, o "alemão" em terceiro e o grupo mais "aceito" era o "italiano" que, mesmo assim, ostentava índices de rejeição girando em torno de 20%. Comparando-se os índices de rejeição do "alemão" e do "*polonês*", 59% declaravam-se favoráveis a casar-se com um "*alemão*", contra apenas 33% se fosse um polonês. 68% aceitavam que sua "irmã" casasse com um "*alemão*" contra apenas 48% no caso de um polonês. Pode-se dizer que a distância entre os índices estatísticos de fato não era tão grande assim. Não se sabe ainda qual era o perfil do entrevistado, seu gênero nem a qual grupo imigrante pertencia. Ianni tinha conhecimento destas limitações, mas o que mais lhe chamou atenção foram as respostas segundo as quais os poloneses eram os que mais aceitavam os casamentos "*inter-raciais*", ou seja, o casamento com mulatos e negros. Dito de outra forma, o preconceito destinado ao polonês parecia ser indiretamente provocado não por sua condição "*nacional*" ou étnica, mas por suas "*escolhas pessoais*", determinadas pelas condições de forte concorrência no mercado de trabalho curitibano.

Buscando as origens destas "avaliações negativas", Ianni percorreu a história do estado do Paraná. Encontrou-as em passagens das obras "*Corografia do Paraná*" e "A terra do futuro" de Sebastião Paraná e Nestor Victor, respectivamente. Nestes, Ianni enumera relatos sobre descendentes dos poloneses, especialmente as filhas, vindo a Curitiba à procura de trabalhos domésticos. Wilson Martins, na obra "Um Brasil diferente", é outro que, segundo Ianni, manifesta preconceito ao polonês quando afirma que o grupo tem dificuldade no aprendizado da língua portuguesa, além de insistir também na condição de "domésticas" 32. Ianni (1966a: 128) conclui dizendo que existiriam aí não "formulações definitivas acerca das condições de integração do polonês na comunidade. Ao contrario, precisam ser tomadas como expressões de uma das

28 Neste livro último livro, Ianni publica dois trabalhos específicos sobre Curitiba. São eles: "O sistema econômico-social e a situação racial em Curitiba" e "A situação social do polonês (Projeto de estudo)". Republica ainda o trabalho "Do polonês ao polaco".

29 Segundo Chapoulie (2001: 57-68), uma das razões da escolha dos imigrantes poloneses, no clássico da sociologia norte-americana, "The polish peasant in Europe and América", foi o caráter "desorganizado" e mesmo "repugnante" daqueles indivíduos. Não seria possível ver nestes adjetivos traços de um preconceito?

30 Dois meses e meio foi o período total de pesquisa de campo. As estadias em Curitiba foram sempre curtas.

31 Para as referências, ver Ianni (1966a), páginas 127, 128 e 137.

32 Trata-se do trabalho publicado na Revista do Museu Paulista, em 1959.

ideologias raciais mais correntes ali". Mas a origem destas "ideologias" estaria talvez – relação que Ianni estabelece - na afinidade social e profissional entre negros e poloneses: ambos eram empregados ou haviam sido socializados em ambientes domésticos. *"Em resumo, no seio da ideologia racial dominante na comunidade, o negro e o polonês surgem com os mesmos atributos negativos no que tange a certas formas de comportamento social.*" (Ianni, 1966a: 136).

Em outro trabalho, publicado alguns anos mais tarde, Ianni confirma esta tese, mas acrescenta elementos sobre a identidade étnica do imigrante polonês:

Presentemente, o polonês e muitos dos seus descendentes ainda não foram definidos como brasileiros pelo consenso social. Marcas ou atributos, encarados como raciais pelos outros grupos que compõem a sociedade, ainda o prendem ideologicamente a um suposto *universo polonês*, em que este é tido como: inclinado ao alcoolismo; exacerbadamente religioso; sempre loiro; dado preferencialmente aos trabalhos braçais, rudes e, por conseguinte, intelectualmente inferiores; dado ao acasalamento. No contexto da ideologia racial dominante, o imigrante de primeira geração ou das gerações seguintes, desde que tomado socialmente como tal, não é nem *polonês* nem *brasileiro* – é *polaco* – isto é, uma categoria social à parte, inferior, próxima do negro. (Ianni, 1966d: 54-55)33

O preconceito se explica sócio-historicamente sendo inteiramente localizado no interior da sociedade paranaense. Negros e poloneses brancos dividiam os mesmos espaços e realizavam as mesmas tarefas domésticas. Acabaram por se assemelhar e ser "classificados" através dos mesmos adjetivos sociais. Mas na última passagem acima, as características étnico-nacionais dos imigrantes poloneses é que estariam na origem do preconceito. A não assimilação seria a marca distintiva.

Percorrendo a literatura disponível à época, Ianni (1966: 128) aponta para o isolamento das comunidades rurais no Brasil, e mas ainda para as "condições feudais de vida nas áreas agrícolas no século XIX" como fatores responsáveis pela não assimilação e, portanto, pelo surgimento das avaliações negativas. Percebe-se claramente o desejo do autor de cercar-se do maior número possível de evidências, provas históricas e dados que lhe permitissem qualificar o preconceito encontrado. Neste sentido, Ianni organizou mesmo um novo projeto (Ianni, 1966b). A diretriz básica neste foi a análise do processo de integração, através de um vai-e-vem entre o imigrante e a sociedade que o recebe. Ianni alerta ainda que não se trata de procurar os "**processos de aculturação**", mas sim os processos de "interação social" numa comunidade estruturada e já "saturada de imigrantes". O nível de saturação seria dado pelo "mercado de trabalho". Em resumo, Ianni estabelece uma trajetória de análise que vai do polonês "*antes de emigrar*", passando pelo "*imigrante em Curitiba*" até a "*integração social*". Este procedimento permitiria descobrir se o preconceito seria fruto da "*ideologia racial dos alemães*" ou se teria se desenvolvido "*por influência do meio social interno*". Em qualquer uma destas hipóteses, a questão racial *stricto* sensu – o racismo brasileiro – parecia não ser mais central.

Seria possível pensar que neste projeto, Ianni se afasta ligeiramente do tema das relações raciais entre negros e brancos, procurando compreender o preconceito a partir das questões históricas que teriam migrado junto com os imigrantes. Na Europa, nos territórios ocupados, estaria a origem dos conflitos. Mas a forma como estes conflitos se manifestariam dependiam, é claro, das condições locais, dentre as quais o mercado de trabalho. Portanto, mesmo tendo como ponto de partida a questão racial "brasileira", como fica claro nos primeiros trabalhos – *"Estudo das relações entre negros e brancos no Brasil Meridional"* (1957) e *"O estudo da situação racial brasileira"* (1958)34 – Ianni descobriu elementos, os conflitos entre alemães e poloneses, que o permitiram situar o preconceito contra o polonês em outras bases, um pouco distantes da tese de fundo sobre a discriminação racial no Brasil. Mas infelizmente, embora o tema tenha lhe instigado a ponto de realizar este novo projeto de pesquisa, nunca mais retornou ao tema.

3.3 O preconceito contra o polonês hoje

Wachowicz (1981)35, Kersten (1983), Buchmann (1995), Iarochinski (2000) e Kokuszka (2000), em seus trabalhos sobre os imigrantes poloneses, abordam a questão o preconceito. Encontramos referências negativas sobre os poloneses e/ou seus descendentes ainda em trabalhos dispersos do ponto de vista da inserção profissional de seus autores. É o caso de Paraná (1899), Victor (1913), Martins (1955) e Rocha (1971). Mas existem apenas dois estudos específicos sobre o tema do preconceito contra o imigrante polonês, Doustdar (1990) e Gritti (2004), e ambos não têm origem nas pesquisas sobre relações raciais desenvolvidas por Ianni, muito embora dela se sirvam.

> Doustdar (1990), em sua dissertação de mestrado, partiu do processo de desapropriação de terras36 na antiga colônia polonesa de Tomas Coelho (à época localizada no município de São José dos Pinhais), cujo objetivo era a construção da "Represa do Passaúna", com vistas a assegurar o abastecimento de água de Curitiba e região.

O conflito à época girou em torno da "necessidade da construção da represa" e/ou da "*justa indenização*". Afirmando que o estado do Paraná, embora preocupado em resgatar a memória cultural da colônia, havia falhado na

33 Este trabalho também foi republicado em "Raças e classes sociais no Brasil" (1966).

34 A primeira edição desta obra é de 1974 e tem como sub-título "Raízes medievais da mentalidade emergente".

35 A área de 10 km² na bacia do Passaúna foi declarada de utilidade pública pelo Decreto 4.291 (12/1977). Contudo, as desapropriações tiveram início apenas em 1985, tendo sido objeto de conflito entre os antigos moradores (grande parte deles descendentes de imigrantes poloneses) e as autoridades públicas. Todos os acontecimentos foram noticiados na imprensa estadual (jornais "A Gazeta do Povo" e "O Estado do Paraná").

36 O autor caracteriza estes camponeses como sendo pouco afeitos às condições de concorrência do "sistema capitalista" (Wachowicz, 1981: 139).

definição dos valores indenizatórios. "Estes fatos me levaram a considerar que a ação do Estado tem origem e procura legitimar preconceitos enraizados na sociedade com relação aos imigrantes poloneses" (Doustdar, 1990:6-7).

Sem procurar outras justificativas para o suposto "*preconceito*" oficial, a autora buscou suas raízes em fatores internos e externos à comunidade. Dentre os primeiros, estava o processo de colonização do estado do Paraná, o relativo insulamento das comunidades agrícolas e as formas de sociabilidade mediadas pela forte presença das paróquias. Dentre os últimos, estavam a situação política dos territórios poloneses no período da grande emigração e os movimentos nacionalistas. Devido ao contexto político de ocupação de territórios por impérios estrangeiros, os conflitos presentes na Europa acabariam por desembarcar no Paraná. É a partir deste fato político que a autora explica a relação de inferioridade em que os poloneses foram colocados quando de seu contato com os imigrantes alemães, sobretudo na cidade de Curitiba e arredores, mas inicialmente nas zonas de colonização alemã em Santa Catarina.

O estudo de Gritti (2004) limita-se ao estado do Rio Grande do Sul. O ponto de partida da autora está em Wachowicz (1981). O surgimento do estereótipo residiria na "*mentalidade arcaica do imigrante extremamente ligado à terra*". Isso teria provocado dificuldades de adaptação em uma sociedade em processo de urbanização e industrialização (Gritti, 2004: 59). Mas, no caso do estado do Rio Grande do Sul, as origens do preconceito são mais locais que nacionais ou européias. Ligam-se ao processo de colonização agrícola. Tendo chegado ao estado após os alemães e italianos, os poloneses ocuparam espaços em colônias já habitadas por imigrantes de outras nacionalidades. Gritti relata então conflitos advindos dessa situação nas colônias Antônio Prado, Alfredo Chaves e no núcleo colonial São Marcos. As razões dos conflitos eram "*as mais diversas*" – hospedagem, alimentação, transporte, etc. – mas a questão central residia na incompatibilidade entre a "*política positivista*" implementada pelo governo local e os imigrantes poloneses.

Claro está que para os positivistas a ordem é condição de progresso. Para os administradores dos núcleos coloniais, simpatizantes das idéias defendidas por Augusto Comte, os imigrantes poloneses não se submetem às regras e às condições estabelecidas para assentamento nos lotes coloniais. Logo, perturbam a ordem pública e, ao perturbarem a ordem, demonstram sua inferioridade técnica e moral e não contribuem para a prosperidade do Estado. (Gritti, 2004: 133-134)

O teor da análise surpreende primeiro pelo pequeno número conflitos tomados como evidências empíricas. Surpreende ainda porque não é realizada nenhuma comparação, nem com outros grupos imigrantes, nem mesmo com outros estados, o Paraná, por exemplo. Surpreende enfim porque a raiz do pequeno número casos analisados – três – estaria na "política positivista". Dada esta incapacidade de submissão à ordem, a autora deduz pela "inferioridade técnica e moral" do imigrante polonês. Ao invés de analisar o preconceito contra o imigrante polonês, Gritti o justifica. E nesse caso, como falar em preconceito?

Wachowicz (1981) afirma que a "*sede de terras*" e a *condição de camponeses*37, que teria marcado a emigração polonesa para o Brasil, teriam contribuído para o "*isolamento*" de algumas comunidades e imigrantes, propiciando lastro assim às imagens de "atrasados" e "fechados" que lhes foram associadas. Alerta ainda para o fato de os imigrantes poloneses tinham o hábito de procurar as autoridades locais, no Paraná, quando do surgimento de conflitos. Como os jornais da época noticiavam cada acontecimento, *"a palavra polaco passa a traduzir desordeiro"* (Wachowicz, 1981: 133). Contudo, este mesmo autor afirma que a partir da primeira década do século XX, com a criação das associações civis, escolas laicas etc em Curitiba, a comunidade polono-brasileira se urbanizaria. Frutos destes tempos são ainda a tentativa de criação de um banco polono-brasileiro e de uma câmara de comércio. A assimilação parecia em marcha, mas Wachowicz (1981) conclui enfatizando estas dificuldades que seriam frutos não da distância da língua, mas da incapacidade do estado em oferecer "*elementos culturais capazes de atrair os filhos dos imigrantes*", colocando desde então a problemática do preconceito em bases atuais.

4. Conclusão

A tese do preconceito contra o polonês, revelada nas pesquisas de Ianni, deve muito ao contexto científico dos estudos raciais (e de desmistificação da tese da democracia racial brasileira) realizados no Brasil nos anos 1950 e 1960. É dentro deste contexto que se pode compreender a associação do preconceito contra o imigrante polonês ao racismo estrutural então desvendado. Não obstante, a partir dos autores e documentos analisados, encontramos na história dos territórios poloneses à época da emigração, nas querelas com imigrantes de outras nacionalidades, em especial com os alemães desde os primeiros momentos, como foi o caso da criação da colônia do Pilarzinho, na estrutura social das colônias de imigrantes poloneses no Paraná, na ineficácia das políticas públicas de favorecer a integração, em particular de oferecer escolas onde os conteúdos fossem ministrados em português, entre outros, elementos que permitem explicar imagens de preconceito que lhes foram atribuídas. Contudo, é interessante frisar que as muitas iniciativas associativas (esportivo-militares em alguns casos) em meio urbano ou a ainda presença do cônsul polonês em Curitiba com seus projetos colonizadores foram ignoradas pela maior parte dos trabalhos. Como de hábito, é sobre imigrantes rurais que recaem as mais freqüentes imagens negativas, sendo que, no caso de Curitiba, os imigrantes urbanos, com seus jornais, escolas e associações não foram devidamente estudados.

37 RU significa restaurante universitário. As frases racistas "Lugar de negro é na cozinha do RU" e "negros voltem para senzala" foram pichadas nos muros da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em junho de 2007, durante o processo de discussão para aprovação do "Programa de Ações Afirmativas" dessa universidade. Programa esse que estabeleceu 15% de vagas para alunos negros e 15% para candidatos egressos do sistema público de Ensino Fundamental e Médio em todos os cursos de graduação da UFRGS.

De fato, para estes últimos, faz mais sentido falar em emigrantes (envolvidos em projetos imperiais e colonizadores) do que propriamente em imigrantes em processo (lento ou não, pouco importa) de assimilação.

Seja como for, revisitar um preconceito implica em contextualizar seu surgimento, investigar o meio e as condições locais, nacionais e mesmo internacionais que o justificaram. Aqui, como em tantos outros casos, convém se afastar das ideologias e das pré-noções. No caso específico, revistar o preconceito contra o imigrante polonês é uma forma de compreender de um lado a atuação dos poderes públicos em relação aos imigrantes, mas é também uma forma de resgatar uma parte da diversidade da trajetória da sociedade brasileira e assim questionar o mito da unidade nacional.

REFERÊNCIAS

ANDREAZZA, M. L. (1996). *Paraíso das delícias : estudo de um grupo de imigrantes ucranianos*. Curitiba: Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná.

ANDREAZZA, M. L. & NADALIN, S. (1994). O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. *Revista Brasileira de Estudos de População,* 11 (1), jan-jun, 61-87.

BASTIDE, R. & FERNANDES, F. (1955).*Relações entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo: Anhembi.

BASTOS, E. R. (1996). Octavio Ianni: a questão racial e a questão nacional. In FALEIROS, M. I. L. & CRESPO, R. A. *Humanismo e compromisso: ensaios sobre Octavio Ianni*. São Paulo: Editora UNESP, (pp. 79-99).

____. (2004). Unesco /Anhembi. Um debate sobre a situação do negro no Brasil. In *Colóquio Internacional O Projeto Unesco no Brasil*. http://www.ceao.ufba.br/unesco/03paper-Elide.htm (Consultado na Internet em 23 de abril de 2006.

BLANC-CHALEARD, M-C. (2001). Histoire de l´immigration. Paris: La Découverte. Col Repères.

BUCHMANN, E. T. (1995). *A trajetória do sol : um estudo sobre a identidade do imigrante polones no sul do Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural.

CARNEIRO, M. L. T. (1988). *O anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense.

CARDOSO, F. H. (2003). *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 5ª ed.

CARDOSO, F. H., MOREIRA, R. J. & IANNI, O. (1957). Estudo das relações entre negros e brancos no Brasil Meridional. In *Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia*. Salvador, (pp. 213-219).

CICHOKA, M. (2002). Les polonais en Amérique latine : un autre regard. *Amériue Latine Histoire e Mémoire*, nº 4. htpp://alhim.revues.org/document483.html. Acessado em 12 de junho de 2008.

CHAPOULIE, J-M. (2001). *La tradition sociologique de Chicago*, *1892-1961*. Paris : Seuil.

DOUSTDAR, N. M. (1990). *Imigração polonesa: raízes de um preconceito*. Curitiba: Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná.

EVANGELISTA, E. G. dos S. (2003). *A Unesco e o mundo da cultura*. Goiânia: Ed UFG/Unesco.

FERNANDES, F. (1978). *A condição do sociólogo*. São Paulo: Hucitec.

FILIPAK, P. & KRAWCZYK, J. (1978). *Fastos da Sociedade União Juventus*. Curitiba: Gráfica Vicentina LTDA.

GABACCIA, D. R et. al. (2006) Émigration et construction nationale en Europe. In GREEN, N. & WEIL, F. (sous la dir.). *Citoyenneté et émigration. Les politiques du départ*. Paris : Ed EHESS, (pp. 67-94).

GLUCHOWSKI, K. (2005). *Os poloneses no Brasil*. Porto Alegre: Rodzicz & Ordakowski editores.

GOULART, M. do C. K. (1984). *A imigração polonesa nas colônias Itajahy e Príncipe Dom Pedro*. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau.

GRITT, I. R. (2004). *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul*. *A emergência do preconceito.* Porto Alegre: Martins Livreiro Editor.

HEMPEL, A. (1973). Os poloneses no Brasil. In *Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa*. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná., vol. VII, (pp. 11-99).

HESSEL, M. (1970). Na senda dos pioneiros. *Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa* Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná., vol. I, (pp. 93-113).

IANNI, O. (1966a). Do polonês ao polaco. In Ianni, O. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (pp. 117-146).

_____. (1966b). A situação social do polonês (projeto de estudo). In Ianni, O. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (pp. 147-167).

____. (1966c). O sistema econômico-social e a situação racial em Curitiba. In Ianni, O. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (pp. 171-218).

____. (1966d). Raça e classe. In Ianni, O. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (pp. 41-64).

IAROCHINSKI, U. (2000). *A saga dos polacos*: *a Polônia e seus emigrantes no Brasil*. Curitiba: V. Iarchinski.

KERSTEN, M. S. de A. (1983). *O colono-polaco: a recriação do camponês sob o capital*. Curitiba, Dissertação (Mestrado em História). SCHLA-UFPR.

KLOBUKOWSKI, S. (1971). *Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa*. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná., vol. IV, (pp. 15-107).

KOKUSZKA , P. M. (2000). *No rastro dos imigrantes poloneses*. Curitiba: Editora Gráfica ARINS.

KULA, M. (1977). Carta dos imigrantes do Brasil. *Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa*. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná., vol. VIII, (pp. 9-117).

LESSER, J. (2001). *A negociação da identidade nacional. Imigrantes, minorias e luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 344 p.
MAIO, M. C. (1999). O projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 14, nº 41, p.
MARTINS, W. (1955). *Um Brasil diferente*. São Paulo: Editora Anhembi.
MAZUREK, J. (2008). *Entrevista concedida ao autor*. Varsóvia, 20 de março de 2008.
OLIVEIRA, M. de (2007). Imigração e diferença em um estado do sul do Brasil: o caso do Paraná. *Nuevo Mundo-Mundos Nuevos*, v. 7. http://www.nuevomundo.revues.org. (Consultado na Internet em 25 de maio de 2008).
RAMOS, J. de S. (2006). *O Poder de domar do fraco: Construção de autoridade e poder tutelar na política de Povoamento do Solo Nacional*. Niterói: EdUFF.
ROCHA NETO, B. M. (1971). P*oloneses no Paraná. Curitiba: Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, 28, s/p.
SAPORSKI, S. E. W. (1972). Memórias. *Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa*. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná, vol. VI, (pp. 11-100).
SAKURAI, C. (2000). Imigração japonesa para o Brasil. In FAUSTO, B. (org.). *Fazer a América*. São Paulo EdUSP. (pp. 215-229).
SEYFERTH, G. (1997). A assimilação dos imigrantes como questão nacional. Rio de Janeiro: *Mana*, (3/1), 95-131.
____. (1974). *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim*. Porto Alegre: Movimento.
____.(2000). A colonização alemã no Brasil: Etnicidade e conflito. In: Fausto, B. (org.). *Fazer a América*. São Paulo: EdUSP, (pp. 273-313).
____. (2004). A imigração no Brasil: comentários sobre a contribuição das ciências sociais. *BIB. Boletim Informativo de Ciências Sociais*. Nº 57, pp. 7-47.
____.(1999). Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In PANDOLFI, D. (org.). *Repensando o Estado Novo.* Rio de Janeiro: FGV, (pp. 199-228).
____. (2004).
TEMPSKI, E. (1971).Quem é o polonês? *Boletim Especial do Instituto Histórico, Geográfico e etnográfico Paranaense.* Curitiba,
VALENTINI, J. (1982). A arquitetura do imigrante polonês em Curitiba. *Boletim do Instituto Histórico*, *Geográfico e Etnográfico*. Curitiba.
WACHOWSKI, R. (1971). Memórias de Koscianski . *Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa*. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná, vol. III, (pp. 36-79).
WACHOWICZ, R. C. (1974). *Abranches: paróquia da imigração polonesa.* Curitiba: Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná.
____.(1999). Aspectos da imigração polonesa ao Brasil. *Projeções. Revista de estudos polono-brasileiros*, Curitiba: Ano I, vol. I, 10-31.
____. (1981). *O camponês polonês no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba/Casa Romário Martins.
____. (1976). *Orleans. Um século de subsistência*. Curitiba: Fundação Cultural/Ed. Paiol.
____. (1977). *Tomás Coelho: uma comunidade camponesa*. Curitiba: Real Artes Gráficas.
WILLEMS, E. (1946). *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.

“Lugar de negro é na cozinha do RU”1.Cientistas sociais, questão racial, ações afirmativas e terror acadêmico

Sales Augusto dos Santos Sales
Universidade de Brasília (UnB)
salesaugustodossantos@gmail.com

Resumo: O artigo visa apresentar previsões de alguns cientistas sociais brasileiros ou radicados no Brasil sobre o futuro racial deste país. Segundo alguns cientistas sociais brancos que estudam as relações raciais brasileiras, haverá conflitos raciais no Brasil do futuro com a implementação de ações afirmativas, por meio do sistema de cotas, para negros nos vestibulares das universidades públicas brasileiras. O autor do artigo busca demonstrar que não há nenhum fato ou indício histórico, menos ainda pesquisas, que indicam tal possibilidade. Mais ainda, demonstra também que estes tipos de previsões já foram feitas no passado brasileiro, mas nunca se realizaram e não passam de terror acadêmico.

1 Lembramos aqui que o dia 21 de março é uma data histórica para os Movimentos Sociais Negros. Este é o Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial. Contudo, devemos ressaltar também que a Seppir foi criada três meses após a posse do Presidente eleito, bem como da criação e instituição de todos os ministérios e órgãos da administração Lula. Ou seja, tudo indica que esta Secretaria Especial foi criada sob intensa pressão dos Movimentos Sociais Negros, visto que a sua existência não estava prevista nos planos iniciais do governo Lula.

Introdução

A década de 2000 no Brasil tem sido marcada, até a presente data, por intensas lutas acadêmicas e mudanças significativas no que diz respeito à discussão sobre a inclusão dos negros no ensino superior público. As reivindicações históricas dos Movimentos Sociais Negros visando a aumentar a baixíssima quantidade de afro-brasileiros no ensino público de terceiro grau têm obtido algumas respostas positivas nesta década, mesmo sob fortes pressões em sentido contrário, especialmente pressões da grande imprensa e de parte significativa da intelectualidade brasileira (Santos, 2007 e 2005).

A luta dos Movimentos Negros brasileiros, associada à conjuntura internacional de luta contra o racismo manifestada *na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, realizada entre 30 de agosto a 7 de setembro de 2001, na cidade sul-africana de Durban, fortaleceu, no Brasil, a discussão sobre a necessidade de implementação de ações afirmativas para os negros terem acesso preferencial ao ensino superior público.

Em função disso, entre outros fatores, a questão racial brasileira foi colocada definitivamente na agenda política do país, visto que passou a ser ponto de pauta dos candidatos a Presidente da República, em 2002, no Brasil. Vários deles, inclusive o presidente eleito na época, Luiz Inácio Lula da Silva, apresentaram em seus programas de governo propostas de combate ao racismo e de inclusão de negros nas áreas de prestígio, poder e mando, por meio de ações afirmativas.

> Após eleito, e ao tomar posse e investir-se no cargo de Presidente da República brasileira, sob pressão dos Movimentos Sociais Negros, o Presidente Lula criou, em 21 de março de 20032, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial *(Seppir)*.
>
> Mas o Presidente Lula da Silva não só criou a Seppir em 21 de março de 2003 como também enviou ao Congresso Nacional brasileiro o Projeto de Lei nº 3.627, de 20 de maio de 2004, que "institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências"3. Esse projeto e outros projetos correlatos, como por exemplo, o PL 73/1999, o PL 3.198/2000 e o PLS nº 6264/2005 (Estatuto da Igualdade Racial), estão tramitando no Congresso Nacional e têm sido motivo de grandes discussões, debates e disputas acadêmico-políticas pela sua aprovação ou rejeição (Santos, 2007).

Contudo, apesar das várias críticas contrárias e das várias posições favoráveis à implementação de políticas públicas de ação afirmativa para os estudantes negros ingressarem nas universidades públicas, conforme se pode ver em Santos (2007), no presente artigo nos concentraremos apenas em um ponto e discutiremos somente o que diz respeito ao debate no e do referencial teórico sobre este tipo de política pública, especialmente entre os autores que são favoráveis às cotas4 (ou a qualquer outro tipo de técnica de implementação de ações afirmativas) para negros nos vestibulares das universidades públicas e os que são contra.

2. Introduzindo e operacionalizando o conceito de Ação Afirmativa

Embora recente nas ciências humanas brasileiras, a discussão sobre as ações afirmativas tem crescido sobremaneira no Brasil, nos últimos sete anos, especialmente nas áreas de ciências sociais, educação, história e direito, conforme se pode observar em Santos (2007). Porém, não há discussões ou confrontos teóricos sobre o conceito de ação afirmativa entre os autores que são favoráveis e os que são contra esse tipo de política pública (Santos, 2007). Isto acontece por uma razão, ao que parece, simples, mas anti-acadêmico-científica: os autores que são contrários às cotas para negros nos vestibulares das universidades públicas, salvo raras exceções, não apresentam e, menos ainda, analisam ou desenvolvem conceitos sobre ações afirmativas em seus artigos ou livros e, conseqüentemente, em seus argumentos também. Entre esses, raros são os autores que realizam pesquisa com alunos beneficiários de algum tipo de ação afirmativa ou em algumas universidades que já implementaram algum tipo dessa política pública.

Por um lado, os autores que são a favor das cotas para os negros nos vestibulares da universidades públicas brasileiras geralmente apresentam algum conceito de ação afimativa, para a partir daí defenderem os sistema de cotas, que é apenas um dos tipos de técnica de implementação de ação afirmativa.

> Segundo o professor de direito e Ministro do STF, Joaquim Barbosa Gomes, as ações afirmativas não se limitam às cotas. Para ele,no pertinente às técnicas de implementação das ações afirmativas, podem ser utilizados, além do sistema de cotas,

---

2 O PL nº 3627/2004 estabelece que: Art. 1º As instituições públicas federais de educação superior reservarão, em cada concurso de seleção para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo, cinqüenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Art. 2º Em cada instituição de educação superior, as vagas de que trata o art. 1º serão preenchidas por uma proporção mínima de autodeclarados negros e indígenas igual à proporção de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

3 Cota fixa é uma outra técnica de implementação das ações afirmativas, onde se reserva, num processo de competição por bens sociais, uma porcentagem das vagas para um determinado grupo social competir somente com os membros desse grupo de pertença. Portanto, num processo seletivo, um determinado número de vagas fica garantido antecipadamente para os membros de um determinado grupo social que foi contemplado por esse tipo de ação afirmativa.

4 Monica Grin, ao analisar os debates que ocorreram no Seminário Internacional Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos, organizado pelo Departamento dos Direitos Humanos, da Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça, e realizado em julho de 1996, tendo como sede a Universidade de Brasília (UnB), também introduz, em nota de rodapé e não no corpo do seu artigo, o conceito de ação afirmativa. Conforme a historiadora Grin, "segundo a definição corrente norte-americana, políticas de ação afirmativa são medidas introduzidas por novos arranjos na legislação dos direitos civis ou por ordem do Executivo e pelas quais autoridades públicas, empresas privadas, instituições universitárias privadas e públicas e diversas entidades que recebem ajuda federal ou estão sujeitas à regulação do governo devem dedicar maior atenção à raça e etnicidade" (Grin, 2001: 172-173).

> o método do estabelecimento de preferências, o sistema de bônus e os incentivos fiscais (como instrumento de motivação do setor privado). Noutras palavras, ação afirmativa não se confunde nem se limita às cotas" (Gomes, 2002: 142).
>
> Mais ainda, segundo Joaquim Barbosa Gomes,as ações afirmativas consistem em políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo Estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade.

De cunho pedagógico e não raramente impregnadas de um caráter de exemplaridade, têm como meta, também, o engendramento de transformações culturais e sociais relevantes, inculcando nos atores sociais a utilidade e a necessidade da observância dos princípios do pluralismo e da diversidade nas mais diversas esferas do convívio humano. Constituem, por assim dizer, a mais eloqüente manifestação da moderna idéia de Estado promovente, atuante, eis que de sua concepção, implantação e delimitação jurídica participam todos os órgãos estatais essenciais, aí incluindo-se o Poder Judiciário, que ora se apresenta no seu tradicional papel de guardião da integridade do sistema jurídico como um todo, ora como instituição formuladora de políticas tendentes a corrigir as distorções provocadas pela discriminação. (Gomes, 2001: 06-07).

> E não são só os acadêmicos que são favoráveis que apresentam conceitos sobre ações afirmativas para defender o sistema de cotas, militantes do movimento social negro também.
>
> Mas tanto intelectuais como ativistas buscavam fundamentar seus argumentos dentro de uma discussão mínima sobre o que são ações afirmativas, ou melhor, por meio de referências teóricas, algo que geralmente não se vê nos artigos dos cientistas sociais contrários às cotas. Por exemplo, os ativistas negros Ivanir dos Santos e Carlos Alberto Medeiros, ao escreverem um artigo em favor das ações afirmativas para os negros no ensino público superior brasileiro, que foi publicado no jornal
>
> O Globo, de 21 de dezembro de 2001, sob o título "Privilégios Ameaçados", não deixam de introduzir em um curto espaço de publicação um conceito de ação afirmativa, bem como afirmar a necessidade de se fazer debates qualificados sobre este assunto. Segundo eles ação afirmativa,consiste em conceder vantagens a grupos discriminados em função de gênero, raça/etnia, casta, origem nacional etc., para proporcionar-lhes a igualdade de oportunidades.

A expressão foi usada pela primeira vez no início dos anos 60, quando recrudescia a luta pelos direitos civis, num documento do governo americano. Mas o conceito que ela encerra já estava presente na primeira constituição da Índia, de 1948, que prevê medidas especiais de promoção dos *dalits*, ou intocáveis, nas áreas do parlamento (reserva de assentos), do ensino superior e do funcionalismo público. Políticas semelhantes têm sido adotadas em diferentes contextos. Na Malásia, para promover a participação da etnia majoritária, os bumiputra, numa economia dominada por chineses e indianos. Na antiga União Soviética, para os habitantes da atrasada Sibéria, favorecidos por uma cota de 4% na Universidade de Moscou. Na China, para determinados grupos étnicos. Em Israel, em relação aos árabes e aos falashas, judeus de origem etíope. Na Alemanha, na Colômbia, na Nigéria, para beneficiar mulheres, indígenas e outros. No caso dos Estados Unidos, além dos negros, oito diferentes grupos são alvo da ação afirmativa, incluindo, mais uma vez, as mulheres – por toda parte, as maiores beneficiárias desses programas. (...) Ação afirmativa não é sinônimo de cotas, que constituem apenas um instrumento de aplicação dessa política. No caso americano, ao contrário do que muita gente imagina, só se empregam cotas em última instância. Bolsas de estudo, programas especiais de treinamento, recrutamento ativo (estimular a candidatura, para determinadas posições, de membros de grupos discriminados), reforço escolar são alguns dos meios que têm proporcionado um avanço quantitativo e qualitativo dos grupos beneficiários no mercado de trabalho, na educação superior e no mundo empresarial. O Brasil adota há muito tempo a discriminação positiva. As mulheres, por exemplo, aposentam-se mais cedo que os homens como compensação pela dupla jornada de trabalho. Também contam com uma reserva de 30 por cento nas listas de candidatos dos partidos. Curiosamente, ninguém invoca o princípio da igualdade para contestar essas conquistas femininas, e nenhuma mulher demonstra envergonhar-se delas. A reserva de vagas nas empresas para portadores de deficiência, o Imposto de Renda progressivo, a lei dos dois terços (que reserva para brasileiros dois terços dos postos de trabalho nas empresas brasileiras) – tudo isso é discriminação positiva. (...) Ação afirmativa não é panacéia para os males sociais. Seu propósito é reduzir a desigualdade, como ocorreu nos Estados Unidos (...) é hora de nos engajarmos num debate qualificado. Nós do movimento negro, não apenas dominamos o tema, porque o vimos estudando há muito tempo, mas temos a honestidade de nos apresentar de frente, como negros (Santos e Medeiros, 2001).

A citação acima, embora longa, é muito elucidativa. Primeiro mostra-se um dos fundamentos da ação afirmativa. Ela é dirigida aos grupos sociais discriminados e não somente aos negros. Percebe-se então que as ações afirmativas não são necessariamente políticas públicas de combate à pobreza, mas de combate a discriminações, inclusive à de classe. Neste último caso se poderia estar combatendo indiretamente a pobreza, caso um pobre (independentemente da sua cor) fosse beneficiado por algum tipo de ação afirmativa por ser discriminado enquanto pobre e não pelo fato de o Estado brasileiro querer livrá-lo da condição de pobre. Assim, repita-se: ação afirmativa não é uma política de combate à pobreza como querem nos fazer crer alguns críticos das ações afirmativas propostas para os negros, mas uma política de combate contra discriminações.

Segundo, a citação também mostra que em vários países do mundo há políticas de ação afirmativa; mais ainda, que elas são dirigidas não somente às minorias ou aos negros, mas a todos os grupos sociais que são discriminados em uma determinada sociedade, quer sejam eles minoria ou maioria, algo que o cientista social Jorge da Silva (2001) havia demonstrado também. Terceiro, há vários tipos de ações afirmativas na sociedade brasileira, embora nenhuma das formas

citadas acima tenha sido direcionada exclusivamente para os negros, não causando, portanto, tanta resistência a essas ações afirmativas, como as propostas que foram e estão sendo indicadas para os negros. Quarto, os próprios militantes dos movimentos negros não vêem as ações afirmativas como uma panacéia para todos os males, ou seja, como uma "solução" para a exclusão dos negros do ensino superior público como afirmou já afirmou o professor Peter Fry (2003). Quinto, os ativistas negros e os intelectuais pró-sistema de cotas, ao que tudo indica, estão dispostos a discutir ou colocar à prova o conceito de ação afirmativa, bem como têm buscado qualificar o debate sobre este tema, pois eles geralmente apresentam o conceito e as referências teóricas sobre ação afirmativa em seus artigos publicados na imprensa escrita, em periódicos, livros, entre outros espaços de publicação.

Por outro lado, os cientistas sociais que são refratários às cotas para negros em geral não apresentam sequer o conceito de ação afirmativa, buscando criticá-lo ou desconstrui-lo e a partir daí demostrar por meio de argumentos acadêmico-racionais, ou, se se quiser, pela autoridade dos seus argumentos, porque são contra o sistema de cotas.

> Uma dessas exceções é a historiadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mônica Grin, que, no artigo "Auto-confrontação racial e opinião: o caso brasileiro e o norte-americano"5 (Grin, 2004c), introduziu rapidamente um conceito de ação afirmativa6. Conforme Monica Grin,

Podemos dizer que a ação afirmativa é um expediente político-administrativo do governo federal que busca, por meio de intervenções no mercado, ou de incentivos nos setores públicos e privados, diminuir os efeitos da discriminação nas oportunidades de mercado e em educação para a população negra, entre outras minorias. Para tanto, uma redistribuição de oportunidades contemplaria minorias vitimadas por longa história de discriminação (...). As ações afirmativas surgem como expediente burocrático e pragmático, ou seja, como forma mais eficaz de amenizar ânimos e expectativas, mas também revela-se um alvo alternativo à aparentemente "ineficaz" des-segregação que não promovia, para alguns, o restabelecimento da ordem e da justiça social (Grin, 2004c: 107).

Nesse conceito utilizado pela historiadora Grin há a afirmação de que as ações afirmativas são direcionadas para as chamadas minorias. Porém, como demonstrou o professor Jorge da Silva (2001: 28-29) e os militantes Santos e Medeiros (2001), as ações afirmativas também podem ser direcionadas para grupos sociais majoritários em uma determinada sociedade, desde que estes sejam discriminados negativamente. O que condiciona fortemente a implementação desse tipo de política pública não é a quantidade dos seus beneficiários nem sua classe social, mas o fato de estes serem ou não discriminados negativamente em função de pelo menos uma de suas características reais ou atribuídas (Santos, 2007; Gomes, 2001).

Outra afirmação da historiadora Grin é que a política de ação afirmativa é um expediente político-administrativo do governo federal, induzindo-nos a acreditar que somente este pode implementar ações afirmativas, o que leva a outra inferência, a de que as ações afirmativas são implementadas de cima para baixo. Ou seja, elas surgem e são implementadas de acordo com os interesses do(s) governo(s) ou do Estado e não como respostas às lutas e demandas de grupos discriminados, que visam a eliminar ou mitigar as discriminações a que estão sujeitos, buscando a igualdade de oportunidades e de tratamento, não só de direito, mas também de fato. Mas é possível que haja, ainda, mais problema nesse conceito que Grin (2004c) nos apresenta. Considerando que, segundo ela, é o governo federal que determina ou condiciona sobremaneira a implementação de ações afirmativas, pode-se supor que, se houve implementação de cotas para negros nas universidades públicas federais, e de fato houve em várias delas7, esse ato ocorreu sem convocação de debate público, pois

---

5 Os pesquisadores e professores da Fundação Oswaldo Cruz, Marcos Chor Maio e Ricardo Ventura Santos (2005), que também são contra as cotas para negros nos vestibulares das universidades brasileiras, citam, em uma nota de rodapé, a primeira parte do conceito de ação afirmativa que a historiada Monica Grin utiliza na citação acima. Mas como Grin (2004c), esses pesquisadores não buscam se aprofundar ou explorar mais amplamente o referencial teórico sobre ações afirmativas.

6 Segundo Santos (2007), até fevereiro de 2007, trinta e três universidades públicas já haviam aprovado o sistema de cotas em seus vestibulares. Algumas aprovaram cotas somente para estudantes de escolas públicas, outras somente para indígenas, outras somente para os negros (pretos e pardos) e outras para todas essas categorias de alunos simultaneamente. Por exemplo, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), a Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e a Universidade Federal do Pará (UFPA) aprovaram cotas somente para os estudantes negros. A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), a Universidade Brasília (UnB) e a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) aprovaram cotas para estudantes negros e indígenas. A Universidade Federal do Tocantins (UFT) aprovou cotas somente para estudantes indígenas. A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) aprovou cotas para estudantes indígenas e alunos de escolas públicas. A Escola Superior de Ciências da Saúde do Distrito Federal (ESCS/DF), a Universidade do Estado de Pernambuco (UPE), a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a Universidade Federal do Piauí (UFPI) e a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) aprovaram cotas somente para alunos que estudaram em escolas públicas. A Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), a Universidade Federal do ABC (UFABC), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) aprovaram cotas para estudantes negros e de escolas públicas. A Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), a Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) aprovaram cotas para estudantes negros, indígenas e de escolas públicas. Finalmente, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade do Estado do Estado de Minas Gerais (UEMG), a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), o Centro Universitário Estadual da Zona Oeste (UEZO) do Rio de Janeiro, a Universidade Estadual de Goiás (UEG) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) aprovaram cotas para estudandes negros, indígenas, de escolas públicas e portadores de deficiência física. A Universidade de Brasília (UnB) foi não só a primeira instituição federal de ensino superior brasileira onde se começou a discutir políticas de ação afirmativa para negros, quando hospedou o seminário internacional Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos, em julho de 1996, como também foi a primeira instituição federal de ensino superior brasileira a aprovar o sistema de cotas para negros em seu vestibular, em 6 de junho de 2003. Desse modo, serviu como modelo inspirador e incentivador para aprovação desse tipo de política de ação afirmativa em outras universidades federais.

7 Nem mesmo o antropólogo Peter Fry, que é uma das vozes mais ativas contra o sistema de cotas, desconhece que o GTI surgiu por pressões e demandas dos Movimentos Sociais Negros contra o racismo e por igualdade de oportunidade e de tratamento (Fry, 2005: 282).

teria sido feito de cima para baixo, como imposição do Estado, e não por meio de propostas originadas internamente às universidades e da sua aprovação nos respectivos órgãos decisórios.

O pensamento linear acima exposto induz um equívoco, pois até o setor privado (Gomes, 2002 e 2001) pode implementar ações afirmativas, além dos governos estaduais e municipais da República Federativa do Brasil. Além disso, pode-se imaginar aqui que as universidades federais ou estaduais, que têm autonomia universitária, não poderiam implementar ações afirmativas de ingresso e permanência para a população negra, pois essa implementação dependeria da vontade do Estado brasileiro. Ora, até a presente data, todas as universidades federais que aprovaram políticas de ações afirmativas de ingresso ou permanência para os negros o fizeram porque usaram as prerrogativas de sua autonomia universitária e não porque o governo federal ou o Estado brasileiro as obrigou a implementar esse tipo de política pública, conforme demonstrou Santos (2007).

Portanto, a forma como a historiadora Monica Grin (2004c) nos apresenta o seu conceito de ação afirmativa pode induzir equívocos de interpretação ou análise, tanto nos que são contra esse tipo de política pública quanto naqueles que são a favor. Por exemplo, considerando plausível a leitura que fizemos do conceito de ação afirmativa utilizado por Grin (2004c), pode-se, a partir daí, imaginar ou acreditar que as ações afirmativas que estão sendo implementadas contemporaneamente nas universidades públicas brasileiras não são conseqüências das lutas dos Movimentos Sociais Negros contra a discriminação racial e por igualdade de oportunidade e de tratamento em nossa sociedade. Retira-se assim um dos principais fundamentos para que essas políticas alcancem êxito: as lutas, demandas e a condução de tais políticas públicas pelos próprios interessados (Santos, 2007).

Outra exceção, de autor que era contra as cotas para negros mas que também fez uma introdução ao tema supracitado, é o antropólogo Livio Sansone. Essa introdução ao tema se fez quando este antropólogo buscou analisar de forma "sucinta algumas experiências nacionais de políticas públicas, com a finalidade de combater a desigualdade racial e garantir o acesso de determinados grupos étnicos ou raciais subalternizados a recursos importantes – sobretudo educação, moradia e oportunidades de lazer – *ao mercado de trabalho*" (Sansone, 1998: 752).

As comparações ou experiências nacionais analisadas por Sansone (1998) são de alguns países da América Latina, inclusive o Brasil, e os Estados Unidos da América (EUA). Assim como a historiadora Monica Grin (2004c), Sansone apresenta sucintamente o conceito de ação afirmativa na seção de seu artigo em que analisa a experiência dos Estados Unidos com esse tipo de política pública, dando a impressão de que para este autor esse é um conceito estadunidense. Segundo Sansone, nos EUA,

Nos últimos vinte anos, as medidas de ações afirmativas têm sido muitas e variadas, e visaram também o combate à discriminação das mulheres. As principais medidas tomadas pelo governo federal foram as seguintes: (...). Nas escolas e universidades que recebem financiamentos federais existe tanto a proibição de qualquer forma de discriminação em razão de cor, etnia, gênero, religião ou orientação sexual como a obrigação de reverter discriminações passadas, promovendo a admissão de alunos e docentes membros de minorias (...). As medidas inspiradas pelo princípio da ação afirmativa distinguem-se da *"reparação"*, lançada por uma componente do movimento negro norte-americano, celebrada em muitas das letras da música reggae e nos filmes de Spike Lee, e, nos últimos anos, promovida internacionalmente pelas missões diplomáticas da Nigéria. A idéia que se encontra por trás da noção de reparação – já colocada em prática com as vítimas do holocausto nazista – é a de compensar, com uma quantia a definir, todos os negros no Novo Mundo vítimas de injustiças históricas. Entretanto, pertencer à minoria em questão não é suficiente: para se beneficiar dessas medidas o candidato deve ter o nível educacional ou profissional necessário. Os defensores da ação afirmativa nunca pretenderam que esta fosse a única estratégia para reverter o quadro de discriminação das minorias, cujo combate deve estar associado a mais educação e treinamento, desenvolvimento econômico e criação de postos de trabalho. A ação afirmativa prevê que em uma situação de paridade seja escolhido o candidato pertencente a uma minoria (Sansone, 1998: 753-754).

Nesse artigo, o antropólogo Livio Sansone (1998) apresenta uma série de impedimentos ou dificuldades para a implementação desse tipo de política pública no Brasil, como por exemplo, a ambigüidade das identidades raciais brasileiras ou "muita mestiçagem e pouca identidade étnica organizada ou organizável", ante o gradiente de cores oriundo da mestiçagem brasileira. E é por isso, entre outros fatores, que nessa época o antropólogo Livio Sansone apresenta o tema das ações afirmativas na seção em que analisa a experiência estadunidense. Para Sansone (1998), nos EUA era mais apropriado implementarem-se ações afirmativas que no Brasil, uma vez que "medidas inspiradas no princípio da ação afirmativa requerem noções claras que definam quem pode beneficiar-se delas. Ter grupo de cor ou raciais não é suficiente: são necessários grupos étnicos, politicamente definidos e ativos" (Sansone, 1998: 769). Para Sansone não havia no Brasil grupos étnicos polarizados, ao contrário dos EUA, o que dificultaria a implementação de ações afirmativas para negros.

Note-se que acima falamos que o antropólogo Livio Sansone (1998) era contra as ações afirmativas para os negros naquela época. O fato é que alguns anos depois esse antropólogo mudou publicamente o seu ponto de vista. Muito recentemente ele afirmou que:

Em tempo, preciso fazer uma confissão: embora me tenha tornado um pessimista com relação ao poder supostamente libertador das identidades setoriais, como aquelas de cunho étnico, já que não considero que elas sejam em si emancipadoras, estou convencido de que é fundamental manter uma postura otimista a respeito do multiculturalismo. Isto porque a correção das desigualdades raciais no Brasil não pode ser esperada a partir da operação da *"mão invisível do mercado*". Na verdade, são absolutamente necessárias tanto medidas compensatórias da desigualdade social quanto ações

reparatórias do racismo histórico, assim como intervenções multiculturalistas – no sentido de se criarem melhores condições para a aceitação dos diferentes e para uma educação anti-racista (Sansone, 2003: 536).

Esse antropólogo, de naturalidade italiana mas que vive no Brasil há mais de quinze anos e que tinha convicção contra as políticas de ações afirmativas para os negros ingressarem no ensino superior (Sansone, 1998), ao que parece, de fato mudou mesmo de ponto de vista e "se convenceu" inclusive de que as cotas para os negros nos vestibulares das universidades públicas são necessárias. Isto pode ser observado em um recente artigo que ele publicou na revista "*Horizontes Antropológicos*", do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A seção "Espaço Aberto" dessa revista possibilitou um debate entre vários autores sobre "as cotas raciais para ingresso nas universidades brasileiras através do vestibular" (Teixeira e Steil, 2005: 179). A maioria absoluta dos(as) autores(as) que participou desse debate se posicionou contra as políticas de cotas, mais especificamente a implementada na UnB (Maio e Santos, 2005a). Porém, o antropólogo Livio Sansone (2005) foi um dos raros autores que se posicionou a favor das cotas nessa publicação. Referindo-se à polêmica sobre o uso de fotografias para identificar os candidatos e não-candidatos ao sistema de cotas implementado no vestibular da UnB, Sansone afirmou que,

Ora, propor a foto como "solução" é sonhar de tornar objetivo, quase tangível, a definição de quem é negro ou não-branco no Brasil – definição que é sempre política e nunca pré-discursiva. Eu, muito a favor destas medidas de ação afirmativa, proponho que elas funcionem na base da autodeclaração – sabendo que haverá algum abuso, mas que a pressão moral para que as pessoas não se digam negras sabendo de não sê-lo funcionará como um eficiente desincentivo. Isso dito, me preocupa o tom deste nosso debate, quase sempre solicitado por quem é contrário "*às quotas*", no sentido de descartar a ação afirmativa em si, em lugar de propor justas melhoras ou outras formas de combater as desigualdades. (...). Talvez estejamos tratando de tempestades em copos de água: algo dramático para quem está perto, mas certamente não amedrontador se considerado com alguma abstração e se comparado com outros contextos. Será que num próximo futuro poderemos gastar igual energia na discussão de como melhor fazer funcionar a ação afirmativa na universidade (afinal já uma realidade pelo menos do ponto de vista da lei), de qual pode ser a contribuição dos antropólogos nesse esforço e de como fazer que os muitos novos alunos que acessam aos nossos cursos graças a essas medidas se constituam muito mais num enriquecimento de nosso ambiente do que num "*problema*" para a universidade? (Sansone, 2005: 252-254).

Não temos conhecimento amplo dos motivos ou razões que levaram Sansone (2005 e 2003) a mudar de ponto de vista ou convicção, "convertendo-se" publicamente em um defensor das ações afirmativas para os negros terem acesso ao ensino superior brasileiro. Contudo, parece plausível sustentar que o antropólogo Livio Sansone está perseguindo uma tentativa de diálogo acadêmico-racional e político ou, se se quiser, menos polarizado entre as duas posições opostas. Ou seja, nos parece que a sua conduta acadêmico-política demonstra sensibilidade para tentar compreender os argumentos litigantes e construir um diálogo produtivo entre os que são favoráveis e os que são contra esse tipo de política pública, não se posicionando fechada e intransigentemente com os argumentos dos autores que são contra as cotas para os negros, nem com os argumentos e autores que são a favor desse tipo de política pública. Deve-se frisar que o antropólogo Livio Sansone é um dos raros pesquisadores das relações raciais brasileiras que não assinou nem o manifesto contra as cotas nem aquele a favor (http://www1.folha.uol.com.br/folha/educação/ult305u18773.shtml).

Pensamos que essa postura ambivalente do antropólogo Livio Sansone está, de certa forma, corroborada por suas atitudes posteriores, já que esse autor, apesar de se manifestar publicamente em seus recentes artigos em favor de políticas de ações afirmativas para os negros ingressarem no ensino superior público brasileiro, continua empregando ou servindo-se de argumentos que são amplamente utilizados contra o sistema de cotas.

As interpretações das pesquisas do antropólogo Livio Sansone, pelo próprio autor e outros autores, não deixaram de estar entre as principais fontes de produção de argumentos que dão suporte àqueles intelectuais que são contra as cotas para estudantes negros nos vestibulares das universidades públicas. Se o antropólogo Sansone do artigo "Multiculturalismo, Estado e Modernidade – As nuanças em alguns países europeus e o debate no Brasil" (Sansone, 2003) já se posicionava em favor das ações afirmativas, no livro *Negritude sem Etnicidade*, publicado um ano depois desse artigo, ou seja, em 2004, ele parece recuar e reafirmar os argumentos anteriores de Sansone (1998), de quando era contra as cotas. Desse modo, fornece combustível e catalisa os argumentos contra as cotas utilizados por Peter Fry (2005), Yvonne Magge (2006, 2005-2006 e 2002), Maggie e Fry (2004 e 2002), Grin (2005-2006, 2004b, 2004a, 2004, 2001 e 2000), Maio e Santos (2006, 2005 e 2005a), Schwarcz (2005-2006, 2005, 2001a), entre outros; especialmente ao afirmar e reafirmar acriticamente ao longo de todo o livro supracitado que no Brasil se tem um sistema de classificação racial ambíguo ou "*um sistema não polarizado de classificação racial"* e que deve-se celebrar o hibridismo e o sincretismo, argumentos que são centrais para os críticos mais contundentes das cotas para os negros na universidades públicas brasileiras, Maggie e Fry (2004 e 2002) e Fry (2005), por exemplo. Conforme Sansone,

Atualmente, o Brasil é uma república federativa com um poder fortemente centralizado do Estado. Funciona num contexto de dogmas universalistas rigorosos, com uma história de miscigenação racial, um sistema não polarizado de classificação racial, um longa tradição sincrética nos campos da cultura popular e da religião, uma tradição de intolerância à alteridade étnica na vida política, uma aversão geral à etnicidade e, mais recentemente, uma dificuldade considerável em pensar e aplicar medidas de cunho multiculturalista ou explicitamente anti-racista na educação (...). No Brasil "*heterófobo*", o direito à diversidade cultural é negado, efetivamente, nas variantes intelectualizadas e popular do discurso sobre a democracia racial. Ambas não apenas abominam o racismo, como celebram a miscigenação cultural e biológica nos rituais públicos de mistura racial, nas atividades de lazer (por exemplo, na criação e consumo da música tradiconal e popular) e na religiosidade

popular. (...). O Brasil precisa aceitar-se como um país predominantemente mestiço, com uma cultura amplamente híbrida, que coexiste com uma imensa injustiça social histórica contemporânea (Sansone, 2004: 235 e 282).

Além disso, como a maior parte dos críticos à implementação de cotas para negros nos vestibulares das universidades públicas, na maioria absoluta das vezes em que Sansone (2004) cita ou se refere aos Movimentos Sociais Negros, o faz criticando-os veladamente e algumas vezes explicitamente. Mais do que isto, não reconhece o papel desses movimentos em algumas demandas e conquistas que só foram possíveis após anos de lutas, como, por exemplo, a inclusão, na Constituição (de 1988) do estado da Bahia, da obrigatoriedade do ensino da história do continente africano e dos povos africanos, bem como de que a publicidade estatal seja multirracial, entre outras conquistas. Para o antropólogo Lívio Sansone, essa inclusão parece ser conseqüência apenas da redemocratização do Brasil, da vontade política do estado da Bahia ou, se se quiser, dos seus governos ou elites dirigentes. Ou seja, de cima para baixo. Segundo Sansone,

A redemocratização do Brasil, a partir do início dos anos oitenta [do século XX], trouxe uma nova onda étnica e preparou o terreno para o surgimento de políticas de identidade numa sociedade que, até esse momento, vivenciara uma poderosa tradição universal. Essa nova "política da identidade" chega a receber apoio dos aparelhos de Estado, mas também celebrada na arte e na cultura popular através de inúmeras reinterpretações do "*mito das três raças*". Hoje em dia, os agentes desse processo são diferentes. O governo federal, afetado por cortes nos gastos públicos e pelas lembranças negativas de sua política cultural centralizada e marcada pela censura, vem perdendo terreno. Os governos locais, por outro lado, vão adquirindo maior importância, fortalecidos pela descentralização do poder e pela nova legislação. O estado da Bahia incluiu, em sua Constituição de 1988, o ensino obrigatório de história africana no curso secundário e políticas de promoção de uma imagem multiétnica na propaganda dos órgãos governamentais (Sansone, 2004: 98).

O pensamento de Monica Grin, ao que tudo indica, no que se refere aos Movimentos Sociais Negros não é muito diferente daquele do antropólogo Sansone (2004), além de acusá-los de querer racializar a sociedade brasileira. Esta, para essa autora, não tem consciência de raça (Grin, 2005-2006, 2004c). A historiadora Mônica Grin também não reconhece a luta e a relevância desses movimentos como agentes sociais importantíssimos, não só para a inclusão da questão racial na agenda política brasileira e da luta pela igualdade racial, como também para o processo de democratização do país em sentido amplo. Para Monica Grin, por exemplo, o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), criado em 20 de novembro de 2005 e o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTEDEO), criado em 20 de março de 1996, são frutos da vontade política do Governo Fernando Henrique Cardoso.

No que se refere particularmente aos negros, um decreto presidencial, de 20 de novembro de 1995, instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) (sic) com o objetivo de sugerir ações políticas de valorização da população negra. Medidas de curto, médio e longo prazos foram elaboradas, sendo a mais ousada a que propõe a formulação de política de cotas que promovam social e economicamente a comunidade negra. O Presidente da República também criou, no âmbito do Ministério do Trabalho, o Grupo de Trabalho para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTDEO), que tem como objetivos, entre outros, definir ações de combate à discriminação e estabelecer o cronograma para a sua execução; este grupo teria também a incumbência de propor estratégias de implementação de ações de combate à discriminação no emprego e na ocupação (Grin, 2004: 334).

> A historiadora Monica Grin (2004) cita o surgimento desses dois grupos de trabalho (GTs) como se a instituição deles não fosse uma conseqüência das lutas e pressões dos Movimentos Sociais Negros por igualdade de oportunidade e de tratamento na sociedade brasileira, bem como pelo fim das desigualdades raciais brasileiras, conforme foi demonstrado por *Santos (2007)*.

No caso da instituição do GTI, o não reconhecimento da criação desse GT como conseqüência das lutas e pressões dos Movimentos Sociais Negros beira a falta de rigor acadêmico e de pesquisa histórica8. Ele foi instituído no dia em que houve a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, Pela Cidadania e a Vida, realizada em Brasília, sob a organização de várias entidades desses movimentos. Marcha esta que, entre outros objetivos, exigia políticas públicas para a população negra, como, por exemplo, o *"desenvolvimento de ações afirmativas para acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta"*.

> Mais ainda, esta marcha contou com a presença de mais de trinta mil participantes (Santos, 2006)9 configurando um ato político de magnitude nacional, cuja ressonância e importância política levou o então Presidente Fernando Henrique Cardoso a receber no Palácio do Planalto os líderes dos Movimentos Sociais Negros, momento em que foi assinado o Decreto de 20 de novembro de 1995, que instituiu o GTI. Portanto, não se pode falar da instituição do GTI sem rememorar aquela histórica Marcha e, conseqüentemente, os seus principais agentes sociais, os Movimentos Sociais Negros.

Percebe-se, por um lado, que Sansone (2004) e Grin (2004) tentam mostrar a inclusão da questão racial na agenda política brasileira e a implementação de ações afirmativas como sendo políticas de Estado ou dos governos brasileiros,

---

8 Célia Maria Marinho de Azevedo, outra historiadora que é contra o sistema de cotas, induz a se pensar que os negros brasileiros ou os Movimentos Sociais Negros foram usados pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Segundo ela, "mas e no Brasil, a quem interessa instituir a cota racial? Certamente, ela interessa a algumas correntes do Movimento Negro, cujas reivindicações nesse sentido já se fazem ouvir desde meados dos anos 1980, a princípio na voz isolada do então deputado Abdias do Nascimento. Mas é sintomático que a sua concretização só tenha começado a ocorrer a partir de 2001, ou seja, a segunda metade do segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso, aliás, já por demais desgastado e necessitando de produzir 'novidades' sociais no início da largada de mais uma campanha eleitoral para a presidência. Não seria bom ser um pouco suspeitoso das intenções oportunistas de políticos que em época próxima de eleição presidencial abraçaram a causa da cota racial?" (Azevedo, 2004: 47-48).

9 Sobre essa participação vide Santos (2007).

concedidas de cima para baixo e sem lutas e a participação dos diretamente interessados em tais políticas. De outro lado, e conseqüentemente, eles não reconhecem a importância e a participação ativa dos Movimentos Sociais Negros nas transformações que vêm ocorrendo na sociedade brasileira, especialmente as que se referem à questão racial.

O que parece paradoxal com relação a Sansone (1998) e Grin (2004c) é que ao analisarem o processo de implementação de ações afirmativas na sociedade estadunidense, esses autores não só reconhecem mas também valorizam a centralidade dos Movimentos Negros dos Estados Unidos da América para o surgimento deste tipo de política pública. Como estão comparando o Brasil com os Estados Unidos da América em termos de relações raciais, de políticas públicas e dos atores sociais envolvidos no processo de luta pela superação das desigualdades raciais, pensamos ser no mínimo falta de rigor acadêmico não se preocupar em pesquisar minimamente qual foi ou tem sido a participação10 dos Movimentos Negros brasileiros nas transformações que estão ocorrendo no Brasil, no que diz respeito à questão racial, como o fizeram com os Movimentos Negros estadunidenses.

3. Cientistas Sociais: pesquisa acadêmco-científca ou pseudofuturologia?

Mesmo com todas as críticas que se possa fazer a esses dois autores supracitados, não se pode negar que eles pelo menos apresentaram, mesmo que muito incipientemente, um conceito de ação afirmativa em um ou alguns de seus artigos quando discutiram esse tema, algo que não é comum entre os críticos das cotas raciais. Por exemplo, os antropólogos e professores titulares do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Peter Fry (2005-2006, 2005a, 2005, 2003, 2002 e 2000) e Ivonne Maggie (2006, 2005-2006, 2005a, 2005, 2004 e 2001) ou ainda Fry e Maggie (2004) e Maggie e Fry (2005, 2004, 2004a e 2002), dois dos mais contundentes críticos das políticas de cotas nas universidades públicas brasileiras, ao escreverem artigos e até mesmo livros sobre a questão racial e a implementação de ações afirmativas para negros na educação superior brasileira, citam várias vezes no mesmo artigo ou livro a expressão "ação afirmativa" e jamais entram na discussão teórica sobre esse tema, nem sequer apresentam um conceito ou uma definição explícita do mesmo como o fizeram Sansone (1998) e Grin (2004c).

Ao que tudo indica, há entre alguns cientistas sociais contrários às cotas para negros uma desconsideração da maneira de como se produz conhecimento conhecimento acadêmico. Não se parte de nenhum conhecimento anterior sobre ações afirmativas, ou melhor, não se fez um estudo ou uma revisão dos referenciais teóricos sobre ações afirmativas para se produzir novos conhecimentos sobre o assunto ou mesmo confirmar ou reformular conhecimentos anteriores, e, conseqüentemente, criticar o sistema de cotas.

Ora, como em geral os cientistas sociais contrários às cotas desobedecem alguns procedimentos metodológicos sobre a produção do conhecimento acadêmico-científico, podem a partir daí não trabalhar com o real concreto, mas com futurologia, fazendo previsões, tais como "as cotas para negros nos vestibulares das universidades públicas vão racializar a sociedade brasileira", ou ainda, "vai haver uma divisão racial do Brasil", ou "divisões perigosas" que é título de um livro, entre outras previsões castastróficas.

Aqui cabe duas breves considerações. A primeira: mesmo os autores que são contra as cotas para negros nos vestibulares admitem que a sociedade brasileira discrimina racialmente os negros11. Ora, existe sociedade que discrimina racialmente os negros e que não é racializada? Se uma sociedade é racista contra um determinado grupo social é porque ela racializa. Ou seja, usa a raça para classificar e julgar previamente os seus cidadãos, alguns positivamente e outros negativamente, não levando em consideração somente o caráter desses para julgá-los. Portanto, não é a toa que os dados estatísticos oficiais (IBGE e IPEA) e não-oficiais (DIEESE) mostram uma desigualdade racial brutal entre negros e brancos no Brasil (Santos e Silva, 2006).

A segunda consideração, refere-se ao por quê esses cientistas começam a trabalhar com cenários, ou melhor, fazer previsões desanimadoras sobre o futuro do Brasil no que diz respeito às relações raciais. O futuro passa a ser um dos argumentos desses autores contra as cotas, visto que eles descortinam, com a implementação das políticas de ação afirmativa para negros, cenários de conflito racial aberto no tempo que há de vir.

> Por exemplo, Maggie e Fry já compartilharam a escrita de artigos (Fry e Maggie, 2004) ou os escreveram separadamente (Maggie, 2004), cujos títulos foram, respectivamente, "Cotas raciais – Construindo um país dividido?" e "Em breve, um país dividido", em que fazem previsões não otimistas sobre o futuro racial do Brasil após o processo de implementação das ações afirmativas para os negros. Segundo esses artigos, dentre outros, a implementação das cotas vai aumentar o "acirramento das tensões raciais existentes" e provocará uma "cisão racial" no Brasil.

Tal previsão sem lastro sócio-histórico, sem fidelidade aos fatos históricos brasileiros e sem o mínimo possível de objetividade, ao que tudo indica, tende a ser mais uma das muitas que já foram feitas (e não se realizaram) na esfera das relações raciais, algumas vezes supondo

a) um melhoramento ou um acirramento das relações raciais brasileiras no futuro; e

---

10 Por exemplo, segundo Peter Fry (2003), "todos nós sabemos das grandes e pequenas discriminações e humilhações que os cariocas mais escuros e mais pobres vivem cotidianamente. Todos nós gostaríamos de ver as universidades públicas cada vez mais multicoloridas (as privadas já são). Também acredito que a maioria quer que o Brasil elimine o racismo de tal jeito que a discriminação racial e o medo dela deixem de ferir tanto. Mas a 'solução' das cotas vai aumentar os problemas, não diminuí-los".

11 Oracy Nogueira já havia afirmado que a ascensão crescente de "pessoas de cor" tenderia a alterar a situação racial brasileira tanto pela acumulação de conquistas (educacionais, profissionais e patrimoniais) como pela contestação dos não-brancos contra o racismo e, conseqüentemente, o aumento de conflitos raciais no país. (Nogueira, 1985: 24-45 e 46).

b) mudanças profundas na composição racial do Brasil pela extinção dos negros e indígenas, entre outras previsões.

Por exemplo, Joseph Arthur de Gobineau, o Conde de Gobineau, um dos teóricos do "*racismo científico*", que defendia abertamente a superioridade da raça ariana (Raeders, 1988: 11), também fez previsões sobre o futuro racial do Brasil. Após viver quatorze meses no Brasil, de abril de 1869 a maio de 1870, como chefe da delegação diplomática da França, Gobineau construiu uma visão sobre a população brasileira que é sabidamente pessimista. Ele considerava os brasileiros "*preguiçosos*", "*malandros*", "*feios*", "*degradáveis*", "*raquíticos*" e, conseqüentemente, sem futuro, porque a miscigenação extremada os conduziria a uma decadência irremediável (Gobineau *apud* Raeders, 1988: 75, 89-90, 93, 123-124, 163). Com relação aos negros que habitavam o Brasil, Gobineau foi tão ou mais taxativo quanto sobre os mestiços: eram uma "*depravação primitiva*" (Gobineau *apud* Raeders, 1988: 121). Segundo Gobineau,

> Uma população toda mulata, com sangue viciado, espírito viciado e feia de meter medo(...). Nenhum brasileiro é de sangue puro; as combinações dos casamentos entre brancos, indígenas e negros multiplicaram-se a tal ponto que os matizes da carnação são inúmeros, e tudo isso produziu, nas classes baixas e nas altas, uma degenerescência do mais triste aspecto (...) o resultado são compleições raquíticas que, se nem sempre repugnantes, são sempre desagradáveis aos olhos *(Gobineau* apud *Raeders, 1988: 90).*

A descrença com a população brasileira era tanta, em face da sua "degenerescência", que o teórico racial francês fez a seguinte previsão: "em menos de 200 anos, (...) veremos o fim da posteridade dos companheiros de Costa Cabral e dos imigrantes que o sucederam", pois o "sangue mulato" produz "rebentos que não sobrevivem" (Gobineau *apud* Raeders, 1988: 241).

Quarenta e um anos depois, precisamente em 1911, no início do período republicano, o médico e antropólogo João Baptista de Lacerda participou do "Premier Congrès Universel des Races", realizado em Londres, como representante do governo brasileiro. Na época, João Batista de Lacerda era diretor do Museu Nacional no Rio de Janeiro. Ao apresentar a sua comunicação nesse congresso afirmou que,

L'importation, *sur une vaste échelle*, de la race noire au Brésil, a exercé une influence néfaste sur le progrès de ce pays; elle a retardé pour longtemps son développement matériel, et a rendu difficile l'emploi de ses immenses richesses naturelles. Le caractère de la population s'est ressenti des défauts e des vices de la race inférieure importée (Lacerda, 1911: 29-30).

Por outro lado, e complementarmente, para João Batista de Lacerda a raça/cor branca era vista como a garantia de um futuro brilhante para o Brasil, sendo a saída e solução dos problemas presentes e futuros do país, uma vez que ajudaria, simultaneamente, a extinguir as populações negras e indígenas, bem como a revigorar a raça brasileira, embranquecendo-a. Fundamentando-se nesses pensamentos, Lacerda faz a seguinte previsão,

Avant un siècle, probablement, la population du Brésil sera représentée, en majeure partie, par des individus de race blanche, latine, et vers le même temps, le noir et l'indien auront sans doute disparu de cette partie de *l'Amérique*(...). Un avenir brillant est réservé au Brésil, il deviendra la station principale où la race latine viendra se retempérer, se rajeunir dans *l'Amérique du Sud, comme les États-Unis l'ont été dans l'Amérique du Nord pour la race Saxonne* (Lacerda, 1911: 30-31).

E previsões sobre a composição racial brasileira e sobre as relações raciais no Brasil não deixaram de existir ao longo de todo o século XX, bem como também não se realizaram até a presente data. Por exemplo, em 1982, segundo o historiador Clóvis Moura (1988), um assessor do antigo Banco do Estado de São Paulo (Banespa) apresentou um trabalho, no qual previa que a população negra brasileira chegaria a 60% do total de brasileiros no ano 2000, podendo inclusive tomar o controle político do país e dominar os postos-chave. Segundo Clóvis Moura,

O economista Benedito Pio da Silva, assessor do GAP do Banespa (São Paulo), apresentou trabalho intitulado *"O Censo do Brasil e no Estado de São Paulo, suas curiosidades e preocupações"*. Estabelecia ali a sua filosofia étnica segundo a qual era necessária uma campanha nacional visando o controle da natalidade dos negros, mulatos, cafuzos, mamelucos e índios, considerando que se mantida a atual tendência de crescimento populacional *"no ano 2000 a população parda e negra será da ordem de 60% (do total de brasileiros), por conseguinte muito superior à branca. E eleitoralmente poderá mandar na política brasileira e dominar todos os postos-chave". (...)*

O mais sintomático é que esta tese racista foi aprovada por esse órgão de assessoramento do governo de São Paulo, na época dirigido pelo governador Paulo Salim Maluf (Moura, 1988: 99).

Durante o regime militar no Brasil, mais precisamente no final da década de sessenta do século passado, também houve medos e previsões de que poderia haver conflitos raciais manifestados pública e abertamente no Brasil do futuro, ou seja, do ano 2000. Nessa época, o jornalista Itamar de Freitas organizou uma equipe de pesquisadores e intelectuais (sociólogos, etnólogos, educadores, entre outros) para discutir como seria o Brasil no ano 2000. O resultado desse trabalho prospectivo foi o livro *Brasil Ano 2000. O Futuro Sem Fantasia*, publicado pela editora Biblioteca do Exército Brasileiro (grifo nosso) em 1969.

Apoiando-se nas análises feitas pelo sociólogo Nelson Mello e Souza, da Fundação Getúlio Vargas, logo na introdução do livro o seu organizador afirmava que não chegamos a ser racistas segregadores, mas que também não podemos nos orgulhar da chamada democracia racial brasileira. E pergunta:

> Como reagiremos – por exemplo – quando os negros vencerem as dificuldades sociais e econômicas que os segregam, deixarem de ser apenas 448 universitários em 5.600.000 indivíduos? Hoje, os negros não incomodam, mas o que acontecerá quando eles tiverem – ainda que uma minoria expressiva deles – poder econômico para comprar títulos de clubes fechados, ou forçar sua entrada nos colégios mais caros, ou forçar sua admissão nos escritórios ou postos

> importantes, ou morar nas zonas residenciais de "primeira classe"? **Estaremos maduros, bastante para aceitá-los como irmãos em tudo, ou vamos partir para conflitos raciais?** (Freitas, 1969: 07, grifo nosso).

Percebe-se que na citação acima o autor se posiciona como homem branco. Ele fala posicionadamente e assume que seria por iniciativa dos brancos que provavelmente haveria ataques ou conflitos raciais no Brasil do futuro. Mais adiante nesse livro, no item 6, do tópico "Racismo no País da Classe Média", cujo instigante título é a *"Crise Racial no Brasil – Ano 2000",*

> Freitas, concordando com a análise do sociólogo Mello e Souza, conclui que poderia haver lutas raciais no Brasil do ano de 2000, embora o país não fosse se transformar num novo Estados Unidos da América nem na África do Sul.
>
> O Brasil do ano 2000 deverá ser uma sociedade de boas oportunidades de emprego, na faixa dos serviços (...) Estarão abertas, assim, para o negro, possibilidades de acesso social, garantidas pela democratização do ensino técnico. O negro concorrerá com o branco, na faixa do emprego técnico, terá condições para entrar nos "clubes de elite", poderá morar em zonas privilegiadas, disputará as jovens brancas na livre concorrência do amor. **Como reagirão os brancos à ascensão do negro?** Nos Estados Unidos do fim do século passado, não era evidente a discriminação racial. O negro era coisa, entendido como coisa e tratado como tal. Foi a democratização da riqueza e de oportunidades de ascensão social do negro que fez surgir, que evidenciou historicamente o comportamento coletivo feito de ódio violento e cego (...) que marcava a discriminação latente da sociedade branca, puritana e escravocrata (...) Esse fechamento de áreas ao negro [brasileiro], hoje em dia, não provoca conflitos, porque a precária situação sócio-econômica do negro não lhe permite exigir, reivindicar com decisão. Quantos negros podem, agora, pleitear uma carteira de sócio do Country Clube? Quando essa oportunidade chegar, **pelo enriquecimento gradual da população negra, os brancos vão ter de tornar evidentes, claros, indisfarçáveis os seus preconceitos latentes, provocando reações organizadas da elite negra12. As formas e o conteúdo dramático dessas lutas são de difícil previsão** (Freitas, 1969: 92-93, grifo nosso).

A existência desse livro de Freitas (1969), praticamente não citado nos estudos sobre as relações raciais brasileiras e desconhecido entre os estudiosos dessa área de pesquisa, é, a nosso ver, no mínimo intrigante. Conquanto os governos militares brasileiros (1964-1985) negassem oficial e publicamente a discriminação contra os negros, e, conseqüentemente, afirmassem a existência de uma democracia racial no Brasil, é curioso como a ditadura militar permitiu a publicação de um livro sob o patrocínio da Biblioteca do Exército Brasileiro. Livro este que afirmava que "a chamada 'democracia racial' sempre foi um mito" e que "o negro e o mulato poderão recorrer à violência, nos próximos 30 anos, para se integrarem na sociedade industrial de massas que vai marcar o Brasil" (Freitas, 1969: 87 e 91).

Não é nosso objetivo aqui investigar por que a Biblioteca do Exército Brasileiro, em plena ditadura militar – quando não se permitia falar em questão racial –, resolveu patrocinar ou, se se quiser, publicar o livro do jornalista Freitas. O que é importante ressaltar aqui é que previsões sobre a composição racial brasileira e sobre conflitos explicitamente raciais no Brasil (do futuro) existiram ao longo do império e período republicano, porém nunca se concretizaram. Aliás,o antropólogo Livio Sansone (2004) sustenta que, em outros contextos sociais diversos do brasileiro, a idéia de "raça" e a etnicidade já deflagraram tumultos e até mesmo guerras, mas no Brasil, mesmo havendo racismo contra os negros, não houve ações coletivas violentas desse tipo.

Portanto, não há antecedentes históricos que demonstrem a possibilidade de haver conflitos raciais no Brasil, até mesmo porque todas a previsões na área das relações raciais brasileiras feitas anteriormente por políticos e cientistas sociais, como vimos acima, não se cretizaram. Lamentavelmente, essas previsões ou afirmações geralmente são feitas sem nenhum suporte ou evidência histórica, nem mesmo calcadas em pesquisas. Aliás, dos autores contrários às cotas, que pesquisam e estudam a questão racial citados neste artigo, raros são os que realizam pesquisas (tanto quantitativas como qualitativas) nas quais se busca incluir o tema das ações afirmativas.

> Ao que tudo indica, a professora Yvonne Maggie (2006, 2005-2006 e 2005) foi a única que buscou fundamentar alguns de seus argumentos contra o sistema de cotas por meio de pesquisas, visto que também foi a única autora que demonstrou ter realizado pesquisas especificamente sobre esse tema, quando publicou parte dos resultados da "pesquisa sobre o impacto de políticas públicas em escolas de ensino médio do Rio de Janeiro" *(Maggie, 2005-2006).*
>
> Pesquisa essa que a autora vem realizando desde 2004. Segundo a própria pesquisadora, a pesquisa realizada em escolas do Rio de Janeiro se insere em um projeto maior – "Acompanhando as ações Afirmativas no Ensino Superior" – e mobilizou 20 estudantes de graduação e pós-graduação que empreenderam 16 estudos de caso em escolas da rede estadual e escolhidas entre as que foram classificadas com os piores indicadores a partir da avaliação do Programa Nova Escola (Maggie, 2005-2006: 113).
>
> A antropóloga Yvonne Maggie (2005-2006 e 2005), tentando confirmar a sua tese de que o Brasil é um país altamente misturado, onde há uma classificação racial ambígua, ante a mestiçagem cultural e biológica brasileira (Fry, 2005: 163) e, conseqüentemente, o gradiente de cor da sociedade brasileira, afirmou que a pergunta que suscitou mais dúvidas dos alunos foi sobre a identificação de cor/raça deles. Ela chegou a essa conclusão após fazer um pré-teste, por meio de questionários, com alunos das escolas públicas do estado do Rio de Janeiro, onde estava realizando a pesquisa supracitada. *Segundo a pesquisadora Maggie*,

12 Essa afirmação também foi feita em Maggie (2005-2006: 114), mas com algumas informações adicionais. Por exemplo, aqui essa antropóloga diz que "os questionários foram aplicados em dezembro de 2004 a 179 estudantes do primeiro ano do ensino médio das escolas pesquisadas como um pré-teste para o levantamento iniciado em novembro de 2005".

Aplicamos um questionário para estudantes do primeiro ano do ensino médio. Era ainda um pré-teste. Entre as perguntas, havia uma que pedia aos estudantes que se autoclassificassem em uma das categorias do Censo Demográfico. A pergunta, igual à formulada pelo IBGE, era a seguinte: Qual é sua cor/raça: ( ) *branca* ( ) *preta* ( ) *parda* ( ) *amarela* ( ) indígena. Essa pergunta foi a que suscitou mais dúvidas e mais reação de todo o extenso questionário. A maioria dos estudantes não queria identificar-se em nenhuma das categorias. Alguns falaram e outros escreveram à margem da resposta fechada, *raça humana*. Outros riam e perguntavam aos colegas, qual a minha cor? Outros ainda falaram revoltados que essa pergunta estava errada porque não existem "*raças*" humanas (Maggie, 2005: 289)13.

Os resultados desse pré-teste aparentemente indicavam o que alguns intelectuais e pesquisadores que estudam as relações raciais brasileiras (Maggie, 2005; Azevedo, 2004; Santos e Maio, 2004 e Fry, 1995/1996) já afirmavam: que as cinco categorias raciais ultilizadas pelo IBGE para coletar informações sobre a cor/raça dos brasileiros são limitadas ou, ainda, de fato não fazem sentido para os brasileiros, conforme indicava o pré-teste realizado pela antropóloga Yvonne Maggie (2005-2006 e 2005). Ou seja, o pré-teste da professora Yvonne Maggie (2005-2006 e 2005), ao que tudo indicava, corroborava a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (*PNAD*), realizada em 1976 pela Fundação IBGE, que deixou o quesito cor/raça em aberto, isto é, espontâneo, que permitiu verificar-se que naquela época os brasileiros autoclassificaram-se em cento e trinta e cinco cores/raças (Santos, 2006).

Por outro lado, no artigo *"Racismo e anti-racismo: preconceito, discriminação e os jovens estudantes nas escolas cariocas"*, publicado posteriormente, em outubro de 2006, a pesquisadora Yvonne Maggie divulgou os primeiros resultados da pesquisa supracitada. Contudo, por paradoxal que pareça, agora a pesquisadora Maggie (2006) não registra nenhuma das dificuldades comentadas anteriormente, em termos de classificação racial por parte dos alunos entrevistados. Segundo ela,

> Em novembro de 2005, como um desdobramento da pesquisa realizada desde 2004, fizemos um **survey** nas 21 escolas cariocas que eram objeto de estudos de caso intensivo, sendo 19 delas da rede estadual, uma da rede federal e uma da rede particular. (...) Fizemos a pergunta sobre "cor/raça" do censo demográfico aos entrevistados e tivemos a seguinte distribuição: 35,5% se autodeclararam brancos, 39,5% se autodeclararam pardos e 25% se autodeclararam pretos. Verificamos que estes dados revelam uma população estudantil mais escura que a população do estado do Rio de Janeiro que, segundo o censo de 2000, compõe-se de 53,9% brancos, 33,7% de pardos, 10,9% pretos e menos de 1% amarelos e indígenas (Maggie, 2006: 743-744).

Considerando a ênfase que a pesquisadora Maggie (2005-2006 e 2005) deu às dificuldades de os alunos se autoclassificarem de acordo com as categorias raciais utilizadas pelo IBGE no pré-teste de sua pesquisa feito em dezembro de 2004, pensamos que ela deveria pelo menos ter comentado ou explicado por que no resultado final da pesquisa (Maggie, 2006) os mesmos estudantes não tiveram problemas em se autoclassificarem, visto que a totalidade (100%) dos entrevistados se classificou ou como preto ou como branco ou como pardo. Nenhum dos entrevistados se recusou a autoclassificar-se racialmente, não disse e nem insistiu que pertencia à *raça humana*, como fizeram antes (Maggie, 2006-2005 e 2005). Nem mesmo deixou a resposta em branco. Ou seja, não aparece nenhum resquício da recusa da maioria dos alunos manifestada anteriormente.

Como não houve nenhuma nota explicativa ou comentário da pesquisadora Maggie (2006) sobre essa "provável" mudança (que consideramos radical ante as informações anteriores) dos estudantes com relação a sua classificação racial, pensamos ser plausível afirmar que, em algum momento dessa pesquisa, houve falhas ou falta de rigor acadêmico, o que compromete a sua pesquisa. Pois, num primeiro momento, "*a maioria dos estudantes não queria identificar-se com nenhuma das categorias*" de classificação racial do IBGE (Maggie, 2005: 289), mas num segundo momento (Maggie, 2006: 743-744), talvez o decisivo – visto que foi o momento da realização de fato da pesquisa–, a totalidade dos estudantes se autoclassificou em alguma das categorias raciais desse instituto.

Caso a nossa consideração seja procedente, e pensamos que ela é plausível, entendemos que os dados coletados e, conseqüentemente, as análises da pesquisa da professora Yvonne Maggie (2006, 2005-2006 e 2005) podem estar comprometidas. Ou seja, os seus argumentos contrários ao sistema de cotas fundamentados nessa pesquisa perdem credibilidade. Como, por exemplo, o argumento nas entrelinhas de que não se sabe quem é negro na sociedade brasileira ante a classificação racial ambígua ou, ainda, que a maioria dos entrevistados se recusa a se autoclassificar racialmente ou não encontra na taxonomia do IBGE categorias que expressem a sua autoclassificação racial, inferindo daí que não se pode ter um público-alvo para as políticas de cotas.

Conclusão

Na virada do século XIX para o século XX as mulheres brasileiras iniciaram uma campanha pelo direito ao voto, ou seja, o direito eleitoral às mesmas. Foi o chamado movimento sufragista (Alves, 1980). Elas lutavam para serem respeitadas enquanto ser humano, não serem inferiorizadas, tratadas como objeto e incapaz de pensar por si. Lutavam por manifestar

13 Nas Ciências Sociais, raça é uma construção social – identidade, discursos sobre a origem de um grupo, cultura simbólica. No caso da educação, Silvério (2002, p. 240) adverte que "... a discussão sobre as relações raciais, no caso brasileiro, inicia-se nas escolas e não no âmbito da política educacional, pela simples (e falsa) negação da existência de racismo, e pode ser considerada um fenômeno muito recente. Ela adquire maior visibilidade a partir de denúncias dos movimentos negros sobre o papel ideológico do mito da democracia racial e, também, de alguns trabalhos realizados a partir da década de 1970, que passaram a demonstrar que as crianças e jovens negros tanto pressionavam mais o mercado de trabalho quanto tinham menor rendimento escolar e evadiam-se do ensino de primeiro grau em proporção muito maior do que as crianças e jovens brancos."

opinião própria. Como os negros em suas lutas antigas e contemporâneas por igualdade racial e contra o racismo, as mulheres também sofreram fortíssimas resistências dos seus oponentes, neste caso, os homens. Portanto, enfrentaram enormes obstáculos que eram frutos do machismo.

Como acontece hoje com as propotas de ações afirmativas para negros, naquela época o debate sobre o sufrágio feminino chegou ao Congresso Nacional e à imprensa. Prevaleceu nesse debate o tom conservador no sentido de impedir que as mulheres tivessem direito ao voto.

> Vários argumentos foram sustentados contra o sufrágio feminino, especialmente porque previa-se que ele levaria à "dissolução da família" brasileira. Como hoje, contra os negros, os opositores de ontem, contra as mulheres, faziam previsões aterrorizantes e sem fundamentos históricos ou concretos para a sociedade brasileira caso fosse aprovado o direito das mulheres votarem. Segundo alguns opositores ao voto feminino que participaram da Assembléia Constituinte de 1891:
>
> Estender o voto às mulheres é uma idéia imoral e anárquica, porque, no dia em que for convertida em lei, ficará decretada a dissolução da família brasileira. (Muniz Freire).
>
> Precisamos opor tenaz resistência, levantar um grande dique de encontro à onda devastadora que aí vem e que quer tragar, ameaçando derruir o gigantesco trabalho construtor dos nossos antepassados, na constituição da nossa nacionalidade, para o que precisamos da mulher no seu posto de honra, onde os nossos maiores a colocaram, como sentinela e guarda do santuário da família, fundamento do organismo social (Juiz Esaú de Moraes).
>
> Embora a mulher seja capaz dos mais arrojados cometimentos, embora possa abordar a mais alta questão de transcendência matemática... não deve ter o direito de sufrágio, porque a sua missão é a de educar os filhos (Barbosa Lima). (apud Alves, 1980: 144-1590)

As previsões feitas pelos homens contra o voto feminino não passavam de terrorismo masculino contra as mulheres. O mesmo se pode dizer contemporaneamete quando renomados cientistas sociais da área de estudos e pesquisas sobre as relações raciais brasileiras, entre outros, afirmam sem nenhum indício concreto, ou seja, apenas fazendo **previsões aterrorizadoras,** que a política afirmativa de sistema de cotas para negros implica "*divisões perigosas*", bem como levará a conflitos raciais no Brasil do futuro. Contudo, o presente nos indica outras possibilidades mais promissoras e fundamentadas em fatos concretos. O primeiro, em 1995, quando os Movimentos Sociais Negros contemporâneos retornaram a reivindicar explicitamente, no espaço público, ações afirmativas para os afro-brasileiros ingressarem no ensino superior, o instituto Datafolha demonstrou, por meio de pesquisa, que a maioria dos brasileiros era contra o sistema de cotas (*Cf.* Turra e Venturi, 1995). Em julho de 2006, onze anos depois dessa primeira pesquisa do Datafolha, e após razoável debate público na sociedade brasileira sobre esse tema, o mesmo instituto realizou e divulgou outra pesquisa mostrando uma mudança radical: a maioria absoluta dos brasileiros, 65%, agora é a favor da adoção das cotas para negros nas universidades brasileiras (*Cf.* Folha de S. Paulo, 23 de julho de 2006, página C4). Vale ressaltar que o debate público sobre as cotas para os estudantes negros nos vestibulares das universidades foi, em sua maior parte, parcial, ou seja, explicitamente contra as cotas para os negros (*Cf.* Martins, 2005 e 2004). Mas mesmo assim houve uma mudança significativa em favor das cotas para os negros nos vestibulares das universidades brasileiras.

Provavelmente essa mudança se deve ao fato de muitos argumentos contrários às cotas para negros terem sido desconstruídos de forma inquestionável nesse debate, até mesmo porque muitos eram feitos como previsões sem lastro empírico. Por exemplo, entre vários argumentos levantados contra o sistema de cotas para os estudantes negros, havia um que sustentava que o nível acadêmico da universidade iria abaixar e outro de que iria haver conflitos raciais abertos entre negros e brancos após a implementação desse tipo de política pública.

> Uma pesquisa do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob responsabilidade do pesquisador José Luís Petruccelli, realizada com 557 professores de universidades públicas pioneiras na implementação desse tipo de política de ação afirmativa, UERJ, UnB, Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Universidade Federal da Alagoas (UFAL), demonstrou que "77% dos entrevistados acreditam que as relações raciais na universidade permaneceram iguais depois das cotas. Os dados mostram também que quase 80% deles acham importante ou muito importante que haja diversidade racial nos cursos universitários" (Cf. O Estado de S. Paulo, de 31 de maio de 2006, página A16). A pesquisa demonstrou também que para 73,6% dos professores entrevistados o desempenho dos cotistas nas aulas é bom (57,0%) ou muito bom (16,7%). Mais ainda, 80,0% dos professores entrevistados afirmaram que o nível acadêmico da universidade se manteve igual após a implementação das cotas, 10,0% acham que melhorou, e 10,0% acham que piorou o nível acadêmico (Cf. O Estado de S. Paulo, de 31 de maio de 2006, página A16).

Outro dado importante e que deve ser ressaltado é que se antes a maioria absoluta dos professores dessas universidades era contra a implementação do sistema de cotas, hoje a maioria absoluta (52,0%) é a favor conforme indica essa pesquisa, embora 42,0% dos professores ainda seja contra e ainda haja 5,9% deles que não têm posição (Cf. O Estado de S. Paulo, de 31 de maio de 2006, página A16). Mas a porcentagem dos professores favoráveis ao sistema de cotas para negros nos vestibulares das universidades públicas sobe consideravelmente quando os entrevistados são apenas os professores que deram aulas para os alunos cotistas. Conforme o jornal O Estado de S. Paulo os professores entrevistados aprovam o sistema de cotas: "pouco mais da metade dos professores de quatro universidades públicas pioneiras no sistema de cotas raciais aprovam a iniciativa. **O índice sobre para 66% quando os entrevistados são apenas os que deram aulas a alunos cotistas"** (*Cf.* O Estado de S. Paulo, de 31 de maio de 2006, página A16, grifo nosso).

Outro fato não menos importante pode ser observado quando se percebe que jovens que eram considerados teoricamente sem futuro, antes da implementação do sistema de cotas para negros nos vestibulares, passaram a ter esperança em mudar o seu destino social. Por exemplo, ex-morador de rua da cidade de Brasília, capital do Brasil, que tomava banho no Parque da Cidade e que guardava suas roupas e livros em um bueiro da comercial do SCLS 302, espaço este que dividia com baratas e ratos, o hoje cotista Sérgio Reis, que tinha 27 anos de idade, afirmou, após passar no vestibular da UnB, por meio do sistema de cotas, que "essa é a única chance de conseguir um bom emprego e mudar o rumo da sua história" (*Cf.* Jornal de Brasília, de 5 de abril de 2006, página 8). Vale registrar que o estudante cotista Sérgio Reis já teve passagem pela "Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, a temível FEBEM", do Rio de Janeiro, bem como "já foi pedreiro, vendedor de cachorro-quente, flanelinha, lavador de carros. E até 'fogueteiro' – garoto que avisa aos traficantes quando a polícia chega" (*Cf.* Jornal de Brasília, de 5 de abril de 2006, página 8).

O Carioca, como é conhecido nas ruas (apesar de ter nascido no estado de Minas Gerais), concluiu os níveis de ensino fundamental e médio por meio do ensino supletivo, após vir para Brasília. Com a ajuda de algumas pessoas, "após um ano e meio no cursinho", passou no vestibular da Universidade de Brasília (UnB). Agora esse jovem tem a possibilidade de morar em um dos apartamentos da Casa do Estudante da UnB, deixando de ser morador de rua, bem como ter uma bolsa-trabalho nessa universidade e receber uma remuneração mensal pelo serviço prestado à UnB. E apesar de toda a sua trajetória de vida dramática, manifestou, em entrevista ao Jornal de Brasília, mais esperanças no futuro que tristezas ou medo de conflitos. Quando foi entrevistado por esse jornal em abril de 2006, afirmou que, "minha tristeza é ver o objeto de meu estudo sendo comido por ratos, em um espaço úmido, que divido com as baratas" (Reis *apud* Cf. Jornal de Brasília, de 5 de abril de 2006, página 8), o buereiro onde morava.

Os fatos acima citados nos levam a sustentar que as cotas para os negros sinalizam mudanças nunca antes pensadas dentro da ordem democrática brasileira; mudanças essas que alguns renomados intelectuais brancos da área de estudos e pesquisas sobre relações raciais julgam ser prejudicial à sociedade brasileira.

Finalizando, de um lado, dentro da sua zona de conforto, alguns renomados intelectuais brancos das ciências sociais clássicas temem pelo futuro da sociedade brasileira com a implementação do sistema de cotas para negros e tentam implantar o terror contra o sistema de cotas para negros nas universidades públicas brasileiras. De outro lado, estudantes cotistas com trajetórias de vida semelhantes ou até mesmo iguais à do cotista acima citado, sonham com um futuro melhor. Onde a maioria dos intelectuais brancos da área de estudos e pesquisas sobre relações raciais que se opõe ao sistema de cotas para negros nas universidades brasileiras vê problemas e conflitos raciais, muitos estudantes negros vêem possibilidades de mudanças para uma vida melhor.

Referências

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo**. São Paulo: Annablume, 2004.

FolhaOnlineEducação<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educação/ult305u18773.shtml> Acesso em: 27 fev. 2007.

Folha de S. Paulo, 23 de julho de 2006.

FREITAS, José Itamar de (Org.). **Brasil Ano 2000: o futuro sem fantasia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1969.

FRY, Peter e MAGGIE, Yvonne. "Cotas raciais: construindo um país dividido?" Econômica**: Revista da Pós-Graduação em Economia da UFF**, **Dossiê: Ação afirmativa**. Niterói, v.6, nº 1, (jun.): 153-161, 2004.

FRY, Peter. "Ciência social e política 'racial' no Brasil". **Revista da USP**. São Paulo, nº 68, (dez./jan./fev.): 180-187, 2005-2006.

_____. **A Persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

_____. "Ossos do ofício". **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, nº 23, (jan./jun): 271-272, 2005.

_____. "Introduzindo o racismo". **O Globo,** Rio de Janeiro 21 mar., 2003.

_____. "Política, nacionalidade e o significado de 'raça' no Brasil" In: BETHELL, Leslie (Org.). **Brasil: fardo do Passado, promessas do futuro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. "Ação afirmativa: aspectos jurídicos" In: ABONG. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Peirópoles: ABONG, 2002.

_____. **Ação afirmativa e o princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GRIN, Mônica. "A Celebração oficial da nova diversidade no Brasil". **Revista da USP**. São Paulo, nº 68, (dez./jan./fev.): 36-45. 2005-2006.

_____. "Auto-confrontação racial e opinião: o caso brasileiro e o norte-americano". **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares da UERJ**. Rio de Janeiro, ano 6, nº 1, (jul.): 95-121, 2004c.

_____. "Você é a favor da cota para negros? Não". **Correio Braziliense**. Brasília, 18 abr., 2004b.

_____. "Experimentos em ação afirmativa: versão crítica em dois tempos". **Econômica: Revista da Pós-Graduação em Economia da UFF, Dossiê: Ação afirmativa**. Niterói, v.6, nº 1, (jun.): 142-152, 2004a.

_____. "Políticas públicas e desigualdade racial: do dilema à ação" in MONTEIRO, Simone e SANSONE, Livio (Orgs.). **Etnicidade na América Latina: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

_____. “Esse ainda obscuro objeto do desejo: políticas de ação afirmativa e ajustes normativos: o seminário de Brasília”. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, nº 59, (mar.): 172-192, 2001.
_____. “Descompassos simbólicos e representações raciais”. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares da UERJ.** Rio de Janeiro, ano 6, (1): 95-104, 2000.
Jornal de Brasília, de 5 de abril de 2006.
LACERDA, João Batista. “Sur les métis au Brésil” In: **Premier Congrès Universel des Races.** Paris, 1911.
MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.
MAGGIE, Yvonne. “Racismo e anti-racismo: preconceito, discriminação e os jovens estudantes nas escolas cariocas”. **Educação e Sociedade**. Campinas, V. 27, (96) – Especial, (out.): 739-751, 2006.
_____. “Uma nova pedagogia racial?” **Revista da USP**. São Paulo, nº 68, (dez./jan./fev.), 2005-2006.
_____. “Política de cotas e o vestibular da UnB ou a marca que cria sociedades divididas” **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, nº 23, (jan./jun): 286-291, 2005.
_____. “Mário de Andrade ainda vive? O ideário modernista em questão”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 20, n. 58, (jun.): 5-26, 2005a.
_____. “Em breve, um país dividido”. **O Globo**. Rio de Janeiro, 27 dez., 2004.
_____. “Os Novos bacharéis: a experiência do pré-vestibular para negros e carentes”. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 59, (mar.): 193-202, 2001.
MAGGIE, Yvonne e FRY, Peter. “A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras”. **Estudos Avançados: revista do IEA da USP**. São Paulo, V. 18, (50): 67-80, 2004.
_____. “O Debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. **Enfoque: Revista Eletrônica**. Rio de Janeiro, V.1, (1): 93-117, 2002.
MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. “Um Brasil de cotas raciais?”. **Correio Braziliense**. Brasília, 13 abr., 2006.
_____. “As cotas raciais nos **horizontes da antropologia**: tréplica a dezoito comentaristas”. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, nº 23, (jan./jun): 181-214, 2005a.
_____. “Políticas de cotas raciais, os ‘olhos da sociedade’ e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB)”. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, nº 23, (jan./jun): 292-308, 2005.
NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciai**s. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.
RAEDERS, Georges. **O Inimigo cordial do Brasil: o conde de Gobineau no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
MARTINS, André Ricardo Nunes. “Racismo e imprensa: argumentação no discurso sobre as cotas para negros nas universidades”. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.** Brasília: MEC/SECAD, 2005.
_____. **A Polêmica construída: racismo e discurso da imprensa sobre a política de cotas para negros**. Brasília: Universidade de Brasília/Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernáculas, Tese de Doutorado, 2004.
O Estado de S. Paulo, de 31 de maio de 2006.
SANSONE, Livio. “O Bebê e a água do banho: a ação afirmativa continua importante, não obstante os erros da UnB!”. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, nº 23, (jan./jun): 251-254, 2005.
SANSONE, Livio **Negritude sem etnicidade**. Salvador: Edufba, Rio de Janeiro: Pallas,
2004.
_____. “Multiculturalismo, Estado e modernidade: as nuanças em alguns país europeus e o debate no Brasil”. **Dados: Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, V. 46, (3): 535-556, 2003.
_____. “Um Campo saturado de tensões: o estudo das relações raciais e das culturas negras no Brasil”. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro, ano 24, (1): 5-14, 2002.
_____. “Racismo sem etnicidade: políticas públicas e discriminação racial em perspectiva comparada”. **Dados: Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, V. 41, (4):751-783, 1998.
SANTOS, Ivanir dos e MEDEIROS, Carlos Alberto. “Privilégios ameaçados”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 dez., 2001
SANTOS, Sales Augusto dos. **Movimentos Negros, Educação e Ação Afirmativa**. Brasília: Universidade de Brasília (UnB)/Departamento de Sociologia (Sol), Tese de Doutorado, junho, 2007.
_____. “Who is black in Brazil?: a timely or a false question in brazilian race relations in era of affirmative action?” **Latin American Perspectives**. California, issue 149, V. 33, nº 4, (July): 30-48, 2006.
SANTOS, Sales Augusto dos e SILVA, Nelson Inocêncio Olokafá da. “Brazilian indifference to racial inequality in the labor market”. **Latin American Perspectives**. California, issue 149, V. 33, nº 4, (July): 13-29, 2006.
SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Na boca do furacão”. **Revista da USP**. São Paulo, nº 68, (dez./jan./fev.): 06-09, 2005-2006.
_____. “O Retorno do objetivismo ou dos males de ser científico”. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, nº 23, (jan./jun): 247-250, 2005.
_____. “Cotas na universidade”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 ago., 2001a.
SILVA, Jorge da Silva. “Política de ação afirmativa para a população negra: educação, trabalho e participação no poder” In: VOGEL, Arno (Org.). **Trabalhando com a diversidade no Planfor: raça/cor, gênero e pessoas portadoras de necessidades especiais**. São Paulo: UNESP, Brasília: FLACSO do Brasil, 2001.

TEIXEIRA, Sérgio Alves; STEIL, Carlos Alberto. "Introdução ao debate sobre cotas". **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, nº 23, (jan./jun): 179-180, 2005.
TURRA, Cleusa e VENTURI, Gustavo. **Racismo cordial**. São Paulo: Ática, 1995.

Políticas sociais (afirmativas) e universidade: a reserva de vagas na Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES.

Alessandra de Melo Franco Amorim
Universidade Federal Fluminense
alessandrauff2007@yahoo.com.br
Maria Railma Alves
Universidade Estadual de Montes Claros -UNIMONTES
railma@uai.com.br
Aline da Silveira Ferreira
Universidade Federal Fluminense
eu.alinesilveira@hotmail.com
Helena Mara Dias Pedro
Universidade Federal Fluminense
helenamara_uff@hotmail.com
Viviane Lopes de Morais
Universidade Federal Fluminense
vivilmorais@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho busca realizar uma reflexão sobre Raça/Cor e Educação no Brasil a partir de algumas análises observadas na literatura sobre o tema e de levantamentos de dados (IBGE, IPEA, COTEC / UNIMONTES), acerca de elementos apresentados no sentido de "amenizar" o problema do acesso e permanência do negro na educação. Nesse sentido, toma como escopo a inserção dos Afro-descendentes no Sistema de Reserva de Vagas da Universidade Estadual de Montes Claros/UNIMONTES. A Reserva de Vagas é entendida aqui como uma Política Social geradora de elementos positivos, que se apresentam no sentido de "amenizar" as conseqüências da herança histórica (escravidão) do negro.

Palavras – Chave: Afro – descendentes, Desigualdades Raciais, Educação, Negros, Raça/ Cor e Políticas Sociais.

1)INTRODUÇÃO

Ao abordar o tema de acesso dos negros à educação é preciso observar que sempre houve, no Brasil, uma tentativa de se negar influência da raça1 na gênese das desigualdades sociais. Nota-se que a importância concedida às relações raciais brasileiras faz parte de uma preocupação muito recente.

Na análise referente ao sistema educacional brasileiro, percebe-se uma ligação entre a crise educacional e a exclusão e abandono dos negros. Observa-se que:

A gravidade da situação educacional dos negros aparece de forma gritante, quando comparamos negros pertencentes a gerações mais jovens (entre 20 e 40 anos) com outros negros mais idosos (entre 60 e 80 anos). Estes, cuja infância e juventude estão mais próximas do início do século XX, padecem de altíssimos índices de analfabetismo. (GONÇALVES, 2003, p.325)

Como se constata, a precariedade na situação educacional do negro brasileiro é bastante visível. E espera-se que haja uma inversão desses parâmetros, em que quanto menor seja a idade, maior seja o nível de escolarização, o que coloca em questão "a universalidade de um mito da teoria crítica educacional tão em voga, de que o sucesso escolar depende, em grande medida, do capital cultural, em geral localizado na família". (Gonçalves, 2003:325).

> Bourdieu (1989:146) evidencia como o capital cultural é responsável pela diferenciação social:
>
> Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores...

Ou seja, a força simbólica depende da posição que o agente ocupa no espaço social. Essa posição é determinada por um acúmulo, ao longo da trajetória de vida, de: conhecimentos, informações, códigos lingüísticos, atitudes e posturas.

Brandão (2004:11) ressalta em seus estudos, a importância dos estudos de Bourdieu em relação ao "Capital Cultural em Estado Incorporado", ou seja, a influência que a escolaridade dos pais exerce nos saberes, nos modos de agir e na trajetória escolar dos filhos.

1 Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/TemasEspeciais/retrato_das_desigualdades_texto_lancamento.pdf> Acesso em: 09 Out 2006.

Nessa direção, Gonçalves (2003) chama a atenção para a necessidade de uma mudança nos questionamentos, em que destaca que não se deve mais associar o desenvolvimento escolar dos filhos com a escolaridade dos pais. Dessa forma ele pontua:

Não é possível fixar o olhar apenas sobre as famílias, se se quiser saber o que aconteceu na educação das gerações mais novas é preciso fixá-lo também no Estado. A escola pública universal e gratuita teve algum peso na referida expansão. (GONÇALVES, 2003:326).

Ou seja, a família não pode ser unicamente responsabilizada pelo *"peso"* da baixa escolarização dos negros, pois o Estado também tem sua (grande) parcela de culpa, uma vez que, não criou meios ou políticas que dessem conta de absorver ou mesmo de propiciar uma inserção equânime da referida população.

O Brasil é um país evidentemente marcado por enormes discrepâncias sociais. Estas se refletem principalmente quando se trata de questões relacionadas ao diferente acesso e permanência de negros e brancos à educação.

É válido ressaltar, que a população negra brasileira possui uma trajetória histórica pautada pelo "patriarcalismo branco" e pelo preconceito de cor e essas desigualdades raciais prevalecem no cenário atual, podendo ser visualizadas em diversas situações, inclusive na educação. Sobre essa problemática, destacamos a enorme relevância dos estudos de Brandão (2004:1):

As disparidades raciais no que tange aos patamares de escolaridade alcançados pela população brasileira são conhecidas e têm sido divulgadas amplamente nos últimos anos. Não é difícil deduzir que esta desigualdade condiciona outras subseqüentes no mercado de trabalho, principalmente porque as disparidades são progressivamente maiores quanto mais subimos na hierarquia dos níveis de formação.

Assim, as desigualdades raciais são evidentes e também são responsáveis por dispensar posições sociais marginalizadas aos negros. Essas desigualdades geram efeitos em cadeia e alargam as disparidades sociais.

A questão do negro no Brasil tem presença marcante na forma de sociedade que lhes foi imposta pelo regime escravista. Essa discrepância sempre gerou polêmicas, uma vez que, o Estado ao longo da história não apresentou esforços para criar políticas sociais em favor da educação do povo negro, deixando-os numa situação marginalizada e à mercê da própria sorte. Sobre esse ponto, Queiroz (2003:8) argumenta:

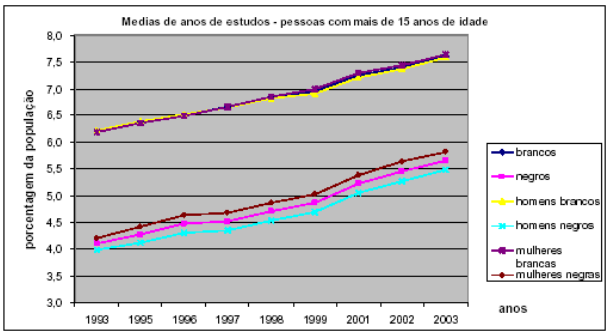
As condições da educação do negro resultam por reforçar a sua história de exclusão, seja porque o impedem de ter acesso a graus mais elevados de escolarização, seja por comprometer o processo de constituição da sua identidade.

Ainda nessa direção, Silvério, (2002:225) enfatiza que: "a presença do Estado foi decisiva na configuração de uma sociedade livre que se funda com profunda exclusão de alguns de seus segmentos, em especial da população negra". Isso leva a compreender que a liberdade alcançada não representou uma liberdade *"de fato"*.

A questão da inserção social do negro brasileiro pautou-se por extremas desigualdades, ao longo do processo histórico, que acarretaram imensos prejuízos para a atual situação de desvantagem em que se encontra a referida população.

Um exemplo dessa situação a respeito das contradições raciais pode ser comprovado através de estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2003)2, em que, através dos indicadores educacionais representados nos gráficos, percebe-se as enormes desigualdades a que negros brasileiros estão submetidos, se comparados aos brancos.

Gráfico 01



Fonte: IPEA (2003).

Os dados do gráfico 01 confirmam a situação dessa desigualdade marcante entre brancos e negros no Brasil, sendo possível elucidar que há uma enorme discrepância entre os anos de estudo da população branca em relação à população negra.

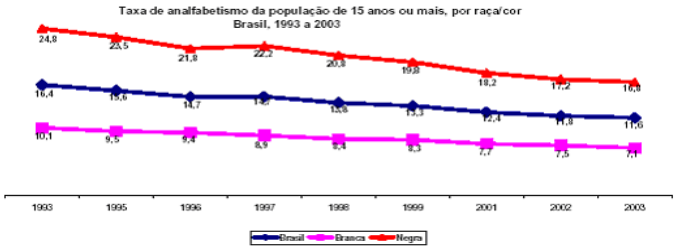
Nessa mesma análise ainda é possível compreender que os homens negros com idade superior a quinze anos, seguidos pelas mulheres negras, estão incluídos na camada brasileira que possui menor tempo de estudo, ao contrário das mulheres e homens brancos que apresentam um nível de educação relativamente elevado.

No gráfico 02 essa desigualdade mencionada pode ser visualizada em relação aos brancos e também em relação à média nacional.

2 Ver FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

Compreende-se, portanto, que em um período de dez anos (1993-2003) ocorreu um decréscimo nas taxas de analfabetismo no Brasil, mas esse fator não contribuiu para que a população negra conseguisse atingir o patamar da população branca. Nem mesmo a média nacional foi alcançada pelos negros, o que leva a crer que essa situação, entre outras hipóteses, pode possuir relação direta com o preconceito racial.

Gráfico 02:



Fonte: IPEA (2003).

Atualmente é nítida a dificuldade enfrentada pelo negro no acesso à educação, o que remete a questionamentos sobre as conseqüências das desigualdades de acesso aos meios e tratamento dispensados a negros e brancos no Brasil.

Nesse sentido, compreende-se, aqui, que o racismo e a discriminação impediram a distribuição igualitária de políticas sociais no Brasil e esse assunto vem suscitando muitas discussões e motivando diversas iniciativas na busca por uma educação digna para o negro brasileiro. Nessa direção, Queiroz (2003:7) destaca:

> Em que pesem as resistências a reconhecer a raça como uma característica relevante na estruturação das desigualdades presente na sociedade, começa a se esboçar no Brasil, hoje, o debate sobre a adoção de políticas públicas que venham amenizar as profundas distâncias entre os segmentos raciais da sociedade; nos mais diversos setores do cotidiano brasileiro.

Nota-se a necessidade de se instituir uma busca pelo "*tempo perdido*", como meio de reparar o povo negro pela situação de desvantagem que sempre viveram.

Entende-se que as maiores diferenças se encontram no acesso à educação e ao mercado de trabalho. Queiroz (2003) adverte para a necessidade de adoção de políticas raciais, mas ressalta que o grande obstáculo para a implantação dessas políticas é a falta de informação e a precariedade dos dados referentes à população negra brasileira.

Percebe-se que, após o reconhecimento das desigualdades raciais - presentes na sociedade brasileira, até então camufladas pelo mito da democracia racial3, que afetaram a capacidade de inserção dos negros na sociedade brasileira e comprometeram o projeto de construção de um país democrático - surge a necessidade de se procurar reaver as injustiças cometidas contra os negros, através de políticas sociais, que busquem devolver a esta camada a dignidade humana e os direitos preteridos.

Nessa perspectiva, existem questionamentos sobre como aumentar o índice de estudantes negros nas universidades brasileiras, que suscitam discussões sobre as Ações Afirmativas introduzidas no Brasil.

Diante do exposto é que o presente estudo toma como reflexão o Sistema de Reservas de Vagas na Universidade Estadual de Montes Claros / UNIMONTES, cujo objetivo principal é apresentar uma reflexão sobre o acesso da população negra4 à educação superior.

É importante destacar, que o tema não se esgota aqui, pois ainda faz-se necessário elucidar aspectos que envolvam a percepção, discriminação ou preconceito, dificuldades financeiras e permanência na universidade, compreendidos como elementos fundamentais para melhorar e garantir o sucesso de iniciativas na área da educação para esse contingente da população brasileira.

2) HISTÓRICO DA QUESTÃO NEGRA NO BRASIL

A questão da diversidade racial brasileira permeia por longa data o discurso de cientistas evolucionistas, a despeito de Silvio Romero (1978). A idéia de classificar a variedade de fenótipos humanos foi responsável por criar um conceito capaz de hierarquizar os seres humanos em raças biologicamente superiores e inferiores.

Carvalho (2006)7, exemplifica as proporções negativas que o discurso sobre a diversidade racial e o racismo gerado por ela adquiriram:

A ciência do século XIX dava ao racismo o fundamento que lhe permitia justificar a escravização criminosa de milhões de africanos e o autorizava a contradizer de modo convincente o 1º artigo da "Declaração Universal dos Direitos do Homem" de que os seres humanos nascem livres e iguais. Entre os resultados práticos da noção de que a humanidade se

---

3 Em razão da multiplicidade dos termos utilizados para definir cor / raça no Brasil, optou pela classificação "negro" , tendência que vem aumentando significativamente. Ver TELLES, Edward E. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.

6 Outra definição importante de Ação afirmativa é: uma medida especial e temporária, promovida pelo Estado, cujo objetivo é eliminar as desigualdades existentes entre grupos ou parcelas da sociedade que, em razão da discriminação sofrida, se encontram em situação desvantajosa na distribuição das oportunidades. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/A%C3%A7%C3%A3o_afirmativa>. Acesso em: 25 Nov 2007.

7 CARVALHO, Jairo de. Sobre raças humanas. Revista Espaço Acadêmico. Nº 60. Maio 2006. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/060/60carvalho.htm> Acesso: 06 Dez 2007.

divide em raças, e que algumas são superiores e outras inferiores, está o extermínio de 6 milhões de judeus pelos nazistas nas décadas de 1930 e 1940.

Compreende-se, portanto, que a idéia de classificação dos seres humanos em estirpes raciais foi muito utilizada para justificar o discurso racista que preconizava a dominação de uns povos sobre os outros.

Com a evolução da ciência, especialmente da genética e da biologia molecular foi possível observar, assim como diz Carvalho (2006), que a pesquisa científica sobre raça alcançou um novo paradigma, o da existência de uma única raça: *"A Raça Humana"*.

O autor em questão discorre então, que não existem genes humanos específicos para uma determinada raça, como conseqüência, os seres humanos possuem quase os mesmos genes, ou seja, "*A espécie humana é essencialmente uma só*", o que faz com que a ciência se encontre sem respaldo biológico para justificar a existência de diferentes raças humanas.

Sem o respaldo científico e sem representar um produto da evolução natural da espécie humana, não há mais como legitimar a dominação pela via racial, uma vez que, como aponta Carvalho (2006), neste ponto todos os seres humanos se equivalem.

Porém, a idéia de raça sobrevive como construção ideológica e cultural (o que contribui para se reconhecer que existe racismo no Brasil) e esse racismo não se encontra ligado à formação biológica do ser humano e sim social.

A preocupação mais temida por Carvalho (2006), é a possibilidade do *"jogo virar*". Ou seja, a discussão recente, que inclui a adoção de Políticas Afirmativas como meio de minorar os danos provocados aos negros pela escravidão e pelo racismo, pode ser prejudicada pela constatação da existência de uma única raça humana. Diante do exposto é válido ressaltar:

O discurso de que a raça humana é uma só e que, portanto, não há sentido que uma parcela se beneficie de tratamento diferenciado, nesse momento só serve para erigir mais obstáculos à transformação dessa sociedade criando dificuldade para que ela se torne pelo menos um pouco mais justa. 8

Ou seja, esse mito que gira em torno de uma (suposta) democracia racial brasileira, pode prejudicar a implementação de políticas realmente necessárias e efetivas para a correção das diferenças, que se pautem pela aceitação da "discriminação positiva", adotando políticas específicas e diferenciadas para aqueles que nitidamente são diferenciados socialmente.

> Telles (2003: 30), afirma que o Brasil está passando por uma nova fase no campo das relações raciais e argumenta que se faz necessário produzir um reexame capaz de compreender as "novas relações raciais", ligadas ao "novo contexto" que se delineia.

Essa nova fase se reflete no reconhecimento da existência de racismo no Brasil e nas tentativas do governo de reparar essa situação. Pela primeira vez, a questão racial no Brasil é colocada no centro das agendas das políticas sociais.

O resultado disso, como salienta o autor, é que o público vem demonstrando um aumento no interesse pelo assunto. As Políticas Sociais, nesse sentido, dão início à promoção de uma reparação histórica em relação aos negros, de modo a integrá-los ao sistema social, trabalhando em conjunto: a minimização da pobreza material e a eliminação das discriminações raciais. Sobre este assunto, Telles (2003: 30) discorre:

Isso inclui tanto políticas universalistas aplicáveis a toda população (...) assim como políticas mais específicas (Focalizadas) de combate à discriminação e promoção de categorias de pessoas que tradicionalmente são excluídas com base em características particulares, inclusive de raça.

O referido autor destaca que esse tipo de mudança se configura como um marco positivo e importantíssimo no pensamento racial brasileiro, no sentido de que introduz Políticas Afirmativas ou Compensatórias, que visam beneficiar grupos minoritários que representam as parcelas da população menos favorecidas.

Em uma direção oposta, Maggie (2005) desaprova o modelo de Política Afirmativa que vem sendo implementado no Brasil, ao tomar como referência o sistema de cotas para negros adotado na Universidade de Brasília (UNB).

Nessa perspectiva, a autora aponta que está ocorrendo um desrespeito à auto-classificação racial, pois existe uma forma de seleção (via fotografia), que decide quem é negro e quem não é, ou seja, quem está apto ou não a ser beneficiado pelo sistema de cotas.

> Maggie, (2005: 288) também adverte:
>
> O Brasil ao longo do século XX lutou desesperadamente para extinguir a marca que o racismo do século XIX imprimiu sobre o nosso povo. Foi o modernismo que com todas as suas imperfeições lutou pela instituição de um outro paradigma no qual a "raça" não marcava indelevelmente os indivíduos.

A autora em questão ainda reforça:*"*A UNB inaugurou uma nova sistemática obrigando o candidato a aceitar uma perícia sobre sua declaração e auto-identificação racial...". (Maggie, 2005: 287). (É válido ressaltar, que a UNIMONTES adota um critério distinto de seleção dos "cotistas" afro-descendentes, baseado na auto-declaração, o aluno ainda deve ser egresso de escola pública e estar abaixo de uma linha pré-definida de renda familiar *per capita*).

Maggie (2005), aponta que as Políticas Afirmativas para negros, no Brasil, contribuem para segregar as raças, pois, ao estabelecer um sistema de classificação racial, impedem que haja um trânsito livre entre os segmentos, colocando um fim na idéia de raça única, de "*raça humana*".

---

8 CARVALHO, Jairo de. Sobre raças humanas. Revista Espaço Acadêmico. Nº 60. Maio 2006. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/060/60carvalho.htm> Acesso: 06/Setembro 2006.

Já Telles (2003: 30-31), chama a atenção para uma outra questão que se coloca como uma barreira à promoção social do povo negro:

Essas mudanças recentes produziram uma resposta no pensamento acadêmico sobre raça no Brasil que se assemelha ao modo de pensar da primeira geração (diga-se Gilberto Freyre) (...) Eles argumentam que a democracia racial deveria ser usada contra o racismo (...) esses acadêmicos acreditam que a democracia racial oferece um ideal de igualdade racial, que pode ajudar o Brasil a superar o racismo.

Ou seja, o autor pretende enfatizar que esse ideário (*falso*) da existência de uma Democracia Racial no Brasil pode prejudicar a implementação de políticas reparadoras para os negros, uma vez que, essa concepção (*utópica*) de harmonia racial é utilizada como "válvula de escape" das responsabilidades históricas geradas pela escravidão. Como se a miscigenação fosse capaz de apagar as marcas geradas em séculos de subjugação.

Silvério (2002:240) aponta que essa tentativa de "camuflar" o racismo à brasileira sempre esteve presente na sociedade brasileira e que a importância concedida às relações raciais brasileiras fazem parte de uma preocupação muito recente, que discorda com as análises até então adotadas - em que o país era tomado como uma miscelânea de raças que conviviam em perfeita harmonia. Desta forma o autor aponta as seguintes considerações:

No fundamental, a discussão sobre as relações raciais, no caso brasileiro, inicia-se nas escolas e não no âmbito da política educacional, pela simples (e falsa) negação da existência de racismo, e pode ser considerada um fenômeno muito recente. Ela adquire maior visibilidade a partir de denúncias dos movimentos negros sobre o papel ideológico do mito da democracia racial e, também, de alguns trabalhos realizados a partir da década de 1970, que passaram a demonstrar que as crianças e jovens negros tanto pressionavam mais o mercado de trabalho quanto tinham menor rendimento escolar e evadiam-se do ensino de primeiro grau em proporção muito maior do que as crianças *e jovens brancos*.

As argumentações de Silvério (2002) permitem concluir que o racismo e a discriminação racial são os fatores responsáveis pela discrepância social entre negros e brancos no Brasil e esses fatores permeiam a sociedade.

A instituição escolar é um local em que se verifica a influência desses fatores, fato que contribui para a grande diferenciação evidente nos anos de escolarização entre negros e brancos.

Como as desigualdades raciais tornam-se cada vez mais perceptíveis na sociedade brasileira, muitas questões são levantadas atualmente a respeito do assunto, situação esta, causadora de grandes polêmicas e controvérsias sobre as formas pelas quais as injustiças sociais poderiam ser reduzidas.

> O Estatuto da Igualdade Racial é tomado atualmente como a proposta de Política Afirmativa que mais gera polêmica no Brasil, pois em torno dele aglomeraram-se manifestos contraditórios.

Dessa maneira, podem ser citadas duas perspectivas a respeito do referido Estatuto: uma que apóia a instituição das Políticas Afirmativas para afro-descendentes, como O movimento Negro e alguns estudiosos, como: Brandão (2007), Heringer (2002), Queiroz (2003), Santos e Maio (2004) e Amorim (2007) remetendo a causa da atual situação de desigualdade racial às raízes históricas brasileiras e solicitando uma efetiva aplicação de Políticas Públicas em favor dessas minorias discriminadas, no sentido de repará-las pelos danos sofridos.

Outra corrente, que se manifesta contra o Estatuto da Igualdade Racial capitaneada por autores como Maggie (2005) e Fry (2003), afirma que o projeto legitima a discriminação, ao impor uma classificação racial aos cidadãos brasileiros.

Um exemplo dessa tendência que desaprova o Estatuto pode ser vislumbrado através de uma notícia publicada em 05 de julho de 20069 que afirma ter sido entregue aos presidentes da Câmara e do Senado, por cento e quatorze (114) intelectuais um documento contrário a Lei de Cotas e ao Estatuto da Igualdade racial (este documento solicitava que a tramitação dos projetos fosse interrompida).

Desta forma, o documento que defende o princípio da igualdade e o risco da classificação racial oficial foi intitulado como "Manifesto de Alerta: Todos têm direitos iguais na República Democrática" e contém assinaturas como a de Caetano Veloso, a do jornalista Ali Kamel, a do cientista político Renato Lessa e dos antropólogos Peter Fry e Ivone Maggie.

O projeto do Estatuto da Igualdade Racial surgiu como forma de fomentar as discussões sobre a questão racial brasileira. Seu objetivo é buscar corrigir os erros cometidos contra os negros no passado, para poder repará-los pelos prejuízos causados pela escravidão, buscando eliminar o racismo, o preconceito, as discriminações e todas as outras formas de desigualdade.

O referido Estatuto configura-se como uma frente positiva de luta contra as mazelas dispensadas ao povo negro em todas as áreas *sociais - educação, trabalho, comunicação e saúde* - oferecendo tratamento diferenciado àqueles que sempre foram tratados como diferentes.

Esse reconhecimento da diferença tornou-se possível, no Brasil, somente quando admitiu-se a existência do racismo e o Termo Democracia Racial caiu em desuso. Nesse momento percebeu-se que a sociedade brasileira sempre foi segregada e dispensava tratamento socialmente diferenciado aos negros.

3) POLÍTICAS (SOCIAIS) AFIRMATIVAS NO BRASIL

9 Disponível em: <http://www.vermelho.org>. Acesso em 21 Nov 2007.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (*PNUD*), através de seu Relatório de Desenvolvimento Humano publicado em 2005, criou uma definição para o termo Ações Afirmativas:

Um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário que tem por finalidade combater toda e qualquer forma de discriminação e também reparar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado. O objetivo das políticas de ação afirmativa é a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como educação e emprego, nas populações de menor renda e em situação mais crítica. (*PNUD*, 2005:119).

O *PNUD* (2005:119), em suas formulações, ainda destacou o escopo a ser conquistado pelas Ações Afirmativas: *"possuem objetivos a curto, médio e longo prazo, como a implantação da diversidade e a ampliação da representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores".*

Dessa maneira, a Ação Afirmativa é um tema que, atualmente, vem sendo discutido com grande intensidade no seio da sociedade Brasileira. Sobre este assunto é de grande importância ressaltar a justificativa utilizada pelo *PNUD* (2005:15) para a adoção da referente política:

As políticas de ação afirmativa justificam-se no Brasil porque as diferenças raciais persistem ao longo das décadas (...) Em vários casos, mesmo quando negros e brancos melhoram em algum indicador, os brancos melhoram mais e as desigualdades entre ambos persistem ou aumentam.

> É válido ressaltar, portanto, que o recente debate sobre Políticas Afirmativas no Brasil está proporcionando questionar a história das minorias discriminadas e tem servido, em alguns países, para minorar os custos sociais impostos pela colonização, buscando atingir um ideal democrático. Nessa perspectiva, Silvério (2002: 220-221), destaca:

A discussão em torno das políticas de ação afirmativa como uma via alternativa de resolução dos conflitos resultantes das desigualdades raciais e de gênero tem implicado uma profunda revisão dos pressupostos do liberalismo ou, mais precisamente, dos limites e possibilidades daqueles pressupostos para a solução de problemas contemporâneos.

A introdução da discussão em torno das Ações Afirmativas, na pauta da Agenda Política brasileira, é de extrema relevância, uma vez que, se insere num contexto de significativas desigualdades sociais e raciais.

Compreende-se que as Ações Afirmativas possuem caráter redistributivo e restaurador, que visam introduzir Políticas Sociais reparadoras e possuem como propósito principal incluir minorias desprivilegiadas, no contexto social, através de ações diferenciadas que visam uma igualdade de oportunidades.

Nessa direção, as Políticas Sociais de caráter redistributivo são compreendidas como ações positivas, pois, *"... reconhecem oficialmente, por um lado, a persistência da perenidade das discriminações e do racismo e, por outro lado, têm como meta à implantação de políticas públicas voltadas à ampliação da diversidade e do pluralismo em todas as dimensões da vida social*." (Silvério, 2002: 233).

4) afro-descendentes e a Reserva de Vagas da Unimontes

O Sistema de Reserva de Vagas da Universidade Estadual de Montes Claros foi instituído através da RESOLUÇÃO Nº 104, aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX), em 28 de Setembro de 2004, estabelecido na Lei Estadual nº 15.259, de 27/07/2004. A referida resolução10 considera:

> A Lei Estadual nº 15.259 de 27/07/2004, que institui sistema de reserva de vagas na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – e na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES – para os grupos de candidatos que menciona.

Sob esse aspecto, é válido ressaltar que ainda não existe uma Lei Federal que obrigue as universidades a adotarem "*A Política de Cotas*". Somente normas legisladas em âmbito estadual têm sido responsáveis por executar este tipo de Política. Este fato corrobora com o modelo de Sistema Federativo e descentralizado brasileiro, em que, os Estados possuem ampla autonomia para gerir suas políticas.

A partir da consideração explicitada acima, faz-se necessário destacar a resolução nº 104 do CEPEX/Unimontes, que baseando-se na Lei Estadual nº 15.259, de 27/07/2004 instituiu um percentual de vagas para cada categoria a ser beneficiada pelo Sistema de Reserva de Vagas. Sendo assim, ficou estabelecido:

TABELA 01

Percentual de Vagas destinadas as categorias específicas pelo Sistema de Reserva de Vagas da Unimontes:

CATEGORIA	PORCENTAGEM DE VAGAS
Afro-descendente (carente)	20%
Egresso da escola pública (carente)	20%
Portador de deficiência e Indígenas	5%
TOTAL	45%

Fonte: Coleta Direta/ COTEC, 2007.

10 Disponível em: <http://www.unimontes.br/arquivos/resolucao/2004/resolucao104cepex2004.pdf^. Acesso em 09 Out 2007.

A partir de análise feita sobre o referido documento, observa-se que os critérios utilizados pela *UNIMONTES*, para definir quais são os candidatos aptos a ingressarem pelo Sistema de Reserva de Vagas para Afro-descendentes, são: a auto-declaração de afro-descendência, a baixa renda per capita (até meio salário mínimo) e ser egresso de escola pública.

Depois de feitas as considerações, em seu artigo sétimo, a resolução nº 104/04, do *CEPEX* previa que a mesma deveria entrar em vigor a partir de 28 de Setembro de 2004. O Sistema de Reserva de Vagas iniciou-se, na prática, no processo seletivo para o ano de 2005, persistindo até os dias de hoje.

Ao compreender a grande polêmica que gira em torno das Políticas Afirmativas para negros no Brasil, procurou-se analisar a forma pela qual tem se dado essa política no interior da *UNIMONTES*, buscando como objetivo geral: Analisar o Sistema de Reserva de Vagas na Universidade Estadual de Montes Claros (*UNIMONTES*) e dentro dele:

- Identificar como tem se dado a política de inserção dos Acadêmicos Afro-descendentes à Universidade;
- Averiguar se existe preconceito contra os Acadêmicos que ingressaram pela Reserva de Vagas.

Nessa direção, antes de avaliar o Sistema de Reserva de Vagas para Afro-descendentes da UNIMONTES, entende-se como imprescindível explicitar alguns dados importantes. Para tanto, utilizar-se-á a tabela que se segue, que demonstra a quantidade de acadêmicos ingressos, pelo referido Sistema, desde a sua implementação:

TABELA 02:

ANO	Nº Vagas oferecidas	Nº Aprovados	Nº Vagas que não foram preenchidas
2005	306	245	61
2006	400	302	98
2007	382	305	77

Fonte: UNIMONTES/Secretaria Geral (2007).

A tabela nº 02 permite a compreensão de que, a quantidade de aprovados é relativamente inferior à quantidade de vagas oferecidas, fato que proporciona um excedente de vagas. Esta constatação nos leva a algumas questões:

- Os candidatos não-aprovados não estão conseguindo atingir as notas necessárias para ingressarem na UNIMONTES? Qual a causa disso? Será que são despreparados? Será que o ensino público é o culpado por essa situação? Precisa-se fazer uma reavaliação do sistema educacional brasileiro? Quais são as soluções mais adequadas?
- O montante de candidatos concorrentes é inferior ao montante de vagas oferecidas pela universidade? Os candidatos afro-descendentes possuem real conhecimento de seus direitos e não estão concorrendo às "cotas" por falta de informação? A pobreza impede que esses candidatos realizem sua inscrição no processo seletivo e se locomovam aos locais das provas?
- Qual o destino relegado às vagas não-preenchidas pelos afro-descendentes?
- Em um momento posterior, buscamos analisar a quantidade de candidatos, concorrentes às vagas, relacionada aos anos de 2005 e 2006. Neste caso, utilizamos uma análise estratificada por Centro de Ensino8, escolhendo dois cursos de cada Centro (um com nível de concorrência maior e outro menor), de um total de quatro Centro de Ensino.

Entende-se que essa análise permite perceber que a tendência com o passar dos anos foi a de aumentar, em todos os cursos enumerados, o número de candidatos por vaga do Sistema de Reserva de Vagas. (ver tabela 03).

TABELA 03 -

NÚMERO DE CANDIDATOS/VAGA (2005-2006):

CENTRO DE ENSINO	CURSO	CANDIDATOS/VAGA	
	ANO	2005	2006
CCSA	Direito	5,25	20,75
CCSA	Ciências Sociais	2,40	7
CCET	Sistema de Informação	2,25	5,25
CCET	Matemática	1,60	3,80
CCBS	Medicina	15	28,75
CCBS	Educação Física	5	12,67
CCH	Geografia	7,80	10,60

8 CCSA(Centro de Ciências Sociais Aplicadas), CCET(Centro de Ciências Econômica e Tecnológicas), CCBS (Centro de Ciências Biológicas e da Saúde), CCH (Centro de Ciências Humanas).

CCH	Filosofia	2,40	5,80

Fonte: UNIMONTES/Secretaria Geral (2007)

As constatações vislumbradas a partir da *TABELA 03* engendram inúmeros questionamentos:

- Será que o fato do aumento da quantidade de candidatos concorrentes às vagas, destinadas aos afro-descendentes, representa uma evolução, no sentido em que, esses estudantes passaram a compreender melhor os seus direitos?
- A Reserva de Vagas está trazendo para a *UNIMONTES*, pessoas que anteriormente encontravam-se excluídas do Processo Seletivo?
- Será que os candidatos estão migrando do Sistema Universal para o Sistema de Reserva de Vagas, por este fornecer maiores facilidades de ingresso à universidade?
- Essa maior procura pelo Sistema de Reserva de Vagas para afro-descendentes contribui para aumentar o nível de conhecimento dos candidatos?

Todos esses questionamentos merecem um esclarecimento apropriado e poderão servir como aporte para uma pesquisa posterior.

4.1- O Olhar Dos Sujeitos Selecionados

Aqui buscou-se analisar o objeto da pesquisa, que se traduz na análise do Sistema de Reserva de Vagas para Afro-descendentes da UNIMONTES, utilizando-se como metodologia de Grupos Focais, que possibilita uma análise qualitativa dos dados.

> Na concepção de Hassen (2002, p.161):
>
> Grupo focal é uma técnica de pesquisa, dentre as consideradas de abordagem rápida, que permite a obtenção de dados de natureza qualitativa a partir de sessões em grupo, nas quais 6 a 20 pessoas, que compartilham alguns traços comuns, discutem aspectos de um tema sugerido.

A técnica de grupo focal permite a identificação e o levantamento de opiniões que refletem o grupo em um tempo relativamente curto, otimizado pela reunião de muitos participantes e pelo confronto de idéias que se estabelece, assim como pela concordância em torno de uma mesma opinião, o que permite conhecer o que o grupo pensa. Em alguns poucos encontros, é possível conhecer percepções, expectativas, representações sociais e conceitos vigorantes no grupo.

Os envolvidos foram reunidos conforme afinidades e traços culturais e expuseram suas opiniões a partir das indagações estruturadas em roteiro construído anteriormente, que foram gravados e posteriormente transcritos, contribuindo assim para a elaboração da reflexão e esclarecimentos da temática em questão.

Entrevistou-se acadêmicos ingressos pela reserva de vagas, que descreveram a sua trajetória a partir do momento em que ingressaram na Universidade.

Durante o processo de levantamento de dados da pesquisa, alguns apontamentos foram anotados, como: o interesse da maioria dos acadêmicos em discutir a temática apresentada, a preocupação com a política da Universidade e com os rumos que esta está tomando e o elevado nível das respostas.

Os dados obtidos durante o processo de aplicação do grupo focal serviram como base para a conclusão da presente pesquisa e são explanados nas partes que se seguem.

4.2- A Condução da Pesquisa

Participaram do grupo, quinze (15) acadêmicos que ingressaram na UNIMONTES pelo Sistema de Reserva de Vagas, distribuídos em diversos cursos, como: Pedagogia, Direito, Letras/Inglês, Letras/Espanhol, Educação Física, História, Enfermagem, Serviço Social e Ciências Sociais.

Buscou-se abordar temas relativos a este sistema, com o objetivo de: tentar identificar como tem se dado a política de inserção dos afro-descendentes na Unimontes e averiguar se existe algum tipo de preconceito contra os estudantes que fizeram a opção de declarar-se como afro-descendentes.

Desta forma, para resguardar esses acadêmicos e preservar sua identidade de quaisquer situações que possam vir a comprometê-los, foram utilizadas nos seus depoimentos, formas de identificação codificadas.

4.3- O Andamento das entrevistas

> **PERGUNTA 01**: Quanto ao seu ingresso no Ensino Superior, por meio do Sistema de Reserva de Vagas, como que você descreveria a recepção que teve na Universidade Estadual de Montes Claros?

Nessa direção, o acadêmico C fornece um esclarecimento, que merece destaque:

Não é uma forma de racismo agressivo, é uma forma mais oculta, mais sutil, entendeu? Que te cutuca...você percebe. (*Como que você percebe?)* Por exemplo, na minha sala são sete negros e nós passamos pelo sistema de cotas, aí tem aqueles que perguntam: Você passou pelo sistema de cotas? Dão um tom meio pejorativo. Mas se você pegar o nível de quem passou por cotas, pelo menos do meu curso, a pontuação foi maior do que o do sistema universal entendeu? Isso é uma forma de provar que nós somos tão capacitados quanto eles, porque o nível foi bem maior do que o deles entendeu? O primeiro da lista de espera como afro-descendente passaria com a pontuação tranqüilo pelo sistema universal.

Desta forma, percebe-se que C aponta para a existência de um racismo camuflado, em que as pessoas não agem de forma explícita, mas deixam sub-entendido que possuem um sentimento de desprezo, que torna-se perceptível em determinadas ocasiões. Sendo assim, fica nítido que essa situação gera certo incômodo no acadêmico entrevistado.

Nessa mesma direção, F aponta que: "*A recepção foi aquilo que eu esperava...estigmatização meio velada. Eles não falam abertamente, mas cochicham. Só por detrás dos bastidores é que se manifestam. O racismo brasileiro é velado"*.

Entretanto, E afirma que o preconceito é algo típico da sociedade brasileira, que estigmatiza e diferencia os negros. Mesmo quando a diferença não existe, as pessoas a criam e recorrem a uma forma de inferiorização para poder legitimar a sua superioridade. E ao contrário do que C e F apontaram, E afirma que essa situação discriminatória não se dá de maneira diferente no contexto da *UNIMONTES*, no sentido em que o preconceito existe e não está escondido, não é velado. Isso pode ser percebido da seguinte maneira:

> Mesmo não sendo diferente, as mentalidades são tacanhas, os pensamentos são tacanhos e o preconceito é uma coisa universal. Mas, porém, o meu curso (Direito) tem um aspecto diferente, que historicamente é um curso elitizado e na minha sala não é muito diferente, embora com o sistema de cotas tem dado uma contra-balanceada nessa questão. Um fato interessante que na minha sala aconteceu, no primeiro dia de aula, foi que na minha sala tem pessoas muito ricas e uma pessoa dessa virou para um outro colega e perguntou assim: Você sabe quem são esses meninos de cotas? E meu colega falou assim: Sei. E ele falou: E você sabe se eu converso com esse tipo de pessoa? Aí meu colega falou assim: Você está conversando com um deles. E a partir do momento do decurso do nosso curso, na minha sala, sem exceção nenhuma, os melhores alunos são os cotistas. E isso tem quebrado todo esse preconceito, toda essa imagem de que o negro é burro, de que o pobre não pode entrar na universidade.
>
> A gente tem mostrado que não é bem assim, que falta uma boa oportunidade, que falta uma política voltada para essas pessoas que estão certamente à margem. (Fala do entrevistado E).

Outra maneira de se compreender o preconceito que está presente e visível na *UNIMONTES* é através do depoimento de B:

Já presenciei preconceito dentro da sala de aula e já ouvi também pela Universidade, nos próprios corredores, a gente andando, a gente escuta algumas pessoas discutindo: Ah, não adianta as cotas, porque o problema deles é que eles são pobres ou não adianta cota existir. Um dia minha colega me falou: Você entrou pelo sistema de cotas? Pra quê? Você é uma menina tão esforçada, tira notas boas aqui dentro da sala de aula. E aí me deixou super magoada, porque já foi comprovado que o problema não é essa parte cognitiva e que assim como eu mesmo passei no primeiro lugar pelo sistema de cotas e passaria pelo primeiro lugar também pelo sistema universal e nós também podemos.

Na descrição de D, percebe-se um contraponto em relação aos depoimentos já citados, em que o acadêmico afirma não ter sofrido, nem percebido qualquer forma de preconceito dentro da Unimontes, o que pode ser apreendido da seguinte maneira:

Até hoje eu nunca tive problema em assumir que eu entrei pelas cotas. Minha turma em si, quando eu tava na busca de ir atrás do Afroatitude e tudo, muito pelo contrário, eu tive muito apoio muita gente querendo me ajudar. E senti um pouco o peso desse preconceito, foi antes de entrar na universidade. Foram palavras que me marcaram muito, quando eu tava fazendo cursinho e o professor falou que quem entra na universidade pelo sistema de cotas tá se intitulando de preto, pobre e burro. Mas com relação à Universidade, até então eu nunca tive problema nenhum, com relação a colegas, com relação a professores tá tudo muito tranqüilo.

Mesmo assim, a acadêmica assume existir e já ter vivenciado uma forma de preconceito contra as pessoas que ingressam na Universidade através de "cotas". Essa experiência relatada pela entrevistada foi vivenciada antes mesmo de ela ter ingressado na *UNIMONTES*.

> Desta maneira, compreende-se que o acadêmico que vivencia esse tipo de situação, já ingressa na universidade “carregado” de receios que muitas vezes faz com ele se sinta constrangido e tenha dificuldades para se manifestar e se declarar como ingresso pelo sistema de reserva de vagas, por temor de sofrer alguma forma de tratamento diferente. Nessa perspectiva, G enfatiza:

Essa questão em relação ao preconceito, na minha turma eu não senti, mas o pessoal não deu ênfase nessa questão de cotas. A gente não teve esse conhecimento, tanto que quando eu me manifestei foi quando eu fui entrar no projeto. Todo mundo falou: Oh, você entrou pelo sistema de cotas? Até hoje eu não sei quem entrou e quem não entrou. O pessoal tem medo de se manifestar. Eu só soube quem foi que passou pelo sistema de cotas como afro-descendente, quando teve a divulgação do projeto, aí eu perguntei quem é que entrou pelo processo seletivo como afro-descendente? Aí outra colega minha se manifestou, mesmo assim eu sei que foram cinco pessoas, porque eram cinco vagas. E até hoje tem gente que não se manifestou...Então há esse receio, quando eu entrei eu tive receio também, vai que eu falo que entrei pelo sistema de cotas e esse povo começa a me tratar diferente. Então o pessoal tem mesmo esse receio.

Outra situação desvantajosa presenciada pelos acadêmicos afro-descendentes no interior da UNIMONTES ocorre quando a capacidade acadêmica deles é colocada em questão. Nesse sentido, destaca-se o relato de A que vem confirmar essa situação:

Eu senti também uma coisa, assim que entrei na sala, que o pessoal esperava muito pouco dos afro-descendentes. O primeiro trabalho de grupo que a gente fez, eles não deram a mínima atenção. E eu falo, tudo que eu dizia eles não queriam ouvir, entendeu? Tinha o grupo e umas pessoas do grupo se achavam superiores e assim, o que elas falavam todo mundo dava atenção. Quando eu falava, eles quase não ouviam...isso só mudou depois do primeiro trabalho que eu apresentei, aí

depois disso mudou completamente a maneira de agir comigo. (*E o que você fez nesse trabalho, que mudou o olhar dos seus colegas?*) Olha, eu tentei ter um bom desempenho e dar o máximo de informações possíveis. Eu fiz questão de provar que eu tinha capacidade. Aquilo pra mim foi visto como um desafio, eu não só acreditar, mas provar que eu não tava ali por acaso.

> Também confirma essa situação, a ocorrência registrada na fala de F:
>
> Eu achei "engraçado", foi não imediato, mas depois de um certo período que o pessoal da sala passou a conhecer os alunos que entraram pelo sistema de reserva de vagas, aí, saiu as minhas notas, aí uma colega minha virou pra mim e falou: Nossa, porque você entrou pelo sistema de reserva de vagas? Você é tão boa aluna! Você teria capacidade de entrar pelo sistema universal. Aí eu virei pra ela e falei assim: por ser boa aluna, você olhou a minha pontuação quando eu passei? Então eu senti que o preconceito foi assim: ela já classificou bem antes das notas, que as pessoas que passam pela reserva de vagas não tinham competência, não eram inteligentes. Eu acho um absurdo. Falei assim: Você olhou as notas do pessoal que passou pelo sistema de cotas?

Desta forma, pode ser apontado que, de acordo com as entrevistas realizadas, existem diferentes formas de se sentir o preconceito. Este pode se dar tanto de forma implícita quanto explicita e até mesmo nas mais diversas situações.

Uma das finalidades propostas aqui, era averiguar a ocorrência do preconceito contra os acadêmicos afro-descendentes ingressos pela Reserva de Vagas. Diante do exposto, ficou constatado que, na maioria das vezes, ocorrem situações em que o preconceito está presente, fato este que contribui para potencializar a marginalização dos afro-descendentes.

- **PERGUNTA 02:** Nessa etapa, foi introduzido um novo questionamento aos acadêmicos, que se baseia na seguinte questão: Qual é a avaliação que você faz do Sistema de Reserva de Vagas da Unimontes? E a nível nacional, como vocês avaliam as Políticas Afirmativas?

Desta forma, foram selecionadas as respostas consideradas de maior relevância, que podem ser expressas em um primeiro momento, através da descrição de D:

> Eu acho ótimo, porque igual aqui na UNIMONTES, às vezes a gente briga por alguma coisa, a gente fala que vai entrar pelo sistema de cotas...a gente tem que ser negro e pobre daquele lascado, porque tem todo aquele questionário (Socioeconômico), mas as vezes é bom por isso, porque igual mesmo, quando eu fiz cursinho, eu ficava pensando...eu vou ter que responder aquele questionário, mas e se eu não passar? Então eu estudava bastante, porque eu queria passar, tanto pelas cotas ou pelo sistema universal. Porque igual eu tava falando do cursinho, é justamente desse jeito, é...mete o pau falando das cotas, ninguém aprova. Se deixar a discussão é acalourada...é gente gritando e xingando mesmo, que os negros tão tomando as vagas e que tão assim...pegando para eles o papel de que não é inteligente quem vai passar pelas cotas. Então, o sistema daqui da UNIMONTES eu gosto por isso, porque é uma coisa que te dá liberdade...Eu penso em minha liberdade, entendeu? Então é um regime bastante democrático e te dá bastante liberdade.

Nessa direção, pode-se apontar que D avalia positivamente O Sistema de Reserva de Vagas denominando-o democrático, na medida em que atende aos ideais de uma minoria e colabora com o acesso à educação, fator que permite uma mobilidade social.

Ao adotar uma direção oposta à descrita por D, A destaca que o referido sistema precisa ser reavaliado, para ser mais democrático e tornar-se mais acessível àqueles que realmente necessitam, adotando uma forma mais rigorosa de seleção dos candidatos, para se evitar as fraudes. Essa descrição pode ser observada na seguinte afirmação:

> Eu acho que o sistema de reserva de vagas precisa ser um pouco mais democrático, porque o critério pra gente poder entrar na UNIMONTES pela reserva de vagas, ele tem que ser carente, principalmente carente, porque a maioria das pessoas carentes são aquelas que mais têm dificuldade de entrar na Universidade. Porque na época que eu tava fazendo cursinho, muitos colegas meus conseguiram entrar por reserva de vagas e na verdade eles não eram carentes. Então muitas pessoas que eram, não entraram e algumas que não precisavam entraram, porque mentiram...tem que ser uma coisa mais rigorosa.(Acadêmico A)
>
> Já a fala de B, revela um aspecto distinto do que foi abordado por D e por A. Segundo afirmação do acadêmico, a forma de classificação por afro-descendência é muito ampla e o preconceito está relacionado à cor da pele e não pela descendência. Essa afirmação é comprovada no seguinte depoimento:
>
> Eu acho que deveria ser reavaliada a questão que fala afro-descendente, porque quem realmente sofre preconceito é quem tem a pele escura. Tem muita gente que não sofre preconceito e entra pelas cotas. Eu acho que deveria entrar quem sofre preconceito, não quem é afro-descendente, porque afro-descendente todo brasileiro praticamente é, porque o Brasil é miscigenado, então não tem como definir. (Acadêmico B).

- **PERGUNTA 03:** Se o preconceito é relacionado à cor da pele, que critério você acha que deveria ser utilizado para diferenciar os alunos aptos às cotas, que não seja a afro-descendência?

Neste momento percebe-se uma sintonia nas respostas dos acadêmicos entrevistados, pois estes entendem que a política de reserva de vagas deve se estruturar em um rigor maior, utilizando-se de uma entrevista pessoal, para que: seja realmente eficiente e eficaz, atenda ao seu público alvo e impeça que as regras sejam burladas.

Nesse sentido, destaca-se a sugestão fornecida por A:

É necessário ter-se uma política mais rigorosa internamente na faculdade, para que não aconteça de uma pessoa que não é negra se intitule dos direitos, que a gente conseguiu perante lei, para estar se beneficiando...é fazer como a UNB faz. Na UNB é formado um comitê interno que avalia as pessoas no momento da inscrição, avalia e faz uma entrevista com eles.

Na minha opinião, a gente tem que fazer análise com essas pessoas, montar um comitê interno, dentro da universidade, juntamente com as pessoas que defendem as políticas para negros, para julgar as pessoas e evitar que elas burlem as regras.

- **PERGUNTA 04**: Nessa etapa, ocorreu uma forma de provocação, que teve por objetivo induzir os acadêmicos a se auto-classificarem, através da percepção que possuem da cor de sua pele.

Utilizamos uma escala de zero a dez, onde o número zero correspondia a uma pele muito clara e o número dez, uma pele muito escura. Nessa linha, a pergunta foi estruturada conforme descrito:

Numa escala de zero a dez, em que zero quer dizer pele muito clara e dez pele muito escura, como você se classifica e por quê?

I____I____I____I____I____I____I____I____I____I____I

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

MUITO CLARA MUITO ESCURA

Assim, a questão foi respondida de forma que, no geral, todos os acadêmicos se classificaram acima do número seis, ou seja, os entrevistados classificaram sua cor de pele com uma tendência para o tom muito escuro.

Sob esse aspecto, conclui-se que os acadêmicos entrevistados classificam-se acima do meio termo, que é representado pelo número cinco, o que representa que eles assumem uma identidade racial de negro, que é coerente com o critério estabelecido pela *UNIMONTES*.

5.4- Análise dos dados fornecidos pelas entrevistas

Na medida em que foi proposto, nos objetivos, analisar o Sistema de Reserva de Vagas na *UNIMONTES*, identificando a forma pela qual se dá a política de inserção dos afro-descendentes e averiguando se existia algum tipo de preconceito, pode ser ressaltado que o estudo atendeu além das expectativas, revelando essas indagações através das entrevistas.

No primeiro momento da entrevista, ao questionar os acadêmicos quanto à recepção que tiveram na *UNIMONTES* de uma forma geral, devido ao seu ingresso por meio do Sistema de Reserva de Vagas, foi possível visualizar alguns pontos de maior relevância para os entrevistados:

De certa forma foram bem recebidos na Unimontes;

1)Eles, em sua maioria, descrevem o preconceito como algo camuflado, oculto, que não é demonstrado de forma direta.

2)Os entrevistados descreveram situações em que tiveram a sua capacidade acadêmica subestimada pelos colegas;

3)Os acadêmicos destacaram o medo que os "cotistas" têm de se manifestarem enquanto tais;

4)Também destacaram o bom desempenho que os alunos ingressos pelo Sistema de Reserva de Vagas da Unimontes estão tendo.

Em um segundo momento, ao serem induzidos a avaliar a Política de Cotas no nível nacional e dentro da Unimontes destaca-se aqui as principais indicações:

- A)É um regime democrático, que permite mobilidade social;
- B)Os negros estão conseguindo se destacar e mostrar que são capazes;
- C)Precisa ser mais rigoroso;
- D)O Regime precisa ser reavaliado quando se trata de afro-descendência. ~

Aqui o entrevistado ressalta que as cotas devem ser para negros, pois eles são quem sofrem com o preconceito, por causa da cor da pele.

Quando questionados sobre os critérios que deveriam ser utilizados para diferenciar os alunos aptos às cotas, as respostas em destaque foram:

- Fazer avaliação através de entrevista;
- Montar um comitê interno na universidade para julgar quem realmente é apto à *"Cotas Raciais";*
- A comprovação dos dados pela Assistente Social precisa ser mais rigorosa.
- As falhas mais expressadas pelos acadêmicos foram:
- O sistema de classificação racial, que concede o direito às vagas reservadas para afro-descendentes. A classificação deveria ser pela cor da pele. Deveriam entrar somente os negros;
- Deveria haver um maior rigor nas investigações sobre a vida desses alunos que se declaram carentes para evitar as fraudes;
- Deveria aumentar o número de vagas no Processo Seletivo, tanto na reserva de vagas, quanto no processo tradicional;
- A Unimontes deveria criar políticas para garantir a permanência dos acadêmicos afro-descendentes.

Analisando sob um aspecto geral, os dados levantados permitem detectar a presença do preconceito em relação aos alunos "cotistas". Entretanto, a Ação Afirmativa adotada na Unimontes tem sua face positiva, uma vez que, tem

proporcionado aos acadêmicos afro-descendentes, uma maior inclusão à universidade, permitindo-lhes demonstrar níveis satisfatórios de desempenho escolar.

As lacunas existentes permitem inferir que O Sistema de Reserva de Vagas necessita de um monitoramento para que algumas questões sejam reavaliadas, incluindo o princípio de seleção dos afro-descendentes beneficiados, para que os direitos conquistados sejam efetivados e as regras não sejam burladas.

5) POR QUE CRIAR "COTAS" PARA NEGROS NO VESTIBULAR

Compreende-se que as diferenças históricas sempre estiveram presentes na sociedade brasileira e marcaram o cenário nacional com imensos prejuízos para os negros. Portanto, procura-se aqui, adotar uma postura favorável às Políticas Afirmativas para o povo negro.

Nessa perspectiva, entende-se que as Cotas Raciais são extremamente necessárias nas universidades brasileiras, uma vez que, introduzem um tratamento diferenciado para uma população que sempre foi marcada pela diferenciação do preconceito e do estigma da cor, numa sociedade fundada pela tradição do mérito.

Essa Meritocracia (Liberal) é representada, nas Instituições brasileiras de Ensino Superior, pelo sistema de seleção dos alunos que é pautado pelo vestibular, que segundo Brandão (2004:18):

...constitui um ótimo exemplo daquilo que GOMES (2000) denomina como a forma mais perversa de discriminação. A *"discriminação por impacto desproporcional"* dissimulada e encoberta pelo também abstrato conceito de igualdade perante a lei, reproduz os efeitos do racismo e da discriminação racial.

É perversa porque é dúbia: o capital cultural é diferenciado, a questão financeira é antagônica, as condições de acesso a uma educação de qualidade não são universais e além do mais, o racismo se faz presente e representa um dos maiores empecilhos ao desenvolvimento.

A partir desta problemática surgem alguns questionamentos: Será que é justo haver uma forma de concorrência igual numa sociedade tradicionalmente desproporcional e discriminatória?

As conclusões acerca deste questionamento permitem inferir que: As injustiças que permeiam a sociedade brasileira necessitam de correções. Essas correções serão alcançadas somente mediante políticas sociais diferenciadas (*focalizadas*), que tenham como princípio norteador a busca de uma igualdade de oportunidades no acesso aos meios sociais.

A linha de análise adotada aqui, possui bastante semelhança e a vai "*de encontro*" com o que é defendido por Brandão (2004:18), que destaca:

A população negra que em muito maior medida que a branca freqüenta escolas desqualificadas e pouco produtivas, além de conviver mais profundamente e mais freqüentemente com a pobreza e a destituição e enfrentar o racismo no cotidiano escolar desde o inicio de sua trajetória educativa, tende a sair perdedora nesta disputa. E apesar de tudo isto o vestibular é afirmado como uma forma de seleção que opera a partir do mérito individual.

Assim, o autor pretende enfatizar que os negros possuem, comprovadamente, menores oportunidades de ascensão social, devido ao menor acúmulo de capital econômico e à grande incidência do preconceito racial. Situação esta, que coloca essa parcela da população em situação de desvantagem em relação aos demais (*brancos*).

Destarte, adota-se aqui uma postura favorável à instituição de Cotas Raciais, entretanto, compreende-se que esse tipo de medida representa apenas um paliativo, ou seja, o início de uma reparação com os negros brasileiros, pois acredita-se que as ações devem ir muito além e proporcionar reformas consideráveis no sistema público de ensino, na escola.

Essa reparação deve incluir investimentos que visem elevar o nível do ensino nas Instituições e propiciar uma educação de qualidade. Sobre essa perspectiva Munanga (2003) discorre:

Finalmente, a questão fundamental que se coloca não é a cota, mas sim o ingresso e a permanência dos negros nas universidades públicas. A cota é apenas um instrumento e uma medida emergencial enquanto se busca outros caminhos. Se o Brasil na sua genialidade racista encontrar alternativas que não passam pelas cotas para não cometer injustiça contra brancos pobres – o que é crítica sensata – ótimo. Mas dizer simplesmente que implantar cotas é uma injustiça, sem propor outras alternativas a curto, médio e longo prazo, é uma maneira de fugir de uma questão vital para mais de 70 milhões de brasileiros de ascendência africana e para o próprio futuro do Brasil. É uma maneira de reiterar o mito da democracia racial, embora este já esteja desmistificado.

Portanto, o que se pretende garantir é o melhor meio de permitir que os "herdeiros" do sistema escravista tenham acesso ao ensino e, conseqüentemente, consigam galgar espaços mais favoráveis na escala social. Fato muito polêmico e extremamente criticado, mas compreendido aqui como alternativa plausível, uma vez que, ainda não foram propostos outros meios para se solucionar o problema dos negros no Brasil.

Para se alcançar um avanço nas relações sociais brasileiras, é necessário, assim como afirma Brandão (2004:18-19), criar oportunidades de ascensão para as minorias desfavorecidas como os negros. Ou seja:

A oportunidade e a necessidade das políticas de ação afirmativa e das políticas de cotas para ingresso na universidade se colocam com força se de fato desejamos avançar na construção de um país que ao se refletir criticamente ultrapassa o plano dos mitos e dos ideais por mais que estes possam ser belos e românticos.

Portanto, seres desiguais devem ser tratados de forma diferenciada, através de políticas preferenciais. É necessário que haja uma discriminação positiva que instaure reparações, que compense perdas e que indenize os prejudicados *"da História"*.

Neste caso, a implementação de Políticas Afirmativas, a exemplo das Cotas Raciais, é de extrema importância para um país como o Brasil, uma vez que, acredita-se que estas podem representar um instrumento que permita, às minorias, atingir uma mobilidade social.

6) CONCLUSÃO

O Debate em torno das Políticas Afirmativas, voltadas para os negros nunca foi tão representativo no Brasil quanto atualmente. Portanto, o presente trabalho é entendido como extremamente oportuno, uma vez que, O Sistema de Reserva de Vagas, instituído na Unimontes representa um desdobramento das Ações Afirmativas e tudo indica que o referido sistema visa reparar as injustiças históricas cometidas com a população negra.

As conclusões acerca dos questionamentos levantados pela pesquisa levam à compreensão de que a inserção dos estudantes afro-descendentes na *UNIMONTES* tem ocorrido de forma positiva, permitindo uma boa integração dos acadêmicos que ingressam por reserva de vagas.

Apesar dessa avaliação relativamente positiva, existem questionamentos quanto às falhas encontradas no Sistema de Reserva de Vagas da *UNIMONTES,* que são entendidos como plausíveis, uma vez que o preconceito realmente existe e prejudica o negro. Isso permite afirmar que, o sistema precisa ser reavaliado para que seja totalmente adequado.

Dessa maneira, os acadêmicos propõem que essas falhas sejam corrigidas para que o Sistema de Reserva de Vagas para Afro-descendentes possa solucionar efetivamente o problema do negro dentro da universidade, fornecendo maiores subsídios à sua integração.

Em relação à existência de preconceito contra os estudantes que fizeram a opção de declarar-se afro-descendentes concluiu-se que, assim como em amplitude nacional, que o preconceito existe. No entanto, esse preconceito à brasileira ocorre de forma velada, situação que gera extremo incômodo, uma vez que, torna-se: implícito, “sutil” e, portanto pouco questionado.

Desta forma, percebe-se que os acadêmicos que ingressam na *UNIMONTES* através do Sistema de Reserva de Vagas para Afro-descendentes são estigmatizados e classificados de forma pejorativa, como se não fossem capazes de atender às demandas acadêmicas da universidade.

A situação descrita acima é verificada no depoimento de um dos acadêmicos que afirma ter sido intitulado de "*Preto, pobre e burro*". Fato que leva a compreender que os “cotistas” muitas vezes são desconsiderados e desafiados, atingindo reconhecimento somente quando alcançam um bom desempenho, sentindo-se no dever de provar que possuem tanta capacidade quanto qualquer outra pessoa.

As posições descritas atingem conseqüências extremamente problemáticas, no sentido em que, alguns acadêmicos beneficiados pela reserva de vagas para afro-descendentes chegam a omitir a sua identidade por receio de sofrerem tratamento diferenciado.

Esse sistema, adotado pela *UNIMONTES,* parece que tem proporcionado à população afro-descendente um maior acesso ao ensino superior e, portanto, tem servido como um meio de satisfação das necessidades de seus beneficiários, tendo impactos finais positivos, que influenciam no "alargamento" *da cidadania*.

Apreende-se então, que desde a sua implantação, o Sistema de Reserva de Vagas para Afro-descendentes da Unimontes vem passando por transformações que apontam para um caminho mais favorável. Apesar das lacunas existentes, tudo indica que essas transformações tendem a aumentar, na medida em que os equívocos forem sendo esclarecidos.

Como efeito conclusivo, pode-se apontar que, em torno dessa redefinição do papel do Estado brasileiro e da sua relação com a Sociedade e com o Mercado, uma grande expectativa se estrutura aqui no sentido em que ocorre uma incessante busca por um Estado Democrático, capaz de criar uma política que prime pela efetiva inclusão dos negros à sociedade e principalmente ao ensino superior.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Alessandra Melo Franco. ***O Sistema de Reserva de Vagas para Afro-descendentes da UNIMONTES nos últimos dois anos (2005-2006)***.Trabalho de Conclusão de Curso, 2007.

BOURDIEU, Pierre. ***O Poder Simbólico***. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, André A. ***Avaliando Um Pré-Vestibular Voluntário Para Negros Pobres***. IN:XXVIII Reunião Anual da ANPED, 2004, Caxambu- MG, Anais da XXVIII Reunião Anual da ANPED. Caxambu – MG, ANPED, 2004. Disponível em: <http://www.ipp-uerj/olped/documentos/0754.pdf>. Acesso em 05 Janeiro/2008.

BRANDÃO, André. ***Cotas raciais no Brasil*****:** a primeira avaliação. Rio de Janeiro, DP&A, 2007.

CARVALHO, Jairo de. ***Sobre raças humanas***. Revista Espaço Acadêmico. Nº 60. Maio 2006. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/060/60carvalho.htm> Acesso: 06/Setembro 2006.

FRY, Peter. ***A persistência da raça***. São Paulo, Civilização Brasileira, 2003.

GONÇALVES, Luiz.A.O. Negros e Educação no Brasil. In: VEIGA, Cynthia G. ***500 Anos de educação no Brasil***. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.325-346.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. Grupos Focais de Intervenção no projeto Sexualidade e Reprodução. ***Horiz. antropol***., Junho 2002, vol.8, no.17, p.159-177

HERINGER, Rosana. ***Desigualdades raciais no Brasil***: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. Cad. Saúde Pública, 2002, vol.18 supl, p.57-65.
IPEA. ***Combinando Compensatório e Redistributivo***: O Desafio das Políticas Sociais no Brasil. 2000. Disponível em: < www.ipea.gov.br>. Acesso em: 20 Dez 2007.
MAGGIE, Yvonne. ***Políticas de cotas e o vestibular da UNB ou a marca que cria sociedades divididas.*** Horiz. antropol., Jan./Jun 2005, vol.11, no.23, p.286-291.
MUNANGA, Kabengele.***Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra*** no Brasil:Um Ponto de Vista em Defesa de Cotas. Revista Espaço Acadêmico. Ano II, nº 22, 2003. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/22cmunanga.htm>. Acesso em: 12 Fevereiro/2008.
QUEIROZ, Dalcele M.O Vestibular e as desigualdades Raciais. In: Revista Negro e Educação: ***Identidade Negra Pesquisa sobre negro e educação no Brasil***. vII, 2003, p.7-17.
ROMERO, S. Mestiçagem e literatura nacional. Gregório de Matos. In: CANDIDO, A. (Org.) Silvio Romero. ***Teoria, crítica e história literária***. Petrópolis: Vozes, 1978.
Santos, Ricardo Ventura, Maio, Marcos Chor. Qual ***"retrato do Brasil"? Raça, biologia, identidades e política na era da genômica***. Mana, Abr 2004, vol.10, no.1, p.61-95.
SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação Afirmativa e combate ao Racismo Institucional no Brasil. Cad. Pesquisa, Nov 2002. nº 117, p.219-246.
TELLES, Edward E. ***Racismo à brasieira***: Uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003. p. 15-101.

Programa de ações afirmativas no ensino superior, acesso e permanência com reserva de vagas social e étnico-racial.

Maria do Socorro da Costa Machado
Universidade Estadual do Piauí - UESPI
socorromachado_prex@hotmail.com

Resumo: A definição e implantação de Políticas de Ações Afirmativas no Brasil vêm, praticamente, com um século de atraso se considerarmos a conjuntura da Proclamação da República e da Abolição da Escravidão; marcada por fortes manifestações voltadas para a "correção" das desigualdades estruturais, sugerindo o acesso do liberto aos espaços socialmente valorizados (ocupados por uma elite branca) como: moradia, trabalho, saúde, educação; como sendo o marco, não realizado, para implantação destas políticas neste país.
Este trabalho pretende apresentar o Programa de Ações Afirmativas da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, especificamente, no que diz respeito à reserva de vagas (Cotas) social com recorte étnico-racial para negros, considerando o reflexo das lutas e pressões da sociedade civil organizada no Brasil, as alterações ocorridas nas relações dos Movimentos Sociais com o Estado, tendo o Movimento Negro como grande artífice das transformações das demandas por educação em Políticas do Estado para o ensino superior no Brasil.
Palavras-Chave: Ações Afirmativas – Educação – Movimentos Negro – Cotas.

Dos Movimentos Sociais às Ações Afirmativas

O programa de Ações Afirmativas na UESPI não se encontra isolado de uma discussão bem mais ampla relativa às desigualdades sociais, econômicas, raciais, sexuais e outras, assim como seus possíveis mecanismos de inclusão, fazendo parte da agenda mundial das sociedades contemporâneas.

O tema da inclusão, considerando as várias dimensões dos espaços socialmente almejados (trabalho, educação, saúde, lazer..), que expressam as próprias bases dos princípios de cidadania que marcam as Leis Magnas das sociedades capitalistas, não se constitui em projeto recente. No Brasil, dentre os vários contextos históricos de perfil reivindicativo de alteração das estruturas existentes, poderíamos ressaltar o contexto do pós- Abolição e Proclamação da República quando tão claramente fica expresso o binômio diversidades social e étnico-racial e a desigualdade de condições de acesso aos setores socialmente privilegiados, preenchidos por uma minoria secularmente instituída de direito e de fato, constituída em sua maioria, por indivíduos brancos e de base econômica elevada.

Apesar da categorização, oportunamente racista e classista, defendida por parcela significativa da intelectualidade, à época, de que a sociedade brasileira era amorfa, politicamente desorganizada, por ser constituída em sua maioria, por remanescentes indígenas e por negros faltando-lhes as "*indumentárias*" necessárias para comportar-se na realidade nacional, motivo este que justificava a necessidade de um Estado "forte", sabemos que os fatos negam tal eixo analítico, visto os objetivos claramente conservadores que sublinhavam um projeto de controle das reivindicações dos movimentos sociais por condições concretas de igualdade e acesso aos bens socialmente, economicamente, política e culturalmente produzidos pela sociedade, contudo, usufruídos por pequena parcela desta mesma sociedade.

Neste contexto efervescente marcado por fortes contradições, a saída do Estado Brasileiro poderia ter sido a criação de mecanismos de inclusão dos pobres e dos

negros à educação, ao mercado de trabalho, às melhores condições de moradias, etc., no entanto, não foi naquele momento atribuído ao "*liberto*", ao branco, pobre e aos indígenas o direito de acesso através de medidas reparadoras frente às

desigualdades existentes, ao contrário, particularmente o liberto, que antes era a base da estrutura econômico/social brasileira, foi visto como entrave frente aos modelos de desenvolvimento, marcadamente europeu e norte-americano.

Paulatinamente a visão pessimista sobre o futuro do Brasil dará lugar a uma abordagem mais positiva, contudo, sendo esta positividade alicerçada na supremacia da "*raça branca*" frente aos negros e indígenas.

> São os ideais de "branqueamento" eleitos como solução para o problema das populações destituídas de posse dos bens socialmente valorizados, especialmente a negra na sociedade nacional: a saída estava na mestiçagem, como bem coloca Bandeira (1988:16), chamando a atenção para a obra de Freire.
>
> Freire, num considerável esforço de compreensão da realidade brasileira, à luz das relações raciais, expressas no triângulo branco, negro e índio, de fato fundamenta a elaboração científica do mito da democracia racial, que ainda hoje baseia a maioria dos discursos contra as políticas de Ações Afirmativas que se propõem medidas de inclusão, particularmente da pessoa negra nos espaços valorizados da sociedade (1970).

Por outro lado, se no jogo dos espaços o negro fica no último lugar por sua condição étnico-racial e social quando o tema muda para a perspectiva da inclusão, aqui particularmente discutindo-se o acesso ao ensino superior, percebemos dois movimentos sintomáticos, pautados na mesma base ideológica, no que seja a mestiçagem: os indivíduos deixam de saber quem é negro e quem não o é, automaticamente esquecem que no trem da história é atribuído ao negro o último vagão e passa-se a cobrar a mesma desenvoltura daqueles que se encontram nos primeiros vagões. Em síntese: para excluir, todos sabem definir quem é negro e qual o seu "*lugar*" na sociedade, contudo, quando a perspectiva é de inclusão, todos são mestiços e a questão do acesso é condicionada ao mérito do indivíduo destituído das suas condições de existência dentro da sociedade; logo o "equilíbrio" das relações raciais continua ainda fortemente pautado nas desigualdades de distribuição dos bens socialmente valorizados, o que fica bastante claro nas entrelinhas do discurso contra a política de reserva da vagas, particularmente para negros nas IES públicas brasileiras.

É interessante observar que frente a estes mecanismos históricos de mascaramento das desigualdades da sociedade brasileira, as manifestações de descontentamento sempre foram constantes na nossa realidade e, particularmente, a partir do Século XX entra em cena categorias organizadas da sociedade civil denominadas de "movimentos sociais", aqui incluso o movimento operário, o movimento negro tendo forte expressão à partir da década de vinte e trinta, daquele século, apresentando inicialmente marcante eixo de classe, com uma abordagem pautada nas condições de existência da população, seja da classe trabalhadora, seja do liberto nesta passagem de uma estrutura escravista para uma estrutura de classe.

Após longo período de repressão política aos movimentos sociais, na década de 70 inicialmente, apresentam uma postura de autonomia e confronto com o Estado, mas posteriormente revêem esta posição e do confronto passam a uma relação de negociação e em certos casos de parceria com o setor público e privado voltados para o interesse de todos os excluídos das condições de cidadania, aqui incluso a população negra.

Sherer Warren (1998:3) nos chama a atenção para as ações que denomina "*novos movimentos sociais*", reconhecendo dois tipos de ações coletivas resistentes ao sistema de denominação e produtora de novas identidades:

1) Manifestações simbólicas massivas, que se apresentam principalmente como resposta ao paradoxo da inclusão/exclusão social através de manifestações públicas que envolvem a grande massa, como manifestações de desempregados ou manifestações de fundamento religioso, étnico ou nacionalista em prol da garantia de suas tradições, raízes culturais fragilizadas diante do movimento de globalização; e

2) redes de comunidades virtuais identitárias, entendidas como a maneira encontrada pelos *"...múltiplos atores específicos dos novos movimentos sociais (para) marcar sua presença e dar continuidade ao movimento no cenário globalizado"* através das renovações tecnológicas que este mundo propicia (particularmente o computador) facilitado pelos acessórios de organizações não governamentais – ONG's. Dentre os movimentos que combinam, ou alternam estas duas formas de agir coletivo, a autora inclui o movimento negro no Brasil que, ao mesmo tempo que se articulam em redes via mediação de ONG's também, se expressam através de manifestações massivas como a marcha Zumbi dos Palmares, em Brasília.

É considerando estas dimensões históricas das reivindicações dos movimentos sociais, incluso o movimento negro, nas suas relações com o Estado que chamamos a atenção para a construção de medidas de caráter reparador e inclusivo denominado "*Ações Afirmativas*".

Esta expressão tem origem nos Estados Unidos, na década de 60, à luz de reivindicações democráticas dos Movimentos pelos direitos civis pela extensão da igualdade de oportunidades para todos, tendo o movimento negro como referência. Para Moehlecke (2002:198) é neste contexto que se desenvolve a noção de ação afirmativa com a exigência de que o Estado haja para além das Leis, assumindo uma postura ativa frente à melhoria da população negra.

Consideramos pertinente, à partir do trabalho de Antonio Sérgio Guimarães (1997), refletir sobre o fundamento jurídico e normativo destas políticas pertinentes, às sociedades democráticas que tem seus valores pautados no mérito individual e na igualdade de oportunidade: "tratar pessoas de fato desiguais como iguais, somente amplia a desigualdade inicial entre elas (...) "As políticas de Ação Afirmativa, consistem em 'promover' privilégios de acesso a meios fundamentais – educação e emprego, principalmente – a minorias étnicas, raciais ou sexuais que, de outro modo, estariam deles excluídos, total ou parcialmente (...) justificando-se a desigualdade de tratamento no acesso aos bens e aos meios apenas como forma de restituir tal igualdade, devendo, por isto, tal ação ter caráter temporário, dentro de um âmbito e escopo restrito" (1997, 9. 233).

Considerando a abordagem realizada por Guimarães, assim como a clareza que temos quanto a contribuição dos movimentos sociais, particularmente do Movimento Negro, para fundamentação destas ações que passam a se constituir em política de Estado, entendemos como Ação Afirmativa:

"*Medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado (...) com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros*" (Grupo de Trabalho Interministerial para a valorização da População Negra – Ministério da Justiça, 1996, p. 10).

No Brasil, não podemos deixar de destacar, no âmbito da fundamentação destas medidas a elaboração do "*Plano Nacional de Combate ao Racismo e a Intolerância"* resultado de um amplo debate interracial e interétnico no processo de preparação para a participação do Brasil na **III Conferência Mundial Contra o Racismo**, ocorrido em Durban, na África do Sul em 2001, que determina que "sejam implementadas ações afirmativas na área da educação como instrumento fundamental de promoção da igualdade" (Plano Nacional de Combate ao Racismo e a Intolerância); as Ações Afirmativas para indígenas e negros no acesso à educação, foram aprovadas neste plano. Observamos que o protesto do Movimento Negro, expresso a través da marcha em homenagem aos trezentos anos de Zumbi dos Palmares, em 1995, teve papel importante para o reconhecimento do racismo no Brasil, pelo presidente da república, à época.

Chamamos a atenção para o fato de que as cotas ou reserva de vagas, se configuram em um tipo de ação afirmativa, contudo, no Ensino Superior esta tem sido a modalidade mais adotada – atualmente são 61 (sessenta e uma) Universidades que adotaram este sistema – seguida do Sistema de Pontuação ou Bônus, em torno de 08 (oito) Universidades.

Das Universidades que adotaram o sistema de reserva de vagas, 33 (trinta e três) adotaram cotas étnico-raciais; contudo, observamos que uma boa parte, associa na sua reserva o elemento sócio-econômico (boa parte expressa na categoria "*oriunda de escola pública*", no entanto, muitos também fazendo o corte de renda, ou as duas situações sociais) ao elemento étnico (negros e/ou indígenas).

Antecedentes das Ações Afirmativas na UESPI.

A UESPI, como qualquer IES que se volta para o debate acerca das Ações Afirmativas, representa o contexto em que se encontra historicamente inserida, em toda a teia de relações que envolve o tema em questão.

Assim, desde 2004 já considerou a Políticas de Cotas em seu planejamento estratégico, realizando dois seminários envolvendo a comunidade acadêmica, movimentos sociais e instituições públicas, visita à Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ para colher informações sobre sua experiência e participação em audiência pública, provocada por deputados dos adeptos às cotas.

Dos seminários, debates, provocações de parlamentares e movimentos sociais extraiu-se os fundamentos que deram corpo à proposta de Ações Afirmativas, elaborada por uma Comissão composta por professores e estudantes da instituição, representante do Movimento Negro, Representação de Estudantes Secundaristas e membro do Núcleo de Estudos Afro da UESPI.

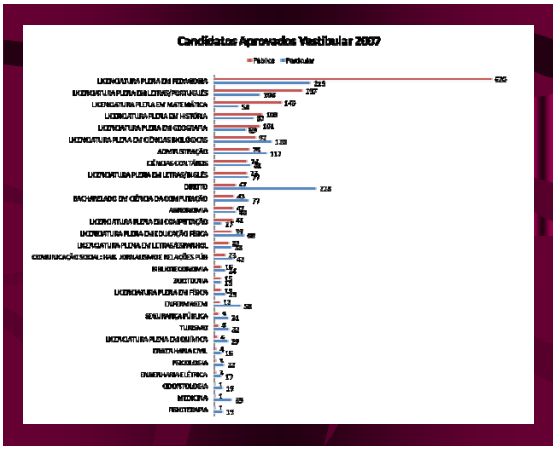
A proposta, elaborada à partir das sugestões dos sujeitos sociais que direta ou indiretamente contribuíram com o pleito, contempla estudantes oriundos de escola pública e a pessoa negra.

Cotas na UESPI: diversidade social e étnico-racial

Podemos afirmar sem sombra de dúvida que o Vestibular da UESPI apresenta alta concorrência, em torno de 4.370 vagas para 48.000 concorrentes, assim como, particularmente, nos três últimos anos, 2006, 2007 e 2008 os alunos oriundos de escola pública vem aumentando em percentual de 50%, 51% e 53%, respectivamente.

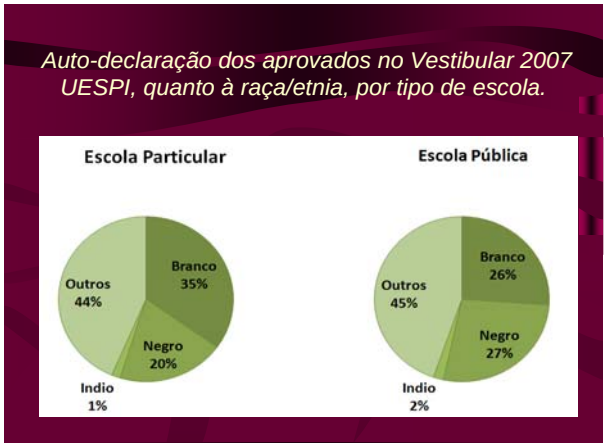
À partir de 2007 o quesito "renda familiar" foi acrescentado ao questionário sócio-econômico do Vestibular confirmando o que já era constatado através do levantamento anula dos 150 estudantes mais pobres, no que seja, mais de 67% destes apresentam renda familiar que se concentra no interstício de menos de 1 salário até 2 salários mínimos.

Associado a esta questão, vamos perceber o que já se constata em outras IES brasileiras: a concentração dos estudantes oriundos de escola pública está particularmente nos cursos de Licenciaturas, sendo os Bacharelados os mais concorridos, prioridade daqueles oriundos de escolas privadas, como nos revela o gráfico abaixo



Foi à partir de 2006 que a instituição colocou pela primeira vez em seus questionários relativos ao Vestibular a categoria étnico-racial, primeiro trabalhando com a categoria afrodescendente, observando que esta acolhe 58% dos respectivos inscritos, expressando claramente as noções ideológicas de mestiçagem genérica que marca a população brasileira.

Em 2007 utilizou-se as categorias raciais e de cor: branco, negro, índio e outros. Desta vez a categoria "outros" liderou tanto para os oriundos de escolas públicas como para aqueles de escolas privadas, conforme gráfico abaixo, ficando os negros com um pouco mais de 1/4 para aqueles oriundos de escolas públicas e menos de 1/4 para os oriundos de escolas privadas.



Pela complexidade da categoria "*outros*" que acomoda tanto negros quanto brancos mestiços, ainda não temos, com clareza este percentual étnico-racial mas, comprovamos *in loco* que os negros em sua maioria se encontram nos cursos de Licenciaturas, particularmente, no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Assim, com o objetivo de equilibrar e democratizar o acesso à luz de uma séria de medidas relativas à política de permanência, não esquecendo do fortalecimento e respeito à alteridade, a UESPI realiza, para o exercício de 2009 seu primeiro Vestibular com reserva de vagas (Cotas) orientadas para candidatos oriundos de escola pública com recorte de 50% desta vagas para aqueles que se auto-declararem negros.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Maria de Lourdes (1988). *Território negro em espaço branco*. São Paulo: Brasiliense.

FREIRE, Gilberto (1970). *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Recife – PE: CEPE.

GUIMARRÃES, Antonio Sérgio Alfredo (2008). *Preconceito Racial: modos, temas e tempo*. São Paulo: Cortez.

IANNI, Otávio (1985). *Ciclo da Revolução Burguesa*. Petrópolis: Vozes.

120 Anos da Luta Pela Igualdade Racial no Brasil: manifesto em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas (2008). Brasília, 13 de maio.

MOEHLECKE, Sabrina (2002). *Ação Afirmativa: história e debates no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, 117, 197-217.

Reconhecimento, capital social e ação afirmativa no Brasil

Gianne Reis

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)
giannereis@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar o conceito de reconhecimento e de cidadania, para discutir como o reconhecimento das desigualdades raciais assumido pelo governo brasileiro e a conseqüente implementação de políticas de ação afirmativa no Brasil podem promover afro-descendentes no âmbito da educação superior e do mercado de trabalho.

Tendo como base algumas categorias intermediárias como cor, raça e etnia para pensar como se convencionaram as relações raciais, a partir da qual tem se construído uma nova dinâmica, a de políticas focadas para negros, na qual pretende-se discutir as bases argumentativas não consensuais que corroboram para dificultar o avanço do debate quanto aos mecanismos mais oportunos para se diminuir as desigualdades raciais no país.

Como hipótese para uma nova configuração das relações raciais no Brasil, o argumento deste trabalho é que as ações afirmativas podem favorecer a aquisição de capital social por este grupo, a partir de sua crescente inserção em novas arenas sociais, como por exemplo, no ensino superior.

No campo teórico, a idéia de se trabalhar com os conceitos de reconhecimento e de cidadania surge em função de seus pressupostos, tanto o conceito de reconhecimento quanto o conceito de cidadania pressupõem a idéia de autonomia dos indivíduos e de inserção destes dentro da esfera dos direitos. Os princípios do conceito de reconhecimento são utilizados por alguns teóricos, e apontam as desigualdades econômicas que certos grupos sofrem na sociedade contemporânea, que são calcadas em injustiças fomentadas pelas elites dominantes e por este motivo precisam ser remediadas.

A injustiça econômica se completa à injustiça social, que são reforçadas através de normas subjetivas enviesadas que privilegiam alguns grupos em detrimento de outros, e que em sua maioria são institucionalizadas pelo Estado colaborando para o crescimento e acirramento das desvantagens econômicas sofridas por alguns segmentos.

A análise desses conceitos colabora para uma discussão fértil em torno do tema, por fim, este estudo discorre sobre as ações afirmativas no que diz respeito ao seu caráter igualitário e redistributivo como um avanço para as relações sociais no Brasil e por sua possibilidade de agregar capital social para a população negra brasileira.

Introdução

Para esta análise utilizaremos o conceito de reconhecimento estudado por teóricos como Alex Honneth, Charles Taylor e outros autores, para lançar luz à discussão sobre a questão racial no Brasil. Por fim discorreremos sobre as ações afirmativas no que diz respeito ao seu caráter igualitário e redistributivo, como políticas que objetivam oferecer oportunidades de acesso a grupos discriminados, bem com, diminuir as desigualdades raciais existentes no país.

O conceito de reconhecimento é de matriz hegeliana, e pressupõe o reconhecimento como sendo recíproco entre dois sujeitos quando se vêem confirmados em sua autonomia (Honneth, 2001). Esses estudos apontam as desigualdades econômicas que certos grupos sofrem na sociedade contemporânea, calcadas em injustiças fomentadas pelas elites dominantes e por este motivo precisam ser remediadas.

A injustiça econômica se completa a injustiça social e são reforçadas através de normas subjetivas enviesadas que privilegiam alguns grupos em detrimento de outros, e que em sua maioria são institucionalizadas pelo Estado na economia colaborando para o crescimento e acirramento das desvantagens econômicas sofridas por alguns segmentos.

Essas desvantagens impedem a participação igualitária dos grupos étnicos componentes da sociedade, fortalecendo um círculo vicioso e perverso de subordinação econômica e social desses segmentos excluídos do processo econômico ou quando muito relegados à subalternidade.

O conceito hegeliano de reconhecimento tem profunda ligação com a questão dos direitos enquanto reconhecidos e respeitados e é neste ponto que pretendemos argüir, pensar a questão do reconhecimento como respeito aos direitos, e a redistribuição como uma possível conseqüência desse processo.

Reconhecimento e Ação Afirmativa

A discussão do conceito de reconhecimento ajuda a pensar o modelo e as justificativas das ações afirmativas propostas pelo Estado. Estaremos discutindo também, o surgimento das ações afirmativas no *Welfare State*, a noção de cidadania e a base teórica para a definição dos grupos a serem incorporados por essas ações, através do conceito de "*reconhecimento*" de Hegel, conforme foi apropriado por Axel Honneth e Charles Taylor.

Apesar de pertencerem a diferentes tradições teóricas, esses conceitos não são incompatíveis entre si, mas se complementam, pois a noção de cidadania possui *a priori* alguma forma de "*reconhecimento*" como também, serve como base para se pensar a questão dos direitos e a necessidade de serem "*reconhecidos*" e respeitados.

Comecemos pelo advento da cidadania. A idéia de cidadania em sua origem implica igualdade social e o conceito de classes preconiza o oposto, desigualdades. Na sociedade moderna essa divergência entre cidadania e classes sociais do capitalismo levou a uma tensão constante entre esses dois princípios de organização da vida social.

Em seu estudo clássico, T. H. Marshall (1967) assinala que o conceito de cidadania nasce pela apropriação paulatina dos direitos. De acordo com Marshall, a formação de cada um desses direitos ocorreu em períodos históricos diferentes, os direitos civis no século XVIII, os políticos no XIX e os sociais no século XX.

O direito civil é composto dos direitos necessários à liberdade individual e o primeiro deles foi o direito de trabalhar, que rompeu a sujeição do trabalhador a relações pessoais de subordinação. Entretanto, liberdade e cidadania nas cidades estavam identificadas dentro do processo de nacionalização e essa relação se consolidou como *status geral* (Marshall, 1967), pois originalmente a participação em comunidades locais dava ao sujeito certas prerrogativas de assistência. A

evolução do direito civil foi díspar em cada país, pois primeiramente as formas de assistência foram contrapostas ao conceito de cidadania, pois os homens adultos eram excluídos dos direitos sociais, por serem cidadãos *par excellence*1.

Como elemento político da cidadania entende-se o direito de participar no exercício do poder político, mas inicialmente este não estava incluído nos direitos de cidadania, porque era privilégio de uma classe econômica limitada. Esse direito, segundo Marshall era visto pela sociedade capitalista como um produto secundário dos direitos civis.

Quanto aos direitos sociais, a maior parte deles foi consolidada como elemento fundamental de cidadania em sua dimensão social e o *status* de cidadania completou-se, universalizou-se, provocando certo desajuste com a estratificação social no que concerne à classe.

Os direitos sociais demandam aplicação e intervenção Estatal ativa sobre a vida social, que é o direito como ordenamento normativo, também conhecido como direito positivo2. Segundo Marshall (1967), "o elemento social se refere a tudo que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade". As instituições que estão mais intimamente ligadas aos direitos sociais são os serviços sociais e o sistema educacional.

A matriz dos direitos universais é assumida pelo Estado moderno que fundou suas bases em regras válidas para todos e rompeu com as relações de subordinação pessoal postas no período feudal. Após uma longa evolução histórica esses direitos foram estendidos a todos os integrantes da sociedade com a noção de cidadania que fazia de todos livres.

O Estado de Bem-estar Social consolidou-se com o advento das demandas coletivas da sociedade por bem estar. Nesse contexto, a integração social passa a ser definida como a capacitação do sujeito para ser o integrante pleno e efetivo da sociedade por meio de seu próprio trabalho. Por outro lado, as políticas de integração buscam grandes equilíbrios, com a homogeneização da sociedade a partir do centro, como as tentativas de promover o acesso aos serviços públicos e à instrução, e o acesso a oportunidades para o conjunto da sociedade.

O advento da cidadania proporcionou uma mudança de significado das relações sociais, em que a vida concreta dos "súditos passou do anonimato" para a cidadania abstrata e individualizada, porém mais controlada pelo Estado (Marshall, 1967). Se por um lado tem-se uma perda de significado do mundo, decorrente da reificação que se alastra pelo conjunto do tecido social, por outro também se observa a consolidação de direitos civis, políticos e sociais, reencaixando os sujeitos em novas relações sociais.

Dentro dessa perspectiva, esses direitos começaram a se expandir, porém com identificação e práticas ainda abstratas demais que não garantiam significado para a vida individual e coletiva, portanto, cresce a busca pela garantia dos direitos e da igualdade, pela diminuição das injustiças, que no mundo contemporâneo passam a ter significados e demandas diferenciadas para os diversos grupos.

Concernente às políticas sociais, as diferenças entre os indivíduos passaram a ser observadas, particularmente nas proposições de políticas públicas para a diminuição das desigualdades. Para Bobbio (1990) a questão dos direitos sociais é confusa, pois mesmo observando os três direitos fundamentais, trabalho, educação e saúde, não está claro o que se projeta e sobre o que se legisla quando entram em cena os direitos sociais, sobretudo porque as diferenças entre os indivíduos devem ser levadas em conta ao realizá-los.

Segundo João Feres Jr. (2004), com a degradação do mundo do trabalho, os objetivos das políticas sociais se ampliaram, passando também a atuar sobre as desigualdades de inserção social condicionadas por questões de raça, gênero e étnicas. Desta forma, o conceito de ação afirmativa em parte se justifica como alternativa para diminuir essas desigualdades através de seu "*reconhecimento*" explícito. O autor ressalta ainda, que historicamente a igualdade é vista como idéia reguladora do mérito, no entanto, para que os indivíduos possam ser julgados pelo mérito próprio é preciso que haja de fato igualdade nas relações sociais, neste sentido, o Estado de Bem-Estar Social deve ser entendido como um processo histórico da luta pela extensão do princípio da igualdade.

Segundo Rawls (1981), a noção de mérito é exposta no sentido de que os dotes naturais e as posições desfavoráveis socialmente são meritórios, enquanto que, a posição em que se encontram algumas pessoas em relação aos dons adquiridos não têm mérito algum, devendo, portanto, aos que estão em posições desfavoráveis serem dadas todas as condições necessárias para o seu desenvolvimento.

Nesse sentido, a noção de mérito, que ainda é muito viva na sociedade atual, teve a sua origem no modelo liberal de igualdade meramente formal, onde o Estado adotava uma função neutra, diferentemente, da situação que se apresenta na atual discussão sobre formas de lutar contra a discriminação, que coloca o Estado, não como um espectador, mas como atuante ativo na busca da igualdade substancial.

> A idéia de reconhecimento apresentada por Honneth, refere-se ao direito onde os processos de mudança social devem ser explicados com referência às pretensões normativas estruturalmente inscritas na relação de reconhecimento recíproco.

De acordo com Honneth, Hegel defende que: *"A luta dos sujeitos por reconhecimento recíproco de sua identidade é uma pressão intra-social para o estabelecimento prático de instituições garantidoras da liberdade, trata-se da pretensão dos indivíduos ao reconhecimento intersubjetivo de sua identidade inerente à vida social..."*. (Honneth: 2003).

---

1 Segundo T.H. Marshall (1967), o indivíduo que tinha algum tipo de assistência social distanciava-se do status de cidadão.

2 Direito positivo italiano abrange o conjunto de normas de conduta e de organização, constituindo uma unidade e tendo por conteúdo a regulamentação das relações fundamentais para a convivência e sobrevivência do grupo social, tais como relações familiares, as relações econômicas. Essas normas têm como escopo mínimo o impedimento de ações que possam levar à destruição da sociedade. Marshall (1967).

Deste modo, a estrutura da relação de reconhecimento recíproco é a mesma; na medida em que se sabe reconhecido por um outro sujeito em algumas de suas capacidades e propriedades, um sujeito sempre virá a conhecer as partes de sua identidade inconfundível e há nessa lógica uma dinâmica interna, pois as relações estabelecidas eticamente entre os sujeitos produzem uma nova dimensão do seu "*EU*" que se vêem confirmadas e as formas de reconhecimento vão sendo aprimoradas de maneira mais exigente para a individualidade.

> Para Hegel, a compreensão de reconhecimento subjaz a relação ética entre os sujeitos e consiste em etapas de conciliação e conflito e nesse sentido vão se substituindo:
>
> "Se os sujeitos precisam abandonar e superar as relações éticas nas quais eles se encontram originariamente, visto que não vêem plenamente reconhecia sua identidade particular, então a luta que procede daí não pode ser um conflito prático que se acende entre os sujeitos é por origem um acontecimento ético, na medida em que objetiva o reconhecimento intersubjetivo das dimensões da individualidade humana"3 *(Honneth, 2003:48).*

Nesse caso, a luta como um *medium* moral leva a uma etapa mais madura de relação ética, pois as relações sociais se estabelecem porque há um afastamento dos sujeitos de suas determinações naturais, tendo como conseqüência o aumento da individualidade que se efetua por duas etapas de reconhecimento recíproco e as diferenças se medem pela dimensão da identidade pessoal que se confirmam na prática.

O caminho da nova relação social se dá por um processo de universalização jurídica, ou seja, as relações práticas que os sujeitos mantinham são transformadas em pretensões de direitos universais, garantidas contratualmente. Há deste modo, um movimento socializador do reconhecimento devido a universalização dos direitos, que rompe com os limites particularistas traçados por vínculos tradicionais (Honneth, 2003:50).

Na visão de Hegel, os conflitos sociais levam a passagem da eticidade natural para a absoluta onde há o reconhecimento mútuo, ou seja, um reconhecimento qualitativo entre os membros de uma sociedade, designando uma forma de reconhecimento superior ao cognitivo através das relações recíprocas (Honneth, 2003). Esta forma de reconhecimento se traduz na relação cognitivo-formal de reconhecimento do direito, como pessoa de direito4 abstrata na relação de 'Reconhecimento do Estado'.

Na análise de Charles Taylor (1992), é por meio do reconhecimento do que é diferente no outro que a identidade é construída, ou seja, a identidade é construída pelo reconhecimento ou pela falta dele. A noção de reconhecimento formulada por Taylor postula que a vida humana possui uma natureza dialógica, significa dizer que a afirmação da identidade do outro se dá na razão direta do contato com o outro. A construção da identidade social em Taylor está vincula ao reconhecimento, porque é através do reconhecimento social das diferenças que se pode assegurar o direito.

Em Honneth, toda dinâmica da luta pelo reconhecimento parte da relação entre não-reconhecimento e posteriormente reconhecimento legal, ou seja, compreender ou valorizar uma "*diferença*" que antes não gozava de proteção legal.

O reconhecimento das desigualdades raciais no Brasil sugere a valorização das "*diferenças*" através da inclusão de grupos discriminados. Assumindo que existe uma exclusão baseada na discriminação com base na raça, a ação afirmativa pode ser considerada uma alternativa para se resolver esse problema.

Desta forma, o conceito de reconhecimento se alia ao de cidadania, pois o reconhecimento dessas desigualdades pressupõe que os indivíduos vitimados por elas não tinham direito a igual estima na sociedade e a correção dessas injustiças por meio da ação afirmativa seria uma forma de assumir a observância desses direitos, não somente no plano formal, mas objetivamente.

Considerando que numa sociedade democrática de base liberal todos os indivíduos têm direito à estima e conseqüentemente a valorização de "*si*", seja por meio de políticas compensatórias ou redistributivas, contribuindo para a aquisição da cidadania "*plena*" 5.

A sociedade brasileira foi um dos casos em que políticas universais não conseguiram garantir acesso igual aos direitos para todos os grupos, principalmente para aqueles que são vitimados pelo racismo e da discriminação racial.

Novas Configurações e Políticas Sociais

As políticas de inserção visam à discriminação positiva, porque atingem apenas segmentos particularmente desfavorecidos, com o objetivo de recuperar o equilíbrio capaz de reinserir o sujeito na sociedade de maneira normal, alcançando sua completa integração.

> O conceito que Habermas dá ao tema se contrapõe à idéia de Taylor de direitos coletivos, pois a coloca como uma reformulação da noção de direitos individuais, a argumentação pública sobre a impossibilidade de efetivá-los a certos grupos, dadas desvantagens estruturais que funda a legitimidade de políticas específicas capazes de superar essa situação de inferioridade.

Apesar de Habermas não avançar em relação à concepção individualista de direitos, lança luz sobre a temática que nos impulsiona a este trabalho, que é a legitimação de políticas positivas – ações afirmativas que buscam promover a

---

3 Hegel reinterpreta o modelo de uma luta originária de todos contra todos em que Thomas Hobbes na seqüência de Maquiavel, inaugura a história da filosofia social moderna. (Honneth, 2003)

4 Para esta definição ver Püschel (2002).

5 Para uma análise do processo e tipo de cidadania vigente no Brasil ver os trabalhos de Santos (1994). E Carvalho (2001).

população negra, que vêm sendo excluída dos meios necessários à produção de sua estabilidade e equilíbrio no âmbito social e econômico da sociedade (Neves, 2001).

As disputas por reconhecimento ocorrem justamente num mundo marcado pela desigualdade material – na renda e posse de propriedades, no acesso ao trabalho assalariado, educação, expectativa de vida e mortalidade.

As variedades das políticas de reconhecimento são muitas, mas cabe aqui tratar das demandas de reconhecimento vinculadas à educação e ao mercado de trabalho na inclusão das minorias subalternizadas ou excluídas desses setores em razão das desigualdades históricas "*fundadas*" no modelo tradicional, que privilegia um tipo ideal de indivíduo em detrimento dos demais grupos que compõem a sociedade.

A mudança paradigmática se dá no momento em que as concepções tradicionais começam a ser modificadas no contexto político em razão dessas desigualdades e da busca de novas maneiras e mais solidárias no tratamento das questões sociais que envolvem minorias.

A temática sobre o reconhecimento é complexa, mas permite propor algumas distinções analíticas que podem ser utilizadas para pensar o tema, por exemplo, através de um exercício analítico que privilegie algumas categorias que compõe esse quadro, que podem ser comparativas num primeiro momento para entender como as mudanças de perspectivas assumem uma nova função ao intermediar as políticas governamentais.

Categorias como reconhecimento e redistribuição, minorias e inclusão, raça e igualdade entre outras, podem ajudar a entender que toda luta contra injustiças pode ter como demanda redistribuição e reconhecimento.

Para isso, é importante abstrair as complexidades do mundo real para elaborar esquemas conceituais para iluminá-las. Distinguir redistribuição e reconhecimento analiticamente é importante para entender como essas dinâmicas se conectam.

O conceito de reconhecimento aqui utilizado se diferencia de outros estudos que valorizam a vertente cultural e que diz respeito a identidades culturais, reconhecimento e valorização positiva da diversidade cultural (Fraser, 2001).

Para Ronald Dworkin (1991) a redistribuição sócio-econômica igualitária pressupõe um valor moral igual de cada pessoa e a redistribuição econômica é a expressão de reconhecimento.

Para Honneth (2003) reconhecimento é o conceito fundamental de justiça e que sugere a distribuição. Em alguns estudos o conceito de reconhecimento é visto em oposição ao de redistribuição (Fraser, 2001), mas no que se refere a "*raça*" parecem estar imbricados.

No caso brasileiro as demandas por reconhecimento e redistribuição vêm unidas, pois a luta do movimento negro refere-se ao reconhecimento das desigualdades raciais existentes no país desde a abolição da escravidão e que se perpetuam na sociedade contemporânea, produzindo condições perversas de exclusão da população negra no âmbito econômico e social.

Ao observar a questão das injustiças sócio-econômicas, é possível verificar que elas possuem raízes na estrutura política e econômica da sociedade brasileira, que coexistem de várias formas, seja através de exploração, marginalização econômica e privação.

Os teóricos da igualdade conceituam a natureza dessas injustiças econômicas de diferentes formas6.

A visão de Ronald Dworklin é a de que a igualdade de recursos é valorada pela justiça distributiva econômica.

Alguns estudos contemplam o reconhecimento com base na injustiça cultural ou simbólica (Fraser, 2001). Mas nos interessam as teorias que tratam da injustiça com base na desigualdade de direitos, que conseqüentemente produzem formas de distribuição dos recursos econômicos e sociais de forma desigual para alguns segmentos da população, e que por este motivo podem viabilizar a implementação das políticas de ação afirmativa por parte do governo.

As políticas públicas do governo federal traduzem uma mudança paradigmática no campo social e econômico, pois ao mesmo tempo em que o Estado reconhece o Brasil como um país racista, tenta promover a igualdade de direitos e de oportunidades para os segmentos excluídos através de políticas positivas.

Segundo Fraser o remédio para a injustiça econômica é a reestruturação político-econômica que poderia envolver redistribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho, sujeição de investimentos a tomada de decisão democrática ou a transformação de estruturas econômicas básicas.

O movimento negro luta por redistribuição para esta população, como tentativa de diminuir essas desigualdades. Neste sentido a demanda por reconhecimento e redistribuição tem como objetivo reparar as injustiças sócio-econômicas pelas quais passam esses segmentos da população.

As demandas redistributivas reivindicam também a extinção dos arranjos econômicos existentes para propor políticas específicas para determinados grupos, tentando homogeneíza-los.

Para Fraser o conceito de reconhecimento tende a promover a diferenciação étnica, racial, e de gênero. Com o reconhecimento essas diferenças são vistas como parte integrante da diversidade na sociedade.

Fraser concorda que o sentido dado ao reconhecimento e a redistribuição na luta contra o racismo é o mesmo dado ao gênero, que "é um modo ambivalente de coletividade", por um lado, e assemelha-se à classe como um princípio estruturante da economia política.

---

6 "Inclui a teoria de Marx de exploração capitalista, a visão de John Raws de justiça como escolha justa dos princípios que governam a distribuição de "bens primários", a visão de Amartya Sem de que justiça requer garantias de exercício igual das "capacidades para funcionar" e a visão de Ronald Dworklin que requer "igualdade de recursos" (Fraser, 2001: 249).

Neste aspecto "*raça*" estrutura a divisão capitalista de trabalho, estrutura a divisão dentro do trabalho assalariado entre ocupações mal pagas, sujas, domésticas, desproporcionalmente ocupadas por "*pessoas de cor*", enquanto ocupações técnicas, administrativas *whitecollar*, de maior status e melhor pagas desproporcionalmente são dominadas por "*brancos*".

Para Fraser redistribuição e reconhecimento possuem matrizes opostas, no entanto para "*raça*" e "*gênero*" ambas necessitam tanto de redistribuição como de reconhecimento. A reparação de injustiças geradas por preconceitos de gênero e raça requer mudanças econômicas e políticas, para transformar o círculo vicioso de subordinação econômica vivenciadas por esses segmentos e as políticas afirmativas podem assumir essa função por basearem-se na diferenciação para promoverem a igualdade econômica e social.

A política do Estado de Bem-Estar liberal parece em conflito com a política transformativa de reconhecimento e de desconstrução, em que a primeira tende a promover diferenciação de grupo, a segunda tende a desestabilizá-la. Estudos chamam a atenção para a idéia de que as políticas redistributivas podem gerar reveses de injustiça de reconhecimento, para a questão de gênero (Fraser, 2001). Mas no que concerne à raça não me parecem justificadas, pois na medida em que as causas dessas políticas forem atingidas, as mesmas passam a não fazer mais sentido, a não ser para que haja a manutenção desse processo.

Por outro lado, o princípio da igualdade surge para neutralizar as desigualdades no exercício do direito – neste sentido é que se fala de "*igualdade de direitos*" (Neves, 2001). Este princípio refere-se à isonomia que define a integração ou acesso igualitário às instituições.

Ainda sobre o princípio da igualdade o respeito à diversidade pressupõe a aceitação de valores, interesses, crenças e etnias no mesmo espaço social e político, ou seja, as diferenças podem ser reconhecidas e incorporadas no âmbito social sem privilégios de determinados grupos, e o sentido da igualdade só é viabilizado quando há respeito recíproco e simétrico às diferenças.

Neste caso as diferenças não são vistas como geradoras de desigualdades, mas fazem parte do conjunto social como mais um componente para o desenvolvimento econômico e social.

Deduz-se que os princípios orientadores desse conceito são assumidos por uma sociedade em que faticamente esses direitos ainda não foram atingidos por determinados grupos, por razões de raça, etnia, gênero, etc. (Neves, 2001).

A igualdade passa a ser a forma de estabelecer e respeitar as diferenças *"a diversidade de valores, interesses, crenças e etnias no mesmo espaço social e político e que torna possível a implantação do princípio da igualdade"*. Diante das diferenças [...] pode-se reconhecer e incorporá-las. (Neves, 2001).

O princípio das ações afirmativas no Brasil toma por base as desigualdades históricas sofridas pela população negra e a continuidade dessas desigualdades na sociedade contemporânea, que demonstram o quadro excludente e de subalternidade a que ainda encontra-se relegado este segmento, e neste sentido as políticas afirmativas se justificam.

A população negra vem sendo discriminada e tratada como desigual nos vários âmbitos da sociedade e somente políticas positivas e diferenciadas para dar justiça de igualdade de direitos a essa população.

O termo "*raça*" vem estruturando o acesso à educação de qualidade, ao mercado de trabalho e à renda, transformando alguns segmentos da população em subproletários ou quase excluídos do sistema produtivo.

Essa estrutura político-econômica que explora, marginaliza e priva é fundamentada na idéia de raça, e promove uma forma de exclusão perversa que aumenta cada vez mais desigualdades de caráter racial.

Neste sentido a lógica para a redistribuição baseada no reconhecimento das desigualdades raciais tem se traduzido em políticas públicas de ações afirmativas. Essa perspectiva da redistribuição pressupõe uma concepção de reconhecimento universal, de valor moral igual das pessoas.

Considerações finais

As políticas de ação afirmativa implementadas pelo governo brasileiro podem ser consideradas como um marco no combate a discriminação racial, por se contraporem às políticas governamentais universalistas vigentes até os anos 80.

Até a década de 80, a questão racial não fazia parte da agenda política dos governos brasileiros, pois a ideologia da harmonia racial no país era bastante difundida interna e externamente e funcionava como um mecanismo de controle a serviço do Estado, na medida em que retirava da cena política questões de ordem racial. Neste período, os movimentos sociais que lutavam pelas causas dos negros não faziam as suas reivindicações pela raça, e sim, buscavam nos seus objetivos, resultados através da classe. Havia, por parte dos movimentos sociais e de mobilização popular uma forte conscientização de classe e não racial do negro pobre. Segundo Guimarães (ANO), a invisibilidade do racismo, se dava, por ele ser negado e confundido com formas de discriminação de classe. Foi a partir dos anos 80 que o movimento negro começou a reivindicar por políticas afirmativas para a população negra, incorporando, pela primeira vez, um discurso racialista e multiculturalista.

Com relação às mudanças no discurso do Movimento Negro, pode ser observado as mudanças ocorridas em relação às mulheres. A busca pelo direito à igualdade que o movimento feminista reivindicou a partir dos anos 70, foi uma luta que ocorreu mundialmente, e continua proporcionando mudanças culturais em todas as sociedades. As mulheres buscavam o reconhecimento como seres humanos iguais aos homens, direitos econômicos e direitos de terem ou não filhos. A luta feminista contribuiu para a expansão dos direitos humanos para as mulheres, contribuiu para a construção de uma identidade coletiva, mudando a cultura que construíra a noção de que as mulheres eram o sexo frágil, reduzindo-as ao papel de donas-de-casa (CASTELLS, 2001).

Os movimentos sociais foram importantes para a mudança das relações na sociedade com relação ao modelo universal humano construído de forma abstrata e universal no nosso imaginário: homem adulto, branco, heterossexual e cristão. Tudo que fugia desse padrão ocidental, fugia das categorias aceitas pela humanidade, e os que diferiam desse padrão, representados no estereótipo do homem ocidental, eram discriminados, e, portanto, considerados indignos de direitos enquanto cidadãos.

A questão racial, tratada através do Movimento Negro, final dos anos 70 e início dos anos 80, diz respeito, assim como o Movimento Feminista, à luta por garantia dos direitos, do reconhecimento e à busca por igualdade de tratamento nas questões de trabalho e cidadania, através de reivindicações e de políticas públicas para a democratização da sociedade. O Movimento Feminista teve grande contribuição, porque, a partir dele, outros movimentos, como os de homossexuais, os de negros, de deficientes, de lésbicas e gays, também ganharam legitimidade para a mudança das relações, reivindicando espaços, reformulação de leis e igualdade de direitos.

É importante destacar que apesar do debate sobre ação afirmativa focar-se na questão das cotas nas universidades públicas, alguns autores destacam que essas políticas têm caráter mais amplo e podem ser concebidas como instrumentos eficazes na correção dos efeitos perversos que a racialização negativa gerou, que foi o preconceito e a estigmatização do elemento negro (Bernardino, 2000).

O sistema de classificação racial brasileiro, complexo e distinto de qualquer outro lugar do mundo, impõe a dificuldade de estabelecer quem é negro ou branco, dificultando, o reconhecimento das diferenças raciais, e permitindo, dessa forma, a invisibilidade do racismo. Portanto, o reconhecimento das desigualdades raciais pode proporcionar uma nova forma de entendimento das diferenças, como também uma nova maneira no tratamento das relações sociais.

E as políticas que vêm sendo implementadas pelo governo brasileiro podem ser promotoras do combate à institucionalização do racismo e das desigualdades. Para Guimarães (1999) pode ser a construção no país de uma sociedade distanciada da naturalização do racismo.

Atualmente muitos mecanismos vêm sendo utilizados para promover o debate acerca das políticas de ação afirmativa e as pesquisas empíricas são importantes, pois reforçam a visão de que não há neutralidade no país quanto ao critério racial. Carlos Hasenbalg chama a atenção justamente para as desvantagens que vão sendo acumuladas pelo indivíduo não branco durante toda sua vida e que implica na falta de oportunidades sociais desses indivíduos, desvantagens essas que são repassadas de geração para geração (Hasenbalg, 1995).

Teóricos do assunto vêem nas ações afirmativas um mecanismo eficaz para a promoção da igualdade e da liberdade, o que não exclui a manutenção das políticas universalistas, pois estas podem complementar as primeiras (Guimarães, 1999).

A guisa de conclusão, é importante ressaltar que as políticas afirmativas impactam na consolidação das oportunidades dos indivíduos na sociedade.

Referências Bibliográficas

BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 24. no 2, 2002.

DWORKIN, Ronald (1991a). Taking Rights Seriously. 6 ed. London: Duckworth.

FERNANDES, Florestan (1972). O Negro no Mundo do Branco. São Paulo, Difusão Européia do Livro.

_____(1965). "A Integração do Negro na Sociedade de Classes". Volumes 1 e 2. São Paulo, Dominus Editora.

FRASER, Nancy.(2001) Da Redistribuição ao Reconhecimento? In.: Democracia Hoje: Novos desafios para a teoria democrática Contemporânea. Jessé de Souza (Org.). Editora UnB.

GUIMARÃES, Antônio S. (1999). Racismo e Anti-Racismo no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. 34.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A (2002). Classes, raças e democracia. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, Ed.34.

HASENBALG, Carlos A. (1995). "Entre os Mitos e os Fatos: Racismo e Relações Raciais no Brasil". Dados, vol. 38, nº 2, pp. 355-374.

_____ & SILVA, Nelson do V. (1988). Estrutura Social, Mobilidade e Raça. Rio de Janeiro, Iuperj/Vértice.

HONNETH, Axel. (2003). Luta por Reconhecimento – A gramática Moral dos Conflitos Sociais. São Paulo, Editora 34.

NEVES, Marcelo.(2001) Justiça e Diferença numa Sociedade Global Complexa. In.: Democracia Hoje: Novos desafios para a teoria democrática Contemporânea.(Org.) Jessé de Souza. Editora UnB.

SOUZA, Jessé (Org.) (2001). Democracia Hoje: Novos desafios para a teoria democrática Contemporânea. Editora UnB.

TAYLOR, Charles (1992). “The Polítics of Recognition”. Philosophical Arguments. Cambridge (MA): Harvard University Press.

TELLES, Edward. (2003). Racismo à Brasileira: Uma Nova Perspectiva Sociológica. Relume – Dumará. Rio de Janeiro.

O discurso de mulheres afro-descendentes sobre o sistema de cotas no Brasil

Ana Cleide Chiarotti Cesário
Universidade Estadual de Londrina
anaccesario@sercomtel.com.br
Ana Maria Chiarotti de Almeida
Universidade Estadual de Londrina
ana.ch@sercomtel.com.br

Resumo: No Brasil, observa-se um avanço dos debates sobre as Políticas de Ação Afirmativa de inclusão da população negra nas Universidades Públicas por meio de cotas étnico-raciais. As discussões apontam tanto para o (re) conhecimento das desigualdades da população afro-descendente em relação à população branca, quanto introduzem a questão da discriminação racial como causa dessas desigualdades.

Mesmo após sete anos da Declaração de Durban (2001), podemos afirmar que o Estado Brasileiro ainda não colocou em prática os seus princípios e regras que respaldam as ações afirmativas em favor dos afro-descendentes.

No entanto, a máxima 'desconhecer a existência de um problema é um eficaz mecanismo de evitar seu enfrentamento' não foi seguida pela Universidade Estadual de Londrina – UEL que, em 2005, implantou o sistema de cotas para alunos negros oriundos da escola pública, depois de quase três anos de debates e discussões. Mulheres negras – alunas e professoras – da comunidade universitária e do Movimento Negro de Londrina tornaram-se protagonistas desse processo. Tendo como referência a Análise de Discurso (AD), interpretamos as falas dessas mulheres protagonistas de um processo que não foi apenas fruto de uma ação do Estado Brasileiro, mas que instaurou um espaço público de discussão, envolvendo a Universidade e setores da sociedade civil organizada.

Assim, pretende-se compreender como essas protagonistas – ao falarem da política de ação afirmativa de que fazem parte – produzem sentidos sobre ela e também sobre as relações de gênero no âmbito das relações raciais.

Introdução

Nos anos de 1990, o movimento negro, no Brasil, uniu à sua prática anti-racista, ações voltadas para a defesa de políticas que pudessem enfrentar tal racismo que, no país, tanto pode se manifestar de modo camuflado como de modo aberto e ostensivo. Bertúlio (2008) considera que a Constituição de 1988 teve um papel decisivo para que se instituísse um debate durante a Constituinte envolvendo ativistas negros e anti-racistas que reivindicaram medidas governamentais, antecipando questões que geraram, dez anos depois, a introdução das primeiras proposições de Ações Afirmativas com base no pertencimento racial.

Na opinião ainda da autora, há um momento inaugural em que o debate é introduzido no campo político-jurídico:

No entanto, o momento que efetivamente trouxe as relações raciais, o racismo e a discriminação racial para o campo político-jurídico de discussões nacionais, foi o ano de 2001, quando, após a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e formas correlatas de discriminação realizada em agosto/setembro, na cidade de Durban, África do Sul, os ativistas anti-racistas demandaram, nos grandes foros de discussão política nacional, a urgência de se implementar Ações Afirmativas materializadas em cotas raciais, para as vagas de acesso aos cursos de Graduação das Universidades Públicas Brasileiras. Negros na Universidade foi a palavra de ordem e esta palavra de ordem trouxe uma verdadeira revolução cultural/racial no país. (BERTÚLIO, 2008, p.28).

Para a autora, ainda nos anos 1990, o Governo brasileiro desenvolve algumas medidas que permitirão aquecer o debate sobre o racismo no Brasil e também a promoção da igualdade racial. Dentre essas medidas, cita a ação do Governo, de 1995, informando o Comitê da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial da existência de racismo no país, de mecanismos jurídicos já existentes no ordenamento jurídico para o combate a esse fenômeno, bem como admitindo sua intenção de criar políticas e programas de enfrentamento do problema.

Bertúlio lembra, ainda, a Agenda de combate ao Racismo e à Discriminação Racial que passou a fazer parte do Plano Nacional de Direitos Humanos instituído em 1996 pelo Ministério da Justiça; a realização, no mesmo ano, do Seminário Internacional sobre Multiculturalismo – patrocinado também pela Secretaria dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça – que discutiu programas e políticas de combate ao racismo por meio da superação da pobreza e da desigualdade. Estes são os contornos do contexto político oferecidos pela autora e que, na sua avaliação, antecederam o ano de 2001, momento em que o debate e a proposição de Ações Afirmativas para o negro no Brasil tomam corpo.

Cumpre ainda registrar que, além desses acontecimentos apontados por Bertúlio, em 2001, já tramitavam no Congresso Nacional dois Projetos de Lei: o primeiro de número 3.198/2000 referente ao Estatuto da Igualdade Racial e o segundo de número 73/1999 referente às Cotas, hoje se encontrando, ambos, na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, ainda sem aprovação final.

Esses acontecimentos foram sempre acompanhados de um debate público que se intensifica com a proposição de Políticas de Ação Afirmativa voltadas para a inclusão da população negra nas Universidades Públicas, através da instituição de cotas étnico-raciais. Se, de um lado, as discussões apontam para o (re) conhecimento das condições e realidade da população afro-descendente do país, das acentuadas desigualdades sociais em relação à população branca, no que diz respeito à educação, saúde, habitação, mercado de trabalho, entre outros e reveladas por estudos e dados de órgãos oficiais como o IPEA e o IBGE. De outro, introduz a questão da discriminação racial como uma das causas que agrava as desigualdades sociais, até então variável pouco reconhecida e considerada importante nessas discussões.

> Ora, no meio de todas essas desigualdades, a educação ocupa uma posição de destaque como centro nevrálgico ao qual são umbilicalmente vinculadas todas as outras. Diz-se que os negros não conseguem bons empregos e bons salários porque não tiveram acesso a uma boa educação e que não tiveram acesso a uma boa educação porque seus pais são pobres. Nesse beco sem saída entre educação, pobreza e mobilidade social, a discriminação racial nunca é considerada como uma das causas das desigualdades. (MUNANGA, 2007, p.7).

Quando o Movimento Negro, no Brasil, se mobiliza em torno das discussões sobre a necessidade de ações afirmativas que combatam a discriminação e, conseqüentemente, as desigualdades sociais e raciais – introduzindo na pauta de suas principais reivindicações a adoção de cotas para negros para o ingresso nas Universidades Públicas –, surgiram reações de defesa e de crítica dos mais diferentes segmentos da sociedade. Tais reações partem especialmente de grupos de intelectuais de universidades e de militantes dos vários movimentos negros organizados, a exemplo dos dois manifestos recentemente enviados ao Congresso Nacional – no momento em que se comemoravam os cento e vinte anos da abolição da escravatura – contra e a favor da lei que regulamenta a adoção de cotas étnico-raciais nas Universidades Públicas brasileiras.

Apesar de não negarem a existência do racismo no Brasil, a argumentação central daqueles que se posicionam contra as cotas geralmente gira em torno do risco de aprofundamento da demarcação entre negros e brancos, com tendência à maior racialização e instauração de conflito aberto entre estes grupos sociais. Desse modo, reafirmam a necessidade de adoção de políticas mais abrangentes de combate à pobreza e de enfrentamento das desigualdades sociais, com melhorias e maior acesso ao sistema público de educação básica, como solução para o acesso menos desigual ao ensino superior, evitando-se, dessa forma, a separação entre brancos e negros.

Os grupos e organizações que defendem as cotas apresentam em seus argumentos elementos incontestáveis, recorrendo à análise histórica e a dados quantitativos e qualitativos sobre a realidade do negro no Brasil que justificam a sua implementação. Ao denunciarem a histórica situação de violência e de pobreza da população negra, acentuam a necessidade de ações que visem à superação e diminuição da situação de desigualdade vivenciada pelos negros no país. Condenam as críticas sobre a constitucionalidade das ações afirmativas e do princípio da discriminação positiva, contestam a existência de uma pretensa democracia racial no Brasil, que enaltece as vantagens da miscigenação e desmascaram as diversas faces do racismo institucional que condena a vítima e torna "quase invisível" a relação entre questão racial e desigualdade social. (PACHECO e SILVA, 2007).

A implantação do sistema de cotas para estes grupos, que une a militância dos Movimentos Negros às ações nas Universidades, seria uma forma de reparação de uma situação histórica de injustiça social cometida pelas classes sociais dominantes da sociedade brasileira em relação à quase metade da população do país, a negra, duplamente excluída pela condição socioeconômica e pela discriminação. Segundo Bertulio (2007, p.82-3),

> Toda essa discussão nos remete para dois fenômenos, raça e classe, que se aliam, se incluímos um outro interferente, o gênero, quando o assunto é mulher negra. [...] é importante considerar as relações de gênero em nossa sociedade que, da mesma forma que as relações raciais, transcendem e não se subsumem ao conflito de classe, [...] como a fonte única de desigualdades no país. Assim, parece válido dizer que não somente em razão da opressão e da idéia de subordinação do feminino ao masculino, conflito de gênero, que a história das civilizações ocidentais tem reportado e cujos efeitos têm ensejado suas lutas e conquistas em todas as sociedades, mas há também, conflito entre o mesmo grupo, de mulheres, quer negras quer brancas, que gera subordinação em razão da raça.

Conforme essa autora, nas estatísticas sobre desenvolvimento de populações, quando o recorte é gênero e raça, os índices para homens e mulheres de grupos raciais diferentes não apresentam o mesmo comportamento. No mercado de trabalho, por exemplo, homens brancos ganham mais que as mulheres brancas, estas ganham mais que os homens negros e, estes, por sua vez, ganham mais que as mulheres negras. Ou seja, quando o recorte é gênero, os homens sempre estão em uma posição privilegiada, não existindo a mesma lógica quando se agrega o elemento raça, pois homens negros, no mercado de trabalho, estão em desvantagem em relação às mulheres brancas. O que significa dizer que o racismo aprofunda as desigualdades e o acesso diferenciado aos direitos e benefícios sociais.

> [...] não é mais a discriminação por sexo que dá conta do processo de exclusão de populações e da desigualdade de oportunidades, quando nos atemos, especificamente, ao mercado de trabalho. A interferente raça atua diretamente, dizendo-nos que, entre mulheres brancas e homens negros, a ideologia da inferioridade de indivíduos, baseada em gênero, se curva para, em apreensão não menos perversa, nos dizer que melhor mulher, desde que branca, se o concorrente, ainda que homem, for negro. A condição da mulher negra fica então, abaixo do patamar para homens e mulheres brancos e para homens negros. (BERTULIO, 2007, p.83).

Segundo a mesma autora, observa-se o mesmo comportamento quando se compara a expectativa de vida entre o grupo de homens e mulheres brancos e o de homens e mulheres negros. O primeiro grupo sempre está em vantagem em relação ao segundo. Quando se compara a mortalidade entre crianças brancas e negras, até a faixa de cinco anos, morrem quase o dobro de crianças pardas e negras em relação às crianças brancas.

Com base nesses dados, é possível dizer que as discussões sobre a instituição de cotas para negros, nas Universidades Públicas brasileiras, aqueceram e aprofundaram o debate sobre as condições precárias de vida e os baixos índices de participação econômica e política da população negra no país, em particular a dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras.

Mesmo depois de sete anos da Declaração de Durban (2001), na África do Sul, pode-se afirmar que o Estado Brasileiro ainda não colocou em prática os seus princípios e regras que respaldam a adoção de ações afirmativas no país, em

favor da população afro-brasileira especificamente das mulheres e jovens negras, dado que o racismo, em nosso país, as afeta de forma mais profunda, colocando-as em condição de marginalidade e situação de desvantagem na sociedade.

A máxima 'desconhecer a existência de um problema é um eficaz mecanismo de evitar seu enfrentamento' não foi seguida pela Universidade Estadual de Londrina - UEL e pelo Movimento Negro da cidade de Londrina (PR), quando deram início, em 2002, às discussões sobre cotas para estudantes negros nas Universidades Públicas brasileiras, envolvendo a comunidade acadêmica e a sociedade civil. Em 2004, a realização do Seminário: *O Negro na Universidade: o direito à inclusão* (transformado em livro), definitivamente colocou em pauta a discussão nos Conselhos Superiores da UEL, resultando, em 2005, na implantação do sistema de cotas para alunos negros oriundos da escola pública.

Nesse processo em que participaram homens e mulheres negros, foi possível observar a ação proeminente de mulheres, a exemplo de lideranças femininas do Movimento Negro de Londrina, professoras e alunas da UEL, que se tornaram protagonistas do processo de institucionalização das cotas e que atualmente vivenciam a consolidação do sistema.

O debate instalado pelos Conselhos Superiores da UEL, em torno da implantação do sistema de cotas étnico-raciais, envolveu segmentos da sociedade civil, com representação no Conselho Universitário: empresários, trabalhadores, pesquisadores tiveram oportunidade, por meio de seus representantes, de participar desse debate e decidir, sobre a matéria, no âmbito desse Conselho.

Ademais, o Conselho de Interação Social, órgão que fazia a relação da Instituição com os mais variados segmentos da sociedade civil, contava pelo menos com uma representação das entidades religiosas que, nesse caso, era uma liderança religiosa do segmento afro e próxima dos Movimentos Negros.

Tendo como referência a Análise de Discurso de linha francesa (*AD*), influenciada por Michel Pêcheux (1995), as falas dessas mulheres protagonistas serão interpretadas como parte de um processo que não resultou apenas de uma política pública formulada no âmbito do Estado, mas que decorreu, sobretudo, da instauração de um espaço público de debate, envolvendo a Instituição Universitária e setores organizados da sociedade civil.

A *AD*, como teoria e método, é um importante entremeio na construção de dispositivos de análise para pesquisas de conteúdo sócio-político. Permite, também, compreender como sujeitos – no caso, mulheres - que participam dessa ação afirmativa, ao falarem sobre essa prática social, produzem simbolicamente sentidos e efeitos ideológicos sobre as relações de gênero – e em especial sobre a figura feminina – no âmbito das relações raciais. Considera-se que relações de gênero e relações raciais podem ser compreendidas como formações discursivas que remetem à questão das diferenças, portanto um campo privilegiado para a análise da afirmação de direitos e da ampliação de cidadania.

Assim, a interpretação desses sentidos pode revelar como as convenções e marcas referentes às diferenças de gênero e de raça aparecem nas falas dessas mulheres.

Neste trabalho toma-se como texto de análise entrevistas realizadas com MAS (23 anos), acadêmica do Curso de Ciências Sociais e MP (23 anos), acadêmica do Curso de Educação Física, que ingressaram na UEL pelo sistema de cotas para afro-descendentes, em 2005, tendo sido bolsistas por três anos do Programa Brasil/Afroatitude; que quando solicitadas a falar sobre suas histórias de vida, elaboraram um roteiro com ênfase nas suas dificuldades econômicas, produzindo sentidos sobre as precárias condições de sobrevivência de suas famílias de origem que determinam suas opções de vida.

MAS, por exemplo, pelo fato de ter trabalhado informalmente dos 16 aos 19 anos e de ter deixado de ingressar no Curso de Ciências Sociais da PUC/São Paulo, onde também foi aprovada no vestibular, para se matricular no mesmo curso da UEL, por ser esta uma Universidade Pública com o sistema de cotas étnico-raciais.

Os mesmos sentidos referentes à luta pela sobrevivência marcam a sua fala quando relata sua trajetória em Londrina como universitária, uma jovem que, em virtude dos pais pertencerem a frações da classe trabalhadora com dificuldade de permanência no sistema produtivo, se vê empurrada, de modo antecipado, a lutar individualmente pela sobrevivência.

> [...] quando cheguei aqui não tinha onde ficar e fiquei de hóspede em uma república. Depois de três meses uma das moradoras se mudou e eu fiquei fixa na república. Durante este período de três a quatro meses, a renda que eu tinha aqui era da rescisão salarial que eu tinha recebido, em torno de mil reais. Procurei emprego e no meio do ano fui selecionada para ser bolsista do Afroatitude, bolsa para estudantes cotistas negros, a bolsa inicialmente era de duzentos e quarenta reais. Me mantinha com essa bolsa, pagava água, luz, telefone, compras, aluguel. Nesse ano logo que vim para Londrina, meu pai ficou doente e foi afastado do serviço, dependendo do INSS. Hoje, ele ainda aguarda a aposentadoria e nunca mais voltou a trabalhar. *(MAS, 25 anos, Ciências Sociais)*

Sentidos semelhantes são produzidos por MP sobre sua história de vida. Por coincidência, também nasceu em São Paulo, mudando-se para Londrina ainda na infância, aos dez anos de idade. Por isso, suas lembranças sobre as dificuldades financeiras se voltam já para o período londrinense da família, iniciado com a separação de seus pais.

> Minha mãe decidiu num impulso vir embora para Londrina por causa da péssima situação que estávamos vivendo com meu pai e por ter parentes em Londrina. [...] Passamos por momentos extremamente difíceis. Como não tínhamos onde morar, passávamos uma semana na casa de cada parente. No primeiro momento fomos bem recebidos pela família, mas com o passar do tempo os familiares já estavam incomodados com a nossa presença. [...] Quando o clima na casa da minha tia começou a ficar muito difícil, passávamos todas as noites procurando um lugar para dormir até que fomos morar na casa do meu avô que morava em um cômodo. Foi outra época muito difícil. Mais tarde, minha mãe entrou na justiça com o pedido de pensão alimentícia para eu e meu irmão, pois meu pai não nos ajudava. Por determinação do juiz, meu pai passou a mandar R$200,00 mensais. Com esse valor e mais o que minha mãe ganhava como doméstica passamos a construir uma casa para morar nos fundos da casa do meu avô, meio contra a vontade dele. Na verdade o terreno em que construímos

> nossa casa de três cômodos, onde atualmente moro com minha mãe, pertence a uma outra tia minha que mora em São Paulo e que cedeu o terreno para construirmos a casa. (MP, 23 anos, Educação Física).

Sentidos muito positivos são atribuídos por MP à educação e à cultura, revelando uma formação discursiva em que atividades voltadas para o estudo e cultura aparecem não apenas como meios de ascensão ou de inclusão sociais, mas como lenitivos às carências e dificuldades econômicas decorrentes das condições materiais de existência. Referindo-se aos momentos de extrema dificuldade vividos logo após a chegada em Londrina, MP diz:

> Nesta época, minha mãe me matriculou na Escola Municipal de Dança, da FUNCART, onde fiquei por quatro anos. A alegria de minha mãe era assistir as apresentações do balé no Teatro Ouro Verde para esquecer um pouco o que estávamos passando. Eu estudava no período da manhã e passava o resto do dia no balé para passar o menor tempo possível na casa de minha tia, aonde só íamos pra dormir. *(MP, 23 anos, Educação Física).*

As falas que, no início das entrevistas, se mostram acentuadamente econômicas revelam, ao final da argumentação, um encontro dos sentidos referidos à situação de classe com a condição étnico-racial.

> Sobre o Afroatitude, coloco sempre que a maior contribuição dele para mim foi me mostrar negra e entender parte de coisas que ocorreram comigo durante a infância e a adolescência, morar também na "Bixo de Sete Cabeças" (primeira república/moradia de estudantes) foi importante, pois as meninas que moravam lá eram em sua maioria negras e todas estavam passando por um processo de descoberta de sua negritude, de sua beleza e principalmente de nossa história. Então, eu tinha apoio, eu tinha com quem conversar, com quem me identificar. Durante esses quatro anos, passei a militar no movimento negro, formamos o Coletivo da Juventude Negra de Londrina, o COJUNE. (MAS, 23 anos, Ciências Sociais).

Os sentidos que MAS atribui à descoberta de sua identidade negra sinalizam para o cruzamento de uma situação adversa de classe com a entrada no Programa Brasil/Afroatitude, portanto uma situação vivenciada no mundo público, com outra, vivida no universo privado – o encontro com iguais, isto é, com jovens mulheres negras. Interessante notar que um marcador da estética feminina surge na sua fala de modo positivo, quando se refere à beleza de sua negritude.

> Ainda sobre a sua história de vida, MAS afirma a relação alteridade/identidade existente entre ela e o namorado, também negro e militante. [...] conhecer o CLM também foi importante, pois ele tem uma forma de pensar semelhante à minha, somos muito companheiros e estamos juntos na nossa militância.

Também para MP, o Programa Brasil/Afroatitude foi importante por tê-la introduzido no grupo de universitários que o integravam. Há sentidos em sua fala, que nos levam a perceber que o convívio com outros universitários afro-brasileiros fez com que ela (re) significasse muitos de seus valores individuais relacionados à identidade coletiva, especialmente os referentes à cultura e à situação social dos afro-brasileiros.

> Comecei o curso de Educação Física em 2005. Na verdade, acho que entrei despreparada na Universidade e tive muitas dificuldades no primeiro ano. Tinha dificuldade de freqüentar as aulas por falta de dinheiro de condução. Deixava currículos em lojas e supermercados e esperava ser chamada. No final do mesmo ano fui contemplada com uma bolsa de Iniciação Científica do Afroatitude e fiquei muito feliz. Fazia o possível para cumprir todas as atividades do projeto de Iniciação Científica, mas a verdade é que me sentia extremamente mal no projeto que participava. Parecia que aquilo não era o meu mundo. Sentia-me muito pressionada e deslocada. Ia de segunda a quinta para cumprir a carga horária semanal angustiada, deprimida e às vezes até com dor no estômago. Tive muitos problemas nessa época e, mesmo precisando muito, quase desisti da bolsa. Foi quando um dia... que eu estava no meu limite ... fui conversar com a professora AM, coordenadora do Programa, disposta a desistir da bolsa. Foi quando a professora me orientou a permanecer mais um tempinho no projeto, pois posteriormente haveria uma oportunidade de mudar de projeto e de orientador. Até esse momento não conhecia quase nenhum integrante do Afroatitude, pois no projeto em que eu estava não podia participar das reuniões do grupo, pois as reuniões e atividades aconteciam nos mesmos horários do Programa. Nas férias de dezembro e janeiro houve algumas atividades que eram obrigatórias do Afroatitude. Foi então que eu conheci o grupo e seus integrantes. Adorei a maioria das pessoas e fiz algumas amizades muito fortes.
>
> Quando surgiu a oportunidade, mudei de projeto. Através do Afroatitude comecei a me interessar muito pela temática das relações raciais. Ao falar do meu interesse em estudar esta temática, algumas pessoas me orientaram a procurar a professora MN. Entrei em contato com a professora, em seguida, que foi muito atenciosa e permitiu a minha participação no projeto que estou até hoje. O projeto me acrescentou muitas coisas e me fez refletir sobre questões que antes não percebia ... que era completamente alienada. Me fez repensar a forma de pensar o negro e até a minha auto-imagem. Enfim o projeto não só me proporciona contribuições para minha vida acadêmica, mas também refletiu diretamente na minha vida pessoal. (*MP, 23 anos, Educação Física*).

Quando interrogadas sobre as relações raciais e de gênero no Brasil, as argumentações de uma e outra entrevistada revelaram diferentes pontos de vistas, porém não de opiniões.

MAS emite sua opinião sobre as relações raciais e de gênero no Brasil, baseando sua argumentação em sua própria história de vida, indicando que sua experiência pessoal assume maior relevância do que qualquer análise mais estrutural que o Curso de Ciências Sociais poderia lhe oferecer como argumento discursivo. Certamente isso ocorre pela força e intensidade das situações por ela vividas enquanto mulher negra, já que nesse trecho de sua fala é que se encontram os marcadores que indicam o preconceito e o racismo, aliados à condição feminina.

> Não somente pelo fato de eu estudar exatamente essa relação (de raça e de gênero), mas principalmente de senti-la na pele, vejo que é uma relação desigual, mesmo que a pessoa se encontre em um ambiente como o da Universidade, eu como negra presencio formas de racismo que algumas pessoas podem considerar sutis ou modo de falar, ainda escuto músicas como

> "Nega do cabelo duro", ainda escuto das pessoas muitas piadas e insinuações ao meu cabelo, se referindo a ele como "duro","bom-bril", etc. (*MAS, 23anos, Ciências Sociais*)

Não apenas os marcadores depreciativos relacionados à estética são abordados por MAS, mas outros marcadores e convenções se revelam. Por exemplo: a história sobre a escravidão contada distorcida nas escolas; a dificuldade de abordar a questão racial mesmo na Universidade; a injustiça cometida quando a cor é impedimento para freqüentar alguns lugares; a reprodução do preconceito em relação à mulher reforçado pela condição racial; o processo de "*embranquecimento*" por que passam os alunos cotistas que não se dispõem a discutir a questão racial; entre outros.

Os argumentos de MP sobre as relações raciais e de gênero se baseiam num tipo de conhecimento que vem adquirindo tanto no projeto de Iniciação Científica que desenvolve – no caso das relações raciais – como na formação técnico-profissional que recebe no curso de Educação Física. Note-se que os sentidos que produz a respeito dos dois temas propostos revelam capacidade crítica-reflexiva.

> As relações raciais no Brasil são muito complexas. Hoje um pouco mais consciente sobre as relações raciais me impressiona a forma como o racismo foi e é naturalizado e como a sociedade em geral lida com a situação. É interessante observar estas relações nos diferentes ambientes, nas diferentes classes sociais e nos diferentes contextos em que elas se desenvolvem. Ninguém assume ser preconceituoso contra o negro, por exemplo, mas pratica o racismo cotidianamente, às vezes até inconscientemente. Ser negro no Brasil sem dúvida aumenta as barreiras de ascensão social e à medida que a cor da pele se aproxima da cor da pele da raça considerada modelo, essas barreiras diminuem.
>
> Quanto ao gênero, podemos perceber que as mulheres ainda enfrentam muitos problemas e dificuldades no trabalho, na vida social, na sexualidade e também na vida familiar. Não sei se enquadra no que realmente a questão pretende... observar..., mas às vezes sinto uma certa barreira para as mulheres em algumas áreas da Educação Física. Observo algumas limitações como nas áreas de treinamento desportivo ou mesmo em academias de musculação. Numa academia de musculação, por exemplo, (apesar do crescimento da procura da modalidade pelas mulheres) o universo é predominantemente masculino. Para se impor nesse tipo de ambiente sinto que as mulheres têm que se esforçar ainda mais que os homens, pois muitos enxergam nas profissionais mulheres limitações físicas, ou mesmo limitações de conhecimento sobre o assunto, fragilidade ou mesmo inadequadas para trabalhar nesse tipo de ambiente. Nos clubes também não se vê mulheres treinando times de futebol, por exemplo, por mais habilidosas que sejam. Percebo então, algumas limitações no campo esportivo para a atuação de profissionais mulheres ainda que mais capacitadas que certos homens.
>
> Analisando estes dois aspectos percebo então duas dificuldades. A de ser negra, em relação aos aspectos de inserção e de ascensão social, principalmente em ambientes freqüentados pela classe média e alta. E a de ser mulher, pelas suas limitações no trabalho, de desenvolver atividades que ainda são consideradas predominantemente masculinas, ou de desenvolver o mesmo trabalho, porém recebendo menor remuneração. (MP, 23anos, Educação Física)

Tanto MAS como MP revelam uma condição anterior de assujeitamento a uma formação ideológica da sociedade brasileira reveladora de uma clara assimetria nas relações raciais, explicitadas na forma de medos e inseguranças sentidos tanto na vida privada como nos espaços públicos que freqüentam. Observa-se, entretanto, que ambas buscam romper, cada uma ao seu modo, com essa situação. Suas falas parecem se filiar a uma mesma formação discursiva que se opõe a essa determinação ideológica de submissão causada pelas relações raciais assimétricas, pois produzem sentidos que se assemelham ao que Pêcheux (1995) denomina de "contra golpes" ideológicos.

MP, por exemplo, evolui de uma situação de sentimento de vergonha e constrangimento para a percepção de que participa de um processo de mudança social.

> A forma como me vejo hoje é completamente diferente da forma como me via antes. Na realidade entrei pelo sistema de cotas contra a minha vontade. Como na época de inscrição para o vestibular não tinha nenhum acesso a internet, minha mãe levou o papel da minha inscrição para o vestibular, para a secretária do serviço onde ela trabalhava realizar minha inscrição e esta secretária me inscreveu pelo sistema de cotas para negros. Quando soube fiquei arrasada. Para mim era de certa forma humilhante para o negro entrar pelo sistema de cotas. Eu era totalmente a favor do discurso liberal em que brancos e negros têm as mesmas condições para tudo e que os negros aceitando esta situação (de entrar por cotas) estariam se subestimando e confirmando sua incapacidade.
>
> Passei no vestibular com uma pontuação para o sistema universal, mas se não tivesse optado pelo sistema de cotas, teria tido ainda mais dificuldade de me manter na universidade e não teria conhecido o Afroatitude que para mim foi uma experiência maravilhosa.
>
> O meu maior medo era sofrer com a discriminação por ter entrado por cotas. Evitava falar no assunto no meu primeiro ano de faculdade. Tinha certo medo de ser vista como oportunista, que havia tirado a vaga de alguém que tinha conseguido uma pontuação superior a minha, sei lá, temia várias coisas. Tinha receio de falar que entrei por cotas porque acreditava na idéia de democracia racial e não tinha conhecimento nem argumento para discutir o assunto. Foi então que comecei a participar das reuniões do Afroatitude que discutia temáticas relacionadas à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS e também temas relacionados às questões raciais. A partir daí comecei a compreender estas questões e me interessar pelo o assunto. Aprofundei-me um pouco mais no assunto desenvolvendo trabalhos com a professora MN. Hoje não sinto vergonha alguma de ser cotista, pelo contrário, sempre que surge uma oportunidade discuto o assunto com os colegas. Questões históricas, conseqüências históricas, racismo e preconceito atual enfim, valores que norteiam as relações raciais no Brasil. Hoje como cotista me vejo como parte de um processo de revolução e reconstrução social. Como mulher me vejo como uma pessoa determinada me espelhando sempre na minha mãe que sempre foi e é uma mulher extremamente forte. (*MP, 23 anos. Educação Física*)

Os sentidos mais fortes de resistência produzidos pelo depoimento de MAS é quando descreve o processo de assujeitamento pelo qual passou.

> [...] vejo esse pensamento (preconceito) sendo reproduzido por quase todos os meios em que freqüento, vejo ainda que pelo fato de ser negra, todos os meus medos de infância e inseguranças estavam ligados às minhas características físicas, como o corpo, por exemplo. Até hoje quando estou em um lugar que para muitas pessoas eu não deveria estar, me vejo abaixando a cabeça, me vejo ainda me sentindo inferior, pois os espaços provocam isso, um desses lugares é o shopping. Nunca entendi porque não gostava de ir ao shopping, hoje eu sei o porquê, é porque quando vou lá, nunca sou a consumidora, mas sempre sou a vendedora, a garçonete. Vejo que todas as pessoas que dividem comigo o fato de serem negras não vão, ou iam, nos mesmos lugares que eu. As pessoas não me enxergam como alguém que deve estar nesse local se não for para trabalhar. A mim, como negra, para essas pessoas, resta ser submissa, recepcionista, vendedora, mas jamais uma universitária, como eu já escutei e vi pessoas chocadas quando falei que era universitária. Diante disso, tento fugir dessas posições que querem me impor e tento fazer com que todos que são parecidos comigo e são submetidos a esse tratamento também fujam disso *(MAS, 23 anos, Ciências Sociais)*

MAS revela não apenas resistência, mas a experiência de viver um processo de (re)_significação de identidade que, por meio da "fuga" do assujeitamento, à maneira explicada por ALTHUSSER (1983) se compreende como indivíduo interpelado pela ideologia, constituindo-se em sujeito assujeitado, procurando, todavia, romper com essa forma/sujeito (de mulher negra inferiorizada), se vinculando à militância como caminho para a sua emancipação e de seus iguais.

A fala de MAS e MP indicam que interpretar o discurso feminino sobre o sistema de cotas permite destacar uma importante questão ético-política, ou seja, que as ações afirmativas para jovens afro-brasileiros pode significar não apenas uma política pública voltada para a garantia de direitos formais, definidos e limitados por normas e preceitos constitucionais. Podem instalar um processo de participação orientado pela consciência do que é justo, contra não somente as formas explícitas de opressão e de violência exercidas pelo Estado e outros segmentos da sociedade, como também de resistência às menos explícitas – o preconceito, a discriminação, a exclusão e o controle exercido pela disciplina que atuam diretamente sobre os corpos dos indivíduos. Abre-se, portanto, a possibilidade de uma cidadania ativa, relacionada a uma idéia de uma "invenção democrática" (LEFORT, 1983) orientada não apenas pela igualdade, mas também, pela diferença e a diversidade (ARENDT, 1992). Um processo que tende a incluir, em termos reais, um segmento jovem de uma população até então incluída de modo precário na sociedade brasileira, podendo fazer avançar os seus direitos frente ao Estado e ao contrato que lhe dá sustentação. (SANTOS, 1999).

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos*: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

ARENDT, Hannah . *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BERTULIO, Dora Lucia de Lima. Ação Afirmativa no Ensino Superior: considerações sobre a responsabilidade do Estado Brasileiro na promoção do acesso de negros à Universidade – o Sistema Jurídico Nacional. In: O *negro na Universidade*: o direito à inclusão. Jairo Queiroz Pacheco, Maria Nilza da Silva (Orgs.). Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007, p.51-97.

LEFORT, Claude. *A Invenção Democrática*: os limites da dominação totalitária. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MUNANGA, Kabengele. Considerações sobre as Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior. In: *O negro na Universidade*: o direito à inclusão. Jairo Queiroz Pacheco, Maria Nilza da Silva (Orgs.). Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007, p.7-19.

PACHECO, Jairo Queiroz e SILVA, Maria Nilza da. Introdução. In: *O negro na Universidade*: o direito à inclusão. Jairo Queiroz Pacheco, Maria Nilza da Silva (Orgs.). Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007, p.1-6.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995. (Coleção Repertórios).

SANTOS, Boaventura de Souza. Reiventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, Agnes et. al. *A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999, p.33-75.

Programa de reflexões e debates para a consciência negra: uma expriência da Lei 10.639/03

Carla Lopes1
arquivo.historia@gmail.com

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Coordenadora Pedagógica do Colégio Estadual Professor Sousa da Silveira.

Resumo: O Programa de Reflexões e Debates para a Consciência Negra está em curso, aplicado como Projeto Político Pedagógico no ensino médio noturno do Colégio Estadual Professor Sousa da Silveira em Quintino Bocaiúva - Zona Norte do Rio de Janeiro.
O Programa de Reflexões e Debates para a Consciência Negra vem ao encontro da Lei 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, instituindo a obrigatoriedade do ensino da História Africana e da Cultura Afrobrasileira no currículo escolar do ensino fundamental e médio.
Da constatação cotidiana, em salas de aula, da falta de referências que os alunos tinham das suas raízes étnico-sócio-culturais e como isto atuava em seu presente e influenciava seu futuro pelo desconhecimento de uma sociedade brasileira pluriétnica, rica em saberes e fazeres multiculturais.
A partir deste diagnóstico e baseado na aplicação do conceito de Temas Geradores apreendido da obra, Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, o Programa de Reflexões e Debates para a Consciência Negra promove uma relação dialógica de construção de conhecimentos; e desenvolve uma proposta curricular multicultural segundo os princípios identificados na Pedagogia Multirracial.

Introdução

O Programa de Reflexões e Debates para a Consciência Negra intercambia as experiências de vida de nossos alunos com os conteúdos disciplinares valorizando suas reservas simbólicas.

"Sou negro

meus avós foram queimados,

pelo sol da África

minh'alma recebeu o batismo dos tambores

atabaques, gongos e agogôs

Contaram-me que meus avós

vieram de Loanda

como mercadoria de baixo preço

plantaram cana pro senhor de engenho novo

e fundaram o primeiro Maracatu..."

(Solano Trindade)

Como bem diz Paulo Freire (1977): em seu livro *Ação Cultural para a liberdade e outros escritos "...Estudar é, realmente, um trabalho difícil. Exige de quem o faz uma postura crítica, sistemática. Exige uma disciplina intelectual que não se ganha a não ser praticando-a..."*.

O ofício de ministrar aulas exige de nós professores uma disciplina de atualização e de estudos continuados que são permanentemente confrontados com as adversidades cotidianas de extensas cargas horárias, e o pouquíssimo ou quase nenhum tempo para nos dedicarmos ao estudo freqüente.

E assim, o ato de lecionar, na maior parte dos casos entre nós professores, se torna um ato mecânico - uma ação irreflexiva, no sentido de não fazermos uma autocrítica de nossas ações e práticas educativas e da própria Educação, e neste sentido, empobrecemo-nos e empobrecemos as nossas experiências cotidianas em sala de aula. Tornamo-nos reféns de uma Educação meramente reprodutora de saberes e não produtora de conhecimentos quando deveríamos ter outro comportamento conforme Rancière2 nos diz no livro *O mestre ignorante*:

"...Educamos para transformar o que sabemos, não para transmitir o já sabido. Se alguma coisa nos anima a educar é a possibilidade de que esse ato de educação, essa experiência em gestos, nos permita liberarmos de certas verdades, de modo a deixarmos de ser o que somos, para ser outra coisa para além do que vimos sendo..."

A reprodução do saber ainda hoje é uma prática de ensino bastante presente embora estejamos em pleno século XXI. Esta situação na qual nós professores nos encontramos é contraditória pois os desafios que encontramos em sala de aula deveriam nos impelir para uma renovação do nosso fazer permanentemente.

A universalização do ensino garantindo o acesso à educação para todos não garante a permanência dos diferentes grupos sociais nos espaços escolares públicos, e ao mesmo tempo trouxe para dentro das salas de aulas das redes públicas brasileiras a diversidade étnica e as desigualdades socioeconômicas que se apresentam como "problemas" para os quais nós professores não nos sentimos "preparados" em nossa formação acadêmica, e isto vem gerado um grande número de frustrações, dentre eles o desânimo e a pouca, ou nenhuma, credibilidade em nossa função social, além é claro, da desvalorização da própria profissão.

Além disso, a "violência da indiferença"3 presente nas escolas e que vem provocando cada dia mais um distanciamento entre os corpos docente e discente contribui para o recrudescimento do papel do professor em somente ser um mestre explicador e da visão do aluno como um ser insignificante, apequenado. Assim, a escola não vem cumprindo um dos

2 RANCIÈRE, Jacques (2002). O mestre ignorante – cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte:Autêntica

3 SCHILLING, Flávia (2004). A sociedade da insegurança e a violência na escola. São Paulo: Moderna. (Coleção Cotidiano escolar / Coordenador Ulisses F. Araújo)

seus principais papéis que é do ser uma potencializadora da superação das desigualdades étnico-sócio-econômicas e agente construtor da democracia e dos direitos humanos.

Portanto, quando em 2003 o governo federal brasileiro promulga a Lei n° 10.639/03 com perspectivas inovadoras de "*... fortalecimento de políticas e a criação de instrumentos de gestão para a afirmação cidadã tronarem-se prioridades, valorizando a riqueza de nossa diversidade étnico-racial e cultural...*"*4* dentro do cenário acima descrito instaurou-se uma insatisfação, e um descrédito dentro da comunidade docente de todo país, pois estava se alterando, mais uma vez, a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, trazendo como obrigatoriedade nacional os temas História Africana e Cultura Afro-brasileira nos ensinos fundamental e médio das redes pública e privada. Esta obrigatoriedade, para a grande maioria dos docentes, foi traduzida como mais trabalho, mais conteúdos em um currículo já considerado extremamente propedêutico, e resultados escolares pouco eficientes.

Com o objetivo de investigar de que maneira na prática escolar os colégios, da rede pública vem desenvolvendo metodologias de trabalho com esta Lei no período de sua vigência - 2003 até 2008, resolvemos analisar a proposta implementada em uma escola noturna, da zona norte do Estado do Rio de Janeiro que ministra o curso de Ensino Médio regular para alunos jovens e adultos, cujo Projeto Político Pedagógico durante todo o ano letivo há quatro anos é norteado por esta Lei, e na qual sou Coordenadora Pedagógica, pela característica de sua perenidade.

Legislação Educacional Brasileira e representatividade cultural

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. A LDB é, portanto, uma lei que rege os Sistemas de Ensino e sempre que uma nova Constituição é promulgada e se redefine as bases da educação nacional, faz-se necessário a elaboração de uma nova LDB. A primeira LDB foi criada em 1961, seguida por alterações em 1961; 1968 e 1971, esta tendo vigorado até a promulgação da mais recente, em 1996, fruto dos debates em torno da Constituição de 1988 e que até o ano de 2008 já havia sido alterada por outras quinze leis5 a saber:

- Lei n° 9.475, de 22 de julho de 1997;
- Lei n° 9.536, de 11 de dezembro de 1997;
- Lei n° 2.668, de 13 de julho de 1998;
- Decreto n° 3.276, de 6 de dezembro de 1999;
- Lei n° 10.287, de 20 de setembro de 2001;
- Lei n° 10.639 de 9 de janeiro de 2003;
- Lei n° 10.709, de 31 de julho de 2003 -

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras"6; (grifo nosso)

- Lei n° 10.793, de 1° de dezembro de 2003;
- Lei n° 11.114, de 16 de maio de 2005;
- Lei n° 11.183, de 5 de outubro de 2005;
- Lei n° 11.274, de 6 de fevereiro de 2006;
- Lei n° 11.301, de 10 de maio de 2006;
- Lei n° 11.330, de 25 de julho de 2006;
- Lei n° 11.331, de 25 de julho de 2006;
- Lei n° 11.645, de 10 de março de 2008

(alterou a Lei n° 10.639, Art. 26 A) - "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

4BRASIL (2004). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. Brasília.

5 NISKIER, Arnaldo. 10 anos de LDB: uma visão crítica. Rio de Janeiro: Edições Consultor, 2007.

6http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm

§ 2o Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras."7 (grifo nosso)

A LDB 9394/96, e que está em vigor até hoje, apesar destas alterações, tem como característica ser uma lei de fundo democrático baseada no princípio do direito universal à educação para todos. Nesta foram estabelecidas as diretrizes curriculares nacionais para a educação básica que passou a ter um caráter normativo à inserção e integralização dos conteúdos da educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e o Conselho Nacional de Educação (CNE), sendo os pontos mais relevantes:

- Assunção do conceito de educação básica que integra educação infantil, educação fundamental e ensino médio, propiciando a organização de um sistema de educação nacional abrangente e universalizado, isto é, capaz de garantir a plena escolaridade para toda a população do país;
- Aumento do número mínimo de dias letivos, implicando maior tempo de permanência na escola, fato que permite a melhoria do atendimento pedagógico de qualidade;
- Flexibilização da forma de organização do tempo, reclassificação dos alunos, definição do calendário, critérios de promoção e ordenação curricular
- Inclusão da educação infantil, em creches e pré-escolas, como primeira etapa da educação básica, conseqüência do direito da criança pequena à educação e não apenas direito da mulher trabalhadora;
- **Valorização do Ensino profissional e técnico, enfatizando a necessidade de uma maior articulação entre estudos teóricos e práticos**;

Revalorização da formação do Magistério

Apesar dos avanços alcançados por esta última LDB, no seio de nossa sociedade, ocorreram novas demandas e novas conquistas por parte dos movimentos sociais, e especificamente do Movimento Negro8, que especificamente desde a década de 70, do século passado, passaram a exigir uma nova postura de sua representatividade nos campos econômicos, sociais, culturais e educacionais, além de visibilidade da contribuição das matrizes africanas na formação histórica do Brasil nos conteúdos curriculares.

Diante desta pressão que vem ocorrendo desde a década de 30, do século XX, como nos demonstram as lutas empreendidas por líderes como Abdias Nascimento, Solano Trindade dentre outros, o Governo Federal assume uma postura inovadora promulgando a Lei nº 10.639/03, obrigando o cumprimento de conteúdos curriculares sobre as matrizes africanas e uma educação das relações étnico-raciais, em âmbito nacional, em escolas públicas e privadas, apesar de no artigo 26, § 4, da LDB, haver a indicação de que **"o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e européia."** (*grifo nosso*).

Na verdade a Lei n° 10.639/031 propõe superar currículos escolares amalgamados em uma cultura etnocêntrica que nos induz e conduz a uma educação monocultural, e que constrói o conhecimento e o pensamento pedagógico brasileiro sob a ótica de uma elite dominante branca, muito embora, sejamos a primeira nação a possuir, em termos populacionais, o maior contingente de negros e pardos fora da África.

- **A Lei 10.639/03 – atendimento a um segmento da sociedade ou uma proposta para todos os cidadãos?**
- A Lei nº 10.639/03 alterou a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 nos seguintes artigos: 26-A, 79-A e 79-B, instituindo a obrigatoriedade do ensino da História Africana e da Cultura Afro-brasileira no currículo escolar do ensino fundamental e médio, conforme reproduzimos abaixo:
- "Art. 1º A Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:
- Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afrobrasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afrobrasileira serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)

- Art. 79-A. (VETADO)
- Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra.
- Art 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

7http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm

8 Por Movimento negro consideramos o conjunto de entidades negras, de diferentes orientações políticas, que têm em comum o compromisso de lutar contra a discriminação racial e o racismo e acreditam na centralidade da educação para a construção de uma identidade negra positiva

(Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana,2004, p. 33 e 34)" 9

O relatório do Conselho Nacional de Educação, CNE/CP 3/2004, aprovado em 10/03/2004, estabelece as diretrizes curriculares nacionais que atenda a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, esclarecendo que:

Diretrizes são dimensões normativas, reguladoras de caminhos, embora não fechadas a que historicamente possam, a partir das determinações iniciais, tomar novos rumos. Diretrizes não visam a desencadear ações uniformes, todavia, objetivam oferecer referências e critérios para que se implantem ações, as avaliem e reformulem quando necessário. (pág. 26)

Apesar de estados e municípios inserirem a temática do estudo das contribuições das matrizes africanas, na área educacional, conforme alterações identificadas nas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas, a saber:

- Estado da Bahia - Promulgada em 05 de outubro de 1989 . Art. 275, IV - promover a adequação dos programas de ensino das disciplinas de geografia, história, comunicação e expressão, estudos sociais e educação artística à realidade histórica afro-brasileira, nos estabelecimentos estaduais de 1º, 2º e 3º graus; e Art. 288 -A rede estadual de ensino e os cursos de formação e aperfeiçoamento do servidor público civil e militar incluirão em seus programas disciplina que valorize a participação do negro na formação histórica da sociedade brasileira ;
- Estado do Rio de Janeiro - Promulgada em 1989. Art. 306 - Art. 306 - A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visa ao pleno desenvolvimento da pessoa e a formação do cidadão; o aprimoramento da democracia e dos direitos humanos; a eliminação de todas as formas de racismo e de discriminação; o respeito dos valores e do primado do trabalho; à afirmação do pluralismo cultural; a convivência solidária a serviço de uma sociedade justa, fraterna, livre e soberana. ;
- Estado de Alagoas – Promulgada em 1989. Art. 253 - O ensino da História de Alagoas, obrigatório nas unidades escolares da rede oficial, levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação da sociedade alagoana.;
- Lei Orgânica da Cidade de Recife - Promulgada em 1990. Art. 138 - O Município promoverá a pesquisa, a difusão e o ensino de disciplinas relativas à cultura afro-brasileira, indígena e outras vertentes, nas escolas públicas municipais.;
- Lei Orgânica da Cidade de Belo Horizonte – Promulgada em 1990. Art. 182 - Cabe ao Poder Público, na área de sua competência, coibir a prática do racismo, crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da Constituição da República; Art. 182 inciso VI - a inclusão de conteúdo programático sobre a história da África e da cultura afro-brasileira no currículo das escolas públicas municipais ;
- Lei Orgânica da Cidade do Rio de Janeiro - Promulgada 1990 - Art. 321, VIII - educação igualitária, eliminando estereótipos sexistas, racistas e sociais das aulas, cursos, livros didáticos ou de leitura complementares e manuais escolares;
- Leis Ordinárias, como a Lei Municipal nº 7685, de 17 de janeiro de 1994, de Belém -
- a Lei Municipal nº 2.251, de 30 de novembro de 1994, de Aracaju e a Lei Municipal nº 11.973, de 4 de janeiro de 1996, de São Paulo

A proposta da Lei nº 10.639/03 também pode ser compreendida pelo modelo de uma **Educação Inclusiva** em seu princípio básico que é proposto pela UNESCO de que "*todos os alunos, independente de suas condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidas nas escolas regulares, quais devem se adaptar para atender às suas necessidades, pois se constituem meios capazes para combater as atitudes discriminatórias, e, como conseqüência, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos*".(GLAT, 2007, p.16) 10, na qual por meio dos conteúdos: História Africana e Cultura Afro-brasileira a população negra que não é (re) conhecida em seus saberes e fazeres por esta mesma sociedade da qual é pate integrante, majoritariamente, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística11, passará a ter a valorização de sua cultura e identidade.

É preciso ressaltar que desde da promulgação desta Lei os diversos debates que a sucederam insistem que ela atende somente a uma parcela de nossa sociedade, na verdade, através das Diretrizes Curriculares, que contêm o Parecer e o Relatório do Conselho Nacional de Educação, publicada no ano de 2004, o que se constata é que a mesma visa o benefício de todos os cidadãos brasileiros o que reforça o seu caráter de Educação Inclusiva pois,

---

9 BRASIL (2004). Op. Cit. (p. 33 e 34).

10 GLAT, R. & BLANCO, L. de M. V. Educação Especial no contexto de uma educação inclusiva. In Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar. GLAT, R. (Org.).

11Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísitca (IBGE). http://www.ibge.gov.br/home/. (Consultado na ineternet em 20 de novembro de 2008)

> "...O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade.... Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada." (p.10)

Mas, para além do desafio de atendermos o cidadão brasileiro, nós professores deparamo-nos com as dificuldades de nossa formação e prática profissional para dar conta de atender a esta demanda. O que fazer? Como fazer? Qual o caminho a seguir? Como encaminhar as melhores soluções?

Relações étnico-raciais - O desconhecimento do que se ensinar

A população brasileira é em sua maior parte mestiça, muito embora as práticas educacionais não contemplem e valorizem efetivamente a contribuição que as diferentes matrizes étnicas proporcionaram a constituição de nossa sociedade. Tanto índios, os primeiros habitantes, quanto negros e pardos, a população mais numerosa não têm os seus conhecimentos reconhecidos e apreendidos, sendo considerados apenas como "manifestações culturais populares".

Portanto, torna-se para nós educadores uma grande tarefa trabalhar com esta Lei e as indagações são muitas como: Por que trabalhar com esta Lei? Quais os benefícios que trazem para a população como um todo? O que fazer? Como fazer? Qual o caminho a seguir? Como encaminhar as melhores soluções? Com que conteúdos trabalharemos? Como lidar com as questões que envolvem alteridade? Qual a melhor forma de se falar sobre temas como: racismo, preconceito, diversidade cultural e pluralidade étnica? Como de fato estabelecer relações igualitárias entre nós, professores e alunos e, mais ainda, como transformar esta realidade que se nos apresenta, se nós intimamente não queremos transformar? Vamos trabalhar estes temas de maneira transversal ou interdisciplinar?

Estes questionamentos também fazem parte da maioria do corpo docente do Colégio Estadual Professor Sousa da Silveira ,em Quintino Bocaiúva - Zona Norte do Rio de Janeiro, não sendo um caso isolado e está fundamentada na desinformação sobre as questões étnico-sócio-culturais existente no seio da sociedade brasileira, mas, que se torna mais grave pela resistência em se conhecê-las e discuti-las sendo também atitudes constadas entre o corpo discente o que nos faz constatar o quanto o mito da Democracia Racial está sedimentado no inconsciente coletivo de nossa população, independente de níveis culturais e/ou sociais.

Diante da necessidade de se realizar propostas pedagógicas para aplicar os conteúdos de História Africana e Cultura Afrobrasileira, e tendo como certeza, que não podemos corroborar com a reprodução de um processo de exclusão social dos alunos mestiços e pobres, conforme vimos assistindo até então, propusemos um trabalho de cunho participativo que provocasse alunos e professores na vontade de se emanciparem intelectualmente e de se empoderarem em seus papéis de agentes sociais de transformação de nossa sociedade.

Buscamos uma releitura de mundo e do Outro (aquele considerado como o estrangeiro, o diferente) presente em cada um de nós. Acreditando na eficiência de uma "abordagem do ensino/aprendizagem que se baseie em valores e crenças democráticas e que procura fortalecer o pluralismo cultural num mundo cada vez mais interdependente" conforme (GADOTTI, 2006)12 refere-se no artigo Notas *sobre a educação multicultural*.

Este processo gera uma tensão constante e uma negociação diária, mas entendemos ser este o caminho mais viável para a reforma de pensamento e consequentemente do ensino conforme apresentado em nossa proposta pedagógica13(

O desconhecimento dos conteúdos a serem ministrados e da metodologia a ser empregada me fez escolher caminho da construção de um Projeto Político Pedagógico, que envolvesse a todos, em uma jornada que nos transformasse em *outros* na pedagogia, nos desconstruindo e buscando sairmos de uma conjuntura educacional nos moldes de uma educação bancária (FREIRE, 1980).

A escolha pelo formato Projeto Político Pedagógico se deu por sua concepção conter as seguintes características (VEIGA & RESENDE, 1998):

Preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e contradições;

Explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre seus agentes educativos e no estímulo à participação de todos nos projetos comum e coletivo;

Explicitar o compromisso com a formação do cidadão;

Ser construído continuamente, pois, como produto, é também processo, incorporando ambos uma interação possível.

A construção do que ensinar e de como ensinar

---

12 GADOTTI, M.. Notas sobre a educação multicultural. http://www.paulofreire.org/twiki/pub/Institucional/MoacirGadottiArtigosIt0022/Notas_sobre_educ_multicultural.pdf . (Consultado na internet em 19 de março de 2006).

13 MORIN.

Portanto, iniciamos o processo de construção do Projeto Político Pedagógico PROGRAMA DE REFLEXÕES E DEBATES PARA A CONSCIÊNCIA NEGRA, buscando seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana.

O Programa de Reflexões e Debates para a Consciência Negra vem ao encontro da Lei 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, instituindo a obrigatoriedade do ensino da História Africana e da Cultura Afrobrasileira no currículo escolar do ensino fundamental e médio.

A tônica do Programa de Reflexões e Debates para a Consciência Negra é fundamentar-se em várias áreas do conhecimento: na educação, na saúde, no direito, na religião, na cultura, entre outras. O conhecimento é essencial para que a compreensão histórica, econômica e social seja clara, sem chances para especulações e espaços para oportunismos.

Levamos tanto o corpo docente quanto o corpo discente a refletir sobre as condições historicamente vivenciadas pelos negros na sociedade brasileira e a propor transformações positivas para esta realidade por meio de um Projeto Político Pedagógico que se apresenta em um formato de programa que gera projetos e ações pedagógicas envolvendo toda a comunidade escolar.

Baseando-se na aplicação do conceito de tema gerador apreendido da obra, *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, o Programa de Reflexões e Debates para a Consciência Negra promove uma relação dialógica de construção de conhecimentos; e desenvolve uma proposta curricular multicultural (GADOTTI, 2006), preconizando os princípios identificados na Pedagogia Multirracial (SILVA, 2002) que são:

Trabalhar o patrimônio cultural e histórico dos grupos étnicos excluídos numa perspectiva transdisciplinar; e a

Inclusão do saber fundamentado nos referenciais do povo brasileiro, sem excluir nenhuma contribuição.

A nosso ver, este formato atende a todas as expectativas e perspectivas que a Lei nos traz por construir um fazer pedagógico baseado em uma reflexão crítica na qual possamos "... transmitir não o mero saber, mas uma cultura que permita compreender nossa condição e nos ajude a viver, a favorecer, ao mesmo tempo, um modo de pensar aberto e livre...", e por conseguinte realizar uma reforma do pensamento que traga consigo uma reforma do ensino em sua totalidade (MORIN,2008, p.11)14.

A construção desta proposta pedagógica partiu do desafio de envolver todos os segmentos da escola em um processo participativo de decisões na qual conflitos e contradições viessem a tona para serem investigados se fazendo uma reflexão crítica sobre o papel e a responsabilidade de cada um de nós (professores, alunos, corpo administrativo, direção, coordenação pedagógica, e outros) enquanto cidadãos; e de promover o diálogo entre as disciplinas do currículo escolar para que o conhecimento não se apresentasse mais de maneira fragmentada, e assim, dificultando a contextualização das relações humanas no e diante do mundo.

A implementação de uma política educacional fundamentada na identificação e valorização do *Outro* e cujo caminho é o de uma educação das relações étnico-raciais exige de nós, professores e sociedade, o desenvolvimento de habilidades e competências que sejam multidimensionais. Daí, assinalamos alguns pontos que em nossa opinião precisam nortear as práticas pedagógicas a partir da Lei n° 10.639/03:

1º ponto: O ensino da História Africana e da Cultura Afrobrasileira nos remete individualmente a rever nossos conceitos sobre: racismo, preconceito e desigualdades sociais que nem sempre estamos dispostos a enfrentar;

2º ponto: Trabalhar História Africana e Cultura Afrobrasileira não pode ser feito em caráter de eventos datados de forma a se evitar a folclorização;

3º ponto: O ensino da História Africana e da Cultura Afro Brasileira não teria sucesso simplesmente como uma obrigatoriedade estipulada por lei;

4º ponto: A aplicação não deve ser realizada somente nas disciplinas citadas pela lei: História, Língua Portuguesa e Educação Artística, pois o conhecimento é único e, ainda que de maneira transversa é preciso que todas as disciplinas estejam envolvidas;

5º ponto: O trabalho deve, portanto, ser realizado através da implementação de um Projeto Político Pedagógico, pois resulta em uma mudança de cultura de aprendizado entre professores e alunos;

6º ponto: O trabalho deve desenvolver a autonomia do aluno e sua construção do conhecimento através de situações-problemas;

7º ponto: O professor deve ser atualizado através da própria execução do Projeto Político Pedagógico e estimulado a desenvolver sua criatividade e a buscar se aperfeiçoar mais e mais;

8º ponto: Todos os profissionais da unidade escolar, desde o estratégico (Direção Escolar) até o operacional (serventes) devem se tornar participantes deste processo como forma de acúmulo de conhecimento pessoal e de valorização dos conteúdos e práticas pedagógicas desenvolvidos na unidade escolar;

9º ponto: Promover a interação entre as disciplinas e integrar novas tecnologias;

10º ponto: Estabelecer conexões entre os conhecimentos teóricos e o cotidiano dos alunos para que estes tomem consciência do valor e do retorno que a aquisição destes conhecimentos agregam a sua realidade.

A experiência da Lei: Projeto Político Pedagógico Programa de Reflexões e Debates para

14MORIN, E. (2008). A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Consciência Negra (2005-2008)

Feita esta avaliação minha conclusão foi que para fazer uma efetiva aplicação da Lei 10.639/03 teríamos que mobilizar as atenções e os esforços de alunos e professores em atividades regulares em salas de aulas por meio dos conteúdos das disciplinas e atividades extra-classes regulares (Palestras públicas) que promovesse um intercâmbio e projetasse a escola como um *locus* de produção de saberes.

Para tal, eu tive que cumprir algumas tarefas fechando esta proposta em reuniões pedagógicas com a direção do colégio, os professores e os alunos durante o ano letivo. A construção de um projeto político pedagógico, segundo Ilma Veiga15, não precisa ser realizado por convencimentos, ameaças ou mesmo como a realização de um desejo pessoal .

> "... mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente. E para enfrentarmos esta ousadia, necessitamos de um referencial que fundamente a construção do projeto..." (p. 13).

Na primeira etapa realizamos as seguintes tarefas:

- -Tarefa 1: Conhecer o melhor que pudesse a Lei 10.639/03;
- -Tarefa 2: Saber lidar com o ponto exato entre as reais dificuldades dos professores em obter material para elaborarem seus planos de aula e a acomodação de não pensar e agir sem uma "receita de bolo", sem ter em mãos um manual passo-a-passo de como fazer.;
- -Tarefa 3: Ter a mais ampla visão da produção originada da cultura brasileira de matrizes africanas: da literatura, das expressões artísticas, dos esportes, da sociedade e da academia.

Deste ponto era hora de criar uma linha metodológica, que baseasse a formatação e execução do Projeto Político Pedagógico. Elaboramos e executamos uma metodologia de trabalho constituída de:

1° - Estudo da Legislação e Parâmetros Curriculares e orientação junto aos professores sobre esta nova legislação;

2° – Definição dos temas geradores a serem desenvolvidos durante o ano letivo aplicando-os da seguinte forma: atividades de sensibilização (palestras e debates, exibições de audiovisuais, apresentações artísticas, atividades esportivas e oficinas com uma dinâmica de congregação de toda a comunidade escolar, familiares e moradores do entorno) e atividades em sala de aula (com os temas sendo trabalhados dia-a-dia nas salas de aulas pelos professores em todas as disciplinas resultando em trabalhos feitos pelos alunos);

3° - Mapeamento da produção relativa à temática;

4° - Convite aos palestrantes / Tratamento da informação com os palestrantes;

5° - Acompanhamento e Avaliação: dos alunos, dos professores e alcance e desdobramento dos temas de partida..

Houve uma natural dificuldade inicial na montagem dos planos de aula contemplando a História Africana e da Cultura Afrobrasileira, mas, de uma forma ou de outra, o desafio do Projeto Político Pedagógico nos moveu e hoje está no seu quarto ano de atividades com trinta professores para atender cerca de quinhentos e trinta alunos entre as faixas etárias de quinze a oitenta anos.

As palestras que vem ocorrendo de março a dezembro, exceto no recesso escolar do mês de Julho, com palestras mensais que ancoram os temas geradores estabelecidos. Os temas abordados procuram atender aos conteúdos disciplinares para que os professores das diferentes áreas do conhecimento possam desenvolvê-los em conjunto. Os temas abordados, na ordem cronológica dos mais recentes até o início do projeto, foram os descritos abaixo:

- **Ano de 2008**
- .IGUALDADE RACIAL: Gênero e etnia
- . Lançamento Público do Projeto GUARDIÕES DA MEMÓRIA
- . ESCRAVATURAS e ABOLIÇÕES EM PROCESSO
- . ENCONTRO VERDE: Educação Ambiental e Projetos Sociais
- . 20 ANOS DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ: Painel de debates
- .ELEIÇÕES 2008:Apresentação da Primeira Amostragem do Projeto 1º Relatório de Avaliação de Direito ao Meio Ambiente em Quintino Bocaiuva e Adjacências e debates com candidatos a vereadores da Zona Norte do Rio de Janeiro.
- .IGUALDADE, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
- GUARDIÕES DA MEMÓRIA – Patrimônio Cultural Imaterial

- **Ano de 2007**
- .IGUALDADE RACIAL: como se vê e como se relaciona a nossa sociedade?
- .DIREITO AO MEIO AMBIENTE, A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E O PAN 2007
- .DIMENSÕES DO UNIVERSO FEMININO

15 VEIGA, I. P. A.. Perspectivas para a reflexão em torno do Projeto Político Pedagógico. In VEIGA, I. P. A. & RESENDE, L. M. G. de (Orgs) (1998). Escola: Espaço projeto político pedagógico. Campinas: Papirus..

- PROJETO AVALIAÇÃO DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE EM QUINTINO BOCAIÚVA E ADJACÊNCIAS
- CIDADANIA E CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE: consciência individual e direitos coletivos
- AS RELIGIÕES E O MEIO AMBIENTE
- PALAVRAS QUE CONSTROEM E PERPETUAM
- TERRITÓRIOS, RESISTÊNCIA E AFRODESCENDÊNCIA
- SAMBA: História e Memória

- **Ano de 2006**
- IGUALDADE RACIAL: Cidadania, Direitos e Ações
- INDÍGENAS E AFRICANOS: Encontros e Contribuições para a Cultura Brasileira
- TRABALHO: História, Política e Sociedade
- OCUPAÇÃO URBANA e REFORMA URBANA: Racismo e Discriminação ambiental, Direitos de vizinhança, Planejamento e Participação Cidadã.
- O SABER DOS NOSSOS SABORES: A Cultura Culinária Popular Brasileira
- MÍDIA: Criação do Espaço Cidadão e Formação de Identidades
- MÃE ÁFRICA, MÃE ARTE: Expressões Afrobrasileiras no Teatro, Cinema e Televisão
- CAPOEIRA: Um jogo de saberes
- O SAMBA NOS ENSINA

- **Ano de 2005**
- NA LEI E NA RAÇA
- DIREITOS HUMANOS
- SER NEGRO NO BRASIL PÓS-ABOLIÇÃO
- PROTAGONISMO NEGRO - A REVOLTA DA CHIBATA
- PANORAMA DA MULHER NEGRA
- O LEGADO AFRICANO NAS ARTES BRASILEIRAS '1'
- A DEVOÇÃO BRASILEIRA
- CAPOEIRA NA ESCOLA: EDUCAÇÃO E CULTURA
- O LEGADO AFRICANO NAS ARTES BRASILEIRAS '2': Música, Samba e Carnaval

As palestras são realizadas na própria unidade escolar, pois os alunos sentem-se bastante prestigiados recebendo no auditório do seu colégio, em um subúrbio carioca: doutores, pesquisadores, autoridades, artistas, advogados e tantos outros grandes especialistas que atenciosamente saem de suas rotinas e abre horários nas suas ocupadas agendas para lhes falar e mais ainda os ouvir.

Para os professores, que por vezes se encontram em momentos de cansaço e desgaste, a presença destes palestrantes os recicla, e até mais, exige intimamente que criem estímulos e retomem uma atitude profissional frente aos alunos.

O Programa de Reflexões e Debates para a Consciência Negra visa intercambiar as experiências de vida de nossos alunos com os conteúdos disciplinares valorizando suas reservas simbólicas. Desta forma estamos promovendo a geração de projetos de pesquisas e estudos, resultantes de propostas de alunos e professores analisando os processos que a sociedade brasileira vem passando na construção de sua própria identidade.

No decorrer desta caminhada pedagógica foram criados dois projetos que resultam de investigações sobre a nossa realidade local fruto dos temas abordados no Programa de Reflexões e Debates para a Consciência Negra que vêem proporcionando ao longo deste período contato com os valores da Cultura Afrobrasileira e promovendo a identificação no universo pessoal e na vida coletiva, fontes de conhecimento desta cultura que muitas das vezes são desconhecidos ou que estão esquecidos ou desvalorizados. Estes projetos são o *Guardiões da Memória e o 1° Relatório de Avaliação de Direito ao Meio Ambiente em Quintino Bocaiúva e Adjacências*.

O *Projeto Guardiões da Memória* é um trabalho de pesquisa de história e memória social do Samba, realizado sobre os membros da Associação da Velha Guarda das Escolas de Samba do Rio de Janeiro.

Nasceu no processo de busca por um tema de pesquisa sobre Patrimônio Cultural Afrobrasileiro, material e imaterial, no qual os alunos escolheram o Samba como objeto de estudo e nas discussões apontaram o interesse particular sobre a origem das agremiações carnavalescas. A Associação da Velha Guarda das Escolas de Samba do Rio de Janeiro então mostrou-se como uma instituição concentradora desta memória social e, por coincidência, encontra-se na mesma região onde a escola se localiza.

Nas entrevistas com os senhores e senhoras da associação, os alunos e professores envolvidos, além das histórias do samba, procurarão levantar pelas trajetórias pessoais: origem, família, infância, juventude, estudo, trabalho, cotidiano, lazer, e

mais, pensamentos, sentimentos e filosofias de vida, informações e elementos que nos levem a acompanhar e compreender as transformações sociais, urbanas, econômicas, políticas e culturais que moldaram nossa história.

O objetivo é a realização de um vídeo documentário e uma publicação impressa.

Este projeto conta com a parceria acadêmica do Instituto de Artes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, fomentado com recursos da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

O *1° Relatório de Avaliação de Direito ao Meio Ambiente em Quintino Bocaiúva e Adjacências* é um trabalho de longo curso, originado da palestra *OCUPAÇÃO URBANA* e *REFORMA URBANA*: Racismo e Discriminação ambiental, Direitos de vizinhança, Planejamento e Participação Cidadã, em Junho do ano de 2006, como tributo à obra do geógrafo Milton Santos.

O tema acendeu grande interesse nos alunos e passamos a tratá-lo com a Educação Ambiental, enfocando o ambiente urbano. O primeiro resultado foi um painel, realizado pelos próprios alunos, em torno de murais e maquetes, sobre os quais apontaram problemas e discutiram possíveis soluções para suas comunidades e bairros (Quintino Bocaiúva e adjacências).

No ano de 2007 foi agregado o conceito de Direito ao Meio Ambiente, com base em uma seleção de artigos da Constituição Brasileira de 1998, que o estabelece constitucionalmente.

Neste ponto, o trabalho atingiu a maturidade para orientar-se em uma pesquisa sobre tais direitos, verificando as condições locais de urbanismo, serviços públicos, acesso aos bens culturais e outros indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento humano - IDH.

A meta deste relatório é levantar dados para a implementação dae Agenda 21 Local.

Considerações finais

> "...A igualdade é fundamental e ausente, ela é atual e intempestiva, sempre dependendo da iniciativa de indivíduos e grupos que, contra o curso natural das coisas, assumem o risco de verificá-la, de inventar as formas, individuais e coletivas, de sua verificação...."16

A proposta de trabalho norteada sob o formato de Projeto Político Pedagógico que foi concebido como um programa que gera projetos e ações pedagógicos e abraçado pela equipe de docentes e pessoal administrativo ainda que não em sua totalidade ao longo deste processo tem resultado em práticas pedagógicas de empoderamento e emancipações intelectuais por parte dos atores envolvidos.

Nossa metodologia de trabalho busca um movimento de adivinhação do conhecimento sobre o outro tensionando o próprio desejo da aprendizagem, e este é movido pelas contingências de se pesquisar e desenvolver conteúdos sobre História Africana e Cultura Afrobrasileira.

Acreditamos que tendo procurado realizar interações nas práticas escolares educativas no ambiente escolar há uma vivência prática pedagógica que tem como sua principal meta o entendimento do outro e de nós *outros* compreendendo que as diferenças étnico-raciais não são muros intransponíveis, mas fronteiras que precisam ser entendidas como áreas dialógicas de convivência e promoção de processos emancipatórios.

REFERÊNCIAS:

BRASIL (2004). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. Brasília.

FREIRE, P. (1977). Ação Cultural para a liberdade e outros escritos. 2ª ed., RJ: Paz e Terra.

_____. (1980). *Conscientização*. São Paulo: Cortez & Moraes.

LOPES, C. Programa de Reflexões e Debates para a Consciência Negra: uma experiência de aplicação da Lei nº 10.639/03 – Formação continuada de professores. (monografia de final de curso de Pós-graduação em Educação Corporativa / Universidade Veiga de Almeida).

MORIN, E. (2008). A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

NISKIER, A. (2007). 10 anos de LDB: uma visão crítica. Rio de Janeiro: Edições Consultor.

RANCIÈRE, Jacques. O mestre ignorante – cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SCHILLING, F. (2004). A sociedade da insegurança e a violência na escola. São Paulo: Moderna, (Coleção Cotidiano escolar / Coordenador Ulisses F. Araújo)

SILVA, M. J. L da (2002) Pedagogia Multirracial. *In* As idéias racistas, os negros e a Educação. 2. ed., Florianópolis: NEN.

VEIGA, I. P. A.. Perspectivas para a reflexão em torno do Projeto Político Pedagógico. In VEIGA, I. P. A. & RESENDE, L. M. G. de (Orgs) (1998). Escola: Espaço projeto político pedagógico. Campinas: Papirus.

Referências retiradas da Internet

GADOTTI, M.. Notas sobre a educação multicultural. http://www.paulofreire.org/twiki/pub/Institucional/MoacirGadottiArtigosIt0022/Notas_sobre_educ_multicultural.pdf . (Consultado na internet em 19 de março de 2006).

16 RANCIÈRE, Jacques. Op. Cit.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm (Consultado em 20 de novembro de 2008)
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. (Consultado na internet em 20 de novembro de 2008)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísitca (IBGE). http://www.ibge.gov.br/home/. (Consultado na ineternet em 20 de novembro de 2008)
KOHAN, Walter. Um outro estranho estrangeiro: entre a pedagogia e a educação; entre a policia e a política. *In* http://www.lab-eduimagem.pro.br/frames/seminarios/pdf/comkoh.pdf. (Consultado na internet em 15 de maio de 2008.

Racismo, infância e espaço escolar

Rachel de Oliveira
UESC _ Universidade Estadual de Santa Cruz
rakka@terra.com.br
Maria Aparecida D'Ávila Cassimiro
UESC _ Universidade Estadual de Santa Cruz
cida_cassimiro@yahoo.com.br

Resumo: A presente pesquisa objetiva analisar a estrutura física das escolas de educação infantil situadas no Sul da Bahia, estabelecendo relações entre cor/etnia e políticas públicas. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, a Bahia é o estado da federação que possui o maior índice de população negra e figura também como o espaço que abriga o maior número de analfabetos. Um olhar sobre este contexto pode revelar que a "Roda dos Expostos" criado no Brasil no período da escravidão ainda está em ação. Nesta região encontramos crianças negras convivendo com os mais altos índices de violência, em diferentes espaços: nas ruas, nos quilombos, mas também nos espaços públicos destinados a educação infantil o referido grupo recebe um tratamento que os coloca na posição de enjeitados do estado. O levantamento do censo étnico racial e a elaboração do inventário das escolas pré-selecionadas começam a nos indicar que há uma concentração de alunos negros em escolas de infra-estrutura precária, embora os gestores demonstrem não perceber tal relação. Entretanto, como nosso trabalho está fundamentado na metodologia da pesquisa-ação estamos dialogando com os atores da pesquisa (gestores, alunos e outros) à medida que surgem os dados, na perspectiva de poder construir novos olhares sobre as condições da infância negra.

Introdução

O debate sobre políticas públicas e a situação das escolas de educação infantil, ocorridos no curso de pedagogia da Universidade Estadual de Santa, Cruz, UESC, nos incentivou, e ao mesmo tempo nos obrigou a organizar um projeto de pesquisa de dupla vertente: a primeira voltada para a formação de professores que atuam em contextos multiculturais e marcados pela desigualdade sócio econômicas, e a segunda vertente para a pesquisa com foco na análise das estruturas físicas das escolas localizadas no município de Ilhéus, no Sul do estado da Bahia, região do nordeste brasileiro.

Os espaços que estamos analisando são freqüentados quase que majoritariamente por crianças pobres e negras. A Bahia representa simbolicamente a África brasileira, tanto no que se refere à formação cultural como também em termos demográfico, cerca de 79% da população baiana é de origem africana. A Bahia além das maravilhas naturais e toda diversidade que muito agrada aos turistas, também ocupa um dos primeiros lugares no ranking de analfabetismo do país.

Dentro deste contexto consideramos oportuno acrescentar outros dados sobre a situação educacional da população brasileira, com ênfase nas diferenças regionais. Entendendo que a região Sul do Brasil é composta por um número expressivo de imigrantes oriundos da Europa no início do século XX, e se diferencia muito do Nordeste que abriga o maior índice de populações indígenas e negras.

Em virtude da escassez de estudos sobre a Educação Infantil, apresentaremos informações sobre a taxa de analfabetismo que vem diminuindo significativamente desde 1992, no entanto as diferenças entre as duas regiões são estarrecedoras.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio, *PNAD*, indica que em relação à taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais, temos o seguinte quadro: em 1992, Nordeste 32,7 % - Sul 10,8 %; 1998, Nordeste 27,5- Sul , 8,1%; 2004, Nordeste 22,4% - Sul 6,3%; e em 2007, Nordeste 20,0% - Sul 5,4%.

Há também gritantes diferenças quando comparamos a taxa de analfabetismo entre *brancos* e *negros*, vejamos: em 1992 a taxa de analfabetismo entre brancos era de 10,6% e entre os negros 25,7%. Em 1998, brancos 8,4% - negros 20,8%. Em 2004, brancos 7,2% - negros 16,2%. Em 2007, brancos 6,1% - negros 14,1%.

Foram estas variáveis que nos incentivou, conforme citamos acima, a organizar um processo de formação e pesquisa considerando as questões relacionadas à infra-estrutura dos espaços destinados às crianças pequenas, a partir das informações trazidas pelas estagiárias do curso de pedagogia, tendo como base as seguintes concepções: "Cor/etnia, Infância e Políticas Públicas".

O município que escolhemos, Ilhéus, figura entre as seis cidades mais importantes da Bahia com uma extensão de 1712 Km2 abrigando um contingente populacional de 220.144 habitantes, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. A principal atividade econômica tanto no setor primário quanto no secundário ainda é o cacau, porém vêm ganhando bastante espaço a piaçava e o dendê. Atualmente Ilhéus também se destaca como ponto turístico e pólo de informática.

A rede de ensino do município conta com um total de 38 Escolas de Ensino Fundamental sendo 24 escolas urbanas e 14 rurais. E 32 unidades de Educação Infantil, das quais 12 são conveniados, 20 de responsabilidade do município e destas apenas 4 atendem exclusivamente crianças pequenas.

Com a participação da Secretaria Municipal de Ilhéus, escolhemos 9 do total de 32 escolas de educação Infantil para compor o universo da nossa pesquisa. E, especificamente para este artigo apresentaremos a situação de 3 instituições, considerando a atual avanço da pesquisa.

As escolas do Município de Ilhéus, notadamente, as localizadas no centro são freqüentadas por crianças pobres cuja renda familiar gira em torno de 3 salários mínimos e as mais afastadas por crianças muito pobres, com muitos pais desempregados cuja principal fonte de renda, na maioria das vezes, é a bolsa família.

Dentro deste contexto de diversidade étnico-racial, permeado por desigualdades sócio-econômicas, escassez de informações sobre administração e política pública, bem como a falta de diálogo entre gestores das escolas e membros do poder público, sentimos também necessidade de registrar a história destas instituições, assim optamos por trabalhar com a metodologia de pesquisa-ação na perspectiva defendida por alguns estudiosos, como Carr & Kemmis, (1986) e Desroch, (2006) que enfatiza o processo de a cooperação e a autoria conjunta entre os pesquisadores e pesquisados, para que se tornem atores de modo a assegurar uma reciprocidade nos papéis de investigação e de ação.

Nas ciências sociais, a pesquisa-ação aparece inicialmente conduzida por dois estágios- "um estágio diagnóstico no qual os problemas são analisados e as hipóteses são desenvolvidas ; e um estágio terapêutico no qual as hipóteses são testadas por uma mudança consciente direcionada, preferencialmente em uma situação social (Moreira e Caleffe, 2006).

A pesquisa-ação abriga sempre uma intenção, que se expressa no processo de conscientização, no processo de mediação de conflitos e/ ou de mudança na realidade. Costa (2006) afirma que na pesquisa-ação, saber e poder caminham juntos, a "*vontade de saber*" é "*vontade de poder*".

> "Se não contarmos nossas histórias a partir do lugar que nos encontramos, elas serão narradas de outros lugares, aprisionando-nos em posições, territórios e significados que poderão comprometer amplamente nossas possibilidades de construir saberes que justificam o controle, a regulação e o governo das pessoas que não habitam espaços culturais hegemônicos" (pag.239).

A nossa pesquisa tem a função de fazer brotar a história da instituição, de seus diferentes espaços e das crianças que as freqüentam por meio da reflexão e do diálogo produzido na perspectiva defendida por Paulo Freire, notadamente nas obras "Pedagogia do Oprimido" e "Conscientização".

Nesta direção os dados coletados não são informações privilegiadas que ficam arquivados esperando momentos especiais para a sua divulgação, ao contrário tenta-se a cada passo da pesquisa, discutir, como estamos procedendo, com todos os participantes as variáveis que se despontam com o propósito de provocar novas reflexões.

2- O Estado da Arte: em movimento.

No momento estamos finalizando o levantamento geral sobre as condições físicas das nove escolas que compõem o universo desta pesquisa, de acordo com alguns procedimentos que não seguem uma ordem rígida

a) fotografar integralmente os diferentes espaços das nove escolas escolhidas;

b) elaborar o croqui de cada instituição

c) fazer a descrição do estado e das condições de uso da mobília;

d) descrever a configuração e o uso dos espaços destinados a brincadeira; ~

e) descrever a configuração e o uso dos espaços destinados à elaboração e distribuição de merenda; ~

f) descrever a arquitetura dos banheiros;

g) ouvir os usuários (professores, diretores e outros) sobre a representação destes espaços.

Concluímos a fase da fotografia e da elaboração dos croquis que muito nos ajudou a elucidar a inadequação interna dos espaços e a dificuldade enfrentada pelos usuários.

As três escolas, "*Bem-te-vi*", "*Sabiá*" e "*Andorinha*", nomes fictícios, não atendem os Parâmetros de Infra-estrutura proposto pelo Ministério de Educação, MEC, o denominado, Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação infantil, e nem as metas do Plano Nacional de Educação, PNE. Estas falhas comprometem tanto a saúde física quanto o desenvolvimento integral das crianças, por não oferecer espaços que proporcione a brincadeira, a movimentação ampla, o estar ao ar livre e em espaço de convivência enriquecido. Falta também estrutura para adequação às características das crianças especiais. A única escola que possui infra-estrutura compatível com o desenvolvimento infantil é a "Andorinha". Esta instituição foi construída com verbas do MEC e atualmente está precisando de manutenção.

As escolas "*Sabiá*" e "*Bem-te-vi*" são as que apresentam situações mais precárias em relação às outras que compõem a amostra. Além da falta de espaço para a movimentação, possuem salas mal iluminadas e janelas fora de altura que não garantem às crianças pequenas visão para o espaço externo.

A "*Escola Sabiá*" é uma instituição de porte médio que atende Educação Infantil e o Ensino Fundamental I, funciona em dois turnos, o vespertino e matutino, possui 8 salas que atende 16 turmas, 8 em cada turno. Está localizada na zona urbana, foi fundada em 1995, com a ação conjunta de uma igreja evangélica e a Prefeitura Municipal de Ilhéus. Seu nome original presta homenagem à igreja que a fundou, e se localiza ao lado desta. O prédio que nunca passou por reformas pertence à igreja que aluga o espaço à prefeitura, entretanto, conforme informações de diferentes fontes o município atrasa muito o pagamento do aluguel, relegando praticamente a responsabilidade pedagógica e de acolhimento de 334 crianças à

igreja. Desta forma a escola perde o seu caráter obrigatoriamente laico ficando livre, como tantas outras na região, em situação semelhante, para exercer a mesma função das instituições confessionais, em seu currículo oculto e real. E, embora os profissionais sejam pagos pelo Estado, parte deles cumprem mais a função religiosa em detrimento das funções de funcionário do Estado.

A construção da "*Escola Sabiá*" é considerada inadequada, verticalizada (*foto 1*), possui muitas escadas, e nestas não há piso antiderrapante e nem corrimão, conforme orientações dos Parâmetros Básicos de Infra-estrutura da Educação Infantil (*foto 2*). Os sanitários não são adequados ao uso das crianças pequenas e o único espaço possível para realização do brincar estão sendo utilizados para sala de aula de cunho tradicional.

Nesta instituição para se ter acesso ao banheiro e as salas localizada no final dos corredores, os usuários têm que necessariamente passar por dentro de outras salas de aula, dificultando o trabalho das professoras e dispersando a atenção dos alunos.

Foto1 e Foto 2-

Fonte :Laboratório de estudos e pesquisa sobre educação das Relações Étnico-raciais.

Já e escola "Bem-te-vi" está localizada na zona urbana, porém muito próxima à zona rural, em um morro de difícil acesso, onde as condições são insalubres, sem saneamento básico, com esgotos a céu aberto, propício à proliferação de insetos e doenças. A ladeira de principal acesso é muito íngreme e sem asfalto. Os buracos feito pela ação do tempo impossibilita o transporte e muitas vezes a chegada de professores e funcionários, mesmo a pé. O prédio da escola que é inadequado, torna-se também desconfortável. Possui uma escada que dá acesso às salas do 1º andar, que não têm corrimão, e não possui cobertura para abrigar os transeuntes da chuva e do sol escaldante. Entretanto o prédio se destaca em meio às construções das casas dos moradores que são, em sua maioria, sem reboco e algumas de madeira. (foto 3).

Foto 3

Foto 3 - Fonte: Laboratório de estudos e pesquisa sobre educação das Relações Étnico-raciais.

Esta escola atende um total de 244 alunos, distribuídos em seis salas de aula, nos níveis de Educação Infantil e do Ensino Fundamental I (1ª a 4ª série) e no período da noite atende duas turmas de alfabetização de adultos. A instituição é classificada como de pequeno porte e como a "Sabiá" ocupa um prédio, que há dúvidas entre ser cedido e/ ou alugado pelas freiras da Inaugurada em 1998, seu nome original homenageia um dos líderes religioso da região. Depois da fundação a escola só passou por duas reformas, a última recentemente, após a segunda visita dos/as pesquisares/as. Mas, as reformas ficaram restritas à pintura, rebocos, consertos de portas e banheiros, sem nenhuma mudança estrutural significativa. A pequena área de entrada continua sendo o único campo livre para brincadeira, um espaço descoberto, não cimentado que possui uma fossa séptica no centro.

Esta escola a "*Bem-te-Vi*" também não possui água potável. Para resolver o problema foram colocadas duas caixas de água que ficam na entrada do corredor central, local de acesso obrigatório para todos, inclusive as crianças.

Passamos a descrição da "*Andorinha*", localizada entre dois bairros, um formado por pessoas de classe média baixa e outros por sujeitos extremamente pobres. Trata-se de uma Escola Municipal de grande porte que foi construída entre 1996 e 1997, com verba do governo Federal, como citamos acima. Idealizada, inicialmente, para ser um centro de atenção integral à criança, a instituição atende atualmente alunos do Ensino Fundamental I e a Educação Infantil a partir de 4 anos.

Esta escola é a única que parece atender no mínimo 90% dos padrões de infra-estrutura proposto pelo MEC: salas bem arejadas, espaçosas, pintadas com cores vivas, janelas adaptadas tanto para o inverno quanto para o verão permitindo visão para a área externa. Os banheiros são adaptados para uso de crianças pequenas, assim como o refeitório e todo mobiliário. Completa este quadro os espaços destinados à brincadeira, o pátio coberto e o descoberto, a brinquedoteca, a quadra, a piscina de areia e o parque, além das salas de trabalho pedagógico. Entretanto, a piscina de areia e o parque encontram-se interditados, e como alguns outros espaços estão aguardando reformas.

Um dos fatores que não correspondem às novas orientações dos parâmetros propostos pelo MEC, é quanto o acesso à escola; a rua não é pavimentada, formando lama na porta nos dias de chuva, redor da escola há uma mata que facilita a entrada de animais peçonhentos, a situação se agrava porque área virou um depósito de lixo que exala um constante mau cheiro.

Por último destacaremos de forma breve a situação dos materiais didáticos e dos brinquedos que é bastante precária em todas as escolas. Os brinquedos são doados por familiares e amigos da escola, devido a pobreza da região, os materiais são de baixíssima qualidade. Uma professora relatou que recebe anualmente, apenas 10 caixas de lápis de cera, 2 potes de tinta guache de 250 ml, alguns cadernos, em número menor que alunos de sua classe, papel ofício, lápis e borracha, em quantidade insuficiente para trabalho de 1 ano letivo.

Tanto tem sido desanimador pesquisar como descrever as condições destas escolas que muito se assemelham às condições do município.Sabemos que existe na região Norte e Nordeste do Basil escolas em pior qualidade, notadamente as localizadas nos Quilombos e em zonas rurais, mas temos a certeza que pior seria ignorar os fatos, por naturalizá-los ou ainda por não acreditar na perspectiva de mudanças. Consideramos que o desvelamento desta situação funciona como um alerta à falta de políticas públicas nesta região, mas também como uma ação pedagógica

3- Percepções dos gestores em relação a Cor dos alunos (as) e a Estrutura Física das escolas.

Iniciamos o diálogo com os gestores tentando desvelar suas percepções sobre a configuração e uso dos espaços, bem como a representação destes para os sujeitos que a freqüentam, a partir de um roteiro de entrevista semi-estruturado, que incentivava o participante a buscar na memória afetiva suas primeiras impressões sobre educação infantil, ainda como aluna.

A nossa primeira entrevistada lembrou-se do colorido da pintura da escola e do acolhimento dos professores, argumentou que a instituição lhe causara medo e ao mesmo tempo encantamento. Não fez comentários sobre as acomodações que a escola oferecia à época, meados de 1975, mas afirmou que as escolas que conhecia ainda não havia passado por reestruturações físicas importante, desde da época de sua infância, e que atualmente apresentavam péssimas condições.

Considera a estrutura da escola que dirige, compostas por alunos extremamente pobres, inadequada, no entanto afirma que a instituição é muito mais confortável que as casas construídas pela comunidade, porque naquela região muitas famílias vivem da Bolsa Família.

Quando perguntamos se havia alguma relação entre ser a Bahia a região do Brasil que abriga o maior número de negros e ter o mais alto índice de analfabetos, a gestora exibiu insegurança, disse inicialmente, que não percebia muito vínculo, como também apresentou dúvidas ao ser interrogada se havia relação entre a configuração da escola, a atenção do estado às políticas públicas e o perfil sociocultural da população atendida.

Mas, na continuidade do diálogo tudo que parecia ser natural, como por exemplo, o número de escolas construídas por entidades filantrópicas, começou a ser lentamente questionado pela própria entrevistada que comentou: "as escolas deste município parece estar mesmo comprometida, principalmente quando a gente compreende que a estrutura física interfere na qualidade da aprendizagem".

Ao visitar esta escola "A Sabiá" tivemos a impressão de estar dentro de um Quilombo. Naquela escola são negros professores, alunos, vigias e merendeiras, a linha de cor muda para o tom de pele mais clara apenas no espaço da diretoria. Vale acrescentar que naquele município a direção escolar é cargo de indicação política. Perguntada sobre a cor dos alunos a entrevistada confirmou que, sob seu olhar aquela instituição é composta majoritariamente por negros, mas não sabia se o grupo se reconhecia tal.

As outras gestoras também confirmaram que cerca de 80% ou mais dos alunos que freqüentavam suas escolas também são negros.

Percebemos que ao refletir sobre a cor e as condições de seus alunos, as questões relacionadas à pobreza, etnia, configuração dos espaços, nível de alfabetização e políticas públicas começaram a tomar outro sentido para a primeira gestora entrevistada, para as outras gestoras estas questões não pareciam estar articuladas.

4- Resultados Preliminares

Ainda estamos longe de dados conclusivos, mas já podemos apontar algumas variáveis, uma delas está diretamente ligada a concepção de infância e ao desconhecimento da história política e cultural da população negra no Brasil. Dentro desta perspectiva as crianças negras não estão sendo vistas como sujeitos de direito, mas apenas beneficiário de projetos assistencialistas. Este posicionamento foi evidenciado inicialmente por alguns pesquisadores/alunos que afirmavam serem as escolas realmente inadequadas, entretanto para determinadas populações que nada possuíam a instituição não parecia tão perniciosa, ao contrário era um abrigo.

Para alguns educadores, gestores e pesquisadores o traço que marca de qualidade das escolas de educação infantil é a pintura colorida, o desenho da Mônica, do Cebolinha e outros heróis infantis pintados na parede. Para outros, porque os alunos são extremamente pobres, a alimentação é essencial, assim como o cuidar mesmo que as crianças recebam o mínimo.

Observamos que os gestores desconhecem totalmente as orientações legais sobre construção das escolas de educação infantil, ajudando "inconscientemente" a perpetuar diferentes formas de irresponsabilidade do estado em relação às crianças pobres.

Apesar de observarem que a instituição é composta por maioria negra (alunos e professores) e afirmarem que os espaços são inadequados, as gestoras não aceitavam a perspectiva de que a precariedade das escolas pudessem estar ligada às questões étnico-raciais, gerando o racismo estrutural. As três afirmaram que dentro da escola as relações pessoais eram harmoniosas. Não fizeram alusões a qualquer tipo de preconceito, ao contrário fizeram questão de comentar atividades que ocorreram na escola sobre a cultura negra, em datas alusivas como 20 de novembro.

O discurso conformista e da meritocracia apareceu em frases como estas: "*independentemente da cor e das condições econômicas quando o aluno se esforça consegue vencer", " com fé e persistência a gente consegue tudo"*. As gestoras foram enfáticas em responder que a postura do professor é um dos pontos mais significativos da qualidade da educação. Em meio ao calor insuportável, salas de aulas apertadíssimas, com falta de material didático, sem espaço para atender a comunidade com o devido respeito, elas pareciam convencidas de que aqueles problemas são perfeitamente contornáveis quando se trabalha com dedicação e carinho.

Com esta postura a responsabilidade pelo bem estar das crianças e pela qualidade da escola ficavam sobre seus próprios ombros e de seus alunos. É possível que estas crianças desde muito cedo já comecem a se sentir culpada, caso não tenho o sucesso almejado pelas educadoras, e que demorem muito tempo para perceber que estão sendo lezadas, pelo Estado, em sua dignidade. É possível que também comecem a fazer inferências negativas sobre a sua etnia, quando perceberem que o povo negro esta mergulhado no caos, pois estão aprendendo que o esforço individual, independenttemente da aplicação de políticas públicas e socias, ajuda a superar todas as barreiras.

Finalizamos este artigo reafirmando o entendimento de que no contexto brasileiro, não será possível discutir formação de professores, espaços escolares e educação das crianças pequenas e outras similares, com seriedade, sem se discutir as conseqüências do racismo que perpetua em nossas instituições.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, W. R. (2006). ***Algazarra nas ruas: comemorações da Independência na Bahia(1889-1923)***. Campinas,SP: Editora da Unicamp/Centro de Pesquisa em História Social da Cultura.

BRASIL (2006). *Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil. Brasília* : MEC, SEB.

BRASIL (2004). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.* Brasília: MEC.

BRASIL (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC.

CARR, W. & KEMMIS, S. (1986). *Becoming Critical. Knowledge and Action Research*. Londres: Falmer.

COSTA, M.V. (2001). A pesquisa-ação na sala de aula e o processo da significação. In DA SILVA, L. H. (org.), *A Escola Cidadã no Contexto da Globalização*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, (pp. 239-256).

DESROCHE, H. (2006). *Pesquisa-ação: dos projetos de autores aos projetos de atores e vice-versa*. In THIOLLENT, M. (org.), *Pesquisa-Ação e Projeto Cooperativo na Perspectiva de Henri Desroche*. São Carlos: EdUFSCar, (pp.33 a 68).

DIAS, Regina Célia (1997). Luta, movimento, creche: a história da conquista de um direito. In SILVA, I. T. F. R. (Org.). *Creches comunitárias: histórias e cotidiano*. Belo Horizonte: AMEPPE, (pp. 19-44).

FARIAS, M. M (2005). Infância e Educação no Brasil Nascente. In VASCONCELLOS, V. M. R. de (Org.). *Educação da Infância: história e política*. Rio de Janeiro: DP & A, (PP. 13-31).

LOPES, J. J. M. (2005). Grumetes, pagens, órfãs do rei... e outras crianças migrantes. In VASCONCELLOS, V. M. R. de (Org.). *Educação da Infância: história e política*. Rio de Janeiro: DP & A, (pp. 13-31).

Thiollent, M. (2006). *Pesquisa –Ação e Projeto Cooperativo na Perspectiva de Henri Desroche*. São Carlos: EdUFSCar.

Oliveira, Rachel(1992) . *Relações Raciais: uma experiência de intervenção*. Dissertação (mestrado em Supervisão e Currículo) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
_____ (2001) *Preconceitos, discriminações e formação de professores: do proposto ao alcançado.* Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal de São Carlos- São Carlos.

Trajetórias escolares de jovens negros brasileiros entre as desigualdades e o racismo

Joana Célia dos Passos
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
joanap@terra.com.br

Resumo: Este trabalho consiste na apresentação do resultado da pesquisa "Jovens negros/as, processos de escolarização e expectativas de futuro", desenvolvida por ocasião do 3º Concurso Negro e Educação (2003-2005), que teve como objetivo analisar as trajetórias escolares de jovens negros/as a fim de identificar o lugar e o papel que estes atribuem à escolarização em suas vidas. Como procedimentos metodológicos utilizamos: pesquisa exploratória com o intuito de identificar o núcleo de educação de jovens e adultos com o maior número de jovens negros, a observação participante, aplicação de um questionário e entrevistas individuais com jovens negros e não-negros. Para compor a base teórica do trabalho dialogamos com estudiosos em relações raciais e educação no Brasil, com os estudos sobre Educação de Jovens e Adultos e sobre juventude. Em seus relatos, os jovens negros apresentam detalhes da violência, da negação dos conhecimentos e do racismo que sofreram durante o percurso escolar. Suas trajetórias escolares são marcadas por interrupções, descontinuidades e desigualdades. Entretanto, não culpam a escola, mas reconhecem a importância dela para sua emancipação e acreditam ser o lugar que tem legitimidade para socializar os conhecimentos construídos socialmente e sistematizados.

Introdução

Embora a escolaridade média de negros e brancos tenha aumentado de forma contínua durante todo o século XX, quando se comparam as condições e trajetórias dos dois grupos percebemos que as desigualdades ainda são maiores no grupo negro.

> a escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo; um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. O diferencial de 2,3 anos de estudos entre jovens brancos e negros de 25 anos de idade é a mesma observada entre os pais desses jovens. E, de forma assustadoramente natural, 2,3 anos é a diferença entre os avós desses jovens. Além de elevado o padrão de discriminação racial expresso pelo diferencial na escolaridade entre brancos e negros, mantém-se perversamente estável entre as gerações (HENRIQUES, 2001, p. 26).

As diferenças no acesso e na permanência na escola têm contribuído para que negros e negras se mantenham em desvantagem nos diferentes aspectos de suas vidas, quer seja no mercado de trabalho ou nos demais direitos básicos, como, saúde, habitação, saneamento, segurança, alimentação, lazer, etc. Desta maneira, não é mais possível negar que o sistema educacional brasileiro é excludente.

Ao confrontar tamanha desigualdade com as exigências colocadas para a existência humana neste início de século, passamos a questionar: quais as possibilidades atuais de escolarização para aqueles jovens que quando crianças foram alijadas do direito à escolarização? Para onde vão aqueles meninos e meninas classificados como lentos, indisciplinados, desinteressados, multirrepetentes que insistem em se escolarizar?

Essas questões entre outras, fazem-nos identificar a Educação de Jovens e Adultos – Eja – como um dos espaços privilegiados pelos jovens negros na tentativa de concluir a escolarização básica. É no universo da Eja que centramos nosso olhar a fim de analisar as trajetórias escolares de jovens negros com o objetivo de compreender que papéis estes atribuem à escolarização em suas vidas. Ao captarmos as experiências vivenciadas pelos estudantes negros em suas trajetórias escolares buscamos conhecer a história particular de cada um e com ela aprender. "Isso não é um gesto fora de propósito, pois aquela história se inscreve na história de uma comunidade, de um grupo social, de um país, da humanidade, fazendo-a, interpretando-a, refazendo-a" (GONÇALVES E SILVA 1995, p. 94)

> Algumas questões orientaram a leitura e a análise da temática que aqui é desenvolvida, entre elas, destacamos: Quem são os jovens negros que freqüentam a Eja em Florianópolis? Que trajetórias escolares apresentam? O que os mobiliza a freqüentar a Eja? Que saberes privilegiam? Qual o papel da escolarização em suas vidas? A investigação foi realizada no Núcleo de Educação de Jovens e Adultos Capoeiras - Ejac, o núcleo com a maior presença de jovens negros da Rede Municipal de Ensino1.

Compuseram a amostra 69 jovens que foram selecionados a partir dos seguintes critérios: faixa etária (idade entre 15 e 25 anos), trajetórias escolares e de vida semelhantes (reprovações, abandonos, tempo fora da escola, condições socioeconômicas). Buscamos construir um mapeamento das semelhanças entre jovens negros e não-negros. Para fins analíticos, trataremos da faixa etária acima citada. Esse recorte foi muito mais para fins metodológicos do que por entendermos que a juventude se refere a um determinado período da vida compreendido entre a infância e a vida adulta. Para o cotejamento dos dados com recorte racial estabelecemos dois agrupamentos: *Negros* e *Não-Negros*.

Para a coleta de informações usamos como procedimentos metodológicos:

a) uma pesquisa exploratória nos núcleos de EJA da Rede Municipal de Ensino com o objetivo de identificar o núcleo com o maior número de jovens negros;

b) a observação participante;

c) a aplicação de um questionário;

d) entrevistas individuais com jovens negros e não-negros.

Juventudes Negras

Estudiosos/as2 têm chamado a atenção para a necessidade de falarmos em juventudes, em virtude da diversidade de modos de se ser jovem, o que nos leva a afirmar que um jovem homem negro e pobre vive uma realidade diferente de um jovem homem branco e pobre ou ainda de uma jovem mulher negra e pobre, moradora de periferia e sem escolarização. Portanto, os conceitos que envolvem as juventudes as nos colocam um leque de diferentes abordagens.

Para PAIS (1996, p. 36), "não há, de fato, um conceito único de juventude que possa abranger os diferentes campos semânticos que lhe aparecem associados. Às diferentes juventudes e às diferentes maneiras de olhar essas juventudes corresponderão, pois, necessariamente, diferentes teorias". O conceito de "*juventude*", ainda segundo Pais, vem sendo tratado teoricamente sob três abordagens: a corrente geracional, a corrente classista e a corrente das culturas juvenis. A corrente geracional entende a juventude como fase da vida em que os indivíduos experimentam seu mundo, as suas circunstâncias e os seus problemas como membros de uma geração, de maneira homogênea, e não, por exemplo, como membros de uma classe social (como defende a corrente classista). Os estudos influenciados pela corrente classista assumem mais a relação entre "*cultura dominante*" e "*cultura dominada*", e analisam instituições sociais, que transmitem e reproduzem a cultura (dominante) na sua forma hegemônica. A corrente que trata das culturas juvenis enfatiza a questão dos valores socialmente atribuídos à juventude de diferentes meios e condições sociais. Como se movem em diferentes contextos sociais, os jovens também partilham linguagens diferentes e valores diferentes. As suas diversas maneiras de pensar, de sentir e de agir resultam de diversos mapas de significação que orientam as suas condutas, as suas relações interindividuais e as suas trajetórias (idem, p. 60).

Dayrell (2002) compreende, a juventude como um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem, assumindo uma importância em si mesma. Esse processo é influenciado pelo contexto social onde o jovem está inserido.

Neste estudo, entendemos "juventude" como um conceito construído histórica e culturalmente e que, portanto, precisa ser estudado no contexto da dinâmica de suas relações sociais e concretamente inserido em um espaço e um tempo determinados. Isso significa dizer que "juventude" aparece como categoria social de forma diferenciada, dependendo das formas de socialização de cada grupo social e dos seus contextos.

Ao aproximarmos os conceitos "*juventudes*" e *"negros",* temos uma categoria social que pretende apresentar elementos de análise peculiares a um determinado grupo, o de jovens negros, entendendo os jovens negros nas suas variações e diversidade social, sexual, de gênero, de valores, de localização geográfica, de classe entre outras.

A relevância desse estudo deve-se pela escassez de pesquisas que articulam educação e juventude, levando em conta a variável raça, como constatado nas pesquisas "*Juventude e escolarização*" coordenada por Marilia Sposito (2002) sobre a produção de conhecimento a respeito do tema em programas de pós-graduação em educação no período de 1980 a 1998. E no estudo "O estado da arte das pesquisas em Educação de Jovens e Adultos no Brasil: a produção discente da pós-graduação em educação no período 1986-1998" (Haddad, 2000).

A ausência do recorte racial em pesquisas que têm as desigualdades sociais e populações como foco indica que o "*mito da democracia racial*", foi também aceito e assimilado pelo meio acadêmico. Um outro fator a ser considerado é a leitura clássica de que a explicação para as desigualdades são as relações de classe existentes na sociedade brasileira. Esse entendimento tem impedido identificar os sujeitos pesquisados como sujeitos raciais e de gênero, como se esses dois elementos não fossem constitutivos da realidade social que está sendo investigada. É *"como se o Brasil fosse uma sociedade racialmente homogênea ou igualitária", onde os grandes vilões da história em termos de acesso e oportunidades "são as desigualdades de classe e status socioeconômico"* (HASENBALG, SILVA, 1999, p. 6). Alguns discursos acadêmicos afirmam que ao agregar raça como uma categoria de análise, pode-se reforçar um equívoco teórico, uma vez que não existem raças humanas. Além dessas "armadilhas sociológicas" apontadas, há uma certa "cegueira" de setores da academia que, mesmo com todas as informações acerca das desigualdades sócio-raciais na sociedade brasileira, preferem se omitir.3

É necessário afirmar que não é mais possível discutir, no Brasil, desigualdade social tendo como referências apenas as categorias de pobreza e de classe social. Os estudos e pesquisas sobre populações, pobreza e classe social, necessitam que agreguemos o recorte racial, como forma metodológica a permitir uma análise mais próxima da realidade das crianças e jovens, homens e mulheres brasileiros. É preciso dar um tratamento equivalente à questão racial como categoria de análise, caso contrário, corre-se o risco de tergiversar acerca de uma realidade que vem se tornando cada vez mais difícil de esconder.

Desse modo, entendemos a importância de utilizar a categoria "*raça*" no contexto deste estudo. Afinal, ela está presente nos corpos, nas falas, nos sentimentos, nas trajetórias de vida e de escola dos jovens sujeitos desta pesquisa. Descartamos, porém, um conceito biológico de raça. Consideramos raça uma realidade social e política, culturalmente

construída – uma categoria social de dominação e de exclusão presente na sociedade brasileira, capaz de manter e de reproduzir desigualdades e privilégios.

GUIMARÃES (2002, p. 50) reforça nosso entendimento ao afirmar que

> [...] "raça" não é apenas uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas também é uma categoria analítica indispensável: a única que revela que as discriminações e desigualdades que a noção brasileira de "cor" enseja são efetivamente racistas e não apenas de "classe". Reconheço, todavia, que não há raças biológicas [...]. O problema que se coloca é, pois, o seguinte: quando no mundo social podemos dispensar o conceito de raça?

O próprio autor responde:

> Primeiro, quando já não houver identidades raciais, ou seja, quando já não existirem grupos sociais que se identifiquem a partir de marcadores direta ou indiretamente derivados da idéia de raça; segundo, quando as desigualdades, as discriminações e as hierarquias sociais efetivamente não corresponderem a esses marcadores; terceiro, quando tais identidades e discriminações forem prescindíveis em termos tecnológicos, sociais e políticos para a afirmação social dos grupos oprimidos (idem, p. 51).

As trajetórias escolares na percepção dos jovens negros e não negros

As trajetórias escolares, em particular dos jovens negros, são marcadas pelas reprovações e interrupções confirmando que as desigualdades raciais compõem o cenário dos processos de escolarização e de vida da população negra.

Quando comparados os dois grupos, o grupo Negro apresenta o maior número de reprovações proporcionalmente. Isso porque entre os negros, 24 já foram reprovados, isto é, 85,7%. No grupo *Não-Negro*, do total de 41 participantes, 28 declararam já ter sido reprovados, significando 68,2%. Do grupo Negro, apenas 13,5% não foram reprovados na escola; do grupo *Não-Negro*, 31,7% nunca foram reprovados

A necessidade de trabalhar foi o principal motivo declarado tanto pelos jovens negros como pelos não-negros para interromper os estudos. Entretanto podemos perceber que 51,2% do grupo negro deixam a escola para trabalhar enquanto que no grupo não-negro esse índice é de 40%. Não gostar da escola foi o segundo motivo apresentado pelos pesquisados de ambos os grupos para a saída da escola; em terceiro lugar está a reprovação. Ainda que o grupo de negros tenha apresentado maior índice de reprovação, seus componentes não colocam esse motivo como o principal para interrupção dos estudos.

Os dados sobre as trajetórias escolares apresentados acima indicam dois aspectos também presentes em outros estudos: o primeiro deles é o fato serem multirrepetentes, o segundo, é o fato desse público jovem ser, desde muito cedo, de trabalhadores/as4 .Isso reforça a tese de que baixa escolarização, a falta de oportunidades, ocupações menos qualificadas no mercado de trabalho e "cor da pele" têm íntima conexão.

Munanga (2000), ao analisar o preconceito racial no sistema educativo brasileiro e seu impacto no processo de aprendizado do alunado negro, afirma que

> Apesar da generalidade da exclusão de todos os alunos pobres, independente de sexo, cor, religião, idade, etc., os resultados de todas as pesquisas sérias realizadas no país mostram que, mesmo nas escolas mais periféricas e marginalizadas dos sistema da rede pública, onde todos os alunos são pobres, quem leva o pior em termos de insucesso, fracasso, repetência, abandono e evasão escolares é o aluno de ascendência negra, isto é, os alunos negros e mestiços. O que logicamente leva a crer que a pobreza e a classe social não constituem as únicas explicações do insucesso escolar do aluno negro e a buscar outras fontes de explicação (MUNANGA, 2000, p 235-236).

Indagados sobre as lembranças que trazem da escola, lágrimas e voz embargada faziam com que a conversa fosse atenuada, demonstrando que nenhum dos jovens entrevistados está indiferente à escola.

Normal. Desde o primário, assim, bem normal. Repeti um ano na 2ª. Parei na 5ª, no caso. Fiquei só na 5ª várias vezes. Mas, com matérias, não tenho dificuldade. Na 2ª, foi dificuldade de aprendizagem. Dificuldade em pegar as coisas. Não era nem tanto ler e escrever, era matemática. Fixar e tentar aprender mesmo. Depois, no caso, fiz mais um ano e fui direto. Tanto é que eu não tive dificuldade na 3ª e na 4ª. Aí, quando chegou na 5°, empacou de novo. Era muita amizade já conhecida. Daí, foi indo, peguei uma sala já conhecida. Uma brincadeirinha e outra. Mas, eu não era uma aluna difícil. Tanto é que eu me dedicava bastante.

> Mas eu acho que só pela malandragem, as brincadeiras, é que eu não consegui. Se eu não tivesse pegado a turma de malandros, sempre um fazendo a cabeça do outro, eu acho que eu já teria deslanchado (Regina, negra).

> Pra mim, foi bom. Eu aprendi muitas coisas, só que, aí, eu comecei a rodar muito. Rodei três anos e tive que parar pra trabalhar (Jair, negro).

> Eu fiz o 1º ano. Daí, eu fiquei na 2ª porque não sabia ler nem escrever. Eu fiz o supletivo pra ir pra 5ª série. No primeiro ano, eu não passei daí, no segundo, eu vi que não ia passar e eu resolvi vir pra cá (...). Pra mim, eu me sinto, não sei, meio irresponsável por não ter estudado. Poderia estar formado já com 17 (Rodrigo, negro).

Em seus relatos, evidencia-se uma certa naturalização das dificuldades e dos empecilhos que encontraram no percurso escolar, ao mesmo tempo que afirmam não ter sido nada agradável percorrer esse trajeto com tantas dificuldades. Como pode ser "*normal*" uma trajetória como a de Regina que foi reprovada um ano na 2a série e várias vezes na 5a? Como pode ser "*bom*" reprovar três anos?

A percepção desenvolvida por esses jovens em seus processos escolares indica que há uma forte apreensão dos mecanismos de *seleção* construídos no âmbito da escola. Tais mecanismos acabam por *convencer* os estudantes negros e pobres de sua inadequação para o processo de escolarização (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1999). O conformismo que se instala leva à interiorização de que uma trajetória escolar de sucesso é impossível para eles.

Nesse contexto, a população negra é menos favorecida, tendo novamente negado sua escolarização como direito. Com dois ou três anos incompletos de escolaridade, estudantes negros e pobres são "*expulsos*" e inseridos no mercado de trabalho precocemente. As "*saídas da escola para trabalhar*" também são naturalizadas, assim como o trabalho infantil; afinal, o lugar dessas crianças não é a escola, seu destino é o de trabalhadores desqualificados.

No imaginário construído socialmente, oportunidades e sucesso escolar não estão para o horizonte dos jovens negros e sim dos não-negros, o que vai influenciar as expectativas dos estudantes negros no processo de aprendizagem, as decisões sobre a permanência ou não na escola e os seus planos em relação ao futuro.

Depreciado, estigmatizado, adjetivado pejorativamente como grupo social inferior, o jovem negro acaba interiorizando sentimentos negativos e de inferioridade em relação a si mesmo e ao grupo negro, em que "*o lugar do negro é o lugar de seu grupo como um todo e do branco é o de sua individualidade. Um negro representa todos os negros. Um branco é uma unidade representativa apenas de si mesmo*" (PIZA, 2002, p. 72).

Os jovens não-negros enfatizam as dificuldades que encontraram em seus processos de escolarização. Percebemos neles um tom de indignação maior do que o presente nos relatos dos jovens negros.

> Não foi muito bom, não, porque eu estudava meio ano, meio ano eu ia pra casa de minha avó, que vivia sozinha. Daí, eu rodava. Daí vinha estudar de novo, vinha pra casa da minha mãe, estudava meio ano, eu ia pra lá. Aí, rodava de novo, e assim ia todo o ano (Ana, não-negra).

> Achava difícil as coisas. Eu tinha muita dificuldade em matemática, até hoje eu tenho. Daí, eu peguei e reprovei. Eu ficava com medo de perguntar por que eles falavam assim: "Ai, meu Deus do céu. Eu não acredito que tu não aprendeste". Depois, eu ficava meio assim, com medo de perguntar pra eles. Daí, eu pegava, dizia: "ah, eu entendi". Eu fazia assim. Dizia que entendia, mas não entendia nada. Eles falavam assim na frente de todo mundo. Aí, eu ficava chateada (Cristine, não-negra).

Do mesmo modo que os jovens negros, os não-negros têm suas trajetórias escolares pontuadas por reprovações e desistências. Entretanto, não percebem com naturalidade esse percurso tão acidentado, mesmo que não identifiquem as suas razões. O que influencia essa diferença de perspectiva se ambos os grupos apresentam perfil socioeconômico semelhante e trajetórias escolares também semelhantes?

Na sociedade brasileira, "*o pertencimento racial tem contribuído decisivamente para a estruturação das desigualdades sociais e econômicas*" (HENRIQUES, 2001, p.1). Desse modo, entendemos que a principal variável é o racismo. Racismo entendido aqui como

> A crença na existência de raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo ao qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são conseqüências diretas de suas características físicas ou biológicas (MUNANGA, 2004, p. 24).

As diferentes perspectivas manifestadas pelos dois grupos provavelmente são influenciadas pelo modo como a instituição escolar e a sociedade em geral lida com negros e com não-negros – as oportunidades distintas, os estereótipos, o racismo, as desigualdades, o que se espera dos negros e dos não-negros. As expectativas geradas pela sociedade sobre as crianças negras e suas famílias em relação à escola são diferentes das expectativas colocadas sobre as crianças brancas. "*Não querem nada com nada*", "*vêm pra escola só pra comer*", "a família não se importa com eles", "*acomodados*", "*desinteressados*", "*violentos*", "*sem referência*", "*carentes de tudo*" são algumas das expressões utilizadas na sociedade e na escola brasileira para transferir aos negros a responsabilidade sobre seu processo de exclusão. Essas expectativas, de certo modo, vão acomodando os desejos, as possibilidades, os sonhos desses jovens, que passam a acreditar que todo esse processo excludente é "*normal*" ou culpa sua.

Esses jovens apresentam motivos suficientes para não procurar mais a escolarização. No entanto, retornam inúmeras vezes, mesmo sabendo dos limites e dificuldades que lhes são colocados para uma trajetória escolar mais tranqüila. Os jovens, especialmente os negros, parecem estar dando uma nova chance ao sistema educacional do país de cumprir com o direito constitucional de cada brasileiro – direito de acesso à escolarização (ANDRADE, 2004). E mais: reconhecem e legitimam a escolarização como parte integrante de suas perspectivas de futuro.

Na percepção dos dois grupos pesquisados, identificamos um fator predominante em suas justificativas para as reprovações ou interrupções escolares: a culpabilização deles próprios, ou seja, os acidentes de percurso como responsabilidade pessoal. A "*malandragem*", as "*brincadeiras*", a "*má companhia*", a "*falta de vontade de estudar*", "o medo de perguntar", as "faltas", as dificuldades para aprender determinados conteúdos, principalmente a Matemática, são os principais indicadores apresentados pelos jovens negros e não-negros como justificativas para trajetórias tão acidentadas.

Dessa maneira, ainda que o desejo seja o de brincar, conversar, festejar, os estudantes vão aprendendo que o "silenciar" é uma virtude essencial do bom aluno e assim vão negando a si mesmos. Quando não conseguem chegar a essa

virtude, acreditam-se incapazes, incompetentes para o estudo. Isso dificulta sua percepção de que a reprovação é um fenômeno multideterminado por fatores intra e extra-escolares.

Apesar de se sentirem responsáveis exclusivos por suas trajetórias escolares, os jovens apontam as dificuldades que encontraram na escola, como, por exemplo, a relação com professores, os "*jeitos de ensinar*", os conteúdos ensinados, as normas, a gestão.

> Pra falar a verdade, se tu querias dar uma opinião, tu não podias. Não davam tempo pra falar. Só a professora falava. Tu ouvia e copiava. Entendeu? Isso me influenciou no desinteresse pelo estudo. Perdi a vontade (César, não-negro)
>
> O professor de matemática de lá, ele explica uma vez ali na frente e, se não entender, ele não quer nem saber. E tem que fazer do jeito que ele sabe, não do jeito que a gente sabe. Mesmo que ele faça uma conta e eu faça outra conta e dê o mesmo resultado, mas não, tem que ser do jeito que ele fez (Ana, não-negra).
>
> Na escola, eu achei muito cansativo. A gente ia de segunda a sexta. Aí, tem professor que passa duas provas no mesmo dia, e tu tens que gravar aquelas duas provas na cabeça, aí fica meio chato. Na 5ª série, era muita coisa, tem um monte de professor diferente. (...) Já me estressei, da 5ª até a 7ª, com a mesma professora. Ela pegava no meu pé. Eu estou sentada de lado, e ela: "Ruti, olha pra frente". Aí, eu: "Que chata, não sei quê... [risos] (...) Daí ela mandava um bilhete ou escrevia no meu caderno: "A sua filha me desrespeitou na sala de aula" (...). Tinha líder na sala. Toda pessoa que desrespeitava, xingava os professores tinha que ir lá na coordenação, lá embaixo, com o líder, pegar a ficha desse tamanho [mostrando com as mãos o tamanho da ficha] assim, cheia de linha, aí estava escrito que era pra ela escrever o que eu fiz na sala de aula. O que eu fiz pra descer? Aí, eu ficava lá embaixo à toa, sem assistir aula, até terminar a aula dela, depois eu podia subir. Essa falha da escola. Por um lado, era legal [a escola] por causa dos amigos, dos colegas, dos professores que eram legais (Ruti, negra).

Os relatos apontam as contradições existentes no espaço escolar marcado por insegurança, medos, constrangimentos, mas também por desejos de aprender e de ensinar, no encontro com professores que percebiam esses jovens como sujeitos com direitos à escolarização de qualidade.

O espaço escolar está organizado para um sujeito que deixa de ser criança ou jovem para ser aluno. O seu papel como aluno é aprender. O sujeito criança volta à cena nos intervalos, no recreio, nas aulas de artes e de educação física, naquilo que MCLAREN (1991) caracterizou como "*estado de esquina de rua*". Para Mclaren há mecanismos de controle que estabelecem os limites entre o estado de estudante e o estado de esquina de rua5. Através de um sistema de prêmios e castigos, as crianças e jovens são forçados a entrar no estado de estudante. E é nesse tempo e espaço que os alunos precisam aprender e os professores precisam ensinar. Essa lógica que impõe a rigidez na estrutura escolar provoca tensões, conflitos e rupturas que são manifestadas pelas crianças, jovens e professores, marcando a incompatibilidade entre a cultura da escola e as culturas dos sujeitos que nela interagem.

Para a manutenção da ordem, do silêncio, da organização e da harmonia na escola, são estabelecidas regras que buscam enfatizar o comportamento desejável para uma criança e/ou jovem negro. No entanto, por mais que se tente submetê-los ao "estado de estudante", eles não se submetem passivamente. Eles rompem com as regras estabelecidas pela escola. A relação entre o que a escola propõe e o que as crianças e jovens desejam e fazem é permeada de conflitos e tensões. Em alguns casos, eles resistem, mediam e até modificam as práticas escolares. Essas crianças e jovens vivem num espaço coletivo e se relacionam entre si de maneiras diversas, com linguagens nem sempre "*visíveis*" para os que desejam ter o controle. A escola, para eles, tem como possibilidade "o encontro" com outras crianças e jovens, outros sons, cores, jeitos, linguagens, saberes, etc.

Os jovens negros, ao responderem o questionário, afirmaram nunca ter sofrido discriminação racial na escola e nem na Eja. No entanto, quando falam de suas lembranças de escola, relatam situações de discriminação.

> Eu acho interessante ser negra porque, com tantas revoluções, nós fomos crescendo bastante, mas, às vezes, fico um pouco constrangida. No curso de maquiagem que eu estou fazendo, eu sou a única negra. Então qualquer coisa que puxe pra negro fica todo mundo te olhando assim. Tu fica meio sem jeito. Não pelo discriminado, mas por ser a única; daí, eles ficam, assim, olhando, Na minha adolescência, eu passei mais dificuldade comigo mesmo. Porque eu encorpei cedo e com 12 anos de idade eu tinha uns seios grandes, era mais piadinha sobre minha pessoa. Então, referente a minha cor, não tinha tanta. Mas agora, no momento, sim. Se puder, eu já dou o corte antes de a pessoa estar falando, se eu puder, eu já dou uma resposta, também, mas não gosto quando começam... Tive essa dificuldade no D também porque era a professora Mª Helena, ela era negra. Então pra maioria, "lá vem a macaca, a macaca tá vindo aí dar aula". Então, como tinha uma maioria de negros, a gente já caía junto. Ah, por quê? Ela tem nome, professora. Então, às vezes, já começava pelo professor, assim. Pra chegar num aluno, é uma faísca... mas era assim, tinha bastante... Na época dela, a gente já dava um corte antes de chegar. No caso, pra manter o respeito com ela também, porque, senão for no apoio dela, vou apoiar quem? Mas era assim, batia o recreio: "vem a professora de história". Sempre tinha uma piadinha, mas era uma baita professora de história (Regina).
>
> Regina aponta dois fatores que geraram discriminação em sua trajetória escolar – a raça e o gênero. Inclusive destaca que, no seu caso, o gênero se sobrepôs à questão racial. Relata que o seu desenvolvimento físico gerou mais situações de constrangimento e discriminações do que a raça. Entretanto, ela assumia, juntamente com outros estudantes negros, a defesa da única professora negra, mantendo-se num estado de alerta para possíveis manifestações de discriminação racial de que ela pudesse ser vítima. Hoje, Regina percebe o racismo mais presente e faz frente a ele, posiciona-se, enfrenta as

> situações. Entretanto, quando se percebe sozinha no espaço de formação profissionalizante, não identifica essa ausência de outros negros como racismo. Vale a pena dizer que o curso por ela freqüentado é considerado um curso popular, oferecido para a população de baixa renda. Regina assume sua negritude quando diz "eu acho interessante ser negra porque com tantas revoluções nós fomos crescendo bastante".
>
> Rita filha de um casamento inter-racial, autodeclarada negra, descreve suas experiências de discriminação racial, vividas desde muito cedo.
>
> Minha vida na escola desde o pré, a 1ª série sempre foi de discriminação. Era só eu de negra. Neguinha pra cá, pra lá. Ficava constrangida. Sempre tive um bom entendimento dos professores. Nunca fui malcriada. Gosto de estudar. Foi quando, até a 6ª série, a secretária me chamou de negra, eu processei ela. Lá no RS, é assim, se chamou de negra e tem testemunho, vai lá, denuncia, e a pessoa pode ser presa. Eu tinha 15 anos. Depois eu fui pra uma escola particular e fui acusada da mesma coisa, ali eu fiz errado... quebrei o braço da colega, tudo branca. Depois, fui acostumando, não dei mais bola. Fico na minha, faço a minha parte, me chame do que quiser. Daí, aqui [EJA] nunca ninguém falou nada. Um ambiente legal. (...) Teve uma sala que só tinha eu de negra. Eu me sentia mal. Principalmente quando a coitada da professora ia falar sobre negro, ela olhava pra mim... Ela pedia desculpa. Acho que era mais clara que eu. Ela falava assim: "não leva a mal..." e falava "não se ofenda" quando ela ia explicar uma matéria sobre negros. Por exemplo, história. Ela olhava pra mim, ela tinha pena (Rita).

No início, toma posição, briga e denuncia, entretanto, com o passar do tempo, resigna-se, "*acostuma-se*", reagindo com indiferença. Em sua trajetória, a sua presença negra gerava constrangimento. Como é o caso da professora que se desculpava ao ensinar sobre o povo negro ou quando demonstrava "pena" em sala de aula. Novamente, o fenômeno da naturalização.

A narrativa de Rodrigo apresenta um elemento que tem sido utilizado para justificar as desigualdades raciais na sociedade brasileira – a idéia de que há lugares e posições a que os sujeitos estão mais ou menos aptos a ocupar. Neste caso, o esporte.

A maioria dos colegas meus é negro. No basquete, eles estavam dizendo que negro é quem desenvolve mais.

Quem diz isso?

O professor.

O que você acha disso?

Eu vou acreditar né. Cheio de esportista negro, tipo Michael Jordan, Shaquire O' Nell, só vi um branco famoso até agora que foi o Oscar, que é branco e foi o maior aí no meio do basquete.

O Michael Jordan, ele era negro, também passou por esse negócio de racismo. A primeira bicicleta dele foi em março de 1986. Ele trabalhou muito para conseguir. Eu tô tentando conseguir como ele. Ele é um exemplo pra raça negra. Eu não tinha um tênis pra jogar basquete. Tipo joga e se esforça. Eu não vou sair daqui pra jogar lá na casa do chapéu, jogar basquete. Eu me esforço. Estou fazendo o máximo que eu posso pra isso.

Além do Michael Jordan, que você disse ser um exemplo pros negros, tem mais alguém que você considera um exemplo pra raça negra?

> Tipo uma banda na Vila Aparecida de hip hop, a Banda Spig, também tem a participação de Charlie Brow. Já gravaram CD estão gravando até hoje. Também tem um grupo de hip hop, stret dance, a maioria são negros. Tipo assim, um pouquinho mais claro que a senhora [a pesquisadora], eu considero negro (Rodrigo)

Novamente, a fala e a presença do professor; desta vez sinalizando para uma certa "*positividade*" dos negros, limitada ao âmbito do esporte, reforçando o racismo já presente nas relações sociais, limitando a construção de projetos de futuro. Rodrigo é motivado por essa crença e busca referências negras especificamente na cultura e no esporte para legitimar seu envolvimento com o basquete, reforçado pela ideologia racista e estereotipada sobre os negros. Há uma idéia de que o sucesso vem simplesmente do esforço que cada um faz individualmente para alcançar seu objetivo.

Para BOURDIEU (1999, p. 59), crenças como essa permitem

à elite se justificar de ser o que é, a "*ideologia do dom*", chave do sistema escolar e do sistema social, contribui para encerrar os membros das classes desfavorecidas no destino que a sociedade lhes assinala, levando-os a perceber como inaptidões naturais o que não é senão efeito de uma condição inferior e persuadindo-os de que eles devem o seu destino social (cada vez mais estritamente ligado ao seu destino escolar, à medida que a sociedade se racionaliza) a sua natureza individual e a sua falta de dons.

Apesar do reconhecimento do racismo e das discriminações sofridas, podemos perceber que os jovens negros assumem positivamente seu pertencimento racial.

Ao falar de suas aprendizagens sobre os negros, o grupo Não-Negro aponta a escravidão como principal conteúdo tratado na escola, afirmando que o racismo era bem pior naqueles tempos.

> Apontam como naturais as brincadeiras baseadas em atributos raciais. César, no entanto, indica que há um limite para essas brincadeiras, apesar de não estabelecer o limite de que está falando.
>
> Aprendi sobre os negros. Aprendi que era discriminado. O racismo, na época, era bem pior do que hoje. Qualquer coisinha que iam falar era negão, macaco. Hoje em dia, não. Todo mundo chama negão daqui e dali, é normal, entendeu? Eu tenho um colega meu que é galego, outro é moreno. Um fica apelidando o outro, e já não dão bola, entendeu? Levam mais na esportiva. (...) "Neguinho", pra mim, é normal falar. Agora, passou disso, já ofende, entendeu? Porque é um ser humano igual a gente (César).

Percebemos a negligência da escola no que se refere à questão racial; o tema não tem merecido a devida importância. Quando tratado, restringe-se a momentos específicos, na maioria das vezes de modo superficial e localizado, predominando a visão do negro como escravo, sem história, sem cultura, sem religiosidade, sem linguagem, sem identidade. Ou ainda, de uma maneira bastante ilustrativa, apresentam-se as "contribuições dos negros", geralmente relacionadas à culinária e à música, encobrindo as relações de poder e os conflitos sociais, culturais, políticos e econômicos existentes na sociedade brasileira. Assim, vão sendo fragmentados os conhecimentos, as informações e a história, mantendo os estudantes negros e não-negros prisioneiros de uma história única, linear e dominante. Agindo assim, além de impedir que a população negra se reconheça, a escola impede também os não-negros de conhecerem e reconhecerem suas próprias culturas, dada a multirracialidade e o caldeirão étnico-racial da população brasileira.

Considerações Finais

As reflexões aqui apresentadas remetem para a necessidade de se desenvolver pesquisas que tenham a juventude negra e sua relação com a escola como problemática. Indicam também que a invisibilidade e a naturalização desta refletem o lugar que tem sido historicamente destinado à população negra, o que se manifesta também na construção de políticas públicas que contemplem os jovens negros.

Em seus relatos os jovens negros e não-negros questionam as escolas que freqüentaram, descrevem as violências que sofreram tanto em relação aos aspectos relacionados à aprendizagem quanto ao racismo. Entretanto, não culpam a escola pelas suas dificuldades; assumem para si o ônus das reprovações.

Entre os dois grupos os jovens negros são os mais reprovados e os que mais naturalizam essas desvantagens em seus processos escolares; como se um certo destino de raça e de classe justificasse tais desigualdades.

O retorno dos jovens negros à escolarização indica que eles reconhecem o valor da escola para sua emancipação, apontando algumas razões para isso: todos os jovens negros afirmam que gostam de estudar e que pretendem dar continuidade aos estudos. Demonstram a auto-estima mais elevada e apresentam interesse pela escola. Desse modo, a empregabilidade como perspectiva de futuro não é o único motivador para que permaneçam na escola, o que contraria aqueles que a consideram apenas uma porta certa para o mercado de trabalho com melhor remuneração.

Notas

A Ejac utiliza as dependências de uma escola pública estadual e está localizada próximo a principal via de acesso à Ilha de Santa Catarina. Em seu entorno encontra-se uma das maiores ocupações urbanas da cidade e detém a maior concentração de famílias em situação de empobrecimento.

2 Sposito (2003), Dayrell (2003), Cardoso e Sampaio (1995), Fraga e Lulianelli (2003)

3 Importante salientar que algumas iniciativas, como a do Concurso Negro e Educação, já em sua terceira edição, e a criação da Associação de Pesquisadores Negros, podem provocar alterações nessa realidade.

4 Sobre análise das desigualdades raciais no mercado de trabalho, ver Paixão (2003).

5 McLaren (1991) apresenta algumas caracterizações para referir-se aos comportamentos esperados dos estudantes na escola, são eles: estado de estudante, o papel do aluno no espaço escolar, seu comportamento em aula; estado de esquina de rua, os espaços fora da aula, intervalos, corredores, onde os estudantes voltam a ser jovens ou crianças reais;e estado de santidade, aqueles momentos dedicados à religiosidade, no caso da pesquisa de McLaren, o lugar da oração.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Eliane R. (2004). Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. In: OLIVEIRA, Inês B. & PAIVA, Jane. *Educação de Jovens e adultos*. Rio de Janeiro.

BORDIEU, Pierre & CHAMPAGNE, Patrick. (1999). "Os excluídos do interior". In: NOGUEIRA, Maria A. & CATANI, Afrânio. *Escritos de Educação*. Petrópolis : Editora Vozes.

BORDIEU, Pierre. (1999). "A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura". In: NOGUEIRA, Maria A. & CATANI, Afrânio. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Editora Vozes.

CARDOSO, R. & SAMPAIO, H. (1994). Estudantes universitários e o trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS, N. 26.

DAYRELL, Juarez. (2002). Juventude e escola. In: SPOSITO, Marilia (Coord.). *Juventude e escolarização (1984-1998).* Brasília: Inep.

_____. (2003) O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPED, n. 24.

FRAGA & LULIANELLI (2003) (Orgs.) *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha B. (1995). Quebrando o silêncio: resistência de professores negros ao racismo. In: SERBINO, Raquel V. (Org.). *A escola e seus alunos: o problema da diversidade cultural.* São Paulo: Ed Unesp

HASENBALG, Carlos e SILVA, Nelson V. (1990). Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 73.

MUNANGA, Kabengele. (2000). "O preconceito racial no sistema educativo brasileiro e seu impacto no processo de aprendizado do 'alunado' negro". In: AZEVEDO, Clóvis, GENTILI, Pablo, KRUG, Andréa e SIMON, Cátia. *Utopia e democracia na educação cidadã*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/Secretaria Municipal de Educação.

_____ (2004). "Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia". *Cadernos do Penesb*. Niterói/Rio de Janeiro: EdUFF.
HADDAD, Sérgio, (2000). *Estado da arte das pesquisas em Educação de Jovens e Adultos no Brasil*: a produção discente da pós-graduação em educação no período 1986 a 1998. Inep: MEC (Série Estado e Conhecimento, nº 8).
HENRIQUES, Ricardo, (2001). *Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90.* Brasília: Ipea.
MCLAREN, Peter, (1991). *Rituais na escola*: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação. Petrópolis, RJ: Vozes.
PAIS, José .M. (1996). As correntes teóricas da sociologia da juventude. In: *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional.
PIZA, Edith. (2002). Porta de vidro: entrada para branquitude. In: BENTO, Maria A., CARONE, Iray. Psicologia *social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes.
SPOSITO, Marília (2002). (Coord.). Juventude e escolarização (1980-1998). Brasília:MEC/Inep/Comped. (*Série Estado e Conhecimento*)
_____. (2003). Juventude e políticas públicas no Brasil. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPED, 2003

Discursos e representações sobre relações étnico-raciais nos manuais escolares em países de língua portuguesa1

Aracy Alves Martins
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
aracyamartins@gmail.com

> A poesia da Negritude distingue-se da
> restante literatura africana de língua portuguesa
> pelo obsessivo tratamento da raça e da cor negras,
> qualificando-as com valores reais e simbólicos,
> reagindo,
> desse modo,
> ao racismo branco:
> "o sangue negro, o sangue bárbaro"(Noémia de Souza).
> (Laranjeira, 1995, p. 29)

Resumo: O projeto que abriga este texto pretende desenvolver, em interação com países de língua portuguesa, estudos sobre os discursos que circulam em livros didáticos/manuais escolares de História e de Língua Portuguesa, com o objetivo de analisar os gêneros textuais, verbais e iconográficos, escolhidos para compor as obras, bem como as atividades destinadas aos alunos, no tocante à história, à cultura, às representações sobre os negros e às relações étnico-raciais, como contribuição para a formação de professores desde o Ensino Básico, tematizando racismo e discurso (Van Dijk, 2008), ou mais especificamente no Brasil, uma centralidade discursiva do branco como norma de humanidade (Silva e Rosemberg, apud Van Dijk, 2008). Este é um projeto de pesquisadores ligados a um Curso de Especialização Lato Sensu, da área de "História da África e Culturas Afro-Brasileiras: uma introdução à lei 10.639/2003", num momento em que professores de Educação Artística, Literatura e História declaram não se sentir preparados para trabalhar adequadamente esses conteúdos, conforme prevê essa lei (atualizada pela Lei 11.645, março 2008), no Brasil. Este texto apresenta uma análise de dados, pelo ponto de vista da análise de conteúdo e da análise do discurso, relativos a essas questões, em livros didáticos de Língua Portuguesa e de História, no Brasil e em países africanos de língua portuguesa.

Introdução

Nascido das indagações de um grupo de professores universitários, docentes de um Curso de Formação Continuada de Professores, no interior do Programa de Pós-graduação Especialização *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, destinado a professores de Rede Municipal de Belo Horizonte, mais especificamente da área de concentração "História da África e Culturas Afro-Brasileiras: uma introdução à lei 10.639/03", este texto problematiza as questões trazidas por esses professores da escola básica pública brasileira, em diálogo com uma preocupação com manuais escolares/livros didáticos, que, por sua vez, formam e informam os professores.

1 Pesquisa com apoio, no Brasil, do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Resultado de lutas incansáveis e persistentes do Movimento Negro, o Presidente da República sancionou, no Brasil, a Lei 10.639, em 2003, complementada pela Lei nº 11.645, de março de 2008, instituindo que "os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras". Os professores brasileiros, no entanto, sentem-se despreparados para tratar dessas temáticas com os alunos da escola básica, formados que foram (fomos) por uma concepção eurocêntrica.

Como pesquisadora do CEALE – Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita/FAE/UFMG -, já tendo desenvolvido pesquisas relativas à caracterização e ao uso dos livros didáticos de Português (Martins, 2005), percebo a relevância de, enquanto coordenadora de área do Curso de Especialização História da África e Culturas Afro-Brasileiras: uma introdução à lei 10.639/03, acolher as questões levantadas nos nossos encontros de professores dos educadores do curso de Pós-graduação, propondo fazer uma análise de manuais escolares/livros didáticos, pela perspectiva da Análise Crítica do Discurso, em especial, considerando o discurso racista (Dijk, 2008). Esse Curso de Especialização é uma iniciativa do Programa Ações Afirmativas na UFMG, que desenvolve as suas pesquisas através do NERA - *Núcleo de Estudos* e *Pesquisas de Relações Étnico-raciais* e *Ações Afirmativas*.

Considerações preliminares

Além do pertencimento étnico, as inquietações dos professores, acima, instigaram esta investigação sobre relações étnico-raciais, entre tantas outras relações problemáticas nos dias atuais, sob o guarda-chuva do multiculturalismo (Martins & Cosson, 2008, p. 53): de gênero, sexo, idade, outras etnias e outras segmentações.

Quando se fala em relações étnico-raciais, fala-se em racismo, termo a respeito do qual há controvérsias, principalmente por parte de quem o pratica, consciente ou inconscientemente, e não o assume conscientemente. Tentando mapear a situação, Wieviorka (2002, p. 11) arrisca uma primeira definição, no primeiro parágrafo de um livro, que será uma introdução ao que seja racismo: "*consiste em caracterizar um conjunto humano por atributos naturais, associados por seu turno a características intelectuais e morais que valem para cada indivíduo que releva desse conjunto e, a partir daí, em instaurar eventualmente práticas de inferiorização e de exclusão*". Este autor afirma, ainda (p. 59), relembrando Lévi-Strauss2, que a raça (...) não é uma realidade biológica ou genética, mas uma construção social.

Este estudo, que se insere no contexto brasileiro, ainda se encontra na fase de tender a aceitar a idéia de que o conhecimento aumenta a capacidade de ação, embora alerte contra isso este mesmo autor. Este texto está assumindo que os professores que se interessam por construir, paulatinamente, conhecimentos sobre a África e sobre a cultura afro-brasileira estão comprometidos em alicerçar com bases mais sólidas, sociológicas, históricas e culturais, a sua capacidade de ação, junto a seus alunos, à família e à comunidade, na elaboração e realização de projetos que abordam essa temática e, por isso, trazem à tona conflitos e contradições difíceis de serem enfrentadas, a não ser a partir da compreensão dos fenômenos que, inesperada, inexplicável e abruptamente, emergem, porque internalizados e inconscientes, justamente por terem sido fruto de uma outra construção social.

Do mesmo modo, fazendo o mesmo exercício, este texto traz uma problematização sobre a trajetória de produção acadêmica desta pesquisadora, semelhante à que Van Dijk (2005, p. 259) faz, quando produz um texto intitulado "Da gramática do texto à análise crítica do discurso", no qual afirma ter trabalhado a linguagem, inicialmente por uma perspectiva lingüística, depois por uma perspectiva discursiva. Agora, afirma que a partir de uma dimensão "crítica", a análise do discurso deveria participar ativamente, com o seu estilo acadêmico próprio, nos debates sociais e fazer investigações que poderiam servir aqueles que mais precisam delas, em vez de servir aqueles que pagam mais (...), querendo saber como o discurso atua, expressa, justifica ou contribui para a reprodução da desigualdade (...), escutando as experiências e as opiniões dos grupos dominados. Nessa perspectiva, como professora de Língua Portuguesa, com mestrado e doutorado em Educação, faço um alargamento do trabalho de pesquisa, pelo ponto de vista da análise do discurso sobre estratégias de leitura em manuais escolares/livros didáticos, para investigar, por um ponto de vista crítico, como os manuais de Português, mas também os manuais de História (conhecimento que está se construindo paulatinamente, ao longo da investigação, em interação com outros pesquisadores3 e com os sujeitos da pesquisa), considerados como um discurso pedagógico (Bernstein, 1996) autorizado nacionalmente, em cada país de Língua Portuguesa, tratam as relações raciais e as relações com a cultura africana, mesmo, e sobretudo, nos países africanos (Cf. Martins, 2008).

Essa última ressalva se justifica por tudo que se lê hoje sobre as relações entre o Norte global e o Sul global (Santos, 2008; Meneses, 2008), bem como as relações Sul/Sul, nas quais se insere este estudo sobre manuais escolares em países de Língua Portuguesa, entre eles o Brasil, país com características do Sul global.

Em Hountondji (2008), o enunciador, nessa relação Norte/Sul, se inverte, por se tratar de um acadêmico, pesquisador, professor de Filosofia da Universidade de Cotonou, em Benim. É um sujeito da África, que se (pre)ocupa com a África, propondo "*uma nova orientação e novas ambições para a investigação feita por africanos em África*", numa

2 Claude Lévi-Strauss. Race et culture. Revue internationale des sciences sociales, nº. 4, pp. 647-666, 1971. "Longe de devermos perguntar-nos se a cultura é ou não uma função da raça, descobrimos que a raça – ou o que geralmente se entede por esse termo – é uma função, entre outra, da cultura".

3 Computo como fundamental, para uma importante integração de conhecimentos, a minha participação, fora da minha área de estudo e pesquisa, Educação e Linguagem, na Universidade de Coimbra, do Colóquio Internacional Desafios aos direitos humanos e à justiça global: a luta pela igualdade e pelo reconhecimento da diferença, comemorativo aos 30 Anos CES – Centro de Estudos de Ciências Sociais, em 27 e 28/11/08. http://www.ces.uc.pt/direitoshumanoscoloquio/

estratégia de se incluir entre os sujeitos concretos africanos, através do uso da primeira pessoa do plural, "nós" (nos permita, nossas próprias questões4), sujeito sintático dos verbos a seguir (temos, estamos) :

Hoje temos em África, nos diversos campos do meio acadêmico, comunidades científicas regionais, sub-regionais e nacionais. Temos universidades e centros de investigação, alguns deles muito bons. Temos excelentes cientistas e investigadores, alguns dos quais com carreiras muito bem sucedidas. Apesar de todo este progresso, contudo, ainda estamos muito longe de atingir aquele que consideramos ser o nosso objetivo final: um processo autônomo e autoconfiante de produção de conhecimento e de capitalização que nos permita responder às nossas próprias questões e ir ao encontro das necessidades tanto intelectuais como materiais das sociedades africanas.

Nesse sentido, Meneses (2008, p. 5), citando Santos (1995)5, apresenta três orientações sobre as quais se assenta uma Epistemologia do Sul: "*aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul*". Numa leitura lingüístico-discursiva desse excerto, instaura-se a constatação do Sul como manancial de saber, de onde se pode construir conhecimento, ou seja, "aprender". Posteriormente, mudam-se os rumos: o Sul sempre se dirigiu ao Norte; agora há a possibilidade de o Norte se dirigir ao Sul. Com relação ao emprego das preposições, após a afirmativa da existência, do reconhecimento a respeito do Sul, as preposições ou expressões prepositivas conferem ao Sul uma função não mais de objeto, mas de sujeito, quando ele (o Sul) se torna um objetivo, um destino "*para*" onde as pessoas vão, para onde as atenções se voltam. Além disso, o Sul se transforma em fonte e não em receptáculo de conhecimento dos outros, já que se pode aprender "*a partir do*" Sul e, sobretudo, partilhando "*com*" os sujeitos do Sul. Essas são possibilidades vislumbradas, a fim de que se arrefeça, por parte do Sul global, a "luta incessante pela sobrevivência e pela libertação, frente às imposições com que o Norte global e a sua epistemologia imperial exercem a sua dominação sobre o Sul global".

Por tudo o que foi exposto, metodologicamente, se este estudo tem como objetivos:

a) identificar, caracterizar e analisar as dimensões organizacionais, mercadológicas e estruturais das políticas públicas sobre os livros didáticos/manuais escolares em países de língua portuguesa;

b) analisar os gêneros textuais, verbais e iconográficos, escolhidos para compor as obras, bem como as atividades destinadas aos alunos, no tocante à história, à cultura, às representações sobre os negros e às relações étnico-raciais, como contribuição para a formação de professores desde o Ensino Básico, essas análises serão realizadas pelo ponto de vista da Análise Crítica do Discurso.

Neste texto, serão abordadas as questões centrais da pesquisa, focalizando dois principais aspectos, em dois países de Língua Portuguesa, Brasil e São Tomé e Príncipe, dos quais se obtiveram dados concretos para categorização e análise preliminar: em primeiro lugar, aspectos organizacionais, mercadológicos e estruturais; em segundo lugar, aspectos crítico-discursivos de manuais escolares de cada um dos dois países.

Sobre Manuais Escolares/Livros Didáticos

É incontestável que, em qualquer país, como no Brasil, o manual escolar/livro didático seja considerado *o principal impresso utilizado por professores e alunos*. (Batista, 2001, p. 12). Nesse sentido, nosso pensamento, nossa interpretação e nossa comunicação sobre problemas cruciais, como a pobreza, a fome, as doenças, a violência contra as mulheres, o racismo, são, na maior parte das vezes, expressos ou reproduzidos através do texto ou da fala e muitas vezes constituídos discursivamente. O que a maioria de nós *sabemos* sobre esses problemas sociais fundamentais é o que lemos sobre eles no jornal ou em livros ou o que vemos na televisão, e com isso esse conhecimento e muitos de seus formatos são construídos discursivamente desde o começo; e o mesmo ocorre com muitas das maneiras que usamos para falar sobre eles e agir a seu favor ou contra eles. (Van Dijk 2004, p. 14)

Pelo ponto de vista da Educação, sabemos que condicionantes escolares, como parâmetros curriculares, **livros didáticos/manuais escolares** (Choppin, 2002, p. 22), constroem permanentemente modelos mentais, em crianças e jovens, em momentos de socialização secundária, desde o início da escolarização. Dessa forma se dá também a construção de noções concernentes às representações dos negros, da África, das relações étnico-raciais, objetos desta pesquisa.

Este projeto pretende realizar, em diversos países de língua portuguesa, estudos sobre os discursos que circulam em livros didáticos/manuais escolares das escolas regulares de Ensino Básico, corroborando as (pré)ocupações multidisciplinares de Van Dijk (2008, p. 21), quando afirma, peremptoriamente, que, pelo ponto de vista do discurso da educação e da pesquisa (além de considerar o discurso político e midiático), "precisamos de uma análise das estruturas e estratégias dos gêneros do discurso pedagógico6 (currículos, **livros didáticos**, aulas, interação em sala de aula), assim como uma análise contextual para descrever e explicar como esses discursos contribuem fundamentalmente para a reprodução do racismo". Isto porque é dessa forma que muitas crianças recebem informações sobre os Outros – ou seja, sobre os Outros étnicos, mediante a hegemonia branca européia –, sobre povos de outras partes do mundo, enquanto inevitáveis modelos mentais, internalizados em sua família, em seus grupos sociais e na sociedade como um todo. (Martins, 2008)

Reportando-se a pesquisas já realizadas, em outras partes do mundo, após se referir à mídia, Van Dijk (2005, p. 257), argumenta que outra fonte importante de estereótipos e de preconceitos étnicos, dos quais são vítimas centenas e

4 Observe-se o termo "próprias" reforçando o termo "nossas", significando que as questões surgem do cotidiano, da história, da cultura dos africanos, e não são importadas de "outros" povos.

5 Boaventura de Sousa Santos (1995), Toward a New Commom Sense: Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition. New York: Routeledge.

6 Sobre a construção social do discurso pedagógico, ver também Bernstein, 1996.

milhares de crianças, são os manuais escolares. Segundo esse autor, em suas pesquisas, tanto as minorias como as pessoas do Sul em geral são ainda representadas, nos manuais, em situações verticais e assimétricas, não só como "pobres", "atrasadas" ou "primitivas", mas também como criminosas e agressivas.

No Brasil, Silva Filho (2005, p. 126), analisando manuais escolares de História, verifica que, no discurso verbal e iconográfico, prevalecem representações sobre "o tráfico, a escravidão e a resistência daqueles que, reagindo ao castigo, fugiam". Silva, por sua vez, encontra, em suas pesquisas, o branco como representante da espécie *versus* a sub-representação do negro: negros aparecem menos freqüentemente em contexto familiar; desempenham número limitado de atividades profissionais, em geral de menor prestígio e poder; personagens negros aparecem em posição coadjuvante ou como objeto da ação do outro; negros são representados como escravos, instituindo *o branco como norma de humanidade* (Silva e Rosemberg, 2008, p. 105).

Em um exercício exploratório, com vistas a estabelecer os procedimentos metodológicos de sua pesquisa, Junia (2008) constata que "*Aceitar*" e "*Conviver*" são atitudes incentivadas, nos livros didáticos observados, diante das diferenças raciais, culturais, de gênero. Nem sempre a criança é levada a pensar a diferença como construção social. Nesse sentido, dois pontos se configuram problemáticos e questionáveis, quando se fala em "*Aceitar*" e "*Conviver*": em primeiro lugar, uma aproximação com aquilo que no Brasil se chamou de "democracia racial", em que se presumiu uma vida cordial e pacífica entre brancos e negros nos engenhos de cana-de-açúcar, ignorando uma série de atividades de resistência, através dos quilombos. Em segundo lugar, aceitar e conviver se avizinham do campo semântico de "tolerância", que nada mais é que uma estratégia utilizada por quem detém o poder em relação ao "outro", mascarando, neutralizando, mas mantendo o racismo implícito na relação, não com atitudes autênticas, fidedignas, verdadeiras, mas com atitudes ensaiadas, comportamentais, permissivas, condescendentes, apenas politicamente corretas, conforme se pode perceber em verbetes de dicionários7, tais como:

Tolerância: acto de não exigir ou interditar, mesmo podendo fazê-lo; condescendência; indulgência;

Tolerar: agüentar; portar-se bem; consentir tacitamente; ser indulgente; deixar passar.

Feitas essas considerações sobre os manuais escolares/livros didáticos, passamos a analisar os dois aspectos anunciados: aspectos estruturais e aspectos discursivos dos manuais escolares/livros didáticos dos dois países de Língua Portuguesa: Brasil e São Tomé e Príncipe.

Sobre Aspectos Estruturais das Políticas Públicas

Investigando sobe os aspectos estruturais das políticas públicas implementadas pelos dois países aqui considerados, Brasil (BR) e São Tomé e Príncipe (STP), constata-se, no Brasil, um programa sólido de avaliação e distribuição de livros didáticos, que percorre várias etapas (*Cf.* Anexo 1), ressaltadas aqui apenas aquelas ações que interessam a este estudo: avaliação, guia do livro/escolha e distribuição/utilização.

Assim, no Brasil, "com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, a construção da cidadania e o desenvolvimento intelectual e cultural dos estudantes" (Brasil, 2008)8, os manuais escolares/livros didáticos, produzidos pelas editoras, sob condições estabelecidas por edital, passam pela *avaliação* de especialistas de cada área do conhecimento, conforme critérios teórico-metodológicos também divulgados por edital. As resenhas a respeito de cada manual aprovado, produzidas por esses especialistas, são divulgadas aos professores através do *Guia do livro didático*, a fim de que estes possam se basear para definir sobre qual manual escolar/livro didático recairá sua *escolha*. A partir dessa escolha, os pedidos são feitos e as negociações são feitas com as editoras, a fim de que os livros escolhidos sejam produzidos e disponibilizados para *distribuição*, geralmente com o selo de aprovação pela equipe de avaliação, como, por exemplo, "*PNLD* 2010", antes do início do ano letivo e para *utilização* pelos alunos por três anos:

Cada aluno tem direito a **um exemplar** das disciplinas de língua portuguesa, matemática, ciências, história e geografia que serão estudadas durante o ano letivo. Confeccionado com uma estrutura física resistente, o livro deve ser reutilizado, por três anos consecutivos, beneficiando mais de um estudante nos anos subseqüentes, exceção feita à cartilha de alfabetização e aos livros de 1ª série.

A distribuição dos livros é feita diretamente pelas editoras às escolas, por meio de um contrato entre o *FNDE* e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Essa etapa do *PNLD* conta com o acompanhamento de técnicos do FNDE e das secretarias estaduais de Educação.

O FNDE ampliou sua área de atuação e passou a distribuir, além dos livros didáticos para o ensino fundamental, também para o ensino médio, **dicionários** de língua portuguesa e **obras em braille**.

(http://www.fnde.gov.br) (BR)

Em São Tomé e Príncipe, no interior de um projeto para "Expansão e Melhoria Qualitativa do Ensino da Língua Portuguesa", segundo dados encontrados nos próprios impressos, a produção de manuais escolares é realizada, não por editoras comerciais do mercado editorial, mas pelas Edições Asa, em Portugal, para o Ministério da Educação e Cultura, em

7 http://www.priberam.pt

8 Cf. também Soares, 1988 e 2000; Choppin, 1992; Batista, 1997; Castro, 1999; Dionísio, 2000; Rojo e Batista, 2003; Batista e Costa Val, 2004, Bunzen, 2005, Costa Val et al, 2005.

Cooperação técnica entre o país e a Fundação Calouste Gulbenkian, de Portugal, e financiamento da Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA), do Banco Mundial. O manual escolar é "propriedade do Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe" (ficha técnica, folha de rosto e contracapa). Segundo informações dos professores, sujeitos da pesquisa, a distribuição é feita para os alunos, também no início do ano letivo, embora com algum atraso (fato que também se verifica no Brasil), de manuais escolares apenas de Língua Portuguesa, e não de outras áreas do conhecimento.

Nesse sentido, professores do Ensino Básico que responderam aos questionários manifestaram-se interessados em ser participantes do processo, bem como interessados na produção de livros no próprio país, embora não vislumbrem bem as condições para que isso aconteça: "*Gostaria que os manuais fossem produzidos cá, para acompanhar o nosso meio*".

Uma professora de História, encontrada na Embaixada do Brasil, em São Tomé, realizando uma atividade, aberta ao público, com os seus alunos, no interior do Projeto "Estórias com História: Cinema ao serviço da Educação", comenta, em seu questionário, não somente como se configura o manual escolar naquela realidade – textos selecionados pelos delegados e metodólogos, materiais auxiliares de acordo com o programa oficial, sebentas, materiais construídos pelos professores, fotocópias – , mas também, e sobretudo, qual a sua contribuição nesse processo:

Não existem **manuais** na maioria das disciplinas, como suporte pedagógico-didáctico das mesmas, à excepção da disciplina de **Língua Portuguesa**. No entanto, segundo creio, os mesmos foram substituídos por textos que foram selecionados **pelos delegados e metodólogos** da disciplina nos últimos dois anos, *de forma a que os conteúdos se tornem mais actualizados e motivadores no contexto do processo ensino-aprendizagem.*

Face à inexistência de manuais, todos os **materiais auxiliares** são construídos tendo por base a necessidade dos alunos em terem um suporte que os oriente no seu estudo. Estes materiais são construídos **de acordo com o programa oficial** do Ministério da Educação são-tomense, *no entanto é meu objectivo, sempre que possível, proceder a uma contextualização dos conteúdos face à história do continente africano e à história nacional e local.*

As **sebentas** são construídas tendo em atenção as lacunas de vocabulário, as aprendizagens feitas anteriormente e o que consideramos (pelo bom senso e experiência) que o aluno não sabe,

Os restantes anos lectivos trabalham da mesma forma, ou seja, com **materiais** que os vários **professores** vão **construindo**.

Os alunos têm acesso aos materiais através de **fotocópias**. As mesmas são da sua responsabilidade.

A mesma professora arremata essa caracterização, apontando a necessidade dos manuais escolares, para se trabalhar os diversos gêneros textuais, ao considerar as condições dos jovens com quem trabalha: "Devido ao facto de os alunos não estarem habituados a trabalhar com manuais, estes não sabem fazê-lo. **Analisar imagens, textos, barras cronológicas, localizar países, são tarefas complexas** às quais os alunos respondem de forma insuficiente. **Os suportes escritos são por isso essenciais."**

Finalmente, a mesma professora verbaliza preocupações já apresentadas em outras partes deste texto, como professora de História, no tocante aos modos como a África é vista e como ela poderia se ver e se sentir, em suas necessidades e suas vivências:

Não existe a concepção de uma "*história das mentalidades*" africana, como existe, por exemplo, na Europa e cai-se sistematicamente no **erro de falar de África segundo uma perspectiva europeísta**. Essa é uma tendência que pretendo, dentro do possível, abandonar, centrando a abordagem desta questão nos **pontos de vista africanos**, fruto das necessidades e vivências africanas. Não conheço a realidade de outros países africanos, mas, em S. Tomé, a história de África é na generalidade desconhecida e até mesmo desvirtuada de todo o seu **sentir**.

Sobre os Aspectos Discursivos

As análises desta parte do texto serão realizadas pelo ponto de vista da Análise Crítica do Discurso, que se interessa essencialmente pela "maneira como o poder, a dominação e a desigualdade social são estabelecidos, reproduzidos" e, o mais importante, pela maneira como são "combatidos através do discurso" (Van Dijk, 2004, p. 12), considerando "*a idéia de que a palavra é uma forma de ação*" (Iñiguez, 2004, p. 110), a idéia de que a linguagem pode afetar a realidade social – a idéia de que se pode "*fazer coisas com palavras*" (Austin9, apud Iñiguez, 2004, p. 126). Metodologicamente, essas perspectivas significam, abandonar duas imagens comuns, ou seja a visão da linguagem como uma série estática de descrições e do/a analista como mero/a coletor/a de dados neutros, isso porque os discursos e também as análises que deles fazemos são consideradas práticas sociais (Iñiguez, 2004, p. 126; Rojo, 2004, p. 206).

Esses três autores, com base na visão tridimensional da linguagem (como prática textual, prática social e prática discursiva), elaborada por Fairclough (2001), apresentam as transformações que se operam no campo da linguagem, desde o giro lingüístico, passando pelo giro pragmatista, até o giro discursivo, que por sua vez se alarga para chegar à Análise Crítica do Discurso, dando uma especial atenção para o poder gerador dos discursos, proporcionando aos sujeitos ferramentas para a análise de discursos próprios e alheios (Rojo, p.208-212).

Serão analisadas abaixo a abertura de duas unidades contidas em manuais escolares dos dois países: a primeira, do Brasil, de um manual escolar de História (*Cf.* Anexo 2A) ; a segunda, à falta de manuais de História em São Tomé e Príncipe, de um manual escolar de Língua Portuguesa (*Cf.* Anexo 2B), cuja temática de relaciona com a África, objeto desta pesquisa.

9 AUSTIN, J. (1990) Quando Dizer é Fazer. Porto Alegre: Artes Médicas.

Manual Escolar do Brasil

A abertura desta unidade 9 do manual escolar brasileiro (Anexo 2A) traz para ser problematizado o termo *descolonização*, como um processo que apenas se inicia, desde 1945, mas que ainda está em curso, pois a data, abaixo do título, continua em aberto. Tudo isso tem a ver com as relações Norte global/Sul global de dominação/libertação; cada país, de cada um dos dois continentes, à sua maneira, com as suas características e lutas próprias.

Com muita perspicácia, a autoria expõe quatro gêneros textuais distintos: um texto didático, uma breve biografia, uma foto e um poema, já anunciando, ao final do texto didático, a biografia do autor do poema e um mapa a ser examinado, nas páginas seguintes. Nesse mapa a ser examinado, os alunos encontrarão o significado do prefixo [*des*-], ou seja, dos movimentos de libertação travados para que as diversas *colônias* deixassem de se subjugar à Europa, construindo processos de des-colonização.

Não se sabe qual dos textos chama mais a atenção dos jovens. Provavelmente a foto, que representa dois senegaleses, em uma postura corporal inusitada, que poderia ser uma dança, uma luta, um passo de capoeira, uma obra de arte, que os negros disseminam pelo mundo, em suas vivências. Esta não é uma foto qualquer: é de autoria de Pierre Verger, um fotógrafo etnólogo francês, doutor em estudos africanos, respeitado pelos africanos por fazer a sua ciência e a sua arte, partindo da perspectiva dos africanos, ao ponto de ser aceito e convidado para cerimônias religiosas, na África, vedadas aos brancos.

Provavelmente o poema "*Voz de sangue*" salte mais aos olhos, depois (ou antes) da foto, por seu texto breve e leve. Com título sugestivo, como se sangue pudesse ter voz, como efetivamente tem: a voz da origem, da história, da memória, da raça. Os termos em língua inglesa, longe de chocarem pelo estrangeirismos, mostram até onde vai a influência dos negros africanos, espalhados por todos os continentes, cunhando nominalizações, como o *blue*, no mundo dos brancos, no campo da arte, dos *cantos*, das *vozes*, dos *ritmos*, sem deixar de falar dos *esfarrapados* e dos negros *servidores*, ingredientes dessa história, que termina em Dor (profunda e contundente, em maiúscula, porque é grande) e em que o autor, proeminente personagem do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), primeiro presidente angolano, coloca-se como *irmão*. Ressalta-se que a penúltima estrofe traz um conceito importante para o estudo da História da África: as *várias* e *emaranhadas* Áfricas, no plural, porque são muitas e muito diferentes entre si. Ao final do poema, a autoria do manual escolar se utiliza de uma estratégia de construção de comunidades de leitores: indica o *site*, para que os alunos busquem outros textos, usando o seu próprio jeito de interagir com o mundo: pela Internet.

O texto didático talvez seja o que vai, contextualizando, unir todos esses universos, preparando os alunos para o que vem mais adiante no livro. Contextualiza a Segunda Guerra Mundial, as funções da ONU e anuncia os diferentes movimentos de libertação que serão estudados no capítulo.

Para que não se faça um exercício desequilibrado de análise, interrompem-se aqui esses comentários discursivos, com base no fato de que o manual escolar são-tomense não traz atividades a serem realizadas pelos alunos. Assim sendo, as atividades do livro didático brasileiro não serão analisadas: exploração do poema e sua relação com o título da unidade, estudo das colonizações a partir do mapa, cronologia dos movimentos de libertação de países da África e da Ásia, informações sobre vários movimentos de libertação dos "novos países", com fotos, biografias, comunicados, outros textos verbais e visuais a serem analisados e, em especial, um texto encontrado na Internet, com o título "*Pelo amor de Deus, parem de ajudar a África*", do economista Thilo Thielke (UOL, Mídia Global). Este e outros endereços eletrônicos são disponibilizados aos alunos, entre "*outras fontes*", como livros e filmes, sobre a temática da unidade.

Manual Escolar de São Tomé e Príncipe

Há um aspecto discursivo preliminar, no caso de São Tomé e Príncipe que precisa ser problematizado discursivamente. O fato de aparecer, na ficha técnica, na folha de rosto e na contracapa, o nome da Fundação Calouste Gulbenkian é bastante significativo, tornando-se mais ainda, porque, a cada momento o nome é introduzido de modo diferente, configurando também ações diferentes. Na folha de rosto, o nome desta instituição aparece, abaixo tanto do nome da República Democrática quanto do nome do Ministério, sem nenhuma substantivação da sua atuação junto ao país São Tomé e Príncipe. Na contracapa, porém, o texto introduz primeiramente a Gulbenkian, afirmando que o "manual foi elaborado com a *assistência técnica*" da referida fundação. Na ficha técnica, aparece primeiramente a Fundação, mas sua atuação vem substantivada com um termo diferente: "*Cooperação entre a Fundação Calouste Gulbenkian e a República Democrática de São Tomé e Príncipe".*

Embora a Fundação apareça em primeiro lugar, o termo *co-operação* (operação, atuação partilhada por sujeitos similares) arrefece, discursivamente, o sentido vertical e assimétrico do termo assistência10.

Assistência

Intervenção num processo de alguém não directamente envolvido (não é autor nem réu) mas no qual tem interesse;

Conjunto de organismos oficiais que, de acordo com a legislação, sistematizam e organizam a assistência, a distribuição de auxílio médico e social a pobres, doentes, menores, abandonados, órfãos, idosos, etc.

Cooperar (Cooperação)

10 http://www.priberam.pt

Operar simultaneamente; colaborar em comum.

De fato, ao adentrar no conteúdo do manual são-tomense aqui analisado, foi possível constatar como São Tomé está presente nos textos verbais e visuais escolhidos para compor a obra: fotos, monumentos, topografias, temáticas, literatura, trava-línguas, contos, lendas, produtos da cultura, além de um glossário de São Tomé e Príncipe.

A unidade 7, aqui analisada (Anexo 2B), tendo como título "O País", apresenta a bandeira e o desenho do mapa das ilhas que perfazem São Tomé e Príncipe, trazendo escritos os nomes dos distritos. Também em desenho, aparece uma imagem significativa: uma mulher negra, com roupa clara, rodada, lenço no cabelo e pés descalços, carrega uma tigela, provavelmente com um dos pratos típicos, como se pode imaginar: calulu, blá-blá, misonguê, isaquente, ou outros. Nesse sentido, a mulher está de frente para outras imagens que, além do cacau e da banana, sugerem frutos da terra ou frutos do mar. Todos esses símbolos nacionais se relacionam com a identidade do jovem de São Tomé e Príncipe e bastariam para trabalhos orais ou escritos, se não fosse a presença, ainda, de dois textos, em forma de versos.

O poema mais visível, "*África*", de Carlos Espírito Santo, retirado de *Poesia do Colonialismo*, instiga os jovens à luta cotidiana, no *seu tempo*. Não basta levantar e caminhar, pois há percalços a serem vencidos, como aconteceu na história dos povos daquelas ilhas: é navegar contra mares, pois eles algemam; e revoltar-se contra as algemas, pois elas esquartejam.

Em verso solto, destacado, vem à tona toda a relação socioeconômica da relação Norte global/Sul global, já mencionada neste texto:

encarniça-te contra os dólares que te subjugam,

As escolhas discursivas são certeiras: *encarniçar* traz em si um ímpeto avassalador: tornar furioso; assanhar-se; enfurecer-se; acometer com fúria e pertinácia. *Contra* quê toda essa fúria? Contra aquilo que sub-juga (jugo significa canga que se põe nos bois), quer seja, os dólares, e toda a dominação, a submissão, a opressão que eles representam. Por isso o poeta convida: levanta-te e caminha, África!, com exclamação, para marcar o sentimento de quem escreveu e suscitar o sentimento de quem lê! África, aqui, significando os jovens, que vivem certamente situações outras de opressão nos dias atuais.

O outro poema é sobre um topônimo, que certamente encanta os jovens são-tomenses, para ser apreciado em suas imagens e cores, como fazem as obras poéticas, nos processos de formação dos leitores literários, e que termina com exclamação, pelas mesmas razões acima:

> Praia das Sete Ondas
>
> Olha a "Praia das Sete Ondas"
>
> sete ondas todas iguais,
>
> como se fossem irmãs.
>
> Sete irmãzinhas redondas,
>
> todas de branco trajadas,
>
> de espuma e de cambraia...
>
> Todas sete nas manhãs
>
> Estivais.
>
> Nas tardes ensolaradas
>
> e noites enluaradas,
>
> de lua álgida e cheia,
>
> correm todas para a praia
>
> e vão despir-se na areia!
>
> Ernesto Tomé
>
> In Jornal Magazine

Assim, nas páginas subseqüentes, esta unidade 7 traz para a discussão dos alunos, embora não proponha atividades explícitas, textos significativos para o País: Encontro e partido do Tejo, texto do livro *Viagem por Terras Maravilhosas de São Tomé e Príncipe*; São Tomé e Príncipe de A a Z; Enfermeiros Portugueses/Cruz Vermelha em São Tomé, com foto do estabelecimento; Indicativos telefônicos: Zona Norte, Zona Centro, Zona Sul, com os nomes dos distritos, Província do Príncipe; Um passeio pelo interior de S. Tomé: São Tomé vai produzir oleaginosas; Manga, manguinha (poema de Tomás Jorge); Os Angolares; Os São-Tomenses divertem-se; A ilha de S. Tomé vista do ar; poema Amador, de Conceição Loreiro, sobre "o espírito combativo pela Reconstrução de um País novo".

Considerações finais

Nestas considerações, vale perguntar como lidar com essa concepção eurocêntrica a respeito do mundo, das relações entre os países, das relações entre as pessoas, de como elas se vêem, se consideram, se valorizam diante do "outro", colocando-se enquanto sujeitos.

O que se produz hoje, academicamente, em lugar dessa visão eurocêntrica, aprendida por alunos e professores no Brasil e em outros países? Como esses sujeitos estão sendo construídos, a partir da infância, no Ensino Básico, pelo discurso pedagógico (Bernstein, 1996), que se concretiza nos manuais escolares/livros didáticos, com suas estratégias de classificação e enquadramento, para cumprir suas funções instrucionais e regulativas, em seus processos de *recontextualização*, através de seleção, simplificação, condensação, mas com possibilidades de elaboração? Como desconstruir essas conceitualizações fortemente internalizadas? O que construir em seu lugar? Que sujeitos construirão um outro discurso, que problematize, que polemize, que atue socialmente?

Nessas circunstâncias, tais questões se tornam prementes e instigantes, porque "o capital simbólico do discurso se encontra não somente na capacidade de ação que representa, mas também na capacidade de gerar representações das práticas sociais e da sociedade como um todo" (Rojo, 2004, p. 251).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Batista, A. A. G. (2001), *Recomendações para uma política de livros didáticos*. Brasília: Ministério da Educação.

Batista, A. A. G., & Ribeiro, V. M. (2004). Cultura escrita no Brasil: modos e condições de inserção. *Educação & Realidade,* dez.

Batista, A. A. G., & Costa Val, M. G. (2004). *Livros de alfabetização e de português: os professores e suas escolhas*. Belo Horizonte: Autêntica.

Bernstein, B. (1996) A construção social do discurso pedagógico. *A Estruturação do Discurso Pedagógico: Classe, Códigos e Controle*. Petrópolis: Vozes.

Brasil. (2008) FNDE – Ministério da Educação. http://www.fnde.gov.br (consultado na Internet em 27 de novembro de 2008).

Bunzen, C. (2005) *Livro Didático de Língua Portuguesa: um gênero do discurso*. Dissertação (Mestrado em Lingüística Aplicada) - Faculdade de Letras, UNICAMP, Campinas.

Castro, R. V. et al. (1999). *Manuais Escolares: Estatuto, Funções, História* – Actas do I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

Castro, R. V. (2005). O Português no Ensino Secundário: Processos Contemporâneos de (re)configuração. In M. L. Dionísio, & R. V. Castro, (Orgs.) *O Português nas Escolas: ensaios sobre a Língua e a Literatura no Ensino Secundário*. Coimbra: Almedina, p. 31-78.

Choppin, Alain. (2002). O historiador e o livro escolar. *História da Educação*, ASPHE (Associação Sul-rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação), FaE/UFPel, n 11, Pelotas-RS: Editora da Universidade, abril.

Costa Val, M. G. & Marchuschi, B. (2005). *Livros didáticos de língua portuguesa: letramento, inclusão e cidadania*. Belo Horizonte: Autêntica.

Dionísio, A. P. & Bezerra, M. A. (orgs.). (2005). *O Livro Didático de Português: múltiplos olhares*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, p.35-47.

Dionísio, M. L. T. (2000). *A construção escolar de comunidades de leitores. Leituras do manual de Português*. Coimbra: Almedina.

Fairclough, N. (2001) *Discurso e Mudança Social*. Editora UnB, Brasília.

Gomes, N. L. (2006). *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos de identidade negra.* Belo Horizonte: Autêntica.

Gonçalves, L. A. O. (1985). *O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial: estudo acerca de discriminação racial nas escolas públicas de BH*, Belo Horizonte: FAE/ Educação da UFMG. (Dissertação, Mestrado em Educação).

Iñiguez, L. (Coord.). (2004). *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Junia, E. R. S. (2008). Discurso sobre Relações Étnico-Raciais em Livros Didáticos Brasileiros de Língua Portuguesa para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental. I SIMELP – *I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa. Universidade de São Paulo* – USP. Pôster.

Laranjeira, P. (1995). *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

Martins, A. A. (2005). Leitura em Manuais Escolares de Português. *Leituras em Português*. CIEd/IEP/UMINHO.

Martins, A. A. (2008). Discursos sobre Relações Étnico-Raciais nos Manuais Escolares em Países de Língua Portuguesa. In: I SIMELP – *I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*, Universidade de São Paulo, v.01. p. 01-16.

Martins, A. A., & Cosson, R. (2008). Representação e identidade: política e estética étnico-racial na literatura infantil e juvenil In PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda. *Literatura infantil: políticas e concepções*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, v.01, p. 53-78.

Mello, C. (1999). O livro didáctico e o ensino da literatura no secundário. In R. V. Castro. *Actas do I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares. Estatuto, funções e história, Braga*, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.

Meneses, M. P. (2008). Epistemologias do Sul. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março, p. 5-10.

Munanga, K. (Org.). (2005). *Superando o racismo na escola*. 2ª. ed. Brasília: MEC.

Hountondji, P J. (2008). Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março, p.149-160.
Rojo, L. M. (2004). A fronteira interior – análise crítica do discurso: um exemplo sobre "racismo". In L. Iñiguez, (Coord.). *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
Rojo, R. & Batista, A. A. G. (orgs.). (2003). *Livro Didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura Escrita*. Campinas: Mercado de Letras, p.125-152.
Santos, B. S. (2008). A filosofia à venda, a douta ignorância e a aposta de Pascal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março, p.11-43.
Silva, P. V. B., & Rosemberg, Fúlvia. (2008). Brasil: lugares de negros e brancos na mídia. In T. A. Van Dijk. *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto.
Silva. P. B. G. (2003). Africanidades Brasileiras: esclarecendo significados e definindo procedimentos pedagógicos. *Revista do Professor*. Porto Alegre, 19 (73): 26-30, jan./mar.
Silva Filho, J. B. (2005). *Representações sobre os negros nos discursos verbais e iconográficos de Livros Didáticos de História*. Dissertação (Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais.
Soares, M. B. (1998). *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica.
Soares, M. B. (2000). O livro didático como fonte para uma história do professor-leitor. In M. Marinho, (org.) *Ler e navegar: espaços e percursos da leitura*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil. (Leituras do Brasil).
Van Dijk, T. A. (2004). Prefácio: O giro discursivo. In L. Iñiguez (Coord.). *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais.* Petrópolis, RJ: Vozes.
Van Dijk, T. A. (2005). *Discurso, Notícia e Ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Porto: Campo das Letras (Comunicação e Sociedade).
Van Dijk, T. A. (2008). *Racismo e discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto.
Wieviorka, M. (2002) *O Racismo: uma introdução*. Lisboa: Fenda Edições.

Anexo 1

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático – FNDE/MEC/BRASIL
Funcionamento
O PNLD e o PNLEM têm, basicamente, a mesma forma de execução. As principais ações da execução são:
1) Inscrição das editoras - O edital que estabelece as regras para a inscrição do livro didático é publicado no Diário Oficial da União e disponibilizado no sítio do FNDE na Internet. O edital também determina o prazo para a apresentação das obras pelas empresas detentoras de direitos autorais.
2) Triagem/Avaliação - Para analisar se as obras apresentadas se enquadram nas exigências técnicas e físicas do edital, é realizada uma triagem pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT). Os livros selecionados são encaminhados à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), responsável pela avaliação pedagógica. A SEB escolhe os especialistas para analisar as obras, conforme critérios divulgados no edital. Os especialistas elaboram as resenhas dos livros aprovados, que passam a compor o guia de livros didáticos.
3) Guia do livro - O FNDE disponibiliza o guia do livro didático em seu sítio na Internet e envia o mesmo material impresso às escolas cadastradas no censo escolar.
4) Escolha - Os livros didáticos passam por um processo democrático de escolha, com base no guia do livro didático. Diretores e professores analisam e escolhem as obras que serão utilizadas.
5) Pedido - O professor possui duas alternativas para escolher os livros didáticos:
• A primeira alternativa é pela Internet. De posse de senha previamente enviada pelo FNDE às escolas, os professores fazem a escolha on line em aplicativo específico para esse fim, disponível na página do FNDE.
• A segunda alternativa é pelo formulário impresso, remetido pelos Correios. Nessa hipótese, o FNDE envia às escolas cadastradas no censo escolar, junto com o guia do livro didático, um formulário de escolha que deve ser usado pelos docentes para identificação das obras desejadas.
6) Aquisição - Após a compilação dos dados dos formulários impressos e dos pedidos feitos pela Internet, o FNDE inicia o processo de negociação com as editoras. A aquisição é realizada por inexigibilidade de licitação, prevista na Lei 8.666/93, tendo em vista que as escolhas dos livros são efetivadas pelos professores.
7) Produção - Concluída a negociação, o FNDE firma o contrato e informa os quantitativos e as localidades de entrega para as editoras, que dão início à produção dos livros, com supervisão dos técnicos do FNDE.
8) Qualidade física - O FNDE tem parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Esse instituto é responsável pela coleta de amostras e pelas análises das características físicas dos livros, de acordo com especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), normas ISO e manuais de procedimentos de ensaio pré-elaborados.
9) Período de utilização - Cada aluno tem direito a um exemplar das disciplinas de língua portuguesa, matemática, ciências, história e geografia que serão estudadas durante o ano letivo. Confeccionado com uma estrutura física resistente, o livro deve ser reutilizado, por três anos consecutivos, beneficiando mais de um estudante nos anos subseqüentes, exceção feita à cartilha de alfabetização e aos livros de 1ª série.
10) Alternância - Para a manutenção da uniformidade da alocação de recursos do FNDE com o programa – evitando grandes oscilações a cada ano – e em face do prazo de três anos de utilização dos livros, as compras integrais para alunos de 2ª a 4ª e

de 5ª a 8ª série ocorrem em exercícios alternados. Nos intervalos das compras integrais, são feitas reposições, por extravios ou perdas, e complementações, por acréscimo de matrículas. Já os livros da 1ª série são adquiridos anualmente.

11) Distribuição - A distribuição dos livros é feita diretamente pelas editoras às escolas, por meio de um contrato entre o FNDE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Essa etapa do PNLD conta com o acompanhamento de técnicos do FNDE e das secretarias estaduais de Educação.

12) Recebimento - Os livros chegam às escolas entre outubro e o início do ano letivo. Nas zonas rurais, as obras são entregues na sede das prefeituras ou das secretarias municipais de Educação, que devem entregar os livros às escolas localizadas nessas áreas.

13) Ampliação - O FNDE ampliou sua área de atuação e passou a distribuir, além dos livros didáticos para o ensino fundamental, também para o ensino médio, dicionários de língua portuguesa e obras em braille. O objetivo dessa ampliação é contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, a construção da cidadania e o desenvolvimento intelectual e cultural dos estudantes.

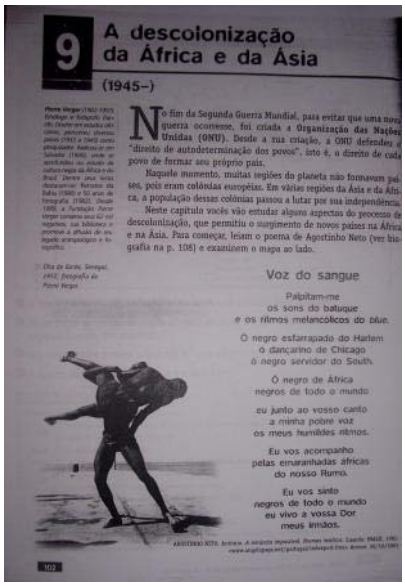
Livros em braille – A partir de 2001, o PNLD começou a atender, de forma gradativa, os alunos portadores de deficiência visual que estão nas salas de aula do ensino regular das escolas públicas com livros didáticos em braille.

Livros para a educação especial - Em 2004, com a Resolução nº 40, de 24/8/2004, ficou instituído o atendimento aos alunos da educação especial das redes pública e privada definidas pelo censo escolar. Na rede privada, somente recebem livros os estudantes portadores de necessidades educacionais especiais das escolas filantrópicas e comunitárias.

Livros para o ensino médio - O Ministério da Educação instituiu, por meio da **Resolução nº 38, de 15/10/2003,** o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), com o objetivo de distribuir gratuitamente livros didáticos para os alunos do ensino médio de escolas públicas.

http://www.fnde.gov.br

Anexo 2A – (BR)



9 A descolonização da África e da Ásia

(1945–)

No fim da Segunda Guerra Mundial, para evitar que uma nova guerra ocorresse, foi criada a **Organização das Nações Unidas (ONU)**. Desde a sua criação, a ONU defendeu o "direito de autodeterminação dos povos", isto é, o direito de cada povo de formar seu próprio país.

Naquele momento, muitas regiões do planeta não formavam países, pois eram colônias européias. Em várias regiões da Ásia e da África, a população dessas colônias passou a lutar por sua independência.

Neste capítulo vocês vão estudar alguns aspectos do processo de descolonização, que permitiu o surgimento de novos países na África e na Ásia. Para começar, leiam o poema de Agostinho Neto (ver biografia na p. 108) e examinem o mapa ao lado.

Voz do sangue

Palpitam-me
os sons do batuque
e os ritmos melancólicos do blue.

O negro esfarrapado do Harlem
o dançarino de Chicago
o negro servidor do South.

O negro de África
negros de todo o mundo

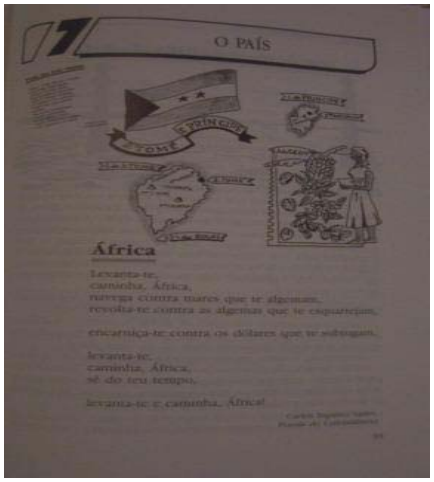
eu junto ao vosso canto
a minha pobre voz
os meus humildes ritmos.

Eu vos acompanho
pelas emaranhadas áfricas
do nosso Rumo.

Eu vos sinto
negros de todo o mundo
eu vivo a vossa Dor
meus irmãos.

102

Anexo 2B



A presença de jovens negros na educação de jovens e adultos: herança de desigualdades educacionais e raciais no Brasil contemporâneo e/ou conquista de um direito?

Joana Célia dos Passos
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
joanap@terra.com.br
Vânia Beatriz Monteiro da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
vania@amja.org.br

Resumo: A significativa presença de jovens negros freqüentando a educação de jovens e adultos atualmente no Brasil reflete o histórico processo de desigualdades a que a população negra foi submetida. Neste estudo analisamos em um caráter aproximativo como são dimensionados quantitativa e qualitativamente o público – jovens negros(as) nas proposições de dois programas: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) e o Programa Saberes da Terra.

Como procedimentos metodológicos utilizamos: estudos bibliográficos que aprofundam as discussões acerca das desigualdades raciais na educação e análise documental da legislação educacional concernente à educação de jovens e adultos e dos projetos pedagógicos dos programas, material de divulgação e ficha de matrícula/inscrição dos alunos.

A análise centrou-se no tratamento das questões raciais pelos referidos programas, na produção das desigualdades raciais pelo Estado brasileiro, na ausência e nos impedimentos para acessar a informação do quesito cor nos dois programas analisados. Considerando que o quesito cor é parte de uma disputa da informação social hoje. Embora os programas analisados apresentem a intenção de atender a juventude

negra, a invisibilidade dos dados acerca da presença de jovens negros(as) nos dois programas analisados pode estar indicando que a intenção é muito mais incluir na perspectiva de uma política universalista do que incidir se fato para a promoção da igualdade dos(as) jovens negros(as).

1. Introdução

O debate sobre a necessidade de políticas públicas específicas para a juventude ganhou espaço a partir do final dos anos 90 e as iniciativas de políticas públicas se intensificaram nos últimos quatro anos. E um dos espaços que tem sido privilegiado para proporcionar oportunidades educacionais aos jovens é a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)1, como pode-se observar com a implantação de programas específicos para a juventude, como por exemplo: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja); o Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos para Agricultores Familiares (Saberes da Terra)2 e o Programa Escola de Fábrica.

Isso se justifica porque

> Embora todos os grupos etários tenham, na conjuntura atual, necessidades de aprendizagem incrementadas, a maior parte das pessoas que busca no sistema educacional brasileiro oportunidades de estudos acelerados em horário noturno (as características da educação básica de jovens e adultos mais claramente percebidas) são adolescentes e jovens pobres que, após realizar uma trajetória escolar descontínua, marcada por insucessos e desistências, retornam à escola em busca de credenciais escolares e de espaços de aprendizagem, sociabilidade e expressão cultural. O perfil marcadamente juvenil que a educação escolar de adultos adquiriu no Brasil na última década deve-se à combinação de fatores ligados ao mercado de trabalho (exigência de certificação escolar) e ao sistema educativo (elevada defasagem na relação idade/série), potencializados pela redução da idade mínima permitida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 para a freqüência a essa modalidade de educação básica. DI PIERRO (2005, p. 05),

Além disso, esses(as) jovens carregam trajetórias de exclusão social e vivenciam a negação de seus direitos básicos à vida. São jovens pobres, negros, desempregados, na economia informal, nos limites da sobrevivência (ARROYO, 2005). A exclusão educacional e social que marca suas vidas é herança de um passado onde sociedade e Estado brasileiros construíram as bases do racismo institucional que se manifesta em nossos dias.

Deste modo, o objetivo inicial deste trabalho foi investigar em um caráter aproximativo: como são dimensionados quantitativa e qualitativamente o público - jovens negros(as) nas proposições de dois programas que têm como foco a juventude e que estão sendo desenvolvidos no estado de Santa Catarina – o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) e o Saberes da Terra3. Considerando as desigualdades educacionais da população negra4 e a crescente presença de jovens negros(as)5 na EJA6.

Por se tratar de um estudo que objetivou apreender a presença de jovens negros(as) em programas de EJA, relacionando às oportunidades de escolarização, a dimensão quantitativa tem importante relevância.

CUNHA (2003, p. 06) chama a atenção para o fato de que os estudos quantitativos são necessários para as análises mais amplas especialmente aquelas relacionadas com o planejamento e às políticas educacionais.

> não se trata de recuperar a tendência majoritária dos modelos quantitativos de pesquisa. Mas sim, de assumi-los como contribuições imprescindíveis em algumas áreas da pesquisa educativa que, a par e passo com a contribuição dos métodos qualitativos, possa reforçar o campo epistemológico da educação. Em nenhum momento, ao fazer essa análise, toma-se as dimensões qualitativas e quantitativas como excludentes ou antagônicas. Já foi vencido o tempo em que debates sobre esse eixo foram travados. Há um consenso da possibilidade de convivência das duas dimensões. A literatura, inclusive, registra controvérsias sobre as tradicionais classificações, entendendo-as como desnecessárias e superadas. Porém, no cotidiano da produção acadêmica da área da educação, é usual os autores assumirem uma predominância metodológica, explicitando a natureza do estudo.

Tivemos algumas dificuldades no acesso aos dados quantitativos dos programas o que nos traz alguns questionamentos, como por exemplo: - qual seria a função das informações coletadas na ficha de matrícula dos(as) jovens para a equipe que coordena este programa e para os(as) educadores(as)? Essas informações são consideradas para construir o percurso formativo dos(as) jovens? Essas informações contribuem para melhor focalização das políticas públicas ou são dados que vão constituindo uma dimensão meramente burocrática?

Para a realização deste trabalho fez-se opção pelos estudos bibliográficos e pela análise documental. A revisão bibliográfica teve como referência estudos que aprofundam as discussões acerca das desigualdades raciais na educação7 e educação de jovens e adultos8.

Foram considerados alguns estudos produzidos sobre juventude em Santa Catarina onde se constatou que os(as) autores(as) omitem a identidade racial dos sujeitos pesquisados ou ignoram a questão racial destes: LIMA (2003) não revelou a identidade racial dos sujeitos pesquisados, entretanto, os relatos dos jovens principalmente sobre a violência policial sofrida por eles num bairro da periferia da cidade de Florianópolis permite identificar grande parte dos entrevistados como sendo negros. DURAND (2000) em levantamento bibliográfico sobre as dissertações e teses em Educação nas duas universidades públicas de Santa Catarina constatou que os trabalhos sobre juventude têm priorizado os aspectos pedagógicos direcionados ao processo ensino-aprendizagem privilegiando os alunos. Nenhuma menção é feita a estudos sobre jovens negros(as). CARVALHO (2002) apresentou um mapeamento das principais políticas públicas desenvolvidas pela prefeitura municipal de Florianópolis. Nele, a autora verificou os "*problemas juvenis*", prioridades e objetivos do governo local em relação à juventude. Entretanto, na leitura das informações tratadas percebe-se a ausência do recorte racial. Essas constatações permitem inferir que o conceito de juventude utilizado pelos(as) autores(as) ainda não considera a pluralidade e a diversidade desse grupo social.

A análise documental teve como fontes: a legislação educacional concernente à EJA e aos respectivos programas, documentos como: relatórios, publicações, material de divulgação, projetos pedagógicos dos programas, livros de orientação didático-pedagógicas, ficha de matrícula/inscrição dos alunos. Aqui se considera como documentos "quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre a temática de estudo" (LUDKE & ANDRÉ, 1986, p. 38).

2. A juventude negra na EJA

O Brasil possui 34 milhões de brasileiros(as) de 15 a 24 anos de idade representando aproximadamente 20,07% da população brasileira. Destes 16.210.910 são negros(as) e 19.821.310 milhões são analfabetos(as). Esses números indicam que 47% dos jovens brasileiros são negros e que mais da metade dos jovens são analfabetos e evidencia que as desigualdades educacionais atingem significativamente os(as) jovens negros(as)

A escolaridade média de negros e brancos tem aumentado de forma contínua durante todo o século XX, porém, as desigualdades ainda são maiores no grupo negro. Pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2000) constatou que, em 1999, 8% dos jovens negros entre 15 e 25 anos eram analfabetos, sendo 3% o percentual de jovens analfabetos entre os brancos; 5% dos jovens negros entre 7 e 13 anos não freqüentaram a escola e somente 2% dos jovens brancos da mesma faixa etária não o fazem; 84% dos jovens negros entre 18 e 23 anos não concluíram o ensino médio em comparação com 63% de jovens brancos da mesma faixa etária; 75,3% dos adultos negros não concluíram o ensino fundamental; entre os adultos brancos, esse índice é de 57,4%. Completaram o ensino médio, 12,9% dos brancos e 3,3% dos negros; quanto ao ensino superior, 98% dos jovens negros e 89% dos jovens brancos não ingressaram na universidade.

A mesma pesquisa verificou que a escolaridade média de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo e de um jovem branco da mesma idade 8,4 anos de estudo. O diferencial é de 2,3 anos. De forma assustadoramente natural 2,3 anos é a diferença entre os pais desses jovens e também de seus avós. O que significa que o padrão de discriminação racial expresso pelo diferencial na escolaridade entre brancos e negros, mantém-se perversamente estável entre as gerações.

É importante lembrar sempre, que não estamos tratando de um pequeno grupo de excluídos, as dimensões do racismo e da discriminação como prática social atingem a população como um todo. A população negra no Brasil reúne um contingente de pessoas autodeclaradas como pretas e pardas as quais somadas representam 45,6% da população. Há uma equivalência numérica entre brancos e negros, no entanto, quando observada a composição racial da pobreza, os negros são em maior número. Ao analisar as condições de vida dos brasileiros no que diz respeito à distribuição de renda, educação, trabalho infantil, mercado de trabalho, condições habitacionais e consumo de bens duráveis pesquisas9 têm indicado que o pertencimento racial tem uma importância significativa na estruturação dessas desigualdades.

Com percursos escolares marcadamente desiguais e com motivos suficientes para não mais procurar a escola os(as) jovens negros(as) e pobres retornam, e na modalidade EJA buscam concluir a escolaridade básica.

ANDRADE (2004, p. 50), reafirma essa idéia ao afirmar que os jovens da EJA

> São jovens que, por uma série de motivos, precisaram abandonar a escola; vivem em periferias, favelas, vilas e bairros pobres, principalmente nas grandes cidades; são majoritariamente negros; circulam no espaço escolar um "incansável" número de vezes, com entradas, saídas e retornos, após o período estabelecido como próprio para a vida escolar (de 17 a 14 anos).

A vinda dos(as) jovens negros(as) para a EJA possibilita ao sistema educacional brasileiro uma nova chance de rever seu papel e assegura a escolaridade básica com qualidade, além de reparar parte da dívida social que tem com esta população (PASSOS, 2005b).

O Censo Escolar realizado em 2005 indica que 2,7 milhões de estudantes que freqüentam a Educação de Jovens e Adultos são negros(as) enquanto que 1,4 milhões são estudantes brancos(as).

A inclusão do quesito cor no Censo Escolar 2005 tem sido uma demanda histórica do movimento negro. Com base nessas informações10 é possível definir ações e políticas afirmativas e de promoção da igualdade racial tendo como foco os(as) estudantes negros(as).

As informações sobre a matrícula na Educação Básica considerando raça/cor indicam que a distribuição da presença de estudantes negros é bastante desigual. Nas matrículas referentes à educação infantil, educação e especial e educação profissional a presença de estudantes brancos é maioria (3.492.212), enquanto que na educação de jovens e adultos a presença de estudantes negros(as) é predominante (2.771.220). No ensino médio pode-se observar que a distribuição raça/cor parece equilibrada.

Modalidades de ensino	**Matrícula raça/cor declarada**				
	Total	**Branca**	**Preta**	**Parda**	**Outras**
Educação Infantil	**6.085.316**	2.936.564	512.241	2.494.591	141.920
Ensino Fundamental	**27.821.352**	11.224.104	2.643.412	13.260.064	693.772
Ensino Médio	**7.215.948**	3.132.641	753.923	3.163.348	166.036
Educação Especial	**313.832**	164.725	31.562	112.886	4.659
Educação de Jovens e Adultos	**4.350.274**	1.478.288	621.554	2.149.666	100.766
Educação profissional	**491.047**	300.923	42.841	138.023	9.260
TOTAL	**46.277.769**	**19.237.245**	**4.603.533**	**21.318.578**	**1.116.413**

Fonte: MEC/Inep. Censo Escolar 2005

Os dados fornecidos pela Coordenação do Censo Escolar e Estatística da Secretaria de Estado de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina11, indicam que a modalidade educação de jovens e adultos possui atualmente 129.762 estudantes no estado, sendo 111.860 autodeclarados brancos(as) e 17.902 negros(as). A população negra em SC é de aproximadamente 580 mil12 pessoas, destas, 1.014.422 são jovens entre 15 e 24, e deste universo de jovens 16.899 são analfabetos.

Embora a Resolução do CNE/CEB 1/2000 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA determine no Art. 5º, parágrafo único que "(...) a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de eqüidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das Diretrizes Curriculares Nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, E ainda que os(as) jovens negros(as) tenham uma presença numérica marcante na EJA, as pesquisas que apresentam esse grupo social como foco, ainda são escassas. Para DAYRELL (2002, p. 85) o(a) aluno é um(a) jovem desconhecido(a) nas pesquisas:

As análises da vida escolar dos alunos se limitam às dimensões estritamente pedagógicas e consideram as experiências educativas sob a ótica limitada da instrução, não levando em conta os atores dessas práticas e nem a multiplicidade de processos formativos que são vividos nos diversos espaços e tempos escolares, desconhecendo as dimensões mais amplas de formação (ou deformação) humana que ocorrem na escola.

DI PIERRO (2005, p. 7-8) observa que mais recentemente com a emergência de movimentos que exigem reconhecimento político e cultural de identidades sociais singulares (negros, mulheres, jovens indígenas, sem terra), juntamente com a difusão do interculturalismo, tem favorecido o reconhecimento da diversidade dos sujeitos da EJA. Mas concorda a autora que "são raros e recentes os estudos que abordam as questões étnico-raciais, mesmo quando os indicadores apontam a população negra como maioria entre os jovens e adultos analfabetos e com baixa escolaridade"13.

3. Os programas analisados e os(as) jovens negros(as) neste universo

O ProJovem foi criado pela Lei 11.129, de 30 de junho de 2005 de 2005 e instituído no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, para coordenar uma ação integrada entre os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, observada a intersetorialidade, e sem prejuízo da participação de outros órgãos e entidades do Poder Executivo Federal", com o fim específico de "executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma de curso, elevação do grau de escolaridade visando à conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional, voltada a estimula a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local"14.

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens, Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem) destina-se a jovens de 18 a 24 anos que terminaram as séries iniciais do ensino fundamental, mas não concluíram as séries finais e não possuem vínculos formais de trabalho. Tem duração de doze meses e proporciona formação integral (atividades de formação escolar, qualificação profissional e desenvolvimento de ação comunitária). Cada estudante recebe um auxílio financeiro mensal no valor de R$ 100,00 (cem reais).

O público que o Projovem se propõem a atender, caracteriza-se como jovens que

- -moram nas periferias das grandes cidades, encontram-se excluídos da escola e do trabalho e marcados por diversos e profundos processos de discriminação: étnico-racial, de gênero, geracional, de religião, entre outros;
- -vivenciam uma experiência geracional inédita que os conecta a processos globais de comunicação e, ao mesmo tempo, a complexas realidades locais de exclusão;
- -apresentam especificidades quanto a linguagens, motivações, valores, comportamentos, modos de vida, trabalho, escola, saúde, religião, violência, questão sexual, etc;
- -revelam trajetórias pessoais bastante diferenciadas entre si, marcadas pelos ditames da sociedade de consumo, por experiências de risco e por situações de violência, mas também por novas formas de engajamento social geradoras de autovalorização e construtoras de identidades coletivas15.

O Projovem é considerado um "componente estratégico da Política Nacional da Juventude do Governo Federal. É voltado especificamente para o segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas vigentes. (...) São os mais atingidos pelas fragilidades do sistema educacional, pelas mudanças no mundo do trabalho e, ainda, os mais destituídos de apoio de redes de proteção social"16.

Notícias divulgadas pela Assessoria de Comunicação da Secretaria Geral da Presidência da República informam que o Projovem atende mais de 164 mil jovens e está presente em todas as capitais do país e em mais de 34 dos municípios das regiões metropolitanas com mais de 200 mil habitantes17.

A ficha de matrícula do aluno padronizada nacionalmente orienta a coleta das seguintes informações: procedência escolar, ou seja, a última série cursada e na qual o(a) jovem foi aprovado; nome completo; estado civil; data de nascimento; sexo; naturalidade; endereço; dados sobre a família (nome do pai e da mãe; se são falecidos; se tem filhos; se é chefe de família) e documentos RG, nascimento, casamento, CPF, carteira de trabalho) e *raça/cor*, onde consideram as categorias branca, negra parda e amarela. Não foi considerada a categoria "*indígena*" como uma alternativa para a auto-declaração do quesito cor como tem sido utilizado pela normativa do Estado.

O material didático é distribuído nacionalmente e contém orientações didáticas para cada unidade formativa com sugestões de atividades a serem realizadas com os(as) jovens.

Embora tenham sido feitos inúmeros contatos eletrônicos e telefônicos com integrantes da coordenação nacional do Projovem, não foi possível acessar a nenhuma informação sobre o perfil dos(as) jovens que atualmente freqüentam este programa. Não é possível afirmar a inexistência de dados considerando que a ficha de matrícula contém informações variadas sobre os jovens inclusive o sobre raça/cor, do mesmo modo, fica difícil não questionar as justificativas18 que impediram nosso acesso a informações que deveriam estar publicizadas pelos organismos gestores das políticas públicas19.

Possivelmente há quem pense que dados, indicadores com recorte de raça devem ser apenas mais uma função meramente burocrática e estatística para compor algum banco de dados do governo federal.

Os indicadores sociais são imprescindíveis em qualquer sociedade. Contemporaneamente revelam as heterogeniedades das populações, suas diferenças e desigualdades sociais e econômicas, bem como suas características culturais.

No Brasil um dos indicadores sócio-econômico mais polêmico desde a sua criação e coleta no século XIX é o quesito cor.

O que é o quesito cor? É um indicador sócio-ecônomico e sua polêmica reside na sua emblemática revelação das desigualdades sociais e econômicas entre negros e brancos, é ele que indica onde está a concentração da renda, da terra, de todos os bens materiais e poder.

Ele serve para a sociedade e o estado, olharem o Brasil por uma outra lente, a lente que revela um dos menores IDH do mundo concentrado na população negra, que é a maior população negra fora do continente africano.

O quesito cor no Brasil é o calcanhar de aquiles das políticas públicas, ao mesmo tempo em que ele condena as tradicionais políticas universais, ele exige a universalização radical destas políticas, ele é específico, mas é essencialmente universal, porque são políticas para a maioria. O quesito é uma disputa da informação social. Há quem acredita que a questão racial não é uma prioridade para a política pública e por isso buscam negá-la ou desconsiderá-la como uma informação relevante.

Em Santa Catarina o Projovem é desenvolvido no município de Florianópolis. O número de matrículas no ano de 2006 corresponde a 178 jovens, sendo que destes, 66 são jovens negros(as) correspondendo a 45 negros e 21 pardos. Do sexo masculino são 71 e do sexo feminino são 107 jovens20.

Percebe-se na caracterização dos(as) jovens que não há preocupação em focalizar os(as) negros(as), ainda que, o Manual do Educador apresente os(as) jovens das periferias dos grandes centros urbanos como beneficiários e que outras publicações do programa tragam nas imagens a maioria de jovens negros.

O Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos para Agricultores Familiares "*Saberes da Terra*" tem como finalidade proporcionar formação integral a jovens agricultores familiares na faixa etária entre 15 e 29 anos, por meio de ensino fundamental e qualificação social e profissional. Este programa é desenvolvido em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Agrário e da Cultura, além de entes federados estaduais ou municipais, com a participação de organizações e movimentos sociais do campo21.

O Documento Base que apresenta o projeto pedagógico do programa destaca que

> O programa se destina a desenvolver uma política que fortaleça e amplie o acesso e a permanência de jovens agricultores (as) familiares no sistema formal de ensino oferecendo oportunidades de elevação de escolaridade, qualificação social e profissional e o desenvolvimento da solidariedade e da cidadania. Pretende-se com essa integração da qualificação profissional com as políticas públicas de educação superar a dicotomia existente entre educação básica (fundamental, média e de jovens e adultos) e formação profissional. Para isso, o programa atuará na formação continuada de todos os educadores, professores e coordenadores envolvidos no programa, de modo a fortalecer o desenvolvimento de metodologias adequadas voltados às especificidades da Educação de Jovens e Adultos do campo (2005, p. 11).

Ao explicitar a concepção de campo, como o território a ser atendido com este programa afirma o documento

> O campo constitui-se num universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais. Não se supõe, portanto, a existência de um mundo isolado, autônomo em relação ao conjunto da sociedade e que tenha uma lógica exclusiva de funcionamento e reprodução. Porém, o campo mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o diferencia.Uma diversidade de coletivos humanos que apresentam, formas específicas de produção de saberes, conhecimentos, ciência e tecnologias, valores e culturas. São agricultores familiares, assalariados, assentados ou em processo de assentamento, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, **remanescentes de quilombos**. É um espaço rico e diverso que, concomitantemente, é produto e produtor de cultura. É um território fecundo de construção da democracia, da emancipação e da solidariedade ao transformar-se no lugar não apenas das lutas pelo direito a terra, mas também, pelo direito à educação, à saúde, à organização da produção, à preservação, etc. (2005. pg. 16) (grifos da autora)

Os projetos básicos apresentados pelos estados deveriam considerar, entre outros critérios para implementação do Saberes da Terra, turmas que incluam segmentos sociais específicos com "*trabalhadores rurais temporários, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas e* ***remanescentes de quilombos****, pescadores artesanais e trabalhadores da pesca*". (grifos da autora).

O curso tem a duração de 3200 horas e funciona em regime de alternância22.

O programa Saberes da Terra é desenvolvido em 12 estados da federação: Bahia, Paraná, Pará, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Piauí, Rondônia, Maranhão, Paraíba e Tocantins.

Ainda que não existam dados quantitativos acerca do perfil dos(as) jovens que freqüentam o Saberes da Terra, a diversidade do público presente no Saberes da Terra é explicitamente citada como critério a ser priorizado nos projetos básicos o que vai se constatar nos relatórios dos estados, conforme o que seguem:

> em Santa Catarina há cinco turmas em áreas de remanescentes de quilombos, duas turmas em áreas de assentamentos e uma para trabalhadores do transporte fluvial; no Maranhão há uma turma específicas de mulheres; há turmas em áreas de remanescentes de quilombos; em Pernambuco há oito turmas em áreas de remanescentes de quilombos, há turmas específicas com povos indígenas e agricultores acampados; no Paraná as áreas de realização são os assentamentos e uma área de remanescentes de quilombos.

A proposta pedagógica também explicita a preocupação com a questão racial ao estabelecer como um dos eixos curriculares o tema: Agricultura Familiar: Identidades, culturas e etnias cuja ementa constitui-se dos seguintes conhecimentos:

er a cultura como produto da ação humana e expressão da identidade dos diferentes povos;

Refletir sobre as práticas e relações sociais historicamente vivenciadas pelos agricultores familiares e sobre sua identidade cultural;

Identificar os condicionantes e características da identidade cultural de sua família e do conjunto dos agricultores familiares do qual ela faz parte

Refletir sobre as relações sociais (étnicas, de gênero, de geração, etc) na sociedade contemporânea23.

Se os programas de EJA criados recentemente pelo governo federal, estão orientados "*por uma agenda que busca articular o aumento da qualidade dos sistemas de ensino e a construção das bases para a eqüidade e a inclusão educacional, considerando, de forma prioritária os elementos da diversidade étnica, cultural e regional da população brasileira*", como afirmam HENRIQUES & IRELAND (2005 p. 355), gestores do Ministério da Educação, quanto está sendo possibilitada a presença de jovens negros(as) no Projovem e no Saberes da Terra? Ou ainda, qual é a presença de jovens negros(as) nestes programas?

Ainda que esteja explicitado nos documentos base dos programas a intenção de atender a juventude negra, a ausência de dados acerca da presença de jovens negros(as) nos dois programas analisados pode estar indicando que a intenção é muito mais incluir na perspectiva de uma política universalista do que incidir se fato para a promoção da igualdade dos(as) jovens negros(as).

No caso do Saberes da Terra, por exemplo, os quilombolas devem representar todos os negros que vivem no campo?

Esse aspecto pode estar também diretamente vinculado à análise que FRIGOTO, CIAVATTA e RAMOS (2005) fazem da política de educação profissional no Governo Lula onde afirmam que esses programas se caracterizam como "programas focais e contingentes" ao invés de "corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores" (Brasil, MEC, 2005, p. 2).

LEÃO (2005, p. 72) ao analisar as políticas de juventude e EJA chama a atenção para o fato de que

de uma maneira geral os programas tendem a escolarizar as suas ações, reproduzindo práticas que contribuíram para a exclusão escolar desse público. Outra questão diz respeito à (re) inserção escolar dos jovens. A idéia da educação como alternativa à inatividade dos jovens tem sido cada vez mais freqüente, mas ela é insuficiente se não há efetivamente uma integração entre as políticas sociais e educacionais para garantir tanto oportunidades e condições de acesso, como projetos educativos que reconheçam os jovens pobres como sujeitos de direitos.

Por outro lado o Relatório-síntese do VIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (VIII ENEJA), realizado em Recife no ano de 2006, destaca que,

Programas de governo, tanto do MEC, quanto de outras instâncias do poder federal foram propostos, demonstrando a disposição de intensificar as respostas às demandas da população jovem e adulta. O PROJOVEM revelou uma escuta mais sensível ao clamor dos fóruns de que constituía uma oferta de EJA, com gestores admitindo argumentos nesse sentido, em posição adiante do que acontecera em seu lançamento; o PROEJA buscou resgatar para a rede federal dos CEFETs, principalmente, o compromisso com a população jovem e adulta demandante de profissionalização e historicamente excluída dessa rede, em especial de projetos pedagógicos de educação profissional integrados ao ensino médio; avançaram as construções focadas em sujeitos da diversidade, como internos penitenciários, do campo, pescadores, indígenas e quilombolas, e a economia solidária, como alternativa para sujeitos da EJA, especialmente, externou a disposição de o MEC aprofundar relações intersetoriais com diferentes Ministérios, ocupados também com ações educativas para os sujeitos que envolvem.

Continua o relatório:

A idéia de educação e diversidade exige clareza conceitual. Educar para a diversidade difere de segregação, respeita as especificidades e busca a inclusão social. A preocupação com a elaboração de currículos que contemplem a diversidade pauta as ações e propostas pedagógicas, pois não se pode conceber educação inclusiva partindo de currículos universalistas, trabalhados igualmente com todos os grupos, não levando em consideração especificidades, nem diversidades. O não-cumprimento da Lei n°. 10.639/2003 que torna obrigatório nos estabelecimentos de ensino o resgate da história e da cultura dos afrodescendentes exige indagar quem define as demandas específicas a serem contempladas na proposta curricular voltada para a diversidade. Do mesmo modo, cabe indagar quanto o que fazem movimentos sociais e universidades para o cumprimento da Lei e qual a importância de se garantir a diversidade na EJA. Por fim, a reflexão a ser feita questiona as implicações de uma educação que resgate histórias de vida; subjetividades no processo de aprendizagem; que valorize e contemple a diversidade étnico-racial, de gênero, de credo, de religião, para a prática pedagógica, contribuindo para a elevação da auto-estima dos sujeitos da EJA e, sobretudo, pela relevante contribuição da produção histórica, científica e cultural advinda das matrizes africanas, indígenas e orientais para o processo de ensino-aprendizagem. O educando precisa compreender que os legados histórico, científico e cultural de suas raízes são tão importantes quanto a produção européia, branca, ocidental, judaico-cristã, presentes "compulsoriamente" na academia, nas formulações curriculares, nos recursos didático-pedagógicos e, principalmente, nos livros didáticos. Por essa perspectiva tenta-se superar práticas educativas homogeneizadoras e monoculturais.

Na compreensão de ABAD (2003) embora haja um avanço no reconhecimento da juventude como categoria social, as políticas públicas têm se caracterizado por um *"marcado traço integracionista", que não leva em conta as experiências juvenis e suas especificidades como grupo social. Propõe o autor que as políticas de juventude tenham como eixo a "cidadanização dos jovens".*

O governo federal se por um lado desenvolve programas importantes como o Projovem e o Saberes da Terra que se propõem à de inclusão de jovens na escolarização e no mercado de trabalho e que em alguma medida explicitam em seus

materiais institucionais preocupação com a diversidade da juventude e com as desigualdades que a assola, por outro, nota-se um distanciamento na essência da política pública que seria a definição do recurso público, das metas e da destinação dessas políticas uma certa ausência do que já está também construído pelo governo federal no conceito de promoção da igualdade racial.

Por fim é preciso dizer que embora a Educação de Jovens e Adultos nos últimos anos, venha se constituído numa perspectiva do direito à educação ao longo da vida, a forte presença de jovens negros nesta modalidade indicam que a produção das desigualdades raciais e educacionais no Brasil permanece. Para assegurar a promoção da igualdade racial não é suficiente largos objetivos com esperança de inclusão quando os programa analisados demonstram fragilidade no que entende-se como indispensável para que um(a) jovem negro(a) possa validar a sua trajetória de vida numa perspectiva de inclusão ativa na sociedade brasileira, ou seja escolaridade com qualidade social e acesso ao mercado de trabalho.

Notas

Embora compreendamos a EJA como uma modalidade educativa que abarca aprendizagens realizadas em diversos âmbitos dentro e fora da escola e ao longo de toda a vida neste trabalho, estamos priorizando as práticas educativas e/ou programas que desenvolvem ações de escolarização. Importante destacar que neste conceito está implícito que a EJA é muito mais que "ensino", ela diz respeito à formação humana. E ao se referir a "*jovens*" e "*adultos*", está explicitando que essa modalidade abrange os sujeitos e não simplesmente os "alunos" ou qualquer outra categoria generalizante, e mais são dois tipos de sujeitos que estão situados num determinado tempo da vida, possuindo assim especificidades próprias e com demandas e necessidades também específicas (DAYRELL, 2005).

2 Este programa foi e re-organizado em 2007 sob o nome de ProJovem Campo – Saberes da Terra.

3 Inicialmente a intenção era atingir também os programas: Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e o Programa Escola de Fábrica, no entanto, não foi possível devido à dimensão de pesquisa que exigiria e o tempo não disponível para tanto.

4 PINTO (1992) HASENBALG, C.; SILVA, N.; LIMA, M. R. S. (1999)., IPEA (2001), CAVALLEIRO (1998), MUNANGA (2000), PASSOS (2005 a)

5 Ao aproximarmos os conceitos "*juventudes*" e "*negros*", temos uma categoria social que pretende apresentar elementos de análise peculiares a um determinado grupo, o de jovens negros(as), entendendo-os(as) em suas variações e diversidade social, sexual, de gênero, de valores, de localização geográfica, de classe entre outras.

6 ANDRADE (2004); PASSOS (2005a); INEP (2005)

7 PINTO (1992) HASENBALG, C.; SILVA, N.; LIMA, M. R. S. (1999)., IPEA (2001), CAVALLEIRO (1998), MUNANGA (2000), PASSOS (2005 a)

8 PASSOS (2005 a), GOMES (2005), ARROYO (2005)

9 A esse respeito ver HASENBALG, SILVA e LIMA (1999); IPEA (2001)

10 A coleta dessa informação foi obtida pela auto-declaração dos(as) estudantes acima de 16 anos de idade ou pela declaração dos pais ou responsáveis quando os(as) estudantes estão abaixo desta idade.

11 Dados da matrícula de 2006.

12 IBGE/Pnad. Censo Demográfico, 2004

13 A respeito da ausência de pesquisas sobre EJA com recorte racial consultar: PASSOS (2005a); GOMES (2005)

14 Parecer CNE/CEB n. 2/2005 de 16/3/2005.

15 Projovem. Manual do Educador, 2005, p. 15.

16 Idem, p. 11

17 http://noticias.uol.com.Br/educação/ultnot/ult105u5113.jhtm, acessado em 12/04/2007.

18 A justificativa foi a ausência da pessoa responsável pelas informações.

19 Vale a pena destacar aqui o Mapa do Brasil Alfabetizado disponibilizado *on line*, no site do MEC com informações de perfil, localização, por município e turmas, facilitando assim o controle social da política pública pela população em geral.

20 Dados fornecidos pela coordenação do Projovem em Florianópolis.

21 Saberes da Terra. (Documento Base)

22 Procedimento metodológico que organiza os tempos curriculares em: tempo escola e tempo família utilizando de instrumentos pedagógicos próprios e atividades monitoradas não presenciais.

23 Matriz Curricular do Programa Saberes da Terra: Uma proposta em construção, 2006, p. 3.

Referências Bibliográficas

ABAD. M. (2003). Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relacion entre convivencia, ciudadania y nueva condicion juvenil en Colombia. In: *Políticas publicas de juventud en America Latina. Políticas Nacionales.* Viña del Mar: Centro de Investigacions y Difusión Poblacional de Achupallas – CIDPA, p. 229-263.

ARROYO. M.G.(2005). Educação de jovens e adultos: um cmapod e direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M.A; GOMES, N. L.(Org.). (2005). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica.

ANDRADE, E. R. (2004). Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. In: OLIVEIRA, Inês B. & PAIVA, Jane. *Educação de Jovens e adultos*.Rio de Janeiro, 2004.

CARVALHO, G. C. A. (2002). *O jovem nas políticas públicas municipais de Florianópolis: descaso e desproteção*. Florianópolis: UFSC. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Política).
CAVALLEIRO, E. (1998). *Do silêncio do lar ao silêncio da escola*. São Paulo: Contexto.
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. (2000). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Brasília.
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. (2005). *Parecer n. 02/2005 do CNE/CEB*. Brasília.
CUNHA, M.I. (2003). *Pesquisa e pós-graduação em educação: o sentido político e pedagógico da formação*. Caxambu,MG : ANPED.
DAYRELL. J. (2002). Juventude e escola. In: SPOSITO, Marilia (Coord.). *Juventude e escolarização (1984-1998).* Brasília: Inep.
_____. Juventude, produção cultural e educação de jovens e adultos. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M.A; GOMES, N. L.(Org.). (2005). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica.
DI PIERRO, M.C. (2005*). Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil.* São Paulo. (mimeo.)
DURAND, O. C. S. (2000). *Jovens na Ilha de Santa Catarina: sociabilidade, socialização*. São Paulo. USP (Tese de Doutoramento).
FRIGOTO, G., CIAVATA, M., RAMOS, M. (2005). Política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. *Educação e Sociedade*. Campinas: SP vol.26 n. 92 . Out.
GOMES, N. L. (2005). Educação de jovens e adultos e questão racial: algumas re]flexões iniciais. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M.A; GOMES, N. L.(Org.). (2005). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica.
HASENBALG, C.; SILVA, N.; LIMA, M. R. S. (1999). *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contracapa.
HENRIQUES, R. M. e IRELAND, T. D. (2005). "A política de educação de jovens e adultos no governo Lula". In: *Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos*. Brasília: MEC: UNESCO, 2005
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (2001). *Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90.* Brasília: IPEA.
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. (2005). Censo Escolar. Brasília: MEC.
LEÃO, G.M.P. (2005). Políticas de juventude e educação de jovens e adultos: tecendo diálogos a partir dos sujeitos. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M.A; GOMES, N. L.(Org.). (2005). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica.
LIMA, D. J. (2003). *Só sangue bom: construção de saberes e resistência cultural como expressões do protagonismo juvenil.* Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado.
LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.(1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo,* EDU.
MUNANGA, K. (2000). O preconceito racial no sistema educativo brasileiro e seu impacto no processo de aprendizado do 'alunado' negro". In: AZEVEDO, C., GENTILI, P., KRUG, A., SIMON, C.. *Utopia e democracia na educação cidadã*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/Secretaria Municipal de Educação.
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2005). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Saberes da Terra*. (Documento Base).
_____. (2006). Matriz curricular do Programa Saberes da Terra: Uma proposta em construção. Brasília (mimeo.)
PASSOS, J. C. (2005a). Escolarização de jovens negros e negras. In: OLIVEIRA, I.; GONÇALVES E SILVA, PINTO, R.P. (Orgs) (2005). *Negro e Educação: identidades, cultura e políticas públicas*. São Paulo: Ação Educativa; Anped.
_____(2005b). As práticas educativas do movimento negro e a educação de jovens e adultos. In: *Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos*. Brasília: Unesco, Mec, Raaab.
PINTO, R. P. (1992). Raça e educação. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 107.
BRASIL. Presidência da República, Secretaria Geral. Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem (2005). Manual do Educador. Brasília.
RELATÓRIO DO VIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos. (2006). Recife.
ROSEMBERG, F. (1987). Relações raciais e rendimento escolar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 63.
_____(1991). "Raça e educação inicial". *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 77.
SPOSITO, M. P; CARRANO, P. (2003). *Juventude e políticas públicas no Brasil*. São Paulo (mimeo.)

Relações étnico-raciais no Brasil e formação académica – uma experiência de debate

Vânia Beatriz SILVA
Universidade Federal de Santa Catarina
vania@amja.org.br
Jose Nilton Almeida

Universidade Federal de Santa Catarina
joseniltondealmeida@gmail.com

***Resumo*:** O trabalho propõe discutir a experiência acadêmica de inserção de estudos sobre relações étnico-raciais no Brasil e em Santa Catarina, na formação da graduação, com a participação da organização social do movimento negro do Brasil - Núcleo de Estudos Negros (NEN). Realça a trajetória da participação política dos negros, expondo a resistência à opressão, como às formas de exclusão ancoradas na condição desigual de acesso aos bens básicos de produção da vida. Tendo como referência as políticas públicas para a Educação das Relações Étnico-Raciais, instigou-se o debate curricular no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina. Para tanto, foi mobilizada a inserção de representação do movimento social referido no Colegiado do Curso, de cuja intervenção resultou o adensamento da oferta de atividades acadêmicas desde a primeira fase do novo currículo. Em uma trajetória de cinco anos de intervenção curricular (2003-2007) alcançou-se o reconhecimento de que o tema das relações étnico-raciais é intrínseco à reflexão pedagógica e à formulação político-curricular do curso de Pedagogia, sob a configuração de atividades acadêmicas de curso de extensão e posteriormente de disciplina optativa que vem atendendo importantes cursos de profissionalização da área educativa e social como Pedagogia e Serviço Social. A relevância da experiência está em sua produção como prática que debate, teórica e politicamente, as formas de desigualdade e exclusão sociais da sociedade brasileira, com também a herança que se apresenta nas políticas e praticas cotidianas da educação.

Introdução

A formação para a prática social da educação, ancorada na pedagogia, distribui-se por diversos níveis institucionais ao longo de nossa historia da educação. Desde o grande empreendimento liberal republicano, nos anos 1890, inicialmente no então, estado de São Paulo, e posteriormente disseminando-se pelo país afora, marca uma longa trajetória de defesa pela formação de professores. Pela adoção do modelo cultural engendrado nos países europeus tomados como referência para institucionalização da educação dos anos elementares de instrução, com a escola graduada – os grupos escolares e sua ordenação político-administrativa -, foram diversificados os postos de trabalho na escola, dos professores das escolas isoladas aos membros de equipes administrativas e ou pedagógicas.

Neste percurso, a Pedagogia como teoria para subsidiar as práticas, toma assento definitivo como ferramenta para o pensamento educacional escolar, como para as formulações para as práticas educativas. Ao final dos anos 1930 surge no Brasil um curso superior para preparar para a área da educação, o curso de Pedagogia, o qual destinava-se à formação de quadros técnico-administrativos e de professores/as para as instituições formadoras de professores, a saber, as Escolas Normais.

Doravante, com presença entre os cursos de ensino superior no Brasil, vale assinalar, com base na pesquisa de Vieira (2007), intitulada Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia: pedagogo, docente ou professor?, do fortalecimento da concepção do profissional Pedagogo, tendo como base a docência. Tal concepção foi configurada no bojo das reflexões críticas de educadores, articuladas já nos anos 1980, na CONARCFE, Comissão Nacional de Reformulação dos cursos de Formação do Educador – passa a ANFOPE Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, na reunião nacional de julho de 1990.

No contexto mais recente, após os anos 1980, com amplo movimento de crítica à educação escolar, o campo da teoria pedagógica, bem como o próprio Curso de Pedagogia, foram objeto de debates acirrados em nome de decifrar as finalidades e os elementos das práticas de ensinar em sua vinculação com ideário de manutenção do *status quo* da sociedade capitalista excludente. Paralelamente, ainda uma década antes e durante este período, mesmo não ocupando espaço nos eventos acadêmicos e na literatura pedagógica que circulava entre estudantes de Pedagogia e de cursos de formação docente, forjavam-se argumentos sólidos pela crítica e superação do racismo na educação, de onde se interrogavam as bases teóricas da pedagogia escolar.

O debate, as teorizações e a proposição constituíram frentes articuladas de modo singular, fazendo emergir elaborações que podem ser identificadas como um pensamento negro em educação no Brasil. Suas expressões são múltiplas e podem ser identificadas, especialmente, na sistematização e divulgação do debate sobre racismo, educação, negros no Brasil e proposições educativas associadas a este tripé (Lima,2005: 4).

Constituindo-se na efervescência do movimento social dos anos 1970, os negros organizados reivindicaram e pautaram, face aos demais movimentos sociais, *a politização das identidades raciais* no território da política (Winant, apud Lima, 2005: 5). A educação foi compreendida como esfera estratégica das lutas sociais pela transformação da sociedade, cuja discussão e propostas derivadas foram marcadas por especificidades.

A produção de materiais, propostas educativas e práticas pedagógicas dispuseram conteúdos político-culturais para combater a alienação e o enviesamento conservador da analise sobre a presença dos negros no Brasil, as hierarquizações daí decorrentes e as desigualdades forjadas e naturalizadas. A titulo de exemplo, cite-se a Pedagogia Interétnica do Núcleo Cultural Afro-Brasileiro (NCAB), Salvador/Ba, sistematizada ao final dos anos 1970, em estudo do autor acima, que transitou da Escola Criativa do Olodum até a Escola Municipal Alexandrina dos Santos Pita. Igualmente, a Pedagogia Multirracial desenvolvida por Maria José Lopes, no Rio de Janeiro (1986), a qual toma a Pedagogia Interétnica do NCAB/Salvador como referência. Nos anos 2000, a Pedagogia Multirracial e Popular pelo Programa de Educação do Núcleo de Estudos Negros (NEN) sustenta e atualiza o ideário político-educacional do anti-racismo em educação, inquirindo as políticas públicas como também o ethos educacional da escola brasileira e dos movimentos sociais. Tais exemplos ilustram as tantas reflexões e argumentos sistematizados por aqueles que dirigiram sua atenção ao campo da educação na luta antiracista.

Contudo, nos espaços acadêmicos da formação de professores, os cursos de graduação, importantes locus da produção e reprodução da pedagogia continuaram praticamente intocados, posto que as orientações críticas que ali incidiram, sobretudo estiveram orientadas por uma sociologia e historia que não integravam em sua análise a dimensão racial como elemento também estruturante das relações sociais. Os anos 1980 e 1990 não revelaram modificações, neste âmbito. Todo o debate sobre a docência, inclusive no espaço aglutinador dos intelectuais das universidades brasileiras, a Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (CONARCFE), alcançou outros níveis de interrogação e proposição, excluindo, contudo, a questão das relações étnico-raciais na educação. Interessante observar os "temas que afetam a formação dos educadores", merecedores da construção de agenda, em seminários específicos, definidos no daquela Comissão Nacional (Afonso et al, 2007: 3), entre os quais a questão das desigualdades raciais não esta inscrita. Citem-se, a formação politécnica; a maneira de organizar o sistema educacional de ensino; os cursos de formação de educadores para cuidar dos problemas da educação indígena, nas regiões necessitadas; os profissionais com função de administração, supervisão, além da formação de professor, deverão ser habilitados em cursos específicos de graduação e alfabetização de jovens e adultos.

Examinando-se os debates ocorridos em reuniões anuais da ANPED – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação -, e assim também os ENDIPEs – Encontro Nacional de Pratica de Ensino -, não encontramos, igualmente, tematização substantiva que traduza a inserção da dimensão sócio-racial na reflexão político-acadêmica.

Assim, a pedagogia que subsidiou a preparação de professores no ensino superior, firmou-se em quadro de análise macro social que não alcançou todas as dimensões das desigualdades educacionais, afinal, atacadas pela critica dialética, sob os auspícios do materialismo histórico, daí derivando a questão de classe como a referência para a análise das desigualdades.

Produzindo ferramentas político-educacionais : do universalismo às desigualdades nas relações étnico-raciais

Efetivamente, conforme argumentam diversos estudiosos da oferta educacional, ainda que o direito à educação seja proclamado na Constituição Brasileira e na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEn, lei nº 9694/96), ainda não podemos celebrar a educação universalizada e democrática. A analise da oferta inclui não apenas as oportunidades de matrícula para mais amplos segmentos sociais, como a qualidade do atendimento, enfocando aí aspectos das relações de conhecimento promovidas no interior da(s) escola(s) e o sucesso escolar.

No debate da desmistificação do caráter igualitário na oferta da educação escolar, firmou-se um tema muito importante para a questão da educação na universidade, qual seja, a definição de políticas públicas por meio das quais o estado intervenha em nome da promoção de medidas para a promoção da igualdade substantiva – conforme o jurista Joaquim Barbosa Gomes, aquela que efetiva a igualdade formal prevista na Constituição Brasileira e na LDBEN1.

Tendo como referência e orientação a produção intelectual – não apenas acadêmica - como as sistematizações das praticas pedagógicas das duas décadas anteriores, e especialmente instigadas pela adesão do Brasil a mobilizações internacionais contra discriminações diversas e o racismo, as universidades brasileiras tornam-se, a partir do início dos anos 2000, palco de um movimento intenso de reivindicação pelo acesso e a permanência de negros, indígenas e estudantes de escolas publicas, na educação superior. Eventos diversos com dados para os debates foram instigantes, e ganhou relevo a produção referenciada por pesquisas acadêmicas que nas décadas anteriores já ofereciam elementos para compor uma analise mais adequada (Rosemberg, 1987; Louro, 1997; Soihet, 1997) , como também produções de órgãos de estado como o IPEA (Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas e Aplicadas). Tudo isso foi compondo um quadro de fortalecimento mútuo entre os defensores da promoção da igualdade substantiva na educação superior.

Por certo que os anos 2000 foram palco da tematização e encaminhamentos concretos da esfera do poder público federal, no interior de rediscussões sobre o papel do estado brasileiro face ao contexto de desigualdades sociais. São exemplos a destacar a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em dia 21 de março de 2003, data emblemática em todo o mundo, quando celebra-se o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, como também a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em julho de 2004. Destaque deve ser creditado à longa trajetória dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e grupos ou programas correlatos no interior de universidades publicas, aglutinadores de iniciativas de ensino, pesquisa e extensão cujos temas são hoje debatidos no interior da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros em seu evento bianual o Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (desde 2000, já com 4 edições realizadas).

Não cabe no presente texto um histórico do amplo processo de organização e mobilização, que desembocou nas inúmeras proposições e implementação de políticas de ações afirmativas na forma de programas de bolsas de permanência e definição de reservas de vagas para ingresso no vestibular2. Também a reserva percentual de vagas para ingresso de docentes negros (como na Universidade Estadual de Ponta Grossa/Pr), enfim, uma agitação provocadora pelos campi, país afora,

---

1 Jurista brasileiro, foi o primeiro negro a ocupar o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal – nomeado em 2003 – nesta instituição que data da constituição de 1824 (!). Veja-se, de sua reflexão, os artigos O debate constitucional sobre as ações afirmativas, In: Santos, Renato Emerson dos & Lobato, Fátima (orgs.) (2003). Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A. e A recepção do instituto das ações afirmativas pelo direito constitucional brasileiro, In: Santos, Sales Augusto dos (org.). (2005) Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

2 Somam mais de 70 unidades (mapa do Programa Políticas da Cor/LPP/UERJ) entre CEFETs; instituições municipais, estaduais e federais brasileiras com ações afirmativas para o ingresso, desde a implantação pioneira da reserva de vagas em 2003 da UNEB – Universidade do Estado da Bahia - por decisão autônoma desta instituição, em 2002, como na UERJ e UENF (Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade do Norte Fluminense, respectivamente), pela lei estadual Nº 3.708/2001.

colocou em debate as questões do direito, do mérito acadêmico, da memória coletiva sobre a própria trajetória de cada universidade e seus arcabouços teóricos e metodológicos para a critica da sociedade.

Contudo, no período em tela foi consagrado o debate sobre a necessidade e a urgência política por implementar ações afirmativas em espaços institucionais ampliados, no qual ficou evidenciado, inequivocadamente, que os negros e indígenas tiveram, sim, menos oportunidades do que os brancos por meio de análises diversas, tais como aquelas voltadas para a ocupação de vagas no ensino superior (Tragtenberg et al., 2006). Mais ainda, as suas *carreiras escolares* – para significar sociologicamente os percursos nos anos de vida escolar, dinamicamente determinados – foram decifradas pelo exame do conjunto de condições das escolas com suas ordenações, das relações familiares e suas estratégias3. Mas não só a educação institucionalizada foi debatida! As ações afirmativas foram articuladas à idéia da promoção do reconhecimento sócio-cultural, ou seja, do reconhecimento dos conteúdos que integram a cosmovisão e as estratégias de desenvolvimento, que entretanto, cruzam-se na ocupação e na própria definição do significado dos lugares sociais e indicam para articulações políticas (Carvalho, 2004).

Assim, as ações afirmativas foram reivindicadas de modo articulado à promoção da democracia na educação, implicadas na criação de meios de acessos e permanência em nome dos direitos sociais dos distintos segmentos para os quais se voltaram. Enfim, por meio delas, as universidades assumiram o compromisso de contrapor as formas de discriminação e racismo que ainda vigoram no seu interior!

Contudo, em meio a esta mobilização intensa dos anos 2000, é sabido que a discussão acerca do racismo na sociedade, e sua relação com as políticas de educação, nos cursos de formação de professores, não ganhou adesão substantiva. Outrossim, o crescimento da produção acadêmica para subsidiar tais políticas é um dado irrefutável deste momento, atestado, por exemplo, pelas diversos mapeamentos bibliográficos realizados por núcleos acadêmicos de estudos sobre os negros no Brasil e as relações raciais.

As pesquisas sobre os negros e a educação no Brasil foram estimuladas por mecanismos de financiamento distintos, como o Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford – implantado a partir de 2001, realizou seis processos de seleção com 250 candidatos aprovados à bolsa -; ocorreram quatro edições do Concurso Negro de Educação – Ação Educativa/ANPED/Fundação Ford -, nos anos de 1999/2000; 2001/2003; 2003/2004 e 2005. Houve o adensamento do tema nucleador, negro e educação, marcado também pela criação de um grupo de estudos Relações Raciais/Étnicas e Educação, na 24ª reunião anual da ANPEd (2002), passando após duas reuniões, em 2004, a GT 21, Grupo de Trabalho Afro-Brasileiros e Educação.

Lei 10.639/03 e movimento político-curricular

Neste quadro, há que se destacar a alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente (LDBEn, 9394/96) pela promulgação da lei federal que instituiiu a obrigatoriedade dos sistemas de ensinos municipal, estadual e federal incluírem no currículo oficial das Redes de Ensino a temática História e Cultura Afro-Brasileira, a lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. De modo específico, a ser concretizado pelo "estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil" (art. 1º). Resultante de reivindicações históricas, a inscrição desta questão na lei maior da educação efetivamente, embora em caráter de arcabouço jurídico-normativo, funcionou como ferramenta político-curricular para os militantes do combate ao racismo e às desigualdades na educação.

Combinados estes ingredientes, pode-se contabilizar avanços na construção acadêmica de referenciais teórico-metodológicos e, ainda assim, sua ausência permaneceu na reflexão e mudanças curriculares na formação de professores. A gestão da formação de professores em universidades, faculdades e outras instituições do ensino superior manteve distanciamento, no seu conjunto, da ampla gama de informações e analises geradas naquele contexto.

Neste ambiente político foram reiterados os argumentos presentes em documentos e, ou publicações relacionadas à promoção da igualdade racial nos anos 2000, buscando instigar a reflexão sobre a questão. Por exemplo, como no emblemático fragmento da apresentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004), pela então ministra da Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Matilde Ribeiro, em 2004:

> O Brasil, Colônia, Império e República, teve historicamente, no aspecto legal,uma postura ativa e permissiva diante da discriminação e do racismo que atinge a população afro-descendente brasileira até hoje. O Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos, e a previsão de instrução para adultos negros dependia da disponibilidade de professores. O Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878, estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno e diversas estratégias foram montadas no sentido de impedir o acesso pleno dessa população aos bancos escolares. Após a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil busca efetivar a condição de um Estado democrático de direito com ênfase na cidadania e na dignidade da pessoa humana, contudo, ainda possui uma realidade marcada por posturas subjetivas e objetivas de preconceito, racismo e discriminação aos afro-descendentes, que, historicamente,enfrentam dificuldades para o acesso e a permanência nas escolas. (p. 7)

3 Sobre este enfoque, entre outros, artigos de Maria Alice Nogueira sobre a obra de Pierre Bourdieu apresentam autores/as como Annick Percheron (Stratégies éducatives, normes éducatives et classes sociales, 1981) e Bernard Lahire (Sucesso escolar nos meios populares: As razões do improvável,1997), como também os estudos brasileiros Regina Pahim Pinto e Fúlvia Rosenberg, como o dos anos 1980, Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos).

O texto das referidas diretrizes nacionais insere-se no quadro de negociações políticas que havia resultado na alteração da LDBEn pela lei 10.639/03, efetivamente constituindo-se em uma medida no interior das políticas de ação afirmativa para a população negra, em âmbito federal. Trata-se, portanto, de um momento de instigação à área da educação, para assumir compromissos com a implementação de políticas educacionais de diversidade étnico-racial para a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Superior. No corpo da resolução supracitada consta normatizações inequívocas:

> Art. 1° A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.
>
> § 1° As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004.

Cabe realçar alguns argumentos do Parecer (CNE/CP 3/2004, aprovado em10/3/2004) relativos às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, demarcadores de importante posicionamento político-cultural e educacional. Nas "questoes introdutórias" do Parecer CNE/CP 3/2004 :

> O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. (p. 10)

Com estes dispositivos como ferramentas políticas, assistimos a iniciativas acadêmicas, de escolas e de organizações dos movimentos sociais – em especial o movimento negro – vêm dialogando sobre processos, dados, e formulações teóricas dantes ausentes dos espaços cotidianos das práticas de formação para o ensino nas universidades, como também a educação básica.

Fortaleceu-se o debate em torno dos significados do direito à educação, a afirmação de direitos sociais, civis, culturais e econômicos e especialmente ganharam espaço as questões das políticas de reconhecimento/identitárias, que carregam, intrínsecas, concepções sobre a construção de diferenças sociais, sua dinamicidade – portanto sua não essencialização - e a hierarquização em se produzem as relações históricas no Brasil.

A educação das relações étnico –raciais no Curso de Pedagogia da UFSC

O curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Catarina foi criado em 1960, foi reconhecido em 1975 pelo Parecer CFE nº 445, é ofertado no turno diurno e oferece a cada ano letivo a oportunidade de ingresso por meio de vestibular único ao final de cada, com um total de 100 vagas – 50 para o primeiro semestre e 50 para o segundo, respectivamente. As atividades nucleares de integralização curricular – as disciplinas e estágios – são oferecidas majoritariamente por dois departamentos do Centro de Ciências da Educação, o de Metodologia de Ensino (MEN) e o de Estudos Especializados em Educação (EED), como também por departamentos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas(CFH).

Até o momento, o curso forma Pedagogos/as para atuar no magistério de series iniciais (anos iniciais), magistério para o ensino médio de formação de professores, com opções de habilitação para Pré-escolar (educação infantil) ou Educação especial ou Orientação educacional ou supervisão escolar. Com a promulgação das novas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Pedagogia – CNE/CP nº 05/2005 e CNE/CP nº 03/2006 e pela Resolução CNP/CP 01/2006 o curso sofreu reestruturação acadêmica e mudanças da matriz curricular.

Dado que o texto presente não dispõe-se ao debate sobre as novas diretrizes, cumpre apenas destacar do projeto pedagógico do curso, a atenção buscada, e possível no consenso dos debates, para a

> (...)
>
> Complexidade do contexto societário atual (que) exige das universidades e, de modo particular, dos cursos que têm como objetivo a formação de professores, o enfrentamento de novas questões. Assim, este Projeto incorpora as políticas de ações afirmativas implementadas na UFSC, propõe um percurso formativo articulado e integrado para a docência nos anos iniciais do Ensino Fundamental e para a Educação infantil...(p.10)

Tal deliberação situa-se, contudo, no interior de uma questão hegemônica nos debates empreendidos, que remete às dimensões político-educacionais implicadas, especialmente no que se refere ao que Vieira (2007) realça sobre o eixos das diretrizes nacionais para os cursos de formação de Pedagogos/as, a saber, docência, gestão e conhecimento. Assim também, a configuração perspectivada de uma "docência alargada (que) atende às demandas da sociedade capitalista ao tomar como princípios norteadores a adaptabilidade, a polivalência e a flexibilidade" (p. 7).

O curso de Pedagogia que passou a integrar a temática da educação das relações étnico-raciais de modo mais explícito, num continuum de mobilização que ultrapassa, certamente, suas fronteiras institucionais, terá regime semestral,

com total de 3.672 horas, acrescidas de 108 horas de atividades de cunho artístico-cultural, com duração prevista para nove semestres letivos.

Trata-se aqui de informar e expor os argumentos que fizeram parte da conquista da inserção da educação das relações étnico-raciais na oferta de atividades acadêmicas para a formação do/a Pedagogo/a. Orientado por tradições da teoria sociológica e da psicologia sócio-historica sob uma composição que não contemplou a temática das desigualdades sócio-etnico-raciais, a não ser de modo muito marginal, o cenário do curso começa a modificar-se quando em 2004 passa a fazer parte das reuniões do Colegiado de Curso, a convite, um membro representante da organização social do movimento negro, o Núcleo de Estudos Negros/SC4. Isto ocorreu mediante a solicitação de participação pela coordenação deste ultimo, com a expectativa de inscrever na agenda do curso o debate sobre racismo e educação, interpretando a Pedagogia como espaço formativo estratégico para a formação de quadros profissionais para a educação escolar.

Com argumentos ancorados na proposição da Pedagogia Multirracial e Popular, a representação daquele núcleo sustentou ao longo de ao menos 2 anos seguidos – 2003 e 2004 – sobre a urgência de um curso de Pedagogia contemplar em suas atividades acadêmicas a crítica aos processos que permeiam o cotidiano das praticas escolares, como também a gestão educacional e as políticas públicas. Com dados e análises substantivas sobre a educação e as relações raciais no Brasil, logrou alcançar a disposição de aprovar no colegiado do curso a indicação de demanda de disciplina a ser ofertada como optativa, posto que as diretrizes curriculares novas já estavam em processo de discussão. Embora tal decisão tenha sido tomada ao final de 2004, dada a necessária tramitação burocrático-administrativa, não foi possível inserir tal atividade acadêmica, tomando-se como alternativa a oferta de um curso de extensão configurado em tempo/espaço de modo similar a disciplina – o total de horas foi de 54, o equivalente a 3 créditos, com atividades em encontros semanais de 3 horas. Conforme localiza a apresentação de defesa para a deliberação administrativa sobre a oferta de disciplina optativa, em 2005.1:

> A presente proposta origina-se das discussões ocorridas no Colegiado de Pedagogia no ano de 2004, em decorrência da preocupação em ampliar as oportunidades de formação político-educacional para acadêmicas/os do Curso de Graduação Licenciatura em Pedagogia. Naquele fórum, fomos instigadas/os em nossos debates sobre a formação docente, pela crítica histórica da discriminação negativa que experienciam crianças, jovens e adultos "negros", e em especial pelas contribuições de representantes do Núcleo de Estudos Negros/SC. Concomitantemente, tivemos a divulgação cada vez maior, dos estudos promovidos sobre condições de vida (de modo geral) oriundos de institutos como o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Fundação Carlos Chagas e uma diversidade de trabalhos acadêmicos, como também, as demandas originadas pela Lei nº 10.639, que alterou a LDBEN/96, inscrevendo artigos com foco na problemática da chamada "diversidade étnico-racial". Assim, distintos ingredientes levaram ao desenvolvimento da atividade de extensão Educação das relações raciais e práticas pedagógicas, com a participação de dois educadores populares do Núcleo de Estudos Negros/SC no atual semestre letivo, com a expectativa sugerida naquele colegiado, da sua 'evolução' para a condição de atividade curricular no formato de disciplina optativa.

Efetivamente, um conjunto de elementos esteve integrado ao panorama do Centro de Ciências da Educação (CED) e da própria universidade no cenário das políticas de promoção da igualdade racial, os quais forneceram bom combustível para animar e, especialmente, subsidiar a defesa pela formação na ótica do debate das relações étnico-raciais. De um lado, as atividades acadêmicas que continuamente afirmaram temas correlatos, com destaque para o curso de extensão Aiyé, Awo - escolas (in)formando escolas sobre linguagem, cultura e história afro-brasileira, financiado em edital interno com duas edições – 2004 e 2005 -, com o objetivo de dar a conhecer de modo sistemático e aprofundado, o mais amplamente possível, as iniciativas anti-racistas já em desenvolvimento nas escolas públicas, voltadas para as temáticas da história e da cultura dos negros brasileiros; a tematização das relações étnico-raciais em todos os eventos de formação interna do curso – intra e extra UFSC -; a articulação com o GT Etnia, Gênero e classe da APUFSC para a proposição de debates sobre as ações afirmativas; o incentivo e fortalecimento de pesquisas por mestrandos/as e doutorandos/as no Programa de Pós- Graduação em Educação e ainda, a participação de docente do CED em todos os fóruns estaduais sobre diversidade e educação e na orientação de duas pesquisas contempladas nos concursos Negro e Educação da Ação Educativa/ANPEd/ Fundação Ford.

Embora o número de docentes com atuação em torno da temática tenha sido muito pequeno – aproximadamente 4 docentes desenvolveram ações continuas de interface -, alcançou-se o reconhecimento necessário para aprovar a oferta da disciplina optativa pelo Departamento de Metodologia de Ensino. Denominada, *Estudos sobre educação dos negros no Brasil*, com 4 créditos, passou a atender estudantes de diversos cursos de graduação do segundo semestre do ano de 2005 ate o presente ano. Um dos aspectos a realçar foi a inserção de docentes das redes públicas como alunos com matricula isolada, modalidade existente para a ocupação de vagas em disciplinas do ensino de graduação. Sua ementa traduz as prioridades num contexto acadêmico em que as analises das questões educacionais ainda primam por privilegiar a dimensão política de classe social, daí a necessidade de informar para reconstruir a leitura do fenômeno educativo em suas diversas facetas: Ementa - Educação, relações sociais e os negros no Brasil. Cultura e processos identitários. Escola, currículo e projetos pedagógicos para igualdade de oportunidades educacionais.

Outrossim, foi decisiva a participação de membros da organização social do movimento negro, para o esquadrinhamento e a qualificação dos estudos e atividades, o que ocorreu pela participação de membros da mesma nas

---

4 Merece realce o dado da presença de uma organização do movimento negro como o NEN, em um estado do sul do Brasil, em que as representações sobre a população invisibilizam, de modo quase unânime, a presença negra. Como parte desta construção está o enaltecimento do desenvolvimento econômico – capitalista! – no estado, pelo trabalho dos descendentes de colonos imigrantes europeus.

atividades, bem como o aproveitamento de suas pesquisas acerca da escolarização sob as relações raciais no Brasil (Passos, 2005).5

Com a matricula dos estudantes de outros cursos, embora pequena, e com a relação com professores de redes de ensino, foi-se afirmando de tal modo no cenário do curso, que acabou resultando na presença do tema das relações étnico-raciais como um dos três núcleos articuladores na formulação do projeto PET PEDAGOGIA – Programa de Educação Tutorial - para o edital SESu/MEC do ano de 2007. Contemplados com um grupo PET no CED, docentes envolvidos com o tema buscaram articular-se de modo a incluir dois temas no projeto do curso, quando do início dos debates sobre sua reformulação: educação de jovens e adultos e educação das relações étnico-raciais. Quanto ao último, os argumentos de que a temática deveria ser integrada aos estudos de vários campos, com da sociologia, da história e mesmo na teoria pedagógica, sugerem a resistência acerca da percepção das especificidades do tema, e mais, da sua densidade como ângulo de leitura da realidade educacional. A metodologia da formulação da proposta para o curso utilizou-se da formação de um GT-Reforma, as reuniões de colegiado do curso e assembléias.

Inicialmente integrada uma proposta de disciplina optativa e um Núcleo de Aprofundamento de Estudos em Educação (NADE), a proposição sofreu reveses nos últimos debates, em 2007/2, com o deslocamento da primeira para a condição de disciplina eletiva. Contudo, a disposição para a inserção do tema, instigada pela, então recente, aprovação da política de ações afirmativas para o vestibular da UFSC, levou à defesa formal pública, em sessão de assembléia do curso, quando da ultima convocação para deliberação coletiva. Desta, fica registrada neste texto uma entre as duas manifestações ocorridas na assembléia6:

A história das disciplinas escolares indica que sua emergência, fortalecimento e solidificação nos currículos, resulta da atuação das múltiplas forças presentes no contexto dos arranjos de qualquer projeto educativo. O que conta, efetivamente, para algumas propostas de disciplinas, quando emergentes, seduzam um coletivo? Sua coerência com uma idéia de formação docente, compartilhada nas varias dimensões – filosófica; histórica; sociológica; antropológica; psicológica - que abarca a preparação de jovens e adultos/as para a educação institucionalizada? Sua familiaridade com debates consagrados entre os planejadores de currículo? Seu apelo a temas candentes da sociedade, embora muitas vezes estes imponham senso de desafio para assumir tal proposta? A competência de sua defesa por espaço, na oferta acadêmica?

(...)

> trata-se de propor uma alternativa acadêmica para fustigar o modelo de desenvolvimento que se estabeleceu sob uma lógica excludente, impedindo que milhões de brasileiros tivessem acesso à escola ou nela permanecessem. Os dados são inequívocos e pesquisadores/as de instituições reconhecidas como Fundação Carlos Chagas - Regina Pahim Pinto e Fulvia Rosenberg, da PUC/RJ como Sonia Krammer; mesmo os assessores internacionais como Bernard Charlot, denunciam por meio de sua interrogação à tradição universalista dos projetos educativos, os excessos cometidos reiteradamente pelo sistema escolar, em relação às crianças empobrecidas e, mais ainda as crianças e jovens negras/os. Marilia Carvalho, em pesquisa financiada pelo CNPQ, dedica-se a pensar a produção do fracasso escolar sob a lente que interroga articulações entre gênero e cor/raça (2004). Em um momento em que a UFSC, que junto com UFRGS, UFSM e UFPR constituem o quadro de universidades com políticas de ações afirmativas, reiteramos nossa defesa pela inserção de Diferença, Estigma e Educação como disciplina que ofereça, de modo concentrado, o estudo de temas que subsidiem e instiguem nossas/os estudantes à atenção ao que esta na base das desigualdades em educação. (Manifesto Curricular, 5 de setembro de 2007)

Diferença, Estigma e Educação, uma disciplina que conquistou lugar na primeira fase do curso, com 4 créditos e uma ementa que indica a atenção com a constituição intersubjetiva e sua implicação na vida escolar, a saber: Teorias modernas e contemporâneas sobre o juízo perceptivo de si e do outro. Introdução ao estudo sistemático dos conceitos vinculados com os processos de diferenciação individual e social e sua repercussão no contexto escolar. Alteridade, diálogo e ética na educação.

Mais ainda, apresentou-se e foi integrado um NADE (Núcleo de Aprofundamento de Estudos, com três créditos, intitulado Práticas Educativas e Relações Etnico-raciais, com função de formação, por meio de estudos sobre temas relacionados às dinâmicas dos processos educacionais. Destaca-se, entre seus objetivos específicos: instigar a discussão sobre a dimensão racial como elemento constitutivo na configuração de práticas curriculares no ensino fundamental, e debater propostas (contemporâneas) para a educação dos negros com focos nos projetos curriculares; relações no cotidiano escolar e materiais didáticos.

Pode-se concluir que a conquista de espaço na grade curricular impõe compromissos coletivos que deverão ser animados e ancorados em uma rede de articulações para a qual já existem docentes e estudantes dispostos a incrementar.

Concluindo - sobre expectativas para o curso de Pedagogia

No momento atual, a implementação do programa de ações afirmativas na UFSC, como a ação do grupo do Programa de Educação Tutoral/PET e, especialmente as atividades de fortalecimento de pesquisas por doutorandos/as,

---

5 De 2005.1 a 2007.1 uma representante do Programa de Educação do NEN atuou junto da docente – em 2006.2 como bolsista de estagio docência /CAPES, haja vista sua inserção na universidade, como mestranda. Realce para o dado de que a própria docente responsável pela disciplina atua no NEN pelo Programa de Educação

6 Do texto Manifesto Curricular, de autoria de Vânia Beatriz Monteiro da Silva , do departamento MEN. A outra manifestação é de autoria da docente Ida Mara Freire, do departamento EED.

formam quadro institucional capaz de subsidiar a implantação, a partir de 2009, das proposições referidas para o curso de Pedagogia.

Elas expressam, em boa medida, mais uma estratégia de "mobilidade curricular" para a questão da educação das relações étnico-raciais, do que a conquista de novo paradigma para o curso em seu conjunto. Em outras palavras, de eventos assistemáticos, curso de extensão a disciplinas e especialmente, à presença do temas da educação das relações étnico-raciais na formação de professores, tem-se um avanço na incorporação do tema das desigualdades a partir das relações raciais. Como tal, e ainda assim, respondem a demandas da implementação das alterações na LDBEn/96 pela Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura da Afro-brasileira e Africana. Buscam incrementar e consolidar na formação político-educacional do Curso de Pedagogia do CED/UFSC, sua intervenção face às desigualdades que constituem as trajetórias educacionais, especificamente da população escolar negra, utilizando produções no campo da pesquisa – onde incluem-se as teses e dissertações do PPGE – e da extensão e as intensa produção brasileira dos últimos anos.

Com pesquisadoras do tema como Nilma Lino Gomes e Petronilha Beatriz G. e Silva encontramos o discurso militante que sustenta os princípios pelos quais disputamos espaço curricular: a primeira, por inspirar, ainda uma vez, a reiterar a questão da igualdade entre os sujeitos da educação, observando que "de modo geral todos compreendem que, para se construir a democracia, é preciso reconhecer as diferenças. E não é só! É preciso reconhecer que, historicamente as diferenças têm sido tratadas de forma desigual" (Gomes, 2004: 42).

Com a segunda, (re)encontramos com uma representarão que impregna o olhar e o sentir nos contextos da diversidade humana em toda sua complexa expressão, aprisionados, tantas vezes, na herança de nossa formação cultural que desconhece o que não é originado da imagem colonizada:"Somos levados a confundir cultura com ilustração, civilização com o hemisfério norte, ao lado de outros tantos equívocos" (Silva, 2007: 500).

Tais preocupações impõem-se diante de tarefas sociais como a formação de Pedagogos/as, implicada com o compartilhamento de responsabilidades para a formação para a educação de crianças, jovens e adultos anônimos que freqüentam os espaços educativos em todos os cantos do Brasil ou desejam aprender e ser na escola. Mas igualmente, para a própria caracterização político-cultural da vida universitária, tais questões mobilizam o ânimo necessário para as construções coletivas no interior das lutas pela educação, efetivamente para todos.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. (2004a). Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília. http://www.mec.gov.br/cne. (Consultado na Internet em 18 de julho de 2008).

_____. (2004b). Resolução CNE/CP 1/2004. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana*. Brasília. http://www.mec.gov.br/cne. (Consultado na Internet em 18 de julho de 2008).

BRASIL .(2003). *Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Inclui a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial da rede de ensino*. Diário Oficial da União, Brasília.

Carvalho, J. J.(2004). Ações Afirmativas como base para uma aliança negro-branco-indígena contra a discriminação étnica e racial no Brasil. In Gomes, N.L. & Martins, A.A. (org.), *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, (pp. 61-96).

Gomes, N.L. (2004) Programa de Ações Afirmativas na UFMG: uma proposta corajosa. In Gomes, N.L. & Martins, A.A. (org.), *Afirmando direitos: acesso e permanência de jovens negros na universidade*. Belo Horizonte: Autêntica, (pp. 37-59).

Lima, I.C. (2005). Pedagogia Interétnica: uma proposta do movimento negro em Salvador (1974-1990) In Oliveira, I. & Silva, P.B. G. & Pinto, R. P. (org.), *Negro e educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas*. São Paulo: Ação Educativa, ANPED, (pp. 40-52).

Louro, G. L.(1997). Mulheres na sala de aula. In Del Priore, Mary. (org.), *Historia das mulheres no Brasil*, São Paulo: Contexto, (pp. 443-481).

Passos, J. C. (2005) Escolarização de jovens negros e negras. In: Oliveira, I. & Silva, P.B.G. & Pinto, R. P., *Negro e educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas.* São Paulo: Ação Educativa, ANPED, (pp. 53-65).

Rosemberg, F.(1987). Relações raciais e rendimento escolar. *Cadernos de Pesquisa*, (63),19-23.

Soihet, R. (1997). Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In Del Priore, M. (org.), *Historia das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, (pp. 362-400).

Tragtenberg, M.H.R. & Bastos, J.L.D. & Nomura, L. H. & Peres, M.A. (2006). Como aumentar a proporção de estudantes negros na Universidade? *Cadernos de Pesquisa*, 36(128), 473-495.

Silva, P. B. G. (2007). Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. *Educação,* 3(63), 489-506. http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/2745/2092. (consultado na Internet em 18 de maio de 2008).

Vieira, S. R. (2007). *Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia: pedagogo, docente ou professor?* 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil. http://www.dominiopublico.gov.br. (consultado na Internet em 27 de agosto de 2008).

Novos regimes de cidadania e reconhecimento de direitos culturais: será a política de educação intercultural uma ameaça?1

Max Maranhão Piorsky Aires2

Resumo: No contexto da globalização dos direitos culturais a formulação das reivindicações dos povos indígenas por meio de uma gramática política de perfil étnico possui um valor politicamente estratégico na promoção destes direitos. Tal fato parece ser suficientemente claro para os trabalhos em Etnologia Indígena (OLIVEIRA, 2004) e nas abordagens antropológicas que enfocam a educação escolar indígena em inúmeros contextos etnográficos (AIRES, PALADINO, COLLET; dentre outros). Porém, o modo como estas formulações são entendidas pelos atores locais e as contradições que elas geram nos projetos de educação diferenciada não foram ainda suficientemente pesquisadas. Este texto procura explorar de que modo as políticas de educação intercultural influenciaram os discursos e mobilizações dos professores indígenas tapebas, em Caucaia-CE, no Nordeste brasileiro

Sigo a interessante análise de Charles Hale (2002) na qual estabelece a relação entre dois fenômenos da década de 1990: a mobilização dos indígenas e a adoção da doutrina neoliberal pelos países latino-americanos. Na direção contrária das investigações que colocam estes fenômenos em oposição, Hale intitulou esta relação de neoliberalismo multicultural assinalando, ao mesmo tempo, para a defesa e engajamento por parte dos proponentes da ideologia neoliberal em favor dos direitos culturais indígenas, abrindo de certo modo espaços na estrutura de oportunidades políticas para a conquista de direitos, mas, por outro lado, avançando na imposição de suas agendas políticas, regulando os espaços de participação indígena e normatizando as diferenças culturais.

Etnogênese, escola e Igreja Católica

A maioria dos fatos apresentados adiante aconteceram entre os anos de 1985 e início da década de 1990, período do indigenismo3 local que corresponde aos momentos iniciais do processo de emergência étnica dos tapebas e constituição do campo de ação indigenista no Ceará (BARRETO FILHO, 1994; VALLE, 1994).

Os tapebas constituem uma população indígena de aproximadamente 5 mil indivíduos que habita em cerca de 26 núcleos populacionais situadas no município de Caucaia, distando 16 km de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. A emergência étnica do referido grupo aconteceu em meados da década de 1980 como resultado da ação da Arquidiocese de Fortaleza e outras agências. Anterior a este período, não se tinha conhecimento de indígenas no Ceará, nem as fontes historiográficas ou etnológicas faziam referência ao etnônimo tapeba, apesar de descreverem a presença indígena na região (Cf. BARRETO FILHO, 1992).

No quadro das emergências étnicas que aconteceram no Ceará, bem como em outros estados da região Nordeste, os processos de territorialização, dentre outras coisas, desencadeiam a mobilização de indígenas em torno dos direitos territoriais e assistenciais (OLIVEIRA, 2004). Para o caso tapeba, por exemplo, em 1985, quando foi enviada uma carta ao presidente José Sarney, ao presidente da FUNAI e ao Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, os indígenas reivindicavam: "terra pra nós morar e plantar", "um posto médico, escola para os índios" (*apud* O POVO, 1985).

Mesmo sendo a terra a pauta principal da mobilização política e étnica, aos poucos, percebe-se as tentativas de inúmeros núcleos populacionais tapebas em organizar escolas, como por exemplo, as localidades conhecidas como Pontes (BARRETO FILHO, 1992), Vila São Raimundo Nonato (BARRETO FILHO, 1987), Vila Nova e Trilho (ARQUIDIOCESE, 1989; 1991a; 1991b). Porém, nestes locais, as escolas pouco duraram ou até mesmo não saíram das intenções. Na maioria dos casos, o constante fluxo de professores, falta de local adequado para as atividades escolares, infra-estrutura escolar precária e os poucos recursos financeiros disponíveis fizeram com que as unidades escolares funcionassem por períodos irregulares.

A funcionamento regular só viria a acontecer no ano de 1993, na Vila São Raimundo Nonato. Num prédio construído com recursos da Visão Mundial4 e por meio de convênio estabelecido com à Secretaria de Educação do Município de Caucaia, foram assegurados o pagamento de salário do professor, zeladora e merendeira e, também, o fornecimento de merenda escolar.

Nesse momento, o surgimento de escolas entre os tapebas não foi acompanhado por um discursos ou ações que enfatizassem a diferença cultural como um componente importante do currículo escolar, mas procuravam, sobretudo, a alfabetização de crianças, como me disse um professor:

> "Quando eu cheguei aqui eu fui convidado a vim ensinar (....) os meninos tão querendo aprender a ler e a escrever (...) não passaram pra mim que tinha alguma voltada pra lhe dar com o indígena. É tanto que eu vim ensinando coisa do que eu aprendi, daquilo que eu vi quando eu era criança quando eu tava na escola." (professor tapeba).

---

1 Comunicação apresentada no I Seminário do Laboratório de Estudos em Mobilizações Étnicas, realizado na Universidade Federal de Campina Grande-PB, nos dias 19 e 20 de junho de 2008.

2 Professor de Antropologia da Universidade Estadual do Ceará. E-mail: maxm@uece.br

3 Utilizo Indigenismo no sentido amplo do termo: "... como um complexo edifício ideológico construído sobre diferenças étnicas, uma obra que nunca se completa. É uma Babel de conjunções e disjunções erigida com uma grande variedade de ingredientes que vão desde políticas oficiais, posturas religiosas e laicas sobre o destino dos povos indígenas, de construções antropológicas ou imagens jornalísticas a manifestações dos próprios índios face à sociedade dominante. A minha definição de Indigenismo não se restringe, portanto, ao indigenismo oficial. É, ao contrário, um Indigenismo com I maiúsculo para marcar um recorte bem mais amplo do que o oficialismo indigenista e para seguir o emaranhado de trilhas deixadas na consciência e no inconsciente coletivos por multidões de transeuntes que se acotovelam na paisagem do campo interétnico." (RAMOS, 1998:8-9).

4 Organização Não Governamental que desenvolve projetos de desenvolvimento local e educacional com os tapebas.

No contexto da emergência étnica tapeba, a organização de uma escola para este segmento populacional, a Vila São Raimundo Nonato, aparecia como resultado das possibilidades abertas com o reconhecimento público e oficial da indianidade, que lhes garantia, pelo menos juridicamente, a possibilidade de acesso à instrução formal. E isto aconteceu, sobretudo, com a ampliação da rede de agências que canalizavam recursos materiais e financeiros para as localidades indígenas (Secretaria Municipal de Educação, Visão Mundial, escolas particulares e Arquidiocese).

Paralelamente a estes acontecimentos, a Arquidiocese de Fortaleza empreendia ações junto aos tapebas e à população regional de Caucaia, com a intenção de solucionar o problema do acesso à terra no Município, a uma só vez, para índios e não-índios. Neste empreendimento, uma estratégia merece destaque: a intervenção de ordem cultural que procurou revitalizar a memória e cultura indígena (BARRETO FILHO, 1994; AIRES, 2003). Na prática eram feitas incursões de pesquisas em que os resultados materializavam-se na produção de múltiplos gêneros discursivos, tais como fotografias, vídeos, cartazes, *folders*, cartas públicas, livretos, livros, mapas, documentos internos com circulação restrita, pesquisa documental e bibliográfica que tinham a intenção de constituir conhecimento sobre os tapebas.

As pesquisas aconteciam no contexto de disputa pela terra que requeria nas fases iniciais do processo de identificação e demarcação, "a apresentação de evidências históricas sobre a antiguidade do território" e que sobre ele "os índios exerçam de modo estável e regular uma 'ocupação tradicional', isto é, que utilizem tal território segundo 'seus usos e costumes" (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999; 2000: 20-22). Se levarmos em conta a especificidade da situação histórica das populações indígenas no Nordeste brasileiro, marcada pelo resurgimento das identidades indígenas, "*não há como falar em território indígena no sentido atual em que empregamos o termo e que os próprios índios contemporâneos reivindicam*" (2000: 21). No entanto, no campo da disputa simbólica, estes saberes foram concebidos como indispensáveis, pois, procuravam responder as questões postas pelas exigências legais e, também, aos argumentos da elite local que diziam que os tapebas não são índios, por essa razão a maioria dos textos produzidos versavam sobre assuntos relacionados com "a história do Ceará e da ocupação autóctone e colonial da área onde hoje se situa o município de Caucaia" pretendendo "atestar a continuidade histórica dos Tapebas com as populações pré-colombianas e a imemorialidade da ocupação" do território a partir da produção de consensos sobre os tapebas (BARRETO FILHO, 19925, 1994: 20).

Enquanto a elite local colocava em circulação sistemática enunciados que diziam que os tapebas não eram índios porque moravam em "*favelas" ou no meio urbano e que conheciam e falavam a língua portuguesa, não possuíam uma "tradição", nem "língua indígena*", desconhecendo a "*cultura e tradição indígena*", uma das principais estratégias discursivas da Arquidiocese era afirmar perante o público que o "povo tapeba existe"6. As representações elaboradas pela Arquidiocese (mas também outros agentes) definiam os tapebas como índios sofridos, miseráveis, em estado de desorganização social, política e cultural, aculturados e sem memória coletiva, miscigenados culturalmente e racialmente. Diante disso, os agentes da Igreja Católica procuraram intervir na situação fazendo o trabalho do "*resgate*" e produzindo uma "*cultura*", "*história" e "geografia*" para os tapebas. Os índios, segundo a Igreja, apesar das semelhanças com a população regional, apesar do processo de aculturação, não estavam integrados ou tinham deixados de ser índios. Era preciso, como diziam os textos, revitalizar o que "restou" ou "*sobrou*" da "*cultura*", apesar de aculturados, este processo não teria sido completado plenamente. O trabalho do resgate tentou então recuperar os saberes tradicionais, procurou também vincular os índios à atividades econômicas tidas como tradicionalmente, conectou-as a ambientes geográficos não-urbanos, a objetos materiais que indicavam a sobrevivência de uma "cultura" indígena (AIRES, 2007).

Outro fato merece ser destacado ainda para o período considerado, foi o surgimento de escolas denominadas pelos tapebas de "*diferenciadas*". No início da década de 1990, provavelmente entre os anos de 1993 e 1994, apareceram duas escolas nas localidades da Lagoa dos Tapebas (Lagoa 1) e Trilho, que despontavam justificando a criação de escolas "diferenciadas" como uma estratégia para enfrentar a "discriminação" ou "preconceito" que as crianças tapebas enfrentavam nas escolas municipais de Caucaia. Outros problemas ta,bem eram relatados: o problema das "crianças não se aceitarem como índios", o discurso do "resgate da cultura" e o problema do analfabetismo. Não me alongarei muito neste tema, já explorado em outros trabalhos (AIRES, 2005; 2007), mas em resumo, o aparecimento de tais escolas significam no meu modo de ver a formulação de um ideal reverter os significados desabonadores associados ao etnônimo tapeba ("comedores de carniça", "cachaceiros", "promíscuos", etc.) (BARRETO FILHO, 1992).

A globalização dos direitos indígenas e os regimes da cidadania cultural

Logo após a primeira década da emergência dos índios tapebas temos uma segunda década marcada pelo aparecimento das políticas de educação intercultural. Insisto na apresentação desse contexto etnográfico, sumariamente delineado, pois ele irá marcar o aparecimento de uma nova classe de sujeitos, o professor indígena.

---

5 Não disponho de uma versão do trabalho em que apareça a paginação do texto original, por essa razão no decorrer do texto não indicarei o número da página consultada.

6 Os títulos dos documentos são um exemplo dessa estratégia, tal como à carta dirigida à população local intitulada Povo de Caucaia. Existe Índios no Ceará. Os Tapebas ainda resistem, de 11 de julho de 1986. No decorrer do texto apresento exemplos que procuram comprovar a minha afirmação, no entanto, por ora cito um relatório da Arquidiocese e um de seus esforços: "A segunda vertente do trabalho compreende toda uma série de contatos com a população envolvente dos Municípios de Caucaia e Fortaleza, no sentido de demonstrar o direito dos índios Tapeba a terem suas terras devolvidas e demarcadas pelo Poder Público, bem como de afastar e destruir os argumentos apresentados de que aquela população não é indígena..." (ARQUIDIOCESE, s.d.).

Outros fatos importantes para entendermos a emergência do professor indígena e o modo como ele se situa neste campo político intersocietário foi o aparecimento das políticas multiculturais no contexto transnacional, nacional e local. No Brasil, desde a década de 1990, foi delineada uma nova política de educação destinada às populações indígenas, dentre as inúmeras mudanças, a responsabilidade pela oferta da educação foi transferida da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Educação (MEC); um pouco antes, a Constituição de 1988 reconhecia a diversidade cultural existente no país e garantia aos índios "*a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem*" (BRASIL, 1988), bem como iniciou-se também um processo de descentralização administrativa das políticas nas áreas de educação, saúde, desenvolvimento rural e meio-ambiente. Porém, somente do ano de 1995 em diante, estas reformas "*adquiriam contornos próximos à organicidade de políticas*" (SOUZA LIMA et alii, 2004). Na educação indígena foram constituídos os novos marcos jurídicos, administrativos e estabelecidos os princípios de interculturalidade, bilingüismo, especificidade e diferença como "*características*" ou "fundamentos"7 das políticas e, ainda em 1995, era o primeiro ano em que as secretarias estaduais de educação poderiam solicitar recursos para o financiamento de projetos8 (GRUPIONI, 1997, 2002).

Numa escala internacional, tais mudanças estão relacionadas com uma ampla reforma do Estado e o reconhecimento legal do pluralismo cultural por parte dos estados-nações latino-americanos como uma espécie de face pública necessária para obtenção de financiamento junto aos organismos internacionais (SEGATO, 1998). E, também, relacionados com os interesses internacionais na governabilidade dos regimes políticos no continente como fator indispensável para a implementação de modelos de desenvolvimento ancorados na idéia de capital humano (ASSIES, 2002; HALE, 2002; GUSTAFSON, 2002) fazendo com que se disseminasse no continente uma gramática hegemônica para o domínio da política contemporânea com a proeminência generalizada da cultura na ordem emergente, em especial na lutas por reconhecimento (FRASER, 2003; WRIGHT, 1998).

No entanto, devemos levar em conta que, assim como em outros países, tais reformas foram regionalmente fragmentadas em sua implementação, significados e efeitos (GUSTAFSON, 2002; SOUZA LIMA et alii, 2004; BRIONES, 2002). No estado do Ceará, as reformas educacionais na esfera da educação indígena da década de 1990 foram em parte influenciadas por atores externos, uma vez que as autoridades estaduais tinham um bom trânsito nas agências multilaterais de financiamento (ZIBAS, 2005), fazendo com que o fenômeno da globalização das agendas educacionais alcançasse o estado um pouco mais cedo, se comparamos a outras unidades da federação. Tais reformas também foram influenciadas por um ideário nacional materializado num conjunto de leis, diretrizes políticas, referenciais curriculares que reconheceram o pluralismo cult

No ano de 1996 os planos de governo local faziam alusão a uma série de políticas educacionais específicas: educação infantil, educação especial e educação indígena, inicialmente atendendo os índios tapebas e tremembés por meio do projeto "Reafirmando a Cultura do Índio Cearense" (SEDUC, s.d.). O início do engajamento discursivo (posteriormente engajamento prático) das instâncias de governo local na definição da política educacional para as populações indígenas no Ceará significou a definição de uma agenda política que seria seguida nos próximos anos, mas também a adoção de uma perspectiva que enfatizava ideais de "*mobilização*" e "*participação*" da "*sociedade civil*" – posteriormente declaradamente do segmento indígena – e, se não inaugurou, ao menos empregou determinado vocabulário específico no campo indigenista recheado de noções antropológicas ("*cultura*", "*identidade*" etc.) e, também, pressupostos que aludiam a necessidade de "*busca*"/"*afirmação*"/"*reafirmação*" da "*identidade*" ou "*cultura*" indígena, noções estas que operam com pressupostos que já circulavam anteriormente no cenário local, tais como o suposto processo de aculturação da população tapeba e a necessidade do "resgate" da "cultura" ou "verdadeira história" (AIRES, 2000; 2007).

Seguindo um preceito definido transnacionalmente, a Secretaria reproduziu os critérios usados para determinar os beneficiários de tais direitos que seria, sobretudo, a posse de uma identidade cultural de grupo e, portanto, "os direitos coletivos baseados na diferença cultural se tornaram a principal via legal para reverter a exclusão política a discriminação racial sofrida" por indígenas (HOOKER, 2006:94). Os grupos indígenas no Ceará seriam então beneficiários das políticas interculturais de educação na medida em que demonstrassem habilidades em formular demandas adequadas à lógica do regime de cidadania instaurado na América Latina que preconizava a posse de uma "cultura" ou "*identidade*" distinta.

Os professores indígenas e as políticas interculturais

Com estas transformações nestes planos, podemos de modo resumido enumerar os efeitos destas mudanças para os tapebas, com o foco no professor indígena. Antes disso, vale lembrar que com esta situação descrita anteriormente faz com que os professores alcançam prestígio socioeconômico e político nas localidades indígenas, alterando inclusive a configuração de mecanismos de poder dos grupos; criam sua própria organização, a Associação dos Professores Indígena Tapeba (APROINT); ocupam postos importantes em outras organizações indígenas, como por exemplo, a Associação das Comunidades dos Índios Tapeba (ACITA) e Associação Indígena Tapeba de Esporte e Cultura (AINTACE); ocorre também

7 Termos recorrentes nos documentos oficiais.

8 Como o próprio MEC (2002) reconhece, é somente a partir de 1995 (e entre esse ano e o de 2002) que o trabalho do Ministério "toma vulto" e onde são implementadas "as principais linhas de trabalho". No entanto, somente a partir de 1996 e 1997 que o MEC "apoiou" projetos em educação escolar indígena, conferir, por exemplo, o "Anexo: Relação de projetos apoiados pela CGAEI [Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas]". Nessa relação não consta nenhum projeto beneficiado no estado do Ceará (BRASIL, 2002: 235-283).

uma ampliação significativa da participação dos professores em instâncias importantes de discussão sobre assuntos relacionados à

(a) À medida que as políticas estaduais de escolarização foram implementadas, os docentes indígenas adotaram um vocabulário específico marcado pelo uso de categorias antropológicas (rituais, cultura, tradição, costumes, etnia, grupo étnico, identidade étnica) ou que reforçariam a indianidade (aldeia, língua materna etc.) com finalidade de marcar descontinuidad

Os professores criaram também um conjunto de práticas culturais relacionados ao contexto da escola: a "*aula cultural*", a "*feira cultural*", a "*festa da carnaúba*", "*jogos indígenas*" (com inúmeras modalidades), "*desfile*" ou "*marcha tapeba*" em comemoração ao "dia dos Tapeba". Este último, evento no qual os professores e estudantes marcham da praça do Capuan em direção à Lagos dos Tapeba e apresentam para a população regional temas que apontam para o fato de que os professores definem eles mesmos, os tapebas, não apenas estrategicamente, como parte de uma luta política, mas fundamentalmente remodelam o entendimento sobre a identidade categórica tapeba.

Portanto, os professores aprenderam e direcionaram seus discursos e ações para este novo regime de cidadania cultural adotando um vocabulário apropriado a esta nova gramática de reivindicação política e apresentando-se publicamente como um grupo cultural distinto e, ao mesmo tempo, posicionam-se como intelectuais de base fornecendo um conjunto de respostas frente às situações que de modo recorrente localizam os índios tapebas como aculturados, como por exemplo, os argumentos empregados pela elite local ou mesmo pela Arquidiocese, descritos anteriormente.

E se aqui temos a redefinição de sentidos relacionados ao etnônimo tapeba, por outro, o uso do novo vocabulário político requerido pelo modelo de cidadania geram metáforas perigosas para a educação escolar indígenas que restringem os significados, como por exemplo, os pressupostos de que a cultura de um grupo indígena deve necessariamente exibir uma uniformidade ou coerência interna. E aqui cabe uma pergunta: quem define o que deve ser a "*cultura indígena*"? De que modo as escolas poderiam definir "*cultura*" e "*conhecimento*" indígena sem as perspectivas reducionistas colocadas como "fundamentos" das políticas interculturais?

(b) Se os discursos da "cultura" eram, no entanto, uma espécie de face pública dos tapebas, um estilo discursivo situacional (FOLEY, 1996), explorada inicialmente pelos líderes, posteriormente incrementado pelos professores, e que serviram de base para um discurso mobilizador e politizado, por outro lado, em geral em esferas privadas, ou nos conflitos envolvendo professores e comunidade, os ideais de um modelo de educação intercultural ou de escola diferenciada eram postos em dúvida pelos próprios tapebas e, neste aspecto, algumas noções "consensuais" sobre esta face pública dos tapebas eram também colocadas em descrédito.

Os projetos de formação de professores que enfatizavam as pesquisa dos "etnoconhecimentos" com a retórica de valorização da cultura, e tantas outras coisas, também eram alvo de questionamento por parte dos professores, tal como neste diálogo, em que a SEDUC realizou uma dinâmica de grupo em que os tapebas deveriam discutir e posteriormente apresentar a "escola que queriam":

> "Ana: Se é uma escola diferenciada que dizer que a gente vai estudar só...assim, eu penso assim, essa formação, se é uma escola diferenciada e como é que vai ser essa formação, é 'só sobre coisa indígena (...) os menino a gente não vai ensinar só coisa indígena, tem que ensinar coisa de fora também"
>
> Sebastiana: De fora também.
>
> José: Preparar para...
>
> Ana: Para o amanhã...
>
> José: Para o amanhã porque a modernidade ta aí...
>
> Ana: Vai que ele vai pra faculdade...
>
> José: Ele não pode ficar só preso também...
>
> Ana: Ele vai pra faculdade sem que nunca ter feito a realidade lá fora...
>
> Nilda: De segunda até quinta é dou aula normal, agora que é sexta feira que é aula cultural.
>
> Sebastiana: Tomo mundo é assim.

Nesta conversa, a preocupação dos professores fazia justamente referência aos excessos em torno das ações dos agentes preocupados em "*valorizar*", "*respeitar*", "*resgatar*" a cultura. No caso, a preocupação deles era exatamente oposta, era com a "*modernidade*", com o "*amanhã*", com o ensino das "*coisa[s] de fora*". Em certa ocasião, um professor tapeba me disse que os líderes indígenas "em todos esses anos de luta" vêm ensinando em suas famílias "*o que é ser um índio*", mas um "*índio moderno*".

O paradigma da pesquisa presente nos projetos de formação de professores também era questionado. Numa ocasião, uma professora pôs em dúvida a disposição e os próprios saberes requeridos pelo modelo de educação intercultural, afirmando que os "os mais velhos não querem se reunir com os mais novo pra conversar com a gente" ou "eles não passa pra gente", "*lá no Lameirão os mais velhos dizem que não são*" índios. De outra feita, uma professora declarou que na localidade onde ela ensinava "*as mães nunca foram em reunião, nunca ensinaram o toré*". Alguns, nesta ocasião, chegaram a afirmar que o ensino supletivo apresentava "mais vantagem" se comparada à proposta que estava sendo discutida pela Secretaria. As

preocupações com a equivalência do diploma entre o curso diferenciado e os outros oferecidos para não indígenas a todo instante eram alvitadas pelos professores. Esse foi apenas um dos aspectos da questão e vinculada especificamente à pratica discursiva deste segmento da população indígena, líderes e professores, pois a escola, e nos exemplos dados a educação, no lugar de produzir situações homogeneizadoras, pressuposto explorado demasiadamente numa certa literatura antropológica e educacional, levaria também à heterogeneidade (RIVAL, 2000) de práticas, algumas vezes contraditórias e conflitantes, criando no interior do grupo indígena disputas em torno do processo de objetificação da tradição e, até mesmo, duvidando em alguns momentos da obrigação dela.

E aqui faço mais uma pergunta: de que modo os pressupostos que orientam as políticas interculturais podem ganhar novos sentidos para a realidade das populações indígenas do Nordeste brasileiro?

E, para finalizar, uma última indagação: se o inicio da mobilização étnica entre os tapeba foi marcado pela luta pelo território, atualmente este assunto parece mobilizar muito pouco os professores, não seria então a educação escolar indígena uma face do multiculturalismo neoliberal que atendem certas demandas dos povos indígenas e, por outro lado, neutralizam, reivindicações mais radicais, como a terra?

Espero que os intelectuais indígenas nos ajudem a responder estas questões.

Considerações finais

A globalização dos direitos indígenas, dos novos regimes de cidadania cultural e das agendas educacionais parecem permitir que os professores indígenas os apropriem em seus termos e os empreguem em suas lutas para avançar em suas reivindicações e definir posições na esfera pública nas quais as identidades indígenas são reformuladas e os projetos educacionais. Porém, a cidadania não poder ser unilateralmente construída, este processo não acontece sem contradições, pois, ao mesmo tempo, a cidadania entendida como dialeticamente determinada pelo Estado e os sujeitos, e faz com que os professores indígenas não escapem dos processos de inscrição e regulação da levados adiante pelo Estado e outras agências.

Referências bibliográficas

AIRES, Max Maranhão Piorsky. Visibilidade, estratégias políticas e colonialismo: as demandas por uma escola para os índios Tapeba. Notícias de antropologia y arqueologia
(Edição especial: Educación y Antropología II), Argentina, v. II, 2003.

_____. Aprendendo a ser "índio" tapeba. Anais do III Seminário Cultura Relações de Gênero e Memória, Paraná, 2005.

_____. De aculturados a ìndios com cultura: estratégias de representação dos professores tapebas em zonas de contato. II Encontro de Ciências Sociais, Sobral, 2007.

ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA. Equipe de Apoio às Comunidades Rurais.
Cadastramento dos índios Tapeba. Fortaleza, out. 1986.

_____. Pastoral Indigenista. A Medicina dos Tapebas. Fortaleza, 1988.

ASSIES, Willem et alii. Los pueblos indígenas y la reforma del Estado en América Latina. Papeles de Población, enero-marzo, n. 31, Universidad Autónoma del Estado de México, p. 95-115.

BARRETO FILHO, Henyo T. Tapebas, tapebanos e pernas-de-pau: etnogênese como processo social e luta simbólica. Rio de Janeiro, 1992 (Dissertação de mestrado –Universidade Federal do Rio de Janeiro).

_____. Tapebas, tepebanos e pernas-de-pau de Caucaia, Ceará: da etnogénesis como
processo social e luta simbólica. Série Antropologia, n°165, DAN/UNB, Brasil, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Referencial curricular nacional para as
escolas indígenas. Brasília, 1998.

_____. Referencial para a formação de professores indígenas. Brasília, 2002.

BRIONES, Claudia. Viviendo a la sombra de naciones sin sombra: poéticas y políticas
de (auto) marcación de "lo indígena" en las disputas contemporáneas por el derecho a
una educación intercultural. In: Fuller, Norma: Interculturalidad y Política. Desafíos y
posibilidades. Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú. Lima, 2002,
pp. 381-417.

CAVALCANTI, Ricardo Antonio S. Presente de branco, presente de grego? Escola e
escrita em comunidades indígenas do Brasil Central. Rio de Janeiro, 1999. 208 p.
Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade
Federal do Rio de Janeiro.

COLLET, Célia. Quero Progresso Sendo índio: o principio da interculturalidade na educação escolar indígena. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

DEAN, Bartholomew. State Power and Indigenous Peoples in Peruvian Amazonia: a Lost Decade, 1990-2000. In: MAYBURY-LEWIS, David (org.). The Politics of Ethnicity:Indigenous Peoples in Latin American States..Cambridge: Harvard University Press, 2002. p. 199-238

FOLEY, Douglas. The Silent Indian as a Cultural Production. In: Bradley Levinson, Douglas Foley and Dorothy C. Holland (edit.) (1996). The cultural production of the educated person. Critical ethnographies of schooling and local practice. New York, State University of New York, 79-91.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização - Redistribuição, reconhecimento e

participação. Trad. Teresa Tavares. Revista Crítica de Ciências Sociais. Texto da conferência de abertura do colóquio "Globalização: Fatalidade ou Utopia?" (22-23 de Fevereiro de 2002), organizado em Coimbra pelo Centro de Estudos Sociais
GALLOIS, Dominique. De Arredio a isolado: perspectivas de autonomia para os povos indígenas recém-contactados. In: GRUPIONNI, Luís. D. B. (org.). Índios no Brasil. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p. 121-134.17
GARCIA, Maria Elena. Making Indigenous Citizens: Identities, Education, and Multicultural Development in Peru. Stanford: Stanford University Press, 2004.
GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Do Nacional ao local, do federal ao estadual: as leis e a Educação Escolar Indígena. In: MARLAN, Marilda Almeida.Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores: educação escolar indígena. Brasília: MEC, SEF, 2002. p. 130-136.
GRUPIONI, Luís Donisete B. Escola Indígena: caso particular de escola? In:
GUSTAFSON, Bret. Paradoxes of Liberal Indigenism: Indigenous Movements, State Process, and Intercultural Reform in Bolivia.In: Identities in Conflict: Indigenous Peoples in Latin American States. David Maybury-Lewis Cambridge: Harvard University Press, 2002. p. 267-306.
HALE, Charles R. 2002. Does Multiculturalism Menace? Governance, Cultural Rights and the Politics of Identity in Guatemala. Journal of Latin American Studies 34:485-524.
HANDLER, Richard. On having a culture: Nationalism and Preservation of Québec's Patrimoine. In: STOCKING, George W. (ed.), Objects and Others. Essays on Museums and Material Culture. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1987. p. 192-217.
ONG, Aihwa. Cultural Citizenship as Subject-Making: Immigrants Negotiate Racial and Cultural Boundaries in the United States. Current Anthropology, Vol. 37, No. 5 (Dec., 1996), pp. 737-762.
PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma Etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. Mana-Estudos de Antropologia Social. 4 (1): 47-77, abr., 1998.
_____. Ensaios em Antropologia Histórica. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
_____.Três teses equivocadas sobre o indigenismo (em especial sobre os índios do nordeste). In: ESPÍRITO SANTO, Marco Antônio. (Org.). Política Indigenista Leste e Nordeste Brasileiro. Brasília, 2000, p. 17-26.
PALADINO, Mariana. Educação escolar indígena no Brasil contemporâneo: entre a "revitalização cultural" e a "desintegração do modo de ser tradicional". Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado em Antropologia/MuseuNacional, 2002.
RAMOS, Alcida R. A O índio hiper-real. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Estudos Sociais, n. 28, ano 10, 1995. p. 5-14.
RIVAL, Laura. Formal Schooling and the Production of Modern Citizens in the Ecuadorian Amazon. In: Bradley Levinson, Douglas Foley and Dorothy C. Holland (edit.) (1996). The cultural production of the educated person. Critical ethnographies of schooling and local practice. New York, State University of New York, 79-91.
SAID, Edward. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA (SEDUC). Todos pela Educação de Qualidade para Todos. A Caminhada Cearense. Fortaleza, s.d.
_____. Coordenação de Planejamento e Política Educacional. Mapeamento dos municípios das escolas indígenas no Ceará. 1998. 5p.
_____. II Seminário de Educ ação Escolar Indígena no Ceará. Fortaleza, 1998. (Folder)
_____. Projeto de Curso de Formação para o Magistério Indígena (Versão Preliminar). Fortaleza, junho de 2001. 23 p.
_____. Despacho. Processo n. 01192346-6. Fortaleza, 17/06/2001. 3 p.
TAPEBAS. Memória Viva dos Índios Tapebas. Terra demarcada, vida garantida... Caucaia: SEDUC, 2000. 48p.
VALLE, Carlos Guilherme. Experiência e semântica entre os Tremembé do Ceará. In:
WRIHGT, Susan. The politicization of "culture". Anthropology Today, Vol. 14, n. 1, February 1998, p. 7-15.

Raça, classe, políticas de ação afirmativa e cotas na educação superior brasileira.

Ahyas Siss Ahyas
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
ahyassiss@gmail.com

Resumo: Este estudo está inserido no campo de pesquisa das relações étnico/raciais. Ele analisa as relações e intercessões estabelecidas entre as categorias etnia/raça, classe social e educação superior brasileira. Na sua perspectiva metodológica ele apresenta, como objetivo de pesquisa e análise, o estudo das políticas públicas de cotas e de ação afirmativa étnico/racialmente enviesadas e tencionadas pela categoria classe social, políticas essas em curso em diversas universidades públicas brasileiras, com ênfase especial naquelas localizadas na capital do Estado do Rio de Janeiro. Isso significa discutir, analisar e caracterizar a efetividade de tais políticas à luz dos seus resultados alcançados, ainda que parciais, por essas Instituições as quais, no processo de sua implementação, incorporaram a dimensão de classe. Significa, também, discutir e caracterizar as relações e interseções que se estabelecem entre as categorias raça/etnia e classe social, bem como a possível relação de autonomia que alguma dessas categorias possa estabelecer sobre a outra. As principais tensões, divergências e convergências que sustentam os debates que se estabelecem em espaços sociais diversificados sobre essas políticas são aqui caracterizadas e analisadas concedendo-se destaque às que ocorrem no meio acadêmico. Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa é qualitativa. O recurso a gráficos e a dados tabelados aqui se justifica pela necessidade de se tornar objetiva a ocorrência de determinados fenômenos, bem como os resultados de suas análises que poderiam se tornar demasiadamente subjetivos, podendo ser confundidos com possíveis posições sectárias do pesquisador.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla, na qual discuto as relações e interseções estabelecidas entre educação, relações étnico/raciais e políticas de cotas para afro-brasileiros. Nela, busco atualizar e consolidar, do ponto de vista teórico-metodológico, a análise das relações, dos condicionamentos e dos deslocamentos estabelecidos entre as categorias etnia/raça e classe social, quando aplicadas às políticas de ação afirmativa na modalidade de cotas para Afro-brasileiros no acesso e permanência ao ensino superior brasileiro. Isso significa compreender-se e caracterizar-se tais políticas como étnico/racialmente compensatórias, ou não, bem como a possível existência de relação de autonomia estabelecida entre as categorias etnia/raça, cor e classe social, que estão na base dessas políticas de ação afirmativa. Por constituir-se esse tema como candente, que vem mobilizando a comunidade acadêmica e a sociedade, não só tendo-se em vista a forma pela qual essas políticas vêm sendo implementadas mas, também, pelo próprio conteúdo de tais políticas, as principais tensões, divergências e convergências que sustentam os debates sobre essas políticas e que se estabelecem em espaços sociais diversificados, são identificadas e analisadas na pesquisa.

Sabemos que, no que diz respeito aos filhos da diáspora africana nascidos no Brasil, sua exclusão do processo educacional escolarizado é histórica. Durante a vigência do regime escravocrata, poucos foram aqueles que defenderam a idéia de se fornecer uma instrução escolarizada, ainda que primária, aos escravizados, aos libertos e aos ingênuos. As propostas, nesse sentido, de notáveis abolicionistas como por exemplos, Luiz Gama, Nabuco e Rebouças, ou foram relegadas ao esquecimento ou sequer foram seriamente discutidas. Em que pese o não desconhecimento do fundamental e importante papel que a educação desempenha em todas as sociedades, sejam elas racialmente estratificadas, ou não, paradoxalmente, a existência de uma efetiva política educacional pública e estatal, no Brasil, data de pouco mais de meio século. Até então e sob o pulso escravocrata e oligarca rural, "o Brasil reservou a aprendizagem letrada para a classe dirigente, tanto que até na década de 20 apenas 25% da população brasileira era alfabetizada (Linhares, 1995, p. 09). Constata-se pois, sem qualquer dificuldade, que uma imensa maioria da população nacional estava excluída do processo educacional.

Hoje, nessa primeira década do século XXI, se a exclusão dos Afro-brasileiros do nosso sistema educacional não é legalmente expressa, ela se atualiza através da inserção subordinada e precarizada dos membros desse grupo étnico/racial ao sistema de ensino, o que eqüivale a mantê-los subalternizados frente a outros grupos étnico/raciais. Tal fato não é de difícil comprovação como o demonstram os resultados de diversas pesquisas realizadas nesse sentido por agências governamentais e fartamente noticiadas pela imprensa. Os perfis étnico/raciais e sociais dos alunos submetidos, tanto ao Exame Nacional do Ensino Médio (*ENEM*), quanto ao ENADE evidenciam essa afirmativa.

Pesquisas acadêmicas de vulto, tanto qualitativas, como quantitativas, realizadas nas áreas da educação e das diversidades étnico/racial e cultural, têm contribuído enormemente para evidenciar que há uma brutal desigualdade no que diz respeito às realizações educacionais dos Afro-brasileiros, quando comparados à de outros grupos étnico/raciais, tanto na esfera da educação básica, quanto na da educação superior. As desigualdades sociais e étnico/raciais que marcam o segmento populacional Afro-Brasileiro e vêm se acumulando ao longo do tempo justificam a implementação, por parte do Estado brasileiro, de ações compensatórias efetivas, como por exemplo as políticas de cotas e de ação afirmativa etnicamente enviesadas voltadas para a correção dessas injustiças e que permitam a esse significativo segmento populacional competir, com outros grupos étnico/raciais, em igualdade de condições. Tais políticas estão voltadas para a promoção e afirmação da igualdade daqueles grupos ou minorias étnico/raciais e sociais, colocadas em posição de subalternização social.

Na área da educação, muitas Instituições de Ensino Superior Público vêm adotando algum tipo de política de ação afirmativa voltada para diferentes segmentos da população brasileira. Na sua grande maioria, essas instituições adotam políticas de cotas étnico/raciais incorporando, principalmente, a dimensão de classe social, com tais políticas sendo

percebidas como mecanismo de democratização de acesso e de permanência em seus cursos para mais de vinte mil estudantes afro-brasileiros. Aqui discutimos e caracterizamos as relações e interseções que se estabelecem entre as categorias raça/etnia e classe social, bem como as possíveis relações de autonomia, ou de subordinação, que alguma dessas categorias possa estabelecer sobre a outra, na implementação de tais políticas.

AFRO-BRASILEIROS E EDUCAÇÃO

A questão das diversidades étnico-cultural e social relacionadas à educação brasileira não é um fato recente, como a princípio possa parecer. É bem verdade que, se a partir da última década do século passado e até agora ela vem ganhando visibilidade crescente, é também falso afirmar-se que essa é uma questão emergente posto que ela está colocada há mais de um século. Na metade da segunda década do século passado, por exemplo, ao analisar a diferença entre a posição sócio-econômica ocupada pelos afro-americanos e pelos Afro-brasileiros em seus respectivos países no período imediatamente pós-abolição, a educação escolar aparece como fator explicativo do sucesso alcançado por aquele grupo racial frente ao grupo branco no contexto da sociedade norte-americana. Os membros do movimento social negro do início do século passado consideram a lacuna deixada em sua formação pela educação escolarizada, como fator explicativo por estarem eles alocados nas mais baixas posições da sociedade estamental brasileira e postulam que

> (...) os pretos da América do Norte são milionários, industriaes, médicos, pharmaceuticos, engenheiros, etc. tem sua razão, sabem por que? - Porque os pretos da América do Norte, mesmo escravizados recebiam instrução e, os pretos do Brasil só recebiam instrução sobre plantação de café e cereaes. (Horacio da Cunha. "Os homens pretos e a instrucção". O CLARIM D'ALVORADA, ano II, no 17, dezembro de 1925, p. 3).

Na Velha República, a demanda pela educação escolarizada, por parte do segmento populacional Afro-brasileiro irá tornar-se mais acentuada, cumprindo papel estratégico nos projetos de integração e de ascensão social desse grupo racial. Entretanto, não escapava aos Afro-brasileiros de então, as relações que se estabeleciam entre diversidade racial e educação naquela época, as quais eram identificadas como a principal causa da evasão escolar da criança afro-brasileira, sendo denunciadas em termos veementes como

Ainda há grupos escolares que recebe negros porque é obrigatório, porém os professores menosprezam a dignidade da criança negra, deixando-os de lado para que não aprendam, e os pais pobres e desacorçoados pelo pouco desenvolvimento dos filhos resolvem tirá-lo da escola e entregar-lhes serviços pesados (Olimpio Moreira da Silva, "O que foi a raça negra", A Vóz da Raça, ano l no 32, fevereiro de 1934, p. 2).

Ou, ainda,

> O sentimentalismo envenenado das nossas escolas, com suas referências mais ou menos tolas ao 'pretinho Benedito' com os seus elogios da raposas ao heroismo de Henrique Dias, tem dado ao negro a impressão de que os seus antepassados foram uns desgraçados e de que os jovens negros só por isso tem de ser sempre uns vencidos. É preciso porém que o negro tenha coragem de afirmar-se pois não ha motivos para temores, tudo o que existe no Brasil é obra do negro. Sem o negro não haveria o Brasil, logo, o negro tem que ser respeitado aqui dentro e quando não o quizerem respeitar ele deve reagir (José Bueno Feliciano. "O negro na Formação do Brasil, A Vóz da Raça, ano l, no 14, julho de 1933, p. 4)

> Nunca é demais lembrar que, nesta mesma década de 30 do século passado foi criada, na Brasil, a Faculdade Nacional de Filosofia a qual, mais tarde, passará a denominar-se, Universidade do Brasil. Outra instituição de ensino superior criada, também nos anos trinta, foi a Universidade de São Paulo . Ambas as instituições estavam voltadas para a formação de uma elite intelectual no país. O Brasil consolidava assim, nesse período histórico, um sistema educacional bipolar e excludente:

> (...) nas primeiras décadas do período republicano, a educação escolar se organizava em função de dois pólos opostos que definiam dois mundos escolares: de um lado, o ensino superior destinado à formação das elites, em função do qual existia o ensino secundário e, em função deste, um tipo especial de ensino primário; de outro lado, o ensino profissional ministrado nas escolas agrícolas e nas escolas de aprendizes-artífices, destinado à formação da força de trabalho a partir de crianças órfãs, abandonadas ou simplesmente miseráveis.

A maior parte da população permanecia, entretanto, sem acesso à escolas de qualquer tipo. Isto porque não tiveram sucesso as propostas dos abolicionista ilustrados, que pretendiam garantir a disciplina da força de trabalho formalmente libertada da escravidão, em 1888, por uma ampla e sistemática escolarização, aplicando uma espécie de pedagogias preventivas lutas sociais que se davam na Europa (Cunha, 2001, pp. 31/2).

O acesso e a permanência dos Afro-brasileiros no sistema educacional brasileiro, em qualquer dos seus níveis, nunca se deu de forma tranqüila e, sua exclusão do ensino superior é notória. A constatação dessa exclusão na década de quarenta do século passado levou Abdias do Nascimento, um dos fundadores do Teatro Experimental do Negro (TEN) a demandar fortemente, junto ao Estado brasileiro, o direito ao ensino universal e gratuito e a *"admissão subvencionada de estudantes negros nas instituições de ensino (...) universitário".* Nesse sentido, porém, nenhuma iniciativa foi tomada pelo Estado naquela época. Afinal como bem o demonstram os fatos, as universidades brasileiras sempre conviveram tranqüilamente com os elevados índices de desigualdades étnico/raciais brasileiras, principalmente quanto às desigualdades de acesso e de permanência dos Afro-brasileiros ao ensino superior . Esse é um dos males de origem da nossa academia, pois

Apesar da universidade pública brasileira ser um dos poucos redutos de exercício do pensamento crítico em nosso país, se a observarmos a partir da perspectiva da justiça racial impressiona a indiferença e o desconhecimento do mundo acadêmico a respeito da exclusão racial com que, desde a sua origem, convive. Desde a formação das primeiras instituições de ensino superior no século dezenove, não houve jamais um projeto, nenhuma discussão sobre a composição da elite que se

diplomaria nas Faculdades de Direito, Medicina, Filosofia, Farmácia e Engenharia existentes naquela época. A atual composição racial da nossa comunidade universitária é um reflexo apto da história do Brasil após a abolição. (...) Quando, no início dos anos 30, foi criada a Faculdade Nacional de Filosofia (...), a questão racial não foi discutida e confirmou-se, pela ausência de questionamento, de que estaria destinada a educar a mesma elite branca que a criara, contribuindo assim para sua reprodução enquanto grupo (Carvalho, 2006, pp. 19/20) .

Não obstante essa convivência tranqüila das universidades públicas brasileiras com os elevados índices de desigualdades étnico/raciais, os Afro-brasileiros sempre demandaram a educação superior. Na ausência de uma política pública de inclusão racial ou étnica elaborada e implementada pelo Estado brasileiro, os Afro-brasileiros se organizavam para acessar a universidade que deveria ser pública, gratuita e de qualidade. Aliás, os Afro-brasileiros sempre foram grandes organizadores: seja em irmandades, seja em comunidades de terreiro, seja em partido político, seja em movimentos sociais, como por exemplos, os movimentos sociais negro e operário, os Afro-brasileiros sempre se organizaram criando redes de apoio o que, para muitos pesquisadores era invisível e, para outros, ainda o é.

O regime político autoritário que se implantou no Brasil pós-1964 procurou reconfigurar nosso país, de características fortemente estamentais, sobre bases efetivamente burguesas, viabilizada por um significativo crescimento industrial e econômico. A elite política dirigente do Estado brasileiro nessa época, viu-se na contingência de ampliar as redes de ensino oficial e privada como pré-condição de se elevar os níveis de escolaridade e de qualificação da mão-de-obra nacional com vistas ao preenchimento das novas posições surgidas no mercado de trabalho. Nessa época, as faculdades particulares crescerão à taxas de 300% ao ano. Os Afro-brasileiros, aproveitando-se dessa ampliação das redes de ensino buscaram elevar seu capital educacional acessando, na maioria das vezes, o ensino superior através da rede privada. Entretanto, como nos alerta Guimarães (2003), os diplomas obtidos nesses estabelecimentos eram, na maioria das vezes, desvalorizados no mercado de trabalho.

Nas décadas finais do século passado, surgiram novas iniciativas de acesso com acentuado caráter racial ou étnico, mas não racialmente exclusivas. Entretanto, os Afro-brasileiros delas têm se valido frequentemente. Talvez a mais conhecida dessas iniciativas, tanto por sua abrangência nos vários estados brasileiros, quanto por sua durabilidade – posto que existe desde os anos finais do século passado - seja o surgimento dos cursos PVNC – Pré-Vestibular Para Negros e Carentes. Esteves (1997), afirma que essa iniciativa surgiu no estado da Bahia, como resultado de reflexões de setores do Movimento Negro nacional. O PVNC contava "*com o apoio financeiro da cooperativa Steve Biko*", e era entendido como estratégia ou "instrumento de conscientização, articulação e apoio à juventude negra da periferia de Salvador".

No Rio de Janeiro, e ainda segundo esse autor, o PVNC foi gestado lentamente nos encontros da chamada "pastoral do Negro" da Igreja Católica no município de São João de Meriti, tendo em Frei David, um dos principais gestores e animadores dessa iniciativa. O curso começou a funcionar em meados do ano de 1993, sob a responsabilidade de jovens, membros da "comunidade" local e da Pastoral de Negros. Esse curso está presente hoje, em grande parte da Baixada Fluminense, em diversos bairros da cidade do Rio de Janeiro, em Petrópolis, Itaguaí, Mangaratiba, Niterói, bem como em diversas cidades de outros estados brasileiros.

O PVNC tem, entre sua clientela, alunos Afro-brasileiros e também brancos pobres que contribuem com 5% do salário mínimo, verba essa que é empregado na aquisição de materiais didáticos diversos, bem como em despesas do curso. Ainda no Rio de Janeiro, algumas universidades como a Pontifícia Universidade Católica - PUC-RJ –, a Estácio de Sá, a UCP – Universidade Católica de Petrópolis, e a Faculdade de Enfermagem Luiza Marilac, dentre outras Instituições de Ensino Superior da rede privada de ensino, tem oferecido bolsas de estudos para os alunos oriundos do PVNC aprovados nos exames de vestibular. Algumas dessas bolsas são integrais, outras porém são parciais, variando essas últimas entre 20% a 80% do preço total das mensalidades. Ainda segundo Esteves, muitos dos alunos aprovados nos exames vestibulares, vêm fundando novos núcleos de PVNC em seus bairros de origem. A EDUCAFRO, liderada por Frei David, atuando no estado de São Paulo, constitui-se como outro mecanismo importantíssimo de acesso de Afro-brasileiros ao ensino superior e que possui grande visibilidade.

AFRO-BRASILEIROS, POLITICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA:

COTAS ÉTNICAS, OU SOCIAIS?

Sem dúvidas, porém, na primeira década deste século, um dos principais mecanismos de acesso ao ensino superior demandado pelos Afro-brasileiros, são as políticas de ação afirmativa na sua versão de política de cotas para afrodescendentes, o que se tornou realidade em algumas universidades públicas brasileiras.

Afirmei, em outro local1 que, as políticas de ação afirmativa constituem-se como políticas públicas, estatais e de caráter compulsório, elaboradas e implementadas pelo Estado. É o Estado em ação. Sua gestão pode estar a cargo do próprio Estado ou ser por ele delegada. Elas estão voltadas para a promoção e afirmação da igualdade daqueles grupos ou minorias políticas, colocadas em posição de subalternização social. A adoção de mecanismos que estimulem as empresas a recrutar, qualificar ou promover a postos elevados os membros das chamadas "minorias" é sem dúvida, parte importante desse processo. Entretanto, a participação das várias instituições da sociedade na implementação e gestão dessas políticas, há que

1 Ver, a esse respeito, o meu Afro-brasileiros, Cotas e Ação Afirmativa: razões históricas. Rio de Janeiro, Quartet, 2003.

ocorrer nos termos determinados pelo Estado; caso contrário, o que teríamos seriam meras práticas sociais assistencialistas as quais, na maioria das vezes sofrem solução de continuidade no tempo.

Não obstante, na sua implementação, a política de ação afirmativa não requer, obrigatoriamente, a adoção do critério de cotas numéricas rígidas, a serem preenchidas pelos diferentes segmentos da população, havendo diferentes formas ou mecanismos de sua efetivação. Quanto à sua permanência, não se prevê sua implementação por tempo indefinido: elas cessam ao atingir as metas a que elas se propõem alcançar. No âmbito da sociedade norte-americana a duração dessa intervenção busca ser diretamente proporcional à durabilidade da discriminação perpetuada. Outra caracterização de políticas de ação afirmativa nos é oferecida por Gomes (2001). Esse pesquisador das relações raciais defende a idéia de que

> (...) as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (Gomes, 2001, p. 40).

De uma forma quase que consensual, na discussão sobre iniciativas políticas de ação afirmativa, - ou "*Affirmative Action*" na versão norte-americana - compreendidas enquanto instrumento político corretivo do hiato entre o princípio constitucional da igualdade e um complexo conjunto de relações sociais profundamente hierarquizado, nos remete à análise dos resultados alcançados de sua aplicação nos Estados Unidos da América (EUA). Eles são tomados, quase sempre, como exemplos paradigmáticos.

As políticas de ação afirmativa vêm sendo implementadas em outros países além dos EUA. Jacques d'Adesky (1998) por exemplo, afirma que a Índia, após tornar-se independente em 1947, adotou um sistema baseado em cotas, o qual destinou, aos chamados "intocáveis", cerca de "22.5% das vagas na administração e no ensino públicos." Essa medida tinha como objetivo a correção das desigualdades advindas do sistema de castas e da subordinação de "origem divina". Na Malásia, segundo Santos et al. (1996), a etnia bimiputra recebeu tratamento etnicamente diferenciado, com o objetivo de que fosse promovido seu desenvolvimento econômico. Rosana Queiróz Dias (1997), por sua vez, afirma que cerca de 25 países, entre os anos de 1982 e 1996 adotaram, de acordo com dados fornecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), intervenções políticas visando a eliminar as discriminações sexual e racial ou implementado mecanismos de "de discriminação positiva nas relações de trabalho". Nos anos noventa, países como Ilhas Fidji, Malásia, Canadá, Índia e Austrália adotaram políticas de ação afirmativa no combate às desigualdades culturais. Na Europa, é possível encontrá-las, aplicadas às desigualdades de gênero.

No que diz respeito aos Estados Unidos, entendo também como interessante e bastante válida a investigação da aplicação das "*Affirmative Action"* naquele país porque, ainda que se guardem as devidas diferenças entre essas duas realidades, a sua aplicação e os resultados dela decorrentes podem nos servir de modelo, uma vez existirem similitudes significativas entre as desigualdades raciais existentes naquela sociedade e na brasileira. Como exemplo disso, há o fato de que ambos os países se constituem como as maiores sociedades multiculturais e plurirraciais das Américas, além de possuírem em comum um passado escravista de plantation, que se estende até a segunda metade do século XlX.

Naquele país, as políticas de ação afirmativa surgiram, pela primeira vez, em 1935 no bojo da legislação trabalhista (The 1935 National Labor Relations Act). Ela dispunha que o empregador que discriminasse sindicalistas ou operários sindicalizados seriam obrigados a cessar de discriminá-los, além de tomar ações afirmativas com vistas a colocar as vítimas discriminadas naquelas posições que estariam ocupando caso o ato discriminatório não tivesse ocorrido. Essa iniciativa política tinha como objetivo reparar situações, ou de violação legal ou de injustiça já perpetradas.

Esse termo aparece também mais à frente, na dinâmica da luta pelos direitos civis naquele país, em 6 de março de 1961, na Ordem Executiva 10925 do presidente J. F. Kennedy. Por ela, além de ser proibida às diferentes instituições governamentais norte-americanas de cometerem atos discriminatórios contra candidatos a empregos orientados por suas cor, religião ou nacionalidade, estimulava ainda essas diferentes agências a fazerem uso da ação afirmativa na contratação de seus funcionários.

Entretanto, será no governo de Lyndon Johnson (1963-1968) que serão criados mecanismos e estratégias importantes de combate e de superação das desigualdades raciais e de gênero, principalmente. A partir de 1964, com base no artigo VII do Civil Rights Act, são criadas e implementadas políticas anti-discriminatórias com vistas a inibir discriminações no mercado de trabalho, que tivessem por substrato a raça ou etnia, a religião, o sexo ou a origem nacional dos trabalhadores. Nesse período, as empresas que possuíssem contratos com o governo daquele país foram estimuladas a usarem de ação afirmativa, com o objetivo de garantir o princípio da igualdade de oportunidade na contratação e promoção de seus empregados, membros de "minorias" ou portadores de deficiências físicas, além da proibição de discriminar.

A distinção entre cotas numéricas inflexíveis e política de ação afirmativa tem se constituído, na perspectiva de Guimarães (1999), em um dos principais objetivos das Cortes, nos EUA. Operar essa distinção, segundo esse autor, torna-se necessário porque, em caso contrário, os princípios do mérito e do valor individual, tão caros àquela sociedade seriam contrariados, e afirma:

A injustiça de um sistema como este torna-se clara quando impede o acesso de pessoas a certos postos ou recursos baseado em características grupais (imagine-se alguém impedido de entrar numa universidade porque é negro, branco, mulher ou homem, apenas porque já se esgotaram as cotas destes grupos). Sua incoerência encontra-se na pressuposição de que a distribuição encontrada, não proporcional, é produto de mecanismos ilegítimos de discriminação, independentes de comprovação e da distribuição dos grupos envolvidos (Guimarães, op.cit. p. 157).

É importante perceber-se que as categorias gênero, classe, raça ou etnia por exemplo, são socialmente construídas e que são geralmente acionadas com o objetivo de monopolizar recursos coletivos das mais diversas ordens. As desigualdades são, portanto produzidas e reproduzidas no contexto das relações de gênero, classe, raça ou etnia dentre outros. Elas não são naturalmente dadas e nem existem de forma absoluta, mas são sempre desigualdade em relação, continuamente atualizadas, principalmente no processo de apropriação de recursos. As políticas de ação afirmativa, nos EUA, são acionadas para garantir o acesso a esses recursos, sempre que for evidenciado que "mecanismos ilegítimos de discriminação" funcionam como controladores do acesso a tais recursos. No que diz respeito ao estabelecimento de metas enquanto mecanismo redistribuidor de recursos, Guimarães pontua que

A atribuição de metas de redistribuição é apenas um recurso de correção de mecanismos bastante entranhados de discriminação que impedem, por exemplo, que uma pessoa com certos atributos físicos ou culturais seja membro de diretorias ou admitida em algumas profissões, etc. Em qualquer caso, é necessário acreditar que existem mecanismos de discriminação atuando na distribuição observada; segundo, que existe vontade, por parte de indivíduos com tais atributos, de concorrer a esses postos; terceiro, que sua qualificação para o desempenho dessas funções não esteja aquém do que é, em geral, requerido. Ou seja, políticas afirmativas visam corrigir, e não eliminar, mecanismos de seleção por mérito, e garantir o respeito à liberdade e à vontade individuais (Guimarães, op. cit. p.159).

A partir de 1964 e até o início dos anos 80, as políticas de ação afirmativa, nos EUA, passaram por um processo de crescimento gradual, sendo sistematicamente implementadas ao longo desses anos. Na administração do Presidente Ronald Reagan, entretanto, elas sofreram forte refluxo, voltando a fortalecer-se na administração do Presidente Clinton e pelo Ato de Diretos Civis (Civil Rights Act) de 1991. Como se pode facilmente deduzir, as políticas de ação afirmativa não gozam de um consenso absoluto na sociedade norte-americana, principalmente no segmento formado pelo grupo racial branco. Ainda que os partidários dessas políticas demonstrem o importante papel que elas desempenham no processo da conquista da cidadania dos afro-americanos; ainda que eles reafirmem concorrerem elas para a criação de uma sociedade menos desigual e ainda que sua dimensão educativa no que diz respeito às diversidades seja caracterizada por seus defensores, aqueles que se opõem à implementação de tais políticas vêm lançando a elas incessantes ataques, questionando seu caráter de justiça, sua necessidade, e a validade de sua continuidade.

Muitos estudiosos das políticas de ação afirmativa naquele país, como Andrews (1997), Walters (1997) e Gilliam (1997) não duvidam de que o surgimento e a solidificação de uma classe média negra naquele país seja consequência da implementação de políticas de ação afirmativa. Angela Gilliam afirma que, durante a década de 60, a porcentagem de mulheres negras prestadoras de serviços, estava na casa dos 23%, sendo que 38.1% das afro-americanas estavam empregadas nos serviços domésticos. No final da década de 70 porém, 28.5% delas estavam alocadas no setor de serviços, enquanto que o número delas empregadas em serviços domésticos baixara para 19.5%. A autora pontua que no século XX, pela primeira vez, o percentual combinado entre as afro-americanas empregadas no setor de serviços e aquelas empregados no serviço doméstico era inferior a 50% do total de toda a "força de trabalho feminina negra".

A União da Liberdade civil Americana (ACLU), por sua vez, afirma que, assistidos pela ação afirmativa, as mulheres, os latinos e os afro-americanos, todos eles elevaram seus índices percentuais de ingresso nas várias Instituições de Ensino Superior, não só como graduandos, mas também como professores e pós-graduandos. Walters (1997) afirma que, graças ao incentivo das ações afirmativas na esfera da educação, em 1970, 23% dos afro-americanos se matricularam em cursos de nível superior. Em 1980, eles já somam 8% do total dos graduados em todas as faculdades e universidades daquele país. Em 1993, o índice de ingresso dos afro-americanos em algum curso superior girava em torno dos 33%.

Esse tipo de intervenção política vêm sendo aplicada, nos EUA, em situações específicas, naquelas esferas onde as desigualdades se manifestam de forma violenta, ou seja, elas têm sido aplicadas em situações particulares. Elas têm sido adotadas quando se entende que instituições ou firmas vêm discriminando visivelmente, com sua aplicação se justificando por se perceber tal intervenção como mecanismo eficaz na busca pela equidade. Essa é a meta que essa intervenção se propõe alcançar. A partir de 1964 e até o início dos anos 80, as políticas de ação afirmativa, nos EUA, passaram por um processo de crescimento gradual, sendo sistematicamente implementadas ao longo desses anos. Na administração do Presidente Ronald Reagan, entretanto, elas sofreram forte refluxo, voltando a fortalecer-se na administração do Presidente Clinton e pelo Ato de Diretos Civis (Civil Rights Act) de 1991. Como se pode facilmente deduzir, as políticas de ação afirmativa não gozam de um consenso absoluto na sociedade norte-americana, principalmente no segmento formado pelo grupo racial branco.

As discussões sobre as necessidade e validade ou não da implementação pelo Estado das políticas de ação afirmativa racialmente definidas, no Brasil, datam das últimas décadas do século XX. Elas vinham ocorrendo, quase sempre, no âmbito das organizações do Movimento Negro nacional, bem como em alguns restritos espaços acadêmicos, até mesmo porque, entre nós, há precedentes ou exemplos históricos que podemos contabilizar como experiências positivas de implementação de políticas de ação afirmativa.

O primeiro deles, ocorreu no governo de Getúlio Vargas. Nos anos trinta, quando Vargas assume a presidência da República através de um processo revolucionário, ele cria, dentre outras realizações, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Um ano depois, em 1931, afirmando atender aos reclamos do movimento operário, Vargas promulga a "Lei da Nacionalização do Trabalho", com o objetivo de "defender o trabalhador nacional da concorrência do estrangeiro". Por essa Lei, o Estado brasileiro exigia que o quadro de trabalhadores empregados em estabelecimentos comerciais e industriais da época fosse formada, no mínimo, por dois terços de trabalhadores brasileiros, além de tomar medidas, reduzindo as cotas de imigração.

Localizo outro desses exemplos também nos anos trinta e ainda no governo Vargas. Até então, a Guarda Civil de São Paulo não possuía entre seus membros, nenhum que fosse de origem afro-brasileira. Tal fato não se devia a nenhum estatuto legal, mas ocorria por conta da discriminação racial praticada, de modo informal, pela administração interna dessa organização formada, na sua maior parte, por imigrantes. Partindo dessa constatação, a Frente Negra Brasileira recorreu diretamente ao Presidente da República que, tendo recebido uma delegação da FNB e após ouvir sua exposição de motivos, exigiu que essa Guarda Civil recrutasse imediatamente, um contingente de 200 recrutas Afro-brasileiros. A partir de então e durante a década 30, aproximadamente 500 Afro-brasileiros ingressaram nessa organização, um dos quais, inclusive, chegou ao posto de coronel.

A chamada "*Lei do Boi*", Lei 5.465/68 e aqui já citada pode ser também contabilizada como exemplo de política de cotas e que foi tão largamente contabilizada pelos filhos da elite rural brasileira.

Considero também experiência de implementação de política de ação afirmativa, a destinação de uma cota de 20% no mínimo a ser preenchida por mulheres nas listas de candidatos a cargos políticos em seus diferentes níveis, apresentados pelos diversos partidos políticos. Da mesma forma pode ser assim considerado o previsto pelo artigo 37 da Constituição que, no seu inciso VIII contempla a reserva de um percentual de "cargos e empregos públicos" destinado à portadores de necessidades especiais, ou seja, de deficiência.

Em meados da última década do século passado a discussão sobre políticas de ação afirmativa foi ampliada para outros espaços, como por exemplo para o espaço mediático, em especial para as imprensas falada, escrita e televisada. No espaço governamental – federal, estadual e municipal - nesse mesmo período, algumas discussões e iniciativas, em relação às políticas de ação afirmativa aconteceram.

É importante observar-se aqui que as políticas de ação afirmativa racialmente definidas, ainda que não se constituam como intervenções governamentais suficientemente potentes para eliminar as desigualdades historicamente acumuladas, elas desempenham o significativo papel de corrigi-las na atualidade, ao promoverem as igualdades de oportunidade e de tratamento, o que certamente concorre para uma democracia de resultados, além de trazerem efeitos imediatos e conseqüentes.

No Brasil, embora muitos intelectuais Afro-brasileiros ou não, bem como uma significativa parcela das organizações do Movimento Negro nacional e ainda alguns parlamentares se posicionem de forma positiva quanto à possibilidade da elaboração e implementação pelo governo federal de um programa de ação afirmativa voltado para beneficiar os Afro-brasileiros em diferentes segmentos da sociedade essa proposta, tanto como o é nos EUA, não goza entre nós de consenso total como aliás, já seria de se esperar. Sabemos que não se elimina privilégios históricos impunemente.

Segundo Contins e Sant'Ana (1996), há os que afirmam que esses sistemas anti-discriminatórios apenas criariam uma 'elite de negros', e não resolveriam o problema do racismo de uma maneira eficaz. Aqui, as críticas centram-se, principalmente na política de cotas. Algumas pessoas entendem que, parcela majoritária de Afro-brasileiros não seria beneficiada por essas políticas, uma vez que elas são incapazes de eliminar o racismo. Por outro lado, afirmam eles que seriam poucos os Afro-brasileiros que conseguiriam atingir posições de poder, cristalizando a idéia de que os brancos monopolizam todos os poderes entre nós.

Há quem afirme, segundo esses mesmos autores que, tanto as cotas quanto as políticas de ação afirmativa, apenas "tapam o sol com a peneira" uma vez que elas não eliminam as desigualdades. Há os que reconhecem a importância da implementação das políticas de ação afirmativa, concordam com elas e as desejam por colocarem "a questão racial na berlinda," mas entendem que esta não deve ser a principal opção política adotada pelo Movimento Negro na sua prática cotidiana. Um outro dirigente, por sua vez, afirma que a ação afirmativa no Brasil, assim como no caso norte-americano *"(...) pode ser útil em termos de compensação"*. Ela seria uma ação compensatória que, entretanto, não estaria relacionada, de forma direta, às discriminações a que os Afro-brasileiros estão submetidos hoje.

Ora, o argumento de que no Brasil, a maioria das pessoas, sejam elas afro-brasileiras ou não, são pobres, e que, por isso, políticas públicas de caráter universalistas seriam mais eficazes, concorre para negar a existência de desigualdades raciais entre nós. Nessa perspectiva, seriam essas desigualdades epifenômeno de classe. Ideologicamente esse farisaico argumento, implícita e explicitamente, nega que a sociedade brasileira seja racista, terminando por culpabilizar os próprios Afro-brasileiros por sofrerem violações em seus direitos. Afinal, os dados coletados e divulgados pelas *PNADs* não oferecem nenhum apoio à tese de que não exista desigualdade racial entre nós nas áreas por elas pesquisados.

Quando os dados das diferentes *PNADs* indicam a existência de um diferencial de renda positivo para brancos em detrimento dos Afro-brasileiros com a mesma formação e ocupando o mesmo cargo, a que podemos creditá-lo? Afinal de contas, entre nós, possuir-se "boa aparência," como condição primordial para se candidatar a cargos de "colarinho branco" ou àqueles nos quais, o contato direto com o público é exigido, constitui-se ou não em um eufemismo para branco?

Não ignoro as correlações que se estabelecem entre classe e renda e muito menos ainda que, em um país de industrialização tardia como o nosso, elas se façam mais agudas. Entretanto, acredito que desigualdades raciais e de classe não são redutíveis entre si, como o demonstram pesquisas de vulto desenvolvidas nessas áreas. Por outro lado e nas perspectivas de Guimarães (1999) e Heringer (1999) por exemplo, as políticas universalistas, quando empregados em sociedades autoritárias e fortemente estratificadas como o é a nossa, não conseguem romper os iníquos mecanismos inerciais produtores de exclusão ou de inserção precarizada.

Uma das críticas mais comuns que se faz entre nós às políticas de ação afirmativa é aquela que afirma ser impossível definir-se quem no Brasil é afro-brasileiro ou não, por conta de nosso sistema de classificação racial. Ora, como

muito bem nos lembram Guimarães (1999) e Damatta (1990), raça é uma construção ideológica que, mesmo sem possuir existência concreta, é empregada em todas as sociedades com o objetivo de separar o "nós", dos "outros", os idênticos dos diferentes. Por outro lado, uma delimitação clara entre as "raças" não é encontrada em nenhum lugar graças ao mecanismo da mestiçagem, que não é privilégio do Brasil. O que conta, então, na discriminação, tanto positiva quanto negativa, é a construção social da raça, ou seja, a forma pela qual as pessoas se autoidentificam. Por outro lado e com o objetivo de evitar-se fraudes de identificação em relação aos beneficiários de tais políticas, bastará que o quesito "cor", volte a integrar todos os registros de Estado. Possivelmente, a afrofobia evitará fugas "para dentro".

Outra forte crítica e que encontra muitos adeptos entre nós, é aquela que diz respeito à quebra do princípio do mérito individualista. Privilegiar-se de forma positiva os grupos desprivilegiados eqüivaleria a instituir-se uma nova forma de discriminação. Ao endereçar-se a membros de determinados grupos e não a indivíduos, "a ação afirmativa feriria o princípio de equidade e de individualidade, pressupostos de uma ordem democrática". Entretanto, concordo aqui com Guimarães (1999), quando esse autor postula que as políticas de ação afirmativa não representam uma ameaça ao princípio do mérito, mas que elas podem ser percebidas como "uma defesa da legitimidade do mérito" ao promover sua "desracialização, desetnização ou dessexualização", ou seja, as políticas de ação afirmativa, se implantadas entre nós, podem impedir que mecanismos meritocráticos concorram para a super-representação, no topo, de pessoas pertencentes a uma mesma raça, sexo, gênero ou etnia.

Muito embora a dinâmica do racismo e da exclusão dos Afro-brasileiros do ensino superior público tenha se modificado em relação àquelas existentes até meados dos anos noventa do século passado e, principalmente após a Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância ocorrida na África do Sul, em Durban, no ano de 2001, essa exclusão, ou a inserção precarizada dos Afro-brasileiros no ensino superior ainda é um fato entre nós. Contra essa situação vêm se posicionado muitos intelectuais, Afro-brasileiros ou não, dentro e fora da academia, o Movimento Negro nacional e os NEABs (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros) que, junto a outras forças sociais progressistas vêm tentando modificar essa situação. Se é verdade que os programas de políticas públicas racial ou etnicamente definidos, ou ainda de discriminação positiva são impopulares onde quer que sejam implementados, mesmo que se demonstre, por meio de argumentos sólidos, a compatibilidade dessas políticas com os ideais universalistas e individualistas, creio que a magnitude dessa impopularidade e das paixões envolvidas no processo não devam se transformar em imobilismo político. É preciso avançar. Afinal fazer-se justiça, sempre desagrada a quem não consegue distinguir entre direitos e privilégios.

Sem dúvidas, porém, na primeira década deste século, um dos principais mecanismos de acesso ao ensino superior demandado pelos Afro-brasileiros, são as políticas de ação afirmativa na sua versão de política de cotas para afrodescendentes, o que se tornou realidade em algumas universidades públicas brasileiras. Podemos encontrar algum tipo de política de cotas, ou de ação afirmativa, social e étnico/racialmente enviesadas em diversas universidades estaduais e federais como por exemplos, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), na Universidade do Mato Grosso do Sul (UEMS), na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), na Universidade do Estado de Goiás (UEG), na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), na Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), na Universidade Estadual de Londrina (UEL), na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), na Universidade Nacional de Brasília (UNB), na Universidade Federal da Bahia (UFBA), na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), na Universidade Federal do Pará (UFPA), na Universidade Federal do Paraná (UFPR), na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAr), na Universidade Federal do Tocantins (UFT) e na Escola Superior de Ciências da Saúde de Brasília (ESCS), (as duas últimas, voltadas para alunos oriundos de escolas públicas e, nas supracitadas com forte viés de classe social. A respeito das cotas para afrodescendentes concebidas como mecanismo de democratização de acesso ao ensino superior, por afrodescendentes, é bom não nos esquecermos que

Na verdade, durante todos os anos 80 e na primeira metade dos 90 que antecederam a posse de Cardoso, as mobilizações em torno do centenário da Abolição da Escravatura e dos trezentos anos de Zumbi2 possibilitaram que o diagnóstico sobre as desigualdades raciais brasileiras, assim como o racismo à brasileira, fosse amplamente discutido na imprensa (Guimarães, 1998). Especialmente porque, a partir da regulamentação das disposições transitivas da Constituição de 1988, que tornou crime a prática de preconceitos de raça, passou a haver uma grande manifestação das ONGs negras em torno da denúncia e da perseguição legal contra atos de discriminação. Foi justamente o esgotamento da estratégias as desigualdades punindo a discriminação racial que levou as entidades negras a demandarem políticas de ação afirmativa3 (Guimarães, 2003, p.253).

---

2 Zumbi, chefe do Quilombo dos Palmares, que resistiu aos portugueses e aos holandeses, transformou-se em símbolo da resistência negra, sendo reconhecido como herói nacional brasileiro, em 1995 (Nota do original).

3 A campanha pela punição do racismo culminou com o endurecimento , em 1993, da lei que pune as ofensas raciais com cinco anos de reclusão. A estratégia de "criminalização" do racismo passou a receber mais restrições que incentivos por parte da opinião pública, quando o crime se mostrou muito mais comum que o esperado pelo legislador (Nota do original).

Temos pois que, em sua gênese, as políticas de cotas para afrodescendentes no ensino superior eram de caráter étnico/racial e não social, como podemos facilmente depreender da leitura dos temos das leis que instituíram o sistema de cotas nas universidades fluminenses. Se pela Lei Estadual 3.524/2000 reservava-se 50% das vagas nos cursos de graduação dessas universidades para os alunos que durante toda a sua vida estudaram em escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro, a Lei Estadual 3.708/2001, por sua vez, reservava um percentual de 40% das vagas dessas universidades para alunos negros e pardos, ou seja, para alunos Afro-brasileiros. Entretanto, a partir da Lei Estadual 4.151/2003, o critério de cotas étnico/raciais sofre deslocamento em favor do critério classe social. Esse deslocamento efetuado parece ter se baseado na idéia de que

> Embora a demanda dos afro-brasileiros vinculasse o direito à diferença ao direito de ser tratado como igual na aquisição de direitos, bens materiais e recursos públicos, na prática, houve uma resistência da própria sociedade em conceder exeqüibilidade jurídica e política a essa demanda. Inicialmente, porque se era certo que esse grupo estava legitimado para ter suas diferenças culturais protegidas, por outro lado, tornava-se questionável um tratamento diferenciado para compensar as desigualdades sociais sofridas por motivo de raça, ao mesmo tempo em que a sociedade negava que houvesse qualquer diferença racial. (...).

No entanto, é importante lembrar que enquanto a diferença de gênero não implica necessariamente na noção de classe, a diferença de raça pode faze-lo.(...)

No entanto, se os indicadores sociais sobre os afro-brasileiros, que compõem a maioria dos pobres, também definem o corte de classe no país, é possível que as políticas redistributivas de bens e direitos causem algum distúrbio nesses índices. Por esse motivo, tais políticas, como as educacionais, cobram a força coesa de uma legitimidade política e jurídica para serem acreditadas, exigidas e implementadas (César, 2007, pp20-21).

Essa Lei, no seu art.50 estabelecia que 45% das vagas dos diferentes cursos de graduação das universidades fluminenses seriam reservadas para alunos "carentes", assim distribuídas: 20% dessas vagas se destinariam a alunos que tivessem cursado o ensino médio em escolas públicas municipais, estaduais ou federais localizadas no Estado do Rio de janeiro por acreditar-se que somente os alunos de origem social economicamente defavorecida, ou sejam, os pobres, sejam clientes da rede pública de ensino. utros 20% estariam reservadas para alunos negros e, os 5% restantes estavam reservadas para alunos portadores de deficiência física, bem como para membros de outras etnias.

O sistema de política de cotas sociais com alguma dimensão étnico/racial implementado nas universidades estaduais fluminense, pare ter ganhado caráter de exemplaridade. A partir de então, a quase totalidade dos sistemas de cotas instituídos nas diversas universidades públicas passaram a instituir como critério de acesso a esse sistema a classe social do candidato, a existência de vínculo anterior seu com escolas públicas, geralmente, quanto ao ensino médio e, por último, considera-se a pertença étnico/racial desse candidato.

Não se pode negar que as desigualdades social e étnico/racial operem como poderoso mecanismo de estratificação social em qualquer sociedade onde elas se manifestem. É certo, também, que a sociedade brasileira possui altos níveis de desigualdades, tanto sociais como étnico/raciais. Alguns estudiosos das relações raciais brasileiras acreditam que o preconceito de classe é mais importante que o preconceito étnico/racial e se opõem, de forma veemente, a qualquer tipo de política de ação afirmativa, ou de cotas étnico/racialmente enviesadas, principalmente na área da educação superior brasileira. Outros tanto pesquisadores dessas mesmas relações porém, postulam ser o preconceito racial mais importante que a condição de classe e que o preconceito étnico/racial e o racismo concorrem para produzir e reproduzir as condições de subalternização dos Afro-brasileiros frente ao grupo étnico/racial branco, político e socialmente dominante. Os resultados de várias pesquisas desenvolvidas na área das relações étnico/raciais apontam na direção de que esta é uma questão que está colocada para a academia há mais de meio século, sobre a qual não há consenso e que demanda respostas urgentes.

Nessa perspectiva, os resultados de estudos importantes nessa área desenvolvidos por estudiosos como Azevedo (1953), Fernandes (1965), Harris (1964), Pierson (1945), Telles (2003) e Wagley (1952), por exemplos, apontam na direção de que a maioria da população brasileira, tanto branca como negra, é economicamente empobrecida. Não obstante, segundo esses mesmos estudiosos, as pessoas negras em processo de mobilidade vertical ascendente parecem sofrer menos preconceito do que os demais membros desse grupo étnico/racial. Daí inferirem que, o preconceito existente contra os negros está baseado muito mais em distinção de classe, que em marcadores raciais e que a discriminação se dá porque a maioria dos negros brasileiros são pobres e portadores de baixo capital educacional e não por não pertencerem à parcela branca da população brasileira. Acreditavam que, com o aumento do capital educacional dos negros e com o desenvolvimento da sociedade de classes no Brasil, o preconceito e as desigualdades étnico/raciais tenderiam a desaparecer.

Entretanto, os resultados de pesquisas elaboradas mais recentemente por pesquisadores dessa mesma área das relações raciais brasileiras como por exemplos Guimarães (2003; 2002; 2001), Hasenbalg (1979; 1990), Hasenbalg e Silva (1990) e Henriques (2001) apontam em sentido diametralmente oposto permitindo facilmente se constatar a existência de barreiras étnico/racialmente seletivas que obstaculizam os processos de implementação da cidadania dos afro-brasileiros, bem como de mobilidade vertical ascendente para os membros desse grupo. Eles permitem ainda, perceber-se que, mais do que um legado do passado, a discriminação racial constitui-se na principal característica da sociedade brasileira do período pós-abolição, produzindo e reproduzindo desiguais oportunidades de realizações sociais para brancos e afro-brasileiros. Os resultados desses estudos mais recentes permitem, também, perceber a variável raça, enquanto atributo ideologicamente construído, operando como "um princípio racial classificatório", sobre o qual as desigualdades são produzidas e reproduzidas, de modo ininterrupto. Na perspectiva dessas pesquisas o papel desempenhado pela variável educação nos processos de

implementação da cidadania dos afro-brasileiros reveste-se de fundamental importância, por guardar uma estreita relação com a inserção membros desse grupo nos vários níveis ocupacionais e de renda no mercado de trabalho, ou seja,

> (...) entre os homens com quatro anos de educação ou menos, três quartos de não-brancos4 encontram-se em ocupações manuais não-qualificadas, ao passo que o mesmo ocorre com pouco mais da metade dos brancos. Inversamente, uma proporção considerável de brancos pouco instruídos encontra-se em ocupações manuais qualificadas (37%) e não-manuais (11%) ao passo que nenhum não-branco de pouca instrução alcança ocupações não-manuais e apenas 26% encontra-se em empregos manuais qualificados. (...) Apenas 14% de não-brancos com cinco a nove anos de educação alcançam posições não-manuais em comparação a 30% dos brancos (Hasenbalg. 1979. p. 211)

Esse dissenso vem informando os processos de elaboração e implementação de políticas públicas de ação afirmativa na esfera da educação superior brasileira e os impacta fortemente. Essas políticas contemplavam, no seu início, cotas étnico/raciais. Pouco a pouco, essas políticas foram deslocadas; a dimensão social ganhou maior destaque e, atualmente, o que se tem são políticas de cotas sociais, com recorte étnico/racial. A que se deve esse deslocamento, defendido e operado pelo MEC/SEPPIR?

Parece ocorrer, de fato com tais políticas um deslocamento, da reserva de cotas étnico/raciais, para a reserva de cotas sociais o que, no mínimo, ofusca a pretensa busca de inclusão e permanência de Afro-brasileiros no ensino superior. Isso significa compreender essas políticas como mecanismo de inserção subordinada de Afro-brasileiros frente à categoria classe social e que a tão decantada democratização de acesso e permanência do segmento populacional Afro-brasileiro ao ensino superior público enquanto política compensatória revela-se, antes e muito mais como mera espetacularização das desigualdades étnico/raciais. Ou seria diferente?

REFERÊNCIAS

Adurinforma. *UFRRJ Debate Políticas de Ação Afirmativa*.(2008) In: Informativo ADUR. :http://www.adur-rj.org.br/5com/adurinforma/adurinforma94.pdf (consultado na Internet em 30 de setembro de 2008).

AZEVEDO, T. (1953). *As Elites de Cor: Um Estudo de Ascenção Social*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

César, R. C. L. (2007). Políticas de Inclusão no Ensino Superior – Notas sobre o caso da UERJ. In: brandão, A. A. (org). *Cotas Raciais no Brasil:a primeira avaliação*. Rio de Janeiro, DP&A editora.. (pp.37-48)

Contins, M., sant'ana, L. C. (1999). O Movimento Negro e a Questão da Ação Afirmativa. In: *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ, 4(1),.209-220.

D'adesky J. (1998) *Pluralismo Étnico e Multiculturalismo, Racismos e Anti-Racismos No Brasil*. USP (Tese de Doutorado).

Damatta, R. (1990*). Relativizando; uma introdução à Antropologia* Social. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 2a edição.

Dias, R. Q. (1997). Políticas e programas de promoção de igualdade. Belo Horizonte, Instituto de Relações Internacionais e Lumen - Instituto de Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica dezembro.

Gomes, J.B. B. (2001). *Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade.* Rio de Janeiro . São Paulo. Renovar.

Fernandes, F. (1965). *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 2 Vols. SÃO Paulo, Dominus Editora.

Guimarães, A. S. (2003). Acesso de Negros às Universidades Públicas. In: Cadernos de Pesquisa. FCC, São Paulo, pp. 247-268.

Guimarães, A. S et al.(2002). I Censo étnico-racial da Universidade de São Paulo: relatório substantivo. In: São Paulo: Comissão de Políticas Públicas Para a População Negra. Universidade de São Paulo, 2002.

Guimarães, A. S (2002). *Classes, raças e democracia*. São Paulo, Editora 34 .

Guimarães, A. S. (2001). *Como trabalhar com "raça" e "classe"*. Ciclo de seminários do projeto "Gestão Local, Empregabilidade e Eqüidade de Gênero e "raça": uma experiência de Política Pública na Região do ABC Paulista" – CEBRAP. http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/comotrabalharcom"raça"eclasse. (consultado na Internet em julho de 2008).

Guimarães, A. S . (1999). *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34.

Harris, M. (1964). *Patterns of Race in The Americas*. Nova York, Walker and Company.

Hasenbalg. C. A. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal..

Hasenbalg, C. A., & Silva, N. do V. (1992). *Relações Raciais no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro, RIO FUNDO EDITORA.

Henriques, R. (2001). Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90. Rio de Janeiro. - Textos Para Discussão No 807, IPEA. 53-96

Heringer, R. (1999). Desigualdades raciais e ação afirmativa no Brasil: reflexões a partir da experiência dos EUA. In: Heringer, R. (org.) *A COR DA DESIGUALDADE. Desigualdades Raciais No Mercado de Trabalho e Ação Afirmativa No Brasil*. Rio de Janeiro. IERÊ, 39-87

Linhares, C. F.S. (2001). *Peace and Social Justice – the emergent schools as un space for teacher education* – Comunicação - XI World Congress of Comparative Education.

Linhares, C. (1995). *O Direito ao Saber com Sabor. Supervisão e formação de Professores na Escola Pública*. Niterói.. EDUFF

Pierson, D. (1945). *Brancos e pretos na Bahia: estudo de contato racial*., vol. 241. São Paulo: Companhia Editora Nacional

4 Expressão empregada por Hasenbalg para referir-se aos afro-brasileiros.

Sant'ana, W., & paixão, M.. Muito Além da Senzala: Ação Afirmativa no Brasil. <http://www.ibase.br/paginas/wania.htm> (Consultado na Internet em 21 de janeiro de 2001).
Santos, A. S. N. (1987). *Introdução aos Estudos Africanos no Currículo inicial da Rede Estadual de 10 Grau da Bahia*.- Cadernos de Pesquisa. 3(69-71).
Siss, A. (1994). Democracia Racial, Culturalismo e Conflito no Imaginário dos Não- Brancos. IUPERJ (Dissertação de mestrado).
Siss. A.(2001). Afro-brasileiros e Ação Afirmativa: Relações Instituintes de Práticas Político-Ético-Pedagógicas. UFF. (tese de doutorado).
Siss. A.(2003). *Afro-brasileiros, Cotas e Ação Afirmativa: razões históricas*. Rio de Janeiro, Quartet,
Siss. A. (2008) Diversidade Étnico/Racial e Educação Superior Brasileira. Rio de Janeiro, Quartet.
Telles, E. (2003). Racismo à Brasileira. Rio de Janeiro. Relume Dumará,
Walters, R. (1997). Racismo e Ação Afirmativa no Brasil? In: Jessé Souza (org). *Multiculturalismo E Racismo: Uma Comparação Brasil – Estados Unidos*. Brasília, Paralelo 15 editores, (pp. 105-126).
Walters. R. (2002) *O princípio da ação afirmativa e o progresso racial nos Estados Unidos*. -: Estudos Afro-Asiáticos, CEAA, Rio de Janeiro, 28(129-140).
Wagley, C. (1952). *Race et classe dans le Brésil rural*, Paris, UNESCO.

As cotas universitárias para negros no Brasil e o caso de Londrina

Maria Nilza da Silva
Universidade Estadual de Londrina
mnilza@sercomtel.com.br
Pires Laranjeira
Universidade de Coimbra
plaranj@fl.uc.pt

Resumo: O Brasil está vivendo um momento de muita efervescência no debate sobre a implantação das Políticas de Ação Afirmativa, especificamente no que se refere à adoção das cotas nas universidades públicas para o ingresso de estudantes negros e indígenas. As cotas representam uma das formas mais polêmicas destas políticas. Este trabalho tem como objetivo discutir e analisar o processo de luta e reivindicação do movimento negro brasileiro e de uma das mais importantes lideranças nesse caminho, Abdias do Nascimento. Diante das diferentes formas adotadas pelas universidades na reserva das vagas, analisa-se o caso emblemático da Universidade Estadual de Londrina em que o número das vagas está condicionado ao de inscritos negros no vestibular.

INTRODUÇÃO

Estamos vivendo um momento de muita efervescência no debate sobre a implantação das Políticas de Ação Afirmativa no Brasil, especificamente no que se refere à adoção das cotas nas universidades públicas para o ingresso de estudantes negros e indígenas. As cotas representam uma das formas mais polêmicas destas políticas.

Quando faço referência às Políticas de Ação Afirmativa no Brasil, penso-as como uma reação tardia às políticas públicas de exclusão de negros e indígenas que foram implementadas no âmbito da educação brasileira. No caso da população negra, para analisarmos as desigualdades educacionais que são apresentadas pelas inúmeras pesquisas1 e para podermos compreender o caminho que essa população percorreu, numa trajetória cheia de percalços, é necessário voltarmos um pouco na história.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, após um longo período de luta, mas, quando foi concretizada a abolição, frustraram-se todas as expectativas em razão da situação de abandono em que foi deixada a população negra. O contexto social, cultural e político brasileiro estava profundamente ligado às idéias européias de nação e de desenvolvimento sob a forte influência das ideologias racistas, baseadas na existência de raças superiores e inferiores. É sob essa perspectiva que a classe dominante do Brasil acreditava dever solucionar o problema, necessitando, para tanto, diminuir a influência do negro e do índio, condição para a verdadeira constituição do povo brasileiro. Acreditava-se que somente o enfraquecimento ou a eliminação de tudo o que poderia atrapalhar o futuro da promissora nação levaria o Brasil a entrar no rol dos países considerados civilizados. No caso dos negros, pensava-se em um processo de embranquecimento, eliminando-se progressivamente a influência negra.2. Para tratar da questão atenho-me às pesquisas que tenho realizado nos últimos anos, voltadas para a segregação urbana3 e as Políticas de Ação Afirmativa4.

---

1 Conf.: Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplica – IPEA. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 3ª edição, Análise preliminar dos dados. Setembro de 2008.

2 Em 1929 foi realizado o I Congresso Brasileiro de Eugenia, coordenado por Roquette Pinto, concluiu que em 2012 o Brasil não teria mais nenhum índio e nenhum negro, sua população seria 80% branca e 20% mestiça. Conf.: SCHWARCZ, Lilia in SILVA, Maria Nilza e Pires Laranjeira. "Do problema da 'raça' às políticas de ação afirmativas". SILVA, M.N. e QUEIROZ. O negro na unversidade: o direito à inclusão. Fundação Cultural Palmares: Brasília, 2007, 2ª reimpressão, p. 126.

3 SILVA, Maria Nilza da. Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo. Fundação Cultural Palmares: Brasília, 2006.

1 - O negro na educação: uma ausência desejada

No período pós-abolição, havia a preocupação de retirar os negros dos locais destinados à classe dominante do país, como aconteceu em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e provavelmente em outras localidades5, o que resultou numa segregação racial, concretizada em diversos aspectos da vida social, ainda que o Brasil não tenha legislação abertamente segregacionista. No campo educacional Jerry Dávila afirma o seguinte:

Durante a primeira metade do século XX, quando as instituições educacionais contemporâneas foram formadas, o pensamento racial ajudou a guiar as políticas públicas. Duas gerações de educadores, intelectuais, médicos e cientistas sociais acreditavam que a criação de uma escola universal poderia embranquecer a nação, liberando o Brasil do que eles imaginavam como a degeneração de sua população. Durante a Velha República e a Era Vargas, eles desenvolveram políticas públicas tanto inspiradas nas correntes intelectuais e científicas internamente quanto em sua leitura das mazelas do povo brasileiro. Tinham fé irrestrita na capacidade do Estado de funcionar de maneira técnica e científica para transformar a nação. Os condutores da expansão e da reforma educacional acreditavam que a maior parte dos brasileiros, pobres e/ou pessoas de cor, eram subcidadãos presos à degeneração – condição que herdavam de seus antepassados e transmitiam a seus filhos, enfraquecendo a nação. Os mesmos educadores tinham fé em sua capacidade de mobilizar ciência e política para redimir essa população, transformando-a em cidadãos-modelo." (DÁVILA, p.12-13).

É ainda o mesmo Dávila que esclarece: "o conceito de mérito usado para distribuir ou restringir recompensas educacionais foi fundado em uma gama de julgamentos subjetivos em que se embutia uma percepção da inferioridade de alunos pobres e de cor"6. Esse conceito ainda hoje é utilizado por muitos, como forma de preservar o "lugar" social da classe dominante no país, o que, aliás, se encontra suficientemente documentado. A respeito disso, Luís Antonio Cunha7 escreve:

O regime de cotas, esse padrão norte-americano tão bem recebido pelo populismo brasileiro, teria de ser contido. Como defender a qualidade do ensino superior, especialmente do setor público, se o fato de ter baixo desempenho passa a ser vantagem no ingresso? Seja de oriundos de escolas públicas, de negros, de indígenas, de mestiços que os populistas não deixarão de identificar entre os demandantes de ensino superior, o ingresso numa faculdade não poderá deixar de depender do desempenho intelectual, a menos que se queira ensinar que *os jovens com aquelas características só valem, academicamente, pelo seu desvalor preconceituado, inclusive por eles próprios*.(CUNHA, 2004, p. 812)

Neste sentido, ignoram-se as desigualdades de oportunidades existentes no país, que se apresenta como um dos mais desiguais do mundo, condenando milhares de cidadãos a uma escolaridade insuficiente. Quando se defende a excelência e o mérito, deve-se colocar a questão: excelência e mérito conseguidos por quem e, sobretudo, quais as condições para obtê-los? São muitos aqueles que continuam defendendo a educação de qualidade como se fosse um direito não universal, ratificando a situação de desigualdade em favor de privilegiados e em detrimento da maioria que não tem a oportunidade de uma educação de qualidade. Em que sentido se baseia o mérito daqueles que já foram "predestinados" pelas oportunidades e privilégios que tiveram durante a vida educacional e aos quais se patenteia o ingresso às melhores universidades públicas brasileiras? O debate sobre a existência do vestibular é algo que deveria ser considerado, mas não cabe na presente discussão. Quanto a essa questão, convém, todavia, lembrar como esse ponto foi abordado por um saudoso mestre que teve formação autodidática, Maurício Tragtenberg8:

> O vestibular escolhe os escolhidos. Quem é escolhido econômica e socialmente tem potencialidades em termos de habilidades intelectual de verbalização, de raciocínio abstrato, de passar pelo chamado filtro aparentemente educacional ou cultural que é o vestibular. Eu acho qualquer seleção, em tese, execrável, especialmente educacional, porque ela mascara uma seleção preexistente. Eu não posso falar de igualdade de oportunidades, sociedade aberta e que a educação é um dever do Estado, quando eu percebo que a educação apenas confere um poder simbólico a quem já tem poder real. (TRAGTENBERG, 1990, p. 131)

Mas, como o vestibular é uma realidade no Brasil, não se pode ignorar, até que ele seja extinto, o debate sobre a aquisição de capital cultural e sobre a desigualdade de oportunidades9, sobretudo, em desfavor de negros e indígenas. O sistema de cotas nas universidades públicas do país tem como objetivo compensar parte das estratégias de exclusão adotadas pela elite brasileira contra aqueles que eram considerados inferiores e inadequados para a emergente nação brasileira.

Convém lembrar que a adoção do sistema de cotas não pressupõe a ausência do teste obrigatório dos candidatos a uma vaga na universidade, muitas das quais adotam um sistema de nota mínima exigido de todos os concorrentes. Não obstante adotarem o sistema de cotas, as universidades definiram estratégias para, obedecendo embora ao sistema de reserva de vagas, eliminarem a maioria daqueles que demandam uma vaga na universidade pública, garantindo, assim, o mínimo impacto em cursos considerados de elite, como é o caso do sistema adotado pela Universidade Estadual de Londrina, que analisarei no decorrer deste texto.

4SILVA, Maria Nilza da. O negro em Londrina: da presença pioneira negada à fragilidade das ações afirmativas na UEL. http://www.espacoacademico.com.br/082/82silva.htm . Acesso em 18/09/2008.

5 Cf.: ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo: Studio Nobel: São Paulo, 2003. 3° Ed.

6 DÁVILA, 2006, p. 13.

7 CUNHA, Luiz Antonio. "Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior – Estado e mercado". Educação e Sociedade. Campinas, vol. 24, n. 88, p. 795-817, Especial – Out. 2004. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Grifo do autor.

8 TRAGTENBERG, Maurício. Sobre educação, política e sindicalismo. Cortez Editora: São Paulo, 1990. 2ª Edição.

9 BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. CATANI, Afrânio e NOGUEIRA, Maria Alice (orgs.). Vozes: Petrópolis, 2004, 6ª edição.

2 - Algumas estratégias de resistência

Cabe lembrar aqui que, entre os inúmeros intelectuais que pretenderam arianizar o Brasil e também o setor da educação e outros, que ainda hoje continuam defendendo uma universidade elitista e branca, um dos poucos contrários a este tipo de política, no início do século XX, foi Manoel Bomfim. Contudo, ele foi colocado à margem pela intelectualidade da época, sendo, ainda na atualidade, pouco conhecido, pois questionou sobretudo o papel daqueles que queriam atribuir uma inferioridade congênita ao povo brasileiro, em especial aos negros, indígenas e mestiços, por causa da cor, como se o Brasil estivesse atingido por uma maldição desde a origem dos tempos. Bomfim apresenta algumas inquietantes questões:

> São estes os homens que os portugueses (...) acusam de cruéis e pérfidos, e que a ciência sociológica de Oliveira Martins condena ao extermínio, e cujo cativeiro e martírio aprova – por serem inferiores!... Inferiores a quem? Aos portugueses?! (...) Tanto vale discutir logo toda a célebre teoria das raças inferiores. Que vem a ser esta teoria? Como ela nasceu? A resposta a esta questões nos dirá que tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes. (Bomfim, 1996, 267-268)10

Além dos poucos intelectuais que tentaram reagir à condenação dos negros e mestiços que eram considerados responsáveis pela degradação, pobreza e todo tipo de dificuldade pelas quais passava a sociedade brasileira, várias organizações negras empreenderam iniciativas para contrapor-se a esse processo de violenta exclusão.

Para resistir a uma realidade tão adversa, os negros lançaram-se à luta criando diversas organizações numa luta pelos seus direitos. Cabe destacar a fundação da Frente Negra Brasileira, em 1931, que teve representações em vários estados brasileiros. Além da preocupação em "promover a integração do negro numa sociedade mais abrangente"11, entre as diferentes atividades que desenvolveu, essa Frente manteve escolas com o objetivo de contribuir para a educação da população negra, preterida nos espaços oficiais de educação. Outra iniciativa foi o Teatro Experimental do Negro – o TEN12, fundado por Abdias do Nascimento em 1944, no Rio de Janeiro, em que os próprios militantes alfabetizaram os membros do Teatro, conforme notícias da época, que o próprio depoimento do autor corrobora:

A um só tempo o TEN alfabetizava seus primeiros participantes, recrutados entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos – e oferecia-lhes uma nova atitude, um critério próprio que os habilitava também a ver, enxergar o espaço que ocupava o grupo afro-brasileiro no contexto nacional. Inauguramos a fase prática, oposta ao sentido acadêmico e descritivo dos referidos e equivocados estudos. Não interessava ao TEN aumentar o número de monografias e outros escritos, nem deduzir teorias, mas a transformação qualitativa da interação social entre brancos e negros.

> (...) Cerca de seiscentas pessoas, entre homens e mulheres, se inscreveram no curso de alfabetização do TEN, a cargo do escritor Ironides Rodrigues, estudante de direito dotado de um conhecimento cultural extraordinário.

Outro curso básico, de iniciação à cultura geral, era lecionado por Aguinaldo Camargo, personalidade e intelecto ímpar no meio cultural da comunidade negra (NASCIMENTO, 2004, p. 211)

Também foram criados em todo Brasil os Clubes Negros, que formaram as suas escolas. Um deles foi o Clube Negro da Associação Recreativa Operária de Londrina – AROL, fundado nos anos de 1950 por Manoel Cypriano13. A escola da AROL, assim como outras iniciativas promovidas por vários clubes, acolhia estudantes diversos e não somente negros, tratando-se de um exemplo que serve para questionar e invalidar a afirmação tendenciosa de que tais iniciativas tendem a racializar a sociedade brasileira. Por outro lado, o aparecimento de "clubes negros" tem de ser avaliado à luz das dificuldades de o negro ser aceito nos lugares tacitamente – ou explicitamente – "*só para brancos*".

Foram muitas as estratégias utilizadas pelos negros para reagir ao violento processo de embranquecimento que previa a gradativa eliminação da influência negra e indígena na formação do povo brasileiro. Outro veículo de resistência e reivindicação foi o jornal *Quilombo*, editado por Abdias do Nascimento em 1948. O periódico fazia parte das ações produzidas pelo TEN, na perspectiva de luta contra a discriminação e o racismo. Em vários de seus números14, o jornal publicou a coluna denominada "*Nosso programa*", com a seguinte proposição: "*trabalhar pela valorização do negro brasileiro em todos os setores: social, cultural, educacional, político, econômico e artístico*". Para isso, apresentava cinco objetivos que deveriam ser alcançados. Dentre eles, destaca-se a luta pela implementação de ações que pudessem compensar as desvantagens que a população negra enfrentava. Não se empregava a expressão "*Ação Afirmativa*", mas o pretendido era o mesmo, conforme se pode ler no texto:

Lutar para que, enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos estudantes negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares.

---

10 BOMFIM, Manoel. O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1996.

11 DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo , Niterói, v. 12, n. 23, 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 Set 2008. doi: 10.1590/S1413-77042007000200007

12 NASCIMENTO, Abdias do. O Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. Estudos Avançados, vol.18 no.50 São Paulo Jan./Apr. 2004, p. 211.

13 ALMEIDA, Idalto Jose. Presença negra em Londrina: história da caminhada de um povo. PROMIC: Londrina, 2004.

14 Cf.: Jornal O Quilombo, números de 1 a 5, na pág. 3 de cada edição de 1948-1950. in Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro/ Edição Fac-similar do jornal dirigido por Abdias do Nascimento; apresentação de Abdias do Nascimento e Elisa Larkin Nascimento; Introdução de Antônio Sergio Guimarães. São Paulo: FUSP. 2003.

Na década de 1980, Abdias apresenta os fundamentos para uma nova prática política, não somente para a população negra, mas para a nação brasileira, que denominou de *Quilombismo.* Trata-se de uma proposta concreta pregando que todos pudessem ter os seus direitos respeitados numa sociedade em que fosse superado o mito da democracia racial com vistas à construção de uma verdadeira democracia, em que se adotassem políticas compensatórias. Veja-se, então, a proposta para a nação brasileira15:

> O quilombismo almeja a construção de um Estado voltado para a convivência igualitária de todos os componentes da população, preservando-se e respeitando-se a pluralidade de identidades e matrizes culturais. A construção da verdadeira democracia, nos moldes do quilombismo, passa obrigatoriamente pela efetiva implantação de políticas compensatórias e de ação afirmativa para possibilitar a construção de uma cidadania plena para todos os grupos discriminados (SEMOG e NASCIMENTO, 2006, p. 175).

As Políticas de Ação Afirmativa são o resultado da reivindicação de líderes como Abdias do Nascimento, que mostraram a situação do negro brasileiro fora do Brasil, em suas ações no Movimento Panafricanista e do Movimento Negro, que, ao longo da história do Brasil, lutaram e continuam lutando para que a população negra tenha os seus direitos respeitados. As propostas que vêm sendo constantemente apresentadas ao longo dessa trajetória expressam a reação contra racismo e a exclusão do negro dos espaços educacionais, responsável por comprometer radicalmente o percurso das crianças e jovens negros neste país. A eles foi negada qualquer oportunidade que lhes permitisse desenvolver plenamente seu potencial.

Embora tenha havido luta constante para fazer frente à exclusão do negro no sistema educacional brasileiro, as desigualdades persistem, como mostra a divulgação das últimas pesquisas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada16, em que a taxa de brancos e negros matriculados nas séries iniciais é praticamente a mesma, com poucas diferenças. As desigualdades vão aumentando à medida que se avança nos anos de estudos. Segue trecho do Relatório do IPEA:

As diferenças raciais, contudo, são muito marcantes: os negros e negras estão menos presentes nas escolas, apresentam médias de anos de estudo inferiores e taxas de analfabetismo bastante superiores. As desigualdades se ampliam quanto maior o nível de ensino. No ensino fundamental a taxa de escolarização líquida - que mede a proporção da população matriculada no nível de ensino adequado a sua idade – para a população branca era de 95,7 em 2006; entre os negros, era de 94,2. Já no ensino médio, essas taxas eram respectivamente, 58,4 e 37,4. Isto é, o acesso ao ensino médio é ainda é bastante restrito em nosso país, mas significativamente limitado para a população negra que, por se encontrar nos estratos de menor renda, é mais cedo pressionada a abandonar os estudos e ingressar no mercado de trabalho. (IPEA, 2008, p. 5)

3 - As políticas de Ação Afirmativa: uma compensação a "conta-gotas"

Um grande impulso nos debates sobre as políticas de Ação Afirmativa se deu a partir da realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, que aconteceu em Durban, na África do Sul, em 2001, com a participação de diversos segmentos da sociedade brasileira. O Brasil é signatário do Relatório da Conferência que prevê a adoção de políticas públicas para minimizar os efeitos perversos do racismo e da discriminação. Ao assinar o relatório final da Conferência, o Brasil se comprometeu a criar políticas para superar o racismo, que interfere no acesso aos direitos básicos do cidadão, em especial no direito à educação. A partir da Conferência, algumas universidades que já tinham começado a debater a necessidade de reagir contra a ausência de negros entre os estudantes, iniciam um processo de implementação do sistema de cotas.

Desde 2003, várias universidades brasileiras adotaram o sistema de cotas. Como mencionado anteriormente, essa realidade é fruto da mobilização do movimento negro e de inúmeras pessoas engajadas numa luta para que o Brasil seja menos desigual. No entanto, embora o Brasil tenha assumido o compromisso de implementar este tipo de política pública, as iniciativas concretas até agora partiram das mobilizações locais e das próprias universidades. Conquanto haja o compromisso do Governo brasileiro com a criação de políticas que efetivamente diminuam as desigualdades, até agora o Projeto de Lei 73/99, que cria as cotas nas universidades, não foi aprovado. Tramitam nas instâncias superiores os projetos de Lei do Estatuto da Igualdade Racial e sobre as Cotas nas universidades, mas, quase dez anos após a sua apresentação, os projetos ainda não foram aprovados.

Segundo os pesquisadores das Políticas de Ação Afirmativa17, as iniciativas das universidades têm proporcionado, nos últimos cinco anos, o ingresso de um número maior de negros do que em todo o século XX. Então, de qualquer modo, estamos diante de um significativo avanço. Mas é bom destacar que a adoção das cotas raciais nas universidades provocou uma grande reação de grupos conservadores que sempre dominaram os espaços da universidade pública, conforme visto

---

15 A tese do Quilombismo foi apresentada no 2° Congresso de Cultura Negra das Américas que aconteceu no Panamá de 17 a 21 de março de 1980. Cf.: http://www.abdias.com.br/movimento_negro/movimento_negro.htm. Acesso em 19/09/2008 e SEMOG, Éle e NASCIMENTO. Abdias Nascimento: o griot e as muralhas. Pallas: Rio de Janeiro, 2006, p. 175

16 IPEA. Retrato das desigualdades de raça e gênero. 3ª Ed. – Análise preliminar dos dados. Setembro de 2008. http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/Pesquisa_Retrato_das_Desigualdades.pdf Acesso em 19 de setembro de 2008.

17 Cf.: Manifesto em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas, sob o título 120 anos de luta pela igualdade racial, elaborado pelos intelectuais Alexandre do Nascimento (PVNC-RJ e FAETEC-RJ), Carla Patrícia Frade Nogueira Lopes (Juíza de Direito, Escola de Magistratura – DF), Carlos Alberto Medeiros (jornalista), Carlos Henrique Romão Siqueira (SEPPAC-UnB), Frei David Raimundo dos Santos (EDUCAFRO-SP), João Jorge Rodrigues (Bloco Afro Olodum-BA), José Jorge de Carvalho (UnB), Marcelo Tragtenberg (UFSC), Renata Ferreira (PPCOR/LPP/UERJ-RJ), Valter Roberto Silvério (UFSCAR).

anteriormente. Muitos se sentem ameaçados, como se o negro lhes estivesse tomando um lugar que é deles, como se o negro não merecesse estar dentro das melhores universidades.

Neste contexto, no dia 30 de abril de 2008, um grupo entregou ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, o manifesto "113 Cidadãos Anti-Racistas Contra as Leis Raciais", no qual solicitou a suspensão do processo de implantação das cotas para negros. Uma das justificativas para o pedido é que, com a adoção das cotas raciais, haveria o acirramento do racismo no país, como se o negro não vivenciasse em seu cotidiano um racismo silencioso, mas profundamente nocivo, que resulta nas desigualdades raciais e nas desvantagens em desfavor do negro no acesso à educação, à saúde, ao mercado de trabalho e numa menor expectativa de vida, como apontam as inúmeras pesquisas continuadamente divulgadas pela imprensa brasileira. Veja-se a justificativa desses anti-cotistas:

Por certo existe preconceito racial e racismo no Brasil, mas o Brasil não é uma nação racista. Depois da abolição, no lugar da regra da "gota de sangue única", a nação brasileira elaborou uma identidade amparada na idéia anti-racista de mestiçagem e produziu leis que criminalizam o racismo. Há sete décadas, a República não conhece movimentos racistas organizados ou expressões significativa de ódio racial. O preconceito de raça, acuado, refugiou-se em expressões oblíquas envergonhadas, temendo assomar à superfície. A condição subterrânea do preconceito é um atestado de que há algo de muito positivo na identidade nacional brasileira, não uma prova de nosso fracasso histórico18.

Esses intelectuais parecem manifestar total desconhecimento das teorias racistas do século XIX e início do século XX, que nortearam decisivamente o pensamento científico e político das políticas adotadas em várias nações, e nomeadamente, para o que aqui nos interessa, no caso do Brasil. Para contrapor e reagir a esse manifesto, outro grupo apresenta, ao presidente do STF, o "Manifesto em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas", intitulado "120 anos da luta pela igualdade racial no Brasil", sendo que, neste outro, os intelectuais subscritores defendem a constitucionalidade das cotas com base num compromisso assumido pelo Estado em acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como se pode ler no articulado do seu texto:

A demanda por políticas compensatórias específicas para os negros no Brasil não é recente nem está baseada em qualquer modelo estrangeiro. Pelo contrário, insere-se na busca da justiça social em uma sociedade que historicamente se mostra racista, sexista, homofóbica e excludente. As cotas e o Prouni significam uma mudança e um compromisso ético do Estado brasileiro na superação de um histórico de exclusão que atinge de forma particular negros e pobres. A superação da posição de neutralidade estatal que podemos observar no Prouni é também aquela esperada pelo Projeto de Lei 73/99. Não se trata de Leis raciais como dizem os 113 anti-cotas, mas um posicionamento do Estado brasileiro coerente com os acordos internacionais, de superação do racismo, de luta pelos direitos humanos dos quais o país é signatário19.

O embate das posições tem sido contínuo, pois para alguns é impensável a possibilidade de negros e brancos terem oportunidades iguais, apesar da Constituição, que apresenta todos os brasileiros gozando dos mesmos direitos e deveres. Simultaneamente às discussões sobre as Ações Afirmativas, foi promulgada a Lei 10.639, em 9 de janeiro de 2003, que prevê a obrigatoriedade, em todos os níveis da educação, do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

4 - Para além das cotas: a Lei 10.639/03

Esta lei vem responder a uma antiga reivindicação do Movimento Negro para que a educação brasileira passasse a considerar a contribuição histórica de todos os povos que fazem parte da nação. Consentânea a essa reivindicação, foi promulgada, em junho deste ano, uma nova versão20 da Lei 10639/03, que prevê a inclusão do conteúdo sobre a população indígena. Mas é preciso lembrar que, não obstantes a lei ser de 2003, ainda não aconteceu a sua efetiva implementação. Existem iniciativas isoladas de sua implantação no país, mas a educação brasileira não conseguiu concretizar os objetivos da lei por falta de efetivo compromisso do Estado brasileiro em fazer cumprir a própria legislação. Além disso, não se pode deixar de mencionar a enorme resistência a um conteúdo que não seja eurocentrado. O conteúdo da lei foi considerado sem importância ao longo da história da educação brasileira, além do que foram-lhe atribuídos valores pejorativos. Para muitos professores, com a lei levanta-se a questão sobre a pertinência ou não de uma temática que, para muitos é incômoda, visto tratar-se de um tema sobre o qual não se acostumou a pensar, senão de forma folclórica. Quando se pensa em História e Cultura Afro-brasileira e Africana surgem questões como: será que estes temas merecem ser estudados? Como dedicar tempo e esforço para aprender um conteúdo que foi considerado, ao longo de anos, como de menor significado, ou mesmo quase proibido, referente a assuntos de África, cultura afro-brasileira, desigualdades raciais, racismo, preconceitos etc.? Os professores se vêem diante do desafio de ensinar algo para o que não estão preparados e ainda ter de superar uma carga de preconceitos incutidos ao longo de toda a sua trajetória de formação educacional e profissional.

Mas, apesar da forte resistência contra as cotas e a Lei 10.639/03, até o momento, 79 universidades brasileiras implementaram algum tipo de Ação Afirmativa, 35 possuindo medidas para negros21. O número ainda é pequeno, mas trata-

18 http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18773.shtml. Acesso em 17 de setembro de 2008.

19 Manifesto pelas Cotas.... http://pvnc.sites.uol.com.br/manifesto13maio2008STF.pdf. Acesso em 17 de setembro de 2008.

20 Lei 11645 de 10 de março de 2008 que "Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

21 BIONDI, Antonio. "Ações recentes movimental STF e Congresso Nacional". Revista ADUSP, n. 43, Julho 2008, págs. 21-23

se de um sinal de reação a tantos anos de exclusão, sem contar que a produção de conhecimento sobre a população afro-brasileira tem aumentado nos últimos anos.

5 - A Universidade Estadual de Londrina: um caso desproporcional

As universidades que implementaram as cotas até o momento partiram de suas realidades locais, no que se refere à articulação do movimento negro, à demanda da sociedade civil e acadêmica ou à proposta da política própria da universidade, razão porque as características das políticas adotadas apresentam uma grande diversidade. No caso da Universidade Estadual de Londrina, houve a mobilização do movimento negro, que estava em sintonia com os acontecimentos nacionais e internacionais de avanço no debate sobre a adoção dessas políticas. Então, em 2002, com a mudança de política da universidade com a atuação de um grupo considerado mais aberto, o Movimento Negro insistiu na reivindicação das cotas e, a partir daí, foi desencadeado um processo de quase três anos de debates com a sociedade civil e com a comunidade interna, que culminou com a aprovação do sistema de cotas. A proposta debatida e praticamente aceita por muitos grupos envolvidos na discussão previa a reserva de 40% das vagas para estudantes da escola pública, das quais metade para a população negra (de cor preta ou parda), ou seja, 20% para negros oriundos de escola pública.

Mas, ao aprovar o sistema, o Conselho Universitário condicionou a reserva das vagas ao número de candidatos inscritos no vestibular. Ou seja, há uma flutuação no número de vagas. Cabe destacar que muitos daqueles que votaram pela aprovação do sistema e mesmo o movimento negro, que esteve acompanhando todo o processo, não perceberam que a proporcionalidade variava de acordo com o número de inscritos, o que foi entendido algum tempo depois da aprovação, ou seja, quando se conferiu o número efetivo de negros que ingressaram em cada curso.

Nos cursos de menor procura22, o número de candidatos inscritos negros pode chegar ao limite das vagas23; contudo, naqueles que conferem maior *status* profissional24, nos quais a concorrência é alta, há uma diminuição de candidatos negros inscritos e isso reduz o número das vagas. Como os negros que concluem o ensino médio são em menor proporção do que os estudantes brancos, as desvantagens se perpetuam, conforme mostraram as pesquisas do IPEA entre outras. Pressuponho que, por isso, não houve grande reação da sociedade londrinense quando se aprovaram as cotas na UEL. Os cursos mais procurados pela classe média e alta da cidade não sofreram grande impacto, ao contrário do que pensavam especialmente os donos de cursinhos pré-vestibulares particulares de Londrina, que tinham manifestado forte reação contra as Políticas de Ação Afirmativa durante o processo de implementação.

Cabe ressaltar que muitas pessoas ainda hoje pensam que o número de vagas para estudantes negros em cada curso atinge o índice de 20%, percentual que foi longamente debatido durante o processo que antecedeu a implantação das cotas e a divulgação pelos meios de comunicação da cidade25, jamais havendo, por parte da administração da universidade, a informação de que o número das vagas estaria condicionado ao número de candidatos inscritos.

A percentagem dos estudantes negros que ingressaram na UEL, a partir da implantação do sistema de cotas, desde o primeiro vestibular, não chega, em média a 10%, índice muito distante da proposta divulgada e conhecida26. No ano de 2005, houve 279 ingressantes negros (9,21%), em 2006, os negros eram 209 (6,85%) e, em 2007, o número foi de 226 (7,41%). Até o ano de 2005 o concurso do vestibular tinha apenas uma fase, no ano seguinte a UEL adotou duas fases, reduzindo-se, então, o número de candidatos negros aprovados pela reserva das vagas porque as cotas são consideradas para a primeira fase e não existem mecanismos que garantam a mesma proporção das vagas na segunda fase do concurso, em que muitos negros não conseguem ter sucesso. Por isso, a partir de 2006, houve uma redução do número de negros que tiveram acesso à universidade pelo sistema de cotas.

Essa realidade mostra o quanto são poderosos os instrumentos que coíbem qualquer iniciativa que favoreça o negro no acesso ao que deveriam ser direitos efetivamente garantidos. Os mecanismos são mais poderosos porque passam despercebidos da maioria das pessoas. Boaventura Sousa Santos observa:

Assim se naturalizou um sistema de poder, até hoje em vigor, que, sem contradição aparente, afirma a liberdade e a igualdade e pratica a opressão e a desigualdade. Assentes nesse sistema de poder, os ideais republicanos de democracia e igualdade constituem hipocrisia sistêmica. Só quem pertence à raça dominante tem o direito (e a arrogância) de dizer que a raça não existe ou que a identidade étnica é uma invenção. O máximo de consciência possível dessa democracia hipócrita é diluir a discriminação racial na discriminação social. Admite que os negros e os indígenas são discriminados porque são

---

22 Por ex.: Ciências sociais 2,83 candidatos/vagas; arquivologia 2,88 candidatos/vagas; biblioteconomia 2,5 candidatos/vagas.

23 Muitos candidatos negros trabalham, por isso "escolhem" cursos que apresentam menor concorrência e que possam ser cursados em apenas um turno. Os cursos integrais geralmente dificultam a possibilidade de continuar trabalhando, além do que, são cursos que necessitam de maior investimento na compra de livros e outros materiais.

24 Medicina 55,3 candidatos/vagas; Design gráfico 33; 08 candidatos/vagas; Comunicação Social (jornalismo) 25,79 candidatos/vagas. Dados de 2007. Conf.: http://www.cops.uel.br/vestibular/2007/arquivos/candidato_vaga.pdf acesso em 19/09/2008.

25 SILVA, Maria Nilza da. O negro em Londrina: da presença pioneira negada à fragilidade das ações afirmativas na UEL. http://www.espacoacademico.com.br/082/82silva.htm, 2008.

26 Confira exemplos do impacto causado pela proporcionalidade adotada pela UEL analisado em artigo anterior, referente ao concurso de 2005: "a proposta inicial para o curso de Engenharia Civil previa a reserva de 14 das 70 vagas existentes para os estudantes negros, caso prevalecesse a proposta original da reserva de 20% do total das vagas por curso. Mas com a proporcionalidade baseada no número de inscritos as vagas ficaram reduzidas apenas a duas. No caso do curso de Direito, a proposta inicial previa o ingresso de 24 estudantes, mas o número de vagas foi reduzido para 11. O curso que teve menor impacto com a reserva de vagas foi o de Medicina, pois das 16 vagas previstas apenas duas foram destinadas aos negros" (SILVA, 2008).

pobres para não ter de admitir que eles são pobres porque são negros e indígenas. Uma democracia de muito baixa intensidade27.

Assim é a história da pretensa democracia racial neste país. Cabe a todos, que, apesar das dificuldades, continuam acreditando e lutando pela educação e por direitos iguais para todos, e não somente para alguns, possam defender uma política muito diferente da que até agora o Brasil tem vivenciado. Somente dessa forma se pode ter uma sociedade em que todos os brasileiros possam viver e desenvolver todo o seu potencial humano.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Idalto Jose (2004). Presença negra em Londrina: história da caminhada de um povo. PROMIC: Londrina.

BIONDI, Antonio (2008). "Ações recentes movimental STF e Congresso Nacional". *Revista ADUSP*, n. 43, Julho. págs. 21-23.

BOMFIM, Manoel (1996). O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira. Toopbooks.

BOURDIEU, Pierre (2004). Escritos de Educação. CATANI, Afrânio e NOGUEIRA, Maria Alice (orgs.). Vozes: Petrópolis, 6ª edição.

CUNHA, Luiz Antonio (2004). "Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior – Estado e mercado". *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 24, n. 88, p. 795-817, Especial – Out. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br.

DOMINGUES, Petrônio (2007). Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php? script=sci_arttext&pid=S1413-77042007000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 Set 2008.

IPEA (2008). Retrato das desigualdades de raça e gênero. 3ª Ed. – Análise preliminar dos dados. Setembro de 2008. http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/destaque/Pesquisa_Retrato_das_Desigualdades.pdf Acesso em 19 de setembro.

Jornal *O Quilombo*, números de 1 a 5, na pág. 3 de cada edição de 1948-1950.(2003). in *Quilombo*: vida, problemas e aspirações do negro/ Edição Fac-similar do jornal dirigido por Abdias do Nascimento; apresentação de Abdias do Nascimento e Elisa Larkin Nascimento; Introdução de Antônio Sergio Guimarães. São Paulo: FUSP.

NASCIMENTO, Abdias do (2004). O Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. Estudos Avançados, vol.18 no.50 São Paulo Jan./Apr., p. 211.

ROLNIK, Raquel (2003). *A cidade e a lei*. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo: Studio Nobel: São Paulo. 3° Ed.

SANTOS, Boaventura Souza (2006). "As dores do pós-colonialismo". Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 21 de agosto, Opinião, p. A3.

SEMOG, Éle e NASCIMENTO (2006). Abdias Nascimento: o griot e as muralhas. Pallas: Rio de Janeiro.

SILVA, Maria Nilza e Pires Laranjeira (2007). "Do problema da 'raça' às políticas de ação afirmativas". SILVA, M.N. e QUEIROZ. *O negro na universidade*: o direito à inclusão. Fundação Cultural Palmares: Brasília, 2ª reimpressão, p. 126.

SILVA, Maria Nilza da (2006). *Nem para todos é a cidade*: segregação urbana e racial em São Paulo. Fundação Cultural Palmares: Brasília.

SILVA, Maria Nilza da (2008). *O negro em Londrina*: da presença pioneira negada à fragilidade das ações afirmativas na UEL. http://www.espacoacademico.com.br/082/82silva.htm .Acesso em 18/09/2008.

SILVA, Maria Nilza (2007). e QUEIROZ. *O negro na universidade*: o direito à inclusão. Fundação Cultural Palmares: Brasília, 2ª reimpressão, p. 126.

TRAGTENBERG, Maurício (1990). *Sobre educação, política e sindicalismo*. Cortez Editora: São Paulo, 2ª Edição.

27 SANTOS, Boaventura Sousa. "As dores do pós-colonialismo". Artigo publicado no jornal Folha de São Paulo em 21 de agosto de 2006, Opinião, p. A3.

Desafio das demandas por direitos étnicos-raciais no contexto das políticas governamentais amazônidas: o caso do estado do Pará/Brasil

Maria Antônia Cardoso Nascimento
Universidade Federal do Pará - UFPA
mariaant@ufpa.br

***Resumo*:** Este texto tem como objetivo apresentar os impasses decorrentes na operacionalização das políticas governamentais por identidades e de ações afirmativas viabilizadas pelo governo do estado do Pará nos últimos dez anos, focalizando negros e índios. Os dados que possibilitaram a análise são resultados da Pesquisa e Diagnóstico: Direitos Humanos no Estado do Pará, realizados por uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal do Pará, no período de fevereiro a junho de 2007. A despeito dos esforços empreendidos na última década pela incorporação de algumas prerrogativas internacionais como a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Xenofobia e Discriminações Correlatas, realizada em Durbam, na África do Sul, em 2001e pela Convenção para Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada em 2005, na ONU, que chamam atenção para a necessidade de atendimento das demandas dos segmentos historicamente tratados com desigualdade, a complexidade étnico-racial brasileira se reverbera no Pará por meio da condição desfavorável da maioria de índios e negros ao acesso dos bens e serviços necessários À reprodução social, bem como no desrespeito as suas tradições e saberes – situação que tem mobilizado os movimentos sociais étnico-raciais na pressão pela efetivação de políticas com corte redistributivo em contraposição a assistencialização dos direitos étnico-raciais. O texto se insere no contexto do debate acerca da tensão entre políticas universais e políticas identitárias a partir de uma realidade regional marcada pela presença significativa de brasileiros descendentes de índios e negros, como é o caso do Norte do Brasil.

Introdução

Este texto tem como objetivo apresentar os impasses decorrentes da operacionalização das políticas governamentais por diversidades e de ações afirmativas viabilizadas pelo governo do estado do Pará nos últimos anos, focalizando negros e índios. Os dados que possibilitaram a análise resultaram da Pesquisa e Diagnóstico dos Direitos Humanos no Estado do Pará, realizados por uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal do Pará, 1no período de fevereiro a junho de 2007.

A despeito dos esforços empreendidos na última década pela incorporação de algumas prerrogativas internacionais, como a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Xenofobia e Discriminações Correlatas, realizada em Durbam, na África do Sul, em 2001, e a Convenção para Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, aprovada em 2005, na ONU2·, das quais o Brasil é signatário, vige a dificuldade brasileira no fortalecimento dos direitos de índios e negros. Tal situação se reverbera no Pará por meio da condição desfavorável da maioria desses ao acesso dos bens e serviços necessários à reprodução social, bem como no desrespeito aos seus saberes e tradições (situação que tem mobilizado os movimentos sociais que trabalham com a perspectiva de acesso recíproco e compreensão múltipla entre identidades diferentes, particularmente os étnico-raciais) e na pressão pela efetivação de políticas com corte redistributivo.

I - Notas sobre a Trajetória das Políticas Sociais no Brasil

A particularidade do desenvolvimento capitalista no país faz com que a relação entre Estado e Sociedade seja permeada por tensões que ora se caracterizam pela negação das necessidades básicas da maioria da população, criminalizando-se as reivindicações individuais e coletivas3, ora pelo reconhecimento dessas necessidades, que a Constituição brasileira de 1988 definiu de "Estado Democrático de Direito". A literatura brasileira sobre a história do sistema de proteção social tem reiterado a tímida atuação do Estado diante das expressões do antagonismo de classe (IANNI, 1963 e 1999; SANTOS, 1979 e 1998; COHN, 1980; TELLES, 1992; YASBECK, 1993 e 1996; SPOSATI, 1995; VIEIRA, 1995; HENRIQUES, 2000; SOUZA, 2006) que tem se caracterizado por uma abissal desigualdade entre os que vivem da sua força de trabalho e os que usufruem da exploração, colocando o país como um dos mais desiguais no topo do *ranking* mundial.

O reconhecimento das manifestações da questão social como caso de política, particularmente a partir do final da década de 1980, tem possibilitado o oferecimento de uma rede de programas e serviços que aparecem como modo de enfrentamento dos conflitos mais acirrados, de forma a impactar a pobreza absoluta e, por conseguinte, um tratamento não cidadão dos que nela mergulham.Tal ordenamento tem produzido uma "assistencialização" das políticas sociais por meio dos Programas de Renda Mínima na última década, que, segundo pesquisas desenvolvidas (SILVA e SILVA: 2001), reduzem a pobreza absoluta, mas não a eliminam, afastando-se da proposta de um sistema universal, eqüitativo e que tenha como matriz central uma concepção redistributiva e de reconhecimento dos direitos cidadãos. (COHN, 2004:164)

O investimento do Estado brasileiro na "*assistencialização*" das políticas sociais é funcional a Reforma do Estado orquestrada pela política neoliberal que tem seu auge na América Latina e no Brasil nas décadas de 1980 e 1990, uma vez

1 Na divisão da pesquisa e, por conseguinte, na elaboração do relatório e do diagnóstico, a autora deste texto ficou responsável pela coleta e sistematização dos dados referentes as desigualdades, discriminações e preconceitos étnico-racial, gênero, idade e heteronormatividade.

2 Tais prerrogativas chamam atenção para a necessidade de reconhecimento da dívida histórica que a maioria dos países têm com a questão étnico-racial.

3 A intervenção do Ministério Público do Rio Grande do Sul contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nos meses de junho e julho deste ano, expressa a permanência da postura policialesca em alguns Estados do Brasil, nos remetendo aos escritos de Florestan Fernandes sobre a dificuldade do Brasil em tornar-se uma civilização baseada na igualdade republicana dos direitos.(FERNANDES: 1975, 1986, 1989)

que garante a legitimidade do Estado sem forçá-lo a redistribuir a riqueza Yasbeck,(1996).Tal postura nacional tem se refletido na maioria dos governos subnacionais, configurando-se como dilema para os movimentos e organizações sociais, que atuam como mediadores no processo de articulação política em busca de soluções para os problemas vivenciados cotidianamente, especialmente lideranças ligadas às lutas por diversidade e por "políticas de identidades" que envolvem demandas socioculturais vinculadas a idade/geração, gênero, etnia/raça e orientação sexual.

II- Políticas Públicas e Demandas por Diversidades

As intervenções do Estado na esfera social se inscrevem no contexto de relações sociais estruturais que configuram o desenvolvimento capitalista, ou seja, as políticas governamentais são expressões das desigualdades inerentes ao processo de pauperização relativa produzida pela acumulação capitalista e a que estão submetidos todos aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho ou mesmo aqueles que não estão vendendo, mas têm como único horizonte o valor de troca. Este entendimento heuristicamente legítimo orientou a maioria das análises e formulações de políticas na perspectiva da prioridade a uma das identidades da experiência humana – a de força de trabalho ou, como prefere Santos (1979), na criação de um sistema de proteção social pautado na cidadania regulada.

A hegemonia da análise das políticas sociais e governamentais com prioridade na identidade do trabalho, na maioria das vezes, relegou a um plano secundário outras identidades que não são desconhecidas pelo capital no processo de exploração e reprodução ampliada, como a etnia/raça, sexo e a idade. Castro (1999, p. 41) elucida a polêmica nos seguintes termos:

> A conjugação de conflitos entre as Américas e a questão racial, assim como a sensibilidade para a situação dos indígenas e dos negros que se destacam nas obras de Martí e Mariátegui (que tanto se referiu ao 'problema do índio' e ao 'problema da terra') no princípio do século, foram deixadas de lado nas formulações da esquerda latino-americana (em especial os partidos comunistas entre 50-70), depois da Segunda Guerra, orientada mais por uma perspectiva marxista eurocêntrica, enfatizando a formação de uma burguesia nacional.

A atuação significativa dos movimentos sociais comprometidos com as lutas dos historicamente relegados à condição de subcidadaos tem influenciado no debate e formulação de políticas públicas, principalmente na última década, caracterizando a emergência de ações governamentais que sinalizam para os multipertencimentos - também chamados de políticas identitárias. (CASTRO: 2004).

O debate em torno do reconhecimento das multiidentidades ou diversidade no contexto das políticas governamentais é polêmico e traz à tona a velha interlocução crítica entre os intelectuais orientados pela razão moderna e os denominados pós-modernos.

Para Ahmad (1999), a comensualidade de direitos universais e de direitos particulares é tão antiga quanto pelo menos Locke. No interior do marxismo aparece nas produções que problematizam o indivíduo e a subjetividade em que os principais expoentes são Schaff (1967) Luckács (1968) e Heller (1975). A despeito do legado deixado por esses autores, a conjugação da dialética totalidade, particularidade e singularidade não tem sido tarefa fácil para a maioria dos marxistas. Nesse sentido, o debate sobre a diversidade - entendida como constituinte da individualidade, inerente a totalidade social -, tem sido realizado a partir da polarização entre direitos universais e, por conseqüência, políticas universais e focalizações.

Therborn (1995) adverte para o fato de que o protagonismo do movimento feminista de cunho marxista tem chamado atenção para a conjugação dos diversos antagonismos na construção de uma esquerda humanista, libertária – "classista e movimentista" como estratégia ao neoliberalismo. Intelectuais afinados com esta orientação têm criticado a postura dos estudiosos que negam a diversidade, na medida em que a concebem como fragmentação desconectada das estruturas, como o faz Wood (1999) ao restringir o debate da diferença, da diversidade e a "política de identidade" ao pós-modernismo. O posicionamento contrário à vinculação da diversidade como criação da pós-modernidade tem posto em questão na área do direito a idéia da dicotomia entre políticas universais e políticas focalizadas, num contexto em que cresce a instrumentalização da necessidade do sujeito múltiplo pelo capitalismo hegemônico na América Latina (CASTRO: 2004; SAFFIOTI: 2004; NOVAES: 2006).

> Ora, a democracia exige igualdade social. Isto não significa que todos os socii, membros da sociedade, devam ser iguais. Há uma grande confusão de conceitos como: igualdade, diferença, desigualdade, identidade. Habitualmente, à diferença contrapõe-se a igualdade. Considera-se, aqui, errônea esta concepção. O par da diferença é a identidade. Já a igualdade, conceito de ordem política, faz par com a desigualdade. As identidades, como também as diferenças, são vem-vindas. (SAFFIOTI: 2004, p.36).

Para Castro (1999: 39), a vertente feminista marxista e os movimentos de mulheres com discursos de classe, assim como os movimentos sociais que relacionam gênero e raça em diversos países da América Latina, teriam ampliado consideravelmente suas agendas e enriquecido suas práticas a partir dos anos 1970. "Aprendeu-se com as feministas 'radicais' e liberais a trabalhar com temas espúrios para correntes economicistas à esquerda, como a sexualidade(...)uma agenda política de esquerda, combinando frente de lutas, além de guetos, especificidades, políticas de identidade essencializadas."

A contribuição dada por esses intelectuais adverte para o fato de que a desigualdade de classe, sexo, gênero, etnia/raça e idade/geração são temas inscritos nas sociedades estruturadas pela propriedade privada, portanto são legítimos. A crítica a ser feita é ao tratamento dado a eles, politizando as experiências da vida cotidiana de homens e mulheres e evitando

que eles sejam exauridos por leituras conservadoras, como o liberalismo retórico de agências hegemônicas do capitalismo contemporâneo que trabalha com políticas casuísticas, inoperantes e, conforme chama atenção Castro (op. cit).

Direitos Étnico-Raciais e Políticas Sociais

A inserção das políticas por diversidade ou de "*identidade*", especialmente no que diz respeito aos direitos étnico-raciais, no contexto da agenda das políticas sociais no Brasil tem como marco a Constituição de 1988, reconhecida por alguns especialistas como cidadã, por incorporar diversas reivindicações da sociedade civil organizada na defesa dos direitos dos incluídos marginalmente.

Segundo alguns analistas, com esta Lei o país, pela primeira vez, passou a apresentar mecanismos inspirados no estado de bem-estar social implementado na Europa do pós-guerra, a despeito da hegemonia neoliberal. São expressões desta inovação normativa os princípios da seguridade social, que se contrapõe à idéia do seguro social e define saúde, educação e previdência como direitos. Outro princípio relevante é a universalidade, ou seja, os direitos são para todos. Neste contexto, a Constituição é considerada o primeiro instrumento legal de reconhecimento dos direitos étnicos ao garantir aos índios e às comunidades rurais de descendentes de escravos (remanescentes de quilombolas) os direitos sobre as terras que ocupavam, bem como proteção legal às crenças, às línguas e às tradições indígenas. Isto porque a estimativa da época era de 220 tribos indígenas e cerca de umas mil comunidades rurais de quilombolas.

Historicamente, quilombola significa a resistência dos negros africanos escravizados pelo regime colonial e a busca pela liberdade, que segundo Peregalli (2001) iniciou no final do século XVI. Sociologicamente, "*o quilombola é mais precisamente aquele que tem consciência de sua posição reivindicativa de direitos étnicos e a capacidade de autodefinir-se como tal, mediante os aparatos do poder, organizando-se em movimentos e a partir de lutas concretas"*. (ALMEIDA: 2006, p.7)

O Art. 231 reconhece o direito originário dos índios ao usufruto dos recursos naturais dos territórios tradicionalmente por eles ocupados e o Art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias – *ADCT* trata, particularmente, dos negros que vivem em áreas rurais quando afirma que "aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos" 4.

Almeida (2005) referindo-se ao reconhecimento do Estado brasileiro em relação aos direitos étnicos, salienta que tal atitude tem se caracterizado por um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, medidas regulamentares, leis, medidas administrativas e demais ações que englobam os instrumentos de intervenções pelos quais as instituições falam e se posicionam.

Nessa mesma linha de análise, Castro (2004) ressalta a criação dos Grupos Interministerial, Câmaras de Políticas Sociais, Constituição de Pastas Específicas, Comissões Parlamentares e Secretarias Nacionais, como a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, bem como as subnacionais, com suas diversas ações voltadas para as demandas de diversidade5.

Índios e Negros no Pará

Alguns indicadores da realidade indígena no Estado

A exemplo da Constituição do Brasil, a Constituição do Estado do Pará se posiciona sobre a relevância de assegurar constitucionalmente os direitos dos paraenses tratados com desigualdade. No Art. 336, define no Parágrafo Único

> "Dentre outras medidas compensatórias tomadas para superar dificuldades de fato, incluem-se as que estabelecem preferências a pessoas discriminadas por fatores sócio-econômicos, raciais e de gênero, a fim de garantir-lhes participação igualitária no mercado de trabalho."

Segundo a Fundação Nacional do Índio – *FUNAI*, a população indígena está estimada em 460 mil, distribuída entre 225 povos, que representam cerca de 0,25% da população brasileira. Este total considera apenas os índios aldeados, existindo estimativas de que há entre 100 e 190 mil vivendo em condições de desaldeamento, principalmente em áreas urbanas. Ainda de acordo com o referido órgão, há sessenta e três referências de índios ainda nãocontatados, além de grupos que estão requerendo o reconhecimento de sua identidade indígena6 junto aos órgãos federais indígenistas.

A presença dos índios no Brasil exclui apenas os estados do Rio Grande do Norte e Piauí. A maioria dos indígenas está situada no Centro-Oeste e no Norte do País, regiões que concentram 98% das terras indígenas.

---

4 Acevedo, Apud Treccani (2006: 2006, p.205), afirma que essa redação constitui a primeira vitória dos movimentos sociais, particularmente do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Para – CEDENPA, que há mais de 20 anos vem lutando pelo reconhecimento dos direitos dos negros em Belém e no Pará.

5 Por exemplo, a criação de Secretarias e Coordenações Estaduais e Municipais com objetivos específicos de operar direitos vinculados às questões étnico-raciais, gênero, idade e da heteronormatividade, que diz respeito as implicações provocadas pela imposição da heterossexualidade aos que vivenciam relações afetivas sexuais de outra ordem.

6 De acordo com os dados do Censo de 2000, a população autodeclarada indígena sofreu um crescimento de 10,8% na década de 1990. No Censo de 1991, o percentual de indígenas era de 2,0% em relação à população do Brasil, concluindo-se oficialmente que existiam apenas 294.000 indígenas. Em 2000, 734 mil pessoas se autodeclarem indígenas.

Estima-se que o estado do Pará7 apresente uma população indígena aproximada de 25.000 mil índios organizados em 41 etnias, ocupando 640 aldeias. Além desses, supõe-se cerca de 5.500 índios que vivem nas sedes de municípios ou de vilarejos e que estão buscando reconhecimento de seus territórios e de suas identidades étnicas junto aos órgãos oficiais.

A despeito da significativa representação dos índios no perfil étnico-demográfico do Pará, segundo o Programa Estadual Raízes e a Associação dos Indígenas da Região Metropolitana de Belém – *AIAMB*, inexiste uma política governamental que enfrente com seriedade as questões colocadas para a efetivação da cidadania indígena e conseqüentemente a realização de seus direitos sociais.8

Os dados coletados informam que a violação dos direitos dos índios que vivem no Pará se expressa ainda por questões básicas como a resistência dos cartórios em grafar o nome deles na língua original. Os índios ainda são registrados por nomes brasileiros, contra a vontade da maioria, que entende tal conduta como a manutenção da política de aculturação dos indígenas.

Uma outra questão diz respeito à emissão do CPF, que apenas é emitido nas áreas urbanas e não é gratuito. Tal situação restringe o direito de identificação (garantido constitucionalmente) dos índios e de qualquer outro brasileiro que resida no meio rural. Esta questão remete à fragilidade da atuação da Defensoria Pública fora do espaço urbano paraense, particularmente no que diz respeito a assegurar os direitos étnicos.

A violação dos direitos indígenas também se expressa pela dificuldade de implantação da educação inclusiva no estado. Embora o Pará tenha incorporado uma antiga demanda do movimento social étnico-racial indígena e negro, por meio da criação da Seção Técnica Pedagógica de Relações Raciais, criada pela Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, que contempla a Coordenação de Educação Escolar Indígena9 e a Coordenação Escolar negra, a escolarização de índios e quilombolas se restringe ao ensino fundamental, contemplando 21 povos indígenas. A tabela 1 abaixo informa o número de matriculas de índios por Nível de Ensino.

Tabela 1:

Número de matriculas de índios por Nível de Ensino.

b e l a I:				
E d u c a ç ã o I n f a n t i l				
E d u c a ç ã o F				

7 Os dados do Censo de 2000 identificam 5.357 índios na Região Metropolitana de Belém (Belém, Marituba, Ananindeua, Benevides e Santa Bárbara), sendo 3.583 pessoas que se autodeclararam indígenas, apenas em Belém.

8 O Programa Estadual Raízes foi criado através do Decreto n. 4.054, em 12/05/2000.Tendo como principal atribuição articular as reivindicações dos segmentos étnico-raciais nos órgãos estaduais, responsável pela execução das atividades e projetos voltados às comunidades quilombolas e dos povos indígenas.

9 A legislação estadual de Educação Escolar Indígena obedece às seguintes resoluções: Resolução nº. 880 de 16 de dezembro de 1999, que fixa as normas para estrutura e funcionamento das escolas de educação indígena junto ao Sistema de Ensino do Estado do Pará; Resolução nº. 361 de 18 de setembro de 2001, que autoriza a realização de Exames Supletivos Especiais em nível de conclusão do Ensino Fundamental para comunidades indígenas; Resolução nº. 505 de 16 de setembro de 2002, que aprova Estruturas Curriculares Unificadas para o Ensino Fundamental 1ª a 8ª séries e em ciclos 1º ao 4º, adotadas pela rede de Escolas Indígenas do Estado do Pará (Revoga a Resolução nº. 782/2000 – CEE/PA); Resolução nº. 257 de 22 de maio de 2003, que aprova a Proposta Curricular do Curso Normal em Nível Médio – Formação de Professores Índios do Pará; Resolução nº. 030 de 04 de fevereiro de 2004, que aprova a Proposta de Regimento Unificado para as Escolas Indígenas do Pará; Resolução nº. 325 de 08 de setembro de 2005, que concede Validação de Estudos – Projeto de Formação de Professores Indígenas Munduruku e a Resolução 386 de 16 de outubro de 2006, que ratifica a Resolução 325/2005 – CEE/PA. A existência dessa legislação não impediu que nos últimos anos a SEDUC deixasse de orçar recursos próprios para a Educação indígena. Segundo o Programa Raízes, as ações realizadas neste sentido foram provenientes do referido programa, que, mesmo não tendo responsabilidade, construiu treze e reformou três escolas indígenas, além de oferecimento de cursos de capacitação dirigidos à professores.

undamental				
Educação de Jovens e Adultos				
Educação Médio Normal				
Total				

Fonte: Secretaria Executiva de Educação do Pará – SEDUC/2006.

O enfrentamento à demanda de educação continuada em Nível Médio colocada pela liderança indígena tem tido como resposta algumas ações localizadas por meio do Grupo Especial de Ensino Modular – GEPEM, que desde 2003 vem oferecendo turmas nos principais municípios Pólos do estado, como Belém, Marabá, Oriximiná e Santarém, somando um total de 144 alunos nessa condição.

O não-investimento na educação continuada tem como implicação fundamental o número reduzido de professores indígenas, que, segundo os sujeitos empenhados na defesa dos direitos indígenas, desconhecem a língua nativa e reiteram a histórica alfabetização dos "brancos", quando se tem informação de que em algumas regiões do Brasil os índios possuem autonomia em relação às áreas jurídicas, religiosas, sociais, lingüísticas, culturais e educacionais.

Com a expansão dos campi da Universidade Federal e da Estadual nos últimos anos, os interlocutores da pesquisa salientaram o trabalho de articulação política que vem sendo realizado junto aos poderes públicos a fim de tornar os cursos universitários representativos da diversidade étnica, uma vez que a presença indígena nas universidades locais ainda é insignificante.

Os indicadores estatísticos do Ministério da Saúde com base no PNAD/2003 informam que o maior percentual de mortes entre os índios está entre as crianças, 31% que morrem com menos de cinco anos de idade, fator que é explicado pela precariedade. No Pará não se consegue dados notificados sobre a Atenção de Saúde indígena.

Alguns indicadores da realidade negra no Estado

Conforme a identificação utilizada pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia – IBGE, pardos e negros somam 47% da população brasileira. O *ranking* fornecido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD aponta que a população branca brasileira ocupa a 49º posição e os negros o 108º. Tomando como parâmetro os resultados obtidos no Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH, de 2000, o Brasil ocupava a 74º posição, expressando o nível de segregação para um país onde reina a ideologia da democracia racial10.

Para o Centro Internacional de Pobreza – um anexo do PNUD mantido em Brasília com apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, a participação dos brasileiros de cor preta e parda nos diferentes estratos de renda permaneceu praticamente estável nos últimos 30 anos, mesmo assim as políticas de ações afirmativas para negros são vistas por vários intelectuais e militantes de esquerda como racializadoras da questão social, como ilustra o manifesto dos "Cento e treze cidadãos contra as leis raciais" entregue no Supremo Tribunal Federal pedindo que o mesmo declarasse inconstitucional a adoção das cotas nas universidades com a justificativa de que tal medida contradiz o tratamento igual, previsto na Constituição.

De acordo com um relatório organizado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL, pela Organização Internacional do Trabalho – OIT e pelo PNUD, em 2006, 35% dos pretos e pardos tinham jornada superior às 44 horas semanais estabelecidas na Constituição, mas recebiam, em média, 46,8% menos que os brancos, dos quais apenas 24,4% tinham jornadas excessivas. Ademais, referida fonte informa que, embora a diferença de rendimentos reais tenha diminuído no período de 1992 a 2006, os negros recebem em média a metade do que recebiam os brancos. A desigualdade aumenta com o nível de escolaridade, salientando que apenas o acesso à educação não resolve a assimetria entre condições de vida de negros e brancos, pois o racismo permeia todos os espaços sociais.

A questão racial no Pará, como no Brasil, tem enfrentado sérias dificuldades de inserção na produção de estatísticas oficiais em virtude do vigor da ideologia da democracia racial. A fórmula simplificada de identificação parda/caboclo oculta o negro ou preto, sugerindo um quadro étnico populacional homogeneizador na região Norte, particularmente no Pará.

Uma consulta realizada nos prontuários dos cadáveres de 2006, no Instituto "Renato Chaves", deixou evidente as implicações da generalização da cor pelo pardo, pois quando se examinou o documento de identidade com fotografia do morto, anexado ao prontuário, constatou-se que a maioria tinha bastante melanina na pele, além de caracteres fenotípicos de negros e índios chamando atenção para condição de vulnerabilidade a que os mestiços, mulatos e caboclos estão expostos no estabelecimento dos direitos sociais e humanos.

Segundo dados da SEPPIR, em 2002 o governo federal identificou 743 quilombolas e em 2006 já eram 2.500. De acordo com as informações do Centro de Estudos dos Negros do Pará – CEDENPA, as comunidades quilombolas se distribuem por 47 dos 143 municípios paraenses, com 290 grupos remanescentes de quilombolas já identificados, com tendência à expansão, na medida em que novas áreas são descobertas. Dessas, 82 já possuem reconhecimento de domínio público e se encontram em tramitação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e no Instituto de Terras do Pará – ITERPA mais de 120 processos de reconhecimento de domínio, sendo 80 no primeiro e 40 no segundo. Já em Belém os negros somam 77% da população, mas os dados do Censo 2000 mostram uma maioria parda, devido à autodenominação dos informantes.

O Estado do Pará se destaca no quadro nacional como o que mais emitiu titulações de terras para os remanescentes de quilombos nos últimos anos (TRECCAN, 2006) e a Constituição do Estado no Art. 16 assinala "o direito de retornar as terras quando forem expulsos". Tal procedimento, todavia, não tem implicado a criação de infra-estrutura necessária para reprodução social e cultural das comunidades, desestimulando seus membros a permanecerem nos territórios rurais. A ausência de serviços básicos tem levado recorrentemente ao êxodo rural, denunciado pelas lideranças.

Como já destacamos em outro momento, os quilombolas, como os índios, ainda são violados nos seus direitos básicos de cidadania, com dificuldade de emissão de CPF e acesso à educação continuada e diferenciada11. Conforme os dados da Seção Técnico–Pedagógica de Relações Raciais da SEDUC, a escolarização da maioria das comunidades quilombolas se restringe ao Ensino Fundamental, que é municipalizado, atendendo a todas as comunidades.

Em relação à inserção dos negros no mercado de trabalho de Belém, Amaral (2004, p. 103) apresenta de forma explícita a presença do racismo, dificultando o acesso a postos qualificados de trabalho e a ascensão social do negro na cidade. O autor, em 1999, num levantamento feito em um dos Shopping Center, revelou que, nas 74 lojas percorridas,

10 A polêmica criada sobre a adoção das cotas para negros nas universidades brasileiras no início de 2008 denuncia a complexidade da relação étnico-racial negra no país. Segundo dados do IBGE, as cotas não aumentaram o ingresso de negros à universidade no ano passado devido os critérios de nota mínima e renda, apresentando o Programa ProUni (uma das Ações Afirmativas do Estado brasileiro voltadas para o enfrentamento da dívida social com os negros) mais de 46 mil bolsas ociosas.

11 A aplicação da Lei 10.639/2000, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino da Cultura Afro-Brasileira, aprovada em 2004 ainda é tímida no estado do Pará. As Unidades Regionais de Educação – URES têm tentado viabilizar, juntamente com o CEDENPA, a aplicação da Lei. Os municípios que já vivenciaram a experiência foram Abaetetuba, Moju, Gurupá, Óbidos, Cachoeira do Piriá, Salvaterra e Baião.

97,37% dos vendedores eram compostos de pessoas não-negras e 2,63% dos vendedores, por negros, sendo que essas últimas são estimuladas a usarem maquiagem para clarear a cor da pele, além de terem que manter os cabelos constantemente alisados.

Segundo o autor, as principais atividades de concentração dos negros estavam vinculadas às casas como empregadas domésticas, babás, lavadeiras de roupa, cozinheiras, passadeiras de roupa, costureiras, faxineiras, bordadeiras. Em locais públicos como vendedores gerais e de produtos comestíveis em barracas, operários de construção civil e de fábricas, biscateiros, seguranças, cabeleireiros, manicure, pedicure, lavadores de carro e prostitutas de zonas. Em estabelecimentos públicos estaduais estão principalmente nos cargos de nível médio.

No caso específico das atividades assalariadas exercidas pelos negros e pardos nos dois Shoppings Center de Belém, o autor salienta que esses trabalhadores estavam quase sempre desvinculados das funções que têm contato direto com o público, como vendedores e, principalmente, gerente de lojas de *grife*. Conclui ele que a maioria dos negros, em Belém, encontra-se no setor do mercado informal de trabalho, denunciando a desigualdade racial como um empecilho no exercício da cidadania em um Estado que constitucionalmente assegura a reparação.

Uma outra fonte de consulta sobre a violação dos direitos étnicos no Pará foi o exame dos Boletins de Ocorrência da Delegacia Contra Crimes Discriminatórios12 do Pará -DCCD, conforme pode ser comprovado na tabela 2 abaixo.

Tabela 2 :

Taxa de Denúncias de Crimes Discriminatórios no Pará 2005-2006

Tipos de Crimes	2005	2006
Injúria racial contra negros	239	242
Injúria racial contra brancos	-	01
Injúria racial contra índios	-	-
Injúria racial contra amarelo	-	-
Injúria homossexual	-	05
Discriminação contra negro	35	26
Discriminação contra homossexual	02	08
Discriminação de classe social	-	01
Discriminação contra idosos	05	05
Discriminação contra deficientes	-	04
Agressão física a homossexual	-	03
Agressão física a negros	-	-
Outros	17	25
Total	298	320

Fonte: Delegacia Contra Crimes Discriminatórios –DCCD

O arquivo da DCCD expressa a dimensão do racismo em Belém apenas no período de um ano. Segundo a diretora da Delegacia, o racismo contra negros é denunciado sobretudo por meio da injúria racial manifestada pelas expressões "macaca", "tição" e "animal". O perfil do denunciante se caracteriza principalmente por mulheres na faixa-etária de 25 a 38 anos, de baixo poder aquisitivo e escolarização média. Tal informação permite inferir que essas mulheres são mais expostas ao racismo, remetendo para a violação da sobredeterminação de desigualdade raça/etnia e gênero.

Os dados examinados foram cruzados por tipo de crime discriminatório. O resultado foi 239 denúncias de injúria racial negra e 156 denúncias de discriminação em locais públicos contra negros, para um total de 297 ocorrências na delegacia mencionada. Assim, de todas as discriminações notificadas na referida delegacia, sobressai a racial negra.

De acordo com o Atlas Racial Brasileiro, a esperança de vida por raça/etnia ou cor no Pará dá vantagem para os brancos de ambos os sexos, conforme a tabela abaixo:

Tabela 3

Demonstrativo da Esperança de Vida ao Nascer no Pará, por cor e faixa-etária - 2000

	FAIXA – ETÁRIA

12 A DCCD existe desde dezembro de 2001.

Fonte: PNUD/Atlas Racial Brasileiro/2000.

Ainda segundo o Atlas Racial Brasileiro, a taxa de mortalidade infantil no Norte do país em 2000 é de 34,68%, perdendo apenas para o Nordeste. A tabela a seguir ilustra a realidade dos estados do Norte, por raça/etnia.

Tabela 4

Mortalidade Infantil distribuída por raça/etnia nos estados da Região Norte –2000.

Ano	Estado	Brancos	Negros	Total
2000	Acre	25,88	31,89	30,36
2000	Amapá	30,15	32,02	31,62
2000	Amazonas	36,67	38,85	37,95
2000	Pará	29,82	34,11	33,05
2000	Rondônia	24,68	34,6	30,38
2000	Roraima	30,79	34,44	33,79
	Tocantis	38,93	46,43	44,17

Fonte: *PNUD*/Atlas Racial Brasileiro. 2000.

A permanência de padrões preconceituosos e discriminatórios retroalimentados pela desigualdade do sistema do capital tende a tornar a regulação e o campo dos direitos privilégios para os brancos, apesar dos esforços empreendidos no sentido de o Estado enfrentar algumas das demandas colocadas pelos movimentos sociais étnico-raciais indígenas e negros.

Considerações Finais

Os estudos sobre o rebatimento das políticas étnico-raciais no contexto das políticas sociais no Brasil e principalmente na Região Amazônica ainda são numericamente pequenos, quando comparados com as pesquisas e análises sobre as ações governamentais para mulheres, crianças e adolescentes, por exemplo. A produção crítica que procura articular as desigualdades sociais com o modelo de desenvolvimento capitalista adotado no país ainda trabalha timidamente o imbricamento das distintas injunções das desigualdades, particularmente as étnico-raciais devido à vigência da tese de que o problema dos índios e, especialmente, dos negros é apenas social e não racial, embora não se responda por que esses segmentos populacionais são os mais pobres e não raro vivem abaixo da linha da pobreza, mesmo nos Estados onde a presença de descendentes de índios e negros é numericamente expressiva.

A despeito da existência da dificuldade de muitos intelectuais e formuladores de políticas sociais em reconhecer a particularidade dos antagonismos de classe e de raça-etnia no contexto da sociedade brasileira, vige um movimento social expressivo na Amazônia e particularmente no Pará que tem sido vigilante em torno da agenda política governamental para

assegurar demandas étnico-raciais de índios e negros13 discutidas coletivamente com outros movimentos na perspectiva da redistribuição e da negação do assistencialismo.

Uma ilustração deste posicionamento foi a pressão exercida sobre a gestão do governo que iniciou em 2007 quanto à realização de um diagnóstico sobre a situação dos direitos humanos no Estado do Pará. Decisões como essa têm procurado subsidiar as novas políticas do governo do Estado, expandindo as ações conforme as sugestões das lideranças, ou seja, a politização dos equipamentos sociais, que, no caso dos índios e negros, consiste na problematização da complexidade étnico-racial do Estado do Pará. Essa problematização tenta redefinir o enfoque, os sujeitos, a orientação política, as prioridades, a concepção de desenvolvimento local e sustentável, bem como a estratégia de interlocução e o valor ético do que se entende por políticas étnico-raciais, tentando superar o enfoque assistencialista e fragmentado.

Referências

Aijaz, Ahmad. (1999*). Problemas de classe e cultura*. In: Wood, Ellen Meiksins & Foster, John Bellamy. Em Defesa da História: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Acevedo Marin, Rosa (2004). *Julgados da Terra*. Cadeia de apropriação e atores sociais em conflito na ilha de Colares, Pará, Belém: UFPA/NAEA/UNAMAZ.

Ameida, A. W. B. (1996). *Quilombos: sematologia face a novas identidades*. In: SMMDH & CNN-MA – Frechal – Terra de Preto, Quilombo reconhecido como reserva extrativista, Projeto Vida de Negro, São Luis, nov. 1996, p.11-19.

Almeida, A. W. B. (2005). *Nas bordas das políticas étnicas: os quilombolas e as políticas sociais*. CD ROM: Quilombolas do Pará, NAEA.

Amaral, Assunção José Pureza. (2004). *Da Senzala à vitrine: relações raciais e racismo no mercado de trabalho em Belém*. Belém. Cejup.

BRASIL. Constituição do Brasil. (1988). Brasília.

Castro, M. G. (1999). *Possibilidades do Feminismo em Frente de Esquerda contra o Neoliberalismo na América Latina*. In: Revista Brasil Revolucionário. São Paulo, n. 26, nov./dez.

_____. (2004). *Políticas Públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes*. In: Novaes, Regina & Vannuchi, Paulo. Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Cohen, A. (1980). *A Previdência Social e o processo político no Brasil*. São Paulo, ed. Moderna.

_____.(2004). *O Modelo de Proteção Social no Brasil: qual o espaço da juventude?* In: Novaes, Regina & Vannuchi, Paulo. Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Fernandes, F. (1975). *A Revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. *Nova República?* Rio de Janeiro: Zahar

_____. *A Constituição inacabada*: vias históricas e significados. São Paulo: Estação Liberdade. 1989.

Henriques, R. (org.) (2000). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro. IPEA.

http//www. Funai. gov.br. Acesso em: 30 abril. 2007

Ianni, O. (1963). *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRÁFICO E ESTATÍSTICO. IBGE. Censo de 2000. Brasília/Rio de Janeiro, 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA/PNUD. Relatório sobre Desenvolvimento Humano no Brasil. 1999. Rio de Janeiro/Brasília, 1999.

Lukács, G. (1968*). Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria da estética*. Trad. Coutinho, C. N & Konder, L. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Yasbek, C. (1993). *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo, Cortez Editora.

_____ A. (1996). *Política social brasileira nos anos 90: refilantropização da questão social*. In: Cadernos do CEAS, n. 164, Jul/Ago. Salvador.

PROGRAMA NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO.PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano. 2000. Lisboa. Trinova.2000.

PROGRAMA NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. PNUD/ATLAS RACIAL BRASILEIRO. Brasília. 2000.

PARÁ.Constituição Estadual (1988). Belém. 1988.

Saffioti, H. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo (Coleção Brasil Urgente).

Santos, W. G. dos. (1979). *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: editora Campus.

_____. (1998). *Décadas de Espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro. Rocco.

Souza, J. A. (2006). *invisibilidade da desigualdade brasileira*. Minas Gerais: Editora UFMG.

Sposati, A. et alii. (1995) .*Os dês(assistidos) sociais*. 3ª. Ed. São Paulo. Cortez Editora.

Therbon, G. (1995) *A crise e o futuro do capitalismo*. In: Sader, E & Gentili, P. Pós-Neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Ed. Paz e Terra.

13 Para Acevedo "a mobilização das comunidades negras rurais do Estado do Pará tem contribuído para que instituições de pesquisa, organizações não governamentais e o governo do Estado do Pará orientem sua atenção para suas demandas, incluindo o conhecimento da singularidade de sua formação histórica". (TRECCANI: 2006, p. 205)

Treccan, G. D. (2006). *Terras de Quilombolos: caminhos e entraves do processo de titulação*. Programa Raízes. Belém.
Wood, E. M. & Foster, J. B. (1999). (orgs) *Em Defesa da Historia: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
Vieira, E. (1995). Estado *e Miséria social no Brasil: de Getúlio a Geisel*. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora.

Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu: ação coletiva e identidade negra em comunidades tradicionais

Elaine Monteiro
Universidade Federal Fluminense
elaine@vm.uff.br
Mônica Sacramento
Universidade Federal Fluminense
monisacra@yahoo.com.br

***Resumo**:* O debate sobre patrimônio imaterial e sobre a construção de políticas públicas de salvaguarda de bens imateriais é recente no Brasil. O Jongo/Caxambu, manifestação da cultura tradicional brasileira, foi uma das primeiras manifestações da cultura popular a ser reconhecida pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Ministério da Cultura, como patrimônio imaterial, em 2005. O Jongo é uma dança comunitária brasileira de origem rural que data da época da escravidão. Sua cultura é oriunda das relações de sociabilidade que os escravos estabeleceram nas fazendas de café e cana-de-açúcar, é referência cultural no sudeste do país, para onde os escravos foram levados para o trabalho nessas lavouras. A partir do ano de 2008, os grupos de Jongo/Caxambu da região fazem parte do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. O Pontão é desenvolvido em uma parceria entre a UFF, o IPHAN e as comunidades jongueiras e suas atividades estão concentradas em três eixos de ação: articulação, capacitação e difusão/divulgação. O Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu tem se constituído como um campo de investigação sobre a cultura e a identidade negra, sobre a construção de um projeto coletivo de ação de salvaguarda de um bem registrado e, portanto, como importante contribuição no campo da construção de políticas culturais públicas voltadas para comunidades tradicionais. O que este trabalho pretende é apresentar as primeiras reflexões produzidas a partir das ações de articulação e de capacitação das comunidades jongueiras, em especial no campo da ação coletiva, da organização comunitária e da identidade negra.

Introdução

A criação de políticas públicas que reconheçam o patrimônio cultural imaterial e que garantam direitos aos/as detentores/as dos saberes e das práticas do patrimônio reconhecido é recente no Brasil. O Jongo/Caxambu foi uma das primeiras manifestações da cultura popular brasileira a ser reconhecida pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (*IPHAN*) como patrimônio imaterial, no ano de 2005.

O Jongo é uma dança comunitária brasileira de origem rural que data do período escravocrata brasileiro. Sua cultura é oriunda das relações de sociabilidade que os/as africanos/as escravizados/as e seus/suas descendentes estabeleceram nas fazendas de café e cana-de-açúcar tornando-se referência cultural no sudeste1 do país, para onde foram trazidos/as para o trabalho nessas lavouras.

A partir do ano de 2008, os grupos de Jongo/Caxambu desta região fazem parte do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. O Pontão é desenvolvido em uma parceria entre a Universidade Federal Fluminense (UFF), o IPHAN e as comunidades jongueiras e suas atividades estão concentradas em três eixos de ação: articulação, capacitação e difusão/divulgação.

O Pontão de Cultura tem se constituído como um campo de investigação sobre a cultura e a identidade negra, sobre a construção de um projeto coletivo de ação de salvaguarda de um bem registrado e, portanto, como importante contribuição no campo da construção de políticas culturais públicas voltadas para comunidades tradicionais. O que este trabalho pretende é apresentar as primeiras reflexões produzidas a partir das ações de articulação e de capacitação das comunidades jongueiras, em especial no campo da ação coletiva, da organização comunitária e da identidade negra.

O reconhecimento do Jongo/Caxambu, E DOS JONGUEIROS, como patrimônio cultural:

> Vocês, do Pontão e do IPHAN, não precisam se preocupar com a salvaguarda do jongo aqui na nossa comunidade porque o jongo aqui nunca vai morrer. Nas festas do jongo, em junho, temos de 400 a 500 pessoas dançando o jongo a noite toda. Só gente da comunidade porque não vem gente de fora. O jongo aqui nunca vai morrer. Agora, o que vocês precisam se preocupar é com a salvaguarda dos jongueiros! (Jeferson Alves de Oliveira, líder da Associação dos Quilombolas do Tamandaré, em Guaratinguetá, SP)

O debate sobre o reconhecimento de manifestações da cultura popular como patrimônio cultural brasileiro não é recente2, mas a elaboração de políticas públicas realmente voltadas para essas manifestações o é. Trata-se de uma escolha

1 A região sudeste é composta pelos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais.
2 Reconhecidamente, nas décadas de 20 e de 30 do século passado, Mário de Andrade teve um papel importante ao pautar a discussão do patrimônio imaterial na sociedade brasileira. Para um panorama geral da trajetória do tratamento da questão no país, vide IPHAN (2006) e Abreu, Soihet e Gongijo. (2007)

política que consolida saberes, formas de expressão musicais e festivas e manifestações culturais conferindo-lhes, segundo Abreu (2007, p. 4), "*significados atuais e novas possíveis leituras, do passado e da própria nação*".

No entanto, para resguardar, inclusive, a efetividade das ações implementadas por essas políticas, o marco zero de qualquer ação deve ser o pressuposto de que foram os/as detentores/as dos saberes e das práticas dessas manifestações culturais, que, apesar do Estado, as mantiveram até aqui.

Portanto, ao reorientar sua política cultural deixando de considerar apenas os espaços e grupos da chamada "cultura erudita", o Estado brasileiro, por meio de suas instituições, depara-se com o desafio de dialogar com os/as detentores/as dos saberes e práticas culturais formulando políticas que (re)conheçam essas práticas e seus praticantes, identificando quem são, como vivem essas pessoas e, sobretudo, quais as estratégias para manutenção das práticas culturais ao longo do tempo.

No caso específico da cultura popular brasileira, a herança e influência da matriz africana , em seus saberes, valores e práticas vem ganhando maior visibilidade sendo re-afirmados e re-considerados pela sociedade e pelo Estado através da luta do movimento negro, dos grupos culturais e das comunidades tradicionais,. Re-conhecer a riqueza e o valor desta contribuição implica na obrigação, e na contradição, de também reconhecer o lugar de subalternização e estereotipia vinculados aos/as negros/as3 na sociedade brasileira.

Os indicadores sociais evidenciam, de maneira incontestável, as desigualdades existentes entre brancos/as e negros/as no que se refere aos níveis de escolaridade, inserção no mercado de trabalho, renda, acesso a saúde, mortalidade (especialmente entre os/as jovens). A ausência de políticas públicas que garantam igualdade de direitos básicos aos/as negros/as expressa o preconceito racial existente na sociedade brasileira. No caso das comunidades jongueiras, cujas raízes encontram-se em áreas rurais do interior da região sudeste, a mais rica do país, os processos de expropriação, por parte das elites, de direitos anteriormente garantidos pelas próprias relações de sociabilidade existentes nas comunidades é bastante comum, como a perda da terra e do trabalho em área rural, provocados por processos de urbanização e pela especulação imobiliária.

Em cidades do interior, algumas comunidades travam a luta pela terra, apropriada por especuladores imobiliários ou grandes fazendeiros. Outras foram empurradas para morros e favelas, em busca da sobrevivência inviabilizada pelo esvaziamento de grandes áreas rurais. Nessas cidades, em geral criadas e desenvolvidas a partir de ciclos econômicos baseados na monocultura do café e da cana de açúcar, reina também, até os dias de hoje, o preconceito das elites locais contra as manifestações de raízes africanas.

Consideradas como danças de *"preto",* de *"negro",* de *"pobres"*, e/ou de *"cachaceiros"* e associadas à *"macumba"*, as comunidades e os grupos sempre sofreram com o preconceito racial, que se manifestava e ainda se manifesta ou na ausência de direitos básicos e na subserviência aos poderes locais para a garantia da sobrevivência ou na garantia ainda desigual entre negros/as e brancos/as desses direitos. Neste contexto, os direitos não são direitos, são favores, ainda associados a padrões remanescentes do período escravista, como a docilidade, a subserviência e a obediência aos "*senhores*", valorizados na obtenção de um emprego, de uma cesta básica, ou até mesmo, na garantia de fruição da manifestação cultural, com o auxílio na compra de roupas, instrumentos ou na viabilização de transporte e alimentação para uma apresentação.

O Jongo/Caxambu é uma rica manifestação cultural da sociedade brasileira, considerado, por seu ritmo e sua estética, como "pai do samba", conhecido e aclamado mundialmente. Dificuldades no acesso a graus mais elevados de escolarização, como o desejo e a demanda hoje manifestos pelos jovens jongueiros de acesso ao ensino superior, inviável para a maioria das comunidades, ainda constituem a realidade. O fato é que o Brasil convive com a democracia formal, que se faz na garantia de direitos políticos, mas que se materializa de forma bastante diferenciada na vida das pessoas pela ausência e/ou a precariedade de direitos sociais básicos e dos direitos civis. Além disso, as comunidades jongueiras enfrentam problemas relacionados à manutenção do próprio Jongo/Caxambu, como a falta de um espaço para a realização de suas atividades, de transporte para participar de um evento cultural na sua própria cidade e/ou em outra localidade, de roupas e instrumentos, etc. Não é por acaso que uma das principais reivindicações das comunidades é o reconhecimento do Jongo/Caxambu e o seu conseqüente apoio por parte dos poderes locais.

A aproximação da realidade e do cotidiano dessas comunidades nos faz muitas vezes nos perguntar como conseguiram se manter e manter o jongo. Ao mesmo tempo, constatamos que foi a manutenção do jongo que, em grande medida, manteve as comunidades. As contradições, os conflitos, as adversidades são enormes, mas, ao soar do tambor e o começo da roda de Jongo, uma espécie de magia instala-se no ar, unindo as pessoas em laços de generosidade, de solidariedade, incompatíveis e incompreensíveis, muitas vezes, com a racionalidade de técnicos, pesquisadores, professores e estudantes universitários que, por diversos caminhos, se aproximaram das comunidades jongueiras.

Outra ética, outra estética, outra forma de estar e de ser no mundo se instauram e o grande desafio que se coloca, se o que se quer é realmente o reconhecimento e a garantia de direitos dessas comunidades, é o do aprendizado mútuo. A vida se faz como um milagre, incompreensível, inexplicável ao discurso racional moderno, centrado em uma visão de mundo européia, norte-americana, masculina, cristã e branca:

> O que há bastante, na cultura do povo, é sentido de vida. Pode ser que falte alguma coisa. Vida é que não falta. E vida no sentido de trabalho, criação, compaixão, ódio, amor, remorso, resignação, fatalismo, assombro, feitiço, encantamento, paganismo, companheirismo, movimento, luta, revolta. É assim que a vida se transforma em liberdade. É assim que se

3 Utiliza-se neste trabalho o termo negro/a como o conjunto dos indivíduos pretos e pardos da população brasileira, segundo critério de classificação racial utilizado pelo IBGE.

> movimentam as gentes e as coisas, as idéias e as criações. Transformada em liberdade, a vida funda a cultura, a inventiva, o milagre, a criação. (Ianni, 1991 p. 201)

Assim, a salvaguarda do Jongo é, em primeiro lugar, dos jongueiros. Quando Jeferson, líder comunitário, afirma que com ela não devemos nos preocupar, sabe exatamente do que está falando. O Jongo tem, ao mesmo tempo, se mantido e garantido a sobrevivência de muitas comunidades. A manutenção da vida se faz simbólica e materialmente. O jongo não só mantém comunidades e grupos unidos em seus valores, práticas e saberes, ou seja, nos bens simbólicos compartilhados por seus praticantes, como muitas vezes garante a sobrevivência material de homens, mulheres e crianças. Afinal, a cultura popular, como ensina Ianni (Op. Cit.), funda-se nas condições de vida e trabalho do camponês e operário, homem e mulher, adulto e criança, negro, índio, imigrante e branco. A sobrevivência material, na ausência de políticas públicas que garantam direitos sociais básicos, ultrapassa os limites do mutirão, da lavoura de subsistência. Há situações em que famílias sobrevivem da doação de alimentos de integrantes do próprio grupo, que fazem às vezes do Estado na garantia de direitos.

É por isso que ao chamar atenção para a salvaguarda dos jongueiros, Jeferson tem a exata dimensão do sentido da salvaguarda, que deve ser compreendida como garantia de direitos. A salvaguarda é a valorização do ser humano. No contexto das comunidades jongueiras, são necessárias condições sociais que garantam a possibilidade das pessoas continuarem fazendo o jongo de forma digna e de terem acesso e participação na vida social mais ampla, por meio da garantia de direitos que diminuam as desigualdades existentes entre negros/as e brancos/as na sociedade brasileira.

Jongueiros e jongueiras são, portanto, os primeiros a quem deve ser atribuída à manutenção do jongo em nossa sociedade. Foram eles que, em suas comunidades, mantiveram e passaram a novas gerações seus saberes, práticas e valores. Houve momentos, em determinadas comunidades ou grupos, que a manutenção dessas práticas se viu ameaçada, fosse pelo falecimento de um mestre que unia as pessoas, fosse por preconceito racial ou perseguição religiosa, fosse por perseguição política ou dificuldade material. Algumas dessas dificuldades fizeram com que os jongueiros começassem a se unir, no ano de 1996, em um movimento que ficou conhecido como "Encontro de Jongueiros". Durante três anos, o Encontro contou com a participação de apenas três grupos e, desde o início, com a colaboração de professores, estudantes e intelectuais.

A despretensiosa idéia de que os grupos deveriam se unir para se fortalecer ganhou força e visibilidade, entre os próprios jongueiros e na sociedade. A partir do quarto Encontro, novos grupos se juntaram ao Encontro de Jongueiros e ele passou a circular pela região Sudeste, no eixo Rio de Janeiro - São Paulo. A cada ano, os jongueiros, com seus colaboradores, mobilizavam recursos em suas cidades, para o custeio de transporte e alimentação para a viagem até o local do Encontro. Em geral, os grupos viajavam entre três e dez/doze horas, chegavam ao local do Encontro, faziam oficinas informais de dança, jongo e percussão e dançavam a noite toda. Entravam novamente no ônibus e retornavam às suas cidades. Não sem antes haver uma reunião de lideranças jongueiras para a decisão do local do Encontro no ano seguinte. Esta decisão tinha um caráter político. Cada líder colocava a situação de sua comunidade/grupo e, a partir das questões colocadas, decidia-se o local de realização do Encontro, com o objetivo de fortalecer a luta daquela comunidade que hospedaria o Encontro no ano seguinte.

No ano de 2000, por ocasião do V Encontro de Jongueiros, foi iniciado o movimento da Rede de Memória do Jongo e do Caxambu. A idéia foi criar canais para o estreitamento de laços de solidariedade entre as comunidades e demais interessados em participar do trabalho coletivo de preservação da memória do Jongo/Caxambu e apoiar as lutas por melhores condições de vida dos territórios jongueiros. Encontros e organização das comunidades jongueiras em Rede resultaram na solicitação do registro do Jongo como patrimônio da cultura brasileira e o apoio a essas duas ações por parte do Estado está recomendado no Inventário do Jongo do Sudeste, que fundamentou a solicitação do registro do Jongo como patrimônio imaterial do Brasil4.

A criação da Rede de Memória do Jongo e do Caxambu e a criação do Encontro de Jongueiros fazem, portanto, parte de uma mesma história, a história da organização das comunidades jongueiras, que teve como conquista a aprovação do registro do jongo como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Conselho Consultivo do IPHAN, em reunião realizada no dia 10 de novembro de 2005. Os Encontros de Jongueiros deram visibilidade ao Jongo na região Sudeste e permitiram que os jongueiros se reunissem para a troca de saberes, experiências e para a discussão de seus problemas e necessidades. A Rede de Memória do Jongo e do Caxambu facilitou e fortaleceu a organização das comunidades jongueiras e agregou professores, pesquisadores, ongs, universidade e demais instituições parceiras.

A Rede, no entanto, não conseguiu se articular de forma permanente por falta de recursos, mesmo que algumas tentativas de captação de recursos tivessem sido feitas por professores da Universidade Federal Fluminense, parceiros dos Encontros de Jongueiros desde a sua primeira realização. Isso, entretanto, não significou a completa falta de continuidade de todo um trabalho de organização das comunidades construído por mais de dez anos. A tática usada pelas comunidades foi a de encontros regionais de comunidades jongueiras próximas umas das outras. Foi assim que na celebração do 13 de maio e das festas de Santo Antônio, São João e São Pedro, nos anos de 2006 e 2007, as comunidades do Noroeste Fluminense e do Vale Ocidental do Paraíba puderam se encontrar. Da mesma forma, na comemoração do Dia da Consciência Negra, em 2006,

---

4 Nesse sentido, o Registro do jongo como patrimônio cultural do Brasil é o reconhecimento por parte do Estado da importância desta forma de expressão para a conformação da multifacetada identidade cultural brasileira. Este Registro chama a atenção para necessidade de políticas públicas que promovam a eqüidade econômica articulada com a pluralidade cultural; políticas que garantam a qualidade de vida e cidadania. E condições de autodeterminação para que as comunidades jongueiras mantenham vivo o jongo nas suas mais variadas formas e expressões.

as comunidades do Norte e do Noroeste Fluminense se encontraram. A única possibilidade de encontro de uma grande maioria das comunidades jongueiras da região sudeste para a discussão de sua organização e articulação maior em rede e para o início do debate sobre a construção de políticas públicas de salvaguarda do Jongo durante o ano de 2006 foi uma iniciativa do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular de realização de um seminário sobre a construção de um Plano de Salvaguarda do Jongo. No ano de 2007, foram realizadas duas oficinas de elaboração de projetos, pelo mesmo Centro, como forma de capacitação das comunidades jongueiras para a realização de projetos e captação de recursos.

A Universidade Federal Fluminense tem tido, ao longo dos anos, uma participação relevante como mediadora da organização das comunidades jongueiras. A UFF descentraliza suas atividades em alguns *campi* espalhados pelo interior do estado, onde há a presença de comunidades jongueiras. Tanto no Noroeste quanto no Sul do estado, a presença da universidade fortaleceu a realização dos Encontros de Jongueiros. Eles começaram a ser realizados no Noroeste do estado, por iniciativa de um projeto de extensão do Departamento de Educação Matemática, desenvolvido por jongueiros, professores e estudantes. O Observatório Jovem da UFF tem desenvolvido trabalhos de pesquisa e extensão com jovens jongueiros, em que tem se evidenciado um profundo respeito pela cultura dos velhos. Os jovens demonstram, contrariando alguns de seus críticos, vontade de participar mais ativamente da cultura do jongo, contribuindo de alguma forma para que ela não acabe. No cotidiano de algumas comunidades, eles têm sido os responsáveis pelos processos de organização comunitária, com participação em reuniões, organização de eventos e representação externa da comunidade. O que se observa é que os jovens parecem estar assumindo as demandas contemporâneas das comunidades jongueiras. O Laboratório de História Oral e Imagem – LABHOI, da UFF, constitui-se como arquivo de fontes orais, visuais e digitais e como centro de referência de história oral e da imagem. Enquanto grupo de pesquisa, tem por objeto de estudo as relações entre História e Memória e se organiza em torno de quatro linhas de pesquisa: Memória e Escravidão; Memória e Cidade; Memória e Política; Memória e Mídia. Atualmente, com o Núcleo de Pesquisa em História Cultural (NUPEHC/UFF), e com o apoio do Edital Petrobrás Cultural/2005, desenvolve o projeto Jongos, Calangos e Folias: Memória e Música Negra em comunidades rurais do Rio de Janeiro. Com origem nas lutas dos últimos escravos pela liberdade, jongos, calangos e folias afirmam identidades negras e contribuem para uma luta política mais ampla, hoje visualizada em todo o Brasil, de combate às desigualdades raciais e culturais. O objetivo do projeto é registrar tais manifestações e a história das comunidades que as protagonizaram, disponibilizando o material produzido no arquivo oral e visual do LABHOI/UFF, além de produzir um filme didático e historiográfico, nos termos das Diretrizes para o ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira, a ser distribuído gratuitamente em escolas, bibliotecas públicas e centro culturais.

Toda esta movimentação de jongueiros e instituições pelo reconhecimento do jongo como patrimônio cultural do Brasil e pela construção de políticas públicas de salvaguarda do jongo é concomitante a um momento único na política cultural do país. Pela primeira vez na história do Brasil, a política de cultura volta-se, de forma ampla e democrática, para os grupos de cultura popular, com a realização do Programa Cultura Viva por parte do Ministério da Cultura5. No final do ano de 2007, com o intuito de ampliar os recursos para a construção de políticas públicas de salvaguarda de bens registrados, o IPHAN e o Minc decidiram estabelecer parcerias com instituições para a implantação de Pontões de Cultura de Bens Registrados, com a proposta de desenvolvimento de três linhas de atuação: articulação; capacitação; e divulgação e difusão. Em um seminário, realizado no mês de dezembro, com a participação de lideranças jongueiras, do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (*IPHAN*), da Universidade Federal Fluminense, de consultores, parceiros e colaboradores, foi debatido o projeto de criação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu.

Deste modo, a proposição do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu é decorrente da experiência de trabalho acumulada pela universidade junto às comunidades jongueiras. Vários setores da UFF estão envolvidos e comprometidos com essas comunidades. O Pontão de Cultura, enquanto proposta de articulação, capacitação e fortalecimento das comunidades jongueiras, vem atender a uma série de necessidades e demandas das comunidades pertencentes aos "*territórios jongueiros"* e pode, em uma grande articulação entre o Ministério da Cultura, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (*IPHAN*), a universidade, as comunidades e os diversos parceiros garantir as condições objetivas para a concretização de ações que vêm sendo discutidas coletivamente há vários anos e que representam a aspiração das comunidades jongueiras da região sudeste.

Quadro 1

Cronologia dos Encontros de Jongueiros

1996	Os jongueiros de Santo Antônio de Pádua e de Miracema e o Prof. Hélio Machado de Castro (UFF) realizam o I Encontro de Jongueiros em Campelo, distrito de Santo Antônio de Pádua. Motivo: Falecimento de Dona Sebastiana. Projeto de Extensão da UFF
1997	II Encontro de Jongueiros – Miracema
1998	III Encontro de Jongueiros – Santo Antônio de Pádua

5 O Programa Cultura Viva e a criação de Pontos de Cultura, ocorre em 2004, pelo Ministério da Cultura (MinC) com o objetivo de incentivar, preservar e promover a diversidade cultural brasileira. O programa "contempla iniciativas culturais que envolvem a comunidade em atividades de arte, cultura, cidadania e economia solidária. Essas organizações são selecionadas por meio de edital público e passam a receber recursos do Governo Federal para potencializarem seus trabalhos, seja na compra de instrumentos, figurinos, equipamentos multimídias, seja na contratação de profissionais para cursos e oficinas, produção de espetáculos e eventos culturais, entre outros". Disponível em http://www.cultura.gov.br

1999	IV Encontro de Jongueiros – Lapa / Novos grupos participam
2000	V Encontro de Jongueiros, Angra dos Reis, Criação da Rede de Memória do Jongo/Caxambu
2001	VI Encontro de Jongueiros, Valença
2002	VII Encontro de Jongueiros, Pinheiral Solicitação de reconhecimento do jongo como patrimônio cultural pelas comunidades
2003	VIII Encontro de Jongueiros, Guaratinguetá/SP - Inventário do Jongo
2004	IX Encontro de Jongueiros, Lapa
2005	X Encontro de Jongueiros, Santo Antônio de Pádua; Registro do Jongo como Patrimônio Imaterial
2006	XI Encontro de Jongueiros, Quilombo São José, Valença; Seminário no CNFCP com comunidades jongueiras para elaboração do Plano de Salvaguarda do Jongo / Atividades regionais das comunidades jongueiras
2007	Oficinas de elaboração de projetos para comunidades jongueiras no CNFCP como ação de salvaguarda / Debate sobre Pontão de Cultura como ação de salvaguarda entre comunidades jongueiras, IPHAN, UFF, organizações parceiras e consultores / Discussão e elaboração do projeto do Pontão de Cultura
2008	Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu; XII Encontro de Jongueiros, Piquete/SP

O Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, intervenção, pesquisa e produção de conhecimento: o desafio de "fazer com" e não "fazer para"

As ações desenvolvidas nos três grandes eixos do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu são:

Articulação/Distribuição:

1 - Realizar reuniões e eventos nos territórios jongueiros para garantir a articulação das comunidades;

2 - Equipar as comunidades com computador e internet para facilitar a articulação em rede;

3 - Fortalecer outras formas de expressão das comunidades jongueiras, como Folia de Reis, Mineiro Pau, Boi Pintadinho, Calango, Pastorinhas, etc.;

4 – Constituir uma Comissão Gestora do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu; e

5 – Instituir prêmios para viabilizar ações específicas das comunidades;

Capacitação:

1 - Realizar cinco oficinas com as comunidades (Organização Comunitária; Identidade Negra; Jovens Lideranças Jongueiras; Linguagem Audiovisual; e Memória, História Oral e Patrimônio);

2 – Oferecer oficinas e assessorias no campo da organização comunitária, a partir das necessidades e demandas das comunidades;

3 – Constituir consultoria (s) *ad hoc* quando necessária (s), para o trabalho pontual junto a comunidades;

4 – Realizar seminários, com a participação de escolas públicas e das comunidades jongueiras, com o objetivo de desenvolver um trabalho pedagógico junto às escolas para o reconhecimento da cultura jongueira a partir dos pressupostos da Lei 10639/03; e

5 – Realizar seminário anual de avaliação de todas as atividades do Pontão de Cultura;

Difusão e distribuição:

1 - Editar um calendário jongueiro com datas e festas das comunidades;

2 – Distribuir uma caixa com documentários que sejam representativos das comunidades jongueiras nas escolas da Educação Básica dos "territórios jongueiros" articulados no Pontão de Cultura;

3 – Editar material didático de apoio à utilização dos DVDs nas escolas, como forma de auxílio aos professores na implementação da Lei 10.639/03;

4 - Organizar publicações sobre o jongo e as comunidades jongueiras, como material de divulgação dos grupos e das comunidades;

5 – Produzir e divulgar um documentário do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu; e

6 – Criar um Portal do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu.

Participam do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu comunidades localizadas nos seguintes estados e municípios do Sudeste brasileiro: No Espírito Santo: São Mateus; No Rio de Janeiro: Angra dos Reis, Barra do Piraí, Miracema, Pinheiral, Porciúncula, Rio de Janeiro (Serrinha), Santo Antônio de Pádua, Valença (Quilombo São José da Serra); Em Minas Gerais: Carangola; e Em São Paulo: Guaratinguetá, Piquete, São José dos Campos. Sabe-se da existência de outras comunidades jongueiras na região sudeste, com algumas das quais os executores e parceiros do programa e os próprios jongueiros já têm contato. A expectativa é que o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu articule, no desenvolvimento de suas atividades, outras comunidades.

No ano de 2008, foram realizadas quatro grandes reuniões de articulação e quinze oficinas de capacitação, além da organização do calendário jongueiro, da realização do documentário, da constituição da comissão gestora do Pontão de Cultura e da organização dos prêmios. As demais ações propostas ainda estão em fase de organização e desenvolvimento.

Com essas ações, o Pontão de Cultura garantiu a movimentação dos jongueiros na região sudeste. A tão almejada articulação em rede, antes inviabilizada pela falta de recursos, começa a se organizar, primeiramente de forma presencial, com a disponibilização de recursos para transporte, hospedagem e alimentação nas diversas atividades realizadas. Assim, jongueiros/as e demais parceiros criam espaços públicos de discussão de suas questões, como tem acontecido nas reuniões de articulação, que têm contado com a presença de representantes de estados e municípios para o debate sobre política cultural e políticas públicas de forma geral. Estes espaços também têm sido importantes para o acesso à informação, como a abertura de editais no campo da cultura e a possibilidade das lideranças jongueiras viabilizarem recursos para suas comunidades por meio dos mesmos.

As oficinas, que ocorrem de forma descentralizada pela região sudeste, têm permitido o envolvimento de outras pessoas das comunidades, além das lideranças jongueiras, nas atividades do Pontão de Cultura. Esta participação tem indiretamente contribuído para a organização das comunidades, uma vez que permite a troca de experiências entre os integrantes de diversos grupos e várias formas de encontro durante as próprias oficinas, como os momentos de realização das atividades, os momentos de lazer, as rodas de jongo e o próprio trajeto compartilhado de ida para a oficina e retorno para as comunidades.

Procura-se desenvolver todas as atividades de forma participativa. Nas reuniões de articulação, as pautas de cada reunião são discutidas com o coletivo dos participantes e organizadas e debatidas na comissão gestora. Nas oficinas, a metodologia de trabalho é participativa, com a realização de dinâmicas e atividades em grupo e com um processo de avaliação contínuo. A participação dos/as jovens nas oficinas tem se dado de forma sistemática. Da mesma forma, a participação de algumas pessoas idosas tem permitido trocas interessantes entre jovens e velhos no espaço das oficinas. Alguns jovens, por terem tido maior acesso à escolarização e por terem familiaridade com o uso do computador e a internet, estão, evidentemente, sendo preparados pelas lideranças, que em geral não tiveram as mesmas oportunidades, para contribuírem na organização das comunidades e dos grupos. Há, em alguns casos, um investimento em jovens lideranças e a explicitação por parte dos mais velhos de que estão sendo preparados para assumirem determinadas funções na comunidade.

Esta preparação não é feita sem conflitos, uma vez que os/as jovens em geral têm outros interesses e muitas vezes são vistos de forma preconceituosa no interior da própria comunidade. É comum, nas reuniões e oficinas, ouvirmos aqueles discursos que criticam o interesse dos jovens por outros tipos de música e que atestam que os jovens de hoje não "*querem saber de nada*", que antigamente era diferente, que têm que se envolver com as comunidades. Entretanto, os/as jovens parecem resignificar o jongo em suas vidas e nas comunidades. Em uma das oficinas, um dos jovens afirmou que o jongo é liberdade, referindo-se às possibilidades de participação e de construção da sua identidade a partir do jongo. Este mesmo jovem, em outro momento, afirmou que está no jongo porque no jongo ele pode se mostrar pode mostrar quem é. Disse que na escola e em muitos lugares dizem que ele não sabe nada, não faz nada, mas que no jongo é diferente, que sente prazer e pode se mostrar como é negro, que por isso participa do jongo e do hip-hop.

Nas oficinas pode-se perceber que os/as jovens vão efetivamente, aos poucos, assumindo novos papéis nas comunidades. Há, ao mesmo tempo, um discurso de continuidade nas lutas das lideranças jongueiras e não necessariamente uma ruptura, mas uma diferenciação na explicitação das necessidades e demandas das comunidades, como o acesso ao computador e à internet, a criação de espaços de lazer, de novos postos e formas de trabalho, de acesso à universidade, etc.

Já para as pessoas mais velhas das comunidades, a participação nas oficinas é visivelmente uma possibilidade de valorização da auto-estima. É comum ouvirmos jovens e velhos, nos momentos de avaliação, agradecendo a possibilidade de participação com condições dignas nas oficinas. É como se as pessoas se surpreendessem com o fato de poderem participar de um espaço de formação, espaço que provavelmente nunca lhes foi oportunizado e que consideravam não poder ocupar. Além disso, destaca-se igualmente, a circulação e câmbio entre os/as jongueiros/as uma vez que abre-se a possibilidade de conhecerem novos lugares e pessoas.

Nessas movimentações provocadas por reuniões e oficinas, em que há espaços de trocas entre jongueiros, estudantes, professores e pesquisadores, o que se observa é que o aprendizado está no fato das pessoas poderem estabelecer relações entre si. Assim, estes também têm sido importantes espaços de formação para os/as estudantes universitários/as que trabalham com os/as professores/as, no planejamento, desenvolvimento e avaliação das oficinas. Para professores/as e pesquisadores/as, a experiência do Pontão de Cultura tem provocado a revisão de nossas práticas e relativização de nossos saberes. O grande desafio, desde o início, tem sido desenvolver as atividades com os jongueiros/as e não para eles/as, o que significa, em muitos momentos, a troca de papéis e lugares de enunciação.

Trocar de lugar pode significar ter que enfrentar dificuldades individuais, abrir mão da racionalidade técnica, lançar mão de outras linguagens. Implica em constatar a presença de outras lógicas e práticas recriando-se as formas de desenvolvimento dos projetos com jongueiros. Na troca de saberes, em especial com os mais velhos, por exemplo, observa-se a marca da oralidade como forma de expressão e disseminação da cultura o que resulta em dificuldades em lidar com outro código, ou seja, a linguagem escrita. No entanto, em igual medida, observa-se a dificuldade de pesquisadores/as e técnicos/as em lidar com a linguagem corporal, tão afastada das práticas racionalistas dos meios acadêmicos.

Em muitos momentos, confrontados com as questões institucionais, como as disputas de poder e os trâmites burocráticos, presenciamos situações em que relações de solidariedade, de respeito e de generosidade nos fazem questionar a *civilidade* de nossas instituições o que se coloca como desafio da construção coletiva de um projeto desenvolvido com as comunidades jongueiras.

Identidade Negra e Preconceito Racial: o primeiro grande aprendizado e o desafio permanente

A primeira reunião de articulação do Pontão de Cultura do Jongo, realizada em abril de 2008, apresentou a todos/as a necessidade da inserção, no âmbito do projeto, da temática das relações raciais no Brasil. Na ocasião, as lideranças jongueiras relataram situações de preconceito em relação ao jongo associadas às práticas religiosas de matriz africana. Atribuíram ao preconceito em relação ao seu pertencimento racial e sua raiz cultural a pouca visibilidade que possuem em seus municípios.

Os processos de exclusão e diferenciação que utilizam o pertencimento racial como critério vêm sendo amplamente documentados por inúmeros estudos (HASENBALG, MUNANGA;1998; HENRIQUES, 2002; GONÇALVES e GONÇALVES e SILVA, 2003; IPEA, 2007 entre outros). Os mesmos são unânimes em afirmar que a exaltação da diferença por meio da racialização das relações sociais observada em contextos anteriores impactou a dimensão social configurando diferentes "*posições do sujeito*" surgidas das divisões e antagonismos sociais. A construção de narrativas a respeito do "*outro*" (orientais, negros/as, bárbaros/as, mulheres, jovens) expressa-se como estratégia para o reforço do "*nós*" , estabelecendo-se rupturas temporais, geopolíticas e hierarquizações sociais..

No contexto do Pontão de Cultura do Jongo, observou-se através de alguns pontos, dos modos de agir, dos posicionamentos frente às instituições e dos discursos, uma referência sempre presente à posição de escravo/a e aos tempos escravistas.

Os sentidos destas referências alternavam-se em parte referindo-se às torturas sofridas "*No dia 13 de maio, quando o Senhor me batia, eu rezava pra Nossa Senhora, meu Deus, quando a pancada doía* (Mestre Claudionor do Caxambu de Santo Antonio de Pádua IPHAN, 2008 p. 30), ou exaltando a liberdade concedida/conquistada "*Tava dormindo Angoma me chamou. Disse levanta povo, cativeiro acabou*" (Canto de várias comunidades jongueiras. idem.) ou por outro lado conclamando para ações de resistência "*Oi bota fogo na senzala onde negro apanhou*" (Cantado pelo Jongo de Angra dos Reis - idem).

Numa perspectiva mais individual as falas e atitudes, em grande parte, demonstravam uma relação assimétrica entre as lideranças jongueiras e os/as representantes institucionais, quer por haver, de fato, assimetria entre os níveis de escolaridade, quer por estas relações apresentarem-se contaminadas por pela construção teórica e social que perpetua subjetivamente as crenças em diferenças pautadas no pertencimento racial.

Sabe-se que cada indivíduo desenvolve estratégias particulares diante das situações de discriminação. Estes muitos jeitos de lidar e reagir às interdições sociais delimitadas por critérios de pertencimento estão diretamente ligados a dois aspectos: à construção de identificação positiva pelo indivíduo e às suas possibilidades de socialização, informação e inserção na sociedade.

> "A identidade negra é entendida, aqui, como um processo construído historicamente em uma sociedade que padece de um racismo ambíguo e do mito da democracia racial. Como qualquer processo identitário, ela se constrói no contato com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo. (...) ser negro no Brasil é ' tornar-se negro'.
>
> Assim, para entender o 'tornar-se negro' num clima de discriminação é preciso considerar como essa identidade se constrói no plano simbólico. Referimo-nos aos valores, às crenças, aos rituais, aos mitos, à linguagem desenvolvida pelos jovens, sobretudo, por aqueles que vivem na periferia da cidade." (Dayrell 2003, p.20),

Considerando que os conceitos de sujeito e identidade passam por reformulações que se encontram abertas e transitórias e que a construção identitária acompanha a complexidade dos contextos atuais, interferindo nas formas como os sujeitos vinculam-se a grupos de mesmo perfil identitário e materializam seu pertencimento em ações, idealizou-se a oficina de Identidade Negra.

A oficina articulou-se em torno de três objetivos

1 . Promover reflexões sobre o lugar dos afro-descendentes na sociedade brasileira, identificando os processos de exclusão vivenciados por este segmento da população, ao longo da história brasileira;

2. Reconhecer a importância da(s) cultura(s) jongueira(s) como parte constitutiva da sociedade brasileira articulando-a com os saberes de matriz africana vivenciados nas comunidades e

3. Proporcionar aprofundamento da temática racial, a partir de questões centrais – conceitos e dados históricos – possibilitando a (re)construção de identidades.

As etapas da oficina foram elaboradas tendo em vista o sujeito, a sociedade e os contextos de ação, distribuídos em 20 horas durante o final de semana. Além desta ação, a metodologia adotada para as reuniões de articulação envolve a exibição de filmes e documentários que contemplem a questão racial, tais como, "*Memórias do Cativeiro*"6 seguida de debate com os autores dos mesmos.

Atualmente os/as jongueiros/as empenham lutas no que se refere à titulação de terras, reconhecimento de sua identidade quilombola, inserção da cultura negra nos currículos das escolas básicas e valorização dos saberes e práticas jongueiras em seus municípios de origem. Investir na valorização das culturas de origem africana, na compreensão destas

6 Memórias do Cativeiro (filme documentário, historiográfico e educativo, 40').
Produção: LABHOI/UFF (2005) Apoio: CNPq, FAPERJ. Disponível em http://www.historia.uff.br/labhoi

novas lutas e no importante papel de cada jongueiro/a para a eliminação das desigualdades raciais faz-se urgente para a construção de novas identizações e práticas anti-racistas.

A ação coletiva: coletivo jongueiro e coletivo das comunidades

Um dos objetivos do Pontão de Cultura era a articulação das comunidades jongueiras em rede, para a formação e fortalecimento de um coletivo jongueiro. Este constituiu-se como um dos pontos de debate entre os principais parceiros do projeto por entender-se que a articulação desta rede não aconteceria como um passe de mágica a partir do início das atividades. Apesar do reconhecimento da necessidade de se articular este coletivo jongueiro com necessidades e demandas comuns, situações bastante específicas das pessoas, comunidades e grupos atravessavam este objetivo. Diante das frágeis condições de vida de muitas comunidades, algumas lideranças jongueiras estavam, no início do ano, mais voltadas para a solução dos problemas de suas comunidades. Quando as necessidades imediatas, como a questão da terra, do trabalho e da alimentação batem à porta, discutir e propor um coletivo jongueiro parece uma abstração. Havia divergências sobre o "amadurecimento" das comunidades para a realização das oficinas, por exemplo, em uma visão equivocada de se ficar fazendo reuniões e fóruns com as lideranças até que estivessem suficientemente amadurecidas para receberem as oficinas.

A ação coletiva se constrói em torno de um projeto em comum. No caso das comunidades jongueiras, este projeto era o Pontão de Cultura. As reuniões de articulação se constituem como uma espécie de fórum das comunidades, que não teria se fortalecido, criado um espaço público de discussão e um coletivo se não fossem as ações concretas das oficinas, organizadas de forma descentralizada nas comunidades, junto com as lideranças e com a participação de um número maior de pessoas das comunidades. Foram as oficinas que fizeram com que o *fazer com* e não *fazer para* não fosse mero efeito de retórica. Elas foram a possibilidade de realizações concretas, consecução de objetivos estabelecidos em conjunto, encontros e trocas, e alargamento das possibilidades do Pontão no interior das próprias comunidades.

Vimos, ao longo do ano de 2008, a ação coletiva se construir no Pontão de Cultura, mas ela continua um desafio. Assim como em outros espaços, em algumas comunidades jongueiras também há personalismos e disputas individuais. Na tessitura da rede jongueira que se articula, há momentos claros de disputa de interesses particulares de uma ou outra comunidade e do interesse coletivo. Esta é uma tensão permanente tanto no Pontão quanto no interior de muitas comunidades. Nestas, quando há um projeto definido, geralmente articulado pelo jongo, a ação coletiva se desenvolve e o jongo é o fio condutor da mesma. Como diz uma das lideranças, não existe jongo sozinho. Desta forma, no jongo, as pessoas têm podido se organizar no desenvolvimento de projetos comunitários. Há, entretanto, comunidades que ainda têm que vencer as dificuldades de lideranças personalistas, que concentram em si as ações e o discurso da comunidade e emperram o desenvolvimento da ação coletiva.

Ao desenvolver ações que atingem a todas as comunidades, o Pontão vai também trabalhando com cada uma delas. Muitas vezes, o trabalho de uma comunidade influencia o coletivo jongueiro e vice-versa.

Temos constantemente nos surpreendido com a possibilidade de *fazer tanto com tão pouco* e este tem sido mais um grande aprendizado. Não se trata de nivelar por baixo, mas sim de demonstrar que quando se tem vontade política e atuação efetiva do Estado, os recursos públicos destinados às comunidades quando bem empregados , podem operar transformações substantivas na vida das pessoas.

Bibliografia

Abreu, M., Soihet, R & Gontijo R. (orgs) (2007) *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Castells, M. (1999). *O poder da identidade (A era da informação: economia, sociedade e cultura)*. V. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Dayrell, J. T. (2003) O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação, 24, p.40-52.

Ianni, O. (1991). *Ensaios de Sociologia da Cultur*a. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (PP 201-212)

Vianna, L. (2008) *Inventário Nacional de Referencias Cultura*is. Dossiê 5: Jongos do Sudeste. Brasília: IPHAN.

Jongo, Patrimônio Imaterial e Identidade Negra

Mônica Sacramento
Universidade Federal Fluminense
monisacra@yahoo.com.br

***Resumo*:** Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, uma ação desenvolvida em parceria pela Universidade Federal Fluminense, comunidades jongueiras da região sudeste do Brasil e o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como salvaguarda de um bem imaterial registrado.

Ele pretende recuperar a história dos descendentes de negras e negros contrabandeados/as para o Brasil e dos integrantes das comunidades jongueiras problematizando suas posições sociais, suas condições de vida e percepções identitárias. Pretende refletir coletivamente sobre os processos de exclusão sofridos/as por negros/as em diferentes aspectos, como por exemplo, o econômico, o social, o educacional, a inserção no mercado trabalho, observando-os conseqüência da ação perversa do preconceito e discriminação racial, desde a abolição da escravatura até os dias de hoje.

Atualmente os/as jongueiros/as empenham lutas no que se refere à titulação de terras, reconhecimento de sua identidade quilombola, inserção da cultura negra nos currículos das escolas básicas e valorização dos saberes e práticas jongueiras em seus municípios de origem. Investir na valorização das culturas de origem africana, na compreensão destas novas lutas e no importante papel de cada jongueiro/a para a eliminação das desigualdades raciais faz-se urgente para a construção de novas identizações e práticas anti-racistas.

Introdução

Jongo: patrimônio imaterial.

O tratamento dado ao patrimônio cultural brasileiro registra nos anos 2000, como um dos marcos do avanço neste debate, a publicação do decreto 3551, pelos, então, Ministro da Cultura e Presidente da República, respectivamente, Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso, que legislava sobre o registro de bens culturais de natureza imaterial1 e criava o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial", no âmbito do Ministério da Cultura, amparado por uma política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Abreu (2007) afirma em relação a esta diferente abordagem na política cultural que resultou em diversos registros de bens imateriais, tais como o jongo, em 20052:

> "De alguma forma estamos diante de novas políticas da memória e de novas formas de administração do passado cultural brasileiro, novas políticas da cultura e novas culturas políticas para construção da nação. A eleição dos novos bens, ou melhor, de novas formas de se conceber a condição de patrimônio cultural nacional também permite que diferentes grupos sociais, utilizando as leis do Estado e o apoio de especialistas, revejam as imagens e alegorias de seu passado, do que querem guardar e definir como próprio e identitário. O decreto abre a possibilidade para o surgimento de novos canais de expressão cultural e luta política para grupos da sociedade civil, antes silenciados, que são detentores de práticas culturais imateriais locais e tidas como tradicionais". (Abreu, 2007 p. 4).

No final do ano de 2007, com o intuito de ampliar os recursos para a construção de políticas públicas de salvaguarda de bens registrados, o IPHAN e o MinC decidiram estabelecer parcerias com instituições para a implantação de Pontões de Cultura de Bens Registrados, com a proposta de desenvolvimento de três linhas de atuação: articulação; capacitação; e divulgação e difusão.

Em um seminário, realizado no mês de dezembro, com a participação de lideranças jongueiras, do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (IPHAN), da Universidade Federal Fluminense, de consultores, parceiros e colaboradores, foi debatido o projeto de criação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu.

É, portanto, neste contexto de transformações sucessivas que em 2008, instala-se o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, desenvolvido em uma parceria entre a Universidade Federal Fluminense (UFF), o IPHAN e as comunidades jongueiras do sudeste brasileiro. Suas atividades estão concentradas em três eixos de ação: articulação, capacitação e difusão/divulgação3.

Identidade Negra no âmbito do Pontão

A primeira reunião de articulação do Pontão de Cultura do Jongo, realizada em abril de 2008, revelou a todos/as a necessidade da inserção, no âmbito do projeto, da temática das relações raciais no Brasil. Na ocasião, as lideranças jongueiras relataram situações de preconceito em relação ao jongo associadas às práticas religiosas de matriz africana. Relacionaram o preconceito em relação ao seu pertencimento racial e sua raiz cultural a pouca visibilidade que possuíam em seus municípios.

Consideradas como danças de "preto", de "*negro*", de "*pobres*", e/ou de *"cachaceiros*" e associadas à *"macumba",* as comunidades e os grupos sempre sofreram com o preconceito racial, manifesto na ausência de direitos básicos, na subserviência aos poderes locais para a garantia da sobrevivência e no tratamento e garantia ainda desigual de direitos entre as populações negra e branca.

Cabe relembrar que o campo da cultura é um campo em disputa devendo ser considerado como mais do que um conceito acadêmico. Através dela regras e valores são condicionados, formas variadas de conceber o mundo se exprimem. Por meio dela homens e mulheres se adaptam ao meio e, em igual medida, também o adaptam para si, transformando-o.

> "a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo (...) o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura". (Laraia, 2001, p.67-68)

Neste contexto que articula cultura e identidade negra, os direitos não são direitos, são favores, ainda associados a padrões remanescentes do período escravista, como a docilidade, a subserviência e a obediência aos "*novos senhores*", valorizados na obtenção de um emprego, de uma cesta básica, ou até mesmo, na garantia de fruição da manifestação cultural,

---

1 A definição de patrimônio imaterial da UNESCO traz em si a noção de auto-reconhecimento: "(...) os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são inerentes – que as comunidades, grupos e em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural".

2 Em 2005, o Jongo/Caxambu foi reconhecido pelo Estado como patrimônio imaterial no Brasil, Os demais bens registrados até o ano de 2005 foram: Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (2002); Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi (2002); Círio de Nossa Senhora de Nazaré (2005); Samba de Roda do Recôncavo Baiano (2004); Modo de Fazer Viola-de-Cocho (2005); Ofício das Baianas de Acarajé (2005).

3 Consultar Monteiro, E. & Sacramento, M. (2009). Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu: ação coletiva e identidade negra em comunidades tradicionais. (mimeo)

com o auxílio na compra de roupas, instrumentos ou na viabilização de transporte e alimentação para uma apresentação, por exemplo.

Os processos de exclusão e diferenciação que utilizam o pertencimento racial como critério vêm sendo amplamente documentados por inúmeros estudos (Hasenbalg & Munanga,1998; Henriques, 2002; Gonçalves & Gonçalves e Silva, 2003; IPEA, 2007, entre outros). Os mesmos são unânimes em afirmar que a exaltação da diferença por meio da racialização das relações sociais observada em contextos anteriores impactou a dimensão social configurando diferentes "posições do sujeito" surgidas das divisões e antagonismos sociais. A construção de narrativas a respeito do "outro" (orientais, negros/as, bárbaros/as, mulheres, jovens) se expressa como estratégia para o reforço do "nós" , estabelecendo-se, com isso, rupturas temporais, geopolíticas e hierarquizações sociais.

Nos encontros organizados pelo Pontão de Cultura do Jongo e por outras instituições, observou-se através de alguns pontos, dos modos de agir, dos posicionamentos frente às instituições e dos discursos, uma referência sempre presente à posição de escravo/a e aos tempos escravistas.

> Os sentidos destas referências alternavam-se, em parte, referindo-se às torturas sofridas "No dia 13 de maio, quando o Senhor me batia, eu rezava pra Nossa Senhora, meu Deus, quando a pancada doía (Mestre Claudionor do Caxambu de Santo Antonio de Pádua IPHAN, 2008 p. 30), ou exaltando a liberdade concedida/conquistada "Tava dormindo Angoma me chamou. Disse levanta povo, cativeiro acabou" (Canto de várias comunidades jongueiras. idem.) ou, por outro lado, conclamando a população negra para ações de resistência "Oi bota fogo na senzala onde negro apanhou" (Cantado pelo Jongo de Angra dos Reis - idem).

Numa perspectiva mais individual as falas e atitudes, em grande parte, demonstravam uma relação assimétrica entre as lideranças jongueiras e os/as representantes institucionais, quer por haver, de fato, assimetria entre os níveis de escolaridade, quer por estas relações apresentarem-se contaminadas pela construção teórica e social que perpetua, subjetivamente, as crenças em diferenças pautadas no pertencimento racial.

Sabe-se que cada indivíduo desenvolve estratégias particulares diante das situações de discriminação. Estes muitos jeitos de lidar e reagir às interdições sociais delimitadas por critérios de pertencimento estão diretamente ligados a dois aspectos: à construção de identificação positiva pelo indivíduo e às suas possibilidades de socialização, informação e inserção na sociedade.

> "A identidade negra é entendida, aqui, como um processo construído historicamente em uma sociedade que padece de um racismo ambíguo e do mito da democracia racial. Como qualquer processo identitário, ela se constrói no contato com o outro, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo. (...) ser negro no Brasil é ' tornar-se negro'. Assim, para entender o 'tornar-se negro' num clima de discriminação é preciso considerar como essa identidade se constrói no plano simbólico. Referimo-nos aos valores, às crenças, aos rituais, aos mitos, à linguagem desenvolvida pelos jovens, sobretudo, por aqueles que vivem na periferia da cidade." (Gomes, 2003, pp.2-3),

Considerando que os conceitos de sujeito e identidade passam por reformulações que se encontram abertas e transitórias e que a construção identitária acompanha a complexidade dos contextos atuais, interferindo nas formas como os sujeitos vinculam-se a grupos de mesmo perfil identitário e materializam seu pertencimento em ações, idealizou-se a oficina de Identidade Negra.

A oficina articulou-se em torno de três objetivos:

1 . Promover reflexões sobre o lugar dos afro-descendentes na sociedade brasileira, identificando os processos de exclusão vivenciados por este segmento da população, ao longo da história brasileira;

2. Reconhecer a importância da(s) cultura(s) jongueira(s) como parte constitutiva da sociedade brasileira articulando-a com os saberes de matriz africana vivenciados nas comunidades e

3. Proporcionar aprofundamento da temática racial, a partir de questões centrais – conceitos e dados históricos – possibilitando a (re)construção de identidades.

Atualmente os/as jongueiros/as empenham lutas no que se refere à titulação de terras, reconhecimento de sua identidade quilombola, inserção da cultura negra nos currículos das escolas básicas e valorização dos saberes e práticas jongueiras em seus municípios de origem.

Investir na valorização das culturas de origem africana, na compreensão destas novas lutas e no importante papel de cada jongueiro/a para a eliminação das desigualdades raciais faz-se urgente para a construção de novas identizações e práticas anti-racistas.

A estrutura da Oficina

As oficinas ocorreram de forma descentralizada na região sudeste, entre os meses de maio e novembro, com as comunidades jongueiras distribuídas em três núcleos: Noroeste Fluminense, São Paulo e Sul Fluminense4. As etapas da oficina foram elaboradas tendo em vista o sujeito, a sociedade e os contextos de ação, distribuídos em 20 horas durante um

4 Das treze comunidades integrantes do Pontão de Cultura, oito se situam no estado do Rio de Janeiro, sendo uma, na cidade do Rio de Janeiro e as outras sete em cidades do interior do estado, quatro no sul do estado e três no noroeste. Duas das comunidades do sul são quilombos que lutam há vários anos pela titulação de suas terras. Três comunidades se localizam no estado de São Paulo, duas em cidades maiores e uma em uma pequena cidade. Uma está localizada em Minas Gerais e a outra no Espírito Santo.

final de semana. As oficinas organizam-se em torno da vinda de cinco representantes de cada comunidade, perfazendo um numero médio de trinta pessoas em cada encontro.

A metodologia de trabalho é participativa, com a realização de dinâmicas e atividades em grupo e com um processo de avaliação contínuo. A participação dos/as jovens nas oficinas tem se dado de forma sistemática. Da mesma forma, a participação de pessoas adultas tem permitido trocas interessantes entre, experientes e aprendizes, nos encontros. Cabe ressaltar que estas posições de saber alternam-se ao longo das atividades, quando os/as representantes das comunidades são solicitados/as a mobilizar conhecimentos e expressá-los no grupo, contribuindo, assim, para o coletivo.

Considerando os estudos de Gonçalves e Silva (1996) que tratam sobre a herança cultural africana na sociedade brasileira e as marcas que constituem nosso jeito de ser e viver, o trabalho desenvolvido na oficina de Identidade Negra, no âmbito do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu possibilita aos/as jongueiros/as um novo olhar e conseqüente entendimento de um sistema mítico diferente do dominante, a valorização do aprender através da troca, da oralidade e do intercâmbio entre o experiente e o aprendiz, o que não necessariamente é definido por uma marca geracional. Neste sentido, priorizou-se na oficina a presença, valorização e vivência de alguns valores civilizatórios de matriz africana presentes nas comunidades jongueiras, tais como a circularidade, a oralidade, a ancestralidade, a corporeidade e a ludicidade. Há investimento nos relatos orais, nas trocas entre os pares, nas expressões criativas, no que constitui o coletivo dos grupos.

Como materiais de apoio utilizam-se campanhas elaboradas por instituições de prestígio, como o IBASE (Diálogos sobre o Racismo); vídeos documentários produzidos pelos parceiros institucionais ("Se eles soubessem.../Observatório Jovem/UFF; "Jongos, calangos e folias/LABHOI/UFF) e outros como "A Negação do Brasil", de José Zito Araújo.

Negros/as Jongueiros/as

Os relatos sobre as situações de discriminação vivenciadas em suas relações cotidianas apresentam um quadro desanimador em relação às reproduções sociais. Observa-se que as ideologias raciais constitutivas da sociedade brasileira ainda se fazem presentes em discursos e práticas cotidianas.

As tensões identificadas pelos/as participantes da oficina foram assim colocadas:

Quadro 1

Principais problemas enfrentados pela população negra nos municípios com tradição jongueira.

Região	Demandas
Noroeste Fluminense	A maioria de nós mora na periferia e trabalha em atividades secundárias. Falta-nos acesso à saúde, educação, justiça, saneamento, abastecimento de água. O poder público não nos dá atenção. Somos tratados com indiferença devido ao jongo ser associado ao candomblé e a umbanda. Na escola, o negro só aparece na 6ª série, no período colonial. Os grupos só são convidados na semana do folclore. A cultura do jongo só é reconhecida somente pela comunidade do jongo. Ela é comentada só pelos próprios negros/as. É muito difícil a escola, falarem das coisas boas que faziam. Só lembram as coisas ruins como os castigos e o trabalho pesado do tempo da escravidão.
São Paulo	O Jongo sofre preconceito dentro da cidade. A população confunde o jongo com macumba. A população acha que o jongo não é arte, nem cultura. É só magia. Falta conteúdo na divulgação do jongo. Falta abertura nas escolas para cultura negra – Lei 10639/03. Desrespeito com a cultura jongueira. Dificuldades na obtenção de emprego e circulação em espaços como escolas, clubes, bancos, supermercados.
Sul Fluminense	Falta emprego. Transporte público precário. Baixa escolaridade. Acesso ao ensino superior precário. Carência de ensino profisionalizante. Falta de agilidade no atendimento médico.

	Pouco incentivo às comunidades tradicionais em suas ações para o reconhecimento quilombola. Expansão imobiliária em terras quilombolas.

Os participantes localizam diferentes espaços onde tais diferenciações pautadas no pertencimento racial se expressam. Sabem empiricamente o que as pesquisas dos últimos anos vêm demonstrando.

Os indicadores sociais evidenciam, de maneira incontestável, as desigualdades existentes entre brancos/as e negros/as no que se refere aos níveis de escolaridade, inserção no mercado de trabalho, renda, acesso a saúde, mortalidade (especialmente entre os/as jovens). Os/As jongueiros/as, em seus depoimentos, revelam sentimentos de constrangimento e inadequação decorrentes de seu tipo físico, cor de pele, cabelo, pertencimento racial. Neste sentido, podem-se constatar as diferenças na construção dos processos identitários entre negros e brancos. Chamam atenção alguns depoimentos que relatam sentimentos de isolamento, impotência e medo frente à discriminação sofrida, em especial, nas comunidades com maior perfil rural.

Em cidades do interior, algumas comunidades travam a luta pela terra, apropriada por especuladores imobiliários ou grandes fazendeiros. Outras foram empurradas para morros e favelas, em busca da sobrevivência inviabilizada pelo esvaziamento de grandes áreas rurais. Nessas cidades, em geral criadas e desenvolvidas a partir de ciclos econômicos baseados na monocultura do café e da cana de açúcar, reina também, até os dias de hoje, o preconceito das elites locais contra as manifestações de raízes africanas. No caso das comunidades em disputa territorial, registram-se ameaças físicas e constrangimentos mais radicalizados como instrumento de pressão da luta pela titulação das terras quilombolas.

No contexto escolar, os/as jongueiros/as são unânimes em afirmar que ainda que o poder público local saiba da existência de grupos considerados como patrimônios imateriais de matriz africana, ainda insiste em ignorar as contribuições dos mesmos para a inserção do ensino da História da África e da contribuição dos afro-descendentes, como promulgado pela lei 10.639/035. Os grupos se ressentem da falta de diálogo existente entre as áreas da cultura e da educação em suas regiões de origem.

Sabe-se que no caso da população negra, e em especial da juventude e das mulheres negras, as práticas racistas e sexistas, muitas vezes vivenciadas no território escolar, reforçam os lugares de pobreza, subalternização e desconforto com o seu pertencimento racial face à discriminação.

A reflexão sobre os espaços privilegiados de reprodução – e, portanto, também de destruição – de estereótipos, de segregação e de visualização dos efeitos perversos que esses fenômenos têm sobre os indivíduos apontam caminhos que recuperam a importância do coletivo neste processo.

Possivelmente, para alguns, a mediação entre a experiência de vida e as representações da experiência coletiva fortaleça uma identidade coletiva entendida como o complexo de referenciais que regem os inter – relacionamentos dos integrantes de uma sociedade ou grupo aproximando-os ou afastando-os dos "outros", grupos e seus membros. Este processo, em seus diferentes contornos, significaria colocar em relevo as narrativas e identidades locais legitimando as ações que têm expressões sociais e políticas.

Um caso exemplar é o de uma jongueira da comunidade de Barra do Piraí (50 anos) que ao participar de uma das oficinas expressou sua opinião a respeito do papel da família em relação ao racismo dizendo que: "*era um assunto tão complicado que ela nem gostava de falar, que nunca precisara falar sobre isso com os filhos*".

A afirmação gerou embates polêmicos entre os participantes que discutiam qual posição tomar frente uma situação de discriminação. Neste momento, tanto adultos quanto jovens, revelaram suas experiências de discriminação e relataram as estratégias utilizadas para lidar com os efeitos nocivos do racismo. O grupo, nesta primeira atividade, mostrou-se dividido entre optar pelo silêncio e entre reagir, protestar. Em alguns discursos, observa-se certa resignação quanto à ocorrência destas práticas reforçando as primeiras impressões quanto à repetição das lógicas de dominação.

Participando da roda de conversa, um jongueiro mais novo (9 anos) da comunidade de Bracuí emitiu sua opinião através de seu depoimento:

> "... Outro dia eu estava no ônibus e um moço me chamou de "preto feio" porque eu havia imitado o som da campainha do celular dele. Achei aquilo muito errado. Fiquei muito triste. (...) Vocês acham que o racismo vai acabar um dia? (...) Eu acho que não, mas a gente tem que fazer alguma coisa, né?".

Observa-se que nos/as discursos dos integrantes mais jovens, a assunção da identidade negra, mostra-se mais elaborada o que os/as leva a reivindicá-la e a lutar por ela, muitas vezes, associando-a a outros pertencimentos, tais como: mulher negra, jongueiro/a, quilombola.

A complexidade deste auto-reconhecimento, quando somados a adjetivos como social, étnico, negra, gênero, juvenil entre outros torna-se arena de disputas sobre as estratégias de afirmação.

> "A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc" . (Munanga, 1994, pp 177 – 178)

5 Ao articular-se educação e relações raciais, torna-se imprescindível considerar a perspectiva sociorracial que considera a combinação de dois elementos que incidem na construção das características do racismo no Brasil: a diferenciação na estratificação social associada a práticas discriminatórias.

No contato com os/as outros/as jongueiros/as, ao longo da oficina, os discursos sobre o tema exemplificado acima foram se configurando, tendendo para uma postura de resistência diante de uma violência tão marcante como esta. Aparentemente, um espaço de reivindicação da identidade negra, favorece a discussão sobre os efeitos de situações herdadas de um passado em comum, posicionando-os/as num contexto mais amplo, o que faz com que os/as jongueiros/as busquem, coletivamente, estratégias de reconstrução de suas identidades.

O conceito de diáspora constitui-se como um forte elemento nas atividades. Através dele aproximam-se as experiências que os/as africanos/as e seus descendentes desenvolveram a partir das inúmeras regiões em que foram alocados/as. As várias semelhanças religiosas, culinárias, estéticas preservadas por esses grupos conformam a idéia de diáspora numa tentativa de entrelaçar todas essas diferenças, mas preservando uma característica em comum, qual seja, trazer para aquele lugar onde foram colocados/as o que de mais importante existia no seu cotidiano na África: O mundo simbólico, o batuque, a dança, as celebrações divinas, os modos de ver, sentir e fazer.

É possível afirmar que o desenho societário difundido no contexto brasileiro, juntamente com a produção de teorias e concepções propostas e divulgadas por institutos e intelectuais, propiciou a solidificação e acolhimento pelo senso comum da crença na subalternidade das mulheres, dos indígenas e das pessoas negras, contaminando, não só a população branca ao colocá-la em patamar de superioridade como também a estes grupos, ao desqualificá-los, levando-os a adoção hegemônica da estética branca e ocidental, valorizada, até os dias atuais.

Construir uma identidade negra positiva é um desafio enfrentado pelos negros/as em nosso país. Desde muito cedo, nossa sociedade os/as ensina que para ser aceito é preciso negar-se. No caso dos/as jongueiros/as, o processo de "tornar-se negro" pressupõe a reivindicação desta identidade entendida, nos termos de Castells (1999) como o processo de disputa de posições de poder.

As produções

> "Tem negro parado
>
> Tem negro dançando
>
> Tem negro sorrindo
>
> Tem negro chorando
>
> Tem negro que toca
>
> Tem negro que canta
>
> Tem negro plantando esperança. (Construção coletiva dos jongueiros na oficina realizada em. São Paul no mês de agosto de 2008)

Como dito anteriormente, a oficina opera com uma lógica que parte das experiências individuais, avança na desconstrução de crenças presentes no senso comum e propõe uma análise da situação local e a construção de propostas a serem desenvolvidas no âmbito local de atuação.

Parte-se da premissa que a construção da identidade negra se dá possivelmente no campo coletivo, ao qual pode-se relacionar aspectos comuns a todos os afro-descendentes no Brasil; a história e estruturação da sociedade e cultura brasileira. E também em outro aspecto significativo através da subjetividade, num campo mais íntimo e particular, que relaciona-se de forma dialética com o campo coletivo.

A temática das relações raciais possui diversos matizes. E é no coletivo que estes aspectos são lembrados: o papel das instituições; a inserção no mercado de trabalho, o acesso a serviços e equipamentos públicos, os baixos níveis de escolarização; o acesso ao ensino superior; adoção de ações afirmativas; classificação racial; as imagens atribuídas aos negros na sociedade; os lugares de menor prestígio social; os interditos sociais revelados explícita ou implicitamente; a disputa pela terra e pelo reconhecimento; as estratégias de ação; os sentidos de resistência"; as desigualdades sociais estatisticamente mensuráveis; as generalizações sobre a população negra; violência policial; auto-estima do povo negro.

Pode-se dizer que no caso da população negra, o ethos constituído a partir do supremacismo branco modela suas escolhas, que não se dão de forma aleatória, sem história, distanciadas das condições sociais, pessoais e familiares.

Esta mediação entre os referenciais que orientam sua forma de agir e dos grupos a que pertencem interfere no seu campo de possibilidades, conformando identidades e trajetórias de vida. Sendo o indivíduo co-produtor tanto da sociedade quanto de si mesmo, tais experiências discriminatórias podem influenciar "o conteúdo simbólico da identidade cultural construída e sua significação para os que se identificam com ela ou se situam resolutamente fora delas". (Peralva, 1997).

Suas percepções do que é "*ser negro*" em nossa sociedade, traduzem o percurso permeado de dificuldades da construção das identidades negras.

Figura 1

Cartaz produzido a partir da Campanha "Onde você guarda o seu racismo?"

Expressões de resistência...

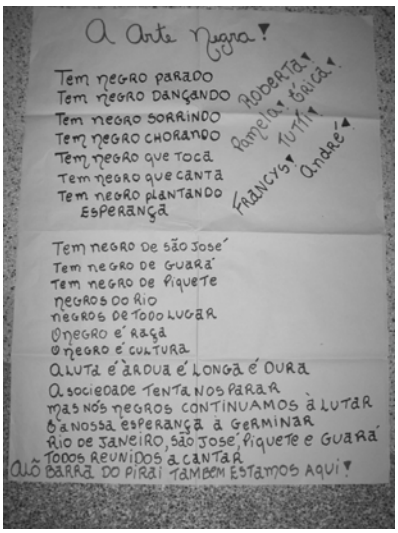
> "O burro foi na escola
>
> Para aprender o ABC
>
> A professora ensinou
>
> O burro não sabe ler, não sabe ler, não sabe ler
>
> O burro não sabe ler.
>
> Eu quero o burro deputado, o burro não sabe ler
>
> Eu quero o burro no senado, o burro não sabe ler
>
> Ponha o burro na escola, o burro não sabe ler
>
> Tira o burro da favela, o burro não sabe ler
>
> Eu quero o burro com mestrado, o burro não sabe ler
>
> Eu quero o burro presidente". (Ponto cantado pelo Grupo Jongo de Piquete)
>
> O professor Milton Santos em uma de suas inúmeras conferências destacou que "para ser cidadão do mundo é preciso, em primeiro lugar, ser cidadão do lugar de onde falamos". Esta idéia vai ao encontro do que nos diz Mills (1965) ao considerar que a compreensão da própria existência localizada dentro de um determinado período por parte dos indivíduos se dá a partir da tomada de consciência das possibilidades e limites de indivíduos ou grupos em circunstâncias semelhantes às do próprio indivíduo.
>
> Em entrevista publicada na revista Isto É6, em 2007 pode-se observar que as percepções e vivências entre "ser negra" e "ser jongueira" se entrecruzam. No entanto, o fato de pertencer a um grupo com características de tradição e manutenção da identidade negra traz novos sentimentos e formas de atuar no mundo. Na matéria uma jovem jongueira (18 anos) relata: "Eu me sinto orgulhosa. Nos outros morros também tinha rodas como essa, mas agora a gente vai procurar a cultura deles e não encontra."

Neste sentido, a recuperação da história dos descendentes de negras e negros contrabandeados/as para o Brasil e dos integrantes das comunidades jongueiras, a problematização de suas posições sociais, suas condições de vida e percepções identitárias e a reflexão sobre os processos de exclusão sofridos/as por negros/as em diferentes aspectos, como por exemplo, o econômico, o social, o educacional, a inserção no mercado trabalho torna-se parte fundamental para a resignificação de sua própria condição.

Figura 2

Reescrita a partir da poesia de Solano Trindade "Tem gente com fome". Oficina em Piquete.

6 Disponível em http://www.cultura.gov.br



Dificuldades no acesso a graus mais elevados de escolarização, como o desejo e a demanda hoje manifestos pelos/as jovens jongueiros/as de acesso ao ensino superior, inviável para a maioria das comunidades, ainda constituem a realidade. Os/As jongueiras são categóricos em afirmar como ponto estratégico em sua luta por direitos a inserção dos mais jovens nos bancos escolares em níveis cada vez mais altos. Entendem que, somente através da educação, da informação, e do acesso à bens e equipamentos públicos poderão, de alguma forma, intervir em suas próprias vidas e na vida de outros negros em suas localidades de origem.

Os depoimentos durante a oficina e reuniões revelam que na luta de classificações inaugura-se uma nova situação onde ser negro significa ter direitos: o reconhecimento como patrimônio vivo, enquanto depositários de um bem imaterial, o diálogo freqüente com as instituições parceiras do Pontão (universidades, IPHAN, etc), as medidas em torno da inclusão da História da África e dos afro-brasileiros, a tramitação e recém aprovação na Câmara dos Deputados do projeto de lei que estabelece o sistema de cotas raciais e sociais nas universidades públicas federais e escolas técnicas de ensino médio, as comissões e associações das comunidades tradicionais.

Como produto final da oficina, após a realização de um balanço da situação de exclusão da população negra em seus municípios jongueiros/as, técnicos, professores/as organizam-se em torno da construção de propostas e na escolhas de estratégias de combate ao racismo e para a melhoria das condições de vida nas/das comunidades.

Quadro 2

Propostas elaboradas pelos jongueiros e jongueiras nos diferentes âmbitos da ação cidadã.

Regiões	Ações de desenvolvimento nas comunidades	Ações de desenvolvimento nos municípios (poder local)	Ações de desenvolvimento em âmbito federal
Noroeste Fluminense	*Promover oficinas de Identidade Negra na comunidade.* *Encontros com grupos por região para fortalecimento local.*	*Contato com as secretarias de cultura e educação dos municípios.* *Participação em editais.* *Qualificar professores/as para o trabalho com a lei.*	*Criação de Centros de referência e memória do jongo nas cidades.* *Participação em editais.*
São Paulo	*Promover discussões com pequenos grupos nas comunidades: mulheres negras, jovens negros/as* *Reuniões periódicas com os integrantes dos grupos para discussão desta temática.* *Criação de biblioteca com livros que tratem da questão racial para empréstimo nas comunidades.*	*Organização em torno de associações jongueiras.* *Oportunizar mais espaços de apresentação, com a junção, de diferentes expressões culturais, tais como, capoeira, hip-hop, teatro, folias.* *Contato com as secretarias de cultura e educação dos municípios.* *Participação em editais.*	*Criação de Centros de referência e memória do jongo nas cidades.* *Participação em editais.*

		Oportunizar relatos dos jongueiros/as mais velhos nas escolas. *Oficinas de dança, percussão e criação de instrumentos.*	
Sul Fluminense	*Promover oficinas de Identidade Negra na comunidade.* *Promover ações na comunidade para discussão sobre a temática racial e a questão quilombola.*	*Contato com as secretarias de cultura e educação dos municípios.* *Participação em editais.* *Promover oficinas de jongo nas escolas.* *Parceria com a prefeitura para exibição em praça pública de vídeos-documentários que abordem a questão racial com a condução do debate feita pelo grupo de jongo.*	*Criação de Centros de referência e memória do jongo nas cidades.* *Participação em editais.*

Exemplificam, assim, sentimentos de elevação da auto-estima, modificações em suas percepções identitárias e o desejo de participar de novas formas de representação, na interação com outros jongueiros/as formulando diferentes possibilidades de ação coletiva nas comunidades jongueiras a partir do fortalecimento da identidade negra.

O dinamismo percebido nos movimentos sociais que já se organizam a partir de múltiplas identidades não se verifica na formulação de políticas publicas que muito lentamente vem respondendo às demandas das comunidades tradicionais.

O processo de construção da identidade a partir da experiência nas comunidades jongueiras gera também identificação com o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu e com os demais parceiros. Esse fluxo de circulação de pessoas, grupos e comunidades favorece o envolvimento com as atividades desenvolvidas nas regiões posicionando-os/as como colaboradores/as e sujeitos de memória do jongo ampliando projetos de escolarização e inserções em outras redes de relacionamento.

"Uma história, uma vida sem compreensão,

É o sonho de igualdade de uma população,

Eu quero dizer a verdade

Eu quero ser CIDADÃO!

Para conquistar me espaço

Sem ofender meus irmãos

Quero viver nesse mundo

Como um homem normal

Ser tratado como gente

Não ser comparado com animal!

(Produção coletiva na Oficina de Identidade Negra no Noroeste Fluminense)

Bibliografia

Abreu, M., Soihet, R & Gontijo R. (orgs) (2007) Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Castells, M. (1999). O poder da identidade (A era da informação: economia, sociedade e cultura). V. II. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gomes, N. L. (2003) Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/641-of1-st1.pdf (Consultado em 21 de novembro de 2008)

Gonçalves e Silva, P. (1996). Prática do racismo e formação de professoras. In DAYRELL, J. T. (Org). Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: UFMG.

Ianni, O. (1991). Ensaios de Sociologia da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (pp 201-212)

Laraia, R. B. (2001). Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Mills, C.W. (1965). A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar.

Munanga, K. (1994) Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. In SPINK, M. J. P. (org) (1994) A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez.
Peralva, A. (1997) O jovem como modelo cultural. Revista Brasileira de Educação, 5/6, PP 15-24.
Vianna, L. (2008) Inventário Nacional de Referências Culturais. Dossiê 5: Jongos do Sudeste. Brasília: IPHAN.
Lei 10.639/03 (2004): Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico – Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004.

Organização Comunitária em Territórios Jongueiros

Elaine Monteiro
Universidade Federal Fluminense
elaine@vm.uff.br

***Resumo*:** Este trabalho apresenta reflexões sobre os processos organizativos de comunidades jongueiras1 da região sudeste do Brasil. A partir do trabalho desenvolvido com treze comunidades no âmbito do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu2, lideranças e integrantes das comunidades apresentaram um perfil da realidade em que vivem, falaram de seus projetos coletivos e de suas expectativas em relação ao Estado no que se refere à construção de políticas públicas de salvaguarda do jongo, manifestação cultural de comunidades tradicionais, de origem africana, que foi reconhecida como patrimônio cultural do Brasil.
A partir do ano de 2008, os grupos de Jongo/Caxambu da região fazem parte do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. O Pontão é desenvolvido em uma parceria entre a Universidade Federal Fluminense (UFF), o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e as comunidades jongueiras. Suas atividades estão concentradas em três eixos de ação: articulação, capacitação e difusão/divulgação.
O Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu tem se constituído como um campo de investigação sobre a cultura e a identidade negra, sobre a construção de um projeto coletivo de ação de salvaguarda de um bem registrado e, portanto, como importante contribuição na construção de políticas culturais públicas voltadas para comunidades tradicionais.
O que este trabalho pretende é problematizar questões levantadas pelas próprias comunidades, como as suas condições de vida, o preconceito e a falta de reconhecimento local desta importante manifestação cultural frente ao desafio de construção de políticas públicas de salvaguarda de um patrimônio imaterial.

O Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu como campo de investigação:

Não é mero acaso o fato da Constituição Brasileira de 1988 ser conhecida como a "*Constituição Cidadã*". Muito já foi produzido sobre a universalização dos direitos a partir de sua promulgação, em especial, no âmbito da saúde, da educação, da infância, do idoso, da assistência social, etc. Dela decorreram ainda todas as leis complementares que garantiram a criação de políticas setoriais públicas que ampliavam os direitos de cidadania. No campo da cultura não foi diferente. A Constituição traz o reconhecimento da "*cultura do povo*" como patrimônio do país e prevê, de forma inédita, a criação de dispositivos legais para políticas culturais públicas que não se restringem aos espaços e manifestações da chamada "cultura erudita", mas que se voltam também para as manifestações da cultura popular3.

---

1 O Jongo, manifestação cultural afro-brasileira, também conhecido como Caxambu, é uma forma de expressão que integra percussão de tambores, canto e dança. O Jongo/Caxambu, presente no Sudeste brasileiro, fez o caminho do café e da cana-de-açúcar, praticado pelos negros de origem bantu, trabalhadores escravizados nas lavouras da região.

2 O Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, enquanto proposta de articulação, capacitação e fortalecimento das comunidades jongueiras, vem atender a uma série de necessidades e demandas das comunidades pertencentes aos "territórios jongueiros" e pode, em uma grande articulação entre o Ministério da Cultura, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (IPHAN), a universidade, as comunidades e os diversos parceiros garantir as condições objetivas para a concretização de ações que vêm sendo discutidas coletivamente há vários anos e que representam a aspiração das comunidades jongueiras da região sudeste. As ações desenvolvidas nos três grandes eixos do Pontão de Cultura são: Articulação/Distribuição: 1 - Realizar reuniões e eventos nos territórios jongueiros para garantir a articulação das comunidades; 2 - Equipar as comunidades com computador e internet para facilitar a articulação em rede; 3 - Fortalecer outras formas de expressão das comunidades jongueiras, como Folia de Reis, Mineiro Pau, Boi Pintadinho, Calango, Pastorinhas, etc.; 4 – Constituir uma Comissão Gestora do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu; 5 – Instituir prêmios para viabilizar ações específicas das comunidades. Capacitação: 1 - Realizar cinco oficinas com as comunidades (Organização Comunitária; Identidade Negra; Jovens Lideranças Jongueiras; Linguagem Audiovisual; e Memória, História Oral e Patrimônio); 2 – Oferecer oficinas e assessorias no campo da organização comunitária, a partir das necessidades e demandas das comunidades; 3 – Constituir consultoria (s) ad hoc quando necessária (s), para o trabalho pontual junto a comunidades; 4 – Realizar seminários, com a participação de escolas públicas e das comunidades jongueiras, com o objetivo de realizar um trabalho pedagógico junto às escolas para o reconhecimento da cultura jongueira a partir dos pressupostos da Lei 10639/03; 5 – Realizar seminário anual de avaliação de todas as atividades do Pontão de Cultura. Difusão e distribuição: 1 - Editar um calendário jongueiro com datas e festas das comunidades; 2 – Distribuir uma caixa com documentários que sejam representativos das comunidades jongueiras nas escolas da Educação Básica dos "territórios jongueiros" articulados no Pontão de Cultura; 3 – Editar material didático de apoio à utilização dos DVDs nas escolas, como forma de auxílio aos professores na implementação da Lei 10.639/03; 4 - Organizar publicações sobre o jongo e as comunidades jongueiras, como material de divulgação dos grupos e das comunidades; 5 – Produzir e divulgar um documentário do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu; 6 – Criar um Portal do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu.

3 Art. 216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver, ... E no Parágrafo 1º: O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

No ano de 2000, o Decreto n. 3.551 Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e cria o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial. Em 2004, é criado o Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura, que vem desenvolvendo múltiplas ações voltadas para a cultura popular. Muitas dessas ações têm sido desenvolvidas por meio de metodologias inovadoras, que procuram transpor os limites burocratizantes do Estado, para que as comunidades e os grupos detentores de saberes e práticas da cultura popular tenham acesso direto a recursos para a manutenção de suas práticas, como a instituição de prêmios para mestres da cultura popular e para grupos informais. Tais iniciativas se pautam no re-conhecimento efetivo da cultura popular, com o respeito, por exemplo, à tradição oral desses grupos e suas formas organizativas, baseadas, em geral, na tradição familiar e nas relações comunitárias.

Como demonstra Ikeda (2007), o fato é que, de forma inédita na história do Brasil, a chamada cultura popular, tradicional, de raiz, nunca teve tanta evidência na sociedade brasileira, seja nas distintas formas de registro (CDs, vídeos-documentários, inventários, publicações de pesquisas), seja na programação de apresentações "artísticas", festivais, criação de fóruns, programas televisivos, patrimonialização de "mestres" das culturas populares como "tesouros vivos", encontros e outras modalidades.

A partir da experiência com comunidades jongueiras no âmbito do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, o que se observa é que em termos de elaboração de políticas culturais públicas voltadas para as comunidades e grupos de cultura popular, trata-se do aprendizado mútuo da sociedade e do Estado. Para isso, é importante procurar construir junto determinados conceitos e desenvolver também junto ações, uma vez que se trata de trilhar novos caminhos de garantia de direitos na sociedade.

Neste sentido, acreditamos que o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu constitui-se, ao mesmo tempo, em um campo de reflexão/investigação e ação de políticas públicas de salvaguarda de patrimônio imaterial4.

> É importante observar que a própria definição de patrimônio imaterial da UNESCO traz em si a noção de auto-reconhecimento: (...) os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são inerentes – que as comunidades, grupos e em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Este foi o caso do Jongo/Caxambu, o auto-reconhecimento desta manifestação cultural como patrimônio, por parte das comunidades jongueiras, fez com que elas reivindicassem o reconhecimento, por parte do Estado, sob a forma de registro do Jongo/Caxambu como patrimônio cultural do Brasil. À época da criação dos marcos legais que possibilitaram o registro, já havia uma articulação e uma organização das comunidades jongueiras em rede que permitiu a reivindicação e o reconhecimento do Jongo/Caxambu como patrimônio cultural5. Cabe lembrar que esta articulação não é e nunca foi homogênea, no sentido de garantir a participação apenas de jongueiros, mas que sempre foi feita com a participação de jongueiros/as, professores, pesquisadores, estudantes e colaboradores. Retomaremos, posteriormente, o papel da articulação de diversos atores para a manutenção dessas práticas culturais.

Em 2005, o Jongo/Caxambu foi uma das primeiras manifestações culturais a ser reconhecida pelo Estado como patrimônio imaterial no Brasil6. Como pode ser observado na contextualização que aqui foi feita, esta discussão é recente no país. No evento em que o Jongo/Caxambu recebeu do Ministério da Cultura e do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a titulação de patrimônio cultural, a grande pergunta que jongueiros/as se faziam era *"O que fazer com o título? Pendurar na parede?". Da mesma forma, professores, pesquisadores e representantes dos órgãos oficiais se perguntavam "Como construir políticas públicas de salvaguarda de um patrimônio imaterial?"*

O Estado, a partir do momento em que reconhece um bem registrado como patrimônio cultural, deve garantir condições para a manutenção deste bem. No entanto, os bens culturais até então mantidos pelo Estado eram bens de natureza material. A grande diferença aqui é que o patrimônio imaterial é mantido por pessoas. Com o chamado patrimônio *"de pedra e cal",* basta restaurar, recuperar, edificar, mas como se mantém um patrimônio feito por gente? No caso do Jongo/Caxambu e de grande parte das demais manifestações da cultura brasileira, esta gente é preta e, conseqüentemente, pobre, frente às desigualdades sociais existentes que, quando analisadas pela variável da cor da pele, se intensificam sobremaneira, carregadas pelo preconceito racial.

O fato é que toda esta discussão é nova na sociedade, que o que foi delimitado, em linhas gerais, foi o que se queria, mas que o "como chegar" aonde se queria não estava, e ainda não está, dado. Cada bem registrado tinha que ter um "Plano de Salvaguarda", mas a construção deste plano se constituía como um desafio para os diversos atores envolvidos. A única certeza era a de que ele teria que ser construído "de baixo para cima", em diálogo com os jongueiros/as. Foi assim que, no ano de 2006, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/IPHAN, responsável pelo inventário do Jongo/Caxambu que levou ao registro, realizou um seminário com lideranças de comunidades jongueiras para identificar seus principais problemas e as possíveis soluções por elas indicadas para tais problemas. O relatório deste seminário foi encaminhado para as

---

4 Ikeda (2007) faz uma contextualização histórica dos conceitos de cultura popular, tradicional, de raiz, folclore, etc., e demonstra como esses fatos culturais passaram recentemente a ser categorizados como patrimônio imaterial.

5 Vide Monteiro, E. e Sacramento, M. (2009). Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu: ação coletiva e identidade negra em comunidades tradicionais. (mimeo)

6Os demais bens registrados até o ano de 2005 foram: Ofício das Paneleiras de Goiabeiras (2002); Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi (2002); Círio de Nossa Senhora de Nazaré (2005); Samba de Roda do Recôncavo Baiano (2004); Modo de Fazer Viola-de-Cocho (2005); Ofício das Baianas de Acarajé (2005).

prefeituras das cidades onde estas comunidades estão localizadas e para diversas instituições e parceiros, mas pouco impacto teve, de acordo com relato das próprias lideranças comunitárias.

Além disso, os recursos de que o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular dispunha para a elaboração e execução do Plano de Salvaguarda do Jongo/Caxambu eram parcos, como o são os recursos destinados à cultura, de forma geral. Os jongueiros/as, pelas suas próprias condições sociais e econômicas, não tinham como se encontrar, sem a intermediação das instituições, para a discussão do Plano de Salvaguarda. A universidade, parceira das comunidades jongueiras por meio de suas atividades de pesquisa e de extensão, procurou, em vários momentos, viabilizar a articulação dos jongueiros/as em rede, com a realização de reuniões para discutir a questão, mas conseguiu desenvolver poucas ações neste sentido, também por falta de recursos.

No final do ano de 2007, em uma articulação interna do Ministério da Cultura, entre a direção do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a Secretaria de Programas e Projetos, responsável pelo Programa Cultura Viva, decidiu-se a indicação de Pontões de Cultura7 como ação de salvaguarda de bens registrados e, conseqüentemente, como parte do Plano de Salvaguarda.

No início de dezembro de 2007, o projeto do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu foi discutido com jongueiros/as da região sudeste, com a equipe do IPHAN, representantes da universidade, parceiros e consultores. Ficou decidido o desenvolvimento do projeto, em uma parceria entre as comunidades jongueiras, a Universidade Federal Fluminense e o IPHAN, o convênio foi assinado no final daquele mês e as atividades do Pontão de Cultura se iniciaram em 2008.

Salvaguarda e Organização Comunitária:

Os planos de salvaguarda de um bem registrado devem prever a melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução que possibilitam sua existência, que podem ir desde a ajuda financeira a detentores de saberes específicos com vistas à sua transmissão, até, por exemplo, a organização comunitária ou a facilitação de acesso a matérias primas. Desde o início das atividades do Pontão, uma pergunta que se colocava era o que é a salvaguarda, qual era o seu significado, e como o Pontão se constituiria como uma ação de salvaguarda? Este foi tema de debates entre professores, parceiros, jongueiros, e, após alguns meses de trabalho em conjunto, a melhor definição de salvaguarda a que se chega é a definição literal, que consta no dicionário: Proteção e garantia (de direito, de liberdade, de segurança) concedidas por autoridade ou instituição a um indivíduo, a uma coletividade, a um estatuto.

O Programa Nacional de Patrimônio Imaterial reafirma esta definição quando, nas suas diretrizes, estabelece que deve Promover a inclusão social e a melhoria das condições de vida de produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial.

É bom marcar a distinção, quando se fala de salvaguarda de um bem mantido por pessoas, da salvaguarda entendida como "preservação" simplesmente, no sentido de "salvar e guardar". Aqui, quando se fala em salvaguarda, não é disso que falamos, falamos da melhoria das condições de vida de pessoas que mantêm saberes e práticas culturais por várias gerações em suas comunidades. Exatamente por terem sido responsáveis pela manutenção dessas práticas vivas, é fato que elas mudam ao longo do tempo, mas mantêm suas matrizes e sua história viva na comunidade. Salvaguardar é garantir direitos!

Além disso, quando um jongueiro nos dias que não devemos nos preocupar com a salvaguarda do jongo, mas sim com a salvaguarda dos jongueiros, está a nos dizer que o difícil é manter as condições objetivas de vida dos jongueiros, que se estas forem asseguradas, o jongo se mantém como manifestação cultural na sociedade. Assim, entendemos salvaguarda como garantia de direitos que vão desde os direitos sociais básicos aos direitos culturais. E compreendemos, com Jelin ((2000), o campo dos direitos como campo da cidadania, campo de conflitos, em constante transformação, no qual o direito básico é o direito de ter direitos.

É nas comunidades jongueiras que identificamos a garantia (ou não) desses direitos. A organização comunitária a partir do jongo é, portanto, uma das ações desenvolvidas pelo Pontão junto às comunidades como forma de garantia de direitos, como prevê o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial. Nossa proposta, no momento, é a descrição da metodologia de trabalho adotada nas atividades de organização comunitária, assim como a reflexão crítica sobre os resultados alcançados até aqui, no sentido de contribuir para a construção de políticas públicas de salvaguarda e de melhoria da qualidade de vida das comunidades jongueiras, assim como contribuir para a construção de políticas públicas de salvaguarda de bens registrados.

A primeira oficina desenvolvida no Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu foi a Oficina de Organização Comunitária porque seu principal objetivo foi fazer um levantamento das atividades desenvolvidas em cada comunidade, de seus principais problemas e de possíveis soluções, assim como aprofundar a discussão sobre a proposta do Pontão de Cultura em cada comunidade e identificar como cada uma delas se posicionava com relação ao projeto, além das expectativas com

7 Em linhas gerais, de acordo com o Ministério da Cultura, os Pontões são espaços culturais, aproveitados ou construídos, que recebem recursos de até 500 mil reais/ano para o desenvolvimento de programação integrada, aquisição de equipamentos e adequação de instalações físicas. Seu financiamento se dará por meio de parcerias com empresas públicas e privadas e governos locais, e sua missão será a de constituir-se em espaço de articulação entre os Pontos de Cultura. No caso do Pontão de Cultura de bem registrado, o Pontão não tem que necessariamente trabalhar apenas com Pontos de Cultura, também pode articular comunidades e desenvolver ações específicas, voltadas para os detentores de saberes e práticas referentes ao bem registrado. Para maiores informações sobre o Programa Cultura Viva e sobre Pontos e Pontões de Cultura, ver WWW.cultura.gov.br/cultura_viva.

relação ao mesmo. A oficina é o ponto de partida para o trabalho com a organização comunitária, que se desdobra em assessoria permanente às comunidades no desenvolvimento de suas ações, a partir do levantamento feito na oficina.

Treze são as comunidades que integram o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu8. Em geral, em cada comunidade há um grupo de jongo. Em duas comunidades, há três grupos de jongo e há duas comunidades com dois grupos. Das treze comunidades, apenas uma, que tem dois grupos, divide a sua participação no Pontão entre as lideranças de ambos os grupos. As demais comunidades são representadas por lideranças que se articulam na representação, sem a diferenciação de grupos separados. Em uma das comunidades que tem dois grupos, apenas um participa do Pontão. Doze das treze comunidades que integram o Pontão participaram da oficina. Uma comunidade não participou por ter priorizado, naquele momento, a participação em outra atividade.

As lideranças e os integrantes dos grupos se identificam como uma grande comunidade jongueira. É comum ouvir nas reuniões, encontros e atividades realizadas a referência a uma grande família jongueira ou aos irmãos jongueiros. No entanto, também é comum a referência ao grupo, e este é identificado à figura do líder, que tem tido, no processo de organização das comunidades, papel importante.

Havia, portanto, na Oficina, a partir do contato prévio com as comunidades, a identificação da necessidade de se dialogar sobre o significado da comunidade, do grupo, do papel de líder e de mestre. Isso foi feito por meio de uma dinâmica de grupo seguida de debate. Todos os participantes da oficina se auto-identificaram como grupo. Eles reconhecem o enraizamento do grupo na comunidade e a importância da articulação e do trabalho do grupo na mesma, sob pena do grupo se acabar. A comunidade é vista como um espaço maior, mais amplo, com relações nem sempre fluídas com o grupo. Em alguns casos, os grupos reclamam da falta de apoio da comunidade. Esta também é associada, em algumas cidades, ao bairro onde se mora e a todos os problemas inerentes aos bairros populares situados nas periferias das cidades, que vão desde a oferta de serviços públicos até a proliferação das igrejas evangélicas, por exemplo, que associam o jongo à macumba e, portanto, marginalizam os integrantes dos grupos.

Os grupos reconhecem a importância de sua organização em torno do jongo, inclusive como forma de organização e desenvolvimento comunitário, para melhoria da qualidade de vida da comunidade.

QUADRO 1:

As respostas dos grupos na Oficina de Organização Comunitária:

COMUNIDADE	GRUPO
É um grupo de pessoas reunidas em um só propósito (idéias, crenças, culturas, etc.)	É a reunião de pessoas em busca de um objetivo.
É um grupo de pessoas que trabalha pelos mesmos objetivos. E reúne pessoas, a fim de passar sua cultura, que vem de nossos antepassados. E assim formarmos nossa comunidade, de geração em geração.	São pessoas juntas num só objetivo em comum.
É onde se realiza o trabalho formado pelo grupo.	É um determinado número de pessoas com o mesmo propósito (objetivo), se empenhando cada vez mais para conquistarem aquilo pelo que lutam.
É uma formação de vários grupos.	São pessoas que têm o mesmo objetivo e trabalham em sociedade.
Divisão da sociedade. Pequeno povoado. Vários grupos reunidos.	Pessoas reunidas com propósitos comuns.
É um povoado onde vivem e convivem várias pessoas que, mesmo não sendo de um grupo, fazem parte da comunidade, por morarem no mesmo local.	São pessoas que se reúnem com o mesmo objetivo: o jongo.
É, em geral, um trabalho em foco, isto é, para o bem de todos.	Pessoas que têm a função de ajudar a comunidade ou determinadas pessoas.
É um grande núcleo de pessoas, onde existem diversos grupos, que necessariamente não precisam ter objetivos parecidos. Porém, não existe nenhuma comunidade sem grupo.	Algumas pessoas que se reúnem para fazer determinadas funções, projetos, etc., para a melhoria da comunidade.

O líder está associado ao grupo, enquanto o mestre é associado à comunidade, à tradição, à transmissão dos saberes às novas gerações. É ele a referência do Jongo na comunidade. Ao líder, como será visto adiante, é atribuída a responsabilidade de organização das atividades do grupo, de repasse de informação, etc. Apesar de terem muitas questões em

8 Das treze comunidades, oito se situam no estado do Rio de Janeiro, uma, como foi dito, na cidade do Rio de Janeiro e as outras sete em cidades do interior do estado, sendo quatro no sul do estado e três no noroeste. Duas das comunidades do sul são quilombos que lutam há vários anos pela titulação de suas terras. Três comunidades se localizam no estado de São Paulo, duas em cidades maiores e uma em uma pequena cidade. Uma está localizada em Minas Gerais e a outra no Espírito Santo.

comum, a realidade de cada comunidade/grupo é bastante diferente uma da outra. Das treze comunidades participantes, uma apenas está localizada na cidade do Rio de Janeiro. Nela, há dois grupos de jongo, um participa do Pontão. Este grupo é formalizado, se constitui em uma ONG, conta com patrocínio, com a participação de professores e intelectuais externos à comunidade. Um dos seus mestres, já falecido, foi o principal responsável pela visibilidade alcançada pelo jongo na região sudeste e no Brasil. Criou oficinas de jongo, introduziu instrumentos de corda e de sopro no jongo, realizou várias apresentações e colocou o jongo em evidência. A repercussão e a visibilidade deste trabalho, em especial nos meios de comunicação, certamente influenciou os demais grupos de jongo. Este grupo, portanto, tem uma situação bastante estruturada, já tem bastante experiência na elaboração de projetos e tem como demanda hoje a qualificação na captação de recursos. Por outro lado, também lida com problemas inerentes aos morros e favelas da cidade do Rio de Janeiro, como a violência imposta à vida comunitária pelos narcotraficantes e apresenta algumas dificuldades com relação ao enraizamento do grupo na comunidade.

Há, da mesma forma, grupos que não estão formalizados e aqueles que se formalizaram e têm ainda pouca ou nenhuma experiência com o que aqui denominamos "mundo dos projetos". Este tem sido, desde o início, um ponto de tensão nas atividades desenvolvidas no Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu. Como afirmou uma das lideranças de um grupo não formalizado no seminário de elaboração do projeto do Pontão de Cultura: Se o Estado tem que desenvolver políticas públicas de salvaguarda do jongo, somos nós que temos que nos adequar ao Estado ou é o Estado que tem que encontrar formas de trabalhar conosco? Ou seja, o que predomina hoje, em termos de política cultural pública, é a submissão de projetos aos editais lançados pelo Ministério e pelas Secretarias de Cultura. Para que os grupos sejam beneficiados por esses editais, devem se submeter a todo um processo formal para o qual, em geral, não estão preparados.

Uma das questões cruciais é, sem dúvida, a relação com a escrita e com o processo de escolarização das lideranças dos grupos, assim como a pouca familiaridade com o uso do computador e o acesso à internet. Essas são exigências impostas por um mundo que se organiza a partir da racionalidade moderna, com seus processos de desenvolvimento tecnológico e burocráticos, muitas vezes incompatíveis com os saberes e práticas das comunidades. As dificuldades em lidar com estas exigências e a heterogeneidade entre os grupos, que coloca, por exemplo, o grupo da cidade do Rio de Janeiro como parâmetro para os demais, pode causar constrangimentos e auto-depreciação em alguns grupos. Se o que se quer é valorizar a cultura jongueira, não se pode ignorar essas questões, que estão evidentemente postas aos grupos, mas há que se pensar a organização comunitária a partir da tensão entre racionalidades e modos de ser e de estar no mundo diversas.

Assim, uma das questões tratadas na oficina foi, em primeiro lugar, o re-conhecimento das muitas formas existentes de organização comunitária a partir das atividades desenvolvidas pelos grupos nas comunidades. As festas comunitárias, as rodas de jongo, as saídas da comunidade para apresentações pressupõem, certamente, uma organização da comunidade, que é simplesmente diferente da organização hegemônica do mundo dos projetos, que viabiliza recursos e dá projeção a alguns grupos de jongo. Em geral, as atividades desenvolvidas regularmente pelos grupos são: reuniões (semanais/mensais/eventuais – quando há apresentações e/ou atividades do grupo), ensaios e rodas de jongo semanais nas comunidades, realização de apresentações, festas e eventos dentro ou fora da comunidade. Cada grupo conta com pelo menos uma grande festa anual, realizada na comunidade, que é a festa do jongo tradicional da comunidade. Em geral, esta festa é realizada no dia 13 de maio, em celebração à Abolição da Escravidão, em algumas comunidades, e, em outras, ao Dia dos Pretos Velhos. As festas juninas (Santo Antônio, São João e São Pedro) também se caracterizam como as principais festas de algumas comunidades, assim como o dia do santo padroeiro do grupo e o Dia da Consciência Negra, celebrado no dia 20 de novembro. Nessas datas, toda a comunidade se organiza para a realização da festa, na preparação de comida, bebida, confecção de roupas, divulgação, preparação do espaço, etc. Geralmente, toda a mobilização e organização da festa é feita sem qualquer tipo de apoio financeiro, os integrantes do grupo pedem contribuições no comércio local e negociam algum tipo de apoio com autoridades locais.

Outra questão que se coloca é que, em geral, esses grupos conseguem se inserir neste mundo formal dos projetos via intermediação de pessoas escolarizadas e familiarizadas com os trâmites burocráticos do desenvolvimento dessas atividades.

Este tema tem sido objeto de debate constante e de trabalho da equipe de organização comunitária e deve ser objeto de debate da equipe do Pontão de Cultura como um todo, além de parceiros e jongueiros. Em nossa equipe de OC, temos que ter o cuidado de não empurrar os grupos para processos de formalização e desenvolvimento de projetos, cientes de que, se por um lado esses projetos podem viabilizar recursos para os grupos; por outro lado, eles podem destruir as relações existentes neste grupo, seja pelo desgaste provocado pela necessidade de cumprir as exigências dos editais, seja pelos problemas gerados pela entrada de recursos nas comunidades, sem o devido trabalho de assessoria às comunidades e sem a criação de espaços públicos de discussão dos projetos no interior das comunidades.

Com relação à equipe do Pontão com um todo e aos demais parceiros do projeto e jongueiros, temos que refletir sobre o papel que cada um assume no desenvolvimento de um projeto desta natureza, assim como definir o papel da universidade, do IPHAN e das comunidades no desenvolvimento das ações de salvaguarda. Na universidade, trabalhamos basicamente com professores e com bolsistas de vários cursos nas atividades do Pontão de Cultura, mas contamos com uma estrutura administrativa que faz a gestão administrativa e financeira do convênio. Há um prazo definido de três anos para o desenvolvimento das atividades do Pontão de Cultura e, a princípio, um discurso predominante de autonomia e de auto-gestão das comunidades. Estamos no primeiro ano de desenvolvimento das ações e esperamos encontrar juntos um caminho nos próximos dois anos.

No entanto, quando, no contato com as comunidades, acompanhamos o envolvimento das lideranças jongueiras com processos de titulação de terras, com a administração cotidiana de problemas familiares, como a garantia de alimentos para uma determinada família, como a garantia de cuidados de saúde para uma pessoa idosa da comunidade ou de um benefício previdenciário que deveria chegar e não chega, assim como nas atividades voltadas para o próprio jongo nas comunidades, como a realização de festas, eventos e apresentações, nos perguntamos se cabe realmente a essas pessoas a elaboração e o desenvolvimento de projetos, assim como a responsabilização por toda a parte burocrática dos mesmos. Isso sem falar no fato de que essas pessoas são trabalhadores empregados geralmente como pedreiros, auxiliares de serviços gerais, empregadas domésticas, etc., que desenvolvem suas atividades comunitárias após o expediente diário de trabalho e nos finais de semana. A pergunta que hoje nos fazemos é se a relação deve ser realmente de total autonomia e, se o for, como ela será construída, ou se as parcerias das comunidades com instituições como a universidade pública não devem ter continuidade, em benefício de ambas.

Os grupos, por sua vez, já começam a envolver estratégias de ampliação da participação dos jovens nas reuniões e atividades do Pontão de Cultura, na perspectiva de preparar jovens lideranças que tiveram acesso a níveis mais elevados de escolarização e que têm familiaridade com o uso do computador para a viabilização e gestão de projetos comunitários.

Enquanto ação de política pública para sustentabilidade de um bem registrado, o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu também entende que um dos seus papéis é colaborar e influenciar na elaboração de políticas públicas voltadas para as necessidades, interesses, e para a realidade das comunidades. Nesse sentido, as iniciativas do Ministério da Cultura, por meio de sua Secretaria da Diversidade Cultural, de instituição de prêmios, e não de edital de projetos, para grupos informais e mestres da cultura popular merece destaque como política pública que adéqua o Estado aos grupos de cultura popular. O que ocorre, muitas vezes, é a falta de acesso dos grupos à informação sobre esses prêmios e a percepção dos mesmos de que não têm condições de concorrer a tais editais.

No ano de 2008, a Secretaria da Diversidade Cultural lançou o Prêmio Culturas Populares Humberto Maracanã9. O fato do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu desenvolver durante o ano um trabalho sistemático com as comunidades jongueiras e de manter a assessoria às comunidades como parte de suas atividades de organização comunitária facilitou a comunicação com as comunidades e a percepção, por parte das mesmas, de que poderiam concorrer ao prêmio. Tratava-se de um formulário de preenchimento muito simples, facilitado pelos estudantes que assessoram as comunidades nas atividades de organização comunitária. Além disso, o prêmio não exige os mesmos processos formais de prestação de contas do recurso recebido. Das treze comunidades participantes do Pontão, onze se inscreveram no prêmio, uma foi desclassificada, por não ter enviado a documentação completa. Das dez que efetivamente concorreram, seis foram selecionadas para o prêmio e quatro foram classificadas e não foram contempladas com o prêmio. Esta não é a primeira edição deste prêmio, mas, certamente, ele nunca contou com este número de inscrições de comunidades jongueiras que antes sequer tinham acesso à informação sobre a existência do prêmio e/ou não se sentiam aptas a concorrer.

Salvaguarda do Jongo/Caxambu, garantia de direitos e cidadania:

Voltando à questão da salvaguarda como garantia de direitos, apresentamos o quadro com os principais problemas enfrentados pelas comunidades jongueiras do sudeste representadas no Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu:

QUADRO 2:

Principais problemas das comunidades jongueiras

Principais problemas	Nº de comunidades /Total de 12
Transporte para participação em eventos	8
Preconceito racial	2
Preconceito religioso	1
Sede	9
Acesso a informação	2
Material de divulgação das atividades do grupo	2
Perseguição política	1
Alimentação (acesso a programas de apoio nutricional dos governos)	3
Acesso à saúde	3
Acesso a benefícios da assistência social	1
Dificuldade de se relacionar com o poder público local/falta de reconhecimento local	6
Independência com relação à prefeitura	1
Falta de reconhecimento/apoio da comunidade	3

9 Em http://www.cultura.gov.br/site/2008/11/14/premio-culturas-populares-2008-3/ (consultado na internet em 30/11/2008).

Atividades de geração de trabalho e renda na comunidade	3
Trabalho com os jovens	3
Formalização do grupo para obter financiamento	2
Baixa auto-estima dos moradores da comunidade	3
Uso e tráfico de drogas na comunidade	1
Falta de recursos para roupas e instrumentos	3
Formação de novas lideranças	3
Falta de tempo das lideranças por motivo de trabalho	1
Dificuldade de acesso a meios de comunicação, como telefone e internet	1
Acesso a atividades de esporte e lazer	1

O que tem se confirmado, no trabalho de organização comunitária junto às comunidades jongueiras, é o fato de se conceber e pensar a salvaguarda realmente como ampliação e garantia de direitos. Se o Estado, no nível do governo federal, reconheceu e deu o registro ao jongo como patrimônio cultural do Brasil, muito ainda terá que ser feito nas esferas dos estados e, em particular, dos municípios. Metade das comunidades aponta a dificuldade de relacionamento com os poderes locais e a necessidade de reconhecimento da manifestação cultural por parte dos mesmos. No momento de apresentação dos grupos durante a oficina, quando esta questão foi colocada, teve grande impacto e gerou muita discussão entre todos. Alguns grupos, no desenho dos projetos que fizeram para as suas comunidades, colocam, inclusive, o reconhecimento local como um dos objetivos a serem atingidos pelo grupo.

Da mesma forma, quando os grupos colocam suas expectativas com relação ao Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, sinalizam a necessidade de influência junto ao poder público local para o reconhecimento da sua manifestação cultural e para a conseqüente melhoria das condições de vida das comunidades jongueiras. Esses resultados do levantamento feito junto aos integrantes do grupo reiteram um ponto que vem sendo amplamente debatido nas reuniões de articulação do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu: a necessidade de um trabalho articulado dos principais parceiros do Pontão – comunidades, universidade e IPHAN – junto às prefeituras, no sentido de desencadear processos de reconhecimento e registro locais, assim como de políticas municipais de salvaguarda do Jongo/Caxambu.

Outro problema apontado pelas comunidades que está diretamente ligado aos processos de organização comunitária é a necessidade de uma sede para o desenvolvimento das atividades do grupo. A sede se constitui como espaço de referência, como aglutinadora das ações. Esta demanda fala muito das condições precárias em que as lideranças têm mantido o jongo em suas comunidades, concentrando as roupas, instrumentos e materiais do Jongo/Caxambu em suas casas e muitas vezes com dificuldades de espaço até para fazer uma roda de jongo na comunidade. A falta da sede dificulta ainda a democratização das informações e o acesso às mesmas, uma vez que, na grande maioria dos casos, os materiais e informações a que as lideranças têm acesso ficam retidos em suas casas. Essa demanda também evidencia algumas modificações ocorridas com as comunidades jongueiras. O Jongo/Caxambu foi mantido em tradição familiar, passado de pai para filho, e talvez, há algum tempo atrás, a organização doméstica desse conta de suas demandas. No entanto, com o passar do tempo, não é mais necessário ser de família jongueira para ser jongueiro, os laços e as inserções no grupo se dão por relações comunitárias, de vizinhança e de envolvimento com as atividades do jongo, o que o retira dos domínios restritos do espaço familiar e colocam a exigência da criação de espaços comunitários que funcionem como sede do jongo.

O transporte também aparece como o um dos principais problemas para a maioria das comunidades e talvez seja o mais emblemático da distância existente entre as comunidades jongueiras, que vivem uma realidade semelhante à realidade da grande maioria da população brasileira, dos direitos básicos de cidadania. A falta de acesso a transporte e as condições precárias do mesmo fazem parte da realidade da população brasileira, seja nos grandes centros urbanos seja nas cidades do interior do país. No desenvolvimento das atividades do Pontão de Cultura, como a realização de oficinas descentralizadas nas comunidades, temos podido observar o quanto, principalmente os moradores das cidades do interior, sofrem com o acesso a transporte, seja para as atividades de trabalho, de estudo ou de lazer. A exploração do transporte por parte de empresas privadas, sem a devida regulação do Estado e sem controle social, cria situações caóticas nos municípios. Esta situação se reproduz, com sinalizaram alguns grupos, no pleno funcionamento dos serviços de saúde, com o objetivo de efetivamente atender as necessidades da população, na geração de trabalho e renda, no acesso a benefícios da assistência social, etc. Como a maioria das comunidades se encontra no interior, ainda é muito comum ver nesses locais o predomínio de práticas clientelistas, que dificultam a ampliação do acesso das comunidades aos direitos de cidadania.

QUADRO 3:

Principais expectativas com relação ao Pontão de Cultura do jongo/Caxambu

Principais expectativas com relação ao Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu	Nº de comunidades / Total de 12
Assessoria na elaboração de projetos	6
Articulação e organização das comunidades	8
Acesso à informação	5

Influência junto ao poder público local para reconhecimento/melhoria das condições de vida da comunidade	4
Viabilização de recursos para o grupo	3
Organização das ações do Plano de Salvaguarda	1
Colaboração no trabalho com a cultura afro-brasileira na comunidade	1
Visibilidade	2
Colaboração na desburocratização dos editais e das formas de credenciamento de apoio à cultura afro-brasileira	1
Atividades de capacitação	2

A metodologia de trabalho da equipe de organização comunitária no Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu tem se pautado em uma relação dialógica que procura construir juntos caminhos de ampliação dos direitos de cidadania. No ano de 2008, conseguimos participar intensamente das quatro reuniões de articulação das lideranças jongueiras e encaminhar algumas demandas e questões de organização comunitária nelas colocadas. Realizamos as oficinas e temos mantido um trabalho de assessoria a cada comunidade. Tem sido importante trabalhar na perspectiva da grande comunidade jongueira a qual as lideranças se referem, que constitui o coletivo das lideranças que participam da reunião de articulação, e na perspectiva de organização de cada comunidade a partir de sua realidade, de suas necessidades e demandas. Isso tem sido feito por meio da assessoria sistemática a cada comunidade. Estamos apenas iniciando nossas atividades e este trabalho, sobretudo no contexto local de cada comunidade, ainda deve ser amadurecido e potencializado com a participação dos diversos parceiros do projeto.

Quando os grupos colocam como expectativa em relação ao Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu a articulação e a organização das comunidades jongueiras, observamos que, na verdade, o que foi feito com o Pontão foi garantir condições objetivas para a realização de uma demanda antiga dos grupos, que vinham, desde o ano de 2000, tentando se articular em rede e não o faziam da forma que queriam exatamente por falta de recursos. Desta forma, quando os responsáveis pela elaboração e execução de políticas públicas se dispõem a ouvir e dialogar com os grupos a quem são destinadas as suas ações, parece haver uma otimização e potencialização de recursos. Temos, na verdade, nos surpreendido com a quantidade de coisas que conseguimos fazer em tão pouco tempo, junto com as comunidades.

Como reflexão crítica sobre as atividades desenvolvidas e a construção de políticas públicas de salvaguarda de bens registrados, lembramos as reflexões de Jelin (2000) sobre a relação existente entre cultura e cidadania. A autora afirma que na América Latina o crescimento econômico, a justiça distributiva e a democracia não se movem da mesma forma. Vivemos em uma democracia formal em que o processo de democratização política é incompatível com as desigualdades sociais que crescem e se perpetuam, A cidadania se constitui como um campo de conflitos em permanente construção e transformação. Fala-se em cultura como algo fixo e imutável, pergunta-se se a cultura favorece ou prejudica determinadas práticas, inclusive a democracia, como se ela fosse anterior ao processo democrático, como se não andasse par e passo com ele.

Tanto a cultura quanto a cidadania constituem atividades e processos em permanente mudança e movimento, a relação entre ambas é de interpenetração, tensão entre tradição e mudança, de reconhecimento da diversidade sobre uma base de igualdade. Jelin nos lembra ainda que a cidadania, concebida como direitos e deveres, implica responsabilidade, mas que esta responsabilidade não é abstrata, ela se faz na relação de pertencimento a uma comunidade. É um compromisso cívico, centrado em uma participação ativa no processo público e em aspectos simbólicos e éticos ancorados em inclinações subjetivas que dão identidade e pertencimento a uma coletividade, um sentido de comunidade. É este sentimento de pertencimento que cria as identidades coletivas. Quando há este sentimento de pertencimento, como acontece com as comunidades jongueiras, há mais possibilidades de criação do sentimento de responsabilidade e a democracia, mais uma vez, está diretamente relacionada com a cultura porque é uma questão de aprendizado.

Segundo a autora, pesquisas demonstram que, na América Latina, há os direitos formais de cidadania, mas que as pessoas não os exercem no cotidiano, não os demandam, não se apropriam deles ou deles pouco se apropriam, que as desigualdades são vistas mais como fatalidade do que como injustiça social. Em termos de práticas e modos de atuar na vida sociopolítica, afirma a autora, há muito que mudar e transformar porque os processos culturais desejáveis deveriam levar à transformação de certas práticas tradicionais como o clientelismo, o autoritarismo, o paternalismo.

Esta realidade também se reflete e aparece nas comunidades do Jongo/Caxambu de forma bastante complexa. Se por um lado existem laços fortes de pertencimento à comunidade, por outro lado, quando o quadro de desigualdades sociais é atravessado pelo preconceito racial, as marcas de submissão e de silêncio podem ser mais fortes. Temos visto e vivido situações nas atividades e oficinas do Pontão de Cultura, em especial na Oficina de Identidade Negra, que demonstram que para a população negra o rompimento com aquelas práticas por meio da atuação política e do acesso aos direitos de cidadania é ainda mais difícil. Por outro lado, a identidade jongueira, a capacidade que algumas comunidades têm de se organizar, a partir do jongo, e desencadear processos, como a luta pela terra e o acesso à escolarização, é grande, e tem levado à conquista de direitos.

No processo de responsabilização, é grande a responsabilidade que as lideranças assumem e a cobrança no interior dos grupos em relação aos líderes. O que temos observado é a criação de espaços de diálogo e de controle do próprio grupo com relação ao papel das lideranças nas comunidades, como as atribuições dadas ao papel do líder que seguem abaixo:~

- O líder do grupo deve dividir sua experiência, juntamente com as dificuldades a serem vencidas, com os demais membros do grupo...
- O líder de um grupo deve conhecer todos os assuntos de seus antepassados, para passar ao grupo...
- O líder do grupo deve saber comandar, tratando a todos com igualdade, fazendo trabalho sério; deve saber se colocar diante de uma situação difícil envolvendo seu grupo. Ele nunca pode dizer que sabe tudo, ele deve sempre procurar aprender mais e mais para passar para seu grupo...
- O líder deve buscar meios para que o grupo consiga atingir seus objetivos...
- O líder deve aprender a instruir e passar conhecimentos para os componentes do grupo...
- O líder deve se inteirar de todos os assuntos referentes a esta cultura, principalmente as leis feitas para ajudar esse tipo de assunto. Deve se impor e fazer valer a sua autoridade em todas as situações que lhe são cabíveis, desde que todos do grupo estejam de acordo...
- O líder do grupo deve obter o máximo de conhecimento e informações da causa dos jongueiros e levar para a comunidade...

Os líderes devem buscar a capacitação contínua, a história vivida e multiplicar o saber (socializar) para concretizar o projeto do grupo. Deverão divulgar e colocar em prática as ações definidas pelo grupo.

As lideranças devem ter sabedoria para compartilhar com as outras pessoas os novos conhecimentos e experiências adquiridos quando saem para representar a comunidade. Devem ter a responsabilidade e o compromisso de realizar as rodas de jongo. Elas podem, inclusive, ser um espaço para a troca e o repasse dessas experiências e conhecimentos.

Cabe ao líder coordenar as ações do grupo.

O líder deve trabalhar na organização do grupo, de reunião, de viagens, enfim, é o responsável por tudo. O líder deve saber da história do jongo, pontos e batidas. Aprender a lidar com as dificuldades e os acertos. Para o trabalho comunitário ser bem sucedido, é preciso que haja vários líderes, pois não há como uma única pessoa dar conta de todas as responsabilidades e demandas de um trabalho como este.

O líder deve orientar o grupo, saber dirigir as tarefas, solicitar ajuda quando necessária para o grupo.

O líder deve reunir a comunidade para passar seus conhecimentos, passar experiência, para que a comunidade consiga resolver seus problemas e concluir seus projetos.

A forma como os grupos vão discutindo suas lideranças e expressando as práticas que consideram desejáveis no interior das comunidades são evidentemente conflituosas e, em alguns casos, incompatíveis com o perfil da liderança do grupo. Mas, ao refletirem sobre as lideranças desejáveis, questionarem e responsabilizarem suas lideranças no desenvolvimento das atividades do grupo na comunidade, vão construindo espaços públicos de discussão, espaços de cidadania, no interior das comunidades, e se fortalecendo para o enfrentamento das práticas instituídas, seja nas comunidades, seja em suas cidades, localizadas geralmente no interior, onde há um predomínio maior das práticas autoritárias e clientelistas que afastam as pessoas da garantia de seus direitos básicos de cidadania.

Por vim, vale lembrar mais uma vez as palavras de Jelin, quando nos diz que na relação entre cultura e democracia, temos o desafio da criação de uma cultura da responsabilidade pública que afete tanto a sociedade quanto o Estado, que se trata de mudar o protagonismo social das elites políticas e dos técnicos do Estado para a cidadania. Quando encaramos o desafio de construir junto com as comunidades jongueiras políticas públicas de garantia de seus direitos como salvaguarda de um patrimônio cultural, pretendemos colaborar na construção de novas e criativas formas de ampliação dos direitos de cidadania. Nesse sentido, trata-se, realmente, de um grande aprendizado, que é mútuo, e muito temos aprendido com as comunidades, em especial sobre o nosso próprio sentido de humanidade.

Jelin nos diz que a humanidade está no pertencimento a uma comunidade, que o pertencimento e a interação são as bases fundantes da idéia de comunidade e de humanidade, que necessitamos de espaço público, da presença do outro, da interação, para nos tornarmos humanos. A experiência de trabalho no Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu, principalmente para nós, professores, estudantes e técnicos da universidade, têm sido um grande aprendizado sobre nós mesmos, sobre o nosso sentido de pertencimento à humanidade.

Referências bibliográficas:

Ikeda, A. T. (2007). Manifestações tradicionais: rituais, artes, ancestralidades... In Carrara, A.R. e Garcia, M. Prêmio Cultura Viva: um prêmio à cidadania, São Paulo, Câmara Brasileira do Livro, 2007. (PP.50-54)

IPHAN, Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, in http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12689&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional, consultado na internet em 30/11/2008.

Jelin, E. (2000). Processos culturales em la construcción de la ciudadanía. In Jelin, E. et.al Cultura e Desenvolvimento. Rio de Janeiro. Edições Fundo Nacional de Cultura, 2000. (pp. 85-104)

O sentido hegemônico das políticas culturais identitárias na Amazônia contemporânea

Fabrício Santos de Mattos
Universidade Estadual do Ceará

fsdemattos@gmail.com
Ana Paula Nazaré de Freitas
Universidade Estadual do Ceará
anapaula.freitas@gmail.com

Resumo: O presente artigo trata das relações entre Estado, identidades culturais e mídia, pretendendo observar o papel exercido pelas políticas culturais do Governo do Estado do Pará (Amazônia – Brasil) entre os anos de 1994 a 2006, que atuaram como mecanismos difusores, geradores e legitimadores de sentidos e valores, proporcionando circularidade ao processo de formulação de uma identidade cultural, a chamada "identidade amazônica", denominada pelo Governo do Pará de "paraensismo".
A hipótese de trabalho consiste em pensar que tal "parensismo" deriva de um fenômeno maior, conhecido como "Moderna Tradição Amazônica", e uma de suas principais implicações consiste num movimento de manutenção da hegemonia das elites locais, pois aqui acontece um jogo de ocultamento de identidades baseadas em lutas sociais locais, que não constituem a coerência social proposta pelos discursos oficias.

Palavras-chave: Estado; Mídia; Políticas culturais; identidades culturais; identidade amazônica.

1- Cultura e Comunicação

A cultura tem sido percebida como um campo estratégico de relações de poder, e é nesse âmbito que se situam as principais disputas discursivas contemporâneas. Essas disputas são permeadas pelas crescentes intervenções dos poderes públicos e pelas novas dinâmicas comunicacionais, que proporcionam uma maior fluidez nas trocas simbólicas (BOURDIEU, 1998) e contribuem significativamente para a produção, recriação e disseminação de declarações identitárias, promovendo também um jogo de ocultamento e aparecimento de minorias e lutas sociais concretas as mais diversas.

Para se pensar a sociedade contemporânea é imprescindível falar do papel que a comunicação exerce, tanto nas dinâmicas de sociabilidade, quanto na legitimação de discursos, na circulação de bens simbólicos como nas modificações de vivência do espaço-tempo. Todas essas novas formas de sociabilidade e do viver contemporâneo constituem o que RUBIM chama de "*Idade Mídia*", ou seja, uma "*sociedade estruturada e ambientada pela comunicaç*ão" (RUBIM, 2000, p. 26).

Os media são capazes de alcançar amplas faixas da população, publicizar e gerar sentidos, além de sua capacidade de persuasão e mobilização, RUBIM (2000) enumera algumas das características da mídia na sociedade contemporânea:

> "3- (...) como modo (crescente e até majoritário) de experienciar e conhecer a vida, a realidade e o mundo (...) 4 – Presença e abrangência das culturas midiáticas como circuito cultural, que organiza e difunde socialmente comportamentos, percepções, sentimentos, ideários, valores, etc. Dominância e sobrepujamento da cultura midiatizada sobre os outros circuitos culturais existentes (...) 6 – prevalecência das mídias como esfera de publicização (hegemônica) na sociabilidade (...) dentre os diferenciados 'espaços públicos' socialmente existentes, articulados e concorrentes." (RUBIM, 2000. P.30)

Sendo assim, não se podem pensar as dinâmicas culturais contemporâneas, sem pensar o campo midiático, e este não apenas como campo mediador, mas também como campo estruturante das relações sociais, entendendo a comunicação como dimensão constitutiva das culturas. Sob esta perspectiva, aqui se pretende observar o papel da propaganda institucional1 do governo do Estado do Pará entre os anos de 1994 a 2006, que atuaram como um mecanismo midiático difusor, gerador e legitimador de sentidos e valores, proporcionando circularidade ao processo de formulação de uma identidade cultural, a chamada "*identidade amazônica*".

Não se trata de afirmar que a propaganda difundida foi a responsável pela disseminação e construção do projeto da identidade amazônica, mas de observar seu papel, como um dos vetores de afirmação, propagação, difusão e construção simbólica das imagens e tendências culturais deste desejo identitário. Tampouco se trata de afirmar que esta identidade foi construída por estes governos, como veremos a seguir.

2- Novas configurações identitárias e as questões amazônicas contemporâneas

A partir das novas configurações dos processos culturais da sociedade contemporânea, com a aceleração dos processos de trocas simbólicas nas dinâmicas de globalização, a noção de sujeito, antes percebido como unificado, desloca-se para uma vivência mais problemática, abalando os quadros de referência que proporcionavam ao indivíduo uma 'ancoragem estável'2 no mundo social, fragmentando este indivíduo e fazendo surgir novas identidades e novas disputas sociais.

Estas identidades culturais ocupam uma posição estratégica no debate político e cultural da sociedade contemporânea. As lutas identitárias reivindicam posições de sujeito3 as mais variadas, podendo um mesmo indivíduo ocupar diferentes posições de acordo com o contexto e as reivindicações empreendidas por este. Percebe-se, portanto, a identidade enquanto um fenômeno processual, ou seja, um processo de negociação permanente de sentido, um processo de caráter provisório e temporário que CASTRO (2005) prefere denominar de identificações culturais.

Na Amazônia brasileira contemporânea, CASTRO (2005) percebe a existência de um desejo de uma *"identidade amazônica"*, e o identifica como um fenômeno social relativamente novo no quadro social local, afirmando que esses

1 Como propaganda institucional, leva-se em consideração não apenas os anúncios impressos, televisionados ou radiofônicos do governo, como também todo e qualquer documento e mensagem institucional pública veiculada ou publicizada, assim como os elementos da comunicação visual do governo do Estado. Neste artigo, a análise se deterá sobre mensagens da comunicação institucional do governo.
2 HALL, 1999.
3 FOUCAULT, 1995.

processos não são sempre conscientes, sendo a construção desse referencial identitário fruto da intuição de indivíduos que não necessariamente interagem entre si, nem constituem um movimento cultural organizado na região. pode-se dizer que o espaço simbólico/discursivo é permeado por um fenômeno social que conflui a ação da mídia (local e, recentemente, nacional) e as formulações e execuções de políticas públicas4, num movimento retro-alimentado de formulação identitária. Constituído desde as últimas décadas do século XX, esse fenômeno social é o que Castro (2005) denomina de *"Moderna Tradição Amazônica":*

> "A moderna tradição amazônica, compreendida como um fenômeno de vitalismo social e como um tecido intersubjetivo de negociação de sentidos, surge nesse cenário, enquanto processo intelectual de referenciação de uma 'identidade' amazônica. Essa moderna tradição amazônica constitui uma representação social coerente e disseminada, hoje, pelo espaço amazônico. Ela manifesta-se, centralmente no campo artístico-intelectual da cidade, constituindo uma representação reificada de o que seria uma "identidade" amazônica. No entanto, pode-se ver como, progressivamente, ela vai ganhando espaço na mídia, sendo também incorporada pelo discurso político e, dessa maneira, vai se tornando assimilável, por uma vasta parcela do conjunto social". (CASTRO, 2005, p. 7)

CASTRO (2005), através da observação de produções culturais (livros, discos, jornais, revistas) desenvolvidas e consumidas, principalmente na cidade de Belém, desde as últimas décadas do século XX até os dias atuais, identifica este processo como:

> "uma preocupação social partilhada em demarcar o espaço de o que seria uma 'cultura' amazônica. Essa preocupação constitui códigos de significação, formas de controle do discurso, comportamentos e hábitos de consumo cultural" (Ibidem, p.1).

Aqui se demonstra como a cultura contemporânea, perpassada pela comunicação de massa, também pode ajudar a criar e perpetuar significados, devido à potencialização de sua característica de circularidade social. A comunicação, principalmente a midiática, tem importante papel de mediadora nestas novas formas de sociabilidade características da sociedade contemporânea, especificamente a publicidade e a propaganda que atuam como uma das protagonistas das dinâmicas de reprodução do capitalismo, em tempos de criação de mitos no mercado através de seus poderes de criação e agregação de valores.

> A "identidade" amazônica, conhecida pelos termos de exaltação de um modo de ser "amazônida", foi muito estimulada através de políticas de cultura e de comunicação, pela intervenção da mídia local, e pelos integrantes da intelligentzia5 amazônica. Esse estímulo pode ser identificado como um processo de criação de consenso e hegemonia, em que as elites locais, nacionais e internacionais reafirmavam os significados simbólicos pertinentes a essa "identidade", como dinâmica de manutenção de poder. Esse jogo ritualístico movimenta aparatos culturais diversificados e constroem a noção de Modernidade na Amazônia contemporânea. Tais dinâmicas são recorrentes em muitos países da América Latina, segundo CANCLINI(2008):
>
> "Entender as relações indispensáveis da modernidade com o passado requer examinar as operações de ritualização cultural. Para que as tradições sirvam hoje de legitimação para aqueles que as construíram ou se apropriaram delas, é necessário colocá-las em cena. O patrimônio existe como força política na medida em que é teatralizado: em comemorações, monumentos e museus. Na nossa América, onde o analfabetismo começou a ser minoritário a poucos anos e não em todos os países, não é estranho que a cultura tenha sido predominantemente visual. Ser culto, então, é apreender um conjuunto de conhecimentos, em grande medida icônicos, sobre a própria história, e também participar dos palcos em que os grupos hegemônicos fazem com que a sociedade apresente para si mesma o espetáculo de sua origem" (CANCLINI, 2008, p. 161-162)

A proposta de coerência identitária chamada de "*Moderna Tradição Amazônica*" acarretou historicamente em graves conseqüências para as disputas político-culturais na região Amazônica, podendo-se afirmar que essa dinâmica social gerou um distanciamento, silenciamento e ocultamento6, dos vários processos de reivindicações identitárias que se insurgiram recentemente na Amazônia e não se reconhecem, assim como não estão reconhecidos nessa "identidade". CASTRO (2006) cita algumas dessas minorias que não faziam parte da coerência identitária (e do mito de Amazônia) proposta pelos poderes instituídos nessa sociedade. A tais identidades silenciadas por este discurso essencialista de Amazônia ela dá o nome de "*identidades emergentes*":

> "'Novos índios', remanescentes de quilombos, coletores dispersos na floresta, movimentos sociais e culturais organizados nas grandes cidades da região seriam índices de um amplo processo de reorganização das referências e das perspectivas identitárias" (CASTRO 2006, p.1).
>
> Sendo assim, todo processo de identidade se conforma como um fenômeno político, nas palavras de CASTRO:
>
> "Não há identidade que se afirme não-politicamente, porque a necessidade de enunciar o próprio, de afirmar o próprio, se dá como uma necessidade política de dizer, por meio dessa assertiva, o não-outro." (CASTRO, 2006, p.6).

---

4 Principalmente no âmbito da cultura, da comunicação e do turismo, como áreas historicamente privilegiadas para a propagação desta "identidade amazônica".

5 Segundo MANNHEIM (1999), a intelligentzia é "um grupo social cuja tarefa específica consiste em dotar uma dada sociedade de uma interpretação de mundo" (MANNHEIM, 1999, pg. 19, apud CASTRO, 2006, pg. 7)

6 Principalmente por parte da mídia e dos poderes públicos atrelados às elites históricas locais e ao capital internacional, que percebe a região como grande fonte de recursos minerais e biológicos.

Ora, se a cultura é compreendida contemporaneamente como uma arena de disputa entre as práticas sociais hegemônicas e contra-hegemônicas, cabe aqui relembrar a questão de SANTOS (1993) a respeito do caráter de político das declarações identitárias:

> "(...) quem pergunta por sua identidade questiona (...) valores hegemônicos. (...) é crucial conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados". (SANTOS 1993, apud CASTRO 2006, p.9)

Estrategicamente, esta proposta de coerência identitária amazônica significou uma histórica negligência em relação à cultura como forma de visibilidade social e afirmação da diferença. Segundo CASTRO (2006)

> "Intelectuais, artistas e tecidos mediáticos amazônicos parecem ignorar os processos em curso de reelaboração, de reogranização, das identidades locais. Conclui-se que as dinâmicas que movem os processos sociais em questão não compõem com os interesses tradicionais das elites intelectuais locais, as quais, aparentemente, reproduzem os mecanismos de representação e de simbolização presentes no influxo colonizador, principal organizador da ocupação da região pelo europeus e brasileiro" (CASTRO, 2006, p.7)

Trata-se aqui da negação da experiência social amazônica, de uma cultura demarcada pela exclusão e pela violência (simbólica e

3 – Relações entre Estado e mídia

Diante da fragmentação social do mundo contemporâneo, é notório o surgimento de grupos que reivindicam os mais diversos interesses, gerando novos conflitos sociais que não se restringem apenas ao âmbito econômico-político, mas também, conformam-se como conflitos de gêneros, étnicos, culturais e geográficos. Portanto, a cultura contemporânea além de ser marcada pelas dinâmicas midiáticas, o é também pelo aparecimento das chamadas minorias. BARBALHO demonstra esse movimento:

> "A partir dos anos 50, e de modo crescente, novos movimentos sociais ocupam espaços importantes e colocam outras questões, ao lado das reivindicações político-econômicas. São as minorias. (sexuais, religiosas, étnicas etc.) que implodem o cenário social com suas bandeiras político-culturais, exigindo do Estado não só o seguro-desemprego, assistência social e serviços públicos, mas também o reconhecimento de suas diferenças de suas singularidades, de suas identidades.
>
> Essas políticas da diferença exigem novas políticas de cultura e põem em xeque o funcionamento dos Estados, seja qual for sua orientação política." (BARBALHO, 2005, p. 30).
>
> Diante disso, o Estado sofre uma crise na sua relação com a sociedade civil, pois suas instituições intermediárias clássicas (partidos e sindicatos) não conseguem abarcar todas as formas de luta presentes no entorno social. Dessa forma, os media surgem como uma possibilidade para recompor o "mito da totalidade" 7. Segundo BARBALHO
>
> "Só elegendo os media como espaço de atuação e representação política e transformados em imagens, os discursos da micropolítica podem ser consumidos." (BARBALHO, 2006. p.182)

Diante do poder e da inserção na vida social que caracterizam os media estes passam a ser amplamente utilizados pelos aparatos estatais. O Estado passa a utilizar estratégias da esfera da publicidade e propaganda para a geração de sentidos e conseqüentemente para a consolidação e legitimação de seu poder. Vivemos a era do Estado espetacularizado, como define DEBORD (1997, p. 14-15) "*uma relação social entre pessoas, mediada por imagens*".

Nesse contexto é importante também frisar o papel central das políticas culturais, no âmbito das definições identitárias. As políticas culturais podem ser definidas como áreas estratégicas que envolvem

> "o confronto de idéias, lutas institucionais e relações de poder na produção e circulação de significados simbólicos". [Sendo essas políticas] "criativas e propositivas, ao produzirem discursos, e detentoras de poder simbólico atuante no campo cultural" (MCGUIGAN 1996 apud BARBALHO, 2007, p. 39).

Na realidade da fragmentação do social, a política cultural tem um papel de centralidade diante da sua importância na circulação simbólica, na legitimação e silenciamento de discursos e também na elaboração, recriação e disseminação de identidades, segundo BARBALHO:

> "O Estado procura unificar em torno de determinada construção do que significa "Nação" os diversos segmentos que vivem em seu território. Para atingir este objetivo, elabora políticas culturais universalizantes que valorizam e procuram imprimir em todos os habitantes aqueles referenciais simbólicos e materiais escolhidos por serem os mais adequados ao projeto político hegemônico". (BARBALHO, 2001.p.1)

Assim como o autor fala de nação, pode-se também falar de região, o que se aplica ao contexto desde artigo, relacionado à região amazônica. Sobre o conceito de região, BOURDIEU (2002)destaca que:

> "A etimologia da palavra região (regio), tal como a descreve Emile Benveniste, conduz ao princípio da di-visão, ato mágico, quer dizer, propriamente social, de diacrisis que introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre as regiões do espaço, mas também entre as idades, os sexos, etc.) Regere fines, o ato que consiste em <<traçar as fronteiras em linhas retas>>, em separar <<o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro>>, é um ato religioso realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o rex, encarregado de regere sacra, de fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito, de

7 BARBALHO, 2006.

> falar com autoridade, de pré-dizer no sentido de chamar ao ser, por um dizer executório, o que se diz, de fazer sobrevir o porvir enunciado. A regio e as suas fronteiras (fines) não passam do vestígio apagado do ato de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território (que também se diz fines), em impor a definição (outro sentido de finis) legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de di-visão legítima do mundo social" (BOURDIEU, 2002: 113,114).

No Estado do Pará, situado na Amazônia brasileira, as políticas culturais, notadamente as executadas nos três governos de estado capitaneado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de 1994 a 2006, foram estratégicas na formulação de um desejo de pertencimento, um desejo identitário forjado e disseminado pelos aparatos midiáticos, principalmente através da propaganda institucional, já que esta é uma "forma de continuação da campanha eleitoral" (CARVALHO, 2001, p. 5).

A comunicação institucional, no âmbito Estatal, tem o objetivo de publicizar as ações, eventos e empreendimentos de um governo, além de criar uma imagem institucional consoante com suas proposições ideológicas. Neste sentido, a propaganda atua de forma marcante. Geralmente veiculada nos meios de massa, ela tem funções de prestadora de contas do governo para a população. A propaganda governamental é uma das formas mais diretas de se obter informações sobre o Estado, diante de um anúncio de tv ou jornal, sabe-se das ações empreendidas pelo governo em praticamente toda extensão do estado.

> Segundo ROCHA (1985, p.26), "a publicidade retrata através dos símbolos que manipula, uma série de representações sociais sacralizando momentos do cotidiano". Complementando este pensamento, JACKS pergunta:
>
> "se estas 'representações' conferem significados culturais à publicidade, do mesmo modo que aos outros produtos da indústria cultural e, se estes valores foram consagrados pela aceitação pública, por que a publicidade não poderia desempenhar um papel importante na manipulação de símbolos que vão ao encontro da afirmação de uma identidade cultural?" (JACKS, 2000, p. 85)

No caso do Estado do Pará, a propaganda governamental se propôs a ser uma vitrine das manifestações culturais do Estado, anunciadora das ditas "tradições" *(em algumas campanhas, por exemplo, anunciou recorrentemente o que é "o Pará" e quem é "o paraense")*. Pode-se perceber, nessas campanhas, o protagonismo das imagens midiatizadas de uma "cultura amazônica", como representações visuais de importância vital para a construção dos sentidos e processos simbólicos que fundamentam e/ou legitimam um desejo identitário essencialista, coeso e hegemônico.

Tais estratégias de comunicação institucional, não se restringiam apenas a peças midiáticas, mas também abrangeram eventos culturais, influenciado em pautas e agendas culturais do governo, ou seja, faziam parte das dinâmicas de construção simbólica da identidade proposta pelas políticas culturais deste governo. Em uma de suas propagandas oficiais8, o governo faz um relatório de sua gestão e também estabelece diretrizes para os anos subseqüentes, nestes documentos percebe-se claramente a intenção declarada do governo do estado em fazer um resgate cultural do "paraensismo":

> "Um dos mais desafiantes compromissos da gestão Almir Gabriel foi, sem dúvida, o de revitalizar a cultura do Estado de um patamar sacrificado pelo alheamento da sociedade paraense em relação á memória de sua própria história e ao respeito nos valores e manifestações que fazem sua identidade.(...) A tarefa, portanto, consistia, antes de mais nada, em reatar essa sintonia, tendo como chave de sua condução uma política que (...) construísse um suporte capaz de fazer manifestar, em toda sua verdadeira amplitude, o singular potencial da cultura do Pará, motivando a sociedade a se reconhecer, com orgulho, na sua identidade cultural(...)" (Pará. Governador 1995-1998: Almir Gabriel, p. 95)

Essa diretriz, continuou sendo seguida, mesmo com a troca do governador (porém do mesmo partido, o PSDB), como pode-se verificar na mensagem do governador referente ao ano de 2003, em tópico intitulado "O paraensismo":

> "Em nenhum outro setor da vida cotidiana paraense a diversidade de elementos é tão marcante quanto no cultural. As influencias indígenas, européias e africanas formam a pluralidade do paraensismo, característica humana sócio-cultural que o Governo Almir Gabriel procurou resgatar desde 1995, deslanchando em todo o Estado um processo contínuo da afirmação da auto-estima paraense e das potencialidades regionais, que haviam se perdido ao longo da história." (Pará. Governador 2003: Simão Jatene, p. 99, 2003)

Esta intenção declarada do resgate de uma identidade essencialista que havia sido "esquecida" por governo anteriores, conforma um movimento que atinge várias camadas da sociedade. Tal identidade não foi forjada por um único governo e tampouco foi elaborada apenas pelos aparatos midiáticos. Esta identidade conforma-se como uma construção social específica dentro das políticas culturais, e é resultante de um processo histórico anterior e dinâmico na qual a propaganda e a publicidade governamental atuaram como um dos vários protagonistas, alimentando os contextos sociais com valores, imagens e percepções, ao mesmo tempo retroalimentando-se destes mesmos contextos. Sobre esse processo, CANCLINI (1997) afirma:

> "Percebo um jogo de ecos. A publicidade comercial e os lemas políticos que vemos (...) são os que reencontramos na rua, e vice-versa: umas ressoam nas outras. A esse circularidade do comunicacional e do urbano subordinam-se os testemunhos da história, o sentido público construído em experiências de longa duração" (CANCLINI, 2008, p. 290)

---

8 Mensagem à Assembléia Legislativa. Trata-se de um documento em que o governo publica seu relatório de atividades referentes ao ano de governo, publicizando suas diretrizes e prestando contas aos vereadores.

Neste contexto é importante considerar o que BOURDIEU (1996 apud BARBALHO, 2004, p.159) afirma em relação ao Estado. Segundo o autor, o Estado "é detentor de um metacapital que reúne capitais simbólico, social, econômico, político e cultural". Portanto, ao se analisar as políticas de comunicação e cultura engendradas pelos governos, estaremos lidando com "discursos altamente legitimados e de grande força legitimadora na definição identitária" (BARBALHO, 2004, p.159).

A Moderna Tradição Amazônica, é necessário reafirmar, propõe uma coerência cultural identitária que pretende unificar as diversidades e diferenças existentes na região, criando uma dinâmica de silenciamento e ocultamento de conflitos existentes e das lutas sócio-culturais envolvidas num recente processo de reorganização identitária na Amazônia.

4 – Relações entre Cultura e poder

Fica claro, portanto, que as relações entre cultura e poder estão presentes em toda elaboração de identidade. A criação de uma idéia de "região" corresponde a uma intenção de manutenção da ordem colonial histórica da Amazônia brasileira que, ao contrário do que apresentava (ou apresenta) o senso comum, não se constitui como região geográfica e socialmente coerente. No caso da Amazônia, paradoxalmente, essas identidades silenciadas são exatamente aquelas reivindicadas pelas elites como "tradicionais" e que servem de referência à formulação da "identidade amazônica". Nas palavras de CASTRO (2006)

> "E quem, então, não se reconhece como 'amazônida', dentro da Amazônia? Diríamos que o conjunto de populações ditas 'tradicionais'. Justamente aqueles que servem de referencia à fabulação da coerência intelectual e identitária desejada" (CASTRO, 2006, p.7)

As relações de poder entre cultura e política aparecem nas formas de apropriação, disseminação e oficialização desse discurso identitário, sendo nesse processo fundamental o papel que o Estado e (principalmente) os governos exercem.

Os governos referidos (entre 1994 e 2006) se apropriaram dos significados simbólicos da Moderna Tradição Amazônica por um longo período, proporcionando uma maior sedimentação social destes significados. Ou seja, presenciam-se os poderes públicos participando ativamente, inclusive através da mídia, das dinâmicas de construção e legitimação desta identidade amazônica. Essa relação corresponde, em larga medida, a um exemplo paraense do que Evelina Dagnino (1994) conceitua como autoritarismo social:

"O autoritarismo social engendra formas de sociabilidade numa cultura autoritária de exclusão que subjaz ao conjunto das práticas sociais e reproduz a desigualdade nas relações sociais em todos os seus níveis. Nesse sentido, sua eliminação constitui um desafio fundamental para a efetiva democratização da sociedade. A consideração dessa dimensão implica desde logo uma redefinição daquilo que é normalmente visto como o terreno da política e das relações de poder a serem transformadas. E, fundamentalmente, significa uma ampliação e aprofundamento da concepção de democracia, de modo a incluir o conjunto das práticas sociais e culturais, uma concepção de democracia que transcede o nível institucional formal e se debruça sobre o conjunto das relações sociais permeadas pelo autoritarismo social e não apenas pela exclusão política no sentido estrito."(DAGNINO, 1994, p.104-105)

Partindo dessas considerações, podemos pensar nesta "*identidade amazônica*" como uma mostra de como reverbera no tecido social latinoamericano esse autoritarismo social, constituído desde a colonização e baseado na experiência da dominação e da violência. Acrescentando a essas relações sociais, no caso da Amazônia, uma vivência de isolamento e exclusão, também consituinte das bases das relações de poder em sua sociedade. Observa-se que, recorrentemente, tanto nas politicas públicas quanto na lógica midiatica e de mercado, a região é tratada simplesmente como objeto de lucro e interesses privados.

A importância do estudo da cultura nos dias de hoje é a de possibilitar reflexões que possibilitem compreender a complexidade dos processos culturais e da própria sociedade contemporânea. Isso significa entender o campo cultural como um campo dinâmico, em suas relações com o social, o econômico e o histórico. Neste aspecto DURHAM (1997) afirma

"toda análise de fenômenos culturais é necessariamente análise da dinâmica cultural, isto é, do processo permanente de reorganização das representações na prática social, representações estas que são simultaneamente condição e produto desta prática" (DURHAN, 1977, p.34).

É necessário compreender as relações entre a cultura e o campo político, para delimitar relevâncias e posicionamentos dos projetos de cultura em relação à sua inserção midiática e, num sentido mais amplo, social. Ou seja, perceber como o Estado faz uso da mídia para construir estratégias culturais, políticas culturais ou, melhor ainda, políticas de identidade9.

Compreender estes processos em suas complexidades significa entender como as relações de poderes (hegemônicos ou contra-hegemônicos) acontecem na esfera da política e como essas relações não podem preceder da utilização da esfera midiática. O desenvolvimento de políticas culturais que afirmem uma especificidade através de um discurso de coesão social delimitador, como a política empreendida pelo governo do estado do Pará, gera um processo de exclusão e ocultação das diferenças, segundo Barbalho:

"Quando uma política pública de cultura promove o discurso identitário ela corre um grande risco de, no fim das contas, colocar em ordem, gerenciar, o processo de diferenciação, que é um movimento de instabilidade, de dispersão. Ela acaba por instaurando o Idêntico lá onde pulsam as diferenças" (BARBALHO, p. 129, 2008.)

9 BARBALHO, 2001.

Ao analisar as políticas culturais na região amazônica, pode-se perceber a complexidade das relações entre Estado e cultura na contemporaneidade. Pode-se perceber, nessas políticas, que a cultura espetacularia-se em direção da valorização de produtos tidos como "amazônicos" e da desvalorização dos agentes sociais que produzem a cultura de forma vivenciada. Uma política cultural que atue a favor da democracia cultural deve priorizar as diferenças, os conflitos, lutas e embates simbólicos. Deve possibilitar a pluralidade e a possibilidade de surgimento de lugares de visibilidade mais democráticos. Desses pressupostos devem partir a formação de "*novas políticas culturais da diferença*" (BARBALHO, 2005). As principais características dessas políticas culturais seriam:

"*quebra da homogeneidade em benefício da multiplicidade e da heterogeneidade e a rejeição dos valores abstratos e universais em nome do específico, do concreto, do particular. Uma nova política cultural da diferença que historiciza, contextualiza, multiplica, orientada por valores contingentes, variáveis, provisórios, enfim, processuais*" (BARBALHO, 2005, p. 2).

5 – Políticas culturais da diferença e processos midiáticos

Se a cultura é o âmbito por excelência das novas formas de fazer política na sociedade contemporânea, o lugar de visibilidade dessas disputas é a mídia. Para as minorias, o campo midiático, como campo atuante nas esferas de produção, circularidade, consumo e distribuição de bens simbólicos e práticas culturais, pode ser a instância primeira de visibilidade, legitimidade e credibilidade dos seus discursos. SODRÉ afirma que

"A noção contemporânea de minoria (...) refere-se à possibilidade de terem voz ativa ou intervirem nas instâncias decisórias do Poder aqueles setores sociais ou frações de classe comprometidos com as diversas modalidades de luta assumidas pela questão social. Por isso, são considerados minorias os negros, os homossexuais, as mulheres, os povos indígenas, os ambientalistas, os antineoliberalistas etc." (SODRÉ, 2005, p.12)

Ainda sob esta perspectiva, acrescenta BARBALHO:

"É a mídia que nos dias de hoje detém o maior poder de dar a voz, de fazer existir socialmente os discursos. Então, ocupá-la torna-se tarefa primordial da política da diferença, dando vazão à luta das minorias no que ela tem de mais radical (no sentido de raiz): poder falar e ser ouvida (BARBALHO, 2005, p. 36)

É uma posição contraproducente pensar a comunicação apenas como um mecanismo de reprodução das dinâmicas de domínio, controle social, consumismo etc. Deve-se pensar a comunicação como um campo possuidor de potencialidades e mediador das dinâmicas de sociabilidade contemporâneas. Nesse sentido a mídia é um espaço de politização da cultura que deve ser disputado, inclusive tornando-a objeto de políticas publicas, e com isso fazendo a intersecção entre as políticas culturais e políticas de comunicação. Essa perspectiva pressupõe a possibilidade de dar voz, fala, às minorias, ou seja, a comunicação pensada a partir da perspectiva da transformação, e não apenas da reprodução social. Segundo HOPENHAYN:

"El campo decisivo de lucha en la articulacion entre cultura y política se da cada vez más en la industria cultural, y que dicha articulación no se decide tanto en 'el modo de producción' como en las 'condiciones de circulación'. En otras palabras, no es tanto la producción de sentido sino en su circulación donde se juegan proyetos de vida, autoafirmación, de identidades, estéticas y valores. Em el campo de la circulación hoy dia se desarolla uma lucha tenaz, molecular y reticular por apropriarse de espacios comunicativos a fin de plantear demandas, derechos, visiones de mundo y sensibilidades. En la circulación, mucho más que en la producción, la cultura deviene política" (HOPENHAYN, 2001, p. 72 apud BARBALHO, 2008, p. 37)

É fundamental, portanto, construir mecanismos e/ou processos articuladores entre a esfera pública e os esforços cotidianos (ou as lutas e políticas das minorias). É nesse sentido que as políticas de cultura e comunicação, atuantes como formas de visibilidade social, e através da circularidade, politizam a cultura, negando a tradição liberal e multiculturalista, e atuando a favor do interculturalismo. Segundo BOLÁN

"*En concepciones multiculturales se admite la diversidad de culturas, subrayando su diferencia y proponiendo políticas relativistas de respecto, que a veces refuerzan la segregación. En cambio, la interculturalidad remite a la confrontación y el entrelazamiento, a lo que sucede cuando los grupos entran em relaciones de intercambio. Ambos términos implican dos modos de producción de lo social: la multiculturalidad supone la aceptación de lo heterogéneo ; la interculturalidad implica que los diferentes son lo que son em relaciones de negociación, conflicto y prestamos recíprocos"* (BÓLAN 2006, p. 98) .

O multiculturalismo reconhece que há diversidade, mas adota uma tradição universalista e liberal de primar pela harmonia e pela de paz, partindo de um utópico "reconhecimento" entre as culturas. O interculturalismo, no entanto, é o território da diferença, é o espaço da negociação e do conflito, visto como tensão produtiva, como conhecimento e reconhecimento do outro, interferência e tensões existenciais. É o território da política das minorias, vistas como vetores de democracia cultural, em contraposição à visão (talvez ainda predominante) de democratização da cultura:

"La democratización de la cultura tenía como objeto uma concepción de la cultura muy próxima a la cultura elitista y al patrimônio, de ahí su afán de extensión al conjunto de la sociedad. (...) La democracia cultural, em cambio, al pensar la cultura de uma manera amplia, no veia em la difusión de las obras artísticas su razón de ser, sine em el fomento de la creatividad y el respecto a la común dignidad de las culturas de cada pueblo" (Ibidem, p. 86)

Para que um governo democrático estabeleça uma nova política cultural das diferenças, os gestores de políticas culturais devem, acima de tudo, permitir-se experimentar pensar novas formas de circularidade, reflexão, diversidade e

gratuidade, pois estes são quesitos fundamentais para quem sonha com uma política cultural que favoreça o fortalecimento da sociedade e um estado de direito plural e democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBALHO, A.(2001) Políticas de cultura, políticas de identidade. Mídia e cultura nas mãos da juventude. Anais do XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2001. Minas Gerais: Campo Grande.

_____(2003). Espetacularização da Cultura nos"Governos das Mudanças". O Público e o Privado, 2., 95-104.

_____ (2004). Estado, mídia e identidade: políticas de cultura no Nordeste contemporâneo. ALCEU, 8. 156-157.

_____. (2006) A política em estado de sedução. Diálogos Possíveis, 5(2). 180-188.

_____.(2007) Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença. In: RUBIM, A. & BARBALHO, A. (orgs). Políticas culturais no Brasil. Salvador: EDUFBA.

_____.(2008) Textos Nômades:política cultura e mídia. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

BOLÁN, E. N. (2006). La política cultural: temas problemas y oportunidades. México, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes/Fondo Regional para la Cultura y las Artes de la Zona Centro.

BOURDIEU, P.(1998).A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva.

_____.(2002). O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CANCLINI, N.(2006) Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

_____.(2008) Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

CARVALHO, R. (2007). ImagemMarca e Continuismo Político: A Era Tasso no Ceará. http://www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/Rejane2001.pdf (Consultado na Internet em 5 de outubro de 2007).

CASTRO, F.(2005). A encenação das identidades na Amazônia contemporânea. Laboratório de Sociomorfologia. Belém, UFPA.

_____.(2006).Reorganizações identitárias na Amazônia brasileira. Laboratório de Sociomorfologia. Belém, UFPA.

DAGNINO, E. (1994). Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense.

DEBORD, G.(1997). A sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto.

DURHAM, E.(1977) A dinâmica cultural na sociedade moderna. Rio de Janeiro: Ed. Inúbia.

FOUCAULT, M. (1995) .Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

HALL, S. (1999). A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A.

JACKS, N (1999).Mídia Nativa: indústria cultural e cultura regional. Porto Alegre. Editora da Universidade/UFRGS.

_____.(2005) Comunicação e recepção. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

ORTIZ, R. (1988) A moderna tradição brasileira. São Paulo: Brasiliense.

PARÁ.Governador (1999). Mensagem à Assembléia Legislativa: apresentada em 22 de fevereiro de 1999. Belém.

_____ (2003) . Mensagem à Assembléia Legislativa: apresentada em 15 de fevereiro de 2003. Belém.

ROCHA, E. (1985). Magia e capitalismo. São Paulo: Brasiliense.

RUBIM, A.(2000). A contemporaneidade como idade mídia. São Paulo: Revista Interface_ Comunicação, Saúde, Educação,4(7), 25-36.

Territórios e Territorialidade: Os Clubes Negros em Santa Catarina e a Formação das Cidades na Região Carbonífera no Sul do Estado.

João Carlos Nogueira
Universidade de Trás-os- Montes e Alto Douro- UTAD
j.c.nogueira@terra.com.br

***Resumo*:** As transformações econômicas, sociais, políticas e culturais ocorridas nos anos 80 do século XIX, até as primeiras décadas do século XX, revelam questões centrais como: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a produção agrícola e suas crises, os processos de industrialização, urbanização acelerada e consequentemente novos conflitos sociais, os quais as forças coercitivas do Estado ainda não haviam operado, e a existência dos Cortiços que recortavam as cidades, revelam a primeira grande demarcação dos territórios urbanos, onde ficavam nitidamente definida as relações de classes, étnicas, raciais e de nacionalidades, resultado do processo de imigração e a prioridade a esses no acesso ao emprego e a ocupação. A segregação sócio-territorial, as práticas discriminatórias étnico-raciais e a hierarquização dos espaços nos processos de desenvolvimento, crescimento e expansão das cidades, criam o ambiente sócio-cultural para o surgimento dos denominados Clubes Negros no Brasil, que são construídos como alternativa de lazer, construção identidade e alteridade, dado ao tratamento hostil e segregacionista que a comunidade negra sofreu de forma mais intensa no final do século XIX e início do século XX, que perdurou em muitas cidades e regiões brasileiras até os anos 80, onde não era permitida a entrada de "negros" em clubes sociais de "brancos". Este estudo pretendeu compreender o papel social dos Clubes Negros na formação do território e dimensionar o seu valor histórico para o patrimônio sócio-cultural catarinense e brasileiro.

Uma síntese da formação urbana no Brasil

Os debates em torno da ocupação do espaço geográfico, do território e sua gestão no "mundo urbano" iniciam-se no Brasil com maior vigor no final do século XIX e início do século XX, notadamente com a abolição formal da escravidão em 1888 e ingresso na primeira republica em 1889. É a partir destes dois marcos históricos que crescem as preocupações das elites rurais e urbanas com o desenvolvimento das cidades e sua urbanização. Naturalmente intensificada pelos efeitos tardios da I Revolução Industrial ocorrida no continente europeu, que no Brasil se estende ao longo das primeiras décadas do século XX.

A população brasileira urbana entre 1890 e 1920 representava em torno de 10,7% de um total de 14,3 milhões, a partir deste período com processos de crescimento acelerado nas regiões nordeste, leste, São Paulo e sul. No estado de São Paulo, o processo mais acelerado no período, a população urbana representou um salto de 43% (ROSSINi, 1988, In: SANTOS, 2005).

No final da década de 20 a urbanização do interior, evoluindo de forma acelerada e atomizada foi reforçada pelo movimento de capitais mercantis locais proporcionando investimento de origem privada de companhias de energia, de telefone, de meios de transporte, bancos, instituições de ensino, armazéns para venda de implementos agrícolas e sementes, postos de gasolina, etc., instrumentos e equipamentos estes, que são as marcas do desenvolvimento industrial e urbano, embora, o produto interno bruto (PIB) brasileiro, estivesse ancorado ainda na produção agrícola.

A urbanização brasileira conhece nitidamente dois grandes regimes ao longo das diferentes periodizações: após os anos 1940-1950, os nexos econômicos ganham enorme relevo e impõe-se às dinâmicas urbanas na totalidade do território (SANTOS, 2005); outro processo se desenvolve com o crescimento demográfico, que oscilou nos finais do século XIX e início do século XX, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial onde ocorre um crescimento sustentado em todas as capitais.

O Brasil foi durante muitos séculos um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia sem dúvida para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes.

Esse quadro é relativamente quebrado a partir da segunda metade do século XIX, quando, a partir da produção de café, o estado de São Paulo se torna pólo dinâmico da vasta área que abrange os estados mais ao sul e vai incluir, ainda que de modo incompleto, o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ainda aqui, a explicação pode ser buscada nas mudanças ocorridas tanto nos sistemas de engenharia (materialidade), quanto no sistema social. De um lado, a implantação de estradas de ferro, a melhoria de portos, a criação de meios de comunicação atribuem uma nova fluidez potencial a essa parte do território brasileiro. De outro lado, é aí também onde se instalam, sob os influxos do comércio internacional, formas capitalistas de produção, trabalho, intercâmbio, consumo, que vão tornar efetiva aquela fluidez. Trata-se, porém, de uma integração limitada, do espaço e do mercado, de que apenas participa uma parcela do território nacional. A divisão do trabalho que se opera dentro dessa área é um fator de crescimento para todos os seus subespaços envolvidos no processo e constitui um elemento de sua crescente diferenciação em relação ao resto do território brasileiro. (Santos, 2005, p. 29-30)

As transformações econômicas, sociais, políticas e culturais ocorridas nos anos 80 do século XIX, até as primeiras décadas do século XX, revelam questões centrais como: a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a produção agrícola e suas crises, os processos de industrialização, urbanização acelerada e consequentemente novos conflitos sociais, os quais as forças coercitivas do Estado ainda não haviam operado, e a existência dos Cortiços que recortavam as cidades, revelam a primeira grande demarcação dos territórios urbanos, onde ficava nitidamente definida as relações de classes, etnias raciais e de nacionalidades, resultado do processo de imigração e a prioridade a esses no acesso ao emprego e a ocupação.

A classe dominante na Primeira República (1889-1930) construiu um meticuloso discurso pseudocientífico da inferioridade dos ex-escravos negros, agora, entre os "livres" pobres e marginalizados, para justificar a mão-de-obra dos imigrantes europeus, também "pobres" más para a elite ilustrada, "civilizada". Esta operação é importante, na medida em que se trata de definir quem pode constituir o pacto de igualdade entre os homens na ordem liberal republicana e quem está fora dele, ou seja, é por meio deste argumento que se justificam ações repressivas contra determinados indivíduos ou grupos sociais. "Abrir as portas para a pobreza européia, atraindo-a, e dar a ela o lugar de "assalariado" implicou diferenciar internamente a pobreza, produzindo ao mesmo tempo a figura do *"marginal" e usando para isso uma estigmatização racial. Colocada sobre ela estava a definição dos lugares que cada grupo ocuparia na hierarquia do espaço social"* (ROLNIK, 1994, p. 96)

A segregação sócio-territorial, as práticas discriminatórias étnico-raciais e a hierarquização dos espaços nos processos de desenvolvimento, crescimento e expansão das cidades cria o ambiente sócio-cultural para o surgimento dos denominados Clubes Sociais Negros no Brasil, que são construídos como alternativa de lazer, construção de valores da identidade coletiva e da alteridade, dado ao tratamento hostil e segregacionista que a comunidade negra sofreu de forma mais intensa no final do século XIX e início do século XX, onde vigorou de maneira intensa a denominada política do "*branqueamento*", ou seja, o desejo das elites brasileiras de tornar o pais dos trópicos, á imagem dos paises europeus, em particular Alemanha, Portugal e Itália de onde a imigração foi mais intensa, embora essa elite se "espelhasse" muito na cultura francesa. Esta "idéia" fora do lugar da superioridade dos imigrantes europeus e da inferioridade dos nativos engendrou-se nos valores e nas praticas sociais, mesmo abaladas pelos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, na década de 40, pelo nazismo e o fachismo, o separatismo de raça, classe e status, perdurou em muitas cidades e regiões brasileiras até os anos 80, onde não era permitida a entrada de "negros" em clubes sociais de "*brancos*".

É neste período pós-abolição da escravatura (1888) e proclamação da república (1889) até os anos 30, que se desenvolve o intenso debate em torno do "Projeto Nacional e a Construção da Nação", ou seja, a definição do "espaço" e dos "territórios" e do lugar de cada grupo étnico e racial. E importante ressaltar que há um prolongamento deste debate ate os anos 50 e inicio dos anos 60 do século XX, onde o processo de urbanização e os conflitos em torno dos "destinos" da Nação, são decisivos, obstados pelo Golpe Militar de 64.

Os Clubes Social e Recreativo das Comunidades Negras, como a maioria assim foi sendo denominada, foram construídos com muita arte e com detalhes arquitetônicos, e naturalmente nos centros dos territórios das comunidades negras urbanas principalmente, mas é neste ambiente social, político cultural e econômico que eles são constituídos pelas lideranças e famílias negras de cada região, estados, municípios ou territórios. Somam-se mais de 80 em âmbito nacional, com maior concentração na região sul e sudeste do país. Os Clubes, as Igrejas, as Casas de Santo e as Irmandades dos Pretos, formaram possivelmente a primeira "rede" de resistência urbana, cultural e política da população negra no Brasil.

A pesquisa em curso e o artigo que desenvolveremos exploram uma perspectiva multidisciplinar: o papel social da arqueologia; o significado do território demarcado enquanto patrimônio cultural; a relevância destes Clubes Negros para a consciência e resistência cultural das comunidades negras em Santa Catarina e sua importância na formação e desenvolvimento das cidades.

Os clubes negros no Brasil

Os Clubes Negros no Brasil surgiram em meados do século XIX, como alternativa de sociabilidade entre a comunidade negra, com caráter de resistência e de fraternidade entre as famílias afro-brasileiras, sobretudo abrigando aqueles com maior necessidade. Estes espaços estimularam uma grande rede de solidariedade e representavam alternativas para ajudas com custeio de funerais e de fortalecimento econômico aos com maiores dificuldades.

Os Clubes Negros, Irmandades e os Quilombos, marcam a história do Brasil e seus processos de desenvolvimento social, econômico e cultural. Os Clubes particularmente, bem identificam o racismo e a discriminação intensa sofrida pela população negra ao longo do período de 1850 aos anos 30 do século XX, embora permeados por Leis que buscavam destensionar os conflitos e resistências ao trabalho escravo, assim, a Lei Eusébio de Queirós de 1850, que determinava o fim do Trafico de escravo, mas que não cessou o comércio escravagista; A Lei do Ventre Livre de 1871, que não interrompeu a violência contra as crianças nascidas a partir daquela data, e a Lei Áurea de 1888, que aboliu formalmente a escravidão, mas não permitiu o trabalho livre e o acesso a educação para os ex-escravos.

São estes movimentos de conservar e prolongar a escravidão, em meio as fortes insurgências dos escravos, libertos e abolicionistas que abrem os caminhos para a Proclamação da República em 1889.

Estima-se que entre os anos 80 do século XIX e os anos 30 do século XX, centenas de Clubes Negros, Sociedades Recreativos, Igrejas, Irmandades e outros espaços similares tenham sido construídos pelas famílias negras com objetivos comuns: Garantir a sociabilidade e resistência. Todos estes espaços físicos, territoriais, culturais e simbólicos são de valor arqueológico inestimável.

Na atualidade existem em torno de 200 Clubes negros no Brasil, 63 deles participaram do I Encontro Nacional de Clubes Negros realizado em Sana Maria, no Estado do Rio Grande do Sul nos dias 24 a 26 de novembro de 2006, com a presença de aproximadamente 300 representantes, com os seguintes Estados presentes: Rio Grande do Sul representando 59 (cinqüenta e nove) clubes, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, totalizando mais 14 clubes.

O Estado do Rio Grande do Sul concentra no Brasil a maioria dos Clubes Negros e também o mais antigo Clube em atividade, que é a Sociedade Beneficiente Cultural Floresta Aurora, fundada em 1872.

A arqueologia e os sujeitos sociais

A arqueologia abre novas perspectivas de conhecimento, sobretudo para as áreas das humanidades, quando invoca o conceito de "comunidade" como sujeito ativo nos processos de preservação patrimonial. Este novo paradigma alimentado a partir de seus conceitos clássicos como: a preservação do patrimônio arqueológico, os bens de natureza material e imaterial, ou seja, o conjunto do patrimônio cultural de um "território" possibilita procedimentos metodológicos que rompem com a dinâmica "fria" do ofício do arqueólogo, o de procurar, analisar, classificar, guardar e no limite, expor as "peças" ou um bem cultural.

A abordagem de arqueologia social e representações sociais (BASTOS, 2007) abre novos caminhos para as pesquisas no campo da sociologia, fortalecendo a partir destes referenciais teóricos, a etnografia e a etnologia particularmente. É evidente que numa perspectiva interdisciplinar, multicultural e transdisciplinar (FOUCAULT, 1987; MORIN, 2000; BASTOS, 2006), outras áreas do conhecimento como a história, a geografia, a arquitetura e a antropologia, nutrem ainda mais a proposta de uma arqueologia social.

No Brasil, as dimensões do patrimônio histórico e cultural, precisam ainda serem melhor recortadas a partir da presença da população negra na formação das cidades, onde os clubes negros, as igrejas (São Benedito, Nossa Senhora do Rosário...etc.), os terreiros de candomblé, casas de umbanda, afoxé, terreiro de mina, comunidades negras rurais quilombolas e tantas outras manifestações culturais, fazem parte do denso patrimônio histórico cultural brasileiro e da sua dinâmica social, com seus conflitos e exclusões que sempre habitaram as práticas da sociedade brasileira.

A formação dos territórios e a exclusão étnico-racial.

A construção dos espaços e dos territórios como o da própria nação brasileira, estes, vão sendo demarcados ao longo do tempo, sempre palmilhados pelos conflitos, dominação e hegemonia de classes ou de grupos sociais, compreendidos aqui nas representações da esfera pública e de poder.

No Brasil, os conflitos interétnicos, urgidos dos conflitos de classes sociais, econômicos e culturais, se manifestam como negação e exclusão do outro, do diferente, ou seja, negros e brancos pobres, principalmente, em grande medida não faziam parte do desenvolvimento e construção das cidades e vilas, como cidadãos ativos e com iguais direitos.

a grande maioria dos trabalhadores não qualificados (constituída sobretudo por negros e mulatos) e da chamada marginalidade (biscateiros, vagabundos, criminosos, artistas, prostitutas - composta principalmente por negros, mulatos e migrantes do Sul da Itália) era habitante dos cortiços, do ponto de vista econômico a fronteira entre os " encortiçados" e " moradores de vilas" não era claramente demarcadas. No entanto, do ponto de vista ideológico, ela é fundamental, opondo de um lado " *perigosos marginais*" e do outro " *pobres trabalhadores*". A fronteira é o limiar de clandestinidade: um lado é a miséria permitida, útil, explorada, o outro, a miséria ilegal, perigosa. (ROLNIK, In: KOWARICK, 1988, p. 100).

A formação e construção das cidades no Brasil, a partir do século XVIII, obedecem á lógica da dinâmica do capitalismo dependente e agro-exportador. A economia e as políticas orientavam os sentidos do deslocamento das populações, se de uma lado tinha-se uma forte imigração de territórios europeus, de outro, os ex-escravos e trabalhadores livres, migravam de cidades e regiões, em busca da sobrevivência, é dessa maneira que se formam os primeiros "*núcleos*" da população negra no litoral catarinense e demais cidades do Estado.

Conclusão

Compreender a formação dos territórios na dinâmica da construção da urbanização brasileira, é um desafio teórico e metodológico que se impõe, tornando-se ainda mais inquietante quando buscamos compreender a presença da população negra na formação das cidades em particular no sul do Brasil.

É possível concluir preliminarmente, que a formação das cidades no Brasil, reconhecidas por capitais, municípios, estados e distritos que conformam as dimensões urbanas e rurais, num primeiro plano representa a arqueologia do poder, resignificando as culturas dominante em detrimento dos demais saberes, particularmente a dos povos indígenas e das populações negras.

A formação das cidades históricas no Brasil e as contemporâneas entre finais do século XIX e início do século XX, presidem de uma arqueologia com enfoque multidisciplinar para compreender a relevância do papel das populações negras nas construções das cidades a partir de seus territórios de resistências.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, C.M.M. (2004). Onde negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX. São Paulo: Annablume.

BRANCHER, A. (org). (2004). História de Santa Catarina. Florianópolis: Letras Contemporâneas

BANDEIRA, M.L. (1988). Território negro em espaço branco. São Paulo: Brasiliense.

BASTOS, R. L. (2007). Preservação, arqueologia e representações sociais: uma proposta de arqueologia social para o Brasil. Erechim/RS: Ed. Habilis.

FILHO, G. A. (2004). Memória e cultura do carvão em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Cidade Futura

FOUCAULT, M. (1987). Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

HELLER, A. (1985). O cotidiano e a história. São Paulo: Paz e Terra.

KOWARICK, L. (org) (1994). As lutas sociais e a cidade: São Paulo: presente e passado. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

MORI, H. V. (org) (2006). Patrimônio: Atualizando o Debate. Barsília: IPHAN.

MORIN, E. (1998). O método. Porto Alegre: Sulina. (v. 4. As Idéias: habitat, vida, costumes, organização).

MORIN, E. & MOIGNE, L.L.J. (Orgs.). A Inteligência da Complexidade. Peirópolis: Ed. Fundação São Paulo.

MUNANGA, K. (1999). Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Petrópolis. Vozes, RJ.

NÚCLEO DE ESTUDOS NEGROS. (2007). Negros em Santa Catarina. Florianópolis: Atilénde. (Série Pensamento Negro em Educação)

SANTOS, M. (2005). A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp.

ROLNIK, R. (1994). São Paulo: início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, L. (org). As lutas sociais e a cidade: São Paulo: presente e passado. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

O processo da denúncia e não-denúncia: mulheres negras em vivência de violência doméstica

Normélia Maria Freire Diniz Diniz
Universidade Federal da Bahia
normelia@lognet.com.br
Marieve Pereira da Silva Silva

Universidade Federal da Bahia
marievepereira@yahoo.com.br
Nadirlene Pereira Gomes Gomes
Universidade Federal da Bahia
nadirlenegomes@hotmail.com
Climene Laura de Camargo Camargo
Universidade Federal da Bahia
climenecamargo@hotmail.com
Simone Santos Souza Souza
Universidade Federal da Bahia
simonessouza18@gmail.com

Resumo: Estudo qualitativo com objetivo de analisar o processo da denúncia e não-denúncia da violência doméstica em mulheres negras. Os sujeitos do estudo foram onze mulheres auto declaradas como sendo negras (pretas ou pardas) residentes em Salvador-BA. Foram obedecidos os aspectos éticos, regulamentados pela Resolução nº. 196/96. A coleta de dados se deu através da entrevista semi-estruturada. Foi utilizada a Técnica de Análise de Conteúdo de Bardin. O processo de denúncia e não denúncia ancora-se na deficiência da infra-estrutura, na relação no atendimento e na demora dos processos de atendimento e audiência. Desvelaram-se as deficiências existentes em toda tramitação do processo da denúncia que vem por fim refletir em uma das causas da não denúncia. O estudo permitiu melhor compreensão da violência doméstica a partir do olhar das categorias gênero e raça, contribuindo para ampliar as discussões que permeiam o processo de construção do atendimento na Rede.

Descritores: Enfermagem. Violência contra a mulher. Violência doméstica. Raça negra.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher afeta a saúde individual e coletiva, sendo reconhecida como alvo das políticas públicas de saúde. Por sua complexidade, transcende as ações isoladas de um único setor com vista a uma nova abordagem dos problemas sociais de forma intersetorial (1).

Para a mulher negra esta situação se intensifica, pelo caráter duplamente discriminatório: gênero e raça. Estudo da Fundação Seade sobre óbitos em São Paulo revela que 40,7% das mulheres negras morrem antes dos 50 anos. O risco relativo de mortes maternas de mulheres negras é 7,4 vezes maior do que as não-negras. As taxas de alfabetização e escolaridade são de 90% e 83% para as mulheres brancas, contra 78% e 76% para as negras, respectivamente e 60% das famílias chefiadas por mulheres negras têm renda inferior a um salário mínimo (2).

Muitos eventos vêm se configurando em espaços de discussão sobre a eliminação de todas as formas de discriminação, dentre os quais a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial de 1968 e a Convenção contra todas as Formas de Discriminação contra a Mulher de 1979. Ambas apresentam em seus textos dispositivos que obrigam os Estados-Membros a desenvolverem ações, inclusive legislativas, para coibir tanto a discriminação por motivo de raça como por motivo de sexo (3).

> Em 2006 a aprovação da Lei 11.340 cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher estabelecendo, em seu Art. 2o, que toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas às oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (4).

Nesta perspectiva de políticas públicas voltadas à prevenção da violência contra a mulher, é necessário evidenciar a efetividade dos serviços de combate à violência e proteção à mulher.

A criação das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher – DEAM´s, na década de 80, possibilitou a institucionalização da violência doméstica, e posteriormente outras instituições, tais quais: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência e Casas Abrigo. Essas se pautam pela perspectiva da cidadania e dos direitos humanos expressa nos planos normativos que orientam as políticas públicas na direção da defesa dos direitos da mulher (5). Neste contexto, nos questionamos: Por que as mulheres não denunciam? Como se dá o processo da denúncia?

A complexidade e a magnitude da violência contra a mulher, bem como o fato da delegacia ainda representar o equipamento de atendimento à mulher em situação de violência que tem maior visibilidade, nos direcionam para o seguinte objeto de estudo: processo da denúncia e não-denúncia da violência doméstica por mulheres negras.

Objetivamos, pois, analisar o processo da denúncia e não-denúncia da violência doméstica sob a ótica de mulheres negras.

MÉTODOS

Trata-se de um estudo com abordagem qualitativa. Esta permite o aprofundamento no mundo dos significados, das ações e relações humanas, aspectos não abordados em equações, médias e estatísticas (6).

Os sujeitos do estudo foram constituídos por mulheres com história de violência conjugal, auto-declaradas negras (pretas ou pardas), residentes num bairro periférico em Salvador-BA.

Foi realizado o processo de contato com mulheres negras, em que estas foram informadas sobre a relevância do tema, objeto e objetivos da pesquisa, garantido-as confidencialidade das informações prestadas e a não divulgação das suas

identidades. As mulheres, que aceitaram participar da pesquisa, assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, em duas vias, sendo que uma ficou com a entrevistada e outra com a entrevistadora. Também foi solicitado às mulheres o seu consentimento para a gravação das informações. Após a aceitação, estas foram registradas em fitas K7 e posteriormente transcritas em sua íntegra. Foram obedecidos outros aspectos éticos, regulamentados pelo Conselho Nacional de Saúde, de acordo com a Resolução nº. 196/96 que norteia a ética na pesquisa com seres humanos (7).

A coleta de dados, realizada em 2007 após aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (nº. 26/2006), se deu através da entrevista semi-estruturada contendo questões norteadoras sobre o processo da denúncia e não denúncia: "Fale da experiência da denúncia"; "Fale sobre a decisão da não-denúncia". Foram entrevistadas 11 mulheres, momento em que se identificou o esgotamento do conteúdo das informações fornecidas pelas entrevistadas (6)

Para análise do material advindo das entrevistas foi utilizada a Técnica de Análise de Conteúdo de Bardin, especificamente a Análise Temática que consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou freqüência signifiquem alguma coisa para o sujeito analítico estudado. A sistemática da análise temática se deu por meio de três etapas descritas por Bardin: a primeira consistiu na pré-análise, onde permitiu a aproximação com o objeto de estudo através da exaustiva leitura das informações coletadas na entrevista; a segunda na exploração de material e tratamento dos dados, que consistiu na operação e codificação dos dados com o objetivo de identificar os temas eixos e as categorias pertinentes ao tema; e a terceira na interpretação, a qual foi baseada nas leituras de textos sobre a temática (8).

Os dados foram analisados a partir dos relatos das mulheres negras, de acordo com suas experiências, buscando interpretações e significações a respeito do processo da denúncia e não-denúncia da violência doméstica, com abordagem de gênero, raça, estudos relacionados à violência doméstica e políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica.

RESULTADOS

Os sujeitos caracterizam-se por mulheres negras em sua maioria jovens, com baixo nível de escolaridade, com atividades laborais de baixa remuneração, dependentes financeiramente de terceiros, principalmente dos companheiros.

O estudo permitiu analisar o processo de denúncia e da não-denúncia da violência doméstica das representações de mulheres negras. Foram encontrados os seguintes temas e categorias: Denúncia na delegacia – Representação da denúncia; O processo; O atendimento; Não denúncia – Não se perceber em situação de violência; Isolamento; Dependência afetiva; Medo.

DENÚNCIA NA DELEGACIA

Este tema evidencia a representação da denúncia segundo os discursos de mulheres negras que sofrem violência doméstica e que prestaram queixa na delegacia.

Representação da denúncia

Esta categoria diz respeito à representação das mulheres negras acerca da delegacia, mostrando que esta se apresenta como um espaço de denúncia da violência que o homem pratica contra a mulher, independente da sua forma de manifestação, seja ela física, sexual, psicológica, etc. As falas a seguir melhor ilustram tal afirmação: "A delegacia serve para ajudar a mulher quando o homem bate, xinga..." (Ártemis), "... para as mulheres fazerem denúncia contra a violência... tanto de estupro... qualquer outra violência" (Atena).

Os discursos revelam uma percepção mais abrangente por parte das mulheres no que tange as formas de expressão da violência, de modo que não mais se limitam a defini-la enquanto agressão física, visualizando-a também nas relações sexuais forçadas no espaço conjugal como também nas agressões verbais. Tal fato mostra uma mudança nas representações acerca da violência o que pode estar associado a uma maior divulgação sobre a temática na atualidade.

Chama atenção também o fato de que as mulheres entrevistadas representam a delegacia como espaço onde os homens são denunciados. Entretanto, sabe-se que a vivência de violência independe de orientação sexual, conforme rege a Lei n. 11.340/06. Nesta perspectiva, a delegacia pode e deve receber denúncia de mulheres agressoras em relações homo afetivas.

Vale salientar que ao denunciar seus companheiros, as mulheres esperam da delegacia que estes sejam punidos ou que sejam aconselhados na esperança de romper o ciclo de violência vivenciado e, por conseguinte, melhorar sua relação conjugal. A mulher percebe a DEAM como um espaço de defesa dos seus interesses, embora muitas sejam as interpretações acerca da função da delegacia no sentido de conter seu agressor, dentre as quais: castigar e chamar para conversar (9).

Muitas das mulheres representam o papel da delegacia como um espaço de castigo no sentido de cessar a relação de violência doméstica. Para elas, a atuação policial deve ter uma autoridade capaz de coibir o comportamento violento do agressor, amedrontando-o e, conseqüentemente, punindo-o. As falas a seguir elucidam essas considerações:

> ".... a gente devia ir à delegacia e vir com os homens para pegar ele para prender, bater...." (Medusa), ".... que ele fosse para lá pra apanhar das mulheres... e que depois ele ficasse lá um bom tempo para ele aprender.." (Hestia), "... a delegacia não fez o que eu queria... que viesse aqui ou prendesse ele ou levasse ele.. desse pelo menos um medo... (Gaia).

Os discursos mostram que as mulheres percebem a delegacia como um instrumento para amedrontar e se vingar do agressor, a qual, conforme sua visão de mundo, deveria arbitrariamente punir seus companheiros através da privação da liberdade ou da agressão física praticada por mulheres. A este respeito, considera-se a delegacia como uma instituição especifica para a resolução de problemas por meio da repressão (9).

Enquanto algumas entrevistadas buscam castigar seus cônjuges, outras acreditam no aconselhamento. Assim, as mulheres atribuem à delegacia a função de aconselhar seus companheiros com o objetivo de coibir novos episódios de violência, conforme podemos perceber nos seguintes depoimentos:

> "... queria que a delegacia chamasse ele lá pra uma conversa, que não precisasse ser algo de repressão..." (Afrodite), "... só queria que desse um conselho pra ele mudar.." (Hera).

Tal situação mostra a vulnerabilidade das mulheres para novos episódios de agressão e a dificuldade da própria reconstituição de suas vidas.

Identificou-se, nesta pesquisa, que as mulheres buscam a delegacia na esperança de que seus cônjuges mudem e anseiam por uma relação sem violência. Estudo realizado com mulheres que denunciaram a violência conjugal revelou que a maioria não deseja a prisão de seus companheiros (9). Se para as mulheres brancas existem vários fatores que dificultam o rompimento do ciclo da violência, esta situação é intensificada para as mulheres negras, visto que na sua grande maioria apresenta condições de precariedade econômica e social além das questões de estigma relacionadas ao preconceito racial que favorece a baixa da auto-estima.

O processo

Esta categoria analisa o processo de denúncia no que se refere aos aspectos relativos ao tempo gasto em todo o trâmite, desde o percurso para chegada na delegacia até a efetivação da audiência, situações estas detalhadas nas seguintes subcategorias: Demora no atendimento e Demora na audiência.

As mulheres encontram obstáculos no processo da denúncia, tanto em função da falta de logística como também pelo fato da delegacia da mulher de Salvador-Ba localizar-se em bairro não central, o que dificulta o acesso. Destaca-se a situação das mulheres de baixa renda, principalmente aquelas que residem em bairros mais distantes da delegacia, pois, na maioria das vezes, não possuem recursos financeiros para custear o transporte público. Vale referir que o sistema público de transporte por ser deficitário, no que tange a reduzida frota, expõe ainda mais a mulher. Soma-se ainda o tempo gasto para o atendimento propriamente dito, o qual consiste no registro da queixa e, posterior, instauração do inquérito policial. Vejamos as falas a seguir:

> "... eu peguei dois transportes pra chegar lá e eu não tinha dinheiro pra ir, tive que pedi emprestado. O processo também é demorado... você tem que passar pela triagem..." (Afrodite), "... demorou muito... Me botaram lá no banco sentada e eu fiquei esperando..." (Nemesis).

Percebe-se, assim, que até a formalização da denúncia, estas mulheres, muitas vezes com marcas visíveis da violência sofrida, ficam expostas ao ambiente público o que provoca o extremo constrangimento.

As mulheres ainda enfrentam a demora na continuidade do processo que consiste na convocação do agressor para depoimento. Esta lentidão, por sua vez, gera sérios transtornos dentre os quais: descrédito no processo e desistência da vítima em dar continuidade à apuração da queixa. Podemos observar nas falas:

> "..... esperar três meses para uma audiência é muito difícil... eu não acredito muito nessa delegacia.. me sinto desmotivada, desacreditada... larguei de mão..." (Gaia), "... tem vez que o homem nem vai e depois tem que remarcar de novo. É uma enrolação..." (Ártemis).

Neste sentido, no intervalo de tempo entre a queixa e a audiência, o agressor por ter ciência da denúncia poderá realizar sérias ameaças à suas companheiras, amedrontando-as a ponto destas não darem continuidade ao processo, como podemos observar:

> "... Ele me espancou... quando chegou no outro dia eu peguei e fui dá queixa.... eu fiquei com medo porque ele me fez ameaça... eu fui e retirei a queixa...." (Nemesis).

A justiça pública possui um processo lento para averiguação dos casos de violência, o que deixa a mulher desprotegida e vulnerável a novos episódios de violência (10). Assim, as mulheres voltam a compartilhar o espaço doméstico junto com o seu agressor, o que a torna vulnerável a sofrer outras agressões.

O atendimento

Conforme as mulheres, o atendimento está diretamente relacionado com a infra-estrutura disponível e com a relação interpessoal no processo de denúncia a qual, quando não satisfatório, direciona a decisão da mulher em não mais denunciar. Estes aspectos foram elucidados a partir das subcategorias: infra-estrutura e relação no atendimento.

Neste estudo, as mulheres revelam o desconforto em relatar sua história de violência sem o mínimo de privacidade já que não existe um local específico para atendimento individualizado que garanta a confidencialidade das informações e minimize a angústia de relatar sua vivência. No entanto, o espaço de atendimento inadequado expõe a mulher, interferindo na qualidade da relação no processo de atendimento:

> "... a DEAM deve ter um tratamento individualizado... tanto eu presenciava as brigas do casal.. como as pessoas ficaram sabendo do meu problema.. é uma coisa muito exposta..." (Hera); "... me senti um pouco retraída.. muita vergonha.. deveria ter uma sala especializada.. porque é um negócio aberto.. os policiais vendo tudo... todo mundo vendo.. a pessoa não se sente à vontade para estar colocando..." (Gaia).

Um outro aspecto que interfere na qualidade da assistência diz respeito à relação interpessoal estabelecida entre o profissional e a mulher, já que, pela própria especificidade do fenômeno da violência doméstica, esta se encontra fragilizada e com baixa auto-estima, dificultando o rompimento do ciclo de violência. Vejamos as falas:

> "... quando a gente foi lá... o homem disse: daqui a 15 dias ou menos de 15 dias você mesmo vem e tira..." (Ártemis), "... o cara que estava fazendo a ficha disse... isso era só aqui na hora... e que com o tempo eu ia voltar pra ele de novo... ele falou pra minha mãe: "ela esta precisando de uma boa surra... ela mesmo gosta". (Hestia)

Os relatos acima demonstram o despreparo por parte dos profissionais que atendem as mulheres em situação de violência doméstica, mas especificamente as mulheres negras. Estas, além da violência que já foram expostas, sofrem ainda as conseqüências do racismo institucional em suas diversas formas de manifestação. Observa-se, portanto, que estes profissionais emitem juízo de valor acerca das denúncias feitas e opinam quanto à conduta que deverá ser adotada pela mulher.

Estudos revelam o mau atendimento prestado pelos profissionais dos serviços haja vista que estes as atendem de forma indelicada e as culpabilizam pela agressão sofrida. Assim, muitos profissionais que atendem as mulheres em situação de violência atuam de forma preconceituosa e discriminadora por conta da ausência sistemática e regular de capacitação na temática violência de gênero e étnica (11-12).

Entretanto, este atendimento discriminatório causa constrangimento para as mulheres, inibindo-as de buscar novamente este serviço na ocorrência de outras agressões:

> "...eu queria que me dessem palavras de incentivo.. não era pra dizer que estava com ele porque eu gostava de apanhar... eu não tenho coragem de ir mais não... porque eu tenho vergonha..." (Hestia); "...o acolhimento da delegacia é o que afasta você.. você vai toda magoada lá.. toda confusa.. se quer ou não quer denunciar... chega e te julgam como é que você não consegue sair dessa situação .. uma mulher independente.. emprego e tudo.. como é que você não sai disso.. (Hera)

Torna-se importante que todas as instituições de atendimento a mulher em situação de violência, como a delegacia da mulher, invistam no preparo de seus funcionários de modo que estes compreendam bem o papel da entidade bem como suas competências. As mulheres procuram a delegacia da mulher pelo fato da violência ser percebida como um fenômeno que se restringe à esfera policial, desconsiderando seu caráter multifacetado (9). Neste sentido, percebe-se a necessidade das delegacias serem mais bem preparadas para o atendimento.

NÃO-DENÚNCIA

Muitos são os argumentos apontados pelas mulheres como motivo que as levam a não denunciar.

Não se perceber em situação de violência

As entrevistas mostram que muitas mulheres, em vivência de violência sexual, não denunciam seus companheiros, pois representam a relação sexual como atividade inerente a sua função de esposa. Chama atenção o fato de que mesmo sem vontade, a mulher se submete a praticar relação sexual que, na maioria das vezes, lhe repugna, e ainda assim não se reconhece violentada:

> "...às vezes me pegava a pulso, queria me usar por detrás, me forçou a isso... eu sentia nojo dele... mas nunca pensei em denunciar ele porque eu não sabia que eu podia denunciar ele por causa disso porque eu pensava que fosse do sexo mesmo, que era obrigação minha..." (Medusa).

Neste caso, o estudo nos faz perceber que a mulher percebe que seu companheiro desconsidera seu desejo, focando apenas na sua necessidade sexual.

A invisibilização da violência também é apontada, mostrando a sua naturalização (13). Esta invisibilidade se deve à falta de informação e divulgação nos meios populares (10).

Isolamento

Ainda que a mulher se perceba em vivência de violência, o isolamento configura-se em um fator que impede a denúncia. Isso se dá pelo fato da mulher encontrar-se sozinha, isolada no seu mundo doméstico e, portanto, sem contato com qualquer pessoa que possa lhe fortalecer para o processo de rompimento do ciclo da violência, que pode ser iniciado através da denúncia. A seguinte fala ilustra como a mulher representa o isolamento e a sua permanência no cerco da violência:

> "...o homem afasta a gente das amizades... da família... do mundo.. para que quando aconteça à situação de violência você não tenha apoio... você só veja ele como apoio... é uma tortura.... ele acaba sendo ao mesmo tempo o agressor e o acolhedor..." (Hera).

A idéia de que a violência entre parceiros íntimos é um problema privado está associada ao fato da mulher em vivência de violência sentir-se isolada, vulnerável e presa à sua situação (14-15).

Dependência afetiva

Esta categoria revela que o sentimento que a mulher refere nutrir pelo companheiro também se mostra como motivo para a não-denúncia, tornando as mulheres fragilizadas para a busca de saídas da violência. Os discursos que se seguem representam a impotência da mulher diante da relação de dependência afetiva com seu companheiro:

> "... ele me proibia de trabalhar fora, de fazer amizade, de vestir determinadas roupas... e eu já me sentia violentada... Uma vez, ele me deu dois murros na cara... mas eu nunca denunciei ele... porque eu gostava dele..." (Medusa), "...Eu não saia da relação porque eu gostava dele. Eu não pensava em mim..." (Afrodite).

O fato das mulheres afirmarem que gostam de seus companheiros apesar de sofrerem violência doméstica e, por isso, não o denunciam, nos instigou a refletir sobre o sentimento contraditório que permeia o fato de "*gostar daquele que me violenta"*. Isso mostra que as mulheres, nesta situação têm dificuldade de se perceberem como sujeito, se anulando como pessoa. Esse comportamento talvez seja mais freqüente em mulheres negras devido ao contexto social de exploração onde foi forjada sua identidade, durante séculos a fio.

O conceito de dependência costuma incluir diferentes tipos de fenômenos, entre eles aquele que significa submissão, ou seja, a incapacidade da mulher se manter, condicionando-a em função do outro; e a dependência que faz com que a mulher se ajuste ao que outra pessoa espera dela por medo do abandono. Por outro lado, a dependência pode advir da necessidade que se tem de outra pessoa para cobrir suas carências afetivas (16).

Medo

O medo é mais um motivo para a não-denúncia. As mulheres são ameaçadas pelos agressores implicando não só na interrupção do processo de denúncia como também na inibição do registro de novas denúncias: "... eu não denunciaria ele novamente por conta das ameaças.

> Eu tenho medo.. eu já abandonei duas queixas.. pela questão que ele é envolvido com coisa de gente ruim (trafico)..." (Gaia), "...Eu nunca denunciei... porque ele era errado... roubo de banco...por isso que eu passei tanto tempo sofrendo violência.. era uma coisa forçada.. não podia envolver a polícia... se eu denunciasse, ele ia acabar comigo.. me matar..eu tinha medo..." (Circe).

O estudo mostra que algumas destas mulheres são companheiras de homens agressivos; que não temem a morte; envolvidos com crimes de alto poder ofensivo e atividades violentas; habituados ao uso de armamentos e presos a uma estrutura hierárquica que comanda o crime organizado. Desta forma, ao denunciar, a mulher envolve numa investigação policial, não somente seu companheiro, mas sim um homem do crime. Neste sentido, a investigação de caráter conjugal/doméstico poderá avançar para uma investigação criminal, vulnerabilizando não apenas o agressor como também os demais membros do grupo criminoso. Diante das considerações expostas, ao receber uma ameaça do agressor, a mulher esta recebendo uma ameaça do grupo no qual seu companheiro está envolvido, sendo, neste contexto, compreensível o medo de denunciá-lo.

Muitas mulheres ameaçadas por denunciarem seus companheiros, não são protegidas, evidenciando a deficiência da segurança pública (10). No que tange as mulheres cujos companheiros estão envolvidos com o crime organizado, esta situação se agrava exigindo maior articulação dos equipamentos de atendimento as mulheres em situação de violência, como as delegacias e as casas abrigo, com os órgãos de segurança pública que são: as Polícias Militar, Civil e Federal, Ministério Público e órgãos da justiça. É preciso, portanto, fortalecer a rede de atendimento a partir de políticas públicas de atenção à mulher em situação de violência (17-18).

CONSIDERAÇÕES

O processo de denúncia e não denúncia da violência doméstica ancora-se na deficiência da infra-estrutura, na relação no atendimento e na demora dos processos de atendimento e audiência dos órgãos públicos. Desvelaram-se as deficiências existentes em toda tramitação do processo da denúncia que vem por fim refletir em uma das causas da não denúncia. O estudo também aponta a falta de clareza pelas mulheres com relação à função e papel de cada equipamento que integra a rede de atendimento à mulher em situação de violência.

O estudo atende a Lei Maria da Penha por buscar a compreensão da violência doméstica a partir do olhar das categorias gênero e raça, contribuindo para ampliar as discussões que permeiam o processo de construção do atendimento na Rede.

A contribuição para área da saúde se dá por oferecer subsídios para os profissionais em saúde refletirem acerca da importância da rede de atendimento. A enfermagem ocupa posição privilegiada, em especial quando inserida na Estratégia Saúde da Família, podendo melhor utilizar os recursos e equipamentos da Rede.

REFERÊNCIAS

1. Minayo, M. C. S. & Ednilsa, R. S. (1999). É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. Ciência Saúde Coletânea, 4 (1), 7-32.

2. Campanha 16 Dias (2006). Violência de gênero e raça atinge mulheres negras no Brasil. http://www.campanha16dias.org.br/Ed2006/SalaImprensa/Index.asp?Artigo=13 (Consultado na internet em 03 de março de 2007).

3. Silva, H. J. (2001). Mulher e Negra: A Necessidade de Demandas Judiciais Específicas. In: As Mulheres e a Legislação contra o Racismo. Rio de Janeiro: CEPIA, 9-42.

4. Brasil. Lei n. 11.340 (2006). Diário Oficial da União. http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. (Consultado na internet em 12 de junho de 2007).

5. Sarti, C. A. (2004). O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. Revista Estudos Feministas, 12(2), 35-50.

6. Minayo, M. C. de S. (1998). O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO.

7. Conselho Nacional de Saúde (1996). Resolução n. 196. Bioética, 4, 15-25.
8. Bardin, L. (1997). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições.
9. Brandão, E. R. (2006). Renunciantes de direitos? A problemática do enfrentamento público da violência contra a mulher: o caso da delegacia da mulher. Revista de Saúde Coletiva, 16, 207-231.
10. Silva, N. T.; Borba, P.F.; Ercole, J. P. (2006). Caminhos para a proteção: rota percorrida por vítimas de violência doméstica em Porto Alegre, RS, Brasil. Revista de Saúde Sexual e Reprodutiva, 25, 1-9.
11. Oliveira, M. B. (2006). Crime invisível: mudança de significados da violência de gênero no Juizado Especial Criminal. [Dissertação de Mestrado]. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.
12. Villela, W. V.; Lago, T. (2007). Conquistas e desafios no atendimento das mulheres que sofreram violência sexual. Caderno de Saúde Pública, 23(2), 471-475.
13. Kronbauer, J. F. D.; Meneghel, S. N. (2005). Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. Revista Saúde Pública, 39(5), 695-701.
14 – Marinheiro, A. L. V.; Vieira, E. M.; Souza, L. (2006). Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviço de saúde. Revista de Saúde Pública, 40(4), 1-7.
15 – Nunan, A. (2004). Violência doméstica entre casais homossexuais: o segundo armário? Psicologia, 35(1), 69-78.
16 – Vianna, L. A. C.; Bomfim, G. F. T.; Chicone, G. (2006). Auto-estima de mulheres que sofreram violência. Revista Latino Americana de Enfermagem, 14(5), 695-701.
17 – Diniz, N. M. F.; Lopes, R. L. M.; Rodrigues, A. D.; Freitas, D. S. (2007). Women who were burned by their husbands or partners. Acta Paulista de Enfermagem , 20(3), 321-325.
18 – Diniz, N. M. F.; Santos, M. F. S.; Lopes, R. L. M. (2007). Representações sociais da família e violência. Revista Latino Americana de Enfermagem, 15 (1), 1184-1189.

Mulheres Negras nas Ruas de Salvador no Século XIX

Cecilia Soares
Universidade Estadual de feira de Santana-UEFS-Bahia/Brasil
ceciliasoares@yahoo.com.br

Resumo: O acesso a fontes documentais nos arquivos baianos, permitiram a investigação e sistematização de informações importantes acerca do cotidiano das mulheres negras escravas e libertas na Bahia do século XIX. No cotidiano escravista as mulheres negras, incluindo as mestiças – pardas e crioulas, nas atividades a que estavam destinadas puderam com luta construir histórias, onde mecanismos de sobrevivência e resistência na opressão do sistema asseguravam modos de vidas singulares. No âmbito doméstico e nas ruas mulheres em diferentes atividades foram alvo de perseguições e discriminações, mas, também ergueram vozes contra a opressão, tiveram atitudes de rebeldia e souberam usar das brechas do sistema para fazer valer suas necessidades enquanto pessoas. Ao longo da apresentação, pretendemos discutir alguns exemplos da vivência das ganhadeiras que refletem a busca e até mesmo a conquista de espaços sociais atualmente redefinidos pelas mulheres negras na cidade de Salvador-Bahia.

Introdução

As escravas ganhadeiras, eram obrigadas a dar a seus senhores uma quantia previamente estabelecida a depender de um contrato informal acertado entre as partes. O que excedesse o valor combinado era apropriado pela escrava, que podia acumular para a compra de sua liberdade ou gastar no seu dia-a-dia

(1). Geralmente os senhores respeitavam as regras do jogo, embora a legislação fosse omissa sobre este assunto. Somente a partir da chamada Lei do Ventre Livre, em 1871, foi facultado aos escravos o direito de acumular pecúlio

(2). Contudo, não era tarefa fácil para a escrava pagar a diária ou a semana do senhor e ao mesmo tempo poupar. A rentabilidade variava de ocupação para ocupação, e dependia também de fatores como idade, saúde, habilidades pessoais

(3). Existia um valor de mercado, base para os cálculos de produtividade da ocupação.

As escravas ganhadeiras podiam residir ou não com os senhores, dependendo da vontade destes e um pouco da delas também. Caso fosse permitida a morada fora da casa do senhor, a escrava responsabilizava-se por sua alimentação e moradia, mas os senhores recebiam sem maiores preocupações a quantia estipulada, em dias prefixados. É provável que, nesses casos, a importância devida ao senhor fosse menor que nos em que este desse casa e comida à escrava. Segundo Wetherell, escrevendo em 1845, o produto do trabalho da escrava em Salvador "*permitia ao dono viver na ociosidade na medida em que possuía de dois a três ou mais escravos"*

(5). Este sistema tornava os escravos, conforme Spix e Martius, "*capital vivo em ação*", já que, segundo eles, os senhores recuperavam em três anos o valor pago por eles, principalmente nos períodos em que a economia baiana favorecia o trabalho das ganhadeiras e ganhadores. E os viajantes criticavam a ganância dos senhores, que tornava "*tristíssima a condição dos que eram obrigados a ganhar diariamente uma certa quantia*".

(6).As mulheres libertas experimentavam uma situação no ganho diferente das escravas, pois no seu trabalho não interferiam os senhores e os produtos da venda lhes pertenciam totalmente. Apesar dessa diferença, desempenhavam a mesma função social que as escravas, circulando a vender produtos alimentícios e outros. Quanto ao retorno financeiro no

ganho, este dependia da ocupação específica a que se dedicavam e das oscilações de mercado. Segundo um censo de 1849, da freguesia de Santana, em Salvador, as africanas libertas estavam distribuídas entre as seguintes tarefas, conforme tabela IV abaixo. Observa-se logo que a grande maioria dos libertas se dedicavam ao pequeno comércio, sendo raras as empregadas no serviço doméstico. Com efeito, 71% das africanas libertas negociam, proporção que sobe para 79% se acrescentarmos aquelas que declararam vagamente viverem "do ganho".

Tabela IV

OCUPAÇÕES DE LIBERTAS NA FREGUESIA DE SANTANA – 1849

OCUPAÇÃO	AFRICANA	NAGÔ	JÊJE	TAPA	ANGOLA	MINA	BORNU	TOTAL
Doméstica	02	-	-	-	-	-	-	02
Quitandeira	10	08	11	02	03	01	-	35
Mercandeja	34	45	14	-	01	02	01	97
Costureira	01	-	-	-	-	-	-	01
Lavadeira	03	02	03	-	-	-	-	08
Cozinheira	-	-	01	-	-	-	-	01
Alugada	01	-	01	-	-	-	-	02
Negócios	07	02	01	-	-	-	-	11
Mendiga	04	-	05	-	-	01	-	10
Proprietár.	-	-	01	-	-	-	-	01
"Ganho"	11	04	-	-	01	-	-	15
Pedreira	01	01	-	-	-	-	-	02
Vive de escr	-	01	-	-	-	-	-	01
Sust. filhos	01	-	01	-	-	-	-	02
Roceira	02	-	01	-	-	-	-	03
S/ Especific.	04	02	-	-	-	-	-	07
TOTAL	81	65	40	02	05	03	02	198

FONTE:Censo Freguesia de Santana – 1849, APEBA Série Escravos, maço 2898

As libertas comercializavam produtos como hortaliças, verduras, peixes, frutas, comida pronta, fazendas e louças. Embora não formassem um grupo homogêneo, as vendedeiras conseguiam mais facilmente integrar-se no pequeno comércio urbano, retirando desses negócios o necessário para sobrevivência e até alcançando alguma prosperidade. Haviam certas posições nesse pequeno comércio cuja margem de lucro era bastante generosa.

De acordo com a origem étnica das africanas libertas da Freguesia de Santana em 1849, as nagôs representavam 33%, as jêjes 20%, formando ambas a maioria das ganhadeiras. Outras etnias como angola, bornu e minas, foram representadas por números insignificantes (6%). Observamos, porém, que as declaradas como simplesmente "africanas" somavam 41%, aí incluindo-se provavelmente muitas nagôs e jejes. A maioria jeje-nagô decorre da direção do tráfico naquele período, concentrado no Golfo de Benin, terra dessas africanas. A ausência de crioulas libertas neste levantamento se explica por ter sido o censo feito para melhor controlar os africanos. Assim, ficamos sem poder comparar o peso das crioulas no mercado de ganho. Acreditamos, no entanto, que elas eram mais encontradas no serviço doméstico, conforme apontamos anteriormente para as escravas. Embora não estivessem absolutamente donas das ruas, as africanas eram maioria no ganho, pelo menos ao longo da primeira metade do século XIX.

A tarefa de vendedeira exigia, como Maria Odila observou em seu estudo sobre mulheres em São Paulo, uma espécie de "*faro para o negócio*"(8). E isto as africanas já traziam da África, onde eram consideradas exímias comerciantes. Kidder informa que para essa ocupação geralmente "*eram escolhidos os escravos mais espertos e de melhor aparência, de ambos os sexos"*, e não era raro que esses escravos revelassem um "*grande tato e tino comercial*"(9).

Enfim, era preciso ser muito "*ladina*", ou seja, astuta, que dominasse o português e, é óbvio, conhecesse o serviço. O sucesso das ganhadeiras que se dedicavam à venda de peixe e de "*diversos gêneros*", com renda diária de até 4 mil réis, em 1849, faz crer que souberam desempenhar seu papel muito bem. O sucesso se refletia, sobretudo, no controle que as ganhadeiras vieram a ter sobre o comércio varejista de produtos perecíveis. Já no final do século XVIII, Vilhena notou que elas praticamente monopolizavam a distribuição de peixes, carnes, verduras e até produtos de contrabando (11). Com freqüência, as ganhadeiras se aliavam a negros para receptarem produtos furtados e revendê-los, como ilustra o caso da preta Claudina, detida à porta de um Trapiche quando recebia de um preto açúcar roubado (12).

> Informa Vilhena que as negras, através de um sistema de especulação de mercado e atravessamento, a que chamavam carambola ou cacheteria, controlavam a circulação de certos produtos básicos de alimentação na cidade (13). É bem possível que este "monopólio" ainda existisse durante o século XIX. Kidder, em 1839, observou a mesma situação das negras ganhadeiras descritas por Vilhena(14). Dez anos depois, em 1848, Wetherell descreveu mecanismo semelhante utilizado pelas ganhadeiras para monopolizar os produtos de primeira necessidade. Segundo ele, o peixe era vendido exclusivamente por "ganhadeiras peixeiras", que recebiam todo o produto dos pescadores, para revender a varejo. O mesmo processo era utilizado na distribuição das frutas, repassadas diretamente às ganhadeiras que, em razão disso, muito influenciavam ou até mesmo determinavam o preço desses produtos(15).

Além de circularem com tabuleiros, gamelas e cestas habilmente equilibradas sobre as cabeças, as ganhadeiras ocupavam ruas e praças da cidade destinadas ao mercado público e feiras livres, onde vendiam de quase tudo. Em 1831, foram destinadas ao comércio varejista com tabuleiros fixos as seguintes áreas urbanas: o campo lateral da igreja da Soledade, o campo de Santo Antonio em frente à Fortaleza, o largo da Saúde em frente à roça do Padre Sá, o campo da Pólvora, O largo da Vitória, o largo do Pelourinho, o Caminho novo de São Francisco, a praça das Portas de São Bento, largo de São Bento, largo do Cabeça, a praça do Comércio, o Caes Dourado. Para peixe e fatos de gado e porco foram unicamente destinados o campo em frente aos currais, no Rosarinho, ou Quinze Mistérios, a praça de Guadalupe, a praça de São Bento, o largo de São Raimundo e a rua das Pedreiras, em frente aos Arcos de Santa Bárbara (16). O mapeamento dos pontos de venda das negras mostra que estavam espalhadas pela cidade em locais estratégicos. Encontravam-se em áreas de intensa movimentação comercial, como a praça do Comércio e o Caes Dourado, mas também em áreas de caráter residencial, conforme mapa abaixo.

Wetherel assinala que os mercados, de modo geral, eram dos lugares mais pitorescos da cidade, onde encontrou "montanhas de legumes, frutas, etc... à sombra de esteiras, - algumas delas formando uma espécie de cabana e outras apenas amarradas a algumas varas e formando como teto". Sob esses toldos sentavam-se as vendedoras. Vestiam trajes do mesmo modelo, mas de fazendas de variadas cores, colorindo o cenário urbano. Algumas traziam, como na África, seus filhos atados às costas com "*pano da Costa*" ou soltos entre tabuleiros, em meio a frutas e aves (17). A presença dos filhos ali perto parece indicar que essas mulheres labutavam sozinhas pela sobrevivência. Algumas provavelmente deixaram os filhos em casa, o que nem sempre era seguro.

> A menor Joana, filha de uma ganhadeira em Cachoeira, conta o registro policial, "tendo ficado só em casa,[...] e aproximando-se do fogão, incendiaram-se-lhe os vestidos, sem que ninguém socorresse por atribuir os vizinhos a efeitos de castigos domésticos os gritos que ela dava". A menina, desesperada, atirou-se para a rua por uma janela, falecendo devido à gravidade das queimaduras (18).

O príncipe Maximiliano também observou grupos de vendedeiras instaladas ao longo dos passeios, de cócoras, vendendo frutas. Havia nesses grupos negras de todos os tipos e idades. Vestiam roupas leves, apropriadas para o trabalho nos dias quentes. Muitas já estavam marcadas pelo tempo. Notavam-se muitas rugas, pele acizentada e cabelos brancos. Algumas, já bastante velhas, bebiam cachaça enquanto mercavam, "*com voz estridente, loguazes e com ar de troça, goiabas, bananas, cocos e muitas frutas..." (19).*

Essa situação nem sempre imperou em Salvador. No período colonial uma legislação portuguesa concedia a exclusividade do comércio varejista às mulheres brancas. O comércio varejista permaneceu por muito tempo a única atividade aberta às mulheres livres na sociedade escravista.(20). Mais tarde este privilégio foi estendido, por força do uso, a mulheres das mais variadas condições sociais, as negras inclusive. Não raro, proprietários bem sucedidos colocavam também suas escravas no ganho. Vilhena notou que:

> "das casas mais opulhentas desta cidade, onde andam os contratos, e negociações de maior porte, saem oito, dez, e mais negras a vender pelas ruas a pregão as cousas mais insignificantes , e vis; como sejam iguarias de diversas qualidades, mocotós, isto é mão de vaca, carurus, vatapás, mingau, pamonha, canjica, isto é papa de milho, acaçá, acarajé, bobó, arroz de côco, feijão de côco, angu, pão-de-ló de arroz, roletes de cana, queimados isto é rebuscados a 8 por vintém, e doces de infinitas qualidades..."(21).

Essas mulheres, ambulantes ou trabalhando em pequenas quitandas, realizavam importante função de "harmonizar as duras condições da maioria escrava e dos desclassificados sociais", compradores assíduos dos seus produtos(22). As vendedeiras de comida nas ruas, tinham ao lado fogareiros sempre acessos "*para cozinhar e assar as gulodices que vendem a seus compatrícios"*(23). Estes eram seus principais fregueses. Podiam também improvisar cozinhas, onde colocavam pratos prontos e quentes, preparados a base farinha de mandioca, feijão, carne seca, aluá, frutas, verduras, alimentos feitos com miúdos de boi, cujo processamento doméstico se baseava em técnicas de culinária indígena e africana. Não era incomum encontrar, junto às barracas de comidas, negros sentados, fazendo suas refeições em meio a muita conversa e goles de cachaça.

O hábito de beber cachaça era bastante comum entre os negros, Maximiliano de Habsburgo considerou a embriaguez dos negros "*benfazeja e lépida*", pois ajudava-os a suportar as dificuldades da vida sob a escravidão (24). Na verdade, a embriaguez de pessoas pobres e de cor preocupava as autoridades, que elaboraram leis municipais estabelecendo a punição dos ébrios que vagavam arrumando barulho pela cidade (25). Em contrapartida às medidas repressivas, realizava-se o comércio clandestino de cachaça, que podia chegar a ambientes deveras controlados. E nisso as negras também contavam. Por exemplo, em 1837 foi presa a cabra Maria Manoela por "*introduzir agoardente na prizão do Aljube*"(26).

Mas o que as ganhadeiras mais vendiam mesmo era sobretudo comida, e em segundo plano tecidos e miudezas. Nas quitandas, como eram chamadas as pequenas vendas e barracas, forneciam *"peixes, carne mal assada a que dão o nome de moqueca, toucinho, baleia no tempo de pesca, hortaliças etc"*(27). Nos tabuleiros, que podiam ser fixos em pontos das ruas ou carregados na cabeça, eram oferecidos outros tantos produtos e utensílios, como "*pastéis, fitas, linhas, linho e outros objetos necessários ao uso caseiro*"(28). Da lista de produtos vendidos pela cidade pelas negras libertas recenseadas na freguesia de Santana, em 1849, incluíam-se peixe, banana, tecidos, verduras, frutas, sapato, mingau, acaçá e aberém. As negras de tabuleiro impressionaram vários viajantes. O príncipe Maximiliano de Habsburgo, admirou-se com a habilidade com que elas equilibravam estas "*caixas*"sobre o torço amarrado à cabeça, conseguindo atravessar, elegantemente, toda a confusão da cidade (29). Wetherell, alguns anos antes, escrevera que o hábito de sustentar com destreza objetos na cabeça, além de ajudar a tornar o corpo reto, deixava as mãos livres para o trabalho. A habilidade das mulheres era tanta que não importava o volume dos objetos: *"Uma laranja, uma xícara, uma garrafa, uma vela acessa, qualquer coisa é levada na cabeça"(30)*

As atividades realizadas pelas ganhadeiras, apesar de importante para a distribuição de bens essenciais à vida urbana, preocupava as autoridades. Elas faziam seu trabalho de maneira itinerante ou fixavam-se em pontos estratégicos da cidade, servindo de elementos de integração entre uma população considerada perigosa pelas elites.

Controle e Negociação

No século XIX, as leis deixaram de proibir a participação negra no varejo, mas continuariam a tentar um controle seguro. Constantemente as negras defrontavam-se com as autoridades municipais, especialmente fiscais que exigiam o cumprimento de posturas. Estas continham medidas relativas à economia do abastecimento, disciplinando a distribuição, preço e qualidade de determinados produtos, além de estabelecer as regras de pesos e medidas.

Era terminantemente proibido aos senhores colocarem escravos no ganho sem autorização expressa da Câmara Municipal. O mesmo era válido para as libertas que desejassem comercializar qualquer tipo de gênero. Para instalar-se no pequeno comércio era necessário pedir licença municipal e pagar uma taxa de matrícula. Nas Leis de orçamento provincial encontramos a evolução das taxas pagas por *"licença a africanos livres ou libertos de ambos os sexos para poderem mercadejar"*: a taxa de 10 mil réis é estabelecida em 1848, aumentando para 20 mil réis em 1850. Observe-se que a lei só menciona que os africanos pagariam esta taxa, em especial as africanas, porque elas controlavam este setor do comércio. Pelo texto da lei, os nascidos no Brasil, crioulas por exemplo, estariam isentos. Trata-se, portanto, de uma legislação discriminatória, bem típica dos anos que se seguiram à revolta dos Malês em 1835. Eram leis que procuravam dificultar a vida dos africanos libertos, considerados indesejáveis, buscando forçá-los a retornar a África. A única concessão do legislador foi quando escreveu, em 1848, que o governo procuraria fazer com que a taxa "não recaia sobre aquelles, que tiverem tão diminuto negócio, que não possam suportar"(33).

As vendedeiras eram obrigadas a manter seus instrumentos de trabalho, particularmente pesos e medidas, de acordo com a regulamentação municipal. Quando os fiscais da Câmara constatavam irregularidades, as infratoras eram punidas com multa ou cadeia. A política de fiscalização do pequeno comércio remonta ao período colonial, quando da criação das feiras livres. Esta fiscalização pode, segundo Luiz Mott, ser vista por dois prismas: como uma tentativa de evitar que os compradores fossem ludibriados pelos lavradores ou comerciantes desonestos, e também como um recurso que a Câmara utilizava para aumentar sua arrecadação, pois, além das multas, a cada aferimento cobrava-se uma taxa que era uma parte destinada aos funcionários, outra parte aos cofres públicos.(34). A mesma legislação procurava proteger os consumidores e pequenos comerciantes contra atravessadores e grandes monopolistas.(35). Durante o século XIX, porém, nota-se, a insistência do poder político em restringir a atividade comercial dos negros e mulatos, forros e escravos, especialmente dos africanos. Qualquer tipo de atividade comercial tinha que passar pelo foro da Tesouraria Municipal, responsável pela arrecadação tributária, controle e fiscalização das ocupações da economia "*informal*", podendo aquele órgão conceder ou negar licenças para a prática desses negócios.

Apesar das medidas de repressão ao pequeno comércio, que remontam ao século XVIII, quando encontramos alvarás, decretos e posturas proibindo à gente de cor o exercício dessa atividade. E mais tarde em Salvador, a partir de 1835, em virtude da revolta dos Malês, a complexidade da vida urbana e a escassez de bens alimentícios fizeram com que este comércio "negro"fosse mais tolerado. Segundo Mott, "sem as negras vendedeiras das ruas, seria praticamente impossível viver no Rio de Janeiro, Salvador e Recife, durante os séculos XVIII e XIX"(36). A partir de meados do século XIX, ocorreu um processo de urbanização crescente. Salvador era um importante porto de exportação, com as ruas pavimentadas, casas comerciais de grande porte, algumas manufaturas, instituições de crédito, rede de esgoto (ainda que extremamente precária), encanamento de água em certos locais. As ruas à noite eram iluminadas por lampiões à base de óleo de baleia, embora estes nem sempre estivessem acessos, deixando a cidade às escuras. (37)

Nesse período a população da cidade crescia significativamente, acelerando o processo de urbanização. Tinha cerca de 41mil habitantes em 1880 e 108 mil em 1872. Esse povo sofria uma carência crônica de produtos alimentícios, reflexos de uma economia voltada para a produção açucareira destinada à exportação, relegando a agricultura de alimentos a um plano secundário. Além disso, a região interiorana que abastecia a cidade sofria periodicamente de secas prolongadas ou chuvas intensas, que prejudicavam a agricultura e a pecuária. Foi então num setor problemático que se inseriram as ganhadeiras, realizando um comércio de produtos indispensáveis a população da cidade. A desenvoltura das negras nesse setor preocupava as autoridades pela facilidade com que podiam estabelecer redes de atravessamento e outras atividades de que, de certa

forma, dependiam a ordem econômica e política. Aliava-se, por exemplo, o vai-e-vem das mulheres a algum tráfico proibido e/ou comunicação com negros aquilombados. Em 1835, ganhadeiras foram acusadas de fornecer comida aos rebeldes malês e participar da conspiração (38). Há também o caso da mãe do abolicionista Luiz Gama, Luiza Mahim, quitandeira acusada de participar de várias conspirações de escravos.(39).

Mas os regulamentos nem sempre eram obedecidos pelas negras, que fugiam à vigilância, burlando as medidas de controle, freqüentemente com a cumplicidade de seus senhores ou simplesmente por falta de recursos para cumprirem obrigações fiscais e outras. Este último fator dava margem a que agentes da Tesouraria perseguissem essas mulheres, impondo-lhes multas por elas consideradas injustas e abusivas. Elas, ou seus senhores, reagiam por meio de constantes queixas ao Presidente da província e a outras autoridades, apontando irregularidades, contestando as multas, pedindo sua anulação. Com freqüência, alegavam desinformação e pobreza. Em junho de 1850, por exemplo, a africana liberta Margarida Ignácio de Medeiros, maior de 40 anos, moradora à rua da Palma, na freguesia de Santana, escreveu ao Presidente da província para "*implorar a graça de aliviá-la das multas honerozas de 50$000 réis annuais a título de axarce a suplicante arrolada em annos anteriores*". A liberta justificava-se dizendo que não exercera atividade de comércio porque estava sofrendo de "moléstias internas" durante o período em que foi multada. Além disso, alegou ser mãe de três filhos que dependiam do seu trabalho, e por não poder pagar a multa ficava "inibida de agenciar para os ditos seus filhos, e para si a alimentação por meio da vendagem de uma panela de mingau"(40). Por sua vez, em 1869, a crioula Maria das Mercês, também pobre, moradora na estrada do Cabula, reclamava contra a Tesouraria de uma multa de 40 mil réis, quando a lei estabelecia um valor menor, de acordo com o local do negócio. Maria das Mercês havia instalado em sua própria residência, sem a devida licença, uma pequena venda "onde expõe ao consumo dos viandantes algumas garrafas de aguardente"(41).

Instalar comércio de forma clandestina, em pontos determinados da cidade, ou explorar comercialmente o cômodo da casa que dava para frente da rua , era pôr-se na mira de fiscais que, volta e meia, aplicavam multas ou, ainda pior, fechavam as vendas até que as negras regulamentassem a situação. A preta Maria Vicência foi multada em 1837 no valor de 10 mil réis por não ter matriculado sua barraca, sita à rua de Santa Bárbara, na Cidade Baixa(42). Em 1878, foi verificada a infração da Postura 63 por duas crioulas, "por estarem no trânsito vendendo mercadorias".(43).

Os embates com os fiscais municipais podiam ser amenizados, a depender de relações estabelecidas pelas ganhadeiras com pessoas socialmente privilegiadas.

> As crioulas acima mencionadas contaram com essa proteção. A favor delas intercedeu certo Manuel Estevão Ribeiro, responsabilizando-se pela infração, mas negando-se depois a pagar o valor de 10 mil réis da multa. Na mesma postura foi incursa a escrava Delmira, "por estar no trânsito vendendo mercadorias sem devida autorização"(44). Esta não teve ninguém que viesse em seu socorro, nem seu senhor.

Mas havia quem preferisse obedecer a lei. Se escrava, a obrigação de legalizar o negócio ficava a cargo do senhor. Eles pediam e renovavam licenças, submetendo-se às averiguações fiscais. Tratando-se de negra liberta, ela própria dirigia-se, através de ofício, à Tesouraria, solicitando a licença para exercer atividades no comércio.

> Eis um típico pedido de licença: "Jacintha do Carmo, africana liberta diz que desejando mercadejar, vem pedir a V.Exma. a precisa licença, visto que para obtê-la é necessário tal autorização"(45).

Contudo, estar em dia com a fiscalização não evitava definitivamente as perseguições dos fiscais, que sob qualquer pretexto as molestavam e as puniam.

> Em 1849, Sabina Maria da Conceição alegou que "tendo pago todas as obrigações tributárias, e inclusive de 1848, saiu para negociar certa de estar praticando um ato lícito, foram apreendidos os gêneros comestíveis pelo fiscal da Freguesia do Pillar e apesar de provar estar em dia com a lei nada adiantou, o fiscal arrastou os seus gêneros"(46).

Alguns anos depois (1854) foi denunciado a mesmo tipo de arbitrariedade pela proprietária Rita da Cássia de Jesus Ramalho, cuja escrava ganhadeira Senhorinha fora presa e confiscada sua "*caixa de vidros contendo sapatos, uns lenços, e três cortes de vestidos, e outras miudesas*". Segundo a senhora, a escrava tinha tudo em ordem, a licença da Mesa de Vendas provincial e a vara de medir devidamente aferida. O fiscal que prendeu Senhorinha apenas exercera seu "furor de multar", indiscriminadamente. Numa segunda petição, ela pedia para pagar a multa, apesar de injusta, para que a ganhadeira pudesse ser solta e voltasse a trabalhar.(47)

As ganhadeiras foram alvo de constantes perseguições e até extorções, não só por parte dos fiscais, mas de sabichões e particulares, a exemplo do pardo José Alexandre, preso por andar exigindo dízimas de peixes às ganhadeiras. O pardo havia forjado credenciais da Câmara, com sua própria letra, para intimidar e extorquir as ganhadeiras. Além do pagamento exigido, também confiscava suas mercadorias. Na verdade, a lei não exigia o tipo de taxa que ele cobrava, apenas a licença, matrícula e o pagamento de um imposto pré-estabelecido, a depender da ocupação.(48).

Mesmo dispostas a regularizar suas atividades no comércio, as negras de ganho, particularmente as libertas, tinham primeiro de transpor obstáculos burocrático e outros.

> A africana Ritta Ferraz, liberta, em 1849 pediu para pagar o imposto de vendagem e nenhuma resposta lhe foi dada pela Tesouraria. Ritta reclamava que o prazo para pagamento estava terminando, ficando ela prejudicada, sem poder realizar suas vendas(49).

Estes pequenos negócios garantiam a subsistência dessas mulheres e muitas vezes também a de suas famílias. Essas dificuldades com a burocracia e a falta de meios para renovar o estoque de mercadorias podiam paralisar suas atividades e colocar em risco aquela sobrevivência. Em 1849, Joana Francisca da Conceição, africana liberta, 60 anos, moradora na

freguesia da Sé, escreveu que "d'um pequeno giro no mercado de legumes tira sua subsistência, mas por falta de meios deixou de continuar por espaço de dois annos. Foi obrigada a pagar o imposto de 200 mil réis pelos dois anos sem venda, além da multa de 100 mil réis".(50). Sem dúvida um ônus altíssimo para uma pobre velha.

Havia quem acreditasse que a vida no ganho era melhor e mais amena do que em outras ocupações como, por exemplo, a lavagem de roupa. Compartilhava dessa opinião Jacintha do Carmo, africana liberta, moradora na rua dos Barris, 73, freguesia de São Pedro. Ela se dirigiu à tesouraria pedindo licença para "mercadejar, visto que por suas forças já não pode ocupar-se de seu serviço de lavagem de roupa". Implorava ela rápida deliberação, pois não podia *"estar parada sem agenciar os meios de vida para poder subsistir-se." Conclui alertando "para que se não veja depois forçada a pagar multas..."*(51).

As negras de ganho tornaram-se representantes típicas de um grupo de mulheres que permaneceu discriminado e oculto da História, conseguindo resistir de maneira peculiar às flutuações do mercado e às medidas de vigilância e controle social. Fugindo aos lugares a elas destinados na sociedade escravista, ascenderam à condição de pessoas de relativa importância na economia de Salvador, particularmente por realizarem a circulação de bens alimentícios essenciais. Apesar da vigilância fiscal e policial imposta aos negócios exercidos por africanos, as mulheres, parecem ter se saído bem, ao ponto, inclusive, de poderem monopolizar alguns setores de comércio, como vimos anteriormente.

O tipo de atividade pressupunha a liberdade de circulação e uma permanecia demorada nas ruas. Esta "regalia" possibilitou às negras a construção de um universo próprio, formado por elas mesmas, seus fornecedores e clientes africanos. Uma rede econômica que era também social e até política.

Construir esse universo dependeu das oportunidades oferecidas pelo mercado, do interesse do senhor e sobretudo da ousadia em lançar-se nas incertezas da vida quotidiana de uma sociedade escravista e discriminadora, e ai conquistar algum espaço. Para a escrava essa conquista podia se traduzir na obtenção da alforria, através da compra com dinheiro arduamente ganho no comércio de rua. A passagem da escravidão à liberdade não era pouco tortuosa. O capítulo seguinte pretende demonstrá-lo.

Notas

Sobre escravos de ganho consultar Jacob Gorender, O escravismo colonial, São Paulo, Ática, 1978, p. 462; Kátia Mattoso, Ser escravo no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1982, pp. 140-143; Verger, Fluxo e refluxo, p. 503; Leila Mezan Algranti, O feitor ausente, Rio de Janeiro, Vozes , 1988, p. 49; Luiz Carlos Soares," Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX "Revista Brasileira de História, V.8, (n.16, março/agosto 1988), pp. 107-142; Reis, Rebelião escrava, p. 197-215, dentre outros.

Bibliografia

Coleção das leis do Império do Brasil, Tomo XXXI, Parte I, Rio de Janeiro, Tipografia Imperial, 1871, pp.197-215, artigo 4 (parágrafos 1 e

Andrade, A mão-de-obra escrava, p. 132

Ibdem, p. 133

Wetherell, Brasil, p. 29

Johan B. Spix e Karl Von Martius, Viagem pelo Brasil 1817-1820, volume 2, São Paulo, Itatiaia, EDUSP, 1981, p. 141

Dias, Quotidiano e poder, p. 116. Ver também Mary Karasch, Slave Life in Rio de Janeiro 1808-1850, Tese de Ph,D., University of Winsconsin, Mimeo, 1972, p. 507.

Dias, Quotidiano e poder, p. 119.

Daniel Kidder, Reminiscências de viagens e permanecia no Brasil, São Paulo, Martins Editora, 1972, pp 73-74.

Correio Mercantil, 17.06.1840.

Vilhena, A Bahia no século XVIII, vol I, 1969, pp. 93, 127-130.

APEBA, Série Polícia, maço 3059

Vilhena, A Bahia no século XVIII, p.129

Kidder, Reminiscências, p.36

Wetherell, Brasil, p. 41

AMS, Livro de Posturas, vol.5, Postura no. 57 p. 129

Wetherell, Brasil, p. 41-74

Jornal da Bahia, 20.01.1869.

Habsburgo, Bahia 1860, pp. 81-82

Luiz B. Mott, "Subsídios à história do pequeno comércio no Brasil" Revista de História, vol. 53, n. 105, 1976.

Vilhena, A Bahia no século XVIII, pp 130-131.

Luciano Fiqueredo e Ana Maria Magaldi, "Quitandas e quitutes: um estudo sobre rebeldia e transgressão feminina numa sociedade colonial" , Cadernos de Pesquisa, n. 54, (1985), pp.51.

Von Priz Maximilian, Viagem ao Brasil 1782-1867, São Paulo, Itatiaia, EDUSP,1989, p. 469.

Habsburgo, Bahia 1860, p. 124

AMS, Livro de Postura, vol. 5 Postura n. 67.

APEBA, Série Polícia, maço 3059 (28.05.1837)

Vilhena, A Bahia no século XVIII, p.93

Habsburgo, Bahia 1860, p. 124.
Ibdem, p. 125
Wetherell, Brasil, p. 62.
Figueredo e Magaldi, "Quitandas e quitutes", p. 50
Ver Dias, Quotidiano e poder, p. 121.
Colleção de Leis e resoluções da Assembléia Legislativa Provincial, Bahia, Typografia Constitucional, 1845, passim e Lei no. 344 de 5.08.1848.
Mott, "Subsídios à história, p.93.
Ibdem, p. 99
Ibdem, p. 100
Reis, Rebelião escrava, pp. 206-207; "Devassa do levante de escravos ocorrido em Salvador em 1835", Anais de APEBA, 38 (1968) pp. 77-78.
Reis, Rebelião Escrava, p. 242.
Sud Menucci, O Precursor do Abolicionismo (Luiz Gama), São Paulo, Editora Nacional, 1938, p. 20.
APEBA, Série Escravos, maço 2885 (26.05.1850).
APBA, Série escravos, maço 2885 (30.01.1869).
AMS, auto de infração de postura n. 156.
Ibdem, postura 64
Ibdem
APEBA, Série Escravos, maço 2895 (14.11.1848).
APEBA, Série Escravos, maço 2885 (05.12.1848)
APEBA, Série Policía (escravos), maço 6285.
APEBA, Série Judiciária, maço 2680 (23.01.1831).
APEBA, Série Escravos, maço 2896 (20.07.49).
APEBA, Série Escravos, maço 2896 (09.07.1849).
Ibdem.

Raça e identidade nacional em Os sertões de Euclides da Cunha

kilder silva
Universidade Federal da Paraiba
kilder_barbosa@yahoo.com.br

***Resumo*:** Os Sertões de Euclides da Cunha é um resgate histórico da guerra de Canudos, ocorrida no sertão da Bahia no ano de 1897, nessa obra há uma tentativa de inserção desta nos dilemas que enfrenta a nação republicana: a construção de um Estado nacional moderno em um país com realidades sociais e culturais díspares, a diversidade étnica da população, a miséria material, o isolamento das populações do interior; o autor construiu, portanto, uma interpretação do Brasil. Utilizando-se como fundamento científico para explicar os motivos do conflito de Canudos uma compreensão raciológica da sociedade, particularmente a idéia dos diversos grupos étnicos que expressavam diferentes estágios evolutivos de civilização. As motivações que geraram a guerra, a moral, a religiosidade aparecem como parte de um mecanismo cujo fundamento encontra-se anteriormente determinado pelo meio e pela raça e pela sua integração em um esquema evolutivo, no qual a civilização européia e a raça branca eram tidas como os "estádios" mais avançados. A composição étnica da sociedade brasileira foi um tema marcante dos debates das esferas intelectuais e políticas no Brasil do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Autores associavam as suas preocupações com o atraso social e político do país a grande presença de mestiços, índios, africanos e seus descendentes e tentavam interpretar o país a partir do evolucionismo biológico. A intenção dessa pesquisa é estudar, a partir da leitura de Os sertões, os processos de construção de identidade nacional no Brasil e a sua relação com o conceito de raça.

Introdução

A guerra de Canudos, levada a efeito no sertão da Bahia entre seguidores de Antônio Conselheiro e as tropas federais no ano de 1897, constituiu-se em um dos episódios mais dramáticos da história do Brasil. Cerca de um terço do efetivo do exército brasileiro, inclusive seus principais comandantes, foi mobilizado para dizimar uma comunidade mística no interior do sertão nordestino, que de acordo com estimativas do próprio exército deveria ter uma população entre 15 e 25 mil habitantes.

O contexto político em que se realizou o conflito era particularmente delicado, e em certa medida explica a dimensão que ele adquiriu. A república brasileira, implantada há poucos anos, ainda alimentava o temor da restauração monárquica1 e preocupava-se com a instabilidade causada pelos conflitos que ocorriam isoladamente nos diversos Estados, que poderiam por em risco a reorganização política do país.

1 O próprio Euclides, em artigos publicados no jornal O Estado de São Paulo, antes de ingressar para Canudos compara o episódio do sertão baiano com a reação monárquica francesa. Em A nossa Vendéia, publicado a 14 de março e 17 de julho de 1897, o autor afirmar "O homem e o solo justificam assim de algum modo, sob um ponto de vista geral, a aproximação histórica expressa no título deste artigo. Como na Vendéia o fanatismo religioso que domina as suas almas ingênuas e

Esta nota continua na página seguinte

Os Sertões, o multifacetado livro de Euclides da Cunha, é um resgate histórico do episódio de Canudos e uma tentativa de inserção do mesmo nos dilemas que enfrentava a jovem nação republicana, expressos de forma dramática naquela guerra: a construção de um Estado nacional moderno em um país com realidades sociais e culturais tão díspares, a diversidade étnica da população brasileira, a miséria material e o isolamento das populações do interior do país, dentre outros. Além de um relato da guerra de Canudos, o autor de Os Sertões construiu uma interpretação do Brasil e seus dilemas, alguns dos quais expressos de forma dramática naquele episódio.

O livro mais conhecido de Euclides da Cunha é uma obra essencial do pensamento social brasileiro e certamente uma das mais estudadas da nossa história literária2. Pesquisadores dos mais diversos campos das ciências humanas se detiveram sobre esse livro, publicado em 1902 e com grande êxito editorial desde a sua primeira edição, tornando-o desde então numa referência para a compreensão da realidade brasileira; fazendo com que ele conseguisse, portanto, transcender o objeto específico de seu registro histórico, o conflito entre os conselheiristas e o exercito republicano.

Euclides da Cunha utiliza como um dos fundamentos científico para explicar os motivos do conflito de Canudos uma compreensão raciológica da sociedade, particularmente a idéia de os diferentes grupos étnicos expressavam diferentes estágios evolutivos da civilização.

A composição étnica da sociedade brasileira foi um tema marcante dos debates das esferas intelectuais e políticos no Brasil do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Autores como Nina Rodrigues, Sílvio Romero, Paulo Prado, Oliveira Vianna, dentre outros, associaram as suas preocupações com o atraso social e político do país a grande presença de mestiços, índios, africanos e seus descendentes na população brasileira. Partindo de diferentes perspectivas intelectuais construíram teorias que tentavam interpretar a nossa realidade, a partir de modelos evolucionistas biológicos.

As teorias raciológicas foram uma das estratégias de legitimação das políticas expansionistas das nações européias, contribuindo, assim, para a efetivação da sua posição hegemônica, tornando a superioridade da civilização européia decorrente das leis naturais que orientam a história dos povos (ORTIZ, 1985:15).

No entanto, em nosso solo essas teorias são consumidas em função das nossas demandas específicas.

> "A questão da raça é a linguagem através da qual se apreende a realidade social, ela reflete inclusive o impasse da construção de um Estado nacional que ainda não se consolidou. Nesse sentido, as teorias 'importadas' têm uma função legitimadora e cognoscível da realidade. Por um lado elas justificam as condições reais de uma república que se implanta com nova forma de organização político-econômica, por outro possibilitam o conhecimento nacional projetando para o futuro a construção do Estado Brasileiro" (IDEM, 30-1).

Parte desse ambiente intelectual, Euclides da Cunha utiliza-se pressupostos raciais ao interpretar o episódio de Canudos. As motivações que geraram a guerra, à moral, à religiosidade aparecem como parte de um mecanismo, cujo fundamento encontra-se anteriormente determinado pelo meio e pela raça e pela sua integração em um esquema evolutivo, no qual a civilização européia e a raça branca eram tidas como os "*estádios*" mais avançados.

As teorias que afirmavam a distinção dos seres humanos através de supostos critérios raciais exerceram um importante papel na afirmação de determinas comunidades nacionais em diferentes contextos históricos; e, no interior dessas, do privilégio de certos grupos sociais em relação ao conjunto da população.

A pensadora alemã Hanna Arendt (1989) ao estudar, em As origens do totalitarismo3, a formação dos regimes totalitários que dominaram parcela da população da Europa na primeira metade do século XX, faz uma arqueologia do racismo como forma de pensamento; tanto como ideologia que confere coesão política a um determinado estamento social, quanto como teoria da historia elaborada com o objetivo de explicar o declino da civilização ocidental. Além de estudar a transformação dessas concepções teóricas em política governamental, implementada pelo colonialismo e pelo imperialismo europeu no final do século XIX e início do século XX.

Longe de ser uma manifestação intelectual isolada a ideologia4 racista fazia parte da opinião publica da maioria dos países ocidentais no século XIX, adquirindo grande importância intelectual, conferindo a essa modalidade de pensamento "*dignidade e importância, como se ela fosse uma das maiores contribuições da história ocidental*" (ARENDT, 1989, p. 188-9).

Será como uma justificativa para os privilégios da nobreza que Arendt identifica os primórdios do que futuramente irá tornar-se uma matriz para a interpretação da decadência da sociedade européia. Na França do século XVIII o pensamento

---

simples é habilmente aproveitado pelos propagandistas do Império.... A justeza do paralelo estende-se aos próprios reveses sofridos. A Revolução Francesa que se aparelhava para lutar com a Europa, quase se sentiu impotente para combater os adversários impalpáveis da Vendéia..." (CUNHA, 1984:79).

2 Como chama atenção Abreu (1998:22) "Para se ter uma idéia da quantidade da produção em torno de Euclides da Cunha, existem três obras de referência expressivas. A primeira data de 1931 e trata do levantamento feito por Francisco Venâncio Filho de algumas centenas de obras com estudo biobibliográfico pioneiro sobre o escritor. A segunda, editada em 1971 pelo Instituto Nacional do Livro e realizada por Irene Monteiro Reis, reúne uma importante bibliografia com cerca de 3.000 títulos. A última, editada em 1995 pela Fundação Biblioteca Nacional e a Editora da Unicamp, fruto do trabalho de pesquisa de Márcia Japor de Oliveira Garcia e Vera Maria Furstenau, reúne mais de 4.700 referência de e sobre Euclides da Cunha disponíveis no Acervo da Biblioteca Nacional".

3 - Particularmente na Parte II, Capítulo 2 (pensamento racial antes do racismo) e 3 (raça e burocracia). Págs. 188-252.

4 - Embora seja necessário reconhecer o caráter controverso da noção de ideologia, ela será utilizada, para a finalidade da argumentação aqui desenvolvida, a partir da definição de ARENDT, sem um maior desenvolvimento sobre o tema, pois assumir tal intento seria ir além da finalidade desse texto.

Para ARENDT, as ideologias são "sistemas baseados numa única opinião suficiente forte para atrair e persuadir um grupo de pessoas e bastante ampla para orientá-los nas experiências e situações da vida moderna.... Resulta da necessidade de proporcionar argumentos aparentemente coesos, e assume características reais, porque seu poder persuasório fascina também a cientistas, desinteressados pela pesquisa propriamente dita e atraídos pela possibilidade de pregar à multidão as novas interpretações da vida e do mundo" (1989:189).

racista surge com uma reação da nobreza diante da formação do Estado constitucional burguês. Querendo justificar os seus privilégios como direitos de um povo conquistador, os nobres franceses associavam-se à idéia de uma aristocracia germânica de caráter internacional. Intelectuais franceses de origem nobre, para o quais a nobreza francesa distingue-se do resto da população por sua origem germânica, utilizavam-se desse argumento para defender a ascendência da nobreza sobre o conjunto da sociedade, como decorrente do direito de domínio do conquistador franco sobre o conjunto da população gaulesa.

Para Harendt

> "É um fato curioso que, desde o momento em que os nobres franceses, em sua luta de classe contra a burguesia, descobriram pertencer a uma outra nação, descender de outra origem genealógica e estar mais intimamente ligados a uma casta internacional do que ao solo da França, todas as teorias raciais francesas tenham apoiado o germanismo ou, pelo menos a suposta superioridade dos povos nórdicos em relação aos seus próprios compatriotas" (IDEM, 1989:194).

Distinta é a formação do pensamento racista na Alemanha século XIX. Enquanto na França essa modalidade de pensamento se forma como uma justificativa para a manutenção dos privilégios de uma aristocracia de caráter internacional, na Alemanha ele irá se constituir como uma defesa da necessidade de afirmação nacional alemã, em uma quadra histórica em que o Estado nacional Alemão ainda não havia se formado; nesse caso o pensamento racista era uma ideologia que tinha como objetivo organizar uma comunidade nacional a partir de uma língua comum.

Nesse período o pensamento racista fundamenta-se em um argumento que é mais histórico (no caso francês) ou político (no caso alemão), do que na suposição da superioridade de uma raça humana sobre outra. Será com o intelectual e nobre francês decadente, Athur Gobineau (1816-1880), que a idéia de uma humanidade poligenista irá adquirir as características e o status de uma teoria explicativa do desenrolar da história humana. Nele a mistura de sangues se tornará a causa da decadência das civilizações.

No livro Ensai sur *L'inégalité* dês races humaines de 1853, Gobineau pretende ter descoberto a razão do declínio das civilizações.

> "Assim, passo a passo identificou a queda do seu próprio castelo com a queda da França, com a queda da civilização ocidental e, finalmente, com a de toda humanidade, chegando à descoberta (pela qual foi tão admirado por escritores e biógrafos pósteros) de que a queda das civilizações de deve a degenerescência da raça, e de esta, ao conduzir ao declínio, é causada pela mistura de sangue. Isso explica – logicamente – que, qualquer que seja a mistura, é a raça inferior que acaba preponderando". (IDEM, IBIDEM: 203)

O que chama atenção nesse movimento intelectual é a sua base social, pois geralmente trata-se de movimentos de origem aristocráticos ou de grupos que através dessas teorias tentam justificar ou assegurar privilégios em função da descendência familiar ou do pertencimento a um grupo com méritos superiores ao conjunto da sociedade, como no caso dos intelectuais acadêmicos alemães.

Forjadas nas nações européias, as teorias raciológicas modernas, apesar de suas diferenças nacionais partiam sempre do suposto da superioridade da raça branca européia diante de outras raças, seja por suas características mentais, físicas ou, no caso do determinismo mesológico, pelos fatores do meio geográfico no qual se originou determinada população.

No pouco institucionalizado ambiente intelectual brasileiro daquele período, essas idéias se faziam presente nas produções científicas, na literatura e com grande influencia no discurso político e no senso comum; oferecendo uma chave ideal para a explicação do descompasso do Brasil diante do progresso da modernidade.. Constituindo um verdadeiro paradigma de época. Gerando um desencanto da elite brasileira diante de uma nação constituída em sua maioria por negros e mestiços.

Em O espetáculo das raças, Lilia Moritz Shwarcz afirma que

> "... a mestiçagem existente no Brasil não só era descrita como adjetivada, constituindo uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação.... Ao lado de um discurso de cunho liberal, tomava força, em finais do século passado, um modelo racial de análise, respaldado por uma percepção bastante consensual. De fato, a hibridação das raças significava nesse contexto 'um tumulto', como concluía o jornal A Província de São Paulo em 1887". (SHWARCZ. 1993:13).

Assim, para além dos determinismos biológicos ou mesológicos, temos a construção de um conceito de raça com uma finalidade iminentemente social. A incorporação dessas teorias pelos intelectuais e instituições relaciona-se às demandas locais por uma justificação de critérios diferenciados de cidadania e uma rígida hierarquização social. Os homens de ciência no final do século XIX abrigaram em suas instituições a ciência positiva e determinista, utilizando-se dela para "liderar e dar saídas para o destino desta nação" 18 "Mistos de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmicos e missionários, esses intelectuais irão se mover nos incômodos limites que os modelos lhe deixavam: entre a aceitação das teorias estrangeiras – que condenavam o cruzamento racial – e a sua adaptação a um povo a essa altura já muito miscigenado" (IDEM, 19-19).

Na Nota Preliminar de Os sertões, além da manifesta intenção de esboçar "ante o olhar de futuros historiadores" os traços mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil, motivado pela sua situação talvez efêmera, pois esta população estavam "destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização" e a concorrência das novas correntes migratórias, existe uma síntese dos resultados a que o autor chegou e das concepções que desenvolverá no decorrer do extenso volume.

Em sua breve nota ele é taxativo: os vários tipos sertanejos brasileiros não conseguiriam atender as exigências da civilização, "*serão em breve relegados à tradições evanescentes, ou extintas*". Frutos de fatores múltiplos que os condenava a instabilidade e a uma deplorável situação mental, a vicissitudes históricas seria implacáveis com esses nosso "*patrício retardatários"*.

Talvez esses indivíduos condenados a extinção, estivessem destinados à formação de um grande raça, mas faltou-lhe uma situação de parada ou equilíbrio, que a marcha dos povos (civilização) não mais o concederá. *"Retardatários hoje, amanhã se extinguirão de todo"*.

No esquema de explicativo de Euclides, resumido na Nota Preliminar, o exército representava o progresso e os jagunços uma sobrevivência arcaica que seria inevitavelmente superada. As tropas federais cumpriram o papel de mercenários inconscientes da civilização, cujo os princípios elaborados em solo europeu estavam representados simbolicamente pelo armamento alemão utilizado pelo exército brasileiro. Os séculos de isolamento mantinha o sertanejo separado da civilização. É a partir desse afinco as concepções evolucionistas, situando sempre os sertanejos em um estágio civilizacional inferior a população do litoral, que Euclides da irá desenvolver a sua análise do conflito de Canudos.

O meio como uma categoria fundamental para a compreensão da organização sociedade é uma característica marcante nos vários intelectuais que tentaram construir um modelo explicativo para a sociedade brasileira a partir de uma matriz evolucionista. Em Os sertões adaptação do homem europeu ao ambientes tropical é descrita como uma evolução regressiva, que altera as suas características físicas e morais. Adepto do determinismo biológico, Euclides acredita que o tipo europeu, em tal meio, parece e tem sua características físicas e morais alteradas de forma profunda desde a tez, que se acobreia pelos sóis e pela eliminação incompleta de carbono, ao temperamento, que se debilita despido de qualidades primitivas 79.

Dada a diversidades climática e a forma diferenciada como as diversas camadas étnicas se espalhara no território brasileiro, nós tivemos uma mestiçagem desigual, e diferentes formas de adaptação do homem ao meio. O mestiço sertanejo, por exemplo, é descrito como uma raça forte, pois tinha se adaptado a um meio rude e trazia essa rudez nos seus hábitos e temperamento.

A ressequida vegetação daquela Terra Ignota ganha vida na linguagem poética do engenheiro militar, que a descreve com características animistas. Ao referir-se a vegetação da caatinga, afirma que viver é o termo – porque há, no fato, traço superior à passividade da evolução vegetativa...48. (As reticências são de Euclides). Em combate a familiaridade dos jagunços com o meio, a torna uma aliada dos conselheiristas no confronto com as tropas federais, quase maternais, ela acolhe o sertanejo em seio carinhoso e amigo ... 207.

Em outro momento, ao ironizar os "doutores da arte de matar" de origem européia, que concebe a mata virgem como um terreno neutro, podendo favorecer, indiferentemente, aos dois lados de um conflito, Euclides afirma que as caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entram também de certo modo na luta. Armam-se para o combate; agridem. Trançam-se, impenetráveis, ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas multívias, para o matuto que ali nasceu e cresceu. 203

Essa mesma terra, velha companheira, que acolhe e defende o sertanejo e o talhou a sua imagem e semelhança, teve um papel fundamental na formação da "sub-raça" que habitava o sertão da Bahia. Aquela sociedade rude, constituída pela mesma gente entusiasta e enérgica das bandeiras 92, havia permanecido isolada e esquecida pela civilização do litoral. Guardada pelo meio inóspito e desenvolvendo cruzamentos estáveis e uniforme criou-se no sertão da Bahia uma raça de curibocas puros quase sem mesclas de sangue africano, facilmente denunciada, hoje, pelo tipo normal daquele sertanejo...94

No modelo evolucionista adotado por Euclides, inspirado em autores como Herbert Spencer e Arthur Gobinau, o mestiço era um elemento inferiorizado pela sua própria condição. Os distintos grupos que constituem a espécie humana representavam estádios evolutivos distintos, o cruzamento entre ele fazia desaparecer as qualidades do grupo superior, ao mesmo tempo em que fazia reviver os traços primitivos dos grupos inferiores, o mestiço " – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre um desequilibrado" (CUNHA, 1998:100).

As raças teriam sido formadas a partir de longos processos de lutas entre elas, que resultou em uma lenta seqüência seletiva e também em constituições mentais distintas. Entre raças distintas, as qualidades não se acrescentam, mas destroem-se, gerando um indivíduo "*decaído, sem energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos ancestrais superiores [da raça branca, no caso]"* (*IDEM, IBIDEM*: 101). Portanto, o mestiço é um intruso na luta travada entre as raças em seu processo evolutivo, não é fruto do esforço para constituição de uma raça, *"Não lutou; não é uma integração de esforços; é alguma cousa de disperso e dissolvente; surge, de repente, sem caracteres próprios, oscilando entre influxos opostos de legados discordes"* (*IDEM, IBIDEM*: 101). Dentro desse quadro de referência, a miscigenação é um negação das leis do desenvolvimento da espécie.

No entanto, a formação do mestiço sertanejo revela um processo singular. Para Euclides da Cunha, o isolamento contribuiu para que o sertanejo não fosse obrigado a lidar com a complexidade de um estádio de civilização superior ao seu, em outros temos, não lidou com referências civilizatórias superiores ao seu estágio mental.

> "O sertanejo tomando em larga escala, do selvagem, a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete, na índole e nos costumes, das outras raças formadoras apenas aqueles atributos mais ajustáveis à sua fase social incipiente (IDEM, IBIDEM: 103).

Distinto, portanto, do ocorre nas cidades do litoral, onde organismos mal constituídos são atrofiados em seu desenvolvimento, pois os "mestiços proteiformes" não estariam aptos a lidar como as exigências de um estágio social superior ao seu. O homem do sertão, segundo os termos do autor, era um retrógrado, mas não degenerado; um forte em sua fealdade desengonçada.

Euclides identifica nessa população do sertão baiano

> "... uma uniformidade notável, formada por indivíduos com feições e estaturas variando ligeiramente em torno de um modelo único, dando a impressão de um tipo antropológico invariável, logo ao primeiro lance de vistas distinto do mestiço proteiforme do litoral.... o homem do sertão parece feito por um molde único, revelando quase os mesmos caracteres físicos, a mesma tez, variando brevemente do mameluco bronzeado ao cafuz trigueiro; cabelo corredio e duro ou levemente ondeado; a mesma envergadura atlética, e os mesmos caracteres morais traduzindo-se nas mesma superstições, no mesmos vícios, e nas mesmas virtudes" (IDEM, IBIDEM: 100).

O mesmo isolamento que possibilitou a constituição dessa raça forte e uniforme os manteve em um estágio histórico inferior. O atavismo faz-se presente em todos seus atos, na ferocidade desprendida como se portava na guerra, no primitivismo da sua religião e em uma cultura que preservava tradições de três séculos passados.

Uma reflexão sobre a construção cultural das identidades coletivas - gênero, etnia e classe

Rocío Castro Kustner
Universidade do Estado da Bahia -UNEB
rocio_kustner@yahoo.com.br

Resumo: As identidades coletivas -de gênero, etnia e classe -culturalmente têm se construído na base de normas e valores impostos pela força, pela violência exercida pelos sistemas de dominação que apresentam as diferenças como ameaçadoras da ordem por eles estabelecidos - o patriarcado, o colonialismo e o capitalismo. Assim, o objetivo do presente trabalho é convidar para a reflexão sobre esta construção cultural das identidades coletivas e aprofundar nosso nível de consciência sobre como a dominação está relacionada com a negação do direito à diferença cultural e a negação do direito a igualdade social sob a criação de diferenças sociais que estimam as condições dos uns (homens, brancos e ricos) em base à inferiorização dos outros (mulheres, não-brancos e pobres). Partimos do pressuposto de que, mesmo em sistemas ditos democráticos, estas relações hierárquicas continuam justificando-se como formas "naturais" e necessárias de organização social.

Introdução

Desde que nascemos somos capturados por imagens que dizem de nós e olhares que nos fazem marca...transitamos no mundo sempre à procura de responder àquilo que se espera de nós (LANIUS,2005, p. 143).

A identidade é resultado de um processo discursivo com o outro em constante transformação de tal forma que Hall (1992) nós diz que não podemos falar de identidade mas de identificação. O processo de identificação se inicia nos primeiros anos de vida no seio da família quando a criança sai da fase egocêntrica na qual ela é o centro do mundo e começa a diferenciar seu eu separadamente do de seus progenitores. É a fase do espelho de Lacan, na

qual, segundo interpretação de Woodword (2000, p. 64), o sentimento de identidade surge da internalização das visões exteriores que ela tem de si própria. Assim é como se forma a subjetividade, da objetivação do mundo exterior que, pela sua vez, constitui o outro, o outro que não sou eu, que é diferente a mim, o diferente. Nesse processo de subjetivação pela objetivação se inicia todo um ciclo dialético com a diferença no qual, como fala Rolnik (1999, p. 160) o outro nos arranca permanentemente de nós mesmos e cada vez que encarnamos uma diferença nos tornamos outros. De tal forma que nossa natureza é essencialmente produção de diferença e a diferença é gênese de devir-outro.

O outro, diferente, representa para o eu o desconhecido, o caos e, num mundo exterior, que apresenta a realidade como estável, imóvel, predecível e controlada por normas para a integração e a ordem social tal e como foi formulada pelo pensamento positivista ainda predominante na atualidade, o caos é uma ameaça porque desestabiliza, desequilibra. Assim é como Rolnik (1999) explica como é formada a visão negativa do diferente, porque representa o caos que desequilibra e nos aterroriza, e a identidade sofre o impacto do embate com o outro, como o diferente caótico que quer nos desequilibrar. Então o eu passa a desenvolver mecanismos de defesa que lhe proteja do caos desequilibrador que para ele representa o outro, o diferente, fechando-se em seu próprio eu, transformando-se de sujeito produtor de diferenças por natureza, em sujeito marginalizador dessas diferenças.

Nossa consciência torna-se totalitária e, segundo Rolnik (1999, P. 168), essa consciência está na base de nossa

moral moderna que se nega a compreender que o caos é só fatal exatamente quando nos recusamos a admiti-lo em sua positividade, obstruindo qualquer movimento de criação. Mas, da mesma forma que a física quântica demonstrou que o mundo está movido pelo caos permanente, a realidade social não é estável nem imutável, é um processo de constante mudança motivada pela interação social, que é sempre uma interação com a diferença. Se nossa moral e nossa consciência totalitária não permitem a criação porque obstruem qualquer movimento na sua direção, ela vai criar destruição - quantas guerras tem se declarado em nome da única verdade religiosa, em nome da ordem democrática, quanta violência tem se gerado em nome da ordem e o progresso?

Impossibilitados pelo terror de construir nossa identidade no caos positivo e criativo do ser – porque o ser sempre está se criando e re-criando na dialética com a interação social, a mesma dialética pela qual o outro nos faz a nós – tentamos construí-la na base aparentemente sólida e estável do material, do ter. Assim também viramos de sujeitos criativos da diferença a sujeitos produtivos e consumidores do consumo standarizado num mundo em que os ricos, cada vez menos e mais ricos, vivem com medo da concorrência e os pobres, cada vez mais e mais pobres, vivem a violência de estar compelidos ao consumo sem recursos para consumir. Como nos fala Kurz (1998), não é mais um tempo de esperança, mas um tempo de medo. Os trabalhadores vivem com o terror de ser demitidos, os professores com o terror de ser ameaçados pelos estudantes, os pais com a incerteza de dar um futuro para seus filhos e os filhos com a repulsa do horror no qual têm crescido e o desejo ardente do "ser no ter" que tem mamado desde crianças.

A análise que nos oferece Rolnik da construção da identidade na base da anulação da diferença – fato definido por Geertz (2001, p.117) como a tragédia antropológica motivada pela lastimável confusão que assalta os homens quando eles não compreendem a fala uns dos outros e julgam mais fácil transformá-los em monstros conhecidos do que reconhecê-los como diferentes - no é nova na história do conhecimento e está na base da construção de uma cultura de dominação através da violência. Assim, na dialética hegeliana o senhor reconstrói o escravo como objeto; na Tª da legitimação de Weber (1972), existem dominantes porque existem dominados; para Sartre (1975), no seu Retrato do colonizador, a impossível desumanização do oprimido transforma-se em alienação do opressor; levando a raciocínio a nível psicológico, Simone de Beauvoir (1987) diz que nos afirmamos como sujeito constituindo ao outro como objeto; para Fanon (1983), o homem é humano na medida que se impõe a outro homem para ser reconhecido por ele; no Manifesto Antropófago de Oswald de Andrade (1972), a identidade brasileira foi feita de tudo quanto o colonizador "devorou"; o elo perdido de Oliveira (1987), quando se refere á carência para o negro de una identidade de classe em um sistema de classes, se deve à falta de identificação do um frente ao outro. Como observa Hall (1999, p.63), a identidade nacional foi construída sobre a base de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta, isto é, pela supressão forçada da diferença cultural.

Assim, as identidades coletivas culturalmente tem sempre se construído na base de normas e valores impostos pela força, pela violência exercida pelos diferentes sistemas de dominação que apresentam as diferenças como ameaçadoras da ordem por eles estabelecidos. Esse fato tem sido uma constante na história da humanidade, como analisaremos através dos três grandes sistemas de dominação – patriarcado, colonialismo e capitalismo – que têm estabelecido as diferenças socioculturais em torno as três grandes categorias de desigualdade: gênero, etnia e classe. Consequentemente ao até aqui exposto, o objetivo do presente trabalho é fazer uma reflexão sobre o desenvolvimento histórico destes sistemas de dominação que nos leve a considerar a necessidade de aprofundar nossa consciência, na hora de elaborar políticas públicas, sobre como a dominação está relacionada com a negação do direito à diferença biológica, cultural ou religiosa e à negação ao direito da igualdade social sob a criação de diferenças sociais que estimam as condições dos uns (homens, brancos e ricos) em base ao detrimento, inferiorização e subjugação dos outros (mulheres, minorias étnicas ou não- brancos e pobres). Partimos do fato de que, mesmo que os sistemas democráticos tenham evolucionado muito, as relações hierárquicas, tanto nos orgãos públicos, universidades como as instituições em geral, continuam sendo consideradas como formas naturais e necessárias de organização social - este pensamento é muito mais facilmente "*racionalizado*" quando existem diferencias biológicas, como as de sexo e raça, na medida em que se utilizam para justificar a naturalização das diferenças sociais (STOLKE, 1990).

2. Família patriarcal e identidade de gênero

O processo pelo qual as ações padronizadas e os valores se assentam no tempo e se projetam no espaço faz a História. Mesmo que, com a globalização, o espaço e o tempo tenham tomado outra dimensão - cada vez mais acelerada e deslocada- o passado comum continua pesando em nossa cotidianidade, a maioria das vezes de forma inconsciente. Pelo que é preciso lembrar, mesmo que seja brevemente, que a cultura supõe uma história compartilhada, construída coletivamente através do tempo e transmitida de geração em geração (AKTOUF, 1991). Nesse sentido estudamos a cultura desde sua dimensão micro, lembrando a família como o primeiro âmbito social onde se desenvolve o ser humano como sujeito de seu próprio destino.

No decorrer da História, a Humanidade tem se agrupado em organizações - de organom= instrumento- onde se dão os processos que produzem sistemas de significados comuns (MORGAN, 1996) que conformam a cultura. Sobre as hordas primitivas, e sobre a Préhistória em geral, sabemos muito pouco, mas com certeza foram das primeiras organizações. A lei do incesto, apresentada por Levi-Strauss (1997) como a primeira norma a partir da qual o ser humano decolou da natureza para entrar na viajem da cultura, foi estruturando as hordas primitivas em organizações de parentesco cada vez mais fechadas, que hoje conhecemos como famílias. Durante muito tempo, a parentesco e a descendência das famílias eram transmitidas por mulheres e machos e fêmeas pertenciam ao clã materno. Daí que Engels (1987) acreditasse numa sociedade primitiva matriarcal que não tem chegado a ser constatada pela antropologia feminista. Para Simone de Beauvoir (1987), o homem, como caçador na divisão de trabalho estabelecida nas hordas primitivas, se eleva sobre o animal e sobre a própria mulher arriscando sua vida, por isso a humanidade dai superioridade ao sexo que mata e não ao que gera vida.

> Segundo Engels (1987) a Pré-história passou por três estágios com três tipos de organizações familiares: ao estado selvagem corresponde o matrimonio por grupos, à barbárie, o matrimonio sindiásmico, e à civilização a monogamia com seus complementos: o adultério e a prostituição.

Nas suas próprias palavras,a monogamia foi um grande progresso histórico, mas, ao mesmo tempo, iniciou, juntamente com a escravidão e as riquezas privadas, aquele período, que dura até nossos dias, no qual cada progresso é simultaneamente um retrocesso relativo, e o bem-estar e o desenvolvimento de uns se verificam às custas da dor e da repressão de outros (ENGELS, 1987, p.71).

A família (de famulus=escravo doméstico) patriarcal (de pater= pai e archos=domínio), que segundo Engels marca o passo da barbárie à civilização - junto com o surgimento da História escrita- é considerada como a cédula de nossa organização social e encerra, em miniatura, todos os antagonismos que se desenvolvem, mais adiante, na sociedade e em seu Estado (ENGELS, 1987). Com a família patriarcal nossa cultura se torna fundamentalmente econômica, de tal forma que, observa Engels (1987, p. 200), desde que a civilização se baseia na exploração de uma classe por outra, todo o seu desenvolvimento se opera numa constante contradição.

Já um livre-pensador do século XVII, Poulain da Barre, um dos primeiros em escrever sobre a desigualdade de gênero, pensava que esta era gerada dentro da própria família, que propiciava uma guerra entre os sexos na medida em que eram as mulheres as que formavam parte do motim (COBO, 1995). Para Mitchell (1987), a família é o lugar no qual a psicologia inferiorizada da feminidade é produzida. Chodorow (1979) apresenta o fato universal das mulheres serem as grandes responsáveis pelo cuidado dos filhos, e pela socialização feminina posterior, como experiência discriminativa decisiva no desenvolvimento masculino e femenino.

Com estas interpretações da antropologia feminista pretendemos mostrar a cultura como um processo muito ligado à formação de nossa identidade tanto coletiva como individual, primeiramente no seio da família, fundamentalmente patriarcal. Como tal, nossa identidade vai ser moldada em função de padrões patriarcais que atribuem características diferenciadas aos sexos e valoriza a força física masculina que habilita ao homem para a caça, a guerra, a competitividade, e dai protagonismo ao militar que enfrenta a morte em detrimento do cuidado feminino para com o lar e a vida. A cultura patriarcal prega a violência e estabelece a primeira hierarquia entre os seres humanos baseada na construção de diferenças sociais em função das diferenças biológicas ou naturais. É o primeiro sistema em se servir da diferença para justificar a dominação e o uso da violência. Como tal ainda sobrevive em nossa sociedade de forma tão determinante que as mulheres inclusive feministas tem sérios problemas em desconstruir a identidade patriarcal em seus companheiros e propiciar um clima que facilite a construção de identidades alternativas para seus filhos.

Isto porque o homem, mais do que em décadas anteriores, vê-se pressionado a vencer, custe o que custar, transformando a rua em lugar de produção, mas também de guerra e deriva (...) subsiste uma cultura machista onde ter medo é sinal de covardia, e não reagir é ser passivo e incapaz. Assim, é reforçado um certo etos masculino que tem na violência e na supremacia física provas de sua masculinidade e até mesmo enquanto luta contra o medo (OLIVEIRA C., 2005, p. 15 e 19).

3.2. Colonialismo (patriarcal) e identidade étnica

Com o desenvolvimento da família patriarcal, a domesticação de animais e a agricultura, como bem estudo Engels (1987), surge a propriedade privada e começa a separação espacial e temporal entre o mundo produtivo e público dos homens e reprodutivo e doméstico das mulheres. O surgimento da propriedade privada se sustentou da mão-de-obra escrava, e é assim como o berço da civilização ocidental, a polis grega –onde Engels viu a origem do Estado - e o Império Romano, basearam sua organização social. De fato a liberdade da polis grega democrática de Aristóteles se assentava no trabalho servil de escravos e mulheres, que eram realmente quens libertavam aos cidadãos da sujeção à satisfação das necessidades materiais, dispondo assim de tempo para cultivar o espírito de liberdade que exigía sua condiçao de cidadão. Esse foi o berço da democracia.

Com o desenvolvimento do comércio, a acumulação de produção substitui a acumulação de mão-de-obra escrava e se faz necessário o trabalho livre, de produtores agrícolas e artesãos sob um novo sistema de dominação que, segundo Weber (1972), já apareceu na decadência do Império Romano. O feudalismo, baseado na apropriação de poder por parte da nobreza em virtude da promessa de fidelidade de seus vassalos, se estendeu por toda Europa e assentaria as bases para a posterior hegemonia da região com a constituição das grandes monarquias administrativas, autoritárias ou absolutas (FOUCAULT, 1992) que gerariam poder inclusive fora do reinado através da expansão conquistadora além dos mares. Era o colonialismo, sustentado por uma nova justificativa de dominação na base da anulação das diferenças: a crença que a cultura do europeu era superior e deveria ser imposta, já que os outros, os colonizados, estavam em estado de barbárie (CASTRO, 1996). Crença que se justificava de novo na base de diferenças biológicas com os colonizados, as eurocentricamente denominadas minorias étnicas: através do novo poder científico se intenta fundamentar biologicamente a tese racista sobre a superioridade do homem branco. O racismo colonial foi alimentado pelo darwinismo social que imperava no pensamento europeu do século XIX, segundo o qual a natureza física determinava a cultura. A formulação de raça como categoria física, e sua rápida difusão na consciência popular criou uma diferença nas atitudes dos europeus com respeito às minorias étnicas colonizadas (NITOBURG, 1991).

Frantz Fanon (1983) tal vez seja um dos primeiros que, como negro da América colonial, bem estudou a conflituosa construção da identidade do negro colonizado frente ao branco colonizador. Como psiquiatra observou entre seus pacientes negros uma constante preocupação com a autovalorização e com o ideal do eu sempre em dependência com aparecimento do outro. Através da análise de seus casos clínicos, Fanon faz nos ver que a alteridade para o negro não é o negro, mas o branco, já que o negro se reconhece como negro com a chegada do branco: é o colonizador que cria o colonizado, é o racista que cria

o inferiorizado, ao igual que Sartre dizia que é o anti-semita que cria o judeu (CABAÇO, CHAVES, 2004). Considerava a relação branco-negro como patológica pois o negro, escravo de sua inferioridade, o branco, escravo de sua superioridade, ambos têm um comportamento neurótico (FANON, 1983, p. 51) e se perguntava porquê esse desejo de superioridade que criava sentimento de inferioridade no outro, porque não, simplesmente tentar alcançar o outro, sentir o outro, revelar-me ao outro? (FANON, 1983, p.189). Para Fanon, o colonizado, oprimido e inferiorizado, só poderia revelar-se ao outro, o colonizador, na forma da violência. Só através da violência poderia se libertar da violência exercida pelo colonizador na construção da sua identidade superior.

Só que a relação colonizador-colonizado parece estar inmersa no círculo vicioso de violência no qual o colonizado é a primeira vítima da violência exercida por ele próprio. Para reflexionar sobre este fato é preciso nos remeter de novo à estrutura familiar. A predominância, entre os afro-descendentes das Américas, de famílias sustentadas por mulheres e com a ausência da responsabilidade paterna, como estudou Bastide (1960), não é herança da matrifocalidade africana, mas consequência da desestruturação familiar que sofreram os afrodescendentes com a escravidão. Bastide (1960) analisa como o negro, que durante a escravidão cresceu numa família com a ausência da imagem paterna, mas sempre ligado à mãe, teve que interiorizar os valores da cultura do branco, que por sua vez cresceu na família patriarcal da colônia criado também pela mucama negra. Hoje em dia, muitas mulheres que criam seus filhos com o trabalho doméstico, reminiscência do trabalho escravo, enfrentão a mesma solidão na ciração de seus filhos, com o agravante que estes continuam carecendo de referêncial construtivo de identidade dentro da família e buscam seus referenciais identitáiros na televisão ou a rua:

somos educadoras dos filhos dos patrões, e muitas vezes nossos filhos estão na rua, sem ninguém que os cuide, nem escola nem para onde ir. Enquanto estamos na casa do patrão cuidando de seus filhos, os nossos estão expostos a ser uns marginais, meninos de rua que estão sendo descriminados (Creuza Maria, presidente do sindicato das empregadas domésticas de Salvador, em Castro, 1996)

As condições de instabilidade econômica e emocional destas mulheres, que sobrevivem de trabalhos mal remunerados como o trabalho doméstico, as coloca como especialmente vulneráveis à violência doméstica, uma das causas pelas que as crianças optam pela rua (CASTRO, 1998). Com freqüência temos a imagem de um pai que se autodestrói com o álcool, uma mãe no limite da loucura para alimentar tantas bocas, e uns filhos que crescem alimentando a repulsão e revolta sem saber quem realmente as produz. Com resultado temos uma família fragmentada que se sonha unida. Os filhos da fragmentação vão fugir da violência doméstica e encontram seu lar nas ruas das grandes cidades, recheias de simbolos do consumo que os convida a sonhar em paraísos de luxo acessível a quem melhor exerce a lei do mais forte, o etos do guerreiro, desenvolvido pela interiorização da cultura da modernidade que a todo momento grita que ser é ter.

3.3. Com a modernidade (patriarcal e racista) a identidade passa a ser propriedade (ser é ter)

O triunfo do Iluminismo da Europa do século XVIII legitimou o poder da ciência e dos universalismos da igualdade, fraternidade e liberdade para todos - para todos os iguais claro, já que ao mesmo tempo aumentaram os papeis diferenciados entre os sexos e as raças: a razão (cultura) seria qualidade exclusivamente ocidental e masculina, enquanto a mulher e as chamadas "minorias étnicas" – paradoxalmente, maioria da população- pertenceriam ao mundo da emoção e do instinto (natureza). Nem o mais crítico com a igualdade predicada pelo Iluminismo, Rousseau – que considerava a desigualdade como a causa de todos os males - conseguiu incorporar nos seus universalismos a metade da população, as mulheres (COBO,1995). Enquanto que o liberalismo compactou tranqüilamente a liberdade para todos com a prática da escravidão - Locke, teórico da propriedade privada vinculada ao trabalho, que fez parte de sua enorme fortuna graças ao comercio de escravos e estava muito interessado na ocupação de terras indígenas em Norte-America, justificava o escravo como o vencido de uma guerra ao qual se tinha perdoado a vida como servo, legítimo cativo de legítimo vencedor (RUIZ, 2003).

O poder da razão e da ciência, junto com as riquezas usurpadas às colônias do " Novo Mundo", abriram novos caminhos para uma nova revolução que significaria uma maior separação entre a esfera doméstica e a privada, entre o tempo produtivo e reprodutivo. A Revolução Industrial introduziu a mão de obra assalariada, fato que repercutiu na abolição da escravidão nas Américas e consolidou um novo sistema de dominação: o capitalismo, que constituia a classe em nova categoria de identidade ao mesmo tempo em que reforçava as divisões de gênero e raça desde que mulheres e não-brancos historicamente têm sido excluídos do controle dos meios de produção e, no mundo do trabalho assalariado, vão a se inserir como exercito de reserva. Segundo David Harvey (1993), Ford usava quase exclusivamente mão de obra emigrante e suas fábricas tinham grande capacidade para mobilizar exércitos de reserva da América rural, a maioria das vezes negra ou indígena:

A nova divisão do trabalho ia integrando a todos os insatisfeitos do Terceiro Mundo com um processo de modernização que prometia desenvolvimento, emancipação das necessidades e plena integração ao fordismo, mas que, na prática, promovia a destruição das culturas locais, muita opressão e numerosas formas de serviços públicos, a não ser para uma elite nacional solvente que decidiria colaborar com o capital internacional (HARVEY, 1992, p.133).

Quadro que continua representando a realidade da maioria da população latinoamericana, atualmente excluída dos médios de produção mediante o desemprego. o subemprego e a economia informal. Tudo isto porque desde a abolição da escravidão e a implantação do trabalho assalariado, que fomentou a inserção de mão-de-obra européia no novo mercado de trabalho da industrialização, o negro continua abandonado ao seu próprio destino, condenado a vegetar no estado definido por Fernandes (1978) de anomia. Excluído dos benefícios do progresso da sociedade moderna, sem identidade de classe, até hoje carrega sobre suas costas o estigma do trabalho escravo refletido na sua cor (OLIVEIRA, 1987).

O trabalho, que durante o fordismo padronizou nossas vidas, como valor passa a ser substituído pelo consumo que surge assim como lugar privilegiado da cidadania (ORTIZ, 1994). O pior é que a cultura do consumo está hoje profundamente enraizada em grupos sociais que carecem de capacidade econômica para se envolverem nas práticas de consumo e empreendedurismo competitivo que demanda a modernidade (HARVEY, 1992, SANTOS, 2000), criando a necessidade de satisfazer desejos que vão a ser canalizados a qualquer preço. Nesse contexto, os jovens passam a ser os consumidores preferenciais e catalisadores do mercado uma vez que sua potência de ser afetados e afetar os transforma em propagadores natos de signos e bens, passando também a ser as vítimas preferenciais de uma política organizada de abandono, que produz este genocídio juvenil autofágico e fratricida

(OLIVEIRA C., 2005, p. 22- 23).

3.4. A globalização imperialista cria ao outro, o excluído, como violento

O objetivo da cultura global é modelar o consumidor global, programá-lo promovendo, através dos filmes e comerciais, certos valores e atitudes. Segundo alguns estudos, quando chega aos 12 anos, uma criança terá visto uma média de cem mil anúncios de TV. Uma criança nos Estados Unidos está exposta a uma média de 41 mortes ou atos de violência para cada hora de desenho animado. Chegando ao sétimo ano do primeiro grau terá visto oito mil assassinatos e cem mil atos de violência. Assim, a mídia produz a reproduz a cultura de consumo, da violência e do sexo, a fim de assegurar para as corporações o mercado de que necessitam (ROUANET, 2000, p. 67).

São hoje duas classes sociais, a dos que não comem, e a dos que não dormem de medo dos que não comem (RODRIGUES, 2003, p. 105).

Poderíamos dizer que os sistemas de poder que configuram as identidades coletivas foram se conectando e sustentando com base em mecanismos de negação: a negação ao direito à diferença e a negação à igualdade social e a criação de valores sociais que estimavam as condições de uns (homens, brancos e ricos) em base ao detrimento, inferiorizarão e subjugação de outros (mulheres, não brancos e pobres). Assim, o colonialismo e o capitalismo, sustentando-se nas divisões de gênero, raça e classe, estabeleceram a hegemonia político-econômica de Ocidente sobre o resto do mundo, reduzindo o campo de batalha a duas trincheiras: Norte e Sul, sob um novo sistema de dominação, resultante da combinação de ambos: o Imperialismo, ou ordem de relações entre países produto da transnacionalização das atividades econômicas, originando os progressivos empobrecimento e dependência de uns países sobre outros (IZQUIERDO, 1991).

Na nova organização internacional do trabalho imposta pela transnacionalização da economia e a globalização, a grande massa de trabalhadores que durante o fordismo tinha uma identidade como operária na sua condição de empregada, sofre uma deslocação e uma fragmentação da sua identidade ao passar a ser desempregada sem qualificação para um empreendedurismo cada vez mais competitivo. Suas vidas perdem significado e se somam ao contingente dos excluídos. Nesse contexto, as mulheres do Sul, por um lado, se constituem como mão de obra predileta, pelo seu baixo custo, em trabalhos de industrialização em série para a exportação das multinacionais –as denominadas maquiladoras. Por outro, o serviço doméstico, até dos países do Norte, constitui-se no lócus mais fácil de se inserir no mercado de trabalho, já que continua tendo um status de semi-escravidão, e servir têm sido sempre coisa de escravos (CASTRO, 1996).

Assim, sob a dominação imperialista da globalização, as mulheres negras e indígenas ocupam o último nível na hierarquia, realidade que não só não tem mudado com a chegada da democracia para os países do Sul, mas que se tem agravado - o fenômeno da feminização da pobreza - com o desenvolvimento das novas estratégias político-económicas neoliberais. Segundo dados do IBGE de 2002, a mulher é a responsável por 25% dos domicílios brasileiros, particularmente na população urbana (91% dos casos). No caso de Salvador, o percentual de famílias com mulheres como referência chega a 42% (OLIVEIRA C., 2005). As mães das famílias maternas, desarmadas frente à competitividade do trabalho qualificado e desprotegidas frente â violência doméstica, encontram-se incapacitadas para poder oferecer a seus filhos as mínimas condições para a vida econômica e emocionalmente estável que precisam (CASTRO, 1998). A sociedade brasileira, na sua maioria cega frente a esta realidade, culpa-as por reproduzirem a pobreza e a miséria que tanto "*denigre*" e a delinqüência que tanto ameaça as grandes cidades (CASTRO, 1996, 1998, 2001).

Estas mulheres são as mães da nova geração que esta sendo criada cada vez mais na ausência de uma responsabilidade paterna, fragilizada frente ao poder econômico e impelida a uma violência como resposta à falta de modelos masculinos que guiem à construção positiva da identidade no caos do mundo existente dominado por padrões masculinos, racistas e consumistas. Esta nova geração, que cresce com a crise de desemprego conseqüente dos processos de globalização, forma parte do contingente dos excluídos: já não servem nem como mão de obra a ser explorada. Lembremos que são os filhos dos que, após a abolição da escravidão, nunca conseguiram se inserir no trabalho assalariado. Sempre vistos pela oligarquia como a massa preguiçosa incapaz de produzir (OLIVEIRA, 1987), passam a ser identificados como marginais e, potencialmente, protagonistas da delinqüência e violência urbanas. A história da construção das identidades coletivas tem lhe conduzido aos momentos nos quais a nova geração, o futuro do planeta, sofre toda esta realidade globalizada que reforça a identidade do outro, o excluído, como violento. Campo privilegiado para semear condutas compulsivas como o consumo e a violência na procura desenfreada por uma identidade, a juventude é o lugar onde se materializam os conflitos de uma sociedade, e... quando a criança e o adolescente se tornam uma ameaça, é sinal de que esta sociedade atravessa uma profunda decadência (DA ROSA, 2005, p. 123).

Na globalização, o poder se faz muito perigoso, devido à dificuldade para ser combatido, pois está em todos lados, mas não é visível. É o poder disciplinar de Foucault (1992), que aparentemente não usa a força física, mas a escravidão das

mentes através do consumismo e da exclusão, sendo que hoje, apesar do crescimento econômico mundial e do progresso tecnológico, a fome mata mais que as guerras -como presenciamos no caso dramático da África. Mencionamos os conflitos não explícitos entre o amo e o escravo de Hegel, o branco e o negro de Fanon, o homem e a mulher, de Beauvoir. E agora, é o conflito explícito em forma de guerra não declarada do crime organizado no Brasil, que poderia ser interpretado como resposta ao poder disciplinar cujo instrumento de dominação tem sido sempre, usando a visão metafórica de Foucault (1992), uma guerra entre raças (ou tribos, como nas antigas hordas primitivas) –a super-raça branca e a sub-raça não branca- que o social-darwinismo a legitimou com argumentos biológicos e o marxismo a traduziu em termos de classe. Só falta lembrar a Foucault que a guerra historicamente tem sido instrumento de supremacia masculina e que os líderes da super-raça sempre tem sido homens. No mundo atual continua, pois, predominando os valores masculinos, a cultura da globalização continua sendo regida em "Nome do Pai", sob uma nova aparência: do grande patriarca progenitor da espécie e chefe de sua tribo, evoluiu ao executivo da cultura ocidental – homem branco e proprietário, com formação altamente especializada nas melhores universidades da Europa e Estados Unidos, que traspassa os estados como se foram tribos, avalado pelo sucesso econômico que lhe garante a sua eficácia competitiva para alimentar a fantasia da normalidade sob a ordem e progresso conforme prega a bandeira brasileira. Mas, esquecendo que a identidade se forma na relação com o outro, ao excluir ao outro está se excluíndo a sim mesmo. Assim o olhar do vitimado desestabiliza o mundo dos satisfeitos e aponta para a busca necessária de alternativas (Ruiz, 2003, p. 260). As identidades precisam ser reajustadas e reconstruidas.

4. Alternativas: Identidade construída no senso de alteridade e a tolerância à diversidade

Se é verdade que existe uma consciência coletiva, e que esta consiste na interação de uma multiplicidade desordenada de perspectivas nem sempre comensuráveis, a vitalidade dessa consciência coletiva dependerá , então, de que sejam criadas as condições para que essa interação possa ocorrer.O primeiro passo para a criação dessas condições é aceitar que existem deferências, e profundas, o segundo, compreender quais são, e o terceiro, construir algum tipo de vocabulário capaz de formuláas. O obstáculo maior à integração da vida cultural é a dificuldade em fazer com que pessoas que vivem em mundos diferentes possam influenciar-se reciprocamente de uma forma genuína. (GEERTZ, 1997, p. 242).

Entendemos que as relações de parentesco, mesmo que para a maioria da população permanecem importantes, especialmente no interior da família nuclear, já não são os veículos de laços sociais intensamente organizados através do espaço e o tempo. Como observa Giddens (1991) cada vez mais são as organizações desencaixadas que ligam práticas locais com relações sociais globalizadas as que organizam nossa vida cotidiana. Com tudo, continua nos pesando o passado comum, os valores transmitidos de geração em geração, a história construída coletivamente. A família, qualquer que seja, continua sendo o primeiro âmbito social onde se desenvolve a identidade do eu, o qual, desde que nasce vê espelhada nela as regras e contradições da sociedade. Em função desta interação sente suas potencialidades como possíveis realidades ou possíveis frustrações. Assim, concordamos com Szymanski (1990, p. 23) quando diz que

> a descoberta de que os anos iniciais de vida são cruciais para o desenvolvimento emocional posterior focalizou a família como o lócus potencialmente produtor de pessoas saudáveis, emocionalmente estáveis, felizes e equilibradas, ou como o núcleo gerador de inseguranças, desequilíbrios e toda sorte de desvios de comportamento.

Mas, como analisa Heller (1998), a maioria das famílias burguesas não fomentam o espirito de coletividade entre as crianças. E se paramos a pensar, é porque não há tempo – a sensação de urgência estudada pelos teóricos da contemporaneidade como Giddens e Foucault, entre outros. Nosso tempo está dominado pela produção para o consumo de uma forma compulsiva, e os valores de compartilha e vida comunitária que, de certa forma, umas vezes bem e outras mal, fornecia a família, ficam esquecidos, esquecendo também que é a família que educa à nova geração, é a base de operações de toda nossa vida cotidiana, o lugar de partida e o ponto de retorno (Heller, 1998, p.36). Daí que nossa análise começou pela família e termina por ela.

Esta análise pretende contribuir para a reflexão autocrítica, desde que nós intelectuais, com medo ao caos criativo que se alimenta das diferenças, sustentamos a normalidade fictícia através de nossas práticas normalizantes tanto na família como nas instituições reproduzendo dentro delas o mundo hierárquico exterior, e alimentando os sistemas de dominação que sustentam a exclusão como conseqüência e a violência como resposta, ao mesmo tempo em que construímos teorias sobre a necessidade de mudar essa realidade. Alimentamos também, pois, a esquizofrenia entre o discurso e a prática, fenômeno que incorporamos como inerente a nossa identidade de intelectuais.

Ressaltamos a importância de policiar estas atitudes e condutas na medida que, ao estarem tão inseridas em nosso cotidiano, invisivelmente perpetuam praticas de poder-dominação sobre nossos diferentes: nossos técnicos, estudantes, funcionários e empregados domésticos Precisamos nós, intelectuais, tomar consciência de que não estamos acima das teorias que construímos. Também nós, analistas críticos da dominação, somos escravos de nossa superioridade/inferioridade e desenvolvemos condutas neuróticas através das quais, para reafirmar nossa identidade, negamos ao outro - a violência é também nossa. Precisamos um maior conhecimento de nós mesmos, pois

o conhecimento do homem pelo homem e da sociedade humana em suas várias formas de relacionamento interno e externo constitui a grande transformação e a grande esperança deste final de milênio. Transformação que através do conhecimento profundo dos outros e com a modesta ajuda da Antropologia social redescobrirá a tolerância, a humildade, a esperança e a generosidade de um viverem escala planetária mantendo o delicado e essencial equilibro entre o universal e o específico, o cósmico e o local, o sentido do planeta e a identidade comunitária (...) O próprio intelecto nos fará enxergar nossa humanidade no outro, e o outro dentro de nos (Da MATTA, 1987, p. 14).

E porque, em palavras de Sennett (2001, p. 176),

> Se ocorre mudança, ela se dá no chão, entre pessoas que falam por necessidades interiores, mais do que por levantes de massa. Que programas políticos resultam dessas necessidades interiores, eu simplesmente não sei. Mas sei que um regime que não oferece aos seres humanos motivos para ligarem uns para os outros não pode preservar sua legitimidade por muito tempo.

Bibliografía

Aktouf, O. (1991). "O simbolismo e a cultura de empresa: dos abusos conceituais às lições empíricas", em Chanlat, O indivíduo e as organizações, V. II. Sao Paulo: Atlas.

Amorós, C. (1985). Hacia una crítica de la razón patriarcal, Editorial Anthropos,Barcelona.

Annes, S. E. (2005). A sociedade da guerra e a cultura da violência. Ensaios Violência e Contemporaneidade. Porto Alegre: Artes e ofícios.

Andrade, O. (1972). Manifesto antropófago. Em Obras completas. Do paubrasil â antropofagia e às utopias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Cabaço, J. L., Chaves, R. (2004). Frantz Fanon: colonialismo, violência e identidade cultural. Em Abdala, Benjamin (org.).Margens da Cultura. São Paulo: Boitempo.

Castro, R. (1996). El Movimiento Popular en Salvador de Bahia: un nuevo debate en las relaciones entre género, etnia y classe, tese de doutorado apresentada na Universidade Complutense de Madri.

_____ (1998). Gênero nas Organizações, ENANPAD'98, Foz de Iguaçú

_____(1999). Análise da problemática da criança e do adolescente em situação de rua em Salvador a partir da complexidade genérico-racial. IV Simpósio Baiano de Pesquisadoras/es sobre Mulher e Relações de Gênero. UFBA, Salvador, 14 a 16 de outubro de 1998. Anais

_____ (2004). A cultura tecendo as redes para o Desenvolvimento Local: o programa de Revitalização do Centro Histórico de Salvador de Bahia. Em ROESCH, Sylvia, Gestão Social para o desenvolvimento: casos para ensino. Salvador: CIAGS, UFBA

Cechetto, F. R. (2004). Violência e estilos de masculinidade. Rio de Janeiro:Editora FGV.

Cobo, R. (1995). Fundamentos del patriarcado moderno. Jean Jacques Rouseau. Madrid:Ediciones Cátedra.

Conte, M. (2005). A complexidade das relações entre violência, drogas e laço social. Ensaios Violência e Contemporaneidade. Porto Alegre: Artes e ofícios

Damatta, R. (1987). Relativizando: uma introdução á Antropologia Social, Rio de Janeiro: Rocco

Da Rosa N. C. (2005) O enmudecimento da violência: considerações acerca dos modos de subjetivação da adolescência na contemporaneidade. Ensaios Violência e Contemporaneidade. Porto Alegre: Artes e ofícios

De Beauvoir, S. (1987). El Segundo Sexo, Siglo Veinte, Buenos Aires.

De Oliveira, C. (2005). Quem tem medo da violência juvenil? Ensaios Violência e Contemporaneidade. Porto Alegre: Artes e ofícios

De Oliveira, F. (1987) O elo perdido: classe e identidade de classe, São Paulo: Brasiliense

Engels, F. (1987). A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Fanon, F., (1983) Pele Negra, Máscaras Brancas. Rio de Janeiro: Fator

Foucault, M. (1992) Genealogía del Racismo. Madrid: Las Ediciones Piqueta.

Geertz, C. (1989). A interpretação das culturas, Rio de Janeiro: LTC

_____ (1997). O saber local, Petrópolis: Vozes

Giddens, A. (1991) As conseqüências da pós-modernidade. São Paulo: UNESP

_____ (1996), Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura, em Giddens e Turner (org.), Teoria Social Hoje, São Paulo: UNESP.

Gomes, C. A. (2005). Espaço urbano e criminalidade: uma breve visão do problema. RDE- Revista de Desenvolvimento econômico, ano VII, janeiro, SSA: UNIFACs.

Hall, S. (1999) A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A.

_____ (2005). Quem precisa da identidade? Em DA SILVA, Tomaz Tadeu (org.) Identidade e diferença, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes

Izquierdo, M. J. (1991) "Relaciones de Sexo y Género", en Mujeres y Sociedad, nuevos enfoques teóricos, Universidad de Barcelona.

Jabor, A. (2006). "Entrevista a Marcola". Jornal O Globo, segundo caderno, maio.

Keil, I. M.. "Descreça política e violência urbana. Existe uma relação?" Ensaios Violência e Contemporaneidade. Porto Alegre: Artes e ofícios.

Kurz, R. (1998) "Mataram o lazer" Revista ISTO É n. 1521, 25/11/1998

LANIUS, Manuela (2005) "Da diferença", em Ensaios Violência e Contemporaneidade. Porto Alegre: Artes e ofícios.

LÉVI-STRAUSS (1957). Tristes Trópicos, Sao Paulo: Anhembi.

_____ (1997). O Pensamento Salvagem, Campinas: Papirus.

MARICATO, Ermínia (2001) palestra ministrada no Fórum América Latina Habitar 2000,
Salvador, 15à 19 de maio.

MITCHELL, Juliet (1975). Psicoanálisis y Feminismo. Barcelona: Editorial Anagrama.
ORTNER, Sherry (1979). "Está a Mulher para o Homem Assim como a Natureza para a Cultura?",em ROSALDO Y LAMPHERE, A Mulher, a Cultura, a Sociedade Rio de Jneiro: Paz e Terra.
MORGAN, Gareth (1996). Imagens das organizações. Sau Paulo: Editora Atlas.
NITOBURG, E. (1991) Los Africanos en el Nuevo Mundo. La Habana: Editora Progresso.
NUNES, Débora (1999). "Por uma pedagogía da participação popular", em Organizações e
Sociedade, n. 16, Salvador: EAUFBA.
ROLNIK, Suely (1994). Cidadania e alteridade: o psicólogo, o homem da ética e a reinvenção da democracia. São Paulo: Cortez.
SANTOS, Boaventura de Souza (2000). Crítica à razão indolente. São Paulo: Cortez.
SARTRE, Jean Paul (1975). Retrato del Colonizado. Buenos Aires: Losada
RUIZ, Castor (2003). "O abuso da tolerância na produção de subjetividades flexíveis". Em SIDEKUN, Antonio (org.) Alteridade e multiculturalismo Ijuí: Editora Unijuí.
RODRIGUES, Zita Ana Lago (2003). "Exclusão/Inclusão sociocultural e educacional: um escopo analítico sobre seus fundamentos". Em SIDEKUN, Antonio (org.) Alteridade e multiculturalismo Ijuí: Editora Unijuí.
ROJAS, Eduardo (2000). "Recuperação Integrada de Áreas Centrais de Cidades: Concertação de Atores Públicos e Privados". SIRCHAL, Salvador, 29 de maio a 02 de junho.
ROUANET, Sérgio Paulo (2000). "Globalização e universalização". Em Cultura e desenvolvimento, Cadernos de nosso tempo, n. 3. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura.
SENNETT, Richard (2001). A corrosão do caráter. Rio de Janeiro: Record.
STOLKE, Verena (1990), "Is sex to gender as race to ethnicity?"ponencia presentada en la I Conferencia de Asociación Europea de Antropólogos Sociales en Coimbra.
SZYMANSKI, Heloisa (1990). Teorias e "teorias" da família. A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC-Cortez.
WEBER, Max (1972). Economia e Sociedade, volumem 1. Brasília: Editora UNB.
WOODWARD, Kathryn (2005). Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Em DA SILVA, Tomaz Tadeu (org.) Identidade e diferença, Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes
ZALUAR, Alba (1996).Da revolta ao crime S/A. São Paulo: Moderna.
_____(2004). Violência, cultura e poder. Em CECHETTO, Fátima Regina (2004). Violência e estilos de masculinidade. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Migrações, exílios e diásporas

Para a construção do perfil e trajecto dos Músicos Imigrantes Cabo-Verdianos na Área Metropolitana de Lisboa

César Augusto Monteiro1
Sociólogo e Investigador do CIES – ISCTE
cesarmonteiro53@yahoo.com.br

***Resumo*:** Portugal é um país que acolhe, desde a década de 60 do século pretérito, uma das mais expressivas comunidades africanas – a cabo-verdiana - , cuja característica saliente é marcada, designadamente, pela presença de uma significativa e dinâmica cultura transnacional. A música, através dos seus mais variados géneros e formas, representa, seguramente, a dimensão mais importante desta diversificada população imigrante, juntamente com a língua cabo-verdiana. Daí o interesse no conhecimento, tanto quanto possível aprofundado, da realidade musical cabo-verdiana em contexto imigratório, a partir de um olhar atento sobre o chamado campo musical ancorado particularmente na Área Metropolitana de Lisboa (AML).
Aliás, tal como refere o título, propõe-se analisar, rapidamente, os perfis e os trajectos dos músicos imigrantes cabo-verdianos fixados na AML, com base numa amostra de 102 casos seleccionados através do método da denominada «bola de neve» e por via de um inquérito por questionário. Tal análise insere-se dentro de uma investigação mais ampla em curso, que se prende com a caracterização do multifacetado campo musical cabo-verdiano nesta vasta área geográfica, tendo em mira a avaliação do contributo da música para o processo de incorporação dos seus principais agentes, em especial, no país de fixação.
Refira-se que, do ponto de vista da definição do seu perfil social no espaço metropolitano lisboeta em análise, o músico imigrante não se limita exclusivamente ao exercício da actividade musical propriamente dita, mas exerce outras profissões em paralelo, sobretudo nos domínios da construção civil e da restauração, porquanto a actividade musical em Portugal não é uma grande fonte geradora de rendimentos, suficientemente autónoma e lucrativa.

Palavras-chave: população imigrante, transnacionalismo, actividade musical, campo musical.

1 Sociólogo e investigador do CIES do ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa.

Introdução

A música constitui, a par de outras expressões culturais, um importantíssimo pilar da sociedade cabo-verdiana e uma das componentes representativas e estruturantes da sua identidade cultural, que, sucessivamente, se foi desterritorializando e reterritorializando, mercê de intensos movimentos migratórios verificado ao longo da sua evolução histórica. Para Martin Stokes (2003), a construção musical do lugar mexe com questões de etnicidade e identidade e dela emergem, particularmente em contextos migratórios, novas identidades sociais, nomeadamente, por via de processos de construção criativos e contínuos, no centro dos quais se perfila o imigrante como um importante vector na lógica dos fluxos, ligando países de origem e de destino.

Sendo assim, os contextos migratórios constituem os espaços privilegiados de construção de identidades diferentes e diferenciadas, a partir do estabelecimento de interacções entre os respectivos actores sociais, donde emergem novas configurações identitárias, em especial no seio dos jovens descendentes de imigrantes (Machado e Matias, 2006), por via de intensos processos de socialização nos países de acolhimento dos respectivos progenitores, à custa, quase sempre, de um processo de desgaste identitário (Portes e Rumbaut, 2001). Contudo, tenha-se em vista que esses jovens descendentes, portadores de pertenças múltiplas, diversas e, por vezes, contraditórias e ambivalentes, cresceram entre a cultura dos pais e a da sociedade de fixação e, por isso mesmo, acabam por seguir percursos próprios, assumindo-se, identificando-se ou ainda afastando-se, em maior ou menor medida, de uma ou outra matriz identitária, no meio de tensões familiares e sociopsicológicas raramente resolvidas, consoante as características do espaço onde se inserem, em geral, e os modelos de socialização familiar, em particular.

A música cabo-verdiana na diáspora, enquanto factor primordial de integração e prática transnacional, que, ao mesmo tempo, transporta consigo uma carga simbólica sem precedentes, numa «experiência identitária musical em movimento» (Contador, 2001: 110), não foge, de forma alguma, a tais dinâmicas identitárias, tanto mais que ela é o produto da interacção entre a terra dos progenitores dos descendentes de imigrantes e a que os viu nascer, ou seja, a actividade musical assume um papel importante na construção identitária desses jovens, em contexto migratório. Daí que, nesta perspectiva, a música, entendida não na sua dimensão redutora, estreita e meramente sonora ou musicológica propriamente dita, mas na óptica moderna da Etnomusicologia e da Sociologia da Música, tenha, antes de mais, uma não menos importante função interpeladora de identidades sociais e constitua, a par da língua, uma inegável referência do sistema cultural cabo-verdiano, bem como uma das mais poderosas alavancas dessa sociedade, diria, um dos principais símbolos identitários da Nação evocadores de memórias colectivas e individuais.

Na verdade, mais do que uma mera manifestação artística, pode afirmar-se que os ritmos e sons de Cabo Verde, e, em especial, a sua música tradicional, constituem "um importantíssimo elemento de afirmação e coesão identitária, para os indivíduos de origem cabo-verdiana, sejam eles residentes no arquipélago real ou no arquipélago migratório" (Malheiros, 2001: 270), não lhes sendo alheias as fortes influências externas a que se sujeitam, numa dinâmica cada vez mais irreversível, cujo conhecimento aprofundado exige, pela sua complexidade crescente, uma análise tanto diacrónica quanto sincrónica, perante o acelerado processo de globalização (Castles, 2005; Cohen, 2005) da indústria musical. Na diáspora, o imigrante cabo-verdiano, que se envolve numa pluralidade de mundos sociais e vive, simultaneamente, uma multiplicidade de experiências socializantes, num contexto diferente, procura manter vivas as suas tradições fortemente interiorizadas onde quer que se encontre em grupo, num processo de resistência cultural, do mesmo passo que vai incorporando alguns elementos culturais da sociedade de acolhimento, através, designadamente, de contactos culturais e das respectivas permutas.

Por outro lado, importa, ter em conta, nesta abordagem, que a prática musical2 e os géneros musicais3 veiculados pelos respectivos praticantes não são sistemas fechados, mas evoluem e desenvolvem-se num ambiente social aberto em que circula, abundantemente, informação de todo o tipo. Particularmente na Área Metropolitana de Lisboa, onde se constituiu uma não menos importante e expressiva população de migrantes de trabalho e profissionais, emergiu um campo musical relativamente estratificado, ou, se se preferir, um campo artístico, que se foi consolidando progressivamente, transformando-se, paulatinamente, num campo transnacional de produção musical, que vai ganhando projecção internacional.

Objectivos e metodologia

Esta sucinta pesquisa decorre de uma investigação de índole teórica e empírica em curso, no âmbito de um projecto maior de tese de doutoramento consagrado à análise da problemática das práticas e identidades musicais4 dos imigrantes

---

2 De acordo com Blaukopf, a prática musical abrange os tipos, os modelos e as expectativas de comportamento musical, pelo que este estudioso define a sociologia da música como sendo "the compilation of all social data relevant to musical practice" (1992: 5).

3 Os diferentes géneros musicais, que se associam a diferentes modos de relação com a música, sejam eles cabo-verdianos ou não, têm em linha de conta as diferenças socioculturais respectivas, para lá, naturalmente, dos diferentes códigos intra-musicais. Assim, na perspectiva de Campos (2006), os músicos profissionais diferenciam-se não apenas em função do género musical que preferencialmente praticam, mas, sobretudo, ao nível das relações que se estabelecem com a música, nomeadamente, a sua prática e os seus usos.

4 A palavra "música", esta coisa humana que nos percorre a existência, como dizia alguém, tem origem no termo grego antigo mousikè technè, que significa "a arte da musa" e corresponde, de acordo com Oling & Wallisch, "a um conjunto de sons físicos, organizados de modo a que o objectivo último – criar um efeito específico – seja atingido através de gesto e movimentos" (2004: 12). Mais do que uma simples estrutura sonora, o conceito de música implica o de cultura que, por seu turno, envolve as estruturas sonoras como portadoras de cultura. Ou seja, nesta perspectiva dinâmica, cultura e música são distintas e faces complementares da mesma moeda.

cabo-verdianos na Área Metropolitana de Lisboa (AML)5, e assenta numa perspectiva transnacional6, privilegiando uma abordagem a partir da Sociologia das Migrações, combinada, nomeadamente, com a da Cultura e com a da Música. Assim, priorizando a chamada «perspectiva da produção» (Campos, 2008)7, propõe-se este estudo, a partir de um conjunto de indicadores quantificados e por via de um por inquérito por questionário8 aplicado a uma amostra de 102 músicos cabo-verdianos radicados na AML, proceder à análise e à interpretação das principais regularidades manifestadas, em ordem, por um lado, à caracterização do respectivo campo musical (Bourdieu, 2003), onde coabitam desafiantes e instalados e, por outro, à definição do perfil dos principais agentes ou actores que o enformam, tendo em conta, naturalmente, o seu contexto dinâmico e relacional, os objectos musicais, bem como os processos sociais decorrentes, as dinâmicas do mercado de trabalho em que se inserem, as suas carreiras, as redes de cooperação em que se movimentam, as suas formas de concorrência, os processos de construção da sua reputação e as relações de poder e de conflito.

À intenção do estudo, baseado numa amostra populacional não aleatória, seleccionada por via do método de «bola de neve», refira-se que os estatutos profissionais dos músicos entrevistados repartem-se em três grandes categorias, conquanto prevaleça a dos semi-profissionais (47%), isto é, aqueles que desempenham outra actividade remuneratória que não seja exclusivamente a música. Em segundo lugar, figuram os músicos profissionais a tempo inteiro (39%), que se dedicam exclusivamente à música e vivem dela e, por último, assinale-se, na configuração do campo musical cabo-verdiano, a presença de uma pequena percentagem de músicos amadores ou diletantes, da ordem dos 18% do total da amostra, que exerce a actividade musical, sem qualquer intuito lucrativo, mas que acaba por imprimir alguma dinâmica ao ambiente musical, se bem que de forma não sistemática ou continuada. Trata-se, em última análise, da tentativa de definição do perfil do músico cabo-verdiano na AML, a partir de uma dimensão meramente quantitativa.

Enquadramento e contexto

O arquipélago de Cabo Verde é marcado por processos migratórios mais ou menos intensos ao longo da sua história que, por seu turno, dão origem, nas respectivas sociedades de fixação, à produção e reprodução de expressões musicais, em contextos globalizantes e transnacionais. Assim, tais processos migratórios internacionais, verificados a partir de território cabo-verdiano, têm sido responsáveis por práticas transnacionais9 nos mais variados domínios de actividade, traduzidos, basicamente, numa série de «actividades assentes na manutenção de contactos mais ou menos regulares entre emigrantes e, sobretudo, os seus locais ou regiões de origem, facilitados pela comunicação» (Góis e Marques, 2008: 92). Aliás, grande parte da música de origem cabo-verdiana produzida na diáspora10 insere-se no campo transnacional, que pressupõe contactos mais ou menos regulares e multiterritorializados entre vários países implicados no processo musical.

De resto, a música, tanto do ponto de vista da produção, como do consumo, constitui-se num marcador essencial de prática transnacional de «alta intensidade» (Góis, 2005), na esfera sociocultural, que abrange um universo relativamente vasto e significativo de imigrantes cabo-verdianos e respectivos descendentes estabelecidos em Portugal há já várias décadas. Sendo assim, uma das questões de pesquisa que se nos coloca é saber se o campo musical cabo-verdiano, que abarca um sistema de produtores e mediadores, terá ou não alguma autonomia própria e, se sim, qual. Basicamente, o fenómeno musical

---

5 Nos termos do nº 1 do artigo 2º do Capítulo 1 da Lei nº 44/91, de 2 de Agosto, publicada no Diário da República, I Série – A, nº 176, 2 – 8, 1991, que cria as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, a Área Metropolitana de Lisboa (AML), com sede em Lisboa, inclui 18 concelhos a saber: Alcochete, Almada, Amadora, Azambuja, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Oeiras, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira. De registar que a grande massa de imigrantes cabo-verdianos a residir em Portugal (cerca de 90%), segundo os Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), reside nessa área geográfica.

6 O termo transnacional não é recente e é utilizado, por exemplo, no título de um artigo clássico da autoria de Randolph S. Bourne, citado por Portes, publicado em 1916, intitulado Transnational América. Depois, o conceito foi utilizado de diversas formas, aludindo, em particular, às actividades das empresas globais (2006: 208).

7 O conhecimento sociológico aprofundado do processo musical em Portugal, tendo em conta as relações sociais, as expressões culturais e as fruições musicais, concilia, necessariamente, três perspectivas ou dimensões analíticas, a saber: a perspectiva da produção, a distribuição e a recepção e consumo musical.). Relativamente à primeira, a perspectiva da produção tem em atenção os objectos musicais (conjunto de processos sociais e de padrões culturais de referência); os actores e os processos sociais em que são produzidos, ou seja, o enfoque analítico deverá centrar-se, em todo o caso, sobre a música e os músicos cabo-verdianos radicados na Área Metropolitana de Lisboa como problema sociológico relevante.

8 O inquérito por questionário foi aplicado, em Lisboa, a uma amostra não aleatória do universo musical cabo-verdiano radicado na AML entre 01 de Junho de 2006 e 31 de Outubro de 2008.

9 A descoberta de práticas transnacionais entre os imigrantes deveu-se, fundamentalmente, ao trabalho de um grupo dinâmico de antropólogas norte-americanas orientado por Nina Glick-Schiller, Cristina Blanc-Szanton e Linda Basch, citadas por Portes, que definiam o conceito de transnacionalismo como «o processo pelo qual os transmigrantes, mediante as suas actividades quotidianas, forjam e mantêm relações sociais, económicas e políticas a vários níveis que ligam as suas sociedades de origem e de acolhimento, e através criam campos transnacionais que cruzam as fronteiras nacionais» (2006: 203). Veja-se ainda Castles, a propósito do conceito de transnacionalismo (2005).

10É a partir da segunda metade dos anos 80 do século passado que se consolida a tendência para a recuperação da noção de diáspora, enquanto instrumento analítico para o estudo científico de determinados grupos humanos que, partilhando uma mesma base cultural, religiosa e étnica e um mesmo território de origem, se dispersaram por diversos países. Assim, o conceito de diáspora, de acordo com a definição apresentada por diversos autores, pode reunir três características essenciais: dispersão relativamente diversificada, a partir de um território original, com destaque para a migração forçada; a existência de uma memória étnico-cultural colectiva partilhada por todos os membros da diáspora e transmitida às gerações seguintes; manutenção de laços, reais ou simbólicos, com a terra de origem, dos próprios ou dos antepassados. No entanto, o conceito original associado à dispersão dos judeus do seu território de origem é, mais tarde, recuperado, tendo a sua crescente utilização por parte dos cientistas sociais implicado algumas alterações nos pressupostos básicos iniciais, com realce para a aplicação do termo diáspora a grupos que não estão associados a migrações forçadas (indianos, chineses, portugueses, libaneses, gregos) (Gomes, 1999: 25). No caso de Cabo Verde, a noção revista e ajustada do conceito de diáspora para classificar a dispersão dos cabo-verdianos por diversas partes do mundo ao longo dos últimos três séculos é também utilizada por vários investigadores, apelidando-a alguns de diáspora de trabalho, de acordo com a classificação de Robin Cohen 2001), uma vez que, na sua génese, se encontra um processo migratório.

cabo-verdiano, pelo seu passado, caracteriza-se pela diversidade e hibridismo, razão por que não se pode falar de uma música cabo-verdiana autêntica ou original, estática, como se ela estivesse parada no tempo.

Na realidade, a música cabo-verdiana, cujo percurso histórico se assemelha, em certos aspectos, ao género do fado11, é palco de processos sincréticos de eruditismo, de fusão e hibridismo, em contextos de pluralidade, onde a versatilidade do artista, a criatividade e a cumulatividade são dimensões e referências extremamente importantes, tanto em Cabo Verde, como na diáspora. Com efeito, o crescimento acelerado da população imigrante cabo-verdiana12 em Portugal e, em particular, na Área Metropolitana de Lisboa, a partir da independência de Cabo Verde, em 1975, deu lugar ao surgimento de um campo musical13 específico, ou, se se quiser, «mundo da arte» (Becker, 1988)14, integrado por uma série diversificada de práticas expressivas, a par, designadamente, da constituição de um mercado discográfico relativamente significativo, no interior de uma comunidade, cujo resultado «é um somatório de sucessivos fluxos, com diferentes histórias de inserção socio-económica» (em Góis e Marques, 2008: 89). Longe de constituir uma comunidade15 homogénea, a imigração cabo-verdiana em Portugal, que abarca distintos tipos de migrantes e respectivos descendentes, perfila-se como um conjunto heterogéneo, diversificado e diferenciado, que reproduz, no país de estabelecimento, as diferentes estruturas do país de origem, designadamente do ponto de vista de classe, do ponto de vista de status, do ponto de vista de sexo ou ainda etário.

Por outro lado, importa não perder de vista que, pela sua expressão concreta e abrangência, a música cabo-verdiana em Portugal também abarca um universo que aglutina vários agentes, géneros, formas e práticas musicais produzidas em contexto migratório. Sendo assim, outra questão que se me coloca, à partida, é como se configura o campo musical cabo-verdiano na Área Metropolitana de Lisboa, tendo em conta os processos de mudança que vão ocorrendo, bem como as subjectividades e as singularidades inerentes ao fenómeno da chamada cultura migrante. Na verdade, assiste-se a uma recomposição ou reconfiguração do campo musical cabo-verdiano na AML, razão por que importa aprofundar o seu conhecimento, tanto quanto possível, nas suas diversas e complexas manifestações.

Composição sociodemográfica

Resulta extremamente difícil proceder, com rigor, à quantificação do universo dos músicos cabo-verdianos radicados em Portugal e, em particular, na Área Metropolitana de Lisboa, se bem que, pelas informações empíricas recolhidas, o número daqueles que, na verdade, se dedicam à música a tempo inteiro e dela fazem a sua principal actividade

11 Segundo Tinhorão, a dança chamada fado aparece no Rio de Janeiro em finais do século XVIII como «uma espécie de apropriação definitiva, por parte dos brancos da colónia, de que genericamente se considerava "danças de negros"» (1994: 49). Posteriormente, pela virada dos séculos XVIII-XIX, aparecem em Portugal formas brasileiras de dança e canto chamadas «bailes do fado» e, finalmente, meio século depois, emerge, em Lisboa, a moderna canção urbana portuguesa do fado.

12 Na verdade, foi na segunda metade da década de 60 do século XX, no contexto das relações coloniais, que chegaram à região de Lisboa os primeiros imigrantes cabo-verdianos, que vieram suprir as necessidades de mão-de-obra provocadas, por uma lado, pela emigração portuguesa para países europeus mais desenvolvidos e, por outro, pela saída muitos milhares de homens para as guerras coloniais de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau Já a partir de 1975, o número de indivíduos com nacionalidade cabo-verdiana legalmente residentes em Portugal cresce a uma cadência regular, de 22 000, em 1981, até 56 0000, em 2002, número que apenas representa «uma parte do conjunto dos migrantes e dos seus descendentes», de acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), citados por Carvalheiro (2008: 84). Porém, citando s mesma fonte, admite-se, na actualidade, uma cifra superior a 100 000 cabo-verdianos residentes em território português, tendo em conta a dinâmica migratória, bem assim as situações ilegais (Idem, 85). Sendo a mais antiga das migrações laborais para Portugal, a imigração cabo-verdiana foi a primeira a sedentarizar-se e, igualmente, «a primeira a aportuguesar-se, por via das naturalizações crescentes, das socializações secundárias dos mais novos. dos casamentos mistos e de outros processos de socialização cultural» (Machado, 2009: 135). Mais do que uma comunidade imigrante propriamente, concebida enquanto todo homogéneo, formou-se em Portugal, ao longo de quarenta anos, uma «população socialmente heterogénea», cujas diferenças se traduzem, segundo Saint-Maurice, «não só na inserção, objectiva e subjectiva, na sociedade de imigração, como também na relação que os grupos de imigrantes estabelecem com o seu património cultural», visível tanto ao nível das práticas, como ao nível do simbólico (1997: 34).

13 Como resulta evidente, a construção do campo musical cabo-verdiano na AML foi gradual e processou-se por fases ou etapas, sendo de destacar o papel fundamental das chamadas redes migratórias ancoradas em familiares e amigos nesse processo. Recorde-se, ainda, que, na fase da sua instalação, alguns músicos foram obrigados a trabalhar nas obras de construção civil como pedreiro, durante algum tempo, antes de, finalmente, enveredarem para a actividade musical como profissionais a tempo inteiro

14 Os conceitos de "campo musical" de Bourdieu, de "mundo artístico" de Becker ou ainda de " jogo" de Lahire, aplicados à análise da actividade musical, não se excluem mutuamente, pelo contrário, se complementam, não obstante as diferenças de perspectivas. O primeiro, de cunho marxista, privilegia a dimensão conflitual e as posições dentro do campo, enquanto o segundo, de cariz mais funcionalista e durkheimiano, acentua os aspectos mais integracionistas ligados, nomeadamente, às redes e à divisão de trabalho interna.Lahire, aplicados à análise da actividade musical, não se excluem mutuamente, pelo contrário, se complementam, não obstante as diferenças de perspectivas. O primeiro, de cunho marxista, privilegia a dimensão conflitual e as posições dentro do campo, enquanto o segundo, de cariz mais funcionalista e durkheimiano, acentua os aspectos mais integracionistas ligados, nomeadamente, às redes e à divisão de trabalho interna.

15 Na sociologia, o conceito de «comunidade» que, na perspectiva de Gurvitch, «favorece mais a expressão organizada da sociabilidade» (1968: 194), tem frequentemente sido utilizada para qualificar as populações imigradas e, como tal, objecto de crítica cerrada, pelo seu "carácter idílico, simplificador e normativo das primeiras formulações (…) do género da de Tonnies, bem como a rigidez dos modelos dicotómicos em que ele aparece" (Costa, 1999: 26). Designado por Pires como uma «armadilha do comunitarismo», tal conceito constitui, na realidade, «um poderoso obstáculo à produção de conhecimento sociológico, empobrecendo radicalmente os quadros analíticos utilizados, porque homogeneizando tendencialmente tanto as populações imigradas como as das sociedades de destino das migrações (…)» (2003: 9). Aplicado concretamente à realidade imigratória cabo-verdiana em Portugal, o conceito de comunidade, que tem vindo a ser utilizado, nos debates teóricos e nas investigações empíricas em sociologia, em dois sentidos (socioespacial e sociocultural), mantém, à luz da teoria sociológica, uma imagem consensualística, comunistarista e homogeneizadora, pelo que é preferível utilizar, sempre que possível e em sua substituição, a expressão "população imigrante", que é mais abrangente e condizente com o actual quadro e estádio de desenvolvimento. Na verdade, a população imigrante cabo-verdiana na Área Metropolitana de Lisboa, em particular, contém relações de carácter comunitário ligadas à pertença e identidade colectivas, mas traz, a um tempo, no seu bojo relações de campo e relações de rede que acabam por conferir ao universo imigratório uma acentuada heterogeneidade, acrescida a um processo de individualização cada vez mais evidente, em detrimento de práticas colectivas e de solidariedade entre os membros da colectividade. Identidade colectiva não significa, forçosamente, presença de comunidade e nem ela é suficiente para definir uma comunidade. Todavia, não pode haver comunidade sem identidade colectiva.

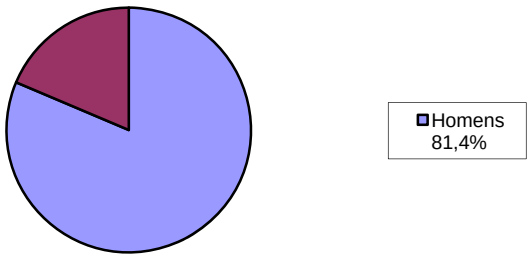
económica, meio de sustento ou profissão (Rodrigues, 2002), não deva ultrapassar as cinco dezenas de sujeitos. Contudo, na ausência de dados quantificáveis exactos, estima-se a presença de um universo musical cabo-verdiano em Lisboa, de acordo com a observação de terreno e segundo informantes privilegiados, que ronda cerca de três centenas de pessoas e abrange três categorias de músicos, em função da sua relação com a actividade musical16 e do seu estatuto profissional, como já referido: os profissionais a tempo inteiro, os semi-profissionais e os amadores ou diletantes. Assim, com base no universo musical aproximado, seleccionámos, por via do já aludido método «bola de neve», uma amostra de 102 músicos. Foram inquiridos através de um questionário semi-estruturado, cujas características passamos a apresentar, de seguida.

No que respeita à estrutura sexual da aludida amostra, de registar a predominância masculina (81,4%), que, aliás, reflecte, por seu turno, a composição por sexo desequilibrada do universo musical cabo-verdiano em Portugal, de uma forma geral. À semelhança do que ocorre em Cabo Verde, continua ainda a ser relativamente inexpressiva, pelo menos do ponto de vista quantitativo, a presença no campo musical de mulheres (18,6%), mormente na esfera da composição onde a percentagem se revela extremamente reduzida.

Em suma, o campo musical cabo-verdiano, que abrange basicamente intérpretes e compositores, é predominantemente masculino, se bem que, no domínio específico da interpretação vocal, seja relativamente significativa a presença feminina, mormente em termos da qualidade do seu contributo à música, ainda que as diferenças entre homens e mulheres já não sejam tão acentuadas como no passado, por razões ligadas ao próprio processo de desenvolvimento das relações de género nesse país ilhéu (Gráfico 1).

Gráfico 1

Distribuição dos músicos cabo-verdianos inquiridos na AML, segundo o sexo (em percentagem)



Do ponto de vista da repartição dos músicos cabo-verdianos entrevistados segundo escalões etários, mais de metade (51%) situa-se na faixa compreendida entre os 17 e os 45 anos, enquanto 49% tem os 46 anos ou mais, o que corresponde a uma média de 45.10 anos. Assim, em linhas gerais, pode considerar-se relativamente jovem, mas madura, do ponto de vista etário, a população musical cabo-verdiana inquirida, o que, à partida, garante a consolidação, a recomposição e a renovação do campo artístico (champ artistique)17 em apreço.

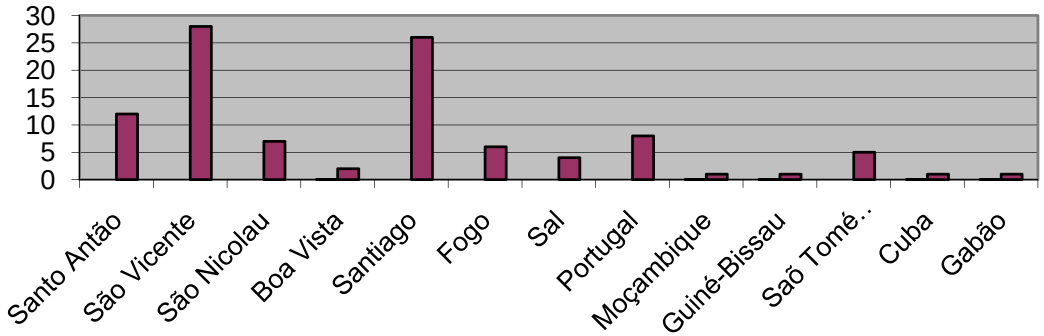
Quanto à origem ou lugar de nascimento, os músicos entrevistados provêm maioritariamente e por ordem de grandeza decrescente das ilhas de São Vicente (27,5%), Santiago (25,5%) e Santo Antão (11,8%), não se encontrando representadas no referido campo as demais do arquipélago. Todavia, registe-se a presença na amostra de uma percentagem razoável de músicos jovens nascidos em Portugal 7,8%) e em São Tomé e Príncipe (4,9%), sem contar com alguns casos isolados de nascimentos ocorridos noutras paragens (Maputo, Bissau, Havana e Libreville), aliás, um sinal da diáspora cabo-verdiana (Gráfico 2).

Gráfico 2

Distribuição dos músicos cabo-verdianos inquiridos na AML, segundo o local de procedência (em percentagem)

16Para Blaukopf (1982), a actividade musical é qualquer actividade direccionada para a produção de eventos sonoros e enquadra-se, perfeitamente, no campo (Bourdieu, 2001) transnacional já que, por um lado, é composta pelo crescente número de agentes (músicos, intérpretes, compositores, instrumentistas, empresários) e, por outro, de iniciativas várias nos mais variados domínios da economia, da política e do mundo dos negócios.

17Criado e desenvolvido por Bourdieu, desde meados dos anos 70, o conceito de campo artístico é um campo de forças, isto é, uma rede de determinações objectivas que pesam sobre todos os que agem no seu interior, ou melhor, segundo Loic Wacquant, " é esta arena particular, ou espaço estruturado de posições e tomada de posição, onde indivíduos e instituições competem pelo monopólio sobre a autoridade artística à medida que esta se autonomiza dos poderes económicos, políticos e burocráticos" (2005: 115). O campo artístico, ou mais genericamente, "campo da produção cultural", é também um campo de batalha, um terreno de luta relativamente autónomo em que os participantes procuram preservar ou ultrapassar critérios de avaliação ou, para usar uma expressão de Pierre Bourdieu, citado por Wacquant, "alterar o peso relativo dos diferentes tipos de capital artístico" (Ibidem). Assim, na lógica de Bourdieu, os que ocupam as posições dominantes na distribuição de capital artístico estarão inclinados para estratégias de conservação (ortodoxia), enquanto os que ocupam posições dominadas e marginais tenderão a seguir estratégias de subversão (heterodoxia ou mesmo heresia), no âmbito de conflitos que mais não são do que o motor da história específica do campo.



Refira-se, que a presença na amostra de uma percentagem de músicos cabo-verdianos nascidos em São Tomé e Príncipe prende-se com a dita emigração forçada dos pais para aquela ex-colónia portuguesa, no passado. Todavia, a despeito da sua naturalidade santomense, esses músicos assumem, na prática, a cultura musical cabo-verdiana inculcada pelos pais desde tenra idade, por via de um intenso processo de socialização.

Em termos residenciais, os músicos cabo-verdianos entrevistados encontram-se dispersos e distribuídos por ordem decrescente de grandeza, assim: Margem Norte de Lisboa, 43,1%; Margem Sul, 31,4% e Lisboa Cidade, 25,5%.

No que respeita ao estado civil, destacam-se os músicos solteiros (35,3%), se bem que os casados (31,4%) e os conviventes (23,5%) perfaçam, na totalidade, mais de metade do total dos entrevistados. Assim, infere-se da análise dos dados que a situação familiar dos músicos privilegia o somatório dos casados e dos conviventes (uniões de facto), o que, à partida, dá sinais de alguma estabilidade, quanto mais não seja.

Relativamente à estrutura familiar em análise e, mais concretamente, à sua dimensão, importa assinalar o facto de mais de metade (68%) da amostra em análise integrar agregados compreendidos entre 1 e 3 indivíduos; 22%, entre 4 e 5 e 10%, 6 e mais, o que perfaz, em média, 1.46 indivíduos por cada agregado. Comparado este valor com o da dimensão média dos agregados familiares da população cabo-verdiana em 1998, estimado em 3,7 membros, infere-se que este último é muito superior, em média, ao dos agregados dos músicos (Gomes, 1999: 81).

Quanto à situação jurídica dos inquiridos, outro marcador essencial de integração no país de fixação a ter em devida conta, não deixa de ser significativo o facto de 47,5% dos inquiridos terem optado pela nacionalidade portuguesa18, o que se traduz, a priori, de algum modo, numa vontade inequívoca de integração no país de fixação, independentemente das razões de conveniência ou não que possam estar por detrás deste facto, se bem que a maioria tenha mantido a sua nacionalidade de origem cabo-verdiana (48,5%), também marcador da presença de um forte vínculo jurídico e cultural dos músicos inquiridos com as suas raízes. Contudo, de registar que, do total dos músicos imigrantes que mantêm ainda a nacionalidade de origem, há uma franja significativa que gostaria de adquirir a nacionalidade portuguesa, por razões de mera conveniência prática, aguardando apenas o preenchimento dos requisitos legais e melhor oportunidade para o fazerem. A acrescer a esses valores percentuais, importa ainda mencionar uma ínfima percentagem de músicos ligados directamente ao campo musical cabo-verdiano, mas cuja nacionalidade é santomense (1%), moçambicana (1%), ou mesmo apátridas (2%).

Proveniência geográfica, motivações e experiência migratória

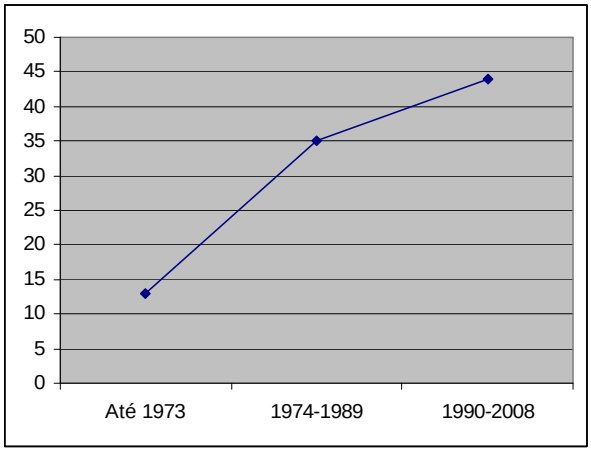
Já do ponto de vista da análise da mobilidade geográfica, de salientar o facto de, pelo menos desde os anos 40 do século passado, trajectos imigratórios cabo-verdianos ligados à música terem vindo, sucessivamente e de forma evolutiva, a ser orientados para Portugal, por motivos vários, mas sobretudo de natureza económica, oriundos directamente de Cabo Verde (88,3%), Holanda (3,2%), França (1,1%), EUA (1,1%), Angola (4,3%), Moçambique (1,1%) e Alemanha (1,1%). Assim, resulta fácil notar que a grande maioria dos músicos cabo-verdianos, independentemente da sua naturalidade ou nacionalidade, proveio directamente de Cabo Verde. Aliás, esta circunstância permite, em todo o caso, que, por um lado, esses agentes musicais mantenham alguma relação com o seu país de origem, de forma mais ou menos permanente, e, por outro, dá-nos ainda a .dimensão, em certa medida, da sua ligação à terra natal ou à dos seus antepassados.

A julgar pelos dados do aludido inquérito por questionário, refira-se que, até 1973, cerca de dois anos antes da independência de Cabo Verde, regista-se a presença em Portugal de 14,1% dos inquiridos e, já no período seguinte decorrente entre 1974 e 1989, esta percentagem aumenta para 38% do total. No entanto, o maior afluxo de imigrantes músicos viria a ocorrer no período posterior entre 1990 e 2008, numa altura em que o volume de ingressos já atinge 47,8% do total dos entrevistados (Gráfico 3).

18 Da imigração africana em Portugal, têm sido, de facto, os cabo-verdianos, de resto os mais antigos, os que mais têm obtido a nacionalidade portuguesa, considerada por Machado um «indicador de aportuguesamento» que, graças ao seu lado muitas vezes instrumental, «facilita comprovadamente a integração do imigrante no país de acolhimento, a começar pela relação com as instituições», para lá de «aumentar as suas capacidades de mobilidade internacional» e de favorecer o sentimento de pertença ao país a cuja nacionalidade se acede, por via da sua dimensão expressiva, de identificação (2009: 161). Constituindo a segunda maior comunidade de estrangeiros a residir em Portugal (63 925 em 2007, mas sem incluir os imigrantes em situação irregular), a verdade é que, de acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), citado por Faria, «nenhuma outra comunidade tem estado a recorrer tanto à naturalização», pois, só no ano passado de 2008, esse serviço governamental «emitiu 7657 pareceres positivos» (em Público, 2009: 2).

Gráfico 3

Distribuição dos músicos cabo-verdianos inquiridos na AML, segundo o ano de chegada a Portugal (em percentagem)



Quanto à experiência migratória acumulada, ela não se revelou tão significativa, porquanto apenas 23,7% dos entrevistados o haviam feito anteriormente. Assim, na maioria dos casos, tratou-se de uma primeira saída de Cabo Verde para o espaço emigratório, cuja duração do percurso variaria entre 1 e 10 (58,8%) e 11 e mais (41,2%) anos. Registe-se, contudo, que na origem desses fluxos migratórios para Portugal e, em especial para a Área Metropolitana de Lisboa, se encontram razões de vária natureza, designadamente, as ligadas ao trabalho (32,6%), à actividade musical (21,7%) e ao estudo (17,4%). Ou seja, a maior parte dos músicos entrevistados que decidiu abraçar a emigração para Portugal fê-lo, em parte, à procura de trabalho ou para se dedicar à música, propriamente dita. No entanto, há uma pequena franja percentual que, inicialmente, veio estudar, mas, posteriormente, resolve ingressar na actividade musical, por razões várias. Ainda que não sejam preponderantes, a vinda com os pais (7,6%) e o reagrupamento familiar (6,5%) são outros dois motivos que determinaram a emigração dos músicos cabo-verdianos para Portugal, já sem mencionar o tratamento médico (3,3%), os motivos familiares (3,3%) e razões várias (6,6%).

Dimensão socioeducativa

Se bem que não se considere sombrio o panorama, o nível de escolaridade dos músicos inquiridos não deixa, contudo, de ser relativamente fraco, pelo menos no cômputo geral, e continuará a sê-lo durante ainda algum tempo, porquanto as franjas dos ensinos básico (46%) e secundário (27%) totalizam 70% da amostra. No entanto, importa registar a presença de alguns elementos titulares dos graus de ensino superior (12%) e médio (9%), o que abre perspectivas futuras encorajadoras, tendo em mira a renovação paulatina do capital cultural e social do campo musical ora em análise.

Cruzando o nível de escolaridade e os escalões etários, verifica-se que, de uma forma geral, os músicos inquiridos mais jovens (17-45 anos) têm graus de escolaridade mais elevados do que os mais velhos (46 e mais anos), sobretudo ao nível dos ensinos secundário (39,2%) e superior (17,6%). Contudo, já ao nível do ensino médio, o nível de escolaridade dos mais velhos (10,2%) supera ligeiramente o do escalão etário precedente (7,8%), se bem que a percentagem dos músicos sem instrução completa (10,2%) e com o Básico 1 (40,8%) daqueles seja muito superior à dos primeiros (Quadro 1).

Quadro 1

Nível de escolaridade dos músicos cabo-verdianos inquiridos na AML, segundo os escalões etários (percentagem em coluna)

		Escalões etários		Total
Escolaridade		17-45 anos	46 e + anos	
	S/instrução completa	,0	10,2	5,0
	Básico 1	9,8	40,8	25,0
	Básico 2	7,8	2,0	5,0
	Básico 3	15,7	16,3	16,0
	Secundário	39,2	14,3	27,0
	Ensino Médio	7,8	10,2	9,0
	Ensino Superior	17,6	6,1	12,0
	Curso profissional	2,0	,0	1,0
Total		100,0	100,0	100,0

N= 100

Seja como for, a despeito das diferenças percentuais entre os escalões etários mais jovens e mais velhos em termos de níveis de escolaridade, bem assim das limitações em termos de capital escolar, diga-se em abono da verdade que as

qualificações dos músicos inquiridos ultrapassam, em média, aquelas dos imigrantes cabo-verdianos em geral radicados em Portugal e beneficiam os primeiros de forma bem visível, mormente ao nível dos ensinos médio e superior.

> Cruzando agora o nível de escolaridade e o estatuto profissional dos inquiridos, verificam-se algumas disparidades entre as três categorias de músicos, já que aqueles que são profissionais a tempo inteiro se situam maioritariamente nos níveis dos ensinos básico 3 (43,8%) e médio (55,6%), enquanto os semi-profissionais são mais representativos nos ensinos secundário (51,9%), superior (41%). Daí não parecer haver correlação significativa entre as duas variáveis em análise, ou seja, o grau de escolaridade e o estatuto profissional dos músicos, o que contrasta com as profissões científicas e intelectuais em geral (Quadro 2)

Quadro 2

Nível de escolaridade dos músicos cabo-verdianos na AML, segundo o estatuto profissional (percentagem em linha)

	Estatuto Profissional			Total
Escolaridade	Profissional, a tempo inteiro	Semi-profissional	Amador	
S/instrução completa	,0	100,0	,0	100,0
Básico 1	44,0	52,0	4,0	100,0
Básico 2	60,0	40,0	,0	100,0
Básico 3	43,8	37,5	18,8	100,0
Secundário	33,3	51,9	14,8	100,0
Ensino Médio	55,6	22,2	22,2	100,0
Ensino Superior	33,3	41,7	25,0	100,0
Curso profissional	,0	100,0	,0	100,0
Total	39%	48,0	13%	100,0

N= 100

Não obstante as disparidades percentuais entre uns e outros, a melhoria progressiva do capital escolar e cultural dos músicos imigrantes cabo-verdianos em Portugal e, mais concretamente, na AML, será, seguramente, o garante de uma relação mais estável, comprometida e duradoira com a música.

Dimensão socioprofissional

Do ponto de vista da sua condição perante o trabalho, a quase totalidade dos músicos inquiridos (85%) exerce uma actividade profissional, que é a música, de forma exclusiva ou não, enquanto apenas 10% não exercem qualquer profissão, assumindo o estatuto de reformado ou aposentado. Na verdade, como se poderá verificar mais adiante, os músicos não se limitam apenas ao exercício da actividade musical, mas dedicam-se, em paralelo, ao exercício de outras actividades profissionais que lhes permitem auferir maiores rendimentos e garantir, assim, o sustento próprio e o dos familiares a seu cargo. Assim, de entre outras profissões que exercem os músicos cabo-verdianos, em paralelo com a actividade musical, destacam-se, designadamente, pedreiros e outros trabalhadores da construção civil (16%) e funcionários administrativos (10%). Curiosamente, na categoria dos pedreiros incluem-se alguns intérpretes de violino, que, nas horas vagas e sobretudo aos fins-de-semana, vão animando espaços musicais, tanto na AML como fora do perímetro lisboeta (Algarve, por exemplo).

Cruzando o estatuto profissional e os escalões etários, nota-se que a percentagem dos músicos a tempo inteiro na faixa compreendida entre os 17 e os 45 anos (48,1%) é superior à do escalão seguinte 46 e mais anos (30%), o que atesta a vitalidade dessa categoria profissional, pelo menos em termos etários. Em relação aos músicos semi-profissionais, verifica-se que a percentagem dessa categoria na faixa compreendida entre os 46 e mais anos (50%) é superior ao escalão precedente dos 17-45 (44%), enquanto os ditos amadores fazem sentir a sua maior presença no escalão etário 46 e mais anos (20%). Ou seja, os músicos profissionais cabo-verdianos radicados na AML concentram-se prioritariamente na faixa etária mais jovem, enquanto os semi-profissionais, se bem que em maior número no respectivo campo musical, privilegiam a faixa etária imediatamente seguinte e mais velha (52%), onde, aliás, também figuram os músicos amadores (71%). Seja como for, não obstante as diferenças percentuais entre as três categorias de músicos cabo-verdianos na AML, está-se perante um campo profissional com muita dinâmica e que se vai renovando e consolidando continuamente, através de fluxos migratórios oriundos do país de origem, assim como de recursos internos à própria comunidade (Quadro 3).

Quadro 3

Estatuto Profissional dos músicos cabo-verdianos na AML, segundo escalões etários (percentagem em coluna)

	Escalões etários		Total
Estatuto Profissional	17-45 anos	46 e + anos	
Profissional, a tempo inteiro	48,1	30,0	39,2
Semi-profissional	44,2	50,0	47,1

	Amador	7,7	20,0	13,7
Total		100	100,0	100,0

N= 102

Por outro lado, a situação dos músicos no interior do campo é relativamente diferenciada e estratificada e reflecte algumas dependências ou vínculos que ainda prevalecem em confronto com o seu empregador. Na verdade, os músicos ligados a uma instituição (restaurante ou associação, por exemplo), ou a uma banda musical, mas parcialmente freelance, representam mais de metade da amostra (59%) enquanto os totalmente freelance (independentes) e sem vínculo com qualquer grupo ou instituição somam 34%. Acresce ainda a esses valores uma ínfima percentagem de músicos (2%) que actua por conta própria, enquanto profissionais a tempo inteiro, na área da restauração, bem como ainda uma pequena percentagem de músicos amadores ou diletantes (5%), que o fazem por prazer e sem nenhum intuito lucrativo. Neste sentido, pode afirmar-se que os músicos cabo-verdianos na AML beneficiam de alguma margem de manobra, porquanto não se sentem totalmente presos às instituições de que dependem, podendo, de alguma forma, circular e satisfazer solicitações pontuais inerentes à dinâmica do próprio mercado musical.

Ainda do ponto de vista da situação jurídica perante o trabalho, de realçar que uma elevada percentagem (81%) de músicos imigrantes cabo-verdianos radicados na Área Metropolitana de Lisboa não mantém qualquer vínculo contratual com a instituição banda/grupo musical de que depende directamente, o que desresponsabiliza, em parte, os dois lados interessados. Em contrapartida, na ausência de uma relação contratual formal, prevalecem, na maioria dos casos, os chamados contratos verbais «compromissos apalavrados» (Borges, 2007: 95), que, como é óbvio, geram fragilidades e dependências e não oferecem garantias às partes. A maior parte dos músicos presta serviço a uma entidade patronal cabo-verdiana (68,7%), ou mesmo a associações de imigrantes cabo-verdianos em Portugal (11,9%), enquanto 9% dependem directamente de patrões portugueses, 6%, simultaneamente de cabo-verdianos e portugueses; 3% de portugueses e guineense e 1,5%, de portugueses e espanhóis. Ou seja, os músicos cabo-verdianos em Portugal dependem, simultaneamente, de vários empregadores, nacionais ou estrangeiros. Apesar da todas as suas limitações e contingências, o mercado musical cabo-verdiano vai sendo o principal empregador dos seus principais agentes, enquanto o português vai absorvendo um ou outro músico profissional, de forma selectiva, em função das suas preferências, gostos e estratégias.

Trajecto e práticas musicais

Outro aspecto não menos relevante da experiência dos músicos cabo-verdianos residentes na AML tem a ver com a sua iniciação musical, via de regra, em contextos informais e, mais concretamente, com o (s) modo (s) como se consubstanciou este processo. Na prática, uma percentagem significativa dos entrevistados iniciou-se à música, ainda em Cabo Verde, através, fundamentalmente, de redes de amigos (35,6%) em diversos espaços, tanto em casa como na rua (serenatas), o que, por um lado, realça o peso das redes de sociabilidade no processo de socialização musical no país de origem, bem assim a ausência de estruturas formais (escolas de música) vocacionadas para a aprendizagem musical.

Todavia, não deixa de ser assinalável, embora em menor proporção, o peso assumido sobretudo pela figura do pai (12,9%) e por demais familiares (9,9%) nesse processo informal de aprendizagem musical, bem assim a capacidade de observação atenta (11,9%) posta à prova pelos músicos, tanto na fase de infância, como na adolescência. Também não é menos certo que o processo de socialização musical no país de origem não se restringiu apenas às redes informais (pais, familiares e amigos), mas contemplou, se bem que em poucos casos, a frequência de escolas ou instituições vocacionadas para o ensino da música, com especial destaque para as igrejas nazarena e católica, tanto na ilhas de Santiago (Praia), como em São Vicente. Já no que respeita à aprendizagem do batuque, tem sido decisivo, neste contexto, o papel sobretudo das mães na transmissão deste género musical essencialmente feminino às novas gerações, quer em Cabo Verde (Santiago), quer nalguns bairros periféricos de Lisboa.

Igualmente não deixa de ser significativo, nesta tentativa de definição dos perfis dos músicos imigrantes cabo-verdianos na AML, o facto de muitos deles terem pertencido (81%), antes da emigração, a grupos ou bandas musicais em Cabo Verde, onde, aliás, quase todos se socializaram, sendo reduzida a franja daqueles que não passou por tal experiência (20%). Assim, tal realidade sociológica vem, outrossim, confirmar a existência de uma prática musical prévia à emigração, com vantagens enormes para a sua carreira profissional, marcada basicamente pela presença de um leque diversificado de funções musicais.

Relativamente às funções que, nesta fase do seu percurso ou trajecto musical, desempenham os músicos na AML, predominam as de instrumentista (28,4%) e de cantores ou vocalistas (22,5%), ao mesmo tempo que emerge uma combinação articulada de várias funções complementares que testemunham a natureza compósita do universo dos músicos cabo-verdianos no espaço lisboeta (compositor, produtor, director musical, arranjador, bailarino, batucadeira, rapper (Quadro 4).

Quadro 4

Repartição dos músicos cabo-verdianos na AML, segundo a sua função na música (em percentagem)

	Instrumentista	28,4

	Cantor	22,5
	Instrumentista, compositor, arranjador, cantor	8,8
	Instrumentista, cantor, compositor	8,8
	Cantor, instrumentista	5,9
	Batucadeira (tchabeta, cantora, dançarina)	4,9
	Multinstrumentista, compositor, arranjador, director	2,0
	Instrumentista, arranjador, director	2,0
	Instrumentista, cantor, compositor	2,0
	Rapper (cantor)	2,0
	Compositora, cantora, tocadora de batuque	2,0
	Instrumentista, compositor	2,0
	Outros	8,7
	Total	100,0

N= 102

A natureza multifacetada dos músicos cabo-verdianos radicados em Portugal, em termos de execução, expressa-se, igualmente, pelo uso combinado da execução simultânea de vários instrumentos musicais, com realce para a voz (39,4%), bem como para vários instrumentos de corda, de uma maneira geral, nomeadamente, a guitarra eléctrica (23,7%), o violão e a viola acústica (14%), o cavaquinho (10%), a viola baixo (6%) e o banjo (3%). Aliás, se adicionarmos as percentagens dos músicos que, na sua actividade profissional, utilizam, separada ou combinadamente, os chamados instrumentos de corda, verificar-se-á que o seu valor total corresponderá a 53,7% dos instrumentos usados e, logo, ultrapassará, de longe, a percentagem daqueles que se dedicam à voz.

Na execução do batuque, o instrumento usado por mulheres é a tchabeta (6,9%), um valor a não menosprezar, tendo em conta o peso gradual que vai assumindo esse género musical cabo-verdiano de origem africana no seio da dita comunidade cabo-verdiana na AML, mormente aquela fixada na periferia dessa vasta área geográfica lisboeta. Para além da voz, dos instrumentos de corda e da percussão (4%), existe um número inexpressivo de intérpretes de instrumentos metálicos ou de sopro, designadamente, o saxofone, a trompete e o clarinete, bem como alguns executantes de piano, todos eles instrumentos altamente apreciados pelo público, sobretudo na interpretação da chamada música tradicional. Daí que, nas gravações ou nos espectáculos, se recorra com alguma frequência ao serviço de instrumentistas de sopro portugueses, de preferência, tendo em conta a persistência da lacuna (Quadro 5).

Quadro 5

Repartição dos músicos cabo-verdianos na AML, segundo os instrumentos usados (em percentagem)

	Voz	39,4
	Guitarra eléctrica	23,7
	Violão e viola acústicos	14,0
	Cavaquinho	10,0
	Teclado e sintetizador	7,0
	Tchabeta	6,9
	Viola baixo	6,0
	Piano	4,0
	Percussão	4,0

	Tambor	3,0
	Bateria	3,0
	Banjo	3,0
	Coro	3,0
	Saxofone	2,0
	Outros	5,0

N= 102

Quanto à prática de ensaios de grupo, uma percentagem significativa (74%) dos músicos ensaia com alguma regularidade, não significando isto, contudo, que exista, desde logo, uma cultura arraigada de ensaios no seio dos músicos cabo-verdianos em Portugal, sejam eles profissionais ou não, pelas razões que apontaremos mais adiante. Na verdade, do universo daqueles que o fazem de forma mais ou menos regular, 92% dedicam-se à actividade musical a tempo inteiro, 73% são semi-profissionais e 9%, amadores, conforme se poderá verificar (Quadro 6).

Quadro 6

Estatuto Professional dos músicos cabo-verdianos na AML segundo a prática de ensaios de grupo (percentagem em linha)

		Ensaios		Total
Estatuto Profissional		Sim	Não	
	Profissional, a tempo inteiro	92,5	7,5	100,0
	Semi-profissional	72,9	27,1	100,0
	Amador	9,1	90,9	100,0
Total		73,7	26,3	100,0

N= 99

Assim, infere-se do quadro precedente que, à partida, há maior disponibilidade da parte dos músicos profissionais para ensaios de grupo do que a categoria dos semi-profissionais, estes últimos envolvidos, concomitantemente, noutras actividades profissionais, também geradoras de rendimento. Relativamente aos amadores, não sendo eles profissionais da música, poucos são os que ensaiam. Não obstante haver uma percentagem significativa de músicos que ensaia, na prática, a realidade é diferente, pois a frequência com que o fazem varia em função do seu estatuto profissional. Assim, apenas 19% dos músicos profissionais e 29% dos semi-profissionais ensaiam semanalmente, enquanto 44% dos primeiros e 34% dos segundos o fazem pontualmente e sempre que se revelar estritamente necessário (espectáculos, concertos, etc.). Na verdade, os músicos que ensaiam não o fazem com tanta frequência e preferem recorrer-se a ela em situações muito pontuais e de absoluta necessidade.

É certo que, já ao nível individual, há alguns músicos profissionais que dizem ensaiar diariamente em casa, durante cerca de duas horas, em média, como forma de colmatar, em certa medida, o défice de ensaios de grupo, cuja prática está longe de se considerar generalizada. Relativamente à duração dos ensaios, variável em função dos contextos em que se inserem os músicos e das circunstâncias concretas em que actuam, não deixa de ser revelador que mais de metade (51%) daqueles que o fazem ensaia durante 3 horas; enquanto 38%, entre 1 e 2 horas. Igualmente, é significativo o facto de 58% dos músicos que ensaiam durante 3 horas serem profissionais a tempo inteiro, contra 46% dos semi-profissionais. Relativamente aos amadores, que não se sentem pressionados, de forma alguma, para ensaios de grupo, investem entre 30 e 60 minutos (50%) e 1 – 2 horas (50%), quando o fazem, pontualmente, o que é, também, relevante.

A natureza dos ensaios está intimamente associada ao tipo de actuação musical, muito mais de grupo (85%) do que a solo (4%). A prática dos músicos cabo-verdianos na AML, quase exclusivamente virada para o grupo ou colectivo, comporta dinâmicas de vária índole, que passam pela presença de intérpretes estrangeiros nas bandas ou grupos, de há algum tempo a esta parte, se bem que em percentagem ainda não elevada (35%). Assim, 66% do total dos inquiridos (percentagem acumulada) afirmaram que actuam em bandas ou grupos mistos onde estão presentes entre 1 e 3 elementos estrangeiros e 34%, 4 e mais elementos. Analisados os dados desagregadamente, 31% dos inquiridos disseram que actuam em grupos musicais com dois elementos estrangeiros e 25% com apenas 1, o que reitera a gradualidade do processo de abertura dos imigrantes cabo-verdianos face ao ambiente musical externo.

A co-presença de músicos estrangeiros e cabo-verdianos em bandas constitui, pois, outro não menos essencial marcador de abertura do campo musical face ao ambiente externo e reflecte, por isso mesmo, uma relação diferente e nova com a música, a que não são estranhos, naturalmente, o nível de escolaridade, a formação musical e a variável etária, entre outros factores. Assim, são os mais novos os que mais dizem actuar com músicos estrangeiros em bandas ou grupos musicais, porquanto 52% têm entre os 17 e os 45 anos, contra 16,3% que têm 46 e mais anos. Não deixa ainda de ser relevante a circunstância de a maior percentagem dos músicos inquiridos que não actua em grupos ou bandas musicais mistos com

colegas estrangeiros pertencer ao escalão 46 e mais anos (84%), o que não deixa também de traduzir algum retraimento dessa faixa etária, no que concerne à sua abertura ao exterior do campo musical respectivo (Quadro 7).

Quadro 7

Escalões etários dos músicos cabo-verdianos na AML segundo a presença de músicos estrangeiros em bandas ou grupos mistos (percentagem em linha)

		Presença de músicos estrangeiros		Total
Escalões etários		Sim	Não	
	17-45 anos	52,0	48,0	100,0
	46 e + anos	16,3	83,7	100
Total		35,3	64,5	100,0

N= 93

De facto, os músicos cabo-verdianos mais jovens radicados em Portugal têm manifestado, nos últimos anos, maior vontade de abertura e de aproximação em relação ao exterior da comunidade musical de pertença, procurando, na medida do possível, actuar lado a lado de profissionais estrangeiros, sejam eles portugueses ou não, em proveito da sua incorporação no meio artístico.

A frequência de actuações é outro indicador essencial que confirma, igualmente, o grau de envolvimento dos músicos cabo-verdianos, através da sua presença em espaços musicais na AML. Refira-se, a este propósito, que 32% dos músicos entrevistados actuam entre 2 e 3 vezes por semana e outra franja menor da ordem dos 12% fá-lo entre 4 a 5 vezes, também nesse mesmo período. Note-se, contudo, que há ainda uma percentagem relativamente significativa daqueles que raramente actuam (11%), que o fazem apenas uma vez por mês (11%), ou ainda pontualmente e quando solicitados (10%). Excluindo os que não actuam publicamente (5%), todos os músicos cabo-verdianos fazem-no com alguma frequência variável no tempo. De uma forma geral, os músicos inquiridos actuam em vários espaços, sendo os mais utilizados os restaurantes, salas de espectáculo, discotecas e bares (19%); os restaurantes, bares, cafés e associações (16%) e as salas de espectáculo (11%).

Cruzando o estatuto profissional dos inquiridos e os locais de actuação, verifica-se que 42,1% dos músicos a tempo inteiro fazem-no em restaurantes, salas de espectáculos, discotecas ou bares e 21,1% só em salas de espectáculos, enquanto 36,8% em espaços diversos, nomeadamente, em bares, associações, discotecas, restaurantes, cafés, associações, pavilhões, convívios, hotéis, terreiros, ruas, clubes, escolas. Já os músicos semi-profissionais privilegiam as suas actuações públicas em restaurantes, bares, cafés ou associações (21,3%) e em associações, salas de espectáculos e terreiros (12,8%), enquanto 55,9% da mesma categoria fazem-no, de forma alternada, nos restantes espaços. Relativamente aos músicos amadores, os que, na realidade, menos actuam, 37,5% fazem-no em restaurantes, bares, cafés ou associações e 12,5% em convívios, restaurantes, bares, clubes desportivos, associações ou hotéis. Sendo assim, conclui-se facilmente que são os músicos profissionais que actuam em espaços mais apropriados, pois são eles que, pela natureza da sua actividade artística, beneficiam de melhores condições.

As suas actuações variam, igualmente, em função do contexto, ainda que predominem as modalidades de animações e convívios (33%). Dito doutro modo, os músicos actuam mais em animações e convívios, formais ou informais, sendo ainda escassos os que actuam em festivais ou em concertos. Também variável é a duração média de cada actuação musical, que medeia entre 30 minutos e mais de 4 horas, consoante se trata, por exemplo, de concerto, animação, convívio ou baile. Assim, 20% dos músicos inquiridos afirmaram actuar, em média, durante 2 horas, enquanto 17% o fazem durante 3 horas. Contudo, revela-se significativa a percentagem dos músicos que actua para além de 4 horas, e anima, via de regra, bailes, sobretudo os chamados badjo di rabeca típicos de alguns bairros lisboetas e núcleos de imigrantes cabo-verdianos no Algarve. À excepção dos casos extremos que se prolongam para além das 4 horas, não se pode considerar excessiva a duração média das actuações.

Outro indicador não menos essencial de práticas musicais e de mobilidade dos músicos cabo-verdianos, que, aliás, confirma a relativa abertura do campo musical cabo-verdiano na AML, são as deslocações ou digressões feitas em Portugal, ao país de origem e ao estrangeiro. Assim, a julgar pelos dados do aludido inquérito por questionário, resulta significativa tal mobilidade, porquanto 76% dos músicos deslocam-se em Portugal, para fora do perímetro de Lisboa, contra 24% que não o fazem em nenhuma circunstância. Contudo, tais deslocações em missão de trabalho, não obstante o seu volume, não se realizam com tanta frequência, já que 29,7% do total se deslocam 1 vez por mês, enquanto 18,8% raramente o fazem e 17,2% fazem-no trimestralmente. Reportando-se ao estatuto profissional dos músicos que habitualmente se deslocam em território português, importa referir que 92,3% dos profissionais a tempo inteiro o fazem, bem como 75% dos semi-profissionais e 11,1% dos amadores, o que atesta a situação relativamente privilegiada dos primeiros, pelo menos em termos de mobilidade física (Quadro 8).

Quadro 8

Estatuto profissional dos músicos cabo-verdianos na AML segundo deslocações em Portugal (percentagem em linha)

		Deslocações em Portugal		
Estatuto Profissional		Sim	Não	Total
	Profissional, a tempo inteiro	92,3	7,7	100,0
	Semi-profissional	75,0	25,0	100,0
	Amador	11,1	88,9	100,0
Total		76,0	24,0	100,0

N= 96

Relativamente às deslocações ao estrangeiro, outro indicador não menos importante de mobilidade no campo artístico, refira-se que 54,6% dos músicos inquiridos se deslocam ao estrangeiro, em períodos variáveis e com maior ou menos regularidade, contra 45,4% que não se ausenta do território português. Assim, de acordo com os dados da distribuição de frequências ora em análise, apenas 14,3% da amostra deslocam-se em trabalho mensalmente ao estrangeiro, 16,3% fazem-no trimestralmente, enquanto 26,5% raramente o fazem para outros países europeus, nomeadamente a vizinha Espanha e a Holanda. Na verdade, via de regra, os que mais se deslocam ao estrangeiro são músicos profissionais a tempo inteiro (89%), que fazem da música a sua única fonte de rendimento e modo de vida, o que vem evidenciar, por um lado, o estatuto dos profissionais e, por outro, as assimetrias dentro do campo (Quadro 9).

Quadro 9

Estatuto profissional dos músicos cabo-verdianos na AML, segundo deslocações ao estrangeiro (percentagem em linha)

		Deslocações ao estrangeiro		Total
Estatuto Profissional		Sim	Não	
	Profissional, a tempo inteiro	89,0	10,3	100,0
	Semi-profissional	37,5	62,5	100,0
	Amador	0	100,0	100,0
Total		54,6	45,4	100,0

N= 97

Do ponto de vista da retribuição salarial, a maior parte dos músicos inquiridos (82%) recebe pontualmente por actuação, enquanto apenas 9% auferem um salário mensal que não ultrapassa 750 euros, excluindo quaisquer regalias sociais, e 5%, semanalmente. Na generalidade dos casos, os cachets pagos por actuação são fracos e variam consoante as características do espaço de actuação, entre 25 e 100 euros, em média. Sendo assim, está-se perante um quadro remuneratório também precário, que fragiliza a situação laboral dos músicos cabo-verdianos na AML.

A carteira profissional é considerada um bem raro, pois a percentagem dos músicos cabo-verdianos em Portugal que são dela detentores corresponde apenas a 16,5% do total dos inquiridos. O respectivo processo de aquisição decorreu entre 1964 e 2003, de forma oscilatória. Na verdade, são pouquíssimos os que se preocupam com a aquisição da carteira profissional, talvez porque não vejam nesse documento qualquer utilidade prática e imediata. Do total dos que afirmaram ter carteira profissional, 75% são músicos profissionais a tempo inteiro e apenas 25 % semi-profissionais, não havendo nenhum amador entre os detentores desse importante instrumento de trabalho. (Quadro 10).

Quadro 10

Estatuto profissional dos músicos cabo-verdianos na AML, segundo a aquisição da carteira profissional (percentagem em coluna)

		Carteira profissional		Total
Estatuto Profissional		Sim	Não	
	Profissional, a tempo inteiro	75,0	29,6	37,1
	Semi-profissional	25,0	54,3	49,5

	Amador	,0	16,0	13,4
Total		100,0	100,0%	100,0%

N= 97

Na generalidade dos casos, o músico cabo-verdiano, na prática, luta pela sobrevivência e gere o dia-a-dia ao sabor das circunstâncias, das conveniências ou das conjunturas. Relativamente à pertença ou não a sociedades de autores, a maior parte (69,7%) dos músicos não se encontra inscrita em qualquer sociedade contra 30,3%, que, sim, o fizeram junto da SPA - Sociedade Portuguesa de Autores (90,3%), entre 1965 e 2002, cabendo à SACEM19, em França, a restante percentagem de inscritos (9,7%).

Pela sua situação concreta de dependência, 95,8% dos músicos não têm empresários, enquanto apenas 4,2% os têm e são quase todos eles profissionais a tempo inteiro. Também escassa é percentagem dos músicos que trabalham com agentes (4,5%). Igualmente minoritária é a percentagem dos músicos inquiridos que já frequentou alguma escola de música (27,7%), tanto em Cabo Verde, como em Portugal ou ainda noutro país qualquer.

Por outro lado, é significativa ainda a diferença do percentual da formação dos músicos, em função também do seu estatuto profissional. Assim, veja-se que, do total dos inquiridos que, sim, frequentaram alguma escola de música, 50% são profissionais a tempo inteiro, 39,3% são semi-profissionais e 10,7%, amadores, o que mostra a prevalência dos profissionais sobre as demais categorias, em termos de formação musical (Quadro 11).

Quadro 11

Estatuto profissional dos músicos cabo-verdianos na AML e frequência à escola de música (percentagem em linha)

	Estatuto Profissional			Total
	Profissional, a tempo inteiro	Semi-profissional	Amador	
Frequência escola de música				
Sim	50,0	39,3	10,7	100,0
Não	35,6%	50,7%	13,7	100,0
Total	39,6	47,5	12,9	100,0

N=101

Conquanto não se considere expressiva a percentagem dos músicos cabo-verdianos inquiridos que tenham frequentado escolas de música (27,7%), a verdade é que o seu nível formativo tenderá a aumentar e a acompanhar o incremento do nível de escolaridade dos novos protagonistas musicais, sobretudo daqueles oriundos de Cabo Verde, de resto já mais escolarizados e mais jovens. Assim, 40,4% dos que afirmaram ter frequentado ou a frequentar uma escola de música pertencem ao escalão etário 17-45 anos, enquanto apenas 14,3% daqueles com 46 e mais ano o fazem, o que prova algum empenhamento e vontade da categoria mais jovem dos músicos em se qualificar melhor, em termos de formação teórica musical (Quadro 12).

Quadro 12

Escalões etários dos músicos cabo-verdianos na AML, segundo a frequência a escola de música (percentagem em linha)

		Frequência escola de música		Total
Escalões etários		Sim	Não	
	17-45 anos	40,4	59,6	100,0
	46 e + anos	14,3	85,7	100,0
Total		27,7	72,3	100,0

N= 101

A gravação de discos, outro indicador de prática musical, continua a ser privilégio de uma pequena franja de músicos cabo-verdianos em Portugal, pois, apenas 28,4% puderam gravar alguns, contra 71,6% que, à data do inquérito, não tinham gravado nenhum, de forma diferenciada em função, igualmente, do escalão etário. Já do ponto de vista da repartição etária, a gravação de discos beneficia ligeiramente a faixa mais velha compreendida entre os 46 e mais anos (30,0%), o que, à

19 É a sociedade de autores francesa, homóloga da SPA, em Portugal.

partida, supõe, naturalmente, a acumulação de todo um potencial musical e de algum capital, contra 26,9% daqueles pertencentes ao grupo etário precedente. Não há, pois, uma relação significativa entre os escalões etários e a frequência da escola de música, se bem que exista correlação entre a primeira variável e o número de discos gravados.

De facto, a percentagem dos músicos com 46 e mais anos (33,3%) com 4 discos e mais gravados, supera a faixa etária mais jovem precedente (7,1%), o que vem, pois, confirmar, o maior investimento discográfico a favor daquela categoria etária. É certo que, de acordo ainda com o mesmo quadro em análise, 92,9% dos músicos cabo-verdianos compreendidos na faixa entre os 17 e os 45 anos gravaram entre 1 e 3 discos, contra 66,7% daqueles situados na faixa seguinte.Na generalidade, tal prática diferenciada está associada, de algum modo, ao percurso ou trajectória do próprio músico, bem como ao volume de capital (simbólico e financeiro) que possa mobilizar para o efeito (Quadro 13).

Quadro 13

Discos gravados dos músicos cabo-verdianos na AML, segundo escalões etários (percentagem em coluna)

	Escalões etários		Total
Número de gravações	17-45 anos	46 e + anos	
1- 3 discos gravados	92,9	66,7	79,3
4 e mais discos gravados	7,1	33,3	20,7
Total	100,0	100,0	100,0

N= 29

Resulta por demais evidente que a gravação de discos não esgota a actividade dos músicos cabo-verdianos na AML, mas ela apenas figura como parte do processo. Assim, paralelamente à edição discográfica, alguns músicos também comparticipam na gravação de discos de outros colegas (65%), tanto no acompanhamento musical, como nos coros. De acordo com os dados do inquérito, 63% dos inquiridos disseram ter comparticipado na gravação de 1-3 discos e 37%, em 4 e mais, o que denota alguma dinâmica interna do próprio campo musical. Aliás, entre os profissionais a tempo inteiro, há um pequeno núcleo de músicos que se dedica, também, ao trabalho de gravação em estúdio, de cuja actividade provém algum rendimento.

Outro indicador a ter em conta na análise do campo musical cabo-verdiano em Portugal tem a ver com a abrangência e a frequência dos contactos profissionais que os músicos mantêm com os seus pares, tanto em Cabo Verde, como em Portugal e na diáspora, ou ainda com colegas estrangeiros, através de vários meios. Quanto à relação com o país de origem, 45,5% dos inquiridos revelaram que mantêm contactos com colegas da profissão em Cabo Verde, embora a frequência com que o fazem seja rara (47,8%), expressão reveladora de algum encolhimento, e mais de metade não o faz. Na prática, sim, estabelecem-se alguns contactos mensais (15%) e pontuais (13%) entre os que vivem em Portugal e os que residem em Cabo Verde, através de vários meios de comunicação (telefone, Internet, etc.), mas, de resto, muito reduzidos, circunstanciais e pouco expressivos. Curiosamente, dos músicos inquiridos que, sim, contactam, com maior ou menor regularidade, os seus pares em Cabo Verde, mais de metade (51,0%) pertence à faixa etária compreendida entre os 17 e os 45 anos, enquanto apenas 40,0% daqueles que têm 46 e mais anos o fazem, o que reitera, à partida, maior disponibilidade da parte da categoria mais jovem no sentido de uma maior abertura do respectivo musical em relação ao país de origem. (Quadro 14).

Quadro 14

Contactos de músicos cabo-verdianos na AML com os seus pares em Cabo Verde, segundo escalões etários (percentagem em coluna)

	Escalões etários		Total
Contactos	17-45 anos	46 e + anos	
Sim	51,0	40,0	45,5
Não	49,0	60,0	54,5
Total	100,0	100,0	100,0

N= 101

No que respeita concretamente ao estatuto profissional, importa realçar o facto de 64,1% dos músicos que estabelecem contactos periódicos com os pares em Cabo Verde o serem a tempo inteiro, enquanto 37,5% são semi-profissionais e 21,4%, amadores. Na verdade, aqueles que se dedicam à profissão a tempo inteiro estão em melhores condições de poder manter contactos com os seus colegas no país de origem, pois presume-se que sejam, à partida, maiores detentores de capital (Quadro 15).

Quadro 15

Contactos de músicos cabo-verdianos na AML com os seus colegas em Cabo Verde, segundo o estatuto profissional (percentagem em coluna)

	Estatuto Profissional			Total
Contactos	Profissional, a tempo inteiro	Semi-profissional	Amador	
Sim	64,1	37,5	21,4	45,5
Não	35,9	62,5	78,6	54,5
Total %	100,0	100,0	100,0	100,0

N= 101

Relativamente a aos contactos que os músicos estabelecem entre si em Portugal, refira-se que 51,6% dos que os estabelecem têm entre os e os 17 e os 45 anos, enquanto 48,4% pertencem ao escalão 46 e mais anos. Todavia, dos músicos que mantêm contactos regulares com os seus pares em território português 94,2% pertencem ao escalão compreendido entre os 17 e os 45 anos, contra apenas 5,8% dos que declararam não fazê-lo, o que os coloca numa situação de ligeira vantagem em relação ao escalão seguinte (Quadro 16).

Quadro 16

Contactos de músicos cabo-verdianos na AML com os seus colegas em Portugal, segundo os escalões etários (percentagem em linha e em coluna)

	Escalões etários		Total
Contactos	17-45 anos	46 e + anos	
Sim	51,6	48,4	100,0
	94,2	93,9o	94,1
Não	50,0	50,0	100,0
	5,8	6,1	5,9
Total	51,5 100,0	48,5 100,0	100,0 100,0

N= 101

Diga-se em abono da verdade que, em território português, a rede de contactos dos músicos cabo-verdianos com os seus pares alarga-se e diversifica-se mais do que nos restantes espaços geográficos, ou seja, a comunicação entre eles estabelece-se com maior densidade e é facilitada, nomeadamente, pela relativa proximidade física, bem como ainda por algumas afinidades que os caracterizam, se bem se verifique diferenciadamente em função de cada uma das três categorias profissionais de pertença, com ligeira vantagem a favor dos profissionais a tempo inteiro (97,5%) sobre as demais (Quadro 17).

Quadro 17

Contactos de músicos cabo-verdianos na AML com os seus pares em Portugal, segundo o estatuto profissional (percentagem em coluna)

	Estatuto Profissional			Total
Contactos	Profissional, a tempo inteiro	Semi-profissional	Amador	
Sim	97,5	95,8	76,9	94,1
Não	2,5	4,2	23,1	5,9
Total	100,0	100,	100,	100,0

N= 101

Relativamente à periodicidade desses contactos, saliente-se que 33,3% privilegiam encontros semanais e 22,6%, diários. Não obstante a expressividade da frequência e da dimensão desses encontros semanais e diários, não deixa, contudo, de ser significativa a percentagem dos contactos esporádicos (24,7/%) de alguns músicos cabo-verdianos com os seus

parceiros em Portugal, que preferem, seguramente, outros espaços quiçá mais diversificados e atractivos, longe de apertados mecanismos de controlo típicos de campos profissionais desta natureza.

Quanto a contactos mantidos com os pares na diáspora, em função dos respectivos escalões etários, as redes de contactos dos profissionais da música tendem a restringir-se ainda mais à medida que se amplifique o campo para fora das fronteiras portuguesas. Assim, apenas 34,7% dos músicos inquiridos mantêm contactos regulares com os seus conterrâneos na diáspora, através de vários meios, contra 65,3%, o que não deixa de traduzir algum afastamento entre uns e outros.

Do ponto de vista da sua distribuição por faixa etária, 35,3% dos que mantêm contactos regulares com cabo-verdianos noutros países da diáspora têm entre os 17 e os 45 anos, enquanto 34% têm 46 anos e mais, o que não deixa de ser um dado revelador de algum esforço tímido de abertura da parte dos músicos mais jovens em Portugal, se bem que não haja diferenças percentuais assinaláveis, pelo menos do ponto de vista meramente etário, entre os escalões em análise. Seja como for, não se revela ainda tão significativa a percentagem dos músicos cabo-verdianos na AML que contacta regularmente os seus pares noutros pontos da diáspora, mas, sim, verifica-se, em certa medida, algum fechamento da parte dos músicos cabo-verdianos inquiridos na AML, traduzidos, aliás, na ausência de redes de contactos fortemente estruturadas (Quadro 18).

Quadro 18

Contactos de músicos cabo-verdianos na AML com os seus pares na diáspora, segundo os escalões etários (percentagem em coluna)

	Escalões etários		Total
Contactos	17-45 anos	46 e + anos	
Sim	35,3	34,0	34,7
Não	64,7	66,0	65,3
Total	100,0	100,0	100,0

N= 101

No que respeita a contactos regulares mantidos com a diáspora, segundo o estatuto profissional, verifica-se que mais de metade (56,4%) dos músicos que o fazem são profissionais a tempo inteiro; 22,9% semi-profissionais e apenas 14,3%, amadores, o que vem confirmar a supremacia da primeira categoria sobre as demais, ainda que a percentagem dos inquiridos semi-profissionais seja consideravelmente superior (Quadro 19).

Quadro 19

Contactos de músicos cabo-verdianos na AML com os seus colegas na diáspora, segundo o estatuto profissional (percentagem em coluna)

	Estatuto Profissional			
Contactos	Profissional, a tempo inteiro	Semi-profissional	Amador	Total
Sim	56,4	22,9	14,3	34,7
Não	43,6	77,1	85,7	65,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

N= 101

Já relativamente a contactos com pares estrangeiros radicados sobretudo em Portugal, importa mencionar que 47,5% dos músicos inquiridos, sim, mantêm contactos profissionais, com maior ou menor periodicidade, expressão de alguma abertura para fora do respectivo campo musical a que estão confinados, se bem que a maioria não o faça e se volte mais para dentro. Contudo, não deixa de ser, igualmente, sintomático, o facto de esses contactos com músicos estrangeiros serem diferenciados e estratificados e privilegiarem o escalão compreendido entre os 17 e os 45 anos (61,5%), contra 32,7% da faixa etária seguinte (Quadro 20).

Quadro 20

Contactos de músicos cabo-verdianos na AML com os seus colegas estrangeiros, segundo escalões etários (percentagem em coluna)

	Escalões etários		
Contactos	17-45 anos	46 e + anos	Total
Sim	61,5	32,7	47,5
Não	38,5	67,3	52,5
Total	100,0	100,05	100,0

N= 101

À semelhança do que ocorre com a diáspora, os contactos que vêm mantendo os músicos cabo-verdianos na AML com colegas estrangeiros radicados sobretudo em território português beneficiam os profissionais a tempo inteiro 80%), seguidos dos semi-profissionais (27,7%) e, por último, dos amadores (21,4%). Na verdade, são os profissionais a tempo inteiro na música que têm as melhores condições para estabelecer contactos do género com colegas de outras nacionalidades, com vantagens inegáveis para a acumulação do seu capital social (Quadro 21).

Quadro 21

Contactos de músicos cabo-verdianos na AML com os seus colegas estrangeiros, segundo o estatuto profissional (percentagem em coluna)

	Estatuto Profissional			
Contactos	Profissional, a tempo inteiro	Semi-profissional	Amador	Total
Sim	80,0	27,7	21,4	47,5
Não	20,0	72,3	78,6	52,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

N= 101

Comparando, desta feita, a frequência dos contactos mantidos com entre os músicos cabo-verdianos, tanto em Cabo Verde, como em Portugal, na diáspora ou ainda com estrangeiros, afigura-se significativa a percentagem dos músicos inquiridos que raramente estabelecem qualquer tipo de contactos com os seus colegas, sejam eles residentes no país de origem (60,9%), na diáspora (42,6%), ou ainda com os próprios estrangeiros radicados em território português (25,9%) (Quadro 22).

Quadro 22

Frequência dos contactos dos músicos cabo-verdianos na AML, em Cabo Verde, em Portugal, na diáspora e com estrangeiros (percentagem)

Contactos com músicos	Cabo Verde		Portugal		Diáspora		Estrangeiros	
Diários	1	2,2	21	22,6	_	_	2	5,3
Semanais	3	6,5	31	33,3	4	12,4	14	32,4
Quinzenais	4	8,7	10	10,8	3	8, 6	6	15,0
Mensais	7	15,2	7	7,5	9	26,0	7	17,2
Trimestrais	2	4,3	1	1,1	2	6,6	1	4,2
Semestrais	1	2,2	_	_	1	3,8	_	_
Raramente	28	60,9	23	24,7	15	42,6	11	25,9
Total	46	100,0	70	100,0	25	100,0	41	100,0

Quanto a destinatários, os contactos estabelecem-se com vários países, mas, prioritariamente e por ordem decrescente de importância, com a Holanda (15,6%), França (9,4) e Estados Unidos da América (6,3%), onde, aliás, existem comunidades cabo-verdianas de imigrantes expressivas, sendo os meios preferidos o telefone (26%), as deslocações pontuais ao estrangeiro em trabalho ou férias (26%) e a Internet (13%). As condições em que trabalham os músicos cabo-verdianos

inquiridos não lhes permitem gozar férias ao longo do ano e, daí, que ainda não tenham interiorizado uma cultura de férias, enquanto profissionais de um sector cuja actividade, quase sempre exercida à noite, vai exigindo algum dispêndio físico e desgaste. É verdade, outrossim, que há uma pequena franja (28%) de músicos, que se dedica, paralelamente, à outra actividade (principal) e que se vai dando ao luxo de «tirar», anualmente, alguns dias de férias, mas sempre a expensas dos próprios interessados (94%) e nunca suportadas pelo serviço ou grupo musical de que dependam, directamente.

Sabe-se, igualmente, que nem todos os profissionais da música têm a capacidade criativa de compor. Daí que não sejam muitos os músicos compositores (35%) cabo-verdianos na AML, podendo, por isso, afirmar-se, que chegam mesmo a constituir uma pequena elite dentro da comunidade musical cabo-verdiana em Lisboa. Assim, dos que se consideram verdadeiramente compositores, 41% já compuseram 21 e mais composições; 38%, entre 7 e 20 e; 21%, até 6. Curiosamente, no seio da comunidade musical cabo-verdiana em Lisboa têm emergido, nos últimos anos, destacados compositores, principalmente na faixa compreendida entre os 17 e os 45 anos (56%). Saliente-se, ainda, que os compositores são, também, executantes musicais e esta dupla condição de envolvência facilita imensamente a sua actividade criativa.

Conclusões

A música constitui-se numa das marcas mais visíveis e poderosas da diáspora cabo-verdiana no seio da qual se estrutura um campo musical, a partir de um espaço concreto, configurado, estratificado e hierarquizado em função, nomeadamente, do sexo, da idade, do estatuto profissional, do rendimento, bem como do nível de escolaridade, entre outras variáveis. Aliás, os campos, que se estruturam sempre a partir de um espaço social20, pressupõem, necessariamente, relações assimétricas de poder e interdependência, pois,. independentemente da sua natureza e da sua dimensão, não são mais do que, na perspectiva de Bourdieu um campo de forças, caracterizado por relações de desigualdade, mas também de cooperação.

No caso em apreço, o campo musical cabo-verdiano na AML21, integrado por um por um sistema de produtores (intérpretes e compositores) e mediadores, caracteriza-se, fundamentalmente, pela sua cada vez maior diversificação e heterogeneidade, mormente do ponto de vista dos estilos e formas musicais e ainda pela presença de alguma fragilidade decorrente da sua própria dinâmica. Em linhas gerais, pode afirmar-se que o campo musical cabo-verdiano em Portugal e, em especial, na AML, onde se concentram maioritariamente os agentes musicais, é híbrido, diferenciado, assimétrico e dominado apenas por um punhado actores, que beneficiam de alguma posição relativamente privilegiada no interior do mercado de trabalho22, caracterizado, também, por alguma precariedade ou vulnerabilidade23, em termos laborais e de condições de inserção, que, aliás, «continua a marcar as trajectórias laborais dos imigrantes» (Pereira, 2008), regra geral, associado a uma margem variável de incerteza.

No que respeita à sua composição social, o referido campo musical caracteriza-se, igualmente, pela forte presença masculina, à semelhança da própria realidade musical em Cabo Verde que ele reproduz. De facto, nesta perspectiva, o campo musical cabo-verdiano na AML é fundamentalmente masculino, na sua composição sexual, ainda que se revele relativamente significativa a presença de mulheres, em especial no domínio concreto da interpretação vocal.Todavia, perante a ainda a prevalência da "*dominação masculina*" (Bourdieu, 1998), aliada à persistência de estigmas (Goffman, 1993), à discriminação, a estereótipos e a uma acentuada divisão de papéis no interior do campo musical, a mulher imigrante cabo-verdiana, por paradoxal que pareça, não se tem afirmado no domínio da criatividade musical (composição e interpretação instrumental), lado a lado do seu parceiro, apesar de continuar a crescer e a projectar-se no domínio do canto, nem tão-pouco se tem distinguido na actividade empresarial, enquanto protagonista, como, de resto, seria desejável, pelas mesmas razões e por outras circunstâncias objectivas e subjectivas que a ultrapassam.

Por outro lado, está-se perante um universo musical relativamente jovem, dir-se-ia com alguma maturidade etária e musical, que se vai renovando continuamente, por via de fluxos migratórios procedentes do país de origem, bem como de

---

20 Para Pierre Bourdieu, os agentes e grupos de agentes definem-se pelas suas posições relativas no espaço social, a várias dimensões, construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição, um campo de forças, ou melhor, «um conjunto de relações de força objectivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interacções directas entre os agentes». Daí que a posição de um determinado agente no espaço social possa ser definida pela posição que ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na «distribuição dos poderes que actuam em cada um deles», seja, sobretudo o capital económico, nas suas diferentes modalidades, o capital cultural e o capital simbólico, designado, geralmente, prestígio, reputação, fama (2001: 134). Na verdade, prossegue Bourdieu, o espaço social é um espaço multidimensional, integrado por um conjunto aberto de campos ou subespaços relativamente autónomos, no interior dos quais os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas sem, contudo, se constituírem, necessariamente, em grupos antagonistas», podendo-se, «na relação entre dominante e dominado, instaurar alianças mais ou menos duradoiras e sempre com fundamento num mal-entendido mais ou menos consciente» (Idem, 153).

21 Na verdade, o conceito de campo musical é central e organizador nesta pesquisa e, como tal, envolve todos os agentes ou protagonistas implicados na actividade musical, na acepção mais lata do conceito, não se restringindo apenas aos músicos e compositores. No entanto, embora não fazendo propriamente parte dele, há agentes que gravitam em torno do campo musical cabo-verdiano na AML.

22 No mercado de trabalho, de resto fortemente marcado por relações de género e pela presença da precariedade nas relações laborais contemporâneas, mormente nos sectores dos serviços e da construção civil, os imigrantes (africanos e europeus do Leste) inserem-se, na sua grande maioria, nos segmentos mais precários e mais desprotegidos desse mercado de trabalho assalariado, isto é na sua faixa "secundária", embora outros pertençam ao dito mercado "primário" e a zonas étnicas da economia, de acordo, aliás, com a teoria do mercado de trabalho segmentado, segundo a qual os mercados de trabalho se caracterizam por possuírem dois segmentos principais, ou apresentarem uma característica "dual" (Peixoto, 2008: 21).

23 Sabe-se, aliás, que os artistas, sejam eles músicos, actores de teatro ou não, são trabalhadores vulneráreis, não só por contingências meramente profissionais, ligadas, nomeadamente, ao subemprego, intermitência e pluriactividade, trabalho independente, contratos precários, baixos salários em determinadas categorias, mas também devido a «identidades dependentes particularmente expostas a formas específicas de poder simbólico, desigualdade e processos de gatekeeping para o reconhecimento» (Conde, 2009: 1).

dinâmicas internas ao respectivo campo. Nesta linha de raciocínio, importa ter em conta que uma percentagem significativa desses músicos, cujas práticas musicais são as mais diversas, nasceu e cresceu num ambiente familiar e social com grande receptividade à música, que, aliás, viria a marcar o seu percurso musical, bem assim o seu projecto de profissionalização, a despeito dos constrangimentos de vária índole até aqui mencionados.

No plano socioeducativo, pode dizer-se que o nível de escolaridade dos músicos entrevistados é relativamente elevado, assistindo-se ao seu incremento, nos últimos anos, a partir de 1996, aproximadamente, com o ingresso em Portugal de vários jovens escolarizados, o que, obviamente, se traduz na progressiva melhoria do seu perfil e, logo, nas sua conduta e na relação com a própria música, se bem que subsistam ainda no panorama musical cabo-verdiano alguns músicos com fraca escolaridade, sobretudo os mais velhos, sem contar o analfabetismo musical decorrente da ausência de qualquer tipo de formação na área, na grande maioria dos casos e, logo, o autodidactismo e o «tocar de ouvido».

Já no plano meramente socioprofissional, o músico imigrante não se limita exclusivamente ao exercício da actividade musical propriamente dita, mas exerce outras profissões em paralelo, porquanto a actividade musical em Portugal não representa para esses agentes uma grande fonte geradora de rendimentos, suficientemente autónoma e lucrativa. Na realidade, os compositores e intérpretes que enformam o campo musical cabo-verdiano não são profissionais permanentes e exclusivos, dedicando-se muitos deles, simultaneamente, ao exercício de outras actividades circulares para dentro e fora dele, designadamente, nos sectores da nos domínios da construção civil e da restauração. Daí que não se esteja perante um campo plenamente constituído no sentido profissional. Cite-se, a título meramente exemplificativo, o caso de um número expressivo de violinistas24 cabo-verdianos concentrados, na sua esmagadora maioria, na linha de Sintra e cuja actividade principal é a construção civil (pedreiros), na ausência de melhor alternativa. Apesar da sua hierarquização, prevalece ainda no interior do campo musical cabo-verdiano na AML algum amadorismo, que resulta, basicamente, da existência de estatutos profissionais ambivalentes e de situações de precariedade.

Já em termos de caracterização do perfil dos chamados músicos dominantes ou instalados, poder-se-á afirmar que se define, basicamente, por um conjunto de indicadores dos quais se ressaltam a sua pertença à faixa etária superior, maior número de profissionais a tempo inteiro, maior número de discos gravados, maior número de deslocações ao estrangeiro e a Cabo Verde, maior capital simbólico, menor nível de escolaridade e menor taxa de formação musical. Em contrapartida, os ditos músicos dominados pertencem maioritariamente ao sexo feminino, são mais jovens, têm maiores níveis de escolaridade e de formação musical, menor percentagem de discos gravados, menos viagens de trabalho ao estrangeiro e a Cabo Verde, mas maior abertura a outras músicas e músicos.

Na prática, os músicos cabo-verdianos mais velhos ocupam posições centrais no campo, mais ligadas à produção e, logo, à capacidade de recrutamento e de mobilização, mantêm estratégias de preservação e de legitimação do poder, algumas vezes em confronto mais ou menos velado com os mais jovens. Neste sentido, alguns deles assumem, no interior do sistema, um inegável poder legitimador, que lhes é conferido pelo carisma, pelo prestígio (capital simbólico) e, sobretudo, pela sua inegável e reconhecida capacidade musical. É certo que, graças à recomposição do campo musical a que se vem assistindo ao longo dos últimos dez anos, alguns jovens intérpretes vêm ascendendo e conquistando posições centrais e de prestígio, de forma gradual, graças à sua competência e à qualidade da sua prestação, mas também a uma disputa inter-geracional de espaço mais ou menos discreta, invisível, desigual e sem rivalidade desencadeada no interior do próprio campo, não obstante a existência de uma relativa rigidez estrutural do campo musical cabo-verdiano.

Relativamente às relações de sociabilidade no interior do campo musical, expressas, nomeadamente, através das redes de convivialidade e de amigos e da regularidade de contactos, importa concluir que se está perante um campo musical estruturado em pequenas redes (formais e informais) e relativamente aberto e com dinâmicas próprias, expressas, designadamente, através de ligações mais ou menos frequentes mantidas quer como os colegas músicos estrangeiros em Portugal, quer com os cabo-verdianos residentes em Cabo Verde, ou quer ainda com os radicados noutras paragens da diáspora. De facto, um dos indicadores mais expressivos que denota alguma abertura do campo musical na AML face ao ambiente externo é a composição mista de alguns grupos ou bandas musicais marcada pela presença simultânea de músicos de várias proveniências geográficas ou nacionalidades.

Por outro lado, é significativa a circunstância de alguns músicos profissionais a tempo inteiro pertencerem, concomitantemente, a vários grupos ou bandas musicais diferentes, actuarem em diversos espaços, fazerem deslocações dentro e fora de Portugal, sem se sujeitarem, todavia, a nenhum contrato escrito, que aliás rejeitam à partida, no interesse de uma maior mobilidade espacial no mercado de trabalho e de uma maior margem de manobra, sem quaisquer peias. Do ponto de vista propriamente das práticas musicais, os ensaios de grupo são escassos e só são feitos pontualmente em caso de absoluta necessidade. Assim, para colmatar esta lacuna, alguns músicos profissionais mais engajados fazem ensaios individuais em casa, diariamente, bem como, em alguns casos, pesquisas pessoais no domínio da música, o que revela, à partida, algum profissionalismo.

Também não é menos verdade que a maior parte dos músicos não está coberta pelo regime de segurança social, o que fragiliza ainda mais a sua situação social considerada à partida precária, sendo escassos aqueles inscritos nas Finanças e que trabalham com o chamado recibo verde. No entanto, com vista a equilibrar o orçamento familiar, alguns músicos, para

24 Também conhecidos como tocadores da rabeca, estes violinistas cabo-verdianos animam, com alguma frequência, os chamados bailes de rabeca ou «rabecadas" de S. Nicolau, sobretudo na linha de Sintra, onde se concentram maioritariamente, e no Algarve, na linha da preservação de cultura musical tradicional em Portugal.

além de actuações e deslocações diversas, costumam participar na gravação discográfica em estúdios, sempre que convidados.

A despeito de sinais evidentes de alguma abertura para o exterior, no sentido da consolidação do campo musical, expressos através dos indicadores atrás referenciados, continuam, todavia, a prevalecer constrangimentos de ordem intrínseca e extrínseca, que condicionam e dificultam a afirmação de práticas transaccionais neste domínio e, logo, a projecção do músico. Igualmente, é certo que se assiste, conquanto de forma gradual e tímida, à recomposição social interna do próprio campo, marcada sobretudo pela sua renovação ou rejuvenescimento, bem como pela diversificação cada vez mais forte da paisagem musical (géneros, formas e estilos musicais), numa articulação possível entre a linha tradicional e a moderna, pautada pelo princípio da preservação cultural, no âmbito de relações invisíveis de poder que unem e ligam os agentes em disputa.

Não sendo homogéneo, o complexo campo musical cabo-verdiano na AML, vai-se reproduzindo e renovando internamente, quer por via de fluxos imigratórios mais ou menos regulares, oriundos sobretudo de Cabo Verde, quer através de descendentes de imigrantes, cuja relação com a música cabo-verdiana já assume perfis e contornos próprios, e adquirindo uma configuração interna própria, comparada, por exemplo, com aquela que assumira no passado, com uma clara tendência também para o seu rejuvenescimento, bem como para a melhoria progressiva do seu capital ou qualificação escolar, sobretudo a partir dos últimos anos da década de 90.

Referências bibliográficas

Abreu, Paula (2000), "Práticas e consumos de música (s): ilustração sobre alguns novos contextos da prática cultural", Revista Crítica de Ciências Sociais, 56, Coimbra, pp. 123-145.

Becker, S. Howard (1988), Les Mondes de l´art, Champs Flammarion, Paris.

Blaukopf, Kurt (1982), Musical Life in a Changing Society, Amadeus Press, Oregon, 308 p.

Borges, Vera (2007), O Mundo do Teatro em Portugal. Profissão de actor, organizações e mercado de trabalho, 1ª edição, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais do ICS.

Bourdieu, Pierre (1998), La domination masculine, Paris, Seuil.

Bourdieu, Pierre (2001), Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção, 2ª Edição, Oeiras, Celta.

Bourdieu, Pierre (2001), O poder simbólico, Algés, DIFEL – Difusão Editorial.

Bourdieu, Pierre (2002), Esboço de Uma Teoria da Prática, Oeiras, 1ª Edição, Celta Editora.

Bourdieu, Pierre (2003), "Algumas propriedades dos campos", Questões de Sociologia, pp. 119-143, Lisboa, Fim de Século.

Bourdieu, Pierre (2005), Sobre a Televisão, Oeiras, Celta Editora.

Campos, Luís Melo (2008), Músicas & Músicos. Modos de Relação, Lisboa, Celta Editora.

Carvalheiro, José Ricardo (2008), Do Bidonville ao Arrastão: Media, minorias e etnicização, 1ª edição, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais (ICS).

Castles, Stephen (2005), Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratório dos Trabalhadores Convidados às Migrações Globais, Lisboa, Fim de Século.

Cohen, Robin (2001), Global Diáspora: An introduction, Oxon, Routledge.

Cohen, Robin (2005), «Globalização, migração internacional e cosmopolitismo quotidiano», Barreto (Organizador), Globalização e Migrações, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais do ICS.

Conde, Idalina (2009), «Artists as Vulnerable Workers», CIES e-Working Paper nº 71/2009, Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Contador, António Concorda (2001), "A música e o processo de identificação dos jovens negros portugueses", Sociologia, Problemas e Práticas, 33, Oeiras, CIES, Celta Editora, pp. 109-120.

Costa, António Firmino da (1999), Sociedade de Bairro, Oeiras, Celta Editora.

Faria, Natália (2009), «Regresso de imigrantes está a deixar o país mais pobre e envelhecido», em Público, pp. 2-3, segunda-feira, 25 de Maio, Lisboa.

Goffman, Erwing (1993), A apresentação do eu na vida de todos os dias, Lisboa Relógio d´Água.

Góis, Pedro (2005), «Low intensity transnationalism: The Capeverdian Case», Wiener Zeitschrrift fur krittische Afrikastudien/Vienna journal of African Studies, Stichprogen nº 8, pp. 255-276.

Góis, Pedro e José Carlos Marques (2008), «Práticas transnacionais dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal», Comunidades(s) Cabo-Verdiana (s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-Verdiana, pp. 87-103, Lisboa, ACIDI.

Gomes, Isabel Brigham (Coordenadora) (1999), Estudo de Caracterização da Comunidade Cabo-Verdiana Residente em Portugal, Embaixada de Cabo Verde em Portugal, Lisboa.

Green, Anne-Marie (2006), De la Musique en Sociologie, L´Harmattan, Musiques et champ social, Paris.

Gurvitch, Georges (1968), A Vocação Actual da Sociologia, Volume I, , Lisboa, Edições Cosmos.

Hennion, Antoine (1993), La passion musicale. Une sociologie de la médiation, Paris, Métailié.

Machado, Fernando Luís e Matias, Ana Raquel (2006), Jovens descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento: linhas de identificação sociológica, Working Paper nº 13/2006, Lisboa, CIES-ISCTE.

Machado, Fernando Luís (2009), «Quarenta anos de imigração africana: um balanço», em Ler história. Emigração e Imigração, nº 56, pp.135-165, Lisboa.

Malheiros, Jorge Macaísta (2001), Arquipélagos Migratórios: transnacionalismo e inovação, Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de doutor em Geografia Humana, Lisboa.
Monteiro, César (2008), «Algumas dimensões da expressão musical cabo-verdiana na Área Metropolitana de Lisboa», em Comunidades(s) Cabo-Verdiana (s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-Verdiana, pp. 127-136, Lisboa, Observatório da Imigração, ACIDI.
Nettl, Bruno (1983), "The Study of Ethnomusicology: Twenty Nine Issues and Concepts", pp. 65-103, University of Illinois Press.
Nico, Magda e outras (2007), Licença para criar. Imigrantes nas artes em Portugal, , Lisboa, Observatório da Imigração, ACIDI, I.P..
Oling, Bert & Wallisch, Hein (2004), Enciclopédia dos Instrumentos Musicais: Um guia abrangente de instrumentos musicais de todo o mundo, Centralivros, Lda., Lisboa, 1ª Edição.
Peixoto, João (2008), "Imigração e Mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes", em Revista Migrações nº 2, Abril de 2008, Numero temático Imigração e Mercado de Trabalho, pp. 19-46, Lisboa, Observatório da Imigração, ACIDI, I.P.
Pereira, Sónia (2008), "Trabalhadores imigrantes de origem africana: precariedade laboral e estratégias de mobilidade geográfica", em Revista Migrações nº 2, Abril de 2008, Numero temático Imigração e Mercado de Trabalho, pp. 48-74, Lisboa, Observatório da Imigração, ACIDI, I.P.
Pires, Rui Pena (2003), Migrações e Integração, Celta Editora, Oeiras.
Portes, Alejandro (2006), Estudos Sobre as Migrações Contemporâneas: Transnacionalismo, empreendorismo e a segunda geração, Lisboa, Fim de Século.
Portes, A e R. G. Rumbaut (2001), Legacies: the story of immigrant second generation, California: University of California Press.
Rodrigues, Maria de Lurdes (2002), Sociologia das Profissões, 2ª edição, Oeiras, Celta Editora.
Saint-Maurice, Ana de (1997), Identidades Reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal. Oeiras, Celta Editora.
Stokes, Martin (2003), "Music nationalism and transnacionalism in the ´New Global Order´", em Revista Portuguesa de Musicologia 13: 163: 180.
Tinhorão, José Ramos (1994), Fado: Dança do Brasil, Cantar de Lisboa. O Fim de um Mito, Lisboa, Editorial Caminho.
Wacquant, Loic (2005), "Mapear o campo artístico", Sociologia Problemas e Práticas, 48, Lisboa, CIES/ISCTE.
Weber, Max (1998), Sociologie de la musique. Les fondements rationnels et sociaux de la musique, Paris, Métailié.
sociaux de la musique, Paris, Métailié.
Lisboa, Junho de 2009

Sonoridades de afirmação: os filhos de cabo-verdianos em Portugal

Max Ruben Ramos
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
maxruben10@gmail.com
Carlos Elias Barbosa
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
eliasbarbosa@ces.uc.pt

Resumo: O enquadramento dos descendentes de populações migrantes nos países de destino constitui-se num aspecto pertinente de análise científica no contexto pós-colonial, quer através de uma vertente temporal, quer como abordagem conceptual de desconstrução de práticas e narrativas coloniais. Analisando as experiências dos filhos de imigrantes, elas representam a problematização de processos de integração e possibilidades de enquadramento em várias esferas sociais. Deste modo, uma análise em diferentes dimensões permitirá uma visão das dinâmicas presentes nesses processos, numa relação que ultrapassa os limites do Estado-nação. Contudo, para discernir as dinâmicas existentes neste processo, a avaliação da dualidade integração/exclusão poderá nos demonstrar modos diferenciados de participação e de representação nos seus múltiplos espaços de interacção ou, por outro lado, um reavivar da pertença desterritorializada da africanidade sob o peso de uma memória histórica (Stora, 1999) e do presente das populações migrantes africanas. Ora, nesta comunicação pretendemos focalizar a participação dos descendentes de cabo-verdianos em Portugal e elaborar uma análise sobre as suas formas de intervenção, representação e de reivindicação num contexto trasnacionalizado. Para este efeito, focalizaremos a nossa análise no envolvimento de jovens filhos de cabo-verdianos em Portugal na cultura do hip-hop e na prática do Batuque.

Introdução

A problemática das populações migrantes e dos descendentes nos países de destino migratório constitui-se num aspecto pertinente de análise científica. Os fenómenos relacionados com a globalização revelam a intensidade das mobilidades e os recursos que o cidadão tem em transpor distâncias. Falamos da redução do tempo e do espaço e das brechas criadas entre fronteiras dos estados-nação e proporcionando identidades menos fixas, mais plurais e contextuais, que se constituem em representações e discursos específicos que emergem perante as relações de poder e demarcações da diferença e da exclusão (Hall 1996: 4). Como actores em espaços urbanos, representam, num contexto migratório pós-colonial de

articulação origem/destino, identidades múltiplas e contextuais, mas simultaneamente representam a problematização de processos de integração nas sociedades de destino.

No contexto da sociedade de destino, surgem complexos desafios no que diz respeito à participação e a um conjunto de normas que devem ser adoptadas e interligadas de modo a eliminar as barreiras no que diz respeito à cidadania. Por exemplo, através da cultura do hip-hop muitos desses jovens encontram um espaço de oportunidade enfrentando todas as estruturas dualistas que questionam a negação da sua participação na sociedade. Com efeito, a música rap exerce um papel fundamental como força aliada aos processos de luta rumo à emancipação e à cidadania. Por outro lado, pode representar a conexão entre as comunidades africanas na diáspora e a reportação à ancestralidade africana. A releitura e descrição da produção dos discursos no contexto dos descendentes de cabo-verdianos em Portugal permitirão uma melhor compreensão de dinâmicas e das representações identitárias dos filhos de imigrantes. Na verdade, não ignorando os impactos da globalização nas sociedades, o que no caso das comunidades da diáspora e seus descendentes assume uma importância decisiva para a reconstrução e conjugação de referências de base transnacional e transcultural.

No contexto deste trabalho pretendemos focalizar a participação dos descendentes de cabo-verdianos em Portugal e elaborar uma análise sobre as suas formas de intervenção, representação e de reivindicação num contexto trasnacionalizado.

Ainda antes de prosseguir, é importante sublinhar que o plano de referência deste trabalho é a Área Metropolitana de Lisboa, onde se concentra a maior percentagem da população imigrante de origem das ex-colónias portuguesas e em especial da imigração cabo-verdiana. Na origem deste texto estão trabalhos de campo realizados em alguns dos bairros de forte concentração da população de origem cabo-verdiana, apoiados em algumas reflexões teóricas que nos parecem os mais ajustados para um contexto migratório pós-colonial.

1. Leituras de um contexto migratório pós-colonial

Nos finais dos anos 70 e inícios de 80 ocorre para Portugal um grande fluxo de imigrantes de origem dos ex-terrotórios africanos colonizados que se vai inserir, na sua grande maioria, na Área Metropolitana de Lisboa. Neste período Portugal encontra-se num processo de negociação e integração na Comunidade Económica Europeia (CEE) e, mais uma vez, reproduzindo a sua tradicional condição semi-periférica (Santos, 1994, 2006a). Simultaneamente, dá-se a expansão dos espaços urbanos de que resulta uma aproximação dos bairros suburbanos ao centro das cidades, e uma maior visibilidade desses bairros. Por conseguinte, alargam-se as preocupações sobre os problemas de acumulação de "marginalidades" (social, económica, espacial, político-institucional, cultural) (Malheiros, 2001: 34-35; Salgueiro et al., 1997; Costa, 1998), fazendo com que surja uma maior atenção às populações dessas localidades.

O contexto em que se encontram os descendentes de imigrantes cabo-verdianos, as suas percepções e os seus posicionamentos (performances) em grande parte decorrem de situações de exclusão e de discriminação. Falamos, em especial, de crianças e jovens filhos de imigrantes que habitam as zonas suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa. O olhar sobre os jovens negros desses bairros, continuamente veiculado através dos media, vai assinalar e sublinhar o estereótipo associado à degradação, ao desalinho. Pela discrição feita por Lowe (apud Hesse & Sayyid, 2006: 13) o "imigrante" (e inclui as designadas "segundas gerações") é um produto da lei simbolizando a margem mas que, no entanto, constitui ao mesmo tempo a crítica à universalidade do corpo político da nação homogeneizada definidas pelo quadro vestefaliano.

> Warria - Chullage – Rapensar: Passado, Presente, Futuro (2004)
>
> Nau e karavela
>
> K kruz de krist na vela
>
> Tchgá mate
>
> Nôs hom, prende kriança, violá afrikana bela
>
> Destruí nôs aldeia/ k'ideia/ de konstrui nôs cela (…)
>
> 500 on ta sofrê ness represson, 500 on ta sofrê ness tela
>
> Tra nôs dum kau pa ôut na sis plantaçon
>
> De Guinê pa Kabu Verd, ta largá nôs sang na tchon
>
> Ma nô ka papá tont exploraçon (…)
>
> Ka tem dia de m'eskcê nôs historia (…)
>
> Ta lutá pa muda nôs história
>
> História
>
> De nôs pov ê história de um warria

De facto, os filhos dos imigrantes residentes nos bairros que sofrem de uma certa marginalização geográfica e social vão ressentir-se também de políticas discriminatórias. Tais políticas podem se encontrar exemplificadas através de diferenciações culturalistas assumindo uma identidade nacional na inclusão do "*nós-nação*" e consequentemente a exclusão

do "*outro*" (estrangeiro/negro). Estranhamente este "outro" tem um carácter exótico, etnicizado, por isso, tribalizado (Pais & Blass, 2004). Este parece ser um quadro de representações que descrevem o negro não somente como exótico e selvagem, mas também expressa a memória do colonialismo e das relações multiculturais, transpostas do contexto colonial para o espaço migratório. Por exemplo, o tema Warria de Chullage claramente descreve a memória revivida de sofrimento passado e que se estende ao presente retratadas nas situações de subalternização. Nesta condição, o "*outro*" é materialmente dominado e explorado pelo seu oposto que se constitui na ordem civilizacional. Está-se perante a reprodução de formas de interacção com base numa hegemonia e de uma hierarquia onde se expressa a linguagem de distinções, as nuances e as representações que culminam na inferiorização e estigmatização do "*outro*". Hesse e Sayyid (2006: 17) destacam as associações sobre "*raça"*, racismo e multiculturalismo a formas ocidentais de governação e de representações culturalmente dominadas pelo ocidente como explicações para esta realidade.

Neste contexto, muitos poderão manifestar através dos seus discursos, atitudes ou modos de estar, sentindo-se como alguém de "*fora*" do outro lado da fronteira (estrangeiros), embora tenham nascido no país de destino migratório dos seus pais. Segundo a análise de Sayyid (apud Hasse e Sayyid, 2006), o imigrante é visto na base de um "*imaginário*" como um produto da espacialização da ex-colónia etnicamente marcado pelo colonizador. Uma primeira aproximação para a realidade vivida neste contexto revela-nos a presença das comunidades migrantes percebidas como minorias com determinadas atribuições estereotipadas. Um exemplo bastante revelador corresponde ao modo como os órgãos de comunicação difundem as notícias relativamente a esses grupos. Isto é, frequentemente, a representação que se tem dessas comunidades está vinculada a imagens de conflito e de violência. Uma outra perspectiva normalmente relaciona as comunidades migrantes negras à desorganização social e à segregação espacial. Neste sentido, é nítida a linha de exclusão sobre os descendentes de imigrantes no sentido em que são vistos como cidadãos diferentes. Na análise feita por Boaventura Santos (2006b) por referência ao pressuposto do espaço-tempo nacional estatal se define a obrigação política dos cidadãos perante o Estado e deste perante os cidadãos. Como o espaço-tempo nacional estatal está vinculado com os valores da cultura, os dispositivos identitários vão estabelecer o regime de pertença e legitimar as normas que referenciam as relações sociais confinadas no território nacional. Por não corresponderem a este pressuposto as populações migrantes e os seus descendentes são dotados de uma menor legitimidade face aos direitos, mesmo que se trate de cidadãos formalmente possuidores de direitos políticos e tenham passado por processos de socialização acabam por ser excluídos em termos sociais e económicos (Avenel, 2004). Estas fricções são reforçadas pela situação de segregação que legitima determinadas hierarquias sociais, na maior parte das vezes manifestas pelas situações relativas à pobreza e ao racismo. Uma das consequências dessa fricção presente nos espaços de fronteira da participação dos descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento é determinada pelos discursos identitários produzidos por esses actores, no sentido de auto-afirmação pessoal ou de grupo.

A partir de uma imaginação do centro há uma predominância de valores europeus e de uma população branca, sempre medindo o "*outro*". Singularmente, este quadro revela um conjunto de descendentes de populações migrantes perante situações de discriminação e de redução da sua condição de designação de "*minoria*".

Tendo em atenção os sucessivos fluxos de homens e mulheres das ex-colónias para a metrópole, no caso português como noutros contextos de acolhimento, persistem as dimensões espaço e "raça" etnicizando os grupos migrantes presentes. Isto é, a figura de imigrante constitui-se, num sentido pós-colonial, como etnicamente distinto, exótico, permanentemente diferenciado. Como refere Boaventura Santos (1994: 128), o conceito de imigração vem substituir o de raça e dissolver a consciência de classe, tratando-se de um racismo de descolonização. Neste quadro os descendentes de imigrantes são englobados dentro desta categorização etnicizante da minoria. Como afirma Hesse e Sayyid (2006: 24), a marca étnica representa o processo de designação das minorias étnicas em relação à maioria nacional e não como uma simples reflexão que serve de fundamento para as realidades presentes.1 Nomeadamente, trata-se do produto de uma construção particular que tem sido fundamentado em torno da ideia de identidade nacional.

Os processos migratórios contemporâneos caracterizam-se como fenómeno global no mundo pós-colonial e que transporta a problemática das relações e a lógica da diferença, mas aqui numa construção contínua de imagens de espacialidade e estruturas de temporalidade (Grossberg, 1996). Isto é, as definições impostas sobre o "*outro*" acentuam a ideia da identidade autêntica e original. Com efeito, a identidade dependerá do confronto com a diferença e, nesse sentido, para a representação de um grupo dominante será sempre necessário a marginalização do "*outro*". Tal marginalização também se conjuga ao nível da definição do espaço e das relações com as diferenças espaciais do meio urbano. Habitualmente, os bairros habitados por populações migrantes, localizados nos subúrbios dos grandes centros urbanos, carregam o peso da dramatização da insegurança, imagens negativas e uma imagem difundida de criminalidade e delinquência juvenil. Deste modo, cria-se o mito dos bairros (Avenel, 2004) com visões estereotipadas, difundidas sobretudo através dos media, num "estereótipo jornalístico" segundo Ciprien Avenel (2004: 35). Aqui podemos citar Homi Bhabha (1994) no sentido da definição do estereótipo enquanto ponto de subjectivação num cenário de fantasia e de defesa perante a ameaça da diferença.

É certo que a lógica que intenta a homogeneização tem uma natureza contraditória, uma vez que possibilita a reposição contínua das diferenças culturais. Mesmo quando se apresenta o significado do conceito da assimilação no contexto

1 Nesta perspectiva Talal Asad (1990: 467) salienta que " the terms 'colored' or 'new Commonwealth immigrants', 'blacks', 'ethnic' or 'cultural minorities', belong to slightly different historical phases and political contexts, but all of them serve to make a primary separation between the 'host' society or 'white majority' and the 'immigrants', 'blacks' or 'cultural minorities'".

migratório, este designa, efectivamente, ser "*outro*". Um "*outro*" assimilado, ou melhor, assemelhado. Esta terminologia, sem dúvida, deve assumir a sua forma de representação irónica, uma vez que o assimilado nunca chega a ser, ou nunca é de facto aquilo que se idealiza. O sujeito assimilado é um sujeito deslocado ou descentrado num processo incompleto de formação, sempre ameaçado pela "*falta*" (Bhabha, 1994: 77). Neste sentido, há uma relação de linearidade que procura desvirtuar outras formas de interacção e processos híbridos de representação.

Trazemos, então, dois exemplos de representação através da cultura hip-hop e do batuque que caracterizam manifestações de pertença e de afirmação. São destacados processos de reinscrição de identificações que revelam a heterogeneidade, mas ao mesmo tempo em oposição ou resistência à linha que simboliza a separação, a segregação ou uma mera assimilação.

2. As vozes que marcam o ritmo e renomeiam os espaços de pertença

O movimento hip-hop combina 3 tipos de expressões artísticas:

a) em primeiro lugar, a música rap, numa conjugação de técnicas de composição, prevalecendo a rima e o ritmo2;

b) em segundo, a dança, representada através da break-dance, designada dança-das-quebras-rítmicas próprias do rap;

c) por fim, o grafismo expresso através das pinturas nas paredes, das assinaturas, de expressões críticas e políticas, de riscos e palavras não perceptíveis, etc.

Por vezes, essa recriação dos adolescentes e jovens que participam nessa esfera é entendida como uma transgressão não só vista como desvio, por exemplo, quando associada ao consumo de drogas, como pelo seu sentido crítico, ou por vezes provocador. Os registos nas paredes, os graffitis, podem também caracterizar a explicitação das suas identidades, tornando-se legítimo interpretá-los como uma forma de seduzir, de reter quem passa. Constituem, deste modo, uma chamada de atenção para a sua presença e participação activa na sociedade.

A cultura hip-hop no seio juvenil tem representado, mais do que uma ocupação de lazer, formas de manifestação, luta e resistência. Por sua vez, a cultura rap, para além de representar uma ideia de pertença ao espaço global (Fradique, 2003), está também associada à representação da identidade de grupo e de solidariedade, servindo-se muitas vezes da rua como palco da sua manifestação. Neste caso, poderemos entender a rua não como um "não-lugar", um lugar de passagem sem identificação, segundo a terminologia de Marc Augé (1992)3, mas sim, será o lugar onde se desenrolam e se constroem os cenários e os significados do quotidiano dos jovens. Um lugar de identificação numa relação de familiaridade tal como se reconhece no título do segundo CD dos Black Company, Filhos da Rua (1998).

> É esta a afirmação também deixada no disco Rapensar: Passado, Presente e Futuro, onde Chullage, no tema "Tu és um Hoe", reafirma o espaço de expressão do jovem negro do bairro.
>
> A rua, o lugar onde o seu senso comum se enriquece nas sociabilidades, desenvolve outros saberes e, com a "arma do rap", afirma-se em resistência à "opressão" e à "discriminação".
>
> É na rua k isto eu desenvolvo (hip hop)
>
> N me envolvo
>
> Fora da rua
>
> O amor k ela me dá
>
> À ela devolvo

Para certos grupos juvenis, vários espaços de interacção, sejam passeios, esquinas, ou mesmo proximidades das estações e linhas-férreas, constituem-se em lugares de contexto de identificação pela conivência, pela intimidade e cumplicidade. Os próprios bairros relegados podem ser entendidos como integrando-se em espaços mais amplos através de uma relação de distinção e distanciação entre o centro e a referência ao "*nós*" e o campo estranho do "outro" (Barbosa, 2006: 109).

Actividades e presença de rappers num determinado espaço, não devem ser caracterizadas apenas pela sua prática mas também pela sua carga simbólica. As actividades comuns tais como ocupação dos espaços, na rua, nos passeios, nas esquinas, ou nas estações e percursos ferroviários, constituem-se, sobretudo, em formas de sociabilidades específicas. São representações do espaço como modos de construção de mapas geográficos alternativos (Fradique, 2004: 349).

Nesses espaços, constituem-se trocas simbólicas, um reforçar contínuo dos laços, um investimento nas relações que proporcionarão mais valias afectivas e práticas na constituição das inter-ajudas, na troca de experiências e no reforço da unidade de grupo. Por outro lado, são espaços de afirmação e constante reconstrução cultural, exprimindo uma complexidade criativa e dinâmica. Essas sociabilidades envolvem um saber que se traduz em formas lexicais específicas.

---

2 Rap que deriva de "rhythm and poetry".

3 Marc Augé define não-lugares "por oposição à noção sociológica de lugar, associada por Mauss e toda uma tradição etnológica à de cultura localizada no tempo e no espaço. Os não-lugares tanto podem ser as instalações necessárias à circulação acelerada de pessoas e bens (vias rápidas, viadutos, aeroportos) como os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são colocados os refugiados do planeta" (1992: 42). O mesmo autor refere que um não-lugar é "um espaço que não possa definir-se nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico" (1992: 83), e inclui também como local de ocupação provisória "os bairros de lata votados à destruição ou à perenidade e à degradação" (1992: 84).

Podemos demonstrar o exemplo dos grafittis como forma de apropriação e protecção dos espaços. As inscrições nas paredes são uma manifestação de saber e uma forma de expressão cultural, para além de corresponderem a desejos de comunicação, de exteriorização de saberes, iniciativas e improvisação. Na produção de grafittis, segundo José Machado Pais (1993: 181), os jovens dão lugar a formas discursivas de libertação de fantasias reprimidas. Deste modo, para além de registarem a sua presença, estarão a afirmar uma identidade, uma manifestação de sentimentos pessoais ou próprios dos grupos de pertença.

Aquilo que parece ser, segundo a racionalidade dominante, um não aproveitamento do tempo, pode também ser interpretado como uma inscrição e afirmação de identidade (Barbosa, 2006). As sociabilidades em que os rappers se envolvem não podem ser apenas interpretadas como fazendo parte de uma cultura periférica em relação à dominante. Embora se constitua, muitas vezes, contra ela, em manifestações reveladas nas expressões estéticas do rap (graffitis, ritmo, poesia, vestuário).

O hip-hop tem sido uma das expressões fortes de representação entre os descendentes de cabo-verdianos. De facto, quem visita os bairros de forte concentração de populações de origem africana (e não só), pode observar o impacto que a cultura hip-hop tem no seio dos jovens. Efectivamente, hoje o rap extravasa a condição de ser negro, imigrante e de viver ou não num bairro relegado. Na contemporaneidade atinge todos os grupos sociais e muitos jovens, independentemente da sua origem. Contudo, a sua influência acentua-se nas zonas suburbanas, uma vez que coloca em destaque a memória colectiva da génese da cultura urbana, inerentemente remetida para as condições sociais de exclusão, pobreza, discriminação, xenofobia, etc.4

As representações no seio dos jovens em muitos dos bairros de forte presença de população de origem cabo-verdiana e africana na Área Metropolitana de Lisboa vão de encontro à luta e ao reconhecimento de uma identidade desterritorializada da diáspora africana. Por exemplo, a paisagem social de bairros como Arrentela, Cova da Moura e tantos outros revelam o peso da memória histórica sobre o presente dessas populações migrantes de origem africana. Benjamin Stora (1999: 16) refere-se à transferência dessa memória para o presente e que está representada no quotidiano da vida dessas populações através de *"le transfert d'une situation «sudiste» (ségregation) vers le «nord»*". A identificação crítica e reivindicativa ao espaço "Pretugal" é sem dúvida uma descrição demonstrativa de uma visão sobre a condição negra em Portugal, mas que já tem em si, para além da memória da origem, a articulação à pertença ao espaço territorial português. Não se trata de uma simples reflexão que fundamente a realidade. A identificação territorial como "*Pretugal*" representa a fusão dos termos Preto e Portugal destacando a apropriação do espaço, numa atitude de afirmação política e de legitimação da ocupação de um espaço social. Teresa Fradique (2004: 347) exemplifica a produção do álbum Rapublica (1994) através da dimensão cartográfica ilustrada na capa do disco, particularmente pertinente para a ideia de variação de escala. Isto é, embora os jovens negros se encontrem num espaço que os remete para uma escala mais alargada, marcado pelos fluxos migratórios (pessoas e bens) diaspóricos e transnacionais, há uma opção dos protagonistas da cultura do hip-hop por uma vizibilidade pública e afirmação de uma pertença geograficamente localizada (e.g. bairros na margem sul, Amadora, Sintra, Oeiras ou Loures).

O rap, a sua estética e a linguagem utilizada neste contexto servem como armas de luta, um modo encontrado para *"minar a arma do outro com todos os elementos possíveis do meu texto"* (Monteiro 1987: 310). Através do hip-hop é possível encontra-se a força da expressão oral e escrita num hibridismo que conjuga, por um lado, a ancoragem nas origens, a ancestralidade africana e a oralidade dos "*griots*", e por outro, a escrita, o texto como "outra arma secreta para combater o outro e impedir que ele me descodifique para depois me destruir" (idem). Então, no hip-hop dá-se também a conjugação do movimento e do som ritmado nesse reforço de identidade reivindicativa, revelando-se em outras formas de participação política que vão para além, ou mesmo contrariando as formas convencionais de integração na vida política de um país.

É deste cenário que surge todo um espírito de "censura", discursos usados e formas de expressão em padrões estéticos, numa receptividade às mensagens provenientes do South Bronx nos Estados Unidos, na identificação e acção por causas que dizem respeito a populações com problemas semelhantes (pobreza suburbana, discriminação e racismo). Por outro lado, como está bem expressa no tema Warria do álbum Rapensar: Passado, Presente e Futuro (2004) de Chullage, estamos perante uma memória revivida de sofrimento passado, um exemplo de situações de segregação, discriminação e exploração em contextos migratórios actuais. Isto é, esta composição transmite a ideia desenvolvida por Benjamin Stora (1999) da memória histórica pesando sobre o presente dessas populações migrantes de origem africana. Daí, o apelo que encontramos neste tema do Chullage vai de encontro à luta e ao reconhecimento de uma identidade desterritorializada da diáspora africana. No mesmo sentido, deparamos com referências de identificação à ancestralidade negra, como diz o tema "África Terra Mãe" do CD Ombuto, A Semente (2005) dos Crewcial.

O trabalho discográfico de Chullage, Rapensar: Passado, Presente, Futuro (2004), em semelhança a outros temas do movimento hip-hop, passa uma mensagem com um carácter irónico através do tema "National Ghettographik" descrevendo os problemas da degradação, pobreza, trabalhos precários, famílias monoparentais, insucesso escolar, delinquência juvenil, discriminação, marginalização social

> Olhos filmam, a mente grava, rima revela

4 Convém mencionar o facto de que a cultura hip-hop também se insere no quadro das migrações transnacionais, que se intensificaram e se generalizaram a partir das últimas décadas do século passado até ao presente. Assim, verifica-se um grande fluxo de indivíduos, famílias e colectividades, bens e ideias envolvendo mudanças mais ou menos drásticas nas condições de vida das pessoas e dos lugares.

É a realidade k se agrava em todo o guetto, Arrentela5

(…)

De perto ou de longe, kualker ângulo, kualker plano eu faço o zoom

É a realidade dos guettos k aki se resume

K na eskola n se lê

N mostra na TV

Mas só kem n ker é kem n vê (…)

Tomando como tónica central a problemática da imigração no tema "*Pretugal*", Chullage revela numa espécie de editorial a condição negra em vários bairros relegados como população inferiorizada e estigmatizada, com um modo de vida descrito de seguinte forma:

Koraçon lá e korpo ká em pretugal

Mentalmente enkkkarcerados ká em pretugal

Sem pão, mas kom veneno e armas p'ra morrermos em pretugal

Segregados p'ra n sermos ninguém em pretugal

É sem dúvida um relato demonstrativo da sua visão sobre a condição negra em Portugal, mas que já tem em si, para além da memória da origem, a articulação à pertença ao espaço territorial português. Não se trata de uma simples reflexão que fundamente a realidade. "*Pretugal*" representa mais uma vez a leitura da condição negra em Portugal, destacando a condição de exclusão dos descendentes de imigrantes africanos mas, sem perder de vista a importância da afirmação política e de legitimação da ocupação de um espaço social. Mas "Pretugal" pode também constituir-se num modo de renomeação de um espaço de pertença. Num sentido irónico, a identificação de um espaço associado à condição étnicizada, pode ser lida como uma estratégia de retórica que vem do sentido de inverter a lógica colonial de comparação e nomeação. No romance Chindo Luz de Joaquim Arena (2006: 89) é possível reler esta constatação da reafirmação do espaço, através da conversa entre Mohammed e Baldo constatando que "*as ruas da nossa infância, as nossas escolas primárias estão aqui e não lá*."

No contexto em análise, o rap é, para os jovens descendentes de imigrantes africanos um lugar performativo, apropriável a uma trajectória que se gere por opções. Segundo Rui Cidra (2002), o rap é o novo espaço de criatividade cultural juvenil. Se por um lado, entre os jovens negros em Portugal, as produções de rap tem representado as situações estereotipadas de "*segunda geração*" de imigrantes de bairros degradados, por outro as suas interpretações em crioulo ou em português reflectem as suas posições perante o estilo musical. A música rap nesse espaço se faz passar sobretudo através dos media numa posição reivindicativa e de afirmação política de legitimação de um espaço social e o reconhecimento da sua população como agentes na sociedade mas limitados na sua cidadania. Em "*Um Momentu pelos…*" do disco Rapensar: Passado, Presente, Futuro (2004) Chullage expressa em crioulo uma condição subalterna mas livre para utilizar as suas armas: a mente, a voz e a música.

Tcha nos múzika falá

Babiline, tcha nos múzika lutá

No ka tem jornal nem TV

Ma no ka ta kalá

Korrent na mon ma pê

Ma nos kabeça ka ta pará

Através do hip hop se explora uma especificidade narrativa, estética e expressivamente crítica. Poderemos citar a produção discográfica Miraflor (2003), associada ao quotidiano do antigo bairro Pedreira dos Húngaros em Miraflores – Algés, do grupo TWA. Numa escala mais alargada está o trabalho de Chullage Rapensar: Passado, Presente e Futuro que também descreve o contexto pós-colonial numa profunda análise histórica racial, enfrentando a problemática da alteridade no seio da sociedade portuguesa. Por este meio de representação manifesta através da cultura do hio hop se poderá detectar tanto os discursos identitários, como o imaginário diaspórico, sobretudo o enraizamento na ancestralidade negra. Não deixa de ser, contudo, uma manifestação generalizada de cunho mais híbrido, remetendo para referências de origem africana e, com efeito, revela uma dinâmica de reinvenção e reapropriação das origens (Contador, 1999). Corresponde a uma espécie de diáspora africana cosmopolita (Sieber, 2005: 131). Ao mesmo tempo que envolve a sociedade de acolhimento, promove novas formas de identificação com base na ancestralidade africana. Pode-se assim referir como uma característica de transnacionalidade dos jovens negros, representada na diversidade e em formas culturais híbridas, reveladoras de experiências transculturais, ao nível linguístico, ao nível da música ou de outros marcos culturais.

5 Bairro de origem africana situado no Seixal, margem sul do rio Tejo.

Simbolicamente, a experiência da diáspora africana representa nesses espaços aquilo que Gilroy (1993: 39) designa por reprodução ou recuperação de memórias e conjugação de diferentes actividades – práticas, cognitivas, habituais e performativas – que teriam constituído o Atlântico Negro. Com efeito, constitui-se num espaço transcultural, entendido pela fluidez de contactos, um lugar de emergência de solidariedades em contestações e acções. Então, este espaço parece propor um diálogo entre as partes numa aprendizagem contínua. Nessas mutações e contínuas relações desencadeando o desenraizamento, o hibridismo, a crioulização que irão dar lugar a novas expressões de liberdade, de emancipação, de autonomia e de cidadania.

3. A "memória semântica" dos descendentes de cabo-verdianos e sua participação no batuque

Quando iniciamos o nosso trabalho de campo junto do grupo de batuque6 "*Finka-Pé*" (Ramos, 2006), no Bairro Alto da Cova da Moura, deparamo-nos com um objecto de análise incontornável: a presença de descendentes de imigrantes cabo-verdianos como elementos efectivos do grupo.

Por um lado, a reconstituição do batuque fora de Cabo Verde, muito nos deslumbrara pela forma absolutamente extraordinária e remoçada como as senhoras dos "*Finka-Pé*", no contexto migratório lisboeta, recuperaram, actualizaram e revitalizaram essa tradição do interior de Santiago, contribuindo assim para o reforço e manutenção da preservação do património cultural cabo-verdiano na Região da Grande Lisboa. Por outro, muito nos entusiasmara e aguçara nossa curiosidade de perceber os motivos da notória presença e participação nesta arte performativa de algumas jovens, adolescentes e crianças, filhas desses migrantes que nunca avistaram a terra natal dos seus pais.

Em Santiago, o batuque está inextrincavelmente ligado "*aos 'ritos de passagem'* – às festas do nascimento, do baptismo e, sobretudo, às cerimónias de casamento, acompanhando por vezes a noite de preparação da noiva" (Peixeira, 2003:163). Nesses períodos de confraternização e cerimoniais, as mulheres através dos seus cânticos satirizam ou nobilitam pessoas e acontecimentos que marcam o seu quotidiano. Embora o interior de Santiago e Lisboa sejam dois contextos totalmente diferentes, os elementos dos "*Finka-Pé*"reivindicam as mesmas lógicas das que se praticam em Cabo Verde, ou seja, as suas cantigas têm sempre um cunho pedagógico e lúdico.7 Em suma, a poética patente nas cantigas dos "Finka-Pé" revelam o batuque como sendo um locus de reflexão, resistência e reivindicação (Ramos, 2006: 26).

Na próxima secção deste texto, tentaremos explorar duas questões que ajudar-nos-ão a compreender a presença e a participação das filhas de imigrantes cabo-verdianos no batuque: a relevância da casa ou da família na prática do batuque e a noção de "*memória semântica dos descendentes*".

A família

Com alguma recorrência essas descendentes confidenciavam que a razão que mais lhes motivara para a prática desta arte performativa cabo-verdiana tenha sido o facto de "encontrarem-na em casa". Durante a nossa estada no Bairro do Alto da Cova da Moura, e nalgumas actuações que acompanhamos deste grupo, pudemos constatar, e logo num primeiro relance, que todas estas jovens descendentes eram filhas, netas ou parentes próximas dos elementos dos "*Finka-Pé*". Deste modo, aqui propomos ver a casa, ou melhor ainda o ambiente familiar, como um espaço ou uma força motriz que contribui muito para amplificar o estímulo e o desejo para a prática do batuque. Aliás, a família é uma das agências de socialização mais profícua que existe, ou se quisermos é *"normalmente a principal agência de socialização, desde a infância até a adolescência e para além desta – numa sequência que liga as várias gerações"* (Giddens, 1997: 99), pois além da reprodução biológica que promove, ela converge para uma forte reprodução social, cultural e identitária. É aí que se enceta e estabelece os primeiros contactos com as "*raízes*" identitárias de uma determinada comunidade, que são transmitidas e se espraiam através da língua, valores religiosos, hábitos, música, dança, literatura, etc.

Se em Santiago, como observa Horácio Santos (1990), "é a caminho da fonte, na ida às lenhas nos matagais, nas sementeiras, que as moças vão murmurando as cantigas de batuque e finaçon, das cantadeiras que ouviram no terreiro ou no quintal da casa grande, nas festas de casamento, baptizado ou outra grande função"8, na Cova da Moura é dentro de casa que algumas das filhas ou netas desses imigrantes dão os primeiros passos no processo da aprendizagem do batuque. É no ambiente familiar que aprendem a estonteante dança de "da-ku-tornu"9, por vezes, mesmo às escondidas, como nos reportou Romilda10, uma destas jovens descendentes. Em suma, como nos ressaltou Isabel, que é membro e uma das fundadoras do grupo, os seus descendentes "nasceram cá mas encontraram a força do batuque na família"11. Ora, neste sentido, podemos

---

6Para Vasco Martins (1994:36), o batuque ou batuku é " o grito africano: imaculado". Esta arte performativa cabo-verdiana, mais especificamente do interior de Santiago, inicialmente era praticada pelos escravos, mas com as perseguições e proibições da Coroa Portuguesa passou para a arena feminina. Embora, poucos homens o pratique, como o ínclito Ntoni Denti d'Oru, o batuque é mais conhecido como uma performance feminina. Durante o ritual performativo desatacam-se três momentos ou elementos axiais: a música, a poesia e a dança.

7 No contexto migratório lisboeta, grande parte das cantigas que os "Finka-Pé" interpretam – tanto nos seus momentos festivos, comemorações e actividades várias no bairro, assim como nas actuações fora da Cova da Moura – estão relacionadas com a difícil condição feminina e de imigrante, bem como com inúmeras outras vicissitudes e asperezas da vida que defrontam em Portugal. A exploração e precariedade laboral, os conselhos aos filhos e aos maridos, a auto-valorização da mulher e o racismo são algumas das temáticas abordadas nas poesias deste grupo.

8 Santos, Horácio (1990), " batuque finaçon". In documento sobre o batuque, gentilmente cedido pela Associação Moinho da Juventude.

9 Como esclarece Santos, a dança do "Dar-de-torno" é a dança das coxas e jogos de pés que as "badjaderas" (bailarinas) executam durante o batuque, ao som do forte ritmado das batidas (Santos, 1990).

10 Com o intuito de salvaguardar a privacidade das interlocutoras os nomes são fictícios.

11 Entrevista realizada no Bairro do Alto da Cova da Moura a 28 de Abril 2006.

afirmar que a família se vislumbra como a agência por excelência de transmissão dessa arte performativa no contexto migratório lisboeta.

A memória semântica dos descendentes

A temática da memória semântica ganhou nos últimos anos algum destaque no ramo da antropologia das religiões. Sirva de exemplo os trabalhos de Harvey Whitehouse (2000; 2004) que visam estudar a memória como um instrumento essencial na transmissão religiosa, ou seja, como é que através da memória os rituais e as crenças são transmitidos de geração em geração.

Segundo Whitehouse, há basicamente dois tipos de memória: a implícita e a explicita. A memória implícita ***"deals with things we know without being aware of knowing"*** (Whitehouse, 2004: 65): o autor sugere-nos o exemplo de guiar uma bicicleta. Já a memória explicita "deals with things we know at a conscious level" (idem). Esta última encontra-se subdividida em dois tipos: memória a curto prazo e a memória a longo prazo. O primeiro caracteriza-se pela sua brevidade, ou seja, permite-nos guardar conceitos, ideias ou informações por um curto período de tempo. Whitehouse apresenta-nos o caso do registo de um número de telefone, em que existe um timing suficiente para o escrevermos antes de nos esquecermos dele. O segundo torna-nos capazes de guardar informações durante horas ou por toda a vida. Por fim, memória a longo prazo divide-se em dois tópicos: memória semântica e memória episódica. De acordo com Whitehouse, a memória semântica consiste no conhecimento geral que temos do mundo (idem), dando como exemplos saber comportar-se num restaurante ou saber qual a capital de França. 12Por sua vez, a memória episódica ou biográfica consiste em eventos específicos da nossa experiência de vida, como o nosso primeiro beijo (idem). De seguida, abordaremos como é que essa memória semântica é alimentada entre os descendentes de cabo-verdianos.

Como vimos anteriormente, o ambiente familiar é um espaço de assaz estimulação para a prática do batuque entre as jovens descendentes. Neste espaço, os imigrantes cabo-verdianos transmitem um conjunto de noções e sentimentos à sua descendência, que ajudam muito a reforçar a adesão e identificação das jovens "***batukaderas***" ao batuque. Na verdade, para a maior parte dos jovens descendentes em Portugal, Cabo Verde permanece como uma terra ignota. Todavia, muitos deles demonstram um forte sentimento de pertença ao arquipélago, mesmo sem o conhecer. Aqui propomos que este sentimento de pertença é insuflado, em larga medida, pela memória semântica dos descendentes, isto é, muitos deles, apesar de nunca terem visitado Cabo Verde têm, em parte, uma determinada memória "vivenciada" da terra de origem dos seus pais. Esta memória é, por sua vez, estimulada pelos sentimentos de nostalgia ou narrativas de "sodade"13 e por determinadas práticas performativas. Estas narrativas, posteriormente, desenvolvem neles certas noções, como as que Nina Glick Schiller (apud Wessendorf, 2007: 1090) denominara de "***ways of being***" e "***ways of becoming***" transnacionais. A primeira noção diz respeito às relações sociais, e a segunda, remete-nos para um conjunto de conexões emocionais ao país de origem dos imigrantes (idem).

À medida que redigíamos este texto encontramos um eco especial numa instigante etnografia de Susanne Wessendorf (2007). Ela convida-nos a uma incursão ao conceito "***roots migration***" para descrever o retorno à Itália de italianos e seus filhos que nasceram e cresceram na Suíça. Para a migração desses descendentes tivera uma poderosa ressonância as noções de "raízes" e pertença à pátria italiana, que lhes foram transmitidas pelos pais e, reificadas pela nostalgia e o sonho de regresso.

Da mesma forma, para muitos descendentes de cabo-verdianos em Lisboa, a noção de pertença à pátria cabo-verdiana tem muito a ver, por um lado, com situações de exclusão e de discriminação social, aduzidas nas secções anteriores, e, por outro, com um conjunto de valores e nostalgias transmitidas que desaguam em narrativas de pertença, na qual a pátria (cabo-verdiana) é construída como o espaço ideal (idem: 1089). Esse Cabo Verde idílico e essa *"**forma transnacional** de ser-**se cabo-verdiano**"* são, sem dúvida, sustentados pelas redes de sociabilidade em jogo que se proliferaram com os grupos e actividades associativas, como as produções culturais, desde a música, gastronomia e literatura. Em suma, este conjunto de práticas performativas ajudaram a criar uma consciência de pertença, e a sua consequente celebração, no seio dos imigrantes cabo-verdianos e seus filhos, é garantida pelas narrativas de "***sodade***" da terra mãe.

Voltemos, pois, ao enfoque desta secção para concluir que as jovens descendentes, membros dos "***Finka-Pé***", através dos valores e raízes cabo-verdianas transmitidas pela família e dos relatos de "sodade" adquirem uma "***memória semântica***" de Cabo Verde, "***vivenciando***" assim um "***Cabo Verde transnacionalizado***" e suas tradições. Desta forma, sem terem de preterir ou esquecer as suas raizes, elas assumem o batuque como algo que lhes pertence, e com o qual se identificam muito.

Conclusão

12 Ou como defendeu Maurice Bloch (2003-2004: 361) são memórias de experiências que nós não vivemos, mas que as recordamos como se as tivéssemos vivido.

13 "Sodade" (Saudade) é geralmente entendida como uma lembrança nostálgica, logo, sugerimos aqui que "sodade" é uma emoção que está intimamente relacionado com a nossa memória episódica ou autobiográfica e a memória semântica – esta última está intimamente relacionada com a nostalgia que os descendentes sentem relação a Cabo Verde. Ela, "sodade", é despoletada sempre que a pessoa (o cabo-verdiano) recorda a sua terra, os pais, os irmãos, a namorada (cretcheu), os amigos, a sua anterior mundivência e os episódios típicos, por vezes indescritíveis, da sua infância e juventude na sua terra natal, que a marcou ou não indelevelmente. Em suma, é um sentimento profundo que acompanha sempre o cabo-verdiano. Não é um termo ou uma emoção exclusiva do cabo-verdiano, mas é, sem dúvida, um dos elementos constitutivos da ontologia do migrante cabo-verdiano, pois as migrações cabo-verdianas e os estados emocionais que elas activam são insofismavelmente marcantes em todo o processo de separação da "terra mãe".

Diríamos sem pestanejar que, a cultura hip-hop ou "a CNN do gueto", como lhe apodara o rapper norte-americano Chuck D dos "Public Enemy", é o produto cultural juvenil transnacional mais eloquente no mundo actual, de Bronx a Nairobi, de Londres a Lisboa. Ela, como vimos ao longo deste texto, dá voz a um conjunto de discursos identitários de auto-afirmação pessoal e de grupo num quadro de reivindicação em busca de uma "cidadania plena", onde tenta-se fugir à discriminação e exclusão a que são, muitas vezes, confinados os descendentes de imigrantes.

Porém, como sublinha Paul Gilroy (2007: 172), há uma relutância em analisar o racismo e a exclusão, e muitos intelectuais e políticos querem fazer do racismo um assunto trivial e insignificante. Mas, é aí que reside o ponto nevrálgico, pois o racismo e a exclusão barraram a cidadania autêntica e válida (Gilroy, 2007). E, para galgarmos essa percepção é necessário remontarmos à história do racismo e a consagração da hierarquia racial, altamente alimentada por alguns dos "***expoentes máximos***" da intelectualidade ocidental desde Aristóteles a Heródoto, de Plínio - o - velho, Hume, Voltaire a Kant, às teorias racistas e eugénicas de Joseph Gobineau que muito concorreram para uma certa cristalização dessa hierarquia, onde o "homem negro" era destituído de qualidades humanas. Segundo Gilroy (idem: 177), este facto contribuiu para que na Europa a cidadania fosse distribuída de uma forma desigual. Neste âmbito, muitos dos descendentes de imigrantes cabo-verdianos, excluídos social e economicamente procuram, através dos seus "***beats***", rimas e graffiti, promover um conjunto de acções cívicas e reivindicações de injustiça social paradigmaticamente ilustrada no "National Guettographik" de Chullage, bem como procuram o reconhecimento de uma "***identidade desterritorializada***".

A prática do batuque pelas jovens descendentes, com o seu cunho reflexivo e interventivo, inscreve-se também nas formas transnacionais de pertença, e na luta pelo reconhecimento das identidades de fronteira ou in-between (Bhabha, 1998). Pensa-se que a diferença cultural é incompatível com os cânones do Estado-Nação, e busca-se na obsessiva assimilação a solução para uma "***verdadeira integração***", pois há uma assunção de que a "não-assimilação" pode representar uma ameaça à coesão interna (***Asad*****,** 2000: 474).14 Mas Talal Asad refutando esta assunção sugere: "***what is crucial for government is not homogeneity versus difference as such but its authority to define crucial homogeneities and differences"*** (***Asad*****,** 2000: 475). Existirão outras alternativas para ultrapassarmos essas aparentes aporias? Acreditamos que sim. Entre algumas, Kwame Appiah (1998) apresenta-nos o caminho do "patriotismo cosmopolita", onde as peculiaridades culturais trazidas conviveriam com os valores e tradições da sociedade de acolhimento, e se respeitaria a autonomia individual. Appiah (1998: 16) arremata afirmando que devemos tratar decentemente as pessoas de outras culturas e tradições não apesar de nossas diferenças mas através delas.

Deste modo, tanto a cultura hip-hop como a prática do batuque, entre os jovens descendentes de cabo-verdianos, se apresentam como formas de expressividade de uma determinada mundivivência que deve ser reconhecida, respeitada e aceite, não como algo que provoque contradições e ameaçam a coesão interna, mas que surge na decorrência de processos das migrações transnacionais, onde a montante determinadas comunidades, como as africanas, foram excluídas da cidadania, no processo de construção do Estado-Nação.

Bibliografia

Appiah, K. A. (1998). Patriotas Cosmopolitas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 13, 1-19.

Arena, J. (2006). A verdade de Chindo Luz. Dafundo: Oficina do Livro.

Asad, T. (1990). "Multiculturalism and the British identity in the wake of the Rushdie Affair. Politics and Society, 18, 455-480.

Augé, M. (1992). Non-Lieux, Introduction à une anthropologie de la surmodernité. Paris: Éditions du Seuil.

Avenel, C. (2004). Sociologie des «Quartiers Sensibles». Paris: Armand Colin.

Barbosa, C. E. (2006). Vozes e Olhares de Fronteira. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (policopiado).

Bhabha, H. (1994). The Location of Culture. London: Routledge.

Bhabha, H. (1998). Culture's in-between. In D. Bennett (Ed.), Multicultural states: rethinking difference and identity. London and New York: Routledge.

Bloch, M. (2004). Memory. In Allan Barnard, and Jonathan Spencer (Eds.). Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology. London and New York: Routledge, (pp. 361-363).

Concorda, A. C. (1999). Cultura Juvenil Negra em Portugal. Oeiras: Celta Editora.

Costa, A. Bruto da (1998). Exclusão Social. Cadernos Demográficos, Fracturas, 2.

Fradique, T. (2003). Fixar o movimento: representações da música rap em Portugal. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Fradique, T. (2004). Escalas de Prática e Representação: A música RAP enquanto projecto de imaginação espacial. In J. M. Pais et al (coords.), Sonoridades Luso-Afro-Brasileiras. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, (pp. 335-355).

Giddens, A. (1997). Sociologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gilroy, P. (1993). The Black Atlanic: Modernity and Double Consciousness. Cambridge: Harvard UP.

Gilroy, P. (2007). "Multicultura e convivialidade na Europa pós-colonial", In A.A.V.V., A Urgência da Teoria. Lisboa: Tinta da China, (pp. 167-188).

14É interessante notar também que no contexto Colonial em África, a assimilação, ou mais concretamente "tornar-se civilizado", era a condição sine qua non para que alguns "nativos" pudessem auferir de alguns direitos de cidadania. Sobre esta temática, ver Citizen and Subject de Mahamood Mamdani (1996).

Grossberg, L. (1996). Identity and culture studies: Is that all there is? In S. Hall & P. du Gay (Eds.), Questions of cultural identity. London: Sage Publications, (pp. 87-107).
Hesse, B. & Sayyid, S. (2006). Narrating the Postcolonial Political and the Immigrant Imaginary. In N. Ali et al., (Eds.), A Postcolonial People: South Asians in Britain. London: Hurst & Company, (pp. 13-31).
Malheiros, J. M. (2001). Arquipélagos migratórios: transnacionalismo e inovação. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
Mamdani, M. (1996). Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism. Princeton University Press.
Martins, V. (1994). Breve aproximação da Música Tradicional Cabo-verdiana. Revista da Sociedade Portuguesa de Autores, (pp. 36-39).
Monrteiro, R. M. (1987). Eu e o Outro – O Invasor ou em poucas três linhas uma maneira de pensar o texto. In Cremilda de Araújo Medina, Sonha Mamana África. Coleção Letras Mágicas 3, São Paulo: Edições Epopeia Ltda, (pp. 308-310).
Pais, J. M. (1993). Culturas Juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.
Pais, J. M. & Blass, L. M. (2004). Introdução. In J. M. Pais & L. M. Blass (coords.), Tribos Urbanas: Produção Artistica e Identidades. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
Peixeira, L. M. de S. (2003). Da mestiçagem à caboverdianidade: registos de uma sóciocultura. Lisboa: Colibri.
Ramos, M. R. (2006). Uma reflexão antropologica sobre a prática do batuque no contexto migratório lisboeta. Dissertação de Licenciatura, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra (Policopiado).
Ribeiro, J. da S. (2000). Colá San Jon, Oh que sabe! As imagens, as palavras ditas e a escrita de uma experiência ritual e social. Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento: Ministério da Informação e Cultura de Cabo Verde. Lisboa.
Salgueiro, T. B. et al., (1997). Internacionalização, Reestruturação Económica e Produção de Novas Marginalidades na Região de Lisboa. Relatório de Projecto, Centro de Estudos Geográficos (não publicado).
Santos, B. S. (1994), "Modernidade, identidade e a cultura de fronteira", in B. S. Santos, Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. Porto: Edições Afrontamento, (pp. 119-137).
Santos, B. S. (2006a). "Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-colonialismo e inter-identidade", in B. de S. Santos, A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política. Porto: Afrontamento, (pp. 211-255).
Santos, B. S. (2006b). A crise do contrato social da modernidade e a emergência do fascismo social. In B. S. Santos, A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política. Porto: Afrontamento, (pp. 295-316).
Santos, H. (1990). Batuque finaçon. Associação Cultural Moinho da Juventude.
Sayyid, S. (2006). Introduction: BrAsians, postcolonial people, ironic citizens. In N. Ali et al., A Postcolonial People: South Asians in Britain. London: Hurst & Company, (pp. 1-10).
Stora, B. (1999). Le transfert d'une mémoire. Paris: Éditions la Découverte.
Stora, B. (1999). Le transfert d'une mémoire. Paris: Éditions la Découverte.
Wessendorf, S. (2007). Roots migrants': transnationalism and return among second generation Italians in Switzerland. Journal of Ethnic and Migration Studies, 33 (7), 1083-1102.
Whitehouse, H. (2000). Arguments and Icons: divergent modes of religiosity. Oxford: Oxford University Press.
Whitehouse, H. (2004). Modes of Religiosity: a cognitive theory of religious transmission. Walnut Creek, CA: AltaMira Press.

Sociopatias Migratórias- Banzo da Pós- Modernidade? Mitos e Realidades

João Lindolfo Filho
Universidade Independente Butantã- S.P.
jlindolfo@hotmail.com

Resumo: A comunicação aborda, a partir dos acontecimentos ocorridos na periferia de Paris em 2005, questões psicológicas vividas por migrantes e seus descendentes em virtude de choques culturais, preconceitos e dificuldade de exercício da cidadania.
Vista aérea
Paris, outubro de 2005, nos traz elementos para pensar os processos colonizatórios, bem como os alcances e limites da atual participação social e cultural daqueles que migram para as grandes metrópoles provenientes das nações por estas colonizadas, à luz dos atuais processos de globalização.
No momento, estima-se que uma em cada trinta e cinco pessoas está em trânsito pelo planeta na busca de melhores condições de vida.

Introdução

A política colonialista e imperialista de outrora propiciou que os paises, principalmente do terceiro mundo, fossem grandemente explorados com vistas ao enriquecimento das metrópoles, ao mesmo passo que era dificultado o desenvolvimento das colônias numa atitude absolutamente centralizadora. Posteriormente, a década de 60 trouxe os movimentos de descolonização e com eles a idéia da possibilidade de uma vida melhor nas colônias; entretanto as décadas

seguintes mostraram que tal perspectiva não passava de pálida paisagem num horizonte de real miséria para as colônias. Esses, até então explorados em sua pátria de origem, acabam espalhando-se pelo mundo, num movimento oposto ao da colonização e tentam a sorte prioritariamente naquelas metrópoles que os colonizaram. Nelas, são tratados como cidadãos de segunda classe e, tanto a primeira, quanto a segunda geração, acabam subempregados ou alocados em situações de trabalho nas quais a extração da mais valia é mais exacerbada e submetidos a currículos escolares que privilegiam a manutenção do "***status quo***".

Desta feita, empurrados para as periferias das metrópoles ou para as chamadas cidades-dormitórios, residem em condições absolutamente precárias em um ambiente no qual a violência e a pobreza são a tônica central. E muito embora sejam vistos como uma ameaça à possibilidade de pleno emprego para cidadão metropolitano e por isso até odiados, estes se apresentam como necessários à estrutura social à medida que executam as funções que aqueles não se disporiam a executar e, por conseguinte, engrossam as fileiras do exército de reserva de mão-de-obra.

Em meio a essa condição que lhes conferem os cidadãos e os governos, esses migrantes vivenciam um emparedamento1 sócio- sócio-cultural que vai desde o preconceito, passando pela questão profissional, até o choque cultural. Equação que resulta num quadro de exclusão, melhor dizendo, em opressão e, ao nosso ver em sérias questões psicossociais as quais denominamos de sociopatias migratórias, conceito que ora venho a propor para discussão. Ë nesse sentido que procuramos avaliar tanto o banzo2 sofrido pelos escravos, quanto os fatos recentes em Paris em outubro de 2005, como fios de uma mesma trama, ou seja, fatos distantes no tempo, mas que têm naturezas semelhantes, à medida que resultam de choques culturais. O texto analisa ainda questões de gênero e idade. Os estudos que tratam dessa questão sugerem diferentes aspectos em confronto. Machado Pais3 em texto para a revista USP dá conta de como os jovens europeus pensam os migrantes que lá adentravam. Erving Goffmam trata a questão do estigma e discorre sobre a invisibilidade entre outros.

O presente estudo prima por enfocar os indivíduos desses grupos sociais desprivilegiados, seus descendentes tidos como nômades ou estrangeiros em seu país natal, que nunca lhe deu a cidadania plena, bem como seus mecanismos de resistência e/ou acomodação à realidade que se lhe apresentam. Desta feita, os turcos na Alemanha, os senegaleses, argelinos e indianos na França, os indianos, árabes e paquistaneses na Inglaterra, os angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos e guineenses em Portugal tais como outros migrantes pelo mundo serão elementos tratados e discutidos ainda que indiretamente neste trabalho que tem como intenção se constituir em estopim para a discussão sobre migrantes, identidades transitórias, suas idiossincrasias, numa palavra: sociopatias migratórias. Entretanto, nosso foco central para o momento se estabelece em migrações lusofônicas.

Ora, o negro foi da África espalhado pelo mundo por força de uma diáspora que, a exemplo dos movimentos migratórios da atualidade, abrigava intenções absolutamente econômicas. Quais seriam os aspectos culturais decorrentes? Quais seriam os aspectos identitários e quais seriam os aspectos idiossincráticos que estariam a permear tal situação?

Na tentativa de uma reflexão mais aprofundada abordaremos em nosso estudo: identidade de origem, identidade idealizada, identidade atribuída, identidade alcançada, padrões identitários propagados para os descendentes, identidade juvenil das periferias das metrópoles, a educação formal x a cultura hip hop, como também, idiossincrasias de grupo. Iremos analisar o banzo sofrido pelos escravos no Brasil, bem como, os últimos acontecimentos nas periferias de Paris, enquanto manifestações de sociopatias migratórias passiveis de discussão e aprofundamento frente aos padrões culturais e educacionais vigentes. Sendo desta feita sobre o que pretendemos nos debruçar.

Educação: caminho para a integração e exercício da cidadania?

No tocante à escola, enquanto segundo grupo social ao qual os jovens indistintamente passam a pertencer, conforme se sabe, carrega em seus currículos valores e padrões ideológicos que primam pela legitimação do "modus vivendi" celebrativo de cada sociedade. Para os jovens oriundos de famílias migrantes os impactos são ainda maiores. Com efeito, não é na escola – geralmente – que se aprende sobre conflitos sociais e raciais do cotidiano. No ensino básico e médio, neutraliza-se na História a natureza conflituosa da sociedade: os conflitos raciais do passado (por exemplo) resultaram na igualdade atual. No currículo brasileiro, Zumbi e a Princesa Isabel têm quase o mesmo valor, distantes da realidade atual e enobrecido, um por lutar contra a escravidão, a outra por acabar com ela. A história, por assim dizer, é castrada nos livros textos: seus atores cumprem seu papel e chega-se ao fim, passando-se a "*novos*" problemas, tendo sido superada uma fase. Raramente esses atores são apresentados como encarnações de tendências de longa duração, ou congênitas à sociedade brasileira, tendências que não são facilmente superáveis. Contra isso seria eficaz um olhar crítico, tradicionalmente reservado aos bancos universitários – mas chegar à universidade é a prova de que todo o ensino anterior cumpriu sua meta na formação do aluno, do cidadão. Formado até o nível médio, idealmente, o cidadão tem as capacidades para sua inserção na sociedade, suas ferramentas para a resolução dos problemas previstos. Ocorreu que nesse conjunto de "ferramentas" não constam as que possibilitariam ao aluno lidar com a discriminação social e racial, a pobreza extrema ou a violência policial, por exemplo.

---

1 Isolamento e situação de desprezo e abandono praticado pelo corpo social metropolitano contra os imigrantes e minorias sociais.

2 BANZO- (SAUDADE DA ÁFRICA) - nostalgia mortal dos negros da África que sentem saudade da pátria; esta nostalgia pode ser considerada um suicídio forçado tendo o banzo dizimado os negros pela inanição, fastio ou apatia.

3 José Machado Paes- Pesquisador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e professor convidado do ISCTE. "Uma Europa aberta ao multiculturalismo?" Revista USP, n42, p34/43, junho/agosto 1999.

Esses problemas persistem, levando à conclusão fácil de que a escola não é a solução para tudo. Em poucas palavras, o ensino regular reflete a tensão entre formação do indivíduo e a preparação do cidadão para papéis sociais pouco flexíveis.

Uma "*história social*" das migrações nos levaria inevitavelmente a considerar o papel da instituição Escola na prática e no cotidiano dos descendentes dos migrantes. Esse tema, especificamente, é pouco estudado, mas as análises teóricas (e mesmo estatísticas) do papel – ideológico, informativo, sociabilizante, psicológico – da escola são abundantes e diversificadas, contando com longa tradição. Seria proveitoso para o nosso tema revisar algumas teorias mais importantes a respeito do papel ideológico do ensino.

Ao olharem a escola pelo recorte das teorias de resistência, os teóricos nos levam a perceber a afinidade e complementaridade desta com a teoria do desenvolvimento humano, uma vez que ambas postulam um sujeito ativo que modifica o ambiente e é por ele modificado. O sujeito da resistência está em constante interação com o ambiente e com outros sujeitos, tentando encontrar formas de negociar sua permanência ou saída de uma determinada posição de dominação. A reciprocidade entre a ação do sujeito e do meio, como observa Bronfenbrenner (1987), caracteriza também as teorias de resistência (Piza, 1998). Estas têm origem em estudos desenvolvidos na área da educação, como resposta-tentativas, acertos, impasses teóricos e políticos gerados por estudos de abordagem funcionalista, reprodutivas, ou credencialista. Partem de um estudo etnográfico da escola (procedimento este que não tomamos para esta tese por não ser prioridade, ainda que trabalhemos com conclusões desses estudiosos), tentando iluminar os momentos em que escolares e administradores parecem não responder (ou responder diferentemente do esperado) às solicitações do sistema educacional ou da organização social como um todo. Utilizam o método etnográfico por fornecer subsídios para a observação e descrição do cotidiano escolar no qual resistências e acomodações ocorrem, e conforme já comentado, sem que se construa uma perspectiva teórica, a priori, determinista para a explicação dos avanços, recuos e impasses gerados na relação entre a escola, seus trabalhadores e estudantes.

Mariano Enguita aponta as fontes de alimentação das teorias de resistências e as perspectivas teóricas às quais tenta responder:

> (...) a reação ao enfoque funcionalista estrutural veio principalmente de parte do interacionismo simbólico e, subsidiariamente, da teoria da rotulação (labeling theory), da etnometodologia e alguns trabalhos estritamente etnográficos (...). A reação contra as análises deterministas – na perspectivas das teorias da reprodução, geralmente marxistas ou marxizantes, especialmente as que reduzem ou parecem reduzir os indivíduos à mera impotência frente a onipotência e a onipresença das estruturas sociais – veio sobretudo da investigação etnográfica, dos estudos culturais (...) e também de uma certa recuperação dos enfoques antes citados (...). (Enguita, 1989:4).

Embora tentando responder aos impasses das tendências funcionalistas, é com a perspectiva reprodutivista que as teorias de resistência têm dialogado mais freqüentemente. A teoria de reprodução social aplicada à educação, desenvolvida por Bourdieux, Passeron, Baudelot, Establet, e outros, considerava a escola e outras instituições sociais como inseridas no processo de inculcação ideológica, sempre bem sucedido, da dominação de classe, reproduzindo necessária e mecanicamente a desigualdade social. A leitura que educadores fizeram da reprodução no interior da escola deixou mais uma vez *"esquecida a eficácia ideológica das relações de produção e mudanças por si mesmas" (Enguita, 1990:111).*

Os reprodutivistas, segundo Enguita, viram a escola como a "*caixa preta*" onde a ideologia dominante opera através de poderes teleológicos e sempre bem sucedidos, com vista à manutenção da ordem social hegemônica. Repensando os argumentos dos reprodutivistas, os teóricos da resistência vão oferecer a possibilidade de pensar a escola como local de produção tanto quanto de reprodução da ideologia, e de observar os sujeitos (estudantes, professores, escolas, estado) como agentes em relação, mas que podem resistir a ela. Os estudos etnográficos e as teorias de resistência enfatizam, então, *"a relação entre o que ocorre dentro das escola e na sociedade e cultura globais fora delas, particularmente, os elementos de classe e gênero (entendido como constructo social que se levanta em torno do sexo)" (Enguita, 1989:4).*

A resistência ocorre justamente porque as ideologias impostas pelo sistema são contraditórias, isto é, trazem em si mesma a gênese da contestação.

Para Michael Apple, a resistência é parte das formas de produção da sociedade capitalista. A produção social ocorre apoiada em ideologias de raça, classe e gênero. Segundo Apple, as ideologias são "intrinsecamente contraditórias (...), têm componentes em seu interior que conseguem penetrar no âmago das causas e dos benefícios desiguais da sociedade e, no mesmo exato momento, tendem a reproduzir os significados e as relações ideológicas que mantêm a hegemonia" (Apple, 1989:4).

Expressando resistência à dominação, a resistência ao trabalho, por exemplo, pode ser atestada em vários momentos da História. O trabalho, traduzido como espaço de produção e reprodução econômica, é visto por Enguita (1990) como um espaço onde a resistência assume formas cotidianas cada vez mais sutis, desde as mais radicais (abandonar o emprego) até formas veladas de manter à distância a vigilância e o controle do empregador – ou seja, do capital.

Se considerarmos os diferentes aspectos que o trabalho tem para homens e mulheres, e considerarmos que a sociedade espera de todos os seus membros que sejam produtivos, a ideologia capitalista apresenta-se contraditória para as mulheres, na medida em que exige sua permanência no espaço da reprodução (atividades domésticas e, no máximo, domiciliares), do mesmo modo que a instiga a participar e competir no mercado de trabalho formal ou informal (mas não domiciliar).

Para Henry Giroux, as pessoas enquanto envolvidas nas relações sociais, não são agentes passivos, ansiosos em aceitar a injustiça, e a reproduzir, em seu dia-a-dia, as normas e valores estabelecidos pelo sistema. O conceito de

autonomia relativa aqui é importante para a compreensão da dinâmica de "momentos não-reprodutivos que constituem e, ao mesmo tempo, sustentam aquela idéia de ação humana" (Giroux, 1983:52).

Nesses momentos, o ambiente pode ser alterado e alterar a ação do sujeito, numa incessante relação que vai estabelecendo o desenvolvimento contínuo do sujeito. Esse autor apreende as múltiplas formas pela quais o poder hegemônico se manifesta. Para lê, como para Enguita e Apple, as ações humanas não produzem e reproduzem apenas as relações de classe; é necessário.

(...) aprender a noção de patriarcado como uma instância de dominação que atravessa os vários espaços sociais, bem como uma instância de dominação mediadora entre homens e mulheres, entre as diferentes classes sociais e no interior de cada uma. O ponto ser ressaltado, sem dúvida, é que a dominação não é exclusivamente informada e exaurida pela lógica da opressão de classe; além disso, a dominação não toma uma forma que afeta homens e mulheres da mesma maneira (Giroux, 1983:53).

As teorias de resistência, ao postularem a reprodução tanto quanto a produção de ideologia, têm recebido críticas severas, as mais cruciais relativas às questões da resistência individual informal e da prática consciente. A resistência individual, nesse raciocínio, não levaria á transformação social e política dos grupos dominados. Quanto à prática consciente, lembrando que em termos marxistas, "*consciente*" é necessariamente "*revolucionário*", as críticas desconsideram práticas conscientes de resistências baseada em normas do senso comum. A principal das críticas não chega a ser uma crítica, mas uma pergunta central, que pode pôr em xeque a idéia da resistência: se é possível resistir enquanto se produz e reproduz, ou se produz para reproduzir, quanto é que a resistência leva a mudanças concretas?

Educação e teorias de resistência ou acomodação

Em curso ministrado por Apple na PUC.SP (1990), discutiam-se educação e currículo na perspectiva das teorias de resistência. Um grupo de estudantes lançou essa pergunta. Apple respondeu que nos esquecíamos com freqüência que a hegemonia não existe por si e que estamos mergulhados nela; que o plano de trabalho e da escola é diretamente afetado pela hegemonia, tanto quanto esta se ajusta às exigências do trabalho e da escola. Os processos de resistência tornam-se mais visíveis no momento em que tais mudanças se instalam (de cima para baixo) e o trabalhador, por exemplo, tenta se acomodar ou resistir efetivamente. A mudança, no entanto, deu-se antes; foi preparada cotidianamente, mas só a vemos quando a contradição estabelece o conflito. Aprendemos, disse ele, a ver com a consciência, por isso talvez não possamos reconhecer o que se passa ao largo dessa consciência; mas não ser visto não quer dizer que não exista e que não esteja agindo.

É importante esclarecer que, embora sem aprofundar a questão, Apple postula a necessidade de considerar que os atos de resistência não são sempre conscientes. Giroux (1983), entretanto, admite a ideologia contra a qual se erguem os modos de resistência (produtivos e /ou reprodutivos), como um "sistema de significados inscritos na consciência em formas culturais ou em experiências vividas". Ideologia, assim, implica não apenas falsa consciência, mas um constructo dialeticamente compreendido, útil para entender como "indivíduos e grupos, em relações concretas, produzem, negociam, modificam e resistem" à própria ideologia.

O debate sobre a consciência presente ou não ao ato de resistência é importante e necessário para refletir sobre os modos possíveis de resistência. O conceito de resistência, como o Apple, Enguita e Genovese formulam, parece não apontar para a resistência obrigatoriamente consciente, nem que esta resistência vise a um objetivo mais amplo do que o de negociar formas de relação menos desgastantes do ponto de vista físico ou psíquico para os sujeitos na posição de dominados.

Portanto, ao trabalhar com essa perspectiva, devemos considerar que a apreensão da resistência não se dará sempre no discurso consciente do sujeito sobre a ação. Deverá ser captada nas formas pelas quais os sujeitos tentam conciliar as contradições e oposições presentes nas ideologias de que a sociedade e a cultura dispõem.

Analisando formas cotidianas de resistência, Jean Anyon (1990) considera o espaço escolar um lugar de resistência e acomodação individual aos papéis sexuais, mostrando como as meninas resistem e/ou se acomodam às demandas sociais opostas e incongruentes que pesam muito precocemente sobre elas. Anyon parte das afirmações correntes, nos estudos e pesquisas sobre papéis sexuais femininos, de que a socialização de gênero é "sempre bem-sucedida". Contrária a essa tese vai argumentar que:

(...) conquanto seja verdade que muitas mulheres aprendem o que é socialmente aprovado e freqüentemente se comportem do modo esperado (...), a aceitação completa de atitudes e comportamentos apropriados aos papéis sexuais (tanto quanto a completa rejeição) é, de fato, bastante rara (...). Ao contrário, postulo que o desenvolvimento do gênero envolve tanto recepção passiva quanto resposta ativa às contradições sociais (Anyon, 1990:14).

Essa autora sugere assim que, para se falar em resistência, deve se falar em sua contraparte, a acomodação. Resistência na acomodação e acomodação por atos de resistência são a expressão dialética "das respostas [conscientes e/ou inconscientes] de todos os seres humanos à contradição e à opressão (p.16).

Diáspora dos povos africanos e resistência

Essa perspectiva de resistência é informada pelo estudo de Eugene Genovese (1988) sobre a relação cotidiana entre escravos e senhores no sistema escravista patriarcal dos estado sulistas americanos. Traçando um longo roteiro dessas relações, que vão desde o período escravista até a pós-abolição, lembrando sempre que as relações eram profundamente desiguais – pois não havia outro direito para o escravo que o de seu senhor – Genovese procura demonstrar, entretanto, que o

sistema patriarcal (e sua expressão imediata, o paternalismo) impunha ao senhor de escravos certas obrigações, sem as quais ele não poderia ser considerado um homem com direito a ter escravos.

Responsabilidades e deveres eram expressões da reciprocidade da relação senhor-escravo e características da atribuição de poder paternalista nessa sociedade.

Para os senhores de escravos, o paternalismo representava uma tentativa de superar a contradição fundamental da escravidão: a impossibilidade de os escravos virem a torna-se as coisas que [seus senhores] supunham que fossem.

> (...) A necessidade que tinham estes [senhores] de ver seus escravos como seres humanos aquiescentes constituía uma vitória moral para os próprios escravos (Genovese,1988:23).

Os escravos, por sua vez, apropriaram-se desse sistema, cobrando do escravocrata suas responsabilidades, tentando faze-lo cumprir seu "dever", numa troca informal, extremamente eficiente, de benefícios mínimos que poderiam representar o estreito limite entre vida e morte, entre castigo e privilégios, entre ser humano e ser desumanizado.

Assim, [os escravos] encontraram uma oportunidade de traduzir o próprio paternalismo numa doutrina diferente da imaginada por seus senhores, e de transformá-la em arma de resistência às asserções de que a escravidão era uma condição natural para os negros, de que os negros eram racialmente inferiores e de que os escravos negros não tinham quaisquer direitos próprios (Genovese, 1988:25).

A religião branca foi uma dessas apropriações, e seu reaproveitamento pelos escravos era motivo de resistência, auxiliando-os a garantir auto-estima, confiança em sua humanidade e esperança mínima de saúde mental. Nessa perspectiva, o que é sempre visto como submissão foi, na realidade, um modo de resistir aos maus-tratos e à ausência de direitos legais. E o que parece resistência (como o caso de escravos que denunciavam maus-tratos diante de cortes judiciais) poderia ser lido como acomodação, entendida como busca de estabilidade em um universo instável e agressivo (Piza, 1990).

Embora tendo partido de Genovese e de seu exemplo extremo da escravidão – onde as formas de subordinação e hierarquia social são extremamente profundas e brutais -, Anyon (1990) vai abordar as contradições e opressões menos visíveis, mais sutis do cotidiano atual, lembrando que diferem conforme o gênero, a classe social e a raça e – podemos acrescentar – a expressão política do sistema no qual se inserem (em ambos os casos o sistema patriarcal), diferindo também a forma como se darão a acomodação e resistência.

Relações de gênero, currículo oculto e resistência

As contradições, no caso das mulheres e meninas, nasceriam da expectativa social de feminilidade, em oposição aos estímulos e expectativas, também sociais, de realização pessoal através do trabalho. Feminilidade e realização pessoal pelo trabalho são contraditório, em face do estereótipo social de feminilidade. Este supõe dependência e passividade, enquanto realização pessoal pelo trabalho pressupõe espírito independente e ativo. As mulheres são identificadas e se identificam pelos padrões sociais estereotipados de feminilidade; mas devem, ao mesmo tempo, adequar-se aos modelos menos passivos e dependentes, se desejarem ou necessitarem entrar no mercado de trabalho.

A perplexidade frente à discrepância que se instala, no nível psicológico, entre ser feminina e ser trabalhadora enseja uma de estratégias de acomodação e resistência, tanto ao estereótipo de feminilidade quanto ao modelo de independência e atividade.

Tais estratégias visam, por um lado, assegurar o equilibro psíquico e, por outro, tomar atalhos pelos quais se alcance o sucesso sem altear, ou confrontar-se diretamente com os modelos opressivos da cultura, gênero, raça ou idade. Atos de acomodação e resistência, segundo Anyon, devem ser vistos como respostas contraditórias a estímulos contraditórios, como estratégias de sobrevivência psíquica e física em face das imposições opressivas de modelos sociais. Não expressam anseios coletivos de emancipação. São atos isolados, adequados às necessidades do momento, e caracterizam-se por aparentar acomodação quando visam à resistência à opressão, ou, embora resistindo às formas objetivas de emancipação, para se acomodarem de forma menos conflitiva às expectativas do modelo opressor. Quer seja pela via da acomodação, quer pela da resistência, tais atos podem ser entendidos no fundo como resistência, pois a acomodação, em algumas situações, configura uma forma de resistência e a resistência pode tomar formas aparentemente acomodativas (Anyon, 1990).

Embora ciente da problemática que envolve essa perspectiva, nesta pesquisa os termos acomodação e resistência procuram mostrar o movimento dialético entre forças contraditórias que agem no interior dos indivíduos e emanam das ideologias que os envolvem. Pretendem retratar os movimentos dos indivíduos em função de sua posição de raça, status, gênero e idade, no esforço de, para aquém (ou talvez além) dos movimentos conscientes e organizados, formular suas estratégias de superação das contradições vividas no cotidiano, laboratório invisível dos momentos efetivos de mudanças visíveis e configuram-se em subsídios absolutamente satisfatórios para o que pretendemos tratar.

Assim, resistência e acomodação são compreendidas, aqui, como atos estratégicos, isolados, conscientes ou não, pelos quais negros expressam a contradição presente entre expectativas sociais de negritude e expectativas individuais e sociais de realização, ou a adequação psicológica entre ser negro e ser humano no interior do patriarcado das metrópoles para as quais foram levados.

Enquanto sociedade delineada para o macho, adulto, branco é observável que através das colunas, sociedade e cultura, tem se como melhor exeqüível a manutenção do status quo, através de mecanismo diverso. Exatamente esse mecanismo é que foram trazidos à luz, em diferentes abordagens pelos teóricos da resistência. Seus estudo centram-se sobre o eixo: cultura e trabalho.

Alguns mais teóricos – Giroux, Enguita, Arnot – discutem algumas teorias reprodutivas que colocam a escola como um universo à parte, estrategicamente e contraditoriamente inserido no contexto da sociedade capitalista, reproduzindo as condições sociais econômicas, onde a família é descrita a partir do modelo marxista e liberal de universos separados.

Desenvolvem uma proposta que vai no sentido de pensar a sociedade e cultura como instâncias que se unem para formar uma entidade: sociedade/cultura, em que a base é fundada na teoria neomarxista, que procura recuperar os conceitos marxistas pela ótica da teoria e crítica e pela ótica de Gramsci.

As instituições – trabalho, família, escola – desta sociedade/cultura vão ser pensadas, então, não apenas como reprodutoras, mas como produtoras de relações culturais e sociais, dialeticamente construídas, tanto no plano macro quanto nos planos infra, inter e intra. Assim, a escola é vista não apenas através das teorias sobre ela, mas também através da observação das vivências, como elas se dão no contexto da escola, do trabalho e da família.

Na análise dessa observação é que acaba por surgir uma nova forma de pensar as relações, porque estas se dão de forma a supor que as vivências e experiências não são universais para classes, gêneros, raça e idade diferentes. A não universalidade, por sua vez, estabelece que existem formas de ação e reação às atitudes de uns e outros. Isto vale para as relações entre essas categorias e para as que se dão no interior delas.

A escola, no contexto da sociedade/cultura, passa a ser vista como um espaço que produz uma forma de cultura interna, capaz de utilizar de formas de relações sociais externas, ou para reforçar ou para se opor às formas de relacionamento preestabelecidas pela sociedade para o âmbito da escola. As brincadeiras, as escolhas dos colegas, os grupos de meninos e meninas e as atividades de prática docente passam a ser observadas do ponto de vista de suas contradições e mais, sobre o conceito de relações dialéticas em que se baseiam as observações.

Isto pode ser encontrados em todos os autores, mas cada um trabalhando de forma mais direta sobre um recorde, tentando incorporar outras categorias e outras contradições, além das classes, para observar e analisar o fenômeno da escolaridade.

Enguita trabalha com a cultura escolar na perspectiva mais enfática das relações de idade, e dentro da ótica da acomodação e resistência, e o processo de escolarização, enquanto se dando em fase às relações sociais e culturais da idade.

No esforço de superar as contradições presentes nas relações de idade, os alunos e alunas passam a tomar atitudes que constroem uma cultura de juventude (dentro e fora da escola) que incorpore traços das relações sociais de classe e gênero. Por essa via, os alunos vão desenvolvendo formas de acomodação ao modelo sociocultural da escola, por um lado e por outro, formas de resistência a este modelo. Assim o que pode ser entendido como acomodação – meninos/meninas de classe operária aplicadas, estudiosos dentro da visão de modelo escolar -, pode ser entendido como resistências às expectativas que a sociedade/cultura ampla tem em relação à escolarização e suas conseqüências para a classe operária.

Bernardes descreve as relações de gênero e de raça entre alunos/alunas, crianças/professores, na perspectiva de construir um panorama da cultura escolar, mostra diferença de significado que o espaço escolar tem para uns e outros, suas atitudes e comportamentos diferenciados e as interpretações que crianças, professores e famílias fazem das vivências escolares. Bernardes não chega a desenvolver uma análise, não fornece explicações para essas atitudes. Forma o painel e oferece estradas para compreender essas relações, mas não conclui sobre um modelo teórico para a teoria de resistência que embasa parte de suas observações.

Giroux, por sua vez, toma a atitude das crianças como conscientes e, portanto, fora da possibilidade de serem compreendidas enquanto resistência ficam no nível da oposição.

Eles fornecem um quadro históricos das teorias sobre a escola, o papel do iluminismo e do racionalismo na construção das teorias liberais e marxista, o rompimento com esse racionalismo no contexto das teorias neomarxistas, o papel da teoria, enquanto constructo para analisar dados da realidade, o papel da postura crítica em fase da própria teoria em confronto com os estudos teóricos da própria teoria crítica, os limites das teorias de reprodução e uma proposta de teoria radical baseada na resistência pela autoconsciência.

Em seguida, faz crítica às teorias radicais reprodutivistas e de resistência, crítica esta que, no primeiro caso, se baseia na impossibilidade de, dentro do reprodutivismo, pensar as outras relações que não as que se dão internamente a um plano macroestrutural. Desse modo, pelos reprodutivistas, as contradições macro são as únicas consideradas. Elas determinam a subjetividade, mas de tal forma que essa subjetividade apenas reproduza as formas de dominação presentes no superestrutural.

A possibilidade de ação e reação dos sujeitos fica impedida, uma vez que a dominação concebida por eles não oferece espaço para a existência e reconhecimento das ações humanas no intra.

Nesse modelo reprodutivista não estão presentes conceitos como os de autonomia relativa – os momentos não reprodutores, quando a ação humana é mediadora entre as instâncias super e infra. Também não verificam as contradições existentes entre intragrupos e classes sociais e como a hegemonia funciona dentro e fora do grupo dominante.

As teorias da resistência, por sua vez, também não oferecem explicações razoáveis para a questão da escola e da educação. Deixa de incluir em suas análises a perspectiva de ver a teoria refutada frente ao empírico.

Assim, criticando Anyon, Giroux coloca o problema de não terem sido consideradas, dentro das análises da autora, as formas diversas de estilo de trabalho, de pressões da comunidade e de conflitos ideológicos que determinam diferentes abordagens das questões administrativas e de ensino na análise da escola.

As questões referentes às minorias raciais a e a condição feminina ainda não foram totalmente incorporadas às teorias radicais, uma vez que a classe parece ser a categoria ainda dominantes.

Os estudos da cultura da escola privilegiam uma definição de resistência que incorpora uma dimensão apolítica, considerando que o mero relato das manifestações da cultura, sem compromisso intelectual e/ou político, possa ser compreendido apenas do ponto de vista da resistência simbólica.

Parece-nos, pelo menos aqui no Brasil que o problema é o contrário e a análise também pouco comprometida com o lado intelectual e muito com o político que não incorpora o simbólico.

As ausências de análises da subjetividade – repressão e produção dentro da escola, as práticas e discursos contraditórios "funcionam para promover formas contraditórias de consciências e comportamento" os quais tanto podem resultar em resistência, em acomodação, como em auto-indulgência.

Estruturas da personalidade também não tem recebido atenção, de tal modo que não se sabe nada sobre as contradições entre compreensão e ação e porque nem sempre uma resulta em outra ideologia. Ela se sustenta na repetição do cotidiano. E ela confere significado às vivências e às relações pelas confirmações de lugares e posições sociais (Heller, 1991,p.18-19). Necessidade e desejos alienados, aos quais estão presentes atividades, mas não discursos da vida cotidiana.

> Giroux enfatiza ainda a importância das análises da escola primária (alfabetização) como um momento em que certos domínios da linguagem, portanto, de fundo ideológico, vão tomar uma trajetória da escolarização.
>
> Os estudos de Apple apontam para uma visão da escola que deve ser contextualizada face às mudanças econômicas que surgem nos Estados Unidos a partir da Segunda Guerra Mundial, e que se acentuam profundamente após os dois mandatos e Reagan.

No momento, na União Européia bem como nos EUA há desigualdades bastante acentuadas e onde já se percebe que o projeto capitalista liberal de oportunidades iguais tem tido, na escola, um espelho cuja imagem refletida é de que ela contribui para a reprodução ampliada das diferenças.

Entretanto, a escola como reprodutora das desigualdades não passa unicamente pelas teorias reprodutivistas. Ela é parte de uma estrutura de exploração e, com parte, deve ser compreendida na dimensão da sua contribuição em conjunto com instituições sociais, culturais e políticas.

Os estudos marxistas e liberais têm colocado a escola entre parêntesis e isolados sua importância e sua atuação do conjunto das instituições. O peso que se concedeu à escola e ao papel reprodutivo que ela tem na sociedade fez com que ela por si só fosse vista de modo a ser um veículo poderoso de transformação; conseguindo mudar a escola, mudar-se-ia o resto.

Segundo Apple, ela não possui o poder que lhe foi atribuído, mas não pode ser esquecida, pois não é apenas reprodutora da cultura e da sociedade dominante, mas é produtora de uma cultura e de formas sociais que, no seu interior, tanto se acomodam como resistem ao modelo dominante.

Na produção desta cultura, os estudantes e o professorado não são seres passivos, ansiosos por se adaptarem a uma sociedade injusta, mas autores que reinterpretam, aceitam parcialmente ou rejeitam os significados intencionados da escola enquanto instituição. São participantes ativos na sua própria evolução, seja para acomodar-se, seja para rejeitar o que a escola propicie.

A contradição que é o conceito que embasa o pensamento de Apple, não está apenas nos participantes do processo escolar, está também na função que a escola se arroga ter, ou seja, formar; consciências críticas, consciências estas que podem se voltar contra ela.

Também a contradição pode ser encontrada na própria ideologia que sustenta a escola e outras instituições. A ideologia não opera numa via de mão única – dos dominantes para os dominados. Ela é dinâmica e dialeticamente construída por significados vividos, práticas e relações sociais capazes de fazer com que se perceba e se reproduza, ao mesmo tempo, as formas de desigualdades e benefícios sustentados por ela.

Nesse complexo sistema de "*troca*" entre os grupos e as instituições, dominação é não mais concebida como algo que existe nos espaços – família, trabalho, escola – como algo intransponível.

Retrabalhando estes conceitos – contradição, hegemonia, produção e reprodução cultural, mediação, resistência, acomodação - Apple vai tecendo a malha de um pensamento centrado não apenas no papel reprodutivo da escola pela hegemonia do capital, mas também numa dimensão dialeticamente reprodutiva da escola, enquanto geradora de um capital cultural que tanto produz a mão-de-obra necessária à acomodação do capital, quanto forma necessidades do capital.

Educação e poder, desse ponto de vista, alargam os horizontes para se pensar a escola como um espaço produtor de conhecimentos técnicos de competência, para concorrer no espaço do trabalho e deslindar as relações da produção com sistema econômico e suas formas políticas de atuação.

Pela observação das formas de cultura que se estabelecem dentro da escola e no espaço de trabalho, Apple apresenta uma panorâmica das situações concretas vividas por alunos/professores/trabalhadores e possibilita a visão de um quadro dinâmico, onde as contradições entre as exigências do capital e as necessidades e aspirações dos sujeitos se mantêm em constante jogo de oposição. Maior resistência de um lado, possibilita acomodação do outro. Avanços e retrocessos numa dança de conquistas e perdas em que cada volta propicia novas nuances, novas estratégias de um e de outro.

Se as teorias reprodutivistas visam no currículo oculto um poderoso mantenedor da ordem hegemônica do capital, a escola vista como produtora de conhecimentos, técnicos e comportamentais, passa a ser um espaço onde os sujeitos aprendem – se aprimoram – e aprendem uma cultura do e para o trabalho.

Esta produção e apropriação transformam a cultura escolar numa mercadoria distribuída de acordo com as leis do trabalho no regime do capital. A qualificação e desqualificação que a escola gera são baseadas nas leis do mercado de

trabalho e aos interesses e necessidades de momento, com estratégias de ensino e estímulos a comportamentos que variam de acordo com as necessidades de determinado tipo de conhecimento no mercado capitalista de trabalho.

Entretanto, como Apple aponta, este papel reprodutivista da escola possui um mediador; o Estado. Se ele mede a mais, em função dos interesses do capital, por um lado, por outro oferece possibilidades, no momento de intervenção, de atender determinadas parcelas da população que avançam para patamares mais altos, na estrutura de classe e que reclamam sobre novas bases de interesses e necessidades. O papel do Estado como empregador propicia uma visão de como ele vem se comportando face à sua disposição de mediador e face às contradições e conflitos gerados em seu próprio interior.

Parte de seus estudos pauta-se por um esforço em se entender a escola como um espaço de produção, tanto quanto de reprodução de conhecimentos, gerados como mercadorias e como ela distribuída. Ele, entretanto, concentra-se na compreensão deste processo e deste produto, face às relações políticas e econômicas da sociedade. Se esse autor tem como preocupação, alimentar a discussão teórica sobre o papel da escola, procura também colocar esta instituição como espaço de cultura vivida.

Apple discorre sobre as teorias de currículo oculto e as caracteriza como reprodutivistas e deterministas. Aponta como erro crucial o fato de que essas teorias não considerarem a possibilidade de interferência humana, negligenciando a existência de pressões contraditórias.

> Segundo ele, as esferas econômicas e culturais não garantem a total submissão do trabalhador ou do aluno.

Os padrões ideológicos por eles vividos e as reações efetivas a imposições de controle nessas esferas dão origem a uma vida cultural não falada, que acaba por lhes garantir uma parcela de autonomia e até mesmo de controle dentro da esfera da qual participa, incluindo as relações de gênero e raça.

Apple torna claro, então, que a esfera cultural não é totalmente redutível como fazem crer as teorias de reprodução. Mas há que se levar em conta determinações, tais como mediação e transformação, entre outras, partindo do julgamento de que nenhum conjunto de arranjos sociais pode ser totalmente monolítico. Alerta para o fato de que, se trabalhadores e estudantes resistem à ideologia e aos conhecimentos que ela distribui, não significa que a ideologia e o conhecimento deixem de existir. Eles se transformam no sentido de conseguir formas de controle mais sutis às pressões dos setores da economia sobre as escolas para um alinhamento cada vez maior; mas abrirão brechas para ações mais progressistas.

Apple discute as formas diretas e indiretas que o empresariado utiliza para convencer os professores da importância da iniciativa privada, na perspectiva de que estes sejam multiplicadores dessa ideologia junto aos alunos.

A preocupação de Apple se dirige não para o currículo explícito, mas para as formas sutis de reprodução que permeiam a rotina da escola e destaca a importância dos diferentes controles utilizados na escola e no trabalho. Gradua os tipos de controle, desde o que é explícito ao trabalhador, o controle técnico que está embutido na estrutura física do trabalho, exemplificado pelo controle numérico e burocrático presente nas relações hierárquicas no local de trabalho, para os quais a escola os prepara.

Os currículos escolares aparecem como um dos responsáveis pela evasão escolar dos nossos atores sociais. Os depoimentos deixam transparecer uma deficiência nessas escolas tão distantes uma das outras. Principalmente no trato de questões relacionadas ao continente africano e à questão étnica. Esses fatores aparecem como uma das válvulas propulsoras que os conduzem à postura de críticos dos currículos aos quais foram submetidos.

O currículo oculto de tendência tradicionalista tem seus contornos bem definidos e atuam conforme visto, da mesma forma, tanto em São Paulo, quanto em Lisboa. Para Althusser a escola tem o papel fundamental da reprodução da força de trabalho:

> (...) para que a força de trabalho seja efetivamente reproduzida como tal, é preciso, além de assegurar sua sobrevivência material, acrescentar-lhe as competências necessárias para ser empregada no complexo processo de produção, competências que serão diversas em concorrência com a divisão técnico-social do trabalho. A escola ensina algumas técnicas, algo de cultura cientifica, literária e profissional, o que, falando claramente, significa regra do respeito à divisão técnico-social do trabalho e, definitivamente, regras da ordem estabelecida por meio da dominação de classe (Althusser, 1977:72-5).

Os alunos das escolas de periferia não diferem dos de escolas de classe média no tocante as percepções, apenas lhes é negado o acesso a certas informações. Ele conta com um espaço de ensino que considera a pobreza social como pobreza intelectual e moral. Isto tende a afastar o alunado mais crítico ou interessado. A vida é mais interessante, mais rápida, mais completa como educadora, do que uma grade curricular que não comporta o seu saber, a sua vivência e experiência, enquanto acúmulo de um conhecimento também possível de ser letrado, também útil e verdadeiramente criativo e crítico.

Perspectivas

Será que se transformando a escola poder-se-ia transformar a sociedade? Pensamos que, uma escola de qualidade na seleção do conteúdo e do método adequados aos alunos pode, não estritamente mudar a sociedade, mas poderá ser potencializadora de mudanças, uma vez que pode contribuir para o desenvolvimento crítico de sujeitos sociais ativos, participantes, transformadores, ou em condições de disputar a hierarquia ocupacional. A linguagem é instrumento de expressão de conhecimentos e emoções. Em países onde a linguagem popular não formal, é formalmente impedida de ter status nas escolas, as decorrências na formação escolar são dramáticas. O resultado, em muitos casos, é a evasão.

Entretanto, sem o aluno se convencer criticamente da importância da aprendizagem da norma lingüística dominante – que as elites e a classe média já falam – ficará sem um importante instrumento cultural facilitador de outros acessos na

hierarquia ocupacional, por exemplo. Embora a escola seja crucial no desenvolvimento do discurso dos migrantes – para muitos, é onde percebem pela primeira vez o fenômeno que podem chamar de "alienação" ou "manipulação", crítica reservada também à mídia – ela não aparece com tanta freqüência nas declarações dos migrantes. Isso se entende se considerarmos que o discurso destes se articula em vários espaços, com seus acontecimentos e pessoas, que pedem expressão. A rua, a favela, o bairro, o clube, a cidade, a periferia, a metrópole, o país, o mundo, esses cenários dividem com a escola os comentários, críticas dos migrantes. O contexto social, a maior ou menor inserção na sociedade, é de fundamental importância na definição de quais sejam os espaços abertos ou fechados destes. Contudo, por mais diferente que seja a situação de um migrante quer seja moçambicano, angolano cabo-verdiano ou guineense em Portugal (na qualidade de imigrante legal ou não) de um jovem da periferia paulistana, há semelhanças o bastante, nas metrópoles globalizadas, para tornar intercambiáveis as produções culturais produzidos num ou noutro país. Como o migrante vivencia o ambiente escolar e a ele reage, como se inscreve nesses espaços, e como suas insatisfações manifestam no seu cotidiano (desde o banzo até Paris, outubro de 2005), é o que procurarmos entender por meio da história de vida de alguns protagonistas migrantes.

Entre os estudos desenvolvidos por pesquisadores brasileiros chama atenção para essa área de interesse o do Professor Rubim de Pinho, especializado em psiquiatria transcultural, em entrevista para a Revista Brasileira de Psiquiatria. Segundo o autor, a psiquiatria transcultural corresponde a um setor dos estudos psiquiátricos que teve pioneiros antigos, sobretudo ao se considerar que com o nome de psiquiatria comparada Kraepelin, desde os fins do século XIX, iniciou as suas primeiras pesquisas.

Segundo o estudioso, em diferentes momentos históricos do Brasil,

> "ocorreram certos quadros mentais que, seguramente, tiveram uma fisionomia bem própria e que têm sido específicos da nossa cultura. Vale a referência a que, ainda que em tempo colonial, os viajantes europeus aqui encontraram epidemias da chamada Malinconia, estados de tristeza epidêmicos que os padres Jesuítas tratavam à custa de métodos de persuasão. Os portugueses, provavelmente tendo recebido da Guiné este conceito, para cá trouxeram uma outra forma, uma outra vertente, uma outra feição disso – o Tangolomango. A noção do Tangolomango corresponde tradicionalmente aquela de um mal súbito que conduziria ao definhamento. É possível que nisso existissem fatores de ordem biológica, doenças somáticas agudas, mas também é possível que nisso estivessem estados de anormalidade mental aguda, sobretudo estados depressivos" Rev. Bras. Psiquiatr. vol.25 nº.1 São Paulo Mar. 2003.

Entretanto, pode-se afirmar que só recentemente daí esses estudos passam a adquirir a amplitude e relevância, permitindo um melhor entendimento das metrópoles e suas contradições em nossos dias.

> Isso posto, é facilitado o entendimento dos motivos da existência de uma clínica em Lisboa para tratar migrantes com problemas de integração social, o que nos remete a gravidade de uma afirmação de um rapper africano por mim entrevistado em Portugal em 1998 para efeito de pesquisa de doutoramento (...) meu tio instruiu-me a nunca olhar nos olhos do branco para não ofendê-lo (....) General D. 1998.

Desta feita, torna-se imprescindível perceber: no caso de filhos de migrantes a identidade de origem mostra-se distante? A identidade idealizada pelos pais consegue ser alcançada? Qual é a identidade atribuída? Quais os padrões identitários propagados para os descendentes? Qual é o papel da Educação? Num mundo que se globaliza, seria satisfatório se a Escola e o Estado tivessem interesse na efetiva integração social dos migrantes?

As perspectivas de pós-modernidade apontam para a derrocada das macrosoluções e dão conta de que as reivindicações de minorias sociais, uma vez trazidas à luz, por meio de manifestações de descontentamento, haveriam de conduzir-nos a uma utopia outra, menos totalizante e mais participativa. Em se tratando de minorias sociais como mulheres, jovens, negros, homossexuais e migrantes pelo mundo, em globalização, quais seriam as mais recorrentes?

> Menotti Del Picchia Banzo
>
> E por que deixou na areia do Congo
>
> a aldeia de palmas;
>
> e porque seus ídolos negros
>
> não fazem mais feitiços;
>
> e porque o homem branco o enganou com missangas
>
> e atulhou o porão do navio negreiro
>
> com seu desespero covarde;
>
> e porque não vê mais de ânfora ao ombro
>
> a imagem do conga nas águas do Kuango,
>
> ele fica na porta da senzala
>
> de mão no queixo e cachimbo na boca,
>
> varado de angústia,
>
> olhando o horizonte,

calado, dormente,

pensando,

sofrendo,

chorando.

morrendo.

PAULO MENOTTI DEL PICCHIA nasceu em São Paulo, em 20 de março de 1892. Menotti foi agricultor, advogado, editor, industrial, banqueiro, deputado estadual e federal, chefe do Ministério Público do Estado de São Paulo, jornalista, poeta, romancista, ensaísta, teatrólogo e primeiro diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado de São Paulo.

O poema "Juca Mulato", publicado em 1917, foi tão importante e fez tanto sucesso que Menotti afirmou que era um autor perseguido por um personagem.

Em 1922, junto com Oswald de Andrade, Mário de Andrade e outros jovens, participa ativamente da Semana de Arte Moderna. Nessa época já era considerado um poeta de prestígio. Após a SAM, junto com Cassiano Ricardo e Plínio Salgado, é um dos mentores do movimento nacionalista e literário do verde-amarelismo. Depois, com Cassiano Ricardo e Mota Filho, chefia o movimento cultural da Bandeira.

Em 1º de abril de 1943 é eleito para a cadeira 28 da Academia Brasileira de Letras, na sucessão de Xavier Marques. Em 20 de dezembro de 1943 é recebido na ABL pelo acadêmico e amigo Cassiano Ricardo.

Em 1982, é proclamado Príncipe dos Poetas Brasileiros. Esse título só havia sido concedido a mais três poetas: Olavo Bilac, Alberto de Oliveira e Olegário Mariano. Em 1988, no dia 23 de agosto, o poeta morreu em São Paulo.

Bibliografia

BASTIDE, Roger. Estudos Afro- brasileiros. São Paulo, Perspectiva, 1983.

CARDOSO, Hamilton. O resgate de Zumbi. São Paulo Lua Nova 1986.

CORREIA, Narcimária do Patrocínio Luz. Pluralidade Cultural e Educação. Secretaria da Educação. Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil. Governo da Bahia. 1996.

FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classe. Volume 2. São Paulo, Ática, 1978.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961.

GENOVESE, Eugene. A Terra Prometida: O mundo que os Escravos criaram. Paz e Terra, 1998.

GOFFMAN, Erwing. Estigma: Nota sobre a Manipulação sobre a identidade deteriorada. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1963.

IANNI, Octávio. A Idéia de Brasil Moderno. São Paulo, Brasiliense, 1992.

KOGURUMA, Paulo. In: varia a História, as tramas das religiosidades Afro- Brasileiras e as nascentes urbes cosmopolitas. São Paulo. 1890- 1920. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade Federal de Minas Gerais, 2000.

LARKIN, Elisa Nascimento. Sankofa: Resgate da Cultura Afro- Brasileira. Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro- Brasileiras (SEAFRO). Rio de Janeiro, 1994.

MORIN, Edgard. Cultura de Massas do Século XX: O Espírito do Tempo I – Neurose. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1986.

MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo, Ática, 1988.

MUNANGA, Kabenguele. As Facetas do Racismo Silenciado. In: Lilia Schwarcz- Raça e Diversidade. São Paulo. Edusp, 1996.

NASCIMENTO, Abdias. O Quilombismo. Pertrópolis, Vozes, 1980.

ORTIZ, Renato. Cultura e Modernidade. São Paulo, Brasiliense, 1991.

PAIS, José Machado. Cultura Juvenis. Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1996.

PIZA, Edith Silveira Pompeu. O Caminho das águas: esteriótipos de personagens femininas negras na obra para jovens escritoras brancas. Tese de doutoramento apresentada na PUC/SP, 1995.

POUTGINAT, Philippe e FERNART, Jocelyne Streiff. Teorias da Etnicidade/ BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas fronteiras. São Paulo, UNESP, 1997.

RIBEIRO, Darcy. A Universidade Necessária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

SANTOS, Boaventura Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo, Cortez, 1996.

SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade Juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. São Paulo, Tempo Social, 1993.

VÁRIOS AUTORES. Teorias da Reprodução e da Resistência- Teoria e Educação. Porto Alegre, Livraria Americana, 1990.

VELHO, Gilberto. A Antropologia Urbana. Cultura e Sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

Acesso formal aos espaços políticos no contexto local: eleitores e eleitos nos municípios e freguesias portugueses

Clemens Zobel
Centro de Estudos Sociais
clemenszobel@yahoo.fr
Carlos Elias Barbosa
Centro de Estudos Sociais
eliasbarbosa@ces.uc.pt

Resumo: Este artigo é uma primeira apresentação dos resultados preliminares de um estudo financiado pela Fundação da Ciência e Tecnologia1. O objectivo da investigação é, por um lado, explicar as razões da fraca taxa de participação dos estrangeiros nas eleições locais, fenómeno que esta estreitamente ligado ao não-recenseamento de uma larga percentagem de não-nacionais com direitos políticos; e por outro lado, compreender as motivações daqueles que participam e se candidatam para serem eleitos. Começamos por apresentar a evolução dos fluxos migratórios em Portugal. Esta contextualização permite-nos compreender a emergência de revindicações políticas que vão conduzir até à promulgação da lei de 1996 que abre a porta pela participação política formal dos imigrantes no contexto local. Depois de uma apresentação da lei e dos seus limites em termos do universo das pessoas com direito de voto, são discutidos os factores que podem explicar a fraca taxa de recenseamento dos imigrantes e num número muito reduzido de eleitos com nacionalidade estrangeira. Por fim, levantamos a discussão em relação às motivações que levam os cidadãos de origem estrangeira a se candidatarem aos cargos eleitorais, tanto para os municípios como para as Juntas de Freguesia.

Introdução

Desde 1996 Portugal passa a ser um dos vinte e dois países da União Europeia (UE)2 que, a nível das eleições para o poder local, consagra o direito de voto e elegibilidade aos imigrantes cidadãos de países não pertencentes ao espaço europeu, com a condição de conceder o mesmo direito aos cidadãos portugueses residentes no respectivo país. Instituições como a Comissão Europeia ou o Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) consideram esta política como um elemento chave nas políticas de integração. Contudo, após as três últimas eleições municipais (1997, 2001 e 2005), uma análise científica aprofundada desta realidade ainda está por se fazer3. A escassez de dados estatísticos e o carácter não sistemático do recolhimento destes dados pelo STAPE4 sugere que esta questão tem-se revelado de pouco interesse pelos poderes públicos.

Este artigo é uma primeira apresentação dos resultados preliminares de um estudo financiado pela Fundação da Ciência e Tecnologia. O objectivo da investigação é, por um lado, explicar as razões da fraca taxa de participação dos estrangeiros nas eleições locais, fenómeno que esta estreitamente ligado ao não-recenseamento de uma larga percentagem de não-nacionais com direitos políticos; e por outro lado, compreender as motivações daqueles que participam e se candidatam para serem eleitos. O nosso interesse é também estimular uma reflexão sobre as medidas susceptíveis de modo a melhorar a situação em vista nas próximas eleições de 2009. O estudo procura identificar as diferenças entre os três ciclos eleitorais que já tiveram lugar e, dado que os estudos existentes se restringem à região de Lisboa, estabelecer uma amostra nacional, incluindo a distribuição de imigrantes pelos espaços rurais e urbanos. A legislação referente à participação dos imigrantes será analisada, tendo em conta o enquadramento ao nível dos municípios e das freguesias e, ainda, relacionada com a mobilização das estruturas associativas, sem deixar de considerar os laços existentes com organizações nos países de origem. Enfim, é importante salientar que também o nosso estudo procura ter em conta o papel dos eleitores e dos eleitos de naturalidade estrangeira com nacionalidade portuguesa.

A discussão começa com uma apresentação geral da evolução dos fluxos migratórios em Portugal. Esta contextualização permite-nos compreender a emergência de revindicações políticas que vão conduzir até à promulgação da lei de 1996 que abre a porta pela participação política formal dos imigrantes no contexto local. Depois de uma apresentação da lei e dos seus limites em termos do universo das pessoas com direito de voto, são discutidos os factores que podem explicar a fraca taxa de recenseamento dos imigrantes e num número muito reduzido de eleitos com nacionalidade estrangeira. Por fim, levantamos a discussão em relação às motivações que levam os cidadãos de origem estrangeira a se candidatarem aos cargos eleitorais, tanto para os municípios como para as Juntas de Freguesia.

1. A problemática da imigração em Portugal

---

1 "Acesso formal aos espaços políticos no contexto local: eleitores e eleitos nos municípios e freguesias portugueses" (1.1.2008-1.1.2009, referência IME/SDE/81870/2006).

2 Segundo Waldrauch (2003: 14), só na Dinamarca, Finlândia, Irlanda, Holanda, Suécia, Estónia, Hungria, Lituânia, Eslováquia e Eslovénia os cidadãos de outros países têm o direito de votar sem restrições territoriais ou de origem (ibid., p. 24).

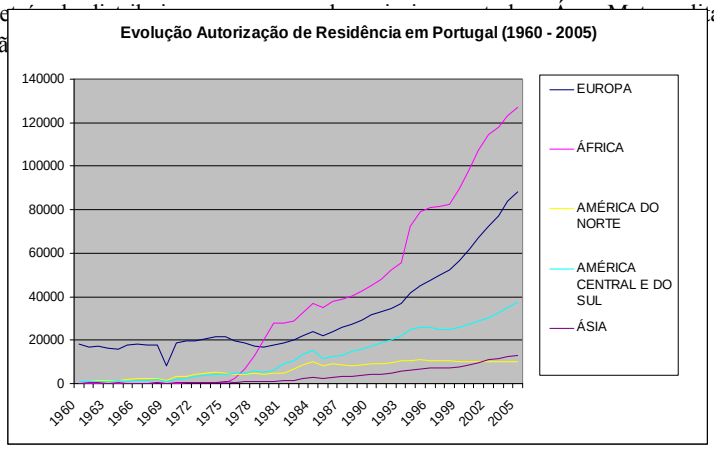
3 O estudo (Carvalhais, 2006) faz uma excelente analise das dificuldades associados a implementação do direito de voto dos estrangeiros não europeios em Portugal, no contexto de uma reflexão sobre uma cidadania politica "pós-national".

4 Tendo em conta os dados publicados no site do STAPE, não dispomos de informações sobre o voto dos residentes estrangeiros, e só temos informações sobre a nacionalidade dos inscritos a partir de 2005.

A expansão da globalização económica e das tecnologias de comunicação e transportes trouxeram um novo impacto nos fluxos migratórios. Portugal tem uma longa experiência como país de emigração, que pode ser relatada desde o período das navegações em busca de novas experiências noutros pontos do mundo. Essa experiência migratória estende-se ao longo do tempo, com motivações, contextos e destinos diferentes. Por exemplo, no séc. XIX um dos principais pontos da emigração portuguesa era a América. Em meados do séc. XX o centro e norte da Europa, em especial a Alemanha e a França, foram os principais destinos, mantendo-se até o presente uma emigração forte para a Suíça, França e Alemanha, Estados Unidos da América, bem como para países africanos como Angola e Moçambique.

Com as independências das ex-colónias portuguesas em África dão-se fluxos migratórios consideráveis para Portugal em simultâneo com o fenómeno do retorno de portugueses das antigas colónias, em especial de Moçambique e Angola. Poucos estudos têm avaliado o impacto do retorno de cerca de meio milhão de pessoas para Portugal. Se estima que 59% tinham nascido na metrópole e os restantes 41% incluíam os seus descendentes, bem como pessoas de naturalidade das antigas colónias portuguesas (Baganha, 2005: 31; Pires et al., 1984). Precisamente nos finais dos anos 70 e inícios dos anos 80 acontece em Portugal um registo considerável de imigrantes das ex-colónias em África. Este tráfego migratório que se dirige para a antiga me[illegible]ana de Lisboa, com especial menção para a imigraçã[illegible]

Gráfico n.º1



Fonte: Estatísticas Demográficas, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

A partir dos meados dos anos 70 com a independência das ex-colónias e as alterações políticas em Portugal inverte o sentido do curso migratório português. Por exemplo, para o caso das migrações das ilhas de Cabo Verde, depara-se com uma diferença considerável a nível legal, passando os migrantes de origem cabo-verdiana à condição de imigrantes a partir de 1981. De facto, no ano de 1981 a entrada em vigor do Decreto-Lei 264-B/81 passa a regulamentar a entrada, permanência e saída de estrangeiros no território português, e o Decreto-Lei 37/81, em especial, levou ao abandono do jus solis e à adopção do jus sanguinis. Consequentemente, mudou o sistema de entrada e permanência de cidadãos de outras nacionalidades no território nacional português.

Nos últimos anos da década de 90 e inícios do novo milénio dá-se um novo fluxo migratório para Portugal proveniente de países do leste europeu como a Ucrânia, Moldávia e a Roménia. Contudo, há também uma presença forte e antiga de imigrantes dos Países da União Europeia e com especial concentração na região sul de Portugal. No entanto, não podemos nos esquecer da importância dos fluxos migratórios do Brasil para Portugal. Essencialmente podemos destacar dois períodos: um primeiro, nos anos 80 com uma migração qualificada; um segundo, nos finais dos anos 90 que representa em grande escala uma imigração laboral5.

A adesão de Portugal ao acordo Schengen da União Europeia obrigou o Estado Português a reforçar a sua estrutura de política de imigração, com base num novo enquadramento jurídico das migrações. Actualmente a lei portuguesa sobre a imigração distingue vários estatutos entre os imigrantes, atribuindo diferentes títulos:

a) autorização ou título de residência que pode ser temporário (com validade para dois anos e renovável por sucessivos períodos de três anos), ou permanente (com limite de validade e renovável por períodos de cinco anos) apenas atribuído aos estrangeiros com residência legal em Portugal por um período de cinco anos consecutivos no caso dos nacionais dos países de língua oficial portuguesa, e de oito anos para os nacionais de outros países. Quanto aos cidadãos da União Europeia fica reservado um tipo especial de cartão de residência;

b) autorização de permanência foi um estatuto especial criado pelo Decreto-lei 4/2001 dirigido aos estrangeiros sem documentação mas tendo um contrato ou uma proposta de contrato de trabalho e com uma avaliação favorável do Ministério do Trabalho; adicionalmente se encontra os vistos de curta duração, visto de residência, visto de estudo, visto de trabalho, visto de estada temporária (Decreto-Lei 34/2003) e asilo (Lei 15/98) (Teixeira e Albuquerque, 2007; Silva, 2004).

5 Jorge Malheiros (2007: 11-37) apresenta o crescimento da imigração brasileira em Portugal bem como as príncipais áreas geográficas da sua distribuição.

No sentido de resolução das situações de imigração irregular6 o Estado Português organizou um período especial de regularização de imigrantes em 1992, e um segundo período de regularização que teve lugar em 1996. Para atender a esses processos, no primeiro, registou-se 39166 pedidos de regularização, dos quais apenas 16000 foram diferidos. No segundo, dos 35082 pedidos, 29809 tiveram diferimento (Malheiros & Baganha, 2001; Rosa et al., 2003; Teixeira & Albuquerque, 2007). Para além dessas medidas de regulação uma das directivas com a preocupação de integração dos imigrantes vai no sentido de iniciativas em áreas da educação intercultural e da formação profissional. Dando lugar a modos mais consistentes sobre políticas de integração dos imigrantes, foi criado em Março de 1991 o Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, e mais tarde, em 1996 o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, como uma espécie de plataforma de diálogo entre o governo e várias associações representantes das comunidades imigrantes.

2. Enquadramento legal da participação política dos imigrantes

Há um forte crescimento da presença imigrante devido as possibilidades de emprego ligados a um mercado de trabalho estimulado pela aderência do Portugal a União Europeia. Este facto pode incentivar o aumento do número de pessoas sem a documentação legal que os autorize permanecer no território português. Consequentemente, multiplicam-se os problemas sociais. É neste contexto do início dos anos 90 que o movimento associativo imigrante em Portugal já visualizava uma acção interventiva de modo a aproximar a comunidade aos espaços de participação no interior da sociedade de acolhimento, mas sobretudo, vai intensificar formas de pressão no sentido de políticas coerentes e mais favoráveis aos imigrantes permitindo-lhes mais espaços de participação na sociedade de receptora. Nomeadamente, houve uma forte mobilização por parte da Associação Caboverdeana de Lisboa, da Casa do Brasil, da Associação Guineense de Solidariedade Social e da Casa de Angola. Segundo Ana Paula Horta e Jorge Malheiros (2005) destaca-se aqui a questão da regularização da situação de milhares de imigrantes indocumentados, o direito de voto e o reconhecimento político das profundas desigualdades sociais que caracterizam as vivências das comunidades migrantes. Portanto, para além de orientação de canais de informação junto às comunidades imigrantes, essas associações tiveram um papel importante de intervenção junto às instâncias governamentais e de poder, lutando pela defesa dos interesses dos imigrantes, principalmente no ponto de vista legal. É, então, neste período, que alguns dirigentes associativos começam a orientar estratégias de negociações políticas especialmente com o Partido Socialista que levam à inclusão destas propostas no programa do partido para as eleições legislativas em 1991. A associação Cabo-Verdiana tem neste processo um papel muito importante tomando uma posição de liderança nesta matéria. Entretanto, destacam-se personalidades como Celeste Correia e Arnaldo Andrade, dirigentes da Associação Caboverdeana de Lisboa na altura, Fernando Ka, dirigente da Associação Solidaridade Guineense ou Mamadou Ba, actualmente um dos activistas do SOS - Racismo. Do lado do PS a relação aos representantes das associações de imigrantes é impulsionado por José Leitão, que vai ser o primeiro Alto-Comissário para a imigração, e António Costa quem assinou o referido acordo com as associações de imigrantes.

A criação da Lei 50/96 de 4 de Setembro artigo 1º alínea b) atribui aos estrangeiros residentes em Portugal a participação com capacidade activa e passiva nas eleições locais, isto é, o direito de votar e de serem eleitos para as Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais, tem de ser considerado como um resultado deste processo político e com a consequência chegada ao poder do Partido Socialista. Todavia, é também importante de salientar que já era previsto na Constituição Portuguesa a participação política de estrangeiros com base no acordo de reciprocidade. O Artigo 15ª da Constituição da Republica Portuguesa, parágrafos 3, 4 e 5 atribui aos estrangeiros residentes em Portugal a capacidade eleitoral activa e passiva aos órgãos das autarquias locais. No parágrafo 3 destaca-se a especificidade em relação ao posicionamento pós-colonial do Estado português. Aos cidadãos nacionais dos países de língua oficial portuguesa com residência permanente em Portugal é reconhecido, nos termos da lei e em condições de reciprocidade, direitos não conferidos a estrangeiros, salvo o acesso aos cargos de Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidentes dos tribunais supremos e o serviço nas Forças Armadas e na carreira diplomática. Isto é, aos nacionais dos países de língua oficial portuguesa podem ser atribuídos direitos que não sejam conferidos a outros estrangeiros, desde que essa atribuição se faça mediante de convenção internacional de reciprocidade.

A estas disposições, perante a integração de Portugal no contexto da União Europeia, associa-se o paragrafo n.º1 do artigo 19.º do tratado de Amesterdão da Comunidade Europeia de 1997. Aos cidadãos dos países membros da União Europeia residentes num ou noutro Estado Membro que não o da sua nacionalidade é atribuído

> "o direito de eleger e ser eleito nas eleições municipais do Estado-Membro da residência, nas mesmas condições que os nacionais desse estado (…)".

A lei de 1996 mantém a imposição da restrição da reciprocidade. Conforme o artigo 6º alíneas b), c) e d), o recenseamento dos estrangeiros em Portugal apresentam o teor da "voluntariedade" para os cidadãos eleitores da União Europeia, para os cidadãos eleitores nacionais de países de língua oficial portuguesa e para outros cidadãos eleitores estrangeiros residentes em Portugal. Assim, gozam de capacidade eleitoral activa para as autarquias locais os cidadãos dos Estados Membros da União Europeia, os cidadãos de países de língua oficial portuguesa com residência legal há mais de dois anos e outros cidadãos com residência legal em Portugal há mais de três anos. São elegíveis para os órgãos das autarquias

6 A lei portuguesa define o termo "imigrante ilegal" às pessoas que entraram e permanecem no território nacional sem documentação legal ou com documentos falsos (Teixeira e Albuquerque, 2007: 279). Todo o modo, o termo também se aplica àqueles que tenham entrado no território nacional com documentação legal mas que permaneceram após o período válido de estadia ou após terem sido expulsos do território nacional.

locais, capacidade eleitoral passiva, os cidadãos eleitores dos Estados Membros da União Europeia. Cidadãos eleitores dos países de língua oficial portuguesa com residência há mais de quatro anos e outros cidadãos eleitores com residência em Portugal há mais de cinco anos. É preciso ressaltar que no caso dos países terceiros, os cidadãos estrangeiros residentes em Portugal apenas podem votar aqueles que residem no país por um período mínimo de dois anos (no caso dos países de língua oficial portuguesa), ou por um período mínimo de três anos (para as outras nacionalidades) e, simultaneamente, de quatro e cinco anos para ser eleito.

Para o recenseamento eleitoral a Lei n.º 50/96 vem alterar a Lei n.º69/78 de 3 de Novembro (Lei do Recenseamento Eleitoral), e o Decreto-Lei n.º 701-B/76 de 29 de Setembro (Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais). A inscrição é promovida pelo eleitor estrangeiro na Junta de Freguesia do seu domicílio, identificando-se através do título de residência emitido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (art. 27.º n.º 3 Lei do Recenseamento Eleitoral 13/99 de 22 de Março, com as alterações introduzidas pelos diplomas Lei 3/2002 e Lei 5/2005), ou, subsidiariamente pelo passaporte no caso dos nacionais de países da União Europeia.

O quadro de eleitores estrangeiros para as eleições autárquicas em Portugal foi revelando a integração de mais cidadãos estrangeiros ao nível da participação política. Nas eleições de 1997 era reconhecida a capacidade eleitoral activa os cidadãos dos países membros da União Europeia, do Brasil e de Cabo Verde, bem como da Argentina, de Israel, da Noruega, do Peru e do Uruguai. Em 2001 os cidadãos do Chile, da Estónia e da Venezuela passam a preenchem as condições do exercício do direito de voto ao nível autárquico. Chile foi incluído pela Declaração 10/2001 mas, excluída na Declaração 9/2005, o mesmo documento que concede o direito de participação activa aos cidadãos islandeses. A Estónia em 2005 passa a fazer parte integrante dos países membros da União Europeia. Para os nacionais do Brasil há uma excepção de acordo com o estatuto especial de igualdade de deveres e direitos e de direitos políticos. Para os brasileiros com permanência em Portugal por um período superior a três anos, e que requereram o estatuto de direitos políticos, passam a ter acesso ao voto nas eleições da Assembleia da República, Assembleias Legislativas Regionais e Autarquias Locais. Mas nem todos os cidadãos brasileiros são detentores deste estatuto. Os cidadãos brasileiros com estatuto geral de igualdade de direitos e deveres apenas participam mas eleições autárquicas. Este estatuto representa as relações existentes entre o Estado brasileiro e o Estado Português, mas também devido à intervenção política transnacional, por exemplo de líderes associativos ou de políticos transnacionais.

A influência política procedente dos grupos migrantes poderão criar canais de representação junto ao governo do país de origem, como interlocutores junto do Estado (Chelius, 2007: 212), conseguindo ter influência em programas, estratégias e projectos dirigidos aos grupos no estrangeiro. A entrevista realizada com o actual Embaixador da República de Cabo Verde em Lisboa, Arnaldo Andrade, confirma este facto7. Como um dos dirigentes da Associação Caboverdiana de Lisboa no início dos anos 90, descreve a acção interlocutora da associação junto ao governo de Cabo Verde em 1991 após as primeiras eleições multipartidárias naquele país. Esta mobilização, que representa uma acção política transnacional, fez com que houvesse uma especial atenção na revisão constitucional no sentido de abertura, tanto para com o acordo de reciprocidade, como numa perspectiva mais alargada territorialmente da nação cabo-verdiana8.

3. Os limites do espaço local de participação política imigrante

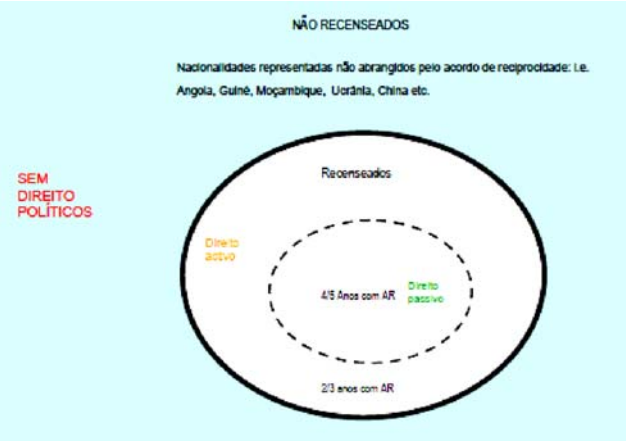
Antes de analisarmos às consequências da nova lei nos contextos locais de participação imigrante em Portugal convêm sublinhar que, com excepção para o caso dos cidadãos dos Estados Membros da União Europeia, as disposições legais limitam o acesso aos direitos políticos a uma grande percentagem de imigrantes no território português. Esta situação deve-se ao recenseamento voluntário, às condições de reciprocidade, ao estatuto legal, assim como o tempo de permanência no território português permitido legalmente para a participação política local. A figura n.º1 resume estas restrições que enfraquecem consideravelmente o peso político do voto imigrante.

Figura n.º1

Os limites de acesso de estrangeiros aos direitos políticos em Portugal

7 Entrevista realizada a 07 de Novembro de 2008 em Lisboa.

8 Como já foi mencionado, os processos extraordinários de regularização em Portugal constituem um outro exemplo da importância do papel das associações imigrantes e a sua influência sobre as políticos nos paises de acolhimento e de origem. Em especial, o acordo Lula em 2003 que decorre do Tratado de Amizade entre Portugal e o Brasil, assinado a 22 de Abril de 2000 em Porto Alegre, é o motor para o processo de legalização extraordinária dos brasileiros em 2003 (Padilha, 2007: 219). Da reacção dos outros grupos imigrantes em Portugal originou um novo processo de regularização em 2004 que vem em sequência do Decreto-Lei n.º 34/2003 de 12 de Março, efectuada pelo Decreto Regulamentar n.º 6/2004, artigo n.º 71.



Apesar das limitações, ou pelo facto de que a participação eleitoral necessita em primeiro lugar a inscrição no registo eleitoral, as primeiras eleições autárquicas em 1997 suscitaram uma mobilização das associações imigrantes. Neste contexto, dirigentes associativos cabo-verdianos e algumas personalidades mobilizaram-se para em Março de 1997 formalizar a "*Unidade Cabo-verdiana – Plataforma Autárquica*" (Sousa, 2001: 134). Considerada como um passo para a cidadania, esta plataforma surge como um espaço de acção estratégica e para multiplicar o reconhecimento deste direito de cidadania para integração dos imigrantes e diálogo com as forças partidárias (idem: 135). A Plataforma apresentava como principais objectivos:

i) a promoção do debate público e político sobre a imigração;

ii) funcionar como um grupo de pressão junto às autoridades centrais e locais com vista á implementação de programas de integração (exemplo participação no Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração [COCAI] e em conselhos consultivos municipais);

iii) incentivar as populações migrantes cabo-verdianas a participarem activamente na vida política, isto é, promover as inscrições no registo de eleitores.

Em 1996 com a lei da reciprocidade, criamos aqui, primeiro no seio da comunidade cabo-verdiana, aquilo que nós chamamos uma plataforma autárquica, que era precisamente no sentido de constituir uma base reivindicativa da nossa comunidade face ao movimento eleitoral. E procuramos mobilizar a nossa comunidade no sentido de utilizar o pequeno instrumento legal que o governo português tinha acabado de pôr à nossa disposição na altura (…) Desencadeamos a partir dessa plataforma, que era uma espécie de carta reivindicativa com um conjunto de situações para chegar na Assembleia, da comunidade cabo-verdiana em geral aqui na associação para tentar mobilizar as pessoas, e também para ter uma base de sustentação daquela carta reivindicativa, que depois foi apresentado aos partidos políticos. Foi aí que nós começamos o movimento do recenseamento9.

Em Abril do mesmo ano vozes das outras associações procuraram organizar um "*Convergência Lusófona*" como uma estrutura cívica e representativa para a comunidade africana em Portugal de origem dos países de língua oficial portuguesa. Procurava constituir um movimento que poderia integrar a maior parte das comunidades imigrantes dos PALOP e do Brasil. Visualizava-se a importância não unicamente dos imigrantes com autorização de residência, mas também uma grande quantidade de pessoas de origem imigrante com nacionalidade portuguesa, que politicamente e socialmente ficavam invisíveis.

Para os partidos políticos, e em particular o PS, esta mobilização teve interesse devido ao facto de que se tratava de uma reserva importante de eleitores potenciais que podiam, nos concelhos da grande Lisboa e do margem sul do Tejo, fazer diferença nas eleições locais.

Se, efectivamente, os portugueses e residentes permanentes pesam nas eleições, temos de considerar a hipótese de que a mobilização pelo voto dos residentes estrangeiros seria um fracasso. Trata-se não unicamente de uma fraca taxa de recenseamento eleitoral de cidadãos de nacionalidade estrangeira (6,85% nacionais dos países membros da União Europeia e 17,63% estrangeiros residentes de outras nacionalidades, em 1997), mas também pelo facto de que não havia nenhum eleito ao nível das câmaras municipais. Apesar disso e devido às restrições legais, há uma grande desproporção entre os inscritos nacionais (99,83%) e os não nacionais (0,16%)10. A fraca taxa de inscrição testemunha a ausência de medidas da parte dos poderes públicos (campanhas de informação etc.), mas pode ser também ligado as capacidades insuficientes das associações – e esta falta era também responsável pela não afirmação e consequente rápida desintegração da Plataforma Lusófona, julgada na altura como prematura. Neste âmbito podemos destacar uma eventual falta de ligações entre associações e organizações que actuam ao nível dos bairros bem como a continuidade do trabalho, com um trabalho mais abrangente e acompanhado. Mas também um outro aspecto que pode dificultar o trabalho continuado de mobilização para a participação

9 Presidente da Associação Caboverdeana de Lisboa. Entrevista realizada a 19 de Setembro de 2008 em Lisboa

10 Em 1997, segundo os dados do STAPE, se encontravam inscritos 8808284 cidadãos de nacionalidade portuguesa e 14372 estrangeiros.

pode-se encontrar heterogeneidade no interior das associações e nas divergências políticas existentes11. Entretanto, em 2004 foi criado a PERCIP, uma nova plataforma que esta envolvido na elaboração de novas iniciativas na procura de uma melhor representação política e coordenação de actividades.

As eleições seguintes em 2001 se inserem num contexto do alargamento do universo dos imigrantes estrangeiros residentes (223997 em 2001 em comparação com 175263 em 1997), um crescimento que não se reflecte muito proporcionalmente ao número de inscritos (19,51% estrangeiros residentes e 8,64% nacionais da União Europeia), isto é, um crescimento na ordem dos 28% do número de estrangeiros com Autorização de Residência para apenas 0.9% de inscritos. No entanto, nas eleições de 2001 são eleitos pela primeira vez 4 representantes (3 residentes da União europeia, 1 não-europeu) nas assembleias municipais e 1 representante (residente da União Europeia) ao nível de uma câmara municipal. Esta tendência mantem-se nas eleições de 2005. Também, apenas 4 imigrantes vão ser eleitos (3 residentes da União Europeia nas Assembleias Municipais, 1 cidadão não-europeu para o cargo de vereador). A taxa das inscrições em 2005 tem um maior crescimento para os residentes da União Europeia (11,27%) do que dos nacionais de outros países (20,81%).

Quadro n.º 1

Estrangeiros residentes recenseados para as eleições locais

1997				2001			2005****		
	AR***	Inscritos	%	AR	Inscritos	%	AR	Inscritos	%
UE (15)*	46043	3156	6,85	61736	5333	8,64	77789	8766	11,27
ER**	64722	11410	17,63	78260	15269	19,51	92205	19192	20,81
Total AR	175263	14566	8,31	232997	20602	9,20	274631	27958	10,18

Fonte: SEF; STAPE

* União Europeia (15); ** Outros Estrangeiros Residentes; *** Autorizações de Residência;

**** União Europeia (25)

Em resumo podemos dizer que entre 1997 e 2005 não há uma mudança fundamental no âmbito do recenseamento dos imigrantes para a participação nas eleições locais. O número dos eleitos estrangeiros parece insignificante em relação ao peso demográfico dos imigrantes em certos concelhos. Quanto à representação respectiva das nacionalidades diferentes nas eleições locais só existem dados pelo ano 2005. Estes números mostram a importância dos nacionais do Reino Unido do lado dos Europeus e dos Cabo-verdianos em relação aos nacionais residentes de outras nacionalidades. Nomeadamente, destaca-se a considerável diferença entre a taxa do recenseamento de Cabo-verdianos (30%) e dos Bresileiros (7%). A comunidade cabo-verdiana é, assim, a apresenta uma maior representatividade ao nível da participação política local, com uma percentagem de inscritos de 59%, um valor bem superior às restantes nacionalidades representadas.

Quadro n.º 2

Estrangeiros recenseados para eleições locais, segundo nacionalidade

	AR's	Inscritos	%	% (Total Inscritos)
Reino Unido	19005	2142	11,27	7,66
Espanha	16398	1778	10,84	6,36
Alemanha	13622	1653	12,13	5,91
França	9589	1012	10,55	3,62
Holanda	5658	831	14,69	2,97
UE Outros	13517	1350	9,99	4,83
Total	77789	8766	11,27	31,35
Cabo Verde	55608	16607	29,86	59,40
Brasil	31500	2228	7,07	7,97
Outros*	5097	357	7	1,28
Total	92205	19192	20,81	68,65
Soma	169994	27958	16,45	100,00

Fonte: SEF; STAPE. Dados de 2005

4. Factores explicativos pelo grau de participação política formal dos imigrantes

Mas qual são os factores que podem explicar a fraqueza da inscrição dos brasileiros, mas também a diferença da taxa de recenseamento entre Europeus e Cabo-verdianos (no melhor caso, aproximadamente 15% dos holandeses contra

11 Ver o estudo "Migrant's Associations and their Elites. Building a new Field of Interest Representation" de Margarida Marques, José Mapril e Nuno Dias (2003).
[http://www.fcsh.unl.pt/socinova/migration/workingpapers/Assocfinal2.pdf]

30%)? Uma primeira variável poderia ser constituída pelo projecto migratório ou pelas perspectivas de permanência em Portugal por um período longe ou indeterminado. A distribuição dos títulos legais por cada nacionalidade pode ser considerado com um indicador desses planos, individuais ou familiares. Assim, no ano 2005 de uma população global de 66632, 55608 Cabo-verdianos dispunham de Autorização de Residência, 5082 de uma Autorização de Permanência e 5942 de um Visto de Longa Duração. Em contraste, os nacionais do Brasil tinham quase o mesmo peso demográfico (63,608), mas só a metade (31500) era detentora da Autorização de Residência.

Um outro factor que pode ser relacionado ao grau da participação política formal concerne com a implantação das respectivas nacionalidades no território português. Neste sentido há uma diferença entre os Cabo-Verdianos e Portugueses de origem cabo-verdiano que se encontram concentrados nos concelhos da grande Lisboa e da margem sul do Tejo e dos brasileiros que estão mais dispersos por todo o território português. Esta situação pode dificultar a organização de uma vida associativa e, assim, a consequente mobilização política. Contrariamente, a maior parte dos cidadãos da União Europeia se encontra no Algarve.

Quadro nº4

Distribuição e diferenciação migratória no território português

Embora caracterizando uma maior concentração de cidadãos brasileiros e ingleses, as regiões centro e norte representam a importância da presença de portugueses com naturalidade estrangeira, mas de ancestralidade portuguesa. Apesar do facto de não se tratar de imigrantes no senso estrito, este grupo parece importante se tomarmos em conta que numa totalidade de 307 municípios em 1997 foram eleitos como vereadores e membros das Assembleias Municipais 315 portugueses de naturalidade. De um total de 309 municípios, em 2001 são eleitos 520 nacionais portugueses de naturalidade estrangeira e em 2005 há um aumento de uma unidade para 521. Trata-se de cidadãos portugueses de origem africana e de cidadãos portugueses de naturalidade estrangeiro mas com origens portugueses. Temos aqui em termos das identificações para menos 3 casos:

(i) Um sentimento de pertença étnica e ligações com o pais de origem no caso dos portugueses de origem africana.

(ii) O sentimento de uma diferença em relação aos outros portugueses por ter nascido em países do continente africano ou no Brasil, ou das memórias dos anos passados nesses territórios.

(iii) Um sentimento de diferença devido a nascença e as experiências vividas num outro pais migratório (i.e. França, Alemanha…). A particularidade da experiência e das identificações transnacionais deste três casos fico em grande medida invisível do ponto de vista da maioria dos portugueses12. Podemos integrar estas pessoas num estudo sobre o acesso político imigrante? No primeiro caso dos luso-descendentes parece justificado. Nos últimos dois casos é menos evidente – portanto estes dois grupos também tinha vivido deslocalizações que trazem uma experiência da diferença. Esta diferença pode ser exprimida em termos de identificações, mas pode igualmente se traduzir em termos de olhares, de saberes que dão recursos a acções políticas.

Embora a questão da capacidade de mobilização limitada das associações, temos pelo menos três outros factores que parecem justificar a fraca taxa de inscrição:

(i) a ineficácia dos dispositivos de informação oficiais que concerne sobretudo o papel possível dos centros locais de informação do ACIDI;

(ii) a atitude dos partidos políticos; e

(iii) as percepções dos políticos e das instituições locais pelos cidadãos. Aguardamos ainda um encontro com representantes do ACIDI, mas já podemos avançar com algumas ideias sobre os outros dois factores. Na secção seguinte sobre a questão das motivações pela candidatura dos eleitos imigrantes vamos ver o papel determinante dos representantes políticos locais na sua cooptação para as listas eleitorais. Todavia estes casos são raros e se concentram em alguns concelhos

12 Sabemos ainda pouco sobre este segmento da população portuguesa. Para uma discussão da experiência dos migrantes portugueses de origem moçambicano ver Khan, 2006.

na grande Lisboa, como por exemplo em Oeiras, ou no Alentejo em Odemira. Constituem, assim, excepções que provam a regra do desinteresse da classe política pela questão do voto imigrante. Segundo Carvalhais (*op.cit., p*. 122) todos os representantes partidários entrevistados tinham uma preocupação sobre a integração politica dos imigrantes. Mas uma análise dos estatutos dos partidos tanto da esquerda como da direita mostra claramente a prevalência do entendimento "nacional" do cidadão politico (*ibid., p*. 123). Isto tem a sua correlação com o facto da escassez das informações disponíveis nas sedes dos partidos sobre a presença dos candidatos e militantes não nacionais nos municípios e freguesias13. Juntamos, enfim, à indicação de Carvalhais que de entrevistados confundirem não-nacionais com cidadãos nacionais de outras origens étnicas (ibid., p. 124). O terceiro factor está ligado a questão abrangente da cultura política e das suas possíveis variações. De um modo global é possível retomar um conjunto de estudos que indicam que o sistema politica português não privilegie a participação dos cidadãos. As entrevistas com os eleitos imigrantes e nacionais testemunham desta problemática, mas também das variações e evoluções possíveis ao nível regional e local. Este factor esta também ligado a questão das experiências políticas dos imigrantes nos países de origem. Neste sentido, Carlos Vianna, um dos dirigentes da casa do Brasil de Lisboa, relembrava a alta taxa de abstenção, comparando com o caso das eleições no Brasil e a distância existentes com o mundo dos políticos14. Este factor das variações em termos de cultura política poderia também explicar porque é que os cidadãos holandeses tem uma taxa de inscrição significativamente mais alta que as outras nacionalidades da União Europeia. Portanto, podemos avançar com a hipótese que a baixa taxa de recenseamento dos imigrantes tem uma correlação com a taxa de abstenção dos eleitores de nacionalidade portuguesa e com um descrédito político generalizado.

5. A questão da motivação política dos eleitos imigrantes

Nas entrevistas aos eleitos locais que pudemos realizar até este momento encontramos quase sem excepção pessoas que não tinham um objectivo em se candidatar, nem um perfil de militante de um partido político. Contrariamente, essas pessoas apresentam uma experiência, quer na área do associativismo, quer na vida profissional que fez com que certas personalidades da política local percebessem a sua importância estratégica nas campanhas políticas. Às vezes a oferta de um cargo pode contrariar as suas intenções. Dois elementos nos parecem aqui particularmente interessante:

(i) A capacidade destes eleitos de iniciar inovações. Podemos evocar o exemplo de uma eleita holandesa (Gabriela Loermans) que inicia em Odemira um pequeno jornal de informação sobre as actividades da assembleia municipal e estimulou a mudança da regulamentação das sessões15. Em vez de ser tratado no último lugar, as questões evocadas pelos cidadãos são agora colocadas no início das sessões o que da mais possibilidades de debate;

(ii) o segundo factor pode ser associado com o conceito "*património politico*" do antropólogo francês Marc Abeles (1990). Isto quer dizer que nestas cooptações e nas motivações pessoais o passado político da família de um candidato pode jogar um papel decisivo. Esta questão de "*património*" é um elemento estruturante que dar uma explicação porque na cultura politica português a ligação entre eleito e eleitores é muitas vezes menos determinante que o seu posicionamento em relação aos elites políticos.

No entanto, Ana de Saint-Maurice (1997), sobre este mesmo contexto migratório, não deixa de sublinhar as fronteiras existentes entre dominados e dominantes dentro do grupo, dando origem a "*imagens diferenciadas*" num eixo relativo à classe social que redimensiona a identificação com o grupo. Com efeito, a cultura adquirida e a interacção com outros podem condicionar a acção do indivíduo. Nesse processo de interacção John Rex (1987: 14-15) relembra o jogo de poderes desiguais, confrontos que pressupõem fins contraditórios na esfera inter-racial e intercultural, delimitando um quadro de coacção real ou simbólica. Deste modo, a acção do indivíduo deve ser enquadrada num contexto de interacção marcado por objectivos colectivos contraditórios (*idem*: 32). Pensamos, sobretudo, que neste quadro de diferenciação, particularmente no seio da imigração cabo-verdiana para Portugal, encontramos o registo de uma renovação da elite colonial e que se enquadra num outro processo de inserção e de participação, em especial no contexto político.

Nesse sentido, podemos distinguir factores que demonstrem interesses diferenciados em termos da participação política e que poderão identificar uma maior ou menor participação eleitoral entre os cabo-verdianos nas eleições locais em Portugal. Por exemplo, podemos destacar vários dos eleitos com naturalidade cabo-verdiana para as eleições locais em Portugal detentores da nacionalidade portuguesa, e o seu percurso migratório condiz com o período das movimentações para a independência de Cabo Verde. De imediato, apresenta-se uma maior participação entre sujeitos que se encontram melhor enquadrados nas estruturas socio-económicas e políticas do país de acolhimento. No entanto, vários factores poderão estar na origem da redução do interesse na participação política dos cidadãos s estrangeiros nas eleições locais. Isto é, a participação política de imigrantes no contexto local depende de estruturas de oportunidades políticas que lhes são oferecidas, tais como o direito de voto, o acesso à nacionalidade, a liberdade associativa, a representação dos interesses dos imigrantes ou a criação de espaços e instituições de consulta política (Martiniello, 2006).

Na abordagem sobre o transnacionalismo, vários autores (Basch *et al*., 1994; Glick Schiller *et al.,* 1999) têm referido relativamente a processos através dos quais as populações migrantes constroem e mantêm relações sociais a vários níveis que ligam as sociedades de origem e de acolhimento. Assim, constitui-se numa construção no campo social, em que os

13 As indicações de Carvalhais foram confirmados pelas experiências do membro de nossa equipa Joana Lopes Martins que embora tinha mandado múltiplas solicitações aos organizações partidárias não consegui obter este tipo de informações.

14 Entrevista realizada a 24 de Outubro 2008 em Lagos.

15 Entrevista realizada a 11 de Julho de 2008 em Odemira.

migrantes estabelecem ligações com o país de origem e com o país de destino, alternadamente (Glick-Schiller *et al.,* 1999; Basch *et al*., 1994; Portes, 1999). O contexto do associativismo cabo-verdiano em Portugal vem sendo um espaço de recurso ao capital social, sobretudo no contexto local. Deste modo, é possível colocar a hipótese de uma influência recíproca entre a interacção no seio do grupo de origem e a participação política, com impactos em especial ao nível local.

No entanto, outros factores são importantes de serem considerados como dimensão de participação política dos estrangeiros, tais como a perspectiva de permanência no país de destino, o conhecimento do sistema e das instituições políticas, a densidade das redes associativas de imigrantes e, sem deixar de perder a perspectiva transnacional, a manutenção dos laços com a origem bem como as novas relações criadas no seio da sociedade de acolhimento. Contudo, para além destas características, são aplicáveis como determinantes do comportamento político o nível de *educação*, as *competências linguísticas, o estatuto socioeconómico, a idade e o sexo.*

Quanto a outras formas de participação política, procurarei no ponto seguinte identificar modos não formais de pressão e sobretudo a mobilização directa de descendentes de imigrantes em Portugal que se identificam a uma comunidade africana diasporizada, mas que ao mesmo tempo reivindicam um espaço de pertença e a cidadania no contexto da sociedade portuguesa.

Conclusão

O caso da participação formal dos imigrantes nas eleições locais em Portugal e um exemplo, como consequência, do que acontece quando a introdução de uma inovação político-legal não é acompanhado por uma estratégia de informação e de avaliação. Esta situação pode talvez ser associado ao facto de que o papel importante do activismo das associações de imigrantes cabo-verdianos e guineenses e de alguns personalidades políticas fortes do PS na pré-história da lei de 1996 e na preparação das primeiras eleições de 1997 não foi suficientemente forte para a produção de estruturas institucionais permanentes que pudessem integrar todas as grupos imigrantes e nacionalidades envolvidas. O carácter voluntário da inscrição, o fraco conhecimento dos processos de decisão, a falta de identificação com as instituições portugueses, alimentadas pela intenção do retorno, a dispersão territorial, mas também a cultura política trazida do pais de origem e a sua climatização num quadro português caracterizado pela distância entre cidadãos e Estado são alguns dos factores responsáveis pela fraca mobilização dos imigrantes pelo voto e as cargas representativas; mobilização politica que pouco se amplifica ao longo das três últimas eleições de 1997, 2001 e 2005. A falta de engajamento ao nível das instituições reflecte-se ao nível nacional onde os partidos políticos não tinham elaborado uma posição clara sobre a questão do voto imigrante e das possibilidades da integração nas estruturas. Todavia, as escassas candidaturas dos eleitos imigrantes foram quase sem excepção o resultado de solicitações pelas personalidades políticas locais. Aqui a consideração do peso do voto imigrante que em certos conselhos da grande Lisboa pode ser decisivo se torna fundamental. Destacamos também o papel importante dos eleitos de nacionalidade portuguesa com origem estrangeira. Portanto, se tivermos em conta as sugestões dos líderes associativos e eleitos o problema fundamental da participação politica formal dos imigrantes em Portugal é o carácter facultativo do recenseamento. Neste sentido, varias vezes, os entrevistados realçaram o papel proactivo que as juntas de freguesia poderiam jogar na sensibilização e na inscrição dos eleitores.

Bibliografia

Abeles, M., Anthropologie de l'État, Paris: Armand Colin, 1990.

Baganha, M. I. (2005). Política de imigração: a regulação dos fluxos. Revista Crítica de Ciências Sociais, 73, 29-44.

Basch, L.; Glick-Schiller, N. & Szanton Blanc, C. (1994). Nations unbound: transnational projects, post-colonial predicaments and deterrioralized nation-states. Amsterdam: Gordon & Breach Publishers.

Carvalhais, I. E. (2006). Condição pós-nacional da cidadania política: pensar a integração de residentes não-nacionais em Portugal. Sociologia Problemas e Práticas, 50, 109-130.

Chelius, L. (2007). Redefinindo a geografia política nacional: sobre a participação política dos cidadãos brasileiros no exterior. In J. M. Malheiros (Org.), Imigração Brasileira em Portugal. Lisboa: ACIDI, (pp. 205-216).

Glick Schiller, N.; Basch, L. & Blanc-Szanton, C. (1999). Transnationalism: A New Analytic Framwork for Undestanding Migration. In S. Vertovec & R. Cohen (eds.), Migration, Diaspora and Transnationalism. Cheltenham: Edward Elgar.

Horta, A. P. & Malheiros, J. M. (2005). Social Capital and Migrants' Political Integration: The Case Study of Capverdean Associations in the Region of Lisbon. International Conference – Cape Verdean Migration and Diáspora, Centro de Estudos de Antropologia Social, Lisboa, 6-8 de Abril.

Malheiros, J. M. & Baganha, M. I. (2001). Imigração ilegal em Portugal: padrões emergentes em inícios do séc. XXI. Janus – Anuário de Relações Externas, (pp. 190-191).

Malheiros, J. M. (2007). Os brasileiros em Portugal – a síntese do que sabemos. In J. M. Malheiros (Org.), Imigração Brasileira em Portugal. Lisboa: ACIDI, (pp. 11-37).

Martiniello, M. (2006). Political participation of immigrants in EU. Equal Voices, 20.
http://eumc.europa.eu/eumc/index.php?fuseaction=content.dsp_cat_content&contentid=45c3533bf3715&catid=45b5f516e619c&search=1&frmsearch=martiniello&lang=EN (Acedido a 29 de Maio de 2008).

Padilha, B. (2007). Acordos bilaterais e legislações: o impacte na integração dos imigrantes brasileiros em Portugal. In J. M. Malheiros (Org.), Imigração Brasileira em Portugal. Lisboa: ACIDI, (pp. 217-226).

Pires, R. P. et al. (1984). Os Retornados: um estudo sociográfico. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Portes, A. (1999). Comunidades Transnacionais. In, A. Portes (Ed.), Migrações Internacionais. Oeiras: Celta, 127-144.
Rex, J. (1987). Raça e Etnia. Lisboa: Editora Estampa.
Saint-Maurice, A. (1997). Identidades reconstruídas: Cabo-verdianos em Portugal. Oeiras: Celta Editora.
Silva, J.P. (2004). Direitos de cidadania e direito à cidadania: princípios da equidade, novas cidadanias e direito à cidadania portuguesa como instrumento de uma comunidade constitucional inclusiva. Lisboa: ACIME/Observatório da Imigração.
Sousa, N. (2001). Participação Política dos Imigrantes Cabo-verdianos nas últimas eleições Autárquicas em Portugal, Direito e Cidadania, IV (12/13), 133-141.
Teixeira, A. & Albuquerque, R. (2007). Portugal. In Anna Triandafillidou & Ruby Gropas (eds.), European Immigration: a sourcebook. Aldershot: Ashgate, (pp. 277-289).
Waldrauch, H., Electoral rights for foreign nationals: a comparative overview of regulations in 36 countries, Vienna: National Europe Centre Paper No.73, 2003.
Valente, R. M.; Seabra, H. & Santos, T. (2003). Contributos dos «imigrantes» na demografia portuguesa: o papel das populações de nacionalidade estrangeira. Lisboa: ACIME.

Os Desafios da paz: Processo de Integração Social de Mulheres que Participaram na Guerra Civil de Angola

Susana Mendes
ISCTE
smendesu@gmail.com

***Resumo*:** A presente comunicação explora qualitativamente os percursos de vida de mulheres que estiveram directamente envolvidas na guerra civil em Angola. Sem beneficiarem de apoios durante o seu regresso à vida civil, estas mulheres, olhadas como ex-combatentes pelas populações locais, escondem o seu passado e adaptam-se aos costumes urbanos, em contraste com os modos de vida nas "matas" (interior das províncias) e soluções de sobrevivência a que recorriam.

Partindo da análise dos seus testemunhos, no âmbito de uma investigação-acção realizada em 2006-2007 em Luanda, a presente comunicação expõe as percepções sobre os percursos de guerra das inquiridas e o seu confronto com a vida civil, realçando as suas actuais necessidades, competências profissionais e cívicas, diferenças nas formas de vida e no acesso e gestão de recursos nos contextos que habitam.

Através desta análise, procura-se detectar quais os factores que condicionaram – positiva ou negativamente – esta fase de mudança, moldando as suas actuais estratégias de (re)integração social. A avaliação destes parâmetros é realizada de acordo com pressupostos de empowerrment que, ao serem percepcionados pelas mulheres, são, simultaneamente, promovidos numa experiência de colaboração.

Aspectos que se relacionam com as percepções que estas mulheres têm das diferentes situações de guerra e paz por elas vivenciadas, enquadram igualmente esta análise que se inscreve num projecto interdisciplinar intitulado "Pobreza e Paz nos PALOP" (CEA-ISCTE). A partir dessa reflexão são também realçadas as percepções que estes actores sociais têm sobre os processos de reconstrução e manutenção da paz e sobre o papel que as mulheres neles desempenham.

Palavras-Chave: Pobreza; Paz; Guerra; Género; Empowerment; Investigação-acção.

INTRODUÇÃO

A guerra civil em Angola condenou milhares de famílias a uma situação de fome e de pobreza, provocando a destruição no país e o retrocesso do desenvolvimento humano. Sem números exactos conhecidos, causou um elevado número de mortos e população deslocada, causando um acentuado desequilíbrio estrutural, económico e social, no país.

A guerra civil em Angola condenou milhares de famílias a uma situação de fome e de pobreza, provocando a destruição no país e o retrocesso do desenvolvimento humano. Contudo, o fim da guerra civil deu lugar a novas lutas no combate à pobreza, pela sobrevivência e recriação das condições socio-económicas de milhares de habitantes que, durante largos anos, viveram sem perspectivas de um futuro a longo prazo. Perante os desafios implicados num processo de reintegração social, à população deslocada de guerra, juntaram-se os ex-militares e os refugiados nos países vizinhos. Mas a falta de condições imediatas para reconstruir as suas vidas no interior do país, continuaram a dar origem ao prosseguimento das deslocações internas em direcção às zonas urbanas.

Entre os ex-militares, também se encontram muitas mulheres, cujo papel, de forma geral, não é reconhecido como tal, devido à diferença nas funções que, em muitos casos, lhes foram destinadas no período militar. Após o conflito, algumas encontravam-se viúvas ou divorciadas, acentuando dificuldades acrescidas no regresso à vida civil. No sentido de compreender algumas condicionantes específicas neste processo de reintegração, o presente estudo analisa o caso de seis mulheres que estiveram ao serviço das Forças Militares da UNITA, desde a sua infância.

Esta análise é sustentada com reflexões teóricas sobre a vulnerabilidade das mulheres em contextos de guerra e sobre os desafios, por elas percepcionados, na promoção do empowerment individual. Procura, assim, identificar momentos marcantes nas suas experiências de vida durante a guerra, capacidades individuais para lidar com o nível de pobreza a que ficaram sujeitas, após a guerra, e oportunidades no actual contexto que permitem responder a algumas das suas necessidades imediatas durante a sua reintegração social, antes de terem tido acesso a apoios significativos nesta etapa.

Uma vez que os processos de promoção de empowerment requerem um papel activo dos indivíduos, foram desenvolvidas dinâmicas participativas ao longo da investigação. Neste sentido, além da perspectiva etnográfica em que a

investigação se baseou, metodologias de investigação-acção foram exploradas na promoção simultânea do empowerment, onde os inquiridos se tornam participantes activos no seu processo de mudança individual e/ou colectivo.

O empowerment, processo pelo qual as pessoas e comunidades podem minimizar as suas vulnerabilidades e reforçar as capacidades para agir activamente no sentido de equilibrar desigualdades sociais (Rappaport, 1984, Zimmerman & Rappaport, 1988), foi a abordagem teórica escolhida para a condução da investigação, por permitir influenciar positivamente processos de mudança, através da prática de competências participativas na comunidade (Aguiar e Moniz, 2007) e em todos os assuntos relacionados com a sua vida (Rappaport, 1981).

Em termos gerais, este artigo pretende assim, responder às seguintes questões:

(a) Quais são as dificuldades e consequentes necessidades que estas mulheres identificam no seu percurso, desde o fim da guerra civil?;

(b) Quais os indicadores de empowerment expressos pelas participantes?;

(c) De que forma é que o presente processo de investigação-acção contribuiu para a promoção do empowerment individual nas mulheres?

Em termos específicos, estas questões encontram-se relacionadas com a compreensão dos processos de empowerment individuais destas mulheres durante o período de regresso à vida civil – de que forma é que as suas competências adquiridas ao longo do seu percurso de vida podem ter expressão no actual contexto onde vivem, quais são os indicadores de empowerment específicos a este grupo de mulheres e de que forma este pode ser promovido através de um processo colectivo.

Apesar da componente participativa inerente a um processo de empowerment, este conta com o apoio de pessoas exteriores que devem ser facilitadoras, proporcionando condições que potenciem a expressão das iniciativas e decisões tomadas por cada um ou em grupo. Neste sentido, a investigação-acção é uma das metodologias exploradas neste trabalho, onde os inquiridos vão influenciar directamente a condução do estudo, desde a definição dos parâmetros de referência para a análise.

Esta reflexão vem ainda permitir aferir algumas relações existentes entre os efeitos de pobreza causados pela guerra civil e a respectiva percepção por esta população que viveu directamente os confrontos, enquadrada no projecto de investigação Pobreza e Paz nos PALOP. Para tal, foram realçadas percepções sobre as condições de vida, em termos de pobreza e riqueza, e as condicionantes específicas que determinaram a vida das mulheres inquiridas, durante e após o período de conflito, ilustrando assim, no presente texto, uma das várias problemáticas resultantes da guerra civil em Angola.

A Guerra Civil em Angola

Os desentendimentos que estão na origem do conflito armado em Angola tiveram início no período de ruptura do colonialismo, com a formação de vários partidos que lutaram contra a ocupação do território pelos portugueses, procurando unilateralmente a afirmação de um novo Estado independente.

> A partilha de poder, negociada em Alvor, em Janeiro de 1975, previa a constituição de um governo de transição rotativo, formado pelos três movimentos (FNLA, MPLA e UNITA), até à realização de eleições gerais em Angola. Estes acordos falharam, dando origem aos confrontos militares entre os três movimentos em várias cidades angolanas. Num clima de confronto, já com os dois movimentos expulsos de Luanda, a FNLA retirou-se para o norte do país, em Ambriz, donde tentou, sem sucesso, impedir militarmente a proclamação da independência pelo MPLA em 1975 e a UNITA ocupou a cidade Huambo, no planalto central, onde organizou toda a sua estrutura militar para se lançar numa guerra civil que só terminaria em 2002.

O período da guerra civil foi o mais extenso e violento da história de Angola e provocou fluxos migratórios intensos, em direcção às áreas urbanas e para o estrangeiro. O país ficou dividido em zonas de influência: as cidades de maior poder económico e político encontravam-se sob o domínio do ***MPLA*** e as zonas rurais sob o controle da ***UNITA***. A par deste fenómeno, deu-se a destruição de infra-estruturas sociais, redes de comunicação terrestre, sistemas de fornecimento de água, saneamento e energia, efeitos estes, que se revelaram desastrosos para o desenvolvimento socio-económico do país, contribuído para a degradação das condições de vida de grande parte da população. Como consequência directa do conflito, muitos angolanos, principalmente nas áreas rurais, foram privados de viver em segurança e em paz.Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano de 2002 elaborado pelas Nações Unidas, imediatamente após o cessar-fogo, estima-se que, no ano de 2000, a população que se encontrava em meios urbanos era de 34% da população total. Este valor representa que um número estimado de 3 500 000 de habitantes só na cidade de Luanda. (***PNUD*****,** 2002).

Processo de Desmobilização e Reintegração

> Com o Memorando de Luena, foi estimada a reintegração de 138 mil ex-militares na vida civil, dos quais 105 mil seriam militares da UNITA e 33 mil pertencentes às Forças Armadas Angolanas (FAA).

O Programa Geral de Desmobilização e Reinserção dos Ex-Militares (***PGDREM***), lançado pelo Governo para garantir o mínimo de apoio económico e material aos ex-militares durante o seu processo de reintegração nas comunidades, foi considerado insuficiente e irregular pelos destinatários. Ocorreram atrasos significativos na atribuição dos bens de ajuda ao "reassentamento dos ex-militares" (que incluíam cobertores, enxadas, pregos, martelos, agasalhos e um subsídio equivalente a 50,00 USD (aproximadamente 35 euros ao câmbio actual) (Multipress, 2003).

Só após três anos da assinatura do Memorando é que se vieram a formalizar iniciativas específicas de reintegração dos ex-militares desmobilizados e estabelecer provisões especiais para os grupos vulneráveis, como viúvas, esposas de militares e crianças órfãs, através de projectos enquadrados no ***PDGREM***, coordenados pelo ***IRSEM***. Até lá, muitos tiveram que tomar medidas improvisadas sobre a sua reintegração, de forma autónoma, numa das fases mais difíceis de transição. Aqueles que partiram para as cidades tiveram dificuldades acrescidas na adaptação aos novos costumes locais, em tudo contrastantes com os modos de vida que levavam nas "matas" (áreas rurais do país).

Conflitos Armados e Paz – o papel da mulher em processos de reconstrução

Na declaração adoptada na 4ª Conferência Mundial sobre Mulheres, em Beijing, em 1995, foi reafirmado o compromisso de que "***Os direitos da mulher são direitos humanos***". O reconhecimento explícito comprometeu os Estados membros desta organização mundial a acabarem com todas as formas de discriminação das mulheres e assegurar a igualdade de oportunidades em relação aos homens.

Nesta conferência, as Nações Unidas comprometeram-se a desenvolver políticas para que as mulheres deixassem de ser vítimas passivas dos conflitos e passassem a ser agentes de mudança. Mas, cinco anos depois, a 31 de Outubro de 2000, o Conselho de Segurança da ONU fez uma avaliação negativa do que foi feito desde a conferência de Beijing e adoptou a resolução 1325 sobre "***Mulheres, Paz e Direitos Humanos***", como necessidade de aumentar os esforços na prevenção e resolução dos conflitos, garantindo missões de manutenção e consolidação da paz, com particular atenção sobre as questões de género (ONU, 2002).

O impacto das guerras e dos conflitos armados em África provocou mudanças estruturais no tecido social e familiar. As consequências são traduzidas em milhares de viúvas, mutilados e crianças órfãs (***ADRA, DW e SARDC***, 2000). Quando a guerra acaba, raramente recebem o reconhecimento do papel que desempenharam tendo, em muitos conflitos, actuado como soldados.

Em Angola, com o conflito armado interno, as mulheres rurais foram as que mais sofreram, a par das crianças órfãs, ao nível de pobreza a que chegaram, à luta diária pela sobrevivência, aos maus-tratos, tendo sido ainda subjugadas e utilizadas como escudo humano pelos exércitos em confronto (***ADRA, DW e SARDC***, 2000). Culturalmente, são responsabilizadas pela manutenção do lar, educação dos filhos e por servir os maridos, no contexto militar as mulheres assumem um papel de prestação de suporte ao exército e aos soldados, sacrificando as suas vidas e a sua dignidade.

As mulheres, vítimas de guerra, têm sido chamadas a participar em processos de reconstrução, através de organizações institucionais (***PNUD***, 2003), mas ainda não têm qualquer poder decisório. São os governos e os parlamentos que decidem e aprovam os programas que consideram mais ajustáveis ao desenvolvimento com fraca representação feminina. A UNIFEM (2004) alerta para urgência em serem criados programas estratégicos que promovam uma crescente capacidade da mulher na determinação de decisões públicas e nos órgãos de poder. Por enquanto, vão apenas participando ao nível de organizações civis nas comunidades que promovem actividades de reconciliação e de inter-ajuda local.

Empowerment e Participação

Segundo Zimmerman e Rappaport (1988), o treino dos factores fundamentais à promoção do empowerment pelos indivíduos deve incidir no controlo pessoal (percepção sobre as suas competências individuais ou auto-eficácia), participação (em organizações e actividades comunitárias) e consciência crítica (compreensão crítica sobre o contexto socio-político).

Pressupostos definidos por Kabeer (2001), também seguidos nesta investigação, demonstram que num processo empowering devem ser identificados indicadores específicos à população em questão. Estes revelam os caminhos, sobre os quais, a acção deve ser desenvolvida, tendo em conta os seus interesses, revelando a forma de determinação dos sucessos obtidos no respectivo contexto. Assim, a autora apresenta um processo de avaliação com base em pressupostos de empowerment estruturado em três fases:

(a) iniciado por um diagnóstico local ou avaliação dos recursos existentes, sobre os quais os indivíduos poderão exercer escolhas estratégicas;

(b) numa segunda parte, são exploradas as acções que devem ser realizadas para que as escolhas se possam concretizar e,

(c) numa terceira, são avaliados os efeitos resultantes das acções praticadas, ou os sucessos adquiridos através das escolhas efectuadas.

Na dimensão dos "***recursos***" a autora enquadra as áreas da educação, saúde e emprego como três eixos fundamentais num contexto em desenvolvimento. Ter capacidade de exercer escolhas estratégicas, encontra-se incluído na "***acção***", necessária para gerar mudança e aumentar competências individuais necessárias para o controlo pessoal sobre o meio envolvente. Os "***sucessos***" obtidos são expressos pela aquisição de emprego ou outras fontes de rendimento, e pela forma como os recursos são utilizados.

Para Fetterman (2001), o empowerment requer inúmeras competências que se encontram interligadas, como: identificar e expressar as suas necessidades, estabelecer metas e expectativas, definir um plano de acção para as alcançar, identificar recursos, fazer escolhas estratégicas sobre caminhos alternativos, avaliar resultados a curto e longo prazo, incluindo reavaliações dos planos definidos e adaptações necessárias.

O modelo de Fetterman sobre avaliação com base em pressupostos de empowerment (ou ***Empowerment Evaluation***) foi também uma referência metodológica aplicada no desenvolvimento prático e avaliação das iniciativas

realizadas ao longo da investigação apresentada. O principal objectivo, definido num processo de avaliação centra-se em acordar estratégias que promovam a autonomia dos participantes na realização da sua própria avaliação, num sistema cíclico de acção e reflexão, contribuindo para a sua auto-determinação (reflexo dos efeitos empowering no indivíduo) (*Fetterman*, 1994*,* ***cit por Fetterman et al*****,** 1996).

O modelo de envolvimento comunitário de Zimmmerman (2000a), que traduz quatro tipologias de intervenção comunitária, também influenciou o enquadramento dos procedimentos da investigação. Numa das tipologias, o autor salienta processos de mudança individuais através de iniciativas que reforcem o envolvimento e a participação das pessoas nas estruturas comunitárias do seu contexto envolvente.

Os pressupostos inerentes aos três modelos são enquadrados e interligados ao longo do processo colectivo (processo prático da investigação apresentada). A importância da promoção destes pressupostos junto de populações femininas vem reforçar uma perspectiva mais positiva sobre o papel da mulher em processos de reconstrução e reconciliação, em que a representação social de vítima se transforma na afirmação das suas capacidades desenvolvidas no seu passado e os contributos positivos que podem oferecer às comunidades locais, no período pós-conflito (Moura, T., 2005).

Empowerment de Mulheres: processo e resultados da investigação

Método

A pesquisa seguiu uma linha etnográfica, assente na metodologia de investigação-acção. Estes dois eixos metodológicos mantiveram-se presentes ao longo do estudo, interligando-se e complementando-se entre si. Além das técnicas de pesquisa documental, observação participante e a realização de entrevistas, estruturadas e semi-estruturadas, de grupo e individuais, a investigação baseou-se no modelo de avaliação com base em pressupostos de empowerment de Fetterman (1996, 2001).

Como tal, foram aplicadas várias metodologias de trabalho em grupo que permitissem desencadear acção durante o processo de condução da investigação. Debates em grupos de enfoque (focus groups) e open space, como técnica facilitadora da participação e partilha de informação, e a aplicação de dinâmicas temáticas interactivas, com instrumentos introdutórios a uma reflexão orientada. Foi assim, compilada uma panóplia de instrumentos que pudessem promover a participação do grupo-alvo e os objectivos do estudo pretendidos.

A prática de narrativas desenvolvidas durante os grupos de enfoque e entrevistas individuais, também contribui para a promoção do empowerment individual e colectivo, uma vez que, durante os relatos as pessoas podem identificar capacidades que lhes permitiram superar obstáculos nas suas vidas (Epson & White, 1990, cit por Williams et al., 2003), além de reflectir, em simultâneo, uma afirmação de identidade cultural de cada uma e em grupo (Williams, Labonte & O'Brien, 2003).

Esta abordagem multi-método, centrada em metodologias qualitativas e participativas, permitiu um enfoque sobre a partilha de experiências pessoais das mulheres envolvidas, realçando contributos individuais e em grupo que conduziram a orientação do processo prático da investigação, o envolvimento das inquiridas em todo o processo, assim como, a determinação de parâmetros específicos à avaliação dos dados recolhidos para o estudo.

Procedimentos

A investigação foi desenvolvida entre 2006 e 2007, em Viana, repartida em três períodos de trabalho de campo que permitiram acompanhar vários patamares da integração social do grupo alvo. Foi, assim, realizado um diagnóstico local; uma intervenção com um carácter prático e colaborativo, definido neste artigo como processo colectivo; e uma avaliação qualitativa dos efeitos resultantes da intervenção, que permitiram avaliar as mudanças individuais ocorridas em cada mulher, nove meses depois da investigação-acção.

Nem todas as mulheres convocadas para a participação no estudo continham as características predominantes do grupo-alvo pretendido: foram também incluídas duas mulheres que viviam na comunidade local há mais de cinco anos. O grupo participante na investigação é, então, composto por oito mulheres, com idades que variam entre os 22 e os 39 anos. Sendo o grupo alvo, sobre o qual, a análise de dados incidiu com maior profundidade, composto por seis mulheres.

A lógica de intervenção baseada em pressupostos de empowerment foi assente nos três modelos já mencionados:

(a) a estrutura geral da intervenção foi estabelecida de acordo com dimensões de empowerment definidas por Kabeer (2001);

(b) o processo colectivo da investigação foi conduzido fundamentalmente, através dos passos correspondentes ao modelo de avaliação com base em pressupostos de empowerment de Fetterman (2001);

(c) os efeitos resultantes da investigação foram avaliados em referência ao modelo de envolvimento comunitário de Zimmerman (2000a), de acordo com a sua tipologia de intervenção comunitária.

Além de orientações individuais, tendo em vista a sustentabilidade da intervenção, estratégias colectivas foram ainda acordadas, com o intuito de promover o suporte mútuo através da constituição de um grupo que continuasse a reunir-se em torno de objectivos e interesses comuns.

Exposição e interpretação dos dados

QI 1 – Avaliação das Necessidades

No sentido de responder à primeira questão, as inquiridas foram questionadas sobre as necessidades e dificuldades com que se depararam desde o fim da guerra civil. Os respectivos depoimentos foram recolhidos no âmbito dos grupos de enfoque e, em mais detalhe, nas entrevistas individuais, realizadas posteriormente.

O cruzamento entre as necessidades e os seus interesses permite-nos detectar aspectos a serem estimulados ao longo do trabalho e ampliar o espaço de acção para atingir metas de progresso e de mudança individual. É este o ponto de partida em que se centra a primeira questão de investigação que permitiu, mais tarde, definir o plano de acção do processo colectivo.

Através da primeira análise pudemos verificar que as necessidades comuns e predominantes nas participantes se enquadram na falta de emprego, no acesso a recursos básicos comunitários (assistência de saúde, educação), aumento de redes de suporte (apoio familiar e redes sociais), habitação, regularização da sua documentação pessoal e dos seus dependentes, aumento de competências e formação profissional e na superação do sentimento de exclusão social. Alguns destes, comuns a grande parte da população angolana.

> O emprego é, nesta análise, considerado um meio fundamental para a resolução das suas dificuldades, permitindo o acesso ao ensino, saúde, habitação própria, contributos indispensáveis na integração social de um individuo. (…) o emprego é a base de tudo na vida. (…) sem dinheiro não se faz nada (M5, 2006).

Para conseguir emprego, as participantes acreditam que é necessário ter habilitações literárias elevadas Dizem que agora aqui em Luanda para conseguirem emprego, é a partir da 12ª, assim é fácil. (M5, 2006), competências específicas e formação profissional adequada ao contexto actual

> (…) você para tomar as suas decisões, pensa: tou aqui à x tempo, vou fazer como? Vou pegar nisso, vou na população, vou arranjar comida assim e assim, pego na enxada vou cultivar…mas aqui não é possível, tá tudo difícil, já não tem como fazer. (M5, 2006).

Contudo, o principal obstáculo que as participantes referem é a corrupção e as influências no acesso ao mercado de trabalho.

> (…) depende mesmo das influências. Se você tiver uma costa larga ou se tiver alguém mais que estiver a trabalhar um pouco, logo que apareça emprego, ela só que te pode dar um toque. (M4, 2006).

As participantes consideram também que, com casa própria conseguiriam adquirir mais estabilidade; diminuiriam os encargos mensais e melhorariam as condições de higiene básicas e o nível de segurança.

> (…) a casa não é nossa e quando a renda acabar vão correr connosco (M3, 2006).

O acesso aos recursos comunitários é reduzido e os recursos financeiros são insuficientes para beneficiarem dos serviços locais disponíveis.

> Já perdi dois filhos. Lá perdi um e cá pedi outro. (…) cá foi por doença (M1, 2006). Salientam que precisam de mais acesso à informação e orientação sobre os passos que devem dar, em função do que precisam, referindo que não sabem como devem proceder, nem onde se devem dirigir quando pretendem resolver algum assunto. Há vezes que você não sabe onde se dirigir. É preciso que alguém te venha ver e diga que eles ali fazem isso, isso e isso… é isso, ás vezes, você é nova e não conhece os locais onde você pode ir para pedir ajuda. (M5, 2006).

As participantes beneficiavam apenas das informações prestadas pelas vizinhas, por vezes em troca de dinheiro por esse favor. É que ás vezes a pessoa vai procurar ajuda mas sempre te pedem qualquer coisa (...) para falar, primeiro te pedem "gasosa" (M5, 2006).

Quanto às redes de suporte, algumas referem nunca ter tido contacto com a família depois da guerra. Outras, já contactaram familiares que não lhes prestaram ajuda significativa. Apenas uma revelou ter apoio pontual de familiares directos. Os casos de estruturas familiares mono-parentais, por via do divórcio ou viuvez, acentuam a vulnerabilidade de algumas das inquiridas que têm seis filhos a seu encargo.

> Aqui em Luanda, você pode ter um parente (…) é difícil, você, sem ser alguém, chegar lá e dizer 'eu vim ter contigo'. Ele não te vai ligar, saber que você não tem nada (…) você não poderá devolver o mesmo (…) então ele prefere não ligar. (M2, 2006).

As dificuldades financeiras e o sentimento de exclusão, também se reflectem na participação das mulheres nos encontros das suas igrejas e em movimentos de inter-ajuda, por não poderem contribuir com donativos nestas iniciativas.

As mulheres inquiridas não receberam ajudas sociais através do processo de desmobilização, durante a sua fase inicial de reintegração. Este facto acentua o sentimento de exclusão social, uma vez que o seu serviço prestado forçadamente às forças militares, não foi compensado, nem indirectamente enquadrado no programa de desmobilização previsto no Acordo de Luena. Seria bom se, na realidade, os nomes todos dos que foram militares saíssem para a desmobilização, porque naquele sofrimento, também poderiam ao menos compensar. (M5, 2006); No tempo da desmobilização estavam a desmobilizar os homens. (M4, 2006).

Existe, também, necessidade de superar o estigma criado durante o longo período de guerra civil, que dividiu o país em duas partes rivais.

> (…) eu tenho certificado (de habilitações) mas quero abolir esse certificado, quero outro. Porque aquele diz "União Nacional para a Independência Total de Angola – UNITA". Não quero mais essa confusão toda, depois causa só problemas. (M5, 2006); (…) onde é que te vão dar emprego? Vão te meter lá no fundo! (M3, 2006).

Este facto vem inibi-las de agir proactivamente na procura de apoio à superação das suas necessidades.

A corrupção e a falta de recursos financeiros são, por sua vez, obstáculos presentes sentidos pelas mulheres inquiridas. A (XXX) dizem que é uma escola gratuita.

> Eu em Janeiro, fiz lá 3, 4 dias, 'desconsegui' matricular os meus filhos.
>
> Passei cinco dias na bicha, (…) as directoras disseram que é preciso cem dólares. (M5, 2006).

Foi com base nestas necessidades identificadas que o processo colectivo se desenvolveu, sendo descrito, em detalhe, na análise da terceira questão de investigação.

QI 2 – Indicadores de Empowerment

A partir da definição de Rappaport (1981) – *"o empowerment é o controlo/domínio que o indivíduo detém sobre todos os assuntos relativos à sua vida"* – foi perguntado às participantes como é que imaginam uma mulher angolana com domínio sobre todos os assuntos relativos à sua vida, e o que é que consideram que esta deve ter para conseguir assumir esse controlo?

A determinação destes indicadores traduz as prospecções que o grupo participante visiona, como ideais, na conquista de um domínio sobre as suas condições de vida, o que revela, indirectamente, um caminho empowering a seguir por esta população.

Com o cruzamento dos seus depoimentos com os parâmetros e indicadores de empowerment definidos por autores de referência, é possível determinar como é que estes dados podem ser relacionados com os indicadores específicos a estas mulheres, de forma a entender se o que as mulheres aspiram para as suas vidas é coerente com a perspectiva de empowerment.

Tabela 1~

Indicadores de Empowerment

Domínios de Empowerment (Zimmerman, 2000a, 2000b)	Parâmetros de Avaliação de Empowerment	Indicadores específicos expressos pelas Mulheres
Controlo percepcionado	Auto-Determinação (Fetterman et al., 1996; Becker, Kovash, Groseth, 2004 Sentimento de auto-eficácia (Zimmerman & Rappaport, 1988)	Capacidade para enfrentar os problemas Coragem Esperança
Controlo sobre o contexto sócio-político ou Capacidade efectiva	Acesso a Recursos (Kabeer, 2001; Sara Longue, 1994; Sen & Grown, 1985 (cit. in Oxaal & Baden, 1997)) Competências Redes de Suporte	Formação Emprego Habitação própria Redes de Suporte Social
Participação	Participação (Sara Longue, 1994 (cit. In Oxaal & Baden, 1997))	Participar em grupos de mulheres / Movimentos de inter- ajuda Participar em tomada de decisões familiares
Consciência Crítica	Significado ou sentido cultural atribuído (Thomas e Velthouse, 1990, cit. in Spreitzer, 1995) Questões de Género	Família e marido Natalidade controlada Gestão doméstica

As participantes consideram que "uma mulher angolana só domina e controla os assuntos relacionados com a sua vida" quando tem capacidade para enfrentar os problemas, coragem, esperança, habilitações escolares e formação profissional. A participação em grupos de mulheres, ou outros movimentos de inter-ajuda, ter uma família estável, conseguir controlar a natalidade, capacidade de gestão doméstica e participar em decisões familiares, são outros factores importantes na sua realização pessoal. O emprego e a habitação própria formam ainda subcategorias deste quadro, consideradas determinantes na sua integração social efectiva.

Como resultado desta análise, podemos verificar que, na lógica da teoria do empowerment, as participantes apresentam uma consciência relevante sobre os domínios essenciais na sua realização pessoal e na percepção do controlo de uma mulher sobre os assuntos relacionados com a sua vida. Esta percepção, demonstrada pelas participantes, representa ainda, segundo Zimmerman (2000b) e Kabeer (2001), uma condição fundamental preliminar na promoção do empowerment individual.

QI 3 – Avaliação do Processo Colectivo da Investigação

Para avaliar o processo colectivo da investigação e o respectivo impacto nas participantes, tivemos em conta os dados recolhidos no momento inicial do processo, sobre os quais, a prática colectiva se desenvolveu, e dados testemunhados pelas participantes que expressam mudanças ocorridas após a investigação-acção.

Dados iniciais

Os dados considerados relevantes no momento inicial da investigação incluem, além das necessidades e intenções das participantes apresentadas na primeira questão central do estudo, outros aspectos que revelam, em traços gerais, a condição destas mulheres no início da intervenção.

Apesar das necessidades apresentadas pelas mulheres na primeira questão de investigação, existem competências e estratégias que se destacam através das suas experiências passadas. As mulheres ganharam hábitos de trabalho em equipa e expressam um forte sentido de compromisso nas tarefas que lhes são atribuídas. Algumas têm formação profissional e habilitações literárias que variam entre a 4ª e a 8ª classe, adquiridas nos campos militares da UNITA.

Apresentam competências profissionais na área do ensino primário, enfermagem, serviços domésticos, artesanato e vendas ambulantes. Algumas destas competências foram praticadas nas formações promovidas por ONG, integrados em programas de reintegração do PDGREM, outras foram desenvolvidas nos campos da guerrilha, em cursos de enfermagem, analista de laboratório e formação militar. As mulheres revelaram ainda uma capacidade de acção proactiva ao enfrentarem dificuldades durante o seu passado e outras aprendizagens importantes para a vida civil, adquiridas durante a sua experiência militar.

Os meios de sobrevivência a que recorrem no actual contexto são os trabalhos esporádicos, o recurso a plantas medicinais para tratar de algumas doenças, laços de solidariedade com outras mulheres que estiveram nas "matas", omissão do seu passado a pessoas com quem não desenvolveram relações de confiança, e apoio na religião, como força espiritual em situações difíceis. Estas iniciativas revelam, ainda, importantes conhecimentos adquiridos sobre recursos alternativos que podem hoje aplicar, como a utilização de plantas medicinais, experiência profissional e regras e práticas de solidariedade, reciprocidade e colaboração, que também revelam competências pertinentes à vida em comunidade e ao desenvolvimento de comunidades pacíficas.

O Processo Colectivo

O processo colectivo teve um carácter dinâmico através de acções conjuntas e da prática de reflexões pertinentes à mudança individual das participantes. Todo o processo foi construído com base na voz das participantes (Rappaport, 1990b; Fetterman, 2001), tendo em conta as suas necessidades e competências (Rappaport, 1984) desde a fase de definição do corpo teórico que sustentou a investigação, com base em entrevistas exploratórias em Fevereiro de 2006.

Neste processo pretendeu-se delinear estratégias entre o grupo, adaptáveis às condições de cada uma. Os contributos das mulheres (interesses, sugestões e participação) foram essenciais à determinação dos contornos tomados, tal como os princípios de uma avaliação com base em pressupostos de empowerment também sugerem (Fetterman, 2001). Este foi ainda desenvolvido sobre as suas competências e aspectos positivos nas suas experiências de vida, reforçando as capacidades e transpondo-as para uma dinâmica proactiva (Zimmerman, 2000a), com a finalidade de encontrar caminhos que respondem às suas necessidades.

Entre as estratégias referidas, nesta segunda parte, são salientadas as acções de maior destaque e temas debatidos, desenvolvidos sobre dois eixos na condução do processo: o "***emprego***" e o "***acesso aos recursos comunitários***" (definidos com base nas necessidades e intenções expressas pela primeira questão de investigação).

Sobre as iniciativas desenvolvidas durante o processo colectivo realçamos a definição de um plano de acção, em grupo e individual, para estabelecer metas e estratégias na procura activa de emprego e a exploração de outras formas alternativas de auto-sustento. A definição deste plano foi baseada nos passos descritos por Fetterman (2001) no seu modelo já referido.

Para facilitar o acesso aos recursos comunitários pelas participantes, decidimos identificar que instituições alternativas de apoio a populações vulneráveis intervêm na sua zona de residência, que prestam serviços adequados aos seus interesses, e conhecê-las pessoalmente, em pequenos grupos, para recolher informações, posteriormente partilhadas com todas as participantes da pesquisa. Como resultado desse diagnóstico, realizado em conjunto, desenhámos um "mapa comunitário" numa cartolina e legendámos com as informações recolhidas para que ficasse futuramente disponível a todos os interessados. Foram ainda praticadas reflexões em conjunto, sobre formas de apresentação pessoal na procura de emprego e passos a seguir para tratar assuntos administrativos, baseadas em dinâmicas interactivas (*cf*. Hope & Timmel, 2003).

No sentido de identificar as competências das participantes, foi inicialmente estabelecida uma relação assente num sistema horizontal e de colaboração, entre a investigadora e as mulheres. No âmbito dos grupos focais identificámos as principais competências profissionais de cada participante. As narrativas também foram mecanismos usados para salientar experiências e soluções positivas alcançadas pelas mulheres ao longo das suas histórias de vida. A auto-confiança, os conhecimentos, interesses e competências pessoais e profissionais foram valorizados durante todos os encontros.

No reforço dessas competências e para praticar a reflexão crítica sobre o contexto envolvente, foram identificadas áreas temáticas de interesse comum às participantes. A partir de uma lista de temas definidos em grupo, foram determinados e debatidos um conjunto de informações úteis, tais como, cuidados preventivos e maternais, acesso aos centros de saúde,

instituições religiosas, importância dos grupos de inter-ajuda de mulheres, ensino alternativo, entre outros, esclarecidos directamente nas respectivas entidades que facultam informações nestas áreas.

Reflexões sobre processos de mudança foram feitas através das narrativas, representadas num gráfico desenhado em papel, sobre o seu percurso individual, com fases positivas e negativas, até ao momento presente. Os procedimentos e iniciativas desenvolvidos ao longo da investigação foram também alvo de uma reflexão individual e colectiva, com base em parâmetros de avaliação predefinidos. Estruturados num questionário individual, preenchido sob orientação directa da moderadora, todos os aspectos foram, posteriormente, debatidos em conjunto, numa discussão aberta, partilhando as limitações sentidas durante o processo e sugestões futuras.

A experiência prática pretendeu ainda, lançar bases de continuidade das acções iniciadas que pudessem, posteriormente, ser adaptadas por cada participante e desenvolvidas numa perspectiva de sustentabilidade da intervenção. A transmissão de um esquema sobre os passos a seguir na planificação de metas, objectivos, estratégias e etapas a alcançar, à luz da metodologia de Fetterman (1996; 2001) demonstradas para o caso de cada uma, favoreceu a apropriação de instrumentos que permitem a sua futura autonomia na planificação do seu caminho, quando sentirem adequado.

Dados Finais

A avaliação sobre o impacto do processo colectivo nas mulheres foi, mais uma vez, baseada nos testemunhos das participantes e na observação etnográfica, tendo em conta as suas opiniões sobre o processo prático desenvolvido em conjunto, as mudanças que ocorreram nos nove meses posteriores ao mesmo e uma reflexão crítica, através do diálogo, sobre o curso da experiência. Nesta reflexão foram salientados os aspectos positivos e negativos, os efeitos considerados consequentes das iniciativas realizadas em grupo, assim como a evolução do percurso individual de cada uma, numa perspectiva de empowerment, tendo como referência os indicadores por elas determinados.

Os resultados verificados nesta avaliação qualitativa, após o processo colectivo, tiveram expressão nos dois eixos centrais de actuação da investigação: o "***emprego***" e o "***acesso aos recursos comunitários***" que, por sua vez, proporcionaram contributos positivos sobre as dificuldades anteriormente identificadas.

Em relação ao emprego, duas mulheres iniciaram actividade profissional numa instituição de solidariedade social, prestando formação em croché e bordados (habilidades que dominam) a crianças deste centro educativo. Esta oportunidade foi alcançada na sequência das iniciativas praticadas ao longo do processo colectivo, através do envolvimento e participação do grupo, com as organizações locais. Outras duas mulheres encontraram emprego através das estratégias delineadas no âmbito do processo colectivo: uma, pela distribuição do seu currículo individual, e a outra, seguindo um exemplo partilhado em grupo, ao consultar directamente os vizinhos interessados nos seus serviços. Houve mais duas mulheres que iniciaram um pequeno negócio e outras duas, aumentaram a rentabilidade da sua actividade iniciada, desenvolvendo novas estratégias de vendas.

Quanto ao acesso a recursos comunitários, uma mulher matriculou-se no ensino para adultos, obtendo com boas avaliações. Doze crianças, no total, que fazem parte do agregado familiar das mulheres, foram matriculadas em escolas oficiais, ensino alternativo e num colégio privado. Verificou-se uma melhoria nos comportamentos preventivos de saúde e no acesso a serviços de assistência médica. Uma delas referiu que agora faz sempre análises antes de medicar os filhos, para despistar a eventualidade de ter paludismo, e outra está a receber a assistência médica sobre o seu estado de infertilidade. Outra mulher concluiu o seu processo de documentação. Três integraram o movimento de inter-ajuda "***Promaica***" (movimento católico de mulheres). As seis mulheres do grupo-alvo voltaram a contactar individualmente entidades exploradas durante o diagnóstico comunitário realizado em conjunto e entidades identificadas por elas.

Neste estudo, testemunhos expressos pelas mulheres demonstraram melhorias na superação do sentimento de exclusão, obstáculo que demonstraram inicialmente no acesso aos recursos comunitários e na relação com pessoas desconhecidas. As mulheres referem que após esta experiência se sentiram mais encorajadas para ultrapassar dificuldades. Quatro começaram a definir planos futuros com mais determinação. Uma delas iniciou um negócio de sucesso e adquiriu maior autonomia financeira, referindo que, por vezes, já cede dinheiro ao seu marido, quando necessário, de quem dependia exclusivamente.

Em termos colectivos, foi ainda criado, como efeito colateral do processo de investigação, um grupo de inter-ajuda, o "Grupo Bonança", para dar continuidade ao processo realizado. Para tal, Foram prestadas orientações específicas para as mulheres definirem objectivos de interesse colectivo para responderem a algumas das suas necessidades e foram promovidos estímulos criativos para desenvolverem as suas aptidões na área do artesanato, aproveitando materiais recicláveis a na confecção de artigos para vender. O grupo contou inicialmente com o acompanhamento do pastor responsável pela organização religiosa local, onde os encontros prosseguiram. Com o decorrer do tempo, estes passaram a focar-se essencialmente na confecção de artigos em croché e outros materiais para vendas, sobre os quais duas mulheres tomaram a liderança no ensino da técnica às mais interessadas.

Na relação dos dados obtidos com os indicadores de empowerment identificados, verificámos que houve conquistas ao nível de alguns parâmetros referidos por elas. Mediante os três domínios de empowerment, definidos por Zimmerman (2000b) -

(a) controlo,

(b) participação e

(c) consciência crítica - foi na prática de iniciativas participativas e na promoção de consciência crítica que o processo incidiu maioritariamente e onde os resultados foram evidentes.

O controlo percepcionado e o acesso aos recursos foram, por sua vez, influenciados pela promoção de competências participativas.

CONCLUSÕES

Ao longo deste artigo é revelado pelas mulheres, actoras da investigação, dois tipos de confrontações; o passado de sofrimento e o presente traumático com poucas perspectivas de futuro. Durante a guerra, viveram sob opressão nas bases dos guerrilheiros, foram forçadas a assimilar comportamentos sociais, ideológicos e de disciplina totalitária, violadores de direitos humanos. Depois da guerra viram-se confrontadas com uma sociedade que lhes é hostil, sem acesso imediato a apoios sociais que lhes facultassem alguma orientação para conseguirem (re)integrar-se socialmente.

Contudo, os resultados empowering, verificados após o processo de investigação, demonstram que as participantes já detinham competências relevantes, sem as quais, e no pouco tempo disponível, não teriam alcançado resultados positivos nesse sentido. A adaptação feita pelas mulheres, de algumas estratégias evocadas nas sessões de grupo, evidenciada na análise qualitativa dos resultados finais, demonstra ainda uma forte capacidade na apropriação do processo realizado em conjunto, assim como a continuidade da intervenção. Além destas, verificámos que as competências desenvolvidas no seu passado demonstram valores importantes na vida civil, como capacidade de compromisso e disciplina, tal como a autora Keairns (2002) também evidenciou em estudos realizados sobre a reintegração de mulheres ex-militares em alguns países da África Central. Além destas, competências profissionais (formação ou experiência profissional) são também identificadas, apesar de não terem sido enquadradas no mercado de trabalho, pelas limitações existentes no acesso a oportunidades de trabalho, comuns a grande parte da população em Angola.

Podemos concluir, com base no levantamento das necessidades na primeira questão de investigação, que muitas das dificuldades sentidas pelas mulheres são comuns à maioria da população angolana e em extensas comunidades na região urbana e sub-urbana de Luanda (cerca de 70% da população angolana vive no limiar da pobreza extrema (*PNUD*, 2005)) sem escolaridade e sem acesso ao mercado de trabalho.

Com base nesta experiência, verifica-se que o empowerment constitui uma via que pode contribuir positivamente para a promoção da auto-suficiência e desenvolvimento de capacidades proactivas no povo angolano, pela procura de respostas às dificuldades com que vivem e na promoção de sistemas de inter-ajuda, ou outras iniciativas colectivas, que fomentem o envolvimento dos indivíduos e a participação comunitária. Estes pressupostos podem traçar caminhos nessas conquistas a curto prazo e lançar bases à construção da capacidade comunitária, a longo prazo, promovendo a crescente participação colectiva dos grupos mais vulneráveis na esfera pública, moldada pela recente história de guerra civil, e promoção da capacidade de resposta às necessidades prevalecentes nesta fase de transição política, económica e social do país.

Apesar dos visíveis progressos alcançados nas estratégias de resposta do Governo no suporte e atribuição de incentivos à reintegração de ex-militares desmobilizados e na reconstrução de infra-estruturas essenciais ao restabelecimento das populações, o papel da mulher é, nestes processos, fundamental à construção de uma sociedade equitativa e no controlo da prossecução da violência. Uma vez que é ela a principal responsável pela educação dos filhos, e manutenção do lar, a criação espaços para a promoção da mulher na superação dos desafios emergentes no período pós-guerra em Angola, constituem iniciativas de igual relevância ao desenvolvimento do país e na reconciliação do povo angolano.

REFERÊNCIAS

ADRA, Development Workshop & SARDC-WIDSAA (2000). Para Além das Desigualdades:
A Mulher em Angola. Luanda e Harare: ADRA/DW/SARDC.

Aguiar & Moniz (2006). A Promoção do Empowerment Comunitário a partir de um Processo de
Mudança, monografia de licenciatura em Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Becker, J., Kovach, A. C. & Gronseth, D. L. (2004). Individual Empowerment: How Community Health Workers Operationalize Self-determination, Self-sufficiency, and Decision-making Abilities of Low Income Mothers. In Journal of Community Psychology, 32 (3): 327-342.

CCF Angola (1996). Abuso e Exploração Sexual das Crianças em Tempo de Guerra: O Caso de Angola. Luanda: Christian Children's Fund.

CCF e CIDA (2005). As Vozes do Silêncio. Luanda: Christian Children's Fund.

Fetterman, D. M., Kaftarian, S. J. & Wandersman, A. (1996). Empowerment Evaluation, Knowledge and Tools for Self-Assessment & Accountability. Thousand Oaks: SAGE publications.

Fetterman, D. M. (2001). Foudations of Empowerment Evaluation. Thousand Oaks: SAGE publications.

Freire, P. (1970). Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Hope, A. & Timmel, S. (2003). Training for Transformation: A Handbook for Community Workers (vol. IV). London: ITDG Publishing.

Hur, M. H. (2006). Empowerment in terms of Theoretical Perspective: Exploring a Typology of the Process and Components across Disciplines, in Journal of Community Psychology, 34 (5): 523-540.

Kabeer, N. (2001). Resources, Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment. In Discussing Women's Empowerment – Theory and Practice. Stockholm: Sida.
Moura, T. (2005). Entre Atenas e Esparta: Mulheres, Paz e Conflitos Armados. Coimbra: Quarteto.
ONU (2002). "Background and Position Paper on Gender Unit at Department of Peacekeeping Operations (DPKO)". In 1325 News - Working towards implementing Security Council Resolution 1325, nº 5. Geneva: ONU. http://www.peacewomen.org/un/ngopub/DPKOgenderunit.html (Consultado na Internet em Setembro de 2007).
Oxaal & Baden (1997). Gender and empowerment: definitions, approaches and implications for policy. Brighton: Bridge – Institute of Development Studies. http://www.ids.ac.uk/bridge/ (Consultado na Internet em Março de 2007).
Ornelas, J. H. (2003). Participação, Empowerment e Liderança Comunitária. In José Ornelas, Susana Maria (Eds.), IIIª Conferência de Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental: Participação, Empowerment e Liderança Comunitária (pp.5-13). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
PNUD (2003). As Mulheres e a Reconstrução Pós-Conflito. http://portugalmun.iscsp.utl.pt/downloads/guias_estudo/Guia_estudo_PNUD.doc (Consultado na Internet em Dezembro de 2006).
PNUD (2005). Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – Relatório de Progresso (Angola). Luanda: PNUD e Ministério do Planeamento.
Rappaport, J. (1981). In Praise of Paradox: A social policy of empowerment over prevention. American Journal of Community Psychology, 9 (1): pp.1-25.
Rappaport, J. (1984). Studies in Empowerment: introduction to the issue. In Julian Rappaport e Robert Hess (eds.) Studies in Empowerment (pp.1-7). NY: The Haworth Press.
Rappaport, J. (1987). Terms of Empowerment – Exemplars of Prevention: Toward a Theory for Community Psychology. American Journal of Community Psycholy, 15 (2): 121-147.
Rappaport, J. (1990b).Research methods and empowerment social agenda. In Patrick Tolan, Christopher Keys, Fern Chertok & Leonard Jason (Eds.) Researching Community Psychology: Issues of Theory and Methods (pp. 51-63). Washington, DC: American Psychological Association.
Rich, R, Edelstein, M., Hallman, W. & Wandersman, A. (1995). Citizen Participation and Empowerment: The Case of Local Environmental Hazards, in American Journal of Community Psychology, 23 (5): 657-675.
UNIFEM (2004). Getting it Right, Doing it Right: Gender and Disarmament, Demobilization and Reintegration. NY: UNIFEM.
Williams, Labonte & O'Brien (2003). Empowering Social Action through narratives of identity and culture. Health Promotion International, 8 (1): pp. 33-40.
Zimmerman, M. & Rappaport, J. (1988). Citizen Participation, Perceived Control and Psychological Empowerment. In American Journal of Community Psychology, 16 (5): 725-750.
Zimmerman, M. A., (2000a). Empowerment and Community Participation: A review for the next millennium. In José Ornelas (Ed.) II Congresso Europeu de Psicologia Aplicada (pp.17-42). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
Zimmerman, M.A., (2000b). Empowerment Theory: Psychological, Organizational and Community levels of analysis. In Jullian Rappaport and Edward Seidman (Eds.) Handbook of Community Psychology (pp. 43-59). New York: Kluwer Academic/ Plenum Publishers.

Procurando entrar na fortaleza da terra prometida: translocalização da intimidade e mobilidade migratória do nordeste brasileiro para a Europa

Octávio Sacramento
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
riosacra@portugalmail.pt
Fernando Bessa Ribeiro
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Resumo: Considerando como contexto etnográfico de referência a praia de Ponta Negra (um dos destinos com maior afluência turística da cidade Natal, no nordeste brasileiro), a comunicação assume como objecto central de reflexão a construção pró-activa e sustentada de projectos migratórios femininos, no quadro dos cenários de intimidade estabelecidos entre as mulheres locais, nomeadamente as garotas de programa, e os turistas europeus. De certo modo conscientes da insatisfação destes últimos em relação às manifestações dominantes de feminilidade e às relações de género nos seus contextos de origem, as primeiras procuram conquistar o gringo e, por essa via, aceder ao continente europeu, destino que associam ao sucesso económico, ao bem-estar e à ascensão social. Esta capacidade de agência no quadro da aliança e a assunção da mobilidade feminina como acto volitivo facilitam o questionamento de alguns discursos dominantes sobre tráfico, que amiúde ignoram a vontade e o poder de iniciativa das mulheres, partindo de um princípio acrítico e linear com base no qual, de um ou outro modo, praticamente todas as migrantes são tidas como vítimas.

Palavras-chave: intimidade, translocalização, fronteiras, migrações, agência feminina, tráfico.

Introdução

Este texto é um exercício exploratório, empiricamente ainda algo desfocado, de construção de algumas coordenadas de análise para uma pesquisa de doutoramento de um dos autores, intitulada "*Translocalização da intimidade: Turismo internacional, aliança e emigração feminina entre o nordeste brasileiro e a Europa*".1 Atendendo à vastidão desta temática, procurar-se-á aqui centrar mais a discussão em torno da construção de projectos migratórios femininos do Sul que se articulam com os fluxos turísticos masculinos do Norte, enquanto expressão daquilo que Smith e Guarnizo (1998) designam de "transnationalism from below".

Atendendo ao trabalho de campo exploratório já realizado, considera-se como contexto empírico de referência o eixo transnacional entre o nordeste brasileiro e a Europa, mais especificamente entre Ponta Negra, praia com maior afluência turística da cidade de Natal, e alguns países da Europa Mediterrânea, com destaque para Portugal, Espanha e Itália, de onde provém uma parte significativa dos turistas e para onde migram muitas das mulheres que com eles constroem relações de intimidade e aliança.2 Através da análise dos processos e das práticas que configuram as interacções entre estes turistas (gringos) e as mulheres locais, em particular as que socialmente lhes são mais acessíveis (caso das garotas de programa),3 procura-se, acima de tudo, mostrar como a génese de muitos projectos migratórios é suscitada pelo turismo de massas, encontrando-se directamente associada a vivências e configurações translocais da intimidade. Em concreto, interessa

(i) interpretar as formas de "*imaginação global*" (*Appadurai*, 1990), expectativas e aspirações específicas que levam as jovens-adultas natalenses a desejarem a Europa como espaço de acolhimento migratório;

(ii) examinar as estruturas locais e transnacionais (políticas, económicas, de género, de regulação de fronteiras, entre outras) que nos permitem entender alguns dos principais condicionalismos subjacentes à construção pró-activa de relações de namoro e aliança com os turistas, no contexto das quais se concretizam os projectos migratórios;

(iii) questionar a pertinência factual da utilização do conceito de tráfico de mulheres no quadro da translocalização da intimidade e da aliança, mostrando simultaneamente o seu (possível) alcance político-ideológico e admitindo como plausível, em alternativa, a existência de uma mobilidade migratória sintomática da capacidade de agência feminina, numa conjuntura marcada pela crescente fortificação (sobretudo por via da digitalização) das fronteiras dos países mais ricos.

O texto começa por situar brevemente o fenómeno em análise no quadro do aparente paradoxo estrutural que marca as sociedades contemporâneas, caracterizado pela desterritorialização à escala global da vida social (e mesmo íntima) e, por outro lado, pela crescente intensificação/sofisticação dos dispositivos de controlo dos movimentos de pessoas, muito em particular das migrações. De seguida mostra a construção de cenários sociais de intimidade entre mulheres locais e turistas ocidentais, na praia de Ponta Negra, relevando as expectativas, ambições e projectos das primeiras que as dispõem a migrar e procurar uma nova geografia para a sua vida. Por último, problematiza, ainda que de modo exploratório, a utilização do conceito de tráfico no contexto dos projectos migratórios aqui considerados, ensaiando-se a hipótese dessa utilização ser ideologicamente informada pelos interesses das políticas migratórias dos países mais desenvolvidos.

Transnacionalismo de aparência paradoxal: modernidade líquida e dromocontrole

A mobilidade migratória e turística de e para Natal, ao dar lugar a uma densa rede de fluxos sociais multidireccionais, constitui um bom exemplo da transnacionalização que caracteriza a actual globalização. Considera-se aqui a transnacionalização como uma expressão de

> "[…] actividades iniciadas e mantidas por actores não-institucionais, sejam eles grupos organizados ou redes de indivíduos, através das fronteiras nacionais" (Portes, 2006: 210).4

---

1 O conceito de translocalização da intimidade aqui utilizado encontra-se bastante próximo do que King (in Roca, 2007: 436) designa de "transnacionalização da intimidade", ou seja a constituição de relações afectivas, de carácter amoroso, mais ou menos institucionalizadas, que extravasam as fronteiras nacionais dos parceiros/as da relação.

2 A pesquisa foi realizada entre Julho e Setembro de 2005, com base numa metodologia predominantemente qualitativa. A recolha de informação foi, deste modo, assegurada por via da observação-participante e pela realização, já numa fase mais adiantada da estadia no terreno, de entrevistas semi-dirigidas aos principais actores sociais do objecto de estudo: turistas europeus (na sua maioria italianos) e mulheres locais. Esta abordagem exploratória circunscreveu-se apenas à praia de Ponta Negra, em Natal. Considerando, no entanto, o carácter transnacional do fenómeno em estudo, a investigação de doutoramento em curso contempla também trabalho de campo em contextos europeus de onde procedem os principais fluxos turísticos. Tratar-se-á de pôr em prática uma "etnografia multi-situada" que, tendo Ponta Negra como referência, permita seguir as pessoas, as coisas, as metáforas, as histórias ou as alegorias, as biografias e os conflitos (Marcus, 1995). Desta forma será possível, como reconhece Hannerz (2003: 206), "[…] establish the translocal linkages and the interconnections between those and whatever local bundles of relationships which are also part of the study".

3 Como Silva e Blanchette (2005) advertem, gringo é um termo que no Brasil se aplica a qualquer estrangeiro, não tendo necessariamente uma conotação pejorativa. No caso específico de Natal, ainda que exista uma considerável diversidade no que diz respeito aos seus países de origem, idades, profissões, "motivações", perfis de masculinidade, e estrato social, sobressaem, todavia, alguns aspectos mais ou menos recorrentes: predomínio claro de turistas de nacionalidade italiana, na sua maioria jovens adultos, normalmente tendo viajado em grupo (3 a 6 elementos) e com uma origem social que tende a circunscrever-se às classes populares (trabalhadores fabris) e, sobretudo, aos diversos segmentos das classes médias urbanas (empregados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, profissionais técnicos). A designação garotas de programa, por sua vez, é usada nos discursos sociais para fazer referência a mulheres que se prostituem ou que são tidas como sexualmente promíscuas (Gaspar, 1985). Em Natal, a maioria delas é jovem (20-30 anos) e provém de estratos sociais desfavorecidos, sendo que algumas delas são originárias de outros Estados brasileiros, mais ou menos próximos de Natal. Para uma visão mais detalhada dos actores, processos e dinâmicas sociais do contexto em causa, ver Ribeiro & Sacramento (2006, 2008).

4 Para um conhecimento mais aprofundado da amplitude do conceito, veja-se Hannerz (1996). Num outro texto, o mesmo autor faz uma breve identificação das diferenças entre transnacionalização, globalização e internacionalização (Hannerz, 2000: 236-237).

O resultado destas actividades, particularmente evidente no quadro das migrações, é a emergência de fenómenos sociais desterritorializados, não vinculados necessariamente ao contexto de um qualquer Estado-Nação (Basch, Schiller & Blanc, 2000). Com efeito, muitas das manifestações sociais têm vindo a deixar de estar reféns de um território específico e exclusivo. Elas não ocorrem, necessariamente, "*aqui*", ou "*lá*", ou "acolá", mas sim "*entre*" dois ou mais locais situados em diferentes países ou continentes. Trata-se de uma ocorrência em trânsito acelerado que configura uma sociedade da velocidade e da "dromologia" (Virilio, 1996).

Considerando o carácter transbordante da vida social actual, Bauman (2000) identifica a liquidez como a grande metáfora para caracterizar uma contemporaneidade marcada pela atenuação de muitos dos constrangimentos decorrentes da geografia e da geopolítica e pela leveza, cinética e volatilidade dos indivíduos e das suas relações (Justo & Rocha, 2006). Neste sentido, Papastergiadis (2000: 4), inspirado nos trabalhos de Rosenau sobre relações internacionais, propõe a figura da turbulência para a compreensão da conectividade do mundo actual, muito em particular a que decorre das migrações internacionais:

> "the flows of migration across the globe are not explicable by any general theory. In the absence of structured patterns of global migration, with direct causes and effects, turbulence is the best formulation for the mobile processes of complex self-organization that are now occurring".

No entender de Appadurai (1990), a actual fluidez e turbulência do sistema-mundo expressa-se sobretudo em fluxos globais de pessoas (ethnoscapes), tecnologia (technoscapes), capital (financescapes), imagens (mediascapes) e ideologias (ideoscapes). Estes são fluxos em permanente reconfiguração, não isomórficos, divergentes e sem um verdadeiro sentido de lugar e de pertença, circulando a diferentes ritmos entre múltiplos nódulos de uma estrutura metamórfica e anti-genealógica, que se assemelha ao rizoma de que falam Deleuze & Guattari (1987). A coexistência destes fluxos tende a processar-se de forma disjuntiva e antitética, o que origina inúmeras assimetrias, tensões e problemas, particularmente visíveis à escala local. Um exemplo desta situação – bastante pertinente para se reflectir sobre a disposição migratória de que se falará mais adiante – é-nos dado por Appadurai (1999: 231), quando se refere aos fluxos mediáticos globais como disseminadores de imagens de bem-estar a que muitos indivíduos, atendendo às suas capacidades de consumo e padrões de vida, não conseguem aceder localmente. Esta dissociação entre o que se tem e o que se vê e imagina noutros locais contribui para a génese de aspirações a uma outra vida, de que amiúde decorre a tentativa de construção/concretização de projectos migratórios. Trata-se, todavia, de uma tentativa sujeita a inúmeros obstáculos, o que nos obriga a reconsiderar e matizar a ideia da fluidez já discutida.

Por mais paradoxal que possa parecer, no actual "mundo líquido" o Estado-Nação desempenha um papel incontornável na estruturação, regulação e controlo dos fluxos de pessoas, bens e serviços, nomeadamente através da acção do seu aparelho burocrático-administrativo e repressivo.

> Como advertem Levitt & Jaworsky (2007: 129, 131), "increasingly, social life takes place across borders, even as the political and cultural salience of nation-state boundaries remains strong. […] contrary to what some had alleged, the nation-state system was unlike to disappear in the near future".

Continuam, assim, a manter-se inúmeros e significativos constrangimentos impostos pelas fronteiras à circulação de pessoas, muito em especial quando o que está em causa são as migrações de cidadãos pobres e pouco qualificados dos países do Sul. O resultado é mais uma de entre as muitas disjunções que caracterizam o quadro sistémico de fluxos internacionais a que se refere Appadurai (1990). As fronteiras que facilitam a circulação de capital, tecnologia, imagens e ideologias são as mesmas que, através dos seus sofisticados dispositivos de controlo, monitorizam e pautam a circulação de pessoas – "*dromocontrole*" (Justo & Rocha, 2006) –, dificultando cada vez mais o acesso dos migrantes aos países mais desenvolvidos. A difusão de certas construções ideológicas sobre tráfico de pessoas por parte daqueles dispositivos, como veremos mais adiante, visa mesmo inibir à partida a génese de projectos migratórios. Os fluxos ideológicos cumprem, desta forma, a função de bloquear subtilmente a constituição de ethnoscapes implicitamente tidos como indesejados.

É neste jogo de forças entre abertura e fechamento que os Estados modernos se movimentam, sendo que é um jogo viciado à partida. Numa sociedade fluida, os países mais ricos pautam estrategicamente, de acordo com os seus interesses, o ritmo, volume e composição dos diferentes fluxos que decorrem das suas conexões globais. O resultado é um sistema configurado com base na coexistência do movimento e da restrição à mobilidade, que exclui uma significativa percentagem de indivíduos de aceder às (potenciais) oportunidades da globalização. Parece, assim, pertinente admitir-se a existência do que Martin et al. (2006: 513) designam de "*un-globalization*".

Intimidades com a Europa no horizonte

Os espaços sociais de intimidade construídos entre turistas e mulheres locais, em Ponta Negra, bem como os interesses e as dinâmicas subjacentes são marcados por uma considerável heterogeneidade (Ribeiro & Sacramento, 2006). Os turistas não procuram apenas gratificação sexual, mas também intimidade, envolvimento/conforto emocional e até mesmo uma relação estável e prolongada.5 As mulheres, por seu lado, não se regem por um determinismo económico estrito. Deste

5 Nestes casos, as relações podem estender-se para lá do período de férias e ser retomadas no(s) período(s) de férias seguinte(s). As modernas tecnologias de comunicação, sobretudo o telemóvel e a Internet, ao anularem alguns dos efeitos da distância física, possibilitando, por exemplo, o contacto visual entre os interlocutores, contribuem decisivamente para a manutenção das relações e para a formação de espaços virtuais transnacionais de intimidade. Neste contexto deixará de fazer muito significado invocar o velho adágio "longe da vista, longe do coração". Existem mesmo fóruns online, organizados segundo eixos transnacionais específicos, nos quais os participantes comunicam entre si e partilham algumas experiências afectivas/amorosas. A este propósito veja-se o fórum

Esta nota continua na página seguinte

modo, afigura-se simplista e redutor assumir que os primeiros são comandados, exclusiva e principalmente, por interesses sexuais e as últimas por interesses materiais. É por via deste tipo de assunções monolíticas que se enraízam os rótulos de turista sexual, prostituta ou garota de programa, de tal forma reproduzidos e assumidos como inquestionáveis, não só pelo senso comum, como também por alguns discursos mediáticos e até científicos, que acabam mesmo por criar "***regime de verdade***" (Foucault, 1992). Em seu lugar, impõe-se considerar que as relações sociais estabelecidas entre uns e outras são atravessadas por múltiplos e variáveis desejos, motivações e interesses, que os rótulos, sendo categorias estereotipadas por definição, não contemplam. A fronteira que separa uma relação designada como sendo de prostituição de uma outra alegadamente amorosa é bastante esbatida, de contornos complexos e muito volátil (Roca, 2007a; Cohen, 2003). Numa análise da prostituição orientada para turistas na Tailândia e o fenómeno recorrente dos casamentos transnacionais entre mulheres locais e estrangeiros, Cohen (1982, 2003) mostra a frequente evolução e continuidade de uma relação comercial para uma relação matrimonial. Ele destaca que não há uma fronteira nítida entre a prostituição e a aliança, mas sim uma grande ambiguidade. À semelhança do que acontece em Natal, pode mesmo considerar-se a união de facto ou o matrimónio com o turista como a consequência última do exercício do sexo comercial. Assim, aquilo que começou por ser uma relação meramente prostitucional – prestação de serviços sexuais a troco de dinheiro – evolui em muitos casos para uma relação de envolvimento afectivo, em que a vertente mercantil associada à sexualidade começa gradualmente a tornar-se menos explícita e/ou a assumir contornos mais normativos, que fazem lembrar as obrigações que sustentam o contrato matrimonial tradicional, segundo o qual é dever do marido assegurar as despesas da casa.6

O casamento com o estrangeiro é uma aspiração que não se restringe às garotas de programa. Ela está presente no horizonte de muitas outras mulheres, muito em particular as das classes mais desfavorecidas. No entanto, nestes contextos de lazer, como as primeiras são as que estão socialmente mais próximas e acessíveis aos turistas, compreende-se o facto de ser mais usual a ocorrência de relacionamentos mais prolongados e consistentes e até mesmo de casamentos transnacionais como "derivados" do exercício da prostituição. Daqui resultam, frequentemente, padrões transnacionais de aliança entre o Norte e o Sul, ou marriage-scapes como lhes chama Constable (2005),7 estruturados em torno de elementos como o género, a nacionalidade, a etnicidade e a classe (idem: 4), os quais, no seu conjunto, configuram aquilo que Jolly & Manderson (1997) designam de "*sítios de desejo*": países ou contextos sociais específicos a que se associam as características mais desejadas num futuro parceiro matrimonial.

E o que é que estes relacionamentos com os turistas representam para as mulheres locais? Além de ajudas materiais de diversa ordem, representam, acima de tudo, a possibilidade de alterar radicalmente a geografia da sua vida, ou seja, namorar/casar com um gringo e construir um projecto migratório para o Norte. É neste contexto que Brennan (2002) se refere à prostituição orientada para o turismo na República Dominicana como stepping stone para as migrações internacionais de muitas mulheres dominicanas. Também em Natal, como se pôde constatar, a "*disposição migratória*" (Kalir, 2005) é muito evidente nos discursos da generalidade das mulheres, que revelam de modo persistente a valorização e predisposição para a adesão ao estilo de vida ocidental. A Europa, por exemplo, é por elas "imaginada" como o lugar do bem-estar social, a geografia paradigmática da vida boa; um contexto que lhes poderá assegurar estabilidade económica e ascensão social, bem como a libertação das estruturas de género fortemente patriarcais dos seus contextos de origem.8 De um modo geral, consideram o europeu como um homem mais atractivo, gentil e cavalheiro que o brasileiro, tido frequentemente como machista e pouco vocacionado para a fidelidade conjugal. Compreende-se, por isso, a existência de relações que se inscrevem

---

"Brasil & Itália: comunicazioni tra brasiliani e italiani", em http://www.brasileitalia.info/forum/topic.asp?TOPIC_ID=2511. Para uma ideia mais detalhada do papel da Internet na formação de novas práticas comunicativas e configurações afectivas considerar, entre outros, Wilson & Peterson (2002), Schaeffer-Grabiel (2004) e Roca (2007b).

6 No nordeste brasileiro é bastante comum utilizar-se o termo bancar para designar uma situação em que o homem suporta financeiramente a mulher, desempenhando esta última, em contrapartida, os papéis de cuidadora doméstica e de parceira sexual. No decurso do trabalho de campo constatámos a existência de um número bastante significativo de situações em que a garota de programa era bancada pelo gringo, daí retirando determinados benefícios materiais: "mesada" mensal, a aquisição de móveis para a casa, o pagamento da renda de casa, presentes diversos, ajudas pontuais à família ou aos filhos, entre outros. São benefícios extremamente significativos para mulheres ainda relativamente jovens e provenientes, na sua maioria, de camadas sociais desfavorecidas. Uma garota de programa entrevistada confidenciou receber do seu namorado italiano uma quantia mensal na ordem dos três salários mínimos brasileiros, o que equivale a cerca de 450 euros.

7 Os casamentos entre mulheres brasileiras e homens de Itália, Espanha e Portugal, como se pode depreender dos dados mais recentes apresentados pelos seus respectivos institutos nacionais de estatística, têm vindo a aumentar de forma bastante significativa nos últimos anos, constituindo bons exemplos de padrões transnacionais de aliança. Entre italianos e brasileiras foram registadas 1518 novas uniões matrimoniais em 2006 (ISTAT, Itália). Em Espanha, nesse mesmo ano, contabilizaram-se 1690 matrimónios de cidadãos do país com mulheres de nacionalidade brasileira, correspondendo a um acréscimo de 144,57% em relação a 2003 (INE, Espanha). Por fim, em Portugal foram notificados 2315 casamentos entre nacionais e cidadãs brasileiras em 2006 e 2838 em 2007, o que, neste último caso, representa um incremento de 137,90% se considerarmos os valores de 2002 (INE, Portugal). Em todos estes três países o número de casamentos mistos em que a noiva é de nacionalidade brasileira é claramente superior à frequência de casos em que a associação sexo/nacionalidade se inverte (mulher nacional e noivo brasileiro): 156 (Itália), 602 (Portugal) e 263 (Espanha). É pertinente ainda relevar que o número de casamentos com mulheres brasileiras, quando consideradas todas as outras nacionalidades, ocupa um lugar invariavelmente eminente: o terceiro lugar em Itália, a seguir às alianças com romenas (3988) e ucranianas (1779); o segundo lugar em Espanha, muito próximo do número de matrimónios com mulheres colombianas (1700); o primeiro lugar no caso português, de forma claramente destacada. Como é óbvio, nem todas estas uniões estão relacionadas com o âmbito social mais directamente considerado neste texto; isto é, não decorrem necessariamente de relacionamentos construídos em contextos turísticos, entre mulheres locais e turistas europeus.

8 Importa, todavia, admitir a possibilidade de os casamentos transnacionais nem sempre proporcionarem uma efectiva hipergamia feminina (Constable, 2005; Abelmann & Kim, 2005) e serem até responsáveis pela intensificação dos constrangimentos e das assimetrias de género decorrentes das estruturas patriarcais (Schein, 2005; Brennan, 2001; Mahler, 2001).

num registo de "***amor romântico***", nas quais os motivos de ordem material parecem não assumir-se para as mulheres como o factor primeiro do investimento pessoal na relação e da firme disposição em acompanhar o gringo para o seu país de origem

O quadro de aspirações e razões acabado de explicitar potencia a forte valorização feminina dos homens europeus e, consequentemente, a disponibilidade das jovens locais para a construção de relações de intimidade, mantendo sempre no horizonte, como apogeu das suas expectativas, um projecto migratório para a Europa. A concretizar-se, este é não é propriamente/estritamente um projecto migratório de índole económico-laboral, como reconhece Roca (2007a, 2007b) para o contexto dos casamentos transnacionais entre cidadãos espanhóis e mulheres sul-americanas e do leste europeu. Mostrando a tendência dos estudos clássicos para hiper-valorizar a causalidade económica dos processos migratórios e apoiando-se, simultaneamente, na transnational migration theory, este autor questiona aquele economicismo estrito e expõe de forma bastante clara o cabimento de outras causalidades nas migrações internacionais, o que o leva a admitir a existência de "migrantes por amor" (idem, 2007a). A génese da mobilidade migratória deverá, desse modo, ser compreendida como resultado de escolhas informadas pela conjugação e peso variáveis de diversos factores. Por um lado, factores de ordem estrutural/macro, caso do desemprego, da vulnerabilidade económica e das estruturas de género em Natal. Por outro lado, factores de ordem mais pessoal/micro, bem evidentes nas razões "sentimentais" invocadas por algumas mulheres para justificar a sua decisão em seguir o gringo para a Europa. E num contexto de significativas transformações da intimidade, em que a realização emocional parece ganhar terreno aos objectivos de maximização material (Giddens, 2001), aquelas últimas poder-se-ão tornar razões cada vez mais preponderantes nas opções biográficas dos actores sociais.

O conjunto sistémico de causas subjacentes à aspiração à mobilidade migratória de uma boa parte das mulheres que frequentam a praia de Ponta Negra, e que mais directamente se relacionam com os turistas, inscreve-se em larga medida naquilo que Appadurai (1990) designa de "imaginação global"9: formas subjectivas de imaginação do eu e do mundo, que extravasam a arte, o mito ou o ritual (enquanto domínios de indivíduos carismáticos e de especialistas) e se tornam práticas que informam a vida quotidiana das pessoas comuns. São práticas que permitem a estas pessoas, como refere Greene (1995: 16), construir novas imagens sobre a realidade e olhar para as coisas como se elas pudessem ser outra coisa. Estas práticas de "***imaginação global***" são estimuladas pela constante circulação de imagens, modelos e narrações que configuram as "***paisagens mediáticas***" globalizadas. É a partir destas que os indivíduos em concreto constroem guiões de vidas imaginadas para si próprios e para outros, que vivem em outros lugares. Constituem-se, assim, como nota Appadurai (1990), narrativas do "***outro***" e proto-narrativas de vidas possíveis que configuram uma plataforma de subjectividade para o desejo de aquisição e para o movimento. Esta plataforma estimula a vontade e a agência no sentido de uma efectiva mudança de vida, que, no caso das mulheres natalenses, implica geralmente uma mobilidade migratória transnacional. As migrações, bem como os fluxos turísticos, as viagens e a circulação de bens e imagens, contribuem decisivamente para a fluidez/hibridismo transnacional das manifestações culturais (Gilroy, 2001), paradigmaticamente expressa nas metáforas da liquidez e da turbulência acima debatidas.

Além dos fluxos mundiais de informação mediatizada, a imaginação das mulheres locais também é informada pelos turistas com quem se relacionam e ainda por amigos, familiares, vizinhos, ou simples conhecidos, que estão ou já estiveram na Europa. As experiências bem sucedidas destes últimos no lado de lá do Atlântico podem gerar um efeito de demonstração que contribui consideravelmente para a formação das ideias que orientam as expectativas em relação à Europa.

Volição, agência feminina e a ideologia do tráfico

A "***disposição migratória***" estimula a generalidade das garotas de programa entrevistadas para a construção pro-activa de formas de mobilidade minimamente sustentadas para a Europa, quase sempre circunscrita, como já se disse, ao quadro dos relacionamentos com os turistas que vão conhecendo em Ponta Negra. No entender de Roca (2007a: 454), este tipo de projectos migratórios fundam-se, no seu essencial, no papel "activo"e "protagonista" da mulher, quase como se fosse uma "solista". A sua agência, tal como acontece em qualquer outro contexto em que os indivíduos manifestam as suas vontades, tomam decisões e agem estrategicamente, não está, todavia, isenta de certos condicionalismos estruturais, que impõem constrangimentos mais ou menos pronunciados às suas intenções. A este propósito, e referindo-se sobretudo ao contexto asiático, Constable (2005: 3) afirma o seguinte:

> "[…] we stress the existence of women's and men's agency, we also recognize the limits and different degrees of agency they exhibit, and in some cases the presence and pressure that may be exerted by parents, siblings, and children".

Importa, assim, considerar que a capacidade de agência e as estratégias de mobilidade migratória dela decorrentes não estarão ao alcance de todas as mulheres, pelo que algumas reunirão melhores condições para se mobilizarem que outras. Ainda que não haja pessoas completamente desprovidas de poder (Foucault, 1992), há uma questão de "geometria de poder" (Massey, 1994) que é preciso ter em conta para compreendermos que nem todas reúnem as mesmas condições para activar

9 Ainda que a mobilidade turística não constitua uma dimensão de análise prioritária da presente reflexão, é interessante notar que o turismo para Natal também é, em boa medida, informado/estimulado por formas de "imaginação global" sustentadas por uma ampla rede de fluxos mediáticos, produzidos sobretudo pela televisão e pela Internet, como amplamente o demonstra Piscitelli (2005). É deste modo que se processa a construção, disseminação e consolidação de imagens que apresentam o Brasil como um lugar erótico e a "mulher brasileira", muito em especial a "mulata" (Almeida, 2000), como possuidora de atributos físicos incomparáveis, com uma sensualidade irresistível e uma grande disponibilidade para a sexualidade. A partir da incorporação destas representações de carácter erótico-sexual e de várias outras relacionadas com os mais diversos interesses e motivações, num processo que Urry (1991) denomina daydreaming (antevisão da experiência de lazer), vai ganhando forma a disposição para a mobilidade turística.

estratégias e procedimentos para chegar à terra prometida. A existência de diferentes graus de agência não decorre simplesmente de factores externos aos indivíduos (económicos, políticos, históricos), como também de dimensões que remetem mais directamente para o seu capital social (rede de conhecimentos) e para o seu capital escolar/cultural/cognitivo. É neste sentido que Pessar & Mahler (2001) admitem o facto de a agência também ser condicionada por características individuais, como a iniciativa, e por processos cognitivos, como a imaginação. Isto significa que a pobreza, por exemplo, não pode ser assumida peremptoriamente como uma condição incompatível com a volição e a agência feminina.

A perspectiva das mulheres-noivas-migrantes como agentes e autodeterminadas contraria muitos dos discursos anti-tráfico produzidos sobretudo por instâncias internacionais (caso da ONU), representantes governamentais, académicos e ONG's (Agustín, 2005). Neles tende a fazer-se uma utilização exagerada e indiscriminada do conceito de tráfico (Nieuwenhuys & Pécoud, 2007; Bordonaro & Alvim, 2008) e a ignorar-se as várias dimensões e nuances do fenómeno, bem como as diferenças face ao que se considera imigração ilegal e smuggling (Peixoto et al., 2005). Não raro, ignora-se a existência de inúmeras situações em que a mobilidade migratória (mesmo quando se destina à prostituição) é assegurada por via do recurso a redes sociais (não criminosas e, por vezes, sem intuito económico estrito) de parentesco, afecto/intimidade, amizade ou vizinhança (Ribeiro & Sacramento, 2002; Ribeiro et al., 2007). É comum, deste modo, a tendência para se omitir aquilo que as mulheres de facto querem, como se não tivessem vontade, e se parte do princípio que, de um ou de outro modo, todas são vítimas de tráfico. O resultado é a emergência de "***pânicos morais***" e a construção de um problema social (Grupo Davida, 2005; Bordonaro & Alvim, 2008), no qual se identificam traficantes e traficadas de forma abstracta e desfocada e, por consequência, se instaura o imperativo ético e político de salvar as alegadas vítimas, mesmo que estas assim não se considerem e não queiram, de todo, ser "***salvas***". As aspirações e vontades destas mulheres são então negligenciados quando se lhes associa a identidade de vítimas (Cheng, in Schein, 2005), sendo que, como adverte Agustín (2005: 123), "estos enfoques sólo se pueden seguir manteniendo mientras nadie preste atención a los discursos de los sujetos implicados". Um dos efeitos mais nefastos desta situação é não se estabelecerem critérios específicos e formas de aferição operacionalizáveis para se discernir quem de facto é vítima e quer/precisa ser ajudada. A utilização política ampla e indiscriminada do conceito "tráfico" acaba por tratar de igual modo situações completamente distintas, não estabelecendo prioridades e concentrando recursos para fazer face a situações que, indiscutivelmente, configuram exploração e violação dos direitos humanos. Esta imprecisão é, desde logo, alimentada pelo "***Protocolo de Palermo***"10, principal quadro legal internacional no combate ao tráfico. Basta, para tal, considerarmos as suas inúmeras ambiguidades em torno das noções de consentimento e de exploração, particularmente visíveis quando o texto do protocolo é confrontado com a visão emic dos actores sociais implicados no fenómeno (Piscitelli, no prelo).

Atendendo a que muitas das mulheres do Sul evidenciam claramente volição e capacidade de agência na construção de projectos migratórios internacionais, porque é que os discursos institucionais hegemónicos, em particular aqueles gerados por instâncias e agentes com responsabilidades políticas no domínio das migrações, tendem a olhar para estas mulheres como desprovidas de autodeterminação e a utilizar de forma massiva e acrítica a ideia de tráfico? A vitimização das mulheres migrantes, presente em muitas das campanhas anti-tráfico delineadas, por exemplo, pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), parece servir as pretensões das estratégias de repressão das migrações internacionais por parte dos países do Norte. Incapazes de fechar por completo as fronteiras às migrações indesejadas (Schuerkens, 2005), estes países tendem a fomentar uma instrumentalização massiva e até mesmo intimidatória da noção de tráfico (Nieuwenhuys & Pécoud, 2007). O objectivo prioritário é inibir, de preferência logo nos contextos de origem, a mobilidade de potenciais migrantes:

> "the 'trafficking' discourse relies on the assumption that it is better for women to stay at home rather than leave and 'get in trouble'" (Agustín, 2004: 87).

Por outro lado, procura assegurar-se legitimidade para políticas migratórias mais repressivas e para procedimentos de fortificação das fronteiras cada vez mais elaborados e musculados.11 Muitos destes procedimentos de autêntica blindagem territorial passam, no seu essencial,

(i) pela criação de "***fronteiras digitais***" (Broeders, 2007),

(ii) pelo controlo-remoto nos países de origem e de trânsito migratório, através de campanhas informativas de dissuasão financiadas pela OIM e pelos países ocidentais (Nieuwenhuys & Pécoud, 2007) e

(iii) pela extensa e profunda cooperação transnacional na gestão e controlo dos fluxos de pessoas, como acontece de forma paradigmática entre os países integrantes do Espaço Schengen.

O resultado, como o demonstra Andreas (2001), é o incremento do tráfico que se quer combater, pois "cada vez mais migrantes têm que recorrer a agentes especializados na migração e maior número de organizações começam a dedicar-se a esta actividade

---

10 Protocolo adicional da Convenção das Nações Unidas, de 2000, contra a criminalidade organizada transnacional, relativo à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças. Entrou em vigor em Dezembro de 2003.

11 Neste contexto de delimitação incisiva de fronteiras, as mulheres que as atravessam, por afecto, amor, trabalho ou qualquer outro motivo, estão amiúde sujeitas a processos de estigmatização. Como nota Chao (2005: 42), "[…] women migrating long distances are associated with social disorder and stigmatized as having questionable quality because they are bodies out of place, a spectre of the state's inability to control its population […]". Poder-se-á então admitir a existência de uma construção simbólica da condição de mulheres-migrantes como estado anti-estrutural de perigo e impureza (Turner, 1974; Douglas, 1976), decorrente do cruzamento de um complexo sistema de ordenamentos e fronteiras. No caso específico das migrações associadas aos casamentos transnacionais e à prostituição, além de fronteiras administrativas eventualmente também são transpostas "fronteiras etno-sexuais" (Nagel, 2000).

> […]" (Peixoto et al., 2005: 59). Além dos seus efeitos perversos, a estratégia do fechamento das fronteiras é reveladora "[…] de uma hipocrisia política: os governos limitam o fluxo de pessoas que necessitam de ajuda humanitária, mas ao mesmo tempo a força de trabalho e a economia destes países só podem sobreviver à competição internacional tendo acesso ao custo do trabalho barato que os migrantes garantem" (Grassi, 2006: 302).

Parece fundamental para a actual economia de mercado a existência de um sistema que limita a livre circulação de pessoas e convida a fluxos migratórios ilegais, constituídos sobretudo por indivíduos profundamente vulneráveis à imposição de regimes laborais convenientes para as entidades empregadoras. E mesmo um instrumento legal estruturante, de âmbito internacional, como é o caso do "***Protocolo de Palermo***", que supostamente serviria para a protecção dos mais vulneráveis, parece servir, acima de tudo, os interesses dos países do Norte, negando aos cidadãos pobres do Sul a possibilidade de acesso a uma vida mais digna. É neste sentido que Kempadoo chama a atenção para o facto de as feministas transnacionais e os defensores da perspectiva dos direitos humanos e da justiça social referirem insistentemente que "o referencial anti-tráfico adoptado pela ONU

> ["Protocolo de Palermo"] apoia os interesses económicos neo-liberais das corporações, das principais agências multilaterais, dos especialistas em políticas e dos governos nacionais e não os dos trabalhadores e populações pobres do mundo" (2005: 66).

Conclusão

As relações entre turistas e mulheres locais parecem expressar muitas das dinâmicas que caracterizam a actual globalização, em particular as mais directamente relacionadas com os fluxos transnacionais de imagens, discursos, pessoas e afectos. Este conjunto sistémico de fluxos, ao proporcionar o contacto com outras realidades sociais, exerce uma influência significativa no imaginário e nas aspirações de muitas das jovens que frequentam a praia de Ponta Negra, predispondo-as para a construção de espaços sociais de intimidade com os turistas europeus. Esperam, assim, poder melhorar as suas condições materiais de vida, soltar-se dos constrangimentos decorrentes das estruturas de género locais, conviver com o que julgam ser masculinidades "***alternativas***" e, como objectivo mais desejado, realizar o sonho de migrar para a Europa.

Sem grandes recursos financeiros e sem uma consistente rede social de contactos no exterior, a concretização da disponibilidade migratória destas mulheres, na actual conjuntura internacional de fechamento das fronteiras dos países desenvolvidos, ocorre amiúde no âmbito da institucionalização, sob a forma de aliança, das relações afectivas com os turistas. Para tal procuram achar o gringo certo: aquele que permita não apenas o acesso à Europa, mas também proporcione estabilidade económica e envolvimento emocional/romântico. Esta capacidade de agência feminina no quadro da aliança e a mobilidade migratória e social que daí decorre constitui uma evidência empírica que afronta a concepção da "*mulher-**objecto***", sem vontade e agenda pessoal, que perpassa os discursos e as políticas dominantes sobre tráfico, nos quais as migrantes das periferias tendem a ser apresentadas como vítimas. Não se trata aqui, todavia, de uma inocente incongruência conceptual, mas de um desfasamento ideologicamente informado pelos interesses, sobretudo económicos, dos países mais desenvolvidos em assegurar legitimidade para estratégias repressivas de fluxos migratórios considerados indesejados.

Apesar do cada vez maior investimento político e económico na blindagem das fronteiras do mundo ocidental, os actores sociais, num autêntico jogo do rato e do gato, frequentemente conseguem pôr em prática "contra-estratégias" (Broeders & Engbersen, 2007) que lhes permitem, por vezes de forma inteiramente legal, materializar o seu projecto migratório. Os casamentos transnacionais entre mulheres dos países pobres do Sul e turistas do Norte constituem um exemplo paradigmático de um quadro institucional que permite às primeiras entrar na fortaleza da sua terra prometida. Todavia, tendo presente o que foi dito ao longo do texto, é forçoso não esquecer que, de um modo geral, aqui não estamos perante um arranjo instrumental(izado) para assegurar a permissão de entrada e estadia na Europa. Com efeito, não se trata necessariamente do desfecho de um processo de "***selling sex for visas***" (Brennan, 2002), nem tampouco de uma situação de "***casar com o passaporte***" (Grassi, 2006), na qual as partes aceitam contrair matrimónio de forma instrumental, por conveniência mútua: uma por razões financeiras, outra para assegurar a concessão de autorização de residência. Trata-se, antes, de situações em que o casamento representa a efectiva institucionalização de relações permeadas por muitos "interesses", entre os quais os de ordem afectiva.

Bibliografia

Abelmann, N. & Kim, H. (2005). A failed attempt at transnational marriage: maternal citizenship in a globalizing south Korea. In N. Constable (Org.), Cross-border marriages: gender and mobility in transnational Asia. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, (pp. 101-121).

Agustín, L. (2004). Daring border-crossers: a different vision of migrant women. In H. Ward & S. Day (Org.), Sex work in a changing Europe. Londres: Kegan Paul, (pp. 85-94).

Agustín, L. (2007). La industria del sexo, los migrantes y la familia europea. Cadernos Pagu, 25, 107-128.

Almeida, M. V. de (2000). Um mar da cor da terra: raça, cultura e política da identidade. Oeiras: Celta.

Andreas, P. (2001). The transformation of migrant smuggling across the US-Mexican border. In D. Kyle & R. Koslowski (Org.), Global human smuggling: comparative perspectives. Londres: John Hopkins University Press, (pp. 107-125).

Appadurai, A. (1990). Disjuncture and difference in the global cultural economy. In M. Featherstone (Org.), Global culture: nationalism, globalization, and modernity. Londres: Sage, (pp. 295-310).

Appadurai, A. (1999). Globalization and the research imagination. International Social Science Journal, 51(160), 229-238.

Basch, L., Schiller, N. G. & Blanc, C. S. (2000 [1993]). Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments, and deterritorialized nation-states. Londres: Routledge.
Bauman, Z. (2000). Liquid modernity. Cambridge: Polity Press.
Bordonaro, L. & Alvim, F. (2008). Tráfico de mulheres em Portugal: análise da construção de um problema social. Lisboa: ACIDI.
Brasil & Itália: comunicazioni tra brasiliani e italiani. http://www.brasileitalia.info/forum/topic.asp? TOPIC_ID=2511 (consultado na Internet em 27 de Setembro de 2008).
Brennan, D. (2001). Tourism in transnational places: Dominican sex workers and German sex tourists imagine one another. Identities: Global Studies in Culture and Power, 7(4), 621-663.
Brennan, D. (2002). Selling sex for visas: sex tourism as stepping stone to international migration for Dominican women. In B. Ehrenreich & A. Hochschild (Org.), Global women: nannies, maids and sex workers in the new economy. Nova Iorque: Metropolitan Books, (pp. 154-168).
Broeders, D. (2007). The new digital borders of Europe: EU databases and the surveillance of irregular migrants. International Sociology, 22(1), 71-92.
Broeders, D. & Engbersen, G. (2007). The fight against illegal migration: identification policies and immigrants' counterstrategies. American Behavioral Scientist, 50(12), 1592-1609.
Chao, E. (2005). Cautionary tales: marriage strategies, state discourse, and women's agency in a Naxi village in southwestern China. In N. Constable (Org.), Cross-border marriages: gender and mobility in transnational Asia. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, (pp. 34-52).
Cohen, E. (1982). Thai girls and Farang men: the edge of ambiguity. Annals of Tourism Research, 9(3), 403-428.
Cohen, E. (2003). Transnational marriage in Thailand: the dynamics of extreme heterogamy. In T. Bauer & B. McKercher (Org.), Sex and tourism: journeys of romance, love and lust. Nova Iorque: Haworth Press, (pp. 57-84).
Constable, N. (2005). Introduction: cross-border marriages, gendered mobility and global hypergamy. In N. Constable (Org.), Cross-border marriages: gender and mobility in transnational Asia. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, (pp. 1-16).
Deleuze, G. & F. Guattari (1987). A thousand plateaus: capitalism and schizophrenia. Minneapolis: University of Minnesota Press.
Douglas, M. (1976). Pureza e perigo. São Paulo: Perspectiva.
Foucault, M. (1992). Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal.
Giddens, A. (2001). Transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Oeiras: Celta.
Gilroy, Paul (2001). O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34.
Grassi, M. (2006). Formas migratórias: casar com o passaporte no espaço Schengen. Uma introdução ao caso de Portugal. Etnográfica, 10(2), 283-306.
Greene, M. (1995). Releasing the imagination: essays on education, the arts, and social change. San Francisco: Jossey-Bass.
Grupo Davida (2005). Prostitutas, 'traficadas' e pânicos morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o 'tráfico de seres humanos'. Cadernos Pagu, 25, 153-184.
Hannerz, U. (1996). Transnational connections. Londres: Routledge.
Hannerz, U. (2000). Transnational research. In H. Bernard (Org.), Handbook of methods in cultural Anthropology. Walnut Creek: Altamira Press, (pp. 235-256).
Hannerz, U. (2003). Being there... and there... and there!: reflections on multi-site ethnography. Ethnography, 4(2), 201-216.
Instituto Nacional de Estatística (INE, Portugal). http://www.ine.pt (consultado na Internet em 8 de Outubro de 2008).
Instituto Nacional de Estadística (INE, Espanha). http://www.ine.es (consultado na Internet em 9 de Outubro de 2008).
Istituto Nazionale di statistica (ISTAT, Itália). http://www.istat.it (consultado na Internet em 9 de Outubro de 2008).
Jolly, M. & Manderson, L., orgs. (1997). Sites of desire, economies of pleasure: sexualities in Asia and the Pacific. Chicago: University of Chicago Press.
Justo, J. & Rocha, L. (2006). Dromologia e trabalho na contemporaneidade: o caso dos andarilhos. http://www.assis.unesp.br/encontrosdepsicologia/ANAIS_DO_XIX_ENCONTRO/143_JOSE_STERZA _JUSTO.pdf (consultado na Internet em 15 de Outubro de 2008).
Kalir, B. (2005). The development of a migratory disposition: explaining a 'new emigration'. International Migration, 43, 167-196.
Kempadoo, K. (2005). Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. Cadernos Pagu, 25, 55-78.
Levitt, P. & Jaworsky, B. (2007). Transnational migration studies: past developments and future trends. Annual Revue of Sociology, 33, 129-156.
Mahler, S. (2001). Transnational relationships: the struggle to communicate across borders. Identities: Global Studies in Culture and Power, 7(4), 583-619.
Marcus, G. (1986). Contemporary problems of ethnography in the modern world system. In J. Clifford & G. Marcus (Org.), Writing culture. Berkeley: University of California Press, (pp.165-93).
Martin, D. et al. (2006). The sociology of globalization: theoretical and methodological reflections. International Sociology, 21, 499-521.
Massey, D. (1994). Space, place and gender. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Nagel, J. (2000). Ethnicity and sexuality. Annual Revue of Anthropology, 26, 107-133.
Nieuwenhuys, C. & Pécoud, A. (2007). Human trafficking, information campaigns, and strategies of migration control. American Behavioral Scientist, 50(12), 1674-1695.
Papastergiadis, N. (2000). The turbulence of migration: globalization, deterritorialization and hybridity. Cambridge: Polity Press.
Peixoto, J. et al. (2005). O tráfico de migrantes em Portugal: perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas. Lisboa: ACIME.
Pessar, P. & Mahler, S. (2001). Gender and transnational migration. http://www.transcomm.ox.ac.uk/ working _papers.htm (consultado na Internet em 22 Setembro de 2008).
Piscitelli, A. (no prelo). Traficadas ou autónomas? A noção de consentimento entre brasileiras que oferecem serviços sexuais na Espanha. In Ministério da Justiça, Dilemas jurídicos do enfrentamento do tráfico internacional de seres humanos. Brasília.
Piscitelli, A. (2005). Viagens e sexo online: a Internet na geografia do turismo sexual. Cadernos Pagu, 25, 281-326.
Portes, A. (2006). Estudo sobre as migrações contemporâneas: transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração. Lisboa: Fim-de-Século.
Ribeiro, F. B. & Sacramento, O. (2006), Sexo, amor e interesse entre gringos e garotas em Natal. Cronos, 7(1), 161-172.
Ribeiro, F. B. & Sacramento, O. (2008), Turismo sexual e economia informal no nordeste brasileiro: o caso da praia de Ponta Negra. In Á. E. Barrio (Org.), Turismo, cultura y desarrollo. Salamanca: Ediciones de la Diputación de Salamanca, (pp. 343-354).
Ribeiro, M. & Sacramento, O. (2002). Prostituição feminina no espaço transfronteiriço ibérico: um caso muito particular de circulação de pessoas. Cadernos do Noroeste, 18(1-2), 205-227.
Ribeiro, M. et al. (2007). Vidas na raia: prostituição feminina em regiões de fronteira. Porto: Afrontamento.
Roca, J. (2007a). Migrantes por amor: la búsqueda y formación de parejas transnacionales. AIBR: Revista de Antropología Iberoamericana, 2(3), 430-458.
Roca, J. (2007b). Amores lejanos, amores posibles: la constitución de uniones sentimentales entre hombres españoles y mujeres brasileñas en el marco de las transformaciones de los sistemas de género y del amor en la postmodernidad. Comunicação apresentada no XXXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu (Minas Gerais), 22-24 Outubro.
Schaeffer-Grabiel, F. (2004). Cyberbrides and global imaginaries. Space & Culture, 7(1), 33-48.
Schein, L. (2005). Marrying out of place: Hmong/Miao women across and beyond China. In N. Constable (Org.), Cross-border marriages: gender and mobility in transnational Asia. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, (pp. 53-79).
Schuerkens, U. (2005). Transnational migrations and social transformations: a theoretical perspective. Current Sociology, 53(4), 535-553.
Silva, A. P. & Blanchette, T. (2005). Nossa Senhora da Help: sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana. Cadernos Pagu, 25, 249-280.
Smith, M. & Guarnizo, L.(1998). Transnationalism from below. New Brunswick: Transaction Publishers.
Turner, V. (1974). O processo ritual: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes.
Urry, J. (1991). The tourist gaze: leisure and travel in contemporary societies. Londres: Sage.
Virilio, P. (1996). Velocidade e política. São Paulo: Estação Liberdade.
Wilson, S. & Peterson, L. (2002). The anthropology of online communities. Annual Revue of Anthropology, 31, 449-67.

Uso de los Medios de Comunicación y Práticas Culturales de los Magrebies en Catalunya

Amparo Huertas
Institut de la Comunicació-Universidade Autônoma de Barcelona
amparo.huertas@uab.cat

***Resumen*:** Esta comunicación recoge parte de los resultados de una investigación sobre los hábitos mediáticos y usos culturales de la población migrante que reside en Cataluña. En concreto, aborda las conclusiones que han surgido del análisis de los ciudadanos procedentes del Magreb (Marruecos, Túnez, Argelia, Libia, Sahara Occidental y Mauritania). El trabajo, realizado en el marco del Institut de la Comunicació-Universitat Autònoma de Barcelona (InCom-UAB) y financiado por la Generalitat de Catalunya, es, al mismo tiempo, de carácter cuantitativo y cualitativo. Por un lado, se han utilizado los datos estadísticos que ofrece el Baròmetre de la Comunicació i la Cultura sobre el consumo de la población magrebí inmigrada en Cataluña a partir de una muestra formada por 1.136 ciudadanos y, por otra parte, se han realizado 20 entrevistas en profundidad en el Área Metropolitana de Barcelona. En el terreno de los medios, se estudia el uso y consumo de televisión, radio, revistas, prensa diaria e internet y, en lo que se refiere a los bienes y servicios culturales, se analizan las actividades relacionadas con la música, la literatura, el arte, el cine y los espectáculos escénicos. A partir de las aportaciones de la sociología de las migraciones y de los estudios de recepción mediática, el principal objetivo es comprobar el nivel de integración de la población de origen magrebí en el entorno cultural, mediático e intelectual de Cataluña.

Introducción

Cataluña es una de las comunidades autónomas de España. Se encuentra situada al noreste de la península ibérica, limitando con la frontera francesa. Su población asciende a más de 7 millones de personas1, de los que más de 850.000 son extranjeros2. Es decir, según los datos oficiales, alrededor del 12% de la población de Cataluña ha nacido fuera de España. El origen de esta población migrante es muy diverso. El 27% tiene nacionalidad europea, siendo los grupos más numerosos los formados por rumanos, italianos, franceses y alemanes. De América, procede el 31%; sobre todo, de Ecuador y Colombia. El 10% tiene raíces asiáticas; la mayoría con nacionalidad china. Y, finalmente, un 31% es originario de África. Los países africanos emisores más destacados son: Marruecos, Gambia, Senegal y Argelia. Según los datos del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, el año 2007 residían en Cataluña 211.475 marroquíes, 15.316 gambianos, 11.582 senegaleses y 7.341 argelinos, además de 20.828 ciudadanos más procedentes de otros Estados africanos.

La importancia de la población marroquina en la sociedad catalana –no sólo desde el punto de vista cuantitativo sino, y sobre todo, desde el punto de vista cualitativo- es lo que nos ha llevado a centrar esta comunicación en el colectivo magrebí. El Magreb es la zona más occidental del Mundo Árabe e incluye, además de Marruecos, Túnez, Argelia, Libia, el Sahara Occidental y Mauritania.

A continuación, se expondrán parte de los resultados de un estudio sobre las prácticas mediáticas y culturales de la población magrebí, realizado por un grupo de investigación del Institut de la Comunicació-Universitat Autònoma de Barcelona y financiado por la Generalitat de Catalunya3. Para realizar dicho trabajo, por un lado, se han empleado los datos que ofrece el Baròmetre de la Comunicació i la Cultura, un análisis estadístico sobre el consumo cultural de la sociedad catalana elaborado por la Fundació Audiències de la Comunicació i la Cultura (FUNDACC). Este organismo ha incluido en su muestra a 1.136 magrebíes (432 mujeres y 704 hombres), lo que nos ha permitido acceder a un fotografía muy completa sobre sus prácticas culturales y hábitos mediáticos. Por otra parte, la investigación se ha completado con un trabajo de campo propio basado en la realización de entrevistas en profundidad a 20 persones nacidas en Marruecos (11 mujeres y 9 hombres) con un máximo de 6 años de permanencia en Cataluña.

Pero, antes de exponer el marco teórico adoptado como punto de partida, el proceso metodológico aplicado y los principales resultados obtenidos, nos gustaría ofrecer un panorama general sobre las condiciones de vida de la población del Magreb en Cataluña a partir, básicamente, de la última información que aporta el Institut d'Estadística de Catalunya. Son datos referentes al año 20064.

La población magrebí vive mayoritariamente en hogares formados por parejas con hijos. Mientras que sobre el resto de extranjeros el porcentaje de hogares con estas características se sitúa alrededor del 55%, cuando se observan los datos sobre la población africana –formada mayoritariamente por marroquíes- la cifra alcanza el 70,7%.

Los hogares magrebíes acostumbran a estar formados por 4 ó 5 personas. Al analizar el promedio de personas que viven en los hogares tipificados por nacionalidades, se detecta que los más numerosos son los constituidos por africanos y asiáticos.

Poco más de la mitad de los magrebíes reside en viviendas de alquiler (el 57,4%), pero, al mismo tiempo, también es notable el porcentaje que vive en un hogar de propiedad. Éste último asciende al 40% y sólo es superado por el colectivo formado por los extranjeros procedentes de Europa.

Sobre el equipamiento de sus viviendas, la mayoría dispone de los servicios más básicos, agua caliente (97,6%) y cuarto de baño (98,7%). En cambio, sólo el 20,7% está equipada con calefacción, únicamente el 21,6% tiene ascensor y, por último, un reducido 5,9% dispone de aire acondicionado. Aunque son datos similares a los de otros colectivos, las viviendas de los magrebíes son las que más se distancian de las formadas por europeos, que se sitúan en el lado más positivo de la balanza.

Sobre los ingresos económicos, alrededor del 66% de los magrebíes –y también de los africanos, en general- cobra menos de 900 euros mensuales. Si se compara este porcentaje con el del resto de comunidades extranjeras, se detecta que es aquí donde aparece la mayor proporción de hogares con los ingresos económicos más bajos.

Los magrebíes emplean mayoritariamente el árabe o el bereber para hablar en el hogar (79,9%). El segundo porcentaje más alto se corresponde con el español: 7,1%, sobre todo por la población procedente del Sahara Occidental. En Cataluña, coexisten dos lenguas: el catalán y el español. ¿Qué conocimiento tiene de ambas el magrebí? Los datos apuntan que conocen mejor el español que el catalán. El 50,3% puede hablar y escribir en español, mientras que, en el caso del catalán, el porcentaje es del 12,7%. Ahora bien, también es cierto que el 44,7% es capaz de seguir sin problemas un texto en catalán.

Para la mayoría de los magrebíes, la religión musulmana es un factor clave en sus actividades cotidianas (Garreta, 2000). Por esta razón, y por citar tan sólo una prueba de esta circunstancia, algunas empresas tienen en cuenta a la hora de establecer las jornadas laborales los momentos dedicados al rezo diariamente y fiestas como el Ramadan (mes de ayuno). Según los datos de la Dirección General de Asuntos Religiosos de la Generalitat de Catalunya, el año 2007 existen 169

1 Según los datos del Institut d'Estadística de Catalunya referentes al año 2007: 7.094.216 habitantes.

2 Según el Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales. Observatorio permanente de la inmigración: 860.575 ciudadanos son extranjeros (con certificado de registro o tarjeta de residencia en vigor)

3 El estudio ha sido supervisado por Miquel de Moragas Spà y dirigido por la autora de este texto. En la investigación, han participado Núria Reguero Jiménez e Itxasne Sagarzazu Olaizola.

4 Pueden consultarse en [www.idescat.cat] y en VV.AA. (2008).

centros de culto islámico. En 1998, Garreta (2000), a partir de un estudio propio, contabilizó 97 y en años anteriores lo más habitual era utilizar los espacios privados para realizar actividades de culto. No obstante, para reflexionar sobre este elevado crecimiento del número de espacios de oración, hay que tener en cuenta que más de 3.000 autóctonos también practican la religión musulmana.

Sobre los medios de comunicación étnicos que dispone el colectivo magrebí en Cataluña, la realidad es que la oferta es muy reducida –sobre todo, si se compara con la que disponen los latinoamericanos. Destacan dos publicaciones Attawassul y Tusnna. La primera, que apareció en 1999, es un proyecto de la asociación IBN Batuta. Attawassul tiene una versión digital y responde a los objetivos de dicha asociación: impulsar medios propios que complementen la información y palien la desinformación de los medios generalistas sobre la población migrante. El nacimiento de Tusnna es más reciente, en 2007. Por otra parte, también existen propuestas dirigidas de manera específica a los marroquíes. Es el caso de la revista Raíz Marroc, que surgió en el 2006.

2. Marco teórico: aspectos básicos

El estudio del que se desprende esta comunicación trabaja en torno de la migración transnacional y considera la población migrante como miembro de la denominada "***ciudadanía comunicativa***", concepto apuntado por Mata (2006). Estudiar las prácticas culturales de este sector de la población nos da cuenta de su nivel de participación en el entorno comunicativo e intelectual de Cataluña, lo que puede ser un indicador muy útil a la hora de medir su grado de integración. Eso sí, siempre con una mirada no discriminatoria: "***el haber nacido en un país***" no puede ser la única variable de estudio, se han de introducir otros aspectos como la disponibilidad económica, la edad, el nivel de estudios o el rol familiar, por citar sólo unos ejemplos. Una cuestión imprescindible en un marco como el que describe la socióloga turca Göle (2007: 14):

> "(...) en el contexto europeo, en el que se ha perdido la comodidad de la distancia y se han sincronizado las prácticas, la cuestión de la proximidad surge con fuerza. Más que en cualquier otra región del mundo, es en Europa donde la tensión entre contemporaneidad e Islam se plantea como una cuestión crucial, de la que depende el futuro europeo, ya que es en Europa donde este encuentro conflictivo se manifiesta como proximidad del uno con el otro".

La migración transnacional es entendida aquí como aquella que, tras el proceso migratorio, continúa manteniendo vínculos con la zona geográfica de origen; es decir, se trabaja sobre el tipo de procesos migratorios que domina actualmente, potenciado por el desarrollo de los medios de comunicación y los sistemas de transporte. La globalización de los mismos ha permitido que la nueva migración se diferencie claramente de la que se produjo tras las dos Guerras Mundiales o como consecuencia de los procesos coloniales. Tal y como explica el teórico latinoamericano García Canclini (2002: 73): "los inmigrantes actuales tienen más posibilidades de mantener una comunicación fluida con el lugar de origen". O, en palabras de Göle (2007: 59), "las tecnologías de la comunicación moldean y refuerzan los nuevos tipos de interrelación de una manera más transnacional que nacional: han provocado un deslizamiento de la organización social enmarcada en el Estado-nación y vinculada a una territorialidad, a una 'conexión' transversal y virtual a escala mundial". Además, conceptos como "***espacios públicos transnacionales***", "***medios transnacionales***" o "***audiencia transnacional***" también comienzan a utilizarse en textos académicos para hablar de las audiencias globales, siendo un ejemplo interesante el trabajo de Hiller & Franz (2004) sobre el uso de Internet.

Los ciudadanos de Cataluña compartimos la oferta mediática y cultural disponible. Aunque existe una oferta destinada específicamente a la población migrante y aunque la mayor parte de los productos planifican sus contenidos y programas en función de los gustos e intereses de la población autóctona, no se pueden diferenciar dos espacios de recepción diferentes. Así, a partir de esta premisa y en el marco de los públicos formados por migrantes, es posible distinguir entre los siguientes conceptos: actividad cultural segregacionista (el migrante sólo consume productos diseñados exclusivamente para él), integradora (el migrante no tiene en cuenta el origen geográfico de los contenidos a la hora de decidir su consumo cultural, por lo que éste es variado) y asimilacionista (el migrante intenta responder al arquetipo de la población autóctona e, incluso, puede llegar a despreciar aquello relacionado con sus propias raíces).

3. Marco metodológico: aspectos básicos

Tal y como se apuntó anteriormente, este trabajo se sustenta sobre dos pilares. Por un lado, el Baròmetre de la Comunicació i la Cultura (FUNDACC) y, por otro, un trabajo de campo cualitativo propio.

Sobre la aportación de FUNDACC, éste es el primer estudio cuantitativo (basado en principios estadísticos) creado especialmente para medir el consumo de los medios de comunicación y los hábitos culturales en Cataluña. Sus primeros resultados se hicieron públicos el 27 de noviembre de 2007; por tanto, se trata de un proyecto de muy reciente aparición. En esta comunicación, se han utilizado los datos correspondientes al año móvil que comprende desde mayo de 2007 hasta abril de 2008 referentes a la muestra magrebí consultada. En total, FUNDACC ha entrevistado a 1.136 magrebíes y, en el análisis de los resultados, ofrece la posibilidad de trabajar a partir de las siguientes variables: género, edad, nivel de estudios, situación laboral, clase social, rol familiar, tamaño del hogar, tamaño del hábitat, tiempo de residencia en Cataluña y provincia de residencia5.

Composición y características de la muestra formada por

5 En este texto, sólo se abordarán los aspectos esenciales, dado que nos hemos de ajustar a una longitud determinada.

población magrebí en el estudio de FUNDACC (mayo 2007/ abril 2008)	
Género	
Mujeres	432
Hombres	704
Edad (franjas de años)	
14-19	161
20-24	141
25-34	450
35-44	277
45-54	75
55-64	22
65 y más	10
Nivel de estudios	
No sabe leer ni escribir	16
Sin estudios	101
Nivel I (hasta los 12 años)	139
Nivel II (hasta los 14)	373
Nivel III (hasta los 18)	375
Medio	74
Superior	46
Situación laboral	
Trabaja	676
No trabaja	460
Clase social	
Alta y mediata alta	77
Mediana	493
Mediana baja y baja	566
Rol familiar	
Sustentador principal	598
Ama de casa	434
Otras	275
Tamaño del hogar (Nº de miembros)	
1	67
2	213
3 o más	856
Hábitat (Nº de habitantes)	
Más de 1 millón	47
De 100 mil a 400 mil	199
De 50 mil a 100 mil	139
De 10 mil a 50 mil	487
De 2 mil a 10 mil	224
Menos de 2 mil	40
Tiempo de residencia en Catalunya	
Menos de 1 años	15
1-2 años	78
2-5 años	311
Más de 5 años	732
Provincia de residencia	
Barcelona	559
Girona	229
Lleida	166
Tarragona	182
TOTAL	1.136
Fuente: Elaboración propia a partir de la información ofrecida por el Baròmetre de la Comunicació i la Cultura (FUNDACC)	

En lo referente a nuestro trabajo de campo cualitativo, la muestra está formada por 11 mujeres y 9 hombres marroquíes, la nacionalidad con mayor presencia entre el colectivo magrebí (y africano) residente en Cataluña. La mayor parte de los entrevistados han nacido en Tánger o Tetuán. El 50% de la muestra consultada no desarrolla ninguna actividad laboral remunerada, una situación laboral más común entre las mujeres que entre los hombres.

Respecto a las variables, en este caso, conviene distinguir entre dos tipos de variables. En primer lugar, aparecen las variables de selección de la muestra. Todos los ciudadanos entrevistados viven en el Área Metropolitana de Barcelona6, llevan un máximo de 6 años residiendo en la comunidad catalana y tienen entre 25 y 55 años. Y, en segundo lugar, las variables de estudio (aspectos a investigar a partir del análisis de las transcripciones de las entrevistas): nivel de estudios, actividad laboral y religión. Con el objetivo de poder trabajar las variables género y edad, se ha buscado una presencia equilibrada en la muestra consultada de hombres y mujeres, y a partir de las tres franjas de edad definidas (25-30 años, 31-40 años y 41-55 años).

La cuestión de la religión provocó cierto debate en el seno del grupo de investigación encargado de realizar el trabajo. Finalmente, se decidió incluirla como variable a raíz de que saliera a la luz una polémica en torno a este tema en Francia7, donde la Comisión Nacional de la Informática (CNIL) prohíbe explícitamente "construir ficheros a partir de datos étnicos". El Estado francés impide así aplicar como variables de estudio el origen, el color y la religión de los ciudadanos. Desde nuestro punto de vista, éste es un objetivo a cumplir a largo plazo, pero que, dada la realidad que nos envuelve, su aplicación nos aleja del conocimiento y estudio de las desigualdades y desequilibrios sociales. De hecho, a principios de 2007, el Consejo Representativo de las Asociaciones Negras en Francia (CRAN) informó a la prensa sobre un estudio del Instituto TNS Sofres acerca del grado de discriminación racial percibida. Patrick Lozes, presidente de CRAN, afirmó que "la sociedad bienpensante se escuda detrás de las cifras". Es evidente que se ha de huir de toda apelación al grupo racial (definido por aspectos físicos y biológicos que se transmiten genéticamente), pero no podemos obviar la existencia de grupos que comparten las mismas raíces culturales (transmitidas generacionalmente mediante procesos de socialización).

Composición y características de la muestra formada por población magrebí entrevistada en el Área Metropolitana de Barcelona (marzo-septiembre 2008)

	Magreb
Ciudad donde vive (AMB)	
Barcelona	2
Otras Poblaciones	18
Género	
Mujeres	11
Hombres	9
Edad (años)	
25 - 30	7
31 - 40	7
41 - 55	6
Nivel de estudios	
Superior	6
Medio	6
Bajo	7
Sin Estudios	1
Situación laboral	
Categoría A	3
Categoría B	7
No trabaja	10
Estudiante	0
Religión	
Musulmana	20
TOTAL	20

Fuente: Elaboración propia a partir del trabajo de campo cualitativo realizado.

Los motivos de emigración de la población entrevistada son muy diversos, lo que nos ha permitido analizar circunstancias sociales heterogéneas:

6 En Barcelona ciudad, Cerdanyola del Vallès, Santa Coloma de Gramanet, Montcada i Reixac, y Sabadell.

7 Según se recogía en el diario El País el 1 de febrero de 2007 en una noticia titulada "Más de la mitad de los franceses negros se sienten discriminados".

"Yo, en Marruecos, estaba bien. Una cosa que no me gusta es el gobierno, y que hay poco trabajar. La vida es muy difícil. Yo trabajaba en una fábrica de bambas (zapatillas de deporte)" (09 - hombre magrebí, de 51 años)

"Por motivos políticos y laborales. En Marruecos vivía mejor, era responsable regional de mi partido político, pero falta democracia. (...) Pero ahora lo he perdido todo y ya no busco democracia, busco dinero. Estoy empezando desde cero" (05- hombre magrebí, de 35 años)

"Porque, ejem, ehh... Yo estoy casada y estoy obligada de venir con mi marido. Y ya está. (...) Si no estuviera casada, no habría venido nunca. Pero yo amo a mi marido. Así es la vida" (10- mujer magrebí, de 32 años)

Este trabajo de campo supuso salvar varias dificultades. No resulta fácil –al menos, para el investigador europeo8- acercarse a la ciudadanía magrebí por diferentes motivos. Surgen las diferencias culturales (por ejemplo, a la hora de abordar contenidos mediáticos y culturales relacionados con la sexualidad, el entrevistado manifestaba abiertamente su rechazo a los mismos, aunque –una vez adquirida cierta confianza- podía llegar a confesar que también veía ficción donde aparecían estos contenidos), problemas lingüísticos (muchos de los entrevistados apenas dominaban el catalán ni el español, por lo que se tuvo que recurrir al francés o a la ayuda de la traducción de algún compatriota magrebí), problemas con la disponibilidad horaria (las jornadas laborales apenas les dejan tiempo libre) o escasa colaboración de las asociaciones a la hora de facilitarnos contactos (en muchas ocasiones, justificado por la cantidad de este tipo de demandas que reciben por parte de equipos de investigación).

4. Consumo de medios de comunicación

Tanto las cifras referentes al conjunto de extranjeros como las que muestran el comportamiento de los magrebíes colocan la televisión como el medio hegemónico, seguida de las revistas, la radio, la prensa diaria e internet. Ahora bien, en términos globales y en comparación con el resto de extranjeros, los medios tienen menor penetración entre la población magrebí, siendo el consumo de internet el que marca la mayor diferencia. El porcentaje de penetración de Internet entre la población del norte de África sólo alcanza el 16,2%, frente al 31,6% referente al total de extranjeros. Al mismo tiempo, hay que advertir que cuando las cifras globales son más próximas, éstas tampoco se pueden interpretar como un reflejo de comportamientos homogéneos.

Estructura general de medios (% en vertical)		
Medio	TOTAL extranjeros	Magreb
Televisión	89,2	91,6
Revistas	51,8	36,1
Radio	44,5	35,9
Diarios	35	23,4
Internet	31,6	16,2
Fuente: Elaboración propia a partir de los datos del Baròmetre de la Comunicació i la Cultura (mayo 2007/ abril 2008)		

4.1. Consumo de televisión

El 75,9% de los magrebíes sigue los canales estatales, el 29,1% son espectadores de los canales autonómicos y el 24,5% consume lo que el Baròmetre ha tipificado como otras televisiones, donde se incluyen las cadenas internacionales. De estos tres datos, es éste último el que más aleja a este colectivo del conjunto de extranjeros9. El elevado seguimiento de las otras televisiones ha quedado reflejado en nuestro trabajo de campo con la mención del consumo de cadenas procedentes de países árabes disponibles vía satélite sin codificar.

Consumo de televisión (% en vertical)		
Tipo de TV	TOTAL extranjeros	Magreb
Estatal	78,8	75,9
Autonómica	24	29,1
Local	5,1	4,6
Otras	11,1	24,5
TOTAL miran TV	89,2	91,6
Fuente: Elaboración propia a partir de los datos del Baròmetre de la Comunicació i la Cultura (mayo 2007/ abril 2008)		

Los canales más mencionados por nuestros entrevistados han sido: Almaghribya (canal público generalista de Marruecos que emite en lengua árabe), Al-Jazeera (especializada en información, con origen en Qatar) i la 2M (televisión pública marroquina, con programación en árabe i en francés). Además, muchos de los magrebíes que no disponen de una

8 Conviene señalar también que el trabajo de campo fue desarrollado por mujeres.

9 Una cuestión que también ha quedado recogida en trabajos anteriores, como el de Amezaga (2001).

antena parabólica para sintonizar este tipo de emisiones muestran un elevado interés por adquirirla y lo que hacen normalmente es acudir a casas de amigos y familiares que sí están equipadas.

"cuando tenga el satélite lo primero que veré será Almaghribya para ver cómo ha ido el Ramadán (mes de ayuno) en Marruecos, porque aquí no hay muyaidines y te limitas a mirar el reloj e ir haciendo los rezos por tu cuenta…

> no hay un gran sentimiento" (la entrevista coincidió con la celebración del Ramadán en septiembre de 2008) (05- mujer magrebina, de 35 años)

> "los miro porque allí tengo mi familia, muchos amigos… me acerco" – (06- mujer magrebí, de 40 años)

> "casi todas las casas donde voy suele haber, aunque hay problemas con los vecinos porque quieren poner antenas colectivas y los canales que queremos ver nosotros son otros… y al final un tira y afloja, tira y afloja. La última vez que estuve con un amigo me explicó que como dijo que no pagaría la antena colectiva le dieron la llave para que pusiera la suya" – (01- hombre magrebí, de 28 años)

> "La 2M, para las noticias del día y películas árabes nuevas; Almaghribya, para saber tonterías del rey. Y Al-jazeera, para las noticias, es mucho mejor de CNN o BBC, habla de la verdad (…) las noticias en 3/24 (Canal informativo en catalán) o Antena3 (Canal estatal en castellano) (…) la información de aquí sí me gusta, y también el Cine 5 estrellas" - (05-hombre magrebí, de 35 años)

Esta última cita muestra, además, que el seguimiento de los otros canales no es incompatible con el de los canales autonómicos y estatales. De hecho, si se analiza el ranking de las televisiones más vistas, se observa cómo éste está encabezado por las televisiones con cobertura estatal y autonómica. Al igual que ocurre en referencia al conjunto de extranjeros, las dos cadenas con más espectadores entre los magrebíes son las privadas estatales Antena 3 y Tele 5 y, en tercer lugar, aparece la televisión pública estatal TVE1. Pero, la ubicación de los dos canales autonómicos, que emiten en catalán, ocupan un puesto más destacado que en esa clasificación global: TV3, con una programación generalista, es la cuarta cadena más vista por los magrebíes (la sexta para el conjunto de extranjeros) y K3/33, de carácter cultural y –en algunas franjas- infantil, ocupa el séptimo lugar (el octavo, al ranking global).

Ranking de los canales de TV más vistos		
	TOTAL extranjeros	Magreb
1	Antena 3 (1)	Antena 3 (1)
2	Telecinco (1)	Telecinco (1)
3	TVE1 (2)	TVE1 (2)
4	Cuatro (1)	TV3 (3)
5	La Sexta (1)	Cuatro (1)
6	TV3 (3)	La Sexta (1)
7	La 2 (2)	K3/33 (3)
8	K3/33 (3)	La 2 (2)
9	8TV (4)	8TV (4)
10	Canal 3/24 (5)	Canal 3/24 (5)
Fuente: Elaboración propia a partir de los datos del Baròmetre de la Comunicació i la Cultura (mayo 2007/abril 2008) // (1): Tv privada estatal. (2): Tv pública estatal. (3): Tv pública autonómica. (4): Tv privada local y (5): Tv informativa autonómica		

Este interés destacado por los autonómicos, sobre todo por TV3, no se ha reflejado de manera tan clara en nuestro trabajo de campo. Lo que sí se ha observado es que los canales, tanto autonómicos como estatales, se utilizan para aprender el catalán y el español.

> "También miro de vez en cuando la televisión catalana, y en Marruecos ya la veía porque siempre he querido saber conocer Catalunya, me gusta su forma de hablar y el lenguaje, me parece una mezcla de francés e italiano. Para mí es un examen escuchar a alguien hablando catalán y siempre entiendo lo que dicen. Antes lo entendía pero no pretendía hablarlo, ahora sí lo quiero aprender" (07-hombre magrebí, de 43 años)

> "Pero quiero los canales marroquíes. Me siento marroquina, echo de menos mi país, me acuerdo de mi familia, mis amigos, mi barrio. Y los canales españoles me ayudan para aprender la lengua. Aunque tenga satélite, los seguiré viendo. Me interesa la pronunciación y ya está. Es el objetivo" (10-mujer magrebí, de 32 años)

Respecto a los géneros televisivos, el principal interés se centra en los informativos. Los marroquíes entrevistados en nuestro trabajo de campo –siempre muy críticos con la censura que sufren los medios en su país y ante la falta de objetividad de la CNN- valoran muy positivamente el contenido informativo de las televisiones españolas y catalanas. Incluso, algunos de ellos mencionan seguir el canal "all news" 3/24, en catalán. En segundo lugar, se sitúa el gusto por el deporte y la ficción.

> "en este momento tenemos canales españoles. Veo todas, no tengo la diferencia. Me gustan los programas de cultura, por ejemplo, reportajes. Las noticias de La primera (TVE-1)" (04-hombre magrebí, de 31 años)

"Veo las noticias de Catalunya y de La Primera (TVE-1). 'Aquí hay tomate' (programa dedicado a la prensa rosa), como todas las mujeres, en la 6 (La Sexta) hay un programa de cada mañana (…), no soy mucho de series" (04-mujer magrebí, de 32 años)

No obstante, es aquí, en el ámbito del entretenimiento televisivo, donde aparecen más comentarios o críticas surgidas a partir de sus raíces culturales y religiosas.

"a los musulmanes no nos gusta la tele porque salen imágenes de sexo…" (03-hombre magrebí, de 29 años)

"El problema con la tele española en general es que no la podemos ver con la familia porque hay programas de sexo que no se pueden ver con los hijos (la entrevista se realiza en casa: es crea un ambiente incómodo, las mujeres se tapan la cara con cojines. Según nos explican, no se puede ver escenas de sexo, ni tampoco hablar sobre el tema delante de la familia). Es como fumar, aunque mi padre tenga muchas ganas de fumar, nunca lo hará delante mío" (09-hombre magrebí, de 51 años)

"las series no me gustan porque son diferentes a mi cultura, es pesado…. no me gusta no sé por qué, pero la información de aquí sí me gusta " (05-hombre magrebí, de 35 años)

4.2. Consumo de revistas

Aunque la diferencia no es tan significativa como en el caso de Internet, el consumo de revistas por parte de los magrebíes también está muy por debajo del índice del total de extranjeros. Así, a pesar de que sobre los datos globales se pueden hacer tres rankings –distinguiendo entre publicaciones semanales, quincenales y mensuales-, cuando se trata de recoger el comportamiento de la población del norte de África sólo es posible hablar de consumo de revistas semanales y, además, el listado apenas recoge dos títulos. Se trata de Hola y Pronto, ambos pertenecientes a la prensa del corazón.

Consumo de revistas (% en vertical)		
Periodicidad	TOTAL extranjeros	Magreb
Semanales	30,7	20,5
Quincenales	4,1	3
Mensuales	31,4	19,7
Otras	3,7	1
TOTAL Lectores	51,8	36,1
Fuente: Elaboración propia a partir de los datos del Baròmetre de la Comunicació i la Cultura (mayo 2007/abril 2008)		

Nuestro trabajo de campo nos ha permitido comprobar que son varios los motivos de este reducido consumo: problemas económicos, imposibilidad de encontrar aquello que consumían en su país, excesivo contenido comercial, incomprensión de la lengua o escasa credibilidad. Además, muchos de los entrevistados apuntan que han dejado de consumir revistas después del proceso migratorio:

"Ahora, no. En Marruecos, sí (...) gasto el dinero para divertirme un poco invitando a mis amigos a tomar algo" (07-hombre magrebí, de 43 años)

"cuando estudiaba leía La vie economic o L'economiste, pero ahora lo más importante para mí es hacer los papeles, es muy importante. Hay muchas cosas que he dejado por esto" (03-mujer magrebí, de 27 años)

"aquí no, solamente cuando estoy en Marruecos. Allá sí leo el periódico y las revistas marroquíes" (05-mujer magrebí, de 35 años)

4.3. Consumo de radio

Aunque los datos globales indican que la radio más consumida por el conjunto de extranjeros -y también por los magrebíes- es la musical y que en segundo término queda relegada la radio generalista, es conveniente remarcar que el colectivo procedente del norte de África presenta tendencias diferenciadas. En primer lugar, es uno de los colectivos donde mayor penetración tiene la radio generalista. Por ejemplo, sólo el 7,8% de los latinoamericanos –para los que la dificultad de la lengua es menor- escuchan este tipo de programación, mientras que la cifra asciende al 11,3% en el caso de los magrebíes. Y, en lo que se refiere a la siempre dominante radio musical, la población magrebí se sitúa entre los colectivos donde ésta alcanza los índices de penetración inferiores.

Consumo de radio (% en vertical)		
Programación	TOTAL extranjeros	Magreb
Generalista	8,9	11,3
Musical	29,9	21,8
Informativa	1	1,7
Emisoras Locales	1,9	3,4
TOTAL audiencia	44,5	35,9
Fuente: Elaboración propia a partir de los datos del Baròmetre de la Comunicació i la Cultura (mayo 2007/abril 2008)		

Este mayor seguimiento de la radio generalista hace que el ranking de las 10 emisoras más escuchadas por los magrebíes sea muy distinto al del conjunto de extranjeros. Si bien ambos listados están encabezados por la radio musical Los 40 Principales (dedicada a los éxitos comerciales actuales), las emisoras generalistas también ocupan lugares destacados en el

caso específico de la población magrebí. Así, por ejemplo, la privada estatal Cadena SER ocupa la segunda posición y Catalunya Ràdio, emisora pública en catalán, está en el cuarto lugar.

Ranking de las emisoras radiofónicas

Ranking de las emisoras radiofónicas		
	TOTAL extranjeros	Magreb
1	Los 40 Principales (1)	Los 40 Principales (1)
2	Cadena Dial (1)	Cadena SER (3)
3	Flaix FM (1)	Radio Tele Taxi (1)
4	Europa FM (1)	Catalunya Ràdio (2)
5	Cadena 100 (1)	Cadena Dial (1)
6	M80 Radio (1)	Onda Cero (3)
7	Cadena SER (3)	Ràdio RM (1)
8	Catalunya Ràdio (2)	RNE Ràdio 1 (2)
9	RAC105 (1)	Cadena 100 (1)
10	Radio Tele Taxi (1)	-
Fuente: Elaboración propia a partir de los datos del Baròmetre de la Comunicació i la Cultura (mayo 2007/abril 2008) // (1): Radio privada musical. (2): Radio pública generalista. (3): Radio privada generalista.		

Este interés por la radio generalista también ha quedado recogido en nuestras entrevistas. A la hora de recordar el consumo radiofónico, varios han mencionado programaciones de este tipo. Pero el aspecto cualitativo más interesante hace referencia a las mujeres. Mientras que los hombres responden claramente al perfil que los datos estadísticos del Baròmetre definen, el consumo radiofónico femenino es mucho más diverso. Por ejemplo, una mujer de 22 años, que hace poco más de un año que vive en Sabadell, sólo escucha emisoras marroquinas vía satélite; otra joven de 27 años, que hace 5 que llegó a España, explica no escuchar la radio porque no entiende la lengua a pesar de que en Marruecos era una oyente habitual y, por último, destacar las declaraciones de una mujer de 36 años, que llegó a Cataluña hace 6, quien afirma que sólo escucha aquello que sintoniza su marido.

4.4. Consumo de prensa diaria

Hay dos rasgos que diferencian plenamente al colectivo magrebí del resto de la población migrante. En primer lugar, el destacado consumo de prensa deportiva y, en segundo lugar, el bajo consumo de prensa gratuita a pesar de la amplia oferta que existe en Cataluña y de su fácil acceso (distribuida en los servicios de transporte público). Una de las conclusiones de este trabajo y que, en parte, explica esta cuestión es que los magrebíes, aunque sí están muy interesados en la actualidad informativa, recurren más a los medios audiovisuales que a los impresos. Otra hipótesis apunta hacia el comportamiento femenino: teniendo en cuenta que la prensa gratuita está más extendida entre la mujer migrante y que, en el caso de la población femenina del Magreb, la vida de ella se centra básicamente en el hogar, su acceso a la misma queda muy reducido y ello acaba quedando reflejado en los datos globales. Por otra parte, también son ellas las que parecen mostrar menor conocimiento de las lenguas que se utilizan en Cataluña, lo que les impide la lectura de los medios impresos.

Consumo de prensa diaria (% en vertical)		
	TOTAL Extranjeros	Magreb
TOTAL LECTORES	35	23,4
Según el contenido		
Información general	29,7	17,8
Prensa deportiva	9,3	10,4
Según el sistema de distribución		
De pago	23,6	18,3
Gratuitos	15,7	7,4
Según el idioma de la publicación		
Catalán	4	4,1
Español	21,5	16,3
Mixtos	15,1	7
Fuente: Elaboración propia a partir de los datos del Baròmetre de la Comunicació i la Cultura (mayo 2007/abril 2008)		

El interés por el deporte quedó patente en nuestros encuentros, de la misma manera que se detectó que entre las mujeres hay más casos de incomprensión de la lengua.

> "(sección que consulta en la prensa generalista) Depende, lo primero me voy al deporte, que es lo que más me gusta, y luego de todo, en general" (06-hombre magrebí, de 31 años)

"(sección que consulta en la prensa generalista) Deportes. No soy de ningún equipo. Me gusta el fútbol, los que juegan bien. Me gusta rellenar sudokus" (03-hombre magrebí, de 29 años)

"solamente veo las fotos porque no comprendo la lengua" (05-mujer magrebí, de 35 años)

4.5. Consumo de Internet

A la hora de valorar los resultados del Baròmetre, cabe señalar que un 64,6% de la muestra magrebí no respondió a la pregunta sobre el equipamiento tecnológico disponible. No obstante, ello no impide afirmar que el nivel de equipamiento informático de sus hogares es uno de los más bajos en el conjunto de la población migrante. Así, por ejemplo, el 51% de los latinoamericanos disponen de un ordenador y, en cambio, sólo el 28,3% de los magrebíes posee uno.

Equipamiento informático y uso de internet		
	TOTAL extranjeros	Magreb
Nivel de equipamiento		
Ordenador sobremesa	46	28,3
Ordenador portátil	25,9	12,5
PDA	4,7	2,5
Connexió a Internet	45,4	20,6
NsNc	41,1	64,6
Uso de Internet		
Usuarios	31,6	16,2
Fuente: Elaboración propia a partir de los datos del Baròmetre de la Comunicació i la Cultura (mayo 2007/ abril 2008)		

En nuestro trabajo de campo, quedó plasmada una marcada dependencia de los llamados locutorios (espacios donde se ofrece conexión a internet por un precio establecido según el tiempo de uso de la red) a la hora de acceder a internet y, en segundo lugar, un reducido uso por parte del colectivo femenino. Más de la mitad de las mujeres entrevistadas no se conectan a internet. Los motivos recogidos apuntan a aspectos diversos (desconocimiento informático, falta de recursos económicos, falta de tiempo…). Pero, entre ellos, es necesario destacar el hecho de que algunas mujeres opinan que es peligroso tener internet en casa, al considerar que su contenido puede perjudicar el desarrollo personal de sus hijos.

5. Consumo de bienes y servicios culturales

La participación de la población magrebí en la oferta cultural e intelectual de Cataluña también es inferior al conjunto de la población extranjera. Las mayores distancias aparecen en el ámbito del cine (extranjeros: 34,4% y magrebíes: 16,8%) y en el de las exposiciones de arte (extranjeros: 21,2% y magrebíes: 9,9%). Por el contrario, el consumo de música y de espectáculos escénicos resulta similar al comportamiento del conjunto de extranjeros en términos globales.

Estructura general de los bienes y servicios culturales (% en vertical)		
	TOTAL extranjeros	Magreb
Música	93,6	89,7
Libros	54	44,5
Cine*	34,4	16,8
Exposiciones	21,2	9,9
Conciertos	22	13,1
Espectáculos escénicos	14,6	12,5
Fuente: Elaboración propia a partir de los datos del Baròmetre de la Comunicació i la Cultura (mayo 2007/abril 2008) *Asistencia durante los últimos 3 meses.		

5.1. Consumo de música

El 89,7% de los magrebíes acostumbran a escuchar música, pero su consumo sólo resulta diario para el 54,6%. Este último dato diferencia al colectivo magrebí de otros; por ejemplo, el 73,5% de los latinoamericanos escuchan música diariamente. En la mayoría de casos, esta música procede de la radio. Pero también puede haber sido comprada y, puntualmente, responde a descargas en internet (ninguno de nuestros entrevistados mencionó el uso de MP3).

Los géneros preferidos son el pop-rock (el 59,7% de los que escuchan música así lo muestran) y lo que desde occidente se califica como música étnica (44,4%), aunque también sobresale el gusto por el flamenco (25%). Una peculiaridad de los magrebíes es que acostumbran a clasificar la música según su origen geográfico (por ejemplo, española, inglesa, egipcia, marroquina, andalusí, árabe o berebere).

Frecuencia del consumo de música (últimos 3 meses) y gustos musicales (% en vertical)

	TOTAL extranjeros	Magreb
¿Consume música?		
Sí	93,6	89,7
Frecuencia		
Cada día	67,5	54,6
Más de un día/Semana	18,7	22,5
Otras	7,4	12,6
Género musical habitual (% sobre los consumidores de música)		
Clásica	11,9	8,8
Ópera-zarzuela	1,8	0,7
Cantautor	12,9	8,5
Pop-Rock	67,4	59,7
Jazz-Blues-Soul	12,1	5,5
Infantil	1,2	0,8
Tradicional catalana	1,6	1,9
Flamenco	17,8	25
Étnica	19,8	44,4
Salsa latina	48,1	13,1
No recuerda	0,4	1,4
Otros	17,4	28,1
Fuente: Elaboración propia a partir de los datos del Baròmetre de la Comunicació i la Cultura (mayo 2007/ abril 2008)		

Al 100% de nuestros entrevistados les gusta la música. Relacionar su consumo con estados emocionales concretos es habitual y las raíces culturales se evidencian en muchas de sus preferencias –sobre todo, entre las mujeres, que son las que más tienden a escuchar emisoras musicales marroquíes a través del satélite.

> "Tengo música de mi país. La escucho en casa… a veces… cuando quiero recordar mi país (…) En el móvil, llevo música berebere" (03-hombre magrebí, de 29 años)

> "siempre he escuchado la música española y la andalusí, y un estilo nuevo que es un rap con idioma y temas marroquíes, hay algunos que cantan a los inmigrantes que echan de menos a su país y su familia (…) Me pongo nostálgico con la música de mi época" (08-hombre magrebí, de 52 años)

5.2. Consumo de literatura

Aunque entre los magrebíes la lectura tiene una penetración inferior a la que alcanza en el total de la población extranjera, ésta presenta un porcentaje significativo (44,5%). Los datos muestran que los comportamientos más habituales son los más extremos: un libro al año (15,7% de los lectores); dos (10,4%) y más de 5 (7,3%). Por su parte, el uso de las bibliotecas es prácticamente inapreciable.

Lectura de libros (% en vertical)		
	TOTAL Extranjeros	Magreb
¿Lee libros?		
Sí	54	44,5
Género literario habitual (% sobre total lectores)		
Novela	68	53,4
Ensayo	5,7	1,3
Poesía	7,5	6,7
Teatro	3,6	4,1
Cuentos	7,4	4,7
Divulgativos	24,1	28,7
Autoayuda	9,1	3,1
Manual técnico	10,6	6,1
Infantil y juvenil	3,3	1,4
No recuerda	0,5	0,7
Otros	10,3	19,6
Idioma último libro leído (% sobre el total de lecturas)		
Catalán	5,6	7
Español	77,2	51,6
Otra	16,8	41,4

No clasificada	0,3	-
Fuente: Elaboración propia a partir de los datos del Baròmetre de la Comunicació i la Cultura (mayo 2007/abril 2008)		

El género literario preferido por los lectores magrebíes es la novela (53,4%) y los divulgativos (28,7%), al igual que en el ranking global. Pero, con respecto a esa clasificación general, se detecta una particularidad: el elevado porcentaje de consumo de la casilla tipificada como otros, donde se ubican los religiosos. El 19,6% de los lectores magrebíes consumen otros géneros, lo que resulta coherente con el hecho de que el 41,4% de las lecturas sean en una lengua diferente al catalán y al español.

En el trabajo de campo cualitativo realizado, se detectó una amplia variedad de lecturas. Ahora bien, dos aspectos que aparecieron con bastante regularidad fueron la lectura con el objetivo de aprender catalán y, entre las mujeres, la dificultad de leer en catalán/español.

> "'El diari d'Ana Frank', en la edición de la serie 'Català fàcil'. También libros profesionales, por ejemplo, uno de socorrismo que leí para un curso de la Cruz Roja" (05-hombre magrebí, de 35 años)

> "Ahora estoy leyendo unos cuentos de niños del hijo de mi cuñada porque son más fáciles de comprender(los muestra a la entrevistadora: Peter Pan, Dafne, etc) El último libro que he leído [en Marruecos] es 'Haurak', que significa 'Mis Papeles', de un autor marroquí que describe cómo es la vida en Marruecos, especialmente en los pueblos. Hay pueblos donde no hay ni agua ni electricidad, explica el sufrimiento de sus gentes. La vida en los pueblos alejados es muy dura... me hace llorar. Ellos vienen para vivir mejor, ganar más dinero, ayudar a las familia (...) en Marruecos me gusta leer un autor marroquí que me gusta mucho porque dice la verdad. Él no se preocupa por el rey, simplemente explica la realidad. He lives in France, in Paris, if he would live in Marroc, the king will kill him" (10-mujer magrebí, de 32 años)

> "ahora leo mucho el diccionario árabe-catalan" (01-mujer magrebí, de 25 años)

5.3. Consumo de cine

El colectivo magrebí presenta un bajo porcentaje de asistencia al cine (16,8%). Respecto a los gustos, coincide prácticamente con los referentes a la población extranjera en general: dominan la acción y la comedia, y los guiones en castellano.

Películas vistas (últimos 3 mesos) (% en vertical)		
	TOTAL Extranjeros	Magreb
¿Ha ido al cine durante los últimos 3 meses?		
Sí	34,4	16,8
Género habitual (sobre el % de espectadores)		
Acción	59,8	62,9
Dibujos animados	18,1	11
Comedia	30,1	25
Documental	4,4	5,8
Drama	16,4	16,4
Fantástico - terror	26	18,1
Musical	1,2	0,9
No recuerda	1,5	1,6
Otros	2,6	2,7
Idioma última película vista (sobre el % de espectadores)		
Catalán	1,3	2,8
Español	93,1	95,4
Otro	5,5	1,8
No clasificada	0,1	-
Fuente: Elaboración propia a partir de los datos del Baròmetre de la Comunicació i la Cultura (mayo 2007/ abril 2008)		

En el trabajo de campo cualitativo, este bajo consumo de cine ha quedado sobre todo patente en el caso de los hombres entrevistados. Las mujeres se muestran algo más interesadas por esta actividad cultural. La mayoría de ellos apunta que sí iba al cine en Marruecos, pero que ahora ha abandonado esta práctica. Los motivos que más utilizan para justificarlo son la falta de tiempo y el hecho de que su religión les prohíba ver escenas de sexo. Por su parte, el colectivo femenino señala que ve filmes en casa; normalmente, son películas que les lleva algún familiar (marido o hermano) o que reciben vía satélite en árabe.

> "No quiero ver sexo. Nosotros respetamos nuestra mujer" (04-hombre magrebí, de 31 años)

> "El tipo de acción, románticas, policíacas" (05-mujer magrebí, de 35 años)

5.4. Visita a exposiciones

El porcentaje de magrebíes que han visitado una exposición durante el último año es muy reducido, tan sólo el 9,9%. Las condiciones económicas y el escaso tiempo libre contribuyen a ello. En general, ésta es una actividad que tiene pocos seguidores entre la población extranjera y que suele considerarse como una practica elitista, aunque hay que tener en cuenta que su nivel de penetración tan sólo se sitúa unos 5 puntos porcentuales por debajo del conjunto de la población en Cataluña. Como elemento particular, las cifras muestran un interés destacado por parte de los magrebíes hacia las propuestas en catalán.

Visita a exposiciones: Frecuencia, tipo de espacio i idioma. (% en vertical)		
	TOTAL extranjeros	Magreb
¿Ha ido a ver alguna exposición?		
Sí	21,2	9,9
Espacio (% sobre los que sí han visitado)		
Museo	75,2	68,6
Galería	32,2	25,1
Sala	36,5	28,8
Otros	2,6	2,5
Idioma (% sobre los que sí han visitado)		
Catalán	45,9	64
Español	45	26,9
Otro	8,5	9,1
No clasificada	0,5	-
Fuente: Elaboración propia a partir de los datos del Baròmetre de la Comunicació i la Cultura (mayo 2007/ abril 2008)		

A partir de nuestro trabajo de campo, se detecta que las mujeres magrebíes con hijos en edad escolar tienen más probabilidades de visitar exposiciones, ya que acostumbran a acompañarles en actividades extraescolares. Así, algunas de las entrevistadas nos explicaron que habían visitado el Museu d'Història de Sabadell, el Museu Olímpic de Barcelona, el Museu de Cera, el Museu del Xocolata i el Museu de la Sagrada Família (centro religioso católico). Entre los hombres, dominan las citas que muestran un desconocimiento de lo que hay en los museos, además de un evidente desinterés por el arte.

"porque no visito a los muertos. No me gusta ver cuerpos y esas cosas" (06-hombre magrebí, de 31 años)

5.5. Asistencia a conciertos

Sólo el 13,1% de los magrebíes asisten a conciertos, básicamente de pop rock y de la denominada música étnica. A partir de nuestro trabajo cualitativo, se observa que los hombres tienden más que las mujeres a aprovechar la oferta musical gratuita de la ciudad donde residen.

Asistencia a conciertos: géneros (% en vertical)		
	TOTAL estrangers	Magreb
¿Has ido a algún concierto?		
Sí	22	13,1
Principales géneros musicales (% sobre los que han ido a un concierto)		
Clásica	10,8	5,4
Pop-Rock	50,7	56,4
Flamenco	7,4	6,3
Étnica	7,6	16,5
Salsa latina	25,8	6
Fuente: Elaboración propia a partir de los datos del Baròmetre de la Comunicació i la Cultura (mayo 2007/ abril 2008)		

5.6. Asistencia a espectáculos escénicos

En términos globales, su nivel de asistencia a espectáculos escénicos no difiere mucho del referente al conjunto de extranjeros: ambos porcentajes de penetración se sitúan en torno al 13%, el teatro es el formato con más seguidores y, por último, dominan las propuestas en español. La falta de tiempo y el precio son los argumentos que apuntaron nuestros entrevistados a la hora de justificar su bajo consumo. Entre las mujeres, también se detectó la asistencia a espectáculos organizados por los centros escolares de sus hijos.

Asistencia a espectáculos: género e idioma (% en vertical)		
	TOTAL extranjeros	Magreb
Sí	14,6	12,5

Género (% sobre total de espectadores)		
Circo	38,1	39,6
Teatro	57,5	52,5
Danza	18,5	15,2
Idioma del último visto (% sobre total de espectadores)		
Catalán	29,1	35,2
Español	62	56,7
Otro	7,8	7,9
No clasificado	1,1	0,2
Fuente: Elaboración propia a partir de los datos del Baròmetre de la Comunicació i la Cultura (mayo 2007/abril 2008)		

6. Conclusiones generales

En líneas generales, la participación en el entorno mediático y cultural del magrebí es inferior a la del conjunto de extranjeros en Cataluña. Ello se explica, principalmente, por la falta de tiempo y de recursos económicos, aunque los hombres también muestran un marcado desinterés, especialmente por los bienes y servicios culturales. La tendencia mayoritaria es hacia un consumo integrador, pero con una presencia destacada de los productos procedentes de su zona de origen. Respecto a los medios, les atrae más los audiovisuales que los impresos, destacando el seguimiento de televisiones (árabes, estatales y autonómicas) y de radios generalistas. En referencia a los bienes y servicios culturales, la música y la literatura son los únicos que tienen una penetración destacada. Les gusta el pop-rock i la denominada música étnica y, en el terreno literario, la novela y los divulgativos, pero también abunda el seguimiento de otros géneros entre los que se incluyen los textos religiosos.

Otro elemento a destacar es la tendencia hacia unas prácticas culturales de carácter más segregacionista entre las mujeres que entre los hombres magrebíes. Además de su reducido consumo, en muchas ocasiones éste queda restringido a productos en árabe y francés exclusivamente, justificado por el desconocimiento del catalán/español. Pero también aparecen circunstancias relacionadas con la discriminación de género y las raíces culturales. Algunas mujeres nos han explicado cómo su consumo está estrechamente ligado a lo que los familiares le permiten (ver la película que le trae un hermano o escuchar la emisora que sintoniza el marido, por ejemplo). Su vida queda habitualmente centrada en el hogar, lo que automáticamente provoca una reducida actividad cultural. Una situación que sólo parece romperse cuando tiene la posibilidad de acompañar a sus hijos más pequeños a actividades organizadas o programadas por los centros escolares.

7. Bibliografia (citada)

Amezaga, J. et al. (2001). Biladi. Usos de la televisión por satélite entre los y las inmigrantes magrebíes en Bilbao. Zer, nº 10, 81-105.

García Canclini, N. (2002). Latinoamericanos buscando lugar en este siglo. Buenos Aires: Paidós.

Garreta, J. (2000). Els musulmans de Catalunya. Lleida: Pagès Editors.

Göle, Nilüfer (2007). Interpenetraciones. El islam y Europa. Barcelona: Edicions Bellaterra.

Hiller, H. H. & Franz, T. M. (2004) New ties, old ties and lost ties: the use of the internet in diaspora. New Media & Society, Vol 6 (6), 731.752.

Mata, M.C. (2006). Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. Fronteiras: Estudos Midiáticos, Vol. 8, nº 1, 5-15.

VV.AA. (2008). Les condicions de vida de la població immigrada a Catalunya. Barcelona: Editorial Mediterrànea.

e Resiliência: dos usos e consumos mediáticos entre imigrantes dos países africanos de língua portuguesa (PALOP) e seus descendentes em Portugal

Isabel Ferin Cunha1
Instituto Jornalístico da Universidade de Coimbra
barone.ferin@gmail.com

Resumo: Esta comunicação pretende apresentar parte dos resultados de uma pesquisa desenvolvida entre 2007 e 2008 intitulada "Estudo de Recepção dos Meios de Comunicação Social: imigrantes e idosos". A exposição centra-se nos imigrantes originários de Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e seus descendentes. A pesquisa teórica fundamentou-se na Sociologia das Migrações e nos Estudos de Recepção empreendidos pelos Estudos Culturais e dos Media, tendo como metodologias de trabalho a entrevista em profundidade e a organização de grupos de foco os quais contaram com 29 participantes (24 homens e 5 mulheres). A estratégia para a identificação dos entrevistados e para a organização dos grupos foi desenhada a partir de contactos realizados com as associações de imigrantes registadas

1 Professora Associada do Instituto de Estudos Jornalísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coordenadora do sub-projecto "Estudo de Recepção dos Meios de Comunicação Social: imigrantes e mais de 64 anos" desenvolvido no ano de 2007-2008 com o apoio da Entidade Reguladora da Comunicação.

junto do Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI) e baseou-se no "perfil estatístico" correspondente à nacionalidade dos imigrantes, enunciado em estudos especializados. Os roteiros das entrevistas e dos grupos de foco estruturaram-se em torno dos seguintes tópicos: os usos dos jornais; os usos da televisão, videos/filmes e música; opinião sobre rádio, jornais e televisão; os usos do computador e da Internet. Os resultados apontam para as seguintes conclusões: 1) Consumos e usos múltiplos dos Media; 2) Consumos identitários "cosmopolitas"; 3) Relações entre consumos mediáticos, trajectórias de vida individuais e familiares e processos de exclusão/integração.

Palavras-Chave: Media; Usos e Consumos; Imigrantes dos PALOP; «2as Gerações»

1. Introdução

A Europa que desde há séculos constituíra um território de emigração para diversos continentes, tornou-se nestas últimas décadas, mais precisamente a partir da década de oitenta, um espaço de imigração. Este fenómeno gerado por desequilíbrios económicos, demográficos, culturais e religiosos mundiais, tem-se repercutido nas políticas da comunidade europeia e constituído um dos itens de maior preocupação da opinião pública, como demonstram as sondagens realizadas periodicamente pelo Eurobarómetro2 (2005; 2006). Como afirma Wenden (2005), 60% dos estrangeiros instalados na Europa têm mais de dez anos de permanência nos países de acolhimento e constituem cerca de 6% da população europeia. Neste contexto, Portugal constitui um caso particular na medida em que, se por um lado continua a ser um país atractivo para os imigrantes — apesar do decréscimo de renovações de visto de trabalho nos últimos dois anos — por outro cresce a emigração de portugueses para outros países europeus, como a Holanda, a Inglaterra e a Alemanha.

O Plano para a Integração dos Imigrantes, aprovado em 2007 pela Presidência do Conselho de Ministros (Resolução do Conselho de Ministros n.º 63-A/2007), é hoje um instrumento de apoio à inclusão no espaço público e de reforço à cidadania. Num dos artigos deste Plano, dedicado aos Media, são incentivados os mecanismos de auto-regulação na veiculação de notícias sobre a imigração apelando para que, respeitando o rigor dos factos e o enquadramento adequado, se evitem os efeitos perversos de indução de racismo e xenofobia. No mesmo artigo, é reconhecida a autonomia dos Media e a ética deontológica dos jornalistas e aconselha-se a criação de tempos de programação/informação que mostrem a diversidade cultural existente na sociedade portuguesa, valorizando as expressões culturais e linguísticas das diversas comunidades aqui residentes.

A identificação dos imigrantes como um público sensível 3dos Media fundamenta-se nos seus frágeis indicadores de inserção política e cultural, apesar dos inegáveis avanços experimentados nos últimos anos. Recentemente muitos imigrantes, sobretudo originários dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), adquiriram a nacionalidade ao abrigo da nova lei (Lei Orgânica nº 2/2006 de 17 de Abril: Quarta alteração à Lei nº 37/81 de 3 de Outubro/Lei da Nacionalidade), mas este facto, juridicamente relevante, não impede que socialmente sejam percepcionados, ou se vejam, como imigrantes, ou nacionais de outro país, com restrito acesso ao espaço público.

Os estudos realizados durante cinco anos (2003-2007) sobre as representações dos imigrantes na imprensa e na televisão identificaram o Crime — e as questões que lhe estão associadas, como a violência e a prostituição — como o tema mais focado (Ferin e Santos, 2006; Ferin e Santos, 2008). As duas bases de dados construídas — com auxílio do SPSS (Statistical Package for Social Science) — integraram dados referentes a um corpora de 8 publicações impressas (diários e semanários) e materiais referentes aos noticiários do prime-time de três canais abertos de televisão, perfazendo um total de 8675 peças, nos meios impressos, e 1332 peças na televisão.

Quadro1

Total de peças televisivas por ano e por canal. A vermelho os totais mais elevados por ano e canal.
Por questões de data de início do Projecto só foram analisados os meses de Abril a Dezembro.

Canais TV/Ano	RTP1	SIC	TVI	Total
2003*	56	70	92	218
2004	80	127	112	319
2005	99	118	96	313
2006	82	96	67	245
2007	87	68	82	237
Total	404	479	449	1332

Nestes estudos, e só tendo em consideração os dados referentes ao três últimos anos (2005-2007), o tema Crime encontra-se em 17, 7% do total das peças analisadas na imprensa (7374) e em 11, 3% das peças de televisão emitidas no prime-time (795). No entanto se associarmos os temas correlatos ao Crime, tal como já foi referido, as peças registadas

2 http://ec.europa.eu/public_opinion/index_en.htm

3 A expressão publico sensível é utilizada pelos relatórios da União Europeia das Entidades Reguladores da Comunicação e adoptado em Portugal pela instituição congénere, a ERC. O público sensível envolve os utilizadores e consumidores dos meios de comunicação que "encontram, por motivos de ordem política, económica ou social, por incapacidades cognitivas ou por vulnerabilidade física, dificuldades em aceder ao espaço público e exercer plenamente a sua cidadania" (ERC, Relatório de Regulação, 2008).

triplicam em ambos os meios. Nestas peças os grandes actores colectivos são os imigrantes brasileiros e as chamadas «2as gerações», os descendentes de cidadãos dos PALOP, maioritariamente de origem cabo-verdiana. Estes últimos adquiriram grande visibilidade com o caso Arrastão de Carcavelos, designação de um acontecimento, ou pseudo-acontecimento, relatado pelos meios de comunicação portuguesa que tiveram no centro o suposto assalto de um grupo de jovens de origem africana a banhistas da Praia de Carcavelos, arredores de Lisboa, no dia 10 de Junho de 2005. Este dia, feriado comemorativo do dia de Camões e das Comunidades Portuguesas, tem tradicionalmente uma elevada carga nacionalista e é frequentemente palco de manifestações de partidos com tendências neo-fascistas. Nos dias seguintes, utilizando escassas fotografias de telemóvel de baixa qualidade, os meios de comunicação, televisão e imprensa, criaram uma agenda em torno da «novidade do assalto à maneira brasileira» e imputaram o fenómeno aos jovens dos bairros suburbanos de Lisboa, genericamente designados por «2as gerações» e identificados através de marcas fenotípicas. Em volta deste acontecimento, ou pseudo-acontecimento, gerou-se uma polémica que acabou com o desmentido das autoridades policiais — declarando existirem apenas duas queixas de furto e não terem sido identificados autores dos crimes — e a intervenção do Alto Comissário para a Imigração e o Diálogo Intercultural e de alguns jornalistas e intelectuais.

Os resultados estatísticos longitudinais obtidos nos estudos referidos e as recomendações realizadas pelo European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia (EUMC)4 em 2005, ressaltaram a importância dos Media na formação da opinião e das atitudes dos cidadãos face à imigração e o seu papel na modulação da percepção da população maioritária perante os imigrantes e as minorias étnicas. As pesquisas realizadas pelo EUMC identificaram demasiados estereótipos associados à imigração e às minorias étnicas e responsabilizaram os Media pelo função de reforço cultural que podem exercer na sociedade, ora acentuando as diferenças culturais ora veiculando imagens, valores e modelos de uma sociedade mais inclusiva. No mesmo sentido apontou o Handbook for Integration for Policy-Makers and Practitioners5 ao reconhecer, por um lado, os esforços desenvolvidos nos países europeus na promoção da cidadania dos imigrantes, mas por outro, assinalando alguma resistência à imigração e à diversidade cultural.

Dois inquéritos nacionais que se debruçaram sobre as atitudes e valores dos portugueses face à imigração concluíram, também, que há uma «escala cultural cognitiva» entre os inquiridos, que os aproxima mais dos imigrantes brasileiros; faz com que reconheçam a competência profissional dos cidadãos dos países de Leste e criem desconfiança face aos cidadãos originários de países africanos (Lages e Policarpo, 2006). No entanto, convém referir que estas atitudes e comportamentos não são específicos da sociedade portuguesa. As sondagens periódicas realizadas pelo Eurobarómetro, que visam obter dados sobre as atitudes e percepção dos europeus face aos imigrantes e à imigração, demonstram que a hostilidade para com os imigrantes deriva não só de condições objectivas (vulnerabilidade económica, desemprego e precariedade) como de condições subjectivas, tais como as expectativas e as opções ideológicas. As mesmas sondagens revelam que os cidadãos europeus são também unânimes, apesar das particularidades de cada país, a reconhecer que ser imigrante, e ou pertencer a outra etnia é, à partida uma desvantagem social que cerceia o acesso ao mercado de oportunidades6.

Dentro deste contexto, e na medida em que muitos dos estudos enunciados apontavam para o papel dos meios de comunicação na formação da opinião pública, integrámos a equipa de um estudo de recepção sobre os meios de comunicação na perspectiva dos imigrantes, considerados estes como "um público sensível". Procurámos, nesta abordagem, registar quais os usos e consumos dos Media dos imigrantes e seus descendentes e simultaneamente perceber como estes cidadãos percepcionam os meios de comunicação e como interpretam as imagens que são veiculadas sobre a imigração, os imigrantes e seus descendentes.

Os resultados que apresentamos nesta exposição decorrem do estudo mais abrangente intitulado Estudo de Recepção dos Meios de Comunicação Social: imigrantes e idosos que se realizou de Novembro de 2007 a Março de 2008 e procurou analisar, registar e interpretar dados quantitativos e qualitativos sobre os consumos, representações e expectativas destes públicos face aos meios de comunicação social. A investigação sobre os imigrantes consistiu na realização de uma sondagem nacional e num conjunto de sessões de grupos de foco na região da Grande Lisboa, local onde residem as maiores comunidades imigrantes. A escolha da nacionalidade dos grupos teve em consideração as maiores comunidades residentes em Portugal, identificadas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF): a brasileira que integra 66.354 indivíduos; a Cabo-verdiana, constituída por 63.925 pessoas; a ucraniana, actualmente com 39.480 cidadãos e a comunidade romena, em acelerado crescimento, com 19.155 pessoas registadas.

Os dados que se apresentam nesta comunicação dizem respeito aos grupos de foco com os cidadãos dos PALOP, maioritariamente cabo-verdianos, e seus descendentes, em fase de aquisição de nacionalidade ou com nacionalidade recém-adquirida ao abrigo da Nova Lei da Nacionalidade de 2007,num total de 29 pessoas, sendo 24 homens e 5 mulheres.7

2. Contextos: da Imigração aos Media

4 Bruxelas, 16/07/2004 COM (2004) 508 final, Communication from the Commission to the Council, the European Parliament, the Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: First Annual Report on Migration and Integration.

5 http://eumc.eu.int/eumc/material/pub/eurobarometer/EB2005/EB2005-summary.pdf

6 Eurobarómetro Especial 263, publicado em 2007 sobre a Discriminação na União Europeia

7 Em nenhum dos grupos foram registados cidadãos de origem moçambicana.

Para melhor compreensão dos dados recolhidos fazemos uma breve contextualização da imigração advinda dos PALOP para a região da grande Lisboa e uma sucinta caracterização dos bairros onde maioritariamente estes cidadãos habitam. Em seguida, apresentamos alguns dados sobre os maiores grupos mediáticos — dando relevância àqueles que possuem canais de televisão de acesso aberto — bem como sobre audiências médias de televisão e suas características em Portugal.

O maior contingente de imigrantes na região da Grande Lisboa tem origem, como já se referiu nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e a história da sua presença radica nos finais da década de sessenta, quando os trabalhadores portugueses emigraram para outros países europeus sendo substituídos por mão-de-obra cabo-verdiana. A revolução de 25 de Abril de 1974 e as posteriores independências das colónias africanas contribuíram para a chegada de retornados e de luso-africanos a Portugal, a que se seguiram fluxos de imigrantes, nas décadas de oitenta e noventa, em busca de paz e melhores condições de vida (Pires, 2003).

Segundo dados dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) referentes a 2007, cerca de 37 000 cidadãos cabo-verdianos residem na área metropolitana de Lisboa, nos concelhos da Amadora, Loures, Oeiras e Sintra. É também nesta região que habitam maioritariamente;

- os angolanos (32 728),
- guineenses (23 733) e
- são-tomenses (10 627).

A maior parte desta população, com baixas qualificações, habita em bairros sociais ou de auto-construção e encontra ocupação na construção civil, obras púbicas e indústrias (os homens), no comércio e nos serviços domésticos (as mulheres) (Baganha e al, 2002).

A situação destes bairros na periferia pobre da Grande Lisboa tende a criar guetos, onde são reduzidas as possibilidades de contacto com os cidadãos nacionais e se instalaram dinâmicas de reprodução social desvantajosas fundadas no insucesso escolar e nas dificuldades de acesso ao mercado de trabalho. Contudo como referem alguns autores (Vala e Torres, 2007) estes bairros, predominantemente étnicos, apesar de tenderem a reproduzir desvantagens sociais, oferecem também aos seus habitantes — numa sociedade de acolhimento, percepcionada muitas vezes como hostil — um conjunto de recursos que permitem suprir importantes necessidades sociais, culturais e mesmo económicas.

Os planos de realojamento e os bairros construídos ao abrigo destes projectos, na década de 90 e início do milénio, na Grande Lisboa, não vieram criar rupturas na lógica de concentração dos mais desfavorecidos quer nacionais quer estrangeiros que continuam a ocupar, nas margens Norte e Sul do Tejo, as periferias pobres de bairros sociais.

Sobre os Media salientamos que os principais grupos portugueses de comunicação são actualmente a ZON Multimédia (ex PT Multimédia), Impresa, Media Capital, Grupo RTP, Cofina, Controlinveste, Impala, Grupo Renascença e Sonaecom. Os grupos que possuem televisão são: a Zon Multimédia, a Imprensa, a Media Capital e o Grupo RTP. A ZON Multimédia tem como principais negócios a televisão por subscrição (Pay TV, por cabo e por satélite) os audiovisuais (Lusomundo Audiovisuais e Lusomundo Cinemas). A Impresa detém a SIC (SIC, SIC Radical, SIC Mulher e SIC internacional) e participa em 11 empresas nas áreas da edição de música, da produção de conteúdos de cinema e ficção (TV Pró, SIC Filmes e Terra do Nunca), bem como de Internet (SIC OnLine) e de serviços técnicos. Impresa Jornais e a Edimprensa são igualmente áreas de actividade deste grupo que tem negócios nos jornais e revistas. A Media Capital actua em oito áreas: a televisão (TVI), produção de conteúdos para a televisão (Felmar e NBP), música, cinema, rádio (Rádio Cidade, Rádio Regional de Lisboa, Rádio Comercial), imprensa e Internet. O Grupo RTP, Rádio Televisão de Portugal SGPS, de capitais públicos integra a Rádio Televisão Portuguesa (RTP), a Radiodifusão Portuguesa (RDP), a RTP Meios de Produção e a MediaParque. Na televisão a RTP tem os seguintes canais; de sinal aberto RTP1, RTP2; os canais regionais RTP Açores e RTP Madeira, os canais internacionais RTP África e RTP Internacional; os canais temáticos RTP N e RTP Memória e ainda a RTP Mobile. Na rádio este grupo possui as estações Antena1, Antena 2, Antena 3, as regionais RDP Madeira e RDP Açores e as estações internacionais RDP África e RDP Internacional.8

De acordo com os registos da empresa de audiometria Marktest, os portugueses têm um visionamento diário de 3h30m, sendo o interior do país a região onde se vê mais televisão, seguindo-se o Litoral Norte e a Grande Lisboa. O consumo de televisão é dominante nas classes D e C2 e mais escasso nas classes A/B, sendo mais feminino e aumentando com a idade. No já citado Estudo de Recepção dos Meios de Comunicação Social (Rebelo e al., 2008) tornou-se perceptível que a imprensa tem uma penetração muito baixa na população portuguesa, cerca de 48,5% dos inquiridos na sondagem nacional responderam não ter lido ou folheado qualquer jornal diário ou semanário de informação geral durante os últimos 30 dias. A leitura não faz, assim, parte dos hábitos quotidianos dos portugueses, pois cerca dos 40% dos inquiridos com menos de 30 anos e 70% dos maiores de 64 anos não lêem jornais. Entre aqueles que lêem e folheiam os jornais os temas mais procurados são os crimes, acidentes e os fait-diverts. Assinalamos que neste meio o consumo que mais se destaca é a imprensa desportiva, procurada pelos homens, e de revistas «cor-de-rosa», lidas por mulheres. A rádio surge neste estudo como um meio de «companhia», escutada no automóvel, em casa e tendo como pano de fundo outras actividades, o que faz com que a música seja o conteúdo privilegiado. Os dados sobre a utilização do computador e da Internet demonstram, ainda, um consumo muito frágil. Depreendemos dos resultados apurados neste estudo que os mais jovens, principalmente do sexo

8 Cfr.: Relatório de Regulação: 2007, Lisboa, Entidade Reguladora da Comunicação, 2008, pp. 157-191

masculino, e os mais escolarizados, são os que mais acesso declaram ter à Internet afirmando que este dispositivo afecta a relação directa entre as pessoas, tanto numa perspectiva positiva como negativa.

Estes dados gerais, sobre os usos e consumos dos meios de comunicação pela população portuguesa, contextualizam os resultados obtidos nas sessões de grupos de foco.

3. Os Media e as Migrações: conceitos estruturantes

Há uma vasta literatura sobre o papel dos Media na construção das identidades individuais e colectivas e na capacidade que têm de promover discursos e imagens de reconhecimento ou de exclusão. Nas sociedades modernas o indivíduo depende cada vez mais de si próprio para formar uma identidade coerente o que leva a um maior consumo de materiais simbólicos mediados e à selecção activa desses materiais disponíveis, principalmente, entre os que são veiculados pelos meios de comunicação e através das indústrias de conteúdos. Nas sociedades ocidentais estes dispositivos tendem a construir imagens e discursos sobre indivíduos e grupos recorrendo a simplificações que traduzem sínteses de informação, bem como percepções de diferença. As simplificações utilizadas, que permitem a condensação da informação social e tornam possível o reconhecimento de situações, articulam-se em torno de tipos e estereótipos. Se os tipos actuam como classificações gerais e necessárias das pessoas e dos papéis desempenhados segundo categorias culturais locais, os estereótipos tendem a reduzir pessoas e situações a uma série de traços exagerados, geralmente discriminatórios. Estes mecanismos de informação actuam necessariamente na formação da identidade de indivíduos e grupos, na medida em que a(s) identidade(s) se constroem a partir de um diálogo com os «outros importantes», sejam os mais velhos, os pais, os «grupos dominantes» onde se insere a instituição mediática. Neste contexto as «***minorias***» percepcionam os discursos e as imagens estereotipados, simultaneamente, como sintomas de discriminação e reforço das «diferenças culturais», o que contribui para a etnicização das relações sociais, acentuando tendências de auto-exclusão e auto-depreciação. Dentro da mesma lógica, e no sentido inverso, os discursos e as imagens de reconhecimento, veiculados pelos meios de comunicação podem concorrer para o aprofundamento da cidadania, promovendo os direitos civis, culturais, políticos e económicos dos grupos migrantes e das minorias culturais (Taylor e al. 1994).

Neste artigo, e com base nos estudos anteriormente realizados sobre as representações dos imigrantes e seus descendentes na imprensa e na televisão (Ferin e Santos, 2006; Ferin e Santos, 2008) elegemos como eixos estruturantes da recolha e interpretação dos grupos de foco os conceitos de nostalgia e de resiliência, bem como da ideia de sociedade de risco e de pânico moral.

Aplicámos o conceito de nostalgia, não no sentido da melancolia e afastamento de uma pátria ou lar, mas sim na perspectiva de um tempo construído pela memória. Autores como Cabecinhas (2007) e Carvalheiro (2008) já tinham assinalado a persistência de hierarquias colónias nos movimentos migratórios pós-coloniais. Nesta perspectiva, o conceito de nostalgia integra, de uma forma dinâmica, a ideia de exílio e memória (Nafici e al, 1999). O sentido de nostalgia incorpora aqui a sensação de estar em permanente trânsito, não pertencer a este ou a outro lugar, e manifesta-se nos mais velhos, pela referência incessante a um passado colonial, e nos mais novos pela busca de formas culturais «de origem negra» globalizadas. A nostalgia pelo tempo colonial, para os cidadãos mais velhos, significa o recuo a um tempo de «mapas mentais» seguros — eu sei quem sou (colonizado) e sei quem é o outro (colonizador) — e de esperança numa vida melhor na sua terra. Ao mesmo tempo, esta nostalgia pelo tempo colonial é uma nostalgia por um passado em que a imaginação ainda era possível e as culpas de fracassos, individuais e colectivos, atribuídas a um sistema exterior. As independências dos PALOP e as trajectórias individuais que trouxeram muitas pessoas para a ex-metrópole, levam a um processo complexo de reorganização do indivíduo perante aqueles que assinalou como «colonizadores» e conheceu dentro de um sistema colonial (Memi, 1985). A nostalgia que estes cidadãos mais velhos demonstram é, também, a memória do antes e do imediatamente após a colonização, do fim de um sistema em que foram socializados e que uma vez terminado, e não concretizadas as promessas das lutas de libertação, lhes deixou um vazio. Embora os mais novos não tenham vivido a colonização eles compartilham uma memória colectiva de um lá, mas a sua nostalgia expressa-se sobretudo pelo que poderiam viver, ou seja pelas múltiplas vidas que imaginam possíveis para lá deste território, bairro ou país, onde habitam (Nafici e al, 1999). A televisão, sobretudo a música, via MTV e Internet, torna-os capazes de construir identidades através de uma nostalgia imaginada que cria «saudades» de coisas e de situações que nunca viveram, mas cujos modelos globalizados lhes permite compartilhar ou participar de expectativas, mesmo quando estão apenas sentados no sofá da televisão ou na cadeira do computador (Appadurai, 2004).

Utilizámos o conceito de resiliência, também já assinalado por outros autores (Vala e Torres, 2007), no sentido de compreender as manifestações de resistência expressas pelos intervenientes destas sessões. Esta vontade de resistir à adversidade e superar as dificuldades emerge através de acções concretas, apesar das pressões advindas de um meio percepcionado como predominante hostil. A ideia de resiliência surge, principalmente, associada aos jovens das elites associativas, que identificaram o associativismo como forma de organização de «resistência» e mobilização para a mudança. Alguns dos mais velhos transformaram as desilusões no trabalho e os fracassos de integração na sociedade pelo apoio à comunidade. A sua resiliência está na perseverança e na capacidade de «alterar o jogo» quando a sociedade se fecha e os grupos onde se inserem clamam por soluções. Inicialmente estes cidadãos estrangeiros residentes em Portugal «pediam» aos poderes públicos condições de moradia e educação e formas de subsistência digna, hoje apresentam ora uma atitude de denúncia das injustiças, ora de colaboração na construção de políticas mais inclusivas.

O conceito de Sociedade de risco desenvolvido por U. Beck em 1992 sistematizou os receios das sociedades modernas — uma vez controladas as necessidades básicas e atingido um patamar de bem-estar geral — face a novas ameaças decorrentes da industrialização e dos avanços tecnológicos descontrolados. Esta primeira acepção de sociedade de risco estendeu-se a outros campos de actividade, tais como o colapso da economia global, o desemprego massivo e os movimentos humanos descontrolados. Se, na década de 90, o risco nos países ocidentais estava conotado com acidentes tecnológicos, pandemias provocadas por erros humanos, desastres ecológicos e naturais, hoje na mesma sociedade a ideia de risco é percepcionada através dos despedimentos em massa, das crises financeiras globais e nas rupturas abruptas da ordem quotidiana. O risco está assim associado ao medo do imprevisível e às ameaças que ponham em causa o estilo de vida e o consumo mínimo estipulado para sobreviver. Os imigrantes dos PALOP e seus descendentes vivem dentro de uma ambiguidade social: por um lado têm consciência dos riscos que correm pela sua precarização económica e frágil inserção social, por outro sentem-se apontados como um dos factores de risco da sociedade, por serem imigrantes e potenciais ameaças à ordem estabelecida.

O conceito de pânico moral surge nos inícios dos anos 70 associado aos estudos sobre delinquência e desvio (Becker, 1974) e nos trabalhos de S. Cohen (1994) sobre grupos rivais de jovens suburbanos ingleses. Este conceito foi igualmente utilizado por Stuart Hall e outros (1978) para enquadrar as reacções dos «guardiões da moral» (juízes, policiais e comerciantes) perante a criminalidade de grupos de jovens de ascendência jamaicana em Londres, na década de setenta. Para estes autores a ideia de pânico moral surge associada a fenómenos e movimentos sociais não parametrizados pela sociedade dominante que denunciam a existência de um descontrolo social. Segundo os mesmos autores, os meios de comunicação tendem a agir como caixa de ressonância destes temores, avaliando os novos comportamentos, sugerindo «rotulagens» e dando voz a grupos de «definidores primários» que sancionam o que deve, ou não, ser moralmente aceitável. O pânico moral, ao contrário da ideia de sociedade de risco, não é um «estado contínuo», mas sim uma Agenda que conjuga as expectativas e os temores, públicos, políticos e mediáticos dominantes. Assim, o Arrastão de Carcavelos gerou uma agenda de pânico moral em Portugal, mas a ideia de sociedade de risco é uma percepção contínua de todos os cidadãos.

Pelos trabalhos já referenciados apercebemo-nos que os cidadãos dos PALOP e seus descendentes vivem o pânico moral de forma complexa: são receptores e consumidores de imagens mediáticas matrizadas pela sociedade dominante, conhecem a sociedade em que se inserem e, simultaneamente, percebem-se como potenciais agentes desta agenda mediática.

4. O Trabalho de Campo: Princípios metodológicos

O Estudo de Recepção dos Meios de Comunicação Social sobre os imigrantes teve como objectivo interpretar dados quantitativos e qualitativos sobre os usos e consumos dos Media e dos Novos Media. Procurámos aferir e compreender as expectativas manifestadas por estas pessoas a partir das informações recolhidas numa Sondagem Nacional e dos depoimentos registados nos Grupos de Foco. Neste estudo o objectivo não foi comparar dados provenientes de metodologias diferentes e, portanto, incomparáveis. Objectivámos, sim, cotejar e aprofundar resultados identificados quer nas sondagens quer nos Grupos de Foco. Na Sondagem Nacional trabalhámos com as categorias "nascidos e não nascidos em Portugal" e dentro desta última com os nascidos em Portugal Continental (Continente), em Outro Pais Europeu (OPE), nos PALOP e na América Latina (AL) o que configurou uma «aproximação» aos usos e consumos dos imigrantes. Com os Grupos de Foco visámos dar voz a quem não tem voz, recomendação incluída em documentos da Unesco e da União Europeia9 e em Estudos sobre os Media (Fenton, 2007).

A escolha da nacionalidade dos integrantes dos grupos de foco teve em consideração percepções de «senso comum» da sociedade portuguesa sobre os imigrantes, associadas a nomeações como «imigrantes de Leste» e «imigrantes dos PALOP». Seguindo os «imigrantes de Leste» procurou-se contactar associações de cidadãos ucranianos, mas também russos e romenos. Em busca dos «imigrantes dos PALOP» constatámos que a maior parte das associações de imigrantes cabo-verdianos integrava os seus descendentes e imigrantes de outros Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), principalmente guineenses e são-tomenses.

A estratégia para a organização dos grupos foi desenhada a partir de contactos realizados com as associações registadas junto do Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI). Nem todos os contactos realizados resultaram. Por diversos motivos, algumas associações não conseguiram mobilizar os seus membros e congregá-los para uma sessão de grupo de foco sobre ***«Os meios de Comunicação Social Portugueses», alegando motivos como horários de trabalho, afazeres domésticos, receio de alguns membros se «exporem»*** aos meios de comunicação.

Um outro elemento que contribuiu para a selecção das associações contactadas foi integrarem imigrantes que correspondiam ao «perfil» estatístico enunciado em estudos especializados. Por exemplo, no caso dos imigrantes ucranianos, terem escolaridade média e superior e exercerem, na generalidade, funções pouco qualificadas; no caso dos imigrantes brasileiros, terem escolaridade média e estarem ocupados em Serviços; no caso dos imigrantes cabo-verdianos e dos PALOP, terem poucas habilitações literárias, trabalharem na construção civil ou estarem desempregados (Baganha e al., 2002). Contudo, as associações que participaram e mobilizaram os seus membros contactaram preferencialmente «***as elites***»,

9 Bruxelas, 16/07/2004 COM (2004) 508 final, Communication from the Commission to the Council, the European Parliament, the Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: First Annual Report on Migration and Integration.; Handbook for Integration for Policy-Makers and Practitioners (2005), http://eumc.eu.int/eumc/material/pub/eurobarometer/EB2005/EB2005-summary.pdf; Eurobarómetro Especial 263, publicado em 2007 sobre a Discriminação na União Europeia

entendendo-se como tal os membros com maior escolaridade, consciência política, participação em actividades comunitárias e capacidade reivindicativa. Neste sentido, sobretudo no que toca às associações de cabo-verdianos e dos PALOP, nota-se que os participantes são bastante mais escolarizados que os dados divulgados por estudos especializados, apesar da maioria viver nos bairros sociais, ou mesmo degradados, onde se realizaram as sessões e onde se situam as sedes das associações.

No total realizaram-se 10 sessões de grupo de foco na região da Grande Lisboa:

- 4 com imigrantes dos PALOP e seus descendentes;
- 3 com imigrantes da Europa de Leste;
- 2 com imigrantes brasileiros e um "***Misto***", com imigrantes e descendentes de imigrantes de várias origens.

Note-se que em todos os grupos de foco, excepto no Grupo Misto e nos dois Grupos de foco dos Brasileiros, as pessoas se conheciam ou até tinham, algumas, relações de amizade. De ressaltar ainda que, segundo os membros das associações que se comprometeram a contactar as pessoas para os grupos, muitos aceitaram participar e depois, em cima da hora, não apareceram justificando imprevistos. A grande maioria destes imprevistos está ligada ao mundo do trabalho profissional (os homens) e doméstico (as mulheres, principalmente as de origem cabo-verdiana ou dos PALOP). Assim, e independentemente de se ter contactado para todos as sessões entre 8 e 10 pessoas, metade homens e metade mulheres, e se terem marcado os encontros para os fins-de-semana — com horários acordados entre os participantes, organizadores e mediadores — o resultado obtido foi muito irregular.

As sessões, de cerca de 90 minutos, foram estruturadas em torno de um roteiro centrado nos seguintes tópicos: os usos e consumos da televisão; os usos e consumos dos jornais; os usos e consumos de vídeos, filmes e música; os usos do computador e da Internet. Foram, ainda, aplicados questionários de identificação com o objectivo de registar os dados individuais mais significativos como local de nascimento, nacionalidade, sexo, idade, escolaridade, profissão e ocupação.

Em função da nacionalidade dos participantes introduzimos em cada tópico perguntas específicas, por exemplo, no roteiro direccionado para os imigrantes dos PALOP e seus descendentes, foram introduzidas perguntas sobre a RTP África e a RDP África, bem como sobre os programas direccionados para imigrantes como Nós e Etnias. A aplicação do roteiro não foi uniforme e, em função dos grupos e das nacionalidades, experimentaram-se diferentes interferências e alterações. Assinalamos que entre os imigrantes que dominam a língua portuguesa, ou têm o português como língua materna, a aplicação do roteiro foi feita de forma entrecortada sendo, por vezes, necessário recentrar os participantes nos tópicos pré definidos. Realizámos a aplicação do roteiro nos grupos que não dominam, ou não têm o português como língua materna, de forma mais sequencial e verificámos que estes participantes não se desviaram tanto dos tópicos propostos.

A utilização da metodologia de grupos de foco com pessoas originárias da mesma região geográfica, país ou continente, objectiva compreender como se processa a construção colectiva da identidade (Munday, 2006). Os procedimentos adoptados envolveram, primeiramente, a observação dos mecanismos de interacção entre os membros integrantes do grupo, os papéis assumidos por cada membro, homem e mulher, e a representação do Eu perante o grupo de pertença. Num segundo momento, procurámos compreender como o grupo colectivamente se representa e interage perante o Outro (por exemplo, as investigadoras e os mediadoras). Finalmente registámos e contextualizámos as afirmações, opiniões e debates suscitados pelo tema «Os meios de Comunicação Portugueses».

No que toca aos imigrantes dos PALOP, objecto da exposição deste artigo foram constituídos 4 grupos de foco com participantes de origem maioritariamente cabo-verdiana. As sessões foram organizadas na Grande Lisboa, nos concelhos da

- Amadora (A) onde estiveram presentes 11 pessoas 9
- Homens e 2 Mulheres)10,
- Loures (L) onde se contaram com 6 pessoas (5H/1M), 11
- Sintra (S) com igual número de pessoas (6H) 12 e;
- Oeiras (O) onde participaram 4H e 2M. 13

10 "Chegamos por volta das 11 horas ao bairro. O dia estava soalheiro. Algumas pessoas juntavam-se na entrada do bairro, homens e mulheres. Mulheres vendiam peixe em bancas improvisadas. A primeira impressão é a existência de muito lixo e desarrumação. Do lado direito está uma igreja, do outro lado da entrada uma construção, com um pequeno pátio gradeado, que é a creche. Uma rua que sobe leva para o interior do bairro. No centro dessa rua vêem-se muitos carros velhos, outros abandonados, cheios de coisas, lixo, dentro" [Ferin, I. (2007) Diário de Campo Imigrantes, Projecto Estudos de recepção dos Meios de Comunicação Social Portugueses, Grupos de Foco "Imigrantes"].

11 "Na entrada do Prior Velho, estava uma barreira da polícia, dos dois lados da estrada. A polícia estava bastante armada e tinha carros apontados tanto para o sentido Loures (bairros), quer para o sentido aeroporto. Após informações recolhidas num café entramos na urbanização dos Terraços do Tejo, que tem uma avenida central com palmeiras. A urbanização ao anoitecer tem um aspecto urbano e relativamente cuidado. O bairro começa a surpreender pelo número de jovens (rapazes) encostados às paredes, frente aos cafés e bares, conversando e numa postura de desocupação total. A iluminação é relativamente escassa, as casas têm entradas pouco cuidadas mas, no conjunto, o bairro é ainda novo e conservado" [Ferin, I. (2007) Diário de Campo Imigrantes, Projecto Estudos de recepção dos Meios de Comunicação Social Portugueses, Grupos de Foco "Imigrantes"].

12 "O bairro é de alvenaria, os blocos de apartamentos sociais não se encontram muito degradados, para trás, naquilo que era anteriormente terreno rural e quintas apercebemo-nos de zonas de barracas e casas de auto construção. O centro comercial Dª Inês está pintado de novo e, por baixo do café, tem um restaurante africano e uma galeria onde se situa a associação. Ao lado do centro comercial está a Escola Ferreira Dias, com aspecto um pouco deteriorada, e que segundo os membros da associação, tem uma função de «restaurante» para as crianças e jovens do bairro, evitando comprometer-se com grandes actividades das crianças" [Ferin, I. (2007) Diário de Campo Imigrantes, Projecto Estudos de recepção dos Meios de Comunicação Social Portugueses, Grupos de Foco "Imigrantes"].

13 "Entramos no bairro pelo lado de Carnaxide, o aspecto geral das habitações e espaços públicos é bastante agradável. Note-se que o bairro tem boas acessibilidades (estradas e autocarros), está rodeado de grandes superfícies comerciais, armazéns e empresas. Quando entramos no bairro reparei que há muitas

Esta nota continua na página seguinte

Quadros I

De identificação dos participantes dos grupos de foco, tendo em conta o local onde se realizaram:14

Nome	Idade	Sexo	País de origem	Ocupação	Profissão	Escolaridade
Alcides	36	M	Angola	Mediador sociocultural	Pedreiro	9º ano
Sandra	21	F	Portugal (descendente de imigrantes)	Balconista	Balconista	9º ano
Dina	22	F	Portugal (descendente de imigrantes)	Desempregada	Balconista	11º ano
Armeno	30	M	Portugal (descendente de imigrantes)	Carpinteiro	Carpinteiro	9º ano
Márcio	26	M	Portugal (descendente de imigrantes)	Cantoneiro	Cantoneiro	9º ano
Janilson	27	M	Cabo Verde	Segurança	Segurança	9º ano
Igor	23	M	Portugal (descendente de imigrantes)	Promoção de vendas	Promotor de Vendas	9º ano
Benvindo	28	M	Cabo Verde	Construção civil	Construção civil	9º ano
Luís	26	M	Portugal (descendente de imigrantes)	Electricista	Electricista e Músico	12º ano
Hugo	28	M	Portugal (descendente de imigrantes)	Militar	Militar	9º ano
Chapa	25	M	Portugal (descendente de imigrantes)	Desempregado	Não respondeu	9º ano

Quadro II

Caracterização dos participantes do grupo de foco da Amadora (A)

Nome	Idade	Sexo	País de origem	Ocupação	Profissão	Escolaridade
Helder	24	M	Cabo Verde	Estudante	Estudante	Licenciatura em Engenharia Mecânica
Vera	19	F	Portugal (descendente de imigrantes)	Estudante e cozinheira	Estudante	10º ano
Keidi	21	M	São Tomé e Príncipe	Estudante e mediador sociocultural	Estudante e mediador sociocultural	12º ano
Oswaldo	32	M	Angola	Desempregado	Técnico de Saúde	9º ano – Curso técnico área da saúde
Brener	28	M	Guiné-Bissau	Construção Civil	Ferreiro	7º ano
Wilson	20	M	Portugal (descendente de	Estudante	Estudante	9º ano

casinhas e que elas eram habitadas, indiscriminadamente, por pessoas de origem africana e por portugueses, quase todos idosos, uma consequência dos realojamentos daquela região" [Ferin, I. (2007) Diário de Campo Imigrantes, Projecto Estudos de recepção dos Meios de Comunicação Social Portugueses, Grupos de Foco "Imigrantes"].

14 Alguns dos nomes dos participantes são verdadeiros, outros são fictícios. Os nomes verdadeiros foram mantidos por pedido expresso dos entrevistados, pois consideraram que a participação neste estudo era uma forma de intervenção política.

			imigrantes)			

Quadro III

Caracterização dos participantes do grupo de foco de Loures (L)

Nome	Idade	Sexo	País de origem	Ocupação	Profissão	Escolaridade
Gilson	30	M	Cabo Verde	Bar Man	Estudante	12º ano
Vitor	49	M	Guiné-Bissau	Desempregado	Professor	12º ano
Djarta	49	M	Guiné-Bissau	Presidente Associação de Imigrantes	Engenheiro Agrónomo	Licenciatura em Engenharia
Adélio	31	M	Angola	Operação Fabril	Recursos Humanos	12º ano
António	42	M	Cabo Verde	Estagiário em Advocacia	Advogado	Licenciatura em Direito
Rui Santos	46	M	São Tomé e Príncipe	Estafeta	Programador Informática	12º ano

Quadro IV

Caracterização dos participantes do grupo de foco de Sintra (S)

Nome	Idade	Sexo	País de origem	Ocupação	Profissão	Escolaridade
Sandra	22	F	Portugal (descendente de imigrantes)	Assistente de Advogado	Secretária	12º ano
Mário	40	M	Cabo Verde	Mediador de jovens	Mediador Sócio-Cultural	6º ano
José	30	M	Portugal (descendente de imigrantes)	Serviços externos de empresa informática	Dirigente associativo	9º ano
Ana	29	F	Portugal (descendente de imigrantes)	Actriz	Actriz	Bacharelato em Artes Cénicas
Ricardo	19	M	Portugal – Descendente de imigrantes	Estudante	Estudante	12º ano
Luís	20	M	Portugal – Descendente de imigrantes	Estudante	Estudante	12º ano

Quadro V

Caracterização dos participantes do grupo de foco de Oeiras (O)

As reuniões realizaram-se em bairros de auto-construção e realojamento social e os contextos envolventes são na generalidade de grandes carências económicas, desemprego e baixa escolaridade. Em todas as sessões surgiram muitas situações difíceis de contornar e estranhas à investigação, nomeadamente a violência policial que circunda os bairros e os quotidianos dos seus habitantes. Mas, também, entrecortaram todas as sessões, as alusões ao desemprego persistente entre os jovens, principalmente rapazes, a falta de formação profissional e o desalento que estas situações trazem, gerando, muitas vezes, saídas para a delinquência. O baixo número de participantes do sexo feminino é revelador, por si só, da condição de género, nesta comunidade onde as mulheres acumulam tarefas múltiplas no mercado de trabalho e no espaço doméstico e familiar. No entanto convém sublinhar que — apesar de apenas se ter registado a participação de 5 mulheres nos quatro grupos — quando elas participam demonstram maior integração na sociedade dominante, independentemente de a conciliarem com as normas da comunidade onde estão inseridas.

4.1. Usos e consumos da Televisão: informação e telenovelas

Os participantes de todos os grupos têm televisão em casa, alguns apenas os canais de sinal aberto, outros têm acesso aos canais a cabo e a parabólicas. Os locais onde habitam e as infra-estruturas dos bairros condicionam o acesso à televisão. Há bairros onde o acesso aos canais de sinal aberto é precário, visto as instalações eléctricas serem provisórias.

Estes cidadãos acompanham os noticiários em todos os canais mas quando têm acesso à RTP África, preferem assistir aos noticiários neste canal e ao noticiário sobre África. Sobre a informação emitida por este canal as opiniões divergem.

> Há participantes que consideram que ela é uma forma de "divulgar a diplomacia portuguesa em África"(Benvindo, 28 anos, A), outros que pensam que a informação "não serve os interesses dos africanos que estão em Portugal" (Chapa, 25 anos, A) e que verdadeiramente "não informa sobre a situação dos países focando apenas os problemas e não os avanços registados" (Brener, 28 anos, L).
>
> Por outro lado, muitos dos participantes são da opinião que a RTP África "não informa os cidadãos que vivem em África sobre a situação dos imigrantes desses países em Portugal, dando-lhes uma imagem paradisíaca da realidade vivida em Portugal"(Hugo, 28 anos, A).

Mas também há participantes que têm uma outra opinião, reconhecendo aspectos positivos e negativos da programação.

A opinião sobre a informação emitida pelas estações generalistas está muito vinculada tanto à forma como estes cidadãos se sentem tratados na sociedade como às imagens e notícias divulgadas na comunicação social. Em todos os grupos, independentemente da idade, sexo e condição social, surgem muitas referências a situações de humilhação e maus-tratos, por vezes subtis, identificados com uma sociedade dominante «***hipócrita***».

O acontecimento mais marcante e referido em todos os grupos é o Arrastão de Carcavelos (10 de Junho de 2005), que parece ter-se incrustado na memória colectiva e criado uma linha divisória nas relações entre imigrantes dos PALOP e seus descendentes e a sociedade dominante:

> Alcides (36 anos, A) – "A SIC e TVI foram as mais agressivas. Depois quem teve de intervir foi o Alto-Comissário para a Imigração e o Diálogo Intercultural – ACIDI. O nome "arrastão" vem do Brasil. Aqui os polícias tentaram passar o que aconteceu como um arrastão, e depois pediram desculpas pelo que fizeram, pois de facto o arrastão não aconteceu"
>
> Janilson (27 anos, A) – Mas ainda hoje pagamos por isso.
>
> Márcio(26 anos, A) – Hoje as pessoas têm medo.
>
> Dina (22 anos, A) –

Quando há um assalto, um homicídio, cometido por um "***preto***", aparece no jornal: "***um preto matou um taxista***", por exemplo. E quando não foi cometido por um "preto", *aparece*: "***taxista é morto***".

Mas outros factos, como o assassinato de um polícia na Amadora (2005) e situações do quotidiano são constantemente assinaladas, através do comportamento de jornalistas, de dúvidas sobre a idoneidade das fontes utilizadas e a nomeação de estações de televisão.

> Por outro lado, nota-se uma desconfiança sobre a independência da RTP (estação televisiva pertencente à empresa pública Grupo RTP) face ao governo pois consideram que "A RTP é do Estado e não vão mostrar algo que vá contra o próprio governo" (Brener, 28 anos, L) e suspeitam de "… uma espécie de "censura disfarçada" (Keidi, 21 anos, L).

Em todos os grupos os programas mais referidos, para além da informação, são os desportivos (futebol) e as telenovelas.

> O documentário A Guerra15 em exibição na RTP1, também foi referido pelos participantes mais velhos e assinalado como um bom programa "feito com muita coragem, com muita gente a falar e coisas que nunca se tinham ouvido…" (Djarta, 49 anos, S).

O debate em torno das telenovelas, um produto de ficção de grande audiência, suscita nos participantes, homens e mulheres, grande animação. Observou-se que as telenovelas, referidas em toda a literatura académica (por exemplo Livingstone, 1990) como um produto direccionado para as mulheres, têm neste público masculino grande aceitação, constituindo um tema de conversa com as famílias e os amigos. No período em que se realizaram os grupos de foco, as telenovelas que estavam em exibição no horário nobre eram as portuguesas Ilha dos Amores e Fascínios16na TVI e a brasileira da Globo, Duas Caras17 na SIC. A preferência masculina situou-se, claramente, na telenovela brasileira, enquanto as mulheres afirmaram, na maior parte dos casos, verem as duas quando tinham disponibilidade. Os comentários sobre as telenovelas, quer portuguesas quer brasileiras, tornam perceptíveis as sensibilidades face à sociedade portuguesa e, em geral, à programação nacional. Como constatámos a telenovela funciona para estes cidadãos como um "espelho" da sociedade onde

---

15 Documentário, em vários episódios, realizado pelo jornalista Joaquim Furtado, recorrendo a testemunhos de militares portugueses e dos movimentos de libertação africanos, sobre o início, nos anos sessenta, da guerra colonial em África.

16 A telenovela Ilha dos Amores é uma ficção de autoria de Maria João Mira e Diogo Horta, realizada em 214 episódios teve como produtora a Nicolau Breyner Produções (NBP) e a FELMAR e contou com os actores António Capelo, Helena Isabel, João Lagarto, Margarida Carpinteiro, Sofia Alves, bem como alguns jovens que constituem revelações como Joana Solnado, Diana Chaves, Hugo Chaves, Vera Kolodzig. Esta obra de ficção tem como tema central a emigração dos açorianos para o Canadá e para Portugal Continental, na década de setenta. A Ilha dos Amores foi a primeira telenovela a ser gravada em suporte digital de alta definição e contou com 214 episódios. A telenovela Fascínios teve início a 26 de Novembro de 2007 e terminou a 5 de Outubro de 2008 com 216 episódios. Foi produzida pela Fealmar e a direcção de André Cerqueira, com uma ideia original de António Barreira desenvolvida na Casa de Criação. O elenco desta novela contou com Alexandra Lencastre, João Perry, Rogério Samora, Rita Salema, Helena Isabel, Fernando Luis, Helena Laureano. A história começa em Goa, enclave indiano ocupado por Portugal, em 1961, aquando da invasão das tropas da União Indiana.

17 Esta telenovela de Aguinaldo Silva estreou na Rede Globo no Brasil em 1º de Outubro de 2007 e contou com 210 capítulos. Teve a direcção de Wolf Maya, Cláudio Boeckel, Ary Coslov, Gustavo Fernandes, Miguel Rodrigues e Pedro Carvana. Horário Nobre. Em Portugal teve início em 5 de Novembro de 2007.

vivem e onde gostariam de ter mais participação. O produto telenovela também é entendido por alguns deles como um potencial instrumento de educação, promovendo novos comportamentos e atitudes nas pessoas que têm dificuldade em aceder a outras fontes de informação.

O facto de, no momento, a telenovela brasileira Duas Caras abordar o racismo e as favelas — habitações e bairros degradados e populações com carências de natureza vária — tornou-a muito próxima dos quotidianos vividos por todos os participantes dos grupos de foco. Apesar destes intervenientes reconhecerem que as telenovelas portuguesas estão mais interessantes, surgiram críticas centradas no facto delas focarem exclusivamente uma «***classe média***» e não apresentarem verosimilhança nos enredos e nas personagens"

> Na hora do almoço, é a Alexandra Lencastre a principal actriz, à noite, também" (Chapa, 25 anos, A).

No entanto, há participantes que nomeiam a série Morangos com Açúcar18 como um exemplo na abordagem de pessoas diferentes.

> "A telenovela portuguesa não aborda certos temas, como o racismo, porque não aceita ainda a figura do negro. Não reflecte a diversidade, 'os portugueses são os brancos', não reflecte o que é a sociedade portuguesa, que também é negra. Sei que com o tempo isso vai mudar, porque a sociedade está a mudar" (Helder, 24anos, L)";

O consumo de televisão destes cidadãos passa também pelo programa Nós19, patrocinado pelo ACIDI e vocacionado para os imigrantes e as minorias. As opiniões, mais uma vez divergem, embora haja uma unanimidade sobre a incompatibilidade dos horários de emissão deste programa com a vida dos imigrantes e seus descendentes. Muitos consideram que a exibição deste programa nos actuais horários, tal como o Etnias20 demonstra falta de respeito e desconsideração pelo seu público-alvo.

Os conteúdos do programa Nós e Etnias são também valorizados

> "Falam sobre os aspectos positivos dos imigrantes, um pouco diferente do que vemos no nosso dia-a-dia" (Oswaldo, 32 anos, L).
>
> Embora considerem que "As notícias do Nós são desfasadas, já foram gravados há muito tempo. Já não há o impacto do momento" (Alcides, 36 anos, A).

A proposta que surge mais frequentemente é que estes programas deveriam incitar a auto-estima dos imigrantes e seus descendentes, mostrando, por exemplo

> "Os grandes nomes africanos do século, não apenas os restritos aos PALOP nem apenas os que estão relacionados com a música…mas aqueles que contribuíram para África e o Mundo"(Ana, 29 anos, O).

Outras opiniões vão no sentido de dar oportunidade aos imigrantes, e seus descendentes, de retratar de forma «realista» as suas trajectórias de vida, possibilitando mostrarem que são capazes de produzir conteúdos sobre as suas vivências.

Associado ao consumo da televisão estão os vídeos e os filmes. Um número significativo de participantes diz possuir filmes em casa, de origem brasileira, nomeadamente filmes como Cidade de Deus,21 Cidade dos Homens,22 Carandiru23 e Tropa de Elite24. As formas de aceder a estes filmes são "alguém faz download" e distribui, ou são trazidos do Brasil ou de algum país africano. Filmes portugueses ou de origem africana não foram referidos. O consumo da música também está associado á televisão através da MTV (a que poucos têm acesso) mas cujas músicas são «tiradas» — pressupõe-se que dos computadores, embora este dispositivo só esteja disponível para a maior parte destes públicos nos centros de inclusão digital — e posteriormente gravados em CD/DVD e trocados ou comprados. As músicas que recolhem maior preferência são os ritmos africanos, ou de origem africana (Kizomba, Funaná, Reggae, Hip-Hop, e etc.), bem como músicas brasileiras e portuguesas (por exemplo, Da Weasel, João Pedro Pais, Rui Veloso, Dulce Pontes e Mariza).

4.2 A Imprensa, rádio e Internet: das percepções estigmatizantes aos consumos identitários

18 Morangos com Açúcar é uma série juvenil transmitida pela TVI desde 2003 e desenvolvida na Casa de Criação com inspiração em outras séries juvenis latino-americanas. Aborda temas polémicos entre os jovens como a homossexualidade, o aborto, as relações sexuais e o consumo de droga. Nas últimas séries têm surgido protagonistas com traços negros e o tema do racismo tem sido discutido.

19 Nós é um programa patrocinado pelo ACIDI em exibição na RTP2, das 10h às 11h aos domingos, desde 2004. Procura apresentar trajectórias de vida de sucesso e proporcionar informação de interesse aos imigrantes.

20 Etnias é um programa emitido na SIC, normalmente às 8h da manhã) e direccionado para os imigrantes e as minorias.

21 Cidade de Deus é um filme brasileiro de Fernando Meirelles lançado entre 2002/2003. O roteiro escrito por Bráulio Montovani e adaptado do livro de Paulo Lins conta o nascimento desta cidade/favela nos arredores do Rio de Janeiro e o percurso de crianças e jovens pautado pela pobreza, violência e tráfico de drogas.

22 Cidade dos Homens é uma série exibida pela Rede Globo do Brasil de 2002 a 2005 e ambientada nas favelas do Rio de Janeiro. S temáticas vividas por dois jovens adolescentes abordam o poder dos traficantes de droga, as dificuldades financeiras e a cultura das favelas.

23 Carandiru é um filme de 2002 de Herctor Babenco, argentino naturalizado brasileiro, filmado na prisão de São Paulo com o mesmo nome. Narra a vida dentro das prisões brasileiras e os problemas de violência, tráfico de droga e propagação do HIV.

24 Tropa de Elite é um filme brasileiro de 2007 dirigido por José Padilha cujo tema é o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) da polícia Militar do Rio de Janeiro, a sua luta contra o crime organizado das favelas e o consumo de droga pela classe média carioca.

Os jornais mais citados pelos intervenientes destes grupos foram o Correio da Manhã25, o Diário de Notícias26 e o Público27, os desportivos Record e a Bola e, ainda, os gratuitos Destak, Metro e Sexta-Feira. Grande parte diz que não compra todos os dias e que os lê nos cafés, nos empregos, nas associações e nos transportes públicos.

> Há ainda quem consulte jornais on-line nos espaços de inclusão digital. A compra dos jornais depende, também, do interesse da primeira página. Referem ainda que, por vezes, não têm muito tempo "O Destak, Metro, Sexta-Feira, e não há tempo para muito mais. Não tenho tempo para ler ou consultar a Internet" (Sandra, 22 anos, O) ou hábito de ler os jornais "…não tenho este costume" (Luís, 20 anos, O).
>
> Há ainda quem substitua a leitura dos jornais pela informação na rádio e na televisão "Acompanho os jornais através da rádio, Rádio Renascença, ou RDP África" (Oswaldo, 32 anos, L).

Todos referem que as notícias que lêem nos jornais (***gratuitos e outros***) são quase todas negativas sobre os imigrantes (crimes e «coisas más»). Não se fala do contributo dos imigrantes para o desenvolvimento do país. Notam, ainda, que são mais discriminados que todos os outros grupos quando se trata de crimes. Embora, no momento em que os cidadãos dos PALOP se tornam famosos e com dinheiro, como os jogadores e cantores, sejam tratados como portugueses.

Entre todos os cidadãos que participaram nos grupos de foco, são os nascidos nos PALOP e seus descendentes que mais demonstram consumir rádio. Para estes ouvintes a RDP África constitui uma referência e os programas mais apreciados são os que promovem a divulgação de ritmos e correntes de música popular e world music, bem como autores, cantores e bandas dos países africanos de expressão portuguesa, ou afro-americana. São, igualmente, nomeados os programas informativos da RDP África, pelo facto de ser a única fonte a disponibilizar informação sobre os PALOP e sobre as comunidades africanas a viver em Portugal. À RDP África é atribuído um papel importante na divulgação de informação sobre África e sobre a cultura africana. Mas também há quem pense que a RDP África poderia ir mais longe na informação se deixasse de estar centrada nos interesses portugueses e nas fontes oficiais dos PALOP disponibilizando mais informação sobre as populações, quotidianos e grandes transformações que estão a ocorrer em muitos países, como por exemplo

> "Os investimentos da Arábia Saudita e da China na Guiné e isto deveria ser abordado. E praticamente não se fala o do que eles estão a fazer…. Estão a esquecer a parte boa, e isso desmoraliza os imigrantes que cá estão" (Brener, 28 anos, L).

Os cidadãos dos PALOP e seus descendentes consultam a Internet sobretudo nos espaços de inclusão digital, situados juntos das associações28 e conferem-lhes grande importância no seu quotidiano. Mas também há participantes destes grupos, sobretudo os mais velhos, que afirmam não utilizar por não terem conhecimentos suficientes. Apesar de alguns terem computador em casa, a maioria, só tem acesso à Internet nestes centros e consideram-na, uma ferramenta que lhes permite manter contactos exteriores ao bairro, candidatar-se a empregos, elaborar currículos e, para quem estuda, escrever os trabalhos e aceder à informação.

5. Interpretação e Análise dos dados

Os resultados deste estudo apontam para as seguintes itens conclusivos:

1) Consumos e usos múltiplos dos Media;

2) Consumos identitários "cosmopolitas";

3) Relações entre consumos mediáticos, trajectórias de vida individuais e familiares e processos de exclusão/integração.

Antes de mais assinalamos que a televisão é o meio com maior consumo — 100% dos participantes dos grupos de foco possui uma ou mais televisões e cerca de 90% afirmou assistir diariamente — muito longe dos valores declarados relativamente aos usos e consumos da imprensa e da rádio. A utilização da Internet está, nestes bairros de habitação precária, muito condicionada, não só por razões económicas mas também em função das infra-estruturas. Assim, a maioria dos participantes tem acesso a este meio nos centros de inclusão digital, no trabalho ou em outros locais públicos.

Na primeira conclusão evidenciamos que os consumos e usos feitos por estes cidadãos não se afastam dos restantes cidadãos portugueses e dependem, em primeiro lugar, do estatuto económico e social, bem como da escolaridade. Deste modo, o acesso aos canais a cabo e à Internet estão muito vinculados às infra-estruturas do local onde as pessoas habitam. Tal como acontece com a população portuguesa a maioria destes cidadãos privilegiam os consumos televisivos, nomeadamente a informação, o futebol e a ficção. A leitura e a compra de jornais é muito semelhante ao padrão de consumo dos portugueses,

---

25 Correio da Manhã, jornal popular, detido pelo Grupo Cofina, é editado pela Presslivre — Imprensa Livre, SA, teve no ano de 2007 uma circulação média de 37.798 exemplares.

26 Diário de Notícias, jornal de qualidade ou referência, propriedade da Controlinveste, é editado pela Global Notícias — Publicações, SA, teve no ano de 2007 uma circulação média de 93.940 exemplares.

27 Público, jornal de qualidade ou referência propriedade da Sonaecom, é editado pelo Público — Comunicação Social, SA, teve no ano de 2007 uma circulação média de 44.153 exemplares.

28"O centro associativo (de Loures) era uma sala dividida em dois espaços principais, sendo um para brincadeiras de crianças e outro para convívio ou reuniões. No subsolo estavam os computadores e a sala onde se fazia o acesso à informática"; " (Os dirigentes da Associação de Sintra) mostram-nos os computadores, todos avariados e já muito antiquados…"; "Quando estacionámos, estava a chegar a encarregada do espaço comunitário da câmara de Oeiras. Entramos com ela e, dado que estávamos adiantadas conversamos um pouco. Ela falou-nos das rotinas do espaço que é simultaneamente um espaço de inclusão digital aberto a jovens com mais de 12 anos. Expôs-nos que o espaço é utilizado pelos alunos das escolas que vêm fazer trabalhos mas também para a realização de currículos e consulta de jornais ou informação pública" [Ferin, I. (2007) Diário de Campo Imigrantes, Projecto Estudos de recepção dos Meios de Comunicação Social Portugueses, Grupos de Foco "Imigrantes"].

com prevalência para os jornais populares de acesso gratuito, como o Correio da Manhã, e a leitura preferencial de temas como crimes, acidentes e fait-divers.

O que diverge é o facto destes cidadãos se perceberem como «vilões das notícias», na medida em que se sentem, individual e colectivamente, apontados em elevado número de peças como «delinquentes» ou causadores de violência e identificados através do seu fenótipo e dos bairros onde habitam. Por esta razão, os participantes atribuem às notícias veiculadas consecutivamente nas televisões generalistas a destruição da auto-estima, não só colectiva, como individual. Para alguns dos integrantes destas sessões estes processos operam em dois sentidos: «***diminuindo***» o que os «africanos fazem melhor que os portugueses» (por exemplo, atribuindo a nacionalidade portuguesa aos jovens desportistas de origem cabo-verdiana e são-tomense); «***aumentando***» as «***dificuldades dos negros***» quando homogeneízam indivíduos e grupos a partir do atributo fenotípico comum, a cor da pele (Vala ***e al***., 2003: 26). Estes enunciados vão ao encontro dos estudos empíricos realizados por outros autores (nomeadamente Cabecinhas 2007; Ribeiro, 2008) que analisam a tendência dos Media em construir o grupo dos «outros» como homogéneo e, simultaneamente, individualizar o grupo de pertença. Esta constatação vem reforçar as dimensões do racismo e da xenofobia por atribuir aos «jovens negros» dos bairros sociais características negativas, homogeneamente distribuídas a todos os membros da comunidade.

Observámos, assim, uma percepção de injustiças — que perpassa a vida social e as relações com as instituições — que poderá agravar-se simetricamente à medida que estes grupos ao percepcionarem os contextos de discriminação nos meios de comunicação desenvolvam respostas reactivas, nomeadamente através de implosões sociais, de processos de auto-marginalização e do recurso à delinquência (Champagne, 2000). Mas verificámos, também, um processo inverso, através de indicadores de resiliência, presentes na maioria dos participantes, sobretudo nos jovens que integram os movimentos associativos e desenvolvem uma consciência de cidadania alargada, através da participação em movimentos de denuncia de racismo e discriminação, luta pelo realojamento, creches, apoios a jovens e crianças, etc. Esta atitude emerge de trajectórias de vida complexas, próximas à exclusão e à delinquência que permitiram a aquisição de uma consciência cívica e reivindicativa de direitos visando uma cidadania inclusiva. Os mais novos com maior capacidade de análise da sociedade, maior politização e acesso a novos meios de comunicação canalizam os seus esforços para a ideia de afirmação da diferença cultural no interior da igualdade de cidadania e de oportunidades. Não pretendem ser «assimilados», não querem ser «diferentes», mas sim respeitados nos sues direitos e deveres de cidadãos. Os meios de comunicação, em especial a televisão, constituem um palco onde não se vêem representados nem retratados na proporção da sua presença em Portugal. Não hesitam, porém, em denunciar aquilo que entendem como injustiças, mantendo um optimismo moderado relativamente ao futuro.

Na segunda conclusão, consumos identitários cosmopolitas constatámos que os participantes das sessões procuram produtos que «alimentem» e ou «reforcem» as suas identidades plurais, geradas pelas migrações e caracterizadas por desigualdades no acesso à cidadania e aos bens de consumo. Esta busca pela identidade promove o consumo de informação e da programação da RTP África mas também da world music de origem africana, emitida na RDP África. Se nos consumos da RTP África há uma tendência em valorizar as raízes e as origens primordiais num local geográfico preciso, nos consumos da RDP África evidencia-se o interesse pelos modelos culturais de sucesso da diáspora africana atlântica, com ênfase na música e nos estilos de vida, mas também, de forma disfórica, pelos modelos de contra-cultura como os que estão presentes em filmes brasileiros como Tropa de Elite, Carandiru e Cidade de Deus. No interior do nicho de mercado «afro», o cosmopolitismo destes consumos, mais presente nos jovens participantes das sessões, é bastante semelhante a outros cosmopolitismos apresentados pelos jovens portugueses, que procuram identificações com ritmos, sons e estilos de vida urbanos divulgados pelo cinema e pela MTV. Tal como refere Contador (2001) o quadro de referência destes filhos de imigrantes já não está nos países de origem dos seus pais, nem nas memórias reconstruídas por estes em Portugal. O processo de identificação destes filhos de imigrantes é o mundo globalizado e aquilo que lhes oferece mais proximidade cultural e que lhes permite reivindicar, inventando e reconstruindo, uma identidade «étnica» ou uma «etnicidade» fundada na sua hipotética especificidade cultural. No entanto, observa-se, nos comentários sobre a sociedade e sobre os usos e consumos dos Media, que há uma discussão sobre a «portugalidade» (Machado, 1994) que perpassa o grupo, independentemente do local de nascimento, das idades e trajectórias individuais. As reflexões sobre a «***portugalidade***», que envolvem a afirmação, construção ou discussão de uma especificidade cultural, confrontam-se com processos complexos de discriminação presentes na sociedade dominante de que os meios de comunicação, sobretudo a televisão, fazem parte. Mas esta busca de identificação dos mais jovens não apaga o interesse, sobretudo dos mais velhos, pelo reconhecimento das suas «identidades únicas» na sociedade de acolhimento, promovendo a adesão ao programa Nós, onde se narram os percursos sofridos, mas conseguidos, de pessoas que buscaram em Portugal uma vida melhor.

O que faz o sucesso dos centros de inclusão digital? O entusiasmo pelos centros de inclusão digital surge da necessidade, sobretudo dos jovens de se aproximarem de outros iguais na diferença, mas também da percepção que a Internet é uma ferramenta capaz de abrir espaços para além do bairro e dos seus estigmas. A Internet é, na perspectiva destes utilizadores, uma ferramenta de empowerment e um instrumento de inclusão num grupo, qualquer que ele seja, de pertença. A Internet surge como um instrumento que permite a partilha de múltiplas identidades, em directo, sem constrangimentos, independentemente do local de origem ou pertença do seu utilizador. Ela contribui para que muitos dos participantes destas sessões encontrem um espaço de diálogo, um «lar» onde possam compartilhar vitórias, ansiedades, expectativas e derrotas.

Na terceira conclusão, onde articulamos as relações entre consumos mediáticos, trajectórias de vida individuais e familiares e processos de exclusão/integração, recorremos aos conceitos/ideias exílio e nostalgia. Todos os participantes

demonstram consumos e usos dos Media onde estão presentes a perda de uma «terra natal» e a nostalgia de um local, mesmo que este seja uma construção de pertença advinda da memória familiar ou de grupo. Este posicionamento está indiciado nas referências a um lá — um outro lugar e uma outra vida — em contraposição a um cá — a este lugar e ao que se consegue da vida. No entanto nenhum dos participantes verbalizou, excepto na perspectiva de turismo, a vontade de «retorno» ao país de origem, o que confere à «terra natal» uma ilusão mágica de aconchego. É pelos consumos e usos dos Media, sobretudo através da informação e da música, que estes cidadãos «imaginam» um outro espaço e um outro local de pertença e seleccionam os modelos que mais os aproximam do «estar em casa» ou de outras vivências apreendidas como trajectórias diaspóricas semelhantes. No primeiro caso estão os consumos dos noticiários, na RTP África ou na RDP África, sobre os países de origem e os ritmos tradicionais africanos, no segundo encontram-se os modelos da MTV associados ao consumo da world music, por exemplo, do rap e do hip-hop.

A sensação de viver exilado ou numa situação de exílio em casa parece ser a mais frequente entre estes cidadãos. Algumas destas pessoas, sobretudo os mais velhos, não querem ou não podem voltar para o lugar onde nasceram e preferem ficar onde a diáspora os levou, mesmo sentindo-se a vida toda exilados. Os mais novos tendem a viver o exílio no lugar onde nasceram, nomeadamente nos bairros, o que quer dizer que estão em casa mas «anseiam» por outros lugares e outros tempos, buscando alternativas nos usos e consumos dos Media, da televisão à Internet, do telemóvel ao videoclip (Nafici e al. 1999).

Bibliografia

Appadurai, A. (2004). Dimensões culturais da globalização, Lisboa: Teorema.

Baganha, I. e al. (2002). Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.

Barbour, R. e Kitzinger, J (eds.) (1999). Developing Focus Group Research: Politics, Theory and Practice, London: Sage.

Beck, U. (1992). Risk Society: Towards a New Modernity, London: Sage.

Becker, H. (1973). The outsiders, New York: Free Press

Cabecinhas, R. (2007). Preto e Branco : a naturalização da discriminação racial, Porto: Campo das Letras.

Carvalheiro, J. R. (2008). Do Bidonville ao arrastão: Media, Minorias e Etnicisação, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Champagne, P. (2000). "Violence visible, violence invisible" In: Ferenczi, T. (org.). Faut-il s'accommoder de la violence? Paris: Editions Complexes.

Cohen, S. (1994). Folk devils and moral panics: the creation of the moods and rockers, Oxford: Blackwell.

Contador, A. C. (2001). Cultura Juvenil Negra em Portugal, Oeiras: Celta Editora.

Fenton, N. (2007). "Bridging the Mythical Divide: Political Economy and Cultural Studies Approaches to the Analysis of the media", In: Devereux, E. (org.). Media Studies: Key Issues & Debates, pp. 7-31, London: Sage.

Ferin, I. e Santos, C. Almeida (2006). Media, Imigração e Minorias II: Imprensa e Televisão, Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/ACIME.

Ferin, I. e Santos, C. Almeida (2008). Media e Imigração (2005-2007), Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/ACIME.

França, L. e al. (1992). A Comunidade Cabo-Verdiana em Portugal, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Goffman, E. (1975). Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Hall, S. (2006). Da Diáspora: identidades e mediações culturais, Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

Hall, S. e al. (1978). Policing the crisis: mugging, the State, and law and order, London: Macmillan.

Lages, M. e Policarpo, V. (2006). Os imigrantes e a População Portuguesa: Imagens recíprocas, Lisboa: ACIME

Livingstone, S. (1990). Making sense of Television: The Psychology of Audience Interpretation, Oxford: Pergamon Press.

Machado, F. L. (1992). Contrastes e Continuidades, Oeiras: Celta Editora.

Malheiros, J. (1996). Imigrantes na região de Lisboa: os anos da mudança e processo de integração das comunidades de origem indiana, Lisboa: Edições Colibri.

Memi, A. (1985). Portrait du colonise, Portrait du colonisateur, Paris: Editions Gallimard.

Munday, J. (2006). Identity in Focus: The Use of Focus Groups to Study the Construction of Collective Identity, Sociology, 40 (1): 89-105.

Nafici, H. e al. (1999). Home, Exile, Homeland: Film, Media, and the politics of place, London: Routledge.

Pais, J.M. (2002). Sociologia da Vida Quotidiana, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Pires, R. P. (2003). "Dinâmicas da Imigração em Portugal (1960-2001)" In: Migrações e Integração, Oeiras: Celta Editora.

Rebelo, J. e al. (2008). Estudo de recepção dos meios de comunicação social portugueses, Lisboa: ERC.

Ribeiro, M.M. (2008). As representações do imigrante brasileiro no jornalismo local, Dissertação de Mestrado apresentado à Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, em Julho de 2008, sob orientação da Doutora Rosa Cabecinhas.

Taylor, R. e al. (1994). Multiculturalism: Examining the politics of recognition, New Jersey: Princeton University Press.

Vala, J. e al. (2003). Simetrias e identidades : jovens negros em Portugal, Lisboa : Instituto Português da Juventude.

Vala, J. e Torres, A. (org.) (2007). Contextos e Atitudes Sociais na Europa, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Wenden, C.V. (2005). Atlas de Migrations dans le Monde, Paris: Éditions Autrement.

Os meios de comunicação e a construção da União Européia e do Mercosul como espaços de integração: percepções de migrantes latino-americanos e europeus

Maria Gutiérrez
Departamento de Comunicación Audiovisual y de Publicidad de la Universitat Autònoma de Barcelona
maria.gutierrez@uab.cat

***Resumen**:* Los medios de comunicación juegan un papel significativo en la construcción de una ciudadanía intercultural y cosmopolita generando, desde una perspectiva etnocéntrica, imaginarios sobre los espacios de integración y participando en la consolidación de sus matrices culturales. Ambos aspectos adquieren mayor relevancia en las sociedades contemporáneas que descubren las migraciones transnacionales como una de las características que mejor las definen. El objetivo de esta comunicación es abordar la construcción mediática de la Unión Europea y el MERCOSUR, espacios supranacionales de integración, a partir de las percepciones de migrantes latinoamericanos y europeos. Los resultados que se presentan forman parte de una investigación desarrollada entre el 2005 y 2008 en el marco del Programa Académico de Cooperación Internacional Brasil-España sobre medios, interculturalidad y migraciones transnacionales financiado por CAPES (Brasil) y el Ministerios de Educación y Ciencia (España), en el cual participaron investigadores de la Universidades do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) y de la Universitat Autònoma de Barcelona (UAB).

Introducción

Los grandes medios de comunicación proponen en sus discursos modelos de vida en los que el confort y el bienestar están presentes de forma dominante. Ya sea mediante contenidos informativos, de ficción o entretenimiento, transmiten mensajes sobre el progreso socio-económico que gozan los ciudadanos de determinados espacios geo-políticos, induciendo a la idea de que su realidad cotidiana es sencilla y fácil. De la misma manera, se produce un efecto inverso cuando esos contenidos acentúan los inconvenientes y problemas que rigen la vida de los habitantes de algunas zonas del mundo. Así, de forma, más o menos, sutil se van construyendo imaginarios que influyen significativamente en la creación y consolidación de estereotipos y prejuicios. Esta circunstancia merece una atención especial ante la dimensión que han adquirido los flujos migratorios contemporáneos, que han incorporado a los padrones municipales ciudadanos provenientes de otros estados confiriendo, así, a las ciudades un marcado carácter intercultural.

En un mundo globalizado, los flujos migratorios no necesariamente obedecen a causas de carácter económico. La formación académica y profesional, el voluntariado internacional, la ansía de aventura e incluso el amor pueden llevar a las personas a realizar ese tránsito durante períodos más o menos extensos de su vida. Esta característica nos llevó a desistir del término inmigración en tanto que asocia el movimiento en un único sentido, el de ida, e implica forzosamente el asentamiento en un lugar de destino. Esta casuística unida a la expansión de las nuevas tecnologías nos condujo a calificar de transnacional la relación que los migrantes establecían con los medios de comunicación, del mismo modo que lo son las transacciones económicas y las decisiones políticas. Esta perspectiva permite observar cómo el individuo incorpora a su dieta mediática producciones periodísticas y culturales gestadas en el territorio de migración pero sin verse obligado a desestimar las propias. Partiendo de estas premisas, optamos por el uso del concepto "país de nacimiento" en vez del "nacionalidad", dado su potencial cariz administrativo, o el de "país de origen", cuyo sentido podía confundir si el migrante presentaba una rica y variada trayectoria migratoria, situación que en la actualidad es bastante habitual.

Entre otros objetivos, esta investigación1 sobre medios, interculturalidad y migraciones transnacionales, desarrollada entre el 2005 y el 2008, se planteó analizar la incidencia de los medios de comunicación en la construcción de los imaginarios Unión Europea y Mercosur desde la perspectiva de migrantes latinoamericanos y europeos, residentes en el área metropolitana de Porto Alegre (Brasil) y en la ciudad de Barcelona (España). La contraposición de contextos diferentes, - el brasileño cuenta con una población migrada asentada mientras que el español se caracteriza justamente por lo contrario, a ello hay que añadir los divergentes procesos de constitución de las instituciones supranacionales UE y Mercosur, - ofrecía la posibilidad de observar el binomio medios migración desde tantas ópticas como la convergencia de estos campos nos permitiera.

La muestra está compuesta por 140 migrantes (de diecisiete países diferentes) nacidos en Europa y América Latina que, durante la fase de recogida de información en el período 2004-2005, residen en el área metropolitana de Porto Alegre o en la ciudad de Barcelona. En cada uno de estos espacios, se realizaron 70 entrevistas en profundidad, diseñadas desde una perspectiva cualitativa, en las que dedicó un apartado a la Unión Europea y el Mercosur, en tanto que espacios de integración que cuentan con unas instituciones que, entre otras funciones, legislan y gestionan los flujos migratorios.

1. La construcción de los imaginarios Unión Europea y Mercosur.

La mayoría de migrantes entrevistados en el proyecto han reconocido haber oído hablar de la Unión Europea (el 89,3% sobre el total) y del Mercosur (el 92,1%). Si partimos de la premisa que ambas instituciones figuran en la agenda mediática de los medios de comunicación, parece lógico pensar que éstos son los proveedores principales de información

1 Esta investigación se desarrolló en el marco del Programa Académico de Cooperación Internacional Brasil-España (Unisinos-UAB) durante el período 2004-2008. Además se realizaron actividades docentes y de extensión con la participación de alumnos y profesores del Programa de Postgrado en Ciencias de la Comunicación de Unisinos y del departamento de Comunicación Audiovisual y de Publicidad de la Universidad Autònoma de Barcelona (UAB). Los resultados finales de la investigación están publicados en COGO, D., GUTIÉRREZ, M. y HUERTAS, A. (Coords.) (2008).

sobre las actuaciones y decisiones de los principales organismos de los espacios supranacionales europeo y latinoamericano. Sin embargo, a la pregunta "¿dónde ha oído hablar de…?", las respuestas relativas a la incidencia de los media en este asunto presentó porcentajes menores (el 43,5% sobre el total de entrevistados en relación a la UE y el 40,7% en el caso del Mercosur) (GUTIÉRREZ, M. y MALDONADO, E., 2008). Sin duda, estos índices pueden hacer pensar que la responsabilidad de los medios no es tan acusada, pese a que algo más del 50% de los 140 migrantes que participaron en la investigación no pudo determinar el origen exacto de su conocimiento sobre la UE y el Mercosur. Sin embargo, el papel de los medios como fuentes de información y generadores de la opinión pública queda plasmado en el interés mayoritario de los consultados por estar al corriente de la actualidad. De hecho, sólo un 5% se manifestó en sentido opuesto. Los telediarios, seguidos de la prensa escrita y de las versiones electrónicas de diarios del país de nacimiento y, en menor medida, la radio forman parte de una dieta mediática que corrobora la influencia que los media, a veces de forma no explícita, tienen en la conformación de los imaginarios (HUERTAS, A. y IBRIGNOL, L., 2008).

En la actualidad, la exposición mediática del individuo no queda limitada a los media del país de migración ya que gracias a las tecnologías de la información puede aproximarse a otros contextos comunicativos y, por tanto, ampliar sus perspectivas y contrastar la información. Además, estas mismas tecnologías le facilitan el mantenimiento de forma virtual con su entorno personal y con redes sociales de apoyo que pueden resultar de vital importancia antes o durante el proceso migratorio. La investigación ha revelado que el consumo de medios de comunicación y las relaciones personales se retroalimentan y, en esa confluencia, el migrante construye previamente su propio imaginario del espacio de integración que puede llegar a colisionar con su propia experiencia, una vez asentado en él.

> Mi hermana me dijo que yo podía estudiar aquí, que tendría trabajo. [..] Llego yo aquí y ni una cosa ni la otra. Al mes de estar aquí, ya me quería volver, pero luego hable con mi padre con mi madre, [...] aquí tienes un futuro aunque ahora las cosas sean difíciles. Al mes tenía un trabajo: de paleta. […]No tenía una idea predeterminada, es lo que me decía mi hermana. En principio, si mi hermana me hubiera dicho que estaría aquí, ilegal, que no podría estudiar, que no podría trabajar porque no tenía permiso de trabajo, no me vengo. (Sergio, Barcelona, 22 años, nacido en Colombia).

Apreciaciones, como la anterior, ponen de manifiesto hasta qué punto pesan las percepciones mediatizadas en el imaginario popular y como influyen en la toma de decisiones del migrante. Otra cuestión que con independencia del contexto comunicativo emerge en las interpretaciones que los migrantes han elaborado sobre los discursos mediáticos es el carácter etnocéntrico de la producción informativa. Su circunscripción a un espacio cultural determinado parece condicionar su perspectiva informativa del entorno político, económico y social (RODRIGO, M. 2000). Las consecuencias de ello se concretan en:

una mayor presencia mediática de las instituciones intrínsecas a dicho espacio, es decir, de la Unión Europea en los medios de comunicación naturales al contexto de la ciudad de Barcelona, y del Mercosur en el del área metropolitana de Porto Alegre,

la producción de discursos que legitiman las políticas de dichas instituciones, y

una velada distancia informativa de aquellos organismos cuyas actuaciones no afecten de forma directa a su audiencia potencial. Ello se traduce en una menor atención por parte de los medios a los acontecimientos sobre la Unión Europea en el contexto de Porto Alegre, y del Mercosur en la ciudad de Barcelona.

> Los comentarios de los migrantes refrendan en mayor o menor medida estas premisas. Por ejemplo, Alan (Porto Alegre, 83 años, nacido en Portugal) considera que "… la televisión transforma mucho las cosas, porque está ligada al gobierno y no quiere entrar en choque con él…" y, por su parte, Damián (Barcelona, 32 años, nacido en Brasil) comenta en referencia a los medios de comunicación españoles que "…son muy regionalistas […] siempre valoran las cosas que ellos (refiriéndose a España) tienen de bueno sobre la Comunidad Europea y lo que la Comunidad Europea trae de bueno para ellos…".

Al margen de estas consideraciones de carácter general, ambos espacios supranacionales han nacido en distintos contextos históricos, pero hasta qué punto el proceso de construcción mediática obedece a un patrón similar? A lo largo de los siguientes epígrafes, intentaremos dar respuesta a esta cuestión.

2. Percepciones de los migrantes latinoamericanos del espacio UE

En el conjunto de la muestra, el porcentaje de migrantes latinoamericanos es significativamente alto. De hecho, un 81,5% de los entrevistados en el área metropolitana de Porto Alegre han nacido en América Latina, mientras que este mismo colectivo supone un 75,8% en la ciudad de Barcelona. Con independencia de las causas expresadas por los participantes en este proyecto de investigación, ambos flujos migratorios se producen en momentos diferentes por lo que la mayoría de residentes en Brasil supera la edad de 40 años, mientras que en el caso de España se sitúa por debajo de esta franja. También se ha observado diferencias en el tiempo de permanencia: mayor en el espacio brasileño (una media de 20 años) que en el español (5 años). A lo largo de los siguientes epígrafes, observaremos si la edad y/o el tiempo de permanencia influyen en el imaginario de la Unión Europea, para unos un espacio de migración y para otros, desde la distancia, una institución supranacional.

2.1 La ilusión europea de los migrantes latinoamericanos residentes en el área metropolitana de Porto Alegre

¿Europa o Unión Europea? Ambos términos se confunden en las respuestas de los entrevistados. De hecho, son muy pocos los que muestran tener un claro conocimiento de lo que supone uno u otro concepto. Quizás la razón radique en que los estados motores de la institución supranacional Unión Europea, Francia, Alemania, Italia, Bélgica, Luxemburgo y

Países Bajos2, se asocian imaginariamente a la Europa clásica y por ende occidental. Sin embargo, la institución ha aumentado su número de socios e incluso ha modificado su nombre, ahora Unión Europea3. Paralelamente, Europa en tanto que continente ha transformado en esta última década su estructura territorial como consecuencia de diversos conflictos políticos, como la caída del Muro de Berlín (1989) que supuso el final de la Alemania oriental, la escisión de la Unión Soviética (1991) y la desmembración de la antigua Yugoslavia (1991), acontecimientos que ampliaron el número de estados europeos.

De todos modos, la cuestión geopolítica pasa a ser de segundo orden ya que, con independencia de la denominación, la mayoría de los entrevistados nacidos en Latinoamérica coinciden en destacar las características principales que definen este espacio supranacional. Es importante resaltar que los residentes en el área metropolitana de Porto Alegre concuerdan además en la escasa atención informativa que le dedican los medios de comunicación brasileños. Si bien es cierto que el consumo de prensa europea on line o de las producciones televisivas de origen europeo no figura entre las actividades más habituales de los migrantes afincados en Brasil, se detecta un discurso crítico entorno a la realidad mediática representada en aquellos pocos que afirman haberse aproximado a los media de la UE. A título de ejemplo, destacamos el siguiente comentario:

> Yo buceo en la televisión de otros pueblos de España y Portugal […]. En ningún momento creo que pueda nombrar a España como un país desarrollado. No voy a inmiscuirme en esto. ¡Imposible! Tienen problema con alcantarilla, tiene problema de estructura rural, problema muy serio de vivienda, sin comentarios. Problemas de socialización en la educación básica, es grave. (Raúl, Porto Alegre, 57 años, nacido en Bolivia).

Pese la escasa incidencia de la Unión Europea en las agendas temáticas de los medios de comunicación brasileños, la institución es (re)construida a partir de la idea de un bloque fuerte de países unificados que desarrolla sus actividades fundamentalmente en el ámbito económico. Se trata, pues, de un mercado único que dispone de una moneda común, el euro, que facilita la libre circulación de mercancías pero también de las personas en el territorio de la Unión. Sin duda, esta última característica es la más valorada por el conjunto de los entrevistados ya que gracias a ella, los ciudadanos pueden estudiar y trabajar en cualquiera de los Estados que pertenezcan a la organización.

De alguna manera para la población, para las personas, en primer lugar, encuentro que fue un cambio muy interesante (se refiere a la Unión Europea).

> Fue muy bueno, porque no existen fronteras, y es como si fuese un solo país, la moneda es única, ellos, ellos, pasan de un país a otro como si pasasen de un estado a otro. Y esa misma integración hace como que, […] encuentro que una identidad mayor, no? (José, Porto Alegre, 45 años, nacido en Uruguay).

> Yo sé que tienes tránsito directo, vas, vas, […] Y tu carné, tu cédula de identificación española es válida dentro de toda la Comunidad Europea. (Luís, Porto Alegre, 60 años, nacido en Chile)

> La existencia de una única moneda también es apreciada por los entrevistados.

> Así, Mara (Porto Alegre, 24 años, nacida en Perú) resalta que "[…] el euro vale más que el dólar, que es una moneda más fuerte […]". En parte, esta circunstancia se convierte en uno de los argumentos que justifica la percepción del alto nivel económico de la UE y, en consecuencia, de sus ciudadanos.

> En este sentido, el mantenimiento de vínculos personales con amigos y familiares que viven en la Unión permite contrarrestar dicha impresión. Fina (Porto Alegre, 36 años, nacida en Paraguay) nos aseguró que vivir allí "es muy caro" según le había explicado una amiga suya residente en territorio europeo.

La cuestión de la unidad europea, a juicio de este colectivo de migrantes, va más allá del euro. De hecho, en sus comentarios apuntan algunos valores socio-políticos y culturales que abundan en esta idea:

El hecho de compartir una historia en común.

El punto de partida de la mayoría lo sitúan en el final de la Segunda Guerra Mundial, y en la decisión de buscar alternativas que evitasen una nueva contienda a partir de la colaboración entre estados vecinos.

Una forma propia de entender la democracia.

En este sentido, se destacan las garantías sociales que prevalecen en las normativas que rigen la institución europea, frente a la falta de atención que este ámbito tiene en el sistema de los EE.UU.

El estado del bienestar como objetivo común.

Esta característica la elaboran entendiendo que los Estados que configuran la Unión buscan gozar de un equilibrio económico, circunstancia difícil de encontrar en América Latina.

Entre esta relación de valores, parece obvio que no se haga mención a la lengua, entendiendo ésta como un instrumento cohesionador de territorios. El carácter plurilingüístico de la Unión Europea, a finales del 2008 tenía reconocidas

---

2En 1952, estos países firmaron el Tratado de Roma, constituyendo así las bases de la Comunidad Europea (CEE). Información disponible en < http://eur-lex.europa.eu/es/treaties/dat/12002E/pdf/12002E_ES.pdf> Consulta realizada el 30 de noviembre de 2008.

3 El Tratado de Mastrich (1992) da lugar a la Unión Europea. En el momento que entró en vigor la firma del acuerdo, doce eran los países miembros: Alemania, Francia, Italia, Bélgica, Luxemburgo, Países Bajos, Dinamarca, Reino Unido, Irlanda, Grecia, Portugal y España. En 1995, se incorporaron Austria, Finlandia y Suecia. En el 2004, entraron a formar parte de la Unión: Chipre, Eslovaquia, Eslovenia, Estonia, Hungría, Letonia, Lituania, Malta, Polonia y República Checa. Tres años más tarde (2007) Bulgaria y Rumanía superaron el proceso de integración. A noviembre del 2008, 27 son los estados que forman parte de la Unión Europea, en tanto que otros tres están en trámites de adhesión: Antigua República Yugoslavia de Macedonia, Croacia y Turquia. Información disponible en http://europa.eu/abc/european_countries/index_es.htm. Consulta realizada el 30 de noviembre de 2008.

como oficiales 23 lenguas4, no es interpretado desde la perspectiva de los migrantes latinoamericanos que residen en el área metropolitana de Porto Alegre como un tema polémico o problemático. En la mayoría de las ocasiones, su apunte surge como contraposición a la unidad idiomática de América Latina.

Otro interesante fenómeno que se ha detectado entre los migrantes latinoamericanos descendientes de europeos nacidos en Estados pertenecientes a la UE, es el que hemos denominado afectividad administrativa (GUTIÉRREZ, M. y MALDONADO, E., 2008). Esta se manifiesta en el interés por mantener vínculos de carácter documental, fundamentalmente, el pasaporte por las ventajas en lo referente a la movilidad que se derivan de su posesión.

> Nosotros somos descendientes de italianos, tanto mi mujer como yo. Mis hijos tienen pasaporte europeo, pero es más como una opción de vida, derecho de ir y venir. Yo no tengo, porque vino del lado de mi esposa, sin embargo yo pagué todo, y no fue poco, y dejé la herencia, la herencia de ir y venir a ellos. Porque la tendencia del mundo es cada vez cerrarse más. [...] Me considero latinoamericano, [...] O como dicen los europeos sudaca (sudamericano). (Julio, Porto Alegre, 58 años, nacido en Uruguay).

Sin embargo, la explotación de sus circunstancias genealógicas no perturba el sentido de pertenencia de este colectivo. Así, con independencia del origen de sus antepasados, más o menos próximos en el tiempo, se autodefinen ante todo como latinoamericanos añadiendo esta identidad a la de su país de nacimiento y elevando a la consideración de espacio supranacional América Latina, al tiempo que reiteran con insistencia no sentirse europeos.

> Yo no me siento europea porque yo soy Latinoamericana, porque mis raíces son aquí… Soy justamente latinoamericana porque yo desciendo de españoles. (Emma, Porto Alegre, 64 años, nacida en Chile).

> No, no me considero a pesar de ser de origen español, ta? Que mis antepasados eran españoles, ta? Pero no me considero ni me veo como europea, yo me veo como latina. (Margarita, Porto Alegre, 31 años, nacida en Uruguay).

> [...] yo soy descendiente de franceses, pero no me considero parte de esa unión (se refiere a la UE). (Hipólito, Porto Alegre, 44 años, nacido en Chile.

> Pese a estas desafecciones emocionales, la Unión Europea es percibida en general como "un lugar donde todo es bueno" (Oscar, Porto Alegre, 42 años, nacido en Argentina), como un proyecto interesante "que está faltando a los latinos (Isaac, Porto Alegre, 49 años, nacido en Argentina). Incluso hay quien apunta un cierto deseo de imitar los hábitos y costumbres de los europeos entre algunos colectivos latinoamericanos "porque en los medios se habla todos los días un poquito" (Margarita, Porto Alegre, 31 años, nacida en Uruguay).

2.2. La (re)construcción de lo europeo por los migrantes latinoamericanos residentes en la ciudad de Barcelona

Con una media de cinco años de permanencia en el espacio geográfico de la Unión Europea, los migrantes latinoamericanos entrevistados en Barcelona para este proyecto de investigación han tenido tiempo suficiente para contraponer su realidad cotidiana con sus percepciones mediatizadas.

> Por ejemplo, Álex (Barcelona, 31 años, nacido en Brasil) especifica que "la imagen no siempre se corresponde a lo que nos venden" en clara referencia al sentimiento generalizado de que en Europa se vive mejor. Además, destaca que lo complicado es poder entrar en el sistema, es decir, "tener los papeles". Arturo (Barcelona, 45 años, nacido en Venezuela) se manifiesta en esa misma línea ya que "es diferente a la imagen que tenia en Venezuela, creía que era algo como más avanzado, por ser Europa.

Pensé que iba a ser igual o más avanzado que EEUU pero no, o sea, por lo menos aquí en España, no, quizás en Inglaterra, pero aquí, en España no."

Esta ilusión está en buena parte provocada por los medios de comunicación. La significativa presencia de la UE en la agenda mediática de los medios de comunicación europeos la convierte en una temática recurrente cuyo enfoque informativo refuerza una imagen positiva de la organización. Finalmente, son las experiencias personales las que acaban (re)dibujando Europa, dando otro sentido a esas previas percepciones mediatizadas.

Realidad encontrada: No se parece para nada, nada eh? Uh, yo tenía una imagen de Europa Hollywood, Europa súper glamour,

> Europa todo el mundo con mucho vino, delicatessen, muy Chanel, yo pensaba que la gente aquí tenia muy, muy, mucha cultura, y yo estoy viendo que no es así, y fue una decepción enorme para mi. […]Y con todo este problema de la economía, que todo el mundo tiene la misma clase, tampoco sabía que era así. Todo el mundo más o menos, no hay grandes diferencias sociales. Pensaba que todo el mundo era millonario, saps? Como pasa en las películas, saps? […] no sabía que la vida en Europa era tan difícil, para los europeos, yo creía que ellos tenían todo más fácil y no. (Norma, Barcelona, 29 años, nacida en Brasil).

Muchas son las manifestaciones que destacan la contradicción entre el imaginario construido previamente al inicio de la trayectoria de migración y las apreciaciones "***in situ***", una vez se reside en el lugar de destino. Uno de los primeros descubrimientos es la revelación de que Europa y Unión Europea son dos términos que definen espacios diferentes.

> […] yo creo que la parte de Europa que uno piensa como Europa desde Sudamérica es prácticamente la parte de Europa que coincide con la Unión Europea con lo cual digamos que uno no viene pensando con irse a Rusia o Ucrania o países fuera de la unión. El concepto de Europa que hay en Argentina es el de España, Francia, Italia y Alemania. (Lucas, Barcelona, 30 años, nacido en Argentina).

4 Información disponible en http://europa.eu/languages/es/chapter/5. Consulta realizada el 30 de noviembre de 2008.

Consecuentemente, el eje europeo se circunscribe de forma imaginaria a los territorios que originaron el Mercado Común5, antesala del proceso de unificación, dejando fuera Estados que en fechas más recientes se han incorporado a la UE y que pertenecen al área de la Europa del Este. Naturalmente este desconocimiento inicial es consecuencia de la presencia y tratamiento que los asuntos políticos, económicos y sociales reciben en los medios de comunicación de sus respectivos países de nacimiento.

Ahora bien, a parte de las ventajas que supone la moneda única y el libre tránsito de personas, - en el caso de los migrantes sólo aquellos que tienen la documentación en regla, - la mayoría de los entrevistados coinciden en situar su carácter económico y político por delante de los aspectos sociales. En referencia a esta última cuestión, hay quien vislumbra ciertas tensiones.

> Tal y como destaca Manuel (Barcelona, 28 años, nacido en Perú) "es un largo camino" no exento de problemas ya que se inició como "una integración económica, pero luego cuando ya empezó políticamente, socialmente a integrarse todo, empezó ya, a cada uno tirar para su lado. Lo mismo que Alemania que estaba subvencionando a los otros países, Inglaterra también por otro lado, o sea, y que ahora están quitándole esos subsidios a España".

Si los media estimulan el imaginario del espacio supranacional de la Unión Europea, también se detecta su influencia en la construcción mediática del país de migración, en este caso España. En este sentido, resultan de particular interés los testimonios que hacen referencia a la dicotomía España-Cataluña, situación que los entrevistados reconocen haber descubierto como residentes en Barcelona. Aún reconociendo el carácter intercultural de esta ciudad, los migrantes latinoamericanos observan la existencia y defensa pública de una cultura propia cuyo máximo exponente es el idioma (el catalán) constatando al mismo tiempor las complejas relaciones que se mantienen con el Gobierno de España. Esta circunstancia les lleva a pensar en la dificultad de construir una cultura común europea, ante la fortaleza que muestran las identidades regionales, lo que no necesariamente perjudica las transacciones económicas y financieras.

> [...] creo que por ahí se da un doble discurso. De que por un lado la globalización y la igualdad, […] la igualdad más por la parte... del mercado, del mercado, de yo te cobro impuesto por importar y vos no me cobrás por no sé qué […] y no realmente a nivel cultural. Porque, o sea te das cuenta desde el momento de que ves que en España ... tenés a Cataluña y que quieren ser otro país, y que tenés a los vascos. (Jina, Barcelona, 25 años, nacida en Argentina).

> Héctor (Barcelona, 25 años, nacido en Ecuador) reafirma esta percepción verificando que "Cataluña y Cataluña es un mundo aparte para ellos es... es así. Cataluña está fuera de España para ellos (en referencia a los catalanes)". Algunos migrantes, ante esta (re)descubierta realidad político-social, aprecian ciertas trabas que complican su proceso de inmersión en la sociedad catalana, aunque no las definen de forma concreta. Por ejemplo, Adriano (Barcelona, 32 años, nacido en Perú) manifiesta que "no pensé que fuera tan difícil […] integrarse con la comunidad catalana. Pero es que es muy complicado. La verdad es que es muy complicado".

Este conjunto de testimonios es una evidencia de la disyunción que se produce entre la construcción del imaginario a partir de los discursos mediáticos y las experiencias personales directas. Sin embargo y pese a todas las complicaciones que ya de por si comporta un proceso de migración, la Unión Europea sigue siendo observada como un espacio de integración con ventajas interesantes para el desarrollo económico e incluso social.

> Quizás por ello, los entrevistados se atrevieron a manifestar su deseo de que "en Latinoamérica hubiera la unión Latinoamérica" (Sergio, Barcelona, 22 años, nacido en Colombia).

3. Los migrantes europeos: percepciones del MERCOSUR**.**

Dada la estructura de la población tanto en el área metropolitana de Porto Alegre como en la ciudad de Barcelona, el número de migrantes entrevistados de origen europeo presenta una menor incidencia en la muestra que la observada entre el colectivo latinoamericano. Así, un 18,5% (sobre el total de 70 entrevistas) de los participantes en el proyecto en el ámbito brasileño han nacido en el territorio de la Unión Europea, mientras que en el caso de la ciudad española ese mismo porcentaje alcanza un 24,2%. La diferencia entre los procesos de migración que condujeron, en un caso a instalarse en Latinoamérica, y en otro a permanecer en Europa, es el principal argumento que justifica una edad media entorno a los 61 años de los residentes en el área metropolitana de Porto Alegre y entorno a los 37 años en el caso de los que habitan en Barcelona. Esta circunstancia influye también en la media del tiempo de permanencia en cada uno de los espacios de integración, de casi 30 años en el espacio brasileño y de casi ocho en el europeo.

3.1. El MERCOSUR para los residentes en el área metropolitana de Porto Alegre.

La comparación entre el desarrollo del MERCOSUR y la Unión Europea aparece de forma inevitable en buena parte de los comentarios, aunque las causas de los orígenes de ambas organizaciones sean distintos. La búsqueda de un cierto paralelismo se manifiesta sobretodo en lo referente a la vida cotidiana, ámbito en el que el ciudadano percibe las ventajas e inconvenientes de las entidades supranacionales. En el caso de los migrantes europeos, esta circunstancia tiene más sentido todavía, ya que convierten a sus familiares residentes en Europa en fuentes de información de todo aquello que concierne a la UE. Así, aunque sus valoraciones sobre el MERCOSUR sean positivas dejan entrever algunas dificultades en el desarrollo del proyecto.

---

5 El Tratado de Roma (1952) que dió origen al Mercado Común fue firmado por Francia, Alemania, Italia, Bélgica, Luxemburgo y Países Bajos.

> Creo que el Mercosul seria una gran ventaja si fuese realmente impulsado como debería ser, porque sería una fuerza más para América. […] Yo querría que el Mercosur fuese realmente una realidad. (Alan, Porto Alegre, 83 años, nacido en Portugal)

> [...] el Mercosur es una especie de tratado, en el cono sur, […] Y la visión teóricamente seria facilitar el intercambio cultural, intercambiar ciertas cosas, […] de facilitar la burocracia, la del lado económico, de ayudar entre si a las empresas. (Juana, Porto Alegre, 26 años, nacida en España)

> […] es una unión de países para la comercialización, […] Si llega a funcionar el Mercosur, pienso que tienen que trabajar ahora, muchos años. […] En la televisión, en el diario. Bueno, ya hace muchos años que se habla de eso y todavía no funciona. (Gabino, Porto Alegre, 58 años, nacido en Italia)

A la luz de los testimonios, la construcción mediática del Mercosur en los medios de comunicación brasileños se traduce en una presencia informativa escasa y en un enfoque centrado casi exclusivamente en los tratados de carácter económico y financiero, por tanto alejado de los avatares de la vida cotidiana. Esta percepción es de especial interés en tanto que Brasil es uno de los Estados junto a Argentina, Uruguay y Paraguay que promovieron el nacimiento de dicha organización en 19916. Así, la perspectiva etnocéntrica de los media parece revelar el poco entusiasmo que despierta en uno de los Estados fundadores, concentrándose en la limitación del proyecto al ámbito del mercado de las finanzas y al papel de Brasil en su desarrollo. Sin embargo, para los ciudadanos, la efectividad de la institución es valorada en función de la incidencia que tienen sus políticas socio-económicas en la vida cotidiana. Desde esta perspectiva, la ineficacia del Mercosur es evidente, tal y como se resume en la siguiente cita.

La idea Mercosur me parece fabulosa. Sólo que no la ponen en practica.

> […] Tengo un pasaporte argentino, pero tengo también un pasaporte que no es argentino. El Mercosur sólo me da problemas. [...] No me sirve para nada. É. Voy en coche desde aquí (se refiere a Porto Alegre), para, con coche brasileño, de aquí para Argentina y no puedo conducir en Argentina, porque perdí el automóvil. […] Y voy con un coche argentino con documento brasileño y no puedo conducir porque me da problema. No sé. Eso es más o menos el MERCOSUR. (Matías, Porto Alegre, 46 años, nacido en España)

Lo cierto es que, durante el período de realización de las entrevistas para este proyecto, el nivel de desarrollo normativo y legislativo del Mercosur se ha centrado en el mundo de la macroeconomía y las finanzas. De hecho, manifestaban que todavía no se habían impulsado acuerdos entorno a los aspectos sociales7. Sin embargo, todas estas casuísticas no despiertan un significativo interés entre el colectivo de migrantes europeos. La gran mayoría mantienen su pasaporte de origen, es decir, a todos los efectos son ciudadanos de la Unión Europea y como tales gozan de sus beneficios.

3.2. El desconocimiento de la organización MERCOSUR entre los europeos residentes en Barcelona

La agenda mediática europea, y por extensión la española, presta escasa atención a la organización latinoamericana Mercosur por lo que los entrevistados europeos residentes en la ciudad de Barcelona manifestaron un alto desconocimiento entorno a cuestiones tan básicas como qué países la conforman y cuáles son sus principales objetivos. Quienes han manifestado haber oído hablar de ella, la minoría, han desistido de emitir un juicio a favor o en contra argumentando que no disponían de información suficiente para ello. En algunas ocasiones, ésta ha sido proporcionada por amigos nacidos o vinculados directa o indirectamente con América Latina.

> […] un amigo de aquí se casó con una argentina y, cuando me la presentó, estuvimos una hora o así hablando y continuamente mencionaba Mercosur. Y... pensaba qué poco sabía yo... y qué importante debía ser para Argentina. (Sara, Barcelona, 53 años, nacida en Alemania).

El desinterés manifiesto de los media españoles afecta naturalmente a la construcción del Mercosur. Ninguno de los entrevistados lo asocia con Latinoamérica. Aunque ésta última, según reafirman tampoco recibe una significativa atención periodística, ellos sí le reconocen un imaginario popular. Es decir, son capaces de elaborar un discurso sobre América Latina y sus características, pero no sobre el Mercosur.

4. El valor de la Unión Europea para los migrantes europeos

Con independencia del país de migración y de los años de permanencia, los migrantes europeos coinciden en definir la Unión Europea como un espacio de integración que por el momento aporta a sus ciudadanos más beneficios que desventajas. La tónica de este discurso se plasma también entre aquellos que no están totalmente de acuerdo con las políticas que está desarrollando la institución.

> [...] La Unión Europea… no veo todavía ventajas. Hasta que no se sienta con la emoción, no te sé decir a nivel económico seguro que hay ventajas, de trabajadores para aquí para allí. Pero yo personalmente no siento nada. Lo único que es cómodo es la moneda. Ya no tienes que cambiar cuando vas por Europa. Desventajas… tampoco se me ocurre ninguna ahora mismo. (Sara, Barcelona, 53 años, nacida en Alemania).

---

6 Estos cuatro países firmaron en 1991 el Tratado de Asunción para la creación de un mercado común que pasó a denominarse Mercosur. En el 2006, se integró Venezuela como miembro de pleno derecho. Actualmente, Bolivia, Colombia, Chile, Ecuador y Perú mantienen estatus de paises asociados.

7 Una revisión de los acuerdos y resoluciones del Mercosur entre el 2004 y el 2005 muestra como los temas centrales de los mismos se circunscriben al ámbito económico y político. Información disponible en http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/es/index.htm. Consulta realizada el 1 de noviembre de 2008.

> Sí hay desventaja.[...] A veces siento que hay más y más igualitación [...] Sí, igualdad económica y culturalmente. El hecho del euro lo veo bastante práctico, porque se pueden comparar los precios, cuánto cuesta aquí o en Alemania.. Eh... en el nivel cultural no me gusta, [...] (Jisela, Barcelona, 35 años, nacida en Alemania).

Claro tiene ventaja porqué si del punto de vista de los derechos humanos no estamos a tope, pero seguramente en otros países es peor, o sea creo tener mucha suerte en esto.

> Seguro hay que mejorar unas cosas y me gustaría que los derechos que tengo yo aquí fueran para todos de cualquier país [...] (Emma, Barcelona, 45 años, nacida en Italia).

> Entonces, forma a unirnos y tener una fuerza conjunta, que eso va a ayudar a la economía a todo. Al desarrollo económico con seguridad […] En cuanto a la cultura, yo creo que empobrece más, la cultura propia de los lugares. […] Y no se da importancia a las pequeñas culturas regionales, así. (Juana, Porto Alegre, 26 años, nacida en España).

Obsérvese que, en algunas de las citas escogidas, aparece de fondo la cuestión cultural como una complejidad importante en el proceso de unificación. El respeto a las identidades regionales, de fuerte arraigo en Europa, es un tema que preocupa dado el temor a perder la propia idiosincrasia. Hay que destacar que los migrantes europeos destacan la diversidad de pueblos que conforman la UE como un enriquecimiento, aunque al mismo tiempo son conscientes de la dificultad de abordarla desde la óptima política. Este sentimiento es refrendado por M. Castells (2004:15) que observa como "el sistema político encargado de gestionar la transición está cada vez más separado de las raíces sociales y culturales en las que se basan las sociedades europeas". Esta consideración le lleva a calificar de largo el proceso de construcción de la identidad europea ya que todavía no es un sentimiento fuertemente enraizado entre sus ciudadanos. Sin embargo, pese a la debilidad de dicho sentimiento, la mayoría de migrantes no ha renunciado a definirse como europeo, aunque antes o después ha hecho mención a su país de nacimiento. De este modo, se ha acentuado el sentido de pertenencia en tanto que expresión de aspectos más próximos a los sentimientos, a las emociones y a una manera determinada de interpretar el entorno. (ORTIZ GUITART, A., 2006) (CARRILLO DURAN, M. Victòria (2007).

Pero, ¿favorecen los medios de comunicación la construcción de la UE como un espacio de integración? En términos generales, el sentido de la respuesta es positivo aunque se aprecian matices en relación al país de migración del entrevistado. Así, los europeos que residen en el área metropolitana de Porto Alegre básicamente destacan que son las redes familiares las proveedoras de información ya que en los media brasileños los asuntos europeos no figuran como prioritarios en la agenda temática. De ahí que las apreciaciones de los entrevistados reflejen más la realidad cotidiana que no la (re)construída mediáticamente, como es el caso de Gabino (Porto Alegre, 58 años, nacido en Italia) que sabe por sus parientes de las consecuencias que ha tenido la implantación del euro con la subida de precios, aunque observa ahora que "todo el mundo se acostumbró, todo el mundo más paciente".

En el caso de los residentes en la ciudad de Barcelona, más informados sobre la UE, se observa que los aspectos que dotan de valor a este espacio, no son los que con más frecuencia aparecen en los medios de comunicación. Como ya se ha comentado, el tratamiento informativo deriva hacia cuestiones político-económicas generalmente alejadas de las experiencias cotidianas de los ciudadanos. En este sentido, los migrantes entrevistados muestran un cierto orgullo de ser europeos por disponer del bienestar social que disfrutan frente a la situación que se padece en otros lugares extracomunitarios. También consideran que la facilidad para circular por el territorio europeo, ya sea como turista, estudiante o trabajador, refuerza la creación de una identidad supranacional, ya que permite acceder a otras culturas y lenguas, es decir permite conocer. Naturalmente, circunstancias de este tipo son posibles gracias a resoluciones comunitarias que desarrollan proyectos en el campo de la educación8 y el mundo laboral9 fundamentalmente. Aunque sólo se detectó un único comentario respecto a la existencia de medios de comunicación con vocación panaeuropea, hemos considerado necesario destacarlo por incidir en la necesidad de una perspectiva mediática supranacional que vigorice la unificación a nivel de identidad de los Estados que configuran la UE.

[...] en Francia hay una cadena con el cable que es europea, bueno creo que está en muchos sitios, no recuerdo, Euronews o algo así. Un poco como CNN. Y esto permite ver otras caras de, al final, un sitio que no conocemos. Que puedo ser europeo pero no saber lo que pasa en Finlandia, no?

Hay medios que hacen cosas, por ejemplo hay un símbolo fuerte en Francia que se llama ARTE, es una cadena de televisión. Es franco-alemana, al principio tiene un símbolo fuerte porqué lo de la guerra es el arte ayuda a olvidar, de alguna manera. Esto si permite porqué al final es otra información y muestran de otra manera.

> O sea, no es igual cuando alguien juzga de otro país, esto es algo importante. Hay pocos medios de comunicación que toman distancia, solo repiten lo que les da y ya está. (Paul, Barcelona, 23 años, nacido en Francia).

Este tipo de medios de comunicación diluye la perspectiva etnocéntrica, llamémosle regional, ampliando la dimensión territorial de los asuntos a tratar pero también su enfoque. El respecto a las particularidades, como ya se ha

8 Los programas de educación que se inscriben en la educación superior, Erasmus, Leonardo da Vinci y Tempus, ponen en movimiento cada curso a miles de estudiantes universitarios de la Unión Europea. Además desde 1999, los Estados de la UE están trabajando en el proceso de Bolonia que tiene como objetivos la creación de un sistema de grados académicos universitarios fácilmente comparables, "fomentar la movilidad de los estudiantes, docentes e investigadores, garantizar la calidad de la enseñanza y tener en cuenta la dimensión europea de la enseñanza superior". Dicho proceso se completará en 2010. Información disponible en <http://europa.eu/scadplus/leg/es/cha/c11088.htm>. Consulta realizada el 4 de noviembre de 2008.

9 Información disponible en <http://europa.eu/scadplus/leg/es/s02302.htm>. Consulta realizada el 4 de noviembre de 2008.

expuesto, figura entre las demandas que los migrantes europeos elevan hacia los órganos políticos de la Unión Europea. En este sentido, M. Castells (2004) considera que una política panaeuropea de medios de comunicación debería ser tenida en cuenta como un factor más en el proceso de construcción de la identidad europea. A ese mismo nivel, el autor coloca también la profusión del uso de las nuevas tecnologías y la difusión intercultural de todas las lenguas, áreas que están todavía escasamente desarrolladas.

5. Mercosur o América Latina: el posicionamiento de los migrantes latinoamericanos

El sentido de pertenencia al Mercosur, en la línea expuesta por ORTIZ GUITART, A., (2006), despierta poco entusiasmo entre los migrantes latinoamericanos entrevistados, ya sea en el contexto brasileño o español. De hecho, sólo un 15,7 % sobre el total de entrevistados manifiesta identificarse con l organización latinoamericana. Este porcentaje contrasta con el 57,9%, también sobre el total, que se define como miembro del espacio América Latina. Lo más curioso de esta situación es que la presencia mediática es más significativa en el caso del Mercosur que de América Latina, a tenor de las respuestas recogidas. Eso en el caso de los medios brasileños, porque en el de los españoles la ausencia es tal que, los avances o desencuentros de la organización, son inapreciables.

No me pongo una marca, digamos, no un eslogan soy latina, soy americana. Creo que no. Como vos te sientas,… como vos te sientas. No tiene nada que ver con donde estás, me parece, no? (Clara, Porto Alegre, 28 años, nacida en Argentina)

> […] yo pertenezco a los dos, né? (en referencia al Mercosur y América Latina) [...] porque yo soy, casi de repente cuando hablo yo soy paraguaya, né? A mi me preguntan, ah castellana, latina, así. Entonces, porque yo hago esto, hablar así, [...] no te van a identificar eres del Mercosur. (Rocio, Porto Alegre, 24 años, nacida en Paraguay)

La poca repercusión social del Mercosur, pese a la circunstancia mediática anteriormente expuesta, es patente en la mayoría de los comentarios.

> Por ejemplo, José (Porto Alegre, 45 años, nacido en Uruaguay) dice no sentirse del Mercosur porque "no me identifico con los argentinos, ni con los paraguayos", en cambio no duda en "considerarse latinoamericano". Para algunos la latinidad es reivindicada como una postura crítica frente a los Estados Unidos.
>
> Sí, sí, me siento, me enorgullezco de ser latino […] Tanto que siempre sigo América del Norte, porque somos tan americanos como ellos. Sudamericano, y parece que esa latinidad tiene mucho valor, una cierta nobleza […] (Fernando, Porto Alegre, 48 años, nacido en Chile)

El interés por América Latina acaba desterrando el Mercosur de los discursos de los migrantes. Son nombrados diferentes aspectos que dan sentido a la identidad Latinoamérica como, la música, la comida, el carácter y, fundamentalmente, la lengua. En este sentido, se resalta la unidad lingüística del territorio que tiene como idioma el español, mientras se observa cómo algunos de los entrevistados olvidan la mención del portugués, lengua hablada en el 2007 por aproximadamente 190 millones de personas. Quizás, por ello, abundan los comentarios realizados por los migrantes residentes en el área metropolitana de Porto Alegre entorno al deficitario sentimiento latinamericano de Brasil. Hasta cierto punto, esta circunstancia es corroborada por los brasileños entrevistados en Barcelona que anteponen su identidad del país de nacimiento a la latina. Como Alex (Barcelona, 31 años, nacido en Brasil) que diferencia entre la forma de pensar latina y la brasileña, o como Damián (Barcelona, 32 años, nacido en Brasil) que reconoce no utilizar la expresión "soy latinoamericano" ya que se siente "más brasileño que sudamericano, que latinoamericano". Pese a estas divergencias, algunos migrantes latinoamericanos residentes en el espacio brasileño reconocen el trabajo del Estado de Brasil por el fomento de la lengua española, como por ejemplo que la información presente en el embalaje de los productos aparezca en ambas lenguas. (Sandra, Porto Alegre, 46 años, nacida en Uruguay).

Al margen de las consideraciones hechas, se observa que la presencia informativa de una institución supranacional resulta de suma importancia para la construcción de su imaginario. En el caso del Mercosur, quizás, sea aún más acuciante ya que se enfrenta al imaginario de un espacio denominado América Latina que, sin tener una entidad propia, es aceptado y asumido de forma natural por la mayoría de los ciudadanos nacidos en su territorio. Frente a las emociones que éste despierta, el Mercosur queda reducido a un conjunto de acuerdos económicos que poco benefician a los que habitan en su área de influencia10.

6. La responsabilidad de los medios en la creación del imaginario de los espacios supranacionales

La construcción de espacios supranacionales nace fundamentalmente de la voluntad política de un grupo de Estados que eligen la fórmula de la comunión económica, principalmente, como estrategia para competir en el libre mercado. A este nivel, la implicación del ciudadano es mínima y, por extensión, podría decirse que su interés nulo. Sólo cuando la rentabilidad pasa a ser también social, los residentes y los migrantes en el área de influencia se sienten parte de los mismos,que gozan de sus ventajas y critican sus inconvenientes. Ahora bien, ¿cómo tienen conocimiento de los avances y proyectos de las organizaciones representantes de dichos espacios? Lógicamente, a través de los medios de comunicación. A

10A mediados del 2008, los Estados que forman parte del Mercosur firmaron un acuerdo que facilitaba la movilidad de los ciudadanos de los estados que forman parte de dicho espacio supranacional. Información disponible en http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas_web/Decisiones/ES/2008/DEC_018_ES_Documentos%20de%20Viaje.doc. Consulta realizada el 3 de noviembre de 2008.

partir de su presencia y tratamiento informativo, la ciudadanía (re)construye los espacios supranacionales dotándoles de entidad propia.

En los anteriores epígrafes, hemos podido constatar el qué y el cómo en relación a la Unión Europea y el Mercosur a partir de las voces de migrantes europeos y latinoamericanos que han participado en nuestro proyecto. El qué ha definido los objetivos de ambos espacios, más socio-económico en el caso de la UE y más económico por lo que hace al Mercosur. El cómo ha puesto de manifiesto, en algunos casos, la contradicción entre el discurso mediático y la experiencia personal directa o proveniente de fuentes informativas propias (familiares y amigos), lo que ha implicado la (re)adaptación de concepciones preconcebidas antes de iniciarse el proceso de migración.

La representación mediática de la Unión Europea y del Mercosur se traduce básicamente en asuntos de carácter económico, aunque en el caso de la primera el hecho de disponer de una única moneda afecte además a la vida cotidiana. Sin duda, este tratamiento puede generar un comportamiento distante en la audiencia ante la imposibilidad de incidir en las decisiones de la alta política económica. Además la perspectiva etnocéntrica de los medios de comunicación, puede perturbar la construcción de una dimensión supranacional al prevalecer en el enfoque informativo la visión regional.

A juicio de los migrantes entrevistados, con independencia de su país de nacimiento o de migración, los media pueden participar de la construcción de los espacios supranacionales, entendiéndolos como espacios de integración. Esto pasa por facilitar el conocimiento de las comunidades culturales que forman parte de ese entramado de naciones y estados, que dan lugar a las siglas de las instituciones que cobijan los supraespacios. Por tanto, piden una mayor atención a las cuestiones socio-culturales en detrimento de las informaciones elaboradas en base a declaraciones de los principales mandatarios en las cumbres interestatales y de las noticias económicas. Es decir, a las personas les interesa lo que le ocurre a otras personas y consideran que este ámbito debería ser trabajado desde los medios de comunicación.

Además, en un mundo globalizado, los medios de comunicación también son fundamentales en el proceso de articulación de un nuevo modelo de ciudadanía que integre diversas identidades: una cultural generalmente originada en el país de nacimiento y una, o varias, de adopción en función de la trayectoria migratoria de la persona. Estas últimas pueden generar un sentimiento de pertenencia política que demande el derecho a la participación democrática en el país de migración. Es lo que R. KASTORYANO (2004) define como nacionalismo transnacional que produce diferentes tipos de discursos, el del país de nacimiento, el de migración y el del espacio supranacional. Pese a que su argumentación la elabora a partir de una análisis de la situación en la Unión Europea, es fácilmente aplicable a otras situaciones, tal y como se ha puesto en evidencia a lo largo de este texto en la voz de los migrantes europeos y latinoamericanos.

Bibliografia

Castelló, E.(2007). Sèries de ficció i construcció nacional. Imaginant una Catalunya televisiva. Tarragona: Publicacions URV.

Castells, M. & Serra, N. (eds.) (2004). Europa en construcción. Integración, identidades y seguridad. Barcelona: Fundación CIDOB.

Cogo, D., Gutiérrez M. & Huertas, A. (coords.) (2008). Migraciones transnacionales y medios de comunicación. Relatos desde Barcelona y Porto Alegre. Madrid: Los libros de Catarata.

García Faroldi, L.(2004), Apoyo a la Unión Europea y difusión de una identidad europea a través de las redes personales, en Redes, 7 (Oct./Nov). http:// revista-redes.rediris.es (consultado en Internet el 10 de diciembre de 2007)

Grimson, A. (2000). Interculturalidad y comunicación. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma,

Gutiérrez, M. y Maldonado, E., (2008). La construcción mediática de los espacios de integración: Unión Europea y Mercosur. En Cogo, D., Gutiérrez M. & Huertas, A. (coords.) (2008). Migraciones transnacionales y medios de comunicación. Relatos desde Barcelona y Porto Alegre. Madrid: Los libros de Catarata, (pp. 129-157)

Huertas, A. y Ibrignol, L., (2008). La construcción mediática de los espacios de integración: Unión Europea y Mercosur. En Cogo, D., Gutiérrez M. & Huertas, A. (coords.) (2008). Migraciones transnacionales y medios de comunicación. Relatos desde Barcelona y Porto Alegre. Madrid: Los libros de Catarata, (pp. 83-106).

Lario Bastida, M. (Coord.) (2006). Medios de comunicación e inmigración, Convivir sin racismo, Murcia: Convivir sin racismo. Programa CAM.

Lindón, A., Aguilar, M.A. y Hiernaux, D. (coords.) (2006). Lugares e imaginarios en la metrópolis. México: Anthropos Editorial.

Moreno Domínguez, J. M., (2004). Comunicación, interculturalidad y desarrollo. Apuntes para una nueva estrategia de actuación desde lo local. En Global Media Journal, 1, 1. México: Tecnológico de Monterrey. http://realyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/687/687 (consultado en Internet el 23de Abril de 2008).

Reguillo, R. (1999), La construcción simbólica de la ciudad. Sociedad, desastre y comunicación. México: Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente (ITESO).

Rodrigo, M. (2000). La comunicación intercultural. Lecciones del Portal de la Comunicación. Incom, UAB. www.portalcomunicacion.com/esp/n_aab_lec_print.asp?id_seccio=2 (consultado en Internet el 8 de Marzo Del 2007).

Schlesinger, P.(2002). Nación y espacio comunicativo. En DeSignis, 2, Federación Latinoamérica de Semiótica (FELS) pp. 33-48.

Silva, A. (1998). Imaginarios urbanos. Colômbia: Tercer Mundo Editores.

Silva A. (ed.) (2003), Urban Imaginaries from Latin American. Germany: Hatje Cantz Publishers.

Deslocamentos e vivências familiares de portugueses e luso-africanos

Zeila de Brito Fabri Demartini
Universidade Metodista de São Paulo / Centro de Estudos Rurais e Urbanos/ CNPq
zeila@usp.br

Resumo: Os movimentos políticos e as guerras nas colônias portuguesas da África na década de 1970 foram importantes na determinação de fluxos migratórios para São Paulo – Brasil, de portugueses e descendentes que aí residiam. Procuramos compreender esses novos fluxos migratórios e suas interferências nas vivências familiares recorrendo a relatos orais de imigrantes e de seus familiares, em complementaridade a outras fontes. As narrativas permitem apreender as complexas dinâmicas familiares nos deslocamentos; verificamos as condições de chegada dos portugueses às regiões africanas, as vivências das gerações e a imigração para o Brasil, que se concretiza pelas possibilidades existentes no momento. No tocante às dinâmicas familiares, observamos as freqüentes e inesperadas separações no processo imigratório e a constituição de famílias com "convivências" diferentes em Portugal, na África, no Brasil – em cada deslocamento, os rompimentos com parentes que permanecem no contexto anterior ou se dirigem para outros. Os deslocamentos dos países africanos em direção a São Paulo na década de 1970 implicaram na constituição de famílias "intercontinentais" e mutantes, constituídas em cada contexto por diferentes participantes. Os relatos fazem referências às ausências familiares, aos encontros e desencontros, ao convívio à longa distância. Os deslocamentos não finalizaram para grande parte das famílias. Observa-se um fluxo constante entre Portugal, África e Brasil; permeando esses fluxos, estão razões econômicas, políticas, sentimentais, que aproximam/afastam pessoas originárias de diferentes contextos.

Palavras-chave: Deslocamentos. Vivências familiares. África-Portugal-São Paulo.

1 Introdução

Os movimentos políticos e as guerras nas colônias portuguesas da África na década de 1970 foram importantes na determinação de fluxos migratórios para São Paulo-Brasil, de portugueses e descendentes que lá residiam. Procuramos compreender esses novos fluxos migratórios e suas interferências nas vivências familiares recorrendo a relatos orais de imigrantes e de seus familiares, em complementaridade a outras fontes. As narrativas permitem apreender as complexas dinâmicas familiares nos deslocamentos; verificamos as condições de chegada dos portugueses às regiões africanas, as vivências das gerações e a imigração para o Brasil, que se concretiza pelas possibilidades existentes no momento.

2 Famílias e imigração: a pesquisa

Se o "***ser imigrante***", conforme expressão de Sayad (2000) traz homogeneidades dadas pelo processo de saída e de chegada e pela ilusão da "provisoriedade da condição" em que vivem, podemos também afirmar que os contextos em que se inserem trazem elementos diferenciadores. Assim, estudar as vivências de famílias que, vindas de Portugal, instalaram-se nas antigas colônias portuguesas da África e depois se mudaram para o Brasil (São Paulo) coloca para os pesquisadores possibilidades de melhor compreender os deslocamentos de populações no mundo atual e como as famílias os visualizam a partir das experiências que empreenderam.

As reflexões que são aqui formuladas estão pautadas nas observações obtidas em trabalho de pesquisa de natureza exploratória e qualitativa. Como já observamos em outros escritos (Demartini, Cunha e Doppenschmitt, 2005) os dados sobre os deslocamentos de regiões africanas para o Brasil no período considerado não são disponibilizados pelos órgãos oficiais do Estado brasileiro (que afirma serem inexistentes) e tais fluxos foram ainda muito pouco estudados. Nosso interesse pelos mesmos ocorreu, de um lado, por ter acompanhando de perto a chegada de algumas pessoas vindas da África em São Paulo, fato que despertou interesse pelo problema no momento em que, como pesquisadora, ainda não trabalhava com a temática das migrações; ficou, entretanto, registrado como um acontecimento que chegou a marcar profundamente as relações no quadro familiar. Mais tarde, depois de haver estudado por muitos anos os processos imigratórios de japoneses e sua inserção na sociedade paulista e paulistana durante o século XX (Demartini, 1997), grupo com uma grande visibilidade no conjunto da população (abrangem atualmente cerca de um milhão de pessoas, só em São Paulo), voltei-me para o estudo dos imigrantes portugueses, talvez o grupo mais "invisível" de população, estudando o período do final do século XX, quando chegaram em grande número, superando a entrada de imigrantes italianos. Este estudo (Demartini, 2003) foi a ponte para que propuséssemos o estudo do período mais recente, quando outros personagens, também de origem portuguesa, começaram a chegar a São Paulo, mas trazendo experiências diferentes das levas migratórias anteriores.

O estudo compreendeu dois grandes fluxos ocorridos no mesmo período, mas com origens distintas: os que vieram de Portugal, país em que sempre viveram, e os que vieram das antigas colônias portuguesas da África, onde suas famílias residiam. Procuramos conhecer as motivações envolvidas nesses fluxos migratórios, assim como as trajetórias e vivências dos sujeitos e suas famílias no novo contexto de adoção. Nesse texto focalizamos o segundo fluxo migratório.

Como a disponibilização de dados quantitativos e sua obtenção mostrou-se inviável, a opção pela abordagem qualitativa pautada no que hoje se denomina História Oral, mas sob o enfoque sociológico, isto é, a investigação de questões/problemas com base em fontes orais em complementaridade aos dados de outras naturezas, impôs-se como condição para a realização do estudo (Lang, Campos e Demartini, 1998). Também como já discutimos em outros momentos

(Demartini, 2005), as fontes orais têm se mostrado fundamentais para o conhecimento da História da África. Alguns estudos mais recentes (Mateus, 2006) têm confirmado sua importância.

No nosso caso, instigavam-nos as questões: quem seriam esses "novos" personagens que chegavam a São Paulo? Seriam os fluxos migratórios semelhantes aos anteriores, em que muitos portugueses vieram para procurar uma vida melhor, a "***árvores das patacas***", como diziam? Nossos convívios anteriores e as informações prévias que obtivemos nos indicavam que não, que se tratava de imigrantes diferenciados, de famílias com trajetórias muito distintas – seria importante, portanto, conhecê-las.

As dificuldades que se apresentavam, entretanto, não eram poucas – além da pequena quantidade de literatura e informações disponíveis, seria necessário encontrar as pessoas – onde? Relacionavam-se com as famílias que já haviam chegado a São Paulo muito antes? A procura foi, assim, sendo feita das mais diferentes maneiras a partir de consultas a instituições ligadas aos imigrantes portugueses, mas também através de informações obtidas com pessoas próximas e até por consultas a sites.

Os entrevistados constituem, assim, um grupo de imigrantes que veio da África para o Brasil na mesma época, mas não constituíam um grupo social que mantinha relações entre si, antes ou depois da chegada. Alguns eram pessoas de destaque, conhecidas por sua atuação em São Paulo; outros haviam se tornado também "***invisíveis***" não sendo, geralmente reconhecidos pela população local como pessoas que vieram da África, mas simplesmente como portugueses (dada a origem, a língua e a cor branca).

O processo de entrevistas também não foi uniforme, embora a proposta da pesquisa fosse voltada para a obtenção de histórias de vida resumidas de cada entrevistado (Demartini, Cunha e Doppenschmitt, 2005), de modo a compreender sua trajetória e de seu grupo familiar, desde Portugal. Enquanto alguns falaram mais de assuntos genéricos, outros detalhavam mais seus relatos sobre os diferentes momentos e as diferentes gerações das famílias.

3 Os deslocamentos para a África, as vivências familiares nas ex-colônias portuguesas e a vinda para o Brasil

De modo geral, o conjunto de entrevistas obtidas e o contato com os entrevistados e sua família permite-nos compreender melhor as diferentes dimensões das trajetórias familiares em seus deslocamentos entre os continentes europeu, africano e americano. Também é possível observar que os deslocamentos das famílias de Portugal para as então colônias africanas e dessas regiões para o Brasil não são representados como processos que se assemelham – enquanto a ida para a África foi geralmente considerada com naturalidade, isto é – como o deslocamento dentro em um mesmo território nacional, dentro do que era considerada a "nação portuguesa ampliada", o deslocamento para o Brasil foi sentido e é representado pelos indivíduos como uma "expulsão", uma saída forçada de um território que era considerado seu.

Uma análise das trajetórias das famílias dos entrevistados evidencia que se foram muitos os períodos e os motivos do deslocamento das famílias para os domínios portugueses na África, por outro lado houve uma motivação comum (as forte pressões e ameaças dos movimentos revolucionários) para suas saídas das ex-colônias – ocorridas no mesmo tempo – o ano de 1975.

É interessante considerar, portanto, como ocorreram e foram representadas as relações e (re)construções familiares considerando esses dois grandes fluxos de famílias de origem portuguesa:

1) de Portugal para as colônias da África e

2) das ex-colônias para o Brasil.

Os relatos dos entrevistados indicam que variavam os motivos e os períodos em que eles próprios ou suas famílias chegaram aos territórios africanos de Angola e Moçambique. Algumas famílias chegaram há quatro gerações, portanto em um momento em que havia relativamente poucos colonos, que se localizaram geralmente em algumas regiões específicas, não por todo território de Angola e Moçambique. Nesse período, segundo alguns autores, até a convivência entre os colonos e vários grupos que habitavam tais regiões parecia ser mais "***pacífica***" (Cosme, 1978). Alguns falaram sobre a chegada de seus bisavôs maternos e/ou paternos nessas terras africanas, portanto muito antes da colonização mais dirigida e forte das décadas de 1950 e 1960.

O que se consegue constatar é que muitas famílias vieram procurando escapar das condições de vida difíceis em Portugal, que levava os homens, principalmente, a procurarem melhores empregos e remuneração em terras africanas (algumas regiões da África também eram visualizadas como o "***fazer a América***" dos imigrantes portugueses que vieram para o Brasil). Mas outros motivos levaram à África alguns portugueses pertencentes a famílias melhor situadas socialmente (solução de problemas familiares e amorosos). Havia também os que estavam ligados a grandes empreendimentos particulares ou ao Estado português. Em alguns casos, as famílias que saíram de Portugal não permaneceram no mesmo lugar de chegada, mas deslocaram-se entre as colônias portuguesas na África.

Outros entrevistados relataram a chegada de suas famílias no período em que Portugal estimulou a ida de colonos portugueses para "suas" terras na África, como parte de um projeto estatal de ocupação política e econômica de seus territórios coloniais (Pimenta, 2005; Graça, 2005; Fernando, 2005).

Alguns casos podem ser tomados para exemplificar tais situações, evidenciando como durante tais processos de deslocamento para a África e depois para o Brasil ocorreram separações e novos encontros que permitiram a constituição de famílias com composições e convivências diferentes em cada contexto. Em virtude do espaço disponível, focalizamos famílias que foram para Angola e, de lá, vieram para São Paulo.

3.1 O caso de famílias que chegaram a Angola ainda na primeira metade do século XX

Alguns entrevistados lembram as trajetórias familiares e como seus parentes foram se inserindo no contexto africano e aí concretizando seus projetos de ascensão social.

O caso da família de E.1 é importante para as reflexões sobre as trajetórias familiares: trata-se de família que havia chegado a Angola há várias gerações. Como relata a entrevistada:

Sou africana, já sou filha de africanos. As minhas bisavós já foram para a África. As minhas avós eram crianças e os meus avós é que eram já adultos quando foram. Então os meus pais já são africanos, eu sou africana e se não tivesse vindo para cá, provavelmente os meus filhos seriam africanos. Eu comecei estudar em colégio. Eu me lembro que foi até uma trajetória que eu não sei dizer muito bem o porquê disto, não é, nunca questionei até porque na família pessoas tinham uma educação mais rígida, então o que é isto de questionar um pai o porquê de muitas coisas.

> "Sim, porque o melhor é aquilo que eu acho". Então eu sou desta educação e eu me lembro que eu estudei num colégio particular na primeira série. Na segunda série eu fui para um colégio estadual. Na terceira série eu voltei para um colégio particular (...)

Eram colégios mistos. Estes dois, e na quarta série eu fui para a Europa, fui para Portugal, interna, para um colégio porque estava na idade de aprender a ter maneiras.

Não, nem eram matérias, eu acho que é assim uma coisa, seria um colégio que existia, próximo da Serra da Estrela, onde toda a minha família tinha estudado, então onde tinha gente enfim... Era uma tradição, então achavam que no colégio interno eu iria ter uma rigidez que não tinha a coisa da casa, os amigos, porque sempre convivi muito, gostei muito de gente, então eu brincava na rua, de bola, subia em árvores e isso para minha família não era a coisa mais adequada, não é, para uma menina.

> Eu tinha um irmão, mas que era mais pacatinho, mas homem tudo bem, menina então é que tinha que ter uma coisa mais regrada. (...) Ele ficou. Fiquei três anos interna, passando férias e tudo e depois eu voltei e aí então fui para o ensino estadual...

O importante nesse relato é que o padrão de educação continuou sendo o que era previsto em Portugal; a distância entre Angola e Portugal era grande, o que não impedia os pais de enviarem seus filhos para lá estudarem. O objetivo não era sua profissionalização ou prosseguimento dos estudos, mas sim a educação rígida do colégio interno português, o que na África parecia não haver. A entrevistada conta como, desde pequena seu comportamento não correspondia ao que se esperava de uma menina. Os relatos sobre as sanções com que era ameaçada mostram como o padrão da educação familiar portuguesa continuava presente mesmo já tendo a família chegado a Angola há muitas gerações.

A entrevistada e sua família, plenamente inseridas no contexto angolano, embora apoiassem os movimentos pela independência de Angola, foram obrigados a deixar o país em 1975; porque eram "brancos", fugiram para Portugal; aí foram recebidos com agressões pela população local. Decidiram, assim, vir logo em seguida para o Brasil, onde reconstruíram suas vidas.

É interessante observar que, apesar de toda a convivência com os padrões previstos para as famílias portuguesas, a família de E.1 sentiu-se rejeitada quando procuraram abrigo em Portugal, ao saírem da África:

> (...) nós não éramos aceitos pelos portugueses, éramos retornados, e eu não conseguia entender o que era este "retornado", que eu não tinha saído de lá, como é que eu era retornada? Eu era refugiada, retornada jamais! Talvez alguns que fossem portugueses que morassem em Angola, estavam retornados.
>
> Eu não estava retornada para coisa nenhuma, não é? Então eu estava uma apátrida, a gente não sabia, não tinha emprego, em Portugal, não tinha lugar para ficar. (...) eu cheguei a Portugal e eu fui execrada, no sentido que logo na minha recepção, quando eu desembarquei no aeroporto em Lisboa, foi ter uma manifestação de comunistas, do PC, partido comunista português, uns baderneiros, porque isto eu sei que eram, não é, em que gritavam: "Roubaram os negros, agora vão roubar os brancos!
>
> Vão embora para vossa terra!" Eu não tinha roubado ninguém, e eu não era retornada. (...) Um choque, decepção total, porque nós estávamos sendo colocados de uma determinada forma que não batia, eu dizia: "Gente, o que é isto? O que é que está acontecendo?"

As origens familiares não foram suficientes para retê-los em Portugal. A entrevistada conta como em São Paulo houve uma rede de apoio para providenciar emprego para os que vinham da África, o que foi logo conseguido; não menciona a presença de familiares, nesse novo contexto.

Também o entrevistado E.2 conta que sua família havia chegado ao continente africano há várias décadas:

> (...) O meu pai e a minha mãe já são angolanos. Os meus avós, tanto paternos, quanto maternos é que eram portugueses, de Portugal, nascidos lá na Europa. (...)

O que a gente sabe, que eles foram para lá, foi da seguinte forma: Portugal na época, tinha, começou, Angola precisava colonizar, então o quê que aconteceu? Escolheram algumas pessoas que iam para lá, né, outras, chegou um determinado momento que para ir para lá, para ir para Angola, só ia para lá quando o governo determinava que ia para lá pra prestar serviços ou para morar mesmo lá, ou então quando já tinha alguém mesmo lá que, por exemplo, parentes que chamavam e alguém se responsabilizavam pela pessoa lá em Angola.

> (...) A minha família, a maior parte estava toda em Angola. Em Portugal, praticamente tinha tios e tias, mas assim, sabe, bem, tipo assim de segundo grau. De vez em quando eles iam visitar e quando nós íamos para lá, normalmente eles faziam questão que a gente ficasse na casa deles. Tinha de Lisboa e tinha tios que ficavam lá nas aldeias mesmo.

A ida dos avós para terras consideradas portuguesas em Angola permitiu que as gerações seguintes levassem uma vida que consideravam boa, com bons empregos, que permitiam que continuassem a ter contatos até freqüentes com Portugal:

> (...) Meu pai trabalhava na Companhia de Aviação lá de Angola que chamava, no início era DTA, que era "Direção Transportes Aéreos", de Angola que era, pertencia ao governo.
>
> Em Angola, todas as pessoas que serviam o governo, de quatro em quatro anos, tinham o direito a passar, não sei se eram cinco ou seis meses de férias lá e com os salários pagos para... curtir Portugal mesmo, não é? (...) quando o meu pai tinha direito a esse prêmio, que o pessoal chamava de licença, iam para lá e normalmente levava a família inteira. Ou ia de avião ou ia de barco. No início ia de barco e depois começou a ir de avião.

O que é interessante no caso da família de E.2 é que quando seus avós foram para Angola, uma irmã da avó escolheu outro destino, e veio para o Brasil; a situação política e a saída forçada da África permitiram o reencontro das irmãs, meio século depois:

> (...) Sou angolano, viemos para o Brasil em maio de 75, por causa da guerra que estava existindo lá em Angola e vim, no caso, eu, meu pai, minha irmã, veio a família inteira.

Porque que nós resolvemos vir aqui para o Brasil? Nós resolvemos vir para o Brasil porque antes a gente tinha vindo passar férias aqui e nós gostamos daqui, do Brasil. O meu pai foi visitar as oficinas da VASP, na época prometeram emprego para ele e tudo. A situação lá estava começando a ficar ruim, muita guerra, muita briga e guerra civil começando a se desenhar, então nós resolvemos vir para o Brasil. O contato que nós tínhamos era assim: tinha uma tia da.. que era irmã da minha avó, que ela.. no caso, a minha, a minha tia ela foi.. ela veio para o Brasil e a minha avó foi para Angola, né. Existia o movimento de imigração, a saída dos portugueses pra várias partes do mundo, muita gente vinha para o Brasil, no caso dessa tia minha, veio para o Brasil né. Fazia cinqüenta anos que as irmãs não se viam, né, então nós viemos por causa dela né?

Ao mesmo tempo, separaram-se de outro lado da família, dos parentes por parte de pai:

> (...) nós somos um dos primeiros da nossa família a vir embora, e depois teve o restante do pessoal que: "não, nós vamos ficar mais um pouquinho, vamos ver como fica, como não fica...", aí o pessoal chegou a conclusão de que realmente não tinha condição. E o quê que aconteceu? A maior parte, por parte da minha mãe, como a gente já estava aqui, acabaram vindo pro Brasil, agora, parentes do meu pai, foram todos para Portugal.

O entrevistado cita também parentes que teriam permanecido em Angola – tinham uma grande fábrica de calçados, e ficavam indo e vindo de Portugal.

Todos os que vieram para São Paulo ficaram morando na casa dessa tia, por um bom tempo; os relatos indicam que, apesar dos cinqüenta anos que os separavam, os familiares deram todo o apoio aos vários casais que vieram de Angola:

> (...) quando todo mundo chegou no Brasil, foi morar na casa dessa tia minha, só que chegou um ponto que essa casa dessa tia minha, tava todo mundo lá e não comportava e outra, já fazia tempo que o pessoal tava lá e quando o pessoal começou a se ajeitar, nós falamos, nós vamos ter a nossa vida e deixar eles em paz, que eles já nos acolheram, e tava começando a ter algumas briguinhas, algumas coisas que é normal em família e aí foi quando nós começamos a vida e aí nós fomos morar nessa casa, tipo de uma república, morava todo mundo e depois o pessoal começou a .., cada um já tinha se estabilizado no emprego, tudo, já tinha as suas economias e cada um alugou as suas casas.
>
> Nós fomos morar no Brooklin, perto do Shopping Morumbi, teve um outro, outros tios meus foram morar em uma travessa perto da Nove de Julho e teve outros que foram morar também, ali próximo do Shopping Morumbi e outros estavam morando, onde a gente já morava umas duas, três ruas pra cima, acharam uma casinha boa lá e acabou morando lá. A princípio, primeiro todo mundo de aluguel e depois aos poucos, cada um foi comprando as casinhas.
>
> Por último, quem estava assim um pouco mais resistente a comprar a casa, foi o meu pai, porque a família dele tava lá em Portugal; no fundo, no fundo, o meu pai, acho que queria voltar para Portugal. Eles falavam várias vezes em voltar para Portugal, só não voltavam para Portugal por quê? Porque nós tínhamos gostado daqui, do Brasil e toda a família da minha mãe estava aqui...

Mesmo tendo familiares em Portugal, o entrevistado ainda não tinha ido visitá-los, nem os demais de sua família – só o pai, enquanto estava vivo, emm razão de sua aposentadoria.

3.2 O caso de famílias que foram no pós-Segunda Guerra Mundial, período de colonização mais dirigida do Estado português

O entrevistado E.3 conta como sua família procurou a África no pós-Segunda Guerra Mundial como forma de melhorar de vida; Angola era considerada, por eles, como parte da nação portuguesa. A ida foi, portanto, resultado de um projeto familiar, que envolveu a chegada a Angola, primeiro do pai, e só depois da mãe e dos filhos – o entrevistado nasceu logo depois da chegada da família:

> (...) Os pais são do norte de Portugal, perto do Porto, uma cidade chamada Edvaldo Câmara, perto de (...). E esse tio meu, ele tinha estado na tropa, no exército, em Angola, nos anos 40, final da guerra, depois da guerra, por aí. Então, ele conhecia a Angola, e quando voltou para Portugal, Portugal estava no pós-guerra, não era uma situação boa.

A maioria dos portugueses, jovens, naquela ocasião, se lançou para a imigração, porque a questão era "como sobreviver", então ele criou na cabeça do meu pai essa coisa pela África, só que ele veio para o Brasil e meu pai foi para Angola. Primeiro. Eu fui gerado em Portugal e fui nascer lá e minha mãe foi para lá grávida e quando ela chegou lá, passados uns meses, eu nasci. Tinham parentes, pessoas da mesma aldeia de Portugal que estavam lá, que naquela época havia muita imigração portuguesa; embora lá fosse proibido e pusessem entraves grandes, para que as pessoas não imigrassem, eles faziam todo esforço para saírem do país

> (...) Portugal não entrou na segunda guerra, mas ficou pior do que os que entraram na guerra, então eles resolveram arriscar tudo...

De algum modo, a família estabeleceu-se bem em terras de Angola, econômica e socialmente; por ocasião da independência, em 1975, os filhos há tinham chegado ao nível universitário. A família nunca havia pensado em sair de Angola, para viver em outros lugares.

Foram as pressões sentidas durante o processo revolucionário que os foram impelindo a pensar em novos destinos; mesmo assim, não havia unanimidade de posições e as resistências, principalmente dos membros familiares mais novos, que haviam crescido em Angola, foram muito grandes. Como relata o entrevistado:

> (...) E Angola era um país novo, tudo por construir. As pessoas não estavam preocupadas com a vida do Zé, do João, do Francisco. As pessoas queriam é cuidar da sua vida e desbravar terrenos, fazer tudo que fosse preciso fazer. Então eu me via, eu nunca me vi, nunca me lembro de ter pensado em migrar, tanto que eu resisti até a última hora.

Então, quando em 1975, eu estava em Luanda, na capital, com meu irmão mais velho estudando e começou a guerra civil, então nós ficamos uma semana sem contato com a família, que estava em Luanda, e meu pai ficou, começou a ficar preocupado com essa situação o que ia acontecer, o que não ia acontecer e mandou uma carta, que acabou chegando na república onde eu morava na época e com essa, foi com essa carta que ele pedia que a gente voltasse pra casa porque tinha que discutir o que a gente ia fazer. Por acaso, era próximo das férias de Junho e julho, aí nós voltamos e, entretanto, o país já tava numa guerra civil só. E um dia nós estávamos discutindo o que faria o que não faria. Eu e meu irmão éramos contra sair de lá e a gente queria ficar.

Para manter o grupo familiar coeso, vieram não só o pai, mãe e filhos, mas também a futura mulher do irmão do entrevistado, e até um amigo dela cujos pais já haviam ido para Portugal:

> (...) Viemos todos juntos. Pai, mãe, irmãos, todo mundo. Nós somos quatro. Veio também um, na época, ia ser meu futuro cunhado, hoje é meu cunhado, era namorado da minha irmã, ele veio junto. E um amigo que hoje ta em Portugal, na época, os pais dele já não estavam em Angola, ele resolveu vir com a gente pro Brasil. E ficou aqui, vários anos, depois acabou voltando, hoje está em Portugal, na época, os pais dele já não estavam em Angola, ele resolveu vir com a gente para o Brasil.

A trajetória da família de E.3 permite verificar como os componentes da família podem, durante processos migratórios, acionarem parentes que estavam de certa forma afastados para ajudarem a resolver os problemas que a saída forçada colocou. No caso, recorreram a um tio do entrevistado, que residia em Santos, cidade portuária próxima a São Paulo:

> (...) nós chegamos com 180 dólares no bolso, cada um. Você imagina o que é você chegar no Brasil, nos anos 70, fim do milagre econômico, já não era aquela pujança que o Brasil tinha, e chegamos. Tivemos que... lá tinha assim, um tio meu aqui, irmão do meu pai, que morava em Santos que deu aquela força inicial pra gente começar, aí nós começamos a trabalhar. E aí nós começamos o trabalho; comecei a trabalhar de garçom no bar dele lá em, no Porto de Santos, na Avenida Rodrigues Alves e olhando o que poderia fazer, aí, com mais ou menos uns seis meses, um ano, eu comecei a ver saídas. Acabou dando uma força pra ele. Foi o que fez com a gente segurasse nessa fase inicial. Logo depois, meu pai pediu um empréstimo a esse irmão e a um outro primo aqui de São Paulo pra comprar um negócio lá em Santos e foi aí que começou, montou um negócio lá, um bar, um barzinho, né. E começou (...) a vender, foi por conta disso. E com isso foi que a gente ia pagando nossas faculdades, que nenhum de nós conseguiu entrar em escola pública.

Observa-se, entretanto, que a trajetória do grupo familiar não se estabilizou com a vinda para o Brasil – voltaram para Portugal os pais, um irmão com a mulher, a irmã, na década de 1990. O entrevistado, que se casou aqui com uma filha de portugueses que vieram para o Brasil no pós-guerra, reside com a família em cidade próxima a São Paulo (a mulher, as filhas e a sogra da sua irmã, que não quis voltar para Portugal), em um arranjo familiar diferenciado.

Como se vê, os arranjos familiares foram se modificando em cada continente. O entrevistado sintetizou a situação atual: "*a família hoje está dividida*".

A trajetória da família de E.4 evidencia como os laços familiares foram importantes na escolha dos destinos imigratórios:

> (...) A vida na Europa no pós-guerra, após 45, era uma vida muito difícil. Mesmo Portugal não tendo entrado na guerra, sofreu o pós-guerra que o plano Marshall foi mais aplicado aos paises diretamente envolvidos na guerra e aos perdedores do que propriamente aos paises que não participaram, então, Portugal e Espanha, passavam momentos muitos difíceis e acredito que meus pais almejando um futuro melhor emigraram para Angola, como podiam tê-lo feito aqui para o Brasil.

Essa emigração para Angola se deu aqui na altura, o meu pai tinha um irmão já em Angola, que prestava serviço militar. Na altura, o governo português obrigava um documento intitulado "***Carta de chamada***", ou seja, um documento em que a pessoa que chamava o ente familiar ou amigo se responsabilizava pelos atos do mesmo até um certo número de anos. Então meu tio, irmão do meu pai, emitiu esta "Carta de chamada" que originou a ida dos meus pais para Angola.

Também nesse caso, a família conseguiu estabelecer-se bem nas atividades econômicas a que se dedicaram.

> (...) Um território onde havia tudo para fazer, praticamente, e acho que qualquer emigrante ao sair do seu território se dedica e faz por gostar, principalmente quando emigrou por vontade própria e para ficarem, para ser bem sucedido. Acho que foi essa tônica que meus pais seguiram... e se deram sempre muito bem e... sempre gostaram da vida que fizeram lá em Angola.

O entrevistado continuou convivendo com a família em Portugal mesmo depois de terem se mudado para Angola; depois de certo tempo, voltou para a África.

> (...) Eu tenho cinco anos passados em Portugal, porque a minha avó materna estava sozinha em Portugal e os meus pais acharam por bem que eu fizesse companhia, então, eu passei dos meus sete aos onze anos em Portugal. Eu era muito novo, eu lembro bem de... eu gostar de Portugal, porque enfim... eu estava num colégio muito bom. Na altura meus pais já tinham, felizmente, uma situação financeira que lhes permitiam ter me colocado num colégio particular bom (...) Então esses cinco anos que eu vivi em Portugal, foram anos para mim muito marcantes porque eu tive... enfim... ocasião de conviver com uma outra civilização, principalmente porque a civilização européia portuguesa era diferente da civilização africana portuguesa (...) entretanto a minha avó adoeceu e meus pais acharam por bem chamá-la para junto deles e ela foi para Angola e eu fui junto quando eu tinha onze anos de idade.

Mas, as relações com Portugal continuaram fortes, pois voltou novamente para Lisboa para cursar a Universidade, quando terminou o colegial, com dezessete anos. O retorno à Luanda foi motivado pela ida da irmã para a Suíça, para estudar, e, principalmente, porque alguns familiares de Portugal escreveram para seu pai, comentando que em Lisboa ele "andava muito à vontade". Novamente os parentes acompanhando as vivências familiares.

> Como os demais, a saída de Angola deveu-se ao acirramento da situação política; segundo o entrevistado, "Luanda vivia em campo de batalha", "o período que vai de março de 75 a outubro de 75 realmente foi um inferno em Luanda". Portugal foi o primeiro destino, levando também a mãe do entrevistado, que estava muito doente. Passados seis meses, entretanto, surgiu a opção pelo Brasil: "(...) a minha mulher ficou grávida do primeiro filho e eu falei – 'Precisamos de trabalhar', e aí viemos para o Brasil".

Nesse caso, contou com o apoio de amigos e das redes de apoio do governo brasileiro, o que lhe permitiu rápida inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo; a mulher veio um mês depois, e seu filho já nasceu no novo contexto.

Os filhos foram depois de grandes para o exterior: um para os Estados Unidos, outro para Portugal, para estudar e trabalhar. O entrevistado e sua mulher residem atualmente na área metropolitana de São Paulo.

3.3 Algumas observações

Do ponto de vista do campo familiar observamos, portanto, as freqüentes e inesperadas separações no processo imigratório e a constituição de famílias com "convivências" diferentes em Portugal, na África, no Brasil. Em cada descolamento, há rompimentos com parentes que permanecem no contexto anterior ou se dirigem para outros (sem levar em conta os que, do Brasil, estão retornando ou indo para Portugal). A análise dessa dimensão (familiar) permite pensar que, para além dos deslocamentos de mão-de-obra em tempos de globalização, os freqüentes deslocamentos ocorridos em decorrência de movimentos de independência dos países africanos em direção ao Brasil implicaram na constituição de famílias "intercontinentais" e mutantes, constituídas em cada contexto por diferentes participantes (avós/pais/filhos) (pais e filhos) (sozinhos) etc. Há quase que um tom de "normalidade" nos relatos dos imigrantes às referências às ausências familiares, aos encontros e desencontros, ao convívio à longa distância.

Nesse estudo, como já havíamos discutido em pesquisa anterior realizada pelo CERU (Lang, 1997) a família, como observou Bourdieu (1993), atua, em situações de risco, não só como campo, mas como corpo. Retomamos aqui algumas observações desse estudo que realizamos entre diferentes grupos no estado de São Paulo, procurando analisar a família enquanto mediação entre indivíduo e sociedade:

(...) Bourdieu sugere que a família tende a funcionar como um campo, que não teria um capital específico, mas que enfeixaria o volume dos capitais possuídos pelos seus diferentes membros. Os dados por nós analisados nos levaram a pensar que a família poderia efetivamente ser vista como um campo e que teria mesmo um capital específico, não desconsiderando a somatória de capitais de outra natureza possuídos pelos diversos membros do grupo familiar. A família teria um capital específico, ligado à afetividade e à emoção: trata-se do sentimento de pertencer ao grupo, de identificação com o grupo familiar, de diferenciação com relação a outros grupos familiares.

> (...) A família como campo se impôs ao longo das pesquisas como um instrumento explicativo do papel mediador que esse grupo social desempenha nos embates no âmago da sociedade mais ampla em outros e diversificados campos visando, seja a sobrevivência material (como no caso dos assentados), seja a progressiva integração na sociedade brasileira e a ascensão social (como no caso dos imigrantes), seja a manutenção de um estilo de vida (como no caso de algumas famílias brasileiras tradicionais), enquanto outras, de origem popular, buscam ascender socialmente.
>
> (...) Por outro lado, a noção de família como corpo, representação sempre presente em nossa sociedade, foi frequentemente utilizada quando os embates no interior desse campo podiam se tornar fragmentadores desse mesmo corpo. Nesses casos, um projeto bem definido comum ao grupo familiar permitiu muitas vezes criar estratégias grupais mais claras e eficientes, que fossem capazes de manter a família como um corpo coeso.

A coesão do grupo familiar concebido como corpo se faz por meio de alguns mecanismos: a solidariedade, a cooperação e a reciprocidade, mecanismos que se imbricam mutuamente e que, instrumentalizados via laços afetivos, constituem a lógica que presidiria o campo da família e que determinaria a coesão do grupo familiar (Lang, 1997: 115).

Os deslocamentos ocorridos na década de 1970, relacionados aos movimentos políticos, não finalizaram para grande parte das famílias contatadas e entrevistadas: em quase todas é citado o retorno de familiares para Portugal, no caso dos que de lá vieram, e também para os que anteriormente residiam em países africanos, e mais recentemente resolveram mudar-se para a antiga metrópole. Raramente há indicações de retorno de familiares dos que vieram da África, para esse continente. O que se consegue apreender, principalmente através das entrevistas, é que há um movimento de fluxo constante/contínuo (ainda não definitivo ou claramente resolvido) entre Portugal, países dos PALOP (Angola e Moçambique) e Brasil. Permeando esses fluxos, estão geralmente razões econômicas, políticas, sentimentais, que foram aproximando/afastando pessoas originárias de diferentes contextos.

Essas são questões que merecem ser aprofundadas.

Referências bibliográficas

Bourdieu, P. (1993). À propôs de la famille comme catégorie réalisée. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, (100), 32-36.

Cosme, L. (1978). Cultura e revolução em Angola. Porto: Afrontamento.

Demartini, Z. B. F. (2003). Migrações e relatos orais: as potencialidades das entrevistas com gerações sucessivas. In M. B. Rocha-Trindade & M. C. S. S. Campos (Org.). Olhares lusos e brasileiros. São Paulo: Usina do Livro, (pp. 157-178).

_____. (2005). Pesquisa histórico-sociológica, relatos orais e imigração. In Z. B. F. Demartini & O. Truzzi (Org.). Estudos migratórios: perspectivas metodológicas. São Paulo: EduFSCar, (pp. 87-113).

_____. (1997). Viagens vividas, viagens sonhadas: os japoneses em São Paulo na primeira metade deste século. In A. B. S. G. Lang et al. (Org.). Família em São Paulo: vivências na diferença. São Paulo: Humanitas/CERU. (Coleção Textos, série 2, n. 7).

Demartini, Z. B. F., & Cunha, D. O., & Doppenschmitt, E. (2005). Desafios da pesquisa com fluxos migratórios recentes: portugueses e luso-africanos em São Paulo. Cadernos CERU, série 2, (2), 41-54.

Demartini, Z. B. F. et al. (1997). Reflexões. In Família em São Paulo: vivências na diferença. São Paulo: Humanitas/CERU, (pp. 109-126). (Coleção Textos, série 2, n. 7).

Fernando, E. (2005). O último adeus português. Portugal: Oficina do Livro.

Graça, P. B. (2005). A construção da nação em África. Coimbra: Almedina.

Lang, A. B. S. G. (Org.). (1997). Família em São Paulo: vivências na diferença. São Paulo: Humanitas/CERU, (pp. 77-95). (Coleção Textos, série 2, n. 7).

Lang, A. B. S. G., & Campos, M. C. S. S., & Demartini, Z. B. F. (1998). História oral e pesquisa sociológica: a experiência do CERU. São Paulo: Humanitas/CERU.

Mateus, D. C. (2006). Memórias do colonialismo e da guerra. Porto: ASA. (Coleção Arquivos Históricos).

Pimenta, M. F. T. (2005). Brancos de Angola: autonomismo e nacionalismo (1900-1961). Coimbra: Minerva Coimbra. (Coleção Minerva – História, 24).

Sayad, Abdelmalek. (2000). O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante. Travessia - Revista do Migrante, 13(n. especial).

O retorno nas migrações forçadas: factos e mitos

Joelma Almeida
Centro de Estudos Africanos
almeida.joelma@gmail.com

Resumo: Preconizado como uma solução duradoura ideal para os migrantes forçados por conflito, o retorno voluntário torna-se, cada vez mais, uma raridade em África. O historial das migrações forçadas por conflito revela-nos alguns factos contrários e contraditórios. Os propugnadores da solução idela não correspondem aos protagonistas do movimento. A qualificação do regresso como "voluntário" tende a ser substituída na prática por "encorajado", "induzido" e, no pior dos cenários, "forçado". O regresso tende a perder o seu carácter de etapa final de um ciclo muitas vezes longo e imprimindo marcas profundas e irreversíveis no migrante, assumindo frequentemente contornos de uma etapa que antece um novo movimento migratório. Em alternativa, os migrantes concentram ou dispersam-se em determinados espaços da sociedade de recepção, vivendo em grande parte dos casos sob a condição de imigrantes não documentado.

O enfoque da presente comunicação incidirá sobre a premência de analisar as soluções duradouras para a condição de migrante forçado sob uma perspectiva integrada em que se apreenda as dinâmicas políticas, económicas e sociais da sociedade de partida ou origem, assim como a forma como essas dinâmicas são percepcionadas pelos migrantes e em que medida são compatíveis como os respectivos projectos de vida. A agência dos migrantes forçados é pertinente na concepção de qualquer política "humanitária" visando a resolução da condição deste grupo de vulneráveis. A despeito de ser um movimento praticado sob forte coerção, os migrantes forçados fazem "cálculos" sobre o "porquê", "como", "*quando*" e "*para onde*" fugir, assim como e "*como*" e "*onde*" se instalar na sociedade de recepção e "*como*", "*quando*" e "*para onde*" regressar.

Introdução

Desde o período da Independência, o continente africano é palco de violentos conflitos ora pelo poder nacional/regional, ora por uma questão territorial, frequentemente mascarados de conflitos étnicos, religiosos e afins, que resultam em deslocações maciças dentro do próprio território ou para além das fronteiras nacionais.

Durante as primeiras décadas do período pós-Independência, os estados africanos acolheram de boa vontade os refugiados, permitindo a sua instalação «espontânea» entre as comunidades autóctones ou instalando-os em campos ou aldeamentos rurais criados para o efeito. Subjacente a essa disponibilidade estava a causa dos conflitos (guerra contra o colonizador ou regime branco minoritário) e o pressuposto de que a erradicação dos mesmos implicaria o regresso dos refugiados à terra natal. Com efeito, o regresso espontâneo constituía, aparentemente, a regra no período pós-Independência (ex: Guiné-Bissau, Moçambique, Zimbabué e Namíbia).

A partir dos anos 80 - altura em que os conflitos em África assumem novos contornos1, a comparticipação da comunidade de doadores nos custos da protecção e ajuda humanitária é reduzida e o número de migrantes forçados aumenta estrondosamente -, a comunidade de doadores, os estados de asilo receptores defendem com maior fervor o repatriamento, alegando ser essa a melhor solução para a condição de refugiados.

A aspiração ao repatriamento voluntário dos diferentes actores prestadores de protecção e de assistência humanitária é transposta ipsis verbis para os protagonistas da migração. A adesão aos programas de repatriamento conduz, no entanto, ao questionamento da famigerada comunhão de aspirações entre a comunidade internacional e os protagonistas da migração.

Várias experiências de repatriamento em África demonstram que os migrantes forçados por conflito tendem, cada vez mais, a resistir ou a adiar o seu regresso às sociedades donde fugiram. Tendem a adoptar uma atitude "wait and see" mesmo quando os governos produtores/emissores incitam e promovem o repatriamento, nomeadamente enviando seus representantes para os convencerem a regressar. A título de exemplo: na tentativa de eliminar as bolsas de oposição instaladas nos países vizinhos, o governo de Mobutu promoveu uma série de missões a Angola, Zâmbia no sentido de encorajar o repatriamento dos refugiados zairenses. De igual modo, assinou acordos bilaterais com o Sudão e Angola para facilitar o repatriamento voluntário de refugiados. Entre 1971/5, cerca de 31 mil zairenses foram repatriados do Burundi, Sudão, Tanzânia e Zâmbia, países que haviam servido de refúgio aos zairenses que fugiram dos conflitos entre o Estado congolês e os movimentos lumbubistas que aspiravam uma segunda independência. Por sua vez, entre 1978/90, cerca de 259 mil zairenses foram repatriados de Angola e Burundi na sequência das I e II guerras do Shaba. A despeito de tão avultado número, os repatriados constituíram apenas uma parte dos refugiados zairenses. Um número considerável de refugiados zairenses opta por não regressar apesar das iniciativas e apelos. Nos anos 80, Angola, Burundi, Sudão, Tanzânia e Zâmbia ainda acolhiam uma média anual de, respectivamente, 14, 31, 5, 15 e 9 mil refugiados zairenses nos seus territórios. O Uganda, um dos principais estados de asilo dos zairenses mas para o qual não existem estatísticas de repatriamento durante o período em questão, acolhia a uma média anual de 32 mil zairenses entre 1978 e 1986.

Os números supra avançados indicam apenas uma parte efectiva do repatriamento e do asilo. Estes só abrangem os retornados e refugiados abrangidos pelos programas de protecção e ajuda humanitária. São dados meramente indicativos, na medida em que se acredita que apenas uma parte dos migrantes forçados por conflito procuraram apoio de agências e/ou organizações de protecção e ajuda humanitária seja para instalação no estado de asilo, seja para regresso ao estado de origem. A tendência era para a instalação espontânea entre as comunidades locais, muitas vezes junto das fronteiras, sem requerer apoio. Do mesmo modo, o regresso era condicionado pelas percepções formuladas com base em informações recolhidas junto de diversas fontes. Quando sentiam uma adequada melhoria das condições do estado donde haviam fugido, os refugiados regressavam «espontaneamente», sem procurarem apoio dos programas de repatriamento organizados.

A resistência ou adiamento do regresso levou a adopção de medidas coercivas conducentes ao retorno, nomeadamente redução da ajuda humanitária, cessação do estatuto de refugiado, contenção dos refugiados num espaço criado para efeito, onde estes dependem exclusivamente de uma ajuda humanitária, rusgas frequentes à áreas de concentração de refugiados que carecem de autorização para residirem fora das áreas de residência oficial, e, em última instância, repatriamento forçado.

Na presente comunicação, analisaremos os processos decisórios conducente ao regresso dos refugiados2, uma das categorias de migrantes forçados por conflito, e os actos empreendidos por estes para subverter o percurso delineado para si pela comunidade internacional de doadores, sociedades de asilo e de origem. Para o efeito, adoptaremos uma abordagem integrada em que o retorno não é assumido como uma etapa individual do percurso migratório. Pelo contrário, o retorno é apenas uma possível etapa de um percurso que inicia antes da fuga e por vezes não acaba com o regresso. Esse percurso é

---

1 No período pós-independência, os países africanos, mesmo os países onde o processo de descolonização não implicara conflitos violentos e longos entre as autoridades coloniais e os grupos independentistas, são palco de conflitos internos violentos e longos entre o grupo que detém o poder e o(s) grupo(s) contestador(es) (ex: Angola, Etiópia, Moçambique, Sudão e Uganda). Alguns países conseguem escapar à guerra civil, para o efeito recorrendo a adopção de regimes autoritários altamente repressivos (ex: Guiné Conakry, Burundi e Ruanda) que em determinados momentos fazem recurso à violência extrema para erradicar bolsas de opositores.

2 O termo refugiado é aqui usado num sentido mais lato que o avançado nos instrumentos internacionais sobre esta matéria (Convenção de 1951 e Convenção da Organização da Unidade Africana). Na acepção aqui usada, o termo inclui quer os requerentes de asilo e os refugiados com estatuto, quer os refugiados de facto que não tem o estatuto de refugiado, nem requereram asilo.

marcado por acontecimentos que influenciam a decisão do refugiado sobre o regresso, ou não, à origem ou lugar habitual de residência antes da fuga.

As conclusões que serão aqui apresentadas resultam de uma investigação realizada por uma equipa coordenada pelo professor Ulrich Schiefer no âmbito de um projecto financiado pela Fundação da Ciência e Tecnologia e de uma forte pesquisa documental sobre o assunto. Entre Julho e Setembro de 2006, a equipa estudou o formato de intervenção humanitária no Centro de Refugiados de Maratane, instalado na província de Nampula, Moçambique; centro este habitado maioritariamente por refugiados provenientes dos países francófonos da região dos Grandes Lagos africanos.

Conflitos na região lacustre francófona dos Grandes Lagos africanos

As migrações forçadas por conflito são um fenómeno constante na região lacustre francófona dos Grandes Lagos africanos no período pós-independência. Uma conclusão imediata e lógica, como a própria designação indica, é a associação directa entre os conflitos e as migrações. Desde a sua independência, as três ex-colónias belgas posicionam-se entre os dez principais países produtores de refugiados em África: Ruanda, 3ª posição em 1971; Ruanda, Burundi e Congo, respectivamente, 3ª, 5ª e 7ª posição em 1981; Ruanda e Burundi, respectivamente, 5ª e 7ª posição em 1991; Burundi e Congo, respectivamente, 1ª e 4ª posição em 2001. Embora não existissem dados estatísticos sobre os migrantes internos forçados por conflitos até meados dos anos 90, acredita-se que o número de deslocados internos se aproxima do número de refugiados.

Os conflitos durante o sistema de partido único

O Ruanda é um dos primeiros países africanos a produzir refugiados em massa. A revolução social (1959-62), com a qual se pretendia a transferência do poder do grupo minoritário Tutsi ao grupo maioritário Hutu, envolveu uma onda de perseguição ao grupo numericamente inferior, mas detentor do poder. O que começou com uma perseguição aos ricos e potentes que haviam beneficiado do monopólio do poder, rapidamente alastrou-se ao resto das classes sociais do grupo minoritário. A reacção do grupo perseguido, sobretudo dos membros e simpatizantes do Union Nationale Ruandaise (grupo político constituído pela aristocracia Tutsi), é a fuga para as zonas fronteiriças (Bugesera, Byumba, Gisenyi ou Butare) ou a travessia das fronteiras para países vizinhos (Burundi, Congo-Kinshasa, Uganda e Tanzânia). Durante os primeiros anos de exílio, grupos de exilados lançaram ataques, reprimidos, sem grande esforço, pelo exército ruandês e seguidos de uma brutal retaliação contra os civis tutsis que permaneceram em território ruandês. Após alguns fracassos, este tipo de tentativas de reversão do poder de Kigali pelas armas a partir do exterior são interrompidas até finais dos anos 80.

Após anos de reivindicação de regresso ao país de origem e numa altura que se havia iniciado uma espécie de compromisso sobre a questão do repatriamento dos refugiados, a Front Patriotique Rwandaise - constituída inicialmente por refugiados tutsis no Uganda mas gradualmente integrando elementos tutsis refugiados noutros países e opositores hutus ao regime ditaturial de Habyarimana – lança uma série de ataques a partir de Outubro de 1990; ataques estes normalmente reprimidos pelo exército ruandês, em determinadas ocasiões apoiado pelo exército francês. Tais ataques eram seguidos, geralmente, de episódios de violência (assassinatos, detenções, destruição de propriedade privada) contra civis tutsis, causando migrações forçadas maciças em direcção a outras áreas do país: o número de deslocados internos aumenta de 300 mil em 1992 para 860 em 1993.

O Burundi seguiu uma trajectória diferente. Talvez por se constituir como uma monarquia constitucional após a independência, o monopólio do poder político por parte do grupo numericamente minoritário Tutsi não produziu a ânsia de uma revolução social no grupo maioritário Hutu. Os partidos políticos inicialmente nacionalistas reagrupavam tanto Tutsi como Hutu. As suas divisões cingiam-se mais a rivalidades de linhagem, tendo os partidos defensores da causa Hutu fraca expressividade. Esta baixa tensão política entre grupos étnicos é quebrada com o assassinato do Príncipe Louis Rwagosore, cerca de três semanas após a sua eleição para primeiro-ministro. O Príncipe personificava uma forma de nacionalismo trans-étnico: um membro de uma linhagem real casado com uma Hutu. A sua morte pôs em causa a união nacional. Os quadros tutsis do Parti de l'Unitè pour le Progrès National começaram a trabalhar para a tutsificação do partido e exclusão dos hutus da esfera política. A tensão étnica foi aumentando até à tentativa de golpe de estado em Outubro de 1965, quando uma facção do exército constituída e liderada pelos hutus tentou um golpe contra o rei e a sua corte, seguido de uma insurreição no centro do país. O exército reprimiu rapidamente a insurreição e retaliou brutalmente, eliminando fisicamente quase toda uma classe de líderes políticos, militares e intelectuais hutus, assim como milhares de hutus rurais apoiantes da revolta. Sete anos mais tarde, a violência contra os hutus assumiu a sua forma mais extrema. Na sequência da insurreição no sul do país (regiões de Minago, Vyanda, Nyanza Lac e Rumonge), por parte de um grupo Hutu supostamente exilado na Tanzânia, os militares, a polícia e os Jeunes Révolutionnaires Rwagasore perpetraram um massacre contra todo um grupo Hutu que possuía alguma educação (intelectuais, estudantes do ensino secundário ou superior, professores, doutores, padres, enfermeiros, etc.) ou algum nível de responsabilidade (empresários, lojistas, etc.). Esta resposta extravasou o que seria uma normal resposta à insurreição por um determinado grupo numa determinada área geográfica: toda uma classe de Hutus é visada e todas as regiões do país são abrangidas pela retaliação. Uma parte significativa dos sobreviventes Hutus busca asilo nos países vizinhos, sobretudo na Tanzânia.

Os exilados Hutus criam um movimento político, o Parti pour la Liberation du Peuple Hutu (PALIPEHUTU), que passa a instigar ou executar directamente actos de insurreição em território burundês. Em 1988, incitaram dois grupos de camponeses hutus a assassinar famílias tutsis nas colinas de Ntega e Marangara. Ao terceiro dia, a rebelião foi ferozmente reprimida pelo exército, que massacrou inteiras famílias Hutus independentemente da sua participação ou não na insurreição

e, consequentemente, provocou a fuga de 60 mil Hutus em direcção ao Ruanda. Alguns anos mais tarde, em Novembro de 1991, o PALIPEHUTU atacou a capital durante a ausência do presidente. Após a chegada do presidente, assistiu-se a uma escalada da violência, uma multiplicação de ajustes de contas, denúncias e prisões abusivas dirigidas aos membros dos partidos da oposição, e execuções sumárias motivadas pelo medo. Embora os episódios de violência se limitassem aos bairros de Bujumbura e algumas colinas do noroeste, estes factos suscitaram nos municípios fronteiriços uma nova vaga de fugas com destino ao Congo-Kinshasa (cerca de 30 mil) e ao Ruanda (9 mil). É de salientar que os ataques de 1988 são realizados numa época em que o novo presidente burundês dá os primeiros passos na direcção de uma política de maior inclusão dos Hutus na vida social e política do país. Após a brutal repressão militar da insurreição em 1988 e face à pressão exercida pela comunidade internacional, o governo burundês adopta uma política de reconciliação nacional.

Tradicional país de asilo de refugiados, o Congo-Kinshasa produziu migrações forçadas maciças por conflitos em três momentos do período pós-colonial, que requereram uma intervenção militar externa. Primeiro, conflitos com objectivo de eliminação de Patrice Lumumba e dos seus partidários do governo congolês, nomeadamente as tentativas de secessão das províncias de Katanga e do Sul do Kasai, províncias ricas em minérios (1960-63). Segundo, conflitos decorrentes da tentativa do movimento de segunda independência, personificado pelos mulelistas a Oeste e pelo Conseil nationale de Libération a Este (1963-68). Terceiro, I e II guerras do Shaba quando da travessia das fronteiras angolana (1977) e zambiana (1978) e invasão do território congolês por parte dos ex-gendarmes kantageses e seus descendentes, refugiados em Angola, na tentativa de controlar a província.

Os conflitos durante o período de abertura a um sistema multipartidário

Desde o período em que, sob pressão da comunidade internacional, os governos burundês e ruandês manifestam uma certa abertura para a adopção de um sistema democrático, facções extremistas do grupo detentor do poder (Hutu no Ruanda e Tutsi no Burundi) puxaram do baralho a carta "etnicidade" como trunfo para legitimar o recurso à violência e mobilizar os membros dos seus respectivos grupos étnicos, independentemente das desigualdades económico-sociais gritantes existentes no seio do mesmo.

O Burundi atingiu o ápice da violência (em intensidade, magnitude e duração) após o assassinato do presidente burundês, Melchior Ndadaye. Primeiro presidente civil eleito e hutu, o líder da Front pour la Démocracie au Burundi (FRODEBU) tomou algumas medidas impopulares ao grupo tradicionalmente no poder: restituição das terras aos refugiados repatriados e alterações na composição do exército. A 21 de Outubro de 1993, uma facção radical do exército, composto por elementos tutsis, assassinou o presidente, o porta-voz e o assistente do porta-voz da Assembleia Nacional e, em seguida, destituiu o governo com golpe de estado. A divulgação da notícia do presidente desencadeou a explosão de violência no meio rural. Militantes do FRODEBU instigaram civis Hutus à revolta contra os civis tutsis, seguindo-se uma repressão do exército contra os primeiros. Durante este período, observa-se a fuga da população tutsi para zonas urbanas controladas pelo exército e a fuga de Hutus para longe das zonas controladas pelo exército e para os países limítrofes: Ruanda, Tanzânia e Congo-Kinshasa.

O Burundi mergulhou então numa desenfreada e longa guerra civil envolvendo vários grupos: FRODEBU, UPRONA; PALIPEHUTU, Conseil national pour la Défense de la Démocratie (CNDD), criado em 1995 por um ex-ministro de Ndadaye, Leonard Nyangoma, e Forces nationales pour la Libération, lideradas por Agathon Rwasa. Foi a primeira vez que um episódio de violência não terminou, ainda que de forma dramática, num período breve e que o número de mortes entre os tutis se aproximou do número de mortes registado entre o grupo Hutu. A tentativa de golpe de estado fracassou. Chegou-se a um compromisso entre as partes para formação de um governo interino liderado pelo FRODEBU e integrando personalidades hutus e tutsis. Apesar dos esforços da comunidade internacional, a insegurança causada pelos movimentos guerrilheiros ao redor de Bujumbura causou o êxodo maciço dos Hutus em direcção ao Congo-Kinshasa. A Tanzânia fecha a sua fronteira com o Burundi na tentativa de suster a entrada de requerentes de asilo. Em Julho de 1996, um núcleo de políticos e militares tutsis, liderados pelo ex-presidente Pierre Buyoya, lançou um golpe de estado, condenado pela comunidade internacional em geral, e pelos países vizinhos em particular, e objecto de sanções.

Uma das acções do Presidente Buyoya foi o encerramento dos campos de refugiados ruandeses e seu repatriamento para o Ruanda (a quase totalidade dos 90 mil refugiados ruandeses havia sido repatriada nos finais de 1996), assim como o reagrupamento forçado das populações rurais, maioritariamente hutus, em campos como forma de controlo militar de todas as regiões do país. Várias frentes de rebelião Hutu contra o exército burundês ao mesmo tempo que se encetaram negociações para um processo de paz. Em Novembro de 2001, foi instalado o governo de transição acordado em Arusha. Os dois principais movimentos de rebelião - as Forces pour la Défense de la Démocratie do CNDD (CNDD-FDD) de Pierre Nkurunziza e as Forces nationales de Libération de Agathon Rwasa - não participaram do mesmo. O acordo de cessar-fogo com as FDD só é assinado em Dezembro de 2002, passando as FNL a constituir o principal obstáculo dos acordos de Arusha com a sua actuação na província rural de Bujumbura. Em 2005, o ex-rebelde hutu, Pierre Nkurunziza é eleito como presidente, pondo fim ao governo de transição instalado no âmbito dos Acordos de Arusha.

Seis meses após o assassinato do presidente burundês Melchior Ndadaye, o Ruanda é palco de um dos mais marcantes genocídios do século XX: 600 a 800 mil mortes instigadas e/ou causadas pelas milícias do Mouvement Républicain National pour la Démocratie et le Développement (interahawme), Forces Armées Rwandaises e, em menor escala, pela guarda presidencial. A "solução final", tão aspirada pelos grupos extremistas Hutus, foi traçada na sequência da situação política burundesa. O genocídio que se lhe seguiu e chegada de milhares de refugiados burundeses hutus, contando

os episódios violentos despoletados pelos militares tutsis, teve um forte impacto nos ruandeses hutus. Interpretada diferentemente em função dos actores políticos, a ala extremista aproveitou para instilar entre os hesitantes e moderados o medo e a necessidade de agir com urgência de modo a evitar uma repetição do mesmo no Ruanda. Na própria noite da morte do presidente ruandês (6 de Abril de 1994), políticos da oposição, activistas dos direitos humanos, jornalistas liberais, figuras pró-democratas, Tutsis e frutos de uma relação entre Tutsi e Hutu, religiosos, detentores de bens de distinção social foram eliminados fisicamente pelo exército, guarda presidencial, milícias e hutus em geral, mobilizados por uma elite Hutu extremista, pela autoridades administrativas e por profissionais da comunicação social. Essa violência extrema do grupo maioritário contra o minoritário durou cerca de três meses.

Com a contra-ofensiva das Force Patriotique Rwandais (FPR) e à medida que o seu braço armado – Armée Patriotique Rwandaise - avançava por território ruandês, a população hutu abandonou as suas casas, obrigada pelos militares, milícias e autoridades locais, que, primeiro, recorriam ao medo da represália, avisando que as FPR retaliariam contra todos os hutus independentemente do seu grau de envolvimento na violência, e, perante um fracasso dos avisos, empregando a força das armas para obrigar a deslocação. Estima-se que, em três meses, dois milhões de ruandeses tenham atravessado as fronteiras ruandesas: 1,2 milhão para o Congo-Kinshasa; 577 mil para a Tanzânia, 270 mil para o Burundi e 10 mil para o Uganda. A engrossar o caudal de ruandeses hutus em fuga estavam os burundeses hutus, que haviam buscado refúgio no Ruanda após a morte de Ndadaye.

Após a tomada do poder pela FPR, constitui-se um governo provisório misto com um presidente Hutu e um vice-presidente Tutsi, que publicita uma política de reconciliação nacional. Contudo, durante o período de transição (1994-2003), Paul Kagame, o vice-presidente, é acusado de pôr em marcha uma política de purgação dos hutus de cargos políticos e de direcção, levando à demissão do próprio presidente em 2000 e à sua eleição a presidente em 2003, e de perseguição aos civis hutus, inclusive instigando ao repatriamento forçado dos refugiados hutus nos países limítrofes.

O fluxo maciço de entradas de refugiados hutus nas províncias nordeste do Congo-Kinshasa agravou a relação conflituosa existente entre os grupos congoleses autóctones e os Banyarwanda3. As milícias ruandesas e as ex-Forces Armées Rwandaises atacavam tanto os Banyarwanda tutsis como os autóctones na província do Nord Kivu, desestabilizando a região e provocando fugas maciças para outras regiões. Os sistemas de produção, abastecimento e comercialização, já deficitários por falta de investimento, foram quase desmantelados neste período quer pelo grande número de refugiados, seguidos das agências humanitárias, quer pelo clima de insegurança.

No final do Verão de 1996, o fosso entre os Banyarwanda e os autóctones atingiu a sua máxima expressão na província Sud Kivu. Os Banyamulenge foram vítimas de repetidas ameaças à sua integridade física e propriedade por parte quer das milícias hutus, quer da população autóctone. Ao ultimato de abandono do país e regresso a "casa" lançado pela autoridade local, o grupo Banyamulenge respondeu enviando as crianças e mulheres para o Ruanda e permanecendo os homens para defender e lutar pelo que consideravam ser os seus direitos legítimos (nacionalidade e propriedade). A partir de Setembro, adoptaram uma atitude mais activa no que concerne a defesa, atacando as Forces Armées Zairois e os campos de refugiados das proximidades. A menos de um menos um mês, o conflito internacionalizou-se, com troca de tiros entre as cidades fronteiriças de Cyangugu (Ruanda) e Bukavu (Congo). Estes bombardeamentos suscitaram reacções violentas por parte da população local em Bukavu que organizou uma verdadeira caça ao grupo de congoleses tutsis, proporcionando um pretexto para a intervenção directa das autoridades ruandesas na região sob pretexto de ameaça de genocídio. A par da defesa do grupo, o Ruanda fez incursões, a partir de Agosto, às províncias do Kivu no sentido de destruir as bases das ex-Far e Interhamwe, numa altura em que o regime de Mobutu manifestava sinais evidentes de incapacidade militar para combater.

Na tentativa de prevenir uma acusação de ataque à soberania de um estado e fornecer uma cobertura à invasão, o Ruanda organizou a constituição de uma aliança de oposição congolesa, a Alliance des Forces Démocratique pour la Libération du Congo, cujas actividades, no entanto, eram orientadas pelo APR. Apoiada directamente a nível internacional pelo Ruanda, Uganda, Burundi e Angola4, as primeiras acções da AFDL, entre Outubro e Novembro, foram no sentido de eliminar os campos de refugiados no Sud Kivu e do Nord Kivu, que albergam refugiados ruandeses, mas também ex-FAR e grupos de milícias ruandesas. O resultado dos intensivos bombardeamentos aos campos conduziu ao regresso em massa a território ruandês de 500 a 700 mil refugiados hutus em Novembro de 1996.

Os membros das ex-FAR e das milícias ruandesas sobreviventes fugiram para norte (de Goma para Masisi e Walikale, cerca de 215 mil e 60 mil respectivamente). Posteriormente, o grupo separou-se ao chegar a Ubundu, uma coluna move-se para a República Centroafricana via Bondo e outra para os Camarões, Gabão e Congo-Brazaville via Boende e

3 Até aos anos 90, as províncias interlacustres do Congo-Kinshasa (Nord Kivu e Sud Kivu) eram povoadas essencialmente por grupos autóctones instalados há séculos (Nord Kivu: Banande nas zonas de Beni e Lubero, Bahunde e Banyanga nas zonas de Masisi, Rutshuru e Walikake, entre outros, e no Sud Kivu, os Bavira, Bafulero, Bashi, Havu, Barega e Babembe) e os Banyarwanda, expressão usada a partir dos anos 40 para designar todas as pessoas instaladas na região do Kivu tendo em comum raízes culturais e/ou geográficas ruandesas, assim como o recurso a uma mesma língua – o Kinyarwanda, tanto no Nord Kivu (Rutshuru, Goma e Masisi) e Sud Kivu. Durante os anos 90, o grupo dos Banyarwanda passa a diferenciar-se dos Banyamulenge (gentes de Mulenge, aldeia na zona de Uvira, Sud Kivu), grupo de tutsi residentes na zona de Uvira, Fizi e Mwenga desde 1885.

4 Os países que intervieram mais directamente na primeira guerra do Congo-Kinshasa fizeram-no, principalmente, por este país servir de santuário aos grupos de rebeldes dos seus países. A presença de campos de refugiados próximos da fronteira com o Ruanda constituía um perigo para a segurança do país, pois permitiu a reorganização política bahutu e das suas estruturas militares, que passaram a lançar ataques a partir do país vizinho; o Lord's Resistance Army (LRA), a West Nile Bank Front (WNBF) e as Allied Democratic Forces (ADF) usavam o território congolês como base de retaguarda para as suas operações contra o governo ugandês; a CNDD, instalada na província do Sud Kivu, lançava ataques na província de Bumjubura; e, por último, não só o Congo de Mobutu abastecia a UNITA, bem como servia de base para os guerrilheiros angolanos.

Mbandaka. Outros da cidade de Bukavu fugiram para as zonas montanhosas do Sud Kivu (100 a 130 mil), grande parte dos sobreviventes atravessaram posteriormente a fronteira para Cyangugu; um segundo grupo de cerca 60 mil refugiados de Bukavu para o norte do Lac Kivu, provavelmente chegando a outros campos do Nord Kivu antes do ataque da AFDL a esses campos, e um terceiro de Bukavu para sul, os sobreviventes entrando em Angola (via Shabunda, Kindu e Kananga), e um último grupo, cerca 25 mil refugiados, na área de Uvira e mais para Sul, alcançando a Zâmbia (via Kalemia, Moba e Lubumbashi). Dos 550 refugiados desaparecidos em inícios de Dezembro, um total de 527, 500 foram localizados nos finais do mês em Walikale, Masisi, Shabunda, montanhas do Sud Kivu e em direcção a Kalemie, combatendo com o exército congolês ou com os rebeldes ugandeses ADF.

A partir de Novembro, o conflito inicialmente entendido como «rebelião Banyamulenge» ganhou contornos de uma guerra de liberação nacional. Kabila anunciou a intenção de se dirigir para Gbadolite e, entretanto, a AFDL tentou fortalecer-se economica e militarmente, quer através da requisição de fundos, quer através de recrutamento familiar, inclusive crianças (kadogo). As milícias congolesas maï-maï do Nord Kivu, lideradas pelo doutor Kiganda, prestaram uma mão forte às tropas da Aliança, tendo sido determinantes na queda de Butembo, Beni e Buni entre Dezembro de 1996-Janeiro de 1997. A questão étnica (autóctones vs banyarwanda), leimotif do grupo, cedo vem ao de cima. Tradicionalmente, grupo de autodefesa, protectores dos camponeses ditos autóctones (Hunde, Nyanda e Nande) contra o exército de Mobutu, considerado protector da população Banyarwanda, após o assassinato de Kisase Ngandu (Janeiro de 1997), os Bagilima passaram de apoiantes da AFDL a opositores.

A partir de Janeiro de 1997, para reforçar a aliança e controlar a frente sul (rumo a Lubumbashi) chegaram a Bukavu e a Goma cerca de dois mil Tigres Katangais. Estes dispunham de uma infraestrutura logística e financeira importante. Até então, não havia um apoio efectivo por parte da população autóctone à AFDL, sobretudo, pelo comportamento das tropas aliadas ruandesas e Banyamulenges, que, após a tomada de Uvira e Bukavu (Outubro de 1996) saquearam e enviaram veículos, máquinas e minerais, produtos alimentares (café, chá, etc.) para o Ruanda.

A entrada dos Tigres Katangais também suscita um elan popular incitando milhares de crianças e adolescentes (12-16 anos) a integrar na AFDL, sob comando de Masasu Nindaga. Estes jovens recrutas, estimados em quinze mil e designados de kadogo, seriam formados e enviados para a frente, e constituiriam o núcleo, juntamente com os katangais, das futuras Forces Armées Congolais (FAC). Aos kadogos juntaram-se inúmeros jovens universitários, assim como desempregados e outros excluídos pelo regime de Mobutu. Contando fortemente com os Kadogo, cujo papel principal era intimidar civis, o auxílio angolano foi fundamental. O governo angolano assistiu permitindo os exilados congoloses, que acumularam experiência militar como auxiliares do exército angolano, juntar-se à marcha da AFDL contra Mobutu,.

A partir deste momento, as forças da Aliança dispunham das condições necessárias para conquistar totalmente o país: um exército que não teria grandes dificuldades em derrotar o exército zairense e, após a conquista do Kivu, acesso a recursos financeiros suplementares necessários ao prosseguimento da guerra. Entretanto, os apelos de Mobutu para uma intervenção externa face ao que entendia ser uma invasão da soberania de um estado não surtiram efeito. As tradicionais potências aliadas (Estados Unidos, França e Bélgica) não correram em seu socorro, como o haviam feito sempre que grupos opositores o tentavam destituir. As únicas forças Entretanto, a Aliança avança, em duas frentes (tigres katangais em direcção ao «zaire útil» - Shaba e Kasai, que dava às forças da Aliança o controlo dos principais recursos económicos do país; e os banyamulenge e os kadogos, ajudados pelas tropas ruandesas e ugandesas e um contingente dos Tigre perseguem a ofensiva para o oeste e Kinsagani), sem encontrar grande resistência por parte do exército zairense, que à medida que se retirava ia deixando marcas indeléveis (saques, violações e assassinatos) junto da população. Dado que a maior parte das unidades militares congoleses simplesmente baixaram as armas e fugiram, o resto da luta envolveu a APR, na sua perseguição aos refugiados hutus que fugiam para o oeste através da floresta equatorial. As outras unidades da APR conduziram os recrutas da AFDL (kadogos e outros) numa longa marcha que culminou na entrada triunfante em Kinshasa no Sábado, 17 de Maio de 1997. Em Lubumbashi, Kabila anunciou a queda do regime de Mobutu, e mudava o nome do país para "Congo" e proclama-se presidente.

O grande volume de migrantes forçados por conflito no Congo começa com esta guerra. De cerca 81 mil refugiados em 1995 sobe para 147 mil em 1996 e 160,5 mil em 1997.

Ao tomar o poder, Kabila criara na população congolesa a ilusão não só de um período de paz, mas também de retoma do diálogo democrático com a oposição e com a sociedade civil, o fim do "***mal zaïröis***" e o pagamento dos salários aos funcionários públicos e militares. Contudo, o entusiasmo inicial do fim do regime de Mobutu esfriou após alguns meses, quando nenhuma das aspirações se concretizara e se observara um reforço do poder por parte do grupo de população de origem ruandesa, que não só ocupava cargos de prestígio e de vital importância para a segurança do país, bem como controlava parte da comercialização de produtos importantes na economia nacional. Entre coabilitar politicamente com a oposição e sociedade civil e sacrificar o principal parceiro que o instalou no poder, Kabila optou pela segunda medida.

A mudança de posição de Kabila é entendida pelo Ruanda como uma declaração de guerra. Kabila não havia conseguido eliminar as bolsas de rebeldes ruandeses, ugandeses e burundeses existentes no Congo-Kinshasa. Esses grupos continuavam a lançar ataques contra os respectivos países. Sob este pretexto, o Ruanda, o Uganda e o Burundi declaram guerra ao governo congolês em 2 de Agosto de 1998, lançando ataques nas duas extremidades do país (ocidente e oriente), acabando por se limitar às províncias orientais face à potência militar dos governos aliados do governo congolês, principalmente Angola, para bloquear os seus avanços. Esta guerra assume posteriormente os contornos de uma "proxy war", quando o Ruanda e o Uganda passam a apoiar os grupos rebeldes locais, respectivamente: Rassemblement Congolais pour la

Démocratie (RCD-Goma), Mouvement pour la Libération du Congo (MLC) e RDC-Bunia, e os rebeldes burundeses e ruandeses são incorporados no grupo de combatentes de Kabila. Paralelamente, os maï-maï, apoiado pela população autóctone das províncias do Kivu, combatiam o RCD-Goma e a APR, e na região de Ituri, grupos autóctones (Lendu vs Hema) confrontam-se de modo violento.

A guerra civil congolesa prolonga-se, com maior ou menor intensidade, até aos dias de hoje. Após o assassinato de Kabila, o seu filho assume o poder transitoriamente. A sua maior abertura para negociar a paz e a pressão da comunidade internacional conduzem a uma situação que permite a realização de eleições democráticas em 2005. A eleição de Joseph Kabila em 2006 põe fim ao governo de transição resultante do acordo assinado em Pretória a 17 de Dezembro de 2002 e adoptado em Sun City em Abril de 2003, mas não consegue pôr um ponto final a uma parte dos conflitos que se desenrolam no nordeste congolês.

ficar e partir

É um facto averiguável que nem todos os conflitos provocam deslocações maciças, nem todos indivíduos expostos a um mesmo conflito se deslocam. A fuga não deve ser entendida como uma reacção física involuntária a um facto ou ameaça de violência, real ou interpretada como tal. Perante uma mesma situação, as reacções são várias: não deslocação pondo a vida em risco e submetendo-se a privações várias, deslocação para outras áreas dentro do país; deslocação envolvendo a travessia de uma fronteira nacional, mas permanecendo em áreas fronteiriças; travessia de uma fronteira nacional, mas afastando-se o máximo possível do país de fuga ou prosseguindo para um terceiro país. Com efeito, a escolha normalmente recai entre permanecer sob condições de insegurança física ou fugir à procura de um lugar que proporcione segurança física. A decisão envolve, assim, uma escolha tomada com base na ponderação de eventuais alternativas. Contudo, essa decisão é tomada sob enormes constrangimentos, sobretudo, em termos temporais, espaciais e psicológicos.

Lemarchand explica as deslocações forçadas nos três países francófonos dos Grandes Lagos sob uma perspectiva de exclusão política, que, nesses países, remete para uma exclusão da promoção económica e social. A negação de direitos políticos a comunidades étnicas ou etno-regionais, como foi o caso do grupo Tutsi no Ruanda, do grupo Hutu no Burundi e dos grupo Banyarwanda no Congo-Kinshasa teria estado na origem das deslocações maciças no Pós-independência. Segundo o politólogo francês, a exclusão política provoca uma marginalização do grupo excluído, o qual, por sua vez, tenta subverter a situação através de insurreições. Durante várias décadas, essas insurreições foram reprimidas com violência, levando os insurrectos e membros do seu grupo étnico vítimas de repressão a buscarem refúgio noutros países e a organizarem-se para atacar o poder instituído nos territórios de origem.

A despeito da contribuição do factor «exclusão» nas migrações forçadas, apenas uma parte dos membros do grupo excluído optam pela fuga. Acontecimentos com impacte directo sobre o indivíduo, família ou parente, assim como factores pessoais, explicam a deslocação. Violência física contra o próprio e/ou família e parentes, forte sentimento de insegurança física, recrutamento forçado para milícias ou grupos armados, confronto directo ou associação a uma das partes em conflito, destituição ou destruição de bens básicos como alimentos, terra e casas, colapso do sector produtivo e consequente insegurança alimentar, colapso de serviços básicos como educação e saúde, percepção de ausência de perspectivas futuras face à morte dos membros do agregado familiar, à guerra prolongada, entre outro., determinaram a deslocação.

Características pessoais, por vezes relacionáveis, como idade, educação, agregado familiar e experiência migratória anterior e vivência anterior de situações similares apresentam-se como elementos constrangedores ou facilitadores na deslocação. O acto migratório requer recursos e, no caso africano onde os serviços e infraestruturas ferroviárias e rodoviárias são escassos e em deterioração, aptidão física. Agregados familiares numerosos, fracos recursos e inaptidão ou fraca aptidão física influenciam negativamente a deslocação e a distância a percorrer, sobretudo se associados a inexistência de experiência migratória anterior ou baixo nível educacional dos membros do grupo envolvido na deslocação. Há casos em que a distância entre os países de origem ou de asilo é grande, envolve a travessia de, pelo menos, uma fronteira e o recurso a uma combinação de veículos motorizados, não motorizados e largos quilómetros a pé. Nestas situações, tende a esboçar-se uma pirâmide de idades com prevalência significativa de uma população jovem em detrimento de uma população idosa e, por vezes, uma predominância de indivíduos do sexo masculino. No caso dos cidadãos dos países francófonos dos Grandes Lagos, refugiados em território moçambicano, esses atravessaram necessariamente uma ou mais fronteiras nacionais antes de requerem asilo em Moçambique. A distância a percorrer e as condições em que se efectuam essas travessias implicou a mobilização de recursos, no mínimo, para pagamento de transportes e alimentação durante vários dias, assim como aptidão física. Com efeito, o número de idosos no campo de Maratane era irrisório.

O movimento migratório implica igualmente a mobilização de diversos recursos, recursos estes financeiros, mas também sociais e culturais/informacionais. Em alguns casos, é suficiente uma determinada quantidade de recursos económicos; noutros, é necessário recorrer a recursos associadas com as esferas social e cultural. A capacidade para migrar dependerá do volume e composição dos recursos mobilizados pelo eventual migrante ou da conversão de algumas formas de recursos noutras formas e composições requeridas. Um indivíduo com poucos bens financeiros, mas com capital cultural ou social, tem possibilidade de chegar ao mesmo destino que um indivíduo com capital económico mas pouco capital social caso consiga converter o seu capital social no capital económico necessário para migrar5. Os refugiados em Maratane que, na

5 Van Hear, N., "I Went as far as my money could take me": Conflict, Forced Migration and Class. Centre on Migration, Policy and Society Working Paper (6), Oxford: Centre on Migration, Policy and Society, 2004

altura, não possuíam, ou não tinham disponível, recursos financeiros para empreender uma viagem tão longa, conseguiram mobilizá-los através de redes sociais (parentes, amigos, membros do grupo étnico, político e religioso). Em alguns casos, essas redes foram ainda fundamentais em termos de disponibilização de informações e apoio para o movimento e instalação no país de asilo.

A direcção do movimento é condicionada por uma combinação de factores micro, meso e macro. A direcção a tomar é influenciada por factores pessoais, mas também relacionados com a família e/ou comunidade. Vários refugiados em Maratane nos confessaram a impossibilidade de buscar refúgio na Tanzânia porque havia um conflito entre um membro da sua família ou parente e o membro de uma família que residia na Tanzânia. Por conseguinte, a sua vida corria perigo caso optasse por requer asilo ou permanecesse em território tanzaniano. Também é frequente que os membros de comunidades em conflito na sociedade de origem se evitem na sociedade de recepção e que os migrantes sigam o trilho empreendido precedentemente por membros da sua comunidade.

A direcção é ainda significativamente influenciada pelas características do país de destino, tais como proximidade geográfica, afinidade cultural, ausência ou presença de conflitos violentos de intensidade inferior aos vivenciados no país de origem e a disponibilidade de recepção e ajuda humanitária. Até à década de 90, os países limítrofes corresponderam os principais países de destino, quer pela proximidade geográfica6, quer pela proximidade cultural. Os refugiados procuravam essencialmente asilo nas regiões fronteiriças do estado mais próximo. Contudo, o período de pós-genocídio do Ruanda, a guerra civil no Burundi, as guerras do Congo-Kinshasa 1996/97 e 1998-> e o envolvimento dos vários países vizinhos, as políticas de asilo restritivas da Tanzânia, Uganda e Zâmbia, obrigam à procura de novos destinos. É neste contexto que outros países da África Austral surgem como destinos alternativos, entre os quais Moçambique.

Num mundo onde existem cada vez mais controlos de admissão, a disponibilidade de um país de destino é essencial. Os refugiados da região dos Grandes Lagos começam a atravessar as fronteiras moçambicanas a partir dos finais dos anos 90, coincidindo com a segunda Guerra do Congo. O país ainda estava a braços com a retorno e reintegração dos refugiados e deslocados internos que a guerra civil moçambicana produzira quando o fluxo de entrada de requentes de asilo começa a fazer-se sentir. Para além da sensibilidade dos políticos e da população em geral para este tipo de situação, não existia uma linha política, nem uma estrutura de assistência humanitária definida relativamente ao asilo. Com a ajuda do Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e organizações não governamentais e associações de cariz religioso, os refugiados receberam assistência em determinados pontos de concentração de refugiados, nomeadamente no centro de Bobole e Massaca em Maputo. Cedo, o Governo moçambicano viu-se compelido a criar uma estrutura de concentração dos refugiados dispersos pelas várias zonas de Maputo e várias províncias moçambicanas. Em 2001, a comunidade internacional de doadores financia a reconversão de um centro de refugiados na província de Nampula, para onde se deveriam dirigir todos os refugiados e estrangeiros que pretendam requer asilo e onde devem residir todos os refugiados que pretendam assistência humanitária.

Embora a estrutura de acolhimento dos refugiados em Maratane possa ser entendido como um "campo", as suas características assemelham-no a uma aldeia moçambicana7. Schimdt identifica cinco critérios de distinção dos campos dos aldeamentos, a saber:

Liberdade de movimento: nos campos a liberdade de movimento é restrita. O Centro está instalado num espaço físico a 20 quilómetros em Maratane, na cidade de Nampula. Uma cancela supervisionada por um guarda constitui o símbolo que separa a comunidade local da comunidade de refugiados. Não existe vedação não natural a separar as duas comunidades e a vedação natural existente facilmente permite o trânsito entre os espaços correspondentes às duas comunidades.

Apesar de oficialmente ser necessário requer uma autorização para sair, na prática os refugiados saem do Centro sem requer qualquer autorização, excepto no caso de deslocações para o exterior da província de Nampula ou residência fora do campo. Neste último caso, o refugiado tem de apresentar prova de sustentabilidade ou de frequência de uma escola fora do Centro. No entanto, muitas famílias têm membros do sexo masculino a trabalhar e a residir não oficialmente na cidade de modo a permitir um rendimento. Dessa forma, o agregado familiar usufrui da assistência humanitária e, ao mesmo tempo, arranja fundos para cobrir outras despesas necessárias à sobrevivência dos seus membros.

Modo de assistência: nos campos recebe-se ajuda alimentar e de produtos básicos não alimentares, existindo pouca possibilidade para os refugiados se dedicarem a actividades de subsistência agrícolas ou outras. Embora os refugiados em Maratane recebessem ajuda alimentar e de outros produtos básicos, por ocasião da nossa visita já estavam a ser integrados em programas de geração de rendimento no sentido de prepará-los para a auto-subsistência. A retirada do ACNUR do território moçambicano e o cancelamento da ajuda humanitária estava planeada para um futuro próximo, na medida em que essa situação não se enquadrava nos casos de emergência.

Modo de governo: nos campos, as restrições às liberdades socioeconómicas, políticas e culturais impostas sobre os refugiados são grandes. Em Moçambique, os refugiados usufruíam de alguma liberdade para exercer e criar actividades de carácter profissional dentro e fora do Centro e fundar associações de âmbito sociocultural e religioso, que, muitas vezes, se transformavam em espaços de conflito político entre diferentes comunidades de refugiados.

---

6 A proximidade geográfica promoveu contactos intensos, nomeadamente comerciais e laborais, entre os habitantes das regiões fronteiriças dos três países desde tempos imemoráveis.

7Schmidt, A., Campus Versus Settlements, FMO Research Guide, Oxford: Forced Migration Online, 2003

Abrigo: o campo designa um grupo de habitações que, principalmente pelas suas fracas condições, se destinam a abrigar temporariamente, facto que condiciona as respostas políticas relativas às liberdades económicas e sociais dos refugiados; espaços normalmente com grande densidade populacional. As habitações do Centro não se coadunam com esta descrição, na medida em que foram construídas nos moldes das habitações da comunidade local e com materiais duradouros.

Aplicando os critérios de Schmidt, conclui-se que o Centro oficialmente apresenta as características de um campo, mas na prática funciona como uma aldeamento. Esta situação difere-se do quadro de estruturas de acolhimento de refugiados actualmente vigentes em grande parte dos países africanos.

Repatriamento: entre o mito e a realidade

À semelhança de grande parte dos países africanos, Moçambique adoptou uma política de asilo temporário. Apoiado pelo ACNUR, oferece protecção e assistência em termos alimentares, saúde, educação e apoios visando a auto-subsistência. Contudo, manifesta uma certa para integrar os refugiados em determinadas províncias, devido à fraca densidade populacional e carência de mão-de-obra sobretudo qualificada em determinados sectores.

Por ocasião do trabalho de campo, o ACNUR preparava-se para se retirar de Moçambique no ano seguinte. O reduzido número de casos e a situação dos refugiados não justificava a presença de uma estrutura tão dispendiosa. Tendo em conta esse objectivo, desde 2005, a organização apostou fortemente na capacitação das organizações presentes no campo, inclusive do Instituto de Apoio aos Refugiados em termos de aceleração da determinação do estatuto de refugiado, a envolver outras organizações das Nações Unidas mais vocaccionadas para assistência em sectores específicos como o Programa Alimentar Mundial, e a promover a auto-subsistência dos refugiados através de formação, expansão e diversificação dos programas de rendimentos, etc. Simultaneamente, envidou esforços no sentido de melhorar as relações entre as comunidades de refugiados e a comunidade de refugiados e a comunidade local caracterizada por momentos de elevado nível de conflitualidade.

Para resolução da situação dos refugiados, sempre que possível, juntamente com o governo moçambicano e o estado de origem, o ACNUR promoveu e promove o repatriamento. Em 2007, cerca de duas centenas de congoleses foram repatriados para o Sud Kivu, província de origem da maioria dos congoleses refugiados em Moçambique. Entre o permanecer em território moçambicano ou regressar ao país de origem, os congoleses manifestavam o desejo de regressar ao país assim que o conflito armado na sua zona de origem cessasse. Quando é aberto o processo de repatriamento, a adesão ao mesmo não é significativa. Acabam por ser repatriados cerca de duas centenas de congoleses, sobretudo, indivíduos com alguma vulnerabilidade, o que não é surpreendente uma vez que esses temiam a retirada do ACNUR e as subsequentes dificuldades em obter apoio para regressar. A situação havia melhorado no país em geral, mas nas províncias orientais permaneciam ainda focos de tensão. Não era uma situação que valesse a pena correr o risco de perder a protecção e assistência humanitária de que beneficiavam. Para não mencionar que o regresso significava o renunciar à candidatura ao processo de reinstalação num país da América do Norte ou na Europa. Daí que os congoleses tenham preferido enviar alguns elementos da família para supervisionar pessoal a situação e o estado da propriedade abandonada, enquanto os restantes mantinham-se no Centro. Houve congoleses que iniciaram desta forma a actividade de compra e venda de produtos entre os dois países.

O repatriamento é uma solução a que uma parte dos refugiados resiste, sobretudo ruandeses e burundeses. Quando da nossa visita (2006), um acordo tripartido havia já sido assinado entre o ACNUR, Governo moçambicano e o Governo ruandês para repatriamento dos refugiados ruandeses. Estes últimos recusavam-se a regressar, alegando que seriam vítimas de retaliações se regressassem. Apesar de um governo democraticamente eleito há mais de dois anos e do país gozar de uma certa estabilidade política e económica, parece que a violação frequente dos direitos humanos por parte das autoridades ruandesas contra a comunidade hutu e o clima de insegurança em que vivia parte da comunidade hutu no Ruanda fez com que se hesitasse em pôr em prática o repatriamento. Os burundeses também não se sentiam seguros para regressar ao país de origem. Entendiam que o país não gozava de uma estabilidade política suficiente para regressar. Em ambos os casos, terá igualmente influenciado o historial de violência e a escassez de espaço nos respectivos países.

A integração local é uma solução apenas contemplada pelos ruandeses e burundeses. Os congoleses resistem à integração local, argumentando que Moçambique é um país pobre e com poucas perspectivas futuras. Para o efeito, boicotam os programas de criação de rendimento, entendendo que a adesão aos mesmos significaria capacidade de integração local aos olhos da Comunidade Internacional e, por conseguinte, numa redução das possibilidades de reinstalação. A solução aspirada pelos refugiados, mas a mais improvável, é a reinstalação nos moldes do que aconteceu com os cerca de 200 refugiados do Centro que foram reinstalados nos países da América do Norte em 2005. Para conseguir demonstrar a impossibilidade de integração local, condição fundamental para ser considerado num programa de reinstalação, os refugiados recorrem a actos de violência inclusive entre os membros do agregado familiar.

EM JEITO DE CONCLUSÃO

O mito do regresso dos migrantes forçados por conflito ao país de origem não só como solução ideal para os protagonistas dos movimentos, bem como a solução aspirada pelos mesmos, está amplamente propagado. As raízes da sua construção são identificáveis nos estudos sobre refugiados que analisam as migrações forçadas sob uma perspectiva de factores de repulsão, desvalorizando a influência dos factores de atracção do país de destino. É geralmente assumido que os pensamentos e desejos do migrante forçado por conflito estão direccionados para o seu país de origem e, por conseguinte, para o regresso assim que cessar o conflito que esteve na origem da deslocação. O regime de protecção internacional do

refugiado reforça este mito quer pela legislação publicada, quer pelos programas de repatriamento implementados, por vezes, sob condições precárias.

O crescente número de refugiados que recusa o regresso ao país de origem, não aderindo aos programas de repatriamento especificamente concebidos para a sua comunidade, aponta para existência de outros factores que influenciam a decisão do regresso. O regresso não é um acto isolado, mas sim apenas uma etapa de um processo contínuo que inicia antes da fuga e, muitas vezes, não termina com o termo de uma guerra. A máxima «o passado persegue o presente» é perfeitamente aplicável ao caso das migrações forçadas. Acresça-se que ambos períodos perseguem o futuro.

Pela interacção existente entre as etapas da vida de um migrante forçado, entendemos como fundamental a aplicação de uma análise integrada na concepção dos programas de ajuda humanitária destinados à migração forçada por conflito, por forma a reduzir-se a desfasamento entre esses programas e a realidade do migrante. Com efeito, os programas de ajuda humanitária que prevêem a identificação de uma solução duradoura para o problema dos migrantes forçados requerem uma adequação à realidade dos mesmos. É essencial ter em conta a perspectiva dos migrantes forçados, uma vez que estes não são sujeitos passivos. Os motivos que os levaram a migrar, combinado com o investimento realizado na viagem (distância, recursos necessários, afinidades), a percepção da situação do país de origem e o modo de adaptação ao país de asilo (sobretudo em termos económicos), faz com que os refugiados que não pretendam regressar concebam e adoptem estratégias alternativas frustrando frequentemente os planos dos estados de asilo, da comunidade internacional e, por vezes, dos próprio estados de origem.

Bibliografia

ADELMAN, H., The Right of Repatriation – Canadian Refugee Policy: The Case of Rwanda, International Migration Review, New York: Center for Migration Studies. Vol.XXX, Nº1 (1996), p.289-309

ADELMAN, K., Zaire's Year of Crisis, African Affairs, London: Royal African Society. Vol.77, Nº306 (1978), p 36-44

ADEPOJU, A., The Dimension of the Refugee Problem in Africa, African Affairs, London: Royal African Society. Vol.81, Nº322 (1982), p.21-35

AGAMBEN, G., O Poder Soberano e a Vida Nua: Homo Sacer. Paris: Editorial Presença, 1998

AGIER, M.,. Between War and City: Towards an Urban Anthropology of Refugee Camps, Ethnography, London: Sage Publications. Vol. 3, Nº3 (2002), p.317-341

AGIER, M., Aux Bords du Monde. Les Réfugiés, Paris: Flammarion, 2002

ALLEN, T.; MORSINK, H., eds , When Refugees Go Home. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development, 1994

AMSELLE, J. L., Etnies et Espaces: Pour une Anthropologie Topologique. In AMSELLE, J. L. ; M'BOKOLO, E., dir., Au Coeur de l'Ethnie - Ethnies, Tribalisme en état en Afrique, Paris: Éditions La Découverte, 1985, p.7-49

AMISI, B. B., An Exploration of the Livelihood Strategies of Durban Congolese Refugees, New Issues in Refugee Research (123). Geneva: UNHCR, 2006

ANSTEY, M., Can a Fledgling Democracy Take Flight in the Democratic Republic of the Congo?.African Journal on Conflict Resolution, Mount Edgecombe: ACCORD. Vol.6, Nº2 (2006), p.35-68

BEYER, G., The Political Refugee: 35 Years Later. International Migration Review, New York: Center for Migration Studies. Vol.XV, Nº1-2 (1981), p.26-34

BLACK, R., Refugees, Environment and Development, Essex: Longman, 1998

BONOAN, R., When is International Protection No Longer Necessary? The "Ceased Circumstances" Provisions of the Cessation Clauses: Principles and UNHCR Practice, 1973-1999, The Rosemary Rogers Working Paper series (8). Cambridge, MA: Inter-University Committee on International Migration, 2001

CHAMBERS, R., Rural Refugees in Africa: Past Experience, Future Pointers, Disasters, London: Overseas Development Institute, Vol.6, Nº1(1982), p.21-20

CASTLES, S., Towards a Sociology of Forced Migration and Social Transformation, Sociology, London: ,Sage Publications. Vol. 37, NºI (2003), p.13-34

CASTLES, S.; Miller, M.. The Age of Migration - International Population Movement in the Modern World. 3º Ed., New York: Palgrave Macmillan, 2003

CERNEA, M. ed., Risk and Reconstruction. Experiences of Resettlers and Refugees, Washington D.C.: International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank, 2000

CHIMNI, B. S., From Resettlement to Involuntary Repatriation: Towards a Critical History of Durable Solutions to Refugee Problems, New Issues in Refugee Research (2), Geneva: UNHCR, 1999

CHRETIEN, J-P., Hutu e Tutsi au Rwanda e au Burundi. In AMSELLE, J. L.; M'BOKOLO, E., dir., Au Coeur de l'Ethnie - Ethnies, Tribalisme en état en Afrique, Paris: Éditions La Découverte, p.129-165

CHRETIEN, J-P.; GUICHAOUA, A., Burundi, d'une République à l'Autre: Bilans et Enjeux. Politique Africaine, Paris : Centre d'étude d'Afrique noire. Nº29 (1988), p.87-93

CHRETIEN, J-P., GUICHAOUA, A. ; Le Jeune, G., La Crise Politico-Ethnique du Burundi: L'Ombre de 1972, Politique Africaine, Paris : Centre d'étude d'Afrique noire. Nº32 (1988), p.105-110

CHRETIEN, J-P., Le Défi de l'Ethnisme. Rwanda et Burundi: 1990-1996, Paris: Éditions Karthala, 1997

CHRETIEN, J-P. [et al.], Les Grands Moments de La Crise: Événements, Acteurs et Témoignages. In CHRETIEN, J-P.; MUKURI, M., dir., Burundi, la Fracture Identitaire. Paris : Éditions Karthala, 2002
CRISP, J.; JACOBSEN, K., Refugee camps reconsidered. Forced Migration Review, Oxford: Refugee Studies Centre. Nº3 (1998), p.27-29
CRISP, J., Who has counted the refugees? UNHCR and the Politics of the Numbers, New Issues in Refugees Research, 12, Geneva: UNHCR, 1999
DALEY, P., Gender, Displacement and Social Reproduction: Settling Burundi Refugees in Western Tanzania, Journal of Refugee Studies, Oxford: Oxford University Press; Refugee Studies Centre. Vol.4, Nº3 (1991), p.248-266
DALEY, P., Population Displacement and the humanitarian aid regime: the experience of refugees in East Africa. In VAN BRUIJN, M; VAN DIJK, R.; FOEKEN, D., Mobile Africa: changing patterns of movement in Africa and beyond, African Dynamics 1, Leiden: Brill, 2001, p.195-212
DAVENPORT, C. [et al.], Sometimes you Just Have to Leave : Domestic Threats and Forced Migration, 1964-1989, International Interactions, Philadelphia: Taylor & Francis. Nº29 (2003), p.27-55
DE FAILLY, D., L'Economie du Sid-Kivu 1990-2000 : Mutations Profondes Cachés para une Panne, L'Afrique des Grands Lacs, annuaire 1990-2000. Louvain: Centre d'Étude de la Régions des Grands Lacs (2000), p.163-192.
DE VILLERS, G., Confusion Politique au Congo-Kinshasa, Canadian Journal of African Studies / Revue Canadienne des Études Africaines, Toronto: Canadian Association of African Studies. Vol.33, Nº2/3 (1999), p.432-447
DIKEN, B, From Refugee Camps to Gated Communities: Biopolitics and the End of the City. Citizenship Studies, New York; London: Routledge.Vol.8, Nº1 (2004), p.83-106
ERNY, P., Rwanda 1994. Clés pour Comprendre le Calvaire d'un Peuple, Paris: Éditions L'Harmattan, 1994
EVERWYN, G., Which Way in Katanga ?, African Affairs, London: Royal African Society. Vol.61, Nº243 (1962), p.149-157
GALTUNG, J., Cultural Violence, Journal of Peace Research, Oslo: International Peace Research Institute.Vol 27 ,Nº3 (1990), p.291-305
GOFFMAN, E., Asiles, Paris: Les Éditions de Minuit, 1968
GORMAN, R., ed., Refugee Aid and Development: Theory and Practices, Westport, CT: Greenwood Press, 1993
GUICHAOUA, A., La Réaffirmation des Pouvoirs d'État dans la Région des Grands Lacs, Politique Africaine, Paris: Centre d'étude d'Afrique noire. Nº68 (1997), p.40-50
GUICHAOUA, A., dir, Exilés, réfugiés, déplacés en Afrique Central e Orientale, Paris: Éditions Karthala, 2004
HABIB, N., The Search for Home, Journal of Refugee Studies, Oxford: Oxford University Press; Refugee Studies Centre. Vol.9, Nº1 (1996), p.96-102
HARRELL-BOND, B., Humanitarianism in a Straitjacket, African Affairs, London: Royal African Society. Vol. 84, Nº334 (1985), p.3-14
HARRELL-BOND, B., Repatriation: Under What Conditions is it the Most Desirable Solution for Refugees?, An Agenda for Research, African Studies Review, Amherst, MA: University of Massachusetts. Vol. 32, Nº 1 (1989), p. 41-69
HASTINGS, S., The United Nations in Katanga, African Affairs, London: Royal African Society. Vol.61, Nº 244 (1962), p.191-200
IOGNA-PRAT, M., Refugee Camp Security in the Great Lakes Region, Geneva: UNHCR – Inspection and Evaluation Service, 1997
IKAMBANA, P., Mobutu's Totalirarian Political System. An Afrocentric Analysis, New York & London: Routledge, 2007
LAURENT, P. J., Déstabilisation des Paysanneries du Nord-Kivu: migrations, démocratisation et tenures. Cahiers Africains, Tervuren : Institut Africain – Centre d'étude et de documentation africaines; Paris : L'Harmattan. Nº 39-40 (1999), p.63-82
LEMARCHAND, R., Bringing Factions Back into the State. In NZONGOLA-NTALAJA, G., ed., The Crisis in Zaire: Myths and Realities, Trenton, New Jersey: Africa World Press, 1986, p.51-66
LEMARCHAND, R., Le Génocide de 1972 au Burundi. Les Silences de l'Histoire. Cahiers d'Études Africaines, Paris: Éditions EHESS. Nº 167 (2002), p.551-567
KABAMBA, B.; LANOTTE, O., Wars in Congo-Zaïre (1996-1999), Cahiers Africains, Tervuren : Institut Africain – Centre d'étude et de documentation africaines ; Paris: L'Harmattan. Nº 39-40 (1999), p.99-161
KABONGO, I., Myths and Realities of the Zairian Crisis. In NZONGOLA-NTALAJA G., ed., The Crisis in Zaire: Myths and Realities, Trenton, New Jersey: Africa World Press, 1986, p. 27-36
KABONGO, I., Le Marécage ou le Zaïre des Années 1990, Canadian Journal of African Studies/ Revue Canadienne des Études Africaines, Toronto: Canadian Association of African Studies, Vol.33, Nº2/3 (1999), p.410-431
KABWIT, G., Zaire: The Roots of the Continuing Crisis, The Journal of Modern African Studies, Cambridge: Cambridge University Press. Vol.17, Nº3 (1979), p.381-407
KIBREAB, G., Reflections on the African Refugee Problem: A Critical Analysis of Some Basic Assumptions, Research Report (67), Uppsala: The Scandinavian Institute of African Studies, 1983
KINSAGANI, E., The Massacre of Refugees in Congo: A Case of UN Peacekeeping Failure and International Law, The Journal of Modern African Studies, Cambridge: Cambridge University Press. Vol.38, Nº 2 (2000), p.163-202´
KUNZ, E., The Refugee in Flight: Kinetic Models and Forms of Displacement, The International Migration Review, New York: Center for Migration Studies. Vol.7, Nº2 (1973), p.125-146

KUNZ, E., Exile and Resettlement: Refugee Theory. International Migration Review, New York: Center for Migration Studies. Vol.15, Nº 1-2 (1981), p.42-51
MALKKI, L., Purity and Exile: Violence, Memory and National Cosmology among Hutu Refugees in Tanzania, Chicago & London: The University of Chicago Press, 1995
MATHIEU, P. [et al.], Cohabitation Imposées et Tensions Politique au Nord-Kivu, 1939-1994: une trajectoire conflictuelle, Cahiers Africains, Tervuren : Institut Africain – Centre d'étude et de documentation africaines; Paris: L'Harmattan. Nº39-40 (1999), p.13-20
MATHIEU, P.; TSONGO, M., Enjeux Fonciers, Déplacements du Population et Escalades Conflictuelles (1930-1995), Cahiers Africains, Tervuren : Institut Africain – Centre d'étude et de documentation africaines ; Paris : L'Harmattan. Nº39-40 (1999), p.21-62
MCNULTY, M., The Collapse of Zaire: Implosion, Revolution or External Sabotage ?, The Journal of Modern African Studies, Cambridge: Cambridge University Press. Vol.37, Nº 1(1999), p. 53-82
MUGANGU, S., La Nationalité dans le Kivu Montagneux, Cahiers Africains, Tervuren : Institut Africain – Centre d'étude et de documentation africaines; Paris: L'Harmattan. Nº39-40 (1999), p.201-212
NEWBURY, D., From "Frontier" to "Boundary": Some Historical Roots of Peasant Strategies of Survival in Zaire. In NZONGOLA-NTALAJA, G. ed., The Crisis in Zaire: Myths and Realities, Trenton, New Jersey: Africa World Press, 1986, p.87-98
NGARUKO, F.; NKURUNZIZA, J., An Economic Interpretation of Conflict in Burundi, Journal of African Economies, Oxford: Centre for the Study of African Economies.Vol.9, Nº3 (2000), p.370-409
NGONZOLA-NTALAJA, G., The Continuing Struggle for National Liberation in Zaire, The Journal of Modern African Studies, Cambridge: Cambridge University Press. Vol.17, Nº 4 (1979), p.595-614
NGONZOLA-NTALAJA, G., Crisis and Change in Zaire, 1960-65. In NZONGOLA-NTALAJA, G., ed., The Crisis in Zaire : Myths and Realities. Trenton, New Jersey: Africa World Press, 1986, p.3-26
NGONZOLA-NTALAJA, G., The Congo: From Leopold to Kabila. A People's History. London & New York: Zed Books, 2002
NGONZOLA-NTAJALA, G., From Zaire to the Democratic Republic of Congo, Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2004
NTAMPAKA, C., La Sécurité Comme Motif d'Intervention du Rwanda en République Démocratique du Congo : Prétexte ou Réalité, Cahiers Africains, Tervuren : Institut Africain – Centre d'étude et de documentation africaines; Paris: L'Harmattan, Nº39-40 (1999), p.161-178
OULD-ABDALLAH, A., La Diplomatie Africaine Face aux Conflits de la Région des Grands Lacs. Politique Africaine, Paris : Centre d'étude d'Afrique noire. Nº68 (1997), p.23-31
PEEMANS, J. P., The Social and Economic Development of Zaire since Independence: An Historical Outline, African Affairs, London: Royal African Society. Vol. 74, Nº 295 (1975), p.148-179
PONGO, M. K., Transition et Conflits Politiques au Congo-Kinshasa, Paris : Éditions Khartaha, 2001
PRESTON. R., Researching Repatriation and Reconstruction: Who is Researching What and Why?. In BLACK, R.; KOSER, K. ed., The End of the Refugee Cycle ? Refugee Repatriation and Reconstruction. New York e Oxford : Berghahn Books, 1999, p.18-37
PRUNIER, G., Éléments pour une Histoire du Front Patriote Rwandais, Politique Africaine, Paris : Centre d'étude d'Afrique noire, Nº51(1993), p.121-138
PRUNIER, G., Burundi: A Manageable Crisis?, United Kingdom: Writenet, 1994
PRUNIER, G., The Rwanda Crisis 1959-1994. History of a Genocide,. London: Hurst & Company, 1995
PRUNIER, G., Rebel Movements and Proxy Warfare: Uganda, Sudan and the Congo (1986-99), African Affiairs, London: Royal African Society. Vol.103, Nº 412 (2004), p.359-383
REYNTJENS, F., The Proof of the Pudding is in the Eating: The June 1993 Elections in Burundi, The Journal of Modern African Studies, Cambridge: Cambridge University Press. Vol.31, Nº4, p.563-583
REYNTJENS, F., L'Afrique des Grands Lacs en Crise. Rwanda, Burundi: 1988-1994, Paris: Éditions Karthala, 1994
REYNTJENS, F., Rwanda, Ten Years on : From Genocide to Dictatorship, African Affairs, London: Royal African Society. Vol.103, Nº410 (2004), p.177-210
REYNTJENS, F., Briefing Burundi: A Peaceful Transition After a Decade of War?, African Affairs, London: Royal African Society. Vol.105, Nº418 (2005), p.117-135
Richmond, A., Reactive Migration: Sociological Perspectives on Refugee Movements, Journal of Refugee Studies, Oxford: Oxford University Press; Refugee Studies Centre. Vol.6, Nº1 (1993), p.7-23
RUTINWA, B., The End of Asylum? The Changing Nature of Refugee Policies in Africa, New Issues in Refugee Research (5), Geneva: UNHCR, 1999
SCHMEIDL, S., Comprehending Forced Migration: The Evolution of a Global Problem over the Past Three Decades: 1964-1994, Oxford: Refugee Studies Programme Documention Centre, 1998
SCHMIDT, A., Campus Versus Settlements, FMO Research Guide, Oxford: Forced Migration Online, 2003
SOMMERS, M., Fear in Bongoland. Burundi Refugees in Urban Tanzania, New York & Oxford: Berghahn Books, 2001
STEIN, B., Policy Challenges Regarding Repatriation in the 1990s: Is 1992 the Year for Voluntary Repatriation?, Massachusetts: The Fletcher School of Law and Diplomacy – Tufts University, 1992

STEIN, B., Refugee Repatriation, Return and Refoulement During Conflict, USAID Conference Promoting Democracy, Human Rights, and Reintegration in Post-Conflict Societies, October 30-31, 1997. Michigan: Michigan State University
TIEMESSEN, A.,After Arusha: Gacaca Justice in Post-Genocide Rwanda, African Studies Quarterly, Florida: Center for African Studies. Vol.8 Nº1 (2004), p.57-76
THIBON, C., Les Évènements de Novembre-Décembre 1991 au Burundi, Politique Africaine, Paris : Centre d'étude d'Afrique noire. Nº45 (1992), p.145-153
VAN HEAR, N., "I went as far as my money could take me": Conflict, Forced Migration and Class, Centre on Migration, Policy and Society Working Paper (6). Oxford: University of Oxford, 2004
VAN LEEUWEN, M., Rwanda's Imidugudu Programme and Earlier Experiences with Villagisation and Resettlement in East Africa, Journal of Modern Africa Studies, Cambridge: Cambridge University Press. Vol.39, Nº4 (2001), p.623-644
VAS DEV, S., Asylum in Africa: The Emergence of the "Reluctant Host", Development, Rome: Society for the International Development, Vol.46, Nº3 (2003), p.113-118
VIDAL, C., Situations Etniques au Rwanda. In AMSELLE, J. L. e M'BOKOLO, E., dir., Au Coeur de l'Ethnie - Ethnies, Tribalisme en état en Afrique, Paris: Éditions La Découverte, 1985, p.167-183
VIDAL, C., Questions sur le Rôle des Paysans durant le Génocide des Rwandais Tutsi. Cahiers d'études africaines, Paris: Éditions EHESS. Vol. 37, Nº150-152 (1998), p. 331-345
VIDAL, C., La Commémoration du Génocide au Rwanda. Violence Symbolique, Mémorisation Forcée et Histoire Officielle. Cahiers d'études africaines, Paris: Éditions EHESS. Vol. 54, Nº175 (2004), p.575-591
WEISS, H., War and Peace in the Democratic Republic of the Congo. American Diplomacy [Em linha], Vol. V, Nº 3 (2000). [Consult. 5 Mar. 2007]. Disponível em WWW:
http://www.unc.edu/depts/diplomat/amdipl_16
WILLAME, J. C., Laurent Désiré Kabila : Les Origines d'une Anabase. Politique Africaine, Paris: Centre d'étude d'Afrique noire. Nº72 (1998), p.68-80
WILLAME, J. C., Migrations et Déplacements de Population dans les Grands Lacs Africains: le temps de l'Afrique des comptoirs et des seigneurs de la guerre?, Cahiers Africains, Tervuren : Institut Africain – Centre d'étude et de documentation africaines; Paris: L'Harmattan, Nº 39-40 (1999), p.179-200
WFP, Food Assistance to Food Insecure Refugees in Marratane Camp in Northern Mozambique, Project Country Mozambique PRRO 10577.0.8, March 2007, Rome: Word Food Programme
WFP; UNHCR, Joint Assessment Mission (JAM). Marratane Camp, Mozambique, 17-26th April 2006, Nampula: World Food Programme; United Nations High Commissioner for Refugees
YOUNG, C. (1978). Zaïre: The Unending Crisis, Foreign Affairs, Palm Coste, FL: Council on Foreign Relations.Vol. 57, Nº1(1978), p.169-185
ZOLBERG, A.[et al.], Escape from Violence. Conflict and the Refugee Crisis in the Developing World, New York & Oxford: Oxford University Press, 1989

Experiência do exílio de órfãos camponeses; cotidiano, resistência e retorno a terra da tradição

Aguiar Lopes leandro Ana Lúcia
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
oliveiraaguiar@msn.com

Resumo: Este trabalho toma como referência memória, história e experiências no exílio de órfãos do movimento Messiânico de Pau de Colher, ocorrido em 1938 no Norte do Estado da Bahia e é parte da tese de doutorado do programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Após a repressão e a morte dos pais, trinta e duas crianças foram arrancadas de sua terra e levadas para a Escola de Menores, em Salvador, capital do Estado. Os saberes da terra tiveram na memória reminiscência a base central de possibilidade para fomentar a dinâmica de suas criações e de suas resistências. Apontou os caminhos que os fez confortar e consolidar a identidade em suspensão, bem como o desejo de efetivar o "pouso" de seu ethos inspirado pelo desejo de volta à terra dos seus pais. Utilizamos a metodologia História Oral com entrevistas semi-estruturadas, de profundidade e as histórias de vida, entendendo que as narrativas orais fornecidas pelos órfãos se constituem em discurso construído no processo de interação social entre pesquisador e informante. A pesquisa contribuiu para confirmar sobre a relevância dos saberes dos indivíduos em sua trajetória de vida, os saberes da experiência que mantém a luta no exílio, o foro íntimo de indivíduos que estão submetidos aos efeitos daqueles que há produzem como momentos de esforço para realização de uma trajetória e possibilidade de intervenção.
Palavras-chave: Órfãos, exílio, migração, memória e resistência

O Instituto de Preservação e Reforma faz parte da história de vida de trinta e duas crianças órfãs do movimento messiânico de Pau de Colher.1 No final de dezembro de 1937 até 21 de janeiro de 1938 cerca de mil e duzentos sertanejos se reuniram no sítio Pau de Colher, terras pertencentes ao município de Casa Nova, Estado da Bahia. Acreditavam que do sítio Pau de Colher, liderados pelo beato José Senhorinho, seriam levados para o sítio Caldeirão de José Lourenço, no Crato-CE., onde a terra seria de todos. A crença de que "agente vai numa nuvem para o sítio Caldeirão" se aproxima da noção de "Terra sem Mal" abordado por Clastres (1978) cujo objetivo, seguindo seu beato líder, seria chegar a uma terra de sossego perpétuo.2

Os seus objetivos, porém, foram desfeitos quando, nos dias 19, 20 e 21 de janeiro de 1938, as metralhadoras da tropa da Brigada Militar de Pernambuco, comandada pelo capitão Optato Gueiros, destruíram o acampamento dos religiosos. O Governo Federal, alegando a pressão dos acontecimentos e sob o "espectro" da ameaça de "uma nova Canudos", determina a formação do Destacamento do Vale do São Francisco constituída pelas forças do 19º. e 28º. Batalhões de Caçadores e o Esquadrão Motorizado da Polícia Militar sob o comando superior do Major Edgar da Cruz Cordeiro. À Companhia do Vale do São Francisco, fica a responsabilidade de comandar a operação local.

Destruído o "***adjunto***", a caçada continuou no mato, durante três meses orientada no sentido da busca os "***desordeiros***", "***bandoleiros***", "***perturbadores da ordem pública***", "***ignorantes***", "***fanáticos***".3 O "***adjunto***" foi destruído, moradias foram invadidas, sítios foram queimados, pessoas encontradas nas estradas de chão presas ou mortas, valas coletivas foram cavadas para enterrar os mortos tal a quantidade e o estado de putrefação que se encontravam. O capitão Optato Gueiros, em seguida, imputa uma penosa marcha para os que sobreviveram em direção à Casa Nova, sede do município. Eram cento e trinta quilômetros de estrada de chão, a pé, por terreno seco, sem água, sem comida até chegar ao local quando suas vidas seriam resolvidas à revelia dos familiares das vítimas.

Foi nesse contexto que trinta e duas crianças, meninos, com idade entre nove e quatorze anos, foram enviadas para uma escola em Salvador, denominada de Instituto de Preservação e Reforma, onde seriam "educados", "civilizados", pelas mãos do Estado, escola na qual, recebendo uma "***boa educação***", poderiam voltar ao convívio social, após a "***higienização***".

O deslocamento dos órfãos de suas raízes, a vivência da liminaridade, e o retorno ao seu destino de origem instigaram o principal mote de nossa pesquisa a qual nomeamos de "Drama, Morte e Vida dos órfãos de Pau de Colher: uma história do percurso do sonho de voltar à terra. O trabalho demandou uma minuciosa e acurada pesquisa de campo em fontes orais e documentais cujas entrevistas e vasculhamento vêm sendo realizados desde 2003 junto aos órfãos, hoje com idade entre 78 e 86 anos, em seus povoados, bem como nos arquivos das polícias militares dos três Estados envolvidos e na FUNDAC (antigo prédio do Instituto de Preservação e Reforma), em Salvador.

Dos trinta e dois órfãos, levados para Salvador, vinte e seis foram entrevistados. Dos seis órfãos falecidos colhemos as informações através dos relatos da esposa, dos filhos, tios e amigos. Desse total, vinte e oito regressaram aos seus povoados e moradias de origem situados na região fronteiriça dos Estados do sul do Piauí, oeste de Pernambuco, norte da Bahia e quatro permaneceram fora até os dias que correm. Três no Rio de Janeiro e um em Salvador.

A partir das narrativas, referenciadas pela memória, entendida como lugar estratégico de sobrevivência de sua identidade, colocaram em pé, tempo, lugar e pessoas dos seus afetos, da vivência de cada um deles e com o grupo que compartilhou dessa trajetória. Aludem como as inscrições dos dramáticos acontecimentos passados estiveram presentes em seu corpo e como suas lágrimas, seu suor, seu sangue, seus sonhos, suas palavras, as doenças, o riso, a tristeza, na fase do interstício, aqueceram o desejo de "voltar para trás". Momentos que fizeram emergir o entregar-se a si mesmo. Foi a porção de "material marginal", constituindo seu ponto mais alto de vulnerabilidade e "conseqüentemente, o entendimento de que "o simbolismo do corpo, faz parte do estoque comum de símbolos, profundamente emotivo, em virtude da experiência humana do indivíduo", como nos ensina Douglas (1976, p.149).

Submetidos a fratura com os vínculos de família, com a terra do trabalho e com a natureza, rupturas, que durou entre cinco e sete anos, constituíram, nesse tempo da margem, a communitas dos órfãos de Pau de Colher, tempo em que mantiveram "uma relação entre indivíduos concretos, históricos, idiossincrásicos (TURNER, 1974, pp.116-161). O instituto foi o lugar onde essa communitas se formou. Lugar que simbolizava o tempo da suspensão de uma história de vida anterior se efetivando de forma mais pontual quando sua cultura foi hipotecada ao Estado. Foi, também, o lugar onde experenciaram a "volta" diária a suas tradições, lugar da força emocional, refúgio investido de "poder e perigo" (DOUGLAS, pp.142-149).

Como os órfãos se pensaram na margem? De que forma, a vivência na suspensão, aqueceu a manutenção da identidade dos órfãos de Pau de Colher? De que modos defenderam sua maneira de ser, se impuseram e se submeteram para sobreviver? De que forma a sedução das origens se manteve abrasado? De que maneira, nas circunstâncias onde foram colocados pelo Estado, edificaram para si o teto que afastava a possibilidade de apartamento do seu lugar de memória? Que

---

1 O Instituto de Preservação e Reforma, chamado, na época, de Escola de Menores, estava ligada à Secretaria do Interior e Justiça, hoje funciona o prédio da Fudac. O diretor chamava-se Edson Tenório e a orientadora pedagógica Glaphyra Gil Bellazzi. (doc. encontrado no arquivo do SDI da Fundac em 10/05/2006).

2 O sítio Caldeirão era o lugar que, segundo os remanescentes, onde a relação homem- Deus de piedade, através do Padre Cícero, os receberia pondo um ponto final à espera que não seria atingida sem sofrimento e de sacrifício "nós tudo ia numa nuvem e tinha que se sacrificar, entregar tudo que nós tinha porque lá nos Caldeirão nós não ia ter mais essa agonia que a gente vivia, o tempo todo esperando e onde estava padim Ciço". (Manuel Ribeiro, São Bento-BA).

3 O termo "adjunto" se refere ao local onde ficaram os seguidores do movimento de Pau de Colher. Trata-se de um dos termos utilizados para caracterizar o "ajuntamento", como diziam.

dimensões do vínculo de pertencimento foram vivenciadas no sentido de fazer frente àquele tempo da suspensão da identidade?

De igual modo, compartilhando cada um dos órfãos, na escola, de seus estoques para preservação de sua pertença, se conservaram desse sentimento das origens e superaram o que foi imposto as suas vidas após a morte de seus pais.

Weber (1991, p. 267) argumenta, em primeiro lugar, quanto à 'pertinência à raça' que "esta somente conduz a uma comunidade quando é sentida subjetivamente como característica comum". Em segundo, mais adiante, assevera a respeito da 'consciência de comunidade', que "***todas as diferenças de costumes podem alimentar, em seus portadores, um sentimento específico de 'honra e 'dignidade'***" e que "sua afinidade estreita baseia-se somente em um fundamento comum: a crença numa honra específica - a honra étnica- dos membros". (ibid., pp. 269-271).

Diante dos fundamentos oferecidos por Weber (1991); Van Gennep (1977) e Turner (1974) trilhamos um caminho no sentido de alumiar nosso objeto empírico, a saber, a communitas dos órfãos de Pau de Colher vivenciada no Instituto de Preservação e Reforma como "lugar depositário" da força emocional do ethos tecido de mil maneiras.

Procuramos ouvir, sentir e observar, através das narrativas e das imagens feitas durante as narrativas, os gestos, o movimento das mãos, da cabeça, dos braços ao narrar. Em outras palavras, por exemplo, suas narrativas estavam ladrilhadas por frases como:

> "a única coisa que a gente tinha era no pensamento e a gente pensava o tempo todo aqui nos nossos povoados e o dia todo o que a gente fazia lembrava de nossos pais e da nossa terra".

As mãos, nesse momento, apontavam com veemência para um lugar da terra, seus olhos demonstravam a confiança do abrigo que seu lugar lhe oferecia, todo o seu rosto se transportava para os dias passados denunciando a coragem como resistiram durante essa fase liminar.

Ao contrário do que o Estado entreviu, através da memória, resistiram, posto que se sentiam parte dos vínculos com o passado que os abrigava não como um corpo físico, mas como um lugar moral. DA MATTA. Também como nos instrui Oliveira (1999, p. 30),

> "mais forte do que uma lealdade (...). Inscrita em seu próprio corpo e sempre presente (...) que estabelece o norte e os parâmetros de uma trajetória social concreta".

O que argumentamos sobre "*tecido de mil maneiras*" são as bases propostas de um;

> "cotidiano inventado como arte de fazer e mil maneiras de caçar", diz Certeau (1994) que corroborou para elucidar como os órfãos fizeram esse cotidiano resguardando o seu pertencimento, na margem, bem como se projetando para o processo de fechamento das feridas com o retorno, para vinte oito deles, e início de um outro caminho, o da reconciliação com o passado.

As narrativas dos quatro que não voltaram nos permitiram, entre outros, vislumbrar a ferida exposta, mil fraturas ainda presentes em suas vidas. Não se sentem nem lá, nem cá. Nem de dentro e nem de fora. Ainda em liminaridade, no entanto, mantêm a esperança de uma reconciliação com o seu passado, após a morte, ao declararem com firmeza o desejo que suas cinzas sejam levadas para o seu povoado de origem e espalhados pelo chão de sua intimidade.

Com Michel de Certeau, portanto, aprendemos que o cotidiano é inventado "***cotidianamente***" e que os sistemas fechados, que nos envolve, são espaços abertos privilegiados onde o homem põe em prática suas ocasiões para inventar, põe em prática uma ação criativa, sem interesse de lucro.

E o que circulou entre eles? As palavras, os gestos, os sorrisos, o choro, a tristeza, a alegria, o encontro, as simpatias, as gentilezas, as antipatias, a fuga, o roubo, o esconderijo, a doença. O choro que arrastava a memória da mãe para perto do seu corpo; a fuga do instituto em busca do caminho do "***mato***"; a fome saciada através do roubo das frutas do pomar e da farinha, as marcas indestrutíveis das balas e dos sentimentos impressos em seus corpos; o sonho que os transportava para o "***afeto da terra***", seus pais, seu chão, seu trabalho, seus amigos, seus vizinhos; o cenário de liberdade própria de suas vidas no sertão que não precisa pedir licença para pegar um umbu, posto que a natureza estava ali a abrigar generosamente suas vidas; a obediência como forma de conquista e a desobediência como forma do reforço emocional, a diarréia que os levou para a enfermaria por terem que comer "aquelas comidas da escola". Era o corpo reagindo, repelindo, dizendo, por outros meios, qual era seu lugar.

Defendemos que o Instituto de Preservação e Reforma foi espaço privilegiado para esse fazer de mil maneiras e, no qual, concordamos com Weber (1991, p.272),

> "fortes diferenças de costumes, as quais (...) desempenham um papel equivalente ao do hábito hereditário, na formação de sentimentos de comunhão ética". Que lugar foi esse?

Instituto de Preservação e Reforma como um lugar do disciplinamento

O Instituto de Preservação e Reforma era um lugar de disciplinamento, lugar de fiscalização, de interdição. Situada na rua Pitangueiras, no. 26-Cidade Alta, Brotas "***lá quase no fim da linha***", abriu em março de 1938, os altos portões para a entrada dos órfãos de Pau de Colher. Seria uma experiência muito diferente. Espaço fechado, paredes altas cercavam a área do instituto. O objetivo era prepará-los para o convívio social transformando-os em "***civilizados***" sob o ditame de regras e normas rigorosas. Como nos disse Juvenal:

Eles estavam em todos os lugares, a gente tinha horário pra tudo, não tinha tempo de ficar de conversa um com o outro, a gente tava perto do outro, mas a fiscalização era grande. A gente tinha que produzir na oficina, estudar na sala-de-

aula, comer no tempo determinado lá no refeitório, cumprir a disciplina na hora de marchar e ir para o xadrez quando cometia uma indisciplina".

Lugar do disciplinamento, da correção, do controle das atividades, da vigilância hierárquica, da sanção, das notas, da caderneta de boa conduta. Acordar na hora determinada, comer na hora estipulada, tomar banho no tempo certo, tudo dentro da racionalidade institucional. Uma turma foi organizada só para os "***filhos dos caceteiros***", disciplina na escola, colocava para os meninos, a especificação do lugar de trabalho, lugar que estava cercado pelo silêncio disciplinar, muros altos, paredes grossas.

O ponto central para a escola e seus diversos segmentos era a produção nas oficinas, o máximo de obediência na sala-de-aula e, sobretudo, neutralizar inconvenientes que pudessem interromper a orientação da instituição para não prejudicar as normas e o "processo civilizador" dos meninos nos termos de Norbert Elias.

Em seu livro Vigiar e Punir Foucault refere-se a algumas técnicas de controle: "***a distribuição espacial dos indivíduos, a organização dos conjuntos afins e a conseqüente composição de forças, além de alguns recursos que permitam circular o poder disciplinar como é o caso da vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame***" (Foucault, 1987, p. 135).

Assim, interrupção de trabalho, notas baixas, corpo mole, acordar tarde, desobediência, brincadeira, qualquer distração, roubo de frutas, fuga, seriam punidos. Os castigos variavam entre horas no xadrez, privações de momentos de lazer, humilhações diante dos colegas na sala-de-aula, sala do diretor que, aos olhos de sua vigilância, ficavam em pé, em um dos cantos da parede lendo.

As oportunidades para falar sobre o lugar de sua memória, ficavam sufocadas pela dinâmica diária da escola permeada pela crença de que o sertão era o lugar da desordem e do destino "*fanático dos meninos*". A escola seria o lugar para limpar a "***sujeira***", purificar do mal que haviam contraído na companhia de seus pais "***fanáticos***".

O mapa físico da escola, que Juvenal desenhou em um papel ofício, oferece uma idéia de como se sentiam pequenos diante de tamanha organização. Ficavam confusos pelas várias salas que se interligavam, pelos múltiplos corredores de paredes altas, salas-de-aula próximas à sala da direção, enfermaria com camas descobertas, sala de xadrez ao lado da sala de aula, oficinas separadas umas das outras e fiscalizadas a cada canto dos corredores pelo que Juvenal designou de guardas. O refeitório era um espaço frio que continha apenas o necessário para a refeição: mesas, pratos, copos, talheres. Uma sala grande de tipo retangular, filtro num canto da sala e a cozinha no outro. As crianças eram servidas por auxiliares que iam jogando os pratos, contados a cada lançamento, sobre uma mesa grande e descoberta. A comida era reduzida o que quase sempre forçava Afonso a esconder um pouco mais debaixo da mesa sobre as pernas para "***matar***" a fome compartilhando com seus irmãos mais tarde. Após comerem as crianças pegavam os copos que estavam ao lado do grande filtro, tomavam água e se dirigiam aos seus quartos para repouso e aguardar o segundo turno de atividades (a oficina) que era antecedida pela aula de catecismo.

Todo o espaço da escola anuncia uma atividade programada. As oficinas (alfaiataria, sapataria, mecânica, marcenaria, couro, horta, música) funcionavam nos dois horários de forma que as crianças faziam um turno de estudo e outro de oficina. A aprendizagem e produção, nas oficinas, eram acompanhadas pelos mestres a cujos atrasos, ausências, conversas garantiam uma penalidade. Nas oficinas o trabalho era intenso. Exigia-se produtividade, eficácia, rapidez, perfeição. Os intervalos, entre uma e outra atividade eram reservados para refeições, catecismo e marcha ao final do qual, estavam exaustas.

A sala-de-aula era como um lugar sagrado, esvaziado de laços afetivos. A professora no canto da sala à frente do quadro de giz iniciava a aula sob os olhares atentos dos meninos. Todos sentados em suas carteiras, perfilados diante da professora com suas cartilhas abertas, suas tabuadas, cadernos para anotação. Era um grande silêncio, diz Juvenal, "que demorava a passar e a gente ficava querendo que acabasse logo. A professora, Dona Valdomira era a que quis ensinar a gente de Pau de Colher. Ninguém mais quis ensinar à turma dos caceteiros".4 Ela era boa, amável, gostava da gente e defendia a gente". Os meninos passavam por exames periódicos de ler e contar. Tinham que trazer a tabuada "na ponta da língua" e identificar todas as letras, corretamente e salteado. O azul, o verde, o amarelo, o vermelho e o preto eram as cores que os classificava celebrava seu desempenho. Uma carta de conduta testemunhava a condição de acompanhamento de cada um e ficava exposta na parede em frente da sala do diretor. As notas eram o ponto central da escola, pois as mesmas indicavam quem era bom e quem era mau aluno.

"Você era boa conduta ou má conduta", disse Juvenal.

De acordo com essa classificação você teria privilégios ou não. Os castigos ou gratificações variavam entre xadrez (os dias eram definidos de acordo com a infração). Leitura, catecismo ou marcha, também, para o caso dos castigos e piquenique na praia, campo de futebol ou passar um domingo na casa da professora, para o caso das gratificações. As gratificações eram uma forma velada de disciplinamento, de obter obediência.

---

4 Termo que está nas falas dos remanescentes. Em sua maioria, os narradores se referem a "caceteiros" aqueles que participaram do movimento e que usavam um " cacete" de pau feita da árvore abundante no povoado que dá nome ao lugar Pau de Colher. Era mais ou menos de um metro de comprimento, boleada em quatro faces e tendo uma das extremidades perfuradas e amarrada com uma tira de sisal. Era um instrumento usado por eles e entendido como importante para conseguir a salvação.

A vida das crianças na escola estava determinada pelo duplo bom/ruim, boa conduta/má conduta; ser de Pau de Colher/não ser de Pau de Colher, adaptável/inadaptável. Além da sala-de-aula, como espaço de verificação dos alunos adiantados ou atrasados, havia a averiguação feita pelo diretor diante do qual eles tinham que ler, contar, fazer uma descrição a partir de uma imagem que era colocada na parede. Uma única professora ficou com eles durante todo o tempo na escola.

Era muito aluno, uns trezentos e nós ficamos lá no meio perdido. Eu me lembro quando chegamos que a gente nem sabia como andar por aquele mundo de prédio.

> A gente com uma roupa diferente daqueles outro. Um jeito diferente. E todo mundo olhando para gente como se a gente não fosse gente. A gente era a sala de Pau de Colher.

A sala do xadrez ficava ao lado da cozinha, depois dos banheiros no mesmo bloco das salas de aula. A inspeção funcionava todos os dias, todas as horas, inclusive durante a noite. Sair era impossível sem acompanhamento, sem autorização e respaldado de um professor.

> O xadrez era a ostentação do poder. Momento mais alto da presença da escola enquanto lugar de disciplinamento e regulação. Era um quarto fechado, escuro, vazio, cheio de ratos. Era o lugar da punição dos "desvios" como lembra Juvenal:
>
> Eu mesmo fui uma vez para o xadrez e fiquei lá só um dia porque a minha professorinha me tirou senão tinha ficado mais tempo. Era domingo, mas eu gostava de ir trabalhar na marcenaria porque eu lembrava do mato meu pai cortando pau. Eu tinha saído da oficina de marcenaria porque eu gostava de trabalhar com a madeira mesmo nas folgas, para ir ao banheiro e vi uns meninos jogando e fui jogar. O guarda me viu, me pegou e disse: tome a vassoura e vá varrer! Eu disse que não ia porque era domingo e eu estava de folga e podia fazer o que eu quisesse. No outro dia ele me levou para ao diretor.
>
> Nos dias que correram, de 1938 a 1945, os órfãos de Pau de Colher descobriram portas que eles foram abrindo para abrigar seu mundo. O dormitório à noite, a área aberta da instituição com suas árvores, seus pássaros, seu pomar, sua horta, seu campo, forneceriam o ambiente propício, esconderijo que sua memória precisava para, em segurança, testemunhar sobre suas reminiscências.

Entraram, dessa forma, em seu lugar de memória, em seus laços de parentesco, vizinhança e afetividade, pois "recordar a própria vida é fundamental para nosso sentimento de identidade; continuar lidando com essas lembranças pode fortalecer, ou recapturar, a autoconfiança", recomenda (THOMPSON, 1992, p. 208).

> Foi o que fizeram. Como fizeram?
>
> Depositário do ethos tecido de mil maneiras
>
> Ao abrirem, nos esconderijos criados por eles, na escola, o espaço para aquecer a memória que os ligava aos seus vínculos de origem, os órfãos através da evocação das lembranças, da circulação da palavra, das conversas, deixaram circular o que de mais preciosos, para eles, havia restado naquela travessia: seu corpo ferido por balas, seus sentimentos fraturados pela lembrança da morte de seus pais, sua memória, suas lembranças, suas histórias de vida.

A palavra, o corpo, o gestual, a memória, dimensões do sentimento eles tinham como parceiros do dia-a-dia. Em seu trabalho, "***O afeto da terra***", Brandão (1999) aponta como as sensibilidades conduzem a gramática do homem rural com os diferentes vínculos do seu cotidiano com a terra do trabalho, terra do afeto de seus familiares, terra da vida.

Foram inúmeros os lugares e situações, na escola, com os quais os órfãos mantiveram acesa a memória dos lugares dessas sensibilidades.

Como herdeiros de suas narrativas e como, pertinentemente afirma Benjamin (1994, p. 213), "quem escuta a história está em companhia do narrador", foi difícil para nós decidirmos pela companhia de apenas dois narradores e por apenas um, desses múltiplos lugares e ocasiões do aquecimento de suas reminiscências, para este artigo. Isso nos coloca reféns de nossa consciência e em dívida para com os demais órfãos, privando-nos da companhia de suas história e os subtraindo da nossa. Dívida a qual, por força das exigências formais para o presente artigo, nos submetemos. No entanto nos sentimos menos devedores uma vez que, as mil maneiras de fazer em Antonio e Afonso, não são solitárias, posto que carregam as histórias de vida dos demais, histórias de vida compartilhadas.5

Nesse sentido, os trinta e dois órfãos, estarão aqui todos presentes no passado sempre presente. O "espírito do tempo", como nos diz Hegel, os ligou para frente e para trás, na vida e na morte permanecendo até os dias de hoje. Também, "O espírito da coisa dada" que através dos "taonga estão fortemente ligados à pessoas, ao clã, ao solo, aos vínculos; são o vínculo de seu mana, de sua força, mágica, religiosa, espiritual" (MAUSS, 1974, pp. 52- 53).

Acresce, ainda, que a posição pela escolha dos fragmentos das duas narrativas do conjunto maior, se deve menos a um critério de hierarquia entre as demais e mais pelo conjunto de informações trazidas, a diversidade de lugares e cenários por eles vivido nos "esconderijos" criados na escola. E, reforçamos, Antonio representa, os vinte e oito órfãos que voltaram entre cinco e sete anos depois; Afonso, os quatro que não voltaram cujos corpos permanecem inscritos por uma grande fenda dolorida em decorrência dos vínculos quebrados o que dura até os dias que correm.

---

5 Os nomes dos órfãos foram alterados para preservar sua identidade e a intimidade que várias situações narradas revelaram. Soma-se a pesada carga de preconceito na região, ainda hoje. Quando passam pelas ruas de Casa Nova alguns são apontados como "filho de fulano", "neto do caceteiro tal".

Antonio nasceu em 19 de fevereiro de 1926 nas terras da Lagoa Comprida-BA. Perdeu o pai no "adjunto". Sua mãe, no entanto, não consegue o perdão da polícia, pela "***impureza***" de ter sido "***fanática***", para continua criando seu filho. É conduzido, com nove anos de idade, para a escola e faz a "***viagem de volta***" aos dezesseis anos.

> Nos diz que "voltei para trás, porque aqui é meu lugar onde eu posso viver à vontade junto dos meus familiares e visitar a cova dos meus pais".
>
> Afonso tem, nas lembranças, a imagem de sua mãe baleada correndo, com as mãos para o alto, no intuito de juntar e salvar seus filhos do tiroteio de Pau de Colher. Com nove anos é levado para Salvador e não faz a "viagem de volta". Não se reencontrou com seu tempo e lugar junto com os que voltaram, e até hoje, aos 84 anos, sente sua identidade em suspensão nutrindo a necessidade de fazer a conciliação com seus laços, após a morte, momento em que sua ferida receberia o bálsamo da reapropriação de sua história de vida na origem, sua terra, sua família, seus ancestrais. Foi o que nos afirmou emocionado: "Eu quero ser cremado e voltar com as cinzas para a terra dos meus pais. Eu me sinto sem identidade. Quem eu sou para essas pessoas aqui onde moro desde que vim de Pau de Colher?

Os dias em Salvador não foram fáceis para suas lembranças dado ao rigor da instituição. Embora não tendo o tempo para viver seus momentos de pertença, os órfãos iam aproveitando as ocasiões ora construídas, ora a partir dos vazios deixados pela escola.

> Era preciso navegar em pensamento, era preciso proteger sua memória, apurá-la e concretizá-la em atitudes para não sucumbir diante de tal "rotina cansativa e eu lembrava da liberdade da minha terra", diz Afonso. As lembranças dramáticas e traumáticas da separação, ainda crianças, revigoravam essa pertença, alimentavam seus dias.

O grande dormitório do instituto foi um dos lugares do refúgio de suas histórias de vida. Antonio e Afonso narram que no salão enorme de dormir da Escola de Menores encontravam-se com os cenários de sua vida anterior. Restabeleciam-se com suas trajetórias, viam os rostos, mãos, braços, corpo dos que faziam parte de suas vivências e com a forma de entender as "vozes do mato" aprendidas com seus pais e com a natureza disponível para o seu fazer diário. É a terra de seu princípio, "uma raiz que a tudo envolve" (GUSMÃO,1999 p.146). O silêncio da noite, no dormitório, protegia a viagem do pensamento. Ocultava, dos guardas, o trajeto que a memória fazia, através do tempo, em direção ao passado. Cada uma das crianças, em suas camas, com suas cobertas, enrolavam e aqueciam seus percursos, suas idas e vindas. Naquele momento, seus corpos e pensamentos, oprimidos pelo ar do lugar, sustentando o peso do tempo, aturdidos pelo medo, desatavam Antonio e Afonso a chorar todas as noites. Pediam a Lázaro, irmão mais velho, que ficasse ali perto e não deixasse que os mandassem para outro quarto. O aperto dos braços de Lázaro, renovava suas forças, aplacava o medo. Era como uma responsabilidade sua na ausência de seu pai, de sua mãe. As sombras dos dias que passaram em Pau de Colher, do drama vivido, eram lembranças que os acompanhavam cotidianamente. Confessavam que, convivendo com duras rupturas naquele lugar apartados dos seus vínculos, enchiam-se do doce orgulho de poderem calar, no silêncio de cada noite, para descer, através da memória, até seus povoados e ter contato com seu povo e, então, as imagens dos seus conhecidos, ao contrário dos desconhecidos da escola, se esboçavam com clareza acalmando seus corações inquietos. O dormitório, à noite, era para os órfãos de Pau de Colher um dos esconderijos de seus pensamentos, lugar da memória do seu lugar. No escuro, suas lembranças não tinham melhor aconchego durante as pausas das atividades rotineiras da escola. Pausa para encontrar as águas tranqüilas dos tanques de sua terra, interrupção para distender o seu ânimo.

> O silêncio forçado era quebrado pelo silêncio dissimulado pois "a gente olhava um para o outro e sabia que o outro estava pensando, mas a gente não podia falar alto porque era um salão com muitos meninos e a gente não tinha sossego para pensar durante o dia como tinha na noite", diz, emocionado, Afonso. Ao som da voz do guarda "é hora de dormir e não quero barulho", era o momento que todos sabiam que não iriam ser mais interrompidos.
>
> Era a voz do guarda que determinava o começo e o fim da noite, o começo e o fim dos pensamentos. Deitados em suas camas viravam ora para um lado, ora para o outro, pois sabiam que em cada um dos lados estava um dos seus colegas de grupo. Silenciar era preciso uma vez que não estavam sozinhos, pois no enorme salão de dormir misturavam-se os órfãos de Pau de Colher e os meninos da cidade "que conheciam a gente tudo e já sabia que a gente era caceteiro e eles chamavam sempre a gente de caceteiro! Caceteiro!".
>
> Era, portanto, preciso encobrir seus pensamentos agasalhando-os das possíveis denúncias dos demais no dia seguinte. No avançado da madrugada, porém "Antonio vinha para minha cama olhando de um lado e de outro". Eram, então, passos de quem se esconde do perigo iminente. Mas, só quem conhece o sertão, os caminhos de picada, o chão batido ou foge de um animal perigoso sabe fazer com destreza. Maus (1974, p. 217), afirma que "O corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem".

Na cama, cobertos dos pés à cabeça, Antonio e Afonso conversavam, baixinho, quase sussurrando lutando para não esquecer. Naquele salão enorme de dormir a noite era pequena para as lembranças, principalmente das cenas mais recentes que culminaram com o rompimento de suas vidas com seus povoados e a razão de se encontrarem naquela escola.

Na realidade, não sabiam, de fato, o que era aquilo tudo e qual o sentido de terem que ser "civilizados" fora do seu lugar. Sobre o que os guardas e professores diziam de serem "***educados***" e "***terem um futuro melhor***" não entendiam, pois o futuro para eles seria alcançado quando conseguissem voltar. Por isso conversavam a noite inteira sobre esse "***futuro***", o de encontrar os familiares de volta e recomeçar a vida na terra de onde não deveriam ter saído, pois eram herdeiros daquilo tudo: da terra que lhes dava trabalho, da terra que lhes dava vida, dos parentes com os quais compartilhavam sua história, da terra "***familiarização e território de parentesco***" (COMERFORD, 2003, p. 30).

Antonio diz que às vezes descobriam a cabeça para ver se podiam conversar renovando o ar que ficava abafado pelas cobertas. Nesse momento, imagens do sertão desfilavam pelas paredes brancas do quarto. Os desenhos que projetavam, nas paredes altas e lisas, eram aquelas em que estavam plantando, acompanhando seus pais na roça, rezando ao pé do oratório, olhando para o céu à espera de chuva. Muitas vezes, as cenas do episódio em Pau de Colher, fazia com que eles voltassem à realidade de saberem que não tinham mais a mãe e o pai.

O silêncio da noite abrigava suas lembranças. Lembranças que doíam. Lembranças dos pais correndo em meio ao tiroteio. Lembranças das cores pretas das roupas que usavam, dos cabelos grandes de sua mãe e do cabelo curto de seu pai. Lembranças da fuga pelo mato se protegendo da polícia dentro de buracos cavados pela própria natureza, dentro de cacimbas que ofereciam a liberdade e, ao mesmo tempo, a incerteza dessa liberdade. Liberdade incerta. Corriam para onde? Não tinham mais suas casas que foram destruídas pelos soldados. Não tinham mais os animais que foram soltos ou preparados para as refeições dos soldados e oficiais das forças policiais. Não tinham mais nada. Todos, na escola, diziam "o grupo de Pau de Colher era disciplinado".

A noite era o limite da disciplina, da obediência. A força do tempo presente vivido no Instituto de Preservação e Reforma aguçava o tempo passado por tudo que era proibido fazer. Os limites do quarto no entanto não eram fronteiras para o pensamento dos meninos que ia para além das paredes fiscalizadas por guardas que agiam "como militares, era disciplina militar", afirmou Afonso.

Como compreender o presente, que estavam vivendo, sem o passado vivido? Por isso conversavam revirando nas lembranças, nas imagens do ontem o significado do hoje. E, nesse processo, reforçavam suas tradições. Construídas, essas lembranças, por cada um deles em interação se distanciavam do esquecimento. Esquecer para eles "era morrer, era negar sua história, era não ter história", como afirmou Antonio. E, para nós, era orgulho ser de Pau de Colher". Para os órfãos de Pau de Colher seria insuportável viver longe do que haviam passado antes de chegarem à escola, em Salvador.

Viver naquela escola, se trazia desconforto, mas desconfortante seria viver sem as lembranças. Mesmo tendo participado de momentos conflituosos, dramáticos, dolorosos lembrar seria imprescindível para continuarem vivendo ou mesmo suportando aquela distância física.

Como não sabiam escrever e, mesmo quando aprenderam as atividades diárias na escola não permitia exercitar, a oralidade foi o instrumento de defesa da tradição.

Mesmo arriscando-se não acordar no outro dia na hora determinada, pois era um risco que traria como conseqüência o castigo do xadrez ou o de ficar sem a refeição, arriscavam, como aconteceu com Antonio. Um dia cansado, da "viagem de volta à sua morada" não acordou na hora para o banho da manhã. "Eu fiquei dormindo e não quis mesmo levantar, não quis saber do guarda chamando e o meu castigo foi o "xadrez" da escola. Antonio continua dizendo que "eu acho que as lembranças de me ver caçando tatu, tomando banho nas cacimbas, subindo nos juazeiro, montando um jumento para levar um escrito de minha mãe me deu força e eu não me levantei".

Lutar pelo passado, através da memória, fazer esse passado sobreviver implicava lutar pelas ocasiões de fazê-lo, pela liberdade que teriam de encontrar para voar com o pensamento para bem longe do instituto.

A Repressão que haviam passado lá trás, suspensão do cotidiano comum passado encontrava, a liberdade, nos momentos velados ou expressos, de um grupo de órfãos contra o sufocamento que o Estado havia realizado. Lembrar do passado era a comunicação mais eficaz, entre eles, para tentar entender uma saída para aquele momento de prisão. A escola era uma prisão, prisão da qual eles queriam se libertar. O enorme salão de dormir era a prisão da prisão. Não podiam conversar, só dormir para acordar no dia seguinte mais uma vez em silêncio, o silêncio que a escola impunha. No dormitório, em meio às conversas que varavam a noite entrar na terra que acreditavam sua era um desafio posto aos meninos.

Em meio às lembranças viam as cercas de seus currais derrubados, suas moradas saqueadas pelos soldados e, em seguida, impedidos de viver como sempre o fizeram. Viam as imagens de quando freqüentavam as casas dos vizinhos para a sentinela por ocasião da morte de um parente "e lá tudo era parente. Viam as imagens colhendo o milho, plantando o feijão, viam-se dias e dias caminhando pelas terras ressecadas esperando pela chuva que revelava uma história da falta e da abundância. Quarto enorme cujo silêncio imposto provocava as vozes que davam lugar a um texto do qual nunca se apartaram. De repente, sem perceber que a noite dava lugar ao dia, despertam de suas lembranças com a voz do guarda que os fazem voltar da "***viagem***". Com um grito: "***hora de acordar***"! Não restava outra alternativa a não ser interromper a "viagem" para recomeçá-la na noite seguinte.

O silêncio do salão enorme do quarto de dormir tecia, contraditoriamente, um volta à "***terra suor***", à "***terra vida***", à "terra família", a "***terra tudo***". Lançavam-se, assim, para dentro de si mesmos conferindo, à natureza íntima, o seu lugar. O salão enorme do quarto de dormir, edificado de forma fria e desapaixonante, ameaçando seu lugar de origem, posto que outros mundos transitavam diante do seu mundo, invadindo seus sentimentos, dava lugar a imagens calorosas e apaixonantes de sujeitos "caceteiros" portadores de uma cultura legada pelos seus ancestrais.

> Como nos disse Afonso que "no quarto de dormir eu me via voltando, vendo meus animais, trabalhando na terra que era orgulho do meu pai e de minha mãe. Eu sonhava com o mato e quando acordava estava na escola"
>
> Antonio e Afonso, no dia seguinte, voltam do banheiro animados como se estivessem indo para a roça, pois as lembranças do sertão que os acompanharam durante a noite, tão recente, que foi embora, os animava a compartilhar com os outros colegas do grupo.

Nesse mesmo dia, ao encontrarem Francisco, outro companheiro de Pau de Colher, escutam sua história de "papagaio voou dê cá o pé meu louro" que havia sonhado, também, na noite passada.

EM 1945 Antonio faz a "*viagem de Volta*", juntamente com outros, entrando em seu povoado, "montado no lombo de um jumento" como desejava, pisando o chão da terra dos seus antepassados: era o início do fechamento das feridas.

> Afonso, ao contrário, fica por ter sido "enganado e escondido pelos guardas dos meninos que iam voltar". O seu destino tinha sido mais uma vez decidido a sua revelia. Afonso nos diz que "tomei conhecimento de que meus irmãos haviam voltado, dias depois, e não me conformei. Comecei a me jogar nas paredes da escola batendo meu corpo e minha cabeça bem forte contra elas". O sangue pela morte dos pais, as lágrimas pela dor constante da perda e afastamento dos vínculos e o suor do trabalho diário, na escola, a testemunhar os dias que se seguiram, seriam os materiais produzidos pelas fendas abertas que o acompanharia simbolizando seu corpo, até hoje, vulnerável. "Eu não voltei naquele dia, mas vou voltar com minhas cinzas", disse Afonso. Abaixou a cabeça e chorou.

Considerações finais

Dessa forma é possível afirmar que os órfãos de Pau de Colher ao serem deslocados para Salvador vivenciaram cotidianamente, referenciados pela memória, sua pertença. As lembranças dos lugares da tradição, dos ancestrais, de sua origem, da terra trabalho, terra de seus ancestrais, terra de seus afetos, de suas amizades emergiram diariamente, na escola, através dos cenários experenciados em sua origem.

Ao trabalharem a matéria das lembranças durante o tempo da communitas em Salvador, nas diversas ocasiões e maneiras encontradas na escola, aludem a espaços e tempos vividos da tradição como resultado de uma relação intima com a natureza apreendidos através do seu fazer diário.

Transportados durante a liminaridade, através da pluralidade de imagens, para o lugar de seus afetos, carregam as marcas dos acontecimentos passados que falam do dia-a-dia resultado de sua relação afetiva com a terra e seus pais. As inscrições dos acontecimentos em sua memória fazem desfilar paisagens, histórias compartilhadas, pessoas de sua familiaridade.

O tempo passado e os lugares passados, fortes em sua memória, são os únicos documentos que lhes restaram para manter vivo o lugar de sua identidade. Seu corpo, suas lembranças, seus gestos são atravessados pelas reminiscências que encontram no Instituto de Preservação e Reforma o lugar depositário do seu ethos como âncora de evocação do passado e desejo de voltar.

Referências

BENJAMIN, Walter. (1994). Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura/Walter Benjamin. 7ª. Ed. São Paulo: Brasiliense.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (1999). O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira e, Joanópolis/Carlos Rodrigues Brandão.—Campinas, S/P:Editora da Unicamp.

CERTEAU, Michel de. (1994). A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer/Michel de Certeau; tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ:Vozes.

CLASTRES, Hélène. (1979). Terra sem mal: o profetismo tupi guarani. São Paulo: Brasiliense.

COMERFORD, John Cunha. (2003). Como uma família: sociabilidades, territórios de parentesco e sindicalismo rural/John Cunha Comerford.-Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Atropologia da Política/UFRJ.

DOUGLAS, Mary. (1966). Pureza e perigo. São Paulo:Editora Perspectiva.

ELIAS, Norbert. (1994). O processo civilizador. -2.ed.,-Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

FOUCAULT, Michael. (1987). Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Lígia M. Ponde Vassallo. Petrópolis, Vozes.

GENNEP, Arnold Van. (1977). Os Ritos de Passagem. Petrópolis, Vozes.

GUSMÃO, Neuza Maria Mendes. (1999). Herança Quilombola: Negros, Terras e Direito"In: Bacelar, J&Caroso, C (Orgs) Brasil:um país de negros? Rio de Janeiro,Pallas.

HALBWACHS, Maurice. (1968). A memória coletiva. Presses Universitaires de France.

HEGEL, Georg W.Friederich. (1996). Fenomenologia do espírito. In Pensadores. Editora Nova Cultura Ltda.

MAUSS, Marcel. (1974). Antropologia e Sociologia. São Paulo, EPU.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (1999). A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural do Nordeste- João Pacheco de Oliveira (org.). Contra Capa:Livraria.

THOMPSON, Paul. (1992). A voz do passado: história oral?Paul Thompson. Rio de Janeiro:Paz e Terra.

TURNER, Victor W. (1974). O processo ritual: estrutura e anti-estrutura. Petrópolis: Vozes.

WEBER, Max. (1991)."Relações Comunitárias Étnicas". In: Economia e Sociedade 1. Brasília Unb.

As Dimensões Territoriais dos Nordestinos na Amazônia

Ana Lia Farias Vale

Universidade Federal de Roraima
lialuz3@hotmail.com
José Gilberto Souza
Universidade Estadual Paulista
jgilbert@fcav.unesp.br

Resumo: A migração entre a população dos estados da região Nordeste para o estado de Roraima na região Amazônica do Brasil é caracterizada por redes sociais resultantes de uma corrente migratória. Este trabalho teve como objetivo identificar os motivos que levaram os nordestinos a traçar essa trajetória. Para tanto, foram aplicados questionários e realizadas entrevistas na cidade de Boa Vista, cidade que se destaca pela dinamicidade da infra-estrutura e pela fronteira geopolítica. Num primeiro momento, foram analisados os conceitos de território e seus derivados, destacando a conexão integradora entre a migração, multiterritorialidade e hibridismo cultural como fatores responsáveis por esse movimento. Também foi avaliado o papel da migração como deslocamento de força de trabalho do semi-árido para abrir fronteira na região equatorial, provocando uma adaptação a um novo ambiente físico e cultural totalmente diferente. A migração se faz em trajetórias variadas, expondo o migrante a múltiplas adversidades, como o câmbio da vida de agricultor a explorador de minas ou trabalhador urbano. O papel do migrante nordestino é destacado pela sua capacidade de reproduzir seu espaço, tanto cultural como econômico, em terras distantes, impondo territorialidades. Verificou-se o efeito que a migração exerce sobre o crescimento do capital e da força de trabalho no Estado de Roraima, ponto extremo do norte da Amazônia Brasileira, onde o nordestino é reconhecido pelo seu trabalho, pelo crescimento do comércio na economia roraimense recebendo em troca uma sensível melhoria na qualidade de vida.

Concepções do Território: Territorialidades

A discussão proposta nesse capítulo ultrapassa os limites da definição do conceito território, pois, por si, o território é um processo de conjugação de forças, de relações de produções interconectadas de articulações integradas pelos aspectos sociais (econômicos, políticos e culturais), no tempo e no espaço.

É importante aprofundar o debate sobre os vínculos e as possíveis distinções entre as noções de território e de territorialidade. A territorialidade é a dimensão simbólico-cultural do território, especialmente no que tange aos processos de identificação territorial, ou seja, as propriedades gerais reconhecidamente necessárias à existência do território e variam de acordo com o conceito de território adotado.

A territorialidade é abstrata, imaterialidade no sentido ontológico de que, enquanto "imagem" ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se como uma estratégia político-cultural, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado.

Haesbaert (2004a, f. 10), numa revisão teórica sintetizou formas que a noção/conceito de territorialidade pode ser apresentada:

1) Territorialidade num enfoque mais epistemológico: "*abstração*", condição genérica (teórica) para a existência do território [...].

2) Territorialidade num sentido mais ontológico:

a. Como materialidade (ex.: controle físico do acesso através do espaço material).

b. Como imaterialidade (ex. controle simbólico, através de uma identidade territorial ou *"comunidade territorial imaginada").*

c. *Como "espaço vivido"* (frente aos espaços - neste caso, territórios, formais - institucionais), conjugando materialidade e imaterialidade.

Assim, há necessidade de sempre esclarecer a que concepção de territorialidade ou a que relação entre território e territorialidade a temática ora estudada se refere.

Haesbaert distinguiu duas dimensões principais do território, uma mais funcional e outra mais simbólica, e é baseada neste que esta pesquisa se apóia, tratando a multiterritorialidade do nordestino em Boa Vista / Roraima a partir da territorialidade num sentido das dimensões funcional e simbólica, ou "vivida" do território, tenha ele existência concreta ou não, sempre mantendo as relações de poder, onde se percebe a riqueza das múltiplas territorialidades em que o migrante está mergulhado.

Neste sentido, propõem-se mais uma vez re-definir território:

> [...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. Assim no [espaço delimitado há um híbrido], [...] entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e "idealidade", numa complexa interação tempo-espaço, [...] na indissociação entre movimento e (relativa) mobilidade, [...] [entre] fixos e fluxos, circulação e 'iconografias' [...] (HAESBAERT, 2004b, p. 79).

O território passa, então, gradativamente, de um território de controle de áreas (lógica típica do Estado - Nação) para um "território-rede" ou de controle de redes onde o movimento e ou a mobilidade passa a ser um elemento fundamental na construção deste. Então, dentro dessa multiplicidade territorial em que todos (e não só os migrantes) estão mergulhados, analisam-se os traços fundamentais que marca a existência de múltiplos territórios (do tipo mais funcional ou mais simbólico, com os sujeitos que o promovem - empresas, o Estado, grupos culturais -, e com níveis de intensidade da atuação do 'poder'), a experiência cada vez mais intensa daquilo que Haesbaert denomina 'multiterritorialidade'.

O espaço pode ser concebido como um cenário de territorialidades, isto é, entre jurisdições, reais e imaginadas, que incidem sobre os territórios estruturados e habitados. Os territórios plurais são uma multiplicidade de espaços diversos, culturais, sociais e políticos, com conteúdos jurisdicionais em tensão, que produzem formas particulares de identidade territorial, como se todo território (formalmente instituído) implicasse o convívio de múltiplas territorialidades, tanto pela justaposição como pela sobreposição, numa conquista de espaço simbólico de poder. Daí a necessidade de se encarar o território, conseqüentemente a territorialidade, como categoria temporária, de vez que no espaço pós-moderno há constante transformação.

Abordagem Integradora: Multiterritorialidade

Devido à amplitude que a geografia adquiriu na atualidade, pois se encontra mergulhada em problemáticas políticas, econômicas, sociais, cada vez mais impregnadas das perspectivas culturais, a pesquisa ora desenvolvida, se apóia na *'**abordagem integradora**'* do território, pela impossibilidade de traçar limites, no sentido de que qualquer análise de identidade/territorialidade, hoje, deve passar pelos interesses e/ou implicações político-econômicas de sua construção (HAESBAERT, 2004b, p. 77).

Assim, o território só poderia ser concebido através de uma perspectiva integradora entre as diferentes dimensões sociais, pois segundo esse, elas, são e estão relacionadas e, por isso, condicionam-se; são indissociáveis e o reconhecimento desta articulação se faz necessário para superar os limites impostos por cada abordagem feita isoladamente.

Assim, levando em conta as concepções de território e de '***territórios múltiplos'***, pode-se afirmar que o homem está desde sempre vivendo numa multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios [e/ou territorialidades] ao mesmo tempo (casa, bairros, cidade...), resultado do processo de apropriação e domínio de um espaço, cotidianamente.

[...] uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma "***multiterritorialidade***" (HAESBAERT, 2004b, p. 344).

Fica evidente a necessidade de distinguir, inicialmente, multiterritorialidade num sentido amplo, ligada à propriedade genérica da multiplicidade territorial e multiterritorialidade, que envolve a experiência concreta de múltiplos territórios e/ou territorialidades.

Pode-se viver ao mesmo tempo ao nível da família, de um grupo, de uma nação. Existe uma multiterritorialidade no sentido mais tradicional, de pertencer, resultante de uma sobreposição lógica de territórios, hierarquicamente articulados, "encaixados" na vida cotidiana conforme os distintos poderes no "***tempo-espaço***" representado em espaços superpostos.

Lacoste (1988, p. 49), reconhece então as diferentes representações do espaço referidas à nossa mobilidade mais restrita, cotidiana (em nível de bairro, cidade, deslocamentos de fim de semana); as configurações espaciais não-coincidentes das redes das quais dependemos (redes administrativas, de comercialização, de influência urbana, financeiras); e as representações espaciais de mais ampla escala, veiculadas pela mídia e pelo turismo, e que freqüentemente abarcam o mundo no seu conjunto. Assim:

O desenvolvimento desse processo de espacialidade diferencial se traduz por essa proliferação de representações espaciais, pela multiplicação das preocupações concementes ao espaço (nem que seja por causa da multiplicação dos deslocamentos). Mas esse espaço do qual todo mundo fala ao qual nos referimos todo tempo, é cada vez mais difícil de apreender globalmente para se perceber suas relações com uma política global (LACOSTE, 1988, p. 50).

Os indivíduos tecem sua própria rede, ou melhor, seu(s) próprio(s) território(s)-rede(s) - que implicam, sem dúvida, assim, a vivência de uma multiterritorialidade, pois todo território-rede resulta da conjugação, em outra escala, de territórios-zona, descontínuos. Além disso, mais do que de superposição espacial, como enfatiza Lacoste, trata-se hoje, principalmente com o novo aparato tecnológico-informacional à disposição do homem, de uma multiterritorialidade não apenas por deslocamento físico como também por "***conectividade virtual***", a capacidade de interagir à distância, influenciando e, de alguma forma, integrando outros territórios.

Esta flexibilidade territorial do mundo dito "***pós-moderno***", embora não seja uma marca universalmente difundida, permite que alguns grupos, em geral os mais privilegiados, usufruam de uma multiplicidade inédita de territórios, seja no sentido da sua sobreposição num mesmo local, seja da sua conexão em rede por vários pontos do mundo que permite as múltiplas modalidades de territorialidade existentes, criando a partir daí uma nova (multi)territorialidade.

Trata-se assim de vivenciar essas múltiplas modalidades, de forma simultânea (no caso da mobilidade "virtual", por exemplo) ou sucessiva (no caso da mobilidade física), num mesmo conjunto que, no caso dos indivíduos ou de alguns grupos, pode favorecer mais uma vez, agora não mais na forma de territórios-zona contínuos, um novo tipo de "***experiência espacial integrada"***.

Após a distinção da multiterritorialidade num sentido de múltiplos territórios, é importante distinguir, a dimensão mais propriamente material e a dimensão simbólica da multiterritorialidade, pois esta tem como condições básicas a presença de uma grande multiplicidade de territórios e territorialidades a articulação de territórios-rede, para então se desenhar as diferenciações dentro da própria dinâmica de "***multiterritorialização***".

Multiterritorialidade do Território

No que diz respeito ao hibridismo, baseado na concepção que Haesbaert (2002, 2004a, b), tem desenvolvido mais recentemente, sobre a multiterritorialidade, analisa-se o hibridismo em torno das novas formas da relação espaço-cultura, especialmente no hibridismo cultural, em tomo da produção da diferença e das identidades, enfocando o que se refere ao estudo das identidades.

Dessa forma, a migração sendo um dos condutores de uma multiterritorialidade, onde as identidades adquiridas se fundem, surge novas concepções conceituais (sem perder a valorização das anteriores), que completam a dinamicidade e que servem de base para justificar a veracidade do que se afirma.

Com o território, portanto, não está sendo diferente, pois diante da realidade híbrida, ele passa a ser mais integrador especialmente quando separa cultura e natureza, mundo material e mundo imaterial, ou, em termos de poder, poder político (mais "***funcional***" ou concreto) e poder simbólico, pois como afirma Haesbaert:

[...] o território hoje se define muito mais através de suas imagens e representações, sua dimensão simbólica ou sua "***territorialidade***", do que por sua dimensão material - o que faz com que alguns relacionem este fenômeno com processos de desterritorialização -, não há dúvida que não se trata de um processo de desterritorialização, mas de uma dinâmica muito mais complexa e aberta à vivência de uma crescente e complexa multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004a, f. 15).

O discurso de desterritorialização vincula-se ao desenraizamento e ao enfraquecimento das identidades territoriais, no mínimo é demasiado simples, pois o mundo está marcado pela imprevisibilidade e fluidez das redes e pela virtualidade, com fluxos, redes e imagens globais, assim o território, como espaço apropriado, tem uma concepção de multiplicidade, tanto no sentido da convivência de "***múltiplos***" tipos de território quanto da construção efetiva da multiterritorialidade.

O mais comum é que as pessoas e os grupos sociais desenvolvam vínculos identitários com mais de um território ou com territórios de características muito mais híbridas, "***multiterritorializando-se***". Não há espaço produzido que não o seja através da cultura dos grupos que o constituem, seja no sentido de cultura como o conjunto de relações que os distinguem ou no sentido do que se refere à produção de significados, à dimensão simbólica.

Não há como dissociar a cultura da produção do espaço, pois os processos mais funcionais de dominação e os processos mais simbólicos de sua apropriação são integrados e indissociáveis com outras esferas, como a econômica e a política que efetivam diferentes redes e um determinado *campo de forças*.

A formação das redes de circulação e de comunicação contribui para o controle *do* e *no* espaço; elas agem como elementos mediadores da re-produção do poder da classe hegemônica e interligam o local, ao global, interferindo diretamente na territorialidade cotidiana dos indivíduos e grupos ou classes sociais. (HAESBAERT, 2004b, p. 79).

Enfim, para uma análise territorial, tem-se que ter uma visão de espaço como um híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e "idealidade", numa complexa interação tempo-espaço, onde o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2004b, p. 79).

Dessa forma, considerar o território como um lugar subjetivo, acrescenta algo mais, com dimensões que vão do físico ao mental, do social ao psicológico, em escalas diversas, pois na convergência destas características misturadas (de comutação /disjunção, de comensalismo / simbiose, de dependência / apropriação). No centro da noção de território, encontram-se dois sentidos: o da "***identidade***", a individualidade (a maneira particular), pois o território é um espaço diferente para cada indivíduo que o compõe e o "temporal" através da evolução, das mudanças ao longo dos anos em uma localidade, uma nação que permanece substancialmente igual.

Há, portanto, uma acoplagem, um círculo dialético, dinâmico. E é este circuito em espiral que faz do território um lugar também subjetivo, onde a memória dos fenômenos culturais é e está expressa no espaço e que, como espaço produzido, é um território. A subjetividade, mesmo que em memória, modifica ou sugere um território distinto, particular; e o espaço, enquanto limite territorial fornece uma subjetividade estável, para que o tempo, que esboça (que é a base) o ser individual ou coletivo, se exprima se transforme no lugar simbólico, na paisagem e no território, reproduzindo constantemente. Assim, o espaço se multiterritorializa com ações num tempo histórico, com a sobreposição de identidades (híbridas), recriando num movimento constante, novas características aos territórios.

Cada sujeito ou grupo, em cada um de seus atos, celebra a identidade/subjetiva. As projeções espaciais de lembranças, reconstituídas no presente e nos diversos espaços anteriormente vividos (territórios) sustenta a memória tornando o sujeito híbrido e o espaço por esse produzido numa multiplicidade cultural.

O espaço é a oportunidade fornecida às memórias, pois coloca diante dos olhos coisas e sujeitos, oferecendo a possibilidade de repensar naquilo que os momentos vividos não permitiram, oferecendo uma espécie de regeneração interativa do tempo. O espaço é memória objetiva do futuro e interpreta um papel maior na formação de identidade num complexo contexto de multiterritorialidades contribuindo para a formação social do sujeito.

O território pode, assim, como o tempo, tanto se extenuar como se confirmar. Os mesmos agentes de cristalização do território se encontram ao longo de todo o processo e esse se transforma, por sua vez, no guardião de memória.

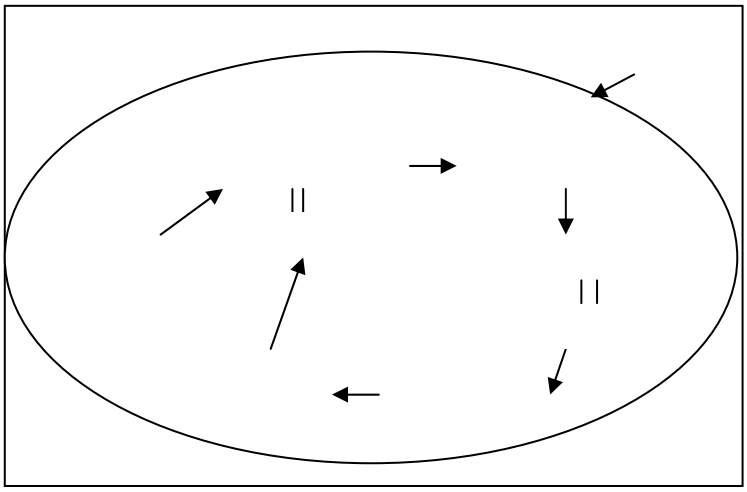
A partir da subjetividade (lembranças identitárias) e da objetividade do espaço (paisagens construídas que identificam o território), o sujeito enquanto migrante tem sua formação social sendo constantemente reformulada, que pode ser representada apenas no momento e espaço em que se encontra, pois a partir do instante que se segue no fluxo, esse passa a ter novas identificações, portanto outro território passa a se (re) formar e enquanto sujeito social, esse ainda se encontra em formação, pois novas cargas culturais serão justapostas às anteriores.

O território construído pelo migrante enquanto sujeito híbrido é (des) provido de uma identidade mestre, que logo de início já é hibrida pelo próprio fato de que o mundo cibernético lhe assegura uma maior complexidade, mesmo sem se deslocar objetivamente do espaço, contudo essa identidade mesmo com novas relações impostas, pela dinamicidade atual é nata (própria).

Na percepção de múltiplos territórios (aqueles ainda não vividos, porém conhecidos), quando percorridos, vivenciados se arrumam se ajustam objetivamente, numa mescla de informações e imagens assimiladas e acopladas dinamicamente às anteriores, multidimensionando o poder de visão do sujeito (migrante). Mais uma vez, essa dinâmica contribui para a formação social do sujeito que sem perceber acumula identidades e reformula a sua, numa complexa teia de redes sociais que se forma, complementando o contexto analisado

Gráfico 1

Formação social do sujeito enquanto migrante: o sujeito híbrido



O sujeito híbrido possui concepções concretas e abstratas objetivas e subjetivas, numa complexidade de informações acumuladas tanto pelo hibridismo global como pelo aquele adquirido nas rotas dos fluxos. Assim, a multiterritorialização, que envolve o esforço de criação de novos territórios (pessoais ou coletivos), que se fixam não num imaginário nacional, mas apenas num imaginário de autonomia local ou regional ou de soberania (poder) de seus recursos, tem sempre um esforço no sentido de criar e defender várias formas de direitos (formais ou informais, legais ou ilegais) que permitam que a comunidade deslocada (migrantes em redes sociais) continue a se reproduzir sob condições instáveis ao garantir acesso confiável aos meios materiais para reprodução.

Por todos os processos que o migrante passa, no decorrer da trajetória (Gráfico 1) carrega um conjunto de subjetividades adquiridas e acumuladas e que juntamente com a objetividade territorial (as paisagens construídas no espaço) formam o território muito mais significativo e cheios de perspectivas de uma estabilidade mais perene, formando, para si, território-rede, territórios múltiplos, na medida em que podem conjugar territórios zona (manifestados numa escala espacialmente mais restrita) através de redes de conexão (numa escala mais ampla). Enfim, manter ou recriar territórios imaginários representa uma "reterritorialização" a nível cultural que limitam e determinam os arranjos sociais, no contexto de que as culturas são coerentes, com fronteiras contíguas e persistentes e sempre se firmou na sensação de que a sociabilidade do sujeito é naturalmente localizada e limitada pelo local.

Esta idéia é absolutamente explícita nos estudos de cultura material que consideram as práticas espaciais como sua fonte principal de evidência e análise, ainda há uma sensação bastante difundida de que os seres humanos são condicionados a demandar espaços de lealdade que constituem extensões do seu território.

Retomando as afirmações iniciais, não há como trabalhar hoje a Geografia numa perspectiva cultural sem entender que, ao mesmo tempo em que se projeta por todas as esferas da vida e da reflexão teórica, ela se vê -'contaminada' por um hibridismo que, não separa natureza e cultura, materialidade e simbolismo, política, economia e cultura. Uma concepção como a de multiterritorialidade é capaz de apreender esta multiplicidade do espaço geográfico e, numa perspectiva de ênfase cultural, enfatizar os diferenciados processos de hibrid(iz)ação que se desdobram entre os grupos sociais em sua construção mais ou menos flexível, mais ou menos permeável, de seus espaços de vida.

Migração recente e multiterritorialidade em Roraima

Em Roraima, as territorialidades, segundo Barros (1998, p. 109), apresentam-se compostas por elementos diferenciados (grupos indígenas, fazendeiros, posseiros, Estado) que se foram superpondo, fundindo-se à sociedade nacional (provocando muitas tensões sócio-cultural-espaciais), com domínio de multiterritórios: Instituições federais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA), com reservas ecológicas; Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com áreas indígenas com domínio territorial representando quase metade da superfície do Estado; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com os mais variados tipos de Projetos de Assentamento, aonde o domínio territorial chega a ¾ da superfície estadual; além de Igrejas que fomentam a consolidação de áreas indígenas,

ecologistas com áreas de preservação ambiental criadas pelo Governo Federal, garimpeiros sobrepõem-se ao território indígena e a criação de novos municípios sobrepondo reservas ambientais e áreas indígenas.

O nordestino é responsável pela mais recente territorialidade, ocorrida em Roraima. Responsável pela produção do espaço de grande parte do Brasil, presente em vários ciclos da economia nacional e no soerguimento de inúmeros objetos geográficos, como as cidades e os grandes eixos de comunicação, os nordestinos são vistos pelo capital como reserva de mão-de-obra, circulante no País.

É necessário que se reconheça que as ondas migratórias tendem a ser também impulsionadas pela integração territorial através das redes de comunicações e combinados a esses meios, existem as "redes de interação social", através das quais as informações e o "***sistema de apoio inicial***" no lugar de destino são socializados entre os imigrantes, (MASSEY et al., 1990, p. 162).

As "***promessas***" de acesso à propriedade da terra nas regiões de fronteira, como Roraima, foram embutidas numa ideologia migratória ilusória de ascensão social que muitas vezes tinha uma correspondência real; muitos migrantes conseguiam, de fato, ascender socialmente e só assim adquiria a força de uma ideologia motivadora e mobilizadora.

Além dos fatores de expulsão nas regiões de origem, a economia, com suas aceleradas taxas de crescimento e altíssima capacidade de geração de emprego, assim como a sociedade se modernizando criavam um amplo leque de oportunidades que, se não eram plenamente acessíveis a todos os migrantes, devido à seletividade, eram, de fato, reais e possibilitavam o êxito de alguns. Essa realidade, por certo, reforçava o sujeito a se estabelecer e firmar-se na terra nova.

É necessário levar em consideração a incipiente economia do Estado de Roraima, tendo em vista que os migrantes têm dificuldades de ingressar no mercado de trabalho. Os obstáculos encontrados pelo Estado, enquanto controlador do espaço aos mais diversos, pois este possui uma economia frágil, não conseguindo absorver toda a população migrante no mercado de trabalho, lembrando que o próprio Estado é o maior empregador.

O setor terciário (empresas comerciais e prestadoras de serviços) absorve pouca mão-de-obra, a média de pessoas efetivamente ocupadas por estabelecimento comercial em Boa Vista é de 4,05 (pessoas) segundo dados levantados pela Federação do Comércio de Roraima (FECOR/Roraima), vale ressaltar que o número de pessoas efetivamente ocupadas é independente de terem ou não vinculo empregatício (FECOR, 2000, f. 15).

A grande maioria da população migrante está inserida no mercado de trabalho, em atividade informal, tendo como alternativa a assistência do Estado que passa a assumir responsabilidades com essas famílias, tendo que dispor de recursos para reduzir os impactos sociais que possivelmente surgirão diante dessa nova realidade, pois se justifica primeiro pelo número reduzido de oferta de empregos e segundo, pela exigência de uma qualificação do trabalhador (ensino médio completo e experiência de trabalho).

Enfim, por todos os dados analisados, pode-se constatar que nos anos de 1980, Roraima ainda tinha um fluxo migratório que se mantinha num nível constante, sem grandes alterações, não recebendo incentivos suficientemente fortes, pois ainda havia certo isolamento. Com a abertura da BR 174, com a homologação da constituição, com os projetos de assentamentos, entre outros fatores tão exaustivamente citados, fica claro que a migração é promovida ora pelo capital para áreas urbanas, ora por incentivos públicos para áreas rurais nos assentamentos do INCRA e para frentes garimpeiras, e, por fim, consolidada pelas redes sociais entre parentes, amigos e conterrâneos que vivem em Roraima, assim conclui-se que esse fluxo migratório mais recente, não é espontâneo, pois há um conhecimento prévio com referencial constituído entre as redes formadas entre a Região Nordeste e o Estado de Roraima.

Roraima, com o passar dos anos, terá uma das populações mais mescladas do Brasil. Índios de várias tribos, garimpeiros de todas as regiões do Brasil, militares, pois esta é área de fronteira, colonos migrantes do País inteiro. Segundo Barros (1998, p. 135), um novo tipo de povo, não mais garimpeiro, porque as mineradoras tomarão o seu lugar. Não mais índio, pois sua cultura foi destroçada. Não mais migrante colono porque a última fronteira agrícola do Brasil está se esgotando.

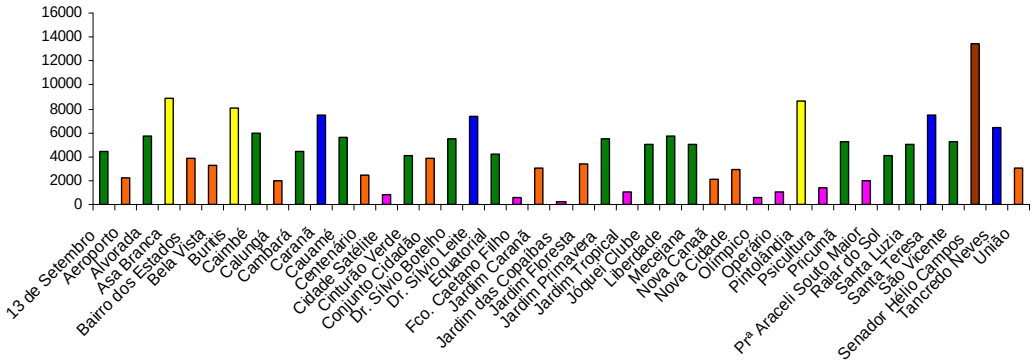
As características identitárias de todos estão sendo assimiladas, hibridizadas, compondo uma cultura que contribuirá na formação social do sujeito roraimense, que sem perceber acumula identidades e reformula a sua, numa complexa teia de redes sociais que se forma na pluralidade de culturas.

Enfim, números apresentados e usados pela Prefeitura Municipal de Boa Vista em programas sociais de assistência a população, coletados em 2001 e atualizados em 2003 através da Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania com o Programa Braços Abertos, apresentava um total de 42 bairros e um conjunto habitacional, cadastrando um universo de 180.131 pessoas, num total de 50.156 famílias, em 47.908 domicílios visitados pelos pesquisadores. Para esta pesquisa, das 25 variáveis do referido programa, teve-se acesso somente aos dados que dizem respeito à origem e à situação sócia econômica do chefe de família dos domicílios investigados. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA, 2001/2003).

Da população pesquisada de 180.131 pessoas, a distribuição se apresenta da seguinte forma: 8 bairros com uma população de até 2.000 pessoas; 11 áreas (10 bairros e 1 conjunto habitacional), que apresentam uma população de até 4.000 pessoas; 16 bairros com uma população de até 6.000 pessoas; 4 bairros de até 8.000 pessoas; 3 bairros com uma população de até 10.000 pessoas; e por fim, 1 bairro que apresenta uma população acima de 10.000 mil pessoas

Gráfico 2.

População dos bairros da cidade de Boa Vista segundo a Prefeitura Municipal

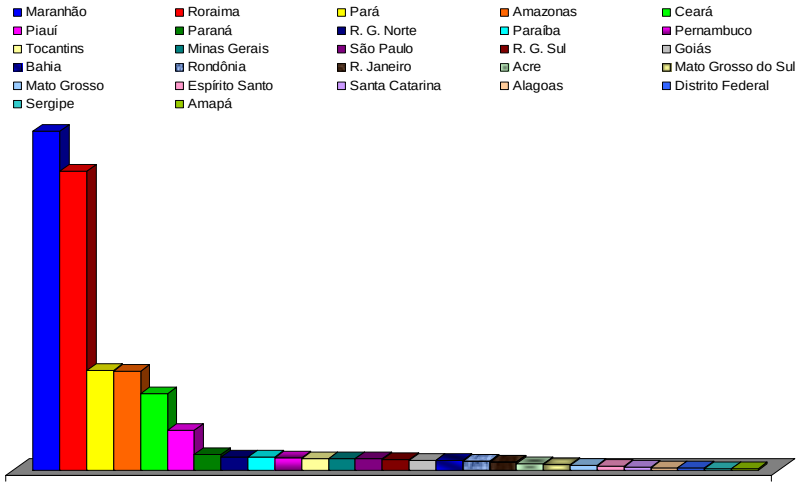


No que diz respeito à naturalidade dos chefes de família cadastrados na pesquisa, 2.325 não informaram a origem, contudo foi detectada a presença de um grande número de nordestinos, principalmente maranhense, com um total de 12.448 chefes da família do Maranhão, superando o número de roraimenses (10.978), indicando a predominância dos maranhenses na cidade.

Destacam-se ainda a presença dos chefes de família paraenses que se apresentam num total de 3.670, seguidos pelos amazonenses (3.632), cearenses (2.806), piauienses (1.463), paranaenses (574), potiguares (490), paraibanos (479), pernambucanos (449), enfim encontram-se representantes de todas as 27 unidades federativas do país na cidade de Boa Vista

Gráfico 3

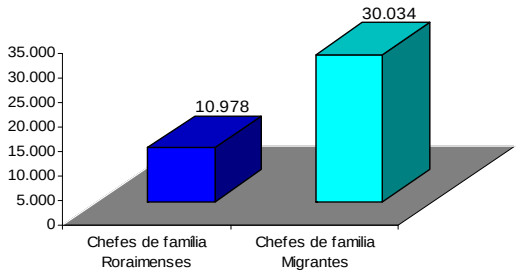
Chefes de família economicamente ativos residentes em Boa Vista: naturalidade por unidades da federação



Considerando a naturalidade dos identificados nas 43 áreas urbanas da cidade de Boa Vista, pesquisadas pela Prefeitura Municipal, é sensível a diferença entre o número de migrantes (19.064 chefes de famílias) para com o número de roraimenses

Gráfico 4.

Chefes de família economicamente ativos residentes em Boa Vista: roraimenses / migrantes



Vale ressaltar, no que diz respeito à produção do espaço, que as áreas, ora analisadas, são de ocupação recente, onde em apenas cindo áreas, a ocupação ocorreu anterior aos anos de 1980.

Pela localização dos bairros, segundo a Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania da Prefeitura Municipal de Boa Vista, Zona Oeste e Norte da cidade, há concentração de migrantes que necessitam da condição assistencialista do Estado, enquanto regulador do poder, pois estas zonas são destinadas ao programa de habitação social, onde a população locada é constituída de baixo poder aquisitivo, portanto, no que diz respeito à ascensão social do migrante, este ainda permanece na condição precária de reprodução, contudo as necessidades básicas são assistidas, mesmo que pelo Estado, como bem salientado na entrevista concedida pelo Diretor Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Vicente de Paula Joaquim:

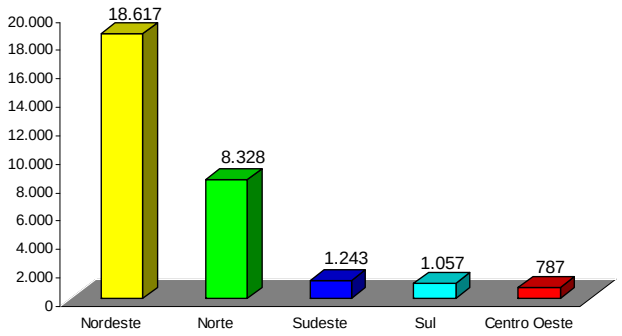
> [...] ninguém migra de graça, vem atrás de alguma coisa. A notícia aqui é que ninguém passa fome. Alguém passa fome em Boa Vista? Já virou mito, porque existem programas sociais do governo federal, do governo do estado, do governo municipal. Eles estão presentes e conseguem atender a população. As pessoas têm vale alimentação, cesta básica, vale estudante, vale isso, vale aquilo... Com uma população em torno de 200 mil habitantes o Estado ainda consegue atender e este sobrevive politicamente em função disso. [...]

Em tese, todas as boas intenções de impedir um processo de miserabilidade, de favelização, são boas, cristãos e morais, ofertando as , bilidade o a área física.ramos ter dados de nordestinos uaridades distintas do bairro ao qual pertence famílias uma qualidade de vida razoável, mas o retorno esperado sempre é a finalidade eleitoral, tanto que essas ações se intensificam em época de eleições.

Entre os migrantes, residentes nas 43 áreas da cidade de Boa Vista, os que se destacam pelo número são os nordestinos, com um total de 18.617 chefes de família. Mesmo que do total de migrantes sejam subtraídos os maranhenses, os nordestinos ainda possuem relevante realce no que diz respeito à quantidade, com 6.159 chefes de família, perdendo apenas para os nortistas, que perfazem um total de 8.328 chefes de família economicamente ativos

Gráfico 5.

Migrantes chefes de família economicamente ativos residentes em Boa Vista: por regiões

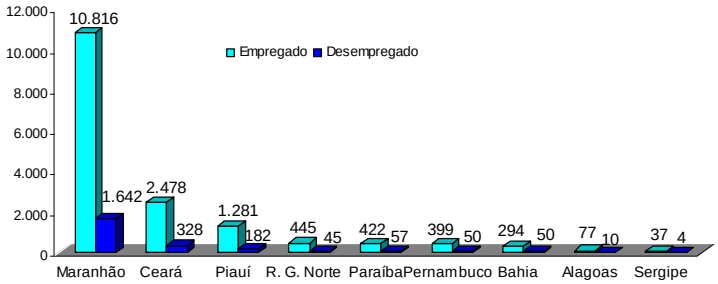


Este fluxo interno é motivado principalmente pelo capitalismo que, ao gerar trabalhadores excedentes, separados de seus meios de existência, cria a necessidade de deslocamentos em busca do trabalho, temporariamente ou não. A disponibilidade de tais trabalhadores, como reserva de mercado, nos mais diversos pontos do território, torna-se, por sua vez, condição necessária para a própria existência da acumulação do capital, ocorrendo o deslocamento para regiões que serão impulsionadas economicamente.

Segundo a Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania da Prefeitura Municipal de Boa Vista, no que diz respeito aos chefes de família nordestinos que se deslocaram para área urbana de Boa Vista, pelos dados fornecidos, percebe-se que essa ascensão econômica tão almejada é conseguida por 85,5% dos nordestinos, com um índice de desemprego de apenas 14,5%, portanto, dos 18.617 nordestinos identificados na pesquisa, do referido órgão, apenas 2.368 estão desempregados, portanto excluídos do mercado de trabalho

Gráfico 6

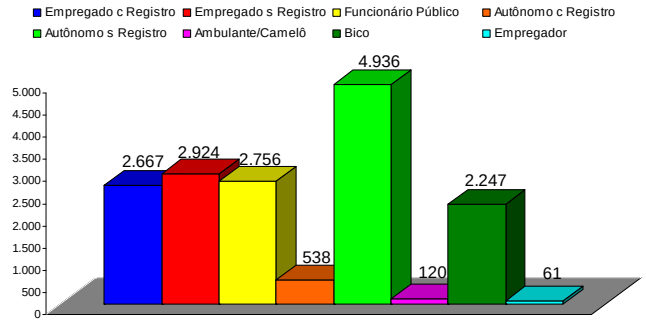
Chefes de família nordestinos economicamente ativos residentes em Boa Vista: desemprego.



Os nordestinos que não se encontram inseridos no mercado de trabalho em Boa Vista ficam destinados aos subempregos. São 10.227 chefes de família nordestinos, que se encontram nesta situação, desprovidos dos benefícios que lhes assegurariam estabilidade futura que lhes dariam direito à cidadania. Entre os que possuem cadastros estão os empregados e autônomos com registro e funcionários públicos, que junto perfazem um total de 5.961 chefes de família nordestinos. No que diz respeito aos 61 empregadores nordestinos, identificados pela referida secretaria, nas áreas analisadas, são pequenos empresários do setor terciário ligados ao comércio, em sua maioria, empregadores da própria família e/ou conta própria.

Gráfico 7

Chefes de família nordestinos economicamente ativos residentes em Boa Vista inseridos no mercado de trabalho: total por categorias



Como o número de maranhense (6.299 chefes de família) supera em mais de duas vezes o restante dos nordestinos (6.159 chefes de família) identificados na pesquisa, este se destaca em todas as atividades. A atividade de maior expressividade entre os cearenses, piauienses, sergipanos, alagoanos e baianos é autônoma sem registros, enquanto que os paraibanos e pernambucanos se diferenciam através da categoria funcionário público.

Essa dinâmica nos estados de Pernambuco e Paraíba pode ser analisada a partir do recrutamento feito pelo governo de Roraima, no início dos anos de 1990, nas universidades públicas desse dois estados, onde eram convidados recém-formados a fazerem parte do quadro de funcionários públicos do estado, assegurando-lhes moradia e cesta básica por um período de três meses, até a devida contratação e recebimento do salário. É relevante a concentração dos maranhenses e cearenses chefes de família na categoria empregador e dos paraibanos e pernambucanos na categoria funcionários públicos. (Tabela 1)

Tabela 1

Chefes de família nordestinos economicamente ativos residente em Boa Vista inseridos no mercado de trabalho: total por categorias/naturalidade

Estados	Empregado c Registro	Empregado s Registro	Funcionário Público	Autônomo c Registro	Autônomo s Registro	Ambulante Camelô	Bico	Empregador
Maranhão	1.849	2.043	1.608	291	**3.271**	72	1.654	28
Ceará	345	393	507	125	**783**	25	283	17
Piauí	195	222	221	50	**404**	15	170	4
R G Norte	81	67	99	25	**127**	3	40	3
Paraíba	63	62	**127**	18	112	1	33	6
Pernambuco	64	69	**119**	18	97	1	31	0
Bahia	43	55	52	7	**108**	3	24	2
Alagoas	17	7	17	3	**23**	0	10	0
Sergipe	10	6	6	1	**11**	0	2	1
Total	2.667	2.924	2.756	538	4.936	120	2.247	61

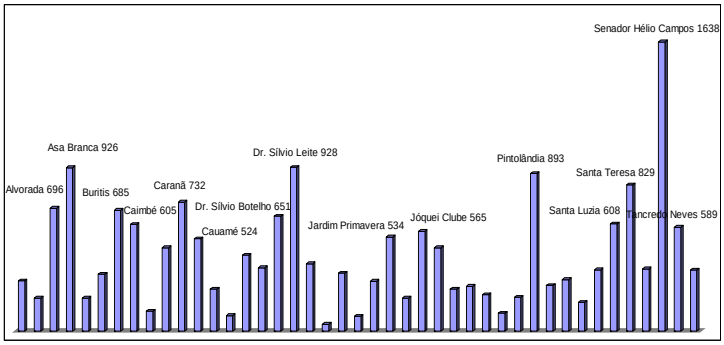
Fonte: Adaptada da Prefeitura Municipal de Boa Vista, 2003.

Os nordestinos, como já comprovado, se encontram em todos os bairros da cidade de Boa Vista, indistintamente, independente dos dados levantados pela Prefeitura, onde estes impõem sua territorialidade e transformam o espaço, dando lhes novas paisagens e configurações. Contudo, o Gráfico 8 revela que, das 43 áreas analisadas, 15 bairros da cidade de Boa Vista, concentram acima de 500 chefes de famílias de origem nordestina.

Em cada bairro, pode-se perceber a predominância de um determinado grupo: Bairro Asa Branca (ocupado em 1982): cearenses; no Bairro Pricumã (ocupado em 1982): pernambucanos e paraibanos; nos Bairros Tancredo Neves e Caimbé (ocupados respectivamente em 1985 e 1987): alagoanos; no Bairro Sílvio Leite (ocupado em 1986): potiguares; no Bairro Sílvio Botelho: (ocupado em 1993) sergipanos; no Bairro Cinturão Verde (ocupado em 1995): baianos e no Bairro Hélio Campos (ocupado em 1995) maranhenses e piauienses.

Grafico 8

Bairros da cidade de Boa Vista com o maior número de nordestino



Nesta configuração, evidencia-se a concentração de migrantes conterrâneos, em redes que se articulam, se interagem, criando interfases entre circulação e comunicação, que tem o controle, o poder, também subjetivo, que cria e se apropria do território, manifestando a dinâmica e suas estratégias territoriais.

Entre o Nordeste e Roraima, existem as chamadas "redes de interação social", através das quais as informações e o "sistema de apoio inicial" acontece. O uso desses meios se intensifica entre os nordestinos, com o apoio daqueles que galgaram posições de relevância na vida econômica e/ou política da capital ou do estado. Cada vez mais, Roraima é 'morada de nordestino'.

Observa-se habitualmente que os migrantes avançam, ao longo de rotas bem definidas, em direção a destinos sumamente específicos. Em parte, deve-se isto ao fato de que as oportunidades tendem a ser localizadas e, em parte, ao fato de que os migrantes, via de regra, seguem as tais rotas mediadas por fluxos de conhecimentos dos locais de destino para os de origem. O fato dos primeiros migrantes ter superado uma série de obstáculos diminui a dificuldade do deslocamento para aqueles que lhes seguem, criando-se, na realidade, sendas, oportunidades intervenientes, pontes.

Retomando a questão da migração interna e suas mensurações, nos fluxos interestaduais, os migrantes passam por mais de uma etapa, antes de chegar ao destino, ocorre que ao levar em conta a última mudança, parte dos fluxos que originariamente eram rural-urbanos passa a urbano-urbano, pois normalmente o migrante que sai do campo realiza etapas migratórias intermediárias, vivendo temporariamente em cidades próximas à sua primeira origem, dirigindo-se em fase posterior à cidade escolhida. Quando se trata de regiões de expansão industrial ou da fronteira agrícola, esta percentagem chega a aumentar num nível de 50%, em alguns estados (MATA, 1980, p. 832).

Paisagem urbana (re)produzida: território de nordestino

As práticas sócio-espaciais definem os conteúdos e imagens de cada parcela do território urbano e as multiterritorialidades praticadas pelos sujeitos tomam forma, dispostas nos arranjos urbanos e resultam em estruturas sobrepostas no tempo, com identidades multivariadas que refletem diretamente nos modelos urbanos (num movimento contínuo que vem a ser materializado no espaço em qualquer tempo dado, de tal modo que padrões observáveis de organização sócio-espacial são formas fenomenais) o hibridismo desse sujeito produtor de espaço.

Os traços distintivos da morfologia espacial estão dialeticamente relacionados com as mudanças estruturais na organização social, um procede em interação com o outro, muito mais do que através de algum elo positivista entre causa social e efeito espacial.

As formas que emergem no processo imobiliário, e aí entram as imagens que retratam a Região Nordeste, não são produtos inexoráveis do destino, são produtos sociais abertos a um redirecionamento esclarecido e a um propósito 'benéfico' social (inclusão subjetiva do migrante no espaço) por meio da produção espacial, que tem como conseqüência a forma visual, aquela que deslumbra o sujeito, que o espaço assume e que não é necessariamente a mesma do lugar de origem, mas a maneira como é identificada reflete o que ideologicamente a subjetividade do nordestino identifica.

O território, como espaço produzido, a partir das imagens estabelecidas pelos migrantes oriundos da Região Nordeste é algo admirável. Por onde passa o nordestino deixa sua marca estampada de forma objetiva ou subjetiva, e não poderia deixar de ser diferente em Boa Vista, onde socialmente esse consegue expressar na paisagem a identidade que diz conservar, mesmo que essa já hibridizada (não entendida como tal pelo sujeito, que resiste na ideologia da preservação identitária), certa identidade nordestina é expressa socialmente.

Os sujeitos são condicionados a demandar espaços de lealdade que constituem extensões do seu corpo. Para o nordestino, o território toma forma e se expande até seu corpo, com um argumento simples: onde quer que o nordestino esteja esse se encontra no Nordeste. Aqui - longe do argumento romântico de que sangue, terra, língua e talvez raça sejam as

fundações isomórficas do sentimento de nacionalidade - há o argumento especificamente invertido de que a exclusão social gera o território com similitudes.

Assim, o sentimento nordestino cria seu espaço, ao invés de ser seu produto. Esta inversão é uma patologia possível, mas não necessária, da diáspora, porque envolve um processo de reterritorialização que antecede o processo de desterritorialização. Trata-se mais exatamente da patologia do identitário territorial provocada pela especificidade histórica da exclusão, pela história particular da colonização do Nordeste do Brasil.

A divulgação da cultura nordestina em Boa Vista, não fica apenas no olhar, nas imagens que lembram o nordeste, está presente nos eventos promovidos por grupos culturais que tentam manter tradições nordestinas no território nortista, em associações comunitárias de bairros, em grupos de teatros que retratam em suas histórias a vida do nordestino, nas músicas compostas e cantadas por migrantes nordestinos, nos restaurantes que tentam territorializar a culinária nordestina.

O nordestino encontrou na dramaturgia a expressão mais direta de transmitir a informação desejada. A formação de um grupo de teatro, acompanhado por uma banda de 'forró pé-de-serra' (expressão usada para identificar o forró mais tradicional do Nordeste, aquele que é constituído por uma sanfona, um triangulo e um bumbo), com sanfona, triângulo e pandeiro é uma dessas expressões. O grupo se apresenta no interior e nos bairros, retratando a própria realidade vivida pelos nordestinos de Roraima: retratam o agricultor com as necessidades de infra-estrutura para escoar o que foi produzido, para a cidade; a mulher sertaneja com seu machado nas costas lutando pela sobrevivência e buscando alcançar o sonho de uma terra acolhedora; os filhos que buscam a educação, onde o acesso a escola é maior do que no Nordeste. Dulcinéia Maria S. Silva, 43 anos, que chegou a Boa Vista em 1997, e hoje está inserida na sociedade como líder comunitária do Bairro Olímpico (bairro invadido por mulheres lideradas por ela no ano de 1999 e fundadora do CTN – Centro de Tradições Nordestina), relata:

> "A gente é ator da vida real". O que se tenta passar para as pessoas, é que um homem com machado e um facão, ele não é um agricultor, ele é um povo isolado. Então, aquelas mulheres que se vestiam com a cabeça amarrada, botavam a trouxa na cabeça em busca de um sonho que, cada um de nós vem para esse estado aqui, em busca de um sonho. Muita gente vem em busca de melhorar a vida, outros vieram em busca de um espaço que também foi pra região de garimpo.
>
> [...] Mas todos que vieram do nordeste ou do outro estado, vieram em busca de um estudo ["...] Se for fraco, não consegue realizar o sonho e ainda saí por aí andando de estado em estado".

No que diz respeito a grupos que tentam manter as tradições culturais do Nordeste brasileiro em Roraima, pode-se exemplificar a Associação de Dança Cangaceiros Ciranda do Thianguá, que desenvolve em paralelo a divulgação da cultura nordestina, um trabalho social reconhecido por toda a comunidade que reside em Boa Vista. Está registrada, legalizada e é uma associação que representa Roraima em competições na Região Norte, com seus dançantes em grupos de dança 'Mulheres Rendeiras' e 'Quadrilha Cangaceiros do Thianguá', há mais de uma década (Figura 1 e Figura 2).

Os recursos conseguidos com os prêmios e os eventos são revertidos em prol da comunidade ligada à associação, onde já conseguiram: uma sede própria com equipamentos (computador, geladeira, frízer, fogão, telefone); um ônibus, que além de servir para transportar os dançantes aos eventos dentro e fora do estado recebe contratos de aluguel no transporte de pessoas; mantém na sede uma academia de jiu-jitsu, com professor pago pela associação e os associados são isentos da taxa mensal; acompanhamento em reforço escolar a dez crianças (de diferentes bairros); acompanhamento com orientação psicológica a jovens ligados a associação; transporte e encaminhamento aos familiares dos associados a hospitais, postos de saúde e auxílio na compra dos adornos nos trajes usados nas apresentações.

O presidente, Jesus do Espírito Santo Ferreira, nasceu em Manaus, filha de pai cearense da cidade de Thianguá, fundadora da Associação de Dança Cangaceiros Ciranda do Thianguá, declara que para manter a ordem e disciplina dos jovens que participam da associação, impõe regras que obrigatoriamente são seguidos: não é permitido nas proximidades da associação ou quando estão oficialmente em eventos: ingerir bebida alcoólica, fumar qualquer tipo de tabaco. A pretensão da associação é criar uma escola de música com atividades culturais para os associados.

Figura 1 e 2

Figura 1 Dançantes no Monumento do Garimpeiro (marco zero da cidade de Boa Vista)
Figura 2 – Dançantes iniciando apresentação com a Bandeira de Estado de Roraima

> "[...] no Maranhão tem o Boi Bumba dos Lençóis Maranhense. Aqui juntei uns 35 maranhenses e comecei a formar o nosso 'curral' com os que sabem cantar, bater matraca, a fazer o couro do boi [...]".

Não podendo deixar de salientar, a música nordestina que está presente através dos cantores que a divulgam com shows e gravações de Compacto Disc, como o cantor e locutor Jataí, que nasceu na Paraíba, que além de cantar é locutor, compositor, mas antes de tudo era cinegrafista na TV Borborema e TV Tambaú em João Pessoa, e paralelamente catava na noite pra ajudar no orçamento familiar. Em 1994 veio para Roraima como cinegrafista na TV Macuxi. Atualmente é locutor da Radio Folha de Boa Vista, sintonia AM 1020, que na intenção de desenvolver o lado musical, veio em busca de oportunidade, por meio de um casal amigo que se mudara para Roraima. Através de projetos desenvolvidos pelo Serviço Social do Comércio de Roraima (SESC / Roraima), conseguiu divulgar seu perfil musical, conseguindo num período de seis anos, colocar no mercado um compacto disc chamado "Artérias", com dez musicas de autoria própria, resultado dos shows apresentados no SESC, no Teatro Carlos Gomes e no Palácio da Cultura e que já atende até o mercado de Manaus. Como locutor carrega consigo um sotaque forte que diz ser o motor da audiência do programa:

> "O José na Paraíba é visto como um Zé; Zé de Baixo, Zé de Riba. Como tem Zé na Paraíba, no meio daquela multidão que passa de um lado para o outro! Aqui não! Eu sou o Jataí Albuquerque entendeu? Aqui é incrível em Boa Vista, um respeito grande que as pessoas têm. [...] as pessoas apertam a minha mão, 'É o cantor Jataí! É o cantor Jataí! '. Eu sou um nordestino que canta as belezas de Roraima, misturadas às belezas nordestinas. [...] Durante a semana faço um som normal e na sexta feira [...] é pra nordestino e pra quem também simpatiza com trabalho dos nordestinos como Luis Gonzaga, Flávio José. Tem Eliakin cantando, 'eu tenho o pé do Ceará, o meu avô era de lá. ' Tem também o pessoal do Xaxado da Paraíba, que é um grupo que está também fazendo sucesso aqui. [...] Eu gostaria ao longo desse tempo, conviver sempre aqui tentando uma identidade própria para o Roraima musical, assim como caxiri na cuya. A influência de pessoas de outros estados é muito grande, de modo que fica difícil a identidade própria".

Na declaração de Jataí, fica claro o quanto a cultura roraimense está influenciada pela identidade nordestina, e que esta, como todas se encontram numa constante, onde os sujeitos que compõem o território impõe identidades formando uma nova e híbrida cultura.

O cantor George Farias, que chegou a Roraima em 1989, hoje com 3 discos gravados, nascido em Fortaleza, conseguiu conquistar espaço na música no estado. Em seu repertório, músicas e letras de compositores cearenses, com público cativo aos shows que faz dos bares à noite, um pouco da cultura e da "alma" do sertanejo, o cantar, como lenitivo de quem deixa sua terra.

A culinária nordestina também está presente em Boa Vista, trata-se de restaurantes exclusivamente de comida nordestina e com caracteres que lembram a cultura. Os restaurantes "*O Cangaceiro*" (Figura 3) e "*Maria Bonita*" (Figura 4) são exemplos que ilustram a territorialidade imposta na paisagem, que desperta a subjetividade de uma comunidade composta em grande parte por nordestinos. Segundo a proprietária do Restaurante '*O Cangaceiro'*, as dificuldades são enfrentadas e vencidas pelos migrantes.

> Como já tínhamos mexido com restaurante, resolvemos montar [...] a idéia de ser restaurante nordestino foi porque ainda não tinha um restaurante nordestino aqui em Boa Vista e tem tanto nordestino [...] a maior população de Boa Vista é

nordestino e compramos esse ponto aqui. [...] a maioria da clientela é nordestino [...] mas todo mundo gosta da comida nordestina. É porque a comida nordestina é uma comida muito 'massante'. Tentamos programar um cardápio fazendo pelo dia da semana, mas aqui em Boa Vista é muito difícil. Os fornecedores falham na entrega. Tenho um fornecedor lá na feira do produtor [...] ele é dono do Açougue Iracema é um nordestino daquele bem nordestino mesmo! Fica ali na Ataíde Teive, no Mercantil Iracema. A gente compra lá dele sempre carneiro, buchada [...] No nosso cardápio temos sempre carneiro, todo dia temos a farofa de cuscuz, a carne seca com a abóbora, a macaxeira, essas coisas básicas; arroz, Maria Isabel, baião de dois, de vez em quanto a gente tem um queijinho na brasa, picanha, banana frita sarapatel (sangue de porco). [...] À noite tentamos atender o nordestino do litoral, o que a gente tem é o caranguejo, mas só o filé do caranguejo. Arroz com caranguejo, risoto de caranguejo e camarão grelhado, que é parte de mariscos.

Figura 3

Restaurante O Cangaceiro, Rua Cel. Mota com Avenida Ene Garcez, Centro, Boa Vista, RR.

Enfim, a territorialidade social é bastante expressiva em Boa Vista, com uma cultura que em qualquer das formas em que se apresenta, transforma-se em um elo condizente do migrante ao seu meio ambiente ainda que subjetivamente.

Nas mais diversas formas de como essa territorialidade se manifestam, seja no teatro, na música, na culinária, na paisagem urbana, no forte sotaque, há uma reprodução do espaço, e este por sua vez oferece conforto aqueles que sonham com uma estabilidade e não se amedrontam com as adversidades. Contudo não desprezam as origens, mesmo que estas representam instabilidade, sempre percebendo que na fraternidade do lugar de origem, como numa casa materna, que movida pela angústia da busca inconstante do filho pela sobrevivência não abandona o berço, o território primeiro.

Figura 4

Restaurante Maria Bonita, Avenida Júlio Bezerra, 784, Bairro dos Estados, Boa Vista, RR.

Neste movimento constante em que a própria vida cotidiana se reproduz, sempre haverá novas territorializações dos espaços. É nato do homem, não importando a origem, sempre carregar consigo as culturas acumuladas e tentar de forma direta ou indireta demarcar fronteiras. Na sociedade moderna, os sujeitos são e estão multiterritorializados, desde a influência transmitida por meio da mídia até aquelas adquiridas nas andanças movidas pelo capital.

Conclusão

Esta pesquisa apoiou-se numa revisão dos estudos sobre migração e territorialidade, que desenham um novo panorama econômico, político e cultural no território. A migração como agente do processo redimensiona o território, com mudanças nas dimensões de forma simultânea num processo constante, gerando avaliações, objetivos e práticas relativas à contenção, geração, estímulo, direcionamento, ordenamento e acompanhamento de deslocamentos espaciais de trabalhadores, passando a ser vista, dentro de uma perspectiva histórico-estrutural, pelo aspecto econômico, relacionando-a com outros aspectos macrosociais.

A mobilidade que ocorre entre Nordeste e Roraima é antes de tudo movida pela força de trabalho, onde a acumulação de capital como relação social se configura em condições estruturais, da qual emerge essa mobilidade, produzindo um papel determinante no espaço roraimense, neste caso, fortemente marcado pela presença de nordestinos no conjunto de migrantes.

Portanto, a freqüência e o volume da mobilidade existente entre Nordeste e Roraima, revelam a extensão de redes sociais, onde os migrantes passam a viver em Boa Vista numa perspectiva de mudança de sua trajetória, ao mesmo tempo em que cria novos espaços (expansão urbana), reproduz espaços existentes, dando novas configurações no contexto social, através de uma rede formada entre a população nordestina e Roraima, percebendo uma dinâmica entre estes dois espaços,

assegurando a comunicação em pequena e grande escala, dando ao nordestino o controle no espaço e apropriação do Território Boa-vistense com fatores sociais integrados se destacando ora na economia, ora na política e principalmente nos vários setores culturais da sociedade.

Há uma dinâmica simbólica ou "*vivida*" no território, com uma participação concreta do nordestino, mantendo relações de poder, em determinadas áreas de Boa Vista, onde se pode perceber a riqueza das múltiplas territorialidades em que o migrante e toda a sociedade estão mergulhados. Esta multiterritorialidade confirma a hibridização do sujeito, enquanto migrante, reproduzindo o espaço, territorializando sua dimensão funcional e simbólica, numa tendência que cresce sob a fluidez e heterogeneidade, e cujo processo de produção do espaço roraimense ocorre de maneira integral. Qualquer análise de identidade/territorialidade do nordestino passa por implicações políticas, econômicas e culturais, e revela a construção de uma identidade para a sociedade roraimense, onde identidades se justapõem, resultando numa multiterritorialidade própria ainda trabalhada, não definida, vendo que esse processo ainda está por acabar, pois a ocupação total da área ainda está por acontecer.

Sob a luz da subjetividade, o território roraimense é um lugar com dimensões (que vão do físico ao mental, do social ao psicológico, em escalas diversas) em que há uma acoplagem, dinâmica, em espiral, que faz de Roraima um lugar, onde a memória dos fenômenos culturais nordestinos se expressa no espaço produzido, modificando e sugerindo um território particular onde o nordestino individual (Restaurante 'O Cangaceiro') ou coletivo (Centro de Tradições Nordestinas e Associação de Dança Cangaceiros Ciranda do Thianguá), se exprime transformando Roraima simbólica e concretamente.

Os resultados obtidos nas investidas à população nordestina foram satisfatórios, na medida em que os nordestinos estão felizes por estarem em Roraima, apesar da 'saudade'. É nesta subjetividade (lembranças identitárias) e da objetividade do espaço (paisagens construídas que identificam o território), o sujeito enquanto migrante tem sua formação social sendo constantemente reformulada, que pode ser representada apenas no momento e espaço em que se encontra, pois seguindo no fluxo, esse passa a ter novas identificações, portanto outro território passa a se (re) formar enquanto sujeito social.

Um dos motivos dessa subjetividade expressa através da '*felicidade'* é a ascensão econômica que alguns conseguem principalmente no comércio, onde acabam desenvolvendo redes sociais ligadas diretamente ao Nordeste, com familiares e até amigos levados para Roraima, financiados pelo migrante, com o intuito de também proporcionar aos familiares tal ascensão. Além da assistência dada àqueles que permanecem no Nordeste.

Objetivamente, a ascensão social ocorre no setor econômico, com empreendimentos no setor de serviços, mais precisamente no comércio e com salários que condizem com o mercado de consumo, apontando em todos os setores comerciais, onde o espaço é transformado a partir dos nomes das lojas e da forma como o "*cliente é atendido*", sem deixar de lado o sotaque carregado de palavras que só mesmo nordestino sabe o significado, adquirindo uma tranqüilidade econômica que o motiva a se fazer presente em datas comemorativas da sua cidade natal, principalmente as religiosas.

Enfim, os nordestinos, em maior número maranhense, cearense e piauiense, se encontram em todos os setores econômicos e políticos da sociedade (a variabilidade está diretamente ligada ao nível de escolaridade), responsáveis pela formação de uma multiterritorialidade e novas formas de concepção do uso e do processo de domínio do território (econômico, político e cultural), em Roraima, principalmente na área urbana de Boa Vista absorvida pela população expressa na paisagem urbana (em nome de estabelecimentos comerciais, bairros, grupos folclóricos, de pessoas), havendo dessa forma uma multiterritorialização do espaço roraimense, que se modifica no mesmo instante que conserva a influência de um povo simples, de valores tradicionais do lugar de origem.

Configuram-se, principalmente a partir de 1980, no extremo norte do país, mais uma ocupação de fronteira agrícola, mais uma vez, incentivada e direcionada pelo Estado, enquanto poder de tramas nacionais, contudo diferenciada, pela acessibilidade de uma sociedade moderna inserida na diversidade dos meios de comunicações, que se populariza e facilita as redes sociais. É a rede social, formada pelo nordestino, através da migração intra-regional (entre os migrantes que se encontra em Roraima) e inter-regional (migrantes nordestinos de Roraima com os parentes que ainda se encontram na região de origem) o motor diferencial do fluxo ora analisado que contribui, mais uma vez nas pesquisas que formam a dinâmica histórica do país.

O inovador não está no nordestino e sim no redirecionamento da rota, na forma, intensidade e na intencionalidade como ela se desenrola, no novo fator histórico que se desenha em âmbito nacional em que as dinâmicas sociais (econômica, social e cultural) objetivas e subjetivas, de forma integradora e instantânea moldam novas características e articulam novo contexto na dinâmica nacional.

Referências

Barros, N. C. de C. (1998). A reconversão do 'Eldorado' pela expansão dos serviços das frentes agro-minerais às frentes ecoturísticas na bacia do rio Branco, Roraima, Brasil. Boa Vista. In: Vasconcelos; F. P. (Org.). Turismo e meio ambiente. Fortaleza: UECE, v.3. (pp.109-137).

Fecor - Instituto Fecor de Pesquisa e Desenvolvimento (2000). Federação do Comércio do Estado de Roraima. *Censo Cadastro* 2000. Empresas comerciais e prestadoras de serviços de Boa Vista. Boa Vista: IFPD/SENAC/SESC FECOMERCIO-RR, 20 f.

Haesbaert, R. (2002). *Territórios Alternativos*. São Paulo: Contexto; Niterói: EdUFF.

_____ (2004a). *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. In: I Seminário Nacional Sobre Múltiplas Territorialidades, 2004, Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS; ULBRA; AGB, 25 f, 2004a (no prelo).

_____ (2004b). *O mito da desterritorialização*: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 400p.
Lacoste, Y. (1988). A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus.
Massey, D. (1990). The social organization of migration. Return to Aztlan – the social process of international migration from Western Mexico, Berkeley, University of California Press. 139-171.
Mata, M. da. (1980). Urbanização e migrações internas. In: Banco do Nordeste do Brasil. *Migrações internas*. Fortaleza: BNB, 2, (pp. 813-844).
Prefeitura Municipal de Boa Vista (2001). Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania. Pesquisa Qualitativa com Lideranças dos Bairros de Boa Vista. *Relatório* 120 f.
_____ (2003). Secretaria Municipal de Gestão Participativa e Cidadania. Programa Braços Abertos. Dados Socioeconômicos da População de Boa Vista. *Relatório* 30 f.

Diálogo e Urbanidade Intercultural - O Imigrante, os Outros e o Espaço

Marluci Menezes
Laboratório Nacional de Engenharia Civil
marluci@lnec.pt
Judith Allen
University of Westminster
J.A.Allen@westminster.ac.uk
Lia Vasconcelos
Universidade Nova de Lisboa
ltv@fct.unl.pt

Resumo: A Europa e grande parte do mundo são hoje constituídos por espaços de coexistência intercultural, que tanto são campos de conflito e segregação como sítios onde fluem e podem complementar-se as diversas culturas. De uma forma ou de outra, estes espaços podem ser tomados como contextos de aprendizagem da urbe contemporânea, nomeadamente por parte de quem estuda formas de melhor responder às necessidades que se colocam à gestão socio-espacial da diversidade cultural e urbana. Isto implica conhecer melhor como os imigrantes participam na construção/transformação das cidades. Neste sentido, iniciou-se um percurso interdisciplinar de pesquisa focado nas práticas de uso/apropriação do espaço público por parte de imigrantes, tendo como objectivo futuro conhecer melhor a participação dos imigrantes e de suas práticas na construção da paisagem urbana. Portanto, com esta comunicação apresentam-se alguns dos primeiros resultados do trabalho até o momento efectuado, reportando-se o mesmo a uma pesquisa exploratória desenvolvida na localidade da Ericeira, situada na grande Lisboa. Nomeadamente, aqui apresenta-se e discute-se: 1) a metodologia de abordagem das características de uso/apropriação da Praça da República, sita na Ericeira, por parte imigrantes brasileiros; 2) o interesse em, a partir do aprofundamento da metodologia adoptada, replicar tal perspectiva de abordagem em contextos mais abrangentes.

1. Introdução

Embora já exista um conhecimento substancial sobre a escala de imigração dentro da e para a Europa, pouco se sabe sobre como o processo de imigração, ele próprio, influencia a vontade dos imigrantes em se envolverem em questões ambientais urbanas. Uma boa parte da investigação gravita à volta da relação hóspede-estranho em termos de conflito, em vez de ser em termos de questões com o potencial para a construção colaborativa de espaços interculturais e de redes de suporte partilhadas (Alexander, 2003; Body-Gendrot and Martiniello, 2000; OECD, 2003; CEC, 2003). Por outro lado, um bloco distinto de investigação aplicada ao nível dos bairros indica que as iniciativas de tornarem "verde" o espaço urbano, assim criando um espaço partilhado local, são importantes na integração social dos imigrantes (Allen et al, 2004; Maginn, 2004). É, na verdade, incontestável considerar a importância dos imigrantes na transformação do espaço urbano, como da sua paisagem (Chambers, 1994; Sassen, 2006). Mas como que tais considerações de partida podem se relacionar (ou não) com os desafios que se colocam a gestão social do ambiente urbano, nomeadamente no que respeita as questões da integração socio-urbanística dos imigrantes?

Esta conjuntura de partida, embora aqui apresentada de forma sintética, despertou o interesse de um grupo de especialistas oriundos de áreas disciplinares distintas - economia, planeamento, arquitectura, urbanismo e antropologia - sobre estudar como que a imigração combina-se com o dia a dia da experiência do ambiente urbano. Pelo que, num primeiro momento de trabalho colocou-se como pertinente:

Aprofundar a compreensão teórica do papel das características socioculturais e espaciais urbanas nos processos de instalação associados com a imigração;

Desenvolver um conjunto de ferramentas de abordagem de dinâmicas de uso e apropriação do espaço urbano que, apoiadas teoricamente, pudessem sustentar iniciativas que visassem a integração social e espacial dos indivíduos.

Com este intuito elaborou-se uma proposta de estudo1, a ser inicialmente desenvolvida na região metropolitana de Lisboa, tendo sido privilegiada a análise das práticas de uso e apropriação dos espaços públicos da parte de imigrantes brasileiros.

A investigação a desenvolver-se esteve sempre dependente da capacidade da equipa de trabalho em estruturar e conciliar abordagens e metodologias específicas, para assim recolher, coligir e analisar informação. Pelo que a metodologia de trabalho resultou da necessária combinação e articulação de experiências e olhares disciplinares, a priori, distintos. O que implicou o envolvimento de técnicas de observação visual (Menezes, 2003, 2004), da micro-sociologia das questões ambientais (Vasconcelos, 2001, 2002), e da análise intercultural ao nível do bairro e em situações transfronteiriças (Allen e Cars, 2001). Tal conjuntura concorreu para o desenvolvimento de abordagens teóricas e metodológicas inovadoras do espaço urbano, implicando a adopção de uma perspectiva de trabalho que, assente num processo de construção e produção continuada do conhecimento, integrou quatro lógicas interrelacionadas de abordagem (Menezes, Allen e Vasconcelos, 2008):

Viabilizar uma melhor compreensão do espaço social e urbano contemporâneo, a partir do aprofundar do conhecimento sobre a relação entre organização do espaço e organização da sociedade;

Definir instrumentos teóricos e conceptuais, técnicos e metodológicos que viabilizasse uma melhor compreensão dos processos sociais e simbólicos relacionados com as práticas de uso/apropriação, percepção e demarcação socio-espacial;

Contribuir, em paralelo, para a espacialização dos fenómenos observados e analisados;

Contribuir para a transformação dos resultados de análise em elementos que possam nutrir a concepção de projectos, planos e programas urbanísticos, de intervenção e de gestão urbana.

É neste contexto de construção do conhecimento que se enquadra esta reflexão. Como ponto de partida para a discussão, recorre-se ao estudo exploratório - desenvolvido na Praça da República da Ericeira, situada na área metropolitana de Lisboa - sobre as características de uso e apropriação do espaço público urbano por imigrantes brasileiros.

Portanto, com esta comunicação discute-se:

1) a metodologia de abordagem utilizada para apreender as características de uso/apropriação da Praça da República, sita na Ericeira, por parte imigrantes brasileiros;

2) o interesse em, a partir do aprofundamento da metodologia adoptada, replicar tal perspectiva de abordagem em contextos mais abrangentes. Tendo em consideração que o trabalho até então desenvolvido sobretudo permitiu afinar uma metodologia de abordagem, pondera-se, nas conclusões desta reflexão, algumas linhas de trabalho que ao acentuar a importância de se melhor conhecer as práticas de uso/apropriação do espaço por grupos específicos, simultaneamente contribuir para a necessidade de reforçar-se as iniciativas socio-urbanísticas que visem a integração social.

2. Contexto de pesquisa e observação

O trabalho aqui referido relaciona-se, nessa primeira etapa de pesquisa, com a exploração sobre como desenvolver um protocolo para capturar elementos do conhecimento sensorial ocasional, em circunstâncias diárias e ao nível das interacções banais. Assim, o alvo principal da pesquisa aqui relatada foi o de projectar e calibrar um instrumento de colecta de um tipo específico de dados, ao invés de fornecer "dados científicos duros" sobre um grupo específico em um lugar singular. O método da calibração a que se recorreu, exigiu uma comparação continuada de técnicas de recolha de informação, de dados específicos já recolhidos e conhecidos através de outras fontes, com o intuito de assim se obter uma ideia generalizada da problemática a se analisar num prazo mais abrangente de pesquisa. Isto envolveu quatro fases principais, conforme se descreve seguidamente:

Definição dos objectivos práticos de pesquisa e da respectiva operacionalização;

Selecção do local para o desenvolvimento do trabalho;

Construção e aplicação de uma pragmática de trabalho para o desenvolvimento da observação;

Análise da informação recolhida sob dois pontos de vista: do seu conteúdo substantivo e ao nível do próprio processo de recolha de dados.

O foco central de pesquisa foi observar as práticas em termos da relação entre indivíduos e espaço. Os indivíduos focados foram os brasileiros, mas interessou também observar a relação que estes estabeleciam com outros da mesma nacionalidade ou não (e que podiam ser portugueses ou não). Em síntese, como guia de orientação prática para o desenvolvimento da observação, interessou identificar e codificar as expressões físico-espaciais, comportamentais, sociais e culturais que, em espaço público urbano, pudessem estar associadas a indivíduos de nacionalidade brasileira e respectivas relações de sociabilidade e/ou contactos que estabeleciam.

No que respeita a selecção do local de estudo, sabia-se a partida que a maior parte da população estrangeira está concentrada no Distrito de Lisboa, sendo que os brasileiros têm um padrão de distribuição particular, concentram-se em áreas suburbanas mais afastadas de Lisboa, preferencialmente junto ao litoral2. Três são os factores que têm sido considerados

---

1 A pesquisa intitula-se "Landscapes of Memory: role of remembered places in shaping immigrants' participation in environmental management issues in urban governance", sendo apoiada pelo Programa Luso-Britânico de Investigação Conjunta e coordenado pela Dr.ª Judith A. Allen (University of Westminster).

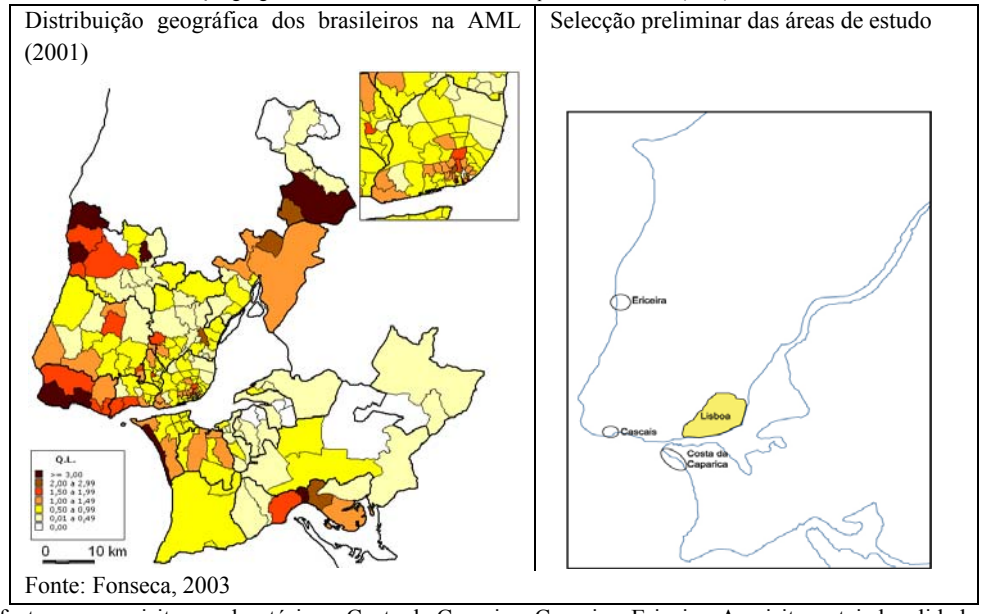
2 Os imigrantes de nacionalidade brasileira têm, normalmente, sido divididos em dois sub-grupos: a) primeira vaga - anos 90 - em que se verificou a tendência para a entrada de indivíduos com altos níveis de qualificação profissional e educacional (dentistas, jornalistas, publicitários); b) segunda vaga - finais dos anos 90 até os dias de hoje -, observando-se que a par de continuar a existir imigração de indivíduos qualificados, verifica-se a tendência crescente para o aumento do

Esta nota continua na página seguinte

como importantes nesse padrão de distribuição espacial: é uma população bastante heterogénea sócio-economicamente; respeitam a um processo imigratório mais tardio do que a originária dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa); e em geral, parecem manifestar uma atracção pela praia e pelo mar. Pode-se ainda acrescer o facto de que muitos vão chegando ao País, costumam fixar residência na proximidade daqueles que já conhecem. No que respeita a região metropolitana de Lisboa, os locais que mais se destacam ao nível da concentração de brasileiros são, por nível de importância: Costa da Caparica, Cascais e Ericeira (ver Figura 1).

Figura 1.

Distribuição geográfica dos brasileiros na Área Metropolitana de Lisboa (2001)



Fonte: Fonseca, 2003

Efectuaram-se visitas exploratórias a Costa da Caparica, Cascais e Ericeira. As visitas a tais localidades permitiram também identificar a presença de brasileiros em determinados lugares e a desempenhar certas actividades, como por exemplo: a trabalhar e a socializar em bares e restaurantes em zonas centrais, próximos de importantes espaços públicos (praças e ruas principais) e da linha de costa, bem como a caminhar, a fazer compras, a telefonar, a conversar em vários sítios urbanos. No decorrer dessas visitas estabeleceram-se contacto com alguns brasileiros, o que permitiu assinalar determinados aspectos que lhes eram comuns, entre os quais se destacam:

a) a maioria dos que foram por nós contactados enquadram-se numa dinâmica de imigração ligada à segunda vaga, tendo sobretudo chegado ao País depois de 1999;

b) eles desempenham actividades semi ou não qualificadas;

c) têm como objectivo principal de estada em Portugal angariar recursos económicos;

d) expressam o desejo de voltar para o Brasil assim que lhes seja possível;

e) vieram para a área onde estão ou para a sua proximidade porque ali já tinham algum familiar ou pessoa conhecida.

Portanto, o local escolhido nesta primeira etapa de trabalho, implicando sobretudo na pré-afinação da metodologia a adoptar, foi a Ericeira. Embora seja a localidade de menor expressividade ao nível da localização de brasileiros, a escolha deste lugar decorreu, sobretudo por este ser uma área de menor dimensão urbana e populacional comparativamente aos dois outros locais, assim manifestando-se como um sítio de mais fácil abordagem no âmbito de do ensaio exploratório que se pretendia desenvolver.

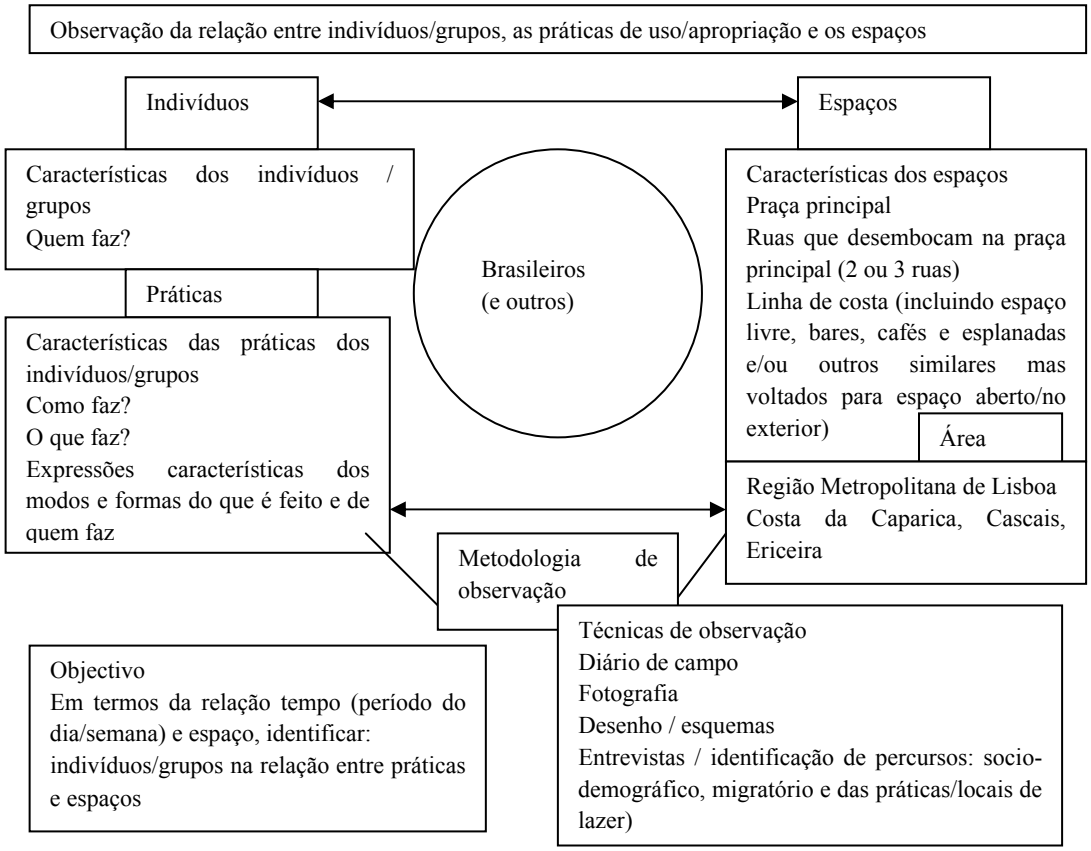
Seguidamente passou-se a fase de definição e aplicação de uma pragmática de trabalho para o desenvolvimento da observação (ver Figura 2). Na recolha de informação se privilegiou técnicas que permitissem ligar indivíduos, práticas e espaços.

Figura 2.

Síntese do processo de observação

---

número de imigrantes com baixos níveis de qualificação profissional e educacional, observando-se em simultâneo a existência de indivíduos qualificados a desempenhar actividades de baixo estatuto profissional (construção civil, restauração e serviços).



No decurso da observação da relação entre espaço e práticas de uso / apropriação, foi importante:

- Identificar os locais de observação em termos das suas principais características sociais, geográficas, arquitectónicas e urbanísticas;
- Privilegiar determinados tipos de espaços/locais: praça principal do sítio (no caso: Praça da República na Ericeira), duas (ou três) ruas principais na envolvência próxima da praça e a zona costeira.
- Para uma posterior e breve caracterização dos indivíduos, realizou-se curtas entrevistas com brasileiros de modo a obter um perfil socio-demográfico, dos percursos socio-migratórios e de lazer (ver Quadro 1). Tais entrevistas se desenvolveram de forma a contemplar os seguintes aspectos:
- Perfil socio-demográfico - com perguntas gerais que permitiram identificar: profissão, local de trabalho e de morada, escolaridade, estado civil, com quem reside (se com amigos, familiares, pessoas que também vieram do Brasil …);
- Perfil socio-migratório - com perguntas gerais que permitiram identificar: de onde o indivíduo veio do Brasil, com quem veio ou se veio sozinho, porque veio, porque veio morar naquela zona, há quanto tempo aqui mora, se gosta e porque gosta/ou não da zona, o que fazia no Brasil antes de cá vir, quanto tempo pretende cá viver, se pretende estudar se aperfeiçoar em alguma área profissional

(….);Percursos de lazer - com perguntas gerais que permitiram identificar: o que o indivíduo faz na hora de não trabalho, onde costuma ir, com quem vai, quais os locais da zona/área de morada ou de trabalho onde mais costuma ir, de quais locais gosta mais, onde os brasileiros se costumam concentrar, encontrar e/ou sociabilizar naquela zona (….).

Quadro

Guia para o desenvolvimento das entrevistas

Realização de breves entrevistas com o intuito de identificar determinados perfis
Perfil socio-demográfico (quem são os brasileiros)
Qual o sexo? Idade?
Qual é o seu local de origem no Brasil (cidade/Estado)?
Qual era a sua profissão no Brasil? E em Portugal/Ericeira?
Qual é o seu nível de escolaridade? E está a estudar em Portugal? O que?

Qual é o seu estado civil?
Perfil socio-migratório (percurso Brasil/Portugal/Ericeira) Há quanto tempo vive em Portugal? E na Ericeira? Qual o motivo que o levou a vir viver em Portugal? E na Ericeira? Quanto tempo pretende ficar em Portugal? E na Ericeira? E quando sair da Ericeira/Portugal para onde pretende ir? Voltar para o Brasil? Vive com família na Ericeira/Portugal (Quem: Mulher? Filhos - idades? Primos? Outros? Quantos? E eles vieram consigo ao mesmo tempo ou depois)? Vive com conhecidos/amigos na Ericeira/Portugal (e os amigos são brasileiros (e vieram ao mesmo tempo que você? Portugueses? Outros - de onde?)
Percursos de lazer (o que fazem nos tempos livres) Cá na Ericeira, onde costumar passar os seus tempos livres? Costuma ir a praça principal? A praia? Algum café em especial? Com que frequência? Costuma ir sozinho ou acompanhado (conhecidos/amigos brasileiros? Portugueses? Outros?)? (Quais os locais que, aqui na Ericeira, mais gosta de ir? E com quem costuma ir?) E, em especial, aos fins-de-semana, o que costuma fazer? E onde costumar realizar tal prática na Ericeira/Fora? Sabe dizer se existe algum lugar aqui na Ericeira onde é comum se encontrar brasileiros? Que lugar é esse? E você costuma lá ir? Com que costuma conviver nas suas horas livres: brasileiros? Portugueses? Com ambos? Com outros?
Representações sociais (Nós - brasileiros - e os outros) O que pensa de si próprio como imigrante a viver num País estrangeiro? E o que pensa dos outros brasileiros que também vivem na Ericeira/Portugal? O que pensa dos portugueses que residem aqui na Ericeira? Acha que tem diferença entre os que estão cá a viver toda a semana e aqueles que somente cá vêem aos fins-de-semana (Se sim, quais são as diferenças?) Acha que existem diferenças entre os brasileiros e os portugueses? Citaria para nós, por exemplo, 3 aspectos que considera mais evidentes em termos dessas diferenças … O que pensa que os portugueses aqui residentes (na Ericeira) pensam sobre os brasileiros?

De forma interrelacionada e cruzada definiu-se um conjunto de aspectos que deveriam ser observados (ver Quadro 2), nomeadamente especificados através dos seguintes itens:

- Quem faz … - sexo e idade dos indivíduos (por aproximação) e mediante a realização de entrevistas recolher algumas outras informações de caracterização socio-demográfica (como: profissão, estado civil, local de moradia, local de trabalho, escolaridade, etc.); identificação do número de indivíduos (se sozinho, se em grupo - de quantos? Grupo de mulheres? Grupo de homens? Grupo misto - homens e mulheres; brasileiros e portugueses ou outras origens, jovens e adultos e/ou idosos? Grupo de jovens - homens e/ou mulheres?)
- Como faz … - tipos de práticas: trajecto / passagem; estada - em pé (numa esquina, a entrada de determinado edifício, ao telefone público …); sentado (em banco público, sentado na calçada, sentado em patamar de edifício, em esplanada (e/ou café);
- O que faz … - conversa; encontro; cuida de criança, carrega compras (etc.)
- Expressões corporais / simbólicas … - expressões que se destacam na maneira de estar/passar pelo local de observação, estilos (de roupa, moda, identificação de origem, etc.) expressivos por contraposição com os portugueses e/ou outros tipos de indivíduos/origens (pode-se falar em maneiras diferentes de estar, passar nos espaços e como tais diferenças (ou não) parecem se manifestar aos olhos do observador?)
- Quando fazem … - em função dos tempos de observação: horas / períodos do dia - manhã, tarde, noite; períodos da semana - inicio, meio, fim da semana (sexta), fim de semana (sábado / domingo), feriado.

Quadro 2

Guia para o desenvolvimento da observação dos indivíduos / grupos

Observação dos indivíduos / grupos (Identificar características específicas nos indivíduos/grupos que permitam descrevê-los, como demarcar diferenças físico/culturais entre indivíduos e indivíduos (brasileiros e portugueses / outros), grupos (de portugueses, brasileiros / de homens, mulheres/ de jovens …. outros …)
Elementos de observação Sexo / idade (por aproximação) Tipo de vestimenta característica Existência (ou não) de tipo físico característico

Fala (linguagem / língua)
Expressão corporal característica
Expressão cultural característica? O que? Como?
Indivíduo / Grupos (famílias, amigos, conhecidos) (quantos, sexo, idade?)
Tipos de práticas/o que fazem: a conversar, caminhada/andar, sentado a conversar, sentado a olhar/observar; a cuidar de criança, a levar compras …

Na sua generalidade, os principais instrumentos e técnicas de observação e registo da informação foram (ver Quadro 3):

Fotografias de ângulos comuns e nos diferentes tempos de observação com os tipos de indivíduos e/ou grupos observados;

Desenhos esquemáticos com referência aos locais de observação, às práticas observadas e ao ponto de situação / localização dos indivíduos observados, com o desenvolvimento de mapas comprotamentais.

Diário de campo com notas livre sobre as impressões recolhidas, garantindo-se apenas a identificação das áreas e espaços de observação, os tempos de observação, as práticas e os tipos de praticantes observados.

Quadro 3

Tipo de informação e técnicas de recolha de informação

Tipo de informação recolhida		
Pessoas	Práticas	Espaços e Tempos
Perfil demográfico Perfil migratório Percursos de lazer Quem / Quantos são?	Observa-se interacção entre brasileiros e /ou outros? Como o espaço da praça é utilizado? Que actividades? Expressões corpóreas / simbólicas?	Definição dos pontos de observação Tipos de indivíduos e/ou grupos Local de realização das práticas Trajectórias e pontos de encontro Quando: dia, mês e hora de observação.
Técnicas de recolha de informação		
Entrevistas	Observação	Gráfica
Guia sintético de entrevista Diário de Campo	Definição dos principais cenários comportamentais / de práticas mais característicos Identificação dos momentos e locais de contacto entre brasileiros e brasileiros e os outros Diário de Campo	Fotografia do contexto de estudo Fotografia dos pontos de observação Fotografia dos indivíduos / grupos e práticas observados Desenhos de lugares chaves, pessoas / práticas mais enfáticas Mapeamento das trajectórias, paragens, pontos de passagem e de encontro Diário de Campo

Os registos, locais e horas de observação seguiram uma lógica sistemática obedecendo determinadas características, as quais sejam: observação dos locais sempre nas mesmas horas e de forma coincidente para todas as áreas / espaços; reaplicação de uma mesma observação / recurso técnico em iguais momentos / períodos de tempo /dia / semana (etc.).

3. As metodologias visuais: recurso de análise e compreensão das práticas interculturais

O desenvolvimento desta primeira fase de pesquisa implicou o estruturar e o conciliar de ferramentas metodológicas específicas no sentido de coligir e analisar informação. Por um lado, a necessidade em construir uma metodologia específica de trabalho, resultou da tentativa de criar uma pragmática de observação - leitura das acções colectivas (relação entre indivíduos / grupos, práticas e espaços), através do conhecimento visual. No seguimento do raciocínio de Gold (2004), a perspectiva adoptada está intimamente preocupada com a integração da expressão visual na pesquisa social. A partir de outros estudos, foi possível fundamentar a perspectiva adoptada no que respeita a abordagem inter-cruzada das microgeografias quotidianas de uso e apropriação do espaço com recurso às técnicas visuais de recolha e análise de informação, nomeadamente: Ferrara (1993), Knowles and Sweetman (2004), Low (2000), Menezes (2004), Sampson and Raudenbush (1999), Tuan (1974), El Guindi (2004), Gold (2004), Byrne e Doyle (2004), Latham (2004), Rose (2007). Foi ainda fundamental recorrer aos trabalhos ligados à micro-sociologia das questões ambientais (Vasconcelos, 2001,

2003) e à abordagem intercultural de contextos de vizinhança, destacando-se aqui aqueles que se colocam em situações transfronteiriças (Allen and Cars 2001).

A conciliação entre diferentes técnicas de abordagem e análise de contextos socio-espaciais urbanos, viabilizou o enquadramento interdisciplinar no âmbito de um projecto de pesquisa comum aos diferentes especialistas envolvidos. Pois, entendeu-se que para captar a complexidade sociocultural e espacial dos contextos urbanos em que os fenómenos de imigração se manifestam exige, à partida, o recurso a uma perspectiva multidimensional e inter/multidisciplinar de abordagem e análise. O interesse subjacente ao estudo pelas transformações induzidas pelos imigrantes nas dinâmicas socioculturais do espaço da urbe contemporânea, implicou e implica que:

- A par das especificidades técnicas dos elementos que compõem a equipa de estudo, importa definir um suporte comum de recolha, registo e análise de dados, de forma que a complexidade socio-espacial não fique reduzida a uma determinada dimensão e afiliação disciplinar. No caso premente, tal suporte comum foi, essencialmente, constituído através do recurso privilegiado das técnicas e instrumentos de expressão visual e gráfica;
- As singularidades inerentes a observação e leitura do contexto de análise foram remetidas para momentos de discussão e reflexão e que, igualmente se fundamentaram na observação e no suporte comum de registo da informação. Refira-se que, a partida, os suportes de registo de informação deveriam ser compreendidos por todos e, caso não se conseguisse cumprir com esse intuito, recorreu-se a discussão, de modo a aperfeiçoar os resultados do trabalho e, assim, potenciar uma leitura diferenciada que, entretanto pudesse se manifestar de forma integrada.
- A adopção de metodologias visuais na abordagem e análise do contexto contribuíram para melhor enquadrar o olhar interdisciplinar, potenciando uma melhor interacção entre as noções de multidimensionalidade e de multidisciplinaridade, a par de potenciar uma melhor abordagem dos processos interculturais de uso/apropriação e transformação dos contextos urbanos.

4. Considerações finais

O percurso até agora desenvolvido foi fundamental para melhorar a capacidade de uma abordagem compreensiva da diversidade e da complexidade sociocultural urbana. Mas dois outros aspectos são igualmente importantes e estão relacionados com a promoção do confronto entre distintos olhares disciplinares: 1) a perspectiva adoptada auxiliou a equipa de trabalho no sentido da identificação de alguns dos limites inerentes às abordagens disciplinares específicas; 2) a promoção do entrecruzar de conhecimento disciplinar, para além de facultar uma abordagem multidimensional da realidade, viabiliza a construção de um caminho que, ao contribuir para um melhor conhecimento dos fenómenos espaciais de manifestação de lógicas interculturais, poderá igualmente colaborar com o delinear de eixos de acção e de gestão que permitam colocar em relação directa o par interculturalidade / integração.

No que respeita aos processos socio-espaciais de regulação do espaço público urbano, designadamente aqui se identifica a pertinência em se investir no conhecimento da relação entre lugar e reputação, na gestão social e segurança, no projecto de urbanismo e de oferta de serviços públicos, na regeneração da cultura pública (Holland, et al, 2007; Maginn, 2004). Como objectivo geral, julga-se fundamental investir num processo de estudo que viabilize a contextualização dos elementos que contribuem para melhor descrever os principais atributos que caracterizam as dimensões humanas do espaço público – necessidades, direitos e significados (Carr et al, 1995; Menezes, 2004a, 2007). Esta perspectiva relaciona-se com uma proposta de projecto social de cidade e que, em certo sentido, está intimamente relacionada com o processo de concepção do plano, projecto e programa de intervenção e gestão urbana (Menezes, 2007), enfim, com as questões ligadas a governança (Allen, *et al*, 2004).

É, no entanto, consequente considerar que, relativamente ao que até ao presente momento foi desenvolvido, em termos metodológicos e mesmo ao nível dos conteúdos mais substantivos do que até o momento foi recolhido e analisado, existem muitos aspectos que deverão ser melhor aprofundados. Mas, tratando-se de um estudo exploratório que sobretudo visava inferir uma metodologia de trabalho aplicada ao ambiente urbano, nomeadamente no que respeita a manifestação de lógicas interculturais e de fenómenos imigratórios, o passo seguinte deverá ser o desenvolvimento de uma proposta mais aprofundada de estudo.

5. Bibliografia

Alexander, M. (2003). "Local policies towards migrants as an expression of Host-Stranger relations: A proposed typology". *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 29:3 (pp. 411-430).

Allen, Judith & Cars, G. (2001). "Multiculturalism and Governing Neighbourhoods". Urban Studies, 38:12, (pp. 2195-2210).

Allen, Judith et al (2004). *Neighbourhood Governance*: *Capacity for Social Integration*. Final report to the European Commission, contract: HPSE-CT-2001-00080

Body-Gendrot, S. & Martiniello, M. (2000). Minorities in European cities: *The dynamics of social integration and social exclusion at the neighbourhood level*. London: Macmillan

Byrne, D. & Doyle, A. (2004). "The visual and the verbal: The interaction of images and discussion in exploring cultural change". In Knowles. C. and Sweetman P. (eds), *Picturing the Social Landscape: Visual methods and the sociological imagination*. London: Routledge (pp. 166-177).
Carr, Stephen & Francis, Mark et al. (2005). *Public Space*. USA, Cambridge University Press
CEC. Commission of the European Communities (2003). *Communication from the Commission to the Council, the European Parliament, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions on immigration, integration and employment*. Brussels: CEC, COM, 336
Chmbres, I. (1994). Migrancy, *Culture, Identity*. London: Routledge
El Guindi, F. (2004). Visual Anthropology: Essential Method and Theory. Walnut Creek CA: Alta Mira Press
Ferrara, Lucrécia (1993). *Olhar Periférico*. São Paulo: EDUSP
Fonseca, M. Lucinda (2003). "Integração dos imigrantes: Estratégias e protagonistas". *Actas do "I Congresso Imigração em Portugal – Diversidade, Cidadania e Integração*". Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
Gold, Steven J. (2004). "Using Photography in studies of Immigrant communities". *American Behavioral Scientist*, Vol. 46, n. X, Sage Publications (pp. 1-21).
Holland, Caroline & Lark, Andrew et al (2007*). Social interactions in urban public spaces*. Grain Britain: Josephe Rowntree Foundation.
Knowle C. & Sweetman (2004). *Picturing the Social Landscape: Visual Methods and the Sociological Imagination*. London: Routledge.
Latham, A. (2004). "Researching and writing everyday accounts of the city: An introduction to the diary-photo diary-interview method"; in Knowles, C & Sweetman, P. (eds) *Picturing the Social Landscape: Visual methods and the sociological imagination*. London: Routledge (pp. 117-131).
Low, Setha (2000). *On the Plaza: The Politics of Public Space and Culture*. University of Texas Press: Austin.
Maggin, P. (2004). Urban *Regeneration, Community Power and the (In)Significance of "Race*". Aldershot: Ashgate
Menezes, M. & Allen, J. & Vasconcelos, Lia (2008). "Explorando metodologias visuais para a compreensão do uso e apropriação do espaço público"; Actas do XVIIIº *Congreso Internacional de Antropologia Aplicada,* Salamanca.
Menezes, Marluci (2004). Mouraria, retalhos de um imaginário: significados urbanos de um bairro de Lisboa. Oeiras: Celta Editora.
Menezes, Marluci (2004a). "Espaco Público Urbano e Práticas Socioculturais de Uso, sua Apropriacão e Representacão". Caderno de *Edificios*, n.º 5, Lisboa: LNEC (pp.137-148).
Menezes, Marluci (2007). "Modalidades de Uso/Apropriação e o Planeamento dos Espaços Públicos Urbanos: Contributos para a Análise e Intervenção"; *Actas do Simpósio Latino Americano Cidade e Cultura - "Cidade e Cultura: Dimensões Contemporâneas"*, São Carlos - São Paulo: EESC-USP.
Rose, Gillian (2007). *Visual Methodologies. An Introduction to the Intepretation of Visual Materials*. SAGE
Sapsom, R. & Raudnbush, S. (1999). "Systematic social observation of public spaces: a new look at disorder in urban neighbourhoods*"; American Journal of Sociology*, 105:3 (pp. 603-651).
Sassen, Saskia (2006). *Territory, Authority, Rights: From Medieval to Global Assemblages*. Princeton University Press.
Tuan, Y. (1989). *Topophilia*: *a study of environmental perception, attitudes, values*. New York: Columbia University Press
Vasconcelos, Lia (2001). "New forums out of sustainability: recent trends at the local level"; paper presented to the *First Planning Schools World Congress*, Shanghai.
Vasconcelos, Lia; Baptista, I. (2002). "The Role of Environmental Activism in Society"; in Vasconcelos, L. & Baptista, I. (eds) *Environmental Activism in Society*. Lisbon: FLAD.

Lendo nas entrelinhas: grupos indígenas e negros no sertão baiano (Séc. XVII ao XIX)1

Raphael Rodrigues Vieira Filho
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
raphafilho@gmail.com

Resumo: Jacobina é um dos núcleos populacionais mais antigo do sertão baiano e brasileiro, na época da criação da vila seu território cobria boa parte do sertão baiano. Quando as primeiras expedições chegaram à região encontram grupos indígenas aguerridos, porém a memória coletiva destaca a docilidade de um casal de indígenas, Jacó e Bina, que recebiam todas as expedições dos europeus de forma bastante amistosa. Essa versão deixa implícita apenas a participação de indígenas e colonizadores europeus na formação populacional do sertão, além disso, ajuda na construção da imagem de ocupação tranqüila e pacífica. A versão também exclui um grupo populacional extremamente importante para a região, os africanos e seus descendentes, que com seu trabalho ajudaram na construção dos diversos núcleos urbanos e nas práticas da mineração e da pecuária, atividades chaves para o desenvolvimento do sertão. Esse texto mostra a união dos grupos indígenas e negros em diversas oportunidades e circunstâncias, desde o século XVII até o século XIX, para garantir suas possessões no território sertanejo e contestar as investidas dos grupos europeus aos seus sítios. Foi utilizada para coleta de dados a leitura à contra pêlo e análise de

1 Agradeço ao professor Luiz Carlos Villalta que comentou uma primeira versão da apresentação dos resultados dessa pesquisa.

documentos oficiais publicados em periódicos no final do século XIX e início do XX, principalmente do Arquivo Público do Estado da Bahia, da Biblioteca Nacional e também documentos do conjunto de CD-ROM referentes a Bahia do Projeto Resgate.

Introdução

Jacobina é um dos núcleos populacionais mais antigos do sertão baiano e brasileiro, na época da criação da vila seu território cobria boa parte do sertão baiano. Quando as primeiras expedições chegaram à região encontraram grupos indígenas aguerridos, porém a memória coletiva destaca a docilidade de um casal de indígenas, Jacó e Bina, que recebiam todas as expedições dos europeus de forma bastante amistosa. Essa versão deixa implícita apenas a participação de indígenas e colonizadores europeus na formação populacional do sertão, além disso, ajuda a construir uma imagem de ocupação tranqüila e pacífica.

Essa versão de docilidade e ocupação tranqüila foi cristalizada em uma bibliografia sobre a história do sertão baiano que tem como principal objetivo explicitar a criação dos diversos núcleos populacionais que posteriormente tornaram-se vilas e cidades.

Uma das principais características dessas obras é atribuir a um ancestral das famílias poderosas locais o 'achamento', ou descoberta, do local onde foi instalado um curral inicial, semente do núcleo urbano que posteriormente se tornou vila e mais tarde ainda cidade. Outra característica é a total omissão com relação às contribuições das populações indígenas e afro-descendentes no desenrolar do crescimento desses núcleos, nestes textos. Esses fatos são atribuídos pelos autores à falta de documentação primária falando dessas populações subalternas, compensada pela farta documentação produzida sobre a administração colonial e logicamente as pessoas que exerciam esse poder localmente e utilizada por eles como base de seus trabalhos.

Essa comunicação tem como objetivo mostrar essas populações negras e indígenas nos documentos utilizados por grande parte dessa bibliografia, porém lida agora de forma diferenciada. Foi utilizada para coleta de dados a leitura à contra pêlo e análise de documentos oficiais publicados em periódicos no final do século XIX e início do XX, principalmente do Arquivo Público do Estado da Bahia, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e complementado pelos documentos do conjunto de CD-ROM referentes à Bahia do Projeto Resgate. Essa documentação possibilita alguns flashs sobre como foram às primeiras investidas dos colonizadores no território indígena e como os conquistadores chegaram, fixaram-se e implantaram uma nova forma de relacionamento entre os diversos grupos populacionais, os indígenas autóctones e os vindos de fora, populações negras e européias.

Não se pretende aqui fazer uma vasta discussão, mas sim apresentar possibilidades de encontrar informações diversas sobre indígenas e negros que estiveram juntos em diversas oportunidades e circunstâncias, desde o século XVII até o século XIX, através de leituras desses documentos já publicados, mas não explorados dessa forma e nem com esse objetivo pela bibliografia até o momento.

Josildeth Gomes2 destaca que a ocupação no sertão baiano, e especialmente da chapada diamantina seu epicentro, seguiu três diferentes motivações a busca de metais preciosos, a religiosa e a expansão pecuária. Atrelado à busca por metais preciosos, pode-se também adicionar a busca por indígenas para servir de mão-de-obra nos engenhos litorâneos.

A exploração da região de Jacobina seguiu esse mesmo padrão, pois teve suas terras exploradas primeiramente por aventureiros procurando riquezas minerais e mão-de-obra para os engenhos do litoral. Depois por religiosos à procura de almas para aumentar seus rebanhos, e concomitante a isso, os exploradores europeus apropriavam-se das terras sertanejas utilizando o gado como principal ferramenta de fixação.

Apesar de largamente utilizadas como organizadoras dos textos sobre a exploração do sertão baiano, essas três formas de exploração e ocupação não são favoráveis ao que desejo explorar e aos objetivos por mim propostos, portanto farei uma outra organização para falar dos contatos entre as populações indígenas e negras.

Buscando preciosidades: metais e indígenas

Com os primeiros sinais de crise no rico comércio português com as Índias foi preciso intensificar as atenções para as possessões do Novo Mundo. Nos objetivos da viagem de Martim Afonso de Souza de 1530, enviado por Dom João III (1521-1557), constava a procura de bens preciosos para integrar o vasto leque de produtos comercializados pelos portugueses e se não fossem capazes de substituir os oriundos do Oriente, pelo menos ajudassem na balança comercial.

Cumprindo à risca as ordens recebidas Martim Afonso enviou expedições exploratórias de Pernambuco, rumo ao norte pelo litoral e também de Cananéia e Cabo Frio, rumo ao sertão. Também iniciou as experiências com um novo produto destinado ao mercado europeu: a cana-de-açúcar.

Com a vinda de Tomé de Souza iniciou-se a exploração efetiva do território, por parte dos colonizadores europeus, mas somente na administração do segundo governador geral Duarte da Costa, iniciada em 1553, a exploração do sertão foi intensificada.

Em busca de riquezas minerais e de indígenas para as lavouras do litoral, muitas expedições foram organizadas, adentrando para o sertão. Algumas delas deixaram seus roteiros como a de Gabriel Soares de Souza, atravessando o sertão baiano na década de 1590 com uma bandeira composta de 360 homens, "partio de Jaguaripe... entrou pelo Paraguassú,

2 Gomes, J. (1952). Povoamento da Chapada Diamantina. In: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador, n. 77, pp.221-238.

atravessou as mattas do Orobó, o Jacuibe, o Itapicurú, alcançou Jacobina, onde encontrou ouro, dirigio-se ao valle do rio Salitre e dahi procurou as nascentes do Rio S. Francisco."3

> Antes dele Antonio Dias Adorno que no ano de 1573 empreendeu uma longa expedição ao sertão baiano saindo de Porto Seguro: "[...] se internou pelo rio Jussiape ou de Contas e fez uma grande viagem pelo sertão, explorando-o por um grande tracto de terras, calculado em cerca de duzentas leguas, trazendo cerca de sete mil indios, e amostras de esmeraldas"4.

O primo de Gabriel Soares de Souza, Belchior Dias Moreya, foi o organizador da excursão mais famosa e mais difundida passando por Jacobina, ocorrida ainda no século XVI. Suas excursões ao sertão ficaram famosas, pois ele "prometteo dar tanta prata como ferro podia dar Biscaya"5, segundo o ofício do Vice-rei Conde de Athouguia escrita mais de cem anos após as primeiras expedições de Belchior Dias e incluindo os relatos das excursões de seu filho Robério Dias.

Neste documento foi revelado que Belchior Dias não declarou à administração local a localização das minas e vai diretamente à Corte portuguesa noticiar suas descobertas. Foi recebido em audiência em Portugal onde peticionou a permissão para explorar suas descobertas e o título de Vice-Rei das Minas diretamente ao Rei. Seu pedido é negado e ele ainda é preso na corte por não revelar a localização exata das minas. Após muitos anos de prisão na Corte é transferido para Bahia, onde morre sem indicar a ninguém a localização de suas descobertas.

As peripécias narradas no ofício do vice-rei desnudaram o imaginário presente nos mais íntimos dos desejos de portugueses e demais europeus desembarcados no novo continente: encontrar o Eldorado, voltar vitorioso, rico e triunfante dos confins da nova terra, deixar de ser um simples aventureiro para ser uma pessoa reconhecida e respeitada por todos, quem sabe tornar-se um nobre ou fidalgo e finalmente inscrever seu nome na história.6

Por outro lado revela também como eram tratados esses destemidos homens pelas administrações coloniais. Apesar de por sua própria conta e risco o explorador ter embrenhado-se pelos sertões durante anos, combater e desbaratar grupos nativos, ter feito descobertas minerais importantes e ter sido recebido pelo próprio rei.

Os mandatários reais queriam e precisavam de pessoas para alargar e ocupar suas possessões, muitas vezes à custa de guerrear e dizimar os índios bravos, e localizar as riquezas escondidas nas entranhas dos sertões, porém investiam pouco ou nenhum dinheiro nessas empreitadas, e se o descobridor não tornasse público suas descobertas, pedissem alguma garantia de auferir lucros na exploração dos seus achados ou o reconhecimento público através de títulos nobiliárquicos, as autoridades além de não concederem as regalias solicitadas, ainda tinham o poder de colocar na cadeia os "rebeldes" súditos das terras distantes.

Outro documento preservou o roteiro utilizado por Belchior Dias Moreya:

Preparado Belchior com a sua tropa no rio Real se encaminhou para a serra de Jacobina, fazendo seu caminho pelo rio Itapicurú acima buscando o sertão de Massacará, passando pela serra do "*Purassia*" que se acha no meio da catinga do "*Tucano*" onde fez exames, e dahi passou para a serra da "*Teiuba*" onde tambem fez exames, passou dellas á serra de "*Jacobina*" e continuando sua marcha por ellas para a parte sul foi á "*Pedra Furada*" e dahi passou ao rio do Salitre e por elle acima foi buscar o logar onde se presume que morreu Gabriel Soares [...]

Segundo Capistrano de Abreu7 essas primeiras expedições avançaram usando os rios como indicadores de caminhos e chegando a um determinado ponto voltavam pelo sertão em linhas mais ou menos retas, como hipotenusas de triângulos, até alcançar novamente o litoral, estabelecendo as primeiras rotas pelo sertão.

> Segundo Sergio Buarque de Holanda falando dos colonos introduzidos longe do litoral e organizadores das expedições interioranas, aponta que: "[...] impossibilitados, por isso, de atrair em grande escala os negros africanos, deverão eles contentar-se com o braço indígena [...]"8.

Alguns regimentos, portarias e ordens escritas para diversos sargentos, ajudantes e capitães parece corroborar essa afirmativa de Sergio Buarque de Holanda, tais como o regimento passado para o capitão Batholomeu Aires, em 31 de janeiro de 1658.

> [...]há do muito que aquelles barbaros se costumavam sujeitar a seus inimigos, vendo as mulheres prisioneiras e é estylo seu deixal-as juntas em alguma parte occulta quando saem a pelejar [...] E mandando lhe dar tratos de clavina (quando por todos os meios da benevolencia e interesse o não possa persuadir) [sic] o obrigará a confessar donde os Tapuyas têm as mulheres, e filhos retirados. Feita a confissão, o levará por guia, e deixando uma tropa (para que os Tapuyas não presintam a facção) [sic] que os divirta, e lhes fique fazendo frente té se conseguir, marchará occultamente a toda a pressa de dia e de noite a dar no mulherio, que prisionará e segurará de maneira que lhe não possa fugir [...]9
>
> A ordem a um sargento passada em 20 de julho de 1671 deixa ainda mais clara a forma de tratamento empregada para obter obediência dos grupos contatados: "[...] lhes ordenará em meu nome, que sem perder instante obedeçam a esta ordem; e

3 Annaes do Archivo Publico do Estado da Bahia.(1919). Salvador, vols. 4/5, pp. 32.

4 Silva, I. [Accioli] C. (1925). Memórias Historicas e Politicas da Provincia da Bahia, vol. I, Salvador: Imp. Official do Estado, pp. 409.

5 Annaes da Bibliotheca Nacional. (1909). Rio de Janeiro, vol. 31, pp. 48.

6 Para um melhor entendimento sobre esse assunto ver: Romeiro, A. (2005). Revisitando a Guerra dos Emboabas: práticas políticas e imaginário nas Minas setecentistas. In: M. F. Bicalho & V. L. A Ferlini (Org.). Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português. São Paulo: Alameda, pp. 387-402.

7 Abreu, J. C. (1960) Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil, 2a. ed., Rio de Janeiro: Liv. Briguiet, pp. 94.

8 Holanda. S. B. (1994). Caminhos e Fronteiras. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 10.

9 Documentos Históricos da Bibliotheca Nacional. (1928). Rio de Janeiro, vol. 4, pp. 66.

> não o fazendo mandarei os Soldados de São Paulo a trazel-os presos, e a suas mulheres, e filhos para os castigar com (como) traidores, e ficarão escravos dos Capitães [...]10.

No documento em que investe Gaspar Adorno da obrigação de fazer descimento das aldeias das Serras de Jacobina e outras partes do sertão baiano, em 1664, o governador Conde de Obidos menciona os contatos anteriores da família Adorno com os íncolas do sertão:

Tendo eu consideração que para este effeito não há pessoa mais intelligente, nem a que o Gentio Barbaro respeite mais pela tradição e conhecimento que tem de seus avós, que o Capitão-mor Gaspar Roiz Adorno, que ás mesmas Aldeias tem ido outras vezes, e dalli já nellas principie a trazel-as para as referidas partes [...]11

Provavelmente a família Adorno fazia a intermediação entre os grupos indígenas de Jacobina e os produtores do litoral que necessitavam e utilizavam mão-de-obra nativa compulsória. Apesar de não respeitada, a escravização de índios estava proibida desde 1570 por Ordem Régia de D. Sebastião.

Segundo nota de Braz do Amaral, em obra de Accioly Silva, essas primeiras expedições faziam as pazes com os grupos indígenas com os quais trocavam prisioneiros destinados aos rituais antropofágicos por mercadorias, para os religiosos essa forma de conseguir escravizados era muito lucrativa para os indígenas pois garantia a integridade física de mais um candidato a ser cristianizado.12

A nova destinação para os capturados destinados aos sacrifícios rituais gerava descontentamentos no interior das comunidades e rompiam um ciclo cultural importante. Até mesmo os aprisionados supostamente os beneficiários da salvação proporcionada pelos brancos reclamavam dos religiosos que tentavam trocá-los e preferiam a morte ritual.13

Outros regimentos e ordens destacam os Payaya, naturais da região de Jacobina, como amigos e colaboradores da administração portuguesa, apesar de fortes desconfianças ainda pairando sobre sua conduta presente nas ordens do governador.

> Porquanto convem ao serviço de Sua Magestade que as quinze Aldeias de Payayases, que assistem na Jacobina se mandem para o sitio das dos Tapuyas do Orobó, que ora mando destruir; por serem inimigos nossos, e dos mesmos Payayases (cuja é a dita Serra do Orobó) [sic] se conservarem melhor, e fazerem fronteira naquella parte aos Barbaros, que podem descer ao Recôncavo [...]Capitão daquella Freguezia tudo (sic) o que se lhe remette, para com summa brevidade para a Jacobina, e alli persuada aos Principaes das quinze Aldeias, que naquella Serra se acham, se mudem com suas mulheres, e filhos, e com todos os mantimentos, que poderem levar para a do Orobó [...]14

As intenções dos administradores, impressas neste documento, de favorecer os payaya fixando-os na região da Serra do Orobó garantiria uma proteção extra aos ataques de outros grupos indígenas à Casa Forte recentemente construída pelos colonizadores, uma vez que não existiam brancos suficientes para atuar como forças repressoras nas áreas extremas de fronteira dos sertões.

Os conquistadores parecem ter utilizado bem, tanto as animosidades existentes entre os vários grupos nativos, como as formas simbólicas de trocas, numa forma de reciprocidade. Os administradores combatiam e retomavam as antigas possessões payaya e estes guarneciam as novas fronteiras. Esse acordo representava também a tentativa de integração desses grupos no projeto dos conquistadores, tornando-os 'mais amigos', súditos úteis e produtivos para o governador e para o rei.

O deslocamento para uma antiga área ocupada pelos payaya e de onde foram expulsos por outros grupos, no documento citado denominados de "*Tapuyas*", parece ser um grande ganho e até uma coisa lógica do ponto de vista dos poderes administrativos coloniais, porém não posso esquecer o outro lado.

Para os indígenas, esse deslocamento sugerido pelo governador, representava uma ingerência externa nas formas decisórias próprias da organização dos nativos, portanto uma atitude de inimizade. A mudança de uma área para outra era uma decisão de cunho coletivo, tomada em uma reunião entre os mais velhos e os guerreiros e levavam em conta vários fatores como a proximidade de rios piscosos, terras propícias ao cultivo de mantimentos, caça abundante e outros garantidores da sobrevivência de todo o grupo. Ela só era tomada após algum tempo de ocupação da área precedente, quando seus recursos naturais começavam dar sinais de insuficiência para prover toda tribo ou se esta tivesse um crescimento muito grande, incompatível com os recursos naturais da área ocupada.

A intromissão, representada pela sugestão de mudança, desencadeava uma série de rupturas na vida da comunidade. A primeira era a perda de poder de decisão sobre mudar ou não. A segunda está ligada à ruptura com o eco-sistema, ocasionado pela mudança para outra região, e forçando novas formas adaptativas de caça e pesca em um ambiente diferente. Isso também pode ter gerado uma crise de abastecimento no interior do grupo.

A falta de caça e pesca pode ter sido agravada pela falta de alimentos cultivados, pois mesmo apesar das novas áreas terem sido citadas como muito mais "férteis e melhores" que as antigas roças, existe sempre um período entre a plantação e a colheita, o que não foi levado em conta pelo governador. Essa foi a terceira ruptura com a vida cotidiana do

---

10 Documentos Históricos da Bibliotheca Nacional. (1928). Rio de Janeiro, vol. 4, pp. 161.

11 Documentos Históricos da Bibliotheca Nacional. (1928). Rio de Janeiro, vol. 4, pp. 172-174.

12 Silva, I. [Accioli] C. (1925). Memórias Historicas e Politicas da Provincia da Bahia, vol. I, Salvador: Imp. Official do Estado, pp. 409.

13 Ver a esse respeito as descrições de várias passagens das mortes rituais em Moreau. F. E. (2003). Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta. São Paulo: Annablume. pp. 162-165.

14 Documentos Históricos da Bibliotheca Nacional. (1928). Rio de Janeiro, vol. 4, pp. 57-59.

grupo deslocado, ou seja a quebra do ciclo de produção de alimentos cultivados. A partir desse ciclo, era elaborado o calendário de uma série de rituais que por sua vez estavam ligados também ao eco-sistema.

Tentando contornar essa falta de alimentos, o governador mandou, no regimento citado, o capitão-mor formar estoques de farinha. Mas isso gerou outra ruptura na reciprocidade, pois o governador nunca tinha partilhado uma refeição com os indígenas e estaria dando alimentos para eles. Além de ferir essa regra de solidariedade ainda feria profundamente o orgulho dos guerreiros.

Segundo Maria Hilda Baqueiro Paraíso, mesmo as formas aparentemente pacíficas de incorporação dos grupos autóctones ao projeto conquistador, representaram uma violência para os nativos, pois:

> As relações sociais e as expectativas comportamentais tiveram de ser repensadas e ajustadas a uma nova realidade em que os objetivos econômicos não mais se centravam na solidariedade, mas na competição nas esferas da produção e do consumo, agora regidas por leis de um mercado que os nativos não conheciam e do qual não dominavam as regras de funcionamento.15

A região das Jacobinas foi mencionada em diversos relatórios de expedições em busca de riquezas, desde o início da exploração do sertão baiano no final do século XVI até o século XVII. Borges de Barros menciona, além dos já citados acima, os bandeirantes baianos João Coelho de Souza e Francisco d´Avilla como exploradores da região.16 Também religiosos participavam das excursões. Tudo indica ter sido o jesuíta João de Aspiculeta Navarro, incorporado à expedição de 1553 de Francisco Bruzza de Espinosa, o primeiro religioso a percorrer o sertão Baiano, o Rio São Francisco e provavelmente a região de Jacobina.

Buscando outras preciosidades: almas para catequizar

Missões religiosas itinerantes, seguiam o rastro das chamadas "entradas de preamento"17 em busca de mão-de-obra para os engenhos. Os sacerdotes tentavam aproximação com os grupos nativos não conhecidos do sertão, buscando, quando possível, anteciparem-se aos leigos nos "descobrimentos" e primeiros contatos, evitando assim as capturas e posteriores venda e escravização no litoral. A utilização de negros servindo de "língua" parece freqüente nesses primeiros tempos de colonização.

Segundo Serafim Leite a expedição do frei Rafael Cardoso tinha como um dos participantes um negro, muito entendido do sertão.

> Dirigiam-se aos montes das <<Jacuabinas>>, que se estendem ao norte por 40 léguas, notáveis pelo número dos seus Tapuias em número de 80 Aldeias. Ao chegar às Jacobinas, vieram muitos Índios ao seu encontro para os saüdar sem darem mostras de receio, antes com satisfação. Falavam língua diversa, que sabia um negro que os Padres levavam consigo.18

A empreitada chefiada pelo padre jesuíta Jacob Roland e o teólogo João de Barros, foi batizada como *"Missão das Jacobinas*", passou por*: "São Pedro do Saguipe, em seguida Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru, aldeia de Maracaçará, Jacobina e Sapoia."19*

Na carta do Conde de Atouguia, governador geral no ano de 1654, para o Sargento Pedro Gomes a respeito de contatos entre grupos indígenas e negros no sertão baiano:

> "[...] dous negros que fugiram do gentio para nós, um que há muitos annos estava mettido com elles, e outro que agora levou nesta ultima occasião".20

Ainda que os documentos sobre esses negros, apesar de serem colocados em oposição aos indígenas, podem deixar dúvidas sobre se realmente são de origem africana ou se são índios mansos, outros documentos são mais explícitos quanto à origem essa ascendência, como o regimento do Ajudante Luiz Álvares de 21 de dezembro de 1657, para a transferência e instalação dos Payaya para as Serras do Orobó, assim aparece a convocação do crioulo Antonio:

"[...]marche logo com os vinte e cinco Soldados que se lhe tem nomeado, e levando em sua companhia os Principaes dos Payayases, e o crioulo Antonio Pereira escravo do Padre Antonio Pereira como lingua, e pratico[...]"21.

O crioulo Antonio apareceu em outros vestígios, ele pode ser inclusive um dos dois negros citados pelo Conde de Atouguia. Mas sua principal atuação documentada foi como guia da fracassada expedição de Domingos Barbosa Calheiros, em 1657, que terminou tragicamente com os Payaya abandonando essa entrada após terem atacado os guardas do acampamento. O governador acusa o crioulo Antonio de não indicar o caminho certo para os combatentes chegarem até os grupos indígenas contra os quais deveria se aplicar 'Guerra Justa' e posterior escravização. Acusa-o também de tomar excessivos cuidados para não despertar a atenção dos guerreiros inimigos recomendando não atirar com armas de fogo e não

15 Paraíso, M. H. B. (1998). Construindo um novo tempo. In: O Tempo da Dor e do Trabalho. SP, USP, tese de doutorado, 6 volumes, mimeografado. pp. 31.
16 Annaes do Archivo Publico do Estado da Bahia.(1919). Salvador, vols. 4/5, pp. 49-51.
17 Incursões ao sertão em busca de grupos indígenas para escravização.
18 Leite, Serafim. (1945). História da Companhia de Jesus no Brasil, Tomo 5, Lisboa: Liv. Portugalia, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p 271
19 Franco, T. (1996). Serrinha: A colonização portugueza numa cidade do sertão da Bahia. Salvador: EGBA/Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, pp. 23.
20 Documentos Históricos da Bibliotheca Nacional. (1928) Rio de Janeiro, vol. 3, pp. 224.
21 Documentos Históricos da Bibliotheca Nacional. (1928) Rio de Janeiro, Vol. 4, p. 57.

deixando os soldados tirarem mel para alimentarem-se. Essas atitudes despertaram minha atenção para o papel exemplar desse personagem na mal fadada excursão para combater os grupos indígenas revoltosos. 22

As autoridades administrativas utilizavam, portanto, negros para repressão de grupos indígenas e grupos indígenas contra quilombos e mobambos, porém isso não diminuia a solidariedade e amizade construídas com o tempo de convívio.

> O religioso do Carmo Frei Angelo de Santo Alberto, revela um desses casos de solidariedade em carta enviada à seus superiores. Falando da fuga de cinco casais de sua missão de São Gonçalo do Salitre para a fazenda Sargendo de propriedade da Casa da Torre, ele conseguiu apreender um dos fugitivos, porém "João das Brotas e mais três negros [...] levarão o Indio e me ultrajarão de palavras".23

João das Brotas e seus companheiros estavam cumprindo ordens de seu superior João de Araujo Costa, o procurador da Casa da Torre da região, porém eles devem ter cumprido as ordens com mais afinco pela proximidade construída ao longo do convívio com o índio resgatado.

Extratégia comum também aos escravizados afro-descendentes, as fugas reinvindicatórias parece ter sido uma forma encontrada por esses casais. Provavelmente, fugiram da Missão por não concordar com os trabalhos exigidos deles na condição de aldeiados e foram procurar melhores condições de vida em outras paragens na companhia de pessoas de confiança e amigos com quem podiam contar, mas o religioso não concordava em ver seu rebanho minguar, por isso as reclamações.

Aqui também é prudente recomendar que os negros possam ser negros da terra, porém no mesmo documento são apresentadas e nomeadas outras pessoas como '*índios'*.

A pecuária

O episódio acontecido com o vaqueiro João das Brotas e o Frei do carmo Angelo de Santo Alberto, iluminam outra forma de ocupação do sertão baiano, segundo Josildeth Gomes: a pecuária. As terras deveriam cumprir seu ideal: servir bem à sua majestade real e seus súditos. Adotando o sistema de concessão de sesmarias, a região das Jacobinas foi rapidamente doada, após as primeiras notícias das excursões dando conta das terras e suas serventias.

Já em 1609 foi feita uma concessão na região de Jacobina a Antonio Guedes: "nas cabeceiras das suas terras toda a ms. houver entre os Ros. Inhambupe e Itapicurú, e para o Sertão 10 legs. medas. Rumo dirto. Com todas as pontas, enseadas, matos, agoas e ms. pertenças"24. Seu parente O padre Antonio Pereira, o mesmo senhor do crioulo Antonio já citado anteriormente, recebeu uma concessão de terras na região de Jacobina por carta do dia 02 de janeiro de 1659.25

Na carta concedida a Bernardo Vieira Ravasco, irmão do famoso Padre Vieira, e identificado como grande criador de gado vacum, conforme carta de 07 de junho de 1655, registrada no 6o Livro de Provisões Reais, encontrei a menção a Jacobina e a aldeia dos indígenas.26

As sesmarias privilegiavam os mais abastados e as pessoas com boas relações com os administradores, porém no documento não havia garantia de estarem essas terras desocupadas de indígenas e grupos aquilombados, tampouco os donatários asseguravam uma efetiva ocupação realizada por eles próprios. Na maior parte das vezes, esta ocupação era realizada por pessoas de total confiança dos donatários, que deixavam os encargos e perigos de sobreviver nas terras inóspitas e negociar com os grupos autóctones a cargo desses prepostos.

Alguns vaqueiros e posseiros eram mestiços ou brancos pobres, sem nenhum prestígio em Salvador para obter sesmarias junto às autoridades reais, e que partiam rumo ao sertão para "tentar a vida", protegidos pelos senhores de terras aos quais deviam o foro anual. Assim, iam ampliando as áreas agricultáveis e de pastagens no sertão.

Segundo Pedro Calmon, Garcia D'Avila utilizava o gado como principal elemento de penetração no sertão:

Os outros sertanistas se apossavam do país com tropas de guerrilheiros; êle o empalmou, com as suas boiadas. O rebanho arrastava o homem; atrás dêste, a civilização. A terra ficava à mercê da colonização: êle a inundou de gados, em marcha incessante para o interior. Aqueles animais levavam nas patas os limites da capitania. Dilatavam-na. 27

A implantação do gado foi acolhida como um benefício para a colonização das terras sertanejas e para a coroa, porém para os indígenas era uma outra forma de expulsão, pois os grupos nativos sertanejos não conheciam esse animal estranho, além de causar danos à microecologia local e, conseqüentemente, ao modo de vida dos grupos autóctones ligados a ela.

> O cérebro da Casa da Torre, apelido dado ao padre Antonio Pereira por Pedro Calmon, provavelmente utilizava os mesmos métodos adotados pelo cabeça da casa que: "[...] com suas boiadas escolhia caminhos apropriados para constituir toscos

---

22 Silva (1925) transcreve o Assento do Governador Alexandre de Souza Freire, de 1669, relatando os "terríveis estragos" feitos pelos indígenas desde o começo do século. Silva, I. Acioly C. (1925) Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia. Vol. II, Salvador: Imprensa Oficial do Estado, pp. 30.

23 Annaes do Archivo Publico do Estado da Bahia.(1919). Salvador, vols. 4/5, pp. 98-99.

24 CARTA de Concessão a Antonio Guedes nas cabeceiras das suas terras toda a m.s. [sic] houver entre os R.os.[sic] Inhambupe e Itapicurú. LIVRO de Translado de Concessões de Terras. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 21 jul. 1609. p. 68. Códice 155, Fundo: Tesouraria da Fazenda da Província da Bahia.

25 CARTA de concessão a Antonio Pereira pelo Rio de S. Fran.co.[sic] acima [sic] no Sertão da p.te.[sic] do Sul, toda terra da barra do rio Salitre. LIVRO de Translado de Concessões de Terras. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2 jan. 1659. p. 27. Códice 155, Fundo: Tesouraria da Fazenda da Província da Bahia.

26 CARTA de concessão a Bernardo Vieira Ravasco 10 legoas de terras. LIVRO de Translado de Concessões de Terras. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2 jan. 1659. p. 20. Códice 155, Fundo: Tesouraria da Fazenda da Província da Bahia.

27 Calmon, P. (1939). História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros. Rio de Janeiro: José Olympio, pp. 39.

currais, onde deixava, em cada um deles, um casal de escravos encarregados de zelar por dez novilhas, um touro e um casal de eqüinos."28

As terras doadas ao Padre Antonio Pereira, já estavam efetivamente ocupadas por um seu escravo, também chamado Antonio já citado anteriormente, e há muito tempo radicado no sertão, provavelmente na própria região, pois conhecia a localização e a língua dos grupos nativos, além de saber os caminhos por onde transitar e formas mais adequadas de sobrevivência nas matas sertanejas.

O autor anônimo do *Roteiro do Maranhão a Goiaz*, deixou grafado esse costume sertanejo da construção dos primeiros currais em locais ermos:

Levantada huma caza coberta pela maior parte de palha, feitos huns curraes, e introduzidos os gados, estão povoadas tres legoas de terra, e estabelecida huma fazenda[...] Em cada huma fazenda destas, não se ocupão mais de dez, ou doze escravos, e na falta delles os mulatos, mistiços, e pretos forros, raça de que abundão os Sertões da Bahia, Pernambuco, e Siará, principalmente pelas visinhanças do Rio de S. Francisco. 29

Segundo Flávio Rabelo Versiani, o absenteísmo era uma prática comum no século XIX e foi observado por Saint-Hilaire em várias partes do Brasil. Esta forma de administrar as propriedades rurais proporcionava uma autonomia enorme aos africanos e seus descendentes envolvidos na produção agrícola sertaneja30.

As disputas territoriais entre os Garcia D´Avilla e os Guedes de Brito, trouxe outra informação apontando contatos entre as populações nativas e negras, geraram uma portaria do governador Alexandre de Souza Freire de 1668. Nesse documento, o crioulo Antonio: "grande lingua, e mui obedecido dos gentios", escravo do Padre Antonio Pereira da família Garcia D´Avila e possuidor de sesmaria na região de Jacobina, foi citado como um dos principais responsáveis por incitar os ataques dos indígenas contra as propriedades dos Guedes de Brito. 31

O registro enaltece o poder de convencimento exercido por Antonio sobre os grupos autóctones da região. Fica evidente também a credibilidade do escravizado junto aos indígenas, induzindo-os inclusive a atacar vários currais pelo sertão adentro até as beiras do Rio São Francisco.

Borges de Barros toca no tema de negros aliciando as populações indígenas para lutas contra os colonizadores europeus:

As resoluções regias considerando livres os selvicolas, apezar de seu rigorismo não tinham applicação pratica: e entre os dictames da Justiça, raras vezes efficiente neste particular e a acção dos catechisadores e dos Sertanistas e bandeirantes só uma solução se lhes afigurava plausivel: a revolta. [...] já então insuflada pelos negros dos mocambos.32

A escravização de índios estava proibida desde 1570 por Ordem Régia de D. Sebastião. Apesar das sucessivas reedições, os indígenas continuaram a ser escravizados, na região de Jacobina, até o século XIX, quando encontrei cartas de liberdade de escravizados "*tapuias*". 33

Solidariedades Guerreiras

Borges de Barros ilumina uma outra forma de aproximação, amizade e solidariedade entre os grupos nativos e grupos negros no sertão baiano: "Ao elemento indigena alliava-se um outro de não menos importancia: os negros fugidos ao captiveiro, os quaes se aquilambavam nos recessos das mattas".34

A mesma repressão aplicada contra os nativos era empregada aos escravizados fugidos. Algumas das expedições de entradas para o sertão eram organizadas para combater os nativos e também os mocambos, como a de 1619, chefiada por Antonio de Araújo e João de Mendonça: "A entrada era não apenas aos Índios, mas também a 'desfazer um couto ou mocambo (como lhe na terra chamam) que os escravos fugitivos tinham feito naquele sítio'. Baixaram 200 pessoas que se colocaram na Aldeia do Espírito Santo."35

As vicissitudes da repressão recaíam sobre as populações negras e indígenas de Jacobina da mesma forma e às vezes até com o mesmo repressor utilizado pela administração central. Ficaram documentados, esses indícios, nas patentes dos capitães-mores "*das Entradas e Mocambos, e Negros fugidos*", Damiam Cosme de Farias e Domingos Netto Piuheyn. 36

Os negros fugidos recuperados perdiam não só sua autonomia maior, pois eram presos, como também perdiam o direito de reconstruírem seus laços comunitários, pois eram separados de suas famílias, assim como ocorria com os indígenas sobre os quais se aplicavam a Guerra Justa.

---

28 BAHIA, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia da. (1984) Diagnóstico Parâmetro para Avaliação do PDRI: Irecê. Salvador: CEPA-Centro Estadual de Planejamento Agricola, pp. 64.

29 ROTEIRO do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauhi [1780] (1900). Revista Trimensal do Instituto Historio Geographico Brasileiro, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, T. 62, parte 2, pp. 60-161. p.88.

30 Versiani, F. R. (2000). Os escravos que Saint-Hilaire viu. In: Revista História Econômica e Economia de Empresas. ABPHE, v. 3, n. 1. http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd37/versaint.pdf (Consultado na Internet em 12 dezembro de 2004).

31 Documentos Históricos da Bibliotheca Nacional.(1928). Rio de Janeiro, v. 7, pp. 380.

32 Annaes do Archivo Publico do Estado da Bahia. (1919), anno 3, vols. 4/5, Bahia: Imprensa Official do Estado, pp. 174.

33 A proibição de escravização de índios também foi tema de uma Lei de 1587, reafirmada com um Alvará de 1611 e no Regimento enviado junto com o Governador Geral do Maranhão e Grão-Pará de 14/04/1655 entre outros. Cf. Perrone-Moisés, B. (1992). Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séc. XVI e XVIII). In: Cunha, M. C. (Org.). (1992) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras.

34 Annaes do Archivo Publico do Estado da Bahia. (1919), anno 3, vols. 4/5, Bahia: Imprensa Official do Estado, pp. 174.

35 Leite, S. (1945). História da Companhia de Jesus no Brasil. t. 5. Lisboa: Liv. Portugalia; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 270.

36 Annaes do Archivo Publico do Estado da Bahia. (1920). anno 4, v. 6/7. Bahia: Imprensa Official do Estado, pp. 226.

A repartição do botim autorizada pelo Governador Diogo Luiz de Oliveira da entrada realizada no primeiro quartel do século XVII, chefiada por Affonso Rodrigues Adorno, enumera várias pessoas que:

> [...] se forão entregando aos soldados que forão na dita jornada as pessoas que cada hum delles coube, [...] na forma seguinte: a saber[...] Antonio Saraiva, morador no dito Peroassú, recebeo huma India por nome Paula, e hua rapariga por nome Genebra;[...] Domingos Gonçalve, morador no Acupe, recebeo hua negra por nome Violante; Antonio Pavão, recebeo hum negro por nome Diogo, morador no Peroassú[...]37

As vicissitudes e adversidades do cativeiro imposto nas entradas de preamento, incursões ao sertão em busca de grupos indígenas para escravização, e nas guerras contra os quilombos, uniam os indígenas e os negros, possibilitando as revoltas e ataques conjuntos: "Os da Serra de Tiúba uniram-se aos negros e assaltaram o Rio S. Francisco, encontrando resistencia em Felizardo Ribeira Lisboa".38

É pertinente recordar que as pesquisas sobre quilombos tem apontado a multiplicidade populacional como característica, convivendo pessoas brancas, negras e indígenas no seu interior.39

Outros documentos falam de grupos negros ocupando o sertão baiano com mais precisão e sem deixar dúvidas, são as cartas patentes de Capitães Mores do Sertão. Os Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia transcreve várias dessas cartas de patentes, entre elas as de: "*MANOEL BOTELHO DE OLIVEIRA venceu os mocambos de Papagayo, Rio do Peixe e Gamelleira em Jacobina. Obteve o cargo de Capm-mór desses districtos por ter emprestado 22.000 cruzados de sua fazenda para a creação da Casa da Moeda."40*

Espero ter contribuído com as discussões sobre uma maneira de leitura de documentos apontando novas possibilidades em documentos já conhecidos e utilizados por outros pesquisadores.

Referências:

Abreu, J. C. (1960) *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, 2a. ed., Rio de Janeiro: Liv. Briguiet, pp. 94.

Annaes da Bibliotheca Nacional. (1909). Rio de Janeiro, vol. 31.

Annaes do Archivo Publico do Estado da Bahia. (1919), anno 3, vols. 4/5, Salvador: Imprensa Official do Estado.

Annaes do Archivo Publico do Estado da Bahia. (1920). anno 4, v. 6/7. Salvador: Imprensa Official do Estado.

BAHIA, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia da. (1984) *Diagnóstico Parâmetro para Avaliação do PDRI: Irecê.* Salvador: CEPA-Centro Estadual de Planejamento Agricola, pp. 64.

Calmon, P. (1939). *História da Casa da Torre: uma dinastia de pioneiros*. Rio de Janeiro: José Olympio, pp. 39.

CARTA de Concessão a Antonio Guedes nas cabeceiras das suas terras toda a m.s. [sic] houver entre os R.os.[sic] Inhambupe e Itapicurú. *LIVRO de Translado de Concessões de Terras*. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 21 jul. 1609. p. 68. Códice 155, Fundo: Tesouraria da Fazenda da Província da Bahia.

CARTA de concessão a Antonio Pereira pelo Rio de S. Fran.co.[sic] acima [sic] no Sertão da p.te.[sic] do Sul, toda terra da barra do rio Salitre. *LIVRO de Translado de Concessões de Terras*. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2 jan. 1659. p. 27. Códice 155, Fundo: Tesouraria da Fazenda da Província da Bahia.

CARTA de concessão a Bernardo Vieira Ravasco 10 legoas de terras. LIVRO de Translado de Concessões de Terras. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2 jan. 1659. p. 20. Códice 155, Fundo: Tesouraria da Fazenda da Província da Bahia.

Documentos Historicos Bibliotheca Nacional. (1928). Rio de Janeiro, vol. 4.

Documentos Históricos da Bibliotheca Nacional. (1928) Rio de Janeiro: Bibliotheca Nacional, vol. 3.

Documentos Historicos da Bibliotheca Nacional.(1928). Rio de Janeiro, v. 7.

Franco, T. (1996). *Serrinha: A colonização portugueza numa cidade do sertão da Bahia*. Salvador: EGBA/Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, pp. 23.

Funari, P. P. A. (1996) A arqueologia de Palmares – Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: Reis, J. J. & Gomes, F. S. *Liberdade por um fio*. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 26-51.

Gomes, J. (1952). Povoamento da Chapada Diamantina. In: *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, Salvador, n. 77, pp.221-238.

Holanda. S. B. (1994). *Caminhos e Fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras.

Leite, S. (1945). *História da Companhia de Jesus no Brasil*. t. 5. Lisboa: Liv. Portugalia; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Moreau. F. E. (2003). *Os índios nas cartas de Nóbrega e Anchieta*. São Paulo: Annablume. pp. 162-165.

Paraíso, M. H. B. (1998). Construindo um novo tempo. In: *O Tempo da Dor e do Trabalho*. SP, USP, tese de doutorado, 6 volumes, mimeografado. pp. 31.

37 Silva, I. Acioly C. (1925). Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia. Vol. 1, Salvador: Imprensa Oficial do Estado, pp. 74

38 Annaes do Archivo Publico do Estado da Bahia. (1919), anno 3, vols. 4/5, Bahia: Imprensa Official do Estado, pp. 175.

39 Funari, P. P. A. (1996) A arqueologia de Palmares – Sua contribuição para o conhecimento da história da cultura afro-americana. In: Reis, J. J. & Gomes, F. S. Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 26-51.

40 Annaes do Archivo Publico do Estado da Bahia. (1920). anno 4, v. 6/7. Bahia: Imprensa Official do Estado, pp. 203.

Perrone-Moisés, B. (1992). Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séc. XVI e XVIII). In: Cunha, M. C. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras.
Romeiro, A. (2005). Revisitando a Guerra dos Emboabas: práticas políticas e imaginário nas Minas setecentistas. In: M. F. Bicalho & V. L. A Ferlini (Org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no Império Português*. São Paulo: Alameda, pp. 387-402.
ROTEIRO do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauhi [1780] (1900). *Revista Trimensal do Instituto Historio Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, T. 62, parte 2, pp. 60-161. p.88.
Silva, I. Accioli C. (1925). *Memórias Historicas e Politicas da Provincia da Bahia*, vol. I, Salvador: Imp. Official do Estado.
Silva, I. Acioly C. (1925) Memórias Históricas e Políticas da Provincia Bahia. Vol. II, Salvador: Imprensa Oficial do Estado, pp. 30.
Versiani, F. R. (2000). Os escravos que Saint-Hilaire viu. In: *Revista História Econômica e Economia de Empresas*. ABPHE, v. 3, n. 1. http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd37/versaint.pdf (Consultado na Internet em 12 dezembro de 2004)

Cidades da cidade.Migração e desigualdades sócio-espaciais em São Luís do Maranhão1

Emanuel Souza
Universidade Federal do Maranhão-UFMA e Institudo da Cidade-INCID
souzaemanuel@yahoo.com.br

Resumo: Este projeto estuda o processo de transformações recentes do espaço urbano da cidade de São Luís do Maranhão, cidade do nordeste brasileiro que é a capital do Estado do Maranhão, um dos estados que apresenta sistematicamente os piores indicadores sociais do país. O estudo realiza uma abordagem histórica para sumarizar a formação urbana da cidade e explora alguns elementos que promoveram as recentes configurações da cidade. A articulação da cidade, e do Estado do qual é capital política, ao grande projeto econômico desenhado pelo governo autoritário – o Projeto Grande Carajás – resultou em grandes transformações sociais na região. O crescimento demográfico observado é um dos resultados deste projeto. Este crescimento se fez particularmente agudo em São Luís do Maranhão para onde se deslocaram significativos fluxo de migrantes, os quais foram responsáveis por aceleradas transformações populacionais (a cidade chegou a crescer a taxas decenais de 74,63% (entre 1970 e 1980). O crescimento demográfico e o intenso e acelerado fluxo migratório determinaram o atual perfil sócio-espacial da cidade, caracterizando a distribuição pelo espaço urbano dos indicares sociais. A análise da distribuição de indicadores sociais escolhidos permite vislumbrar sobre a cidade uma clara cartografia social que reflete as desigualdades geradas pelas estratégias de desenvolvimento adotadas no passado.

Introdução

Um dos estudos clássicos sobre o fenômeno sociológico relativo à cidade a identificava como lugar das relações que caracterizam o funcionamento do mercado como instrumento de coordenação das relações sociais (WEBER, 1973).

Nesta condição a cidade representa um momento do processo de divisão do trabalho no qual, como pensava Marx, ocorre a submissão do rural ao urbano como local de produção e acumulação de riqueza.

Como resultado o ambiente urbano representaria o local das relações sociais impessoais responsáveis por processos e experiências intersubjetivas numa dinâmica específica, típica do período moderno (SIMMEL, 1973).

Neste cenário as trajetórias individuais estariam permanentemente abertas. Contudo, esta sociedade moderna está marcada por recortes que delimitam as possibilidades disponíveis em conformidade com clivagens de classe.

A observação, mesmo banal, da paisagem urbana de uma cidade brasileira indicará que o funcionamento do sistema urbano, que articula economia de mercado e divisão do trabalho sofisticada, produz uma sociedade bastante heterogênea que é fundamentalmente desigual.

A emergência deste cenário consiste num processo de caráter social cujos fundamentos repousam sobre regras relativas ao funcionamento da organização da sociedade brasileira.

Naturalmente, esta organização está relacionada a fatores que deitam fundo na história do país.

Uma das marcas inquestionáveis da experiência histórica do país durante o século XX está relacionada à capacidade de produzir aceleradas transformações, por vezes em curtíssimos períodos.

Uma das conseqüências deste tipo de avanço experimentado pelo país é um acúmulo de problemas relativos à profundidade de tais mudanças provocadas por vezes em períodos de uma única geração.

A experiência da urbanização do país representou um destes fatores.

Com efeito, um país de feições absolutamente rurais ao fim do século XIX surge rigorosamente urbanizado no início do século XXI.

Cabe, porém, considerar que este processo não representa a experiência de toda a sociedade brasileira, esta transformação não tem lugar em todo o território.

O Estado do Maranhão, Estado brasileiro localizado no extremo norte da Região Nordeste, foi o último a realizar a transição para o perfil demográfico urbanizado.

1 O autor agradece o apoio da FAPEMA, indispensável para a realização do trabalho.

Isto nos sugere a necessidade de atentar para as conseqüências de caráter territorial assumidas pelos processos sociais de modo a identificar as particularidades com que as transformações são efetuadas.

É o caso de observar, por exemplo, que a capital deste Estado, a cidade de São Luís do Maranhão, experimentou acelerada urbanização no último quarto do século XX.

Este trabalho consiste num estudo sobre esta capital do Estado. Pretendemos tomar para consideração o comportamento do crescimento desta cidade tentando compreender como funcionou a urbanização da capital do Estado mais ruralizado do país e averiguar as expressões territoriais deste processo a partir da análise da distribuição de determinados indicadores sociais no espaço intra-urbano.

Além desta introdução teremos uma exposição sumária da história da cidade de São Luís, cotejando estas informações com a consideração da evolução demográfica do estado contrastada com a praticada pela cidade.

Traçaremos em seguida uma análise descritiva dos fatores relacionados ao fenômeno do crescimento desta cidade. Em seguida teremos uma análise de indicadores do censo demográfico escolhidos para tentarmos esboçar as conseqüências territoriais para a cidade, expressas nos padrões espaciais de desigualdade que se consolidam com o crescimento da cidade.

São Luís, cidade histórica.

São Luís está localizada em uma ilha. O projeto urbano da cidade nasce como um empreendimento de caráter militar estratégico para o Estado português durante o período de ocupação do território das populações indígenas do litoral que seria mais tarde brasileiro.

Durante o século XVI o imenso território nas Américas não fora ocupado pelas nações européias, mas a corrida por colônias na América tornou-se um fato.

Em São Luís, os franceses chegaram a implantar um projeto de colonização para consolidar uma França equinocial a partir desta cidade.

A data da derrocada deste projeto e da expulsão dos franceses é assumida como momento de fundação da cidade, tida como iniciada no ano de 1612.

A consolidação do projeto de ocupação da Ilha de São Luís forneceu a base para a ocupação do território no continente, na região onde se formaria o atual estado do Maranhão, e também para o avanço rumo ao norte, região do amazonas.

A revolução industrial na Europa provocou a inserção da colônia brasileira na economia internacional através da criação de enorme demanda para os produtos extraídos do projeto colonial. Neste processo o Estado do Maranhão participou de forma destacada do comércio de algodão no século XIX.

O período algodoeiro representou uma era de prosperidade para a cidade de São Luís cujo acúmulo de riquezas propiciou um processo de embelezamento da capital e a formação de uma herança espiritual duradoura derivada do trabalho de uma elite letrada que representou o melhor da inteligência brasileira em seu tempo (MARTINS, 2008).

Com efeito, “Atenas brasileira” é o “título” dado ao São Luís ao fim do século XIX por conta do grande número de intelectuais destaque que surgem na cidade e ganham reconhecimento no requintado cenário da capital federal, então no Rio de Janeiro.

De modo semelhante, podemos notar que o núcleo histórico da cidade é caracterizado pela peculiar arquitetura de casarões surgidos com o incremento do comércio do algodão.

Este comércio permitiu gerar um excedente utilizado na consolidação do consumo de diversos produtos importados e também na formação de uma arquitetura suntuosa que representa uma espécie de proto-verticalização urbana.

Com efeito, os casarões de São Luís simbolizam o poderio de uma classe de comerciantes que tinham nos seus casarões espaço para o comercio, o depósito, a morada e para o alojamento da criadagem, cada função tendo um pavimento próprio.

O processo de industrialização do algodão em uma indústria têxtil local foi responsável pelo processo inicial de expansão da ocupação urbana do núcleo histórico da cidade (CALDEIRA, 1988).

Esta industrialização provocou o assentamento de setores da população nas proximidades das fábricas consistindo assim num processo pioneiro de expansão do tecido urbano ludovicense (REINALDO JÚNIOR, 2001) nas margens do hoje chamado centro antigo do município.

Estes assentamentos resistiram ao fracasso do projeto de industrialização e hoje são os bairros populares presentes na região central da cidade.

A decadência da economia algodoeira e o fracasso da industrialização esboçada ao fim do século XIX representam o início de um período de lenta decadência relativa da cidade de São Luís.

Decadência, aliás, sentida e acusada pela elite local de forma recorrente desde os fins do século XIX conforme a produção científica e literária da província (MARTIBS, 2008).

Este processo só é interrompido ao fim do século XX com a emergência do Projeto Grande Carajás, implantado pelo governo militar que se instala no país com o golpe de 1964.

Este projeto visava à implantação de uma estrutura econômica para promover a efetiva ocupação e aproveitamento dos recursos do norte do país.

Os fundamentos econômicos do projeto estavam voltados para o aproveitamento de grandes jazidas minerais no Estado do Pará.

O escoamento desta produção mineral teria como leito o território do Maranhão através do aproveitamento do porto do Itaqui, em São Luís.

Durante este período o acalantado projeto de construção e consolidação do porto é levado a efeito.

Além do porto a cidade receberia ainda plantas industriais da ALUMAR (que opera no segmento de beneficiamento) e da VALE (que concentra na área de transporte de minério) e um fornecimento de energia de boa qualidade garantido pelo recém construída usina hidrelétrica de Tucuruí, também no Pará.

Estas iniciativas, e mais a intervenção do governo federal na agropecuária local através de uma políticas de subsídios e financiamentos, representam um período de grandes projetos que provocam significativos impactos para a sociedade local.

Estes empreendimentos representaram para a elite local a esperança de ressurgimento de uma São Luís rica e industrial. Entretanto a efetividade do Projeto quanto a estes objetivos é bastante questionável.

No que pese o inquestionável impacto positivo quanto ao fator estritamente econômico do Grande Carajás, os efeitos sociais mais amplos não se fizeram acompanhar.

O crescimento industrial do Maranhão, durante a implantação e consolidação da estrutura do Grande Carajás, o tornou o Estado de melhor desempenho neste aspecto no período de 1970 a 1990 (MARTINS e PESSOA, 1998), quando suas taxas de crescimento anual o posicionava acima de todos os demais estados nordestinos e também acima das médias regional e nacional.

Entretanto o crescimento industrial não resultou em transformação social na medida em que suas bases estavam assentes em projetos poupadores de Mao de obra, mas que cobravam do Estado um esforço fiscal significativo na medida em que estava fundado em estratégias que envolviam subsídios e financiamentos.

Tomada em conjunto com a transformação da economia agrária que é concomitante (MESQUITA, 1998; CONCEIÇÃO, 1996) esta industrialização compõe um quadro complexo de fatores de causação de transformações estruturais que fizeram da cidade de São Luís um cenário de gravíssimos problemas urbanos.

Na seção seguinte trataremos de avaliar a face mais visível destas transformações, ou seja, avaliaremos o peso que cabe ao processo migratório na formação da atual cidade de São Luís.

São Luís, cidade de problemas modernos.

A cidade de São Luís cresceu durante séculos como pólo natural de escoamento de toda a produção derivada do território do Estado do Maranhão. Para tanto o uso dos rios forneceu o recurso logístico natural de integração deste modelo de economia.

Este "monopólio logístico" se deveu a um estado de relativo isolamento derivado das distâncias entre o Estado e os centros dinâmicos da economia brasileira (no sul/sudeste do país) ou dos pólos de consumo dos seus produtos (Europa e Estados Unidos).

O projeto militar de integração da região ao resto do país através do revigoramento industrializante da economia regional resultou na criação de uma infra estrutura de estradas que fornecia alternativas logísticas para os municípios do interior do Estado (REINALDO JÚNIOR, 2001).

Ao mesmo tempo a implantação de estratégias de desenvolvimento da agricultura lastreada em subsídios governamentais para a promoção de um modelo de modernização agrícola alicerçado na produção de monoculturas e da consolidação do latifúndio como agente econômico.

Esta transformação resultou num processo de expulsão de uma camada de agricultores tradicionais que havia se formado por todo o Estado do Maranhão. Neste processo o recurso à grilagem foi uma estratégia deveras comum (CONCEIÇÃO, 1995).

Em resultado disto a população rural do Estado experimentou um continuado processo de migração que rebate na evolução de uma rede urbana que aos poucos foi se diversificando com o funcionamento dos projetos industriais para a região (o já citado Grande Carajás).

No entanto, esta migração é particularmente visível na cidade de São Luís. Podemos perceber isto analisando a Tabela 1 abaixo.

Tabela 1

Evolução absoluta e relativa da População, Maranhão e São Luís**.**

Ano	População				
	Maranhão (MA)		São Luís (SL)		SL/MA
	TOTAL	Aumento Relativo	Total	Aumento relativo	
1960	2.492.139	-	158.292	-	6,35%
1970	2.992.678	20%	263.595	66,52%	8.81%
1980	3.996.444	34%	460.320	74,63%	11,52%
1990	4.930.253	23%	695.119	51,00%	14,10%
2000	5.651.475	15%	867.690	24,83%	15,35%

Fonte: IBGE, Censos.

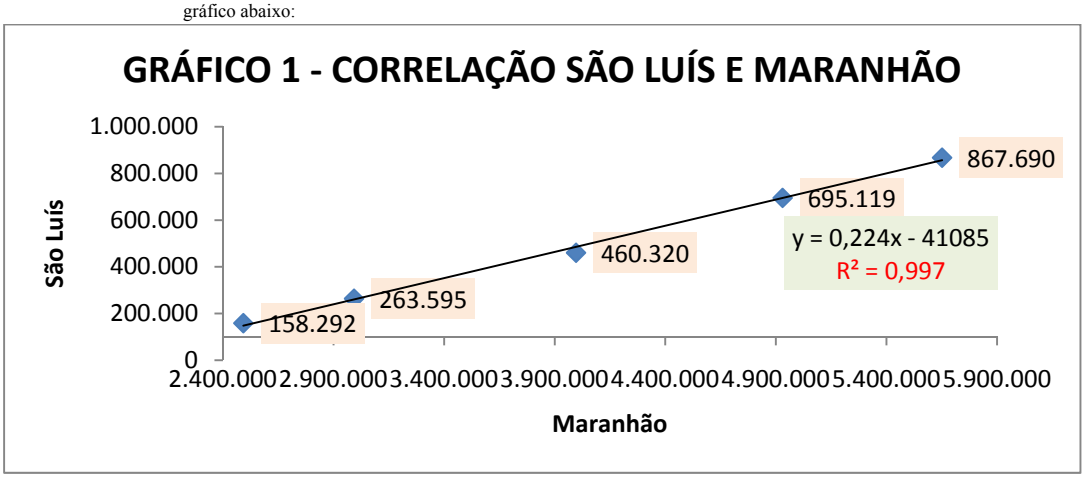
Os dados acima revelam o processo de acelerado crescimento demográfico do Estado e principalmente seu rebatimento na capital.

Com efeito, podemos identificar para a cidade de São Luís taxas de crescimento espantosas como os 74,63% apresentados no intervalo entre 1970 e 1980, bem superiores às taxas estaduais que são elas próprias robustas.

Entretanto ainda mais significativo neste processo é o comportamento da participação relativa da capital no total da população do Estado que durante o período considerado quase triplicou, saltando de 6,35% em 1960 para 15,35% no ano 2000.

Gráfico 1

O comportamento demográfico da capital está estreitamente vinculado ao comportamento geral do Estado, conforme revela o gráfico abaixo:



Fonte: IBGE, Censos.

A elevada correlação estatística sugere o vinculo entre as duas grandezas demográficas consideradas.

Com efeito, o índice r² acima confirma o laço estreito entre a evolução demográfica da cidade de São Luís e o comportamento demográfico do Estado com um todo.

O índice r² de 0,997 indica que 99,7% do comportamento de crescimento demográfico da cidade de São Luís está relacionado com as transformações globais do crescimento do Estado, o que sugere o papel dos processos migratórios no impulso dado ao crescimento da capital.

Entretanto estas informações ainda significam abordagens aproximadas desta relação. Dados mais recentes podem nos fornecer com maior precisão a existência deste vínculo.

Gráfico 2

Conforme o gráfico 2, com dados da mais recente contagem populacional realizada no ano de 2007, aproximadamente metade da população da cidade de São Luís nasceu em outro município.

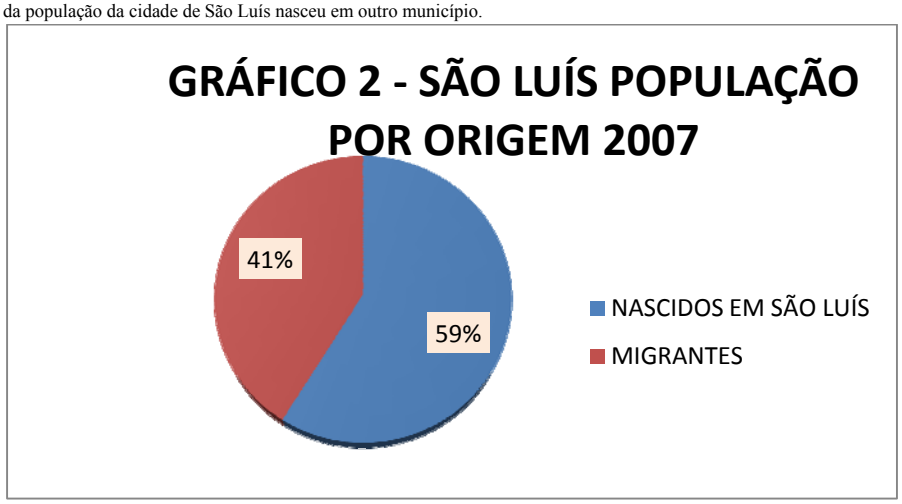
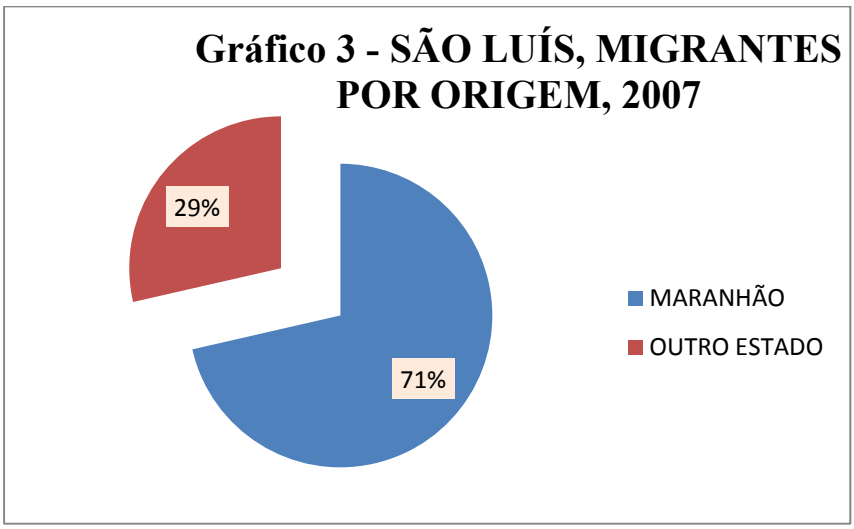


Gráfico 3

O gráfico 3, por outro lado, nos confirma que os migrantes2 que acorreram para a cidade de São Luís tem origem nos municípios do interior do Estado.

2 A categoria "migrante" utilizada nos gráficos 2 e 3 é composta pelo contingente de indivíduos que moram na capital mas nasceram em outro município.



Naturalmente o afluxo de tamanho contingente populacional refletiu nos padrões de aproveitamento do solo e na composição do tecido urbano.

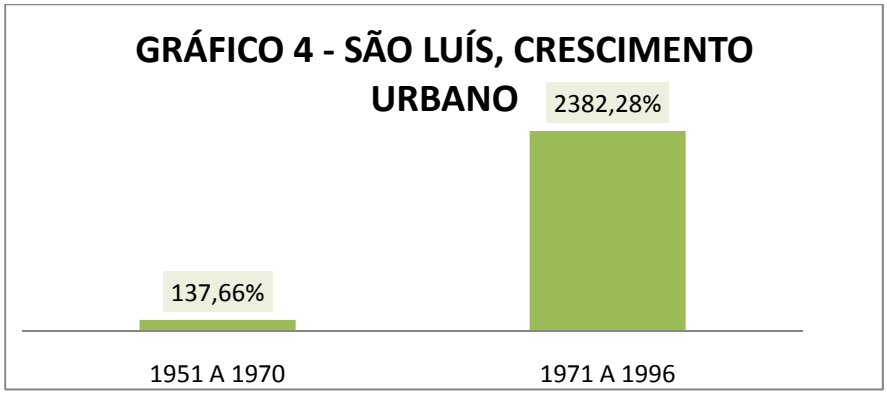
O estudo de Ferreira (2002:28) indica que entre 1951 e 1970 a cidade de São Luís teve crescimento horizontal (aumento do uso do solo) de 137,66%.

Para o intervalo entre 1971 a 1996, o estudo aponta um índice de 2.382,28% para o mesmo indicador.

Estes dados, expressos no gráfico 4, são logicamente convergentes com o crescimento demográfico registrado nos dados constantes da tabela 1.

Gráfico 4

São Luiz -Crescimento Urbano



Podemos concluir, com todos os dados acima, que o impulso dado à intensidade de ocupação e uso do solo da cidade de São Luís a partir da década de setenta está relacionado ao processo migratório.

Este processo se deve a iniciativa do Estado brasileiro no sentido de industrializar a região. No maranhão, no entanto, os postos de trabalho gerados no cenário urbano demonstraram-se insuficientes face ao afluxo de migrantes de origem rural que se dirigiam à capital (MARTINS e PESSOA, 1998).

Entretanto devemos registrar que esta expansão urbana do município tem como facilitador uma série de obras que introduziram na cidade a infra-estrutura viária que permite a consolidação de eixos de expansão do tecido urbano a partir do núcleo histórico (REINALDO JÚNIOR, 2001).

Esta infra-estrutura dinamizou o processo de ocupação e uso do solo pelo contingente migrante que chegava à cidade e delineou os eixos de expansão que caracterizam a atual formatação da cidade.

Sem dúvida o traçado de avenidas e de certas obras de infra-estrutura, como as pontes que permitiram a superação dos marcos naturais determinados pelos rios que cortam a cidade a partir do centro histórico, consolida a atual distribuição da população e delimita as fronteiras sociais da cidade.

Assim temos neste período a abertura da ponte do São Francisco que permite o acesso à região balneária das praias do norte da cidade, local onde se assenta as classes mais ricas e que consolidam a concentração dos melhores indicadores sociais do município.

Da mesma forma, a política de habitação promovida durante os governos militares promove uma série de empreendimentos ao longo do tradicional caminho grande, no qual se fixaram setores das classes médias.

A margem direita do Rio Bacanga, ao oeste, recebe além do distrito industrial um significativo volume de trabalhadores de baixa qualificação notadamente de origem rural, muitos dos quais desalojados da própria área rural do município para a implantação das indústrias vinculadas ao Projeto Grande Carajás.

Ao longo do Caminho Grande, em direção aos limites leste da cidade surge uma grande área popular formada a partir de projetos de habitação popular mas também a partir de usos espontâneos do solo através das chamadas "invasões".

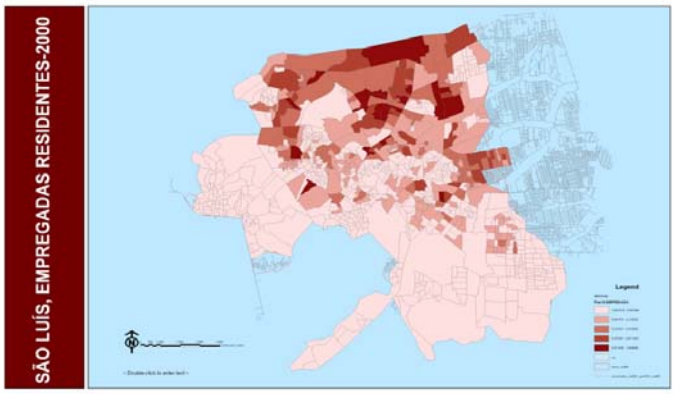
As áreas consolidadas com esta distribuição da população refletem as diferentes e assimétricas capacidades destes grupos em manipular os recursos do poder público para o beneficiamento de seu espaço.

Esta forma de distribuição da população naturalmente implica na formação de determinadas topografias sociais derivadas das diversas capacidades dos grupos sociais.

Os mapas a seguir, formados a partir de indicadores sociais escolhidos, revelam a topografia social que se consolidou na cidade.

Mapa 1

São Luís, Empregadas Residentes, 2000



O mapa acima é revelador de um traço típico da sociedade brasileira, a permanência do trabalho doméstico.

De um modo geral, a formação da sociedade brasileira consolidou um conjunto de valores negativos associados ao trabalho, (DA MATTA, 2003).

Essa valorização negativa do trabalho deriva da formação escravocrata do Brasil.

Certamente, a formação da nacional brasileira permitiu a retirada absoluta das classes dirigentes das atividades produtivas. Ao mesmo tempo, as classes envolvidas nestas atividades eram relegadas a extrema situação de penúria, dada a absoluta concentração de riqueza entre as classes dirigentes.

Nesta sociedade, o trabalho doméstico era uma forma paradoxal de sensação de proteção, pois nesta situação fugia-se ao trabalho dilacerador da existência física do indivíduo, mas ao mesmo tempo estava-se mais exposto aos caprichos sádicos dos senhores (SOUZA, 2003).

A persistência do trabalho doméstico na sociedade brasileira é revelador da incapacidade de promover a superação de determinados problemas estruturais.

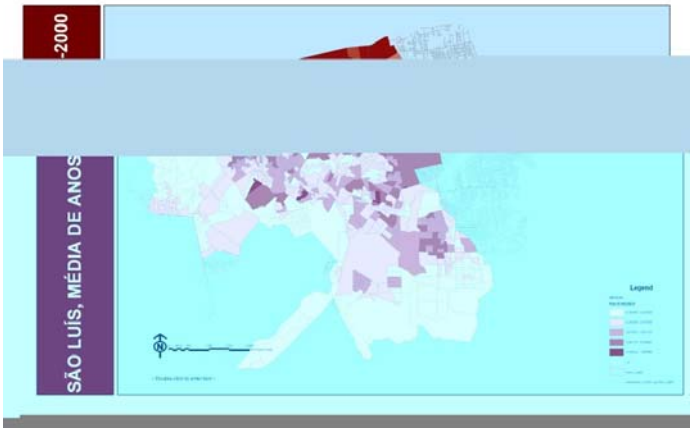
Sabe-se que o trabalho doméstico no Brasil é predominantemente trabalho feminino. Esta força de trabalho está concentrada entre pessoas de cor negra/parda. Dadas as condições de remuneração destes serviços, o próprio trabalho doméstico é um instrumento que bloqueia o acesso aos benefícios da sociedade.

Assim, a leitura do mapa acima nos revela que a capacidade (econômica) de dispor de mão-de-obra para a realização do trabalho doméstico é espacialmente concentrada no norte da cidade.

Estes dados permitem a formulação de determinadas considerações para um aprofundamento posterior. Esta capacidade de dispor de, de forma permanente, de trabalho alheio para a realização das tarefas domésticas permitiu, nesta família burguesa, a superação das desigualdades de gênero? E quais seriam as conseqüências do trabalho doméstico para as famílias das próprias domésticas?

Mapa 2

São Luís, Média de anos de Estudo - 2000



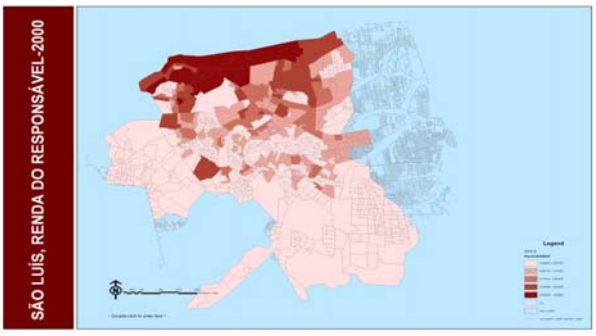
A concentração de renda no Brasil está fortemente relacionada com o acesso à educação. Credenciais escolares determinam as posições acessíveis no processo produtivo (SOUZA, 2008).

O mapa acima reforça a leitura do mapa anterior. Temos mais uma vez a concentração de um indicador social positivo na região norte do município.

Esta concentração de indivíduos com maior acesso à escolarização revela um efeito interessante de processo de longa duração iniciado com as transformações estruturais citadas anteriormente e que resultaram no alargamento do tecido urbano e de separação das classes sociais.

Mapa 3

São Luís, Renda do Responsável - 2000



Finalmente, temos um mapa que mais uma vez expressa a concentração espacial na cidade de São Luís dos melhores indicadores sociais.

A renda do responsável pela família consegue ser ainda mais concentrada que os outros indicadores sociais.

Renda é uma variável que revela a diferenciada capacidade dos moradores desta área da cidade em ocupar os mais valorizados postos de trabalho.

Esta capacidade, como dissemos, é resultado de melhor acesso à educação e é ela quem permite a aquisição extra familiar de força de trabalho para a execução das tarefas domésticas.

A leitura dos mapas indica claramente a alta concentração dos bônus do sistema urbano na região norte do município

Esta concentração representa um desafio para a concretização da democratização da cidade.

O que resta desta leitura é a expressão inequívoca de uma segregação espacial da cidade cujos fundamentos explicativos são profundos e aqui nós apenas esboçam, os uma aproximação.

Para a superação deste tipo de espacialização, cindida claramente por classes, é necessário uma intervenção incisiva e duradoura nos aspectos que determinam a manutenção desta desigualdade.

Políticas de educação voltadas para o atendimento da população das regiões mais depreciadas (que aqui foram exploradas apenas indiretamente) e a aplicação de instrumentos urbanísticos disponíveis na legislação federal (Estatuto da Cidade) e municipal (Plano Diretor, entre outros) são elementos para uma ação inicial no sentido de promover uma espacialização mais equilibrada e justa dos indicadores sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDEIRA, J. R. C. (1988). *Origens da indústria no sistema agro-exportador maranhense 1875-1895*. São Paulo, Universidade de São Paulo, Tese de doutorado.

CONCEIÇÃO, F. G. (org). (1995). Carajás*: Desenvolvimento ou destruição? - Relatórios de pesquisa*. São Luís, CPT e Coordenação do Seminário Consulta Carajás: Desenvolvimento ou destruição?

DA MATTA, R. (2003). *Profissões industriais na vida brasileira: ontem, hoje e amanhã*. Brasília, Editora da UNB, SENAI, Ministério do Trabalho e Emprego.
FERREIRA, A. J. A. (2002). Dinâmica de ocupação espacial/uso do solo em São Luís no período de 1950 a 2000. *Cadernos de Pesquisa* 13 (2), 25-36.
MARTINS, M. B. (2008). *Operários da saudade: os novos atenienses e a invenção do Maranhão*. São Luís EDUFMA.
MARTINS, M. & ENEUTON, D. (1998). Dinâmica econômica e condições de vida da população maranhense no período 1970-1990. *Revista de Políticas Públicas*. 2 (2). 15-38..
REINALDO Jr, J. (2001). *Formação do espaço urbano de São Luís*. 2ª edição. São Luís, Edição do autor/FUNC.
SOUZA, E. (2008) *Uma aproximação às desigualdades educacionais em São Luís do maranhão*. Texto apresentado no VIII Encontro Humanístico, Universidade Federal do Maranhão.
SOUZA, J. (2003). *A construção social da subcidadania. Para uma sociologia da modernidade periférica.* Belo Horizonte, EDUFMG, Rio de Janeiro, IUPERJ.
SIMMEL, G. (1973). A metrópole e a vida mental. In: VELHO, G. (org), *O fenômeno urbano*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Zahar.
WEBER, M. (1973). Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, G. (org), *O fenômeno urbano*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

Nas fronteiras do pertencimento: da Quinta do Silêncio à Brasilândia. A constituição de um espaço brasileiro em Portugal

Christiane Coêlho
Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES-ISCTE)
christiane.coelho@iscte.pt

***Resumo**:* A questão urbana está no centro do debate actual. Discutir que futuro para as cidades e que cidades para o futuro supõe um debate múltiplo e interdisciplinar. No caso dos processos migratórios, a mobilidade dos fluxos supõe re-arranjos pessoais, familiares, espaciais e de estilos de vida. As questões relacionadas com a integração e as possibilidades de adaptação passam também pela inserção nos espaços da cidade, seja em termos de moradia, seja em termos de trabalho e de contactos pessoais. A formação de redes sociais, profissionais e de vizinhança podem influenciar as formas de inserção na cidade. No caso deste estudo, analisaremos o processo de transformação da Quinta do Silêncio, nos Foros da Amora (Seixal), na Brasilândia – espaço clandestino e precário de habitação de imigrantes brasileiros, principalmente em situação irregular. O processo de constituição deste espaço será reconstituído a partir da realização de entrevistas com os seus moradores.

Palavras-chave: imigração brasileira, fluxos, mobilidade, formação de espaços, integração, exclusão social

Introdução

Os fenómenos urbanos e os processos migratórios podem ser correlacionados. Uma parcela cada vez mais importante da população mundial vive nas cidades. No caso da imigração brasileira em direcção a Portugal, houve um aumento significativo da imigração brasileira nos últimos dez anos. O crescimento importante no número de brasileiros em direcção a Portugal foi acompanhado por uma alteração do perfil migratório brasileiro, caracterizado por uma certa proletarização dos fluxos (Jorge Malheiros, 2007). As formas como estes fluxos foram estruturados no espaço serão analisados num contexto bastante particular. Trata-se do estudo do espaço conhecido como "*Brasilândia*", situado nos Foros de Amora, na Grande Lisboa, no Seixal.

A relação entre os fenómenos migratórios e os processos de constituição dos espaços vêm sendo pouco estudadas. Muitas vezes os espaços dos "outros" tem sido analisados como espaços da segregação, do descontrole social, numa concepção de uma certa territorialidade do pertencimento e da exclusão social. Muito mais que considerar os espaços e as suas consolidações de maneira estática, interessa analisar os mecanismos que estão por trás de suas formações. No caso deste estudo, propomo-nos a analisar o processo migratório brasileiro em Portugal e a formação de um espaço específico, no caso a Brasilândia.

O fenómeno migratório é complexo. Envolve conjunturas macro-económicas, diferentes países, políticas migratórias, contextos sociais, legislativos, políticos, deslocamentos físicos, projectos presentes e futuros. Os factores que estimulam os processos migratório são múltiplos. Ao mesmo tempo em que se assiste ao crescimento dos fluxos migratórios em direcção aos Estados Unidos e à Europa, os espaços da cidade foram sendo incorporados e transformados pelos imigrantes. É o caso de alguns subúrbios de muitas cidades francesas, holandesas, inglesas, portuguesas.

No caso da imigração brasileira em Portugal, assiste-se a uma distribuição desta população por todo o território nacional. Ao contrário de alguns grupos de imigrantes que se situam principalmente nos subúrbios da Grande Lisboa, como os angolanos e os cabo-verdianos, os imigrantes brasileiros estão espalhados por todo o território nacional. No entanto, há regiões do país com maior número de brasileiros como a Grande Lisboa e o Algarve. Na Grande Lisboa, muitos brasileiros estão a residir no Seixal, na Costa da Caparica e na própria Brasilândia. Calcula-se que o número de imigrantes brasileiros em Portugal oscile entre 100 a 160 mil pessoas – cerca de 69 mil imigrantes brasileiros estão legalizados e o número total desta população é desconhecido com exactidão. Os dados do Consulado do Brasil de Lisboa e do Porto apontam para um número

de cerca de 150 mil, embora seja importante destacar que tratam-se apenas de projecções. Já na Brasilândia, estima-se que devam viver cerca de 100 famílias brasileiras.

No caso da Brasilândia interessa perceber como se constituiu um espaço maioritariamente de imigrantes brasileiros, apesar do fluxo migratório brasileiro estar distribuído por todo o país. Nesta análise veremos o histórico deste espaço, buscando compreender o seu processo de formação. Antes de o fazermos, iniciaremos por uma breve incursão sobre o percurso migratório brasileiro.

A Imigração em Portugal

A imigração em Portugal é predominantemente urbana. Em 1996, a região de Lisboa concentrava quase dois terços dos estrangeiros em situação legal, apresentando cerca de 60% das solicitações para obtenção de visto de residência. No caso dos imigrantes em situação irregular, a tendência para a concentração da imigração ilegal na região de Lisboa era ainda mais acentuada, o que indica a importância que o mercado informal assumia nesta parte do país, bem como a formação de redes de solidariedade social endógenas às comunidades imigradas mais consolidadas em Portugal. Nos meados dos anos 90, esta imigração era proveniente principalmente dos PALOPs, com um modelo de imigração irregular baseada na constituição de redes de solidariedade ancoradas na região de Lisboa. Com o incremento da imigração do Leste Europeu, houve um processo de transição para um sistema de imigração irregular baseado na constituição de redes estruturadas de tráfico de mão-de-obra, com uma maior dispersão geográfica (SEF, 2006).

Entre os anos de 2001 e 2004, os ucranianos e os brasileiros constituíam as comunidades mais representativas de estrangeiros em Portugal a obterem autorizações de permanência. 69,5% dos que obtiveram vistos neste período eram homens (Instituto Nacional de Estatística, 2006). Em 2006, foram prorrogados 55.391 vistos de permanência, o que representou um aumento de 18,8% em relação aos vistos prorrogados em 2005. A comunidade brasileira foi a mais representativa em termos de obtenção de vistos de longa duração (32,5%) em 2006, seguida pela ucraniana (14,9%) e cabo-verdiana (11,3%) (SEF, 2007).

Os dados do Serviço Estrangeiros e Fronteiras sugerem que a comunidade estrangeira em Portugal é composta maioritariamente por trabalhadores. Em 2006, dos 16.937 vistos de longa duração, a maioria era composta por vistos de trabalho (40,4%), seguidos por vistos de estada temporária (33,1%) e dos vistos de estudo (26,6%) (Dados do Instituto Nacional de Estatística, 2006). Os brasileiros foram os que obtiveram o maior número de vistos concedidos (35,3%) (SEF, 2006).

Em 2006, a análise do tipo de visto por nacionalidade indica que os brasileiros foram os que obtiveram o maior número de visto de trabalho, enquanto os ucranianos e moldavos foram os que obtiveram o maior número de vistos de estada temporária e os cabo-verdianos os que detiveram o maior número de vistos de estudo (Instituto Nacional de Estatística, 2006).

Em relação ao processo migratório em Portugal, houve entre os anos de 2005 e 2006 um aumento de 20,1% no número de estrangeiros residentes no país.

Quanto à localização da população imigrante em Portugal, o distrito de Lisboa concentrava o maior número de estrangeiros (46%) com vistos de longa duração, seguido numa proporção menor por Setúbal (10,5%), Faro (9,6%) e Porto (7,4%). Em 2006, a população com autorização de residência concentrava-se principalmente no litoral, particularmente no Distrito de Lisboa, onde residem quase metade dos estrangeiros no país (45, 4%), seguido de Faro (15,4%) e Setúbal (11,1%) (Instituto Nacional de Estatística, 2006).

Em 2006, os brasileiros (73.384, correspondentes a 16,9% da população estrangeira no país) e os cabo-verdianos (68.145, correspondentes a 15,7% da população estrangeira no país) constituíam as comunidades maioritárias de estrangeiros em Portugal, seguidas pelos ucranianos (41.872, correspondente a 9,6% da população estrangeira). A maioria da população imigrante residente legalmente em Portugal era constituída por homens (55,3%) face as mulheres (44,7%) (SEF, 2006).

Os tipos de visto concedidos aos estrangeiros correspondem a diferentes formas de integração jurídica dos estrangeiros no país. No caso português, as distinções entre autorizações de residência e autorizações de permanência traduziam diferentes formas de integração à sociedade em termos legais. As autorizações de permanência possuíam um estatuto mais temporário e provisório face às autorizações de residência. A última legislação portuguesa, através do decreto-lei 88, suprimiu a categoria "autorização de permanência", criando diferentes tipos de autorização de residência (SEF, 2007).

Em 2006, os brasileiros foram aqueles que mais obtiveram vistos de longa duração, seguidos pelos ucranianos. Os brasileiros são também a nacionalidade com mais vistos de trabalho, provavelmente como resultado do "Acordo Lula" (2003) e do grande número de imigrantes brasileiros a residir em Portugal.

Do interior do Brasil para o mundo: o perfil dos emigrantes brasileiros

Nos anos 80 do século XX teve início o processo migratório brasileiro de forma mais acentuada. Já nos anos 1990, houve um aumento considerável deste fluxo e uma diversificação dos destinos migratórios. Os principais destinos da emigração brasileira são: Estados Unidos, Paraguai, Japão e Portugal.

Em Portugal, tem havido desde 1998 um aumento considerável no número de brasileiros residindo no país. Em 2005, o número de imigrantes brasileiros regularizados era de cerca de 60 mil habitantes e se contássemos os indocumentados este número atingiria cerca de cem mil brasileiros (Rosa Ruela, Visão, 13 de Outubro de 2005). Na realidade, os últimos dez anos são caracterizados por um aumento exponencial de imigrantes brasileiros em Portugal – uma

imigração que cresceu mais de dez vezes neste período (Jorge Malheiros, 2007). Os brasileiros são desde 2007 a principal comunidade de imigrantes no país, juntamente com os cabo-verdianos.

Que factores podem ter levado a este aumento da emigração brasileira no mundo poderiam ser analisados com maior pormenor num estudo a parte. De forma preliminar, poder-se-ia considerar que a crise económica por que passou o Brasil na década de 1980 – a famosa "década perdida" – e o aumento do desemprego e as dificuldades económicas por que passaram muitos brasileiros podem ser correlacionadas à este fenómeno migratório (Lúcia Bógus, 2007). Alem disto, é importante destacar que muitos dos imigrantes brasileiros são provenientes do interior do Brasil, região que pode ter enfrentado maiores dificuldades em termos de desenvolvimento económico e de possibilidades profissionais. O Brasil passou por um processo de urbanização acelerado durante o século XX. O país passou de um país predominantemente rural para um país predominantemente urbano em menos de um século. No entanto, esta urbanização não ocorreu de forma homogénea em todo o território brasileiro e teve consequências importantes em termos habitacionais, de emprego e de desenvolvimento económico e social. Segundo Rocha (1992) a pobreza no Brasil passou de rural a urbana. Actualmente, 81% da sociedade brasileira é urbana (Bogus, 2007).

Manuel Castells (2002) analisa o processo de formação dos centros urbanos como manifestação de poder e de produção no âmbito do capitalismo. Christian Topalov e Magri (1989) analisam a importância da localização dos bairros em relação aos centros das cidades. Neste âmbito a formação de espaços como a Brasilândia e suas consequências na integração dos imigrantes são relevantes para a compreensão da situação de uma parte dos imigrantes brasileiros em Portugal.

Denis Merklein (2001-2002) considera o território como fonte de poder, fonte de coesão social, prestígio, norma, estilo e via de integração. No caso dos espaços clandestinos, a relação com o espaço pode ser vista tanto como um "êxito", mesmo que provisório, numa relação de apropriação do espaço de moradia, bem como reflexo de uma situação de vulnerabilidade. Lúcia Valladares (1978) analisou o mercado imobiliário em torno das favelas no Rio de Janeiro, mostrando a grande volatividade e dinâmica deste sector.

Os problemas habitacionais e financeiros de uma parte signigicativa da população podem se traduzir em formas de insersão no espaço urbano que podem acionar mecanismos próprios de sustentabilidade. Além dos fenómenos clássicos de exclusões socio-espaciais presentes em locais como as invasões, favelas, bairros clandestinos e bairros de lata importa analisar como se dão as formações destes espaços.

Multiterritorialidade

Os estudos contemporâneos na área da imigração têm dado destaque ao transnacionalismo como elemento central, explicativo, dos fluxos migratórios. Os migrantes encontram-se em processos e espaços transnacionais e multi-locais, que influenciam tanto os que emigram, como os que permanecem nos países de origem.

Da Quinta do Silêncio à Brasilândia: a formação de um espaço brasileiro em Portugal

A "*Brasilândia*" era inicialmente uma Quinta – a Quinta do Silêncio - propriedade de duas famílias portuguesas que possuíam uma vacaria neste espaço. O sistema de água e de electricidade da quinta fazia parte da rede pública e era utilizado de forma improvisada. A manutenção da quinta era feita por um casal de origem cabo-verdiana que eram responsáveis pelos cuidados com as vacas, as limpezas e por todos os serviços necessários na quinta. Um acidente de trabalho vitimou o responsável, deixando a sua esposa encarregue por todos os serviços na quinta. Com o passar do tempo, a vacaria foi passando por transformações. O espaço das vacarias foi inicialmente abandonado e foi substituído por oficinas mecânicas que foram aos poucos sendo transformadas em barracões convertidos em locais de moradia, principalmente para brasileiros recém-chegados, de onde se originou o nome Brasilândia – em função do grande afluxo de brasileiros que residem neste espaço.

No fundo, a Quinta do Silêncio existe há mais de 30 anos e era originalmente uma vacaria. No entanto, há 10, 12 anos as vacarias acabaram. Actualmente, há o aluguel de casas para cerca de 70 famílias, a maioria brasileira: 53 famílias arrendam casas de uma das proprietárias, Dona Braúlia, e 15 famílias arrendam da outra proprietária, Dona Conceição. Os preços dos arrendamentos oscilam entre 250 euros para pequenas casas de dois quartos e 350 euros para casas de três quartos. Os preços são pagos individualmente. Com frequência, os espaços são arrendados entre várias pessoas e a super lotação das casas é pratica corrente.

As casas são arrendadas mobiladas, tanto que é raro ver um camião de mudança neste espaço. As pessoas geralmente chegam com malas e não precisam de mobílias, pois estas já estão incluídas nos arrendamentos das casas.

Actualmente, vivem cerca de 100 famílias na Brasilândia, a grande maioria jovem, solteira e do sexo masculino. Muitos moradores da Brasilândia são imigrantes brasileiros recém-chegados a Portugal, embora alguns moradores residam há alguns anos neste país. A ausência de família e a criação de redes locais facilitam o conhecimento da Brasilândia entre os imigrantes brasileiros.

A infra-estrutura da Brasilândia é precária. As casas e os locais de residência são circunscritos a um perímetro de cerca de 14.500 m2. As ruas não são asfaltadas e possuem uma infra-estrutura precária, dependente da rede pública geral, sem instalação local apropriada. De forma frequente, há falta de água e luz na Brasilândia, principalmente à noite ou nos finais de semana quando há maior concentração de residentes. Durante os dias, a maioria dos moradores está no trabalho. Em geral, trabalham principalmente nas áreas da construção civil, são muitas vezes apanhados pelos empreiteiros para irem ao trabalho. O acesso aos transportes não é facilitado. A Brasilândia situa-se distante do comboio de Foros de Amora e da

Ameixoeira. São poucos os autocarros que servem as redondezas da Brasilândia. Os moradores ficam assim mal conectados e distantes do restante da rede urbana da Grande Lisboa.

A maneira de ocupação do espaço na Brasilândia oscila entre o temporário e o permanente, sendo com frequência um local de passagem para os recém-chegados.

A forma de estruturação do espaço apresenta características rurais. A ausência de asfalto, a forma circunscrita e diferenciada como estão localizadas as casas fazem da Brasilândia um espaço particular. Ao mesmo tempo que é próximo da parte regularizada, oficial, asfaltada de Foros de Amora, se constitui como um recanto isolado, cujo acesso só é possível para quem o conhece. Raramente um carro irá passar acidentalmente pela Brasilândia. A ideia de espaço à parte, provisório, clandestino e improvisado caracteriza este pequeno bairro.

Através de entrevistas com alguns moradores, com líderes religiosos e presidentes de associações brasileiras no Seixal foi possível obter informações divergentes sobre este espaço. Para alguns, a Brasilândia é sinal de exploração de imigrantes em situação irregular, recém-chegados, com poucos conhecimentos de como funciona o mercado imobiliário português e dos preços que poderiam pagar por um espaço mais central e com melhores infra-estruturas. Para outros, a Brasilândia é um espaço de convívio entre compatriotas que acabam estruturando suas formas de inserção no mercado laboral e seu quotidiano através de redes locais.

As opiniões negativas sobre a Brasilândia são maioritárias entre alguns padres e pastores do Seixal e de muitos membros de associações brasileiras. Segundo depoimentos do presidente da Casa Grande – associação brasileira no Seixal – há uma concentração de problemas de violência, criminalidade e abuso de poder neste espaço. Houve tanto o caso isolado de um assalto a um banco, feito por dois antigos moradores locais, em que a polícia conseguiu prender os assaltantes, como ouvimos reclamações sobre um antigo proprietário da Quinta do Silêncio, marido da filha de uma das actuais proprietárias, que segundo depoimentos locais estava envolvido com posse de armas, explorava e tinha uma relação muito complicada com os inquilinos.

O presidente da Associação Casa Grande defende o desmantelamento da Brasilândia. Afirmou em entrevista que já conseguiram transferir todos os membros da associação que residiam na Brasilândia para outros espaços da cidade - espaços mais seguros, regularizados e em que pagariam o mesmo, quando não até menos.

A situação de vulnerabilidade caracteriza muitos moradores locais. Há um somatório de dificuldades. Em geral trabalham na área da construção civil, muitas vezes sem contrato, o que dificulta a regularização. O próprio espaço da Brasilândia é clandestino, ou seja, não está regularizado, o que dificulta a comprovação de residência para efeitos administrativos, como no caso da abertura de uma conta bancária, para emissão de um documento e mesmo recepção de correspondência.

Já para outros moradores, principalmente entre os imigrantes brasileiros muito jovens e recém-chegados, consideram acolhedor viverem num espaço que possa ser compartilhado com outros compatriotas.

Em geral, o excesso de trabalho, a precariedade das condições de vida, a ausência de visto, caracterizam a situação de muitos imigrantes brasileiros residentes na Brasilândia.

Redes e religiosidade

A religiosidade assume um aspecto importante tanto na caracterização dos imigrantes brasileiros bem como no processo de formação de redes transnacionais. No entanto, a religião tem sido um aspecto negligenciado na maior parte dos estudos sobre imigração brasileira.

A questão da diáspora brasileira e da imigração irregular parece já ter atingido o debate nas igrejas. Analisando o site de diversas igrejas evangélicas, deparamo-nos com referencias as dificuldades inerentes à situação irregular. Os pastores evangélicos estão muito atentos às dificuldades dos imigrantes brasileiros relativas à regularização.

Em Portugal, muitos pastores evangélicos são brasileiros. Trata-se de pessoas que emigram com frequência acompanhadas pela família e que assumem um papel de liderança importante nas comunidades locais. É o caso da Igreja Universal do Reino de Deus, da Associação Missionária de Alcance Internacional (AMAI) na Brasilândia e nos Foros de Amora, da Igreja dos Nazarenos e da Igreja Evangélica do Algarve.

As redes sociais formadas dentro das Igrejas Evangélicas servem com frequência de suporte aos imigrantes brasileiros recém-chegados, seja em termos de apoio à obtenção de moradia e/ou emprego, seja em termos de estruturação do tempo extra-laboral. Muitos imigrantes brasileiros reúnem-se nas igrejas evangélicas nos seus horários de folga.

Elisabete Curtinhal desenvolveu uma tese de mestrado intitulada “Deus é brasileiro” sobre brasileiros católicos e evangélicos residentes na Brasilândia. A religiosidade assume um papel importante na rede de convívio dos imigrantes brasileiros.

A igreja evangélica AMAI localiza-se no centro da Brasilândia e realiza três cultos semanais, em horários pós-laborais, para os moradores locais. Além dos cultos regulares, desenvolve actividades de doação e atendimento à diferentes idades. Possui dois grupos para crianças, um para adolescentes, além do atendimento aos adultos. Organiza anualmente uma festa de arrecadação de fundos e de apoio à comunidade em que são vendidos alimentos, bebidas e oferecidos uma serie de serviços, tudo a um euro. A ideia é que os preços sejam acessíveis aos moradores no seu conjunto e que todos os membros da igreja trabalhem nas suas áreas de especialidade, quando possível, oferecendo os seus conhecimentos. Como um número importante de imigrantes brasileiros, principalmente as mulheres, trabalham no sector da estética, em cabeleireiros, são

oferecidos serviços como corte de cabelo, escova, depilação entre outros. Observa-se um "savoir faire" posto em prática no espaço da igreja e a serviço de toda a comunidade.

A Igreja da AMAI na Brasilândia foi construída em regime de trabalho colectivo. O pastor é um brasileiro que reside em Portugal com a sua família há cinco anos. Arrendaram inicialmente o antigo espaço de uma oficina mecânica, que foi progressivamente remodelado. Com o tempo, conseguiram arrendar mais duas oficinas mecânicas que foram convertidas em espaços da igreja. Actualmente, a igreja da AMAI é dos maiores espaços integrados no centro da Brasilândia. O número de membros é grande e na ausência de uma associação dentro do bairro, assume o papel de assistência à comunidade local em casos de necessidade.

Uma das principais dificuldades dos imigrantes brasileiros, apontadas tanto pelos pastores como pelos padres, diz respeito às dificuldades de legalização. Apesar das mudanças legislativas em Portugal, como a implementação do artigo 88 em 2007, muitos imigrantes brasileiros não estão conseguindo se regularizar por enfrentarem dificuldades na obtenção de um visto de trabalho.

Imigrantes: vulneráveis do mundo globalizado

Os imigrantes laborais, principalmente quando se encontram em situação irregular são um dos grupos vulneráveis do mundo globalizado, pelos menos quanto a obtenção de direitos.

Igor Renó Machado destaca o processo de "coisificação" do imigrante, em que este é visto como um factor de ajuste da balança de pagamentos (Rosa Ruela, 2005).

Imigrantes irregulares: a constituição de uma categoria dos sem direitos

Os fluxo de imigrantes para Portugal aumentou nos últimos anos. Entre estes imigrantes, muitos se encontram em situação irregular. Jorge Malheiros (2001) analisa a mudança do perfil do imigrante ilegal em Portugal. Na primeira metade dos anos 90 do século XX, calculava-se que houvesse 25 a 40 mil imigrantes ilegais em Portugal. Estes imigrantes eram principalmente pessoas que tinham entrado legalmente em território nacional, mas permanecido no país após o termino do período de validade do visto. Eram principalmente pessoas provenientes de países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).

Os números de imigrantes ilegais num país são dificilmente calculáveis. Estimativas aproximadas são feitas em função do número de pessoas inscritas nos períodos de regularização extraordinária. Em Portugal, 39 mil pessoas inscreveram-se no processo de Regularização Extraordinário em 1992, destas apenas 16 mil conseguiram a regularização (Malheiros, 2001), o que correspondia a 63% dos pedidos. Em 1996, houve um novo processo de Regularização Extraordinária, em que foram recebidos 35 mil processos, que em 95% dos casos resultaram na emissão de um título de residência (Malheiros, 2001).

No entanto, a imigração irregular em Portugal passou por alterações.

> A Convenção de Aplicação do Espaço Schengen (1995) e o Decreto-Lei 244/88, trouxeram mudanças no perfil dos imigrantes em situação irregular no país. Houve um aumento, durante um certo período, no número de pessoas provenientes do Leste.

A imigração passou de um movimento voluntário, individual, baseado na existência de redes migratórias informais para um modelo estruturado de tráfico de mão-de-obra a partir das zonas emissoras (ou distribuidoras) (Malheiros, 2001).

Legalidade e trabalho

A legislação de quase todos os países impede os imigrantes em situação irregular de trabalharem. No entanto, os imigrantes acabam trabalhando em sectores de actividade que têm menos fiscalização ou menos visibilidade. Na maioria dos casos, os imigrantes em situação irregular ficam numa situação vulnerável no mercado de trabalho, sujeitos a baixos salários, longas jornadas de trabalho, e ausência de direitos. Estes imigrantes acabam trabalhando nos sectores da construção civil, obras públicas, sector terciário, limpezas industriais e domésticas.

Análises retroactivas de processos em curso

A análise dos processos migratórios em curso supõe uma abordagem que leve em conta a evolução recente do fenómeno migratório. No caso da imigração brasileira, como se trata de uma imigração que está em progressão, nestes últimos anos, a análise da situação presente é um retrato temporário. A maioria dos dados disponíveis dizem respeito ao ano anterior ou mesmo a dois anos anteriores. Como o processo migratório brasileiro está em pleno desenvolvimento, estes dados podem ser um pouco desactualizados face à situação analisada.

Perspectivas

A analise dos processos migratórios actuais apontam para a continuidade e aumento dos fluxos migratórios no futuro. No entanto, a conjuntura internacional de crise económica pode trazer alterações nestes fluxos.

O futuro dos fluxos migratórios brasileiros em direcção a Portugal dependerá de vários factores, como a situação económica transnacional, a situação no Brasil e em Portugal, alterações no mercado de trabalho, conjunturas macroeconómicas, políticas, legislativas, cambiais.

As perspectivas para a Brasilândia são igualmente incertas. O espaço pode tanto vir a ser regularizado – o que talvez trouxesse melhorias em termos de infra-estruturas – como pode vir a ser desmantelado.

A invisibilidade dos imigrantes em situação irregular nas estatísticas oficiais pode ser traduzida na invisibilidade dos espaços de vida e de moradia destas pessoas. A questão da integração dos imigrantes nos centros urbanos pode ser revista neste caso específico.

Referências Bibliográficas

BAGANHA, Maria Ioannis, Ferrão, João e Malheiros, Jorge Macaísta (1999)- " Os Imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português". *Análise Social*, Lisboa: ICS, pp. 147-173 [vol. 34, nº. 150].

BARRETO, Luís Teles (2001). "Considerações sobre a imigração no Brasil Contemporâneo". *Migrações Internacionais. Contribuições para políticas*. Brasília: CNPD, Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

BASTOS, Cristina; ALMEIDA, Miguel Vale; FELDMAN-BIANCO, Bela (2002). *Trânsitos Colôniais : diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: ICS, Junho.

BAUMAN, Zygmunt (2006). Confianza y temor em la ciudad. Vivir com extranjeros. Barcelona: Arcádia. Rio de Janeiro: BID/FUMIN e FGV.

BOGUS, Lúcia (2007). "Esperança Além-Mar: Portugal no Arquipélago Migratório Brasileiro", in Jorge Malheiros, *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, Presidência dos Ministros.

CASA DO BRASIL; ACIME (2003). *A 2ª vaga de imigração brasileira para Portugal (1998-2003). Estudo de Opinião a Imigrantes residentes nos Distritos de Lisboa e Setúbal*. Lisboa: Casa do Brasil de Lisboa e Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME).

CASTELLS, Manuel (1999). *A era da informação: economia, sociedade e cultura . A sociedade em Rede*, Volume 1, São Paulo: Editora Paz e Terra.

Castel, Robert (1995). *Les Métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat,* Paris : Fayard. [Réédition Paris : Folio-Gallimard, 2000].

CARDOSO, Arnaldo (2002). "Migrações Internacionais. Os blocos regionais e a mobilidade mundial de mão-de-obra", *São Paulo em Perspectiva*, Vol. 16, nº 2, São Paulo, Abril/Junho.

CASTLES, Stephen e Mark J. Miller (2003), *The Age of Migration - International Population Movements in the Modern World* , 3rd ed. Houndmills, Palgrave Macmillan.

COSTA, Paulo Manuel (2004). *Políticas de Imigração e as Novas Dinâmicas da Cidadania em Portugal*. Lisboa: Instituto Piaget.

COSTA, Paulo Manuel (2008). "A situação de Irregularidade do Estrangeiro perante a Lei Portuguesa". Working paper, nº 05.

CURTINHAL. Elisabete Maria de Almeida (2008*). Deus é Brasileiro: Vivências religiosas e o quotidiano entre imigrantes brasileiros católicos e evangélicos*. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Departamento de Antropologia, Orientação. Prof. Doctor Ramon Sarró.

FELDMAN-BIANCO, Bela (2001). "Entre a "fortaleza" da Europa e os laços afetivos da "irmandade" luso-brasileira: um drama familiar em um só ato". *Migrações internacionais. Contributos para políticas*. Brasília: CNPD Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

FERREIRA, Nuno (2000). "Brasileiros na clandestinidade", Lisboa: *Pública,* 21 de Maio.

FIAST, Thomas (2000). *The Volume and Dynamics of Internacional Migration and Transnational Social Spaces*, Oxford: Oxford University Press.

GONÇALVES, Julio Cesar (2004). "Imigração, dificuldades e discriminação". Lisboa: Correio do Brasil, 06 de Maio.

LAGES, Mário (coord.) (2005). *Os imigrantes e a população portuguesa, imagens recíprocas.* Lisboa: Projecto.

LOURO, Vitor (2007). "Brasileiros ilegais em Portugal pedirão a Lula que pressione a UE", *Yahoo Notícias*, 28 de Dezembro.

LUSA (2006). "ONU: Portugal foi o país que mais recusou brasileiras em 2005". Diário Digital, Lusa, 26 de Abril.

RATTNER, Jair (2000). "Nova onda de brasileiros invade Portugal", São Paulo: *O Estado de São Paulo,* 13 de Fevereiro.

SALES, Teresa (2006). " A Comunidade de Língua Portuguesa". *11º Conferência Internacional Metrópolis*, Lisboa, Outubro.

MACHADO, Igor (2006). *Um mar de identidades. A imigração brasileira em Portugal*, São Carlos: EDUFSCAR.

MACHADO, Igor (2005), "Implicações da imigração estimulada por redes ilegais de aliciamento - o caso dos brasileiros em Portugal", Lisboa: SOCIUS Working Papers, ISEG/UTL, nº 3.

MACHADO, Igor (2003)- *Carcére Público- Processos de Exotização entre Imigrantes Brasileiros no Porto*, Portugal, Tese de Doutoramento, UNICAMP.

MALHEIROS, Jorge (2007). *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), Presidência do Conselho de Ministros.

MALHEIROS, Jorge; BAGANHA, Maria, Ioannis (2001). *Imigração ilegal em Portugal: padrões emergentes em inícios do século XXI,* Janus 2001, Lisboa: Edição Público e Universidade Autónoma de Lisboa.

MERKLEN, Denis (2001-2002). Inscription Territoriale et Action Collective. Les Occupations Illégales de Terres Urbaines Depuis les Années 1980 en Argentine. Paris, Thèse de Doctorat, sous la direction de Robert Castel, EHESS.

OIM (2007). *Relatório Anual do Programa de Retorno Voluntário*. Lisboa: Organização Internacional para as Migrações.
OLIVEIRA, Sergio (2006). "Sem Lenço nem documento: brasileiros não documentados em Portugal". In Igor José Renó Machado (org.).*Um mar de identidades. A imigração brasileira em Portugal*, São Carlos: EDUFSCAR.
PADILLA, Beatriz (2007). "Acordos Bilaterais e Legalização: o impacte na integração dos brasileiros em Portugal". In A *Imigração Brasileira em Portugal*. Jorge Malheiros (org.), Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), Presidência do Conselho de Ministros.
PEIXOTO, João et al. (2006), *Mulheres Migrantes: Percursos Laborais e Modos de Inserção Socioeconómica das Imigrantes em Portugal*, Lisboa: SOCIUS, ISEG/UTL.
PEIXOTO, João e al. (2005). O *Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas*, Jurídicas e Políticas. Lisboa: Observatório da Imigração/ACIME.
PEIXOTO, João (2002). "Os mercados da imigração: modos de incorporação laboral e problemas de regulação dos imigrantes estrangeiros em Portugal". Lisboa: Cadernos Sociedade e Trabalho, nº. 11, pp. 57-68.
PIRES, Rui Pena (2003). *Migrações e Integração- Teoria e Aplicação à Sociedade Portuguesa*. Oeiras: Celta Editora.
PINTO, Luciana Pontes (2006). "Mulheres imigrantes brasileiras em Lisboa". In Igor José Renó Machado (org.).*Um mar de identidades. A imigração brasileira em Portugal*, São Carlos: EDUFSCAR.
PUBLICO (2000). "Brasileiros tratados como escravos. Jornal açoriano denuncia rede ilegal de imigração". Lisboa: Público, 24 de Novembro.
RATTNER, Jair (2000). "Nova onda de brasileiros invade Portugal", São Paulo: *O Estado de São Paulo*, 13 de Fevereiro.
ROSSI, Pedro Linhares (2004). "Remessas de Imigrantes Brasileiros em Portugal – Inquérito por Amostragem a Imigrantes Brasileiros em Lisboa, Porto e Setúbal", *SOCIUS Working Papers* , ISEG/UTL, n º 10.
RUELA, Rosa (2005). "Os "nossos" brasileiros*"*. Lisboa: *Visão*, 13 de Outubro.
SEF (2006). "População Estrangeira em Território Nacional". Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).
TÉCHIO, Kachia (2006). "Imigrantes brasileiros não documentados: uma análise comparativa entre Lisboa e Madrid", SOCIUS Working Papers, ISEG/UTL, nº.1.
TOPALOV, Christian; MAGRIS (1989). Villes ouvrières 1900-1950. Paris, l'Harmattan.
UNES, João (2004), Estado de São Paulo, 22 de Março.
VALLADARES, Licia (2005). A Invenção da Favela : do Mito de Origem a Favela. Com. Rio de Janeiro, FGVED.
VALLADARES, Licia (1978). Passa-se uma casa: análise do programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar.
VIANNA, Carlos (2001). "A comunidade brasileira em Portugal", in *Janus 2001- Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 180-181.

A dimensão política do refúgio. Uma análise dos ativistas políticos da Casa do Povo (1940-1960)

Joana Bahia
Doutora em Antropologia Social/Museu Nacional/PPGAS
Pesquisadora Associada ao NIEM/IPPUR/UFRJ e ao CEMI/UNICAMP
Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios-IPPUR-Universidade Federal do Rio de Janeiro
joanabahia@hotmail.com

***Resumo*:** Este trabalho investiga a importância da construção identitária entre os ativistas de esquerda da comunidade judaica pertencentes ao Instituto Cultural Israelita Brasileiro (ICIB)1, chamado Casa do Povo, localizado no bairro de Bom Retiro, cidade de São Paulo e sua relação com o restante da comunidade judaica entre os anos 40 e 602.
A Casa do Povo foi fundada por imigrantes judeus desde os anos 20_originária do Club Tsukunft (futuro)_sendo fundamental para a criação de redes de solidariedade e sociabilidades judaicas e tiveram um forte papel político na sociedade nacional como ativistas das causas sociais. Refugiados e exilados vieram por conta de motivos econômicos, principalmente pela opressão das ditaduras na Polônia, Hungria e Romênia, por conta da ascensão do antisemitismo e também pela militância nos partidos comunistas e no Bund (Confederação Geral dos Operários Judios da Lituânia, Polônia e Rússia 3.

1 Neste artigo trataremos a Associação Scholem Aleichem pela sigla ASA, a Biblioteca Scholem Aleichem por BIBSA, a Casa do Povo ou Instituto Cultural Israelita Brasileiro por ICIB, o Colégio Scholem Aleichem por CSA, a Associação Feminina Israelita Brasileira por AFIB e a colônia de férias Kinderland por Kinderland.

2 Não obstante abordarmos a Casa do Povo, também utilizaremos o material de entrevista e fontes referentes a Asssociação Scholem Aleichem, bem como da Adaf . A Associação David Frischman de Cultura e Recreação (ADAF)foi fundada em 28 de outubro de 1922 com o nome de Biblioteca Popular Israelita David Frischman. A biblioteca, criada a partir da doação de livros feitas por membros da comunidade, funcionava na casa de um dos seus fundadores: José Goldgaber. Sua sede própria só foi adquirida em 1950. A ADAF, como outras entidades fundadas por judeus progressistas, tinha, além de um grande biblioteca com obras em Idish, um coral e um grupo de teatro. A ADAF freqüentemente realizava atividades em conjunto com a ASA, formando assim uma rede de entidades judaicas progressistas na região do Rio de Janeiro.

3 Segundo Finzi (1987:291), em 1897 temos a fundação do Bund (Confederação Geral dos Operários Judeus de Lituânia, Polônia e Rússia) , fato que expressa a notável presença judaica no nascimento do movimento socialista e da organização da classe operária russa.

Palavras-chave: Refugiados, comunidade judaica , identidade étnica

INTRODUÇÃO

O Brasil recebeu um grande número de imigrantes de origem judaica entre as décadas de 20 e 40. Entre 1926 e 1942, mais de 50.000 judeus entraram no Brasil, sendo a maioria da Europa Oriental, essa soma corresponde a mais de 50% da entrada total de judeus imigrantes no Brasil desde 1872 (Decol, 2001).

> Muitos vieram por motivação econômica, mas principalmente em decorrência das ditaduras na Polônia, Hungria e Romênia, a crescente ascensão do anti-semitismo e também em decorrência de suas militâncias nos partidos comunistas e no Bund. Aqui chegando, eles rapidamente eram acolhidos por entidades de socorro mútuo e clubes de convivência, que já existiam ou estavam sendo fundados naquele período, entre essas associações podemos destacar: a Biblioteca Israelita Scholem Aleichem4 (BIBSA), hoje conhecida por Associação Scholem Aleichem (ASA); as Escolas Scholem Aleichem; o Jugend Club (Clube da Juventude), em São Paulo; a Biblioteca David Frishman, em Niterói; a Escola Israelita brasileira Eliezer Steinberg; o Colégio Hebreu Brasileiro; a Cozinha Popular da Praça Onze; o Socorro Vermelho Judaico (BRAZCOR); Sociedade Beneficiente das Damas Israelitas (Froin Farain), a Casa do Povo e o Centro Obreiro Brasileiro Morris Wintschevsky.

Em São Paulo, nos anos 20, imigrantes oriundos do Bund fundaram o clube Tsukunft (futuro) no bairro de Bom Retiro. Este desenvolvia atividades culturais e políticas. Nos anos 30, passa a se chamar Yugend Club (clube da juventude) e funda uma biblioteca, um grupo de teatro chamado Dramkrais (grupo dramático) e o coro Schaeffer. Nos anos 40, a entidade passa a se chamar Centro Cultura e Progresso. Em 1953, é inaugurado o prédio Palácio da Cultura, também chamado de "*Casa do Povo*", isto é o ICIB, fruto de uma homenagem aos seis milhões de judeus vítimas do Holocausto. A partir deste período o CSA, a AFIB, o clubinho I Peretz, colônia de férias Kinderland passam a funcionar nas instalações do ICIB. Em 1960, é inaugurado o TAIB (teatro de arte israelita brasileiro).

Esta instituição (juntamente com as demais citadas anteriormente) possuía periódico5, fundou sua própria escola, clube e promovia atividades (leienkrainz/círculo de leitura e dramkrainz/círculo dramático/ grupos teatrais) que visavam não apenas a integração às sociedades locais, mas ao aprimoramento cultural do ponto de vista do campo socialista6.

Ativistas da esquerda européia e nacional, fundamental na consolidação de redes de solidariedade e sociabilidade judaica, com forte papel político na sociedade nacional e que em sua maioria eram simpatizantes as causas sociais. Eles lutavam pela preservação de sua língua original (idish7) e sua cultura progressista, entretanto buscavam sua integração com o povo brasileiro na luta pela emancipação econômica, política e social.

Neste sentido, buscaram abrigo em organizações da esquerda nacional, principalmente o PCB. Ainda nos primórdios da história do PCB ingressaram no partido, alcançando rapidamente posto na direção do mesmo, indivíduos de origem judaica como Leôncio Basbaum, Mário Schenberg, Mauricio Grabois, José Gutman e um pouco mais tarde Jacob Gorender, Salomão Malina e Moises Vinhas (Bahia e Lourenço:2007).

Além de inúmeros militantes que apesar de não terem alcançado postos de direção no partido são parte da história da esquerda brasileira. Como já mencionamos, especialmente durante o episódio que ficou conhecido como a intentona comunista, a presença de judeus foi bastante expressiva. Estiveram envolvidos na preparação da rebelião, Olga Benário, Nute e Liuba Goifam, Guralski e Arthur Ernst Ewert, militantes que foram destacados pelo movimento comunista

---

4 Pseudônimo do escritor judeu ucraniano Scholem Yakov Rabinovitch (1859-1916). Ele abandonou a escrita em russo e hebraico e dedicou-se quase inteiramente ao ídishe, tornando-se uma figura central da literatura nesta língua em 1890. A maioria dos escritores judeus da época escrevia apenas em hebraico, língua da sociedade judaica culta. A obra de Scholem podia ser lido por três milhões de judeus russos que falavam somente ídishe. Após 1891, Scholem Aleichem viveu em Odessa, mas devido aos Pogroms ocorridos no início de 1900, especialmente o de 1905, fizeram-no emigrar para a Suíça e, em 1914, para os Estados Unidos, assentando-se finalmente em Nova Iorque.

5 Boletim em ídish Der Unhoib (o começo) publicado no estado do Rio de Janeiro, os jornais Unzer Shtime (nossa voz) e O reflexo em São Paulo (escrito todo em português, mas com matérias sobre o ídish e alguns pequenos textos em ídish), o jornal Unzer Fraint (nosso companheiro) no Uruguai e Di Presse (a imprensa) na Argentina.

6 Bem como a necessidade de difundir e discutir idéias, mas também a criação, por força de uma resolução do PCB, de um Setor Judeu no Partido Comunista Brasileiro, que se manteve ligado ao Setor de Finanças do Partido até meados da década de 1940. Cabia a este setor garantir a segurança de seus militantes, visto haver sempre a possibilidade de extradição, caso algum judeu comunista fosse preso pela polícia política de Vargas.Tinha como atribuição arrecadar fundos para as campanhas do Partido. Um outro motivo para a criação do Setor Judeu foi, segundo depoimento de Luís Mendel Goldberg (Aquino:2002), a tentativa de "evitar denunciantes" . Mas, apesar desta tentativa, a existência de delatores entre as fileiras dos militantes da BIBSA era reconhecida por todos (Schneider:2000): "A partir de 1937 passamos a viver o tormento da ditadura de Vargas. A BIBSA era extremamente visada pelo DOPS, a polícia de Felinto Muller, que, entre outras restrições às liberdades individuais, impedia-nos de falar ídish. Para isso, enviava às nossas reuniões um indivíduo, Nicolau Zimerman, de origem romena, delator responsável pela prisão e assassinato de inúmeros companheiros nossos, operários, alfaiates, sapateiros, carpinteiros, ferreiros, vendedores, todos jovens, sedentos de uma sociedade mais justa". Segundo Kuperman (2003:11), a partir da ilegalidade do PCB estes órgãos, criados após a guerra, passaram a ser essenciais para manter a atividade da militância, pois eram as plataformas legais de ação de um partido colocado na clandestinidade.

7 O termo ídish origina-se de Jüdisch, que quer dizer judaico em alemão.Para Guinsburg (1996), além do hebraico, o ídiche, também chamado de Taytsh, é a língua primordial que define a identidade dos judeus Muito apropriadamente, ele a define como "uma língua errante" ou uma "língua passaporte". O ídiche, "dialeto judeu-alemão", predomina entre os aschkenazi da região europeia-ocidental e europeia-oriental, incluindo o "pale" (zona de residência obrigatória para os judeus russos). Os homens eram educados no hebraico – a língua dos livros sagrados - aos quais as mulheres, assim como os menos letrados, não tinham acesso. O ídiche era falado pelas mulheres e se tornou a língua popular, usada em família, a forma de comunicação com os filhos, a língua do cotidiano. A escrita do ídiche se fez com caracteres hebraicos. O autor afirma que o ídiche, mais o hebraico e o aramaico, são a base do "universo cultural construído na esfera de Aschkenaz".

internacional para apoiar a ação liderada por Luis Carlos Prestes. A prisão de alguns desses militantes ajudou a fomentar o mito do complô judaico bolchevique (Bahia e Lourenço:op.cit).

Os articulistas da Casa do Povo possuíam uma vasta rede de contatos internacionais, especialmente com as instituições que ainda compõem o chamado ICUF (Idisch Kultur Varband). Em junho de 1935, em Paris, foi realizado o congresso dos escritores antifacistas conclamando os intelectuais de todo mundo contra a luta antifacista. A parcela judaica presente ao evento, organizadora do evento de Paris, deu inicio a formação do ICUF ou associação cultural judaica. Esta seria responsável pela luta contra o antisemitismo, de acordo com as especificidades culturais de cada comunidade, buscando ampliar a cultura judaica laica progressista visando a uma idéia de "justiça social e liberdade". O ICUF possue até os dias de hoje atuação no Brasil (especialmente Rio de Janeiro e São Paulo), Uruguai e Argentina, sendo representado por instituições judaicas com um mesmo perfil de esquerda que a ASA. Em São Paulo, temos o ICIB, fundado em meados da década de 40.

Trabalhamos com a produção bibliográfica dessas lideranças, bem como entrevistas publicadas, finalmente, sempre que possível buscamos realizar entrevistas diretas com esses indivíduos. Com relação ao material impresso nossas principais fontes foram os boletins da ASA escritos até os dias de hoje e que são parte de um legado de uma imprensa que abrange jornais como Unzer Sthime (nossa voz) e O reflexo, ambos produzidos pelos articulistas do ICIB e da ASA, respectivamente entre 1940 e 1964 e entre 1947 e 1956. Também constituem parte deste legado a troca de informações entre esta imprensa e aquela produzida no ICUF Argentina e Uruguai. Também trabalhamos com os periódicos pertencentes ao acervo da Bibliotèque Medem e também contactamos os articulistas da La Presse Nouvelle ambas situadas em Paris. A última instituição constitui também parte do ICUF.

Daremos particular ênfase à análise dos modos de construção da identidade judaica, reconstituindo a trajetória dos ativistas de esquerda entrevistados e seu cotidiano na referida associação, sobretudo no que esta oferecem de material para a reflexão sobre as diferenciações internas à comunidade de origem e os modos de construção de sua identidade étnica nas ideias que possuem sobre a dimensão política do refúgio e os modos como lidavam com a questão no seu cotidiano.

A IMPORTÂNCIA DAS ASSOCIAÇÕES DE ACOLHIMENTO

Não obstante a importância das atuais organizações de acolhimento, do papel histórico da Caritas e do peso desta questão na elaboração da politica da Onu para definição e auxílio dos refugiados, esta questão não deve se ater ao período de formação desta política nos anos 60.

Cabe ressaltarmos que o refúgio é um tema complexo e que o mesmo constitui parte do cotidiano de muitos imigrantes, mas especialmente de seus descendentes e de suas redes familiares. Não obstante tratarmos da comunidade judaica que chegou por motivos políticos a partir dos primeiras décadas do século XX, cabe lembrarmos a presença expressiva de ativistas politicas dos regimes salazarista e franquista no país.

O peso das guerras, das políticas de antisemitismo e o impacto histórico das transformações sócio-políticas na Europa na virada do século XIX para o XX tiveram como reflexo o desdobramento das comunidades étnicas em atender sua rede familiar que chegava no Brasil sem ter aonde recorrer. Neste sentido, lembramos que a história politica do movimento operário brasileiro e seus desdobramentos (formação do partido comunista e demais) se relaciona aos diferentes fluxos migratórios que vieram para o país e também ao modo como os imigrantes se organizaram em associações de auxílio mútuo que tiveram papel importante na acolhida e recebimento de refugiados, especialmente após a segunda guerra mundial.

Cada grupo étnico que migrou neste período consolidou várias redes e associações de ajuda àqueles que chegaram vitimados tanto pelos impactos socio econômicos quanto pelas perseguições políticas decorrentes de suas participações no movimento operário de seus países de origem.

Lembramos que tanto instituições de direita quanto da esquerda judaica foram fundamentais para instituir redes de solidariedade e sociabilidade judaica e recebiam em sua maioria refugiados advindos de vários países da Europa.

Segundo Cytrynowiz (2005), *"A fundação das entidades assistenciais no Brasil a partir da Primeira Guerra Mundial evidencia uma imigração contínua e, ao mesmo tempo, engendra os primórdios de formação de uma vida judaica institucionalizada em São Paulo. A ação das entidades assistenciais comunitárias (locais e internacionais, além de entidades como uma cooperativa de crédito), junto às habilidades e conhecimentos profissionais dos imigrantes e às oportunidades objetivas de trabalho na cidade, resultaram em uma combinação que definiu a inserção social e econômica. O modelo de comunidade estabelecido em São Paulo é semelhante ao do Rio de Janeiro e ao de outras capitais"* .

Em 1915, foi fundada a Sociedade Beneficente das Damas Israelitas em São Paulo, a primeira instituição assistencial da capital paulista. Esta auxiliava mulheres grávidas e providenciava cuidados ao recém-nascido. Em 1916, é criada a Sociedade Beneficente Auxílio aos Pobres Ezra, que providenciava cartas de chamada, recebia os imigrantes no porto de Santos, mantinha pensões, ministrava aulas de português e ensino profissionalizante e encaminhava os imigrantes ao mercado de trabalho.

Em 1924, a Ezra fundiu-se com a Sociedade Pró- Imigrante para tornar-se Sociedade Beneficente Israelita Ezra. Em1929, foi fundada a Sociedade Beneficente Linath Hatzedek (auxílio santo, em idish), depois chamada Policlínica, um ambulatório para consultas e procedimentos como curativos e pequenas cirurgias. Estas entidades seguiam modelos comunitários da Europa Oriental e também padrões locais, como é o caso das Damas Israelitas.

Nos anos 1930, três entidades foram criadas especificamente para crianças:

- Lar das Crianças da Congregação Israelita Paulista (CIP), em 1937,

- Lar da Criança das Damas Israelitas, em 1939, e a Gota de Leite da B'nei B'rith. O Lar da CIP estava ligado à imigração de refugiados da Alemanha nazista, a partir de 1933, ano em que foi fundada a Comissão de Assistência aos Refugiados Israelitas da Alemanha (Caria).
- Em 1937 foi inaugurado no Rio de Janeiro um Lar das Crianças, a Sociedade de Proteção à Infância Israelita Desamparada.

Em 1940, a partir da fusão entre a Sociedade Beneficente das Damas Israelitas, Lar da Criança das Damas e Gota de Leite, foi estabelecida a Organização Feminina de Assistência Social (Ofidas). Definindo por estatuto que só mulheres podiam ser diretoras, a Ofidas tinha uma concepção de auxílio social distinta da Ezra, dirigida por homens. Enquanto a Ezra entendia que a ajuda deveria ser dada diretamente ao homem, pai-chefe da família, por meio de emprego ou pequeno empréstimo para iniciar um negócio (como comprar mercadorias para mascatear), a Ofidas olhava para a problemática da mulher, da família e da criança, estendendo sua assistência para questões de gênero que não envolviam apenas auxílio monetário e consolidando uma tradição de trabalho dirigido por mulheres no interior do grupo. Em outra frente de trabalho assistencial, em 1942 foi estabelecido em São Paulo um Asylo dos Velhos.

A criação de várias instituições judaicas não apenas mostram a preocupação em dar auxílio aos refugiados, mas expressa o modo como estas vão redefinir a produção concepção de comunidade. As entidades assistenciais ligadas aos imigrantes e seus descendentes estiveram sempre na linha de frente das discussões e tensões em torno do modelo de comunidade (Cytrynowiz:op.cit). Enquanto entidades como a Sociedade das Damas Israelitas e a Ezra atuavam como instituições de caridade, o Lar das Crianças das Damas (depois Ofidas) e o Lar da Criança da CIP procuravam promover educacional e economicamente as crianças e os jovens, de forma a incluí-los na comunidade.

Assim, o objetivo de ajudar o outro ultrapassa o marco de caridade para torná-lo um igual, um membro da comunidade. São dois modelos de assistência (e de comunidade) contrastantes, em que pesem os matizes intermediários apresentados pela multiplicidade de instituições8

Segundo Cytrynowicz (op.cit: 172), o estudo destas instituições pode combinar pelo menos duas diferentes perspectivas de interpretação do ponto de vista da história da imigração e da assistência social: a que valoriza o altruísmo e a filantropia, como valores de um grupo imigrante que se organiza de forma autônoma em comunidade, e a que segue uma trilha mais crítica dos processos de disciplina e de controle, no sentido de inserir e de enquadrar os imigrantes e não deixar que sua presença coloque em risco o status dos chegados há mais tempo e já integrados à sociedade.

O modelo de comunidade judaica pode também ser repensado não apenas na mudança de perfil no histórico destas instituições, mas também espelham outras diferenças internas à comunidade judaica. Neste sentido, é representativo o papel de recepção a refugiados pelas associações judaicas progressistas, mais afinadas com as causas políticas e não apenas preocupadas com as crianças deslocadas do pós guerra, mas com os deslocados para o recém criado estado de Israel e as implicações políticas do refúgio na formulação dos próprios parâmetros de definição identitária. De que modo os fatos históricos possuem para este segmento uma dimensão identitária diferenciada no interior da comunidade judaica ?

REFUGIADO E DESLOCADO: UMA PALAVRA PRESENTE NOS PERIÓDICOS DA ESQUERDA JUDAICA E NO DIA A DIA.

A própria história dos ativistas da Casa do Povo se confunde com a história institucional, ou seja, é uma homenagem as vítimas do Holocausto, em sua grande maioria constituída por judeus do Leste Europeu, muitos partícipes do Levante do Gueto e também se trata de um marco do fim da segunda guerra.

Muitas matérias analisadas tratam do levante do Gueto de Varsóvia, parte integrante da programação da Casa do Povo, bem como de todo o ICUF, sempre presente nos meses de abril. Este relembram não apenas o fato histórico, mas o associam ao Pessach, pois a noite de 19 de abril de 1943 no gueto era uma noite de páscoa. Ambos ganham um sentido de libertação e são vivamente comemorados na programação de todo o ICUF.

Lembro que Glazer e Moynihan (1975) ressaltam o uso de aspectos étnicos como fundamentais para obtenção ou defesa de objetivos políticos comuns. Ambos os autores mostram que etnicidade não é apenas um instrumento para se lutar pelos interesses, mas sua efetividade está no fato de que além de ser um instrumento eficaz para isso, ela também combina/mobiliza laços afetivos.

Neste sentido, tratar da importância de instituições que ressaltavam uma escrita e cultura ídish enfatiza o forte caratér político que esta possuía em seu contexto original e o modo em que este é apropriado pelos imigrantes e seus descendentes no contexto brasileiro. Cultura e política são palavras pensadas e vividas como indissociáveis por estes ativistas, tanto em suas entrevistas quanto nos seus escritos sobre a história que refazem de seu próprio grupo.

---

8 A implantação do serviço social, com suas críticas ao modelo de caridade, à sobreposição de funções entre as várias entidades e à falta de sistematização técnica, levaram à criação, na comunidade judaica, do Serviço Social Unificado, em 1966, uma tentativa de estabelecer uma rede assistencial que integrasse as entidades assistenciais e inúmeros serviços assistenciais promovidos por outras entidades, como as sinagogas. Talvez a conseqüência mais importante deste movimento tenha sido a criação, em 1976, da União Brasileiro-Israelita do Bem-Estar Social (Unibes), fusão de Ezra, Ofidas e Policlínica — no momento a mais importante entidade assistencial ligada ao grupo em São Paulo, com vários programas de assistência pública e convênios com a prefeitura.Atualmente, as instituições assistenciais judaico-brasileiras mantêm uma extensa gama de trabalhos assistenciais e parte das entidades prestam serviços à população paulistana em geral por meio de diversos convênios e programas com os poderes públicos e parcerias privadas. O agravamento da crise econômica a partir dos anos 1990 intensificou a demanda interna à comunidade e fez aumentar os serviços, mas produziu também uma série de projetos publicamente reconhecidos e voltados para a população como um todo, definindo um modelo de assistência peculiar dentro e fora do grupo.

Não obstante a importância do idish para a cultura e vivência política judaica da Europa Oriental Sendacz (2005:21) nos lembra que idish era uma lingua desprezada pelo movimento sionista, acusando-o de ser a língua do exílio (galut) que simbolizava a imagem de um judeu "medroso e fraco", ou seja, o idish expressava a mentalidade da diáspora.

Não apenas as memórias do cotidiano das intituições, mas de fatos como o fim da segunda guerra, o impacto do antisemitismo e sobre as guerras em Israel estão presentes não somente como fatos históricos, mas como verdadeiros demarcadores étnicos.

A memória da guerra estava presente através da vivência da dor pelos parentes mais próximos e pelo cotidiano do antisemitismo que tanto marcou a vida daqueles que imigraram nas primeiras décadas do século XX da Europa Oriental quanto daqueles que permaneceram na Europa no período da segunda guerra.

> "No dia 8 de maio de 1945, saí cedo de casa para a aula de piano. Desde quando me lembro, a guerra fazia parte da minha vida. Eu não estava na guerra, mas a guerra estava em mim. Ela aparecia no choro constante da minha mãe, ou na fisionomia grave do meu pai, olhando fixo para o rádio, como se enxergasse as notícias através dele.... Nossa casa era mais ou menos o quartel general dos judeus progressistas de Madureira(op.cit)".

As recordações do Holocausto e da guerra se apresentaram para vários judeus como um marco de sua identidade étnica. A experiência da morte e do extermínio presentes no relato de Jacob Gorender 9, também foram definitivas para o militante comunista Salomão Malina. Sua experiência de se sentir judeu não apenas se evidencia de modo claro na vivência do ambiente antisemita da segunda guerra, mas também quando compara este sentimento à situação atual dos palestinos no estado de Israel.

Neste sentido, a etnicidade é mobilizada como recurso e também como instrumento político (Jenkins,1997). Recurso para se pensar sua condição étnica, repensando esta em relação aos contextos históricos distintos (segunda guerra mundial e a situação árabe-israelense), porém sempre de modo contrastivo, relacional (judeus x alemães, judeus x palestinos), sendo definida num sentido político.

O mesmo sentimento identitário ganha consciência por partes de muitos que o percebem nos momentos de crise, especialmente nos momentos da guerra árabe israelense10, em que se vêem não somente diante do outro (não judeu), mas diante de outros segmentos da comunidade judaica, em sua grande parte sionistas de direita, pró Israel e favoráveis às políticas existentes no estado. São nestes momentos que se acirram as diferenças internas e os posicionamentos étnicos mais afloram.

Conforme vimos, não apenas se percebem como refugiados no contexto da vinda de suas famílias para o Brasil e em distintos contextos este fato marca a construção de suas identidades no interior da comunidade judaica, mas também são partícipes da situação de recepção aos refugiados do pós guerra. Num depoimento da chegada de sua família no país, percebemos o modo como aqueles que já participavam de organizações progressitas recebiam os refugiados:

> "Meu pai era um homem de esquerda mas não militante, mas ele era um homem de esquerda, quando chegou aqui em Niterói logo se ligou ao grupo de judeus progressistas, fez teatro fez tudo aquilo, já fiquei ligada a esse pessoal, já por intermédio de meu pai, meu pai por exemplo quando ele chegou aqui com a cara e a coragem a mulher e dois filhos não tinha uma pessoa que lhe conhecesse e que lhe pudesse dar referência, aí precisou alugar uma casa, ai ele procurou a comunidade judaica progressista e disse eu preciso alugar uma casa. Quanto que é o aluguel da casa? È vinte mil réis, aí vinte que estavam ali presentes cada um assinou como fiador do meu pai, cada um ficou responsável por hum mil réis, risos, dos vinte mil réis e nós tínhamos vinte fiadores na casa, quer dizer as pessoas investiram em papai, no meu pai. E que, foi uma pessoa que eles gostaram muito, mas ele não ficou em Niterói muito tempo, meu pai ele era de profissão cabeleireiro mas ele cozinhava muito bem, então durante a guerra ele era chefe de cozinha desses campos de, de, como é que chama, os hospitais de tuberculose, de campos de refugiados.."

Durante a Segunda Guerra Mundial e no imediato pós-guerra, várias campanhas uniram as entidades locais para auxiliar sobreviventes e refugiados. A comunidade judaica no Rio de Janeiro e em São Paulo foi ativa em campanhas como o Comitê Central Israelita de Socorro às Vítimas da Guerra, autorizado pela Cruz Vermelha Brasileira, o Escudo Vermelho de David e o Comitê para Angariação de Roupas em Prol dos Israelitas Vítimas de Guerra, fundado em São Paulo em 1944. Além disso, várias campanhas centralizaram os esforços de angariação de recursos.

Em 1947, havia na Europa cerca de 250 mil sobreviventes do genocídio. Um dos temas mais recorrentes nos jornais são as crianças deslocadas ou refugiadas, termos também recorrentes na descrição dos milhares órfãos, vivendo em campos de refugiados, os displaced persons camps, e as organizações de auxílio aos refugiados procuravam países e entidades para recebê-los. No jornais em ídisch vemos os anúncios referentes ao Joint e aos demais grupos que já trabalhavam com a assistência social (Ofidas) em São Paulo.

Num depoimento de uma "*criança de guerra*" temos o relato de como sobreviveu a perda da maior parte de seus familiares e o cotidiano de seus pais refugiados na Suíça:

> "criança de guerra lembra tudo, e, aí eu quero dizer o seguinte desde muito cedo, quer dizer, eu acho que na Suíça teve esse, esse, essa questão eu fui criada pelos meus pais adotivos porque os imigrantes, os refugiados na Suíça eles faziam trabalhos forçados e normalmente se davam para esses refugiados trabalhos que o suíço não queria fazer. E eles estavam precisando de muita mão de obra, principalmente que a Suíça sempre foi o celeiro dos Hospitais pra tratamento de pulmão e tudo porque dos Alpes que eram altos e os hospitais quer dizer de tuberculose eles não tinham mão de obra e uma das

9 Além de rever as matérias dos boletins da ASA, venho por meio desta agradecer as entrevistas concedidas que tornaram possível a feitura deste artigo.

10 São inúmeras as matérias que tratam da guerra árabe-israelense, estas acompanham todos os anos do boletim.

formas que meu pai e minha mãe encontraram para poder ficar juntos seriam nesses sanatórios, mas eles não podiam levar os filhos , então a cruz vermelha oferecia famílias que estavam dispostas a ficar com as crianças e minha mãe achava que invés da gente ta sofrendo privações e tudo num campo de refugiados, que a gente tinha muito mais vantagem se a gente fosse meio tipo uma família..".

Seus pais foram trabalhar na Suíça e a depoente e sua irmã foram distribuídas para outras famílias até que seus pais tivessem condições de trabalharem. Segundo o relato de Fischberg, o processo de adoção temporária foi marcante para a construção de sua identidade judaica, especialmente pela convivência numa casa com três religiões :

"Primeiro ele era católico e casado com uma protestante, e ele achava por bem que eu devia seguir a mulher dele nos cultos evangélicos que ela ia, Igreja Protestante, porque eles seguiam o Velho Testamento e que os Judeus eram o Velho Testamento, entende. Então quando chegava depois destes cultos, chegava no domingo a tarde eu sentava no colo dele e ele começava a me mostrar as diferenças de tudo aquilo que o senhor me disse durante aquele culto. Dizia eram judeus por causa disso festejam fazem isso, aquilo, e ele me ensinou o judaísmo em uma casa onde éramos de três religiões diferentes. E outra importante foi o seguinte, ele me fazia participar das coisas embora eu fosse criança. È tinha o seguinte, durante a Segunda Guerra você não tinha acesso é a televisão não existia e o cinema era uma coisa muito difícil, mas tinha nas cidades eles tinha um tipo de um jornal, jornal é, é, com o existia antigamente no cinema que seria aquele jornal né, só que eles iam de cidade em cidade , levando isso aqui, que era um tipo de uma caminhonete que levava o projetor e levava as notícias do mundo pra cidade vizinhas, e chegavam lá eles procuravam um prédio que tivesse a parede branca e eles projetavam aquilo a noite, então na cidade que eu estava, que era a cidade de Vernon(sic)eles todas as quintas- feira a noite era o dia do jornal e todo mundo ia cada um levava a sua cadeirinha, ia lá pra praça pra poder ver como é que é. Então eu via o que tava acontecendo na Segunda Guerra, e quando já foi terminando a Segunda Guerra , que já foi mostrando aí mostrava os países destruídos... No dia que a Guerra terminou, ainda tem mais, quando a Guerra terminou começou a se passar os, ..r já o avanço das forças aliadas, já os campos de concentração que foram encontrando as pessoas que foram mostrando e eu não queria assistir aquilo, aquilo era um horror, e ele dizia assim pra mim dizia você tem que assistir, não é pra você ter raiva nem odiar, mas é pra você não esquecer. Eu me lembro disso, então essas lembranças que eu tenho foi uma coisa que ficou muito marcada na minha vida, mas que foi muito marcada também a educação que eu tive dele e minha tendência acabou sendo sempre de esquerda pela formação que eu tive dada por esse meu papi, que eu depois de vir aqui pro Brasil, a gente perdeu o contato, fui reencontra-lo trinta e oito anos depois, voltei com ele já no leito de morte mas ainda conversei muito com ele, tirei foto ao lado dele ao lado dela, que foi uma coisa um resgate maravilhoso que eu tive a oportunidade de ter".

Em geral, o termo deslocado era o mais usual na linguagem jornalística e não só se referia aos refugiados dos pós guerra, mas tanto as crianças que perderam suas referências familiares no Holocausto, bem como a receptividade destes deslocados em Israel, ou que ainda seria a futura Israel. Não obstante reconhecerem o sionismo, bem como a constituição do estado de Israel, estes se preocupavam de que modo estas crianças seriam recebidas em Israel e que mesmo o estado constituído este não é a solução para todos os problemas judaicos. A situação deste na Europa e em Israel é acompanhada passo a passo, tendo referências cotidianas nos periódicos.

Vemos que a situação do refúgio está presente no depoimento dos familiares que viveram o refúgio já no contexto europeu anterior e posterior ao pós guerra.Muitos já viviam como refugiados e deslocados dentro da Europa fugidos do antisemitismo como pelo fato de serem partícipes de uma trajetória política de esquerda.

Neste sentido, a ASA, ADAF e o ICIB serviam como espaço de sociabilidade da comunidade judaica progressista. Essa comunidade diferenciava-se do entorno por sua condição judaica, mas, também no próprio interior da comunidade judaica por sua condição de militantes de esquerda. Talvez por essa dupla identidade diferenciadora, seus membros destacam-se também por um grande gregarismo. Nas entrevistas que realizamos pudemos notar que muitos imigrantes judeus, que já eram militantes nos seus países de origem, ao chegar no Brasil eram imediatamente abrigados por membros dessas entidades.

ASA, ADAF e Casa do Povo, muito mais do que clubes sociais eram estruturas de uma rede de solidariedade, que facilitavam o abrigo dos recém chegados, e muitas vezes encaminhavam os mesmos para empregos, sem esquecer a imediata inserção na militância política local.

Para os que aqui já estavam, era importante que os recém chegados pudessem rapidamente se inserir na sociedade brasileira, trabalhando, aprendendo a língua local, militando em sindicatos e partidos, etc... Essa inserção tem objetivos políticos em primeiro lugar, mas resultava também em um diferencial positivo para os membros dessa comunidade. Dispondo do apoio social, cultural, em alguns momentos até financeiro, dos membros residentes da comunidade, os imigrantes alcançaram rapidamente uma ascensão social.

Percebemos não só a preocupação com a inserção destes no país, mas também com a recuperação e com a formação identitária das crianças se fez presente com a iniciativa da associação feminina e posteriormente com a criação da colônia de férias pelas ativistas da Casa do Povo.

A Colônia de Férias KINDERLAND foi proposta pelas senhoras da AFIB, antiga Vita Kempner 11 (luta da vida) - um grupo de mulheres geralmente imigrantes, com uma forte consciência política formada, atingidas pelo fascismo europeu depois da Primeira Guerra Mundial. Este grupo constituía parte da Casa do Povo.

Este grupo se reunia com o objetivo de colaborar com o empreendimento da Cruz Vermelha de socorrer às vitimas da Guerra. Buscando dar continuidade ao trabalho de solidariedade aos órfãos e mutilados do pós-guerra se organizaram em comissões por alguns bairros no Rio, regiões e estados do Brasil mantendo também contato com outros países.

Neste grupo desenvolviam várias atividades culturais como Círculo de Leitura (o Lein Kraizn) encontros nacionais, debates sobre a ordem social vigente e a cultura. Era este grupo de mulheres que participavam das atividades da BIBSA e angariavam contribuições financeiras para o jornal Unzer Stime (Nossa Voz).

Os círculos era organizados por temas políticos, havia um debate ávido sobre o mundo pós guerra inspirados em artigos da imprensa nacional e internacional e da literatura ídish. Entretanto nas épocas de maior perseguição política as leituras passaram para temas "mais literários". Paralelamente as atividades da AFIB existia também o "clubinho I Peretz". Neste, os adolescentes a partir de 13 anos participavam de atividades culturais (teatros, cinemas, palestras) seguidas de amplo debate.

Em 1950, a primeira colônia de férias foi realizada num hotel em Lindóia, da qual participaram 65 crianças. Esta inicialmente visava ser assistencialista com crianças vitimas da guerra, ideal este trazido por Lea Goldenstein quando em contato com o ICUF de Paris. O ideal de educação dado às crianças tinha como modelo a experiência construída em Paris e tinha como acompanhamento psicológico de uma das integrantes do grupo que observava os modelos pedagógicos adotados em outras colônias no Brasil.

Um das concepções mais importantes era de manter os princípios judaicos, ou seja, não obstante as colônias serem mistas (judeus e não judeus) esta tinha que mostrar a criança a consciência do que era ser judeu e de que modo esta identidade outrora tão estigmatizada na guerra, deveria ser motivo de orgulho.

Os estudos e o plano pedagógico da escola eram minuciosamente planejados por Lea Goldenstein que com sua formação de geógrafa mostrava a importância de se conhecer o entorno da escola, do bairro de modo que tanto a construção de um conhecimento pedagógico seria produzido a partir da exploração e do trabalho de campo da criança no ambiente ao seu redor.

A educação tinha tanto uma preocupação de construção de uma consciência política da importância de ser judeu nas pequenas atitudes e disciplina do dia a dia quanto o olhar exploratório voltado para o mundo como parte indissociável deste processo. Seu olhar não era apenas de uma geógrafa, mas da herdeira de Tule Lerner (fugido do pogrom de Odessa na antiga Rússia), um dos pedagógos que trabalhou juntamente com Pejach Tabak na escola Scholem Aleichem na cidade do Rio de janeiro12 Em 1946, Tabak funda o Instituto Israelita Brasileiro de Cultura e Educação que dá origem, em 1954, a atual Eliezer Steinberg13.

Podemos considerar que os principais ativistas e seus sucessores viam no colégio Scholem Aleichem um veículo importante de transmissão entre as gerações dos valores imensuráveis da "cultura ídishista", bem como visavam a "libertação, a conscientização do indivíduo para as causas reais e sociais da injustiça". Neste sentido, buscavam um caminho paradoxal entre assimilação à sociedade brasileira, sem entretanto "abrir mão" da preservação de uma cultura progressista originária da Europa Oriental.

Temos num depoimento a importância da escola, não somente na construção de uma identidade judaica, mas de uma cultura política:

> " É quer dizer (sic) mas tinha uma história anterior né, de militância né?
>
> - Não acho que foi meio simultânea, porque, quer dizer, na época que eu já tava na casa do povo, já estava no clube I Peretz já era uma organização de esquerda em São Paulo, e meu pai sempre acabou ligado aos judeus de esquerda, acabei ficando sempre por lá., e aí comecei a fazer teatro Bertolt Brecht não sei o que a gente fazia muito, aí já foi pegando pelo pessoal mais velho aí já foi começando a fazer isso, então eu já tinha uma certa, e quando eu fui pra colônia Kinderland então acharam que eu era uma daquelas privilegiadas que podiam ser captadas, cooptadas, foi aí que eu comecei a entrar na juventude, realmente pra já de Kinderland e aí foi feita a minha trajetória, eu casei com um cara de esquerda também, que era também que ele também era assim.."
>
> A escola, o clubinho e o contato com os ideais de esquerda no interior da comunidade judaica mostravam que parte da herança política herdada pelos parentes era rememorada nestes ambientes de sociabilidade e de receptividade aos refugiados:
>
> "- E foi ali na escola que também começou a militância né? De certa forma né?

11A AFIB teve inicialmente o nome de Vita Kempner, em homenagem a uma judia heróica que lutara na segunda guerra mundial, mas que ao se fixar em Israel solicitou em carta à direção da colônia que seu nome fosse retirado, pois não gostaria de tê-lo associado "aos ideais socialistas". Depois o nome AFIB se modificou para Kinderland.

12 Este foi fundado em 1928 por Eliezer Steinberg. Entre os anos de 1934 a 1951, após a saída de Steinberg, Pejsach Tabak assumiu a direção, realizando um trabalho de estruturação e desenvolvimento do Colégio.

13 Eliezer Steinberg, Pejsach Tabak, Moíses Genes, Elisa Abramovich, Fanny Abramovich, Sara Cunha Lima, José Sendacz e outros tantos ativistas da ASA e do ICIB foram personagens centrais na continuidade do projeto pedagógico do CSA, respectivamente nos estados do Rio de Janeiro e em São Paulo.

> - De certa forma foi ali, meio que já participava dos movimentos vamos dizer é que eram até dos movimentos sionistas, que tinha aquela participação que era até da hashomer, que era a participação do Drorque eram organizações, quer dizer que na verdade aliciavam jovens pra levar pra Israel, e ai eu comecei ali e embora tivesse até uma , é eu estava num grupo até de esquerda mas é era um grupo sionista, não era exatamente aquilo que era a minha visão, aí depois que eu entrei participando dos grupos meio juvenis..."

Em 1952, num Congresso Nacional, resolveu-se fundar uma Colônia de Férias com o nome de KINDERLAND. Na segunda colônia, com a compra da própria sede em Sacra Família do Tinguá, o objetivo desta era orientar educacionalmente e socialmente para uma "coletividade judaico brasileira", tendo como principiais ativistas: Berta Ferferman, Mania e Ita Akcelrad, Doba Zonneschain, Chaike Lusting, Zilda Zilberstain, Ienta e Lea Lerner e Léa Scheinvar.

A Colônia sempre foi composta de coordenadores, monitores e colonistas que na tentativa de preparar melhor a equipe de monitores organizaram um curso de formação, procurando transmitir conhecimentos sobre a criança, as atividades que seriam desenvolvidas e o espirito de coletividade, isto é, formar uma idéia de grupo, de convivência grupal como um shtetl (aldeia).

O TEMPO E LUGAR DO REFÚGIO

Num primeiro momento a memória parece ser um fenômeno individual. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, sublinhou que a memória deve ser compreendida como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes.

A colônia de férias Kinderland existe até os dias de hoje. Sua função e seu papel mudaram ao longo das transformações históricas e políticas que afetaram o mundo e a comunidade judaica. Mas sua importância como lugar de memória é inconstestável.

Conforme Pollack(1989 e 1992), a memória e todos os elementos que a acionam, são pontos fundamentais na construção da identidade. Segundo o autor, a memória é seletiva, ou seja, seleciona os momentos que pretende lembrar. Isto explica porque a memória não se detêm a um tempo cronológico e por conseqüência disso pode "*distorcer*", ou melhor enriquecer a cronologia oficial, relendo a mesma sob novas apropriações de sentido.

A memória pode ser vista também como paradoxal, pois ao mesmo tempo em que ela pode revelar ela também pode silenciar os fatos. A memória pode ser consciente ou inconsciente e de ambas as formas ela pode falsear alguma situação:

> "Imersa no presente e preocupada com o futuro, quando suscitada a memória é sempre seletiva. Provocada revela, mas também silencia..."

Ao mesmo que a colônia se revela como lugar de refúgio esta lembra uma história que ganha literalmente um lugar de identidade judaica ao se dimensionado como um stehl, uma comunidade imaginada da europa oriental revivida no Brasil.

A memória sendo coletiva tem como objetivo reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais de um grupo. Neste sentido, temos os acontecimentos vividos e aqueles "acontecimentos vividos pelo grupo à qual a pessoa sente-se pertencer. Acontecimentos que a pessoa nem sempre participou....". Memória quase herdada, devido identificação com determinado passado...." devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo sendo quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.

Neste sentido, o papel da Kinderland, bem como das escolas judaicas e do clubinho I Peretz, se trata da construção de um lugar e tempo de refúgio para a identidade judaica destes militantes políticos. Um lugar/tempo de formação de identidade, de reconstrução de uma autoestima abalada pelas guerras, pelo antisemitismo, pelas perseguições à militância política na Europa e também nas ditaduras na América Latina.

Pollack (op.cit) nos lembra que além dos acontecimentos e das personagens, podemos finalmente arrolar os lugares.Existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico. Neste sentido, a Kinderland é um lugar/tempo muito especial:da infância. Não uma infância comum, mas marcada por uma cultura política. Esse último elemento da memória - a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que a memória é um fenômeno construído.

O sentido de construção significa que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. Lembrar de datas como o levante de gueto, a segunda guerra mundial, os nascimentos e mortes dos escritores da língua idische e demais fatos se mesclam ao modo como a política vivida no cotidiano da história familiar vai se juntar aos fatos políticos da vida nacional e dar elementos para um modo de ser judeu no Brasil.

Um lugar de férias na infância, que permaneceu muito forte na memória da pessoa, muito marcante, independentemente da data real em que a vivência se deu. Na memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração. Os monumentos aos mortos, por exemplo, podem servir de base a uma relembrança de um período que a pessoa viveu por ela mesma, ou de um período vivido por tabela.

A exemplo, no decorrer de uma entrevista muito longa, em que a ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida, em que os entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados períodos da vida, ou a certos fatos e/ou lugares temos algo de invariante. É como se, numa história de vida individual - mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças.

O autor também nos mostra que a construção da memória é uma construção de identidades e de conflitos. A memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. No caso da comunidade judaica, temos a expressão da sua diferenciação interna a partir da reconstituição da memória de seus ativistas políticos e de que modo esta cria diferenças étnicas que irão se refletir em distintas expressões lingüísticas (idische e hebraico) instituições, escolas, clubes e inserções no campo político e social nacional.

Lembrando Le Goff, a historiografia conceitua a história como forma cientifica da memória coletiva. Os documentos estudados pelo historiador, de certa forma perpetuam o passado, transformando então esses documentos em verdadeiros monumentos. Esses monumentos por sua vez acabam tornando-se herança perpétua à memória coletiva. Neste sentido, a própria historiografia contribui na transformação dos fatos históricos em fatos sociais, isto é atribuindo um sentido para além do próprio tempo, sendo revivido com novas atribuições de sentido pelos atores sociais.

BIBLIOGRAFIA

AQUINO, Rubim S.L et alli. PCB 80 anos de luta. Rio de Janeiro, Fundação Dinarco Reis, 2002.

ALMEIDA, Francisco Inácio de (organização). O ultimo secretário_ a luta de Salomão Malina. Fundação Astrojildo Pereira, FAP, 2002.

BARTH, Frederik. Os grupos étnicos e suas fronteiras In O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro, Contracapa editora,2000.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida In Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo, Ática, 1983.

CARONE, Edgar. O PCB. (Vol 1: 1922- 1943; vol 2 : 1943-1964). São Paulo, Difel, 1982. 3 vol.

CHILCOTE. R. O partido comunista brasíleiro. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

CLEMESHA, Arlene. Marxismo e judaísmo. História de uma relação difícil. São Paulo, Boitempo editorial, 1998.

CYTRYNOWICZ, Mônica. A Congregação Israelita dos Pequenos: história do Lar das Crianças da Musatti e Cytrynowicz, Congregação Israelita Paulista. São Paulo, Narrativa Um.2003

CYTRYNOWICZ, Roney.Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e Segunda Guerra Mundial. Revista Brasileira de História, v. 22, n. 44, p. 393-423. 2002

CYTRYNOWICZ, Roney. Unibes 85 anos: uma história do trabalho social da comunidade judaica em São Paulo. São Paulo, Narrativa Um. 2000

FINZI, Roberto. Uma anomalia nacional: a questão judaica In HOBSBAWM, Eric. (org.) História do Marxismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho et alii. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982.

HAMADANI, K Kolber, Gisele; PERELMUTTER, Daisy; SCHUBSKY,Cássio e STAROBINAS, Lílian. Scholem Aleichem: uma vanguarda pedagógica. In Revista 18. São Paulo, 2006.

GLAZER, Nathan e MOYNIHAN, Daniel P.Ethnicity Theory and Experience. Harvard University Press, Cambridge Massachussetts, and London England, 1975

GUINSBURG,Jacob. Aventuras de uma língua errante. SP: Ed. Perspectiva, 1996.

JENKINS, Richard. Rethinking Ethnicity. Arguments and explorations. Londres: Sage Publications, 1997.

OKAMURA, Jonathan. Situational ethnicity. Ethnic and Racial Studies. Londres: v. 4, n. 4, out. 1981.

KINOSHITA, Dina Lida. O ICUF como uma rede de intelectúais In Revista Universum. Universidade de Talca, 2000. n. 15.

KUPERMANN, Ester. ASA - Gênese e trajetória da esquerda judaica não sionista carioca In Revista Espaço Acadêmico, número 28, setembro de 2003.

LE GOFF, Jacques "História e Memória" Campinas, 2003.

LÖWY, Michael. Redenção e Utopia: O judaísmo libertário na Europa Central. São Paulo: Editora Schwarcz, 1989.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Camaradas e companheiros: memória e história do PCB. Rio de Janeiro, Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PERREIRA, Astrojildo. Construindo o PCB (1922 / 1924). Org. e introd. Michel Zaidan. São Paulo, Ciências Humanas, 1980.

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social In Estudos históricos. Rio de janeiro, Fundação Getúlio Vargas, vol.5, n.10, 1992, p.200-215.

POLLACK, Michael. Memória, silêncio e esquecimento In Estudos históricos. Rio de janeiro, Fundação Getúlio Vargas, vol.2, n.3,1989, p.3-15.

SCHORSKE,Carl E. Viena fin de siècle. Política e cultura. São Paulo, Compañía das Letras, 1988.

SENDACZ, José. Um homem do mundo. São Paulo; Ed do Autor, 2005.

MALINA, SALOMÃO. Entrevista concedida a Juca Kfouri na Rede TV no dia 31 de maio de 2002.

A imigração síria e libanesa no sul da Bahia/ Brasil

Maria Luiza Silva Santos
Universidade Estadual de Santa Cruz
maluss@uesc.br

Resumo*:* Os imigrantes Sírios e Libaneses chegaram ao Sul da Bahia, região do Cacau, ao final do século XIX e início do século XX em função das crises políticas que ocorriam em seus territórios e atraídos pela perspectiva do progresso que se evidenciava nessa região. A cidade de Ilhéus recebeu muitos desses imigrantes que fizeram desse espaço o seu novo lar. Esse fenômeno migracional foi registrado por vários autores de origem regional e percebido pelas pessoas da região em função de hábitos e costumes diferenciados trazidos por esses povos. As assimilações aconteceram, os imigrantes de primeira geração passaram a segunda, terceira e quarta gerações deixando um legado significativo para a cidade principalmente no comércio e na gastronomia. A análise desse fenômeno é desenvolvida nesse trabalho através de depoimentos, é embasada pelos conceitos de Imigração e Globalização, bem como de hibridismo, pluralismo e identidade que subsidiam a discussão, no sentido de propor uma reflexão quanto à utilização, ao aproveitamento dessas histórias registradas para enriquecer a história cultural da cidade. Ilhéus, propagada por suas belezas naturais, pode ser atração também por sua cultura e mercado gastronômico, que é significativo tanto nas comidas regadas ao dendê como as de outras origens que se incorporaram à cultura local, a exemplo da culinária sírio e libanesa.

Palavras-chave: cultura - identidade- gastronomia

Introdução

O medo do "*diferente*" não foi uma característica evidenciada no processo migratório dos sírios e libaneses para o Brasil. Um número significativo de depoimentos e parte considerável da literatura atestam uma receptividade amigável entre o país de recepção e os imigrantes sírios e libaneses. Objeto de curiosidade, sim, pois se trata de pessoas de linguagem e costumes diferentes, que souberam conviver de forma integrada – com exceção de algumas dissensões entre eles próprios – com outros grupos étnicos no território brasileiro. Pode-se evidenciar como exemplo o depoimento abaixo:

O Brasil ocupa um lugar eminente no coração dos libaneses, sendo um país que a partir de meados do século passado acolheu grupos de imigrantes oriundos do País dos Cedros. O Brasil abriu os braços para os acolher, num clima de liberdade e hospitalidade, sendo-lhes permitido e aos seus descendentes, participar de uma vida agradável, tornando-se filhos fiéis de sua nova pátria. Os libaneses contribuíram para a construção do país, participando ativamente da sua vida, tanto patriótica como social, adaptando-se as suas tradições, costumes e cultura (HRAOUÍ *apud* Khatlab, 1999, p.10).

Dificilmente se poderia falar do Brasil sem considerar a importância de fortes traços de miscigenação ou encontros étnicos em sua formação histórica. A população brasileira é em grande medida formada por imigrantes de várias origens e seus descendentes.

Uma discussão contemporânea a respeito das relações internacionais está intimamente relacionada ao processo de mudança pelo qual passam as diversas sociedades. Seu rápido processo de transformação, aliado à diminuição das distâncias entre as nações, é conseqüência de fenômenos como o avanço e desenvolvimento dos meios de transporte e das comunicações, que levaram países geograficamente distantes a serem mais próximos uns dos outros.

Este artigo reporta-se à imigração síria e libanesa, dividindo-se entre um olhar mais geral, a partir de estudos historiográficos, e outro olhar, mais preciso, sobre esta mesma imigração no caso de Ilhéus.

BREVE HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO ÁRABE PARA O BRASIL

Numa perspectiva mais antiga e menos contemporânea (está-se falando de fins do século XIX e início do século XX), coloca-se a imigração como uma realidade que aproximou contingentes de pessoas semelhantes e diferentes, estreitando por vezes laços de amizade, acordos e cooperações políticas internacionais ou gerando conflitos que deram origem a guerras étnicas, políticas e religiosas. Vale ressaltar que a imigração dos povos árabes não se efetiva em apenas um determinado momento. Autores como Fausto (2000) subdividem esse fenômeno em algumas etapas:

> No Brasil, a imigração de sírios e libaneses começou a avolumar-se às vésperas do século XX, atingiu seu auge no pré-guerra (1913: 11.101 entradas) para interromper-se durante o conflito, estabilizou-se nos anos vinte ao redor de cinco mil entradas anuais e arrefeceu no início da década de trinta, combalida pela depressão econômica e pelo sistema de cotas adotado pelo governo brasileiro, inspirado em seu congênere americano (TRUZZI apud FAUSTO, 2000, p.318).

Destaca-se então o intervalo compreendido entre o final do século XIX e início do século XX como o período das grandes migrações. Por volta de 1880, uma grande leva de imigrantes árabes chegou ao Brasil1. São considerados, hoje, como uma das maiores comunidades no exterior, estimados em mais de 6 milhões de pessoas, formada por sírios e libaneses e seus descendentes2.

---

1 A imigração árabe para as Américas, nas suas vária etapas históricas, não se deu a partir dos países árabes em geral, mas basicamente de três países. A maioria proveio do Líbano, com aproximadamente 65%, da Síria, por volta de 30% e finalmente da Palestina com 5% (atualmente 65% são provenientes do Líbano, 25% da Síria e 10% da Palestina (ZAIDAN, 2001, p.75).

2 A população libanesa no Brasil compreende 6% da população brasileira (KHATLAB, 1999, p.19).

> Truzzi esclarece que é equivocada a expressão sírio-libaneses (com traço de união), muitas vezes encontrada, na medida em que, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, as dissensões entre os dois grupos, trazidas do Oriente Médio, foram recriadas no Brasil, como se pode constatar no relato abaixo:

Os sírios sempre reclamaram da arrogância e da presunção de superioridade dos libaneses, pois na verdade, para eles, a grande Síria sempre fora um único território que incluía o Monte Líbano em suas fronteiras. Para revidar a vaidade libanesa, lembraram-se de que o Líbano, por ser montanhoso, sempre acolhera fugitivos e ladrões ao longo de sua história. Os libaneses, por sua vez, trataram de marcar enfaticamente suas distinções entre os sírios.

> "O Líbano tem, como vimos, 80% de alfabetizados. A Síria, 20%. No Líbano, onde predominam os cristãos, a civilização que lá teve seu berço, no tempo dos fenícios, continua encontrando um campo propício a sua expansão. Na Síria, a maioria muçulmana é esmagadora: 90%. Ninguém ignora que os muçulmanos são conservadores ao extremo (...)

Os libaneses autodenominam-se mais industriosos do que os sírios, um eufemismo sutil que sugere serem eles mais empreendedores, mais vinculados às atividades industriais e financeiras, enquanto associam os sírios mais ao comércio e, portanto, mais ao passado de mascates (TRUZZI *apud* FAUSTO, 2000, p.338).

Essas dissensões internas, que sempre existiram entre esses dois povos e que terminaram por se reproduzir no Brasil, não refletem a imagem que deles fazem os brasileiros. Tal rivalidade se torna de menor repercussão quando se analisa o fenômeno das grandes migrações, deslocamento efetuado pelos dois povos em razão de problemas de maior vulto, relacionados às dominações de que foram vítimas e da sua própria sobrevivência.

Nem os sírios nem os libaneses encontravam-se satisfeitos com a situação do Oriente; encontravam-se aflitos por viajar em busca de uma vida próspera. Desejavam livrar-se de um cotidiano de sofrimentos, pobreza e inimizades acarretado pela guerra civil.

A maior parte daqueles aqui chegados decidiu pela imigração devido à precária situação econômica da terra de origem e à inferioridade sócio-religiosa dos cristãos – que constituíram a maioria dos imigrantes – numa sociedade de maioria islâmica. "Estimativas variam muito; contudo, mais libaneses do que sírios emigraram, e muito mais cristãos do que não cristãos" (KNOWTON, 1960, p.17) Do ponto de vista econômico-demográfico, as causas da imigração estão relacionadas aos aspectos conjunturais, uma vez que, à proporção que as redes de transportes em expansão integravam territórios mais abrangentes, bens manufaturados mais baratos invadiram os mercados rurais, passando a minar a produção de artesãos independentes ou de trabalhadores rurais que se engajavam na produção de pequena escala domiciliar com o intuito de complementar suas rendas. Também o rápido crescimento das cidades criou um novo mercado de grandes proporções para uma produção agrícola comercial de maior escala, que acabou deslocando a produção de subsistência.

As invasões, a violência e a própria necessidade de sobrevivência levaram um contingente significativo de sírios e libaneses a emigrar. Com a escassez de possibilidades em seu local de origem, começaram a dispersar-se pelo mundo em busca de um novo espaço. Ademar de Barros Filho ressalta que, na segunda metade do século XIX, as condições de vida eram difíceis, havendo poucas terras e muita luta em torno da irrigação. As populações cresciam e começava o êxodo das montanhas para o litoral. A insegurança política sob o domínio turco, as dificuldades econômicas e problemas religiosos entre muçulmanos e cristãos levaram ao processo migratório (cf. BARROS FILHO, *apud* KHATLAB, 1999, p.61). A princípio, o objetivo era constituir riquezas e retornar. "Essas pessoas partiam cheias de esperança de voltar abarrotadas de dinheiro e construir um bangalô com tetos cobertos de telhas vermelhas"3 (ZAIDAN, 2001, p.56).

Situada entre a Ásia, a África e a Europa, herdeiros da antiga Fenícia, "a região da Síria e do Líbano foi, por diversos e vastos períodos, invadida por diversos povos: hititas, egípcios, assírios, persas, macedônios, gregos, romanos, dentre outros, e conquistados pelos árabes (KHATLAB, 1999, p.26). Passou depois ao domínio dos francos (1098-1289), dos mamelucos do Egito (até 1516) e, em seguida, ao governo turco. A Turquia retirou-se dali no inicio da I Guerra Mundial (1914), após a vitória das forças aliadas sobre as tropas turcas e alemãs. Síria e Líbano, a partir desse momento, passam a ser submetidos ao mandato francês (cf. KHATLAB, 1999).

> Em 1918, ao fim da I Grande Guerra Mundial, com a derrota da Alemanha e da Turquia, o Oriente, já cobiçado, foi dividido entre as duas grandes potências da época: Inglaterra e França, ficando Palestina, Jordânia e Iraque sob o domínio chamado de Protetorado, da primeira, e o Líbano e a Síria sob o domínio da segunda. Assim, em 1919, a França encontrava-se em território libanês e, em 1920 invadiu Damasco. Na Síria, as duas décadas e meia de colonização foram repletas de revoltas, sendo a mais violenta a corrida na montanha dos drusos, chefiada por Sultan El Atrash, na qual muitos libaneses drusos e intelectuais cristãos participaram. Em 1943, cristãos e muçulmanos libaneses se rebelaram contra o domínio francês, exigindo sua independência (ZAIDAN, 2001, p.30).

Por ocasião do marco das grande migrações, a invasão era liderada pelo Império Turco Otomano, que não oferecia liberdade e segurança aos habitantes dos dois territórios. Nessa época, muitos jovens desertores do exército otomano vieram para o Brasil. Para esses jovens, servir ao exército otomano era indigno e a eles restava a alternativa de migrar (cf. HAJJAR, 1985).

---

3 As casas cobertas com telhas vermelhas demonstravam que eram moradias de migrantes que voltaram para a terra natal trazendo algum dinheiro, ou que remeteram numerário para suas famílias no Líbano (ZAIDAN, 2001, p.56).

Com a derrota dos turcos na Primeira Guerra mundial, a França assumiu o controle político da região. Sob o regime de protetorado francês, o Líbano, capital Beirute, ganhou autonomia em relação ao restante da Síria, capital Damasco. Esses países só vieram a atingir a plena independência em 1943 e 1946, respectivamente.

Duas foram as rotas de emigração abertas aos sírios e aos libaneses. A primeira e mais antiga conduzia ao Egito, Sudão e colônias francesas e britânicas na África Oriental e Central. A segunda e mais recente leva às Américas e daí à Austrália, Nova Zelândia e ilhas do Pacífico. Em geral, os cristãos preferiam a segunda e os não cristãos, a primeira.

Em princípio, os sírios e os libaneses emigraram para o Egito à procura de trabalho ou para estabelecer negócios ou indústrias; mais tarde, então, alçaram vôos mais arrojados, chegando à Europa e às Américas. Segundo Truzzi, "a maior parte dos muçulmanos preferiu o Egito ou ainda outros países da África, ao passo que os cristãos praticamente constituíram a totalidade dos que buscaram a América antes da Segunda Guerra" (TRUZZI, 1997, p.23).

A saída para o Egito se deu a partir de 1856. Esse país ligava-se ao Líbano por terra e apresentava um campo promissor de trabalho agrícola e industrial, principalmente na região de Alexandria. Para os países e continentes mais longínquos, os deslocamentos eram mais difíceis, demandando mais coragem e recursos, mas nem por isso deixaram de ser escolhidos pelos sírios e pelos libaneses. Muitos deles afirmavam com freqüência o desejo de ter à Amrik – América. Sobre o deslocamento, Knowton afirma que:

> De Marselha e Gênova, os mascates sírios e libaneses penetraram em todas as partes da Europa com alguns pacotes de mercadoria. Às vezes acumulavam dinheiro suficiente para abrir pequenos negócios ou prosseguir para outros países com um bom capital. Alguns trabalhavam como agentes das companhias de navegação e faziam-se passar por emigrantes de torna-viagem para persuadir os seus patrícios a tomar uma certa linha ou uma determinada direção (KNOWTON, 1960, p.28/29).

As dificuldades quanto à saída desses migrantes de sua terra de origem4 eram ainda acentuadas pela exploração de que eram vítimas. Primeiramente, eram extorquidos em suas aldeias pelos agentes de imigração. Ao chegar ao Porto de Beirute, eram hospedados em albergues imundos, onde esperavam os navios e eram explorados pelos intermediários do tráfico e do embarque clandestino.

Esses homens, no Líbano, eram denominados de *Simssar*. Quando o navio atracava no Porto de Beirute, mandavam seus empregados (*ghulmans*), que faziam papel de leiloeiros de *gargantas gritantes*, anunciar a chegada e a partida dos navios. Os anúncios chegavam ao conhecimento dos que tinham planos de migrar, transmitidos pelos burriqueiros que faziam o transporte dos produtos agrícolas entre os vilarejos e as cidades.

> "Os que estavam prontos para viajar imediatamente partiam para os portos com suas economias juntadas pela venda de seus poucos pertences" (ZAIDAN, 2001, p.57).

Após a exploração em Beirute, também eram vítimas de abuso na primeira estação de viagem em Marselha ou Gênova, pois o agente de navegação primeiramente verificava o saldo de dinheiro no bolso de cada um. Ao passageiro que tinha um pouco mais de moedas, o agente colocava em um pensionato de sua propriedade, aludindo que não havia mais lugares no navio, com a finalidade de ganhar dinheiro com as diárias, até que acabassem suas economias. Ao que tinha pouco dinheiro, o agente mandava no primeiro navio, não importando qual destino o passageiro queria tomar.

O *Simssar* recebia a gorjeta do imigrante e dividia com o policial, que o levava por trás da aduaneira e o jogava no porão, de onde não saía até que o navio partisse do porto. Às vezes, usavam o migrante como carregador; assim, ele levava a primeira carga e não retornava, ficando escondido, não permitindo a inspeção legal (ZAIDAN, 2001, p.66).

Viajavam sem nenhuma proteção do Estado, geralmente de maneira individual, contrariamente aos migrantes de nações européias como Portugal, Espanha, Inglaterra e Holanda, que gozavam de certa proteção e subsídio do governo. Nessa época, não seria mesmo possível que os governos dos países árabes participassem de algum acordo, uma vez que seus Estados não eram ainda soberanos. Os árabes "se destacaram por sua fixação nas cidades e pelo fato de não integrarem a corrente de imigração subsidiada" (TRUZZI, 1997, p.11). Chacur também corrobora essa afirmação quando diz que:

> Além disso o sírio em geral, vamos dizer libanês, jordaniano, palestino, todos vieram por conta própria. Alguns que não tinham posses. pediram dinheiro emprestado para a passagem. Mas, ninguém veio por conta do governo daqui como, por exemplo, os que vieram trabalhar na agricultura: poloneses, italianos, portugueses, espanhóis. Não. Tudo por conta própria. Espontânea, particular (CHACUR, apud GREIB et al, 1998, p.29).

Viajavam com passaporte turco5·, ou seja, do Império Otomano, do qual não gozavam benefício político e ainda recebiam a mesma denominação – "turcos" nos países de recepção, alcunha que feriu e aborreceu muitos libaneses, sírios e palestinos, que tinham como nacionalidade a do dominador.

Os imigrantes que chegaram ao Brasil entre os anos de 1860 e 1914 traziam nas mãos um passaporte, ou outro documento de identidade indicando cidadania turca. Entretanto na realidade, eram fugitivos do domínio turco-otomano, cujo jugo estendeu-se desde 1516 a 1919 (ZAIDAN, 2001, p.73).6

---

4 Notadamente a polícia das autoridades turcas que dominavam o país, pois o sultanato otomano não permitia a emigração, especialmente dos homens de 18 a 30 anos que eram obrigados ao alistamento no exército. A saída era, assim, considerada ilegal (ZAIDAN, 2001, p.66).

5 Todos os imigrantes do Oriente Próximo foram classificados como turcos até 1892, quando os sírios passaram a ser inscritos separadamente. Como o Líbano era considerado parte da Síria até a Primeira Guerra Mundial, todos os libaneses foram incluídos como sírios. Os libaneses foram alistados à parte pela primeira vez em 1926; a grande maioria dos migrantes registrados como turcos eram de fato sírios e libaneses, junto a um pequeno grupo de armênios (KNOWTON, 1960, p.37).

O sonho de *fazer a América* era direcionado principalmente para a América do Norte, mais precisamente para os Estados Unidos. Muitos "chegavam ao Brasil sabendo que seria mais fácil neste país tirar o visto de entrada para os Estados Unidos da América (BARROS FILHO *apud* KHATLAB, 1999, p.61). Os imigrantes ouviam falar das facilidades existentes no Novo Mundo e procuravam partir em sua direção. Os *turistas* americanos que passaram a entrar no país após 1860 eram bastante benevolentes quanto aos salários e gorjetas, fortificando a idéia estereotipada de que a América era uma terra de inesgotável riquezas. Alguns nativos terminavam por trabalhar para os turistas como guias e familiarizavam-se com os seus hábitos e modos de vida. Os que sabiam falar o inglês e o francês detinham mais perspectivas em relação a empregos e negociantes estrangeiros. Zaidan ratifica esse comportamento quando assinala:

> Outro motivo que atraía a imigração para as Américas eram os trajes finos e a vultuosa quantia gasta pelos peregrinos em suas excursões para a Terra Santa. A diferença econômica entre os peregrinos e a população local era tanta que às vezes uma generosa gorjeta de um peregrino valia por um ano de salário de um cidadão local. As principais conversas que circulavam entre habitantes locais eram mais ou menos as seguintes: "estes estrangeiros são muito ricos", "estão cheios de ouro" e "na terra deles (América) deve-se encontrar ouro no meio da rua". Assim, surgiram as primeiras emigrações às Américas e também a fama de que se encontrava ouro no meio da rua (ZAIDAN, 2001, p.34).

No Novo Mundo, Estados Unidos, Brasil e Argentina e, secundariamente, México e Canadá foram os países que mais receberam imigrantes sírios e libaneses. Muitos dos que se estabeleceram no Brasil pretendiam na verdade dirigir-se aos Estados Unidos. Desembarcavam acreditando estar chegando na América do Norte, sendo enganados pelas companhias de navegação que os traziam para a América do Sul.

> "Entre os primeiros grupos de sírios e libaneses a entrar nos Estados Unidos, houve muitos que, devido a doenças nos olhos e analfabetismo, não puderam ficar. As companhias de navegação foram legalmente solicitadas a levá-los de volta a seu país de origem. Ao invés de levarem de volta para Síria e Líbano, desembarcavam-nos no Rio de Janeiro" (KNOWTON,1960, p.34).

Àqueles que reclamavam dizendo que estavam na América errada, ouviam: "*Tudo é América*!" Sem outra opção, permaneciam onde eram deixados.

Uma outra hipótese atribui a atração, pelo Brasil, desses imigrantes ao vicejamento das culturas agrícolas7. Nessa época, chamava a atenção o desenvolvimento do ciclo da borracha no Norte8, dos minérios no Centro e do café no Sul do país. Desembarcavam principalmente nos portos de Santos e Rio de Janeiro, geralmente sem dinheiro, e passavam prontamente a buscar o reinício de suas vidas.

> A procura de enriquecimento e progresso fazia com que o deslocamento do imigrante se processasse sempre em direção de novos centros, atrás de um novo florescimento econômico, de uma nova estrada ou de uma nova mina, enfim, não lhe importavam as dificuldades que encontraria ou a vida a qual teria de se sujeitar (www.arabias.com.br/imigração.htm) em 23/10/2001, p.02).

A chegada dos imigrantes nesses portos e em outros se distribuía da seguinte maneira: quem desembarcava no Rio de Janeiro se distribuía entre Espírito Santo, Minas Gerais, sul da Bahia e Goiás; quem aportava em Santos, destinava-se para São Paulo, Mato Grosso, Paraná e outros estados do sul; finalmente, quem chegava ao Brasil pelo porto de Belém se distribuía entre o Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Alguns chegavam também em Recife, de onde partiam para o Ceará e Maranhão (cf. ZAIDAN, 2001, p.62).

São Paulo e Rio de Janeiro foram os estados brasileiros que exerceram maior atração sobre esses migrantes. Segundo Knowton (1960), os primeiros imigrantes sírios e libaneses desembarcaram no Rio de Janeiro em 1871. Chegariam a São Paulo pouco tempo depois, por volta de 1880, concentrando-se em um povoado entre dois rios, o Anhangabaú e o Tamanduateí. Um trecho desta região foi aterrado, criando-se a Praça do Mercado9, localizada próxima à estação ferroviária, lugar de grande movimento. Na atual 25 de Março10, foi criado um núcleo de mascates árabes que acabou gerando um intenso comércio na região.

> Freqüentemente, um mascate sírio ou libanês da rua 25 de Março encontrava uma rua ou largo em que o negócio parecia particularmente proveitoso. No decorrer do tempo, as pessoas da vizinhança começavam a reconhecê-lo como mascate que passava diariamente pelas suas casas e davam-lhe preferência. Depois de economizar bastante dinheiro, o mascate procurava uma casa disponível num bom local ao longo da rota de sua freguesia e abria uma pequena loja de armarinhos, fazendas e roupas feitas (KNOWTON, 1960, p.118).

---

6 Chegando às Américas, os imigrantes árabes eram rotulados com as mais variadas denominações. No Brasil, foram chamados de turcos. Na América do Norte, receberam o nome de sírios. Em outros lugares, foram chamados de árabes ou sírios-libaneses. Essa balbúrdia de nomenclaturas se deveu à instabilidade sócio-política.

7 "No caso paulista, grande parte deles foi atraída pela pujança de uma lavoura cafeeira em desenvolvimento, que semeava estímulos e oportunidades aos recém-chegados na sociedade como um todo, tanto no campo como nas cidades" (TRUZZI, 1997, p.17).

8 Durante os primeiros anos de 1900, havia três centros de atração. O mais importante era o da Amazônia, devido ao surto de prosperidade da borracha. O mascate não estava interessado em borracha, mas em vender suas mercadorias (cf. KNOWLTON, 1960,p.65).

9 O primeiro uso desse espaço havia sido como despejo de lixo. Gradualmente, a várzea encheu-se e o rio desviou-se para leste. No terreno que restou, formou-se a rua 25 de Março. O seu principal uso foi residencial até que se abriu a Praça do Mercado (cf. KNOWLTON, 1960, p.120).

10 "E o patrício, talvez por índole negociante, se aconchegou nesse lugar, se estabeleceu naquele lugar que se chama 25 de março. Sendo brasileiro há 80 anos, lamento que o brasileiro não saiba que 25 de março é o dia da Primeira Constituição brasileira; eles dizem a 'rua dos turcos'. Muito obrigado, não é? Vamos agradecer. (AUN apud GREIBER et al, 1998, p.109).

No Rio de janeiro, permaneceram inicialmente na orla marítima, principalmente na rua da Alfândega11. Dedicados ao comércio em geral, passaram também para a rua dos Ourives.

Parece razoável explicar a atração desses imigrantes em função dos ciclos agrícolas, da necessidade de mão-de-obra na lavoura. Contudo, eles não se decidiram pela agricultura, passando a atuar principalmente no comércio ambulante. Eram os chamados *mascates*12. Vendiam bugigangas em caixas repletas de pentes, espelhos, perfumes, lenços, imagens, terços, garrafas com água do rio Jordão. Eram a princípio denominados de caixeiro ou *ahlal kacha* – povo da caixa. Passaram então a viajar por cidades vizinhas e receberam, então, a denominação de *caixeiro viajante*.

É pertinente a indagação a respeito das causas que levaram esses imigrantes a se dedicar à mascatagem e não à agricultura, uma vez que a maior parte desses imigrantes provenientes da Síria e do Líbano eram agricultores13. As estatísticas afirmam que a maioria dos imigrantes procedia de zonas rurais da Síria e do Líbano. Talvez a maior parte deles ganhasse a vida no cultivo da terra, e um de seus fins, ao emigrar, era obter dinheiro para expandir a sua propriedade rural e comprar ferramentas ou gado. Entretanto, não emigraram para o Brasil para lavrar a terra. Deve-se buscar a explicação disto no contraste entre as características da estrutura agrária na terra de origem e no Brasil.

Esses imigrantes saíam quase todos para mascatear, o que não era fácil, pois não tendo sido comerciantes em sua terra, tinham que aprender a profissão. Também não conheciam a língua e muito menos os bairros da cidade. Sujeitavam-se inicialmente a servir de ajudante, carregando uma caixa pesada de madeira cheia de artigos de armarinhos nas costas; a medida dessa caixa em forma de arca era de 40x50x80 centímetros; o dono do negócio carregava ainda na outra mão, uma matraca14 para anunciar a sua presença, produzindo um som penetrante característico. Sempre estranhei nunca ter sido inventado um instrumento musical que aproveitasse esse princípio de bater uma tábua contra a outra mais espessa (ABDALLA *apud* GREIBER, 1998, p.81).

Em geral, esses migrantes vinham de famílias proprietárias de pequenos lotes de terra. No Brasil, depararam-se com o sistema de grandes lavouras, diferente de tudo que haviam conhecido. Estabelecer-se como proprietários estava muito acima de seus recursos financeiros. Alguns chegaram a trabalhar como colonos nas fazendas, mas, assim que podiam, optavam pelo comércio, *"provavelmente porque já tinham em mente trabalhar em atividades comerciais, aproveitando-se da inserção de parentes ou conterrâneos previamente estabelecidos"* (TRUZZI, 1997, p.44). Entre o ramo de atividade original e o modelo pelo qual optaram, as aspirações estavam centradas na obtenção de seu próprio negócio. Tratava-se de "cuidar de seus próprios narizes"15 ou " não se sujeitarem a ocupações servis"16.

> Os mascates em geral trabalhavam para "patrícios" já estabelecidos, que lhes adiantavam as mercadorias. O acerto de contas com o fornecedor podia ser feito, portanto, após a venda de parte dos produtos. Um fornecedor era via de regra um comerciante que já havia passado pela mascateação e que, graças ao trabalho de alguns anos, lograra-se estabelecer com uma loja. Conhecia bem o ofício porque já passara por ele, o que de certo modo facilitava o relacionamento entre o fornecedor e o mascate. Muitas vezes, o mascate era apenas um parente ou um conterrâneo chegado há menos tempo que o fornecedor, o que estreitava ainda mais os laços entre eles (TRUZZI apud FAUSTO, 2000, p.322).

Ao mesmo tempo que os mascates tinham inserção nas cidades, faziam-no também no campo, rivalizando com os fazendeiros, proprietários dos armazéns. Vendiam mantimentos para os colonos, que *"procuravam se desembaraçar das compras nas lojas do fazendeiro e, por isso, os mascates representavam uma feliz concorrência para o armazém do patrão"* (TRUZZI, 1997, p.46).

No trato com os mascates, as condições de pagamento eram mais tolerantes e as compras feitas fora da fazenda diminuíam a dependência dos colonos em relação aos fazendeiros. Em contrapartida, o imigrante que se tornava mascate não precisava ter uma habilitação específica nem dispor de uma soma significativa de recursos.

Esses homens tiveram um relevante papel histórico no desenvolvimento do Brasil. Além de levarem suas quinquilharias, levavam novidades e notícias das outras cidades, favorecendo o intercâmbio entre campo, povoados e cidades. Quando ganhavam algum dinheiro, escolhiam entre voltar para a terra natal ou mandar buscar quem os estivesse lá esperando e estabelecer-se em um povoado, casando-se e constituindo família.

Da idéia de uma imigração provisória, pois *"as famílias planejavam o envio de seus filhos temporariamente à América como forma de resolver suas dificuldades financeiras"* (TRUZZI *apud* FAUSTO, 2000, p.317), o cálculo era de que alguns anos de América seriam suficientes para assegurar uma vida familiar próspera, como mostra o exemplo abaixo:

> Bom, o pessoal vinha pra cá e se conseguisse economizava 5 mil réis por dia, vamos supor que mandasse uma média de 100 mil réis por mês. 120 mil réis valiam aqui naquele tempo, 10 libras esterlinas, o que era muito dinheiro na Síria Se

---

11 "No caso do Rio de Janeiro, o bairro árabe se localizou nas ruas da Alfândega, Buenos Aires, José Maurício e adjacências, ao lado da Praça da República" (SAFADY, Wadih, 1966, p.132).

12 Mascate é o nome dado ao cidadão da cidade de Mascat, localizada no atual sultanato de Oman, na entrada do Golfo Árabe. Os marujos de Mascat iam com seus barcos para a colônia portuguesa na Índia, Goa. Lá os vendedores desciam e carregavam caixas cheias de miudezas e batiam de porta em porta oferecendo seus produtos manufaturados. Daí se derivou, impropriamente, o nome da profissão (ZAIDAN,2001,p.67).

13 KNOWLTON, Clark. 1961, p.135.

14 A matraca era feita de duas tábuas, com cerca de 20 cm de comprimento, ligadas numa das extremidades por uma tira de couro, e com o movimento do braço a tábua mais fina era movida e batia na outra, quase duas vezes mais grossa (ABDALLA apud GREIBER, 1998, p.81).

15 " sei que meu pai veio para o Brasil com a intenção de conseguir o bastante para comprar quatro teares e voltar para lá, para ser dono do próprio nariz. Essa foi a razão da vinda dele pra cá" (CHAFIK apud GREIBER, 1998).

16KURBAN, Taufik. 1937, p.65

> mandassem 10 libras, faziam provisão para todo o ano: de trigo, de bourgoul (trigo grosso), de arroz, de manteiga, de azeite, de verduras desidratadas para guardar para o tempo do inverno. Dava para uma família de 5 pessoas começar o ano. Depois para o que precisassem todo o dia, eles trabalhavam...Tinham muitas famílias, no Líbano e na Síria, que só esperavam o dinheiro da América (CHACUR, apud GREIBER, 1998, p.23).

Daí a opção pela ida na sua maioria de homens jovens17 e solteiros, como evidencia a estatística:

> Os turcos-árabes têm o maior número de imigrantes solteiros de todas as nacionalidades registradas. Um pouco mais de 63% de todos os turcos –árabes eram solteiros ao entrar no Brasil. Apenas 34,7% eram casados, e 1,7% viúvos. Estas porcentagens são inferiores às de outras nacionalidades (KNOWLTON, 1960, p.54).

Não muito tempo após sua inserção no trabalho do comércio no Brasil, os imigrantes que deixaram suas famílias na Síria e no Líbano com o intuito de retornar após ter feito fortuna começam a perceber uma nova realidade. Alguns não conseguem dinheiro para a volta e outros, justamente por amealhar muito dinheiro, optam por ficar e mandar buscar a família para residir no novo território. A busca pela paz, liberdade e melhores condições de vida apontavam para o Brasil como uma das melhores opções. Assim demonstra Truzzi:

> Ao mesmo tempo, a extensão do serviço militar aos cristãos, no crepúsculo do Império Otomano, os decepcionantes desdobramentos políticos da guerra, que colocaram a região sob o domínio do protetorado da França e, sobretudo, o relativo sucesso dos imigrantes na América – todos esses fatores cumulativamente engendraram uma mudança no caráter da imigração de temporário para permanente (TRUZZI, 1997, p.31).

Depois da Primeira Guerra Mundial, o Brasil passa a ser considerado por muitos como residência definitiva. Esse padrão tornou-se comum para a maioria dos migrantes da primeira geração.

A primeira leva de retorno dos sírios e libaneses aos seus países de origem ocorreu a partir de 1920, quando Líbano e Síria foram submetidos ao mando francês. Com o fim da guerra, os emigrados desses países devastados queriam saber em que situação estes se encontravam. Quando descobriram que a independência lhes seria negada, recomeçaram a emigrar. Muitos residentes em países estrangeiros voltaram para averiguar a situação social e política. *"Insatisfeitos com o que viram do governo francês, retornaram ao seu país de emigração. Seus relatórios levaram a maioria dos seus compatriotas a não voltar a Síria e ao Líbano"* (KNOWTON, 1960, p.24). As opiniões registradas sobre o domínio francês são variadas. Alguns autores compreendem de forma positiva a dominação francesa, a exemplo de Khatlab:

> Os franceses realizaram várias reformas como a Lei eleitoral, reorganização das forças policiais, construção de rodovias, estações de telecomunicações, aeroporto e uma Nova Constituição. Entre os anos de 1920 a 1938, mais de 18.000 imigrantes retornaram, indo da Europa, África e Américas para a Síria e o Líbano (KHATLAB, 1999, p.55).

Zaidan, por sua vez, analisa a dominação francesa sob uma ótica oposta:

> Os franceses entraram no Líbano com seu exército em 1919, quando a situação estava mais controlada. Em 1920, avançaram sobre Damasco, conquistaram a Síria e concretizaram o domínio francês. O povo da Síria, Líbano, Palestina, Jordânia e Iraque, que estava esperançoso de que os governos europeus, especialmente a Inglaterra e a França, seriam seus aliados nas conquistas da independência árabe, acabou por se decepcionar, pois a Inglaterra não era aquela do revolucionário Cromwell, e sim do imperialista Winston Churchil e da raposa política Makmahoun, enquanto que a França, a maior esperança de salvação dos libaneses, não era a França da Grande Revolução da liberté, égalité, fraternité, e sim a França do colonialista Georges Clemenceau. (ZAIDAN, 2001, p.92).

Diferentemente das medidas positivas elencadas por Khatlab, Zaidan vai afirmar que o novo conquistador decretou, no Líbano e na Síria, medidas não favoráveis às melhorias de vida econômica da população, tais como: trocou a moeda de ouro por papel, levando o ouro para os bancos franceses, e monopolizou os transportes, a comunicação e as exportações. Na época do domínio turco-otomano, o povo passava fome; com o domínio francês, o povo tinha o pão, mas não as condições de progredir, "*pois embora o homem não possa viver sem o pão, não é só de pão que vive o homem"* (ZAIDAN, 2001, 92).

Os que conseguiram e quiseram retornar, o fizeram em melhores condições que a vinda. Retornaram via aérea, portanto, em situações bem mais favoráveis que aquelas dos porões dos navios. Levaram consigo costumes brasileiros e o idioma português, construíram casas, abriram comércio e estabelecimentos industriais, fazendo nascer na Síria e no País do Cedro uma grande quantidade de sírios e libaneses naturalizados brasileiros, bem como seus descendentes.

Na atualidade, os "brasilibaneses" e os "sírios brasileiros" estão inseridos em várias esferas da vida social: política, administração do governo, setores acadêmicos, das indústrias, das artes, do comércio, da imprensa etc. Além desse intercâmbio político social, o intercâmbio familiar é bastante estreito, uma vez que entre as sociedades brasileiras e da Síria e do Líbano, o número de famílias composta das duas nacionalidades tornou-se significativo e o vínculo entre as mesmas ultrapassa as relações meramente políticas e governamentais.

Esse intercâmbio e essa influência é significativa nos vários caminhos e destinos percorridos por esses migrantes, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro e Belém do Pará. Na Bahia, a Região Cacaueira ficou evidenciada como uma das opções mais esperançosas desses migrantes, em razão da cultura do cacau. Ilhéus é uma das cidades que apresenta maiores evidências dessa migração, com traços característicos na sua formação cultural e social. Convém agora voltar o olhar sobre como tal imigração ocorreu aí.

---

17 Depois dos alemães, os turcos-árabes apresentam as mais altas percentagens de imigrantes de 13 anos para cima e as mais baixas nos outros grupos de idade (KNOWTON, 1960, p.57).

ILHÉUS E A IMIGRAÇÃO ÁRABE

Ilhéus, município sul baiano, com população aproximada de 230.00018 habitantes, detém importância econômica e social desde o início da história do sul da Bahia, que ficou internacionalmente conhecido como Região Cacaueira. Como afirma Hélio Pólvora: "Somos todos ilheenses. Ilhéus é a sede da capitania, a cidade-mãe, a referência histórica de toda a região hoje dita cacaueira. De Ilhéus desmembraram-se muitos dos atuais municípios vizinhos" (PÓLVORA, 2001, s/p).

A própria cidade, seus habitantes e imigrantes envoltos pela saga do cacau, cultura agrícola que trouxe grandes somas de divisas para os municípios e para todo o Estado, ficaram conhecidos através de autores regionais pelo fausto em que se desenvolveu e em que viviam seus habitantes, mais especificamente os coronéis do cacau.

As histórias contadas pelos mais antigos aos mais novos e aos que chegam à região são às vezes encaradas com pouca credulidade, visto a dificuldade de por vezes se imaginar que, nos latifúndios do sul da Bahia, houve no início uma corrida pelo ouro simbolizado pelos frutos amarelos do cacau, que mais tarde representava como resultado o título de "região das mais novas e mais ricas, tendo como base econômica 95% da produção de cacau, sendo-lhe atribuído o 2º lugar na estatística mundial" (SANTOS, 1955, p.7).

Esse percentual ratifica a importância da economia cacaueira para a região e para a cidade de Ilhéus, evidenciando o porte de uma economia regional, vindo mais tarde a sofrer uma desestruturação em virtude de sérias crises climáticas, de preços e pragas durante extensos períodos, prejudicando as grandes safras e os grandes investimentos.

Nas últimas décadas do século XX, as crises se acentuam com a chegada ou introdução de uma praga na lavoura conhecida como "*vassoura de bruxa*" (Crinipellis perniciosa), que passa a desestruturar toda a região em função de prejuízos de safras inteiras, desencadeando também a crise nas cidades que se beneficiavam também do cacau.

A cidade de Ilhéus, reconfigurada pela cultura cacaueira a partir do século XIX, inclusive na sua infra-estrutura, preparando-se como pólo de comércio, exportação e processamento desse produto, foi obrigada a mudar nos últimos dez anos em função da extensa crise. Constituir-se como a terra do cacau, difundida por famosos autores regionais como Jorge Amado, é interessante e significativo para a cidade. Porém, a cidade teve que descobrir novas perspectivas como centro de tecnologia, turismo e agroindústria. As atenções dos governos e dos empresários locais passam a ser ampliadas e a palavra de ordem passa a ser a *diversificação*.

Dentre as opções que passaram a integrar a perspectiva econômica e social da região, e que se encontra em fase estrutural e de encaminhamentos, o enfoque turismo – mais precisamente do *turismo histórico-cultural* desenvolvido na cidade de Ilhéus – pode chamar atenção para alguns elementos ainda pouco explorados por esse segmento, a exemplo da imigração árabe.

A chegada dos primeiros imigrantes sírios e libaneses na região data do final do século XIX19.As evidências de uma migração orientada para o sul da Bahia, mais precisamente para a cidade de Ilhéus, são evidenciadas nos livros de autores regionais desde a primeira metade do século XIX. Algumas não encontraram sucesso, a exemplo dos imigrantes alemães:

> A Colônia do Almada, por exemplo, foi fundada por imigrantes alemães em 1912, mas, esses colonos, alegando dificuldades diversas, não se fixaram ali [...]. até o final do século passado "as migrações subvencionadas pelo governo com o objetivo de colonizar as comarcas do Sul constituíram-se em sucessivos fracassos e prejuízos" (PADILHA e PÓLVORA, 1979, p.11).

Além do modelo de migração subsidiada, pode-se também registrar um tipo de migração não orientada, ou espontânea, em que as pessoas se dirigem a outras localidades sem auxílio ou encaminhamento algum do governo da região de origem ou sem estar inserido em um grupamento maior, denominado de colônia. *"Qual a cidade brasileira, neste século (XX) que não identifica um ou mais Nacibs, integrando a comunidade, sem fechar-se, como tantos outros migrantes, em suas culturas de origem?"* (KHATLAB, 1999, p.61).

No município de Ilhéus, *"houve influência do alemão, do francês, do judeu, do árabe etc"* (BARBOSA e CONCEIÇÃO, 1977, p.11), migrações do tipo não subsidiado, a princípio de forma rara, ocorrendo uma intensificação "somente a partir dos últimos anos do século passado, quando tornou-se efetivo o movimento migratório na direção da zona do cacau"(PÓLVORA e PADILHA, 1979, p.12). Sada Ganem, em seu depoimento, registra o percurso de seus pais no início do século XX:

> Meus pais eram libaneses. Se conheceram aqui, mas vieram de lá. Minha mãe se chamava Maria, lá mais comum Mariam Ganem, meu pai se chamava Jorge Bacil. Ela veio de uma pequena aldeia no sul do Líbano chamada Aitule. Foi para Andaraí na Chapada Diamantina, depois Salvador, Itabuna e Ilhéus. Ele veio de uma cidade chamada Hadad. Se casaram em Itajuípe, eu nasci em Itabuna e depois viemos morar em Ilhéus. Eles tiveram três filhos. Minha mãe sempre foi dona de casa, falava o árabe e o português. Meu pai, quando estava lá, era professor. Aqui trabalhou na zona rural e com comércio de frutas e legumes. Era um homem que, apesar da origem oriental, tinha características mais ocidentais, não era machista, passou muito tempo na França também, falava o árabe, o francês e o português. Os árabes possuem um espírito bastante aventureiro, um terminou puxando o outro para cá, para a Argentina também. Acredito que a guerra de 14 tenha expulsado muita gente do Oriente. Apesar dele não ter vindo diretamente por causa do cacau, aqui era uma terra promissora, que

18 www.socio-estatística.com.br/censo/tabela_3.htm (acesso em 20/03/2003).

19 "E nos fins do século XIX, mais precisamente em 1871, ocorre a chegada dos primeiros sírios e libaneses" (ADONIAS FILHO, 1976, p.43).

> atraía pela facilidade do cultivo, acredito que a maioria dos que vieram passaram pelo percurso do imigrante mascate, depois comerciante, depois fazendeiro (GANEM, em 05/2003).

A atração de muitos desses migrantes para o município de Ilhéus no início do século XX está atrelada ao desenvolvimento da cultura do cacau nas terras grapiúnas20. Como ressalta Angelina Garcez:

> Apenas nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do XX, se tornou efetivo o fluxo migratório em direção ao sul do estado. Isso ocorre quando o cacau passa a constituir um dos mais importantes e depois, o principal produto de exportação da Bahia (GARCEZ, 1975, p.13).

Para efeito demonstrativo, convém resgatar que, em 1890, o município tinha aproximadamente 8 mil km, abrangendo os distritos de Banco da Vitória, Pontal, Tabocas (Itabuna), Olivença, Iguape e Cururupe, sendo que sua população era de 7.629 habitantes. Por volta de 1980, quase cem anos depois, com 131.454 habitantes, não se fala mais em uma Zona Cacaueira, admitindo-se a existência de uma Região Cacaueira. É interessante observar, também, que a própria expressão "Costa do Cacau", cunhada pelo órgão estadual de turismo, a BAHIATURSA, remete mais a uma perspectiva turística que propriamente à agricultura.

Essa região, composta também por esses migrantes sírios e libaneses, passa a enriquecer-se culturalmente por abrigar um novo contingente de pessoas vindas do Oriente com costumes bem diversos daqueles encontrados no Sul da Bahia. Vinham fugindo das situações de conflito existentes em seus países, ao mesmo tempo que atraídos pela fama e riqueza da região. Segundo depoimento de Sra. Clara Fadul:

> Nós, eu, meu marido e dois de meus filhos fomos uma das últimas famílias de imigrantes árabes a chegarem em Ilhéus. Viemos de Trípoli no Líbano com destino a Ilhéus em 1971, fugindo da guerra civil que durou 11 anos. Não podíamos mais ficar no Líbano. Tentamos ir para a Nigéria, mas não conseguimos; então fizemos opção pelo Brasil porque meu marido tinha um tio em Aurelino Leal. Moramos lá um ano e depois viemos para Ilhéus (FADUL, Clara em 02/2003).

Aqui, na região de Ilhéus, no início do século XX, a maioria atuou no comércio, trabalhando primeiro como mascates21 para mais tarde montar estabelecimentos comerciais, muitos deles pioneiros na região.

> Dos imigrantes estrangeiros, em sua maioria foram os árabes que vieram quase todos para ser comerciantes. Começavam vendendo cortes de fazendas (tecidos) no ombro, com o metro dividido em dois pedaços de 50 cm cada, ligados com uma bisagra – espécie de dobradiça de couro - batiam um no outro fazendo aquela zoada: plac, plac, plac. Minha mãe dizia que seu Fulano vai passando aí, ele vende linho... o outro só vende casimira, entendeu? Esses homens eram chamados de **mascates**.(MOURA, Hélio, em 03/2002).

Em época posterior, alguns tornaram-se fazendeiros, desbravadores de terras, plantando junto com os moradores da região os pés de cacau. Eduardo Daneu, dono de restaurante em Ilhéus, apresenta como exemplo o seu avô:

> Moisés Daneu, meu avô, foi o patriarca de uma das famílias mais conhecidas de Ilhéus, a família Daneu. Nasceu em Trípoli, no Líbano, e veio para Ilhéus por volta de 1890, não tenho muita certeza... onde teve quatorze filhos. Começou a vida como mascate, depois comprou loja de tecidos e mais adiante investiu em terras (DANEU, Eduardo, em 01/2003).

Com eles trouxeram as tradições e a cultura das terras do Oriente transmitidas às gerações seguintes através de tantos hábitos incorporados ao nosso dia- a- dia – o cultivo de hortigrangeiros, o manuseio nas lavouras de subsistência, o respeito às datas litúrgicas como o domingo de Páscoa e a festa dos Reis, quando são servidas iguarias próprias à maneira antiga22. Este item merece destaque, como se vê em Michel de Certeau:

> O ato de comer se torna então um verdadeiro discurso do passado e o relato nostálgico do país, da região, da cidade ou do lugar em que nasceu. Reservada ao dia de Sábado e às grandes festas litúrgicas, ou da história familiar – nascimento e casamento – a comida tradicional com seus ritos minuciosos de composição – este prato para o tempo pascal, aquele para a festa da circuncisão – e de preparação se torna a manutenção e a narração da diferença, inscrita na ruptura entre o tempo alimentar do si-mesmo e o tempo alimentar do outro (CERTEAU, 2000, p. 250).

A hospitalidade no receber, traduzida na expressão "*harla ou sarla*" (seja bem vindo) mesmo em torno de um convite para tomar um simples cafezinho, muitos hábitos alimentares hoje recomendados como salvação para a saúde, como o valor dado aos grãos, o trigo, a lentilha, a fava, o arroz, bem como o uso de carnes de carneiro, aves e peixes; a utilização de temperos e especiarias, como a cebola, o alho, a hortelã, o coentro, a salsa, a canela; a importância da coalhada fresca ou seca, isolada ou no preparo de alimentos; o hábito hoje tão louvado de ingerir legumes crus e com casca, bem como o uso constante de folhagens na alimentação; enfim, tudo isto é presença árabe na sociedade ilheense.

Era hábito (e muitas famílias ainda conservam) agrupar todos os membros em torno do almoço do domingo, com a mesa sempre farta, presidida pelo chefe de família, por onde se estendiam os mais variados pratos da culinária árabe, preparados pelas mulheres da casa a quem, tradicionalmente, cabia a função de preparar o alimento.

---

20 Supõe-se que a palavra grapiúna vem do tupi igarapé-una, que significa riacho preto. Em sua evolução semântica, passou a designar um pequeno pássaro preto e branco, popularmente conhecido como viuvinha e encontrado em vários partes do sul da Bahia. Mais tarde, perdendo a vogal inicial, a palavra estendeu-se a toda pessoa nativa da Zona do Cacau (PÓLVORA e PADILHA, 1979, p.09).

21 Adonias Filho escreve, em Sul da Bahia – Chão de Cacau, que a prática comercial dos primeiros sírios e libaneses que chegaram a região era a mascatagem e que foi esse ofício que fez com que se encontrassem com as fazendas (ADONIAS FILHO, 1976, p.43).

22 Em depoimento, D. Josephina Hage relata esse exemplo: "o slabe é um doce árabe comum que se faz na época da festa de Reis e do Natal. Todos os filhos devem comer o slabe, tem essência de erva doce" (HAGE, Josephina, em 01/2003).

O árabe é forte e hospitaleiro. Recebe muito bem os seus amigos, para uma mesa bastante farta e deliciosa. Quem hoje não conhece e saboreia um quibe, uma esfirra? O árabe, quando senta à mesa, exige o pão, feito de trigo, natural da região do Mediterrâneo e Oriente Médio, cultivado em 8.500 A.C. (MEDAUAR, Maria de Lourdes *apud* COSTA, 1996,p.140).

Nos depoimentos de alguns imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes que vivem ou viveram nas cidades de Ilhéus e Itabuna, não é difícil perceber a saudade que permeia esse grupo de pessoas que saem de terras tão distantes em busca de uma vida melhor. Para vencer a saudade, reuniam-se em casa de um *patrício* para conversar em seu idioma original e saborear as comidas árabes, o que muitas vezes era dificultado por não haver na região todos os ingredientes para o preparo dessas iguarias. Essa dificuldade na aquisição de mantimentos se evidenciava nas listas de compras solicitadas a algum conterrâneo que ia a São Paulo.

Segundo a Sra. Daid Hage Salume (SILVA, 2001), a assimilação da culinária foi espetacular. Isso se percebe tanto de árabes para brasileiros como vice-versa. Ela conta que gostava de preparar o feijão à brasileira, a nossa feijoada, e que nesses dias era festa. Estava acostumada a utilizar-se do feijão para fazer saladas, pois na Síria se usa muito o *tule*, um feijão bem graúdo, para essa finalidade. Ela, porém, passou a se utilizar do feijão mulatinho, que cozinhava com água e sal e depois temperava com tomate, cebola e muita alface.

Em relação às comidas sírias e libanesas, são muito apreciadas. *"Seus pratos exóticos, seus temperos e a mistura entre o doce e o salgado dão aos pratos da culinária árabe um adorável sabor, um sabor verdadeiramente oriental"* (Jamil Ocké *apud* COSTA, 1996, p.152). Isto não deve, contudo, levar à suposição de que não se praticaram adaptações. O sr. Hafle Salume chama a atenção para o charutinho, que no original é feito com folha de parreira e na região foi adaptado com outros tipos de folhas, como a couve,o que, aliás, acontece freqüentemente, inclusive nos restaurantes. A Senhora Daid Salume ressalta que os baianos colocaram mais carne e mais pimenta no quibe, mas mesmo assim se sabe que é comida árabe. D. Lourdes Hage corrobora com esse comentário sobre as alterações feitas quando fala sobre a confecção do quibe:

> As pessoas me perguntam por que meu quibe é diferente. Explico que faço como minha avó fazia. Ás vezes o pessoal aqui inventa de botar tomate e pimentão. O quibe não leva isso. Ela fazia assim – se a carne fosse magra botava um pouquinho de limão. Passava a carne para moer, botava o trigo de molho, depois de bem lavado, juntava com a carne e botava o sal, pimenta do reino e cebola ralada, só isso. Com carne de boi ficava bom, mas com carneiro, melhor ainda (HAGE, Lourdes em 09/2002).

A Sra. Clara Fadoul (HALLA, 1999) evidencia a importância do quibe, quando afirma que esse alimento faz reconhecer um sírio ou um libanês a metros de distância, uma vez que, em outros países do Oriente Médio, como a Jordânia, vizinha da Síria, não se faz o quibe; apenas os sírios e os libaneses o preparam. D. Dulce Zaidan, conhecida pela fama da sua culinária, conta:

> Sou descendente de sírios, nasci em Uruçuca e vim para Ilhéus aos 17 anos. Possuo com meu marido, o nome dele é Jorge Nassiri, esse comércio aqui na rua da Linha, onde por todos esses anos faço e vendo quibes. Outras comidas de origem síria sei fazer, mas só faço dentro de casa, aprendi vendo minha mãe fazer. Geralmente vendo só até o meio dia (ZAIDAN, Dulce, em 08/2002).

Saindo um pouco do aspecto alimentar, pode-se voltar a atenção, neste momento, para a questão do idioma, ou seja, para o desafio que representa, para o migrante, aprender a língua do lugar do destino. O idioma foi verdadeiramente um entrave para alguns desses imigrantes. A distância muito grande, geográfica e sobretudo cultural fez com que o interesse pelo cultivo da língua fosse se esvanecendo. Para Greiber et al (1998), *"O não cultivo da língua é próprio de uma atitude de afirmação de nacionalidade: além de serem brasileiros, quiseram ser brasileiros*". Uma das poucas exceções a considerar foi o caso da Sra. Afif Chaoui (HALLA, 1999) que habitou em Ilhéus a maior parte da sua vida, até falecer, sem soletrar uma palavra em português. Já a Sra. Elvira Chagouri Ocké (HALLA, 1999) conta que aprendeu a falar o português com as empregadas, na cozinha, assimilando o nome das verduras, frutas e carnes. Durante muito tempo, não saía de casa e evitava os contatos com brasileiros, pois achava que os mesmos a ridicularizariam pela sua dificuldade em se comunicar. Por sua vez, a Sra. Josephina Hage relata:

> Dos descendentes de libaneses que chegaram aqui, eu sou uma descendente que pouco aprendeu a língua dos meus pais. Mas entendia tudo o que estavam falando. A escrita é bem mais difícil. Minha avó não aprendeu a falar nada de português, a empregada da casa dela aprendeu a falar a língua dela e ela não aprendeu o português. Coragem foi a do Dr. Moisés, que foi para Itabuna sem saber falar uma palavra de português, falava francês e montou consultório (HAGE, Josephina em 08/2002).

Notória também é a presença desses imigrantes no comércio da cidade de Ilhéus. Encontram-se nas ruas Almirante Barroso e Pedro II os pontos de maior fixação dos seus estabelecimentos. Podia-se encontrar nessas lojas desde artigos de luxo, como tecidos importados, a gêneros de primeira necessidade. Heine evidencia essa presença quando afirma que:

> Os sírios se instalaram em Ilhéus e dominaram o comércio de tecidos e calçados. São os Ocké, Chagouri, Chaouí, Chalhoub, Hage, Naccache, Bichara, Rabat, dentre outros, que continuam trabalhando para o engrandecimento dessa terra. Importantes lojas comerciais continuam funcionando, passando de pai para filho (HEINE, 1994, s/p).

A integração com os habitantes locais era de ampla cordialidade, o que sempre demonstrou que os comerciantes sírios e libaneses eram fortes concorrentes na arte da conquista dos seus compradores. Guerreiro de Freitas pontua essas influências ao afirmar que:

> Ao se analisar os sobrenomes constantes do mesmo registro, pode-se confirmar a forte presença de imigrantes estrangeiros no exercício dessa especialidade do comércio. Esses comerciantes listados como fixos seriam os originais comerciantes ambulantes ou seus herdeiros, descendentes de sírios e libaneses, que percorreram a região desde o fim do século passado no lombo de animais de carga ou a pé vendendo tudo para as fazendas e vilarejos que se formavam ao longo dos caminhos. Estão todos lá – Ganem, Bichara, Chame, Halla, Chicourel, Saub, Farhan, Medauar, Chaoui, Dieb, Aquer, Rabat, Ocké e tantos outros que devem ter tido uma trajetória semelhante (GUERREIRO DE FREITAS, 2001, p.158/159).

Segundo Halla (1999), na rua Almirante Barroso existiam as lojas *A Brasileira*, de Sali Bichara; a Loja *Celeste*, de Lut Fallal Dieb; *A Carioca*, de Esber Salume; *A Linda*, de Antônio Chalhoub, e *A Rainha*, de Emílio Chaouí. Na rua D. Pedro II, encontravam-se A Casa Paulista, de Bichara Rabat; A Gaúcha, de Zaki Ocké; a *Dois Irmãos*, de Abud e Elias; *O Grande Bazar Barateiro*, de Ruffan Chalhoub; a *Loja Elias*, de Elias Medauar; a *Casa Oriental*, de Nassau; *A Barateira*, de José Chame; e a *Casa das Miudezas*, de Toufic Boulos. Dona Elvira Ocké arremata: *"Sem dúvida alguma, o comércio foi a maior contribuição do árabes em Ilhéus" (*OCKÉ, Elvira, em 08/2003).

Numa perspectiva inversa, do olhar de um habitante local, Sr Hélio Moura fala sobre a presença dos sírios e libaneses na região. Afirma que a convivência com essas pessoas sempre se deu de forma harmônica, familiar e prazerosa. Era freqüentador do famoso Bar Vesúvio e amigo do Sr. Emílio Maron, seu proprietário por décadas.

> A influência lingüística deles aqui na região não houve, mas na culinária, isso aí tiveram grande influência, principalmente o quibe. Quibe cru, quibe frito, quibe de bandeja, tem também o grão de bico, o fatuche, tanta coisa que nem me lembro. Tudo de muito bom gosto. Eles impingiram isso à gente. No começo, ninguém queria comer essas comidas "horríveis", que se come frio e tudo era com pão e a da gente com farinha. Hoje, a gente come a deles com pão e eles comem a nossa com farinha. O Vesúvio eu freqüentava sempre, era só estar em Ilhéus. Morava do outro lado da praça, onde é o banco Itaú. Ninguém chamava Vesúvio, era o Bar de Maron. Era muito bem freqüentado, a gente fazia de lá uma segunda casa. Eu só ia três vezes por dia. De manhã, de tarde e de noite (MOURA, Hélio, em 03/2002).

Como os depoimentos atestam, o encontro entre sírio, libaneses e ilheenses se deu de uma forma pacífica. Os imigrantes foram, sim, chamados de "turcos" e principalmente de "gringos". Algumas vezes, estes adjetivos não eram bem aceitos por eles, bem como as sátiras que estereotipavam os árabes em torno de sua esperteza. Contudo, não se percebe nos depoimentos menção a algum entrave sério ao bom relacionamento entre indivíduos cujas origens se referissem a grupos étnicos tão diferentes. Este é um ponto tão intrigante quanto admirável da construção cultural e social da região sul da Bahia, mais precisamente da cidade de Ilhéus.

Referência Bibliográficas

Adonias Filho.(1976) *Sul da Bahia: chão de cacau*. São Paulo: Civilização Brasileira.

Certeau, Michel De., Giard, Luce., Mayol, Pierre.(2000) *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Fausto, Boris*.(2000) Fazer a América. A Imigração em massa para a América Latina*. 2 ed. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo.

Freitas, Antônio Guerreiro de. E Paraíso, Maria Hilda Baqueiro.(2001) *Caminhos ao encontro do mundo: capitania, os frutos do ouro e a princesa do sul – Ilhéus 1534 – 1940*. Ilhéus: Editus.

Garcez, Angelina Nobre Rolim e Freitas, Antônio Fernando Guerreiro de.(1975) História econômica e social da região cacaueira. Rio de Janeiro: Carto – Gráfica Cruzeiro do Sul, 1975. Vol 8.

Halla, Roberta Dieb.(1999) *A Imigração sírio libanesa para Ilhéus*. Monografia de final de curso de especialização em história regional.

Khatlab, Roberto. (1999)*Brasil – Líbano: amizade que desafia a distância*. Bauru; São Paulo: EDUSC.

Knowton, Clark S.(1960) *Sírios e libaneses – mobilidade social e espacial*. Tradução Yolanda Leite. São Paulo: Ed. Anhembi.

Maio, Marcos.(org.)(1996) *Raça, Ciência e Sociedade.* Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB.

Pearson, Donald(1975). *Teoria e pesquisa em Sociologia*. São Paulo: Ed Melhoramentos.

Poutignat, Philippe E Streiff- Fenart, Jocelyne. Teorias da etnicidade. São Paulo: ed da Unesp.

PÓLVORA, Hélio E PADILHA, Telmo.(1979) *Notícias sobre a civilização do cacau*. Ilhéus. Divisão de comunicação da Ceplac.

Sáfady, Jamil.(1971) *A cultura árabe no Brasil. Líbano e Síria*. São Paulo: Editora Comercial Safady LTDA.

Santos, Milton.(2002) *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Silva, Ana Paula.(2001) *Migração sírio libanesa. O caso de Itabuna* (*1910-1940*). Monografia de final de Curso de História.

Truzzi, Oswaldo Mário *Serra.(1997) Patrícios – Sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: editora Haucitec.

Transmigrantes

Maria Ortelinda Gonçalves

Centro de Estudos de População Economia e Sociedade da FLUP

lindabarros@netcabo.pt

Resumo: Com a globalização, as migrações internacionais e a construção de uma cidadania europeia, aprendemos a conviver/comunicar com a diversidade, numa óptica de enriquecimento. O presente trabalho pretende relevar os resultados de um inquérito por questionário dirigido a 300 indivíduos de uma região do interior Norte de Portugal em percurso emigratório. O emigrante é analisado numa perspectiva transnacional, com múltiplas relações (familiares, económicas, sociais e políticas) que ampliam as fronteiras, colocando em inter-contacto o local e o global.

INTRODUÇÃO

Os territórios rurais desfavorecidos sofrem de privações em múltiplos domínios: emprego, saúde, educação, vida social, etc. Neste contexto, e como parte integrante das estratégias de sobrevivência, ocorrem as migrações internacionais.

Com a globalização, as migrações internacionais e a construção de uma cidadania europeia, aprendemos a conviver/comunicar com a diversidade, numa óptica de enriquecimento.

A contextualização do processo migratório contemporâneo não se reduz a um mero fluxo de pessoas e/ou trabalhadores, mas integra um importante intercâmbio de bens materiais e simbólicos, isto é, de recursos económicos, culturais, sociais e políticos entre os territórios de origem e de acolhimento. Hoje, no limiar no séc. XXI, esta nova vertente da migração internacional é pautada pela criação de pontes de encontro, de redes entre sociedades distintas, com base nas novas tecnologias de comunicação e informação. Esta nova realidade territorial propicia o aparecimento de comunidades transnacionais que conseguem gerir a pertença a espaços sociais diferentes, criando elos inter-económicos, inter-culturais e outros como sustenta o presente trabalho que teve como base os resultados de um inquérito1 por questionário dirigidos a 300 indivíduos de uma região do interior Norte de Portugal em percurso emigratório.

2. Análise Sócio-demográfica da Amostra

2.1 Género/idade

Foram validados 276 inquéritos, sendo 68,4% de sujeitos do sexo masculino (188 casos) e 31,6% do sexo feminino (87 casos)2 (Quadro VIII - 1). Foi inquirido um subconjunto específico diferenciado da restante população, os lusodescendentes. Estes representam 25 indivíduos, ou seja, cerca de 9,1% da totalidade da amostra, situando-se a maioria no escalão de menos de 25 anos (13 casos, 54,2%). A média etária dos lusodescendentes é de 25,5 anos, com um desvio padrão de 5,2 anos, sendo a idade mais baixa considerada 19 anos.

A amostra na totalidade apresenta uma média etária de 41,1 anos, obtida num intervalo de 53 anos, com valor mínimo de 19 anos e, máximo de 72 (desvio padrão de 13,7 anos). A sua distribuição é, assim, de alguma forma homogénea pelos vários grupos etários, com percentagens que variam entre os 15,7% (43 casos), para os inquiridos de menos de 25 anos, e os 26,3% (72 casos), para o grupo etário dos 26 aos 35 anos. É de referir igualmente que a maioria dos inquiridos (80,3%) se enquadra na população activa, contra apenas 19,7% de sujeitos com idades superiores a 56 anos.

2.2 Naturalidade

Observarmos que, com adequação às premissas traçadas para o estudo, a grande maioria dos indivíduos é natural do concelho de Boticas3, com 90,8% (247 casos) dos inquiridos. Os restantes indivíduos são originários de outros países (países europeus - 6,3%, e fora do espaço comunitário actual - 2,9%), mas não saem da lógica migratória pois representam emigrantes de segunda geração, ou seja, lusodescendentes.

2.3 Nacionalidade

A nacionalidade portuguesa aparece com a percentagem de 92,4% (255 casos), surgindo em segundo lugar, e apenas como referência, a nacionalidade francesa, com 4,3% (12 casos, dos quais 6 são lusodescendentes). Dos 25 lusodescendentes inquiridos, 14 apresentam como 1ª nacionalidade a portuguesa. Constata-se que emigração de segunda geração não obtém ou adopta necessariamente a nacionalidade do país de acolhimento/naturalidade.

Em apenas 49 casos, podemos observar uma segunda cidadania, embora não se possa confundir esta com o estatuto específico da dupla-cidadania pois, nem sempre as situações observadas correspondem legalmente a esta denominação, como no caso dos Estados Unidos da América. Emergem assim a "dupla" nacionalidade francesa em 32,7% (16 casos, com 6 lusodescendentes incluídos, e a brasileira com 14,3% (7 casos) dos sujeitos inquiridos.

2.4 Habilitação literária

---

1 O inquérito por questionário dirigido aos emigrantes em estudo baseou-se numa amostragem não probabilística – amostra em bola de neve em que conjuntos de indivíduos foram seleccionados de início aleatoriamente. Foram seleccionados depois outros indivíduos, com base em referências ou informações fornecidas pelos indivíduos iniciais. Este processo foi conduzido por vagas sucessivas. (Teoria defendida por Morse, 1994; Malhotra, 1996 e Burgess, 1997).

2A obtenção de um maior número de homens, foi por mera coincidência.

3 O concelho de Boticas3 integra-se num todo que é a NUTE III3 – Alto Trás-os-Montes, separado do concelho de Chaves em grande parte pelo Rio Tâmega e comunga com os concelhos da margem esquerda do mesmo, na região denominada por "Alto Tâmega". Com Montalegre, define uma unidade territorial enquadrada numa outra unidade paisagística a que se deu o nome de "Terras de Barroso".

Os dados recolhidos permitem, num primeiro momento, evidenciar que os sujeitos não possuem mais do que a escolaridade coincidente com os graus obrigatórios de ensino, ou seja, 74,2% (201 casos) com o 3º Ciclo do ensino básico. É de referir que, destes, a grande maioria - 42,8%- apenas concluiu o 1º grau de ensino. Por sua vez, o ensino médio/superior apenas representa 5,9% do total da amostra, demonstrando o fraco índice escolar apresentado pela população inquirida. É de salientar igualmente que a inclusão de lusodescendentes4 no estudo representa forte influência nos valores percentuais dos graus mais elevados da amostra (principalmente nos licenciados).

3. Situação Profissional – Passado e Presente

As profissões desempenhadas pelos inquiridos antes de emigrarem encontram-se ordenadas por sectores de actividade. Dois pontos essenciais sobressaem desta análise: em primeiro lugar, quase a maioria dos inquiridos, 49,8% (110 casos), exercia uma profissão directamente ligada à agricultura; em segundo lugar, a proporção de indivíduos que se encontravam inactivos era de 25,3% (56 casos). Estes últimos encontravam-se divididos em 3 situações distintas: 2 desempregados, 38 ainda inseridos no contexto escolar e 16 com trabalho doméstico. Outro sector que detém alguma importância é o da construção civil e obras públicas com 15,4% dos casos. Os restantes sectores juntos não representam mais de 10% da amostra total, e, por isso, não têm a mesma representação do que os supra referidos. As condições de trabalho no momento anterior à emigração permite-nos analisar o efeito do trajecto dos inquiridos nas suas carreiras profissionais, ajudando-nos a entender até que ponto a integração no mercado de trabalho do país de acolhimento se fundamenta no tecido do país de origem.

A primeira profissão dos inquiridos, nos respectivos sectores de actividades no país de imigração, distribui-se, de forma diferenciada, em relação à desempenhada no país de origem. No primeiro emprego no país de acolhimento, apenas 14,2% (39 casos) permaneceram ligados à actividade agrícola, contra os 49,8% referidos anteriormente. Os restantes sectores mais aglutinadores são a construção civil, com 29,9% (82 casos) e o comércio e hotelaria, com 17,9% (49 casos) . É possível evidenciar que o percurso migratório teve repercussões importantes nas profissões exercidas pelos inquiridos, registando-se mobilidade social horizontal, uma vez que estes, maioritariamente ligados à agricultura em Portugal, integraram principalmente funções de assalariados dependentes na construção civil, comércio e hotelaria, no seu primeiro contacto com o mercado de trabalho do país de destino. Esta tendência assume especial consistência no momento em que se analisa a situação laboral actual dos indivíduos. Estes, proporcionalmente, continuam a exercer uma profissão ligada à construção civil5(26,8%), ao comércio e hotelaria (19,7%) e aos transportes e comunicações em (16,0%) num total de 269 casos considerados. Por outro lado, o sector agrícola perde ainda mais representatividade, com apenas 7,1% contra os cerca de 40% em Portugal. As outras situações, com 18,2%, acabam por englobar as situações de inactividade (reformados, desempregados ou outros). Os imigrantes incorporam profissões estigmatizadas resultantes da resistência, culturalmente condicionada, dos trabalhadores motivados em aceitar trabalhos servis, (Piore, 1979; Sassen, 1989). Estes dados em análise podem ser complementados com a análise da situação actual da profissão dos inquiridos, em que podemos observar que 70,1% trabalham como assalariados por conta de outrem (190 casos) e apenas 15,5% desempenham uma actividade económica por conta própria6. "As oportunidades empresariais nem sempre estão disponíveis e transparentes para todos os imigrantes" (Kloostreman, 2000:93), Segundo Light e Gold (2000), "a classe social do imigrante pode determinar o acesso desigual a oportunidades comunitárias". As oportunidades não estão igualmente distribuídas. O emigrante urbano de classe mais alta, em particular aquele que traz consigo uma mais elevada herança de capital cultural, é mais provável que tenha sucesso na hierarquia social do que o de classe mais baixa. "O capital físico (recursos naturais) e o capital humano (competências educacionais e profissionais) representam a principal fonte das explicações avançadas pelos economistas para as diferenças no sucesso e no fracasso dos imigrantes" (Chiswich, 1970; Borjas, 1987; Reiners, 1985) citado por Portes (1999:8). Tal como referimos, as situações de inactividade correspondem a 13,7% do total das situações levantadas, neste estudo.

4. Participação e Integração

Foram analisados os níveis de participação e de integração dos indivíduos em estudo quer no país de acolhimento, quer no país de origem. O conceito de integração7 designa"…les divers processus par lesquels les immigrés comme

---

4 Em termos de habilitações literárias observamos uma diferença significativa com a totalidade dos inquiridos, nos casos dos lusodescendentes o ensino secundário representa 58,3% dos casos (14 para o total de 24 considerados), a proporção mais divergente é a do ensino superior com 8 casos (33,3% dos lusodescendentes) representado o grupo mais importante deste escalão de ensino quando considerada a amostra na sua totalidade (foram contabilizados apenas 13 casos de inquiridos com ensino superior, dos quais se integram os 8 aqui analisados).

5 Embora esta questão não tenha sido contemplada no inquérito ao emigrante, em diálogo com os inquiridos averiguamos que alguns emigrantes do concelho de Boticas, portadores de capital económico e de iniciativa empresarial, tornaram-se no país de acolhimento patrões de empresas no ramo da construção civil. ''…Tenho uma grande empresa no ramo da construção civil na região de Nice. Os meus empregados são todos portugueses com excepção da contabilista que é francesa. Faço recrutamento de mão-de-obra portuguesa conforme as necessidades. Antes de iniciarem o trabalho os empregados são submetidos a formação facultada por mim. Existem nas proximidades outras empresas portuguesas ligadas também à construção civil que funcionam da mesma forma.'' (Português de 44 anos). Portes (1981), a este respeito refere-se aos enclaves económicos, permitindo estes, aos imigrantes importantes vantagens de integração económica.

6 O subconjunto da nossa amostra (lusodescendentes inquiridos) e no que diz respeito à situação profissional, constatamos que a maioria são activos por conta de outrem, 17 casos (73,9%) sendo residuais as restantes categorias situacionais. Em termos de ramos de actividade categorização parece não ser tão evidente, pois a maioria dos sujeitos considerados enquadra-se em "outros" 12 casos, 52, 2%. A segunda categoria mais representada é o comércio com apenas 4 casos, 17,4%.

7 Integração significa tag, tocar, donde deriva integer, intactus. Integrare, significa renovar ou tornar inteiro, recomeçar.

l'ensemble de la population réunie dans une entité nationale participent à la vie sociale" (Schnapper, 1993:99). O problema da integração está implícito na sequência do processo migratório.

> "Na origem, porque são os processos de desintegração, tanto no plano social como sistémico, que favorecem a constituição do fluxo; no destino, porque a estabilização da presença dos imigrantes, …. requer reconstrução, pelos imigrantes, dos modos da sua inclusão na ordem interactiva local, e compatibilização, …. desses modos de inclusão com as características das sociedades de destino enquanto estados-nação" (Pires:2003:4).

Qualquer "meio, tem formas de organização e de relação sócio-culturais peculiares. Ao imigrante está subjacente um trabalho de adaptação ao novo meio que o recebeu, tendo as redes sociais como principal alavanca. Quanto mais baixas forem as competências formais e os recursos instrumentais disponíveis pela população imigrada maior é a probabilidade de esta recorrer, à construção da integração, às redes que suportaram a sua deslocação, prolongando a sua existência no destino. Portes (1999:3) constata que o processo de adaptação não culmina necessariamente na assimilação à cultura e sociedade receptoras, pode antes orientar-se em direcções fundamentalmente distintas que incluem:

(a) o regresso ao país de origem;

(b) o surgimento voluntário de enclaves étnicos;

(c) a segregação racial dos imigrantes por parte da sociedade receptora e o seu confinamento involuntário a um sistemas de castas.

Neste nosso estudo, foi possível avaliar o grau de conhecimento dos inquiridos acerca de instituições públicas da sua região de origem. Notamos que, em 58,4% dos casos, os inquiridos têm algum conhecimento de instituições de Portugal e do seu concelho de origem. As autarquias são as instituições que os sujeitos inquiridos mais bem conhecem, sendo por eles apontadas, em 75,7% dos casos. Por outro lado as associações empresariais, por si só, apenas foram referidas 4 vezes (3,9%), mas, em referência conjunta com as anteriores, congrega 20,4% dos casos (21 respostas plurais).

Outro índice expressivo da participação dos inquiridos é o desempenho de algum cargo político ou de responsabilidade a nível local, sendo pelo menos aquele que mais propicia actividades públicas para os emigrantes (sobretudo para aqueles que emigraram para um país da União Europeia)."Para os governos dos países emissores, os seus emigrantes tornam-se cada vez mais importantes, … como fonte de remessas, de investimentos e de contribuições políticas…" (Ostergaard – Nielsen 2001; Levitt 2001b; Itzigsohn et al. 1999, cit. Portes: 2006:219). No nosso estudo constatamos que a esmagadora maioria dos inquiridos não exerceu qualquer tipo de cargo político, em Portugal, com 97,1% (266 casos) e apenas este aspecto representa uma realidade apenas para 8 inquiridos. Destes, metade desempenha esta função na Junta de Freguesia da sua área de residência; os restantes noutros organismos não especificados. Estas proporções são praticamente iguais no que concerne os cargos desempenhados no país de imigração, com 96,7% (igualmente 266 casos). Os restantes desempenharam uma função nas Juntas de Freguesias do país de acolhimento - 3 casos (37,5%) e 8 (62,5%) noutras instituições, revelando-se a participação directa dos inquiridos extremamente baixa em qualquer um dos países considerados.

Os dados obtidos são menos reveladores da não participação quando é considerada a filiação em associações ou cooperativas. No país de acolhimento, 33,8% dos inquiridos são membros de uma associação. Os tipos de associação são de cariz desportivo em 48,9%, sendo as associações culturais o segundo tipo mais representado, de pertenças com 35,1% dos casos. As associações têm um papel decisivo na afirmação dos imigrantes na sociedade que os acolhe, quebrando, de algum modo, a situação de exílio (Almeida, 1975). Ainda segundo Almeida (1987*)"… o emigrante tenta reproduzir no lugar onde passa a viver tudo aquilo que pode do mundo que deixou"* (Almeida, 1987:250). Através das associações, os emigrantes reproduzem costumes, festividades e outras tradições típicas do seu local de origem, funcionando como fonte dos laços afectivos a Portugal, (Rocha-Trindade, 1981).

No presente estudo a participação em associações é menos importante nos países de origem do que nos países de imigração. Em Portugal apenas 13,5% dos inquiridos pertencem a uma associação. As associações desportivas surgem com 54,1% dos casos e as associações culturais com 32,4%, (total de 37 casos considerados). Podemos concluir que a residência acaba por ter importância no associativismo activo dos emigrantes; a presença e a participação determinam de, alguma forma, as expressões e os contextos em que este se desenvolve.

4.1 Lealdade ou pertença

Os percursos emigratórios também levantam questões em volta de temas como a lealdade ou a pertença, uma vez que os emigrantes acabam por ter uma vivência prolongada no país de acolhimento mas com frequentes visitas a Portugal. E, quando colocada a questão aos inquiridos, estes afirmaram, em 62,0% (163 casos), se sentirem mais ligados ao país de origem, apresentando como justificação principalmente possuírem sentimentos de patriotismo, de afecto e de identificação com Portugal. Por outro lado em 38,0% dos casos a lealdade recaiu sobre o país de imigração, com uma motivação relacionada com aspectos práticos da vida e do quotidiano, tais como, melhores condições de vida ou de trabalho, para 24,2% (57 casos), e duração da estadia para 14,8% (35 casos). Ruiz, (1995:6) refere-se à *vivência dividida* por que passam os imigrantes, reflectindo uma situação ambivalente entre duas culturas - a do país de origem e a do país acolhedor. No presente estudo, apesar de existir uma maioria de sujeitos com uma ligação ainda focalizada nas origens, a inclusão de outros factores, tais como a duração da migração ou a integração familiar e profissional nos países de acolhimento, parece alterar a lógica de pertença e de lealdade dos emigrantes. Para o subconjunto diferenciado da nossa amostra - os lusodescendentes (15 das 19 respostas obtidas) apresentam maior lealdade para com o país de acolhimento / origem.

> Schnapper (1993:299-301),), e no que diz respeito aos lusodescendentes, afirma que se pode falar de uma dupla **referência identitária**8 mas nunca de uma **dupla pertença**, através da família, os lusodescendentes mantêm laços com o país de origem dos seus progenitores, podendo falar-se, no entender de Schnapper de uma **dupla referência**,"…la participation à la vie colective n'a pas les même sens que les séjours de vacances, …..ou les relations de nature sentimentale qu'ils continuent souvent à entretenir avec les pays d'origine de leurs parents" (Schnapper, 1993:78).

No nosso estudo, verificamos que o sentimento de pertença a Portugal, por parte dos lusodescendentes inquiridos, é uma realidade para apenas 4 casos, 21,1%. Como motivos apresentados para justificar este sentimento de pertença, sobressai o nascimento e a origem como vector principal de ligação ao país escolhido, com 15 respostas, - 78,9%. É de salientar igualmente que o segundo motivo, com 21,1% das respostas, é a duração da estadia e a vivência no país de origem.

Esta relação de pertença está claramente representada quando a análise se cruza com a naturalidade dos sujeitos. O sentimento de ligação focaliza-se em Portugal por parte dos inquiridos oriundos do concelho de Boticas (65,6%), contra apenas um conjunto de 3 casos para as restantes origens. Estas apresentam um sentimento de pertença ao país de acolhimento ou de origem, no caso dos lusodescendentes, em percentagens superiores a 75%.

O sentimento de pertença do inquirido varia também sensivelmente com a duração da emigração. Uma proporção relativamente superior dos sujeitos que mais tempo estiveram fora do país de origem, revela ter um maior sentimento de ligação ao país de acolhimento (39,5% e 46,6% para os que estiveram mais de 16 anos fora do país, contra 21,6% e 22,7% para aqueles com menos de 15 anos de percurso migratório). Esta ligeira diferença é confirmada pelos testes estatísticos aplicados (valor de Qui quadrado de Pearson de 14.4, significância inferior a 0,05 de 0,010, como valor adicional observamos uma significância do Phi e do Goodman And Kruskal tau que varia entre 0.010 e 0.009, associada a valores de 0.038 e 0.047, o que, numa escala de 0 a1, é de extremamente fraca dependência). Desde logo concluímos, apesar de existir esta relação entre a duração da emigração e o sentimento de ligação, que esta não é o sinónimo de uma regra sólida e obrigatória, sendo apenas uma ligeira variação sem alterar o sentido ou a força da ligação dos sujeitos ao seu país de origem.

4.2 Participação cívica e política

A militância num partido político constitui um indicador relevante na participação cívica dos emigrantes. Os inquiridos apresentam percentagens de adesão partidária extremamente baixos (inferiores a 7%) quer no país de imigração, quer em Portugal (6,9% - 19 inquiridos, em ambos os casos). Os índices do exercício de voto são também reveladores de uma fraca participação política. No país de origem, 32,4% dos inquiridos já exerceu o direito de voto, proporção praticamente idêntica àquela que observamos no país de acolhimento, que é de 32,7% (a diferença absoluta entre os dois casos é de apenas 1 caso). Uma vez mais, no tocante à participação política a residência, não se assume de uma importância semelhante à que verificamos na participação associativa, pelo menos no âmbito da amostra conseguida para este estudo. Os tipos de eleições em que os inquiridos participam apresentam, em ambos os países considerados, distribuições muito semelhantes. Nas eleições autárquicas, 67,5% dos casos votam em Portugal, e 63,2% fazem-no para estas eleições no estrangeiro. As eleições menos participadas são as eleições legislativas, com cerca de 50% dos casos em ambas as referências territoriais. Finalmente, é de sublinhar que as diferenças mais relevantes ocorrem nas eleições presidenciais nas quais, em Portugal, observamos uma participação de 69,9% dos casos, contra 56,3% no país de residência e imigração.

No que concerne ao exercício do direito de voto, em Portugal, por parte dos inquiridos, verificamos que, no escalão etário mais baixo (menos de 25 anos), os sujeitos tem uma participação política inferior aos restantes escalões etários observados. Apenas 11,6% dos mais jovens já exerceram o seu direito de voto em Portugal, contra uma proporção, variável entre os 30 e 40%, para os restantes escalões (com excepção no estrato mais alto dos mais de 65 anos, por razões já enunciadas anteriormente).

No respeitante ao exercício do direito de voto, quer no país de origem, quer no país de acolhimento, verifica-se a não existência de qualquer diferenciação significativa em razão do ano de primeira migração dos inquiridos (o "não" recolhe sempre mais de 60% em Portugal e mais de 57,6% no país de acolhimento). É ainda de referir que os inquiridos que emigraram antes de 1965 não exercem o direito de voto numa proporção superior a 80% em ambas situações.

No entanto, o exercício do direito de voto em Portugal aparece como ponto onde o estatuto de dupla cidadania tem alguma influência. Verificamos assim que os mono cidadãos exerceram os seus direitos no país de origem com um pouco mais de frequência do que os duplos. Dos mono-cidadãos, 35,4% já votaram em Portugal, contra apenas 18,4% dos detentores de múltiplas cidadanias. Esta diferença, apesar de não muito expressiva, é significativa do ponto de vista estatístico (Qui quadrado de 5,336 com uma significância de 0,021, como valor adicional observamos uma significância do Phi e do Goodman And Kruskal tau de 0,021, associada ao valor de 0,139, que demonstram uma relação evidente mas fraca). Uma vez mais, o estatuto de dupla cidadania afasta um pouco mais a relação dos sujeitos com o seu país de origem, pelo menos quanto ao exercício do voto, pois esta diferenciação não existe noutras formas de participação, sendo fraca tanto para os monos como para os duplos.

No caso do exercício de voto no país de acolhimento, verifica-se que não existe qualquer diferenciação significativa por influência do estatuto de dupla cidadania dos inquiridos (varia entre 31.9 e 36.7%).

---

8 "A identidade ……trata-se de um processo adaptativo que estabelece uma certa estabilidade, coerência, uma permanência na vida cognitiva e afectiva do indivíduo e, correlativamente, permite a adaptação deste à mudança", (Neto, 1986b:283).

CONCLUSÃO

A progressão profissional e o percurso laboral dos emigrantes são geralmente o ponto de ancoragem sobre o qual se apoiam os seus projectos, as suas aspirações sociais ou mesmo a simples prossecução das condições económicas mínimas para a sua sobrevivência e das famílias. Evidenciamos que o percurso migratório teve repercussões importantes nas profissões exercidas pelos inquiridos, registando-se mobilidade social horizontal, uma vez que estes, maioritariamente ligados à agricultura por conta de outrem em Portugal, integram no país de acolhimento principalmente funções de assalariados dependentes na construção civil, no comércio e na hotelaria.

No entanto e corroborando o estudo de Portes (1999), no respeitante ao enclaves étnicos, alguns inquiridos impõem-se no país de acolhimento, com algum empreendedorismo, exercendo actividades por conta própria, constituindo o auto-emprego uma alternativa ao mercado de trabalho secundário, promovendo este a incorporação do emigrante no país de acolhimento e a mobilidade social, com fortes benefícios para os seus descendentes.

Os emigrantes têm aprendido a gerir, com a ajuda das redes sociais, o espaço transnacional como uma forma de contornar os obstáculos. Refutamos a perspectiva tradicionalista da teoria das migrações, quanto aos modos de incorporação dos imigrantes, ao defender a assimilação destes no país de acolhimento, cortando os laços de ligação à sua terra natal. Os percursos emigratórios também levantam questões referentes a temas como a lealdade ou a pertença, uma vez que os emigrantes acabam por ter uma vivência prolongada no país de acolhimento, mas com frequentes visitas a Portugal. Dos inquiridos, 62% sentem-se mais ligados ao país de origem, apresentando, como justificação, o patriotismo, o afecto e a identificação com Portugal. Por outro lado, em 38% dos casos, a lealdade recai sobre o país de imigração, com uma motivação relacionada com aspectos práticos da vida e do quotidiano, tais como, melhores condições de vida ou de trabalho e ainda a duração de estadia. Para o subconjunto diferenciado da nossa amostra, os lusodescendentes apresentam maior lealdade para com o país de acolhimento/origem, Para justificar o sentimento de pertença, sobressai o nascimento e a origem como vector principal de ligação ao país escolhido, seguindo-se a duração de estadia e a vivência no país de origem.

O problema da integração do emigrante está implícito na sequência do processo migratório: na origem, porque são os processos de desintegração, tanto no plano social como sistémico, que favoreceram o fluxo emigratório; no destino, está subjacente um trabalho de adaptação ao novo meio que os recebeu, sendo as redes que suportaram a sua deslocação a principal alavanca da adaptação, prolongando a sua existência no destino. Os emigrantes em estudo movem-se no espaço inter-fronteiras internacionais e entre culturas e sistemas sociais, adoptando estratégias de vida com reconhecimento de múltiplas afiliações e identidades. Envolvem-se na construção da nação de mais que um Estado.

Dos inquiridos, alguns já exerceram cargo político em Portugal. Os emigrantes inquiridos são membros de uma associação tanto no país de origem como no país de acolhimento, com destaque para as associações de cariz desportivo, sendo as associações culturais o segundo tipo mais representado. Verificamos uma menor participação dos inquiridos em associações no país de origem. Concluímos assim que a residência acaba por ter importância no associativismo activo dos emigrantes e que a presença e a participação determinam, de alguma forma, as expressões e os contextos em que este se desenvolve. Porém, a pertença dos emigrantes a associações na sua terra natal, para além de ajudarem a manter laços de ligação transnacional, assumem geralmente o papel de motores de desenvolvimento, tornando-se os emigrantes transmissores de conhecimentos, investidores e garantes de bem-estar no local de origem.

A filiação partidária dos inquiridos é extremamente baixa, quer no país de acolhimento quer em Portugal. O tipo de eleições em que os inquiridos participam apresenta também, em ambos os países considerados, distribuições muito semelhantes. As eleições mais participadas são as autárquicas e as menos as legislativas. No que concerne ao exercício do direito de voto em Portugal, por parte dos inquiridos, concluímos que, no escalão etário mais baixo, os sujeitos tem uma participação política inferior aos restantes escalões etários observados. A nacionalidade dual mantém a presença dos emigrantes em estudo no exterior, mas com ligação à sua terra natal. Os mono-cidadãos exercem o direito de voto no país de origem com mais frequência que os duplos. O estatuto de dupla cidadania afasta um pouco a relação dos sujeitos, com o seu país de origem no atinente ao exercício de voto, pois esta diferenciação não existe noutras formas de participação, sendo fraca tanto para os mono como para os duplos. No caso do exercício de voto no país de acolhimento, verifica-se que não existe qualquer diferenciação significativa do estatuto de dupla cidadania dos inquiridos.

Bibliografia

Arroteia, J. C. (1993). *A emigração portuguesa – suas origens e distribuição*. Lisboa: Livraria Bertrand, col. Biblioteca Breve, vol. 79.

Borjas, G. (1987). Self-selection and the Earning of Immigrants. In *American Economic Review*, 77(pp. 531-533).

Borjas, G. J. (1990). *Friends or Strangers: The Impact of Immigrants on the U.S. Economy*. New York: Basic Books.

Chevallier, P. (2001). Dynamiques tertiaires de l'espace rural. Tese de doutoramento referenciada em *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*, 3(pp. 510-514).

Chiswick, B. R. (1978). The Effect of Americanizations on the Earnings of foreign – Born Men. In *Journal of Political Economy*, 86(pp. 897-921).

Gonçalves, M. O. *& Ramos C.* (2007). Multiple Citizenship: Case Studeies Among Individual Citizens in Portugal. In Pirkko Pitkaanen and Devorah Kalekin-Fishman (eds.) , *Multiple State Membership and Citizenship in the Era of Transnational Migration*. Rotterdam/Taipei: Sense Publishers (pp. 41-65).

Gonçalves, M. O. *& Ramos C.*(2006). Mobilité Geographique et Devoloppement Local au Portugal. In Actas do Colloque Internacional, *Population et Travail. Dynamiques démographiques et activités*. Universidade de Aveiro : AIDELF (Association Internationale des Démographes de Langue Française,em colaboração com a APD (Associação Portuguesa de Demografia) (pp.1-12).
GONÇALVES, M. O. (2007). *Desenvolvimento em Meio Rural – Contributos da Emigração e do Regresso. Aplicação ao Concelho de Boticas na Região Barrosã*. Tese de doutoramento em Geografia Humana. Lisboa: Universidade Aberta.
Koosterman, R. (2000). Immigrant Entrepreneurship an Institutional Context: a Theoretical exploration. In J. Rath (ed.), *Immigrant Businesses*, The economic political environment. Londres: Macmillan Press(pp. 90-160).
Levit, P. (1998). Local-Level Global Religion: The Case of U.S. – Dominican Migration. In Journal for the Scientific Study of Religion 37(pp. 74-89).
Light, I. & Gold, S. (2000). *Ethnic Economies*. San Diego e Londres: Academic Press.
Neto, F. (1986). A adaptação psico-social e regresso ao país natal dos migrantes portugueses em França. In *Psicologia*, Vol.I (pp. 30-55).
Neto, F.(1993). *Psicologia da Migração Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
Peixoto, J. (1993). Migrações e mobilidade: as novas formas de emigração portuguesa a partir de 1980. In Nizza da Silva, Baganha, Maranhão e Pereira (orgs.), *Emigração/imigração em Portugal: Actas do Colóquio Internacional sobre emigração e imigração em Portugal*, (Séculos XIX e XX). Lisboa: Editorial Fragmentos (pp. 278-307).
Piore, M. J. (1979). *Birds of Passage. Migrant Labor and Industrial Societies*. Cambridge: Cambridge University Press.
Portes, A. (1999). *Migrações Internacionais – Origens, Tipos e Modos de Incorporação*. Oeiras: Celta Editora.
Portes, A. (2006). *Estudos sobre as Migrações Contemporâneas – Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração*. Lisboa: Edições Fim de Século.
Ramos, M. C. Pereira (1999a). *La diáspora portugaise et la diversité de ses formes d'insertion dans les pays d'accueil*. Paris : OCDE.
Ramos, M. C. (2000). Economic integration of Portugal in the European Union: effect on direct investment, migration and employment. In *Globalisation, Migration and Development*, Paris: OECD (pp. 158-179).
Rocha-Trindade, M. B. (1981). Aspectos Humanos e Culturais da Emigração Portuguesa. In *Nova Renascença*, nº6 (pp. 169-175).
Ruiz, M. F. (1995). *Solidão. Satisfação com a vida e outros aspectos sócio-psicológicos em jovens de origem migrante frequentando o sistema de ensino português*. Dissertação de Mestrado. Porto: Universidade Aberta.
Sassen, S. (1989). New York City's Informal Economy. In A. Portes, M. Castells, e L. A. Benton (orgs.), The Informal Economy: studies in Advanced and Less Developed Countries, Baltimore, The Jonhns Hopkins: University Press.
Schnapper, D. (1991). *La France de l'intégration, Sociologie de la Nation en 1990*. Paris : éd. Gallimard.
Steyaert, C. & Katz, J. (2004). Reclaiming the space of entrepreneurship. In society: geographical, discursive and social dimensions. London: *Entrepreneurship & Regional Development*, vol. 16, mai.

Cidadania transnacional entre imigrantes sul-americanos em São Paulo

Célia Regina Pereira de Toledo Lucena Lucena
Universidade de São Paulo
ctlucena@uol.com.br

Resumo: Objetiva-se observar a aceitação ou não do imigrante por necessidade de mão-de-obra, a reinvenção de suas práticas culturais em busca de integração e ainda conflitos gerados pela imigração irregular em país hospedeiro.Utilizo de um estudo sobre peruanos na cidade de São Paulo com intuito de conferir atitudes, comportamentos desses indivíduos em quadro contemporâneo, suas trajetórias individuais de vida, contornos culturais e sociabilidades, como apropriam das diferenças culturais para estabelecer fronteiras étnicas e os novos formatos que a cidadania assume.O conceito fronteira cultural fornece embasamento para estabelecer uma comparação entre cultura de origem e de destino.Os processos de exclusão e inclusão no mundo atual abrem espaço para um debate sobre cidadania. Novas configurações sobre esse conceito fazem com que sejam entendidos sob a perspectiva pluricultural e poliétnica.O conceito de cidadania passa a ser construído a partir da convivência entre distintas culturas, pessoas e trabalhos e as identidades são organizadas a partir das diferenças culturais e étnicas. Quais são as estratégias utilizadas por esses sul-americanos na cidade de São Paulo? De que maneira os contornos culturais e a integração dos imigrantes nos novos conceitos marcam suas fronteiras culturais? Quais são os novos significados que o conceito de cidadania adquire nesse mundo de enfrentamentos?

Introdução

Os efeitos sócio-culturais dos atuais processos de internacionalização provocam uma redefinição e reformulação do conceito de cidadania. Os novos deslocamentos dos grupos humanos por meio de novas identidades e de novas propostas de vida estimuladas pelo contexto atual global ampliam as trocas culturais, e ao mesmo tempo ampliam os conflitos baseados na interculturalidade. O conceito de cidadania não deve permanecer baseado em concepções uniculturais e uniétnicas, urge pensar hoje em uma nova configuração ao conceito e começar a aceitá-lo dentro de re-significações a partir das relações interculturais e interétnicas (Vargas Llovera, 2007). Por transnacionalidade entendemos o processo pela qual os imigrantes

elaboram e sustentam relações entrelaçadas entre o contexto de origem e o receptor. Os imigrantes hoje atravessam as fronteiras políticas e geográficas e esbarram em novas fronteiras culturais (Castro, 2000).

O mundo contemporâneo por um lado é caracterizado pela reestruturação produtiva do capitalismo global e por outro é marcado por um fluxo contínuo de mão-de-obra estrangeira nas economias desenvolvidas e nas em desenvolvimento. Os brasileiros no Japão e nos Estados Unidos, os equatorianos na Espanha, os bolivianos no Brasil, os mexicanos nos Estados Unidos, assim o mundo atual se constitui com a presença de imigrantes tentando se inserir nas economias mais fortes. A imagem sul-americana é "*devolvida por espelhos diversos no arquipélago das migrações"* (Canclini, 2008: 25). Assim, estão fora de seus respectivos países uns números elevados de bolivianos, peruanos, colombianos, equatorianos, argentinos, paraguaios e brasileiros. Em várias nações sul-americanas as parcelas de remessas enviadas pelos emigrantes apontam uma porcentagem representativa do PIB.

A imigração na atualidade tornou-se um fenômeno social e econômico que se apresenta como um problema nas políticas internacionais e às políticas latino-americanas. A partir do final do século XX se processou internacionalmente alterações econômicas, sociais e demográficas, essas mudanças se devem à globalização que reestruturou o processo produtivo e resultou em novas modalidades da circulação de capital e de modalidades de migrações nas diferentes partes do planeta.

A partir das novas dimensões atribuídas pela economia global se faz necessário uma nova reavaliação sobre as tendências de movimentos migratórios no tempo presente, principalmente aos países da América Latina (Patarra, 2005), que diante da competitividade do mercado enfraqueceu suas possibilidades de geração de empregos e de renda não garantindo desempenho necessário para o seu desenvolvimento.

Os países da América Latina que na escala de desenvolvimento se coloca abaixo dos países da América do Norte e Europa, ao mesmo tempo em que são emissores de fluxo migratório para os países desenvolvidos também são receptores dos fluxos internos do próprio continente sul-americano. Desse modo é possível constatar que os países em desenvolvimento tem sido uma alternativa aos fluxos migratórios que se dirigiam aos países da Europa e América do Norte. Os patrulhamentos implantados nos países mais ricos em relação à entrada de pessoas dos países mais pobres, sem dúvida, é uma das causas desse fenômeno. Estudo recente realizado pela Organização Internacional para a Migração (OIM), diz que 70% dos movimentos populacionais ocorrem entre países em desenvolvimento, as chamadas migrações Sul-Sul, isso se deve principalmente à criação pela economia globalizada de ilhas de prosperidade em regiões em desenvolvimento.

No movimento migratório observado na América Latina os países mais procurados são: Brasil, Argentina, Venezuela e México. Em relação aos destinos migratórios de sul-americanos nos anos 2000, já existe uma prioridade pelo Brasil. O desenvolvimento econômico transformou países que antes eram plataformas de trânsito rumo ao mundo rico em destino final1.

O motivo que embasa a imigração moderna é o trabalho. Por meio dele se produz o processo de inserção ou exclusão social. Migrar não é simplesmente o deslocamento de pessoas de um espaço físico, mas também uma qualificação social, econômica, política e cultural (Sayad, 1998). As buscas de trabalho acompanhadas por um conglomerado de culturas de inclusão/exclusão provocam o surgimento de novas (in)seguridades em contextos migratórios. Nos processos de integração uma parte dos imigrantes consegue a aceitação social por necessidade de mão-de-obra, outros convivem com os conflitos derivados da imigração irregular e dos problemas gerados nas relações interculturais. A aceitação por necessidade de mão-de-obra é sustentada pela qualificação dos protagonistas.

Nesse sentido, vale conferir como a cidadania é re-construída a partir da convivência com distintas culturas, diante de confrontos fronteiriços em espaços sociais que revelam novos movimentos de exclusão/inclusão em continuidade à problemática que os respectivos grupos já possuíam no território de origem. Pobreza e exclusão social transformam-se em sintomas de desigualdades, de confrontos, em preconceitos e discriminação na sociedade mundial contemporânea. Neste contexto de desigualdade milhares de atores se deslocam em busca de trabalho e enfrentam barreiras diante das diversidades e das políticas imigratórias dos respectivos locais. Assim, a transnacionalização, resultado da globalização é permeada por pressões migratórias, por conflitos, por fiscalizações em fronteiras internacionais gerando novas questões sócio-econômicas.

Dessa maneira, a imigração sul americana para diferentes lugares do planeta tem se intensificado a partir das últimas décadas do século XX, principalmente a partir de 1990. A década de 1970, a década dos golpes militares na América do Sul, momento de otimismo em relação à economia brasileira, o governo militar promoveu política imigratória para atrair técnicos e profissionais de outros países, isso estimulou o deslocamento de chilenos, argentinos, uruguaios para o Brasil. Os anos 80 embora tenham sido considerados como "década perdida", percebe-se na ocasião um acentuado crescimento urbano, com o aumento dos fluxos migratórios para as metrópoles. As chamadas *cidades globais* se constituem o local da concentração das atividades ligadas ao processo de dinamização das atividades econômicas (Sassen, 1998). As cidades de São Paulo, do México e de Buenos Aires são cidades latino-americanas que hoje assumem o papel de cidades globais e lugares procurados para novas opções de vida para esse contingente de emigrados da própria América.

No caso da imigração para as regiões metropolitanas, apesar de sempre ter existido, observa-se sua intensificação a partir de 1990, devido à integração econômica promovida pelo Mercosul e pelas políticas dos Estados e ainda pelo

1 Ver Adghirni (2008).

agravamento de dificuldades regionais crescentes. Em contexto metropolitano o foco de análise priorizado neste estudo é a cidade de São Paulo2.

A construção da pesquisa

O fluxo migratório de sul-americanos para São Paulo e sua integração sócio-cultural extrapola e antecede os limites do tratado que formalizou o Mercosul, acirrando questões complexas ligadas às questões de cidadania e de identidades. Segundo Silva (1999), baseando em dados colhidos no arquivo do Centro Pastoral dos latino-americanos, entre os grupos atendidos pelo Centro, destacam bolivianos, peruanos, paraguaios, chilenos e argentinos (Silva, 1999).

Diante da complexidade que se apresentam os movimentos populacionais na cidade de São Paulo foram necessários debruçar sobre itinerários e rotas de sul-americanos na grande cidade. Iniciei a investigação pelas redes de solidariedade, e nessa ocasião as informações coletadas na Pastoral foram instigantes. Os sul-americanos ao chegarem a São Paulo são acolhidos por familiares e amigos já instalados na cidade, muitos procuram as redes de solidariedade, como no caso o Serviço da Pastoral dos Migrantes. Encontra na Pastoral lugar de acolhida, apoio para as questões de documentação, ainda proteção jurídica e psicológica. Promove encontros por meio de reuniões e festas organizadas pelos coordenadores dos respectivos países: Peru, Chile, Bolívia e Paraguai. No mês de outubro é celebrada na Pastoral a festa do Senhor dos Milagres, festejo característico da comunidade peruana. Ao participar deste festejo em 2006 e já consegui travar com as pessoas um relacionamento de proximidade, conquista extremamente importante, decidi então, que ficaria com peruanos nessa tarefa de estudar sul-americanos em São Paulo.

A presença peruana em São Paulo remonta aos anos de 1980, embora ficasse mais significativa a partir de 1990. No final de 1988, a crise econômica, a violência terrorista e outros tantos problemas levaram os peruanos a emigrar em busca de emprego e de proteção de vida. Em 1998 o consulado peruano registrou aproximadamente 10.000 peruanos em São Paulo, entre documentados e irregulares. O periódico El Comercio (Un millón, 2007) divulgou em 2007 que nos últimos quinze anos, 1.665.000 peruanos saíram de seu país, sendo que 31.532 se dirigiram ao Brasil. O grupo instalado em São Paulo é heterogêneo, refletindo às hierarquias do país de origem. Composto por trabalhadores em geral, estudantes de pós-graduação, profissionais altamente qualificados em medicina e engenharia, vendedores de artesanato, trabalhadores em oficinas de costura, trabalhos domésticos e os vendedores e vendedoras de comida do país de origem.

Os peruanos em São Paulo destacam-se pelo nível elevado de escolaridade, como também chama a atenção o número grande de mulheres que denota a feminização das migrações sul-americanas nos dias atuais. Para as mulheres sul-americanas as últimas décadas tem sido das feminizações: da pobreza, do setor terciário e das migrações. É a feminização da mão-de-obra entendida como geração de um mercado transnacional composto por uma rede de mulheres que desempenham serviços domésticos, atendimento em lojas, trabalhos em bares e restaurantes, trabalhos informais, etc. O ponto de partida desses emigrantes tem origem em Lima, Arequipa, Cusco, Tacna e Puno. Os que dedicam ao comércio de artesanato são provenientes de Cusco, Arequipa e Puno e vivem concentrados no centro da cidade.

Tendo em vista apreender os significados que a cidadania assume em contexto migratório, as estratégias de inclusão/exclusão no contexto metropolitano e conferir como o conceito de cidadania é construído a partir da convivência com distintas culturas, e perceber se novas fronteiras culturais são instaladas no percurso desses atores. Nesse sentido, esta investigação em São Paulo caminha pela rota gastronômica, pelos rastros da "cozinha territorial", lugares em que a comida peruana é servida, restaurantes, festas, bazares e rua. São muitos dos que tentam ganhar seu sustento por meio da culinária do país de origem, utilizam as singularidades como estratégia de inserção no país de destino e são muitos os comensais que freqüentam os locais. Para compreender o significado que o conceito de cidadania assume no país receptor, e as fronteiras mais sutis por eles vivenciadas são importantes levar em conta: dificuldades na conquista de documentação, na aquisição de trabalho e de benefícios sócio-econômicos, perceber ainda a tensão entre o discurso do Estado e a realidade enfrentada pelo grupo em diáspora e finalmente os contornos e estratégias utilizados como forma de sobrevivência no país de destino.

A idéia de compreender a história de vida de imigrantes peruanos e relacioná-los com a "*cozinha peruana*" surgiu quando conheci Vilma, no ano de 2007, no bairro da Vila Madalena (São Paulo), a cozinheira-chefe do *Sabor Peruano: Cocina típica peruana*, restaurante que tinha como proposta aglutinar conterrâneos de certo poder aquisitivo, instalados em São Paulo e, ainda, brasileiros atraídos por diferentes sabores; a dificuldade em manter a casa cheia, fez com que as portas fossem fechadas e, seu funcionamento perdurou de meados de 2006 a meados de 2007. Sua história de vida se vislumbrou em um instigante testemunho, que me serviu de inspiração para direcionar meus estudos sobre hábitos alimentares e culinária e por seu intermédio rastrear demais peruanas e peruanos que se dedicam a "*culinária regional*". A proprietária da casa, brasileira, utilizou-se da "cozinha peruana", como um projeto cultural e empreendimento comercial, para a cozinheira-chefe e as outras trabalhadoras peruanas do restaurante (caixa, garçonete, ajudante de cozinha e doceira), a experiência é uma forma de sobreviver, de organizar-se como classe e construir sua identidade e exercer cidadania no país receptor. A partir desse contato a rede de entrevistados foi sendo criada, as trabalhadoras da cozinha faziam divulgação do Bazar que seria realizado em data próxima.

O segundo passo foi freqüentar os *Bazares de arte popular peruana*, espécie de feira de artesanato, comida, mantimentos do lugar de origem, organizada anualmente, com intuito de exibir e vender produtos da terra ao público

2 As análises sobre peruanos em São Paulo são resultados parciais do Projeto em andamento: Sul-americanos em São Paulo: as diferentes faces de integração. Atividade do NAP-CERU-USP.

brasileiro. O Bazar é organizado por associações de peruanos em São Paulo; o espaço ofereceu oportunidade para falar com pessoas, conhecer novos protagonistas e ampliar o relacionamento, o que foi de grande ajuda. As mulheres que cozinhavam no Sabor Peruano participam da confecção da comida do Bazar. Ao falar com algumas pessoas ligadas ao tema da culinária entendi que seria de grande interesse percorrer o mundo gastronômico do centro da cidade. Uma vendedora de legumes andinos ao se sensibilizar pela investigação prestou ajuda, apontando os lugares e pessoas que servem comida no centro da cidade.

> "A região da Av. Rio Branco é o coração dos peruanos", diz Martin, peruano radicado no centro da cidade de São Paulo desde 1995. A área central da cidade é a referência para os peruanos mais humildes que buscam lugar para morar, para trabalhar e ainda existem aí lugares públicos e privados que se transformaram em ponto de encontro dos imigrantes. Na Av. Rio Branco fica situado o Hotel Itauna, espaço comercial de troca e de distribuição de artesanato e, ainda nas proximidades está situada a Rua 25 de Março, lugar de grande comércio da cidade de São Paulo. Nesse território ficam concentrados os bares, lojas que funcionam como ponto de encontro do grupo. O espaço apresenta algumas opções de culinária com o sabor da terra de origem, mulheres servem comida na rua, espaços funcionam como "restaurantes", como lugar de sociabilidade, de encontrar conterrâneos e de degustar da comida do país de origem; outros espaços são convertidos em lugares de música andina e de bailar salsa e cumbia. O **Rinconcito Peruano**, bar e restaurante situado na Rua Aurora, foi um espaço que me ofereceu maiores informações sobre a vida dos hispano-americanos no centro da cidade.

A pesquisa foi mostrando resultados à medida que ia sendo elaborada. Não foi preciso esperar pelas transcrições de fitas e pelas interpretações dos dados para entender mecanismos e estratégias utilizadas em sua inserção na capital paulista. A investigação caminha além de seus pressupostos iniciais.

Cidadania, fronteiras culturais e sentimentos

Assim, para entender como a cidadania é construída no contexto metropolitano por um grupo de imigrantes lancei do diálogo com cozinheiras, donos de restaurantes e de comensais, com intuito de compreender os modelos de conduta, a formação de grupo minoritário e os sentimentos e ressentimentos que os indivíduos sentem em relação ao Estado e quanto a si mesmos. As frustrações ao exercer cidadania podem ser traduzidas em resignação, resistência ou solidariedade.

Os hábitos alimentares fazem parte de um domínio que implica representações e imaginários, as pessoas ao se deslocar, transferem em suas bagagens suas práticas culturais e as utilizam no processo de inclusão no território de acolhida. Práticas essas fazem com que atividades do passado e do presente se entrelacem, a partir de uma tradição que se atualiza nos pratos que elaborados por imigrantes. Assim, a investigação vem revelando que a elaboração da comida serve para: cobrir determinadas necessidades básicas de subsistência, dentro de uns parâmetros culturais a partir dos quais o gosto adquire sua própria singularidade, ser comercializada, ofertada, a aqueles que através da culinária se reencontram com seu país de origem e também àqueles que pretendem experimentar novos paladares, integrar-se desde a especificidade no país de acolhida. A comida marca diferenças, neste caso a singularidade se converte em um eixo que serve para ser reconhecido e reconhecer-se tanto em relação a seu grupo de pertencimento como em relação ao novo contexto. Perceber por meio da comida, as desigualdades, regionalismos, diferenças e como o pluralismo cultural do país de origem é reproduzido no país hospedeiro foram tarefas dessa investigação.

Ao entrevistar as mulheres que tinham vínculo com o Sabor Peruano percebi em suas narrativas um discurso permeado de elementos que projetam sua identidade e são identificadas como cozinheiras peruanas em São Paulo, trata-se de uma equipe que circula pelos eventos, festas e bazares organizados na capital paulista pelas associações do país de origem em São Paulo. O conteúdo identitário expresso nas falas revela a re-configuração de seus sentimentos de pertença canalizados para a comida do país de origem. Ao agendar por telefone a entrevista com a cozinheira-chefe, já se identificou como boa profissional e conhecedora dos pratos da culinária. Demonstrou ser boa memorialista, alegando que para contar sobre sua vivência em São Paulo precisaria de muitas horas de conversa. Informou ainda que me esperaria com um bom prato do cardápio peruano. A preparação de uma "comida territorial" constitui um ato simbólico no que diz respeito aos contatos sociais, no caso, uma entrevista a ser dada a uma brasileira, ocasião oportuna para manifestar a pertença.

Vilma iniciou sua atividade de cozinheira vendendo pratos na rua, ao ser descoberta pelo cônsul peruano, teve oportunidade de avançar seus trabalhos. Sobre sua trajetória, comenta:

> Trabalhei quinze anos, vendendo comida peruana, na Praça da República, até que um dia fui reconhecida pelo consulado. Ontem estive com o embaixador da Espanha. Sou cozinheira latina, recebi cartas de reconhecimento, esta [mostrando a carta] é de uma firma alemã [BASF]. Eles foram embora do Brasil para a Argentina e de despedida comida peruana. Eles viviam na Chácara Flora3.

A partir de então, começou a preparar jantares para embaixadas, empresas e consulados. Fica lisonjeada com os elogios recebidos de embaixadores, de empresários e de pessoas de vários consulados de países latinos em São Paulo. Para o cônsul de Costa Rica "eu sou o orgulho latino", para o cônsul de Cuba "sou a grande divulgadora da cultura do Peru em São Paulo".

As sobremesas servidas no restaurante mencionado acima, como ainda em eventos peruanos em São Paulo, são especialidades de Cecília, limenha que vive em São Paulo há mais de vinte anos. Sua especialidade é produzir uma

3 Vilma: nasceu em Lima em 1953, chegou a São Paulo em 1980, com 27 anos e com segundo grau completo. Aqui se dedica à culinária do país de origem. Vive na zona norte da capital paulista.

diversidade de doces, dentre eles: *alfajores, tejas e turrón de dona Pepa*. Foi fornecedora do Sabor peruano e participa com seus produtos nos bazares e festejos peruanos em São Paulo. A doceira ao exibi-los insere uma legenda sobre a origem de cada um de seus produtos. *Teja* – são bombons da região de Ica, na região sul de Lima. Já o *alfajor* peruano, de receita caseira, é feito de farinha de trigo, manteiga e leite e recheado com doce de leite. Todavia, é por meio do *turrón de dona Pepa* que a cozinheira reforça sua identidade, no caso um forte sentimento de pertencer à uma família de mulheres doceiras. A atividade escolhida para se inserir no país de acolhida foi elaborada a partir de lembranças do passado, de uma prática cotidiana de preparar doces, desenvolvida entre as mulheres da família. As duas avós eram doceiras e a mãe chegou a produzir mil quilos de *turrón* ao mês. Comenta:

> Eu sempre gostei de cozinhar, desde pequena. Quando meu pai me perguntou que curso eu queria fazer, respondi: não quero entrar em Universidade nenhuma, quero ser cozinheira. Aqui em São Paulo eu comecei em uma Páscoa a vender chocolates, comecei a vender alfajores, a fazer bolos, e aí fiquei conhecida no consulado, e não parei mais. Procuro me adaptar ao paladar do brasileiro. Faço para divulgar a culinária peruana. A melhor maneira de divulgar a cultura é pela comida. Quando vou ao Peru trago os ingredientes que não encontro aqui4.

O *turrón* é um doce tradicional de Lima, consumido na ocasião da celebridade do Senhor dos Milagres, segundo a narrativa popular a escrava Pepa recebeu a receita, por meio de um sonho, na ocasião de um milagre que possibilitou sua cura; a partir daí o doce foi introduzido nos festejos de outubro.

Irene, que também participa na confecção de pratos peruanos em eventos, e foi ajudante de Vilma no *Sabor Peruano,* teve uma trajetória de vida bastante atribulada, fez várias tentativas, com experiências diferenciadas, vivendo em São Paulo, Buenos Aires, vendendo artesanato, trabalhando com costura, finalmente encontrou seu espaço como cozinheira em casa de família. Irene transferiu-se de Arequipa para São Paulo em 1997, ocasião que havia assumido os encargos e tarefas da casa, após a morte da mãe. Diante da oportunidade de vir a São Paulo, não hesitou em fazer uma longa viagem de ônibus a partir de Arequipa. Em São Paulo experimentou trabalhar em costura, tendo um coreano como patrão. Lembra:

> Como já havia estudado [costura] no Peru, eu já sabia costurar. Os coreanos são muito exigentes, são mãos duras. Pagam pouco, a comida era péssima. Entrava ás 7:00 h da manhã e trabalhava até às 6:00 da tarde. Trabalhei no Brás, ganhava em overlock 500/600 reais por mês. Tinha hora extra, na hora do almoço tinha uma hora, ganhava por peça. O pagamento era muito complicado, nem sempre vinha no dia certo5.

Irene hoje vive em companhia da filha, prestando serviços domésticos a uma senhora peruana casada com um alemão, na zona sul da cidade. Com resignação demonstra ter encontrado nesse emprego estabilidade e reconhecimento pelas tarefas, identifica-se como uma excelente cozinheira, dando conta de preparar elegantes jantares. Inspira-se em *cardápio peruano* ou *chinês*, todavia declara conhecer pouco sobre culinária brasileira.

Alguns se dedicam aos "*restaurantes territoriais*" instalados na área central da cidade e algumas mulheres, trabalhadoras informais, vendem comida na calçada da própria Av. Rio Branco. Uma delas, a que está a mais tempo se dedicando a essa tarefa, chegou em São Paulo em 1998; o fazer comida e vender na rua para essas mulheres tem sido uma prática assertiva, pois a comida é preparada para um público específico constituído de andinos de classe média e baixa.

A calçada da Avenida Rio Branco é atrativa, os comensais a partir das 19 horas, tem oportunidade de saborear um prato representativo do lugar de origem, por um preço convidativo. A comida vem despertando atenção também daqueles que se sentem atraídos para saborear "cozinhas exóticas", experimentando novos sabores, estranhas combinações e receitas inesperadas. Para os comensais o *prato do dia é* sempre uma surpresa, não sabem o que irão comer, mas confiam na comida, que fica por conta de uma história cultural regional e dos particularismos dos condimentos que migram da terra natal. Tem sempre duas opções uma sopa e o segundo (prato) carne ou pescado acompanhado de arroz e batatas, sobremesa e *chicha morada* (suco de milho roxo). Um dos pratos mais oferecido é o *escabeche de frango*, aos domingos, apresenta *ceviche.* A cozinheira, para realizar esta atividade está sempre alerta a presença dos fiscais: "*estou sempre colocando o carrinho para dentro [do prédio]"*. A dificuldade é contornada pelo sucesso das vendas e pelos elogios recebidos.

Em cada cozinha regional existe um "*modo de fazer*" particular, cujo significado responde as necessidades ou uma lei local. Em São Paulo para o observador atento consegue perceber a distinção entre a comida da costa e da serra. A "culinária peruana" sofreu influência espanhola e também de imigrantes instalados no país no decorrer dos tempos. A introdução de novos saberes ou novas técnicas deve ter redesenhado as culturas alimentares locais, mas o que chama atenção não são as mudanças, mas, a atenção que o grupo dá às cozinhas regionais, a consciência que tem delas. As cozinhas regionais (da selva, da costa, da serra), como elemento de valorização cultural, demonstram a vontade de salvaguardar por meio delas uma identidade regional, principalmente nos dias atuais em que as culturas se sentem ameaçadas diante dos movimentos de trocas comerciais e de consumo. Entrementes, em terra estrangeira a dosagem de condimentos é abrandada por conta da dificuldade em mensurar os paladares dos comensais, principalmente em calçada pública.

Uma segunda vendedora que está há dois anos e meio no centro da cidade de São Paulo, assim que chegou já arriscou vender comida na rua como forma de ganhar a vida. Veio de Kuliaca, na região de Puno e com simplicidade,

---

4 Cecília vive na zona sul de São Paulo. Veio de Lima para São Paulo há 22 anos, para acompanhar o marido que havia conquistado uma bolsa para pós-graduação em medicina. Dedica-se à confecção de doces em sua própria casa, como forma de ganhar a vida e ajudar a renda familiar.

5 Irene: Embora tenha nascido em Puno, viveu em Arequipa. Deslocou-se para São Paulo com 23 anos. No Peru dedicou-se ao ensino médio, secretariado e corte e costura. Em São Paulo vive como doméstica em casa de senhora peruana, na zona sul de São Paulo, participa como cozinheira dos bazares e festejos de seu país na cidade de São Paulo.

apresenta um cardápio de cozinha serrana, carne de porco, galinha caipira, ensopado de legumes e algumas vezes *carapulcra*. Seus temperos são sempre comprados na Kantuta, feira dominical boliviana em São Paulo.

A coleta de entrevistas em calçada pública requer procedimentos metodológicos especiais. Após uma conversa prévia, procura-se despertar confiança no investigado, para obter o número de seu telefone visando agendar uma entrevista posterior. Os comensais que freqüentam a calçada são na maioria peruanos, com um perfil que caracteriza a heterogeneidade do grupo: mulheres e homens na faixa de trinta a cinquenta anos, de classe social média e baixa, tendo Cusco, Arequipa, Puno e Lima como lugares de origem. Alguns estão instalados em São Paulo há mais de quinze anos, outros são recém-chegados, muitos vivem no centro, outros em bairros próximos ou distantes, porém buscam a comida como forma de reencontrar o país de origem, de rever conterrâneos e alimentar sonhos. Grande parte dos comensais dedica-se ao comércio formal ou informal, o artesanato é o produto mais comercializado e a 25 de Março, o lugar de venda mais mencionado.David vive em São Paulo há 20 anos, trabalha em loja na 25 de Março diz: "venho comer aqui [na Rio Branco] quando quero matar a saudades de meu país". Assim, percebe-se que os comensais são na maioria andinos que freqüentam ou moram no centro ou trabalham nas proximidades e quando surge oportunidade aproveitam para degustar um prato do território de origem.

Continuando o percurso pela rota gastronômica na região da Av. Rio Branco conheci o *Rinconcito Peruano*, restaurante especializado em comidas criollas6. Edgar7, o proprietário, está em São Paulo desde 2004, após algumas tentativas frustradas junto ao comércio de artesanato, resolveu tentar a vida vendendo comida aos vendedores ambulantes da região da 25 de Março. Na ocasião montou um negócio familiar, a mulher cozinhava, o irmão transportava a comida para a 25 e Edgar administrava as vendas. O comércio das marmitas foi ampliando e os comensais foram se multiplicando.

> "Quando senti que as pessoas faziam fila na rua para comprar a comida, senti que estava sendo valorizado e reconhecido".

A partir de então sentiu segurança para comprar o ponto do antigo proprietário do espaço que instalou o *Rinconcito Peruano.*

Edgar comenta sobre a tradição da família na prática de fazer e de vender comida, no Peru, tias e cunhada trabalham no ramo. É uma das maneiras de arriscar a vida, lidar com culinária e por meio de uma organização familiar. Em São Paulo alimenta a idéia da manutenção da tradição, da divulgação da cultura do próprio país e por trás a tentativa de conseguir um sustento em terra estranha. Suas despesas atuais no restaurante são grandes: aluguel do espaço, impostos, água, luz, telefone, funcionários e contador, porém, está conseguindo atender com êxito sua clientela oferecendo uma variedade de mais de cinqüenta pratos representativos de distintas regiões do Peru. Os pratos mais procurados são: *ceviche e lomo saltado*. Para preparar o molho do *ceviche* Edgar revela uma lista de condimentos, mas diz que não se podem revelar os segredos do cozinheiro. Todo bom prato tem sempre um segredo não revelado ao comensal.

As mulheres analisadas encontram-se em diferentes situações com relação à permanência no Brasil. Duas delas conquistaram visto por conta do nascimento de filhos brasileiros. Assim, podem prestar serviços com registros em carteira de trabalho, porém preferem a economia informal. A doceira, embora seu companheiro esteja integrado há mais de vinte anos em serviços médicos brasileiros, optou por trabalhar em casa, confeccionando seus doces e fornecendo aos clientes. A cozinheira que vende comida na rua, recém chegada em São Paulo, além de estar inserida na economia informal é indocumentada.

As mulheres mencionadas aqui, embora vivam segregadas no contexto urbano metropolitano, uma vez convertidas em cozinheiras refletem que as diferenças culturais não são obstáculos para que encontrem uma forma de prestar serviços na cidade receptora. Assim, as chamadas cidades globais, são centros privilegiados da economia capitalista transnacional, essas cidades representam os espaços da nova ordem global, territórios que transitam imigrantes em busca de novas opções de vida. Para Palácios (2004)

> Em latinoamérica o que é hoje considerado feminização das migrações ou feminização da mão de obra transnacional se entende como a geração de um mercado transnacional de mão de obra composto por mulheres que desempenham serviços de trabalhos domésticos, cuidados pessoais, vendas e serviços de caixa, atendimentos em bares, restaurantes etc.

As fronteiras culturais enfrentadas pelos imigrantes no país de destino reforçam a busca de traços culturais do país de origem. Das práticas culturais a comida tem sido uma das formas utilizadas por mulheres e homens como forma de integração em seus deslocamentos em processos migratórios. A comida marca as identidades pessoais e grupais, estilos regionais, nas experiências migratórias, o saber-fazer do território de origem são elementos utilizados principalmente por mulheres nos processos de inserção na cidade de destino.

Entre os rapazes que buscam a comida "*territorial*" como forma de ganhar dinheiro os que estão documentados demonstram uma vida assertiva, com perspectivas e vontade de levar o negócio a frente. Os indocumentados enfrentam a vida com mais angustias e vivem à espera da chegada de uma anistia.

> Carmelo que vive uma vida transitória uns tempos cá e outros lá, todavia dessa vez pretende ficar de vez no Brasil comenta: "aqui é difícil para um estrangeiro arrumar trabalho. Agora vim com mais força para começar a trabalhar. Quando vim pela primeira vez me sentia triste, mas agora ao re-encontrar amigos me sinto mais tranqüilo".

---

6 Pratos criollos são pratos elaborados por pessoas que moram na capital com descendência espanhola.

7 David chegou a São Paulo em 2004, saiu do Peru assim que concluiu seu curso universitário de Educação Física. Nasceu no interior, porém, viveu anos em Lima. Tem hoje uma vida estruturada, casado, com dois filhos, documentado e proprietário de restaurante.

A cidade de São Paulo registra hoje novos cenários no centro da cidade, território que foi escolhido pelos novos grupos, marcado pela diversidade e desigualdades gerando instabilidades, entre imigrantes que vivem em fronteiras. Hoje nos defrontamos com políticas de integração, de transnacionalismos, com projetos culturais e políticas de Estados nacionais para manter a nacionalidade de seus cidadãos em diáspora. Assim, a América Latina é permeada de territórios fragmentados, de cenários de intolerância e de patrulhamentos, confrontos e sociabilidades apontam para os diferentes caminhos de integração, as cidadanias de imigrantes são construídas na pluralidade cultural e nas fronteiras da inclusão e exclusão.

O discurso dos Estados e as políticas voltadas aos grupos de imigrantes revelam um sentimento de pertencimento, todavia não é em relação a um grupo populacional, nem a uma nação, mas a uma *categoria de imigrante*. Essa categorização confina à discriminação (Koubi, 2001). Resta ao grupo desenvolver o sentimento de solidariedade que tem por objeto fortalecer a relação de dependência entre o indivíduo e seu grupo de pertencimento. As políticas do Estado confirmam as classificações hierárquicas dos indivíduos nos grupos minoritários, o reconhecimento de cidadania, geralmente acontece aos que são documentados e bem resolvidos nas relações de trabalho, esses atores conseguem ter uma relação melhor com o país de acolhida. Os imigrantes são unânimes em dizer que os discursos de integração elaborados pelos Estados não são viabilizados na prática, a regulamentação brasileira com relação aos estrangeiros favorece as pessoas de maior qualificação. Nas falas as representações construídas revelam um Brasil que oferece oportunidades de trabalho, de estudos e de uma vida melhor. Conseguem criar um processo de transnacionalidade sustentadas por relações multientrelaçadas entre Brasil e Peru.

Os peruanos mais bem sucedidos viajam com freqüência ao país de origem, enviam remessas aos familiares, recebem familiares como visitantes, celebram suas festas, recebem ainda condimentos e produtos a serem utilizados e comercializados. Enfrentam novas fronteiras e ao mesmo tempo constroem campos que atravessam as fronteiras culturais e geográficas. Assim, metamorfoseiam-se identidades por meio de negociações móveis (Castro, 2000: 149), as mais diversas estratégias são utilizadas tendo em vista a integração e a busca de cidadania transnacional.

Nesse sentido, a relação entre imigrantes e nativos se dá entre culturas que afirmam as identidades e as cidadanias são construídas no processo de integração da diversidade. Por meio de estranhamentos, de múltiplas representações, de combinações conflitantes e de novas configurações os imigrantes vão re-dimensionando sua cidadania. Embora o discurso da sociedade envolvente seja permeado de preconceitos, que gera conflitos, organiza a exclusão, tenta impor nas minorias o adormecimento de seus desejos, negar oportunidades e modelar suas condutas; nas representações masculinas, a maioria de peruanos acaba fixando residência no Brasil, são poucos os que retornam, consideram o país hospedeiro melhor do que o país de origem. Enxergam melhorias com relação às questões de trabalho, as facilidades encontradas em montar seu próprio negócio e, ainda, a facilidade que encontram de conquistar a documentação por meio de casamento com uma nativa ou o nascimento de um filho em território brasileiro. Para os indocumentados resta ainda, a esperança de uma anistia, para poder dinamizar seu espaço em terra estrangeira.

Referências bibliográficas

Adghirni, S. (2008). Migrações sul-sul já são metade no total. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, Caderno Mundo, 08 jun., p. A-20.

Canclini, N. G. (2008). *Latino-americanos à procura de um lugar neste século*. São Paulo: Iluminuras.

Castro, M. G. (2000). Transidentidades no local globalizado. Não *identidades*, margens e fronteiras: vozes de mulheres latinas nos E.U.A. In B. Feldman-Bianco & G. Capinha, (Org.), Identidades. São Paulo: Hucitec.

Koubi, G. (2001). Entre sentimentos e ressentimentos: as incertezas de um direito das minorias. In S. Bresciani & M. Naxara (Org.), *Memória e (res)sentimento*. Campinas: Unicamp.

Palacios, P. B. (2004). Feminización de las migraciones. In *Globalización, migración y direchos humanos*. Quito: Universidad Andina Simon Bolívar.

Patarra, N. L. (2005). Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo, volumes, fluxos, significados e políticas. *São Paulo em Perspectiva*, 19(3), 22-33, jul./set.

Sayad, A. (1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade.* São Paulo: EDUSP.

Sassen, S. (1998). *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel.

Silva, S. A. (1999). Hispano-americanos em São Paulo. *Travessia. Revista do Migrante*, 12(33), jan.-abr.

Vargas Llovera, M. D. (2007). Ciudadania transnacional o la negación de la ciudadania: los inmigrantes um debate abierto. *Atas da VII Reunião de Antropologia do Mercosul*. Desafios Antropológicos. AQUI PRECISA COLOCAR O LOCAL. (CD-ROM)

Un millón 665 mil peruanos se fueron del país entre los años 1990 y 2005. http://www.elcomercioperu.com.pe/edicionOnline/Html/2007 (consultado na Internet em 12 de janeiro de 2007).

Aproximações Teóricas e Empíricas. As Redes de capoeira em Madrid (Espanha)

Menara Guizardi
Universidade Autônoma de Madrid
menaraguizardi@yahoo.com.br

Resumo: A presente comunicação tem como objetivo analisar a comunidade dos praticantes de Capoeira na cidade de Madrid – Espanha. Esta manifestação cultural que há 30 anos se compreendia como um elemento unicamente regional brasileiro serve, atualmente, como o plano de fundo de uma extensa Rede Migratória, articulando simultaneamente as cidades de origem no Brasil a Madrid e a outros diversos centros urbanos europeus. Permeando as relações entre capoeiristas brasileiros e europeus, temos uma série de processos de renegociação da identidade nacional de uns e de outros, processo que vem inventando novas formas de perceber e significar o Brasil tanto na Europa, quanto nas Américas.

Ao mesmo tempo, observamos um crescente fluxo econômico possibilitado pelo tecido associativo dos Grupos de capoeira, o que nos permite indagar se o fenômeno atinge ou atingirá (e em que medidas o fará) as características de uma empresa econômica transnacional. Numa dinâmica que parece ser embalada pela própria musicalidade inerente à Capoeira, os capoeiristas logram estabelecer - se em uma enorme diversidade de contextos urbanos, traçando a partir de estratégias múltiplas, a criação de vínculos novos e inusitados entre universos sociais aparentemente díspares. Essa comunicação pretende expor elementos que contribuam a indagar se há, nessa lógica de fluxo, adaptação, improviso e maleabilidade, uma herança proveniente dos princípios corporais centrais ao diálogo físico promovido pela Capoeira. Em que medida uma memória corporal da diáspora afro-brasileira é disponibilizada aos sujeitos praticantes de Capoeira (brasileiros ou europeus) no sentido de dotar-lhes de estratégias de apropriação e acomodação a territórios outros?

Introdução

Encontramos um total de vinte e um coletivos civis organizados em torno à prática, a aprendizagem e a transmissão da memória cultural da capoeira na cidade de Madrid (Espanha) 1. Esses coletivos se autodenominam "grupos de capoeira", ainda que muito deles sejam registrados como "Associações" – o que lhes confere um *status* legal bastante distinto daquele que gozam organizações mais informais, como o são os "grupos". Tal registro legal, não obstante, é um processo que tem origem no Brasil (a partir de 1960) e remete à necessidade de legitimar socialmente tais agrupamentos. Mestre Pantera, presidente da *Associação de Capoeira Descendentes de Pantera* (ACDP) em Madrid, narra que o grupo foi transformado em Associação em 1973 – na cidade do Rio de Janeiro (Brasil) – por que essa era uma condição para que se pudesse integrar a *Federação Brasileira de Boxe* e gozar dos benefícios institucionais dessa afiliação2. Mas também por que era especialmente difícil consolidar as atividades do grupo, sem o respaldo de um nome jurídico que o pudesse representar.

Em muitos bairros periféricos dos centros urbanos brasileiros (em que o Estado faltava em suas encarnações mais básicas), os atuais grupos de capoeira nasceram conectados a um tipo de mobilização social de defesa dos direitos das comunidades afro-descendentes (especificamente) e pobres (em geral). Nesses casos, a legalização dos grupos como associações, permitiu também a extensão de suas atividades às ações dirigidas não somente aos integrantes dos grupos, mas a toda a comunidade – do bairro ou da região onde esses coletivos haviam sido criados. Assim sendo, ditas associações passaram a figurar como elementos de coesão, resistência e solidariedade, cumprindo um importante papel de socialização de crianças e jovens.

O anseio pela "*legitimidade*" e pelo reconhecimento social é uma característica que estrutura (ou que estruturou em algum momento) a ação de muitos dos capoeiristas brasileiros que estudamos na Europa, e está intimamente conectada com o fato de que a capoeira se concebe no Brasil, ainda hoje, como uma forma ambígua, cuja aceitação social flutua entre pólos de sentido diametralmente opostos.

O primeiro desses pólos se refere ao estereótipo social que rotula a capoeira como uma cultura vinda dos setores marginais da sociedade e na qual prevaleceria a violência, a criminalidade e aquilo que no Brasil se compreende como "malandragem" (Da Mata, 2002; Lewis, 1999). Essa etiqueta social é análoga à desvalorização da cultura afro-brasileira e remonta ao próprio processo histórico de surgimento da prática – entre os escravos africanos e afro-brasileiros na passagem do século XVIII ao século XIX (Röring – Assunção, 2005). Nesse contexto, os grupos de escravos capoeiristas (as "Maltas de Capoeira") permitiram mecanismos coletivos de apropriação do espaço urbano (Dias, 2001), o que concedia aos seus integrantes um lócus social que eles podiam controlar e determinar, subvertendo a estrutura hierárquica da sociedade escravista (Holloway, 1989). Paralelamente à apropriação do espaço urbano, a capoeira permitiu aos escravos re-significar a violência e a exploração física e espiritual (Lewis, 1992) às quais eram submetidos incessantemente (Líbano Soares, 2002; Flory, 1977; Graden, 1996; Chvaicer, 2002, Nascimento, 1978). As "*maltas de capoeira*" representavam, por tanto, um universo social guetizado: nascido daqueles que a aristocracia escravista insistia em compreender como racialmente inferiores. Desse universo social, emanava uma cultura feita por e para "*os negros*" (Diaz, 2007) e que se havia estruturado a partir de uma grande diversidade de matrizes étnicas africanas (Flory, 1977; Holloway, 1989, Röring Assunção, 2005).

No universo das *Maltas*, essa diversidade étnico-cultural resultou na criação de elementos simbólicos novos, que partiam das diferentes referências culturais de seus integrantes, mas que as fundiam em estruturas de outra natureza, gerando coletividades *sui generis*. É justamente a riqueza das matrizes combinadas, o que faz da capoeira um fenômeno cultural que

1 A pesquisa empírica a qual nos referimos se desenvolveu majoritariamente entre os meses de outubro de 2006 e julho de 2008 nas seguintes cidades espanholas: Madrid, San Sebastián de los Reyes, Parla, Alcalá de Henares e Alcobendas. De julho de 2008 até setembro de 2008 a pesquisa realizou - se entre as cidades brasileiras de Rio do Janeiro, Salvador, Camaçari, Vitória, Linhares, São Mateus, Serra e Vila Velha.

2 Matthias Röring Assunção descreve esse processo de aproximação entre a Federação de Boxe e os grupos de Capoeira durante a década de 1970, em seu livro "Capoeira: The history of an afro-brazilian martial art" (2005).

resiste a qualquer definição exata (ou cartesiana) de seu conteúdo: ela é, pois, um *sistema simbólico*3 composto por elementos variados, que vão desde a música, a historia oral, a religiosidade, as técnicas corporais, o sentido de comunidade, o jogo e o lazer, confluindo por fim, em uma peculiar filosofia de vida (Sodré, 2002).

O caráter marginal que o imaginário social brasileiro segue atribuindo à capoeira alude, por tanto, à leitura racista com que o Estado, as elites e o país em geral, interpretaram historicamente a presença da cultura africana na sociedade (Flory, 1977; Fernandes, 1972; Butler 2000; Ortiz, 1984; Graden 1996). Essa discriminação – que é ao mesmo tempo social, econômica e racial (Bonilla-Silva, 1999; Brown & Bick, 1987) – vem perdendo (lentamente) parte de sua força, mas ainda segue estruturando interpretações perniciosas sobre o sentido da capoeira e da vida social de seus praticantes.

O segundo dos pólos de sentido com que se interpreta a capoeira, a toma como um ícone da *"identidade nacional-cultural brasileira"* – imaginário que começa a desenhar-se nas primeiras décadas do século XX, em meio a um intenso processo de modernização do Estado brasileiro (Ortiz, 1984). Dentro desta perspectiva, a prática passa a figurar como um bem público a ser preservado: um registro vivo daquilo que se entende como "ser brasileiro". Quer seja por que a interpretavam como um elemento do constitutivo folclore nacional; ou por que a entendiam como um possível esporte nacional com o qual planificar e modelar os corpos virtuosos que o novo conceito de nação requeria (XXXX). No bojo desse movimento, a capoeira começa a viver um processo de descriminalização e de secularização de sua pedagogia.

É na década de 1930, no entanto, que a prática deixa de ser uma atividade *de* e *para* "os negros", para encarnar o ideal de *mestiçagem cultural* que estrutura o projeto identitário nacional do Brasil (Carvalho, 2001; Da Mata, 1988; Ortiz, 1984; Filho, 2001). Entretanto, esse processo não é simplesmente uma imposição realizada pelo Estado: ele é fruto da transformação promovida por lideranças da Capoeira, especialmente representadas por Manuel dos Reis Machado (Mestre Bimba) – a que se considera o grande idealizador das adaptações das tradições e costumes da capoeira em um novo conjunto de práticas (Abreu, 1997). Transformada por Mestre Bimba em uma arte-marcial ("*Luta Regional Baiana*"), a capoeira pode ser apresentada à sociedade como uma atividade coerente ao novo espírito nacional, cujos valores ela mesma havia absorvido em um interessante "bricolagem" entre tradições afro-brasileiras e as filosofias desportivas modernas (Sodré, 2002).

Essa abertura nacional à capoeira não significou o fim dos preconceitos associados ela, assim como o fim da escravidão não significou a integração (em igualdade de direitos) dos africanos e afro-descendentes num projeto de cidadania nacional (Ortiz, 1984). Essa situação de relativa marginalidade social é o que ainda hoje leva os grupos de capoeira a buscarem formas socialmente reconhecidas de legitimar-se como entidades coletivas. A luta pelo reconhecimento social no Brasil é fundamental para compreender a expansão da capoeira na Espanha (e na Europa) 4, pois ela dotou esses coletivos de uma experiência de articulação social que os preparou para territorializarem-se em outros países – dotou-os de um capital humano indispensável à tarefa de tecer redes sociais maleáveis (adaptáveis) aos diferentes contextos sociais. A de criação de associações registradas regionalmente constitui, também na Espanha, a forma mais distendida de legalizar os grupos nos diferentes municípios onde esses se radicam, e tem como resultado a criação de instituições que são as sedes locais das associações brasileiras, às quais nos referíamos no início deste texto.

Todo esse processo só pode ocorrer, logicamente, graças ao movimento migratório dos capoeiristas brasileiros que levam consigo os modelos de mobilização e organização comunitária da capoeira, aos quais foram socializados no Brasil. Todos os vinte e oito mestres e professores de capoeira brasileiros que entrevistamos em Madrid, afirmaram que tiveram que conciliar a atividade de professor de capoeira com outras profissões no Brasil, uma vez que seus salários como capoeiristas não os permitiriam viver em condições mínimas. Uma das esperanças que motivam o projeto migratório desses professores é a possibilidade de sustentar-se economicamente da capoeira (esperança que às vezes pode não vir a concretizar-se). O perfil dos brasileiros capoeiristas que emigram é majoritariamente composto por homens entre vinte e cinco e trinta anos (no momento em que decidem emigrar), com uma média que varia de quatro a doze anos de educação formal; provenientes de setores empobrecidos das periferias urbanas brasileiras; com uma família constituída (com um ou mais filhos) e com uma expectativa nula ou quase nula, de ascensão social em seu país natal de origem.

Nessas condições, suas vidas como capoeiristas são quase sempre, experiências *vocacionais* (Weber, 2007), realizadas com grande dose de esforço pessoal e levadas a cabo nas poucas horas livres que excedem às rotinas de trabalho. A capoeira tem, nessas circunstâncias, a força de um espaço de liberação da dureza rotineira de suas vidas, e representa um ambiente social onde a rigidez das hierarquias pode ser subvertida pelas lógicas inerentes ao jogo e a uma vida comunitária baseada na solidariedade recíproca. As associações de capoeira ainda são – no Brasil do século XXI – um espaço onde os sujeitos reconstituem sua humanidade e onde eles podem viver seus momentos de redenção, o que não pode ocorrer sem uma correspondência entre a prática e a idéia de liberdade espiritual e corporal (Lewis 1992; Sodré, 2002). Temos, então, que a empresa migratória dos professores de capoeira nasce não somente de um desejo econômico de acumulação financeira. Ela

3 Compreendemos que esses elementos conformam um sistema simbólico por que ao mesmo tempo constituem a estrutura e permitem a estruturação da vida grupal das coletividades da capoeira. Consolidam assim, um conjunto articulado que confere um sentido imediato ao mundo, desenhando uma noção coletiva "do tempo, espaço, da causa, que tornam possível a concordância entre as inteligências" (Bourdieu, 2004: 9).

4 Também observamos diretamente a esse mesmo mecanismo em outras cidades européias. Em Bruxelas (Bélgica), tivemos a oportunidade de entrevistar (em novembro de 2007) a professores de capoeira que haviam fundado suas próprias associações locais, unidas por pertencerem a um mesmo Grupo de Capoeira com sede na cidade do Rio de Janeiro (Brasil). Essas mesmas circunstâncias nos foram relatadas por professores erradicados em Lisboa (Portugal), em Roma (Itália), em Budapeste (Hungria), em Hamburgo (Alemanha), aos quais entrevistamos em encontros internacionais de Capoeira que tiveram lugar em Madrid (de março a julho de 2008).

nasce fortalecida pela idéia de descoberta de um mundo onde uma vida plenamente livre (completamente baseada na capoeira) é possível.

A tarefa de expandir os *grupos de capoeira* e adaptá-los a novos horizontes é vivida por esses sujeitos como uma obrigação e um desejo: seu projeto migratório se confunde com o projeto de expansão do grupo de capoeira ao qual pertence; sua lealdade ao grupo se confunde com seu ímpeto de transformação pessoal. Ele mesmo, o capoeirista, se confunde (se *co-funde*) com a capoeira. Poderíamos descrever esse processo como uma sucessão de etapas mais ou menos estandardizadas que interconectam processos locais no Brasil, a processos locais na Espanha:

1. Criação do grupo no Brasil;
2. Crescimento, fortalecimento e expansão do grupo no Brasil;
3. Registro formal do Grupo;
4. Socialização e qualificação dos adeptos aos conhecimentos da capoeira;
5. Formação de novos professores e Mestres de Capoeira;
6. Migração desses professores e Mestres à Espanha;
7. Início das atividades do Capoeirista como representante do Grupo em território espanhol;
8. Crescimento, fortalecimento e expansão do grupo na Espanha;
9. Registro Formal do Grupo;
10. Socialização e qualificação dos adeptos aos conhecimentos da capoeira;
11. Formação de novos professores de Capoeira de nacionalidade espanhola.

Tal circunstância cria uma inusitada cumplicidade entre algumas cidades brasileiras (onde se originaram os grupos), as cidades espanholas e diversas outras cidades do mundo5: elas dividem a função de ser "território de registro legal" de determinadas associações de capoeira que, dispostas às vezes em mais de dez países ao mesmo tempo, mantêm um intenso contato entre si. Entre esses coletivos se gera uma série de intercâmbios de informações; de mercadorias (instrumentos musicais, vídeos, gravações sonoras, uniformes de capoeira); de conhecimento (cooperação para a criação de projetos, para a arrecadação de patrocínio); entre os profissionais (professores, contramestres e mestres que viajam entre as distintas sedes da associação "qualificando" aos capoeiristas do grupo); e entre os alunos de capoeira de diversas nacionalidades.

Salvador (Bahia, Brasil) é um interessante exemplo de como a movimentação criada pelas redes internacionais da capoeira transforma o significado local e internacionalmente conferido a uma cidade. De 1980 para cá, a cidade se converteu, progressivamente, em "um território originário da capoeira" para os praticantes da arte. Capoeiristas de todo o mundo (de diversas nacionalidades) viajam anualmente à capital baiana em busca "do conhecimento original"; "dos mestres mais tradicionais"; "de instrumentos e roupas de capoeira"; ou em busca de conhecer os espaços repetidamente narrados pelas canções e histórias da capoeira – cenários urbanos em que atuaram os "grandes capoeiristas do passado". Em nossa visita à cidade, em agosto de 2008, nos encontramos com capoeiristas procedentes de Austrália, Estados Unidos da América, Espanha, Hungria, Singapura, França e Rússia: todos eles realizando essa "viagem às origens", a que nos referimos.

O que há de inovador nesse movimento, é que os alunos de capoeira que visitam Salvador não chegam à cidade na condição de meros turistas. Apresentam-se como integrantes de grupos e associações de capoeira, o que lhes confere um lugar legítimo junto às associações e grupos locais. Muitas vezes, a associação que visita é a sede brasileira de seu grupo (onde seu grupo se iniciou e onde está o Mestre que transmitiu a arte a seu professor). Em outras circunstâncias, a associação que visita tem laços de solidariedade com o seu grupo, e nesses casos é comum que já haja existido um contato entre os professores das duas entidades, em sentido de assegurar-lhe uma recepção segura e respeitosa (de acordo com os princípios da capoeira). Em outros casos ainda, é o professor ou mestre da associação com sede fora do Brasil quem organiza uma excursão, com o objetivo de levar todos os seus alunos (ou boa parte deles) a Salvador.

A excursão de Australianos que encontramos em Salvador (cerca de vinte pessoas), era composta por capoeiristas do Grupo Zambiacongo que haviam viajado sob a coordenação do Mestre Luizinho Barravento (responsável pelo grupo na Austrália). Também encontramos uma turma de capoeiristas espanhóis (que já havíamos conhecido em Madrid) e que estavam coordenados por Sabiá – um dos professores do grupo Zambiacongo na capital espanhola. Sua presença na cidade nessas datas se devia à realização de um "Encontro Internacional", em que se comemoraria o aniversário de 20 anos da fundação do grupo. A festa havia sido elaborada na capital baiana – e não em outra cidade dos cinco países em que o grupo desenvolve suas atividades – por que o fundador do Zambiacongo, Mestre Geni, é soteropolitano e mantém em funcionamento sua sede oficial, onde segue ensinando capoeira.

Todos os integrantes do grupo (da Austrália, Espanha, Singapura, Grécia e do Brasil) foram convocados para o evento anual, que seria desta vez especialmente importante. Nele, Mestre Geni receberia da Assembléia Municipal de Salvador, uma homenagem pelo laborioso esforço de difusão da "*cultura regional baiana*" pelo mundo. O auditório da Assembléia Legislativa (situado na Praça da Sé em Salvador) foi ocupado, então, por Mestres de Capoeira reconhecidos internacionalmente como a "*velha guarda da capoeira de Salvador*", e por capoeiristas do Zambiacongo procedentes da Austrália, da Espanha, de Singapura e de diversos municípios do entorno de Salvador. Nas palavras da autoridade local que presidiu a sessão, "*essa audiência internacional era a prova incontestável da importância da luta pela capoeira que*

5 É difícil precisar o número de países do mundo em que há grupos de capoeira, principalmente pela falta de um registro oficial que sirva à tarefa de catalogar internacionalmente esses coletivos. Calcula-se que a Capoeira haja começado a disseminar-se internacionalmente em fins dos anos 1970, e que esteja hoje em mais de 155 países (Röring – Assunçao, 2005), o que denota a intensa capacidade de expansão desses coletivos.

protagoniza Mestre Geni". Esse é um exemplo interessante, embora não seja o único, de como a existência de uma comunidade internacional da capoeira, transforma e condiciona as relações entre os grupos locais e o poder municipal, e nos serve para demonstrar como as redes internacionais estão reconfigurando espaços locais (nesse caso municipais) no Brasil.

O que nos importa, no entanto, é a construção de um imaginário internacional – articulado em todos os países do mundo onde exista uma associação de capoeira – segundo o qual Brasil se está representando como um "território originário" a que todos os capoeiristas devem "*retornar*" (sejam eles brasileiros ou não). Esse imaginário internacional se está consolidando com força suficiente para transformar Salvador em uma espécie de "Meca da Capoeira", como bem observou Frede Abreu6. Comprovamos esta tendência em nosso trabalho de campo, quando entrevistamos a dez professores de capoeira de nacionalidade espanhola, e que constituem as duas primeiras gerações de capoeiristas "*formados*" pelos grupos brasileiros erradicados na cidade. Dos dez entrevistados, oito já haviam estado no Brasil (todos eles haviam visitado Salvador), enquanto apenas dois afirmavam que ainda não conheciam o país, mas que tinham planos de visitá-lo brevemente, pois o consideravam uma obrigação de sua condição de capoeirista "*formado*". Porém, o membro da comunidade que pretende galgar a hierarquia do grupo (adquirir o reconhecimento legítimo de suas qualidades como capoeirista), compreende a visita ao Brasil como uma obrigação de sua pessoa para com o grupo, mas também o sente como um desejo pulsante de retorno "*às origens*" dessa outra identidade que sua presença num grupo de capoeira lhe concede.

Esse sentimento em relação a um território comum (e mitologicamente compreendido como o *lócus* de origem) se assemelha em grande medida ao sentido de território imaginado que encontramos em comunidades diaspóricas, mas guarda uma diferença importante com relação a elas: os membros dessa comunidade internacionalizada pelos grupos de capoeira são diversos em quase todos os aspectos que poderiam dar alguma substância à definição de grupo diaspórico (etnicamente, nacionalmente, religiosamente, culturalmente, economicamente e socialmente). Isso nos leva a indagar como se pode haver originado um sentido de território comum *quasi* diaspórico em um grupo com tais características.

Quer reative, quer não reative uma memória disapórica fiel às suas origens afro-brasileiras, a comunidade internacional da capoeira não pode ser compreendida, se tomada unicamente por suas distintas versões locais (articuladas nos diferentes países em que se há territorializado). Desta forma, assumimos que os grupos de capoeira localizados em Madrid constituem (em diferentes graus) a faceta madrilense de uma rede originada no Brasil e distendida mais além de suas fronteiras, o que faz desse país não somente um território originário "imaginado", mas também o ponto central no qual se apóia essa rede transnacional. O poder econômico que suscita local e internacionalmente essas redes intermunicipais é um fenômeno que desperta a atenção dos poderes públicos brasileiros, que começam a pensar em mecanismos de potencializaçao desse fenômeno. Em um artigo muito convenientemente denominado *"Economia da Cultura. Um setor estratégico para o país"*, publicado pelo Ministério da Cultura brasileiro, se assumia que:

> "A atividade cultural mais presente nos municípios é o artesanato (64,3%), seguida pela dança (56%), bandas (53%) e a capoeira (49%), esta última além da expressiva presença no país é, ao lado da música, um dos segmentos que maior interesse desperta no exterior" (Porta, 2008).

A expansão desta rede na Espanha, no entanto, organizou-se graças ao processo de socialização de capoeiristas europeus a esses grupos, fato que resultou numa transmissão dos conhecimentos (que envolvem essa forma específica de organização coletiva) a pessoas de diferentes nacionalidades. Essa transmissão de sabedoria foi tão efetiva na cidade de Madrid, que de quatro anos para cá, assistimos ao surgimento de novos coletivos liderados por jovens de nacionalidade espanhola, que se apropriam desses conhecimentos para criar suas próprias associações de capoeira7. Esse movimento, ao mesmo tempo em que atesta a eficácia comunitária dos grupos em seu trabalho de socialização, provoca uma atitude de alerta entre os capoeiristas brasileiros, uma vez que parece tocar profundamente sua noção de uma "transmissão adequada" do "legado dos mestres brasileiros".

Mas o receio dos imigrantes brasileiros não se deve unicamente ao possível desrespeito ou desconhecimento das tradições nascidas no passado. Ele se refere ao fato de que o surgimento de professores não - brasileiros atinge também a identidade social desenvolvida por esses imigrantes na Espanha: uma identidade brasileira sobreposta (ou justaposta) à capoeira e aos capoeiristas. Essa indexação (relação de interdependência e quase correspondência) do Brasil à capoeira, ou da capoeira ao Brasil, cumpriu uma importante função na integração dos capoeiristas na sociedade espanhola por duas razoes fundamentais.

Em primeiro lugar, por que permitiu associar esses imigrantes brasileiros a uma função econômica que não competia, a princípio, com o mercado de trabalho que podiam ocupar os nacionais espanhóis (a população autóctone). Nesse sentido, os capoeiristas brasileiros receberam um rótulo que os definia como transmissores de uma cultura diferente e que, portanto, acrescentava algo que os próprios nacionais não poderiam, por definição, acrescentar. É importante observar que para o imaginário coletivo espanhol, um dos principais elementos que provoca a não-integração (o rechaço) dos imigrantes é justamente a idéia de que esses novos trabalhadores competem com as vagas de trabalho oferecidas aos espanhóis, precarizando suas oportunidades e seus salários (Caparrós-Ruiz & Navarro-Gomez, 2007). Os capoeiristas, não obstante, escaparam desse rótulo na medida em que se lhes atribuiu um outro: o de difusores de um "bem cultural importado".

---

6 Comunicação pessoal em 12 de agosto de 2008, Instituto Mauá (Salvador, Bahia - Brasil).

7 Essas associações seguem baseadas nos mesmos princípios de cooperação em rede e estão ligadas a diferentes grupos brasileiros e europeus. Nelas, a referência a Brasil como um território originário segue operante, mesmo que seja adaptada às necessidades dessas novas organizações.

Em segundo lugar, por que na medida em que foram apropriando-se do rótulo que recebiam, os capoeiristas passaram a incorporar a posição de detentores legítimos do conhecimento que estavam ofertando (o que já era realidade no Brasil, na maioria dos casos8), e compondo a si mesmos (compondo sua identidade) como imigrantes de outra categoria:

1) detentores de um saber específico: tradicional, nacional e encantado;

2) continuadores de uma tradição ancestral que remetia aos *"escravos africanos no Brasil em sua luta pela dignidade humana";*

3) transmissores de um conhecimento que o Europeu não poderia conhecer, senão por meio de seus ensinamentos.

No entanto, a incorporação da capoeira na figura do capoeirista – o binômio indexador *capoeira-capoeirista* – é um fenômeno de identificação subjetiva e coletiva que também observamos no Brasil. A especificidade desse processo na Espanha tem a ver com o fato de que neste país, dito binômio se transformou em um trinômio, expresso pela cadeia: *capoeira-Brasil-capoeirista*. Assim, enunciar-se como capoeirista se transformou (para brasileiros imigrantes) numa forma de enunciar sua própria nacionalidade – o que não aconteceria no Brasil, onde o capoeirista pode inclusive ser um brasileiro diferente, mas não pode ser mais brasileiro, por ser capoeirista (seja por que nem todos os brasileiros são capoeiristas; ou seja, por que a capoeira não é um ícone identitário nacional aceito homogeneamente em todo o território nacional).

Essa enunciação por vezes compulsória da própria nacionalidade (que passa a assumir o capoeirista) é um processo que acompanha a qualquer imigrante (brasileiro ou não) em sua chegada à Espanha. Ela refere-se à atmosfera que se vive nesse país, onde aceleradas transformações sócio-tecnológicas desagregam arraigados valores da vida coletiva e onde a imigração se transforma abruptamente em um fenômeno massivo, que provoca uma visível diversificação sócio-cultural dos espaços urbanos (Capel, 1997). Esses dois fenômenos somados provocam uma sensação generalizada de perda de referências9, abrindo caminho ao retorno de sentimentos coletivos que permitam recriar uma idéia de unidade social estável. Daí que os *nacionalismos* reapareçam com um vigor surpreendente, retomando da modernidade européia seus "objetos de identificação y adesão voluntária preferidos, favoritos: as unidades nacionais" (Gellner, 2001: 78. Tradução própria). Esses nacionalismos ressurgidos trazem consigo os sentimentos coletivos demarcadores das fronteiras nacionais (como a xenofobia e o racismo), com os quais se desenha uma oposição entre "uns" e "outros". Por um lado, os "uns" nacionais (a quem devem caber os serviços públicos, direitos e benefícios da nação) e, por outro lado, os "outros" não nacionais (aos quais se necessita e dos quais se quer prescindir):

> "Aos 'eles' se pode, se deve, culpar de todos os agravos, incertezas e desorientações que sentimos tantos de nós (...). E quem são 'eles'? Obviamente, e virtualmente por definição, os que não somos 'nós', os estranhos que são inimigos por sua própria condição de estranhos. (...) nossa mesma coexistência com 'eles' mina agora as certezas exclusivas de pertencer a nosso próprio povo e nosso país". (Hobsbawn, 1997: 184. Tradução própria).

O sentimento de exclusão dos "*outros*" manifesto no nacionalismo passa a cumprir um papel de coesão dos "*uns*", pois, como dizia Mirolslav Hroch é "*um substituto de fatores de integração em uma sociedade que se está desintegrando. Quando a sociedade fracassa, a nação aparece como a garantia última*" (Citado por Hobsbawn, 1997: 183. Tradução própria). Esses sentimentos são bastante importantes para compreender o processo de adaptação dos imigrantes na sociedade espanhola, pois à desestabilidade social provocada por um explosivo processo de modernização (com a entrada na União Européia em 1986), e à desestabilidade social provocada pela inversão de sua condição migratória (de um país de emigração para um país de imigração) (Pérez-Diaz, Álvarez-Miranda, González-Enriquez, 2001), se soma uma terceira causa: a instabilidade do processo de adaptação à democracia – que terminou por trazer à tona a debilidade do projeto moderno de unificação nacional espanhol, cujas incoerências estiveram silenciadas durante o quarenta anos de regime ditatorial franquista e que vão surgindo agora, com a retomada do diálogo político entre as forças nacionais.

Como conseqüência dessa múltipla desestabilização dos valores, a imigração se vem transformando em um elemento que materializa o descontentamento popular na Espanha. Embora haja esforços governamentais por remediar essa situação (e por promover a convivência intercultural e cidadã10), a vida cotidiana atesta o predomínio de uma atitude de rechaço ao imigrante, a qual se pode identificar no discurso dos meios de comunicação (Santamaria, 2002); nos atentados violentos contra indivíduos de determinadas nacionalidades (Abumalhan, 2007) 11; nas manifestações públicas em prol do recorte dos serviços sociais ofertados aos imigrantes; e por último, mas não por menos, nas pesquisas de opinião em que os imigrantes figuram insistentemente entre os fatores que mais preocupam aos espanhóis (Naïr, 2002).

---

8 A maior parte dos capoeiristas brasileiros que entrevistamos em Madrid apresentava seu nível de conhecimento da capoeira de acordo com o reconhecimento legítimo que haviam recebido de seus grupos no Brasil: a qualificação que ostentavam era uma insígnia grupal. Não obstante, identificamos alguns casos em que os capoeiristas não dispunham desse aval e se autodenominavam detentores do conhecimento. A autopromoção geralmente durava pouco, pois os capoeiristas têm o costume de usar suas redes de contatos para indagar a "procedência e as raízes" dos novos capoeiristas que emigram para a cidade (para saber se o que dizem é verdade e para saber se é adequado propor uma coalizão de forças). Assim, muito rápido circulava a notícia da falsa graduação exibida pelo capoeirista, o que decretava seu isolamento pela própria comunidade de capoeiristas em Madrid.

9 Eric Hobsbawn também identifica esses dois fatores (transformações econômicas e imigração) como pontos chave para se compreender o ressurgimento de nacionalismos no Canadá (em fins de 1980): "Naturalmente, a mobilidade das massas de população intensifica esta desorientação, efeito que surtem também as mudanças econômicas (...)" (1997: 183).

10 Na cidade de Madrid, esse compromisso público em promover uma convivência intercultural entre as populações autóctones e os coletivos imigrantes, resultou num projeto de reestruturação das políticas públicas locais (Giménez & Nuria, 2006).

11 Para um triste retrato dessas ações violentas, recomendamos a reportagem de publicada no jornal espanhol "El país" em 30 de outubro de 2007, a que se intitulada: "Un menor de origen peruano denuncia que un policía le pegó" ("Um menor de origem peruano denuncia que um agente policial lhe bateu").

Desta maneira, o desdobramento do binômio *capoeira-capoeirista*, no trinômio *capoeira-Brasil-capoeirista*, ocorre em partes como uma resposta ao ímpeto de determinação da nacionalidade que sofrem esses imigrantes brasileiros no atual contexto da sociedade espanhola – e que resulta, em última instância, numa afirmação daqueles que seriam os *"uns",* unificados pela certeza da separação entre *"os que vêm de fora"* e *"os que são daqui"*.

O que há de inovador nessa "*identidade tripla*", que observamos nos capoeiristas em Madrid, é o fato de que nela, a referência nacional não se consolidou como um *estereótipo de exclusão* (como ocorre a muitos, senão todos, os coletivos sul-americanos), mas sim como um *estereótipo de aceitação* – uma vez que esses imigrantes passam a ser associados à disseminação de uma cultura nacional brasileira a que se compreende como "desejada", "positiva", "bem vinda" (para reproduzir as expressões dos meus entrevistados espanhóis). O seguinte relato, recolhido durante o trabalho de campo, pode ser ilustrativo desse processo de positivação da imagem da capoeira, do Brasil e do capoeirista:

> "Eu entrei na loja para dar uma olhada [sic] na televisão e o vendedor pensou que eu fosse roubar. Por que eu sou negão [sic] e aqui, você sabe como é... Então se chegou [se aproximou] e me pediu pra ir embora da loja. Aí eu disse que estava só olhando, que queria a televisão, e tal... E ele com aquela cara de que ia me matar. Então ele me perguntou de onde eu era, por que eu falava diferente. Eu respondi né! E ele disse: ah, do Brasil! Aí eu já aproveitei e já meti logo [sic]: sim, do Brasil, eu sou professor de Capoeira, aqui ó, isso é meu pandeiro. Aí tirei o pandeiro da bolsa, toquei, fiz aquela cena, e o camarada chamou o vendedor, me mostraram a televisão. E ainda me perguntaram das aulas [de capoeira]... Quer dizer, salvo pela capoeira! [Risos]". (MP, entrevista concedida em 12 de dezembro de 2007, Madrid).

Esse é apenas um dos vários exemplos que pudemos observar de como o uso da identidade nacional, justaposta à figura do capoeirista, se transforma em um elemento positivo de interação social. Essa apropriação se deve, em grande parte, às estratégias de inversão das hierarquias sociais que fazem parte do universo relacional da capoeira (Lewis, 1992, 1995, 1999) e que são uma sabedoria extrapolada desse universo, para a vida social amplamente compreendida. Pois, como dizia Letícia Vidor de Souza Reis, a capoeira é uma prática que se especializa em "pôr o mundo de pernas para o ar" (1997) 12. Isso não implica, obviamente, que esses imigrantes não hajam estado expostos às atitudes de rechaço ou preconceito; ou que hajam podido resolver todos seus conflitos relacionais por meio dessas estratégias. Significa que eles desenvolveram táticas peculiares de convivência que os permitiram esquivar desses conflitos cotidianos. Assim sendo, puderam capitalizar a boa aceitação daquilo que se chama "a cultura brasileira" na Espanha, associando a pessoa dos capoeiristas com o conteúdo positivado dessa noção de produto cultural, o que, por sua vez, deu passo a uma identidade social nova – adaptada desde os maliciosos princípios relacionais da capoeira, mas pensada para sua condição de imigrantes em Madrid. Finalmente, seu labor de difusão da capoeira terminou por identificar-se (senão integralmente, fortemente) com essa promoção da "cultural nacional", de forma que a capoeira se está transformando em uma espécie de sinônimo da presença do Brasil no mundo e um importante difusor da língua portuguesa.

Para citar um exemplo pertinente, o caderno de guia turístico editado pela cidade de Madrid no mês de fevereiro de 2006, trazia na sua capa a figura de um capoeirista brasileiro, residente na cidade há cinco anos e líder local de um grupo brasileiro fundado em 1962. O Capoeirista, vestido com uniforme de capoeira, executava um movimento denominado *"aú-sem-mao"* (no qual o sujeito salta elevando as duas pernas abertas ao ar, sem apoiar as mãos no solo). A cena se passava no cruzamento da Gran Vía com a Calle Alcalá, duas das ruas mais importantes (e representativas) para a vida turísca, social e econômica de Madrid. A eleição dessa foto para o caderno, se devia ao fato de que fevereiro é o mês do carnaval, festa diretamente identificada ao Brasil, como parte de sua "cultura nacional" (Da Mata, 2002). A melhor forma de identificar Madrid ao espírito da festividade "tipicamente brasileira", foi estampar a capa do guia de turismo com aquilo que em Madrid se identifica diretamente ao Brasil: a capoeira e o capoeirista13.

Como pudemos averiguar recentemente14, a justaposição entre *capoeira-Brasil-capoeirista*, não é evidente no Brasil – a não ser para os indivíduos que integram os grupos internacionais da capoeira - uma vez que seu sentido se constrói em contextos migratórios: é uma *identidade nacional brasileira* criada fora daquilo que se compreende como *território nacional brasileiro* – e que leva consigo a manifestação viva de um fenômeno cultural que se pensava, há escassos trinta anos, como "regional" e por vezes "*folclórico*" brasileiro. Estamos diante, por tanto, de um processo de transnacionalismo, no qual se superam as fronteiras de uma nação, expandindo para outras os referentes culturais e políticos que conformam seu projeto nacional. Nota-se assim, a hibridação e re-atualização da identidade nacional ocorrendo fora das fronteiras geográficas da nação – uma situação que passa a desafiar juridicamente o conceito de Estado como entidade perfeitamente desenhada por um limite físico e defensor de um princípio de identificação soberano ou hegemônico (Kearney, 1995:528).

---

12 Duas das características do universo social da capoeira permitem que ela sirva a lógicas de integração coletiva: 1) a forma como adapta a diversidade cultural; 2) a forma como atualiza sua tradição a partir da contribuição criativa dos sujeitos. Esses são, ao nosso juízo, os fatores que vem contribuindo para que a prática se torne uma união de múltiplas práticas (muito diversas entre si), entre as quais, "há consenso, ainda assim, de que a capoeira é uma arma a ser utilizada contra a injustiça social e a exclusão racial" (Röhring-Assunção, 2005: 1. Tradução própria).

13 Além disso, o simples fato de figurar em uma publicação oficial do município pode ser compreendido como um indicador do prestigio que goza a capoeira frente às administrações públicas locais.

14 Diferentes atores sociais (gestores de políticas públicas, pesquisadores universitários, profissionais relacionados ao direito internacional de patente), entrevistados no Brasil (entre julho e setembro de 2008), nos demonstraram surpresa em relação ao nosso tema de pesquisa, pois não tinham conhecimento da existência de grupos de capoeira em mais de cento e cinqüenta países do mundo e duvidavam que eles pudessem haver construído uma imagem do Brasil no exterior.

O surgimento de capoeiristas espanhóis de alto nível representa a aparição de um novo elemento ao trinômio identitário com que os capoeiristas brasileiros consolidaram muitas de suas estratégias de permanência, já que subvertem a correspondência absoluta entre a nacionalidade brasileira e as habilidades da capoeira. Como conseqüência, o domínio legítimo sobre a atividade vai expandindo-se mais além da garantia da nacionalidade, um processo relatado não somente na Espanha, mas também em outros países europeus onde cada vez mais, se formam a jovens capoeiristas "*não – brasileiros*". Por outro lado, também representa uma ameaça por que, em todos os exemplos que estudamos em Madrid, a saída desses jovens dos grupos onde se haviam "formado capoeiristas", corresponde a um movimento de crítica à hierarquia interna desses mesmos grupos. Uma crítica que pretende adaptar as lógicas da organização coletiva da capoeira aos padrões locais, aos quais esses também são socializados (e melhor socializados que os imigrantes brasileiros). Ao serem sujeitos desse processo, terminam por criar entidades que não estão relativamente livres do controle legitimo da comunidade de brasileiros capoeiristas, mas que tem grande poder de aproximação aos jovens espanhóis, entre outras coisas, pelo fato de ser liderado por gente que comparte mais intimamente sua visão de mundo.

Os "grupos de capoeira" de Madrid.

Dezessete dos grupos que encontramos em Madrid (80, 95%) durante nossa pesquisa empírica, eram comandados localmente por capoeiristas brasileiros imigrantes na Espanha, aos quais se atribuíam posições elevadas dentro da hierarquia interna de seus respectivos coletivos15.Os quatro grupos restantes (19,05%) eram comandados por capoeiristas espanhóis que haviam integrado alguma das associações lideradas por brasileiros (haviam sido "discípulos" dos capoeiristas brasileiros em Madrid por períodos que variavam de seis a onze anos), e que resolveram abdicar de sua afiliação a tais coletivos por discordar, principalmente, de quatros elementos:

1) de sua hierarquia interna (e não menos das normas que subtendem dita hierarquia);

2) de seus métodos de ensino;

3) de seus mecanismos de arrecadação econômica, ou 4) da natureza das relações professor – aluno na vida cotidiana desses coletivos.

É difícil precisar a quantidade de indivíduos associados a cada um desses grupos (sejam eles liderados por brasileiros ou por espanhóis), por circunstancias que explicaremos mais a seguir e que guardam relação com a fluidez interna que não deixa de estar presente em sua estrutura de sociabilidade. Também seria inexato traçar uma média de número de integrantes, já que esses coletivos variam muito entre si, alcançando dimensões que vão desde os 10 aos 200 membros (no que concerne a cidade de Madrid, apenas). Para tentar quantificar o número de gente envolvida nesses coletivos (excetuando-se as lideranças), usamos duas estratégias: uma de caráter quantitativo e outra de caráter qualitativo. A primeira consistiu na distribuição e análise de um questionário sócio-econômico, que produziu um resultado limitado aos grupos que se dispuseram a participar (33% do total) e, dentro desses grupos, aos segmentos que estavam sob a coordenação dos líderes que haviam aceitado contribuir com a entrega e recolhimento dos questionários16.

Tendo em conta a ineficiência da estratégia quantitativa, optamos por completá-la com o registro (a partir da observação participante) do número de integrantes que assistiam às diferentes atividades do coletivo às quais acudimos sistematicamente (aulas em diferentes centros de treinamento, cursos, eventos, festas, "*rodas de rua*", espetáculos, etc.), o que nos permitiu construir um quadro aproximado do número de associados de cada um desses coletivos. Chegamos assim, à conclusão de que poderíamos dividi-los de acordo com três padrões grupais:

a) Grupos Pequenos (de 10 a 25 integrantes): correspondem a um total de 38,1% dos coletivos que estudamos em Madrid e reúnem 12,85% do total de indivíduos associados a grupos de capoeira na cidade.

b) Grupos Médios (de 26 a 50 integrantes): tem esse perfil um total 19% dos coletivos; reúnem 16,19% do total de associados.

c) Grupos Grandes (de 100 a 200 indivíduos): Somam um total de 23,8% do total de coletivos; reúnem 70,95% dos praticantes de capoeira de Madrid.

Segundo nossas observações, o número total de pessoas associadas aos grupos de capoeira em Madrid chegava a um total de 1050 pessoas, divididas entre os vários coletivos. Trata-se, porém de uma aproximação limitada, como explicamos anteriormente, pelas dificuldades de observação que nos apresentava o próprio campo de pesquisa e não deve ser compreendida como um dado exato, mas sim como uma estimativa. Ademais, é importante ressaltar que somente contamos com os associados ativos (que acudiam regularmente às atividades). Todos esses grupos têm um alto percentual de participantes afastados voluntariamente (por motivos financeiros, profissionais ou de saúde) e que fazem parte de sua rede de apoio, podendo voltar a integrar as atividades a qualquer momento. Esse tipo de participantes não pode ser quantificado em nossa observação, pois nenhum dos coletivos tem um mecanismo formalmente estruturado de registro desses integrantes.

---

15 Quatro deles eram "Mestres de Capoeira" (23,53%); outros quatro eram "Contramestres de Capoeira" (23,53%); e nove eram "Professores de Capoeira" (52,94%). A posição que esses líderes ocupam nas hierarquias dos grupos é proporcional ao conhecimento do universo da capoeira que aglutinam e constituem um dado importante para que possamos compreender as relações que logram estabelecer para com os seus alunos europeus e para com a comunidade da capoeira de forma amplamente compreendida.

16 Os grupos normalmente têm um líder principal (para cada cidade onde se estabelecem) junto ao qual trabalham outros capoeiristas que também portam algum grau de liderança. Esses segundos, embora sejam subordinados ao líder principal, contam com uma autonomia relativa, o que lhes confere alguma liberdade de decisão. Assim, para que o questionário fosse distribuído para todos os centros de ensino de uma mesma associação ou grupo, teríamos que lograr o apoio de todos os líderes, o que não nos ocorreu, exceto nos coletivos em que somente um capoeirista ministrava as aulas de todos os centros de ensino.

Devemos observar, no entanto, que o número de componentes de cada grupo guarda uma íntima relação com o número de anos que o coletivo desenvolve suas atividades na cidade. Esse fato se deve a que suas lógicas de territorialização (baseadas na construção de redes locais e supra-locais) necessitam um tempo de maturação, uma vez que se constroem de acordo com *estratégias de contato pessoal*, a partir das quais consolidam:

1) a afiliação de novos integrantes que venham a compor o corpo permanente do grupo;

2) os pactos de colaboração estabelecidos com outros grupos em Madrid, na Espanha e na Europa. Isso não quer dizer, obviamente, que o crescimento dos grupos seja resultado exclusivo da variável tempo, mas indica que podemos traçar uma espécie de correlação entre o tempo de presença em Madrid e o número de integrantes de que dispõe o grupo. Essa correlação é especialmente relevante para os coletivos englobados na categoria *Grupos Pequenos*, pois todos eles (100% da amostra) desenvolvem suas atividades na cidade por períodos que não são superiores há cinco anos.

Em termos espaciais, esses coletivos de capoeiristas (sejam eles grandes, médios ou pequenos) são caracterizados por sua uma articulação com o território bastante peculiar: ao mesmo tempo em que lutam por expandir suas atividades por um maior número de bairros e áreas de Madrid, desenvolvem uma ética de competição segundo a qual os espaços são divididos como "*zonas de influência*" de um ou outro capoeirista. A partir dessa lógica territorial se estabelecem regras informais de conduta (no sentido de que não são escritas ou pactuadas abertamente, embora sejam de conhecimento distendido entre os integrantes dos diferentes grupos) que quando desrespeitadas geram disputas entre Mestres (e, consequentemente, determinam a não - cooperação entre seus grupos).

Registramos seis casos em que o não respeito das normas de divisão dos espaços havia resultado num afastamento entre grupos e num rompimento das relações de cooperação entre seus líderes e integrantes, que passavam a furtar-se de colaborar nos eventos públicos organizados pela outra entidade. De uma forma geral, esses rompimentos são caracterizados pela inoculação do oponente na rede de contatos do grupo, o que priva a ambos (mesmo que momentaneamente) dos benefícios advindos da ajuda mútua. A briga pode, no entanto, resolver-se num ato público de "*reconciliação*". Nesse caso, espera-se que o líder com menos reconhecimento legítimo (com menos tempo de prática e com menor "*graduação*") seja quem tome a decisão de "*pedir desculpas*" – o que em três dos casos presenciados culminou com a visita do capoeirista (acompanhado de seus alunos de capoeira) ao mestre a quem se retratava publicamente, oportunidade em que se celebrava uma *Roda de capoeira*17 entre os dois grupos, selando uma vez mais sua aliança.

As áreas mais valorizadas pelos grupos correspondem àquelas que estão no centro da cidade de Madrid (Sol, Gran Vía, Plaza España, Callao, Lavapiés, Antón Martin, Tribunal) ou em seu raio mais próximo (Cuatro Caminos, Alvarado, Estrecho, Moncloa, Embajadores). Essas áreas apresentam uma mais alta diversificação dos grupos que se dividem entre espaços muito próximos: encontramos aí associações que desenvolvem suas atividades numa mesma rua, por exemplo. Isso significa que as "*zonas de influência*" cabidas a cada capoeirista serão menores em áreas onde pode haver maior demanda pelos serviços prestados (nesse caso, as aulas de capoeira).

Nos bairros mais afastados do centro, o raio que delimita a "*zona de influência*" dos grupos é mais amplo, de forma que vizinhanças inteiras costumam ser áreas exclusivas de um ou outro grupo. Assim, para ilustrar a questão em termos demográficos, quanto mais afastados do centro nos posicionamos, uma menor a densidade de coletivos de capoeira por metro quadrado encontramos. Ao todo, os vinte e um grupos que estudamos em Madrid empreendiam suas aulas em aproximadamente *70 diferentes centros* de ensino da Capoeira, divididos entre: academias esportivas, universidades, escolas de educação primária e secundária, academias de dança, bares, associações de vizinhos e inclusive dois centros especificamente voltados à capoeira.

Essa era, em termos gerais, a comunidade da capoeira em Madrid, tal qual a encontramos até julho de 2008. É possível, entretanto, que novos coletivos hajam surgido desde essa última data; que os grupos hajam ampliado ou reduzido o número de centros que coordenam ou ainda que alguns dos capoeiristas brasileiros que localizamos já não exerçam suas atividades na cidade (como conseqüência de um processo de adaptação fracassado ou do simples ímpeto de movimentação que acompanha a lógica de expansão desses coletivos).

Um exemplo contundente dessa fluidez grupal pode ser ilustrado por uma das estratégias de mobilidade bastante usada pelos capoeiristas na Espanha. Ela consiste em fixar-se em uma cidade por alguns anos, até formar nela alunos que possam assumir a condição de professores do grupo. Uma vez formados os novos professores (normalmente espanhóis) o capoeirista brasileiro se muda para uma nova cidade onde inicia o mesmo processo18. Na falta de um aluno espanhol que atenda às características que requisita a função de um líder, o capoeirista brasileiro pode trazer um outro capoeirista do Brasil. Esse último pode ser um integrante de seu grupo com quem conviveu diretamente; ou alguém que não conhece pessoalmente, mas que foi indicado por um mestre do grupo (aqui, a palavra do mestre é a garantia de que a pessoa enviada a Espanha atende aos padrões de confiança do coletivo). Quando nenhuma dessas possibilidades se faz efetiva, o novo

17 A "Roda de Capoeira" é o ritual em que se desenvolve a prática da capoeira (o "jogo de capoeira"). Corresponde ao espaço demarcado pelos próprios capoeiristas postos lado a lado de forma a desenhar um círculo que vai de um extremo a outro de uma "orquestra". Referida orquestra é composta pelos instrumentos afro-brasileiros denominados Berimbaus, Atabaques, pandeiros e agogôs.

18 A existência de um professor de capoeira espanhol que lidere localmente um grupo é legitima para a comunidade de capoeiristas brasileiros (e não desperta maiores receios), sempre que o professor espanhol esteja coordenado (ou comandado) por um capoeirista brasileiro e que seu processo de formação seja reconhecido pela comunidade. Essa é de fato, uma estratégia utilizada por muitos dos grupos que estudamos, sendo parte de outro elemento comum para os grupos: a divisão social do trabalho pelos membros do coletivo.

capoeirista pode ser solicitado a partir das redes de contato com outros grupos – o que resulta sempre mais arriscado, pois nesse caso existem menos garantias prévias sobre a pessoa convidada.

Essa tática de expansão, cidade após cidade, permite uma extensão da área de atuação do grupo, criando centros que formarão entre si uma rede de cooperação e que terão em comum um tipo de conexão carismática legítima com o professor brasileiro – que passa a atuar como um elo que dá sentido à rede. Uma das tarefas desse capoeirista, em sua condição de líder, será viajar incessantemente durante todo o ano, visitando cada um dos centros de ensino do grupo e reforçando o sentido de pertencimento a uma comunidade comum. Ao mesmo tempo, a existência desses vários centros interconectados gera um fluxo de alunos entre as cidades onde esses centros se localizam, de forma que um capoeirista que encontramos em Madrid hoje, pode haver estado dois meses em Alicante e outros dois em Barcelona, peregrinado pelas sedes espanholas do grupo (circunstância com a qual nos deparamos durante o trabalho de campo).

Por tanto, o quadro que aqui descrevemos (e que se prestará ao sentido de nossas análises) é um fenômeno temporalmente delimitado: nem a comunidade que descrevemos existirá hoje tal e como a conhecemos nesse período, nem nossos argumentos poderão ser superpostos à comunidade da capoeira que hoje se encontre em Madrid, sem que se leve a cabo um processo de releitura de nossas conclusões e métodos. Essa consideração – que talvez resulte redundante a qualquer antropólogo ou básica a qualquer historiador – é especialmente importante quando tratamos dos grupos relacionados à capoeira, já que os *sistemas simbólicos* que estruturam sua ética coletiva estão sentados, como dissemos antes, em princípios de mobilidade – que tomam substância graças à utilização do improviso como um cimento das relações sociais grupais.

Na capoeira, o improviso, a maleabilidade (flexibilidade), a astúcia e a adaptação são valores físicos recriados no espaço simbólico da *Roda de Capoeira*. Nesse espaço, essas características tomam vida através do diálogo físico (interação) entre duas pessoas que guardam entre si a ambígua relação de companheiros e oponentes. Trata-se, portanto, de uma interpretação corporal dos conflitos mediada pela idéia de jogo: de um jogo físico e espiritual (Sodré, 2002) com as regras da vida social (Lewis, 1995).

Essa lógica de mobilidade convive sem maiores problemas com a lógica de hierarquização desses grupos, fazendo-lhes combinar dois recursos fundamentais para qualquer rede social: estabilidade e capacidade de adaptação criativa. Essa primeira consideração nos leva a uma segunda, igualmente importante: dizer que existe uma intensa mobilidade interna não equivale a dizer tais coletivos sejam desprovidos de corpos estáveis. Em realidade, observamos, em todas as associações que visitamos em Madrid, a presença de membros que as haviam integrado desde seus primeiro momentos nessa cidade – o que em alguns casos significava nada menos que 18 anos de afiliação ao coletivo. Entretanto, as associações sabem que esse grau de comprometimento estável e temporalmente distendido com o "universo da capoeira" não é majoritário, por que ele implica (ademais do desenvolvimento das capacidades físicas, motoras, emocionais e culturais que supõem a socialização num grupo de capoeira), a aceitação das responsabilidades coletivas para com a associação – que se vão aprofundando na medida em que o aluno progride na hierarquia do grupo, e vai galgando os vários degraus que lhe aproximam do ponto mais alto dessa organização coletiva: o grau de "*Mestre de Capoeira*".

A verticalização interna dos grupos de capoeira é o que dá estrutura a quatro elementos determinantes do potencial de expansão territorial dessas coletividades:

1) vinculação legítima, ordenada y recíproca entre os membros do grupo;

2) difusão em cadeia da conexão carismática para com o líder do grupo;

3) divisão de tarefas entre os membros (coletivização do trabalho);

4) manutenção da solidariedade interna a partir da transmissão dos conhecimentos da capoeira (que se transformam assim em um patrimônio cultural comum entre os integrantes de um mesmo grupo).

Essa hierarquia interna se fundamenta, em termos gerais, no fato de que o escalonamento dos indivíduos é análogo ao nível de conhecimento de capoeira de que dispõe o sujeito (Lewis, 1995), recebendo a denominação "*graduação*". Isso significa que idealmente, a progressão do capoeirista também está marcada por sua socialização aos conhecimentos do grupo e à vida comunitária. Cada graduação de capoeira está associada a uma diferente cor, que estará gravada na *"corda"* ("*cordel*" ou "*cordão*") que o indivíduo recebe em uma cerimônia pública, na qual sua nova posição é reconhecida por seu mestre ou professor e legitimada frente ao coletivo. O capoeirista deverá levar essa corda presa à sua calça de capoeira ("abada de capoeira") em todas as atividades do grupo. A corda é, por tanto, uma forma estetizada de anunciar o lugar que os indivíduos ocupam na hierarquia interna. Nem todos os alunos são legitimamente autorizados a lecionar capoeira: essa permissão se ganha junto com uma corda específica (que varia de grupo para grupo), a que normalmente se denomina *"Corda de aluno formado*", que precede de três a cinco anos a corda de "*Professor*". Isso funciona assim para os grupos que se identificam com um estilo de capoeira denominado Regional (ou com a variação contemporânea desse estilo) 19.

Para descrever um quadro do fluxo de integrantes nesse processo de hierarquização interna (observado nos grupos de Madrid), poderíamos dizer que a cada geração de alunos novatos (aos quais se denomina "*corda crua*") que iniciam sua "*vida de capoeira*", a metade abandonará o grupo (e a capoeira); trinta e cinco por cento se manterá de forma instável (participando das atividades de forma descontínua, na medida em que suas atribuições cotidianas o permitam); dez por cento permanecerá nos grupos de forma permanente, mas sem implicar-se profundamente em suas responsabilidades; e, por fim,

19 Os grupos de capoeira identificados com o estilo denominado "capoeira angola" não utilizam o sistema de cordas, e sua hierarquia interna não se define pela marca estética da corda, mas sim pela natureza das relações cotidianas entre o mestre e seus discípulos. Vale observar que dos vinte e um grupos que estudamos em Madrid, apenas dois se definiam como praticantes de "capoeira angola".

cinco por cento desenvolverá um sentimento de pertencimento profundo à coletividade, implicando-se ano após ano, na manutenção das aulas de capoeira, dos eventos do grupo, das "*Rodas de Capoeira*", da fabricação de instrumentos, da captação de novos alunos e adeptos.

Essa minoria, obviamente, é a que caminha ascendentemente na hierarquia do grupo, pressionada por dois imperativos:

1) adquirir e demonstrar as múltiplas habilidades que correspondem a suas novas responsabilidades (que envolvem a musicalidade, o artesanato, as capacidades pedagógicas, o domínio do português-brasileiro, a força e flexibilidade física, a lealdade, o domínio dos códigos de comunicação da comunidade, o reconhecimento público dos membros do grupo e dos membros de outros grupos, o conhecimento da "*história do Brasil*" 20, etc.);

2) assumir a capoeira como uma *vocação* e como uma *profissão*.

Entendemos que vivem *para* a capoeira, aqueles sujeitos cujo sentido de vida é servir à causa da capoeira. Estes seriam os que encontram na atividade uma *vocação*, em termos weberianos (Weber, 2007). Aqueles que vivem *da* capoeira, são os sujeitos que a compreendem como uma fonte de recursos permanente, ao qual se conectam (idealmente) com uma racionalidade econômica. Na prática, esses dois tipos puros se superpõem nas ações dos sujeitos, não correspondendo a realidades de um todo isoladas.

Essa é uma pressão particularmente difícil aos jovens europeus que integram esses grupos, pois por mais forte que seja o sentimento de devoção à capoeira desenvolvido durante seus cinco, dez ou quinze anos de vida comunitária "*capoeirana*", ainda falta muito para que a capoeira constitua, para os imaginários sociais locais europeus, uma atividade pertinentemente associável a uma profissão – imagem social que somente recentemente se está consolidando no Brasil, dentre outras coisas, como resultado da própria migração massiva de capoeiristas para outros países do mundo onde, por fim, se pode viver somente *da* capoeira.

3) Modelos de Cooperação e solidariedade

Como dizíamos antes, a lógica de movimento e improviso inerente ao universo *social* dos grupos capoeira resulta em uma dinâmica de deslocamento espacial. Observando a natureza de ditos deslocamentos nos grupos erradicados em Madrid, notamos que a partir deles se gera uma rede de comunicação e cooperação grupal (e inter-grupal) entre:

1) diversas cidades dentro da Espanha (onde o grupo tem sede);

2) diversas cidades européias e fora da Espanha (onde o grupo ou seus grupos aliados tenham sede);

3) cidades do Brasil, de onde haja vindo o professor ou mestre responsável pelo grupo;

4) cidades brasileiras identificadas como centros da tradição da capoeira (especialmente Salvador e Rio de Janeiro).

Trata-se de um fenômeno não transitório; que influencia e determina a vida cotidiana e as identidades nas distintas localidades que interconecta; e que transcende fronteiras nacionais. Esse conjunto de características nos permite afirmar que o contato entre esses grupos gera aquilo que Nárvaez Gutierres (2007) denomina "*redes transnacionais*".

A forma como os grupos de capoeira se relacionam com o contexto da cidade de Madrid guarda uma característica distintiva que os identifica enquanto membros de uma comunidade de valores: os sujeitos que integram a esses grupos orientam sua ação com base na *rede de solidariedade* em que estão inseridos e a partir da qual conseguem aceder a informações, recursos econômicos e ajudas de diversos tipos. Trata-se de um denso sistema de intercambio de favores que se estabelece de acordo com regras próprias (específicas) da comunidade da capoeira e que têm lugar em uma gigantesca rede de contatos que extrapola o território de Madrid. Na base desse sistema de intercambio em rede, encontramos *relações de cooperação* que são ao mesmo tempo recíprocas e obrigatórias, seguindo o espírito de intercambio que descreve Mauss em "*Ensaio sobre a Dádiva*" (1991).

Para melhor compreender a natureza dessas *relações de cooperação* (e, por conseguinte a natureza da própria rede de contatos), nos propusemos a tarefa de identificar-las como se fossem tipos puros *weberianos*, criando definições padrões que nos possibilitassem avançar na interpretação das relações reais que estávamos observando. Com essa finalidade, isolamos três características (elaboradas como pares de oposições) comuns às *relações de cooperação*, e cuja combinação determinaria os diferentes *tipos puros* de cooperação:

a) horizontalidade ou verticalidade;

b) internalidade ou externalidade;

c) caráter coletivo ou caráter individual.

Embora o cruze dos pares de oposição dessas três características, nos permitisse chegar a um número probabilístico de oito tipos, nossa observação empírica nos permitiu constatar que somente dois deles encontravam expressão na comunidade de capoeiristas em Madrid:

---

20 Consideramos que "toda tradição inventada, tanto quanto é possível, usa a história como um legitimador da ação e como cimento da coesão grupal" (Hobsbawn, 1983: 12. Tradução própria) e que esse processo parte necessariamente da seleção, adaptação, interpretação, desmantelamento e criação das imagens que compõem o amplo espectro da história, obturadas aqui de forma a permitir uma historicidade que favoreça a existência dos coletivos que se dedicam a semelhantes processos de "engenharia social" (nas palavras de Hobsbawn). A comunidade da Capoeira também realiza esse tipo de "invenção da história" e disponibiliza aos seus integrantes uma coerente interpretação do surgimento social da prática que varia, conforme pudemos observar, de acordo com os diferentes contextos aos quais esses coletivos se estão adaptando. Enquanto alguns grupos ressaltam o caráter da capoeira como uma "resistência cultural afro-descendente"; outros ressaltam um suposto caráter festivo (associado à socialização e à criação de uma vida comunitária). Outros ainda, ressaltam o caráter esportivo, considerando-a segundo o mito corrente no Brasil, "o primeiro esporte genuinamente brasileiro" (Burlamarqui, 1928).

Relação de cooperação nº. 1: Verticalizada, interna, coletiva.

Ocorre entre os indivíduos que compõe um mesmo grupo ou associação, independentemente do lugar em que este grupo desempenhe suas atividades, da origem nacional dos indivíduos ou de sua situação sócio-econômica. Isso significa que entre membros de um mesmo grupo, mesmo que esses vivam em cidades diferentes, tenham mestres ou professores diferentes, ou que nunca se hajam conhecido pessoalmente, existe um dever de ajuda recíproca que aparece como una cooperação potencial e que se manifestará sempre que uma das partes a necessite. Atualmente, quando um professor ou mestre de capoeira chega a uma cidade Européia, já conta com a mobilização dos membros do grupo que se encontram na cidade ou perto dela, de forma a assegurar os recursos iniciais fundamentais à empresa migratória: uma casa onde se hospedar provisoriamente, conhecimentos básicos sobre o transporte na cidade, ajuda no processo de início de suas atividades de capoeira, etc. Esses são benefícios dos quais, obviamente, não desfrutaram os primeiros capoeiristas que se estabeleceram na Europa, a quem coube o minucioso processo de construção (ampliação) das redes que antes se reduziam ao território brasileiro.

Dizemos que é verticalizada, por que a própria estrutura interna do grupo o é, de forma que também as relações de cooperação serão mais ou menos generosas de acordo com o status grupal do indivíduo a quem está dirigida; e serão mais ou menos obrigatórias de acordo com a "*graduação de capoeira*" da pessoa responsável por levá-la a cabo. Consideramo-na coletiva por que mesmo que seja desenvolvida pelos sujeitos (às vezes de forma isolada), compreendem uma "obrigação" igualmente concernente a todos os integrantes do grupo. Notamos também que esse caráter obrigatório costuma ser mais intenso no Brasil que na Espanha, o que pode refletir um processo de adaptação ao contexto e à mentalidade européia.

Relação de cooperação nº. 2: Horizontalizada, externa, coletiva.

Trata-se de relações mantidas entre os grupos, segundo as quais pactuam intercâmbio de bens (como instrumentos musicais, por exemplo), mas, sobretudo, a partir da qual traçam a colaboração na realização de eventos públicos como os *Encontros Internacionais de capoeira*, os *Batizados* dos grupos, as festas comemorativas, as *Rodas de rua*. É comum que um grupo acuda aos eventos de outro com seus integrantes, o que aumenta positivamente o número de participantes, criando uma imagem de adesão coletiva eficaz como recurso de propaganda interna e externa, ao grupo que organiza dito evento. Nesse caso, a colaboração se estabelece entre os líderes de um e outro grupo, sendo por isso relações horizontais entre figuras homólogas. São externas por que extrapolam os limites do grupo como unidade coletiva, alcançando outros coletivos de capoeiristas. São coletivas por que não se tratam de opções tomadas separadamente por cada capoeirista, mas corporativamente pelo grupo, com a mediação e legitimação do mestre (ou líder). Não são bem aceitas as alianças que não se estabelecem dessa forma e, em geral, o apoio a uma atividade de um grupo não aceito pelo coletivo como "colaborador", é compreendido como uma contravenção. Isso não significa, entretanto, que os capoeiristas não tenham liberdade para estabelecer (ou tentar estabelecer) por sua conta novos laços com outros parceiros. Significa que em algum momento, esses novos laços terão que ser reconhecidos como uma aliança grupal e não individual e, para tanto, deverão passar pelo aval (ou ser levados ao conhecimento) do líder local do grupo. Do contrário, essas tentativas de aliança não mobilizarão a todos os integrantes do coletivo.

Bibliografia

Abib, Pedro Rodolpho Jungers (2006). Os velhos capoeiras ensinam pegando na mão.Campinas: CEDES. 26(68),86-98.

Abreu, Frede (1997). *Bimba é Bamba: A Capoeira no Ringue*. Brasília: Mimeo.

Abumalham, Montserrat (2007). La inmigración en España: el imaginario, la memoria y las migraciones. *Revista de Ciencias de las Religiones*. (21), 23-32

Anderson, Benedict (2007). *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras.

Bonilla- Silva, Eduardo (1999). The Essential Social Fact of Race. *American Sociological Review*, (64) 6, 899-906.

Bourdieu, Pierre (2004). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Bulamarqui, Annibal (1928). *Gymnastica Nacional (Capoeiragem) Methodizada e Regrada*. Rio de Janeiro: Editorial particular.

Butler, Kim D. (2000). From Black History to Diasporan History: Brazilian Abolition in Afro-Atlantic context. *African Studies Review*: 43(1), 125-139.

Brown, Diana de G.; Bick, Mario (1987). Religion, Class, and Context: Continuities and Discontinuities in Brazilian Umbanda. *American Ethnologist*, (14) 1, 73-93.

Caparrós-Ruiz, Antonio & Navarro-Gomez, Maria Lúcia (2007). Precariedad y segmentación laboral: Inmigrantes versus trabajadores Nacionales. http://www.congresos.ulpgc.es/aeet_aede/Descargas/Sesion5Sala4/Caparros-Navarro.pdf .(Consultado na Internet em 11 de novembro de 2008).

Capel, Horácio (1997). Los inmigrantes en la ciudad. Crecimiento económico, innovación y conflicto social. *Scripta Nueva. Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales*, 3 (1 de mayo de 1997).

Carvalho, José Murilo de (2001). Nación imaginada: memoria, mitos, y héroes. In: González, Elda (Ed.), *Reflexiones en torno a 500 años de historia de Brasil*. Madrid: Editorial Catriel.

Chvaicer, Maya Talmon (2002). The Criminalization of *Capoeira* in Nineteenth-Century Brazil. *Hispanic American Historical Review.* (82)3, 525-547.

Da Mata, Roberto (2002). *Carnavales, Malandros y héroes: hacia una sociología del dilema brasileño*. México, Fondo de Cultura Económico.
Dias, Sérgio Luiz. (2001). *Quem tem medo da Capoeira?* Rio de Janeiro: Memoria Carioca.
Diaz, Adriana Albert (2007). *Mandinga, manha e malícia* : *uma história sobre os capoeiras na capital da Bahía*. Salvador: EDUFBA.
Fernandes, Florestan (1972). *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo: DIFEL.
Flory, Thomas (1977). Race and social control in Independent Brazil. *Journal of Latin American Studies*. 9 (2), 199-224.
Freyre, Gilberto (1973). *Casa Grande y Senzala. Formación de la familia brasileña bajo el régimen de la economía patriarcal*. Venezuela: Biblioteca Ayacucho.
Gellner, Ernest (2001). *Naciones y nacionalismos.* Madrid: Alianza Editorial.
Giménez, Carlos y Sanchez, Nuria (2006). *Anuario de la Convivencia Intercultural de la Ciudad de Madrid*. Madrid: Observatorio de las Migraciones y de la Convivencia Intercultural de la Ciudad de Madrid, Área de Gobierno de Empleo y Servicios a la Ciudadanía del Ayuntamiento de Madrid.
Hobsbawm, Eric John (1983). *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.
Hobsbawm, Eric John (1997). *Naciones y Nacionalismos desde 1780*. Barcelona: Crítica.
Holloway, Thomas H. (1989). A Healthy Terror: Police Repression of Capoeiras in Nineteenth-Century Rio de Janeiro. *The Hispanic American Historical Review*, 69 (4), 637-676.
Lewis, J. Lowell (1992). *Ring of liberation: deceptive discourse in Brazilian capoeira*. Chicago ; London: University of Chicago Press.
Lewis, J. Lowell (1995). Genre and Embodiment: From Brazilian Capoeira to the Ethnology of Human Movement. *Cultural Anthropology*, 10(2), 221-243.
Lewis, Lowell J (1999). Sex and Violence in Brazil: Carnaval, Capoeira, and the problem of Everyday life. *American Ethnologist*, 26(3), 539-557.
Líbano Soares, Carlos Eugênio. *A Capoeira escrava e outras tradiçoes rebeldes no Rio de Janeiro* (*1808 - 1850*). Campinas: Editora Unicamp.
Mauss, Marcel. (1991). *Sociología y Antropología*. Madrid: Tecnos.
Naïr, Samir (2002). Cinco ideas falsas sobre la inmigración en España. https://www.malaga.acoge.org/docs/sensibilizacion/cincoIdeas.pdf . (Consultado na internet em 11 de novembro de 2008).
Narváez Gutiérrez, Juan Carlos (2007). *Ruta transnacional: a San Salvador por los Ángeles. Espacio de interacción juvenil en un contexto migratorio* .México: UAZ - Instituto Mexicano de la Juventud. (Colección América Latina y el Nuevo Orden Mundial).
Nascimento, Abdias do (1978). African Culture in Brazilian Arts. *Journal of Black Studies*, (8) 4, 389 -422.
Ortiz, Renato. (1984). *Cultura brasileira e identidade nacional*. Sao Paulo: Brasiliense.
Pérez-Diaz, Vitor; Álvarez-Miranda, Berta; González-Enriquez, Carmen. (2001) *España ante la inmigración*. Barcelona: Fundación la Caixa. (Colección Estudios Sociales, 8).
Porta, Paula (2008). Economia da Cultura. Um setor estratégico para o país. http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/04/texto-sobre-o-prodec-paula-porta.pdf (Consultado na internet dia 10 de novembro de 2008).
Reis, Joao José. (1997). The Revolution of Ganhadores: Urban Labour, Ethnicity and the African Strike of 1857 in Bahia, Brazil. *Journal of Latin American Studies*, 29(2), 355-393.
Reis, Letícia Vidor de Souza (1997). *O mundo de pernas para o ar.* São Paulo: Publisher Brasil.
Röhring Assunçao, Matthias (2005). *Capoeira: The history of an afro-brazilian martial art*. Londres y Nueva York: Routledge -Taylor and Francis Group.
Santamaría, Enrique (2002). Inmigración y barbarie. La construcción social y política del inmigrante como amenaza. *Papers,* (66), 59-75.
Sodré, Muniz (2002). *Mestre Bimba, corpo de manginga*. Rio de Janeiro, Manati.
Weber, Max (2007). *La política como profesión*. Madrid: Biblioteca Nueva. (Colección Clásicos del Pensamiento).

Migrações científicas: experiências de partida e retorno dos investigadores portugueses

Ana Delicado
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
ana.delicado@ics.ul.pt

***Resumo*:** mobilidade internacional dos cientistas integra-se no fenómeno das migrações de profissionais altamente qualificados. Em termos individuais, uma experiência de trabalho ou de formação no estrangeiro tornou-se quase indispensável na prossecução de uma carreira científica. Em termos sociais, a circulação de cientistas é considerada uma condição essencial para o desenvolvimento da ciência, ao estimular a circulação de conhecimento, a difusão de novas teorias e técnicas, a formação de redes e a cooperação inter-institucional e internacional.

Ao contrário de outros tipos de migração, a mobilidade científica é frequentemente temporária e em muitos casos os cientistas regressam ao país de origem. Quando tal não sucede em larga escala considera-se que o sistema científico de origem tem um problema de "brain drain". Perante a ausência de dados estatísticos oficiais, não é possível estimar a taxa de retorno dos cientistas portugueses. No entanto, outro tipo de abordagens podem contribuir para a compreensão deste fenómeno. Esta comunicação tem por objectivo discutir as experiências migratórias de cientistas portugueses que trabalharam no estrangeiro e que regressaram a Portugal. Pretende-se explorar tanto as vivências no país de acolhimento (a integração nas instituições científicas, a adaptação aos modos e práticas de trabalho, as dificuldades, as mais-valias) como os processos de retorno ao sistema científico de origem (as motivações, a integração profissional, as transformações na prática científica, os constrangimentos e oportunidades).
Esta comunicação baseia-se num conjunto de entrevistas em profundidade, feitas a cientistas portugueses regressados, no âmbito de um trabalho de investigação pós-doutoral em curso.

Introdução

A mobilidade internacional dos cientistas integra-se no fenómeno das migrações de profissionais altamente qualificados. Em termos individuais, uma experiência de trabalho ou de formação no estrangeiro tornou-se quase indispensável na prossecução de uma carreira científica. Em termos sociais, a circulação de cientistas é considerada uma condição essencial para o desenvolvimento da ciência, ao estimular a circulação de conhecimento, a difusão de novas teorias e técnicas, a formação de redes e a cooperação inter-institucional e internacional.

Ao contrário de outros tipos de migração, a mobilidade científica é frequentemente temporária e em muitos casos os cientistas regressam ao país de origem. Quando tal não sucede em larga escala considera-se que o sistema científico de origem tem um problema de "*brain drain*". Perante a ausência de dados estatísticos oficiais, não é possível estimar a taxa de retorno dos cientistas portugueses. No entanto, outro tipo de abordagens, eminentemente qualitativas, podem contribuir para a compreensão deste fenómeno.

Esta comunicação tem por objectivo discutir as experiências migratórias de cientistas portugueses que trabalharam no estrangeiro e regressaram a Portugal. Pretende-se explorar tanto as vivências no país de acolhimento (a integração nas instituições científicas, a adaptação aos modos e práticas de trabalho, as dificuldades, as mais-valias) como os processos de retorno ao sistema científico de origem (as motivações, a integração profissional, os constrangimentos e oportunidades).

Metodologia

Esta comunicação resulta de um projecto de investigação em curso sobre a mobilidade internacional dos cientistas no sistema científico português, financiado por uma bolsa de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, em desenvolvimento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

A primeira fase do projecto sustentou-se na aplicação de inquérito *on line* (Junho de 2007) a uma amostra de conveniência de investigadores portugueses radicados no estrangeiro. Os principais resultados deste inquérito foram alvo de divulgação (Delicado 2007) e estão em vias de publicação sob forma de artigo (Delicado 2008).

Esta comunicação apresenta alguns resultados preliminares da segunda fase do projecto, baseando-se num conjunto de entrevistas em profundidade, feitas a cientistas portugueses regressados após uma experiência de formação e/ou trabalho no estrangeiro.

O recenseamento desta população (investigadores portugueses doutorados no estrangeiro que regressaram a Portugal) foi feito com base no cruzamento de duas fontes de informação principais: a base de dados de doutoramentos realizados no estrangeiro e reconhecidos por universidades portuguesas e o registo biográfico de docentes do Ensino Superior (ambas compiladas pelo GPEARI – Gabinete de Planeamento, Estatística, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior). A informação em falta (sobre doutorados no estrangeiro que não exerciam docência no ensino superior e docentes do ensino superior doutorados no estrangeiro mas sem o reconhecimento de grau) foi obtida através de pesquisas na internet. Foi assim obtida uma listagem de 4830 indivíduos, 922 dos quais de nacionalidade estrangeira (logo excluídos desta fase da investigação). Dos 3908 doutorados portugueses no estrangeiro, apenas 3127 se mantinham em actividade no sistema científico português1. Foi a partir deste universo que foi obtida uma amostra de investigadores a entrevistar, que procurou reflectir a diversidade da população, em termos de tipo de instituição de acolhimento (universidades públicas e privadas, institutos politécnicos, laboratórios do Estado, empresas, hospitais, instituições privadas sem fins lucrativos), de situação na carreira (docentes, investigadores, bolseiros), de localização regional, de área científica, de ano e país de doutoramento e de género. Entre Maio e Novembro de 2008 foram entrevistados 32 investigadores.

Experiências de partida

A mobilidade internacional de cientistas integra-se no fenómeno mais vasto das migrações de profissionais altamente qualificados, que é substancialmente distinto dos movimentos de imigração de massa, por motivos económicos ou políticos. Em termos gerais, os profissionais qualificados encontram menos barreiras à transposição de fronteiras e menores dificuldades de adaptação às sociedades de acolhimento. Por outro lado, a experiência migratória é frequentemente

1 Entre os restantes 342 estavam aposentados ou falecidos, 133 a trabalhar no estrangeiro, 59 a trabalhar noutras áreas que não a ciência. Não foi possível identificar a situação actual de 247 indivíduos.

temporária e multi-direccional. Como tal, as experiências dos cientistas "móveis" serão significativamente distintas das da maioria dos imigrantes.

A mobilidade internacional tem sido um dos eixos centrais da política científica da União Europeia, frequentemente replicada pelos Estados nacionais: reconhecimento de diplomas, atribuição de bolsas, programas que disponibilizam informação e põem em contacto candidatos à mobilidade e instituições de acolhimento. A própria configuração actual da actividade científica é fortemente estruturada pela dimensão internacional: os mecanismos principais de acumulação de capital científico (essencial para se ser reconhecido pelos pares como membro da comunidade científica) são a publicação em revistas internacionais, o trabalho em projectos em colaboração internacional, a participação em redes e associações internacionais, assim como estar integrado em instituições de reconhecido prestígio científico. Assim, tem-se generalizado a percepção que um período de estudo e trabalho no estrangeiro é essencial numa carreira científica: "Para muitos a mobilidade não foi tanto uma escolha como uma necessidade: a progressão nas carreiras científicas exige a aceitação da mobilidade" (Casey e outros 2001: 38-39; ver também Ackers e outros 2001: 68).

A partida dos investigadores "móveis" é frequentemente conceptualizada em termos de factores de "*atracção*" ("*pull*") e de "*repulsão*" ("*push*"), em que os primeiros dizem respeito às condições favoráveis de acolhimento no país de destino e os segundos às condições menos propícias à actividade científica no país de origem (Todisco, Brandi e Tatollo, 2003; Thorm e Holm-Nielsen, 2006; Rizvi, 2005: 176; De la Vega e Vessouri, 2008: 72; Favell, Feldblum e Smith, 2006: 9Baruch, Budwahr e Khatri, 2007).

Entre os factores de "*repulsão*" tanto estão condições de natureza profissional e científica, como percepção desfavorável do mercado de trabalho no país de origem, nomeadamente a quantidade de oportunidades, os critérios de progressão na carreira, os salários (Casey e outros, 2001: 38-39; Ackers e outros, 2001: 68; Todisco, Brandi e Tatollo, 2003: 125) como condições políticas (repressão, instabilidade, guerra civil) ou económicas (crise, desemprego, baixo rendimento, corrupção) (vide Ferro 2004: 384; Thorn e Holm-Nielsen 2006: 2). No caso português estas últimas terão actualmente pouca influência (ainda que no período pré-25 de Abril e da guerra colonial se aplicassem, sendo invocadas por alguns cientistas dessa geração – Delicado 2008, Massada 2002), mas o estado de desenvolvimento incipiente do sistema científico português até há poucos anos tem certamente um peso nas motivações de saída dos investigadores doutorados no estrangeiro.

Neste caso, tendo em conta o processo de selecção da amostra, praticamente todos os investigadores entrevistados saíram do país para fazer o doutoramento, ainda que alguns tivessem experiências prévias no estrangeiro. Assim, entre os entrevistados, foi frequente a referência às limitações das condições de formação e trabalho científico em Portugal: ausência de cursos de doutoramento na área pretendida e de cientistas seniores com conhecimentos para os orientar, carência de equipamento, falta de oportunidade para integrar equipas de investigação.

> A área em que eu trabalhava e trabalho necessita de equipamento muito caro e não existia no país na época. Portanto tínhamos um aparelho muito limitado, que é realmente difícil fazermos coisas inovadoras e portanto isso levou-me a sair.
>
> (doutorada no Reino Unido, ciências exactas, docente numa universidade pública)
>
> havia muito pouca gente doutorada em Portugal em Educação Matemática, quase se contavam pelos dedos da mão (...). Eu queria fazer o doutoramento mas era numa área em que nós não tínhamos nada (...) um dos potenciais orientadores que me podia orientar, ele disse-me assim: "mas se tu queres fazer nesse nível de ensino, tens de ir para o estrangeiro porque em Portugal ninguém sabe nada disso".
>
> (doutorada no Reino Unido, ciências sociais, docente numa instituto politécnico)
>
> Por outro lado, os países, sistemas científicos e instituições estrangeiras também exercem uma atracção específica: os recursos disponíveis para a actividade científica, nomeadamente financiamento e equipamento; a qualidade do ambiente de investigação; a oportunidade de trabalhar com cientistas reputados; as condições profissionais (oportunidades de formação e emprego, remunerações, progressão na carreira).
>
> nós ao estar neste programa [Gulbenkian] tínhamos a hipótese de ir para qualquer lado e apesar de obviamente já na altura haver grupos de investigação em Portugal com qualidade, não podemos comparar as condições que temos a todos os níveis nos melhores laboratórios do mundo, nas melhores universidade do mundo de topo, com aquelas que temos em Portugal. Nunca me passou pela cabeça tendo a oportunidade de fazer o doutoramento em qualquer lado do mundo não o fazer num sítio que fosse do melhor, de topo, e portanto seria sempre fora de Portugal, (...) devia ser uma oportunidade que devia agarrar pelo que isso traria em termos de carreira, e termos de desenvolvimento humano, de desenvolvimento profissional.
>
> (doutorado nos Estados Unidos, ciências naturais, empresário)
>
> Assim, alguns entrevistados também referiram a recomendação de um cientista sénior como instrumental na decisão de partir:
>
> o meu professor, o Prof. ... encorajou-me fortemente a ir fazer o doutoramento no estrangeiro. Ele tinha feito o doutoramento no estrangeiro, na Escócia, tinha achado que tinha sido uma experiência óptima e encorajou-me a ir fazer o meu doutoramento também no estrangeiro

(doutorado nos Estados Unidos, ciências naturais, docente numa universidade pública)

O prolongamento de uma experiência de vida e trabalho no estrangeiro também foi referido por alguns dos entrevistados. Estudos anteriores (King e Gelices, 2003: 242; Ackers e outros, 2001: 64; Gill, 1995: 331-332) verificaram que este tipo de experiência tende a aumentar a confiança em viajar, a desenvolver capacidades (conhecimento de línguas

estrangeiras receptividade à mudança, flexibilidade, abertura a novas experiências, facilidade de relacionamento interpessoal) e a promover a criação de ligações com potenciais instituições de acolhimento e orientadores.

> eu estive a fazer um estágio no estrangeiro depois de ter concluído a minha licenciatura, concretamente no Centro Comum de Investigação em Pettan na Holanda e portanto sai com uma bolsa de investigação (...) na altura surgiram diversas hipóteses de ir fazer o doutoramento, em vários sítios porque era uma área de ponta, considerada muito interesse para a Europa, em particular tive ofertas do Reino Unido, da Alemanha e da Universidade Técnica de Delft onde esse professor trabalhava e pronto a direcção depois aqui do ... acabou por ser favorável a que eu permanecesse na Holanda

(doutorado na Holanda, Ciências da Engenharia, investigador num Laboratório do Estado)

A escolha da instituição de acolhimento obedece geralmente a critérios científicos: os investigadores são atraídos para "centros de gravidade" ou "clusters" (Millard, 2005; ver também Gill, 2005: 330; Mahroum, 2000a: 65; Mahroum, 2000b: 514; Van de Sande, Ackers e Gill, 2005: 15, 17). Estes centros de excelência distinguem-se pelas condições materiais e humanas proporcionadas, mas sobretudo pelo prestígio que lhes está associado, pelo que, em consonância com estudos internacionais (Ackers e outros, 2001: 71; Mahroum, 2000a: 56; Mahroum, 2000b: 516; Millard, 2005: 345; Van de Sande, Ackers e Gill, 2005: 17; Szeleny, 2006: 195), é a dimensão simbólica que é mais frequentemente invocada pelos entrevistados:

> Tinha os cientistas de topo, tinha os nomes mais famosos, quer dizer, a pessoa tem sempre de tentar o MIT.
>
> (doutorado nos Estados Unidos, ciências da engenharia, funcionário de uma empresa)
>
> Paris como sabe continua a ser uma cidade cosmopolita, simbolicamente foi a cidade das luzes, mas as suas Universidades ainda são uma referência internacional e portanto esta foi a motivação. Como sou de História, como se sabe, a França é o paraíso dos historiadores.
>
> (doutorado em França, ciências sociais, bolseiro de pós-doutoramento)

Por outro lado, há também uma dimensão instrumental na escolha da instituição, que pode estar ligada a estratégias de carreira:

> é uma Escola Superior École Nacional des Industries Alimentaires. (...) nós queríamos lançar aqui na ... a Engenharia Alimentar, e portanto os Professores que viessem para o corpo docente teriam que ter a formação na área alimentar.
>
> (doutorada em França, ciências da engenharia, docente numa universidade privada)

ou a redes entre académicos seniores (Millard, 2005: 355; van de Sande, Ackers e Gill 2005: 17; Diaz-Briquets e Cheney, 2002: 52; Szeleny, 2006: 199):

> aquele grupo onde eu fui parar era bastante bom, fazia parte da lista dos contactos de um dos meu professores lá no departamento, com quem ele tinha uma colaboração. Portanto os contactos são sempre nesta base, raramente são assim uma coisa aleatória de ir procurar um nome que me agrade. Os nossos contactos são sempre regra geral através de colaborações já estabelecidas.

(doutorado na Irlanda, ciências exactas, investigador num centro universitário)

Porém, em alguns casos há também um elemento de fortuitidade nas escolhas dos investigadores:

> eu na altura namorava com uma pessoa que na altura foi fazer o doutoramento para Londres, que agora é a minha mulher, portanto Londres surgiu apenas por isso, eu nunca tinha pensado especificamente no Reino Unido nem em sítio nenhum.

(doutorado no Reino Unido, ciências da saúde, investigador num hospital)

No que respeita a barreiras ao processo de mobilidade, alguns entrevistados referem a dificuldade em obter informação sobre as condições de admissão (substancialmente resolvida na actualidade com as redes informáticas)

> antes de ir para os EU andei a investigar ficar mais perto, ir para a Holanda ou ir para Inglaterra e desisti na altura, por falta de informação. Eu lembro-me que para Inglaterra na altura fui ao British Council e mandaram-me ir para uma biblioteca cheia de prateleiras com dossiers. Basicamente a informação que me deram foi vá aí à biblioteca e veja. Claro que no meio de toda aquela informação eu não consegui identificar o que me interessava realmente ou não. Na Embaixada da Holanda também me lembro que o acesso à informação, aí nem sequer consegui ver nada porque na Embaixada me disseram que não havia nada onde pudesse ver, para tentar contactar directamente alguém na Holanda. Entretanto ainda fui à Internet, eu creio que entretanto melhorou bastante, mas que na altura achei que o acesso à informação era francamente mau

(doutorado nos Estados Unidos, ciências da engenharia, funcionário de uma empresa)

ou mesmo os entraves à entrada em alguns países, nomeadamente os Estados Unidos:

> tive esse convite em 99 ou 2000 para ir novamente para Wisconsin e candidatei-me lá e fiz o concurso e fui seleccionado e depois não fui porque para os EU é preciso ter uma carta, o green card e nesse ano já estava esgotada a quota para Portugal. Já só podia ir no ano seguinte e digamos para dar aulas tinha de ir em Agosto e portanto ou estava lá em Agosto ou não estava. Depois ainda me sugeriam para eu me candidatar para o ano seguinte mas eu decidi que estar mais um ano aqui e depois voltar a candidatar-me, a candidatura é um bocado exigente porque dá um bocado de stress ser entrevistado por muita gente

(doutorado no Reino Unido, ciências sociais, docente numa universidade pública)

mas quase todos são unânimes em destacar a ausência de dificuldades em se adaptar ao trabalho e à vida num outro país:

> eu acho que o Reino Unido é muito fácil, é muito fácil de se viver em Inglaterra porque todos os países que são minimamente organizados é fácil a pessoas rapidamente tem casa, tem trabalho, tem as coisas organizadas à sua volta, portanto nos adaptarmos. A cultura é um bocadinho diferente mas também não é assim tanto e o meio académico é excelente, de todo, não senti dificuldade nenhuma

(doutorado no Reino Unido, ciências da saúde, investigador num hospital)

Esta constatação é conforme a outros estudos internacionais: 37% dos estudantes de doutoramento italianos que passaram temporadas no estrangeiro inquiridos por Avveduto (2001: 237) afirmaram não ter encontrado qualquer dificuldade; 45% dos académicos estrangeiros no Reino Unido inquiridos por Mahroum (2000a: 99) afirmam não ter encontrado quaisquer problemas para viver ou trabalhar no país.

Curiosamente, alguns entrevistados reverteram esta questão, afirmando que as dificuldades sentidas foram no regresso a Portugal. E essa é uma dos temas a abordar na secção seguinte.

Experiências de retorno

No que respeita as experiências de retorno dos cientistas portugueses com uma trajectória de mobilidade internacional, serão aqui analisadas apenas duas dimensões principais: as motivações para o regresso e as dificuldades vividas (ou não) na re-adaptação ao meio científico e ao país de origem.

Em primeiro lugar, pode afirmar-se que em muitos casos o regresso não foi inteiramente voluntário. Cerca de metade dos cientistas entrevistados tinha um contrato prévio com uma instituição portuguesa:

> Tinha cá emprego, tinha, e acho que nunca me passou pela cabeça, se o governo português pagou pela minha formação, tenho o dever moral de voltar. Nem sequer me passou pela cabeça ficar.

(doutorado no Reino Unido, ciências naturais, docente numa universidade pública)

Na maior parte dos casos, estes são docentes universitários que iniciaram a carreira em Portugal como assistentes e que partiram para o estrangeiro em regime de licença sabática ou equiparação a bolseiro. Em alguns casos foi mesmo mantida a actividade docente em Portugal, quer através de períodos curtos de retorno, quer mesmo por a inscrição num programa de doutoramento a tempo parcial ou num país próximo não implicar a radicação permanente no estrangeiro:

> ia todos os meses [para Madrid], éramos vários, éramos portugueses e eram espanhóis de várias regiões de Espanha, por isso conseguiram encontrar um sistema de concentração lectiva ao fim de semana. Por isso sextas e sábados tínhamos todo o percurso lectivo, durante dois anos tivemos aulas, fizemos todo esse percurso com avaliações, tínhamos obrigatoriamente que atingir um determinado número de créditos e no final dos dois anos lectivos já concluídos, começámos a parte propriamente da investigação definição do Projecto. A escolha de um orientador lá e todo o desenvolvimento do processo de investigação conseguimos também conciliar indo a Madrid com alguma frequência.

(doutorada em Espanha, ciências sociais, docente numa universidade privada)

Por outro lado, alguns dos entrevistados que realizaram o doutoramento no Estados Unidos foram forçados a regressar a Portugal devido a constrangimentos burocráticos:

> eu tinha um visto que me obrigava a regressar ao país por dois anos após a concluir o doutoramento e nunca cheguei a tentar lutar muito contra isso. Não sei se haveria alguma maneira, porque na altura em que convinha decidir, a minha mulher estava lá comigo, e ela preferiu voltar, embora depois também tenha mudado de ideias, mas foi sobretudo uma imposição burocrática complementada com alguma intenção pessoal, familiar. Mas foi uma decisão que eu tomei de bom grado mas não era a minha preferida. Por mim tinha ficado.

(doutorado nos Estados Unidos, ciências da engenharia, gestor de uma empresa)

Os restantes entrevistados apontam maioritariamente razões familiares para regressar ao país de origem, o que é consentâneo com estudos internacionais anteriores (Fontes, 2007; Casey e outros, 2001: 41; Gill, 2005: 322; Rizvi 2005: 188; Todisco, Brandi e Tatollo 2003: 126):

> Por razões meramente pessoais, não há nenhuma nem eu nem a Ana Maria, a minha mulher, não há nenhuma razão profissional objectiva para ter voltado. A família mais velha, os pais, os irmãos, sempre aquela coisa, alguma saudade, algumas coisas no país, etc, etc, pronto escolheu-se desta forma, apenas por isso, mais nada.

(doutorado no Reino Unido, ciências da saúde, investigador num hospital)

O processo de regresso foi então em muitos casos facilitado pela manutenção de laços ao sistema científico português, nomeadamente por uma inserção profissional prévia, que preveniu um dos principais riscos da mobilidade científica, ficar *"fechado fora*" do país de origem (Casey e outros 2001; Gill 2005). De facto, alguns dos entrevistados mais jovens referiram a dificuldade em encontrar uma instituição de acolhimento para prosseguir a carreira em Portugal, passando mesmo por períodos de desemprego:

> não havia novos projectos e quando eu voltei disseram-me: nós não temos nada para você fazer, vá-se embora porque nós temos nenhum assunto, não há nenhum projecto sobre microrrizas, neste momento não precisamos de si. E eu tive mais de um ano sem fazer nada, desempregada (...) entretanto surge no departamento um projecto que tinha uma parte, uma componente sobre microrrizas e lembraram-se que precisavam de mim. Telefonaram-me a perguntar se eu queria participar no projecto, precisavam de uma pessoa que fosse especialista no assunto e se eu queria concorrer a uma bolsa de pós doutoramento porque na verdade não tinham forma de me pagar (...) ao fim de um ano e tal, dois anos, conseguiram finalmente resolver aquela confusão dos contratados (...) e acabaram por me integrar na carreira de investigação

(doutorada em França, ciências naturais, investigadora num Laboratório do Estado)

É uma acusação comum feita ao sistema científico português que, tal como outros países europeus com estruturas académicas mais rígidas e tradicionais como Espanha, Itália ou França (Ackers e outros, 2001: 72; Casey e outros, 2001: 35; Morano-Foadi, 2006: 213; Gill, 2005: 327-328; Millard, 2005: 352; Avveduto, 2001: 239) haja uma propensão ao *inbreeding*, às relações de patrocínio entre seniores e juniores, ao favorecimento de outros critérios de selecção que não o mérito científico, à prevalência de mecanismos de recrutamento mais informais e como tal mais dependentes do contacto pessoal, condições que prejudicam os investigadores "móveis":

> tentei algumas Universidades, duas, tentei duas. Não vou entrar em pormenores mas já deve calcular (...) portanto a pessoa está a candidatar-se a uma posição de inteligência artificial, o meu orientador foi a pessoa mais famosa do mundo em inteligência artificial (...) fui nomeado para outro melhor paper, ou seja, eu sei que no caso especifico eram três vagas, eu sei que tinha direito a uma delas a nível curricular. Não tive porque, acho que qualquer pessoa que esteja no estrangeiro e volte para Portugal tem (...) menos probabilidades de entrar cá do que se ficar cá a fazer o doutoramento e fizer um doutoramento, principalmente se fizer o doutoramento com quem já trabalha há bastante tempo, com quem entre num regime de promessas. Não devia ser assim, não devia ter vantagem quem ficasse ou quem fosse, devia ser por competências.

(doutorado nos Estados Unidos, ciências da engenharia, funcionário de uma empresa)

No entanto, os contactos pessoais também podem servir de "porta de regresso" a alguns cientistas, sobretudo mais seniores e com avolumado capital científico

> o Prof. ... que foi a pessoa enfim chave neste processo, foi ele que me envolveu no programa Gulbenkian a dar cursos e depois comecei a ter actividades regulares de vir cá a Portugal contribuir para diferentes actividades (...) primeiro vinha cá dar aulas, e depois fui convidado a dirigir mesmo o programa de doutoramento e portanto aí tive uma actividade formal e mais intensa obviamente, (...) E depois percebi que Portugal estava num momento de desenvolvimento em que havia uns desafios interessantes, obviamente é um país complicado em que não há muito dinheiro mas em relação a um país mais desenvolvido achei que o desafio até podia ser maior do que era nesses países, por haver aqui muita coisa a fazer.

(doutorado nos Estados Unidos, ciências da saúde, docente numa universidade pública)

Porém, em Portugal, tal como a nível europeu (veja-se as bolsas de reintegração do programa Marie Curie), também tem sido feito um investimento financeiro e administrativo na criação de condições ao regresso dos investigadores formados no estrangeiro. É este o caso das bolsas de pós-doutoramento e dos contratos ao abrigo do Programa Compromisso com a Ciência (que não abrangem exclusivamente os cientistas "expatriados")

> na altura comecei a ler, a estudar pela net quais seriam os grupos interessantes que trabalhassem na área que me interessa e mandei curriculuns e fui aceite aqui neste grupo. Também era realmente o grupo que me interessava, na altura houve uma certa facilidade porque eles tinham uma bolsa de um projecto, uma bolsa de pós doc que me podiam dar imediatamente, isso facilitou as coisas, não tive de ficar naquele compasso de espera de fazer projectos e passar não sei quantos meses sem bolsa e isso foi digamos, talvez tenha sido um golpe de sorte. E depois pronto, essa bolsa durava um ano e depois a partir daí comecei a concorrer às bolsas no processo normal de candidatura às bolsas pós doc, tive primeiro uma de três anos e depois uma segunda bolsa de três anos que parei mais ou menos a meio porque entretanto houve este concurso do ciência 2007 e eu entrei como investigador auxiliar.

(doutorado na Irlanda, ciências exactas, investigador num centro universitário)

mas também da criação de regras de publicitação de concursos

> foi um pouco por acaso soube de ofertas desta posição aqui que tenho actualmente aqui no Departamento, acho que foi mesmo através de um site que existe da FCT para divulgação de concursos, acho que se chama ERA Careers ou algo assim, soube desse anúncio porque na altura procurando várias soluções possíveis soube da existência disso, submeti o meu curriculum e consegui, pouco tempo de pois fui chamado e tendo esta oportunidade achei que era interessante voltar.
>
> (doutorado na Alemanha, ciências da engenharia, docente numa universidade pública)

Para a maioria dos entrevistados, o regresso a Portugal proporcionou algumas dificuldades de adaptação, ao nível da vida quotidiana

> Senti dificuldade de adaptação ao meio português ponto final. (...) tive algumas, não digo dificuldades mas tive algumas, alguns aborrecimentos de adaptação a Portugal como país e sociedade em geral (...). Coisas normais, a postura das pessoas perante o trabalho é diferente cá, a ética é diferente, a meu ver inferior. Em geral, havendo muitas excepções, mas em geral a pessoas com quem eu lidava ao principio cá eram pessoas para quem o trabalho era um sacrifício enquanto que para a maior parte das pessoas com quem eu lidava na Califórnia eram pessoas para quem o trabalho era um prazer, e senti uma grande diferença ao nível da entrega que as pessoas fazem àquilo que fazem profissionalmente. Senti uma grande diferença ao nível da motivação das pessoas também por aquilo que fazem. Senti uma diferença na organização obviamente, tive muita desorganização ao nível de várias entidades....quando vi para cá, a nível digamos da vida normal do dia a dia senti muito mais dificuldades burocráticas, desde sei lá lidar com os organismos ligados ao estado com que todos lidamos até a encontrar determinadas coisas que queremos comprar, até ao trânsito, até à dificuldades em arranjar casa, tudo isso foi muito mais difícil em Portugal quando voltei, conhecendo eu o país e falando a língua, do que tinha sido nos EU quando fui para lá não conhecendo o país. Isso causou-me muita frustração

(doutorado nos Estados Unidos, ciências naturais, gestor de uma empresa)

mas também e sobretudo no que respeita às condições de trabalho científico:

> senti dificuldade a adaptar-me quando voltei para Portugal, muita. E continuo a ter, a fazer-me imensa. Eu acho que foi muito bom ter estado em França para conhecer uma realidade diferente da Portuguesa porque sabe que eu acho que as

> coisas têm melhorado, não posso dizer assim tanto mal. Daquilo que eu tenho visto e tenho conhecido acho que a investigação melhorou muito nestes últimos dez anos, evoluiu. Mas quando eu estive em França, há 15 anos, a diferença era muito grande entre aquilo que se fazia cá e o que se passava no estrangeiro (...) fui para um Laboratório diferente, com muitas pessoas que trabalhavam no assunto, com pessoas que trabalhavam em equipa, que cá é muito complicado trabalhar em equipa porque eles não gostam de trabalhar em equipa. Não sei, somos poucos e mesmo assim trabalhamos cada um para seu lado, não comunicamos uns com os outros. Normalmente às vezes até brinco, acabamos por nos encontrar é nos Congressos internacionais (...) E não só, agora que eu sou investigadora e trabalho cá, o que eu sinto mais falta é das infra-estruturas que eles têm. (...) neste momento não me posso queixar, tenho uns bons Laboratórios, mas falta-me o essencial para manter os Laboratórios a trabalhar que são técnicos, são pessoas que saibam manter os aparelhos e as coisas a funcionar. (...) eu tenho agora uma coisa que foi dificílima de obter que foi uma estufa (...) mas não temos ninguém para a manter, (...) e eu tenho imensas saudades porque em França eles têm uma bateria de estufas, cada uma para um assunto e nós tínhamos ensaios sempre permanentes a funcionar e tínhamos sempre uma pessoa, mesmo nos fins-de-semana, sempre alguém de serviço

(doutorada em França, ciências naturais, investigadora num Laboratório do Estado)

Em alguns casos-limite, as dificuldades de adaptação ao meio científico de origem ditaram mesmo o abandono da actividade científica:

> o que eu senti mais dificuldade quando voltei foi em estabelecer contactos com as pessoas porque eu basicamente os contactos que tinha tinha perdido, entretanto havia uma série de pessoas novas a trabalhar que eu não conhecia, conhecia mais ou menos algumas que tinham sido meus colegas mas dez anos mais tarde os colegas de curso, ainda por cima sendo 600, as funções mudam digamos e vão ficando um bocado mais fracas e às vezes o principal problema foi haver uma rede de contactos entre as pessoas que cá estavam e eu ao regressar estava fora da rede. (...) eu neste momento não estou com investigação. Tentei, tentei e desisti. Não me consegui integrar. A tal falta dos contactos. (...) Só dou aulas actualmente.

(doutorado nos Estados Unidos, ciências naturais, docente numa universidade pública)

Fora deste leque de entrevistas estarão os cientistas portugueses regressados cujas dificuldades de integração ou adaptação ao país de origem foram tais que tornaram a sair para o estrangeiro, opção que não é inteiramente descartada por alguns dos entrevistados.

Esta comunicação representa apenas uma abordagem exploratória a parte do material empírico nesta fase do projecto de investigação em curso. Muitas outras dimensões da experiência migratória dos cientistas portugueses ficam por analisar, sendo objecto de trabalhos futuros.

Referências bibliográficas

Ackers, L. e outros (2001). *The Participation of Women Researchers in the TMR Marie Curie Fellowships*, Bruxelas: Comissão Europeia.

Avveduto, S. (2001). International mobility of PhDs. In OCDE, *Innovative People: Mobility of Skilled Personnel in National Innovation System*., Paris: OCDE, (pp. 229-242).

Baruch, Y., Budwahr, P. S. & Khatri, N. (2007). Brain drain: inclination to stay abroad after studies. *Journal of World Business*, 42, 99-112.

Casey, T., Mahroum, S., Ducatel, K. & R. Barré (2001). *The Mobility of Academic Researchers. Academic Careers and Recruitment in ICT and Biotechnology*. Sevilha: IPTS-JRC-EC.

De la Vega, I. & Vessuri, H. (2008). Science and mobility. Is physical location relevant?. *Technology in Society*, 30, 71–83.

Delicado, A. (2007). *Inquérito aos investigadores portugueses no estrangeiro - relatório preliminar*.. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. http://www.startracking.org/files/relatorio_investigadoresportuguesesnoestrangeiro.pdf (Consultado na Internet em 14 de Janeiro de 2009).

Delicado, A. (2008), Cientistas portugueses no estrangeiro: factores de mobilidade e relações de diáspora. *Sociologia Problemas e Práticas*, 58, pp. ...

Diaz-Briquets, S., & Cheney, C. C. (2002). *Biomedical Globalization. The International Migration of Scientists*. New Brunswick: Transaction Publishers.

Favell, A., M. Feldblum & Smith, M. P. (2006). *The human face of global mobility*. A research agenda. In M. P. Smith & A. Favell (orgs.), The Human Face of Global Mobility. New Brunswick: Transaction Publishers, (pp. 1-25).

Ferro, A. (2004). Romanians abroad. A snapshot of highly skilled migration. *Higher Education in Europe*, XXIX (3), 381-391.

Fontes, M. (2007). *Scientific mobility policies*. How Portuguese scientists envisage the return home. Science and Public Policy, 34 (4), 284-298.

Gill, B. (2005). Homeward bound? The experience of return mobility for Italian scientists. *Innovation,* 18 (3), 319-337.

King, R., & Ruiz-Gelices, E. (2003). International student migration and the 'European Year Abroad'. Effects on European identity and subsequent migration behaviour. International Journal of Population *Geography*, 9, 229-252.

Laudel, G. (2005). Migration currents among the scientific elite. *Minerva,* 43, 377-395

Mahroum, S. (2000a). *The International Mobility of Academics*. *The UK Case* (tese doutoramento), Bundeswehr University, Hamburg.

Mahroum, S. (2000b). Scientists and global spaces. *Technology in Society*, 22, 513-523.

Massada, Jorge (2002). *Vale a pena ser cientista?*. Porto: Campo das Letras.
Millard, D. (2005). The impact of clustering on scientific mobility. *Innovation*, 18 (3), 343-359.
Morano-Foadi, S. (2006). Key issues and causes of the Italian brain drain. Innovation, 19 (2), 209-220.
Rizvi, F. (2005). Rethinking "brain drain" in the era of globalization. *Asia Pacific Journal of Education*, 25 8 (2), 175–192.
Thorn, K., & Holm-Nielsen, L. B. (2006). *International mobility of researchers and scientists -- policy options for turning a drain into a gain.* Research Paper n. 2006/83, UN-WIDER, http://www.wider.unu.edu/publications/working-papers/research-papers/2006/en_GB/rp2006-83/ (Consultado na Internet em 14 de Janeiro de 2009).
Todisco, E., Brandi, M. C. & Tattolo, G. (2003). Skilled migration: a theoretical framework and the case of foreign researchers in Italy. *Fulgor*, 1 (3), 115-130
van de Sande, D., Ackers, H. L. & Gill B. (2005). *Impact Assessment of the Marie Curie Fellowships under the 4th and 5th Framework Programs of Research and Technological Development of the EU (1994-2002)*, Bruxelas: Comissão Europeia.

O brain drain associado aos migrantes universitários cabo-verdianos

Arlinda Cabral
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa
Arlindacabral@hotmail.com

Resumo: Com o presente artigo pretende-se abordar o problema do capital humano em África, que deve-se simultaneamente ao baixo nível de educação e formação e à falta de capacidade para reter uma parte significativa de pessoal altamente qualificado (Ndulu, 2004), entre os quais os estudantes universitários em formação num país estrangeiro. Inicialmente, a noção de *brain drain* dizia respeito ao movimento de profissionais altamente qualificados entre países desenvolvidos. Posteriormente, de países em desenvolvimento para países desenvolvidos e, actualmente, engloba a categoria dos estudantes universitários (Nguyen, 2006). O *brain drain* afecta diversos países, de diferentes formas, num cenário em que se considera «a acção do conhecimento sobre o próprio conhecimento como fonte principal de produtividade» (Castells, 2007:20). Em Cabo Verde, pequeno Estado contemporâneo, com uma taxa de brain drain de 67,5% (World Bank, 2004), este aspecto assume particular relevância atendendo à aposta na valorização da educação e, em particular, do ensino superior, enquanto factor estratégico de desenvolvimento. Mas os países que têm as maiores taxas de *brain drain* não são necessariamente os países que têm o maior número de estudantes no exterior. Outros factores induzem o brain drain: aspectos económicos, associados a baixos salários e dificuldade de encontrar emprego, assim como o receio da atrofia profissional. A formação tem sido um dos aspectos mais salientes da intervenção do Estado de Cabo Verde, por exigências do desenvolvimento económico, social e cultural, com vista à profunda modernização do país. A cooperação internacional tem disponibilizado fundos afectos à valorização do estudante cabo-verdiano ou recebido, nos seus centros de estudo especializados, os estudantes cabo-verdianos. Mas o seu não regresso tem sido uma ameaça constante.

Palavras-chave: brain drain; migrantes universitários; África subsariana; Cabo Verde; qualificação de recursos humanos; retorno do investimento educativo.

Introdução

O que faz com que um assunto antigo como o ***brain drain*** assuma particular destaque actualmente? De que forma se enquadra no actual contexto de globalização e de livre circulação de pessoas e bens? De que forma (in)viabiliza o desenvolvimento e crescimento económico dos países da África Subsariana?

É notório o aumento da importância do conhecimento para o desenvolvimento económico e social dos países. No entanto, os países diferem na sua capacidade de adquirir, absorver e usar conhecimento. E as diferenças quanto à distribuição desigual do conhecimento entre os países ricos e pobres estão a aumentar (Ndulu, 2003:14).

Numa altura em que se sabe que o capital humano é um dos principais recursos sobre o qual assentam o desenvolvimento e crescimento das Nações, a sua distribuição apresenta assimetrias incontornáveis. No entanto, além das assimetrias económicas e regionais existentes, assimetrias induzidas têm vindo a causar efeitos.

África continua a ser o continente que apresenta os mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), o que prova que «a tão celebrada globalização não tem trazido benefícios, antes alimentando um ciclo vicioso de subdesenvolvimento» (Henriques e Mata, 2005:24). Neste sentido, no que se refere às questões de desenvolvimento, o continente africano experimentou o fracasso, pois, não se modernizou, apesar de se ter ocidentalizado, não conseguiu auto-suficiência alimentar, embora tenha havido cooperação agrícola, e não conseguiu desenvolvimento no plano tecnológico, apesar de ter havido cooperação nesse domínio (Milando, 2007:119).

É um facto que a migração internacional tem-se intensificado, contudo, com características de «regionalização e globalização da migração» (Chimanikire, 2005:10). Neste sentido, a África Subsariana, como a maioria das regiões em desenvolvimento, foi integrada na economia global, no entanto, primeiramente como uma fonte primária de bens e trabalho barato. Mas, o facto de a migração internacional incidir sobre determinadas regiões, não significa que não afecte outras.

O nível de capital humano em África é baixo. A maioria dos países apresenta taxas inferiores a 1% de recursos humanos com educação pós-secundária, pelo que o ***brain drain*** assume-se como um problema particularmente importante nos países da região (Docquier, Lohest e Marfouk, 2006: 7).

Em termos de perspectivas futuras, o problema tende a intensificar-se devido ao processo de globalização, à redução dos custos relativos à mobilidade do pessoal e às pressões demográficas. A rápida expansão da população economicamente activa nos países em desenvolvimento, principalmente em África, e a pressão para a substituição da imigração jovem nos países desenvolvidos, apontam para a exacerbação das consequências deste tipo de movimento.

Para falarmos do ***brain drain*** associado aos estudantes universitários, temos de falar da migração internacional e da migração de altamente qualificados. Se, actualmente, os movimentos migratórios mantêm-se constantes, por outro, assumem outras dimensões e perspectivas, quer em termos de cobertura a nível global, na medida em que mais países se assumem como emissores e receptores, quer em termos de intensidade, na medida em que a migração tem se tornado mais selectiva. Desta forma, incide mais em determinadas regiões, países e grupos de migrantes. Os altamente qualificados constituem um grupo, e dentro desta categoria estão inseridos os estudantes estrangeiros ou os migrantes universitários, cujo número tem crescido significativamente, a par do número dos estudantes que não regressam ao país de origem.

1. Da migração internacional ao brain drain

As migrações resultam da integração de comunidades locais e de economias nacionais em relações globais e são, simultaneamente, factores de novas transformações sociais, tanto nos países de origem como nos de destino. As migrações são o resultado do desenvolvimento económico e social (Castles, 2005:15) e são apenas um aspecto de processos muito mais abrangentes de globalização e transformação social. Mas, a questão mais importante para os países de origem consiste em saber se as migrações contribuem para o desenvolvimento ou se, pelo contrário, o impedem (Castles, 2005:126)? Se as migrações podem contribuir para um maior desenvolvimento e para a melhoria das condições económicas e sociais, podem, contudo, igualmente ajudar a promover a estagnação e a desigualdade, com base na contínua dependência estrutural das capacidades expatriadas dos países de origem.

A migração internacional não é um fenómeno estático, na medida em que as condições dos países de origem podem mudar, assim como nos países de destino. No entanto, actualmente tem-se assistido à polarização social dos migrantes, entre um grupo de agentes muito qualificados e um grupo de indivíduos com baixa qualificação (Peixoto, 2001:4). Desde 1974, as políticas de imigração tornaram-se mais restritivas, procurando em simultâneo desencorajar e favorecer o retorno da migração (Faini, 2003:1). E nas décadas mais recentes, em resposta ao crescente aumento de trabalho qualificado, as políticas têm sido geradas para favorecer a entrada de trabalhadores qualificados, continuando a penalizar os com poucas ou baixas qualificações.

Um dos aspectos que faz com que as migrações possam constituir um obstáculo ao desenvolvimento está relacionado com o *brain drain*, «em virtude da punção de pessoal qualificado que acarreta (a fuga de cérebros), transplantando jovens trabalhadores dinâmicos para o exterior e reduzindo as pressões para a mudança social» (Castles, 2005:30). Neste sentido, as migrações envolvem a transferência do mais valioso capital económico: o capital humano.

O país de origem, através da família, da comunidade local e do Estado, assume os custos implícitos à criação do imigrante até à idade de jovem adulto. Mas o país de imigração tirará proveito dos benefícios desse investimento e o migrante regressará a casa, em muitos casos, depois de concluída a vida activa, para voltar a ficar sob a responsabilidade do país de origem.

Por outro lado, as migrações tendem a criar uma dependência estrutural, tanto nos países de emigração como nos de imigração. E visto que as migrações são consubstanciais dos processos de globalização, o desenvolvimento da economia global tem acelerado os processos de mudança, mas aumentado também desigualdades, particularmente entre o Norte e o Sul (Castles, 2005:127).

A literatura tradicional – Brain drain – Uma ameaça

O ***brain drain*** é um problema complexo, criado tanto por factores endógenos como exógenos, com base na disparidade entre os países, normalmente entre os países desenvolvidos e industrializados e os países pobres e em desenvolvimento (Chimanikire, 2005:4).

O ***brain drain***, ou migração internacional de recursos humanos qualificados, está relacionado com o impacto da globalização na migração e atende às desigualdades estruturais no que se refere à economia global. Contudo, apesar de os altamente qualificados assumirem uma pequena proporção da migração total, os impactos que causam continuem a crescer (Koser, 2007:113).

Inicialmente o ***brain drain*** significava a preocupação com o fluxo de pessoas qualificadas entre países desenvolvidos, como Europa-EUA. Posteriormente foi alargado para englobar a saída de recursos humanos qualificados de países em vias de desenvolvimento para o mundo desenvolvido. Actualmente, o brain drain é entendido como a transferência de capital humano, medido pelo indicador nível de escolaridade atingido, assumindo-se como «a migração de indivíduos com altos níveis de educação, tradicionalmente de países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos» (Góis e Marques, 2007:34).

De acordo com Beine, Docquier e Rapoport (2006), o ***brain drain*** designa a transferência internacional de recursos na forma de capital humano e é aplicado à migração de indivíduos altamente qualificados dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos.

De uma forma geral, o ***brain drain*** consiste na migração do pessoal profissional, como médicos, enfermeiros, cientistas, professores, contabilistas, engenheiros e físicos, de um país para o outro, normalmente em busca de salários mais

elevados ou melhores condições de vida (Chimanikire, 2005:8). No entanto, os estudantes universitários têm sido incluídos nesta categoria, contribuindo número para que o número de migrantes altamente qualificados seja maior.

Mas falar do ***brain drain*** implica falar igualmente dos impactos que causa nas sociedades de origem. Por um lado, não só reduz a capacidade de os países de origem desenvolverem serviços essenciais, como, também, significa que o investimento público feito na educação e na formação fica efectivamente perdido para o país de origem (Koser, 2007:12).

Segundo Castles (2005:71), a punção de talentos dos países pobres e intermédios constitui uma forma de os países do Norte reduzirem os gastos em educação e formação, que se enquadra nas actuais ideologias de privatização e de recuo do Estado. Estas práticas ajudam também a manter o fosso entre o Norte e o Sul, atrasando o desenvolvimento económico no Sul.

A distribuição regional do brain drain permite identificar que as regiões mais afectadas são as Caraíbas e o Pacífico, a África Subsariana e países da América Central. No entanto, a diferença entre as taxas de emigração total e qualificada são mais evidentes em África (Beine, Docquier e Rapoport, 2006:19), o que demonstra uma saída qualitativamente diferenciada.

De acordo com a literatura tradicional, o ***brain drain*** é uma ameaça pois tem consequências negativas para os países em desenvolvimento, ao privá-los de um dos seus recursos mais raros, o capital humano. Assim, o ***brain drain*** é visto como uma maldição para o desenvolvimento económico (Docquier, Lohest e Marfouk, 2006:2).

A literatura tradicional vê o ***brain drain*** como um impeditivo significante para os prospectos de desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento. Mais recentemente, as preocupações aumentaram, tendo em conta a tónica colocada na nova teoria de crescimento com base no capital humano como chave principal para o crescimento (Faini, 2004:5).

O ***brain drain*** afecta principalmente os pequenos Estados insulares em desenvolvimento. No caso da África Subsariana, a forte ligação colonial liga a região principalmente aos países europeus.

Neste corpo de literatura, a ligação entre a migração qualificada e o crescimento nos países de origem é bastante complexa. No que se refere às remessas, apesar de ser referido que o aumento das qualificações dos emigrantes pode significar maior vencimento e retribuição, que pode se traduzir em maiores quantidades de remessas, o resultado não tem ido nesse sentido. Assim, segundo Faini (2003:6), a migração qualificada está associada a níveis mais baixos de remessas e existem poucas evidências que sugerem que o aumento das qualificações no grupo dos migrantes tenha um efeito positivo na aquisição da educação nos países de origem.

3. A nova literatura – Brain drain – Uma oportunidade

Estudos teóricos recentes enfatizam efeitos compensatórios do ***brain drain***, mostrando que uma taxa limitada mas positiva de emigração qualificada pode ser benéfica para os países de origem (Docquier, Lohest e Marfouk, 2006:2).

Esta corrente enfatiza que o ***brain drain*** não é sempre negativo, pois, de acordo com Sriskandarajah (2005): i) alguns migrantes regressam com mais conhecimentos e mais competências, incluindo os que receberam educação subsidiada pelo país onde viveram ou que subsidiaram os próprios estudos; ii) em alguns casos, os que partem encontravam-se desempregados ou subempregados no país de origem, pelo que a sua saída não resulta numa grande perda para o país de origem (um exemplo é o caso do Governo das Filipinas, que suporta os programas de contratos de trabalho temporário para que os desempregados qualificados possam encontrar trabalho no exterior); iii) em alguns casos, a partida de trabalhadores qualificados é compensada pela chegada de trabalhadores qualificados de outro país (um caso paradigmático deste acontecimento é a movimentação dos médicos sul-africanos para os países desenvolvidos, enquanto são substituídos por médicos cubanos).

Existe, igualmente, uma tendência para a taxa de emigração ser mais alta para os altamente qualificados (Beine, Docquier e Rapoport, 2006:6), num número significativo de países em desenvolvimento, o que demonstra um efeito significativo e positivo da migração na formação do capital humano. Neste sentido, a literatura recente sobre o ***brain drain*** e a formação de capital humano sugere que o capital humano de um país pode depender das perspectivas de emigração, demonstrando um impacto na formação do capital humano nos países em desenvolvimento (Docquier, Lohest e Marfouk, 2006:17). A probabilidade exógena da migração, isto é, as perspectivas de migrar, que aumentam as expectativas quanto ao retorno da educação, induzem mais pessoas a investir na educação.

O aspecto positivo primeiramente identificado está, assim, relacionado com o facto de as oportunidades de emigração aumentarem o retorno esperado da educação, induzindo mais pessoas a investir na educação, o que faz com que aumente o número de indivíduos que escolhem investir na educação.

A propensão para emigrar é de cinco a dez vezes maior para trabalhadores com mais de 12 anos de escolaridade do que para os com menos de 12 anos de escolaridade (Beine, Docquier e Rapoport, 2006:8). Neste quadro, o migrante qualificado tem dois períodos de vida: quando jovem investe na formação, quando adulto, emigra.

Ainda de acordo com este discurso, o ***brain drain*** apresenta outros canais através dos quais pode afectar de forma positiva a economia do país de origem (Beine, Docquier e Rapoport, 2006:5): (i) o incentivo para a aquisição da educação; (ii) as remessas; (iii) o regresso após ter adquirido e desenvolvido no exterior conhecimentos, capacidades e competências; (iv) a criação de redes de negócios e comércio, que ajudam a economia nacional do país de origem.

Nesta literatura, as causas para o ***brain drain*** assentam nos problemas estruturais nos países em desenvolvimento, os quais fazem da emigração quase que a única alternativa viável. Desta forma, aumentar as vagas de emprego no país de origem, melhorar as condições de trabalho e providenciar oportunidades de crescimento e realização profissional podem se

assumir como uma melhor abordagem, do que restringir a mobilidade. Logo, é defendido que os países desenvolvidos podem ser mais efectivos na contribuição para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento se colaborarem no sentido destes esforços.

Esta corrente de teoria realça que o ***brain drain*** não tem necessariamente de causar impactos negativos no ***stock*** de educação e competências de um determinado país e só conta parte da história sobre o impacto da emigração na economia e na sociedade. E quando todos os outros impactos da migração, como as remessas, o investimento directo estrangeiro, a transferência de tecnologia, o aumento das trocas de comércio e as actividades das comunidades na diáspora, são tidos em conta, o impacto do brain drain pode ser positivo.

4. Uma abordagem à (pouca) sustentação da ligação entre migração altamente qualificada e desenvolvimento

A relação entre migração altamente qualificada e desenvolvimento não é caracterizada por uma linearidade. Mesmo a relação entre as perspectivas de emigrar e a formação do capital humano atende aos diferentes níveis de desenvolvimento dos países, podendo gerar um efeito de enfraquecimento do incentivo para a obtenção da educação nos países pobres (Beine, Docquier e Rapoport, 2006:15). No que se refere às remessas, se os migrantes qualificados enviassem remessas para os países de origem de acordo com os seus rendimentos, o impacto do ***brain drain*** no bem-estar nacional não seria tão prejudicial. Mas, as remessas podem diminuir à medida que o nível dos migrantes aumenta. Segundo Faini (2004:7), a propensão para enviar remessas é mais limitada entre os migrantes qualificados. Os motivos apontados estão relacionados com o facto de os migrantes qualificados tenderem a se estabelecer definitivamente nos países de destino, o que faz com que a sua ligação aos países de origem enfraqueça. Igualmente a reunificação familiar é mais usual entre esta categoria de migrantes. Assim, o facto de ganharem mais não se traduz num maior volume de remessas para os países de origem.

No que concerne à migração temporária, os que regressam são por vezes conotados com a falta de sucesso no exterior, pelo que o regresso voluntário é associado ao facto de não conseguirem alcançar as suas expectativas iniciais sobre o acesso ao emprego e as condições de trabalho no exterior. Desta forma, são vistos como os resultantes de uma selecção negativa de retornados, pelo que no país de origem não são devidamente reconhecidos. Também são associados a competências de iniciativa mais limitadas e menos acumulação de competências no exterior (Faini, 2004:10). Neste sentido, os que regressam são menos competentes e qualificados do que os que permanecem no exterior. Um outro factor importante é o facto de os que regressam enfrentarem dificuldades em se readaptarem ao ambiente económico e social do país de origem. Nesta ordem de ideias, o retorno dos emigrantes qualificados não se traduz numa solução para um país que sofre de ***brain drain.***

No que diz respeito ao incentivo que o ***brain drain*** representa para o crescimento profissional, permitir que os médicos desempregados ou subempregados emigrem pode ser prejudicial para os países de origem. Pois se não tivessem a possibilidade de emigrar, poderiam se movimentar dentro do território nacional para zonas onde fazem realmente falta e onde a sua produtividade social fosse elevada.

Em relação à procura da educação e as taxas escolares, uma maior quantidade de migrantes indiferenciados favorece um maior investimento na educação dos que ficam. A probabilidade de emigração de trabalhadores com educação terciária tem um impacto negativo na taxa de frequência ou participação na educação terciária. Os mais talentosos têm um incentivo para emigrar num estádio relativamente cedo do seu ***curriculum*** escolar, o que reduz a taxa de participação no sistema universitário do país de origem. Neste sentido, muitos estudantes procuram prosseguir os seus estudos no exterior com a perspectiva de aumentarem a sua possibilidade de emigrar.

Nesta ordem de ideias, segundo Faini (2004:12) encontra-se pouca sustentação para que a emigração de altamente qualificados para os países em desenvolvimento possa beneficiar os países de origem.

5. A literatura africana sobre o Brain drain – Um discurso territorializado

O ***brain drain*** é muito mais extensivo do que era a duas décadas atrás. Em termos absolutos, o ***brain drain*** afecta de forma significativa os países maiores. O número de emigrantes qualificados é alto nas Filipinas (1,136 milhões), na Índia (1,037 milhões), no México (0,922 milhões), na China (0,816 milhões) e no Vietname (0,506 milhões), assim como nos países desenvolvidos ou industrializados, como o Reino Unido, a Alemanha, a República da Coreia e a República Popular Democrática da Coreia, o Canadá e a Itália.

No entanto, em termos relativos, isto é, em termos do número de força de trabalho qualificada, afecta de forma significativa os países mais pequenos (Çagar e Schiff, 2006:173). As taxas de emigração qualificada excedem os 80% na Guiana, Jamaica, Haiti, Grenada e São Vicente e Grenadinas. A Jamaica tem de formar cinco médicos para ficar com um (Faini, 2004:5). Alguns países africanos também apresentam taxas elevadas de emigração qualificada. A título de exemplo, os 150.000 emigrantes egípcios qualificados (termos absolutos), que representam 4,5% do total da população educada força de trabalho, é menos importante que a pressão exercida por 2.500 emigrantes qualificados das Seicheles (termos relativos), que representam 56% da força de trabalho educada (Docquier, Lohest e Marfouk, 2006).

Aproximadamente 150 milhões de pessoal, ou 4% da população mundial são migrantes, destes estima-se que 50 milhões ou um terço são africanos. Neste grupo inserem-se os emigrantes africanos altamente qualificados (Ndulu, 2004:2).

O problema do capital humano em África não está somente relacionado com o baixo nível de educação e formação, além disso a região não tem conseguido reter uma larga proporção do seu pessoal qualificado e profissional.

Quando os altamente qualificados deixam o país de origem, o investimento feito pelos países na educação terciária fica perdido. África tem vivido uma saída debilitante dos seus recursos humanos mais qualificados e profissionalizados, que procuram escapar aos países com crises económicas.

Segundo Ndulu (2004:1), a expressão «o ***brain drain*** africano rouba o futuro ao continente», da Organização Internacional das Migrações, é a que melhor capta a saída de capital humano da região africana. O acento é colocado no facto de o ***brain drain*** dos profissionais altamente qualificados de África para o exterior não seguir no sentido dos esforços feitos para o crescimento económico, nem para o alívio da pobreza.

África é uma região com capital escasso e a perda destes recursos limitado é prejudicial para os prospectos do crescimento sustentado e do desenvolvimento (Ndulu, 2004:1). No entanto, muitos dos factores que impedem entradas de capital, também motivam a saída de capital de África, paralelamente ao problema relacionado com o capital humano.

A fraqueza do capital humano e a insuficiência de competências é um factor de atraso no investimento e crescimento de África. Esta insuficiência mantém-se ao mesmo tempo em que África está a perder uma proporção significativa da sua força de trabalho qualificada e profissional para outros mercados, «tornando-se crescentemente dependente dos expatriados para muitas funções vitais» (Ndulu, 2004:1)

Entre 1990 e 2000, o número de migrantes qualificados nos países da OCDE aumentou 64% e a região africana foi a que registou o maior aumento, correspondente a 113% (Docquier, Lohest e Marfouk, 2006:2-3).

No conjunto dos países da Africa Subsariana, cinco apresentam taxas elevadas de emigração qualificada, que excedem os 50 % (Çäglar e Schiff, 2006): Cabo Verde (67,5%), Gambia (63,3%), Maurícias (56,2%), Seicheles (55,9%) e Serra Leoa (52,5%).

Em comparação com outras regiões do mundo, a migração internacional africana tem registado um crescimento acelerado nas três últimas décadas. O número médio de emigrantes africanos qualificados aumentou de 1.800 por ano, em 1960, para 23.000, entre 1974 e 1987. E, apesar de comparativamente a região africana ser a menor fonte de imigração para o mundo desenvolvido, uma proporção elevada destes migrantes é constituída por profissionais altamente qualificados. Neste sentido, a migração de África é qualitativamente intensiva.

Os países africanos perdem 20.000 pessoal altamente qualificado para o mundo desenvolvido por ano. Neste sentido, todo o esforço feito pelo mundo desenvolvido para aumentar a ajuda a estes países pode não ter importância nenhuma se o pessoal necessário para implementar os programas de desenvolvimento não estiver presente (Sriskandarajah, 2005).

Para ilustrar a magnitude do problema, Ndulu (2004:2) refere que mais de 30% dos profissionais altamente qualificados dos países africanos são perdidos em favor de países da OCDE. Como exemplo, perto de 88% dos adultos que emigram para os EUA têm formação académica ou superior, pelo que existem mais cientistas e engenheiros africanos nos EUA do que em toda a África.

Segundo Ndulu (2004:2), a perda de capital humano em África reflecte-se pelos seguintes números: (i) 21% dos médicos nigerianos trabalham nos EUA; (ii) 60% dos médicos ganianos formados no Gana nos anos 80 deixaram o país; (iii) no Sudão, 17% dos médicos e dentistas, 20% dos professores universitários, 30% dos engenheiros e 45% de físicos saíram para trabalhar no exterior. O Centro de Estatística da África do Sul estimou, em 2004, que entre 1 milhão e 1,6 milhões de pessoal com ocupações qualificadas e profissionais emigraram desde o ano de 1994. A Gambia perdeu perto de 60% dos seus recursos humanos altamente qualificados para destinos no exterior. E, em 1980, a Zâmbia tinha 1.600 médicos no país, número que baixou para 400. No entanto, o problema também se manifesta através dos que saem para estudar no exterior e que não regressam (Ndulu, 2004:3). O principal custo da ocorrência do ***brain drain*** na África Subsariana está associado à perda do investimento feito na educação.

O que constitui uma pequena proporção de pessoal no Norte é uma grande proporção no Sul. Contudo, o ***brain drain*** é também bilateral em África. Pois se os médicos da Zâmbia e de Cuba vão para a África do Sul, os da África do Sul vão para o Reino Unido e a Oceânia, os da Nova Zelândia vão para o Canadá e os do Canadá vão para os Estados Unidos (Chimanikire, 2005:17).

Os que emigram dos países são os mais qualificados, educados, novos e competentes, de forma que os esforços de desenvolvimento são ameaçados. As economias pobres não são compensadas pelos ganhos marginais adquiridos pelas competências e recursos. Neste sentido, os países em desenvolvimento expressam preocupações relacionadas com o facto de a emigração privá-los dos seus melhores recursos humanos, representando uma transferência do investimento na educação dos países pobres para os países ricos.

6-Um actor comum nos discursos sobre o brain drain: os estudantes universitários em formação no exterior – A saída de recursos humanos ainda em formação e o não retorno destes

O ***brain drain*** foi inicialmente pensado para descrever o movimento de profissionais altamente qualificados de países em desenvolvimento para países desenvolvidos. Mas, mais recentemente, começou a ser aproveitado para designar o movimento de estudantes universitários entre os referidos países (Góis e Marques, 2007: 47). Segundo estes autores, os indivíduos que obtêm uma formação num país estrangeiro e que depois aí iniciam a sua vida laboral após a obtenção da formação, tanto o fazendo no segmento primário, como no secundário do mercado de trabalho, denominam-se por «migrantes internamente qualificados» (G´óis e Marques, 2007:120).

A ideia subjacente é que, à semelhança do que acontece com os profissionais qualificados, a saída de estudantes para prosseguir estudos superiores num país desenvolvido poderá representar a perda definitiva desses estudantes para o país de origem e, assim, subtrair ao país os futuros recursos humanos qualificados necessários ao seu desenvolvimento. Pois, a saída inicialmente planeada como temporária maioritariamente transforma-se numa saída definitiva.

A oportunidade de estudar fora já não é considerada como um domínio exclusivo das elites. Actualmente é possível aos estudantes da classe média e de classe popular conseguir bolsas de estudo e apoios financeiros para adquirirem formação no exterior.

Neste sentido, a mobilidade internacional de estudantes aumentou 300% nos últimos 25 anos. Se nos anos 60 o número de estudantes a estudar fora do seu país de origem era 240.000, em 1976 já era de 800.000 e nos primeiros anos do século XXI o número deste académicos aumentou para 1,6 milhões (OECD, 2007).

Segundo a OCDE (2007:54), o aumento significativo do número de estudantes é como que uma resposta aos sinais que muitos países da OCDE têm enviado nos últimos anos em relação às possibilidades de trabalho e de residência após os estudantes completarem os estudos.

No passado, muitos países tinham o que chamavam de «provisões de quarentena» (***quarantine provisions***) (OECD, 2007:54-55), que especificavam que os alunos que se deslocavam para estudar nos países da OCDE, em particular os dos países em desenvolvimento, só poderiam solicitar residência para trabalhar após um período mínimo de anos depois de receberem o grau ou o diploma. Esta actuação pretendia que os estudantes regressassem aos seus países de origem após a formação.

Actualmente, como as políticas de migração nacional estão a ser formuladas cada vez mais em termos de interesses nacionais próprios, muitos países abandonaram as «provisões de quarentena» para permitir a migração dos estudantes internacionais. Neste sentido, o número de estudantes internacionais aumentou significativamente, assim como o número dos estudantes que ficam nos países de estudo.

Muitos países menos desenvolvidos têm reclamado estar a ser prejudicados pela saída constante e contínua das suas forças de trabalho altamente qualificadas que foram enviadas para um país mais desenvolvido para frequentarem formação e que não regressam a casa.

Quadro n.º 1

Países da África Subsariana com maiores taxas de alunos a frequentar educação terciária no exterior (2005)

País		Estudantes no exterior	Países top 5				
			1.º	2.º	3.º	4.º	5.º
1.º	Comorras	2.543	Madagáscar	França	Marrocos	Arábia Saudita	EUA
2.º	Cabo Verde	3.436	Portugal	Cuba	França	EUA	Itália
3.º	Botswana	9.471	África do Sul	Austrália	Reino Unido	EUA	Malásia
4.º	Gambia	1.211	EUA	Reino Unido	Canadá	Arábia Saudita	França
5.º	Namíbia	6.847	África do Sul	EUA	Reino Unido	Austrália	Alemanha
6.º	Lesoto	4.537	África do Sul	Reino Unido	EUA	Austrália	-

Fonte: Adaptado de UNESCO, GED 2006 e 2007

A taxa mais alta de saída de estudantes para a formação superior no exterior pertence à África Subsariana, correspondente a 5,9%, que equivale aproximadamente a três vezes a média global. Este valor significa que 1 em cada 16 estudantes da região estudam no exterior. No ano de 2006, Cabo Verde tinha mais estudantes universitários no exterior do que a frequentar formação no país, assim como as Comorras e a Guiné-Bissau. Na Gambia mais de 50% estudam no exterior e nas Maurícias mais de 33%. Seguidamente está a Ásia Central, com 3,9%, e os Estados Árabes, com 2,9%.A América do Norte tem a taxa mais baixa de saída, 0,4%, seguindo-se da América latina e Caraíbas, com 1%, e Ásia com 1,3% (UNESCO, 2006:37-39).

Somente Cabo Verde e a Gambia partilham a liderança nos grupos dos países com a maior taxa de brain drain da África Subsariana, assim como no grupo dos países que enviam mais estudantes para frequentar o ensino superior no exterior do país. Estes países apresentam simultaneamente as taxas de alunos terciários que estudam no exterior e as taxas de brain drain mais elevadas.

O que nos leva a constatar que a África Subsariana é a região com menor número de estudantes universitários e em simultâneo a região com o maior número de estudantes académicos no exterior.

7. Os migrantes universitários cabo-verdianos

Em 1975, a 5 de Julho, a República de Cabo Verde, ilha saheliana que pertence ao grupo atlântico da Macaronésia, que inclui os arquipélagos dos Açores, da Madeira e das Canárias (Pereira, 2005:99-108), foi proclamada como Nação independente e soberana:

> «A República de Cabo Verde assume o solene compromisso de promover a organização económica do País e de criar as bases materiais para a participação no avanço da Ciência e da Técnica e no desenvolvimento da cultura humanística […] participar na construção do País, pelo combate ao subdesenvolvimento e às suas componentes: a miséria, a fome e o analfabetismo […] A conquista da Independência de Cabo Verde é vitória ímpar no evoluir da nossa existência, não só para as heróicas populações confinadas ao exíguo espaço da nossa insularidade, mas também para toda a comunidade cabo-verdiana esparsa pela Europa, América, Ásia e Oceânia.
>
> A República de Cabo Verde […] dá uma particular atenção à criação e desenvolvimento de relações de franca cooperação, no interesse recíproco, com os países que tradicionalmente acolhem emigrantes cabo-verdianos, os quais, pelo trabalho perseverante e honesto, têm contribuído para a construção económica de outros continentes» (**Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 1, de 5 de Julho de 1975, Imprensa Nacional de Cabo Verd**e, pp. 1-3).

Após 32 anos de Independência e apesar da forte aposta na qualificação de recursos humanos, a estrutura habilitacional cabo-verdiana assenta maioritariamente no EBI e somente 3,5% da população têm o ensino superior. Contudo, apesar de terem pouca representatividade, os licenciados cabo-verdianos enfrentam taxas de desemprego na ordem dos 10%. Este valor é preocupante, tendo em conta a aposta da formação no exterior, os custos que representa a nível do Orçamento do Estado, assim como o investimento que está a ser feito tendo em vista o desenvolvimento do ensino superior no território nacional.

As mudanças sociais são tão grandiosas como os processos de transformação tecnológicos e económicos. No entanto, o papel do Estado assume-se como crucial, assim como a mudança de orientação da sua política quando necessário (Castells, 2007:11).

Em Cabo Verde, a aceitação do paradigma da nova economia, da informação e do conhecimento reflecte-se na aposta feita na qualificação de recursos humanos. Igualmente, a adversidade climática e a inexistência de riquezas naturais confirmam o pressuposto de que o principal recurso é o homem, pelo que torna-se importante conferir qualidade aos recursos humanos, «prepará-los para se adaptarem aos rápidos avanços tecnológicos e à sociedade da informação» (Programa do Governo de Cabo Verde, Março de 2006, p. 40.), tal encontra suporte na estrutura dos sectores da economia cabo-verdiana:

Quadro n.º 2

Representatividade dos sectores da economia cabo-verdiana

Sector	**Sector da economia**	**Percentagem**	**Total do PIB**
Primário	Agricultura, pecuária e silvicultura	4,8%	
	Pescas	0,8%	**5,6%**
Secundário	Indústria	7,0%	
	Construção	9,2%	**16,2%**
Terciário	Serviços	52,3%	
	Turismo	18,3%	**70,6%**

Fonte: Câmara de Comércio, Turismo e Indústria Portugal Cabo Verde, 2007 (dados de 2005)

A capacitação dos recursos humanos e a sua articulação com as necessidades de Cabo Verde são consideradas questões chave para o desenvolvimento do país desde os primórdios da Independência, através do artigo 77.º da Constituição da República, revista em 1999, que estipulava que todos têm direito à educação («Panorama do ensino superior em Cabo Verde» (2007). Praia: Universidade de Cabo Verde). Igualmente já era contemplado que deveria promover-se a educação superior, tendo em conta a necessidade de quadros qualificados e a elevação do nível educativo, cultural e científico do País.

Com efeito, as reformas levadas a cabo no ensino básico e secundário aumentaram significativamente a procura dos diferentes níveis de ensino, por via do alargamento da rede educativa, aumento das expectativas dos cabo-verdianos na obtenção de uma formação e pela obtenção de um diploma, o que explica a procura acentuada do ensino superior.

Em Cabo Verde, o número de estudantes a frequentar formação superior no exterior tem tido uma representação significativa e constante ao longo do tempo. Já no ano lectivo de 1979/80, imediatamente a seguir à Independência do país, foram atribuídas 137 bolsas por países estrangeiros.

A partir do ano lectivo de 1988/89, o número de bolsas manteve-se constante, sofrendo uma quebra do início da década de 90 até ao ano de 2003/04, com ligeiras oscilações durante o período. No entanto, a partir do ano 2003/04 assiste-se a uma nova expansão de bolsas para a formação, de acordo com o gráfico abaixo representado:

No entanto, a representação de estudantes no exterior suplanta o número de bolseiros, se atendermos aos alunos que saem sem bolsa. Só no período compreendido entre os anos lectivos de 2000/01 e 2005/06, 7.812 estudantes ausentaram-se do território nacional de Cabo Verde para frequentar formação académica no exterior. A saída destes alunos manteve-se

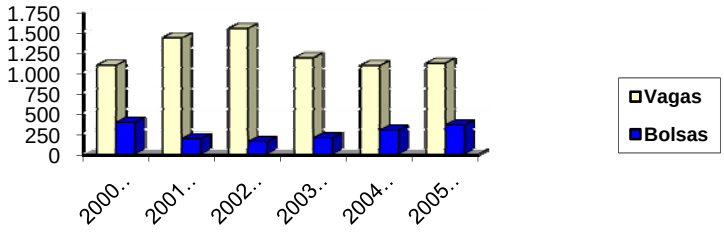
constante durante este período, verificando-se saídas entre os 1127 e os 1580 alunos por ano, conforme ilustrado no seguinte gráfico:

7.1. Caracterização dos migrantes universitários cabo-verdianos

Em Cabo Verde, o número de estudantes a frequentar formação superior no exterior tem tido uma representação significativa e constante ao longo do tempo. Já no ano lectivo de 1979/80, imediatamente a seguir à Independência do país, foram atribuídas 137 bolsas por países estrangeiros. A partir do ano lectivo de 1988/89, o número de bolsas manteve-se constante, sofrendo uma quebra do início da década de 90 até ao ano de 2003/04, com ligeiras oscilações durante o período. No entanto, a partir do ano 2003/04 assiste-se a uma nova expansão de bolsas para a formação. A partir do ano lectivo de 1988/89, o número de bolsas manteve-se constante, sofrendo uma quebra do início da década de 90 até ao ano de 2003/04, com ligeiras oscilações durante o período. No entanto, a partir do ano 2003/04 assiste-se a uma nova expansão de bolsas para a formação.

Gráfico A

Saída de estudantes bolseiros e não bolseiros por ano – 2000 a 2006

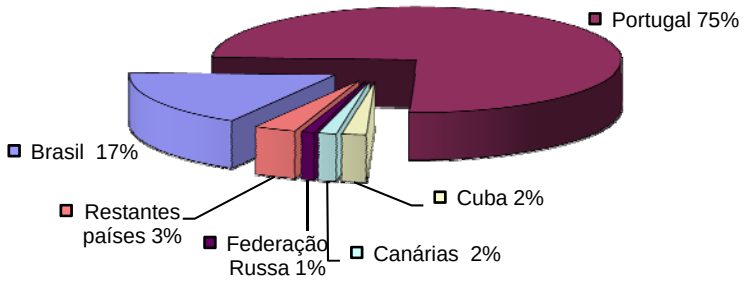


Fonte: Dados do Fundo do Apoio ao Ensino e Formação(FAEF)/Direcção de Formação e Qualificação de Quadros de cabo Verde (DFQQ), 2007

No que se refere aos países de acolhimento, 76% dos estudantes académicos cabo-verdianos dirigiram-se para Portugal (5852 estudantes), 17% para o Brasil (1356), 3% para Cuba (156), 2% para as Canárias (112) e 1% para a Federação Russa (81). Os restantes 261 estudantes (1%), para a Argélia (62), Canadá, China, Espanha, França, Macau, Marrocos, Moçambique, República Checa, Senegal (64) e Tunísia. No entanto, de acordo com os dados da UNESCO, no ano de 2004 foram identificados 3.436 (UNESCO, GED 2006 :130) estudantes em formação no exterior, correspondentes a um rácio de mobilidade internacional de estudantes do nível de educação terciária para o exterior de 113,2 %, distribuídos pela seguinte ordem: 1.º Portugal (3.011), 2.º Cuba (143); 3.º França (134); EUA (52); Itália (24). E, de acordo com o mesmo organismo, em 2005 Cabo Verde tinha 4.293 alunos a estudar no exterior, repartidos pelos seguintes países (UNESCO, GED 2007:142): Portugal (3.835), Cuba (137), França (133), Espanha (56), EUA (42).

Gráfico B

Estudantes cabo-verdianos no exterior, por país de acolhimento – 2000 a 2006



Fonte: DFQQ/GEP, 2007

De acordo com a Direcção de Cooperação, afecta ao Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação de Cabo Verde, os países parceiros do desenvolvimento de Cabo Verde são a Alemanha, a Áustria, Brasil, as Canárias, a China, Cuba, Espanha, França, Holanda, o Luxemburgo, Portugal e a Suíça. Os organismos parceiros de Cabo Verde são o BAD, BADEA, OPEP, Sistema das Nações Unidas e a UNESCO.

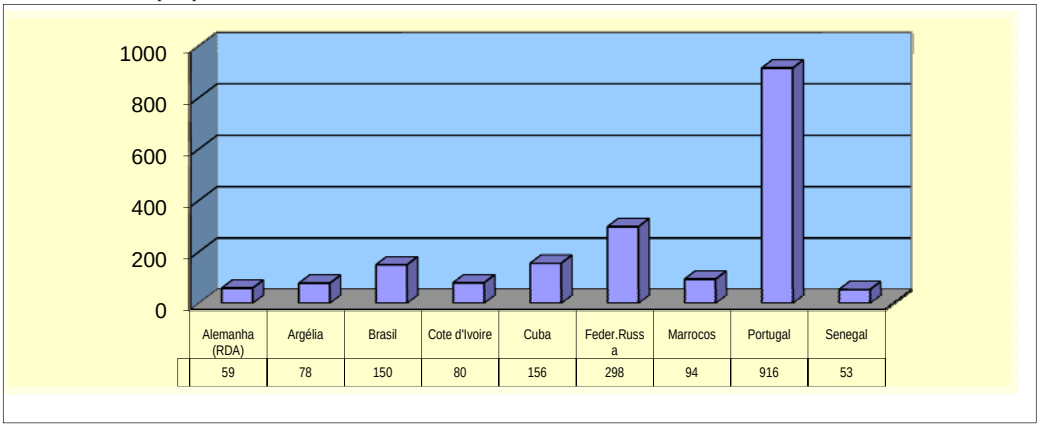
Entre 1988/89 e 2005/06, as 2.175 bolsas atribuídas para formação no exterior através da cooperação foram suportadas por 31 países: 18 pela Alemanha (RDA), 41 pela Alemanha (RFA), 78 pela Argélia, 15 pela Aústria, 18 pela Bélgica, 150 pelo Brasil, 7 pelo Canadá, 30 pelas Canárias, 80 pela Cote d'Ivoire, 156 pela Cuba, 25 pela China, 2 pelo Egipto, 29 pela Espanha, 298 pela Federação Russa (ex-URSS), 54 pela França, 1 pela Grécia, 6 pela Itália, 10 pelo

Luxemburgo, 19 por Macau, 94 por Marrocos, 3 pelo México, 916 por Portugal (ICEP/FCG/FMG), 2 pela Roménia, 17 pela República Checa, 53 pelo Senegal, 3 pela Suíça, 9 pelo Togo, 11 pela Tunísia e 23 pelos Estados Unidos da América (USA).

Entre estes, destacam-se em primeiro lugar Portugal, seguido da Federação Russa, de Cuba e do Brasil. De referir que deste grupo, somente o Brasil é um país recente a nível de destino universitário. Os outros países já vêm tendo uma relação com Cabo Verde, a nível da cooperação, com alguns anos. Por outro lado, países que apresentam situações sociais e economicamente frágeis, e que precisam de qualificar os seus quadros, também têm cedido bolsas aos estudantes cabo-verdianos, como é o caso da Cote d'Ivore. De qualquer forma, apresentam-se no seguinte gráfico os países que mais bolsas têm cedido a Cabo Verde:

Gráfico C

Principais países financiadores de bolsas – 1988/89 a 2005/06



Fonte: DFQQ Cabo Verde, 2007

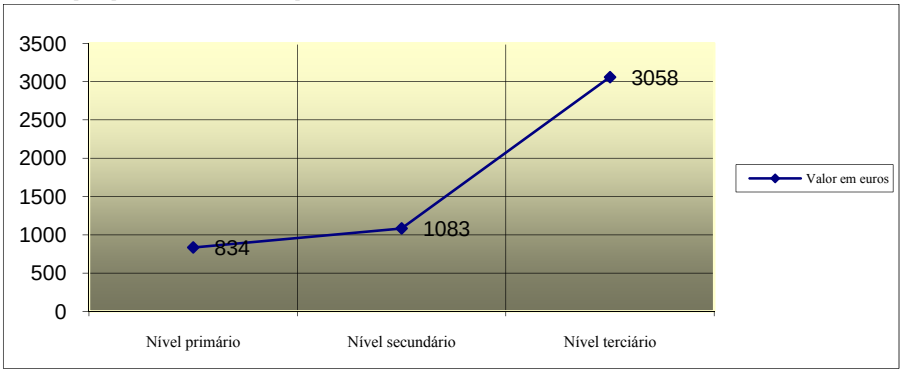
Portugal é o país que financiou o maior número de bolsas, assumindo 42,11% do total das bolsas atribuídas. A Federação Russa financiou 13,7%, Cuba financiou 7,17% e o Brasil 6,9%. Marrocos financiou 4,32%, a Argélia 3,5%, a República Democrática Alemã 2,71% e o Senegal 4,45%.

Os países que sempre atribuíram bolsas são Portugal, a Cuba e a ex-URSS. No entanto, ao longo dos anos verificamos um aumento do número de países a cooperarem e a diminuição de bolsas de alguns países, em detrimento de outros, como é o caso do Brasil.

O investimento feito na formação superior demonstra a importância atribuída a este nível de ensino, tendo em conta a quantidade de alunos que frequentam o ensino superior em termos de % da população e o número de alunos matriculados quer no ensino primário, quer no secundário.

Gráfico D

Despesa pública com a educação por aluno (em euros)



Fonte: Adaptado de UNESCO, 2007:170

No período de 1988/89 a 2005/2006, Cabo Verde usufruiu de um total de 7.918 bolsas para formação superior:

Quadro n.º 3

Bolsas concedidas para formação superior de 1988/89 a 2005/06

Bolsas concedidas	Formação no exterior	Formação local (Cabo Verde)	Total
Pela Cooperação	2.175	30	**2.205**
Pelo Governo de Cabo Verde	2.928	2.785	**5.713**
Total	5.103	2.815	7.918

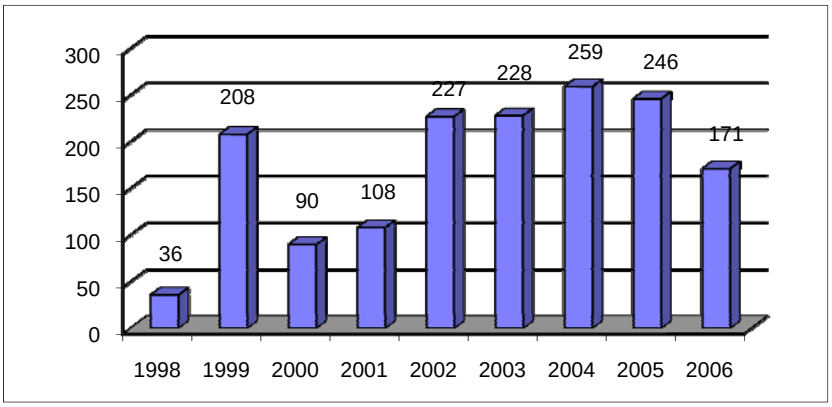
Fonte: Adaptado de DGESC, DFQQ, 2007.

O Governo de Cabo Verde suportou 72% do total das bolsas atribuídas para formação superior, o que é um valor considerável para um país tão vulnerável como Cabo Verde. Os restantes 28% foram concedidas ao abrigo dos protocolos e acordos de cooperação. Do total de bolsas atribuídas para o exterior, Cabo Verde suportou 57%, contra 43% suportadas pela cooperação.

No período de 1998 a 2006 regressaram a Cabo Verde 1573 estudantes universitários que se formaram no exterior.

Gráfico E

Regresso de estudantes por ano – 1998-2006



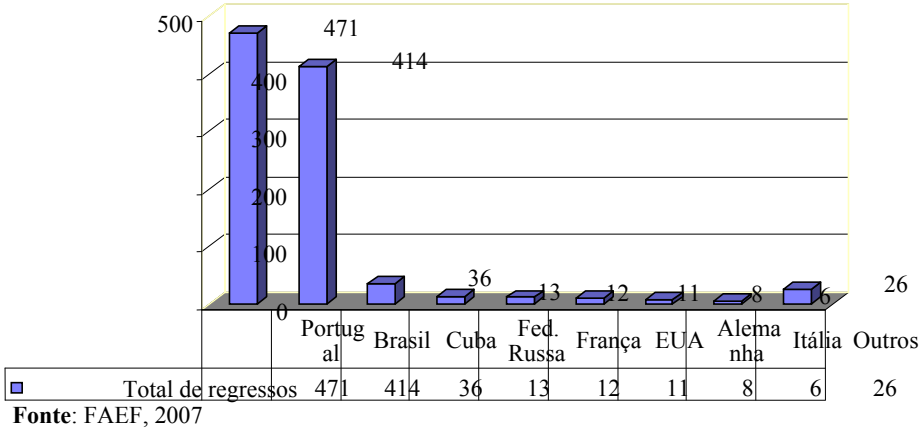
Fonte: FAEF, 2007

Os anos em que houve maior regresso situam-se entre 2002 e 2005. Uma das hipóteses poderá estar relacionada com a criação da Universidade Pública de Cabo Verde. De 1998 a 2001 o regresso é crescente, contudo, com uma subida excepcional registada no ano de 1999. De 2001 para 2002 assiste-se a uma subida considerável, que se mantém até 2005. De 2005 para 2006 assiste-se a uma quebra.

De acordo com os dados recolhidos pela DFQQ, no período de 1985 a 2002, regressaram a Cabo Verde 956 estudantes que frequentaram formação no exterior, dos quais 52% de Portugal, 40% do Brasil e os restantes de outros países. O regresso do Brasil apresenta mais 7% de retorno que o regresso de Portugal.

Gráfico F

Regresso por países – 1985-2002



Fonte: FAEF, 2007

Até ao ano de 2002, os estudantes cabo-verdianos que regressaram vinham maioritariamente de Portugal, tendo presente que é o país ao qual mais recorrem para a formação universitária, e do Brasil, sendo este o segundo país de destino destes estudantes. Neste sentido, a língua demonstra ser um factor chave determinante para a escolha do país de destino (UNESCO, GED 2006:38). Além deste factor, as ligações históricas e culturais influem na selecção do país onde pretendem estudar. No caso de Cabo Verde, Portugal é o primeiro destino (UNESCO, GED 2006:40).

Quanto aos campos de estudos, os migrantes universitários cabo-verdianos, Diferentes factores parecem influenciar a distribuição dos graduados pelos campos de estudo. O baixo rendimento nacional normalmente indica reduzidos recursos para a educação terciária e uma baixa saída graduada.

Quadro n.º 4

Regresso de estudantes por área de formação – 1998-2006

Áreas de formação	**Alunos regressados**
1. Educação	101
2. Humanidades e Artes	114

3. Ciências Sociais, Negócios e Lei/Direito/Justiça	759
4. Ciência	92
5. Engenharia, indústria e construção	213
6. Agricultura	18
7. Saúde e bem-estar	209
8. Serviços	67
Total	1573

Fonte: FAEF Cabo Verde (2007)

Neste grupo de países, de que Cabo Verde faz parte, o sector público é o que normalmente emprega a maior parte dos graduados. Assim, os campos de estudo relacionados com o núcleo das funções da sociedade, como a educação, representam uma parte significativa relativamente aos poucos graduados do país (UNESCO, GED 2006:16). Assim, existe maior diversidade na importância dada a um determinado campo de estudo nos países de rendimento mais baixo com taxas de graduação baixas, do que nos países de rendimento médio e alto, com altas taxas de graduação.

De acordo com o ISCED97, a distribuição por áreas de formação, dos migrantes universitários cabo-verdianos, traduz-se no seguinte quadro:

Do número de estudantes que regressaram, 49% tem formação na área das Ciências Sociais, Negócios e Justiça, com maior destaque para a área da Gestão de Empresas e da Contabilidade.

A predominância das Ciências Sociais e da Educação nos países com menor nível de riqueza nacional está directamente associada a uma taxa baixa de graduados em Ciências e nos campos da Saúde. No entanto, em Cabo Verde a taxa de graduados é de 13%, o que excede a taxa de 10% dos países de rendimento baixo. No entanto, países como a Gambia, as Maurícias e a Serra Leoa, que figuram ao lado de Cabo Verde e das Seicheles nos países com maior taxa de *brain drain* da África Subsariana, têm taxas de menos de 4% de médicos formados no país (UNESCO, GED 2006:18).

Quadro n.º 5

Cursos e área com maior retorno de formados – 1998-2006

Ciências Sociais, Negócios e Justiça	**N.º**
Direito	104
Administração/Gestão/Organização de Empresas	77
Economia	69
Contabilidade e Finanças	68
Ciências Sociais	46
Sociologia	46
Psicologia	44

Fonte: FAEF Cabo Verde (2007)

A educação assume o 5.º lugar em oito campos de estudo. No que se refere a Cabo Verde, país com uma taxa de frequência escolar na ordem dos 98%.

Segundo a UNESCO (2006:18), os países com taxas mais baixas de formação de professores podem ser os que não exigem uma formação de nível terciário para a formação de professores de nível primário e secundário, o que pode explicar a baixa taxa de formados em Educação. Contudo, em Cabo Verde, o ISE tem formado professores. O que faz com que a formação no exterior não seja a única via possível de formar neste campo. O que não se estende aos mestrados em Educação, normalmente frequentados no exterior, assim como os programas de doutoramento em Educação.

Para um curso com a duração de cinco anos, tendo em conta os dados do FAEF (2007), o retorno dos migrantes universitários bolseiros cabo-verdianos apresenta-se da seguinte forma:

Quadro n.º 6

Taxa de brain drain de migrantes universitários bolseiros cabo-verdianos – 2001-2006
(a relação entre a saída e o regresso após a formação)

Ano de saída/ano de entrada	**N.º Saída**	**N.º Regresso**	**N.º não regresso**	**% regressados**
1997/98-2001	316	108	208	**34,17**
1998/99-2002	410	227	183	**55,36**
1999/2000-2003	512	228	284	**44,53**
2000/01-2004	410	259	151	**63,17**
2001/02-2005	391	246	145	**62,91**
2002/03-2006	**194**	**171**	**23**	**88,14**

Fonte: Adaptado de FAEF e DGESC (2007)

A título de exemplo, se atendermos a estudantes bolseiros e não bolseiros, no ano de 2000 saíram 1439 estudantes para regressarem, em 2005, 246 e em 2001 saíram 1127 para um retorno de 171 estudantes, em 2006. Neste caso, a taxa de regresso seria de apenas de 17,09% e 15,1%, respectivamente. Mas como temos em conta apenas os bolseiros, as taxas variam consideravelmente.

Neste sentido se contemplarmos todos os estudantes universitários cabo-verdianos, incluindo os bolseiros e não bolseiros, a situação assume diferentes contornos:

Quadro n.º 7

Taxa de brain drain de migrantes universitários bolseiros e não bolseiros cabo-verdianos – 2001-2006

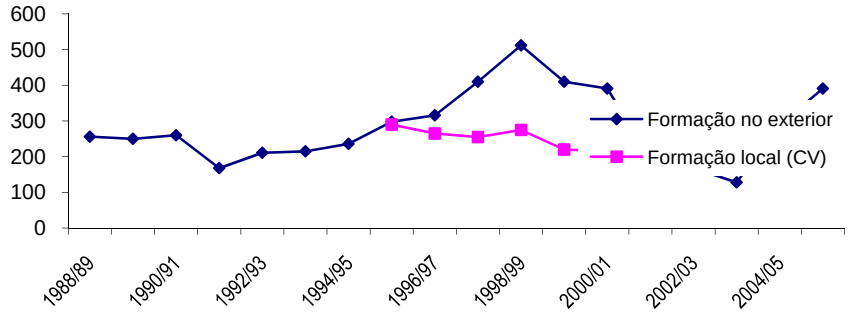
Ano de saída/ano de entrada	N.º Saída	N.º Regresso	N.º não regresso	% regressados
1997/98-2001	316	108	208	34,17
1998/99-2002	410	227	183	55,36
1999/2000-2003	512	228	284	44,53
2000/01-2004	1.127	259	868	22,99
2001/02-2005	1.437	246	1.191	17,11
2002/03-2006	1.580	171	23	10,82

Fonte: Adaptado de FAEF e DGESC (2007)

Com base nestes dados, se contemplarmos todos os estudantes universitários cabo-verdianos, incluindo bolseiros e não bolseiros, a situação é muito diferente. Pois se existiu uma regressão quanto ao número de não regressos entre 2001 e 2003, de 2003 até 2006 a taxa de regresso tem diminuído significativamente. Temos de ter em conta que esta percentagem diz respeito aos estudantes universitários, que provavelmente têm tido bolsas atribuídas de acordo com as necessidades de desenvolvimento económico e social do país.

Gráfico n.º G

Bolsas atribuídas para frequência universitária, no exterior e no país
De 1988/89 a 2005/06



Fonte: Adaptado da DGESC/DFQQ, 2007

Nos últimos anos tem-se assistido à diminuição das bolsas para licenciaturas, e em simultâneo o aumento de bolsas para mestrado. O IPAD corrobora a teoria de que as bolsas para a formação no exterior passaram a contemplar vagas para formação pós-graduada.

Esta ideia não se traduz no isolamento de Cabo Verde, mas na assunção de uma tarefa para a qual tem vindo a desenvolver competências, a encetar alianças estratégicas e a assumir compromissos e assinar acordos.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Governo de Cabo Verde, assiste-se a uma inversão da frequência universitária no exterior em favor da local:

Desta forma, verifica-se um forte crescimento da procura interna, traduzida numa taxa média de crescimento anual que ronda os 40% por ano, em detrimento da saída para a formação no exterior. Logo, é de realçar que nos últimos 7 anos assistiu-se a um aumento significativo da procura interna, apesar da existência de alternativas quanto ao financiamento da formação no exterior. Esta situação pode assumir-se como uma medida que pode resolver o *brain drain*, ou pelo menos diminuir a sua ocorrência.

Conclusão

Cabo Verde tem apostado na formação e qualificação de quadros ao longo dos tempos. Inicialmente, a formação no exterior era a única hipótese. No entanto, há medida que o tempo foi passando, devido a constrangimentos de ordem económica, e atendendo à conjuntura da década 90, surgiu a necessidade de se desenvolver o ensino superior no país. No sentido de não inviabilizar a formação dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento do país, Cabo Verde lançou na

década de 90 uma linha de crédito para suportar os encargos inerentes à formação no exterior. Igualmente, começou a prestar atenção à desigualdade existente na atribuição de bolsas de estudo, que culminou na atribuição de quotas aos concelhos.

No entanto, a formação no exterior ainda assume particular relevância a tende a manter-se, devido à incapacidade de formar em determinadas áreas e até porque os custos associados à criação de cursos, como Medicina e Engenharias Tecnológicas implicam encargos que o país não pode suportar.

De acordo com os dados recolhidos, Portugal tem sido o país que tem recebido mais estudantes universitários cabo-verdianos, apesar da presença constante de outros países de destino. O Brasil tem assumido uma proporção significativa, sendo o segundo país de eleição dos migrantes universitários, apesar desse dado não constar no relatório da UNESCO GED 2006.

A saída para a formação académica foi inicialmente suportada integralmente pela Cooperação Estrangeira, mas a partir da década de 90 o Governo Cabo-Verdiano assumiu uma parte considerável dos custos.

No que se refere ao regresso, os jovens voltam proporcionalmente de Portugal. Quanto às áreas de formação, assume particular destaque a área das Ciências Sociais, e dentro desta os cursos associados à Gestão e à Economia. Contudo, apesar do regresso dos formados nesta área ser equitativo entre Portugal e Brasil, a área de Formação de Professores está mais adstrita ao Brasil.

Um aspecto que assume particular pertinência tem sido a reversão da aposta na formação no exterior em detrimento da formação local. Nos últimos anos tem se assistido a uma regressão quanto ao número de estudantes que saem, o que vai ao encontro do desenvolvimento de uma rede de instituições de ensino superior no país. Contudo, nos últimos três anos, a aposta feita tem incidido na formação pós-graduada a nível de mestrados e doutoramentos, em que Portugal volta a ser o destino de eleição. Esta tendência aponta na linha da formação dos futuros docentes para a Universidade de Cabo Verde e restantes instituições de ensino superior, o que se assume como uma medida para a fixação de quadros no país.

Mas de que forma investir na formação de recursos humanos altamente qualificados, recorrendo ao exterior, quando necessário, sem perder o investimento educativo feito? De que forma os países da África Subsariana podem beneficiar do retorno do investimento educativo terciário, numa altura em que se sabe que o capital humano é um recurso sobre o qual assentam o desenvolvimento e crescimento das Nações? De que forma diminuir as assimetrias económicas e regionais existentes e as assimetrias induzidas, como os impactos causados pelo *brain drain*?

Com o presente artigo procurou-se apresentar de uma forma breve um problema que assume contornos preocupantes na actualidade, o *brain drain* associado à categoria dos estudantes universitários da África Subsariana em formação no exterior, centrando-nos no caso de Cabo Verde, em particular, num cenário caracterizado pela globalização e pela emergência de uma economia baseada no conhecimento.

Bibliografia

Beine, M., Docquier, F. & Rapoport, H. (2006). *Brain drain* and human capital formation in developing countries: winners and losers. Discussion paper series n. º 819. Brussels: Institute for the Study of Labor. http://www.ires.ucl.ac.be/DP/IRES_DP/2006-23.pdf (consultado na Internet em 14 de Março de 2007).

Boletim Oficial da República de Cabo Verde, n.º 1, de 5 de Julho de 1975, pp. 1-3. Imprensa Nacional de Cabo Verde, Praia, Cabo Verde.

Çaglar, Ö., & Schiff, M. (2006). *International migration, remittances & the brain drain*. New York: Palgrave Macmillan.

Castells, M.(2007). *A sociedade em rede* (3.ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castles, S. (2005). *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa: Ed. Fim de Século.

Chimanikire, D. (2005). «*Brain drain*: causes and economics consequencies for Africa». Zimbabwe: Institute of Development Studies, university of Zimbabwe. http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/AAPAM/UNPAN025752.pdf (consultado na Internet em 20 de Fevereiro de 2008)

Docquier, F., Lohest, O. & Marfouk, A. (2006). «*Brain drain* in developing countries». Discussion Paper 2007-4. World Bank. http://www.ires.ucl.ac.be/DP/IRES_DP/2007-4.pdf (consultado na Internet em 26 de Maio de 2007)

Faini, R. (2003). «Is the Brain drain an unmitigated blessing?» Discussion Papper n.º 2003/64. United Nations University: World Institute for Development Economics Research, p. 1

Global Education Digest 2006: Comparing Education Statistics Across the World, UNESCO, Institute for Statistics, Montreal. http://www.uis.unesco.org/TEMPLATE/pdf/ged/2006/GED2006.pdf (consultado na Internet em 16 de Março de 2007)

Global Education Digest 2007: Comparing Education Statistics Across the World, UNESCO, Institute for Statistics, Montreal, (http://www.uis.unesco.org/template/pdf/ged/2007/EN_web2.pdf, (consultado em Maio de 2008)

Góis, P. & Marques, J. (2007). *Estudo prospectivo sobre imigrantes qualificados em Portugal*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros/Observatório da Imigração.

Henriques, I. & Mata, I. (2007). Prefácio. In Luís Kandjimbo (Coord), *Actas do Colóquio Dia de Áfgrica 2007, África-Europa: Um novo diálogo perante os desafios do futuro*. Viseu: Novo Imbondeiro Editores (pp.11-36).

Koser, K. (2007). *International Migration: A very short introduction*. USA, New York: Oxford University Press.

Milando, J. (2007). África Europa: A cooperação para o desenvolvimento. In Luís Kandjimbo (Coord), *Actas do Colóquio Dia de Áfgrica 2007, África-Europa: Um novo diálogo perante os desafios do futuro*. Viseu: Novo Imbondeiro Editores (pp.118-122).
Ndulu, B. (2004). «Human capital flight: stratification, globalization and the challenges to tertiary education in Africa». In *Journal of Higher Education in Africa/Revue de l'enseignement supérieur en Afrique* (JHEA/RESA), vol. 2, No. 1, 2004, pp. 57–91. http://www.codesria.org/Links/Publications/jhea1_04/ndulu.pdf (consultado na Internet em 7 de Abril de 2008)
Pereira, D. (2005). Cabo Verde, 30 anos de independência nacional. *Africana Studia – Revista Internacional de Estudos Africanos n.º 8/2005*, pp. 99-108
Peixoto, J. (2001). «A mobilidade dos cérebros». http://www.janusonline.pt/docs2001/artigo_janus2001_3_1_10.doc (consultado na Internet em 27 de Abril de 2007)
Programa do Governo para a VII Legislatura 2006-2011». Março de 2006. «2.2.6. Ensino Superior: reforço da massa crítica para o desenvolvimento e sustentabilidade». Governo da República de Cabo Verde

Do colono imigrante ao emigrante colonizador: o caso dos poloneses no Paraná (Brasil), 1870-19201

Márcio de Oliveira
Universidade Federal do Paraná
marciodeoliveira@ufpr.br

***Resumo*:** Os estudos sobre imigração foram fundamentalmente pautados pela perspectiva dos países de destino dos imigrantes. Sayad (2006) afirma que não se pode separar o imigrante do emigrante. Green e Weil (2006) estudam as políticas que permitiram a emigração nos países europeus, enquanto Noiriel (2001; 2007) analisa o papel das categorias jurídico-sociais do imigrante e do estrangeiro na elaboração dos códigos de nacionalidade e na consolidação dos Estados-nação tanto na Europa quanto na América. Este estudo tem por objetivo analisar as conseqüências sociais e políticas da imigração polonesa para o estado do Paraná (Brasil), entre 1870 e 1920. Num primeiro momento, apresenta-se um histórico da imigração polonesa para o Paraná, a partir de um recorte que privilegia os dois grandes fluxos migratórios, 1870-1890 e 1891-1920. Em cada um dos períodos, são analisadas as condições sociais e políticas vigentes nas regiões de onde partiram os imigrantes poloneses, a forma como foram recebidos localmente e a função que deveriam desempenhar no desenvolvimento do estado do Paraná. Para o segundo período de imigração, incorpora-se na análise a forma como os emigrantes foram descritos nos territórios poloneses ocupados e o papel que foram chamados a desempenhar em relação ao processo de reconquista da independência da Polônia. Estabelece-se assim a diferença entre a forma pela qual os migrantes foram representados nos dois lados do Atlântico. De colonos-imigrantes, eles pouco a pouco foram chamados a tornarem-se agentes de uma política de colonização e de afirmação nacional de um país que reconquistava sua autonomia política.

Introdução

A imigração para o estado do Paraná é um exemplo emblemático. Desde sua origem ela se encontra a meio caminho entre dois modelos, ou seja, ela apresenta-se como uma resultante de ações públicas locais e federais e dos próprios imigrantes. Além disso, a imigração (e as imagens positivas que lhe foram sendo associadas) tornou-se uma das questões-chave na trajetória de ocupação e colonização do território, e na própria definição da identidade cultural do estado (Oliveira, 2007).

Embora as ações públicas locais realizadas para atrair imigrantes tenham tido, como veremos, efeito bastante limitado, o número de estrangeiros que chega ao Paraná revela-se bastante importante. Para o que nos interessa aqui, em torno de 42 mil poloneses2 chegaram ao estado entre 1870 e 1914, fazendo do Paraná o estado que mais recebeu imigrantes deste grupo. Além disso, à diferença da experiência gaúcha, nem todos os imigrantes se isolam ou são transferidos para colônias já constituídas e povoadas por outros grupos. Ao contrário, as primeiras levas de poloneses se instalam nos arredores da capital do estado. No espaço urbano, entram em contato com outros grupos de imigrantes e mantém relações com os "nacionais". Sua chegada acontece ainda no momento mesmo em que a emigração polonesa para a Europa e para as Américas foi a mais importante, o que nos permite verificar e talvez redefinir o papel das políticas de atração no âmbito da imigração.

Além disso, como a imigração polonesa para o Brasil coincidiu com a época em que movimentos nacionalistas atuantes nos territórios ocupados se organizavam para reconquistar a independência do Estado polonês, a questão da emigração tornar-se-ia um assunto de primeira grandeza nos territórios poloneses ocupados. Tendo em vista o grande número de poloneses vivendo no Brasil e, obviamente, os problemas que isso significava para os movimentos nacionalistas em termos de potencial de recrutamento, uma grande expedição científica foi organizada no intuito de verificar in loco as condições de vida dos "patrícios" instalados no Brasil e na Argentina. Conforme veremos mais tarde, muitos dos imigrantes

1 Este trabalho contou com o apoio da CAPES/MEC-Brasil, que nos concedeu uma bolsa de pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris), no inverno de 2007/2008.
2 Gluchowicz (2005 : 45) afirma que 104 mil poloneses entraram no Brasil. Mas tendo em vista a ocupação da Polônia, Wachowicz (1999 : 16) estima em 25% o número de imigrantes alemães que talvez fossem poloneses. Essa estimativa elevaria para 130 mil o número de imigrantes poloneses.

instalados no Paraná se viram assim às voltas com interesses nacionalistas e mesmo imperiais, tendo seu papel migrado, em termos simbólicos e políticos, de colono-imigrante para emigrante-colonizador cujo objetivo final seria criar, no sentido forte do termo, uma colônia da nação polonesa em terras brasileiras. Para compreender a trajetória deste grupo étnico no Brasil, e em especial no Paraná, decidimos voltar ao período em questão, seja 1870-1920. Acompanhando a trajetória da imigração polonesa para o Brasil (particularmente para o Paraná), focamos nosso interesse nas relações entre os fatores de expulsão e os fatores de atração (pull-push factors) e na forma como a imigração foi finalmente percebida nos dois lados do Atlântico.

A questão da imigração no Paraná entre 1854 e 1870

O primeiro presidente da província, Zacarias Góes, foi o primeiro a enumerar as vantagens da imigração: cultivo de alimentos, considerado uma alternativa econômica à tradicional pesca, catequização dos indígenas e a introdução de população "laboriosa". (Relatório, 1854 (1): 53-57)3. Não obstante, afirmou ainda Zacarias, as colônias não poderiam prosperar sem o devido apoio do governo imperial que só envidava esforços para os empreendimentos situados nas regiões fronteiriças do Império.

No Relatório de 1860, o presidente da província afirma que o imigrante europeu "*não nos demanda sem que lhe sejam dispostos previamente os meios de recebê-lo*" (Relatório, 1860: 61). Sem esconder certo pesar, afirma ainda não poder ter acolhido imigrantes por não ter terras devolutas demarcadas a lhes oferecer. No Relatório de 1864 (1), o presidente afirma que a imigração colonizadora não avançava "*não obstante a amenidade e temperamento do clima*". (Relatório, 1864 (1): 29).

Inúmeras dificuldades entravaram a imigração até 1870. Por um lado, a questão era uma prerrogativa do Império, que se interessou sobretudo pelas regiões fronteiriças e a província não dispunha de terras devolutas para vender aos imigrantes camponeses. Por outro lado, a Lei de Terras 1850 – que tornou a "*terra*" uma mercadoria – num primeiro momento dificultou a compra de lotes aos imigrantes, e mesmo dos posseiros que residiam no interior da província (Relatório, 1865:57). Em resumo, portanto, não houve uma política de imigração para o período estudad

A imigração polonesa para o Paraná, primeiro ato: 1870-1889

Em 1870, chega a Curitiba, também de forma espontânea, o primeiro grupo de imigrantes poloneses. Neste momento, a Polônia, como país independente, não existia. Seus territórios estavam, desde fins do século XVIII, divididos entre os impérios Austro-húngaro, Russo e Prússia. Esta partilha durou até as vésperas da Primeira Guerra Mundial, englobando assim o período mais importante da emigração polonesa para as Américas (EUA, Argentina e Brasil). As causas da emigração são bem conhecidas. Dentre as mais conhecidas, temos: a "fome" de terra, a miséria, as magras colheitas e o sonho de se tornar "proprietário rural", particularmente decisivo para aqueles que emigravam para a América do Sul.

Hempel (1973: 85) afirma que a chegada dos primeiros poloneses ao Brasil foi obra da "*Sociedade Colonizadora Pereira, Alves & Bendaszewski*", igualmente responsável pela emigração de um incontável número de poloneses e alemães para os EUA. Este primeiro grupo havia partido da região da Silésia (sob ocupação prussa). A Prússia não colocava obstáculos à imigração e concedia passaporte aos que desejavam partir. Contudo, apesar dos pedidos nesse sentido, o governo imperial se recusa a pagar os custos da viagem (400 francos por cabeça) alegando tratar-se de "imigração espontânea". Desembarcados no Brasil, e munidos de passaporte emitido pela Prússia, os poloneses foram imediatamente enviados às "*zonas de colonização alemã*", as colônias de Blumenau, de Itajaí e de Brusque, todas em Santa Catarina.

Foi Wós Saporski4, emigrante polonês já radicado no Paraná, que tentou convencê-los a deixar a colônia (onde eles mantinham relações tensas com os imigrantes alemães) e partir para Curitiba. Mas este projeto fracassa e apenas em 1871 um novo grupo de 78 poloneses (32 famílias) residentes em Santa Catarina havia 2 anos, decidem partir para Curitiba, convencidos pelo mesmo Saporski que, então, havia se tornado professor em uma escola da cidade. Nesta migração interna, o grupo enfrentou a resistência das autoridades catarinenses, que não desejava ver "*seus*" imigrantes partirem, e do governo Imperial, a quem a migração de uma província para outra pouco interessava. Mas, por outro lado, contou com o apoio do governo do Paraná que custeou a viagem até Curitiba5, enquanto que a municipalidade, se valendo de suas terras livres, se comprometeu a vender lotes rurais em seus arredores. Os lotes, cuja área total era de 500 hectares, foram demarcados em novembro de 1871 Nascia ali a primeira colônia polonesa do Paraná, a colônia do Pilarzinho, hoje um bairro da cidade.

No mês de setembro de 1873, 258 outros poloneses (64 famílias), originários da colônia de D. Francisca, se instalaram espontaneamente em Curitiba e pediram à Câmara Municipal a demarcação de lotes de terra. Os lotes foram demarcados em uma área contígua a recém-criada colônia do Pilarzinho, perfazendo um total de 720 hectares. A nova colônia recebeu o nome de Abranches, nome do presidente da província entre 1873 e 1874, Frederico Abranches, hoje um bairro de

3 3Existem dois tipos de relatórios que foram enviados entre 1854 e 1889 seja à assembléia provincial, seja ainda ao futuro presidente da província, um pelo presidente e outro pelo vice-presidente. Em alguns anos, encontramos dois relatórios. Citamos sempre Relatório, ano, seguido do número 1 ou 2 entre parênteses (para o caso de mais de um relatório no mesmo ano), e página, como a seguir: Relatório, 1873 (1): 43. Estes relatórios estão disponíveis no sítio www.crl.edu/content/brazil/parn.htm.

4 Edmundo Sebastião Wós Saporski nasceu em Opole (Silésia) em 1844 e morreu em Curitiba em 1933. Em 1870, Saporski visitou Curitiba pela primeira vez e constatou que nenhum polonês residia ali. É considerado o "pai da imigração polonesa" para o Paraná. Para maiores detalhes, ver seu depoimento em Saporski (1972).

5 O apoio veio do então presidente da província, Venâncio José de Oliveira Lisboa, que, pouco antes havia criado a primeira colônia de imigrantes pós-emancipação, Colônia Dr. Venâncio, situada a 12 km de Curitiba, com 116 alemães e 27 suecos.

Curitiba. Estes dois exemplos demonstram a maneira como a colonização se fazia, as dificuldades encontradas e exatamente que tipo de apoio os primeiros colonos obtiveram das autoridades locais6.

Tendo assumido presidido a província entre maio de 1875 e janeiro de 1878, Lins se dirigiu pela primeira vez à assembléia legislativa em fevereiro de 1876. Demonstrou ser conhecedor do tema da imigração, diferenciando inicialmente a "*espontânea*" da "*oficial*". Em seguida, localizando a história da imigração no interior da recente história do Império, afirmou que o sucesso das primeiras colônias de poloneses era fruto de sua proximidade com a capital, enumerando as condições que guiariam sua ação, cujo sentido geral seria direcionar aquela imigração espontânea que já afluía à província: *"dizer a verdade ao imigrante", "facilitar-lhe o transporte", "dividir bons lotes de terra nas vizinhanças dos centros populosos", "evitar que ao chegar o imigrante sofra vexames",* "estabelecer bem o colono, com todos os favores prometidos e, depois liberta-lo de qualquer tutela..." (Relatório, 1876 (1): 78-79).

Em termos práticos, Lins custeou a viagem dos novos imigrantes, estimulou a criação de novas colônias nos arredores de Curitiba e cuidou de sua infra-estrutura e acesso.

> Ao final de sua, para os padrões do Império, bastante longa presidência, durante a qual foram criadas as colônias Santa Cândida, Orleans, Santo Inácio, D. Pedro, D. Augusto, Rivière, Muricy e Lamenha, a mais importante em número de colonos, Lins afirma (Relatório, 1877: 81-85) que aproximadamente 6 mil imigrantes poloneses vivem nos arredores de Curitiba. Neste mesmo Relatório, Lins refere-se aos poloneses como colonos "laboriosos e morigerados", imagem esta que lhes seria constantemente repetida nas décadas seguintes. Por tudo isso, não é exagero dizer que Lins foi o primeiro presidente de província a estabelecer, em termos econômicos e políticos, a relação entre colonização do território, desenvolvimento rural e imigração, elaborando assim, talvez mesmo sem se dar conta do fato, uma verdadeira "ideologia" a respeito dos benefícios da "imigração espontânea".

Os números finais da imigração polonesa para o Paraná entre 1870 e 1889 parecem confirmar esta hipótese: apenas 7030 poloneses se instalam na província neste período7. Contudo, ao final deste primeiro período, uma conseqüência indelével havia sido produzida: os imigrantes já contribuíam (e continuariam a contribuir) com o povoamento e riqueza da província ou do estado. E esta imagem positiva não mais seria esquecida (Oliveira, 2007).

A imigração polonesa durante a Primeira República

Os anos que se seguiram à instauração da República coincidem com o grande fluxo de imigrantes poloneses para o Brasil. Entre 1890 e 1914, 96.116 poloneses aportaram na cidade do Rio de Janeiro, para em seguida se dirigir a diversos estados brasileiros. O Paraná teria recebido 35.116 poloneses enquanto que o Rio Grande do Sul aparece em segundo lugar com 32 mil novos imigrantes. No primeiro grande fluxo, 1890-1894, conhecido também como o período da "*febre brasileira*"8, numerosas colônias foram criadas, tanto nos arredores de Curitiba, quanto em outras regiões do estado. Dentre elas, as mais importantes são: São Mateus (1.225 colonos), Eufrosina (1.475 colonos) e Rio Claro (3.425 colonos). No período do segundo grande fluxo, 1900-1904, foram criadas ainda as colônias de Cruz Machado (5.000 colonos), Apucarana (1.000 colonos) e a colônia mista de Nova Galícia (650 poloneses e 500 ucranianos)9.

As razões do crescimento do fluxo migratório, não apenas de poloneses, deve-se observar, não devem ser procuradas nas ações organizadas pela jovem república brasileira. Isso sobretudo porque durante os "anos 1890, multiplicam-se as intervenções visando a retirar do governo federal a prerrogativa de agir e de legislar em matéria de imigração". (Ramos, 2004: 78). Rigorosamente falando, assiste-se, nesta época, a um vai-e-vem das competências legais entre a União e os estados. Pelo Decreto 528 (de 28 de junho de 1890), o governo republicano se dispôs a reembolsar de forma "total ou parcial" o valor das passagens de navio da Europa ao Brasil10. Inicialmente, a Constituição de 1891 transferiu aos estados o controle das terras públicas (ditas "terras devolutas"11) e estabeleceu que a entrada de "estrangeiros válidos, aptos ao trabalho e não perseguidos pela justiça de seus países de origem" é livre12. Em 1894, a imigração e a colonização tornam-se competências exclusivas dos estados e o papel da União fica limitado ao controle dos portos e fronteiras e à primeira triagem dos imigrantes. Por vezes, a União os encaminharia aos estados. Mas em 1896, a União decide interromper suas ações de subvenção aos imigrantes. É difícil avaliar portanto o impacto dessas medidas nos estados. Segundo Petrone (1978: 98-99), apenas São Paulo teria se beneficiado dessas medidas. E isso duraria até 1906 quando a União finalmente modifica sua política de imigração.

---

6 Os documentos consultados estão publicados nos « Anais da Comunidade Brasileiro Polonesa » (1971 e 1973). Contudo, eles apresentam de difícil solução. Por exemplo, a ortografia dos nomes e ou mesmo o número de imigrantes não se repetem de um documento a outro, o que torna a pesquisa especialmente trabalhosa.

7 Pode-se imaginar que, dentre estes, muitos partiram ou então adquiriram a nacionalidade brasileira porque os dados oficiais (Censo de 1890) apresentam apenas 5.135 estrangeiros (poloneses e outros) residindo no Paraná.

8 O fluxo teria sido tão importante que nos territórios poloneses ocupados, a partida em direção ao Brasil ficaria conhecida pela expressão "ele pegou a febre". Ver Mazurek (2008).

9 Assinale-se aqui a criação de algumas colônias ditas « mistas », ou seja, ocupadas por poloneses e ucranianos, por exemplo. É o caso da Colônia de Prudentópolis, a maior do estado, fundado por 2.500 poloneses e 7.500 ucranianos.

10 Contudo, apenas em 1893 (Decreto 144 de 5/7/1893), o governo autorizou de fato o pagamento prometido.

11 As « terras devolutas » pertenciam à União do ponto de vista puramente geográfico, uma vez que estavam localizadas no interior do país e não estavam ocupadas. Assim , podiam servir aos objetivos da colonização.

12Havia contudo uma exceção feita aos « nativos da Ásia e da África que só poderiam entrar no país com uma autorização do Congresso Nacional.» Decreto 258, 28 de junho de 1890 (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Legislação Agrícola Brasileira. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1931 apud Ramos, 2006).

O Paraná, inicialmente, teria sido especialmente agraciado quando da transferência de terras públicas da União para os estados. Contudo, localmente, as ações empreendidas com vistas à atração de imigrantes permaneceram, durante esta última década do século XIX, praticamente as mesmas do período imperial, a saber, restritas à demarcação e a venda de lotes, acrescidas da prática de divulgar, nos "centros europeus", as vantagens que os futuros imigrantes encontrariam no estado.

Em 1906, aproveitando-se de uma linha de crédito para subsidiar o transporte de imigrantes, concedida já em 1904, ratificada em 1905, mas até então não utilizada, o Presidente do estado firma contrato, pelo prazo de um ano, com as Companhias Loyd Austríaco e Real Húngara de Navegação Marítima13 (Mensagem de 1906: 43-44)14. Em 1907, o estado decide criar uma

> "Commissão de Colonisação incumbida da verificação de lotes devolutos e condições de efetivo aproveitamento; de examinar as melhores terras públicas e privadas indicando a nacionalidade e aptidões dos colonos que as devem ocupar, devendo ainda o Chefe desta commissão previamente entender-se com os Poderes da União afim de estabelecer bases para um serviço comum entre os Governos Federal e Estadoal" (Mensagem de 1907: 19).

Este retorno da parceria com a União inscreve-se no contexto da criação do novo "Ministério da Agricultura". Em conseqüência, em 1908, ao contrário do que havia sido feito em 1896, o estado procede à devolução de "terras públicas" à União, demarca lotes em colônias já existentes, como Prudentópolis, e decide ainda criar uma "*colônia-modelo*" em uma área próxima a Curitiba, cujo objetivo específico seria demonstrar a viabilidade de determinadas culturas em "zonas temperadas" (Mensagem de 1908: 16-17). Em 1909, outra linha de crédito, dirigida desta feita à colônia de Affonso Pena (Mensagem de 1909: 8). Estas iniciativas – desde o contrato com as companhias marítimas, passando pelas agências burocráticas ligadas à imigração/colonização até a "*devolução*" das terras públicas à União – demonstram que embora os imigrantes fossem bem-vindos e necessários para impulsionar o binômio colonização/produção agrícola sobre o qual a imigração havia sido assentada, a capacidade de intervenção do Paraná era limitada. Do mesmo modo, recolocando suas "*terras públicas*" à disposição da União, o poder local se alinhava definitivamente ao Decreto 6.455 (19 de abril de 1907) através do qual a União criava o "Serviço de Povoamento do Solo Nacional"15, inscrevendo a imigração em sua política de ocupação e de desenvolvimento.

O decreto previa formas de articulação entre as esferas federal e estadual tais como auxílio local na escolha e na transferência de terras para a União16, recepção dos imigrantes quando não desembarcassem no Rio de Janeiro, assentamento dos imigrantes, definição de espaços reservados às escolas e igrejas no interior dos núcleos, entre outros. Previa finalmente que a venda de lotes aos "nacionais", nos núcleos coloniais fundados ou mantidos pela União, não poderia exceder 10% do total. Em relação ao Paraná, a ação do Serviço é muito importante. Entre 1908 e 1914, sobre um total de 12.330 poloneses que haviam se estabelecido no estado, 9.880 residiam em colônias criadas ou mantidas pela União. O controle dessas colônias duraria mais do que o previsto. A título de exemplo, a colônia de Cruz Machado, onde viviam 5 mil poloneses, ficou sob o controle da União durante 14 anos e 5 meses a partir da data de sua criação, no dia 19 de dezembro de 1910. E de se estranhar assim que as Mensagens (entre os anos 1910 e 1915) apresentem apenas raras e superficiais referências (aquisição e cessão de terras) aos esforços da União no processo de imigração/colonização do estado. Talvez, após a transferência do controle das colônias para a União, o interesse local pelas colônias tenha se restringido ao acompanhamento da situação e ao registro de entradas de imigrantes no estado. Assim é que para entender as razões da forte emigração polonesa para o Paraná nesse período, faz-se mister ultrapassar tanto a dimensão local quanto àquela nacional, uma vez que o Serviço, apesar da propaganda realizada na Europa, passava a se ocupar do imigrante apenas quando ele ingressava no território brasileiro.

Do outro lado do Atlântico, nos territórios poloneses ocupados pelo Império Russo (também chamada de Congresso Polonês), de onde partiram a maior parte dos poloneses, a situação dos camponeses, em nada tinha progredido. A queda do preço dos cereais provocada pela abertura do mercado local à concorrência internacional (sobretudo dos EUA e do Canadá), provocando grande miséria naquelas áreas rurais, associado à rápida industrialização de cidades como Varsóvia e Lodz, eram um dos mais importantes fatores de mobilidade, culminando tanto na emigração para regiões rurais ricas da Prússia, quanto para a emigração em massa tanto para os EUA quanto para o Brasil. Some-se a isso o fato de que uma propaganda tão fantástica quanto eficaz sobre o Paraná se espalhou no seio do campesinato, provavelmente disseminada por agentes particulares ligados às companhias marítimas. A título de exemplo, afirmava-se que o governo brasileiro estaria disponibilizando gratuitamente aos imigrantes enormes quantidades de terra; que a "*rainha do Brasil*", de fato a Imperatriz Teresa Cristina, esposa de Pedro II, pouco antes de sua morte, havia oferecido suas terras aos camponeses; que o Papa17 havia entregado o Paraná aos poloneses ou ainda que o Brasil era um país tão rico que não havia necessidade de trabalhar.

Os imigrantes que chegavam ao Brasil eram, em sua maioria (95%), camponeses. O Império Russo, ao contrário da Prússia, não lhes permitia emigrar. Para partir, às vezes mesmo para alcançar os portos de Bremen e de Hamburgo na Prússia, necessitavam de dinheiro e de passaporte que só obteriam das autoridades da Prússia, emigrando assim como alemães. Diante

---

13 Estes contratos previam o transporte de imigrantes em 3ª classe dos portos europeus de Trieste, Genova e Fiume (todos na Itália) até o porto de Paranaguá.

14 Todas estas "mensagens" estão disponíveis no sítio www.crl.edu/content/brazil/parn.htm. Seguindo o padrão já descrito, apresentamos as mensagens, seguidas do ano e da página, quando for o caso, conforme o modelo "Mensagem 1892: 12".

15 Esta agência seria subordinada ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Na sua estrutura, constava um diretor geral e inspetores para cada estado do país. Doravante, abreviamos para 'Serviço'.

16 Segundo Ramos (2006 : 135-137), o processo de transferência de terras públicas dos estados para União não foi tranqüilo. Em certos casos, as terras colocadas à disposição da União estavam ocupadas, o que teria provocado conflitos entre os nacionais e os agentes do « Serviço ».

17 Holanda, no prefácio do livro "Memórias de um colono no Brasil", p. XIX, apresenta um relato completo desta "doação".

dessas dificuldades, após a chegada ao Brasil, dinheiro e documentos eram reenviados aos familiares, realimentando o fluxo migratório18.

Além das cartas, este período nos forneceu ainda testemunhos – sob a forma de memórias (Saporski, 1972; Koscianski, 1971) – e análises – sob a forma de relatos de viagens ao Paraná – realizadas no contexto dos debates que, nos territórios poloneses ocupados, opuseram partidários e não-partidários da emigração. Dentre estes últimos, sobressaem-se os de Hempel (1973) e Klobukowski (1971), membros da mesma expedição científica enviada ao Brasil e à Argentina no começo dos anos 1890 afim de conhecer em detalhes as condições de vida e de trabalho dos emigrantes poloneses. Os dois relatos concordam que, à diferença dos Estados Unidos, o Brasil, particularmente seus estados meridionais, não era simplesmente um país de destino. Hempel tornou-se partidário da emigração porque via aí as melhores condições de "sobrevivência da vida polonesa" (Hempel, 1973: 16). Klobukowski, um intelectual que havia se interessado pelo problema da emigração, foi mais longe.

> Tendo em vista as condições e o número de poloneses residentes no Paraná, afirmou que estavam reunidas ali condições para o nascimento de uma "sociedade neo-polonesa" (Klobukowski, 1971:15).

De fato, desde a segunda metade do século XIX, nacionalistas poloneses começaram a avaliar positivamente o potencial colonizador dos emigrantes. "Assim como seus homólogos [italianos e alemães], eles baseavam suas esperanças na formação de colônias agrícolas homogêneas, sobretudo no Paraná brasileiro, onde, segundo Josef Siemiradzki, emergia uma nova Polônia" (Gabaccia et al., 2006: 86-8719). De fato, a idéia de fundar uma colônia em território brasileiro, assim como outras potências européias haviam feito no continente africano, lhes pareceu uma possibilidade real. Cichoka (2002) se refere a esta questão nos seguintes termos:

É curioso notar a mudança progressiva das mentalidades e ver como, a partir do século XIX começa a se concretizar a idéia patriótica de fazer ressuscitar a Polônia no Brasil ou na Argentina. Os partidários dessa idéia, vivendo em grande parte nos antigos territórios poloneses, preconizavam a criação de muitos estados poloneses no Brasil unidos sob o nome de "*Nowa Poslka*", Nova Polônia, e se organizavam para fazer vir para estes estados todos os imigrantes poloneses, sobretudo aqueles residentes nos EUA20.

É possível pensar ainda que a idéia de fundar uma "*Nowa Polska*" no Brasil estivesse em relação com o quadro de vida dos poloneses no Paraná. Isso porque, nesta época, no seio das colônias, os imigrantes começam a fundar suas primeiras formas de organização social, particularmente as associações civis, as escolas bilíngües e os órgãos de imprensa. A título de exemplo, entre 1892 e 1914, 19 jornais foram fundados e publicados em Curitiba. Alguns tiveram vida curta, mas outros apareceram regularmente, como foi o caso do jornal "Gazeta Polska w Brazylii", editado entre 1892 e 1941.

No caso das associações civis, é de se notar a "*Sociedade Polono-Brasileira Tadeuz Kosciusko*", fundada em 1890 a partir da constatação que os imigrantes haviam se isolado demais do "*mundo civilizado*". Graças à « *Sociedade* », foram criadas uma escola primária, um coral e uma pequena banda de música. A ação da Sociedade foi especialmente importante na organização do « Primeiro Congresso Polonês » no Brasil, cujo objetivo foi o de reunir os poloneses residentes na América do Sul no intuito de trabalhar para a reconquista da independência da Polônia.

Ao lado desta, foi criada também a "Sociedade de Ginástica Falcão" ("Towarsystwo Gimnastyczne Sokol") fundada em 1898 e cujos objetivos eram o desenvolvimento físico pela ginástica, as excursões e tiro ao alvo. Enquanto que as "excursões" deviam ser compreendidas como um verdadeiro treinamento de marcha, as ações de "tiro ao alvo" eram de fato um "*serviço militar*".

> A matriz da Sociedade Sokol fora criada em Lwow, capital provinciana da Galícia, parte da Polônia, ocupada pela Áustria. Seu objetivo secreto era o preparo da juventude polonesa para futuras atividades bélicas. [...] A sociedade Sokol de Curitiba, também contribuíra com sua parcela de voluntários para a causa de liberdade da Polônia" (FILIPAK e KRAWCZYK, 1978: 11-12).

Uma das "atividades esportivas" logo criadas foi a esgrima e, logo em seguida à aquisição do primeiro fuzil, o tiro. Não faltou também à "sociedade de ginástica", os uniformes e brasões, no sentido militar do termo. Percebe-se assim a estreita relação entre ginástica (ou esporte) e o processo de independência vivido em território polonês. As associações e sociedades criadas em Curitiba cumpriam assim um objetivo vindo de longe, vindo de fora. Ao contrário da representação nacional, que tratava os imigrantes como apenas estrangeiros em lento processo de assimilação, para estes, o Brasil, em especial, o Paraná, era de certa forma um trampolim (no sentido figurado e não esportivo do termo) para uma ação política no sentido estrito do termo.

Em 1922, foi criada a "*Sociedade Esportivo-Ginástica Strzelec*" (O Atirador). Os objetivos eram os mesmos da antiga Sociedade Falcão. A fundação desta contou com a direta participação do major Lepecki, membro do exército e enviado da Polônia com o intuito de "*explorar regiões virgens, destinadas mais tarde, à colonização pelo elemento polonês*" (FILIPAK e KRAWCZYK, 1978: 93). As atividades esportivas eram, uma vez mais, o tiro, as excursões e a ginástica. Coube a esta a organização de inúmeros campeonatos esportivos – basquete, vôlei, ciclismo, atletismo, dentre outros – até os anos

---

18 Alguns remetentes informam em suas cartas as dificuldades de se enviar dinheiro do Brasil em direção aos territórios sob dominação russa. Os valores eram confiscados (ou simplesmente roubados), o que provocou inúmeras reclamações dos imigrantes junto às autoridades brasileiras. Obrigado a reembolsar os valores não entregues, o correio brasileiro acabou por cancelar o envio de valores à Rússia. Para maiores detalhes, ver Kula (1977).

19 Tradução de nossa autoria.

20 As referências estão no final do trabalho e a tradução é de nossa autoria.

1930. O interessante aqui é que tendo sido bastante influenciadas pela atuação do consulado polonês em Curitiba, foi muito lentamente que suas atividades esportivas perderiam seu caráter bélico para limitaram-se à capacidade de integração das comunidades de imigrantes.

As associações, as escolas e os órgãos de imprensa modificaram a vida social dos imigrantes. Primeiro, elas contribuíram a refazer laços sociais rompidos com a emigração, inclusive entre indivíduos que não necessariamente se conheciam. Mas isso num novo estilo de vida, mais livre, e não sem conflitos21. Note-se enfim que a imprensa estabelecida nos antigos territórios, quase que totalmente contrária à emigração, também enviou "*seus*" correspondentes ao Brasil e à Argentina. A despeito das reportagens desfavoráveis22, o fluxo migratório não foi interrompido e a idéia de que a emigração poderia defender no estrangeiro os interesses do "*país*" acabou por se impor, também neste campo.

A atuação das sociedades esportivas e também das escolas bilíngües somente seria interrompida com o início da "campanha de nacionalização", executada pelo Governo Vargas, durante os anos de 1937 e 1945. O motivo da campanha era o alto grau de "*alienígenas*" vivendo em "*quistos étnicos*" no sul do Brasil. A questão de fundo era a soberania nacional. Numa seqüência de grupos de imigrantes e descendentes "*desnacionalizados*", os poloneses ocupavam uma posição intermediária entre os mais e os menos nacionais.

Ainda em relação aos poloneses, a *"carroça polaca*" foi tomada como símbolo da não integração, além dos prejuízos que causaria às estradas devido seu "excessivo peso". Se por um lado a questão da soberania nacional pudesse ser invocada frente aos objetivos perseguidos por certas associações, por outro lado, a inexistência do Estado brasileiro em termos educacionais ou esportivos ou mesmo o grau de isolamento e desamparo a que muitas comunidades foram deixadas não foi um assunto em tela. De fato, a questão central parece ter sido o medo do pangermanismo e mesmo do nazismo (Magalhães, 1998).

Conclusão

Para grupos de poloneses não emigrados, parece claro que seus conterrâneos instalados em outros países não deveriam ser tratados como colonos cujo destino era povoar e/ou se fazer assimilar por outras culturas. Isso parece explicar porque, logo após a reconquista de sua independência, Estado polonês decidiu estabelecer em Curitiba, uma cidade pouco importante na época, um consulado. Este primeiro cônsul era defensor da posição "colonizadora" 23 e, quando chegou à cidade em 1920, foi recebido em festa. É possível ainda fazer o raciocínio inverso, ou seja, supor que foram as colônias de imigrantes que suscitaram nos nacionalistas pós-independência a real possibilidade de realizar seus projetos imperialistas. Sob um ou outro ponto de vista, o fato é que a idéia de uma imigração orquestrada pelo país de destino é incapaz de compreender os múltiplos aspectos da questão.

Nas décadas de 1920 e 1930, até a "*campanha de nacionalização*", o governo brasileiro continuaria a ver os imigrantes como atores de um projeto de povoamento e desenvolvimento, ou ainda como artífices de uma mal disfarçada "política de branqueamento". Mas nem os imigrantes nem ainda os dirigentes políticos da "jovem" nação polonesa poloneses parecem ter sido informados disso. O caso da imigração polonesa serve para demonstrar a distância que separa o imigrante do emigrante, as políticas de atração das causas da partida. Os estudos brasileiros focaram preferencialmente um dos lados e um dos aspectos das migrações internacionais, particularmente aquele que trata da vida dos imigrantes e dos processos de assimilação, de aculturação ou ainda de resistência cultural. Outros aspectos da questão nos aguardam.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Z. M. F. (2000). O Brasil italiano (1880-1920). In FAUSTO, B. (org.). op. cit. Fazer a América. São Paulo, 2ª ed., p. 383-417.

ANDREAZZA, M. L. & NADALIN, S. (1994). O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. Revista Brasileira de Estudos de População, 11 (1), jan-jun, 61-87.

AVILA, F. B. de. (1956). L´immigration au Brésil. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora.

CARNEIRO, J. Fernando. (1950). Imigração e colonização. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia, Publicações avulsas nº 2.

CICHOKA, M. (2002). Les polonais en Amérique latine : un autre regard. Amériue Latine Histoire e Mémoire, nº 4. htpp://alhim.revues.org/document483.html. (Consultado na Internet em 12 de junho de 2008.

FILIPAK, P. e KRAWCZYK, J. (1978). Fastos da Sociedade União Juventus. Curitiba, fac-símile.

GABACCIA, D. R et. al. (2006) Émigration et construction nationale en Europe. In GREEN, N. et WEIL, F. (sous la dir.) Citoyenneté et émigration. Les politiques du départ. Paris : Ed EHESS, (pp. 67-94).

GLUCHOWSKI, K. (2005). Os poloneses no Brasil. Porto Alegre: Rodzicz & Ordakowski editores.

HEMPEL, A. (1973). Os poloneses no Brasil. Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná., vol. VII, p. 11-99.

21 Segundo Wachowkski (1981: 109-110), fruto desse novo estilo de vida, houve conflitos entre professores e padres.

22 Dentre os não partidários da emigração, encontram-se o padre Z. Chelmicki e M. Glinka, ambos membros da « Sociedade Agrícola de Varsóvia ». Ambos visitaram o Brasil em 1891 e publicaram, em Varsóvia, diversos artigos contra a emigração.

23 Kazimierz Gluchowski (1885-1941) chegou a Curitiba em janeiro de 1920, como cônsul, cargo que ele ocupou até em 1922, quando começou a redigir o livro « Os poloneses no Brasil » (vide referências). Seu plano de fundar uma colônia polonesa no Paraná foi concebido quando de seu retorno a Polônia, em 1928.

HESSEL, M. (1970). Na senda dos pioneiros. Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná, vol. I, p. 93-113.
HOLANDA, S. B. (1980). "Prefácio" In: DAVATZ, T. Memórias de um colono no Brasil (1850). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed USP.
DAVATZ, Thomas. (1980). Memórias de um colono no Brasil (1850). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP.
KLOBUKOWSKI, S. (1971). Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná., vol. IV, p. 15-107.
KULA, M. (1977). Carta dos imigrantes do Brasil. Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná., vol. VIII, p. 9-117.
MAGALHÃES, M. B. de. (1998). Pangermanismo e nazismo. A trajetória alemã rumo ao Brasil. Campinas: FAPESP/Editora da UNICAMP.
MAZUREK, J. (2008). Entrevista concedida ao autor. Varsóvia, 20 de março de 2008.
OLIVEIRA, M. de (2007). Imigração e diferença em um estado do sul do Brasil: o caso do Paraná. Nuevo Mundo-Mundos Nuevos, v. 7. http://www.nuevomundo.revues.org. (Consultado na Internet em 18 de junho de 2008.)
PETRONE, M. T. S. (1978). Imigração In: Fausto, B. (sob a dir.). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 2º vol., tomo III, (pp. 93-133).
RAMOS, J. de S. (2006). O Poder de domar do fraco: Construção de autoridade e poder tutelar na política de Povoamento do Solo Nacional. Niterói, EdUFF.
____. (2004). La construction de l´"immigrant indésirable » et la nationalisation de la politique d´immigration brésilienne. In RYGIEL, P. (sous la dir.). Le bon grain et l´ivraie. Paris : Aux lieux d´être, (pp. 75-97).
SAPORSKI, S. E. W. (1972). Memórias. Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná., vol. VI, p. 11-100.
THOMAS, W. I & ZNANIECKI, F. (1996). The polish peasant in Europe and America. A classic work in immigration history. Chicago: University of Illinois Press. Edited by Eli Zaretsky.
TORPEY, J. Du sévage au "libre départ ». In GREEN, N. et WEIL, F. (sous la dir.) Citoyenneté et émigration. Les politiques du départ. Paris : Ed EHESS, (pp. 19-36).
ZOLBER, A. R. (2006). La Révolution des départs. In GREEN, N. et WEIL, F. (sous la dir.) Citoyenneté et émigration. Les politiques du départ. Paris : Ed EHESS,., (pp. 37-66).
WACHOWSKI, Romão. (1971). Memórias de Koscianski . Anais da Comunidade Brasileiro-Polonesa. Curitiba: Superintendência do Centenário da Imigração Polonesa ao Paraná, vol. III, p. 36-79.
WACHOWICZ, Rui (1999). Aspectos da imigração polonesa ao Brasil. Projeções. Revista de estudos polono-brasileiros, Curitiba: Ano I, vol. I, 10-31.
____. (1981). O camponês polonês no Brasil. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba/Casa Romário Martins.

Histórias de migração - imaginando a capital

Ivany Câmara Neiva
Universidade Católica de Brasília
neiva3@terra.com.br

Resumo: Brasília, capital do Brasil desde 1960, à época do início de sua construção, era considerada um "*lugar de futuro*". Trata-se, aqui, de uma história de migrações e de formação da cidade, já que Brasília foi planejada para ser capital, e *povoada* a partir do deslocamento de pessoas de diversos pontos do país. Visando identificar o que as levou a migrarem, busquei expressões do imaginário social de *pessoas comuns*, em cartas dirigidas ao Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), que implementou o projeto de mudança da capital (do Rio de Janeiro, localizado no litoral, para o Planalto Central do país), durante seu período de governo (1956-1961). Essa história se constrói pela voz de *pessoas comuns* que imaginavam Brasília, de longe, e ali esperavam encontrar melhores condições de vida e visibilidade social. Essa voz foi registrada por escrito, em cartas dirigidas ao Presidente JK, hoje disponíveis no Arquivo Público do Distrito Federal, das quais foram selecionadas aproximadamente 100, e delas se registraram expectativas, pedidos, sugestões e reclamações então encaminhados ao Presidente. São fragmentos do cotidiano de quem as escreveu há 50 anos, e ali se fundem perspectivas e contradições de uma capital em construção. Passado, presente e futuro se entrelaçam, construindo uma história de Brasília e de brasileiros que a imaginaram, e também de quem a continua imaginando e construindo, hoje.

Introdução

Em 1957, começavam as obras de construção de Brasília, a nova capital do Brasil. A capital, que desde o século XVIII era a cidade litorânea do Rio de Janeiro, mudava-se para o interior do país, no Planalto Central.

A notícia – e a propaganda, e também a contra-propaganda - se espalhavam pela imprensa, pelo rádio, no boca-a-boca, pela arte, pelos estudos acadêmicos, crônicas e críticas, charges, *fotopotocas*1.

Notas

Esta nota continua na página seguinte

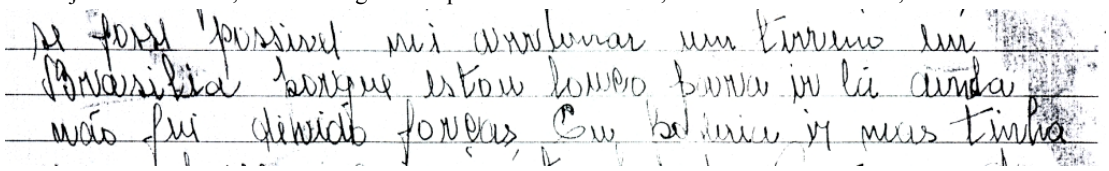
Na efervescência cultural dos anos cinqüenta, aqui e ali se encontrava Brasília como mote e tema. A arte é boa condutora, quando se quer recriar cenários. Assim, voltamos àqueles tempos também por esse caminho.

> Há pouco tempo, a escritora Ana Miranda2 trouxe a público um conto de Guimarães Rosa3 falando da viagem de um menino para "um lugar onde se construía uma grande cidade" [...] que apenas começava a fazer-se, num semi-ermo, num chapadão; a mágica monotonia, os diluídos ares". O menino ia de jipe "aonde ia ser um sítio do Ipê"... "Vamos aonde a grande cidade vai ser, o lago..."
>
> Era um pouco isso, o que se via por aqui – e o que os possíveis moradores e construtores da cidade poderiam encontrar. (Era assim? Será que podemos dizer que era "o que se via"? Ou é "o que imaginamos que se via"?...)

Chegavam migrantes, circulavam chamados para a nova frente de trabalho e de possível moradia. Circulavam cartas em que se declaravam expectativas sobre a nova cidade, e também se sondavam condições de vida, se ponderavam alternativas. São desse tempo as cartas que encontramos no Arquivo Público, de brasileiros que procuravam comunicação com o Presidente da República, pedindo informações, tentando ocupar espaços, imaginando a capital.

Nesses tempos, não se pensava em diferenciar Distrito Federal e Brasília. Não era o que mais importava. O destino era Brasília, a capital. Nas cartas, o assunto era Brasília.

Em janeiro de 1958, um correligionário paranaense sem terra, de Centenário do Sul, escrevia ao Presidente

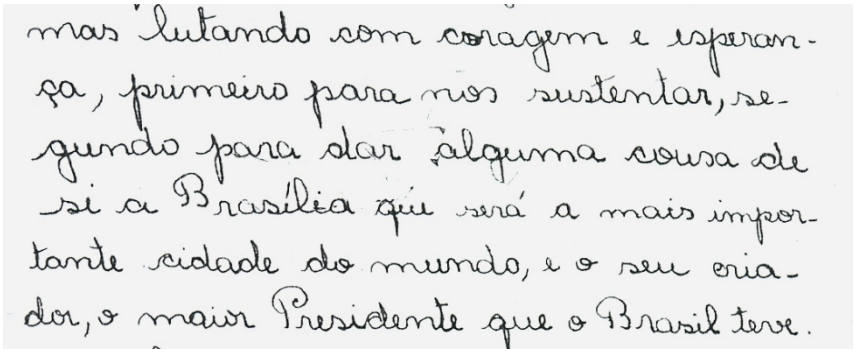


Juscelino, dizendo *estar louco para ir a* ***Brasília***:

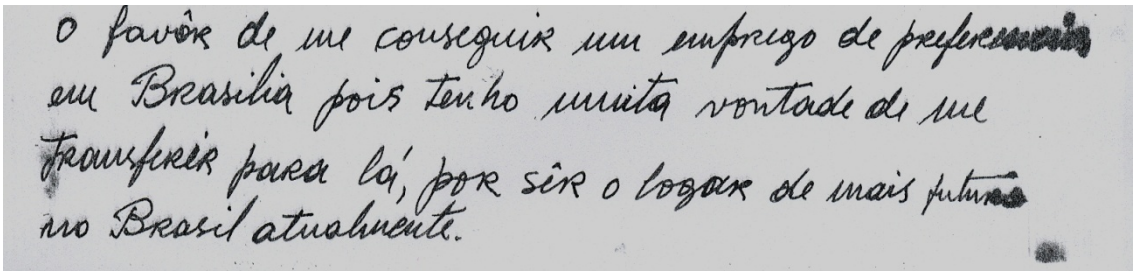
O assunto da transferência da capital para Brasília move um encanador de Florianópolis a escrever para JK, em outubro de 1959:

> Informado pela imprensa e rádio que o Exmo. Sr. Presidente da República está no firme propósito de transferir a capital da República para Brasília, em abril de 1960, e que as obras da Novacap se encontram em fase de intensa atividade, lembrei-me de lhe escrever...

Também Sarah Kubitschek (esposa de JK) recebia cartas de pessoas que buscavam informações sobre a capital alvissareira. Em setembro de 1959, uma mãe de família catarinense, *sem emprego*, pedia sua interseção para conseguir um lote para a família na região que se abria, e pensa em Brasília como aquela "*que será a mais importante cidade do mundo*":



Brasília era imaginada como "*lugar de futuro*", como na carta de um radiotécnico de Salvador, escrita para Sarah Kubitschek em setembro de 1959, pedindo emprego:

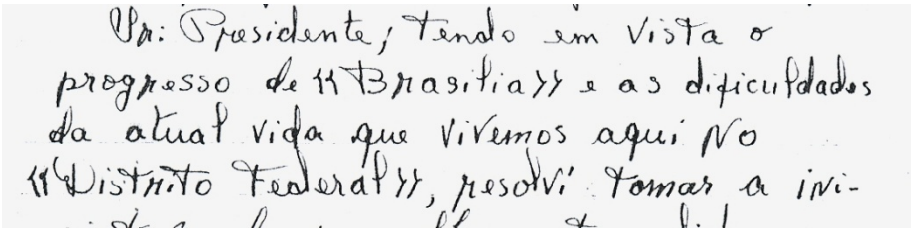


1 Ver ZIRALDO. Fotopotocas. Rio de Janeiro: Edibrás Ltda. s./d.

2 MIRANDA, Ana. Guimarães Rosa em Brasília. Brasília. Correio Braziliense. 18.03.2005. p. 6.

3 ROSA, Guimarães. (1962). As margens da alegria. Em: _____. Primeiras estórias. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

O confronto entre o "*progresso*" possível em Brasília (futura capital) e "*as dificuldades*" enfrentadas no Rio de Janeiro (ainda "*Distrito Federal*") motiva onze "rapazes com carteira assinada" a escreverem ao Presidente, em carta não datada:


Sr. Presidente, Tendo em vista o progresso de "Brasília" e as dificuldades da atual vida que vivemos aqui no "Distrito Federal", resolvi tomar a ini-

Se nas cartas predomina a referência genérica a *Brasília*, o andamento das construções e a chegada de moradores, sim, faziam surgir nomes diferenciados, dos núcleos que se formavam, dos acampamentos, dos alojamentos, das vilas.

O primeiro Censo Experimental de Brasília fala em "*Brasília*", registrando uma população total de 64.314 pessoas, e considerando sua distribuição em acampamentos, núcleos provisórios, núcleos estáveis e zona rural:

Tabela IX

População residente no Distrito Federal - 1959

localidades	**população residente**
Brasília	**64.314**
Acampamentos	
Central da Novacap	1.318
Candangolândia	2.868
Praça dos Três Poderes	7.064
Plano Piloto – Zona Sul	11.007
Outros	5.763
Núcleos provisórios	
Bandeirante	11.565
Bananal	6.196
Núcleos estáveis	
Cidade de Planaltina	2.245
Povoado de Taguatinga	3.677
Povoado de Braslândia	355
Zona rural	12.256

Fonte: Comissão Censitária Nacional. Censo Experimental de Brasília. 1959.

Tabela I. Distribuição percentual da população, por lugar de nascimento,
segundo as localidades.

Informa-se ainda que, à época, 88,6 % da população (de brasileiros natos, que chegavam a 98% do total de moradores de Brasília) se constituía de migrantes4, dos quais predominavam os 35,7% nascidos no Nordeste (segundo a composição atual da região), seguidos dos 32,3% do próprio Centro-Oeste e 25,9% do Sudeste (incluindo o então Distrito Federal, Rio de Janeiro) e, com pequena participação, os 5,9% do Sul e nem 1% do Norte5. A grande maioria dos migrantes estava morando nos acampamentos, nos chamados núcleos provisórios e no recém formado ***povoado*** de Taguatinga.

A ocupação dos acampamentos nos dá idéia do movimento das obras. O ritmo era intenso, para que fosse possível se ter uma *cidade*, mesmo que inconclusa, para a capital ser inaugurada em 1960. Em dezembro de 1959, a Novacap informava a seguinte situação de andamento das obras6:

Obras construídas:

Aeroporto

Quadras 700

Capela Dom Bosco

Hotel de Turismo

Palácio da Alvorada

4 Comissão Censitária Nacional. (1959) Censo Experimental de Brasília. 1959. Tabela I. Distribuição percentual da população, por lugar de nascimento, segundo as localidades.

5 Ibidem, Tabela II. Distribuição percentual da população migrante, por localidades, segundo o lugar de nascimento.

6 Citado em OLIVEIRA, Márcio de. (2005). Brasília: o mito na trajetória da nação. Brasília: Paralelo 15. Figura 17 – Quadro elaborado pelo autor a partir de croquis de Lúcio Costa. p. 221.

Obras em construção:

Catedral

Esplanada dos Ministérios

Praça dos Três Poderes

Rodoviária

Setor Bancário

Setor Hospitalar

Setor de Embaixadas

Barragem do Paranoá

Superquadras (algumas, na Asa Sul)

Também as comportas da Barragem do Paranoá já haviam sido abertas, formando o Lago e submergindo a Vila Amaury. Taguatinga era chamada de *povoado*, criado antes da inauguração de Brasília, já para abrigar moradores deslocados de vilas pioneiras. A vida pulsava na capital em construção – disso, temos notícias pelo noticiário da época, pela visão oficial em relatórios e publicações, pelas histórias contadas por quem participou desses momentos.

Fala-se do aumento da população e do crescimento da cidade. Nas histórias contadas e nos dados estatísticos, sabe-se que foi expressivo esse movimento de pessoas que chegavam, durante o período de construção da capital:

Tabela X

Evolução da População do Distrito Federal, TMGCA e Densidade Demográfica. 1957-2005

Anos	População	TMGCA [1]	hab/km2
1957	12.283		2,12
1959	64.314	128,82	11,11
1960	140.164	117,94	24,21
1970	537.492	14,39	92,84
1980	1.176.935	8,15	203,30
1991	1.601.094	2,84	276,57
1996	1.821.946	2,62	314,72
2000	2.051.146	3,01	354,31
2005	2.333.108	2,61	403,01
2007 *	2.383.614	-	-

Fontes:

GDF. SEPLAN / CODEPLAN. Síntese de informações socioeconômicas. 2006. Tabela I, p.31.

GDF. SEPLAN. Projeções Populacionais - Brasil e Grandes Regiões – IBGE e Censo Demográfico – IBGE.

*GDF. SEDUH; IBGE. População Projetada, por Grupos Etários, de 2006 a 2020. Projeções feitas a partir de: CODEPLAN; IBGE. Projeção da população da região Centro-Oeste e Tocantins: 1997 - 2020. Brasília: CODEPLAN, 1999. (Cadernos de demografia, 12).

[1]TMGCA - Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual entre períodos.

Daqueles brasileiros recenseados em Brasília no ano de 1959, não sabemos quantos foram os que desde 1957 vinham escrevendo cartas ao Presidente – o Censo é feito de números e não de assinaturas. Não sabemos, dos que escreveram, quantos se decidiram a ir para a nova capital depois de receberem respostas às suas cartas. Mas podemos imaginar o que imaginavam sobre Brasília esses brasileiros – os que escreveram cartas - a partir dessas conversas à distância preservadas até o nosso Presente.

Também encontramos rastros dessa história nos relatos de pessoas que hoje falam de suas experiências daquela época. Nesses relatos, encontramos histórias de trajetórias de migração, de sonhos de mudança de vida, de enfrentamento das novas situações na nova terra.

Assim como nas cartas, nas histórias contadas e gravadas é necessário estar atento à questão do tempo – aos tempos que se cruzam, quer nos escritos e nos depoimentos orais, quer na nossa leitura e escuta.

Quanto às mensagens escritas em cartas de cinqüenta anos atrás, há menos *urgência* de *ouví-las*, pois estão fixadas em papel. Mas, quanto à história oral, para se ouvir os relatos de quem viveu há cinqüenta anos, é preciso viabilizar essa escuta. Podemos encontrar registros já feitos, como aqueles disponíveis em acervos e museus, ou buscar os narradores onde estão, para providenciarmos, em tempo, o registro de suas memórias.

No caso das histórias do início de Brasília, encontramos ainda, aqui e ali, pessoas que vivenciaram os primeiros anos da nova capital, e que podem falar de seu passado, à época, e desse seu passado visto de hoje. Supondo que muitos dos

migrantes para Brasília aqui chegavam jovens, na faixa dos 20 anos, hoje eles teriam em torno de 70 anos, e suas histórias do início de Brasília teriam quase meio século7.

Certamente, ainda podemos encontrar alguns deles, os que aqui se fixaram, nos locais atuais de moradia, especialmente em Sobradinho, Taguatinga, Vila Planalto, Paranoá. Com eles, podemos conversar hoje. Há, também, aquelas vozes que podemos ouvir em gravações disponíveis em *museus vivos* e em acervos como o do Programa de História Oral, do Arquivo Público do DF8.

Busco algumas dessas vozes, para identificar questões vivenciadas por quem chegou a Brasília no início da construção da capital. É o caso de Eronildes Guerra de Queiroz, pernambucano que chegou a Brasília em 1958, e aqui trabalhou como servente e cozinheiro na Construtora Pacheco Fernandes Dantas, o que lhe possibilitou "o contato com pessoas diversas e o colocou, ao mesmo tempo, como participante e observador do dia-a-dia nos canteiros de obra"9.

Eronildes foi um dos entrevistados no Programa de História Oral do Arquivo Público, em dezembro de 1991. Escolhemos seu relato por termos lido o artigo "Narrativas de um candango em Brasília", de Heloisa Helena Pacheco Cardoso10, em que é ele o "*candango*" cujas experiências são analisadas11 (utilizando para análise sua própria narrativa), e por o termos visto (ou ouvido) no documentário "A Invenção de Brasília12", dirigido por Renato Barbieri em 2003. Na Sequência IV do filme, a voz em *off* da narradora Fernanda Montenegro fala da "*saga da construção*":

> Brasília foi construída com entusiasmo. Mas a saga da construção teve momentos trágicos. O ritmo acelerado das obras trouxe como conseqüência um número elevado de acidentes de trabalho. Só no ano de 1959, no auge das obras, ficaram feridos 10.900 candangos.
>
> A brutalidade também esteve presente. [...]13

O cineasta Vladimir Carvalho é então chamado para contar a saga de sua busca de relatos sobre um dos polêmicos acontecimentos associados a essa brutalidade, ocorrido durante o Carnaval de 1959, no alojamento da Construtora Pacheco Fernandes e Dantas. E, acompanhando imagens do "Brasília segundo Feldman"14, ouve-se o relato de Eronildes, que então era cozinheiro do alojamento e fala não só da atuação violenta da Guarda Especial de Brasília / GEB, mas das condições precárias de vida dos candangos no alojamento e nos canteiros de obra15.

Esse acontecimento, dependendo de quem o relata, é chamado desde "*massacre da Pacheco Fernandes*" até "*acidente na Construtora*"; fala-se desde 500, 250 mortos, até "um operário"16. Além de nos trazer de volta à discussão sobre as várias versões e os diferentes *lugares de fala* e interpretações, esse caso nos traz uma questão recorrente quando lemos as cartas do Arquivo Público. Observamos que são, proporcionalmente, poucas as cartas em que há referências desabonadoras à mudança da capital. São raras, também, as mensagens em que as dúvidas suplantam as esperanças.

Podemos nos reportar, aqui, às informações que tive de que possivelmente muitas cartas então escritas para o Presidente (ou, mais amplamente, para a administração da nova capital) se extraviaram, quer no trânsito de correspondência, quer no descaso de arquivamento, quer por silenciamento proposital. Entre essas de alguma forma silenciadas, poderiam estar mensagens em que se revelasse o conhecimento das dificuldades enfrentadas por quem já decidira aceitar o desafio da mudança para a capital em construção.

Mas desperta a atenção observar que data exatamente desse ano de 1959 (auge das obras e período em que foram registrados mais de dez mil acidentes com operários nos canteiros de obra da nova capital17), a maior parte da correspondência encaminhada para o Presidente da República e para a Novacap, arquivada no Fundo Novacap do Arquivo Público do DF. Quatro das onze caixas de Correspondência, equivalendo a 60% dos documentos arquivados, têm data de 1959. Das 82 cartas que inicialmente selecionamos para análise, mais de 40% são desse ano.

---

7 Em crônica de fevereiro de 2008, a jornalista Conceição Freitas relembra "a história de três homens, três grandes homens, que fizeram sua melhor obra depois dos 50". Lembra Conceição que "a história todo mundo conhece; o que talvez passe ao largo é a faixa etária dos três homens quando inventaram de inventar uma cidade". Ela fala de Niemeyer, Lúcio Costa e JK, e de suas obras na construção de Brasília. FREITAS, Conceição. Aos de 30, 40, 50. Correio Braziliense. Crônica da Cidade. 26.02.2008. p.28.

8 Desde 1987 são colhidos depoimentos de "pioneiros que participaram da formação de Brasília e de pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, modos de vida e outros aspectos da história contemporânea, totalizando 284 entrevistas [...]. Ver http://www.arpdf.df.gov.br/. Acesso em 29.03.2008.

9 CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. (2004). Narrativas de um candango em Brasília. Rev. Bras. Hist. , São Paulo, v. 24, n. 47, 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 Mar 2008. doi: 10.1590/S0102-01882004000100007.

10 Idem.

11 "O artigo trata das experiências de um candango em Brasília, utilizando para análise sua própria narrativa. [...]". Ibidem.

12 Documentário A invenção de Brasília. Diretor: Renato Barbieri. Brasília, 2001. BARBIERI, Renato e LEONARDI, Victor. A invenção de Brasília. Roteiro. Brasília: Videografia, 2001.

13 Ibidem. Sequência IV.

14 Brasília segundo Feldman. Documentário. Direção de Vladimir Carvalho. 1980.

15 Informações sobre as condições insatisfatórias de vida e de trabalho dos candangos podem ser encontradas em: BICALHO, Nair. (1983). Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política. Petrópolis: Vozes; GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. (1995). Brasília: a capital da segregação e do controle social. São Paulo: Annablume.

16 Em Conterrâneos Velhos de Guerra, também dirigido por Vladimir Carvalho (1992), são contrapostos depoimentos em que diferentes versões são relatadas – da lavadeira, do taxista, de antigos operários, de Ernesto Silva, de Lúcio Costa e Niemeyer.

17 Sobre a vida dos candangos no início da construção, ver BEÚ, Edson. (2006). Expresso Brasília: a história contada pelos candangos. Brasília: LGE Editora.

A tônica das cartas é a expectativa de melhoria de vida na nova capital dos brasileiros. A referência a adversidades se faz em relação ao local em que vivem, e como justificativa para a intenção de migrar. Só se associam dificuldades à nova cidade nas cartas escritas por aqueles que já estavam em Brasília, *experimentando* e vivenciando a capital.

Assim, em relação à maioria da correspondência, paira sempre a questão: quem as escrevia tinha acesso a notícias sobre as adversidades enfrentadas por quem se mudava para a nova capital em construção? O que lhes chegava eram só informações que alimentavam a esperança e o sonho de mudança para uma vida melhor? O sonho de tentar uma nova vida era forte a ponto de amortecer o desconhecimento, os desafios e dificuldades?

A pista para responder a essas questões está no imaginário, na forma como essas pessoas representavam a capital, naquilo que acreditavam ser Brasília. O que os fazia escrever cartas, o que os fazia construir projetos de mudança para a nova cidade, era, sim, mais forte que possíveis notícias de adversidades.

Lembro-me aqui não só do que era contado, imaginado e pedido nas cartas, mas de histórias de migrantes e *histórias sonhadas*. Lembro-me de "*Uma história sonhada*", em que Cléria Botêlho da Costa confronta relatos de Raimunda, uma migrante nordestina entrevistada no Combinado Agro-Urbano de Brasília em 1995, com a vida de Sinhá Vitória, personagem do romance Vidas Secas, de Graciliano Ramos. A autora, ao tratar de "*reconstruções da realidade em que o fato e a criação se entrelaçam na construção do conhecimento histórico*"18, levanta questões que também estão presentes quando se pensa nos migrantes para Brasília. Adaptando as questões, então formuladas, à situação desses migrantes, cabe perguntar:

> "o que lhes permitia [aos remetentes das cartas, que buscavam informações sobre as condições de vida na nova capital] continuar na busca do novo, se o trajeto era tão sofrido?"19.

E, assim como para Raimunda e Sinhá Vitória, pode-se pensar que "o imaginário passou a desempenhar um papel cada vez maior na vida delas"20 – no caso, na vida *delas e deles*, aqueles que escreviam cartas e partilhavam um *imaginário* sobre a nova capital.

Luísa Passerini21, também partindo de pesquisa "que diz respeito, naturalmente, às relações entre seres humanos"22 (no caso, antigos componentes de organizações terroristas dos anos 70 e dos primeiros anos de 80, na Itália), destaca a importância do mundo do imaginário – sonhos, imagens, mitos, fantasias – nas experiências das pessoas cujas histórias de vida foram por ela recolhidas, em 1987. Passerini registra que as mulheres então entrevistadas mostram "como o imaginário as fez continuar na mesma trilha, quando estava cada vez mais claro não haver esperanças para suas metas"23.

As histórias daquelas mulheres levam Passerini a concluir que, *"paradoxalmente, o imaginário passou a desempenhar um papel cada vez maior à medida que a empreitada se tornava menos real"*. Guardadas as proporções entre aquele cenário italiano e o cenário das migrações para uma cidade brasileira em construção, nos solidarizamos com a conclusão, de Passerini, de que essas pessoas "persistiam contra o princípio da realidade *porque* compartilhavam um imaginário"24.

No cenário da nova capital, as cartas escritas para o Presidente da República indicam as dificuldades enfrentadas por homens e mulheres que *imaginavam* Brasília e esperavam ali encontrar melhores condições de vida, e *renovação* de suas trajetórias. Nas cartas, falam-se das dificuldades cotidianas não só nos locais de residência longe da capital, como nas etapas de deslocamento e de fixação na nova cidade. Mas partilham-se expectativas alvissareiras.

É o caso da costureira sem-máquina-de-costura do interior de Minas Gerais que escrevia a D. Sarah há cinqüenta anos (em abril de 1958), confiando "na senhora que é esposa e mãe, que eu sou de 6 *minino*", e que, mesmo sem certeza de emprego na cidade em construção, confia que a mudança para vai ser boa para a família:

> aqui é um lugar sem **recurço** e meu marido também não tem **recurço** pra deslocar pra tão longe, mas **vamo tudo** pra Brazilia que é cidade nova e grandiosa.
>
> Aí na Brazilia a vida **dos minino** vai ser melhor que a nossa aqui.25

Em novembro de 1957, um marceneiro cearense conta ao Presidente Juscelino que vem acompanhando as notícias sobre seu governo pelo rádio, e que tem esperança de melhoria de vida, em Brasília, que ainda não conhece:

> [...] tenho ouvido pelo Rádio os seus esforços pela nação em 1 ano e poucos meses de administração"; [...] tenho muita vontade de vir **mora** nesta nova capital, [porque] o lugar [aqui na minha cidade] é muito **atrazado**.26

Nas linhas e entrelinhas, vou observando que as histórias contadas, as perguntas e inquietações, os pedidos formulados, tudo nas cartas parte do cotidiano de quem as escreve: é a falta de recursos, a carência de serviços básicos, a

---

18 COSTA, Cléria Botêlho da. (1997). Uma História Sonhada. Rev. bras. Hist. , São Paulo, v. 17, n. 34, 1997 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Jan 2008. doi: 10.1590/S0102-01881997000200007. Resumo.

19 COSTA, Cléria Botêlho da. Uma História Sonhada. op.cit.

20 Idem

21 PASSERINI, Luísa. (1981). Mitobiografia em História Oral. In: PROJETO HISTÓRIA 12: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ, 1981. Nº. 10, Dezembro 1993.

22 Idem, p.34.

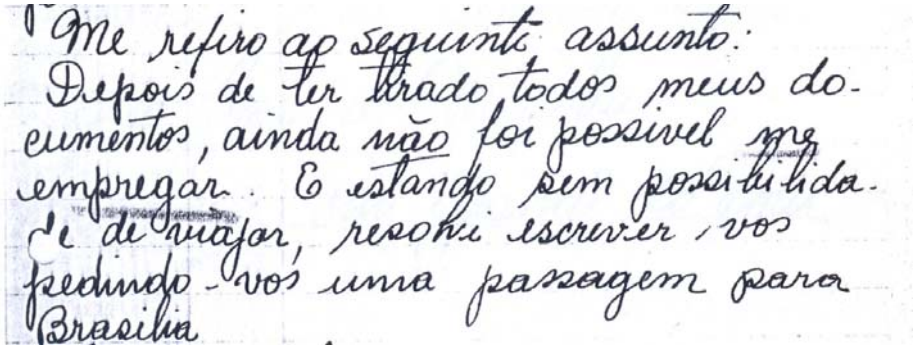
23 Idem.

24 Idem.

25 Foi mantida a grafia original.

26 Idem.

condição de sem-terra ou sem-teto27, a falta de emprego, a baixa remuneração – e o projeto de conseguir melhores condições de vida.


Me refiro ao seguinte assunto:
Depois de ter tirado todos meus documentos, ainda não foi possivel me empregar. E estando sem possibilidade de viajar, resolvi escrever, vos pedindo vós uma passagem para Brasilia

Nas cartas estão referidos os "múltiplos enredos do dia-a-dia" desses "atores de dura rotina"28, como José Humberto, que em janeiro de 1959 escreve ao Presidente Juscelino contando as dificuldades que tem tido para conseguir emprego em São José do Mipibu, Rio Grande do Norte. Tem esperança de conseguir uma *colocação* em Brasília, e para isso pede, em primeiro lugar, uma passagem:

A leitura dessas cartas vai revelando que as expectativas ali representadas não são *simples quimeras* ou algo *sem consistência ou realidade*29 e, sim, são *cravadas no histórico-social*. Aqueles relatos, aquelas expectativas, aquele imaginário sobre a própria vida e sobre a nova capital e a vida em Brasília, expressos nas cartas, são marcas da criação, da experiência, da ação cotidiana e do trabalho humanos.

Busco encontrar, ali, as "coincidências e contradições entre as experiências e as esperanças"30 de que falava Bronislaw Baczko há vinte anos.

A leitura atual de cartas escritas há cinqüenta anos, e agora *escutadas* por quem busca pistas do imaginário de então sobre a cidade, nos remete ao tempo "não–fixo" de que fala Castoriadis: um "presente histórico [...] sempre constituído por um passado que o habita e por um futuro que o antecipa"31.

Lembramos que o *plano social* é o interesse central para Castoriadis32, e, nesse plano, a emergência de novas instituições e de novas maneiras de viver não é uma *"descoberta*", e sim uma constituição ativa, uma criação33:

> a história é essencialmente poiésis [...] – criação e gênese ontológica no e pelo fazer e o representar/dizer dos homens"; os homens e a condição humana são constitutivamente históricos34.

Diz Castoriadis: a realidade não se opõe ao imaginário, e sim dele é produto:

> O imaginário de que falo não é 'imagem de'. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras / formas / imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de 'alguma coisa'. Aquilo que denominamos 'realidade 'e 'racionalidade' são seus produtos.35

Para Argemiro, pernambucano de "serviço braçal" no Agreste, mudar-se para a "nova capital do Brasil que está projetando no centro do Brasil", e lá conseguir um emprego, significa também construir boas condições de vida para sua família. Em maio de 1959, pede a um conterrâneo letrado que escreva uma carta ao Presidente pedindo emprego, "porque faço de tudo", e imagina que, assim, em um ano possa levar a família para a cidade nova, que oferece moradia - e paisagem:

> Brazilia é orgulho dos brasileiros [ ] capital. Vou **empregar** lá pra levar minha mulher e meus filhos depois. [...] Na roça não tem futuro. [...] Se eu **empregar** lá este ano, **talveis** quando a família chegar Brazília já tenha inaugurado e lá vai ter casa pra eles além do bonito lago que tem na cidade.36

Essa referência ao "*bonito lago*", que Argemiro não conhecia mas tinha notícias de que estava em construção, nos faz voltar a Gaston Bachelard quando assinala que "o vocábulo fundamental que corresponde à imaginação não é *imagem*,

---

27 As expressões "sem-terra" e "sem-teto" foram aqui apropriadas do vocabulário atual dos movimentos sociais e da mídia, mas não eram usadas nos anos cinqüenta e sessenta.

28 Thereza Negrão assim se refere aos personagens das músicas de Adoniram Barbosa, que têm São Paulo como cenário, e "cuja dura rotina é o constante desafio na aventura da cidade grande". NEGRÃO DE MELLO, Maria T. F.. "Cascariguindum"- cotidiano, cidadania e imaginário na obra de Adoniram Barbosa. In: MENEZES, Albene M.F., org. (1999). História em Movimento (Temas e Perguntas). Brasília: Thesaurus, 1999. p.149.

29 A propósito, ver MAFFESOLI, Michel. (2000). Entrevista. Revista Famecos. Porto Alegre. n0. 15. agosto 2002. p.74-82. p.74; COSTA, Cléria Botelho da. Imaginário: objeto da História. In Revista Estudos, Vol.27, nº 4, 2000. p.340; BARBIER, René. (1994). Sobre o Imaginário. Tradução de Márcia Lippincott F. da Costa e Vera de Paula. In: Revista Em Aberto, Brasília, Ano 14, nº 61, Jan/Mar 1994. p.15.

30 BACZKO, Bronislaw. (1987). Imaginação Social. In Enciclopédia Eunadi, Vol. V. Lisboa : Imprensa Nacional, Casa da Moeda. p.311, falando sobre sistemas simbólicos e imaginário social.

31 CASTORIADIS, C. A criação histórica e a instituição da sociedade. In: CASTORIADIS, C. et al.(1992). A criação histórica. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura; Artes e Ofícios Editora Ltda., 1992. p. 90-91.

32 CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. Idem. III. A instituição e o imaginário: primeira abordagem. p.162.

33 Idem.

34 Ver TORRES, João Carlos Brum. História e Política em Castoriadis. In: CASTORIADIS, C. et al.(1992). A criação histórica. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura; Artes e Ofícios Editora Ltda.. p.55-63. p.56.

35 CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. op.cit., Prefácio, p.13.

36 Foi mantida a grafia original.

mas *imaginário*”37; e declara se propor a examinar “a imanência do imaginário no real, o trajeto contínuo do real ao imaginário”38.

> Diz Juremir Machado que Bachelard “transformou o termo **imaginário** numa grande metáfora do encontro entre natureza e homem – [...] quase um instrumento literário, filosófico e retórico apto a traduzir imageticamente o universo difuso do pensamento humano fora dos estreitos limites da razão”39.

A leitura de cartas que expressavam a esperança de encontrar em Brasília um lugar de *vida melhor* me aproximou da “Poética do Espaço”40, escrita em nos anos cinquenta por Bachelard, que se propõe a trabalhar com imagens do que considera espaço feliz. Determinando *“o valor humano dos espaços de posse, dos espaços defendidos contra forças adversas, dos espaços amados – [...] dos espaços louvados*”41.

Essa idéia de *espaço feliz* e *louvado* aparece em cartas como da funcionária da Contadoria da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em janeiro de 1960, que conta ao Presidente a viagem em que ela e seu marido conheceram Brasília - “a cidade mais bela e moderna do mundo”-, tendo visto o “lago Paranôá, a construção dos edifícios e ministérios”, o que os fez escolher aquele local como projeto de vida: “pretendemos mudar-nos para lá e construir nossa *cazinha*”42.

Outros brasileiros que se dirigiam ao Presidente falavam, mesmo sem conhecer a nova capital nem especularem sobre as possíveis dificuldades de mudança e fixação, de Brasília como “a terra onde minha família vai ter *socego* e sustento”43 (como dizia um candidato a pedreiro, paulista, em setembro de 1959).

Bachelard havia utilizado a expressão *topofilia*, mais tarde encontrada nos trabalhos do geógrafo sinoamericano Yi-Fu Tuan44, expressando “todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material”45.

Procuramos então as pesquisas de Tuan e o que poderíamos considerar seu conceito de *imaginário geográfico*46, que o levou, inclusive, a tratar de Brasília como “uma cidade ideal moderna”47. Nesse sentido, Tuan cita o embaixador brasileiro Meira Penna e assinala que “não somente a Pequim tradicional, mas a Brasília futurística está plena de símbolos expressivos de um desejo comum e profundo de ordenar a terra e estabelecer um elo entre o espaço terrestre e a abóboda celeste”48.

Na esteira da poética do espaço, encontramos também Márcio de Oliveira, que já conhecíamos por seu livro “Brasília: o mito na trajetória da nação”49. Márcio se vale da *dialética do grande e do pequeno*, *do exterior e do interior*50 de Bachelard para esboçar “os grandes contornos” do imaginário da construção de Brasília. Partindo das imagens da casa, estende-as às de cidades e de Brasília, analisando-as em termos de como o espaço foi concebido e foi sendo apropriado pela nova cidade51.

Tal apropriação, efetivada pela chegada e fixação dos novos moradores, vinha sendo construída, mesmo antes, pelo imaginário sobre Brasília – que vemos expresso nas cartas ao Presidente. É o imaginário sobre a nova capital, o que move esses brasileiros em direção a Brasília – seja já de mudança, seja ainda por escrito.

É o imaginário sobre a própria vida, o que os move e os faz *atender ao chamado* que lhes chega pela voz do Presidente no rádio (ou nos comícios, ou nos impressos) ou pela voz de quem já tinha ido a Brasília (ou para Brasília) e, de alguma forma, confirma esperanças.

A leitura das cartas informa que as questões cotidianas e o tratamento simples como ali são registradas partiam de uma realidade *informada* pelo imaginário, como observa Bronislaw Baczko em seu texto “*Imaginação Social*”:

> [...] o imaginário social informa acerca da realidade, ao mesmo tempo que constitui um apelo à ação, um apelo a comportar-se de determinada maneira.52

Naquela correspondência, coexistem relatos do presente e expectativas para o futuro. A partir das histórias contadas e dos pedidos feitos, pode-se ver que essas expectativas se constroem do confronto com observações do Presente vivido. Não temos, hoje, como verificar como seguiu a vida de cada um daqueles que escreveram cartas (a não ser quando, pelos caminhos do acaso ou de pesquisas sobre pioneiros, os encontramos pelo Distrito Federal). Mas, nas cartas, podemos vislumbrar o que imaginavam como futuro, naquele tempo. Lembramos o que dizia Baczko:

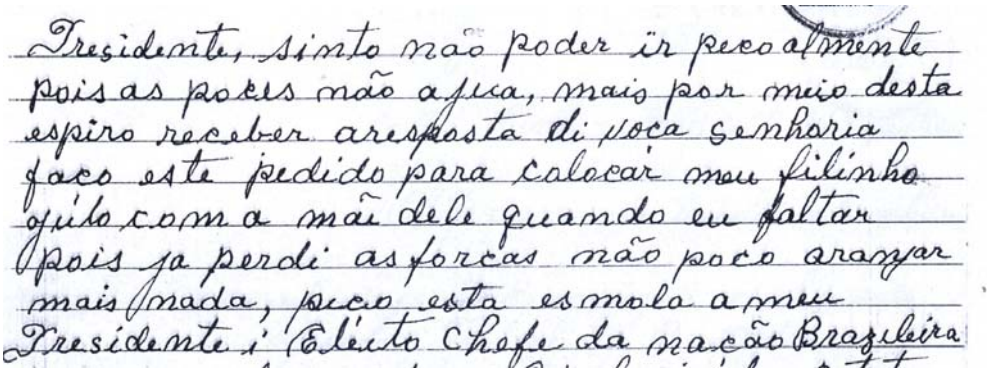
---

37 BACHELARD, Gaston. (1990). O ar e os sonhos – ensaio sobre a imaginação do movimento. São Paulo: Martins Fontes. p.1.
38 Idem, p.5.
39 SILVA, Juremir Machado. As Tecnologias do Imaginário. p.10.
40 BACHELARD, Gaston. (1993). A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes. [1ª edição: Paris: PUF, 1957].
41 BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. p.19.
42 Foi mantida a grafia original.
43 Idem.
44 TUAN, Yi-Fu. (1980). Topofilia: um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.
45 Idem, p.107.
46 Ver SILVA JUNIOR, Otoniel Fernandes da. (2001). Por uma Geografia do Imaginário: percorrendo o labiríntico mundo do imaginário em uma perspectiva geográfica cultural. In: Labirinto. Revista Eletrônica do Centro de Estudos do Imaginário. Universidade Federal de Rondônia. Ano I nº. 3 - Outubro - Dezembro 2001. Disponível em http://www.cei.unir.br/artigo31.html. Acesso em 20.01.2008.
47 TUAN, Yi-Fu. Topofilia. op.cit. Cap. 11. A cidade ideal e os símbolos de transcendência. p.196.
48 Idem, citando: PENNA, J.O.de Meira. (1961). Psychology and City-Planning: Peking and Brasília. Zuric. p.20-47.
49 OLIVEIRA, Márcio de. (2005). Brasília: o mito na trajetória da nação. Brasília: Paralelo 15.
50 BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. Op.cit., p.21 e 214-233.
51 OLIVEIRA, Márcio de. (1998). Gaston Bachelard e o imaginário das cidades: imagens da construção de Brasília. Sociedade e Estado, v. XIII, n. 1. Brasília, 1998. p. 225-240. p.226.
52 BACZKO, Bronislaw. (1987). Imaginação Social.. In Enciclopédia Eunadi, Vol. V. Lisboa : Imprensa Nacional, Casa da Moeda. p.311. Grifo nosso.

> os percursos imaginados pelos agentes sociais [...] raramente se cumprem, [mas] este desfasamento nada tira às funções **reais** desses percursos imaginários53.

Nesse sentido, Sandra Pesavento, no recente *Dossiê: Cidades* da Revista Brasileira de História, fala do imaginário como "*agente de atribuições de significados à realidade*", e "elemento responsável pelas criações humanas"54. Sublinha o caráter da criação, em determinado tempo, e não a sua concretização futura: importa que um dia essas expectativas foram concebidas, "resultem elas em obras exeqüíveis e concretas ou se atenham à esfera do pensamento ou às utopias que não realizaram"55.

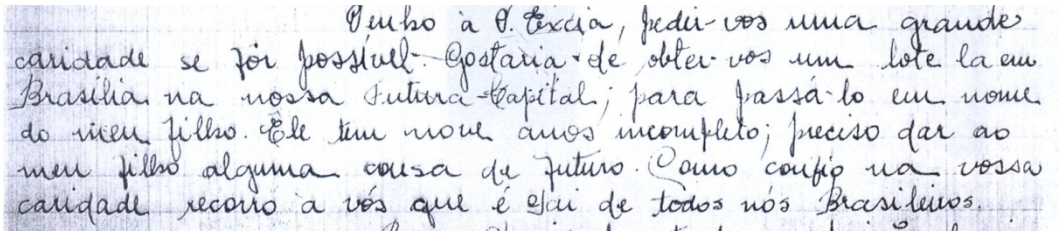
Essa é a tônica da maioria das cartas: imaginam-se melhorias de vida imediatas na nova capital, mas, principalmente, a um médio ou longo prazo imaginados. É o caso do mecânico eletricista capixaba Sebastião, "eleitor do *enesquecível* Presidente Getulio Vargas", quando escreve ao Vice-Presidente João Goulart em dezembro de 1958, pedindo um lote em Brasília "para trabalhar, ê educar meus filhos" – "sete filhos *menor*56, todos reconhecidos como brasileiros" que merecem um futuro digno. (De passagem, aproveita para declarar que saberá "cooperar no nosso PTB" e "trabalhar na próxima campanha"...)


Presidente, sinto não poder ir pessoalmente pois as posses não ajuda, mais por meio desta espiro receber aresposta di voça senhoria faço este pedido para colocar meu filinho quito com a mãi dele quando eu faltar pois ja perdi as forças não posso arranjar mais nada, peço esta esmola a meu Presidente i Eleito Chefe da nação Brazileira

Quando o mineiro Manoel, que se apresenta em agosto de 1958 como "*pobre operário trabalhista brasileiro*", pede ao Presidente "um pedaço de terra para fazer uma *chupana*"57, está desenhando uma situação de estabilidade futura, para a família – em algum dia, de um futuro de que ele próprio não se imagina participar:

Essa perspectiva de futuro imaginado aparece nas cartas escritas por homens, e, mais fortemente, naquelas assinadas por mulheres – sejam destinadas ao Presidente, sejam para D.Sarah.

Em dezembro de 1957, aquela senhora goiana que se apresenta como "profissão: doméstica", "de consideração econômica reconhecidamente modesta", conta que "vive dos braços" e *"pretende melhorar minha situação saindo daqui do interior"*. Pede a JK um lote em Brasília a ser registrado em nome do filho, para lhe dar "*alguma coisa de futuro*":


Venho à V. Excia, pedir-vos uma grande caridade se for possível. Gostaria de obter-vos um lote lá em Brasília na nossa futura Capital; para passá-lo em nome do meu filho. Ele tem nove anos incompleto; preciso dar ao meu filho alguma coisa de futuro. Como confio na vossa caridade recorro a vós que é pai de todos nós Brasileiros.

A menina Inácia (ou adolescente? ela não conta sua idade) escreve da Usina Ribeiro, em Uberlândia, pedindo a intercessão de D. Sarah Kubitschek ("mãe da nação"), para fazer um curso de corte-e-costura: "queria estudar *o corte* ao menos dois meses *mais* não posso pagar a pensão nem *o corte*. [...] o que se ganha não dá". Inácia sugere outras alternativas de ajuda, "seja com que for". Chega a perguntar se "a senhora não quer uma moça na casa da senhora para ajudar a senhora?". Caso essa proposta fosse aceita, além do mais ela poderia "conhecer o palácio alvorada em Brasília, este reino encantado, essa corôa do Brasil" e concretizar seu sonho de "antes de morrer avistar ao menos a terra dos meus sonhos e dizer umas palavras sobre Brasília". Talvez seu sonho se bastasse em contar à família a história de ter visto Brasília, mas nas entrelinhas daquele mês de agosto de 1959 aparece sua esperança de tornar melhor sua vida e a de seus pais e dos "8 irmãos tudo de menor idade"58.

---

53 Idem, p.298.

54 PESAVENTO, Sandra Jatahy. (2007). Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Revista Brasileira de História. vol.27, n. 53. Dossiê: Cidades. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 20.12.2007. p.11.

55 Idem.

56 Foi mantida a grafia original.

57 Idem.

58 Foi mantida a grafia original.

Sim: aparece, em muitas cartas, também a necessidade de se tornar *visível* naquele momento de construção de um projeto nacional que "deve *de* ter lugar para *nois*, que somos brasileiros"59 (como dizia o servente de pedreiro mineiro que escrevia ao Presidente, em 1958).

Essa busca de visibilidade é visível na correspondência para JK, e isso é buscado no "concreto" das mensagens escritas, na presentificação possível, pelas cartas, de trabalhadores distantes da nova capital e das informações sobre sua construção.

A propósito, embora sem buscar em Sartre o tratamento do imaginário na dimensão da História, lembramos o que dizia em seu "*O Imaginário*", de 1940. No capítulo "*A Vida Imaginária*", chega a falar de cartas, buscando a razão de serem esperadas com tanta impaciência (ele fala da relação afetiva entre correspondentes que se escrevem e se respondem...): *"não tanto pelas notícias que podem contar [...], mas por seu caráter real e concreto*"60, presente. Por outro lado, sua interpretação do *ato de imaginação* como "*um ato mágico*"61 pode levar a que pensemos em uma *viabilização* de expectativas futuras. Diz Sartre:

> [o ato de imaginação] é um encantamento destinado a fazer aparecer o objeto no qual pensamos, a coisa que desejamos, de modo que dela possamos tomar posse. Nesse ato há sempre [...] uma recusa de dar conta da distância, das dificuldades.62

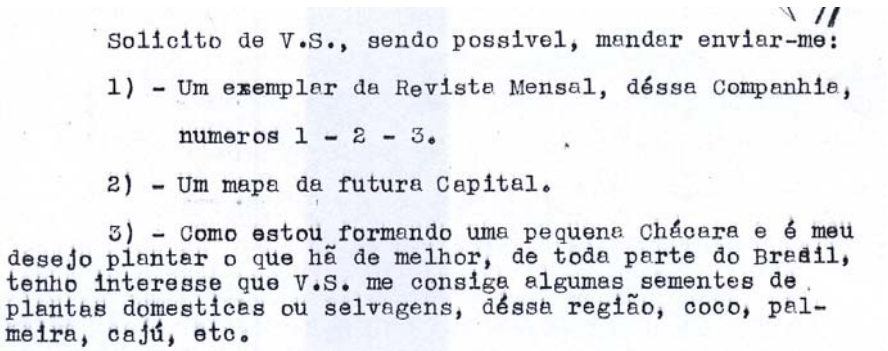
Vemos que uma forma de "*fazer aparecer*" Brasília para quem a imaginava era a busca de informações: a construção da imagem da nova capital como *lugar de futuro* convivia com sua constituição como objeto de curiosidade. As cartas do Arquivo Público nos mostram que, além da formulação específica de pedidos de moradia ou de trabalho, foram muitas as solicitações de informações sobre Brasília.

A curiosidade se prendia tanto ao embasamento para possíveis decisões de migrar, quanto à disposição de divulgar a construção de Brasília, ou à necessidade de ter informações sobre o assunto para desenvolver o que chamaríamos hoje de "sumários executivos", ou para cumprir tarefas escolares (são numerosas as cartas de estudantes e de organizações estudantis). Encontram-se não só cartas de brasileiros, como de estrangeiros interessados em saber mais sobre a nova capital em construção.

Além dos pedidos de fotos e folhetos, a notícia de que havia uma publicação da Novacap sobre Brasília (a Revista Brasília) leva a que, de vários cantos do país, seus exemplares sejam requisitados ao Presidente Juscelino ou diretamente à Companhia.

Em abril de 1959, um ferroviário mineiro escreve ao Presidente da Novacap pedindo exemplares da Revista, que soube pelo rádio estarem estavam sendo oferecidas:

Além da Revista Brasília, são pedidas outras publicações sobre a cidade, e mapas, folhetos, álbuns, artigos e fotos, e ainda lembranças dos tempos de construção e da nova capital, em flâmulas, brindes e fotografias tanto da cidade e da região, como do Presidente JK. Encontram-se pedidos "*especiais*", como o de um *kit* revista-mapa-sementes, encaminhado em junho de 1957, de Araraquara, ao Presidente da Novacap:



Solicito de V.S., sendo possivel, mandar enviar-me:

1) - Um exemplar da Revista Mensal, déssa Companhia, numeros 1 - 2 - 3.

2) - Um mapa da futura Capital.

3) - Como estou formando uma pequena Chácara e é meu desejo plantar o que há de melhor, de toda parte do Brasil, tenho interesse que V.S. me consiga algumas sementes de plantas domesticas ou selvagens, déssa região, coco, palmeira, cajú, etc.

Pela leitura das cartas, vou observando que, mesmo quando se tratam de pedidos que, à primeira vista, poderiam ser encaminhados às instâncias responsáveis pela divulgação de notícias ou pela comunicação com o público, muitas dessas cartas são dirigidas ao Presidente da República. Em grande parte dos casos, o pedido vem acompanhado de justificativas da necessidade de informações para "defender Brasília".

> De São Carlos, São Paulo, em janeiro de 1959, o funcionário público José Bento lhe pede "fotografias, revistas, [...], filmes sobre Brasília de 16mm e demais documentos que **mostre** a realidade de Brasília". Justifica esse pedido porque "essa obra gigantesca não é bem compreendida por parte dos nosos compatrícios", e pondera que "na maior parte os que criticam, criticam essa realização por não conhecerem, por estarem alheios". Explica que "nas oportunidades que me aparece, tenho tentado convencer esses cidadãos, e alcançado certo êxito". José Bento propõe-se a exibir os filmes e mostrar as fotografias "nos bairros e vilas de São Carlos, [...] e nas vitrines de casas comerciais".

---

59 Idem.

60 SARTRE, Jean-Paul. (1996). O imaginário – psicologia fenomenológica da imaginação. São Paulo: Ática, 1996. [1ª edição: Paris, Gallimard, 1940]. p.191.

61 SARTRE, Jean-Paul. O imaginário. op.cit., p.162.

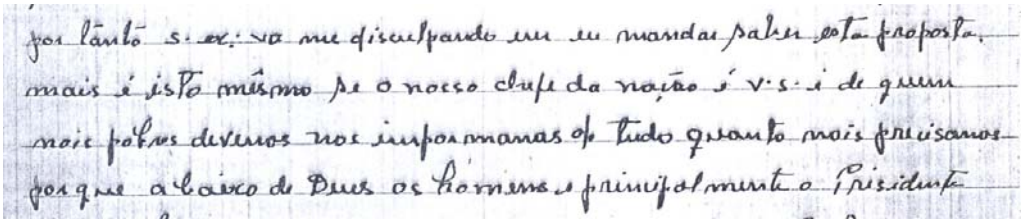
62 SARTRE, Jean-Paul. O imaginário. op.cit., p.165.

Em fevereiro de 1959, um “humilde corretor de imóveis” escreve de Sorocaba ao Presidente Juscelino, propondo-se a ser “propagandista credencidado por V.Excia [...] para colaborar na propagação de Brasília, como patriota e mudancista”. Para isso, pede que lhe enviem álbuns e vistas panorâmicas da capital, para continuar prestando informações “ao público em geral” sobre a construção da nova capital.

Também D. Sarah Kubitschek recebe cartas pedindo a remessa de informações, como aquela vinda da cidade mineira de Astolfo Dutra, em outubro de 1959. O remetente elogia a administração do Presidente e esclarece está se referindo a ele “não como Vosso Esposo, mas sim como Presidente do Brasil, Nosso Presidente”. Pede o livro “Opiniões do Mundo sobre Brasília”, “assim como algo que possa mostrar e afirmar a existência concreta da nossa Capital”, e “lutar contra os CONTRAS”.

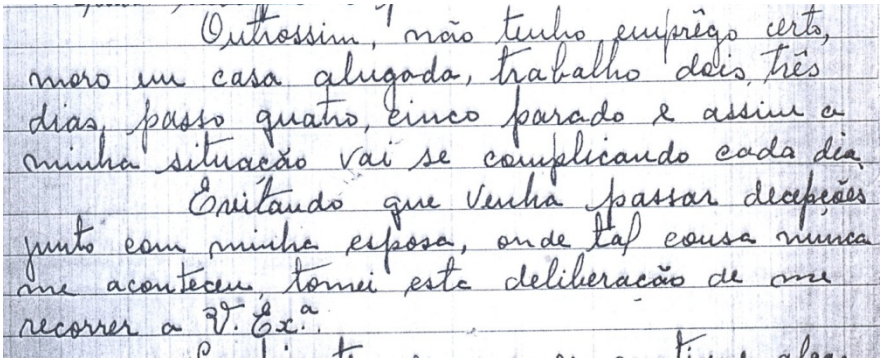
Alguns dos remetentes, como o marceneiro Moacir, de Ceará-Mirim, explicam o porquê de escreverem diretamente ao Presidente: “[...] é isso mesmo – se o nosso chefe da nação é v.s. é de quem nois pobres devemos nos informarnos de tudo quanto mais precisamos”, diz ele em novembro de 1957:

Mas a maioria dos pedidos de informações e de passagens são tratados como assuntos de cunho mais administrativo, e têm como destinatários principais Israel Pinheiro, na qualidade de Presidente da Novacap, bem como outros diretores da Companhia, ou diretamente o Diretor de Divulgação e editor da Revista Brasília, jornalista Nonato Silva.


por tanto s. ex.ª va me disculpando em eu mandar saber esta proposta.
mais é isto mêsmo se o nosso chefe da nação é v.s. é de quem
nois pobres devemos nos informarnos de tudo quanto nois precisamos
porque a baixo de Deus os homens e principalmente o Presidente

Eram também numerosos os pedidos de passagens e de hospedagem, não só de quem ansiava conhecer “a monumental Brasília”, como de quem pretendia verificar possíveis condições para fixação no novo Distrito Federal.

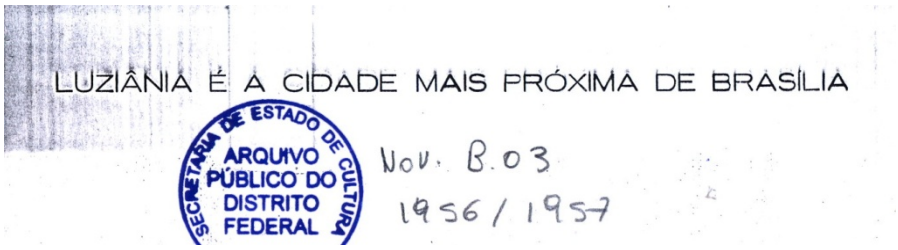
Em janeiro de 1959, um “rapaz pobre, casado, embora sem filhos, mas atualmente [...] bastante sacrificado pelo alto custo de vida”, escreve de Maceió para pedir a JK uma passagem para Brasília. Aparecem, em sua carta, os permanentes e já aqui destacados entrelaçamentos da expectativa de mudança para Brasília, com as condições de seu cotidiano:


Outrossim, não tenho emprêgo certo,
moro em casa alugada, trabalho dois, três
dias, passo quatro, cinco parado e assim a
minha situação vai se complicando cada dia.
Evitando que venha passar decepções
junto com minha esposa, onde tal cousa nunca
me aconteceu, tomei esta deliberação de me
recorrer a V. Ex.ª

Entidades estudantis, escolas e liceus, grêmios culturais, sindicatos e centros operários, jornais e revistas, estabelecimentos comerciais e órgãos públicos, escrevem ao Presidente e à Novacap em busca de informações, ou de oportunidades de conhecer a cidade.

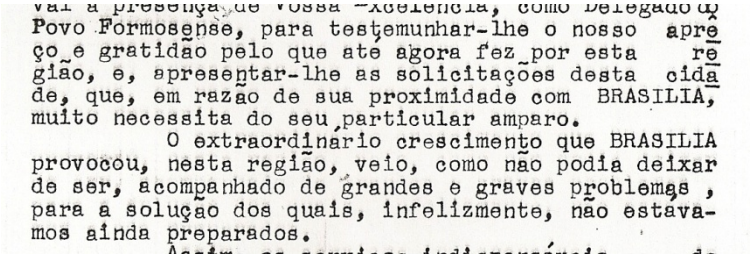
Há cartas, escritas de diversos locais, anunciando o nome de estabelecimentos que têm em Brasília a sua inspiração: Farmácia JK, Armarinho Brasília, Autopeças Nova Capital, Frutaria JK. Em fevereiro de 1959, aquele corretor de imóveis que havia escrito ao Presidente pedindo material de divulgação sobre a capital explica que se sente “imensamente satisfeito com a construção de Brasília, pois desde seu início “sou um propagandita voluntário dessa heróica realização”. E informa que sua firma se chama “*Agência Brasília – na placa está escrito ‘Agência Brasília’ de Freitas corretor*”,

Moradores e autoridades de cidades próximas a Brasília manifestam interesse em serem reconhecidos como “próximos à capital”, e também pedem publicações para participar da divulgação do andamento das obras. No papel de carta em que a Folha de Luziânia, em julho de 1957, solicita ao Presidente da Novacap a remessa mensal da Revista Brasília, está impresso:



Mas não são sempre esperançosas as mensagens de municípios vizinhos ao novo Distrito Federal. Ao imaginário da nova capital como possibilidade de melhores condições de vida somam-se mensagens, também de municípios vizinhos, expressando apreensão, críticas à nova capital – ou pedidos de apoio.

Não de um trabalhador, mas de um prefeito ("*delegado do Povo Formosense*"), vem o pedido de apoio ao Presidente da República – não para projetos individuais, mas para "serviços indispensáveis" em Formosa, Goiás, que "constituem preocupação constante dessa Prefeitura que, *por aí*, não pode resolver e nem ultimar serviços de tal relevo". O prefeito explica que esse pedido de "particular amparo" se deve aos efeitos, para o município, do "extraordinário crescimento" de Brasília:


vai a presença de vossa Excelência, como Delegado do
Povo Formosense, para testemunhar-lhe o nosso apre
ço e gratidão pelo que até agora fez por esta re
gião, e, apresentar-lhe as solicitações desta cida
de, que, em razão de sua proximidade com BRASILIA,
muito necessita do seu particular amparo.
O extraordinário crescimento que BRASILIA
provocou, nesta região, veio, como não podia deixar
de ser, acompanhado de grandes e graves problemas,
para a solução dos quais, infelizmente, não estava-
mos ainda preparados.

Quanto a informações sobre Brasília, encontram-se não apenas os frequentes pedidos feitos ao Presidente, a D. Sarah, à Novacap, mas também cartas que lhes encaminham recortes de jornais e artigos, e que lhes relatam comentários favoráveis e contrários à mudança da capital. É o caso do Agente Municipal de Estatística63 da cidade paulista de São Vicente, que em junho de 1959 envia, a um "ilustre coestaduano"64, o texto "Nada de novo em Brasília"65, que "procura denegrir Brasília e a Novacap". Em resposta, o Agente de Estatística (e jornalista) publica a reportagem *"Verdade sobre Brasília*", no São Vicente Jornal, que também anexa à carta.

Há, também, sugestões de que seja feita maior divulgação do andamento das obras, como a carta enviada em março de 1959 ao "*Sr. Dr. Juçelino*", argumentando que a informação impressa é mais eficiente que a propaganda feita pelo cinema:

63 Ele comenta que havia participado do Censo Experimental de Brasília, realizado pelo IBGE em 1959.

64 Provavelmente, da Novacap. Não consta o nome do destinatário no corpo da carta, e não há envelope arquivado.

65 Publicado no jornal "A Tribuna", de Santos.

setembro de 2001. Disponível em http://www.laget.igeo.ufrj.br/territorio/pdf/N_11_12_13/brasilia.pdf. Acesso em 10.09.2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. (2007). Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Revista Brasileira de História. vol.27, n. 53. Dossiê: Cidades. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 20.12.2007.

PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – PDAD 2004. Brasília. Seplan/Codeplan. 2004. http://www.codeplan.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=5507. Acesso em 10.01.2007.

RODRIGUES, Georgete Medleg. (1990). Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília. Dissertação de Mestrado em História. Brasília, UnB.

ROSA, Maria Inês. (2004). Usos de Si e Testemunhos de Trabalhadores. São Paulo: Letras & Letras.

SHARPE, Jim. (1992). A História vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP. 5ª reimpressão.

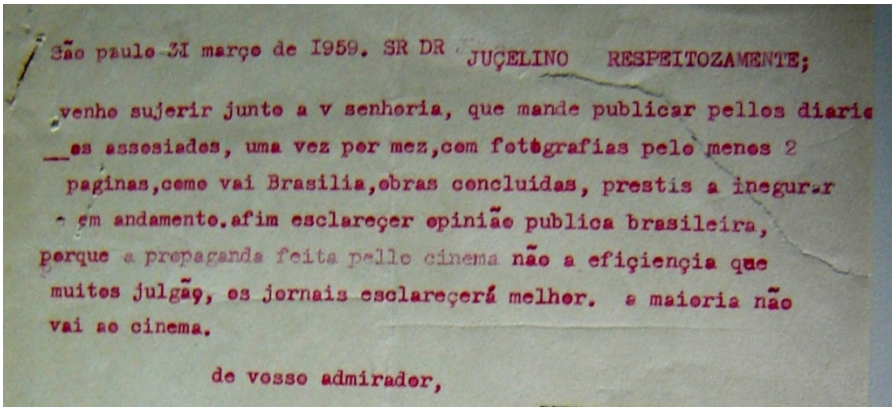
SILVA, Juremir Machado. (2003). As Tecnologias do Imaginário. Porto Alegre: Sulina.

SILVA, Marcos A. da. (2003). História: o prazer em ensino e pesquisa. São Paulo: Brasiliense.

THOMPSON, E.P.(1987). A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 3 vol.

TUAN, Yi-Fu. (1980). Topofilia: um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL.

ZIRALDO. Fotopotocas. Rio de Janeiro: Edibrás Ltda. s./d.

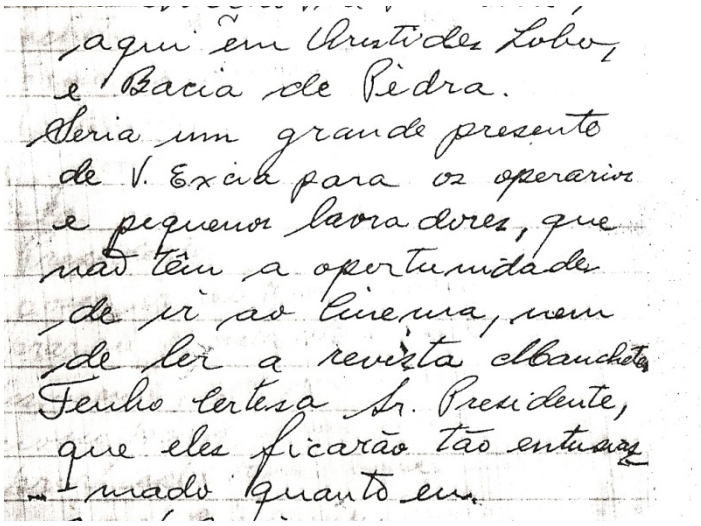


São paulo 31 março de 1959. SR DR JUÇELINO RESPEITOZAMENTE;

venho sujerir junto a v senhoria, que mande publicar pellos diarios assosiados, uma vez por mez,com fotógrafias pelo menos 2 paginas,como vai Brasilia,obras concluidas, prestis a inegurar - em andamento.afim esclareçer opinião publica brasileira, porque a propaganda feita pello cinema não a eficiençia que muitos julgão, os jornais esclareçerá melhor. a maioria não vai ao cinema.

de vosso admirador,

Por outro lado, em janeiro do mesmo ano, um "brasileiro" do Estado do Rio de Janeiro argumenta que nem todos têm acesso a revistas ou a cinema, e solicita ao Presidente Juscelino "arranjar para passar", na sua região, o filme que assistira sobre a estrada Belém-Brasília, e sobre a construção da capital. Propõe-se a exibir o filme ao ar livre, para operários e pequenos lavradores que *"ficarão tão entusiasmados quanto eu". (Aproveita para dizer que essa divulgação demonstraria "que o nosso voto foi muito bem empregado"...)*



aqui em Arraial do Cabo, e Bacia de Pedra.
Seria um grande presente de V. Excia para os operarios e pequenos lavradores, que não têm a oportunidade de ir ao cinema, nem de ler a revista Manchete.
Feito certeza Sr. Presidente, que eles ficarão tão entusiasmado quanto eu.

Em qualquer desses casos, as informações (pedidas e encaminhadas), e as sugestões de divulgação do projeto e da construção, traziam presente a noção de Brasília como algo novo a ser conhecido, construído, avaliado, criticado, imaginado – por ser a nova capital do país, por alterar eixos de poder, ou por ser um possível destino de quem escrevia ao Presidente. Entre elogios e inquietações, suspeitas e expectativas, curiosidade e necessidade de embasar decisões, lêem-se mensagens e se vêem imagens de Brasília como lugar do futuro ou, em muitos casos, lugar de futuro, de novas possibilidades de vida.

Referências

BACHELARD, Gaston. (1993). *A poética do espaço.* São Paulo: Martins Fontes.

BACZKO, Bronislaw**.** (1987). *Imaginação Social.* In Enciclopédia Eunadi, Vol. V. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.

BENJAMIN, Walter. (1996). *O Narrador* [1936]. In: *Magia e Técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura.* Obras Escolhidas, volume I. São Paulo: Brasiliense. 7ª edição.

BEÚ, Edson. (2006). *Expresso Brasília: a história contada pelos candangos*. Brasília: LGE Editora.

BHABHA, Homi K. (1998). *O local da cultura.* Tradução de Myrian Ávila, Eliane Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG.

BICALHO, Nair. (1983). *Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política*. Petrópolis: Vozes.

CASTORIADIS, Cornelius. (2000). *A instituição imaginária da sociedade.* Rio de Janeiro: Paz e Terra. CHAUÍ, Marilena. (2006). *Brasil - mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo,

COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL. (1959) Censo Experimental de Brasília. 1959.

COSTA, Cléria Botêlho da. ((2000). Imaginário: objeto da História. In Revista Estudos, Vol.27, nº 4.

CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti et al. (2007). *Migração e identidade: olhares sobre o tema.* São Paulo: Centauro.
DISTRITO FEDERAL. SÍNTESE DE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS. Seplan/Codeplan. (2006). http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000005.pdf. Acesso em 10.01.2007.

FIDALGO, Antônio. (1998). *A comunicação endereçada – o endereçamento da comunicação de massas***.** II Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação, Sergipe, Brasil.Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-comunicacao-enderecada.pdf. Acesso em 10.05.2007.
FREITAG-ROUANET, Bárbara, coord. (2002). *Projeto Itinerâncias Urbanas no Brasil – capitais migrantes, poderes peregrinos, representações nômades.* UnB, Departamento de Sociologia.
GDF. SEDUH / Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação; IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *População Projetada, por Grupos Etários, de 2006 a 2020*.
MAIA, Cláudia de Jesus e LOPES, M.Fátima. (2003). *Saudade, ausência e presença: a experiência migratória através da narrativa masculina*. In História: questões e debates. Montes Claros/MG.
MARTINEZ, José Luís. (1992). *El mundo privado de los emigrantes de Índias.* México: Fondo de Cultura Económica.
NEIVA, Ivany Câmara. (2008). *Imaginando a capital: cartas a JK (1956-1961).* Brasília. Universidade de Brasília. Tese de Doutorado em História Cultural.
OLIVEIRA, Márcio de. (1998). *Gaston Bachelard e o imaginário das cidades: imagens da construção de Brasília.* Sociedade e Estado, v. XIII, n. 1. Brasília, 1998. p. 225-240.
_____. (2005). *Brasília: o mito na trajetória da nação.* Brasília: Paralelo 15.
PAOLI, Maria Célia. (1987). *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira.* In: LEITE LOPES, J. S. (Org.). *Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora no Brasil.* São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero/Ed. da UFRJ.
PAVIANI, Aldo. (2001). *Brasília no contexto local e regional: urbanização e crise.* Apresentado no Seminário "Brasília: passado, presente e futuro". Brasília, setembro de 2001. Disponível em http://www.laget.igeo.ufrj.br/territorio/pdf/N_11_12_13/brasilia.pdf. Acesso em 10.09.2004.
PESAVENTO, Sandra Jatahy**.** (2007). *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. Revista Brasileira de História. vol.27, n. 53. Dossiê: Cidades. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 20.12.2007.
PESQUISA DISTRITAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – PDAD 2004. Brasília. Seplan/Codeplan. 2004. http://www.codeplan.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=5507. Acesso em 10.01.2007.
RODRIGUES, Georgete Medleg. (1990). *Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília.* Dissertação de Mestrado em História. Brasília, UnB.
ROSA, Maria Inês. (2004). *Usos de Si e Testemunhos de Trabalhadores.* São Paulo: Letras & Letras.
SHARPE, Jim. (1992). *A História vista de baixo*. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP. 5ª reimpressão.
SILVA, Juremir Machado. (2003). *As Tecnologias do Imaginário.* Porto Alegre: Sulina.
SILVA, Marcos A. da. (2003). História: o prazer em ensino e pesquisa. São Paulo: Brasiliense.
THOMPSON, E.P.(1987). *A formação da classe operária inglesa.* Rio de Janeiro: Paz e Terra. 3 vol.
TUAN, Yi-Fu. (1980). *Topofilia: um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL.
ZIRALDO. *Fotopotocas.* Rio de Janeiro: Edibrás Ltda. s./d.

Raízes italianas na Amazônia Brasileira: fluxos migratórios do final do século XIX ao início do século XX.

Marilia Emmi
Universidade Federal do Pará - UFPA
mfemmi@ufpa.br

Resumo: Estudo sobre a contribuição dos imigrantes italianos no processo de desenvolvimento da Amazônia, no período 1870-1950, a pesquisa implicou na reconstrução da história social dessa imigração privilegiando as relações sociais, econômicas e políticas desse processo. Ao lado de uma preocupação mais estrutural, procurou-se investigar as raízes do processo migratório, destacando também a história das famílias de imigrantes. Espacialmente o estudo centrou-se na Amazônia, privilegiando os estados do Pará e do Amazonas onde a presença

italiana foi mais numerosa. A pesquisa teve suporte documental e estatístico em censos demográficos, anuários estatísticos, arquivos primários, registros de viajantes, registro de pesquisadores e memória social expressa em entrevistas e depoimentos de descendentes de imigrantes. A pesquisa identificou dois segmentos ou grupos de imigrantes italianos que foram contemporâneos em sua vinda para a região: um veio para as colônias agrícolas e outro para diversas cidades amazônicas. Houve número significativo de comerciantes ou de artesãos trabalhando por conta própria nas cidades. A atividade comercial nos núcleos urbanos contribuiu para a ascensão social dos emigrados e seus descendentes e foi, em grande parte, complementar à atividade desenvolvida em pequenas fábricas. Concomitante a vinda de italianos para colônias agrícolas também chegaram outros imigrantes europeus principalmente espanhóis e portugueses que povoaram 11 colônias agrícolas no Estado do Pará , totalizando 660 famílias com cerca de 3.380 pessoas.

Introdução

Os países europeus vivenciaram ao longo do século XIX diferentes processos de transição demográfica, caracterizados pelo contemporâneo aumento das taxas de natalidade e o decréscimo das taxas de mortalidade resultando na aceleração do crescimento demográfico. Esses processos aliados às mudanças pelas quais passava o capitalismo, em decorrência da Segunda Revolução Industrial, trouxeram como resultado uma acentuação nas emigrações européias a partir da segunda metade do século XIX.

Os principais países de destino dos 31 milhões de imigrantes que chegaram à América de 1881 a 1915, foram Estados Unidos que receberam 21 milhões , Argentina (4,2 milhões), Brasil (2,9 milhões) e Canadá (2,5 milhões). Esse período vai marcar importante mudança na origem desses imigrantes. Apesar de os países europeus tradicionais como a Irlanda e a Alemanha continuarem a ter posição destacada no movimento emigratório, alguns países do Sul e do Leste europeu passaram a se destacar como exportadores de trabalhadores. Da Itália vieram cerca de 7,7 milhões de trabalhadores, do Império Austro-húngaro 4,2 milhões, da Espanha 3,2 milhões, da Rússia e Polônia 2,5 milhões e, de Portugal um milhão, que se dividiram entre os Estados Unidos e o Brasil que recebeu cerca de 80% desses emigrantes portugueses (Klein, 2000).

Essa onda migratória atendia tanto os interesses dos países de origem na transferência de excedentes populacionais como as demandas dos países de destino, entre eles o Brasil, que via na absorção desses fluxos humanos um modo de resolver seus problemas de povoamento e de carência de mão de obra, privilegiando a população branca, por fatores ideológicos. Os interesses dos imigrantes estavam centrados nos subsídios, nas possibilidades de trabalho e de acesso à terra, alimentados por intensa propaganda oficial ou particular. Esses fatores pesavam positivamente na decisão de emigrar por parte de grupos de estrangeiros de várias nacionalidades.

Segundo Levy (1974), no período compreendido entre 1820, quando são encontrados os primeiros dados sobre entradas de estrangeiros no Brasil, e 1871, ano anterior à realização do primeiro recenseamento geral do Brasil, foram registradas 250.487 entradas de imigrantes de diversas nacionalidades. O censo de 1872 registra a presença de 389.459 estrangeiros, o que leva, segundo a pesquisadora, à conclusão de que já havia estrangeiros residindo no Brasil antes de 1820, ou que os dados referentes às entradas entre 1820 e 1871 estavam sub-estimados. Por ordem decrescente de importância numérica, as principais nacionalidades eram a portuguesa, a italiana, a espanhola.

Embora mantendo as peculiaridades de cada onda migratória, existem traços comuns entre os principais fluxos migratórios para o Brasil, destacando aqueles de portugueses, espanhóis e italianos. Esses fluxos resultam da não-absorção pelos respectivos mercados nacionais do grande contingente de camponeses expulsos de suas terras em decorrência do desenvolvimento das relações capitalistas e respondiam, por outro lado, à solicitação de mão-de-obra assalariada para substituição da escrava, pelos países da América. A mediação ideológica estimuladora da emigração residia, portanto na esperança de adquirir a propriedade rural.(Pereira, 2002).

Por outro lado, analisar a motivação de cada fluxo migratório necessita ter presente o movimento de emigração e imigração em sua dupla dimensão de fato coletivo e itinerário individual, ou seja, a trajetória e as experiências singulares dos emigrantes/imigrantes. A imigração é, pois, um processo social de mobilidade de grupos que se origina em estruturas sociais espacialmente delimitadas. Mas, esse processo social contempla e nele têm lugar diferentes trajetórias com suas particularidades, permitindo desse modo que se perceba a diferenciação entre e dentro dos vários fluxos migratórios, na qualidade de emigrante e na situação de imigrante (Sayad, 1998). Nesse sentido as áreas de origem e de destino, o momento histórico da migração e os condicionantes socioeconômicos, ideológicos, políticos e demográficos ganham importância diferenciada para cada fluxo considerado

A Amazônia brasileira como destino de imigrantes europeus

Pensar na presença italiana na Amazônia do fim do século XIX até às primeiras décadas do século XX significa situar este segmento no conjunto das correntes migratórias que se dirigiram para a região, tendo como principal motivação a busca pelas apregoadas riquezas decorrentes da exploração da borracha.

Um retrato da imigração internacional na Amazônia pode ser obtido através dos dados sobre o movimento imigratório no porto de Belém, no início do século XX, registrados no Anuário Estatístico do Brasil. Segundo essa fonte,entre 1908 e 1910, entraram no porto de Belém cerca de 13.500 estrangeiros de várias nacionalidades, destacando-se os portugueses (48,67%), os espanhóis (15,98%), os ingleses (7,18%), os turco-árabes (4,69%) e os italianos (4,15%). O crescimento econômico da Amazônia, decorrente da elevação dos preços da borracha nesse período pode ter constituído fator motivador dessa expressiva imigração.

Os imigrantes vincularam-se a diversas atividades dando, portanto, importante contribuição tanto no domínio econômico, quanto no técnico, profissional e cultural. Os ingleses teriam se destacado na construção de portos, produção de

energia, telefonia, telegrafia, saneamento básico, além de significativa participação no setor de comercialização e do crédito, setor do qual compartilhavam ainda os americanos e franceses. A participação de judeus espanhóis e norte-africanos foi principalmente nas atividades de escritório e contabilidade comercial, e dos portugueses no comércio por atacado e varejo. Os estrangeiros de um modo geral deram significativa contribuição na organização dos serviços terciários de natureza privada, numa região que dava os primeiros passos na esfera do capital mercantil (Santos,1980). A contribuição dos italianos, com suas pequenas fábricas de calçados e de bebidas e no comércio de atacado e varejo, sobretudo na exportação de produtos regionais atividade em que se associavam a comerciantes portugueses é registrada por Aliprandi e Martini (1932).

Entretanto, mesmo após o colapso da borracha, imigrantes continuaram chegando. É o que se pode deduzir do número significativo de estrangeiros que residiam na Amazônia por ocasião do censo de 1920, quando a economia da borracha amazônica já estava decadente em conseqüência do avanço da produção asiática que se tornara crescente desde 1913. Tanto as novas entradas, como a permanência de grupos de imigrantes que passaram a instalar pequenas fábricas para abastecer o mercado local iniciaram um processo de substituição de importação de produtos que não mais podiam ser importados do mercado europeu. A partir da década de 1940 assiste-se uma diminuição no ritmo das imigrações no Brasil e os censos de 1940 e 1950 revelam acentuada queda na imigração internacional na Amazônia.

Tabela 1

População estrangeira no Pará e no Amazonas conforme nacionalidade (1872-1950)

Origem	**1872**		**1920**		**1940**		**1950**	
	PA	**AM**	**PA**	**AM**	**PA**	**AM**	**PA**	**AM**
EUROPA	**5.076**	**814**	**19662**	**9963**	**8268**	**3801**	**5744**	**2501**
Portugal	4.463	689	14211	7615	5657	2863	4113	1844
Espanha	158	35	3355	986	1065	322	778	198
Itália	37	12	1114	726	566	342	376	279
França	210	13	316	92	177	45	70	29
Inglaterra	93	56	310	363	363	99	126	59
Alemanha	64	5	163	72	186	64	114	25
Outros países	–	3	193	109	154	66	167	67
AMÉRICA	**177**	**1246**	**559**	**5807**	**662**	**2169**	**712**	**1733**
ÁSIA	–	–	**1463**	**843**	**1310**	**760**	**1027**	**519**
Turquia Asiática	–	–	1460	811	27	36	19	5
Líbano e Síria	–	–	–	–	821	424	586	314
Japão	–	–	3	32	458	297	413	195
Outros países	–	–	–	–	4	3	2	5
ÁFRICA	**1.256**	**88**	–	–	**126**	**64**	**68**	**33**
Sem identificação	19	15	399	323	7	2	12	11
TOTAL	**6.529**	**2199**	**22083**	**16936**	**10373**	**6796**	**7563**	**4797**

Fonte: Censos Demográficos. In: Emmi (2007).

No contexto dessa Amazônia multicultural, comparando os três principais contingentes de europeus que se firmaram no início do século XX: portugueses, italianos e espanhóis observa-se que os dois primeiros tiveram mais visibilidade e se perpetuaram nos seus descendentes embora o fluxo de espanhóis fosse inicialmente bastante significativo .

A forte presença portuguesa na Amazônia vem desde os tempos coloniais quando o estado do Grão-Pará era diretamente ligado á coroa portuguesa , situação que só vai mudar em 1823, com a adesão do Pará à independência. A imigração portuguesa que teve no Brasil a quase exclusividade de destino se intensifica no final do século XIX e se mantém em números significativos nas primeiras décadas do século XX. As marcas portuguesas na Amazônia estão no comércio, nas associações esportivas e recreativas, além da arquitetura e da denominação portuguesa de várias cidades amazônicas. Segundo Fontes (2002) os grupos que se direcionaram ao Pará constituíam imigração não subsidiada, composta em sua maioria por homens solteiros. A procedência dos imigrantes era principalmente das regiões do Douro, Minho e Beira Alta. Eles direcionaram-se para as cidades onde desempenhavam atividades ligadas ao comércio.

A imigração espanhola direcionada à Amazônia está relacionada com o projeto de colonização agrícola implantado no Pará a partir de 1896 ao longo da estrada de ferro Belém - Bragança. Os primeiros imigrantes chegaram ao Pará em várias levas vindas principalmente da Galícia, províncias de. Pontevedra, Ourense e Lugo. O fluxo imigratório espanhol era formado por grupos familiares que subsidiados pelo governo paraense vieram povoar os núcleos coloniais Benjamim Constant, Jambuassu, Marapanim, José de Alencar, Santa Rosa, Ferreira Pena e Couto de Magalhães. Novos grupos chegaram em decorrência da Guerra Civil (1936-1939). Além da agricultura, dedicaram-se ao setor de serviços nas cidades. (Martinez, 2000)

Raízes italianas na Amazônia

Nessa Amazônia, terra de imigrantes, é a corrente italiana que para cá se dirigiu e suas contribuições para o processo de desenvolvimento regional que constitui nosso foco de análise. Entre os italianos, um grupo significativo foi formado por religiosos que vinham atender determinações específicas de suas respectivas congregações. Eles deixaram as marcas de sua presença em estabelecimentos de ensino e em hospitais. Outro grupo importante era composto por arquitetos, pintores, músicos e outros artistas. A presença desses artistas foi de grande relevo pelas marcas que deixaram nas cidades amazônicas e a propaganda de suas obras na Itália pode ter constituído um estímulo para outros grupos emigrarem espontaneamente.

A pesquisa foi direcionada para as famílias de imigrantes italianos que elegeram a Amazônia como região de destino percorrendo diferentes trajetórias que se iniciavam do outro lado do Atlântico, aqui se fixaram e se integraram à economia e è sociedade amazônicas. Embora o número de imigrantes vindos para a Amazônia seja menor, se comparado com os que vieram para o Sul e Sudeste do Brasil, evidências empíricas permitem agrupar os imigrantes italianos em dois grandes segmentos:~

(1) imigração subsidiada dirigida para as colônias agrícolas e,

(2) imigração espontânea dirigida às cidades.

A imigração dos dois segmentos foi contemporânea, ou seja, ambos começaram a chegar nas duas últimas décadas do século XIX, se diferenciaram quanto às razões norteadoras da migração, à composição social, à origem regional e às áreas de destino dentro da Amazônia.

Italianos nas colônias agrícolas

A imigração dirigida para as colônias agrícolas está inserida no projeto de colonização inaugurado pelo governo Imperial e que teve continuidade nos primeiros anos da República, visando o povoamento de algumas regiões do território nacional por agricultores estrangeiros. O objetivo da política era atrair imigrantes principalmente do continente europeu para povoar os considerados vazios demográficos, neles estabelecendo colônias agrícolas, o que permitiria tanto a posse do território, como a produção de riquezas. Por isso, o imigrante desejado era o agricultor ou artesão que aceitasse viver em colônias e não o aventureiro que preferisse viver nas cidades (Oliveira, 2001).

Embora tenha sido referida na literatura como uma iniciativa fracassada e por isso de menor importância, é relevante recuperar a memória da experiência de implantação de colônias agrícolas com imigrantes estrangeiros na Amazônia. Apesar da curta existência desta corrente, as colônias representaram a porta de entrada para a fixação de famílias italianas no interior da Amazônia e sua contribuição econômica e social é notada até hoje.

No estado do Pará, das experiências do período Imperial, a mais expressiva foi criação da colônia de Benevides onde foram introduzidas 180 famílias de várias nacionalidades: franceses, italianos, espanhóis, alemães, belgas, ingleses e suíços. Entretanto foi a partir do período Republicano, iniciado em 1889, que essa política se intensificou com a criação de 10 núcleos agrícolas situados ao longo da estrada de ferro Belém-Bragança e que se destinavam a receber imigrantes europeus.

O fluxo migratório de italianos direcionado para as colônias agrícolas foi composto por grupos familiares de agricultores que em 1899, em navios da companhia *La Ligure Brasiliana* deixaram a Itália destinando-se a povoar colônias agrícolas de Anita Garibaldi, Ianetama e Outeiro, localizadas no estado do Pará. Esse povoamento se daria através de contratos firmados entre o Governo do Estado e concessionários que se responsabilizavam pela vinda e instalação dos colonos.

Foram grandes as dificuldades para encontrar dados que permitissem a identificação e a análise desse segmento. Em primeiro lugar, porque a esparsa literatura que se refere às colônias agrícolas destinadas a receber imigrantes italianos no Norte do Brasil apenas registra que essas foram experiências mal sucedidas, mas não existe qualquer discussão sobre as causas desse insucesso (Trento, 1989; Cenni, 2003). Por outro lado, os dados sobre esses imigrantes são escassos e localizá-los demandou um grande esforço de pesquisa em manuscritos do acervo da antiga Repartição de Terras e Colonização que se encontra no Arquivo Público do Pará. Contudo, esses registros permitem reconstituir uma listagem desses imigrantes, que embora incompleta, fornece pistas sobre a origem regional, a composição familiar, a idade de imigração, a data de chegada, o navio que os transportou e outras informações importantes que ajudaram situar essa corrente migratória no contexto da imigração italiana na Amazônia.

Colônia Anita Garibaldi

A colônia Anita Garibaldi originou-se de um contrato, assinado em dezembro de 1898, entre o Governo do Estado e o cidadão italiano Mario Cataruzza. Pelo contrato, esse concessionário se comprometia em fundar uma colônia para introduzir no Pará, duzentas famílias de agricultores italianos, originários das regiões do Veneto, Lombardia, Piemonte e Emilia Romagna, localizadas na Itália Setentrional. A colônia situava-se numa área de 5000 hectares localizada próximo ao atual município de Castanhal.

De acordo com o contrato, os lotes agrícolas seriam destinados à plantação de cereais e produtos comerciais como cana, café e algodão, conforme as normas estabelecidas pela Sociedade Paraense de Agricultura. Entre outras exigências, esse contrato obrigava o concessionário a fazer a discriminação dos lotes, abrir estradas, efetuar derrubada e queimada, construir uma casa para cada família, construir escolas, ir buscar as famílias pessoalmente na Itália, fornecer alimentação aos colonos

nos seis primeiros meses e entregar a colônia totalmente emancipada ao Estado dentro do prazo de um ano, quando as 200 famílias tivessem sido instaladas (Cruz, 1955).

Como se pode deduzir da organização espacial da colônia apresentada por Penteado (1967) esperava-se um empreendimento de grande envergadura para época, mas as exigências do contrato eram realmente incomuns para a época. O contratante não conseguiu cumpri-las. Das 200 famílias previstas, só conseguiu introduzir 19, totalizando 95 pessoas. O contrato foi rescindido em dezembro de 1899, o que praticamente eliminou a entrada de mais estrangeiros na colônia. Mesmo assim, em 1900 a população da colônia havia aumentado para 917 pessoas, o que representa um salto de mais de 900%. Mas, destas apenas 37 eram italianas, outras eram espanholas, belgas e a maioria brasileiras. Com o contrato rompido a colônia passou a ser administrada pela Repartição de Colonização e Imigração. O núcleo se notabilizou durante vários anos pela produção de farinha de mandioca, onde havia 18 fornos de cobre para a fabricação desse produto (Cruz, 1955).

Com a expansão do município de Castanhal, as terras da antiga colônia foram incorporadas a esse município. No momento da pesquisa, em 2006, não foi encontrado nessa área nenhum descendente dos agricultores italianos trazidos por Cataruzza. Supõe-se que os italianos abandonaram a colônia e espalharam-se por vários municípios da região bragantina.

Colônia Modelo de Outeiro

O surgimento da colônia de Outeiro parece estar diretamente relacionado com a criação em 1895 da Hospedaria dos Imigrantes. Em terras ao lado dessa hospedaria foi criado um Núcleo Modelo, que receberia imigrantes de várias nacionalidades, entre os quais os italianos. (Muniz, 1916).

Com base num acordo firmado em 1899 com o governo Itália, foi feita uma tentativa de instalar imigrantes dessa nacionalidade na colônia de Outeiro. Pelo acordo, cada família receberia um lote de 25 hectares, dos quais 10 metros quadrados já estariam desmatados e receberia ainda salário durante três dias por semana para desmatar o resto do terreno; receberia também, ferramentas de trabalho, utensílios de cozinha e alimentação gratuita nos primeiros seis meses. O acordo garantia ainda o repatriamento após seis meses, para os colonos que não tivessem se adaptado ao clima (Trento, 1989). O historiador informa que apenas três das 12 famílias que aqui chegaram permaneceram no Pará. Outras foram repatriadas.

No Arquivo Público do Pará encontramos informações parciais sobre nove dessas doze famílias. Localizou-se uma Declaração contendo a assinatura de nove chefes de família, todos do Veneto, que em 15 de junho de 1899, pelo vapor Rio Amazonas, da companhia Ligure Brasiliana, sob a responsabilidade do senhor Gustavo Gavotti, teriam vindo para Belém com a finalidade de se estabelecer em Outeiro. No documento constam assinaturas dos chefes de família Pietro Montagnini, Giorgio Montagnini, Sisto Montagnini, Ângelo Moi, Francesco Moi, Secondo Zapparoli, Ângelo Palachini, Antonio Gilioli e Ascanio Balavato. Observa-se que além de pertencerem à mesma região, Vêneto (norte da Itália) a lista apresenta 3 chefes de famílias com o mesmo sobrenome Montagnini e 2 com o mesmo sobrenome Moi. A relação familiar é evidente, uma vez que eram provenientes da mesma região, talvez da mesma comuna e emigraram no mesmo navio, tendo em comum a mesma área de destino. Em 1900, havia na colônia 11 famílias totalizando 47 pessoas, das quais apenas 7 eram italianas, outras eram espanholas, portuguesas e brasileiras. Em 1902, no governo de Augusto Montenegro, o Núcleo Modelo de Outeiro foi declarado extinto e em 1904 foram expedidos títulos gratuitos de terra para antigos ocupantes e 6 foram adquiridos por compra (Muniz, 1916).

Colônia Ianetama

A colônia Ianetama foi outro núcleo agrícola especificamente destinado a receber imigrantes italianos. Ficava localizado à margem da estrada de ferro de Bragança a 19 km de Castanhal. Surgiu em virtude de um contrato assinado entre o estado do Pará e o armador italiano Salvador Nicosia, em janeiro de 1899, para a introdução de 200 famílias de agricultores italianos. Visava a criação de um estabelecimento pecuário regular e a instalação de maquinismos especiais para o fabrico de banha e artigos que pudessem ser produzidos com suínos (MUNIZ, 1916).A colônia, que totalizava aproximadamente 5.000 hectares, foi preparada pelo Serviço de Terras do Pará, para receber os imigrantes. Com essa finalidade foram demarcados 200 lotes de aproximadamente 25 hectares, construíram-se casas e foram abertas linhas e 12 travessas.(Penteado, 1967)

Salvador Nicosia trouxe para a colônia 48 famílias. No Arquivo Público do Pará, encontram-se as listas nominais dos membros dessas famílias que totalizavam 295 pessoas que embarcaram no porto de Gênova em 1899, com destino a Belém nos navios Rio Amazonas e Rei Umberto da companhia La Ligure Brasiliana.

Os documentos encontrados no Arquivo Público do Estado do Pará dão pistas das características pessoais desses emigrantes, através das informações contidas no certificado de embarque assinado pelo chefe da família, nos certificados de notoriedade onde se declarava a profissão (sempre de agricultor), de boa conduta, de residência, certificados médicos e de condição familiar (certificados de pobreza).Das 48 famílias trazidas por Salvador Nicosia para a colônia de Ianetama, foi possível recuperar informações sobre 29 famílias .

Tabela 2

Origem das famílias da colônia Ianetama

Família	No. de pessoas	Região	Província	Comuna
Penzo	5	Campânia	Benevento	Morione
Ruzzo	5	Campânia	Benevento	Morione

Monza	9	Campânia	Caserta	Gricignano
Russo	6	Campânia	Caserta	Gricignano
Trabbuco	3	Campânia	Caserta	Carniola
Torrecio	6	Campânia	Caserta	Carniola
Sinvaci	5	Campânia	Caserta	Aquino
Tersigni	4	Campânia	Caserta	Aquino
Ceraldi	s/i	Campânia	Caserta	Serra Aurunca
Reale	6	Campânia	Caserta	Serra Aurunca
Suppapola	4	Campânia	Caserta	Serra Aurunca
Vernile	5	Campânia	Caserta	Serra Aurunca
Di Ruzza	8	Campânia	Caserta	Castrocielo
Palermo	5	Campânia	Nápoles	Secondigliano
Viviano	6	Campânia	Nápoles	Secondigliano
Armênio	6	Campânia	Nápoles	Antimo
Accardo	13	Campânia	Nápoles	Boscotecrase
Pallavicino	11	Sicília	Siracusa	Scieli
Arrabito	9	Sicília	Siracusa	Scieli
Carbone	s/i	Sicília	Siracusa	Scieli
Sachetto	6	Veneto	Rovigo	Aobeia
Panavati	8	Veneto	Rovigo	Papaezze
Antrighesso	9	Veneto	Treviso	Nervesa
Narciso	11	Veneto	Padova	S/I
Palazzo	4	Veneto	Padova	S/I
Civetta	5	Veneto	Padova	S/I
D'Angio	4	Veneto	Padova	S/I
Guagliariello	6	Veneto	Padova	S/I
Della Ciopa	5	Veneto	Verona	S/I

Fonte: Emmi (2007)

A tabela 2 permite pontuar algumas evidências: Tratava-se de uma imigração familiar. Na Itália, como nas demais sociedades agrárias européias, a família constituía a unidade principal da organização do trabalho. A vinda para colônias agrícolas propiciava a preservação do trabalho familiar. Essas famílias vieram da Itália em grupos nos mesmos navios, e no mesmo período. Quanto às regiões de origem, observa-se que esses imigrantes formavam três grupos: do Vêneto (Itália Setentrional), vieram 32% enquanto que 58% vieram da Campânia (Itália Meridional) e 10% da Sicília (Itália Insular). Observa-se ainda que muitos eram provenientes das mesmas províncias e até mesmo das mesmas localidades, sugerindo migração em grupos. As províncias com maior número de emigrantes foram Caserta e Nápoles (Campânia) e Padova (Vêneto). A predominância dos vênetos e dos campanos entre os imigrantes italianos que vieram para o Brasil no fim do século XIX já foi evidenciada por Trento (1989).

Das listas de colonos trazidas para Ianetama que se encontram no Arquivo Público do Pará infere-se ainda que, as unidades familiares trazidas por Salvador Nicósia eram nucleares, ou seja, formadas pelo casal com filhos solteiros. Havia casos em que não correspondiam a esse padrão e traziam como agregados, pai ou mãe do chefe, irmãos, sobrinhos, cunhados e em alguns casos sogro ou sogra do chefe. As famílias eram numerosas, havia famílias com 9, 11 e até 13 membros. Mas, além da família nuclear pais e filhos, com freqüência eram relacionados outros parentes e até mesmo agregados. A família Accardo, por exemplo, era composta por 13 pessoas além da esposa e dos 6 filhos, estavam relacionados irmão, cunhada e sobrinhos (na realidade eram duas famílias). A família Pallavicino (11 pessoas) era formada pela esposa, 5 filhos, sogros e cunhados; a Pavanati, além de esposa e dos 2 filhos são relacionados 4 conviventes (agregados, todos adultos parecendo compor outra família) . Os chefes de família tinham em média 42 anos, as esposas 34 anos. Os casais tinham em média 4 filhos, com idade variando entre 1 e 19 anos.

Apesar dos esforços e gastos efetuados, Salvador Nicosia não conseguiu satisfazer o compromisso com o Estado, que previa a introdução de 200 famílias, o que deu motivo à rescisão do contrato em 1899. Passando a dirigir o funcionamento da colônia, o Estado destinou o restante dos lotes a imigrantes espanhóis e a nacionais (nordestinos). Em 1900 nele viviam 99 famílias das quais 89 eram nacionais, 7 espanholas e apenas 3 italianas (Muniz, 1916).

As terras da antiga colônia de Ianetama hoje fazem parte da área urbana do município de Castanhal, onde não se encontrou na pesquisa de campo qualquer referência a descendentes das famílias trazidas por Nicosia. No final de 1899, com

a rescisão dos contratos que haviam criado as colônias de Anita Garibaldi e Ianetama, o governo paraense não concedeu mais autorização para a criação de novos núcleos. Continuava haver apenas imigração espontânea, sem ônus para o tesouro do Estado.

Como uma primeira conclusão pode-se afirmar que as raízes das famílias italianas nas colônias do Pará podem ser identificadas no período Imperial, na colônia de Benevides, a qual não sobreviveu até 1900, e no período Republicano nas colônias de Anita Garibaldi, Ianetama e Outeiro. Entretanto a maioria das famílias não permaneceu por muito tempo nesses núcleos coloniais, como nos casos analisados acima. Deduz-se que se espalharam por vários municípios paraenses, sobretudo da região bragantina onde é fácil identificar descendentes de italianos.

Em 1902, argumentando medidas de economia e o insucesso na fixação dos estrangeiros nas colônias agrícolas, o governador do Pará, Augusto Montenegro, decidiu emancipar todas as colônias agrícolas Esse foi o fim da colonização agrícola com europeus no Pará.Todavia, ainda que a política de colonização tenha sido redirecionada e não se incentive mais a vinda de estrangeiros, um segmento de italianos que desde o fim do século XIX se direcionava às cidades amazônicas, continua chegando, às vezes em grandes levas, conforme registram os jornais da época. Agora eles vêm por iniciativa própria, muitas vezes motivados pelas "cartas de chamada" de parentes que tiveram sucesso, sobretudo no comércio. Esses comerciantes vão chegando e se localizando preferencialmente em Belém e Manaus e um segmento particular desses imigrantes vai se espalhar por várias cidades amazônicas principalmente na região do baixo Amazonas.

Italianos nas cidades amazônicas

Se os projetos de colonização agrícola do fim do Império e do início do período republicano constituíram a porta de entrada dos italianos na Amazônia, há evidências de que paralela a essa imigração e além dela se firmou uma imigração não dirigida pelo Estado, constituída por diferentes grupos de italianos que vieram se fixar em cidades da Amazônia. Denominamos esse segmento de *imigração espontânea de italianos para cidades amazônicas*.

A procedência regional dos italianos que vieram para as cidades amazônicas apresenta-se diversificada. Algumas famílias vieram da Itália setentrional, das regiões do Veneto, Lombardia, Emilia Romagna, Piemonte e Ligúria, como as famílias Calliari, Macola, Schivazappa, Urbinati, de Boni, Grandi, Dinelli, Bisi, Biondin e Aliverti. Da Itália central, região do Lazio, vieram as famílias Del Pomo e Biolchini e da Toscana, as famílias Cei, Camarlinghi, Ricci, Cardelli e Desideri. Da Itália insular, região da Sicília vieram as famílias Aita, Conti, Emmi, Filipo, Malato e Renda.

Embora a origem regional possa pontualmente ser diversificada, a maioria dos imigrantes veio da Itália meridional, principalmente de três regiões, Calábria, Basilicata e Campânia. Entre os meridionais, um grupo se distingue dos demais que por motivações diversas aportaram na Amazônia. Esse grupo apresenta características que o aproximam de uma corrente migratória que na literatura recente sobre imigração italiana vem sendo chamada de imigração *calabro-lucano-campana* (Cappelli, 2007). Esse segmento seria formado por pequenos proprietários e artesãos originários da Calabria, Campânia e Basilicata (antiga Lucânia) que com recursos próprios emigraram e se instalaram nas capitais e cidades do Norte e do Nordeste do Brasil. Constituiu um grupo mais numeroso do que o da colonização dirigida para as colônias agrícolas e teve maior continuidade. Seus descendentes ainda são encontrados em várias cidades amazônicas

Segundo Cappelli (2007) a corrente migratória calabro-lucana-campana tem particularidades que a distingue dos grupos que caracterizaram a grande imigração de massas em direção à América Latina. Em primeiro lugar, por não ter procurado as grandes metrópoles como Buenos Aires e São Paulo, regiões tradicionais de imigração italiana de massa, pelo contrário, dirigiu-se às áreas periféricas sem grande tradição imigratória como Cuba, República Dominicana, Guatemala, Costa Rica, Colômbia, Equador e ainda regiões periféricas como o Norte e o Nordeste do Brasil. Em segundo lugar, diferente dos grupos da grande migração que se caracterizavam geralmente por serem segmentos constituídos por pobres e analfabetos - cujo deslocamento era subsidiado pelo Estado – esse segmento era formado em sua maioria por pequenos proprietários, e artesãos, pessoas que traziam pequenas economias e possuíam habilidades específicas (sapateiros, funileiros, ourives, pintores) e algum grau de instrução.

A motivação de emigrar não estava, portanto ligada diretamente a uma situação de miséria, mas se circunscrevia dentro de uma vasta estratégia de mobilidade geográfica e social de grupos, na qual pesavam fatores culturais. Em terceiro lugar, nas cidades de destino, esses imigrantes em sua maioria artesãos e pequenos proprietários excluíam de seus horizontes a perspectiva de trabalho agrícola e do isolamento em ambiente rural. Por outro lado, evitavam, se possível, as grandes capitais, preferiam pequenos centros urbanos, onde exerciam suas atividades artesanais aliadas a atividades comerciais. É preciso, portanto, compreender as lógicas e as estratégias dessa corrente migratória a qual estruturando espontaneamente seus vínculos, ligações familiares e parentais, valia-se da proteção de redes de amigos e de vizinhos, lembrando a identidade dos vilarejos, das aldeias. Havia tendência de concentrar o fluxo migratório de cada localidade de origem em poucas destinações, onde era possível de qualquer modo reproduzir os laços de solidariedade que deram vida ao projeto migratório, para proteger e tornar produtivo o investimento inicial.

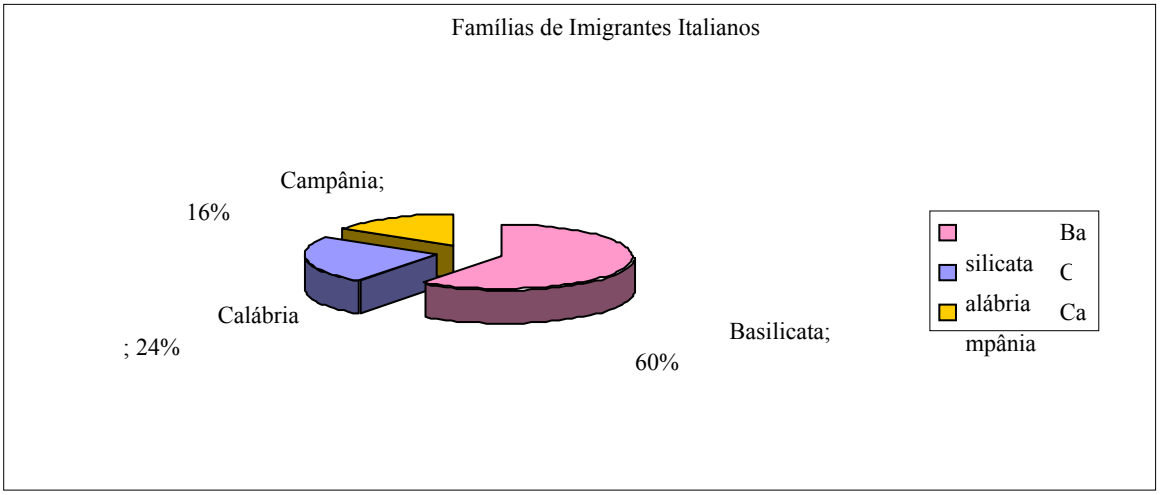
Os estudos sobre imigração italiana no período das grandes migrações apresentam uma constatação comum: as dificuldades econômicas vividas pela Itália e o correspondente interesse das elites econômicas na colonização (caso do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo) ou em braços para a lavoura e o conseqüente processo de proletarização dos imigrantes italianos em São Paulo (Alvim, 1986). Todavia esses estudos não podem ser generalizados para a Amazônia, uma vez que a corrente migratória dirigida às colônias agrícolas teve existência efêmera, embora tenha deixado suas marcas na agricultura paraense. Por outro lado, a imigração espontânea para as cidades não pode ser caracterizada como constituída por mão-de-

obra assalariada; ela foi composta predominantemente por pequenos proprietários e artesãos que aqui se dedicaram a vários tipos de atividades como sapateiros, alfaiates, funileiros e se firmaram, sobretudo exercendo atividades comerciais. Essa migração direcionada às cidades amazônicas é, pois, diferente da que foi para o Centro-Sul quanto aos grupos envolvidos, expressão numérica, motivações, composição social, estratégias migratórias e atividades econômicas exercidas. O papel dos italianos nas cidades amazônicas guardaria relativa aproximação com os estudos de Constantino (1991) sobre os moraneses (calabreses) em Porto Alegre, com o diferencial sobre a composição regional dessa corrente e sua localização em municípios distantes das capitais.

A existência na Amazônia de um segmento dessa corrente migratória originária da Calábria, Basilicata e Campânia pode ser deduzida a partir de dados sobre cerca de cem famílias que chegaram à região nas últimas décadas do século XIX e se localizaram em várias cidades onde seus membros se firmaram principalmente como comerciantes. Dados levantados no Vice-Consulado da Itália em Belém, nas entrevistas realizadas com filhos de alguns desses imigrantes, aliados às informações de relatórios de viajantes italianos do início do século XX, como Ronca (1908) e Aliprandi e Martini (1932) permitiram uma relativa aproximação com o universo dessa imigração. Pode se deduzir dessas informações que nas últimas décadas do século XIX e início do século XX começaram a chegar à região famílias de pequenos proprietários e artesãos italianos que, vindo com algum recurso, montaram suas casas comerciais em cidades amazônicas, uma vez que o comércio era a principal atividade econômica impulsionada pela valorização da borracha no mercado internacional. O segmento de italianos que se dirigiu às cidades amazônicas fixou-se nas capitais do Pará e do Amazonas, Belém e Manaus, e em alguns municípios localizados ao longo do rio Amazonas e de seus principais afluentes, por onde circulava o capital mercantil decorrente da economia da borracha. Mas, mesmo com o declínio dessa economia muitos permaneceram nessas cidades As 100 famílias relacionadas representam somente uma amostra do fluxo de italianos originários desses lugares que procuraram as cidades paraenses e amazonenses como destino final de sua migração, refere-se apenas aos imigrantes que compareceram ao vice-consulado para solicitar registro ou documento, ou ainda aos que foram citados nas entrevistas e fontes consultadas.

GRÁFICO 1:

Origem das Famílias de Imigrantes Italianos



Fonte: Organizado Thaize de Souza com base em Emmi (2007).

Quanto à região de origem, a maioria das famílias veio da Basilicata (60%), todas da mesma província (Potenza), e principalmente da comuna de Rivello (localidade de San Costantino,) e da comuna de Castelluccio Inferiore . Quanto às cidades de destino, as famílias que vieram de Castelluccio Inferiore localizaram-se principalmente em Belém e Manaus, enquanto as que vieram de San Costantino di Rivello, localizaram-se preferencialmente em municípios do baixo Amazonas onde se fixaram alguns grupos familiares que posteriormente através de "cartas de chamada", faziam vir da Itália parentes e amigos, como demonstra a existência dos mesmos troncos familiares que se fixaram em várias cidades. Quanto às famílias que vieram da Calábria (24%), todas eram da província de Cosenza, principalmente das comunas de Papasidero e Laino Borgo e localizaram-se em Belém e em Manaus. Da Campânia (16%) as famílias das províncias de Salerno localizaram-se preferencialmente em Belém, as originárias de outras províncias fixaram-se em cidades do interior do Pará. Essas evidências tomam força na literatura especializada que ressalta a proximidade geográfica no destino de migrantes originários das mesmas regiões onde é possível reproduzir os laços de solidariedade e contar com a proteção de redes familiares e vicinais (Constantino, 1991; Cappelli, 2007).

Trajetórias e estratégias migratórias

As trajetórias foram diversificadas. Embora boa parte das famílias italianas tenha vindo diretamente para cidades amazônicas, sobretudo aquelas que já contavam com a presença de um parente ou amigo na cidade de destino, outros passaram por cidades do Centro-Sul ou do Nordeste, antes de se fixarem na Amazônia. Mas, houve imigrantes que saindo da Itália, seguiram trajetória diversa que incluía passagem por outros países da América Latina, como Venezuela e Colômbia.

A emigração dos italianos com destino às cidades amazônicas, seja ela direta ou com paradas intermediárias, de um modo geral dava-se por etapas. Primeiro vinham os homens (chefes de família ou solteiros), depois de estabelecidos mandavam buscar suas esposas e filhos ou ainda, voltavam à pátria para buscá-los. Se solteiros, voltavam à Itália para contrair matrimônio ou para completar o serviço militar e em alguns casos partiam como voluntários para lutar na guerra. Em alguns casos, os imigrantes economicamente bem sucedidos, chamavam parentes e amigos para auxiliarem em seus empreendimentos. Esse convite era formalizado através da "carta de chamada", na qual quem desejava promover a vinda de um parente ou amigo, comprometia-se diante do governo brasileiro, através do Delegado de Polícia do Município, a fornecer os recursos necessários a sua subsistência durante todo o tempo da sua permanência no Brasil, ou repatriá-lo se não pudesse tê-lo sob sua responsabilidade. Esse documento era exigido pelo consulado para emissão do passaporte. Foi através desse mecanismo, que segundo as entrevistas, um número significativo de pessoas da localidade de San Costantino de Rivello, gradativamente foram chegando para diversas cidades do baixo Amazonas.

As "*cartas de chamada*" também eram utilizadas quando por algum motivo o imigrante pretendia voltar para a Itália e desejava deixar seus negócios nas mãos de um parente, que posteriormente podia também chamar outros parentes. O sentimento de família era muito forte, sendo comum que esses imigrantes geralmente se casassem com noivas italianas que haviam deixado na própria terra quando da sua viagem para o Brasil, ou com filhas de outros italianos que já se encontravam radicados no país. Os casamentos na própria comunidade contribuíam para manter as tradições e costumes e conseqüentemente, para olhar a região para qual emigrou como uma extensão da Itália (Andrade, 1992; Bassanezzi, 1996). Estes elementos mostram claramente uma estratégia social de integrar famílias que teceram laços econômicos e matrimoniais. Alguns entrevistados relatam casamentos freqüentes entre famílias que emigraram juntas, as quais muitas vezes já possuíam relações de parentesco em seu lugar de origem, ou seja, membros de famílias emigrantes eram casados entre si já na Itália. Outros casamentos aconteceram no Brasil entre seus descendentes, reforçando a rede de parentesco.

Nas cidades, os italianos procuravam morar em ruas do centro comercial. A motivação principal dos primeiros imigrantes seria a proximidade do local de trabalho, ou ainda, porque a casa tinha geralmente a dupla função de comércio e residência. Os que chegavam depois preferiam também essa localização porque podiam contar com uma rede de apoio nos primeiros anos de imigração. Segundo informantes, os italianos radicados em Belém davam suporte a outros italianos que chegavam à capital; aqueles que não tinham parentes na cidade se hospedavam nas pensões de senhoras italianas, geralmente localizas no centro comercial, ou nas casas de outros italianos.

Os depoimentos registrados na pesquisa indicam que muitos italianos que se fixaram nas cidades amazônicas trouxeram além da experiência de sua pátria, outros elementos culturais, econômicos e sociais acumulados ao longo da viagem por vários estados brasileiros e países da América Latina. Essa bagagem acumulada certamente produziu um diferencial em sua condição de imigrante e de certo modo, favoreceu não só o exercício de atividades econômicas, como também propiciou melhor integração na sociedade local. Por outro lado as diferentes estratégias migratórias – migração por etapas, casamentos endogâmicos, proximidade da localização das moradias – serviram para o estabelecimento de redes familiares ou vicinais onde buscavam apoio, sobretudo nos primeiros anos de imigração. As fortes ligações que os originários das mesmas localidades mantinham nos países de destino não constituíram, entretanto, obstáculo ao processo de integração desses italianos nas cidades amazônicas, ao contrário, foram muito rápidos graças às limitadas dimensões quantitativas das comunidades de imigrantes.

Contribuição da imigração de italianos à economia amazônica

Com as riquezas decorrentes da borracha, o poder público direcionava parte dos recursos financeiros para a implementação de um processo de modernização das cidades. Os italianos inseriram-se em diferentes setores da economia. Houve uma experiência na colonização agrícola, entretanto, o crescimento urbano propiciava condições favoráveis e criava um mercado de atividades de prestação de serviços que atraiu boa parte dos imigrantes que chegavam às cidades. Por outro lado os que traziam algumas economias, geralmente empregaram seus capitais na criação de estabelecimentos comerciais nas capitais e em cidades por onde circulavam as riquezas que a economia da borracha propiciava. Houve casos em que a habilidade artesanal evoluiu para a criação de fábricas de sapatos ou proporcionou a criação de alfaiatarias e ourivesarias; ao lado destes, alguns permaneceram exercendo atividades de menor qualificação como engraxates, jornaleiros, marceneiros, pedreiros, entre outras.

A experiência de implantação de colônias agrícolas com imigrantes italianos foi datada (final do século XIX) e pontualmente localizada às margens da estrada de ferro de Bragança e em áreas próximas a Belém. Se essa experiência não resultou no fortalecimento do setor agrícola na região, de acordo com os objetivos que nortearam a criação das colônias agrícolas, ainda assim pode-se avaliar um saldo positivo no sentido de permitir a introdução de novos processos de tratar a terra com os conhecimentos que os europeus traziam resultando num incremento da produção e desenvolvimento agrícola (Cruz, 1963).

Nem todos os imigrantes destacaram-se no plano econômico. Para uma parcela dos imigrantes a vida nas cidades amazônicas foi permeada de dificuldades e para sobreviverem desempenhavam funções consideradas subalternas. Na construção da sociedade amazônica também contribuíram muitos imigrantes com seu trabalho anônimo de engraxates, jornaleiros, verdureiros, carregadores, estivadores, ferreiros, vendedores ambulantes e outras profissões de menor prestígio social. Uns ofereciam seus serviços de porta em porta como consertos de sombrinhas e utensílios domésticos; outros tinham banca de engraxate próximo do terminal do trem ou no comércio, onde também consertavam sapatos.

Todavia nas cidades amazônicas a principal atividade econômica exercida pelos calabreses, lucanos e campanos foi o comércio. Porque de pequenos proprietários e artesãos tornaram-se principalmente comerciantes?A resposta a esta questão necessita situar historicamente a estrutura econômica da Amazônia que acolheu esses imigrantes.

O panorama econômico do Pará em 1870 era de relativa prosperidade, uma vez que exportava uma quantidade significativa de produtos extrativos como cacau, castanha, algodão, couros e peles. A partir de 1877 quando a exploração extrativa da borracha passa a registrar acentuada subida de preços e os capitais e força de trabalho são canalizados para essa exploração é o momento em que se assiste uma corrida em direção à Amazônia e no bojo dessa vem também um seguimento de imigrantes italianos que conseguem se firmar embora de maneira subordinada, ao capital mercantil predominante na época.

Em Belém, o comércio dos italianos era mais direcionado ao atendimento das necessidades das populações urbanas, principalmente gêneros alimentícios, materiais de construção, joalherias, confecções e calçados que muitas vezes eram produzidos nas fábricas dos comerciantes, ou seja, aliavam a fabricação ao comércio.

O sucesso comercial desses italianos, as redes familiares que os apoiavam e a sua integração na sociedade local, estimularam outros imigrantes que mesmo com a crise da borracha, conseguiram permanecer no comércio, fundaram novas casas comerciais e nelas se mantiveram atuantes por muitas décadas.

Os imigrantes italianos também tiveram participação significativa nos primórdios da indústria paraense. O recenseamento industrial de 1920 registra a existência de 15 estabelecimentos industriais pertencentes a italianos, nos estados do Pará e do Amazonas, empregando 166 operários. Entretanto, Costa (1924) chama atenção para empreendimentos de maior porte, pertencentes a italianos que haviam se instalado no Pará no início do século XX. Destaca, por exemplo, a importância da participação de italianos na indústria de beneficiamento de sementes oleaginosas para a economia paraense na década de 1920, quando foram criadas duas usinas em Belém, a Victoria e a Conceição.

A literatura destaca também a importância dos italianos na instalação das primeiras fábricas de calçados na Amazônia. Nesse setor destacou-se fábrica Boa Fama em Belém que era de propriedade do senhor Nicola Conte, natural de Casteluccio Inferiore, província de Potenza, região da Basilicata. Tendo chegado ao Pará em 1907, Nicolau começou a trabalhar de forma artesanal e em 1912 montou sua fábrica adquirindo máquinas movidas a eletricidade. A Boa Fama foi considerada como a primeira fábrica de sapatos do Norte do Brasil. O estabelecimento tinha cerca de 200 empregados de ambos os sexos, sendo alguns italianos e a maioria constituída por brasileiros. A produção diária era de 1.500 pares de sapatos que eram exportados não somente para os estados do Norte e do Nordeste do Brasil como também para a Guiana Francesa e o Peru. (Costa, 1924).

Os italianos que se radicaram no Pará montaram seus estabelecimentos comerciais não somente em Belém, mas em varias cidades do interior paraense, principalmente na região do baixo Amazonas: Santarém, Juruti, Óbidos, Oriximiná, Alenquer, Terra Santa e Faro

Tal como em Belém, a empresa comercial dos italianos no baixo Amazonas era familiar. Os negócios eram tocados pelos proprietários, filhos e muitas vezes pela esposa e filhas. Os sócios geralmente tinham algum grau de parentesco: irmãos, primos, cunhados, tios ou ainda amigos da mesma província/localidade de origem, o que reforçava os laços e as redes familiares. Mas, a clientela desses estabelecimentos não se restringia aos patrícios, pois era composta também por moradores da região. Havia italianos que vinham trabalhar com amigos e parentes e ao melhorar suas condições econômicas, se instalavam como comerciantes, com casas próprias ou em sociedades com amigos e parentes. Alguns comerciantes bem situados funcionavam como intermediários entre comerciantes de menores posses e as firmas comerciais localizadas em Belém.

Os que tinham maiores posses iam várias vezes à Itália em visita a familiares, o que não aconteceu com a maioria deles. Havia certa hierarquia entre esses comerciantes que era não só marcada pelo pioneirismo na penetração na região como também pelo porte e pela solidez da firma no fornecimento de mercadorias aos aviados que criavam certas relações de dependência. Passavam muitas vezes por esses "patrões" italianos a obtenção de créditos de comerciantes do baixo Amazonas junto às casas aviadoras localizadas em Belém, entre as quais, Ferreira Costa & Cia, Ferreira D'Oliveira & Sobrinho e A. Monteiro da Silva, de comerciantes portugueses que também eram proprietários de navios e barcos utilizados pelos italianos do baixo Amazonas em suas viagens a Belém (Aliprandi & Martini, 1932)

Conclusões

A reconstrução da história social da imigração italiana na Amazônia do final do século XIX à primeira metade do século XX, privilegiando as relações sociais, econômicas e políticas desse processo constituiu o principal foco desta pesquisa. Na compreensão dessa realidade regional é importante investigar a participação desses imigrantes como um dos agentes da história regional, elementos da estrutura social vigente. Não se conhecem famílias de imigrantes italianos possuidoras de uma grande fortuna na Amazônia, embora seus negócios tenham perdurado por várias gerações assegurando uma continuidade de tradição familiar e de trajetórias que definem seu campo. Alguns conseguiram amealhar pequenas fortunas e ocupar posições de destaque na vida profissional, artística e política.

Com longa trajetória no processo histórico é impossível perceber todos os passos dos italianos, todas suas formas de inserção social, todos os mecanismos utilizados na construção e reconstrução da identidade. Ao identificar-se com a região de destino o italiano passou a inserir com sua presença, no conjunto do quadro étnico-cultural da população amazônica, um novo elemento, diversificando e enriquecendo esse quadro étnico-cultural. A presença italiana é reconhecida pela importância

econômica e cultural que representou. Sendo em número pequeno, esses italianos não constituíram núcleos fechados nas cidades amazônicas e rapidamente passaram a fazer parte delas. Hábitos de poupança e de operosidade concorreram para o êxito dos imigrantes e para sua integração. Por outro lado, o papel esperado de estrangeiro é de indutor de novidades. Nesse sentido, novos hábitos foram introduzidos, inclusive na culinária com o uso de massas e o consumo de verduras e legumes, produto de suas hortas caseiras.

A entrada dos italianos, nesse espaço de tempo, foi marcada por momentos de maior ou menor intensidade de fluxos e pelo ingresso de grupos oriundos de diferentes regiões e províncias, com trajetórias distintas. Essa imigração é, de um modo geral, explicada como decorrente de transformações sócio-demográficas e de mudanças provocadas pelo capitalismo na pátria-mãe.Entretanto, a identificação de diferentes grupos deste processo migratório, impulsionados por diversas motivações, levou a alargar a compreensão sobre as causas da emigração. O fenômeno migratório é muito complexo e não é redutível mecanicamente a causas estritamente econômicas, outras motivações, como por exemplo, os aspectos culturais têm peso significativo.

Deste modo, sob uma ótica interdisciplinar procurou-se compreender as razões dos vários segmentos de italianos que, no contexto das grandes migrações, se deslocaram para a Amazônia. As grandes explicações teóricas que privilegiam as causas econômicas dão conta da motivação do deslocamento de uns segmentos, a exemplo do formado por agricultores que vieram subsidiados pelo Estado para as colônias agrícolas. No deslocamento do grupo de artesãos e pequenos proprietários, que vieram com recursos próprios e se instalaram com estabelecimentos comerciais em cidades amazônicas, outras motivações, além das econômicas, nortearam esse processo. A pesquisa também mostrou a propriedade de analisar o fenômeno migratório na sua dupla dimensão, de fato coletivo e itinerário individual (Sayad, 1998). Mesmo levando em conta a força das circunstâncias históricas e das condições socioeconômicas embutidas no processo que motivaram as populações a emigrar, havia espaço para as decisões e ações dos sujeitos históricos envolvidos (indivíduos e/ ou famílias) nesse processo, como testemunham os depoimentos dos entrevistados. Esses depoimentos revelaram que a decisão de emigrar era geralmente tomada em conjunto com a família. Mesmo quando se tratava de uma partida individual, a decisão de partir raramente se configurava como uma atitude isolada. Aliás, no contexto da vida familiar de províncias italianas originárias da maioria dos imigrantes, a emigração era uma estratégia praticada de longa data, tendo em vista a melhoria das condições de vida, do padrão profissional e econômico dos indivíduos e/ ou famílias e algumas vezes da própria sobrevivência.

Referências

Aliprandi , E.& Martini, V. (1932). *Gli italianinel Nord del Brasile*. Belém: Typografia da Livraria Gillet.

Alvim, Z. (1986).*Brava gente: Os italianos em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense.

Andrade, M. C. (1992). *A Itália no Nordeste*. Recife: Massagana.

Bassanezzi, M. S. (1996). Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In Patarra, N. (Org.) *Emigração e imigração no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FUNUAP, 1, (pp. 1-7).

Cappelli, V. (2007). *Imigrazione e urbanizzazione. La presenza degli italiani nelle 'altre Americhe'.Passato e Presente*, 71, 21-44.

Cenni, F.(2003). *Italianos no Brasil: Andiamo in'America.* São Paulo; Edusp.

Constantino, N. (1991). *O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense*. Porto Alegre: EST.

Costa, C. (1924). *O Livro do Centenário*. Belém: Edições Princeps.

Cruz, E. (1955). *A estrada de ferro de Bragança*. Belém: SPVEA.

Emmi, M. (2007). *Raízes Italianas na Amazônia (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade.* Belém: NAEA/UFPA (Tese de Doutorado).

Fontes, E. (2002). *Preferem-se português (as): Trabalho, Cultura e Movimento Social em Belém do Pará (1885-1914).* Campinas: UNICAMP (Tese de Doutorado).

Klein, H. (2000). Migração internacional na história da América. In Fausto, B. (Org.), *Fazer a América*. São Paulo: Edusp.

Levy, M. S. (1974). O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). *Revista Saúde Pública*, 8 (supl.), 49-90.

Martínez, E. (2002). O Brasil como Destino para os Migrantes Espanhóis. In Fausto, B. (Org.), *Fazer a América*. São Paulo: Edusp.

Muniz, J. P. (1916). *Immigração e Colonização. História e Estatística, 1616-1916*. Belém: Imprensa Oficial do Estado.

Oliveira, L. L. (2001). *O Brasil dos Imigrantes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Penteado, A. R. (1967). *Problemas de colonização e uso da terra na região Bragantina do estado do Pará*. Belém: UFPA.

Pereira, M. H. (2002). *A política portuguesa de imigração* (*1850-1930*). São Paulo: Edusc.

Ronca,G. (1908) Dalle Antille alle Guiane e all' Amazzonia. *Annali della Società Geográfica.http://www.solofrastorica.it/amazzonia viaggi.html* (consultado em 5 de novembro de 2006)

Santos, R. (1980). História econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo: T. A. Queiroz.

Sayad, A. (1998). *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp.

Trento, A. (1989). *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana para o Brasil*. São Paulo: Nobel.

Vidas em Português: Luso-tropicalismo, Lusofonia e poder no contexto imigratório em Portugal

Caio Simões de Araújo
Universidade do Minho
caitcho@hotmail.com

Resumo: A teoria luso-tropical alcançou grande amplitude no pensamento social português, sobretudo no período salazarista. Fundamentalmente, o luso-tropicalismo defende a especificidade do colonialismo português, o qual estaria assente na relação harmónica entre coonizadores e colonizados, devido à ausência de racismo. Com o fim do Império, o lugar antes ocupado pelo luso-tropicalismo é assumido pela a lusofonia que, defendendo a solidariedade histórica entre os povos lusófonos, toma a língua e os seus falantes como o locus de reordenação do Império. Assim, os imigrantes lusófonos encontram-se inseridos em complexas redes socio-culturais de hierarquização social, das quais a língua portuguesa em suas variantes sociais seja talvez o traço mais visível. Tendo como base teórica a sociologia da língua de Pierre Bourdieu, percebemos como a atribuição de diferentes valores sociais aos vários usos da língua portuguesa, e por consequência a hierarquização destes usos, está firmemente relacionada ao processo de hierarquização dos imigrantes lusófonos em Portugal. Segundo Igor Renó Machado, a "hierarquia de alteridades" em que estão organizados os grupos imigrantes constroem-se a partir da produção e circulação de discursos, imagens e estereótipos que, no caso português, estão ligados ao Império. Por outro lado, Bourdieu nos mostra como os habitus linguísticos não apenas transmitem mensagens através do uso de um sistema neutro de símbolos mas, ao contrário, marcam posições sociais. Neste sentido, buscamos entender as intrincadas relações de poder relacionadas ao uso da língua portuguesa pelos imigrantes lusófonos, em especial os brasileiros.

1. Introdução

No mundo contemporâneo, em que se as sociedades se constituem como redes, como apontado por Castells (1997), o movimento é a regra. Ao mesmo tempo, Bauman (1998), em sua nova abordagem sociológica das conseqüências humanas da globalização, argumenta que as sociedades imersas nos fluxos globais se organizam ao redor de categorias sociais muito diferentes daquelas apontadas, por exemplo, pela sociologia clássica marxista, a saber, burguesia e proletariado. Ao contrário, Bauman (1998) refere-se a turistas e vagabundos, aqueles que podem e que não podem se mover livremente no "*espaço de fluxos"* da Nova Ordem Mundial; aqueles para os quais todas as barreiras ao movimento foram destruídas, e aqueles para os quais os muros, controlados pelas polícias de imigração, estão ficando cada vez mais altos.

Para Alejandro Portes (1999), os fluxos migratórios são expressão das relações estabelecidas entre o centro e a periferia do sistema mundial moderno. Neste sentido, as migrações estão sempre ligadas a um "*mercado migratório global*" [*global migration market*] (Portes, 1999), representando uma das várias faces e resultados das assimetrias estruturais próprias da distribuição global de poder e de riqueza. Em uma perspectiva similar, Rocha-Trindade argumenta que as migrações são o resultado de um macro-modelo de organização mundial (Rocha-Trindade, 1995). Desta forma, as mudanças radicais nos padrões e tendéncias dos fluxos migratórios ao longo do século XX estão visceralmente ligados a mudanças relativas ao panorama político internacional, suas dinámicas políticas e simbólicas.

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, podemos estabelecer estreitas relações entre o processo de Descolonização, envolvendo as Guerras de Libertação Nacional e a consequente criação e estabelecimento de estados Pós-Coloniais em África e Ásia, e a emergência de uma forte pressão migratória, nomeadamente do então chamado Terceiro Mundo para a Europa e os Estados Unidos. No início, as migrações no pós-guerra constituíram-se por europeus estabelecidos nas colónias e seus descendestes diretos, a maior parte deles fugindo das Guerras Coloniais. Em um período posterior, sobretudo a partir dos anos 70, podemos identificar um outro padrão de fluxos migratórios, constituído pelo movimento em massa de amplas camadas de populações das ex-colónias, seguindo e ao mesmo tempo subvertendo as antigas rotas coloniais, buscando melhores condições de vida e muitas vezes fugindo de violentas guerras civis e e do colapso social decorrentes de crises económicas, políticas e sociais de muitos dos estados Pós-Coloniais.

Actualmente, vivemos um período de complexificação e diversificação das migrações, no qual abrem-se novos destinos, novos agentes e novos motivos. Já não falamos apenas de fluxos inseridos em histórias coloniais, mas também, por exemplo, do caso dos imigrantes do Leste em Portugal. Não falamos apenas de migrações Sul-Norte, mas também de novos e importantes fluxos Sul-Sul, como o caso dos bolivianos em São Paulo. Já não podemos interpretar as migrações apenas do ponto de vista da economia e da distribuição internacional do trabalho, uma vez que novos motivos, como realização pessoal e prestígio muitas vezes se tornam mais importantes que a ocupação laboral ou o salário perseguido, como é o caso de muitos imigrantes qualificados de origem latino-americana na Espanha. Com efeito, a partir dos anos 90, podemos apontar a emergência de uma "*Aldeia Global*" que acelera o tempo, comprime o espaço (Harvey, 1989) e diversifica, complexifica e problematiza os fluxos humanos em um nível nunca visto antes. Actualmente, as migrações estão no centro de debates públicos importantes, sendo discutidos, muitas vezes de maneira distorcida, pelos media, sendo objecto de propostas partidárias e de políticas públicas de governos em todo o mundo.

2. Imigração em Portugal

Em Portugal, notamos uma profunda transformação nas tendências dos fluxos migratórios durante a segunda metade do século XX. Como é bem sabido, durante a maior parte de sua história, Portugal constitui-se como um país

emigrante, uma área de repulsão populacional. Em primeiro lugar ligada à colonização e, após a independência do Brasil, ao trabalho nas plantações de café da ex-colónia, a emigração Portuguesa no século XX esteve sobretudo relacionada ao impacto de duas Guerras Mundiais no continente europeu, décadas de ditadura e, ao final, uma sangrenta Guerra Colonial (Rocha-Trindade, 1995). Entretanto, com a transição política do país ao regime democrático, em 1974, o fim da Guerra Colonial e a consequente descolonização, Portugal tornou-se um país de imigrantes (Esteves, 1991).

No entanto, embora não possuíssem a importância que tem hoje, os fluxos migratórios em direção ao país não são absolutamente recentes. Ao contrário, têm se estabelecido historicamente e marcado a própria constituição e desenvolvimento do Estado-nação e da sociedade portuguesa. Segundo Rocha-Trindade (1995), a partir de uma perspectiva histórica poderíamos identificar três períodos distintos que definem a tendência dos fluxos migratórios para o país. Um primeiro momento teria se iniciado na própria génese do Estado-nação português, passando pela expulsão dos árabes, pela expansão ultramarina e o consequente estabelecimento e desenvolvimento do comércio internacional de especiarias, ouro e tecidos, que, ao longo dos séculos XV e XVI, atraiu para o país comerciantes estrangeiros e a fixação forçada de escravos africanos. Mais tarde, no século XIX, novas actividades económicas, nomeadamente o comércio de vinho do Porto e a exploração mineira, criaram um ambiente atrativo para que imigrantes, sobretudo vindos da França, Espanha, Grã-Bretanha, Alemanha e Brasil, se estabelecessem no país.

A perda dos territórios na Índia, em 1961, e a irrupção das Guerras de Libertação das colónias africanas marcam o início de um novo ciclo migratório, caracterizado pelo "*refluxo colonial*". Com a derrubada da Ditadura, em 1974, a descololonização dos territórios africanos significou o acolhimento de milhares de refugiados e o repatriamento em massa de portugueses então estabelecidos nas colónias e seus descendentes directos. Em 1975, a ocupação de Timor Leste pela República da Indonésia engrossou ainda mais a fileira de retornados. Ná década de 90, percebemos um fortalecimento deste "*carácter histórico-estrutural*" (Rocha-Trindade, 2003: 5) da imigração em Portugal, não só pela consolidação de comunidades de imigrantes oruindos das colónias portuguesas recentes, mas também pelo crescente volume de imigração proveniente do Brasil. Em razão da grave crise económica atravessada por aquele país durante os anos noventa, o enorme fluxo migratório fez com que os brasileiros substituissem os cabo-verdianos como maior comunidade imigrante em território português.

A "*última vaga*" da imigração para Portugal, iniciada na viragem do século, apresenta duas drásticas mudanças em relação aos fluxos anteriores (Rocha-Trindade, 2003: 5). Por um lado, identificamos a chegada acentuada de imigrantes "do Leste", nomeadamente da Ucrânia, Moldávia e Federação Russa, consequência do desmantelamento da URSS e das crises políticas e económicas pelas quais passava a Europa Oriental em em sua transição para a economia de mercado. Por outro, ressaltamos a grande multiplicidade que tomou conta do quadro imigratório, que então passou a se compor de forma significativa por diversas nacionalidades que até então haviam estado pouco presentes, ou mesmo ausentes, das estetísticas oficiais ou do imaginário contruído a respeito dos grupos imigrantes, como é o caso dos chineses (Rocha-Trindade, 2003).

Na raiz mesma deste processo podemos destacar a importância da entrada de Portugal na União Européia (UE) e sua posterior adesão ao Acordo de Schengen, em 1991. Se historicamente Portugal havia se constituído enquanto semiperiferia do sistema mundial e aos seus naturais havia sido, muitas vezes, negado o reconhecimento de uma origem européia (Santos, 2001), a adesão à UE vem modificar esse quadro geopolítico e geocultural. Com efeito, Boaventura de Souza Santos (2001) afirma que pela primeira vez foi condecido à Portugal e aos portugueses o direito de integrar a "Europa", enquanto centro de poder global, político e simbólico. Embora possamos sugerir que a adesão não tenha alterado de forma significativa a posição periférica do país em relação a esta Europa que ele então integrou, com certeza o fez em relação ao "*Resto*" do mundo. Com a assinatura do acordo Schengen e a unificação do "*espaço europeu*", Portugal passou de semiperifieria do sistema mundial para "*periferia do centro*". Do ponto de vista de um *"mercado migratório global*", esta nova posição pode nos ajudar a entender a razão do crescente interesse e a fixação de imigrantes que até então não possuíam com o país qualquer tipo de contacto histórico ou afinidade cultural, ao contrário do que havia ocorrido nas vagas anteriores de imigração lusófona. Com efeito, entre 2001 e 2003, rapida e supreendentimente, os ucranianos ocuparam o posto de maior comunidade imigrante em Portugal, algo impensável em anos anteriores.

Embora reconheçamos que o panorama imigratório português tenha se alterado profundamente nos últimos anos, sobretudo com a inclusão significativa dos "*do Leste*", sustentamos, para os fins deste artigo, que os imigrantes lusófonos ainda constituem o grupo mais representativo em termos sociais, políticos, culturais e simbólicos. Com efeito, em 2004 os brasileiros retomaram o posto de maior comunidade de imigrantes, e somados aos naturais de Cabo Verde, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste constituem mais da metade de todos os estrangeiros a residir actualmente em Portugal, segundo informações do SEF. Embora a questão numérica seja importante, não é determinante e muito menos necessária para nossa argumentação. Ao contrário, é importante enfatizar que, como legado do último Império Europeu, todos esses grupos falam a mesma língua1 e estão ligados por uma história colonial. Neste sentido, o modo como estes imigrantes são recebido e integrados à sociedade portuguesa depende da maneira em que a nação portuguesa construiu sua

1 Partir do pressuposto de que em todos os contextos que se subscrevem à órbita "Lusófona" a língua portuguesa é de uso corrente e difundido, é algo que precisa ser um si mesmo problematizado. No caso dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), é importante ressaltar que, embora existam grandes diferenças entre os países e dentro dos próprios países, a língua portuguesa representa, para uma parte significativa da população, uma língua segunda, ocupando um espaço marginal em termos sociais frente às diferentes línguas nacionais. Este ressalva inicial representa, por si só, um quadro complexo digno de um estudo independente e que, portanto, não caberá nos limites deste artigo.

identidade nacional em oposição a um "*Outro*" colonial. Neste artigo, procuraremos demonstrar que a centralidade dos imigrantes "lusófonos" no cenário português advém das instrincadas relações estabelecidas entre o Império, suas práticas e discursos disseminados na sociedade portuguesa, e as condições da imigração no período pós-colonial.

Neste contexto, a *língua portuguesa*, seu uso global e as dinámicas sociais e políticas que lhe são subjacentes assumem um papel central. Não nos podemos esquecer que quando dizemos "*imigrantes lusófonos*" estamos a nos referir menos a indivíduos unidos por laços de solidariedade histórica do que a grupos que falam a mesma língua como herança do Colonialismo, e que portanto estão relacionados a partir de uma série de imagens cristalizadas, estereótipos, racismos, relações de poder e hierarquia. Desta forma, procuraremos entender de que modo o discurso Luso-tropical, no período Imperial, e a Lusofonia, em tempos recentes, influem na forma de ser e estar destes grupos na sociedade portuguesa. Para tanto, e embora utilizemos um arcabouço teórico diverso e constituído na antropologia, na sociologia e na história, privilegiaremos a sociologia da língua/linguagem desenvolvida por Pierre Bourdieu para entender de que forma a apropriação e utilização da *língua portuguesa* pelos diversos grupos sociais referidos liga-se a complexas redes políticas e discursivas mais amplas, agindo socialmente mais como delimitadores de fronteiras e hierarquias do que como a experiência de solidariedade multicultural propagada pela ideologia lusófona.

3. Luso-Tropicalismo e Lusofonia

> A língua falada por quase duzentos milhões de mulheres e homens, a nossa, são eles que, diária e pluralmente, a criam, enriquecem, a dirigem ao futuro. Este é um privilégio e uma responsabilidade. Quando olhamos para o mundo lusófono, sentimo-nos portugueses de outra maneira, pois a língua abre-nos à alteridade do espaço e do tempo. Quando ouvimos falar o português nas vozes dos outros povos sentimos que a nossa voz se amplia nessas vozes e que o futuro começa na língua que falamos.

(Jorge Sampaio, Presidente da República Portuguesa2)

> Para centenas de milhares de imigrantes oriundos das antigas colónias, em particular as de África, era suposto que esta história em comum proporcionasse um melhor acolhimento do que aquele que encontraram.

(Carlos Fontes3)

O compartilhamento da língua portuguesa pode ser considerado como um dos factores atractivos relevantes para a definição dos fluxos migratórios em Portugal pós-colonial. De facto, pode-se concordar que, a princípio, o uso de uma língua comum geraria uma série de facilidades funcionais à adaptação do migrante à sociedade receptora. No entanto, ao contrário do que afirmariam os linguistas estruturais, na esteira de Saussure, para os quais as dinâmicas do uso e transformação das línguas advêm da estrutura interna dessa mesma língua, os sociólogos que vêm trabalhando a temática da linguagem atentam para as complexas relações sociais e disputas políticas subjacentes aos usos da língua. Em relação aos contextos coloniais e pós-coloniais, é preciso apontar que a delimitação de áreas de poder colonial se tornaram áreas de influência linguística no período pós-colonial (espaço lusófono, francófono, anglófono, etc.). Em última análise, estas regiões diversificadas e complexas, nas quais os usos da língua são extremamente diversos e estratificados, são a face evidente de uma geopolítica da linguagem que, acompanhando a aventura colonial européia, se utilizou da língua colonial como estratégia de dominação e assimilação, sendo a imposição do idioma falado na metrópole e a desvalorização, subalternalização e, em alguns casos, mesmo a proibição das línguas locais um aspecto central da "*missão civilizatória*" européia.

Nesse sentido, um *sociologia crítica da língua portuguesa* terá necessariamente que reconhecer estas relações hierárquicas e de matriz colonial que ainda hoje estão na base da atribuição de valores sociais aos diferentes usos da língua em Portugal. No contexto das migrações interiores ao dito "*espaço lusófono*", a questão linguística é muito mais complexa do que certos discursos simplistas e solidaristas possam sugerir. Neste caso, como em outros casos referentes a contextos pós-coloniais, não se está a falar apenas da apropriação particular que diferentes grupos sociais fazem da mesma língua, mas também da circulação de uma série de ideologias, estereótipos e bens simbólicos. Com efeito, a ideia de "*lusofonia*" não pode ser desligada da história do colonialismo português, desde o "trauma" que se configurou a independência do Brasil até o desmantelamento do Império português e o estabelecimento dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) (Margarido, 2000), denominação, aliás, sintomática.

Como o conceito hiper-identitário que clama ser, a Lusofonia aparece no cenário político do ex-Império português na esteira do que até então havia sido o luso-tropicalismo (Martins, 2004). Embora a origem do mito luso-tropical seja identificada por muitos nas obras, seminais para seus entusiastas, *Casa-Grande & Senzala* (1933) e *Sobrados & Mucambos* (1936), do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, considerado ele próprio o pai do luso-tropicalismo, sustentaremos uma versão mais complexa da gênese do conceito, que leve em conta as questões políticas e históricas que subjazem ao desenvolvimento do argumento freyriano. Para Ribeiro Tomaz (2002), *Casa Grande & Senzala* se inscreve em um

---

2 Trecho do Discurso do Presidente da República Jorge Sampaio quando da abertura da Conferência Internacional "A língua Portuguesa: Presente e Futuro", realizado em 2004 pela Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa e contido no volume "A Língua Portuguesa: Presente e Futuro (2005). Textos da conferência internacional. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, (pp. 19)". Como se verá a seguir, é interessante notar que mesmo o viés multicultural que é impresso à a lusofonia não apaga a divisão entre o português europeu-original (e portanto fonte e definidor da competência legítima) e portugueses outros-reverberações (que portanto tem seu valor escalonado na medida em que se aproximam ou se afastam da norma original). Da mesma maneira, vemos como a ênfase é dada ao futuro que se pode construir a partir da língua, evitando as questões polémicas que envolvem o uso que se fez dela historicamente.

3 Trecho tirado da página: http://imigrantes.no.sapo.pt/page2.africanos.html (Consultado na Internet dia 25 de Agosto de 2008).

movimento intelectual mais amplo que tomou lugar no Brasil ao longo do século XX e que consistia, sob influência das idéias modernistas, em tentar explicar a complexidade e especificidade da experiência nacional e cultural do país4. Segundo o mesmo autor, este texto inaugural freyreano introduz o "*drama brasileiro*" a partir de imagens e dos sentidos, aproximando-se de aspectos da vida cotidiana e criando um panorama idílico da *"capacidade sedutora da totalidade da cultura luso-brasileira"* (Tomaz, 2002: 49), que assimilou em uma mesma amálgama índios, africanos, portugueses e outros grupos imigrantes, sobretudo de origem européia. Por outro lado, ao conferir centralidade interpretativa à miscigenação e ao contacto sexual entre o colonizador português e as mulheres nativas, a argumentação de *Casa Grande & Senzala* também localiza na figura da mestiçagem a chave para a experiência multicultural brasileira, criando as bases para o mito do "*não-racismo*" português e, ao mesmo tempo, conferindo às relações sexuais interétnicas o estatuto de política social/sexual de assimilação (Tomaz, 2002).

Como afirma Cláudia Castelo (1998), em seu estudo de referência sobre as apropriações políticas da obra freyreana, estes primeiros passos iniciados em *Casa Grande & Senzalas* e *Sobrados & Mucambos* foram, durante os anos 30-40, apenas com muita cautela alvos de reacções positivas e ainda assim somente quando se tratava de avaliar estes escritos enquanto contributos ao estudo da cultura brasileira. No que se refere ao debate político em Portugal no mesmo período, o que se percebe é um claro desconforto que move-se entre a "*rejeição implícita e a crítica aber*ta" (Castelo, 1998: 84). Segundo a autora, é somente a partir dos anos 50 que a teoria luso-tropical ganha espaço no cenário político português, passando então a ser adaptado, assimilado e difundido pelo regime salarazista (Castelo, 1998). Para João Filipe Marques (2007), podemos identificar na base desta mudança de discurso as próprias transformações da política internacional no período pós-Segunda Guerra Mundial, caracterizado pelas *"críticas internacionais ao sistema colonial e ao descrédito generalizado das teorias raciais"* (Marques, 2007: 24) que, até então, haviam sido a base ideológica do colonialismo português. Face a esta nova realidade, o regime salazarista promoveu uma "nacionalização do Império" (Marques, 2007: 25), tranformando no nível discursivo o "Império Colonial" em "*Ultramar*" e as "*Colónias*" em "*Províncias Ultramarinas*". Ao mesmo tempo, o luso-tropicalismo passa a ser oficialmente a base científica para a colonização portuguesa, sendo aclamada pelo Estado Novo de Salazar e amplamente difundida como a alavanca que era à posição política do país.

A própria teoria luso-tropical modifica-se e de certa forma reflete seu desenvolvimento essa série de mudanças políticas. Com efeito, Ribeiro Tomaz afirma que é só com *O Mundo que o Português Criou*, de 1940, e com *A Interpretação do Brasil*, de 1947, que podemos identificar nos escritos freyrianos uma transição séria ao luso-tropicalismo propriamente dito, uma vez que estas obras representam uma "*radicalização (e simplificação)*" (Tomaz, 2002: 46) das propostas teóricas de *Casa Grande & Senzala* para todo os contextos inscritos sob a colonização portuguesa, então chamados convenientemente de "mundo português". No entanto, a vocação "*verdadeiramente*" luso-tropical das idéias de Paulo Freyre seria confirmada e desenvolvida em obras posteriores, já sob influência directa do incentivo recebido pelo sociólogo por parte do Império Português, como *Um brasileiro em terras portuguesas*, de 1953, *Integração Portuguesa nos Trópicos*, de 1958, *O Luso e o Trópico*, de 1961, entre outras. Cláudia Castelo (1998) identifica a viagem oficial feita por Gilberto Freyre às Províncias Ultramarinas a convite de Sarmento Rodrigues, ministro do Ultramar do Império, iniciada em 1951, como o momento da explicitação teórica do luso-tropicalismo e também da apropriação deste discurso pelo regime imperial.

Em linhas gerais, o mito luso-tropical, na forma como foi apropriada pelos intelectuais entusiastas do Império e transformou-se no próprio discurso oficial do regime salazarista, se apoiava na premissa de ser o colonizador português naturalmente desprovido de preconceitos raciais e respeitador das diferenças culturais dos colonizados, o que se traduziria em uma convivência relativamente harmónica e na sua intensa propensão à miscigenação. Além disso, é interessante notar, como afirma Ribeiro Tomaz (2002), que o argumento luso-tropical apoiava-se muito mais em noções sensoriais e na reivindicação de percepções subjetivas e de sentimentos do que em práticas e realidades sociais propriamente ditas. Neste sentido, embora não houvesse no interior do Império Português provas objectivas que fundamentassem os pressupostos luso-tropicais5, o "*modo português de estar no mundo*" era aclamado pelos intelectuais e políticos ligados ao Império e pelo próprio Gilberto Freyre como um produtor *a priori* de relações harmónicas, igualitárias e democráticas, pautadas nos sentimentos e na subjectividade, não importa a natureza do regime político a que se subscrevesse (Tomaz, 2002). Assim, no caso do Brasil, o mulato, miscigenado, visto como expressão maior da cultura brasileira, e as relações igualitárias inerentes a uma pretensa "democracia racial" seriam resultado dessa dádiva concedida pela bondade do colonizador português. Em África, essa ideologia se traduziu na ideia de fortes laços de convivência e solidariedade multicultural, levando à ideia triunfalista da colonização como "*expressão da portugalidade nos trópicos*" ou como a realização de uma "*civilização luso-tropical*".

Está claro que essa perspectiva nega, ou pelo menos ignora, as violentas relações de dominação e a distribuição assimétrica de poder que tiveram lugar durante o regime colonial, afastando assim a contraparte do processo de colonização: a invasão. O mito ou o sonho luso-tropical buscou desenvolver estratégias de harmonização e solidariedade onde são impossíveis, dentro do colonialismo, passando por cima da dor do colonizado e criando na verdade um ambiente confortável

---

4 Em relação ao papel do Brasil no desenvolvimento do luso-tropicalismo e sua apropriação política, recomenda-se uma leitura aprofundada de Tomaz (2002) e Almeida (2002). Em relação ao último, tem-se que: "O aspecto interessante das idéias de Freire é o facto de que a sua interpretação do Brasil foi usada pelo regime colonial português entre 1950 e 1970 de modo a justificar a presença portuguesa em África em tempos de descolonização. Propagandeado como colonialismo humanista, universalista, multicultural e miscigenador, o regime usou o Brasil como exemplo a ser seguido em África" (Almeida, 2002: 32).

5 Com efeito, Bender (1980) mostra, sustentando seu argumento em bases empíricas, que a propensão portuguesa à miscigenação, pelo menos no que se refere ao caso africano, não passou de um mito.

ao colonizador. Assim, ao propor que um suposto "modo português de estar no mundo" produz um ambiente igualitário qualquer que seja o regime político em que se inscreve, o luso-tropicalismo rasura as imensas assimetrias que permearam as relações políticas, sociais e simbólicas entre o Império e suas colónias e Portugal e suas pós-colónias.

As guerras coloniais que eclodiram nos territórios africanos durante os anos 60 vieram a revelar um panorama político que até então havia estado camuflado e escondido nas estranhas do "*mundo que o português criou*". O desenrolar das guerras coloniais furtaram a operacionalidade política da teoria freyriana, que não mais poderia ser difundida como corolário de um Império que chegara ao seu fim. No entanto, de forma alguma esta assertiva deve significar que o luso-tropicalismo deixou de existir ou de produzir efeitos sociais na sociedade portuguesa. Ao contrário, "as ideias estruturantes do luso-tropicalismo e o mito do *«não racismo» dos portugueses continuam a ser veiculadas, quer no senso comum, quer nos média, quer nos discursos políticos"* (Marques, 2007: 32). Em uma era de globalização, a língua portuguesa, tranformada em língua de alcance global, passa a representar a face mais evidente de um novo "*modo português de estar no mundo*", tornando-se o locus de reelaboração das estruturas básicas do luso-tropicalismo para novos tempos. Assim, o culturalismo e a recuperação histórica distorcida que rondam a Lusofonia buscam ao mesmo tempo, adequar uma nova identidade pós-colonial de matrizes imperiais a uma era de globalização (Fieldman-Bianco, 2002) e, mais recentemente, recuperar uma gradiosidade portuguesa que compense "*a marginalidade [do país] no seio da UE*" (Almeida, 2002: 33).

Por outro lado, a independência das colónias, a imigração em massa de africanos e o consequente nacionalismo que tomou conta do cenário doméstico português nos anos 70, somente veio a confirmar de uma vez por todas uma tendência já observada na década anterior, correspondente ao rompimento das relações até então estabelecidas entre Portugal e o Atlântico (Margarido, 2004). Nesse contexto, a emergência triunfal da lusofonia deve ser entendida como a criação de uma ferramenta ideológica que, ocupando o vácuo discursivo deixado pelo luso-tropicalismo, buscou recuperar o espaço atlântico, "*apagando a história colonial e as relações polémicas com os povos de língua portuguesa, mediante a tentativa de controlo da língua 'mãe'"* (Machado, 2002: 231). É significativo notar, por exemplo, que Boaventura de Sousa Santos (2001) defina como um "*momento de Prospero*", isto é, um momento em que o colonizador português sentia-se orgulhoso como tal, o período que vai da descolonização até o estabelecimento de laços de cooperação com os novos países de língua oficial portuguesa e que culmina na criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em 1996. Assim, o reconhecimento e o estabelecimento de laços (políticos, culturais e históricos) com as ex-colónias convertem-se em "uma nova e mais eficiente forma de reproduzir a dominação sobre elas" (Santos, 2001:73).

O projecto lusófono surge, então, com a função missionária de uma "*civilização*" pós-colonial que, embora de implicações políticas, económicas e sociais, foca-se na língua e apresenta o "falar português" como sua face mais evidente. Mantendo algumas continuidades com o luso-tropicalismo, o discurso lusófono também procura criar, ou pelo menos manipular, um passado, criando laços de solidariedade onde antes havia dominação, no caso africano, e rivalidade, no caso brasileiro. Como podemos identificar em sua própria declaração constitutiva, a CPLP se coloca a tarefa de reforçar "*o relacionamento especial"* e *"a experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação"*. Neste sentido, Ribeiro Tomaz aponta que

> [A CPLP se concretiza] num processo de reconhecer uma história que, evidentemente, percorre outros territórios e continente, mas, sobretudo, num processo marcado pelo **esquecimento** (…) e pelo ressurgimento de um conjunto de **mitos** que procuram aferir uma **singularidade** lusitana nos trópicos marcada pela ausência de racismo, pela generosidade, pela **assimilação** e pela identidade entre os portugueses e aqueles que foram objeto da expansão colonial (2002: 57).

Contraditoriamente ao que poderia se inferir a partir do discurso lusófono, o Império português nunca se preocupara em difundir a língua portuguesa como substrato à uma "*comunidade de sentimento*". Ao contrário, no Brasil não se criaram universidades e a primeira intervenção colonial no domínio linguístico ocorreu durante a era Pombalina, durante a qual a Metrópole buscou ativamente substituir a língua-geral de uso corrente, misto do português e línguas indígenas da família tupi-guarani, pelo português, como forma de dominação e de controlo (Hollanda, 1987). No caso africano, onde a primeira instituição de ensino superior foi criada na década de 60, a política educacional contra-producente e a política de língua inexistente, eram maneiras de manter a inferioridade do colonizado, já que a educação ocidental e o falar português eram pressupostos necessários à condição juridicamente definida de "*assimilado*" e, portanto, delimitador esferas de dominmação e hierarquias sociais. Neste sentido, em uma observação sobre o caso moçambicano mas que pode ser transferido ao caso das outras colónias portuguesas em África, Ribeiro Tomaz afirma que "ao longo do período colonial [os moçambicanos foram] impedidos de ter um acesso mínimo a uma língua que representava ascensão social, *status* e poder" (2002: 58).

Segundo Margarido (2000), a preocupação activa com a difusão da língua e o reconhecimento de sua importância integrativa só ocorre quando Portugal perde o controlo directo sobre as colónias. Após a constituição dos Estados pós-coloniais, o discurso lusófono surge com o papel de recuperar a grandeza portuguesa. Para o mesmo autor, a lusofonia é hoje uma racionalidade hegemónica no pensamento social português, que encontra representação nos *media* e em intelectuais do Partido Socialista (PS), além de ser o pensamento predominante na CPLP e na diplomacia portuguesa (Margarido, 2000). Por outro lado, "embora ignorada no Brasil (como, ademais, o próprio Portugal), [a lusofonia] é insidiosa e efectiva na relação de Portugal com os países africanos que se livraram do jugo português após sangrentas guerras coloniais" (Machado, 2002: 231).

A ideia da solidariedade e da efectividade de um "*espaço lusófono*" que, difundida no contexto africano ou brasileiro, pode influenciar na criação de fluxos migratórios pautados na esperança de receptividade por parte da sociedade portuguesa, são minadas com a adesão de Portugal aos Tratados da União Europeia, sobretudo às leis que regulam a

delimitação da área de Schengen e as políticas migratórias. O que vemos é a contradição entre duas solidariedades construídas/inventadas, na qual prevalecem as relações mais próximas aos centros de poder político e económico. Assim, a solidariedade europeia sobrepõe-se na prática ao discurso lusófono, criando barreiras e enormes dificuldades à criação de um espaço de livre circulação e de real solidariedade entre os povos "*de expressão portuguesa*". Ao contrário e de maneira perversa, "a lusofonia [serve] de estrutura da ordem hierárquica que escalona os imigrantes, '*resíduos'* do Império que procuram em Portugal fugir ao desastre que em casa foi a herança portuguesa" (Machado, 2002: 233). Da mesma forma, Feldman-Bianco (2002: 410) aponta que as campanhas publicitárias levadas a cabo pelo governo do PS insistem em uma afirmação de igualdades entre antigos colonizadores e colonizados, dissimulando desta forma a hierarquização dos imigrantes, sobretudo dos chamados lusófonos. Tendo essas observações como ponto de partida, devemos agora recorrer à sociologia da Língua para avaliar de que modo os estereótipos e hierarquias construídas no interior do discurso Lusófono se fazem sentir nas trocas linguísticas envolvendo os imigrantes lusófonos na sociedade portuguesa.

4. Sociologia da Língua

> Eu não entendia uma palavra do que as pessoas diziam. Eu tive um acesso de choro no meio do mercado, porque eu dizia "eu tô em Portugal, em Portugal as pessoas falam português!" aquela coisa das feirantes, das mulheres do mercado que falam depressa, eu não entendia nada.
>
> (Patrícia, imigrante brasileira em Portugal6)

Qual é o papel da língua nesse processo de hierarquização e classificação social dos grupos de imigrantes em Portugal, dessa "*reordenação simbólica da ordem imperial*" (Machado, 2002: 234)? Partindo da sociologia da linguagem, percebemos que o uso de uma língua comum não implica a comunicação objectiva e a troca dos mesmos símbolos, ou seja, a língua não é um sistema de trocas de informações neutro. Com efeito, para Bourdieu, não há discurso e nem linguagem de uso social neutro, na medida em que "não há palavras inocentes" (1998: 18). No caso da lusofonia, embora o discurso institucional/oficial busque reforçar o carácter positivo do falar português, tido pelo próprio presidente da república, Jorge Sampaio como "*um privilégio e uma responsabilidade*", a sociologia da linguagem nos lembra que *"as relações de comunicação por excelência que são as trocas linguísticas também são relações de poder simbólico, onde se actualizam relações de força entre os locutores ou os seus grupos respectivos"* (Bourdieu, 1998: 13-4). Assim, para entendermos as relações de poder que envolvem o discurso lusófono, devemos voltar-nos, sobretudo, para a análise dos falares imigrantes e do estado sociológico desses grupos em Portugal.

Como afirma Bourdieu, o uso da língua, do ponto de vista sociológico, se configura como uma série de *"relações simbólicas que implicam no conhecimento e no reconhecimento [dos actores sociais envolvidos] "* (1998: 13). Dessa perspectiva, as relações sociais que envolvem a comunicação e o uso da linguagem se estabelecem em razão de um modelo de produção e circulação linguística, bem como da relação entre um *habitus* linguístico e os mercados em que circulam os bens linguísticos disponíveis. A metáfora económica de Bourdieu pode nos ajudar a perceber em que medida o uso da língua influi na vida quotidiana dos indivíduos, sendo também moldada por relações de base sociológica. Nesse sentido, podemos inferir que as construções sociais envolvendo a língua, seu uso corrente, sua competência legítima e os diferentes valores sociais conferidos às diferentes variantes, ocupam um papel central na própria hierarquização dos imigrantes e no modo como são recebidos na sociedade portuguesa.

No interior da Teoria Sociológica desenvolvida por Bourdieu, o *habitus* é entendido como *"um sistema de disposições duráveis adquiridas por um indivíduo no decorrer do processo de socialização"* (Barone, 2004: 334). Dessa forma, a constituição do *habitus* é a interiorização individual de estruturas sociais objectivas, é a estrutura social tornando-se estrutura mental, cristalizando condições de classe ou grupo social, e criando estratégias e respostas pertinentes e essas condições, fechando o círculo de reprodução social. O *habitus*, então, seria a ponte entre o individual e o social, na medida em que os actores sociais influem activamente no mundo social a partir de estruturas cognitivas construídas neste mesmo mundo social. Desta forma, o habitus funciona como uma estrutura ao mesmo tempo estruturada e estruturante. Nesse sentido, o *habitus* linguístico são disposições socialmente moldadas que implicam

"uma certa propensão para falar e para dizer certas coisas determinadas (interesse expressivo) e uma certa capacidade de falar definida inseparavelmente como capacidade linguística de geração infinita de discursos gramaticalmente conformes e como capacidade social que permite utilizar adequadamente essa competência numa situação determinada" (Bourdieu, 1998: 14).

É em relação a um mercado linguístico definido socialmente e que funciona como um sistema de constrangimentos e sanções, na medida em que estabelece o *valor social* de cada discurso, que o *habitus* linguístico constitui-se como dominante ou dominado, valorizado ou desvalorizado. Bourdieu (1998) associa a formação dos Estados nacionais com o processo de unificação do mercado linguístico, na medida que é somente com a definição de uma língua oficial e de sua propagação em larga escala para todo o território nacional através das instituições estatais, sobretudo do sistema escolar, que essa língua, geralmente associada aos centros de poder político e económico, assume o status social de língua legítima. É a partir da unificação do mercado linguístico que um modo de expressão, uma competência linguística, se impõe como

---

6 Trecho de entrevista contida em: Xavier, M. (2007). Redescobrindo o Brasil: Processos Identitários de Brasileiros em Portugal. Lisboa: ACIDI [Teses: 10], (pp. 103).

legítimo e a partir dessa imposição todas as outras formas de uso da língua passam a ser medidas e valoradas em relação ao uso dominante/legítimo.

É preciso reconhecer que cada Estado unifica o seu próprio mercado linguístico, e neste caso cada um dos Países de Língua Oficial Portuguesa estabelece através das instituições capazes de impor o re/conhecimento da língua dominante o seu próprio padrão interno de competência legítima. Assim, o uso linguístico legítimo em Moçambique, por exemplo, reivindica um sotaque próprio, moçambicanizado, diferenciado do português falado em Portugal, embora se aproxime deste na gramática e na pouca aceitação de inovações lexicais (Gonçalvez, 2005). No entanto, quando se fala dos diferentes grupos de imigrantes que utilizam o português no interior da sociedade portuguesa, obviamente que encontram seus *habitus* linguísticos desvalorizados, qualquer que fossem suas posições no país de origem, uma vez que o *habitus* linguístico dominante, o padrão português, nomeadamente o português falado pela elite lisboeta, será definido como o uso legítimo sobre todos os outros.

Neste ponto encontramos uma das grandes contradições da lusofonia: na medida em que tenta unificar um mercado linguístico, através da ideia de "*espaço lusófono*", este discurso se esquece que justamente a unificação é a condição primeira para o estabelecimento de relações assimétricas entre os diferentes usos sociais da língua. Embora tudo indique que o Português brasileiro detenha actualmente a hegemonia internacional da língua portuguesa, olhar a lusofonia a partir da perspectiva da sociedade portuguesa e das comunidades de imigrantes em Portugal é perceber que o falar português se impõe como o uso legítimo no interior de uma comunidade linguística7 pretensamente aberta às "*lusofonias*". É essa contradição entre o discurso lusófono, multicultural e tolerante, e sua prática hierarquizante que se torna alvo de nossas críticas.

Da mesma forma e em sentido contrário ao que se poderia esperar partindo da ideia de uma língua portuguesa comum, as relações de trocas linguísticas entre os portugueses e imigrantes vindos dos Países de Língua Oficial Portuguesa, representam o que Bourdieu chama de "uma situação crítica para a língua utilizada" (Bourdieu, 1998: 18), uma vez que, em um meio composto por grupos socialmente tão diferenciados, palavras comuns podem obter, na realidade, significados diversos ou mesmo antagónicos, isto é, neste cado existem mais significados do que signos disponíveis, devido ao facto de que os *diferentes* grupos usarem os *mesmos* signos. Essa situação pode gerar uma série de problemas de comunicação e de mau entendidos, uma vez que *"do lado da produção, (...) cada locutor cria para si um dialecto a partir da língua comum, [ao passo que] do lado da recepção, (...) cada receptor contribui para* ***produzir*** *a mensagem que percepciona e aprecia importando para aí tudo o que constitui a sua experiência singular e colectiva"* (Bourdieu, 1998: 15). Nesse sentido, as trocas linguísticas entre portugueses e imigrantes são permeadas pelas particularidades de cada grupo, pelas imagens, estereótipos e experiências individuais e colectivas, pelos *habitus* (linguísticos ou não) cristalizados de ambos os lados. A pluralidade de falares e de usos linguísticos existente entre os imigrantes em Portugal originários dos Países de Língua Oficial Portuguesa e as repercussões sociais já apontadas são o suficiente para abandonarmos a ideia do "*espaço lusófono*" como comunidade de solidariedade e de compartilhamento linguístico.

Em termos práticos, o que está em acção no mercado linguístico não é a "*língua*", enquanto a categoria ideal e unificada como pensada pelos linguistas, mas sim "discursos estilisticamente caracterizados" (Bourdieu, 1998: 15), isto é, modos de falar que se configuram como um desvio individual em relação à norma linguística padrão, decorrentes do *habitus* linguístico de cada actor em particular. No caso dos imigrantes, o "*estilo*" é definido em relação a um padrão externo, relativo ao mercado linguístico do país de origem, e, por isso, passa por um processo de re-categorização na sociedade portuguesa. Um brasileiro de falar paulistano, por exemplo, que é um uso linguístico que goza de certo prestígio no interior do país, não terá em Portugal seu falar mais valorizado do que o de um nordestino, por exemplo, como ocorreria no Brasil em determinadas situações. Ao contrário, seu "estilo" será considerado "*português brasileiro*" e por isso desvalorizado em relação ao falar legítimo português e a todas as outras séries de falares portugueses não dominantes, também eles estigmatizados.

Em termos sociológicos, as observações até aqui feitas tem algumas implicações principais:

a) por um lado, o modo como o valor social conferido a cada um dos usos da língua, tomados em relação a um discurso lusófono, influi na maneira como cada um dos grupos imigrantes são categorizados na sociedade portuguesa;

b) por outro, as consequências sociológicas que a recepção da diferença linguística e o processo de distinção acarretam para a sociabilidade e integração desses grupos no interior da sociedade portuguesa.

Em relação ao primeiro ponto, o ideário da lusofonia, aliado à unificação do mercado linguístico em Portugal e à consequente desvalorização dos falares imigrantes, contribui para a criação de grupos e estratificações sociais assentados na língua. Com base na sociologia de Bourdieu, Moisés de Lemos Martins afirma que a figura da lusofonia actua como uma classificação prática, uma divisão do mundo social, estando direccionada à produção de efeitos sociais neste mesmo mundo (Martins, 2004: 6). Como ideologia hegemónica que é, a lusofonia regista uma luta por classificações, um combate pela ordenação simbólica específica do mundo. Nesse sentido, a dominância social do discurso lusófono confere-lhe a autoridade, a competência legítima, para *nomear* e, nesse sentido, construir uma estrutura do mundo social.

Ao voltar-se para a questão das migrações em Portugal, ver-se-á de que forma essa di-visão se traduz na prática: há uma tendência a separar os imigrantes entre lusófonos e não-lusófonos. De um lado, brasileiros e africanos advindos dos PALOP, de outro, os imigrantes "*do leste*". É interessante notar que, embora os brasileiros enquanto categoria social

7 Definida como um "grupo de pessoas que utilizam o mesmo sistema de signos linguísticos" (Bllomfiel, 1958: 29 apud Bourdieu, 1998: 24), sendo este agrupamento "um produto do domínio político reproduzido incessantemente por instituições capazes de impor o reconhecimento universal da língua dominante" (Bourdieu, 1998: 25).

consigam guardar sua autonomia, os africanos PALOP são impreterivelmente colocados em um mesmo nível hierárquico, tanto pelo discurso oficial/institucional quanto pela própria população. Num estudo que buscava averiguar a apreciação dos portugueses sobre os imigrantes, tidos por suas nacionalidades, sendo, neste caso, angolanos, moçambicanos, guineenses, cabo-verdianos, são tomenses, Rosa Cabecinhas (2003) constatou que, para a população portuguesa, estes imigrantes eram os que gozavam de menor prestígio em uma hierarquia de preferências, à excepção dos ciganos. Neste caso, vemos como a categoria "africanos lusófonos" ou africanos PALOP já se cristalizou no imaginário colectivo português.

Uma vez que reconhecemos que o uso da língua, em relação ao discurso lusófono, é a base para categorizações sociais, então agora podemos nos referir às relações entre os diferentes *habitus* linguísticos e o mercado, de forma a entendermos quais as implicações práticas dessas dinâmicas na vida dos imigrantes. Até agora pôde-se entender como os *habitus* linguísticos dominados, através da adopção de diferentes "*estilos expressivos*", são tomados em relação ao uso legítimo do mercado unificado, e obtém o seu valor de troca em motivo das relações estabelecidas entre os diferentes estilos em escala hierárquica. Quais as implicações da pressão do mercado no uso corrente da língua? De que forma isso influi no falar quotidiano dos grupos dominados?

Em um primeiro momento, é necessário compreender que a relação entre o mercado e o *habitus* linguístico de cada grupo depende das exigências simbólicas de uma situação específica. Quanto mais o ambiente em que se realizar a troca linguística exigir o uso legítimo da língua, mais o mercado será oficial e, portanto, mais dominado pelos detentores da competência legítima. Não é a mesma pressão que sente, por exemplo, um angolano que estabelece uma conversação informal com conhecidos portugueses e um cabo-verdiano que precisa falar para um público de portugueses durante uma cerimónia oficial. Com efeito, em ocasiões oficiais/formais há uma maior tendência ao reconhecimento da legitimidade do padrão linguístico dominante, que de uma norma facultativa pode tornar-se em uma regra imperativa através da exigibilidade do rigor (Bourdieu, 1998).

Por outro lado, a unificação do mercado linguístico nunca se dá de forma total, de maneira que os dominados conseguem encontrar ambientes em que estão suspensas as relações de dominação linguística que se aplicam aos mercados em maior grau de oficialidade. Na vida privada, entre os familiares ou amigos, os titulares dos *habitus* linguísticos dominados podem utilizar sua língua com uma grande margem de liberdade8. De maneira similar, quando pensamos no uso da língua, por exemplo, nos bairros sociais de Lisboa, amplamente ocupados por imigrantes, verificaremos o estabelecimento de uma lógica distinta de relação com o mercado. Neste caso, no interior de uma comunidade socialmente homogénea, "os produtos linguísticos 'ilegítimos' são medidos por critérios que, ajustados aos seus princípios de produção os libertam da lógica, necessariamente comparativa, da distinção e do valor" (Bourdieu, 1998: 60). No interior das comunidades então, o *habitus* linguístico dominante perde a sua autoridade social, sendo o mercado unificado substituído por uma espécie de mercado informal, em que os bens linguísticos são reavaliados em relação à uma nova articulação social entre os grupos envolvidos. O arrefecimento do mercado oficial não significa total liberdade aos falantes, uma vez que em determinadas situações podem se criar novas hierarquias dos "*modos de expressão*". Neste caso, no entanto, as relações que determinarão a constituição dessa nova hierarquia serão extremamente complexas e envolverão uma série de factores simbólicos, uma vez que dificilmente algum dos grupos envolvidos, socialmente semelhantes, poderá impor o seu uso da língua como legítimo sobre os outros.

Uma vez reconhecendo a relativa maleabilidade do mercado, em determinadas situações, precisa-se reforçar a ideia de que, na vida quotidiana, os grupos imigrantes estarão envolvidos em situações de diferentes graus de oficialidade na sociedade portuguesa, o que não quer dizer que o ônus de carregar o *habitus* linguístico "ilegítimo" seja arrefecido. Ao contrário, deve-se entender que "*a legitimidade linguística reside, precisamente, em que aqueles que ela domina são sempre virtualmente condenáveis pela lei oficial*" (Bourdieu, 1998: 61). Assim, o portador de estilos expressivos dominados estará na iminência de sofrer diferentes sanções e constrangimentos, em decorrência do uso que faz da língua comum. Com efeito, na maior parte de sua vida diária, o imigrante será confrontado com a desvalorização de seu habitus linguístico que, em maior ou menor grau, será na maior parte das vezes considerado ilegítimo em relação à sociedade portuguesa.

Uma outra questão a ser colocada se refere ao dinamismo dos processos linguísticos. Segundo Bourdieu, os portadores dos habitus linguísticos dominados, podem sempre recorrer à estratégias de assimilação e dissimilação em relação às práticas linguísticas de outros grupos que estão "*à sua frente ou atrás de si no espaço social e no tempo*" (1998: 52). Com essas estratégias, alguns imigrantes podem incorporar certos elementos do uso legítimo dominante em maior ou menor grau, ou ainda afastar-se do próprio estilo expressivo que lhe é peculiar, na medida em que identifica-o como "*ilegítimo*". No entanto, é somente a convivência de longa duração com o mercado e suas regras que pode moldar o habitus linguístico dominado de forma a criar o sentido de aceitabilidade e dos prováveis valores atribuídos aos seus produtos linguísticos e aos dos outros. Desta forma, devido à relativa pouca experiência do imigrante com o mercado da sociedade receptora, torna-se mais difícil identificar com certeza qual é o uso legítimo e quais elementos deste deve incorporar. Por outro lado, ainda que consiga incorporar o uso legítimo, isso não significa uma integração em termos sociais, pois, como já vimos, as estruturas de distribuição do valor e do poder simbólico não se encontram no campo exclusivamente linguístico, mas no terreno das hierarquias sociais.

Quais serão as consequências das já apontadas relações de domínio linguístico para a vida dos imigrantes? Existe uma série de implicações que se precisam ressaltar. Em primeiro lugar, as sanções e os valores sociais atribuídos às

8 Neste caso, ainda persistiriam certos constrangimentos definidos em relação ao sexo, idade e posição ocupada na estrutura do agregado familiar.

produções linguísticas traduzem, ao mesmo tempo, "*a experiência do preço atribuído ao próprio corpo*" (Bourdieu, 1998: 76). É como um componente do *habitus* linguístico, e inseparável dele, que o *hexis* corporal constitui-se enquanto posturas e disposições do corpo, que são cristalizadas e interiorizadas pelo indivíduo ao longo de uma experiência social com um mercado de sanções e valores pautados na distinção. Também o corpo se torna o produtor e a condição de produção de significados linguísticos, na medida em que a língua, sobretudo em relação à fonologia, é uma técnica corporal. Com efeito, é todo o corpo que responde à tensão do mercado a partir da formação do hexis corporal, que se traduz como o palco "onde se exprimem toda a relação do mundo social e toda a relação socialmente instruída do mundo" (Bourdieu, 1998: 81). Nesse sentido, o próprio corpo torna-se uma dos mais importantes elementos constitutivos desse "sentido do seu próprio valor social que comanda a relação prática com os diferentes mercados (timidez, desenvoltura, etc.) e, de forma mais geral, toda a maneira de estar no mundo social" (Bourdieu, 1998: 76).

No caso dos imigrantes "*lusófonos*", esta relação entre *hexis* corporal e mercado de bens simbólicos é de extrema importância. Como já se afirmou, é no corpo que o indivíduo sentirá de maneira mais profunda as imposições do mercado, o peso da legitimidade oficial e a desvalorização de seu uso linguístico "*ilegítimo*". É através de sensações e percepções muito particulares, como a timidez, a angústia, o medo, o desconforto, o nervosismo, o mutismo, em dadas situações, ou a desenvoltura e o prazer da fala, entre outras, que a dinâmica própria do mundo social aparece no corpo e na vida quotidiana do imigrante. Em última instância, as relações sociais, do campo linguístico ou não, se traduzem em uma escala de experiências que vai do prazer (liberdade completa) ao desprazer (dominação completa), já que se está a falar de constrangimentos corporais que acarretam reacções internas sensoriais de carácter eminentemente articulatório.

O uso de determinado estilo expressivo, ao mesmo tempo inscrito no corpo e no discurso, tem efeitos económicos e políticos muito reais, e isso em decorrência das dinâmicas já apontadas de relações de força simbólicas e de hierarquização dos valores conferidos aos usos da língua. Estamos falando de lugares e de vantagens sociais, políticas e económicas reservados aos detentores da competência legítima, de um lado e, de outro, de proveitos ou desvantagens simbólicas "*associados à posse de uma identidade social prestigiosa ou, pelo menos, não estigmatizada*" (Bourdieu, 1998: 37). Neste quesito, podemos associar o facto de normalmente de os portugueses considerarem o "*falar brasileiro*" como criativo, alegre, musical e erótico à preferência mostrada em relação aos imigrantes brasileiros na sociedade portuguesa. É interessante como essas características ligadas ao sotaque são justamente as qualidades assumidas pelos estereótipos dos brasileiros em Portugal, mostrando uma relação de intenso intercâmbio entre a recepção social dos bens linguísticos e os bens simbólicos já em circulação no mercado. Por outro lado, o "*falar africanizado*" tende a estar mais próximo, no ideário português, à selvageria, aos instintos e, portanto, à barbárie (Margarido, 2000), traços que também se aproximam dos estereótipos dos africanos lusófonos construídos em Portugal e que portanto estão na base do desprestígio conferido a esse grupo, somente superiores aos ciganos em uma escala hierárquica.

5. Etnicidade, Discriminação e Usos da Língua

> Quando eu abria a boca e viam que eu era brasileira, já não me ligavam nenhuma, tipo "o quê que essa brasileira pé rapado quer aqui".
>
> (Carmen, imigrante brasileira em Portugal9)

Em uma rede complexa de relações sociais e de representações simbólicas, a construção/delimitação de etnicidades e a lusofonia em Portugal estão interligadas. Como sugere Igor Renó Machado (2003), os estereótipos existentes em Portugal sobre imigrantes brasileiros e os PALOP, intrincados em profundas relações políticas e históricas, acabam por definir um tipo de etnicidade que não está directamente ligada à cor da pele como ela é corporificada, e nesse sentido, à raça, de uma maneira objectiva. A etnicidade em relação a esses grupos pauta-se em certas imagens, bens simbólicos cristalizados durante toda a experiência colonial, que estão em plena circulação nos mercados simbólicos actuais e que portanto tem grande implicação na hierarquização social dos imigrantes. Segundo Machado (2003), os estereótipos brasileiros tem a função imperativa de *transformá-los* em mestiços, não importa a sua cor, enquanto que, da mesma forma, os africanos PALOP serão sempre negros. Como essas categorias, negro e mestiço, não estão relacionadas ao fenótipo, mas são construídas a partir de uma série de discursos e imagens já em circulação, o elemento que de facto tornaria o brasileiro um mestiço e um africano um negro é aquilo que emerge em sua fala: o seu *habitus* linguístico (Machado, 2003).

De que forma se dá esse processo?

Bourdieu (1998: 54) afirma que a prática linguística não só transmite uma mensagem como também comunica informações sobre o falante, retiradas dos valores socialmente atribuídos ao estilo expressivo e ao *habitus* linguístico demonstrados que, encarados em relação ao mercado, recebem "*seu valor social e sua eficácia simbólica". É nessa medida que podemos dizer que em cada troca linguística, em cada momento de fala e de comunicação, "toda a estrutura social está presente"* (Bourdieu, 1998: 55). É importante notar que, ao contrário do que defendem muitos linguistas, o desprestígio ou a desvalorização de certos usos não advém das próprias dinâmicas internas da língua. Pelo contrário, a condição essencial para a desvalorização do habitus linguístico de determinado grupo social, é a existência de sujeitos predispostos a discriminar com base na linguagem (Bourdieu, 1998), que por sua vez se organiza com base nas estruturas sociais. No caso estudado, as

9 Trecho de entrevista contida em: Xavier, M. (2007). Redescobrindo o Brasil: Processos Identitários de Brasileiros em Portugal. Lisboa: ACIDI [Teses: 10], (pp. 111).

diferentes valorações conferidas, por exemplo, ao "*falar brasileiro*" ou ao "*falar angolano*", bem como as variantes internas inerentes a cada uma dessas categorias, se encontram em profunda relação com o valor social atribuído a cada um desses grupos sociais. Em contrapartida, a delimitação desses grupos como tais guarda sua relação com o reconhecimento de um dado uso linguístico. Neste caso, estamos a falar da "relação que une sistemas estruturados de diferenças linguísticas sociologicamente pertinentes e sistemas igualmente estruturados de diferenças sociais" (Bourdieu, 1998: 37). Cada um dos grupos sociais identifica-se pela apropriação de um estilo expressivo já constituído "*no uso e pelo uso*" e é consequentemente alocado em uma "hierarquia dos estilos" que traduz, em seu ordenamento, a hierarquia dos grupos sociais envolvidos. Para Bourdieu, *"esses estilos, sistemas de diferenças classificadas e classificantes, hierarquizadas e hierarquizantes, marcam aqueles que delas se apropriam, [de forma que apreende-se] classes sociais [ou étnicas] através de classes de indícios estilísticos"* (1998: 37-8).

Pelo exposto, podemos entender de que forma o "*falar*", o exercício do *habitus* linguístico, se constitui como uma prática destinada a significar e a significar a posição social e a filiação a determinado grupo social constituído no interior de uma estrutura hierárquica. No caso dos imigrantes ditos "lusófonos" em Portugal, a existência de discursos já cristalizados e fortemente ligados a conotações raciais, associa um falar a uma cor de pele, e, portanto, a uma categoria racial (e étnica) particular. Como afirma Machado a propósito de uma investigação a respeito dos brasileiros no Porto,

> "Se [um] louro alto abrir a boca e falar "em brasileiro", após uma crise semântica causada pelo olhar, pela evidência da branquitude (como pode o brasileiro ser tão branco?), um segundo momento de reflexão requalifica o louro a partir de outra categoria, no caso, a da língua. A partir de então, o branco passa a ser mestiço. O que importa na relação que se estabelece é uma hierarquia, e não puramente os elementos que a qualificam. Se a cor mestiça é a característica do brasileiro e, de certa forma, o que legitima a hierarquia, ela pode ser imposta por outros elementos que não os fenótipos, se estes não correspondem à realidade da classificação – não sendo necessário que o brasileiro se pareça com um mestiço para ser classificado desta forma" (2003: 147).

O uso de um determinado *habitus* linguístico está, então, fortemente conectado com outros bens simbólicos em circulação no mercado, de forma que, quando evocado, o estilo expressivo chama à ordem tantos outros elementos sociais que o constituem, tratando de "recordar àqueles que o esqueceram, que se esqueceriam, o lugar que a instituição lhes atribui" (Bourdieu, 1998: 118). No caso dos imigrantes "*lusófonos*" em Portugal, entendemos como o facto de as hierarquias imperiais estarem estruturadas em uma desvalorização do negro mais do que do mestiço pode estar nas raízes da preferência demonstrada pelos portugueses em relação aos brasileiros, a quem lhes é atribuído o status "*mestiço*", mais do que aos africanos "*lusófonos*", que são impreterivelmente negros.

Se aliarmos estas observações preliminares às conclusões do estudo coordenado por Jorge Vala (1999) sobre o racismo em Portugal, veremos como esta predisposição a discriminar pela língua se constitui enquanto um "*novo racismo*", que não mais baseia-se em em referenciais biológicos/fenotípicos e sim na absolutização e estereotipação da diferença cultural e, acrecentamos, linguística, atribuídos ao outro, emergindo de forma velada ou "*subtil*". Embora precisemos problematizar essa assertiva, uma vez que, como afirma Filipe Marques (2001), muitas manifestações explícitas de racismo existentes na sociedade portuguesa dificilmente poderiam ser classificadas de "subtis", acreditamos que as questões que levanta são centrais na medida em que alargam a noção de racismo para não limitar-se a características biológicas, mas também a ser entendido como "uma atitude mental que consiste em encerrar os indivíduos, nomeadamente os membros de minorias dominadas, numa categoria essencial, isto é, numa categoria permanente e imutável à qual estariam associadas determinadas maneiras de pensar e agir" (Marques, 2007: 21).

Neste sentido, a fala seria justamente o elemento identificador/categorizador dos grupos imigrantes em Portugal, estando na base mesma da discriminação. Segundo Marques, uma parcela significativa das manifestações de racismo em Portugal são implícitas, veladas, inscrevendo-se no campo do não-dito e assentando-se em uma discriminação sistémica ou institucional (2007: 39). Ao aliarmos esta situação particular à existência de um sistema de diferenças e hierarquias baseados na linguagem, vemos que as pressões do mercado linguístico sobre os indivídios e seus *habitus* subalternizados não apenas fornecem um substrato referencial a partir do qual discriminar como também são um efeito da própria discriminação que ajudaram a criar. Neste sentido, a lei oficial que está sempre na iminência de condenar os *habitus* linguísticos dominados, como já se refiriu, está na base do desconforto e na vivência de discriminação identificada por muitos imigrantes entrevistados por Marques (2007), que apontaram situações tão diversas como o emprego, a procura de habitação, o uso de transportes públicos e os locais de consumo ou lazer como contextos em que experimentam a discriminação. A partir da identificação destas intrincadas e complexas articulações entre linguagem, estereótipo e discriminação, podemos entender de que forma o uso da língua portuguesa, ao contrário de inserir os imigrantes lusófonos na "comunidade de sentimento" clamada pela CPLP, os reduz a determinadas categorias sociais associadas a certo uso da linguagem e às imagens cristalizadas que lhe são subjacentes, criando assim uma outra face do cárcere público apontado por Machado (2003).

5. Conclusões

> ***Can the subaltern speak***?
> (Gayatri Spivak10)

10 Questão paradigmática encontrada no ensaio: Spivak, G. C. (1988). Can the subaltern speak? In Nelson, C e Crossberg, L. (eds.) Marxism and the Interpretation of Culture. Londres: Macmillam, (271-313).

Neste breve ensaio, buscamos traçar um panorama inicial do quandro imigratório em Portugal, sustentando que, embora outros grupos de imigrantes, nomeadamente os "*do Leste*", venham ganhando crescente importância social, política e simbólica na sociedade portuguesa, os imigrantes "lusófonos" ainda constituem o quadro de referência principal a partir do qual se estabelecem relações de poder assimétricas sustentadas em hierarquias e estereotipação. Na raiz desta questão encontra-se a "*mística colonial*" construída e difundida pelo regime salazarista no sociedade portuguesa, utilizando-se, ao longo do terceiro Império, a teoria luso-tropical como base científica de sustentação das práticas coloniais e, contemporaneamente, assentando-se na ideologia Lusófona enquanto recurso simbólico de recuperação do espaço atlântico e da grandeza portuguesa e como forma de re-elaboração do ideário imperial para o mundo globalizado. Argumentamos que existe uma série de continuidades teóricas e conceituais entre o mito luso-tropical e o discurso da Lusofonia, no sentido em que ambos clamam um modo português de estar no mundo e estabelecem comunidades hiper-identirárias, antes baseadas na totalidade da cultura luso-tropical e actualmente assentada em uma língua difundida em nível global.

Quando transferidas ao contexto imigratório, defendemos que estas questões são de central importância para avaliar os padrões e tendências de recepção, acolhimento e integração destes grupos de imigrantes no interior da sociedade portuguesa. Partindo da Sociologia da Língua/Linguagem desenvolvida por Bourdieu (1998), demonstramos de que forma o uso comum da língua portuguesa pelos diferentes grupos não encontra na realidade social o componente de tolerância, solidariedade e o sentimento de comunidade que lhe é atribuído no nível discursivo. Ao contrário, procuramos demonstrar que de uma maneira complexa, os estereótipos e imagens cristalizados na experiência colonial e pós-colonial, inseridos na língua portuguesa pelo ideário lusófono, atribuem valores sociais aos diferentes falares característicos de grupos imigrantes subalternizados, de forma que os *habitus* linguísticos dominados em sua relação com um mercado oficial servem como um referencial simbólico para a categorização e hierarquização destes grupos no contexto estudado. Em sentido similar, também buscamos apontar que as intrincadas relações entre etnicidade, racismo (e a ideologia da ausência do racismo) e os diferentes valores sociais atribuídos ao uso da língua, fazem com que as dinámicas sociais que envolvem a língua portuguesa e sua utilização por imigrantes em Portugal está fortemente vinculada aos processos mesmos de "*atribuição de etnicidade*" e de discriminação.

Por último, é necessário afirmar que este ensaio não busca apresentar conclusões fechadas e definitivas, mas se constitui como um apelo para investigações posteriores, apenas indicando questionamentos iniciais e problematizando uma discussão a qual, ao nosso ver, não tem recebido a devida importância nos últimos anos. Nesse sentido, e reconhecendo a linguagem como uma dimensão fundamental da experiência humana, em termos sociais, políticos e culturais, acreditamos que se faz urgênte e necessário o desenvolvimento de uma *sociologia crítica da língua portuguesa*, que, ancorada na sociolinguística e na crítica pós-colonial, possa subverter as relações assimétricas de poder que tem marcados os diferentes grupos que historicamente a utilizaram e a utilizam. Por fim, se admitirmos a assertiva de Spivak, para quem a condição do subalterno é o silêncio, entendemos que a emancipação social, a subversão da subalternidade dos grupos imigrantes em Portugal deve necessariamente passar por uma libertação de sua linguagem das estruturas opressivas e herarquizantes do mercado linguístico oficial, em um movimento que lhes permita uma liberdade que até então não encontraram: a de falar apenas, sem contrangimentos.

Bibliografia

Almeida, M. V. (2002). O Atlântico Pardo. Antropologia, pós-colonialismo e o caso «lusófono», In Bastos, C., Almeida, M. V. e Feldman-Bianco, B. (orgs.) (2002), *Trânsitos Coloniais. Diálogos Críticos Luso-Brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, (pp. 23-37).

Barone, F. (2004). Memória quotidiana e comunicação: práticas memoriais na escola. http://www.bocc.ubi.pt/pag/barone-fernando-memoria-quotidiana-comunicacao.pdf (Consultado da Internet em 25 de Julho de 2008).

Bauman, Z. (1998). *Globalization: the Human Consequences*. Cambridge/Oxford: Polity Press.

Bender, G. J. (1980). *Angola sob Domínio Português: mito ou realidade.* Lisboa: Sá da Costa Editora.

Bourdieu, P. (1998). *O que falar quer dizer: a economia das trocas linguísticas*. Lisboa: Difel.

Cabecinhas, R. (2003). *Categorização e diferenciação: A percepção do estatuto social de diferentes grupos étnicos em Portugal*. Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Cadernos do Noroeste, Sociedade e Cultura 5, 69-91.

Castells, M. (1997). *The information age: economy, society and culture, volume II: The power of identity. Londres:* Blackwell Publishers.

Castelo, C. (1998). *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.

Esteves, M. do C. (1991). *Portugal: País de Imigração*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Feldman-Bianco, B. (2002). Entre a «fortaleza» da Europa e os laços afetivos da «irmandade» luso-brasileira: um drama familiar em um só ato, In Bastos, C., Almeida, M. V. e Feldman-Bianco, B. (orgs.) (2002), *Trânsitos Coloniais. Diálogos Críticos Luso-Brasileiros.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, (pp. 385-415).

Fundação Calouste Gulbenkian (2005). A Língua Portuguesa: Presente e Futuro. Textos da conferência internacional. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gomes, I. D. L. M. (2004). *A Imigração em Portugal*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Dissertação de Mestrado.

Gonçalves, M. P. (2005). *A formação de variedades africanas do português: argumentos para uma abordagem multidimensional*. In: Fundação Calouste Gulbenkian (2005). A Língua Portuguesa: Presente e Futuro. Textos da conferência internacional. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, (pp. 223-242).
Harvey, D. (1989). *The Condition of Post-Modernity*. Oxford: Basil Blackwell.
Hall, S. (2006). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
Holanda. S. B. (1987). *Raízes do Brasil.* Rio de Janeiro: José Olympio.
Machado, I. (2002). A Lusofonia e os Lusófonos: novos mitos portugueses. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132002000100016&lng=en&nrm=iso (Consultado na Internet em 16 de Junho de 2008).
Machado, I. (2003). *Cárcere Público*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
Machado, I. (2004). Estado-nação, identidade-para-o-mercado e representações de nação. *Revista de Antropologia*, vol.47, no.1, (pp. 207-233).
Machado, Igor (2006). Imigração em Portugal. *Estudos Avançados*, May/Aug , vol.20, no.57, (pp.119-135).
Margarido, A. (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
Marques, J. F. (2007). *Do «Não Racismo» Português aos dois Racismos dos Portugueses*. Lisboa: ACIDI [Vol. 12].
Martins, J. L. (2004). Lusofonia e Luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1075/1/mmartins_LusotropiLusofonia_2004.pdf (Consultado na Internet em 22 de Junho de 2008).
Portes, A. (1999). *Migrações Internacionais*. Oeiras: Celta.
Rocha-Trindade, M. B. (1995). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.
Rocha-Trindade, M. B. (2003). A imigração em Portugal: e agora? http://www.museu-emigrantes.org/BEATRIZ%20ROCHA-TRINDADE.pdf (consultado na Internet em 25 de Julho de 2008).
Santos, B. de S. (2001). "Entre o Prospero e o Caliban: Colonialismo, Póscolonialismo e inter-identidade". In Ramalho, I. e Ribeiro, A. S. (orgs.) (2001) *Entre ser e estar – Raízes Percursos e Discursos da Identidade*. Porto: Afrontamento, (pp. 23-85).
Spivak, G. C. (1988). Can the subaltern speak? In Nelson, C e Crossberg, L. (eds.) Marxism and the Interpretation of Culture. Londres: Macmillam, (271-313).
Thomaz, O. R. (2002). Tigres de Papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa, In Bastos, C., Almeida, M. V. e Feldman-Bianco, B. (orgs.) (2002), *Trânsitos Coloniais. Diálogos Críticos Luso-Brasileiros.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, (pp. 39-63).
Vala. J. (Coord.) (1999). *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta.
Xavier, M. (2007). *Redescobrindo o Brasil: Processos Identitários de Brasileiros em Portugal.* Lisboa: ACIDI [Teses: 10].

'América' e seus conceitos: formações, mudanças e perspectivas

Gundo Rial y Costas
Freie Universität, Berlin
rialycostas@web.de

Resumo: São cada vez mais os novos processos de migração a manifestarem-se através das novas diásporas latino americanas que conseguem ligar a América Latina até com a América do Norte. No Brasil foi sobre tudo uma telenovela que impulsou o debate sobre a pergunta "o que significa a América?". Foi Gloria Pérez que desenvolveu "América" (2005) que protagoniza "Sol", que sonha em se realizar nos EUA. A base de uma "narrativa de sedução" e uma rede existente de pessoas morando lá que convence ela a realizar o sonho. De repente não se sabe distinguir mais entre América e America. Misturam-se o mundo anglo com o luso e o hispano e o acento sobre o "e" em "América" é o testemunho dessa infiltração latina. Uma quadrilha de coiotes, os "borderlands" como espaço de conflito, uma semântica de "outro lado", "cerca" e "sonho americano" contribuem a essa nova visão de América (Latina). Tenta-se analisar essa nova imaginação de "América" tendo como ponto de partida as "narrativas de sedução" e as redes de brasileiros nos EUA, analisando-as através espaço, sonho (americano) e fronteira. Desta forma se faz uma referência especial ao formato da telenovela que tem a função de plataforma para debates públicos no Brasil. Num próximo passo se pretende elucidar a matriz cultural de "América", porque baseia-se em estudos de um historiador oral. Finalmente, abordar-se-á referências concretas aos debates e as conseqüências depois da emissão dessa telenovela, para verificar até que ponto uma "narrativa de sedução" pode contribuir na alteração dos padrões de migração.

Introdução

Partindo desde uma perspectiva que considera as assimetrias e desigualdades muitas vezes produzidas pelas constelações hegemoniais ao nivel global, esse trabalho aborda o tema das migrações a partir de dois níveis. O primeiro é no nível metafórico, ou seja se analisa a migração de alguns conceitos com conexão a '*América*'. O segundo procede de um exemplo concreto de migração que vai se referir à criação de novos sentidos a respeito. Nesse contexto, emanamos desde uma perspectiva geográfica cultural (Arroyo: 2006; Santos: 1996) lingüística considerando a formação e o desenvolvimento dos conceitos sobre '*América*' e em que debates se formaram. Sobretudo se fará referência a '*América*' (incluindo o 'pan-

americanismo') e a '*América Latina*' (inclusive o 'latino americanismo' e o 'americanismo literario') com referência a algumas subcategorias (como 'Nuestra América', 'Ariel' e 'Calibán'). Nessa abordagem se faz uma seleção de escritos sobre esse tema para poder destacar a maneira pela qual o Brasil foi integrado ou excluído nesses debates. O estudo começa com as respectivas construções históricas e vai até o presente para reconstruir os novos significados dessas concepções. Após referir-se à escritos brasileiros e hispano-americanos, vamos afirmar que nos aspetos estéticos o Brasil foi marginalizado por muito tempo. Num segundo passo chamamos a atenção a um fenômeno atual que mostra uma integração lingüística-conceitual do Brasil dentro de uma perspectiva continental americana do conceito de 'América'. Esse fenômeno que vai na contramão dos históricos descritos acima é tomado de um produto da cultura popular masiva, de uma telenovela brasileira (América, Glória Pérez, 2005), e pretende elucidar como as diferentes formas de migração contribuíram ligar as diferentes Américas. Nesse último exemplo e pese ao mesmo uso do conceito de 'América', agora ele inclui varios significados, as vezes sobredeterminados. Além das misturas dos significados tentamos visualizar o elemento 'luso' na América do Norte e as pegadas que ele deixa no conceito de 'América', nos debates a respeito e na vida "real".

América Latina, América do Norte: onde se situa o Brasil nas concepções das Américas?

Nessa parte pretende-se desenhar um mapeamento sobre o uso e a formação de conceitos ligados a '*América*', através de referências ao contexto histórico, a alguns ensaios fundadores do Brasil e da América espanhola e ao uso lingüístico cultural deles. A análise coloca um foco específico nas relacões, inclusões e exclusões do Brasil dentro de existentes debates sobre uma possível união da América Latina. Resta comentar que aqui não vamos ter espaço para se referir de forma explícita a movimentos nacionais e as respectivas semânticas, como a procura de 'almas nacionais' através de estudos sobre um "*ser mexicano*"

> (Ramos: 1999 [1934], Paz:1999 [1949]) ou "ser brasileiro" ou as tendências regionais, com a constituição de comarcas culturais1. Aqui procedemos de conceitos que se referem particularmente a unidades supranacionais. Fica claro que seus paradigmas se nutrem e/ou procedem das idéias e concepcões nacionais ou regionais e por conseguinte são contextualizados, porque muitas vezes a procura pelos 'seres nacionais' incluia também referências a um 'ser latino americano' (Ramos: 1999 [1934]: 29, Serrano Caldera 1985: 14).

Depois da independência dos estados nacões no inicío do século 19 desenvolveram-se as primeiras visões de união de diferentes partes das Américas articuladas através de uma respectiva semântica.

> Por um lado foram expressas através das idéias fundamentais e sonhadoras elaboradas frente ao crescente poder dos EUA como por Simón Bolívar, manifestando-se no conceito do 'latinoamericanismo' com a intenção de estabelecer uma só república latinoamericana com estados diferentes, expressa na "Carta desde Jamaica":
>
> "Es una idea grandiosa pretender formar de todo el Mundo Nuevo una sola nación con un vínculo que ligue sus partes entre sí y con el todo. Ya que tiene un origen, una lengua, unas costumbres y una religión, debería, por consiguiente, tener un solo gobierno que confederase los diferentes Estados que hayan de formarse" (Bolívar 1986 [1814]: 19).

E pelo outro lado foram as idéias principais do pan-americanismo, um programa estratégico dos EUA articulado com o conceito do mesmo nome. Teve seu principio com as idéias dos presidentes norte americanos Clay e Jefferson e foi fortalecido através da doutrina Monroe (1823) que proibiu qualquer intervenção da Europa em assuntos políticos militares nas Américas. Esse último teve como alvo uma América continental com a hegemonia dos EUA (Aguilar 1968; Antiásov 1986: 8). As idéias a respeito consistiam em pensamentos estratégicos dentro de uma matriz de inclusão e exclusão, em dois níveis: no político e no estético2. Nesse caso é mister estabelecer uma seperação estrutural dos niveís mencionados mesmo correndo o risco de certa imprecisão epistemológica. Dessa forma, se pretende elucidar as diferentes concepções dos integrantes dos outros países do continente americano relacionados ao Brasil. No nível estético durou muito tempo para incluir o Brasil como se manifesta acima quando Bolívar fala de uma língua só, se referindo ao espanhol excluindo o portugés3. Isso foi acompanhado por uma tardia integração desse pais dentro do "*americanismo literário*". Enquanto que no âmbito político aconteceu muito antes, como pode ser observado na integração do Brasil já nos congressos Panamericanistas nas primeiras décadas do século 19 e no congresso Pan-Ibérico em 1904 (Assis Barbosa 1964: 114).

No geral se observa uma oposição entre os conceitos '*América Latina'* e '*América Saxônica'* (incluindo os de '*América do Norte'* e 'Estados Unidos de América'), os dois funcionando como termos de "*força*". Quer dizer visto desde uma perspectiva continental geográfica lingüística pode se enxergar a probelmática de uma forma contundente: durante o século 19 na América de Norte se começou a usar o conceito de 'America' exclusivamente para os EUA, assim oprimindo ao sul do continente. Ao mesmo tempo isso enfatiza a formação de uma suposta superioridade através do 'American exeptionalism'.

---

1 Veja Chiappini (2004) que se baseia nas comarcas culturais de Rama (1982), ou as tentativas regionais de unir estados diferentes, como o Paraná e Santa Catarina no início do século 20 no Brasil. Machado Campos 1998: 13; ou o medo de Sílvio Romero de 'um pan-germanismo' no Brasil (Assis Barbosa 1964: 107).

2 Sobretudo na América Latina a forma do ensaio teve uma função chave para construir identidades nacionais e é portador de pensamentos que unem aspectos literários e políticos.

3 E aliás também o francés (falada no Caribe), o holandés(faladao em Suriname) e ou ingles (em Belize e no Caribe). Nem falar das innumeravéis linguas indígenas que cobrem quase todo o continent e as variedades crioulas herança das pegadas dos migrantes forçados trazidos do Africa!

Tanto os termos '*Iberoamérica'* quanto '*Hispanoamérica*' e '*América Latina'* (Pizarro: 15) foram elaborados para diferenciar a América (entre México e a Patagônia incluindo também a região do Caribe)4 dos EUA. Como tendência, Iberoamérica inclui Brasil e Hispanoamérica não, mas também existiam exceções nas analises acadêmicas. Ou seja, pode-se constatar que não se usava uma terminologia constante a respeito. A relação entre o Brasil e Hispanoamérica dentro do uso desses termos foi muitas vezes omitida ou/e ignorada, e existiam poucas referências explícitas. No século 19 aconteceram dois importantes movimentos em relação a isso. Por um lado foi a criação do 'pan-americanismo', com a mencionada união estratégica das Américas frente a hegemonia dos EUA. E por outro lado foi a construcão do conceito do 'latinoamericanismo' com uma programática política estética a respeito, o 'americanismo literário'. O primeiro teve como alvo a união dos países diferentes da América não-anglosaxônica buscando a emancipação do antigo poder colonial espanhol construindo uma identidade coletiva a base dessa nova liberdade. Muitas vezes e até o século 20 as idéias de 'latino americanismo' e do 'americanismo literario' ficaram sem esclarecer a relação entre o Brasil e os outros estados-nacões hispano-americanos. Isso se manifesta em numerosos escritos que se referem em primeiro lugar à América Espanhola e depois como sinônimo à América Latina e incluindo o Brasil, mas sem uma rígida seperação de uso dos termos.

No século 20 aconteceram mudanças a respeito, com o Brasil reivindicando um próprio papel de excepcionalismo, como os EUA através da doutrina de Monroe e depois do expansionismo baixo do presidente Polk, ao egixir 'latinizar o Monroismo' (Lima 1907: 6, 10) ou até planejar uma confederação da América do Sul que iria até o Panamá (Assis Barbosa 1964: 105). Isso foi acompanhado pelo aumento da influência geopolítica na América Latina ao solucionar os conflitos fronteiriços com os países vizinhos e ao aproxima-se dos Estados Unidos (Gerab Baggio: 4) e após de uma crescente práctica discursiva na que Brasil foi descrito como o país que modelou a América do Sul (Bomfim 1935: 57). Esse último se manifestou sobretudo no nível político. No nível conceitual-linguístico surgiram as tendências dos modernistas de canibalizar e indigenizar a língua portuguesa e o saber importado da Europa, mas sem elaborar uma terminologia específica sobre a '*América*', eles se referiram mais a questões de identidade nacional e da desconstrução dela.

Os ensaios e romances "*fundadores*" da América Espanhola, quer dizer aqueles com referência a construção, a formação e a consolidação dos estados nações (Sommer: 1990) incluiram uma certa semántica sobre a parte latina do continente. Termos centrais, como *Nuestra América* (José Martí 2002, [1891]) e *Ariel* (Enrique Rodó: 1927 [1900]) nao se referiram de forma explícita ao Brasil. O primeiro foi usado para diferenciar os latino americanos, através do uso do pronome pessoal '*nuestra'*, dos '*outros'* americanos, os anglosaxónicos. E o último teve a mesma função, ao ser emprestado da uma obra de Shakespeare (*The Tempest*) e aplicando o dualismo de '*Ariel'* e '*Calibán'* à situação assimétrica entre a América Latina e os Estados Unidos. As visões eram voltadas em contra dos EUA, reivindicando algo proprio latino americano sem elucidar os diferentes componentes dos integrantes dessa possivel união e sem descrever as relacões entre eles. Ai, pôe-se em evidência uma clara diferença nas escritas luso e hispano-americanas, como fica manifesto nos ensaios dos pensadores brasileiros como Romero e Bomfim que se ocuparam dessa temática5.

O mesmo pode se constatar sobre o '*americanismo literário*'. Por muito tempo ele foi uma vertente exclusiva da América Espanhola para se emancipar da coroa espanhola e para criar e construir uma própria literatura hispano americana. Parece que os primeiros exemplos que incluíram o Brasil dentro dele foram escritos a partir dos EUA reforçando assim a união estratégica "*latino americana*" contra uma "*anglo americana*" e por conseguinte também incluindo o Brasil. Tanto os primeiros escritos de Martí desde as "entrañas do monstruo" como os cursos dados pelo mestre dominicano Henriquez Ureña 1940 e 1941 foram escritos nos EUA6.

Contatos individuais como a amizade entre Antonio Cândido e Angel Rama e as repectivas inclusões da cultura e da literatura do 'outro', de editoriais como a mexicana Fondo de cultura económica, mais tarde a argentina Pátria Grande e algumas tentativas dispersas de autores sobretudo brasileiros como Manoel Bomfim (*O Brasil na América*, 1935), Sérgio Buarque Holanda (*Raízes do Brasil*: 1937) e Silvio Romeiro contribuíram para uma aproximação lusohispana (Vasallo 2000: 3). Pelo geral pode comprovar uma maior recepção de idéias hispano-americanas no Brasil do que o contrario. Isso inclui a divulgação de revistas, livros e respectivas pesquisas acadêmicas. Em que pese a esses frutíferos processos de intercambio e mútuo reconhecimento ainda hoje em dia manteve-se a tendência de não distinguir claramente o elemento 'luso' dentro da terminologia sobre as Américas7.

As continuidades, voltas e disjuncões dos conceitos sobre 'América'

Depois de ter dado uma descrição histórica dos termos sobre '*América'* desde uma perspectiva geográfica cultural, agora se pretende rastrear até que ponto os debates históricos descritos ainda são vigentes e em que níveis são usados e que

4 Aquí se precisa acrescentar que dentro da América Latina nao existia uma unidade naquela época. As numerosas guerras como as da Triplice Aliança (1865-1870) e do Pacífico (1879-1883) e a desintegração da Grande Colombia (1830) e da República da América Central (1838) testemunham isso.

5 Bomfim se refere por exemplo as relaçõs entre o Brasil e a América Espanhola, destacando as existentes diferenças estruturais já desde o tempo colonial dessa "irreal unidade – América Latina" e acresecenta que o conceito da América Latina só serve de designação geográfica (Bomfim 1997 [1925]: 31).

6 Anteriormente ele manteve uma outra posição, fazendo genealogias da literatura da América espanhola (Henriquez Urena: 1927) e em "Caminos de nuestra Historia Literaria" em 1925 ele constata o fato que o Brasil não forma parte da América espanhola. Ureña 1957: 58.

7 Cf. Morana, Mabel (2005) e a coletanea sobre 'hispanismo'. Pese a menção do Brasil num artigo não existe uma referência a ele na introdução. Só se remete a 'Spanish America'.

novas concepçeõs existem para definir e unir/ligar as Américas, no nível lingüístico, no político ou no símbolico cultural.8 Como tendência pode-se resumir que existe uma certa continuidade das idéias expressas nos termos de '*pan-americanismo'* e '*latino americanismo'* no presente, não sem umas voltas, bem como fusões. Isso se reflete na formação de novos blocos econômicos como vamos resumir brevemente. Mas o enfoque principal vai estar nos novos processos de transformação que mais contribuíram a uma alteração desses conceitos, incluindo disjuncões (Appadurai: 2003) e traslocações. São os diferentes processos migratórios, muitas vezes partindo desde "*embaixo*" e não impostos como aqueles conceitos descritos até agora, que acrescentam uma nova dimensão as concepções estéticas e políticas dos pensadores e intelectuais do século 19.

No nível hegemônico continuaram no século 20 as tentativas dos EUA de manter a influência nas Américas e aprofundar seu controle. Apesar de um interesse mais marginal depois da Segunda Guerra Mundial e pela implementação do *Marshall Plan* com atenção especial na Europa também continuaram as tentativas norte americanas para aumentar sua influência na parte sul do continente. Isso contribui a uma crescente atitude anti-norteamericano na América Latina condensada na expressão de "*anti-yankee*" ou "anti-americanismo" (Rinke 2004: 25). Na guerra fria e com o caso especial da Cuba, que foi alvo dos norte americanos, a política norte americana tentava evocar o espíritu e a semántica do 'pan-americanismo'.

O '*latino americanismo'* e as referências a ele foram marginalizados por muitas décadas. Ao se-estabeleceram vários blocos políticos o termo do '*latino americanismo'* foi desplazado por categorias historicamente já estabelecidas na região (Rama: 1982). No nível político-geográfico foi subdividido em unidades menores mas ainda supranacionais, como fica manifesto em acordos econômicos com referências étnicas culturais *('andino'*, '*caribenho*') ou geográficas ('*sul americano*') como o Pacto Andino (1969), e o MERCOSUL (1991). Pelo menos no nível econômico-político isso produziu uma certa união de paises hispano- e lusoamericanos e provocou problemas ao mesmo tempo como se põe em evidência nas zonas fronteiriças das novas demarcações (Grimson: 2000, Chiappini: 2006).

A tumultada fundação da NAFTA (1994), que integrou o México, além dos EUA e do Canadá, foi alvo de crítica, culpando o México por ter traído a América Latina e as pessoas simples que não chegaram ter muito benefício desse tratado neoliberal (Fox 1999: 35). Além disso, no nível conceptual político se integraram um país latino americano e um anglo-saxônico. Com isso, a seperação conceptual existente entre "*latino americano*" e "*anglosxônico*" foi, pelo menos nesse caso transcendido9. Mas com a introdução do Neo-Bolivarismo de Hugo Chávez e da reativação das idéias fundadoras da América Latina e a 'reciclagem' e apropriações de varios conceitos sobre a 'Nuestra América' voltou a retórica do 'latino americanismo'10 e da união estratégica contra os EUA. Isso se manifesta por exemplo, na votação de todos os paises do MERCOSUL contra a planejada ALCA, o tratamento do comercio livre nas Américas em 2006 que foi chamado de "pan-americanismo renascido".

Acima temos mostrado como "*América Latina*", "*latino americanismo*", "*Iberoamérica*" e "*América*" são conceitos que são fortemente ligados à posições de poder e ao lugar do enunciado. Mudando com frequência referiram-se as diferentes níveis geográficos, políticos, estéticos e simbólicos e expressam certas constelações de inclusão e exclusão, cada vez em novas configurações. As vezes fragmentados, as vezes resemantizados e as vezes com conteúdo novo e diferente, esses conceitos podem ser representativos. Contudo existam exceções, como no caso do Brasil. Ele foi omitido por muito tempo no debate sobre "o americanismo literário" e existem mais exemplos como o caso das etnias indígenas que rejeitam conceitos como '*América Latina'* por serem impostos.

Hoje em dia, com os crescentes fluxos da globalização dentro de ordens de disjunção (Appadurai 2003: 50) e seguindo a conhecida metáfora das partes quebradas do espelho da pós-modernidade, não se trata somente de elaborar rígidos conceitos para a auto-identificação da América Latina ou dos desejos expansionistas dos EUA na América Latina, mas se deveria reconstruir novas fusões, cruzamentos e inersecções. Se destacam então aqueles processos que se referem à direção contrária, muitas vezes múltiples desde posições subalternas e deterritorializadas. Adicionalmente, formou-se a tendência de serem mais dinámicos, as vezes simultanéias e mais fluídos do que os anteriormente estabelecidos. São processos de migrações (de pessoas, conceitos e objetos) que requerem novas formas de concepções. Com isso, se contextualiza o desenvolvimento dos pensamentos acadêmicos a esse respeito: dos paradigmas biológicos essenciais de mestiçagem por volta ao século 20 (Ventura 1991: 63; Costa 2003: 30) se elaboraram novos com conceitos desde uma perspectiva histórica cultural incluindo também os processos de antropofagismo (Andrade 1972: 13), transculturação (Rama 1982: 34) e mais tarde de hibridação (García-Canclini: 1990) e de migração (Monsiváis: 2000).

Até algúm tempo atrás pareceu que a posição hegemônica dos EUA, expressa no "*toto pro pars*" '*America*', foi complicada de questionar, pelo menos ao nível lingüístico através da inscrição totalitária dentro desse conceito. Mas com as reivindicações dos 'minority groups' incluindo os Chicanos e os Afro-americanos mudou-se o foco. O movimento Chicano, iniciado há mais de que 60 anos exigia um próprio direito a uma América (se referindo aos EUA) com um acento no '*é'*, uma América que englobaria todos os Mexicanos nos EUA, expresso em termos geográficos culturais e até espirituais como os

8 Aqui 'unir' é usado no primeiro sentido político-geográfico, de ligar espaços diferentes através de acordos económicos políticos. E baixo reservações também no segundo sentido de liga-os ao nível simbólico cultural, mas ai só pode falar de algumas tendências e não de mudanças estruturais.

9 Resta ajuntar que isso só se refere à denotação e conceição geográfica lingüística e aos acordos políticos. Em outros aspectos a seperação fica ainda mais prominente do que antes, visualizada na crescente militarização e proteção da fronteira norte entre o México e os EUA

10 Pese a já existentes tendências em conexão com as diferências entre Cuba e os EUA, como se oberva na retomada do conceito de Calibán e da 'Nuestra América' por Fernando Retamar (Retamar: 1995, 2006).

'borderlands' e *'nepantla'*de Gloria Anzaldúa (Anzaldúa: 1987/2000) ou histórico míticos (Saldívar: 1997) pelo terreno perdido pelos mexicanos na guerra contra os Estados Unidos e selado com o contrato de Guadalupe Hidalgo em 1848.

A telenovela América como fonte para reimaginar as Américas?

Agora se pretende dar um exemplo concreto do tempo atual para poder acrescentar uma nova dimensão para analisar as concepções existentes sobre '*América'*. Escolhi um exemplo que mesmo usando a mesma terminologia de 'América' inclui tanto no nível de denotação como naquele da conotação algo que ou vai contra àos significados estabelecidos ou pelo menos une as diferentes tendências novas. Isso implica a inclusão explícita do elemento 'luso' dentro das conceções sobre as Américas muitas vezes isolado ou ignorado ao nível do uso e da elaboração dos conceitos mencionados acima.

A fragmentação, as sobre-determinações, as disjuncões e as reimaginações desse conceito tem uma representação chamativa num meio popular massivo. Por conseguinte, agora vou me referir na construção conceitual de '*América*' na telenovela de nome homólogo (America, da teledramaturga brasileira Gloria Pérez, 2005). A escolha de uma telenovela nesse análise de conceitos sobre '*América*' tem varias fontes. Uma procede de uma mudança midiática com a formação do audiovisual e da reconciliação das telenovelas no cotidiano brasileiro. Ou seja, no Brasil essas series ficcionadas poseem funções de sistema de referência e de auto-identificação para uma grande parte da população. Isso é devido à incorporação e interpretação de debates políticos sociais actuais, oscilando entre instrução e manipulação. E ele se estableceu como uma fonte alternativa de saber (Vasallo Lopes: 2002) ao lado dos meios tradicionais impressos. O formato da telenovela ainda acrescenta uma outra dimensão para ligar as Américas. Porque a circulação desses productos midiáticos por todo o continente com a transmissão de informações sobre a cultura brasileira contribui a criar um sentido de proximidade continental e até provee modelos para construir uma identidade 'pan latina'.

Então '*América*' tem como protagonista uma brasileira chamada Sol (Deborah Secco), que desde sua infância sonhava em "*fazer a América*" e triunfar nos EUA. Apesar de ter sido deportada ao tentar atravessar a nado o Rio Grande e após esconder-se num painel de um carro dirigido por um atravessador, Sol não desiste do seu "*sonho americano*". Ela entrar, por fim, nos EUA através do deserto do México e termina morando em Miami, junto a outros latinos legais e ilegais. A partir de um certo momento da novela, a diferença entre as Américas se esvaece. Misturam-se o mundo anglo com o luso e o hispano, e o acento sobre o "e" em "América" é o testemunho dessa infiltração latina. No seguinte, eu vou fazer um analise em torno a aspetos da narrativa, da grafia do logotipo da telenovela e da recepção que elucidam as novas concepções sobre *'América'*.

A telenovela *América "*une*"* as Américas através de diferentes processos de migração, passando entre Brasil, México e os Estados Unidos, no nível de símbolos, de pessoas e da narrativa. Filmada no Brasil, no México e nos Estados Unidos essa telenovela é baseada numa 'narrativa de sedução', ou seja numa historia que faz com que várias personagens troquem o seu lugar de origem com os EUA. Tanto a protagonista quanto personagens marginais, como as mexicanas Rosario e Ines que Sol conhece na fronteira norte do México ao tentar entrar aos EUA, são representadas com a intenção de realizar 'o sonho americano'. São polarizadas pelos latino americanos (brasileiros, mexicanos e um cubano) que entraram de formao legal ou ilegal aos Estados Unidos e que moram nesse 'novo mundo'.

Nisso, "*América*" é usado tanto para referir-se aos Estados Unidos, quanto para a diáspora latino americana, representada pelos moradores da pensão da exilada mexicana Consuelo em Miami e pars pro toto para todo o continente americano. Esse último se manifesta, por exemplo no fato que depois de umas semanas de iniciar a telenovela os produtores tiveram que insertar referências nas imagens11 porque numerosos telespectadores brasileiros reclamaram que não se consigiu diferenciar mais se as personagens estavam no Brasil, no México ou nos Estados Unidos. Essa falha na construção da narrativa, que ao mesmo reflete a realidade transmigratoria nas Américas, foi fortelcida através de outra, no uso de linguas na telenovela. Opondo as teorias antropológicas culturais (Anzaldúa: 1987, Garduño: 2003) que consideram as zonas fronteiriças como aquelas onde existem mais processos de mistura, negociação e de confusão, em *América* existe uma clara ordem lingüística nessa região: os brasileiros falam português, os mexicanos espanhol e os norte americanos inglês. Mas nos Estados Unidos todo o mundo, ou seja brasileiros, norte americanos, mexicanos e cubanos falam português transmitindo a conotação de uma América de Norte na qual o português é a lingua oficial.

Depois pode se destacar uma união no nível gráfico do logotipo da telenovela. A primeira letra *'a'* de *América* é ligada por um traço com o último *'a'* da mesma palavra. Isso sugere uma união geográfica/cultural dos diferentes Américas. Quer dizer que liga tanto a América do Sul quanto a América do Norte incluindo o México. Esse exemplo salienta também as novas possibilidades de criar conexões através da apresentação gráfica e da simultaneidade das imagens através do meio audiovisual. Dessa maneira, a denotação de 'América' ganha uma primeira conotação de América como conjunto, ou seja as duas Américas simbolizadas pelos dos 'a' em *América* são ligados pelo traço que atravessa as duas letras. E numa segunda denotação se estabelece a mesma ligação através das imagens que seguem, porque elas mostram a América como conjunto, onde pessoas, simbolos e objetos migram do Brasil e do México aos Estados Unidos. Ou também, como no caso de Nick, o campeão de rodeio norteamericano, que faz a rota contraria. E ainda, personagens como Tony ou a quadrilha dos coiotes formado por Pimenta, Alex e Ramiro que oscilam entre os três espaços americanos como transmigrantes.

---

11 Como por exemplo 'Miami', 'Rio de Janeiro', 'Fronteira do México'. Mousse 2005: 4.

O uso de símbolos nacionais ainda contribui a uma difusão do conceito de '*América*'. Por exemplo, na pensão da exilada mexicana Consuelo em Miami somente moram latino americanos. E o excessivo uso de ícones, numerosos altares da Virgem de Guadalupe, a padroeira nacional do México, e da referência a ela através de gritos de socorro como *"Ay virgencita de Guadalupe"* ou sermões para ela como por exemplo, quando as filhas de Consuelo atravessam o deserto, transmitem a conotação que esse mundo de latinos na diáspora norte americana seja igual aos Estados Unidos. Isso é sublinhado pelo uso paralelo de símbolos brasileiros como a Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Nisso até se misturam o mundo luso e hispano na América e na narrativa audiovisual se reivindica o conceito de '*América*' para todo continente que foi 'emprestado' pelos EUA, como afirma Jayme Monjardim diretor de *América* no primeiro mês12.

Luso América na América do Norte

O exemplo da telenovela *América* mostrou como o conceito de '*América*' pode ganhar varios significados novos, pelo menos no nível de ficção, que aliás, nesse caso pode ser visto como interpretação melodramática da vida cotidiana incluindo experiências de pessoas subalternas como dos migrantes sem papeis no México e nos EUA. O termo de 'América' para referir-se aos Estados Unidos volta-se fluído. Assim ele também inclui uma segunda denotacão de 'América' como referência para todo o continente americano, na telenovela simbolizado pelo Brasil, o México e os Estados Unidos. E também esse significado se conecta sem seperacão clara, é fluido como nas cadeias de significantes de Lacan (Lacan: 1966) à conotacão de '*América*' que se refere á diáspora latino americana nos Estados Unidos. Essa polissemia torn-se ainda mais sobredeterminada através da simultaneidade de imagens e de construções sintáticas entre elas.

Assim o acento gráfico é sobredeterminado em *América*. Na escrita ele alude tanto á América Hispânica quanto à Portuguesa. Mas se consegue ouvir a diferença no nível fonológico: o '*é*' aberto corresponde ao português e o '*e*' meio feixado corresponde ao espanhol. Essa diferença que não fica obvia a primeira vista, e somente pode ser ouvida, funciona como metáfora pela presença dos Brasileiros nos EUA. Pese a la grande ignorância desses "*silent people*" (Margolis: 1998) na memória coletiva dos Estados Unidos, a telenovela *América* contribui a visualizar eles e a repetir a pergunta histórica do pan-americanismo e do latino americanismo num nível de um producto masivo popular: o que é a América e o que pode ser? é a América Latina ou a América do Norte? Ou é a América continental? E até que ponto e onde ela é unida? E até que ponto é só uma denominação geográfica?

Nessa telenovela até se adiciona mais uma dimensão com a qual se continuam as reivindicações dos Chicanos nos Estados Unidos, que já tinham se apropriado do conceito da '*Nuestra América'* numa '*dialética de Nuestra América'* (Saldívar: 1991). Essas reivindicações referem-se pars pro toto a todos os imigrantes latinos nos EUA para poder conseguir um "remapeamento hemisférico" (Acosta-Belén 1999: 81) que seja baseado na inclusão e não na exclusão. De fato é aquela dimensão que inclui as diásporas latino americanas na América do Norte. Só que agora integram também aqueles que pronunciam *'América'* com o *'é'* aberto. Isto é aquele elemento luso-brasileiro que simboliza a diáspora brasileira nos Estados Unidos que foi omitido ou/e ignorado por muito tempo dentro dos debates históricos culturais sobre as Américas.

Num próximo passo pode se propor que senão mudaram, pelo menos agora existem processos migratórios que logram prover um novo sentido ao conceito de '*América*'. Os exemplos históricos mencionados acima sempre procederam de situcações nas quais se elaboravam conceitos sobre o continente americano a partir de uma perspectiva voltada aos Estados Unidos. As transformações na América Latina das últimas décadas requerem agora concepções que precisam pensar a América do Norte também a partir da América Latina ou dos latino americanos ou descendentes de latino americanos que moram nos EUA, para poder construir uma *"identidade pan continental latino americana"* (Acosta Belén 1999: 82). Um projeto por fazer seria de não somente pensa-lo desde uma perspectiva de latino americanos ou integrantes da diáspora latina nos EUA, mas também pelos norte americanos e que isso for acompanhado por uma política de integração adequada considerando as necessidades e desejos dos 'outros' americanos.

Conclusão

A partir do uso de alguns conceitos em conexão a '*América*' fizemos um mapeamento geográfico cultural sobre suas formações, mudanças, desjunções e reimaginações, sempre dependendo dos processos e debates sócio-políticos que os acompanharam. Fizemos um estudo seletivo, sobretudo a base de escritos brasileiros e hispano-americanos, para mostrar uma certa forma de "*ignorância*" ou marginalização do Brasil dentro dos debates históricos. Agora seria mister pesquisar as relações entre os debates diferentes, ou seja analizar a diferente formação histórica do Brasil com resepeito ao processo de independência e questões como a escravidão, e considerar mais o lugar e a posição do enunciado. Dentro das constelações hegemônicas, a '*América Latina'* está no centro do debate de transcender o status de meras construções geográficas econômicas dependendo de um 'outro' a aqueles que têm uma própria relevância também ao nível político cultural. Parece que a '*América Latina'* cultural ainda fica por fazer (Aguiar 2002: 65), também devido às incongruências entre fronteiras geo-políticas e realidades culturais. Mas esse conceito pode servir como base para identificações supranacionais que poderiam transcender certos discursos nacionalistas existentes e para poder dar peso a novas linhas de argumentação (Fernandez Bravo: 2002). Ao meu ver, o conceito de 'migração' parece ser a chave para possíveis explicações: ela, tanto no sentido metafórico quanto no real físico quanto no nível de representação contribui a uma '*América'* plural. Nela, cabe

12 Monjardim comenta esse assunto numa entrevista dada à Globo antes da estréia da telenovela: „A América do título se refere ao continente americano e não especificamente aos Estados Unidos". Arruda 2005: 3.

esperar, vão diminuir o existente poder e os desejos de 'exceptionalism' de uma só nação com posição hegemônica. No nível subalterno deveriam ser feitos mais estudos sobre a '*agency*' e as vinculações de indivíduos ou grupos como de migrantes e indígenas, também nas diásporas norte americanas para ouvir as vozes deles e para fazê-los visíveis. E num segundo passo, depois de tê-los identificado se deveria perguntar até que grau as pessoas se identificam com as etiquetas linguísticas das '*Américas*' (como *'americano'*, '*latino'* ou *'latinoamericano'*) e qué tipo de identificações e imagens existem a resepeito. Num segundo, se podria perguntar em que tipo de políticas pode se traduzir essas formas de identificação e até que ponto serve uma identidade continental. E num quarto passo, se deveria perguntar como são construidas as identidades que procedem das '*Américas*', também a partir de imaginários e '*scapes*' (Appadurai: 2003) com um corpus heterogéneo de "alta" cultura e cultura popular. Finalmente também poderiam ser feitas pesquisas ao nível histórico cultural integrando os estudos regionis e escritos nacionais e suas relações com as concepções com os conceitos sobre as Américas. Uma possibilidade seria elaborar uma cartografía dinámica intertextual e interconectada além das relações binárias estabelecidas ao incluir expressões metafóricas para as Américas. Termos conflitivos deveriam estar no centro, como 'Pátria Grande', usado no começo do século 20 para reivindicações e fusões regionais no Brasil, quanto para toda América Latina; ou tomado de outras tradições discursivas de tradições indígenas como 'Anáhuac', um conceito proposto pelos nahuat no México.

Bibliografia

Lopes Immacolata (2002). Vivendo com a Telenovela. Mediacoes, Recepcao, Teleficionalidade. Sao Paulo: Summus Editorial.

Vasallo Lopes, Immacolata (2003). Telenovela, Internacionalizacao e Interculturalidade. Loyola: Sao Paulo.

Ventura, Roberto (1991): "Estilo Tropical". Sao Paulo: Companhia das Letras.

Acosta-Belén, Edna (1999). Hemispheric Remappings. Revisiting the Concept of Nuestra América. In: Liliana R. Goldin (Org.) *Identities on the Move. Transnational Processes in North America and the Caribbean Basin*. Austin: University of Texas Press.

Aguiar, Flávio (2002). A América Latina não existe. In: Maria Helena Martins (Org.) *Fronteiras Culturais. Brasil-Uruguai-Argentina*. Porto Alegre: Atelie Editorial. 64-70.

Aguilar, Alonso (1968). *Pan-Americanism from Monroe to the present*. New York: MR Press.

América (2005). Telenovela, TV Globo, Brasil.

Andrade, Mario (1972). Manifesto Antropófago. In: Id., *Do Pau Brasil a antropofagia e às utopias*.Rio de Janeiro.

Anzaldúa, Gloria (1987). *Borderlands/La Frontera*. *The New Mestiza*. San Francisco:Aunt Lute.

Anzaldúa, Gloria (2000). *Interviews/Entrevistas*. New York: Routledge,

Antiásov, Marat (1986). *Panamericanismo: doctrinas y hechos*. Moscú: Editorial Progreso

Appadurai, Arjun (2003). Disjuncture and Difference in the Global Economy.. In Renato Rosaldo et al. *The Anthropology of Globalization*.Oxford: Blackwell Publishing. 46-64.

Arroyo, Mónica (Org.). *Questões territoriais na América Latina*. São Paulo: CLACSO.

Arruda, Lilian (2005). América. Folheto não publicado da TV Globo, do Núcleo de Pesquisa de Telenovela e Televisão da USP São Paulo.

Assis Barbosa, Francisco de (1964). Flutuaçoes do Pan-Americanismo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 263. 94-128.

Bolívar, Símon (1986) [1814]. Carta desde Jamaica. In *Ideas en torno de Latinoamérica*, *volumen I*, México: UNAM.

Bomfim, Manoel (1997) [1925]. *O Brasil na América*. Rio de Janeiro: Topbooks

Bomfim, Manuel (1935). *O Brasil modelou a América do Sul.*Sao Paulo: Companhia Editora Nacional.

Chiappini, Ligia (2004) (Org.). *Pampa e Cultura: de Fierro a Netto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Chiappini, Ligia (2006) (Org.). *Cone Sul. Fluxos, representaçções e percepções*. São Paulo: Hucitec.

Costa, Sérgio (Org.) (2003). Jenseits des Mestiçagem In: Ibid *Brasilien in der postnationalen Konstellation*. Tübingen: CCC. 28-40.

Fernández Bravo, Alvaro (2002). Americanismo, biología e identidad: el cuerpo continental en Manoel Bomfim y Carlos Octavio Bunge. *Revista de Literatura*, 23 (92). 61-74.

Fox, Clare (1999). *The Fence and the River – Culture and Politics at the U.S. – Mexico Border*. University of Minnesota Press: Minnesota.

Garduño, Everardo (2003). Antropología de la frontera, la migración y los procesos transnacionales. *Frontera Norte*, 15 (30), 66-86.

Gerab Baggio, Kátia (2000). Os intelectuais brasileiros e o panamericanismo: a *Revista Americana* (1909-1919). Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC, Salvador. Retirado do internet: 20.11.2008.

Grimson, Alejandro (2000) (Org.): *Fronteras, naciones e identidades*. Buenos Aires: La Crujia.

Henriquez Ureña, Henrique (1927). *La novela en América*. Buenos Aires: Editora Coni.

Henriquez Ureña, Henrique (1945). *Literary Currents in Hispanic America*. Cambridge: Harvard University Press.

Henriquez Ureña, Henrique (1957). *Ensayos en busca de nuestra expresión*. Buenos Aires: Editorial Raigal.

Lacan, Jaques (1966). *Ecrits*. Paris: Edition du Seuil.

Lima, Oliveira (1907). *Pan-Americanismo.Monroe-Bolivar-Roosevelt*. Rio de Janeiro: H. Garnier.

Machado Campos, Cynthia (1998). O imaginário nacionalista em Sílvio Romero. A questão do Contestado. *Revista de Ciências Humanas*,16 (23), 11-34.
Martí, José (2002) [1891]. Nuestra América. Guadalajara: Centro de Estudios Martianos.
Margolis, Maxine (1998). *An invisible Minority. Brazilians in New York City*. Boston: Allyn and Bacon.
Monsiváis, Carlos (2000). *Aires de Familia*. Ciudad de México: Anagrama.
Mousse, Simone (2005). *Mais de cem cenários*, in: "O Globo", Revista da TV, 29.5.2005
Pizarra, Ana (Org.) (1985). Introducción. In: *La literatura latinoamericana como proceso*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.13-67.
Rama, Angel (1982). *Transculturación narrativa en América Latina*.México; Siglo VI. Editores.
Retamar, Roberto (1995). *'Nuestra América': cien años; y otros acercamientos a Martí*. La Habana: Ed. SI-MAR.
Retamar, Roberto (2006). *Pensamiento de nuestra América: autoreflexiones y propuestas*. Buenos Aires: CLACSO.
Rinke, Stefan (2004) *Begegnungen mit dem Yankee*. Köln: Böhlau.
Rodó, Enrique (1927) [1900]. *Ariel.* Valencia: F. Sempere y Compania.
Saldívar, José David (1991). *The dialectics of our America*. London.
Saldívar, José David(1997). *Remaping Cultural Studies*. Berkeley. University of California Press.
Santos, Milton (1996). *A natureza do espaço. Técnica e tempo*. *Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
Sebe Bom Meihi (2004). Brasil Fora de si. Experiencias de Brasileiros em Nova York. São Paulo: Parabola.
Paz, Oactavio (1998) [1949]. El laberinto de la soledad. Madrid: Ediciones Catédra.
Ramos, Samuel (1999) [1934]. El perfil del hombre. México: Colección Austral.
Santos, Milton (1996). A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec.
Serrano Caldera, Alejandro. Polegómenos a una teoría del ser latinoamericano. *Latino América. Anuario Estudos Latinoamericanos*, 1985 (17).
Sommer, Doris (1990). *Foundational Fictions*. Berkeley: California Press.
Vasallo, Ligia (2000): "A literatura brasileira e os estudos literários latinoamericanos". Paper, LASA, 2000, Miami.
Vasallo
Vasallo Lopes Immacolata (2002). *Vivendo com a Telenovela. Mediacoes, Recepcao, Teleficionalidade*. Sao Paulo: Summus Editorial.
Vasallo Lopes, Immacolata (2003). *Telenovela, Internacionalizacao e Interculturalidade*. Loyola: Sao Paulo.
Ventura, Roberto (1991): "Estilo Tropical". Sao Paulo: Companhia das Letras.

A imagem do sujeito diaspórico em "Árido Movie"e "Essa Terra".

Manoela Falcón Silveira
Universidade Estadual de Feira de Santana
manoelafalcon@hotmail.com

Resumo: O espaço sertanejo encenado no cinema e na literatura das décadas de 50 e 60 convocava a representação do rural para a construção da identidade nacional que já se encontrava em crise. Hoje, essa representação pode ser vista também, a partir da encenação dos processos de desterritorialização ou descentramento vividos pelo sujeito, seja ele habitante do espaço rural ou urbano. Na análise do filme "Árido Movie", de Lírio Ferreira, visualizamos como as personagens vivem as experiências do descentramento, ao mesmo tempo em que os aspectos míticos da cultura sertaneja são mesclados e incorporados às crenças culturais cosmopolitas. Já na narrativa do romance "Essa Terra", de Antônio Torres, essa desterritorialização é vivida pelo protagonista a partir da experiência diaspórica, também representada pelo simbolismo do deslocamento da viagem (A ida/ O retorno), do interior nordestino para o grande centro urbano.

Introdução

Em "*Árido Movie*" os caminhos que levam à fictícia cidade de Rocha são trilhados por uma espécie de *"aridez cinematográfica*" que continua a revisitar e deslocar as representações do sertão no imaginário popular brasileiro. As imagens sertanejas revisitadas por várias fases do cinema brasileiro, enquanto metáfora de uma condição representativa e tradutória da crise identitária vivida num tempo de modernização acelerada, como a da pequena cidade sertaneja de Jardim das Piranhas, em "*O Dragão da maldade contra o Santo guerreiro*" (Glauber Rocha), costumava esbarrar na construção ideológica de uma brasilidade que via a sua identidade associada a permanência da relação coronelista, relação ainda revisitada pelas imagens projetadas em "*Árido Movie*", mas que agora surge com um novo olhar sobre a velha paisagem. O olhar de Jonas (Guilherme Weber), protagonista do filme, distorce as cercas e a paisagem da aridez sertaneja da cidade de Rocha. A sua visão deforma o real numa tentativa de (dês)construção dos discursos engendrados ao longo do tempo pela tradição cultural e pelas formas de representação do espaço e da subjetividade sertaneja. Jonas olha para dentro dele mesmo e não consegue estabelecer qualquer vínculo de identificação com a cidade em que nasceu, assim como Nelo, protagonista do romance "*Essa Terra",* que não se sente pertencente ao povoado do Junco (cidade do interior da Bahia, onde nasceu e cresceu o personagem), nem à grande São Paulo, nos dois casos, percebemos como o sentimento de desterritorialização habita o interior dos protagonistas da narrativa fílmica e literária.

> Se a genealogia coloca, por sua vez, a questão do solo que nos viu nascer, da língua que falamos ou das leis que nos regem, é para classificar os sitemas heterogêneos que, sob a máscara de nosso eu, nos proíbem de toda identidade. (FOUCAULT, 2002, p.)

Trazer o conceito de genealogia proposto por Folcault para este texto é de fundamental importância pela condição de ser a genealogia a própria análise da proveniência entre corpo e história. Esta, ao revelar o corpo marcado de história e a história que arruína o corpo, nos faz refletir como os processos de construção identitária podem estar submetidos aos diversos sistemas de submissão fundados no prolongamento dos processos históricos de um país, a exemplo do nosso sistema capitalista brasileiro que (re)configura, organiza e orienta a construção das identidades baseado nas relações de consumo com o bem material, ou na relação de um passado histórico que associa o espaço nordestino à condição de atraso sócio-cultural.

Se o uso da história na cultura ocidental permitiu, pela dissociação sistemática de nossa identidade, a utilização das máscaras para a construção do processo de apropriação e criação de identidades, concordamos com Foucault, em seu ensaio intitulado *Nietzsche*, *a genealogia e a história* (2002), ao mostrar-nos como a história, "genealogicamente dirigida" já não busca a descoberta da identidade a partir do reencontro com as raízes, pelo contrário, afirma ser através da dissipação das raízes como uma espécie de proliferação rizomática, que se abre a possibilidade de investimento naquilo que o autor denomina ser a pluralidade territorial, uma pluralidade que instaura o "não-lugar" enquanto deslocamento necessário para a projeção de todas as descontinuidades que atravessam o sujeito.

Neste trabalho, desenvolveremos uma análise que pretende apontar para os possíveis processos de apropriação e criação de identidades representados através das narrativas em questão, numa tentativa de avaliar como as experiências diaspóricas representadas interferem na projeção da construção da identidade na obra fílmica e na obra literária. De que forma as narrativas jogam com a possibilidade de projeção na formação subjetiva do sujeito?

Para discutirmos estas questões, abordaremos alguns aspectos analisados a partir:

1. Da narrativa fílmica de *Árido Movie*, entre eles a projeção do sujeito distorcido apresentado nas primeiras cenas do filme, e dos mitos e ritos encenados, que dismitificam o espaço sertanejo contemporâneo;

2. Da narrativa literária de *Essa Terra*, ao traduzir de forma instigante as inquietações diretamente ligadas aos problemas de natureza identitária surgidos pela convivência do *"eu"* com o estranho "*outro*".

1.O sujeito distorcido em Árido Movie

Na primeira cena de *Árido Movie*, vemos a projeção da imagem de Jonas completamente deformada, a câmera materializa na tela o conteúdo mental da personagem ao enquadrar seu rosto sem permitir ao espectador a sua nítida visualização. A visão embaçada da imagem de Jonas, como primeiro índice do processo narrativo subjetivo, produzido por *Árido Movie*, antecipa a despreocupação do diretor à "*exatidão realista'* e à verossimilhança representativa da imagem, seja introduzindo no filme imagens que não pertencem à diegese, ou recorrendo a meios técnicos baseados na truncagem.

No início da narrativa fílmica, a alternância entre a imagem distorcida de Jonas (no estúdio de gravação de um telejornal em São Paulo) e os acontecimentos decorrentes de uma noite agitada na cidade fictícia de Rocha expressam através da distorção da imagem e do corte abrupto das cenas, a evocação de uma atividade psíquica voltada para a questão identitária. Quando a câmera adota o ponto de vista da personagem, vemos na tela o que ela crê, vê e sente: Jonas está diante do espelho e através da antropomorfização da câmera, como um olho que tudo vê e sente, como sugeriu David Bordwell, vemos na tela o que a personagem vê, a imagem distorcida do seu rosto.

> O cinema, como afirma Marcel Martin, ao conseguir exteriorizar e visualizar, através de diversas formas, um certo número de comportamentos psicológicos de ordem íntima, cria uma maneira de filmar que este autor considera como "irrealista" se a personagem aparece no plano que materializa seu conteúdo mental. Para Marcel Martin:
>
> "(...) neste caso a câmera capta ao mesmo tempo o protagonista e o objeto ou efeito de sua atitude psíquica; esta audaz expressão é muito interessante e denomino-a "irrealista" devido ao duplo nível de realidade em que se situa o conteúdo deste tipo de plano: percebemos diretamente a personagem e, em segundo grau porem simultaneamente, como percepção da sua própria percepção, seu conteúdo mental". (p. 158)

O termo distorção, semanticamente associado à condição de "*aberração determinada pelo sistema óptico, caracterizado por diferenças de ampliação para diferentes regiões do sistema e pelo fato de serem deformadas as imagens por ele produzidas",* é extremamente significativo para análise fílmica em questão por se tratar de uma narrativa que ao colocar em evidencia o caráter de descentramento do sujeito, investe no trabalho do trânsito cultural entre o rural e o urbano, deslocando o olhar para o mito da identificação do rural ao espaço natural e simples, ao espaço perdido ou ultrapassado em relação à cidade.

Jesús Martin-Barbero em seu livro Dos Meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia, ao tratar da mistura de povo e massa no urbano afirma que: em relação ao índio, ao camponês por exemplo,

> "(...) a tendência mais forte é pensa-los como primitivos, portanto, como um outro, fora da história, diante do popular urbano a concepção mais freqüente é negar pura e simplesmente sua existência cultural. Trata-se de um mito tão forte que falar em popular evoca automaticamente o rural o camponês. E seus traços de identificação: o natural e o simples, o que seria o irremediávelmente perdido ou superado pela cidade, entendida como o lugar do artificial e do complexo". (p. 268)

Mas na narrativa de Árido Movie o natural, o simples, o artificial e o complexo fundem-se através dos discursos engendrados pelo índio Zé Elétrico (José Dumont) ou através do misticismo religioso propagado por Meu Velho (José Celso

Martinez). A prática discursiva e os códigos utilizados por eles são tão antigas e tão bem distribuídos entre a comunidade cultural brasileira, e não somente sertaneja, que muitas vezes pode até parecer que não foram construídos. A forma da propagação discursiva de Meu Velho, ao trabalhar com a operação de códigos naturalizados, como sugeriu Hall, *"revela* não a transparência e "*naturalidade*" da linguagem, mas a profundidade, o caráter habitual e a quase universalidade dos códigos em uso. Eles produzem reconhecimento aparentemente '*naturais'* ". (p. 371)

No filme, o discurso místico vai encobrindo os efeitos ideológicos utilizados por políticos, latifundiários, empresários, e migrando para os grandes centros urbanos, encobrindo as práticas de codificação do presente. A frase " excesso de informação, falta *d'água"* projetada na instalação sobre a água em São Paulo, antecipa a problematização da evolução dos aparatos tecnológicos, ocorrida principalmente no âmbito midiático e das novas tecnologias informacionais, enquanto problema básicos como a falta de água continuam a existir.

2. Nas cercanias das parabólicas, o sertão vai virar IO

Entre as cenas do depoimento do Meu Velho, os caminhões-pipas, carregados de água passam pela estrada que dá acesso a fazenda do velho místico. A cobrança do abastecimento dos poços da fazenda é feita as pessoas influentes na política da cidade e encaminhadas aos políticos da cidade do recife.

A água, elemento temático recorrente no filme transita desde a estrada poeirenta do Rocha, quando vemos na lameira do caminhão-pipa a frase: *"Aonde a água chega, a água faz o resto",* até a instalação sobre a água, em São Paulo, na qual vemos a projeção da frase "excesso de informação, falta d'água", permitindo uma reflexão sobre a forma como as novas tecnologias, as antenas parabólicas de TV e todo um aparato tecnológico chega até as cidades interioranas, como a cidade de Rocha, e avança,

Em *Árido Movie* a recorrência às cenas que problematizam e ao mesmo tempo ressignificam os ditos e mitos populares em torno do espaço sertanejo pode ser visto tanto no começo do filme – através da panorâmica sobre o mar de Recife, numa alusão direta ao filme *Deus e o Diabo na terra do sol*, de Glauber Rocha, como na figura do beato e da experiência do messianismo representada por Meu Velho (José Celso Martinez), uma espécie de beato que si diz detentor da política das águas.

A vídeomaker Soledad, interessada no discurso do Meu Velho sobre o surgimento da "*água mimosa*" e do futuro dos homens, predestinado à vida em IO, a lua de júpiter, e parte em direção a fazenda do místico para gravar seu depoimento.

> (...) "tateando sem mapa ou tendo apenas um mapa noturno. Um mapa que sirva para questionar as mesmas coisas – dominação, produção e trabalho – mas a partir do outro lado: as brechas, o consumo o prazer. Um mapa que não sirva para a fuga, e sim para o reconhecimento da situação a partir das mediações e dos sujeitos".

Um mapa que indique nas entrelinhas do movimento árido, os processos de desterritorialização ou descentramento vivido pelo sujeito contemporâneo, seja ele habitante do espaço rural ou urbano.

3. O sujeito distorcido em Essa Terra

A narrativa desenvolvida em *Essa terra*, romance do escritor Antônio Torres, esconde, através do simbolismo do deslocamento da viagem (A ida/ O retorno), a marca de uma partida fundada através da identificação com "*os outros*" (os estrangeiros — os homens do banco), enquanto o retorno refletiria um sentimento de não reconhecimento, de não pertencimento a lugar algum, desestabilizando o sujeito que não sabe ou não aprendeu a lidar com as circunstâncias impostas pelo nomadismo vivido.

Na partida, há a emergência de um sujeito que vive a negação de uma narrativa originária para investir *na " projeção de um reflexo narcísico do Um no Outro",* revelando aquilo que BHABHA (1998, p.85) denomina de duplicação da identidade, processo que segundo o autor, só é atingido pela negação de uma narrativa originária de realização, alcançada pelo processo psicanalítico de identificação fundado no desejo.

Nesse sentido, o desejo de migrar para uma terra desconhecida em busca de uma melhor qualidade de vida torna-se realizável através da negação da origem, através do sentimento de não pertencimento ao povoado do Junco, marcado, consequentemente, pelo processo de duplicação da identidade.

Desde o início da narrativa de *Essa Terra*, pode-se verificar como o processo de duplicação da identidade influencia tanto o autor, que também viveu a experiência diaspórica, como os personagens criados por ele. Essa Terra poderia perfeitamente ser considerado um romance de autoficção por narrar a precariedade e o desconforto do autor, que coincide, em certo sentido, com o desconforto do personagem submerso na parafernália apresentada pela modernidade da cidade paulistana. Torres traduz de forma instigante as inquietações ligadas aos problemas de natureza identitária, surgidos pela convivência do eu com o estranho outro.

Nesse sentido, o sujeito (autor/personagem) se expõe para o outro em busca de afirmação e de reconhecimento identitário. A maneira como o autor descreve a condição em que surge as primeiras linhas do romance nos fornece as pistas para verificar o quanto a narrativa acaba sendo orientada através da política do reconhecimento.

> "Se estiver vivo um dia ele aparece, foi o que eu sempre disse". (TORRES, 1976,ANO,p. 17)

Com a criação dessa frase está iniciada a narrativa do romance *Essa Terra*. Trabalhando como redator de publicidade numa agência da Avenida Paulista em 1975, o autor afirma em entrevista concedida a Ceci Alves (Jornal A Tarde, em 17/01/2002, Salvador-BA), que "a obra nasceu a partir de um momento de uma crise no trabalho, entre a produção

dos anúncios de um volks, de um forno qualquer, e do barulho infernal da construção do metrô em São Paulo". Nasceu refletindo as cenas produzidas pelos operários que trabalhavam naquela obra, onde em cada rosto havia o reconhecimento de um parente distante, "que depois de muitas idas e vindas para São Paulo, dezenas de vezes, acabou se matando".

Pela identificação do "*outro*", ou melhor, pelo reconhecimento de pessoas e familiares em diferentes rostos, gestos e vozes, a narrativa desse romance permite-nos realizar uma atividade crítica comprometida com uma teoria pautada na política do reconhecimento. É através dela que pretendemos analisar a forma como a narrativa acaba se estruturando e trazendo à tona as problemáticas vividas por vários nordestinos que migram para o sudeste do país em busca de melhores condições sócio-econômicas, não só para sua sustentação, mas também para a de quem fica na terra de "*origem*".

Essa Terra narra a história de Nelo, um sujeito que trilha o caminho de volta da grande São Paulo (uma cidade devoradora), para o antigo lar, no povoado do Junco, situado no interior da Bahia.

Contrariando as expectativas depositadas pela família, a trajetória vivida por Nelo traça o percurso dos fracassos e dos dilemas que lhe acompanharam desde a partida da terra natal à cidade grande, culminando com o suicídio por enforcamento.

Dessa forma, interessa-nos questionar a maneira como a identidade cultural encontra-se articulada a partir da migração de um local. Que sentimento de identificação (reconhecimento) é produzido pelas personagens em *Essa terra*? O que afasta e aproxima as personagens da sua terra natal, o Junco? Como o mito da prosperidade e riqueza da grande São Paulo se constrói e se dilui?

> Nelo, ao deixar o povoado do Junco leva consigo o sonho de uma vida melhor. A esperança por melhores roupas, maior desempenho lingüístico-cultural e de um grande sucesso com as mulheres. Sonhos projetados a partir do contato com os "estrangeiros", e de um olhar que pretende se reconhecer através da leitura do "outro".
>
> Nelo descobriu que queria ir embora no dia em que viu os homens do jipe.
>
> Estava com 17 anos. Ele iria passar mais três anos para se despregar do cós das calças de papai. Três anos sonhando todas as noites com a fala e as roupas daqueles bancários ― a fala e a roupa de quem, com toda certeza, dava muita sorte com mulheres. (TORRES, 1976)

Já o narrador personagem Totonhim, na tentativa de avaliar a causa da migração do irmão Nelo, do Junco rumo à cidade de São Paulo, faz ao mesmo tempo, uma retrospectiva da partida como uma espécie de justificativa:

> "(...) um dia pegou um caminhão e sumiu no mundo para se transformar, como que por encantamento, num homem belo e rico, com seus dentes de ouro, seu terno folgado e diferente de casimira, seus raybans, seu rádio de pilha―faladorzinho como um corno―e um relógio que brilha mais do que a luz do dia. Um monumento, em carne e osso. O exemplo vivo de que a nossa terra também podia gerar grandes homens". (TORRES, 1976, p.14)

O fragmento textual mostra-nos como a projeção de uma vida bem sucedida encontra-se no romance apropriada pela efetivação do poder de aquisição de bens materiais. A narrativa coloca em evidência a relação do sujeito, da sua construção identitária, a partir da realização do consumo desses bens, a exemplo da identificação do próprio indivíduo com "*um monumento, em carne e osso*", que seria "*reconhecido*" e valorizado como grande homem.

A relação dos indivíduos com os bens materiais, com o consumo desses bens, orientam a vida das personagens do romance e justificam suas atividades no decorrer da narrativa.

Nesse sentido, a projeção está voltada mais para a noção de identidade (da construção da identidade através do olhar do outro), do que a uma política de reconhecimento que integra a alteridade, ou seja, que possibilite a dialética do mesmo e do outro ― o que permitiria entender as razões de cada um e a estrutura dos conflitos e das negociações.

> Nelo é descrito como um filho maravilhoso pelo olhar da mãe, a qual lembra-se dos envelopes gordos, que chegavam todo "mês com dinheiro vivo, paulista, rico".
>
> Totonhim, o pai e toda a parentada do Junco também viam em Nelo a personificação de um indivíduo bem sucedido na vida. E a projeção da identidade de Nelo segue na narrativa sendo formada a partir do julgamento do meio exterior, confirmando o que Hall define como a construção da identidade na constituição do sujeito pós-moderno, ou seja, "o outro" passa a ser o elemento central do processo identitário, pois a identidade surge: "(...) de uma falta de inteireza que é preenchida a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nos imaginamos ser vistos pelos outros". (HALL, 1999, p.39)

Enquanto Nelo é visto como aquele que migra para se salvar, como aquele que fugiu das limitações impostas pelo lugarejo interiorano, a experiência da migração vivida pela personagem é narrada mostrando o intenso sentimento de estranhamento da experiência diaspórica enfrentada pelo sujeito, que parte de um ambiente interiorano miserável, mas ainda conservador de certos valores humanos, "*para uma são Paulo sem rosto e sem forma*".

É esse sentimento de estranheza, experimentado pelo personagem principal do romance Essa Terra, o grande responsável pelo conflito existencial vivido pelo indivíduo. Ao investir num descentramento do sujeito, que não consegue mais se identificar com a cidade grande, muito menos com o ex-familiar espaço nordestino/ interiorano, a narrativa acaba produzindo no personagem a sensação de não pertencimento a lugar algum. Nelo conheceu e viveu no Junco e em São Paulo, mas não se sente pertencente a estes lugares. São Paulo representa ao mesmo tempo o exílio e a perda:

> "Dinheiro, dinheiro, dinheiro.
>
> Cresce logo, menino, pra você ir para São Paulo.

Aqui vivi e morri um pouco todos os dias.

No meio da fumaça, no meio do dinheiro.

Não sei se fico ou se volto.

Não sei se estou em São Paulo ou no Junco". (TORRES,1976,p.)

Na experiência vivida por Nelo coexiste o enigma de uma "*chegada*" sempre adiada, como se fosse uma espécie de pressentimento, uma consciência de que o seu desenraizamento já não lhe permitiria a re-integração à terra natal.

Conclusão

Ao narrar a trajetória de migrantes nordestinos, a obra fílmica e a literária, de certa forma, questiona o fato de como a identidade cultural acaba sendo articulada pelos fragmentos da própria experiência diaspórica vivida pelo personagem.

Assim, o retorno do migrante, realizado ou não na metrópole, mas também não mais pertencente aos lugares de origem, encena uma narrativa que assume as características das experiências vividas na pós-modernidade, na qual, de acordo com Nestor Garcia Canclini o indivíduo percebe que muitas perguntas como — "a que lugar pertenço e que direitos isso me dá, como posso me informar, quem representa meus interesses — recebem suas respostas também pela relação que estabelece com o consumo privado de bens materiais".(CANCLINI, 1999, p. 37)

Nelo e Jonas vivem intensamente toda a tensão produzida pela condição arquetípica da modernidade tardia: a experiência de estar dentro e fora. Experiência que para Stuart Hall tem se tornado cada vez mais comum, desde que a migração constituiu-se como o grande evento histórico-mundial representante da experiência pós-moderna.

Nesse sentido, as narrativas de *Árido Movie* e *Essa Terra* registrariam não só o processo diaspórico vivido pelo sujeito que já não pode se considerar originário de um único lugar, produzindo o que Hall chama de o "estrangeiro familiar"(HALL, 2002, p.416) , mas ainda produzem o reordenamento do indivíduo diante das relações orientadas pelo consumo de bens materiais, bens que na contemporaneidade, além de assumir o poder de articular a vida do sujeito pós-moderno, investe ainda na construção da sua identidade.

Referências bibliográficas

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Tradução de Myrian Ávila e Eliana Lourenço de Lima. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Tradução de Maurício Santana Dias e Javier Rapp. Rio de Janeiro: Editora UFRJ,1999.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. Tradução Ana Regina Lessa e Heloísa Peza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 17 ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

HALL, Stuart. *Identidade cultural*. Tradução Vanderli Silva. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina/SEC, 1999.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

TORRES, Antônio. *Essa Terra.* São Paulo: Editora Ática, 1976.

O sonho de voltar rápido do Japão para viver no Brasil agora é uma utopia: os nikkeis do Brasil no

Rosa Ester Rossini
Universidade de São Paulo
rrossini@usp.br

Resumo: Em 1908 começaram a chegar no Brasil os imigrantes japoneses. Foram cerca de 250.000 pessoas com predomínio de família e agregados. Pensavam fazer a "*América*" rapidamente e voltar com os "*bolsos cheios*" de dinheiro para o Japão. Não voltaram em sua maioria, mas construíram no Brasil a imagem da pessoa trabalhadora, estudiosa, séria e responsável. Na década de 80 do século passado começou a ficar visível a migração de nikkeis do Brasil em direção ao Japão. No início predominavam os homens desacompanhados e poucas mulheres. Foram ao encontro da "*terra prometida*" que lhes proporcionaria tanto o encontro com as origens, mas também o enriquecimento rápido. Doce ilusão. Muito trabalho no Japão e quase sempre aquém da sua formação cultural pois, das pessoas migrantes 70% tinha curso superior ou médio concluído (sendo que 30% tinha curso superior). A modernidade tecnológica possibilitou a simultaneidade e velocidade das informações. O estabelecimento de rede de solidariedade aproxima as pessoas. Em muitos casos a família é reestruturada com a ida dos filhos para o Japão, em outros casos, novas famílias são constituídas no Japão e muitas famílias ficam truncadas no Brasil. O retorno ao Brasil, apesar de muitos investimentos feitos por todos os migrantes nem sempre se realiza com sucesso. Hoje são cerca de 300.000 nikkeys do Brasil vivendo no Japão. Estão "*levando*" o Brasil para o Japão através da produção de um espaço da música, da comunicação, da língua portuguesa falada, da festa, da comida, etc. Nascem, por ano, no Japão, hoje, cerca de 4.000 crianças filhas de nikkeis do Brasil.

Introdução

Em 1908 começaram a chegar ao Brasil os primeiros imigrantes de origem japonesa. O número foi de cerca de 250.000 pessoas sendo que 190.000 pessoas vieram antes da 2ª Guerra Mundial e 60.000 no período posterior. Esses migrantes se multiplicaram por meio de seus descendentes e hoje, já na 5ª geração correspondem a um total aproximado de 1.500.000 pessoas. (Harada, 2008).

Várias foram as dificuldades encontradas pela comunidade nikkei no Brasil, dentre elas, convém destacar a questão das diferenças culturais, da aprendizagem da língua portuguesa e do desconhecimento do Brasil em relação ao solo, clima e usos e costumes.

A assimilação foi ocorrendo, apesar das dificuldades. A integração e participação dos japoneses e seus descendentes no Brasil foi intensa tanto na agricultura, na indústria, nos serviços com destaque para a educação.

Na década de 80 do século XX o Brasil enfrentava enormes dificuldades econômicas acarretando problemas de inflação, recessão, desemprego, etc, enquanto que o Japão experimentava, nesta época, uma fase de euforia econômica cuja "prosperidade" parecia não ter fim (Harada, 2008).

A necessidade de mão-de-obra para trabalhos árduos, sujos e perigosos executados principalmente nas pequenas e médias empresas passou a exigir a presença de braços oriundos de outros países.

A lei japonesa, nesta época, proibia e proíbe a entrada de mão-de-obra estrangeira não qualificada. Assim sendo os japoneses e seus descendentes, até a terceira geração, residentes no exterior, foram aceitos para trabalhar no Japão. (O alvo inicial eram os japoneses ou aqueles que tivessem dupla nacionalidade, nascidos no Brasil e terem sido registrados no Consulado do Japão por serem filhos de japoneses). Os anúncios de ofertas de emprego no Japão começaram a se intensificar em grande escala principalmente nos jornais de língua japonesa que circulavam principalmente em São Paulo.

O número de vistos concedidos pelo Consulado Geral do Japão em São Paulo, que respondia por cerca de 70% das emissões em 1987 foi de cerca de 5.000, em 1990 com a mudança da lei de imigração foi de 48.100 vistos. Em 1991 entraram cerca de 85.000 nikkeis do Brasil no Japão. "Embora não tenha sido publicada a estatística oficial de 2006 fontes oficiais informaram queda de 10 a 15% na emissão de visto por parte do Consulado Geral do Japão em São Paulo motivada pela exigência imposta a partir de abril de 2006 da apresentação de certidão negativa de antecedentes criminais aos candidatos a vistos (Harada, 2008, p. 286-287).

Os brasileiros que migram à procura de melhores condições de vida, os deserdados do capitalismo, em sua maioria, não figuram nas estatísticas oficiais como migrantes, são turistas. Há estimativas que apontam a existência de mais de 315.000 migrantes do Brasil, residindo no Japão. Muitos estão com a documentação em ordem, outros estão em situação irregular.

A Revista Made in Japan 2004, nº 79 informa que o governo japonês realizou pesquisa sobre a vida dos brasileiros no Japão, que na época o número considerado foi de 268.000 pessoas.

- 52% entre as idades de 20 e 40 anos;
- 68,6% trabalham nas fábricas (economicamente ativos);
- 71% são casados;
- 65% estão há mais de 5 anos no Japão;
- 36% das crianças estão fora da escola;
- 61% ganham mais de 2.000 dólares mensais;
- nascem mais de 4.000 crianças por ano.

No Japão é elevadíssimo o percentual de clandestinos oriundos das Filipinas, Tailândia, Bangladesh, Vietnã, Coréia, China, Brasil, Peru, dentre outros países.

Os brasileiros constituem a terceira nacionalidade em número de estrangeiros, só superada pelos coreanos e chineses. A presença brasileira no contexto dos estrangeiros no Japão é muito grande. Da América do Sul os brasileiros são o grupo mais numeroso seguido, de longe, pelos peruanos. A presença de migrantes da Argentina, do Paraguai e da Bolívia é insignificante.

Em 1º de junho de 1990 foi aprovada nova lei de controle de entrada de estrangeiros. As empresas passaram a ter direito de contratar legalmente nisseis e sanseis. Mesmo após a regulamentação da referida lei, nem sempre os contratos são legais, isto é, estão em contrato indireto realizado por agenciadores ou intermediários ou ainda representantes das empresas japonesas, quando o *nikkey* ganhou a oportunidade de trabalhar legalmente. (Ninomya, 1999).

Em 30 de maio de 2006 o Vice-Ministro da Justiça, declarou que seria estudada uma forma de cercear a concessão ou renovação de visto de nikkeis, impondo, por exemplo, a submissão e aprovação do interessado à prova de conhecimento de língua japonesa (Harada, 2008).

Embora a Lei Trabalhista japonesa proíba o envio de trabalhadores simples a outras empresas, fatos como a ausência de seguro contra acidente de trabalho e o não recolhimento de imposto continuam a existir em grande quantidade. Ao mesmo tempo, na condição de trabalhadores enviados por intermediários, não recebem referência de uma pessoa de confiança da empresa e, em conseqüência, a chance de ascensão dentro da empresa é quase impossível. (Kawamura, 1997, 1999).

"*A maioria das pessoas é recrutada pelas agências de emprego comumente denominadas "empreiteiras", registradas ou não perante as autoridades governamentais de ambos os países, e que se dedicam ao recrutamento e envio de mão-de-obra de nipo-brasileiros para o Japão"* (Harada, 2008, p. 285). Embora existam empresas idôneas muitas delas

cuasaram problemas aos migrantes devido, principalmente, ao desconhecimento da língua japonesa quando esses assinavam documentos que os obrigavam a pagar taxas exorbitantes na execução de serviços prestados pela empreiteiras.

Percebe-se também que o *trabalho ilegal* conduz a contratos de trabalho não muito claros. Os treinamentos ou capacitação técnica dos *dekasseguis*, em geral, são considerados pelas empresas como um desperdício, já que se trata de investimento em pessoas sem contrato.

É mais comum também conceder os trabalhos mais tranqüilos aos funcionários da empresa, restando aos *dekasseguis* os trabalhos considerados mais simples, que qualquer um pode fazer, e duros, sujos e perigosos. Os brasileiros incluem ainda outras duas características: exigente e detestável. Desta forma são 5 os casos que definem o trabalho dos nikkeis do Brasil no Japão: Kitsui (duro, pesado); Kitanai (sujo); Kiken (perigoso); Kibishü (exigente); Kirai (detestável). (Ferreira, 2001 e 2007). Acrescente-se ainda o fato de que é bastante difícil a passagem do trabalho ilegal para o legal no Japão. (Rossini, 1994 e 2007, Yoshioka, 1994).

> "Não existe o visto de permanência por prazo prolongado para trabalhar, a não ser que a pessoa solicite naturalização, processo difícil, e raramente a permanência é concedida pelo Ministério da Justiça" (Yoshioka, 1994, p. 98).

Para trabalhar no Japão, é necessário, após o desembarque, preparar a documentação para o trabalhador.

O governo japonês através da

> "Fundação Centro de Estabilização do Trabalho na Indústria, cria em agosto de 1991 o Centro de Assistência de Empregos para Nikkeis - o Tokio Nikkeis. Este Centro localiza-se estrategicamente, próximo à estação de Ueno, em Tóquio, ponto de chegada do trem procedente de Narita. É um estabelecimento da Agência Pública de Apresentação de Emprego [...] O Tokio Nikkeis atende exclusivamente nikkeis e, portanto, fica à disposição com plantonistas que falam português, espanhol ou japonês" (Yoshioka, 1994, p. 103).

Com o aumento da procura de trabalho por parte dos migrantes os Centros de Assistência de Emprego para Nikkeis foram multiplicados com agências além de Tokio, em Nagóia e Osaka além de mais 10 escritórios distribuidos nas províncias de maior presença de trabalhadores provenientes da América Latina.

As pessoas que procuram trabalho, ao se dirigirem para lá, preenchem formulários com seus dados pessoais e pretensões de engajamento. Consultam pastas contendo propostas, fazem opção e aguardam a entrevista. São entrevistadas no próprio centro ou recebem orientação do representante da empresa selecionada para se submeterem à seleção.

De meados dos anos 80 até o início do século XXI, segundo informações dos veículos de comunicação da Comunidade Nikkey do Brasil, mais de 315.000 pessoas (homens e mulheres) partiram à procura de trabalho temporário (*dekasseguis*). (Shindo, 1999, Harada, 2008).

Embora sejam de ascendência japonesa, não são muito aceitos pela sociedade local por não terem os mesmo hábitos e por não falarem a língua (*Revista Tudo Bem*. Revista Patrícios Going). São conhecidos como os "brasileiros". (Folha de São Paulo, 2003).

São considerados estrangeiros no Brasil por serem de ascendência nipônica e são também entendidos como estrangeiros no Japão por não terem nascido lá. No fundo são autênticos desenraizados.

Alguns *dekasseguis* que retornavam ao Brasil definitivamente, ou estavam visitando a família, minimizavam as dificuldades enfrentadas pelo fato de estarem com os *bolsos cheios*. O dinheiro poupado durante o período de estada no Japão era suficiente para adquirirem imóveis, comprar carros, iniciarem alguma nova forma de sobrevivência com o montante acumulado em pouco tempo. Não se esqueciam, na sua fala truncada, de chamar a atenção para o fato de que a adaptação é um processo difícil não só pela dificuldade de comunicação, como pelos hábitos dos japoneses do Japão. Destacavam ainda que a vida no exterior é muito agitada, sem descanso, pois tudo é cronometrado (Asari, 1992).

Continua sendo grande a migração apesar da revoada ter perdido a enorme intensidade com a qual se apresentava. (Sasaki, 2000, Ferreira, 2001). Há um significativo contingente que apesar de retornar ao Brasil a cada 2 a 3 anos, entretanto, já vive no Japão desde as década de 80, 90 ou neste início o século XXI.

Os direitos e os deveres dos migrantes: TRABALHO E SOBREVIVÊNCIA

Os descontos no salário, que variam bastante de uma empresa para outra, incluem aqueles atinentes aos seguros de saúde e previdenciário, refeição, alojamento, imposto de renda.

O seguro de saúde que inclui tratamento dentário e o de acidente de trabalho são obrigatórios aos empregados contratados legalmente.

As despesas da viagem de ida são, com freqüência, financiadas pela empresa e posteriormente descontadas em parcelas em um período de três a seis meses após a chegada do trabalhador. Para as pessoas que assumiram compromisso por dois anos (um ano + um ano) de trabalho, as empresas freqüentemente, devolvem a passagem de ida. Para aquele funcionário que cumpriu o prazo combinado, teve boa freqüência, a empresa pode pagar a despesa de volta como prêmio pelo serviço prestado.

Além do salário mensal, algumas empresas pagam bônus especiais. Ajuda de custo, ajuda de feriado prolongado, prêmio de aposentadoria, prêmio de serviço prestado.

Todas as empresas no Japão param durante quinze dias em agosto, cinco dias nas festas de fim de ano e ano novo e alguns dias durante o verão.

Pela lei trabalhista do Japão o prêmio de aposentadoria corresponde à indenização por doze meses de trabalho. O chamado prêmio de serviço prestado acrescido do prêmio de aposentadoria correspondem, na realidade, ao valor que o funcionário recebe ao ter a passagem de volta paga pela empresa.

Os trabalhadores que não são contratados diretamente pelas empresas, mas por intermediários - *broker* -, ao receberem o salário mensal, além dos descontos habituais onde se incluem para os alojados também aquele referente a despesas de luz, ainda pagam um percentual à empresa que se encarrega do seu contrato.

Em geral são descontados de 15% a 30% do seu salário, como o fazem os empreiteiros no Brasil, e também não têm os direitos que deveriam ter por lei porque este desconto vai, com freqüência, para o *bolso* das firmas agenciadoras de trabalhadores, pois a pessoa na realidade é um *autônomo* ou um *alugado*.

Tabela 1

Demonstração de Prêmios de Vários Seguros no Japão (em %)

Tabela 1 - Demonstração de Prêmios de Vários Seguros no Japão (em %)		
Prêmio	Empregador	Empregado
1. Kenko hoken (seguro saúde)	4,10	4,10
2.Koosei nenkin hoken (aposentadoria)	7,23	7,25(homem)
3.Koyoo hoken (seguro desemprego)	0,55	0,55
4. Jidoo-teate (auxílio família)	0,12	-
Subtotal (1+2+3+4)	12,12	11,90
5.Tokubetso-hokenryoo (prêmio especial)	0,50	0,30
6. Roosai-hoken (seguro acidente de trabalho)	3,20	-

Além desse percentual o trabalhador sofrerá o desconto de aproximadamente 4,75% referente ao imposto de renda na fonte

Fonte: Boletim do J.P. Center, nº 33, 13/nov/1992, apud Yoshioka, 1994, p. 109

Sendo autônomo deve efetuar o pagamento do seguro saúde junto à prefeitura municipal. No caso de ter algum problema de saúde receberá assistência médica mas terá que assumir 30% das despesas com o tratamento e não tem direito ao recebimento dos dias parados.

Sendo assalariado pagará 10% pela assistência médica e tratamento de saúde. Pelos dias parados, a partir do quinto dia receberá 60% da diária normal de contribuição. Quando atingir a idade de sessenta anos poderá receber aposentadoria proporcional e, se tiver contribuído por mais de sete meses, passará a ter direito ao abono desemprego (Yoshioka, 1994).

É comum a sonegação da contribuição previdenciária por parte do *empregador*. O argumento mais comum diz respeito ao fato de que dificilmente o trabalhador poderá usufruir da aposentadoria e será um desperdício pagar por um *benefício desnecessário*. Quando ocorre um acidente ou doença o trabalhador fica a descoberto. A saída é *arrumar as malas* e partir rumo ao Brasil. São inúmeros os casos desse tipo.

Devido ao trabalho exaustivo, fatigante e mesmo rotineiro são muito freqüentes os desequilíbrios emocionais e não são raros os suicídios.

O governo japonês há algum tempo está ressarcindo os trabalhadores estrangeiros do pagamento efetuado para a Previdência. Para muitos é o resultado de enorme luta. Na realidade, ele quer evitar, no futuro, ter que assumir a aposentadoria proporcional a que os trabalhadores teriam direito, como o fazem alguns países, a exemplo da França. Por outro lado, com a tendência crescente de permanência no Japão, como será o futuro, sem direitos trabalhistas e previdenciários dessas pessoas migrantes?

No decurso do tempo algumas alterações na legislação japonesa vem sendo realizadas com o intuito de diminuir abusos e possibilitar maior segurança aos migrantes. Em maio de 2005 ficou acordado entre os governos do Brasil e do Japão que ambos fariam estudos para solucionar a questão previdenciária (Harada, 2008).

Foram assinados importantes documentos de cooperação bilateral com o Primeiro Ministro entre os quais o Programa Conjunto Relativo às Comunidades Brasileiras no Japão. Destacamos: "os dois governos continuarão a tratar da questão da educação das crianças brasileiras residentes no Japão; encorajar as autoridades locais no Japão a promover ainda mais o ensino da língua japonesa a imigrantes brasileiros com o propósito de melhorar o seu desempenho escolar e reforçar sua adaptação à sociedade japonesa, bem como promover a oferta de facilidades relacionadas ao lazer, aos esportes, ao desenvolvimento social e à educação de jovens e de suas famílias; concentrar esforços no fortalecimento da comunidade brasileira à sociedade japonesa nos campos da educação e da seguridade social; o lado brasileiro considerou importante melhorar a situação da comunidade japonesa no Brasil e da comunidade brasileira no Japão em outras áreas, inclusive a da saúde; os dois mandatários reconheceram a importância da execução das cartas rogatórias perante a justiça de ambos os

países, especialmente no contexto das relações familiares; reconheceram que a emissão de programas de TV em português poderá ser útil na promoção de intercâmbio entre pessoas no plano comunitário local" (Harada, 2008, p. 303-304).

Apesar da assinatura do Programa Conjunto foram poucas as realizações concretizadas. O Jornal Nippo-Brasil de 13 a 19 de fevereiro de 2008 relata que o acordo previdenciário Brasil/Japão deve ser assinado até o final do ano.

Com a tendência de permanência dos nikkeis do Brasil no Japão é importante pensar no futuro considerando que é necessário contribuir durante, pelo menos, 25 anos para receber os benefícios e ter direito, aos 65 anos, de ser considerado "*inativo*".

O Novo Enraizamento

Os *dekasseguis* do Brasil têm sido contratados e/ou agenciados para as mais variadas atividades, não importando seu grau de instrução.

Os trabalhos mais comuns são aqueles ligados ao setor manufatureiro, à construção civil, a firmas de limpeza, à hotelaria, a indústrias de peças de carro, alimentícias, de peças elétricas e eletrônicas, serviços de escritório, etc. Outras vezes são guardas de segurança ou acompanhantes de idosos. É atividade quase que exclusivamente feminina o trabalho de carregadoras em campo de golfe (Caddy). Há enorme contingente de pessoas sem ocupação contituidas por jovens ou idosos ou companheiras dos trabalhadores e ainda desempregados, desocupados, etc. A maior concentração da mão-de-obra ocorre na produção manufatureira seguida de longe por pessoas trabalhadoras em escritório. O número de professores ainda é pouco representativo.

O governo japonês tem combatido os agenciadores de pessoas para trabalho, levando à prisão os dirigentes de empresas e/ou os aliciadores. Esse recrutamento ilegal conduz, por exemplo, mulheres a se submeterem a atividades que podem ser claramente consideradas como prostituição.

Os dekasseguis recebem por mês líquido de 1.200 a 2.000 ou mais dólares. Anexando as horas extras os valores são bem mais elevados. Chegam a poupar de 500 a 1.000 ou mais dólares por mês. Isso é possível a custo de um máximo de economia acompanhado de grande sacrifício e absoluta austeridade. Uma verdadeira *vida franciscana*. A economia é obtida através de árduas horas extras de trabalho (até quatro diárias, bem superior ao número permitido por lei). Acrescente-se ainda que os 5K são as que melhor remuneram pelo tipo de trabalho e por estarem, freqüentemente, à margem da legislação. Os casos de discriminação em geral são freqüentes, como o de mulheres receberem 20% a 25% menos que os homens. Quanto menos conhece a língua japonesa a pessoa recebe trabalho mais difícil, sujo e penoso.

Mesmo hoje, não são raros os falsos casamentos (contratos) por parte daqueles que pretendem trabalhar no Japão e não têm nenhuma ascendência japonesa. Após a regulamentação da lei, são aceitos para trabalho aquelas pessoas que não têm ascendência japonesa mas são casados/as com descendentes há cinco anos.

Merece destaque o fato de que os migrantes temporários, por não conhecerem bem a legislação trabalhista japonesa e por terem como único objetivo o de trabalhar, estão começando a criar problemas para os naturais da terra. Aceitam qualquer tipo de atividade sem questionar muito o valor da remuneração. Em muitos casos, a preferência para engajamento, por estes dois motivos, acaba sendo dada aos *dekasseguis* em detrimento dos naturais da terra. Destaque-se entretanto que hoje os dekasseguis são os maiores concorrentes entre si no mercado de trabalho. (Yamochi, 1991, Rossini, 2007).

"O Brasil no Japão". O Estabelecimento das Redes e as Estratégias de (Sobre)vivência

As saudades são muito grandes. Como os migrantes estão contornando esta situação! Através de relatos e de viagem exploratória de pesquisa as constatações são evidentes.

Nas províncias do Japão são muitas as cidades que apresentam número significativo de migrantes do Brasil. Nas cidades de Toyota Hamamatsu, Kobe, Oyzumi, Ota e Tenri, por exemplo, existem escolas, mantidas pela prefeitura, nas quais as professoras são brasileiras e nelas são recebidos os filhos dos *dekasseguis*. Nestas cidades há, principalmente para os migrantes, programas de rádio com músicas brasileiras e falados em português (Yoshioka, 2002). Há empresas educacionais como a Pitágoras que tem escolas no Japão com a finalidade de ensinar português para os filhos dos brasileiros: são 5.000 estudantes. Pagam, em média, 500 dólares mensais. Há propostas de implantação de Ensino à Distância - Telecurso 2000 para crianças já alfabetizadas (Yoshioka, 2002).

As empresas que trabalham no setor da educação "oferecem" materiais didáticos em português. Já há associações de escolas brasileiras no Japão. (Guia Educacional 2005).

As professoras também tem encontrado seu mercado de trabalho ensinando português às crianças cujos pais pretendem voltar ao Brasil, ou que desejam que seus filhos aprendam a língua portuguesa para "não perder as raízes". O retorno definitivo nem sempre acontecerá, pois a vontade é grande mas as possibilidades que o Brasil oferece nem sempre possibilitarão a concretização deste sonho. A violência dos estudantes japoneses nas escolas, contra os dekasseguis, em geral, é muito grande. O ensino da língua japonesa também é muito freqüente possibilitando maior facilidade de comunicação e de vivência cotidiana. Tais cursos são ministrados por associações civis como a Nagoya Internacional Center, centros comunitários de bairros, prefeituras, escolas particulares, etc (Kawamura, 1999); (Guia Educacional 2005).

Apesar de número considerável de estudantes e de escolas, um dos grandes problemas para os jovens e crianças reside na educação formal. A pessoa (criança e adolescente) quando matriculada em uma escola não assiste aula em uma classe de acordo com o seu conhecimento da língua japonesa, mas de acordo com a idade. Isso tem provocado grande desestímulo e a fuga da escola. Alia-se a isto o fato de os familiares nem sempre conhecerem a língua escrita para apoiar e

acompanhar o aprendizado. Outro elemento que dificulta o aprendizado da língua é o explicado pela ausência familiar durante todo o dia e a noite estarem exaustos, não conseguindo desta forma auxiliar/acompanhar o/a filho/a. Acrescente-se ainda a violência física, além da emocional, a que são, freqüentemente, submetidos os migrantes. Assim sendo, há número considerável de crianças/adolescentes que não estuda e ainda não trabalha. Por estes motivos tem crescido o número de voluntários nas escolas, que conhecem a língua portuguesa e estão auxiliando jovens. (Simpósio Criando Valor Pela Educação - São Paulo, 2005).

A evasão da escola poderá comprometer o futuro profissional desses jovens e até conduzi-los à prática de violência e crimes à formação de gangues, etc. (Kawamura, 1999). Todas estas dificuldades poderão ser minimizadas no dia em que o dekassegui sentir necessidade/consciência de mudar: a necessidade cria o conhecimento; só se conhece o que se tem interesse de conhecer; entende-se apenas o que se precisa entender (Santos, 1996, Sayad, 1998, Rossini, 2005 e 2007).

Em todas as cidades onde há grande contingente *nikkey* do Brasil a saudade da comida e do tempero brasileiro é suprida através do abastecimento fornecido por "caminhões de alimentação" que passam em dia pré-determinado vendendo arroz, feijão, charque, goiabada, bananada, etc. Em Oyzume, há, por exemplo, loja de produtos brasileiros no interior do Brazilian Plaza, com legumes e verduras (rúcula, chuchu, abobrinha, aipim, etc) grafados em português, para matar as saudades da terrinha.

Pode-se freqüentar a preços bastante elevados, churrascaria com churrasco "gaúcho" ou mesmo um rodízio de carne como se estivesse em São Paulo ou Porto Alegre.

Através dos meios modernos de comunicação pode-se assistir as novelas através de vídeo ou de televisão a cabo. Bancas de Jornal e revista estão presentes também nas cidades de maior afluência.

O principal meio de comunicação internacional entre os migrantes é de longe o telefone em mais de 80%. A EMBRATEL, em determinadas horas do dia e da noite e nos fins de semana e feriados oferece facilidades altamente motivadoras. Seguem-se para as comunicações as cartas, em torno de 10%. A internet é ainda pouco utilizada (2%). A comunicação via "correio sem selo", através dos amigos que viajam também é bastante utilizada. Alguns não se comunicam.

A TV Globo detém o controle do mercado brasileiro de TV por assinatura no Japão. Assiste-se concomitantemente às novelas ou aluga-se um vídeo das mesmas.

Há vários jornais voltados para os brasileiros no Japão: International Press, Jornal Tudo Bem, Nova Visão, Folha Mundial. As revistas são também um veículo de comunicação muito utilizado para leitura e informação: Os Dekasseguis, Missô com Farinha, Brasil Shimbund, Made in Japão, Arigatô, Braz New.

O ponto alto das festas ocorre na época de carnaval. Há escolas de samba com foliões fantasiados que explodem a sua alegria dançando e cantando.

As empresas de entretenimento de "*brasileiros/as*" oferecem seus serviços: discoteca, karaokê, bar, dançarinos/as, modelos, cantores/as, desfile de modas, vestuários para festas e adornos.

As redes de relações de amizade e parentesco se intensificam. Agora você tem uma referência no Japão como têm os nordestinos que migram para São Paulo ou mineiros de Governador Valadares que migram para os Estados Unidos.

Assim é que o caráter temporário tende a se tornar definitivo. O número de casamentos e de nascimentos cresce a cada ano (4.000 nascimentos, Sasaki, 1999). A família é reconstituída, ou pela ida da esposa ou marido e pelos filhos ou por uma nova união e muitas vezes há o "prejuízo" daquelas pessoas que ficaram no Brasil e que viram as remessas mensais sendo diminuídas paulatinamente, a correspondência sendo cada vez mais esparsa até a devolução por "mudança de endereço" e o desaparecimento do companheiro/companheira.

Os novos arranjos familiares tendem a se intensificar e os casamentos, no Japão, com dekasseguis ou japoneses/as, aumentam, apesar de mais de 50% dos migrantes - homens e mulheres - já serem casados ao partirem.

Alguns costumes brasileiros provocam impactos sobre a população local, como por exemplo: namoro em público, voz elevada para chamar ou falar com outra pessoa, etc. (Kawamura, 1999).

Percebe-se, claramente, por estes motivos, a formação de estereótipo/discriminação em relação a população migrante do Brasil. Freqüentemente hábitos/costumes dos dekasseguis 'se chocam com valores japoneses provocando, por exemplo, implantação de medidas de prevenção de problemas entre brasileiros e a população local como as

> "Regras para dekasseguis em condomínio de Toyota City.
>
> não estacione sem permissão;
>
> vamos parar de dirigir motos em alta velocidade;
>
> não use a praça tarde da noite e antes que o sol nasça;
>
> vamos parar de jogar latas e garrafas nas ruas e em volta dos prédios;
>
> não escreva nas paredes ou em objetos;
>
> em festas e reuniões em apartamentos, evite fazer barulho;
>
> vamos para de fazer churrasco na varanda;
>
> classifique o lixo de acordo com os modelos determinados;
>
> jogar cigarros das janelas de apartamentos é comum; por favor, não o faça"

(Jornal Folha de São Paulo, 2003)

O trabalho exaustivo, as saudades, as violências sofridas são pouco relatados. Fica entretanto a imagem do sucesso transmitido por aquele que partiu àqueles que estão no Brasil.

Alguns migrantes já se estabeleceram "*garantindo*" a sua sobrevivência como pequenos empresários, comerciantes, pequenos industriais, etc.

Há serviços prestados pelos dekasseguis já estabelecidos no Japão que facilitam a vida dos que estão no país ou que pretendem migrar como: prestadores de serviços profissionais, culturais e artísticos, técnicos de informática, advogados, jornalistas e até representantes religiosos.

As oportunidades criadas pelos primeiros que chegaram no Japão possibilita também a criação de serviços de recrutamento, informação e assistência para a regularização da documentação.

Através do Serviço Brasileiro de Apoio às Empresas (Sebrae), o Brasil está tentando através da publicidade, no Brasil e no Japão, orientar os retornados ou aqueles que pretendem voltar a se estabelecer, implantando pequenos negócios. Dessa forma tenta-se garantir a permanência no Brasil e aplicação do dinheiro, duramente poupado, através do trabalho realizado no Japão pelos *dekasseguis* do Brasil.

O mercado imobiliário de algumas cidades do Brasil com grande número de migrantes (Assai, Urai, Suzano, Mogi das Cruzes, Londrina, Maringá, etc.) dinamizou-se, e mesmo está sofrendo processo inflacionário, pois, no retorno, quase todos procuram imóveis para comprar.

Acrescente-se ainda que as remessas de dinheiro feitas por aqueles que partiram para o Japão têm colaborado para garantir a sobrevivência, em condições dignas, daqueles que aqui permanecem. Os homens percentualmente fazem maior remessas que as mulheres e os parentes aqui no Brasil administram o dinheiro remetido.

Apesar do sonho de retornar e viver no Brasil, a migração daqueles que partiram e retornaram, repetidas vezes, tende a ser definitiva. O novo enraizamento é efetivamente uma realidade para um grande número de nikkeis do Brasil, que vivem e trabalham no Japão.

Da Intenção De Voltar à "Necessidade de Ficar"

A pesquisa realizada por Ricardo Hirata Ferreira em 2005, que incluía alguns itens específicos para este trabalho são reveladores da tendência à permanência no Japão apesar do imaginário da maioria de, um dia, voltar ao Brasil em definitivo.

Foram entrevistadas, no Japão, 15 pessoas cujas idades variaram de 15 a 60 anos. O tempo de estada no Japão, destas pessoas, variou de 3 meses a 11 anos. Do total de pesquisados 6 eram solteiros, 6 pessoas eram casadas e 3 eram separadas, sendo 8 homens e 7 mulheres. Quanto à escolarização deve-se ressaltar que é bem alta, pois 5 tinham concluído no Brasil o Ensino Superior, 6 concluíram o Ensino Médio ou cursavam o Ensino Superior, 2 pessoas não concluíram o Ensino Médio e apenas 2 pessoas tinham apenas o Ensino Fundamental. Do total, 12 eram nissei ou sansei, sendo 3 sanseis mestiços e apenas 3 pessoas eram cônjuges, isto é, não tinham ascendência japonesa.

Embora a maioria tivesse revelado o desejo de voltar a viver no Brasil

> ("Eu prefiro viver no Brasil. Eu gosto de viver aqui, mas porque sei que não é para sempre... O Japão é para os japoneses. Nosso lugar é no Brasil"),

entretanto fica evidente que este acalanto pode não se realizar.Em uma das entrevistas a pessoa revela:

> "Eu prefiro viver aqui, apesar de todo o lado ruim do Japão. Aqui a gente tem segurança, e segurança é uma coisa que dinheiro nenhum compra... Aqui você pode sair na rua à hora que você quiser... pode ter o carro que você quiser, ninguém fica tentando te assaltar".

A questão do engajamento na força de trabalho é outro fator que tem determinado a permanência no Japão: "Eu não tenho intenção de voltar para o Brasil, pelo menos por enquanto, mesmo porque eu tenho um pouco de receio de como está o mercado de trabalho lá".

A demonstração de permanência/adaptação/identidade é revelada também no texto de Castro (2005), e em algumas entrevistas:

> "Eu já estou aqui há muito tempo, acho que iria estranhar muito, acho que não sei se eu me readaptaria. Eu já me acostumei aqui, porque eu passei a maior parte da minha vida aqui no Japão".

A idéia de ser e não ser, de estar em dois lugares ao mesmo tempo e não estar em nenhum é ratificada em algumas falas:

> "Eu não quero voltar para o Brasil em definitivo, eu não quero ficar em definitivo aqui também...Eu não quero voltar para o Brasil, eu gosto muito do Brasil, mas voltar para lá, para morar, eu não quero, eu volto para passear, mas para morar não...".

Assim é que da intenção de voltar à "*necessidade*" de ficar há uma distância:

> "Eu vim aqui para ficar seis meses e já estou há quase 8 anos, então eu já cheguei à conclusão que você planejar o futuro, 'nem sempre é possível', então não faço planos. Tenho plano de voltar ao Brasil, mas eu não tenho a menor pressa... aqui está bom".

Para efetiva consolidação da permanência dos nikkeis do Brasil no Japão torna-se necessário que o acordo de previdência seja efetivado para a garantia da sobrevivência das pessoas quando chegarem à idade da aposentadoria (65 anos).

O Japão já garantiu acordos de previdência com países onde os japoneses vão trabalhar: Estado Unidos, Reino Unido, França, Alemanha e Coréia. Assim sendo esperamos que ele "*ampare*" as pessoas trabalhadoras no seu país e que são oriundas do Brasil, do Peru, etc.

Os acordos jurídicos precisam ser implementados para garantir a segurança dos nikkeis do Brasil no Japão.

A questão da educação dos migrantes precisa ser levada a sério pelo governo japonês. Ao mesmo tempo o Brasil tem que se preocupar com o elevado número de jovens que não freqüentam nem as escolas japonesas nem as escolas que ensinam português. São mais de 30% das crianças, filhos de nikkeis do Brasil que estão fora das escolas e que provavelmente não terão como sobreviverem, no futuro, no Japão.

Há número elevado de crianças que ficaram com parentes no Brasil, em particular, com as avós. Torna-se necessário a reorganização da família para a efetiva estabilidade emocional das crianças. Muitos pais vieram buscar seus filhos ou os receberam no Japão depois de meses e anos de separação.

BIBLIOGRAFIA

Asari, Alice Yatyo. (1992). *...E Eu só Queria Voltar ao Japão*: *Colonos Japoneses em Assai*. Tese de doutorado em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Castro, Mary Garcia. (2005). Estranhamento e Identidade. Direitos Humanos, Cidadania e Sujeito Migrante. Representações em Textos Diversos, In: *Revista Brasileira de Estudo Populacionais*/ *Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Vol. 22, nº 1, jan/jun de 2005. São Paulo, pp. 5-28.

Ferreira, Ricardo Hirata. (2001). *O confronto dos lugares no migrante dekasseguis*. UNESP-Rio Claro. Instituto de Geociências e Ciências Exatas (Dissertação de Mestrado).

_____. (2007). *Migrações internacionais: Brasil ou Japão*. O movimento de inserção do dekassegui no espaço geográfico pelo consumo. USP, Departamento de Geografia (Tese de Doutorado).

Fundação Centro de Estabilização de Emprego nas Indústrias/ Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior - CIATE. (2004). *Trajetória do Empreendimento de Melhoria do Ambiente de Trabalho para os Nikkeis*. São Paulo: Editora Gráfica Topan-Press Ltda..

Harada, Kiyoshi (coord.). (2008). *O Nikkei no Brasil*. São Paulo: Ed. Atlas S.A.

Heidemann, H.D.; Silva, S.A. da (orgs.). (2007). Simpósio Internacional – Coletânea de Textos – Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.

ISEC - Instituto de Solidariedade Educacional e Cultural/ Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa - BUNKYO. (2005). *Guia Educacional*. *Um Guia dos Sistemas Educacionais Japonês e Brasileiro* - ISEC - BUNKYO. Equipe Maya - ANIMANGA, São Paulo.

Jornal FOLHA DE SÃO PAULO. (2003). *Dekassegui vive crise de identidade no Japão*. Caderno Mundo, p. 22. 10.08.2003.

Kawamura, Lili K. (1997). *Trabalhadores brasileiros no Japão: estratégias de formação cultural.* Campinas. Teses de Livre-Docência. UNICAMP.

. (1999). *Para onde vão os brasileiros? Imigrantes brasileiros no Japão*. Campinas: Ed. da UNICAMP.

Ninomiya, Masato (org.). (1992). *Dekassegui*. São Paulo: Sociedade de Cultura Japonesa.

. (1999). Uma visão sobre o direito do trabalho no Japão. *Revista da Faculdade de Direito*, vol. 24, (pp. 163-179).

Patarra, N. (2006). "Migrações Internacionais". In: *Revista Estudos Avançados*, vol. 20, n. 57 – Dossiê Migrações. São Paulo – IEA, maio/agosto de 2006, (pp. 7-24).

Rattner, Henrique (org.). (2000). *Brasil no Limiar* do Séc. XXI. São Paulo: EdUSP - Editora da Universidade de São Paulo.

Revista Made in Japan, nº 79, 2004.

Revista Patrícios Going, 2006.

Revista Tudo Bem. São Paulo, Patrimônio & Editora Informática.

Rossini, Rosa Ester. (1994). "O retorno às origens ou luta pela cidadania, in *Revista* USP. Dossiê Brasil-Japão, nº 27. USP, São Paulo, (pp. 24-31)

(2007). *Migração dos dekasseguis do Brasil na terra do sol nascente*: Tendências atuais. In: Becerril, J.G. Gonzales (coord.), Migración Internacional: efectos de la globalización y las políticas migratorias. Gobierno del Estado de Mexico. México: COESPO. (pp. 13-24).

. (2006). "A Memória Congelada do Imigrante: a solidariedade intergeracional dos japoneses e dos nikkeis no Brasil e no Japão atual". In: São Paulo em Perspectiva. *Migrações Internacionais*. Revista da Fundação SEADE, vol. 19, n. 3 julho-set, 2005. São Paulo, (pp. 34-43). (publicado em julho de 2006).

Santos, M. (1996). A Natureza do Espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec.

Sasaki, E.M. (1999). *Movimento Dekassegui*. *A experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão*, in SALES, T. e outros (organizadores) Cenas do Brasil Migrante. São Paulo: Editorial Boitempo. (pp. 243-273).

(2000). "Dekasseguis. Trabalhadores migrantes Nipo-Brasileiros no Japão". in: *Textos* NEPO, n. 39. Campinas: NEPO, UNICAMP.

. (2002). Dekasseguis: um jogo identitário. In CARIGNATO, T.T (org.) *Psicanálise, Cultura e Migração*. Núcleo de Pesquisa *Psicanálise* e Sociedade - PUC, São Paulo.
Sayad, A. (1998). A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EdUSP.
Shindo, T. (1999). *Brasil e Japão. Os 100 anos de Tratado de Amizade,* Associação Cultural Recreativa Akita Kengin do Brasil, São Paulo.
Yamochi, Ioshikazu. (1991). *Imigração Japonesa Ontem e Hoje*: *o Exemplo dos Japoneses da Comunidade Nikkei de Urai,* PR/Brasil. Dissertação de mestrado em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humana, Universidade de São Paulo.
Yoshioka, Reimei. (1994). *Por que Migramos "do" e "para" o Japão*: *os Exemplos das Alianças e dos Atuais Dekasseguis.* Tese de doutorado em Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
_____. (2002). Questões Relacionadas à Educação de Filhos de Dekasseguis. (Trabalho mimeografado 28.01.2002).

Bandeirantes do Oriente ou Perigo Amarelo: os imigrantes japoneses e a DOPS

Elena Camargo Shizuno
Universidade Federal do Paraná
elena.shizuno@terra.com.br

Resumo*:* O Brasil recebeu milhares de japoneses a partir de 1908, ano em que chegaram as primeiras levas de imigrantes. A sua vinda propiciou debates sobre a viabilidade destes imigrantes como trabalhadores, sobre a possibilidade de *assimilação*, seus conflitos com os projetos de colonização e com o modelo brasileiro de nação e nacionalidade, sua mobilidade social, etc. Muitos destes debates procuravam estabelecer a possibilidade de assimilação do grupo, mediante os índices de casamentos intergrupais/interétnicos, a mobilidade social ou a escolarização, por exemplo. Neste momento houve controvérsias em torno da construção da figura do imigrante; ora visto como colonizador - bandeirante do oriente – ora como problema para a constituição da nacionalidade brasileira – o perigo amarelo. Neste contexto ocorreu a Segunda Guerra Mundial e internamente no pós-guerra o conflito na colônia nipônica em torno de duas tendências: aqueles que aceitavam a derrota do Japão ao final da guerra, (makegumi, os derrotistas) e os que não aceitaram o resultado da guerra, e auto-identificados como esclarecidos (kachegumi, os vitoristas). Este estudo é uma análise das representações sobre os imigrantes japoneses construídas a partir da documentação do fundo Delegacia de Ordem Política e Social, dos anos de 1940. O objetivo é entender como foi possível para polícia política agir repressivamente e pensar sobre os imigrantes japoneses. Este momento histórico foi demarcador de mudanças mundiais e nacionais, bem como também no interior da comunidade japonesa do Brasil, no que se refere à sua condição de imigrante.

1- Introdução

É minha intenção, neste trabalho, analisar as representações sobre os imigrantes japoneses construídas a partir da documentação policial da DOPS, (Delegacia de Ordem Política e Social) do estado do Paraná, no pós-Segunda Guerra Mundial, um momento histórico interessante por ter sido demarcador de mudanças mundiais e nacionais, bem como também no interior da comunidade japonesa do Brasil, no que se refere à sua condição de imigrante.

A partir de 1908, ano em que chegaram as primeiras levas de imigrantes, o Brasil passou a receber milhares de japoneses em seu território. Esta política imigratória era submetida a decisões de governantes de ambos os países, do Japão e do Brasil, e foram diversos os interesses que fizeram do país sul-americano o receptor do maior número de imigrantes de nacionalidade japonesa.

A vinda dos japoneses para o Brasil propiciou debates e análises sobre a viabilidade destes imigrantes como trabalhadores, sua possibilidade de *assimilação*, seus conflitos com os projetos de colonização e com o modelo brasileiro de nação e nacionalidade, sua mobilidade social, entre outros. Muitos destes debates procuravam estabelecer a possibilidade de assimilação do grupo, mediante os índices de casamentos intergrupais/interétnicos, a mobilidade social ou a escolarização, por exemplo.1

A propósito do conceito de assimilação, destacamos que, desde o início do século XIX até o Estado Novo – momento de ápice deste debate –, este foi um tema central nos discursos sobre a imigração e a colonização. O ponto fundamental "era antes de natureza biológica do que sociológica",2 ou seja, o grau de assimilação estaria relacionado à miscigenação e aos seus resultados, que poderiam ser perniciosos, caso a raça fosse *indesejável* – vale dizer, disgênica –, ou positivos, por intermédio do ideário do branqueamento,3 que possibilitaria uma espécie de *reabilitação* na mistura racial.4

Segundo Guimarães, na busca das identidades nacional e regional brasileira, existiram duas instâncias básicas: a noção nativa de *cor* e o modo assimilacionista de identificação dos *nacionais* e dos *outros*, a saber: *"Se somos assimilacionistas ao nos identificar, temos forçosamente de discriminar o Outro racial pelas diferenças (marcas físicas e*

1 Cf. Saito, Hiroshi e Kumasaka Maeyama (1973), Assimilação e integração dos japoneses no Brasil. São Paulo: Vozes.
2 Seyferth, 1991:165.
3 No final do século XIX, surge a tese do branqueamento, porém sua sistematização se deve a Oliveira Vianna, na década de 1920, que a chamava de arianização. Objetivava-se criar uma sociedade branca por meio da miscigenação, idéia que, apesar de ser incompatível com as doutrinas do racismo científico, era "objetivo racial de facto da elite brasileira" (Cf. Skidmore, 1976).
4 Seyferth, 1991:165.

culturais) que não conseguimos assimilar".5 O Estado Novo adaptou o conceito de ***melting pot***, do cadinho ou mistura de raças, a um discurso de democracia racial, porém, não abandonou a tese do branqueamento.

> "A constituição da nacionalidade passava pela assimilação dos descendentes de imigrantes europeus, na lógica do caldeamento imaginado desde o século XIX"6, exposta na Campanha de Nacionalização, de Vargas.

Segundo Lenharo, no período enfocado, existia uma associação entre as representações da nação e do corpo do indivíduo, representado por uma visão una, indivisível e harmoniosa, vale dizer, sem conflitos. O corpo tornou-se metáfora da conquista do território, fomentando a discussão sobre o tipo racial mais adequado à construção da nação.7

Os debates sobre colonização e imigração eram permeados por tais questões. Desta forma, as políticas públicas para o recebimento de contingentes populacionais estiveram pautadas nas representações, então correntes, acerca de imigrantes *desejáveis* e *indesejáveis*.8 Segundo Carneiro, as representações construídas foram calcadas nas diferenças raciais e na inferiorização dos elementos *indesejáveis* ao país, sendo a busca da identidade nacional brasileira forjada à custa da negação da diferença:

> "De um lado, o perigo 'vermelho', de outro, o 'amarelo', e, entre eles, o perigo 'semita'. O racismo também tem cores. [...] Deste clima de exaltação à raça 'branca', em detrimento do judeu, do negro e do japonês, cresceu a euforia da tão cobiçada identidade nacional."9

Os indesejáveis foram representados como uma ameaça, o que suscitou ações estatais de exclusão e repressão. A divisão entre um tipo e outro fazia parte de uma configuração ideal que correspondia aos critérios assimilacionistas, fundados, por sua vez, na idéia de uma democracia racial baseada no imperativo do branqueamento. Entre os alicerces deste pensamento, estava a defesa do elemento nacional num contexto de competição econômica com o estrangeiro. Se o Brasil "era para os brasileiros", as imagens criadas acerca dos japoneses, entre outros imigrantes, naquela época, imprimiam uma série de estigmas que contribuíram para a adoção de um dispositivo constitucional que impôs cotas para a entrada de imigrantes nipônicos no país.10

Para Lenharo, as representações sobre os japoneses e o chamado *perigo amarelo* podem ser focadas a partir do aspecto racial e da teoria conspiratória.11 O problema racial do japonês no Brasil revelou-se um incômodo para as autoridades, na medida em que havia o perigo do *descontrole da miscigenação* de um tipo racial diverso, na sua inassimilabilidade: "O japonês é como enxofre: insolúvel, afirmou, uma entre outras vezes, Oliveira Vianna".12

O medo da degenerescência induziu os eugenistas a não desejarem que os japoneses imigrassem para o Brasil, e, para que isto não acontecesse, foram criados impedimentos. Exemplos destes impedimentos foram as sugestões de proibição de novas correntes migratórias, de confinamento, de expulsão do país e de assimilação em proporção de 25% de japoneses para 75% de brasileiros, para que ocorresse uma "assimilação eugenética e política".13 Os imigrantes japoneses representavam o que poderia ficar fora de controle e a insegurança de um projeto que visava ao controle e à modelagem do trabalho e do trabalhador.14

Estas teorias e o racismo dela derivados – que tiveram o *status* de ciência, no final do século XIX e início do XX – estiveram presentes no discurso policial para justificar e explicar as ações e a suposta forma de pensar dos japoneses definidos como terroristas pela DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), bem como dos japoneses em geral.

Entretanto, alguns autores colocaram em evidência as vantagens do japonês como trabalhador, argumentando como Rodrigues Filho, em 1949, em sua defesa face ao conflito entre *derrotistas* e *vitoristas*,15 contudo evocando a mesma linha de defesa de Roquette Pinto:

O que os pseudos nacionalistas não compreendem é a força de trabalho dos nipônicos e que toda a questão de diferença se resume numa pele amarelada (por sinal, igual à do nosso caboclo) e uns olhos oblíquos (também muito parecidos com os dos nossos "*cabeças chatas*")

> [...] Não devemos ter a infantilidade de obrigá-los a renegar ou ocultar a sua origem e a sua identidade só porque alguns interessados e interesseiros caricaturaram e escarneceram medonhamente a raça e o sangue.16
>
> Interessante a linha de argumentação deste autor, cujo discurso é formado pelo debate teórico sobre a formação do povo brasileiro e sua origem. Com um pensamento racializado, aproxima o verdadeiro brasileiro – o caboclo – do indivíduo amarelo. Portanto, Rodrigues Filho, para transformar positivamente a identidade dos japoneses, lançou mão da mesma

---

5 Guimarães, 1999:10-11.

6 Seyferth, 1991:171.

7 Com isso, encontramos, no ideário de Getúlio Vargas, a afirmação de que a conquista da brasilidade seria ultimada através da interiorização do país: "O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para oeste". Já se encontrava manifesta a idéia de oposição ao litoral enquanto evocação da presença estrangeira e espaço simbólico de sua influência desnacionalizadora – afirmação que seria muito mais radicalizada a seguir pelos intelectuais intérpretes." (Lenharo, 1986:56).

8 Cf. Seyferth,1991 e Carneiro, 1988.

9 Carneiro: 500-501

10 Cf. Leão,1989.

11 Cf. Girardet, 1997.

12 Lenharo, 1986: 129.

13 Era o que propunha um constituinte de 1934, Xavier de Oliveira, que, em 1944, expôs seu plano na Revista de Imigração e Colonização. Cf. Lenharo, 1986.

14 Lenharo, 1986: 114.

15 No Brasil, com o término da guerra mundial, no interior da comunidade japonesa, deflagrou-se um conflito entre aqueles que não aceitaram a derrota do Japão e aqueles que a aceitaram, basicamente opondo os primeiros, os vitoristas, aos segundos, os derrotistas.

16 Rodrigues Filho, 1949 21-22.

retórica utilizada por aqueles que não compactuavam com a presença deste grupo no país. O autor explica o posicionamento dos vitoristas por meio da seguinte lógica:

Não é fanatismo, portanto, o que se observa em nossa terra. É, antes, o resultado de uma tradição, robustecida por milhares de anos, que nunca poderemos entender, colocando-nos, como dissemos, no campo da observação ocidental. Estranhamos que certos japonêses, homens incontestavelmente cultos, não tenham observado êsse fato, desprezando no *convívio com os seus patrícios as tendências e as convicções atávicas*, por êles denominadas, simplesmente, fanatismo. Colocaram-se, evidentemente, no campo ocidental, para explicar a situação dos seus patrícios. Transformaram uma questão sociológica e psicológica num caso de polícia... Eis porque a colônia ficou claramente dividida. De um lado, permaneceram os esclarecidos, de outro, os patriotas.17

Rodrigues Filho ainda discute e critica a pecha de fanatismo e a incompreensão sobre as ações e pensamento dos *vitoristas*, se vistos sob o prisma ocidental. São questões importantes, que entendemos como fundamentais para compreender o conflito e as representações suscitadas sobre o grupo.

As representações sobre o japonês oscilavam entre as que o tinham como boa mão-de-obra, trabalhadora e disciplinada, que colonizou e construiu no interior do país, sendo útil, necessário e economicamente importante para o bom estabelecimento da nação, assim como as que o viam como o imigrante perigoso, a raça que não se assimila, possível ponta-de-lança para a conquista da América do Sul pelo Império do Sol Nascente.18

2- Na Segunda Guerra Mundial: Os inimigos.

Antes de analisarmos os relatórios policiais que tratam do conflito intragrupal entre *derrotistas* e *vitoristas* no pós-guerra, cremos ser importante inserirmos alguns aspectos do momento anterior, ou seja, os fatos ocorridos durante o conflito. Na comunidade nipônica, o momento foi de intenso sofrimento, principalmente nos primeiros anos da guerra. Medidas restritivas e repressoras foram colocadas em prática para os imigrantes oriundos do Eixo.19 Contudo, algumas destas medidas foram delicadas e afetaram diretamente a estrutura de solidariedade e união entre os japoneses, como, em 1941, a suspensão da circulação de periódicos em japonês, veículo primordial para a informação dos imigrantes, visto que muito entre os nipônicos não dominavam o português. Esta medida, segundo alguns autores, foi crucial para os desentendimentos ocorridos na comunidade, no pós-guerra.20 Os jornais eram controlados desde 1937 (início do Estado Novo), mas a censura começou apenas em 1939, com a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda). Não obstante a supressão dos jornais em língua japonesa ter desencadeado numerosos conflitos, julgamos não ser somente este fato a sua única causa. A crença na divindade do imperador e na total invencibilidade do país, também parecem ser elementos importantes neste contexto. Sendo assim, um corpo de tradições, o modo de vida e a estruturação mental dos que não aceitaram a derrota, entre outras variáveis, podem trazer mais luz ao tema do que a tese da *ignorância* ante os fatos ocorridos no pós-guerra.

A evacuação de áreas consideradas de segurança nacional, o impedimento do acesso aos bens dos oriundos do Eixo,21 a imposição de taxas sobre os depósitos bancários, a intervenção estatal nas cooperativas e estabelecimentos comerciais de vulto, entre outras medidas, foram alguns dos estorvos estabelecidos pelo governo brasileiro para a comunidade nipônica.

Quando ocorreu o rompimento das relações diplomáticas com o Japão, em 29 de janeiro de 1942, não houve a declaração de guerra. Porém, os *súditos do Eixo* – assim chamados pela polícia – sofreram com as perseguições decorrentes dos conflitos, pois foram considerados inimigos de guerra e se converteram em alvo de violências psicológicas e físicas, tais como ataques às suas residências e estabelecimentos comerciais, saques, prisões, extorsões por parte da polícia, além da referência pejorativa e acusatória de *quintas-coluna*.22 As apreensões, buscas e prisões desta época nos oferecem um conjunto de informações importantes para a análise das arbitrariedades do governo Vargas em relação aos *súditos do Eixo* – principalmente os japoneses, pois eles já sofriam com outros estigmas, além do racial, e com a possibilidade de constituírem uma outra ameaça: o *perigo amarelo*.

O simples fato de falar em público na língua do país de origem era caso de polícia, passível de punições, como a prisão temporária do acusado ou a sua advertência, ações que eram legalmente amparadas. A proibição dos periódicos de língua nipônica e o fechamento das escolas japonesas tiveram conseqüências maiores no suposto processo de assimilação por intermédio, por exemplo, da obrigatoriedade da adoção definitiva do idioma português entre os imigrantes.

A eclosão da guerra colocou em perspectiva a possibilidade da conquista nipônica do Brasil. Assim, a polícia enquadrava os chamados súditos do Eixo, em especial os japoneses, pois acreditava que eles formavam bases de assalto para o ataque ao país – a chamada *Quinta-Coluna*. Este conflito permitiu ações repressivas contra aqueles que supostamente tinham por objetivo a conquista do Brasil. Assim, qualquer reunião daqueles indivíduos era considerada como uma possibilidade de conspiração. O sentimento quanto ao perigo que representavam os japoneses era ressaltado por

17 Rodrigues Filho, 1949: 73.

18 Cf. Moraes, 1942.

19 Denominação que se refere a três países: Alemanha, Itália e Japão.

20 Cf. Saito. Uma epopéia moderna, 1992. A volta dos jornais em língua japonesa ocorreu entre os anos de 1946 e 1947.

21 Esta restrição, o chamado "congelamento", só foi cancelada em novembro de 1950.

22 Cf. Seto, Morais, Cytrynowicz, Vieira e Shizuno.

características que, talvez em outros contextos, poderiam ser positivadas, como a sua *esperteza* e *inteligência,* mas que, na situação enfocada, eram qualidades que poderiam tornar suas ações *antinacionais* e *terroristas* mais eficazes.

3- No Pós-Guerra: Distensão interna.

No pós-guerra, as atividades dos grupos *vitoristas* no Brasil eclodiram. Segundo Saito, as prisões de assassinos e suspeitos de crimes contra os derrotistas atestaram que as atividades eram elaboradas por grupos ultranacionalistas, principalmente em ações ligadas ao grupo *Shindo-Remmei*, também chamado de *Liga dos Súditos Fiéis*, que se dizia possuir mais de oitenta filiais, com um total de cem mil adeptos, em meados de 1946.23

As organizações ultranacionalistas, fiéis ao imperador, acusavam de traição os que veiculavam as notícias sobre a derrota do Japão, o que justificava a punição física e moral dos detratores. Segundo documento da *Shindo-Renmei* apreendido pela polícia de São Paulo, a palavra derrotista, como utilizada pelos *vitoristas*, expressava "aquele que deseja ou desejava a derrota japonesa" e não aquele que admitia a derrota do Japão.24 É por isso que as organizações atuantes durante a guerra – como a *Akebono*, no estado do Paraná – podiam ser consideradas também como a expressão de ideais e ações de um movimento conflituoso entre os nipônicos.25

Estas agremiações congregavam idéias nacionalistas e radicais, e mantinham uma postura de defesa de tradições japonesas, como o judô, o xintoísmo, o culto ao imperador e à bandeira, com a qual buscavam a manutenção de uma identidade de grupo em que a honra e a posição devidas eram parte de um rígido código de conduta, expresso no chamado *espírito japonês*.

Neste sentido é importante lembrar que, em 1952, foi realizado um estudo entre os aproximadamente trezentos mil imigrantes japoneses e seus descendentes no Brasil. Este estudo partiu de uma auto-identificação, determinando-se a seguinte classificação: os chamados *derrotistas*, *esclarecidos* ou *makegumi* – aqueles que admitiram a derrota do Japão, em 1945; e os chamados *fanáticos*, *vitoristas* ou *kachegumi – "os que repeliam qualquer insinuação sobre a derrota, acreditando fanaticamente na invencibilidade do Japão."*26 Numericamente, os *derrotistas* perfaziam 14,5%, os *vitoristas* eram 28,6%, e o terceiro grupo encontrado, os chamados *simpatizantes*, eram 56,9%. Interessante e revelador, "o resultado do estudo parece indicar que uma parcela superior a ¼ de pessoas acreditava na vitória do Japão no fim do ano de 1952."27

4- Os Relatórios Policiais: Sobre as "ilhas étnicas".

Ao estudarmos os relatórios da DOPS, pudemos observar que não havia um método que obedecesse a critérios de organização de arquivos reconhecidos para a massa documental desta instituição.28 Mas havia, sim, uma lógica prática que dispunha destes documentos: os arquivos das DOPS são o resultado de uma forma de organização que parece se preocupar em classificar os supostos suspeitos pela *"lógica da desconfiança".29*

Esta classificação se baseava na operacionalização das investigações e, assim parece ser, a partir das investigações que produziram uma divisão entre pastas temáticas e outras de cunho geral ou individual, com base em conhecimento prévio dos supostos *inimigos do regime,* ou seja, os *comunistas*, os sindicatos, as associações, os imigrantes, entre outros. A suspeição poderia ser construída com base em uma justaposição de características negativas, como, por exemplo, no caso em que os sindicatos formados por poloneses de tendência esquerdista foram alvos de controle e vigilância maiores em função desta agregação de aspectos negativos.30

Voltando à organização do arquivo da DOPS, vemos que, nas pastas de cunho geral ou específica, estão aglutinados os documentos que se referem a ocorrências ligadas à vigilância e à repressão dos inimigos do momento e a todos que pudessem implicar em algum perigo à ordem política e social, bem como ameaçar as prerrogativas da segurança nacional.

A documentação na DOPS-Paraná contém diligências, relatórios e comunicações trocados entre as delegacias e entre os estados sobre cidadãos do Eixo. Há também informes, ofícios, mandados de busca, recortes de jornais, cartas de suspeitos e outros materiais apreendidos, como fotos e declarações dos suspeitos. Tudo foi classificado e arquivado segundo a racionalidade e a organização próprias da DOPS. Destacamos, neste artigo, a produção de relatórios da DOPS produzidos entre os anos de 1945 e 1951, momento em que ocorreram os referidos conflitos intragrupais, uma vez que o nosso objetivo é destacar as análises produzidas a partir deste dado momento.

É assim que, num relatório sobre uma diligência em Assaí,31 encaminhado ao titular da DOPS, em 4 de abril de 1946, um agente apresenta o estado de coisas na cidade. Os pontos mais importantes são os relatos da existência de um

---

23Cf. Saito, Hiroshi e Kumasaka Maeyama, 1973: 457. Segundo Morais, entre 1946 e 1947, foram assassinados vinte e três indivíduos e cento e cinquenta pessoas foram feridas.

24 Uma epopéia moderna, 1992: 369.

25 Pasta "Sociedade de jovens japoneses".

26 Izumi. In Saito, Hiroshi e Kumasaka Maeyama, 1973: 362.

27 Saito e Kumasaka, 1973: 460. Segundo Saito, em nota sobre o texto do pesquisador, o trabalho de campo desta pesquisa foi realizado de outubro de 1952 a fevereiro de 1953, nos estados de São Paulo e Paraná, com um total de 448 entrevistados. Entretanto, foram feitas 189 entrevistas nos estados do Pará e Amazonas, desprezadas pelo pesquisador por não apresentarem diferenças significativas e para "facilitar o exame e percepção dos quadros". (idem, ibidem, p. 361).

28 É importante destacar este aspecto desorganizado e aleatório de classificação do material considerado adequado para comporem as pastas da DOPS.

29 Cf. DOPS – A lógica da desconfiança, 1993.

30 Ver acervo DOPS – Paraná.

31 Cidade do estado do Paraná, localizada ao norte, fundada por imigrantes japoneses agricultores do café e do algodão, na década de 1930.

grande número de japoneses na localidade – trabalhadores do comércio e da lavoura – e a grande freqüência da conversação na língua materna, inclusive no comércio, em que seria comum a contratação de funcionários japoneses: "nos raros casos em que se encontra um brasileiro, este sofre coação moral para se afastar do emprego".32 O agente também ressalta que há brasileiros apenas nas repartições públicas. O policial autor do relatório destaca ainda que é comum a audição de música japonesa e, além disso, as crianças são educadas somente no japonês e em várias casas são vistos quadros do imperador Hiroito. Diz o agente:33

> Suponho seja este o motivo pelo qual os filhos de japoneses, moradores do nosso país, não falam o português. Pois a primeira educação define a vida de cada indivíduo e com isto o verdadeiro sentimento de brasilidade não é perfeitamente assimilado.34

A análise deste policial evidencia as preocupações gerais presentes, mesmo após a instauração do Estado Novo, sobre o papel desempenhado pela família e pelo aprendizado da língua nacional para a formação dos brasileiros. Neste relatório, havia a idéia recorrente da defesa de uma assimilação a ser efetuada num curto tempo e amplamente dirigida pelo Estado. Segundo o relatório, a escola era a formadora de um sentimento de brasilidade: ela deveria inserir o indivíduo em um pensamento comum, de pertencimento geral, conduzindo os *não-nacionais* à condição de *nacionais.*

Não iremos considerar, neste momento, as reais possibilidades de que a escola pudesse cumprir tal papel. Apenas salientaremos a constatação de que, assim como hoje, naquela época, o sistema educacional brasileiro era falho e não atendia a todos, o que não acontecia nas escolas japonesas de então. Segundo o relatório policial, as escolas nipônicas eram formadoras de uma visão de mundo e de um pensamento que tinham como objetivo principal a manutenção das tradições de seu país de origem. Além disso, o agente informou ao delegado acerca de pessoas suspeitas e do que apurou sobre elas, além de revelar sua preocupação com a possibilidade de uma ramificação da *Shindo-Renmei* na cidade "devido à grande percentagem de japoneses aqui localizados", conforme testemunho de um informante, parente de autoridade da Secretaria de Segurança de São Paulo, ainda que, até aquele momento, nada houvesse sido confirmado.

Num documento que, na mesma pasta, dá seqüência à paginação do relatório aqui observado, temos uma lista com nomes de vinte japoneses e os endereços de suas residências. Registrou-se, então, que "os assinalados com X são os indivíduos de confiança".35 Somente três deles estavam assinalados, mas não havia menção do motivo para serem considerados confiáveis. Provavelmente, seria algo relacionado a uma rede de informações não oficiais.

O citado agente mantinha contatos extra-oficiais com parentes seus em São Paulo, e eles o mantinham a par dos conflitos deflagrados pelas ações dos *vitoristas* naquele estado. Assim, evidencia-se que muitas das informações recolhidas pela polícia advinham de redes de comunicação que não existiam oficialmente. Nesse relatório, é um dado importante o grau de confiabilidade que os japoneses tinham perante a polícia, além da evidência do controle oficial sobre os indivíduos. Na avaliação do agente, não se explica a razão de os nomes relacionados serem confiáveis ou não, mas provavelmente outros informantes e mesmo as considerações do próprio agente impuseram tal juízo.

No mesmo 4 de abril, o titular da DOPS no norte do Paraná informou o secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública sobre a colonização japonesa na região:

> Como tivessemos oportunidade de verificar durante os anos de guerra, quando a atividade dessa colonia atraiu nossa atenção, pelo perigo que representava para o nosso esforço de guerra, a colonização amarela no norte do Estado, realizada sem planificação que atendesse aos nossos interesses, criou-nos ali situação que, com o vagar que o período de perigo ora reinante permite, deve ser atenta e detidamente verificada. Localizada na mais promissora zona economica do Estado, onde se agrupou em poucas cidades de pequena população nacional a colônia japonesa no Paraná teve a oportunidade de intentar quando isso lhe aprouve ou foi exigido, ação economica e política contrária aos nossos interesses, tumultuando assim o trabalho que se realizava em favor da causa aliada.36

Os fatos que explicam a "total inconveniência dessa colonização, hoje reconhecida de modo indiscutível", segundo o delegado, não eram por ele comentados, pois, como informa, referem-se às atividades políticas locais. O policial alude ao "isolamento quási total da civilização brasileira" no modo de vida dos nipônicos no norte do Paraná:

> Mesmo quando não fossem, como assevera Oliveira Vianna, insoluvel como o enxôfre, os japoneses no Paraná encontraram ambiente que possibilitou vida completamente alheia aos nossos usos e costumes, permitindo-lhes ainda o uso exclusivo da língua nacional, a veneração de seus ídolos e a obediencia às suas tradições.37

---

32 Pasta "DOPS – Documentos Antigos" : 217.

33 Informamos que as citações de delegados, agentes entre outros foram todas transcritas segundo a grafia original dos textos.

34 Pasta "DOPS – Documentos Antigos": 217.

35 Idem: 221.

36 Pasta DOPS – "ofícios e portarias expedidos": 186-90.

37 Idem. Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), bacharel e pensador social brasileiro, foi influente nos meios acadêmicos e oficiais. A sua obra inspirou e inspira reflexões sobre diversos temas relacionados com Estado, nação e povo brasileiro. Durante a década de 1920, a sua obra se enquadra sob a perspectiva dos determinismos biológico e geográfico. Os livros escritos neste período – Populações meridionais do Brasil, Evolução do povo brasileiro etc. – serão reatualizados no período de 1932 a 1940. Neste momento, ele ocupa altas posições na burocracia estatal e assume a função "de normalizar as relações trabalhistas". A este período correspondem os livros Problemas de política objetiva, As novas diretrizes da política social, entre outros (Cf. Castro Faria, 1993). Vianna vê a questão das diferenças raciais como "base para a afirmação de tipos sociais diferenciados, mostrando a facies de uma sociedade heterogênea diante da qual faz-se necessária a presença de um Estado ordenador" (Bastos, 1993: 417). O autoritarismo é, para ele, uma forma de obtenção da ordem social em meio à diversidade.

Segundo o relato, a *japonização* ocorreu até a campanha da nacionalização do ensino, e, assim, os "niseys, que além de apresentarem o mesmo tipo físico, falavam a mesma língua, respeitavam os mesmos deuzes e obedeciam tradições idênticas, nada os distinguindo dos nascidos na pátria de seus ascendentes",38 sendo, portanto, um exemplo da malsucedida assimilação. As associações mantidas por imigrantes e descendentes também faziam parte deste processo, segundo o delegado, que cita a *Akebono* e a sua finalidade de "impedir a assimilação dos japoneses cujas características sociais e políticas lutou por conservar integrais".39 Entre estas características estaria a do *espírito japonês*.40

Este documento lembra as observações feitas no relatório de um delegado auxiliar de Assaí, que, em 1944, registrava o apego da comunidade aos seus costumes: apesar de "miseráveis", os nipônicos tinham uma vitrola e escutavam música de seu país de origem, sendo que "nesse ambiente nascem e se educam os pequenos filhos de japoneses, sempre numerosos graças à fertilidade dos daquela raça".41

O delegado assinala que, em se tratando daqueles imigrantes, a família era fundamental para "o trabalho contrário aos nossos interesses".42 Para este policial, o "sentimento patriótico" dos japoneses sobreviveu durante a guerra, porque eles não recebiam informações sobre os acontecimentos por meio de emissoras de rádio e jornais brasileiros, mas por boletins mimeografados e distribuídos clandestinamente entre os nipônicos. Segundo o relatório, eles decidiram inutilizar a produção de hortelã-pimenta e amoreira, pois consideravam as duas culturas prejudiciais aos interesses japoneses. Tais estragos foram condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional, mas, em lugares onde a derrota não fora admitida, os nipônicos continuaram sendo "a mesma ameaça aos nossos interesses, pois as medidas tomadas durante a guerra foram temporárias".43 Diante deste quadro, o delegado finaliza:

> Destarte, o que encarecemos é a necessidade de providências definitivas, que permitindo aos japoneses uma existência digna, não se descurem todavia de sua assimilação e principalmente dos seus descendentes, para os quais, desde a escola, devemos empregar processos diferentes dêsses que usamos para a educação de crianças brasileiras. Somente assim, Senhor Secretário, teremos tornado menos prejudicial a colonização japonesa no norte do Paraná.44

Em outro relatório da DOPS, informou-se que os japoneses da região de Assaí continuam a não abrir mão da sua tradição ancestral no que se refere à educação, língua, música, indumentária, modos e costumes, além de manterem seus negócios apenas entre nipônicos. Segundo o agente, eles "dão preferencia sempre a seus patrícios, sobre todos os pontos de vista. Nos hotéis onde haja um brasileiro ou uma pessôa estranha na mesa, lá não senta japonês, preferem esperar do que tomar refeições juntos. Assim acontece com todos que lá aparecem e são muito desconfiados."45

> Para o agente,"todos os atos que estão sendo praticados pelos japoneses em Assaí são contrários aos nossos bons costumes e anti-brasileiros, portanto nocivos a segurança nacional. Prejudicial também a seus filhos que são brasileiros e crescem fanatizados com aquele mesmo pensamento."46 Para o policial, os nipônicos permaneciam irredutíveis e inassimiláveis, o que possibilitava a ameaça da expansão dos seus grupos ultranacionalistas.

Neste sentido, são notáveis as semelhanças entre este discurso policial, datado de 1946, e a análise apresentada por Carlos de Souza Moraes, em *A ofensiva japonesa no Brasil*, de 1937.47 Ressaltamos, nestes relatórios, a preocupação com o *perigo amarelo* no Brasil, motivo de acirrada perseguição aos nipônicos, e com a assimilação dos imigrantes. No relato do policial, há a generalização da culpabilidade dos japoneses pelos crimes então cometidos durante a guerra, além da consideração da sua *inconveniência* como elementos colonizadores, pois sua assimilação era considerada difícil.

Assim, para Moraes, uma das soluções para a inassimilabilidade dos imigrantes seria encaminhar brasileiros para os *quistos de japoneses*,48 destacando que estes seriam "*fatores indispensáveis para a incorporação dessas massas estranhas ao organismo nacional"*.49 Além disso, haveria de se promover a educação dos nipônicos nos moldes brasileiros, por iniciativa do poder público e não de instituições religiosas, pois, "*por ignorância de seus deveres para com a pátria, ou em cumprimento de ordens superiores",* o clero não cumpriria a função assimiladora.50 Ademais, era freqüente que a adoção do cristianismo pelos japoneses não modificasse o seu *espírito oriental*.

---

38 Pasta DOPS – "ofícios e portarias expedidos": 186-90.
39 Idem.
40 Cf. Yamashiro, 1982 e Benedict, 1988.
41 Pasta DOPS – "ofícios e portarias expedidos": 186-90.
42 Idem.
43 Idem.
44 Idem.
45 Pasta "DOPS – Documentos antigos": 198-99.
46 Idem.
47Cf. Moraes, 1942. Moraes é natural do Rio Grande do Sul, nascido em 1908. Ele se formou em direito, em 1933, e exerceu a profissão de 1934 a 1938. Em 1937, escreveu o seu primeiro livro, A ofensiva japonesa no Brasil. No período do Estado Novo, ocupou cargos públicos na cidade de São Leopoldo, como o de secretário, em 1939, e, em 1945, o cargo de prefeito desta cidade. Exerceu outras atividades, como jornalista, jurista e sociólogo. De 1937 a 1944, pertenceu à Academia Sul-rio-grandense de Letras. Quando ingressou na referida academia, só havia publicado um livro, A ofensiva japonesa no Brasil. (Martins, 1978: 379). Sua primeira publicação é do ano de 1937, sendo a segunda edição, de 1942, "totalmente refundida, atualizada e grandemente aumentada". O autor preocupou-se em ressaltar que seu livro não tinha pretensões acadêmicas, sendo o seu objetivo alertar para o problema da imigração japonesa no Brasil.
48 Moraes cita Oliveira Vianna na apresentação de um anteprojeto ao governo federal para reafirmar sua idéia de "fixar o elemento nacional nesses centros demogênicos" (Moraes, 1942: 110).
49 Idem: 109.
50 Idem, ibidem: 111.

Segundo Moraes, as *ilhas étnicas* mantidas pelos japoneses no Brasil conservavam o *Yamato-Damashu*, o chamado *espírito japonês*. Os fatores decisivos para este isolamento seriam a religião, a língua, a alimentação, as técnicas agrícolas, o tradicional culto ao imperador e aos antepassados, bem como a crença no *destino divino do Japão*.

Entretanto, dois outros fatores também preocupavam Moraes. Para este estudioso, assim como para o policial autor do relato que citamos anteriormente, a influência da família era o primeiro deles. Moraes utiliza Artur Ramos para afirmar que a família "*é o grupo social básico, a unidade social fundamental. Nela, um jôgo de fôrças biológicas, psicológicas, sociológicas e culturais, atua sôbre o indivíduo, com uma intensidade extraordinária*".51 Em segundo lugar, para Moraes, estava a flagrante existência de escolas japonesas em funcionamento, apesar das proibições, o que seria um desrespeito à soberania brasileira. Na medida em que davam continuidade ao trabalho da família, as escolas seriam extremamente nocivas à assimilação desses imigrantes, pois seus professores eram japoneses, assim como os livros e o material didático com que eram ensinadas e exaltadas a história e a geografia do Japão. Tais escolas existiam em número considerável e recebiam apoio das famílias dos imigrantes, além de um auxílio enviado diretamente pelo governo japonês e pela embaixada.

Moraes citava o depoimento de várias personalidades para comprovar sua tese. Entre elas, destacamos as seguintes declarações: a do ex-subchefe do Estado-Maior da 3a Região Militar, tenente-coronel Inácio José Veríssimo – "a escola japonesa é, dentro do país, um entrave à nacionalização, para não dizer, com pessimismo, que é o perigo que ameaça o futuro da Pátria";52 a de Laudelino Fernandes, em comunicação na Sociedade dos Amigos de Alberto Torres – *"poderosíssimo fator de desagregação nacional"* e "*perigosa à tranqüilidade futura dêste Brasil, que tanto amamos*", sendo que, para ele, os japoneses são "formidavelmente calculistas e simuladores" no intuito de driblar as autoridades brasileiras fiscalizadoras das escolas japonesas;53 a do professor Malaquias de Oliveira, antigo delegado do ensino na colônia de Registro – "*Regra geral, o objetivo indisfarçável das escolas estrangeiras em nosso meio é desambientar as crianças brasileiras, filhas de ádvenas, procurando inibir o sentimento de brasilidade nascente que, com uma fôrça bio-sociológica, tende a determinar as aspirações dos educados".54* Declaração colhida em outra fonte enfatiza o poder e o perigo das escolas japonesas*: "Em outra escola, o professor primário já fala correntemente o japonês e, segundo ouvi dizer, tem da colônia a promessa de uma viagem ao Japão. Com pouco, os agentes da assimilação é que acabam assimilados".55*

É interessante assinalar a semelhança desta última questão com o enredo do romance *Casa de chá do luar de agosto*, de Vern Sneider. Adaptado para o cinema como uma comédia, em 1956, a trama acontece em uma vila japonesa ocupada por americanos no pós-guerra.56 Era o momento da reconstrução do país por meio da imposição de um modelo de vida e de produção econômica ocidentais. Porém, em meio a situações que revelavam as diferenças e divergências culturais, os militares americanos é que passam a viver completamente assimilados pelos camponeses nativos. Portanto, a representação construída foi a da capacidade de resistência à assimilação, bem como o poder de um grupo de transformar as identidades culturais, e neste sentido, contrariamente aos interesses daquele que deseja que a sua cultura seja a hegemônica.

Entretanto, diferentemente de Moraes, ao analisar a inconveniência da presença nipônica, o relatório do policial do norte do Paraná invocando ali uma maior presença das autoridades, apresenta suas soluções para o problema: repressão às sociedades, que eram focos de inassimilabilidade, e organização de escolas especiais para imigrantes, de modo a viabilizar a sua assimilação. Além disso, seu relatório coloca em cheque a insolubilidade dos imigrantes japoneses, com o que nega a afirmação de Oliveira Vianna de serem os japoneses *insolúveis como o enxofre*, e analisa o isolamento dos nipônicos como decorrente da inexistência de uma política de alocação dos imigrantes junto aos nacionais.

Também em Assaí, o delegado solicitou a urgente averiguação acerca do pedido, apresentado pelo diretor de uma cooperativa e mais vinte e oito requerentes, de passaportes para o registro de seus filhos menores. Desconfiava-se que eles tinham *"algum plano para deixarem o território nacional ou outro qualquer motivo julgado nocivo aos interesses nacionais".57*

A desconfiança generalizada promovia idéias conspiratórias já conhecidas. No mesmo ano, o delegado regional de polícia de Cornélio Procópio remete um telegrama urgente para o chefe da corporação, na capital, relatando uma diligência realizada em Assaí. Ao realizar uma investigação pedida por seu superior lotado em Curitiba, o policial local constatou que elementos nipônicos estavam promovendo na colônia japonesa uma organização secreta que talvez fosse ligada à Shindo-Renmei. Estas pessoas estavam divulgando notícias de um desembarque das imperiais tropas japonesas no Brasil, numa espécie de ocupação militar. O delegado regional afirma ter provas do comprometimento de pessoas e até o nome do chefe da organização. Além disso, havia escolas japonesas funcionando na região, e, apesar de elas estarem proibidas, continuavam

---

51 Idem, ibidem: 127. Nota-se que Artur Ramos era representante da corrente culturalista influenciada por Gilberto Freyre.. Artur de Araújo Pereira Ramos (1903-1949), antropólogo e folclorista baiano, graduou-se em medicina e lecionou clínica psiquiátrica. Professor e fundador da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia no Rio de Janeiro, em 1941, foi pioneiro no estudo das relações raciais. Escreveu diversos livros influentes sobre a cultura afro-brasileira, participou ativamente de congressos em que se discutiam história, cultura e arte afro-brasileira, na década de 1930. Na sua obra, destacam-se As culturas negras no novo mundo, O folclore negro do Brasil e A aculturação negra no Brasil.

52 Idem, ibidem: 130.

53 Idem, ibidem: 131-34.

54 Idem, ibidem: 136-37.

55 Moraes, Op. cit.: 138. Declaração do professor Almeida Júnior, então diretor da Instrução Pública de São Paulo, à Folha dA Manhã, edição de 30/09/1936, após ter inspecionado várias escolas.

56 Neste filme o capitão Fisby, interpretado por Glenn Ford, é enviado a vila Tobiki em Okinawa. Marlon Brando é Sakini, o guia, intérprete do oficial e personagem que representa aquele que é capaz de tornar os americanos, em especial, o capitão Fisby, assimilados à cultura japonesa.

57 Pasta "DOPS – Ofícios e Portarias Expedidas": 308.

"obedecendo exclusivamente usos e costumes niponicos da língua e traduções do chamado Grande Império do Sol Nascente, o mesmo se dando no comércio e com a propaganda, venda e apresentação dos produtos".58

Em 26 de abril de 1946, o delegado de Assaí informa ao chefe de polícia do Estado a apreensão e o envio a Curitiba de exemplares de um jornal proibido que estava sendo publicado por um japonês. Relata ser de três mil famílias a composição da colônia residente naquele município, sendo necessário, então,

um cuidado especial das autoridades policiais, pois, na sua quasi totalidade, é composta por japoneses fanatizados ao imperador Hiroito, sendo grande o número dos que não acreditam na derrota do Japão. Ainda agora, tenho recebido mais de 30 pedidos para realizações de festas no próximo dia 29 (aniversário do imperador), aos quais neguei permissão".59

Em 30 de abril, a delegacia de Cornélio Procópio informa ao chefe de polícia do Estado que enviou investigadores à localidade de Assaí, conforme pedido, e procedeu a um inquérito em que se provou que, neste município,núcleo de uma próspera e volumosa colonização japonêsa, existe, em plena atividade, subditos japonêses, semeiam, entre os seus patrícios, o ideal anti-democrático e, mesmo, anti-nacional, servindo-se, para a consecução desse objetivo, da mentira, da entriga e, quando não surtem efeito, servem-se esses fanáticos até mesmo da ameaça por enquanto ainda não efetivada...60

A polícia de Cornélio Procópio afirma serem necessárias providências enérgicas, a exemplo das que já haviam sido tomadas, como a prisão dos *cabeças* do suposto movimento, pois *"dentro em breve teremos a lamentar, nesta região Norte do Estado, acontecimentos, cujas consequencias e extensão não nos é possível prever, tal é o fanatismo, a selvageria e os apetites criminosos desses mesmos elementos, que tão mal estão retribuindo a acolhida generosa que lhes deu o nosso paiz."61* A comunicação segue relatando as prisões efetuadas, bem como informa que os japoneses disseram que permaneciam com os ideais da *Shindo Renmei*, porque, mesmo não tendo nada a fazer em benefício de seu país de origem, confortavam, amparavam e davam "assistência aos compatriotas presos em nosso paiz, em cumprimento de castigos impostos pelas nossas autoridades".62

Além das investigações policiais, destacamos a carta de um morador de Assaí, de 1949, dirigida a Moisés Lupion, presidente do estado do Paraná, em que tece comentários sobre os japoneses residentes em sua cidade:

Aqui no caro Brasil, estão gosando de uma ampla abitraedade e de uma concessão de garantias pelas leis e nossa hospitalidade de nossa gente, de maneira a que eles, não parece que estão submitido a uma lei internacional segundo o que ficou escrito, em Tokio, pelo Rei do Japão e o General Arthur Marc, do E.E Unidos da America do Norte. Eles estao gosando, acesseveis liberdades do nosso povo brasileiro. No tempo da guerra a ultima parra o Japão com Alemanha dilo, Allemanha contra aliados, alguns japoneses no ano de 1942 em ourinhos falavam que os brasileiros estavam perseguindo japonezes e Alemao eles falaram que garantindo ao Japão e a Alemanha ganhavamos guerra os brasileiros grande o pescasso cortava, os brasileiros pequenos na carroça punha...!!!63

Segundo Neves, os japoneses estavam *folgados* em Assaí, pois se mantinham fechados, não *coligando* com ninguém, não convidando brasileiros para as suas festas, mantendo seus costumes e sua língua. Para ele, os estrangeiros que assim se comportavam mereciam ser punidos segundo a Lei de Segurança Nacional:

para punir, abuso de qualquer gente estrangeira, que quer fazer da nossa terra brasileira, hospitalar o seu campo de atividade para atuarem os seus embustes...!! de sua nação. Os japoneses apoiavam-se somente entre eles, falam somente entre eles e só são amorosos pelo costumes do paiz deles.64

Ainda em 1950, o agente japonês assina o relatório sobre as investigações na colônia japonesa de Londrina, enviado ao titular da DOPS, comunicando a existência ali de diversas organizações recreativas, das quais faziam parte *vitoristas* e *derrotistas* – chamados, respectivamente, de "elementos incompreensiveis e os que compreendem da verdadeira situação mundial".65 As divergências de opiniões diziam respeito à política nacional, e o agente ressalta que havia a intenção de formar um partido com uma lista de quinhentos votantes para eleger um senador nipônico. Relata também atividades de comunistas, sem ascendência japonesa.

O prefeito de Carlópolis envia ao titular da DOPS, em 5 de dezembro de 1950, relatório sobre a prisão de nipônicos que confessaram pertencer à *organização*. 66 A polícia usou, segundo o prefeito, a "*necessária energia*"67 nos interrogatórios e descobriu documentos e fotografias escondidos em um sítio, incluindo uma lista com endereços de japoneses que deveriam ser sacrificados por serem *derrotistas*. O prefeito se desculpa por interferir em assunto alheio às suas

58 Pasta "Sociedade terrorista japonesa" : 42.
59 Idem: 43. Este relatório é finalizado com a informação de que naquela localidade não existiam comunistas.
60 Idem, ibidem: 55.
61 Idem.
62 Idem.
63 Pasta "Sociedade terrorista japonesa": 209-10.
64 Idem: 209-10.
65 Pasta "DOPS – Relatórios de 1950": 166.
66 Em sua casa, foram apreendidos livros, revistas, fotos, cadernos, agendas – muito deste material era escrito em japonês. O auto de apreensão está documentado na DOPS, com data de 7 de dezembro de 1950.
67 Segundo Caldeira, "a retórica usada para expressar a necessidade do uso da violência também parece ter uma surpreendente continuidade". A autora cita, a partir do texto de Holloway, um delegado que, em 1888, teria usado a expressão "devida energia", e assim, "por mais de um século, 'devida energia' tem significado brutalidade" (Caldeira, 2000: 144).

funções e ressalta a sua intenção de ajudar as polícias local e estadual.68 Ainda em 1950, o agente reservado número 61 comunicou à DOPS a existência de uma organização *vitorista* em Curitiba:

Estou ciente pelas conversações e observações nos meios da laboriosa e pacatos (fingidos) elementos japoneses que habitam esta hospitaleira cidade sorriso – que existe num recanto da zona suburbana desta Capital, - uma associação secreta onde reunem periodicamente os elementos fanáticos do Império do Sol Nascente, reunindo tambem de vez em quando, principalmente nos domingos, jovens moços e moças nisseis, por conseguinte, brasileiros natos, para incremetar o espírito nacionalista japonês (fanatismo), fazerem crerem que são soldados japoneses e não brasileiros. 69

Continua o agente explicando que este grupo se considerava guia dos destinos do mundo, eram *vitoristas*, acreditavam no desembarque de tropas japonesas e na invasão de São Paulo, achavam justo o assassinato dos derrotistas, que, "*subornados pelos capitalistas judeus e comunistas, querem fazer crer que o Japão perdeu a guerra"*.70 Para ele, *"são verdadeiros fanáticos que são capazes de tudo, ainda mais quando existem elementos malandros e sabidos (respeitável senhor) que aproveitando disso o bem da sociedade, quando na realidade é contrário, que eles deviam ser fuzilados para não prejudicar as gerações vindouras".71*

Segundo este agente, antes da guerra, a colônia japonesa vivia "*unida, hordeira*" e era constituída de trabalhadores. Porém, "*por culpa desses ignorantes estupidos*", houve a cisão entre *derrotistas* e *vitoristas*. Para ele, os *vitoristas* eram *espertalhões* que *"não apreciam os serviços pesados ou profissões honestas" e criaram associações "para extorquir escandalosamente, para poder continuar com essa mamata, fomentar mais e mais para fanatizar os elementos ignorantes e laboriosos"*, enviando o dinheiro de suas extorsões para o Japão ou desviando-o em proveito próprio.72 Seis pessoas foram acusadas neste caso.

Três recortes do *Diário da Tarde*, de janeiro de 1951, foram anexados à pasta da DOPS *Sociedade terrorista japonesa*. As reportagens eram a respeito de armas apreendidas em Arapongas, um verdadeiro *pedaço do Japão* dentro do Brasil, onde só se falava japonês;73 do terrorismo da *Daí Nippon K Zai Taio*; do comunismo amarelo; de presos acusados de pertencer a este grupo; do apedrejamento de um clube japonês em Assaí, pois um cinema da cidade passara um filme (*Proibido amar*) em língua japonesa, sem legenda, e o fez acompanhar de um suplemento comunista. Segundo uma das reportagens, o juiz de direito da comarca de Assaí declarou que "aqui é uma colônia brasileira dentro do Japão". E assim discorre:

Existem escolas japonesas que ensinam japonês, circulava um jornal japonês e por eu achar um dispauterio mandei fechar. É um absurdo, Reconheço que existem japoneses bons, mas são poucos. Certa vez, perguntei a um nipônico porque não matriculava seus filhos em colégio brasileiro, como resposta obtive estas palavras: "*porque meus filhos não se criarem em raça inferior"*. E assim sucessivamente. O mais importante de tudo isso, continuou o dr. T. G, é que eles pretendem nas próximas eleições fazer o prefeito e a maioria da Camara, aí sim estarão com tudo.74

Também em 1951, o diretor do Departamento de Ordem Política e Social escreve ao delegado de Ordem Política e Social do Estado do Paraná e remete à delegacia o relatório de Marília "*referente ao movimento de carater terrorista que se desenvolveu entre os elementos da colonia niponica de São Paulo e que teve o seu epílogo no ano passado, graças aos esforços de nossas diligências policiais".75*

Neste relatório, além das denúncias sobre imperialismo e nacionalismo na colônia, é perceptível como certos padrões de comportamento dos imigrantes japoneses no Brasil foram interpretados como uma determinação biocultural, pois

> o temperamento do japonês é essencial ao desenvolvimento do fanatismo, que é uma auto-sugestão, independente da própria vontade, que gera a paixão desordenada.(...) Fanático, definiu Laudelino Freire como sendo aquele que diz ter inspiração divina.76

O relatório cita Wenceslau de Moraes (1854-1929), cônsul-geral de Portugal em Hyuôgo, Kobe e Osaka e autor de escritos sobre o Japão, sendo considerado um dos grandes conhecedores deste tema. Sobre o temperamento nipônico, o documento afirma que, por natureza, o japonês é sereno e dócil, mas transforma-se e age violentamente como forma de vingança pessoal e de grupo, de modo que é perigoso, ardiloso e capaz de comportamentos ultranacionalistas que não são controláveis e nem previsíveis:

Mas há mais a considerar. A irritabilidade do país, manifestada por convulsões disturbantes, trazidas por uma longa série de fenômenos naturais, corresponde a irritabilidade do homem. O japonês, tão comedido de ordinário, tão sereno, é sujeito à irritabilidades súbitas. Contendas, alterações, disputas, são raras: mas temei a cólera de um homem por vezes disfarçada num sorriso, arremesando o indivíduo aos mais trágicos propositos, ao assassínio seguido de suicidio. Causas dos crimes? Acontece apontarem-se discórdias familiares, ou vinganças deprimidas, acaso por longos anos; mas outras vezes são

68 Pasta "Sociedade terrorista japonesa": 16.
69 Pasta "Documentos antigos – pasta 2": 256-57.
70 Idem.
71 Idem.
72 Idem.
73 Idem: 189.
74 Idem.
75 Pasta "Sociedade terrorista japonesa": 155.
76 Idem: 12.

fúteis os motivos ou disparatadas: um sujeito julga criminoso o procedimento de outro que não conhece, por exemplo: o procedimento de um homem político; arroga-se o dever de assassiná-lo por desagravo da nação...77

E comenta o delegado, após citar um psiquiatra sobre os problemas do fanatismo, generalizando sua observação para todos os nipônicos:

Enquanto não intervém nas relações sociais, o fanatismo não é perigoso. O mesmo não se manifesta numa sociedade onde há divergencia de opiniões. Foi o que ocorreu no seio da colônia japonêsa. Os súditos do Império do Sol Nascente não se conformaram com a derrota de sua pátria.78

Segundo o relatório, as sociedades que surgiram com o término da guerra tinham como objetivo principal a dominação, a exploração econômica, a prática do golpe criminoso por parte de indivíduos referidos como *espertalhões*, que usavam patrícios crédulos, sendo o patriotismo um argumento para tanto:

Por certo que a "*Shindo-Remmei*" não teria passado da propaganda à ação, se um grupo de japonezes cultos, de espirito bem formado, que aceitaram pacificamente a derrota de seu país, não houvesse procurado encaminhar os patricios para outro rumo, isto é, incitando-os a trabalhar pela nova pátria – o Brasil –, terra de seus filhos, ameaçando assim os planos de dominação da colonia, alimentados por aquela associação.79

É certo que entre os *vitoristas* houve casos de crime comum – o caso da venda de falsas moedas japonesas, de passagens de retorno ao Japão e outros –, entretanto, neste caso, há a generalização destes crimes a todos os *vitoristas*, o que os fatos não comprovaram. Segundo o relatório, os *derrotistas* formavam o grupo dos japoneses "*honestos, verdadeiros amigos do Brasil, respeitadores da nossa soberania e das nossas leis, estando integrados definitivamente em nosso meio".80*

Por outro lado, segundo o escrito de um *vitorista*, traduzido pela polícia de ordem política e social, inserido no relatório do caso como prova de crime, os derrotistas eram aqueles que perturbavam a ordem e a vida de pacatos japoneses, eram *traidores* e *desordeiros* que renegavam a pátria, tiveram "atitudes próprias de animais", eram inimigos, e, portanto, mereciam castigos como a eliminação sumária. É importante notar que, apresentando sinais invertidos, a visão dos vitoristas era a mesma dos policiais: o inimigo era o diferente. Para a polícia, o *vitorista* era aquele que se assimilava, tornava-se igual, homogêneo aos nativos do país; para o *vitorista*, o *derrotista* era aquele que destoava, que mudava – que fugia ao padrão e à tradição.

5- Bandeirantes e/ou Perigo Amarelo: Considerações finais.

A nossa proposta, neste artigo, foi a de analisar a construção das representações sobre o imigrante nipônico e a oscilação entre, por um lado, um tipo positivo e, por outro lado, uma ameaça, destacando como os momentos de crise foram decisivos na atribuição das características negativas.

Se, para muitos brasileiros, eles eram bem-vindos como trabalhadores agrícolas, não havia, entretanto, consenso, pois o *perigo amarelo* poderia estar sendo acolhido entre nós. As visões sobre o papel e a imagem destes imigrantes não eram unânimes, e, por vezes, prevalecia nelas um alto grau de ambigüidade. As acusações feitas pelos críticos da presença dos *japoneses* em solo brasileiro eram marcadas por um cunho racial. Contudo, salientamos, também, que as representações sobre os imigrantes construídas pela polícia política estiveram fundamentadas na *lógica da desconfiança*81 e na estigmatização dos japoneses como um inimigo político, social procurando demonstrar como, no período da Segunda Guerra Mundial, tal processo foi intensificado.82

A maneira como os nipônicos foram representados e avaliados especificamente pela polícia esteve calcada em percepções que (re)conheciam o imigrante antes de tudo como estrangeiro, um *não-cidadão*. Estrategicamente, as representações que foram construídas sobre eles negativaram sua língua, seus costumes, sua aparência física, suas crenças, entre outras.

Questões éticas e morais também estiveram presentes nestas representações, além do que eles significavam, no ideário daqueles dias, os não assimilados, os não integrados, que se opunham aos nacionais. Tanto durante como após a Segunda Guerra Mundial, os nipônicos foram classificados por aqueles que viam a sua presença como uma ameaça, como *o outro* a ser combatido, pois "o japonês naturalizado é sempre japonês".83 Eles traziam o perigo do fanatismo, do complô, da inassimilabilidade, da presença não eugênica. Em menor medida, como temos colocado, aquele período também comportou a compreensão do grupo nipônico como assimilável e eugênico.

Contudo *"Na realidade, sendo a favor ou contra os japoneses, ninguém queria um Brasil 'amarelo'"*84 Nem aqueles que procuravam na imigração uma forma de construir racialmente a nação, nem aqueles de visão utilitarista cuja representação da figura do imigrante o referencia como alguém que só existe por causa do trabalho.85

---

77 Idem: 12.
78 Idem: 13.
79 Idem: 14.
80 Idem.
81 Cf. DOPS e a lógica da desconfiança.
82 Remeto esta questão a Sayad. Segundo quem "Objeto sobre o qual pesam numerosas 'representações coletivas', a imigração submete-se a essas representações que, como sabemos, 'uma vez constituídas tornam-se realidades parcialmente autônomas', com uma eficiência tanto maior quanto essas mesmas representações correspondem a transformações objetivas, sendo que estas condicionam o surgimento daquelas e determinam, da mesma forma, seu conteúdo" (Sayad, 1998: 57).
83 Lesser, 2001: 230.
84 Seyferth, 1991: 179-80.

Neste momento referido, consolidaram-se as práticas autoritárias e, em nome da segurança do país, o estrangeiro foi considerado antinacional e traidor.86 Indivíduo alienígena, o japonês era um elemento de descontrole nas ordens política, legislativa e racial estabelecidas: a presença deste corpo estranho fazia se perderem a coesão e a unidade da nação brasileira; ele era a antítese do que a nossa sociedade esperava e planejava para si. Neste período, a idéia de ordem esteve relacionada com o enquadramento do delinqüente "*politicamente perigoso, sendo que a criminalização dos indesejáveis atribuiu às práticas sociais divergentes da 'ordem' um grau de periculosidade semelhante ao do criminoso comum"*.87 Isto fez a polícia ser importante dentro do esquema montado para manter os indesejáveis sob controle e repressão – providência necessária para a implantação do projeto político nacionalista. Durante a guerra, principalmente depois de os Estados Unidos entrarem no conflito, coube à nossa polícia reprimir e fiscalizar o cumprimento das determinações relativas aos chamados *súditos do Eixo,* notadamente os alemães – genericamente arrolados na maléfica representação de *nazistas* – e os *japoneses*.

Neste processo, os imigrantes japoneses irão elaborar uma transformação de si, de modo que passam a existir duas diferentes identidades para o imigrante japonês: uma privada, acionada no interior do grupo ao qual ele pertence; e outra pública, ostentada fora do grupo.

O papel da polícia (investigando, vigiando e reprimindo tudo o que pudesse ser identificado com o "*perigo amarelo")* baseava-se na eminente possibilidade de os japoneses cometerem delitos e crimes. Ações como a apreensão de radiotransmissores e de material escrito no idioma japonês, bem como a prisão dos que praticavam este idioma em público, revelavam discricionariedade na escolha dos indivíduos, pois qualquer nipônico – cidadão japonês, japonês naturalizado ou descendente (os chamados *nisseis*) – poderia ser incriminado. Estes procedimentos, muitas vezes, tiveram por base as denúncias de vizinhos em cartas e outros expedientes que, ainda que pudessem carecer de credibilidade, encaixavam-se no clima de suspeição existente.

No conflito do pós-guerra os expressivos relatórios policiais, ora atestavam que somente o grupo *vitorista* era culpado pelos distúrbios, ora generalizavam esta culpa a todos os nipônicos. O conflito foi um *"divisor de águas entre o antigo imigrante nipônico e a nova figura do nipo-brasileiro, brasileiro tanto e mais quanto qualquer brasileiro".88* Foi o momento em que os imigrantes japoneses e seus descendentes redefiniram a idéia de permanecer no Brasil e se identificar com o que podemos chamar de *ser brasileiro*.

Prevaleceu o posicionamento de inserção, como forma de criar uma imagem aceita na sociedade brasileira, o que contribuiu para a mobilidade social dos imigrantes japoneses. Assim, a imagem construída pelos imigrantes foi calcada na possibilidade de assimilação, na capacidade do *bom trabalhador*, na sua *inteligência* inata, na *dedicação ao país* etc., não obstante elementos da cultura japonesa permanecessem existindo no interior da comunidade nipônica.

Referências bibliográficas:

Banton, M. (1977). *A idéia de raça*. Lisboa: Edições 70.

Caldeira, T. P. (2000). *Cidade de muros – crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: 34/Edusp.

Carneiro, M. L. T. (1988). *O anti-semitismo na era Vargas* (*1930-1945*). São Paulo: Brasiliense.

Castro Faria, L.(1993). "A obra de Oliveira Vianna: uma tentativa de reconstrução." In: BASTOS, É Rugai. *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp.

Cashmore, E.(2000). Dicionário de relações étnicas e Raciais. São Paulo: Selo Negro.

Comissão de Elaboração da História dos 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil. *Uma epopéia moderna – 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. (1992). São Paulo: Hucitec.

Cytrynowicz, R. (2000). "Os caracteres japoneses." In *Guerra sem guerra*. São Paulo: Edusp, (pp.135-172).

Darmon, P.(1991). *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Dicionário de Ciências Sociais. (1987). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV.

DOPS a lógica da desconfiança. (1993). Rio de janeiro: APERJ, Secretaria de Estado da Justiça.

Girardet, R. (1997). *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras.

Guimarães, A. S. A. (1999). *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34.

Leão, V. C. (1989). *A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934) – contornos diplomáticos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

Lenharo, A. (1986). *Sacralização da política*, São Paulo: Papirus.

Lesser, J. (2001). *Negociando a Identidade Nacional: Imigrantes, Minorias e a Luta pela Etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP.

Martins, A. (1978). *Escritores do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre : Editora da Universidade do Rio Grande do Sul.

Moraes, C de S. (1942).*A ofensiva japonesa no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Globo.

Morais, F. (2000). *Corações sujos*. São Paulo: Companhia das Letras.

---

85 "A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida: ser como imigrante, primeiro, mas também como homem – sua qualidade de homem estando subordinada a sua condição de imigrante. Foi o trabalho que fez 'nascer' o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz 'morrer' o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser." SAYAD, 1998: 56.

86 Cf. Seyferth, 1991.

87 Xavier, 1993: 35.

88 Uma epopéia moderna, 1992: 14.

Rodrigues Filho, A. (1949). *Bandeirantes do Oriente! Drama íntimo dos japoneses no Brasil*. São Paulo: Empresa Editora Bandeirantes.
Saito. H, & Kumasaka. M. (1973). *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil.* São Paulo: Vozes.
Sayad, A. (1998). A imigração. São Paulo: EDUSP.
Seto, C., & e Yumi, M. H. (2002). *Caminhos percorridos: história da imigração japonesa e litoral paranaense*. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná.
Seyferth, G. (1991). "Os paradoxos da miscigenação: observação sobre o tema imigração e 'raça' no Brasil." In: Estudos Afro-asiáticos, número 20.
Shizuno, E. C. (2001). *Bandeirantes do Oriente ou Perigo Amarelo: Os imigrantes japoneses e a DOPS na década de 40.* Dissertação de mestrado.
Skidmore, T. (1976). *Preto no branco: "raça" e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
Takeuchi, M. Y. (2002). *Japoneses o Perigo Amarelo em Tempos de Guerra (1939-1945).* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
Vieira, F. I. S. (1973). *O japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília.* São Paulo: Pioneira.
Xavier, M. (1993). Da Polícia política. In: *DOPS a lógica da desconfiança*. Rio de Janeiro: APERJ, Secretaria de Estado da Justiça.
Yamashiro, J. (1982). *História dos Samurais*. São Paulo: Massao Ohno-Roswitha Kempf.

Fontes:

Fundo Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS):

1- Pasta DOPS – Documentos Antigos.
2- Pasta DOPS – Ofícios e Portarias Expedidos.
3- Pasta DOPS – Relatórios de 1950.
4- Pasta Documentos Antigos – Pasta 2.
5- Pasta Sociedade de Jovens Japoneses.
6- Pasta Sociedade Terrorista Japonesa.

Imigração retorno e retorno do reprimido

José Sterza Justo
Universidade Estadual Paulista - Unesp
sterzajusto@yahoo.com.br

***Resumo*:** As migrações humanas, hoje, voltam a ocupar um lugar de destaque e a ser objeto de preocupações intensas da ciência e dos governantes. Uma das especificidades das migrações atuais é a chamada "imigração de retorno", ou seja, a tentativa dos descendentes de imigrantes, principalmente europeus e japoneses, de retornarem para o país de seus antepassados. Como todo fenômeno complexo, as migrações humanas carregam consigo várias injunções que agregam fatores econômicos, sociais, políticos, religiosos, culturais, psicológicos e de outras esferas da constituição do homem e do seu mundo. O objetivo deste trabalho é analisar, à luz do referencial psicanalítico, algumas ressonâncias psicológicas da imigração, as vivências subjetivas que acompanham a epopéia do migrante, particularmente, desse migrante que refaz, no sentido inverso, a saga de seus familiares. Para entender o sentido psicológico da imigração de retorno analisamos resultados de entrevistas realizadas com decasséguis e os interpretamos tendo como referência a teoria psicanalítica. Como principais conclusões apontamos, nas visadas dos decasséguis, o sentido de reconquistar aquilo que um dia foi abandonado e deixado para trás pelos antepassados, sobretudo, a filiação, figurada nas imagos paterna e materna remetidas ao Japão. A empreita de refazer o caminho de volta é acompanhada de dificuldades e conflitos vários, bastante parecidos com aqueles enfrentados pelos seus antepassados. Parece haver uma forte repetição ou reedição daquilo que se procurou evitar ou fugir, no passado, e que volta a assolar os descendentes, obrigando-os a tentar reaver o que foi sonegado aos seus antepassados.

Introdução

Sair de onde se tem raízes profundas para habitar outro lugar, completamente diferente, exige muita coragem, determinação, além do difícil reconhecimento das dificuldades ou dos impedimentos para se permanecer e continuar vivendo no solo natal. O lugar de nascimento geralmente é objeto de investimentos afetivos intensos e positivos. A cidade natal, por exemplo, é sempre lembrada e apresentada como um local aprazível, habitado por uma boa gente, enfim, um lugar bom para se viver. A nacionalidade, então, é um referente pessoal ainda mais forte, que coroa a identidade do sujeito. Todos os povos consideram seu país o melhor de todos para se morar.

A decisão de partir, de deixar o país, é umas das mais contundentes. Talvez seja o protesto mais incisivo e o gesto mais radical de ruptura. É uma das reações emocionais mais primitivas e retumbantes. Quando a criança é tomada por algum sentimento de frustração ou de revolta intenso é comum apelar para a ameaça de abandonar a casa. O mesmo faz o adolescente em confronto com os pais e também o adulto, quando enfrenta conflitos familiais.

"*Vou embora*" "*não volto nunca mais*", são as maiores ameaças de quem se sente amargurado com seus pares. A decisão de partir nem sempre tem como motivo principal uma revolta decorrente de uma frustração ou de um sofrimento.

Pode ser movida por uma atração, por um sonho de uma vida melhor ou por uma paixão por aventuras. Mesmo assim, não deixa de ter o sentido de denúncia de uma insatisfação com um lugar que já não mais corresponde às demandas do sujeito e que sequer acena para um futuro promissor.

Não há como desvincular o sujeito de suas referências ao lugar onde vive, ao seu círculo social e daquelas referências, bem mais primitivas, registradas na memória, que assumem funções semelhantes: o acolhimento, o provimento, a proteção. Assim, a terra e o espaço habitado, inevitavelmente, trazem referências à imago materna. À semelhança da mãe, a terra é fecundada, fertiliza, gera vida, alimenta e enraíza seus filhos, estabelecendo com eles uma relação simbiótica. Na linguagem popular são muitas as expressões que associam esses dois signos, por exemplo, quando se diz textualmente "*mãe terra"* ou "*filhos da terra*". É esse empréstimo metafórico-afetivo que interliga o protesto contra a terra ou contra o lugar inóspito ao protesto contra a figura materna.

Como toda ameaça, a de fuga traz consigo o desejo de ficar, de permanecer. Mesmo quando ela se concretiza, carrega consigo o desejo de retornar. O filho, por mais emancipado que seja, mantém a sinalização do retorno. Até mesmo nas histórias infantis, o retorno aparece como núcleo central, como é o caso de "*João e Maria*", conto no qual duas crianças, de uma família muito pobre, são abandonadas pelos seus pais na floresta porque não têm como sustentá-las, porém, acabam voltando após enfrentarem uma malvada bruxa. O retorno é sempre fantasiado como triunfal. O enjeitado retorna coberto de sucesso e glória. O pobre retorna rico, o rejeitado retorna amado e assim por diante. No fundo, aquele que um dia partiu tenta retornar engrandecido, como forma de vingança, para demonstrar sua superioridade e seu valor perante aqueles que o rejeitaram ou que o negligenciaram.

O lugar de nascimento e a filiação parental são os pilares principais da identidade, as âncoras que ligam historicamente o sujeito à sua matriz, que indicam sua origem, o ponto de partida dessa que é a viagem fundamental, a viagem inaugural: o nascimento, início de uma trajetória rumo a um futuro completamente desconhecido.

Sendo a viagem o ato de se deslocar de um lugar a outro relativamente distante, conforme consta do Dicionário Aurélio, não há ato de deslocamento ou de partida mais radical e primitivo do que aquele de sair do ventre materno e ir para o mundo. Não é a toa que a expressão "sair para o mundo" designa um ato radical de romper com as raízes, abandonar algum ninho, deixar a família e rumar para o desconhecido, sempre com o sentido de um ato bravio de expansão da vida e do horizonte do sujeito. Também não é toa que o nascimento carrega esse significado básico de entrada no mundo, de ingresso na vida. Também não devemos deixar de considerar que o nascimento também carrega fortemente o sentido de expulsão do ventre materno, de perda de uma situação extremamente confortável e nirvânica.

Á semelhança do bebê, o migrante se lança a uma viagem radical rumo a um total desconhecido, via de regra, sem volta. Como o maior dos aventureiros, terá que enfrentar todo tipo de adversidades e desafios os quais aparecerão de surpresa, à feição daqueles heróis que combatem inimigos, ou melhor, fantasmas que não são reconhecíveis e, exatamente por isso, adquirem poderes especiais e se tornam quase invencíveis.

A migração é a reedição dos desafios fundantes da vida e, por isso mesmo, Roaunet (1993) afirma que ninguém mais do que o migrante realiza, de maneira integral, as experiências fundamentais da vida, as experiências básicas da humanidade. O migrante refaz as experiências fundadoras da humanidade, aquelas que permitiram ao homem constituir-se como tal, desbravando o planeta e refaz também a difícil e delicada experiência ontogenética da grande viagem rumo ao total desconhecido, deflagrada com o nascimento. Refaz ao mesmo tempo a experiência filogenética do deslocamento humano pela terra e a experiência ontogenética de exploração do mundo pelo recém nascido. Da mesma forma que, filogeneticamente, o ser humano, em suas incursões por regiões desabitadas do planeta, explorava e tateava a terra-mãe e o bebê, por sua vez, tateia o mundo para reencontrar a mãe perdida, o migrante também tem que buscar outras paragens para reaver um solo perdido, um solo que abandou ou do qual foi expulso. Ao partir em busca de algo que não conseguiu no lugar de origem, mas que gostaria de tê-lo ali, já engatilha seu retorno, imaginando trazer de volta aquilo que falta e, assim, viver a satisfação de uma vida plena assentada no solo natal.

A imigração de retorno e o retorno do reprimido

Os emigrantes do final do século XIX e início do século XX vivenciaram, de forma cruel, a experiência do abandono do solo natal em busca de um sonho de melhoria da vida, num horizonte totalmente desconhecido. Diferentemente de hoje, com as facilidades criadas pela maior circulação da informação e desenvolvimento dos meios de transporte, naquela época, a busca de outro continente, de outro país, de outro lugar se fazia de uma forma muito mais desafiadora. O sonho do retorno era muito mais difícil de se concretizar. Era uma viagem sem retorno, uma ida sem regresso. Quanto mais se distanciavam da terra natal, no tempo e no espaço, percebiam com maior clareza a impossibilidade da volta.

No entanto, o desejo de retornar sempre se manteve muito vivo e forte na mente do imigrante, ainda que se expressasse pelo desejo de fazer uma breve viagem ao país de origem. Viajar para o lugar de onde se veio: parece um grande paradoxo. Nada mais desafiador do que viajar para o que foi outrora bem familiar e conhecido. É uma experiência semelhante a de tantos outros tipos de retorno. Retornar depois de muito tempo para a cidade onde se viveu a infância, para a casa, para os lugares que foram habitados no passado. Como se sabe, ocorre aí um temor maior do que aquele que assalta o viajante ao aventurar-se pelo desconhecido. Enquanto o viajante teme o que não conhece, aquele que retorna teme o que já conheceu, teme não reencontrar o que foi ali deixado, aquelas imagens fortemente registradas na memória. É como que se uma parte do sujeito, de repente, desaparecesse, morresse, deixasse de existir. Como que se ele sofresse uma amputação, um

corte com sua origem e não conseguisse mais reconhecer suas filiações primárias; como se os marcos de sua origem tivessem sido removidos e ele ficasse à deriva, sem ancoradouros.

A ânsia do retorno parece uma marca inalienável do ser humano. Como antinomias de um par dialético, partir e retornar estão intrinsecamente relacionados. O viajante expressa bem essa contradição: sua partida embute o espectro de seu retorno. Nos cumprimentos de despedida isso também é muito claro. Ao nos despedirmos de alguém dizemos "*até a volta*", '"*volte sempre*" ou "*volte logo*".

É muito comum turistas e viajantes praticamente terem como gozo da viajem exatamente a fantasia do retorno, impregnada de imagens de relatos das façanhas da aventura para aqueles que ficaram. Não seria absurdo afirmar que muitos partem para voltar, que o motivo de muitas partidas são os sonhos de ganhos com o retorno.

Mesmo os migrantes internos procuram preservar laços com sua região de origem, também eles sempre alimentando o sonho de retorno. Da mesma forma, aqueles que migram das pequenas para as grandes cidades retornam, freqüentemente, fazendo dessas viagens de passeio uma grande ocasião de reencontro com o passado. A imagem da pequena cidade ou do campo permanece viva e inalterada como um sonho de felicidade, à semelhança do imigrante que, mesmo tendo deixado seu país de origem, num momento de carência e sofrimento, ainda o preserva na memória como um Éden.

Se o retorno acompanha até mesmo as experiências de partidas mais amenas, como as de turistas e migrantes internos que se deslocam pelas cercanias do lugar que habitam, muito mais enfático e intenso será o desejo de retorno dos imigrantes, especialmente daqueles muito distantes de sua terra natal.

A miragem do retorno não acompanha apenas viajantes e imigrantes. Freud (1926)) chegou a atribuir o movimento do retorno a uma tendência geral do funcionamento psicológico. Segundo ele, o organismo tende a restabelecer um estado de equilíbrio anterior perdido. O objetivo do psiquismo seria, na sua base mais elementar, retornar a um estado anterior de ausência de qualquer estimulação ou de qualquer perturbação da quietude do gozo absoluto. O objetivo maior da vida seria o retorno ao estado inanimado. A impossibilidade de manutenção de um estado nirvânico é que poria o aparelho psíquico em funcionamento, no entanto, procurando resgatar o "paraíso perdido", tarefa essa fadada ao fracasso.

Calligaris (1992), interpreta as visões da América, cultivadas pelos Europeus, como sendo uma busca desenfreada de realização de um gozo absoluto. A terra rica e farta, capaz de enfastiar todos os sedentos e famintos estava ali disponível e bastante generosa, no imaginário desses imigrantes, bastando ser apropriada.

A "mãe terra natal" interditada e, por isso mesmo, incapaz de prover qualquer gozo e satisfação seria substituída no imaginário do imigrante europeu pela "*mãe América*", totalmente franqueada aos mais vorazes desejos. No plano psicológico, o impulso para migrar teria como referência essa busca de uma figura materna não interditada, capaz de aceder à realização plena do desejo, busca essa que, em última instância, tentaria retroceder a um estado anterior de gozo absoluto e de plena felicidade. Fatidicamente, quanto mais se procura avançar rumo ao objeto do desejo, mais se distancia de seu alcance e de uma plena realização, o que torna o homem um incansável ser desejante. Por isso mesmo, a realização plena dos desejos dos migrantes está fadada ao fracasso, tornando-os eternos aventureiros em busca de um tesouro perdido.

É comum os imigrantes se sentirem desapontados com o que vêem no seu retorno; sentirem um estranhamento maior do que aquele vivenciado anteriormente na chegada ao país estrangeiro. Afinal, trata-se de se sentir um estrangeiro no próprio país. Higa (2006), relata um caso bastante ilustrativo dessa condição de expatriado. Em suas entrevistas com decasséguis, realizadas no Japão, uma de suas entrevistadas relatou uma experiência curiosa. Sendo nissei, ao desembarcar no Japão, vindo do Brasil, não teve dúvidas em se dirigir ao portão de desembarque indicado para "Japoneses". Qual não foi sua surpresa quando um agente de controle do desembarque lhe indicou o portão reservado para "*estrangeiros*". Disse essa pessoa que, nesse momento, sentiu o peso de uma dupla expatriação: no Brasil a consideravam uma "japonesa" e no Japão a consideravam uma *"brasileira"*.Triste sina essa de ter que estar no Japão para poder se sentir reconhecido como um brasileiro!

O reconhecimento da dupla cidadania, no caso dos filhos de imigrantes europeus, e as facilidades e vantagens para se trabalhar no Japão, no caso dos descendentes de japoneses, têm permitido uma experiência singular. A possibilidade de os filhos e os netos de imigrantes retornarem para o país de origem de seus antepassados. Muitos descendentes estão conseguindo realizar o sonho de seus antepassados como se estivessem satisfazendo, tardiamente, um desejo parental que lhes fora transferido.

Essa passagem do desejo parental para os filhos, como uma herança ou desígnio inevitável, opera com bastante força nos descendentes. Tal como insistem, sobretudo os lacanianos, o sujeito se constitui no interjogo entre o desejo materno e a interdição paterna que recaem sobre ele. Diferentes autores e teorias, analogamente, enfatizam o papel das figuras parentais na constituição psicológica do ser humano. O desejo parental dirigido para os filhos ou o dos adultos, voltados para as crianças, exerce uma grande influência sobre seus destinos, como se fosse uma bússola que os orientassem em qualquer direção que pudessem tomar em sua trajetória de vida, ainda que fosse a direção oposta.

É bastante reconhecido o fenômeno das chamadas "*professias auto-realizadoras*" pelo qual uma expectativa prévia acaba se concretizando, como que se o sujeito não tivesse como fugir ou se opor àquilo que o outro espera dele ou deseja para ele. O próprio nome é uma forte marca simbólica que carrega desejos ou expectativas dos pais em relação aos filhos.

Evidentemente que o desejo parental não é soberano e nem vai se impor de forma inexorável. Aliás, é no enfrentamento desse desejo que a criança, progressivamente, se desaliena dessa condição de espelhamento de sua imagem na imagem do outro e adquire sua condição de sujeito, sua capacidade de desatrelar seu desejo do desejo do outro. No entanto,

tal desalienação não significa uma total independência, de maneira que traços do desejo parental estarão presentes no sujeito, não obstante recebam dele contornos e direcionamentos bem singulares.

Os decasséguis parecem tomados pela saga familiar marcada pelo desejo de migrar, pela busca desenfreada de uma vida melhor, pelo arroubo de ir, tão longe quanto possível, buscar aquilo que almejam. Ainda como impulso adicional, na imigração de retorno, há o desejo parental de retornar, de reaver o que foi deixado para trás, saldar eventuais dívidas ou mesmo cobrar o que julga ser devido.

Em toda essa complexidade das forças que atuam no impulso para a partida e no desejo de retornar, não se pode ignorar a repetição, a reiteração de algo que insiste em se manifestar justamente porque não foi suficientemente elaborado. Grosso modo, diríamos que o imigrante vai e volta sempre buscando algo que jamais conquistará, tal como um garimpeiro ou um apostador que acredita numa sorte maior. Esse mecanismo da repetição também foi bastante enfatizado por Freud (1926) como mecanismo básico do funcionamento psicológico. É fácil reconhecer esse mecanismo de repetição, por exemplo, na constante reprodução de padrões de relacionamento afetivo. Via de regra, mudamos as pessoas com as quais nos relacionamos, mas mantemos o mesmo tipo de relacionamento anteriormente existente, reproduzimos os mesmos conflitos, a forma de tratar o outro e assim por diante.

O próprio desejo, ao reiterar, o intento da busca de algo também repete ou reedita uma falta. A repetição se manifesta com todo vigor quando, sob o jugo de uma interdição, ocorre o banimento ou a repressão do desejo. Tal como enfatizava Freud (1900), desde sua ferrenha defesa da tese de que o sonho é uma realização de desejo, o reprimido tende a se manifestar, a retornar à consciência e, se não puder voltar em seu estado original, poderá fazê-lo sob a forma de um disfarce.

Ainda segundo Freud (1938), os sintomas neuróticos também decorrem do retorno de um desejo reprimido. Procurando romper as barreiras da censura, o desejo assume formas possíveis de expressão, driblando seus adversários, mesmo que para isso tenha que colocar uma roupagem que o torne irreconhecível.

A cultura popular também conhece sobejamente esse mecanismo de retorno do reprimido e o expressa através de ditados e jargões. A expressão "*tiro que saiu pela culatra*", bastante usada no linguajar popular, ou "*cuspir para o alto*" e tantas outras, aludem a esse processo de retorno daquilo que se tenta expulsar.

Para além das condições políticas, econômicas e sociais, o fenômeno migratório, principalmente a imigração de retorno, visto de um prisma psicológico, pode ser entendido como um processo de retorno de algo que foi anteriormente expulso ou descartado, como repetição de uma experiência dos antepassados. Mas exatamente o quê teria sido soterrado lá atrás e que os descendentes procuram reaver, para isso, tendo que repetir a saga de seus antepassados, porém, agora, voltando para o lugar de onde eles vieram?

Bauman (2005), referindo-se à colonização das Américas, afirma que o povoamento dessas terras resolveu o problema do excedente humano que assolava a Europa. É conhecida a tese de Gilberto Freire (1936), tese, aliás, bastante arraigada no pensamento popular, segundo a qual os portugueses enviavam para cá exatamente os enjeitados de lá.

Ainda que não corroborando teses que pressupõem a existência de intenções maquiavélicas no fomento de políticas migratórias, é forçoso reconhecer que tanto as ações governamentais como as iniciativas de agenciadores de migrantes e a própria iniciativa de partir não teriam sido tão exitosas, provocando grandes ondas migratórias, se não houvesse uma situação dramática que obrigasse os governantes a se desfazer de parte de seu povo e estimulasse os cidadãos a tomarem a medida extrema de se exilarem. Até mesmo o sonho prospectivo de uma vida melhor e o senso humano de aventura e conhecimento, não teriam sido tão candentes e capazes de assolar tanta gente se não estivessem acompanhados de uma premência de expulsão ou de retirada de uma parcela da população excedente, não absorvida pela economia.

O fenômeno do desemprego, na atualidade, retrata bem esse processo de produção de excedente populacional que precisa ser descartado ou enviado para o exterior como forma extrema de evitar conflitos internos e se desfazer daquilo que é indesejável.

A imigração de retorno traz de volta o que foi anteriormente expulso e silenciado pelo banimento e é nesse sentido que podemos falar em retorno do reprimido. Os europeus estão presenciando o refluxo de seus movimentos de ocupação das Américas e de outros continentes, enquanto o Japão começa a receber de volta, não por razões humanitárias, obviamente, os filhos de seus expatriados. Aquilo que antes não teve lugar ou não pode ser realizado no Japão e foi enviado para o Brasil, agora retorna, porém com outras roupagens. Não se pode dizer que a mesma condição de miséria e ameaça à sobrevivência que fez os primeiros migrantes japoneses migrarem para o Brasil agora, inversamente, faz seus filhos tentarem a sorte no Japão.

Mas é inegável que sem os apertos da economia brasileira e o conseqüente desemprego e, sobretudo, sem a falta de perspectivas animadoras, como é facilmente observável, não haveria uma disposição tão grande de nisseis em enfrentar todos os percalços para poderem trabalhar no Japão. Se não são mais a miséria e a pobreza - que se procurou evadir com a emigração japonesa para o Brasil – que estão retornando para Japão na pele dos decasséguis é, ao menos, a versão atual das dificuldades econômicas e de sobrevivência, além da herança do sofrimento psíquico que marcou profundamente a adaptação e integração efetiva dos imigrantes japoneses.

O que está sendo reeditado, é a esperança perdida, o desejo de vencer e de superar o fracasso (GALIMBERTTI, 2002). Esperança que, motivada pelas dificuldades objetivas encontradas no Brasil, reacende, no plano subjetivo, sobretudo, a imago materna.

A figura materna provedora, dadivosa é a imago presente nos anseios de busca do decasségui. Ele porta o desejo parental de encontrar a mãe justamente lá onde ela foi perdida. É movido pela esperança de encontrar a mãe boa soterrada no passado.

No plano psicológico, a imago materna e as interdições constituídas em torno dela, é o epicentro da força que movimenta o imigrante a buscar em outro lugar aquilo que lhe falta. Subjetivamente, a busca do alimento, da comida, do aconchego, da segurança, das realizações afetivo-emocionais mais básicas, incluindo as de origem sexual, encontra-se vinculada à figura materna.

Atuando como síntese espaço-temporal, ou seja, valendo-se do conjunto das experiências acumuladas ao longo da vida, o psiquismo funde as representações objetivas com as subjetivas, as atuais com as antigas. Nessa fusão, produz figurações várias e sentidos capazes de traduzir as vivências estabelecidas com o mundo mais distante e abstrato, naquelas estabelecidas no imediatismo do contato com os outros bem próximos. Por isso mesmo, a constatação de uma dificuldade econômica e social, realizada no plano objetivo do pensamento, como a do desemprego, por exemplo, receberá, inevitavelmente, significações oriundas de relacionamentos primários e de outras esferas psicológicas, fazendo com que possa soar para o sujeito como uma reiteração de experiências antigas de frustração vivenciadas no plano afetivo. É por um amplo caminho de conexões entre registros conscientes e inconscientes, englobando a multiplicidade de experiências atuais e passadas, que a percepção objetiva de uma dada realidade apreendida no plano macro-social pode se conectar com frustrações emocionais e afetivas vividas no relacionamento com as figuras parentais.

Portanto, as pulsões psicológicas básicas que fortalecem ou se entrelaçam às razões objetivas que impelem o nissei a realizar a caminhada de volta, visada por seus antepassados, se relacionam com as imagos parentais, responsáveis pelos mais primitivos e paradigmáticos registros de experiências de partida e retorno. O desejo de retornar à terra dos antepassados não se vincula apenas às experiências atuais, mas recebe de empréstimo as forças dos desejos sufocados pelas interdições que impediram seus antepassados de permanecerem em seu país natal e que o impedem de fazer o mesmo.

O desejo de retornar não se alimenta tão somente de um impulso aventureiro em busca de uma vida melhor, mas também de forças poderosas que emergem daqueles desejos insatisfeitos, interditados e reprimidos. Tais desejos brotam tanto das heranças adquiridas no espelhamento do sujeito nas figuras parentais (no desejo do outro), como das experiências de frustração fundadoras de suas carências, fundações essas constituídas primordialmente nos relacionamentos emocionais e afetivos.

O retorno como busca primordial de filiação

Higa (2006), em sua tese de doutorado, enfatiza o papel dos conflitos familiares na decisão do nissei em trabalhar no Japão. Segundo ela, muitos dos decasséguis vão para o Japão, não apenas por razões econômicas, mas também por conflitos emocionais-afetivos, destacando-se dentre eles os conflitos nos relacionamentos com os pais. Desentendimentos com a família, em muitos casos, prevalecem como principal motivo para a partida ou funcionam como deflagrador da decisão de abandonar a terra natal (o Brasil) e buscar na terra de seus antepassados uma vida melhor. Outros conflitos afetivos também podem preponderar como, por exemplo, uma desilusão amorosa.

Os casos de desavenças com a família expõem com muita clareza as conexões da migração com as matrizes de relacionamento afetivo, edificadas em torno das figuras parentais. Transparece aí, com bastante visibilidade, o desejo de se distanciar dos pais, da família, tal como ocorre em muitas histórias infantis, e, ainda, o desejo de encontrar em outro lugar, aliás, num lugar bem distante, a solução de seus problemas. Mas, no caso dos decasséguis, esse lugar bem distante é a terra de seus antepassados e, portanto, o que poderá encontrar serão exatamente as figuras fundantes de sua filiação – os pais de seus pais ou os avós de seus pais. Dessa maneira, sua busca, no fundo, enquanto impulsão psicológica é a de reencontrar as figuras parentais, aquelas mais antigas, imaginadas como dadivosas e capazes de preencher o vazio e ausência de filiação criado por aqueles que o renegaram.

A própria família incentiva a migração dessas "*ovelhas negra*" indispostas com os pais ou que vivem uma pressão familiar de desempenho e sucesso que se torna insuportável porque não conseguem corresponder a ela, ou seja, não conseguem corresponder aos desejos de seus pais e também não conseguem se desvencilhar deles. Vendo seus filhos como problemáticos, os pais incentivam sua migração como forma de punição ou mesmo como uma alternativa para seu sucesso (HIGA, 2006). Enquanto punição para seus filhos rebeldes, os pais acreditam que enfrentando o sofrimento de um trabalho árduo e duro e o sofrimento da distância em relação à família, amigos e ao país natal, teriam uma grande lição de vida e retornariam "*regenerados*". É a mesma crença, muito comum tempos atrás, de que o serviço militar ou o internato seriam capazes de recuperar os filhos desviantes ou rebeldes.

Mas a provação que recai sobre esse decasségui, praticamente expulso pela família e "*condenado*" a viver ou a passar uma temporada no Japão, é muito mais severa do que aquela que enviou jovens para internatos, para o serviço militar, para a casa de avós ou até mesmo que jogou muitos para fora de casa. Vai ter que se aproximar do cruel fantasma do malogro de seus antepassados na sua terra natal, pondo-se a frente a frente com aquela mãe que, apesar de farta hoje, foi a sovina que expulsou seus filhos. Vai ter que enfrentar o grande choque do não reconhecimento de sua filiação, como descendente.

Nesse sentido também, o decasségui carrega o desejo parental. O desejo de ser reconhecido no Japão, de ser tratado como japonês, como descendente, como filho ou neto de um morador nativo. O castigo maior e o principal desafio a serem vencidos pelo decasségui renegado, é realizar essa grandiosa missão familiar e trazer os troféus de seu sucesso, do seu reconhecimento no Japão, o dinheiro que, nesse caso, representa a generosidade da grande mãe japonesa. Conquista aquilo

que seus antepassados não conseguiram: o reconhecimento e o beneplácito da mãe ou uma anuência paterna que permite o acesso à parte das riquezas simbolicamente guardadas pela figura materna. Somente assim, o enjeitado pode retornar, tal como acontece nas histórias infantis, por exemplo, em João e Maria, em que os filhos postos para fora de casa, abandonados pelos pais pobres na floresta, retornam cobertos de glória e riqueza, após vencerem a bruxa malvada que, por sinal, habitava uma casa cheia de comida.

Ao voltar com alguma posse, o decasségui, mais do que poder conquistar sua autonomia e ajudar seus pais economicamente, realiza para sua família esse grande acerto de contas com o passado: o reencontro feliz com as figuras parentais simbolizadas pelo país.

Por ocupar uma posição de poder na estrutura das relações afetivas primevas, como reguladora do acesso ao objeto primordial do desejo, a figura paterna acaba por simbolizar a lei, portando as aprovações e interdições que recaem sobre o desejo. No entanto, embora possa parecer paradoxal, é precisamente a interdição fundamental do acesso ao gozo pleno do corpo materno que cria o lugar da lei na estrutura psicológica e estabelece a filiação. Pela interdição paterna, a criança descobre seu lugar como filho na constelação familiar e a partir daí visualiza sua posição como descendente.

A interdição do acesso pleno e irrestrito à figura materna, ao mesmo tempo em que cria a mais profunda marca da filiação, impulsiona o filho a buscar fora do grupo familiar as realizações de seu desejo. A proibição do incesto, lei fundamental da família e base de todas as outras leis, é que impõe aos filhos a inevitabilidade de abandonar a casa, sair de casa e fundar seu próprio lar. Essa é outra viajem primordial, equivalente à do nascimento, que faz o sujeito abandonar o ninho da casa dos pais e construir seu próprio teto. Uma partida sofrida, difícil, angustiante, rumo a um mundo desconhecido, cheio de atrativos, mas também de ameaças e perigos, mas que não pode ser evitada.

Aliás, convém assinalar que hoje se observa uma tendência dos filhos em permanecerem mais tempo morando com os pais, diferentemente de outras épocas quando desejavam ardentemente "*sair de casa*", se livrar da vigilância doméstica e ganhar a "*liberdade*".

Os decasséguis mais jovens, aqueles solteiros que ainda moram com os pais e resolvem rumar para o Japão, não têm como evitar o afloramento dessa experiência subjetiva que, inevitavelmente, unifica o embate com o incesto e o embate com as opressões e obstáculos que cerceiam outras realizações como conquistar um bom emprego e ter uma vida confortável. No caso deles, o "*sair de casa*" representa um corte ou um distanciamento profundo: vão buscar fora e muito longe tanto os objetos afetivo-sexuais como os demais objetos materiais necessários à vida. Não saem de casa simplesmente, mas saem do país natal, como gesto radical de protesto contra insatisfações e de busca de uma vida melhor. Mas é uma busca retroativa, que tenta recuperar as imagos parentais primitivas.

A figura paterna, pelo lugar que ocupa no circulo familiar como representante da lei, comumente exerce ou simboliza o poder de decisão última sobre quem fica ou quem deixa o núcleo familiar. É ele que, como um juiz, dá a palavra final censurando ou autorizando decisões de sua prole. A autorização para partir que, em muitos casos, soa como um castigo (HIGA, 2006) é subjetivada como um gesto da figura paterna e, dependendo da intensidade dos conflitos que acompanham essa experiência, pode soar como uma ameaça de expulsão ou de desfiliação.

No plano subjetivo, é como se, impedido pelo pai de poder continuar desfrutando os prazeres da vida sem muito esforço, por ter a mãe como grande provedora, o sujeito fosse expulso de casa e forçado a obter as realizações de seus desejos com seu próprio esforço. A religião cristã possui uma imagem muito forte para expressar esse tipo de castigo: Adão e Eva sendo expulsos do paraíso e tendo que ganhar a vida com o suor de seus rostos.

Os jovens, de maneira geral, vivem com muita angústia essa experiência de segunda perda do paraíso∗ quando saem de casa para estudar ou quando percebem a pressão dos pais para arrumarem um emprego e se tornarem independentes economicamente. É nesse momento que muitos jovens nisseis aprofundam a crise e acabam partindo para o Japão em busca de trabalho e independência econômica, acompanhados do fantasma da interdição paterna, vivenciada na relação com seus pais e com seu solo natal e acompanhados, ainda, pelo mesmo fantasma de expatriação herdado de seus antepassados.

O decasségui jovem, portanto, se depara com os desafios próprios de sua fase do desenvolvimento, com os desafios inerentes à sua história de vida e com aqueles que herda da saga de sua família, marcada pela imigração. No plano ontogenético, é vítima da severidade de uma autoridade paterna que, à semelhança do que ocorre com a criança na trajetória do seu desenvolvimento, não o deixa gozar no interior do grupo familiar, forçando-o a buscar a realização de seus prazeres bem longe dali.

A expulsão do paraíso, no sentido amplo, aconteceu com os primeiros migrantes e volta a acontecer com o migrante de retorno. Mas por que ele tentar voltar para um lugar de onde seus antepassados foram expulsos? Trata-se, fundamentalmente, de restabelecer a filiação, de reencontrar as figuras parentais primevas, de vincular-se às raízes mais profundas. O migrante de retorno porta o duplo desafio de reaver ou reconquistar uma antiga filiação para si e para seus pares.

Nesse sentido, o caso do decasségui que parte para o Japão como forma de elaborar conflitos familiares é paradigmática. Sentindo sua filiação ao grupo familiar abalada pelos conflitos com os pais, parte em busca de suas origens mais remotas, como forma de afirmar seu pertencimento às matrizes originais de sua linhagem e fortalecer seus vínculos com ela. Às vezes, acusado pela família de estar destoando do grupo, de estar se distanciando dos valores fundamentais e das

∗ A primeira perda ocorreu com o nascimento.

tradições familiais, acaba, no entanto, tomando para si a tarefa de tentar resgatar não apenas vínculos seus, mas os de toda a família, com as origens, numa grande empreitada de restabelecer ou fortalecer suas abaladas fundações.

A repetição do sentido de expulsão e da busca de refundação da filiação, que acompanha a saga familiar, transfere para o nissei decasségui uma missão na qual seus antepassados fracassaram e que ele também não conseguirá realizar.

O preconceito, a estigmatização dos decasséguis no Japão, a exploração do seu trabalho, semelhante àquela que seus antepassados sofreram no Brasil como imigrantes, e uma série de outros entraves tornarão um pesadelo o sonho ancestral do decasséfui em restabelecer no Japão suas antigas fundações e filiações.

Bibliografia

BAUMAN, Z. (2005). *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Zahar.

CALLIGARIS, C. (1992). *.Hello Brasil* ! notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil. São Paulo: Escuta.

DOLLOT, L. (1946). *.Les migrations Humaines*. Paris: Presses Universitaires.

FERREIRA, A. P. (1999). *O migrante na rede do outro*. Rio de Janeiro: Editora Te Corá.

FREUD, S. (1900-2002). A interpretação dos sonhos. *Obras eletrônicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. IV.

FREUD, S. (1926-2002). Além do princípio de prazer. *Obras eletrônicas completas de Sigmund Freud.* Rio de Janeiro: Imago, vol. XVIII.

FREUD, S. (1938-2002). O retorno do reprimido. IN: _____ Moisés e o Monoteísmo. *Obras eletrônicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, vol. XXIII.

FREYRE, G. (1936). *Casa Grande e Senzala*: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: Schmidt editor.

HASHIMNOTO, F (1998). *Ventos de outono*: uma fenomenologia da maturidade. São Paulo: Arte e Ciência.

HIGA, M.M. (2006). *Conflitos intrapsíquicos e interpessoais em um grupo de migrantes.* Tese de Doutorado. São Paulo: Instituto de Psicologia, USP.

KOLTAI, C. (1998) *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta – FAPESP.

MAFFESOLI, M. (2001). *Sobre o nomadismo*: vagabundagens pós-modernas. Rio de Janeiro: Record.

MEZZADRA, S. (2005). *Derecho de fuga*: imigraciones, ciudadanía y globalización. Madri: Traficantes de Sueños.

ROUANET, S. P. (1993). *.A Razão Nômade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

SAKURAI, C. (1998). Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada. 1908-1941. *Anais do XXII Encontro Nacional da ANPOCS*. GT9-Migrações. Caxambu: MG.

Migrações temporárias do Nordeste para o Sudeste do Brasil: Trabalhadore/as do Piauí para a agroindústria canavieira de São Paulo

Maria Dione Carvalho de Moraes
Universidade Federal do Piauí
mdione@superig.com.br
Francisco Alves Frazão
Universidade Federal do Piauí
franciscofrazao@yahoo.com.br
Teodório Rogério Júnior
Universidade Federal do Piauí
teorojunior@yahoo.com.br

Resumo*:* A pesquisa foi realizada na região Nordeste do Brasil, no Estado do Piauí, este, com alto índice de trabalhadore/as volantes, principalmente, para o trabalho agrícola temporário. A região Nordeste do Brasil desempenha papel histórico de fornecedora de mão-de-obra para a exploração da borracha na Amazônia brasileira, no final do século XIX e início do século XX, bem como no período da Segunda Guerra Mundial, e para a construção civil e indústria nacional no centro-sul brasileiro, sobretudo, nas décadas de 1960 e 1970. Mais recentemente, a chamada desindustrialização, aliada ao caos urbano, nas grandes cidades, vêm promovendo a chamada "migração de retorno" de nordestino/as. No entanto, persiste e se amplia a migração temporária, no caso em questão, para a agroindústria canavieira de São Paulo a qual mobiliza, anualmente, números expressivos de jovens (entre 18 e 35 anos), notadamente, do sexo masculino, para o trabalho nos canaviais. Por um lado, a região Sudeste com suas agroindústrias modernas; por outro, no Nordeste, uma mão-de-obra constituída por trabalhadore/as que vivem em condições de liminaridade social sendo, ambas situações, faces de uma mesma moeda. A pesquisa, de abordagem predominantemente qualitativa, demonstrou que a migração temporária é parte do modo e meio de vida de significativos contingentes populacionais dos quais buscaram-se apreender as condições de vida – em seus lugares de origem (microrregião piauiense de Valença, nos municípios de Barra D´Alcântara, Elesbão Veloso, Francinópolis e Várzea Grande) –, assim como a dinâmica do ciclo migratório, nas suas determinações e efeitos, sobretudo, em seus significados materiais e simbólicos para essas populações. O estudo focaliza o ponto de vista do/as migrantes evidenciando, ainda, a infra-estrutura dos municípios abordados. Nesse sentido, visa contribuir para interlocuções, sobremaneira, no campo das políticas públicas de geração de emprego e renda, e de combate à pobreza e às condições degradantes de trabalho.

I-Introdução

No geral, estudos sobre migrações internas no Brasil contemplam quatro categorias: a) migrações do campo para cidade; b) avanço das frentes agrícolas; c) migrações sazonais; d) fuga das secas. Acrescente-se a este rol, as abordagens de migrações por necessidade de mão-de-obra agrícola em São Paulo (da Bahia, de Minas Gerais, e do Nordeste); deslocamentos causados, a partir de 1960, por grandes obras governamentais de infra-estrutura (Transamazônica, hidrelétricas como Furnas, Itaipu, construção de Brasília-DF), deslocando-se o pólo das migrações nordestinas para o Oeste; êxodos causados por outras calamidades (além das secas: enchentes, inundações, intensidade de desmatamentos, etc)1 (Grupo Brasileiro, 1987)2. As áreas de evasão se localizam em zonas de pequenas e médias propriedades onde se expande a pecuária em antigas lavouras de café (Sudeste) ou algodão, feijão e milho e de zonas urbanas (Nordeste), bem como nas zonas tidas como estagnadas, os chamados "*corredores migratórios*" (Ribeiro, 1995)3.

No Brasil o tratamento desses deslocamentos internos vai desde postulados de um "*instinto migratório atávico*" (Velho, 1995, *apud* Lima, 2005, p. 16), especialmente de populações sertanejas4, até discussões contemporâneas acerca da questão agrária e da estrutura fundiária concentrada, não se podendo ignorar as referências à modernização da agricultura brasileira (Silva, 1982) e suas conseqüências para os trabalhadores do campo (Martine & Martins, 1987, 1993) e para o trabalho no campo, como a constituição da figura do trabalhador volante (Gonzáles & Bastos, 1977), que traduz, em si mesma, o fenômeno social da migração compulsória relacionada ao trabalho agrícola.

De fato, no Brasil, grandes centros urbanos, assim como regiões de intensa modernização agrícola, atraem trabalhadore/as pobres, em grande parte de origem rural, que migram de forma definitiva ou temporária, nesse caso, inclusive, sazonalmente, em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Uma das regiões brasileiras reconhecida pela sua expulsão de contingentes populacionais é o Nordeste, em especial os Estados do Piauí e do Maranhão5 (Novaes, 2007). Mais recentemente, volta-se a atenção para o trabalho escravo na agricultura (Silva, Silva, 2004, 2007).

O tema da migração tanto no interior do Nordeste brasileiro, quanto deste para outras regiões do país, inclusive, para o Sudeste faz presente em pesquisas científicas, música, artes plásticas, literatura, cinema, teatro, televisão. São abordagens das disparidades regionais do Brasil e, ao mesmo tempo, da seca, fenômeno natural tido como a principal causa da miséria e migrações de nordestino/as, embora tais disparidades estejam condicionadas tanto por resquícios da estrutura social da colonização brasileira, quanto pela divisão internacional do trabalho. No campo das pesquisas acadêmicas sobre migrações internas de populações camponesas no Brasil, é comum que estas relacionem a migração, principalmente, às mudanças nas relações técnicas e sociais de produção e à questão da concentração de terras no campo (Novaes, 2007).

O tema migração6, aqui, refere o deslocamento temporário de populações rurais ou de pequenas cidades tidas por Veiga (2001) como "*rurbanas*". Desdobramentos do termo migração, na literatura especializada, referem: migração interna, externa, voluntária, involuntária, primária, secundária, conservadora, inovadora, temporária, permanente. A Organização Internacional do Trabalho – OIT sugere que, por migrante, devem-se entender pessoas que passam de um país para outro por mais de ano, independentemente da razão da mudança7. Instituições internacionais de estatística definem como migração

---

1 Como pólo de forte atração demográfica, até o final dos anos de 1980, situam-se: a/ Brasília-DF e sua periferia, b/ áreas metropolitanas nacionais (São Paulo e Rio de Janeiro) e regionais; c/áreas de ocupação relativamente recente nas zona da mata do oeste paranaense e catarinense, d/áreas de mineração (Rondônia e Amapá); e/áreas de franja pioneira ao longo da rodovia Belém-Brasília; f/áreas de exploração madeireira g/áreas de expansão da fronteira agrícola dos cerrados. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], relativos ao Censo de 1970, cerca de 1/3 da população brasileira residia, naquele ano, fora do município de origem (Grupo Brasileiro, 1987).

2 No Brasil, deslocamentos populacionais, nos séculos XVII e XVIII se relacionam ao balizamento das fronteiras e a vários processos que se desenrolaram, nos séculos seguintes (Grupo Brasileiro, 1987), numa história guiada pela virtualidade da fronteira (Souza, C. V., 1997. A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: UFG). A abolição da escravatura intensificou deslocamentos prenunciadores do chamado "êxodo rural" que se tornaria marca registrada do país, vindo a se repetir, mais tarde, no contexto da chamada modernização conservadora (Silva, 1982) que produz os trabalhadores volantes (Gonzáles & Bastos, 1977) para os quais a migração inter e intra-regional é uma estratégia de sobrevivência (Menezes 2002).

3 Entre as quais se encontram áreas de erradicação do café, pelo Instituto Brasileiro do Café – IBC, como regiões de Minas Gerais e Espírito Santo; áreas de cafeicultura nas quais o café foi sendo substituído por culturas comerciais e pela pecuária de corte e leiteira, como extremo oeste paulista; áreas de antiga ocupação agrícola (cana-de-açúcar, sisal, algodão, feijão e milho) invadidas pela pecuária, via créditos oficiais, no Nordeste; áreas de economias estagnadas, caracterizadas pela pecuária extensiva, como Maranhão e Piauí; áreas caracterizadas como corredores migratórios, ocupadas por frentes pioneiras de posseiros.

4 Lima (2005) refere interpretações das razões dos altos níveis de mobilidade populacional das populações rurais brasileiras, sobretudo sertanejas, de diversos autores, e as suas próprias.

5 A região Nordeste do Brasil desempenha papel histórico de fornecedora de mão-de-obra para a exploração da borracha na Amazônia brasileira, no final do século XIX e início do século XX, bem como no período da Segunda Guerra Mundial, e para a construção civil e indústria nacional no centro-sul brasileiro, sobretudo, nas décadas de 1960 e 1970. Mais recentemente, a chamada desindustrialização, aliada ao caos urbano, nas grandes cidades, vêm promovendo a chamada "migração de retorno" de nordestino/as.

6 Movimentos geográficos de indivíduos e grupos se inscrevem na história da humanidade, sendo cada vez mais presentes nas sociedades atuais nas quais, como diz Martins (2003), o estranho seria a não-migração. Tais sociedades, em rede ou de fluxos (Castells, M. , 2000. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra) têm, nos movimentos migratórios, tema fundante dos dilemas contemporâneos, como as diásporas (Hall, S., 2003. Da diáspora. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG/Brasília: Representação da UNESCO no Brasil), e conflitos em torno das identidades e mediações culturais.

7 No debate da conceituação de migrante, há dificuldades na definição do termo para fins estatísticos pelo fato de que para se constituir em migrante não basta a intenção, devendo-se consumá-la, distinguindo-se, por exemplo, o migrante do residente temporário (Richmond, 1987). Sobre formulações estatísticas e suas conseqüências para a interpretação de questões sociais das migrações temporárias, no caso brasileiro, ver Martins (2003).

temporária a situação de pessoas que passam de um país para outro por mais de um mês, objetivando realizar trabalho (Richmond, 1987)8.

Aqui, aborda-se um processo de migração interna, temporária e sazonal9, de trabalhadore/as (cada vez mais, os dos exo masculino são os que trabalham diretamente nos canaviais) envolvidos no processo de produção de combustível a partir da cana-de-açúcar, no Brasil, no qual a agroindústria canavieira paulista, ultramoderna, atrai mão-de-obra temporária em regiões distantes do centro-sul e de baixa dinâmica econômica, com base em mecanismos arcaicos de aliciamento e contratação. Na Região Nordeste do Brasil, que desempenha papel histórico de fornecimento de mão-de-obra para outras regiões do país (Ribeiro, 1995), os Estados do Piauí e do Maranhão são dois principais fornecedores de trabalhadores/as agrícolas temporários, inclusive, para trabalho escravo (Silva, 2004) em diversas regiões do país.

Diagnóstico realizado pela Comissão Pastoral da Terra [CPT], pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura-FETAG/PI, e pela Pastoral dos Migrantes/PI (articulação que daria origem à Comissão Estadual de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo [CEPETE] (2003), registra que, no Piauí, 93% dos trabalhadores migrantes são do sexo masculino, com idade entre 18 a 35 anos, auge do vigor físico. A maioria não é alfabetizada ou o é funcionalmente; 83% trabalham na área rural, 64% nos canaviais, 91% são temporários, e 71% possuem renda familiar, no local de morada, de até 1 salário mínimo (CEPETE, 2003).

Nesse contexto, focalizamos esse fenômeno da migração temporária pelo prisma da reinserção precária de populações camponesas ou de origem camponesa, as quais se submetem, via de regra, a condições até degradantes de trabalho, de direitos e de vida (Silva, Martins, 1999, 2003), na insegurança, aqui e alhures, de quem sobrevive do trabalho temporário, num relativo e provisório apaziguamento de suas necessidades vitais (Pialoux & Beaud, 2003). Assim, a "*problemática social da migração*" (Martins, 2003) se encontra, sobremaneira, na "*reinclusão, no problema da dificuldade de inclusão, na forma patológica da inclusão"* (Martins, 2003, p. 127), na sociedade atual. Nesse sentido, essa migração é vista como deslocamento pelo qual os problemas, de fato, não se referem à saída de um lugar a outro, mas aos empecilhos à mudança de posição social no interior da sociedade, pelo estreitamento progressivo das possibilidades de reprodução e ascensão social.

Nessa direção, essas migrações são pensadas para além de suas dimensões território-demográficas e quantitativas exclusivas do seu sentido econômico.

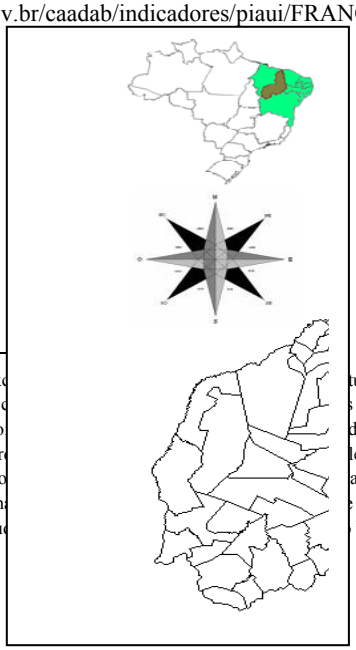
De fato, são deslocamentos sociais problemáticos para o próprio ser humano, em sociedades como a brasileira, em especial, a piauiense, nas quais se vivem longos períodos de estreitamento das oportunidades de vida.

> Trata-se, pois, do "(...) deslocamento social que existe no interior do deslocamento espacial, isto é, (...) [dos] fatores propriamente sociais, culturais e políticos embutidos no processo de migração" (Martins, 2003, p. 133).

Diz-se, assim, da inclusão degradada de pessoas no processo de acumulação ampliada do capital, que gera formas crescentemente perversas de inclusão marginal no mercado, dentre as quais até o trabalho escravo (Martins, 2003), de pessoas concentradas na extremidade inferior do espectro social de privação e desemprego, incluídas de forma marginal e residual na sociedade.

Na pesquisa com trabalhadores/as migrantes temporários/as sazonais do Estado do Piauí (Moraes, Frazão, & Rogério, 2007) pretendeu-se apreender as condições das famílias de migrantes, e a dinâmica do ciclo migratório nas suas determinações e efeitos, sobretudo seus significados materiais e simbólicos. Trata-se de uma migração que é parte do modo e meio de vida de significativos contingentes populacionais, sendo a microrregião de Valença (Fig. 1), especificamente os municípios de Barra D´Alcântara, Elesbão Veloso, Francinópolis e Várzea Grande, *locus* empírico da pesquisa, uma das grandes exportadoras de mão-de-obra para o trabalho agrícola temporário, no corte de cana, principalmente para o Sudeste brasileiro, em especial para o Estado de São Paulo10 (Fig. 2.)

Fig. 1- Mapa do Estado do Piauí, com destaque da microrregião de Valença e municípios pesquisados. Fonte: dtr2002.saude.gov.br/caadab/indicadores/piaui/FRANCINOPOLIS.pdf. com adaptações para este artigo



8 Dessa condição, exc… tudantes, passageiros em trânsito; b) residentes em áreas de fronteira, frequentemente em trânsito de fronteiras; c… s transferidas. Restam dois importantes grupos: a) pessoas que buscam emprego permanente, sazonal ou temporário… d, 1987). Deslocamentos populacionais inter e intra-regionais, entre estados ou municípios, como no caso brasileir… lesmente, migrações.

9 Embora o IBGE não… ação não tendo, portanto, estatísticas a respeito.

10 A partir do Piauí h… e Norte do Brasil, e vários outros municípios piauienses cujo/as trabalhadore/as vão para os canaviais da região Su… Norte do Brasil (Moraes et al., 2007).

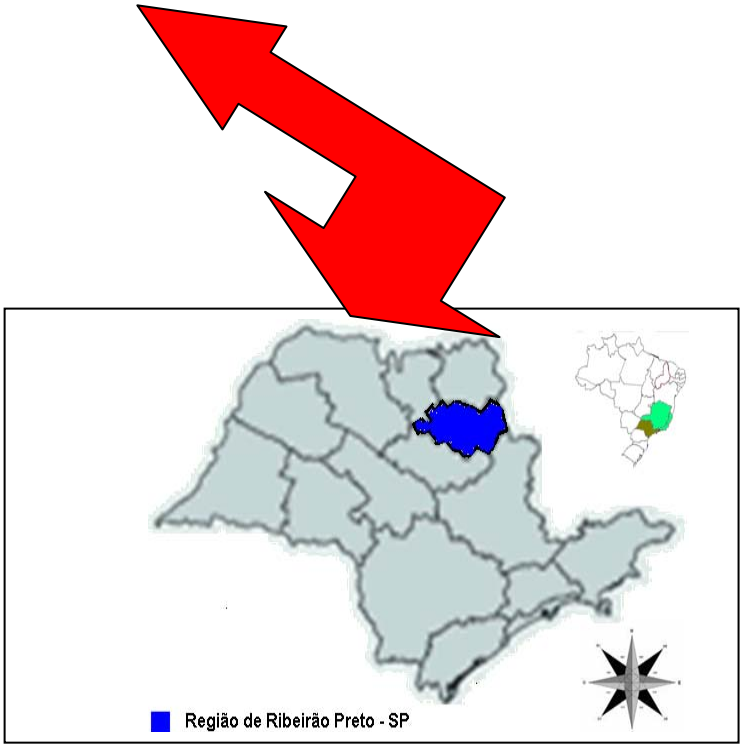


Fig 2- Mapa do Estado de São Paulo, com destaque para a região de Ribeirão Preto - SP, pólo agroindustrial da cana-de-açúcar, destino de migrantes piauienses. Fonte: http://www.igc.sp.gov.br/mapas(consulta em 29/11/08), com adaptções para este artigo.

Agregam-se, assim, novos elementos à reflexão sobre a temática da migração agrícola temporária para o trabalho no corte de cana, pela ótica de um grupo social que tem nesse tipo de migração uma das formas de reprodução social, por viverem em municípios que não oferecem outras possibilidades11. Nesse sentido, contribui para interlocuções na arena pública, sobretudo no campo das políticas públicas de geração de emprego e renda, no Piauí, nos municípios mais diretamente afetados, sobretudo no concernente à presença das novas gerações, objeto de cobiça das grandes empresas: uma mão-de-obra farta e a baixo custo, socialmente desprotegida e, politicamente, desarticulada.

Com o foco no ponto de vista dos atores sociais interpelados, as escolhas epistemológicas e metodológicas na relação sujeito/objeto na produção do conhecimento científico levam à tentativa da compreensão (Bourdieu, 1997) da questão social da migração com o essencial contributo do/as próprio/as migrantes, aqui entendido/as tanto como aqueles/as que migram quanto seus filhos/as, mães e pais, parentes e aderentes, enfim, sua família. De fato, vê-se com Martins (2003), que muitos/as daqueles/as que não aparecem nas estatísticas oficiais como migrantes sofrem deslocamentos do seu lugar social e das oportunidades de vida, como ocorre com filhos/as de migrantes que, embora não reconhecidos/as estatisticamente como tais, são, muitas vezes, vítimas da problemática social da migração. Assim, é "necessário pensar como migrante não apenas quem migra, mas o conjunto da unidade social [família] de referência do[a] migrante que se desloca" (Martins, 2003, p. 145). Nesse sentido, buscou-se, na pesquisa, fugir à definição da migração com categorias exmanentes ao universo social pesquisado e à realidade das pessoas abordadas, numa aproximação metodológica ao que Martins (2003) refere como uma fenomenologia da migração, de modo a incorporar, ao conhecimento do problema, a construção que se processa na consciência do/as próprios/as migrantes temporário/as, sem embargo de informações quantitativas buscadas para a construção de dados12.

Na pesquisa de campo, realizada em agosto de 2005 e maio e abril de 2006, foram gravadas 40 entrevistas semi-estruturadas (Bourdieu, 1997; Gaskell, 2003; Jovchelovitch & Bauer 2003) com migrantes e familiares, gestores públicos municipais e assessores, cujo conteúdo foi transcrito e analisado a partir de leituras verticais e horizontais (Michelat, 1987) visando à construção de sentidos (Spink, 2000). Registros nos diários de campo (Brandão, 1982, Whitaker, 2002), a partir do trabalho de observação direta (Cicourel, 1990; Foote-Whyte, 1990; Zaluar, 1986) – também se somaram à constituição do *corpus* de pesquisa. O diálogo com referências teóricas visa à compreensão e aventa explicações sobre a problemática abordada13.

11Para detalhamento, ver Moraes et al. (2007), em especial, anexos de 1 a 13.

12Sobretudo no que tange à realidade infra-estrutural dos municípios e da microrregião: sua dinâmica econômica e presença de programas e políticas públicas (Moraes et al., 2007).

13 A esta pesquisa, associou-se, ainda, a produção de um documentário em vídeo (Novaes, Alves e Vidal, dir. "Migrantes", 2006, vídeo DVD, '45. MP2 Produções, Brasil, colorido) que de forma mais abrangente registra a condição de trabalhadores da cana na origem (Piauí e Maranhão) e no destino (São Paulo).

II- Do CAI canavieiro paulista e do trabalho sazonal de migrantes temporários

Há continuidades e mudanças nos movimentos populacionais inter-regionais brasileiros no início do século XXI: a concentração fundiária, as dificuldades inerentes à pequena produção agrícola no Nordeste, a atratividade de São Paulo como um dos grandes pontos de chegada de nordestinos, a presença de migrantes nordestinos trabalhando no mercado informal e na construção civil em São Paulo e no Rio de Janeiro, indicam como a migração continua a refletir as disparidades regionais brasileiras No entanto, há mudanças significativas nos tipos de trabalho exercido pelos migrantes, como, por exemplo, a moderna agricultura paulista que utiliza o trabalho sazonal de migrantes nordestinos (Novaes, 2007).

Cabe então, perguntar, com Francisco Alves, por que o Complexo Agroindustrial (CAI) Canavieiro, no Brasil, em mais uma de suas fases de expansão cíclicas14 necessita de trabalhadores rurais provenientes de regiões cada vez mais distantes? A propósito, registre-se que, a partir de 2001, houve grande afluxo de trabalhadores maranhenses e piauienses, no movimento pendular das migrações sazonais, para a região paulista do CAI canavieiro (Alves, 2007).

Para este autor, trata-se de dois momentos "*casados*" (Alves, 2007, p. 24), pois, as condições de competitividade do CAI canavieiro, como da quase totalidade de produtos do agronegócio brasileiro, em que pesem os investimentos em inovações tecnológicas, repousam, ainda, em fatores tradicionais: terra barata, mão-de-obra e forte impacto ambiental, assim como as novas exigências no corte de cana não decorrem do avanço tecnológico *strictu sensu*, mas da necessidade de maior produtividade do trabalho. Isto, por sua vez, requer maior dispêndio de energia física, com salários historicamente rebaixados. Assim, o desemprego friccional que se observa decorre do fato de migrantes nordestinos, em especial, dos Estados do Maranhão e do Piauí, estarem mais aptos a suportar os rigores da produção canavieira do que os trabalhadores locais, em grande parte, ex-migrantes, já estabelecidos na região canavieira de Ribeirão Preto (Alves, 2007).

Isto significa que o CAI canavieiro paulista demanda trabalhadores que tenham as qualidades requeridas pelo seu processo de acumulação recente: elevada produtividade do trabalho; elevada capacidade física para execução de um trabalho penoso; disponibilidade para receber baixos salários. Nesse sentido, lembra o autor que a região Nordeste, crianças e jovens, socializados desde a infância no âmbito das tradições da pequena produção familiar, estão, desde muito jovens, aptos ao duro trabalho agrícola15 (Alves, 2007). A precariedade das condições de reprodução social, na origem, os expulsa para buscarem trabalho alhures (Moraes *et al.*, 2007). Por outro lado, a necessidade de dinheiro para prover a família, em terra estranha, e o temor do fracasso, contribuem para que esses trabalhadores não manifestem desacordo ante exigências requeridas no processo de trabalho, seja em termos de produtividade e esforço físico, seja em termos de remuneração (Alves, 2007).

Sem dúvida, a modernização e expansão dos canaviais provocam novas configurações nas migrações de trabalhadores do Nordeste para São Paulo, como muitos postos de trabalho sendo extintos nos canaviais. Por outro lado, houve contratações de trabalhadores mais qualificados, tais como engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas. Nesse sentido, mudanças tecnológicas16 e a expansão do cultivo de cana no Brasil, principalmente em São Paulo17, produzem mudanças que afetam a vida dos trabalhadores no corte da cana e nas suas regiões de origem. De fato, nos últimos anos, as usinas passaram a exigir maior produtividade – a chamada "*média*" (Silva, 2007) - e maior disciplina no trabalho, embora os instrumentos de trabalho dos cortadores de cana continuem, praticamente, sem mudanças significativas (Novaes, 2007). Nesse contexto, somam-se modernização da colheita, fim das queimadas e aumento da produtividade18 – em 1980, seis toneladas de cana por dia; em 1990, dez toneladas por dia (Alves, 2007).

No que tange ao perfil do trabalhador atual exigido para o corte de cana, contratam-se preferencialmente jovens do sexo masculino19, pela resistência e força física; os mais assíduos e os mais escolarizados. São trabalhadores obrigados a cortar, no mínimo, 10 toneladas de cana por dia20, o dobro da média de 1991, que era de 5 toneladas/dia, por trabalhador.

---

14 Para detalhes, cf. Alves (2007)

15 Tal "aptidão" não pode ser naturalizada, sob pena de transformar-se em mais um rótulo atribuído a populações rurais do Nordeste, principalmente, quando se considera que, no imaginário brasileiro – o qual expressa a ambiguidade da junção de uma representação encantada da natureza com uma concepção moderna – quanto mais supostamente próximo do mundo natural, menos valorizado na hierarquia social (Da Matta, R. 1994. Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Rocco). Sem dúvida, esses trabalhadores são capazes de exercer a atividade do corte-de-cana, de fato, tipo de especialização que precisa ser compreendida como algo processado na experiência (Thompson, E. 1981. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar).

16 A partir dos anos de 1990, incorporam-se novas variedades de cana, novas técnicas de cultivo, e mecanização da lavoura. O corte mecanizado da cana cresce no Brasil e atinge, no Estado de São Paulo, a taxa de 35%, principalmente devido à proibição de queimadas. Algumas usinas já chegam a 80% de mecanização, embora esta não atinja o conjunto das usinas e, apesar da diminuição do corte manual em cada unidade de produção, o número absoluto de trabalhadores nordestinos que migram para cortar cana, principalmente em São Paulo, nos últimos anos, tem aumentado, devido ao aumento da área cultivada. Assim, os cortes mecânico e manual convivem nesse modelo, tendo aumentado, também, o número de contratos de trabalho por tempo indeterminado, principalmente nas usinas mais mecanizadas. Isso leva a migrações definitivas ou à permanência de migrantes por tempo mais prolongado, no destino. Mas o contrato de trabalho temporário continua de forma intensa. Cada usina monta a sua própria estratégia de produção (Novaes, 2007).

17 Açúcar e álcool ocupam situação favorável no mercado internacional. Os canaviais brasileiros se (re)modernizam e aumentam a área cultivada. Grupos financeiros internacionais investem na atividade, no Brasil (Novaes, 2007).

18 Algumas características desse processo: modernização perversa, com mecanização da produção da cana e consequente perda de milhares de postos de trabalho; desemprego estrutural: a taxa de crescimento da população que se oferece no mercado de trabalho é maior que a taxa de demanda por trabalhadores pelas empresas; desemprego friccional: inadequação da oferta de força de trabalho aos novos postos criados. Assim, baixa demanda por trabalhadores e elevada oferta de mão-de-obra dão azo à queda de salários e aumento da produtividade (Alves, 2007).

19 Morais (2007) refere a diminuição do trabalho de mulheres no corte da cana, em São Paulo.

20 Trabalhadores que não consigam manter essa média nos dois primeiros meses de experiência são substituídos por outros e que a média de produção diária em grande parte das usinas da região de Ribeirão Preto passou a ser 12 toneladas de cana/dia (Alves,2007).

Com o pagamento por produção21, ganha mais quem mais produz tendo-se, inclusive, premiações individuais aos mais produtivos, tidos como "campeões de produtividade" (Novaes, 2007, p. 98) que assumem, também o papel de ensinar a outros cortadores de cana a sua arte de cortar cana22 de forma rápida e com a qualidade requerida23. A média do ganho do cortador de cana, por mês, nos canaviais paulistas, é de R$ 400,00 a R$ 850,00, com os "campeões de produtividade" chegando a R$ 1.200,00 (Novaes, 2007)24. Nesse processo, as usinas querem atingir tanto maior produtividade, quanto trabalhadores subordináveis ao chefe e fiscal da turma, indicadores da contratação (Alves, 2007). Apenas trabalhadores que cortam mais de 12 toneladas de cana/dia atingem salário próximo ao piso praticado na década de 1980. 12 toneladas de cana correspondem, exatamente, ao dobro da produtividade média na década de 1980 (Alves, 2007).

Os elevados padrões de produtividade exigidos pelas usinas, aliados à disciplina do trabalho e às condições de trabalho inadequadas, incluindo a alimentação, deixam os trabalhadores mais vulneráveis a doenças e acidentes no trabalho, sendo comuns as queixas de febre, dores no corpo e na coluna, e cãibras, estas, freqüentes pelo excesso de trabalho e conhecidas como "*doenças de cortadores de cana*" (Novaes, 2007, p. 107). As doenças provocadas pelo trabalho no corte da cana comprometem a produtividade. Assim, as usinas têm procurado uma solução técnica: soros e remédios adotados, muitas vezes pelos próprios trabalhadores (automedicação) com vistas a garantir um ritmo de trabalho para além da capacidade física de muitos (Novaes, Silva, 2007, 2007). Mas aposentadoria por invalidez e mortes de trabalhadores jovens são algumas das conseqüências do excesso de trabalho, principalmente na "*Califórnia à Brasileira*" (Novaes, 1991), ou seja, na região paulista de Ribeirão Preto, *locus* de um dos maiores agronegócios do mundo, e responsável por grandes saldos na balança comercial do Brasil nos últimos anos (Silva, 2007).

Como lembram Silva e Queiroz (2006) e Silva (2007), os locais de moradia dessa população migrante nos locais de destino são áreas pouco valorizadas no entorno metropolitano e de precária infra-estrutura urbana (ruas não-pavimentadas e falta de rede de esgoto). São lugares em que é frágil a presença do Estado e onde existe acentuada instabilidade social com elevados índices de criminalidade. È comum que a migração se faça em grupo, através de redes sociais (Carneiro, Sousa, & Marinho, 2007), envolvendo parentes e amigos já instalados nos locais de destino, muitas vezes com oferta de acomodação provisória25.

III- "Territórios da arribação: dos municípios pesquisados

O vai-e-vem de migrantes temporários, sazonalmente demarcado pelas safras da cana, metaforicamente, lembram, no Nordeste brasileiro, as aves de arribação, arribaçã ou avoante, popularmente a *"ribaçã*" que, anualmente, nos meses de março e abril reúnem-se em certas regiões para desovar e, então, vêem-se abatidas. São aves que migram, temporariamente, deixando a região e a ela retornando26. Analogamente, pensamos nos locais de origem do/as migrantes como territórios de arribação, em termos fisiográficos e socioeconômicos.

Em termos fisiográficos, o Estado do Piauí se situa em zona de transição entre o Nordeste Oriental semi-árido e a Amazônia úmida, apresentando áreas de vegetação e clima de transição. Os municípios pesquisados apresentam fisiografia transicional de caatinga-cerrado e um regime de chuvas correspondente, com duas estações: "*inverno*", estação das chuvas – de novembro a março, podendo iniciar-se até mesmo em outubro, indo até abril, em anos tidos como "*bons de chuva*" – e "*verão*" ou estação seca – de abril a outubro. Na primeira estação, é intensa a atividade agrícola; na segunda, a entressafra, quando se vive do que se colheu na estação anterior, do fabrico e comercialização de farinha de mandioca, do manejo do gado [*vacum*], do extrativismo (em especial, do coco babaçu), da diária pelo trabalho prestado a fazendeiros e/ou a

---

21 "Se os trabalhadores adquirissem o controle de seu pagamento, as usinas perderiam o principal meio de pressão para aumentar a produtividade do trabalho, isso porque, se os trabalhadores soubessem quanto ganhariam teriam a possibilidade de interromper o corte quando quisessem, isto é, quando achassem que sua força física, seu corpo, deveria ser preservado, por estarem em seu limite de resistência, pois já teriam conseguido um montante de salário compatível com suas necessidades de reprodução" (Alves, 2007, p. 36).

22 Em São Paulo, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural- SENAR, associado à Federação de Agricultura do Estado de São Paulo, oferece cursos de treinamento de corte de cana para trabalhadores (Novaes, 2007).

23 Fiscais de turmas de trabalhadores são exigentes quanto à qualidade do corte mas os trabalhadores referem a "gatunagem" na remuneração equivalente à sua produção, embora se calem por prudência ou necessidade de preservar o emprego. As formas de pesar a cana e de medir a área cortada trazem prejuízos aos trabalhadores, nos seus ganhos no final do mês ou quinzena (Novaes, 2007). Mas já há respostas dos trabalhadores a tais situações, como mostra Novaes (Novaes, J. R., dir., 2002. "Quadra fechada", VHS, '25, Brasil. Colorido) que apresenta um sistema de controle, pelos trabalhadores, da metragem de cana cortada. Além disto, o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Grupo Móvel de Fiscalização Rural do Ministério do Trabalho e Emprego têm condenado recentemente, nos canaviais, intermediadores de mão-de-obra e usinas por aliciamento de trabalhadores e por condições de trabalho análogas às de escravo (Novaes, Silva, 2007, 2007).

24 Vale lembrar as condições de trabalho: 1/ quantidade de cana cortada por cada trabalhador depende: a/ de sua habilidade e resistência física, para desenvolver as diferentes atividades, cansativas, realizadas a céu aberto, na presença do sol, poeira, fumaça, fuligem, calor, roupas e instrumentos de trabalho pesados. Não é qualquer trabalhador que possui disposição e resistência física para trabalhar sob essas condições; b/ das exigências impostas pelas usinas à realização do trabalho, as quais não estão sob controle do trabalhador, mas interfere em sua capacidade de produção; 2/ Para reduzir gastos, algumas usinas os repassam aos trabalhadores, o que exige maior número de atividades realizadas, sem pagamento (Alves, 2007).

25 As cidades-dormitório no interior paulista são afetadas pelo ritmo e tempo de trabalho dos migrantes, em especial, de nordestinos. Nos períodos de entressafra, essas cidades ficam desertas, os becos vazios. Por seu turno, inúmeras cidades nordestinas são transformadas por esse trabalho: na safra da cana, geralmente, permanecem, ali, mulheres, crianças, idoso/as, aposentados. Somente quando as cidades-dormitório se esvaziam é que muitas cidades nordestinas recebem os seus filhos ausentes (Novaes, 2007). Lembramos, ainda, que permanecem, nas cidades de origem, os "severinos" (Moraes & Rogério, 2008) descartados do trabalho no corte de cana.

26 Em vídeo produzido a partir de pesquisa que realizou com migrantes do Vale do Jequitinhonha-M (Silva, 1999) compara trabalhadore/as daquela região a "Andorinhas nem lá nem cá".

prefeituras, e de serviços extras em ofícios vários. A agropecuária dependente das chuvas e sujeita a veranicos que prejudicam a safra dos legumes27 e a formação da pastagem natural e cultivada.

A área estudada situa-se na Mesorregião Centro-Norte, Microrregião de Valença do Piauí (Fig.1) constituída por 14 municípios28. A população total (3,63% do Estado [do Piauí]) é estimada em 103.193 pessoas, (50.743 a masculina, e 52.450 a feminina), com 57.571 pessoas residindo na zona urbana e 45. 622, na rural. A área total dessa microrregião é de aproximadamente 13.206 Km², correspondendo a 5,26% da do estado. A densidade demográfica é de 7,81 hab/ Km² (Adrião Neto, 2003).

A economia da região tem base agropecuária sem, no entanto, contar com a dinâmica do agronegócio. No mercado formal de trabalho, os empregos são escassos e suas maiores fontes são a administração pública ligada ao Estado e aos municípios, havendo, por parte da iniciativa privada, ínfimas possibilidades de empregos, seja no comércio, serviços, agropecuária e outras atividades, o que caracteriza os municípios como de baixa dinâmica econômica (Caixa Econômica Federal [CEF], 2003)29 e de frágil estrutura de serviços básicos. Indicadores de exclusão social e de privação desses municípios (Lemos, 2005), evidenciam diferenças gritantes em relação aos índices observados na capital do estado, Teresina, para o ano de 2000. Os quatro municípios encontram-se situados entre os índices 0,000 e 0,400 de exclusão social30 e sua classificação, por ordem decrescente, no estado, no ano de 2000, é a seguinte: Elesbão Veloso ocupa o 72º lugar, com 0, 342, Várzea Grande, o 124º lugar, com 0,326, Francinópolis, o 145º lugar, com 0,320 e Barra D´Alcântara, o 154º, com 0,316 (Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais [CEPRO] 2004).

Os estabelecimentos agropecuários concentram-se na faixa de menos de 10 hectares, um perfil minifundista, padrão, da agricultura familiar camponesa microrregional. Considerando-se o total de estabelecimentos (13.487) e multiplicando-se esse valor por 6 (número médio estimado de pessoas por família camponesa, na região), tem-se um total de 80.922 pessoas o que indica a densidade numérica dessa população na microrregião de Valença. Nos quatro municípios, o número de estabelecimentos é de 4.249. Multiplicado por seis, tem-se um total de 25.494 pessoas envolvidas na agricultura familiar31. Quanto à classificação dos imóveis rurais, esta, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [INCRA] (Lei 8.629/90), é a seguinte: minifúndio - área: de 0,1 a 69,9; pequena propriedade – área: de 70,1 a 280,0; média propriedade - área: de 280,1 a 1.050,0, grande propriedade - área: de 1.050,1 a mais.

Quando se toma o total de estabelecimentos envolvidos com a agricultura familiar nos quatro municípios e a classificação dos imóveis rurais feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -Incra, seguindo-se a definição do Pronaf, para se ter o total de imóveis rurais (minifúndios e pequenas propriedades) relativos ao que se convenciona chamar de agricultura familiar, dá um total de 1.289 imóveis na região, considerando-se os imóveis de 0,1 a 280 ha32.

IV – Das "aves de arribação": atores sociais, trajetória e significados

Vário/as entrevistado/as residem na periferia da cidade o que não significa ruptura total de laços com a vida rural e com o trabalho agrícola, sendo comum, na alegação de motivos da migração do "interior"33 para a cidade, o estudo de filhos/as, a busca de melhores condições de moradia e melhor acesso a serviços básicos. O vínculo estreito com o trabalho na "roça" (trabalho agrícola), como lembra Woortmann (1990), quando fala de campesinidade, para pensar essa qualidade do grupo social investigado. Parte significativa dessa população se enquadra no perfil que o Incra define como minifundistas (0,1 a 69,9 ha), enquanto outra parte nem chega a nela se enquadrar, por não deter a propriedade da terra. Ambas as categorias praticam o sistema de agricultura conhecido como "roça-de-toco" (Moraes, 2000), pagando a renda em produto ou em trabalho, pelo sistema de meia ou de terça. São meeiro/as, parceiro/as, moradore/as, arrendatário/as e pequeno/as proprietário/as minifundistas, este/as, muitas vezes, sem ter como cultivar as próprias terras, pela sua má qualidade, ou por falta de recursos necessários ao investimento mínimo requerido. É uma população com acesso precário à terra.

> A terra (...) não é minha não. Eu moro de morador e agora o dono quer lotear o chão. Eu nasci e me criei aqui. Eu tô com cinquenta e dois [52] anos aí, depois de eu casado com trinta e três [33] anos de casado. Agora eu moro de morador. Agora, o cara quer lotear o chão. Ali, aquele, dali, o rapaz andou aqui e disse: "- Não. [não precisa pagar]". Já tô velho de morador, e aquela casa, ali, [ele] cede pra mim. Não pago nada . Agora, eu fiz essa levadinha aqui [um bar ao lado da casa] porque os

---

27Ferreira (Ferreira, A. B. H., 1999, Novo Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira) registra como legume "qualquer cereal no sertão". Mas há variantes na classificação verduras/legumes segundo os momentos do processo produtivo (Heredia, B. M. A., 1979. A morada da vida. Trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra).

28 Aroazes, Barra D´Alcântara, Elesbão Veloso, Francinópolis, Inhuma, Lagoa do Sítio, Novo Oriente do Piauí, Pimenteiras, Prata do Piauí, Santa Cruz dos Milagres, São Félix do Piauí, São Miguel da Baixa Grande, Valença do Piauí, Várzea Grande. Pela regionalização do estado, de acordo com a Secretaria de Estado do Planejamento, a microrregião de Valença situa-se na Macrorregião Semi-Árido, no Território de Desenvolvimento Vale do Sambito, e no Aglomerado de Municípios 11 (Fundação CEPRO, 2004).

29 Para detalhes de indicadores municipais, cf. Moraes at al. (2007), sobretudo, anexos 8, 9, 10 e 11.

30 Quanto maior o índice, melhor a situação do município. Ver anexo 12, em Moraes at al. (2007).

31 No Brasil, o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar-Pronaf considera como de agricultura familiar o estabelecimento de até 4 módulos rurais. Nos municípios da pesquisa, boa parte das famílias camponesas, pequenas proprietárias, sequer atingem 1 módulo que, nos municípios da região corresponde a 70 hectares.

32 Para detalhes dessas informações quantitativas, ver anexos em Moraes at al. (2007).

33 Sobre o uso corrente do termo "Interior" no Piauí, ver Moraes (Moraes, M. D. C.,2006, julho. "Ainda queremos ser...tão?"(reflexões sobre identidade cultural e imaginário de sertão no Piauí). Anais da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia. "Saberes e Práticas Antropológicas : desafios para o século XIX". Goiânia, GO, Brasil, Cd Rom).

> meninos gosta de beber, aqui, uma cachaça. Aí, pra botar dentro de casa, lá, aonde a gente mora, fica meio complicado, né? É uma zoada, bagunça, aí, eu disse: "- Eu vou fazer um vãozinho de casa bem aqui". Aí, agora eu fiz. Já tá dentro de três [3] anos que eu fiz. E, aí, agora, o cara disse que aquele chão, ali, tá certo que fica pra mim, mas esse daqui tem que comprar por duzentos e cinquenta e nove reais [R$ 259,00]. (...) A renda é de duas [2] quartas por tarefa. Se fizer cinco [5] tarefas, você paga dez]10] quartas. Se você fizer uma [1], paga duas [2]. Se fizer duas [2], paga quatro [4]. Se fizer quatro [4] paga oito [8]. (L. G. S. S., localidade Campestre, Francinópolis).

> (...). As terras têm proprietário. Tem gente que tem a terra, sabe? Mas tem outros que não têm que nem o meu marido. Ele não tem. Vai trabalhar, por exemplo, no Chico da Ana Rita, no Demostes, no pai do Alberto Abraão que têm terra pro povo plantar, sabe? Que nem eles planta no [rio] Berlenga. Tem os dono das terras, aí, no Berlenga que eu não sei quem é tanto os nome das pessoas quem tem e não tem, sabe? São muitos. Aí, vai. Pega duas [2] ou três [3] tarefas aradas aqui no Berlenga, aí, planta. Quando foi esse ano plantou, estiou o inverno e morreu um bocado. Aí, escapou uma parte. O Berlenga veio e comeu. Tem um bocado, aí, que o arroz já virando a ponta do cacho pra madrucer [amadurecer] o Berlenga entrou e apodreceu tudo. Os que plantam nos alto, que nem o vizinho, aqui, vai plantar lá perto do Bom Princípio. O meu marido.. A gente mora aqui e vai plantar abaixo [depois] da costaneira do Bom Princípio Fica naquele jogo de pega e não pega. (...) Lá é [arrendado]. Meu marido mesmo é arrendado. Esse ano, não. Porque é um pedacinho velho, lá, da família do tempo dos avôs, dos bisavôs dele. Mas, aí, é pequenininho. Não dá pra plantar quatro, cinco [4,5] anos, [na] mesma terra só. Mas a maioria são o quê? É três [3] quartas de legume por tarefa, quando pega. Quando não pega fica só o bagulho lá, os pés de arroz, de milho pro dono botar o gado. Não tem renda. Aí, não tem como pagar renda. [A casa] (...) é minha mesma. A dela [da vizinha] aqui é dela. Mas tem gente que não tem. Mora de aluguel. Paga cinqüenta reais, sessenta reais [R$ 50,00, R$ 60,00] de aluguel. É assim. (...) As terras lá [no interior], a maioria é do Estado. Porque os rendeiro de lá, os donos de terra de lá era de herança de antigamente, mas não tem como as pessoa ter o dinheiro pra comprar uma propriedade pra ser o dono. Aí, tô com esse pedacinho lá. Mas lá, mesmo, tem terra mesmo de gente que bota aqueles rendeiro. Lá mesmo no interior tem vizinho que trabalha arrendado. (...) A gente não tem terra. Esse ano mesmo a gente plantou no pedacinho lá que era herança dos avôs dele [do marido], mas a gente planta arrendado. Paga renda (D. R. S., bairro Grilo, Várzea Grande).

Esse modo de vida se ancora numa agricultura de aprovisionamento dos mínimos vitais, cujos principais legumes cultivados são arroz, milho, feijão, fava, mandioca para o fabrico da farinha e da goma, e macaxeira para o consumo humano. Associa-se a isto a criação de pequenos animais (ovelhas, galinhas, porcos e, às vezes, alguma "semente de gado"34, e a produção de algumas verduras e frutas (abóbora, melancia, banana) tudo isto sem produção de excedentes para comercialização.

> (...) Planta o milho, planta o arroz e feijão, são estes três [3] produtos que a gente planta. (...) O principal trabalho aqui só a roça; [criação] só ovelha. (...) Muito difícil [vender a produção], até porque o que a gente vem pegando só dá pra despesa e muitas vezes não dá nem pra alcançar a outra. Vamos dizer a gente faz a colheita nos meses de maio, abril e maio. Vamos dizer que a produção que a gente pegou não chega até junho do outro ano, porque por causa dos invernos, quase não chove, chove dois [2] meses. Os meses de se fazer o plantio é dezembro e janeiro, aí, vem chover em fevereiro, só da pra se plantar milho, porque arroz não tem mais graça: vou plantar em fevereiro porque ele tem que segurar em abril, porque já o mês de maio não chove, aí, fica difícil. Então, a gente vende mas é muito difícil. Só [no] caso [de] acidente, mesmo, uma doença, vende uma carga de legume pra comprar medicamento. Muito difícil [todo mundo aqui] é a mesma coisa, só é caso de acidente. Se não ser, não vende não, porque se vender vai comprar amanhã, que a produção é pouca (J. B. S., localidade Chapadinha, Elesbão Veloso).

> Eu tô com nove [9] anos que sou casada com ele e quando ele pega arroz, às vezes, a gente vende porque quando vêm as dificuldades, assim, para você comprar um remédio pra você pagar, assim, um talão de água ou alguma coisa, a gente vende porque é obrigado a vender porque não tem de onde tirar. E se você tiver [que vender], você vende. Ele [marido] é muito difícil vender, mas só vende, assim, arroz, mesmo, ele só vende mesmo, quando está, mesmo, vê que não tem de onde tirar, mesmo, da onde arrumar. Aí, você é obrigado a pegar um saco dentro da sua casa e pegar e vender porque, ali, você tá tirando da sua boca para dar para outros. Mas, aí, sendo obrigado o que você pode fazer, se é a única coisa que você tem dentro de casa? Aí, a gente vende. (M.J.S., bairro Morro da Esperança, Francinópolis).

Nesse contexto, há múltiplas estratégias de sobrevivência dentre as quais, migração temporária, aposentadoria de membros mais velhos, trabalho como diarista na roça (para algum fazendeiro) ou na cidade (geralmente para as prefeituras), dependência de programas governamentais de transferência de renda, algum raro emprego público local, artesanato, fabrico de remédio caseiro, coleta e quebra de coco babaçu, pequenos negócios, hortas comunitárias, carvoaria, olaria, serviços de manicure, mecânico, de vendedor ambulante, de costureira. Dentre as práticas diversas, a migração temporária aparece em 99% das famílias entrevistadas, como estratégia de sobrevivência, por excelência.

> Rapaz, aqui em minha casa é sete [7] pessoa. Eu tenho cinco [5] filhos. Três [3] homens e duas [2] mulheres. Aqui, não tem como a gente sobreviver trabalhando de roça porque o prefeito não dá serviço pra pobreza. Dá a umas pessoa e outros, não. Aí, o meu menino [filho], tem um na chapada trabalhando fazendo carvão e tem outro em Oeiras [município piauiense] e tem esse que saiu pro Morro Agudo35 porque aqui não tem ganho. Como é que eu agüento esse horror de gente dentro de casa sem eu ter condição? Meu salário é só do aposento [aposentadoria].

---

34 Forma pela qual é referido o pequeno número de cabeças de gado vacum pertencente à família, não raro resultante do ofício de vaqueiro e do sistema de quarta, que possibilita o rebanho mínimo.

35 Morro Agudo, um dos locais-sede de usinas paulistas, aparece nas falas como um nome genérico para referir tanto as propriamente localizadas em Moro Agudo, quanto as próximas.

> Só o salário que eu tenho é do aposento. Outro serviço, aqui, eu trabalho só mesmo dentro de casa, cuidando, limpando a casa, cuidando de menino. Outro serviço, aqui, eu não tenho. (...) Não tenho outro ganho. Só mesmo esse aposento. (...) Eu plantei uma [1] tarefa36 de arroz no Jenipapo. Eu acho que o Berlenga [rio] tá acabando de comer o arroz. O menino foi lá na semana passada e disse: "-Hei! Mãe, lá não tem pra senhora não. O Berlenga tá comendo todinho!". Aí, eu não posso fazer nada. Eu não vou brigar com Deus! [Na migração], o Raimundo [filho] mesmo que foi pro Morro Agudo. Esse vai todos os anos. Quem ainda me dá uma ajudadinha é ele. E o outro também que anda pelo mundo também, mas este ano ele não foi não. (...) Ele [filho] tem umas cinco [5] viagens lá. Ele, todos os anos ele vai.
>
> Todos os anos ele vai que não tem ganho aqui. Aqui o pobre véve de teimoso, mas aqui não tem ganho pra a pobreza não. Você pode prever que você sai daqui p´racolá [na localidade] e vê todo mundo com a cara pra riba porque não tem ganho. Não tem ganho p´ra pobreza. O pobre aqui véve porque é teimoso, mas que ganho não tem não. O prefeito aqui não tem pena da pobreza não. [Se a] pobreza quiser escapar é caçando uma diária fora daqui. Olha, eu tenho um filho lá na chapada [no próprio município]. Tem mais de mês trabalhando pra lá porque aqui não tem ganho. Nem vão pedir um serviço o prefeito porque ele não dá. Aparece serviço é de calçamento [de ruas] e quem faz calçamento já tem as pessoas de trabalhar naquele emprego, ali. Daqui não bota ninguém. Só os poucos que já sabe mesmo trabalhar lá. [Quando a roça não dá, vive] do quilinho de arroz. No dia que tem o dinheiro pra comprar, compra um [1] quilo. E no dia que não tem, não compra. (...) Eu tenho três [3 filhos] e todos três já andaram em Morro Agudo cortando cana. Todos três trabalharam [lá]. Aqui, quando aparece uma diária é oito reais [R$ 8,00] uma diária. É oito reais, quando aparece. A coisa mais difícil que tem é você dizer: "-fulano foi trabalhar pra fulano". Não tem isso não! [Trabalho, aqui,] é só quando tá chovendo que tão limpando [carpindo] o legume. Aí, quando acaba é caçando diarinha nessas chapada, quando os Nunes [fazendeiros] paga, o Murilo [fazendeiro] paga – de Bom Jesus –. É assim! [Nas chapadas é o] roço. É roçando capim. Bota trabalhador pra cortar as moitas. É do Pedro Luiz Mauricio, irmão do prefeito (I. B. C., bairro Grilo, Várzea Grande).

Nesse contexto, chama a atenção, nas localidades rurais e mesmo nos bairros da cidade, a recorrente referência a relações de reciprocidade e solidariedade, próprias de grupos de sociabilidades marcadas pelo interconhecimento, o que aponta para um *homo moralis* (Woortmann, 1990) operando numa situação de mínimos materiais, enfrentada cotidianamente, mediante expedientes de uma economia da reciprocidade (Sabourin, 2000), inclusive, nas situações de financiamento das viagens e na ajuda – no período da safra da cana – a mulheres sozinhas, referidas por muitos como "viúvas de maridos vivos".

> Ajuda, trocando dia, hoje ele trabalha na roça de Pedro, amanhã o Pedro trabalha na roça de Maria. Eles trocam dia. Não há condições de pagar a diária, eles trocam o dia: hoje ele apanha o arroz do João, amanhã apanha o do José, e assim por diante, até terminar as colheitas (J. B. S., localidade Chapadinha, Elesbão Veloso).
>
> Não pago [juro] não [do dinheiro tomado emprestado para os filhos viajarem]. Porque eles não demora muito e a velhinha [pessoa que empresta o dinheiro] é muito legal, sabe? Às vezes a gente dá um agradozinho de dez reais [R$ 10,00], de quinze reais [R$ 15,00] porque a gente precisa [retribuir], né? Então, dou. Quando eu tomo um dinheiro a ela, eu dou um agradozinho a ela porque todas as vezes que eu vou lá eu assumo um pouquinho assim. Se eu quero, assim, pra viajar, pra um menino meu viajar, eu assumo. Então, eu não gosto de deixar ela sem [ao] menos o dinheirinho do café, não (N. M. C., localidade Pai Chicô, Várzea Grande)
>
> (...). De ano a ano eu uso três [3] hectares, outro ano eu uso três [3] hectares. É dessa forma, né? Eu não planto dois, três anos em seguida. Eu planto uma parte aqui, hoje, nesse ano, no outro ano, já planto outra. Quando chega uns cinco ou seis anos aí eu volto naquela mesma que eu comecei novamente até lá no final de novo. Então é essa faixa bem aí. Ás vezes não planto só eu. Aí, eu tenho um pedacinho mais aumentado um pouquinho, aí, eu boto um rendeiro37. Quer dizer, um tipo mesmo de ajudar um pobre com outro pobre. Porque eu sou pobre, né? Aí, tem aquela coisa. Anos que me dá uma rendazinha, e anos que não dá... Aí, rende cinco [5] quartas de legume eu digo: "-rapaz, não me paga nada não, deixa aí". Um, que não meço terra. Minha terra o rendeiro é que mede, lá, faz suposição na data certa de pegar o legume e diz "-seu Toinho, meu legume não deu nada, o que a gente faz"? "-Rapaz, se deu alguma coisa, você me dá o que achar que eu mereço, e se também não deu nada, então, deixa quieto. Vamos apelar pro outro ano". É dessa maneira (A. A. O., localidade Pai Chicô, Várzea Grande).

Essa prática se dá, também, entre migrantes e seus familiares: aqueles, assim que começam a receber seus salários e quitar suas dívidas da viagem, remetem para estes, algum dinheiro. Quem é casado e deixou esposa e filhos na região de origem, costuma enviar-lhes dinheiro regularmente, mesmo em pequena quantidade. Quem é solteiro manda para pai e/ou mãe, "aqui e acolá um tostãozinho", como dito por R. M. V., do município de Várzea Grande, mãe de migrante.

Com esse dinheiro compra-se "*o que todo jovem tem vontade de possuir aqui*", diz M. J. S., do município de Francinópolis, cujo marido é migrante, o que significa, na região, possuir uma motocicleta. Além disso, comprar "calçado bom e roupa boa"38, trazer dinheiro para "*brincar*", ou seja, festejar com os amigos; adquirir aparelhos de som, antena parabólica; televisor. Buscam-se, ainda, nos canaviais, condições financeiras para construir a casa de alvenaria ou de "*bloco"*39 no "*lugar bom*", para "*fazer um futuro aqui*", nas expressões da migrante J. L. S. S., do município de Francinópolis, incluindo-se, aí, objetivos matrimoniais. Nesse sentido, "*ser proprietário de uma casa, além do significado*

36 Forma pela qual é referido o rebanho mínimo adquirido através do ofício de vaqueiro.
37 Trabalhador que paga a renda da terra, geralmente, em produto, ao proprietário da terra cultivada.
38 M. M. B. C., do município de Várzea Grande, ele próprio com experiência de migração temporária.
39 Tijolo vazado, de barro queimado ou de cimento.

material, expressa, simbolicamente, que migrar não se dissocia do projeto de ficar, de manter raízes na terra natal" (Menezes, 2002, p. 83).

Mas a maior parte do dinheiro conseguido no corte da cana, em São Paulo, fica por lá mesmo, nos gastos com a própria sobrevivência: aluguel, alimentação, taxas de água e de energia, enfim, despesas com a própria manutenção, restando muito pouco para ajudar à família. Para pagar a passagem de volta – mais cara que a de ida – no geral, contam apenas com o dinheiro do "acerto", ou do seguro desemprego. Não são poucos os que vão sem emprego certo e, nos primeiros meses, contraem dívidas com amigos, colegas e até agiotas, nos locais de origem, para se manterem no destino, até conseguirem trabalho. Quando conseguem, boa parte da remuneração já está comprometida com o pagamento dessas dívidas. Assim, em muitos casos, as expectativas de *"melhorar as coisas"* (M. J. S., esposa de migrante, Francinópolis), para si e familiares, acabam frustradas. Mas é forte o apelo da migração no ciclo permanente desse tipo de trabalho temporário e expectativas de mães mesclam-se a sonhos adolescentes de filhos de seguirem para o trabalho da cana, ao "completar a idade":

> (...) Eu penso tanto... É uma preocupação! Ele disse que quando completar a idade vai viajar. Pra Horlândia, cortar cana. (...) Ele quer ir pra comprar alguma coisa pra ele, uma casa, uma moto, uma coisa quê dê pra servir a ele. (...) Ele vai completar quinze [15] anos. Ele disse se tivesse a idade já tinha ido, que eu não posso dar roupa, o calçado, [ele] tem que trabalhar. Se for dar uma diariazinha e ganhar doze [R$ 12,00] reais, o que faz com doze reais? Não dá nem pra comprar uma camisa, que é quatorze reais e setenta e cinco centavos [R$ 14, 75]! Só dá mesmo pra comprar uma sandália Havaiana! (A. M. F., Bairro Matias, Elesbão Veloso).

> Aqui, na cidade, não pretendo ficar morando, aqui, depois de maior não! (...) Quero ir pra cana. (...) Aqui, pra gente conseguir as coisas é difícil demais. Lá é mais seguro [emprego] (...) (Filho, de 15 anos, de A. M. F., bairro Matias, Elesbão Veloso).

Para algumas pessoas, tais expectativas podem se tornar *"só ilusão"* (I. N. S., migrante e esposa de migrante, Elesbão Veloso). "A gente pensa oh! vai mudar e, às vezes, não muda" (M. J. S., esposa de migrante, Francinópolis). Não bastassem essas frustrações, ainda acontece que o capital agroindustrial ao consumir a força de trabalho de migrantes, destrói o próprio trabalhador, inclusive pela morte nos canaviais, "*por causa do trabalho estafant*e" (Silva, 2004, p. 7). Muitos são os trabalhadores que "*chegam arriados*" (A. S. M., pai de migrante, localidade rural Chapadinha, Elesbão Veloso) e segundo o agente de saúde dessa mesma localidade, Joaquim Barbosa da Silva, há ali seis trabalhadores com doenças adquiridas nos canaviais, tendo um já falecido40. Falam-se em muitos acidentes de trabalho, em invalidez, em cortes enormes e profundos, nos braços e pernas, que se dão constantemente, apesar dos instrumentos de proteção, sem mencionar doenças de coluna, respiratórias, *lupus*, dentre outras.

Apesar das referidas relações de reciprocidade, inclusive, quanto ao pagamento de dinheiro emprestado para a viagem, pagam-se as passagens de ida para o Estado de São Paulo em moeda, com dinheiro tomado emprestado, muitas vezes, a juros: de um lado, a figura do/a agiota, central no cenário; de outro, migrantes como presas do capital usurário. Mas há uma gama de situações no financiamento da ida: há quem, por laços estreitos de amizade com o/a emprestador/a, não pagam juros; outros os pagam só na primeira viagem, conseguindo reservar uma quantia do dinheiro adquirido na cana para cobrir a próxima migração e, até, a de parentes iniciantes. Mas há, também, veteranos que não lograram fazer reserva financeira para a próxima viagem e terminam, como os iniciantes, tomando dinheiro emprestado a juros ou vendendo sua motocicleta, adquirida com o dinheiro da migração, para retornar aos canaviais. Aliás, esta última condição já se tornou uma oportunidade de negócios no mercado local de compra e venda de motocicletas. Segundo o prefeito de Barra D'Alcântara, Gilvan Ferreira dos Santos, *"já tem gente que fica de cacete armado esperando a oportunidade para comprar as motos deles [dos migrantes]"*, já se sabendo, assim, que há o momento certo para a transação.

Desloca-se tanto ônibus regulares41 e legalizados, quanto clandestinos, com aliciadores endógenos de trabalhadore/as para os canaviais, a serviço das empresas, na própria região, como mais um personagem social que lucra, *in loco*, com a migração, muitas vezes se utilizando da própria relação de amizade como forma de intermediação entre o "*carteira branca*"42 e a usina. De fato, o próprio veterano na migração e "bom cortador de cana" se constitui em uma espécie de "*pistolão"* dos canaviais, podendo levar um amigo ou parente. Quem não tem nenhuma espécie de intermediário dificilmente encontra trabalho nos canaviais paulistas. Os próprios migrantes afirmam que "*Morro Agudo está cheio"* o que, segundo Silva (1999) é um fato, pois desde a década de 1990 cai o número de empregos na região de Ribeirão Preto-SP, de modo que só entre 1993 e 1997 foram dispensados, naquela região, dois milhões de trabalhadores, devido à mecanização, embora, como referido, isto não signifique, completa mecanização das usinas, a ponto de prescindirem dessa mão-de-obra temporária.

Com efeito, usinas do Estado do Mato Grosso do Sul também buscam trabalhadores na região de Elesbão Veloso, pagando passagens de ida e volta, e lhes adiantando trinta reais (R$ 30,00) a serem descontados no decorrer do trabalho. De fato, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais despontam como novos destinos de migrantes, na expansão do capital

---

40 Teodório Rogério Jr. desenvolve pesquisa, no Mestrado em Políticas Públicas/UFPI, o tema doença e morte relacionadas ao trabalho nos canaviais, entre migrantes piauienses.

41 Funcionária da Empresa Itapemirim, em Francinópolis, revelou haver ônibus três vezes por semana do município de Valença-PI para Ribeirão Preto-SP, que "faz a coleta" (recolhe passageiros) em Elesbão Veloso. Custo da passagem de ida, à época da pesquisa: R$ 200,00 (duzentos reais).

42 Entre migrantes, é o/a trabalhador/a inexperiente no mercado de trabalho formal, principalmente no corte da cana.

agroindustrial, pelo aliciamento de uma mão-de-obra farta e a baixo custo em regiões com altos fatores de expulsão. No entanto, as populações pesquisadas ainda têm como destinos principais o Estado de São Paulo e, neste, as cidades de Barretos, Capelinha, Guará, Ipuã, Orlândia, Pontal, São Joaquim da Barra, Terra Rocha e, principalmente, Morro Agudo, este, o município mais citado. Esses municípios, em especial Morro Agudo, se constituem em lugares de tradição do destino das migrações temporárias do Piauí, sendo pontos privilegiados de atração, através de redes sociais (Carneiro, Sousa & Marinho, 2007) de parentesco, de amizades, na mediação do processo migratório.

No trabalho nas lavouras canavieiras do Sudeste brasileiro, esses jovens trabalhadores, no geral, vão solteiros, mas alguns seguem com esposa e filho/as. É como se esses trabalhadores e suas famílias, cujas condições de vida em sua região de origem, são precárias, já nascessem destinados à migração:

> "(...) [quando] meu filho completar a idade e ele for, com certeza ele vai me ajudar" (A. M. F., bairro Matias, Elesbão Veloso). Assim, "depois que descobriram essa cana acabou-se, que mulher não tem mais marido pelo verão e nem mãe fica com os filhos dentro de casa" (L. R. D., mãe de migrantes, localidade Chapadinha, de Elesbão Veloso). Mas como afirma S. P. L., do município de Barra D'Alcântara, ex-migrante, pai e sogro de migrantes: "Eu saía pelo mundo não é porque eu queria não. Eu sou muito amoroso ao meu lugar. É a precisão que manda a gente embora (...). O coração saía trancado". Assim, é quase uma obrigação migrar. "Tem que sair para trabalhar pra ganhar o pão de cada dia. Sem comer ninguém véve" (I. B. C., mãe de migrantes, Várzea Grande).

Na ausência de registros precisos do número de trabalhadores/as piauienses nos canaviais da região Sudeste brasileira, indicações numéricas fornecidas por agentes públicos e trabalhadores/as ouvido/as na pesquisa apontam para índices instigantes: na safra da cana, saem migrantes do município de Elesbão Veloso43 três vezes por semana, de ônibus, nos meses de migração intensa, de fevereiro a maio, para os Estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e, principalmente, São Paulo. Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Elesbão Veloso, Cícero Marcos de Oliveira, no momento da pesquisa (2006) haveria mais ou menos 2.500 pessoas desse município no corte de cana em São Paulo, e demais estados. Em Barra D'Alcântara, segundo Gilvan Ferreira dos Santos, prefeito municipal, uns 30% da população do município (algo em torno de 1.200 pessoas) se encontravam no corte de cana, sendo que cerca de 200 pessoas migram, semanalmente, para esse corte e, desse total, 80% têm como destino Morro Agudo-SP. O período de regresso desses migrantes, no geral, é nos meses de outubro, novembro e dezembro, à época do Natal, e nos festejos tradicionais de cada município.

Nos municípios pesquisados é alta a dependência de programas de geração e transferência de renda do governo federal (Caixa Econômica Federal, 2003)44. No entanto, tais programas trazem contribuições parciais e com intensidades diferentes para a sobrevivência de cada família, porque as condições socioeconômicas e a própria dimensão familiar diferem de uma família para outra e o ingresso das famílias nos programas dá-se de maneira fragmentada: algumas ingressam no Bolsa Família, outras apenas no Pronaf, ou só no Vale Gás, algumas somente no Habitacional. Há, porém, aquelas sem acesso a nenhum desses programas. Há quem, por exemplo, só conseguiu acesso ao Vale-Gás, e lhe falta alimento para cozinhar.

De fato, mesmo famílias que, de certa forma, têm uma pequena área de terra enfrentam baixa qualidade do solo, escassez ou má distribuição de chuvas, o que compromete os resultados da agricultura de sequeiro praticada, sem mencionar a timidez de políticas públicas de desenvolvimento rural e de apoio à agricultura familiar camponesa45. Com efeito, falta a muitas famílias uma estrutura mínima que potencialize aquilo que viria como incentivo. As carências são grandes e, embora várias famílias tenham tido acesso ao Pronaf B, a perspectiva quanto aos resultados não tem, para todas, o mesmo sentido, pois, há aquelas cujo chefe, enquadrado no Programa, migrou para não vender a criação adquirida com os recursos repassados. Tratam-se de situações em que necessidades mais imediatas não esperam por resultados a médio prazo. Mas há, também, casos como o de G. A. S., de Francinópolis, e esposa, que apostam no Pronaf como uma alternativa à migração. É um jovem casal de migrantes, com criança de colo, em período de "*repouso*", aplicando o ganho da migração no local de origem (construção de casa própria) e experimentando o Pronaf.

Tudo isto indica que perdas e ganhos no trabalho temporário, via migração, sobretudo para quem já passou pela experiência, não é uma equação matemática, mas uma relação social na qual a migração temporária, que para muitos compensa, para outros é tida como não-compensatória, embora seja, no leque das possibilidades de geração de renda para a força de trabalho masculina da região, a mais visível, principal estratégia de sobrevivência, tanto que se pode falar de um caldo cultural da migração temporária forjado no jogo das trajetórias geracionais.

Assim, a dialética das circunstâncias que cercam os julgamentos no dilema da compensação ou não da migração se expressa na avaliação das experiências em termos de resultados positivos ou negativos, o que influencia, em muitos casos,

---

43 Elesbão Veloso é um ponto de partida (de ônibus) de trabalhadores dos demais municípios da região.

44 Programas oriundos de políticas governamentais de apoio à agricultura familiar, como o Pronaf A e B, programas de transferência de renda (Bolsa Família, Bolsa Escola, Vale Gás), de infra-estrutura (Programa Habitacional), educação (Programa de Educação de Jovens. e Adultos [EJA], dentre outros no nível municipal, com apoio do governo federal. Para uma melhor apreciação de programas governamentais de geração e transferência de renda sobre o movimento migratório da população estudada, Francisco Alves Frazão trabalha, em sua pesquisa de Mestrado em Políticas Públicas na UFPI, o Pronaf na trajetória de migrantes, na região.

45 O discurso de um extensionista do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Piauí [EMATER-PI], em uma das reuniões durante a pesquisa, é sintomático dessa situação: "(...) o produtor rural, há uma resistência dele para se adequar àquilo que a gente leva. (...) O sistema de cultivos aqui é rudimentar. No restante do país, é desenvolvido. Aqui, é antigo" (Antônio de Souza Neto, extensionista do EMATER, Várzea Grande). A fala revela um preocupante desencontro de perspectivas culturais entre agente da extensão e populações camponesas.

escolhas ou decisões futuras. O/as migrantes (jovens solteiros, jovens pais ou mães, adulto/as, principalmente chefes de famílias) traduzem, no geral, suas aspirações, em objetivos concretos de ordem material: aquisição de motocicleta, de objetos de uso pessoal (roupas, calçados, aparelhos eletrônicos de som – caso do/as mais jovens), de uma casa, sem mencionar a sobrevivência da família ou o suprimento de alguma necessidade imediata. Se alguns desses objetivos são alcançados, costuma-se dizer que a experiência compensou. Isto inclui a comparação das condições de origem com o ganho possível no destino, para o qual se dirigem.

No entanto, em que pesem aspectos compensatórios, são muitas as referências ao lado negativo, sofrido e desgastante do labor na cana, o qual requer esforços físicos excessivos, além de outras perdas como abandono dos estudos, principalmente pelos/as jovens. Some-se a isto o fato de que a migração pode compensar, a "depender da sorte", das formas de contrato e do tipo de empreiteiro:

> "É, tem muitos que tem aquela sorte que compensa e tem muitos que pega gatinho véi ruim, que no final não tem seguro desemprego (...)" (Joaquim Barbosa da Silva, Agente de Saúde, Elesbão Veloso).

Nesse sentido, a migração é empreendimento de risco. E há quem entenda que a migração não compensa, sendo o fruto dela consumido "por lá mesmo" e o esforço maior que o ganho, além das dificuldades de adaptação à nova realidade e às novas relações de trabalho, do risco de doença, e de morte. Para essas pessoas, a permanência no local de origem é mais satisfatória, apesar dos obstáculos à sobrevivência. De todo modo, embora as divergências quanto à compensação da migração, há uma expressão generalizada do sentimento de que se condições houvessem, de trabalho, na região de origem, não se sairia "*pelo mundo*".

Nesse contexto, representantes dos poderes públicos locais se dizem sensibilizados e preocupados com o fluxo migratório. No entanto, não se percebem ações concretas capazes de aplacar a situação da inserção precária, e degradante de trabalhadore/as, na agroindústria canavieira o que, aliás, para alguns gestores é algo positivo, por gerar renda para os municípios. Apenas no município de Francinópolis, houve informações de um projeto, em curso, para criação de uma infra-estrutura mínima, na área rural (distribuição de terras, instalação de água e luz nas comunidades) e de lotes na área urbana. Nos demais, as falas de prefeitos ou seus representantes apontam sempre mais para dificuldades dos municípios que governam que para soluções relativas à geração de emprego e renda:

> "A diferença da necessidade e a capacidade do poder público municipal dar a resposta é grande demais" (Raimundo Firmo Sobreira, vice-prefeito de Barra D`Alcântara).
>
> "O município atualmente não dispõe mais de terra, um pouco que tinha foi feito loteamento, certo? É muito pouco, o pouco que resta do município é terra improdutiva, ou seja, terra que não tem...
>
> Você vai gastar muito mais com adubo, digamos assim, do que o que você vai colher" (Luis Nunes Ribeiro Filho, prefeito de Várzea Grande)46.

Chama atenção, ainda, a ausência de iniciativas de ações conjuntas, em consórcio, dos municípios47. Quanto à contribuição direta das prefeituras, com medidas para amenizar a falta de emprego e renda da população, os serviços disponíveis para esse fim se resumem a diárias em trabalhos de construção e conservação de estradas, calçamentos, limpeza da cidade e outros dessa natureza. Tais serviços, no entanto, não atendem à demanda da população, pois são temporários, restritos, de baixa remuneração e não garantem renda fixa, além de não atingir a um grande número de trabalhadore/as. As prefeituras, então, enfrentam o problema de selecionar trabalhadore/as dentre muitos necessitados, com a escolha recaindo, segundo o/as gestore/as públicos entrevistados/as, em trabalhadore/as sem renda. Mas trabalhadores/as dizem que o critério de seleção é "político", com a prioridade dada a quem vota no grupo do prefeito, o que aponta para relações de clientelismo que perpassa a vida dessas populações.

> Só por adulação, aí. Aí, quando aparece alguma coisa [serviço] pra dar, aí, quando vem assim do governo, assim, eles pegam e dá pra quem quer (G. A. S., Francinópolis).
>
> Quando começou esse negócio de calçamento, ele trabalhou uns dois [2] dias. Aí, depois que ele foi, não trabalhou mais porque [prefeitura] soube que ele não era do mesmo partido. Aí, não foi mais. Aí, botou outro no lugar dele, do lado dele [prefeito]. Aí, só bota gente dele (J. L. S. S., Francinópolis).
>
> Me tiraram [do serviço] porque disse que eu não votava pra eles. Aqui o povo vive mais é de política. Vive aqui é na política. Se não tiver na política ninguém não vive (R. M.V., Várzea Grande).
>
> Adulação, assim, porque pela parte da prefeitura é quem eles quer ajudar. Eu morava aqui. Transferi meu título pra lá e, aí, foi no tempo da campanha da política, foi em dois mil e três [2003]. Aí, por causa de voto eu ganhei o frete. Foi quase aquela coisa. Foi quase que vender o voto (D. R. S., Várzea Grande)

V- Considerações finais

Na região pesquisada, há décadas, migra-se à procura de trabalho, havendo famílias com três gerações nessa experiência: avós, filhos e netos. Muitos fizeram, pessoalmente, a transição do trabalho da construção civil para os canaviais,

---

46 Trabalhadore/as ouvido/as sobre o mesmo assunto apresentam outra versão: as terras dos municípios existem, no entanto foram griladas por fazendeiros da região.

47 Embora o Estado do Piauí tenha o recurso institucional dos Territórios de Desenvolvimento, como base para uma política de desenvolvimento.

caso de S. P. L., de Barra D´Alcântara, que migrou duas vezes para a construção civil em São Paulo e nove vezes para os canaviais, no mesmo Estado. Seus filhos são, hoje, migrantes canavieiros, seguindo a trajetória familiar, obrigados a "sair pelo mundo", à procura de trabalho. Apesar disso, esses trabalhadores não conseguem migrar socialmente, verticalmente, e o drama social da migração se repete geração após geração, inclusive, numa mesma família.

Assim, para se compreender porque esses/as trabalhadores/as ainda migram em tão grande número, mesmo em condições desfavoráveis, há que se entender a problemática social da migração, que se expressa, inclusive, na obrigatoriedade da separação do meio familiar e social para ir ao encontro do estranho, rompendo, em certa medida, com o substrato sociocultural ao se sair de uma sociabilidade mais estável para uma transitória, expressada como a falta de um lugar, como se fora um fardo e um desalojamento, numa *"(...) sociabilidade precária e desagregadora da transição e do trânsito, do deslocamento de um lugar a outro, de um tipo de vida social a outro* (Martins, 2003, p. 146). Essa sociabilidade do trânsito é sentida por quem migra e pelos familiares que ficam. A separação se expressa por sentimentos de dor, vazio, saudade e de perda da "*graça*", na verdade o sentimento da falta, e da incompletude. Por seu turno, a temporalidade da migração faz com que o "*estar junto*" se restabeleça, mesmo que de forma precária, para logo se desconstruir. E o ente querido permanece no imaginário constituído pela saudade e pela preocupação.

> (...) É muita preocupação os filhos tá no mundo sujeito a um acidente, principalmente, no corte de cana que é muito perigoso acidente de corte, cobra e tudo mais. Mas a gente vai rezando e pedindo a Deus pra abençoar eles pra ver se ajuda a gente mesmo assim (M. G. S. R., Pai Chicô, Várzea Grande).

Há uma expressão de desconforto tanto de famílias que não podem proteger, amparar o filho que *"está no mundo*", quanto de quem migrou. Por outro lado, a migração temporária é vista positivamente, por possibilitar o reencontro num tempo mais curto, se comparada às de mais longa duração, como as destinadas aos empregos em "*firmas*", como se referem localmente, a empregos permanentes. Com o reencontro, ressurge a alegria e sossego perdido com a separação, embora o reencontro seja também temporário porque por maior que seja o desejo de ficar, as necessidades de sobrevivência são mais fortes, além do que, inaugura-se uma nova forma de vida: a de viver entre dois mundos. Mesmo que o trabalho "pelo mundo", como dizem, em alguns casos traga frustrações, pois os esforços empreendidos para garantir a independência econômica, aprofundam ainda mais a dependência como ocorre, por exemplo, com quem volta doente e passa a depender da família como cuidadora.

Essa realidade, uma trajetória que se confunde com a existência de muitas famílias, perpassando gerações, embora varie, em intensidade, entre os grupos familiares, está presente em quase todos. É que se a lavoura, principal fonte de renda, não produz, as pessoas "*passam necessidade*", como se diz localmente e esse "*passar*" expressa uma condição de vida apenas suportada.

Muito embora as atuais condições precárias de muitas famílias gerem pessimismo quanto ao futuro dos/as filhos/as, no geral, a positividade prepondera. Grande parte dos/as filhos/as que estão fora deseja estabilidade econômica para voltar às origens. Pais e mães de migrantes querem para filhos/as o que não tiveram: vida mais confortável. Para muitos/as, esse futuro depende de estudo, e trabalham para garantir a educação escolar dos/as filhos/as. De fato, para algumas famílias, já houve uma primeira migração – do "interior" para a cidade – impulsionada pela busca de educação formal de filho/as. E a migração continua, agora visando à sobrevivência – ou a constituição – da família.

Referências

Adrião, Neto. (2003). *Geografia e História do Piauí para Estudantes. Da pré-história à atualidade*. Teresina: Edições Geração 70.

Alves, F. (2007). Migração de Trabalhadores Rurais do Maranhão e Piauí para o Corte de Cana em São Paulo: Será um fenômeno causal ou decorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro? In J. R. P. Novaes, & F. Alves (Orgs.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFSCar.

Bourdieu, P. (1997). Compreender. --------- (coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.

Brandão, C. R. (1982). *Diário de Campo – a antropologia como alegoria.* São Paulo: Brasiliense.

Caixa Econômica Federal. (2003), *Programa SIM BRASIL*, CD Rom.

Carneiro, M. S. ; Sousa, A.; Marinho, K. (2007), *Migração, estrutura agrária e redes sociais. Uma análise do deslocamento de trabalhadores*. In J. R. P. Novaes, & F. Alves (Orgs.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFSCar.

Cicourel, A. (1990). Teoria e método em pesquisa de campo. In A. Z. GUIMARÃES (Org.). *Desvendando máscaras sociais.* Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Comissão Estadual de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo. (2003). *Trabalhadores migrantes do Piauí*(Diagnóstico).Comissão Pastoral da Terra-CPT, pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura-FETAG-PI, Pastoral do Migrante-PI Teresina, PI, 41 p.

Foote-Whyte, W. (1990). Treinando a observação participante. In A. Z. GUIMARÃES (Org.). Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Frazão, F. A., Filho (2006). *Migrações dos trabalhadores de Elesbão Veloso, Francinópolis, Várzea Grande e Barra D´Alcântara: necessidades, perspectivas, frustrações e projeções*. Monografia de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.

Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais. (2004). *Piauí em Números*. Teresina, PI: Fundação Cepro.
Garcia, A. R., Jr. (1989). *O sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Rio de Janeiro, RJ: Marco Zero; Brasília, DF: UnB/MCT-CNPq.
Gonzáles, E. N. & Bastos, M. I. (1977). O trabalho volante na agricultura brasileira. In J. Pinsky (org.). *Capital e trabalho no campo*. São Paulo, SP: HUCITEC.
Gaskell, G. (2003). Entrevistas individuais e grupais. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes.
Grupo Brasileiro. (1987). *Migração*. Fundação Getúlio Vargas. Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: FGV/MEC, (pp. 756-58).
IBGE. (1995/96). Censo Agropecuário - Piauí
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (2006). *Sistema Nacional de Cadastro de Módulos Rurais(SNCR)*. Recuperado em 20 de fevereiro, 2006, de http://www.incra.gov.br/.
Jovchelovitch, S., Bauer, M. W. (2003). Entrevista narrativa. In M. W. Bauer & G. Gaskell (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes.
Lemos, J. S. (2005). *Mapa da exclusão social. Radiografia de um país assimetricamente pobre.* Fortaleza, CE: Banco do Nordeste.
Lima, N. C. (2006). *Os crespos do sertão*. Anais da 25ª *Reunião Brasileira de Antropologia*. "*Saberes e Práticas Antropológicas: desafios para o século XIX"*. Goiânia, GO, Brasil, 20.
Martine, G. & Garcia, R. C. (1987). (Org.) *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés.
Martins, J. S. (1993). *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec.
Martins, J. S. (2003) *A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.* Petrópolis: Vozes.
Menezes, M. A. (2002). *Redes e enredos nas trilhas dos migrantes*. *Um estudo de famílias de camponeses migrantes*. Campina Grande, PB : UFPB.
Michelat G. (1987). Sobre a utilização de entrevista não-diretiva em sociologia. In M. Thiollent (org.). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo, SP: Polis.
Moraes, M. D. C. (2000). *Memórias de um sertão desencantado (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense)*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
Moraes, M. D. C., Frazão, A. F., Filho. Rogério, T., Jr. (2006). *Migrações dos trabalhadores do Maranhão e do Piauí para o trabalho na lavoura canavieira de São Paulo e Rio de Janeiro. Relatório Parcial com base em dados secundários e visita de campo aos municípios piauienses pesquisados* (Relatório de Pesquisa/2006). Teresina, PI, Universidade Federal do Piauí.
Moraes, M. D. C., Frazão, A. F., Filho, & Rogério, T., Jr. (2007). "Andando pelo mundo": significados da migração temporárias do Piauí para a agroindústria canavieira paulista. In J. R. P. Novaes, & F. Alves (Orgs.). Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCar.
Moraes, M. D. C., & Rogério, T., Jr. (2008).. "*Nós Somos Andorinhas que Vão que e Vêm*" (a questão social da migração de camponeses piauienses para o trabalho temporário nos canaviais paulista)[Mimeo]. Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, 8 p.
Novaes, J. R. (1991). *Califórnia à Brasileira*. Trabalho no campo Ribeirão Preto: Centro Ecumênico de Documentação e informação. Vídeo, VHS, ´24.
Novaes, J. R. Idas e Vindas: Disparidades e Conexões Regionais: um estudo sobre o trabalho temporário de nordestinos na safra da cana paulista. In J. R. Novaes, & F. Alves (Orgs.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EdUFSCar.
Pialoux, M., Beaud, S. (2003). Permanentes e temporários. In P. Bourdieu (Org,) *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
Queiroz, M. I. P. (1988). Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In O. M. SIMSOM (Org.) *Experimentos com histórias de vida* (Itália-Brasil). São Paulo, SP: Vértice.
Ribeiro, D. (1995). O Brasil sertanejo. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo, SP: Cia. das Letras.
Richmond, A. H. (1987). Migração. *Dicionário de Ciências Sociais.* Rio de Janeiro, RJ: FGV/MEC, (pp. 756-758).
Rogério, T., Jr. (2006) *Relatório Final de Pesquisa (PIBIC/CNPq): Migrações dos trabalhadores do Piauí para o trabalho na lavoura canavieira de São Paulo* (Relatório de Pesquisa/2006), Universidade Federal do Piauí
Sabourin, E. (2000). Changement sociaux, action collective e intervention externe. In P. Caron, & E. Sabourin (Coord.). *Paysans du Sertão: les mutations des agricultures familiales au Nordeste du Brésil*. Montpellier: Editions du CIRAD, (Collection Repères).
Silva, J. C. A. (2004). *Conversa bonita. O trabalho escravo na agricultura contemporânea brasileira e o aliciamento de camponeses na região dos cocais, Maranhão*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.
Silva, J. G. (1982). *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar.
Silva, M. A. M. (1999) *Errantes do fim do século*. São Paulo, SP: Editora da UNESP.
Silva, M. A. M. (2004). *Trabalhadores migrantes temporários: a face oculta do agronegócio do açúcar e álcool*, [s/l].

SILVA, M. A. M.. Trabalho e Trabalhadores na Região do "mar de cana e do rio de álcool. In J. R. P. Novaes, & F. Alves (Orgs.). Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EdUFSCar.
Silva, M. A. M. & Queiroz, M. S.(2006). Somatização em migrantes de baixa renda no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, 18 (1), 31-39.
Souza, C. V. (1997). *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia*: UFG.
Schütz, A. (1972). Fenomenologia del mundo social. Buenos Aires: Editorial Paidós.
SPINK, M. J (org.) (2000). *Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano.* São Paulo: Cortez Editora.
Velho, O. (1995). *Besta-fera – recriação do mundo: ensaios críticos de antropologia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
Veiga, J. E. (2001). *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.* Brasília: CNDRS/MDA/NEAD. Texto provisório para discussão, agosto 2001, 105 p.
Whitaker, D. et al. (2002). *Sociologia rural: questões metodológicas emergentes*. Presidente Venceslau, SP: Letras à margem.
Woortmann, k. (1990). "Com parente não se neguceia". O campesinato como ordem moral. *Anuário antropológico/87*. Brasília: UnB,(pp. 11-73).
Zaluar, A. (1986). Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas. In R. CARDOSO (org.). *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Estudo de caracterização da população estrangeira, com estatuto legal, residente na freguesia de Almancil

Luís Emanuel Martins
Universidade do Algarve
morcao@hotmail.com

Resumo: Nesta comunicação apresentam-se os resultados de um estudo de caracterização da população estrangeira, com estatuto legal, residente na freguesia de Almancil. Na investigação procedeu-se à elaboração e aplicação de um questionário, recorrendo-se a uma amostra por quotas, dividida em três categorias: os emigrantes dos PALOP e Brasil, os emigrantes dos Países de Leste e os emigrantes da Europa Ocidental. Após a análise dos resultados, concluiu-se que estas três categorias de emigrantes se distinguem pelos contrastes e continuidades que aduzem face ao conjunto da população portuguesa. Se exceptuarmos o traço comum que é a concentração geográfica na freguesia de Almancil, os três grupos diferenciam-se por múltiplas características, quer ao nível da composição social, estrutura etária e sexual, localização residencial, escolaridade, composição socioprofissional, quer ao nível dos traços culturais quer das relações de sociabilidade ou da língua. As realidades vistas apoiam e reforçam a necessidade de se variar as perspectivas de análise sociológica que contribuam para o conhecimento da população estrangeira residente em Almancil e na região do Algarve.

Introdução

Sempre tivemos minorias estrangeiras entre nós, mas nunca com a expressão e as características da presente migração. Vêm de vários continentes, pertencem a várias raças e etnias, são portadores das mais diversas culturas, professam diferentes convicções religiosas, falam uma vasta pluralidade de línguas. Este fluxo migratório passou de um fenómeno episódico, quase imperceptível, a um fluxo notório e marcante da nossa vivência colectiva, dotando a sociedade portuguesa de uma multiculturalidade que não conhecíamos no passado.

No Algarve, nas últimas três décadas, operou-se uma enorme transformação estrutural. A região algarvia passou de região deprimida, isolada e distante, com uma qualidade de vida baixa, para uma das regiões mais desenvolvidas do país, onde as oportunidades e a qualidade de vida ofertadas concorreram para que se tornasse na região mais atraente em termos demográficos.

A população estrangeira, com estatuto legal, residente no Algarve, sofreu um crescimento contínuo e exponencial, representando uma extensa manta de retalhos, matizada pelas mais diversas cores, tornando-se num fenómeno incontornável. A população estrangeira a residir na região algarvia é bastante heterogénea, abarcando os cinco continentes. O concelho de Loulé (13570), em 2005, segundo dados do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), era o que tinha o maior número de cidadãos estrangeiros a residir, seguindo-se os concelhos de Albufeira (9907) e Portimão (8745).

Este texto dá conta de um estudo onde se pretendeu conhecer as características da população estrangeira, com estatuto legal, a residir na freguesia de Almancil. A freguesia de Almancil pertence ao Concelho de Loulé, tem uma área total de 63,4 quilómetros quadrados, tinha uma densidade populacional de 138,62 habitantes por quilómetro quadrado e uma população residente de 8 799 habitantes.

O boom turístico que se verificou no Algarve, entre os anos 60 e 80 também atingiu a freguesia que, servindo-se do património natural, como o mar, os sapais, os arvoredos, transformou-se numa prestigiada estância de férias, conhecida e reconhecida mundialmente.

Com o crescimento da indústria turística, Almancil assumiu um papel relevante no concelho de Loulé, sendo das onze freguesias que o compõem a terceira mais populosa, citada por ser aglutinadora de muitas gentes. Lidera, juntamente

com Quarteira, Albufeira, Portimão e Sé de Faro, o grupo de freguesias que, em toda a região algarvia, evidenciavam o maior e mais regular índice de crescimento.

> Não é exagero afirmar "que nos últimos vinte anos a freguesia de Almancil se destacou, não apenas como uma das mais preferidas por estrangeiros, mas sobretudo pela singular particularidade de ter acolhido no seu seio um significativo número de pessoas, oriundas de mais de metade dos actuais trezentos e oito municípios existentes no país" [Norte, 2005:31].

Sede de empreendimentos turísticos de renome internacional, depressa mereceu a atenção de muitos europeus, tendo vindo a assumir-se como um pólo de desenvolvimento económico e social e, simultaneamente, de atracção de populações vindas de todo o país e do estrangeiro. Almancil tem o privilégio de ser a "*pátria*" de muitos estrangeiros que, na sua abrangência cosmopolita, nomeadamente nas suas áreas de luxo, fazem desta terra a mais europeia das freguesias do concelho.

Segundo o SEF, em 2005, existiam cerca de 3 916 cidadãos de nacionalidade estrangeira, com estatuto legal, residente em Almancil. No que diz respeito às nacionalidades, a Grã-Bretanha, com 799 indivíduos era a mais representada, seguindo a Roménia com 681; Cabo Verde com 626 e Ucrânia com 583.

Comparando o total da população estrangeira residente, com o total da estimativa população total a residir na freguesia de Almancil, no ano de 2005, verificamos que a população estrangeira representava 41,8% dentro do total da população residente em Almancil.

O enorme peso da população estrangeira supõe ser uma consequência de *"a população residente com nacionalidade estrangeira se distribuir principalmente pelos concelhos com maior população total, onde se encontram maiores possibilidades de emprego, infra-estruturas"* [Carreira *et al,* 2003: 52].

A nossa investigação teve como objectivo realizar a caracterização da população estrangeira, com estatuto legal, residente na freguesia de Almancil.

Com efeito, e de forma a alcançar esse objectivo, o nosso modelo de análise contemplou quatro dimensões de análise consideradas fundamentais para a caracterização da população estrangeira residente em Almancil: a demográfica, o percurso migratório, a inserção social1 e a caracterização socioprofissional.

Na análise da dimensão demográfica da população estrangeira, residente na freguesia, tivemos em atenção a componente individual, com o intento de saber a idade, sexo, estado civil, nacionalidade e formação académica.

Todavia, para uma melhor percepção do objecto de estudo interessava, pois conhecer a dimensão migratória da população estrangeira, privilegiando a componente individual (ano de chegada ao país e à freguesia, trajectória migratória, como chegou ao país e à freguesia, contactos no país, tipo de apoio recebido, motivações migratórias).

Pretendida a Europa como espaço de liberdade, segurança e justiça, seriam naturais as preocupações, relativamente à inserção social da população estrangeira, tendo em conta a componente linguística (conhecimentos adquiridos de língua portuguesa, língua utilizada em casa, no trabalho, na comunidade); a componente familiar (com quem vive, número de filhos com idade escolar, frequência escolar dos filhos); a componente habitacional (situação habitacional e tipo de habitação); a componente legal (estatuto legal, duração média da permanência na freguesia, local de residência, tipo de título de residência e duração do título de residência); a componente individual (motivações porque residem na freguesia, como decorreu o processo de adaptação, quais as dificuldades de adaptação, hábitos alimentares); e, a componente comunitária (relacionamentos, participação associativa/recreativa/desportiva, aspectos culturais e porque escolheu viver em Almancil).

O forte peso explicativo que a situação no mercado de trabalho tem nos diversos aspectos da vida social, económica e politica do indivíduo mereceu, um aprofundamento distinto. Na dimensão socioprofissional, consideramos a situação no emprego (situação perante o trabalho, vínculo contratual, sector de actividade, salário); o rendimento (principal fonte de rendimento, actividades secundárias); a mobilidade profissional (profissão no país de origem, actual profissão); e, o modo de empregabilidade (como se inseriu no mercado de trabalho). Estes indicadores permitiram traçar um quadro da forma de inserção, destes residentes, no mercado de trabalho algarvio, aprofundando-se assim o conhecimento das características da população estrangeira residente em Almancil.

Relativamente à nossa população existia uma grande ausência de informação empírica e dado que pretendíamos saber quem eram e quais eram as características dos estrangeiros residentes, com estatuto legal, residentes em Almancil, o nosso estudo foi exploratório-descritivo.

No entanto, as dificuldades do sistema estatístico oficial e a vulnerabilidade legal de muitos estrangeiros residentes em Almancil, impediram que se tivesse um conhecimento detalhado da população estrangeira residente na freguesia, muito embora as informações disponíveis nos permitissem afirmar que a população estrangeira residente na freguesia de Almancil era das mais elevadas na região algarvia.

Optamos, por privilegiar no estudo uma única fonte (SEF) e estando em causa um só ano, o ano de 2005, os resultados obtidos basearam-se em actos administrativos. Os dados, referem, assim, as nacionalidades dos estrangeiros, com maior representatividade, que se encontravam em Almancil em situação regular perante a lei.

Escolhemos o questionário, como técnica privilegiada de recolha de dados, no terreno. O questionário foi concebido e desenvolvido a partir de um modelo analítico que contemplava quatro dimensões de análise, consideradas fundamentais, para a caracterização da população estrangeira residente em Almancil, a saber: a demográfica, o percurso migratório, a inserção social e a caracterização socioprofissional. O questionário estava dividido em cinco partes: na primeira, fez-se a caracterização individual, abrangendo a dimensão demográfica e a componente individual; na segunda,

abordou-se o agregado familiar do inquirido, abarcando a dimensão da inserção social e, as componentes habitacional e familiar; na terceira, questionava-se o processo de entrada em Portugal, abrangendo a dimensão do percurso migratório (componente individual), e a dimensão da inserção social (componente legal); na quarta parte, fez-se a caracterização socioprofissional, abarcando as componentes referentes à situação no emprego, rendimento, mobilidade e modo de empregabilidade; na quinta indagou-se sobre a inserção social do entrevisto, tendo em conta as componentes individual, linguística, legal e comunitária. No total o questionário era composto por 48 questões. De referir ainda, que o questionário para os inquiridos dos Países da Europa Ocidental foi traduzido e aplicado na língua inglesa.

Em todo "*o processo de investigação científica torna-se necessário dispor de procedimentos empíricos controlados. Esses procedimentos permitem, através da busca de diferentes situações, analisar as manifestações uniformes e as variações significativas do fenómeno que se pretende investigar*" [Pais, 2003: 83]. Assim, ao pretendermos conhecer as características da população estrangeira, com estatuto legal, residente na freguesia de Almancil, categorizou-se três tipos diferentes de categorias descritas pelo facto, de em cada uma delas, se poderem encontrar indivíduos com origem predominante numa dada parte de planeta. Deste modo, uma primeira categoria foi escolhida por abranger indivíduos provenientes dos PALOP e Brasil; uma segunda por englobar indivíduos oriundos dos Países de Leste; finalmente, uma terceira por abarcar indivíduos de países pertencentes à Europa Ocidental.

Na selecção dessas categorias utilizamos indicadores objectivos e mais subjectivos. No primeiro caso, identificamos e localizamos áreas geograficamente diferenciadas e fisicamente delimitáveis (os países); no segundo caso, demarcamos a língua de origem e a história política, ou seja, o facto de falarem ou não a língua portuguesa e, pertencerem a espaços políticos, historicamente, diferenciados.

O universo ou população que pretendíamos estudar eram os 3916 cidadãos estrangeiros a residir na freguesia de Almancil.

Atendendo à criação dos grupos anteriormente citados, da categoria dos PALOP e Brasil residiam, em 2005, 1004 indivíduos, da categoria da Europa Ocidental residiam 1271 indivíduos e, da categoria dos Países de Leste residiam 1433 indivíduos

Devido às limitações ao nível do tempo e dos recursos necessários para recolher e analisar os dados para cada um dos casos do universo ou população, utilizamos um método de amostragem não-casual.

Como pretendíamos obter uma amostra, o mais aproximada possível do universo, relativamente aos critérios definidos, seleccionamos o método de amostragem por quotas.

Tendo em conta a dimensão do universo foi decidido que a fracção da amostragem seria constituída por, pelo menos, 294 casos. Portanto, seleccionamos uma amostra não-aleatória, garantindo proporção idêntica a cada categoria.

O trabalho de campo foi desenvolvido, entre os meses de Julho e Novembro de 2007. Apesar de muitos dos questionários terem sido aplicados pelo autor do estudo, a maioria foi efectuado com a ajuda de elementos preponderantes das várias comunidades (presidentes de associações, trabalhadores de bares, cafés, cabeleireiros, directores da escola internacional e primária de Almancil), aproveitando-se associações, estabelecimentos escolares e locais de lazer, como bares, cafés e festas, como locais privilegiados para encontrar a população em estudo.

As principais conclusões, retiradas neste estudo foram:

Caracterização demográfica dos inquiridos

A maioria dos indivíduos inquiridos era oriunda da categoria dos Países de Leste (38,5%), seguindo-se a categoria da Europa Ocidental (34,4%), finalizando com os 27,1% da categoria dos PALOP e Brasil. A categoria mais idosa era a da Europa Ocidental, com uma média de idades a rondar os 53 anos e, a mais jovem era a categoria do leste europeu com, uma média, de 33 anos. Grã-Bretanha, Cabo Verde e Roménia foram as nacionalidades mais representadas, em cada uma das categorias.

A maioria dos estrangeiros inquiridos, era do sexo masculino (51,8%), tanto na categoria dos Países de Leste (55,7%), como na categoria dos PALOP e Brasil (55,6%). Este resultado, na opinião de Ferreira et al (2005) caracteriza os resultados migratórios no início. Geralmente um elemento da família, toma a decisão de migrar, sendo geralmente, o elemento masculino, aquele que parte, indo à frente, com a intenção de prospectar as condições de acolhimento. O elemento feminino, fica tomando conta do resto do agregado familiar, esperando pelas notícias do elemento que partiu.

Porém, a grande percentagem de indivíduos do sexo feminino (44,4% na categoria dos PALOP e Brasil e 44,3% na categoria dos Países de Leste) era sintomático de um efeito generalizado do reagrupamento familiar. Portugal fomenta políticas de favorecimento à integração dos imigrantes no nosso país, não só devido ao débil equilíbrio do sistema de pensões nacional, como pelas baixas taxas de fecundidade portuguesas.

Atente-se na preponderância dos elementos femininos na categoria da Europa Ocidental. Segundo Covas (2005), os especialistas das migrações afirmam que os movimentos populacionais de curta distância são, na maioria, constituída por mulheres, ou seja, existe uma preponderância do contingente feminino nas migrações de curta distância.

A análise dos grupos etários levou-nos a constatar que existiam diferenças e traços próprios em cada uma das categorias, merecedoras de referência.

A população inquirida tinha uma distribuição muito igualitária entre os grupos etários 26-30 anos e os 41-45 anos (em torno de 14% e 17,7%). Caracterizavam-se por serem indivíduos em idade activa. Na categoria dos PALOP e Brasil essa

distribuição era ainda mais evidente (entre os 18,5% e 24,7%). Porém, na categoria dos Países de Leste a concentração era nos grupos etários 26-30 anos e 31-35 anos (em redor dos 21,7% e 29,6%), eram mais jovens que os da categoria do PALOP e Brasil. Ou seja, são os jovens, tal como Keely (2000) defendia, aqueles com maior incentivo para migrar. Por outro lado, o facto de serem indivíduos em idade activa, indicia que foram coagidos a tomar decisões. Nos modelos de atracção-repulsão, a falta de trabalho, as más condições de vida, os baixos salários, no país de origem, são factores de repulsão. Por outro lado, procuram, no país de destino, resumidamente, mais bem-estar. É de salientar que na categoria da Europa Ocidental havia uma enorme concentração no grupo etário dos indivíduos com mais de 56 anos (39,8%), ou seja, das pessoas que se encontram com idade de reforma. Provavelmente haverá outras motivações para este grupo de migrantes. O facto de Almancil beneficiar de um clima acentuadamente mediterrânico, com Invernos suaves e Verões pouco agressivos, reduzida pluviosidade, fraca amplitude térmica e muita luminosidade, torna-o num espaço agradável para se viver ou passar as férias.

A maioria dos sujeitos (64,2%) era casada. Esta constatação era evidenciada em todas as categorias. Olhando mais cuidadosamente, notava-se que 18 eram divorciados. Na teorização sociológica das migrações, alguns autores, na opinião de Ferreira et al [2005: 23] *"associam o aumento da probabilidade de migrar em encruzilhadas decorrentes de etapas do ciclo de vida em que é necessário tomar decisões sobre caminhos alternativos (final da escolaridade e início da vida activa, mudanças de emprego/despedimentos, divórcios, morte de parentes, etc.) "*. Eventualmente, o divórcio poderá ter sido um facto importante para a tomada de decisão de migrar.

No que diz respeito às habilitações literárias, a maioria da população inquirida possuía os 12 anos de escolaridade (28,4%) ou os 9 anos de escolaridade (19,7%). Todavia, as diferenças entre as categorias eram incontestáveis. Enquanto, a categoria da Europa Ocidental, poderia ser considerada qualificada (51,5%)2, a categoria dos PALOP e Brasil contém 12,9% de indivíduos que não sabem ler e escrever ou que sabem ler e escrever, mas não frequentaram a escola. Saliente-se ainda os 6,2% de pessoas que detinham um curso superior/licenciatura na categoria dos PALOP e Brasil.

Salientes, são também as qualificações académicas da categoria dos Países de Leste (57,4%)3. O perfil educativo dos estrangeiros inquiridos permitiu diferenciar três grupos de estrangeiros: um formado por indivíduos qualificados ou mesmo altamente qualificados (categoria da Europa Ocidental), outro constituído por indivíduos com níveis de qualificação médios (categoria dos Países de Leste") e, finalmente, um estabelecido por níveis de qualificação baixos (categoria dos PALOP e Brasil). A questão da educação, é muito importante, pois tal como Chiswick (2000) defende, um nível superior de qualificações e capital humano confere aos migrantes uma maior capacidade de adaptação, inserção e de contribuição activa para a sociedade de acolhimento.

Caracterização do percurso migratório dos inquiridos

Relativamente, ao ano de chegada ao país, verificou-se que a maioria dos inquiridos, entrou em Portugal, a partir do ano de 2000. A categoria dos Países de Leste começou a chegar a partir de 1998, sendo os anos de 2001 (19,1%) e 2002 (17,4%), os pontos altos de chegadas. A partir do ano de 2005, verificou-se a diminuição do número de entradas de indivíduos do leste europeu. No processo extraordinário que decorreu entre 2001 e 2002, a população de estrangeiros legalmente residentes em Portugal sofreu um aumento de cerca de 100%, emergindo uma grande entrada (ou reconhecimento oficial da entrada) de imigrantes provenientes da Europa Central e de Leste, com especial predomínio para os naturais da Ucrânia, Rússia e Moldávia, facto que poderá explicar estes registos.

Por outro lado, a categoria dos PALOP e Brasil, em análise, tem tido vários picos. O primeiro pico aconteceu antes de 1990. O segundo pico ocorreu entre 1996 e 2005. Nos últimos anos tem-se notado um decréscimo de entradas dos oriundos desta *"comunidade*". No fim da década de 70 e durante grande parte da década de 80 observou-se uma imigração de raiz laboral, claramente de carácter internacional, vinda dos países africanos de língua portuguesa, coincidente com um fluxo crescente, de cidadãos brasileiros.

Na opinião de Pires (2002), o regime legal das autorizações de permanência, que entrou em vigor em 2001, veio dar evidência a um conjunto de mudanças na imigração, entre as quais se destaca o rápido desenvolvimento de um novo fluxo da Europa de Leste e a aceleração do oriundo Brasil.

A categoria da Europa Ocidental era a mais antiga. Porém, observava-se que o grande boom de chegadas, relativamente à amostra inquirida, aconteceu após o ano de 2000. Na opinião de Covas (2005: 255) "há já alguns anos Portugal, e, sobretudo o Algarve, figuram na rota dos destinos preferidos de muitos cidadãos oriundos dos países da União Europeia. Esta tendência tem vindo a crescer sistematicamente. Cresceu de tal forma, que já é considerável o número dos que decidiram construir o seu projecto de vida em Portugal e, com especial preferência pelo Algarve, estabelecendo aí a sua residência".

Estas variações, de acordo com Pires (2002) são indicadoras de diferentes tipos de migrações: imigração laboral e imigração profissional. No primeiro caso, temos os oriundos das categorias dos PALOP e Brasil e Países de Leste, dadores de mão-de-obra barata para os sectores da construção civil, entre outros. No segundo caso, temos a categoria da Europa Ocidental, donde provêem os técnicos e empresários.

Constatou-se que 86,3% dos inquiridos, residentes em Almancil veio do seu país directamente para Portugal. Esta trajectória migratória é análoga a todas as categorias.

Contudo, a fixação em Almancil não era tão linear. Assim, apenas 69,2% do total dos inquiridos residentes vieram directamente para a freguesia. A categoria dos Países de Leste (79,1%) era a que apresentava uma menor mobilidade migratória. Contrariamente, a categoria dos PALOP e Brasil (45,7%) demonstrava uma maior mobilidade migratória.

Mais de 60% dos inquiridos, chegou a Portugal como turista.

Embora uma grande parte dos cidadãos estrangeiros fosse casada e tivesse filhos, grande parte dos indivíduos das categorias dos PALOP e Brasil e dos Países de Leste chegou a Portugal sozinho ou com os amigos. Na categoria dos Países de Leste havia mais referências a ter vindo com amigos do que a ter vindo com o cônjuge, filhos ou outros familiares. Castles (2000) pensa que os fluxos iniciais tendem a despoletar de acordo com um factor exógeno, como o serviço militar, ou por movimentos pioneiros (normalmente associados a jovens). Depois, os padrões de deslocação repetem-se, com a ajuda de quem já se encontra nos países de destino (papel das redes sociais).

Neste particular, categoria da Europa Ocidental denotava opostamente a chegada do grupo familiar completo em maior número.

Quanto aos contactos já existentes, por parte da amostra, verificou-se que 81,3% tinha pessoas conhecidas a residir em Portugal. Nas categorias da Europa Ocidental (81,8%) e dos Países de Leste (73,4%) os conhecimentos no país, abonavam-se no grupo dos amigos. Contrariamente a categoria dos PALOP e Brasil tinham mais familiares a residir no país.

Na primeira fase do processo migratório são extraordinariamente marcantes as demonstrações de solidariedade de grupo, uma vez que o primeiro problema com o qual o migrante é confrontado diz respeito à questão do "acolhimento". As categorias dos PALOP e Brasil (81,5%) e dos Países de Leste (78,3%) beneficiaram de algum apoio à chegada, principalmente a nível: habitacional (PALOP e Brasil, 48,5%; Leste, 38,3%) alimentar (PALOP e Brasil, 26,9%; Leste, 21,2%); financeiro (PALOP e Brasil, 20,8%; Leste, 32,7%) e, foram apoiados por familiares ou por amigos, que já residiam no país, embora neste último caso se enquadrem mais os oriundos dos PALOP e Brasil do que os oriundos do Leste. Brettel e Hollifield (2000), Massey et al. (1993), pensam que as redes sociais são uma forma de capital social e um importante elo de ligação entre os países de origem e de destino dos migrantes. Bach e Schraml (1989) advogam a importância das redes sociais nas migrações, sobretudo os relacionamentos familiares. Castles (2000) associa o apoio na procura de alojamento e trabalho, e resolução de procedimentos burocráticos e assuntos pessoais.

Os motivos que levam um indivíduo a sair do seu país de origem são, de uma forma geral, causas financeiras – que, na sua maioria, estão relacionadas com o aspecto familiar. Observou-se que são razões financeiras que os levaram a vir para Portugal (54,9%). Dentro destas, destacaram-se as relacionadas com as más condições económicas (42,4%) e com situações de desemprego (12,5%), sustentadas pelas categorias dos PALOP e Brasil (58,6%) e dos Países de Leste (96,6%).

Contudo, a escolha de Portugal poderá estar principalmente relacionada com o facto de os inquiridos terem familiares e amigos a residir em Portugal. A abordagem teórica apoiada na perspectiva dos modelos de atracção-repulsão que tende a abordar, sobretudo, o conjunto de questões referentes aos factores que motivam os actores individualmente ajuda-nos a explicar as motivações migratórias dos indivíduos da categoria da Europa Ocidental.

Conforme conclui Covas (2005), os estrangeiros comunitários ao escolheram vir para o Algarve e decidirem ficar nesta região, seguramente fizeram uma análise de custo-benefício que lhes permitiu aliar a sua solidez económica com a maximização de outros factores, fazendo uma avaliação das vantagens comparativas em relação a muitos factores.

O clima foi dos que mais influiu na escolha do Algarve como local de destino, sendo considerado o aspecto mais atractivo e positivo para a maioria dos inquiridos, desencadeando *"outras vantagens comparativas, por facilitar, também, a adaptação ao meio ambiente e às condições de vida na região"* [Covas, 2005: 263].

Caracterização da inserção social dos inquiridos

Na opinião de Baganha et al (2004) a aquisição de um conjunto de competências sociais e culturais é um factor determinante na integração social dos migrantes na sociedade de acolhimento. Destacamos as competências linguísticas, "*dado que permitem criar e manter formas de relacionamento com a população autóctone e a aquisição de informações sobre oportunidades existentes nas diversas esferas sociais (oportunidades culturais, económicas, etc.) "* [Baganha *et al,* 2004: 106].

Antes de procedermos à apresentação comparativa dos resultados das respostas relativas aos conhecimentos adquiridos de língua portuguesa, importa referir que os contextos linguísticos iniciais dos indivíduos das categorias da Europa Ocidental e dos Países de Leste se diferenciavam significativamente dos indivíduos da categoria dos PALOP e Brasil. Nestes a migração ocorre dentro de um domínio linguístico semelhante, enquanto nos outros a migração implica o contacto com o que Bommes e Maas (2005) apelidam de «territórios linguísticos» estruturalmente diferentes. Seria, assim, de supor que os conhecimentos da língua portuguesa fossem mais diminutos.

Sendo a migração de Leste muito recente, foi interessante verificar que uma minoria referiu não ter qualquer conhecimento (1,7%), havendo quase 60% dos inquiridos que afirmou falar, escrever e ler na língua portuguesa.

Curiosamente, na categoria da Europa Ocidental era maior o número de indivíduos que apenas percebia ou não tinha nenhum conhecimento de língua portuguesa (44,6%), do que aquele que afirmava falar, escrever e ler, no idioma de Camões (38,8%).

Para Baganha et al (2004) a boa competência linguística dos migrantes do Leste Europeu contribui, para conseguirem obter um emprego sem o recurso à rede de amigos, familiares e conhecidos da mesma nacionalidade.

Relevante, o facto de a maioria dos inquiridos haver respondido que aprendeu português no contacto com a população portuguesa. Contudo, 31,0% de inquiridos da categoria da Europa Ocidental teve aulas para aprender a língua lusa.

Em casa ou fora de casa e no encontro com os seus compatriotas era na língua materna que, a maioria dos inquiridos, sem excepção, se exprimiam e comunicavam entre si.

Constatamos que a maioria dos inquiridos residia na freguesia acompanhada dos filhos (34,8%) e mulher (41,8%). Assim, as categorias denotaram tendência para o reagrupamento familiar, embora este ocorresse de forma diferente.

Enquanto na categoria dos PALOP e Brasil, numa primeira fase assistiu-se sobretudo à vinda isolada (55,3%) ou com outros familiares, na categoria dos Países de Leste, 38,2% iniciou o processo migratório sozinho, 16,3% vindo com outros familiares e 14,6% com amigos.

Associando a caracterização etária dos inquiridos ao facto da maioria ser casado, ou ter sido casada, não era surpreendente que a grande maioria tivesse filhos.

Por outro lado, 47,5% dos inquiridos tinham filhos a estudar em Portugal, com agregados familiares que iam até aos três filhos. A categoria dos PALOP e Brasil era aquela que apresentava maior percentagem de filhos (53,1%) a estudar, em Portugal.

A maioria (81,7%) estudava na escola portuguesa, sendo apenas 38,1%, filhos de inquiridos da categoria da Europa Ocidental. Notou-se que 61,9% dos inquiridos da comunidade da Europa Ocidental tinham os filhos a estudar na escola internacional. Os gaps salariais, entre as categorias dos PALOP e Brasil e dos Países de Leste e, a categoria da Europa Ocidental, vislumbrou-se, pela capacidade desta, conseguir suportar os custos educativos dos educandos numa escola privada.

Eram diversas as formas de alojamento da população estrangeira, embora a maioria vivesse em vivenda ou moradia (55,2%) ou apartamento (38,8%). No que diz respeito ao regime de propriedade constatou-se que cabia à categoria da Europa Ocidental o maior número de habitações próprias (93,2%), habitando, as restantes categorias, essencialmente, em habitações alugadas.

O regime de propriedade do alojamento traduz de forma directa o tipo de migração em termos de permanência. De facto, neste caso era a categoria da Europa Ocidental que apresentava um maior número de habitações próprias simbolizando, assim, o seu carácter de permanência prolongada ou definitiva. É claro que o tipo de regime de propriedade pode ser também um indicador directo das condições económicas dos imigrantes.

A maioria dos inquiridos permanecia, ao longo do ano, em média, 12 meses na freguesia, possuindo, na maioria dos casos, título de residência permanente. Porém, a categoria dos Países de Leste era aquela, que possuía mais títulos de residência temporária (73,9%).

A maioria dos títulos de residência foi adquirida após o ano de 2006. Após, o processo de legalização extraordinário, realizado entre 2000 e 2001.

Houve grandes discrepâncias nas razões invocadas para residir em Almancil. Para a categoria doa PALOP e Brasil, maioritariamente, por ter os seus familiares (53,1%). Por seu lado, a categoria dos Países de Leste, oscilou, entre os familiares (22,6%) e, ser fácil arranjar trabalho (34,8%). A categoria da Europa Ocidental fundamenta a sua escolha por Almancil ser uma zona calma (34,0%) ou, por gostar do local (38,8%).

O processo de adaptação a Portugal foi, para mais de 70% dos inquiridos fácil ou muito fácil. A categoria dos Países de Leste foi aquela que apresentou maiores dificuldades de adaptação (36,5%). No modelo de adaptação, está subjacente um processo de diferenciação social, onde o processo de ajustamento dos imigrantes deriva de um conjunto de variáveis composicionais, ou seja, de características demográficas características sociais e características económicas.

A língua (33,5%), foi a principal dificuldade, relativamente à inserção, mencionada pela grande maioria dos inquiridos, seguindo-se as queixas sobre os serviços públicos portugueses (19,4%) e, as dificuldades em encontrar trabalho (16,2%). De forma mais pormenorizada, a categoria da Europa Ocidental focou a língua (54,9%) e serviços públicos (28,9%), a categoria dos Países de Leste, a língua (35,0%) e nas dificuldades em encontrar trabalho (22,9%).

Era comum a todas as categorias, relacionarem-se com outros indivíduos da mesma origem. Segundo Portes e Böröcz (1989) e Keely (2000) na teoria das redes sociais, as pessoas ligadas por laços profissionais, familiares, culturais ou afectivos, reduzem os custos e os riscos da migração e, são uma fonte de informações importante para a tomada de decisão, tornando o processo mais seguro e ajudando a que as migrações, uma vez iniciadas, se auto-sustentem, alimentadas por lobbies de apoio aos fluxos migratórios.

De uma forma geral, os indivíduos referiram que não participavam de forma activa na vida comunitária (68,9%). Mas, a categoria dos PALOP e Brasil assumiu uma boa participação associativa (52,0%), contrariamente aos inquiridos do leste europeu (24,0%). Os inquiridos da categoria europeia ocidental, participavam activamente na vida comunitária. Faziam, frequentemente, parte de associações (46,5%), grupos desportivos (39,5%), e, participavam em actividades culturais (53,5%). Transversal a todas as categorias o facto de não terem problemas de relacionamento com a população portuguesa e almansilense e, terem uma opinião razoável dos serviços públicos portugueses.

Todas as comunidades de migrantes em estudo afirmaram, maioritariamente, conservar a sua própria cultura e ao mesmo tempo adaptar-se à portuguesa. Ao não entrar em confronto com a cultura do país de acolhimento, mostrando mesmo interesse na assimilação dos seus valores, demonstraram a sua intencionalidade em se integrar na nova sociedade, ou seja, estas categorias não hostilizavam a cultura portuguesa. Segundo Rocha-Trindade (1995), em teoria, o processo de assimilação inicia-se por uma competição institucionalizada pelos recursos (emprego, habitação, espaço) acabando depois, pela adaptação e pela adopção de elementos de ordem social e cultural (língua, costumes, valores, alimentação).

Não podemos de deixar de evidenciar a importância para os almansilenses e algarvios no geral, deste contacto intercultural. A presença de comunidades com hábitos, conhecimentos e tradições diferentes dos nossos, vão, na realidade,

servir para fortalecer a nossa cultura e enriquecê-la a todos os níveis, tornando a nossa região, embora de pequenas dimensões, grande na diversidade cultural.

Quando questionados sobre se voltariam a escolher Portugal, como local de residência, a maioria, respondeu que voltaria a escolher. Porém, atente-se, houve elevado número de indivíduos indecisos ou que responderam que não voltariam a fazer essa escolha, nomeadamente a inquirida do leste europeu.

Caracterização socioprofissional dos inquiridos

A grande maioria dos inquiridos encontrava-se inserida no mercado de trabalho. Eisenstadt (1954) e Esser (1980) defendem que a integração económica dos migrantes na sociedade de acolhimento é geralmente vista como uma forma instrumental de integração destinada a satisfazer as necessidades básicas.

A principal fonte de rendimento da população estrangeira era o salário. Saliente-se o elevado número de inquiridos com pensão ou reforma (35,9%), pertencentes à categoria da Europa Ocidental.

Em relação ao vínculo contratual, salienta-se haver, um nível significativo de inquiridos com contrato de trabalho a termo certo, em todas as categorias. De notar e atendendo à sensibilidade do investigador para a área do turismo que existiam contratos a termo certo para a época alta, pelo que se questionou se estes valores não seriam influenciados por esta situação. As modalidades mais débeis de vínculo contratual eram preenchidas essencialmente por pessoas oriundas das categorias dos PALOP e Brasil e dos Países de Leste. Este resultado só dificilmente constituiu uma surpresa, já que todos os estudos sobre a imigração e as comunidades étnicas em Portugal levados a cabo na última década apontam para os mesmos indícios. Este é um dos tipos de integração que favorece a economia informal.

No que concerne aos modos de integração dos estrangeiros activos no mercado de trabalho português, este estudo mostrou a dicotomia básica entre profissionais altamente qualificados e trabalhadores não qualificados. Da distribuição da amostra pelo sector de actividade foi possível observar que as categorias dos PALOP e Brasil (45,6%) e dos Países de Leste (44,9%) se concentravam na construção civil. Por outro lado, a categoria da Europa Ocidental reunia-se, em redor, dos serviços (48,1%). Piore (1979) refere que, a determinada altura no processo de desenvolvimento das economias, os trabalhadores migrantes tendem a preencher empregos na base da pirâmide da hierarquia social, que os trabalhadores locais recusam preencher, pela falta de estatuto social.

Organizando as suas profissões na altura do inquérito, observou-se, que as funções que as categorias dos PALOP e Brasil e dos Países de Leste exerciam eram na maioria pertencentes a sectores de actividade com menos qualificações (construção civil, restauração e hotelaria e pessoal dos serviços de protecção, pessoais e domésticos).

A primeira descrição era válida, essencialmente, para os imigrantes do sexo masculino. Relativamente às mulheres, a grande maioria da mão-de-obra migrante feminina inseria-se mais facilmente em empresas de serviços (limpezas urbanas e domésticas) e em restaurantes e hotéis (empregadas de mesa). Uma vez estabelecidas as primeiras vagas de imigrantes em subsectores como o da construção civil, o efeito das comunidades começa a operar, dando origem a uma progressiva etnicização de determinados segmentos do mercado de trabalho.

Contudo, a profissão que os cidadãos inquiridos oriundos das categorias dos PALOP e Brasil e dos Países de Leste, desempenhavam no seu país de origem, às vezes, não correspondia às habilitações académicas que possuíam, o que indicava uma situação de crise socioeconómica no país de origem. Verificamos que a maioria dos indivíduos com actividade na categoria da Europa Ocidental, trabalhava por conta própria (57,4%) ou por conta de outrem (42,6%). Estes valores iam de encontro às principais actividades profissionais indicadas, de direcção e gestão de empresas e de profissões liberais. A expansão de restaurantes, a presença crescente do franchising e de cadeias comerciais nacionais e internacionais e a etnicização de determinados ramos do comércio retalhista e grossista, criaram múltiplas oportunidades de emprego para os estrangeiros nessas áreas. Para Baganha et al (1999) isto sucedeu por via das redes associadas aos negócios étnicos ou das cadeias de comércio a retalho, onde o recrutamento de activos é largamente impessoal, incluindo todo o tipo de trabalhadores, e não apenas aqueles associados à rede das relações entre famílias e amigos.

Relativamente aos salários, as discrepâncias eram significativas, entre as categorias. Enquanto nas categorias dos PALOP e Brasil e dos Países de Leste variavam entre os 403 euros e os 950 euros mensais, a maioria da categoria da Europa Ocidental auferia mais de 1500 euros mensais. É um facto que na maioria dos casos o imigrante é aceite para desempenhar lugares vagos não preenchidos pelo cidadão nacional. A falta de interesse por serviços mal remunerados e efectuados, geralmente, em más condições e sem as medidas de segurança mínimas, é a maior justificação para a recusa desses empregos pelos nacionais, mesmo numa altura em que a taxa de desemprego não se encontra nos seus níveis mais baixos. Para além disso, as comunidades de imigrantes constitui uma mão-de-obra humilde, pouco reivindicativa, e com uma grande predisposição para o trabalho, contribuiu para tornar essa mão-de-obra, aos olhos dos empregadores, muito atractiva.

Todos estes sectores de actividade onde os trabalhadores imigrantes marcam a sua presença tem uma particularidade comum – trabalho duro em troca de salários baixos. Esta é pelo menos a ideia que ficamos, corroborada pelos resultados do nosso inquérito.

As modalidades de obtenção de emprego, permitem, de uma forma maioritária, diferenciar entre formas informais de acesso ao emprego, assentes em redes sociais, e modalidades de acesso mais formais, processadas através de contactos que ocorrem fora das redes sociais, nomeadamente, através de anúncios.

Os inquiridos das categorias dos PALOP e Brasil apoiaram-se, maioritariamente, nas redes de sociabilidade informais para a obtenção do seu emprego. Tratava-se, sobretudo, de redes constituídas por membros da mesma comunidade

nacional (familiares e/ou amigos) e, minoritariamente, por contactos com portugueses. Registe-se, o número de indivíduos da categoria dos Países de Leste (10,7%) que obtiveram emprego através da resposta a um anúncio. Esta maior independência está relacionada com o crescente domínio da língua portuguesa, para além de ser indicativo quer de uma crescente integração na sociedade portuguesa, quer da diminuição da relevância da comunidade imigrante para vincular informações e contactos necessários à integração do imigrante no mercado de trabalho.

Este estudo revelou contornos da população estrangeira, com estatuto legal, residente na freguesia de Almancil. Demonstrou particularidades diferenciadas, pois o universo inquirido possui, por um lado, cidadãos que conhecem e gozam dos direitos de liberdade de circulação e estabelecimento dentro do espaço comunitário e, por outro lado, indivíduos procedentes de zonas bem afastadas do espaço europeu.

Por outro lado, foi difícil enquadrar a "*comunidade"* da Europa Ocidental nas teorias disponíveis das migrações internacionais. O perfil da população estudada, tanto do ponto de vista cultural, profissional como económico, com muita dificuldade se encaixa numa matriz clássica do «migrante tipo». As realidades encontradas apoiam e fortalecem a indispensabilidade de se variar as perspectivas que auxiliem a saber as características da população estrangeira residente, em Almancil, em particular e, no Algarve, em geral.

Se exceptuarmos o traço comum que é a concentração geográfica na freguesia de Almancil, as três categorias diferenciam-se por múltiplas características, quer ao nível da composição social — estrutura etária e sexual, localização residencial, escolaridade, composição socioprofissional — quer ao nível de traços culturais como a orientação da sociabilidade ou a língua.

Temos, assim, uma população muito heterogénea cujos futuros na sociedade portuguesa se desenham, consequentemente, de modo desigual. Enquanto dos europeus ocidentais se pode dizer que se encontram maioritariamente bem integrados, os migrantes laborais e muitos dos seus descendentes vivem situações maior vulnerabilidade.

Os migrantes concorrem fortemente para o processo de internacionalização das regiões onde se fixam, estimulando o desenvolvimento de relações económicas, sociais e culturais com os territórios de origem e com outros destinos onde existam indivíduos pertencentes à mesma comunidade nacional ou étnica. Por outro lado, criam novas oportunidades de negócio, promovendo o comércio internacional e o turismo e contribuindo, directa e indirectamente, para a criação de emprego, através do empresarialismo étnico e do aumento do consumo

Uma sociedade que apoia a inclusão dos migrantes cria um clima auspicioso para que possam dar um contributo maior para a promoção do desenvolvimento dos territórios onde se fixam. Para além das vantagens imediatas, ao nível da revitalização demográfica de Almancil e do Algarve, no plano económico, podemos destacar quatro vectores de intervenção decisivos para que os imigrantes e a sociedade de acolhimento possam "*ganhar*" com as migrações: reconhecimento de habilitações escolares e profissionais; promoção da aprendizagem da língua e da cultura portuguesa; concessão de incentivos à promoção do auto-emprego e à criação de empresas e promoção da fixação nas regiões onde trabalham, através de incentivos ao reagrupamento familiar.

O estudo permite-nos aconselhar que para efeitos da produtividade e para facultar condições de vida mais qualificadas aos estrangeiros residentes, deveria o Estado difundir o apoio ao ensino da língua portuguesa. Seguramente que muitos problemas conducentes a tensões sociais seriam, deste modo, afastados ou resolvidos de forma mais rápida e eficiente, como se tem verificado nas relações com os originários de países de língua oficial portuguesa.

Bibliografia

BAGANHA, Maria Ioannis, MARQUES. José Carlos e GÓIS, Pedro (2004) "Novas imigrações, novos desafios: a imigração do Leste Europeu", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 69, Outubro, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, pp. 95-115.

BOMMES, Michael e MAAS, Utz (2005) "Interdisciplinarity in migration research: on the relation between sociology and linguistics", em BOOMES, Michael e MORAWSKA, Ewa (orgs.) International migration research: constructions, omissions and the promises of interdisciplinarity, Ashgate, Aldershot.

BRETTEL, Caroline e HOLLIFIELD, James (2000) "Migration Theory – Talking across Disciplines: Introduction", em BRETTEL, Caroline e HOLLIFIELD, James (ed.) Migration Theory – Talking across Disciplines, Londres, Routledge.

CARREIRA, Teresa; COVAS, Maria Mercês; SEQUEIRA, Bernardete (2003) Projecto "ERA": Estrangeiros residentes no Algarve (Relatório Final, não publicado), Faro: CIDER/UAlg.

CASTLES, Stephen (2000) "International Migration at the Beginning of the Twenty-First Century: Global Trends and Issues", UNESCO, *International Social Sciences Journal*, no. 165, pp. 269-281.

CHISWICK, Barry (2000) Are Immigrants Favourably Self-Selected?, em BRETTEL, Caroline e HOLLIFIELD, James (ed.) Migration Theory – Talking across Disciplines, Londres, Routledge.

COVAS, Maria Mercês (2005) Algarve: de destino turístico a região de preferência migratória de cidadãos da União Europeia, em Actas do I Congresso Internacional – Imigração em Portugal e na União Europeia, P. Varzim, AGIR, pp. 255-268.

EISENSTADT, Shmuel Noah (1954) The absorption of immigrants, Londres, Routledge & Kegan Paul.

ESSER, Hartmut (1980) Aspeckte der Wanderungssoziologie. Assimilation und integration von Wanderern, etnischen Gruppen und Minderheiten, Darmstadt, Luchterhand.

FERREIRA Eduardo de Sousa, RATO Helena e MORTÁGUA, Maria João (2005) Novos caminhos da Europa – A imigração de Leste, Oeiras, Celta Editora.

KEELY, Charles (2000) Demography and International Migration, em BRETTEL, Caroline e HOLLIFIELD, James (ed.) Migration Theory – Talking across Disciplines, Londres, Routledge.
NORTE, Cristóvão Guerreiro (2005) Almancil – Monografia e memórias, Almancil, Associação Empresarial de Almancil.
MASSEY, Douglas, ARANGO, Joaquin, HUGO, Graeme, KOUAOUCI, Ali, PELLEGRINO, Adela, TAYLOR, Edward (1993) Theories of International Migration: A Review and Appraisal, em Population and Development Review, no. 19, pp. 431- 466.
PAIS, José Machado (2003) Culturas Juvenis, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2ª edição.
PIORE, Michael (1979) Birds of Passage: Migrant Labour and Industrial Societies, Cambridge, Cambridge University Press.
PIRES, Rui Pena (2002) Mudanças na imigração – uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001, em Sociologia, Problemas e Práticas, nº 39, Oeiras, Celta Editora, pp. 151-166.
PORTES, Alejandro e BÖRÖCZ, József (1989) "Contemporary Immigration: Theoretical Perspectives on its Determinants and Modes of Incorporation", em COHEN, Robin (ed.) Theories of Migration, Cheltenham, Edward Elgar Publishing Limited.
ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1995) Sociologia das Migrações, Lisboa, Universidade Aberta.

Notas de Rodapé

Devido às dificuldades de lidar com todas as conotações associadas ao termo "integração", contornamos a situação, optando, por uma solução, que Pires [2003: 3] designa por "finta terminológica [que se traduz] na substituição do termo «integração» pelo temo «incorporação» (ou outros semelhantes) ", nomeadamente o de inserção.
2 Com o curso médio/politécnico (37,9%), pós-graduação (5,8%), mestrado (4,9%) e doutoramento (2,9%).
3 Com 12 anos de escolaridade (36,5%) e curso médio/politécnico (20,9%).

Redes sociais e acesso ao Mercado de trabalho dos jovens originários dos PALOP em Portugal

Marzia Grassi
Institute of Social Sciences- University of Lisbon (ICSUL)
marzia.grassi@ics.ul.pt

***Resumo*:** Com base em dados recolhidos através de um questionário a 400 jovens de origem angolana e cabo-verdiana a residir em Portugal (Projecto "Capital Social e jovens descendentes dos PALOP em Portugal"- ICSUL/429/2006) será discutida a questão do acesso ao mercado de trabalho, como uma questão central na integração destes jovens na sociedade portuguesa. É consensual que a precarização do trabalho e as limitações no acesso ao mercado de trabalho formal, por parte dos imigrantes, faz agravar o problema do desemprego neste grupo social. Contudo, as dificuldades no acesso ao mercado de trabalho formal não significam ausência de poder contratual informal. Este existe, não só nos trabalhos sazonais, a tempo parcial ou ao domicílio, mas também nas miríades de actividades económicas informais, que, integram redes transnacionais de comércio. São redes de reciprocidade e apoio que fomentam o comércio informal e o acesso ao trabalho ocasional/informal, que incluem as suas expressões ilegais e criminais. Os dados tratados de forma comparada, apontam para a necessidade de utilização de metodologias diferenciadas para captar as diferenças entre os dois grupos de jovens considerando, e oferecem pistas sobre o funcionamento do acesso ao trabalho informal e ocasional, através da identificação das redes que os inquiridos têm explorado para conseguir o trabalho, do tempo que demorou a encontrá-lo, do tipo de ajuda e da importância da mesma na procura do trabalho, do grau de satisfação com o próprio trabalho e das expectativas perante a profissão.

A actual divisão internacional do trabalho

A existência, à escala global, de países mais "*desenvolvidos*" e com populações mais idosas, "*eventualmente* mesmo em regressão, numa área restrita de um sistema mundial muito desigual, torna "*compreensível que a mão-de-obra com maiores ou menores qualificações, mas também menores rendimentos, se disponha a emigrar*" (Murteira 2007: 34). Ao mesmo tempo, a questão da precarização do trabalho e das limitações no acesso ao mercado de trabalho formal, por parte dos imigrantes, torna-se consensual. O problema do desemprego agrava-se pela própria condição de imigrante, sendo esta uma questão transversal aos diferentes países que acolhem os fluxos migratórios. Existe também um consenso sobre o facto de que as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal não significam ausência de poder contratual informal. Este existe, não só nos trabalhos sazonais, a tempo parcial ou ao domicílio – não contabilizados pelas economias dos países de acolhimento –, mas também nas miríades de actividades económicas informais, que, no caso de cabo-verdianos e seus descendentes, integram redes transnacionais de comércio para Cabo Verde. São redes de reciprocidade e apoio que fomentam o comércio informal e o acesso ao trabalho ocasional/informal, que incluem as suas expressões ilegais e criminais. A existência de situações de ilegalidade no interior das redes transnacionais não deve ser confundida com a criminalidade, como parece acontecer, por exemplo, quando se trata de avaliar as consequências sociais de fenómenos de "*mercado*", como no caso dos casamentos como via para a imigração (Grassi 2006). As redes de reciprocidade podem dar origem também a situações de risco, uma vez que os ganhos fáceis dos negócios ilegais acabam por aliciar as camadas mais jovens da população, favorecendo episódios de delinquência e crime.

Com as perguntas elaboradas nesta secção do questionário pretende-se perceber o funcionamento do acesso ao trabalho informal e ocasional, através da identificação das redes que os inquiridos têm explorado para conseguir o trabalho, do tempo que demorou a encontrá-lo, do tipo de ajuda e da importância da mesma na procura do trabalho, do grau de satisfação com o próprio trabalho e das expectativas perante a profissão. Outra bateria de perguntas relaciona-se com a prática de actividades ocasionais e informais, com o objectivo de identificá-las, na quantidade de dinheiro investido nas actividades de comércio, na importância que se lhes atribui e no tipo de produtos que são comercializados. Seguem-se ainda perguntas sobre a utilização dos lucros que provêm das actividades informais em termos de redistribuição na família, quer em Portugal, quer no país de origem dos inquiridos.

Tratando-se, como foi visto, de jovens, na sua maioria estudantes ou estudantes-trabalhadores, os dados que analisamos nesta secção dizem respeito somente aos inquiridos que possuem actualmente, ou já possuíram no passado, um emprego (n = 271).

De uma forma global, verifica-se que é relativamente curto o período de tempo de permanência no emprego actual (ou último emprego), uma vez que a maioria dos inquiridos (37,3%) está nele há menos de um ano enquanto apenas um percentagem residual de 5,2% está no mesmo trabalho há mais de 7 anos. Esta situação verifica-se tanto em relação aos inquiridos de origem angolana, como aos inquiridos de origem cabo-verdiana, e indica, não só uma recente entrada no mercado de trabalho, mas também as condições de precariedade dos trabalhos de indivíduos que são também estudantes.

Condições de acesso ao trabalho e redes de apoio

Analisando a forma como os inquiridos obtiveram o emprego actual (ou o último emprego), concluiu-se que, na globalidade, uma larga maioria consegui-o através da ajuda de amigos (44,6%), evidenciando a importância destes, não só em termos da rede social e de lazer, mas também em relação à própria rede de trabalho. A obtenção de emprego por via formal é mais escassa, nomeadamente através do contacto com empresas portuguesas (12,9%), de anúncio (9,2%) ou através do centro de emprego (4,4%). Em termos descritivos, a forma de obtenção referida em outra (1,5%) é mais especificamente através de voluntariado ou de candidatura espontânea. A importância dos amigos para a obtenção de trabalho é apontada, tanto para os inquiridos de origem cabo-verdiana, como para os inquiridos de origem angolana.1

Tabela 1

Forma de obtenção do trabalho

	Angola		Cabo Verde		Total	
	N	%	N	%	N	%
Amigos	62	44,3	59	45,0	121	44,6
Trab.. com familiares	3	2,1	4	3,1	7	2,6
Contacto emp. Portugueses	24	17,1	11	8,4	35	12,9
Contacto emp. Estrangeiros	4	2,9	0	,0	4	1,5
Concurso público	2	1,4	3	2,3	5	1,8
Anúncio	9	6,4	16	12,2	25	9,2
Centro emprego	6	4,3	6	4,6	12	4,4
Formação profissional	1	0,7	3	2,3	4	1,5
Criação próprio emprego	1	0,7	2	1,5	3	1,1
Outra	2	1,4	2	1,5	4	1,5
Ns/Nr	26	18,6	25	19,1	51	18,8
Total	140	100,0	131	100,0	271	100,0 %

Relativamente ao tempo que os inquiridos demoraram a encontrar o actual (ou último) emprego, verifica-se que a maioria, na sua generalidade, desconhece o período de tempo que despendeu à procura (47,2%). Esta situação pode significar que o tempo não foi um factor relevante na procura de emprego, pelo que se pode ter verificado um diminuto período temporal entre o início da procura e a obtenção efectiva de emprego. Já que, caso contrário, e passando um largo período de

1 Diferença estatisticamente não significativa X2 (10) =12,273, p n.s.

tempo, os inquiridos decerto se recordariam do tempo que estiveram à espera. Analisando os inquiridos que responderam, verifica-se que cerca de ⅓ (30,3%) esteve até 3 meses à procura de emprego. Duas situações (a elevada taxa de não resposta e o período relativamente curto de procura de emprego) verificam-se tanto em relação aos inquiridos de origem angolana, como em relação aos inquiridos de origem cabo-verdiana.

Tabela 2

Tempo de procura de trabalho

	Angola		Cabo Verde		Total	
	N	%	N	%	N	%
Menos de 1 mês	18	12,9	14	10,7	32	11,8
1 a 3 meses	26	18,6	24	18,3	50	18,5
4 a 6 meses	15	10,7	12	9,2	27	10,0
Mais de 6 meses	22	15,7	12	9,2	34	12,5
Ns/Nr	59	42,1	69	52,7	128	47,2
Total	140	100,0	131	100,0	271	100,0

Analisando os inquiridos que possuem actualmente um emprego ou que já trabalharam, verifica-se que a maioria (52,4%) admite que obteve ajuda na procura de trabalho. O que faz sentido, visto que a larga maioria obteve o emprego (actual ou último) através dos amigos, de maneira informal. E analisando este resultado por comunidade de origem, verifica-se que acontece o mesmo para os inquiridos de origem cabo-verdiana e angolana.

Tendo em conta os inquiridos que tiveram ajuda de alguém na procura de trabalho (n = 142), verifica-se que a grande maioria considera que a ajuda foi muito importante ou importante (93,6%). De facto, para além da ajuda ser reconhecida, esta é também considerada como algo efectivamente importante para a obtenção de emprego, tanto para os inquiridos de origem cabo-verdiana, como para a comunidade angolana (tendencialmente).

No que respeita ao trabalho propriamente dito e à satisfação em relação ao mesmo, verifica-se que a grande maioria (62,7%) se encontra muito ou simplesmente satisfeito, existindo contudo diferenças estatisticamente significativas quando se analisa os resultados tendo em conta a comunidade de origem. Mais especificamente, os inquiridos de origem cabo-verdiana encontram-se muito mais satisfeitos com o trabalho (23,7%) do que os inquiridos de origem angolana (10,0%), sendo que em relação à pouca satisfação verifica-se que existem mais inquiridos de origem angolana nesta situação (21,4%) do que de origem cabo-verdiana (10,7%). Neste sentido, é possível referir que os jovens inquiridos de origem cabo-verdiana estão mais satisfeitos com a presente (ou passada) situação laboral, quando comparados com os jovens inquiridos de origem angolana.

Tabela 3

Grau de Satisfação com o trabalho

	Angola		Cabo Verde		Total	
	N	%	N	%	N	%
Muito satisfeito	14	10,0	31	23,7	45	16,6
Satisfeito	69	49,3	56	42,7	125	46,1
Pouco satisfeito	30	21,4	14	10,7	44	16,2
Nada satisfeito	7	5,0	5	3,8	12	4,4
Ns/Nr	20	14,3	25	19,1	45	16,6
Total	140	100,0	131	100,0	271	100,0

(Resultados passíveis de análise segundo os pressupostos do teste)

Diferença estatisticamente significativa $X2 (4) = 14,198$, $p < 0,05$, com uma correlação fraca

São várias as expectativas que os inquiridos possuem, na globalidade, em relação ao emprego actual, sendo que, devido à importante percentagem de trabalhadores-estudantes e à própria escolaridade, cerca de ¼ refere estudar ou fazer formação (23,6%). Porém, destaca-se o facto de mais de ⅓ pretenderem mudar de emprego (34,6%), seja para outra área, seja para uma área de formação superior. Apenas 11,1% pretendem voltar para o seu país de origem, sendo que, no que respeita à categoria outros (4,8%), as respostas dadas indicam simplesmente que o inquirido pretende encontrar emprego ou manter o emprego actual. A mudança de área, bem como o estudo/formação, mantém-se como as expectativas maioritárias, analisando os resultados segundo a comunidade de origem. Contudo, no caso dos inquiridos de origem angolana, destaca-se, tendencialmente, o desejo de voltar ao país de origem (15,0%), situação que não está tão presente junto dos inquiridos de origem cabo-verdiana (6,9%)

Tabela 4

Expectativas com o trabalho

	Angola		Cabo Verde		Total	
	N	%	N	%	N	%
Mudar para área profissional	26	18,6	21	16,0	47	17,3
Mudar outra área	23	16,4	24	18,3	47	17,3
Subir posto	11	7,9	12	9,2	23	8,5
Aumento salário	18	12,9	10	7,6	28	10,3
Ir para país de origem	21	15,0	9	6,9	30	11,1
Emigrar outro país	6	4,3	13	9,9	19	7,0
Estudar/formação	37	26,4	27	20,6	64	23,6
Outro	5	3,6	8	6,1	13	4,8
Ns/Nr	15	10,7	17	13,0	32	11,8
Total	140	100,0	131	100,0	271	100,0

Foi perguntado aos jovens inquiridos se o facto de Portugal estar inserido na União Europeia promovia o aumento das suas expectativas em relação ao trabalho dos imigrantes de origem africana. A opinião dos inquiridos não é consensual. De facto, concluiu-se, na globalidade, que, por um lado, cerca de ⅓ (29,2%) admite que este facto aumenta as possibilidades de emprego, contudo, e por outro, 38,7% considera que não aumenta nem diminui, não dando, neste sentido relevância ao facto de Portugal estar inserido na União Europeia, pelo menos para facilitar as possibilidades de emprego. Esta situação de não consensualidade acontece tanto para os inquiridos de origem cabo-verdiana, como para os inquiridos de origem angolana.

Tabela 5

União Europeia e Emprego

	Angola		Cabo Verde		Total	
	N	%	N	%	N	%
Aumenta muito	8	5,7	6	4,6	14	5,2
Aumenta	31	22,1	34	26,0	65	24,0
Não aumenta nem diminui	64	45,7	41	31,3	105	38,7
Diminui	11	7,9	10	7,6	21	7,7
Diminui muito	7	5,0	11	8,4	18	6,6
Ns/Nr	19	13,6	29	22,1	48	17,7
Total	140	100,0	131	100,0	271	100,0

Trabalho Ocasional e precário

As formas de integração dos imigrantes no mercado de trabalho são dinâmicas influenciadas pelas características económicas do país de acolhimento, assim como pelas políticas de emprego adoptadas, tornando a questão do acesso ao trabalho uma questão muito complexa e difícil de analisar. A prevalência de trabalho informal e precário enquanto empregador maioritário dos imigrantes justificou a inserção no questionário de perguntas específicas sobre estas actividades. As perguntas dizem respeito à prática de actividades ocasionais, quer por parte do inquirido, quer por parte de pessoas da sua esfera de relacionamentos. Verifica-se que, em relação ao próprio, a maioria (51,3%) afirma fazer trabalhos ocasionais, ainda que em diferentes graus de frequência. Contudo, quando questionados sobre pessoas da sua esfera de relacionamento, a maioria não responde (61,3%). A taxa de não resposta aumenta quando se passa a falar das actividades informais. Estes resultados verificam-se independentemente da comunidade de origem dos inquiridos e relaciona-se com a existência de uma conotação negativa e preconceitos perante este tipo de trabalho, muitas vezes relacionado com a pobreza dos seus actores e a ilegalidade.

Tendo em conta os inquiridos que referiram a participação em actividades ocasionais, independentemente da frequência de participação, (n = 139), conclui-se que a maioria (61,2%) não refere qual a importância que este tipo de actividade possui para as suas necessidades pessoais, verificando-se o mesmo relativamente aos seus gastos mensais. Tal como sucede no caso das actividades informais, embora com menor incidência (54,0%). Apesar desta renitência, em ambos os casos, os que respondem indicam que estas actividades são efectivamente muito ou simplesmente importantes para as suas necessidades pessoais (33% no caso das actividades ocasionais e 38,1% no caso das actividades informais). Esta situação não varia, tendencialmente, quando analisamos os inquiridos segundo a comunidade de origem.

Actividades informais

A reconfiguração das cidades europeias contemporâneas, induzida pelas migrações, torna patente que os processos de informalização se devem entender, cada vez menos, como um resíduo (de acordo com os parâmetros das análises estrutural-funcionalistas da teoria da modernização) ou como uma anomalia dos processos de desenvolvimento (de acordo com as análises estruturalistas e de inspiração marxista), ou ainda como estratégias de sobrevivência compensatórias de situações de desemprego e sub-emprego, para, isso sim, deverem ser entendidas como uma "*forma"* específica de determinados contextos, ou ainda como uma "estratégia reorganizativa" da estrutura da economia global e das forças sociais que a perpassam2.

Os processos de informalização nos contextos de capitalismo avançado pos-fordista estão ligados, por um lado, à reorganização dos processos de produção e, por outro, às dinâmicas de autonomização das migrações (Corrado 2005:4). A inserção dos imigrantes nos contextos de chegada está ligada ao desenvolvimento de *enclaves* que se inserem na reorganização da economia urbana, a maioria das vezes em formas de externalização de fases do processo de produção (pense-se nos serviços de limpeza, no sector da construção civil, etc, bem caracterizados por Portes (1995) Portes, Sassen-Koob, (1987) Sassen, (1988 e 2001)).

No interior destas dinâmicas, a inserção dos imigrantes nos contextos de chegada produz-se através de obstáculos ligados à condição jurídica. As condições de legalidade presentes nas leis nacionais dos países de chegada, e as "*estratégias*" dos governos perante as migrações, desencadeiam a construção e objectivação do "*senso comum*", assim como a categorização do discurso científico, através de mecanismos políticos sociais e mediáticos, que "identificam" o imigrante como a alteridade e a diversidade. É sobre a dinâmica da diversidade e da alteridade que se fundamenta a marginalização e segregação social dos migrantes.

A compreensão deste processo nas suas componentes políticas e sociais torna-se fundamental para interpretar a integração dos imigrantes no mercado de trabalho dos países de chegada.

É assim que a "*nova*" divisão internacional do trabalho que está a ser redesenhada pelas hegemonias, pelos direitos de cidadania, assim como pelos direitos humanos, tem também outras implicações inesperadas, quer ao nível das identidades – a importância da diáspora cabo-verdiana na construção e manutenção da identidade nacional e na reinvenção da nação é objecto de consenso para a grande maioria dos autores –, quer ao nível de novos fenómenos sociais emergentes, como as "*novas*" formas de economia informal, incluindo-se no termo as formas ilegais e criminais (Williams e Vlassis 2001, Grassi 2006).

A importância da recolha da informação sobre circuitos de economia informal foi aludida pelas mulheres *rabidantes* entrevistadas em Cabo Verde (Grassi 2003), que mencionaram a família em Portugal como sendo uma rede de apoio fundamental nas viagens para aquisição de mercadoria. Esta realidade fundamentou a particular atenção que no trabalho de campo foi dada às actividades informais. As entrevistas realizadas em diferentes lugares da diáspora confirmam a relevância do género como categoria analítica (Grassi 2007: 23-61: Grassi 2006: 263-307). Além disso, os familiares destas mesmas mulheres, entrevistadas na diáspora, negam, a maioria das vezes, ter *rabidantes* na família, e é necessário aprofundar a questão com entrevistas sucessivas, para que alguém passe a admitir participar nestas actividades, pela necessidade de arredondar o salário que recebem em trabalhos formais ocasionais. Um exemplo paradigmático da resistência em falar das actividades informais é o caso de uma empregada doméstica em Lisboa, que, no fim da enésima entrevista, e apesar de ter sempre negado reiteradamente ter algo a ver com o comércio informal, pois nem sequer precisaria uma vez que tinha um trabalho com contrato, vendeu-me um perfume de um *stock* de ocasião que tinha "*comprado para a irmã vender em Cabo Verde*". Recebi esta informação como um presente para a minha pesquisa. E de facto este foi um verdadeiro presente, porque a história de vida contada por esta mulher indicou o alcance do conceito de informalidade, também no contexto da diáspora cabo-verdiana. Após a venda do perfume (de uma marca que imita, no nome, uma muito conhecida, ela começou a falar à vontade sobre as actividades informais e sobre o modo como estas estão ligadas ao género. Nas suas palavras:

> "…os homens cabo-verdianos não gostam muito... não se querem meter nas coisas das mulheres, querem ficar à vontade para fazer aquilo que lhes apetece, não ter de estar aí a meter, têm é de deixar à vontade para fazer as coisas e mesmo assim, muitas vezes, as mulheres não vão lá pedir a opinião também …"

De acordo com esta depoente, existiria também uma ligação com os jovens, com os estudantes, que, como ela refere, fazem comércio:

> ".a maioria, a parte dos homens não sai daqui para fazer compras no Brasil, só as mulheres têm capacidade de comprar. Eles quando estão a vender qualquer coisa estão a trabalhar para aquelas mulheres que estão sempre a viajar, e praticamente são sempre rapazes assim a estudar; daqueles que estudam à noite.. durante o dia não têm nada para fazer e todos estão aí a vender.. … Eu acho que praticamente por cada 100 cabo-verdianos eu acho que há 90% … [risos] a vender mesmo qualquer coisinha. Eu acho que vende, porque praticamente... sempre que uma pessoa, sempre que um cabo-verdiano, encontrar uma coisa e vê que o preço é bom, sabe que pode comprar, qualquer um não se importa de comprar para vender porque já sabe que tem amigas que não têm tempo, para sair e ver as coisas então elas aproveitam, compram, já vende a dobrar, está a perceber, então...todos ficam contentes"

Foi a informação recolhida no terreno, através de entrevistas, que indicou a vantagem da inserção de perguntas específicas sobre este tema no questionário aos jovens de origem africana em Portugal, cujos dados são apresentados a seguir.

---

2 Cf. Portes, Sassen Koob 1987; Taback, Crichlow, 2000; Williams, Windebank, 2001; Grassi 2003; Corrado, 2005.

No que se refere à prática de actividades informais pelo próprio, confirma-se a peremptória negação da execução de tais dinâmicas (55,4%), enquanto que, em relação à participação dos outros da mesma esfera de relacionamento, se mantém o desconhecimento, devido à elevada taxa de não resposta (67,5%). Esta situação mantém-se para os inquiridos, independentemente da sua comunidade de origem.

Tendo em conta os poucos inquiridos que admitiram realizar actividades informais (n = 63), verifica-se que mais de 40 % acha que são importantes para o próprio orçamento, embora a maioria não tinha ido longe e quantificado o dinheiro investido neste tipo de actividades (61,9%).

Tabela 6

Prática de actividades informais pelo próprio

	Angola		Cabo Verde		Total	
	N	%	N	%	N	%
Frequentemente	7	5,0	3	2,3	10	3,7
De vez quando	22	15,7	9	6,9	31	11,4
Raramente	13	9,3	9	6,9	22	8,1
Nunca	71	50,7	79	60,3	150	55,4
Ns/Nr	27	19,3	31	23,7	58	21,4
Total	140	100,0	131	100,0	271	100,0

Apesar disso, relativamente aos que referiram o dinheiro investido, conclui-se que a maioria não investe mais de 1500€ por ano (34,9%). Esta situação mantém-se, tendencialmente, para os inquiridos de origem angolana e para os inquiridos de origem cabo-verdiana, sendo que, 85,7% destes últimos, demonstram uma maior relutância em relação a este tipo de questões. A importância que efectivamente as redes comerciais informais têm para Cabo Verde, junto com as representações negativas que este tipo de actividade tem na sociedade cabo-verdiana (Grassi 2003) poderão explicar este resultado.

Tabela 7

Dinheiro investido nas actividades informais (N=271)

	Angola		Cabo Verde		Total	
	N	%	N	%	N	%
Menos de 250 euros	7	16,7%	3	14,3%	10	15,9%
De 250 a 1500 euros	12	28,6%	0	,0%	12	19,0%
Mais de 1500 euros	2	4,8%	0	,0%	2	3,2%
Ns/Nr	21	50,0%	18	85,7%	39	61,9%
Total	42	100,0%	21	100,0%	63	100,0%

Em relação aos inquiridos que realizam actividades informais, verifica-se que a maioria vende roupas e acessórios (30,2%). Porém, no caso dos inquiridos de origem cabo-verdiana, verifica-se que os produtos de beleza são (tendencialmente) tão importantes, a nível de revenda, como as roupas e acessórios (23,8%).

Tabela 8

Tipo de Produtos que comercializa N=271

	Angola		Cabo Verde		Total	
	N	%	N	%	N	%
Roupas e acessórios	14	33,3%	5	23,8%	19	30,2%
Produtos alimentícios	1	2,4%	0	,0%	1	1,6%

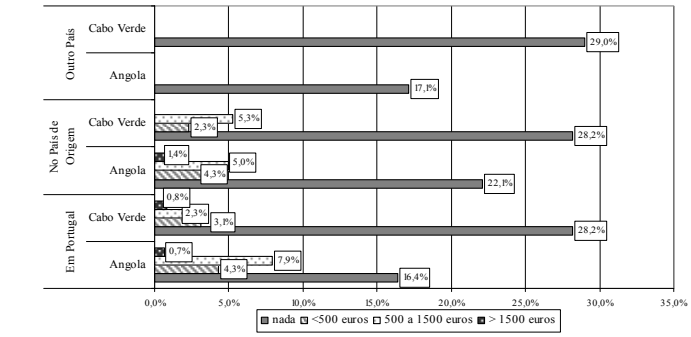
Tecnologia	5	11,9%	2	9,5%	7	11,1%
Mobiliário	1	2,4%	0	,0%	1	1,6%
Produtos beleza	0	,0%	5	23,8%	5	7,9%
Ns/Nr	21	50,0%	9	42,9%	30	47,6%
Total	42	100,0%	21	100,0%	63	100,0%

A importância do **destino redistributivo dos lucros** que se conseguem com as actividades informais, tem sido identificada, em estudos realizados em terrenos africanos de países em desenvolvimento, como um recurso positivo, que permitiria uma certa mobilidade social nas famílias através da sua utilização na educação dos seus membros mais novos (Grassi 2003 e 2007). Além disso, estudar a utilização da riqueza produzida por dinâmicas informais, viabiliza de forma clara as ligações que existem entre formal e informal. Na maioria das situações, a fronteira entre formal e informal resulta sombria, e uma mesma actividade pode ser considerada ao mesmo tempo formal ou informal, de acordo com os contextos e as definições das autoridades públicas. Na realidade, é certamente improvável que se consiga encontrar lugares onde, na organização de homem em sociedade, não exista um qualquer desvio às "*formas*". É por isso que a informalidade não é suficiente para justificar a repressão de certos comportamentos sociais (Coit, 2001:2; Grassi 1997 e 2007b).

À pergunta do inquérito que quer averiguar a parte dos lucros que se destina a ajudar familiares, a grande maioria, como era de esperar, não responde. As respostas distribuem-se entre quem utiliza os lucros para ajudar familiares que se encontram em Portugal (68,3%), no país de origem (65,7%) ou em outros países (77,1%). Conclui-se que os inquiridos, na globalidade, não gastam muito dinheiro para ajudar familiares, ou outras pessoas próximas. Situação que se mantém, analisando os resultados segundo a comunidade de origem, como se depreende do gráfico elaborado a partir das respostas ao questionário.

Gráfico 1

Destinação dos lucros por comunidade de origem



A partilha do rendimento

No que respeita ao número de pessoas com que o inquirido partilha o seu rendimento total, verifica-se que cerca de ⅓ (29,9%) não reparte o seu rendimento com ninguém, enquanto que a maioria partilha o rendimento (47,2%), dividindo-se essa distribuição entre 1 a 2 pessoas (26,9%) ou mais de duas (20,3%). Analisando estes resultados segundo a comunidade de origem, conclui-se que existem diferenças. Mais especificamente, os inquiridos de origem cabo-verdiana, comparativamente com os inquiridos de origem angolana, destacam-se em relação à não partilha do seu rendimento mensal com outras pessoas (37,4% comparado com 22,9%) sendo a diferença estatisticamente significativa.

Tabela 9

Nº de pessoas com quem partilha o rendimento

	Angola		Cabo Verde		Total	
	N	%	N	%	N	%
Nenhuma	32	22,9%	49	37,4%	81	29,9%
1a2 pessoas	42	30,0%	31	23,7%	73	26,9%
Maisde2 pessoas	34	24,3%	21	16,0%	55	20,3%
Ns/Nr	32	22,9%	30	22,9%	62	22,9%
Total	140	100,0%	131	100,0%	271	100,0%

(Resultados passíveis de análise segundo os pressupostos do teste)

Diferença estatisticamente significativa X2 (3) = 8,073, p < 0,05, com uma correlação fraca (V Cramer = 0,173)

A diferença talvez seja explicável em função das características socioeconómicas dos jovens de origem angolana que, comparativamente com os de origem cabo-verdiana, parecem ocupar uma mais alta categoria social. Há uma tendência nos jovens de origem angolana para a partilha do domicílio com mais pessoas do que os jovens de origem cabo-verdiana, e, como já foi referido, as solidariedades na diáspora prendem-se mais com os grupos de residência do que com a família consanguínea. Entrevistas a imigrantes de origem africana referem mecanismos de ajuda entre pessoas que partilham a mesma casa, para a resolução de questões ligadas ao quotidiano e às despesas para bens e serviços básicos. Esta explicação reforça-se se consideramos que, no grupo dos inquiridos, os jovens de origem angolana estudantes e trabalhadores em simultâneo são mais representados em relação aos congéneres de origem cabo-verdiana. Por outro lado, se consideramos os dados relativos ao trabalho informal, talvez os jovens de origem cabo-verdiana não tenham considerado esta situação nas respostas ao nível do trabalho, essencialmente pela conotação negativa que o termo veicula.

Conclusão

Dos 400 jovens de origem africana inquiridos sobre a condição de trabalho, 271 declaram-se activos. Destes, mais de um terço estão no trabalho há menos de um ano; talvez pela idade juvenil que pode indicar uma entrada recente no mundo laboral, mas também pela grande presença de estudantes-trabalhadores que procuram trabalhos precários e ocasionais. A maioria dos jovens precisou de ajuda para encontrar um trabalho e essa ajuda veio maioritariamente dos amigos. As redes informais que, como já vimos no capítulo precedente, demonstram ser as mais activas na inserção social dos jovens de origem africana, reiteram a sua importância também neste contexto. Os jovens encontram-se na sua maioria satisfeitos com o trabalho que têm, sendo que os de origem cabo-verdiana mostram um grau maior de satisfação em relação aos de origem angolana. Esta questão talvez se explique com a presença no grupo de origem angolana de um maior número de activos, estudantes-trabalhadores ou trabalhadores a tempo inteiro. É evidente que uma explicação mais aprofundada deste resultado só será possível com estudos que utilizem métodos etnográficos de forma a captar outros elementos específicos em cada grupo.

Contudo, cerca de metade dos jovens que trabalham mostram a vontade de mudar de área profissional e de continuar com a própria formação escolar. Os jovens de origem angolana são os que mais esperam voltar ao próprio país em breve. A maior parte dos jovens acham que a integração laboral em Portugal se faz através de trabalhos ocasionais, precários e informais. Quanto ao trabalho informal, e particularmente ao comércio informal, só 63 pessoas de 400 inquiridos admitem a participação neste tipo de actividade. A maioria vendendo roupa, acessórios e, no caso dos jovens angolanos, tecnologia. Os lucros do trabalho informal, são utilizados para ajudar os familiares, quer na diáspora, quer nos países de origem, ou, no caso dos cabo-verdianos, noutros países de diáspora. Contudo, numerosos estudos na área confirmam a importância do trabalho informal como ajustamento do nível de desemprego dos imigrantes, sendo necessário evitar a sua exaltação como instrumento retórico que poderia servir de justificação a um estado incapaz de tutelar a força de trabalho nos seus elementos constitutivos, como seja o mesmo direito ao trabalho.

Quanto à partilha do rendimento do trabalho em geral, só um terço dos activos não partilham com ninguém, sendo que a maioria declara partilhar o rendimento com outras pessoas da esfera de relacionamentos próximos, surgindo os angolanos como aqueles que mais partilha fazem do próprio rendimento.

As diferenças entre os dois grupos de jovens são susceptíveis de ser exploradas com metodologias diferenciada considerando, por exemplo, os perfis do agregado de residência e familiares, assim como os próprios projectos de vida para o futuro.

Bibliografia

Coit, C. (2001), "The other face of informality and illegality or the collateral effects of informality", *Copying with informality and illegality in human settlements in developing cities*, Lovaina e Bruxelas, ESF/N-AERUS Workshop.

Corrado, A. (2005) "Migrazioni e processi di informalizzazione: tra autovalorizzazione e sfruttamento *Complements de la Majeure de Multitudes* Nº 19 Biblioteca Universitá di Calabria, Itália.

Grassi, M. (1997)"O papel da mulher angolana no desenvolvimento do país" *Tese de Mestrado em Estudos Africanos*, ISCTE, policopiado

Grassi, M. (2003), *Rabidantes*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Grassi, M. (2006) "Formas migratórias: casar com o passaporte no espaço Schengen", *Etnográfica*, 10(2).

Grassi, M. ; Melo, D. (2007) "Portugal na Europa e a questão migratória: associativismo, identidades e políticas públicas de integração" *Working Papers ICS-UL* online *e Observatório Migrações* (*OIM) http://www.oi.acidi.gov.pt*.

Grassi, M. (2007a) "Cabo Verde pelo mundo: o género na diáspora cabo-verdiana", in M. Grassi e I. Évora (orgs.), *Género e migrações cabo-verdianas*, Lisboa, Imprensa de Ciências sociais.

Grassi, M: (2007b) "Práticas, Formas e solidariedades da integração de jovens de origem angolana no mercado de trabalho em Portugal" in *Economia Global e Gestão*, Business School, Indeg, Lisboa

Murteira, M. (2007) *A nova economia do trabalho* Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.

Portes, A.; Sassen-Koob, S. (1987) "Making it underground. Comparative material on the informal sector in Western market economies. *American Journal of Sociology* 93 (1), 30-61

Portes, A. (1995), "Economic sociology and the sociology of immigration: a conceptual overview", in A. Portes (ed.), *The economic sociology of immigration*, N. Iorque, Russell Sage Foundation, pp. 1-41.

Sassen, S. (1988) *The mobility of labour and capital: a study in international investment and labor flow* Cambridge University Press, New York.
Sassen, S. (2001) *The global city* Princeton University Press. New York, London, Tokyo.
Taback, Crichlow (2000) (eds) (2000), *Informalization. Process and Structure*, Baltimora, The Johns Hopkins University Press.
Williams, C.C. & Windebank, J.(2001) "Paid informal work in deprived urban neighbourhoods: exploitative employment or co-operative self-help?", *Growth and Change*, vol. 32, no. 4, pp 562-571.
Williams, P.; Vlassis, D. (2001) (EDS) *Combating transnational crime: concepts, activities and responses*, Frank Cass, Londres.

Imigrantes, Minorias Étnicas e Autarquias - A (in)visibilidade institucional das políticas de integração social1

Ana Paula Cordeiro
anacorde@univ-ab.pt

***Resumo*:** As migrações internacionais tornaram-se um dos principais factores de transformação social a partir da segunda metade do século XX. O fenómeno de globalização das migrações expresso pela crescente quantidade e diversidade de países envolvidos nos processos migratórios (quer como espaço de origem, quer como espaço de destino) e pelo ritmo a que aumentou o volume dos movimentos populacionais em todas as regiões do mundo, colocou novos desafios à maioria dos Estados nacionais.
Contudo, o potencial transformador das migrações é particularmente visível e sobredimensionado a nível local, sendo por isso a esta escala que se tem tornado premente delinear respostas ás questões que dele emergem, as quais têm impulsionado, nalguns casos, alterações na própria estrutura orgânica das autarquias, no seu modo de funcionamento e na tipologia de acções que desenvolvem. Tais alterações assumem diferentes formas consoante as especificidades de cada lugar, da sua história, do seu património económico, social, político e cultural.
Esta comunicação propõe-se caracterizar, com base em depoimentos de informadores privilegiados – políticos, técnicos e dirigentes associativos – recolhidos através de entrevistas guiadas, a postura institucional da edilidade da Amadora face ao repto da imigração, atendendo a que se trata de um concelho onde a dimensão de que se reveste o fenómeno imigratório assume um peso, visibilidade e importância particulares.
Procura-se então, mediante uma análise cuidada da percepção, nem sempre coincidente, dos vários actores sociais envolvidos institucionalmente na dinâmica da imigração, desvendar e interpretar os significados sociais e políticos dos sinais exteriores que indiciam mutações orgânicas e operacionais da autarquia, motivados pela realidade social em referência.

Introdução

O concelho da Amadora insere-se na Área Metropolitana de Lisboa e embora o seu território abranja apenas 24 Km2, a centralidade do seu posicionamento geográfico face ao meio envolvente conferiu-lhe uma enorme importância enquanto espaço de circulação de pessoas e bens, contribuindo de forma determinante para dinâmica evolutiva que o concelho tem protagonizado.

Figura 1

Área Metropolitana de Lisboa

1Esta comunicação reporta-se a conteúdos integrados na tese de doutoramento intitulada "IMIGRANTES, MINORIAS ÉTNICAS E AUTARQUIAS. Intervenções e Omissões – Práticas Políticas no Município da Amadora", da mesma autora. A investigação realizada no âmbito desse trabalho adoptou uma metodologia qualitativa, recorrendo à aplicação de entrevistas guiadas a um conjunto significativo de informadores qualificados – políticos (do Executivo, das Juntas de Freguesia e das Comissões Concelhias dos Partidos), técnicos (da autarquia e das Juntas de Freguesia) e dirigentes associativos – e à análise de conteúdo dos respectivos depoimentos. O objectivo primordial da presente comunicação consiste em identificar e interpretar sinais exteriores de existência, ou não, de uma política autárquica de integração de imigrantes e minorias étnicas, designadamente os que são susceptíveis de ser observados através da estrutura orgânica da autarquia e no seu modo de funcionamento.

Grande Lisboa
Fonte: INE

Na especificidade do seu enquadramento espacial assume particular relevância a contiguidade física com a capital, potenciada pela edificação de um conjunto de infra-estruturas ferro2 e rodoviárias, e a criação de uma rede de transportes colectivos, que impulsionaram a radicação de um número crescente de pessoas e unidades produtivas. Sofrendo a influência do ritmo e intensidade com que se processaram as dinâmicas económica, demográfica e urbana da capital, o município revestiu-se de uma enorme capacidade apelativa para fins tão diversos como a habitação, o emprego, o investimento produtivo e imobiliário.

Na verdade, a facilidade e rapidez no acesso a Lisboa, o custo mais acessível dos terrenos, e das habitações, dotaram a Amadora de uma forte poder de atracção sobre largos contingentes populacionais durante várias décadas consecutivas, passando a ser procurada como local de residência, sobretudo por estractos sociais de menores recursos envolvidos no processo de industrialização da capital. Palco de chegada sistemática de migrantes internos e externos, o concelho conheceu um crescimento demográfico exponencial que, juntamente com a dimensão do seu território, explica o facto de, ainda hoje, apresentar uma densidade populacional de 7.390, superior à de qualquer outro em Portugal (INE, 2002c: 3)

O valor dos imóveis, as referidas acessibilidades e a crescente concentração populacional criaram também condições propícias à instalação de um número considerável de indústrias a partir dos anos 30, algumas delas de dimensão bastante significativa e com enorme potencial de absorção de mão de obra3, tornando possível o acesso ao emprego a franjas consideráveis de população, que maioritariamente vieram a fixar residência no concelho. Assim sendo, o desenvolvimento industrial observado no município induziu um crescimento urbanístico abrupto e desordenado, que desencadeou profundas alterações no perfil funcional deste espaço e suplantou a capacidade de resposta do poder local – ainda jovem e em fase de consolidação – às exigências das novas realidades. A emergência de necessidades sociais de natureza diversa e o agravamento de situações de carência, vivenciadas essencialmente pelos segmentos populacionais mais desfavorecidos – dos quais relevam os imigrantes e as minorias étnicas – colocaram sérios reptos à autarquia.

1. Imigrantes e Minorias Étnicas no Concelho da Amadora

A análise demográfica do espaço adstrito hoje ao município, evidencia, de modo inequívoco, um permanente aumento populacional até ao início da década de 90, o qual estabelece uma relação directa com a formação e desenvolvimento da AML. Embora com ritmos muito diferenciados esse crescimento apenas conheceu quebras temporárias ocasionadas pelas duas Grandes Guerras Mundiais, atingindo o seu apogeu no princípio dos anos 60. Foi no período entre 1950 e 1970 que ocorreu a verdadeira explosão demográfica do concelho, em consequência das migrações massivas que tiveram por destino a região de Lisboa, as quais desencadearam a expansão de núcleos suburbanos de tipo dormitório, e, assim, o redimensionamento da primeira coroa envolvente da capital (Salgueiro, 2001).

Na década de 70, esse aumento populacional foi ainda substantivo (42,5%), apesar de comparativamente inferior ao dos decénios anteriores, devendo-se em grande medida à fixação de portugueses retornados das ex-colónias e de imigrantes. Segundo informações recolhidas é nesta época que começa a ser notória a presença de cabo-verdianos no concelho, em consonância com os movimentos migratórios de grande dimensão que se dirigiam a Portugal e, maioritariamente a Lisboa. De facto, só nos anos de 1972, 1973 e 1974 saíram de Cabo Verde 12.529 indivíduos, dos quais 75% se dirigiu para Portugal (Carreira, 1977:137)

2A construção do caminho-de-ferro Lisboa-Sintra está intimamente associada ao crescimento demográfico, económico e urbanístico da região. A estação ferroviária da Porcalhota foi criada em 1887 e encontra-se ligada à origem do núcleo urbano da Amadora, e, posteriormente, à instalação de indústrias.

3Numa primeira fase, entre 1930 e 1950, os ramos de actividade das empresas aí sedeadas eram predominantemente a metalomecânica, a metalurgia e soldadura, a borracha, o plástico, o vidro, o material eléctrico e ainda a química orgânica e a farmacêutica. Do seu universo destacam-se a Sorefame (muito mais tarde adquirida pela multinacional Bombardier), a Cometna, a Cel-Cat, os laboratórios Vitória, a Corsino e a Sotancro. Depois dos anos 50 assistiu-se a um florescimento muito acelerado de empresas de construção civil e à progressiva terciarização da economia local (CMA, 1996).

Nos anos 80 a população da Amadora cresceu ainda 11%, certamente com o contributo importante da **radicação** de estrangeiros. De modo inesperado4, no decénio subsequente, e pela primeira vez na sua história, o concelho apresentou uma diminuição populacional de 3,2%. Todavia, o concelho albergava no princípio deste século um universo total de 175.872 pessoas (INE, 2002c:3).

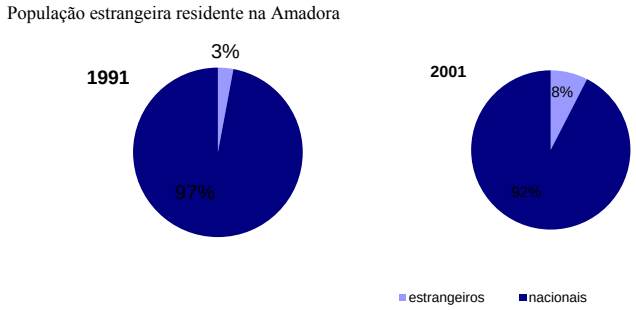
Ao realizar uma análise mais detalhada sobre a evolução demográfica do concelho é digno de nota o facto da componente migratória desempenhar um papel mais proeminente do que a componente do crescimento natural na dinâmica populacional do município. Efectivamente, não obstante a importância assumida pelos valores relativos aos saldos naturais, todas as variações, quer positivas quer negativas, observáveis nos quantitativos populacionais, resultam de saldos migratórios, estando, por isso, directamente relacionadas com fluxos de entrada ou de saída de efectivos.

Seguindo como principais referências estatísticas os censos de 1981, 1991 e 2001, identificam-se algumas particularidades interessantes relativamente às migrações com destino a este concelho.

Em 1981 residiam na Amadora 13.945 indivíduos que em 1973 viviam noutros países o que pode estar relacionado com alguns dos fenómenos que no quadro das migrações tiveram uma expressão assinalável nessa altura em Portugal. O regresso ao nosso país de muitos portugueses até então emigrados no Centro da Europa, principalmente na França e na Alemanha, e que face, à retracção económica resultante do choque petrolífero ocorrido no início da década de 70, decidiram voltar, pode estar reflectido nesse quantitativo.

Todavia, o retorno de cidadãos nacionais radicados nas ex-colónias ultramarinas, que, em virtude da instabilidade política e social, da degradação das condições de vida e de segurança que emergiram nesses territórios, decorrentes dos processos de independência por elas encetados após a revolução de Abril de 74, contribuíram certamente de forma substancial para a importância numérica desses fluxos de entrada. Os movimentos migratórios provenientes das ex-colónias integraram nessa época um número significativo de nacionais dos novos países independentes que se radicaram em Portugal na qualidade de cidadãos estrangeiros.5

Gráfico 1



Fonte: INE

Se atendermos à população residente no concelho portadora de nacionalidade estrangeira, e tomando agora apenas como referência os Censos de 1991 e 2001, verificamos que num período de 10 anos, esse contingente demográfico quase triplicou. Essa ocorrência reflecte um progressivo e contínuo aumento dos estrangeiros radicados no município, que ganha ainda maior expressão devido ao paralelo decréscimo do total da população residente na Amadora.

Ao decompor esse segmento populacional por nacionalidade podemos observar que todas as categorias representadas denotam, na última década do século passado, aumentos, embora proporcionalmente muito diferenciados.

O crescimento dos nacionais oriundos da União Europeia, embora se constate, em termos absolutos, não tem expressão estatística. O aumento dos originários de outros países da Europa torna-se visível apenas na década de 90, por certo em consequência da vinda de nacionais dos países da Europa de Leste ao longo desse período.

O contingente de indivíduos com nacionalidade dos PALOP cresce de forma muito pronunciada, aumentado mais do dobro e acentuando o perfil marcadamente africano do universo dos estrangeiros residentes no concelho. Porém, uma vez que os restantes africanos que nele habitam constituem um pequeno grupo, a fixação de estrangeiros de origem africana está inequivocamente associada às relações históricas que Portugal tem estabelecido com as suas ex-colónias e com o fortalecimento das redes migratórias.

Em consonância com as tendências identificadas no fenómeno imigratório a nível nacional, a presença de brasileiros exibe um crescimento assinalável. Digno de registo é igualmente o aumento da categoria "*outros*", a qual exprime uma crescente heterogeneidade de nacionalidades dos estrangeiros residentes, sublinhando uma das características mais notadas dos movimentos imigratórios internacionais contemporâneos – a crescente diversificação de origens e destinos de quem os protagoniza (Castles e Miller, 1993).

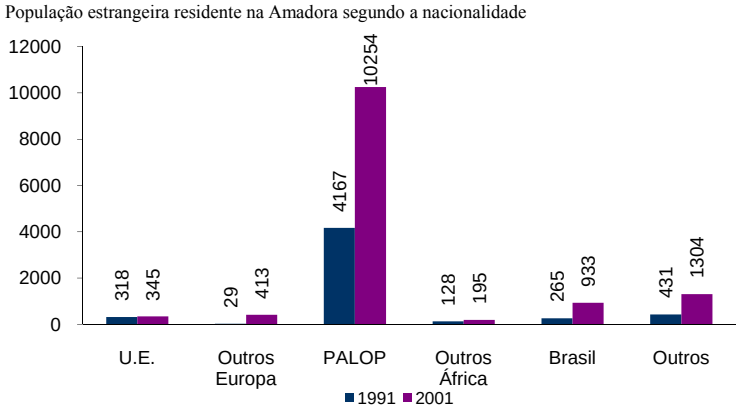
A análise dos dados relativos à naturalidade da população residente suscita o levantamento de algumas hipóteses interessantes. A diferença entre o contingente da população nascida em países da União Europeia e o conjunto daqueles que

4A retracção da população do concelho contrariou todas as projecções e estimativas realizadas a esse respeito quer pelo INE (2001:22), quer pela autarquia (CMA, 1999b:26;37;38).

5 De acordo com dados disponibilizados pelo INE, 33.000 dos retornados eram estrangeiros, dos quais 28.685 eram nacionais dos PALOP (Pires, 2003:2)

têm nacionalidade desses mesmos países, sugere a existência de habitantes descendentes de portugueses, ou estrangeiros, aí nascidos mas que acompanharam posteriormente as respectivas famílias no regresso ou vinda para Portugal. O mesmo se pode passar relativamente aos naturais do Brasil.

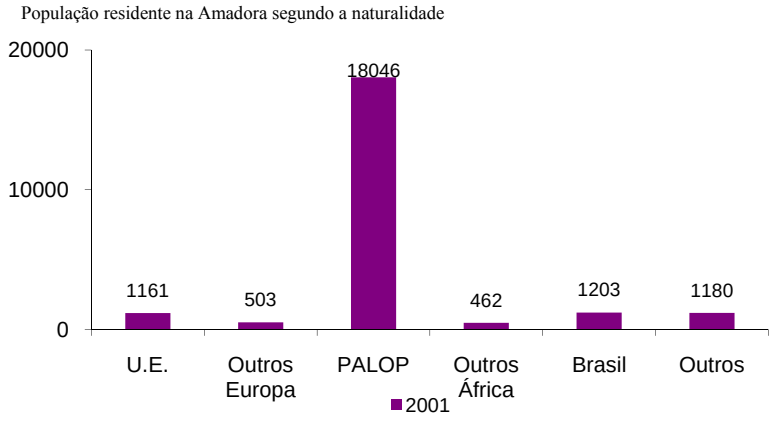
Gráfico 2



Fonte: INE

Contudo, o dado mais relevante do gráfico seguidamente apresentado é a dimensão do contingente da população natural dos PALOP residente no concelho, não só pelo seu valor absoluto relativamente ao total da população residente (11,8%), como também pela diferença que expressa face ao quantitativo dos nacionais desses países, o que indicia um elevado número de naturais dos PALOP que manteve ou adquiriu nacionalidade portuguesa após a independência do país em que nasceu.

Gráfico 3



Fonte: INE

A dimensão deste universo populacional e a situação de desfavorecimento económico e social em que muitos dos seus elementos se encontram envolvidos, justifica a pretensão de indagar se a Câmara Municipal da Amadora tem, ou não, uma política de integração de imigrantes e minorias étnicas6, aferindo se dela existem indícios na estrutura orgânica da autarquia.

Na verdade, considerando a presença significativa destas populações no conjunto dos munícipes do concelho, afigurou-se pertinente verificar se ela teria motivado a ocorrência de alterações no seio da autarquia, designadamente a criação de estruturas que servissem de suporte institucional a medidas a elas direccionadas.

2. Política de Integração de Imigrantes e Minorias Étnicas – sinais exteriores de (in) existência

Procurando identificar essas modificações e a respectiva génese, verificou-se que os primeiros vestígios de acção autárquica especificamente destinada aos segmentos populacionais em questão datam de 1989, com a criação de um projecto designado *"Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes no Município da Amadora"*. Este projecto era acompanhado por um conjunto de técnicas de serviço social que trabalhavam directamente com esses segmentos populacionais e deu lugar à realização de actividades de natureza muito diversa, como sejam, a recolha e sistematização de informação, o apoio ao funcionamento regular das associações e a comemoração de efemérides, entre outras.

6Refira-se que a mais antiga minoria étnica radicada no concelho são os ciganos, cuja historicidade neste espaço aponta para a sedentarização. Assim atesta o depoimento de um dos entrevistados: ""Os ciganos já cá estavam, estão radicados há muitos anos (...). São pessoas que já cá estão há 40 anos, e portanto há pais, filhos, netos, bisnetos, etc. (...) são daqui naturais, fizeram toda a sua vida aqui e querem cá continuar."
(E 25 – Presidente de Junta de Freguesia, p. 2-3)

No âmbito desse projecto, realizaram-se em 1994 as "*Jornadas de Reflexão sobre o Racismo e Xenofobia*", organizadas pelo Departamento de Educação e Cultura da CMA em colaboração com um grupo de associações do concelho. No decurso dos trabalhos desse encontro, essas associações apresentaram uma petição na qual se recomendava à autarquia a criação do Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes do Município da Amadora. A fim de não perder a dinâmica inter-associativa conseguida aquando da realização desse evento, foi criado o Secretariado Coordenador das Minorias Étnicas e Imigrantes, com o objectivo primordial de adoptar "*medidas para sensibilizar a opinião pública e os órgãos de poder para os problemas das minorias étnicas"*, que contava com a participação de 15 associações (CMA, 1998:1). Nessa sequência, foi apresentada à Assembleia Municipal, em 1995, a proposta de criação do Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes do Município da Amadora, que se assumia como porta-voz das associações do concelho e mediador entre o poder local e as populações imigrantes e as comunidades étnicas residentes no seu território. A referida proposta foi aprovada, bem como os respectivos estatutos, nos quais este órgão definia como seu principal objectivo *"garantir a participação das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes nas políticas que se dirijam à igualdade de direitos e oportunidades e à sua integração na sociedade, no salvaguardar do direito à diferença"* (CMA, 1995). Para além do Presidente da Câmara e de dois representantes da Assembleia Municipal, este órgão era composto por dez associações eleitas por todo o movimento associativo legalmente constituído7. Ao Conselho Municipal eram atribuídas as seguintes competências: dar parecer sobre as políticas de inserção social das comunidades étnicas e de imigrantes; propor acções de intervenção social e cultural com vista à resolução dos problemas que afectam estes grupos de população e ao reforço da identidade e promoção da diversidade cultural; sugerir iniciativas conjugadas com entidades públicas e privadas com intervenção neste âmbito; contribuir para a coordenação das acções desenvolvidas e a desenvolver pelo município em estreita ligação com as associações e entidades que as promovam (*Idem*).

No âmbito deste Conselho Municipal, a CMA organizou, em 1997, um seminário intitulado "*O Papel das Organizações de Migrantes e Minorias Étnicas na Autoridade Local*". Este encontro foi realizado no quadro da rede Elaine de que a autarquia era membro em 1996 e cuja finalidade consistia na promoção do intercâmbio de experiências entre cidades europeias relativamente a planos de acção para imigrantes e minorias étnicas.

Da actividade do Conselho, apenas se conhece a realização de três reuniões, em que foram debatidos assuntos relacionados sobretudo com o próprio funcionamento do órgão, a sua acção futura e ainda a situação particular de algumas associações.

Na sequência das eleições autárquicas de 1997, e da vitória do Partido Socialista após 18 anos de gestão comunista (CDU), surge, pela primeira vez na estrutura orgânica da autarquia, um Pelouro das **Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes**, que viria a ser atribuído a um vereador do PSD.8

Posteriormente, em 2000, decidiu-se dotar esse pelouro de uma estrutura orgânica tendo sido criado o **Gabinete de Apoio às Minorias Étnicas** com as seguintes atribuições: assessorar o Presidente da Câmara nas questões respeitantes às comunidades étnicas e de imigrantes; servir como gabinete de apoio à actividade a desenvolver pelo Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes; servir como gabinete de planeamento e elaboração de projectos e programas que versem esta problemática; servir como elo privilegiado de ligação entre o município e o movimento associativo representativo das comunidades étnicas e de imigrantes; preparar actividades direccionadas a comunidades étnicas e de imigrantes (CMA, s/d a:57-58). A função do Gabinete era então a de prestar assessoria técnica nesta área de intervenção. A sua actuação consistiu essencialmente no apoio a actividades promovidas por associações, na organização de encontros temáticos, na realização de actividades de tempos livres, na organização da comemoração de efemérides e de outras festividades, na recolha, sistematização e publicação de alguma informação e na realização de alguns projectos de pequena dimensão.9

Para além dos propósitos que alegadamente presidiram à criação destes organismos no seio da autarquia e da informação disponível sobre as suas realizações, importa sobretudo conhecer a percepção dos diferentes actores sobre os seus reais objectivos e desempenhos.

Os depoimentos dos entrevistados sobre estas estruturas começam por indiciar a sua inoperacionalidade. Contudo, as razões explicativas apontadas no sentido de a justificar divergem substancialmente segundo as categorias dos entrevistados.

---

7 O Conselho Municipal era composto inicialmente pelas seguintes associações: Associação Cultural Moinho da Juventude, Centro Social Bairro 6 de Maio, Secretariado Diocesano da Obra Nacional para a Promoção dos Ciganos, Liga dos Amigos de Timor, Federação das Associações Cabo-verdianas em Portugal, Frente Anti-Racista: Núcleo da Amadora, Associação Mãos Unidas da Casa da Alegria, Associação dos Amigos da Encosta Nascente, Grupo de Trabalho do Projecto dos Sete, Associação Juntar Mãos. Posteriormente, por sugestão destas associações, a composição do Conselho foi alargada a mais associações do concelho.

8 Refira-se que na diversa documentação camarária consultada, o Pelouro é designado de diferentes formas – Pelouro das Comunidades Étnicas e de Imigrantes, Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes, Pelouro das Minorias Étnicas e de Imigrantes – tendo-se optado por adoptar aquela cuja utilização é mais frequente.

9 O Projecto "Educar para Integrar" tinha como objectivo a realização de semanas africanas nas escolas do concelho e contava com a colaboração das associações locais; o Projecto Bairro Limpo/Bairro Lindo, efectivou-se através de uma campanha de sensibilização da população do bairro degradado de Santa Filomena para as questões ambientais, incluindo um levantamento das necessidades a este nível; o Projecto "Europa para Todos", integrado numa parceria europeia e desenvolvido na área da prevenção do VIH/sida nas comunidades africanas, materializou-se mediante a produção de materiais informativos, na formação de activistas das associações e na realização de encontros.

No que diz respeito ao Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e de Imigrantes, os técnicos sublinham aspectos que se prendem com disfunções técnicas e operacionais, as quais entendem comprometer de forma contundente o seu funcionamento. A inexistência de um programa de acção e a ausência de liderança e de participação são factores a que atribuem forte importância.

> "A Câmara, às tantas, criou um Conselho. Eu não dei conta que ele funcione e questiono-me porquê? Eventualmente porque uma estrutura desse tipo só poderá funcionar em torno de projectos concretos. Eu não acredito que seja possível fomentar o funcionamento de redes de parceria a não ser em torno de projectos concretos. Não é possível, porque essas estruturas não são estruturas de debate ou fóruns…também podem ser, mas têm de ser outras coisas. E, portanto, esse Conselho ou tem um programa em torno do qual pode, digamos, crescer, ou então não tem futuro e eu acho que é isso um pouco o que acontece. E provavelmente não existe liderança da parte de ninguém, nem da parte da autarquia nem da parte de nenhuma das associações e, portanto, admito que não haja interesse da parte de nenhum dos actores em que aquilo funcione porque não lhe atribuem nenhuma utilidade e alimentar estas estruturas, constitui um processo muito, muito exigente que envolve muito empenho e muito esforço."

(E 11 – Quadro técnico da autarquia, p.24-25)

Os políticos, consoante se encontrem no desempenho de funções executivas ou na oposição atribuem à criação do Conselho e à sua inoperacionalidade diferentes significados, vislumbrando sempre intencionalidades políticas escamoteadas. Os primeiros tomam-no como grupo de pressão junto do poder executivo.

> Não tem razão de ser…não tem razão de ser! Precisamos é de bons serviços de atendimento e não precisamos de andar a alimentar lobbies associativos ou pseudo-associativos"

(E 22 – Presidente de junta de freguesia, p.19)

> Os segundos como "manobra de fachada política" sem qualquer finalidade operativa, justificando a sua existência apenas num contexto "politicamente correcto".
>
> "O Conselho Consultivo, acho que é um pouco aquela tese dos Conselhos Municipais. É muito bonito ter Conselhos Municipais dá uma imagem de grande abertura, de grande participação…mas eu quero dizer que acho que esta questão é uma falsa questão. (...) acho que a pior coisa que pode haver é Conselhos por uma questão de cumprir calendário…está no programa…"

(E 34 – Político da oposição, p.40-41)

> "Politicamente ficava bem fazer alguma coisa nesta área mas como o objectivo não era propriamente fazer, pensámos num Conselho Municipal, e, portanto, existia o Conselho Municipal no papel, não existia regulamento, não existia absolutamente nada."

(E 36 – Político da oposição, p.14)

A opinião dos políticos sobre este órgão varia também consoante o seu envolvimento na respectiva criação ou desactivação, percepcionando-o, no primeiro caso, como instrumento de democracia participativa e, no segundo, como estratégia potenciadora de instrumentalização individual.

> "Era um Conselho Consultivo que tinha peso real nas decisões em relação à comunidade. Funcionou bem, não podemos dizer que funcionou optimamente, mas funcionou com alguma regularidade e portanto…no fundo visava ouvir os representantes da comunidade, os anseios, perspectivas e integrar na política camarária aquilo que eram os anseios da comunidade. O Conselho existe, mantém-se ainda hoje, só que não funciona. Há cinco anos que não reúne, desde que perdemos a maioria na Câmara, e isso é em si mesmo um problema porque passou a haver não uma relação de igual com as estruturas da comunidade que estavam todas elas no Conselho mas uma relação individual com cada uma das estruturas que se dizem representantes da comunidade, o que não é a mesma coisa. Hoje há uma política mais pontual, mais virada para projectos de cada uma das estruturas e menos um projecto interligado visando toda a comunidade. (...) No Conselho Consultivo reuniam regularmente e falavam olhos nos olhos entre si os problemas e discutiam…a partir do momento em que isso foi desarticulado, há muito mais dificuldades em que as coisas sejam tratadas de forma eficaz. (...) Isto é sobretudo uma questão de vontade política…o que interessa é negociar com esta e dar-lhe um subsídio maior e tal…e vão-se mantendo calados na sua quintinha, do que estar a discutir do ponto de vista global e colectivo quais são os projectos fundamentais a desenvolver para a comunidade e é isso que tem sido feito."

(E 18 – Político da oposição, p.2, 31,37)

Há, contudo, outros políticos que fazem recair sobre as associações as razões justificativas da inacção do Conselho Municipal, mais precisamente sobre o seu desinteresse e dificuldades de interacção.

> "Até agora não tem havido nada nesse sentido [reactivação do Conselho Municipal]. Não estou só a falar da autarquia, mas de algumas associações. Nunca manifestaram esse desejo, nem aquelas que inicialmente faziam parte desse Conselho. Pelo que eu me tenho apercebido, muitas vezes é difícil pô-las em sintonia, em grupo. Portanto, nós trabalhamos em parceria, Câmara associação X, mas nós autarquia com associações a, b, c, ou d, não se conseguiu, porque não se mostraram assim muito dispostas a colaborar umas com as outras, para fazer interligações entre umas e outras, ou seja, elas quando querem a autarquia trabalhamos muito bem em parceria, mas a interligação entre elas não funciona. Talvez por isso esse Conselho Municipal nunca tenha avançado por causa disso. E qualquer das associações que eu contactei nunca nenhuma fez menção a esse Conselho Municipal, de querer, portanto incentivá-lo, ou de o retomar. Não, nunca!"

(E 32 – Político do executivo, p.31)

A maioria das alusões realizadas relativamente ao movimento associativo referem uma profusão de unidades associativas de estrutura débil e fragilizada, a que se associa uma nítida falta de dinamismo e capacidade de representação.

Esta situação cria consequentemente grandes dificuldades na assumpção do estatuto de interlocutor credível junto dos poderes públicos e dos restantes parceiros.

> "Vejo o associativismo nesta área muito pouco desenvolvido. Acho que não tem expressão, as próprias associações não têm grande dinâmica não tem força, influência, no sentido positivo, de força negocial, de implantação. (…) A ideia que eu tenho é que devíamos deixar de ter tantas associações pequenininhas, daquelas que, às vezes, existem só porque um fulano quer ser presidente de alguma coisa."

(E 19 – Politico da Oposição, p.29)

> "Às vezes não devíamos dar tanta relevância a lideres que se apresentam eles como líderes, porque aqueles lideres da associações estão tão afastados das populações, estão tão enraizados já nestas estruturas burocráticas e políticas, que não são representativas de absolutamente nada."

(E 15 – Quadro técnico da autarquia, p.38)

Todavia, a desactivação do Conselho é também explicada, por actores políticos, através da manifesta incapacidade da autarquia para responder às solicitações e reivindicações das associações realizadas no âmbito do Conselho, o que provavelmente terá também levado os seus elementos a questionar a pertinência, utilidade e reais motivos da sua criação.

> "E depois também já era difícil aguentar a pressão do tal Conselho porque às páginas tantas as pessoas…já tínhamos feito 3 reuniões…onde é que está o resultado? E daí também…não vale a pena haver mais Conselho…não há resultados palpáveis, não é?"

(E 36 – Político do executivo, p.18)

Os depoimentos dos dirigentes associativos sobre este órgão confirmam a sua desactivação, deixando transparecer uma mudança da postura da autarquia relativamente ao seu funcionamento, a que atribuem razões de natureza política. Transmitem, todavia, uma postura bastante passiva sobre o assunto, relegando única e exclusivamente para a Câmara a iniciativa de promover a sua reanimação.

> "Na altura em que foi criado [o Conselho] estavam pessoas à frente que puxavam bastante pelas associações, que convocavam as reuniões, foram criados os estatutos…só que de repente, as coisas mudaram e, realmente, eu não percebi. Nunca mais me enviaram informação, nunca mais fomos convocados para reuniões, não sei. Não sei. Eu, pelo menos…penso que foram mesmo questões da Câmara. Penso que foram questões políticas."

(E 39 – Dirigente associativo/institucional, p.11)

No que diz respeito ao **Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes**, a sua criação surge, associada, em primeiro lugar, à realidade demográfica e social do concelho.

> "Eu creio que foi pela realidade do concelho. Creio que foi."

(E 15 – Quadro técnico da autarquia, p.15)

Existem depois algumas alusões que vinculam o aparecimento do Pelouro a um período da política nacional em que o governo central criou também estruturas orgânicas neste domínio, dando assim importância aos factores situacionais e conjunturais.

> "Foi também na altura que apareceu o Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas. Portanto, esta ideia começou-se a levantar um pouco, e foi um bocado mais nessa linha política e estratégica."

(E 15 – Quadro técnico da autarquia, p.15)

Contudo, a sua génese é essencialmente ligada por muitos entrevistados a uma determinada fase do contexto político local. Os informadores qualificados afirmam que a emergência do Pelouro está intrinsecamente associada a acordos político-partidários estabelecidos com o objectivo de sustentar e viabilizar um governo minoritário, indiciando que os interesses políticos condicionaram fortemente as opções tomadas nesta área. Digno de registo é igualmente o facto de considerarem que apenas a desvalorização política desta área justifica a atribuição do Pelouro à oposição.

> "Esse pelouro foi atribuído a uma força política da oposição, que para todos os efeitos era uma força política da oposição – PSD, provavelmente também porque não se pretendia valorizar muito o trabalho nessa área. Foi uma decisão tomada no âmbito de um acordo de "Estado" – entre aspas – Estado municipal – quando este Presidente da Câmara ganhou as eleições, no primeiro mandato. Eu acho que é assim: quando o Presidente assumiu a presidência desta Câmara entrou na Câmara com um acordo feito. A questão não foi bem avaliada quando foi feita a distribuição ou a partilha dos pelouros e depois existindo esse quadro de partilha de pelouros era muito complicado retroceder porque isso minaria, digamos, o quadro de relacionamento que estava estabelecido…o PS não tinha a maioria absoluta e o PC entretanto, deixou de ter pelouros por decisão do Presidente da Câmara, dado o nível de critica e enfim de distanciamento político que o PC assumiu mesmo relativamente aos pelouros que tinha e deixaram de ter. (...) Eu não consigo entender que uma força política que é a força gestora, possa dar um pelouro desta importância a um partido da oposição mesmo que partilhando pelouros na gestão, para mim é um cenário absolutamente… absolutamente…inqualificável (...) essa é uma questão fundamental, porque a questão da visibilidade de um pelouro, é uma questão muito importante, não é? E obviamente, o PSD não estaria minimamente disponível, para que a visibilidade…fosse feita por interpostas pessoas – Presidente da Câmara não é? – De maneira nenhuma…tinha aquela área de afirmação e, portanto… (...) Agora objectivamente, aquilo é um pelouro do PSD e sendo um pelouro do PSD não é para ter a visibilidade que tem, a importância que tem, nomeadamente…porque se reporta, no fundo, a uma comunidade importantíssima no município, e, portanto, há que desvalorizar e há que não aprofundar essas linhas de trabalho que são complementadas não de uma forma explícita por outras intervenções que existem no terreno. "

(E 11 Quadro técnico da autarquia, p.28-29)

"Esse pelouro surge num contexto de eleições à Câmara, o candidato do PSD sugeriu um serviço de apoio para as comunidades. Era um projecto forte para as comunidades. Nessa altura, depois das eleições, quando começamos a conversar sobre os pelouros, surgiu a ideia de criar o pelouro. Portanto, o contexto político em que ele surge é o de uma luta política seguida da vitória de uma das partes e então…se calhar, atendendo a que o pelouro não tinha competências e tal, o Presidente pensou:"Deixa lá isso para o PSD".

(E 36 – Político do executivo, p.14-15)

"No último mandato o que se fez foi: esvaziou-se do ponto de vista técnico a estrutura que existia transferiram-se os técnicos para vários sítios e criou-se o pelouro, no fundo para dizer ao PSD que tinha pelouro.

(E 18 – Político da oposição, p.31)

Alguns testemunhos dão conta da reduzida importância que é atribuída ao Pelouro no quadro institucional da autarquia, explicando esse facto pela transversalidade dos assuntos que integram esta área de intervenção e pela incontornável articulação que tem de estabelecer com os restantes pelouros. O estatuto de Pelouro é apresentado quase como uma concessão paternalista da autarquia a esta área de intervenção. As relações de dependência que impreterivelmente estabelece com os outros Pelouros vincula-o a uma situação de menoridade que parece dificultar em muito a sua integração e relacionamento intra-institucional. A criação do pelouro parece assim congregar simultaneamente vários propósitos de reconhecido interesse político, designadamente conceder visibilidade institucional à área e viabilizar uma situação governativa minoritária, atribuindo à oposição um pelouro que não tinha grandes possibilidades de "*brilhar*".

"Este pelouro é relativamente recente como pelouro, designado assim na autarquia. Podemos até mesmo dizer que a formalização do pelouro é um pouco terna, nenhum de nós lhe dá uma carga como se dá a um pelouro do urbanismo…é um pouco diluído, na medida que esse pelouro chamado assim, trabalha muito articuladamente com todas as outras actividades."

(E 31 – Político da oposição, p.9)

"A questão das minorias atravessa todas as áreas (...) e por isso existir um pelouro é sempre complicado porque depois do ponto de vista do relacionamento com os outros pares que têm o mesmo estatuto, é sempre muito mais difícil"

(E 34 – Político do executivo, p.38)

De um modo geral, os entrevistados não identificam quaisquer outputs práticos resultantes da existência do Pelouro denunciando por isso a falta de correspondência entre as estruturas formalmente constituídas e a acção concreta que lhes deveria suceder, questionando, de forma implícita, os verdadeiros motivos da sua criação.

"Pode existir um pelouro, pode existir alguém responsável, o que é facto é que a evidência do trabalho das pessoas que têm títulos e esses cargos não existe! Portanto, o facto de existirem para mim tem, enfim, muito pouco significado. O que é preciso é que depois essas mesmas pessoas, os detentores desses cargos, com essas responsabilidades depois tenham alguma acção e é essa acção que eu não vejo."

(E 19 – Político da oposição, p.23-24)

"É o tal problema de fazer que se faz, nomear pessoas e tal…só que depois do ponto de vista dos conteúdos, isto no terreno não tem absolutamente reflexo nenhum e é o que acontece."

(E 18 – Político da oposição, p.32)

Todavia, o desempenho do Pelouro é avaliado, sobretudo, pela actuação da estrutura orgânica de natureza operacional que lhe foi adstrita – o **Gabinete de Apoio às Minorias** (**GAM**) – sobre cujo trabalho são tecidas considerações de diferente natureza. Embora nenhum entrevistado valorize sobremaneira a sua acção, há quem aponte o desenvolvimento de algumas actividades pontuais, cujo alcance se reconhece ser de reduzida dimensão.

"O Gabinete tinha uma intervenção mais a nível de projecto, de intervenção comunitária."

(E 15 – Quadro técnico da autarquia, p.21)

"Definir políticas que a Câmara pudesse implementar era muito complicado porque não éramos governo, não podíamos estar a fazer coisas por aí além, começamos por coisas que era possível serem feitas."

(E 36 – Político do executivo, p.8)

"Eu penso que aquilo que se fez foi tudo muito…muito disseminado…muito pouco articulado…muito pouco integrado, e desse ponto de vista, eu receio que de certa forma, tenha correspondido a desperdiçar recursos. Esta é a minha percepção da questão."

(E 11 Quadro técnico da autarquia, p.28)

Existem, porém, outros informadores que ignoram e denigrem completamente a sua acção.

"O que é que quer que eu lhe diga sobre isso? Foi lançando cá para fora umas brochurazitas e tal, foi dando umas informaçõeszitas …já não é mau"

(E 27 – Presidente de junta de freguesia, p.30)

"Isso [o Gabinete] é uma excrescência, não foi assim uma coisa…isso nunca existiu. É assim, não sei muito bem o que é que hei-de dizer acerca disso porque nunca, nunca se viu, nunca fez nada, nunca teve intervenção nenhuma. Bom, tirando obviamente nos encontros, nos seminários, nesse tipo de coisas. Aliás há coisas que são criadas para isso, acho eu. Também não é para outra coisa, é para aparecerem. (...) Isso foi criado mas nunca ninguém soube muito bem o que é que se lhe havia de fazer (...) eu nunca consegui perceber exactamente o que é que faziam."

(E 14 – Quadro técnico da autarquia, p.68-70)

O tipo de acções desenvolvidas pelo GAM e o seu reduzido alcance surgem quase sempre relacionados com os condicionalismos advindos do seu inadequado enquadramento institucional e da sua deficiente inserção organizacional, aparentemente causados pela pertença política do Pelouro, que consequentemente levou à falta de reconhecimento, atribuições e recursos institucionais, ou, por outras palavras à sabotagem política da sua acção. Neste contexto, é concedida substancial importância aos constrangimentos de ordem institucional associados a resistências levantadas por serviços e pessoas, provenientes de alegadas deficiências comunicacionais e relacionais no interior da autarquia.

> "Havia vários problemas: falta de competências, falta de meios e sendo da oposição é evidente que as coisas não podiam funcionar às mil maravilhas não é? (...) Tentávamos tocar uma área, já estávamos a entrar numa área que era de outro vereador e aí eu já não podia avançar, porque entretanto já ficava ofendido. Era muito complicado, entrava nos problemas políticos, era um problema de facto não ter uma coordenação global. Os serviços da Câmara limitavam, eu pedia a ajuda dos outros pelouros – falava com o vereador, tudo bem – e em conversa com os técnicos, via-se que havia ali outras reacções. Estas questões políticas também vinham muito ao de cima."

(E 36 – Político do executivo, p.8-9)

> " [o GAM] tinha depois um grande objectivo que seria a articulação inter-serviços que nunca conseguiu, nunca aconteceu. Como alguns dos sectores da autarquia também desenvolvem actividades direccionadas para estas populações, havia aqui uma certa sobreposição e, portanto, acabava por não se conseguir articular. Os vários serviços não tinham…não havia um conhecimento daquilo que era feito por parte de uns e outros. (...) Nunca houve a assumpção de que o Gabinete existia e que tinha algum papel, nunca houve a preocupação de ser chamado para um determinado número de coisas que aconteciam na Câmara. (...) Em 2001 já estava a haver algum reconhecimento, mas isto passados 2 anos, já que também houve quase que uma imposição nisto tudo…O que eu tenho aprendido depois desta vivência é que, de facto, isto tem de ser ganho. Todas estas mudanças não podem ser impostas. As pessoas têm de ser trabalhadas, têm de ser motivadas e as barreiras que os próprios serviços impõem uns aos outros são muito difíceis de vencer, portanto, acho que tem que ser feito um trabalho junto dos próprios serviços, de os ganhar para as coisas."

(E 15 – Quadro técnico da autarquia, p.21)

Efectivamente, alguns entrevistados explicam quer a existência do GAM quer a debilidade da sua capacidade de execução, expressa no carácter espartilhado e inconsequente das suas acções, por aquilo que consideram serem as verdadeiras motivações subjacentes à sua criação. Na opinião destes informadores, estas inscrevem-se indubitavelmente na esfera política.

> "Veja, a política é assim… (Silêncio) …agora aquilo que eu vou dizer não é politicamente correcto, mas eu vou dizer na mesma…um político tende a ter um conjunto de objectivos para manter o poder ou para conquistar o poder, e então é por isso que se fazem um conjunto de acções, de programas, de intervenções em determinados extractos populacionais que votam… (...) todo este trabalho que se faz, faz-se sob população eleitora, votante. Penso que aqui as intervenções que se fazem em termos das minorias, fazem-se ou apresentam-se algumas coisas porque é…bonito mostrar aos que votam que se está atento a um problema que existe (...) sente-se que se tem que intervir, mas até agora realmente a realidade é essa, é um bocado…é a cereja, os gabinetes depois é a cereja em cima do bolo, fica bonito…uma cereja ninguém come porque normalmente é muito doce…mas está lá em cima…(risos)"

(E 23 – Presidente de junta de freguesia, p.11-12)

No universo dos constrangimentos de índole politica que afectaram o desempenho do GAM, assume especial relevância a ocorrência implícita de alguns conflitos ou fricções ocasionados pela visibilidade pública e pelos eventuais dividendos políticos passíveis de serem retirados das acções realizadas pelo Gabinete, constituindo alguns depoimentos acusações, mais ou menos veladas, de instrumentalização política deste organismo por parte do vereador responsável.

> "A única coisa que esse Gabinete fez foi festarolas e pouco mais do que isso. Não podemos ter uma área em que a única preocupação de actividade é fazer festas e festinhas, fazer uns brindes, umas coisinhas. Acho que não é isso, não é isso. Tem que ser mais do que isso. (...) Depois ou se tem um gabinete que faça, de facto, intervenção, ou se tem um gabinete que faça política. Aquilo que se costumava fazer no gabinete era política, meramente, meramente. O esvaziar o Gabinete foi muito pela intervenção política que tinha, todo o trabalho político que faziam e não o trabalho com a comunidade."

(E 34 – Político do executivo, p.38-39)

> "O município não precisa necessariamente de ter um Gabinete para organizar festas, bailes…era papel a granel, recebíamos todos os dias convites para a associação de não sei quê, para a associação não sei quantos…Nunca fui a nenhuma."

(E 35 – Político do executivo, p.26)

> "A comunicação social divulgava alguma actividade, no dia seguinte andava o Presidente da Câmara todo queixoso "Vejam bem, vai para a televisão divulgar e não diz nada…então organizam lá aquelas coisas e nem comunicam…" Primeiro foi aprovado na Câmara – todos os projectos são aprovados na Câmara, ninguém ligou e a seguir dizem que não tiveram conhecimento."

(E 36 – Político do executivo, p.9-10)

A situação institucional do GAM e do Pelouro sofreu grandes alterações no segundo mandato do PS, facto a que não será alheia a vitória do partido com maioria absoluta nas últimas eleições autárquicas, e a sua consequente autonomia para a constituição e organização do executivo. O Pelouro mantém-se aparentemente, tendo ficado sob a responsabilidade da vereação da Acção Social, mas, no presente, não detém nenhuma estrutura operacional. Persistem porém, algumas

ambiguidades sobre o seu actual papel, subentendendo-se por alguns depoimentos que a sua função pouco mais é do que a de encaminhar as situações que lhe são dirigidas para os restantes serviços da autarquia.

> "O Pelouro mantém-se mais para as pessoas se conseguirem localizar, rever, senão até se poderia pensar será que acabou mesmo? Será que não há ninguém que se interesse pelas minorias? Não nos deixámos de interessar pelas minorias e cada vez nos interessamos até mais. Se acabássemos com o Pelouro as pessoas iam-se dirigir aonde? A nossa preocupação foram as associações principalmente e as pessoas particularmente que ás vezes se dirigem, pedem umas orientações…se nós acabássemos mesmo com essa designação talvez as pessoas se sentissem um pouco perdidas, um pouco desorientadas e não é isso que nós queremos, queremos é que as pessoas sintam que continuamos a apoiar embora encaminhando para os diversos departamentos. (...) É uma questão de hábito, as pessoas já sabem que há um Pelouro das Minorias e já sabem para onde se hão-de dirigir"

(E 32 – Político do executivo, p.14-15)

A presença institucional do Pelouro parece reduzir-se à manutenção formal da sua designação, tendo-se transformado em termos operacionais num mero ponto de passagem. O esvaziamento funcional traduziu-se num apagamento institucional que não passa despercebido a alguns actores.

> "Havia o pelouro das minorias étnicas que agora não sei muito bem onde é que anda, ou se ainda existe."

(E 42 – Dirigente associativo/institucional, p.29)

Observa-se a este respeito uma certa relutância por parte dos políticos no poder em reconhecer a sua extinção, embora ela seja referida pela maioria dos entrevistados. O facto de lhe ter sido retirado o espaço físico onde funcionava, e de os recursos humanos que lhe estavam afectos terem sido redistribuídos e integrados noutros serviços é interpretado dessa forma pela maioria dos informadores.

> "No mandato anterior havia um Gabinete físico, um espaço físico. Esse espaço neste mandato deixou de existir, mas as pessoas estão a trabalhar à mesma, estão é integradas, uma no GIS, outra no DEC. O espaço físico e a designação foram extintas mas nas minorias continuamos a trabalhar muito bem."

(E 32 – Político da oposição, p.14)

O carácter transversal das acções que abrangem as populações imigrantes e as minorias étnicas e a eventual sobreposição de funções dos serviços da autarquia são, contudo, os argumentos mais correntes na tentativa de explicar as mudanças institucionais imprimidas a este nível.

> "Por si só, a nossa realidade terá, naquele momento, justificado a criação desse Gabinete. Hoje, ele não está…formalmente…como estava no mandato anterior…quase que diria que foi extinto sem ser extinto. Mas de qualquer das formas continua-se a trabalhar no âmbito…porque o problema, muitas vezes, destas coisas é que é muito difícil de articular, há um conjunto de serviços da própria Câmara que de alguma forma trabalham com os mesmos assuntos…eu acho que não é preciso termos pessoas a fazer o mesmo. O que nós precisamos é que as pessoas percebam que temos de estar todos a tocar a mesma música e a puxar para o mesmo lado, não é?"

(E 33 – Político da oposição, p.20)

Alguns depoimentos transmitem a ideia de que as alterações do posicionamento do Gabinete na estrutura hierárquica da autarquia, principalmente ao nível da dependência orgânica, foram igualmente motivadas por preocupações de natureza política ligadas ao desejo de controlo da respectiva actividade, de utilização e aproveitamento políticos da sua acção.

> "Nós não acabámos com o Gabinete. O Gabinete existe na mesma. Foi reduzido…e tem uma dependência da estrutura hierárquica porque no passado – por isso é que ele tinha aquela intervenção política toda – tinha uma dependência apenas directa do vereador e não passava pela estrutura da direcção da Câmara e isso dava-lhe aquela componente mais de actuação política, do que uma componente propriamente dita de intervenção que devia ter…quando nós o integramos num departamento é no sentido dele funcionar do ponto de vista daquilo que são as acções e actividades que tem de fazer, não do ponto de vista de oportunidade política e política mesmo. (...) Ao fim e ao cabo aquilo era um gabinete político."

(E 34 – Político do executivo, p.39)

Não obstante o facto de os testemunhos dos dirigentes associativos confirmarem o carácter marcadamente lúdico, recreativo e cultural da acção do Gabinete, eles transmitem simultaneamente uma apreciação positiva do seu trabalho, bem como da relação que com ele foi estabelecida. A julgar pelo seu discurso, o novo enquadramento do Pelouro e as alterações realizadas ao nível do Gabinete ocasionaram uma diminuição de actividade neste domínio e uma menor interacção com as associações e as populações que lhe estão ligadas. A desarticulação ou esvaziamento do Gabinete indicia então um nível de intervenção menos intenso.

> "Houve uma altura em que se desenvolveram algumas reuniões, prepararam-se algumas actividades conjuntas, mas entretanto, as coisas ficaram um bocado diluídas, e não se tem, realmente, desenvolvido tantas actividades como à algum tempo atrás se desenvolvia. Penso que morreu um bocado."

(E 39 – Dirigente associativo/institucional, p.10)

> "Nestes últimos 2 anos não sei... antes davam-nos apoio, íamos ao teatro, arranjavam actividades no tempo de férias na Fábrica da Cultura, a gente ia lá com os nossos meninos, mas ultimamente não."

(E 40 – Dirigente associativo/institucional, p.27)

> "Nós recorríamos bastante ao GAM …tivemos alguma ajuda a nível de fotocópias, festas organizadas em função destas populações…mas foi muito pouco tempo."

(E 43 – Dirigente associativo/institucional, p.32)

Refira-se que, para além da criação destas estruturas de vocação específica no interior da autarquia (e independentemente do seu funcionamento ser real ou fictício), a existência de contingentes tão significativos de imigrantes e minorias étnicas em situação de desfavorecimento social e a necessidade de criar respostas adequadas às suas carências, levou o município a operar outras alterações na sua estrutura orgânica, nomeadamente ao nível dos departamentos e divisões. O tipo de intervenções a realizar, a sua dimensão e complexidade tornou clara a exigência de dotar determinados serviços, como a Habitação e a Acção Social, de novas e diferentes concepções e capacitações técnicas de gestão.

> "É evidente que provocou algumas alterações. Há pouco tempo tivemos que fazer uma no sector da habitação porque tendo em conta aquilo que é necessário fazer na habitação, construção, realojamentos, gestão dos bairros, é óbvio que obriga a que haja uma estrutura diferente do que aquela que existia. Isso obrigou naturalmente a alguma mudança nesse sector e à criação de uma direcção de departamento que não existia. (...) Também tivemos que gerir de outra forma essa área social, ou seja, há uma área social que é do realojamento e do acompanhamento do realojamento e há outra área que tem a ver com o território generalizado do concelho. É evidente que tem de ter uma dependência diferente…por isso, tivemos que separar o Gabinete de Intervenção Social."

(E 34 – Político do executivo, p.33-34)

Esta vertente da realidade sócio-demográfica da Amadora reflectiu-se também na estrutura orgânica de várias Juntas de Freguesia que integraram no seu organograma pelouros dedicados a imigrantes e minorias étnicas (Falagueira, S.Brás e Venteira).

Conclusão

A principal inferência susceptível de se realizar a partir da esmagadora maioria dos depoimentos transcritos acerca das estruturas institucionais relacionadas com as populações imigrantes e as minorias étnicas, criadas no quadro da edilidade, é, indubitavelmente, a forte politização das questões alusivas a esses contingentes populacionais e a sua partidarização a nível local. Daí decorre a diferenciação tão vincada das opiniões emitidas a respeito dessas estruturas pelos diferentes actores políticos, as quais são por norma variáveis consoante o seu grau de envolvimento na criação, funcionamento e desactivação dessas mesmas estruturas, o lugar da força política que representam no executivo da edilidade e o posicionamento político e ideológico do respectivo partido relativamente à problemática versada.

A criação do Conselho Municipal efectivou-se num contexto político-ideológico específico (executivo CDU) no qual a autarquia manifestava interesse em estabelecer um contacto mais próximo e regular com o meio associativo alegadamente representativo dos imigrantes e minorias étnicas, através de formas institucionalizadas de diálogo e participação. A sua desactivação veio a ocorrer num quadro político distinto (executivo PS) na sequência de uma percepção diferente sobre o papel deste tipo de organismos junto dos executivos camarários.

Tomado, por um lado, como mero instrumento de fachada política sem qualquer finalidade operativa, é olhado como inútil e perfeitamente dispensável. Perspectivado, por outro, como grupo de pressão susceptível de expor as debilidades e incapacidades dos executivos, é considerado indesejável. Para além das razões políticas justificativas da desactivação do Conselho Municipal, foram igualmente ventiladas razões de natureza institucional associadas a uma alegada vulnerabilidade e desarticulação das associações de e para imigrantes e minorias étnicas, e, por consequência, a uma também alegada ausência de empenho conjunto e de liderança.

Independentemente das reais motivações subjacentes quer à criação quer à desactivação do Conselho, a postura dos diferentes executivos relativamente a este órgão, revela uma alteração substantiva no modelo político de gestão autárquica. De facto, ao contrário do que aconteceu na vigência dos executivos CDU, nos executivos PS deixa de ser atribuída qualquer importância à auscultação directa e conjunta dos representantes dos referidos contingentes populacionais, no que diz respeito às respectivas necessidades e propostas de intervenção. Tal circunstância indicia um modelo de gestão auto centrado que valoriza um fechamento dos mecanismos institucionais em detrimento de processos de interacção e negociação com a sociedade civil organizada (Mozzicafreddo [*et al.*], 1988:107-108).

O contexto político em que emergiu o Pelouro explica muitas das dificuldades que envolveram o seu funcionamento. A instrumentalização política realizada em torno das questões relacionadas com os imigrantes e minorias étnicas tem uma expressão inequívoca nas motivações que subjazem à sua génese, bem como nas tensões partidárias que acompanharam a sua actividade, provenientes de interesses e objectivos partidários contraditórios. Na realidade, o PS mostrava-se particularmente empenhado na desvalorização política e institucional do Pelouro, enquanto o PSD o tomava como único reduto de afirmação, visibilidade e protagonismo político, institucional e social no concelho. Fruto de uma postura política de tipo "*situacionista*", a criação e funcionamento do Pelouro demonstram a importância política que estes órgãos podem adquirir num espaço fortemente marcado pelo fenómeno da imigração. No entanto, no conjunto das razões explicativas do estrangulamento funcional do Pelouro não são também de subestimar os constrangimentos institucionais e político-administrativos que se levantam a organismos cuja acção é por natureza transversal, dependendo, por isso, da acção de outros serviços. O Estado, mesmo ao nível local, é heterogéneo e segmentado, e por essa razão as suas partes são animadas por racionalidades, rotinas e ritmos diferentes, o que torna particularmente difícil a realização de intervenções que dependam da sua conjugação ou adaptação, sobretudo se tivermos em linha de conta, como afirma Ruivo que "*as administrações são entidades onde se forjam lógicas e culturas organizativas próprias para a resolução (ou adiamento) de, pelo menos, uma parcela dos problemas que se lhe apresentam.*" (1990:84).

O GAM, por constituir o órgão executivo do Pelouro defrontou-se com condicionalismos de ordem operacional idênticos aos que foram identificados relativamente ao funcionamento daquele organismo, nomeadamente as dificuldades de comunicação e interacção com os restantes serviços. O seu enquadramento institucional afigurou-se bastante deficitário já que nunca foi verdadeiramente assumido e integrado na estrutura organizacional da autarquia. O facto de ser marginalizado no interior da estrutura autárquica parece estar associado ao facto de depender do único vereador da oposição, mas também à circunstância da restante estrutura não ter sido sensibilizada para a sua presença. Contudo, e muito embora as suas intervenções tenham sido principalmente de índole recreativa, cultural e formativa e de reduzido alcance espacial e temporal, o feedback da sua actividade por parte das associações apresenta-se bastante positivo, acontecendo precisamente o oposto se atendermos às opiniões de técnicos e políticos. Muito embora a extinção do GAM não seja formalmente assumida pelos dirigentes autárquicos, a supressão do espaço físico em que funcionava e a dispersão dos técnicos que lhe estavam afectos pelos diferentes serviços, são suficientemente demonstrativos do seu esvaziamento funcional. Segundo os depoimentos dos dirigentes associativos, a desactivação do GAM resultou numa diminuição da actividade e interacção da autarquia com as populações imigradas e as minorias étnicas, reforçando o perfil auto centrado do modelo de gestão autárquica.

Os propósitos que alegadamente nortearam a génese e o funcionamento das unidades orgânicas criadas no seio da autarquia para a promoção da integração das comunidades imigrantes e das minorias étnicas, são então largamente adulterados, ou mesmo aniquilados, por um conjunto de interesses, intencionalidades e competições político-partidárias que impossibilitam a emergência das condições necessárias à sua prossecução.

BIBLIOGRAFIA

CARREIRA, António (1977) – Migrações nas Ilhas de Cabo Verde. Lisboa. Universidade Nova de Lisboa

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark (1993) – *The age of migration: international population movement in the modern world.* London:Macmillan Press

CMA (s/ data a) – *Projecto de criação do Gabinete de Apoio às Comunidades Étnicas e de Imigrantes* do Município da Amadora. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

CMA (s/ data b) – Roteiro das associações das minorias étnicas e comunidades imigrantes. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

CMA (1989) – *Apontamentos para a história da Amadora ou o desfazer de uma lenda: memórias de António Cardoso Lopes.* Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

CMA (1995) – *Estatutos do Conselho Municipal das Comunidades Étnicas e Imigrantes*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

CMA (1996) – *Recenseamento e estudo sumário do Parque Industrial da Venda-nova.* Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

CMA (1998) – *Comunidades étnicas e imigrantes do Município da Amadora*: *relatório.* Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

CMA (1999a) – *Acta da Reunião Preparatória do Conselho Municipal*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

CMA (1999b) – *Carta Escolar*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

CMA (2000b) – *Relatório de actividades do Gabinete de Apoio às Minorias do Pelouro das Minorias Étnicas e Comunidades Imigrantes*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora.

INE (1984) – *Censos 1981: resultados definitivos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE (1994) – *Censos 1991: resultados definitivos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE (1999) – *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE (2001) – *Área Metropolitana de Lisboa em números*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE (2002a) – "A Região de Lisboa e Vale do Tejo em 2001: análise dos resultados preliminares dos Censos*". Revista de Estudos Regionais.* Lisboa. Nº 3, p. 7-22.

INE (2002b) – *Atlas das cidades de Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE (2002c) – *Censos 2001: resultados definitivos*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

MOZZICAFREDDO, Juan (et al.) (1998), "*Poder autárquico e desenvolvimento local*" Revista Critica de Ciências Sociais. Coimbra. Nº 25/26, p.79-114

PIRES, Rui Pena (2003) – *Migrações e integração*. Oeiras: Celta.

RUIVO, Fernando (1990) – "*Local e política em Portugal poder local na mediação entre centro e periferia*" Revista Critica de Ciências Sociais. Coimbra.Nº30,p.75-95

SALGUEIRO, Teresa Barata (1992) – *A cidade em Portugal: uma geografia urbana*. Porto: Afrontamento.

SALGUEIRO, Teresa Barata (2001) – *Lisboa, periferia e centralidades*. Oeiras: Celta.

Estrangeiros na Metrópole de São Paulo: vínculos e rupturas

Maura Pardini Bicudo Véras

Departamento de Sociologia e Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
mmveras@pucsp.br

***Resumo**:* Procura-se desvendar a distribuição territorial dos estrangeiros na metrópole de São Paulo, dando destaque a processos de segregação e alteridade. Os efeitos da globalização se fazem sentir sobre a cidade, na sua configuração espacial, e os imigrantes, especialmente latinoamericanos buscam oportunidades de emprego e estudo. Serão enfocadas questões ligadas a sua inserção, relações de aproximação e afastamento, bem como políticas públicas urbanas.

INTRODUÇÃO

Pretende-se, aqui, abordar os temas da Cidade, da Memória, do Território e da Alteridade, em relação à presença dos estrangeiros em São Paulo, baseando-nos em pesquisa em desenvolvimento.1

O debate atual das ciências sociais manifesta-se de forma evidente no estudo da questão urbana tal como se apresenta no mundo contemporâneo. O impacto da chamada globalização sobre as cidades tem ocupado a atenção dos estudiosos com um variado elenco de problemas: as conseqüências da reestruturação produtiva (fragmentação do processo de produção pelo mundo, aumento do desemprego, da informalização e precarização crescentes do trabalho), constituição de uma sociedade informacional (onde as telecomunicações ganham papel de peso), a mobilidade residencial, a segregação e guetificação, os conflitos étnicos e culturais que explodem em todos os continentes, a redefinição dos papéis do Estado, a exclusão social (ou a inserção marginal), enfim, aspectos todos a provocar e denotar que os paradigmas científicos estão em crise. A problemática sociológica carece dos sistemas teóricos abrangentes e explicativos que, se de um lado, forçavam a investigação monoliticamente, de outro, representavam um marco seguro para a interpretação de tantos desafios. O objeto (ou objetos) de estudo se pulveriza, os indicadores estão todos em questionamento e as comparações entre as realidades urbanas são indispensáveis para que floresçam novos esquemas interpretativos.

Uma das abordagens em questão, hoje, consiste no "paradigma" das global cities2. Síntese das contradições capitalistas, reunindo tanto os lados perverso e atrasado quanto o avançado dos primeiros e terceiros mundos, a global city reúne as características de ser base do capital financeiro ou pólo de tecnologias de ponta nas indústrias, bem como apresenta camadas sociais emergentes ligadas à gestão do capital e, também, massas de desempregados, grandes contingentes de trabalhadores informais, conflitos étnicos e outros processos.

A expansão global continua nos anos oitenta com renovada energia, transformando tudo que encontra em seu caminho, subordinando a sociedade e as relações sociais, à lei das mercadorias e do valor de troca".3 Porque é importante sublinhar que a globalização carrega outros conceitos tais como: pós-fordismo, pós-industrialismo e pós-modernismo enquanto características culturais, econômicas e políticas. Não é possível, pois, esquecer que se trata dos laços profundos entre o capitalismo e a modernidade, elevados à sua maior trepidação histórica. A longa onda, a lógica cultural do capital - a essência dos novos tempos -, (...) o fato realmente alarmante é que estes novos tempos pertencem, claramente, a uma zona de tempo marcada pela marcha simultânea do capital através do globo e das linhas Maginot de nossas subjetividades.(HALL, 1998: 19,20)

De fato, todas as cidades estão integradas de alguma forma na nova divisão internacional do trabalho que (re)distribui riqueza e miséria, bem como desenvolvimento e (sub)desenvolvimento, dependência e autonomia por todo o planeta, como novos pontos cardeais"4, mas a global city representa um enclave de penetração do capitalismo central, polo de controle na nova rede territorial5. Entre os atributos da cidade mundial figuram aqueles que se referem a seu papel competitivo (e complementar) na escala global - com serviços de telecomunicações avançados, sedes de bancos e empresas transnacionais, declínio das funções industriais e aumento dos serviços e funções gerenciais e terciário sofisticado, polarização social (cidades duais), países de imigração com segregação, guetos, conflitos étnicos e violência. Por isso, é tão significativo pesquisar o tema das identidades, da subjetividade do universo simbólico.

Apesar da caracterização de São Paulo como cidade mundial ser bastante polêmica, pois sempre são colocados em xeque os indicadores para tal, é inequívoco que a capital paulista exerce papéis competitivos no que tange à gestão do capital financeiro e vê se alterarem seus padrões de estruturação urbana e hierarquia social, figurando como cidade mundial primária de país semiperiférico, no estudo de J. Friedmann.6

São Paulo concentra as polaridades das cidades mundiais, apresentando processos contraditórios que abrangem desde as conhecidas tendências à desconcentração metropolitana, à diminuição do número de indústrias e terceirização (em

---

1 Bolsa Produtividade – CNPQ

2 Dos autores pioneiros, pode-se citar Saskia Sassen. The global city. New York, London Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 1991. Muitos autores têm trabalhado nessa abordagem, entre outros, J. P. Feagin e M. P. Smith, Jordi Borja, M. Castells e Mollenkof, A. Desmond King e, entre nós, Otávio Ianni, Evelyn Levy. Cf.:, também: Maura Véras, Novos olhares sobre São Paulo: notas introdutórias sobre territórios, espaços e sujeitos da cidade mundial. Revista Margem. Fac. de Ciências Sociais PUCSP/FAPESP, nº 6, São Paulo, 1997, dez. p. 129-154.

4 A expressão é de O, Ianni, revista Cultura Vozes, 1990.

5 Cf.: Maura Véras. Op. cit., 1997, onde se discute o conceito típico ideal de cidade global, reunindo atributos, bem como seus críticos e defensores, apontando a importância de contextualizar historicamente a cidade e suas coordenadas nacionais e regionais, além de seu papel internacional.

6 Citado por Evelyn Levy. Descentralização, democracia e eficiência na gestão da cidade mundial. São Paulo: tese de doutorado. FGV, 1995, esse autor apresenta como cidades mundiais primárias dos países centrais: Londres, Paris, Roterdã, Frankfurt, Zurique, Nova York, Chicago, Los Angeles e Tóquio. Como cidades mundiais primárias são: São Paulo e Cingapura. Neste bloco, são secundárias as cidades de: Johannesburgo, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Caracas, Taibei, Manila, Bangcok e Seul.

especial com expansão do setor de serviços, telecomunicações e informática) até crescentes exclusão e misérias sociais, aumento do desemprego, informatização e terceirização e a configuração espacial desses processos: periferias desequipadas, crise de moradia popular (favelas, cortiços, casas precárias, homeless), condomínios fechados para estratos de renda alta e média e seu contraponto comercial: os shopping centers. Na desigualdade do espaço estão zonas de deterioração em contraste com áreas de "renovação" urbana, e a distribuição diferenciada de ocorrências de chacinas, risco à violência, discriminação, além de cenários de devastação ecológica. A questão da configuração de territórios ganha destaque e são exigidos para sua análise, cada vez mais, componentes étnico-culturais e políticos, bem como recorte das identidades. (VERAS, 1995)

Busca-se caracterizar aqui a presença estrangeira que ajudou a o construir a cidade7, em especial no último século, a configuração de territórios dos grupos mais expressivos, contribuindo para a compreensão da dinâmica urbana em seus componentes socioculturais. Os resultados obtidos apontam um panorama ainda descritivo, embora com a proposição de uma problemática ampla, a do território e da alteridade, complexa, apenas delineada através de compilação das principais referências sobre o assunto.

A questão da imigração estrangeira ganha hoje novos contornos. De país de recepção, o Brasil passou a "exportar" parte de seus habitantes. A Europa é procurada pelos povos de suas antigas colônias e Japão e Estados Unidos, entre outras razões, são procurados por sua atração de países desenvolvidos.

Ajustando o olhar do pesquisador para entender a questão da alteridade na metrópole, pretende-se dar dimensões reais à compreensão da vivência na cidade, com suas oposições, conflitos e formas de sociabilidade: a vida, o vivido, o viver. O observador deve procurar reunir pedaços, reconstruir espaços fragmentados para delinear uma linha interpretativa que sintetize a totalidade, que supere o olhar do cotidiano, desprovido da riqueza crítica do olhar abrangente e livre. (MARTINS, s/d)

O estrangeiro é apreendido em duas maneiras: a nacionalidade dos que entravam em São Paulo (e assim os apanham os censos demográficos) e como presença econômica, social e cultural (o que é recuperado pela bibliografia e entrevistas). É preciso distinguir ainda os estrangeiros dos que são chamados de imigrantes, atrelados a fluxos específicos bancados pelo governo do país de origem ou de adoção.

A cidade pode ser um caleidoscópio de padrões e valores culturais, línguas e dialetos, religiões e seitas, modo de vestir e alimentar, etnias e raças, problemas e dilemas, ideologias e utopias. Algumas sintetizam o mundo, diferentes características da sociedade global, tornando-se principalmente cosmópoles, mais que cidades nacionais. (IANNI 1994: 28)

É digno de destaque, pois, o tema das territorialidades, das (des)territorializações e (re)territorializações de vastos contingentes de migrantes, antes estrangeiros e hoje principalmente nacionais, que para SP vieram trabalhar e deixaram marcas significativas no espaço urbano: arquitetura, estilos de vida, cultura, hábitos alimentares, espaços públicos, rios, praças, monumentos em diferentes redes de sociabilidade.

São Paulo tornou-se uma das cidades mais cosmopolitas do mundo: ítalo-franco-lusitana-nipo-germânico-saxã. Mas não nos enganemos, não é a Europa ou a América do Norte com alguns detalhes exóticos. Tomar São Paulo pro um pedaço da Europa ou um réplica de Nova Iorque é nada compreender de Mário de Andrade ou Tarsila do Amaral. Por toda parte, a civilização mistura-se ao primitivismo indígena e àquilo que deixaram os herdeiros dos escravos africanos, cujos atabaques ressoam desde às oito horas da noite em milhares de terreiros (...) a redução de São Paulo à sua ocidentalização é uma ilusão. (LAPLANTINE 1998)

A questão da territorialidade se acopla, pois, ao debate da alteridade e da multiculturalidade, chamando a atenção para dimensão espacial da cidadania. Nossa cultura barroca, de fachada, não tem dado conta da igualdade de direitos à maioria e no reconhecimento da alteridade para os excluídos do campo, da floresta e na cidade.(MARTINS, 1990)

O acesso à terra e aos espaços urbanos, mediatizado pelos rendimentos da população e submetido ao valor fundiário, combina determinações econômicas às de etnicidade e gênero.

Ao abordar a questão da territorialidade e segregação socioespacial na cidade de São Paulo, procurou-se identificar os principais movimentos migratórios, suas marcas significativas nos padrões habitacionais, cultura e modos de vida, as categorias socioprofissionais mais freqüentes e uma certa localização dos grupos étnicos no espaço urbano.

A reconstrução da história social de São Paulo, de maneira geral, e a da historiografia das imigrações (estrangeiras e nacional) em particular, constitui-se significativa contribuição para os estudos da configuração urbana, a localização de diferentes grupos, atividades e etnias no espaço, uma vez que a cidade recebeu vários contingentes populacionais em um processo que muitos caracterizaram apressadamente como o de um "cadinho de etnias", melting pot.

Além disso, tal assunto é fundamental para a efetiva em plena participação na gestão e fruição da cidade, visando condições de pluralismo cultural, o reconhecimento da alteridade e multiculturalidade. Um urbanismo democrático não pode ignorar as reais condições de vida dos habitantes, nem seus valores, identidade, memória e o direito ao seu "local", laços de vizinhança, conterraneidade e sociabilidade.

1 – Territorialidade

---

7 Este artigo procura apresentar alguns resultados da pesquisa Territorialidade e segregação sócio-espacial em São Paulo: movimentos migratórios de massa e marcas significativas no espaço urbano – auxílio Integrado CNPq, contando com bolsistas de iniciação científica e de aperfeiçoamento que participaram da preparação de dados e elaboração de relatórios. Apresentam-se panoramas gerais e uma territorialização, ainda inacabada, que não é possível reproduzir nos limites deste artigo.

No caso da territorialidade burguesa, a distribuição espacial da população obedece às leis do mercado imobiliário e é efeito de decisões de governo e políticas públicas, sendo as áreas residenciais sujeitas a discriminação e segregação socioeconômica, eventualmente étnicas, demonstrando que relações de força são associadas às ralações de poder de compra/locação.

Trata-se de uma privatização do espaço produzido coletivamente por estratos sociais ou etnias ou a uma dada interpenetração delas: há uma combinação dos efeitos segregadores do mercado e de discriminação étnico-cultural, formando, pois, uma territorialidade marcada pelo apartheid social.

A desigualdade no território urbano também se expressa, além das condições de moradia e nível de vida da sua população residente com conseqüentes perfis culturais e ocupacionais, na existência de áreas desprovidas de equipamentos, despojadas de serviços essenciais à vida individual e social, sem "cidadão".

A espacialidade burguesa se apresenta como parcial, truncada, pois apesar de imensa (na medida em que se universaliza) é ao mesmo tempo especializada, reduzida às funções. Nesse sentido, é espaço da alienação, objetificado. A grande maioria dos cidadãos se "*apropria*" da cidade através de seus medos e seus afetos, fragmentando o espaço.

Ao mesmo tempo, a cultura impregna todas as atividades urbanas e também a territorialidade como forma de comunicação dos residentes com o entorno, com seu grupo e que nos dá a consciência da pertinência a um lugar. Por fim, os deslocamentos migratórios muitas vezes agridem o indivíduo, "roubando-lhe" a territorialidade, levando-o ao estranhamento simbólico. Assim, "*desterritorialização e desculturização*" são processos sociais que se desencadeiam dialeticamente, pois o migrante no novo ambiente "*perde*" e "doa" nova cultura, novo quadro de vida. O território, pois, mais do que espaço físico, é identitário, da memória, um "lugar".

O valor fundiário em São Paulo cresceu desmensuradamente diante das possibilidades de consumo das maioria dos habitantes, e o valor de uso da terra se submeteu ao seu valor de troca. A cidade velha se desfigurou, construiu-se freneticamente, as políticas regulativas do solo urbano foram coniventes com os interesses da iniciativa privada, e a pobreza veio a se alojar em soluções precárias como a periferia desequipada e casas autoconstruídas, favelas, cortiços. Assim, o quadro habitacional é segregatório, hierarquizado pela renda de seus moradores. Como diz J. Le Goff, a cidade contemporânea guarda muitas semelhanças com a medieval, substituindo suas muralhas e pontes pelas periferias, guetos fortificados e com algumas funções reexperimentadas. (LE GOFF, 1998)

2 - ALTERIDADE, MEMÓRIA, REPRESENTAÇÃO

Ao invés de proporcionar apenas homogenização cultural e unidade mundial, a "*globalização*", paradoxalmente, tem dado origem a um verdadeiro "*espetáculo das diferenças*", à "*afirmação das etnicidades*".8

Esse é o panorama contrastante. De um lado, uma Europa unificada e, de outro, processos "*locais*" muitos fortes: novas nacionalidades, tribalização e o lado obscuro do racismo que não se apagou, mesmo após o forte impacto da lição deixada pela Segunda Guerra Mundial.

No caso brasileiro, o passado colonial, a larga experiência escravocrata e o cosmopolitismo de suas principais metrópoles configuraram uma determinada feição de convivência de etnias e de nacionalidades. De qualquer forma, o enfrentamento da questão da alteridade e da diferença é inegável entre brasileiros - o estrangeiro constituiu a imensa maioria de seus colonizadores (portugueses) e de seus trabalhadores (africanos, depois imigrantes europeus, asiáticos). Seus descendentes constituem a maioria de seus cidadãos, embora, hoje, haja novos fluxos, novas nacionalidades.

Enlaçando-se, pois, o tema da alteridade ao da subjetividade, evidenciam-se processos ligados à vida urbana: segregação, etnia, gueto, identidade, surgindo representações específicas. Os estudos de Peter Marcuse, Loic Wacquant, Logan têm enfatizado o peso das etnias na disputa pelo trabalho, espaço e conquista de cidadania.9

Assim, nas questões ligadas à alteridade, estão imbricados o universo simbólico e o imaginário, de maneira geral, que dependem e alimentam com o que se convencionou chamar de representações.

Como nos diz Moscovici, as representações são como um *´corpus´* organizado de conhecimento e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas e liberam o poder de sua imaginação.(MOSCOVICI, 1978) Dessa forma, é nas relações sociais - e no cotidiano, que conhecimentos socialmente estruturados e culturalmente aceitos irão condicionar as elaborações individuais e estas, vice-versa, contribuem socialmente, constituindo um movimento duplo e recíproco.

Assim, produtos sociais dinâmicos, as representações sociais características da modernidade são aquelas que espelham inovações trazidas pela racionalidade burguesa, instrumental e, também, evidenciam classes sociais e pessoas que ocupam posições diferenciadas, móveis, onde circulam idéias diferentes - o politeísmo de valores, falado por Max Weber.(WEBER, 1973)

Produção simbólica, imaginário - maneiras de ver a realidade (objetivação e subjetivação) muitas vezes naturalizam conceitos, dão realidade ao que é abstrato - classificam, selecionam. Por isso, o tratamento dado ao outro, ao diferente vai depender de memória individual e coletiva, do processo de constituição da identidade e do cotidiano.

---

8 Ver Lilian M. Schwarcz e Renato da S Queiroz. (orgs). Raça e diversidade. São Paulo; Estação Ciência/CNPq/EDUSP, 1996. p. 13.

9 Cf.: Peter Marcuse. The Ghetto of exclusion and the fortified enclave. American Behavioral Scientist. vol. 41, nº 3, Ed. Sage, 1997. J. Logan, R. Alba & T. L. McNulty. As minorias nas cidades globais. Cadernos IPPUR. ano X, nº 2, 1998. Loic Wacquant. Dè civilization et diabolisation: du guetto noir américain. In: C. Furé et

Também a memória se embebe ou se apaga nesse conjunto dos significados coletivos trazidos pela cidade contemporânea.

A cidade ampliada, dividida, fragmentada é apropriada como imagem tecnológica - nas fotografias, filmes e vídeos captados - não mais pelos que convivem cotidianamente com seus espaços, mas apenas pelos turistas e viajantes. Os que transitam diariamente pelos espaços da cidade não têm mais tempo de refletir sobre suas mudanças.

> (...)O espaço da memória da cidade muda assim de direcionamento e de suporte. Não representa mais um momento representativo da história coletiva da cidade. Deixa de ser também a marca afetiva e evocativa de momentos significativos na vida de seus habitantes. (...)Os marcos da cidade (prédios, praças, monumentos, viadutos, ruas, avenidas) perdem sua singularidade para reaparecerem apenas na memória como pontos de referência no fluxo constante.(MOSCOVICI, 1978: 25/26)

Nesse espaço desertificado, há deslocamentos constantes que se movimentam polarizados por territorialização e desterritorialização, definindo zonas de fixação e banimento.

> "Ao lado dos espaços abertos desses antigos bairros, onde todos transitam, novas formas de aglomerações urbanas tornam-se - pela multiplicação geométrica com que elas vêm ocorrendo nos últimos anos - verdadeiros territórios entrincheirados, com fronteiras concretamente definidas e policiamento ostensivo que impedem ao "estrangeiro" não morador, a simples circulação em seus territórios".(Coletivo NTC, 1993: 183)

Por isso é tão importante ouvir esses grupos de estrangeiros na cidade de São Paulo, captando-lhes os sentidos, as lembranças, as nostalgias, os conflitos e a rede de ralações. O estrangeiro - talvez no sentido psicanalítico, como enigmático, sedutor, traumatizante - é composto da dualidade eu/outro, atravessado por cisões, outro construído como necessidade de afirmação do si mesmo,

> "retorno recalcado, aquilo que se confunde com o outro, aquele que não é eu, mas, não obstante, habita em mim." (KOLTAI, 1994)

Identidades territoriais podem provocar xenofobia e segregação ou, ainda, colaborar para a formação da identidade de classes, como a operária, por exemplo, a partir da socialização. Os trabalhos de Castells e J. Mollenkopt10 sobre Nova Iorque, apontam a possibilidade de que as desigualdades socioespaciais levem à fragmentação das identidades sociais, pois etnia, gênero e ocupação dispersam as camadas subalternas, enquanto elites de executivos dispõem de coesão social por alta capacidade de se organizarem.

Convém, pois, estudar que efeitos advirão da combinação de fatores etnico-raciais, culturais, quais resultados serão identificados a processos de dualização, fragmentação e, no limite, marginalização (ou inserção marginal) e exclusão.

A dimensão etno-racial e a estigmatização social constituem importantes fatores na identificação das desigualdades e dos processo de segregação e conflito. No limite, a reflexão sobre o gueto e o racismo é oportuna porque envolve os aspectos de laços e rupturas.

A meu ver, o racismo não tem a ver com a questão das diferenças. O que leva ao racismo não parece ser a incapacidade para suportar a diferença; muito pelo contrário, o que leva ao racismo, o que exaspera alguém até torná-lo racista, é ver o diferente tornar-se o mesmo, ou seja, é ver o outro como muito parecido e, por isso, sentir-se ameaçado na sua identidade. (...)A diferença protege a identidade. Nós nos definimos sempre em relação a um diferente, pela comparação. A diferença é tranquilizadora. Só quando alguém se vê ameaçado na identidade é que precisa carimbar uma estrela de Davi amarela na ropa do judeu, precisa ressaltar a cor e outros artifícios mais absurdos. (...)É no momento em que se tem medo de perder a identidade, uma perda de contorno próprio, que se precisa definir algo de diferente no outro. É a união do diferente no mesmo que leva a suportar mal o fato de ser o mesmo que se mostra em diferentes estados. O que acontece é que se fabrica - do modo mais arbitrário, com os meios que se têm à mão - um outro. Na marra. (CHNAIDERMAN, 1996: 85)

3 – HISTÓRIA E MEMÓRIA DE SÃO PAULO

A História de São Paulo, desde a 2ª metade do século XIX, não poderia ser escrita sem se considerar o fenômeno das correntes migratórias do mundo. De fato, para cá vieram pessoas de todos os continentes e de todos os Estados brasileiros, num fenômeno de deslocamento populacional jamais presenciado antes em nossa história. O Município de São Paulo, que em 1872 contava com 31.385 pessoas, passou a ter 6 milhões de habitantes um século depois e, em 1980, 8,4 milhões de pessoas.11 De um burgo de estudantes, construído à base de taipa à época do início do Império, passou a ser a principal e maior cidade do país e uma das maiores do mundo.

O fluxo imigratório da Europa para o Brasil, sobretudo no período final do século passado e no início deste século, foi um fenômeno importante. De 1891 a 1920 mais de 2,5 milhões de imigrantes desembarcaram em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Santos e também em Vitória. Provinham de diversas partes do mundo, mesmo da Ásia, mas a grande maioria era composta de europeus, portugueses, espanhóis, alemães, holandeses e, naturalmente, italianos.

> (...) A emigração européia significou muito para o Brasil. Significou muito em termos quantitativos, porque foi a causa principal do rápido crescimento demográfico do país e contribuiu muito para o processo de urbanização. Mas significou muito mais ainda em termos qualitativos porque marcou de modo considerável o desenvolvimento econômico agrícola e

---

11 Os dados populacionais utilizados baseiam-se nos Censos Demográficos - FIBGE

> industrial, a vida política e civil, o crescimento cultural e artístico. (...) A fisionomia do Brasil não seria hoje a mesma sem a contribuição daqueles milhões de emigrados europeus, de seus filhos, de seus netos.(DE BONI, 1990: 17)

Para investigar cronologicamente essa imigração para São Paulo e para efeito metodológico da pesquisa, esquematizou-se o período estudado em cortes históricos que correspondem a fatos que modificaram o cenário político e, portanto, os fenômenos migratórios para a cidade.

- O primeiro período corresponde de 1870 até o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1919),quando se observa o início do processo de industrialização da cidade de São Paulo e a chegada de grande número de imigrantes europeus e asiáticos. De 31 mil pessoas em 1872, a cidade passa a 239,8 mil em 1900, apresentando na última década do século passado um crescimento de 13,96% ao ano. Em 1920, a população do município era de 579 mil habitantes.
- O segundo compreende de 1919 a 1945, ou seja, do fim da Primeira Guerra ao final da Segunda Guerra Mundial; nesse período, a cidade vai quase quadruplicar em quantidade de moradores, de modo a, em 1950, o censo apontar uma população 2.198.096 habitantes.
- O terceiro período compreende o pós-2ª guerra até 1980, onde se observa a metropolização da economia paulistana e a conurbação do território da cidade com outros municípios limítrofes. Nesse período, a imigração estrangeira começa a declinar e aumentam as migrações nacionais.
- Um quarto período refere-se dos anos 80 e 90 até o período atual, que mereceu um estudo específico, relacionado aos tempos de globalização.

No primeiro período, a cidade cresce basicamente com a presença de imigrantes estrangeiros, principalmente europeus. Nessa época, é possível que a migração rural-urbana no Estado já tenha ocorrido a partir da última década do século XIX, mas o fato mais importante do período foi a consolidação de São Paulo como importante centro integrador regional na medida em que as relações capitalistas de produção se estenderam, intensificando a divisão do trabalho e o conseqüente crescimento do pequeno comércio, da classe média profissional ou burocrática, dos primeiros núcleos operários.(FAUSTO, 1977)

No segundo período, a partir da consolidação da cidade como pólo industrial, observa-se que seu crescimento corresponde também à chegada de imigrantes provenientes de outras partes do território nacional. A política desenvolvida pelo governo revolucionário de 1930, como pelo Estado-Novo, veio contribuir para a transferência (deslocamento) de capital e de força de trabalho de outros mercados regionais do país, acumulando-se de forma extraordinária no Sudeste do Brasil. Foram criadas novas condições para a expansão física da cidade, iniciando o processo de espraiamento da malha urbana. A expansão da rede de transportes coletivos e o surgimento do ônibus por volta de 1924, permitiram que novas áreas fossem loteadas e gradativamente ocupadas por aqueles moradores que até então não tinham acesso à propriedade de uma casa ou um lote.(ALVIM, 1986)

No terceiro período, esse processo se acentua e a cidade passa a ser o novo centro internacional de acumulação de capital, a partir de investimentos multinacionais. Uma nova divisão internacional do trabalho, baseada na descentralização do parque industrial, transfere para alguns países da periferia do sistema capitalista, um aparato industrial moderno, entre os quais o Brasil que já detinha uma industrialização, ainda que incipiente, baseada na produção de bens de consumo não duráveis e populares.

São Paulo passa a ser o epicentro desse novo modelo de acumulação de capital do país. A cidade já dispunha, nessa época, de condições mais favoráveis às necessidades das novas indústrias que irão ser implantadas. Contava com uma razoável rede de infra-estrutura e serviços urbanos, bem como de pequenas e médias unidades fabris que poderiam fornecer alguns dos insumos necessários à grande indústria e, além disso, estava localizada numa região próxima aos grandes mercados consumidores internos e já possuía uma força de trabalho com uma certa especialização na indústria.

Nos anos 50 e 60, a cidade de São Paulo teve um surto de crescimento populacional jamais imaginado por estudiosos do planejamento urbano dos anos 40.12 Em 1940, havia 1,32 milhão de habitantes; em 1950, a população era de 2,19 milhões, ou seja, a população quase dobrou em uma década. De 1950 para 1960, com taxa de 5,6% ao ano, a população passou para 3,6 milhões de pessoas. De 1960 para 1970, o conjunto dos habitantes cresce na ordem de 4,5% ao ano, chegando a 5,9 milhões de pessoas. Em 1980, apresentava 8,4 milhões e, em 1991, a cidade contava com 9.480.00 habitantes.

Nesse último período, o processo de imigração para São Paulo realizou-se, principalmente, por deslocamentos internos de pessoas de outras localidades do país. Estes viriam a situar-se em antigos bairros operários outrora habitados por imigrantes estrangeiros e, de um lado, mudaram a fisionomia de sua paisagem e, de outro, foram responsáveis pela criação de vários bairros na periferia da cidade. Além da favelização, do inquilinato social e dos homeless, o fenômeno urbano de ocupação por loteamentos "*clandestinos*" levou a um espraiamento excepcional da malha urbana que chega hoje a 900 km2. Tais loteamentos tinham por objetivo abrigar o enorme contingente populacional que se deslocava para esta cidade, cujos lotes eram vendidos à prestação e neles construídas as moradias através do processo de autoconstrução dos moradores e seus familiares. Produziu-se, assim, por efeito de políticas urbanas e da ação do mercado imobiliário, uma cidade segregada.

4 – TERRITÓRIOS ESTRANGEIROS EM TEMPOS GLOBAIS

12 O Plano de Abastecimento de Água para São Paulo, coordenado por Whitaker, em 1946, faz projeção para o crescimento populacional da cidade, através da "curva logística" e aponta para 1975, aproximadamente 4 milhões de habitantes, ou seja, muito aquém dos quase 8 milhões existentes naquele mesmo ano.

A população de estrangeiros residentes na cidade, nas décadas de 80 e 90, vai decaindo progressivamente em tempos de globalização da economia. Em 1980, distribuídos por grupos de nacionalidades, o Grupo I, composto pelas quatro correntes mais expressivas, portugueses, japoneses, italianos e espanhóis, é responsável por 70,62% da população estrangeira da cidade, respondendo por 2,7% dos habitantes do município.

O Grupo II, constituído por nacionalidades de freqüências menos expressivas, oriundas de dois continentes (Europa, Ásia) e da América do Norte, concentra 10,24% dos estrangeiros na cidade, em números absolutos.

O grupo III, composto por latino-americanos, perfaz quase 5,0% das nacionalidades declaradas no censo de 1980, correspondendo, os 14,38% restantes, a "*outros*" e sem "*declaração*".

Em 1991, os números absolutos e os percentuais relativos aos estrangeiros residentes em São Paulo 13, em ordem descendente, repetindo a característica observada no Censo anterior (1980), revelam que o grupo imigrado de maior presença é o de portugueses (34,07% dos estrangeiros), seguido dos japoneses (12,0%), italianos (11,0%) e espanhóis (8,0%). Tais contingentes compõem o chamado Grupo I que em 1980 representava o peso de 70,62% dos imigrantes e que em 1991 diminui para 151.284 pessoas, quase 65,9% dos estrangeiros. O Grupo I permanece ainda aquele de caráter majoritário entre os estrangeiros, mas perde peso em números absolutos e relativos.

A alteração mais sensível diz respeito ao grupo estrangeiro seguinte em ordem descendente de grandeza. Em 1980, os alemães representavam 3.04% dos estrangeiros (mais ocidentais que orientais), seguidos dos russos, libaneses, romenos, poloneses, norte-americanos, sírios. Compunham o Grupo II e representavam cerca de 10% dos estrangeiros.

Depois de 11 anos, a distribuição se alterou; passam a ser o segundo em freqüência mais expressiva) os coreanos (3.10%) e chineses (1.86%), latino-americanos (Chile – 3.00% e Bolívia – 1.94%) e permanecem ainda alguns oriundos de países da Europa (alemães agora representam 2.78%), russos (1.84%), poloneses, romenos. Os norte-americanos (USA – 1.25%) e surgem os iugoslavos (1.04%), egípcios (1.04%) como dignos de nota também.

Os dados indicavam presença nova como a dos coreanos e chineses, o que corresponde a uma das tendências apontadas por alguns autores quanto à expressiva afluência de asiáticos nas chamadas metrópoles mundiais: Londres, Nova Iorque e outras. Outro destaque diz respeito ao aumento dos latino-americanos em São Paulo (de 4.7% em 1980 para 7.8% em 1991). Além disso, diminuíram os argentinos, enquanto surgiram chilenos e bolivianos com freqüência significativa. Para facilitar a comparação com os dados de 1980, agruparam-se parcialmente as nacionalidades presentes em 1991, do mesmo modo que em 1980.

A partir dos anos 80, o que se observa é que aumentou significativamente a entrada dos latino-americanos, especialmente chilenos, bolivianos e peruanos. Isso ocorreu também com contingentes provindos da Ásia: coreanos e chineses.

Ao contrário, os quatro grandes grupos de longo tempo de permanência enquanto fluxo migratório (Grupo I) apresentarem pouca imigração de entrada recente. Constitui-se, pois, de contingente de maior tempo de vida na cidade; apenas os japoneses continuaram a apresentar algumas entradas recentes.

Outro destaque são os norte-americanos, especialmente aqueles que vêm dos Estados Unidos.

Questões políticas e econômicas dos países e a face avançada da etapa atual do capitalismo internacional são alguns fatores que podem explicar melhor essas características. Tarefa importante, na seqüência, é a localização desses contingentes na cidade, o que constitui o nosso desafio da territorialização relacionada à questão da cidadania.

Pretende-se, ainda, oferece mais alguns elementos para compreensão mais cuidadosa da situação dos imigrantes na cidade de São Paulo. Com esse intento separou-se a distribuição dos estrangeiros com menos de 10 anos de residência na cidade por país de nascimento. Seria possível, assim, sugerir quais são as nacionalidades dos imigrantes mais recentes.

O setor de serviços absorve a maioria de estrangeiros em São Paulo, o que acontece de maneira geral para toda a população.

Examinando o contigente de estrangeiros residente no município de São Paulo, a partir de dados de 1991, destacava-se a distribuição por ramo de atividade.

Cerca de 75% dos portugueses estão no comércio e serviços. Os Portugueses, na sua grande maioria - quase 50% (a nacionalidade estrangeira que mais participa dos serviços) estão no setor serviços, dentro deste, cerca de 30% estão na prestação de serviços, depois nas atividades auxiliares da economia e nos ramos de transporte e comunicação, nas atividades sociais. Há significativa freqüência no comércio (26.5%). Também é importante registrar que há 20% dos lusitanos operando no setor industrial, dos quais a maior parte está na indústria de transformação (16%) e poucos na construção civil (3.2%). É do contigente do Grupo I que menos participa da indústria de São Paulo. Outras atividades absorvem apenas 4.8% dos portugueses em São Paulo e 1.0% estão na agropecuária, extração e pesca.

Esse perfil explica, em parte, porque os portugueses estão distribuídos por todo o município, especialmente nas áreas de urbanização consolidada pois aí se insere o setor de serviços. A indústria de transformação - ramo alimentício, comércio (padarias, bares e restaurantes) são ainda ramos que absorvem esse contingente.

---

13 A análise dos dados de 1991 pode acrescentar alguma caracterização e apontar tendências quanto à frequência de imigrantes em São Paulo nos últimos 25 anos. O IBGE não disponibilizou os dados relativos à presença de estrangeiros na Capital de forma regionalizada por distritos/subdistritos, o que dificultou a configuração de território e espacialização dos imigrantes na cidade de São Paulo em 1991. Com dados fornecidos pelo Projeto Pronex – Metrópoles, desigualdades sócio-espaciais, foi elaborada uma regionalização com base na população ocupada, acima de 10 anos – IBGE, 1991

Quanto aos Japoneses, há freqüência de 2.2% no setor agropecuário, extração e pesca, a mais alta desse setor para o grupo I.

E a maior freqüência (40.2%) está no setor de serviços e essa é a mais baixa entre os estrangeiros do Grupo I e estão no ramo de prestação de serviços, auxiliares e atividades sociais. No comércio estão quase 30% de japoneses(a mais alta freqüência do grupo I para este ramo de atividade). Na indústria há cerca de 24% e destes a grande, maioria está na indústria de transformação.

Os japoneses residem nas regiões centrais (Liberdade e Sé) com predomínio do setor terciário. E há concentração de japoneses na região Leste, Sudoeste, onde, sem dúvida, os setores de comércio e serviços estão presentes.

Os italianos apresentam um perfil voltado para o setor de serviços (42.3% deles) em especial naquelas atividades de prestação de serviços, e nas atividades sociais (dos estrangeiros deste grupo são os que mais se distinguem aí) nos serviços auxiliares e nos transportes e comunicação (também se destacam mais neste setor que outros do Grupo I). Na indústria estão 32.7% dos italianos e, sobretudo, na indústria de transformaç5ão onde estão 27% deles. É inexpressiva a freqüência de italianos em atividades da agropecuária, pesca e extração.

Também se destaca que são os italianos que são os que mais se ocupam na administração pública do Grupo I.

Os espanhóis apresentam a maior percentagem do Grupo I no tocante à indústria (cerca de 36% deles se ocupa deste setor) e em especial na indústria de transformação. Também a construção civil (6.2%) é significativa, a maior entre os estrangeiros do Grupo I. Em contrapartida, são os que menos se dedicam ao comércio (16.4%) desse grupo. No setor de serviços estão 42.7% deles, com ênfase na prestação de serviços (quase 20%) e nas atividades auxiliares (9.2%).

Estudantes Universitários estrangeiros em São Paulo14

Esta parte permitiu apreender como prioritário o estudo da presença estrangeira entre os estudantes universitários, em especial os da PUC-SP, destacando entre estes a presença de ao menos 2 sub-grupos específicos: de um lado os africanos e os latino-americanos, representantes de países pobres e em desenvolvimento, de outro, uma forte presença de estudantes norte americanos e europeus, representantes de países ricos e desenvolvidos.

Ambos os sub-grupos carregam estigmas que permitem caracterizar a desigualdade social na metrópole, sobretudo no que diz respeito à receptividade e aceitação do estrangeiro, verificando as diferentes maneiras pelas quais os indivíduos são atingidos pelos impactos da globalização, os reflexos nas relações interpessoais, bem como a precarização dessas relações e conseqüentes perfis de renda e consumo, segundo os segmentos sociais aos quais pertencem.

É importante conhecer as condições de vida da população, como se dá o acesso à cidade (formas de habitação, acesso aos serviços de infra-estrutura e equipamentos urbanos) bem como questões ligadas às formas de territorialização e sociabilidade: vizinhança, associativismo, laços e redes comunitárias, inserindo-se aqui, também o tema da alteridade e da segregação.

Faz parte ainda dos objetivos gerais deste estudo, caracterizar o processo de territorialização dos grupos estrangeiros em São Paulo, especialmente dos africanos cujos contingentes vem crescendo significativamente em São Paulo.

Demos continuidade a apuração preliminar da presença desse contingente na universidade, em especial na PUC-SP e USP, universidades tradicionais da cidade, o que merece continuidade e aprofundamento, tendo em vista que essa percepção, entrelaçando o tema da Educação Superior e acesso à cidadania, possa trazer aspectos inovadores à coexistência dos estrangeiros em São Paulo.

Objetivando perceber e analisar como se dá a interação entre estudantes africanos e seus conterrâneos em uma metrópole fora de seu país de origem, e por fim, se tais relações de alteridade influenciam na interpretação que os estrangeiros africanos formam pela cidade de São Paulo, buscamos conhecer a maneira como tais estudantes estrangeiros se relacionam com outros, a construção de valores e sentidos sobre a metrópole paulistana. Diferentemente de estudantes ingressantes por meio de vestibular, os africanos ingressam na PUC-SP majoritariamente por meio de convenio entre a embaixada brasileira e as embaixadas de seus países, tal convênio possui o nome de PEC-G. Os estudantes selecionados em seus países de origem, optam pelo Estado brasileiro que possuem interesse em estudar, mas não pela universidade que por sua vez é definida aqui no Brasil. Realizamos entrevistas e al hipótese foi confirmada, sendo que o movimento de troca de informações e experiências entre os estudantes estrangeiros se inicia a partir de seu país de origem, a pré-interpretação sobre o Brasil acontece no contato entre os estudantes ingressantes no convênio e aqueles que estão voltando possuidores de sugestões e dicas para os novatos. Nenhum dos entrevistados havia escolhido o Estado de São Paulo como primeira opção, pois eram informados que o nível de vida era o mais caro, porém devido ao número de vagas nas universidades, acabaram sendo mandados para cá. A opção inicial entre os três africanos entrevistados eram estados do Nordeste, devido a obterem conhecimento por troca de informações com conhecidos que o custo benefício era maior, ou seja, possuíam universidades de qualidade, e custo de vida baixo. A pesquisa confirmou a hipótese e expandiu a experiência da alteridade como algo que determina além da interpretação da metrópole, a escolha da mesma.

No caso específico dos latino americanos, o objetivo é de apresentar e entender as diferenças sócio-econômicas latino-Americanas e como se dá a influência direta ou indiretamente dessas diferenças à adaptação dos estudantes estrangeiros na cidade de São Paulo.

---

14 Participaram da coleta de dados e realização de entrevistas os estudantes de Ciências Sociais da PUCSP – Vilma Bokany, Melina Xantopylos e Marcelo Rocco, bolsistas de iniciação científica, sob nossa orientação. Parte do presente texto se beneficia do Relatório de Pesquisa desses bolsistas.

A hipótese inicial é de que essas diferenças sócio-econômicas se desdobram em dificuldades de adaptação e de integração dos estudantes provenientes de países Latino-Americanos. Uma vez que quando estigmatizados encontram fronteiras na construção de tentativas de integração social. Se a metrópole e sua dinâmica é acolhedora ou não, mais um fator de dificuldade e segregação social sofrida pelos estudantes estrangeiros.

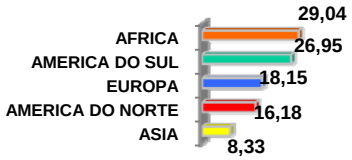
Ainda pretendeu-se analisar quais são os aspectos que por fazerem parte de sua cultura são fator de dificuldade de adaptação e por isso, abandonados, e quais aspectos são incorporados quando percebidos como facilitadores na tentativa de estabelecimento de novos vínculos sócio culturais. E até quais são os aspectos globais, e por isso, bem aceitos independente do lugar.

Tendo em vista que é atual um enorme movimento imigratório proveniente de pessoas da America Latina, de maneira geral no Brasil, e especificamente em São Paulo e que no ultimo ano acadêmico da PUC os alunos latino-americanos são os segundos em número de ingresso, mesmo não apresentando grande destaque individual por país, sendo o Paraguai seu maior representante, com 4,41%, seguido pela Bolívia, com 3,43%. é fértil e relevante.

Os atuais fluxos migratórios, observados nas últimas décadas, apontam para um significativo movimento de latino-americanos, novas ondas asiáticas composta por coreanos e chineses e uma forte presença de africanos. No sentido oposto, observa-se a emigração de brasileiros para países desenvolvidos como Japão, países da Europa, sobretudo Portugal e Espanha, e EUA.

Neste sentido, o estudo sobre o pequeno universo de estudantes estrangeiros da PUC-SP, corrobora com a identificação dos fluxo migratórios da África e América do Sul, porém já observa um decréscimo da imigração asiática, sendo este continente, atualmente o de menor representação entre os estudantes da PUC-SP, conforme demonstra o gráfico a seguir :

GRÁFICO 1
ESTUDANTES ESTRANGEIROS DA PUC-SP POR CONTINENTE DE ORIGEM .



Fonte: Cooperação Internacional/PUC-SP/2008

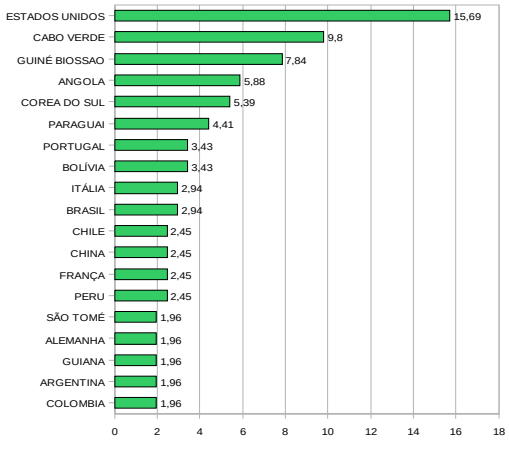
Embora, enquanto continente, a África apresente o maior número de estudantes matriculados na PUC (29,64%), alavancado pelos estudantes do Cabo Verde (9,8%), Guiné-Bissau (7,84%), e Angola (5,88%). A Coréia do Sul, no semestre anterior foi o segundo país com maior número de estudantes registrados na Cooperação Internacional da PUC (12,14%) tendo sido responsável, neste semestre, por apenas 5,39.

Vê-se que, individualmente, os Estados Unidos possui o maior número de estudantes matriculados na PUC-SP (15,69%), muito embora a América do Norte, em comparação aos demais continentes, seja responsável por 16,18%, mantendo-se ma quarta posição, enquanto continente. O oposto ocorre com os países da América Latina, que enquanto continente tem forte participação no contingente de estudantes estrangeiros da PUC-SP, mas não apresenta grande destaque individualmente por país, sendo o Paraguai seu maior representante, com 4,41%, seguido pela Bolívia, com 3,43%.

Ainda que a Europa, enquanto continente tenha uma participação entre os estudantes da PUC-SP ligeiramente superior a presença norte-americana (18,15%, contra 16,18%, respectivamente), a participação dos países da Europa individualmente é baixa, Portugal é o país que dá maior peso a este continente, com 3,43%, seguido pela Itália com 2,98% e França, 2,45%, os demais países europeus tem baixa participação.

GRÁFICO 3

PAÍSES COM MAIOR PARTICIPAÇÃO DE ESTUDANTES NA PUC-SP

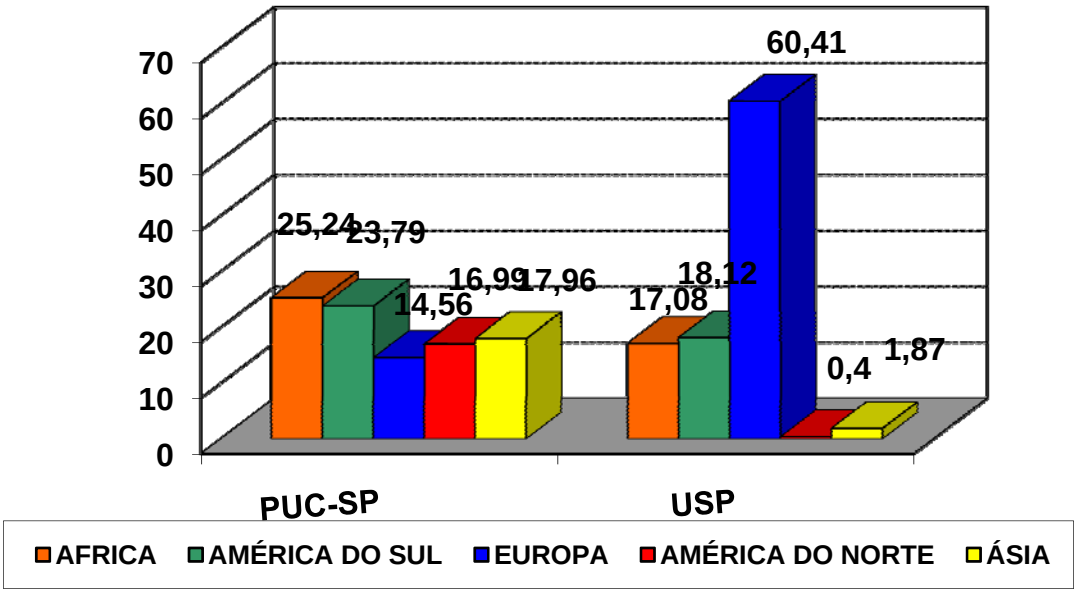


Fonte: Cooperação Internacional/PUC-SP/2008

Em comparação aos estudantes estrangeiros matriculados na USP, observa-se uma grande diferença quanto ao continente de origem dos estudantes destas duas instituições. Os dados que nos foram passados pela USP correspondem aos do segundo semestre de 2007, portanto a comparação se refere ao mesmo período para os estudantes da PUC.

Gráfico 4

Comparação dos estudantes da UPS e da PUC-SP por Continente



Fonte: Cooperação Internacional /PUC-SP 2008 e USP/2008

A maior diferença que as instituições apresentam do ponto de vista da representação dos continentes, diz respeito a uma significativa presença maior de estudantes europeus na USP, sendo este o continente com maior representação nesta instituição (60,41%, contra apensa 14,56% na PUC), por outro lado, a PUC apresenta um número de estudantes norte americano e asiático sensivelmente maior que entre os matriculados na USP (16,99% e 17,96%, respectivamente.

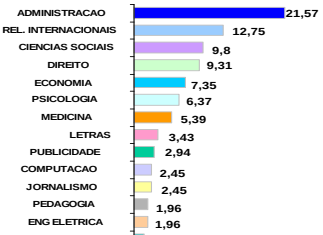
A área de ciências humanas ou ciências sociais aplicadas é a mais procurada na PUC-SP, que abre seu ranking de preferência com o curso de administração de empresas, com larga vantagem (21, 57%), seguido pelo curso de Relações Internacionais (12,75%), acompanhado de perto por Ciências Sociais e Direito (9,8% e 9,31%, respectivamente). Economia aparece um pouco mais abaixo, com 7,35% da procura dos estudantes e estrangeiros e psicologia, com 6,37%.

A área de medicina ou biomédicas, em geral, não tem um papel tão forte na PUC-SP (significando apenas 6,37%, se somados), o mesmo acontece com a área de exatas, que tem apenas nos cursos de computação (2,45%, menos procurado do que os cursos de letras e publicidade e tanto quanto jornalismo) e engenharia elétrica (1,96%, tão procurado quanto pedagogia) alguma procura por parte dos estudantes estrangeiros.

O gráfico a seguir torna claro os cursos mais procurados na PUC-SP, entre os estudantes estrangeiros.

GRÁFICO 6

ESTUDANTES ESTRANGEIROS DISTRIBUÍDOS POR CURSO NA PUC-SP.



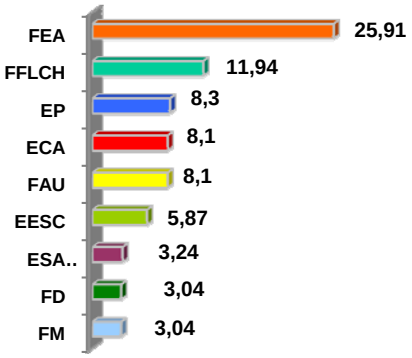
Fonte: Cooperação Internacional/PUC-SP/2008

Embora não seja possível uma comparação exata entre os cursos mais procurados da USP e da PUC-SP, devido à possibilidade de, algumas vezes os cursos estarem dispostos em Faculdades ou Institutos diferentes nas duas instituições e a USP nos ter fornecido apenas o número de estudantes por Faculdade ou Instituto e não por curso, observa-se tendência à procura pelos mesmos campos de conhecimento nas duas instituições.

No gráfico abaixo, elencamos as unidades da USP, com maior procura pelos estudantes estrangeiros, conforme dado fornecido pelo setor de cooperação internacional, referente ao segundo semestre de 2007 e sobre os quais traçamos nossas comparações.

GRÁFICO 7

UNIDADES DA USP COM MAIOR PROCURA POR ESTUDANTE ESTRANGEIROS.



Fonte: USP/2008

Assim como na PUC-SP, o curso de Administração é o mais procurado, por 21,57% dos estudantes estrangeiros, a FEA, na USP, reunindo os cursos de Administração e Economia, entre outros, é a faculdade que concentra maior número de estudantes estrangeiros (25,91%). Se somarmos o índice de procura pelo curso de Economia, teremos na PUC 28,92%, entre Economia e administração o correspondente à FEA. Ainda, o curso de Relações Internacionais, na USP, alocado no IRI – Instituto de Relações Internacionais, localizado na FEA, parece dar enfoque mais administrativo e econômico e conta isoladamente com 2,83% da preferência dos estudantes estrangeiros. Já na PUC, com uma abordagem de tendência mais humanista; merece destaque isoladamente, recebendo 12,75% da preferência dos estudantes estrangeiros, sendo o segundo curso de maior procura por este grupo.

Delinearam-se, pois, perfis distintos para as universidades citadas enquanto polo atrativo para os estrangeiros estudantes, a PUC-SP mais voltada às humanidades, e a USP às questões técnicas científicas exatas.

Fragmentos narrativos

Os atuais processos globais (econômicos, políticos e culturais), remodelam o espaço urbano, do qual novos grupos se apropriam e transformam a vida cotidiana, recriando a cidade. As entrevistas possibilitaram aprender sua vivência na cidade, por entrevistas, buscando vários aspectos denotativos de vínculos, alteridade, rupturas

> "Meus pais vieram por trabalho, foi uma oportunidade de trabalho para meu pai e aqui em São Paulo, aí meus pais se mudaram. E na época eu já tinha cumprido o ensino médio na Alemanha... e eu viajei para o Brasil de férias, nas férias da faculdade, vim pra conhecer o Brasil, falar português e comecei gostando de conhecer o Brasil e aí há três anos atrás eu mudei definitivo*."(Willian – estudante alemão)*

Neste sentido, a cidade intensifica as possibilidades de troca e a colaboração entre os homens, inclusive as relações interpessoais, mas também aparece como um espaço de descontinuidades, tanto temporais quanto espaciais, uma vez que o sentido de continuidade e racionalidade é ilusório e as separações e descontinuidade são a regra. Esta regra torna-se clara ao observar como se dão às articulações entre níveis de realidade, mostrando as distorções e defasagens de direitos que determinados grupos sociais sofrem.

> "Ah, sim, teve uma vez que me senti muito mal. Quando fui numa imobiliária, tentar alugar uma casa... eu já tava com problemas de moradia há mais de um ano, alugando quarto e estava morando na época com um rapaz que era alcoólatra que causava muito problema e eu precisava sair".
>
> Vim a uma imobiliária aqui em baixo, eu e meu amigo, também latino-americano e a mulher perguntou se eu estava legal aqui no Brasil, - Claro, sou estudante, estou matriculado, aqui na PUC, ela disse que ia falar com o chefe dela, saiu da mesa, deu três passos, aí voltou pegou a bolsa e levou com ela... nossa, me senti muito mal..."
>
> (Roberto – estudante peruano)

Ainda que herde aspectos destes tipos de cidade em São Paulo é bastante desigual, com locais absolutamente modernos e equipados, o que a torna fascinante para uns, e outros absolutamente desprovidos de equipamentos públicos, opções de lazer e condições de segurança, com a vida de quem ali reside como um pesadelo constante. A estigmatização social constitui, pois um importante fator na identificação das desigualdades e dos processos de segregação e conflito.

"*Panaméricas e áfricas utópicas*", São Paulo se identifica com várias definições de cidade global. Segundo Rolnik15 "cidade de mil povos, capital financeira, cidade conectada no mundo virtual e real das trocas, potência econômica do país, berço de movimentos sociais e lideranças políticas. No entanto, é uma cidade partida, cravada por muros visíveis que a esgarçam em "*guetos*" e fortalezas, sitiando-a e transformando seus espaços públicos em praças de guerras".

As entrevistas realizadas, porém, demonstraram que os estrangeiros que vieram para São Paulo por meio de convênio entre as Universidades ou entre as Embaixadas de seu país com o nosso, em sua estada na metrópole não se fecharam nas próprias comunidades, ou seja, sua rede de sociabilidade se expandiu agregando os paulistanos e vice-versa. A segregação, por parte dos estudantes entrevistados, não foi reconhecida por eles, alias o que podemos observar é um movimento contrário, com a experiência de imigração os estudantes quebraram barreiras de preconceito e desenvolveram relações de alteridade e ampliação de sua "rede" de sociabilidade.

> "Eu procuro sempre dividir as coisas, tratar com meus colegas brasileiros no momento propício e com meus colegas africanos no momento propício. Eu tenho muitos amigos brasileiros, sobretudo japoneses, acho que é difícil o próprio brasileiro entrar em uma sociedade japonesa, sobretudo um africano, no entanto eu saio para me divertir. Até os pais deles quando me vêem eles ficam assim... mas também tem aquela coisa no Brasil, quando você é pobre, não importa a sua cor, você pode ser até branco, branco você é discriminado, no entanto, eles sabem alguma coisa de mim".(Iaiá - estudante da Guiné-Bissau.).

Acreditamos que fortes traços de segregação sociais ocorridos no Brasil acabam sendo percebidos por nossos estudantes, porém ao mesmo tempo, a necessidade de aproximação por parte dos estudantes que estão sozinhos em nosso país faz com que os preconceitos também oriundos de sua história pessoal proporcionam novas relações, e relações que eles nem imaginavam. Iaia, também afirma que:

> "antes nunca imaginava fazer amizade com japoneses, apenas em sua estada em Portugal os observavam, porém aqui no Brasil por intermédio da universidade acabou se aproximando e hoje são seus melhores amigos por aqui".(Iaiá - estudante da Guiné-Bissau.).

A evolução tecnológica no final dos anos 70 e início dos anos 80 tem como carro chefe o computador. O cidadão do mundo é aquele que aproveita os avanços tecnológicos em favor próprio, utilizando-o para aproximar-se do mundo. Enquanto encontra na Cidade Global inúmeras coisas que lembra seu país, mantém-se conectado ao seus familiares e entes queridos por meio da Internet, propiciando uma nova relação de se sentir em "casa". A referência aos "não lugares" também é constante (AUGE 1998).

> "hum... se há um lugar em São Paulo que me remete à minha cidade de origem... hum... acho que não. Ah! O aeroporto! Nesses anos estive muitas vezes no aeroporto, me lembro chegando, abraçando meus pais, minha namorada. É o lugar que mais me remete à minha cidade".(Willian – estudante alemão)
>
> "São Paulo é uma referência das cidades mundiais. Existem comerciantes guineenses, que vêm aqui comprar roupas em São Paulo, no Brás e levam para lá. Nos grandes centros comerciais, você encontra a mesma moda daqui.".(Iaiá - estudante da Guiné-Bissau)

Tanto referências relacionadas a consumo e ao mercado, quanto referencias relacionadas a instituições estão presentes. Esse mesmo estudante diz:

> "Todas as igrejas evangélicas que existem no Brasil, em São Paulo, tem na Guiné –Bissau, sobretudo a igreja Universal, uma das maiores atualmente, com mais fiéis, e a Pentecostal, Assembléia de Deus.".(Iaiá - estudante da Guiné-Bissau).

A cidade que conforta aproximando as diferenças, também possui seus próprios desafios e características. A violência e os problemas de transito foram percebidos por nossos entrevistados como algo composto pela vivencia própria e pela recepção das informações por meio de jornais e revistas.

> "Quando eu cheguei eu tinha muita dificuldade, a vida lá era mais calminha, não tinha transito. Até agora estou me acostumando a cidade de São Paulo.".(Janaina - estudante de Cabo-Verde.).

15ROLNIK, Raquel – São Paulo – São Paulo, Publifolha, 2000

> "Tem uma anedota sobre mim, quando cheguei, para ir para a Barra Funda eu tomava o ônibus, descia na Dr. Arnaldo, pegava o metrô ia até o Paraíso, pegava outro metrô, ia até a Sé e pegava o outro metrô para ir para a Barra Funda.".(Roberto – estudante peruano)

Em São Paulo, o estudante estrangeiro tende a se instalar perto da universidade em que estuda e desenvolve pelo bairro em que mora algum tipo de relação de afeto e aproximação. Mas, nem todos tem esta sorte, muitas vezes ao chegar, sem muito dinheiro e sem conhecer ninguém, nem a cidade e sem qualquer tipo de orientação, o estudante precisa imediatamente de uma moradia e muitas vezes, sem tempo de conhecer a cidade nem as pessoas, aceita muitas vezes a primeira alternativa que aparece, o que nem sempre é o mais adequado para atender suas principais peculiaridades e necessidades:

a) ser estudante e precisar de um ambiente calmo, onde possa se concentrar;

> "eu estava morando longe, alugava um quarto, mas também alugava um quarto na mesma casa um rapaz que era alcoólatra".(Roberto – estudante peruano)

> "Como estudo psicologia e passava o dia todo aqui na faculdade, quando chegava em casa tinha que estudar e precisava da luz acesa, mas via que incomodava, os outros queriam dormir, às vezes vinha à dona da casa, ai já sei, ta bom, já vou apagar...".(Roberto – estudante peruano)

b) ser estrangeiro e não conhecer os símbolos e significados de nossa cultura, necessitando muitas vezes de ajuda e esclarecimentos devido a interpretações equivocadas que, por essa razão, venha a fazer.

> "precisava de todo o jeito um lugar pra morar, fui telefonar vi um anúncio – Casada, tarada, com quarto – não entendi direito, na minha terra tarada é pessoa com deficiência, que tem algum problema. Ainda pensei, coitada fica sozinha, quem sabe precisa alguém pra ajudar, ainda ganho algum dinheiro. Liguei, achei meio estranho, mas não estava entendendo direito, quando contei pro meu tio, ele falou você sabe o que é tarada aqui no Brasil?".(Roberto – estudante peruano)

A violência que percebe fora, dentro do bairro não é mais sentida.

"Em São Paulo existem algumas coisas que dão um pouco de medo, sobretudo quando saímos daqui, em Perdizes eu nunca vi um assalto. Que Deus continue me protegendo assim para não ver mesmo. Nunca acompanhei nada assim. No entanto vejo na televisão. Quando saio daqui e vou para periferia, tenho alguma dificuldade, pois alguns amigos me convidam para algum samba lá, próprios brasileiros.

> No entanto aqui em perdizes eu sou amigo de todo mundo, às vezes quando freqüento os barzinhos, pode chegar e perguntar por mim, é sempre uma coisa que procuro, ter sempre uma relação boa com todos.".(Iaiá - estudante da Guiné-Bissau)

Mas isso nem sempre é verdade, muitas vezes são as próprias instituições que deveriam garantir a segurança que agem de forma violenta apenas por uma conduta diferenciada, à qual não estão acostumados.

> "Eu tenho medo da polícia aqui. É muito diferente lá eles usam o escudo, como a polícia de choque, mas só para se proteger quando precisam acabar com alguma confusão, aqui eu vi no estádio de futebol, eles vem batendo pra cima de você... e também teve um dia que eu estava sentado, fumando um cigarro na Praça da Sé, e meu amigo falou apaga, apaga, mas o que você ta louco? A polícia veio, já queria revistar, eu comecei a falar que conhecia a constituição, que era estudante de direito, aí eles mudaram o jeito de agir ". (Roberto – estudante peruano)

O contato com as pessoas se torna meio para, no país estrangeiro, o estudante se sinta seguro. Para Lina, estudante colombiana que chegou ao Brasil com 15 anos de idade, e que na época foi estudar em colégio com matriz espanhola, a experiência de conviver com alguns estrangeiros não foi tão satisfatória quanto a amizade que desenvolveu com brasileiros.

> "Quando conheci os brasileiros dentro de minha escola, comecei a me sentir melhor. Eles fazem questão de fazer você se sentir à vontade, em casa. No começo quando cheguei acabava andando com outros estrangeiros, e me fechava.".(Lina - estudante colombiana).

João, estudante vindo da Angola, teve muita dificuldade com a língua portuguesa no Brasil, porém superou o problema e hoje possui uma rede de sociabilidade. João observa que durante as férias se sente um pouco só porque seus amigos estão viajando. João também observa a dificuldade de se locomover pela cidade a fim de ter alguma atividade, pois tudo na cidade global se traduz a custos, e o transporte é caro.

> "O pessoal fica feliz durante as férias. Mas alguns ficam tristes porque as pessoas viajam e não tem nada para fazer. Qualquer lugar que tiver que se locomover é caro, dificultando os passeios.". (João – estudante Angolano)

Se há definição possível para a cidade, ela tem que conter a pluralidade, coexistência e simultaneidade. Esta possibilidade de definição não exclui outras, uma vez que a cidade é local dos confrontos, onde as relações de desejo e necessidade, satisfação e insatisfação, vínculos e rupturas, estão presentes. Ela não é, portanto um lugar passivo, ao mesmo tempo sofre a interferência e intervém na produção e reprodução do espaço e do indivíduo, sendo, portanto espaço de disputa e arena de revolução.

Os estudantes estrangeiros, aqui como nossos objetos/sujeitos de pesquisa, entretanto, não permanecem por muito tempo em lugares fixos. Eles podem ficar quatro anos, com renovações de visto, ou apenas meses. Os que pretendem ficar, aproximam-se mais dos brasileiros.

A idéia da flexibilização das fronteiras traz em seu bojo outras idéias igualmente polêmicas, segundo as quais o movimento de idéias e pessoas deve ser o mais livre possível. O fato de que o indivíduo deva ser livre, não quer dizer que

deva ser solitário, uma rede de solidariedade e fraternidade são básicas para as relações humanas. A tendência dos grupos humanos a se estruturarem hierarquicamente contrapõe-se à idéia de liberdade do indivíduo, o movimento de oscilação entre a tendência organizacional e a liberdade humana é o que determina a possibilidade de transformação da sociedade.

Referências Bibliográficas

ALVIM, Zuleika (1986). *Brava Gente! Os italianos em São Paulo*, SP, Ed. Brasiliense

ARENDT, Hannah - A Condição Humana, 10ª. Ed.– Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2008.

AUGE, Marc: "Não lugares", uma introdução à antropologia da modernidade.

BETTENCOURT, José de Souza (1961*). O fenômeno da emigração portuguesa* - Angola, Instituto de Investigação Científica

BOSI, Ecléa (1979) *Memória e Sociedade: Lembrança de velhos*, São Paulo, Ed. Queiroz

CASTELLS, M. e Mollenkof (1991), J (1991) – *Dual city*, New York, the Russel Fundation

CHAUÍ, Marilena – Escritos sobre a Universidade, São Paulo, Ed. UNESP, 2000.

CHAUÍ, Marilena – A Universidade Operacional, in. Caderno Mais - Folha de São Paulo, 9 de maio de 1999.

CHNAIDERMAN, Miriam (1996), Racismo, o estranhamento familiar, uma abordagem psicanalítica"in Lilian Schwarcz e Renato da S. Queiroz (org.). *Raça e Diversidade*, SP, EDUSP

Coletivo NTC, Pensar Pulsar (1993), *Cultura Comunicacional, tecnologias, velocidade*, SP, Edições NTC

De Boni, L.A (org.) (1990) – *A presença italiana no Brasil* – Fondazione Giovanni Agnelli, 2 vol, Porto Alegre

Damatta, Roberto (1992) – *Antropologia de saudade*. Cadernos Mais. FSP

DEWITTE, Philipe (1997) – "Les nouvelles frontiéres de l' immigration in Serge Cordellier e Fabienne Doutaut (orgs.). *Mondalialisation – au dela des mytes*, Paris, La Decouverte

DEWITTE, Philippe (org.) (1999) – *Immigration et Integration* – l 'état des savoirs, Paris, Ed. La Decouverte

FAUSTO, Boris (1977) – *Trabalho urbano e conflito social*, RJ, DIFEL

FAUSTO, Boris (1999)- *Fazer a América*, SP, EDUSP

HALLWACHS, Maurice (1990) - *A memória coletiva*, SP, Vertice Editora

HALL, Stuart (1998) - "O significado dos novos tempos" in *Revista Margem* nº 7, EDUC/FAPESP, agosto

HORKHEIMER, Max. Eclipse da Razão. São Paulo, Ed.Centauro, 2006

HORKHEIMER, Max. Teoria Crítica e Teoria Tradicional, Os Pensadores. São Paulo, Ed. Abril. 1975.

IANNI, Octavio(1994) – "A cidade global" in *Revista Cultura* – ed. Vozes, vol. 88, nº 2, março-abril

KOLTAI, Catherine (1994) – *O estrangeiro*, SP, Ed. Escuta

KLEIN, Herbert (s/d) – *A emigração espanhola em São Paulo*, SP, Ed, Excuta

LAPLANTINE, François (1994) – "cosmopolita e brasileira" in Claude Olivenstein e François Laplantine: *Uma olhar francês sobre São Paulo*

LEFEBVRE, Henry – O direito à cidade – Continuidades e Descontinuidades.

EVA, Fabrízio – Elisée Reclus: idéias úteis para análises geopolíticas contemporâneas, in Revista Verve, nº 8.

LEFEVBRE, Henri (1972) – *O pensamento marxista e a cidade.* Póvoa de Varzim, Ed. Ulissen

LEVY, Evelyn (1995): Descentralização, democracia e eficiência na gestão da cidade mundial, São Paulo, Tese de doutoramento, FGV

LE GOFF, Jacques (1998) – *Por amor às cidades*, SP, Ed. Unesp

LEVY, Strauss, C (1962) – *Antropologia Estrutural*, RJ, Ed. Luma

LOGAN, J e Alba, T e Mc Nulty (1998) – "As memórias nas cidades globais" *Cadernos IPPUR*, ano X, nº 2

MARCUSE, Peter (1997) – The Ghetto of exclusion and the fortified enclave, in *American Behavioral Scientist*, vol 41, nº 3, Ed. Sage

MARTINS, José de Souza (s/d) – "A metamorfose do olhar em Janela Insdiscreta"- mimeo

MARTINS, José de Souza (1993) – *A chegada do estranho*, SP, Ed. Hucitec

MARTINEZ, Evangelina (1999) – O Brasil como país de destino para espanhóis; in: Fausto Boris/org.) *Fazer a América*, SP, EDUSP

MENEZES, Luís Carlos de - A universidade sitiada – São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000

MOSCOVICI, SERGE (1978) – *Representação Social da Psicanálise*, RJ, Ed. Zahar

NIETZSCHE - Para além do bem e do mal, in "Os Pensadores", 2ª. Edição – São Paulo, Editora Abril Cultural, 1978

NIETZSCHE – Assim falou Zaratustra, 4ª. Edição – Rio de janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1994.

NORA, Pierre (1993) – entre memória, história – a problemática dos lugares "in *Revista Projeto História* – Programa de Estudos Pós-Graduados em História – PUCSP, dezembro

PRETECEILLE, Edmond (1994) – "Cidades globais e segmentação social "in Luiz Cesar Queiros Ribeiro e Orlando A Santos Jr. (org.) *Globalização, fragmentação e reforma urbana*, RJ, Ed. Civilização Brasileira.

POLLAK, Michael (1989) – Memórias, esquecimento, silêncio, *Estudos Históricos* – RJ, vol. 2, nº 9

ROLNIK, Raquel – São Paulo – São Paulo, Publifolha, 2000

SAKURAI, Célia (1999) – *Migração Japonesa para o Brasil*, SP/IDESP. Ed. Sumaré

SANTOS, Milton (1987) – *O espaço do cidadão*, SP, Livraria Nobel

SANTOS, Gisele A.(org.) – Universidade, formação, cidadania – São Paulo, Ed. Cortez, 2001.

SALLES, Maria do Rosário H. (1997) – *Médicos Italianos em São Paulo* 1890-1930. SP, Ed. Sumaré, FAPESP
SASSEN, Saskia (1991) – *The global city: New York, London, Tokyo,* Princeton, Princeton University Press
SAYAD, Abdelmalek (1998) – A imigração, SP, EDUSP
SCHWARCZ, Lilian e Queiroz, Renato S. (orgs.) – *Raça e diversidade*, Estação Ciência/CNPQ/EDUSP
SILVA, Sidney Antonio (1997) – *Costurando sonhos, trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*, SP, Ed. Paulinas.
TRENTO, Angelo (1988) – *Do outro lado do Atlântico. Um século de imigração italiana no Brasil,* SP, Nobel
ROSEMAN, C e LAUX, H e THIÈME, G (ed) 1996 – Ethni City Maryland e Londres, Rowman e Littlefied Publishers
VERAS, Maura Pardini Bicudo (1990). *O bairro do Brás em São Paulo*, um século de transformações do espaço urbano ou diferentes versões da segregação social – Tese doutoramento – PUCSP.
VERAS, Maura Pardini Bicudo. (1995) – "A nov(a) (c) idade do gelo: Notas perplexas sobre nômades urbanos"- *Revista São Paulo em perspectiva*, SP, SEADE, abril, junho.
VERAS, Maura Pardini Bicudo (1997) – "Novos olhares sobre São Paulo, notas introdutórias sobre territórios, espaços e sujeitos da cidade mundial". *Revista MARGEM* nº 6, EDUC/FAPESP, dezembro
VERAS, Maura Pardini Bicudo (1997) – Territorialidade e Segregação social em São Paulo: espacialização dos movimentos migratórios – Projeto Pesquisa – Auxílio Integrado CNPQ
VERAS, Maura Pardini Bicudo (1998) – Territorialidade e cidadania em tempos globais – ANPOCS.
VILLAÇA, Flávio (1978) – *A estrutura territorial da metrópole sul brasileira* – Tese doutoramento- Depto. Geografia – USP
WEBER, M (1946) – *Economia y sociedad*, Mexico, Fundo de Cultura Economica
WACQUANT, Loic (1995) – "De civilisation et diabolisation: du ghetto noir americain" in C. Faire et Byshop/coord)
WACQUANT, Loic (1995) – "Proscritos da cidade" in *Novos Estudos*, Cebrap, nº 43, São Paulo
WANDERLEY, Luiz Eduardo W. (2006) - "São Paulo no contexto da globalização", in Revista Lua Nova, n. 69, São Paulo.

Imigrantes cristãos ortodoxos sírio-libaneses na cidade de São Paulo – religião e identidade

Daniel Maia Martins
Bacharel em Teologia e Mestrando em Ciências da Religião – UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
maiamartins@hotmail.com

Resumo: Normalmente, ao se falar em imigração árabe logo pensamos na presença do islamismo no Brasil. Contudo tudo indica que o islã chegou ao país antes de 1835 – revolta dos escravos malês – ou seja, antes do que os árabes. Foi no final do século XIX que sírios e libaneses partiram em rumo a outros países. Isto porque o Império Turco-otomano ocupava a Grande Síria – atuais Líbano e Síria. Com sua decadência nações imperialistas da Europa passaram a disputar a influência política na área, o que desestabilizou a boa relação existente entre cristianismo e islamismo bem como a economia já estabelecida. Cristãos eram submetidos a um longo e arriscado serviço militar obrigatório, e eram também perseguidos por facções islâmicas. Assim sendo, a inserção dos jovens na sociedade fazia-se cada vez mais complicada, o que os encaminhava à emigração. Aqueles que chegaram ao Brasil se espalharam pelo país, mas houve maior concentração em São Paulo, onde em 1940 havia 49,2% dos sírios-libaneses no Brasil. A maior parte deles era de cristãos ortodoxos e católicos maronitas, mas haviam também protestantes e católicos romanos.

Introdução

A presença dos imigrantes sírio-libaneses modificou o cenário social brasileiro, especialmente a cidade de São Paulo – que desde o início, abrigou a maior parte da colônia. Este trabalho vem a contribuir com a análise da religiosidade dos imigrantes no Brasil, do diálogo cultural estabelecido entre eles e a nação adotiva, a formação de sua identidade e sua colaboração na transformação da identidade paulistana.

Ao estudar a emigração portuguesa, Pereira afirma que

> "A maneira ou a forma como o imigrante é encarado pelo país que o acolhe reflete todo um esquema ideológico e político, ou seja, um ideário e um esquema de ação e de atitudes no trato com o ádvena que, além de definir as características do país enquanto país de imigração, dá as linhas mestras que balizam a vida do imigrante" **(PEREIRA**, 1982, pp. 108-9).

Isto vem de encontro ao posicionamento do governo brasileiro à época da imigração sírio-libanesa em abrir as fronteiras do país para receber imigrantes que deveriam ser encaminhados para o labor rural. Contudo, estes imigrantes não corresponderam tais expectativas.

> "Na prática, o imigrante ocupa espaços maiores, mesmo quando visto e tratado apenas como mão-de-obra, pois a partir da conjungação de seus objetivos e do que lhe é oferecido, ele cria ou recria o seu modo de vida, que começa com as condições materiais de existência" (PEREIRA, 1982, p. 109).

Veremos neste texto que, diferentemente do que faziam em seus países, os sírio-libaneses não empenharam-se em atividades agrícolas no Brasil. A atividade por eles desenvolvida – que será apresentada mais a frente neste trabalho – não apenas transformou, mas moldou a terra de imigração, especialmente a cidade de São Paulo.

Clark Knowlton aponta cinco fatores fundamentais para o fenômeno de emigração:

1) liberdade para emigrar,

2) conhecimento de um outro país

3) que apresente vantagens sobre sua terra natal, para onde se possa emigrar,

4) insatisfação com sua situação em seu país e

5) condições facilitadas de translado. Estes fatores são identificados na história da emigração sírio-libanesa ao Brasil.

O Império Otomano

O Império Otomano dominou grande parte do Norte da África, parte da Península Arábica, passando pelo Iraque, bem como parte do leste europeu. Vale ressaltar que o sul e o oriente do mar Mediterrâneo também esteve sob seu poder. Inclui-se ai a Grande Síria1. Ainda que sendo turco, o Império não impôs seu idioma aos povos que dominou – a maioria de fala árabe. O papel da língua árabe foi reforçado.

Seria natural afirmarmos que as ciências da religião e da lei eram ensinadas em árabe nas escolas de Damasco, Cairo e outras importantes cidades árabes do Império. Contudo, o mesmo acontecia em Istambul. Os autores otomanos tinham a tendência de sempre escrever, todo tipo de texto, em árabe, inclusive poesia.

Hourani faz a seguinte afirmação:

> "Nas grandes cidades árabes, continuou a tradição literária: não tanto poesia e belles-lettres quanto história, biografia e compilações de fiqh e hadith locais. As grandes escolas continuaram sendo centros de estudos das ciências da religião, mas com uma diferença. Com algumas exceções, os mais altos cargos no serviço legal eram exercidos não por diplomados da Azhar ou das escolas de Damasco e Alepo, mas das fundações imperiais em Istambul; mesmo os principais cádis hanafitas das capitais provinciais eram em sua maioria turcos enviados de Istambul, e os cargos oficiais mais elevados a que os diplomados locais podiam aspirar eram os de subjuiz" (**HOURANI,** 2006, pp. 317-8).

A partir desta afirmação podemos destacar dois pontos:

1) o Império, muçulmano que era, investia na produção de conhecimento a partir de sua religião islâmica e

2) apesar disto, para ocupar os lugares mais importantes e estratégicos não bastava ter se formado em um desses *centros de estudos das ciências da religião*, não bastava ser muçulmano; era preciso ser também turco. Isto expressa, em parte, a depreciação vivida pelos cristãos sírio-libaneses, que viviam sob o domínio turco-otomano. A cultura islâmica, especialmente sunita, era patrocinada pelas autoridades. Por outro lado, a situação dos cristãos era complicada. Eles sofriam perseguições e massacres constantes.

Figura 1

Mapa do Império Otomano

Durante o domínio turco não houve grande desenvolvimento tecnológico e perdeu-se parte do conhecimento científico que se tinha. Hourani relata que

> "havia pouco conhecimento das línguas da Europa Ocidental e dos avanços científicos e técnicos que ali se faziam. As teorias astronômicas associadas ao nome de Copérnico só foram citadas pela primeira vez em turco, e mesmo assim de passagem, no fim do século XVII, e os avanços na medicina européia só lentamente começavam a ser conhecidos no século XVIII" (**HOURANI,** 2006, p. 342).

A Europa experimentava uma realidade totalmente nova. A peste negra – com o sistema de quarentena – e a fome deixaram de ser calamidades para as nações européias. O seguimento naval foi desenvolvido e, com as colônias, dentro e fora da Europa mais terras passaram a ser cultivadas. O comércio se expandiu mundialmente – os europeus navegavam todos os mares do mundo – e as colônias tinham minérios a serem explorados. Todos esses fatores proporcionaram o acúmulo de

1 Atuais Síria e Líbano.

capital que trouxe crescimento à produção de manufaturados, riqueza e aumento da população. Assim, era possível ter exército e marinha mais numerosos. Em contrapartida a peste e a fome continuavam a regular o tamanho da população em território otomano.

A economia na Grande Síria sentiu o impacto vindo do noroeste. Os produtos europeus – produzidos na Europa ou nas colônias – passaram a fazer forte concorrência aos produzidos no Oriente Médio. Não era preciso ser rico para poder comprar uma roupa francesa de boa qualidade. Assim como o Líbano – que fornecia seda – os outros países otomanos tornaram-se fornecedores de matéria-prima e consumidores dos produtos manufaturados vindos da Europa.

> "O principal efeito talvez tenha sido a redução das trocas, entre diferentes partes do Império Otomano, daqueles bens em cujo comércio a Europa tornava-se um concorrente" (**HOURANI**, 2006, p.344).

Se em dado momento os otomanos faziam frente a qualquer nação do mundo seu declínio definitivo havia começado, mas nem todos os líderes do império puderam ver esta realidade; e os que a viram, não tiveram meios ou forças para reverte-la.

O desenvolvimento tecnológico promoveu o aparecimento das ferrovias, que *diminuíram as distâncias*. A matéria-prima e os produtos chegavam em maiores quantidades, com mais segurança e em menos tempo a seus destinos.

> "As exportações britânicas para os países do Mediterrâneo Oriental aumentaram 800% em valor entre 1815 e 1850; a essa altura, beduínos no deserto da Síria usavam camisas feitas de algodão de Lancashire" **(HOURANI**, 2006, p. 353).

Muitas das terras otomanas passaram a servir à grande produção de matéria-prima – como algodão e seda – e grãos, para alimentar a população européia, cada vez maior. Assim a estrutura de subsistência foi desestruturada. A entrada de produtos e bens estrangeiros, facilitada com a abertura do Canal de Suez, prejudicou os artesãos.

A conjuntura internacional encolheu a economia da Grande Síria tornando impossível a absorção de toda mão-de-obra disponível – surge um excedente populacional.

> "A transformação do excedente populacional em migrante, virtual ou real, é, por sua vez, levada a cabo por um complexo mecanismo, onde se alinham peças de natureza estrutural, política, ideológica e psicológica. Cabe a este mecanismo transformar o excedente populacional em emigrante e, nesta condição, expulsá-lo das fronteiras do país natal***" (PEREIRA**, *1982, p. 114).*

Pereira ainda afirma que a juventude representa de forma expressiva este excedente populacional. Talvez tal excedente seja mensurado pelo número de emigrantes. Se, por outro lado, a base para esta definição for os imigrantes, os dados apresentados por Knowlton nos permitem questioná-la se aplicadas ao fenômeno de migração ao Brasil. Fundamentamo-nos em dois motivos para tal afirmação. Primeiro porque o universo de pessoas que deixaram a Grande Síria (emigrantes) é maior do que aquele composto por sírio-libaneses que chegaram ao Brasil – isto porque outros países receberem imigrantes sírio-libaneses. Dando seqüência ao raciocínio, vemos que

> "os sírios e libaneses [presentes no Brasil em 1940] (...) têm uma concentração muito maior de população nas idades de 30 a 49 anos, e nìtidamente menores proporções nos grupos abaixo de 30 e acima de 60" (**KNOWLTON,** s/d, p. 84).

A Imigração

Muhammad 'Ali liderou as forças otomanas contra os franceses que invadiram o Cairo. Ele se sobrepôs a seu adversário e criou a sua volta uma liderança capaz, inteligente e progressista, composta por turcos e mamelucos. Ele imprimiu sua política de impostos, se impôs ao Império como governador e expandiu seus domínios ao Sudão, Síria e Arábia. Sua presença na Síria (em 1831) trouxe um período de igualdade e liberdade religiosa e as missões protestantes passaram a ser incentivadas. Mas esta ocupação não durou um ano. A Europa não queria que o Egito se tornasse uma força independente e, em um esforço conjunto, pôs fim à ocupação, e os massacres contra os cristãos voltaram a se tornar freqüentes. A presença protestante abriu novos horizontes para os cristãos oprimidos e a assistência material internacional criou no imaginário dos assistidos, a idéia de que a América era um continente de riqueza inesgotável. A presença ocidental foi um incentivo fundamental para o fenômeno de emigração.

Ademais, os conflitos entre camponeses maronitas2 e senhores feudais drusos3 complicaram ainda mais a situação dos cristãos.

> "Nos vales montanheses do Líbano, havia uma antiga simbiose entre as principais comunidades religiosas, os cristãos maronitas e os drusos. (...) Da década de 1830 em diante, porém, a simbiose se rompeu, por causa de mudanças na população e no poder local, do descontentamento dos camponeses com seus senhores, de tentativas otomanas de introduzir controles diretos e das interferências britânica e francesa. Em 1860 houve uma guerra civil no Líbano, e isso provocou um massacre de cristãos em Damasco, uma manifestação de oposição às reformas otomanas e aos interesses europeus a elas ligados, num momento de depressão comercial" (HOURANI, 2006, p. 366). Após os massacres de 1860, a França e Inglaterra intervieram na região, forçando o Império Otomano a dar autonomia total ao Líbano. "A França tinha uma relação especial, que remontava ao século XVII, (...) com os maronitas (...) no fim do século XVIII, a Rússia apresentava uma reivindicação semelhante para proteger as Igrejas ortodoxas orientais" ***(HOURANI,** 2006, p. 354).*

---

2 A Igreja Maronita é uma igreja cristã, do rito oriental, em plena comunhão com a Sé Apostólica, ou seja, reconhece a autoridade do Papa, o líder Igreja Católica Apostólica Romana. Tradicional no Líbano, a Igreja Maronita possui ritual próprio, diferente do rito latino adotado pelos católicos ocidentais. O rito maronita prevê a celebração da missa em língua aramaica.

3 Comunidade religiosa com doutrina secreta, desenvolvida a partir do Islã ismaelita, influenciada pela filosofia grega, gnose e cristianismo. Os drusos aguardam o retorno de um de seus principais líderes, Al-Hakim bi-Amr Allah – o califa que clamou ser Deus.

Contudo, depender de força estrangeira e boa vontade islâmica para a ordem e proteção causou bastante desconforto e insegurança. A independência da Síria só aconteceu em 1945.

O Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de 1945 registra que os primeiros imigrantes sírio-libaneses chegaram no Brasil no ano 1871. Todavia, Knowlton constata em suas entrevistas afirmações de que a chegada inicial se deu muitos anos antes. Em 1876, Dom Pedro II, que falava árabe, visita Beirute e Damasco. Esta visita abre, oficialmente, as portas do Brasil para receber os imigrantes da Síria e do Líbano.

> "O Brasil, com outros grandes países americanos tais como a Argentina, o Canadá e os Estados Unidos, incrementou e às vêzes subsidiou a imigração. (...) A princípio procuraram-se imigrante para constituir uma classe de pequenos proprietários rurais a fim de contrabalançar o regime de latifúndios vigente. Essa política começou em 1820 e durou até o fim do século XIX" (**Knowlton**, s/d, p. 33).

Ainda na década de 1820, o sultão Mahmud II (1803-29), juntamente com um pequeno grupo de importantes líderes, acreditava que o modelo militar otomano estava ultrapassado, e deveria ser transformado. Parte dessa transformação é que o exército deveria ser preparado por especialistas vindo da Europa. Pouco depois de sua morte um decreto real – o Hart-i serif de Gülhane – foi promulgado:

> "Todo o mundo sabe que, desde os primeiros dias do Estado otomano, os altos princípios do Corão e as leis da charia sempre foram perfeitamente preservados. Nosso poderoso Sultanato alcançou o mais alto grau de força e poder, e todos os seus súditos de comodidade e prosperidade. Mas nos últimos 150 anos, devido a uma sucessão de causas dificeis e diversas, a sagrada charia não foi obedecida nem as benéficas regras seguidas; conseqüentemente, sua antiga força e prosperidade transformaram-se em fraqueza e pobreza. É evidente que os países não governados pela charia não podem sobreviver
>
> [...] Cheios de confiança na ajuda do Altíssimo, e certos do apoio de nosso Profeta, julgamos necessário e importante introduzir de agora em diante uma nova legislação para conseguir administração efetiva do governo e províncias muçulmanas" ***(Hurewitz**, 1975,* apud*, **HOURANI,** 2006, p. 359).*

A idéia era recuperar o poder do governo e estruturá-lo de uma nova forma. Agora o serviço militar passa a ser obrigatório. Mas até 1909 as autoridades otomanas tomavam o cuidado de não arregimentar cristãos para o exército, evitando assim que se armassem. Mas com o advento da Primeira Guerra Mundial eles também foram submetidos a um arriscado serviço militar obrigatório. Assim, entre 1871 e 1942 106.184 imigrantes chegaram ao Brasil provenientes da Síria, Líbano, Palestina, Armênia, Marrocos, Egito e Argélia. Mas estes números devem ser interpretados a partir da afirmação de Knowlton:

> "Os imigrantes do Egito, Marrocos e Argélia eram em geral pessoas de ascendência síria e libanesa. Êsses imigrantes foram primeiro para o Egito e Marrocos onde se naturalizaram" (**Knowlton,** s/d, p. 37).

Os dados apresentados neste subtítulo nos levam a comparar o tipo de migração vivido pelos sírio-libaneses ao primeiro tipo apresentado por Pereira em seu estudo sobre a emigração portuguesa já mencionado neste trabalho: movimento migratório para o exterior4 (**PEREIRA**, 1982, p. 112). Mesmo com a exploração intensa que sofriam na viagem, o fluxo de imigrantes foi muito grande. O estado de São Paulo foi o principal destino para esta onda árabe que desembarcara no Brasil. Em 1913 11.101 imigrantes chegaram ao país, dos quais 6.493 se instalaram em São Paulo, ou seja, 58%. Até 1892 todo imigrante do Oriente Médio era, no Brasil, denominado turco – por causa do passaporte expedido pelo Império Turco. Mas neste ano os que vinham da Síria passaram a entrar no país como sírios. Mas apenas em 1926 os libaneses passaram a ser registrados como tais.

Tabela 1

Comparação entre a imigração sírio-libanesa em São Paulo e no Brasil

Ano	São Paulo	Brasil – Total	Porcentagem do Total
1908	1.945	4.532	43
1909	2.264	4.190	54
1910	2.176	6.002	36
1911	3.154	7.294	43
1912	4.108	7.741	53
1913	6.493	11.101	58

Fonte: Knowlton, s/d, p. 44.

Segundo Truzzi, a maioria dos imigrantes sírio-libaneses era de católicos maronitas e cristãos ortodoxos5. Em contrapartida, Knowlton afirma que 66,9% dos imigrantes sírios e 64,5% dos libaneses eram católicos (romanos, maronitas,

4 Os tipo de movimento migratório apresentados por Pereira são: 1) movimento migratório para o exterior; 2) movimento migratório dentro das fronteiras do país; 3) movimento de indivíduos que exercem, simultaneamente, funções urbanas e rurais.

5 Cristão que segue a fé oriental de rito bizantino, pertencente à Igreja Católica Apostólica Ortodoxa (...) que resultou do cisma da Igreja Católica Apostólica Romana ocorrido em 1054 – TRUZZI, 2005, p. 94.

católicos latinos, e católicos uniatas6). Os não-católicos (greco-ortodoxos, nestorianos, jacobitas, siríacos, melquitas, gregorianos armênios, judeus, drusos e diversas seitas maometanas) somavam 33,1% dos sírios e 35,5% dos libaneses.

O Mascate

Um dos meios que um grupo étnico busca para se enquadrar na sociedade do país para o qual migrou é o profissional e, normalmente, a primeira geração se estabelece em profissões para as quais não é preciso qualificação; são empregos braçais, mal remunerados e pouco procurados pelos nativos. Entretanto, a história foi diferente com os sírio-libaneses no Brasil – eles evitaram os trabalhos braçais e agrícolas como se pode ver na tabela abaixo:

Tabela 2

População rural e urbana entre os estrangeiros do Estado de São Paulo classificados quanto à origem nacional e residência, 1934

Nacionalidade	Rural		Urbana		Total	
	Número	*Porcentagem*	*Número*	*Porcentagem*	*Número*	*Porcentagem*
Estrangeiros	468.732	50,0	462.968	50,0	931.691	100,00
Sírios	4.748	18,0	20.872	82,0	25.620	100,00
Italianos	156.708	51,0	148.269	49,0	304.977	100,00
Portugueses	52.178	30,0	124.413	70,0	176,591	100,00
Espanhóis	93.343	58,0	67.181	42,0	160.524	100,00
Alemães	9.734	36,0	17.264	64,0	26.998	100,00
Japonêses	120.811	92,0	10.898	8,0	131.709	100,00

Fonte: Knowlton, s/d, p. 79.

É notável o fato de que a maioria destes imigrantes era composta de solteiros (por volta de 60%), vindos de um contexto rural tendo chegado ao Brasil com pouco, ou nenhum dinheiro. Assim, com acesso à mercadorias a crédito e a possibilidade de um retorno financeiro relativamente rápido, tornaram-se, majoritariamente mascates.

Clark Knowlton indica que a mascateação era exercida pelos sírio-libaneses já durante a imigração:

> "De Marselha e Gênova, os mascates sírios e libaneses penetraram em tôdas as partes da Europa com alguns pacotes de mercadoria" ***(Knowlton**, s/d, p. 28*). Truzzi, entretanto, diz que "existem evidências ponderáveis de que a maior parte dos imigrantes que vieram para a América provenientes da Síria eram agricultores. (...) na terra de origem o ofício de mascate era mais freqüentemente exercido por gregos, armênios e judeus" (***TRUZZI,** 1991, p. 51*).

De qualquer forma foi como mascates que a bem sucedida empreitada econômica da colônia começou no Brasil.

As cartas que enviavam aos amigos e famílias continham relatos do sucesso obtido com as vendas. Isso foi determinante na vinda de mais imigrantes, que deixavam seu país determinados a dedicarem-se ao comércio popular. Eles traziam *água do rio Jordão*, *terra da Terra Santa*, figuras de santos, rosários entre outras mercadorias adquiridas na Palestina que eram facilmente vendidas aos brasileiros de baixa renda.

A atividade da mascateação já havia proporcionado um bom começo a outras etnias que migraram para o Brasil. Os primeiros a se dedicarem a esta ocupação foram os portugueses, seguidos pelos italianos. Os pioneiros na mascateação já estavam familiarizados com este ofício, desempenhado em seu país de origem pelo almocreve. O isolamento geográfico torna o almocreve aquele que quebra

> "as fronteiras do isolamento da aldeia, com mensagens urbanas, colocando-as em conexão com o mundo civilizado de fora. Examinando desta perspectiva, o almocreve cumpre o papel de herói civilizador, descendando aos olhos dos aldeões a existência de outras dimensões da vida com muita coisa a lhes ensinar, a lhes servir de modelo" ***(PEREIRA**, 1982, p. 128).*

Com o tempo, os sírio-libaneses conseguiram dominar este ofício, uma vez que vendiam suas mercadorias com baixa margem de lucro e davam a possibilidade do cliente pagar sua compra na próxima passagem do vendedor por sua cidade. Eles se equipavam

> "com uma grande caixa de mercadorias tais como agulhas, alfinetes, linhas, lãs, pentes, botões, grampos, joias e perfumes baratos, bordados, etc. fàcilmente transportáveis, com boa procura pela população rural" ***(KNOWLTON**, s/d, p. 138).*

O mascate atingia a população que vivia distante da cidade e, por isso, era o "*responsável*" por levar as notícias para esse povo afastado. A moda e as novidades chegavam nas costas dos "*turcos"* assim como acontecia com o almocreve em Portugal. Com suas economias, logo era possível comprar uma mula para carregar suas mercadorias. Tendo condições, adquiria várias mulas. Mais tarde, o transporte passou a ser feito de caminhão – isto aonde existiam estradas; havia lugares onde só chegavam de barcos, pelos rios.

Com o acúmulo de certo capital, adquiriam imóveis onde na frente abriam uma *lojinha* e atrás – ou encima, no caso de sobradinhos – moravam.

> "As famílias ocupavam todos os sobrados dessas ruas, dos mais luxuosos, até os mais modestos, e mais numerosos quantos pobres nas vilas que estavam superlotados de ocupantes, a maioria dêles mascates. Aí viviam os ricos, os novos-ricos – que

6 Também conhecidos como católicos gregos, vêem de uma linha de patriarcas e bispos da Igreja Ortodoxa Antioquina que aceita a autoridade papal.

imigraram na quarta classe – e à custa de seu trabalho honesto e fecundo enriqueceram-se e fizeram parte da classe abastecida de São Paulo" (***SAFADY**, 1966, p. 139).*

Truzzi afirma que

> "a Rua 25 de Março e adjacências, no centro de São Paulo, constitui o reduto mais significativo da colônia sírio-libanesa no Brasil. Sua localização próxima ao Mercado Municipal atraiu desde fins do século 19 o estabelecimento de uma variedade de lojas, nos ramos de armarinhos e de tecidos, tanto no varejo quanto no atacado, logo angariando a reputação de rua dos 'turcos'" ***(TRUZZI**, 2005, p. 81).*

Tabela 3

Mascates sírios segundo o tipo de mercadoria vendida. Cidade de São Paulo, 1951

Tipo de Mercadorias	*Número de Mascates*
Fazendas	81
Frutas e verduras	42
Meias e camisas	37
Armarinhos	12
Colchas, fronhas e toalhas	11
Tecidos	11
Balas e doces	6
Jóias, fantasias e relógios	8
Confecções	6
Fitas e bordados	3
Cestas	3
Artefatos de couro, bolsas, etc.	2
Laticínios	1
Cereais	1
Calçados	1
Ovos e frangos	1
Velas	1
Guarda-chuvas	1
Gravatas	1

Fonte: Knowlton, s/d, p. 140.

Igreja Católica Apostólica Ortodoxa Antioquina

A ascendência econômica promoveu o surgimento das colônias secundárias – regiões ocupadas pelos imigrantes que alcançavam sucesso financeiro e prestígio social. Destas, por volta de 1940, a Vila Mariana foi a principal bem como o local escolhido para a construção da Catedral Metropolitana Ortodoxa da Igreja Católica Apostólica Ortodoxa Antioquina no Brasil. Como se sabe, o surgimento da Igreja Ortodoxa como instituição distinta da Igreja Romana se deu pela controvérsia (entre as partes latina e oriental da Igreja) quanto à expressão *Filioque*. Loiacono diz que

> "o problema pode ser assim resumido: '*O Espírito Santo procede do Pai e do Filho'*. Tal acréscimo foi incorporado no antigo texto do Concílio de Nicéia (325), no sínodo de Toleto (séc. VI). O texto de Nicéia afirmava que a origem do Espírito Santo está apenas no Pai. A resolução de Toledo foi considerada uma grave ofensa a Igreja Oriental*" (**LOIACONO,** 2006, p. 39).*

Os orientais se sentiram ofendidos porque haviam "*mudado*" a natureza de Deus num Concílio Ecumênico que não representava a universalidade da Igreja, uma vez que não haviam sido convocados. Por não adotarem o novo credo, o Papa Leão IX envia ao Patriarca Miguel Cerulário uma bula, excomungando a parte oriental da Igreja que, por sua vez, também envia uma bula de excomunhão à Roma. Dessa forma, em 1054, acontece o grande cisma da Igreja Católica. No ano 1204 as relações pioram ainda mais. Isto por causa da invasão de Constantinopla realizada pelos cavaleiros da IV cruzada, que deveriam combater nas áreas de domínio muçulmano. A invasão durou 57 anos.

Loiacono registra que

> "a Igreja que teve sua constituição sobre a doutrina de Jesus Cristo, a partir do ano 33, era toda ela denominada ortodoxa" (Loiacono, 2006, p. 22).

E que o lado oriental manteve o termo em seu nome por se tratar da Igreja da *Doutrina Reta* (tradução do termo grego ortodoxa), aquela que se apega a

> "todo o ensinamento deixado pelo Cristo, sem qualquer espécie de adição ou subtração no conteúdo da Sagrada Escritura, na Tradição, bem como nos primeiros Sete Concílios aceitos pela Igreja" (**LOIACONO**, 2006, p. 23)

que são: Nicéia I (ano 325), Constantinopla I (ano 381), Éfeso (ano 432), Calcedônia (ano 451), Constantinopla II (ano 553), Constantinopla III (ano 680) e Nicéia II (ano 787).

Os Patriarcados de Jerusalém, Alexandria e Antioquia foram penalizados severamente, ao longo da história, com muitas heresias. Estes Patriarcados,

> "junto a Roma e Constantinopla formava a Santa Pentarquia dos Patriarcados Apostólicos. Isso acabou por elevar o prestígio de Constantinopla, no que toca a defesa da Ortodoxia Cristã. Todavia, a história demonstrou que, nos períodos pós-cisão, o Patriarca constantinopolitano foi por sua vez perdendo o seu poder com as independências proclamadas e aceitas de outras Igrejas também reconhecidas como ortodoxas, ficando um número bastante reduzido de Igrejas dependentes diretamente de sua jurisdição canônica. [Mas, ainda que independentes, as Igrejas] reconhecem o Patriarca de Constantinopla como 'Primus Inter Pares' (Primeiro Entre os Iguais), título honorífico" (***LOIACONO,*** *2006, p. 45-6*).

O Patriarcado de Antioquia está entre os que se tornaram independentes e seu líder atual é o Patriarca Ignátios IV, nascido em 17 de abril de 1920, na Síria, que tem em sua capital – Damasco – a sede do Patriarcado Antioquino.

Observar a diferença entre os ritos católico e ortodoxo não é uma tarefa difícil. Diferentemente da Igreja latina, a oriental tem uma missa mais demorada, por reproduzir os momentos finais da vida de Jesus na terra até sua ressurreição, o que não ocorre no rito latino, que tem seu ápice na Ceia do Senhor. Na Igreja Ortodoxa toda a liturgia é celebrada em canto, ora pelo(s) padre(s), ora pelo povo, dirigido por um coral, que fica ao fundo da igreja, numa galeria superior. Na Igreja Católica Apostólica Ortodoxa Antioquina, o som de um órgão acompanha as vozes. Segundo Loiacono, o objetivo é levar o fiel à percepção da presença de Cristo e a um estado pleno de contemplação. *"Repleta de manifestações simbólicas, a missa ortodoxa divide-se em quatro partes:*

- O instante inicial é marcado pela preparação da missa e inclui a procissão do Evangelho, é o símbolo oculto da vida do Cristo;
- O segundo momento vai da procissão do Evangelho até o ofertório, é a ritualização da vida pública do Cristo;
- A terceira parte envolve desde a procissão do ofertório até o instante pós-comunhão. É a representação do padecimento de Jesus (paixão e morte);
- A parte final compreende a comunhão até o encerramento do culto. É a expressão simbólica da vida gloriosa de Cristo.

(**LOIACONO**, 2006, p. 29)

Três liturgias são utilizadas pela Igreja Ortodoxa: a de São Basílio Magno, a dos Pré-Santificados e a de São João Crisóstomo. A primeira e a última seriam idênticas, não fossem as orações sacerdotais rezadas em voz baixa, na de São Basílio Magno. Na maior parte do ano utiliza-se a liturgia feita pelo antigo Patriarca de Constantinopla – São João Crisóstomo. Durante as missas diferentes vestimentas são usadas pelos celebrantes. Elas são vistosas e cheias de detalhes, sua utilização varia de acordo com o status do celebrante e têm um campo simbólico abrangente.

Parte essencial da religiosidade ortodoxa são os ícones, ou imagens. Diferentemente da Igreja Romana, não se vê estatuas nos templos, mas figuras pintadas. Elas estão nas paredes e na iconostase7 e sua existência é o resultado de uma série de detalhes. Os pintores, de preferência monges, além de outras imposições, fazem jejum alimentar e abstêm-se do sexo e bebidas alcoólicas. O material usado é de origem animal, mineral e vegetal e, ao final, a obra não é assinada. Isso porque ela é uma obra divinamente inspirada. Os fiéis, desde a infância, são ensinados pela família e por seus líderes a terem uma relação pessoal intensa com os ícones. Loiacono inclui em seu trabalho a afirmação de Maria Donadeo quanto a essa relação:

> "Quantos fiéis ortodoxos, ainda hoje, se recolhem a orar junto com um ícone, com a confiança de um encontro benéfico, de uma realidade pessoal embora invisível! E quantos, através dos séculos, tem experimentado a eficácia de tais encontros pela própria transformação pessoa!" (**DONADEO,** 1996, apud, **LOIACONO**, 2006, p. 36).

O culto a *Theotokos* – mãe de Deus – é outro importante fator. Esta forma de se referir à Maria foi confirmada em 431, no Concílio de Éfeso, vencendo assim o nestorianismo, contrário a esta expressão. Acredita-se que a Virgem Maria encontra-se em constante intercessão junto a seu Filho por seus filhos terrenos. Ela sempre é saudada pelos fiéis com a inclinação de suas cabeças quando entram no templo.

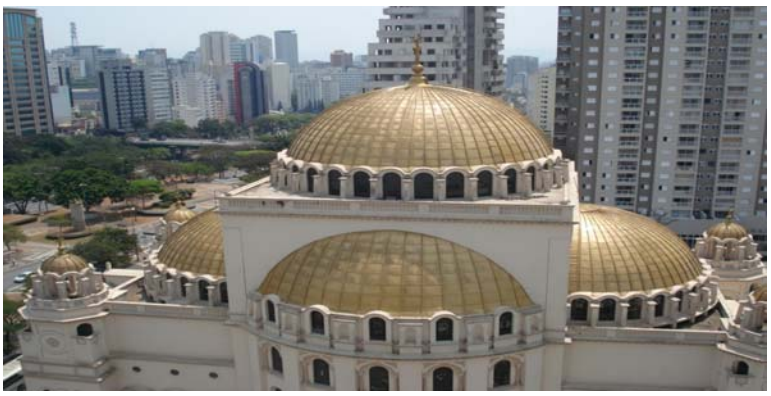
A sede do Arcebispado Metropolitano (Arquidiocese de São Paulo e todo o Brasil) fica à Rua Vergueiro. É a Catedral Metropolitana Ortodoxa já citada aqui. É também mantida pela Igreja, na cidade de São Paulo uma instituição de ensino, dois asilos (um em Santo Amaro, zona sul, e outro no Tatuapé, zona leste).

Este trabalho é o resultado parcial da pesquisa de mestrado ainda em andamento.

Figura 2

Catedral Metropolitana Ortodoxa

7 Parede divisória que separa o santuário da nave do templo. Essa parede possui ao menos três aberturas para o trânsito dos celebrantes e ministros.



Referências Bibliográficas

Cardoso, R. (1986). *Aventuras Antropológicas – teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Greiber, B., & Maluf, L. & Mattar, V. (1998). *Memórias da Imigração – libaneses e sírios em São Paulo*. São Paulo: Discurso Editorial.

Hourani, A. (2006). *Uma história dos povos árabes.* São Paulo: Companhia das Letras.

Khatlab, R. (1999). *Brasil – Líbano – Amizade que desafia a distância*. Bauru/SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração.

Knowton, C. (s/d). *Sírios e Libaneses – mobilidade social e espacial*: Anhambi.

Lacaz, C. (1982). *Médicos Sírios e Libaneses – Trajetória em busca de uma nova pátria*. São Paulo: Almed Editora e Livraria Ltda.

Loiacono, M. (2006). *A Igreja Católica Apostólica Ortodoxa Russa no exílio em São Paulo – etnicidade e identidade religiosa, "um estudo de caso".* São Paulo: inédito.

Nabhan, N. (1989). *O Imigrante Libanês em São Paulo – estudo da fala*. São Paulo: FFLCH – USP.

Pereira, J. (1982). Emigração e Vida Rural em Portugal. *Revista de Antropologia*, 105-46.

Reichert, R. (1969). *Atlas Histórico Regional do Mundo Árabe – mapas e resumo cronológico*. Rio de Janeiro: Sociedade Editora e Gráfica Ltda.

Safady, W. (1966). *Cenas e Cenários dos Caminhos de minha vida*. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria S. A.

Truzzi, O. (1991). *De Mascates a Doutores – Sírios e Libaneses em São Paulo*. São Paulo: Editora Sumaré.

(1997). *Patrícios – sírios e libaneses em São Paulo.* 1. ed. Hucitec.

(2005). *Sírios e Libaneses – Narrativas de história e cultura*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Este trabalho foi financiado em parte pelo Fundo Mackenzie de Pesquisa.

Usos e imginários e imaginários mediáticos transnacionais nos processos de cidadania de migrantes em Porto Alegre e Barcelona

Denise Cogo
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)
denisecogo@uol.com.br

Resumo: Essa comunicação está focada nos resultados de uma pesquisa internacional sobre usos e imaginários mediáticos de migrantes latino-americanos e europeus nos contextos urbanos de Porto Alegre (Brasil) e Barcelona (Espanha) Na perspectiva teórica dos estudos culturais, com ênfase na abordagem da recepção mediática, os resultados estão baseados em entrevistas em profundidade com 140 migrantes oriundos de 17 países da América Latina e Europa. Abordamos especificamente dois aspectos da recepção mediática que aparecem relacionados aos processos de cidadania dos migrantes: (1) os usos dos meios de comunicação no cotidiano de latino-americanos e europeus na constituição de experiências transnacionais de consumo mediático (2) as percepções críticas dos migrantes sobre os imaginários mediáticos das migrações transnacionais e suas propostas para um tratamento cidadão das migrações pelos meios de comunicação. Os resultados apresentados integram a pesquisa internacional desenvolvida, entre 2004 e 2008, no marco do Programa Acadêmico de Cooperação Internacional Brasil-Espanha sobre mídia, interculturalidade e migrações transnacionais financiado por CAPES (Brasil) e Ministerio de Educação e Ciência (Espanha), da qual participaram investigadores da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB).

Introdução

Essa comunicação 1 apresenta parte dos resultados de uma pesquisa de recepção mediática relacionada à cidadania de um universo de 140 migrantes latino-americanos e europeus, abordados através de entrevistas em profundidade, nos contextos urbanos de Barcelona e Porto Alegre, concluída em 2008, no marco do Programa Acadêmico de Cooperação Internacional Brasil-Espanha (CAPES-MEC) 2. Com base no percurso mais amplo da pesquisa 3, circunscrevemos esse artigo a dois aspectos específicos estudados, de modo inter-relacionado, desde a perspectiva da recepção mediática e dos processos de cidadania das migrações transnacionais. Um primeiro aspecto abrange um mapeamento das modalidades de usos dos meios de comunicação no cotidiano de latino-americanos e europeus na constituição de experiências transnacionais de consumo mediático. Um segundo aspecto faz referência aos processos de apropriação e construção de sentidos sobre os imaginários das migrações mediatizadas que resultam das interações cotidianas com os meios de comunicação pelos migrantes latino-americanos e europeus em Barcelona e Porto Alegre. Consideramos, ainda, na análise desse segundo aspecto, as proposições formuladas pelos migrantes entrevistados visando a um tratamento mediático capaz de favorecer a cidadania das migrações contemporâneas.

Breve itinerário teórico-conceitual da pesquisa

Desde uma perspectiva conceitual, recorremos às noções de subjetividade, redes sociais e processos transnacionais para, de forma inter-relacionada, compreender o fenômeno das migrações contemporâneas. A subjetividade informa como essas migrações passam a se definir pela sua capacidade de portar e sintetizar uma pluralidade de posições, vínculos, relações, conflitos e disputas sociopolíticas, econômicas e culturais nas sociedades contemporâneas (Mezzadra, 1995: 47). Não pretendemos, com isso, desconsiderar as causas "*objetivas*", circunstâncias materiais e relações de dominação e desigualdade que envolvem as experiências migratórias. Defendemos a compreensão de que os deslocamentos culturais e hibridizações que resultam do exercício da subjetividade dos migrantes tornam possível afrontar uma visão sistêmica ou, ainda, economicamente determinista, das migrações contemporâneas, para afirmar os traços de turbulência e imprevisibilidade que as conformam na atualidade. (Mezzadra, 2005). Postulamos, ainda a necessidade de entender as migrações como movimentos não exclusivamente de permanência, mas de fluidez e transitoriedade que podem não pressupor um ponto de partida e chegada ou espacialidades fixas e temporalidades estáveis nem se pautarem por desejos ou projetos individuais e coletivos comuns de integração aos lugares de migração. 4

Desde o âmbito das políticas migratórias, podemos lembrar que a negação de subjetividade jurídica relacionada aos chamados processos de regularização das migrações nem sempre vem sendo vivenciada pelos migrantes como ausência de subjetividade política. Ao contrário, a carência de cidadania jurídica se torna, em alguns casos, propulsora de agenciamento político e de ações cidadãs ligadas à identidade coletiva das migrações. Exemplo são os movimentos dos chamados sem papéis em países europeus como França e Espanha, que se articulam, dentre outras formas, em torno de demandas em favor da denominada cidadania cosmopolita visando à universalização de uma cidadania social que pode estar baseada em princípios universais extraidos da diversidade presente no espaço público para além da exclusividade de pertencimentos locais, regionais e nacionais (Cortina, 2005; Suarez Navas, Pareja Maciá, Moreno García, 2007).

Por sua vez, a noção de redes sociais (Scherer-Warren, 1999) nos ajuda a situar as migrações atuais como resultado de um movimento de dinamização de redes migratórias que não se explica apenas como decorrência de crises econômicas, mas se compõe de um conjunto de laços sociais que vinculam, de modo, muitas vezes, transitórios e semi-formalizados, migrantes e não migrantes a diferentes sociedades e culturas, especialmente as de origem e as de destino. As redes, constituída por conexões familiares, relações de parentesco, vizinhança, amizade, trabalho ou simplesmente por interações baseadas em afeto, proximidade ou solidariedade, concorrem, ainda, desde uma perspectiva não sistêmica, para desencadear e dar suporte a muitos projetos migratórios na atualidade.

Associado à perspectiva das redes sociais, o enfoque transnacional colabora para que possamos compreender como se estabelecem, por parte dos migrantes, múltiplas experiências de interação de ordem familiar, econômica, social, organizacional, religiosa e política. Tais experiências colaboram para ampliar e redimensionar espaços fronteiriços, colocando em relação o global e o local e enfatizando a emergência de processos sociais de intersecção geográfica, cultural, econômica e política (Sasaki, Assis, 2000: 13). As fronteiras podem ser entendidas, desde essa perspectiva, como resultados da combinação de dimensões ligadas à fluidez e porosidade com aquelas relacionadas a efeitos disciplinadores, sancionadores e transformadores. Ao oferecer uma síntese sobre a transnacionalismo, Suárez-Navas (2006: 60) afirma haver "indícios empíricos suficientes para suspeitar que os migrantes estão adotando uma 'nova' forma de integração que incorpora simultaneamente os países de origem e destino (e/ou todos aqueles que formem a rede migratória transnacional)".

---

1 Colaboraram, para a elaboração, desse artigo quatro pesquisadoras da equipe do Programa Acadêmico de Cooperação Internacional Brasil-Espanha (UAB-Unisinos): Profª Dra. Amparo Huertas (UAB-Espanha), Cristina Wulfhorst (Doutoranda do Centre for Cultural Research da University of Western Sydney – Austrália), Liliane Dutra Brignol (Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos- Brasil) e Sara Losa (pesquisadora colaboradora do CEA y CONFAPEA -Barcelona).

2 O Programa abrangeu atividades acadêmicas de pesquisa, docência e extensão, no período de 2004-2008, com a participação de professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos e do Departamento de Publicidade e Comunicação Audiovisual da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB).

3 Os resultados finais da pesquisa estão publicados em COGO, D., GUTIÉRREZ, M., HUERTAS BAILÉN, A. (Coords). (2008).

4 Alinha-se a isso a nossa própria opção pelo termo migrante (no lugar de imigrante) e migração (no lugar de imigração) para nomear as experiências socioculturais analisadas por nos permitir enfatizar as dimensões múltiplas tanto de movimento, trânsito e fluidez quanto de temporalidades e motivações dos projetos migratórios.

Contudo, a tessitura em redes, tão antiga quanto os próprios movimentos migratórios, não tem sido, unicamente, o que vem revestindo de outros contornos o fenômeno transnacional das migrações. É preciso considerar que as próprias transformações atuais nas comunicações e nos transportes vêm operando como um fator preponderante no fomento da magnitude e densidade dessas redes e conexões transnacionais, de acordo como o que vêm apontando pesquisas que, desde diferentes áreas, se dedicam ao estudo das relações entre migrações e tecnologias da comunicação.

Relacionado a esse papel das tecnologias comunicacionais, os processos mediáticos se tornam igualmente um conceito central da pesquisa aqui apresentada quando entendidos como aquelas dinâmicas de transformação que intervêm na constituição e conformação de relações e interações sociais que resultam da crescente e preponderante presença dos meios de comunicação na vida cotidiana. Partimos, assim, do reconhecimento de que as mídias operam, de forma crescente, como racionalidade produtora e organizadora de sentidos e, dessa forma, como instância configuradora da realidade social (Mata, 1999). Os processos mediáticos constituem-se, portanto, em uma dinâmica que, a partir de diferentes agenciamentos dos sujeitos sociais, opera como conformadora de imaginários sociais que emergem entrelaçados com a memória protagonizada por esses sujeitos, em nível coletivo e individual, e que contribuem para a constituição de diferentes modos materializados de produção e circulação dos meios de comunicação.

A compreensão de imaginário social, também eixo conceitual que colabora com nossa análise, nos remete a questões relacionadas ao caráter construído da realidade social, assim como à interpretação que fazem os sujeitos do mundo em que vivem e os sentidos que outorgam às suas práticas sociais. Compartilhamos, nesse sentido, da proposição de Charles Taylor, quando sustenta que a conformação dos imaginários sociais não deriva de elementos explícita e teoricamente construídos, mas de referentes que aparecem como supostos e como imagens subjacentes aos nossos processos de interação, podendo ou não ser expressos verbalmente. Dentre esses elementos, situam-se as lendas, mitos, histórias, estereótipos, preconceitos e tradições, ideais e fins considerados adequados para orientar a vida social. Como patrimônio de grupos de pessoas, os imaginários sociais são capazes de gerar, entre seus partícipes, um sentimento de legitimidade amplamente compartilhado (Taylor, 2006; Girola, 2007).

Vinculada ao conceito de imaginário, nos interessa igualmente a noção de memória como um fenômeno coletivo e social que deriva de processos seletivos (conscientes ou inconscientes) de construção em que os sujeitos articulam transformações constantes na interação com os demais sujeitos e com o mundo, incluindo as tecnologias de comunicação. A memória configura-se como um elemento constituinte das identidades culturais e por ela constituída, na medida em que opera como instância de (re)articulações e (re)negociações identitárias intra e inter-individuais e coletivas (Bonin, 2006; Pollack, 1992). Em função de seu caráter subjetivo, a memória, a exemplo das próprias identidades, não é fixa, mas está em constante mutação como produto da ação do tempo que "erosiona e debilita a lembrança", (Traverso (2007: 22). Filtrada por conhecimentos adquiridos posteriormente, pela reflexão que segue o acontecimento, por experiências que se sobrepõem, se sucedem e modificam a recordação, a memória é concebida, assim, como uma instância em permanente construção. (Traverso, 2007).

A inter-relação entre processos mediáticos e memória nos permite perceber o quanto as mídias se convertem em cenários cotidianos de reconhecimento na medida em que se encarregam de construir, expressar, oferecer e selecionar imaginários sociais relacionados a modos de ser, a expectativas, a desejos, a temores e a esperanças, que aparecem (re) construídos no âmbito da memória individual e coletiva. O que nos sugere, segundo sintetiza Martín-Barbero (2005: 63), que nos meios de comunicação "*não apenas se reproduzem ideologias, mas também se faz e se refaz a cultura das maiorias, não somente se comercializam formatos, mas recriam-se as narrativas nas quais se entrelaça o imaginário mercantil com a memória coletiva"*. É o que Traverso (2007: 13) enfatiza, em perspectiva similar, ao evidenciar o caráter político que assume a memória ao invadir o espaço público das sociedades ocidentais, fazendo com que o passado acompanhe o presente e se instale no imaginário coletivo *"como uma 'memória' poderosamente amplificada pelos meios de comunicação, às vezes gestionadas pelos poderes públicos"*.

Para a análise das interações com as mídias dos migrantes entrevistados em Porto Alegre e Barcelona, assumimos, por fim, o ponto de vista das teorias da recepção (Martín-Barbero, 1985; Huertas Bailén, 2002), desde as quais os receptores são concebidos como ativos na apropriação e usos cotidianos dos sentidos mediáticos. Trata-se de relações atravessadas e mediadas por movimentos permanentes de (re) construção e (re) negociação identitárias que não permitem, no entanto,, supor qualquer poder irrestrito desses receptores frente às mídias, sobretudo se considerarmos as assimetrias que pautam a distribuição dos recursos comunicacionais em nossa sociedade.

> Como chama a atenção a pesquisadora Maria Cristina Mata (2001: 167), "a pluralidade de sentidos que se constroem nas interações cotidianas não pode se contrapor à unicidade do discurso massivo", coincidindo antecipadamente, segundo a autora, com o que Ien Ang formularia ao postular que "os públicos podem ser muito ativos de maneiras muito diversas e interpretar os meios, mas seria ingenuamente otimista confundir sua atividade com um poder específico".

A partir dessas perspectivas conceituais, nos interessa capturar a singularidade dos sentidos plurais sobre o(s) imaginário(s) das migrações mediatizadas que podem ser produzidos no marco do consumo e usos que fazem das mídias os migrantes entrevistados, tendo em vista a relevância que assumem os processos de mediatização das migrações na sociedade contemporânea. Sem nos determos na interação dos migrantes com uma modalidade específica de conteúdo, produto ou formato mediático ou mesmo com um meio de comunicação em particular, nos centramos na análise das percepções gerais dos entrevistados como receptores de mídias. Ou seja, a recepção é entendida, desde esse ponto de vista, pela possibilidade dos migrantes estarem expostos e interagirem, desde uma perspectiva transnacional, com uma multiplicidade de fluxos e

tecnologias mediáticas (diferentes mídias, formatos, conteúdos, etc.) ofertados a partir de contextos e organizações mediáticas diversas e consumidas desde cenários diferenciados e simultâneos (universo familiar, cibercafés, redes de migrantes, etc.).

As próprias entrevistas nos ofereceram evidências de que, como espaços de interação, as experiências de migração são geradoras de dinâmicas particulares de usos mediáticos que se caracterizam pela fluidez, transitoriedade e pluralidade. Características tributárias e conformadoras dos próprios padrões também fluidos e provisórios de mobilidade física e simbólica dos movimentos migratórios, assim como de competências e padrões de acesso diferenciados e assimétricos que definem a condição dos migrantes como receptores de tecnologias da comunicação na contemporaneidade.

As especificidades temporais e espaciais para as quais convergem tanto os processos mediáticos como as experiências migratórias na contemporaneidade concorrem, de forma decisiva, para produzir processos específicos de seleção e fixação da memória acerca dos imaginários das migrações construídos pelos meios de comunicação. No percurso das entrevistas, observamos como esses processos se evidenciam na maior ou menor dificuldade de alguns migrantes em lembrarem, seja de nomes de emissoras ou programas consumidos, seja de episódios recentes específicos que tematizam as migrações, ou mesmo de localizar a procedência de determinados produtos mediáticos consumidos, sobretudo aqueles no contexto da Internet. Assumem relevância, igualmente, os modos como os entrevistados tendem a não distinguir memórias ancoradas em experiências com as tecnologias da comunicação com aquelas não fundadas preponderantemente em suas interações com alguma materialidade mediática, como resultado do próprio entrelaçamento dessas instâncias comunicacionais mais ou menos providas desse tipo de materialidade na conformação dos imaginários sociais.

Na análise das entrevistas, buscamos, também, entender os possíveis desdobramentos dos sentidos sobre as migrações mediatizadas produzidos pelos entrevistados em torno do que postulamos como cidadania comunicativa (Mata, 2006). Cidadania que, ao se definir pela democratização do acesso e participação da sociedade na propriedade e distribuição dos recursos comunicacionais, pode produzir modalidades de participação dos migrantes na gestão de políticas plurais de representação pública de sua diversidade cultural. Na medida em que extrapola o nível das apropriações e leituras críticas individuais, essa participação pode derivar em posicionamentos e intervenções, individuais e/ou coletivas, visando seja ao agendamento e a uma construção diferenciados das migrações pelos meios de comunicação, seja à instauração de processos participativos de produção e gestão de mídias próprias por migrantes, suas redes e organizações. Entendemos que esses dois posicionamentos em que se desdobra a cidadania comunicativa podem ou não colaborar para a produção de experiências de integração cidadã dos migrantes, em âmbito transnacional, que impliquem em uma perspectiva não unicamente assimilacionista, mas fundada na multiculturalidade como um processo de adaptações, mudanças e sensibilidades por parte não apenas das culturas migratórias, vistas como heterogêneas, mas também das sociedades e culturas que convivem e interagem com a migração.

3 - Migrações, recepção e cidadania – contextualização metodológica da pesquisa

Barcelona e Porto Alegre como cenários das migrações transnacionais

Desde os processos de colonização, Europa e América Latina mantiveram relações de natureza política, econômica, sociocultural e comunicacional. Nesse marco, se desenvolveram e se estreitaram, especialmente na última década, os vínculos nacionais entre Brasil e Espanha e, desde uma dimensão local, também se dinamizaram experiências concretas de cooperação entre Porto Alegre e Barcelona no campo das políticas públicas. As duas cidades têm se destacado, ainda, no cenário internacional, pelo pioneirismo na organização de eventos relacionados à cultura e sociedade. Porto Alegre foi sede de quatro edições do Fórum Social Mundial (2001, 2002, 2003 e 2005), ao passo que Barcelona sediou, em 2004, o Primeiro Fórum Universal das Culturas.

Os movimentos migratórios entre ambos países e cidades têm sido igualmente um dos pontos de conexão sociocultural, econômico e político, que, a exemplo dos demais, não têm sido, contudo, isento de conflitos e contradições. Durante a própria finalização da pesquisa, no início do ano de 2008, foi amplamente noticiado pelos meios de comunicação os problemas enfrentados por migrantes e turistas brasileiros na entrada à Espanha e as circunstâncias similares vivenciadas, posteriormente, por espanhóis que tentavam ingressar no Brasil.

Ambas as cidades compartilham de uma significativa presença de migrantes, especialmente de latino-americanos e europeus, tributárias das historicidades específicas de seus movimentos migratórios.5 Da população total de 1.605.602 habitantes registrados em Barcelona, capital da região da Catalunha, 64.874 procedem de outros países6. Porto Alegre, capital de Rio Grande do Sul - região situada no extremo sul do Brasil -, possui uma população de 1.420.667 habitantes7 dos

5 Os indicadores estatísticos são considerados apenas como tendências para situar a presença de migrantes de diferentes nacionalidades nos dois contextos da pesquisa, tendo em vista sua limitação para o registro de experiências como a da clandestinidade ou mesmo de dimensões como transitoriedade e fluidez das migrações transnacionais.

6 Departamento de Estadística del Ayuntamiento de Barcelona. (2006) http://www.bcn.cat/estadistica/ castella/dades/tdemo/imi/i2006/index.htm (consultado na Internet em 04 de Julho de 2008).

7 Instituto Brasileiro de Geografia e Estadística (IBGE) (2006) http://www.ibge.gov.br. Dados do Departamento de Estadística. Ayuntamiento de Barcelona, 2006 (consultado na Internet em 04 de Julho de 2008)

quais, segundo registros censitários recentes, 39.249 são migrantes.8 O perfil populacional de Barcelona começou a mudar de modo mais acentuado a partir do ano 2000. Conforme registram dados do Departamento de Estatística da Prefeitura local, em janeiro de 2006, os coletivos majoritários instalados na cidade procediam da Bolívia, Itália, Paquistão, China, Equador, Brasil, Peru, Colômbia, Marrocos, França e Argentina. 9

Porto Alegre, por sua vez, e o estado do Rio Grande do Sul, de modo mais amplo, se constituíram em regiões de destino para europeus no século XIX e início do século XX, especialmente de italianos e alemães, mas também de portugueses, poloneses e espanhóis10. Por sua vez, a migração latino-americana para Porto Alegre, intensificada nas últimas décadas, é fruto da combinação de diferentes fatores e motivações, dentre os quais, a presença de regimes ditatoriais e crises econômicas de países da América Sul e a mobilidade favorecida por uma fronteira terrestre e pelas relações históricas do estado do Rio Grande do Sul com nações integrantes do chamado Cone Sul. Uruguai, Argentina, Chile e Paraguai são os quatro principais países de procedência de migrantes de países latino-americanos para o Rio Grande do Sul, dos quais 40,7% se concentram na capital Porto Alegre.

Caracterização do universo de migrantes entrevistados

Desenvolvemos, em Porto Alegre e Barcelona, uma pesquisa de caráter qualitativo, baseada em entrevistas em profundidade, que nos permitiu investigar uma amostra de 140 migrantes constituída a partir do cruzamento de quatro variáveis: país de nascimento 11, sexo, idade e contexto urbano de convivência (Barcelona-cidade e região metropolitana de Porto Alegre12). Foram entrevistados migrantes nascidos em 17 países das duas regiões – América Latina e Europa – que se caracterizam por uma presença migratória mais relevante nos dois cenários urbanos da pesquisa. Dentre os dez países latino-americanos selecionados, estão Uruguai, Argentina, Chile, Equador, Peru, Paraguai, Colômbia, Bolívia, Brasil e Venezuela, e, dentre os seis países europeus escolhidos, situam-se Alemanha, Itália, França, Inglaterra, Espanha, Portugal e Polônia. A composição da amostra aparece sintetizada brevemente na tabela a seguir:

TABELA 1

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA DE MIGRANTES

CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA DE MIGRANTES						
	Porto Alegre		Barcelona		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
COMPOSIÇÃO DA MOSTRA, SEGUNDO ZONA DE NASCIMENTO						
América Latina	57	81,4	53	75,7	110	78,5
Europa	13	18,5	17	24,2	30	21,4
COMPOSIÇÃO DA MOSTRA, SEGUNDO SEXO						
Masculino	39	55,7	35	50	74	52,8
Feminino	31	44,2	35	50	66	47,1
COMPOSIÇÃO DA MOSTRA, SEGUNDO IDADE						
De 15 a 24 anos	3	4,2	7	10,0	10	7,1
De 25 a 39 anos	16	22,8	36	51,4	52	37,1
De 40 a 64 anos	43	61,4	27	38,5	70	50,0
Mais de 65 anos	8	11,4	0	0,00	8	5,7
TOTAL	70	100%	70	100%	140	100 %

FONTE: INVESTIGAÇÃO PRÓPRIA (FINANCIADA POR CAPES-BRASIL E MEC-ESPANHA)

As entrevistas estiveram centradas, inicialmente, nos motivos da migração e desejos de permanência e retorno de migrantes latino-americanos e europeus, em suas experiências identitárias e projetos de vida nos países de nascimento e migração, assim como sobre suas experiências de cidadania jurídica e "*vivida*". Para capturar essa perspectiva de cidadania, solicitamos aos próprios migrantes que definissem ou explicassem sua condição de cidadania, o que nos permitiu levantar de

8 Instituto Brasileiro de Geografia e Estadística (IBGE) (2006) http://www.ibge.gov.br. Dados do Departamento de Estadística. Ayuntamiento de Barcelona, 2006 (consultado na Internet em 04 de Julho de 2008)

9 Departamento de Estadística del Ayuntamiento de Barcelona. (2006) http://www.bcn.cat/estadistica /castella/dades/tdemo/imi/i2006/index.htm (consultado na Internet em 04 de Julho de 2008).

10 Essa especificidade dos movimentos migratórios em cada contexto repercutiu, por exemplo, na dificuldade de localizarmos migrantes europeus nascidos no Brasil para compor a amostra de entrevistados em Porto Alegre, a despeito da significativa presença de descendentes de migrantes oriundos de alguns países da Europa.

11 Optamos pelo uso do termo "país de nascimento" e não "país de origem" ou "nacionalidade" para definir os vínculos dos migrantes com seus lugares de procedência por permitir evidenciar simbolicamente as diferentes percepções e estratégias de negociações identitárias que derivam das experiências migratórias dos entrevistados relacionadas aos seus pertencimentos e experiências transnacionais. O termo "país de nascimento" possibilitou, ainda, não diluir a dupla nacionalidade jurídica de que são portadores alguns dos entrevistados.

12 Na amostra final de 70 entrevistados de Porto Alegre, os migrantes estabelecidos na capital totalizaram 46 entrevistados, e, 24, em outras oito cidades da área metropolitana da cidade, dentre as quais, especialmente aquelas em que tenderam a se instalar predominantemente migrações de descendência européia, como a alemã.

forma mais aberta e plural os limites jurídicos e institucionais assim como as experiências e percepções vivenciadas pelos entrevistados. Registramos um total de 25 termos distintos utilizados pelos migrantes para a definição de suas atuais condições de cidadania. Dentre os termos, estão visto de turista, naturalizado, residência, ilegal, visto permanente, regularizado, irregular, visto temporário, em processo de tramitação, visto de trabalho, "*permiso de estancia*", "*cartera de estancia*", cidadania da União Européia, etc.13

No âmbito específico da comunicação mediática, buscamos construir um mapa de consumo e usos dos meios de comunicação por parte dos entrevistados, tanto nos países de nascimento quanto nos de migração, assim como conhecer suas percepções sobre o tratamento dado pelos meios de comunicação à migração em geral, ao migrante em particular e aos cidadãos de sua mesma nacionalidade. Por fim, exploramos o conhecimento e visões dos entrevistados sobre a União Européia e Mercosul como espaços de integração mediatizados e não mediatizados, nos quais, dentre outras questões, são normatizados e gestionados os movimentos migratórios atuais.

Para o tratamento qualitativo das transcrições das entrevistas, nos valemos do suporte informático dos softwares SPSS e N*Vivo, que operaram como ferramentas facilitadoras do ordenamento, exploração e relacionamento dos dados empíricos obtidos. Em função do grande volume de informações disponíveis que resultou da transcrição das 140 entrevistas, o uso dos softwares facilitou igualmente o compartilhamento dos dados entre os pesquisadores brasileiros e espanhóis com vistas ao tratamento, análise e redação final da pesquisa.

Através da análise obtidos nas entrevistas, nos dedicaremos a abordar os dois aspectos da recepção mediática relacionados aos processos de cidadania dos migrantes escolhidos para serem desenvolvidos nesse texto:

(1) o consumo e usos dos meios de comunicação no cotidiano de latino-americanos e europeus na constituição de espaços transnacionais de consumo mediático e;

(2) as percepções críticas dos migrantes sobre os imaginários mediáticos das migrações transnacionais e suas propostas para um tratamento cidadão das migrações pelos meios de comunicação.

4 Migrações, recepção e cidadania: percurso da análise empírica

4.1 Mapeamento dos usos mediáticos dos migrantes

Na perspectiva da recepção mediática, os meios de comunicação utilizados pelos 140 latino-americanos e europeus estudados ocupam um sentido tanto de informação, busca de conhecimento e entretenimento, quanto de possibilidades de interação e participação nas redes sociais que conformam os seus projetos de migração, sobretudo aquelas redes constituídas por familiares e amigos. As mídias assumem, desdes essas perspectivas de usos, um importante papel na (re) atualização de vínculos com os países de nascimento dos migrantes, ao mesmo tempo em que participam na vivência e nos processos de integração com a realidade dos novos locais de residência ou permanência, dinamizando espaços de exercício cotidiano relacionada à cidadania como dimensão jurídica e ao mesmo tempo "*vivida*".

A diversidade no consumo dos meios de comunicação demarca o cotidiano dos entrevistados que apontam para o uso regular de pelo menos dois ou três modalidades de mídias, tanto em Porto Alegre como em Barcelona, ainda que esse uso seja mais acentuado no contexto brasileiro. Apenas em 21%14 do universo de migrantes estudados, esse consumo cotidiano se limita a uma única mídia. A televisão e o jornal impresso são as principais fontes de informação mencionados. Dentre os entrevistados, 65% afirmam consultar com assiduidade os espaços informativos televisivos ao passo que 57% costuma ler ou pelo folhear regularmente os jornais. São distintos, contudo, os posicionamentos avaliativos sobre as mídias impressas e televisivas, especialmente relacionado aos formatos jornalíticos. Embora reconheçam que os meios apresentam um demarcado posicionamento ideológico, e que as notícias não são, em nenhum caso, objetivas, os entrevistados parecem ser mais permissivos e atribuirem maior prestígio à mídia impressa do que à televisiva, associando essa última a um excessivo interesse comercial.

> La televisión no, malisima, y los informativos también son horribles porque es una sola agencia para todos entonces repiten todo todo el tiempo, es sólo una visión, entonces es aburridísimo.(Norma15, Barcelona, 32 años, nacida en Argentina) 16

> As pessoas acham que a televisão é uma janela, que elas estão olhando o que tá acontecendo(…). Não percebem que estão assistindo o que os outros querem que eles, és el tema. (Hugo, Porto Alegre, 58 años, nacido en Uruguay)

Cerca de 85% dos entrevistados demonstra especial interesse por conhecer o que acontece em seu país de nascimento, necessidade que parece se acentuar quanto mais recente é o processo migratório e diminui, em termos de regularidade, quando o tempo de migração ultrapassa os 10 anos. Nesse caso, o interesse de obter informações sobre o país de nascimento na mídia costuma se revigorar especialmente em períodos ou fluxos de agendamento de episódios relevantes

---

13 Essa questão vem merecendo uma série de debates como resultado dos conflitos e disputas discursivas de natureza política, econômica e cultural que, no campo das migrações, cercam nomeações, de caráter ou não jurídico, como a de ilegal, indocumentado, clandestino, irregular, etc. Em relação a isso, pesquisas acadêmicas sobre as mídias têm apontado para a reiterada associação entre migrações e cultura da violência (migração como problema, conflito, criminalidade, etc.). Ver exemplo na pesquisa publicada em COGO, D. (2006).

14 Tendo em vista a dimensão da amostra de 140 entrevistados, utilizamos também uma perspectiva quantitativa no tratamento dos dados empíricos (construída a partir dos relatos obtidos nas entrevistas), por nos auxiliar na identificação de algumas tendências de usos mediáticos por parte dos migrantes.

15 Por questões éticas, os nomes dos entrevistados foram alterados.

16 Na transcrição das citações mencionadas nesse texto, optamos por respeitas as escolhas lingüísticas dos migrantes para se expressarem nas entrevistas: o espanhol, o português e o portunhol (híbrido do espanhol com português).

da vida sociopolítica e econômica desses países (como crises políticas e econômicas, períodos eleitorais, catástrofes, etc.). 17 Uma exceção é o futebol, que, independente do tempo de migração, mobiliza, em muitos entrevistados, um consumo mediático relacionado, a um interesse permanente, por um lado, pelos resultados das competições e jogos que tenham a participação de sua equipe no país de nascimento e, por outro, por informações sobre o time do qual se costumam tornar torcedores no país para onde migraram.

O computador está presente no dia-a-dia de 80% dos entrevistados., indicando que o uso expressivo da Internet é fomentado principalmente por essa busca de notícias sobre o que acontece no país ou zona geográfica de procedência. Na busca de notícias ou informações sobre seus países de nascimento, 70% dos entrevistados afirmam recorrer à Internet e apenas 30% optar pela compra dos jornais impressos..

> É o que explica Hugo, argentino de 44 anos entrevistado em Barcelona: "El noventa por ciento del acceso que tengo a la información de lo que sucede allí y de gente que conozco, es por Internet (…).
>
> Antes compraba periódicos aquí en la Rambla de Cataluña18 que se conseguían, pero ahora periódicos de Argentina cada vez se consiguen menos".

Os usos da rede mundial de computadores aparecem demarcados também por sentidos mais interacionais do que exclusivamente mediáticos relacionados à busca de informações. A Internet oferece a possibilidade de manutenção de vínculos com a família, em primeiro lugar, mas também com amigos que continuam vivendo nas mesmas cidades de onde partiram os migrantes. Em geral, essa aproximação mais rápida e mais barata é apontada como uma motivação importante para uso da Internet, justificativa, inclusive, para uma presença mais marcante da rede no dia-a-dia de alguns dos entrevistados após a migração.

Yo estaba muy poco informatizado. Lo que me obligó a informatizarme fue el estar en el barco. En el 98, estaba en el barco. Allí tenías posibilidad de conectarte a Internet y de tener un correo electrónico. Allí tuve como la obligación de meterme en Internet, porque era la única manera de hablar. Estaban las tarjetas telefónicas, pero eran muy caras. A nivel de correo, era una cosa muy práctica.

> Era gratis. Joder. No estaba mal. Antes no tocaba nada los ordenadores. Tampoco estaba tan extendido. (…) Lo usaba para el mail. Pero no me ponía a navegar, y claro como era un lerdo con el tecla […] ahora lo controlo mucho mejor. (Jorge, Barcelona, 37 años, nacido en Chile)

Nesse sentido, Internet é a mídia que, presente no cotidiano dos entrevistados, aponta para uma mudança nos padrões e hábitos de consumo mediáticos como resultado da experiência da migração, percebida, sobretudo, no caso daqueles entrevistados que aprenderam a usar a Internet para se comunicar com a família ou daqueles migrantes que passaram a usar mais a rede desde que deixaram seus países. O que, evidentemente, pode ser atribuído a fatores como a evolução e popularização recente dessa tecnologia, inexistente em etapas anterior à migração de muitos dos entrevistados. A maioria dos latino-americanos e europeus pesquisados não atribui a mudança no consumo de Internet às diferenças de acesso de um ou outro país, mas a uma conseqüência de uma evolução histórica da mídia. Poucos são os que falam da dificuldade de acesso no país de nascimento ou, em perspectiva contrária, no país para onde migraram, seja pela dedicação quase exclusiva ao trabalho ou pela falta de computador em casa.

O uso do e-mail por 97 entrevistados, o que equivale a aproximadamente 69% da amostra pesquisada, é outro indicativo da importância do caráter interacional da Internet na vida dos sujeitos que colaboraram com a pesquisa aparece associada, ainda, à utilização, ainda que em menor escala, de programas de chat. Paralelamente ao e-mail e ao chat, aparece o uso do telefone para a manutenção de vínculos e trocas de informação com a família, mesmo no Brasil, onde o custo é considerado mais alto pelos entrevistados. Por não depender da mediação da escrita (usada no caso dos e-mails e chats), o telefone é apontado como um meio que permite relações mais próximas e de caráter mais afetivo entre aqueles entrevistados que dizem usar pouco programas de trocas de mensagens com webcams e microfones para compartilhar histórias e dividir com a familiares e amigos momentos considerados mais especiais. É o que relata Javier, de 45 anos, entrevistado em Porto Alegre, por exemplo, sobre a dificuldade de se comunicar por e-mail com seu pai, que segue vivendo na Argentina

> "A gente podia ir num cibercafé, mas sei lá, o homem, tanto lá como aqui, tem aquele defeito miserável de não gostar de escreve, homem é terrível. É mais prático falar por telefone, o ideal seria olho por olho, mas não dá".

O contato direto com pessoas recém chegadas ou com amigos que retornam de viagens à terra natal também serve de conexão e (re) atualização de vínculos não mediados pelas tecnologias com a vida no país de nascimento. Essa rede é destacada por Francisco, chileno de 48 anos que, depois de 29 anos vivendo no Brasil, mantém uma estratégia de contato e proximidade com a família, os amigos e também com os acontecimentos da atualidade do Chile. Francisco intercala viagens ao país com visitas recebidas de seus pais pelo menos uma vez ao ano, combinando esse contato interpessoal com a comunicação com familiares por telefone, e-mail e chat . Essa dinâmica é mantida também com amigos que continuam morando no Chile.

> Toda minha geração de faculdade no Chile é mais ou menos da mesma idade, e temos filhos com idades semelhantes, então a gente troca informações [...] Meus filhos e os filhos deles também se relacionam. É bem interessante, a gente tece uma rede de amizades, legal manter contato. (Francisco, Porto Alegre, 48 anos, nascido no Chile).

---

17 Um total de 63 entrevistados somam mais de 10 anos fora de seu país de nascimento (53, em Porto Alegre, e 10, em Barcelona)

18 Boulevard central e um dos principais pontos turísticos da cidade Barcelona.

Nessa comunicação mais interacional, é interessante destacar a coexistência e a complementariedade de meios de comunicação, conforme demonstra a experiência de Francisco. O uso da Internet é combinado não apenas com o telefone, mas, também, em alguns casos, com as cartas convencionais, preferidas por alguns entrevistados para marcar momentos especiais como a comemoração de aniversários ou datas festivas.

> Meu irmão manda e-mail, eu leio. Eu respondo por telefone. Ele é mais velho que eu. [...] Tenho três computadores. Não uso nenhum. Não me sirve. Para mim no é aplicável. Eu trabalho num lugar donde no tem luz electrica. Entonces, cinco computadores me sirvem para que? Se você vai a Las Missiones, quando dá trovoada não tem más luz. Faz o que você? Entonces, existe. Eu não, não, não sei. Eu leio os e-mails que tenho e não sei o que [...] Pero escribir es, prefiro escribir carta. Ou falar por telefone. (Matias, Porto Alegre, 46 anos, nascido na Espanha)

Os dados levantados nos dois contextos urbanos da pesquisas, nos permitem, também, distinguir experiências de usos mediáticos que assumem especificidades como conseqüência, em certa medida, da estruturação mediática e da própria oferta comunicativa dos contextos nacionais (Brasil-Espanha), regionais (Catalunha-Rio Grande do Sul) e locais (Barcelona-Porto Alegre) da pesquisa. Em relação à própria Internet, os usos orientados à busca de informação sobre os países de nascimento ganham mais evidência em Barcelona que em Porto Alegre. Na cidade brasileira, 31% dos entrevistados utiliza essa via para aceder aos temas de atualidade informativa do país de nascimento e seu uso está centrado principalmente entre os que têm menos de 40 anos ao passo que, em Barcelona, a porcentagem alcança 48%, sem que haja diferenças significativas de faixa etária.

Entre o universo de entrevistados, a chamada "*brecha tecnológica*" parece ser mais acentuada no contexto brasileiro do que no espanhol. Dos argumentos levantados pelos migrantes que não utilizam a Internet, predominam aqueles que fazem referência ao custo econômico que supõe, por um lado, a compra de um computador e, por outro, a disponibilidade de conexão. Relacionada a essas limitações, está, ainda, a busca por acesso a recursos informáticos em espaços como os locutórios ou cibercafés, ou, ainda, em locais de trabalho e de estudo. No caso de Barcelona, os locutórios aparecem como ampliação das possibilidades de apropriações da Internet e também como ambiente de interação entre os sujeitos. São ambientes freqüentados majoritariamente por migrantes, em menor medida também pela população local, que participam na construção de um espaço urbano simbólico responsável por combinar dinâmicas étnico-culturais diversas. Gerenciados, na maioria das vezes, também por migrantes, são espaços em que podem ser observadas referências diretas aos países de nascimento, com marcas étnicas e identitárias de seus donos e freqüentadores, funcionando, sobretudo, como pontes de conexão entre os migrantes e seus países de nascimento, na perspectiva do que alguns pesquisadores definem como *"espaços sociais transnacionais"* (Peñaranda Cólera, 2005). Trata-se de ambientes que cumprem mais do que a oferta de um serviço a baixo preço, mas que se convertem em lugar de estabelecimento de relações sociais, vínculos entre os usuários e deles com os proprietários e atendentes. Observamos que esses espaços se revelam importantes também para a organização no país e cidade para onde migraram os migrantes entrevistados na Espanha, conforme sugere a experiência de Fabian, argentino de 33 anos, que usa pouco a Internet, mas freqüenta os locutórios para buscar jornais gratuitos dedicados ao público migrante e falar com as pessoas que utilizam o mesmo espaço.

Outro diferencial significativo observado no consumo mediático nos dois contextos da pesquisa é a importância atribuída à presença dos jornais da chamada "*prensa gratuita*" (lidos por 40% dos entrevistados) em Barcelona19. Dentre os entrevistados, 40% mencionam consultar regularmente esses jornais nos meios de transporte, um dos principais lugares públicos de distribuição gratuita e circulação desse tipo de imprensa. Praticamente todos os que se declaram seus usuários comentam sobre a facilidade no acesso a essa modalidade de mídia. Em Porto Alegre, por sua vez, ganha maior evidência o consumo de revistas especializadas de diferentes segmentos (moda, arquitetura, etc.) assim como a aquisição da assinatura de jornais diários e o compartilhamento dessa imprensa entre amigos, vizinhos e colegas de trabalho.

Outra modalidade de consumo, mencionado apenas por 9% dos migrantes entrevistados em Barcelona, com destaque para os migrantes equatorianos, é o da imprensa dirigida especificamente à comunidade migrante (5% consumida em versão impressa, e 4%, em versão online. O acesso ocorre, principalmente, em ambientes da cidade caracterizados pela presença mais significativa de migrantes, como os próprios locutórios e lojas que vendem produtos típicos da América Latina ou de países latino-americanos específicos. Em Porto Alegre, o consumo, entre os entrevistados, de jornais especializados destinados aos migrantes limita-se aos que são distribuídos nos consulados e por entidades de apoio às migrações, especialmente as confessionais vinculadas à Igreja Católica que atuam nos processos organizativos e relacionado à cidadania das migrações transnacionais no Brasil.

Foi possível verificar igualmente que alguns hábitos mediáticos aproximam as migrações de Porto Alegre e Barcelona. Nos dois contextos, é habitual a consulta, em bares e cafeterias, dos jornais dos países de residência ou permanência dos migrantes, mas pouco habitual esse acesso através da Internet ou em bibliotecas, como ocorre em relação aos jornais dos países de nascimento. Em ambas cidades, apenas uma quinta parte dos entrevistados afirma ver na televisão exclusivamente espaços informativos. O rádio, por sua vez, é o meio usada para busca de informação sobretudo nas primeiras horas da manhã.

Na ocupação do tempo livre, somente 53% dos entrevistados afirmam usar a televisão para busca de entretenimento e apenas 42% indica seguir regularmente algum programa concreto de ficção televisiva (telenovelas ou séries) ou talk show.

---

19 Exemplos são os jornais El Metro, Qué!, ADN e 20 Minutos.

Se consideramos que mais de 90% dos entrevistados dispõe de televisores no espaço doméstico e ao mesmo tempo levamos em conta as agressivas estratégias de programação televisiva para fidelização da audiência, essa baixa incidência de relação com o entretenimento televisivo, por parte dos migrantes entrevistados, sugere a reflexão em torno pelo menos dois aspectos. O primeiro deles refere-se ao baixo reconhecimento social relacionado a esse tipo de consumo mediático que pode limitar o desejo do entrevistados de evidenciá-lo no processo da entrevista. Outra questão concerne ao peso de uma certa rejeição expressa pelos entrevistados a "modos de fazer" televisão nos países onde vivem que, especialmente nos primeiros anos de permanência , contrasta com o tipo de "cultura televisiva" desenvolvida anteriormente nos países de nascimento por conta das particularidades das estratégias, linguagens e públicos televisivos dos diferentes contextos nacionais e locais da pesquisa. Vale recordar que a telenovela, por exemplo, é um gênero que se originou na América Latina e que, apesar de ter alcançado significativos índices de audiência na Espanha, segue assumindo conotações pejorativas no contexto espanhol.

O cinema (33%), a ficção (21%), criada especialmente para a televisão, como séries e telenovelas (21%), e o esporte (8%) são as três modalidades de programação mais assistidas pelos entrevistados, tanto homens quanto mulheres, no âmbito do entretenimento televisivo 20. O DVD é a segunda opção de entretenimento mais referida pelos migrantes (47%) que apontam, como razões principais, os custos econômicas menores e a maior liberdade nos horários de exibição em relação ao cinema. Os filmes costumam ser alugados em locadora e, no caso de Barcelona, também retirados em bibliotecas públicas. O consumo doméstico de filmes em DVD combina-se com freqüência ao cinema tendo em vista que entre o universo de migrantes pesquisados, 22% declara ir ao cinema mais de duas vezes ao mês, e outros 20%, duas ou três vezes ao ano. 21 Nesse aspecto, os relatos dos entrevistados em Porto Alegre e Barcelona sugerem que a experiência da migração colabora primordialmente para o estabelecimento de vínculos afetivos com o cinema produzido em suas regiões de procedência - América Latina e Europa – e especificamente em seus países de nascimento. O que parece ativar, ainda, uma forte crítica ao cinema mais comercial por parte dos migrantes que costumam privilegiar esse tipo de consumo cinematográfico.

> Me encanta, me encanta. Fui la semana pasada (...) fuimos con, con mi vecina a ver un filme argentino, "Conversando com a mãe", muito bom, muito bom, donde trabalhava China Zorrilla, que es una actriz uruguaya de ochenta e nueve años. Ella hacia el papel de mãe (madre), e fabuloso porque revivimos la época. (Ana, Porto Alegre, 76 años, nacida en Uruguay)

> Cine alemán, lo veo todo. Como dice (...) una amiga mía que sabe alemán, dice que por militancia hay que ir. Es decir, toda película alemana que se estrene aquí, hay que ir a verla. Como no hay muchas (risas). Siempre me ha interesado. Pero esto es fácil de hacer, porque hay muy pocas. (Sara, Barcelona, 53 años, nacida en Alemania)

Outro sentido construído pelos usos dos meios de comunicação, observado nas entrevistas realizadas nos dois contextos, passa por uma perspectiva de integração cidadã, percebida através de apropriações motivadas pela aprendizagem lingüística, do português, em Porto Alegre, e do catalão22, em Barcelona e pelo conhecimento da realidade política, econômica e sociocultural do país de residência (Brasil ou Espanha).

"Me gusta muchísimo TV3, la TV3 ha sido como mi curso de catalán intensivo" , relata Ester, Barcelona, 32 anos, nascida em Venezuela ou, como enfatiza Hugo, uruguaio de 58 anos, entrevistado em Porto Alegre "Quando cheguei em Campinas (São Paulo) comecei a assistir televisão brasileira (...). Eu adorava o jornal, até porque me ajudava a falar um pouco".

4.2 Percepções dos migrantes sobre o imaginário mediático das migrações

No que se refere às percepções sobre o imaginário que a mídia aporta acerca das migrações contemporâneas, constatamos as repercussões do crescente protagonismo dos meios de comunicação como espaços de construção e oferta de memórias coletivas transnacionais dos movimentos migratórios. Em Barcelona e Porto Alegre, os entrevistados latino-americanos e europeus compartilham sentidos sobre a "*criminalização*" como imaginário mediático hegemônico sobre as migrações contemporâneas de não europeus, especialmente quando essas migrações aparecem associadas a problemas, conflitos e delinqüência. Ainda que tenha sido possível observar que esses imaginários tendem a assumir matizes locais como decorrência das especificidades do desenvolvimento das migrações e da estruturação dos próprios meios de comunicação nos dois contextos23.

É o caso da memória predominante da chegada de migrantes em pateras e cayucos24 ao sul da Espanha expressa pelos migrantes latino-americanos e europeus entrevistados em Barcelona, a despeito de nenhum ter sido testemunho ocular desses episódios ou ter tido contato com algum migrante que o tenha protagonizado. Configuram-se como memórias produzidas e mantidas como resultado, sobretudo, das interações dos entrevistados com as tecnologias da comunicação, evidenciando a crescente preponderância da penetração das mídias nas dinâmicas de rememoração de indivíduos e

---

20 No caso do esporte, há maior incidência de consumo masculino, sobretudo relacionado ao futebol e à Fórmula 1

21 Segundo o "Estudio General de Medios" (EGM) referente ao ano 2007, 7,1% da população espanhola vai ao cinema entre 2 e 3 vezes ao mês, e 13,7%, pelo menos 5 vezes ao ano. Ver Estúdio General de Medios 2007 www.acpi-emi.com/emi.pdf. (consultado na Internet em 26 de outubro de 2008).

22 O catalão é o idioma oficial em Barcelona e na região da Catalunha, sendo regido por um conjunto de medidas normativas de "proteção" que abrange instituições como a escola e os próprios meios de comunicação.

23 Imaginário, vale destacar, expresso com maior ênfase pelos entrevistados em Barcelona.

24 Pateras são pequenas embarcações que transportam migrantes desde países africanos, como Marrocos, para a costa espanhola, e que têm sido amplamente focalizadas na cobertura mediática sobre as migrações nos últimos anos. A partir de 2006, embarcações com maior capacidade, os cayucos, são foco do mesmo tipo de agendamento ao serem usados no transporte de migrantes oriundos de países da África Subsahariana, como Senegal e Mauritânia.

coletividades em substituição às suas vivências e relatos de participação direta na vida social (Thomson; Frisch; Hamilton, 2006, p. 90). É o que podemos evidenciar da síntese formulada por Améli, de 27 anos, nascida na França e entrevistada em Barcelona, quando lembra, na contramão desse imaginário mediático hegemônico, que "la mayoría de la gente llega en avión y sin ningún problema para entrar en el país, pero siempre muestran imágenes porque la tele tiene que haber público y entonces tiene que haber modo de los pobres africanos que intentan saltar la valla25".O que nos faz supor que memórias ancoradas preponderantemente em experiências mediatizadas não eliminam as possibilidades de apropriação crítica desse tipo de imaginário quando, por exemplo, os entrevistados manifestam sua discordância com esse tipo de abordagem das migrações ou quando adotam um tom de reprovação ou de ironia na menção desse tipo de lembrança mediática.

> "No se, a diario, la patera que llegan a invadir entre comillas cuando en realidad este pais necesitara mano de obra extranjera", assinala Norma, 32 anos, nascida na Argentina. Ou, ainda, segundo destaca Sara, 53 anos, procedente da Alemanha: "Dan una imagen negativa. Hablando con gente de Algecira, cuando vienen las pateras, lo que dicen es: 'lo que viene es la morralla', como lo peor".

Em Porto Alegre, essa "*criminalização*" aparece associada, na percepção dos entrevistados latino-americanos, a migrações de latinos, especialmente de brasileiros nos Estados Unisinos e em países europeus como Portugal e Espanha, colaborando, inclusive, para promover o que esses entrevistados avaliam como invisibilidade mediática das migrações oriundas da América Latina, conforme aparece explicitado, por exemplo, no testemunho de uma entrevistada nascida no Paraguai.

Uma vez eu escrevi pra Globo, eu tava falando, tava passando a novela, a da Sol26, a imigração lá. É a mesma história da que eu vivi no Brasil. Eles estavam dando uma coisa, nos Estados Unidos, e não sabem que aqui é igual, sabe?

> Até eu mandei por e-mail pro Jornal Nacional27. Eu escrevi lá, isso. E pra outro programa, que mandei também. Porque eles só falam dos Estados Unidos, e a gente vive aqui na América do Sul. Pra pegar um visto de permanência, a Polícia Federal foi às oito e meia na minha casa pra ver se realmente eu morava com o meu marido, se realmente eu casei por amor ou, ou casei só pra ficar aqui. (Lina, Porto Alegre, 30 anos, nascida no Paraguai)

A associação entre migração e pobreza é outra perspectiva que desponta, na memória dos migrantes, relacionada a esse imaginário de "criminalização" das migrações nos meios de comunicação. Vários entrevistados, sobretudo em Barcelona, expressam percepções críticas sobre a tendência de vitimação do migrante que decorre de uma mediatização que enfatiza a precariedade de suas condições de vida, de moradia e de trabalho, colaborando para unificar a heterogeneidade da experiência cultural das migrações e reduzir a uma perspectiva economicista a complexidade do fenômeno migratório.

> "Pobrecitos los inmigrantes" (Pedro, 35 anos, nascido no Chile) ou "El estilo de vida es del pobre, el pobrecitos" (Ramiro, 33 anos, nascido no Peru) são testemunhos que sintetizam visões dos entrevistados em Barcelona sobre construções mediáticas que concebem o migrante como "carente de ajuda", "em busca do trabalho que não encontra em seu país de nascimento" ou que freqüentemente "rouba o trabalho da população local".

Carência material, atraso, primitivismo, catástrofes, crise econômica e violência são os principais referentes de um repertório mediático que apontam, na concepção dos entrevistados latino-americanos em Barcelona e Porto Alegre, para imaginários que unificam seus países de procedência em torno de uma representação de América Latina "*pelo déficit*", "*pelo que falta"*. Nesse aspecto, é possível distinguir, em Barcelona, um tipo de oferta mediática que, nos testemunhos de entrevistados de todas as nacionalidades, é reconhecida como relacionada especificamente à migração latino-americana, uma vez que a "*chegada massiva*" e muita vezes "*irregular*" em pateras e cayucos não aparece associada aos latino-americanos, , mas à migração de origem africana e, em muitos casos, à migração em geral.

Na perspectiva da nacionalidade, migrantes paraguaios coincidem em Barcelona e Porto Alegre sobre as repercussões, em sua vida cotidiana, de uma "criminalização" que costuma associar Paraguai e paraguaios à falsificação. Assim como os argentinos, rememoram, especificamente em Porto Alegre, episódios do agendamento mediático que, principalmente a partir da transmissão de futebol pela Rede Globo, (re) atualizam a rivalidade histórica entre argentinos e brasileiros. O que contrasta com as percepções de alguns migrantes nascidos na Argentina e entrevistados em Barcelona, em que um sentimento de proximidade cultural com a Europa e o "europeu", salientado em suas narrativas, parece colaborar para o reconhecimento de um tratamento mediático distintivo e até mesmo socioculturalmente integrador dos argentinos em relação aos demais latino-americanos.

Por sua vez, os migrantes brasileiros em Barcelona refletem que certas essencializações culturais que, embora não os criminalizem, a exemplo dos demais latino-americanos, reduzem sua experiência cultural a enquadramentos que privilegiam referentes simbólicos como o carnaval e a sexualidade para afirmarem, via esquema do "*exotismo*", um tipo de alteridade em relação aos Outros não migrantes e migrantes (Martín-Barbero, 1997).

Em ambos os contextos da pesquisa, os entrevistados opinam que, uma dessas essencialização - a demarcação da nacionalidade dos migrantes - é preponderante para a "*criminalização*" das migrações pela mídia.

---

25 Vallas são cercas instaladas pelo governo espanhol que separam a fronteira entre sul da Espanha e Marrocos.

26 A entrevistada refere-se à telenovela América, produzida pela Rede Globo e exibida no Brasil em 2005 às 21h.

27 Telejornal de maior audiência da Rede Globo.

> "Si hay alguien que robó y es español no se dice, pero si hay alguien que es inmigrante aparece, el marroquí, el no sé qué, el gitano", expressa, a respeito disso, Hermínia, de 48 anos, entrevistada em Barcelona e nascida no Chile. 28

No marco de especificidades das apropriações locais dos imaginários mediáticos, observamos que o que podemos denominar de "folclorização" das migrações de europeus nos meios de comunicação aparece rejeitada por entrevistados de origem européia em Barcelona. Os entrevistados criticam programas de televisão locais mais recentes que, embora não criminalizem os migrantes, priorizam as cozinhas étnicas ou essencializam a integração lingüística ao focalizarem prioritariamente entrevistados de diferentes nacionalidades que dominam o idioma catalão. Sobre essa "*folclorização*",

> Sara, migrante alemã de 53 anos, assinala que "siempre se entrevista a alemanes que hablan español con acento alemán, que tienen pinta de alemanes, que sus casas son alemanas […] Una se llama Ursula, o Otto, o Fritz, y hacen patatas. Caray. Hay otro tipo de alemanes".

Impressões não compartilhadas, em Porto Alegre, por entrevistados nascidos em países como Alemanha e Itália, que tendem a estabelecer vínculos com imagens mediáticas similares que positivam a contribuição econômica e cultural, os valores como o trabalho e os sentidos como o de comunidade, relacionados, principalmente, a italianos e alemães que colonizaram o Brasil em séculos passados. O que sugere a permanência e atualização de uma memória que opera para afirmar o êxito das chamadas migrações históricas de matriz européia no contexto brasileiro 29. "Mostram, tem vários programas bonitos

> [...] Fazem aquelas festas da imigração italiana e alemã. Mostra o folclore de cada país, a parte culinária, os tipos de comida que fazem, como é feita", destaca Roberto, 73 anos, nascido na Itália. Outra entrevistada, Yolanda, de 74 anos, nascida na Alemanha, lembra que: "Muita gente conseguiu viver bem aqui e também a influência da imigração alemã é notável, principalmente no sul, todas as firmas grandes, Renner, tem muitas, Gerdau, Volkswagen, são todas alemãs, então a influência foi muito grande".

Do ponto de vista da recepção, as diferentes percepções sobre os imaginários mediatizados das migrações transnacionais nos dois cenários da pesquisa, nos leva a refletir em que medida os meios de comunicação estariam, em certos casos, promovendo uma desestabilização da premissa da memória como obra aberta, em transformação permanente, para, de modo crescente, fixar e fazer permanecer determinados imaginários sobre as culturas migratórias. É o que observamos em relação, por exemplo, à "europeidade" no contexto de Porto Alegre, e o da "criminalização" em ambos os cenários da pesquisa.

Essa hegemonia dada pelos meios de comunicação à (re) invenção de uma memória sobre as migrações históricas de europeus incide no universo dos latino-americanos em Porto Alegre que, a exemplo de entrevistados nascidos na Europa, têm essa modalidade de migração como principal lembrança das migrações mediatizadas. Ao mesmo tempo, os migrantes procedentes da América Latina relacionam essa hegemonia mediática da "europeidade" ao que poderia ser definido como invisibilidade pública de uma "*latino-americanidade*" migratória em âmbito local e nacional. Essa ausência da realidade das migrações latino-americanas na mídia local, na visão dos entrevistados em Porto Alegre, acaba colaborando para a incipiência do debate público em torno dos processos de cidadania dos migrantes vinculados, por exemplo, à obtenção de regularização jurídica ou a experiências comunicacionais de encontro e sociabilidade dessas migrações oriundas da América Latina.

Contudo, também em Porto Alegre, entre entrevistados nascidos na Europa, as apropriações sobre as migrações históricas mediatizadas assumem matizes críticos em torno de sua mitificação e/ou "*folclorização*", especialmente entre portugueses e espanhóis. Trata-se de duas nacionalidades, cuja presença periférica no agendamento dos meios de comunicação pode estar relacionada a uma trajetória histórica distinta na constituição da nação brasileira e à própria conformação dos imaginários sociais derivados desse processo. Converge, nesse sentido, para o que García-Canclini (1999) observa sobre a opção, na América Latina, por um modelo de modernização que priorizou os alemães aos portugueses, assim como os ingleses e os franceses em detrimento dos espanhóis.

> O mesmo entrevistado que, em Porto Alegre, usa o exemplos dos italianos para manifestar concordância com um imaginário mediático que "valoriza o migrante europeu", posiciona-se, desde sua nacionalidade, quando lembra que "se fala mais da Europa de alemães e italianos e pouco da Europa de portugueses e espanhóis" (Alan, 83 anos, nascido em Portugal). Outro entrevistado espanhol, também em Porto Alegre, remete ao exemplo da migração italiana para refletir sobre a mediatização que mitifica uma memória do passado para afirmar o êxito da migração européia no Sul do Brasil.
>
> "É uma coisa, às vezes, meio fantasiosa. Eles não são mais italianos, né? Eles são brasileiros" (Matias, Porto Alegre, 46 anos, nascido na Espanha).

Cidadania comunicativa e humanização do imaginários mediáticos das migrações

Experiências pessoais de comunicação mediatizada e não mediatizada, relacionada tanto às vivências migratórias como aos vínculos anteriores e atuais com os países de nascimento, concorrem para que a maioria dos latino-americanos entrevistados não se auto-reconheçam e relativizem imaginários mediáticos que tendem a afirmar uma memória das migrações contemporâneas associada à "*criminalização*" e à pobreza.

---

28 Embora a entrevistada faça questão de complementar que isso não se restringe aos meios de comunicação, mas se estenda a outras esferas da vida social.

29 Sobre essa abordagem das migrações históricas na mídia impressa brasileira, ver Cogo (2006).

> A experiência como alvo de reiteradas correspondências de um banco espanhol com ofertas para remessas de dinheiro ao seu país de nascimento - para onde nunca enviou, mas sim de onde, sempre recebeu recursos - é útil para que Ramiro, 33 anos, nascido no Peru, (re) afirme sua visão sobre a impossibilidade de uma concepção unificada sobre a migração pretendida pelos meios de comunicação. 30

Na perspectiva de uma pluralização de um imaginário das migrações contemporâneas, as formulações dos entrevistados em Barcelona e Porto Alegre se desdobram em proposições para a humanização do tratamento das migrações pelos meios de comunicação no marco do que denominamos de propostas de cidadania comunicativa. Algumas delas se traduzem em demandas no âmbito da regulação jurídica das migrações como, em Porto Alegre, onde os latino-americanos enfatizam o papel cidadão que poderia ser assumido pela mídia no agendamento público das mudanças propostas para uma nova lei de imigração no Brasil no âmbito das lutas lideradas pelos movimentos sociais31. As questões relacionadas à chamada "*legalidade*" ou "*clandestinidade*" dos estrangeiros não se reduziria a uma abordagem jurídica, mas assumiria um caráter de experiência vivida, segundo propõem, em ambos os contextos, os entrevistados procedentes da América Latina quando se trata dos processos de mediatização da cidadania dos migrantes.

Constatamos, contudo, que algumas das proposições para humanização do tratamento das migrações não apontam para um deslocamento de alguns dos sentidos das migrações mediatizadas reconhecidos pelos próprios migrantes como hegemônicos. Reafirmam, ao contrário, a adequação de um imaginário enaltecedor do êxito econômico e do legado cultural das migrações européias, segundo a visão de entrevistados em Porto Alegre que casceram em países da Europa. Já, entre alguns latino-americanos, parte das proposições cidadãs, nos dois contextos da pesquisa, aparecem conformadas por testemunhos demarcados pela busca da essência e de um retorno às raízes e tradições de seus países e culturas.

Os entrevistados, contudo, filiam-se, de modo significativo, em ambos os cenários de investigação, à exigência de deslocar os sentidos de "*criminalização*" hegemônicos e pluralizar os imaginários mediáticos sobre as migrações. Destacam, em seus testemunhos, três perspectivas a serem assumidas como pauta dessa visibilidade pública das migrações transnacionais: os motivos da migração (para além do econômico), o cotidiano dos migrantes e a diversidade cultural de que são portadoras as migrações na atualidade 32. A dimensão subjetiva do biográfico, de relato de histórias de vida do ponto de vista das vozes dos próprios migrantes, é a estratégia narrativa que emerge nos testemunhos dos entrevistados, especialmente dos latino-americanos, em Barcelona e Porto Alegre, para a conformação da mídia como espaço de visibilidade e interação comunicacionais dos migrantes pautado nessas três perspectivas anteriores. Alguns partem de suas próprias experiências socioculturais, como migrantes, ou ainda, de algumas vivências mediáticas como entrevistados pelos meios de comunicação, ou mesmo de suas experiências de produção com mídias, para proporem essa humanização pelo biográfico.

> Mostrar mi experiencia, como inmigrante, pues, sí, mostrar mi experiencia, porque tampoco puedo hablar de algo que no se, no, hablar de lo que yo he vivido y de lo que he pasado al llegar acá. (Julio, Barcelona, 27 anos, nascido no Peru)

> Mira, yo hace un año, empecé a tratar de producir un documental, y bueno lo tengo ahí, esperando un mejor momento económico, que era un documental sobre cultura e inmigración. Las estatuas en las Ramblas, la gente que hace estatuas en las Ramblas, que la mayoría son argentinos, la mayoría son sudamericanos. Yo creo que uno de los aspectos a remarcar, podría ser esa., ese deseo de llevar adelante lo de uno. ¿No? Que no encuentra límites, que uno le cuesta dejar de seguir adelante con su idea, con su sueño ¿no? (Hilário, Barcelona, 55 anos, nascido na Argentina)

Em Porto Alegre, os entrevistados parecem reivindicar, ainda, por uma visibilidade mediática que não se configure simplesmente como uma política de representação pública das culturas latino-americanas, mas que contribua para que os meios de comunicação dinamizem ou colaborem na criação de espaços comunicacionais de interação social entre os latino-americanos no cenário urbano. Espaços como os relacionados ao esforço de migrantes latino-americanos de um (ainda não concretizado) projeto de rádio comunitária em âmbito local, segundo recorda uma entrevistada chilena, de 50 anos.~

> Ou, ainda, espaços de sociabilidade comunicacionais-mediáticos já experimentados ou ainda vivenciados, seja no âmbito das celebrações e festas promovidas pelo CIBAI-Migrações33, seja no contexto das redes informais de sociabilidade de migrantes, conforme relata Mauro acerca dos intercâmbios vivenciados bar onde atua como garçom em Porto Alegre.
>
> Como vários uruguaios aqui, e a gente tem muita coisa uruguaia típica: bebidas, comidas, todas essas coisas.
>
> O público nosso, a maioria já sabe, Uruguai, por isso chega ao br [...] Entonces é uma constante troca de comunicação, de novidade, de noticias tanto eles que nos vêm a decir, como também nos perguntam e como nós também, pelo menos eu estou bem comunicado, tenho a certeza de poder repasarle, de comentarle cosas [...] (Mauro, Porto Alegre, 27 anos, nascido no Uruguai)

5 Considerações finais

O itinerário de análise apresentado nessa comunicação nos possibilita retomar, brevemente, aspectos em torno das duas principais perspectivas que, de modo inter-relacionado, despontam dos resultados da pesquisa em torno das interfaces

30 O entrevistado relatou receber recursos do Peru para financiar um curso de mestrado em Barcelona.

31 Em vigor no Brasil, a Lei do Estrangeiro foi elaborada durante a ditadura militar e fundamentada na Doutrina de Segurança Nacional. A lei proíbe, dentre outros, a organização e manifestação política, restringe o exercício de atividades remuneradas e burocratiza o processo de legalização dos não brasileiros.

32 Diversidade cultural entendida tanto como a que constitui os países de nascimento como a que conforma o latino-americano para definir uma presença migratória entendida como heterogeneidade.

33 Organização confessional de apoio às migrações com sede no centro de Porto Alegre.

entre meios de comunicação, recepção e cidadania das migrações transnacionais em Porto Alegre e barcelona. Como primeira perspectiva, podemos destacar que a pluralidade no consumo e usos mediáticos dos migrantes põem em relação permanente e (re)atualizam as realidades dos países de nascimento ao mesmo tempo em que operam como referentes para a constituição de processos individuais e coletivos de conhecimento e integração relacionados à cidadania no novo contexto de migração (como, por exemplo, o aprendizado lingüístico). As interações mediáticas dos migrantes latino-americanos e europeus operam, desde as perspectivas dos usos mediáticos, como dinamizadores de redes sociais (sobretudo de familiares e amigos) produzindo mapas particulares de apropriação das mídias que colaboram na constituição da migração como experiência transnacional. Essas interações motivam estratégias permanentes de apropriação e mesmo incorporação das chamadas novas tecnologias, como a Internet, ao cotidiano das migrações, não deixando ao mesmo tempo de potencializar interações não mediadas centralmente pelas tecnologias, mas constituídas pela comunicação interpessoal e as sociabilidades vivenciadas em cenários urbanos de apropriação dessas tecnologias, como os locutórios em Barcelona, ou, ainda, em visitas realizadas ou recebidas que se vinculam aos países de nascimento.

Uma segunda perspectiva que orientou nossa análise diz respeito às reelaborações que fazem os migrantes dos imaginários mediáticos, em Barcelona e Porto Alegre e que convergem para necessidade de deslocamento e pluralização da hegemonia pública exercida pelas imagens de "*criminalização*" e "*pobreza*", especialmente das migrações não europeias, que, ofertadas pelos meios de comunicação, vão se fixando como memória coletiva dessas migrações na contemporaneidade. Podemos dizer que, desde essa perspectiva, os migrantes desenvolvem percepções sobre o quanto esses imaginários repercutem nos seus processos cotidianos de cidadania assim como na formulação de políticas sobre as migrações transnacionais por governos e instituições. O que é capaz de mobilizar, entre os entrevistados, diferentes propostas voltadas à humanização do tratamento das migrações, especialmente latino-americanas, pelos meios de comunicação. Essa segunda perspectiva, em torno do que designamos como cidadania comunicativa, aparece sintetizada em proposições que, desde distintas matizes locais, emergem dos testemunhos dos migrantes latino-americanos e europeus como alternativas a uma visibilidade mediática das migrações transnacionais que não se configure como uma política a mais de representação pública das culturas e etnias, mas que contribua para que os meios de comunicação dinamizem e colaborem para a produção de espaços comunicacionais de interação das migrações no cenário urbano.

Referências

Bertaux, D. Los relatos de vida – perspectiva etnosociológica. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005.

Bonin, J. (2006) Mídia e memórias: delineamentos para investigar palimpsestos midiatizados de memória étnica na recepção. Fronteiras – Estudos mediáticos, 3 (2), 133-143.

Cogo, D. (2006). Mídia, interculturalidade e migrações contemporâneas. Rio de Janeiro/Brasília. E-Papers/CSEM.

Cogo, D., & GUTIÉRREZ, M. & HUERTAS BAILÉN, A. (coords). (2008). Migraciones transnacionales y medios de comunicación: relatos desde Barcelona y Porto Alegre. Madrid: Los Libros de la Catarata.

Cortina, A. (2005). Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola.

Departamento de Estadística del Ayuntamiento de Barcelona. (2006) http://www.bcn.cat /estadistica/castella/dades/tdemo/imi/i2006/index.htm (consultado na Internet em 04 de Julho de 2008).

Estudio General de Medios (2007). http:// www.acpi-emi.com/emi.pdf. (consultado na Internet em 26 de outubro de 2008).

García Canclini, N. (1999). La globalización imaginada. Buenos Aires: Paidós.

García Canclini, N. (2002). Latinoamericanos buscando lugar en este siglo. Buenos Aires: Paidós.

Girola, L. Modernización, modernidad y después. Las ciencias sociales en América Latina y la construcción de los imaginarios de la modernidad. In Girola, L.; Olvera, M. (Coord.). (2007). Modernidades – narrativas, mitos e imaginarios. Barcelona/México: Anthropos/UAM-Azcapotzalco, (pp. 61-103).

Huertas Bailén, A. (2002). La audiencia investigada. Barcelona: Gedisa.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estadística (IBGE) (2006): http://www.ibge.gov.br.

Martín-Barbero, J. (1987). De los medios a las mediaciones. Mexico: Gustavo Gilli, 1987.

Martín-Barbero, J. Globalização comunicacional e transformação cultural In Moraes, D. (org.). (2005). Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, (pp. 57-88).

Mata, M. C. (2006). Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. Fronteiras – estudos mediáticos. São Leopoldo, 8 (1), 5-15.

Mata, M. C. (2001). De la presencia a la exclusión. La obliteración Del conflicto y el poder en la escena mediática. Diálogos de la Comunicación, 51, 167-174.

Mezzadra, S. (2005). Derecho de fuga: migraciones, ciudadanía y globalización. Madrid: Traficantes de Sueños.

Modood, Tariq. (2008). O multiculturalismo está morto? Zero Hora. 24 de outubro de 2008 http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1&section=Estilo%20de%20Vida&newsID=a2264889.xml. (consultado na Internet em 28 de julho de 2008).

Peñaranda Cólera, M. C. ¿Tecnologias que acercan distancias?. Sobre los "claroscuros" del estudío de las tecnologías en los procesos migratorios transnacionales. In Santamaría, E. (Ed.) (2008). Retos epistemológicos de las migraciones transnacionales, Barcelona: Anthropos, (pp. 133-164).

Pesavento, S. (1999). A cor da alma: ambivalências e ambigüidades da identidade nacional. Ensaios FEE. 20 (1), 124-133.

Pollack, M. (1992). Memória e identidade social. Estudos históricos, 5 (10), 200-212.

Ribeiro, G. L. (2002). Tropicalismo e europeísmo: modos de representar o Brasil e a Argentina. In: Frigerio, A.; Ribeiro, G. L. Argentinos e brasileiros: Encontros, imagens e estereótipos. Petrópolis: Vozes, (pp. 237-262.).
Sasaki, E. M, Assis, G. O. (2000). Teorias das migrações internacionais. Actas do XII Encontro Nacional da ABEP 2000, Caxambu (MG): ABEP 2000. http://www.abep.nepo. unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt16_2.pdf (consultado na Internet em 26 de outubro de 2008).
Scherer-Warren, I. (1999). Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec.
Suárez-Navaz, L. Lo transnacional y su aplicación a los estudios migratórios: algunas consideraciones epistemológicas". In Santamaría, E. (ed.)., (2008) Retos epistemológicos de las migraciones transnacionales, Barcelona: Anthropos. pp. 55-78.
Suáres-Navaz, L.; Maciá Pareja, R.; Moreno García, A. (eds.) (2007). Las luchas de los sin papeles y la extensión de la ciudadanía. Perspectivas críticas desde Europa e Estados Unidos. Madri, Traficante de Sueños.
Taylor, C. (2006). Imaginários sociales modernos. Barcelona, Paidós.
Thomson, A; Frisch, M.; Hamilton, P. (2006). "Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais". In Ferreira, M. de. M.; Amado, J. (orgs.)., Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, (pp. 65-91).
Traverso, E. (2007). El pasado, instrucciones de uso – historia, memoria, politica. Barcelona/Madrid, Marcial Pons.
Varela Huerta, A. ¿Por que y para que investigar los movimientos sociales de migrantes? Sobre el agenciamiento político de los sin papeles. In: Santamaría, E. (Ed.). (2008). Retos epistemológicos de las migraciones transnacionales. Barcelona: Anthropos, (pp. 319-336).

Saberes e fazeres africanos e da diáspora

Denise Barata
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
baratadenise@yahoo.fr
Maicon Gilvan Lima Campos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
maiconche@hotmail.com
Guilherme Robson da Silva
Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro
guiben@ig.com.br
João Baptista Lukombo Nzatuzola
Universidade Agostinho Neto
lukombojoaobaptista@yahoo.com.br
Manuel Ndonga Mfuwa
Universidade Agostinho Neto
ndongam@yahoo.fr

***Resumo**:* A idéia de conhecimento que é difundida torna-se um complicador ao associar reflexão à racionalidade ocidental, concluindo, dentro dos pressupostos da lógica formal, que quem não está incluindo neste paradigma não reflete. Acreditamos que só aprendemos na escola, no museu, na biblioteca. Tradicionalmente, observamos a associação entre cultura e erudição, o que faz do conceito de cultura um redutor de diferenças étnicas, de classe e de gênero, já que não inclui os valores de toda a sociedade, mas apenas os valores dos grupos hegemônicos. Bens simbólicos são destruídos, grupos sociais também desaparecem, assim como os seus modos de viver e de pensar. Assim, ignora-se o fato dos sujeitos se diferenciarem em seus saberes, fazeres e viveres em uma busca de igualar as diferenças sob uma mesma ótica, um mesmo saber e um mesmo desejo. Faz-se, então, necessário trazer à tona a pluralidade que está oculta nessa relação, objetivando rever os modos pelos quais são legitimadas as esferas de produção e circulação dos bens simbólicos. Em função de todo o exposto, pretendemos apresentar nossas pesquisas onde discutimos e investigamos os conhecimentos tradicionais em Angola , assim como conhecimentos que foram trazidos e construídos a partir da diáspora africana no Brasil, apreciando como e onde eles são difundidos, como são considerados nas instituições valorizadas socialmente e se a sua inclusão nos currículos escolares causaria algum impacto no sentido de diminuir a exclusão das crianças negras dos bancos escolares.

Introdução

Segundo a CEPAL(Comissão Econômica para América Latina e o Caribe), a taxa de analfabetismo urbano no Brasil é muito superior às encontradas entre os países do Mercosul, assim como os índices de reprovação escolar e os anos de repetência. A questão torna-se mais preocupante se formos observar a quantidade de alunos(as) negros nesta situação, já que as estatísticas nos informam que a maioria dos analfabetos e reprovados são pertencentes a essa classificação. Dos 14,4 milhões de analfabetos brasileiros, 10 milhões são negros, representando 69,4% do total. Se formos consultar os índices de analfabetismo funcional (impossibilidade de compreensão de textos escritos e de expressão através das letras) , ficaremos mais preocupados ao constatarmos que ele atinge 16,4% da população branca e 55,85% dos negros. Isso sem falar da enorme distorção entre a idade do aluno e a série em que ele está matriculado. Todos esses índices poderiam nos levar a concluir que esse grupo étnico tem maior dificuldade de compreensão ou abstração.

Mas como explicar a facilidade com que essa população aprende a jogar futebol, tocar instrumentos de percussão « *de ouvido* », compor sambas, entoar cânticos religiosos em iorubá ou sambar. Será que esse grupo só aprende atividades

desconsideradas intelectualmente? Então que conhecimentos são necessários para se aprender a jogar futebol, para dançar, cantar ou compor samba? Dentro de uma perspectiva racionalista, samba e futebol são atividades construídas pelo corpo, onde a mente (superior e produtora de conhecimento) não se manifesta, apesar das tentativas de "*refinamento*". Enfim, por esse ponto de vista, são atividades onde não é necessário pensar – como se isso fosse possível. A idéia de conhecimento que é difundida torna-se um complicador ao associar reflexão à racionalidade ocidental, concluindo, dentro dos pressupostos da lógica formal, que quem não está incluindo neste paradigma não reflete. Somos obrigados a incorporar ou pelo menos nos aproximarmos do paradigma hegemônico – e quem não consegue é considerado incompetente: é o violonista que aprendeu a tocar seu instrumento observando e não através de textos escritos; o pintor de paredes que pinta quadros mas que não estudou na escola de belas artes e é chamado de ingênuo; é a criança que vende balas no sinal de trânsito, mas que na sala de aula não consegue resolver os exercícios de matemática, acreditando-se que ela não consegue abstrair e seu conhecimento é só prático. Exceção para alguns poucos que são considerados iluminados.

Ainda é bastante comum ouvirmos pessoas reclamando que o Brasil não é APENAS samba e futebol, demonstrando uma enorme resistência em serem representados por essas atividades. Obviamente, reconhecemos a pluralidade cultural brasileira, mas normalmente a "reclamação" apela para a exigência de uma representatividade maior para as áreas científicas e da arte, considerada, "*erudita*". Ou então ouvimos um apelo para a construção de uma outra forma de lidar com essas atividades : preferiríamos que os nossos jogadores de futebol fossem mais "*técnicos*" e brincassem menos em campo. Nessas atividades podemos também destacar o predomínio de africanos e afro-descendentes, que trazem em suas memória (considerando inclusive o corpo como lugar de memória) paradigmas não-ocidentais. Será que se fossemos representados, como os italianos, pela ópera (uma atividade extremamente popular, mas no Brasil incorporado ao ideal de refinamento musical) não nos sentiríamos mais orgulhosos?

Os saberes considerados legítimos provêm de uma concatenação lógica do pensamento, de uma capacidade de racionalização, onde os critérios de verdade e falsidade, acredita-se, são encontrados no raciocínio. Chico Buarque, em depoimento a SUKMAN (1977: 1), diz:

> "-É impressionante a modernidade de Cartola. - diz - Sala de Recepção é construída como uma canção moderna, dá a impressão que Cartola ouvia música americana ou as canções de Tom Jobim, coisas que ele dizia não conhecer. Para mim, esse tipo de sofisticação seria natural, afinal eu ouvi Tom, que ouviu Debussy, que ouvia Ravel, e todos ouviam jazz. No caso de Cartola, acho que essa sofisticação toda ainda é um mistério."

O refinamento musical de Cartola é considerado um mistério porque, dentro dessa concepção, ele só é possível entre os detentores da cultura considerada erudita. Mas então, que mistério é esse? Ficamos surpresos com as composições desses músicos porque consideramos que só aprendemos em espaços criados formalmente para isso. Acreditamos que só aprendemos na escola, no museu, na biblioteca.

Quase sempre, a difusão desse tipo de conhecimento é desconsiderada e ameaçadora, pois se compõe de fatores educativos desconhecidos e descontrolados, em que a desordem e a aleatoridade são peças chaves de uma complexidade caótica. São sempre celebrações e atividades alegres. Assim esse conhecimento se materializa durante rituais, jogos, eventos e festas coletivas, quando os membros da comunidade se reúnem e relembram sua história. Esse tipo de discurso não se prende ao conteúdo, ele não pretende significar o uno, o que ele busca é uma performance bem realizada. Assim é um conhecimento que considera sua significação no mais extremo sentido corporal.

Tradicionalmente, observamos em vários espaços (escola, família, religião) a associação entre cultura e erudição, o que faz do conceito de cultura um redutor de diferenças étnicas, de classe e de gênero, já que não inclui os valores de toda a sociedade, mas apenas os valores dos grupos hegemônicos. Assim, bens simbólicos são destruídos, grupos sociais também desaparecem, assim como os seus modos de viver e de pensar. Saberes são ocultados, desvalorizados e esmagados. Saberes estes que nos apresentam outras lógicas e outras razões, propondo alternativas a desumanização que estamos vivendo. É o que Santos (1996) chama de "*epistemicído*", um extermínio dos saberes que se encontram em posições subordinadas perante os saberes reconhecidos socialmente. Dessa forma, ignora-se o fato dos sujeitos se diferenciarem em seus saberes, fazeres e viveres em uma busca de igualar as diferenças sob uma mesma ótica, um mesmo saber e um mesmo desejo. Faz-se, então, necessário trazer à tona a pluralidade que está oculta nessa relação, objetivando rever os modos pelos quais são legitimadas as esferas de produção e circulação dos bens simbólicos.

A maior parte da literatura pedagógica ao referir-se ao analfabetismo, trata a questão como um problema de falta de escolas e de professores. Interessa-nos a preocupação de alguns educadores1 que ao falarem sobre a exclusão, referem-se a questão curricular, afirmando que os temas selecionados para serem difundidos em instituições socialmente valorizadas (tais como escolas , bibliotecas, museus) não incorporam os valores das classes populares. Pretendemos com a nossa discussão aprofundar esse debate e construir um novo suporte teórico que demonstre que os conhecimentos que foram trazidos e construídos a partir da diáspora africana no Brasil são desconsiderados por não serem nem ao menos considerados como conhecimentos. Indo além, podemos, inclusive, caracterizar essa desconsideração como uma forma de racismo extremamente sutil, que tem contribuído com a exclusão física e simbólica de inúmeros de sujeitos dos bancos escolares.

O pensamento filosófico, ainda é considerado por muitos, como a única forma de raciocínio válida na sociedade. De uma forma geral, ele é apresentado como uma superação do pensamento mítico através do logos. Vale lembrar da

1 Refiro-me a Veiga-Neto, A.; Costa, Mariza V.; Larrosa, Jorge; Silva, T. T. ; Moreira, A. F. B. ; Alves, Nilda ; Garcia, R. L.

desconfiança com que a filosofia foi recebida numa sociedade onde a poesia, a retórica sofística e o mito permeavam todo o processo de formação cultural e de justificativa ideológica das instituições e costumes, onde as leis eram citadas poeticamente e onde a devoção para com a sabedoria era objeto dos poetas. Assim a matéria prima do ensino popular eram os mitos. Porém a partir do século XVII, a sabedoria adquirida com o emprego do método racional de examinar os problemas contrapõe-se a sabedoria tradicional. Mesmo nas filosofias mais progressistas, predomina a idéia de que o senso comum (associado ou considerado quase sinônimo de conhecimento popular) precisa ser superado para se atingir a consciência (como em Paulo Freire), ou busca-se descobrir o que pode ser considerado positivo no senso comum, para ser posteriormente refinado (como em Gramsci).

O pensamento ocidental se pretende claro, determinante, dizível, argumentativo e decifrador. Ele se estrutura através de um método, onde ele não é uma imagem ou símbolo, acreditando-se descrição e explicação da essência. A linguagem conceitual não pretende substituir as coisas, ela se considera a compreensão intelectual delas, a partir de uma análise exaustiva que quer organizar a experiência de todo universo. Essa concepção, que se considera a única forma lógica de conhecimento, declara como aparência ou ilusão as práticas que não lhe são familiares, o que não consegue compreender ou o que não deseja conhecer. Ao desconsiderarem o símbolo como conhecimento, em oposição à representação racionalista, se desconsidera também o grupo que produz esse tipo de conhecimento. Por isso esses grupos são considerados como grupos da oralidade, da festa e sem história.

O que consideramos como uma luta pela instauração de fatos na memória coletiva nacional faz parte de um conflito entre paradigmas diferenciados: um paradigma ocidental hegemônico e uma outra forma de pensar construída no Brasil e em Portugal a partir da diáspora africana.

Este tipo de conhecimento chegou ao Rio de Janeiro com os escravos provenientes dos países que chamamos hoje de Congo, Angola, Gabão, Camarões e Zaire. A grande maioria dos africanos que foram traficados para o Brasil, e que vieram especialmente para o Rio de Janeiro, pertencia ao grupo banto das nações congos ou cabindas, angolas ou ambundas, benguelas, ganguelas ou banguelas, moçambiques, entre outros.

Retirados da África sem nenhuma bagagem material, os africanos trouxeram seus corpos e suas vozes e com eles construíram a cultura brasileira. Ao serem expropriados de sua língua natal, encontraram uma nova forma para construírem suas identidade, que não se constituía apenas pelas palavras, mas também através da dança, da música e dos cultos. Só que, como essas práticas não são traduzíveis ou significadoras de sentido, mas se expressam pela força dos símbolos, constatamos até os dias de hoje uma enorme dificuldade nas relações interétnicas, pois elas são construídas a partir do pensamento lógico-racional.

Porém esse conhecimento, muitas vezes, não é considerado por não se enquadrar nos pressupostos racionalistas da lógica ocidental. É uma forma analógica de compreensão de mundo. É um conhecimento transmitido pela narrativa e não através de axiomas. Outro diferencial é que esse conhecimento se materializa durante rituais e festas coletivas, quando os membros da comunidade se reúnem e relembram sua história. Ao desconsiderarem o símbolo como conhecimento, em oposição à representação racionalista, se desconsidera também o grupo que produz esse tipo de conhecimento. O conhecimento simbólico negro-brasileiro comporta várias interpretações, não busca a hegemonia, faz com que a significação seja movente, sem destronar os princípios. Este tipo de conhecimento é contrário ao estabelecimento de códigos que representam apenas uma coisa, em uma busca pela hegemonia cultural.

O símbolo é algo que nos faz recordar alguém, uma coisa, mas também o próprio fundamento que constitui o grupo. Este relembrar é sempre organizador, pois implica no estabelecimento de um invariante em face da multiplicidade. A própria origem da palavra (syn – ballein, que significa lançar uma coisa junto com a outra, para verificar o possível ajustamento de duas metades) já nos informa sobre sua obscuridade, sua indeterminância, sua fascinação, sua dispersão em não apontar um caminho único, sua sedução na criação de um mundo análogo.

A partir das analogias e metáforas é que se organiza o discurso simbólico, que se constitui de imagens imersas em sentidos múltiplos, simultâneos, que serve para explicar coisas diferentes, ou para substituir uma coisa por outra. Quando utilizamos o fogo como símbolo, ele não vai representar nada, ele passa a ser a própria coisa simbolizada, a sua encarnação. Dentro dessa linguagem, as imagens se tornam coisas, as coisas são idéias, colocando na palavra um poder de vida e de morte. Para tanto, esse tipo de discurso não se prende ao conteúdo, ele não pretende significar, o que ele busca é uma performance bem realizada.

Os símbolos estão sempre presentes nas festas e nos rituais nos quais se conta a história do grupo. A construção do sentido é feita a partir das analogias e metáforas, que podem se instalar nos mais diferenciados lugares, onde for possível. Nesta perspectiva, se desconstrói o princípio da verdade, já que os símbolos podem ser trocados por quaisquer materiais. A significação é sempre flutuante, mas os princípios são sempre mantidos.

Em lugar do pensamento e da interpretação únicos, este tipo de conhecimento estimula a espontaneidade e a percepção das analogias.

Este saber é construído na experiência, ao lidar com conhecimentos práticos. Dentro dessa concepção, ter conhecimento não é aprender coisas, no sentido de acumulação de informações no indivíduo. Conhecimento é ter competência, sendo que essa competência é acumulada ao longo da vida. Por isso, os mais velhos são considerados mais sábios por que puderam conviver, durante sua vida – que é mais longa – com os modos de pensar construídos pelo grupo. A apreensão desse tipo de conhecimento, que é extremamente complexa e erudita, é bastante lenta, construído através de um processo de iniciação. A forma simbólica com que o negro brasileiro, tanto nas comunidades de samba, como nas

comunidades de candomblé, se relaciona com o real, afirma a resistência da significação, materializando o mistério, o estranho, através de jogos e mitos que buscam ocultar a essência da verdade, a concepção de trabalho ocidental (como tripallium) e a lógica formal.Por tudo isso, consideramos que a forma de utilização dos símbolos, de lembrar e esquecer coisas, são modos de organização da cultura, implicadas na trama singular da existência vivida ou na experiência histórica de um povo.Apesar do fracasso do projeto iluminista universalista ocidental, poucos são os autores que vêm discutindo uma ruptura com o paradigma hegemônico. Especificamente refiro-me a Boaventura de Souza Santos, que vem propondo um movimento (ainda, segundo ele, não possível) de rompimento com o que ele chama de paradigma da modernidade, apontando para a construção de um outro paradigma (ou pelo menos para o reconhecimento da existência dele) a partir da relação com o senso comum, que não estaria mais do lado oposto da ciência e que não poderia mais ser considerado como algo dificultoso na obtenção do conhecimento.Só assim, considerando esses conhecimentos é que eles poderão ser difundidos em instituições valorizadas socialmente e, especialmente, nas escolas.

A imposição de uma forma de pensar baseado no racionalismo , desconsidera outras formas de construir conhecimento, afastando cada vez mais crianças, jovens e velhos que ainda se vêem ligados a formas tradicionais de conhecer o mundo da possibilidade de letramento. Considera-se que todas as formas de organização ou de expressão que não pertençam a esse paradigma devam ser excluídas ou transformadas para melhor, negando-lhes uma territorialidade. A pretensão de uma homogeneização universalizante desconsidera outras formas de se fazer história, que não estejam dentro dos padrões europeus. Sendo assim, a vitória do pensamento lógico racional é a garantia da superioridade e a hegemonia do paradigma civilizatório europeu e a sua universalização, tendendo a reprimir como selvagem quem está fora dele2. Como então pensar/fazer a escola , esta instituição construída pelo pensamento ocidental como um lugar para esses sujeitos ? E como eles podem ter sucesso na escola sem precisarem abandonar suas formas de pensar /fazer ?Ou mais: como fazer com eles sintam orgulho de suas formas de construção de conhecimento?

Vamos, a seguir apresentar algumas reflexões3 que foram feitas a partir de experiências importantes rumo à promoção do respeito e da igualdade no ambiente da escola. Na Escola Municipal Georg Pfisterer, situada no bairro do Leblon, área nobre da cidade do Rio de Janeiro e atendendo alunos, principalmente, das comunidades da Rocinha – destaca-se por ter sido a maior favela do Brasil, contando, atualmente, segundo o último censo, com cerca de 56 mil moradores -; do Vidigal – ganhou esse nome do ex-comandante da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, no século XIX – e da Cruzada São Sebastião – um conjunto habitacional localizado no bairro do Leblon, os primeiros moradores eram oriundos da favela vizinha da Praia do Pinto.

Através do CEST (Centro de Estudo do Estudante), disciplina essa que não existe um conteúdo fechado, o que há é uma possibilidade de estudos diversos, verificando a necessidade da turma. Apresentei a proposta para os alunos da turma 1901 ((9º ano do ensino fundamental) de estudarmos através da poesia, escritas e vídeos a influência negra no Brasil. Essa iniciativa atende aos propósitos da Lei nº 10.639, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica. Também apresentei o tema para outras turmas da escola sem prévio estudo. Assim, como no Ciep 369 Brizolão jornalista Sandro Moreyra, no bairro Jardim Primavera, em Duque de Caxias; cidade da periferia do Rio de Janeiro, que em 1888 com a abolição dos escravos a região da baixada Fluminense as obras de saneamento básico foram abandonadas, houve uma atraso nas condições propícias à saúde e várias enfermidades surgiram; em 1943 o município é emancipado, várias pessoas chegam a região oriundas principalmente de região Nordeste do Brasil. Em turmas do Ensino Médio. Considerando a importância do tema para interferir no processo de produção de desigualdades étinico-raciais e do racismo foram desenvolvidos reflexões sobre a dinâmica das relações social-raciais vivenciadas nesse espaço. Uma vez reconhecida à presença do racismo, do preconceito e da discriminação racial na sociedade, verificamos a reprodução desses problemas no cotidiano escolar de forma consciente (na fala de professores se referindo a alunos negros: *"favelados imbecis..."*, "*... são todos burros*!") e inconsciente (freqüentemente os alunos afro-descendentes se refere aos seus cabelos como ruins) ou durante a exibição do vídeo **A Cor da Cultura** no episódio **A Fé** provocou risos e fala do tipo:

> "Eu achei esse Documentário não é bom para mim mas para uma pessoa com culturas eleva deve achar ótimo isso deve acontecer porque o meu nível de cultura e de inteligência muito baixo hoje eu não gosto mais quem sabe mais pra frente la pra 2020..." (Diego Souza, 17 anos, negro, católico, GP).

Ou ainda:

> "Isso é interessante, da pra ver que eles tem muita fé, é a primeira vez que eu vejo esse vídeo. Essa coisa de orixá, eles se sentem leve, feliz, é estranho" (Elisa Maria, 15 anos, negra, católica, GP). "Minha religião não permite, a essa religião, sou evangélica. E não gosto da religião (macumba)" (Gabriela da Silva, 15 anos, parda, evangélica, GP).
>
> "Eu respeito todas as religiões, não tenho nada contra. Acho particularmente a Macumba uma obra prima por tudo dança, costumes e crenças e me lembra muito a capoeira. Essa cultura africana veio ao Brasil e deu bastante certo" (Michael dos Santos, 17 anos, pardo, religião... GP).
>
> "A religião ai religiões africanas são um tanto primitivas, ao meu ver. Elas tentam explicar fenômenos naturais por meio de deuses. Tais fenômenos já foram explicados pela ciência" (Bianca Leite, 18 anos, branca, evangélica, ciep 369).

2 Cf. Sodré, Muniz. Claros e Escuros. Identidade , Povo e Mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

3 O registro desses depoimentos foi realizado pelo professor Guilherme Robson da Silva, co-autor desse texto.

> " Sobre candomblé, não tenho muito a dizer ainda não conheço o suficiente para opinar (nem pretendo conhecer). Mas o pouco que conheço não creio muito nesta religião. Prefiro acreditar em Deus do que em orishás." (Gabriel dos Santos, pardo, sem religião, ciep 369).

Não podemos discutir essas discriminizações sem passar pela memória pessoal, geracional ou pública sem desconsiderar a enorme influência de novas tecnologias de mídia como veículo para todas as formas de memória. O filósofo francês Jean-François Lyotard argumentou que o reconhecimento dos outros como outros – com suas histórias, aspirações, mundos vividos e concretos – são de suma importância.

O autoconceito, assim, é moldado por uma experiência particular – sem igual -, em um sistema interativo que inclui a família e sua cadeia social primária de amigos e família e organizações significantes. Entretanto, o autoconceito que emerge nesse processo influencia o desempenho e a performance individual na escola e na vida.

A aluna Gabriela da Silva (15 anos, parda, evangélica, GP) diz:

> "minha religião não permite, a essa religião, sou evangélica. E não gosto da religião (macumba)".

Os mitos das religiões afro-brasileiras são baseados nas tradições e lendas feitas para explicar o universo, a criação do mundo, fenômenos naturais e qualquer outra coisa a que explicações simples não são atribuíveis. E, aí, quiçá, o conflito com uma geração sobre a doutrina evangélica, onde a praticidade e o pragmatismo são claro e evidente, pois esse Deus-protestante é imediato na relação corpo-alma-economia.

O entendimento sobre o desenvolvimento e a construção da auto-estima, do autoconceito e da identidade nos leva a crer que a despreocupação com a convivência multiétnica quer na família, quer na escola, concorre para a construção de indivíduos preconceituosos e discriminadores. O autoquestionamento dessa questão pode levar inúmeras crianças e adolescentes a cristalizarem aprendizagens baseadas, muitas vezes, no comportamento acrítico dos adultos à sua volta. Pois, as gerações que antecederam a essa (responsaveis e professores) tiveram toda uma educação folclorizada do elemento negro na cidade do Rio de Janeiro.

Fala-se tanto hoje em ecologia; homem versus natureza. Mas será que essa devastação é apenas material? Bens simbólicos também são destruídos. Grupos sociais também desaparecem, assim como os seus modos de viver e de pensar. Saberes são ocultados, desvalorizados e esmagados. Saberes estes que nos apresentam outras lógicas e outras razões, propondo alternativas a desumanização que estamos vivendo. É o que ZUMTHOR(2000: 373) chama de "*epistemicído*", uma tentativa de extermínio dos saberes e paradigmas que se encontram em posições subordinadas perante os saberes reconhecidos socialmente, destacando que

> "A destruição de velhas culturas veneráveis desnuda a humanidade inteira, despossuída de seu trabalho milenar, de sua memória, de seus mortos; expulsa do aconchego de comunidades em recorte real embora incerto sobre o mundo enquanto que o nosso certo é cada vez mais irreal." (ZUMTHOR , 1996:293)

Acreditamos que as visitas exploratórias servirão para reunir especialistas angolanos, cabo-verdeanos, portugueses e brasileiros, propondo uma reflexão sobre as possibilidades de manutenção, difusão e visibilização de práticas e de espaços de construção de conhecimento que consideram e valorizam uma outra forma de pensar o mundo. Sendo que dessa forma elas poderiam ser vistas com outros olhos, assim como seus produtores. Poderiam também contribuir com a produção de conhecimento nas escolas ao investigar se causaria algum tipo de impacto na exclusão das crianças negras nas escolas públicas no Brasil e nos países participantes do programa de cooperação. Finalmente, poderemos produzir, conjuntamente, um trabalho que venha contribuir com a difusão e valorização de um paradigma de conhecimento que, ao ser investido de poder, contribuirá com a utopia.

Referências bibliográficas:

ABREU, Martha. Invenção de um país festivo. ***Jornal do Brasil***, Rio de Janeiro, 6 maio 2000. Caderno Idéias especial, p. 6.

BARATA, Denise. ***O Partido Alto na Paisagem Sonora do Rio de Janeiro***. 2004.Tese de Doutorado. Programa de Comunicação e Semiótica, PUC-SP.

BOAVENTURA, Sílvia M. O samba diz ... Correio, p. 12, ano II, no. XLVII, de 14 a 28 fev. 1998.

BONVINI, Emilio. Tradição oral afro-brasileira. As razões de uma vitalidade. ***Projeto História: História e Oralidade***. São Paulo, no. 22, pp.37-48, jun/01.

ENDERS, Arnelle. História do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Griphus, 2002.

FERREIRA, Jerusa Pires. Cultura e memória. ***Revista USP***, São Paulo (24): 114-120, dezembro/ fevereiro, 1994/1995.

GILROY, Paul. ***O atlântico negro: modernidade e dupla consciência***. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. 34/UCAM, 2001.

HALL, Stuart. ***A identidade cultural na pós-modernidade***. Rio de Janeiro: DP e A Editora, 1998.

MEDEIROS, M. A. A***. O elogio da dominação***. Rio de Janeiro: Achiamé, 1989.

MOURA, Roberto. ***Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro***. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1995.

RICOEUR, P. et al. ***As culturas e o tempo***. Petrópolis: Vozes, 1975.

ROCHA, Oswaldo Porto. ***A era das demolições – cidade do Rio de Janeiro 1870-1920***. Rio de Janeiro: Ed. da Prefeitura do Rio de Janeiro, 1986.

SANTOS, Boaventura de Souza. ***Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade***. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. ***A crítica da razão indolente***. ***Contra o desperdício da experiência***. São Paulo: Cortez, 2000.

SNYDERS, Georges. ***A escola pode ensinar as alegrias da música?*** São Paulo: Cortez, 1992.
SODRÉ, M. ***O terreiro e a cidade. A forma social negro-brasileira***. Rio de Janeiro: Imago/Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2000.
Claros e escuros. Identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.
Samba, o dono do corpo. Rio de Janeiro: Mauad, 1988.
ZUMTHOR, Paul. A letra e a voz. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
. ***Introdução à poesia oral***. São Paulo: Hucitec, 1996.

Nação, Estado e sistemas políticos

Intelectuais ibgeanos: quesito raça/ cor e o projeto de nação e modernização brasileira (1936-1960)

Alessandra Nascimento
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
alesantosnas@yahoo.com.br

***Resumo*:** Este trabalho visa fornecer uma interpretação sobre a contribuição de parte da intelectualidade ibgeana para a caracterização da nação brasileira, no contexto de modernização institucional implementada pelo Estado (1936-1960). Para isto irá abordar as principais idéias que orientaram a criação do sistema classificatório racial presentes nos periódicos do IBGE: *Revista Brasileira de Geografia* e *Revista Brasileira de Estatística*. A hipótese que norteou o trabalho consistiu na idéia segundo a qual as revistas de *Geografia* e de *Estatística,* ao passo que proporcionaram um quadro de referências para a organização institucional do país, desenvolveram um perfil identitário para IBGE e para o Brasil, sendo a elaboração dos diferentes quesitos o resultado deste processo. A partir da interpretação dos dados podemos apontar que o Instituto ao construir o quesito raça/cor consolidou uma visão de identidade nacional marcada pelo ecletismo. Revelou como representante da *intelligentsia* ibgeana Fernando de Azevedo – como articulador teórico e político. E que este intelectual estabeleceu uma abordagem que reconhecia na tradição as possibilidades da modernização como prática e da modernidade enquanto valor, através de suas idéias-sínteses sobre raça, cultura, etnia e nação difundidas nos referidos periódicos. Foi na obra, *A Cultura Brasileira*, que Azevedo representou um dos melhores exemplos do ecletismo ibgeano ao reconhecer e valorizar contribuições teóricas diversas como as proporcionadas por intelectuais como Gilberto Freyre e Oliveira Vianna. Os recenseamentos nacionais, e demais trabalhos realizados pelo IBGE, contribuíram para consolidar o projeto de Brasil como uma nação misturada, harmônica, inclusiva e moderna.

IBGE: história institucional e quesito raça/cor na construção da nação

No Brasil, a partir da década de 1930 o Estado avaliava que era necessário:

> [...] um padrão mais racionalizado de informações relativas ao quadro territorial brasileiro em seus aspectos físicos, político-administrativos, cartográficos e agrários, com vistas a fornecer subsídios tanto para os programas político-econômicos do governo quanto para os programas especiais de cada Ministério (Penha: 1993, 74).

Neste contexto, o Estado passou a não medir esforços para produzir e difundir informações estatísticas visando orientar a formulação das políticas públicas nas diferentes instâncias governamentais.

Historicamente, a preocupação com o "*padrão mais racionalizado de informações*" teve início com a criação da Diretoria Geral de Estatística (DGE) em 1871. Esta diretoria assegurou a realização do primeiro recenseamento geral em 1872, contudo, foi desestruturada após o referido trabalho, sendo revitalizada somente em 1907 por Bulhões de Carvalho. Ao criar o Conselho Superior de Estatística (CSE), Bulhões de Carvalho deu o primeiro passo para o desenvolvimento do Sistema Estatístico Nacional (SEN). Ou seja, implantou um órgão que, respeitando os princípios constitucionais – os quais asseguravam autonomia na produção das estatísticas municipais, estaduais e federais – permitiria iniciar um sistema estatístico integrado. No entanto, vale destacar, que a consolidação de tal sistema só ocorreu com a construção do Conselho Nacional de Estatística (CNE) em 1936. Um dos intelectuais vinculados ao legado de Bulhões de Carvalho foi Mário Augusto Teixeira de Freitas, o qual contribuiu para efetivar o projeto de integração do sistema estatístico, tendo inclusive, seu nome diretamente relacionado à criação e a história do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No Brasil a presença de um pensamento geográfico sistemático se efetivou através da criação do Conselho Nacional de Geografia (CNG) em 1937 e do IBGE em 1938. Esta instituição consistiu no produto da integração dos Institutos Nacionais de Estatística e de Geografia no contexto da centralização política do Estado Novo.

Após a realização do primeiro grande recenseamento do século XX (o de 1940) e da organização de algumas publicações importantes, o IBGE entra em crise na década de 1950 (Câmara, 1951; Lopes, 1952). A crise do Instituto resultou das análises das suas práticas estatísticas. O trabalho que desencadeou este processo foi escrito por Lourival Câmara, em resposta a uma solicitação da direção do IBGE. Câmara, após analisar as práticas realizadas pelo CNE de 1936 a 1951, afirmou que as estatísticas básicas eram insuficientes e de má qualidade, e que foram negligenciadas para satisfazer um número excessivo de estatísticas secundárias. Outros problemas diagnosticados foram: o atraso na publicação dos resultados, o alto valor e a duvidosa precisão dos levantamentos. Segundo Câmara, este quadro era agravado pela insuficiente formação profissional.

A crise do Instituto gerou duas conseqüências para o IBGE: a primeira, a criação da Comissão Técnica de Revisão das Campanhas Estatísticas (CTRACE) para avaliar a escolha dos levantamentos a serem realizados, ajustando-os a realidade brasileira do período, e a segunda, a fundação da Escola Brasileira de Estatística para formar pessoal qualificado. Tais conseqüências foram favorecidas pelo contexto internacional, no qual figurava organismos interessados na padronização das estatísticas das Américas.

Nas décadas de 1950 e 1960, a teoria do Poder Nacional elaborada no âmbito da Escola Superior da Guerra foi difundida no e pelo IBGE através de cursos, palestras, congressos, bem como em seus periódicos: *Revista Brasileira de Estatística* e *Revista Brasileira de Geografia* (Guerra, 1963; Bernardes, 1996). As relações entre a Escola da Guerra e o IBGE foram significativas ao considerarmos que, indiretamente, a teoria do Poder Nacional contribuiu para o fortalecimento do Instituto como órgão central da produção de estatística e serviu, simultaneamente, como justificativa teórica e política para a ampliação da participação das forças armadas na vida nacional brasileira.

O IBGE em 1967 tornou-se uma Fundação, isto resultou em recursos estáveis para efetivação tanto das estatísticas primárias quanto das derivadas e para a aquisição de novas tecnologias de levantamento e de apuração dos dados, o que propiciou, em última análise, uma modernização na estrutura física e organizacional, requerendo inclusive, alterações nas práticas dos servidores.

O ano de 1977 expressou o deslocamento no interesse da produção estatística ibgeana do Estado para a sociedade:

> [...] Pela primeira vez evidencia-se a definição das informações segundo as necessidades dos usuários, modernizando-se dessa forma a concepção adotada até aquele momento, que era a produção de estatísticas de interesse do Estado. A influência e interação com a comunidade científica é intensa e vários assuntos são introduzidos, visando ao maior estudo das condições econômicas e sociais da sociedade [...] (IBGE: 1992, 36).

No âmbito externo ao IBGE, mas interno ao Brasil, nas décadas de 1950 e 1960, iniciou-se uma série de críticas pontuais à forma como os quesitos de interesse social foram construídos, sugerindo inclusive, possíveis problemas que seriam derivados da utilização de tais quesitos na implementação das políticas públicas. No entanto, somente a partir de meados da década de 1970, é que efetivamente tais críticas também partiram da intelectualidade ibgeana, o trabalho de Tereza Cristina Costa (1974) exemplifica esta situação no que tange ao quesito raça/cor. A respeito deste quesito é significativo destacar que apesar de críticas cada vez mais incisivas, o mesmo se manteve inalterado até a década de 1990 – com a inserção da categoria indígena.

A década de 1980 trouxe a preocupação do IBGE

> "[...] em reafirmar 'o propósito de abrir a Casa ao usuário, para que não só o Governo Federal, mas toda a sociedade [pudesse] influenciar sua atividade-fim'" (IBGE: 1992, 36).

Nas décadas seguintes, aprofundou-se o processo de abertura, e, consequentemente, as exigências e as críticas por parte da sociedade civil em relação à produção do quadro oficial da situação econômica e social do Brasil. Contudo, ainda continua a disputa em torno dos indicadores que configuram o supracitado quadro, sugerindo como uma tendência do século XXI: a demanda crescente por parte da sociedade civil da observância não apenas dos recortes de gênero e faixa etária, mas também de raça/cor em todos os indicadores.

Octavio Ianni, ao analisar a questão racial no país, apontou para as condições da produção das estatísticas com recorte de cor:

> "[...] As dificuldades que os órgãos censitários têm encontrado na pesquisa dos grupos de 'cor' da população brasileira sempre foram grandes, pois a conotação social da 'raça' tem impedido o levantamento rigoroso dos dados." (1988, 25-26).

Este autor, ao afirmar que a "conotação social da raça" favoreceu o impedimento do rigor nos levantamentos censitários, expôs um problema que deve ser cuidadosamente considerado: o preconceito racial no Brasil tem dificultado a construção de estatísticas que contribuam para assegurar políticas públicas voltadas para garantir uma cidadania real e não apenas formal tanto para os grupos negros – e seus descendentes – quanto para outras minorias, historicamente discriminadas no país.

As revistas de *Geografia* e de *Estatística* do IBGE desempenharam um papel importante na formação dos profissionais e na difusão externa das produções do Instituto. Nesta perspectiva, foram instrumentos significativos para observarmos o desenvolvimento do referencial teórico que influenciou as construções e as análises dos quesitos censitários. Tais revistas ao passo que proporcionaram um quadro de referências para a organização institucional do país, desenvolveram um perfil identitário para o Brasil e para o IBGE. Os diferentes quesitos elaborados pelo Instituto – para explicar a realidade brasileira e propor alternativas aos seus problemas – expressaram o resultado deste processo. No entanto, enfocaremos neste trabalho somente os elementos conceituais que informaram nestes periódicos a construção do quesito raça/cor, por entendermos que tal quesito dialogou e dialoga direta e indiretamente com o tema da identidade nacional e, desse modo, com o projeto de nação e de modernização brasileira.

No âmbito político, o período considerado pelo presente trabalho (1936 a 1960) contempla a efetivação de uma idéia de Estado–nação pelo governo de Getúlio Vargas (1930 a 1954) – em processo já no século XIX – e que encontrou continuidade, guardando as devidas proporções, no governo de Juscelino Kubitscheck (1956-1960). Ou seja, uma idéia segundo a qual o Brasil era um país que reconhecia a existência e a força do Estado por um lado, e por outro, a necessidade de se construir o "povo", tendo como horizonte a modernização como prática e a modernidade como valor.

Outro aspecto que influenciou o recorte temporal (1936 a 1960) foi o fato de 1936 ter sido o ano de fundação da célula inicial do IBGE, ou seja, de criação do CNE, e com isto, o começo da fase moderna dos censos no Brasil. Já o período de 1950 até 1960 foi significativo por apresentar a primeira crise do Instituto e a sua superação.

Vale ressaltar, que a década de 1960 evidenciou o início de uma ruptura considerável em termos teóricos e políticos, interna e externa ao IBGE e ao país, a qual em virtude de sua abrangência e complexidade, não poderia ser aqui tratada de forma satisfatória. Sendo assim, serão realizados apenas alguns apontamentos sobre parte deste processo de ruptura e suas conseqüências nas décadas posteriores.

A ruptura em termos políticos caracterizou-se pelo desencadeamento de vários golpes militares em diferentes continentes (no Americano, podemos destacar entre outros, o Golpe de 1964 no Brasil) assim como de processos "revolucionários" para acabar com a situação colonial; o surgimento e o fortalecimento de vários movimentos sociais, entre outros. Já em termos teóricos, se evidenciou através do "*movimento de avaliação*" – iniciado após a Segunda Grande Guerra, mas intensificado e difundido na década de 1960 – da utilização do conceito de raça para justificar o nazi-fascismo e o holocausto. E da discussão sobre as possibilidades do conceito de etnia enquanto um novo referencial para a classificação censitária em diferentes países.

No Brasil, o diagnóstico realizado pelos intelectuais da Escola Paulista de Sociologia na década de 1960, sobre as desigualdades sociais no país, deslocou a importância conceitual das teorias raciais e instituiu em seu lugar, um processo intenso de afirmação e de legitimação da vertente explicativa marxista, centrada no conceito de classe social. Tem-se como um dos resultados do enfoque teórico desta "*Escola"* a consolidação do tratamento da questão indígena mediante o conceito de etnia e o da temática negra, através do conceito de classe social.

Grosso modo, é possível apontar que o conceito de etnia encontra-se, teoricamente, próximo do conceito de raça, pois ambos resgatam uma dimensão de origem comum e permitem elaborar tipos de identidade coletiva. Por outro lado, o conceito de classe social possibilita, a partir da idéia de mobilidade social, uma saída teórica e/ou real, coletiva e/ou individual que encontra sua base no questionamento das desigualdades sociais sob a óptica da relação unívoca entre esforço pessoal e sucesso. Uma vez que a adoção de um determinado conceito contribui para tipos distintos de identificação e de solidariedade, ela também influencia diferentes formas de atuação e reivindicação junto ao poder público. Ao menos enquanto hipótese, semelhantes considerações nos permitem vislumbrar o significado da disputa em torno das categorias sociais que formaram e formam o sistema classificatório racial oficial e o esforço para amenizar e para não publicizar a existência do dissenso com relação às mesmas.

Revistas de Geografia e de Estatística: facetas da intelectualidade ibgeana

As revistas eram publicadas trimestralmente até a década de 1980. Neste período, a *Revista Brasileira de Estatística* passou a ser semestral. E, em ambos os periódicos houve mudanças significativas no formato: a supressão de seções de cunho histórico e a ênfase em artigos sobre o desenvolvimento teórico e empírico das áreas de Geografia e de Estatística.

Outro aspecto das revistas foi o fato das seções (de 1936 até a década de 1960) aparecerem, desaparecerem e reaparecerem em suas páginas sem maiores explicações. De forma bastante resumida é possível apontar a tabela abaixo como expressiva das principais seções presentes nas revistas de *Estatística* e de *Geografia*:

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA – SEÇÕES	REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA – SEÇÕES
Através da Imprensa	Comentários
A Estatística na opinião dos Mestres	Inquéritos Geográficos
Estudos e Sugestões	Noticiário
Informações Gerais	Relatórios, Resoluções e Leis
Bibliografia	Tipos e Aspectos do Brasil
De ontem e de hoje	Vultos da Geografia do Brasil
Notícias sobre o desenvolvimento da Estatística	
Resenha	

Fonte: Tabela didática elaborada pela autor

Para contemplar a construção do perfil institucional do IBGE é que foram selecionados os volumes das décadas de 1930 a 1960 e abordadas somente algumas seções de ambas as revistas.

Seja a *Revista de Geografia*, seja a *Revista de Estatística*, apresentou um papel significativo na formação dos profissionais do IBGE, atuando como veículo interno do Instituto para a difusão de novas teorias e metodologias. E externo, para a cooperação científica com outras instituições de pesquisa nacionais e internacionais, assim como para a publicação dos resultados das pesquisas para as diferentes instâncias administrativas do país. Resulta disto, as revistas serem loci privilegiados para acessar o referencial teórico das categorias sociais que compõem o sistema classificatório racial ibgeano.

Um dos grandes desafios deste trabalho foi criar parâmetros interpretativos adequados, condizentes com o material levantado nos periódicos, buscando de um lado, respeitar a existência de influências teóricas, preocupações e propostas recorrentes ao longo do período trabalhado (1936–1960), e de outro, evitar o estabelecimento de linhas de continuidade para revelar um sentido e uma unidade últimos à produção dos diferentes autores.

Ao trilharmos os caminhos sugeridos pelo material das revistas, entramos em contato com uma produção política e intelectual que se deu no cotidiano das décadas de 1930 a 1960, cuja intensidade e diversidade não se esgotaram no recorte por nós realizado. Acompanhando as pistas lançadas nas diferentes seções e textos das revistas, agrupamos as produções, segundo os temas: *educação, saúde, imigração e colonização, divisão do território nacional, segurança, unidade* e *organização nacional*. Este agrupamento nos foi insinuado, primeiramente, a partir da leitura flutuante, e confirmado pela análise de conteúdo das revistas (Bardin, 1977). A leitura flutuante se orientou para a busca, a seleção e a pré-interpretação de determinados termos (*cultura, raça, nação, imigração, colonização, segurança, saúde, organização e educação nacional*). A principal característica deste procedimento foi assegurar, a partir da confirmação e/ou exclusão destas palavras, a escolha e organização dos textos das revistas, ou dos fragmentos destes textos, que serviriam para nortear as idéias apresentadas neste trabalho.

Percebemos que os textos das revistas expressavam os pilares do pensamento ibgeano, entre outras razões, pelo fato dos autores, em sua maioria, pertencerem ao corpo de servidores do Instituto ou serem seus colaboradores. Como exemplo de colaboradores importantes tem-se os *consultores técnicos*. A maneira como estes eram selecionados explicita a forma como eram reconhecidos pelo IBGE. De acordo com os dirigentes do Instituto, os consultores:

> "[...] deverão ser cidadãos de notável cultura e de reconhecida especialização na seção técnica que lhes for atribuída" (INE: 1937, 59)1.

Sendo assim, ao conhecermos os consultores podemos ter algumas pistas sobre o perfil eclético do Instituto, assim como sobre a dimensão da influência do pensamento ibgeano na sociedade brasileira, uma vez que tais consultores pertenciam às elites intelectuais e políticas do país.

1 É importante ressaltar que a Revista de Estatística e Economia mudou seu nome para Revista Brasileira de Estatística, a partir do final da década de 1930 e início da de 1940.

Nesse trabalho, elites intelectuais e políticas compreendem um conjunto de pessoas cuja produção cultural e intelectual possuía uma dimensão política prática, capaz de influenciar as diretrizes adotadas pelos Governos das esferas federal, estadual e municipal. Deste modo, tais consultores compunham uma *intelligentsia,* nos termos de Martins (1987), preocupada em desenvolver e, em alguns casos como o de Fernando de Azevedo, em propor e executar políticas públicas para assegurar a unidade nacional a partir da organização institucional. Para compreendermos esta particularidade da *intelligentsia ibgeana* basta que consideremos o exemplo de Azevedo: ele foi consultor técnico do IBGE por mais de dez anos e atuou como um dos principais organizadores do sistema nacional brasileiro de educação a partir da década de 1930. As concepções de Azevedo e de seu grupo sobre este sistema marcaram as propostas efetivadas pelo Governo Federal (Cardoso, 1982).

Dentre o corpo de consultores técnicos, pode-se destacar Fernando de Azevedo, como já mencionado, Azevedo Amaral, Roquette Pinto, Oliveira Vianna, Everardo Backheuser, Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Lourenço Filho, Lourival Câmara, Delgado de Carvalho, Padre Leonel Franca, Carneiro Filipe, Lourival Fontes, Afrânio de Carvalho, Giorgio Mortara, Manuel Diégues Jr., entre outros. A quantidade de artigos publicados pelos consultores assim como o tempo de atuação nesta função, variou. No entanto, deve-se ressaltar que independentemente da quantidade de artigos, estes e outros intelectuais, em maior ou menor proporção, foram fundamentais na institucionalização do IBGE e na caracterização das avaliações e das proposições sobre o projeto de nação e de modernização do Brasil, no período de 1936 a 1960.

Fernando de Azevedo tornou-se figura chave no interior do Instituto a partir da obra *A Cultura Brasileira*2, a qual consistiu na introdução das publicações do primeiro recenseamento geral do IBGE, ocorrido em 1940. Ao elaborar a síntese da cultura institucional do Brasil, o livro *A Cultura Brasileira*, propiciou os nexos entre os esforços teóricos e práticos de Fernando de Azevedo e os do Instituto para compreender e organizar o país. Partindo do pressuposto que a elaboração de um projeto teórico traz consigo um projeto político assim como uma "*visão de mundo*", salienta-se a importância que o referido estudo apresentou ao orientar os discursos ibgeanos e consolidar dentro e fora do IBGE a expressão "*cultura brasileira*". Tal expressão – e título da obra de Azevedo (1996) – foi responsável por não suscitar contradições entre os discursos: funcionalista (de Malinowisk), racialista (de Romero e Vianna) e culturalista (de Boas e Freyre etc.), e, sim, explorar possíveis convergências na construção de um país marcado por disparidades sociais e físicas, fornecendo-lhe um lugar singular na história da cultura ocidental. Fernando de Azevedo influenciou significativamente o reconhecimento dos referidos autores nacionais e estrangeiros e de suas formulações nas páginas das revistas de *Geografia* e de *Estatística.* Pode-se afirmar que seu trabalho no IBGE contribuiu para assegurar a institucionalização de um legado intelectual sobre o "*Brasil nação*" que privilegiou o ecletismo e a ambigüidade nos discursos.

Além da diversidade de seus consultores, uma outra maneira de apreendermos a influência exercida pelo IBGE sobre a produção intelectual brasileira foi atentarmos para as relações que o mesmo mantinha com diversas instituições do país. Semelhantes relações foram compreendidas em uma perspectiva histórica a partir das considerações presentes nas seções **Vultos da Geografia do Brasil** (*Revista de Geografia*) e **Vultos da Estatística Brasileira** (*Revista de Estatística*). E, em uma abordagem cotidiana, a partir de ponderações presentes nas seções **Noticiário e Relatórios, Resoluções e Leis** (ambas da *Revista de Geografia*), e **Notícias sobre o desenvolvimento da Estatística e Resenha** (ambas da *Revista de Estatística*). As seções **Noticiário e Relatórios, Resoluções e Leis** permitiram-nos acompanhar as realizações dos Conselhos de Geografia e de Estatística – em especial do primeiro – na vida social, política e cultural ibgeana, brasileira e internacional.

Para compreender a natureza das relações que o IBGE mantinha com diversas instituições do país, no trabalho cotidiano do Instituto, observemos as palavras de Macedo Soares, presidente desta instituição no período, na seção Relatórios, Resoluções e Leis:

> [...] cooperam, filiadas ao nosso sistema uma expressiva constelação de instituições culturais — o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Brasileira de Ciências, o Clube de Engenharia, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a Associação de Geógrafos Brasileiros (SOARES: 1941, 745).

Trata-se de relações de cooperação, parceria e afinidade cultural, política e institucional, algumas das quais tiveram seu início no século XIX. Este foi o caso da relação com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Isto nos foi sugerido através da interpretação das seções **Vultos da Geografia** e **Vultos da Estatística Brasileira**. Entretanto, faz-se necessário ressaltar que não foi a instituição IBGE que estabeleceu relações com o IHGB – no século XIX –, e sim parte de seus intelectuais que permaneceu atuando direta – segundo sua presença enquanto membro da instituição – e indiretamente – através de seu legado intelectual – em ambas as instituições, Oliveira Vianna e Roquette Pinto foram exemplos disso.

Através dos seus intelectuais, o IBGE e as instituições "*filiadas*" elaboraram uma rede de noções teóricas, visões políticas e institucionais que moldaram algumas características fundamentais em sua organização e no seu arcabouço conceitual. Talvez, a principal delas, tenha sido o constante diálogo com o passado mediante o reconhecimento do valor das tradições. Atribui-se às últimas um sentido moderno, daí não falar em passado como concepção de algo que deveria ser superado, e sim que apontava para o futuro, mas que ainda não possuía os meios de sua concretização. A noção de continuidade implícita nesta abordagem, resulta das idéias apresentadas no material de ambas as revistas.

Em outro momento da seção **Relatórios, Resoluções e Leis**, Macedo Soares prossegue falando sobre as relações institucionais que o IBGE mantinha, nos seguintes termos:

---

2 A primeira publicação desta obra ocorreu em 1942.

> "[...] Também podemos lembrar a simpatia com que a Imprensa Brasileira e as organizações religiosas nos vêem acompanhando e auxiliando [...]" (1941, 748).

Faz-se necessário, neste contexto, expor algumas considerações sobre a Imprensa Brasileira e a Igreja. Sobre a primeira, a maior parte pertencia ao Governo ou funcionava sob sua vigilância e censura. A fala de Soares se refere à imprensa oficial, sem abertura para questionamentos, o que foi característico, particularmente do período do Estado Novo. No que tange à Igreja, 1940 marcou um estreitamento das relações entre a mesma e o IBGE. Semelhante aproximação foi perceptível na organização do primeiro recenseamento geral do Instituto em 1940: a Igreja auxiliou na campanha censitária de forma decisiva. Os religiosos contribuíram no convencimento da população para que a mesma aceitasse receber os agentes recenseadores nas residências. A relação entre IBGE e Igreja pode ser bem dimensionada ao considerarmos o reconhecimento do Instituto ao papel civilizacional da Igreja Católica no Brasil, desde a colonização. Macedo Soares forneceu-nos alguns apontamentos sobre o referido papel ao escrever uma carta endereçada a Pio XII, em 1940, a qual foi publicada na seção **Resenha** da *Revista Brasileira de Estatística*:

> [...] A doutrina social da Igreja Católica, inspirada nas lições divinas do Evangelho e no profundo conhecimento da natureza humana, afigura-se-lhe, por isso, não só a mais harmoniosamente afinada com as tradições históricas de um povo que nasceu e se formou à sombra protetora da Cruz, senão também a mais eficientemente adaptada às exigências múltiplas e complexas do nosso reajustamento social. Animado desta íntima persuasão, julgou o Instituto dar às considerações inspiradoras de sua resolução o mais expressivo relevo e a chancela de uma consagração singular com o apelo "à mais alta, mais exigente e mais universal autoridade moral no seio da sociedade humana – a do Soberano Pontífice da Igreja Católica" (Soares: 1940, 599, aspas do autor).

A resolução ibgeana encaminhada para receber os votos e a benção papal foi elaborada em 1939 e denominada de *Resolução nº. 127*. Versava sobre a política brasileira de assistência social e pretendia assegurar para todos os trabalhadores um nível uniforme de conforto e de dignidade. Percebe-se, a partir dos estudos publicados na década de 1950 do e pelo IBGE3 e os patrocinados pela UNESCO4, que tal uniformidade esbarrou nas fronteiras raciais e étnicas.

Inúmeros geógrafos e estatísticos compuseram o corpo institucional fixo do IBGE e produziram textos fundamentais para compreensão dos diagnósticos feitos pelo Instituto e das propostas efetivadas pelos Governos. Todavia, correndo o risco de sermos por demais sintéticos, gostaríamos de ressaltar três nomes, José Carlos Macedo Soares, mencionado anteriormente, Mário Augusto Teixeira de Freitas e Cristóvão Leite de Castro, como símbolos do pensamento político, estatístico e geográfico ibgeano. Estes homens ficaram cerca de quinze anos na direção do IBGE, na do CNE e na do CNG, respectivamente. Isto permitiu que a base do Instituto fosse consolidada (IBGE, 1992). As transformações ocasionadas com a crise interna do IBGE, não foram suficientes para abalar o perfil institucional construído nas décadas anteriores.

A leitura flutuante nos permitiu perceber que vários textos das duas revistas apresentavam uma linguagem eloqüente, retórica e ufanista que buscava e conseguia envolver o leitor como se este estivesse presenciando um orador. Entretanto, somente a partir de uma interpretação profunda entendemos que esta característica era resultado do fato de vários textos serem conferências apresentadas para e em diferentes instituições do país: IBGE, Associação Brasileira de Geógrafos, Associação Brasileira de Educação, Sociedade Brasileira de Estatística, Universidade do Paraná, Prefeitura de Juiz de Fora, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro de São Paulo, Itamarati, Estado Maior do Exército, entre outras. A diversidade da natureza e da localização destas instituições evidencia como se realizava parte do projeto educacional e cultural que foi organizado e difundido pela intelectualidade ibgeana. O Instituto entendia que era necessário popularizar os conhecimentos produzidos assim como fomentar o espírito de patriotismo e de comprometimento com a obra de organização do país. Estas idéias ficaram explícitas em vários eventos (assembléias, congressos, cursos de aperfeiçoamento, etc.) das e nas referidas instituições, assim como em eventos oficiais de caráter estatístico e geográfico que o Instituto organizou ou dos quais participou – seja no Brasil, seja no exterior.

Na seção **Relatórios, Resoluções e Leis** tem-se um trecho expressivo a respeito do trabalho desenvolvido pelo Instituto na obra de organização do país:

> [...] [O IBGE] vê, ouve e sente tudo que brota [das] fontes recônditas da vida nacional, cujas pulsações acompanha em condições que lhe permitem interpretar as imagens, as vozes e os impulsos dessa realidade multifária, como ninguém mais, talvez, pudesse fazer em face da austera expressão dos róis numéricos. E daí os brados das suas sentinelas avançadas. Daí as advertências, as sugestões e os concitamentos, que partem das suas almenares, exprimindo, sempre algo de grave para os destinos da Pátria (IBGE: 1941a, 747).

Trata-se de uma fala oficial, na qual o IBGE é um todo orgânico e, como tal, é o único capaz de compreender e propor alternativas para o Brasil a partir da interpretação da "*austera expressão dos róis numéricos*". O caminho seguro, objetivo e científico para tal compreensão só pode ser alcançado através do diálogo da Estatística e da Geografia (os alicerces do Instituto). Esta última idéia é sugerida a partir da necessidade de captar com propriedade a "*realidade multifária*" do país. Somente um sistema interpretativo eclético poderia responder satisfatoriamente a esta necessidade. Ao retratar seus servidores e colaboradores como "*sentinelas avançadas*", foi fornecida a idéia de que o Instituto era composto por um grupo

3 Ver particularmente o trabalho: Mortara, G. (1945). A população do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, IBGE, 7(4), 631-642.

4 Destacam-se dentre outras as obras de Fernandes, F. (1978). A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática (V. I e II); e os de Ianni, O. (1988). As metamorfoses do escravo. Curitiba: Hucitec, Scientia et Labor; Ianni, O. (1972). Raça e classes sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

sempre atento e bem preparado para interpretar e intervir na realidade brasileira. Daí denominarmos este grupo de intelligentsia ibgeana.

Encontramos, em diferentes números e seções das revistas de *Estatística* e de *Geografia,* reiteradamente, referências diretas ou indiretas sobre as idéias de raça, de cultura e de etnia formuladas por Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. Enquanto Vianna assegurou a permanência do discurso racial num período de valorização dos conceitos de cultura e de etnia sem suscitar uma avaliação de semelhante discurso, Freyre procurou garantir um lugar teórico e político para o conceito de cultura, sem deslocar de fato as abordagens determinista e hierárquica. Desse modo, tanto Vianna quanto Freyre contribuiu para a "*culturalização da raça*" e para "racialização da cultura"5. Com este tipo de abordagem o IBGE visou deslocar os conflitos e favorecer uma compreensão do Brasil como um imenso mosaico racial e cultural, cuja síntese foi fornecida pela imagem da nação arco-íris –misturada, harmônica e inclusiva – na qual não se problematizou ou problematiza seu aspecto ideológico (Nascimento, 2005). Tem-se assim como o sistema de classificação racial ibgeano auxiliou na construção do "povo" para o projeto de modernização e de nação brasileira.

Na seção Noticiário encontra-se outra pista a respeito do ecletismo nos periódicos do IBGE: a publicação de homenagens póstumas com o mesmo patamar de reconhecimento para intelectuais de diferentes matrizes teóricas como Malinowski, Franz Boas, Oliveira Vianna etc. A nota sobre o falecimento de Vianna publicada em 1951, sintetizou a visão que o IBGE possuía sobre este intelectual:

> [...] um dos mais argutos interpretadores da evolução do povo e da nação brasileira, escrevendo obras de real valor, que granjearam repercussão internacional, convertendo-se em instrumento útil aos estudiosos e especialistas no assunto. [...] Ainda quando nossa bibliografia não passava de mera tentativa e adaptação, por sinal precária, seu livro Raça e Assimilação, publicado em 1932, representou acontecimento decisivo para os rumos a que se iam guiar os estudos dessa natureza (IBGE: 1951, 322).

Com tais ponderações, o Instituto ratificou a intensidade, a abrangência e a permanência das interpretações de Vianna (1934) a respeito da realidade social brasileira. Este autor, ao publicar *Raça e Assimilação*, de fato *apontou "os rumos a que se iam guiar os estudos dessa natureza*", isto é*, converteu-se "em instrumento útil"* para os estudiosos de raça, cultura e etnia no Brasil. As contribuições teórico-metodológicas de Vianna, ao contrário das de Freyre, não granjearam uma defesa explícita por parte das elites políticas e intelectuais. No entanto, isso não impediu que as mesmas fossem amplamente mobilizadas, inclusive, pela *intelligentsia ibgeana*. Deriva deste fato o seu reconhecimento pelo IBGE, na década de 1950.

Projeto de nação em foco: Seção Tipos e Aspectos do Brasil

A seção Tipos e Aspectos do Brasil (da *Revista Brasileira de Geografia*) apresentava em sua estrutura texto e desenho. Era uma seção de "*cunho histórico*" que foi substituída nas décadas subseqüentes ao período abordado por este trabalho. Comumente, esta seção realizava a valorização dos aspectos físicos e humanos de diferentes regiões do país, privilegiando com o termo *tipo* algo que, na paisagem e/ou no povo, era compreendido como característico, ou seja, como singular de uma região. Sobressaía nesta seção à importância da atividade econômica e as curiosidades sobre o "*lugar*". Como exemplos desta seção podem-se destacar as temáticas: "*O Vaqueiro do Nordeste*"; "*Negras baianas*"; *"O Vaqueiro de Marajó"*; "*Caboclo amazônico*" etc. O conceito de *tipo* retrata um grupo social concreto, ou seja, que pode e é encontrado em diferentes regiões do Brasil. No entanto, sua relevância para a interpretação de nossa pesquisa encontra-se no fato de esta noção de tipo fornecer os subsídios positivos (possíveis) para a construção do *tipo ideal* de nacional (este entendido em termos weberianos). E, nesta perspectiva, para a realização do projeto de nação e de modernização em voga no país.

A seção **Tipos e Aspectos do Brasil**, nestas e nas demais temáticas, sugeriu a interpretação dos condicionantes sociais (espirituais) e naturais (materiais), fornecidos pelo lugar, para compreender o sentido do *tipo étnico*. A noção de espírito presente nos condicionantes sociais afastou-se de uma interpretação religiosa. Fernando de Azevedo utilizou-a para expressar um conjunto de relações, práticas, desejos e sentimentos que assegurava uma unidade simbólica. A relação entre esta unidade simbólica e o fator racial proporcionou uma compreensão de cultura. A unidade simbólica que se expressa pela relação entre os conceitos de raça e de cultura assegurou a possibilidade de desenvolver uma idéia de etnia que dialogava com o conceito de nação: projeto futuro comum. Têm-se, assim, algumas ponderações conceituais que nos permitiram entender o *tipo étnico* como uma faceta do *tipo ideal* nacional. E este último como uma construção em processo.

A idéia de mistura se fez presente direta e indiretamente nas diferentes temáticas abordadas por esta seção. Outro aspecto que observamos foi a predominância da ausência da noção de conflito. Uma das temáticas que veiculou com propriedade a idéia de mistura foi "*O Vaqueiro do Nordeste*". Já em "*Negras Baianas*" encontramos um exemplo significativo da ausência de conflitos.

Em "*O Vaqueiro do Nordeste*" destacamos o seguinte registro:

> [...] É o sertanejo do Nordeste, magistralmente descrito, estudado e interpretado pelo gênio imortal de Euclides da Cunha. [...] O seu tipo étnico provém do contato do branco colonizador com o gentio, durante a penetração de gado nos sertões do Nordeste. A predominância de sangue índio acentua-lhe o espírito aventureiro e o sentimento de liberdade de ação. [...] O

5 Para um estudo aprofundado das expressões: "culturalização da raça" e "racialização da cultura" ver: Martínez-Echazábal, L. (1996). O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: Deslocamento retórico ou mudança conceitual? In Maio, M. C. & Santos, B. V. Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, (pp. 107-124).

> gaúcho é combativo, impulsivo, exuberante; o seu irmão nordestino não é combativo, mas combatente; não é impulsivo, e sim calculista; não tem a palavra e o gesto largos; é lacônico e retraído (IBGE: 1941c, 432).

Esta citação suscita algumas considerações; a primeira, relativa à forma como se refere a Euclides da Cunha. Este autor é considerado um "*Vulto*" nas duas revistas do Instituto e, particularmente, na de *Geografia.* Suas concepções sobre o meio e o homem encontraram plena acolhida no referencial teórico do IBGE, ao longo do período analisado. O tipo estudado por Cunha foi o sertanejo, o qual pôde ser interpretado como um símbolo do nacional, uma vez que era mestiço, e não qualquer mestiço: o sertanejo era o herói das "*bandeiras*" nos sertões nordestinos, e sob esta perspectiva era reconhecido como autêntico produto brasileiro. Têm-se, em Cunha, a valorização da mestiçagem e o repúdio à miscigenação. O tipo de mestiçagem aceitável – mas não desejável – era a do branco com o indígena, numa linguagem caracterizada pela ambigüidade. Tal postura de Cunha contemplava as preocupações das elites intelectuais e políticas, as quais se concentravam em transformar uma população diversa – composta por grupos raciais e culturais "*inferiores*" (negros, indígenas e seus descendentes) – no povo brasileiro, ou seja, no tipo nacional homogêneo representativo da nação. Para satisfazer aos interesses deste projeto de nação, a miscigenação foi a saída teórica e prática encontrada. No plano discursivo, a miscigenação foi ressignificada pelo paradigma cultural. O resultado foi o desenvolvimento de um sentido ambíguo capaz de aproximar o conceito de "*miscigenação*" do de "*mestiçagem*". Foi a partir destas transformações semânticas e retóricas que o conceito de mestiçagem substituiu o de miscigenação como substrato para a construção da nação. Neste sentido,

> "[...] a mestiçagem, além de fenômeno biológico, [pôde] também ser considerada um estilo de vida e uma maneira de pensar o mundo, envolvendo cordialidade, produzindo momentos de confraternização e criando discursos na direção do mito da democracia racial" (*Sansone: 1996, 214*).

Por outro lado, a idéia de um herói nacional encontrou nesta seção, através de Euclides da Cunha, sua "*universalização*" territorial: as bandeiras de Norte a Sul foram contempladas pelo sertanejo e pelo gaúcho. A composição sangüínea *("racial")* e a interação de fatores físicos, sociais e culturais de ambos os tipos, a partir da leitura euclidiana, parecia explicar o perfil psicológico, étnico e político dos mesmos, o que apontava para uma abordagem determinista do autor.

O determinismo do meio e da raça precisa ser qualificado. De acordo com a nossa compreensão, o determinismo euclidiano é relativo. O adjetivo relativo sugere um tipo de interpretação do Brasil que não anula suas possibilidades enquanto nação, mas impõe a ambigüidade como característica fundamental. Foi a partir desta reflexão que entendemos como Euclides da Cunha pôde valorizar o nacional possível brasileiro e, ao mesmo tempo, reconhecer um padrão classificatório hierárquico para os grupos humanos, cujo ápice era representado pela Europa. Estas concepções orientaram a noção de mistura, o papel da imigração e os possíveis significados de raça, de cultura e de etnia nas obras deste autor e em outras seções da *Revista de Geografia*: **Comentários e Inquéritos Geográficos**. Semelhantes idéias também foram difundidas em artigos de outros autores em as ambas as revistas.

A ausência da "*idéia de conflito*" é um dado relevante, pois se encontra implícita na noção de mistura. A temática "*Negras Baianas*" forneceu-nos alguns elementos fundamentais para esta reflexão. Segundo a seção **Tipos e Aspectos do Brasil:**

> A negra baiana é figura das mais características da pitoresca e tradicional capital do Estado da Baía – a cidade de Salvador, dentre os diversos tipos humanos lá correntes, desde o elemento branco até o negro puro, através de vários graus de mestiçagem. [...] A graciosidade e faceirice brejeira que possuem quando moças, exteriorizadas pelos requebros da sua coreografia bárbara nos batuques dos "candomblés", bem como o gosto pela música e canto [já foram objeto de composições populares]. [...] É realmente uma figura bizarra e pictórica. Na gravura vemo-la, no desempenho da sua atividade principal: comércio de quitutes. [...] Com a Abolição passou de vez da senzala para a casa-grande, onde então continuou a exercer tão somente os misteres maternais de ama de leite, de segunda mãe dos filhos do senhor de engenho. [...] Com a gradativa transformação dos nossos costumes familiares, a velha mucama "veio para a rua", onde, gozando a liberdade "embora tardia" que lhe fora dada, passou a viver por conta própria [...] Hoje em dia, a popular negra baiana, é uma sobrevivência da carinhosa mãe preta, da prestimosa e utilíssima ama de leite, dos nossos pais e avós. (IBGE: 1941b, 883, aspas do autor).

Faz-se necessário considerar, de forma preliminar, que a seção, ao trabalhar com os adjetivos "*pitoresco*" e "*bizarro*", forneceu algumas idéias-sínteses da representação do negro, de sua cultura, de sua religião e do estado brasileiro com a maior população negra do país, no contexto da década de 1940. Esta periodização é significativa: trata-se da conjuntura marcada pelo Estado Novo e pela Segunda Guerra Mundial. O país realizava, neste momento, uma verdadeira "*cruzada*" ideológica interna e externa, difundindo a idéia de que éramos uma nação pacífica, coesa e não-preconceituosa. No entanto, recrudescia a perseguição aos terreiros e aos capoeiras – expressões da religiosidade e da cultura dos grupos negros brasileiros, assim como às organizações políticas em bases étnicas e raciais de grupos negros, japoneses, alemães, italianos, etc. – (Lesser, 2001). O Brasil organizava e implantava, neste período, seu projeto de padronização (nacionalização), no qual não existia lugar para a aceitação e para o respeito à diversidade. Esta última apenas foi reconhecida quando se enfocou o aspecto da mistura. A recorrência à "*mestiçagem*" – no trecho acima – elucida parcialmente esta questão.

Apreendemos na temática "*Negras Baianas*" um dos mitos da história oficial brasileira sobre as populações negras: a Abolição da Escravatura não resultou de um processo contínuo de lutas, mas foi, na verdade, obra da benevolência das elites brancas. Mas este mito não estaria completo caso não se salientasse a contribuição social e cultural das populações negras, em particular da mulher negra, através de dois estereótipos: a "*mulata sensual*" e a *"mãe preta"*. Com relação ao

primeiro, temos uma referência sutil à graciosidade e à faceirice das moças negras ao realizarem "*sua coreografia bárbara nos batuques dos 'candomblés'*". A seção Tipos e Aspectos do Brasil remeteu-se ao fato de algumas composições populares terem reconhecido tal graciosidade e faceirice assim como o gosto pela música e pelo canto. Para compreender este tipo de reconhecimento faz-se imprescindível recuperar uma sugestão indireta presente nas obras de Gilberto Freyre (2000) e de Arthur Ramos (1940) sobre os negros brasileiros: *"valorizemos as contribuições dos grupos negros enquanto representações do nacional"*. A partir desta sugestão é possível compreender como o negro enquanto negro tornou-se sinônimo de bizarro, de exótico, cuja inferioridade cultural pode e deve ser amenizada a partir da educação.

Na obra de Queiroz Jr. (1982), encontramos algumas pistas sobre o reconhecimento dos grupos negros na vida brasileira, em uma perspectiva crítica. As composições populares (carnavalescas) permitiram acompanhar a evolução de um discurso sobre a mulata – este discurso, no presente trabalho foi considerado como "*discurso da cor*", o qual não se referiu apenas à mulata, mas a todas as populações não-brancas no Brasil – caracterizado pela existência de dois pólos de avaliação. Neste discurso, segundo Queiroz Jr., tais pólos (positivo e negativo) asseguraram um tratamento ambíguo à mulata, a qual passou a ser um símbolo, este último entendido como um todo coerente multívoco (Schneider, 2004). Para compreender esta dimensão multívoca, reflitamos sobre alguns dos atributos que caracterizaram tal símbolo: sensual, amoral, luxuriosa, boa, volúvel, irresponsável, alegre, etc. A dimensão multívoca acrescentou-se a contínua reiteração de um padrão social de classificação dos grupos não-brancos, em particular dos negros: a negatividade metamorfoseou-se em um discurso jocoso que se expressou através da ambigüidade.

Os estereótipos da "*mulata sensual*" e da "*mãe preta*" referiram-se a um tipo de especialização (de gênero) do estereótipo do negro que encontrou no discurso da cor sua máxima expressão. O preconceito de cor que acompanhou tais estereótipos apresentou-se alicerçado numa idéia de origem (racial e étnica). Dessa relação resulta a possibilidade de um diálogo conceitual entre Queiroz Jr. (1982) e Oracy Nogueira (1985) nos seguintes termos: o preconceito de cor (do primeiro) é uma expressão do preconceito de marca (do segundo) vigente no Brasil. Entretanto, é necessário esclarecer que apesar de ser impossível compreender o preconceito de marca dissociado do preconceito de origem, foi através do fenótipo que se estabeleceram as negociações simbólicas, ou seja, que se definiu quem é, e quem não é discriminado no país. Outros fatores atuaram nestas negociações e lhes asseguraram um aspecto relacional e conjuntural: o nível educacional, a posição sócio-econômica, etc. Mas estes não deslocaram a predominância dos fatores raciais e étnicos no sistema classificatório que estruturou a idéia de identidade nacional brasileira.

Foi e é através da cor que identificamos o pertencimento grupal de ambos os estereótipos. A "*mãe preta*" expressou o papel assumido pelo negro na história oficial do país antes e após a Abolição: foi apenas um espectador. Ela encontrou um corresponde masculino no estereótipo do *"pai João"* (Schwarcz, 2001). Na seção, a idéia que sintetizou o significado de "mãe preta" pode ser exemplificada pelo trecho: "*prestimosa e utilíssima ama de leite, de nossos pais e avós*". Desse modo, evidenciou-se neste estereótipo uma proposta para a incorporação do negro no projeto nacional brasileiro: submeter-se pacificamente à condição de cidadão de segunda classe, estigmatizado pela escravidão. Já em "mulata sensual", construiu-se outra opção: dissolver-se enquanto grupo particular (a partir da miscigenação contínua) e jogar na esfera pública e privada com a ambigüidade. Ambas as propostas não se excluíram e apontaram os limites e as possibilidades da valorização da diversidade no país6.

A partir de 1930 o pacto social entre as diferentes populações brasileiras estabeleceu-se em torno do nacional, mas, uma vez que as conquistas econômicas, sociais, políticas e culturais ficaram aquém das expectativas dos grupos negros (a partir das avaliações dos seus grupos organizados), iniciou-se uma lenta ruptura com o modelo nacional que negava a diversidade e favorecia a desigualdade. A organização política em bases étnicas e raciais reestruturou-se no país, nas décadas posteriores.

A referência aos tipos mestiços como expressão do nacional é sugestiva da seção **Tipos e Aspectos do Brasil** na temática "*Caboclo Amazônico*" (IBGE: 1948, 603-604), pois possibilita demonstrar que temos um padrão nas relações de contato para a construção da idéia de nação: a mistura. Esta apresenta como resultado a noção de um todo estranho, ou seja, de uma unidade física e simbólica indefinida, que encontra nesta característica sua definição. O pardo simboliza oficialmente esta unidade estranha que é o brasileiro. O fato de se constituir enquanto unidade não restringe ou anula sua estranheza, a qual é reconhecida social e institucionalmente a partir da aparência (desde o final do século XIX), e é teoricamente explicada através de uma unidade conceitual também estranha, que valoriza as aproximações sem descartar as contradições: o ecletismo.

É importante salientar que é o uso nativo das categorias que se difunde e se enraíza nas lembranças e no vocabulário da população. Segundo nossa interpretação, foi o que aconteceu com os conceitos de raça e de cultura no Brasil. Já a referência ao fenótipo nestas temáticas apenas ressalta o papel da aparência na construção identitária étnico-racial dos brasileiros.

A compreensão da seção **Tipos e Aspectos do Brasil** adquire pleno significado quando a contextualizamos na revista de *Geografia:* trata-se de uma seção destinada ao reconhecimento e a valorização da diversidade brasileira, podendo encontrar-se ao lado de artigos e de outras seções que se caracterizam por abordagens contrárias a esta finalidade. Isto

6 Sobre o olhar sobre a mulher negra, sua cor e seu corpo, ver Fonseca, D. J. (2000). Corpos Negros (I)Maculados: Mulher, catolicismo e testemunho. Tese de Doutorado, Área: Ciências Sociais. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica (PUC).

evidencia um aspecto que é recorrente em outras seções e artigos: o ecletismo. Este é um tipo de recurso que se faz presente no interior das revistas de *Estatística* e de *Geografia,* seja na abordagem teórica, seja na estrutura. *Grosso modo*, podemos afirmar que tal recurso assegura a dificuldade de elaborarmos parâmetros interpretativos definitivos para a produção ibgeana. Parece existir, a cada tentativa de apreensão do sentido, uma possibilidade de fuga. Isto impõe como um caminho profícuo para a interpretação da obra do Instituto aceitar o fato de não existir uma relação de causa e efeito entre ecletismo e ambigüidade, mas considerarmos que ambos são instrumentos de expressão da construção de um perfil identitário oficial e institucional para o país e para o IBGE, que se reforçam mutuamente (Nascimento, 2005).

Referências Bibliográficas

Azevedo, F. (1996). *A Cultura brasileira: Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. Brasília/Rio de Janeiro: UnB/UFRJ.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70.

Bernardes, L. M. C. (1966). Geografia e Poder Nacional. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, 28(3), 82-97.

Câmara, L. (1951). *Exame crítico da Estatística Brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE/CNE, (mimeo).

Cardoso, I. (1982). *A Universidade da Comunhão Paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Cortez.

Costa, T. C. N. A. (1974). O princípio classificatório "cor", sua complexidade e implicações para um estudo censitário. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, 36(3), 91-102.

Freyre, G. (2000). *Casa grande e senzala: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Record.

Guerra, A. T. (1963). Importância da Geografia no Poder Nacional. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, 25(4), 73-80.

Ianni, O. (1988). *As metamorfoses do escravo*. Curitiba: Hucitec, Scientia et Labor.

IBGE (1941a). Seção Relatórios, Resoluções e Lei. *Revista Brasileira de Geografia*, (4), 747.

IBGE (1941b). Seção Tipos e Aspectos do Brasil: Negras baianas. *Revista Brasileira de Geografia*, 3(4), 883.

IBGE (1941c). Seção Tipos e Aspectos do Brasil: O Vaqueiro do Nordeste. *Revista Brasileira de Geografia*, 3(2), 432.

IBGE (1948). Seção Tipos e Aspectos do Brasil: Caboclo amazônico. *Revista Brasileira de Geografia*, 10(4), 603-604.

IBGE (1951). Seção Noticiário. *Revista Brasileira de Geografia*, 13(2), 322.

IBGE (1992). Resenha histórica. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.

INE (1937). Seção Notícias sobre o desenvolvimento da Estatística. *Revista de Economia e Estatística*, 2(1), 59.

Lesser, J. (2001). *A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. Trad. Patrícia de Q. C. Zimbres. São Paulo: UNESP.

Lopes, W. (1952). *A Crise do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE.

Martins, L. (1987). A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil - 1920 a 1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* ANPOCS, 2(4), 65-87.

Nascimento, A. S. (2005). *A construção da nação arco-íris: problematizando o quesito raça/cor (1936-1960).* Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara: Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Nogueira, O. (1985). *Tanto preto quanto branco: Estudos de relações raciais.* São Paulo: T.A. Queiroz.

Penha, E. A. (1993). *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IBGE (Memória Institucional 4).

Queiroz Jr., T. (1982). *Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira*. São Paulo: Ática.

Ramos, A. (1940). *O negro brasileiro.* São Paulo: Nacional.

Sansone, L. (1996). As relações raciais em Casa Grande & Senzala revisitadas à luz do processo de internacionalização e globalização. In Maio, M. C. & Santos, B. V. *Raça, Ciência e Sociedade.* Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, (pp. 207-218).

Schneider, J. (2004). Discursos simbólicos e símbolos discursivos: Sobre a etnografia da Identidade Nacional. *MANA,* 10(1), 97-129.

Schwarcz, L. M. (2001). *Retrato em branco e negro*. São Paulo: Cia. das Letras.

Soares, J. C. M. (1940). Resenha Histórica. *Revista Brasileira de Estatística*, IBGE, (3), 599.

Soares, J. C. M. (1941) Uma idéia em marcha. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, (3), 745-748.

Vianna, O. (1934). *Raça e assimilação*. São Paulo: Nacional.

A desvinculação religiosa na instauração do Estado moderno e as suas metamorfoses na contemporaneidade

Carlos Eduardo Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
ccceas2002@yahoo.com.br
Joseneide Santos
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
joseneidesantos@ig.com.br

Resumo: Este trabalho evidencia através de uma investigação teórico-filosófica a desvinculação religiosa na instauração do Estado moderno e os seus rebatimentos na contemporaneidade. O estudo se caracteriza como um estudo bibliográfico, descritivo e analítico. Quanto aos resultados, identificou-se a partir de uma análise política hobbesiana que as crenças religiosas são ações que desvirtuam o homem racional-moderno em relação à construção de um Estado soberano, haja vista que nesta concepção política, o homem não pode ser vinculado a dois poderes (religioso e soberano), pois ambos são incoerentes entre si. De um lado, o Estado representa a negação de qualquer ordem que não seja executada pela busca do concreto, racional e por outro lado, a religião nega o movimento do corpo animado (o próprio homem), envolvida pelos dogmas, constituindo as ações humanas por meio de uma concepção dualista. (a do bem e a do mal). A desvinculação entre a 'religião e o Estado', portanto, se reveste de metamorfoses que se complexificam na atual realidade, mediante os desdobramentos da contemporaneidade no campo da filosofia e da ciência política.

Introdução

Neste artigo trataremos de apreciar algumas idéias do pensamento hobbesiano sobre a desvinculação religiosa que aprisionam o homem e compele a instauração do Estado soberano e as metamorfoses desta desvinculação na contemporaneidade.

Essa discussão tem um caráter teórico-filosófico e será apresentada a partir de três momentos. Inicialmente, apresentaremos uma discussão breve sobre o pensamento hobbesiano do Estado soberano firmado pelo contrato social que para sua legitimação se fazia necessário o rompimento com o poder religioso, em particular da Igreja Católica da época.

Depois, em um segundo momento, evidenciaremos aspectos desta desvinculação na contemporâneidade, mediante o aguçamento de uma sociedade centrada na superficialidade das relações humanas, permeada pelo excesso de individualismo.

E por fim, teceremos algumas considerações destas implicações entre o pensamento hobbesiano e a contemporaneidade.

1. Hobbes: rompimento do poder religioso e instauração do Estado moderno absolutista

Pode-se dizer que o pensamento hobbesiano se baseia no corporeísmo mecanicista. Ou seja, tenta explicar toda a realidade por meio de dois elementos: – o primeiro elemento, é o "*corpo*", sendo tudo aquilo que não depende do pensamento humano e que é a causa das sensações, existindo três tipos de corpos que são: os naturais inanimados, naturais animados (o homem) e os artificiais (o Estado).

E o segundo elemento, é o "*movimento*", que é a causa principal da qual nascem necessariamente todos os corpos naturais (neste caso, ele é movimento local, matematicamente mensurável) e abrange todos os processos cognitivos da mente humana.

Ele conclui que, mesmo o homem vivendo em sociedade não possui o instinto natural de sociabilidade. Ou seja, cada indivíduo encara o outro como um concorrente que precisa ser dominado. E para controlar esse instinto, deveria ser buscado um meio de atingir o melhor do homem, por meio da coerção de um poder absoluto, sem ser religioso, mas baseado em uma figura abstrata de um contrato social firmado entre todos para o bem de todos.

Isso incluia a criação artificial de uma sociedade política, reificada através de um Estado, formado pelo contrato social entre os homens, os quais transferem o poder de governar para este ente, dando-lhe o direito absoluto de governabilidade.

Esse Estado impõe ordem, segurança e uma direção à conturbada vida social, e para isso, dependia da supremacia do 'soberano' frente às crenças populares e do papado sobre o poder do estado religioso cristão, que segundo Hobbes não fortalecia as monarquias a existência de uma dualidade de poderes.

A obra que confirma essa tendência hobbesiana está presente nos capítulos III e IV do Leviatã, livro publicado em 1651, o qual toma a imagem do *leviatã* como um monstro biblíco, mas também, podemos empregar a ele (*Leviatã*), a expressão de um "*deus mortal'* que deriva a paz e a defesa da vida dos homens.

A primeira analogia ao **Leviatã** é comparável com a criação monstruosa do homem que foi dada pela igreja, um ser caótico e de conflitos pela sua própria natureza incontrolável de desejos. Como também, pode-se fazer uma outra analogia, em que o monstro seria o próprio poder da Igreja sobre a vida dos homens. Então, esse monstro punia e destinava os homens a uma vida pautada na negação da razão humana, temendo que a liberdade de pensamento e de expressão levassem o caos social.

A partir desta última analogia empreendida pela análise filosófica sobre o *Leviatã,* entende-se que Hobbes propõem uma maneira de corrigir e colocar os homens em outra direção, a da coerção social por meio da criação de um poder imputado por um para dominar a todos. O contrato social hobbesiano se estabelece pela idéia de que as partes formam o todo. Esse '*todo*', era a figura do grande soberano, que no caso, foram as monarquias. Deste modo, os homens colocariam os seus conflitos em um outro terreno, o do Estado soberano, retirando da religião o seu poder de resposta, que na perspectiva analisada, era de dominação ideológica e política sobre a vida das pessoas em sociedade.

Vale ressaltar, que as passagens textuais de Hobbes são emblemáticas a esse posicionamento, há autores que analisam o leviatã, como a própria figura do Estado monarquico, porém em leitura mais cuidadosa, percebe-se que ele fala de outro Estado, o cristão, empregnado pela força religiosa junto à sociedade por meio da opinião de convencimento (a doxa), e nisso, concorda-se com a visão de Ribeiro quando analisa que Hobbes via a Igreja como um poder rival à instauração do Estado soberano, pois:

> Seu problema é eliminar a grande ameaça ao poder estatal. Ora , só uma leitura superifical leva a crer que o Estado esteja ameaçado pelos rebeldes. Quem realmente o submete a enorme estresse é o clero. Não há rebeldia sem manejo das conciências. Pensar a revolta somente pelo uso das armas é um equívoco que nada, em Hobbes, permite. As ações humanas decorrem sempre de opiniões[…]. (Ribeiro, 2006 p.23)

Por isso, Hobbes acreditava que para fazer frente a esse poder emanado pela doxa religiosa seria necessário pôr fim ao poder da Igreja católica. Ele defendia a submissão da Igreja ao Estado, pois as razões do Estado tornam-se mais importantes do que as razões teológicas, pois a paz civil independe da paz religiosa, sendo o Soberano, o defensor da civilidade da sociedade, este deveria ter poder decisão até sobre que tipo de matéria religiosa pudesse se instituir, de preferência como um culto único e obrigatório.

Mas por outro lado, a visão cética de Hobbes frente aos homens, devido sua natureza conflituosa, e para quebrar a idéia de que o poder dos reis vinha de Deus, ele defende que o poder absolutista se originava de um pacto político entre os homens, sem a presença do divino no governo dos súditos, entendia que,

> [...] enquanto os considerarmos governados cada um por sua própria lei, pois na condição de homens que não têm outra lei além de seu próprio apetite não pode haver uma regra geral das boas e más ações. Mas num Estado esta medida é falsa: não é o apetite dos homens privados que constitui a medida, mas a lei, que é à vontade e o apetite do Estado (Hobbes, 1983, p.392).

Ou seja, a partir de Hobbes o poder de controle da sociedade sai das mãos de Igreja para a dos homens. Essa inversão significou uma inovação no pensamento político da época. Por isso, que o absolutismo se baseava num pacto firmado entre um poder, que no caso, poderia ser o de um rei frente aos seus súditos, pois na visão hobbesiana, não poderia existir dois poderes paralelos, porém, ele não declarava o fim da crença em Deus, nem os conteudos de fé das pessoas, compreendia que,

> O necessário para salvação é pouca coisa – fé e obediência, afirma Hobbes – e todo o mais não passa de pontos requeridos para boa polícia dos Estados, mas que em nada afetam o eixo da crença em Deus. Daí que a disposição dos objetos ou das pessoas no templo, e mesmo a maior parte dos artigos de fé, pouco importe em si mesma. Seguiremos, a esse respeito, o que o Estado mandar. (Ribeiro, 2003, p.27)

Assim, o poder absolutista defendido por ele não derivava de nenhum direito divino, visto que nascia de um pacto. E sua forma de evidenciar a necessidade de concentração de único poder, ele utiliza de vários artifícios lógicos para descontruir a idéia de um poder religioso emanado por Deus às igrejas.

Ele contesta a inspiração sobrenatural utilizada pela Igreja no que diz respeito à visão de Deus pelo homem, pois para ele, acreditar em Deus é uma pretensão particular de cada um e não é possível no Estado soberano (universal), chegando a afirmar que o homem podia estar enganado sobre a visão cristã repassada pela autoridades (bispos e padres) em relação ao poder eclesiástico emanado por Deus, caso existissem dois poderes (cristão e soberano), pois existiria uma divisão de poder, e conseqüentemente, não seria bom para o poder absolutista, visto que, o indivíduo não se reportaria exclusivamente a um único poder (o do Estado), mas ficaria dividido entre esses dois poderes para decidir sobre a paz e a defesa do homem em um núcleo social estabelecido.

> [...] E é provável que aqueles dons extraordinários fossem dados à igreja só enquanto os homens confiassem totalmente no cristo, e procurassem sua felicidade apenas no reino que está para vir; e conseqüentemente que quando procuravam autoridade e bens e confiavam na sua própria sutileza para um reino deste mundo, estes dons sobrenaturais de Deus lhes eram novamente retirados (Hobbes, 1983, p.374).

A sua idéia consistia na defesa de que é através da razão que se obtém o conhecimento da vontade de Deus, pois os profetas podem, mesmo tendo um poder divino nos enganar. Visto que, segundo as escrituras existem dois sinais: – a realização de milagres e não ensinar qualquer religião que não a já estabelecida. Isso logo negaria o poder vindo do Estado.

Na sua visão, os milagres devem ser confirmados por acontecimentos imediatos e não pelo tempo. Ou seja, os sinais foram aceitos como próprios de um verdadeiro profeta. No entanto, nenhum deles é suficiente para obrigar alguém a aceitá-los como verdade absoluta. Sendo assim, é das escrituras que Hobbes extraiu os princípios de seu discurso para destituir o poder emanado pela Igreja, segundo a prevalência da doxa religiosa.

Em que pese, ele não duvida do antigo e nem do novo testamento de que são registros verdadeiros feitos ou ditos pelos profetas e apóstolos, visto que eles tiveram um único objetivo, fazer com que os homens obedecessem à Deus. No entanto, a obediência às leis está vinculada ao Estado. Este é o único que possui o poder legislativo e, dessa forma, no Estado cristão, o individuo pode ou não obedecer ao que está sendo estabelecido pela igreja, mas estes homens não podem desobedecer ao soberano (Estado), pois estariam rompendo com um contrato pré-estabelecido entre as partes. A lei divina se for reconhecida, será pública, subordinada ao poder do Estado soberano.

Em sua perspectiva filosófica a falta do conhecimento racional sobre a sociedade, leva os homens a crenças místicas que invalidam a soberania do Estado, e isso, prejudica os governos e divide os homens entre si.

Muito embora, que a análise hobbesiana não alcançou em perspectiva o resultado de suas idéias, uma delas, a do totalitarismo das monarquias absolutistas que foi um momento específico e fundamental para a instauração do Estado moderno, e que a partir da secularização da sociedade, paulatinamente o poder cristão emanado pela Igreja se fragiliza, e também, novos problemas de coerção social, mediante as separações e/ou dicotomias entre fé e razão, subjetividade e objetividade, coletividade e indivíduo, liberdade e autoritarismo, etc, percorrem na sociedade contemporânea.

Dessa forma, Hobbes foi um dos autores de uma época ainda muito rígida no que se referia à crítica contra a Igreja, pois tinha amplos poderes contra qualquer um que se colocasse contrário às suas idéias, mas ele conseguiu fazer uma revisão profunda sobre as estruturas dominantes, se aproximando a ter um pensamento radical, segundo uma leitura dos dias de hoje, sem revelar-se prontamente sua posição, pois utilizou-se de argumentos teórico-filosóficos não comuns em sua época para explicar os aspectos que perturbam a criação do contrato social.

A desvinculação, portanto, do estado cristão, mediante o desenvolvimento do Estado soberano é um dos pilares do processo de secularização do homem na história moderna. Embora que isso também trouxe outras questões para o contexto da contemporaneidade.

1.2 Desvinculação da Igreja ao Estado Soberano na contemporaneidade

A sociedade secular atual basea-se em princípios racionais, mas a total desvinculação ou subordinação do Estado cristão que Hobbes descrevia no século XVII em relação ao Estado soberano, ou seja, moderno, não aconteceu plenamente em todos os aspectos, os poderes instituídos continuaram a existir, mas houve sim uma inversão de poder, mediante um super-dimensionamento do poder do estado monarquico, depois liberal, baseado nos princípios da modernidade, que conferiam-lhe uma aura de autonomia frente ao poder religioso, decorrente de uma sociedade ilustrada, fundada na busca do conhecimento, das luzes da razão, da experimentação e da ciência.

Essa inversão de poder, se calcou em uma troca simbólica, mas também real entre uma autoridade subjetiva que se fundava em uma explicação de mundo a partir do metafísico para um novo poder que se explicava a partir da ciência, daquilo que podia ser objetivado, medido, portanto, concreto.

Isso produziu no interior da sociedade profundas mudanças, permitiu uma ruptura do homem com o elo do dívino, do supra-sensível que enriquece também as relações humanas. A forma como esse laço foi cortado pelo hobbesianismo por exemplo, é menos radical do que as formas incorporadas a partir do empírismo moderno, mas não menos relevante.

Por outro lado, a Igreja diminuída de suas políticas de governação da sociedade passa a se acoplar ao Estado subsidiando suas funções por meio de ações de complementariedade entre o poder religioso e o poder do estado através de acordos tácitos e/ou naturalizados diante das responsabilidades de coesão e controle social.

Muito embora que o enfraquecimento da Igreja já vinha acontecendo no âmbito de seu próprio cenário, a reforma protestante indagava o poder eclesiástico, provocando um rompimento de autoridade. Nos séculos seguintes, a Igreja precisou se aliar ao Estado como uma estratégia política para não perder totalmente o seu poder e legitimidade na sociedade, aceitando a supremacia da soberania estatal, e se afirmando por outro caminho que também era conduzente com o seu papel, o exercícico da caridade, pela via da política social através de ações sociais que convergiam aos interesses de controle da sociedade.

E nesse sentido, o Estado versa sobre o poder eclesiástico, dando-lhe liberdade a Igreja. Vale frisar, que essa dualidade de poderes passou a existir sem quase nenhuma intervenção profunda no campo de cada um. Ou seja, o estado regula as coisas da terra e a Igreja regula as coisas do céu. Esse foi o caminho encontrado na permuta de hegemonia de poder da Igreja para o Estado.

Desse modo, a situação não se deu totalmente como Hobbes esperava, mas de fato, as situações de soberania do Estado ficou ao encargo dos reis, depois nos governos republicanos. Isso no plano de dominação política é mais fácil, perceptível de verificar. Porém, no campo cultural, a divisão entre os dois poderes é mais tênue para estabelecer uma total desvinculação da Igreja, pois os cânones que enraizam sua legitimação são mais profundos no inconsciente dos indivíduos do que o seu poder político frente às autoridades econômicas.

No entanto, esse campo político Igreja versus Estado, pode-se dizer que não se afetam mutuamente quando se refere a conflitos permanentes e profundos, ao contrário, a Igreja conseguiu catalizar para si um respeito, e ao mesmo tempo, o Estado se assegurou que a Igreja ideologicamente também contribuisse para sua missão, a de governar a todos no seu processo de hegemonia, ou mesmo, que ela sirva para aparar as arestas dos efeitos sociais provocados pelas contradições do capitalismo e do projeto da modernidade.

Desse modo é possível assegurar que desde o final do século XV quando emerge um período de renascimento filosófico de cunho racionalista e empirista, os valores cristãos foram colocados em xeque, e por vezes re-ordenados segundo as explicações que pensadores e teológos deram aos conflitos do homem em sociedade.

Ao mesmo tempo, em que as ações da Igreja se redescrudeceram na sociedade, tornando-mais radical frente aos seus opositores, a inquisição, é de suas marcas internas que serviu como mecanismo destrutivo de seu poder, ora, quanto mais se via a exposição do seu poderio, mais sócio-politicamente e culturalmente ela perdia legitimidade na sociedade.

Isso rebatia também nas monarquias, pois como a Igreja, detinha até então, um tipo de poder político-religioso baseado também em um contrato divino firmado entre os reis, este contrato era regido por um poder sobrenatural, onipresente e onipotente que se fazia frente a qualquer outra idéia que fosse contrária a sua, até que os homens reconhecessem a limitação deste poder no campo do concreto de suas vidas, o que contribuiu para colisão contra a manutenção da sociedade medieval, assentada em uma explicação subjetiva de mundo.

A descoberta do limite deste poder foi perturbador e originou uma crescente secularização do mundo que oriundo também de outros processos de desenvolvimento das forças produtivas, chega a decomposição da sociedade feudal e do poder religioso da Igreja em um movimento contínuo e em conjunto.

Entretanto, a secularização do mundo, trouxe outros paradoxos não apenas de fé, mas de vivência societal, que em última instância, o poder religioso dava uma resposta à sociedade, seja pela via da conformação ou da guerra (chamada de santas) e novamente, a Igreja tem um campo aberto para operar, não mais duelando com o poder das monarquias, mas se infiltrando na burguesia como meio de assegurar a sua sobrevivência diante do processo de secularização que se dava, que por sua vez também penetra o interior da Igreja, enquanto organização formada por valores, mas por teorias e tendências filosófico-teológicas, provocando seu re-ordenamento político frente às mudanças que se processavam no mundo.

Assim, não é possível falar de uma desvinculação e nem tampouco de uma total subordinação da Igreja ao Estado, mas cumpre afirmar que houve uma nova síntese entre as essas duas estruturas de poder.

E por outro lado, o Estado foi se agigantando-se tanto que parte daquilo que era específico da Igreja, passa a se transformar em serviços públicos, sejam, os sociais, psicológicos, sociológicos, etc, são assumidos pela regulação e ação do estado. E nesse intervalo, a Igreja é chamada a participar desses novos cenários.

Por outro lado, segundo Santos (2007), esse reordenamento do papel cultural da Igreja é permeado por uma síntese contraditória, pois há uma força preservada pela sua doxa (opinião), ao mesmo tempo, em que é esfraquecida este mesmo referencial, devido à dinâmica social da contemporaneidade, pois os valores cristãos são cada vez mais esquecidos e trocados pelo excesso de individualismo, decorrente das premissas que a doxa burguesa capitalista ampliou na medida em que ocorreram as práticas de crescimento das relações mercantis, produtivas e financeiras que invadiram também as relações pessoais e as organizações sociais, dentre elas, a própria Igreja.

Disso resulta, um espaço a ser preenchido entre uma possível valorização de um Estado e/ou de uma Igreja mais democráticos, mediante ações que devam ir de encontro ao esfacelamento das relações humanas por meio de ações contrárias à guerra, voltadas para a paz.

Considerações finais

Assim, a possível desvinculação do poder religioso em relação ao poder do Estado, também colabora para que o homem-contemporâneo fruto dessas rupturas possa se encontrar com uma explicação de mundo subjetiva de uma outra forma, que não seja aquela obtida graças a um poder de dominação político-ideológica da Igreja de séculos atráz. Essa mesma recorrência pode ser realizada no interior da organização eclesiástica atual, no sentido de buscar o que de melhor se tem em sua linguagem (doxa) para a reflexão e ação em um contexto marcado por conflitos de valores, mas por outro lado, repleto de possibilidades mais democráticas de encontrarmos com o elo quebrado, entre a subjetividade e objetividade na explicação de mundo e de sociedade, considerando que isso também afetaria a tensão existente entre a busca pelo material irrefletido na sociedade contemporânea.

Existe, portanto, ainda um espaço grande a ser analisado por estudiosos sobre os resultados da possível desvinculação do poder religioso da Igreja no Estado e o quanto, este se distancia desse poder religioso da Igreja. E o quanto isso pode ser prejudicial para uma sociedade que busca mais qualidade de vida (espiritual e material). Desse modo, há de se pensar nas maneiras do *'ser espiritual'* de cada um em reflexo com as ações desenvolvidas no cotidiano particular e nos espaços públicos da sociedade, sem está completamente atreladas às relações econômicas e ao individualismo exarcebado do atual padrão de sociedade.

E a recorrência à Hobbes no atual contexto ainda é fundamental se quisermos entender as premissas filosóficas que sustentam o poder do Estado que se tornou progressivamente um soberano, em que pese o sentido, tornou tão monstro quanto o poder religioso de outrora da Igreja, colocando-se como senhor total, mesmo em regimes ditos democráticos, o poder de decisão do Estado afeta toda a dinâmica da vida social e é maior do que em qualquer outro contexto histórico. E de fato, Hobbes colaborou para que isso fosse uma decorrência política, a do Estado se torna um só poder e um poder totalitário. Até mesmo os regimes mais democráticos têm na direção do Estado, uma cúpula e não uma representação do povo, que dominam a estrutura da relação entre Estado e sociedade. Portanto, não é muito diferente do modelo de poder da Igreja.

Referências

Hobbes, T. (1983*). Leviatã ou Matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil* / Thomas Hobbes de Malmesbury . Tradução de João. P. M.onteiro e Maria Beatriz N. da Silva. 3 ed.-São Paulo: Editora Abril Cultural. (O trabalho original foi publicado em 1651).

Reale, G. (2005). *História da filosofia*: de Spinoza a Kant, v. 4 / Giovanni Reale, Dario Antiseri. — São Paulo: Editora Paulus.

Ribeiro, R. J. (2006). Thomas Hobbes, ou a paz contra o clero. In B. Atílio (Org.), *A Filosofia política moderna*: de Hobbes a Marx. En publicacion: Filosofia política moderna. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciências Politicas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo, (pp. 19-43).

Santos, C. E. A. (2007). *As crenças religiosas e a construção do estado hobbesiano*. Monografia não- publicada. Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Departamento de Filosofia, Natal/RN, Brasil.

A República brasileira também desterra: legislação, ordem e suas práticas – o caso de 1892.

Francisco Bento da Silva
Universidade Federal do Acre - UFAC
chicobento_ac@yahoo.com.br
Gerson Rodrigues Albuquerque
Universidade Federal do Acre - UFAC
gersonroal@gmail.com
Elder Andrade de Paula
Universidade Federal do Acre - UFAC
elderpaula@uol.com.br

***Resumo**:* A Constituição brasileira de 1891, em seu artigo 80, afirmava que poderia ser declarado estado de sítio "*em qualquer parte do território da União*". O parágrafo segundo deste artigo, nos itens 01º e 02º, complementava: *"a detenção em lugar não destinado aos réus de crimes comuns" e,* "*o desterro para outros sítios do território nacional*". É com base nesta legislação, que a recém implantada República dará continuidade à prática do desterro interno, algo comum no período Colonial e Imperial.
O caso mais sintomático aconteceu em 1892 no Rio de Janeiro, quando o governo federal instituiu o estado de sítio e aplicou o posterior desterro aos implicados em atos de *"comoção intestina"*. Eram principalmente parlamentares e militares que tinham participado na noite do dia 10 de abril de um comício em homenagem ao ex-presidente Deodoro da Fonseca, que havia renunciado no final do ano anterior. Na manhã do dia 11 o presidente Floriano Peixoto assina o Decreto nº 791, declarando estado de sítio na capital federal. Acontecem de imediato várias prisões de civis e militares acusados de conspiração e sedição, com base nos artigos 115 e 118 do Código Penal e no referido artigo 80 da Constituição Federal. No dia 12 de abril, são embarcados no navio Pernambuco onze militares e treze civis. Destino da embarcação com os desterrados: Amazônia, extremo norte do país. O restante dos presos ficou encarcerado em fortificações militares no Rio de Janeiro.

01 – Nova legislação, velhas práticas: do degredo colonial e imperial ao desterro republicano

> "Um progresso! Até aqui se fazia isso sem ser preciso estado de sítio; O Brasil já estava habituado a essa história. Durante quatrocentos anos não se fez outra coisa pelo Brasil".
>
> Lima Barreto, Diário íntimo (1904).

O fim da monarquia no Brasil, a abolição da escravidão, a adoção do trabalho livre e a implantação do regime republicano são acontecimentos que passam a provocar profundas transformações no Brasil a partir da última década do século XIX. Mudanças que trazem em seu bojo as mais variadas contribuições – político-ideológicas, filosóficas, científicas e econômicas – que visavam apresentar "*projetos*" de nação para o país, cuja finalidade era fazer com que o Brasil a partir daquele momento caminhasse para se tornar uma nação em consonância com os cânones modernos e modernizantes, já presentes em muitas nações européias. Portanto, era preciso romper o *"atraso"*, o obsoleto e o que viesse a emperrar esse progresso pretendido pelas elites brasileiras.

Para o que vamos tratar de maneira mais específica isto inclusive se percebe no campo jurídico, com a aprovação de um novo Código Penal em 1890, que já vinha sendo elaborado havia algum tempo. Existia ali uma tentativa de intelectuais, médicos, juristas e criminalistas em incorporar novas tendências penais de caráter humanista e liberal. Neste campo, a mudança mais significativa é a extensão de direitos constitucionais a toda população e a extinção das chamadas penas degradantes, tais como: enforcamentos, galés e banimento judicial para crimes comuns. Pela primeira vez tenta se instalar no Brasil um regime penitenciário de natureza correcional, pelo menos na letra da lei.

Nesta passagem de status político (de Colônia para Nação independente) e de regime (de Império para República) vimos progressivamente, em ambos os momentos, que o uso das penas degradantes – degredos e seus congêneres – vão se tornando uma exceção. Mas para além do que preconizava o Código Penal, a Constituição Federal de 1891 mantêm a possibilidade de uso do desterro em situações de vigência do estado de sítio1, quando poderia o Estado brasileiro adotar medidas de natureza punitiva e de repressão diferenciada, como veremos a seguir. Na fina ironia do escritor Lima Barreto, na epígrafe citada acima, ele concede ao estado de sítio a qualidade de ser um dos elementos de "*progresso*" jurídico da Carta de 1891 e o Código Penal de 1890. Realça também, com uma interpretação dotada de certa historicidade, a importância de colocar que o degredo sempre foi uma prática corriqueira desde a chegada dos portugueses em terras brasileiras2.

> Essa Constituição Federal (Brasil, 1891), de cunho liberal-federalista, em suas Disposições Gerais, no artigo 80, afirmava que poderia ser declarado estado de sítio "em qualquer parte do território da União". Suspendiam-se aí as garantias constitucionais por tempo determinado3, vigorando apenas quando a segurança da República assim exigisse seu uso, "em caso de agressão estrangeira ou comoção intestina".

---

1 É a suspensão temporária de certas garantias legais, ocasionadas pela necessidade de manter a ordem pública. O Executivo assume também certos poderes atribuídos ao Legislativo e ao Judiciário e, são estabelecidas restrições aos direitos dos cidadãos. O governo pode determinar a obrigação de residência em localidade determinada, a busca e apreensão em domicílio, a suspensão de liberdade de reunião e associação e a censura de correspondência, imprensa e comunicação.

2 Para uma leitura específica sobre este tema destaco, entre outros, os seguintes autores: Pieroni (2000) e Costa (1998).

3 Geralmente trinta dias com prorrogação por igual período.

Percebemos que o último item do artigo 80 é muito genérico na sua proposição, ao não definir claramente o que seria "*comoção intestina*", dando margem para que o expediente do estado de sítio fosse amplamente adotado por vários presidentes durante o período da Primeira República (1889-1930)4, de acordo com a vontade, momento e força política de cada um deles.

A Constituição estabelecia ainda que ficaria a cargo do Congresso Nacional declarar, aprovar e suspender o estado de sítio, mas caso isso não ocorresse, o presidente da República tinha então a prerrogativa de declará-lo unilateralmente sem consulta ao parlamento (conforme art. 48, nº 15) e, em todos os momentos no qual foi decretado, se deu dessa forma. Durante o estado de sitio, medidas de repressão e atos específicos, não usuais em outros momentos, eram permitidos pela autoridade executiva, como estabelece o parágrafo segundo nos seus itens 01º e 02º: *"a detenção em lugar não destinado aos réus de crimes comuns"* e, *"o desterro para outros sítios do território nacional*".

Fica evidente nestes dois itens que os presos envolvidos em atos geradores de "*comoção intestina*" (revoltas civis, sedição, motins militares5) teriam tratamento diferenciado, começando pela prisão: não eram presos comuns e o desterro interno para locais ermos e distantes do território nacional era comumente o complemento da detenção inicial. Posteriormente à expiração do estado de sítio, cabia ao presidente da República relatar ao Congresso Nacional os motivos que o levaram à tomada de medidas de exceção, conforme preconizava a Constituição.

Havia uma leitura por parte das autoridades de que se não fossem tomadas medidas preventivas enérgicas em momentos de conflito, poderiam vir a ser criadas situações de quebra ordem da social vigente, cujo Estado e setores sociais dominantes capitaneavam e se colocavam na posição de guardiões. Somando se a isto, havia também o temor de manipulação dos trabalhadores e populares por ideologias consideradas subversivas ou por lideranças políticas adversárias do regime ou do governo, principalmente na capital da República, a cidade do Rio de Janeiro.

02 – O "golpe" e estado de sítio de abril de 1892: a reação de Floriano Peixoto, o "marechal de ferro"

É com base nesta legislação, que a recém implantada República brasileira dará continuidade à prática do degredo/desterro internamente, bem como do banimento e deportações para outros países. Assim aconteceu com os adversários políticos de Floriano Peixoto, após o governo instituir o estado de sítio e aplicar o posterior desterro aos implicados em atos de "*comoção intestina*" nos eventos de 10 de abril de 1892.

A adoção desta prática tão conhecida e usada amiúde no período colonial e imperial até então era aplicada basicamente para os crimes contra a fé, contra o rei e a nobreza, contra os valores morais e os costumes vigentes. Com a república, o desterro é direcionado para a tentativa de extirpar de determinado meio social grupos e indivíduos identificados como afeitos às práticas da capoeira, da malandragem contumaz e das manifestações políticas contrastante com o status quo, num período em que o Brasil passava por amplas mudanças sociais e políticas6, como já ressaltamos.

Floriano Peixoto, segundo presidente republicano do Brasil, assumiu o poder em 23 de novembro de 1891 e não tergiversou em fazer uso desse expediente constitucional para se livrar de seus adversários políticos. O presidente anterior, Deodoro da Fonseca (1889-1891), do qual Floriano era vice, foi levado a renunciar ao cargo de presidente para preservar o país de uma possível guerra civil, segundo ele próprio afirmara ao justificar o seu ato7.

Floriano por sua vez, assume o posto em meio a uma crise de legitimidade8, realçada e agravada por seus adversários no Congresso e na imprensa – Jornal do Commércio e O Paíz – que pediam com insistência a realização de novas eleições presidenciais. A oposição mais contundente a Floriano se encontrava em alguns parlamentares no Congresso Nacional e em órgãos de imprensa, através da pena de jornalistas e literatos9. O evento que desencadeou os desterros de 1892 foi aquilo que o governo chamou de "tentativa de golpe" no dia 10 de abril.

Nessa data, partidários do ex-presidente marechal Deodoro organizaram uma manifestação pública no centro do Rio de Janeiro com o pretexto de homenageá-lo, o que redundou em vários distúrbios resultantes do enfrentamento dos manifestantes com as forças do governo. Em meio aos discursos exaltados, segundo registros de jornais, era comum se ouvir

---

4 No governo de Deodoro da Fonseca houve o banimento da família real; no governo de Floriano, os desterrados de 1892 e da Revolta da Armada em 1893; no governo de Prudente de Morais, a tentativa de assassinato do presidente por um soldado em novembro de 1897 resultou em mais desterros; As Revoltas da Vacina (1904) e da Chibata (1910) redundaram no desterro de cerca de dois milhares de sujeitos para o Território do Acre; no governo de Arthur Bernardes (1922-1926), mais uma vez desterros: desta vez para a colônia correcional de Clevelândia, no atual estado do Amapá.

5 Há também casos de deportação de estrangeiros para outros países, acusados de serem anarquistas, e de ciganos nas primeiras décadas do século XX. Cf. Samis (2002).

6 Devido fugir aos objetivos aqui propostos, sobre estas questões ver, entre outros: Chalhoub (1986); Schwarcz (1993); Carvalho (2004); Samis (2002); e, Bretas (1997).

7 Uma conspiração envolvendo militares oposicionistas, entre eles Custódio de Melo, Eduardo Wandenkolk e Floriano Peixoto, com apoio do Partido Republicano Paulista e outro civis, levam a renuncia de Deodoro em abril de 1891, quando uma esquadra armada comandada pelo almirante Custódio de Melo, com apoio em terra de unidades do exército, força-o a este ato.

8 A Constituição de 1891 dizia que o vice não poderia assumir se o titular não houvesse completado metade de seu mandato (02 anos), caso contrário, deveriam ser convocadas novas eleições. Mas Floriano não convocou novas eleições e seu mandato acabou sendo legitimado pelo Congresso, com o apoio do Partido Republicano Federal. Em seu governo, Floriano teve de enfrentar muitas revoltas como o Manifesto dos Treze Generais, Revolta da Armada, e a Revolução Federalista (1893-1895). Por causa de suas atitudes enérgicas contra essas rebeliões, Floriano passa a ser conhecido como "Marechal de Ferro".

9 Senadores como o almirante Eduardo Wandenkolk e o marechal Almeida Barreto; os deputados Joaquim Seabra, Mena Barreto, Mata Machado, Jacques Ouriques, Manhães Barreto, Jesuíno de Albuquerque e Silva Retumba; e, os escritores e jornalistas José do Patrocínio, Olavo Bilac e Pardal Mallet, este dono do jornal O Combate.

homenagens ao marechal Deodoro da Fonseca e insultos ao "*tirano Floriano*", gritados em coro pelos manifestantes (Peixoto, 1939).

O governo toma a manifestação, e os conseqüentes enfrentamentos e distúrbios, como uma tentativa de golpe orquestrada por um movimento sedicioso que tinha como finalidade a deposição do presidente Floriano Peixoto. Debelados os distúrbios, o presidente da república na manhã do dia seguinte, com data retroativa ao dia anterior, assina o Decreto nº 791, instituindo estado de sítio no Distrito Federal por 72 horas10.

> Com fundamento nesse Decreto acontecem dezenas de prisões de civis e militares acusados de conspiração e sedição, com base nos artigos 115, § 04º e 118 do Código Penal e embasamento legal no referido artigo 80, parágrafo segundo, da Constituição Federal para desterrar os acusados de provocarem "comoção intestina" nos eventos do dia 10 de abril. De imediato, os presos são encarcerados em fortes militares da Capital Federal (Fortes São João, Santa Cruz, Lage e Villegaignon).
>
> Entre os presos, havia jornalistas e escritores, mas o governo se apressa em explicar que "os jornalistas attingidos por aquele decreto não o forão por quaesquer abusos que houvessem commetidos na imprensa, mas por actos positivos de conspiração e sedição, praticados fora do jornalismo" (Jornal do Commercio, 1892a).
>
> Percebe-se uma preocupação por parte do governo em demonstrar que a liberdade de imprensa – desde que favorável ao governo – não foi atingida pelo estado de sítio. O que não foi o caso dos jornais Cidade do Rio e O Combate, este de Pardal Mallet, cujo apelido era "D'Artgnan republicano".

03 – Políticos, militares e jornalistas: de próceres da República a desterrados nos confins da Amazônia

No dia 13 de abril, por volta das 16h00min, são embarcados no paquete Pernambuco onze militares e treze civis e, entre estes últimos, os nobres conde da Leopoldina e barão Moniz de Aragão. O barco partiu da Baía da Guanabara tendo como guarnição de bordo oficiais e alunos da Escola Militar e Superior de Guerra, encarregados da segurança dos desterrados até o trajeto final. O restante dos presos ficou encarcerado em unidades militares no Rio de Janeiro.

Destino da embarcação com os desterrados: Manaus, capital do estado do Amazonas. Nove dias depois de sair do Rio de Janeiro, o Pernambuco chegava à manhã do dia 22 ao porto de Belém do Pará, onde os desterrados receberam a má notícia de que o pedido de habeas corpus coletivo impetrado no dia 18 de abril tinha sido negado pela justiça. Certamente esperavam a liberdade em Belém, mas ela não veio e foi preciso seguir viagem adiante até Manaus. Chegaram à capital amazonense na noite do dia 28 de abril. De lá, eles foram redistribuídos em embarcações menores para rumarem para regiões de fronteira ermas e distantes deste estado já no dia seguinte, conforme nos informa o Jornal do Commércio (1892b) no dia 26 de maio:

No dia 29 passado chegou a Manaus o vapor Pernambuco, conduzindo os presos políticos desterrados para a fronteira do Amazonas.

> Ali deixarão o Pernambuco e no dia 30, às 6 horas da manhã, seguirão cada um o seu destino. Os desterrados para Tabatinga foram no rebocador Jane (...). Os deportados para Cucuhy, seguirão no vapor Imperatriz Thereza até Santa Isabel (...). Os deportados para São Joaquim, seguirão escoltados por uma lancha da flotilha, levando um destacamento de praças do 36º [batalhão].

Os desterrados da recém implantada República, seguiram para os pontos mais remotos da região amazônica, ao norte do país. Foram para as localidades de São Joaquim, Tabatinga e Cucuhy, no estado do Amazonas, conforme distribuição abaixo apresentada pelo Jornal do Commércio (1892: 01) à época, com o título de actos do poder executivo:

1) Para São Joaquim, no Rio Branco, estado do Amazonas: marechal José Clarindo de Queiroz; tenente-coronel Antônio Adolpho de Fontoura Menna Barreto; tenente-coronel reformado Gregório Thaumaturgo de Azevedo; Antônio Joaquim Bandeira Júnior; José Elysio dos Reis; José Joaquim Ferreira Júnior; Bacharel Egas Moniz Barreto de Aragão e Menezes (barão Moniz de Aragão); Ignácio Alves Correa Carneiro.

2) Para Cucuhy, no mesmo estado: marechal reformado José Almeida Barreto; coronel reformado Alfredo Ernesto Jacques Ouriques; major reformado Sebastião Bandeira; capitão reformado Antônio Raymundo Miranda de Carvalho; Dr. Joaquim Seabra; José Carlos do Patrocínio; Plácido de Abreu; Manoel Lavrador; Dr. Arthur Fernandes Campos da Paz; Conde da Leopoldina. Contudo, os desterrados para esta localidade acabaram ficando no meio do caminho, no povoado de Santa Isabel do Rio Negro, devido às dificuldades de acesso por via fluvial até Cucuhy provocadas pela estiagem que fazia aparecer trechos encachoeirados e de transposição impossível para determinados tipos de barcos, como o vapor Imperatriz Thereza.

3) Para Tabatinga, no mesmo estado: Almirante reformado Eduardo Wandenkolk; Capitão reformado Felisberto Piá de Andrade; José Carlos de Carvalho; Coronel reformado Antônio da Silva Piragibe; Bacharel José Carlos Pardal de Medeiros Mallet; Alferes reformado Carlos Jansen Júnior; Cirurgião-dentista Sabino Ignácio Nogueira da Gama. Destes, o único que não embarcou para a diáspora amazônica foi o almirante Wandenkolk, cuja prisão só ocorreu dia 14 de abril.

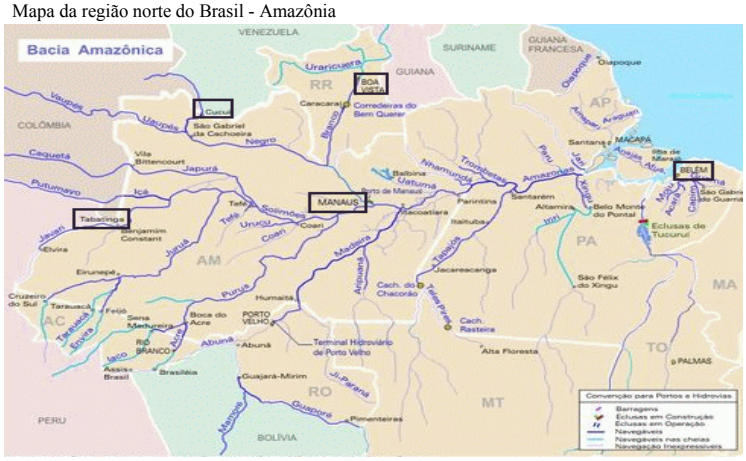
Abaixo, temos o mapa com o destaque para as cidades de Belém e Manaus, por onde passaram os desterrados após entrarem na foz do Amazonas, e também as localidades de Cucuí, Tabatinga e Boa Vista, antiga Rio Branco.

---

10 O referido Decreto foi instituído com muita pressa e celeridade, pois foi assinado às 04h30min da manhã do dia 11 de abril, com data retroativa ao dia 10 e os desterros para o norte do país aconteceram já no fim da tarde do dia 12 (Jornal do Commercio, 1892).

Imagem 01

Mapa da região norte do Brasil - Amazônia



Fonte: http://www.infoescola.com/imagens/cf37500px-Bcamazonica.gif. Consultado em 13/11/2008.

Como percebemos pelas patentes, cargos e títulos, estes desterrados eram principalmente parlamentares e militares – ou as duas coisas juntas em alguns casos – que tinham participado na noite do dia 10 de abril do referido comício e das manifestações cuja finalidade, diziam, era apenas prestar homenagem ao ex-presidente Deodoro da Fonseca (Carone, 1971). Estes atos e seus desdobramentos levaram o país e a República a uma crise de estabilidade institucional muito forte diante das frações de forças políticas hegemônicas em conflito disputas (Samis, 2002: 140).

O próprio presidente Floriano, em Decreto publicado no Diário Oficial do dia 13 de abril (in Peixoto, 1939), assim justifica as deportações dos indigitados em crimes de sedição e conspiração, conforme legislação já citada:

> Considerando que maus cidadãos, abusando das imunidades dos cargos em que os investiu a soberania nacional, atentam contra ela própria (...), que a situação melindrosa do país, ainda em período de reorganização política (...) mais imperiosa torna a necessidade de paz política. (...) importa de uma vez por todas encerrar o período de desordens e sobressaltos (...) que as medidas de rigorosa repressão, que a salvação pública impõe, traduzem os votos patrióticos de todos bons cidadãos civis (...) que as instituições republicanas, ainda ameaçadas por exploradores de todas as ruis paixões (...) hão de ser mantidas a custo de quaisquer sacrifícios (p. 136 a 138)

Se levarmos em consideração a caracterização dada ao degredo português no período colonial, a semelhança que se estabelece também neste caso é que a Amazônia não era só um lugar distante e fronteiriço. Excetuando o glamour das cidades portuárias de Belém e Manaus, provocado pela riqueza da borracha, a Amazônia também era um lugar "inferior" nas percepções de muitos daquele período: haveria uma "*rudeza*" cultural dos seus habitantes e a região, indistintamente, era vista como um manancial de doenças tropicais endêmicas, ausência do Estado nacional regulando o espaço e uma terra propícia para aventureiros de toda espécie, como comumente era vista.

Mas este foi um desterro sui generis, dado as posições sociais dos apenados: eram militares de alta patente e pessoas de renome, como os escritores Pardal Mallet, José do Patrocínio e o deputado Joaquim Seabra. Ao chegarem às cidades de Belém e Manaus, os desterrados aproveitam para ecoar na imprensa seus reclames sobre as condições adversas que encontrariam nas localidades para as quais estavam sendo enviados para cumprimento das penas.

Resumidamente, Cucuhy era na época uma pequena vila situada à margem esquerda do Rio Negro, onde existia um posto militar avançado, distando pouco mais de um quilometro da fronteira com a Venezuela. Porém, de Manaus a Cucuhy a viagem de barco durava cerca de um mês. Já o Forte São Joaquim, na localidade de Rio Branco, estava situado no interior do que hoje é o estado de Roraima, fronteira também com a Venezuela e *"toda população logarejo será hoje de umas 50 a 80 pessoas, pela máxima parte tapuia, isto é, índios e seus filhos, já semi-civilizados"* (Peixoto, 1939: 145). Por sua vez, entre as três, Tabatinga era considerada a povoação mais desenvolvida à época. Estava localizada às margens do Rio Solimões, já próxima à tríplice fronteira peruana, brasileira e colombiana.

Vejamos o que narra o Jornal do Commércio do dia 26 de maio, ao fazer cobertura sobre os reclames dos desterrados a respeitos dos locais para onde deveriam seguir e cumprir suas penas:

No Diário de Manaos publicarão11 os prisioneiros um protesto, dirigido ao capitão-tenente commandante militar do vapor Pernambuco, contra a execução que vai ter a pena de desterro. Allegarão os desterrados que Cucuhy é um deserto, não tem casas nem hospedaria, nem habitação, por mais modesta e menos confortável, em que os desterrados se abriguem. Não há também commércio em que estes possam prover-se dos gêneros de primeira necessidade. O Commércio (jornal) fez a seguinte referência à recepção dos deportados: em Manáos, a notícia da chegada do Pernambuco, foi recebida com frieza, não aconteceu o mesmo no Pará, onde os presos, ao ser permitida a entrada a bordo às pessoas munidas da precisa autorisação, forão visitados por pessoas de todas as classes (1892c: 01).

Tal atitude seria impensável se os desterrados não tivessem pedigree social e político. Não fossem também, na sua maioria, homens que havia pouco tempo tinha sido condestáveis do regime republicano recém implantado. Faziam questão de

11 Como conservei a grafia da época nas transcrições, os verbos terminados em ão denotam e tempo passado e não o futuro, como atualmente vigora.

deixar claro que não eram desterrados comuns, que os lugares aos quais foram destinados para o cumprimento da pena eram remotos demais, sem as mínimas condições de recebê-los com a dignidade exigida e com o que suas posses pecuniárias podiam comprar, para dar-lhes o conforto devido. Mas não houve alternativa, senão cumprir inicialmente as penas determinadas nas vilas indicadas, exceto o caso de Cucuí, como já reportamos anteriormente os motivos.

O jornal Democrata do Pará, no dia 07 maio, também reverbera a situação dos desterrados e de uma maneira bastante enfática coloca-os como mártires da república, homens desapegados de quaisquer interesses que não fossem para o bem da pátria, pois

> Pessoa insuspeita nos comunica que aqueles esforçados obreiros da República [os desterrados], uma vez sequer, a bordo ou em terra, se mostraram abatidos sob a pressão da adversidade que os arrancou do seio de suas famílias estremecidas. Uma vez ou outra diziam: "amigos, amigos, tudo pela pátria" (*apud* Samis, 2002: 141).

Porém, este afetado tom piedoso e patriótico que é dirigido aos desterrados não fez eco em outros jornais de Manaus e Belém, que ficaram claramente ao lado do governo e adotaram um tom sóbrio a respeito do desenrolar da viagem e de suas personagens vistas como anti-florianistas.

Para cumprirem suas penas, cada um dos três grupos de desterrados recebeu uma farta feira de gêneros alimentícios em grande quantidade, utensílios de cozinha e mesa com alguns itens até luxuosos e supostamente impensáveis para pessoas que estavam na condição de desterrados. Entre outras compras, foram adquiridos na casa comercial P. P. J. H. Andersen, por conta do governo amazonense, produtos caros e ostentosos como caranguejos, ostras, bacalhaus, lagostas, vinhos finos, conhaques, cervejas, prataria, louças e cálices de cristais, gelos em barra, frutas em caldas importadas e outros apetrechos, como inusitadas palmatórias que ainda faziam parte do Kit dos desterrados. Não sabemos para que tipo de uso elas se destinavam: se para alguma prática de auto-imolação ou se o conde da Leopoldina, que levou criados, usava-as para castigá-los diante de alguma falta ou para manter clara sua condição de nobre diante dos servos.

> Mas até onde sabemos, o conde da Leopoldina tem apenas ressaltadas suas qualidades de homem bondoso e, sem trocadilhos, de atos dotados de nobreza, conforme narra o Jornal do Commércio ao afirmar que o "ilustre capitalista conde Leopoldo, nosso amigo de tempos mais felizes, dando expansão impulsos de seu coração nobre e generoso, gratificou todo o pessoal da câmara, convés do paquete que o transportou a Santa Izabel" (apud Samis, 2002: 141).

Cada uma das compras saiu ao custo de 2:441$34012, totalizando juntas 7:324$020, já que eram três ranchos iguais destinados para cada uma das localidades (Tabatinga, Cucuhy e São Joaquim) que receberiam os desterrados. A previsão dada na nota era de que cada um dos ranchos aviados durasse quarenta dias, mas acabou bem antes. Isto acabou gerando novas cartas de protesto por parte deles nos jornais de Manaus e Belém, onde denunciavam que estavam passando fome e alguns enfrentando doenças (Jornal do Commercio, 1892c).

O próprio governador amazonense, capitão Eduardo Ribeiro, se encarregou de providenciar os ranchos por conta do erário público, certamente com anuência do governo federal, a quem ele cientifica em telegrama no dia 30 de abril dirigido ao próprio Floriano Peixoto: os *"Presos seguiram com todas as comodidades possíveis. Mandei preparar ranchos magníficos para 40 dias nos fortes. Para viagem mandei também preparar boa mesa"* (Peixoto, p. 158).

Os telegramas para o Rio de Janeiro continuam freqüentes nos dias que se seguiam.

> Em 08 de agosto ele se dirige ao presidente e afirma que "comunicações vindas comandantes fronteira deportados continuam gozando saúde, teem seguido abundantes remessas gêneros alimentícios, nada lhes tem faltado". (idem, p. 160).

Percebe-se que as informações não são demonstrações gratuitas de subserviência do governador, mas parece ele ter sido designado o interlocutor e informante privilegiado de Floriano Peixoto das notícias do Norte sobre os desterrados.

Todas as medidas que ele tomou certamente foram feitas com anuência antecipada do presidente ou ordenadas por este.

Foto 01:

Desterrados no vilarejo de Santa Izabel, nas margens do Rio Negro. Da esquerda para a direita vemos o major Sebastião Bandeira, o escritor José do Patrocínio, o deputado J. J. Seabra, Manuel Lavrador (segurando uma arma), marechal Almeida Barreto, coronel Jacques Ouriques e Campos da Paz. Autor desconhecido (*in* Peixoto, 1939: 212).

12 Dois contos, quatrocentos e quarenta e mil e trezentos e quarenta réis.

04 – A defesa dos acusados: Rui Barbosa assume a causa dos desterrados

Mas voltemos alguns dias antes novamente ao Rio de Janeiro. De imediato, os eminentes desterrados constituem banca de advocacia com o renomado jurista e político Rui Barbosa, que no dia 18 do mês de abril entra com uma petição de *habeas corpus* coletivo em favor de seus clientes – que ele chama de vítimas – junto ao Supremo Tribunal Federal - STF. O ponto central da tese de Rui Barbosa é a alegação de que seus contratantes foram presos ilegalmente e retirados em constrangimento de seus lares e da cidade, numa afronta clara às leis vigentes.

No texto da petição ele distribui sua clientela de desterrados em 03 categorias:

1) os presos antes do estado de sítio;

2) os considerados como incursos em prisão pela declaração oficial que encerrou o estado de sítio;

3) os presos durante o estado de sítio (Barbosa, 1956: 19).

No primeiro caso estavam os deputados José Joaquim Seabra; deputado coronel Adolfo da Fontoura Mena Barreto; Dr. Campos da Paz; Dr. Clímaco Barbosa; José Carlos Pardal de Medeiros Mallet; Olavo Bilac; Manuel Lavrador; Severiano Rodrigues da Fonseca; José Elísios dos Reis; José Joaquim Ferreira Júnior; Constantino de Oliveira. Destes, apenas o poeta Olavo Bilac e Clímaco Barbosa permanecem na Capital Federal após o dia 13 de abril, presos no Forte Lage.

Para a defesa deste grupo ele começa contestando o dia e hora de vigência do Decreto de estado de sítio. Alega que o mesmo foi decretado por um prazo de 72 horas e cessado este prazo, no entender de Rui Barbosa, seus clientes deveriam ser libertados, pois pela Constituição vigente, em seu artigo 80, a suspensão dos direitos constitucionais se daria somente por tempo determinado. Como o Decreto foi promulgado na manhã do dia 11, para Rui Barbosa, as prisões efetuadas antes disso seriam ilegais e, portanto, passíveis de nulidade.

> Como alguns deles eram parlamentares, diz Rui Barbosa que "se o deputado ou senador, no momento da prisão, estava na plenitude de gozo das suas imunidades legais, o ato do governo, prendendo-os, importa o crime de abuso de poder" (Barbosa, 1956: 23).

Discute ainda que as medidas tomadas não se adequavam ao crime de sedição, pois ele alega que o movimento morreu antes de produzir conseqüências suscetíveis desta ou qualquer outra penalidade. Ou seja, pode ter havido a intenção, mas esta não se concretizou porque o governo interveio e se antecipou.

Para o segundo grupo, Rui Barbosa alega que mesmo findo o estado de sítio as prisões prosseguiram. Portanto continuava a existir, nos seus dizeres, a caçada policial.

> Cita como exemplo da "caçada policial" a prisão do almirante Eduardo Wandenkolk, ocorrida no dia 14 de abril e lança um apelo aos juízes do STF para que defendessem a constitucionalidade: "senhores juízes, salvai, com a lei, a sociedade brasileira" (Barbosa, 1956: 28).
>
> Segundo Rui Barbosa, a Constituição em vigor não previa deportação e desterros após o fim do estado de sítio. Para fundamentar seu arrazoado jurídico ele cita de cor o trecho constitucional referente a esta questão: "a constituição estatui: não prendereis, nem desterrareis, senão durante a suspensão das garantias. Mas o governo restabelece as garantias, e continua a deter e degredar cidadãos, como se elas estivessem suspensas" (Barbosa, 1956: 30).

Nos inclusos no último grupo, Barbosa levanta três aspectos para fazer a defesa de seus clientes:

1) o estado de sítio não observou as condições essenciais de constitucionalidade;

2) dessa inconstitucionalidade derivada, o STF seria o órgão competente para reconhecê-la;

3) findo o estado de sítio, começa para os detidos políticos, o direito ao julgamento segundo as formas usuais do processo.

Nestes três casos, era possível obter a concessão do *habeas corpus* nos dizeres do renomado causídico. Segundo ele, não houve uma agressão, uma gota de sangue derramado, nenhuma arma dirigida contra ninguém nos eventos do dia 10 de abril, e o entusiasmo dos manifestantes expandiu-se somente em aclamações e apupos. E complementa: "ora, sem o

perigo, e perigo geral para a pátria, e perigo iminente, é constitucionalmente ilegítima a suspensão de garantias" (Barbosa, 1956: 63).

Mas o jurista admite que embora se em tese fosse verdadeiro o crime de sedição, este crime seria um fato policial, regido pelas leis criminais, e não pelo direito político.

De acordo com Rui Barbosa, a sedição estaria tipificada no Código Penal, que em seu artigo 121 clarificava:

> ... e, quando a autoridade policial for informada de alguma sedição, irá ao lugar, acompanhada do seu escrivão e força, e, reconhecendo que a reunião é ilícita, e tem fins ofensivos da ordem pública, o fará constar às pessoas presentes, e as intimará, para se retirarem (...) se a autoridade não for obedecida, depois da terceira admoestação, empregará a força, para dispersar o ajuntamento, e mandará recolher à prisão preventiva os cabeças (Barbosa, 1956: 64).

Conclui seu raciocínio de interpretação jurídica fazendo um adendo para as conseqüências dos atos:

> a detenção e o desterro, facultados ao poder executivo, são medidas de repressão, e não penas. São providências conducentes a obstar o mal, e não sofrimentos destinados a expiar delitos.São instrumentos restauradores da paz, e não meios de castigar criminosos.São atos de alta polícia política e não sentenças. constituem apenas funções de administração; não significam exercício de judicatura. Não envolvem qualificação de culpa: implicam apenas coibição de desordens sociais (Barbosa, 1956: 68-69).

Na conclusão de sua peça jurídica, Rui Barbosa alega que o governo exerceu contra seus acusados uma ostentação de crueldade inútil.

> Elegendo-lhes para o desterro, climas que eram "morte para homens do sul", locais alagadiços, onde "a aluvião periódica das invernias deposita envenenamentos fatais", paragens ermas, habitadas somente pelas guarnições dos presídios e pelos "selvagens da floresta". Confins remotíssimos, cuja viagem custava meses, "através das regiões mais doentias e, só da capital do Pará, demora perto de 500 léguas" (p. 80).

Mas os apelos jurídicos compostos até de certo tom humanitário não surtiram efeitos, pois a maioria simples do pleno do STF preferiu não se intrometer na questão a favor dos desterrados, negando o pedido de *habeas corpus* coletivo, rejeitando-o por um voto apenas de diferença. Na resposta, os membros do STF justificam que foram tomadas "medidas de segurança" de "natureza transitória" e que não caberia ao judiciário intrometer-se em questões que diziam respeito apenas ao legislativo e ao executivo. Terminava então a luta jurídica, restava aos desterrados a batalha política.

Uma luta que na verdade dependia muito mais da boa vontade do presidente em consonância com o Congresso Nacional do que qualquer tipo de protesto por parte dos desterrados via imprensa, como vinham fazendo. Nesse sentido, no dia 05 de agosto do mesmo ano o presidente assina o Decreto, que já tinha sido aprovado no Congresso Nacional dias antes, concedendo a anistia nos seguintes termos:

> Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte resolução: artigo 01º. É concedida anistia a todos os cidadãos implicados nos acontecimentos que motivaram o decreto executivo de 10 de abril deste ano, declarando em estado de sítio a Capital Federal (Peixoto, 1939: 188).

Semanas depois de assinado o ato de anistia, o governador amazonense Eduardo Ribeiro notifica ao presidente o "mau comportamento" dos anistiados ao retornarem à Manaus, já cientes da notícia de que estavam regenerados da diáspora a qual foram submetidos. Em telegrama datado de 27 de agosto ele comunica ao presidente que "Seabra, Lavrador e outros anistiados teem pronunciado discursos violentos contra vosso patriótico governo". Mais à frente ele finaliza dizendo que "um grupo despeitados aclamou Menna Barreto presidente da República. Houve grande desfrute nessa ocasião, Barreto aceitou agradeceu comovido! Todos se dizem dispostos novas lutas" (Peixoto, p. 195).

A anistia é então a abertura de uma cela sem portas, que possibilita o regresso de todos à Capital da República. Depois de dias de viagem pelo Rio Amazonas e pela costa brasileira, no dia 20 de setembro, após cerca de cinco meses de ausências dos seus afazeres e dos seus lares os desterrados desembarcam no porto do Rio de Janeiro. Prontos para a rotina das suas atividades e novas batalhas, como afirmaram em Manaus.

05 – Considerações finais

Podemos dizer que esta foi uma pena essencialmente política, de cunho moderado e leniente na fiscalização do seu cumprimento quando comparada a outras que foram imputadas às pessoas comuns em outros momentos posteriores de revoltas na República. Podemos dizer que e em certo ponto foi semelhante ao ostracismo13 presente no mundo grego antigo, já que os condenados não perderam os bens econômicos e os ganhos, dispondo deles para seus usufrutos. No caso dos militares, estes continuaram com porte de suas armas e receberam normalmente seus soldos de reformados. Como acabaram sendo anistiados meses depois, alguns retornaram inclusive mais fortes politicamente à vida pública na capital da república.

Durante a viagem e mesmo depois da chegada deles à Amazônia, puderam expressar seus descontentamentos e as alegadas situações de penúrias através de cartas publicadas nos jornais de Belém e Manaus, que acabavam ecoando também nos jornais do Rio de Janeiro.

Os próprios desterrados se viam também numa situação especial diante da lei. Numa carta, de 30 de junho de 1892, dirigida ao dono do jornal *Democrata do Pará*, Sr. Regalado Batista, os desterrados para São Joaquim pedem que o mesmo

---

13 Na sua origem, o ostracismo grego era o afastamento da cidade por dez anos do cidadão. Era uma medida de precaução política, adota para tolher a popularidade ou proeminência de determinado homem público pelos serviços prestados à pátria. Tinha a medida ares de honorabilidade para aquele que a recebia. Era uma precaução contra a possibilidade de exacerbação do poder e apego aos cargos públicos. Cf. Melo (1940).

dê publicidade a um fato ocorrido na cidade de Boa Vista, onde se encontravam. Afirmavam na missiva que o delegado de polícia em Boa Vista queria prendê-los pelo fato de estarem fora do lugar determinado para o desterro.

> E o delegado, "fazendo essa comunicação na rua, em voz alta e de modo insultuoso acompanhado de grosseiras ameaças, foi repelido com toda energia pelo Sr. Elísyo dos Reis, que soube manter sua posição de desterrado e não de preso, como quer o delegado" (Samis, 2002: 142).

A atitude enérgica de Elísyo Reis estava de acordo com sua má fama conservada há tempos diante das autoridades do Rio de Janeiro da sua época.

Ele era o bem nascido e relacionado capoeira português ***Juca Reis***, conforme nos explica José Falcão (2005: 115):

> famoso e terribilíssimo (...) um autêntico marialva, filho de um dos mais ricos representantes da colônia lusa no Rio de Janeiro, o Conde de São Salvador de Matosinhos. Juca Reis, assim como aconteceu com vários outros portugueses que apreciavam o batuque frenético dos atabaques, foi preso pelo crime de "capoeira".
>
> Essa prisão resultou na primeira crise ministerial da recém criada República. Marechal Deodoro da Fonseca atribuiu ao primeiro Chefe de Polícia da República, Joaquim Sampaio Ferraz, a delicada missão de exterminar os capoeiras na cidade do Rio de Janeiro. Juca Reis foi um deles. Seu pai era amigo íntimo do General Quintino Bocaiúva, então ministro das Relações Exteriores, que não concordou com a prisão do filho de seu amigo e se rebelou contra o governo, causando a primeira grave crise ministerial da República.

Percebemos que manter "*a posição*" não era apenas simples retórica daqueles homens colocados em diáspora na região amazônica. Faziam questão de chamarem a si próprios de desterrados e não, *presos*. Portanto não poderiam ficar submetidos a um delegado de polícia do interior amazonense, *pois "esse agente do governo não sabe a diferença que há entre preso e desterrado e me parece que também não o sabe o governador"* (*Jornal do Commercio*, 1892d).

Eles se consideravam perseguidos políticos e procuravam afirmar ter folha corrida de serviços patrióticos prestados à nação. Boa parte deles era na verdade homens que abraçaram a causa republicana ainda no Império e combateram a escravidão, como é o caso do jornalista e escritor José do Patrocínio. Mas este não se lamentou ou se manifestou em nenhum momento por meio da imprensa durante seu exílio em terras do norte.

As privações materiais, como nos diz Samis (2002: 142), atingiram uma minoria dos sentenciados. Os militares desterrados foram reformados, mas continuaram recebendo seus soldos no exílio e portando armas, como já dissemos. O coronel Gregório Thaumaturgo de Azevedo inclusive aproveitou seu tempo de desterrado para comprar em sociedade uma fazenda de gado, ao custo de 20:000$ (vinte contos de réis). Os civis, excetuando os jornalistas, eram homens que tinha recursos acima da média. Provavelmente, o mais rico de todos fosse o conde da Leopoldina, um rico banqueiro e industrial de origem inglesa chamado Henry Lowndes, que fez sua fortuna durante o Império.

Tirando talvez o fausto das compras com as quais foram agraciados pelo governo amazonense, foi um desterro parecido também ao de muitos nobres e ricos portugueses de outrora, cuja condição econômica e social era um fator significativo de distinção do rigor da pena e da possibilidade de atenuantes e perdão. Algo que não acontecia com os homens e mulheres simples, desprovidos de recursos e boas relações entre aqueles que realmente mandavam.

06 – Bibliografia

Barbosa, Rui. (1956), *Obras completas de Ruy Barbosa: discursos parlamentares*. Volume XIX, tomo III, ano de 1892. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura/Dpto. de Imprensa Nacional.

Brasil. "Constituição da República Federativa do Brazil". Presidência da Republica. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Consultado em 20 de abril de 2008, <www.presidencia.gov.br/CCIVIL_03/constituicao>.

Bretas, Marcos Luís. (1997), *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Carone, Edgar. (1971), *A Primeira República (evolução)*. Vl. II. São Paulo: Difel.

Carvalho, José Murilo de. (2004), *Os bestializados da República: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 03ª edição. São Paulo: Cia. das Letras.

Chalhoub, Sidney. (1986), *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro* na Belle époque. São Paulo: Brasiliense.

Costa, Emília Viotti da. (1998), "Primeiros povoadores do Brasil: o problema dos degredados". *In* Textos de História. Revista do PPGHIS da Unb, vl. 06, nºs. 01 e 02, pp. 77-100.

Falcão, José Luiz Cirqueira. (2005), "Fluxos e refluxos da capoeira: Brasil e Portugal gingando na roda". *In* Revista Análise Social, vl XL, nº 174, PP. 111-133.

Jornal do Commércio. (1892), *Actos do poder executivo*, 12 de abril, p. 01, anno 70, nº 103.

Jornal do Commercio. (1892a), *Desterro de jornalistas*, 13 de abril, p. 01, anno 70, nº 104.

Jornal do Commercio. (1892c), *Desterrados, 26 de maio*, p. 01, anno 70, nº 145.

Jornal do Commercio. (1892d), *Os desterrados políticos*, 30 de junho, p. 01, anno 70, nº 211.

Melo, Vasco M. de Almeida Homem de. (1940), *O degredo*. Lisboa – Portugal. Cadeia Penitenciária.

Peixoto, Sílvio. (1939), *Floriano: memórias e documentos*. Volume IV. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação.

Pierangeli, José H. (2001), *Códigos Penais do Brasil: evolução histórica*. 02ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

Pieroni, Geraldo. (2000), *Os excluídos do reino: a inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia*. Brasília: EdUnb.
Samis, Alexandre. (2002), *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão no Brasil.* São Paulo: Imaginário.
Schwarcz. Lilia Moritz. (1993), *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil* – 1870/1930. São Paulo: Cia. das Letras.

ProTagonismo Feminino nas Eleições Multipartidárias Cabo-Verdianas

Eurídice Monteiro
Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
neury@iol.pt

Resumo: No contexto cabo-verdiano, em particular, as mulheres encontram-se sub-representadas nas listas eleitorais e tendem a ocupar posições de menor elegibilidade, contribuindo para a sua persistente sub-representação política, apesar dos avanços registados durante o multipartidarismo. Esta sub-representação política feminina deve-se em boa medida a um conjunto de factores políticos: a organização das actividades políticas, os processos de selecção e de ordenação das listas eleitorais e o próprio sistema eleitoral. Ao conjugar o bipartidarismo e os pequenos círculos eleitorais (particularmente os binomiais), o sistema eleitoral cabo-verdiano acaba por condicionar a eleição de elementos do sexo feminino, produzindo um efeito similar ao sistema maioritário em círculos uninominais. Paralelamente, as relações entre os homens e as mulheres estabelecidas no espaço doméstico e a precariedade da situação familiar de muitas mulheres (a problemática das mães solteiras), as desigualdades históricas relativamente à educação das mulheres e a sua condição perante o trabalho, enquanto principais pressupostos em que se assentam as relações sociais de sexo em Cabo Verde, têm reflexo na participação das mulheres nos órgãos de poder político. Desta forma, importa questionar sobretudo esses pressupostos, pois as mulheres antes de se auto-excluírem do campo político, são discriminadas na aquisição de recursos necessários para obter a igualdade de participação e de acesso aos lugares de responsabilidade política. Nesta comunicação, para além de uma análise inicial sobre o processo eleitoral cabo-verdiano, que tem implicações na composição dos órgãos de poder político, pretendo problematizar a participação das mulheres nas eleições legislativas multipartidárias (1991-2006), destacando os processos de selecção e de ordenação das listas eleitorais.

Palavras-chave: democracia; multipartidarismo; mulheres e política; quotas; paridade.

1. Democracia representativa

É sabido que o conceito de democracia e a sua aplicação prática tiveram origem na Grécia antiga, provavelmente em Atenas, há cerca de dois mil e quinhentos anos, significando governo do povo, sendo o poder autorizado e controlado pelo povo. Apesar das suas potenciais virtudes, a democracia nunca foi universalmente aceite, suscitando controvérsias quanto à sua aplicação, e tendo coabitado – durante o seu percurso histórico, marcado por avanços e recuos – com a exclusão política de parte significativa da população adulta. Uma das injustiças históricas prende-se com o não reconhecimento das mulheres como membros da comunidade política. Eram privadas do exercício dos mais elementares direitos de cidadania, como o direito de voto e o direito de serem eleitas. Não deixa de ser curioso constatar que, apesar da democracia ter raízes na Grécia antiga, o sufrágio universal para a população adulta é um ganho do nosso tempo.

Durante a segunda metade do século XX, o mundo foi testemunha de uma mudança política extraordinária e sem precedentes (Dahl, 2000: 9). Essa mudança política foi mais significativa nas últimas duas décadas desse século, quando ocorreu a nível mundial a multiplicação de processos de transição para a democracia liberal. A chamada *"terceira vaga de democratização"* – iniciada, em Portugal, em Abril de 1974 (Huntington, 2000: 19-20) – marcou sobretudo a América Latina, a Europa de Leste e a África, tendo significado o fim dos regimes militares, do comunismo e dos regimes monopartidários, respectivamente. Paradoxalmente, essa «expansão global da democracia liberal coincidiu com uma crise grave desta nos países centrais onde mais se tinha consolidado, uma crise que ficou conhecida como a dupla patologia: a patologia da participação, sobretudo em vista do aumento dramático do abstencionismo; e a patologia da representação, o facto dos cidadãos se considerarem cada vez menos representados por aqueles que elegeram» (Santos e Avritzer, 2004: 37).

Com a hegemonia da democracia liberal, a sub-representação das mulheres nos órgãos de poder político tem vindo a ganhar relevância crescente, sendo evidenciada as múltiplas causas dessa sub-representação (Norris, 2000; Shvedova, 2002; Martins e Teixeira, 2005). A persistente sub-representação política feminina interroga não só as mulheres, mas também o próprio sistema político. Em vez de insistir na alegada falta de interesse das mulheres pela política, as considerações que incidem sobre o sistema político destacam sobretudo os partidos políticos como os principais responsáveis pela sub-representação das mulheres nos órgãos de poder político.

Essa sub-representação parece condicionar as formas de ocupação do campo político pelas mulheres (Campos, 2002; Osório, 2005). Diante disso, as medidas de incentivo para uma maior participação das mulheres na política têm vindo a ganhar relevância crescente (Viegas e Faria, 2001; Dahlerup, 2002; Matland, 2002; Morna, 2003; Kethusegile-Juru, 2003; Tripp, 2003). Entretanto, tem sido questionado se o aumento do número de mulheres na política melhora a qualidade da democracia de um país (Agacinski, 1999; Bataille e Gaspard, 1999; Phillips, 2001; Baum e Espírito-Santo, 2004). Deste modo, a participação das mulheres na política, com o alargamento da democracia liberal, tem despertado o debate num duplo sentido: por um lado, a inclusão política de sujeitos historicamente excluídos; por outro, a qualidade da democracia dos nossos tempos.

2. A integração das mulheres nos órgãos de poder político

Durante muito tempo, com base nas diferenças biológicas entre os sexos, as mulheres foram sistematicamente excluídas da cidadania, proclamada como universal. Diante dessa inferiorização das mulheres, várias lutas foram travadas no sentido de reconhecer a igualdade entre os sexos, nomeadamente no que se refere aos direitos políticos.

No contexto africano, marcado pela colonização europeia, o exercício da cidadania feminina era, antes de mais, limitado pelas lógicas coloniais, que restringiam os direitos e as liberdades dos/as colonizados/as, sendo reforçado pelas leis patriarcais, nas quais eram evidentes a supremacia dos homens em relação às mulheres.

Em Cabo Verde1, durante o período colonial, as mulheres estavam submetidas à referida dupla colonização (colonial e patriarcal). Foi só com a independência nacional do país que viram ser reconhecidas a igualdade de direitos entre os sexos e, em particular, a sua participação na política interna. Com o advento do multipartidarismo2 assistiu-se a um aumento significativo da participação das mulheres nos órgãos de poder político nesse espaço insular da costa ocidental africana, embora mantendo a sua sub-representação.

Com o multipartidarismo, a eleição (livre e pluralista) – embora sendo uma forma de participação política minimalista – surgiu como um imperativo da própria democracia cabo-verdiana, na medida em que foi institucionalizada como a principal forma de constituir/legitimar a representação. Diante disso, o processo eleitoral passou a ter uma enorme relevância, em Cabo Verde. Passo a realçar algumas questões relativas ao processo eleitoral cabo-verdiano com implicações na composição dos órgãos de poder político, de modo a enquadrar melhor a participação das mulheres nesses órgãos. Esta análise foi feita antes da última revisão do Código Eleitoral.

Para as eleições legislativas, o território nacional divide-se em vários círculos eleitorais que, em cada período eleitoral, correspondem aos concelhos existentes no país.3 Os/as eleitores/as residentes fora do território nacional são agrupados/as em três círculos eleitorais (África, América e Europa e Resto do Mundo). Nesta lógica, dos/as 72 Deputados/as que compõe a Assembleia Nacional4, 66 são distribuídos/as pelos círculos eleitorais nacionais e 6 pelos círculos eleitorais no estrangeiro, cabendo 2 a cada um desses círculos5 (art. 395º e art. 397º do CECV).

A conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional de *Hondt* (art. 405º do CECV). O método de *Hondt* é aplicado em dezassete círculos eleitorais pequenos (com 2 a 5 mandatos), num círculo eleitoral médio (que deferem 6 a 9 mandatos) e em dois círculos eleitorais grandes (que deferem 10 ou mais mandatos) (Lima, 2004: 138).

A aplicação do método de *Hondt* nos círculos eleitorais pequenos (sobretudo nos de dois mandatos), em Cabo Verde, contribui para provocar uma distorção na proporcionalidade entre o número de mandatos atribuídos aos partidos e a proporção de votos obtidos. Este facto foi nítido nas Legislativas 1995 e 2001. Em 1995, os dois maiores partidos políticos cabo-verdianos (MpD6 e PAICV7) obtiveram 91.04% dos votos e conquistaram 71 dos 72 mandatos disponíveis e, em 2001, com 87,00% dos votos conseguiram 70 dos 72 mandatos. O PCD8, em 1995, com 6.71% de votos, só conseguiu eleger 1 Deputado, enquanto que o PAICV com 29,75% dos votos, superior aos votos no PCD em cerca de cinco vezes, conseguiu eleger vinte vezes mais Deputados/as do que este partido. Realmente, o PCD só conseguiu 1 mandato, em parte, porque não teve, em nenhum círculo eleitoral, uma significativa concentração de votos que lhe permitisse eleger mais Deputados/as. Entretanto, verifica-se que o método de *Hondt* tende a favorecer os dois maiores partidos políticos cabo-verdianos, tal como acontece nos restantes países onde também é aplicado. Daí que, nos círculos mais pequenos (com 2 mandatos) há uma exclusão da terceira força política. Se só há lugar para 2 Deputados/as, quer dizer que, ou um partido consegue eleger os 2 Deputados/as, ou os dois partidos mais votados repartem os mandatos entre si. Isso significa que o(s) outro(s) partido(s) que

---

1 O arquipélago de Cabo Verde, situado a cerca de 450 km da costa ocidental africana, é constituído por dez ilhas (sendo nove habitadas) e alguns ilhéus. As ilhas estão divididas em dois grupos: Barlavento, composto pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (desabitada), São Nicolau, Sal e Boa Vista; Sotavento, composto pelas ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava.

2 Sobre a transição do monopartidarismo para o multipartidarismo, ver, por exemplo, Lima (1992), Correia e Silva (1997), Koudawo (2001) e Évora (2004).

3 Com excepção das Legislativas 1991, altura em que os círculos eleitorais nacionais correspondiam às freguesias do país.

4 Nas Legislativas 1991, dos/as 79 Deputados/as que compunham a Assembleia Nacional, 76 tinham sido distribuídos/as pelos círculos eleitorais nacionais e apenas 3 pelos círculos eleitorais no estrangeiro, cabendo 1 a cada um desses três círculos. Importa realçar que, desde as Legislativas 1995, todos os círculos eleitorais (quer os nacionais, quer os no estrangeiro) passaram a ter no mínimo 2 mandatos.

5 Se todos/as os/as emigrantes cabo-verdianos/as se inscrevessem no recenseamento eleitoral e votassem, os seus votos não permitiriam eleger mais do que 6 Deputados/as. Isso provocaria uma forte representação desigual: os votos dos/as eleitores/as dos círculos nacionais valeriam muito mais do que os votos dos/as eleitores/as dos círculos eleitorais no estrangeiro. Essa deliberação visa reduzir o peso de emigrantes na determinação dos resultados das eleições legislativas, senão, como constituem a maioria, poderiam decidir os resultados de todas as eleições legislativas, sem depois sentirem as consequências directas da governação. Entretanto, importa ressaltar que o número de eleitores/as cabo-verdianos/as inscritos/as no estrangeiro é ainda bastante baixo, uma questão que merece ser estudada, sobretudo por causa do peso económico da emigração cabo-verdiana e da longa tradição cabo-verdiana de vivência diaspórica. Sobre a questão da representação desigual, ver, por exemplo, Freire (2002).

6 O MpD (Movimento para Democracia) foi fundado, em Novembro de 1990, na cidade da Praia (três meses antes das primeiras eleições legislativas multipartidárias cabo-verdianas). Este partido – composto por muitos/as dissidentes do PAICV e indivíduos insatisfeitos com a ausência de concorrência política no arquipélago (Costa, 2003: 256) - apareceu como uma alternativa política ao PAICV e, ao lado deste, teve um papel de destaque na transição do monopartidarismo para o multipartidarismo, em Cabo Verde.

7 O PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde) foi proclamado, em Janeiro de 1981, na cidade da Praia, na sequência do golpe de Estado de 1980 na Guiné-Bissau e da queda da unidade, estabelecida pelo PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde - fundado, em Bissau, em Setembro de 1956), entre este país e Cabo Verde. O PAIGC/CV esteve no poder, em Cabo Verde, durante os quinze anos do regime monopartidário (1975-1990, três legislaturas).

8 O PCD (Partido da Convergência Democrática) nasceu na sequência da primeira cisão do MpD, em 1993.

concorreu(concorreram) no mesmo círculo não tem(têm) direito a nenhum mandato, independentemente da percentagem de votos que conseguiu(conseguiram).

Desta forma, o sistema eleitoral adoptado nas eleições legislativas influencia o sistema de partidos, na medida em que a aplicação do método de *Hondt* para a conversão dos votos em mandatos contribui para a concentração dos mandatos nos dois maiores partidos políticos cabo-verdianos (MpD e PAICV), favorecendo assim a ocorrência de um sistema bipartidário e contribuindo para a marginalização dos pequenos partidos. Nesta óptica, alguns desses chamados pequenos partidos começam a concentrar esforços nos círculos eleitorais maiores (como a UCID9, nas Legislativas de 2006), onde têm maiores possibilidades de conseguirem mandatos, numa clara estratégia de alcançarem uma representação parlamentar, ou mesmo a nível municipal.10

Porém, é de realçar que, apesar dessas fragilidades, o sistema eleitoral cabo-verdiano tem garantido a estabilidade, a governabilidade e a alternância política, o que não inviabiliza a necessidade da sua reforma. Tendo em atenção esse bipartidarismo, interessa-me agora compreender o modo como se configura a participação das mulheres na política, em Cabo Verde.

3. Mulheres nas eleições multipartidárias cabo-verdianas

Em Cabo Verde, nas primeiras eleições legislativas livres e pluralistas, que ocorreram a 13 de Janeiro de 1991, candidataram-se dois partidos políticos (MpD e PAICV). Nestas eleições, as mulheres representavam 6,0% na categoria de cabeças de lista, 9,5% na de efectivos/as e 14,9% na de suplentes (Quadro 2).11 Entre as mulheres candidatas, apenas 3 foram eleitas Deputadas da Nação, representando 3,8% na categoria de eleitos/as nacionais.12

Nas Legislativas 1991, com 79 mandatos em disputa, repartidos por 25 círculos eleitorais, a presença de mulheres nas listas eleitorais foi muito fraca em todas as categorias analisadas (cabeças de lista, efectivos/as e suplentes), chamando a atenção para o processo de selecção dos/as candidatos/as. Para além disso, verifica-se que a presença feminina tendia a aumentar à medida que diminuía o nível de responsabilidade política. Constata-se assim que o número de mulheres, a nível nacional, na categoria de suplentes foi o dobro relativamente à categoria de efectivos/as. Portanto, registou-se uma concentração de mulheres em lugares não elegíveis.

Verifica-se também que o número de mulheres na categoria de candidatos/as (efectivos/as) foi maior do que na de eleitos/as (representando esta 20% da primeira), mostrando assim que – mesmo nos lugares elegíveis – elas se encontravam significativamente em posições marginais, pois estavam colocadas em lugares de menor elegibilidade, o que questiona o próprio processo de ordenação das listas.

Quadro 1

Mulheres e Legislativas 1991

Partidos Políticos	Listas Eleitorais						Eleitas	
	Cabeças de lista		Efectivas		Suplentes			
Total nacional	3	6,0%	15	9,5%	30	14,9%	3	3,8%
MpD	2	8,0%	5	6,3%	14	15,6%	3	5,4%
PAICV	1	4,0%	10	12,7%	16	14,4%	0	0,0%

Nota: a) 25 círculos eleitorais em 1991; b) 50 cabeças de lista repartidas pelas duas forças políticas (MpD e PAICV); c) 158 efectivos/as repartidos/as pelas duas forças políticas (MpD e PAICV); d) 201 suplentes para as duas forças políticas – MpD (90) e PAICV (111); e) 79 mandatos legais em disputa nas Legislativas 1991; f) mandatos obtidos – MpD (56) e PAICV (23); g) as efectivas incluem as cabeças de lista; h) as percentagens nacionais foram todas calculadas em função do total nacional em cada categoria; i) as percentagens partidárias foram todas calculadas em função do total de cada partido em cada categoria.

Fontes: *Vozdipovo*; *BO*.

Relativamente aos partidos políticos, os dados das eleições mostram que o PAICV acompanhou a tendência nacional, apresentando mais mulheres na categoria de suplentes e menos na de efectivos/as e mais mulheres na categoria de candidatos/as (efectivos/as) do que na de eleitos/as, sendo que não conseguiu eleger nenhuma mulher. No PAICV a presença de mulheres na categoria de efectivos/as (12,7%) foi o dobro da mesma no MpD (6,3%). Entretanto, no MpD a presença de mulheres na categoria de cabeças de lista (8,0%) foi o dobro da mesma no PAICV (4,0%). No MpD as mulheres também se

9 A UCID (União Cabo-verdiana Independente e Democrata) foi criada, em 1978, no seio da comunidade cabo-verdiana emigrada em Roterdão. Este partido não concretizou a intenção de se concorrer às primeiras eleições democráticas em Cabo Verde por não ter concluído atempadamente o processo de legalização. Para além dos partidos políticos já referidos, em Cabo Verde, durante o período em análise (1991-2006), mais três partidos estiveram na arena política: o PSD (Partido Social-Democrata), criado em Janeiro de 1992, na cidade da Praia, por dissidentes da UCID; o PTS (Partido do Trabalho e da Solidariedade), surgido no Mindelo, e o PRD (Partido da Renovação Democrática), criado na Praia, ambos na sequência da segunda cisão no seio do MpD, em 2000. Sobre os partidos políticos cabo-verdianos, ver, por exemplo, Costa (2003).

10 Sobre a influência do sistema eleitoral no sistema partidário cabo-verdiano, ver, Costa (2003).

11 Neste estudo, as substituições de Deputados/as não foram contempladas. Porém, elas não introduziram alterações significativas relativamente à presença feminina no Parlamento.

12 Das 3 mulheres cabeças de lista, 2 foram apresentadas pelo MpD ("Europa e Resto do Mundo" e "Nª Srª de Ajuda-Fogo") e 1 pelo PAICV ("Europa e Resto do Mundo"). Portanto, o círculo "Europa e resto do Mundo" (dispunha de 1 mandato legal) foi disputado por duas mulheres. Entre as mulheres cabeças de lista apresentadas nestas eleições, apenas 1 foi eleita ("Europa e resto do Mundo"/MpD).

encontravam em maior número na categoria de suplentes e em menor na de efectivos/as e estavam em maior número na categoria de candidatos/as (efectivos/as) do que na de eleitos/as.

Nas Legislativas 1995, com uma redução de 7 mandatos legais e menos 6 círculos eleitorais em relação às Legislativas 1991, candidataram-se cinco partidos políticos. Não foi possível recolher dados relativos às listas eleitorais, mas os dados apresentados no Quadro 3 permitem-me fazer algumas análises. Verifica-se que os mandatos legais – que já tinham sido diminuídos de 79 para 72 – foram conquistados por três partidos: MpD (50); PAICV (21); PCD (1). Apenas o MpD e o PAICV conseguiram eleger mulheres, sendo que estas representavam 11,1% na categoria de eleitos/as nacionais. Em comparação com as Legislativas 1991, registou-se um aumento do número de mulheres eleitas em 166,7% (3 mulheres em 1991 para 8 em 1995).

Quadro 2

Mulheres e Legislativas 1995

Partidos Políticos	Listas Eleitorais						Eleitas	
	Cabeças de lista		Efectivas		Suplentes			
Total nacional	-	-	-	-	-	-	8	11,1%
MpD	-	-	-	-	-	-	7	14,0%
PAICV	-	-	-	-	-	-	1	4,8%
PCD	-	-	-	-	-	-	0	0,0%
PSD	-	-	-	-	-	-	0	0,0%
UCID	-	-	-	-	-	-	0	0,0%

Nota:

a) 19 círculos eleitorais em 1995;

b) ausência de informações sobre as listas eleitorais de 1995;

c) 72 mandatos legais em disputa nas Legislativas 1995;

d) mandatos obtidos – MpD (50), PAICV (21) e PCD (1);

e) a percentagem de mulheres eleitas a nível nacional foi calculada em função do total de eleitos/as nacionais;

f) as percentagens de mulheres eleitas a nível partidário foram calculadas em função do total de eleitos/as de cada partido.

Fonte: *BO*.

Entre os dois maiores partidos políticos cabo-verdianos, o MpD conseguiu eleger maior número de mulheres. Das 8 mulheres eleitas, 7 constavam nas listas do MpD (representando 14,0% dos mandatos que obteve) e apenas 1 nas listas do PAICV (representando 4,8% dos mandatos que obteve).

Nas Legislativas 2001, com os mesmos 72 mandados legais de 1995 e com mais um círculo eleitoral, as mulheres representavam 6,4% na categoria de cabeças de lista, 19,9% na de efectivos/as e 22,4% na de suplentes (Quadro 4). Nestas eleições, constata-se também que o número de mulheres na categoria de suplentes era maior do que na de efectivos/as.

Em termos absolutos, as Legislativas 2001 proporcionaram um aumento da presença feminina em todas as três categorias referidas. Porém, os dados indicados pelo Quadro 4 podem ser enganadores, se não se tiver em atenção a base de cálculo (o total de candidatos/as apresentados/as em cada categoria). Em comparação com as Legislativas 1991, verifica-se que o número de mulheres duplicou na categoria de cabeças de lista, mas também quase duplicou o número total de cabeças de lista apresentadas. Nas categorias de efectivos/as e suplentes registou-se um aumento notório do número de mulheres, mas também aumentou significativamente o número total de candidatos/as apresentados/as em cada uma dessas categorias.

Nas eleições parlamentares de 2001, entre as cinco forças políticas candidatas, os mandatos legais foram distribuídos da seguinte forma: PAICV (40); MpD (30); ADM (2). O número de mulheres eleitas manteve-se em comparação com as Legislativas 1995. Entretanto, houve maior equilíbrio na distribuição das eleitas entre os dois maiores partidos políticos cabo-verdianos: PAICV (5); MpD (3). Verifica-se também que o número de mulheres na categoria de candidatos/as (efectivos/as) era maior do que na categoria de eleitos/as.

Relativamente aos partidos políticos, o PAICV e o MpD apresentaram mais mulheres na categoria de suplentes e menos na de efectivos/as e mais mulheres na categoria de candidatos/as (efectivos/as) do que na de eleitos/as, mantendo a tendência registada nas Legislativas 1991. Importa realçar que estes dois partidos apresentaram o mesmo número de mulheres cabeças de lista.

Quadro 3

Mulheres e Legislativas 2001

Forças Políticas	Listas Eleitorais						Eleitas	
	Cabeças de lista		Efectivas		Suplentes			
Total nacional	6	6,4%	69	19,9%	83	22,4%	8	11,1%
PSD	2	14,3%	29	50,0%	17	42,5%	0	0,0%
MpD	2	10,0%	14	19,4%	20	23,5%	3	10,0%
PAICV	2	10,0%	12	16,7%	18	21,4%	5	12,5%
PRD	0	0,0%	9	12,5%	16	19,3%	0	0,0%
ADM	0	0,0%	5	6,9%	12	15,2%	0	0,0%

Nota:

a) 20 círculos eleitorais em 2001;

b) 94 cabeças de lista – MpD (20), PAICV (20), PSD (14), PRD (20) e ADM (20);

c) 346 efectivos/as – MpD (72), PAICV (72), PSD (58), PRD (72) e ADM (72);

d) 371 suplentes – MpD (85), PAICV (84), PSD (40), PRD (83) e ADM (79);

e) 72 mandatos legais em disputa nas Legislativas 2001;

f) mandatos obtidos – MpD (30), PAICV (40) e ADM (2);

g) as efectivas incluem as cabeças de lista;

h) ADM representava a coligação "PTS, PCD e UCID";

i) as percentagens nacionais foram todas calculadas em função do total nacional em cada categoria;

j) as percentagens das forças políticas foram todas calculadas em função do total de cada força política em cada categoria.

Fonte: *BO*.

Nas Legislativas 2006, com os mesmos 72 mandatos legais das duas eleições anteriores e os mesmos 20 círculos eleitorais da eleição anterior, candidataram-se cinco partidos políticos, mas apenas dois concorreram em todos os círculos eleitorais13. Desta forma, em comparação com as Legislativas 2001, registou-se uma diminuição do número total de candidatos/as apresentados/as em cada uma das três categorias em análise (cabeças de listas, efectivos/as e suplentes).

As mulheres representavam 15,3% na categoria de cabeças de lista, 25,1% na de efectivos/as e 28,6% na de suplentes (Quadro 5). Entretanto, em termos absolutos, houve uma diminuição do número de mulheres apresentadas como efectivas e suplentes, tendo havido maior equilíbrio entre o número de mulheres apresentadas nestas duas categorias (60 efectivas contra 66 suplentes). Apenas se registou um aumento do número de mulheres na categoria de cabeças de lista (6 nas Legislativas 2001 para 9 nas Legislativas 2006).

Nestas eleições, entre os cinco partidos políticos que se tinham candidatado, apenas três conseguiram ter representação no Parlamento, sendo que os mandatos foram distribuídos da seguinte forma: PAICV (41); MpD (29); UCID (2). O número de mulheres eleitas aumentou em 37,5% em comparação com as legislativas 2001: foram eleitas 11 mulheres, representando 15,3% na categoria de eleitos/as. O PAICV conseguiu eleger 7 mulheres (representando 17,1% dos mandatos que obteve) e o MpD apenas 4 (representando 13,8% dos mandatos que obteve).

Quadro 4

Mulheres e Legislativas 2006

Partidos Políticos	Listas Eleitorais						Eleitas	
	Cabeças de lista		Efectivas		Suplentes			
Total nacional	9	15,3%	60	25,1%	66	28,6%	11	15,3%
PSD	4	44,4%	18	48,6%	9	33,3%	0	0,0%
MpD	4	20,0%	14	19,4%	18	21,4%	4	13,8%
PAICV	1	5,0%	19	26,4%	32	38,1%	7	17,1%
PRD	0	0,0%	9	19,1%	6	18,8%	0	0,0%
UCID	0	0,0%	0	0,0%	1	25,0%	0	0,0%

Nota:

a) 20 círculos eleitorais em 2006;

b) 59 cabeças de lista – MpD (20), PAICV (20), PSD (9), PRD (9) e UCID (1);

c) 239 efectivos/as – MpD (72), PAICV (72), PSD (37), PRD (47) e UCID (11);

d) 231 suplentes – MpD (84), PAICV (84), PSD (27), PRD (32) e UCID (4);

e) 72 mandatos legais em disputa nas Legislativas 2006;

f) mandatos obtidos – MpD (29), PAICV (41) e UCID (2);

g) as efectivas incluem as cabeças de lista;

h) as percentagens nacionais foram todas calculadas em função do total nacional em cada categoria;

i) as percentagens partidárias foram todas calculadas em função do total de cada partido em cada categoria.

Fonte: *BO*.

Relativamente aos partidos políticos, o PAICV e o MpD voltaram a apresentar maior número de mulheres na categoria de suplentes e menor na de efectivos/as e, mais uma vez, tinham maior número de mulheres na categoria de candidatos/as (efectivos/as) do que na de eleitos/as. No PAICV, a presença de mulheres na categoria de efectivos/as (26,4%) foi mais significativa do que no MpD (19,4%). E, no MpD, a presença de mulheres na categoria de cabeças de lista (20,0%) foi mais destacada do que no PAICV (5,0%). Entre as Legislativas 2001 e 2006, enquanto que o MpD duplicou o número de mulheres na categoria de cabeças de lista, o PAICV diminuiu em 50% a presença de mulheres nesta categoria.

Com base nos dados apresentados, verifica-se que o número de mulheres nas listas eleitorais a nível nacional – tendo em atenção as três categoria analisadas (cabeças de lista, efectivos/as e suplentes) – aumentou durante o

13 Nas Legislativas 2001, entre as cinco forças políticas que tinham sido candidatas, quatro tinham concorrido em todos os círculos eleitorais. O PSD tinha optado por apresentar a sua candidatura apenas em 14 dos 20 círculos. Importa realçar que o número de círculos se manteve nas Legislativas 2006.

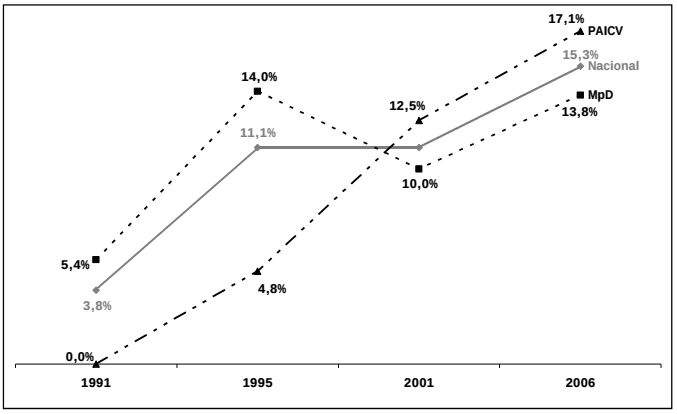
multipartidarismo, em Cabo Verde, salvo as excepções registadas nas Legislativas 2006. Entretanto, a presença feminina nas listas eleitorais ainda é fraca. Nas quatro eleições legislativas realizadas, a presença feminina a nível nacional não ultrapassou 30,0% em nenhuma das três categorias referidas, sendo que as mulheres foram colocadas expressivamente em posições de menor elegibilidade e em posições não elegíveis.

No que se refere aos dois maiores partidos políticos cabo-verdianos, a presença de mulheres na categoria de cabeças de lista teve maior destaque nas listas do MpD, ilustrando assim a aposta deste partido nas mulheres como cabeças de listas. Entretanto, nas categorias de efectivos/as e de suplentes, o PAICV integrou mais mulheres do que o MpD.

Quanto aos resultados eleitorais, a nível nacional registou-se um aumento considerável durante o multipartidarismo, embora entre as Legislativas 1995 e 2001 não tenha havido avanços relativamente ao número de mulheres eleitas. Em termos gerais, entre as Legislativas 1991 e 2006, o número de mulheres eleitas passou de 3 para 11, ou seja, verificou-se um aumento de 266,7%. O Gráfico 1 realça a evolução registada relativamente à proporção de mulheres eleitas.

Gráfico 1

Mulheres eleitas a nível nacional e nas duas principais forças políticas



Nota: ter em atenção que a base de cálculo da percentagem nacional relativo às Legislativas 1991 (79 mandatos) foi diferente da utilizada nas três eleições seguintes (72 mandatos) e que as bases de cálculo dos dados do MpD e do PAICV foram sempre diferentes, na medida em que o número total de eleitos por estes dois partidos não foi a mesma em nenhum período eleitoral.

No MpD, durante o multipartidarismo, a percentagem de mulheres eleitas teve avanços e recuos. Neste partido, as mulheres chegaram a representar 14,0% na categoria de eleitos/as (nas Legislativas 1995). Depois disso, registou-se uma queda de quatro pontos percentuais. Entretanto, nas Legislativas 2006, este partido aumentou a sua percentagem de mulheres eleitas, repondo quase todos os pontos percentuais perdidos nas Legislativas 2001.

No PAICV o número de mulheres eleitas teve uma tendência sempre crescente, depois da institucionalização do multipartidarismo. Nas Legislativas 1991, este partido não conseguiu eleger nenhuma mulher. Nas Legislativas 1995, elegeu apenas 1 mulher, representando 4,8% dos mandatos que obteve. Na sequência da sua vitória nas Legislativas 2001, as mulheres representavam 12,5% dos mandatos obtidos por este partido. Por conseguinte, nas Legislativas 2006, com 19 (26,4% de) mulheres na categoria de efectivos/as, o PAICV conseguiu eleger 7 mulheres, representando 17,1% dos mandatos que obteve.

Com base nos dados apresentados, percebe-se que os partidos vencedores das eleições obtiveram maior percentagem de mulheres eleitas, na medida em que estas se encontravam em posições de menor elegibilidade. Assim, quanto mais votos um partido obtinha, maior seria a sua probabilidade de eleger mulheres. Verifica-se que, na década de 1990, a percentagem de mulheres eleitas nas listas do MpD esteve acima da média nacional. O mesmo se verificou com o PAICV nas Legislativas 2001 e 2006.

Concluindo, nas eleições legislativas realizadas durante o multipartidarismo, em Cabo Verde, a percentagem de mulheres eleitas aumentou significativamente, traduzindo-se numa maior visibilidade feminina no Parlamento. Não obstante, a sub-representação das mulheres nesse órgão legislativo manteve-se claramente, mas foi sendo atenuada em cada legislatura.

Portanto, as mulheres encontram-se sub-representadas nas listas eleitorais e tendem a ocupar posições secundárias nas mesmas, contribuindo assim para a persistência da sua sub-representação política, apesar dos avanços registados durante o multipartidarismo. Para além disso, em meio século de experiência partidária, apenas uma mulher chegou à liderança de um partido político (MpD/2001), com o agravante de ter sido presidente interina. Importa ainda acrescentar, neste quadro de fraca representação política feminina, o facto de ainda nenhuma mulher ter sido eleita (ou candidata) para a Presidência da República de Cabo Verde e nomeada (ou candidata) para a chefia do Governo.

A sub-representação política das mulheres cabo-verdianas deve-se em boa medida a um conjunto de factores políticos: a organização das actividades políticas, o processo de selecção e ordenação das listas eleitorais e o próprio sistema eleitoral. Ao conjugar o bipartidarismo e os pequenos círculos eleitorais (particularmente os binomiais), o sistema eleitoral cabo-verdiano condiciona a eleição de elementos do sexo feminino, produzindo um efeito similar ao sistema maioritário em círculos uninominais.

As relações entre os homens e as mulheres estabelecidas no espaço doméstico e a precariedade da situação familiar de muitas mulheres (a problemática das mães solteiras), as desigualdades históricas relativamente à educação das mulheres e a sua condição perante o trabalho são três principais pressupostos em que se assentam as relações sociais de sexo no contexto cabo-verdiano, condicionando a própria participação das mulheres nos órgãos de poder político. Desta forma, importa questionar sobretudo esses pressupostos, pois as mulheres antes de se auto-excluírem do campo político, são discriminadas na aquisição de recursos necessários para obter a igualdade de participação e de acesso aos lugares de responsabilidade política.

Conclusão

Com a hegemonia da democracia liberal, a participação política das mulheres tem vindo a merecer destaque acentuado. Temos vindo a assistir a um aumento significativo da representação das mulheres nos órgãos de poder político em vários países, nomeadamente nos países democráticos. Mas o poder político ainda continua a ser um espaço masculino e masculinizado.

Particularmente desde as últimas duas décadas do século XX, tendo em atenção a persistente sub-representação política feminina, tem havido um forte debate sobre as medidas de incentivos para uma maior participação das mulheres nos órgãos de poder político nos países democráticos.

Neste sentido, as quotas e a paridade têm vindo a ser problematizadas com alguma ênfase. Porém, têm vindo a suscitar várias contradições. Mesmo muitos/as que lutam para o aumento da representação política feminina apresentam reservas quanto às quotas ou à paridade, ou mesmo quanto à diferença entre os sexos no desempenho de cargos políticos.

Todavia, o alargamento desse debate tem vindo a contribuir para a procura insistente de soluções que possibilitem o desejado/desejável equilíbrio e complementaridade entre os sexos no espaço político e, por conseguinte, que contribuam para a melhoria da própria qualidade da democracia.

Referências Bibliográficas

Agacinski, S. (1999). *Política dos sexos*. Oeiras: Celta.

Bataille, P. & Gaspard, F. (1999). Comment les femmes changent la politique : et pourquoi les hommes résistent. Paris : La Découverte.

Baum, M. & Espírito-Santo, A. (2004). Desigualdades de género em Portugal: a participação política das mulheres. In A. Freire, M. C. Lobo & P. Magalhães (orgs.), *Portugal a votos: as eleições legislativas de 2002*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (pp. 261-299).

Campos, M. A. C. (2002). *As mulheres deputadas e o exercício do poder político representativo em Portugal: do pós-25 de Abril aos anos noventa*. Porto: Afrontamento.

Correia e Silva, A. (1997). *O Processo cabo-verdiano de transição para a democracia*. Lisboa: Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (Tese de Mestrado em Estudos Africanos).

Costa, D. (2003). Sistema eleitoral e sistema partidário cabo-verdiano (1991-2001): com um olhar sobre o mundo. *Direito e Cidadania*, 16/17, 253-297.

Dahl, R. (2000). *Democracia*. Lisboa: Temas e Debates.

Dahlerup, D. (2002). El uso de cuotas para incrementar la representación política de la mujer. *In* M. Méndez-Montalvo & J. Ballington (eds.), *Mujeres en el Parlamento. Más allá de los números*. Disponível em: www.idea.int (consultado 02/03/2007), (pp. 159-172).

Évora, R. (2004). *Cabo Verde: A abertura política e a transição para a democracia.* Praia: Spleen.

Freire, A. (2002). Círculos eleitorais, cláusulas barreira e limiares da representação. In F. F. Lopes & A. Freire, *Partidos políticos e sistemas eleitorais: uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.

Huntington, S. (2000). Vinte anos depois: o futuro da terceira vaga. In João Carlos Espada (coor.), A Invenção Democrática. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais e Fundação Mário Soares, 19-27.

Kethusegile-Juru, B. M. (2003). Quota systems in Africa: an overview (pp. 1-9). Disponível em: www.quotaproject.org (consultado 11/03/07).

Koudawo, F. (2001). *Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

Lima, A. R. (2004). *Constituição, democracia e direitos humanos: discursos de representação e outros textos.* Praia: Alfa-Comunicações.

Lima, A. R. (1992). *Reforma política em Cabo Verde: do paternalismo à modernização do Estado*. Praia: Edição do Autor.

Martins, M. M., & Teixeira, C. P. (2005). *O funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Matland, R. (2002). Estrategias para ampliar la participación femenina en el Parlamento. El proceso de selección de candidatos legislativos y los sistemas electorales. In M. Méndez-Montalvo & J. Ballington (eds.), *Mujeres en el Parlamento*. Más allá de los números. Disponível em: www.idea.int (consultado 02/03/2007), (pp. 111-134).

Morna, C. L. (2003). Beyond numbers: quotas in practise (pp. 1-8). Disponível em: www.quotaproject.org (consultado 11/03/07).

Norris, P. (2000). Womens's representation and electoral systems. *In* R. Rose (ed.), *The International Encyclopedia of Elections.* Washington, DC: CQ Press (pp. 348-351).
Osório, C. (2005). Subvertendo o poder político? Análise de género das eleições legislativas em Moçambique, 2004. Maputo: WLSA Moçambique.
Phillips, A. (2001). De uma política de idéias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, 9(1), 2º Semestre, 268-290.
Santos, B. de S. e Avritzer, L. (2004). Introdução: para ampliar o cânone democrático. *In* B. de S. Santos (org.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento.
Shvedova, N. (2002). Obstáculos para la participación de la mujer en el Parlamento. In M. Méndez-Montalvo e J. Ballington (eds.), *Mujeres en el Parlamento*. *Más allá de los números*. Disponível em: www.idea.int (consultado 02/03/2007), 63-84.
Viegas, J. M. L., & Faria, S. (2001). *As mulheres na política*. Oeiras: Celta.
Tripp, A. M. (2003). The changing face of Africa's legislatures: women and quotas (pp. 1-9). Disponível em: www.quotaproject.org (consultado 11/03/07).

Outros Documentos

BO (Suplemento), 3, 12-14 (25-01-1991).
BO (Suplemento), I Série, 52, 2-4 (27-12-1995).
BO (Suplemento), II Série, 2, 2-14 (08-01-2001).
BO (Suplemento), I Série, 2, 2-4 (22-01-2001).
BO (Suplemento), II Série, 1, 2-8 (04-01-2006).
BO (Suplemento), I Série, 6, 2-4 (06-02-2006).
Códico Eleitoral de Cabo Verde (1999). Praia.
Vozdipovo, I-IV (12-01-1990).

Institucionalização dos Sistemas Partidiários na África Lusófona. O caso Cabo-Verdiano

Edalina Rodrigues Sanches
Instituto de Ciências Sociais - Universidade de Lisboa
ersanches@ics.ul.pt

***Resumo*:** Estudos comparativos têm demonstrado que a Terceira Vaga de democratização deu origem a partidos e sistemas de partidos com características distintivas e logo com diferentes impactos nos processos de consolidação e qualidade da democracia. Aqui iremos, primeiro medir o grau de institucionalização dos sistemas de partidos na Africa Lusófona, com base na tipologia de Sartori (1976), Mainwaring (1999) e Kuenzi & Lambright (2005); e depois analisar mais com mais detalhe o caso cabo-verdiano. Veremos que Cabo Verde é o país cujo sistema de partidos – bipartidário – se encontra mais institucionalizado e onde a estrutura de competição partidária – fechada – está mais próxima das democracias consolidadas. As nossas explicações residem na história, enquanto contexto político, no sistema eleitoral e na identificação partidária.
Palavras-chave: Terceira Vaga de Democratização, sistemas de partidos, bipartidário, grau de institucionalização**,** estrutura de competição partidária

Introdução

No início de 1990 os processos de abertura democrática passaram a estar presentes na maioria dos Estados da África Subsaariana. A Terceira Vaga de democratização (Huntington: 1991) que tinha arrancado na década de 70, libertando pacificamente os países do sul da Europa (Portugal, Espanha e Grécia), dos seus respectivos regimes autoritários, emancipava-se destes territórios e conduzia outras zonas do mundo em direcção à democracia. O continente africano foi, assim, agitado por várias mudanças. Primeiro foram as reformas institucionais para a devolução do poder aos governos africanos e para a introdução de eleições democráticas e do direito de voto. Segundo foi a resultante competição pelo apoio eleitoral deste novo "mercado" de votantes (Mozaffar: 2004; 395-398). No período entre 1945 e 1968 (quando termina a primeira vaga de descolonização), um total de 143 partidos políticos foram estabelecidos no continente africano. Em 1970, contavam-se cerca de 173 partidos políticos, estando a maioria concentrada nos países com herança colonial anglófona (54%) e francófona (31%). Na África Lusófona, este contexto político favoreceu a formação de movimentos anti-coloniais liderados por partidos, cuja ideologia política se aproximava da esquerda socialista. Durante a década de 70, estes partidos negociaram as prerrogativas para a transferência de poder da metrópole para os respectivos países e assumiram, no pós-independência, o controlo do Estado. Em Angola este papel foi sobretudo desempenhado pela Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), fundados em 1954, 1956 e 1966, respectivamente. Em Moçambique o processo foi liderado pela Frente da Libertação de Moçambique (FRELIMO) fundada em 1962 e, em S. Tomé e Príncipe, pelo Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe (MLSTP). No caso de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, um mesmo movimento político definia o projecto de independência e dava corpo a uma ideia de Estado e de Nação comum. Fundado em 1956, o Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) estabeleceu como seu principal objectivo a *união orgânica de todas as forças nacionalistas e*

patrióticas, com vista à independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde (Chabal: 2002; Lopes: 1996). Este projecto binacional findaria em 1980 com a separação das alas guineense e cabo-verdiana do partido e com a criação do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV).

Logo após as independências, as elites políticas confrontaram-se com a necessidade de consolidar o poder e promover o crescimento económico e social o que levou a um recentramento do poder e, desta forma, à instalação de regimes autoritários (Mozaffar: 2004). Com efeito, até 1989, grande parte dos Estados africanos eram monopartidários, de carácter civil ou militar (Jonh Ayoade: 1986), onde a autoridade era exercida de forma neopatrimonial (Bratton e De Walle: 1997), a sociedade civil caracterizada por um baixo pluralismo (Legum: 1986) e a ideologia política se aproximava da esquerda marxista-leninista.

No início da década de 90, na maioria destes países, os "partidos históricos", no poder desde meados dos anos 70, introduziram importantes alterações nos dispositivos constitucionais, que permitiram uma maior liberalização política e económica e, deste modo, a realização de eleições concorrenciais. Se em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique estes partidos venceram as eleições fundadoras da democracia – MPLA, PAIGC e FRELIMO; em Cabo Verde e S. Tomé Príncipe o contexto político permitiu que a oposição, recentemente formada, chegasse ao poder – o Movimento para a Democracia (MPD) e o Partido da Convergência Democrática – Grupo Reflexão (PCD-GR) venceram mais de 60% dos lugares da assembleia, em Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, respectivamente. De resto, estes países têm-se destacado dos restantes países da África Lusófona, pela condução regular de eleições livres e justas e pela sua performance em vários indicadores que medem a qualidade da democracia – evolução das liberdades políticas e civis, controlo da corrupção, entre outros – ao longo dos anos. As nossas potenciais explicações para estas diferenças residem na história – existência (ou não) de luta armada – e nas características societais – existência (ou não) de conflitos interétnicos.

Segundo Chabal (2002: 46) a luta armada teve impactos negativos na construção dos Estados-Nação na Guiné-Bissau, Angola e Moçambique. Primeiro, porque conduziu a um prolongamento da violência colonial e à dispersão de armas pelo país e, segundo, porque intensificou os conflitos inter-étnicos e os de expressão religiosa e regional (p. 23). Num quadro em que os partidos políticos assumem uma base de mobilização regional e étnica, estes factores acabam por desafiar os projectos de unidade da nação e de governabilidade do Estado. Por outro lado, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, não só não atingiram a independência através da luta armada (embora alguns dirigentes cabo-verdianos tivessem combatido na Guiné-Bissau), como o partido nacionalista dominante foi forçado pelos líderes portugueses a demonstrar as suas credenciais políticas democráticas, através da realização de eleições, antes de lhes ser reconhecida a independência (p. 47)

A distinção da democracia cabo-verdiana foi já alvo de análise em vários estudos. Hoje, sabemos que a experiência diplomática das elites políticas (sendo que a maioria formou-se em Portugal e alguns desempenharam cargos na Administração colonial), a existência de clivagens sociais e políticas pouco salientes (Meyns: 2001 e Chabal: 1997), a natureza autoritária do regime de partido único (Évora: 2007; Silva: 1995; Koudawo: 2001), o tipo de instituições políticas do regime democrático – semipresidencialismo (Costa: 2001 e 2002) e sistema bipartidário fechado (Sanches: 2006) – são muito importantes quando se pretende explicar o eventual carácter de excepção da democracia cabo-verdiana.

Neste artigo esta problemática será abordada de duas formas complementares. Primeiro vamos medir o grau de institucionalização (Mainwaring:1999 e Kuenzi e Lambright: 2005) nos países da África Lusófona, desde a transição para a democracia até 2008. Neste exercício estaremos a comparar a performance dos cinco países num conjunto de indicadores comummente utilizados na avaliação da qualidade dos regimes democráticos. Veremos que os resultados apontam para a necessidade de olharmos para a história e para os contextos políticos, quando queremos explicar as diferenças.

Na segunda parte deste artigo iremos analisar até que ponto o sistema de partidos é ele próprio alvo de um processo de institucionalização. Recorrendo às abordagens de Sartori (1976) e de Mair (1996), pretendemos demonstrar que as instituições políticas (sistema eleitoral) e a identificação partidária influenciam o formato e a estrutura de competição partidária, contribuindo em grande medida para a estabilização ou fechamento do sistema de partidos.

Quadro TEÓRICO de referência

Desde a emergência da democracia de massas no século XIX que os partidos se têm tornado os maiores agentes de representação e de canalização da política democrática. A forma como funcionam afectam questões vitais como a natureza da representação, as políticas públicas que são formuladas e a forma como são implementadas (Mainwaring: 1999). Os partidos são virtualmente os únicos com acesso ao poder (Freire: 2001) e porque os líderes políticos são escolhidos através dos partidos, a natureza da competição determina o tipo de poder que pode emergir. Deste modo diferentes padrões de organização partidária (se os partidos estão mais ou menos institucionalizados e a forma como interagem) imprimem diferentes características no jogo político (existência de maior ou menor facilidade para a emergência de novos partidos de governo, escolha de determinada leis eleitorais, entre outros).

As tipologias clássicas têm demonstrado que as leis do sistema eleitoral (Duverger; Rae; Taagepera; Lijphart, etc.) e a estrutura de clivagens sociais existente numa sociedade (Lipset e Rokkan) são fortes preditores do número de partidos que competem e são eleitos num determinado contexto político. Dentro destas, a tipologia de Sartori (1976) é particularmente relevante pelo seu enfoque nas dimensões padrões de competição (*medido pelo número de partidos*) e distância ideológica (*medida pelo grau de polarização*) entre os partidos políticos. A ideia de que as interacções entre os partidos explicam as diferentes formas de organização partidária tem estado, de resto, na base da maioria dos estudos posteriores feitos, quer sobre

as democracias mais consolidadas (Mair: 1995, 1996), quer sobre as mais recentes (Mainwaring 1999; Bogaards; 2001; Kuenzi e Lambright: 2001 e 2005).

Na análise dos sistemas de partidos que emergem no contexto da Terceira Vaga – nomeadamente o caso do Brasil – Mainwaring (1999) defendeu ser necessário repensar as teorias clássicas dos sistemas de partidos, tendo em conta três aspectos: a variância nos processos de institucionalização, os limites quanto à aplicabilidade do modelo das clivagens sociais e a capacidade do Estado e das elites políticas modelarem os sistemas de partidos pelo topo. Assim, aos dois critérios formulados por Sartori (*número de partidos* e *distância ideológica*) acrescenta um terceiro, o *grau de institucionalização*, que define como o "processo pelo qual as práticas e as formas de organização política são tomadas como universalmente legítimas, permitindo que os actores políticos chave possuam expectativas claras, estáveis e recíprocas sobre o seu comportamento político". O grau de institucionalização é operacionalizado em quatro componentes:

1) a estabilidade da competição eleitoral (medido através do índice de volatilidade eleitoral),

2) o enraizamento dos partidos na sociedade (medido pela consistência das posições ideológicas, se os votantes estão ligados aos seus partidos e candidatos, se grupos de interesse apoiam os partidos ou são fundados por eles, pela diferença de votos entre eleições presidenciais e legislativas, percentagem de votantes que afirmam ter preferência partidária, capacidade dos candidatos independentes serem eleitos e idade média dos partidos),

3) a medida em que os cidadãos e outros actores políticos aceitam os partidos e as eleições como meio de determinar quem governa e;

4) a medida em que os partidos estão organizados (na maioria das democracias de Terceira Vaga os partidos têm fracos recursos e estão pouco profissionalizados, em muitos casos são veículos personalísticos existindo por isso uma fraca lealdade por parte da própria elite política) (Mainwaring: 1999: 21-39).

Esta tipologia foi, também, utilizada por Kuenzi e Lambright (2005) no estudo comparado de 30 países da África Subsaariana entre 1990-1999. Analisando os dois últimos actos eleitorais desse período, identificam diferentes níveis de volatilidade e diferentes graus de enraizamento dos partidos na sociedade, embora se confirmem as tendências já apontadas na literatura sobre este tema: predominância de um "*grande partido*" ou do partido "*com relevância histórica*" (Bogaards: 2001, Kuenzi e Lambright: 2001 e 2005) e elevada volatilidade eleitoral combinada com baixa fragmentação (Mozaffar e Scarritt: 2005). Outros traços identificados são a fraca polarização esquerda/direita e a proliferação de pequenos partidos de tipo personalístico (Manning: 2005).

A análise dos sistemas de partidos a partir do seu grau de institucionalização permite perceber um aspecto fulcral do estudo das democracias: o funcionamento das instituições políticas. Definindo as instituições politicas – e desta forma partidos e sistemas de partidos – como regras formais e informais do jogo político (Rothstein: 1996), consegue-se ir ao encontro de três pressupostos fundamentais:

a) que instituições estão melhor capacitadas para criar um bom governo;

b) o que explica a enorme variância dos arranjos institucionais e;

c) que influências têm essas diferenças nos resultados políticos (Mainwaring: 1999). Veremos adiante que diferentes níveis de institucionalização produzem diferentes resultados políticos. As nossas explicações residem nos contextos sócio-históricos e nas instituições políticas.

Na próxima secção iremos medir o grau de institucionalização das cinco ex-colónias portuguesas. Antes disso, apresentamos (ver quadro 1) as características gerais dos respectivos sistemas políticos. As semelhanças institucionais evidentes, acabam por sustentar a pertinência da comparação, mas a performance governativa enuncia os seus limites.

Este conjunto de países apresenta várias características comparáveis. O partido do estado pós colonial conduz o processo de transição para a democracia no início dos anos 90, sendo que apenas em Angola o processo de transição foi interrompido ou "*bloqueado*" (Bratton e Walle: 1997), devido à guerra civil. As instituições políticas são semelhantes, pelo menos, do ponto de vista disposicional – sistema de governo semipresidencialista e fórmula eleitoral de representação proporcional (Hondt) nas eleições legislativas e maioritária a duas voltas nas eleições presidenciais. Quanto ao formato do sistema de partidos, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe são multipartidários (NEPP 2,90 e 2,52 respectivamente), enquanto os restantes são bipartidários. Apesar destas semelhanças, o facto é que, existem diferenças importantes, entre os países, nos indicadores de governação. Assim, se quisermos analisar a qualidade da democracia teremos que ter em conta outras potenciais explicações que não apenas o tipo de instituição política.

Quadro 1

Características gerais dos sistemas políticos e qualidade da governação

País	Período	Formula eleitoral		Sistema de Governo	NEPP Médio	Indicadores de Governação 2007						
		LEG	PRES			VR	EP	EG	QN	RD	CC	Média
Angola	1992-2008	RP d'Hondt	50% +1	SPRE	1,78	-1.11	-0.46	-1.16	-1.00	-1.35	-1.12	-1.03
Cabo Verde	1991-2008	RP d'Hon	50% +1	SPRE	1,89	+0.89	+1.01	+0.36	-0.20	+0.62	+0.51	0.53

		dt										
Guiné-Bissau	1994-2008	RP d'Hondt	50% +1	SPRE	2,90	-0.51	-0.41	-1.21	-1.10	-1.36	-1.11	-0.95
Moçambique	1994-2008	RP d'Hondt	50% +1	SPRE	1,99	-0.06	+0.37	-0.41	-0.49	-0.68	-0.59	-0.31
S. Tomé e Príncipe	1991-2008	RP d'Hondt	50% +1	SPRE	2,52	+0.44	0.28	-0.79	-0.76	-0.41	-0.48	-0.29

Fontes: Nohlen et. al. (1999); African Elections Database: http://africanelections.tripod.com/, Kaufmann D. et. al. (2008) Governance Matters VII: governance Indicators for 1996-2007: http://www.worldbank.org/.

Notas: VR= Voz e responsabilidade, EP= Estabilidade Política, EG= Eficácia do Governo, QN= Qualidade Normativa, RD= Regime de Direito e CC= Controlo da Corrupção. Os scores variam entre -2.5 (pior governação) +2.5 (melhor governação). SPRE= Semipresidencialista, NEPP = Número Efectivo de Partidos Parlamentares (Laakso e Taagepera: 1979)

A nossa hipótese explicativa deriva do novo *institucionalismo histórico* (Rothstein: 1996), e postula que a cultura e o contexto político no qual se formam as instituições políticas, e os actores políticos chave que as actualizam e a reinventam têm um papel muito importante no grau de democraticidade que um regime político pode apresentar.

No próximo ponto veremos, que estas dimensões são também essenciais quando pretendemos analisar porque é que os sistemas de partidos nos países da África Lusófona apresentam diferentes níveis de institucionalização.

Institucionalização dos sistemas partidários – análise comparada

O grau de institucionalização será aqui operacionalizado em três dimensões: estabilidade ou regularidade da competição eleitoral, enraizamento dos partidos na sociedade e legitimidade das eleições. Em cada dimensão será atribuído um score entre 3 (elevado grau de institucionalização) e 1 (baixo grau de institucionalização) a cada um dos indicadores (ver anexo). A primeira dimensão é a única que em que os indicadores são computados em separado, as restantes são agregadas num ranking global. Isto acontece porque a volatilidade legislativa é analisada em pares de anos enquanto os outros indicadores são anuais.

1. Estabilidade ou regularidade da competição eleitoral

Os padrões de competição partidária tendem a ser regulares nas democracias mais consolidadas. Esta característica pode ser medida através do índice de *volatilidade eleitoral*, que diz respeito à percentagem total de mudança de votos de um partido para outro, de uma eleição para outra (Op. Cit. Przeworski: 1975 e Pedersen: 1983 in Mainwaring: 1999: 281).

Diferentes níveis de volatilidade têm diferentes efeitos, no que diz respeito aos padrões de competição entre os partidos. Onde a volatilidade for mais baixa, os resultados eleitorais são mais estáveis de eleição para eleição, e os partidos têm expectativas mais claras sobre os resultados eleitorais. Inversamente onde há maior volatilidade, os resultados são mais irregulares, ou seja o mercado eleitoral é mais aberto e imprevisível, podendo existir uma rápida queda e ascensão de partidos (*Ibid*.: 72).

Quadro 2

Volatilidade legislativa

País	Anos Eleitorais	Volatilidade Eleitoral	*Score*
Angola	1992/2008	29,44	2
Cabo Verde	1991/1995	7,7	3
	1995/2001	22,3	2
	2001/2006	7,7	3
Guiné-Bissau	1994/1999	28,6	2
	2004/1999	38,2	2
Moçambique	1994/1999	3,82	3
	1999/2004	19,9	2.5
S. Tomé e Príncipe	1991/1994	36,75	1.5
	1994/1998	9,3	3
	1998/2002	31,31	1.5

1 Exemplo para o cálculo da volatilidade: num sistema com três partidos dominantes se o partido A vencer 38 % numas eleições e 43 na próxima, enquanto o partido B descer de 47% para 27% e o partido C aumentar de 15% para 30% então a V = 5+20+15÷2 = 10%

	2002/2006	42,5	1

Kuenzi e Lambright (2001: 449) mediram a volatilidade em 30 países africanos, entre 1966-1999 e encontraram o valor médio de 31,34%. Com 33,4% a Guiné-Bissau regista a volatilidade média mais elevada, observando-se três eleições. Sendo este indicador preditor do nível de estabilidade e de regularidade da competição eleitoral, pode-se dizer que este é o país onde os resultados eleitorais são mais difíceis de prever e onde é mais fácil o surgimento de novas forças políticas. Após vencer a maioria dos lugares da assembleia nas eleições de 1994, o PAIGC passa a ser a terceira força política em 1999, voltando ao poder em 2004. Nestas últimas eleições a Resistência da Guiné-Bissau – Movimento Bafatá (RGB-MB) apenas conseguiu 1,8% dos votos e não elegeu deputados. O Partido Unido Social Democrático (PUSD) passa a ser a terceira força política, numa luta eleitoral mais renhida comparativamente à anterior se tivermos em conta a diferença de votos entre os partidos. Logo a seguir está S. Tomé e Príncipe com uma volatilidade legislativa média de 30%. Desde 1994, três partidos – MLSTP-PSD, ADI (Acção Democrática Independente), PCD-GR – têm assegurado a maioria dos lugares no parlamento, registando-se rotação no poder e formação de coligações partidárias. Se tivermos em conta apenas a última eleição, este é o país da África Lusófona onde existe menor regularidade da competição eleitoral.

Em Angola apenas observamos um par de actos eleitorais. A não-aceitação, por parte da UNITA, dos resultados eleitorais de 1992 (que o MPLA venceu) mergulhou o país numa guerra civil que durou quase 30 anos e chegou ao fim em 2002. Nas eleições organizadas em 2008, o MPLA voltou a ser o partido mais votado e desta vez com uma margem de votos ainda mais importante – mais 71,34 pontos percentuais.

Pelo contrário, Moçambique é o país onde a volatilidade legislativa é mais baixa, o que faz sentido. Em Moçambique nunca se deu uma mudança no governo; FRELIMO e RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana) são, desde 1994, os dois principais partidos do país. A volatilidade jogou sempre, e em todas as eleições, a favor da FRELIMO. Cabo Verde apresenta um padrão bastante similar a este. As eleições têm registado vitórias de partido (em eleições presidenciais e legislativas) com rotação entre PAICV e MPD. O surgimento de novos partidos, partir de 1992, não alterou as dinâmicas de competição eleitoral.

Outra forma de medir a regularidade do voto, é verificar se os cidadãos apoiam o mesmo partido de uma eleição para outra, ou se, pelo contrário, existem eleitores "*flutuantes*", cuja alteração no comportamento do voto esteja reflectida na volatilidade eleitoral.

Quadro 3

Diferença na percentagem de votos entre eleições presidenciais e legislativas

País	Anos eleitorais	% de Votos dos principais partidos (*)		PRE – LEG (**)	*Score*
Angola	1992	MPLA UNITA	53,74 34,10	-4,17 +5,97	3
	2008	MPLA UNITA	81,64 10,3	Sem dados	0
Cabo Verde	1991	MPD PAICV	62 32	+10 -6	3
	1995/1996	MPD PAICV	59 28	+21 -28	2
	2001	MPD PAICV	39,2 47,8	+10,79 +2,3	3
	2006	MPD PAICV	44 52,3	+5,02 -1,3	3
Guiné-Bissau	1994	PAIGC RGB-MB PRS	45,5 19,8 10,3	+6,52 -2,36 +37,68	2.5
	1999	PRS RGB-MB PAIGC	29,3 19,5 17,82	+42,7 +18,2 -12,6	1,5
	2004/2005	PAIGC PRS PUSD	33,9 26,5 17,6	+13,75 -1,5 -14,75	2
Moçambique	1994	FRELIMO RENAMO	44,33 37,78	+8,97 -4,05	3
	1999	FRELIMO RENAMO	48,54 38,81	+3,75 +8,90	2.5
	2004/2005	FRELIMO RENAMO	62,03 29,73	+1,71 +2,01	3
S. Tomé e Príncipe	1991	PCD-GR	54,40	+16,6	2

		MLSTP-PSD	30,50	- 30,50	
	1994/1996	MLSTP-PSD ADI PCD-GR	42,53 26,27 24,59	+4,73 +26,47 -9,99	2.5
	1998/2001	MLSTP-PSD ADI PCD-GR	50,61 28,19 15,99	-10,63 +26,99 -15,99	2
	2006	MDFM-PCD MLSTP-PSD ADI	38,79 29,47 20,00	+21,79 +9,35 -19,41	2

Nota: (*) Foram excluídos os partidos com menos de 10% dos votos; (**) Em pontos percentuais

Moçambique é o país com menor diferença de votos entre as eleições presidenciais e legislativas já que a FRELIMO venceu estes actos eleitorais consecutivamente, formando governos de maioria. O partido obteve sempre a maioria dos votos e dos lugares do parlamento e ganhou sempre mais votos nas presidenciais. O carácter monopartidário do regime foi, deste modo, sendo consolidado, dotando o jogo político de um carácter previsível. Logo a seguir está Angola, pese embora se observem duas eleições desfasadas no tempo – um aspecto que limita o alcance deste exercício de comparação –, é evidente o enraizamento do MPLA na sociedade. Este partido venceu as eleições fundadoras do regime democrático (legislativas e presidenciais) e 16 anos depois voltou a vencer e com uma margem de votos mais clara.

Em Cabo Verde entre 1991 e 2006 os eleitores também têm seguido as *labels* partidárias para votar nas eleições presidenciais. O candidato presidencial apoiado pelo partido do poder vence sempre as eleições presidenciais (alternadamente MPD/PAICV). Observa-se por outro lado que, enquanto o MPD reforça sempre o número de votos nas eleições presidenciais face às eleições legislativas, mesmo quando sai derrotado (2001 e 2006), o PAICV tende a perder votos nas eleições presidenciais face às legislativas (excepção feita às eleições de 2001 ganhas, na 2ª volta, pela margem mínima de 12 votos).

Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe são os dois países onde a diferença de votos dos principais partidos, nas presidenciais face às legislativas é maior, o que está relacionado também com o facto de apresentarem maior volatilidade legislativa. Estes são também os únicos países onde o peso de uma terceira força politica é mais evidente e onde a distribuição dos votos tem sido mais equilibrada. Daí que os padrões de volatilidade sejam mais elevados em ambos os casos.

Quadro 4

Score Global2

Cabo Verde	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Guiné-Bissau	Angola
5.5	5.5	5.2	3.8	3.5
+	*Regularidade da competição eleitoral*			-

Nota: o *score* máximo é 6 (ver nota de rodapé)

Em conclusão, Cabo Verde, Moçambique e S. Tomé e Príncipe são os países mais institucionalizados do ponto de vista da estrutura de competição eleitoral. Guiné-Bissau e Angola são os menos institucionalizados. No entanto o caso angolano caso está subestimado uma vez que o segundo indicador só é avaliado parcialmente.

2. Raízes fortes na sociedade

De acordo com Mainwaring (1999) podemos medir se os partidos têm raízes estáveis na sociedade utilizando vários indicadores, aqui utilizaremos apenas dois:

1) a percentagem de lugares obtidos por partidos fundados em 1950 nas últimas eleições e;

2) a idade média dos partidos a vencer 10% dos lugares nas últimas eleições. Mais uma vez estamos a observar todas as eleições legislativas do período democrático.

Quadro 5

Predominância dos partidos históricos

País	Anos eleitorais	% De lugares dos partidos fundados nos anos 50	Idade média dos partidos com + 10% de votos
Angola	1992	45,23	36
	2008	47,05	47
Cabo Verde	1991	29,1	18
	1995	29,2	22
	2001	55,6	28
	2006	56	33

2 Cálculo: 1) soma dos scores parciais obtidos nos dois indicadores em todos os anos e; 2) média aritmética pelo número de anos observados em cada país (o que nos permite estandardizar os resultados). Por ano cada país pode ter até 12 pontos (três por cada indicador).

Guiné-Bissau	1994	62	16
	1999	23,5	17
	2004	45,0	24
Moçambique	1994	48,2	25
	1999	50	30
	2004	50	35
S. Tomé e Príncipe	1991	60	5
	1994	49,1	9
	1998	56,4	12
	2006	43,6	23

Fontes: Com base em : Nohlen et. al.(1999); African Elections Database: http://africanelections.tripod.com/

No que diz respeito à força dos partidos na sociedade olhando apenas para as eleições mais recentes, verifica-se ser forte a relevância dos partidos históricos na sociedade. A percentagem de lugares obtidos pelos partidos fundados nos anos 50 em cada um dos países é relevante – Cabo Verde (56%), Moçambique (50%), Angola (47,0%), Guiné-Bissau (45,0%) e S. Tomé e Príncipe (43,6%) – o que é demonstrativo da capacidade dos partidos manterem lealdades fixas ao longo do tempo e também de um sistema de partidos em crescente institucionalização.

A idade média dos partidos com mais de 10% de votos nas últimas eleições reforça este argumento uma vez que os números são relativamente elevados – Angola (47 anos), Moçambique (35 anos), Cabo Verde (33 anos), Guiné-Bissau (24 anos) e S. Tome e Príncipe (23 anos).

3. Legitimidade das Eleições

Kuenzi e Lambright (2001: 457) definiram três indicadores para este critério: se oposição boicotou as eleições, se os partidos vencidos aceitaram a derrota e se as eleições decorreram de forma livre e justa.

No contexto da África Lusófona, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe registam, nestes três indicadores, os melhores *scores*. As eleições realizadas até ao momento têm sido caracterizadas pelos observadores internacionais (por exemplo USAID, Freedom House e União Europeia) como sendo livres e justas e sem ocorrência de fenómenos de boicote ou de não-aceitação dos resultados por parte dos principais partidos políticos, em ambos os casos. A mesma performance se verifica na evolução das liberdades políticas e civis. S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde são, desde 1992 "*democracias livres*", segundo os relatórios da Freedom House.

Relativamente ao estatuto da democracia, Guiné-Bissau e Moçambique são considerados parcialmente livres desde a transição para a democracia, sobretudo por causa dos escassos progressos no âmbito dos direitos políticos e civis. De resto, as eleições têm sido genericamente consideradas como livres e justas, não obstante o facto, de nem sempre terem sido consideradas como legítimas por parte dos actores políticos chave. Na Guiné-Bissau, as eleições legislativas de 1994 foram ganhas pelo PAIGC e o candidato presidencial eleito (Nino Vieira) também era apoiado por este partido. Os resultados eleitorais foram aceites, mas com o decorrer da governação os conflitos entre o governo e a junta militar foram sendo constantes e, culminaram em Maio 1998 quando o general Ansumane Mané iniciou uma rebelião, após ter sido demitido do seu posto de General das Forças Armada, pelo líder do PAIGC. Com o Acordo de Paz de Abuja, criaram-se condições para a organização das segundas eleições multipartidárias em Novembro de 1999. As eleições foram consideradas livres e justas, o PRS (38%), partido de Koumba Yala, foi o mais votado, seguido do RGB (29%) e do PAIGC (24%). Assim, após 25 anos no poder, o PAIGC, deu lugar a um governo de coligação entre PRS e RGB-BF. Koumba Yala, candidato presidencial do PRS foi eleito, derrotando o candidato do PAIGC – Malam Bacai Sanha, na segunda volta. O seu mandato duraria apenas até 2003, altura em que foi deposto através de um golpe militar. A assinatura da Carta de Transição Política permitiu a realização de eleições legislativas em Março de 2004, que foram vencidas pelo PAIGC. Carlos Domingos Júnior foi eleito primeiro-ministro e Henrique Pereira Rosa, chefe de estado do período interino manteve-se no cargo até às eleições presidenciais de 2005 que trazem Nino Vieira de volta ao cargo (como candidato independente).

Quadro 6

Evolução dos Direitos Políticos e Civis

País	Anos	Direitos Políticos	Direitos Civis	Democracia	Eleições livres e Justas *	Boicote	Aceitação dos resultados
Angola	1992	6	6	NL	Sim	Sim	Não
	2008	6	5	NL	Sim	Não	Sim
Cabo Verde	1991	2	3	L	Sim	Não	Sim
	1995	1	2	L	Sim	Não	Sim
	2001	1	2	L	Sim	Não	Sim
	2006	1	1	L	Sim	Não	Sim
Guiné-Bissau	1994	3	4	PL	Sim	Não	Sim
	1999	3	5	PL	Sim	Não	Não

	2004	4	4	PL	Sim	Não	Não
Moçambique	1994	3	5	PL	Sim	Não	Não
	1999	3	4	PL	Sim	Sim	Não
	2004	3	4	PL	Sim	Não	Sim
S. Tomé e Príncipe	1991	2	3	L	Sim	Não	Sim
	1994	1	2	L	Sim	Não	Sim
	1998	1	2	L	Sim	Não	Sim
	2002	1	2	L	Sim	Não	Sim
	2006	2	2	L	Sim	Não	Sim

Fonte: "*Freedom in the World* Country Ratings, 1972-2007", in, http://www.freedomhouse.org. Os direitos políticos e direitos civis são classificados de 1 – 7, em que 1 é o grau máximo de liberdade e 7 o mínimo. Estatuto 1.0/2.5 = Livre; 3.0/5.0 = Parcialmente Livre e 5.5/7.0 = Não Livre.

* A classificação diz respeito às eleições legislativas apenas.

Embora as eleições tenham sido consideradas livres e justas registaram-se alguns incidentes já que os militares fiéis a Koumba Yala não aceitaram a derrota, ocupando, por um período breve, a residência presidencial. Segundo Sangreman e outros (2006), o Estado de Direito e as instituições democráticas na Guiné-Bissau, embora existam formalmente, funcionam com dificuldade e estão sob ameaça constante, quer das Forças Armadas quer dos movimentos políticos, o que se deve à interdependência entre as crises internas no PAIGC e as crises nas Forças Armadas, mas também à incapacidade do estado em regular assuntos chave do país, nomeadamente a política económica (Sangreman e outros: 2006: 33-34).

Em Moçambique, os dois principais partidos conduziram as eleições legislativas de 1994, num contexto de competição livre e justo. De um modo geral, os procedimentos eleitorais foram bem administrados. As eleições de 1999 e as de 2004 decorreram num padrão semelhante ainda que nestas últimas se tenham registado actos isolados de intimidação por parte das forças policiais (ver: http://www.cartercenter.org/). Quanto aos outros dois indicadores, nas eleições de 1994 os resultados foram aceites, mas os partidos da oposição com assento parlamentar (sobretudo a RENAMO) boicotaram a maioria dos trabalhos parlamentares ao longo de quase um ano, como forma de protesto face aos resultados eleitorais. Em 2004 não se registaram incidentes e as eleições foram aceites.

Com a excepção das eleições de 1992 os cidadãos e oficiais angolanos não têm qualquer experiência em democracia e em eleições. O MPLA venceu estas eleições com maioria de votos, mas a UNITA não aceitou a derrota e o país entrou novamente num período de guerra. As eleições seguintes ocorreram apenas recentemente, em 2008 e foram ganhas pelo MPLA com uma margem de votos ainda mais confortável. Desta vez os resultados não foram contestados.

Com base nos indicadores comparados até aqui, apresentamos no quadro que se segue o ranking de institucionalização dos sistemas partidários na África Lusófona, relativamente às duas últimas dimensões. Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe são os países onde o sistema de partidos se encontra mais institucionalizado, ou seja, onde a par do crescente enraizamento dos partidos na sociedade, se observam atitudes de aceitação das regras do jogo democrático e de respeito pelas liberdades políticas e direitos civis.

Nos cinco países a força dos partidos históricos é grande (medida pela percentagem de lugares dos partidos fundados em 50) enquanto a permeabilidade de novos partidos é maior no caso da Guiné-Bissau (2) e de S. Tomé e Príncipe (2). Angola, Guiné-Bissau e Moçambique são penalizados pelo facto de alguns dos actos eleitorais terem sido contestados ou alvo de boicote e consequentemente pela deficiente liberdade no que diz respeito aos direitos civis e políticos.

O grau de institucionalização confirma, senão a excepção, pelo menos, a qualidade da democracia cabo-verdiana no contexto da África lusófona. Na próxima secção iremos observar outras potenciais explicações para a natureza do sistema de partidos.

Quadro 7

Ranking de Institucionalização

País	Anos Eleitorais	% de lugares dos partidos fundados nos anos 50	Idade média dos partidos com + 10% de votos	Eleições Livres e Justas	Boicote	Aceitação dos Resultados	Estatuto da Democracia	∑ *Score*	*Score* Global
Cabo Verde	1991	1,5	1,5	1	1	1	3	9	10
	1995	1,5	2	1	1	1	3	9,5	
	2001	2	2,5	1	1	1	3	10,5	
	2006	2	3	1	1	1	3	11	
S. Tomé e Príncipe	1991	2,5	1	1	1	1	3	9,5	9,5
	1994	2	1	1	1	1	3	9	
	1998	2	1,5	1	1	1	3	9,5	
	2006	2	2	1	1	1	3	10	
Moçambiqu	1994	2	2	1	1	0	2	8	8,8

e	1999	2	3	1	0	0	2	8	
	2004	2,5	3	1	1	1	2	10,5	
Guiné-Bissau	1994	2,5	1,5	1	1	1	2	9	8
	1999	1,5	1,5	1	1	0	2	7	
	2004	2	2	1	1	0	2	8	
Angola	1992	2	3	1	0	0	1	7	8
	2008	2	3	1	1	1	1	9	

Nota: ∑ *Score* global é igual à soma dos *scores*, por indicador, em cada ano. Para o Score Global fizemos a média aritmética pelo número de anos observados em cada país. Por ano, cada país pode ter até 12 pontos.

2. Explanações sobre o caso cabo-verdiano

Segundo Sartori (1976) identificar o formato de um sistema de partidos implica, por um lado contar os partidos relevantes, que ele define como tendo potencial de coligação/negociação e por outro lado identificar as propriedades (distância ideológica, grau de polarização) que o caracterizam. Assim, é possível identificar um formato bipartidário sempre que a existência de um terceiro partido, não inibe o governo, sem oposição, dos dois maiores partidos, ou seja sempre que não se coloca um quadro de coligação (Sartori: 1976: 143).

No contexto cabo-verdiano, a verdadeira expansão no número de partidos eleitorais ocorre depois das eleições legislativas de 1991. O novo quadro democrático criou, incentivos para a formação de novos partidos, sendo o aspecto mais singular deste fenómeno, o facto da grande maioria ter surgido a partir do topo da sociedade política, nomeadamente a partir de cisões no interior de outros partidos. São, por isso, fundados por elites políticas dissidentes. Assim, o Partido da Convergência Democrática (PCD) e o Partido da Renovação Democrática (PRD), fundados respectivamente em 1993 e 2000, resultam de duas crises no interior do MPD e; o Partido Social-democrata (PSD), fundado em 1992, resulta de uma cisão no interior da UCID (União Cabo-Verdiana Independente e Democrata). Apenas o Partido do Trabalho e Solidariedade (PTS), não resultou de uma cisão, mas foi fundado por um ex-dirigente do PAICV (Onésimo Silveira).

Porém, a entrada em cena de novos partidos eleitorais não parece ter alterado a distribuição do poder. Desde a transição para a democracia e até ao presente o sistema de partidos cabo-verdiano apresenta apenas dois partidos relevantes (NEPP médio 1991/2006 igual a 1,9), que como observamos têm raízes fortes na sociedade. Para além da sistemática reprodução do formato bipartidário, o sistema de partidos tem-se consolidado no campo dos direitos sociais e políticos, bem como na capacidade reguladora do Estado (ver quadro 1).

Para explicar este fenómeno vamos recorrer a três dimensões: o papel dos partidos, a identificação partidária e o sistema eleitoral.

Segundo Sartori (1976: 144), num quadro de bipartidarismo existem dois partidos relevantes, i.e., com expectativas de vencer as eleições e formar governo maioritário. Neste quadro, agem como agências "agregadoras" que competem entre si, para representar o maior número de grupos e de interesses possíveis. Assumem, por isso, uma estratégia *catch all* (Kirchheimer in Mair: 1990) em que optam por conteúdos programáticos mais moderados porque intentam "*representar"* todos os sectores do eleitorado. Para além disto, em muitas novas democracias, sobretudo nas africanas, os partidos, apresentam uma estrutura organizativa fraca e enfrentam problemas de financiamento e o Estado é o meio que permite a conversão entre capital político e económico, daí que as funções de socialização e de agregação de interesses específicos, tradicionalmente desempenhadas, pelos partidos, estejam em recuo. Paralelamente, os partidos encontram-se limitados, pelos mesmos modelos de desenvolvimento económico e político, impostos pelos programas de ajustamento estrutural e pelos doadores internacionais. Uma dessas prerrogativas é a de criar condições para que cada vez mais cidadãos, e não um sector específico apenas, vivam com melhor qualidade de vida e maior protecção social (Manning: 2005).

Os dados do Afrobarómetro sobre a identificação partidária3 também ajudam a compreender a hegemonia destes partidos. Os resultados de 2002 e de 2005 indicam que apenas metade dos inquiridos (47,4% e 44,6%) têm uma identificação partidária. Deste grupo mais de 95% escolheram o PAICV ou o MPD, nos dois anos. A concentração das lealdades partidárias nestes dois partidos é expectável por dois motivos. O primeiro diz respeito à sua relevância histórica; o MPD está ligado à abertura política e à mudança e o PAICV à conquista da independência (Semedo *et al.:* 2007). O segundo relaciona-se com a opção estratégica dos partidos em não mobilizar politicamente as poucas clivagens identificadas (religião, classe, habitat) na sociedade, definindo em vez disso uma estratégia *catch all* (Kirchheimer) ou actuando com agências agregadoras (Sartori: 1976).

Como se consegue observar pelo exercício de regressão logística (Quadro 8) os factores individuais têm pouco poder explicativo na identificação dos inquiridos com o PAICV e o MPD, quer em 2002 (*Nagelkerke* R2 = 0,025 para o PAICV e 0,020 para o MPD), quer em 2005 (*Nagelkerke R2* = 0,040 para o PAICV e 0,31 para o MPD). Este último aspecto é também indicativo de uma ideia já avançada por Meyns (2002) e Chabal (2002), de que a sociedade cabo-verdiana é culturalmente homogénea existindo poucas clivagens sociais que se tenham tornado politicamente relevantes. Os dados

3 Aqui identificação partidária é medida unicamente pela questão "sente próximo de algum partido? No entanto existem outras medidas de identificação partidária: número de militantes partidários, comportamento eleitoral (por exemplo a volatilidade eleitoral tenderá a ser menor onde existirem mais indivíduos com identidade partidária e onde elas estiverem mais enraizadas)

demonstram ainda que as clivagens não são constantes e sistematicamente significativas nos dois anos em análise, com excepção da variável ruralidade na identificação com o PAICV e religião católica na identificação com o MPD (aspecto que deverá ser alvo de análise), todas outras são intermitentes.

Quadro 8

Bases Sociais de identificação com o PAICV e o MPD – 2002 e 2005

Dimensões	2002		2005	
	PAICV B Wald	MPD B Wald	PAICV B Wald	MPD B Wald
Idade	n.s	n.s.	,153** 5,224	-,183* 6,954
Género	n.s	n.s.	-,289* 3,562	-,399* 7,428
Profissão/ocupação	n.s.	,045* 3,487	n.s.	n.s
Ruralidade/Habitat	,204** 9,869	n.s.	,363** 17,157	n.s.
Grau de Escolaridade	,117* 6,795	n.s.	n.s.	n.s
Religião	n.s.	,497** 9,151	n.s.	,453** 5,218
*P <0,10; ** p <0,05 *** p <0,01 n.s = não significativo	N= 288 Nagelkerke R2 0,025	N= 283 Nagelkerke R2 0,020	N= 231 Nagelkerke R2 0,040	N= 258 Nagelkerke R2 0,031

Fonte: Elaborado com base nos dados do Afrobarómetro 2002 e 2005

O caso cabo-verdiano desafia ainda o modelo de Mair (1996). Segundo este autor o *padrão de alternância*, a *fórmula de governo* e o tipo *de acesso aos lugares de governo* podem criar estruturas de competição abertas ou fechadas (Mair: 1996: 94-96). Do ponto de vista teórico espera-se que o grau de fechamento seja menor nos sistemas de partidos mais recentes, como são os que emergem durante a Terceira Vaga, e maior em sistemas estabelecidos onde existe pouca ou nenhuma inovação no processo de formação do governo e os novos partidos raramente ultrapassam as cláusulas barreiras formais ou informais. As estruturas de competição fechadas são também características de sistemas bipartidários, já que os resultados esperados são altamente previsíveis (*Ibid*. pp. 96-97). Em Cabo Verde, desde 1991, que os resultados eleitorais se traduzem numa sucessão de maiorias com rotação entre os dois maiores partidos, MPD e PAICV, sem que nenhum terceiro partido coloque em causa a sua hegemonia.

Para além dos factores acima referidos o sistema eleitoral parece ser a variável com efeitos mais claros no sistema de partidos (Semedo: 2007; Sanches: 2008; Costa: 2002). A aplicação do método d'Hondt em círculos de baixa dimensão aumenta a desproporcionalidade no processo de conversão de votos em mandatos e a probabilidade de ocorrência de maiorias artificiais – neste caso a probabilidade é de 75% – favorecendo assim os maiores partidos (Lijphart: 1994). Como se pode observar no quadro que se segue, apesar de representarem 85% do total de círculos eleitorais em 2006, os círculos de pequena dimensão elegem pouco mais de metade (55,6%) do total de deputados.

Quadro 9

Círculos e mandatos por distrito

Dimensão	1991			1995			2001			2006		
	CE	MD	%	CE	MD	%	CE	MD	%	CE	MD	%
Pequena	12	25	31,6	16	41	56,9	17	39	54,2	17	40	55,6
Media	5	28	35,4	1	7	9,7	1	9	12,5	1	6	8,3
Grande	2	26	32,9	2	24	33,3	2	24	33,3	2	26	36,1
Total	19	79	100	19	72	100	20	72	100	20	72	100

Nota: Pequena (elege até 4 mandatos), Média (elege entre 5-9 mandatos), Grande (elege + 10 mandatos) Dimensão Média dos Círculos Eleitorais 1991/2006 = 4; CE = Círculos Eleitorais; MD = Mandatos

Todos estes factores colocam Cabo Verde ao lado de países onde a estrutura de competição é fechada como por exemplo: Japão, Nova Zelândia e Irlanda (Mair: 1996: 95). As estruturas de competição fechadas não são influenciados unicamente por factores mecânicos (lei eleitoral), mas também psicológicos, uma vez que as preferências de voto são aqui condicionadas pelo facto de as expectativas serem mais claras e previsíveis. Ou seja os eleitores têm conhecimento que luta pelo poder está concentrada nos dois maiores partidos quando escolhem em quem votar.

CONCLUSÃO

Embora pautados por uma enorme variância, é possível afirmar que os sistemas de partidos da África Lusófona estão em crescente processo de consolidação. Os desafios maiores à qualidade da democracia estão, sobretudo, alocados na capacidade que cada Estado tem de garantir amplos direitos civis e políticos aos seus cidadãos mas, também, na aceitação dos procedimentos básicos da democracia, como são as eleições, por parte dos actores políticos chave. Segundo Linz e Stepan (1997) este é um dos indicadores que permite avaliar se uma transição democrática foi completa ou não.

Neste artigo procurámos conciliar três visões complementares no estudo dos sistemas políticos:

1) a importância da história e dos contextos políticos e sociais;

2) a importância das instituições, e finalmente;

3) a importância dos actores políticos chave (partidos e cidadãos) que reinventam e actualizam as instituições políticas. Em conjunto, estas três dimensões, permitem explicar porque países com instituições políticas mais ou menos semelhantes – do ponto de vista disposicional – apresentam diferentes níveis de democraticidade.

Quanto ao valor da história como variável explicativa, embora nem sempre seja fácil delimitar o alcance do legado colonial e do tipo de regime pós-colonial, nas instituições democráticas, a verdade é que a ausência de luta armada, no período colonial e pós colonial (Meyns: 2002 e Chabal: 2002), aliada a uma fraca polarização das diferenças étnicas e sociais existentes na sociedade, são as dimensões que melhor explicam porque Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe se destacam dos restantes países nos indicadores de avaliação da qualidade da democracia.

Cabo Verde foi o país que nos mereceu maior atenção, por ser aquele onde o sistema de partidos se encontra mais institucionalizado. Assim, descrevemos características básicas relativas ao formato (bipartidário) e estrutura de competição partidária e concluímos, que este país combina aspectos típicos de democracias consolidadas (relativa previsibilidade dos resultados eleitorais) e de democracias mais recentes (p. ex. proliferação de pequenos partidos formados a partir do topo da sociedade política com fraca polarização ideológica). De resto, a reprodução do sistema bipartidário tem sido possível graças à actuação conjunta de factores históricos (legado colonial e autoritário) e institucionais (sistema eleitoral RP d'Hondt), mas, também, individuais (identificação partidária).

Tendo em conta estes factores podemos concluir que o sistema de partidos cabo-verdiano está cada vez mais institucionalizado, no sentido em que os actores políticos chave (PAICV e MPD) têm expectativas claras sobre o sistema político e desenvolvem estratégias de competição eleitoral, partindo do princípio que determinados contornos e regras de competição – que eles reinventam e actualizam – irão prevalecer no futuro (Mainwaring: 1999: 25), ou seja são estáveis e duradouros e encarados como legítimos.

No entanto, os dados também demonstraram que o processo de institucionalização não é linear. Com efeito, embora tenhamos optado por uma leitura de tendência se observamos ano a ano, existem alterações, muito em concreto nos *indicadores* que medem a estabilidade dos padrões de competição eleitoral – a volatilidade legislativa e presidencial. Estes indicadores foram os que mais variaram de país para país, e, de facto, desse ponto de vista é difícil sustentar o argumento de que os sistemas de partidos podem estar fechados ou abertos como sustenta Mair (1996). A volatilidade é altamente contingente e depende em grande medida dos contextos políticos e económicos em que cada eleição ocorre. Assim preferimos a terminologia de Mainwaring que, apenas, procura medir se os sistemas de partidos exibem padrões regulares, de eleição para eleição.

ANEXO

Grau de Institucionalização

Critérios	Pontos	
Regularidade da competição eleitoral 1. Volatilidade legislativa 2. Volatilidade presidencial 3. Diferença entre % de votos nas legislativas e votos nas presidenciais	3,0 = 0-10% 2,5 = 11-20% 2,0 = 21-30% 1,5 = 31-40% 1,0 => 40%	
Raízes estáveis na sociedade 1. % de lugares ganhos pelos partidos formados em 1950 nas últimas eleições legislativas	3,0 = 80-100% 2,5 = 60-79% 2,0 = 40-59% 1,5 = 20-39% 1,0 = <20%	
2. Idade média dos partidos com 10% dos votos nas últimas eleições	3,0 => 30 Anos 2,5 = 25-30 Anos 2,0 = 20-25 Anos 1,5 = 15-20 Anos 1,0 = <10 Anos	
Legitimidade das eleições	0 = Sim 1 = Não	(*) 3 = 100% (9/9)

1. Se algum partido boicotou as eleições 2. Se os partidos vencidos aceitaram os resultados 3. Se as eleições foram livres e justas	1 = Sim 0 = Não 1 = Sim 0 = Não	2,5 = 83% (8/9) 2,0 = 66% (7/9) 1,5 = 33-50% (6/9 – 4/9) 1,0 = <33% (2/9 – 0/9)

Fonte: Adaptado de Kuenzi e Lambright: 2005

Nota: 3.0 = Alto; 2.5 = Médio/alto; 2.0 = Médio; 1.5 = Médio/baixo; 1.0 = Baixo

(*) Para calcular a percentagem de pontos possíveis para cada sistema de partidos, dividiram os pontos de cada país pelo total de pontos possíveis 6 (3 por cada eleição). Com base nesta percentagem efectuaram uma segunda escala.

BIBLIOGRAFIA GERAL

Bogaards, M. (2004). Counting Parties and identifying dominant party systems in Africa. *European Journal of Political Research*, n. º 43 pp. 173-197.

Bratton, M. &, Michael V. (1997). *Democratic experiments in Africa: regime transitions in comparative perspective*, New York: Cambridge University Press.

Diamond, L. & Plattner, M. (eds.) (1999), *Democratization in Africa*. USA: The John's Hopkins University Press.

Knack, S. (a. 2001). Does foreign aid promote democracy? *International Studies Quaterly*, 48, 251-266.

Knack, S. (b. 2001). Aid dependency and the quality of governance: cross-country empirical tests. *International Studies Quaterly,* 68 (2), 310-329.

Freire, A. (2001), *Modelos de Comportamento Eleitoral: Uma Breve Introdução Crítica*. Oeiras: Celta.

Freire, A. & Lopes, F. F. (2002), *Partidos políticos e sistemas eleitorais: uma introdução*. Oeiras: Celta.

Katz, R. & Mair, P. (eds.) (1995). Changing Models of Party Organisation: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, 1 (1), 5-28.

Kersten, A. C. C. (1999). Cape Verde. D. Nohlen, B. Thibaut & M. Krennerich, (eds,), Elections in Africa - A Data Handbook, Oxford: Oxford University Press, pp. 189-204.

Kuenzi, M. & Lambright, G. (2005). Party systems and democratic consolidation in Africa's electoral regimes. Party Politics, 11 (4), pp. 423-446.

Kuenzi, M. & Lambright, G. (2005). Party System Institutionalization in 30 African Countries. Party Politics, 7 (4), pp. 437-468.

Laakso, M.; Taagepera, R., (1979). Effective number of parties. A measure with application to West Europe. *Comparative Political Studies*, 12 (1), pp. 3-27.

Mainwaring, S. (1999). *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil.* Stanford: Stanford University Press.

Mair, P. (1996). Party systems and structures of competition, in Laurence Le Duc et al. (eds.), *Comparing Democracies*: *Elections and Voting in a Global Perspective*, USA: Sage, 83-105.

Mair, P. (1998). Political parties and the stabilization of the party systems. Peter Mair (ed.) *The West European Party System*, Oxford: Oxford University Press.

Mair, Peter, "Os partidos políticos e a Democracy", *in, Análise Social*, Vol. XXXVIII (167), 2003, pp. 277-293.

Manning, C. (2005). "Assessing African party systems after the third wave", *in, Party Politics*, 11(6), pp. 707-727.

Mozaffar, S. & Scarritt, J. R. (2005). The puzzle of African party systems. *Party Politics*, 11(4) , pp. 399-421.

Mozaffar, S., Scarritt, J. R. & Galaich, G. (2003). Electoral institutions, ethnopolítical cleavages, and party systems in Africa's emerging democracies. *American Political Science Review*, 97 (3), pp. 379-390.

Rothstein, B. (1996). Political institutions: an overview, in R. Goodin, & H-D Klingemann, (eds). A *New Handbook of Political Science*. Oxford: OUP.

Sangreman, C., Junior, F. S., Zeverino, G. & Barros, M. (2006). *A evolução política recente na Guiné-Bissau: as presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil*. Documentos de Trabalho 70, Lisboa: CESA – ISEG – UTL.

Sartori, Giovanni, Parties and party systems a framework for analysis. Cambridge: University Press, 1979.

Bibliografia sobre Cabo Verde

Costa, D. H. (2001). *O Semi-presidencialismo em Cabo Verde (1991-2000),* Tese de Mestrado – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Costa, D. H. (2003). Sistema Eleitoral Cabo-Verdiano (1991-2001): com um olhar sobre o mundo. *Direito e Cidadania*, n.º 16/17, pp. 253-300.

Évora, R. (2004). *Cabo Verde: A abertura politica e a transição para a democracia*, Praia: Spleen Edições.

Koudawo, F. (2001). *Cabo Verde, Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal*. Guiné-Bissau: Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa.

Meyns, P. (2002). Cape Verde: an african exception. *Journal of Democracy*, 13 (3), pp. 10-32.

Sanches, E. (2008). *Sistema de partidos cabo-verdiano no período democrático: 1991-2006*. Tese de Mestrado – ICS-UL, Lisboa.

Semedo, J. Barros, C., Costa, D. (2007). *Estudo Sociológico sobre as eleições legislativas e presidenciais de 2001 e 2006*, DGAE, Praia.
Silva, A. L. C. (1997). *O processo cabo-verdiano de transição para a democracia*. Tese de Mestrado – ISCTE, Lisboa.

Bases de Dados consultadas

AFROBAROMETER (www.afrobarometro.org): 2ª e 3ª Ronda

United States Agency for International Development (USAID): http://www.usaid.gov/
Freedom House: http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=1
The Carter Center: http://www.cartercenter.org/homepage.html
African Elections Data Base: http://africanelections.tripod.com/
Worldwide Governance Indicators: http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.asp

Francisco Campos e os fundamentos do constitucionalismo antiliberal no Brasil

Rogerio Dultra dos Santos Santos
Universidade Federal Fluminense
rogeriodultra@yahoo.com.br

Resumo: Este texto analisa o constitucionalismo antiliberal do Ministro da Justiça do Estado Novo, Francisco Campos (1891-1968), como o fundamento jurídico daquele regime. Sua teoria é centrada na mobilização política de uma sociedade de massas, no desenho de uma ditadura cesarista e plebiscitária e na conformação de instituições ancoradas em legislação delegada. O texto destaca a distinção do autor entre liberalismo e democracia e a sua sociologia das massas, que atribui irracionalidade ao espaço político. Considerar Campos um grande artífice do Estado Novo significa rejeitar as conjecturas que simplificam a compreensão do governo Vargas como autoritário-populista.

INTRODUÇÃO

O funcionamento oligárquico da Primeira República deu origem a propostas de centralização político-constitucional no Brasil. Num país dividido pelas oligarquias regionais, justificadas por certa interpretação do federalismo de 1891, o elo comum era amarrar a idéia de autoridade à tradição, ao passado e à centralização da ordem Imperial. Buscava-se uma civilização identificada com as instituições do Império e com a sua política. A literatura sobre o tema sedimenta o senso comum, que permanece: o termo autoritarismo é suficiente para classificar as doutrinas que orientavam a formação de modelos de Estado centralizadores no Brasil. Reproduz, inclusive, a própria nomenclatura dos autores considerados autoritários, para os quais o termo *Estado autoritário* representava a relevância da idéia de autoridade.1

O adjetivo *autoritário* deriva de instituições do Direito Privado romano, relativas ao termo *auctoritatis*. O sentido público da autoridade indicava, inicialmente, a figura do criador ou fundador da cidade, responsável pelo seu crescimento. O substantivo *autoritarismo*, por sua vez, supõe atualmente a utilização "*distorcida*" da *idéia "legítima*" de autoridade, na medida em que implica uma estrutura política excessivamente hierárquica que concentra, em demasia, o poder político, prescindindo de instituições liberal-democráticas ou opondo-se diretamente ao seu funcionamento (Arendt, 1972: 133 e ss.). Toda relação governante/governado sugere, a partir de então, autoridade, mando e obediência, legitimáveis ou não, pela anuência dos governados. O conseqüente conceito de *Estado autoritário* — derivado do pensamento liberal que cunhou o termo *autoritarismo* — é incapaz de definir, entretanto, o conteúdo ou a forma de determinada organização política. Em geral, o conceito serve para assinalar manifestações distintas do Estado liberal, limitando-se a identificar elementos de Estados não-liberais. O adjetivo autoritário, em sua inconsistência conceitual é marcadamente ideológico. Um número sensivelmente significativo de modelos políticos passa a ser classificado como integrante do conjunto de Estados autoritários, sem a preocupação com as distinções relativas a cada modelo.

Ignorou-se a eclosão do *constitucionalismo antiliberal* no Brasil dos anos 30 do século XX. A sua classificação como autoritarismo, tem contaminado sua devida compreensão, já que ele opera por elementos sensivelmente distintos da crítica à Primeira República.2 Talvez o equívoco da tradição, que vê no autoritarismo um conceito político suficientemente explicativo, tenha sido ignorar que o constitucionalismo antiliberal não se constitui somente como uma usina de críticas ao Estado liberal, mas pressupõe um modelo de Estado que pretende uma legitimação democrática distinta da representação parlamentar. Pode-se dizer que ele é, ao mesmo tempo:

a) uma crítica ao direito, à política e às instituições liberais;
b) uma aproximação constitucional vinculada à idéia de soberania como decisão personificada;
c) um modelo de ordem democrática que se realiza pela mobilização irracional das massas por um César; e
d) uma reorganização do Estado fundada na administrativização (burocratização) da legislação.

1 A título exemplificativo e não exaustivo: Faoro, 2000; Lamounier, 1978; Medeiros, 1978; Santos, 1974 e Schwartzman, 1983.
2 Será rapidamente discutida à frente a abordagem de Bolívar Lamounier, que sustenta não haver solução de continuidade entre o "autoritarismo" de Francisco Campos e o de seus antecessores (Cf. Lamounier, 1978).

O constitucionalismo antiliberal deriva do antiliberalismo, mas não se confunde com ele. Uma forma de compreender o antiliberalismo é pelos fundamentos que postula para a relação política de autoridade. Nos séculos XIX e XX, o liberalismo retira sua legitimidade ou da tradição, como em Walter Bagehot, Aléxis de Tocqueville e Joaquim Nabuco; ou dos procedimentos racionais que instituem a representação, como em Hans Kelsen. Já o antiliberalismo, que vem da reação católica à Revolução Francesa (De Maistre, Bonald e Donoso Cortés), desenvolve, nos anos 20, outro fundamento para a autoridade. A representação política antiliberal — isto é, a relação entre povo e governo —, pode se estabelecer tanto pela existência de corporações profissionais, como por uma elite esclarecida ou através do plebiscito. Nesses casos, o Estado restringe o parlamento a funções orçamentárias e/ou à legislação sobre princípios gerais, a serem regulamentados pelo Poder Executivo. Quando se fala de constitucionalismo antiliberal, o elemento distintivo é a possibilidade da suspensão do direito autorizada pelo próprio direito, o que significa que esse constitucionalismo legitima a existência das ditaduras. É deste modo que o Poder Executivo pode exercer a sua vontade livre de restrições jurídicas. Esta engenharia constitucional, que opera por instrumentos de exceção, se justifica pela necessidade dos fatos e se vale de um modo específico de legitimação democrática, colhido no pensamento antiliberal, a legitimação plebiscitária.

O jurista alemão Carl Schmitt (1888-1985) é o autor da teorização sistemática sobre o *constitucionalismo antiliberal,* e funda-o na idéia de democracia substancial. Dados a sua influência e o seu grau de detalhamento técnico, o modelo schmittiano acabou por transformar-se no paradigma jurídico-constitucional das ditaduras ocidentais do século XX. A partir de Schmitt, a vaga conceituação de *Estado autoritário* é substituída por uma fórmula mais precisa. Ele desenvolveu uma doutrina cujo alvo foi a fraqueza constitucional do Estado democrático-liberal para o qual a Constituição de Weimar, de 1919, era o modelo clássico. Em seu livro *Teoria da Constituição* (1928), Schmitt realizou um ataque analítico a cada instituição política de perfil liberal, sendo o seu modelo constitucional — que derivava das críticas a Weimar — recepcionado na Alemanha como a saída para a crise da democracia contemporânea, então ameaçada pelo comunismo soviético. Ele preconizava a representação como relação de identidade entre um determinado povo e seu Líder, independentemente de intermediação institucional. O processo de governo pela opinião pública não acontecia através da discussão parlamentar. Solicitava uma identidade entre "*dominadores e dominados*", que se realizava através do processo de aclamação. A lei tornava-se um ato de vontade do Líder, que procedia à regulação, por via administrativa, da vida ordinária. A democracia substancial, percebida pelo autor como um princípio jurídico-formal que significava unidade, era a materialização do poder de governo do Estado. O Estado democrático e antiliberal, "povo em situação de unidade política", distinguia-se de outras formas políticas por demandar homogeneidade nacional. A democracia substancial tornou possível uma ditadura na medida em que o escopo e a amplitude da atuação jurídica e política do ditador dependiam e se justificavam através de seu critério pessoal.

A especificidade do constitucionalismo antiliberal no Brasil sedimenta-se por correntes filosóficas e políticas distintas, reunidas pela repulsa à oligarquização da Primeira República. Duas grandes linhagens de crítica ao constitucionalismo liberal-republicano foram a formação doutrinária do castilhismo no Rio Grande do Sul e a idéia de Estado corporativo de Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951). O castilhismo era uma corrente política liderada por Júlio Prates de Castilhos (1860-1903) e inspirada no positivismo de Augusto Comte. No castilhismo destacava-se um programa político que tinha o objetivo de realizar a ordenação social do Estado de forma ditatorial. Distanciava-se de outras oligarquias regionais por instituir uma disciplina moral rígida para os integrantes do partido e um gérmen de burocracia organizada por regras estatuídas.3 Berço político de Getúlio Vargas, o castilhismo influenciaria o estadista gaúcho na futura configuração do Estado Novo (1937-1945). Já o modelo de Estado corporativo de Oliveira Vianna, é a base a partir da qual desenvolverá sua defesa do Estado Novo, respectivamente nos livros *Problemas de Direito Corporativo* (1938) e *O Idealismo da Constituição* (1939), em 2ª edição. Para Oliveira Vianna, os papéis de representação política e de relação entre Estado e sociedade são realizados pelo assento de representantes de classe junto aos órgãos do Estado. A representação classista é considerada por este autor mais legítima do que a representação parlamentar de cunho liberal. Nele, Vargas buscaria inspiração para a coordenação nacional de um programa de controle político das massas trabalhadoras através do corporativismo, isto é, dos conselhos profissionais, e da construção da Justiça do Trabalho. A crítica ao federalismo de 1891 e a criação de alternativas centralizadoras de perfil antiliberal ajudaram a moldar as instituições que surgem da Constituição de 10 de novembro de 1937. Esta Carta opera uma ruptura com o que se chama, comumente, de tradição "autoritária". Instala uma ordem voltada para os problemas característicos de uma sociedade em processo de industrialização e agitada pelas movimentações operárias.

3 O castilhismo pode ser considerado uma filosofia política ou uma doutrina na medida em que ele se orientava por princípios cardeais e indicava, como derivação, um sistema de governo definido. Seus princípios podem ser assim resumidos: a) a virtude como fundamento e finalidade da atividade política, manifesta através da "pureza das intenções" do governante; b) a conseqüente construção da res pública vista como a realização concreta da virtude do governante; c) a autoridade do Estado organizada para tutelar a sociedade de forma moralizadora. Em relação aos princípios-guia do castilhismo, poder-se-ia indicar os pontos nodais que sustentavam um determinado sistema de governo, caracterizado, então: a) pelo reconhecimento da influência da sociologia positiva sobre a política, ou seja, pela pretensão de cientificidade do modelo de Estado proposto; b) por uma espécie de antiliberalismo institucional, isto é, a percepção da política de conciliação nos moldes liberais, realizada pela oposição (federalistas gaúchos), como deletéria; c) pela necessidade de burocratizar a máquina pública; d) pela idéia de ordem e de estabilidade social como fundamentos da continuidade no poder e, e) pela recepção formal e parcimoniosa da idéia de representação, acarretando conseqüente desdém à obediência das regras do mecanismo eleitoral.

Entretanto, foi o jurista mineiro Francisco Luís da Silva Campos (1891-1968),4 redigindo a Constituição de 10 de novembro de 1937, que desenvolveu um modelo teórico-jurídico de *constitucionalismo antiliberal*, semelhante em escopo ao que pode ser extraído da *Teoria da Constituição* de Schmitt. A assunção das massas como um elemento central na organização do poder político e os instrumentos jurídicos análogos ao modelo schmittiano são as marcas fundamentais da Constituição de 1937 na organização jurídico-administrativa do regime. Campos realizará uma apreciação sociológica detalhada do advento da sociedade de massas. Mas não só: será também o responsável por sintetizar, em instituições, as aspirações políticas de Vargas; definirá as técnicas jurídico-constitucionais antiliberais implicadas na construção de um Executivo forte e absorvente (Leite, 1983: 293); as direcionará para a realização do novo modelo de Estado, modernizando o país.

Seja a percepção de Campos sobre o fenômeno político, seja a institucionalidade que derivou do seu diálogo com o castilhismo de Vargas e com o corporativismo de Oliveira Vianna, distinguiam-se ambas do "autoritarismo" embrionário de Alberto Torres, Plínio Salgado ou Alceu Amoroso Lima. Para estes, a finalidade de um regime político, isto é, a concentração da autoridade e a realização da ordem, é o que importava. Diferentemente destes autores, em Campos e Vianna a legitimação democrática antiliberal — plebiscitária ou corporativa — aliava-se à necessidade de uma recomposição jurídica e estrutural do Estado.

Como futuro Ministro do Estado Novo, Francisco Campos tinha a tarefa de reformar os instrumentos emergenciais até então utilizados com a autorização prévia do Congresso Nacional e a chancela das Forças Armadas ampliando-lhes a abrangência. O *estado de emergência*, equiparado ao estado de guerra desde 1935, não sustentava o arranjo de forças que mantinha Vargas no poder. A justificativa para implantar uma nova ordem constitucional, despida dos limites liberais da Constituição de 1934, era uma necessidade política imperiosa. A ameaça extremista do comunismo, materializada pelo levante de 1935 e sedimentada pela farsa do Plano Cohen, já havia criado um clima de guerra civil. Como em uma ditadura romana, o Governo Provisório outorgava uma Constituição de gabinete a fim de permitir a utilização livre de meios excepcionais para preservar a ordem social. Mas, enquanto em Roma a magistratura ditatorial era "claramente definida em autorização, no escopo e na duração" (Neumann, 1957a: 233), Campos instituíra as bases de um sistema jurídico acabado que se fundava, extensivamente, nos poderes de uma Constituição orientada pelo estado de emergência. A sua legitimação far-se-ia através de uma confirmação plebiscitária que nunca aconteceu. A estabilidade do regime dependeu da intensa produção legislativa do Poder Executivo e do suporte popular à figura pessoal de Getúlio Vargas.

O objetivo deste trabalho é reafirmar a influência deste constitucionalismo antiliberal no pensamento jurídico-político dos anos 30 e comprovar que o Estado Novo foi uma organização política ligada aos pressupostos constitucionais do antiliberalismo de massas de Francisco Campos. Será privilegiada uma aproximação analítica à obra desse autor com o intuito de demonstrar que ele constrói uma teoria política acabada, baseando-se numa filosofia da história decadentista e antiliberal. A sociologia desenvolvida pelo autor a fim de explicitar as aporias de sua época quer espelhar uma sociedade de massas em que a única possibilidade de realização da política é a mobilização emocional do mito. Para tanto, define as práticas plebiscitárias como instrumentos capazes de legitimar democraticamente o Estado Novo.

DEMOCRACIA LIBERAL X UNIDADE NACIONAL: O PROGRAMA AMERICANISTA DE CAMPOS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Em meados dos anos 1910, a nostalgia da tradição já está presente em Francisco Campos, ainda estudante e membro do Centro Acadêmico da Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte. No final do curso, ele tem a incumbência de proferir uma palestra junto à herma do falecido Presidente Afonso Pena. Escreve, então fortemente influenciado por Euclides da Cunha, o pequeno texto *Democracia e unidade nacional* (191?), antecipando argumentos importantes de Alberto Torres. Nesse texto, se pode notar a precoce compreensão da problemática brasileira na interpretação americanista que faz da Primeira República. Buscando uma explanação que desnudasse a "solidariedade orgânica entre passado e presente", o autor se volta para os fundamentos da República e sua relação com um Império que desabava "no meio da indiferença nacional".

4 Campos foi um dos políticos mais ativos na configuração do Estado brasileiro durante o século XX. Responsável pela reorganização dos sistemas educacional, legal e constitucional durante a Revolução de 30 e no Estado Novo, elaborou também o Ato Institucional Nº 1 que deu origem ao regime militar (1964-1985). De 1935 até 1937, quando deixou o cargo de Secretário de Educação do antigo Distrito Federal para elaborar o Projeto da Constituição outorgada, Campos já era o jurista mais influente na política nacional, articulando com os integralistas o apoio a Vargas. De 1937 a 1942 ocupou o cargo de Ministro da Justiça e Negócios Interiores, colaborando diretamente para a consolidação do regime. Como personagem do Estado Novo, foi responsável pela reforma dos Códigos de Processo Civil, Penal e Processo Penal. Criou a Lei Orgânica dos Estados, que pretendia limitar seus poderes legislativo e administrativo, vinculando-os ao poder central; a Lei de Crimes contra a Economia Popular, a Lei de Segurança Nacional; as Leis de Naturalidade (naturalização, repressão política a estrangeiros, expulsão, extradição e imigração); a regulação da cobrança da dívida ativa da União; o Decreto-Lei contra o loteamento de terrenos; a Lei de Fronteiras etc. Sua produção intelectual reúne uma quantidade razoável de trabalhos técnicos referentes à educação, alguns deles reunidos em dois livros, Pela civilização mineira: documentos de governo 1926-1930 (1930) e Educação e cultura (1940), algumas compilações de seus discursos parlamentares, presentes nos livros Antecipações à reforma política (1940) e Discursos parlamentares (1979) e trabalhos de natureza técnico-jurídica nas áreas de Direito Constitucional, Administrativo, Comercial, Penal e Processual Penal. No que respeita a trabalhos jurídicos de âmbito mais geral, escreveu o livro o Animus na posse (1918), sobre Direitos Reais, e o livro Introdução crítica à filosofia do direito (1918), no qual examina o papel da filosofia e da sociologia do direito a partir da discussão do neo-kantismo. Publica, ainda em 1916, um trabalho sobre economia política (A Doutrina da População), em que critica Marx e Malthus. Livros de caráter ensaístico e literário também são publicados no decorrer da sua vida, destacando-se Ciclo de Helena (1932) e Atualidade de D. Quixote (1948), o primeiro utilizado para uma candidatura infrutífera a uma vaga na Academia Brasileira de Letras. O seu livro mais influente foi publicado quando já era Ministro da Justiça, O Estado Nacional: sua estrutura e seu conteúdo ideológico (1940). Neste trabalho, além de sua conferência no salão de Belas Artes, A Política e o nosso tempo (1935), estão agrupados inúmeros artigos, entrevistas e discursos oficiais.

Entendendo como um ideal romântico o levantar do busto de Afonso Pena, encontra no aforismo de Ralph Waldo Emerson (1803-1882) o mote discursivo a partir do qual constrói seu argumento:

> "Toda instituição é a sombra alongada de um homem". A solução de Campos será a necessidade de assunção pública, pelo homem de lei, de seu papel civilizatório "sobre os instintos de perfectibilidade humana" (Campos, 1940b).

O americanismo de Campos resulta do fato de que, para o autor, a ordenação social deve evitar o "localismo dispersivo", o "*espírito de paróquia*", procurando se *fazer por cima*, pela compressão da lei, pelo Estado.5 Seu modelo de civilização radica na recepção de um ponto de vista anglo-americano que não é o da Constituição da República de 1891, isto é, não diz respeito à descentralização, mas à unidade do poder político que, para ele, lhe falta. Coordenada na sua confecção por homens que têm origem em uma elite econômica e/ou representam uma cultura privada, a lei mascara, sob a ordem pública possível, uma ordem privada que muitos almejam.

> Para Campos, os últimos 50 anos do Império foram anos liberais. Na República, sem a unidade nacional proporcionada pela concentração de poder político — que "não permitia a tribos partidárias o privilégio dos órgãos representativos da nação" —, passou a imperar "a diferenciação da autoridade pelo triunfo das aspirações locais" (Campos, 1940b: 7).

A censura da desordem republicana nasce vinculada a uma condenação do processo de representação política. Este assume um caráter predominantemente local quando do fim do Império. Tal crítica revela a dissolução da produção econômica coordenada, situação em que a regulação das "aspirações locais" se torna necessária.

A ameaça da democracia republicana e as soluções da tradição imperial

Como o próprio título do discurso indica, Campos sustenta existir um contraste entre a essência da democracia e o princípio da unidade nacional. A tensão entre essas duas forças que orientam a organização social marca a construção de todo o argumento. Assim, ao espírito regionalista, separatista e individualista da democracia, ligado às idéias de liberdade e igualdade, ele contrapõe a necessidade de concentrar a autoridade: sua unidade e indivisibilidade aparecem como elementos capazes de preservar o princípio democrático, sem colocar em risco a tendência à harmonia nacional. A democracia será defendida como manifestação da vontade, do direito e da práxis das instituições, num plano que garanta historicamente a "*eficiência da ação no exercício do poder*". Não será possível interpretar a democracia como instabilidade e conflito causados por um "regime de mudanças periódicas de governo", como aquele defeso pelo republicanismo democrático instalado no país (Campos, 1940b: *idem*).

Assim, com a abolição de um regime político por um processo de acomodação informe e apático, o poder se refunda. Gerada por uma postura democrática que realiza uma incoerente "diferenciação da autoridade", a nova ordem tem, como resultado, a multiplicação dos órgãos da soberania nacional (Campos, 1940b: *idem*). Campos estabelece, então, o fundamento da distinção entre modelos de democracia que estariam subjacentes à experiência histórica brasileira. Na transição do Império para a República, aponta o "enfraquecimento da unidade nacional". Isto se deu pela recepção não balanceada da doutrina democrática de Jefferson que se contrapõe ao "princípio hamiltoniano da concentração da autoridade nacional" (Campos, 1940b: 8). O paralelo entre o federalismo de Jefferson e o unitarismo de Hamilton estará presente, nesses primeiros anos da década de 1910, em Alberto Torres (1865-1917). Premida pela necessidade um modelo político capaz de afrontar a força da metrópole inglesa, a recém-independente organização de Estados norte-americanos define a fórmula federalista através do famoso texto da *Declaração da Independência* (1776), assinado por Thomas Jefferson. Como Estados livres, as colônias americanas teriam, por aquele documento, poder absoluto para declarar guerra, estabelecer a paz, fazer alianças, definir as regras de comércio e organizar suas leis (*Cf.* Jefferson, 1952: 3). Contra esse federalismo radical insurge-se o movimento pela constitucionalização, quando Alexander Hamilton, em *O Federalista* (1788), deixará claro que uma simples confederação é incapaz de sustentar a existência de uma união suficientemente forte para garantir a segurança e a prosperidade da nação contra uma "*iminente anarquia*" (Hamilton, 1952: 63).

Como no processo de constitucionalização dos Estados Unidos da América, o Brasil deveria estancar o desenvolvimento do "princípio democrático da irresponsabilidade nacional".

> Para Campos, o "problema democrático" brasileiro resolver-se-ia pelo "governo dos legistas". Seu papel deveria ser o de "adaptar constantemente a construção legal dos textos às variações e às transformações de estrutura do organismo político, de sorte a (...) corrigir os vícios e os excessos do temperamento democrático" (Campos, 1940b: 8-10).

Desposando este argumento, ele se alinha à percepção sedimentada na Primeira República por conta das duras experiências ocorridas nos governos militares: as alterações no comando ou na dinâmica do poder político precisariam legitimar-se, invariavelmente, pela Constituição (*Cf.* Faoro, 2000: 197 e ss.). Do mesmo modo, a interpretação constitucional deveria orientar-se pela "*inspiração nacional*". Ela neutralizaria e seria oposta aos "*conflitos democráticos*". A democracia representaria o princípio da unidade e da responsabilidade nacionais, se colocando como um horizonte de sentido — "um plano histórico, de onde se possa dominar a evolução política dos povos".

O plano de Campos para dar conta do processo de unificação nacional através da atuação política dos juristas, está vinculado à sua concepção de opinião pública. O autor mineiro refere-se à figura emblemática do Presidente Afonso Pena para espelhar a transição pacífica do Império para a República. Ao mesmo tempo, demanda o reconhecimento de que a

---

5 Essas expressões, juntamente com "patriotismo diferenciado", citada no seu ensaio Democracia e unidade nacional, são de Euclides da Cunha, em Contrastes e Confrontos (1966), e representam a crítica a um modelo de federalismo que não deseja uma normalização de caráter nacional.

República, no que respeita à construção da estabilidade política, dependia diretamente da tradição dos estadistas do Império (Campos, 1940b: 6).6 Surge a idéia de continuidade, na composição espiritual de um elo entre este novo modelo de ordem pública e a sociedade civil que necessita de orientação. Uma continuidade harmônica, mesmo com a identificação de uma discrepância entre a tradição pacífica da unidade imperial e a organização problemática da democracia republicana. Falta à República um cimento social capaz de provocar a unidade nacional, já que se está diante de um presidencialismo fraco e, a princípio, condenado à dissolução. O problema consiste no que Oliveira Vianna chamaria, alguns poucos anos depois, de "*idealismo da Constituição*". Em Campos, o tema é claro e refere-se ao que ocorreu na Primeira República:

> "A autoridade constitucional do poder central, insuficiente e mal delimitada, está sujeita a exercer-se violentamente contra os princípios legais da autonomia. De sorte que a nação, para defender as suas prerrogativas, começa a abandonar a constituição escrita, praticando infidelidades contra a letra e o espírito dos seus textos. E é o que nos acontece: um país em transformação acelerada, formando o seu caráter, e uma constituição morta, que nasceu inadaptável às condições orgânicas da nação." (Campos, 1940b: 9)

Uma Constituição liberal, incapaz de lidar de forma segura com situações de exceção, mostrara-se um instrumento à mercê da violação pela prática parlamentar. Isto revelava, para o autor mineiro, a receita do desastre. Encontra-se aqui a filiação doutrinária de Campos aos argumentos de Euclides da Cunha, desenvolvidos posteriormente por Alberto Torres no *Organização nacional* (1914) e n'*O Problema nacional brasileiro* (1914). Nesses livros, Torres sustenta a necessidade de fundar uma "solidariedade patriótica" que possibilite a união de interesses comuns. Seria o signo de uma sociabilidade desenvolvida na atenção aos problemas concretos de um país nascente. Nesse sentido, advoga uma opinião capaz de agregar os espíritos em torno de um programa nacional que escape à idealização do mundo intelectual. Este último se encontraria distante, no Brasil, dos problemas políticos e da ação pública propriamente dita: "inteligência híbrida, incapaz de procriar" (Torres, 1978a: 84 e ss.).

Antecipando Alberto Torres: as elites como centro da autoridade pública

O programa americano, construído por Campos na recepção do elitismo/personalismo privatista de Emerson e na idéia de centralização de Madison tem uma significação precisa para um autor como Alberto Torres. Escrevendo seus artigos pouco tempo depois de Campos, Torres considera que uma democracia como a instalada na nova República brasileira só pode ser considerada legítima se, ao governo das leis, somar-se um regime de opinião pública ativa, que expresse a vontade coletiva e influencie a conformação das instituições. A idéia de ver nos juristas o centro irradiador da opinião pública nacional está delineada. Se não aponta expressamente para esta classe de atores políticos, define como necessária a existência de um núcleo organizador daquela opinião.

> Assim, Torres argumenta, também numa chave platônica, que "o mecanismo governamental, em todos os seus aparelhos, é não somente um núcleo de vida intelectual — em certos ramos, como na política, quase exclusivo — senão também o centro de onde saem, em grande parte, os recursos para a atividade cerebral do país".

Advoga a necessidade de se conduzir a intelectualidade brasileira à gerência da coisa pública. Para ele, é desses homens que poderá surgir uma "*verdadeira democracia representativa*", e é através deles que o espírito nacional pode nascer e prosperar. Está corroborada a idéia de um Estado forte: ao se estabelecer contra a perspectiva liberal de limitação dos poderes públicos, poderá enfrentar com "autoridade" o papel "de desenvolver o indivíduo e de coordenar a sociedade". No caso brasileiro trata-se, especialmente, do combate à oligarquização do Estado.

O projeto de um modelo de civilização material, com laivos evolucionistas, representa um americanismo que legitima a participação burguesa no interior do Estado. Em Torres, como em Campos, a ordem social mantém-se *"por simples tolerância costumeira"*. O núcleo da crise brasileira o divórcio entre a política e a sociedade, isto é, o divórcio entre o público e o privado.

Ele argumenta, então, que o conjunto de ações e pensamentos que orienta a vida política do país sofre de uma *"estranha falta de adaptação do saber e do patriotismo às peculiaridades da terra e do povo brasileiro"* (*Cf*. Torres, 1978b). O objetivo de se realizar instituições políticas e jurídicas de caráter nacional é a preservação do interesse geral contra os interesses individuais somados.

O Estado representa a unificação de vontades capaz de orientar uma ação coordenada, gerando a vida do país, ou seja, defendendo os indivíduos "*contra os abusos do individualismo*" (*Cf.* Torres, 1978a).

Sustenta, desta forma, uma restauração conservadora organizada pelas elites administrativas, "a formação *artificial* das nacionalidades, (...) da consciência nacional: a criação e o desenvolvimento, *par en haut* [pelo alto] — da inteligência para os hábitos, do raciocínio para os reflexos — do instinto de conservação e de progresso nacional." (Torres, 1978a: 123 e ss.)

A forma republicana e federativa do Estado brasileiro demonstra a necessidade operacional de um "*governo jurídico*", capaz de transformar a ordem social em segurança, liberdade e propriedade (Torres, 1978b: 60 e ss.). É em Torres que se condensa a crítica à Constituição feita anteriormente por Campos. Nesses dois autores consolida-se um projeto

---

6 "O regime funcionava como um organismo embrionário, reclamando os cuidados e o prestígio dos homens sinceros, que, pela experiência e pelo estudo, influíssem diretamente sobre o seu desenvolvimento. Permanecer indiferente diante da iminência de uma catástrofe era ausência de altruísmo e obstinação de inteligência. Nem por egoísmo, nem por cegueira, o conselheiro Afonso Pena se abstivera da República: quando, portanto, foram reclamados os seus serviços, ele interveio, reatando o curso de sua tradição política e fazendo servir à República as virtudes do Império".

americanista, que objetiva o progresso material pela coordenação jurisdicista das instituições públicas. Em Torres, a relação entre a força normativa da Constituição e a configuração política de uma opinião pública também será definida como uma observação de natureza sociológica. A adaptação constitucional à realidade brasileira se dá, igualmente, pela "plasticidade das formas jurídicas" — os intérpretes realizando o papel de trazer à lei o "*espírito de seu tempo*" (Torres, 1978b: 87 e ss.).

Antecipando o argumento de Torres, Campos define o processo por meio do qual a opinião nacional deveria ser criada, acenando com sua *promessa*: a justificação da função pública dos juristas. A saída aventada por Campos para vencer o idealismo brasileiro é a atividade política dos juristas na conformação hermenêutica da constituição de 1891. Juízo que não se completa sem que as idéias de nação e unidade provoquem um estado emocional de mobilização, capaz de gerar uma particular "*experiência nacional*" (Campos, 1940b: 11). Em *primeiro lugar*, o autor estabelece que uma experiência nacional só é possível quando homens de lei, respeitando a educação jurídica da universidade, mantiverem o vigor da Constituição em seus governos. A gênese de um "*ideal nacional*" é o remédio para a mobilização das instituições políticas. É o elemento central na consolidação do Estado republicano, já que sem a força do ideal, as instituições nascem mortas. Em *segundo lugar*, a experiência nacional sob um regime republicano e democrático depende da formação da opinião. Campos entende — como Torres o fará — que a democracia é "incoerente, heterogênea e individualista; regime de mudanças periódicas de governo, de renovações e substituições de princípios e de homens, não tem continuidade de ação nem unidade de plano e de convicções". As soluções para essa inconstância de interesses, com a qual é necessário conviver numa democracia, são quatro:

> "a educação coletiva do povo pelas experiências nacionais; a mobilização das instituições pela força espontânea das massas populares; a compreensão e o exercício de um desígnio coletivo, que arraste a nação a experiências proveitosas, com que possa corrigir ou orientar a sua opinião; a liberdade dos órgãos operatórios da soberania nacional pela libertação e pela educação do voto." (Campos, 1940b: 11)

O espírito nacional, o espírito do povo, deve ser criado com a mobilização das massas. A preocupação republicana de Campos é recuperar a unidade e a autoridade do Estado para combater as facções partidárias e a desagregação do federalismo. Quer fazer isto através da conciliação dos interesses nacionais. Ele deseja evitar tanto o despotismo quanto a anarquia. Para que isso aconteça, considera necessário que a força do processo representativo faça sucumbir imediatamente os corpos coletivos. Tais corporações seriam predispostas à concentração de poder econômico em associações locais, tendentes a estimular a corrupção administrativa em larga escala. Ante os instrumentos constitucionais insuficientes para o processo de organização do país, e para evitar a violência do Estado, *"O futuro da democracia depende do futuro da autoridade"*. Note-se que o núcleo de seu conceito de democracia é a construção da *unidade nacional*. A sensibilidade da nação à autoridade política, que forma a unidade, vincula-se à sensibilidade das leis e de sua autoridade às massas que a acompanham (Campos, 1940b).

Esse texto da década de 1910 representa uma fase de maturação intelectual de Francisco Campos. Apesar da mobilização das massas ser um fator fundamental na consolidação do espaço público nacional, é admissível a proximidade de seus argumentos ao americanismo de Alberto Torres. O pensamento político deste último, informado pelo mesmo elitismo de Campos, é geralmente situado no terreno do pensamento "autoritário". Campos, nesse momento, poderia sofrer do mesmo rótulo, não fosse a presença de uma incipiente avaliação da irracionalidade das massas. Essa aproximação diferenciada marcará a sua percepção política e social nos anos seguintes.

Conectada às suas observações da sociedade brasileira, Campos estabelece desde então uma crítica ao individualismo. Na composição do corpo político, o imperativo da participação coletiva é oposto às necessidades privadas. Uma realização pessoal realmente digna não pode ser privada. Isso esclarece a razão pela qual Campos argumenta que o indivíduo é "uma força original de transformações institucionais, que influi diretamente sobre as flutuações e as mudanças de plano no nível das sociedades" (Campos, 1940b: 4). O estabelecimento do espírito nacional depende, para ele: da mobilização das opiniões, das virtudes, da educação política de líderes como Afonso Pena, e do desígnio coletivo das massas, expresso no processo de representação política. É possível sustentar então que, no seu escrito da década de 1910, Campos se alinha com uma interpretação orgânica da política. Ele vê, na situação periclitante da ordem republicana, a necessidade de um remédio político eficaz para salvar o organismo da doença liberal.

O programa americanista de Campos para a Primeira República

Em resumo, o elemento a ser destacado no discurso de Campos é a assunção de que o modelo de poder a ser esposado em um país tomado pelo federalismo é o da unificação do Estado a ser comandada do alto. Isto se faz através de uma elite jurídica imbuída do espírito (público) de interpretar a realidade nacional e vertê-la em instituições. A partir da capacidade centralizadora da tradição jurídica, é possível germinar uma cultura política de âmbito nacional e a conseqüente civilização das massas. O direito não serve à transformação da política, mas pode garantir, por sua plasticidade característica, eficácia à idéia de integridade nacional. No que respeita a sua percepção da Primeira República, é certo que Campos se opunha à fragmentação do poder político. Em especial, ao fracionamento do ideal de nacionalidade, que chamou de "patriotismo diferenciado". É o eco hegeliano de integração cultural na formação do Estado e a presença de um organicismo que remete à teoria do Estado de Bluntschli. Fica definida a função centralizadora do direito contra a desagregação de uma democracia individualista, vista como localismo interesseiro. Mais que uma reverência formal à lei — como sustenta Bonavides (1979: xvii) —, Campos compreende, em seu discurso, o sentido funcional e político do direito como o de estabilização e desenvolvimento da ordem social. Tal função é a de estabilização política e de agregação da sociedade —

inclusive dos interesses econômicos —, às instituições do Estado. Esta é a razão legítima do direito na criação de um Estado enquanto organismo.

No reforço de seu americanismo, isto é, na distinção entre uma democracia de perfil liberal e um princípio democrático ligado à idéia de nação que coordene o desenvolvimento da sociedade há, no texto *Democracia e unidade nacional*, uma oposição entre duas formas do exercício da política. De um lado, o autor agrupa o liberalismo apaixonado e suas agitações partidárias de natureza impessoal. Este ficou temporariamente satisfeito com o suprimento de seus apetites e aspirações nas décadas finais do Império, para além de suas próprias expectativas. De outro, são fixadas a moderação e a virtude expressas na experiência do líder, na personalidade do estadista.

> Ele guia, por suas idéias, o aperfeiçoamento das instituições em direção ao futuro. Enquanto a incoerência e a mobilidade ("volatilidade") do liberalismo e de suas instituições remetem ao desequilíbrio e ao conflito, a continuidade da tradição e da severidade dos costumes políticos informa a conexão, a solidariedade "entre o passado e o futuro", possibilitando "a continuidade de ação e a proximidade de fins, que permitem às obras humanas durar e amadurecer" (Campos, 1940b: 4).

À fraqueza e à desagregação do individualismo liberal, Campos opõe o patrimônio social e moral derivado da *personalidade*.

O que ele sugere para resolver essa situação de conflito entre duas formas tão díspares de política, que representam as duas forças históricas da República, é a idéia americanista de conciliação. Como já foi visto acima, a conciliação se dá na resolução do conflito entre Hamilton e Jefferson. Mas a questão, na Primeira República, é se essa conciliação, esse caminho do meio entre despotismo e anarquia, que foi o expediente apreendido da história da América do Norte pode ser, no caso brasileiro, uma solução eqüidistante. Agravados "*entre nós os inconvenientes do federalismo radical*", cria-se, com a República, uma política ineficaz e fraca, pequena, em relação às dimensões continentais de um espírito nacional que deve ser formado (Campos, 1940b: 9). Já nesse texto, um antiliberalismo embrionário desponta da sua crítica aos direitos, segundo a qual eles estimulariam a decadência moral dos Estados, pelo estímulo ao princípio de igualdade. Assim, subjaz à grande resposta do texto — que é o governo dos legistas —, a necessidade de zelar pela tradição, através da criação do espírito nacional, da autoridade. Apesar da argumentação de oposições apontar para uma dialética aparentemente equilibrada entre democracia liberal e autoridade nacional, entre a prática política da República e o espírito do Império, é com este último que Campos se alia no plano das idéias.

O texto tenta demonstrar que a democracia liberal é um mal necessário, uma armadilha da história a ser encarada com a naturalidade daqueles fatos políticos universais. Resta ao homem de ação, ao espírito fiel às tradições da monarquia, representado por Afonso Pena, interferir no novo tempo com suas virtudes, restabelecendo a ordem pedida. Campos considera a virtude cristalizada na ordem imperial como o elemento que permite a passagem do Império para a República, sem uma ruptura maior do que a própria mudança de regime político. A ordem imperial presente na República é o elemento que evita o rompimento histórico e concilia, conserva a tradição do passado nas novas instituições. A democracia liberal é esse movimento prenhe de energia vital, impulsionando a sociedade e as instituições para um novo tempo. Já a autoridade herdada do Império tem a responsabilidade de reprimir os "*excessos do temperamento democrático*". O objetivo do autor é atrelar à modernidade democrática a conservação da tradição e dos valores nacionais, vindos do império. O realismo de Campos é, desde cedo, o realismo dos feitos heróicos, numa clara preferência ao governo dos sábios ou iniciados do que ao governo exclusivo das leis.

> O "grande homem" forjado no Império, visto como "patrimônio" institucional e nacional, é o que procura o autor como "símbolo humanista que é a base de todas as criações sociais" (Campos, 1940b: 12).

A República reclama a tutela do passado. Campos deixa claro, entretanto, que a atuação das forças do Império não pode relacionar-se de forma passiva com a nova situação política. O Império deve organizar a república. Todo movimento de agitação e instabilidade da República, fundado nos princípios da democracia liberal é, para ele, uma ruptura com a tradição da unidade harmônica do poder. Sempre que há essa solução de continuidade, as anomalias democráticas eclodem: "suspensões periódicas do funcionamento constitucional", "*crises de opinião*", "*múltiplos imperialismos locais*", *"a mais larga corrupção administrativa que se conhece"*. Descolado do passado, o horizonte de expectativa da democracia liberal é o despotismo ou a anarquia. É o espaço de experiência do passado que garante a possibilidade de o presente republicano esperar um futuro que se faça presente, transmudado em expectativa.

A SOCIOLOGIA DAS MASSAS E A CONFIGURAÇÃO CONSTITUCIONAL DO ESTADO NOVO

A interpretação realizada na parte anterior aponta para um autor que poderia ser classificado, não sem certa dificuldade, como "*autoritário*". A crítica de Francisco Campos à democracia liberal, o seu clamor pela autoridade nacional, o recurso à tradição dos legistas, todos estes fatores o aproximam de uma avaliação conservadora da Primeira República. É uma crítica que ataca a fragmentação do poder político pelo reforço da autoridade do Estado. A preocupação com as massas e a tensão temporal entre passado e futuro são idéias originais em relação às quais a classificação realizada pela tradição dos intérpretes brasileiros do "*autoritarismo*" torna-se problemática. Existe, para Campos, no texto *Democracia e unidade nacional*, uma clara, embora incipiente, função estatal: a condução das massas por elementos irracionais. Assim, um dos objetivos desta parte é estabelecer em que medida é possível manter a classificação de autoritário. O outro é saber se ele, autor do arranjo constitucional que orienta a organização jurídica do regime estadonovista, pode ser considerado original em sua proposta de um constitucionalismo cesarista e plebiscitário de massas.

Uma nova filosofia da história: a ruptura entre passado e futuro

Campos constrói o argumento da necessidade de um *Estado antiliberal* tendo como premissa básica o anacronismo das instituições da democracia liberal frente a uma sociedade de massas. É a partir desse ponto que a interpretação de Campos pode ser remetida com mais facilidade à tradição intelectual antiliberal, cujo representante máximo é o jurista alemão Carl Schmitt. No Estado Novo — e, especialmente em Campos —, o problema a ser resolvido era a organização do Brasil para um novo tempo: talvez um tema menos político do que metafísico. Na procura de uma compreensão dos alicerces filosóficos da visão de mundo campiana, para além do texto *Democracia e Unidade nacional*, o seu escrito mais relevante, com certeza o mais complexo, é pronunciado no salão da Escola de Bellas Artes, em 28 de setembro de 1935. Denominado *A Política e o nosso tempo*, será publicado na abertura do seu livro *O Estado Nacional: sua estrutura e seu conteúdo ideológico* (1940). Neste discurso aparece o alargamento da questão do tempo histórico e de sua relação com o passado, quase uma continuação do seu argumento desenvolvido na década de 1910. Há um ponto claro de aproximação: lá, Campos defendia a necessidade de o novo tempo ser tutelado pela tradição, já que a sua incapacidade de lidar com as mudanças vertiginosas da revolução democrática implicava a impossibilidade de se identificar normas de ação e de organização; aqui, a transformação do mundo contemporâneo não é acompanhada *pari passu* por uma mudança da representação intelectual que os homens fazem dele. Assim, fica patente a incompreensão estrutural gerada por uma distinta dinâmica temporal. Nessa situação, a realidade não é mais alcançada por nenhum sistema interpretativo válido e reconhecido. Apesar disso, subsiste a presença do passado, numa tentativa inócua de dar sentido ao que é inédito e inapreensível pelos modelos racionais de inteligibilidade. O passado não consegue, contudo, penetrar no tempo presente e este último se isola, não desenvolvendo uma imediata autoconsciência. Como no discurso de 1910, o presente continua sem substância espiritual identificável. A tensão do texto de Campos deriva desta indefinição. É o que chama de aspecto trágico das épocas de transição:

> "O que chamamos época de transição é exatamente esta época profundamente trágica em que se torna agudo o conflito entre as formas tradicionais do nosso espírito, aquelas em que fomos educados e de cujo ângulo tomamos a nossa perspectiva sobre o mundo, e as formas inéditas sob as quais os acontecimentos apresentam a sua configuração desconcertante." (Campos, 1940a: 5)

Se os homens precisam adaptar-se aos novos tempos, ainda estão realizando uma hermenêutica do mundo ancorada no passado: é a receita da catástrofe. Esse descompasso é sentido pelo autor como uma violência. A mudança epocal, em primeiro lugar, ocorre "*sem nenhuma atenção para com as nossas idéias e os nossos desejos*". A educação tradicional, relacionada a um mundo composto por ordem e hierarquia, não é capaz de antecipar de que forma o homem pode comportar-se ante a nova realidade. O mundo muda num sentido estranho para as gerações já educadas ou em processo de formação. Ao mesmo tempo, é orientado por uma razão que não comporta os contornos da educação tradicional. A conseqüência desse primeiro conjunto de observações é que torna-se necessário "*adaptar o homem ao ambiente espiritual do nosso tempo*".

A adaptação surge como um processo contínuo — tende ao infinito —, onde o núcleo é simplesmente formal (o movimento, momento em que a educação passa a ser *"para o que der e vier"*).

Ela se dá em oposição ao acúmulo de valores que vai se organizando por um determinado sistema, como no modelo de educação anterior, que detinha um caráter material (Campos, 1940a: 3-7).

Assim, uma dimensão distinta do problema temporal colocado no texto de 1910 pode ser aqui apontada. O passado não figura mais em sua função de opor resistência às inconstâncias de um presente sem rumo político definível. A aceleração do tempo elidiu a capacidade de oposição e de organização, pertencente à função de racionalização da política de cunho liberal. Predominam, sem limites, na configuração do que seja o espaço do político, *"a irracionalidade e o sentimento da mudança"*. Eis aí a matéria sobre a qual deverá se erguer o novo edifício político-constitucional.

A crítica das instituições liberais e a necessidade de emocionalização da política

Para o autor, não é possível identificar o Estado como pólo ativo no qual esteja concentrada exclusivamente a idéia de integração ou de organização política. O objetivo de Campos é outro: estabelecer os motivos de instabilidade das instituições políticas de cunho democrático-liberal e, em especial, o declínio atual do sistema parlamentar, em face da aparição sociológica do fenômeno das massas. A filosofia da história tecida por ele em seu discurso caminha para o estabelecimento do mito como instrumento mobilizável para uma finalidade qualquer, seja ela revolucionária, religiosa, política etc. Um símbolo que emerge no discurso de Campos é o da personalidade como o mito político mais denso e mais compacto, o mito político por excelência (Campos, 1940a: 15). Assim, a idéia de organização é menos importante que o processo de reconfiguração da dinâmica política, que passa a depender de elementos que descentralizam o sentido racional ou tradicional-estamental da idéia de autoridade. Nesses termos, ele não está fazendo teoria política normativa, mas sociologia política das massas. A idéia de autoridade pode ser lida, inclusive, como puramente moral. Seu objetivo é reintegrar o mundo de sentido, como é o caso da exortação por uma cruzada que o autor realiza anos depois em *A Atualidade de D. Quixote* (1948).7

7 Em Atualidade de D. Quixote (Campos, 1951), a relação entre D. Quixote e Sancho Pança é lida como um processo tradicional de civilização a ser utilizado em oposição à dissipação cultural contemporânea. A cultura decaída desta sociedade é personificada no anti-heroísmo de Hamlet e Fausto. O objetivo do texto é a perscrutação de uma metáfora do desespero moderno — a relação entre o "potencial emotivo do homem contemporâneo", representado pela passividade de Sancho Pança, e a força simbólica, a expressividade emblemática de uma vontade transformada em decisão na figura de D. Quixote. Esse desespero representa uma crise emocional cuja origem é a falta de um catalisador autêntico, tanto para substituir "o vazio da ausência divina", quanto para evitar "o abuso moral, a

Esta nota continua na página seguinte

Como para o autor brasileiro, a superação da compreensão política tradicional significa, para Carl Schmitt, a *emocionalização* de seus conceitos. A justificativa mais ou menos racional para a utilização da força, no espaço social, foi substituída contemporaneamente por uma nova fé no instinto e na intuição. Esta fé elimina a possibilidade de se confiar nos encaminhamentos políticos de uma deliberação racional de natureza parlamentar (Schmitt, 1994a: 12). No seu livro *A Situação histórico-espiritual do parlamentarismo contemporâneo* (1923) Schmitt argumenta que, com o surgimento das democracias de massa em meados do século XIX, o sistema representativo instituído através do Parlamento tornou-se incapaz de produzir legitimidade. A representação parlamentar tornou-se incapaz de gerar um governo estável, ou de assegurar a viabilidade concreta da democracia representativa, derivada da relação entre eleitores e parlamentares (*Cf.* Schmitt, 1996b). Inicialmente, ele mostra que o direito de voto proporcional inaugura o princípio segundo o qual os parlamentares representam todo o povo. Eles se submetem, no momento das decisões políticas, às suas próprias consciências, e não a um prévio acordo com seus eleitores mais próximos. Este fato suprime, em última análise, a legitimidade histórica e de princípio de um sistema intelectualmente construído para estabelecer o vínculo direto — agora impossível — entre eleitor e parlamentar. Este vínculo, de aparente natureza ideal, objetiva "realizar a identidade entre o Estado e o povo", mas esbarra na organização do sistema eleitoral, inadequado para fazer valer uma vontade popular concreta, não manipulável, nem parcial ou elitista (*Idem*: 22-35).

Para Schmitt, a democracia indireta transforma-se, neste contexto, em algo indistinto do sistema parlamentar. O apelo à razão como centro decisório significa, da mesma forma, a submissão a uma lógica que violenta a individualidade concreta. A razão submete-se à unidade e à centralização política e religiosa da vida, articulada pela Ilustração e pela racionalidade da democracia moderna. Schmitt já indica qual é o sentido dessa crítica. Primeiramente uma crítica ao *racionalismo absoluto* e ao seu desdobramento em ditadura da razão. Em segundo lugar, um estudo do mito como fundamento para uma doutrina da decisão ativa direta contra o *racionalismo relativo* da discussão pública e do parlamentarismo (Schmitt, 1994a: 13). Schmitt entende ser válida a possibilidade de identificar a vontade popular concreta através da manifestação simples e imediata da massa através da aclamação popular (*Zuruf, acclamatio*) ou por obra de um indivíduo que encarne esta vontade (Schmitt, 1996b: 6-7; 35). O autor se vincula, assim, ao cesarismo como forma política por excelência. Forma de Estado ditatorial centrada na figura mítica do Líder. Este último necessita se legitimar pela ação emocional (irracional) das massas e intenta resolver "*por cima*" as tensões sociais em movimento.

O problema levantado por Campos no texto *A Política e o nosso tempo* é idêntico e vai radicar na composição constitucional do Estado Novo: a compreensão de que a política contemporânea é de massas e, portanto, deve configurar-se para as massas. A multidão, característica central do tempo histórico sob análise não representa, desta forma, um indício de que o autor esteja compreendendo a sociedade a partir de uma *visão corporativa*. Não se está falando, aqui, de classes intermediárias, organizações sindicais ou de caráter corporativo como sujeitos atuantes na definição do processo político-representativo de regulação das relações sociais, seja antiliberal ou democrático-liberal. Este modelo corporativo é o de Oliveira Vianna e aparece em Campos somente nos seus escritos de propaganda do Estado Novo. Nesses textos "*oficiais*", Campos objetiva compor a sua sociologia das massas com a necessidade de constitucionalização da relação capital-trabalho, tal como ela fôra encaminhada por Vargas desde a Revolução de 30. Já no texto em exegese, a operacionalização da política deve levar em consideração, para o estabelecimento de uma estrutura capaz de render efeitos político-sociais concretos, o fenômeno sociológico da sociedade de massas:

"É possível hoje, com efeito, e é o que acontece, transformar a tranqüila opinião pública do século passado em um estado de delírio ou de alucinação coletiva, mediante os instrumentos de propagação, de intensificação e de contágio de emoções, tornados possíveis, precisamente graças ao progresso que nos deu a imprensa de grande tiragem, a radiodifusão, o cinema, os recentes processos de comunicação que conferem ao homem um dom aproximado ao da ubiqüidade, e, dentro em pouco, a televisão, tornando possível a nossa presença simultânea em diferentes pontos de espaço. Não é necessário o contato físico para que haja multidão. Durante toda a fase de campanha ou de propaganda política, toda a Nação é mobilizada em estado multitudinário." (Campos, 1940a: 25)

As massas não são uma entidade capaz de classificação compartimentada e hierárquica, pois não são passíveis de decomposição. Não são nem um ente propriamente coletivo, já que uma das conseqüências do progresso técnico é exatamente a possibilidade do controle mediatizado. Nesse sentido, a massa não se forma de modo espontâneo, nem pode ser direcionada a partir de um conjunto de proposições políticas de caráter racional. A distinção entre multidão e massa está no fato de que a multidão é um aglomerado informe de pessoas que não pode ser mobilizado racionalmente. A massa, por sua vez, é o estado em que se encontra a multidão quando mobilizada pelo mito. A opinião que se constitui através desse processo não é capaz de manifestar-se politicamente "sobre a substância de nenhuma questão. Ela toma simplesmente seu partido, e por motivos tão remotos ou estranhos a qualquer nexo lógico ou reflexivo, que se torna ininteligível ou irredutível a termos de razão o processo das suas inferências" (Campos, 1940a: 25).

Liberalismo X democracia: o racionalismo derrotado pela emergência das massas

---

degradação maquiavélica da inteligência que se propõe secretariar as massas para, traindo-as, conduzi-las ao aprisco de César". Nesse D. Quixote, uma solução política — a revitalização das instituições naquilo que condensam de apelo emocional e ritualístico — é elevada ao status de cruzada e a autoridade evocada pelo vulto quixotesco é a não menos emblemática figura do Papa.

Para o autor, a revelação dos verdadeiros processos pelos quais atua a democracia vinculada ao liberalismo é o princípio do fim dessa fusão. Numa sociedade de massas — argumenta —, a democracia não consegue operar pelos instrumentos e instituições legados pela tradição liberal. Vaticina que para "as decisões políticas uma sala de parlamento tem hoje a mesma importância que uma sala de museu". Este modelo "*feminino*" de organizar o processo político através da "persuasão sofística" não suporta a estrutura econômica que se amplia e se densifica, revelando sua irracionalidade inerente e o seu "*caráter trágico*". Este progressivo afastar da ideologia liberal acaba, então, por substituir o artifício "*intelectualista*" pelo processo democrático-ditatorial da vontade. Isso leva os regimes democráticos a se tornarem *imunes* à discussão como instrumento de decisão política. A tese de Campos é que "*a crise do liberalismo no seio da democracia é que suscitou os regimes totalitários, e não estes aquela crise*." A democracia pode, então, permanecer preservada se o processo de representação realizar-se por qualquer meio válido não-liberal, como, por exemplo, a aclamação plebiscitária, como visto acima em Schmitt (Campos, 1940a).

À oposição entre liberalismo e democracia, Campos submete o impressionismo literário da relação entre o império da razão representado por Ariel e a sensualidade e torpeza das massas, identificadas na figura de Caliban. Antecipa a relação entre D. Quixote e Sancho Pança, que mobilizará anos depois para representar a mesma oposição entre civilização e barbárie. Ariel e Caliban estão na peça *A Tempestade* (1611), de William Shakespeare, e são retratados por Ernest Renan, em seu livro *Caliban* (1878) como representantes do embate e da vitória das massas ignorantes da democracia igualitária e material sobre a cultura do governo aristocrático dos sábios. Próspero, personagem shakespeareano que, em tese, representaria a civilização e a conversão final de Caliban pela razão, é derrotado por ele na continuação de Renan. Escrevendo sob impacto da Comuna de Paris, Renan considera necessária a formação de uma elite cultural para o enfrentamento das massas irracionais em ebulição, especificamente as localizadas nas colônias da Europa (Retamar, 1989: 9).

O que Campos vislumbra como destino do clima histórico das massas, como destino de Caliban, é o recrudescimento das tensões sociais. Isto revelaria a incapacidade da tentativa liberal de racionalização do processo político. Ele aponta para o surgimento de um "*novo ciclo de cultura*", que se coloca para a humanidade indicando a percepção de que a contemporaneidade enfrenta o desafio de uma nova forma espiritual. Seguindo, como Schmitt, um diagnóstico da formação do desenvolvimento cultural de épocas espirituais diversas — que remonta a Comte —, Campos identifica pelo menos duas fases anteriores de integração política: pela fé "*nas épocas de religião*" e pela razão (Campos, 1940a: 14). O caráter técnico da ação política numa sociedade de massas é intrínseco. Sua utilização corriqueira no serviço de interesses irracionais só se clarifica quando a mobilização das massas torna-se um problema logístico. Assim, as grandes tensões políticas evocadas pelo clima das massas "não se deixam resolver em termos intelectuais, nem em polêmica de idéias. O seu processo dialético não obedece às regras do jogo parlamentar e desconhece as premissas racionalistas do liberalismo". Nesse novo momento espiritual, o seu controle é o objetivo do embate. Isto se dá especialmente quando as massas predominam e passam a desempenhar um papel fundamental na arena política. No processo de mobilização das massas, a integração política pelas forças irracionais é total, porque, segundo Campos, o absoluto é uma categoria arcaica do espírito humano. A política transforma-se, desta maneira, em teologia. Não há formas relativas de integração política, e o homem pertence, alma e corpo, à Nação, ao Estado, ao partido. Isto equivale a dizer que as formas políticas de integração parcial, como a política democrática da deliberação parlamentar, pela sua fraqueza e incompletude acabam, necessariamente, dando lugar a um modelo de democracia dissociado do liberalismo: a ditadura. Nesse sentido, o constitucionalismo liberal traz, dentro de si, os germens do regime ditatorial:

> "As decisões políticas fundamentais são declaradas tabu e integralmente subtraídas ao princípio da livre discussão. O sistema constitucional é dotado de um novo dogma, que consiste em pressupor acima da constituição escrita uma constituição não escrita, na qual se contém a regra fundamental de que os direitos de liberdade são concedidos sob a reserva de se não envolverem no seu exercício os dogmas básicos ou as decisões constitucionais relativas à substância do regime." (Campos, 1940a: 21)

A dogmatização da dinâmica política, característica da democracia sob as massas, significa a exterioridade de assentimento e conformidade sobre um sistema decisório moldado à imagem e semelhança das teologias políticas antiliberais. O resultado do funcionamento histórico da dinâmica liberal sob uma situação de predominância das massas é que a sua existência força uma "*brusca mutação*" em direção às técnicas do Estado totalitário. Na verdade, Campos informa que, dada a ascensão da sociedade de massas, a democracia não pode ficar limitada aos procedimentos forenses de deliberação liberal. A polarização dos conflitos políticos, sua exacerbação, retira do parlamento e das instituições liberais a força de persuasão. A democracia, como procedimento de legitimação das decisões políticas fundamentais, divorcia-se do liberalismo. O baixo profundo de Caliban, isto é, a manifestação das forças irracionais, do caráter trágico e da configuração "demoníaca" do estilo das massas, emerge. A delicadeza da sofística liberal chega ao fim: Ariel é vencido. A democracia, destituída de sua capa liberal pela dinâmica da sociedade de massas, assume o aspecto de um "sistema monista de integração política" através da imputação das decisões fundamentais a um centro de vontade cujo caráter irracional equivale ao processo decisionista ditatorial (Campos, 1940a: 19-24).

A união entre democracia e ditadura: a nova juridicidade das sociedades de massa

Campos opera a mesma integração lógica entre ditadura e democracia que Schmitt — no seu livro *A ditadura* (1921) —, realiza alguns anos antes. Afasta a vinculação necessária entre liberalismo e democracia. Na sua definição do conceito de Ditadura, Schmitt refunda a discussão sobre a representação a partir de um viés técnico-jurídico. Ele não

considera relevante o problema de identificar como a ditadura funciona de fato, mas como é possível remeter este funcionamento a uma legitimação formal. Procura justificar tecnicamente a divisão entre normas jurídicas e normas de realização do direito, segundo sua famosa proposição:

> "Que toda ditadura contém uma exceção a uma norma não significa que seja uma negação causal de uma norma qualquer. A dialética interna do conceito repousa no fato de que a norma, cujo comando na realidade histórico-política deve ser assegurado pela ditadura, é negada. Entre o comando da norma a realizar e o método de sua realização pode, portanto, existir uma oposição. Aqui reside a essência jurídico-filosófica da ditadura, a saber, a possibilidade geral de uma separação das normas de direito das normas de realização do direito." (Schmitt, 1994a: XVII)

Estas normas de realização do direito, que dão forma política e jurídica à ditadura, necessitam sustentar-se como representações formais sem dependerem do benefício prático que porventura possam trazer para o ordenamento jurídico do qual emanam. Necessitam, para serem legítimas, de uma correspondente *apresentação normativa* que as façam valer por si mesmas, enquanto regras de direito. Em *primeiro lugar*, uma ditadura realiza-se suspendendo o funcionamento normal de uma norma jurídica. A partir da operacionalização de procedimentos garante, num futuro predeterminado, que aquela norma volte a funcionar com eficácia. A ditadura é, nessa argumentação de Schmitt, um meio concreto previsto pelo direito para, em suspendendo determinadas regras jurídicas, operar a realização de outras, ou do direito como um todo. A ditadura solicita, portanto, uma previsão constitucional o que, na concepção desse autor, significa a sua legitimação. Em *segundo lugar*, sua finalidade imediata não é meramente prática — o que redundaria em uma zona de anomia —, mas a realização do direito, isto é, no processo de seu funcionamento, deve portar a juridicidade que a legitima. Para ele não se justifica um suposto direito natural, ou seja, uma ruptura (com o direito) fundada em princípios de justiça — ou o que quer que seja —, localizados para além do ordenamento jurídico positivo. O conceito de ditadura schmittiano é constitucional, antiliberal e, portanto, previsto no ordenamento jurídico.

É esse o motivo pelo qual a Constituição de 1937 deve ser considerada um elemento central na interpretação das instituições jurídicas do Estado Novo. Mesmo se se considera que a sua existência representou apenas um pretexto para o golpe de Estado que manteve Vargas no poder, não se pode deixar de reconhecer o papel de legitimação operado pela Constituição. Esse papel pode ser visto seja no processo de endurecimento do regime, seja por orientar a produção do corpo legislativo necessário à institucionalização do processo de modernização. Esse argumento é cristalino no texto de Campos: a falência política do liberalismo e a necessidade do distanciamento da forma política democrática das instituições liberais se estabelecem no século XX. Isto acontece dada a multiplicação do irracionalismo produzida pelas conquistas da ciência e da técnica. A técnica opera, segundo ele, uma ressacralização da política e a sua inscrição definitiva num tempo em que a irracionalidade é constitutiva da configuração do poder político. Não é por outro motivo que, na Constituição de 1937, o instituto do plebiscito é o instrumento central de legitimação democrática do regime. Para Campos,

> "As massas encontram-se sob a fascinação da personalidade carismática. Esta é o centro da integração política. Quanto mais volumosas e ativas as massas, tanto mais a integração política só se torna possível mediante o ditado de uma vontade pessoal. O regime político das massas é o da ditadura. A única forma natural de expressão da vontade das massas é o plebiscito, isto é, voto-aclamação, apelo, antes do que a escolha." (Campos, 1940a: 16)

Esse diagnóstico é obviamente marcado pela forma político-constitucional antiliberal. Contém um modelo de organização política que, além de prever a centralização do poder, tem um caráter mobilizador. O perfil sociológico do antiliberalismo não funciona a partir de uma comunidade solidária e ao mesmo tempo informe, capaz de ser moldada em qualquer direção. Não se pode considerar que o modelo de Estado que subjaz no discurso campiano é ainda o Estado tutelar de sua fase da Primeira República. Seu ponto também não é a manutenção, pela desmobilização, de uma *"demarcação jurídica e burocrática entre Estado e Sociedade"*, como sustenta Bolívar Lamounier no seu conceituado artigo *Formação de um pensamento político autoritário na primeira república: uma interpretação* (1978). Se a aparição do César é uma ligação direta entre as massas e o mito político fundamental, não há necessidade de intermediários. Esse diagnóstico é uma admoestação negativa dos destinos sombrios da humanidade. Campos não lamenta a existência da sociedade de massas. Procura entendê-la e adaptar-se a ela, o que significa o reconhecimento da mobilização organizada como uma conseqüência da irracionalidade: as massas são a matéria bruta capaz de corporificar a força política para o enfrentamento político propriamente dito. Isso permite questionar Lamounier quando, por exemplo, discorre sobre as filiações teóricas de Campos:"

> A opção pelo Rechstaat (sic.) [Estado de Direito], pelo ideal de ordenação jurídica consagrado pelo constitucionalismo liberal, mas desta vez contra o liberalismo político." (Lamounier, 1997: 369)

Lamounier somente alude ao fato de que existe no autor um *liberalismo instrumental*. Esta utilização interessada de instituições liberais para fins políticos específicos não significa uma *opção pelo ideal de ordenação jurídica liberal*, contra o liberalismo político. O constitucionalismo liberal tem como finalidade a implantação de instituições liberais que o materializam socialmente. Quando Campos se refere ao processo de atribuição de sentido — que na contemporaneidade só se dá pelo mito —, não está recorrendo a nenhuma instituição liberal, muito menos a um suposto *Estado de Direito*, como sugere Lamounier. Tanto em Campos como em Schmitt não se materializa, numa hipotética Constituição, nenhuma das instituições que garantem um procedimento político fundado em princípios liberais. Em decorrência do constitucionalismo antiliberal de Schmitt, a sociedade ocidental ficou, inclusive, à mercê das ditaduras.

O conceito puro de democracia que orienta a construção constitucional de ambos os autores é a democracia substantiva ou substancial. Ela se opõe ao conceito de democracia formal ou procedimental do liberalismo. No conceito de

democracia substancial, já como Ministro do Estado Novo, Campos usa a *Teoria da Constituição* (1928) de Schmitt como fonte, eventualmente citada em outros escritos. Em diálogo não assumido, ele demonstra compreender a distinção entre dois modelos constitucionais, entre duas estruturas institucionais que não se confundem: as estruturas democráticas substantivas (antiliberais) e as democráticas formais (liberais). Ele demarca o conceito de democracia substantiva que passa a informar a composição constitucional do Estado Novo. Na entrevista *Problemas do Brasil e soluções do regime* (1938), explica que

> "A essência da democracia reside em que o Estado é constituído pela vontade daqueles que se acham submetidos ao mesmo Estado: reside na vontade do povo, como declara, logo de início, a atual Constituição. A afirmação de que o Estado é produzido pela vontade popular não implica a conclusão de que o sufrágio universal seja um sistema necessário de escolha, nem a de que o Presidente da República deva exercer o seu cargo por um curto período de tempo, não podendo ser reeleito. É absurdo tirar de uma noção meramente formal de democracia conclusões que a prática repele. Os meios pelos quais a vontade popular se pode fazer sentir têm de ser estabelecidos de acordo com a realidade social e não com os ensinamentos meramente dialéticos." (Campos, 1940d: 75)

Vincular-se a uma democracia procedimental como a liberal significa, para Campos, organizar a sociedade através de uma democracia de meios, puramente técnica. Outra coisa é pensar a ordem social tendo como base uma democracia de fins, ligada precipuamente ao conteúdo a ser realizado. Se o mesmo autor, em 1935, sustenta a irracionalidade da técnica e considera que a democracia liberal e suas instituições não são adequadas a uma sociedade de massas, não há que se falar em *Estado de Direito* em sua obra. A democracia substancial, como estabelecida por Carl Schmitt em seu livro *Teoria da Constituição*, funda-se na idéia de um povo situado concretamente no tempo e no espaço — comunidade *nacional* — capaz de manifestar politicamente a sua vontade, é uma concepção que destoa da fórmula universalista e racional do liberalismo (Galli, 1996: 538). Também a forma do exercício democrático, na visão de Schmitt, distingue-se da democracia liberal. As democracias contemporâneas deveriam se basear na homogeneidade substancial (que diferencia nacionais de estrangeiros, por exemplo) e não na idéia de humanidade universal: a igualdade absoluta dos direitos políticos é inviável por desprezar as individualidades, as diferenças naturais, as desigualdades de fato e a própria substância da identidade nacional, fundada nestes elementos. As democracias contemporâneas devem se realizar, para esses autores, através do processo de representação política direta, ou seja, pela aclamação do líder, processo esse de natureza intrinsecamente irracional. A democracia formal, por outro lado, diz respeito à representação indireta. Obedece a um número de procedimentos e de instituições que intermedeiam a relação política entre o povo e o Estado, garantindo formalmente a liberdade de manifestação, a partidarização, a pluralidade ideológica etc. A democracia substancial representa a legitimação principiológica do cesarismo, da mobilização social irracional destituída de controles formais, ou seja, é contrária a procedimentos que pretendam garantir racionalidade ao processo político. Assim, não há nada mais distante do pensamento campiano que uma "*opção pelo Rechsstaat*".

O Estado Novo teve uma Constituição, ou seja, recorreu à forma jurídica, mas ela não se sustentava, nem teórica nem instrumentalmente, em instituições de corte liberal. O *Estado de Direito* pressupõe divisão de poderes, representação parlamentar, sufrágio, garantias individuais, limitações constitucionais ao poder político, concentração da atividade legislativa no Poder Legislativo — e não no Poder Executivo — além de limitações formais e substanciais à decretação e permanência do estado de sítio, por exemplo. Nenhum desses institutos, no seu caráter estritamente liberal, pode ser encontrado na Constituição escrita por Campos. Logo, nem o Estado Novo sustenta-se juridicamente enquanto um *Estado de Direito*, nem ele, como autor com ideal de um ordenamento jurídico consagrado pelo constitucionalismo liberal.

Em termos jurídicos, a utilização da Constituição como instrumento de legitimação da ditadura significa o deslocamento da função legislativa para a burocracia do Poder Executivo. Segundo a doutrina schmittiana, muito próxima no Brasil não só dos escritos de Campos, mas também de Oliveira Vianna, o princípio democrático-formal das maiorias (princípio da legalidade) é substituído pela atuação democrático-substancial do Estado burocrático-administrativo executor. Este se funda na legitimidade da autorização plebiscitária ou nas cláusulas que prevêem a excepcionalidade de seu funcionamento (princípio da legitimidade). Conforme o autor alemão, ao poder executivo caberá, em variadas situações, ser o executor da Constituição, mas, igualmente, o legislador extraordinário. Isto ocorrerá nos casos de valores excepcionalmente ameaçados em uma situação de desordem, com o fito de proteger conteúdos definidos pelo texto constitucional por ações concretas de natureza excepcional.

Quando a Constituição passa a cumprir funções de natureza material, garante a realização de valores. Ela sobrepõe a natureza transitória da vontade parlamentar, tradicionalmente constituída por maiorias momentâneas e vinculada à estrutura puramente formal da lei. Laborando como poder excepcional, o executivo pode legislar através de procedimento administrativo. A generalidade da lei passou a ser — sob a influência teórica de Schmitt — a única forma de expressão do Parlamento, sob a configuração de *princípios gerais do direito*. Esse movimento deslocou para a burocracia administrativa a regulação dos casos concretos e transformou o Poder Executivo em gestor da livre concorrência e em legislador de fato da ordem econômica e social. Para Franz Neumann, a Constituição alemã de Weimar, sob esse influxo interpretativo, viu renascer disfarçadamente um *"direito natural que passa então a exercer funções contra-revolucionárias"* (1957b: 47; 52-3). O autor resume as conseqüências dessa delegação legislativa indicando que

> "O período de 1918 a 1932 foi caracterizado pela quase universal aceitação da doutrina da escola do "direito livre", pela destruição da racionalidade e calculabilidade do direito, pela restrição do sistema de contratos, pelo triunfo da idéia do comando sobre aquela do contrato e pela prevalência dos "princípios gerais" sobre normas jurídicas genuínas. Os "princípios gerais" transformaram todo o sistema legal. Mas a sua dependência numa ordem de valores extra-legal nega a

> racionalidade formal, gerando uma imensa quantidade de poder discricionário para o juiz e eliminando a linha de divisão entre o Judiciário e o Executivo, de modo que as decisões administrativas — isto é, decisões políticas — tomam a forma de decisões de cortes civis ordinárias." (Neumann, 1957b: 44-5)

No caso brasileiro, a gênese do modelo constitucional que deu forma ao Estado Novo é bem identificada por Campos no texto *Diretrizes do Estado nacional*. Publicado em novembro de 1937, no mês de instalação formal do regime, o documento explicita os princípios da nova ordem política. Considerando a Constituição de 1934 como restauração da política das oligarquias, o autor reconhece a *coesão* como o benefício proporcionado pela legislação social, na Revolução de 1930. Corrompido pelas velhas práticas políticas, o ideal revolucionário só poderia se realizar pela alteração das instituições. A crítica ao localismo oligárquico toma a forma da censura à existência de partidos (Campos, 1940c: 41). A "*democracia de partidos*", como o diz, é demagógica por excelência e demanda o reforço da autoridade executiva. Para o autor, que robustece a sua crítica ao Parlamento e à democracia liberal, os elementos a se destacar, nessa nova Constituição, são: o reconhecimento da delegação do Poder Legislativo para o Executivo, a incorporação do direito ao trabalho e à educação, a restrição do poder de decisão dos juízes da Corte Constitucional, as práticas plebiscitárias, a ampliação da burocracia e o regime corporativo como antídoto ao liberalismo e ao marxismo (*Idem*, *ibidem*).

Sustentando que a delegação legislativa ao Executivo representa a superação de uma concepção individualista e negativa do Estado, Campos estabelece a diferença conceitual entre política e técnica legislativa. Enquanto o Parlamento deveria cuidar politicamente dos fatos mais relevantes da vida nacional através da legislação, a administração pública, pelo seu poder regulamentar e na expedição de Decretos-Leis organizaria, tecnicamente, os detalhes do cotidiano. O autor aproveita-se, desta forma, não só de uma estrutura teórica já utilizada por um conjunto de constituições européias da época, como a realizará na Constituição de 1937, compondo-a com instrumentos constitucionais delimitadores do modelo de Estado antiliberal.

Conseqüência do tipo de sociedade de massas, o Leviatã campiano funciona através de uma democracia antiliberal, do mito do César. Os argumentos de Campos circulam em torno das transformações políticas do início do século XX e das críticas aos fundamentos e ao sistema político do liberalismo. Isto define uma proximidade intelectual com alguns conceitos-chave do pensamento conservador europeu, já presentes em seu texto de 1910. Mais especificamente, ao próprio diagnóstico que Schmitt desenvolve, ainda naquela década, acerca das limitações e aporias do modelo político liberal. Esta avaliação é contígua àquela que o autor mineiro irá desembainhar às vésperas do golpe ditatorial de Getúlio Vargas. Reconhecido como articulador central do Estado Novo, Campos proporá uma estrutura constitucional que dará amparo à situação política esperada (para uma República em que a dúvida era a escolha entre integralismo ou "*autoritarismo*", no combate à política liberal e ao perigo comunista) (Iglesias, 1993: 246 e ss.). Autor exclusivo da Constituição de 1937, Campos tem em vista um Estado comandado pelo poder executivo, de inspiração constitucional antiliberal. Dada a eclosão das massas, o controle social e político deve passar, necessariamente, pela construção de uma dinâmica destituída da feminilidade do parlamentarismo. Deve ser instrumentalizada pelas técnicas irracionalistas do mito. No que respeita à sintonia fina entre perspectiva teórica e atuação política, o autor colocar-se-á como mentor de um modelo de Estado não simplesmente autoritário, mas de um Estado antiliberal, plebiscitário e de massas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. (1972), *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo, Perspectiva, [1954].

BONAVIDES, Paulo. (1979), "Francisco Campos – o antiliberal". In: CAMPOS, Francisco. *Discursos parlamentares*. Seleção e Introdução de Paulo Bonavides. Brasília, Câmara dos Deputados, pp. ix-xix.

BRASIL, (2001), "Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937". In: PORTO, Walter Costa. *Constituições Brasileiras*: 1937. Brasília, Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos.

CAMPOS, Francisco. (1940a), "A Política e o nosso tempo". In: _____. *O Estado nacional: sua estructura, seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro, José Olympio, [1935], pp. 1-32.

_____. (1951), *Atualidade de D. Quixote*. Prefácio Abgar Renault. Belo Horizonte, Publicações da Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais, [1948].

_____. (1940b), "Democracia e unidade nacional". In: _____. *Antecipações à reforma política*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, [191?], pp. 3-13.

_____. (1940c), "Directrizes do Estado nacional". In: _____. *O Estado nacional: sua estructura, seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro, José Olympio, [1937], pp. 33-68.

_____. (1940d), "Problemas do Brasil e soluções do regime". In: _____. *O Estado nacional: sua estructura, seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro, José Olympio, [1938], pp. 69-109.

CUNHA, Euclides da. (1966), "Contrastes e confrontos". In: COUTINHO, Afrânio. *Euclides da Cunha* – Obra completa. Rio de Janeiro, Aguilar, vol. 1, pp. 103-219.

FAORO, Raimundo. (2000), *Os Donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol. 2. 10ª ed. São Paulo, Globo/Publifolha.

GALLI, Carlo. (1996). *Genealogia della politica*: Carl Schmitt e la crisi del pensiero politico moderno. Bologna, Il Mulino.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. (1952), "The Federalist". *In*: HUTCHINS, Robert Maynard (Ed.). American State papers; The Federalist; J. S. Mill. Chicago/London/Toronto, Encyclopaedia Britannica, INC., pp.29-266.

IGLÉSIAS, Francisco. (1993), Trajetória política do Brasil: 1500-1964. São Paulo, Companhia das Letras.
JEFFERSON, Thomas. (1952), "The Declaration of Independence". In: HUTCHINS, Robert Maynard (Ed.). *American State papers*; *The Federalist; J. S. Mill*. Chicago/London/Toronto, Encyclopaedia Britannica, INC., pp. 1-28.
LAMOUNIER, Bolívar. (1997), "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação". In: PINHEIRO, Paulo Sérgio *et all* (Orgs.). *O Brasil republicano, volume 2: sociedade e instituições (1889-1930)*. 5ª edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, pp. 345-374.
LEITE, Mauro Renault; JÚNIOR, Novelli (Org.). (1983), *Marechal Eurico Gaspar Dutra: o dever da verdade.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
LOEWENSTEIN, Karl. (1942), *Brazil under Vargas*. New York, The Macmillan Company.
MEDEIROS, Jarbas. (1978) *Ideologia autoritária no Brasil, 1930/1945*. Prefácio de Raymundo Faoro. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas.
NEUMANN, Franz. (1957a), "Notes on the theory of dictatorship". In: NEUMANN, Franz. *The Democratic and the authoritarian State: essays in political and legal theory*. New York/London, The Free Press/Collier-Macmillan Company, pp. 233-256.
_____. (1957b), "The Change in the Function of Law in Modern Society". *In:* NEUMANN, Franz. *The Democratic and the authoritarian State: essays in political and legal theory*. New York/London: The Free Press/Collier-Macmillan Company, pp. 22-68.
RETAMAR, Roberto Fernández. (1989), *Caliban and other essays*. Translated by Edward Baker. Minneapolis, University of Minnesota Press.
SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1974), "A Práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa". In: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. (1978), *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, pp. 65-117.
SCHWARTZMAN, Simon. (1983), *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília, CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília.
SCHMITT, Carl. (1996a), "Das Zeitalter der Neutralisierungen und Entpolitisierungen". In: _____. (1996), *Der Begriff des politischen*: text von 1932 mit einem Vorwort und drei Corollarien. Berlin, Duncker & Humblot, [1932], pp. 79-95.
_____. (1994a) *Die Diktatur*: Von der Anfängen des modernen Souveränitätsgedankens bis zum proletarischen Klassenkampf. Berlin: Duncker & Humblot.
. (1996b), *Die Geistesgeschichtliche Lage des heutigen Parlamentarismus*. Berlin, Duncker & Humblot, (reimpressão da Segunda edição, de 1926).
. (1994b), "Die politische Theorie des Mythus". In: SCHMITT, Carl. *Positionen und Begriffe: im Kampf mit Weimar—Genf—Versailles 1923-1939*. Dritte Auflage. Berlin, Duncker & Humblot, pp. 11-21.. (1993), *Verfassunglehre*. Berlin, Duncker & Humblot, [1928].
SOREL, Georges. (1992), *Reflexões sobre a violência*. Tradução Paulo Neves. São Paulo, Martins Fontes
TORRES, Alberto. (1978a), *O Problema nacional brasileiro*. 3ª ed. Brasília, Companhia Editora Nacional.
_____. (1978b), *Organização nacional*. Brasília, Companhia Editora Nacional.
VIANNA, Francisco José Oliveira. (1939), *O Idealismo da Constituição*. 2ª edição aumentada. São Paulo/Rio de Janeiro/Recife/Porto-Alegre, Companhia Editora Nacional.
_____. (1938), *Problemas de Direito Corporativo*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora.

*Poder Local, Política e Cidadania**

Moacir Palmeira
Museu Nacional (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
moapalm@gmail.com

Resumo: Os estudos de poder local e política local estão amarrados a uma espécie de dilema entre a afirmação da sua especificidade face a um poder maior, ou a uma política englobadora, e a negação radical de qualquer especificidade. Formulações intermediárias, como aqueles que substituem "política local" por "política a nível local" ou os estudos que pensam numa sociologia do poder local como "o estudo da distribuição do poder nas coletividades locais" parecem-nos também não fugir ao impasse. Todos eles parecem partilhar a crença de que, quer se trate de poder central ou de poder local, de política nacional ou de política municipal, é o mesmo poder e a mesma política que estão em jogo. O exercício que nos propomos a fazer, com base em pesquisas feitas nas regiões nordeste e sul do Brasil e em trabalhos feitos por outros cientistas sociais em áreas diversas, vai em outra direção, sugerindo que: 1) não há isonomia entre "política nacional" e "política local"; 2) a "política local" não é "local", ainda que se cristalize, em suas formas mais típicas em situações que podem ser definidas como "locais"; 3) a complexidade das relações de que se faz essa "política local" não é menor do que aquela da política "nacional"; 4) as definições sociais de poder, num caso e noutro, não são as mesmas; 5) isso tem conseqüências para se pensar a formulação de políticas públicas e para a discussão de questões como a da descentralização.

Introdução

Quando nos perguntamos sobre o que está em jogo numa eleição municipal, há várias respostas possíveis, das mais estritamente formais (o cumprimento de uma determinação constitucional) até as considerações de ordem mais estratégica, sobre possíveis conseqüências de seus resultados sobre eleições futuras estaduais ou federais. Um outro caminho que pode

ser buscado na resposta a essa questão - até agora pouco explorado - passa pela consideração do modo como a população envolvida concebe e vive essa eleição.

Longe da falta de importância que lhe é atribuída por um certo senso comum intelectual, as eleições municipais sempre tiveram grande importância na história no Brasil. Maria Isaura Pereira de Queiroz lembra que a escolha dos vereadores era um momento privilegiado na sociabilidade colonial. Estudos mais recentes (Palmeira e Heredia, 1995) mostram a identificação que é feita em municípios do interior brasileiro (e desconfio que não apenas neles), nos dias que correm, entre eleições e política, o período eleitoral sendo concebido como o tempo da política. Trata-se de período que, para além dos resultados eleitorais, é decisivo no realinhamento social dessas populações. Numa situação em que mais do que os partidos pesam as facções, em que o voto não é, via de regra, uma escolha individual mas um empreendimento familiar de "*localização social*", as eleições são o pretexto para a redefinição de pertencimentos e a definição de fidelidades. Se isso é verdadeiro para toda e qualquer eleição - e toda e qualquer eleição, ao mesmo tempo que envolve disputa é concebida como festa - vale especialmente para as eleições municipais, que representam uma espécie de matriz para as demais. As eleições para cargos estaduais e federais tendem a funcionar nos municípios pequenos e médios (e aqui me parece que funciona mais o tamanho do que o ser rural ou urbano) como uma forma de referendo das divisões sociais e da distribuição de poder operada pelas eleições municipais.

Para podermos entender essa distância entre a realidade das representações e das práticas que fazem a política municipal e não somente as prescrições legais nacionais mas sobretudo o nosso senso comum intelectual - o nosso senso de realidade - sem cairmos na atribuição de exotismos à política paroquial ou na negação de qualquer especificidade à política local, é necessário fazer a crítica de alguns dos pressupostos que têm presidido às análises da "*política local*" e do "*poder local*". Penso na própria contraposição, geograficamente reificada, entre o que é e o que não é local. Creio que há mais na contraposição entre "*política local*" e "*política nacional*" do que as fronteiras entre a aldeia e a nação. Pesquisas empíricas feitas no Brasil sugerem a pertinência para boa parte da atividade política em nosso país - e não apenas para a política que se faz nos municípios - da afirmação de um grupo de antropólogos e cientistas políticos que estudaram o Sudeste Asiático de que é a própria associação entre política e grupo (qualquer que seja a sua extensão) que precisa ser questionada no caso dos "*países em desenvolvimento*".

> Segundo eles "as relações pessoais desempenham uma parte mais importante na organização da atividade política do que os grupos organizados com base em afinidades de classe, profissão ou ideologia" (Landé, 1977:xiii). Não se trata simplesmente de contrapor relações informais a relações formais, as primeiras ocupando uma posição intersticial ou suplementar face às relações "corporadas", mas de ver como certas relações fundadas na reciprocidade, geradoras de obrigações entre pessoas, se articulam com as relações institucionais, vinculadas ao exercício de papéis sociais preexistentes, e como ambas se influenciam mutuamente, sem perder de vista, para efeitos de análise, a linha divisória que as separa.

Essas relações pessoais podem dispor-se simplesmente em redes sociais, mas podem dar lugar a comunidades, onde o forte sentimento de pertencer está associado à luta por ser igual, ou, nos termos de um autor que estudou aldeias européias (Bailey, 1971:3) onde "*a pequena política da vida cotidiana de cada um está referida a reputações, a ter um 'bom nome', a evitar a desqualificação social". Essas comunidades não se confundem com a aldeia, existindo também nas fábricas ou nos bairros das grandes metrópoles e mesmo nos parlamentos. Assim, tanto quanto a "grande política" (a política definida oficialmente como tal) está presente na última das aldeias, através da imposição legal do voto para a eleição dos dirigentes locais, na exigência do cumprimento de certos procedimentos legais para a efetivação dessa escolha; a "política da reputação"* não se circunscreve às pequenas localidades, mas atravessa toda a sociedade. Se ela é particularmente intensa naquelas localidades é porque, como lembra Bailey,

> "a importância da reputação de alguém diminui quando a intensidade da interação também diminui".

A consideração dessa espécie de "*dualidade*" da política, feita de relações institucionais e de relações pessoais em todos os seus níveis, do local ao nacional, fornece-nos uma chave para o entendimento da percepção que têm populações do interior do Brasil do que seja a política. Sem fazer qualquer corte entre modalidades de política, elas pensam a política, de modo aparentemente, mas só aparentemente, incoerente, como algo externo e temporário mas feita da mesma matéria de que é feito o seu cotidiano, isto é, de trocas pessoais, em especial da troca de favores.

A luta por ser igual que, segundo Bailey, caracterizaria a "*pequena política*", por caminho oposto ao da competição do mercado, é capaz de gerar desigualdades, dentro dos limites das pequenas comunidades, equivalentes às provocadas por aquela num âmbito mais largo. No caso das trocas pessoais, feitas das doações desinteressadas, o desequilíbrio no dar e receber pode separar credores e devedores e, se isso não ocorre, é por conta da censura difusa exercida pela comunidade sobre cada um dos seus membros. Numa sociedade que fosse feita de comunidades desse tipo, o controle seria absoluto. Quando essas comunidades existem dentro de uma sociedade hierarquizada, ou, como em nosso caso, de uma sociedade de classes, o que ocorre é, a par da censura, uma exclusão automática "para cima" dos doadores rebeldes, que passam a ser identificados a uma outra classe ou a um outro mundo social. Na realidade, por conta das múltiplas dimensões da vida social, essa exclusão é relativa. O mais freqüente, nas áreas rurais brasileiras é, a exemplo de tantos outros lugares, encontrarmos grandes doadores dentro das comunidades operando no limite da "*exclusão para cima*", i. e., de ter o poder acumulado pelos favores prestados e não retribuídos a muitos identificado com o poder institucional dos políticos. Não é acidental que os políticos estabelecidos busquem entre esses prestadores de favores (pela quantidade de pessoas que vinculam) os seus "*cabos eleitorais*" e os seus candidatos a vereador e que as comunidades resistam a "*perder*" esses seus membros (Heredia, 1996).

Se fazer favores gera poder, fazer política (e, na concepção corrente, quem faz política tem poder) significa fazer favores numa escala que extrapola o grupo de "iguais", que foge, portanto, ao controle da comunidade, que gera redes de desiguais. Investir na política, do ponto de vista dos que fazem parte dessas comunidades, significa algo como desinvestir-se de seus próprios poderes.

Externalidade da política não é o mesmo que impessoalidade. Se o mundo da política é visto como *"pouco conhecido"*, *"de fora"* e identificado a uma entidade de difícil definição, o "*governo*", isso não quer dizer que ele seja pensado como impessoal mas sim feito de relacionamentos pessoais entre homens extraordinários, "pessoas de conhecimento", o que significa simultaneamente terem instrução, saberem "onde estão as coisas", conhecerem as leis, serem conhecidos e terem conhecidos em muitos lugares, e sobretudo serem donos de um certo saber fazer, que os distingue das demais pessoas, que os capacita a gerirem conflitos de toda espécie. Se ser portador desses atributos já implica ter poder, qualifica-os também para fazerem mais e maiores favores, tornando-se ainda mais poderosos. Diante deles, mesmo os eleitores (i.e., todos os que não são políticos) que gozam de uma condição social ou econômica considerada boa se auto-designam como "*os de baixo*". As relações entre os políticos são relações de amizade ou inimizade suspeitadas mais do que afirmadas, pois "só sabe dos segredos deles quem está lá dentro", que revelam atributos ou comportamentos de alguns que contrariam o código moral que prevalece entre os "*de baixo*" - de determinado político (um prefeito) dizia-se que demorava horas no banho; de outro, que dormia até tarde; de um candidato derrotado, contava-se, ironizando o seu insucesso, que "*gostava muito da família*" (não saía de casa para fazer campanha) - ou acentuam qualidades de outros - "*trabalha muito, quase não dorme; mal o dia aparece, já está de pé"; "caminha o dia todo se informando da situação do povo"* e assim por diante - que vão configurando imagens de certa durabilidade.

Por ser externa, por não atravessar no dia a dia o fluxo das ações e interações que fazem o cotidiano das pessoas, a política precisa ser, de algum modo, visível. Se no caso dos favores entre pessoas comuns, basta a palavra; se no caso dos serviços ou favores prestados por cabos eleitorais ou vereadores, a palavra deve fazer-se acompanhar da presença física (um vereador que trabalha mas não aparece pode desqualificar-se diante da comunidade, que se pode sentir "*desprezada*"); no caso dos políticos plenos (prefeitos, para ficarmos nos limites do município), a distância e a escala tornam indispensável que sua ação se objetive em obras. A obra abre a possibilidade do favor dirigido a toda uma coletividade (o que alguns autores chamam de "*patronagem pública*"), singularizando o político face ao grande doador não político. Mas, sobretudo, a obra é a face pública da política, ao revelar o uso que é feito dos recursos públicos e ao assinalar, para qualquer entendedor, a presença óbvia da política, como transparece no diálogo que presenciei dentro de uma família às vésperas de uma eleição municipal em Pernambuco:

> Filho (dirigindo-se ao pai que saía de casa): - Vai fazer política?
>
> Pai: - Não. O Secretário (O Secretário de Agricultura do estado, que se encontrava no município) vai inaugurar umas obras (leia-se: e eu vou acompanhá-lo).
>
> Filho: - Oxente! E não é política?
>
> Mãe (complementando com um resmungo): - Não é política mesmo...!?

Se aos especialistas, que são os políticos, é dada a possibilidade de fazer política, i.e., favores e obras todo o tempo; para a comunidade como um todo, há um tempo certo para a política, o "*tempo da política*", a "*época da política*" ou simplesmente "*a política*", identificada ao período eleitoral. Isso porque a política divide e, para conjurar essa ameaça, é necessário circunscrevê-la no tempo, como uma interrupção do cotidiano, em que a divisão é necessária para ordenar. Quando se diz que "*política é festa*" não se está simplesmente assinalando o lado festivo das atividades próprias desse período, em que as disputas são dramatizadas de modo quase teatral, mas também indicando que é a própria política

(a relação nós-eles, em vários níveis - comunidade/políticos; facção a/facção

b, etc.) que está sendo comemorada. Não é casual que nesse período multipliquem-se os favores e avolumem-se as obras. Como também não é casual que, durante esse tempo da política, mais importantes do que as próprias obras sejam as inaugurações de obras.

Mas, a "*externalidade*" *da política "replica*", de certo modo, a oposição entre local e nacional. Quando o que está em jogo não são, como num ideal campo de disputas democrático, grupos que, defrontando-se e conformando-se na elaboração de seus interesses, disputam o poder, mas sim a regulação das relações de partes de uma sociedade com um poder localizado fora dela, o que há é a elaboração de uma distância que, em torno de um líder, produz facções, quase-grupos que se enfrentam no tempo da política, onde a política é identificada com a própria disputa. Fora do tempo da política, a política se confunde com a atividade política da facção dominante, e só em condições excepcionais (uma transição mal feita do tempo da política ao cotidiano ou paralelismo de poderes) o termo se refere à luta entre lideranças de facções antagônicas, como pode ser atestado, a cada passo, em fórmulas verbais como "isso foi naquela política de Fulano de Tal", *"eu não sou da política dele"*, "*a política do município é comandada por seu Beltrano*" ou "*o sindicato não se mete em política*" (aqui para dizer que um sindicato de trabalhadores rurais que intervém diretamente na política não tem compromissos com a facção no poder). A facção que assume o controle de um município - sintomaticamente identificada pelas demais e auto-referida como "*situação*"- é, de modo quase automático, associada à política institucional, à política "*externa*" e legítima, ao "*governo*" (entidade que corporifica o poder externo), e as demais postas na posição residual de "oposição". Sua pretensão não é propriamente representar a comunidade, mas ser reconhecida pelos de fora e projetar-se para dentro como se fosse toda a

comunidade. Para transformar em realidade a sua pretensão, é preciso anular a facção adversária, neutralizando sua eficácia, monopolizando as funções assistenciais e assim diminuindo a capacidade de doar dos inimigos, cooptando, através de empregos ou cargos na administração, parte de seus membros, ou usando a violência física ou simbólica contra suas lideranças.

Sub-produto do faccionalismo é o "*espírito governista*" que Victor Nunes Leal, há mais de cinqüenta anos, dizia ser a *"a marca dominante dessa mentalidade municipal"* (Leal, 1975 (1949): 38) que, paradoxalmente, seria reforçado nas últimas décadas por formas de intervenção mais direta do Estado. A multiplicação de órgãos públicos federais e estaduais nos municípios durante o período militar, sem que se tenham alterado os critérios de provimento dos postos a eles vinculados, viria a criar uma situação curiosa. Em municípios como o que estudamos, tornaram-se freqüentes nos últimos anos - e para isso devem ter contribuído também o desgaste do poder político "*tradicional*" e o efeito desagregrador exercido pelas eleições não casadas - situações de dissociação política entre os que controlam a máquina político-administrativa estadual e aquela do município, fazendo com que os tradicionais enfrentamentos situação-oposição cedessem lugar a certo paralelismo de poder. A vitória de um partido oposicionista deixou de significar necessariamente sucessão no poder. Como o poder local passou apoiar-se sobre dispositivos não meramente locais, tão importante quanto ter cargos na prefeitura é ocupar cargos estaduais ou federais no município (nas delegacias ou departamento de secretarias estaduais ou ministérios federais; na coordenação de programas de desenvolvimento, etc.), para os quais continuam sendo indicados, pelos procedimentos de sempre, políticos "*locais*", que, a partir deles, continuarão distribuindo favores e realizando obras. Na disputa que se estabelece, ambos os lados batem na tecla da necessidade de harmonia (para que o seu poder seja completo), ao mesmo tempo que cultivam a divisão (sem a qual, dentro da lógica faccional que continua a dominar o processo político, seriam engolidos pelo adversário no poder), agora com a "*vantagem*" de que a arma da acusação de mau uso dos recursos públicos deixou de ser privilégio da oposição.

O "*governismo*" foi reforçado e, hoje em dia, pelo menos nas áreas que estudamos, já não se manifesta apenas nas conhecidas adesões pós-eleitorais de políticos derrotados à nova "*situação*", que foi o que chamou a atenção de Victor Nunes Leal, mas está incorporado ao senso comum das pessoas, como transparece - em situações que incluem desde as conversas mais informais até os discursos públicos de políticos - em verbalizações diversas. Como tradução de um certo saber herdado, quando um camponês afirma: "*Meu pai sempre disse: vote com o governo*". Como uma consideração de ordem lógico-pragmática, como vi expresso por membros de diferentes categorias sociais: "*O que vai fazer um prefeito contra o governo?"* ou "Mas tem que reconhecer que um prefeito sem o apoio do governo (estadual) quase nada pode fazer". Como expressão do pragmatismo político de um especialista que, lamentando a derrota de um candidato a vereador seu aliado, explica-a pelo não uso da posição que ocupava no Funrural, preferindo fazer campanha fora da repartição, "dispersando o favor". Mas também como uma espécie de formulação doutrinária bastante difundida:

> "Tem que ser tudo de acordo" ou simplesmente, como afirmava o velho camponês que dizia seguir o conselho paterno, "Tem que haver uma ordem". Ou ainda, na formulação surpreendente de um militante petista, com uma sempre evocada participação nas greves do ABC paulista no final dos anos 70 e com experiência de campanhas que colocaram oposicionistas à frente de prefeituras no interior de Pernambuco:
>
> "Tem que haver uma harmonia entre prefeitura e governo estadual."

Onde política e poder são assim concebidos, é pelo menos problemática a associação entre voto e cidadania. Mesmo que o desinteresse da população pelas eleições, suposto por alguns estudiosos da política, não tenha consistência empírica e a regra seja o envolvimento ativo e às vezes apaixonado dos "*eleitores*" (definidos socialmente mais pelo envolvimento do que pelo título eleitoral) nas atividades que compõem o tempo da política - da exibição dos símbolos de seus candidatos à participação nas manifestações públicas do "*lado*"(facção) com que se identificam - e que portar um documento eleitoral, numa sociedade em que documentos significam reconhecimento social e lugar numa hierarquia, seja valorizado, o voto não é associado ao exercício de um direito individual, mas, como já foi notado, a uma sinalização de adesão a um "*lado*" da sociedade. Isso faz com que propostas de transformação social através do voto que trabalham com o suposto de que aquela associação é feita ou pode ser inculcada com facilidade na cabeça dos que votam, mesmo que possam ter um efeito pedagógico de longo prazo, enfrentem grandes dificuldades.

A circunscrição da política como atividade legítima de todos a um período determinado inibe as atividades políticas de grupo no cotidiano. A militância permanente - marca do trabalho político dos partidos de esquerda e, no passado, também de uma certa direita - e até mesmo a presença muito constante do político nas comunidades é vista com desconfiança. A política é identificada com divisão (ao contrário da família que simboliza a unidade) e, por isso, a atividade política constante é vista como uma ameaça à comunidade. Sem dúvida, aquele padrão de militância pode legitimar-se ao longo do tempo, mas trata-se de um processo difícil e de resultados incertos.

A não individualização dos eleitores tende a tornar inócuos os apelos à consciência individual. Um exemplo disso são os maus resultados das tentativas de políticos de esquerda ou organizações civis ou religiosas de, diante da "compra de votos", apelarem à consciência do eleitor, instando-o a não se deixar corromper ou, mais complicado ainda, sugerirem a este mesmo eleitor que, dada a carência material em que vive, aceite o dinheiro ou a cesta de alimentos e, na cabine eleitoral, vote de acordo com suas convicções. Se o apelo primeiro não costuma ser muito ouvido, a sugestão última acaba garantindo o voto no candidato que "compra votos": que convicção maior do que o imperativo moral internalizado de dar seu voto, e votando ser fiel e retribuir, a quem lhe ajuda?

Mas talvez a forma mais sutil de neutralização de iniciativas de mudança das práticas políticas nessas circunstâncias esteja dada na própria maleabilidade do "*modelo faccional*" que converte a seu favor qualquer tentativa de alterá-lo. Assim ocorre com as tentativas de alterá-lo através da denúncia de seus efeitos. A confiança do eleitor num político passa pela sua capacidade de prestar favores, de dar assistência, de beneficiar a comunidade, de cumprir as promessas feitas ou o que é entendido como promessa. Um discurso que denuncie a iniquidade dos favores atomizados, a discriminação social ou individual que pode engendrar, os privilégios que pode gerar, a necessidade de caminhos alternativos, etc. pode ser aceito com entusiasmo, indicando o conhecimento e o poder que capacitam o candidato como um político, capaz, portanto, de prestar mais e maiores favores, de assegurar mais benefícios para o município, e também de quem se cobrará mais o cumprimento das promessas feitas. Quanto mais ideológico e menos pessoal o discurso, mais forte a identificação pela população do candidato com a política na sua externalidade e no seu esoterismo. Um efeito, até certo ponto paradoxal, disso é fazer com que mesmo os candidatos mais identificados com o lugar sejam levados a adotar em suas campanhas uma retórica estranha ao linguajar cotidiano, próxima daquela dos "*candidatos ideológicos*", para serem identificados como políticos. E, no outro extremo, é uma cena comum os candidatos mais ideológicos queixarem-se de estar sendo obrigados a "*meter a mão no bolso*", isto é, para serem capazes de estabelecer vínculos com os eleitores terem que aceitar a "*lógica*" da doação e do favor.

Assim pode ocorrer também - e o último exemplo já nos aproxima desse campo - com as tentativas de enfrentar aquele "*modelo*" no plano, não do discurso, mas da prática. Um líder popular (e aqui penso na trajetória de líder sindical dos mais combativos da área canavieira de Pernambuco que entrou na política no final dos anos 80), que se faz reconhecer através da coordenação de grandes ações de massa, impessoais, de defesa dos trabalhadores, pode transformar-se, sem que dê conta, da noite para o dia, na esteira de uma votação expressiva, insuficiente para alçá-lo à prefeitura mas mais do que suficiente para anular o terceiro colocado, em chefe de uma facção política, passando a agregar ao seu redor uma parte grande dos derrotados. Neste caso, é o caráter não faccional de seu grupo, cuja existência independe de controlar a prefeitura por estar ancorado numa prática não política, a prática sindical, que vai permitir a sua permanência como líder político entre duas eleições e o aparecimento da nova facção, construída sobre relações pessoais como qualquer outra embora basicamente circunscrita a uma mesma classe social, que, aliando-se a algumas outras facções excluídas do governo local, vai fazê-lo prefeito do município quatro anos depois.

Mas, se o modelo faccional é um obstáculo a que partidos ou grupos políticos com propostas de transformação social, que tragam em seus fundamentos as noções de igualdade política e autonomia dos cidadãos, consigam assumir o poder político no município guardando a sua identidade, ele representa um obstáculo ainda maior à implementação desse tipo de proposta quando ocorre o sucesso eleitoral. Onde a prática política confunde-se com favores e obras, a idéia de política como *"ação de Estado"* ou como ação impessoal dos poderes públicos para atingir um determinado fim, associado ao bem estar da comunidade, é algo de difícil equacionamento, quase impensável. Uma prefeitura ou um prefeito de um pequeno município não implementa a "política" a ou b, mas simplesmente - e é isso que se espera dele - "*faz política*"

A tentativa de racionalização da administração municipal empreendida por um prefeito do sertão pernambucano, eleito em 1988, no bojo de um movimento popular contra doze anos de domínio da política municipal por um mesmo "*grupo*", serve bem para ilustrar este ponto. Querendo descentralizar o governo municipal, dividindo o trabalho entre secretarias e evitando as duplicações de funções, dirigiu a atividade de cada uma delas para um fim específico, colocando-se ele próprio na posição de um coordenador de ações. Circunscreveu as ações assistenciais, que eram a marca de administrações anteriores, a uma única delas, a "*Secretaria de Ação Social*", que, na melhor tradição republicana brasileira, entregou a sua esposa. Ao fim de dois anos de mandato, ele comentava bem humorado: *"O povo diz que ela é que é a prefeita"*. Seis anos depois, graças ao exercício intensivo e exclusivo das tarefas assistenciais, como que confirmando o poder premonitório da "*voz do povo*" ao identificar quem "*fazia política*", ela seria eleita prefeita do município, sucedendo ao sucessor do marido.

Onde se conseguiu implementar programas políticos efetivamente renovadores, isso foi possibilitado pela capacidade de certos grupos ou de certos líderes de capitalizarem a seu favor aquela maleabilidade do "modelo faccional". Assim, o mesmo discurso programático que serve como identificador dos políticos (medindo sua capacidade retórica e, através dela, sua familiaridade com a política que é o lugar da palavra, da palavra investida de autoridade) pode ser levado ao pé da letra, como promessa, e, em nome do cumprimento da palavra, da honra empenhada na palavra dita de público, ser levado à prática, fazendo tábula rasa dos favores pessoais. Se um tal programa se objetiva em obras, torna-se possível a dissociação entre as duas dimensões da política tal como concebida e vivida pela população, uma tornando-se a negação da outra. Essa contraposição esteve no centro de uma das experiências de investimento sindical na política que tenho acompanhado. No município do sertão de Pernambuco a que já me referi, foi em nome da palavra dada, que o prefeito eleito em 1992, pôde, ao longo do seu mandato, assumir uma postura radical de recusar-se a prestar favores individuais e a praticar o "*assistencialismo*" (distribuição em massa de alimentos ou outros bens) e cumprir um ousado programa de desenvolvimento de comunidades. Para a implementação desse programa, proposto pelo sindicato do município, foi criada uma secretaria de agricultura, entregue a um membro do "*grupo do sindicato*" (uma espécie de colegiado de dirigentes, ex-dirigentes e assessores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que atuava dentro da chamada Frente Popular do município), que recebia as demandas dos conselhos comunitários, implantados nos sítios, povoados e vilas, e as distribuía às demais secretarias, exercendo além das suas tarefas específicas, a de coordenar a ação do conjunto de secretarias. Uma peça central do programa eram as "*obras comunitárias*" - construção de barragens, passagens molhadas, silos, etc. - decididas pelas

comunidades, algumas das quais, depois de realizadas, tinham seu uso administrado pelo conselho comunitário. O impacto político, como era de se esperar, foi muito forte no município: o prefeito teve problemas com a Câmara de Vereadores - onde durante a maior parte do mandato não conseguiu maioria; com a facção que alijou do poder - contava-se que o deputado que a liderava dizia que "*conselho só de mãe e, assim mesmo, às vezes a gente não obedece*" e também perdeu aliados. A avaliação feita pelos adversários e por parte dos aliados que lhe continuavam fiéis era que estava sendo *"bom prefeito, mas mau político" ou que "estava fazendo muitas obras, mas a parte social deixava a desejar"*. Ao final do mandato, num município em que a população urbana é bem superior à rural e apesar das obras realizadas terem sido basicamente voltadas para a área rural, a aprovação de seu governo apontada pelas pesquisas era de mais de oitenta por cento da população. Note-se que a possibilidade de uma experiência como essa depende menos da decisão solitária de um líder do que do modo como são estabelecidas as alianças políticas antes e depois das eleições. O fato da articulação das diferentes "*forças políticas*" que se uniram em torno do candidato ter se dado em torno de um programa de governo - e não se ter estabelecido uma aliança na forma convencional dos acertos em torno de distribuição de cargos no governo ou coisas que tais, que se teria, como é feito habitualmente, atribuído um programa, rótulo prestigioso para um conglomerado de promessas eleitorais - seria decisivo. Não era simplesmente um programa de realizações para orientar o candidato na eventualidade de ser escolhido prefeito ou a formalização de um acordo com um grupo político específico. O programa passou pela aprovação de todos os partidos que compunham a Frente e foi levado a palanque pelo candidato a prefeito e por seus aliados, pautando o discurso daquele, que o definia como "*a nossa Bíblia*". Isso permitiu, vencidas as eleições, que o novo prefeito fizesse dele o instrumento de que se valeria para operar o "corte brusco" com o "*assistencialismo das administrações anteriores*", sendo absolutamente fiel aos valores "*tradicionais*". Pois, contra a lógica das doações e do favor, não se perfilava apenas um abstrato programa de governo, mas a palavra dada - e a palavra dada em público - por alguém que, se, como candidato, tinha autoridade, agora era "uma autoridade". E mais, era uma "*palavra dada*" que havia empenhado, junto com ela, a palavra de todos os que compartilhavam o mesmo palanque. Por essa razão, é que o prefeito respondia, ironicamente, às críticas que lhe eram endereçadas com uma pergunta*: "Estou ou não estou cumprindo o que prometi?"*.

Se na experiência que relatamos, as obras tiveram um peso decisivo, também as ambigüidades do favor, nesse e em outros casos, têm sido acionadas para "furar" o modelo faccional. Mostrar a associação entre favor e favoritismo, de difícil equacionamento em palanque, é uma possibilidade real quando se tem o poder. Uma ocasião privilegiada é o momento mesmo em que o poder é assumido, que, na lógica faccional, é o momento das "*perseguições*", de que o exemplo mais comum é a demissão de adversários ou de eleitores destes do corpo de funcionários da prefeitura. Não fazer "*perseguições*" sem cobrar adesões é algo surpreendente e é lido como uma manifestação de generosidade do governante. Se a isso se soma o corte das vantagens de uns poucos e, por exemplo, salários um pouco mais altos para todos, aumenta a credibilidade pública dos que estão começando a gerir o município.

Outros procedimentos têm também sido utilizados para a neutralização da política do favor. Em um município do agreste onde um sindicalista de expressão nacional conquistou a prefeitura, o redirecionamento dos favores pessoais tem tido um papel decisivo na ruptura do modo estabelecido de fazer política. Nesse caso, além da recusa do favor individual não excluir o tratamento cortês dos que os solicitam, houve a preocupação de garantir a obtenção por outras vias do bem ou serviço demandado, que não a doação do prefeito ou de algum intermediário: desempregados pedindo dinheiro, eram encaminhados às frentes de serviço; alguém sem recursos (e só sem recursos) querendo comprar remédios, encaminhado à farmácia comunitária; outros pedidos deveriam ser levados aos conselhos comunitários, mas sempre havendo um acompanhamento pessoal de um funcionário, de modo a garantir a obtenção pelo cidadão daquilo que era buscado. Há a preocupação constante dos que estão envolvidos nesse atendimento de mostrar que o que está sendo dado não é um favor, mas que se está assegurando um direito. Essa política eliminou os intermediários dessa atividade assistencial, geralmente vereadores, provocando também forte reação da parte deles. Mas a aprovação da maioria da população do município a esse modo de gestão está num patamar semelhante àquele de que tratamos anteriormente.

Não disponho de elementos para fazer avaliações mais amplas - sobretudo daqueles casos em que a implementação de experiências como essas seguiu uma via mais estritamente partidária. Mas olhando para as experiências em que o sindicato (e aqui, vale lembrar, estou pensando em municípios do interior e sindicatos de trabalhadores rurais) esteve diretamente envolvido, sou tentado a afirmar que o chegar-se a implementar uma dessas experiências de transformação política - que, às vezes lembram pequenas revoluções - tem a ver com o fato dessas organizações suprirem certos pressupostos da cidadania - em especial, a não internalização das noções de igualdade política e direitos individuais - com o acionamento de uma certa idéia de direito (garantias legais impessoais que têm), que lhes vêm de direitos coletivos reconhecidos e das lutas coletivas ou individuais para experimentá-los. Talvez mais que qualquer outro grupo, os sindicatos usem as leis - para implementar direitos daquele tipo e para defenderem-se de leis outras que dificultam a sua existência. Essa familiaridade garante a essas corporações de trabalhadores uma entrada singular no mundo da política. Se essas características corporativas e impessoais da sua prática tornam extremamente difícil a transformação de seu poder numérico em voto; quando tal sucesso ocorre, pela continuidade que lhe é garantida por seu caráter corporativo, pela familiaridade com o mundo da burocracia, pela experiência de pensar ex-officio, em termos de políticas públicas ou de medidas não individualizadas, têm um peso relativo maior do que as redes ou quase-grupos (de permanência precária e sem capacidade propositiva) que são as facções e sub-facções na composição dos governos municipais, às vezes assumindo funções que tradicionalmente seriam dos bacharéis ou de outro letrados ligados às classes dominantes.

Nos últimos quarenta anos, os sindicatos e algumas outras organizações com perfil próximo abriram uma espécie de brecha na dominação tradicional. Não cabendo por inteiro nos limites das comunidades rurais, por serem parte de uma articulação maior, portadores de regras impessoais e testemunhos de uma outra maneira de recortar a realidade que não aquela prevalecente antes de seu aparecimento, contribuíram, às vezes por sua mera presença, para o reconhecimento de novas posições sociais e para a elaboração de novas identidades sociais, ao mesmo tempo que tornaram mais complexo o "*trabalho de dominação*" dos dominadores tradicionais e tornaram-se, eles próprios, núcleos de poder paralelos (Comerford, 1998). Um poder que, nos últimos dez anos, vêm tentando transferir para a política. Essa transferência é complicada porque não há transitividade entre o poder sindical e o poder político; seus fundamentos são diversos. No caso do primeiro, mesmo quando estão em jogo lideranças unipessoais, elas não anulam a idéia de classe e a noção de igualdade entre seus membros, que faz com que, ao contrário de situações como algumas que apontamos, um trabalhador da comunidade x ou do sindicato, se escolhido pela comunidade ou pelo sindicato, não seja perdido para a comunidade, mantendo-se, contra o esquema tradicional, continuidade entre as duas situações - "*se ele não fizer o que prometeu, nós vamos lá e pegamos no pé dele*". Para os trabalhadores rurais, a imagem talvez mais comum do sindicato é aquela da "*casa do trabalhador na cidade*", um lugar onde o trabalhador se sente em liberdade. Um trabalhador da mata sul de Pernambuco formulou bem como é visto esse avanço do sindicato em direção à política. Referindo-se à candidatura do presidente do seu sindicato a prefeito, de que se cogitava na época, ele dizia que ele só poderia sair do sindicato "para uma coisa maior (a prefeitura), porque aí a gente passa a ter mais liberdade. Vai ser mais um lugar para se ter liberdade. Com ele lá, a gente tem duas liberdades".

Parece-me uma ilusão substituirmos a utopia de uma grande mudança geral da sociedade, pela utopia de que serão essas e muitas outras mudanças moleculares desse tipo que vêm se dando por toda parte que farão ruir os alicerces da sociedade injusta em que vivemos. Neste plano, também é enganoso trabalharmos com a polaridade local-nacional. É preciso não esquecer que algumas dessas experiências foram asseguradas por mudanças "*nacionais*", como o novo papel atribuído ao município pela Constituição de 1988, que, entre outras coisas, garantiu-lhes a elaboração de suas próprias Leis Orgânicas e que algumas dessas experiências podem estar sendo impulsionadas ou, ao contrário, neutralizadas com a oficialização dos conselhos. O importante é que, nessas lutas moleculares, estão sendo experimentadas formas de ruptura com um modo de funcionamento da política que é tão velho quanto o Brasil oficial. Não são ataques externos, mas ataques internos e às vezes muito profundos, embora sem batalhas finais, porque não há vitórias definitivas e o sucesso dessas experiências também geram problemas a serem enfrentados, mas que ajudam a descobrir caminhos novos de enfrentamento, que não têm por que continuar sendo simplesmente locais.

> Se pensarmos a nossa experiência de democracia e construção da cidadania referidos à experiência européia, estamos ainda muito longe daquela revolução operada pelo sufrágio universal que faz Pierre Rosanvallon (1992:11) afirmar que "tornou-se para nós um fato evidente, um dado quase natural da vida em sociedade, que todos os indivíduos, quaisquer que sejam eles, têm um peso idêntico na decisão e na legitimação política".

Se quisermos pensar em termos mais universalistas, é preciso questionar esse suposto universalismo da experiência européia. Se mesmo ali as vias foram diversas, por que o caminho de sociedades como as nossas tem que ser o mesmo?

As experiências de participação popular - construídas por sindicatos e movimentos sociais podem exibir outras possibilidades históricas. Sobretudo, se tiverem presente que não são um começo absoluto, mas elos de uma cadeia de lutas de vários tipos. Se não fizerem tábula rasa do passado, perceberão elementos democráticos dentro da sociedade desigual em que vivemos, que poderão ser aprofundados. Um deles (em toda a sua ambigüidade) é o lugar social das eleições nos municípios e a paixão pelo voto a que nos referimos. Se isso está amarrado a uma lógica faccional, cumpre desfazer esse nó. E o que as experiências de renovação que estão acontecendo mostram é que há uma multiplicidade de caminhos que, se eventualmente embute descaminhos, mostra que os resultados do jogo não estão decididos a priori.

Referências bibliográficas

BAILEY, F. G.. 1971. Gifts and poison. In F.G. Bailey (ed.), Gifts and Poison: The Politics of Reputation. Oxford:Basil Blackwell.

COMERFORD, John. 1998. "Sindicatos, Sociabilidade e Poder: um estudo sobre trabalhadores rurais." Projeto de pesquisa. *Cadernos do NuAP*,número 2.

HEREDIA, Beatriz. l996. "Política, Família, Comunidade" in Moacir Palmeira e Marcio Goldman (orgs.), *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

GROSS, Daniel R. 1973. "Factionalism and Local Level Politics in Rural Brazil". *Journal of Anthropological Research,* XXIX(2):123-144.

LANDÉ, Carl H. 1977. "Introduction: The Dyadic Basis of Clientelism" in Steffen W. Schmidt et alii (orgs.), *Friends, Followers, and Factions: A Reader in Political Clientelism.* Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press. pp. xiii-xxxvii.

LEAL, Victor Nunes. 1975 (1949). *Coronelismo, Enxada e Voto* (*O Município e o Regime Representativo no Brasil*). São Paulo: Alfa-Ômega.

PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz. 1995. "Os Comícios e a Política de Facções". *Anuário Antropológico 94.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. 1969 (1957). O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros.

ROSANVALLON, Pierre. 1992. *Le Sacre du Pouvoir: histoire du suffrage universel en France*. Paris: NRF/Gallimard.
* As reflexões que faço neste artigo baseiam-se em pesquisa sobre "Concepções de Política e Ação Sindical", que, deste 1988, desenvolvo, juntamente com Beatriz Heredia (IFCS/UFRJ), em municípios do interior de Pernambuco e Rio Grande do Sul. As informações contidas neste texto referem-se àquele primeiro estado.

Mudar para não mudar: políticas públicas e pobreza no sertão semi-árido do Ceará - Brasil

Suely Salgueiro Chacon1

Resumo: O presente trabalho é resultado de pesquisas e vivências no Sertão Semi-árido do estado do Ceará, Nordeste do Brasil. Analisa de forma especifica a influência das políticas públicas para o alcance do desenvolvimento sustentável e para a diminuição da pobreza nessa região. Os resultados aqui apresentados demonstram que as políticas públicas historicamente têm um papel fundamental para o desenvolvimento das comunidades locais, pois estas são muito dependentes dos recursos públicos. Contudo, isto não significa que as políticas efetivamente implantadas tenham obtido sucesso. Pelo contrário, as comunidades do Sertão estão se esvaziando e empobrecendo e o objetivo de alcançar o desenvolvimento para essa região parece se perder em meio a uma profunda crise de auto-estima do sertanejo. Ao mesmo tempo, outra conclusão se associa a esta: o uso pelo discurso político dos preceitos relacionados ao desenvolvimento sustentável legitima ações públicas que mais se prestam a manter grupos no poder do que a promover de fato o esperado desenvolvimento. Ou seja, o poder se alimenta de novos conceitos, se veste de uma nova roupagem, mas perpetua velhas práticas que mantêm a população em estado de pobreza, dependência e exclusão. O poder muda para não mudar.

Palavras-chaves: Políticas públicas; Estado; pobreza; poder; desenvolvimento sustentável; Sertão Semi-árido do Brasil

INTRODUÇÃO

A região escolhida para a pesquisa aqui apresentada fica em um espaço de exclusão. Ao longo da história do Brasil a região Nordeste se colocou de forma dependente em relação a regiões de maior dinamismo econômico no país. As regiões mais ricas, por sua vez, alimentaram essa conveniente dependência, perpetuando a exclusão e a pobreza da população do Nordeste, notadamente no meio rural. O crescimento econômico recentemente experimentado pela região Nordeste acontece ainda no âmbito dessa lógica da dependência, não permitindo que se empreenda um real processo de desenvolvimento. E esse cenário, que já denota dificuldades, se torna mais grave quando voltamos nossa atenção para o interior dessa região, para o Sertão Semi-árido.

Toda a história do Sertão Semi-árido do Nordeste do Brasil é marcada pela interferência do Estado, comumente pautada no tema que é a espinha dorsal das políticas públicas para a região: a escassez de água devido às condições climáticas. ***A seca*** ajudou a justificar inúmeras ações governamentais, e todo um arcabouço econômico e político se cristalizou a partir desse fenômeno ambiental, o que condicionou historicamente as relações sociais nesse espaço. A *seca* é, nesse sentido, estruturante da vida social e política regional. E, por conta disso, é suscetível de ser apropriada como vetor de uma nova forma de perpetuar e "*regular*" as relações na região. O fato novo é que a seca é um elemento cabível no discurso ambiental, no âmbito do conceito de ***desenvolvimento sustentável***. Quando o mundo em geral, e o Brasil em particular, se inclinam diante do apelo ambientalista, a seca mais uma vez serve de base e fundamento para uma aclimatação do discurso político no Nordeste. Uma aparente mudança ocorre para que o ***poder*** não mude de mãos.

No momento que o conceito de desenvolvimento sustentável se fortifica e se insere cada vez mais no discurso político no Brasil, no que se refere ao Nordeste, a seca passa a ser tratada paulatinamente como um problema ecológico, mudando o enfoque secular das políticas públicas que viam a seca como uma calamidade natural sem solução. O discurso político fala agora de *convivência com a seca* e não mais de *combate à seca*, preconizando a necessidade da gestão dos recursos hídricos para a promoção do ***desenvolvimento sustentável***, e a diminuição da fome e da miséria no Sertão. Parece um pequeno detalhe, mas representa grande diferença. É um deslocamento paradigmático, da ótica da negação das características ecológicas da região, para um enfoque de aceitação. Isso é básico para uma efetiva "convivência" do homem com o seu meio ambiente.

E sobre essa forma de ver a relação do homem com seu meio no Sertão, a idéia de convivência com os fenômenos naturais significa um novo *status* que permite um tratamento mais adequado ao problema que marca toda a história do Sertão. Por outro lado, ao se apropriarem dos novos conceitos, os políticos e elites que detêm o poder passaram a usá-los indiscriminadamente. Mesmo com novos mecanismos de controle e com o incentivo à organização e participação da sociedade, aos poucos as práticas politiqueiras se adaptaram e foram forjadas novas formas de apropriação dos recursos financeiros destinados para projetos e programas que envolvem o alcance do desenvolvimento sustentável no Sertão.

Partindo dessas premissas, **o principal objetivo da pesquisa** aqui apresentada foi responder por quais motivos as políticas públicas não conseguem reverter o processo agudo de pobreza e exclusão social e promover um processo sustentável de desenvolvimento para o Sertão.

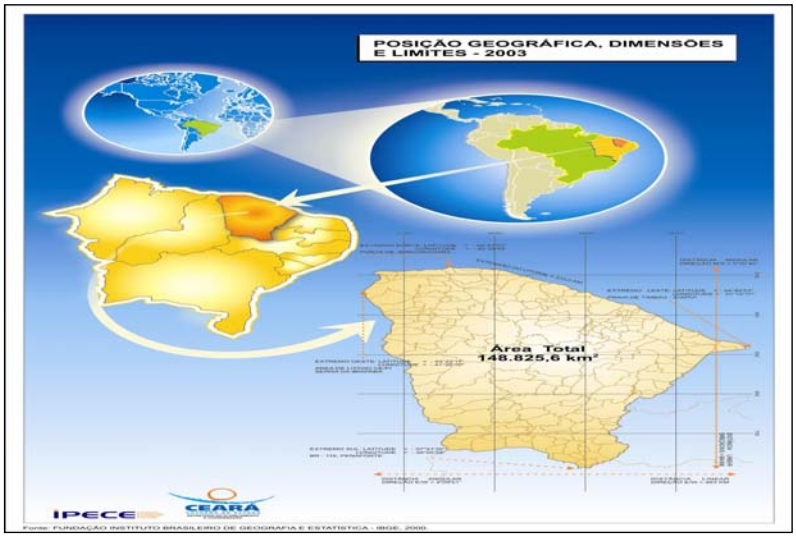
---

1 Economista. Mestre em Economia Rural. Doutora em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental. Professora e Pesquisadora da Universidade Federal do Ceará – UFC. Coordenadora do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação do Semi-Árido (CPPS) no Campus da UFC no Cariri. E-mails: suelychacon@ufc.br; suelychacon@gmail.com

O Sertão semi-árido do Ceará, situado no Nordeste do Brasil, foi o local escolhido para empreender a pesquisa. Ali os aspectos geográficos, climáticos, sociais, culturais, econômicos e políticos se apresentam em um cenário de pobreza e espoliação social, que agora se agrava com a crescente e contínua descaracterização cultural. A figura 1 situa geograficamente o local da pesquisa.

Figura 1

Mapa com a localização geográfica do estado do Ceará



Fonte: **IPECE, 2008**.

A pesquisa empírica focou a distância entre o discurso e a prática, e identificou os elementos que constituem as políticas voltadas para o Sertão e suas conseqüências para o sertanejo. Foram realizadas viagens aos Sertões do Ceará entre 2003 e 2008. Além da pesquisa de campo, dados secundários relativos ao espaço estudado e à população foram coletados e organizados de modo a auxiliarem na compreensão do quadro analítico da região pesquisada. Os dados secundários foram analisados em conjunto com os depoimentos colhidos e com as observações diretas da realidade estudada durante a pesquisa de campo. A perspectiva das análises parte do conceito de desenvolvimento sustentável e de suas dimensões (ambiental, social, econômica e política-institucional).

1 GOVERNOS, POLÍTICAS E DISCURSOS – ELEMENTOS PARA ENTENDER O DESENVOLVIMENTO DO CEARÁ

Um ponto que se destaca quando se trata de desenvolvimento é o papel do Estado. Se de uma maneira geral o Estado ocupa uma posição fundamental na implementação de políticas que viabilizem o desenvolvimento sustentável, no Sertão semi-árido esse papel é ainda mais importante. Sendo o Estado ainda o grande provedor de recursos, é também o grande responsável pelo alcance ou não de uma melhor qualidade de vida para o sertanejo.

O processo civilizatório vem sendo comandado pela racionalidade econômica, amparada pela ciência, que gera tecnologia e mais produção, pelo individualismo concorrente e pela subordinação aparente da natureza. Para regular essas relações, o sistema conta com o Estado e as políticas públicas. Particularmente em regiões de grande exclusão, onde as pessoas pouco sabem das nuances do mundo em que habitam, e menos ainda têm condições de acesso às riquezas geradas e aos novos conhecimentos, o Estado ainda é o grande indutor da mudança ou da permanência do atraso, e as políticas públicas são fortemente responsáveis pela reprodução ou pela superação do modelo de poder.

A ascensão do neoliberalismo no final dos anos 70 do século XX levou à exacerbação do poder do mercado, e à tentativa de dissolução da maioria das funções do Estado, determinando que este deveria ter agora uma participação mínima na economia, restringindo-se às suas funções sociais e à regulação dos serviços públicos que seriam privatizados (ANDERSON, 1995).

Essas premissas levadas a cabo por vários países mostraram-se inadequadas, mesmo para os países chamados "*desenvolvidos*", e especialmente para países como o Brasil, com um mercado desorganizado, altamente imperfeito, e carente de recursos financeiros externos para garantir os processos de crescimento econômico e desenvolvimento.

Nesses países, as políticas públicas são essenciais para garantir a adoção de medidas necessárias à reversão do quadro de crise ambiental e social. Além disso, o cenário econômico desfavorável e as bases políticas e institucionais ainda frágeis não permitem que se deixe a cargo das forças de mercado a geração das possíveis soluções para os problemas apresentados.

Particularizando para o Brasil a análise do papel do Estado como indutor de novas práticas sustentáveis, Bursztyn (1994) mostra que, do ponto de vista institucional, as políticas ambientais no Brasil são caracterizadas por alguns problemas básicos relativos à degeneração das instituições públicas, à cultura burocrática do aparelho do Estado, à fragilidade dos instrumentos e à carência de meios, e problemas de natureza política. Um levantamento rápido de como o Estado encaminhou

as questões ambientais nacionalmente atesta a fragilidade das instituições diante do poder político. Conforme a visão momentânea de um governo, as instituições são extintas, mutiladas ou modificadas, enfraquecendo a continuidade de políticas.

Nos países em desenvolvimento como o Brasil, o desenvolvimento sustentável chegou como um "novo dever de casa", imposto pelos organismos internacionais de financiamento do desenvolvimento, e passou a constar como base obrigatória para os planos de governo, sendo depois incorporado por todas as instâncias da sociedade. Inúmeros desdobramentos desse fato podem ser observados em todo o território nacional.

A pesquisa aqui apresentada destaca as conseqüências da implementação desse conceito nos projetos que têm como beneficiários os habitantes das comunidades carentes do Sertão do Ceará. Não é possível entender a atual realidade dessas localidades sem percorrer o caminho que levou até elas este conceito. E para isto é necessário compreender bem a própria construção política desse conceito, especialmente no Brasil.

A revisão da construção do conceito de desenvolvimento sustentável desemboca na formulação de parâmetros necessários para o alcance deste, o que promoveria o ataque direto à degradação ambiental e à pobreza, e garantiria a distribuição equânime dos resultados da evolução do homem, proporcionando uma qualidade de vida adequada para todos, sem distinção, e com respeito à diversidade cultural.

A adoção do conceito de *desenvolvimento sustentável* como algo positivo e necessário revolucionou a forma de gerenciar recursos em todo o mundo. Porém, esse conceito foi apropriado pelo discurso político como uma "fórmula mágica" que abre portas, consegue recursos e tudo justifica, legitimando e revestindo de modernidade o antigo jogo do poder que define as políticas, seja em termos de "governo mundial" ou nacional, ou em termos locais, nas mais recônditas localidades.

Promover o desenvolvimento sustentável "*virou moda*", e um discurso ou plano político para o desenvolvimento que não contivesse essa expressão, já nos anos 1990, não teria chance de ser levado adiante. Em seguida, foi o combate à pobreza e à exclusão social que se tornou a ordem do dia. O que também cabe como uma luva para o Sertão pobre.

Misturando tudo, proliferaram textos expressivos em diversas instâncias de poder. Contudo essas "cartas de intenções" de políticos, instituições, organizações e governos não têm se traduzido em melhorias verdadeiras e permanentes para a grande parte da população mundial. Pelo contrário, informações recorrentes atestam o aumento da pobreza, da fome, do desemprego, da violência e, o que é pior, da desesperança em todo mundo, especialmente para os pobres dos países chamados "*em desenvolvimento*", como o Brasil.Questões sociais e ambientais, por séculos sobrepujadas pelas questões econômicas, passaram "da noite para o dia" a fazer parte fundamental da vitrine do desenvolvimento.

Apesar do alcance ainda limitado e das distorções evidentes desse novo discurso, é inegável que ele representa um passo à frente, uma evolução na forma da humanidade pensar sobre sua própria existência na Terra. Aos poucos a palavra "*sustentabilidade*", ainda que desgastada pelo uso exacerbado, chegou para dar nova tonicidade às questões socioambientais, e proporcionar novas perspectivas para as populações carentes, como as que vivem no Sertão semi-árido do Nordeste do Brasil. Contudo, o olhar crítico sobre essas questões deve ser constante, para que não se perca de vista as possíveis distorções do conceito, usado indevidamente para manter o poder político e a opressão. Os próximos itens mostram o que ocorreu no Ceará, e servem de exemplo para se entender essa preocupação.

1.1 Modernidade e sustentabilidade para mudar o Ceará

Com um discurso respaldado por técnicas gerenciais e por uma campanha de marketing profissional, o empresariado local assumiu o poder no Ceará em 1987. A modernidade era a palavra de ordem no primeiro momento, encantando eleitores, imprensa e organismos internacionais de fomento ao desenvolvimento. Ali estava o laboratório ideal para serem testadas todas as teorias que povoavam os diversos documentos que diagnosticavam o estado do mundo e forneciam as receitas para se alcançar o desenvolvimento. Essas receitas se apresentavam bem adoçadas pelas noções de planejamento participativo, respeito ao meio ambiente e erradicação da pobreza, mas em uma forma que as enquadrava bem nas leis de mercado.

Era uma nova roupa para uma "novidade" velha. Mudar para não mudar (BURSZTYN, 1984). A idéia de modernizar a política já fora usada de diversas formas no Ceará, desde o começo do século XX, sempre com o mesmo objetivo: obter ou manter o poder. E o discurso "dança conforme a música que se quer ouvir". Se o momento é de *"globalização*", "neoliberalismo" e "*democracia*", como era o caso em 1986, quem vai para o poder é o empresário, *"que tem dinheiro, não vai roubar e vai mudar mesmo..."*. Essa era a interpretação do povo sobre Tasso Jereissati, candidato apoiado pelos *"modernos"* empresários do Ceará. Ele prometia **moralizar** o estado e se opunha aos velhos coronéis encarnados na figura de Adauto Bezerra, seu opositor nas eleições de 1986 para governador. Naquele momento o Coronel Adauto, que em outro momento da história já aparecera como modernizado, representava naquele momento o velho, o tradicional, o arcaico. O jovem empresário representava o novo, o verdadeiramente moderno. A **legitimidade** do grupo que se apresentava como alternativa ao "*velho*" era incontestável.

O projeto que levou Tasso ao poder começara a ser gestado no final da década de 1970, quando o Centro Industrial do Ceará - CIC, braço da Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC passou para as mãos de um grupo de jovens

empresários, herdeiros dos "filhos da SUDENE2". A articulação do grupo de empresários que alcançou o poder, iniciada formalmente em 1978 com a reestruturação do CIC, representa a concretização das condições para o sucesso do projeto urbano-industrial que está no cerne desse processo.

A grande contradição desse projeto advém do fato de que ao invés de acabar com a miséria e abolir o autoritarismo, heranças das práticas patriarcalistas dos coronéis, Tasso se isolou no Cambeba3. No primeiro mandato o governador concentrou todos os esforços para tornar a máquina estatal um carro azeitado, conforme os ditames das políticas neoliberais e os "conselhos" dos organismos internacionais que o cercavam. Governar como se administra uma empresa foi eficaz para saudar dívidas, moralizar a máquina pública, sanear a folha de pagamento e obter credibilidade e crédito, além de fazer o governador ganhar notoriedade, prestígio... e inimigos. Mas não foi suficiente para acabar com a pobreza e a miséria, que se agravava no meio rural e aumentava nas cidades. Este quadro perdura. Mesmo tendo avançado e descoberto novos caminhos, o "*Governo das Mudanças*" mudou para não mudar.

A sintonia com o presente, apresentada pelo grupo que assume o poder no Ceará em 1987, comprova a proposição de Bartholo Jr. (2001), que afirma ser o presente o tempo da modernidade. Ao se definir o que é tradicional torna-se possível determinar o seu oposto e assim protagonizar o moderno, sem necessariamente mudar a essência que está no cerne da luta para conquistar e manter o poder.

Corroborando com esta colocação, Barreira (2002) destaca em sua análise dos discursos do chamado "*Governo das Mudanças*" a preocupação em caracterizar o "*antes*" e o "*depois*", para assim diferenciar simbolicamente um novo tempo político, negando o passado pelo uso abusivo de termos que caracterizem o "*novo*".

> Ainda segundo Barreira (2002:67), "(...) o grupo da CIC capitalizou os rituais de seu tempo, aglutinando intelectuais, alguns setores organizados dos movimentos sociais e partidos políticos tradicionais e de oposição".

A idéia de mudança foi fincada na negação do clientelismo, representado na imagem do político tradicional do interior. A modernização viria pela moralização do Estado, ajuste fiscal e mudança no perfil econômico do estado, prevendo inclusive a interiorização do desenvolvimento, medida incluída e não concretizada em todos os planos de governo desde Virgílio Távora, e não efetivada (ROCHA e CHACON, 1991). Essas ações básicas seriam postas em prática a partir da definição estratégica de metas e instrumentos que alavancariam os setores considerados prioritários, o que levaria ao fim da miséria no estado (CEARÁ, 1987). Essas proposições claramente direcionavam os esforços do governo para inserir o estado em um modelo essencialmente urbano e de cunho capitalista, o que faz do objetivo de interiorizar o desenvolvimento apenas uma intenção pouco plausível.

Um ponto a destacar no Plano de Mudanças (CEARÁ, 1987) é a forte participação de recursos internacionais na composição das fontes financiadoras das ações propostas. O Banco Mundial e o Banco Interamericano para o Desenvolvimento – BID são os parceiros mais constantes, mas também a Cooperação Financeira Alemã - KFW e órgãos das Nações Unidas, como a UNICEF, faziam parte da lista de organismos internacionais que ajudaram a financiar o Governo das Mudanças. O Banco Mundial e o BID, que já atuavam no Brasil, especialmente no Nordeste, desde a década de 1950 (BANCO MUNDIAL, 2003), se tornaram os grandes parceiros do novo governo, fornecendo não apenas ajuda financeira, mas contínua e aprimorada assistência intelectual e técnica na elaboração e condução das políticas públicas. Não só proliferam os projetos para o financiamento do desenvolvimento, mas também os estudos acadêmicos e as missões de avaliação e reconhecimento dos resultados, o que realimentava a vinda dos recursos.

No âmbito das orientações dos organismos de fomento, a reiterada solicitação de melhoria da infra-estrutura do estado, foi o item que recebeu mais recursos, advindos de vários projetos implementados ao longo dos governos da "era Tasso". O Plano propunha também a revitalização do interior com a criação de novos empregos e fortalecimento do pequeno produtor rural, tudo acompanhado de ampliação da oferta de infra-estrutura, educação e saúde (CEARÁ, 1987: 53-55). O último capítulo do *Plano de Mudanças* merece destaque, pois está voltado para a preservação do meio ambiente, com a definição dos parâmetros que iriam orientar a política estadual de meio ambiente (CEARÁ, 1987: cap. 10). Essas preocupações aqui ressaltadas demonstram que a linguagem do planejamento foi muito bem usada no *Plano de Mudanças*, bem como foram observavas as questões mais atuais em discussão não apenas no Brasil, mas no mundo, o que refletia nitidamente a orientação já presente dos organismos internacionais parceiros do estado.

> As decisões e implementações das ações relativas a essa política de mudanças, e também de austeridade, foram postas em prática sem qualquer apoio "(...) da classe política ou de outros setores da sociedade civil, criando uma imagem de isolamento e prepotência, consolidada pelos inúmeros conflitos entre Tasso Jereissati e os mais diversos segmentos da sociedade" (GONDIM, 2000: 416).

Com isso, a mediação tão presente na eleição não se repete ao longo do 1º Governo das Mudanças, mas é uma marca que volta com força no 2º Governo das Mudanças, protagonizado desta feita por um político profissional: Ciro Gomes.

1.2 Um projeto político que muda para não mudar

2 Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE foi criada nos anos 50 do século XX, com o intuito de promover o crescimento da região, privilegiando os investimentos no setor industrial. Foi extinta devido a desvios de verbas e corrupção no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. No início de 2007 foi reaberta, com o mesmo objetivo, mas com menos força e menos verba.

3 O Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, sede principal do Governo do Ceará está localizado no bairro Cambeba, nome pelo qual o Centro ficou popularmente conhecido e que também serviu para denominar o movimento político comandado por Tasso Jereissati.

Nascido na tradição dos líderes políticos do interior do estado, Ciro é totalmente adaptado à linguagem exigida pelo discurso da modernidade contemporânea, que é cada vez mais influenciado pelos organismos internacionais de fomento que fortalecem a cada governo sua atuação no estado, não só como financiadores, mas também como implementadores de novos projetos, como é o caso da GTZ - Agência Alemã para o Desenvolvimento (CHACON, 1994).

A própria imagem de Ciro Gomes é trabalhada para se adaptar aos ditames da modernidade. Sua aura de jovialidade e seriedade, seu discurso fácil, bem articulado e inflamado lhe garantem a legitimidade suficiente para superar a antipatia gerada pela postura de Tasso e se eleger, com folga, em 1990, seu sucessor no governo do estado. Antes, em 1988, ele já mostrara sua força vencendo uma apertada disputa pela prefeitura de Fortaleza, cargo que renunciou para assumir a continuidade do Governo das Mudanças em 1991.

Apesar de "*continuar as mudanças*" e manter as ações para a moralização do Estado e o saneamento fiscal, bem como privilegiar a atuação de técnicos no *primeiro escalão* do seu Governo, Ciro se diferencia de Tasso quando assume uma nova postura no trato político. Enquanto Tasso se mantinha distante das negociações políticas, Ciro fez questão de centralizá-las nas próprias mãos, pondo em prática uma abertura ao diálogo e ao contato mais próximo com a sociedade, algo exigido pelas novas doutrinas gerenciais. Esse contato se deu nos municípios, inclusive com freqüentes visitas do governador ao interior. Embora na prática essa nova atitude não significasse um maior espaço para as lideranças municipais, proporcionou a impressão de abrigo para estas, que foram tão ignoradas por Tasso, e fortaleceu a imagem do político conciliador que Ciro alimentava, ajudando-o a aprovar as mudanças que o governo achava necessárias. Nesse sentido, a concentração de investimentos na RMF é ainda maior neste governo, mas menos contestada, graças à postura do governador e ao uso exacerbado do *marketing político* para legitimar os atos do governo.

A sintonia com as novíssimas propostas para um bom gerente, leva Ciro e seu grupo a implementar, em 1991, o *Pacto do Ceará*, uma criação original de um grupo de empresários, que tinha como objetivo inicial formar uma parceria entre os empresários e o governo do estado, sendo consenso

> "(...) que o Estado não podia mais ser tido como o único agente de transformação da sociedade" (REBOUÇAS et al, 1997:1). Depois, o Pacto foi ampliado e passou a incorporar as participações da comunidade universitária, pesquisadores, lideranças comunitárias, diversos níveis dos poderes públicos, organismos nacionais e internacionais, trabalhadores, além dos empresários. Assim, essa elite deveria discutir e deliberar sobre as ações do governo. Apesar de incluídos no rol dos participantes, os trabalhadores não estavam presentes. Sua ausência é justificada por um suposto preconceito dos trabalhadores em relação aos empresários, que afasta as suas lideranças do processo de discussão proposto pelo Pacto. Na verdade, Ciro passou todo o seu governo às turras com os sindicatos, que o criticavam fortemente e eram acusados de corporativismo pelo governador (DIÓGENES, 2002).
>
> O fato é que o Pacto funcionou durante todo o governo (e continua nos dias atuais, mesmo com modificações), chamando a atenção e levando ao interesse "(...) de empresários de outros estados e organismos internacionais em conhecer de perto o funcionamento daquele processo de interação entre agentes sociais" (REBOUÇAS et al, 1997: 3).

A idéia de formulação de alianças, diálogo e pactos para a mudança está na base da formulação do conceito sustentabilidade, em plena onda de divulgação na época, como ressalta Rebouças *et al* (1997), logo no início de sua análise sobre o *Pacto*, e retomando o conceito de desenvolvimento sustentável quando discorre sobre o grande projeto elaborado em 1994 pelo *Pacto*, "*Visão de Futuro Compartilhada – Ceará 2020*".

Esse documento fornece elementos para o futuro *Plano de Desenvolvimento Sustentável*, no segundo mandato de Tasso, que viria em seguida. E as atividades do *Pacto* projetam uma imagem de total sintonia com o futuro por parte do governo, trazendo para o Ceará diversos atores nacionais e internacionais que passam a atuar na formulação, implementação e até avaliação das políticas públicas do estado.

As principais realizações de Ciro levam ao fortalecimento da indústria como base para o progresso econômico do estado. A criação do programa incentivos fiscais inseriu o estado no que depois ficaria conhecida como guerra fiscal. Os estados do Nordeste passaram a disputar com o Sul e Sudeste a preferência das indústrias para instalação, oferecendo renúncia fiscal, infra-estrutura, terrenos e até mesmo crédito em alguns casos. A idéia era fortalecer a economia e gerar emprego e renda, o que garantiria o desenvolvimento do estado em bases sólidas e modernas. O investimento do governo nesse programa, que continuou no mandato seguinte, não condiz com a baixa performance do setor secundário em termos de geração de emprego e renda. Além disso, a concentração de investimentos em atividades eminentemente urbanas levou à negligência do setor agropecuário, que contou com pouco investimento da parte do governo. Esse quadro, como um todo, fortaleceu a migração de sertanejos para as principais cidades do estado, em busca dos empregos prometidos nas indústrias e da modernidade cada vez mais exaltada da capital. As principais conseqüências desse processo foram a desmobilização do Sertão, tanto econômica como social e a maior concentração de renda e pessoas da RMF.

Enquanto em 1970 a população da RMF representava 25% do total do Ceará, em 2000 ultrapassou os 40% (IBGE, vários anos). O índice de GINI traduz a concentração de renda na RMF e mostra que, enquanto em 1992 esse índice era de 0,588 para a RMF, em 2002 já atinge 0,600, segundo dados da *PNgAD* analisados em publicação do próprio governo (IPECE, 2004).

O aumento da participação da indústria e serviços na formação do PIB do estado demonstra a falta de prioridade para o setor rural. Houve uma acentuada queda da participação da agropecuária na formação do Produto Interno Bruto - PIB cearense, caindo de 13,86% em 1985, para apenas 5,64% em 2000 (CHACON, 2007).

O governo contrapunha sistematicamente as críticas com a propaganda sobre os programas sociais premiados, dentro de uma bem conduzida campanha para fortalecer a imagem do estado como realizador não só no campo econômico, mas também social. Contudo, os indicadores sociais não deixam dúvida quanto ao não alcance da meta de erradicação da pobreza no estado pelo Governo das Mudanças. O indicador mais contundente é a porcentagem de pessoas consideradas pobres no estado, que em 2003 ainda representava 54,3% da população. Em 1991 o percentual de pobres chegava a 68% da população, segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD/IPEA/FJP, 2003). Reforçando o quadro de pobreza, os dados sobre a porcentagem da população ocupada que recebe menos de 2 salários mínimos mostram que mais de 67% da população ocupada encontra-se nesse patamar. O que é agravado pelo fato dos 50% mais pobres só apropriarem 14,7% da renda gerada na economia. Como se não bastassem esses números, a perspectiva de melhoria da qualidade de vida da população se torna mais distante quando se verifica que mais de 47% das pessoas se enquadram na situação de analfabeto funcional, ou seja, têm menos de 4 anos de estudo (IPECE, 2005).

Esses dois governos representam etapas de um processo que começa com o discurso de modernidade, que se mostra antagônico a um modelo dito tradicional. As ações dos governos, no entanto, vão assumindo práticas semelhantes às que combatia, enquanto o discurso continua preconizando a modernidade, que justifica as ações que não são compreendidas. Aos poucos o discurso moderno, que apenas se opunha ao passado, vai incorporando novos elementos que vêm com novos atores, especialmente os organismos internacionais. Competência, racionalidade, participação da sociedade e preocupação com o meio ambiente são algumas das expressões que se associam à modernização e moralização, além do reforço da necessidade de continuidade política. O caminho iniciado quando o grupo de empresários assumiu o poder em 1987 vai continuar e se fortalecer com a definitiva entrada em cena do conceito de desenvolvimento sustentável no 2º Governo de Tasso Jereissati, em 1995.

No Ceará, os elementos que compõem o conceito de desenvolvimento sustentável já haviam sido enunciados por Ciro Gomes e já serviam de justificativa para suas ações. Mas esses elementos são de fato explicitados a partir da sua incorporação definitiva na conformação do segundo governo de Tasso Jereissati. O conceito passa a reforçar o discurso político, legitimando-o, e é colocado no centro do projeto governamental, mostrado em um plano de governo que se intitula "*Plano de desenvolvimento sustentável*" (CEARÁ, 1995), amplamente baseado nos conceitos e preceitos recomendados pelo *Projeto Áridas* (1995). Esse conceito foi ratificado no terceiro governo de Tasso, cujo plano de governo teve como título "Consolidando o novo Ceará", deslocando o "*plano de desenvolvimento sustentável*" para o subtítulo.

1.3 O uso explícito do discurso da sustentabilidade e a continuidade da "mudança"

O Segundo mandato de Tasso é marcado pelas idéias que entraram definitivamente "*na moda*" depois da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, em 1992, a ECO-92, realizada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro.

Depois de muitos esforços de técnicos e políticos o Semi-Árido foi incluído na agenda de discussões da ECO-92, que até então se concentrava nas questões relativas às mudanças climáticas e às florestas tropicais. Para que o Semi-Árido fosse incluído muito contou a realização, em Fortaleza, de uma das reuniões preparatórias para a ECO-92, a Conferência Internacional Sobre Impactos Climáticos e Desenvolvimento Sustentável nas Regiões Semi-Áridas do Planeta - ICID4. Participaram do evento 42 países, representados por cientistas e tomadores de decisões, que elaboram um documento que recomendava a preparação de planos de desenvolvimento sustentável para as regiões semi-áridas de todo o planeta.

Concluída a ICID, um grupo continuou reunido em Fortaleza e a Fundação Esquel, juntamente com o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA formularam, negociaram e coordenaram uma proposta metodológica para o Nordeste, pela qual a região poderia implementar o desenvolvimento sustentável. O trabalho desse grupo ficou conhecido como *Projeto Áridas* (PROJETO ARIDAS, 1995). Depois de dois anos de debates que envolveram os governos estaduais, foi definido um documento que serviu como base metodológica para a formulação de planos de governos em vários estados do Nordeste.

No Ceará, como já foi mencionado, Tasso Jereissati chamou de "*Plano de desenvolvimento sustentável"* a sua proposta de governo para 1995-1998 (CEARÁ, 1995), continuada no seu mandado seguinte (CEARÁ, 2000). Os documentos foram muito bem elaborados, baseados nos preceitos do *Projeto Áridas* e também nas recomendações advindas do Pacto do Ceará (REBOUÇAS *et al*, 1997), porém, na prática as prioridades de Tasso não condizem com os preceitos da sustentabilidade.

Ainda insistindo na contraposição às "práticas retrógradas", o Plano de Desenvolvimento Sustentável elege como objetivos do governo a promoção do crescimento econômico e o resgate da dívida social, com base nos princípios de sustentabilidade (ambiental, social, política e econômica), visão de longo prazo, participação e parceria, descentralização e qualidade (CEARÁ, 1995).

Esse plano foi elaborado por uma equipe multidisciplinar, boa parte oriunda do *Projeto Áridas*, e ao ser lançado foi bastante discutido em várias instâncias da sociedade que foram convidadas a conhecê-lo. Este movimento condizia com um dos princípios mais reforçados no discurso político, e já bem explorado no *Pacto do Ceará*: a necessidade de participação da população nas decisões do governo, bem como de parceria em suas ações.

---

4 Uma nova edição da ICID ocorrerá em Fortaleza no ano de 2010. Em dezembro de 2008 um grupo de técnico fez a primeira reunião para retomar oficialmente essas discussões. E em 2009 serão realizadas duas reuniões preparatórias no estado do Ceará.

A partir do primeiro momento de discussão, os desdobramentos do Plano podem ser notados em todas as instâncias do governo, e de fato surge uma série de projetos e programas que compõem as políticas públicas que visam o alcance do desenvolvimento sustentável. O chamado "*Modelo de gestão participativa*" buscou efetivar o princípio da participação e parceria e vários Conselhos foram criados na perspectiva da participação popular (CORDEIRO, 2003). Os recursos do governo para novos programas não poderiam ser liberados sem a discussão no conselho concernente.

Este modelo implementado pelo governo era composto pelo Conselho de Participação da Sociedade - CPS, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento Sustentável - CRDS e os Conselhos de Descentralização – CD's, dos quais fazia parte o Conselho Municipal de Desenvolvimento e os Conselhos Comunitários. Havia ainda os GTI's - Grupos de Trabalho Internos, que deveriam cuidar da integração e da Articulação Externa, responsável pela avaliação estratégica de oportunidades e ameaças (AMARAL, 2004).

Deste modelo surgiram alguns grupos e comitês específicos que passaram a influenciar outras áreas de política pública, como é o caso do Fórum Participativo para Elaboração dos Planos Municipais do Programa de Apoio às Reformas Sociais - PROARES, dos Comitês de Bacia, já previsto na Lei de Recursos Hídricos e posto em prática neste governo, e do Grupo de Trabalho Multiparticipativo do Projeto do Açude Castanhão, eleito pelo Banco Mundial como modelo de Fórum de Participação da Sociedade (AMARAL, 2000).

Em síntese: todos participam, mas quem decide é o governo. Na prática, a democracia representativa não deu espaço para a chamada democracia participativa. Quem estava nos conselhos eram pessoas privilegiadas, com acesso às informações, representando pessoas que na maioria dos casos nem sabiam de fato que estavam sendo representadas. Na verdade, era algo mais grave do que a eleição de um político para um cargo público, pois se escolhia (ou não) alguém que ia legitimar decisões que afetavam diretamente um grupo específico e este grupo perdia o direito de questionar se a decisão era correta, pois seu representante já havia concordado com ela. A decisão mais importante, a alocação dos recursos, continuou sendo tomada pelas instâncias superiores do governo.

No que diz respeito ao Sertão, os projetos que mais poderiam trazer repercussões para essa região são o Projeto São José e o Programa de Reforma Agrária Solidária, financiados pelo Banco Mundial, sendo que o primeiro é uma reformulação do antigo Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PAPP. Ambos os programas se adequavam aos princípios do desenvolvimento sustentável e priorizavam o princípio da participação. O Projeto São José passou a ser o carro chefe do combate à pobreza no Semi-árido.

A despeito dos progressos alcançados pelas políticas públicas do governo, a pobreza não foi superada. O Ceará apresenta com a 23ª renda *per capita* dentre os estados brasileiros, a segunda maior desigualdade de renda, o quinto percentual de pessoas com mais de 50% da sua renda proveniente de transferências governamentais, a 23ª taxa de alfabetização, o quinto lugar no percentual de pessoas de quinze anos ou mais analfabetas e o quinto lugar em pobreza (CHACON, 2007). O próximo item explica melhor essa situação.

2 O SERTÃO SEMI-ÁRIDO DO CEARÁ NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS

A economia do Sertão ainda está baseada nos produtos primários, altamente dependentes dos ciclos hidrológicos e climáticos. Nesse sentido, os habitantes do Sertão inevitavelmente se organizam em função da água, ou da falta dela. Entre os agricultores tradicionais que ainda se mantêm no Sertão praticamente não há excedentes. O modo de produção é pré-capitalista ou marginal ao capitalismo. O capitalismo só toma conhecimento da região quando é de seu interesse (eleições, por exemplo). As principais culturas ainda são as culturas de sequeiro, arroz, milho, feijão e mandioca, dependentes das precipitações pluviométricas para produzir. Depois da agricultura, as outras fontes de renda são raras e irregulares. Além de se ocuparem como professoras ou em cargos ligados à saúde, as mulheres também contribuem para a renda familiar, em algumas comunidades, costurando ou fazendo trabalhos de artesanato em renda ou barro.

BOX 1 – Meio ambiente

Mais de 90% do território do estado do Ceará está inserido no semi-árido nordestino, contando com precipitações que variam de 500 a 2000 mm por ano, nas estações chuvosas, que duram de 3 a 5 meses, e que são caracterizadas pela irregularidade temporal e espacial (IPECE, 2003a).

O Sertão semi-árido encontra-se no Bioma da Caatinga, que é o único ecossistema exclusivamente brasileiro é considerada uma das 37 regiões naturais do planeta, isto é ainda abriga pelo menos 70% de sua cobertura vegetal original e por isso a Caatinga é considerada estratégica no contexto das mudanças globais (TABARELLI e SILVA, 2003).

Antes, a maioria da população do Sertão cearense vivia apenas dos rendimentos da agricultura e de pequenas criações, que podiam ser desenvolvidas em terra própria ou por meio de contratos com fazendeiros locais. Hoje esse cenário tem novos componentes. Do ponto de vista da renda, uma constatação é fundamental para entender a nova conformação do Sertão: boa parte dos idosos é aposentada. São estas aposentadorias, juntamente com as transferências de vários programas governamentais de política compensatória, que garantem a maior parte da renda no Sertão.

BOX 2 – Pobreza moderna

A modernização do Ceará promovida pelo governo não foi suficiente para reverter o fato do estado ser um dos mais pobres do Brasil. Segundo dados da PNAD, 53,4% da população cearense é considerada pobre, e 26,3% indigente. A maior parte dos habitantes do Ceará, cerca de 42%, está concentrada na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, que corresponde

a apenas 3,46% do espaço do estado. O mais grave é que 71% dessas pessoas se encontram na capital do estado, Fortaleza, que ocupa 6,30% da RMF. A RMF concentra ainda 62% do PIB do estado, sendo que 85% dos seus empregos são gerados em Fortaleza, que também é responsável por 86% da arrecadação da RMF (CHACON, 2007).

O que foi observado pela pesquisa torna ainda mais relevante o papel do idoso no Sertão. Além de estar garantindo a renda da casa com a aposentadoria, são os idosos que ainda continuam trabalhando, mesmo aposentados, para melhorar a condição de sustento da família que cresce com os netos. Vários agricultores entrevistados se encontram nessa situação. Todos os aposentados continuam trabalhando em seus roçados, chova ou não. Entre eles foi comum escutar sua preocupação com o destino das famílias quando eles morrerem.

BOX 3 – Aposentadorias garantem a renda do Sertão

No caso da população, o peso das transferências está nas aposentadorias e também nos programas sociais do governo, sendo que a maior parte dos rendimentos do Sertão vêem mesmo das aposentadorias. Os trabalhadores rurais têm o direito de solicitar este benefício mesmo sem terem contribuído para a Previdência antes.

Os dados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) revelam que o número de trabalhadores rurais atendido pela Previdência Social no Ceará cresceu 24,99% entre 2000 e 2004. A quantidade de benefícios pagos no estado passou de 459.499 para 574.360 nesse período e em 2004 os aposentados rurais receberam R$ 1,85 bilhão do INSS no Ceará.

Segundo o IBGE, a pobreza no Brasil seria ainda maior se as aposentadorias não fossem concedidas aos idosos mesmo os que nunca contribuíram para a Previdência. A pesquisa sobre os Indicadores Sociais Municipais (IBGE, 2004) indica que 44% da população com mais de 60 anos no Brasil é responsável por garantir mais da metade da renda dos domicílios onde vivem. O rendimento de 27% dos idosos brasileiros é que garante o sustento do domicílio onde vivem, pois chegam a responder por mais de 90% do dinheiro que entra em casa. (CHACON, 2007)

A pesquisa constatou *in loco* que as atividades econômicas que geram emprego e renda são escassas hoje no Sertão. O comércio se restringe a pequenas vendas, normalmente com uma mesa de bilhar, um lugar que serve mais de ponto de encontro para os desocupados do que para uma venda significativa de mercadorias. A maioria dos habitantes dessas pequenas vilas faz suas compras na sede dos municípios quando recebem sua aposentadoria ou os rendimentos de programas assistencialistas do governo.

A maior parte do comércio na sede dos municípios só funciona de fato do dia 1 até o dia 10 de cada mês, último dia de pagamento de aposentadorias. Especialmente as feiras, tão comuns no Sertão e um dos pontos mais tradicionais de encontro das pessoas, não têm como funcionar além desse período.

BOX 4 – O desenvolvimento não chega ao Sertão

Os programas de interiorização do desenvolvimento do governo do estado não chegaram ao Sertão e a geração de emprego e renda ainda é muito precária.

As indústrias, que seriam o carro chefe do desenvolvimento do Ceará segundo o governo capitaneado por Tasso Jereissati, não apareceram com força nos municípios pesquisados. Por outro lado, as poucas fábricas que se instalaram no Sertão, apesar de empregar muitos jovens do local, não absorvem um número grande de mão-de-obra. Além disso, poucos estão preparados para esses cargos técnicos, inclusive pelo baixo nível escolar.

Também a pouca instrução e as poucas opções de emprego levam a que a exploração da população seja muito grande pelos donos dessas fábricas. A maioria não contrata os funcionários, mas sim cooperativas de trabalhadores. Dessa forma os empresários driblam os impostos trabalhistas e os empregados ficam sem quaisquer garantias. (CHACON, 2007)

O peso da indústria na composição do PIB dos municípios do Sertão é muito baixo. O comércio é o setor com maior participação no PIB, seguindo a tendência estadual. Enquanto a agropecuária vem em segundo lugar. Apesar de ser o setor com maior peso no PIB, no Sertão o maior número de empregos formais ainda se concentra na agropecuária. Ainda sobre a composição do emprego, um dado relevante é que na ampla maioria dos municípios do Ceará, a prefeitura ainda é o grande empregador. Também os programas do governo estadual respondem por muitos empregos, tanto nas sedes quanto no meio rural dessas cidades, o que agrava ainda mais o grau de dependência financeira dos moradores em relação ao Estado. (CHACON, 2007).

BOX 5 – A população do Sertão semi-árido vai para o Cerrado

Muitos homens têm migrado definitiva ou temporariamente para o interior da região Centro-Oeste, para onde foram os fazendeiros do Sertão. Os dados do Censo 2000 do IBGE demonstram que o número de nordestinos que está indo para esta região vem crescendo e já chega a 15,1% das migrações, o que representa uma parcela de 12% do total da população ali residente. (CHACON, 2007)

Os dados e depoimentos colhidos no Sertão do Ceará mostram com clareza que essa região continua excluída do processo de desenvolvimento, e que as políticas públicas implementadas por governos que preconizam o desenvolvimento sustentável de todo o estado, não resultaram na melhoria da qualidade de vida para as pessoas que habitam esse espaço. Pelo contrário.

O cerne de todo o processo de desenvolvimento tem que ser o homem, inserido no local que habita, respeitando a sua história e as relações sociais e produtivas, sua cultura e tradições. Quando esses fatores são preteridos para valorizar

modelos importados julgados mais eficientes, o objetivo de desenvolver é posto em risco e dificilmente alcançado. O próximo tópico analisa com mais profundidade as conseqüências das políticas públicas para o Sertão do Ceará.

3 IMPACTOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O SERTÃO DO CEARÁ

Com base no que foi visto até aqui, podemos aquilatar o impacto no Sertão do Ceará das ações do poder, que muda para não mudar.

A história política do estado do Ceará se desenrola em paralelo com a do meio ambiente. Embora só ao final do século XX este tenha se evidenciado como elemento constituinte dos discursos políticos e objeto direto das políticas públicas, sempre foi o grande mote para atos e campanhas políticas, sendo usado de várias maneiras. A mais clara é usar a seca como uma determinante ambiental para a pobreza. O que fica pouco evidente é seu uso como instrumento de controle da população e dos recursos financeiros e naturais do estado, isto ocorrendo com todos os grupos políticos que já detiveram o poder.

Com o discurso "*da mudança*" veio o discurso da sustentabilidade e da modernidade administrativa. Nesse ponto são identificados claramente dois conceitos chaves para o entendimento desse projeto: *modernidade* e *sustentabilidade*, que passam a ser palavras facilmente encontradas nos pronunciamentos políticos. Contudo, seu significado é variável, conforme os interesses em jogo, e pouco tem a ver com os significados elaborados em profundidade por diversos estudiosos. Os conceitos são apropriados pelo discurso político para legitimar seus interesses próprios, baseados no modelo global de acumulação de riquezas e exclusão social.

Com o desenrolar desse projeto governamental modernizante, o meio ambiente vai se revelando no seu papel usual. Agora, evidenciado e valorizado, passa a ser peça chave na política preconizada pelo governo, usado como símbolo de um "novo tempo" para o estado.

Embora a água, ou falta dela, sempre tenha sido a maior motivação para as políticas públicas para a região Nordeste e para o Ceará em particular, o novo enfoque ambiental trazido pela valorização do conceito de desenvolvimento sustentável, coloca a gestão racional da água como o "*novo*" e grande objetivo do governo. Há uma superação de antigos discursos; não se enfatiza mais o "*combate à seca*", e mesmo a idéia de "*convivência com a seca*" se enfraquece diante de uma nova perspectiva: a construção das condições para viabilizar um projeto urbano-industrial que tira o Sertão de foco e desvia toda a atenção e recursos para garantir um novo cenário de progresso e crescimento econômico. A urbanização da capital do estado, transformada em metrópole, traduz a idéia de modernidade perseguida pelo governo.

Essa postura traz graves conseqüências para o Sertão e para os sertanejos, que perdem importância no âmbito das ações governamentais, que concentram esforços nas medidas que garantiriam o fortalecimento de atividades eminentemente urbanas, como a indústria, o turismo e o comércio. As atividades agropecuárias e os recursos para o desenvolvimento rural são grandemente prejudicados nesse novo cenário.

O controle dos aspectos ambientais, como o uso da água, passou a ser uma prioridade para o governo, inserida dentro de um novo contexto, e agora justificada pela necessidade de gerar a infra-estrutura para a construção do novo "*Plano de Desenvolvimento Sustentável*" para o Ceará. Este plano é promovido no segundo mandato do Governador Tasso Jereissati, em 1995, logo após, portanto, à ECO-92. Este governo tem como carro chefe a industrialização, incentivada por subsídios, renúncia fiscal e investimentos públicos. Tal estratégia atrairia as empresas, que gerariam emprego e renda e mudariam o perfil produtivo do estado, acabando assim com a "sina" de dependência e pobreza do povo, advinda dos aspectos climáticos. Contudo, os dados socioeconômicos demonstram que essa promessa não foi cumprida devidamente.

O Estado, capturado por interesses dos diferentes grupos que assumem o poder, também não é capaz de fortalecer o Sertão como um espaço diferenciado, com organização social e produtiva próprias. As políticas públicas não se preocupam em olhar este lugar e escutar com atenção seu povo, apenas repetem há décadas uma postura de descomprometimento, justificada na maioria das vezes por uma suposta inviabilidade econômica e produtiva da região.

A idéia de sustentabilidade vem se aliar à modernidade como bases de sustentação e, principalmente, de legitimação para as ações públicas. Mais uma vez os detentores do poder mudam para não mudar, ou seja, para manter o poder, conforme já assinalara Bursztyn (1984) em sua análise histórica do modo de legitimação da estrutura de poder no Nordeste.

O discurso vendido (e comprado) sobre a trajetória política e econômica do estado do Ceará esconde, sob a capa da modernidade, uma realidade na qual se vislumbra um quadro de pobreza insistente, que os índices positivos da economia não conseguem reverter. Especialmente no Sertão é possível observar claramente a dicotomia entre o Ceará da mídia e o Ceará real.

A idéia de que o estado vem passando por um processo sólido de crescimento da economia desde então foi enfatizada. Na verdade houve um *boom* de industrialização, patrocinado por ações da chamada "guerra fiscal", recheada de subsídios, isenções e concessões. Ou seja, o Estado pôs em prática uma série de medidas fiscais e outros incentivos creditícios, além de garantir infra-estrutura adequada. Proporcionou aos empresários não só grandes facilidades para se instalarem, como excelentes condições de competitividade. Além disso, o estado possui um imenso "*exército industrial de reserva*", pronto a assumir os postos oferecidos pelas indústrias, com salários diretos e indiretos bem abaixo do mercado do Sul e Sudeste. Essa mão-de-obra é aproveitada de forma pequena em relação aos incentivos dados pelo governo, pois não está preparada do ponto de vista tecnológico. Ou seja, o nível de emprego gerado pelo programa de incentivos do governo é muito baixo relativamente aos investimentos realizados.

Esse era um cenário bem adequado para empresários fascinados com o mito da globalização, ávidos por melhores condições de produção, notadamente na estrutura de custos. Isto também atraiu a atenção do resto do Brasil e do mundo, especialmente de organismos internacionais de crédito, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que se consolidaram como parceiros do Governo do estado. Esse fato traz várias conseqüências para o formato das políticas públicas locais, dado que a intervenção constante desses organismos leva à definição de políticas mais voltadas para o atendimento das suas diretrizes do que propriamente para atender as necessidades da sociedade local.

Corroborando para o projeto de modernização do estado, as políticas públicas passam a incentivar o que se conhece como "interiorização do desenvolvimento". Os programas de interiorização da produção implementados pelo Governo no Ceará têm sido objeto de análises minuciosas por pesquisadores estrangeiros nos últimos anos, normalmente ligados ao Banco Mundial, como é o caso de Tendler (1998).

Essa idéia sempre esteve presente nos Planos de Governo nas últimas décadas, porém nem as ações do governo federal, nem as do governo estadual foram capazes de efetivar esse intento (ROCHA E CHACON, 1991). E não foi diferente para a "*oligarquia dos empresários*". Os programas de interiorização se restringem à implantação de algumas indústrias em municípios já com alta taxa de urbanização. Apesar dos índices de eficiência divulgados para programas sociais como o de agente de saúde e o de educação infantil, o morador do Sertão é impelido a migrar continuamente em busca de melhores condições de vida. Os investimentos, via de regra, se concentram no meio urbano, o que é consistente com o projeto urbano-industrial da nova força no poder. É clara a preferência em se investir na industrialização e no turismo em detrimento das atividades do setor primário, que, não obstante, ainda é o setor que mais emprega e gera divisas para o estado.

A dependência do pobre em relação ao governo tornou-se aos poucos cada vez maior e talvez mais cruel, porque este está muito mais distante do poder do que antes, especialmente no meio rural. Perdeu seus interlocutores, independente destes serem ou não ideais. E o poder tem prioridades de crescimento que não conseguem se traduzir em desenvolvimento para todos.

E o Sertão Semi-árido foi fortemente impactado por esse modelo político. A prioridade do Governo e de suas políticas era o meio urbano, o litoral, as atividades mais "*nobres*", como a indústria, o turismo e os serviços especializados. A alta concentração de pessoas e de investimentos na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF traduz essa preferência. Atualmente (2008) a RMF já concentra quase 3 milhões de habitantes, mais de 40% da população cearense, e sérios problemas de urbanização, degradação ambiental, violência. A falta de condições mínimas de moradia e acesso ao emprego e aos serviços básicos de boa parte dessa população contrasta com a riqueza e concentração de renda na mão de uma elite fortalecida pelas políticas públicas excludentes.

A pobreza e os anos de descaso e manipulação pelo poder público, estão levando o sertanejo a uma perda de sua auto-estima, deixando-os confusos acerca de sua própria cultura, colocando de lado o modo de vida aprendido com seus antepassados. A acomodação e a dependência das políticas governamentais de cunho compensatório é cada vez maior. Ou seja, criou-se um "*círculo vicioso*" de dependência que não permite a superação destes vínculos e ainda promove a desmobilização social, produtiva e cultural nesse espaço.

As políticas continuam representando instrumentos de controle, que permitem a continuidade de grupos no poder e, de forma imbricada, da dependência política. Embora a política comande todo esses processo, ao longo dos últimos anos do século XX e início do século XXI novos fatores vêm surgindo e se incorporando. São novas instituições e novos discursos, com novos nomes, porém um objetivo permanece: poder. E com conseqüências graves e constantes: a exclusão social, a degradação ambiental e a continuação de conflitos diversos, agora escamoteados pelo discurso oficial. A água continua chegando para muitos sertanejos no lombo de jumentos puxados por crianças, ou ainda nos velhos carros-pipas dos políticos, quando a coisa aperta. E o sertanejo, cada vez se sentido menos integrado a um modo de vida desestruturado, abandona o Sertão seguindo o caminho das águas para o litoral, onde lhe parece estar uma vida melhor.

Para além da comparação dos números, o Sertão, apesar da melhora relativa no acesso à educação e à saúde, tornou-se mais vulnerável e mais dependente. Além do esvaziamento cada vez mais intenso, o Sertão também está perdendo sua identidade cultural e até mesmo produtiva. O trabalho na roça que sempre garantiu a sobrevivência dessas pessoas está sendo esquecido, e, ao mesmo tempo, não estão sendo criadas condições reais para o surgimento de novas atividades que garantam uma renda produtiva suficiente para a região.

Uma região pobre como o Sertão, ao receber efetivamente recursos que antes eram dispersos em destinos escusos, naturalmente responde com uma melhoria relativa. A natureza dessa melhoria é que deve ser analisada com cuidado. A simples entrada de novos recursos financeiros, como é o caso das transferências governamentais via políticas compensatórias continuadas, ou dos investimentos pontuais, como a construção de cisternas domésticas, embora garanta um fluxo de renda constante, diferente das frentes de emergência que eram episódicas, não pode ser garantia de desenvolvimento sustentável. A não preocupação com investimentos que garantam a geração de emprego e renda no Sertão pode levar à total inviabilidade dessa região, que tende a se tornar uma espécie de "*economia sem produção*".

A desmobilização do modo de vida do Sertão ocorre em função da continuada exclusão desse espaço. Esta exclusão não ocorre somente do ponto de vista da geração de riquezas. Ela se traduz pela não participação efetiva dos sertanejos nas decisões que interferem no seu próprio destino, bem como pela persistente sensação de que seu lugar não tem valor diante do progresso e da modernidade, que a ele se apresentam com uma roupagem urbana. O Sertão surge para os novos sertanejos como um lugar sem possibilidades, distante das boas oportunidades de acesso aos empregos e a um modo de vida aparentemente mais fácil.

A persistência de mostrar o Sertão como um lugar marcado pelas adversidades relacionadas à água acaba por escamotear esta grave realidade: o sentimento de não pertencimento e a baixa auto-estima do sertanejo. Essa condição é a tradução de um conflito que perpassa todos os problemas do Sertão do início do século XXI: o sertanejo já não consegue ter certeza de sua própria identidade. Já não parece valer a pena reproduzir velhos costumes, e nem mesmo permanecer no Sertão. Este conflito tem raízes históricas tão fortes quanto o conflito gerado pela escassez relativa de água. E, como este, também foi criado e alimentado por décadas de políticas públicas equivocadas, que não tinham como objetivo promover o desenvolvimento do Sertão, mas apenas usar esse espaço e seus habitantes em prol dos projetos das elites no poder. O sertanejo não foi sujeito, não discutiu essas políticas que iriam atingir sua vida, foi apenas um objeto mal desenhado e pouco conhecido para os fazedores de políticas.

Uma visão simplificada do Sertão leva a crer que seu principal conflito gira em torno da água. Até mesmo os sertanejos confirmariam isso, já que as dificuldades do cotidiano são as que se sobressaem em uma análise superficial. Contudo, os conflitos relativos à água são na verdade a ponta visível de um conflito que é maior e mais complexo do que aparenta. Este conflito que se esconde está na própria essência do sertanejo e se estabelece a partir da sua perda de identidade. Isto ocorre em função da manipulação política que se desenrola ao longo da história, e vem tirando deste a sua condição de sujeito, além de convencer-lhe da não viabilidade de seu lugar. Embora o sertanejo tenha clareza quanto à sua condição de explorado, ele não consegue ainda visualizar a extensão da desarticulação social sofrida pelo Sertão.

É mantida a condição de cabresto das populações remanescentes no Sertão, que seguem à mercê dos favores públicos, mediados por "*atravessadores*" do Estado, que repetem os velhos hábitos e faturam em eleições. E a condição ambiental do Sertão continua servindo de justificativa para ações políticas que subordinam esse espaço e seus habitantes.

CONCLUSÕES

No final dos anos 80 e durante os anos 90 do século XX, o processo continuado de desmobilização do Sertão no Ceará é revestido de novas justificativas, embora o pretexto de melhorar a economia, modernizar o estado e inseri-lo no processo de desenvolvimento seja uma repetição. Desta feita o discurso é baseado, e amplamente financiado, pelas idéias preconizadas pelo capital internacional, por meio dos organismos de fomento que fortalecem a sua participação no Brasil e especialmente no Nordeste. A nova empreitada se sustenta no discurso do *desenvolvimento sustentável* de um lado, e na idéia de eficiência administrativa e financeira de outro.

O ideal de um desenvolvimento que seria socialmente justo e ambientalmente correto, além de economicamente viável passou a ser incorporado paulatinamente ao discurso político, ao texto das políticas públicas e dos planos de governo. Por outro lado, as pressões do Fundo Monetário Internacional - FMI e das idéias neoliberais, para se "*enxugar*" o Estado e torná-lo eficiente obrigavam a medidas urgentes para transformar a política econômica, priorizando ações que proporcionassem o ambiente adequado para a realização de um projeto de modernização produtiva.

Esse cenário leva a uma dicotomia: desenvolvimento sustentável e participação no discurso, e medidas duras de política econômica na prática. Resultado: concentração populacional e de renda no meio urbano e desmobilização do Sertão. Ou seja, exclusão de boa parte da população do projeto moderno que seria redentor.

Este trabalho partiu do pressuposto de que as políticas públicas para o Sertão estão desmobilizando esse espaço e que o sertanejo, perdendo seu referencial social e cultural, se desloca maciçamente para o meio urbano. Isto agrava a pobreza, e não permite que se criem as condições para o desenvolvimento sustentável. O Sertão se mostra vulnerável do ponto de vista econômico, ambiental, social, cultural e político.

As políticas públicas, quando não ignoram completamente a importância do Sertão, apenas fortificam a sua condição de dependência e partem da idéia de que esse espaço, como um todo, não é viável economicamente. Essas políticas estão desarticulando o modo de vida do Sertão, transformando-o verdadeiramente em uma espécie de "viveiro" macabro, onde se criam os futuros excluídos das periferias urbanas. Velhas práticas assistencialistas se sofisticam, agora reforçadas por políticas sociais compensatórias, que têm substituído as políticas necessárias para a construção de condições que levem ao surgimento de atividades produtivas geradoras de renda.

O principal objetivo desta pesquisa foi responder por que as políticas públicas não conseguem reverter o processo agudo de exclusão social e promover um processo sustentável de desenvolvimento para o Sertão. **A resposta está na base de formulação dessas políticas**. Elas partem do pressuposto que o Sertão é um espaço inviável economicamente e que o principal conflito nesse espaço é relativo ao acesso à água, imputando aos aspectos ambientais o não desenvolvimento da região. Ignoram a história, os valores e a cultura do Sertão e ainda têm contribuído para agravar o verdadeiro conflito que norteia os sertanejos: a perda de identidade, que os desmobiliza, os paralisa e os expulsa de seu lugar. As modernas políticas de águas não fogem à tradição do modo de fazer política no Sertão: a condição de sujeição das populações trabalhadoras não se modifica. Os sertanejos seguem submetidos a um estado de coisas em que a política (no sentido de *politics*) e a política (no sentido de *polícy*) se entrelaçam de forma promíscua. Ao invés de modernizarem, servem para manter o que de mais perverso tem na tradição da região: o coronelismo. Ao desprezar aspectos como a cultura, a prática do discurso da sustentabilidade tem mostrado a falácia da preeminência da dimensão econômica de mercado, que é apenas uma das faces do desenvolvimento sustentável.

O cenário apreendido pela pesquisa indica uma tendência de esvaziamento do Sertão. Os idosos, que hoje garantem a renda de suas famílias com a aposentadoria, desaparecerão aos poucos. As crianças crescerão e irão para as cidades em busca de condições de sobrevivência. De um modo geral, o Sertanejo hoje despreza sua própria condição e demonstra viver

uma crise de identidade com o espaço que habita e com suas origens, resultando em uma auto-estima baixa e descrença de sua capacidade melhorar o próprio futuro. Mesmo que alguns Sertanejos ainda permaneçam, a desmobilização do Sertão parece irreversível, a persistirem as tendências atuais. Essa constatação leva a um dilema: ou as políticas públicas revêem seus princípios, adaptam-se à realidade descrita e adotam mecanismos de emergência para evitar a morte social do Sertão, ou simplesmente continuam a ignorar esse espaço e suas necessidades, confirmando o cenário do esvaziamento fatal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL Filho, Jair do. (2004). *Capital Social, Cooperação e Alianças entre os Setores Público e privado no Ceará*. Artigo no. 2. Fortaleza: IPECE. http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/artigos/ART_2.pdf (Consultado na Internet em: 06/09/2004)

AMARAL Filho, Jair do (org.). (2000) *Federalismo fiscal e transformações recentes no Ceará*. Fortaleza: INESP.

ANDERSON, Perry. (1995) "Balanço do neoliberalismo". In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

BANCO MUNDIAL. (2003). *O Banco Mundial no Brasil: uma parceria de sucesso.* Brasília: Banco Mundial – Departamento do Brasil. Folheto.

BARREIRA, Irlys Alencar Firmo.(2002). "Pensamento, palavras e obras". In: PARENTE, Francisco Josênio e ARRUDA, José Maria (orgs.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.

BARTHOLO JR., Roberto S. (2001). "A mais moderna das esfinges: notas sobre ética e desenvolvimento". In: BURSZTYN, Marcel (org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond. (Coleção Terra Mater)

BURSZTYN, M. (1994). "Estado e meio ambiente no Brasil". In: BURSZTYN, M. (org) *Para pensar o desenvolvimento sustentável.* 2a. ed. São Paulo: Brasiliense.

BURSZTYN, Marcel. (1984). *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis/RJ: Vozes.

CEARÁ. Governador 1987-1990 (Tasso Jereissati). (1987). *Plano de mudanças – 1987/1991*. Fortaleza: SEPLAN.

CEARÁ. Governador 1995-1998 (Tasso Jereissati). (1995). *Plano de desenvolvimento sustentável - 1995/1998*. Fortaleza: SEPLAN.

CEARÁ. Governador, 1999-2002 (Tasso Jereissati) (2000). *Consolidando o novo Ceará - Plano de desenvolvimento sustentável - 1999/2002*. Fortaleza: SEPLAN.

CEARÁ – IPECE. (2003a). *Anuário estatístico do Ceará.* Fortaleza: IPECE.

CEARÁ. Governador (2003-2006) Lúcio Alcântara. (2003*). Ceará cidadania. Crescimento com inclusão social – 2003/2006.* Fortaleza: SEPLAN, 2003.

CEARÁ. Governo do estado. (2004). *PROURB investe na estruturação urbana de 44 municípios*. Notícias. Fortaleza, 08/01/2003. http://www.ceara.gov.br/noticias/noticias_detalhes.asp?nCodigoNoticia=8063. (Consultado na Internet em: 10/09/2004.)

CORDEIRO, Celeste. (2003). "A cultura política num cabo-de-guerra: um estudo das relações entre Prefeitura e os Conselhos municipais de co-gestão pública no Ceará". In: *O público e o privado*. Fortaleza: UECE/Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade. Ano 1, No. 1, Janeiro/Junho.

CHACON, Suely Salgueiro. (2007). *O Sertanejo e o caminho da s águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido*. Fortaleza: BNB. Série Teses e Dissertações. Vol. 8.

CHACON, Suely Salgueiro. (1994). *Análise da sustentabilidade do projeto de implantação de sistemas de bombeamento de água movidos a energia solar no estado do Ceará -Brasil*. Fortaleza: UFC/CCA/DEA. Dissertação de Mestrado em Economia Rural.

DIÁRIO DO NORDESTE. (2005). *Segurados especiais do INSS - Benefícios rurais crescem 25% em cinco anos no CE. Caderno Negócios*. Fortaleza, 25 de Janeiro.

DIÓGENES, Glória. (2002). "Ciro Gomes: percursos de uma imagem". In: PARENTE, Francisco Josênio e ARRUDA, José Maria (orgs.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.

GONDIM, Linda M. P. (2000). "O "governo das mudanças" (1987-1994)". In: SOUZA, Simone de (org.) *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2000.

IBGE. *Censo Demográfico*. (vários anos)

IPECE (2003). *Mapa de localização do estado do Ceará*. http://www.iplance.ce.gov.br (Consultado na Internet em: 30/09/2008).

IPECE – Instituto de Pesquisas Econômicas do Ceará - Governo do Ceará. (2005). *Síntese dos Indicadores Sociais (1992-2002/2003)*. Fortaleza.

IPECE – Instituto de Pesquisas Econômicas do Ceará - Governo do Ceará. (2004). *Evolução dos Indicadores Sociais (1992-2002).* Fortaleza.

PNUD/IPEA/FJP. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. (2003). Software Versão 1.0.0 da ESM Consultoria. Disponível em: http://www.ipea.gov.br (Consultado na Internet em: 30/01/2004).

PROJETO ÁRIDAS. (1995). *Nordeste - Uma estratégia de desenvolvimento sustentável.* Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento.

REBOUÇAS, Osmundo et al. (1997). *Gestão compartilhada: o pacto do Ceará*. Rio de Janeiro: Qualitymark.

ROCHA, Euripedys E. e CHACON, Suely S. (1991). *Planejamento Industrial no Ceará*. Textos para Discussão. FEAAC/UFC. Fortaleza, 1991.
TABARELLI, Marcelo e SILVA, José Maria Cardoso da. (2003). "Áreas e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da caatinga". In: LEAL, Inara, TABARELLI, Marcelo e SILVA, José Maria Cardoso da. *Ecologia e conservação da caatinga*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
TENDLER, Judith. (1998). *Bom governo nos trópicos: uma visão crítica*. Trad. Maria Cristina Cupertino. Rio de Janeiro: Revan, Brasília: ENAP.

Corporativismo e família:tradição luso-brasileira no marco da Representação Complexa

Gisele Silva Araújo1

Resumo: A presente comunicação tem por tema central as relações entre a tradição cultural luso-brasileira, ligada à idéia de família e comunidade, e o corporativismo como fenômeno não apenas institucional, mas também cultural. Ao contrário de versões correntes nas Ciências Sociais que apontam tal tradição como refratária à modernidade, o objetivo aqui em tela é propor que o trinômio família-comunidade-corporação responde por uma formulação alternativa do moderno, que se sobrepõe à concepção reducionista da sociedade como palco das relações de interesse. Neste sentido, o que foi comumente concebido como "atraso" se torna contemporaneamente elemento fundamental para a superação das mazelas do "moderno". Em comunicação anterior neste Congresso, postulei que o fenômeno contemporâneo da judicialização da política pode corresponder a um alargamento da democracia, no sentido de abrir o Poder Judiciário a demandas populares não satisfeitas pela representação monista concentrada no Poder Legislativo. Neste sentido, promoveriam o que o francês Pierre Rosanvalon denomina representação complexa. Na investigação que ora proponho, sustento que as tradições culturais ibéricas favorecem uma ação social comunitária, influenciando grupos demandantes e operadores do poder público na consecução de demandas anteriormente não satisfeitas pelas instâncias típicas de representação, em particular, o Legislativo. Daí que o binômio tradição ibérica – representação complexa seja uma conjunção apta a reafirmar a modernidade das sociedades lusófonas. A influência primeira neste arranjo, propõe-se aqui, reside no português Silvestre Pinheiro Ferreira.

Introdução

O processo de modernização das sociedades ocidentais, segundo algumas das teorias sociológicas clássicas, teria desfeito laços sociais baseados nas chamadas identidades primárias, tais como a família, a vizinhança, as fidelidades tradicionais vinculadas às etnias, às comunalidades culturais, às linhagens sanguíneas. Não obstante, vários estudos sobre a configuração social brasileira, em particular a partir do século XIX, afirmam a existência e persistência de estruturas familisticas e comunitárias supostamente refratárias às exigências modernas, constituindo as marcas do atraso deste país.

No Brasil, estas estruturas de solidariedade subnacionais teriam ou uma origem cultural – um iberismo herdado do estatismo do mundo português – ou material, fundadas em particular na realidade agrária – um iberismo autóctone ancorado na formação patriarcal do latifúndio2. Num ou noutro caso, a resultante teria sido uma realidade pouco afeita ao moderno, em função da persistência de conformações distantes do indivíduo auto-interessado.

A percepção desta suposta oposição entre o moderno e a formação social brasileira transparece mais ou menos explicitamente em vários autores da sociologia pátria. Afirmação que marca taxativamente tal interpretação, a título de exemplo, se encontra no *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Hollanda, obra com forte influência da sociologia de Max Weber:

> "O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve os seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX. De acordo com esses doutrinadores, o Estado e as suas instituições descenderiam em linha reta, e por simples evolução, da família. A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. Há nesse fato um triunfo do geral sobre o particular..."3

Conforme o próprio autor assinala, tal forma dicotômica de conceber a modernidade teve a oposição dos que ele denomina "*românticos*" do século XIX. Teve contestações dentro da sociologia clássica, com Émile Durkheim e Alexis de Tocqueville; também no século XX, com o funcionalismo de Talcott Parsons, por exemplo; e recentemente, com o debate entre liberais, procedimentalistas e comunitaristas no âmbito da ciência política contemporânea. Românticos ou não, em

1 Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Graduada em Ciências Sociais (UFRJ) e Direito (UERJ). Professora de Sociologia da PUC-Rio e do IFCS-UFRJ, gssaraujo@yahoo.com.br.
2 Trata-se da oposição entre um Iberismo com origem na cultura portuguesa trazida ao Brasil e um Iberismo "autóctone", fomentado pela autarquia do latifúndio que teria caracterizado por longo tempo a estrutura agrária brasileira. Para a definição dos dois conceitos, cf. WERNECK VIANNA, Luis. "Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos". In: **A Revolução Passiva**: Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997, pp. 125-172.
3 HOLLANDA, Sergio Buarque de. Raízes do Brasil. 26ª Ed. 13ª Reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 141.

alguns destes autores, o nascimento do cidadão responsável "ante as leis da Cidade" não se esgota com a produção do indivíduo moderno, faltando-lhe laços de solidariedade capazes de afastá-lo de um privatismo conflitivo e desagregador.

Seja pela recuperação da virtude republicana, pelo fomento do *interesse bem compreendido*, pela produção da *solidariedade orgânica*, ou pela manutenção de vínculos comunitários, aqueles autores reputam indistintamente importantes os agrupamentos intermediários – i.e., entre o indivíduo e o Estado –, ao lado de uma pedagogia cívica que lhes traria à prática do pertencimento ao universal.

Tal como na sociologia clássica, nem todas as formulações sobre a modernização do Brasil sucumbiram à dicotomia família *versus* Estado. Desde o Império, passando pelo pensamento político da Primeira República e culminando no corporativismo do período Vargas, a idéia de comunidade e solidariedade familiar não foi sempre vista como antitética ao moderno. Ao invés de vislumbrarem a necessidade de romper com esta tradição luso-brasileira baseada na solidariedade subnacional, alguns intelectuais buscaram dela extrair fórmulas proveitosas para a integração social mais ampla.

O próprio Sérgio Buarque de Hollanda, no enigmático final de *Raízes do Brasil*, afirma

> "acentuarem-se zonas de confluência e de simpatia entre esses ideais [democráticos] e certos fenômenos decorrentes das condições de nossa formação social"4.

O presente texto tem a pretensão de se inserir num esforço coletivo, empreendido no Brasil por diversos intelectuais, de se afastar da interpretação de que a herança cultural ibérica teria sido uma entrada *torta* para o moderno, legando-nos um Estado de tipo *oriental* e uma estrutura social familística que impede a formação do virtuoso indivíduo auto-interessado, condenando-nos então às eternas "*viagens redondas*".5 Tem, no entanto, um aspecto eminentemente propedêutico. Trata de propor o problema, e não de resolvê-lo.

Busca anunciar os indícios de que o Brasil se manteve, na sua história política, indeciso entre o americanismo e o iberismo, ambos – material e ideacionalmente – constituintes de sua formação. Começa a evidenciar algumas formulações que reconhecem o projeto de modernidade da tradição lusa, tão singular quanto qualquer outro equivocadamente erigido como padrão, permitindo reler a trajetória e as condições de possibilidade do Brasil sem renegar sua origem, afastando a desastrada hipótese de refundar o país.

A formulação clássica neste sentido é da lavra de Francisco José de Oliveira Vianna. Em *Instituições Políticas Brasileiras*, o intelectual fluminense revê suas proposições desenvolvidas em *Populações Meridionais do Brasil* acerca dos tipos brasileiros conformados pelas paisagens do país, e conclui pela pertinência de instituições que *aproveitem* a solidariedade familiar, rompendo os limites do clã rural no sentido de torná-la nacional.6 O presente artigo, entretanto, não põe foco em autores reconhecidamente tributários da tradição ibérica mas, ao contrário, dirige-se àqueles que foram interpretados comumente como liberais "doutrinários".7 A revisitação do filósofo e jurista português Silvestre Pinheiro Ferreira, presente no Brasil durante a permanência da Família Real, pretende, nesse sentido, retirá-lo de um aprisionamento dicotômico.

Silvestre Pinheiro Ferreira: nota biográfica

Silvestre Pinheiro Ferreira não é um personagem visitado com freqüência pelas ciências sociais brasileiras. De fato, é mais contundentemente no âmbito da filosofia, em particular pela pena de intelectuais declaradamente adeptos da ideologia liberal, que o publicista luso vem sendo investigado no Brasil. Alguns destes seus intérpretes referem-se ao seu pensamento como aquele que inaugura a tradição do liberalismo no Brasil, em particular pela introdução do tema da representação política *de interesses* na Monarquia Constitucional que neste país tem lugar a partir da Independência.8

Silvestre Pinheiro Ferreira nasceu em 1769 e faleceu em 1846. Quando ingressa na Congregação do Oratório em 1784, destinando-se à carreira eclesiástica, Portugal já havia afastado Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal (1699-1782) – da Secretaria do Estado do Reino, onde estivera desde 1755, ano da coroação de D. José I, até 1777, quando assume o trono D. Maria I em função da morte de seu pai. O racionalismo e o iluminismo pombalinos, no entanto, se fariam ecoar nos rumos do jovem filósofo que, contestando um padre seu professor com uma dissertação na Universidade de Coimbra, abandona os oratorianos em 1791.9

Como se sabe, sob as ordens do Marquês de Pombal havia tomado lugar: a "*reforma dos estudos*" que incluiu a extinção da Universidade de Évora e mudanças na Universidade de Coimbra; a expulsão dos Jesuítas e eliminação de seu

---

4 Idem, p. 184. O autor enumera alguns fatores da formação cultural brasileira favoráveis à democracia liberal. Dentre eles, enuncia explicitamente uma possibilidade de articulação a partir da "bondade natural": "... as idéias da Revolução Francesa encontram apoio em uma atitude que não é estranha ao temperamento nacional. A noção da bondade natural combina-se singularmente com o nosso já assinalado "cordialismo". A tese de uma humanidade má por natureza e de um combate de todos contra todos há de parecer-nos, ao contrário, extremamente antipática e incômoda. E é aqui que o nosso 'homem cordial' encontraria uma possibilidade de articulação entre seus sentimentos e as construções dogmáticas da democracia liberal." *Idem, ibidem.*

5 FAORO, Raymundo**. Os donos do Poder**: Formação do Patronato político brasileiro. Porto Alegre: Editora Globo, 1958. Texto importantíssimo para a compreensão das linhas de interpretação do Brasil que situam Raymundo Faoro, entre outros, em perspectiva é VIANNA, Luiz Werneck. "Weber e a Interpretação do Brasil", disponível em http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=85, acessado em 14 de novembro de 2008.

6 OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. **Instituições políticas brasileiras**. Brasília: Senado Federal, 1999.

7 Para a análise de Rui Barbosa e outros personagens da passagem da Monarquia à República no Brasil, cf. ARAÚJO, Gisele. **Os Sentidos da Ordem**: abstração, legitimidade e interesse nos liberais e positivistas da Primeira República. Tese de Doutorado. Iuperj, 2007.

8 Neste sentido, cf. Antônio Paim, Vicente Barreto, João Cruz Costa e Ricardo Vélez Rodrigues

9 As fontes para a biografia de Silvestre Pinheiro Ferreira foram várias. Destaque-se: PEREIRA, José Esteves. **O essencial sobre Silvestre Pinheiro Ferreira**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2008.

controle sobre a educação; a submissão da Igreja (e do Tribunal do Santo Ofício) à autoridade real; os decretos que impunham à nobreza a proibição da endogamia e proibiam a distinção entre "cristãos velhos" e "cristãos novos"; a racionalização da administração, dos negócios e finanças, com forte cunho protecionista e desenvolvimentista. Tais medidas reuniam o propósito do desenvolvimento econômico ao fortalecimento do poder régio, desagradando a nobreza portuguesa.10

O embate entre a Igreja, a nobreza e o Rei que caracteriza o período pombalino marcará Silvestre Pinheiro Ferreira nos rumos que toma na sua juventude, mas também no regalismo que o acompanhará adiante. Ainda nos oratorianos, será influenciado por Luiz António Verney (1713-1792), autor de "O Verdadeiro Método de Estudar" em crítica ao ensino jesuítico e que também deixara suas marcas em Pombal. Junto com o filósofo italiano Antonio Genovesi (1713-1769), com quem convivera em Roma, a doutrina de Verney tomará a denominação de "*empirismo mitigado*", ambiência sob a qual se forma Silvestre Pinheiro Ferreira e que buscará superar com sua própria filosofia.11

Deixando a Congregação do Oratório, atua como professor particular até assumir o posto de Professor substituto de Filosofia Racional e Moral no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra. Em 1797, suas posições racionalistas fazem com que seus colegas o denunciem à Inquisição como jacobino, seguindo-se uma devassa em sua residência que lhe faz exilar-se de Portugal. Auxiliado por António de Araújo e Azevedo (1754-1817), futuro Conde da Barca, trabalha nas embaixadas portuguesas de Paris e em Haia (1798-1802), e em Berlim (1802-1804). Nesse período, realiza viagem de "*observação cultural e política*" pela Europa, aprofundando seus conhecimentos de botânica, geologia e química, assistindo a preleções de Fichte e Schelling, e a cursos dos filósofos naturalistas Karstens e Werner, além de familiarizar-se com o sistema Wolf-Leibniz.

Pinheiro Ferreira havia sido demitido das funções diplomáticas em 1804. Deixará Berlim em função da aproximação napoleônica e irá para o Brasil em 1810, seguindo a corte portuguesa que transmigrara em 1808. Nos trópicos, D. Rodrigo de Sousa Coutinho tem maior relevância política que António de Araújo e Azevedo, seu protetor. Inicia então um curso de filosofia que dará origem às *Prelecções Filosóficas sobre a Teoria do Discurso e da Linguagem, a Estética, a Diceósina e a Cosmologia*, publicado em partes na Imprensa Régia. Em 1814, a pedido de D. João VI, *escreve Memórias Políticas sobre os Abusos Gerais e Modo de os Reformar e Prevenir a Revolução Popular*, cujo conteúdo, em linhas gerais, indica reformas para frear a eclosão de um liberalismo "de teor mais radical".12

Em 1821, retorna a Portugal com D. João VI, na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Segundo José Esteves Pereira, Silvestre Pinheiro lê o discurso do Rei em 4 de julho de 1821, libelo que *"com toda probabilidade, redigira"*, e que desgosta os constituintes por atribuir ao Rei um "papel excessivamente interventivo".13 Passou a exercer funções diplomáticas em Paris, desde 1825, embora fosse eleito várias vezes Deputado às Cortes (1826, 1828, 1837, 1838, 1842). Entre suas mais conhecidas obras desde então estão: *Précis d'um Cours de Droit Public Interne et Externe*, em 1830; *Manual do Cidadão num Governo Representativo ou Princípios de Direito Constitucional, Administrativo e das Gentes*, 3 volumes, em 1834*;* e *Mutualismo: Projecto de Associação para o Melhoramento da Sorte das Classes Industriosas*, de 1840.

A influência de Silvestre Pinheiro Ferreira no Brasil deve-se aos 11 anos em que permaneceu no país e ao posto de Conselheiro do Rei que então exerceu. Suas obras repercutiam na política: José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu (1756-1835), por exemplo, as anunciava na tribuna do Senado.14 Para os propósitos aqui em tela, resta importante fixar o alcance de suas idéias no que se refere ao contexto da época: a proposta de criação de um Império Luso-brasileiro que garantisse a unidade entre Portugal e Brasil sob o domínio do Rei e a resposta às pretensões absolutistas através da estruturação de uma Monarquia Constitucional, cujos pilares seriam uma certa concepção da representação, e a divisão quíntupla dos poderes constitucionais. Ao lado de Benjamin Constant (1767-1830), ambos leitores de Montesquieu (1689-1755), é a ele que se deve uma das primeiras justificativas do Poder Moderador que toma forma na Constituição brasileira de 1824.

O Poder Moderador, a ausência de povo e o interesse da nação

Na passagem do século XVIII para o XIX estão na ordem do dia os modos de erguer estruturas político-jurídicas mais afins, por assim dizer, com o espírito do tempo. A produção intelectual dedica-se, como se sabe, às instituições necessárias à fundação de uma república num território de dimensões continentais, à constitucionalização das monarquias e à pacificação das revoluções burguesas liberais. A solução produzida para o caso brasileiro – a formação de uma Monarquia Constitucional caracterizada, entre outras coisas, pela existência do Poder Moderador – encontra justificativas "universais", mas também motivações que aludiam às particularidades da realidade deste país.

---

10 "Marquês de Pombal". Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas. Número 15-16. Janeiro-Junho 2003. Disponível em http://www.instituto-camoes.pt/revista/revista15.htm. Acessado em 14 de Novembro de 2007.

11 No Brasil, os pensadores identificados com o "empirismo mitigado" teriam sido José Bonifácio, Tomás Antonio Gonzaga e Matias Aires. A esse respeito ver também CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da**. Verdades por mim vistas e observadas, oxalá foram fábulas sonhadas:** Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

12 Segundo José Esteves Pereira, "Tratava-se de um projecto que pretendia dar novo rumo ao absolutismo reformista em definitiva crise." PEREIRA, José Esteves. O essencial sobre Silvestre Pinheiro Ferreira, Op. Cit., Pág. 6.

13 Idem, ibidem.

14 José Maria da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, é tido como o introdutor dos temas da economia política liberal no Brasil. É autor de Princípios de Direito Mercantil e, mais tarde, redige Princípios de Economia Política, no qual revela-se conhecer as teorias de Montesquieu, Quesnay, Smith, Ricardo, Malthus e Burke, entre outros. Cf. Wilson Martins. História da Inteligência Brasileira. Vol. II. Cap I.

A vários teóricos e políticos do Império brasileiro parecia que, à luz do que eles criam que o Brasil *deveria ser,* faltava a este país o *"povo"*. O diagnóstico era de que não havia solidariedade que sustentasse o espírito público e o sentimento de pátria, dois elementos necessários para a efetiva integração nacional. Por suposto, os remédios não poderiam apontar para a virtude burguesa do indivíduo auto-interessado, de cujos conflitos adviria pela *mão invisível* o interesse da nação. Tratava-se então de encontrar a fórmula constitucional que garantiria a unidade política e territorial por sobre as tendências centrífugas verificadas em toda a América de colonização ibérica. No entendimento da elite dirigente do país, a tarefa opunha a soberania popular à soberania dinástica, distanciando-os não apenas da democracia, mas também da liberação de interesses particularistas, encontrando solução na afirmação do Poder Moderador.

Segundo o jurista Braz Florentino Henriques de Souza (1825-1870)15, o Poder Moderador é um órgão constitucional distinto dos demais, irresponsável e acima das limitações previstas na lei. Ele é o lugar por excelência da soberania, legitimada pela tradição portada pela figura pessoal do Imperador. Em 1847, cria-se a figura do Presidente do Conselho dos Ministros, doravante titular do Poder Executivo. Torna-se então mais claro que o Rei, titular do Poder Moderador, não reúne poderes arbitrários: ele é o garante do *interesse da nação*, esfera de poder neutra, irresponsável e superior aos interesses particularistas que se faziam representar nos demais poderes.

A formulação clássica que justifica o Poder Moderador à luz da realidade brasileira e dos propósitos que empresta à engenharia constitucional é da lavra de Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai (1807-1866), em sua obra *Ensaio sobre o Direito Administrativo*. Neste autor, os interesses gerais, na impossibilidade de serem resguardados pelos hábitos nacionais do povo, devem ser garantidos por instituições do direito posto, a saber, o "*poder neutro*" que representa os olhos da nação por sobre o partidarismo do parlamento e do executivo.16 Ainda que haja previsão de representação dos diversos interesses nos quais se divide a sociedade, em caso de conflito, sobrepõe-se aquela instância destinada a garantir a supremacia das finalidades coletivas.

Noutras palavras, o argumento em favor do Poder Moderador aludia a uma realidade nacional na qual as solidariedades locais não se erguiam ao âmbito nacional. O Direito seria então o instrumento através do qual as comunidades locais se uniriam em favor do Estado. À falta de unidade de interesses mais geral aludia, por exemplo, o jurista, político e diplomata Gilberto Amado (1887-1969), ao diagnosticar a "*ausência de povo*" como o substrato da Constituição de 1824. Segundo sua análise, a inexistência de *opinião pública* teria impedido a construção de verdadeiros institutos representativos fiéis à aspiração do autogoverno.17 Daí que tenha sido necessária, sob pena de desintegração social, política e territorial, a centralização político-administrativa através do Poder Moderador.

A afirmação da "*ausência de povo*" como fator particularmente brasileiro para a justificação do Poder Moderador é, de fato, traço presente nos autores pátrios. Não obstante, a necessidade de preservação de um interesse de caráter público acima do conflito de interesses privados se apresenta como tema geral aos pensadores daquela época. Nesta esteira estão, por exemplo, Sieyès (1748-1836) e Edmund Burke (1729-1797). Nesse mesmo sentido, um dos intelectuais mais visitados pelo Império brasileiro é Alexis de Tocqueville (1805-1859), ele também, como Benjamin Constant, leitor assíduo de Montesquieu. Segundo aquele autor, o material sociológico que instrui a modernidade não remete por si só à ação: o estado social de igualdade tem como corolário o individualismo, o privatismo, a exaltação das fruições materiais e a indiferença cívica, que juntos se traduzem em inação pública.

Para Tocqueville, à medida que todos os homens precisam preservar as condições de busca de seus interesses privados, eles renunciam igualmente à liberdade positiva, dando ensejo ao surgimento da *tirania da maioria* e do *despotismo moderno.*18 Tal desígnio não é, no entanto, determinístico. Embora a democracia como estado social de igualdade seja inevitável, a ciência política pode conduzir o processo de sua produção de forma a minimizar seus perigos inerentes, preservando alguma liberdade pública. A fórmula – que na experiência norte-americana incluiria a descentralização – passará pela mediação entre o indivíduo auto-interessado e o Estado moderno: as associações intermediárias exerceriam o papel que outrora teria sido função institucional da aristocracia, sustentando sociologicamente não mais a produção das virtudes *antigas,* mas ao menos o frágil e indispensável interesse bem compreendido.19

---

15 SOUSA, Braz Florentino Henriques de**. Do poder moderador**: Ensaio do direito constitucional contendo a analise do titulo V, capitulo I, da Constituição Política do Brasil. Brasília: Senado Federal; UnB, 1978. Braz Florentino Henriques de Souza foi professor de Direito Civil na Faculdade de Direito de Recife e dedicou-se a estudos de direito penal.

16 URUGUAI, **Paulino José Soares de Sousa,** Visconde do. Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai. Organizado por Jose Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 2002. Exatamente esta interpretação do Poder Moderador será questionada mais violentamente a partir de 1868, ano da queda de Zacarias de Goes e Vasconcelos do posto de Presidente do Conselho de Ministros, e cuja obra **Da Natureza e Limites do Poder Moderador** vem precisamente defender a tese de que o Poder Moderador é órgão constitucional como outro qualquer, cuja autoridade é delegada pela soberania do povo, afastando-se da legitimação tradicional. Ainda compreende que o poder executivo está igualmente nas mãos do monarca. Cf. VASCONCELLOS, Zacharias de Goes e. Da Natureza e limites do poder moderador. Brasília: Senado Federal ; UnB, 1978.

17 Ver por exemplo AMADO, Gilberto. Grão de Areia e estudos brasileiros. São Paulo: José Olympio, 1948.

18 "Acima desses se ergue um poder imenso e tutelar, que se encarrega sozinho de assegurar o proveito e zelar pela sorte deles. É absoluto, detalhado, regular, previdente e doce. Ele se pareceria com o poder paterno se, como este, tivesse por objeto preparar os homens para a idade viril; mas, ao contrário, procura tão-somente fixá-los de maneira irreversível na infância; ele gosta de que os cidadãos se regozijem, contanto que não pensem em outra coisa que regozijar-se." TOCQUEVILLE, Aléxis. A Democracia na América: Sentimentos e opiniões. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 389.

19 Tocqueville opera simultaneamente no plano do ser e do dever ser, na investigação sociológica e na prescrição normativa. Empunhando uma sutil combinação entre determinismo e intervenção humana, concebe a ciência política como um saber privilegiado, capaz de instituir a boa sociedade, isto é, a que garante a liberdade política afastando o despotismo. Se na antiga ordem a aristocracia – com sua ilustração, sua disponibilidade e em conseqüência sua virtude – realizava

Esta nota continua na página seguinte

Diferente do arranjo analisado por Tocqueville, a engenharia constitucional brasileira se proporia a afastar o *privatismo* através da centralização e do instituto do Poder Moderador. Informada pelos trabalhos de Tocqueville mas também dos de Benjamin Constant,20 entre outros, a elite imperial entendeu que a descentralização aqui produziria separatismo, e não o sentimento de unidade pública. O Poder Moderador – acima das distensões particularistas – garantiria os interesses gerais da comunidade em oposição às tendências centrífugas dos interesses privados.21 Nesse sentido, a teoria pátria a favor do Poder Moderador responde pela arte da política preocupada com os efeitos desintegradores da igualização, tal qual Tocqueville, adicionada dos efeitos agravantes de uma sociedade pós-colonial sem "*povo"*.

Alguns intérpretes contemporâneos – notadamente os que abraçam explicitamente a ideologia liberal – tomam o Poder Moderador como o *poder moral*, corolário necessário do liberalismo.22 Realçam, assim, que o mecanismo monárquico no Brasil implementou uma efetiva representação de interesses, sistema este destinado a garantir o controle dos indivíduos, em suas diferenças e conflitos, sobre o Estado. O que resta minimizado nestas análises é o caráter comunitário que as argumentações a favor do Poder Moderador emprestavam à sua função, qual seja, a de se sobrepor aos interesses discrepantes dos membros da sociedade, em nome da superioridade do interesse unitário da nação.

Neste sentido, a solução da Monarquia contra o que estes autores denominam *democratismo*, se inscreve numa tradição de cujo núcleo não se pode retirar o respeito à hierarquia e à autoridade, sob pena de desfiguração das respectivas teorias. Nessa linha de argumentação, ainda que se possa denominar sem distinção autores como Burke, Sieyès, Benjamin Constant e Tocqueville de liberais, é producente chamar a atenção para a superioridade do interesse público, sustentada por todos eles, e para as engenharias constitucionais que propõem no intuito de minimizar a desintegração social que advém do conflito de interesses particulares, ainda que representados.

Silvestre Pinheiro Ferreira, tido naquelas análises como introdutor da tradição liberal no Brasil, se apresenta aqui como pensador de uma linhagem luso-brasileira ocupado prioritariamente com o tema da supremacia do interesse da nação. De sua vasta obra intelectual, o presente artigo destacará especificamente os escritos mais diretamente políticos dos anos 1810, quando de sua estadia no Brasil. Algumas menções a suas obras posteriores serão feitas, em função da necessidade de esclarecer suas proposições anteriores.

Silvestre Pinheiro Ferreira: Direito e Unidade

A preocupação central de Silvestre Pinheiro Ferreira durante sua permanência no Brasil é garantir a unidade dos Reinos do Brasil e de Portugal, através da preservação da unidade do Império luso-brasileiro, negando, portanto, a independência da colônia portuguesa. Diante da inevitabilidade dos novos tempos liberais, ocupa-se em configurar uma Monarquia Constitucional para os dois reinos, arranjo que garantisse simultaneamente a observância de direitos individuais e a representação de interesses, exigências que em sua análise não podiam ser adiadas, sob pena de revolução. Se incorporadas com habilidade, no entanto, haveriam de ser satisfeitas mantendo um espaço de prerrogativas régias definidas constitucionalmente no Poder Moderador.

Dentre os autores com cujas obras a teoria política de Silvestre Pinheiro Ferreira dialoga, têm destaque para o tema aqui em tela John Locke (1632-1704), Edmund Burke e Benjamin Constant. De seus conselhos políticos e sua análise constitucional pode-se verificar o arranjo institucional que propõe: direitos individuais liberais, representação dos interesses funcionalmente dividida por setor de ocupação, soberania formalmente oriunda do povo, mas operada por representantes que agem no interesse da nação e Poder Moderador. Se é possível encontrar neste autor os primórdios de uma teoria liberal, é não menos evidente sua inserção numa tradição que faz o interesse geral se sobrepor aos interesses particulares dispersos e em conflito na sociedade.

Tal como John Locke, Silvestre Pinheiro Ferreira prescreve a preservação dos direitos individuais liberais à religião, à opinião, à vida, liberdade e propriedade. Também como o autor inglês, entende poder o rei agir mesmo *contra legem*, caso seja para o "bem público" ou para o "interesse geral". Nos termos de Locke, trata-se do *poder de prerrogativa*.23

---

a intermediação entre o povo e o rei impedindo que este reunisse poderes absolutos, nas sociedades modernas faz-se necessário localizar ou produzir intencionalmente esta instituição.

20 CONSTANT, Benjamin. Cours de Politique Constitutionelle. 2a ed. Paris: Guillaumin et gie, 1872. O tema de Constant é o mesmo de Tocqueville no que se refere aos perigos da democracia. Para ele, a origem do poder e sua titularidade residem no povo. Mas o conceito exige limites sob pena da soberania do povo levar à tirania da maioria e eliminar as liberdades. Para resguardar as liberdades individuais, o princípio ilimitado da soberania do povo deve ser afastado evitando o despotismo.

21 Segundo Benjamin Constant, somente numa monarquia constitucional o Poder Real funcionaria de acordo com suas finalidades, podendo ser neutro, inviolável, sagrado, superior, árbitro, enfim, o judiciário dos demais poderes, já que somente pela hereditariedade ele pode se isolar da disputa partidária. "Lê roi, dans um pays libre, est um être à part, supérieur à toutes le diversités d´opinions, n´ayant d´autre intérêt que le maintien de l´ordre e le maintien de la liberté... " Idem, Pág. 480.

22 Cf. De MALFATTI, Selvino Antonio. Raízes do Liberalismo Brasileiro. Editora Palotti, Porto Alegre, 1985. Segundo este autor, o poder moral foi mesmo constatado por John Locke, constitucionalizado por Benjamin Constant e por Silvestre Pinheiro Ferreira e, no Brasil, concretizado no Poder Moderador. Tem por baluarte a defesa dos interesses gerais da comunidade como um todo. Os interesses seccionados estavam presentes nos partidos políticos e iriam ao parlamento, não sem antes no entanto passar pelo crivo do interesse geral.

23 "Este poder de agir de acordo com a discrição a favor do bem público, sem a prescrição da lei e muita vez mesmo contra ela, é o que se chama prerrogativa. Porquanto, como em alguns governos o poder que faz as leis nem sempre está funcionando, e é, em geral, por demais numeroso e lento pra a rapidez exigida pela execução, e porque também é impossível prever, e, portanto, prover por meio de leis, todos os acidentes e necessidades que interessarem ao público, ou fazer leis tais que não causem dano se executadas com rigor inflexível em todas as ocasiões e sobre toda as pessoas que a elas, por acaso, fiquem sujeitas, existe certa latitude nas mãos do poder executivo para levar a efeito muitas ações de sua escolha que as leis não prescrevem." LOCKE, John. **Segundo Tratado sobre o**

Esta nota continua na página seguinte

Neste autor, no entanto, a prerrogativa faz parte da "latitude" necessária ao Poder Executivo, tal como figurará n'*Os Federalistas* contra os interesses particulares dos pobres que poderiam formar a maioria do legislativo.24 Contra a *tirania da maioria de não-proprietários* que fazem as leis, Hamilton reclama um executivo forte capaz de se sobrepor inclusive às leis.

As mesmas preocupações contra o que alguns denominam *democratismo,* isto é, a vontade da maioria institucionalizada via legislativo, serão o alvo dos *Princípios de Política* e do *Curso de Direito Constitucional* de Benjamin Constant, bem como de Silvestre Pinheiro Ferreira. Benjamin Constant rechaçará as organizações republicanas precisamente por não disporem de um lugar fixo que represente a unidade da nação, pondo todos os poderes, mesmo constitucionalizados, uns contra os outros no afã da satisfação dos interesses seccionados. É somente numa Monarquia Constitucional que se pode ter institucionalmente um lugar neutro, acima da diversidade das opiniões discrepantes e das paixões, cujo interesse seja apenas o de manter a ordem e a liberdade. Este lugar só pode pertencer àquele que nasce neste desígnio, já, desde sua constituição, acima da mundanidade das paixões e do interesse particular. O lugar de nascimento, pela sua conformação, faz a virtude do monarca.25

Nas *Preleções Filosóficas* publicadas no Rio de Janeiro em 1813, Silvestre Pinheiro Ferreira já anuncia a necessidade de garantir os Direitos e Deveres do Homem e do Cidadão, como forma de adaptar a Monarquia às novas exigências, afastando-a "*quer do formalismo dos direitos individuais, quer do amor próprio excessivo ou do egoísmo*".26

Segundo Wilson Martins, sua obra não ultrapassava o seu tempo, embora estivesse à frente do futuro imediato. Hipólito José da Costa, no Correio Braziliense, elogiava o "gênio e as descobertas do Filósofo" que reunia Bacon, Locke, Leibniz e Condillac.27 Alguns de seus intérpretes reputam a construção filosófica que desenvolve menos ao método de Bacon, ao nominalismo de Hobbes ou ao empirismo de Locke, mas principalmente ao sensualismo de Condillac e às teses utilitaristas de Bentham:

> "A fundamentação da Justiça e do Bem baseiam-se no interesse da maioria: 'o Direito é sempre aquilo que, em qualquer circunstancia, se pode reconhecer como o mais útil ao homem e ao cidadão de acordo com a sua natureza ou a determinação da sociedade'.

Acrescentando ainda que 'deve-se examinar se o acto de que se trata acarreta, em última instancia, o maior bem possível tanto para a sociedade em geral como para cada indivíduo'.O que naturalmente, apesar de todo o idealismo e boa vontade, representa uma lacuna – já que nunca é possível produzir a prova correspondente."28

O problema, destarte, segue sendo o de como justificar como legítimo o *acto* tendo em vista o 'maior bem possível tanto para a sociedade em geral como para cada indivíduo'. Antes de definir o instituto da representação no seu *Manual do Cidadão em um governo representativo*,29 Silvestre Pinheiro Ferreira o discutirá quando da demanda de D. João VI acerca da situação do Império luso-brasileiro, em *Memórias Políticas sobre os Abusos Gerais e Modo de os Reformar e Prevenir a Revolução Popular*, escrito em 1814.

Compreenderá que os vários interesses a serem representados podem ser divididos em três grandes grupos, os "estados sociais" do comércio, indústria e agricultura:

> "Nós dissemos que se podiam distribuir pelos três estados de comércio, indústria e serviço público todos os moradores de um país. Ora em cada estado deve haver um certo número de homens capazes de compreender e sustentar no congresso os respectivos interesses. Estes homens distintos devem ter dado provas das suas capacidades nas ordens inferiores de onde

---

Governo. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974, Pág. 104. "Este poder, enquanto empregado para benefício da comunidade e convenientemente aos encargos e fins do governo é, sem dúvida, prerrogativa, não sendo nunca discutido; porquanto o povo raramente ou nunca alimenta escrúpulos neste ponto; longe dele examinar a prerrogativa se utilizada em qualquer grau tolerável para o uso a que se destina, isto é, para o bem do povo, e não manifestamente contra ele. Todavia, se surgir uma dúvida entre o povo e o executivo a respeito de uma questão qualquer que se pretenda ser prerrogativa, tal dúvida se resolverá facilmente, conforme a tendência do exercício desta for favorável ou prejudicial ao povo." Idem, Pág. 104-5. E ainda: "...a prerrogativa nada mais é senão o poder de fazer o bem público sem se subordinar a regras." Idem, p. 106.

24 HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. The Federalist. In: HUTCHINS, Robert Maynard (Ed.). **American State papers**; **The Federalist; J. S. Mill**. Chicago/London/Toronto: Encyclopaedia Britannica, INC., 1952, pp.21-266, Nº. 35, pp. 112-114. Para uma análise do fortalecimento do executivo em detrimento do legislativo, casa de representação dos interesses de todos, incluindo a maioria de não-proprietários, cf. LOSURDO, Domenico. **Democracia ou Bonapartismo**: Triunfo e Decadência do Sufrágio Universal. Tradução de Luis Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: UNESP, 2004

25 "Le roi, dans un pays libre, est um être à part, supérieur aux diversités des opinions, n' ayant d' autre intérêt que le maintien de l' ordre, et le maintien de la liberté, ne pouvant jamais rentrer dans la condition ommune, inaccessible en conséquence à toutes les passions que cette condition fait naître, et à toutes celles que la perspective de s' y retrouver nourrit nécessairement dans le coeur des agents investis d' une puissance momentanée. Cette auguste prérogative de la royauté doit répandre dans l' esprit du monarque un calme, et dans son âme un sentiment de repos, qui ne peuvent être le partage d' aucun individu dans une position inférieure." CONSTANT, Benjamin. Principes de politique Paris: Guillaumin.[Document électronique], Pág. 22. Disponível em http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k88000j.item. Acesso em 14 de novembro de 2008.

26 Segundo José Esteves Pereira, nas Prelecções, Silvestre Pinheiro Ferreira anunciava a pouca utilidade das lições de Antônio Genovesi e buscava superar o ecletismo redutor da ilustração portuguesa, marcada pela hegemonia da filosofia natural da reforma pombalina. Cf. PEREIRA, José Esteves. "Silvestre Pinheiro Ferreira e a Modernização da Filosofia no Brasil", Comunicação apresentada no II Seminário Farias Brito, UFJF, 2008. Disponível em http://iiseminariofariasbrito.blogspot.com/2008/10/silvestre-pinheiro-ferreira-e.html, acessado em 14 d e novembro de 2008.

27 Wilson Martins. História da Inteligência Brasileira. Op. Cit.

28 PREGITZER, Maria Elsa. A primeira Tese sobre Silvestre Pinheiro Ferreira: "Silvestre Pinheiro Ferreira: Sie Leben und seine Philosophie". Comentário sobre a tese de João José Louzada de Magalhães datada de 1857, Pág. 15.

29 Nessa obra, Pinheiro Ferreira realiza a distinção entre o procurador que representa seu constituinte e o que "representa os interesses do seu constituinte". Desse modo, concede liberdade à representação, desvinculando-a do cidadão dotado do poder eleitoral. Cf. FERREIRA, Silvestre Pinheiro. "Manual do cidadão em um governo representativo". In: **Idéias políticas**. Rio de Janeiro, PUC-CFC – Documentário, 1976, pág. 131.

não subiram sucessivamente senão pelo voto de seus concidadãos. Portanto cada deputado, ainda que deva representar sobretudo os interesses gerais da nação, representa especialmente os do estado a que pertence."30

Segundo Vicente Barreto,

> "A função da representação política consistiria, portanto, em, através do voto ou da representação virtual, fazer com que os problemas sociais e políticos fossem debatidos por uma elite. Permanece o pressuposto antidemocrático, que Silvestre Pinheiro Ferreira, por diversas vezes, explicita. A atividade governamental era entendida como uma questão de conhecimento e racionalidade, não se permitindo o predomínio da emoção e de reivindicações personalistas, destituídas de interesse público.
>
> O interesse nacional deveria ser determinado em função dos grupos sociais que tivessem mais a proteger na sociedade. Os três estados sociais (comércio, indústria e serviço público) seriam então os fundamentos da representação nacional. Os deputados seriam recrutados em cada um desses estados, mas seriam representantes da vontade nacional, e não da vontade particular." 31

É neste sentido – o da representação regulada por ocupações – que Silvestre Pinheiro Ferreira não é aqui considerado um autor *exclusivamente* liberal, no sentido da aposta no conflito de interesses como instituição garantidora da liberdade e da consecução do bem comum. Entre o liberalismo compreendido como a afirmação de interesses particulares em disputa e a perspectiva rousseauniana da possibilidade de encontra uma *volonté générale* como expressão da comunidade, o intelectual lusitano propõe uma mediação afinada com a reconstrução jurídica de uma comunidade não mais "*espontânea*", como seria aquela teorizada por Durkheim para as sociedades pré-modernas, cuja agregação se dá *a priori* com base na consciência coletiva. O arranjo constitucional tem *cores* liberais, mas o norte é, admitindo o particularismo dos interesses, a busca de um ponto de apoio para a afirmação dos interesses gerais da comunidade.

A formatação jurídica desta configuração eclética demanda, portanto, cinco poderes. A nação se constitui de vários interesses e seus mandatários não poderão acumula-los, à exceção do eleitoral e do *conservador*, responsável pela salvaguarda do interesse geral.32 O poder eleitoral decorre da capacidade intelectual e moral, sendo associado a doze profissões e à propriedade real, e dividido em três classes, comércio, indústria e estadística. Ao Poder Legislativo cabe a função de criação do Direito por delegação nacional através do Poder Eleitoral. Seus titulares são representantes de grupos de interesses: legislando sobre o geral configuram o Congresso nacional; sobre o particular, são as Assembléias Territoriais. O Poder Judiciário tem o poder de julgar causas contenciosas.

O Poder *Executivo "... é a faculdade de dispor das forças da comunidade a bem do cumprimento das legítimas decisões dos diversos poderes políticos do Estado."* (par. 464) Deve ser entregue a uma só pessoa, dotado de independência, eleição, responsabilidade e publicidade dos atos, com a peculiariedade da execução descentralizada e direção unipessoal. O Poder Conservador destina-se a garantir os direitos dos cidadãos, manter a independência e harmonia dos poderes políticos, evitando interferência recíproca, exercendo suprema inspeção sobre tudo que se refira à segurança do Estado. São detentores do poder conservador: todo cidadão em defesa dos direitos civis, exercendo-o pela petição e resistência legal; os agentes dos outros quatro poderes em defesa da harmonia e independência dos poderes, exercendo-o através de atribuições específicas; e uma autoridade especialmente designada para tal.

Conclusão

O estudo aqui iniciado, como se afirmou na introdução deste texto, se insere num esforço coletivo de revisitar a teoria social e política desenvolvida no Brasil sem sucumbir à dicotomia atraso-moderno, família-Estado. A relevância da tarefa diz respeito à tentativa de encontrar pontos de contato entre a tradição luso-brasileira e os processos contemporâneos de alargamento da esfera pública e pluralização da democracia, nos termos do conceito de "*representação complexa*" de Pierre Rosanvallon.

A relevância de uma tal investigação remete à duradoura instabilidade no que se refere ao projeto de modernidade desejável e aplicável ao Brasil. Império, Primeira República e o período de 1930 a 1964 experimentaram diferentes arranjos político-jurídicos, redundando recentemente no anúncio do "*fim da era Vargas*" – uma retomada dos princípios liberais já visitados na Primeira República – como fórmula de sucesso para a modernização do país. Com resultados pouco satisfatórios em termos de inclusão e democratização, tal direção não parece ser atualmente a opção da maioria dos brasileiros, cuja manifestação eleitoral vem ratificando o projeto de Brasil ora em marcha, mais afeito aos problemas da desigualdade – regional e entre classes – e da integração social. O moderno entendido como uma ligação estrita entre indivíduos auto-interessados e um Estado racional-legal não parece ter ressonância no caldo cultural brasileiro.

Propõe-se, numa pesquisa mais abrangente, a existência de vários personagens que apontam naquela direção, qual seja, a da existência de uma tradição cultural ligada à idéia de comunidade e solidariedades intermediárias, adequada à um

---

30 FERREIRA, Silvestre Pinheiro. "Manual do cidadão em um governo representativo". In: **Idéias políticas**. Rio de Janeiro, PUC-CFC – Documentário, 1976, pág. 132.

31 BARRETO, Vicente. "Introdução às Idéias Políticas de Silvestre Pinheiro Ferreira". In: **Idéias políticas**. Rio de Janeiro, PUC-CFC – Documentário, 1976, Pág. 17.

32 "Ao grande júri eleitoral, único tribunal da opinião publica, pertence distribuir os empregos aos candidatos, segundo suas capacidades, e recompensar os cidadãos, segundo seus merecimentos." FERREIRA, Silvestre Pinheiro. Projecto de Código Político para a Nação Portuguesa. Casimir, Paris, 1838. par. 44 e 545, par. 235 e 236.

específico arranjo moderno, que inclui representações plurais, dentre as quais as corporações. Trata-se de intelectuais e personagens políticos relevantes no Império, na operação da Primeira República e na crítica à compreensão estritamente liberal do moderno implementada então. Aqui, deu-se especial enfoque a Silvestre Pinheiro Ferreira, que, embora esteja todavia analisado de forma incipiente, já fornece indícios de uma abordagem do moderno adequada à tradição.

A revalorização contemporânea do tema das associações intermediárias – i.e. entre o indivíduo e o Estado – e dos vínculos comunitários recupera, em chave positiva, a idéia da comunidade como fundamento necessário de uma institucionalidade aberta a múltiplos canais de participação na esfera pública, incluindo aí corporações esvaziadas do viés autoritário. Para além de uma concepção de democracia limitada à liberdade de voto, a busca de prestações sociais que não são atendidas "*politicamente*", isto é, via legislativo, se relaciona à insuficiência da institucionalidade estatal em eliminar o défice de democratização, ou seja em integrar às decisões políticas o "*povo-massa*", para usar a expressão de Oliveira Vianna. A multiplicidade de representações para uma sociedade-comunidade plural se auxilia do conceito de *representação complexa,* desenvolvido por Pierre Rosanvallon em *La Démocratie Inachevée*.33

A "*República absoluta*" se caracteriza pelo "monismo político", isto é, pela formulação clássica de uma soberania encarnada no parlamento, a partir da qual os representantes de interesses deliberam sobre as normas comuns. A história contada por Rosanvallon para o final do século XIX e início do século XX na França demonstra a tentativa de pluralizar a representação, sendo rechaçadas como virtuais usurpadores do legítimo canal de manifestação da soberania, a representação legislativa.34 O referendo, por exemplo, reedita o *appel* au *peuple* típico do cenário bonapartista e traz simultaneamente a reivindicação socialista da legislação elaborada diretamente pelo "*povo*", aproximando o sistema representativo da democracia direta.35 Há ainda as manifestações de rua, as sondagens de opinião36, reivindicações por reformas nos procedimentos parlamentares e a idéia de uma democracia social, inicialmente vinculada aos temas do controle operário e à democracia industrial. Resta considerar evidentemente, o problema da legitimidade desses canais de manifestação.

Entre a representação liberal que admite a pluralidade de interesses e as exigências de homogeneização das formulações comunitárias mais extremas, Rosanvallon formula o conceito de representação complexa. Neste caso, corpos intermediários estariam legitimados para compor um quadro representativo plural, que admite várias formas de manifestação da vontade popular.37 No sentido conferido por Rosanvallon, a diversificação da representação38 é condição do exercício democrático da soberania. No pluralismo representativo são legítimas as vontades expressas por movimentos sociais, associações de bairro, agrupamentos profissionais, como serão também válidos os outros caminhos, que não o voto, através dos quais ordinariamente se fazem valer tais vontades.

Neste sentido, o arranjo constitucional pensado por Silvestre Pinheiro Ferreira, organizando os interesses por ocupações profissionais, se legitima pela sua produtiva ambigüidade – ou positivo hibridismo, para seguir a compreensão de Gilberto Freyre sobre o Brasil. É liberal e corporativo ao mesmo tempo, porque cada figuração na modernidade responde a suas trajetórias históricas. São os cientistas sociais que exigem que a realidade espelhe suas supostas teorias coerentes. A coerência talvez esteja na correspondência entre a história, a sociologia e a imaginação jurídica. A perspectiva de Silvestre Pinheiro Ferreira se faz sempre na perspectiva do resguardo da soberania dinástica e da comunhão orgânica entre os diversos interesses que compõem a nação. Toma-lo como um liberal à moda da representação pura dos interesses é rejeitar a tradição luso-brasileira que ele bem soube expressar.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Gilberto. *Grão de Areia e estudos brasileiros*. São Paulo: José Olympio, 1948.

ARAÚJO, Gisele. *Os Sentidos da Ordem*: abstração, legitimidade e interesse nos liberais e positivistas da Primeira República. Tese de Doutorado. Iuperj, 2007.

BARRETO, Vicente. "Introdução às Idéias Políticas de Silvestre Pinheiro Ferreira". In: *Idéias políticas*. Rio de Janeiro, PUC-CFC – Documentário, 1976.

CONSTANT, Benjamin. *Cours de Politique Constitutionelle*. 2a ed. Paris: Guillaumin et gie, 1872.

33 ROSANVALLON, Pierre. **La Démocratie Inachevée** – Histoire de la Souveraineté du Peuple en France. Paris: Éditions Gallimard, 2000.

34 O Comitê Eleitoral, por exemplo, ao instituir programas associados aos representantes, substancializa o voto do eleitor, muito embora a idéia de mandato imperativo seja contraditória com relação à concepção dos representantes como "sábios do interesse geral". Por outro lado, ao pré-selecionar os candidatos, o comitê eleitoral contribui procedimentalmente para limitar a soberania do "povo". O comitê eleitoral é um elemento de democratização pois que redige a "vontade geral" tal como compreendida pelos candidatos permitindo uma escolha não personalista, mas é também, por outro lado, um instrumento de oligarquização da política. Comitês eleitorais não são partidos políticos no sentido moderno porque não têm permanência, sendo organizados somente em períodos eleitorais. Ambivalência analisada por Ostrogorski, Michels, Daniel Halévy contra a República dos comitês. Cf. ROSANVALLON, Pierre. La **Démocratie Inachevée**. Op. Cit.

35 O general Boulanger em discurso em 4 jun 1888: "Numa democracia, as instituições devem se aproximar o máximo possível do governo direto... é por isso que acho indispensável introduzir dentro da constituição o jus ad referendum." Alfred Naquet, principal teórico do boulangismo, propõe uma ratificação popular das leis constitucionais (1875). Idem, p. 288.

36 Nas primeiras décadas do século XX, as manifestações de rua passam a ser compreendidas como expressão limite da soberania, pertencendo a uma era inquieta e desenvolvida da cidadania. A noção de opinião pública se torna instrumental no campo político. Situa-se entre a expressão das urnas e os clamores incontroláveis da rua. Trata-se de uma forma de manifestação permanente instituída.

37 A questão do corporativismo e do neocorporativismo situa-se precisamente neste intermediário entre as duas concepções concorrentes de democracia. A analise deste importante tema, entretanto, não cabe nos limites deste texto.

38 "démultiplication des niveaux de la représentation". ROSANVALLON, Pierre. **La Démocratie Inachevée**. Op. Cit., p. 406.

CONSTANT, Benjamin. *Principes de politique* Paris: Guillaumin.[Document électronique], Pág. 22. Disponível em http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k88000j.item. Acesso em 14 de novembro de 2008.
CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da. *Verdades por mim vistas e observadas, oxalá foram fábulas sonhadas*: Cientistas brasileiros do setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.
De MALFATTI, Selvino Antonio. *Raízes do Liberalismo Brasileiro*. Editora Palotti, Porto Alegre, 1985.
FAORO, Raymundo. *Os donos do Poder*: Formação do Patronato político brasileiro. Porto Alegre: Editora Globo, 1958. Texto importantíssimo para a compreensão das linhas de interpretação do Brasil que situam Raymundo Faoro, entre outros, em perspectiva é VIANNA, Luiz Werneck. "Weber e a Interpretação do Brasil", disponível em http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=85, acessado em 14 de novembro de 2008.
FERREIRA, Silvestre Pinheiro. "Manual do cidadão em um governo representativo". In: *Idéias políticas*. Rio de Janeiro, PUC-CFC – Documentário, 1976.
FERREIRA, Silvestre Pinheiro. *Projecto de Código Político para a Nação Portuguesa*, Casimir, Paris, 1838.
HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. The Federalist. In: HUTCHINS, Robert Maynard (Ed.). *American State papers; The Federalist; J. S. Mill.* Chicago/London/Toronto: Encyclopaedia Britannica, INC., 1952, pp.21-266, Nº. 35.
HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª Ed. 13ª Reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
LOSURDO, Domenico. *Democracia ou Bonapartismo*: Triunfo e Decadência do Sufrágio Universal. Tradução de Luis Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: UNESP, 2004
MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Vol. II. Cap I.
OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 1999.
PEREIRA, José Esteves. "Silvestre Pinheiro Ferreira e a Modernização da Filosofia no Brasil", Comunicação apresentada no II Seminário Farias Brito, UFJF, 2008. Disponível em http://iiseminariofariasbrito.blogspot.com/2008/10/silvestre-pinheiro-ferreira-e.html, acessado em 14 d e novembro de 2008.
PEREIRA, José Esteves. *O essencial sobre Silvestre Pinheiro Ferreira.* Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2008.
POMBAL, Marquês de. "Marquês de Pombal". Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas. Número 15-16. Janeiro-Junho 2003. Disponível em http://www.instituto-camoes.pt/revista/revista15.htm. Acessado em 14 de Novembro de 2007.
PREGITZER, Maria Elsa. *A primeira Tese sobre Silvestre Pinheiro Ferreira*: "Silvestre Pinheiro Ferreira: Sie Leben und seine Philosophie". Comentário sobre a tese de João José Louzada de Magalhães datada de 1857.
ROSANVALLON, Pierre. *La Démocratie Inachevée* – Histoire de la Souveraineté du Peuple en France. Paris: Éditions Gallimard, 2000.
SOUSA, Braz Florentino Henriques de. *Do poder moderador*: Ensaio do direito constitucional contendo a analise do titulo V, capitulo I, da Constituição Política do Brasil. Brasília: Senado Federal; UnB, 1978.
TOCQUEVILLE, Aléxis. *A Democracia na América*: Sentimentos e opiniões. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
URUGUAI, Paulino José Soares de Sousa, Visconde do. *Paulino José Soares de Sousa*, *Visconde do Uruguai*. Organizado por Jose Murilo de Carvalho. São Paulo: Editora 34, 2002.
VASCONCELLOS, Zacharias de Goes e. *Da Natureza e limites do poder moderador*. Brasília: Senado Federal ; UnB, 1978.
WERNECK VIANNA, Luis. "Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos". In: *A Revolução Passiva*: Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

Senhores e escravos na justiça do Brasil imperial

Ricardo Falbo
Universidade Federal do Rio de Janeiro
falbo@redewb.net

Resumo: Na justiça do Brasil imperial, as contradições e ambigüidades da sociedade se manifestavam através do dilema dos advogados quando estes defendiam os direitos e interesses de senhores e escravos. Este dilema se traduzia na dificuldade de harmonização discursiva entre o ideal da liberdade e a realidade da propriedade. Os advogados costumavam afirmar que o homem era livre por natureza, mas que a escravidão era um fato histórico consagrado pelo direito. Os advogados dos senhores reconheciam que a escravidão era odiosa na mesma medida em que viam a libertação dos escravos como sendo perigosa para o País. Os advogados dos escravos ressaltavam que a escravidão atingia a dignidade do homem, porém eles defendiam a liberdade em referência ao direito de propriedade. Aqueles pensavam a libertação dos escravos de forma gradual e transferiam para um legislador futuro o fim da escravidão. Estes consideravam legítimo o fim imediato do cativeiro em função da história dos povos civilizados e usavam a justiça como meio de libertação dos escravos. Esse dilema foi abordado em função do uso da linguagem do direito que faziam os advogados. A investigação foi realizada no nível local da justiça onde eram iniciados os processos de liberdade no império do Brasil e obedeceu à distinção entre advogados e provisionados encontrada no judiciário. Foram analisados processos de liberdade originários das diferentes regiões do País e julgados no período que se estendeu da instalação da Família da Real no Brasil (1808) à promulgação da Lei do Ventre Livre (1871).

Introdução

O Brasil do século XIX caracterizou-se por ser uma sociedade em transformação. A independência política e a abolição da escravatura constituíram processos de mudança sem precedentes na história do País. Com a elaboração do direito nacional e a proclamação da República, o Brasil como que selou a ruptura com as fundações do período colonial e afirmou o compromisso com as bases de uma ordem já em construção desde a primeira metade do século.

Do ponto de vista político, a construção dessa nova ordem significou o desenvolvimento de um processo que articulou a organização do Estado e da sociedade centrados na defesa da liberdade sem revolução liberal. Porém, a modelagem da ordem interna das novas organizações expressou processos no mínimo contraditórios. Socialmente, o funcionamento do sistema econômico traduziu a existência de estruturas de relações pessoais que promoviam o próprio processo de libertação dos escravos. Juridicamente, quando as relações de base costumeira entre senhor e escravo se rompiam, a restauração da ordem cabia, principalmente, às normas do direito antigo. Herdado de Portugal e sob a inspiração do direito romano através das Ordenações, o direito aplicado no Brasil era dotado de mecanismos de legitimação dos direitos senhoriais referidos à liberdade de possuir e de dispor da propriedade. Politicamente, o Estado revelou-se dependente do sistema econômico agrário-escravista, mas este sistema representou limites à ação do próprio Estado. Se a economia contou com o apoio do Estado em formação, ela também sofreu a intervenção do Estado através do ordenamento jurídico. O fundamento do direito do Estado implicou a interferência deste na relação entre senhor e escravo e, portanto, no direito de propriedade com referência à liberdade senhorial.

Na justiça do Brasil imperial, as contradições e ambigüidades da sociedade - que tinham por fundamento as desigualdades socialmente hierarquizadas, típicas das sociedades de corte, e que se referiam ao sistema sócio-econômico escravagista vigente no Brasil até 1888 - se manifestavam através do dilema dos advogados quando estes defendiam os direitos e interesses de senhores e escravos e utilizam lugares-comuns na argumentação. Este dilema – nem sempre ou quase nunca percebido como tal pelos próprios advogados - se traduzia na dificuldade de harmonização discursiva entre o ideal da liberdade e a realidade da propriedade e refletia a ideologia social segundo a qual o escravo como propriedade de seu senhor era juridicamente negociável como mercadoria na mesma medida em que era agente na luta pela liberdade segundo o direito vigente. Os advogados costumavam afirmar que o homem era livre por natureza, mas que a escravidão era um fato histórico consagrado pelo direito. Os advogados dos senhores reconheciam que a escravidão era odiosa na mesma medida em que viam a libertação dos escravos como sendo perigosa para o País. Os advogados dos escravos ressaltavam que a escravidão atingia a dignidade do homem, porém eles defendiam a liberdade em referência ao direito de propriedade. Aqueles pensavam a libertação dos escravos de forma gradual e transferiam para um legislador futuro o fim da escravidão. Estes consideravam legítimo o fim imediato do cativeiro em função da história dos povos civilizados e usavam a justiça como meio de libertação dos escravos.

É esse dilema dos advogados que constitui o objeto de estudo deste trabalho. Ele foi abordado menos em função do conteúdo normativo do direito do que do uso da linguagem do direito (liberdade e propriedade, direito natural e direito positivo, costumes e leis, justiça e dignidade humana) em seu sentido de princípio genérico. A investigação foi realizada no nível local da justiça onde eram iniciados os processos de liberdade no império do Brasil e obedeceu à distinção entre advogados (bacharéis em direito) e provisionados (advogados sem diploma) encontrada no judiciário. Foram analisados processos de liberdade originários das diferentes regiões do País e julgados no período que se estendeu da instalação da Família da Real no Brasil (1808) à promulgação da Lei do Ventre Livre (1871).

O modo como os advogados percebiam as conseqüências possíveis da libertação dos escravos - ameaça da ordem pública e desestabilização econômico-social - permitiu afirmar a natureza política dos processos de liberdade na justiça. Tais processos foram concebidos em seu uso estratégico e político como mecanismos de realização ou manifestação de idéias abolicionistas e do reconhecimento dos advogados como intérpretes possíveis de valores sociais que traduziam a necessidade de mudança no direito e expressavam mudança na sociedade. Daí o objetivo de considerar a dimensão político-simbólica da advocacia referida a uma relação tão ambígua quanto contraditória como aquela que articulava o Estado e a sociedade no Brasil do século XIX.

Questões teórico-metodológicas

Considerando o direito não tanto como fenômeno histórico-social ou político-jurídico, e sim como discurso sobre o fenômeno que é o direito, a concepção aqui adotada se orientou pela perspectiva da análise do discurso quanto aos tipos de discurso adotados pelos advogados dos senhores e dos escravos na justiça do Brasil imperial. Esta concepção, no entanto, se afastou da análise semântica do discurso do direito, que, partindo das propriedades gerais dos discursos do direito, procura determinar seu estatuto semiótico segundo características gerais e específicas observadas em discurso jurídico particular. Esta perspectiva dedutivista encontra seu fundamento na produção de modelos capazes de explicar qualquer tipo de discurso. E também na crítica que faz a certos sociólogos que procederiam à análise indutiva de dados discursivos retirados de textos de dimensão exígua e, depois, a generalizações de suas observações quanto à produção de uma lista de elementos invariantes do discurso jurídico.1

A perspectiva da análise do discurso aqui adotada é sociológica. Ela partiu da idéia geral segundo a qual todo discurso – enquanto ato de nomeação, no sentido de dizer o que a realidade é e o que ela deve ou poder ser - é objeto

1 Greimas, J., Analyse sémiotique d´um discours juridique, Introdução.

histórico do mundo social.2 Esta visão sociológica permitiu o enfrentamento das diferentes maneiras pelas quais os discursos dos advogados foram socialmente produzidos e percebidos por estes agentes sociais3, bem como a compreensão dos diversos significados destes mesmos discursos como expressão de certo senso comum ou ideal em torno das idéias de liberdade

Esta situação - de diferença e de diversidade histórico-sociais na produção e compreensão dos discursos sobre o direito, referido este a juízos de fato e de valor – foi surpreendida como expressão tanto de certa indeterminação simbólica como de luta simbólica pelo monopólio de imposição de visões legítimas do mundo social capazes de explicar as práticas discursivas dos advogados na sociedade brasileira do século XIX. O termo simbólico, associado à idéia de violência simbólica, foi usado para designar todo poder que, dissimulando as relações de força que fundamentam esse poder, impõem significações como se estas fossem legítimas.4 Neste sentido, a dimensão simbólico-ideológica da ação dos advogados permitiu fosse o campo jurídico das ações de liberdade na justiça imperial considerado como campo social e também como campo político.

Rompendo com a visão essencialista e substancialista do materialismo de Marx – que reduz o campo social unicamente ao campo econômico e que o define segundo classes opostas que entram em luta - para definir o mundo social como espaço multidimensional das relações definidas por *"princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo"*,5 o sociólogo francês definiu condições teórico-metodológicas que puderam ser adotadas para pensar o campo jurídico como campo sócio-político segundo as posições relativas dos advogados e as diferentes espécies de poder, ou capital, monopolizadas nesse universo. As desigualdades sociais foram, assim, pensadas e analisadas segundo os diversos tipos de capital: capital econômico, referido ao patrimônio e às finanças; capital cultural, referido à posse de títulos e diplomas; e capital social, referido ao conjunto das relações sociais e dos conhecimentos em sociedade. Neste sentido, a noção de estratificação social e a realidade à qual esta noção está referida se afastaram relativamente, neste trabalho, da idéia de sociedade constituída de grupos homogêneos internamente e hierarquizados externamente segundo as diferenças dos mesmos. A estratificação social – quer como conceito quer como realidade – fora definida segundo as diferenças sociais quanto à diversidade e desigualdade de tipos de capital. Desta forma, fora igualmente relativizada a contribuição de Weber segundo a importância atribuída aos indivíduos (atitudes e comportamentos similares) na definição da estratificação social.

Genericamente, partiu-se da equação segundo a qual toda prática é resultante do somatório do *habitus* (conhecimento de que se utiliza o agente em sua prática, como capital) e do *campus* (espaço social de relações objetivas).6 Especificamente, a sociologia bourdieuniana permitiu pensar homologias entre o campo jurídico e o campo político. As bases dessas homologias expressam as homologias de posição entre os intelectuais e os operários da indústria: "os produtores culturais, dominados entre os dominantes, oferecem aos dominados, mediante uma espécie de desvio do capital cultural acumulado, os meios de constituírem objetivamente a sua visão de mundo e a representação dos seus interesses numa teoria explícita e em instrumentos de representação institucionalizados".7

As idéias de *dominação* e de *representação* garantiram fossem as relações profissionais e as práticas discursivas entre os advogados e entre os advogados e seus clientes interpretadas como expressão de lutas político-simbólicas com caráter tanto de conservação quanto de libertação num campo caracterizado por oposições e diferenciações. Essa abordagem contribuiu na definição de dois dos principais objetivos deste trabalho. Primeiro: a classificação dos advogados segundo suas lutas pela classificação da realidade "*liberdade*" e "*propriedade*" no âmbito de suas práticas profissionais. Segundo: a classificação dos discursos dos advogados segundo oposições práticas discursivas referidas principalmente à dicotomia direito positivo-direito natural. Relativamente independente destes objetivos, a classificação dos advogados e de seus discursos permitiu a formulação das seguintes hipóteses:

a) os direitos humanos na justiça do Brasil imperial, referidos à dignidade da pessoa humana quanto à sua liberdade e à sua propriedade, emergiram como discursos históricos associados simbolicamente ao direito positivo e ao direito natural;

b) construídos histórica e simbolicamente com caráter conservador ou transformador, os direitos humanos, quer sob a forma de direito positivo, quer sob a forma de direito natural, serviram tanto à reflexão teórica sobre o que era e o que deveria ser o direito como à fundamentação prática do direito que decidia e que poderia decidir conflito em situação social de mudança estrutural tal qual a que caracterizara o Brasil do século XIX; c) os direitos humanos, de modo independente da clivagem entre advogados diplomados e advogados provisionados, estiveram simbólica e contraditoriamente presentes nos discursos dos advogados tanto dos senhores quanto dos escravos na chave de direitos positivos e naturais.

Habitus jurídico na defesa da liberdade

> Diz o Capitão Antonio Francisco Grillo (...) que as pardas escravas (...) sustentam neste juízo uma falsa ação de liberdade por seu curador (...), que deve impetrar licença para assinar papéis forenses, por não ser advogado; que é escudado pelo bacharel Felizardo Pinheiro de Campos, ambos assalariados para tratarem essa causa (...) e por isso vem o suplicante

2 Bourdieu, P., O poder simbólico, p. 140.
3 Bourdieu, P., Le sense pratique, pp.51-70.
4 Bourdieu, P., e Passeron, J-C., La reproduction ; éléments pour une théorie du systhème d´enseignement, p. 18.
5 Bourdieu, P., O poder simbólico, pp. 133-134.
6 Bourdieu, P., La distinction; critique social du jugement, pp. 109-127.
7 Bourdieu, P., O poder simbólico, p. 153.

> protestar (...) para que as custas da referida ação sejam pagas pelos bens do dito curador, por ser ele assalariado, e ter interesse particular nela, obrando assim com dolo, malícia e má fé8.

O Capitão Grillo fora o curador da herança deixada, em 1858, na cidade de Caldas, por seu irmão, o padre Francisco Antonio Grillo; ele peticionou no sentido de que as pardas escravas, objeto do legado, lhe fossem devolvidas. As escravas alegaram que o padre Grillo lhes havia conferido liberdade e que mandara escrever suas cartas pelo Cônego José Carlos Martins e que as mesmas, ratificadas em testamento, se perderam em naufrágio no rio Sapucaí, quando o padre viajava para a cidade de Campanha. Encontravam-se escravas mantidas em depósito público enquanto o curador das mesmas, *Liberato Mariano de Souza*, travava acirrada batalha judicial com *Manoel José Ferreira Bastos*, advogado e coletor da Fazenda Pública na municipalidade. A discussão entre o curador e o advogado tinha por objeto a definição do juízo competente para julgar o destino das escravas em função do Regulamento de 05 de maio de 18429.

> Argumentou o curador das escravas que "ninguém dirá que uma causa da liberdade seja dependência daquela [jurisdição] e, por conseqüência (...) que não pode semelhante causa correr no juízo de órfãos, e sim no juízo plenário com plena discussão (...) como está resolvido por alguns decretos e muitos avisos". Do contrário, prosseguiu o curador contra o coletor alegando violação de princípio da Constituição do Império "que bem claramente estabelece no art. 179, parágrafo 17, que, à exceção das causas que por sua natureza pertencem a juízos particulares, na conformidade das leis, não haverá foro privilegiado nem comissões especiais nas causas cíveis ou criminais". Por fim, diante de interpretações que resultaram em "oposição e flagrante contradição com outras leis, regulamentos e ordens", fora julgado que a ação deveria correr no juízo onde tivera seu início.

Neste contexto de discussão técnico-formal, quanto à definição da jurisdição competente para julgar o destino das pardas escravas, fora levantado o problema da ética dos advogados na justiça através da petição do Capitão Grillo. Denunciando a orquestração de interesses materiais e pessoais entre advogado diplomado e advogado sem provisão para advogar – interesses esses que não tangenciariam, em princípio, o campo jurídico-político da libertação dos escravos em consonância com os direitos individuais e que, portanto, constituiriam a ação da liberdade na base da falsidade -, o Capitão Grillo prefigurara a liberdade como condição objetiva do direito, da política e do homem10.

Defendendo-se das acusações de que fora vítima, o curador *Souza* recorreu aos mesmos argumentos de seu colega e, assim, fundou a verdade como princípio ético na atuação dos advogados em estreita associação com o reconhecimento do que denominara de "bom direito":

> Trata-se não (...) de uma causa de liberdade abraçada com a ambição, e com a avareza; trata-se da proclamação de um direito tão sagrado (...) nem mais devemos prosseguir na demonstração do bom direito das autoras, quando a prova é tão clara, (...) apesar dos embaraços adrede apostos pelo curador, que, visando à (...) herança nos sonhos poéticos de sua delirante ambição, atira-se, freneticamente sem escolha de meios, para conseguir o cativeiro das autoras, e até foi procurar por seu Advogado, o próprio coletor, a ver se, destarte, na dupla missão de advogado, de uma e outra parte, organizava uma oposição mais certeira.

Em suas alegações, o coletor terminara por definir o fim da justiça como sendo o exercício da cidadania, entendida como a garantia do exercício dos direitos de propriedade, e o modo de administração da justiça como sendo a expressão da virtude. Sendo a verdade definida pela virtude, o coletor não se contentaria "*com a superfície das coisas*" e que, por conseguinte, entraria "*no âmago delas*".

Eis aqui a consolação que reanima aos cidadãos para que se apresentem muitas vezes em juízo a fim de que, pelo saudável meio da justiça, com o único objeto de dar a cada um o que é o seu, possam livremente haver a si os próprios bens, mas o modo da administração depende da averiguação da verdade

> (...). É assim que se pode indagar a verdade e conhecê-la, e o Dom Patrono das autoras, devendo saber muito bem que ninguém deve argumentar, deduzir, e defender se não com a própria verdade filha da virtude, maiormente em juízo sério, instituído para o fim de dar a cada um o que justamente lhe pertence, apresenta-se digno de uma severa repreensão pelas máximas que pretendeu denegrir.

Embora em campos opostos, tanto o coletor como o curador pareciam partilhar as mesmas idéias quanto à prática mais formal da advocacia orientada por uma ética fundada em uma mesma e única verdade com validade universal11. Porém, na defesa de interesses particulares e de direitos presumidos de seus clientes, os advogados pareciam agir menos segundo a

---

8 Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3682. Processo 6178. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

9 Promovendo mudança na organização judiciária, este Regulamento possibilitaria reconhecer que "não se pode também afirmar que seja competente juízo comum, porquanto sendo evidente que a Fazenda Pública tem grande interesse na decisão dessa questão, pois que até pode vir a ser declarada herdeira, se ninguém aparecer que se mostre competentemente habilitado". De acordo com aquele Regulamento, "não existe mais entre nós o juízo de ausentes, e suas atribuições, e obrigações, então hoje, é cargo dos juízes de órfãos". Não obstante isto, o coletor pretendia "firmar a competência da jurisdição do juízo dos feitos da Fazenda Pública para conhecer desta causa".

10 E o conhecimento desta condição constituiria a regra fundamental da ação dos advogados e instauraria a consciência da ação dos mesmos. Daí a condição de possibilidade da definição da advocacia como profissão liberal orientada pela objetividade do princípio da verdade que se imporia à razão prática dos advogados como imperativo categórico.

11 Segundo o conhecimento da verdade - enquanto adequação entre o fato da liberdade e o fato do direito (natural e positivo), essa ética definiria a ação positiva (presença) ou a ação negativa (ausência) dos advogados da forma como procedera, provavelmente, o Coronel Theotonio José Ferreira Bastos. Primeiro suplente em exercício do Juízo Municipal e Órfãos, declarou o Coronel: "Por motivos supervenientes, que juro, não posso continuar a ser juiz nesta causa. Passem a quem competir." O motivo do impedimento do Coronel não era superveniente; ele era irmão germano do coletor da Fazenda Pública. Se movido por impedimento técnico ou por interesse pessoal, a idéia da verdade na definição da atuação do Coronel descrevera o que poderia ser a ética dos advogados enquanto forma de consciência da ação referida à objetividade da realidade dos fatos.

ética que defendiam, quando isto lhes interessava enquanto argumento tópico-retórico para persuadir e convencer, do que segundo estratégias que lhes garantissem avançar na direção de seus objetivos específicos e, assim, dificultar a atuação do adversário. A esse respeito, em 1840, assim se manifestara o procurador *Camilo Pereira de Almeida*12, na Cidade de Minas Novas, em relação ao curador *Antonio Joaquim César*:

> "Apelo para a consciência do curador e seu senso íntimo, que lhe sugira as inspirações de decoro forense, e seja isto suficiente, concluindo-se com a afirmativa de que o curador fez o quanto pôde para impedir a juntada aqui de semelhante justificação".

Porém, como ressaltara *Nicolau Rodrigues dos Santos França*13, "muitas vezes os advogados no foro se vêem obrigados a seguir, não os ditames da própria consciência, mas os caprichos do seu constituinte, do que nasce que muitos recursos são interpostos somente para satisfação ao mesmo constituinte; tal é o caso em que nos achamos".

Os mandamentos da razão kantiana14 e a objetividade da consciência da ação britiana15 não deixam de traduzir formas históricas de ideologias, interesses e paixões e específicos referidos à liberdade. Na ação dos advogados, no entanto, a relação entre verdade e liberdade está referida historicamente a ideologias, interesses e paixões que dizem respeito a outro tipo de relação: a relação que articula verdade e propriedade. O problema, portanto, se equacionaria em termos de luta, dominação e neutralização quanto a certos tipos de interesses e paixões contrários16.

A ética dos advogados definiria igualmente a verdade na justiça como referência ao valor do juramento prestado pelas testemunhas em juízo. Neste sentido, prosseguiu o procurador *Almeida:* "*Esta declaração importa mais validade do quanto afirmou, gratuitamente, essa testemunha*". A testemunha em questão era o Major José da Silva Guimarães e Veiga, "de quase cem anos, que vive sem vista e surdo". O *"dito deste homem "* - literato, conhecedor das línguas latina e portuguesa, bom gramático em ambas - fora considerado como sendo "contraditório, repugnante e até imoral" . Em 1853, na Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui, Província de Minas Gerais, *Joaquim Gomes da Silva*17, procurador de Dona Clara Maria Barbosa, desqualificara a testemunha apresentada pelo curador *Francisco Pereira de Souza*: "Que nenhum crédito merece o depoimento da testemunha *Antonio Pereira de Souza*, por ser homem muito velho e pobre e por ter dito em juízo, e sob juramento, o contrário do que declarava extra-judicialmente"18.

Por outro lado, a questão da verdade em juízo, quando referida ao fato concreto da liberdade, orientava os advogados dos escravos segundo o princípio da presunção da liberdade em caso de dúvida. Assim sendo, em 1868, na Cidade de São José, em Santa Catarina, concluiu Antonio Francisco de Souza19, curador do crioulo José, suas alegações finais:

> "Nada há de mais sagrado e protegido pelas leis do que a liberdade, que, em caso de dúvida, tem a presunção em seu favor (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 10 de agosto de 1859, na Revista Cível no 5767, publicado na Crônica do Foro)".

O contexto que definia o sentido da dúvida quanto à existência da liberdade do escravo era o mesmo que despertara a perplexidade do curador do escravo José, afinal

> "a liberdade é tão protegida pelo direito natural humano e civil que a Ord., Liv.4, Tít. 11, par. 4, circunscreveu, quanto a ela, muitas exceções":

Quando a Sociedade Brasileira está hoje, pela maior parte, crente da necessidade da abolição da escravidão, que, para moralidade do século, deverá desaparecer de um país livre, onde predominam as idéias liberais, é

> (...) de admirar que ainda apareçam casos extraordinários, como a presente ação, na qual só a cobiça do ouro e a avareza predominam a vontade dos filhos da Autora de tornarem a reduzir à escravidão o Réu José, crioulo (...), pessoa livre desde que sua senhora, por um ato de filantropia, o libertou.

O problema da verdade na justiça, através do valor das provas apresentadas pelos advogados, se confundia com a orientação ética das partes nas ações de liberdade, as quais, na defesa de seus interesses, se mostravam dispostas à prática de atos que contradiziam sua suposta moral profissional. Assim, *Ignácio Felizardo Fortes*20, reverendo e curador da parda Henriqueta, nos autos da apelação cível iniciada em 1846, na Cidade de Capivari, acusou o réu Manoel Pinto Pereira (a quem o juiz de paz confiara o exame dos papéis do finado José Cotrim Antunes Carvalho) de,

---

12 Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3684. Processo no 655. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

13 Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3684. Processo no 5920. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

14 Kant, I., Fundamentação da metafísica dos costumes, p.20.

15 Brito, R., A verdade como regra das ações; ensaio de filosofia moral como introdução ao estudo do direito, p.218.

16 Ou, então, não se reconhecendo a preocupação com a fundação de um estado social de paz e harmonia, e sim a afirmação de estratégia continua e permanente no campo de lutas político-jurídicas representado pela justiça, a resolução poderia vir pela oposição entre interesses e paixões associadas, respectivamente, ao vício e apetite e à virtude e razão.

17 Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3683. Processo no 6245. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

18 Na chave da definição precisa da identidade de escravo fugido que fora procurado por seu senhor, a idéia da verdade caracterizava certo abaixo-assinado com a firma reconhecida de oito pessoas: "Nós, abaixo-assinados, atestamos sob juramento, se necessário for, que o pardo João Moreira de Artiaga, o qual acaba de ser preso e recolhido à cadeia (...) é o próprio e idêntico a que se refere uma sentença cível de justificação passada na Cidade de Goiás, pela qual sentença o dito pardo foi julgado batizado no ano de 1805 e declarado forro na pia batismal." Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3683. Processo 1815. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

19 Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3680. Processo no 11783. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

20 Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3683. Processo no 4060. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

> "abusando da boa fé do juiz arrecadador [dos bens dos mesmos], subtrair um caderno de assentos no qual estava declarada, por letra do finado, que a autora [a parda Henriqueta] era sua filha, e rasgou um testamento escrito, que o mesmo finado havia feito."

A contestação de *Souza* operou como argumento favorável à tese de *Soares* e explicitou a dimensão ética da atividade dos advogados em torno de dois pontos: a defesa de causas justas e a gratuidade dos serviços aos desvalidos. Assim, eles aceitariam ou deixariam de aceitar uma causa,

> "se entendessem que não deviam defender uma causa injusta (…) [na mesma medida em que] os advogados deste foro (…) sempre se tem prestado gratuitamente em favor daqueles que por sua condição de miserável necessitam de seus serviços".

Paradoxalmente, o mesmo argumento explicava a conduta tanto dos advogados que rejeitaram quanto daqueles que aceitaram defender a causa de Joana e revelava, ainda, a conduta dos advogados identificada com rígidos mecanismos de controle ético.

Nesse sentido, *Sergio Francisco de Souza Castro*21, advogado e curador do pardo Fernando na justiça municipal de Curitiba, em 1862, ofereceu ilustrativa lição dos princípios que comandavam o funcionamento dos mencionados mecanismos.

Sublime é a posição do advogado, que, desvestido de paixões que só servem para conspurcar o coração humano, se coloca acima dos interesses individuais e da pressão do egoísmo, para somente pugnar pelos direitos mais preciosos do homem: tal é, pois, a que ora assumimos - vamos arrazoar sobre uma causa em que se trata de arrancar o oprimido à tirania do injusto opressor, reivindicando o mais caro bem que a Divindade outorgou ao rei da criação - a liberdade. Se na vida do homem público, se na vida do cidadão, na do chefe de família, na do cristão, atos há que se tornam notáveis pela acumulação de louvores, na dos propugnadores dos princípios da equidade e da justiça ações contam que os engrandecem ante seus próprios olhos: exalta-nos a missão que nos impomos, cheios de fé, portanto exauriremos os nossos esforços por cumpri-la de um modo condigno da sua brilhante altura.

Se as relações diplomáticas entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai constituíram o pano de fundo na ação de liberdade da parda Joana, a explicitação do fundamento do Tratado de 1851 entre os dois países revelou como os advogados construíram seus argumentos através da relação que articulava a ordem jurídico-legal e a ordem político-social daqueles mesmos países. "*A garantia da propriedade dos súditos do Império [do Brasil] e principalmente dos residentes nesta Província, atendendo à facilidade que há de fugirem os escravos para aquele Estado [Oriental do Uruguai]" era, segundo Soares, o fim daquele tratado.* "Para evitar o prejuízo que provem desse fato cotidiano é que apareceu o tratado citado, garantindo a extradição do cativo fugido." Quanto a *Maia*, outro advogado de D. Rachel, repreendido por seu colega por ter citado *"contraproducentemente em suas razões finais o Tratado de 1851"*, vislumbrara ele nesta fonte de direito internacional verdadeira norma regulamentadora do estado da liberdade no Estado Oriental do Uruguai em face da ausência ou inefetividade das leis até então vigentes. A respeito do papel do governo uruguaio em face da presença de escravos brasileiros no Uruguai, assim se manifestara:

Está no domínio público que o governo do Estado Oriental do Uruguai, querendo tirar todas as vantagens da imigração dos habitantes desta Província por causa da revolução, e reconhecendo que a introdução de braços, ainda que escravos, era de muito proveito para as suas manufaturas, não só suspendeu os efeitos da lei de 07 de setembro de 1825, sobre a liberdade de ventres e proibição do tráfico de escravos, como, baseado na lei de 14 de junho de 1837, que estabelece a tutela dos colonos africanos, tolerou a escravatura dos imigrados desta província.

> Segundo aquele mesmo advogado, "os abusos e violências praticados (…) naquele Estado" eram também praticados no Brasil, o que poder ser confirmado quando sustentou que "nem compreendemos como nossas autoridades e juízes possam aplicar e executar as leis daquele Estado em favor daqueles que se querem [aqui] libertar".

Significação mais ampla daquilo que denominou de abuso em relação ao Brasil pôde constituir chave de interpretação da prática da ideologia da liberdade por parte da justiça brasileira. Ao menos fora isto o que aquele advogado constatara quanto ao povo uruguaio. Ao colocar sob suspeição a testemunha Domingos Jimenez de Gonzales, assim declarara *Maia:*

Sendo esta testemunha natural do Estado Oriental do Uruguai tem, como todos os oriundos daquele país, a natural tendência de considerar como livres todos os escravos que, por circunstâncias superiores são ali introduzidos, e por isso com a liberdade na boca não teve pejo de faltar à verdade, asseverando aquilo que não sabe ou dizendo o contrário do que sabe.

Em sentença de 06 de fevereiro de 1867, Joana fora reconhecida como sendo livre. Mas seu destino não havia sido ainda definitivamente selado. *João Antunes de Souza Ribeiro*, novo advogado de D. Rachel, apelara contra aquela decisão. Mudança também fora observada no tom da argumentação. Considerações superficiais de natureza mais filosófica se confundiam com raciocínio que se tornava ainda mais técnico-formal. Duas foram as alegações de *Ribeiro* a favor de seu pedido de nulidade da ação de liberdade de Joana: primeiro, por não ter sido observado "o preceito claro da Ord. Livro 3o, To 2o, Par 1o, quando recomendava ao juiz que no começo da demanda convidasse as partes a um acordo antes de se atirarem à luta22"; segundo, por não terem sido observados os "termos da Ord., Livro 3o, To 63, Par 5", que dispõem sobre a citação

21 Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3679. Processo no 11990. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

22 Em 1835, todo o processo do crioulo Anastácio fora julgado nulo em Acórdão "por não se mostrar intentado antes de seu começo o meio de reconciliação na forma Constituída em lei."

inicial da ré para a ação que contra ela é movida. Para responder a estas alegações, Joana passou a contar com novo curador, o advogado *José Figueiredo de Andrade*. Este advogado assim procedeu quanto ao primeiro item da apelação:

A causa é de liberdade, e liberdade é inestimável. Sobre ela não pode haver conciliação, que é sempre uma transação, que a inalienabilidade da liberdade não comporta. Exigir conciliação neste caso é admitir que o homem renuncie a sua personalidade, que se desnature, que se torne escravo, cousa de pessoa que era. A lei natural e positiva formalmente o inibe. Tanto assim é que o Dispositivo Provisório, art. 6o, não exige conciliação nos casos em que as partes não podem transigir. Esta disposição é exemplificativa e abrange não só estes como outros casos, como o do divórcio.

Quanto ao segundo item, reconheceu que a apelante *"até inverteu os papéis; em vez de esperar a citação foi ela quem mandou citar a apelada ou o curador para intentar e prosseguir a ação" e que "o comparecimento espontâneo do citado em juízo sana todos os efeitos da citação, ainda que apareça para argüi-los".* Prosseguiu assim a defesa com base exclusivamente em normas legais para explicar a liberdade de Joana como fato inquestionável, e o Tribunal da Relação, no mesmo ano, confirmou a sentença apelada.

A diversidade e a exigüidade dos fragmentos das práticas discursivas dos advogados revelaram elementos do *habitus* jurídico, no *campus* da justiça imperial, relativamente homólogos aos do *campus* político: o modo como os advogados se conheciam e se reconheciam quanto ao capital pessoal que os classificava objetivamente segundo advogados formados (bacharéis) e advogados não-formados (que assinavam debaixo da assinatura de terceiros); o domínio do conhecimento que os advogados possuíam do direito ("*prático*" ou *"teórico"*, legal e extralegal) em função da prática da profissão da advocacia ou de outras atividades (funcionário ou clérigo); o modo como os advogados mobilizavam e legitimavam esse conhecimento (orientados pela ética e pela verdade, pela ambição e pela falsidade) na defesa dos interesses ou caprichos dos clientes que representavam (senhores e escravos) ou de seus próprios interesses (remuneração), fazendo denúncias e acusações recíprocas ou simplesmente manifestando desapreço ou escárnio pelo adversário; a visão da liberdade que os advogados construíam na prática da administração da justiça e do direito segundo referência a sujeitos metafísicos e originários da liberdade como direito natural (Deus e a humanidade) ou segundo referência a sujeitos históricos e sociais da liberdade como direito positivo (legislador e Estado soberano); a retórica dos advogados segundo uso de uma linguagem formal, jurídica ou filosófica, referida a realidades e valores pretensamente objetivos na organização do mundo dos homens (Sociedade, Estado, Humanidade, Liberdade, Direito, Justiça, Deus, História, Natureza). Todo este capital jurídico fora mobilizado indistintamente pelos advogados, nem sempre com o mesmo grau de consciência, enquanto leis não escritas do *campus* jurídico que funcionavam como condição de existência e de funcionamento da justiça do Brasil imperial.

Retórica e violência simbólica na defesa da liberdade

Pedidos e requerimentos diversos representavam demanda de esforços adicionais à causa da liberdade e, assim, obstáculo possível à aspiração dos escravos para nela prosseguirem e embaraço ao processo de libertação. *Firmino Antonio de Souza*23, procurador de Joaquim e da mulher do filho deste escravo, em 1828, em Ouro Preto, que "violência foi e não pequena aquela que fizeram aos embargantes em lhe assinarem o curto prazo de trinta dias" para produção de ato processual. Quanto a esses obstáculos, assim se manifestou o curador de Cecília, de sua filha e de seus netos: "lhes é difícil vir a esta vila [de Pitangui] fazer procuração, não só pela distância como por ser a primeira suplicante mulher idosa, e doente, e se acharem mal trajados para comparecerem em povoado24".

Mais que sexo e idade, mais que distância física e vestimenta dos escravos, era a própria hierarquia social na definição das relações entre senhor e escravo que se constituía como argumento na defesa de interesses socialmente inconciliáveis e que se mostrava desfavorável ao escravo. *Antonio José Rodrigues de Oliveira*25, advogado dos interesses senhoriais em ação que lhe movera o preto Basílio em 1853, traduzia a distância social em questão em termos de respeito que o escravo devia a seu senhor:

> Que o Autor [o preto Basílio] mais de uma vez faltou ao respeito devido ao Réu, e ainda proximamente o fez a ponto de encontra-se com o Réu que ia em companhia de outras pessoas e nem lhe tirara o chapéu, olhando-o com desprezo, o que motivou a curiosidade das pessoas em companhia do Réu, que perguntaram 'que preto é este?' E o Réu que lhes havia de responder? 'É um escravo meu' ".

Situação de igual desrespeito – o chapéu na cabeça do escravo "era símbolo de liberdade26" e fazia parte do ritual através do qual o senhor concedia a liberdade a um escravo seu segundo o direito romano - o advogado dos interesses senhoriais, *Joaquim José Marques*27, em relação à determinada testemunha dos escravos Félix Maria e Carlota em ação de liberdade, iniciada em 1834, julgada favorável aos escravos na Justiça Municipal:

> (...) a respeitável sentença de que se embarga, fundando-se quimericamente em presunções destacadas, firmada sobre o dito de uma testemunha miserável que abatida de pobreza (...) ofendendo por esta forma a probidade de três membros do santuário e de uma testemunha falecida (...), sendo, aliás, pessoa de muito conceito e probidade (...).

23 Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3.694. Processo no 02. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
24 Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3684. Processo no 64. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
25 Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3680. Processo no 6223. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
26 Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3.687. Processo no 13.510. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
27 Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3680. Processo no 127. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

A hierarquia social que garantia a desqualificação das testemunhas dos escravos se expressava, ainda, na chave da dicotomia *branco* e *negro*.28

Se os obstáculos definiam a condição aparentemente óbvia de muitos escravos, esta mesma condição poderia também ser usada como parte da construção do argumento de seus defensores e, sobretudo, como forma de compreensão do caráter desigual na luta que os mesmos travavam na justiça e de antevisão de quais não seriam os mecanismos de que precisariam no seu ofício. O curador *Pimentel* fora enfático nesse sentido:

Muito custa à liberdade lutar contra a escravidão; lá está o direito; aqui, a força e o poderio que sempre vencem por desgraça da humanidade; e se alguém é tão ousado que levante um brado em prol da liberdade, ai dele! É sedutor de negros cativos, está promovendo a insurreição.

Antonio José Francisco Guimarães, senhor do escravo Vicente Ferreira, fora exemplo desta relação entre direito e força:

> "como ele [Vicente Ferreira] não tenha domicílio certo e ande como refugiado, vagabundo (...), requer se sirva mandar que o oficial de diligência, em qualquer lugar que encontre o suplicado preto o conduza debaixo de vara a V. Sa para se tratar a dita conciliação29."

> No entanto, com força de sentença em virtude do decreto de 20 de setembro de 1829, conciliação significava "ceder uma parte de seu direito para acabar ou evitar demandas, e não o estipular e aceitar o que seja em utilidade do tutelado ou curado [ou do senhor**]30".Thomas José Pinto Serqueira**31, advogado inscrito no IAB e com procuração de escravos no Tribunal da Relação da Corte do Rio de Janeiro em 1855, revelou que fatos desta natureza eram tão antigos quanto correntes da "nossa história doméstica" e sugeriam "bem tristes reflexões": "Tal é a história que nos apresenta estes autos, história que nada tem de inverossímil, que bem pelo contrário é a repetição de muitos fatos que aí se passam, pois, nos nossos sertões, onde a força e menos a voz da autoridade se faz ouvir".

O caráter triste das reflexões às quais se referiu *Serqueira* talvez estivesse associado à revelação da história que constituía a força da repetição dos fatos como costume com força de lei e, assim "um direito incontroverso e consuetudinário"32, onde não existiria qualquer lei positiva regulando e limitando a própria força.

Enquanto (di-) visão do mundo das relações entre escravos e senhores - que situava em campos distintos o direito da liberdade de uns e a força da escravidão de outros -, a ruptura operada pelas dicotomias legitimava, efetiva e simbolicamente, as desigualdades hierárquicas na mesma medida em que não revelava nem a natureza violenta do direito de propriedade nem o caráter político de contestação da liberdade. Porém, a visão do mundo da escravidão se constituiu diferentemente segundo o modo particular pelo qual os advogados defendiam os escravos, ainda que se mostrassem apegados às rupturas que caracterizavam a atuação dos advogados dos senhores. Ao revelar a compreensão que possuía da liberdade e da escravidão no campo das relações concretas, *Francisco Ignácio de Vargas*33, denunciou o nominalismo que impunha a força dos senhores através da dicotomia senhor e escravo e que ocultava o sentimento e a dignidade dos escravos através do medo que fundava a obediência criada pela própria força.

> Toda alma generosa e bem formada olha para a escravidão como um dos maiores males; e (...) até parece que não pode existir na natureza humana um só homem que se acostume por longe hábito a ser escravo, e que possa olhar para si próprio e considerar-se como propriedade de outrem, e conter sua indignação a respeito daquele que busca reduzir seus semelhantes a uma condição miserável

> (...)É certamente repugnante à espécie humana que alguém haja tão degenerado que queira perder o sentimento da liberdade, e a idéia da dignidade de seu ser!

Ninguém por certo haverá, a menos que seja algum idiota, ou que tenha perdido as faculdades intelectuais, qualificado tresloucado. O nome de senhor e o de escravo não destrói toda a idéia do dever, todo o comércio de afeição, e põe homens em um estado de hostilidade recíproca, e neste mísero estado a força é o direito e o medo a única obrigação.

A dimensão particular da advocacia, presumível e especificamente abolicionista, não era senão a reelaboração do tipo de estrutura social que, de forma regular, organizava as atividades econômicas por meio do uso da força – física, costumeira e legal - que estabelecia, controlava e garantia as relações concretas de subordinação entre senhores e escravos. Essa relação de força, que dominava na sociedade escravagista, fora retoricamente reconstruída e se manifestara, sistematicamente, na atuação discursiva dos advogados através do uso da força que faziam do método dicotômico como instrumento não apenas de solução de conflitos individuais mas sobretudo como meio de questionamento das estruturas sociais vigentes e de alteração das relações entre senhor e escravo. Assim, para poder enfrentar, na justiça, a escravidão, que enquanto força dominava na realidade social, a liberdade precisava também se constituir enquanto força dotada de

---

28 Em nota marginal aos autos da ação de liberdade movida, em 1819, por Manoel preto e sua mulher, Antonio Joaquim, por cabeça de sua mulher Ignácia, e Maria crioula, por cabeça de seus filhos menores, consta que Fulgêncio, testemunha dos escravos, é "homem branco, porém foi casado com uma negra irmã das autoras". (Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3690. Processo 06. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro). Em 1830, em Vitória, as testemunhas dos escravos Luiz, Luciano e Francisca também foram desacreditadas em razão da "diversidade das cores" das mesmas. (Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3687. Processo 05. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro).

29 Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3696. Processo no 01. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

30 Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3.698. Processo no 14. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

31 Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3683. Processo no 6245. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

32 Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3684. Processo no 11.339. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

33 Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3680. Processo no 6223. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

características próprias. Era comum aos advogados identificarem essa força com o direito natural e através dele realizarem a defesa da liberdade enquanto realidade concreta. Na defesa da liberdade do escravo Joaquim, em 1833, assim se manifestou seu curador, *Manoel Duarte Carneiro*34, licenciado e procurador dos auditórios da cidade de Vitória no Espírito Santo:

> Há razões que concorrem a favor da liberdade, ainda que sejam menos vigorosas do que todas aquelas que podem fazer justo o cativeiro; sempre se reputam mais fortes, de maior consideração, para prevalecer a sua liberdade, por ser a liberdade de direito natural, favorecida pelas leis da escravidão, invenção dos Direitos das Gentes, que se faz odioso.

Essa situação ilustrou a forma pela qual a subordinação social era retoricamente reproduzida de modo dominante na justiça como relação de força através do uso recorrente do direito natural na defesa da liberdade dos escravos. No enfrentamento do fato odioso que era a escravidão, o "*natural*" era mais enfatizado que o *"direito":*

> Tendo entre nós grassado, tolerado e assim perpetuado a apside da escravidão, tendo nós diante dos olhos todos os princípios de Direito Natural que a reprovam (...), temos de oferecer, em tese, o problema primeiro: se a liberdade é ou não o mais apreciável de todos os bens; segundo se, sendo apreciável, se é ou não partível ou divisível e sujeita a cláusulas ou condições.

Esta era a visão de *João José Vahia*, curador geral do escravo Joaquim no Tribunal: "o menor curado foi liberto em um quarto, eis aqui um ser compacto, que não admite divisão pela mesma natureza." Ele não apenas problematizara a liberdade em termos filosóficos como também revelara a medida em que defendia a liberdade do escravo como direito natural em referência à própria propriedade como coisa. Segundo *Vahia*, ao reconhecimento de que a liberdade era "*o mais apreciável de todos os bens*" seguia que ela era "*impartível, indivisível e repugnante à condição alguma*". Defender a liberdade como bem indivisível e absoluto, o curador afirmou a condição do escravo Joaquim como "indivíduo livre". Como bem indivisível, a liberdade era também considerada bem fora do comércio.

> "A liberdade tomada ou como a faculdade moral ou como direito individual dos homens em sociedade é inapreciável, não havendo coisa alguma no mundo com que ela se compare para se lhe estabelecer um preço ou valor como sucede a respeito de tudo aquilo que está no comércio." Assim se manifestou o advogado José **Júlio de Freitas Coutinho**35:

Não posso fazer, portanto, o arbitramento para que fui nomeado, sem faltar ao princípio que professo, de que a liberdade, o primeiro e o mais sagrado direito dos homens, como reconhece a Constituição do Império (...), está fora do número das coisas que um preço maior ou menor segundo forem maiores ou menores a sua utilidade ou raridade a que atendem os mesmos homens quando as querem possuir para satisfação de suas necessidades.

Porém, tal como na realidade de fato, a força reelaborada na realidade do discurso através da dicotomia se caracterizava e dependia da presença daquilo que a constituía enquanto novo tipo de relação de força. Na justiça, a escravidão também fora retoricamente reconstruída enquanto nova relação de força. Com o direito positivo, o direito natural iria relacionar-se; com os bacharéis, os provisionados iriam combater na justiça. Assim, os recursos do arsenal dos advogados (provisionados e diplomados) reformulavam, em termos político-filosóficos, o problema jurídico-social da libertação dos escravos na chave do confronto entre a propriedade tal qual era e a liberdade tal qual deveria ser. Dessa forma, os embates judiciais reconstruíam a oposição entre direito e poder através da instauração da oposição entre propriedade e liberdade e reelaboravam essa oposição através da distinção entre direito real, positivado (propriedade), e direito ideal, aspirado (liberdade). Porém, menos óbvio era aquilo que poderia ser compreendido como verdadeiras ambigüidades ou contradições nos discursos dos advogados dos senhores e dos escravos. Do lado senhorial, essa situação se apresentava no contexto da retórica dos discursos que selavam a legitimidade da distinção e oposição entre a propriedade do tempo presente e a liberdade do tempo futuro como obra de uma história passada e de uma história futura, respectivamente. Nesse sentido, o discurso de *José Maria Correa de Sá Benevides*, advogado de Fortunato José Bulhão contra a preta Carolina, não se afastara do discurso do advogado Cunha:

Não temos direito vigente; a pretensão da Autora, representada pelo seu ilustre patrono e doutíssimo curador, é injusta, inconveniente e perigosa nas circunstâncias atuais do País. Ninguém pode aventurar a proposição de que a escravidão seja legítima, absolutamente, nem tampouco que seja um bem em qualquer situação da sociedade. É um mal por ora necessário; um funesto legado de nossos antepassados; entre nós, é um fato tolerado pela lei, donde resultam direitos reconhecidos pela legislação. É a escravidão um elemento das fortunas, um objeto de propriedade. Cumpre, pois, que o direito sobre o escravo, objeto do domínio, seja respeitado. A lei restringe as condições desse domínio especial e o exclui das garantias amplas com as que cercam os mais direitos; mas, todavia, não deixa de o cercar de algumas formas protetoras. O nosso direito facilita muito todos os meios de poder o escravo sair do cativeiro, porém jamais favorece o esbulho da posse nem a violência do domínio.

Ao naturalizar a escravidão como fato histórico de caráter moral e conteúdo material, essa visão como que reconhecia a força da dimensão social da tradição na orientação e condução das ações individuais necessárias à manutenção do sistema social. Segundo essa mesma visão, o direito também se originaria do fato histórico, e às leis caberia apenas o papel de reconhecer o direito assim constituído. Daí a reação dos advogados dos senhores na hipótese em que os advogados dos escravos interpretavam o direito de modo independente do contexto histórico, ao menos da influência da história passada, como forma de promover a liberdade dos escravos.

---

34 Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3682. Processo 179. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

35 Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3687. Processo no 1.190. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

> "Mas é preciso não conhecer, não olhar para o texto da lei; é preciso não ter em atenção o histórico dela para dar-lhe semelhante interpretação36"37.

A necessidade do mal que representava a escravidão, quer como fato, quer como direito, não apontava, assim, para a transformação social nem sinalizava a desintegração social. Nem mesmo o reconhecimento de que a liberdade dos escravos contava com certas formas protetoras pode ser visto, em princípio, como sintoma de transição social. Dessa forma, a mudança no direito e a constituição do direito como instrumento de mudança social e, conseqüentemente, o fim da escravidão e a liberdade como direito dos libertos teriam de aguardar o desenrolar de uma história distinta daquela até então em curso, de uma história futura que instaurasse uma nova ordem de fatos e que principiasse uma tradição e uma cultura compatíveis com o ajustamento da sociedade brasileira ao mundo real da liberdade dos povos civilizados. Ã magnitude dessa ordem histórica corresponderia também, por certo, ao possível aproveitamento das experiências fundamentais acumuladas por esta mesma sociedade. Estas mesmas experiências poderiam constituir o fundamento das mais importantes lições da escravidão e antecipar essa história futura através de reajustamentos de homens, tais como *Pimentel,* dispostos a ousar levantar um brado em prol da liberdade.

Dessa provável história civilizadora cuidou a narrativa de *Manoel José da Costa França*38, em processo de liberdade iniciado em 1869 na cidade de Guaratinguetá. Segundo este advogado, o direito garantido pelas leis fora reconhecido como epifenômeno do poder da força, e a libertação, conduzida historicamente, de forma lenta e gradual, por um processo que contaria com a participação do povo livre e das idéias esclarecidas, da justiça e dos legisladores modernos:

Felizmente, com o andar da civilização, o sol da liberdade vai espancando as trevas da escravidão em que jaziam envolvidas todas as sociedades. A razão esclarecida dos modernos legisladores vai evocando os abusos introduzidos pelo suposto direito das gentes dos antigos, que elevava à categoria de direito o poder da força, garantindo aos vencedores a propriedade sobre os vencidos, que se tornavam seus cativos, perdendo com a liberdade todos os direitos do homem, para serem equiparados a simples coisas. Justiniano começa a fazer as primeiras modificações na legislação romana, a mais adiantada de todas, não obstante bárbara e imoral no que dizia respeito à escravidão. Os legisladores portugueses foram estendendo favores aos escravos africanos existentes nos domínios lusitanos e aos índios do Brasil, que como tais eram tratados. O movimento abolicionista, que presentemente vai agitando todo o Império, e que não é mais que a repercussão dos cantos da liberdade partido dos lábios de três milhões e meio de americanos, resgatados do cativeiro pela vontade tenaz de um povo livre; as decisões dos magistrados e dos tribunais sempre em favor dos direitos destes miseráveis - são um protesto bem vivo da civilização contra esse roubo dos direitos individuais, sancionado pelas leis e defendido pelos escravocratas.

Essa história civilizadora - que presumivelmente fez repercutir a idéia e o valor da liberdade que fundamentavam a indignação e os protestos sociais através de decisões de juízes e tribunais – era a mesma história que narrara os obstáculos que enfrentava a liberdade na justiça e fora dela e que descrevia as ambigüidades que caracterizavam a atuação dos advogados. Daí o advogado do senhor que acusava o advogado (curador) do escravo de possuir, ele mesmo, seus próprios escravos e de castigá-los barbaramente: "*por se constituir desta forma em campeão das liberdades, melhores louvores lhe daríamos se esse afã que emprega fosse em benefício da liberdade de alguns de seus escravos".39*

Conclusão

Do ponto de vista da teoria social, o pensamento de Pierre Bourdieu forneceu as categorias sociológicas fundamentais para a análise das práticas discursivas jurídicas referidas a relações que articulavam dimensões políticas e sociais no campo tradicional da revelação do direito e da decisão de conflitos jurídicos na justiça do Brasil imperial.

A análise das *Ações de Liberdade* revelou a existência de um campo de interação de relações não apenas verbais (escritas e orais). Esse campo também não se constituiu como mero campo de luta na defesa de direitos e interesses exclusivos de senhores e escravos. Os advogados que participavam da discussão da relação liberdade-escravidão, independente da distinção freqüentemente afirmada entre diplomados e não diplomados, não ocupavam posição monolítica e rígida quanto a seus papéis e à construção de seus argumentos. A sucessão de experiências concretas na justiça, de acordo com regras formais quanto à ordem do processo, revelou a ocorrência de eventos igualmente empíricos e múltiplos que se desenvolviam fora da realidade do campo judiciário, segundo processos de mudança e contradição desta mesma realidade. Traduzindo acúmulo de experiências que se processavam dentro da justiça e fora dela, as *Ações de Liberdade* permitiram surpreender a dinâmica que emergia e informava os encontros dos profissionais do direito nos distintos níveis da justiça no Brasil no século XIX. Segundo perspectiva que privilegiasse as diferenças em relação por oposição às dicotomias e, portanto, à afirmação de pares mutuamente excludentes, mesmo fazendo parte da própria realidade classificada, a realidade dinâmica das ações na justiça revelou condições de sistematização de acordo com a possibilidade de operar com as contradições e ambigüidades que caracterizavam a sociedade de corte no Brasil imperial e o mundo dos advogados. Sem prescindir da

36 Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3684. Processo no 12847. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

37 A lei em questão, à qual fez alusão Geminiano Antonio Vital de Oliveira, bacharel e advogado do senhor Antonio Veríssimo Paim, é a Lei de 07 de novembro de 1831, segundo a qual "os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, são considerados livres". Quanto a seu histórico, "todos sabem que essa lei foi confeccionada com o intuito da supressão do tráfico de africanos em virtude da convenção de 23 de novembro de 1826 e do tratado de 17 de agosto de 1827 com a Inglaterra." Segundo Oliveira, o fim da lei de 1831 – "esse fim que ultimamente declarou o Aviso de 10 de maio de 1868" – "só se refere ao escravo estrangeiro que vem de fora, que nunca estiveram no Brasil."

38 Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3684. Processo no 13.763. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

39 Seção Judiciária. Ação de Liberdade. Caixa 3680. Processo no 6223. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

hierarquia formal que existia e organizava o mundo concreto das *Ações de Liberdade*, *propriedade* e *liberdade* representaram variáveis empíricas de ordenação dos modos de pensamento e de condições de ação dos advogados (e também dos escravos) na medida em que se constituíam como poder discursivo que dotava de sentido as práticas profissionais e que revelavam os sentidos da liberdade favoráveis à libertação dos escravos ou à manutenção da escravidão.

Enquanto discurso que independeu, de modo quase absoluto, da consideração das relações materiais e das condições econômicas do sistema de produção escravagista, a liberdade dos escravos e a propriedade dos senhores eram predominantemente defendidas como direito natural e direito positivo, respectivamente, e definiam menos a falta, a relação e a distinção dos agentes do direito ou o papel e a posição que ocupavam na justiça do que os interesses que representavam e a natureza e o modo de utilização dos conhecimentos que possuíam. Assim, tanto doutores e bacharéis em direito atuavam como curadores como procuradores e solicitadores que não eram doutores ou bacharéis em direito, mas provisionados ou licenciados junto às instâncias locais da justiça ou nos tribunais, podiam defender a liberdade dos escravos com base na natureza humana. Afinal, a função de defesa dos escravos sempre esteve referida a bacharéis, provisionados e curadores. Sem definir o conceito de direito natural, ou explicar a dimensão civil que por vezes destacavam para caracterizar este direito, os advogados dos escravos procuravam situar a liberdade que defendiam – e a eles próprios – acima e fora das leis e dos avisos, da Constituição e das Ordenações invocados pelos advogados dos senhores na defesa da propriedade, ainda que eles próprios recorressem, muitas vezes, a essa mesma estrutura normativa.

De acordo como os próprios advogados se viam e eram vistos por seus pares, essa situação já apontava, na realidade, a existência de uma classificação do conhecimento destes mesmos advogados segundo as dimensões do direito - *natural* e *vigente* - fossem entendidas como expressão de conhecimento filosófico e técnico, respectivamente. Sob a perspectiva *filosófica,* os advogados dos escravos eram freqüentemente acusados da falta de prática forense ou de razão jurídica na mesma medida em que os advogados dos senhores eram vistos como portadores de conhecimentos técnicos específicos. Como aqueles advogados se viam como portadores de pensamentos e idéias liberais que se opunham à escravatura e acusavam os advogados dos senhores de fecharem os olhos aos acontecimentos em curso, foi possível descrever a atitude mais filosófica de procuradores, curadores e solicitadores dos escravos como expressão da existência de uma razão que atualizava o pensamento a favor da abolição dos escravos e a postura mais jurídica dos advogados dos senhores como expressão de uma razão que cristalizava a doutrina que defendia o direito de propriedade dos senhores. Contudo, os advogados, diplomados ou não, podiam ganhar ou perder determinadas batalhas judiciais de forma independente da qualificação técnica ou da abordagem filosófica que adotassem. Afinal, a lentidão que caracterizou a tramitação de determinados processos na justiça e que retardou a libertação de muitos escravos decorria da imperícia ou negligência dos advogados.

Por outro lado, esse eixo que orientava os advogados dos senhores e escravos revelava, por vezes, mudança de direção e, assim, ainda que mantivesse a mesma orientação, traduzia certas ambigüidades e mesmo contradições. Assim, a defesa da liberdade dos escravos podia ser realizada nos mesmos termos em que o direito e a doutrina vigentes sustentavam o direito de propriedade dos senhores. Da mesma forma, na defesa deste direito, os advogados dos senhores podiam reconhecer que a escravidão era aquele mal – ainda que necessário – denunciado pela defesa do direito natural. Conseqüentemente, embora a liberdade natural constituísse um dos fundamentos do escravo como homem, quando a defesa tinha por base o direito de propriedade, seus advogados terminavam por reforçar a noção do adversário que defendia ser o escravo *coisa* e que, portanto, poderia ser objeto de conciliação, avaliação e partição entre herdeiros que reclamassem seus direitos sobre a propriedade que representavam os escravos. Neste sentido, no mesmo campo de argumentação, filosofia e direito se mostravam incongruentes por conta do fato de que o natural do direito definia a liberdade como bem que não podia ser negociado, avaliado e dividido. Do ponto de vista dos advogados dos senhores, o reconhecimento de que a escravidão era um mal necessário permitiu pensar não apenas a legitimação da defesa dos advogados dos escravos como também a criação, para aqueles mesmos advogados, do dilema de defender o direito de propriedade que estava na base daquele mesmo mal e o reconhecimento da prática inevitável de abusos em relação ao direito e à própria liberdade. Daí o sentido provável da defesa que faziam certos advogados dos escravos em função da regulamentação de situações de fato decorrentes do não cumprimento do próprio direito segundo entendimento dominante.

As *Ações de Liberdade* garantiram, ainda, pensar a existência da fronteira porosa entre o conhecimento de que precisavam os advogados e a ética que orientava o exercício da advocacia. Concebida segundo a verdade que se opunha à paixão e que revelava a existência de fato do direito e a identidade do titular deste mesmo direito, a ética dos advogados, independente da clivagem dos mesmos, podia ser caracterizada segundo a diferença entre o que diziam os advogados e o que eles faziam na defesa dos seus clientes. Segundo esta diferença, os advogados podiam ser igualados quanto ao que pensavam fosse a ética que deveria orientá-los na prática e distinguidos quanto à prática que adotavam segundo os interesses que representavam e quanto ao direito que definia a presunção da liberdade e a prova da propriedade. Assim, foi possível pensar a existência de uma ética profissional plástica e adaptável às circunstâncias e aos interesses em jogo por oposição a uma ética igualitária e universal. No entanto, no exercício da advocacia, revelando orientação retórica e pretensa força persuasiva, esta ética pôde ser vista como fonte legitimadora na defesa dos advogados dos escravos e dos senhores na hipótese em que eles se orientavam pela noção de verdade que lhes permitia reproduzir a violência da realidade da escravidão através do discurso prático que operava com as dicotomias (senhor - escravo, propriedade-liberdade, força-direito, branco-negro, pessoa-coisa).

Por outro lado, essa mesma ética igualitária e universal, fundada na força da realidade dos fatos, pôde ser considerada segundo a visão dos advogados quanto ao papel desempenhando pela história. Para os advogados dos senhores,

a escravidão e o direito de propriedade da época traduziam o resultado de uma história passada, e apenas um tempo futuro poderia constituir as forças político-jurídicas de mudança na direção da abolição da escravidão. Para os advogados dos escravos – na medida em que o direito natural era identificado com o homem independente da história e da sociedade -, a história revelava tanto idéias liberais correntes em seu tempo como fatos práticos da vida dos escravos que os definiam como seres humanos e livres, a despeito da escravidão em que viviam, e como agentes de seu processo de libertação, a despeito da caridade dos senhores e da profissão de fé de religiosos. Diferentemente dos advogados dos senhores, os advogados dos escravos reconheceram que o tempo presente oferecia as condições de afirmação da liberdade como direito dos escravos, e tais condições as *Ações de Liberdade* definiam como sendo a própria administração da justiça segundo a virtude da verdade compromissada em dar a cada um o que é seu. Como este objetivo nem sempre se orientou por regras de natureza jurídica ou por regras que se explicitassem, o seu de cada um, no campo da decisão de juízes e tribunais, de acordo com a defesa dos advogados, terminou por ser definido, de certa forma, segundo a parcialidade e a paixão que constituíam a instabilidade da política. Paradoxalmente, essa mesma dimensão política que caracterizou as *Ações de Liberdade* como instrumento jurídico que definia, na prática, uma situação de igualdade que oprimia tanto os escravos como os senhores. Afinal, a suspensão provisória do trabalho escravo, imposta pelo depósito que visava à proteção dos escravos em relação a seus senhores, enquanto figurassem como autores e réus na justiça, atingia a ambos tanto na liberdade quanto na propriedade.

Assim, as *Ações de Liberdade* revelaram condições favoráveis de pensamento da estratificação e do funcionamento da sociedade brasileira dos oitocentos menos em termos de classes sociais referidas à realidade objetiva da economia ou homogênea dos indivíduos do que em termos de forças sociais distintas e diversas e de relações sociais ambíguas e contraditórias na base da estrutura objetiva da sociedade que assim reproduziria suas desigualdades através de suas relações de exploração e de violência.

Referências

Anscombre, J.-C (1995). *Théorie des topoi*. Paris: Ed. Kiné.

Bobbio, N. (1992). *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Campus.

Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire*. Paris :Ed. Minuit.

Bourdieu, P. (1979). *La distinction; critique social du jugement*. Paris : Ed. Minuit.

Bourdieu, P. (1980). *Le sense pratique*. Paris: Ed. Minuit.

Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz, Lisboa: Difel e Bertrand Brasil, 1989.

Bourdieu, P. & Passeron, J-C. (1970). *La reproduction; éléments pour une théorie du systhème d´enseignement*. Paris: Ed. Minuit.

Brito, R. (1953). *A verdade como regra das ações; ensaio de filosofia moral como introdução ao estudo do direito*. 2a ed., Rio de Janeiro: INL.

Castro, H. (1995). *Das cores do silêncio; os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil séc. XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Chalhoub, S. (1999). *Visões da liberdade; uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.* São Paulo: Companhia das Letras.

Greimas, J. (1971). *Analyse sémiotique d´um discours juridique.* Urbino : Centro internazionale di semiotica e di linguistica\ Università di Urbino.

Kant, I. (1974). *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela, Rio de Janeiro: Abril Cultural.

Marx, K. (1977). *A origem do capital: a acumulação primitiva*. São Paulo: Global.

Weber, M. (1968). *Economy and Society.* Berkeley: University of California Press.

Fontes Manuscritas

Seção Judiciária. Ação de **Liberdade**. Caixa 3679. Processo no 11990. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Seção Judiciária. Ação de **Liberdade**. Caixa 3680. Processo no 127. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Seção Judiciária. Ação de **Liberdade**. Caixa 3680. Processo no 6223. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Seção Judiciária. Ação de **Liberdade**. Caixa 3680. Processo no 11783. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Seção Judiciária. Ação de **Liberdade**. Caixa 3682. Processo 179. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Seção Judiciária. Ação de **Liberdade**. Caixa 3682. Processo no 6178. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Seção Judiciária. Ação de **Liberdade**. Caixa 3683. Processo 1815. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Seção Judiciária. Ação de **Liberdade**. Caixa 3683. Processo no 4060. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Seção Judiciária. Ação de **Liberdade**. Caixa 3683. Processo no 6245. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Seção Judiciária. Ação de **Liberdade.** Caixa 3684. Processo no 64. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Seção Judiciária. Ação de **Liberdade**. Caixa 3684. Processo no 655. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Seção Judiciária. Ação de **Liberdade.** Caixa 3684. Processo no 5920. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Seção Judiciária. Ação de **Liberdade.** Caixa 3684. Processo no 12847. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Seção Judiciária. Ação de **Liberdade.** Caixa 3684. Processo no 11.339. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Seção Judiciária. Ação de **Liberdade**. Caixa 3684. Processo no 13.763. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Seção Judiciária. Ação de **Liberdade.** Caixa 3687. Processo 05. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Seção Judiciária. Ação de **Liberdade**. Caixa 3687. Processo no 1.190. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Seção Judiciária. Ação de **Liberdade**. Caixa 3687. Processo no 13.510. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
Seção Judiciária. Ação de **Liberdade**. Caixa 3690. Processo 06. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
Seção Judiciária. Ação de **Liberdade**. Caixa 3.694. Processo no 02. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
Seção Judiciária. Ação de **Liberdade.** Caixa 3696. Processo no 01. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
Seção Judiciária. Ação de **Liberdade.** Caixa 3.698. Processo no 14. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Legislação

Brasil. Constituição de 1824. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
Brasil. Ordenações Afonsinas. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
Brasil. Ordenações Manuelinas. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.
Brasil. Regulamento de 05 de maio de 1842.

O espelho fraterno e o paradigma do republicanismo: Portugal-Brasil, 1889-1910

Isabel Paço d'Arcos
Bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia
Universidade Nova de Lisboa
isabelparcos@gmail.com

Resumo: Propõe-se um POSTER de síntese de um projecto de doutoramento em curso sobre o relacionamento político luso-brasileiro no período das "repúblicas velhas" [1889-1930]. O trabalho visa enquadrar-se nos seguintes domínios científicos: história das relações internacionais; sistemas políticos; estudos comparados.

Na delimitação cronológica dos 41 anos que albergaram o nascimento e a capitulação das duas "repúblicas velhas", evidenciam-se simultaneamente factores de convergência e divórcio que na sua convivência idiossincrática contribuíram para a definição das respectivas identidades nacionais. Para o Brasil, a necessidade de construção de uma escala identitária própria passava, inevitavelmente, por uma demarcação negativa com relação à herança lusa. Em contraponto, para Portugal tornava-se cada vez mais importante, em termos políticos e económicos, gizar uma sólida aproximação ao Brasil. E do seio desta dialéctica sobressai um elemento que, em grande parte, marcará o ritmo do percurso relacional: a questão do regime político.

O balanço entre os paradigmas de "republiqueta sul-americana" e "fraternidade republicana" determinou a volubilidade e a indefinição dos republicanos portugueses, num primeiro momento, e do regime republicano português, depois de 1910, na forma como enquadraram o modelo brasileiro na sua própria definição, programação e propaganda políticas.

Na conduta política das duas "repúblicas irmãs" os paralelismos são suficientes (destaque-se a instabilidade política, a identidade doutrinária e a prática autoritária) para justificar uma inquirição mais profunda sobre o papel do republicanismo nas relações entre Portugal e o Brasil, no período em estudo, bem como sobre a preponderância que ambos os países detiveram na mútua definição das respectivas personalidades políticas.

Introdução

Contando já com mais de meio milénio de existência, o cansado e incansável tema das relações luso-brasileiras parece permanecer ferrenhamente vinculado à ideia de "*fraternidade*", palavra que remete, de forma muito simples e imediata, para o conceito de "*irmão*": dois ou mais indivíduos ligados entre si por laços indissociáveis, independentemente do grau de compatibilidade ou aproximação efectivas. Ora parece-nos ser precisamente por uma questão de rigor etimológico que a palavra "*fraternidade*" nunca abandonou as investigações, estudos ou reflexões que associam Portugal e Brasil. Distanciando-nos do saudosismo emocional que, com maior ou menor profundidade, marcou muito do pensamento e produção sobre o tema, parece-nos fundamental começar por formalizar uma convicção na qual assenta o propósito deste trabalho: a crença em que, numa perspectiva global, Portugal e Brasil detiveram, e continuam a deter, um peso substancial na definição dos percursos políticos, sociais e culturais um do outro. E nesse sentido, com maior ou menor harmonia, com melhor ou pior entendimento e cooperação, a "*fraternidade*" é uma realidade indeclinável.

No âmbito da história político-social o percurso das relações luso-brasileiras foi pontualmente marcado por momentos de especial relevo e interesse, no que respeita ao condicionamento que uni ou bilateralmente se verificou na definição dos percursos políticos internos de cada país. Acreditamos que o período correspondente à emergência das alternativas políticas ao constitucionalismo liberais, como o republicanismo e o socialismo, no espaço luso-brasileiro coincidindo *grosso modo* ao ultimo terço do século XIX e inícios do XX, corresponde a um desses momentos que merecem especial atenção. Com efeito, foi durante a década de 70 que um corelacionamento bilateral passou a ter mais expressividade, tanto por via de contactos pessoais entre republicanos como sob a égide de publicações como *O Paiz*, jornal que iniciou em 1875, com a participação de Latino Coelho, o que viria a ser uma continuada e estreita aproximação ao espaço político português, republicano em particular. Já na década de 80, e tendo como ponto de arranque as comemorações do centenário de Camões em 1880, figuras como Teófilo Braga, Teixeira Bastos e Sílvio Romero esforçaram-se no sentido do estreitamento de laços através de várias iniciativas a mais preponderante das quais terá sido a criação da *Revista de Estudos Livres*. Embora, seguindo caminhos autónomos, ou até particularmente diversos no que diz respeito aos fundamentos doutrinários de base positivista, os movimentos republicanos português e brasileiro seguiram percursos comparáveis, e até de certa forma paralelos.

Em Novembro de 1889, o Brasil adianta-se e graças a um bem sucedido golpe militar a proclamada a república brasileira. A república portuguesa esperará mais duas décadas. Durante os 21 anos que separam a aquisição de paridade política entre os dois países, o Brasil passou por fases distintas: estreando-se e num complicado processo de consolidação de regime que rapidamente resvalou para instabilidade política e prática autocrática, para depois ingressar numa tendência de restabelecimento e afirmação regional, a partir da presidência civil de Campos Salles [1898] (BELLO, 1956: 203-216). Paralelamente, e de uma forma debilmente organizada, o movimento republicano português foi ganhando terreno no espaço político nacional. Tendo em consideração a herança de convivência e afinidade entre os dois países e sabendo que os acontecimentos brasileiros não passaram ao lado dos republicanos portugueses parece-nos legítimo acreditar que o percurso do movimento republicano em Portugal não se possa ter desenvolvido de costas voltadas para o modelo da *"república irmã"* que a partir de 1889 Brasil passou a representar. E que aos olhos dos republicanos lusos, em tudo o que de exemplar ou condenável se revestiu, a república brasileira terá sido vista como um laboratório de experimentalismo republicano em contexto lusófono.

Com efeito, e tendo como premissa base a exclusão da hipótese da indiferença, parece-nos pertinente perguntar de que maneira os acontecimentos brasileiros foram percepcionados e assimilados pelo republicanismo português e de que maneira influenciaram a evolução do movimento republicano nacional, seja ao nível de estratégias de ocupação do espaço político, apuramento de linhas ideológicas ou definição de discurso propagandístico. É pois esta a problemática a partir da qual se estrutura o nosso projecto de investigação e que sinteticamente se pode condensar na pergunta: qual o papel do Brasil no rumo do movimento republicano em Portugal, entre 1889 e 1910?

Objectivos

Analisar comparativamente os republicanismos em vigência (prática política e doutrina) em Portugal e no Brasil durante o período delimitado (1889-1910), identificando elementos de aproximação e divergência.

Identificar no republicanismo português linhas teóricas e propostas políticas directa ou indirectamente inspiradas na doutrina e na prática republicana brasileira em vigência a partir do 15 de Novembro de 1889.

Perceber se e como o advento da proclamação da república brasileira influenciou o rumo do movimento republicano em Portugal até 1910.

Métodos

Instrumentos:

Produção escrita e publicada (entre 1889 e 1910) de figuras proeminentes do republicanismo português e brasileiro: textos doutrinários, propagandísticos, propostas e corpus legislativos.

Imprensa republicana portuguesa.

Discursos parlamentares de deputados republicanos portugueses.

Actas de sessões, relatórios de actividades e boletins de instituições culturais, científicas e sociais portuguesas com importante e activa presença de republicanos.

Procedimentos:

O programa inquiritivo divide-se em duas dimensões de análise distintas:

Na primeira dimensão de análise - **a revolução brasileira e o movimento republicano português** - pretende-se fazer uma identificação e levantamento dos indicadores que permitam traçar uma periodização do movimento republicano português em função da revolução brasileira. Ou seja, identificar e analisar espaços e momentos históricos onde melhor seja visível uma influência directa dos acontecimentos brasileiros no espaço republicano português, procedendo a:

Levantamento e análise da reacção dos meios republicanos portugueses à implantação da república no Brasil. Inquirição potencialmente exaustiva num espectro temporal a curto prazo (dois anos).

Levantamento e análise das referências ao Brasil no discurso dos mais relevantes republicanos com produção propagandística ou doutrinária escrita. Investigação exploratória tendencialmente selectiva e representativa num espectro temporal alargado (1889-1910).

Aprofundamento compreensivo, por confronto e articulação de fontes, de momentos históricos onde seja visível uma influência directa da conjuntura politica do Brasil na realidade portuguesa (exemplos: movimento do 31 de Janeiro de 1891, acção de Assis Brasil como embaixador do Brasil em Portugal entre 1895 e 1899)

A segunda dimensão de análise - **republicanismos e práticas republicanas** – centra-se especificamente numa análise de confronto entre os republicanismos em vigência em Portugal e no Brasil no período entre 1889 e 1910. Este cotejo comparativo desenvolve-se em dois eixos distintos, considerando a diferentes realidades em foco (republicanismo institucionalizado em regime no caso Brasileiro, republicanismo como proposta de oposição ao regime no caso português): num eixo, o confronto é exclusivamente teórico, opondo analiticamente as duas realidades ao nível doutrinário; noutro, o cotejo é assimétrico, confrontando prática (brasileira) a propaganda e teorização política (portuguesa).

Com efeito, as ferramentas de investigação e análise serão também assimétricas. Ou seja, pelo lado português contamos com textos propagandísticos e doutrinários, pela circunstância histórica forçosamente teóricos. Pelo lado brasileiro,

contamos não só com produção congénere, como também com a conduta política em curso. Nesse sentido, a abordagem compreensiva dos dois republicanismos far-se-á por meio de um confronto analítico dos seguintes tópicos:

Quadro 1

Sistema político: federalismo, parlamentarismo, presidencialismo, constitucionalismo	Propriedade e questão social
Espectro político-ideológico: socialismo, liberalismo, anarquismo	Moral social e laicismo
Instituições governativas	Sociedade, interesses de Estado e liberdades individuais
Separação e equilíbrio de poderes	Historicismo e messianismo
Representatividade do sistema	Fundamentos doutrinários: positivismo, evolucionismo, cientismo
Espectro do sufrágio	Espiritualidade e religião
Mobilização do eleitorado	
Presença dos militares na política	
Práticas autocráticas	
Pluralidade partidária	

relha de comparação sistemática, com especificação de descritores conceptuais que, preferencialmente, se traduzirão em variáveis de observação confrontativa e consequente compreensão analítica.

Concepções políticas Concepções ideológicas terceira dimensão de análise (conclusiva) - **República vs Monarquia**: **radicalismo político e nacionalismo extremado**, **uma barricada entre os dois países irmãos** - impõe-se por sistematização analítica e projectiva dos resultados das duas secções anteriores e uma integração dos mesmos no contexto do relacionamento luso-brasileiro e das relações institucionais entre Portugal e Brasil no período em causa, evidenciando questões de relevância como oposição entre republica e monarquia como fonte de tensão permanentemente subjacente (identificando momentos de maior tensão e mesmo de ruptura)

colónia portuguesa no Brasil como plataforma de ligação entre as duas realidades:

1) as tensões internas entre facções monárquicas e republicanas;

2) na sua identidade política prevalecente (monárquico-conservadora) a colónia é vista como um corpo estranho na sociedade brasileira, por outro lado a minoria de republicanos lusos conta com a simpatia brasileira no seu projecto de propaganda política.

A este respeito interessa-nos uma avaliação da participação de republicanos portugueses na imprensa brasileira ou na imprensa portuguesa do Rio de Janeiro, procurando identificar propósitos de doutrinação política sob a protecção do cenário político brasileiro.

Com efeito, esta secção final tem por objectivo tentar perceber o real peso que a diferença de regime teve no relacionamento entre os dois países e como divergência e comunhão se conciliaram, em paralelo, a diferente níveis de relacionamento bilateral.

Resultados

Da exploração preliminar desenvolvida até ao momento sobressaem já expressivos indícios de uma resposta positiva à nossa pergunta de se o exemplo brasileiro influenciou o rumo do movimento republicano em Portugal entre 1889 e 1910. Mesmo antes de estar concluída uma investigação sistemática, a observação analítica dos resultados preliminares já permite retirar algumas conclusões:

O mais expressivo e imediato indicador encontra-se na importância que a imprensa republicana portuguesa deu à proclamação da república no Brasil e como aproveitou a conjuntura para reforçar a propaganda em defesa da alternativa republicana (BARBOSA, 2002: 31-40; GONÇALVES: 1995: 86-95). Mas os acontecimentos brasileiros de 15 de Novembro não só animaram a opinião pública republicana como nitidamente concederam alento á acção do Partido Republicano Português (PRP) que pouco mais de um ano depois se reuniu em congresso, em Janeiro de 1891, dando forma ao texto que se considera ser o seu primeiro programa político: o *Manifesto do Partido Republicano Português*, em vigor até 1910. Nesse mesmo mês de 1891 uma facção menos contemporizadora do PRP ousou seguir mais de perto o exemplo brasileiro e avançou para um frustrado *putch* militar no Porto, que viria a ficar conhecido pelo 31 de Janeiro. Ao entusiasmo com o sucesso da revolução brasileira associou-se, a partir de 11 de Janeiro de 1890, o assombro patriótico provocado pelo ultimato inglês, conjugação que poderá ter justificado o súbito desacato ao consagrado paradigma evolucionista e o risco da opção pela via da ruptura. No golpe de 31 de Janeiro o símbolo revolucionário içado na Câmara Municipal do Porto foi uma bandeira com a inscrição "Centro Democrático Federal 15 de Novembro" (COELHO, 1930: 359-361). Dificilmente poderia ser mais expressiva. As circunstâncias do 31 de Janeiro tiveram também a si associadas um incidente diplomático com o cônsul brasileiro no Porto, cuja indefinição dos contornos permite, ao momento, manter a suspeita de algum tipo envolvimento brasileiro nos acontecimentos (BOSCHI, 1991).

Com o malogro da intentona muitos dos seus proscritos receberam asilo político no Brasil. Em consequência deste exílio, algumas relevantes figuras da intelectualidade republicana portuguesa tiveram contacto directo com contexto político brasileiro e produziram textos que reflectem subtilmente a articulação das duas realidades [António Claro, *Brasil Político* e *Memórias de um vencido*; Sampaio Bruno, *Brasil Mental*] (BARBOSA, 2002: 117-119).

Não obstante a instabilidade política em que caiu o país nos primeiros anos da república, o Brasil manteve um lugar de peso no imaginário e no discurso propagandístico republicano luso até 1910, destaque-se o *Accordo Luso-Brasileiro* concebido e apresentado por Consiglieri Pedroso, em 1909, à Sociedade de Geografia de Lisboa (REGO, 1966: 49-54).

Noutra perspectiva, numa dimensão teórico-analítica parece-nos importante perceber quais as consequências que, ao nível doutrinário, esta malha inter-relacional teve na progressão da identidade do republicanismo português. Se está estudada a origem da diferença essencial ao nível fundamentos doutrinais entre os dois republicanismos, (PAREDES, 2007; RODRIGUEZ, 2007) o mesmo não acontece quanto ao relacionamento [na afinidade e na diferença] entre as duas correntes de pensamento no respeitante às concepções político-sociais bilateralmente em vigência no período após a implantação da república brasileira e até 1910. Um entendimento das hipóteses de articulação e das possíveis convergências entre os dois planos teóricos exige um cotejo comparativo entre ambos, na exclusiva delimitação cronológica em que definimos a nossa problemática, que conceda estrutura cognitiva para um posterior confronto analítico.

No centro desta trama, encontra-se a importante colónia portuguesa no Brasil, num inusitado e delicado papel de ambivalência. Com a agudização do radicalismo político que se verificou no governo do marechal Floriano Peixoto, a comunidade portuguesa no Brasil foi confrontada com uma dura hostilidade por parte de facções mais extremadas do republicanismo brasileiro que a consideravam um símbolo de conservadorismo e atraso civilizacional (ALVES, 1999). Sem dúvida maioritariamente monárquica, e a partir de certa altura franquista, a colónia portuguesa no Brasil foi também, na noutra face da moeda, um refúgio de republicanos portugueses que se fizeram valer da favorável conjuntura política brasileira para desenvolver livremente a sua acção propagandística ou mesmo conspirativa (SANTOS, 2006; APCCL).

Referências

ALVES, Jorge Luís dos Santos (1999), *Imigração e Xenofobia nas Relações Luso-Brasileiras (1890-1930).* Dissertação de Mestrado em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

APCCL: Arquivo Pessoal Conselheiro Camelo Lampreia, documentação anos 1896-1908 correspondentes à missão no Brasil. Espólio Particular.

BARBOSA, Luísa Maria Gonçalves Teixeira (2002), *O ideário republicano nas relações Brasil* / Portugal, 1880-1891. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

BELLO, José Maria (1956), *História da República (1889-1945).* São Paulo: Companhia Editora Nacional.

BOSCHI, C. Caio (1991), "O 31 de Janeiro no contexto das relações diplomáticas luso-brasileiras", *Estudos Ibero Americanos.* PUCRS, V. XVII, n.º 1, Julho, p. 5-9.

COELHO, Coronel Manuel Maria (1930), "A revolta de 31 de Janeiro de 1891" in MONTALVOR, Luís de, *História do Regímen Republicano em Portugal*, vol I, Lisboa: Empresa Editorial Ática, pp. 339-375.

GONÇALVES, Eduardo Cândido Gonçalves (1995), *Ressonâncias em Portugal da implantação da república brasileira.* Porto: Reitoria da Universidade do Porto.

PAREDES, Marçal Menezes (2007), *Fronteiras Culturais Luso-Brasileiras*: *Demarcações da História e Escalas Identitárias* (*1870-1910*). Tese de Doutoramento Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

REGO, A. da Silva (1966), *Relações Luso-Brasileiras* (*1822-1953*). Lisboa: Edições Panorama.

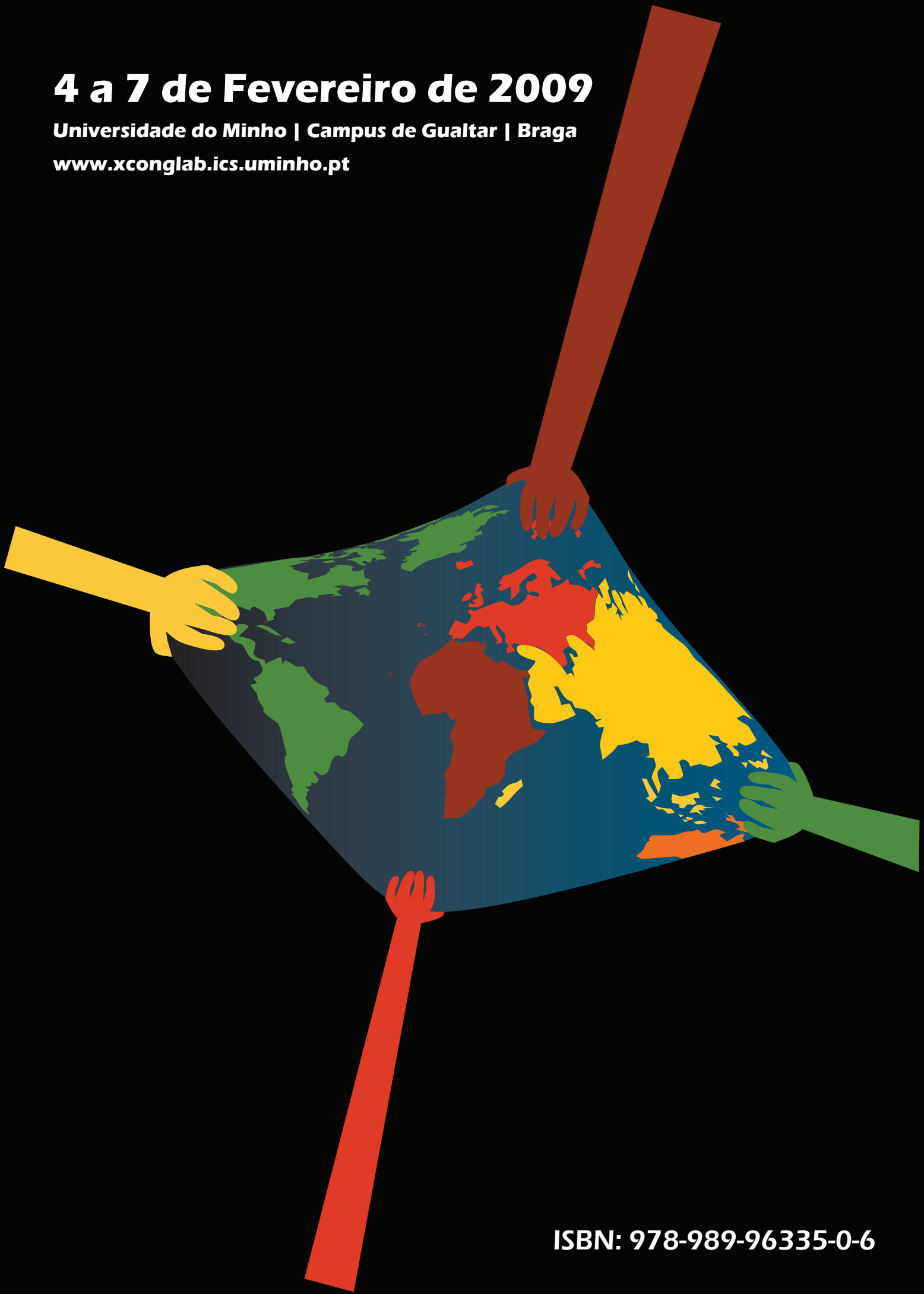
RODRIGUEZ, Ricardo Velez, (2007) "O Positivismo em Portugale no Brasil: semelhanças e diferenças" in CARVALHO, José Maurício de (org.), Atas do VII Colóquio Antero de Quental. São João de Reis: UFSJ, pp.84-90.

SANTOS, Marie-José Ferreira dos (2006), *Du "Prolonguemnet" a la normalisation republicaine*: *Bresil-Portugal 1889-1922.* These de Doctorat (nouveau regime) Histoire Contemporaine, Universite Strasbourg 3.

4 a 7 de Fevereiro de 2009

Universidade do Minho | Campus de Gualtar | Braga

www.xconglab.ics.uminho.pt



ISBN: 978-989-96335-0-6